Primeira Parte

ISSN 1677-7018

DIÁRIO DA JUSTIÇA

República Federativa do Brasil Imprensa Nacional

SEÇÃO 1

Ano LXXXII Nº 190

Brasília - DF, terça-feira, 2 de outubro de 2007

Aviso

Esta edição é composta de um total de 1.056 páginas, dividida em três partes.

Sumário

PÁGINA

Supremo Tribunal Federal 1
Conselho Nacional de Justiça 111
Tribunal Superior Eleitoral 111
Superior Tribunal de Justiça 116
Conselho da Justiça Federal 1003
Tribunal Superior do Trabalho 1006
Superior Tribunal Militar 1047
Conselho Nacional do Ministério Público 1048
Ministério Público da União 1048

Supremo Tribunal Federal

PRESIDÊNCIA

DISTRIBUIÇÃO

Ata da Ducentésima Décima Nona Distribuição realizada em 26 de setembro de 2007.

Foram distribuídos os seguintes feitos, pelo sistema de processamento de dados:

AÇÃO CAUTELAR 1.816-1 **(1)**
PROCED. : SANTA CATARINA
ORIGEM : AC - 155233 - STF
RELATOR : **MIN. MARCO AURÉLIO**
REQTE.(S) : CESAR MAFRA
ADV.(A/S) : LEONARDO P. DE OLIVEIRA PINTO E OUTRO(A/S)
REQDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 1.061-8 **(2)**
PROCED. : MINAS GERAIS
ORIGEM : PROC - 200538000089642 - JFED
RELATOR : **MIN. CEZAR PELUSO**
AUTOR(A/S)(ES) : CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DE MINAS GERAIS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : SILMARA NOGUEIRA VIDAL E OUTRO(A/S)
REU(É)(S) : FUNDAÇÃO PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS - FUPAC E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : CARLOS HENRIQUE PEIXOTO DE SOUZA E OUTRO(A/S)
LIT.PAS.(A/S) : ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S) : ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO - MG

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 28	R$ 0,30	R$ 3,60
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 3,80
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 4,40
de 160 a 250	R$ 1,90	R$ 5,20
de 254 a 500	R$ 3,50	R$ 6,80
de 504 a 824	R$ 6,20	R$ 9,50

- Acima de 824 páginas = preço tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0093

AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 1.062-5 **(3)**
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM : MS - 200634000018615 - JFED
RELATOR : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
AUTOR(A/S)(ES) : ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S) : ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO - MG - HUMBERTO RODRIGUES GOMES E OUTRO(A/S)
REU(É)(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.965-2 **(4)**
PROCED. : MINAS GERAIS
ORIGEM : ADI - 155177 - STF
RELATORA : **MIN. CÁRMEN LÚCIA**
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
REQDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.966-1 **(5)**
PROCED. : SANTA CATARINA
ORIGEM : ADI - 155184 - STF
RELATOR : **MIN. EROS GRAU**
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
REQDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
REQDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

AÇÃO PENAL 461-2 **(6)**
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : PROC - 200661810050782 - JFED
RELATOR : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
REVISORA : **MIN. CÁRMEN LÚCIA**
AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REU(É)(S) : PAULO SALIM MALUF
ADV.(A/S) : JOSÉ ROBERTO LEAL DE CARVALHO E OUTRO(A/S)
REU(É)(S) : SYLVIA LUTFALLA MALUF
ADV.(A/S) : MAURÍCIO SILVA LEITE E OUTRO(A/S)

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 558.529-3 **(7)**
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AI - 12385429 - 1º TRIB.ALC.
RELATOR : **MIN. MENEZES DIREITO**
AGTE.(S) : ÁLVARO ANDRADE MACHIONI E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : JARBAS ANDRADE MACHIONI E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : BANCO NOSSA CAIXA S/A
ADV.(A/S) : ESTEVÃO MOTTA BUCCI E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 558.647-7 **(8)**
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 8589577 - 1º TRIB.ALC.
RELATOR : **MIN. MARCO AURÉLIO**
AGTE.(S) : JOMA FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA
ADV.(A/S) : VALDIR AUGUSTO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MUNDIAL QUÍMICA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA
ADV.(A/S) : WILLIAM FERREIRA DE MORAES RÊGO JÚNIOR E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : JOSÉ RUBENS HERNANDEZ

AGRAVO DE INSTRUMENTO 558.667-0 **(9)**
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 8529395 - 1º TAC/SP
RELATOR : **MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S) : RIEMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
ADV.(A/S) : MARCIA REGINA MACHADO MELARÉ E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : AUTO ANTONIO REAME

AGRAVO DE INSTRUMENTO 558.679-1 **(10)**
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AI - 12105298 - 1º TRIB.ALC.
RELATOR : **MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S) : MUNICÍPIO DE ILHABELA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ELAINE DE SOUZA TAVARES E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : RUTH HALL LENZ CESAR
ADV.(A/S) : JOSÉ FERNANDO DE ARAUJO LORENA E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 558.685-8 **(11)**
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AI - 1208478501 - 1º TRIB.ALC.
RELATOR : **MIN. CEZAR PELUSO**
AGTE.(S) : PAULO CESAR DE ALMEIDA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ANTONIO CARLOS MENDES MATHEUS E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADV.(A/S) : SAMUEL CONTE FREIRE JÚNIOR E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 558.718-1 **(12)**
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 2446705500 - TJE
RELATOR : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
AGTE.(S) : CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA
ADV.(A/S) : LUIZ ANTONIO MUNIZ MACHADO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : SERGIO APARECIDO BARRETTO
ADV.(A/S) : JOSE ANTONIO CALLEJON CASARI E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 558.732-0 **(13)**
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AMS - 1858135000 - TJE
RELATOR : **MIN. MARCO AURÉLIO**
AGTE.(S) : LELIA YUMI CHUBATSU
ADV.(A/S) : IZABEL AZEVEDO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - REGINA MARIA RODRIGUES DA SILVA JACOVAZ

AGRAVO DE INSTRUMENTO 558.889-8 **(14)**
PROCED. : GOIÁS
ORIGEM : AC - 200400313558 - TJE
RELATOR : **MIN. CEZAR PELUSO**
AGTE.(S) : MIRANTE INCORPORAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA
ADV.(A/S) : RODRIGO RIZZO VASQUES E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : EDUARDO TERÊNCIO RODRIGUES E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : VANDER CARLOS MONTEIRO NASCENTE

As matérias publicadas na presente edição foram enviadas no dia 28/9/2007, até as 18h. Excetuam-se, somente, aquelas enviadas com antecedência e agendadas pelo Órgão responsável para publicação nesta edição.

AGRAVO DE INSTRUMENTO 559.025-1 (15)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 9902207073 - TRF
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : MULTIPLIC FINANCEIRA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
ADV.(A/S) : ALEXANDER LAMOGLIA DE MACEDO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PFN - ROSANE BLANCO OZÓRIO BOMFIGLIO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 559.032-6 (16)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 9902207081 - TRF
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : MULTIPLIC FINANCEIRA CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
ADV.(A/S) : ALEXANDER LAMOGLIA DE MACEDO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PFN - TATIANA P. F. WAJNBERG

AGRAVO DE INSTRUMENTO 559.121-8 (17)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 27208021 - TJE
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : ESPÓLIO DE ETTORE JOSÉ DELLA SANTA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MARIA ISABEL GOMES DE ASSIS MOURA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - ROSA MARIA GARCIA BARROS
INTDO.(A/S) : SILVIO ANGELO CACCIARI
ADV.(A/S) : ULISSES DE PAULA E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 559.143-5 (18)
PROCED. : RIO GRANDE DO NORTE
ORIGEM : AC - 30015197 - TJE
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ADV.(A/S) : PGE-RN - FRANCISCO WILKIE REBOUÇAS C. JUNIOR
AGDO.(A/S) : IRIS MAIA DE SOUZA
ADV.(A/S) : HELDER MANOEL LOPES DE SOUZA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO DA JUSTIÇA
SEÇÃO 1

Publicação de atos dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e do Conselho Federal da OAB

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA
Coordenador de Produção

http://www.in.gov.br e-mail: ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fones: 0800 725 6787

AGRAVO DE INSTRUMENTO 559.268-0 (19)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AI - 3736154800 - TJE
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : VANDERLEI AZURE
ADV.(A/S) : JOÃO LUIZ ZONTA
AGDO.(A/S) : JUÍZO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 559.325-8 (20)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AI - 2890955000 - TJE
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGDO.(A/S) : AUTO POSTO PETROMAXXI DE JAÚ LTDA. E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : RODRIGO MONTEIRO AUGUSTO E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 559.554-1 (21)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AI - 3523364000 - TJE
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S) : ITSUKO OKADA
ADV.(A/S) : PAULO ERIX E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA - GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 559.666-7 (22)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 1446954600 - TJE
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : ASSIST CARD DO BRASIL S/A
ADV.(A/S) : HEITOR FARO DE CASTRO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : VERONIKA ALZBETA EMILIA VARGHA GRIDI PAPP
ADV.(A/S) : BRUNA BERTOLUCCI E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 559.710-7 (23)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 1759295000 - TJE
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
AGTE.(S) : MICROSERVICE TECNOLOGIA DIGITAL S/A
ADV.(A/S) : MARIA SANTINA SALES E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : GISÈLE MARIE ALVES ARRUDA RAPOSO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 559.714-6 (24)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AI - 3741035200 - TJE
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - RENATO KENJI HIGA
AGDO.(A/S) : WAIL METZKER PASTORELLO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : WALTER DELGALLO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 559.715-3 (25)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AI - 3741035200 - TJE
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : WAIL METZKER PASTORELLO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : PEDRO PAULO F. SCALANTE
ADV.(A/S) : WALTER DELGALLO
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - RENATO KENJI HIGA

AGRAVO DE INSTRUMENTO 559.777-6 (26)
PROCED. : CEARÁ
ORIGEM : AI - 2002000062003 - TJE
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : SINDICATO RURAL DE CAMOCIM
ADV.(A/S) : JOÃO THOMAZ MARTINS DE QUEIROZ
AGDO.(A/S) : POLICLÍNICA DE CAMOCIM LTDA
ADV.(A/S) : EDSON JOSÉ SAMPAIO CUNHA FILHO E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 559.807-7 (27)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 1812025200 - TJE
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
AGTE.(S) : COOPERS BRASIL LTDA
ADV.(A/S) : MARCELO RIBEIRO DE ALMEIDA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - MARIA ANGÉLICA DEL NERY

AGRAVO DE INSTRUMENTO 559.877-1 (28)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : PROC - 199961000544926 - TRF
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S) : THEREZINHA DIB COSTA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : FABIANO SCHWARTZMANN FOZ
ADV.(A/S) : MARIA APARECIDA DIAS PEREIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PFN - NAIARA PELLIZZARO DE LORENZI CANCELLIER

AGRAVO DE INSTRUMENTO 560.080-6 (29)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 200171080083143 - TRF
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGDO.(A/S) : FIBRA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
ADV.(A/S) : TÂNIA REGINA PEREIRA E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 560.106-4 (30)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AMS - 200002010463946 - TRF
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
AGTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S) : MARIA HELENA MURAT DE FIGUEIREDO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : JOSÉ ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 560.132-4 (31)
PROCED. : GOIÁS
ORIGEM : APCRIM - 200003050780 - TJE
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : SILVESTRE PEREIRA SOARES
ADV.(A/S) : HÉLIO AILTON PEDROZO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

AGRAVO DE INSTRUMENTO 560.136-3 (32)
PROCED. : GOIÁS
ORIGEM : APCRIM - 200201845134 - TJE
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
AGTE.(S) : GESMAR INÁCIO FELIPE FILHO
ADV.(A/S) : LAERTE AMORIM MENDONÇA
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

AGRAVO DE INSTRUMENTO 560.174-4 (33)
PROCED. : GOIÁS
ORIGEM : PROC - 9600708223 - TJE
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
AGDO.(A/S) : EUDSMAR FARIAS
ADV.(A/S) : HENRIQUE BARBACENA NETO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 560.177-6 (34)
PROCED. : GOIÁS
ORIGEM : APCRIM - 200400550274 - TJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
AGTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
AGDO.(A/S) : ISMAEL GUIMARÃES QUEIROZ
ADV.(A/S) : MILTON CADEMARTORI SIMÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 560.183-3 (35)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : PROC - 3691255000 - TJE
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
AGTE.(S) : MUNICÍPIO DE OSASCO
ADV.(A/S) : ANA CRISTINA GUIDI
AGDO.(A/S) : ADÃO DE DEUS DA CUNHA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : PAULO GULUDJIAN E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 560.185-8 (36)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 8478171 - 1º TRIB.ALC.
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : DRIVEWAY INDÚSTRIA BRASILEIRA DE AUTO PEÇAS LTDA.
ADV.(A/S) : JOSÉ ROBERTO MARCONDES E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : RICARDO MARCONDES MARTINS

AGRAVO DE INSTRUMENTO 621.061-3 (37)
PROCED. : PARANÁ
ORIGEM : AC - 2737266 - TRIB. ALÇADA
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
AGTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MÁRCIA REGINA RODACOSKI E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : JOSÉ DOS SANTOS SILVA

AGRAVO DE INSTRUMENTO 622.173-4 (38)
PROCED. : PARANÁ
ORIGEM : AC - 1314389 - TJE
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : ELECTROLUX DO BRASIL SA
ADV.(A/S) : CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER
AGDO.(A/S) : MASSA FALIDA DE RECOL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : CARLOS ROBERTO CLARO
ADV.(A/S) : MÁRCIA ADRIANA MANSANO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 625.555-1 (39)
PROCED. : MINAS GERAIS
ORIGEM : EEDRR - 1737200108703005 - TST
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : FIAT AUTOMÓVEIS S/A
ADV.(A/S) : LEONARDO MIRANDA SANTANA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : HÉLIO CARVALHO SANTANA
AGDO.(A/S) : NÉRCIO ALVES DE SOUZA
ADV.(A/S) : CRISTIANO COUTO MACHADO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 627.191-5 (40)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AI - 3941864200 - TJE
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S) : ÍTALA MARIA LOFFREDO D'OTTAVIANO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : JAMIL MIGUEL
AGDO.(A/S) : CASA DE SAÚDE CAMPINAS
ADV.(A/S) : LUCIANA FONTOURA DE MOURA

AGRAVO DE INSTRUMENTO 628.901-6 (41)
PROCED. : PARAÍBA
ORIGEM : PROC - 88820040014649 - TR.CÍVEL E CRIM
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S) : WILSON BELCHIOR E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : TERTULIANO AVELLAR E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : SEVERINA DOMICIO DO NASCIMENTO
ADV.(A/S) : CLARA LUCIA CAVALCANTI COSTA E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 629.417-3 (42)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : PROC - 10463540 - TJE
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
AGTE.(S) : ARNALDO SORIANO VENEZIANI
ADV.(A/S) : DÉBORAH CRISTINA BENATTI E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : REGINA APARECIDA LARANJEIRA BAUMANN
AGDO.(A/S) : BANCO ITAÚ S/A
ADV.(A/S) : SAMUEL RODRIGUES COSTA E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 630.065-1 (43)
PROCED. : MINAS GERAIS
ORIGEM : PROC - 79052144163 - TRCJE
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A. - TELESP
ADV.(A/S) : JAYME BARBOSA LIMA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : LEONARDO VERSIANI NOGUEIRA TARABAL E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : WILLIAN MARCONDES SANTANA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : GENTIL PINTO DA SILVA
ADV.(A/S) : MARIA APARECIDA GUEDES OTONI

AGRAVO DE INSTRUMENTO 631.723-4 (44)
PROCED. : MINAS GERAIS
ORIGEM : AC - 10499049105038001 - TJE
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : MUNICÍPIO DE PERDÕES
ADV.(A/S) : CARLA MÁRCIA BOTELHO RUAS E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PERDÕES
ADV.(A/S) : LUIZ DE ALMEIDA

AGRAVO DE INSTRUMENTO 631.766-1 (45)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 200200102818 - TJE
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
AGTE.(S) : AUTO VIAÇÃO REGINAS LTDA
ADV.(A/S) : SERGIO SAHIONE FADEL E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ANTÔNIO CARLOS ROCHA PIRES DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : TRANSPORTES PARANAPUAN S/A
ADV.(A/S) : MARIA ELIZABETH POVOAS VAZ E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 631.772-9 (46)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : PROC - 1822005 - TRCJE
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
AGTE.(S) : SIDNEI PEREIRA NICOLETO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : DIRCEU CALIXTO
AGDO.(A/S) : FERNANDO TEIXEIRA VALERO
ADV.(A/S) : PAULO FERNANDO DE CARVALHO E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 634.167-0 (47)
PROCED. : PARANÁ
ORIGEM : MS - 1752421 - TJE
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : ESTADO DO PARANÁ
ADV.(A/S) : PGE-PR - CÉSAR AUGUSTO BINDER
ADV.(A/S) : PGE -PR - CHRISTIANNE REGINA LEANDRO POSFALDO
AGDO.(A/S) : TEREZINHA DE JESUS MEDEIROS
ADV.(A/S) : FREDERICO AUGUSTO KURAMOTO PEREIRA E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 639.543-2 (48)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM : AI - 200201000300020 - TRF
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : MARÍLIA MOREIRA DE CAMPOS ANDRADE
ADV.(A/S) : VALENTINA JUNGMAN CINTRA ALLA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : REGINA MARIA DUARTE DOS SANTOS
ADV.(A/S) : JOSÉ ANTÔNIO FISCHER DIAS

AGRAVO DE INSTRUMENTO 641.988-3 (49)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : PROC - 21986 - TRCJE
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : CENTRO TRASMONTANO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PAULO HEITOR COLICHINI E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : YVONE YAMASHITA SARTORI
ADV.(A/S) : LUCILENE GOMES DA SILVA E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 643.759-0 (50)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : RR - 1078200300915008 - TST
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA
ADV.(A/S) : LYCURGO LEITE NETO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : JOEL ALMEIDA MURICY E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MÁRCIA APARECIDA CAMACHO E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 643.771-4 (51)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : ERR - 69900320009 - TST
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
AGTE.(S) : SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO
ADV.(A/S) : ROGÉRIO AVELAR E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : YOSINORU YONEDA
ADV.(A/S) : JOSÉ CARLOS CASTALDO E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 644.459-8 (52)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AIRR - 245200202204407 - TST
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
AGTE.(S) : LEONILDO BULLE DA COSTA
ADV.(A/S) : MOEMA CARNEIRO DE MIRANDA HENRIQUES E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE
ADV.(A/S) : GUILHERME GUIMARÃES E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 644.905-4 (53)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM : AIRR - 5144420029001002 - TST
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
AGTE.(S) : S/A CORREIO BRAZILIENSE
ADV.(A/S) : PATRÍCIA FERREIRA LOPES PIMENTEL E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MARCELO PIMENTEL E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : IVAN RICARDO MARINOVIC BRSCAN
ADV.(A/S) : ROBERTO GOMES FERREIRA E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 645.821-7 (54)
PROCED. : BAHIA
ORIGEM : PROC - 3075212005 - TR.CÍVEL E CRIM
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S) : ANTÔNIO AUGUSTO CARDOSO DÓREA FILHO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : EMANUEL FERNANDES DA CUNHA MOURA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : JORGE MANOEL OLIVEIRA ROCHA
ADV.(A/S) : JORGE MANOEL OLIVEIRA ROCHA

AGRAVO DE INSTRUMENTO 647.187-0 (55)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : PROC - 7561 - CRJECÍVEL
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : CENTRO TRASMONTANO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PAULO HEITOR COLICHINI E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ESPÓLIO DE GIUSEPPE STAVALE
ADV.(A/S) : CLÁUDIA CONTE BORTULUCI

AGRAVO DE INSTRUMENTO 647.201-1 (56)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 2400005 - TJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
AGTE.(S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - AYLTON MARCELO BARBOSA DA SILVA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : PGE-SP - ANNA CANDIDA SERRANO SUPLICY FORBES
AGDO.(A/S) : SANDRA REGINA FRÉ
ADV.(A/S) : ANGÉLICA DE MATTOS GÓES VIEIRA E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 647.433-5 (57)
PROCED. : SANTA CATARINA
ORIGEM : PROC - 4515 - TRCJE
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERIAS - FUNCEF
ADV.(A/S) : FABRÍCIO ZIR BOTHOMÉ E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : JANAÍNA MEDEIROS FALQUEIRO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : LUIZ ANTONIO MUNIZ MACHADO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : GERALDO NUNES MACHADO JÚNIOR
ADV.(A/S) : NEIDA PEREIRA BANDEIRA

AGRAVO DE INSTRUMENTO 648.407-0 (58)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AIRR - 69692520005 - TST
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : CLAYTON JOSÉ DA SILVA PIZA
ADV.(A/S) : MARIA CRISTINA DA COSTA FONSECA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - BANESPA
ADV.(A/S) : JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : GENTE BANCO DE RECURSOS HUMANOS LTDA
ADV.(A/S) : GHLICIO JORGE SILVA FREIRE E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 649.593-8 (59)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : EI - 112044719 - JD
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - PAULA NELLY DIONIGI E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : PGE-SP - DENISE STAIBANO GONÇALVES MANSO
AGDO.(A/S) : J H F CAFÉ LTDA
ADV.(A/S) : MELISSA POTIENS MARTINS E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.323-0 (60)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 3744345200 - TJE
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - DANIEL SMOLENTZOV
AGDO.(A/S) : JUVIAL PARTICIPAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
ADV.(A/S) : ROBERTO ELIAS CURY E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.701-4 (61)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 3744345200 - TJE
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : JUVIAL PARTICIPAÇÃO E COMÉRCIO LTDA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ROBERTO ELIAS CURY E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - DANIEL SMOLENTZOV

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.793-6 (62)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : PROC - 200613605223 - TJE
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : UNIBANCO SEGUROS S/A
ADV.(A/S) : GLÓRIA MARIA DE LÓSSIO BRASIL E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ITAÚ SEGUROS S/A
ADV.(A/S) : RODRIGO CRUZ MONTENEGRO E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : VARIG S/A VIAÇÃO AÉREA RIO GRANDENSE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADV.(A/S) : ALEXANDRE BRANDÃO GOMES E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.825-1 (63)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : PROC - 200713603459 - TJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
AGTE.(S) : MÁRCIO LUCIANO CHAGAS
ADV.(A/S) : MÁRCIO CARLOS MENDES RAPOZO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : PGE-RJ - MARCELO ORTIGÃO B DE CARVALHO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.890-0 (64)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 200671630009758 - 1ª TRCJE/RS
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : REALDO PELESELLO
ADV.(A/S) : ITIBERÊ FRANCISCO NERY MACHADO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : LUIZ REIMER RODRIGUES RIEFFEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.892-4 (65)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : PROC - 200763060013382 - TRJEF
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : ANNA NOEL HEINHOLZ
ADV.(A/S) : JOÃO CARLOS DE LIMA JUNIOR E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : SALVADOR SALUSTIANO MARTIM JUNIOR

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.895-6 (66)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : APCRIM - 70010591105 - TJE
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AGDO.(A/S) : ADÃO SILVEIRA BASTOS
ADV.(A/S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.908-6 (67)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : ADI - 1262680100 - TJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
AGTE.(S) : CÂMARA MUNICIPAL DE JALES
ADV.(A/S) : JOÃO LUIZ DO SOCORRO LIMA
AGDO.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.911-1 (68)
PROCED. : BAHIA
ORIGEM : PROC - 1413482006 - TR.CÍVEL E CRIM
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S) : ANDRÉ CUNHA ORRICO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : CIRILO CONCEIÇÃO DO LAGO
ADV.(A/S) : MARIA JOSÉ DA SILVA OLIVEIRA

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.912-9 (69)
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
ORIGEM : APCRIM - 20060111473000000 - TJE
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : CARLOS ROBERTO DE SOUSA
ADV.(A/S) : LUIS CARLOS DOBES
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.913-6 (70)
PROCED. : MINAS GERAIS
ORIGEM : AC - 10024030244420001 - TJE
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : SNC INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA
ADV.(A/S) : VIVIANE ANGÉLICA FERREIRA ZICA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MUNICPIO DE BELO HORIZONTE
ADV.(A/S) : DIANA HELENA DE OLIVEIRA GUIMARÃES

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.914-3 (71)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AI - 200771950122300 - TRJEF/SJ/RS
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : FLORA LÚCIA DONDONI SONAGLIO
ADV.(A/S) : ITIBERÊ FRANCISCO NERY MACHADO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : AYRES LOURENÇO DE ALMEIDA FILHO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.917-5 (72)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70014282016 - TJE
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
AGTE.(S) : BANCO FINASA S/A
ADV.(A/S) : ZAIRO FRANCISCO CASTALDELLO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : VALMIR CLAUDINEI ROCHA PORTO
ADV.(A/S) : VENILDA TEREZINHA ROCHA PORTO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.918-2 (73)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 70015745268 - TJ/RS
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
AGTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : LORI FRIDA BORGES
ADV.(A/S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO
ADV.(A/S) : LISSANDRA VARELA

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.919-0 (74)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70007301906 - TJ/RS
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : GERSON MIGUEL SCHWENGBER
ADV.(A/S) : ANTENOR YUZO SATO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : AFONSO CARLOS BASTIAN
ADV.(A/S) : MIGUEL FRANCISCO RUWER

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.920-1 (75)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70010491017 - TJ/RS
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : ELGA TECHILDA FRAGA DE OLIVEIRA
ADV.(A/S) : LUCIANA FARIAS E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.923-2 (76)
PROCED. : SANTA CATARINA
ORIGEM : APCRIM - 20040190301 - TJE
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : JOSÉ ANTONIO KRUGER
ADV.(A/S) : ADALNO JOSÉ VIEIRA NETO
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.924-0 (77)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70015093628 - TJE
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S) : BANCO BRADESCO S/A
ADV.(A/S) : HENRIQUE DE PAULA MACHADO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS ZORZAN LTDA
ADV.(A/S) : RODRIGO DA SILVA BOLZANI E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.925-7 (78)
PROCED. : PARANÁ
ORIGEM : AC - 3214133 - TJ/PR
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
AGTE.(S) : JOSÉ CARLOS VIEIRA
ADV.(A/S) : ALEXANDER VIEIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE ARAPONGAS
ADV.(A/S) : GIOVANA GIOCONDO E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.926-4 (79)
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
ORIGEM : PROC - 969306 - COL.R.J.E.CV/ES
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
AGTE.(S) : COIMEX ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIO LTDA
ADV.(A/S) : BRUNO CÉSAR LIMONGE HORTA
AGDO.(A/S) : ÂNGELA REGINA RIBEIRO CHUQUER
ADV.(A/S) : JOÃO CEZAR SANDOVAL FILHO E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.927-1 (80)
PROCED. : SANTA CATARINA
ORIGEM : AC - 20060209400000200 - TJE
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : VERA CRUZ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
ADV.(A/S) : GERALDO BRUSCATO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MARIA DE LOURDES EMERIM MEDEIROS
ADV.(A/S) : CARLOS HENRIQUE SOARES DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.930-7 (81)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AIRR - 309200406702403 - TST
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, APART HOTÉIS, MOTÉIS, FLATS, PENSÕES, HOSPEDARIAS, POUSADAS, RESTAURANTES, CHURRASCARIAS, CANTINAS, PIZZARIAS, BARES, LANCHONETES, SORVETERIAS, CONFEITARIAS, DOCERIAS, BUFFETS, FAST-FOODS E ASSEMELHADOS DE SÃO PAULO E REGIÃO
ADV.(A/S) : RITA DE CÁSSIA BARBOSA LOPES E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : NNR COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
ADV.(A/S) : FLÁVIO LUÍS PETRI E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.932-1 (82)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 3866065000 - TJ/SP
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : LEÔNCIO & FILHOS LTDA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : LAERTE POLLI NETO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - AUREA LÚCIA ANTUNES SALVATORE S FREHSE

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.934-6 (83)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70016802191 - TJE
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADV.(A/S) : LORENZO LACERDA CAPELLI E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : LEOMAR EDSON DA SILVA MARTINS
ADV.(A/S) : NÁDIA MARIA KOCH ABDO E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.935-3 (84)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 200571630015298 - TRJEF
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : ATTILIO BENATTI
ADV.(A/S) : ITIBERÊ FRANCISCO NERY MACHADO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : AYRES LOURENÇO DE ALMEIDA FILHO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.936-1 (85)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 200671630003793 - TRJEF/SJ/RS
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : WALCIRA TEREZINHA SIGNOR STEFENON
ADV.(A/S) : JAIME CIPRIANI E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : MARCO ANTONIO SCHMITT

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.937-8 (86)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : PROC - 20067000545411 - CRJECCR/RJ
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S) : PRISCILA SANTOS COLOMER MORAGAS E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : LYGIA NUNES DE ALMEIDA
ADV.(A/S) : MARIA ELVIRA DE MAGALHÃES DORNA

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.939-2 (87)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 200671630026227 - TRJEF
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : ORESTES FRACALOSSI
ADV.(A/S) : ITIBERÊ FRANCISCO NERY MACHADO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : AYRES LOURENÇO DE ALMEIDA FILHO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.940-3 (88)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 199961000282944 - TRF
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : INSTITUTO DAS FILHAS DE SÃO JOSÉ
ADV.(A/S) : EDGARD MANSUR SALOMÃO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.941-1 (89)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AIRR - 2932200301602407 - TST
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : UNILEVER BRASIL LTDA
ADV.(A/S) : DANIEL DOMINGUES CHIODE E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : URSULINO SANTOS FILHO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : NATANAEL GUEDES NEVES E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : NADIR ANTÔNIO DA SILVA E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : RODOVIÁRIO MICHELON LTDA
ADV.(A/S) : JESSICA ANNE ERKERT

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.942-8 (90)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AI - 200500220837 - TJE
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : CARLOS EDUARDO LEAL DE CASTRO NUNES
AGDO.(A/S) : ROBERTO CARLOS FRANCISCO DA SILVA
ADV.(A/S) : ANDREZA DE FREITAS SILVEIRA E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.943-5 (91)
PROCED. : BAHIA
ORIGEM : AC - 2184922005 - TJE
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : COSTAL MÓVEIS LTDA
ADV.(A/S) : GILDÁSIO RODRIGUES ALVES
AGDO.(A/S) : MUNICÍPIO DO SALVADOR
ADV.(A/S) : LUCIANO CAMPOS DA SILVA

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.945-0 (92)
PROCED. : BAHIA
ORIGEM : AC - 749312004 - TJE
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
AGTE.(S) : ESTADO DA BAHIA
ADV.(A/S) : PGE-BA - MIGUEL CALMON DANTAS
AGDO.(A/S) : IVANETE GARCIA PASSOS
ADV.(A/S) : MARCONE SODRÉ MACEDO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.946-7 (93)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : ADI - 1322650700 - TJ/SP
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : CÂMARA MUNIPAL AMERICANA
ADV.(A/S) : BENEDITO GONÇALVES DA CUNHA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - REGINA MARIA RODRIGUES DA SILVA JACOVAZ

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.947-4 (94)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 5804805900 - TJ/SP
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : MARIA NEUZA DE SOUZA PEREIRA
AGDO.(A/S) : MARIA LÚCIA DE SOUZA (ASSISTIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.948-1 (95)
PROCED. : BAHIA
ORIGEM : MS - 1273422002 - TJE
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : ESTADO DA BAHIA
ADV.(A/S) : PGE-BA - ALEX SANTANA NEVES
AGDO.(A/S) : MARIA CONSUELO DE ALMEIDA SAMPAIO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : FRANCISCO JOSÉ PITANGA BASTOS

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.949-9 (96)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 165612000 - TJE
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : ANDRÉ LUIZ FARIA MIRANDA
AGDO.(A/S) : FREDERICO BRANDÃO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : PAULO HENRIQUE SILVEIRA FERNANDES NONATO E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.950-0 (97)
PROCED. : MINAS GERAIS
ORIGEM : AC - 10024039865704001 - TJ/MG
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : ESPÓLIO DE DÁRCIO GARDINI
ADV.(A/S) : GUSTAVO DE AGUIAR FERREIRA ALVES
AGDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
ADV.(A/S) : MARIA JOCÉLIA NOGUEIRA LIMA

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.951-7 (98)
PROCED. : PERNAMBUCO
ORIGEM : RESP - 880570 - STJ
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : ESTADO DE PERNAMBUCO
ADV.(A/S) : PGE-PE - DONIZETE APARECIDO GOMES DE OLIVEIRA
AGDO.(A/S) : LENIRA PEREIRA LAPA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ROSANE LAURENTINO ALVES PEREIRA E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.952-4 (99)
PROCED. : SANTA CATARINA
ORIGEM : RMS - 17389 - STJ
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : ESTADO DE SANTA CATARINA
ADV.(A/S) : PGE-SC - IVAN S. THIAGO DE CARVALHO
AGDO.(A/S) : MARIA APARECIDA RAMOS DA SILVA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : SEBASTIÃO DA SILVA PORTO E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.954-9 (100)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM : AC - 20040110529569 - TJE
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
AGTE.(S) : FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADV.(A/S) : RUI GUIMARÃES DE DAVID E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : JOSÉ MONTEIRO SOBRINHO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : DENISE ARANTES SANTOS VASCONCELOS E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.955-6 (101)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 200400113411 - TJE
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : FEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : WENCESLÁU PEREIRA DE ABREU FILHO
AGDO.(A/S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : PGE-RJ - MARCELO ORTIGAO B. DE CARVALHO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.957-1 (102)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM : AC - 20050110116658 - TJE
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
AGTE.(S) : CONCEIÇÃO BARBOSA SANTANA DA SILVA
ADV.(A/S) : JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S) : PGDF - VINÍCIUS SILVA PACHECO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.958-8 (103)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM : AC - 20040110502548 - TJE
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : HELENO MENDONÇA DOS REIS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ELISEU DANIEL TAVARES DA SILVA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : CONDOMÍNIO VILLAGES ALVORADA
ADV.(A/S) : SÉRGIO BASTOS BLANCO E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.959-5 (104)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 200500138492 - TJE
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - ASOEC
ADV.(A/S) : GABRIELA VITORIANO ROÇADAS PEREIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A
ADV.(A/S) : ALOISIO NEVES DE ANDRADE LEMES E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.960-6 (105)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : RESP - 491970 - STJ
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
AGTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGDO.(A/S) : COPAN - COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
ADV.(A/S) : JAIME ANTÔNIO MIOTTO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.961-3 (106)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 3565885200 - TJ/SP
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - GEORGIA TOLAINE MASSETTO TREVISAN
AGDO.(A/S) : ELISABETE SERENÁRIO BRAMBILLA
ADV.(A/S) : ORLANDO SOBOTTKA FILHO E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.962-1 (107)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : PROC - 200500147300 - TJ/RJ
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : LOURENÇO CAPOBIANCO
ADV.(A/S) : ROBSON REIS MAUTONI
AGDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE VALENÇA
ADV.(A/S) : ANTONIO SERGIO NEVES DE MEDEIROS

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.963-8 (108)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 200700100242 - TJ/RJ
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : JERONIMO JOAQUIM NEVES
ADV.(A/S) : IRAÇU ANTUNES DA ROCHA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : PGE-RJ - LUIZ GUILHERME DE OLIVEIRA MAIA CRUZ

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.964-5 (109)
PROCED. : SANTA CATARINA
ORIGEM : AMS - 20050000380 - TJE
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS DA REGIÃO DE VIDEIRA - SINTRAVIR
ADV.(A/S) : MARIA ZÉLIA DOS SANTOS PARENTE RICHI E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SANTA CATARINA
ADV.(A/S) : PGE-SC - ANA CLÁUDIA ALLET AGUIAR

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.965-2 (110)
PROCED. : SERGIPE
ORIGEM : AC - 20066209861 - TJE
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : ESTADO DE SERGIPE
ADV.(A/S) : PGE-SE - KÁTIA KELEN SOUSA DOS ANJOS
AGDO.(A/S) : CECILIANA MARIA DE AQUINO
ADV.(A/S) : HELOÍSA MARIA ALVES DE AQUINO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.966-0 (111)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AMS - 200551010043740 - TRF
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
AGTE.(S) : GODINHO E ASVOLINSQUE SERVIÇOS MÉDICOS S/C LTDA
ADV.(A/S) : SERGIO LUIZ MADDALENA DOURADO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.967-7 (112)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 200671630023779 - TRJEF
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : LUIZ MARIO DOLFINI
ADV.(A/S) : ITIBERÊ FRANCISCO NERY MACHADO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : AYRES LOURENÇO DE ALMEIDA FILHO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.968-4 (113)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : PROC - 20077000191070 - TR.CÍVEL E CRIM
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO LTDA
ADV.(A/S) : ÍVINA DE TOLEDO PIZA COELHO
AGDO.(A/S) : ELINE SERRA ABREU
ADV.(A/S) : ORLANDO CEZAR FURTADO CONSTANTINO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.969-1 (114)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 200671630027487 - TRJEF
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : VOLFANGO BETTIOL
ADV.(A/S) : ITIBERÊ FRANCISCO NERY MACHADO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : AYRES LOURENÇO DE ALMEIDA FILHO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.970-2 (115)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : PROC - 20077000034959 - TR.CÍVEL E CRIM
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A
ADV.(A/S) : GABRIELA DE LIMA NETTO TORRES E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ELIZABETH DE OLIVEIRA COSTA
ADV.(A/S) : LUCIANA CARREIRA E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.971-0 (116)
PROCED. : RORAIMA
ORIGEM : RESP - 629456 - STJ
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
AGTE.(S) : ESTADO DE RORAIMA
ADV.(A/S) : PGE-RR - THICIANE GUANABARA SOUZA
AGDO.(A/S) : ARNALDO JOSÉ FERREIRA
ADV.(A/S) : ALEXANDRE CESAR DANTAS SOCCORRO E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.972-7 (117)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 200571630013514 - TRJEF/SJ/RS
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : ALFREDO ANGELO FITARELLI
ADV.(A/S) : MIGUEL GELMINI E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : AYRES LOURENÇO DE ALMEIDA FILHO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.973-4 (118)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : PROC - 20067000613751 - TRCJE
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : WILSON GOMES DE SOUZA
ADV.(A/S) : DPE-RJ - MARILZA CORONHA PINHEIRO
ADV.(A/S) : DPE-RJ - VERA REGINA CHARBEL TERRA MEIRELES
ADV.(A/S) : DPE-RJ - MARIA ELIANE DOS SANTOS RIBEIRO
AGDO.(A/S) : ADMINISTRADORA MASSET LTDA
ADV.(A/S) : AUGUSTO ALVES MOREIRA

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.974-1 (119)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM : AC - 20050110415154 - TJE
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : IRENE MOREIRA DAMASCENO DE ASSIS
ADV.(A/S) : ROBERTO GOMES FERREIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S) : PGDF - MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.975-9 (120)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 200500152857 - TJ/RJ
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : MUNICÍPIO DE RESENDE
ADV.(A/S) : CARLOS FELIPE BRUNO
AGDO.(A/S) : ODETE DO CARMO FELIPE E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.976-6 (121)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 200671630010499 - TRJEF/SJ/RS
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
AGTE.(S) : IRACEMA ZANIOL
ADV.(A/S) : ITIBERÊ FRANCISCO NERY MACHADO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : AYRES LOURENÇO DE ALMEIDA FILHO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.977-3 (122)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 1264804 - TJE
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA
ADV.(A/S) : SÉLEO DE ANDRADE BARBOSA PAIVA
AGDO.(A/S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : PGE-RJ - PATRÍCIA CLÁUDIA DAMOUS DE MORAES

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.978-1 (123)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 2070975900 - TJE
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - CARLOS ALBERTO LORENZETTI BUENO
AGDO.(A/S) : MARCOS BATALHA
ADV.(A/S) : NELSON PEREIRA DE PAULA FILHO E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.981-6 (124)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 200600135062 - TJE
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : PGE-RJ - REINALDO FREDERICO AFONSO SILVEIRA
AGDO.(A/S) : OTACINO SILVA DOS SANTOS
ADV.(A/S) : ROSEMARY NASCIMENTO ROSA E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.982-3 (125)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : PROC - 20067000512843 - CRJE CIV-CRIM.RJ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADV.(A/S) : CARLOS FREDERICO L TERRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : NETSTARTEC INFORMÁTICA LTDA
ADV.(A/S) : FLÁVIO CALLADO DE CARVALHO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ENY LEA GASS
ADV.(A/S) : SHARON DE MIRANDA GEPP E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.983-1 (126)
PROCED. : BAHIA
ORIGEM : AC - 145862005 - TJ/BA
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA BAHIA
ADV.(A/S) : KÁTIA LÍLIAN PALMA BARBOSA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE SALVADOR
ADV.(A/S) : GIOCONNDA LADEIA

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.984-8 (127)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 200671630027463 - TRJEF/SJ/RS
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
AGTE.(S) : DELVIO GIUSTI
ADV.(A/S) : ITIBERÊ FRANCISCO NERY MACHADO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : AYRES LOURENÇO DE ALMEIDA FILHO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.985-5 (128)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 70015783756 - TJE
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MILENE AZAMBUJA RIBEIRO
ADV.(A/S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.986-2 (129)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 200300107061 - TJE
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : CLAUDIA BRAGA DE LAFONTE BULCÃO
AGDO.(A/S) : JOSÉ FERNANDO FERRADOSA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : PAULO HENRIQUE BARROS BERGQVIST E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.987-0 (130)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AMS - 200161000287161 - TRF
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
AGTE.(S) : SOCIEDADE EDUCACIONAL DOZE DE OUTUBRO LTDA
ADV.(A/S) : LUIZ EDUARDO PINTO RIÇA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGDO.(A/S) : SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC
ADV.(A/S) : TITO HESKETH E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC
ADV.(A/S) : ROBERTO MOREIRA DA SILVA LIMA E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.988-7 (131)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 200600129792 - TJ/RJ
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
AGTE.(S) : MARIA DE LOURDES AQUINO SOUZA
ADV.(A/S) : ROSANA FERREIRA DE MATTOS BAPTISTA
AGDO.(A/S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : PGE-RJ - DAVI MARQUES DA SILVA

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.989-4 (132)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70017363425 - TJE
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : SIRIO JOÃO ROCKENBACH
ADV.(A/S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGDO.(A/S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.990-5 (133)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 200400122617 - TJ/RJ
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
AGTE.(S) : MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : CLAUDIA BRAGA DE LAFONTE BULCÃO
AGDO.(A/S) : AFONSO PARAMES FORTES E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : DAYSE FARID ABRAHIM E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.991-2 (134)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70016571036 - TJE
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
AGTE.(S) : GUSTAVO LANGARO
ADV.(A/S) : PAULO JOSÉ CRAVO SOSTER E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO
ADV.(A/S) : FRANCINE BATISTELLA FIALHO E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.992-0 (135)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 200203990229215 - TRF
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
AGTE.(S) : BANCO ABN AMRO S/A
ADV.(A/S) : PABLO XAVIER DE MORAES BICCA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.993-7 (136)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70014049837 - TJE
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : FERNANDA VIDAL FEHSE
AGDO.(A/S) : JOÃO VALTENIR DORNELES DA SILVA
ADV.(A/S) : CLARA HAAR CORDEIRO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.994-4 (137)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 3685755600 - TJE
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - CRISTINA MENDES HANG
AGDO.(A/S) : SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC
ADV.(A/S) : ANDREZA PASTORE E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.995-1 (138)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 200471950212920 - TRJEF/SJ/RS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : EDUARDO DE MOURA MENUZZI
AGDO.(A/S) : ANNA DORNELES
ADV.(A/S) : ROGÉRIO DE BORTOLI KELLER E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.996-9 (139)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM : AC - 20050110407100 - TJE
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : ODETE PEREIRA DARIS CORDEIRO
ADV.(A/S) : ROBERTO GOMES FERREIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S) : PGDF - FABIANO OLIVEIRA MASCARENHAS

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.998-3 (140)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 200571950077916 - TRJEF/SJ/RS
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
AGTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : EDUARDO DE MOURA MENUZZI
AGDO.(A/S) : ELLENITA BAUER
ADV.(A/S) : ALCEU ALVES E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 683.999-1 (141)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 218982006 - TJ/RJ
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
AGTE.(S) : THEREZINHA RIBEIRO LOPES
ADV.(A/S) : MARCOS RIBEIRO LOPES
AGDO.(A/S) : CENTRO DE LAZER COMUNITÁRIO POUSADAS DO ENGENHO
ADV.(A/S) : LUIZ ANSELMO NASCIMENTO DOS SANTOS

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.000-3 (142)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : PROC - 20077000070320 - TR.CÍVEL E CRIM
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : MOTO HONDA DA AMAZÔNIA LTDA
ADV.(A/S) : MARCELO MIGUEL ALVIM COELHO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : LUIZ FERNANDO ROSAS DE SIQUEIRA
ADV.(A/S) : MARONIL DE SOUZA CAMARGO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.001-1 (143)
PROCED. : PARANÁ
ORIGEM : AI - 813202 - STJ
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
AGTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : JOSÉ DOS SANTOS SILVA

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.002-8 (144)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70018352468 - TJE
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MARIA AMATRAIM VIDAL COUTINHO
ADV.(A/S) : DANIEL FERNANDO NARDÃO E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.004-2 (145)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70014602775 - TJE
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP
ADV.(A/S) : WILLIAN MARCONDES SANTANA
ADV.(A/S) : RENATO DEGANI LAU E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MARIA SOLANGE KUNZ SAENGER
ADV.(A/S) : LUIS ALEXANDRE COELHO DE BARROS E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.005-0 (146)
PROCED. : GOIÁS
ORIGEM : RO - 2408200608118006 - TRT
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : JOSÉ JERONIMO MARQUES
ADV.(A/S) : RUY CORDEIRO GUERRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA
ADV.(A/S) : ANA PAULA VEIGA SILVA MACHADO E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.006-7 (147)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 5676855900 - TJE
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - NORBERTO OYA
AGDO.(A/S) : JOSÉ MARTINS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : FUAD SILVEIRA MADANI E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.007-4 (148)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : PROC - 200503000853843 - TRF
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : VITALE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
ADV.(A/S) : MÁRCIA REGINA NIGRO CORRÊA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.008-1 (149)
PROCED. : PARANÁ
ORIGEM : AI - 701240 - STJ
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : JOSÉ BURDELA FIATKOSKI
ADV.(A/S) : LAERCIO BENEDITO LEVANDOSKI

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.009-9 (150)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70014172829 - TJ/RS
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
AGTE.(S) : NEUSA GORETE SILVEIRA DA SILVA
ADV.(A/S) : TELMO RICARDO SCHORR E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.010-0 (151)
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
ORIGEM : PROC - 20050136812000100 - TJE
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
AGTE.(S) : PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS
ADV.(A/S) : ANA BEATRIZ FERREIRA REBELLO PRESGRAVE E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ADV.(A/S) : PGE-MS - THAIS GASPAR

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.012-4 (152)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 5387835900 - TJE
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - SANDRA REGINA DE SOUZA L DIAS
AGDO.(A/S) : CIRO GOMES E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : CARLOS EDUARDO CAVALLARO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.013-1 (153)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AI - 70016720096 - TJE
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ÁUREA TERESINHA DIAS DE SOUZA
ADV.(A/S) : MARLI BALCHUM

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.014-9 (154)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 2914315400 - TJE
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S) : FÁBRICA DE PAPEL E PAPELÃO NOSSA SENHORA DA PENHA S/A
ADV.(A/S) : JOSÉ PAULO DE CASTRO EMSENHUBER E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - J. BUSHATSKY

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.015-6 (155)
PROCED. : SANTA CATARINA
ORIGEM : AC - 20040194293000301 - TJE
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
AGTE.(S) : ALINE RODRIGUES DA SILVA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : AMAURI JOÃO FERREIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
ADV.(A/S) : AMARILDO VEDANA E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.016-3 (156)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 200671630030530 - TRJEF/SJ/RS
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : GINA MAGDALENA COLUSSI FEDRIGO
ADV.(A/S) : JAIME CIPRIANI E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : MARCO ANTONIO SHMITT

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.018-8 (157)
PROCED. : MINAS GERAIS
ORIGEM : ERR - 1200200102603005 - TST
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : TEKSID DO BRASIL LTDA
ADV.(A/S) : JOSÉ MARIA DE SOUZA ANDRADE E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : HEVANDO GOMES DE AMORIM
ADV.(A/S) : WILLIAM JOSÉ MENDES DE SOUZA FONTES E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.019-5 (158)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 200600164949 - TJ/RJ
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : BANCO BMC S/A
ADV.(A/S) : ROBSON COSTA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ROSA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO
ADV.(A/S) : MARCOS NASSEH TABET E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.020-6 (159)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 1712400 - TJE
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : SINDICATO DAS EMPRESAS EXIBIDORAS CINEMATOGRÁFICAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : MOACYR LAMHA FILHO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS TEATRAIS E CINEMATOGRÁFICAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.021-3 (160)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 70017200031 - TJE
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : DIFERENCIAL AGRÍCOLA LTDA
ADV.(A/S) : FERNANDA NEDEL SCALZILLI E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ANTONIO CARLOS ALBUQUERQUE PY
ADV.(A/S) : JARBAS CASTELO BRANCO SANTOS E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.022-1 (161)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 1170055000 - TJE
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : ROBERTO CAMARGO GUEDES
ADV.(A/S) : JOÃO ANÍZIO DE ALMEIDA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - LILIANE K. ITO ISHIKAWA

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.024-5 (162)
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
ORIGEM : AC - 200718102487 - 3ªTRMJECC
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S) : BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADV.(A/S) : MARCO ANDRÉ HONDA FLORES E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : HOSANA DE LOURDES LIMA MALUF
ADV.(A/S) : ARION LEMOS PRESTES

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.025-2 (163)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 70018244996 - TJE
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM
AGDO.(A/S) : LISIANE DA SILVEIRA CERETA
ADV.(A/S) : CINTIA BAPTISTA DOS SANTOS E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.026-0 (164)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 200551010115312 - TRF
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : ITACAN REFRIGERANTES LTDA
ADV.(A/S) : LOURDES HELENA MOREIRA DE CARVALHO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.027-7 (165)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70000405985 - TJ/RS
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MASSA FALIDA DE PLANTA COMERCIAL INDUSTRIAL AGROPECUÁRIA LTDA
ADV.(A/S) : HÉLIO SELBACH DA ROCHA E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.028-4 (166)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM : AC - 20050110535887 - TJ/DF
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : LINDOIA DA SILVA PACHECO
ADV.(A/S) : ROBERTO GOMES FERREIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S) : PGDF - RODRIGO ALVES CHAVES

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.029-1 (167)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 2520965900 - TJE
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S) : TOSHIYO KARIYA
ADV.(A/S) : MARIA CRISTINA LAPENTA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - CÉLIA MARIZA DE OLIVEIRA WALVIS

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.030-2 (168)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 70017933300 - TJE
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL
ADV.(A/S) : GLADIMIR CHIELE E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : DENISE CARDOSO POSSATI
ADV.(A/S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.031-0 (169)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70011658168 - TJE
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADV.(A/S) : MÁRCIO BURIN E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : VITÓRIO KRAMPE
ADV.(A/S) : SEBASTIÃO VENTURA PEREIRA DA PAIXÃO JÚNIOR E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.032-7 (170)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 200600169440 - TJE
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : DIRCEU ALVES DE ALMEIDA
ADV.(A/S) : ALESSANDRA JUNQUEIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : PGE-RJ - REINALDO FREDERICO AFONSO SILVEIRA

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.033-4 (171)
PROCED. : TOCANTINS
ORIGEM : AC - 456204 - TJE
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : ESTADO DO TOCATINS
ADV.(A/S) : PGE-TO - MARCO PAIVA OLIVEIRA
AGDO.(A/S) : OSVALDO LUIZ DE AQUINO RAIMUNDO
ADV.(A/S) : LUIZ TADEU GUARDIERO AZEVEDO E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.034-1 (172)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70016264756 - TJE
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : RENATA PEREIRA ZANARDI
ADV.(A/S) : CLEVERSON TÓRGO ZANARDI
AGDO.(A/S) : ITAUCARD FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADV.(A/S) : CARLOS EDUARDO DOMINGUEZ QUINTO E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.035-9 (173)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70018927129 - TJE
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MARIA DULCE MONTEIRO BRANDI
ADV.(A/S) : TELMO RICARDO SCHORR E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.037-3 (174)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70011867215 - TJ/RS
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : SIMÃO AIRES PARADA
ADV.(A/S) : ANDRÉ SANTOS CHAVES E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.038-1 (175)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70008286650 - TJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
AGTE.(S) : BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A
ADV.(A/S) : EDUARDO MACHADO DE ASSIS BERNI E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : VERA BEATRIZ TELICHEVESKY E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : FLÁDIO RAMALHO MENDES E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.039-8 (176)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : PROC - 20077000146014 - TR.CÍVEL E CRIM
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
AGTE.(S) : BANCO MORADA S/A
ADV.(A/S) : RICARDO SPITZ ALHEIRO DA SILVA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : SIDNEY BRAGA DA SILVA
ADV.(A/S) : ROBERTO DE SOUZA CARDOSO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.040-9 (177)
PROCED. : SANTA CATARINA
ORIGEM : AMS - 20060484871 - TJE
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC
ADV.(A/S) : RODRIGO OTÁVIO SPIRANDELLI E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : AIDA NARDI DE SOUZA MENESES E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : CRISTIANO DA SILVA SILVESTRE E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.041-6 (178)
PROCED. : MINAS GERAIS
ORIGEM : EEDRR - 813627200012 - TST
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : FUNDAÇÃO FORLUMINAS DE SEGURIDADE SOCIAL - FORLUZ
ADV.(A/S) : VICTOR RUSSOMANO JUNIOR E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : GERALDO BATISTA DE OLIVEIRA
ADV.(A/S) : FREDERICO GARCIA GUIMARÃES E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.042-3 (179)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM : AC - 20050110204208 - TJE
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
AGTE.(S) : EDITE FERREIRA DE FARIA MENDES
ADV.(A/S) : ROBERTO GOMES FERREIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S) : PGDF - MARIA BEATRIZ BROWN RODRIGUES

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.043-1 (180)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 2850795800 - TJE
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - MARIA IZABEL ALVES DE ANDRÉ
AGDO.(A/S) : MASSA FALIDA DE CONTRAP CONTROLE E APLICAÇÕES S/A
ADV.(A/S) : JOÃO BATISTA VERNALHA

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.044-8 (181)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM : AC - 20050110892912 - TJE
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : COOPERATIVA HABITACIONAL DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL LTDA - COOPERCEF
ADV.(A/S) : LUCIANA FERREIRA GONÇALVES E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : RAIMUNDO FERREIRA DOS SANTOS
ADV.(A/S) : DIVINO CAVALHEIRO LEITE

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.045-5 (182)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM : AC - 20050110120169 - TJE
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
AGTE.(S) : EDENI SOARES DE SALES
ADV.(A/S) : ROBERTO GOMES FERREIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S) : PGDF - ADEMIR MARCOS AFONSO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.049-4 (183)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : EIAC - 70009667114 - TJE
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A
ADV.(A/S) : SIMONE GONZALEZ MACEDO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : LEONARDO VITOLA
ADV.(A/S) : EDEMAR BRAGA PRESTES JÚNIOR
INTDO.(A/S) : COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE PORTO ALEGRE/RS
ADV.(A/S) : WANDER RAMAGE E OUTRO(A/S)
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.052-0 (184)
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
ORIGEM : PROC - 843106 - COL.R.J.E.CV/ES
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S) : FELYPE DE JESUS MEIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : CÉLIA MARIA REGO DE SOUZA
ADV.(A/S) : ADÃO CARLOS PEREIRA PINTO E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.053-7 (185)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM : AC - 20050110114402 - TJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
AGTE.(S) : EVANDRO ASSUNÇÃO
ADV.(A/S) : ROBERTO GOMES FERREIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S) : PGDF - LUÍS FERNANDO BELÉM PERES

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.054-4 (186)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : PROC - 20077000160072 - TRCJE
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : REAL SEGUROS S/A
ADV.(A/S) : MARCELO MARTINS TELLES RIBEIRO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : RODRIGO DE LIMA CASAES
AGDO.(A/S) : GEOVANE CHAVES DA SILVA
ADV.(A/S) : MARCELO DE MACEDO MARMELO E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.055-1 (187)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : PROC - 20077000026896 - TRCJE
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
AGTE.(S) : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S) : RODRIGO LIMA PESSÔA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : PAULO ELÍSIO DE SOUZA
AGDO.(A/S) : INÊS MARIA LEVY
ADV.(A/S) : DPE-RJ - MARIA ELAINE DOS SANTOS RIBEIRO
ADV.(A/S) : DPE-RJ - MARILZA CORONHA PINHEIRO
ADV.(A/S) : DPE-RJ - VERA REGINA CHARBEL TERRA MEIRELES

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.056-9 (188)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : RESP - 863600 - STJ
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGDO.(A/S) : INSTRUTHERM INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO LTDA
ADV.(A/S) : SILVIO ALVES CORREA E OUTRO(A/S)
INTDO. : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.059-1 (189)
PROCED. : BAHIA
ORIGEM : RESP - 841269 - STJ
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGDO.(A/S) : TAPEÇARIA GLOBO LTDA
ADV.(A/S) : EDGAR SILVA NETO E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.060-1 (190)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : PROC - 20077000103003 - TRCJE
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S) : RODRIGO LIMA PESSÔA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MARIA LUIZA SIMONE LEMOS
ADV.(A/S) : JOSÉ GUILHERME SOUTO PEREIRA E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.061-9 (191)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AR - 70017693276 - TJE
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : VERA LUCIA DA ROSA CARRET E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : LEANDRO SALES RODRIGUES E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.062-6 (192)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AI - 143502004 - TJE
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : WANDERSON AMARAL VILELA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : VÂNIA SOARES DA CUNHA RIBEIRO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A
ADV.(A/S) : RENATO ALVES VASCO PEREIRA E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.063-3 (193)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70001507029 - TJE
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S) : BANCO DIBENS S/A
ADV.(A/S) : ROBERTO LOPES DA SILVA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : LUIZ CARLOS BRUM
ADV.(A/S) : JAQUELINE DA ROSA GARCEZ SILVA E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.064-1 (194)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 599463643 - TJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
AGTE.(S) : BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADV.(A/S) : SIRLEI MARIA RAMA VIEIRA SILVEIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : RUTH DE AZAMBUJA BORGES E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : LUIZ CARLOS FINK

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.066-5 (195)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 200300123795 - TJE
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : LÊO BOSCO GRIGGI PEDROSA
AGDO.(A/S) : TERRENOS E CONSTRUÇÕES HUMAITÁ LTDA
ADV.(A/S) : ROMULO CAVALCANTE MOTA E OUTRO(A/S)
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.068-0 (196)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 3888235500 - TJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
AGTE.(S) : FUPRESA S/A
ADV.(A/S) : SANDRA MARA LOPOMO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - LYGIA HELENA CARRAMENHA BRUCE

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.069-7 (197)
PROCED. : BAHIA
ORIGEM : AC - 4079922005 - TJE
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : ESTADO DA BAHIA
ADV.(A/S) : PGE-BA - ADRIANA MEYER BARBUDA GRADIN
AGDO.(A/S) : OLÍVIA MARTA EVANGELISTA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : FABIANO FERNANDES

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.070-8 (198)
PROCED. : BAHIA
ORIGEM : AC - 644502006 - TJE
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S) : ESTADO DA BAHIA
ADV.(A/S) : PGE-BA - LUIZ VIANA QUEIROZ
AGDO.(A/S) : JOSUÉ ALVES BRANDÃO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ROBERTO DE OLIVEIRA ARANHA

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.071-5 (199)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : RESP - 875854 - STJ
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
AGTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGDO.(A/S) : IRMÃOS ISHIMOTO LTDA
ADV.(A/S) : WALLACE JORGE ATTIE E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.073-0 (200)
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
ORIGEM : PROC - 200618111824 - 2ªTRMJEC-CRIM/MS
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADV.(A/S) : ALESSANDRO TORRES DATTE E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : VANDERLAN DA SILVA QUEIROZ JUNIOR
ADV.(A/S) : ELVISLEY SILVEIRA DE QUEIROZ

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.074-7 (201)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 200600135516 - TJE
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
AGTE.(S) : MARIO DUARTE E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ROSEMARY NASCIMENTO ROSA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : PGE-RJ - ALINE TORRES FILIPPO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.076-1 (202)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM : AC - 20050110575288 - TJE
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : ALICE AMÁLIA DOURADO MONIZ DE ARAGÃO
ADV.(A/S) : ROBERTO GOMES FERREIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S) : PGDF - TATIANA BARBOSA DUARTE

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.077-9 (203)
PROCED. : BAHIA
ORIGEM : AI - 416832003 - TJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
AGTE.(S) : CARLOS IVAN PEREIRA TAPIOCA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : RÔMOLO DIAS COSTA NETO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : BANCO BRADESCO S/A
ADV.(A/S) : FRANCISCO SALES DE MAGALHÃES E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.079-3 (204)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AMS - 200151010215301 - TRF
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : ÓTICAS DO POVO LTDA
ADV.(A/S) : PEDRO SOLIA PAMPLONA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.081-1 (205)
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
ORIGEM : AC - 200618101497 - TR.CÍVEL E CRIM
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
AGTE.(S) : BANCO PINE S/A
ADV.(A/S) : SORAIA KESROUANI E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ANTONIO CESAR MOREIRA DE OLIVEIRA
ADV.(A/S) : JADER EVARISTO TONELLI PEIXER

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.083-6 (206)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 70015763196 - TJE
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MARIA DA GLÓRIA FERREIRA
ADV.(A/S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.084-3 (207)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM : AC - 20050110333906 - TJE
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
AGTE.(S) : ESTER DE ARAUJO SANTOS PIMENTEL
ADV.(A/S) : ROBERTO GOMES FERREIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S) : PGDF - GABRIELA FREIRE DE ARRUDA

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.085-1 (208)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : RESP - 739810 - STJ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : ELLY BERTI E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : LUCIANA MARTINS BARBOSA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.086-8 (209)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AMS - 200561149001902 - TRF
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S) : TECNOCOMP TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA
ADV.(A/S) : VANESSA TONHETTI DE PAULA LIMA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.087-5 (210)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AI - 70013822077 - TJE
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S) : COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE
ADV.(A/S) : IURE CASAGRANDE DE LISBOA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : LEANDRO GUSTAVO KNUTH
ADV.(A/S) : MARISTELA FEKSA NEUENFELDT E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.089-0 (211)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70014716088 - TJE
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS
ADV.(A/S) : MARCELO CARDOSO TRINDADE
AGDO.(A/S) : ROSÂNGELA NODARI
ADV.(A/S) : JOSÉ ORLANDO SCHAFER E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.090-1 (212)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70018527226 - TJE
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : IARA PEREIRA GOMES
ADV.(A/S) : TELMO RICARDO SCHORR E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.091-8 (213)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 200671630027931 - TRJEF/SJ/RS
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : NELSON LONGO
ADV.(A/S) : JAIME CIPRIANI E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : AYRES LOURENÇO DE ALMEIDA FILHO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.092-5 (214)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70016099897 - TJE
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MARIA OLIVIA PEREIRA
ADV.(A/S) : NEIDE REJANE GREGOIRE GULARTE E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.093-2 (215)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 200671630030516 - TRJEF/SJ/RS
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : MARIA DE LURDES PELLEGRINI MARCON
ADV.(A/S) : JAIME CIPRIANE E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : AYRES LOURENÇO DE ALMEIDA FILHO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.094-0 (216)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70016059099 - TJE
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MARIA BRIGIDA GONÇALVES MARTINS
ADV.(A/S) : ARLEY BARRIOS PEREZ E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.095-7 (217)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 70018320739 - TJE
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ELCI ALVES DA ROCHA
ADV.(A/S) : TELMO RICARDO ABRAHÃO SCHORR E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.096-4 (218)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 200671630028522 - TRJEF
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : DORVALINO MARIN
ADV.(A/S) : ITIBERÊ F N MACHADO
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : MARCO ANTONIO SCHMITT

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.097-1 (219)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 1209630000 - TJE
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MARCO ANTÔNIO MIRANDA DA COSTA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : LUCAS CARDOSO DA SILVA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ADRIANA CLAUDIA BERNINI

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.099-6 (220)
PROCED. : BAHIA
ORIGEM : PROC - 6546202006 - TR.CÍVEL E CRIM
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S) : ANDRÉA MAIANA SILVA DE ASSIS E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MÁRIO CÉSAR URPIA DE OLIVEIRA
ADV.(A/S) : MARCIO FRED ROCHA ANDRADE

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.100-9 (221)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 200571630012650 - TRJEF/SJ/RS
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
AGTE.(S) : JOÃO FRANCISCO RIBEIRO LEMOS
ADV.(A/S) : JAIME CIPRIANI E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : AYRES LOURENÇO DE ALMEIDA FILHO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.101-6 (222)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : APCRIM - 20057000579340 - TR.CÍVEL E CRIM
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : EDUARDO BANKS DOS SANTOS PINHEIRO
ADV.(A/S) : MÁRIO BARBOSA VILLAS BOAS E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ALFREDO JULIO PIEDADE MORAES CARNEIRO COSTA
ADV.(A/S) : RICARDO BENATHAR

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.102-3 (223)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : IE - 122250000 - TJE
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ
ADV.(A/S) : DULCE BEZERRA DE LIMA
AGDO.(A/S) : ALTAIR BENA CRUZ
ADV.(A/S) : CELSO DE MOURA E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.104-8 (224)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 200671630002120 - TRJEF
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
AGTE.(S) : ORIDES DALL AGNOL
ADV.(A/S) : ITIBERÊ F N MACHADO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : EDUARDO DE MOURA MENUZZI

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.105-5 (225)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 200002010016668 - TRF
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
AGTE.(S) : PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA
ADV.(A/S) : JOSÉ OSWALDO CORRÊA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.107-0 (226)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM : AI - 798689 - STJ
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : MANOEL DIONÍSIO DOS SANTOS
ADV.(A/S) : JAIRO ANDRADE DE MIRANDA
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : ANA LÚCIA DE FÁTIMA BASTOS ESTEVÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.108-7 (227)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : PROC - 20077000018851 - TRCJE
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : RENATA DE SOUZA MESQUITA GOMES
ADV.(A/S) : JOSÉ RICARDO PEREIRA RIBEIRO
AGDO.(A/S) : ELIZABETH PAIVA DOS SANTOS
ADV.(A/S) : FERNANDA MARIA LYRA DE LEMOS

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.109-4 (228)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM : AC - 20050110281047 - TJE
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : MARIA DAS GRAÇAS SANTANA LACERDA
ADV.(A/S) : ROBERTO GOMES FERREIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S) : PGDF - JOSÉ CARLOS ALVES DE OLIVEIRA

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.110-5 (229)
PROCED. : SANTA CATARINA
ORIGEM : AMS - 20060047570000100 - TJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
AGTE.(S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC
ADV.(A/S) : RENATA BENEDET E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : JORDAN FABRÍCIO MARTINS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : CARLOS EDUARDO TRAUER E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.111-2 (230)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70014943880 - TJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
AGTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : FERNANDA VIDAL FEHSE
AGDO.(A/S) : ILDO ECCKER
ADV.(A/S) : JANETE CLAIR MEZZOMO ZONATTO E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.112-0 (231)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM : AC - 20050110281369 - TJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
AGTE.(S) : FLÁVIO RUBENS MACHADO
ADV.(A/S) : ROBERTO GOMES FERREIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S) : PGDF - MARIA BEATRIZ BROWN RODRIGUES

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.113-7 (232)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AMS - 200261000127496 - TRF
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : ROGÉRIO GIORGI PAGLIARI
ADV.(A/S) : MARCELO DE CARVALHO RODRIGUES E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.114-4 (233)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 200671630007830 - TRJEF
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
AGTE.(S) : AZIR ANTÔNIO VOLPATTO
ADV.(A/S) : ITIBERÊ FRANCISCO NERY MACHADO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : MARCO ANTONIO SCHMITT

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.115-1 (234)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 200671630016301 - TRJEF/SJ/RS
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
AGTE.(S) : MARLENE MAGDALENA MELATTI BENEDETTI
ADV.(A/S) : ITIBERÊ FRANCISCO NERY MACHADO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : AYRES LOURENÇO DE ALMEIDA FILHO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.116-9 (235)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 200500104505 - TJE
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : NERÊO CARDOSO DE MATOS JUNIOR
AGDO.(A/S) : GUSTAVO DA SILVA JULIANI
ADV.(A/S) : JOÃO BENJAMIM DA SILVA

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.117-6 (236)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM : AC - 20050110059919 - TJE
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : MARLY SANTANA BRAGA CORDEIRO
ADV.(A/S) : ROBERTO GOMES FERREIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S) : PGDF - FABIANO OLIVEIRA MASCARENHAS

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.120-1 (237)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 200600148249 - TJE
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S) : WILSON OTÁVIO VIEIRA
ADV.(A/S) : NEIDE MACIEL CORDEIRO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : PGE-RJ - CARLOS EDISON DO R MONTEIRO FILHO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.122-6 (238)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 2599005000 - TJE
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
AGTE.(S) : BETONIT ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADV.(A/S) : JOÃO CARLOS DE LIMA JUNIOR E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - GEORGIA GRIMALDI DE SOUZA BONFÁ

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.123-3 (239)
PROCED. : PERNAMBUCO
ORIGEM : AMS - 200283000009334 - TRF
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGDO.(A/S) : FIABESA - FIAÇÃO ÁGUAS BELAS S/A
ADV.(A/S) : JOSÉ AUGUSTO LIMA NETO JÚNIOR E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.125-8 (240)
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
ORIGEM : PROC - 20050152335 - TJE
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : MUNICÍPIO DE FIGUEIRÃO
ADV.(A/S) : GUSTAVO MARQUES FERREIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE CAMAPUÃ
ADV.(A/S) : DAYANE LESCANO DE REZENDE E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.127-2 (241)
PROCED. : PARANÁ
ORIGEM : AI - 694075 - STJ
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : EUGÊNIA GENOVEVA HINKA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : CHRISTIANE APARECIDA R ROCHA LEVANDOSKI E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.128-0 (242)
PROCED. : PARAÍBA
ORIGEM : AMS - 9805288455 - TRF
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
AGTE.(S) : UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S) : MARCOS DE OLIVEIRA CHAVES E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : JOSÉ RAMOS DA SILVA E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.129-7 (243)
PROCED. : RIO GRANDE DO NORTE
ORIGEM : AC - 200005000256094 - TRF
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGDO.(A/S) : ARIANE GALVÃO DUARTE E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MARIA VENUS PINHEIRO E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.131-5 (244)
PROCED. : PARAÍBA
ORIGEM : AC - 200405990012331 - TRF
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGDO.(A/S) : MANOEL PEREIRA DO NASCIMENTO (ME)
ADV.(A/S) : JOAQUIM CAVALCANTE DE ALENCAR E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.132-2 (245)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70010759579 - TJE
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : BANCO BRADESCO S/A
ADV.(A/S) : ANDRÉA LOLLI E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ROSELI FÁTIMA DECKE DE MOURA

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.134-7 (246)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 200451010164756 - TRF
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
AGTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S) : NILTON GONÇALVES DA SILVA
ADV.(A/S) : JORGE BLOISE E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.135-4 (247)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : RESP - 840962 - STJ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGDO.(A/S) : RIPLAST ARTEFATOS DE PLÁSTICOS E METAIS LTDA
ADV.(A/S) : MARIANA FIGUEIRA MATARAZZO
ADV.(A/S) : RICARDO GOMES LOURENÇO E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.136-1 (248)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 200551010004241 - TRF
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
AGTE.(S) : IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DE MONTE ALTO
ADV.(A/S) : AUREANE RODRIGUES DA SILVA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : DAGOBERTO JOSÉ STEINMEYER LIMA
AGDO.(A/S) : AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.137-9 (249)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : PROC - 20077000121303 - 1ªTRJEF SJ/RJ
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : ARI RAMOS DA FONSECA
ADV.(A/S) : EDUARDO LUIZ DA SILVA
AGDO.(A/S) : LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A
ADV.(A/S) : ÉRICA DELATORRE E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ANDRÉ LANZIOTTI

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.138-6 (250)
PROCED. : SANTA CATARINA
ORIGEM : APCRIM - 970089970 - TJE
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : MARLON CHALES BERTOL
ADV.(A/S) : NILO SÉRGIO QUINTINO DOS SANTOS E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.139-3 (251)
PROCED. : AMAZONAS
ORIGEM : PROC - 20069900147 - TJE
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S) : MARIVONE QUEIROZ DE LIMA
ADV.(A/S) : MARTHA M. GONZALEZ E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE CRIMINAL DA COMARCA DE MANAUS

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.140-4 (252)
PROCED. : BAHIA
ORIGEM : AC - 3641372004 - TJE
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INETRNACIONAL DE SAÚDE LTDA
ADV.(A/S) : ANDRÉ MAGNO SILVA BEZERRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : JOAQUIM PINTO DA COSTA FILHO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : OSMAN BAGDÊDE E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.141-1 (253)
PROCED. : BAHIA
ORIGEM : PROC - 12261262006 - TR.CÍVEL E CRIM
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S) : HARIANNA BARRETO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : ROSANGELA MARIA REBOUÇAS DO NASCIMENTO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.142-9 (254)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AI - 70014682462 - TJE
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : PEDRO VICENTE
ADV.(A/S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.144-3 (255)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM : AC - 29959119333666 - TJE
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
AGTE.(S) : ADILZA CABRAL SOUZA E SILVA
ADV.(A/S) : ROBERTO GOMES FERREIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S) : PGDF - ALEXANDRE CASTRO CERQUEIRA

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.145-1 (256)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70013094719 - TJE
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : BANCO FINASA S/A
ADV.(A/S) : PEDRO DIAS GUERRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : A J INFORMÁTICA LTDA
ADV.(A/S) : JAMIL ABDO E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.146-8 (257)
PROCED. : PERNAMBUCO
ORIGEM : APCRIM - 3691 - TRF
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
AGTE.(S) : ANTÔNIO CLÁUDIO CYSNEIROS CAVALCANTI JÚNIOR
ADV.(A/S) : FRANCISCO DE ASSIS LEITÃO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.147-5 (258)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 200261000103133 - TRF
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S) : PLÍNIO BAPTISTA DIAS DA SILVA
ADV.(A/S) : ROBERTO BAPTISTA DIAS DA SILVA E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.148-2 (259)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM : AC - 20050110059687 - TJE
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : ENILDA ALVES DIAS DE MATOS
ADV.(A/S) : ROBERTO GOMES FERREIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S) : PGDF - OSDYMAR MONTENEGRO MATOS

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.149-0 (260)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM : AC - 20050110116310 - TJE
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : SYLVIA ESTHER COSTALONGA SERAPHIM
ADV.(A/S) : ROBERTO GOMES FERREIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S) : PGDF - MARIA BEATRIZ BROWN RODRIGUES

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.150-1 (261)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 200600111045 - TJE
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : NAPOLEÃO PACHECO FIGUEIRAS
ADV.(A/S) : LUISMAR FERNANDES BRAGA
AGDO.(A/S) : ROSANA GONÇALVES BRAZÃO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : DENIZE PERES MENDES CAMPOS

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.151-8 (262)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : EDAIRR - 898200012715404 - TST
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S/A
ADV.(A/S) : PABLO ROLIM CARNEIRO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : URSULINO SANTOS FILHO
AGDO.(A/S) : EXPEDITO PEREIRA DA SILVA
ADV.(A/S) : ANTÔNIO GONZAGA RIBEIRO JARDIM

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.152-5 (263)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 30262004 - TJE
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : MARIA CRISTINA PAGLIAMINUTO
ADV.(A/S) : VITOR DOS SANTOS MARTINS FERREIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : PST COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA
ADV.(A/S) : DANILO SAHIONE E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.153-2 (264)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 200500153332 - TJE
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : NESTLÉ BRASIL LTDA
ADV.(A/S) : LUIS HENRIQUE FONSECA RIVELLI E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : M R BORGES MACHADO ME
ADV.(A/S) : JORGE RIBEIRO RANGEL E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.154-0 (265)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 9702447763 - TRF
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
AGTE.(S) : GILSON DAS NEVES PEREIRA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MARCO RICA MARCOS JUNIOR E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : ANA CRISTINA SILVA SANTOS

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.156-4 (266)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70006150486 - TJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
AGTE.(S) : COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE
ADV.(A/S) : LUIZ FERNANDO MENEZES DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : JACI RIBEIRO BANDEIRA
ADV.(A/S) : CONRADO ERNANI BENTO NETO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.157-1 (267)
PROCED. : BAHIA
ORIGEM : AC - 4295222004 - TJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
AGTE.(S) : ESTADO DA BAHIA
ADV.(A/S) : PGE-BA - WALSIMAR DOS SANTOS BRANDÃO
AGDO.(A/S) : ELANE ALVES FERREIRA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ETIENNE COSTA MAGALHÃES E OUTRO(A/S)

AGRAVO DE INSTRUMENTO 684.158-9 (268)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 594634550 - TJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
AGTE.(S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - SUZANA SOO SUN LEE
AGDO.(A/S) : HUMIO ITAGAWA
ADV.(A/S) : RICARDO LUIZ MARÇAL FERREIRA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA 7.526-1 (269)
PROCED. : AMAZONAS
ORIGEM : CC - 88380 - STJ
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
SUSTE.(S) : JUIZ DO TRABALHO DA VARA DO TRABALHO DE EIRUNEPÉ
SUSDO.(A/S) : TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
SUSDO.(A/S) : JUÍZA DE DIREITO DA COMARCA DE EIRUNEPÉ
INTDO.(A/S) : MARCOS ANTÔNIO CAVALCANTE MONTEIRO
ADV.(A/S) : OLYMPIO MORAES JÚNIOR
INTDO.(A/S) : ESTADO DO AMAZONAS
ADV.(A/S) : PGE-AM - ALZIRA FARIAS ALMEIDA DA FONSECA DE GÓES

HABEAS CORPUS 92.583-9 (270)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : HC - 154525 - STF
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S) : THIAGO SENA DA SILVA
IMPTE.(S) : THIAGO SENA DA SILVA

HABEAS CORPUS 92.584-7 (271)
PROCED. : TOCANTINS
ORIGEM : HC - 154809 - STF
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
PACTE.(S) : LUCIREI COELHO DE SOUZA INOCÊNCIO
IMPTE.(S) : RONIVAN PEIXOTO DE MORAIS
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COATOR(A/S)(ES) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

HABEAS CORPUS 92.585-5 (272)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : HC - 154545 - STF
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
PACTE.(S) : PEDRO FRANCISCO RUBIS
IMPTE.(S) : JULIANI DA SILVA RUBIS
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 92.586-3 (273)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : HC - 154972 - STF
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
PACTE.(S) : BERNARDO AMADO BAPTISTA DE FIGUEIREDO
PACTE.(S) : ADILSON DE MOURA FALCÃO
IMPTE.(S) : RANIERI MAZZILLI NETO E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 87458 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 92.587-1 (274)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : HC - 154422 - STF
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
PACTE.(S) : ANDERSON DO NASCIMENTO PINHEIRO
IMPTE.(S) : JOÃO ASTOR MENDONÇA LISBÔA
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 92.588-0 (275)
PROCED. : SERGIPE
ORIGEM : HC - 155044 - STF
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S) : NIVALDO SANTANA DE JESUS
IMPTE.(S) : ALEXANDRE MACIEL DE SANTANA E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATORA DO HABEAS CORPUS Nº 80856 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 92.589-8 (276)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : HC - 155168 - STF
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : ANTONIO CARLOS DA SILVA
PACTE.(S) : LEANDRO DA SILVA
IMPTE.(S) : ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATORA DO HABEAS CORPUS Nº 88596 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 92.590-1 (277)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : HC - 155076 - STF
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
PACTE.(S) : FÁBIO FIRMINO DOS SANTOS
IMPTE.(S) : DPE-SP - DANIELA SOLLBERGER CEMBRANELLI
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 92.591-0 (278)
PROCED. : CEARÁ
ORIGEM : HC - 154543 - STF
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
PACTE.(S) : MARIA NIRVANDA LIMA
IMPTE.(S) : ANTONIO SILVANILO SOUZA BOTELHO
COATOR(A/S)(ES) : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

HABEAS CORPUS 92.592-8 (279)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : HC - 155240 - STF
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
PACTE.(S) : FABIANA DA SILVA OLIVEIRA
IMPTE.(S) : ANTONIO CARLOS DE TOLEDO SANTOS FILHO
COATOR(A/S)(ES) : RELATORA DO HC Nº 90808 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 92.593-6 (280)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : HC - 155234 - STF
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : SALIM FRANCISCO PEREIRA FILHO
IMPTE.(S) : ALEXANDRE DOS SANTOS GONÇALVES
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 79.932 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 1.060.866.3/3-00 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COATOR(A/S)(ES) : JUIZ DE DIREITO DA 17ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA CAPITAL

HABEAS CORPUS 92.594-4 (281)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : HC - 155272 - STF
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
PACTE.(S) : JOSÉ CAYRES PORTO
IMPTE.(S) : ANGELA MARIA MACHADO DE MACEDO
COATOR(A/S)(ES) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

HABEAS CORPUS 92.595-2 (282)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : HC - 155269 - STF
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
PACTE.(S) : MARCOS ROBERTO LEAL DA SILVA
IMPTE.(S) : PEDRO NOVAES BONOME
COATOR(A/S)(ES) : RELATORA DO HABEAS CORPUS Nº 90826 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COATOR(A/S)(ES) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COATOR(A/S)(ES) : JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA CAPITAL

HABEAS CORPUS 92.596-1 (283)
PROCED. : SERGIPE
ORIGEM : HC - 155347 - STF
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
PACTE.(S) : VALDEMIR DOS SANTOS MACHADO
IMPTE.(S) : ADALÍCIO MORBECK NASCIMENTO JÚNIOR E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 89923 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 92.597-9 (284)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : HC - 155278 - STF
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
PACTE.(S) : ROBSON APARECIDO DOS SANTOS
IMPTE.(S) : ULYSSES DA SILVA
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 77414 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 92.598-7 (285)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : HC - 155346 - STF
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : FREDERIC SALERS MARZOUKA
IMPTE.(S) : ASDRUBAL NASCIMENTO LIMA JÚNIOR
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DA EXTRADIÇÃO Nº 1041 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

HABEAS CORPUS 92.599-5 (286)
PROCED. : BAHIA
ORIGEM : HC - 155447 - STF
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
PACTE.(S) : IVO ALMEIDA COSTA
IMPTE.(S) : EDUARDO ANTÔNIO LUCHO FERRÃO E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATORA DO INQ Nº 544 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

HABEAS CORPUS 92.600-2 (287)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : HC - 155285 - STF
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S) : ANTONIO FILHO SOARES
IMPTE.(S) : ULYSSES DA SILVA
COATOR(A/S)(ES) : RELATORA DO HC Nº 91.483 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COATOR(A/S)(ES) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

INQUÉRITO 2.625-5 (288)
PROCED. : MATO GROSSO
ORIGEM : INQ - 200636000170085 - JFED
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

MANDADO DE SEGURANÇA 26.894-8 (289)
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
ORIGEM : MS - 144248 - STF
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
IMPTE.(S) : ITAMAR SILVA REIS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MILTON NETTO E OUTRO(A/S)
IMPDO.(A/S) : RELATOR DO PROCESSO TST-AIRR-1.310/2002-006-17-40.1 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
IMPDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO (AGRAVO DE PETIÇÃO Nº 01310.2002.006.17.00.7)

MANDADO DE SEGURANÇA 26.928-6 (290)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM : MS - 154609 - STF
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
IMPTE.(S) : GILBERTO MAXIMILIANO MONTEIRO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : FÁBIO SOARES JANOT E OUTRO(A/S)
IMPDO.(A/S) : TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TC Nº 00089119983)
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

MANDADO DE SEGURANÇA 26.930-8 (291)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM : MS - 155365 - STF
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
IMPTE.(S) : CESAR LAGO SANTANA
ADV.(A/S) : CESAR LAGO SANTANA
IMPDO.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RECLAMAÇÃO 5.515-9 (292)
PROCED. : PARAÍBA
ORIGEM : RCL - 144992 - STF
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECLTE.(S) : LUCY MARIA DE SOUZA
ADV.(A/S) : RÔMULO ARAÚJO MONTENEGRO E OUTRO(A/S)
RECLDO.(A/S) : TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (PROCESSO Nº 707040/2000.6)
INTDO.(A/S) : COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DA PARAÍBA - CAGEPA
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECLAMAÇÃO 5.558-2 (293)
PROCED. : BAHIA
ORIGEM : RCL - 154563 - STF
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECLTE.(S) : EDUARDO MACIEL FRAGA MAIA
ADV.(A/S) : MARCOS WILSON FONTES E OUTRO(A/S)
RECLDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO (RECURSO ORDINÁRIO Nº 00302-2007-011-05-00-9)
INTDO.(A/S) : BANCO DO BRASIL S/A
ADV.(A/S) : PABLO SANCHES BRAGA E OUTRO(A/S)

RECLAMAÇÃO 5.559-1 (294)
PROCED. : CEARÁ
ORIGEM : RCL - 154490 - STF
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECLTE.(S) : ASSOCIAÇÃO DOS PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CEARÁ - ASPRAMECE
ADV.(A/S) : MARIAYDA PEREIRA FARIA E OUTRO(A/S)
RECLDO.(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (APELAÇÃO CÍVEL Nº 2005.0001.7526-0/1)
INTDO.(A/S) : ESTADO DO CEARÁ
ADV.(A/S) : PGE-CE - MARIA LUCIA FIALHO COLARES
INTDO.(A/S) : JOSÉ VEIGA ALCANTARA

RECLAMAÇÃO 5.560-4 (295)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : RCL - 154900 - STF
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECLTE.(S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : PGE-RJ - SÉRGIO ANTUNES DE OLIVEIRA
RECLDO.(A/S) : JUIZ DO TRABALHO DA 55ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO (PROCESSO Nº 134/97)
INTDO.(A/S) : LUIZ ANDRÉ ROCHA GONÇALVES
ADV.(A/S) : FRANCISCO DIAS FERREIRA
INTDO.(A/S) : CENTAURO EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA

RECLAMAÇÃO 5.561-2 (296)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM : RCL - 155059 - STF
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECLTE.(S) : VANDER GONTIJO
ADV.(A/S) : DANIELA CABRAL GONTIJO
RECLDO.(A/S) : PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECLAMAÇÃO 5.562-1 (297)
PROCED. : AMAZONAS
ORIGEM : RCL - 155338 - STF
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECLTE.(S) : ESTADO DO AMAZONAS
ADV.(A/S) : PGE-AM - RICARDO ANTONIO REZENDE DE JESUS
RECLDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 88468)
INTDO.(A/S) : ROSA LINDA VIEIRA PEREIRA
ADV.(A/S) : GERALDO DA SILVA FRAZÃO E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 511.200-4 (298)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AMS - 199961020042252 - TRF
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : MORLAN S/A
ADV.(A/S) : EDISON AURÉLIO CORAZZA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PFN - MARLY MILOCA DA CÂMARA GOUVEIA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.070-1 (299)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 200161050106630 - TRF
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : LABORATÓRIO SÃO LUCAS S/C LTDA
ADV.(A/S) : JOSÉ LUIZ MATTHES E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.338-7 (300)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : EIEXEC - 113209127 - JD
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
RECTE.(S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - MIRIAN GONÇALVES DILGUERIAN
RECDO.(A/S) : COMERCIAL CASA DOS RELÓGIOS LTDA
ADV.(A/S) : CARLOS ROBERTO DA SILVEIRA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.430-8 (301)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 6056895200 - TJE
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : GUSTAVO FERNANDES SILVESTRE
RECDO.(A/S) : VULCÃO S/A - INDÚSTRIAS METALÚRGICAS E PLÁSTICAS
ADV.(A/S) : MARIA DO CÉU MARQUES ROSADO E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.446-4 (302)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AMS - 200361000081609 - TRF
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : SÃO PAULO TRANSPORTE S/A
ADV.(A/S) : LUCIA HELENA RODRIGUES CAPELA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.475-8 (303)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 199671020013023 - TRF
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : CARLOS JAIME NUNES BUENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.499-5 (304)
PROCED. : PARÁ
ORIGEM : AIRR - 338200400708409 - TST
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : MOISÉS MATEUS DE SOUZA
ADV.(A/S) : ROSOMIRO ARRAIS E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S/A

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.500-2 (305)
PROCED. : PARÁ
ORIGEM : AIRR - 475200310108402 - TST
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : MARCO TÚLIO REIS MAGALHÃES
RECDO.(A/S) : MARIA DO SOCORRO PONTES DE LIMA
ADV.(A/S) : BRASIL RODRIGUES DE ARAÚJO
RECDO.(A/S) : ONECI FERREIRA DE ARAÚJO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.501-1 (306)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AMS - 200571080078396 - TRF
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : THOMAS K L INDÚSTRIA DE ALTO FALANTES LTDA
ADV.(A/S) : RÉGIS DE SOUZA RENCK E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.512-6 (307)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 199971080027416 - TRF
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : LUSTRAL BENEFICIAMENTO DE COUROS LTDA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.528-2 (308)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 200271000165658 - TRF
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : CARLOS ALBERTO MORSCH E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MARCELO LIPERT E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : LILIAN MARIA FAGUNDES DA SILVA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.530-4 (309)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 5349855100 - TJE
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
RECTE.(S) : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : EDUARDO KANASHIRO YOSHIKAI
RECDO.(A/S) : PEDREIRA ANHANGÜERA S/A - EMPRESA DE MINERAÇÃO
ADV.(A/S) : GILBERTO RODRIGUES GONÇALVES E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.531-2 (310)
PROCED. : PARÁ
ORIGEM : ROAR - 557619990 - TST
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : RONALDO NONATO FERREIRA MARQUES DE CARVALHO
ADV.(A/S) : IÊDA LÍVIA DE ALMEIDA BRITO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.533-9 (311)
PROCED. : MATO GROSSO
ORIGEM : ARR - 644200403123015 - TST
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S) : ESPÓLIO DE JOÃO FERREIRA DA SILVA
ADV.(A/S) : CYNARA PIRAN E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : AGROPECUÁRIA ANDRESSA LTDA
ADV.(A/S) : JULIO CÉSAR RODRIGUES E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.534-7 (312)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 199571030011869 - TRF
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : AGROTÉCNICA COMÉRCIO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.536-3 (313)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AI - 200404010571728 - TRF
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : ANGELA CRISTINA LIGORIO FAGUNDES E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : RUI FERNANDO HUBNER E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.538-0 (314)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 200071020029644 - TRF
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : ILDEMAR FRANCK

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.539-8 (315)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 199671020022620 - TRF
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : DOMINGO JOSÉ SALVATORI

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.540-1 (316)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AI - 200504010284148 - TRF
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
RECTE.(S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES DA SAÚDE TRABALHO E PREVIDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL - SINDISPREV/RS
ADV.(A/S) : THIAGO CECCHINI BRUNETTO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.542-8 (317)
PROCED. : SANTA CATARINA
ORIGEM : AC - 200672150012351 - TRF
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : TEXTISUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.543-6 (318)
PROCED. : RIO GRANDE DO NORTE
ORIGEM : AC - 200484000003070 - TRF
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S) : JOÃO ALFREDO DE VASCONCELOS GALVÃO
ADV.(A/S) : ANDRÉA LUCAS SENA DE CASTRO E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.544-4 (319)
PROCED. : PARÁ
ORIGEM : AIRR - 460200300708404 - TST
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : DOUGLAS HENRIQUE MARIN DOS SANTOS
RECDO.(A/S) : JAILA NEVES FIGUEIREDO
ADV.(A/S) : JADER KAHWAGE DAVID E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : PROVISÃO COMÉRCIO DE ÓTICA LTDA
ADV.(A/S) : MARIA DO SOCORRO GOMES DO NASCIMENTO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.546-1 (320)
PROCED. : PARÁ
ORIGEM : AIRR - 77200311508409 - TST
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : MARCO TÚLIO REIS MAGALHÃES E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : RAIMUNDO NAZARENO PINHEIRO LIMA
ADV.(A/S) : ENILDA DE FREITAS FAGUNDES RODRIGUES E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.547-9 (321)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM : MS - 11094 - STJ
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S) : ROSENDO LOPES DOS REIS
ADV.(A/S) : MATIAS JOAQUIM COELHO NETO E OUTRO(A/S)
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.548-7 (322)
PROCED. : PARÁ
ORIGEM : AIRR - 1525200300708409 - TST
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : KARLA KATIANNA DE MORAIS E SILVA
RECDO.(A/S) : THEREZINHA LIMA DOS SANTOS
ADV.(A/S) : OLGA BAYMA DA COSTA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ECOTUR TURISMO ECOLÓGICO DE TAPAJÓS LTDA
ADV.(A/S) : GISELE DE SOUZA CRUZ DA COSTA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.550-9 (323)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AIRR - 105199902704404 - TST
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : MARCO TÚLIO REIS MAGALHÃES
RECDO.(A/S) : SANDRO ROBERTO ROMITTI
ADV.(A/S) : TOBIAS CRESTANELLO
RECDO.(A/S) : R WOHLGEMUTH E COMPANHIA LTDA
ADV.(A/S) : ALEXANDRE CESAR CARVALHO CHEDID E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.551-7 (324)
PROCED. : PERNAMBUCO
ORIGEM : AC - 200005000366094 - TRF
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : ALVORADA AGROPECUÁRIA LTDA
ADV.(A/S) : ANTÔNIO CORRÊA RABELLO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S) : ESTADO DE PERNAMBUCO
ADV.(A/S) : PGE-PE - MARCELO CASSEB CONTINENTINO
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.553-3 (325)
PROCED. : PERNAMBUCO
ORIGEM : AC - 200205000074857 - TRF
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
ADV.(A/S) : VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : BANCO MERCANTIL S/A
ADV.(A/S) : EDUARDO HENRIQUE OLIVEIRA DA PAIXÃO E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.554-1 (326)
PROCED. : SANTA CATARINA
ORIGEM : EEDRR - 1329200303712000 - TST
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A - BESC
ADV.(A/S) : NILO DE OLIVEIRA NETO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : DINORÁ MARIA SCHWAHAN
ADV.(A/S) : RONALDO FERREIRA TOLENTINO E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.555-0 (327)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70018107433 - TJE
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : BANCO VOLKSWAGEN S/A
ADV.(A/S) : RAFAEL NOGUEIRA SIMAS E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : JOÃO ANTÔNIO CABRAL SACCHI
ADV.(A/S) : GERSON LUIZ SAGGIN E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.556-8 (328)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 200671950010668 - TRJEF/SJ/RS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : MARCO ANTÔNIO SCHMITT
RECDO.(A/S) : NELTAIR PACHECO DA SILVA
ADV.(A/S) : JULIA LEMOS PAMPLONA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.557-6 (329)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 200471000192300 - TRF
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : RODOLFO VOLL E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MÍRIAM LUCIA KULCZYNSKI FORSTER E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.558-4 (330)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70014605901 - TJE
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADV.(A/S) : CLÁUDIO SHAUN BITTENCOURT E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : JORGE LUIS ERNESTO VIGANON
ADV.(A/S) : IRAPUAN INDIO DA COSTA E OUTRO(A/S)
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.559-2 (331)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : MS - 200671950144960 - TRJEF
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : DANIELE CHAVES ARANTES
RECDO.(A/S) : JUÍZO FEDERAL TITULAR DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE LAJEADO
INTDO.(A/S) : MARIA BLAU
ADV.(A/S) : BIANCA CORBELLINI BERTANI E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.561-4 (332)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AR - 200504010545400 - TRF
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
RECTE.(S) : CENTRO MÉDICO SÃO FRANCISCO S/C LTDA
ADV.(A/S) : MAURO VIGNOTTI E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.562-2 (333)
PROCED. : RIO GRANDE DO NORTE
ORIGEM : AC - 20060010391 - TJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : ALMIR GOMES DOS REIS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA
RECDO.(A/S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ADV.(A/S) : PGE-RN - ANA CLÁUDIA BULHÕES PORPINO DE MACEDO
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.563-1 (334)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 200671950058239 - TRJEF/SJ/RS
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : MARCO ANTÔNIO SCHMITT
RECDO.(A/S) : AGENOR ALVES VALENCIO
ADV.(A/S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.564-9 (335)
PROCED. : GOIÁS
ORIGEM : AC - 200501016532 - TJE
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
RECTE.(S) : BANCO SANTANDER BRASIL S/A
ADV.(A/S) : ALEXANDRE RIBEIRO FUENTE CAÑAL E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ELIZETE APARECIDA OLIVEIRA SCATIGNA
RECDO.(A/S) : ARIMAR ROMUALDO DA SILVA
ADV.(A/S) : RAIMUNDO DE OLIVEIRA SILVA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.565-7 (336)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 2006719501643252 - TRJEF/SJ/RS
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : EDUARDO DE MOURA MENUZZI
RECDO.(A/S) : GUILHERME TELES FERREIRA
ADV.(A/S) : CLÁUDIA MOTA ESTABEL

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.567-3 (337)
PROCED. : PARANÁ
ORIGEM : RESP - 722973 - STJ
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : ANGONESE REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS S/C LTDA
ADV.(A/S) : ADIRSON DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.568-1 (338)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70016357998 - TJE
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : BANCO ITAUCRED FINANCIAMENTOS S/A
ADV.(A/S) : PERI FERNANDES CORREIA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : MOISÉS DOS REIS MACHADO
ADV.(A/S) : RAFAEL FERNANDES ESTEVEZ

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.569-0 (339)
PROCED. : PARANÁ
ORIGEM : AI - 200604000294228 - TRF
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : ESQUADRIAS DE MADEIRAS CARRETÃO LTDA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.570-3 (340)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 200600113631 - TJ/RJ
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : BANCO ITAÚ S/A
ADV.(A/S) : NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ROBERTO EUGÊNIO SISSON
ADV.(A/S) : MARCELO PAIVA LARANJA

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.571-1 (341)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : PROC - 44784051 - TJ/SP
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
RECTE.(S) : JOSÉ SOARES DA SILVA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : THIAGO DURANTE DA COSTA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - ELIANA DE FÁTIMA UNZER

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.572-0 (342)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : MS - 200571950061210 - TRJEF
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : WANESSA FIGUEIREDO DOS SANTOS LIMA
RECDO.(A/S) : JUIZ FEDERAL DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL FEDERAL DE SANTA CRUZ DO SUL - RS

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.573-8 (343)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70010345817 - TJE
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : BANCO ITAÚ S/A E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ANA PAULA CAPITANI E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MARCELO TESHEINER CAVASSANI
RECDO.(A/S) : PAULO RICARDO DA SILVA MELO
ADV.(A/S) : REGINALDO IVES DA ROSA BARBOSA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.574-6 (344)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 200471000086305 - TRF
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S) : CRISTIANO RUSCHEL
ADV.(A/S) : ANTONIO MARIO SANT'ANNA BIANCHI E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.575-4 (345)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : PROC - 20067000183732 - TR.CÍVEL E CRIM
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S) : DANIELLE XAVIER FABIANO DOS SANTOS E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : VILMA NATALINA DE MAGALHÃES MONTEIRO
ADV.(A/S) : JULIANA LEITE CITELI DOS REIS E OUTRO(A/S)

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.576-2 (346)
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
ORIGEM : AC - 20060031027 - TJE
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : BANCO DO BRASIL S/A
ADV.(A/S) : VANILTON BARBOSA LOPES E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : NELSON BUGANZA JÚNIOR
RECDO.(A/S) : SIDNEY FERNANDES DE SOUZA JUNIOR
ADV.(A/S) : DOMINGOS ANCELMO DA SILVA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.578-9 (347)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 9274108 - TJE
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : MUNICÍPIO DE CAETANO DO SUL
ADV.(A/S) : GISELE B. C. MESQUITA CARDOSO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : S/A INDÚSTRIAS REUNIDAS F. MATARAZZO
ADV.(A/S) : ALEXANDRE NASRALLAH E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.579-7 (348)
PROCED. : MINAS GERAIS
ORIGEM : AC - 4939704 - TJ/MG
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S/A - FCA
ADV.(A/S) : JOSÉ ARTHUR DE CARVALHO PEREIRA FILHO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : SEBASTIANA FERREIRA DA SILVA
ADV.(A/S) : FRANCISCO L F DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : PRUMO ENGENHARIA LTDA
ADV.(A/S) : OSMAR LOURENÇO VAZ

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.580-1 (349)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 6283115700 - TJE
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : OSVALDO CRUZ E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : WILSON JOSÉ GERMIN E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - FERNANDO FRANCO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.582-7 (350)
PROCED. : PARANÁ
ORIGEM : AMS - 200270000392223 - TRF
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : DAGRANJA AGROINDUSTRIAL LTDA
ADV.(A/S) : GRACIANE VIEIRA LOURENÇO E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.583-5 (351)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 200571000058582 - TRF-4A.REG./RS
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
RECTE.(S) : ANTÔNIO CARLOS BORTOLOTTI BAUM E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : FELIPE MOREIRA BELTRÃO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.585-1 (352)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 200304010496283 - TRF
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
ADV.(A/S) : CRISTIANO SILVESTRIN DE SOUZA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.587-8 (353)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 58283954 - TJE
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
RECTE.(S) : ADIMAIR CARNIATO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : HEITOR CORNACCHIONI E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - LÚCIA FÁTIMA NASCIMENTO PEDRINI

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.589-4 (354)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 6193655100 - TJE
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : FABIANO ANTUNES DE ALMEIDA
ADV.(A/S) : WILSON JOSÉ GERMIN E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - SANDRA YURI NANBA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.590-8 (355)
PROCED. : PARANÁ
ORIGEM : AC - 200570070008530 - TRF
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.(A/S) : ELZA OLIVEIRA DOS SANTOS E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ANTONIO TELLES BRIZOLLA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MARCELO BIENTINEZ MIRÓ E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.591-6 (356)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : EIAC - 200271000141575 - TRF
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
RECTE.(S) : INNOVA S/A
ADV.(A/S) : FABIO LUIS DE LUCA E OUTRO(A/S)
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : OS MESMOS

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.593-2 (357)
PROCED. : PARÁ
ORIGEM : AIRR - 246200100808402 - TST
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : IATE CLUBE DO PARÁ
ADV.(A/S) : CHARLETH FURTADO ASSAD
RECDO.(A/S) : MARCOS WILSON DO CARMO SOUSA
ADV.(A/S) : RICARDO RABELLO SORIANO DE MELLO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.595-9 (358)
PROCED. : MINAS GERAIS
ORIGEM : AC - 4233974 - TRIB. ALÇADA
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A
ADV.(A/S) : CLÁUDIA FERRAZ DE MOURA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : OMAR DO AMARAL E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : PAULO RENATO MENDES DE RESENDE E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.597-5 (359)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : PROC - 200503060084227 - TRJEF
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : WALTER ERWIN CARLSON
RECDO.(A/S) : CECÍLIA FERREIRA GANDRA PEREIRA
ADV.(A/S) : JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.599-1 (360)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70016765869 - TJ/RS
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
RECTE.(S) : BRASIL TELECOM S/A
ADV.(A/S) : ANDERSON VIRGINIO DALL' AGNOL E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : LEONARDO DA SILVA GREFF
RECDO.(A/S) : SALVADOR BONEMBERG DE MORAIS
ADV.(A/S) : ELPÍDIO DE PAULA DA SILVA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.600-9 (361)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 200603990084668 - TRF-3A.REG./SP
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : LUCIANA KUSHIDA
RECDO.(A/S) : ANA MARIA DOS SANTOS
ADV.(A/S) : EGNALDO LÁZARO DE MORAES E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.601-7 (362)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : RESP - 794727 - STJ
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : ELIDA THERESA GELPI RUHE E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : DANIEL MARTINS FELZEMBRUG E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.602-5 (363)
PROCED. : PARÁ
ORIGEM : AIRR - 236200500708404 - TST
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : JOSÉ DE JESUS MEDEIROS MUNIZ
ADV.(A/S) : ROBERTO AFONSO DA SILVA CARVALHO
RECDO.(A/S) : DIDA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.603-3 (364)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AMS - 200471080047814 - TRF-4A.REG./RS
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : FORMAS KUNZ LTDA
ADV.(A/S) : JOSÉ LUIZ WUTTKE E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.604-1 (365)
PROCED. : PARÁ
ORIGEM : AIRR - 882200111508400 - TRF
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : HOTEL PEDACINHO CARIOCA
ADV.(A/S) : WALMICK DUARTE DE MELO
RECDO.(A/S) : TAKEMIKO ITO
ADV.(A/S) : JOSÉ LINDOMAR ARAGÃO SAMPAIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.605-0 (366)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 199971020049330 - TRF
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : REPRESENTAÇÕES CAMBORIU LTDA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.607-6 (367)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 3961415600 - TJE
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
RECTE.(S) : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : LEON ROGÉRIO GONÇALVES DE CARVALHO
RECDO.(A/S) : DMELLO DROGARIA LTDA - ME
ADV.(A/S) : WALDEMAR YAÑEZ GONZÁLEZ E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.608-4 (368)
PROCED. : MINAS GERAIS
ORIGEM : PROC - 153060545917 - TRCJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S) : BRENO CALDEIRA RODRIGUES E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : MARIA DO CARMO NALON
ADV.(A/S) : FLÁVIA DO VALLE ARAÚJO

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.609-2 (369)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : PROC - 20067000387581 - CRJE CIV-CRIM.RJ
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S) : ANTÔNIO ALEXANDRE DA SILVA FERREIRA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ALESSANDRO PAIVA ROSA
ADV.(A/S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.610-6 (370)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 70016434912 - TJE
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
RECTE.(S) : BANCO SAFRA S/A
ADV.(A/S) : SABRINA FERRARI E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : NELSON PILLA FILHO
RECDO.(A/S) : ONEIDE RIBEIRO BATISTA
ADV.(A/S) : JAMIL ABDELRAZZAK ABDALA ABO ABDO E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.611-4 (371)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : PROC - 20067000117050 - TR.CÍVEL E CRIM
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S) : DANIELLE XAVIER FABIANO DOS SANTOS E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : SÉRGIO ANTONIO CERQUEIRA
ADV.(A/S) : DILERMANDO CAVALCANTI DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.612-2 (372)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 20030197184 - TJE
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : BANCO DO BRASIL S/A
ADV.(A/S) : MÁRCIO LUIZ AGUIAR E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : SAMARA CRISTIAN GONÇALVES
ADV.(A/S) : EDVAN ALEXANDRE DE OLIVEIRA BRASIL E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.613-1 (373)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70017421314 - TJE
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
RECTE.(S) : BANCO FINASA S/A
ADV.(A/S) : ANDRÉ LUIZ MÜLLER E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : KLEBER RAIMUNDO XAVIER
RECDO.(A/S) : DEVANIR HERNANDES VARGAS VAZ
ADV.(A/S) : ELTON CARVALHO BARCELOS E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.614-9 (374)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 4294705000 - TJE
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : RICARDO ANAUATE E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : CELIA MOLLICA VILLAR
RECDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : LUZINETE MORAES CREMONESI

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.615-7 (375)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : MS - 200671950065797 - TRJEF
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : MARCO ANTÔNIO SCHMITT
RECDO.(A/S) : JUÍZO FEDERAL DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE LAJEADO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.616-5 (376)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : MS - 200671950183393 - TRJEF
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : EDUARDO DE MOURA MENUZZI
RECDO.(A/S) : JUÍZO FEDERAL DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE LAJEADO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.618-1 (377)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70016768905 - TJE
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : BANCO A J RENNER S/A
ADV.(A/S) : JÚLIO CÉSAR COLLING E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ALICE PEREIRA DO NASCIMENTO
ADV.(A/S) : LARRI DOS SANTOS FEULA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.619-0 (378)
PROCED. : GOIÁS
ORIGEM : AC - 200035000065010 - TRF
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
RECTE.(S) : NACIONAL EXPRESSO LTDA
ADV.(A/S) : GILBERTO BELAFONTE BARROS E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : EMPRESAS REUNIDAS PAULISTA DE TRANSPORTE LTDA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : JUVENAL KLAYBER COELHO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.620-3 (379)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 200271100051274 - TRJEF
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : MARCO ANTÔNIO SCHMITT
RECDO.(A/S) : FERNANDA HENZEL DOS SANTOS
ADV.(A/S) : JORGE MIGUEL CUNHA SARAYA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.621-1 (380)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : MS - 200671950178038 - TRJEF
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : MARCO ANTONIO SCHMITT
RECDO.(A/S) : JUÍZO FEDERAL DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE LAJEADO
INTDO.(A/S) : ROVENO MENTZ
ADV.(A/S) : MARIA VERANICE SCHNEIDER GÖRGEN

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.622-0 (381)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 4581355 - TJE
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : JOSÉ APARECIDO ESCUDEIRO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ROBERTO XAVIER DA SILVA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - MARCO ANTONIO DUARTE DE AZEVEDO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.623-8 (382)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 200571950219498 - TRJEF
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : EDUARDO DE MOURA MENUZZI
RECDO.(A/S) : CELIA MARIA MENDES JARDIM
ADV.(A/S) : EMOCIR OTÁVIO RORATO E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.624-6 (383)
PROCED. : MINAS GERAIS
ORIGEM : PROC - 153060504682 - TRCJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S) : BRENO CALDEIRA RODRIGUES E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : DELSON BIANCHI
ADV.(A/S) : LUIZ OTÁVIO CARDOSO DE AZEVEDO JÚNIOR

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.625-4 (384)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 5448315800 - TJE
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : NELSI TEGAMI EXPOSTO
ADV.(A/S) : WILSON JOSÉ GERMIN E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - MARCO ANTONIO DUARTE DE AZEVEDO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.626-2 (385)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 3782235900 - TJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : MUNICÍPIO DE SANTOS
ADV.(A/S) : RONALDO FERREIRA SILVA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : AMÍLCAR FERRÃO PINTO
ADV.(A/S) : LUIS ANTONIO NASCIMENTO CURI E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.627-1 (386)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 5909185700 - TJE
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : VALTER DOS SANTOS
ADV.(A/S) : WILSON JOSÉ GERMIN E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - DULCE MYRIAM C. F. HIBIDE CLAVER

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.628-9 (387)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 6045545 - TJE
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : JOSÉ FREDERICO DA SILVA LIMA
ADV.(A/S) : SÉRGIO ALEXANDRE CHAIMOVITZ E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - GEÓRGIA TOLAINE MASSETTO TREVISAN

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.629-7 (388)
PROCED. : SERGIPE
ORIGEM : AC - 213668 - TRF
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : BENJAMIM OCTAVIO DANTAS GOIS
ADV.(A/S) : ROSA HELENA BRITO ARAGÃO ANDRADE

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.630-1 (389)
PROCED. : PARANÁ
ORIGEM : AI - 200604000150723 - TRF
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S) : ALINA BORBA MARINHO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.631-9 (390)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : PROC - 20067000324133 - TRCJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S) : PAULO ELÍSIO DE SOUZA
ADV.(A/S) : RICARDO FILHO DE ARRUDA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ROSI PAIVA SILVA DE ABREU
ADV.(A/S) : ROSI PAIVA SILVA DE ABREU

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.632-7 (391)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 3774415600 - TJE
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS
ADV.(A/S) : ELIAS ANTONIO JACOB E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : RONALDO FERREIRA SILVA
RECDO.(A/S) : ELY CARVALHO DA SILVA JÚNIOR
ADV.(A/S) : LUIS ANTONIO NASCIMENTO CURI E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.633-5 (392)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 6219645500 - TJE
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
RECTE.(S) : MARCELO DE MORAES PORTO
ADV.(A/S) : WILSON JOSÉ GERMIN E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - LUCIA DE ALMEIDA LEITE

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.635-1 (393)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : MS - 200671950192758 - TRJEF
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : EDUARDO DE MOURA MENUZZI
RECDO.(A/S) : JUÍZO FEDERAL DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE LAJEADO/RS
INTDO.(A/S) : MARLISE THERESINHA ZIMMER DA SILVA
ADV.(A/S) : ARCELO ANTÔNIO CAYE

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.636-0 (394)
PROCED. : BAHIA
ORIGEM : PROC - 2904752005 - TR.CÍVEL E CRIM
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S) : ANDRÉ CUNHA ORRICO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ISRAEL BATISTA DE ARAÚJO

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.637-8 (395)
PROCED. : MINAS GERAIS
ORIGEM : AC - 200501990037035 - TRF
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : ILDETE DOS SANTOS PINTO
RECDO.(A/S) : ALOYSIO BARBOSA DA SILVA
ADV.(A/S) : DINE CLEY NEVES DOS SANTOS

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.638-6 (396)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : MS - 200671950196880 - TRF
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : EDUARDO DE MOURA MENUZZI
RECDO.(A/S) : JUÍZO FEDERAL DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE LAJEADO/RS
INTDO.(A/S) : ANTÔNIO LUCAS
ADV.(A/S) : OSMAR FRITSCH E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.639-4 (397)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 200671950200937 - TRJEF
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : MARCO ANTÔNIO SCHMITT
RECDO.(A/S) : ALTAMIRO ALVES
ADV.(A/S) : MARLISE SEVERO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.640-8 (398)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70003003357 - TJE
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : BANCO BRADESCO S/A
ADV.(A/S) : ALBERTO FERREIRA SARMENTO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : MARILENE TERESINHA DE OLIVEIRA CRUZ
ADV.(A/S) : EMÍLIO RÉGIS KILA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.641-6 (399)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : REOMS - 200003990739282 - TRF
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : COLGATE-PALMOLIVE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADV.(A/S) : FABIO ROSAS E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.642-4 (400)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70014298806 - TJE
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A
ADV.(A/S) : EVERTON MADEIRA GUSMÃO RUANO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : MARCOS MANOEL SILVA DE OLIVEIRA
ADV.(A/S) : EDER VIEIRA FLORES

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.643-2 (401)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 3053825400 - TJE
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : AIRTON DOUGLAS HONORIO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : PAULO ROBERTO BRUNETTI E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - SANDRA YURI NANBA

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.664-5 (402)
PROCED. : PERNAMBUCO
ORIGEM : PROC - 4922007 - 1ºCL.REC.JEC/PE
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S) : GEÓRGIA BARBOZA CRESCENCIO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : RICARDO COSTA BARBOSA
ADV.(A/S) : LEONARDO SCHETTINI CHIANCA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.670-0 (403)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AI - 70018491993 - TJE
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ESPÓLIO DE LAÍS DA SILVA CARVALHO
RECDO.(A/S) : LEONARDO CARVALHO BALDI
ADV.(A/S) : LUCAS BRAGA EICHENBERG E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : DIOGO CARVALHO BALDI
INTDO.(A/S) : SILVIO JOSE CARVALHO BALDI

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.677-7 (404)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 199771020029205 - TRF
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : ELTON ADONIR FARIAS ME

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.679-3 (405)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 5876675300 - TJE
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - MARINA MARIANI DE MACEDO RABAHIE E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : JAMILE MALUF GUARIDO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MANUEL S. FERNANDES RIBEIRO E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.680-7 (406)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 199771020030542 - TRF
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : ELTON ADONIR FARIAS ME

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.688-2 (407)
PROCED. : SANTA CATARINA
ORIGEM : PROC - 200372070052150 - TRCJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : MIGUEL ÂNGELO SEDREZ JÚNIOR
RECDO.(A/S) : ELUSIA MANOEL CUSTÓDIO
ADV.(A/S) : FREDERICO CECY NUNES E OUTRO(A/S)

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.699-8 (408)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70018278317 - TJE
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : CKS INCORPORAÇÕES LTDA
ADV.(A/S) : GUILHERME SESTI SANTOS E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
ADV.(A/S) : MARCELO DIAS FERREIRA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.703-0 (409)
PROCED. : PARANÁ
ORIGEM : AC - 200570000158951 - TRF
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : FELIPPE GOMES & ISFER - ADVOGADOS E CONSULTORES S/C LTDA
ADV.(A/S) : JOSÉ ANTONIO GOMES DE ARAÚJO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.707-2 (410)
PROCED. : PARANÁ
ORIGEM : AC - 200370000582235 - TRF
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : MILTON DRUMOND CARVALHO
RECDO.(A/S) : SOELY PETUYA PIECHOWIAK E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : GERSON LUIZ WENZEL E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.718-8 (411)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AI - 200604000311366 - TRF
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S) : IDA BOSCAINI BASEGIO
ADV.(A/S) : THIAGO CECCHINI BRUNETO
ADV.(A/S) : GLÊNIO LUÍS OHLWEILER FERREIRA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.719-6 (412)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 200571010000138 - TRF
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : CENTRO DE ULTRASONOGRAFIA E DIAGNÓSTICOS LTDA - CEUD
ADV.(A/S) : NASSER JUDEH

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.727-7 (413)
PROCED. : SANTA CATARINA
ORIGEM : PROC - 200672950026940 - TRCJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : ANA BEATRIZ ZANELLA BEDIN
RECDO.(A/S) : CÉLIO PADILHA
ADV.(A/S) : RICARDO AUGUSTO SILVEIRA
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.734-0 (414)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 199671020016917 - TRF
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : HILTON REIS MACHADO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.736-6 (415)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 199671020016930 - TRF
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : HILTON REIS MACHADO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.737-4 (416)
PROCED. : SANTA CATARINA
ORIGEM : AMS - 200172050029422 - TRF
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
RECTE.(S) : COPAN - COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
ADV.(A/S) : JAIME ANTÔNIO MIOTTO
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : OS MESMOS

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.738-2 (417)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 199671020016929 - TRF
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : HILTON REIS MACHADO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.739-1 (418)
PROCED. : SERGIPE
ORIGEM : PROC - 200685005052124 - TRJEF
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : ADRIANA FRANCO MELO
RECDO.(A/S) : VALTER ELIAZÁRIO DE SOUZA
ADV.(A/S) : GILSELE KRAVCHYCHYN

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.740-4 (419)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AI - 200504010461149 - TRF
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S) : PAULO CÉSAR BORTOLUZZI COSTA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : THIAGO CECCHINI BRUNETO E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.745-5 (420)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70019795434 - TJE
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ESPÓLIO DE RUBEN ALVES DE MENEZES REPRESENTADO POR SUA INVENTARIANTE LAURA ALICE GASTAL DE MENEZES
ADV.(A/S) : GISELE ESPELLET DI BELLA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.748-0 (421)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 200671950042578 - TRJEF
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : JUÍZO FEDERAL DO JEF DE LAJEADO (RS)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.749-8 (422)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 200371130017777 - TRF
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : LM ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS LTDA
ADV.(A/S) : JAIME ANTÔNIO MIOTTO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.750-1 (423)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : 01525452007AI - 54902007 - TJE
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
RECTE.(S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : CLÁUDIA CAMARA MOTTA CRUZ DE ANDRADE
RECDO.(A/S) : JUREMA CHAVES CARNEIRO
ADV.(A/S) : JORGE ÁLVARO DA SILVA BRAGA JUNIOR E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.751-0 (424)
PROCED. : MINAS GERAIS
ORIGEM : AMS - 200238030053578 - TRF
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECDO.(A/S) : GUILHERME MORAES VIEIRA
ADV.(A/S) : EURÍPEDES DE ALMEIDA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.752-8 (425)
PROCED. : PIAUÍ
ORIGEM : AC - 50030698 - TJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : LINDALVA BATISTA E SOUSA
ADV.(A/S) : ALEXANDRE HERMANN MACHADO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : LUIZ SOARES DE MELO
ADV.(A/S) : HERBERTH DENNY DE SIQUEIRA BARROS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : FRANCISCO DE SALES E SILVA PALHA DIAS
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.753-6 (426)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 200671050007422 - TRJEF/SJ/RS
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : EDUARDO DE MOURA MENUZZI
RECDO.(A/S) : MARIA DE LURDES DA SILVA
ADV.(A/S) : SALVADOR DA SILVA GOMES

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.754-4 (427)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 200671950162821 - TRJEF
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : EDUARDO DE MOURA MENUZZI
RECDO.(A/S) : LUIZ MARIANO DAS NEVES RIBEIRO
ADV.(A/S) : ELZA MARA MACHADO OLIVEIRA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.755-2 (428)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70014722110 - TJE
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADV.(A/S) : PERI FERNANDES CORREIA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : HENRY CRACCO DÜRKS
ADV.(A/S) : FERNANDA LOPES MARIANTE ALVES E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.756-1 (429)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70016977589 - TJ/RS
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A
ADV.(A/S) : CLÓVIS SANT'ANNA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : EVERTON RUANO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : MOGNO ART INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : JOSÉ ANGELO DA SILVEIRA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.757-9 (430)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70016375347 - TJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : ADAIR SCHUSTER
ADV.(A/S) : GLADSTONE MÁRSICO FILHO
RECDO.(A/S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.758-7 (431)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70010707941 - TJE
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADV.(A/S) : MARCUS VINICIUS TECHEMAYER E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ADÃO DARCI DE AVILA CHAGAS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : VICTOR HUGO RODRIGUES DA SILVA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.759-5 (432)
PROCED. : PERNAMBUCO
ORIGEM : PROC - 43342006 - TRCJE
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S) : LUIS PAULO PESSOA GUERRA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ZENAIDE BRANDÃO ESTEVÃO DE SOUZA
ADV.(A/S) : PATRICIA FERREIRA FAGUNDES VASCONCELOS E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.760-9 (433)
PROCED. : PERNAMBUCO
ORIGEM : PROC - 127101801 - TJE
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : ESTADO DE PERNAMBUCO
ADV.(A/S) : PGE-PE - ANTÔNIO FIGUEIREDO GUERRA BELTRÃO
RECDO.(A/S) : EMANUEL PIRES DE CARVALHO
ADV.(A/S) : SILVANA SOARES COSTA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.761-7 (434)
PROCED. : BAHIA
ORIGEM : ERR - 51645719988 - TST
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : VANESSA CERQUEIRA LIMA GREGÓRIO
ADV.(A/S) : MARCO ANTÔNIO BILIBIO CARVALHO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS
ADV.(A/S) : ALINE SILVA DE FRANÇA E OUTRO(A/S)
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.762-5 (435)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 2725715300 - TJ/SP
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : MARISA REGINA DE CAMARGO SEMENSIN
ADV.(A/S) : JOÃO BOSCO DE MESQUITA JÚNIOR E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - ALTIERE P. RIOS JUNIOR

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.763-3 (436)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 70015300338 - TJE
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : BRUNO BARBOSA DE SOUZA
ADV.(A/S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.764-1 (437)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70001601129 - TJE
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : BANCO MERIDIONAL S/A
ADV.(A/S) : LIZETE ANDREIS SEBBEN E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : SKS AUTO PEÇAS LTDA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MARIA ELIZABETH CARVALHO PÁDUA FILIPPETTO E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.765-0 (438)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70015370711 - TJE
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
RECTE.(S) : BANCO VOLKSWAGEN S/A
ADV.(A/S) : ANA PAULA CAPITANI E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ADENIR PEREIRA WALTRICK
ADV.(A/S) : RENATO MARTINELLI E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.766-8 (439)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 200671140000672 - TRCJE
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : MARCO ANTONIO SCHMITT
RECDO.(A/S) : JUÍZO FEDERAL DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE LAJEADO/RS

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.767-6 (440)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : MS - 200671950072625 - TRJEF
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : MARCO ANTÔNIO SCHMITT
RECDO.(A/S) : JUÍZO FEDERAL DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE LAJEADO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.768-4 (441)
PROCED. : CEARÁ
ORIGEM : AI - 200505000221685 - TRF
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S) : COSME GONÇALVES ANDRADE E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : HELDER LIMA DE LUCENA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.769-2 (442)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : EIAC - 70014996169 - TJE
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : BANCO ITAUCRED FINANCIAMENTO S/A
ADV.(A/S) : ANDRÉ GIORDANO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : OLIVA DA SILVA DOS SANTOS
ADV.(A/S) : RICARDO AUGUSTO FLOR E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.770-6 (443)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70018088245 - TJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : BANCO FINASA S/A
ADV.(A/S) : RAFAEL NOGUEIRA SIMAS E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : JAIR RAPHAELLI BERNAR
ADV.(A/S) : LARRI DOS SANTOS FEULA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.771-4 (444)
PROCED. : PERNAMBUCO
ORIGEM : PROC - 1742007 - 1ºCL.REC.JEC/PE
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S) : LUIS PAULO PESSOA GUERRA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : JOSÉ BONIFÁCIO MONTEIRO E SILVA
ADV.(A/S) : ANNALICE GOMES FERREIRA CASTRO E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.772-2 (445)
PROCED. : BAHIA
ORIGEM : PROC - 2851532005 - TR.CÍVEL E CRIM
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS
ADV.(A/S) : DANILO VON BECKERATH MODESTO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ALMIR NARCISO GOMES
ADV.(A/S) : PAULO HENRIQUE C VIEIRA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.773-1 (446)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 200671950072352 - TRJEF/SJ/RS
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : EDUARDO DE MOURA MENUZZI
RECDO.(A/S) : MARIA GERGINA TEIXEIRA DA SILVA
ADV.(A/S) : ARLINDO ANTÔNIO BOLZAN E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.774-9 (447)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 5827135800 - TJE
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
RECTE.(S) : REYNALDO SCOTTI E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MESSIAS TADEU OLIVEIRA BENTO FALLEIROS E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.775-7 (448)
PROCED. : PARANÁ
ORIGEM : AC - 200204010431351 - TRF-4A.REG./RS
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL
ADV.(A/S) : LUIZ RODRIGUES WAMBIER E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.776-5 (449)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 6280835500 - TJE
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
RECTE.(S) : DARCY BUENO CAMARGO SETTANNI
ADV.(A/S) : WILSON JOSÉ GERMIN E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - EDNA MARIA FARAH HERVEY COSTA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.777-3 (450)
PROCED. : SANTA CATARINA
ORIGEM : AC - 199804010186170 - TRF-4A.REG./RS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : VILIBALDO SCHLINDWEIN
ADV.(A/S) : SÉRGIO HERCULANO CORRÊA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : NEUSA MOURÃO LEITE

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.778-1 (451)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 6180315000 - TJE
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : MUNICÍPIO DE CAMPINAS
ADV.(A/S) : DAMARIS A. B. SOARES HUNGRIA
RECDO.(A/S) : CIPRIANO BRANCO LUCCAS FILHO
ADV.(A/S) : SIDNÉA REGIANE BORTOLOZO E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.779-0 (452)
PROCED. : BAHIA
ORIGEM : PROC - 4819552004 - TR.CÍVEL E CRIM
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
RECTE.(S) : PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS
ADV.(A/S) : DANILO VON BECKERATH MODESTO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ALCENIR DA SILVA PROENÇA
ADV.(A/S) : ALTAMÍRIO VIRIDIANO GOMES E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.780-3 (453)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AI - 2334674000 - TJE
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECDO.(A/S) : VLADIMIR ANTÔNIO RIOLI
ADV.(A/S) : MANOEL ARAÚJO TUCUNDUVA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.781-1 (454)
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
ORIGEM : EDROR - 46200100017005 - TST
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : TERCÍLIA ALMEIDA DE OLIVEIRA
ADV.(A/S) : JOAQUIM AUGUSTO DE AZEVEDO SAMPAIO NETTO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : LOGASA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
ADV.(A/S) : LEONARDO VARGAS MOURA E OUTRO(A/S)
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.782-0 (455)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : EDR - 105097200300000001 - TST
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA
ADV.(A/S) : ESTÊVÃO MALLET E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ANTONIO PINTO
RECDO.(A/S) : YAPERY TUPIASSU DE BRITO GUERRA
ADV.(A/S) : JAYME BORGES GAMBÔA E OUTRO(A/S)
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.783-8 (456)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 5753965300 - TJE
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
RECTE.(S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - ANDRÉ DOMINGUES FIGARO
RECDO.(A/S) : FUMIA RAMADAN E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ADRIANA A. SANTOS SOBRAL E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.784-6 (457)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AMS - 200071070027280 - TRF
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : S.C.A. INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA
ADV.(A/S) : MARIA CRISTINA MEES E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - RICARDO PY GOMES DA SILVEIRA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.785-4 (458)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 200471000423437 - TRF
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : ANTÔNIO MARCO LAINI OLIVEIRA
ADV.(A/S) : OTÁVIO PIVA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.786-2 (459)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 200571950166172 - TRJEF
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : EDUARDO DE MOURA MENUZZI
RECDO.(A/S) : LUCAS WEBER BIANCHIN
ADV.(A/S) : MARCOS ERNANI SENGER E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.788-9 (460)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70017445941 - TJ/RS
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADV.(A/S) : GEOVANA PALERMO CARPES E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : FABIO SANTOS DIELLO
ADV.(A/S) : TATIANE COIMBRA BURILLE

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.789-7 (461)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AI - 70011553062 - TJ/RS
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : SONIA LAUTER DOS SANTOS SILVA
ADV.(A/S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.791-9 (462)
PROCED. : PERNAMBUCO
ORIGEM : AIRR - 445200338106401 - TST
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : ANTONIO FERNANDO RODRIGUES DA SILVA
ADV.(A/S) : QUERINO DE SOUSA NETO
RECDO.(A/S) : CCO - TELECOMUNICAÇÕES LTDA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.794-3 (463)
PROCED. : MATO GROSSO
ORIGEM : PROC - 200736007026169 - TRJEF MT
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : LUCIANA CRISTINA CARDOSO ZANDONADI
RECDO.(A/S) : FRANCISCA LUCIA DA SILVA
ADV.(A/S) : JOSÉ CARLOS CARVALHO JÚNIOR E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.796-0 (464)
PROCED. : RIO GRANDE DO NORTE
ORIGEM : AC - 200384000154717 - TRF
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S) : BELCHIOR LIMA DA SILVA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : VALTER SANDI DE OLIVEIRA COSTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.797-8 (465)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 200571080010285 - TRF
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : CITRAL TRANSPORTE E TURISMO S/A E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : GUILHERME RICARDO ROEDEL SPERB
RECDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.798-6 (466)
PROCED. : MARANHÃO
ORIGEM : AIRR - 504200300316407 - TST
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S) : JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : PEDRO IVO DE SOUZA E SILVA SOBRINHO
ADV.(A/S) : PEDRO DUAILIBE MASCARENHAS
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.800-1 (467)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AI - 70018248104 - TJE
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ANGELA DA SILVA LUPI
ADV.(A/S) : CLAURIVETE FERRAZ DE ANDRADE E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.801-0 (468)
PROCED. : SANTA CATARINA
ORIGEM : AMS - 200372010013072 - TRF
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : TIGRE S/A - TUBOS E CONEXÕES
ADV.(A/S) : ALESSANDRA DABUL E OUTRO(A/S)
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : OS MESMOS

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.802-8 (469)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70017848813 - TJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADV.(A/S) : ANGELIZE SEVERO FREIRE E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : MILTON JOSÉ SALDANHA
ADV.(A/S) : CELSO JOSÉ GNOATTO E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.803-6 (470)
PROCED. : MINAS GERAIS
ORIGEM : AMS - 200238000313936 - TRF
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : HO ANESTESIOLOGIA S/C LTDA
ADV.(A/S) : ROBERTO RODRIGUES DE MORAIS E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.804-4 (471)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70018542530 - TJE
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : BANCO FINASA S/A
ADV.(A/S) : DENISE CABREIRA GOLAMBIESKI E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : LUIZ FRANCISCO GOBBI
ADV.(A/S) : ADÃO DE ARAÚJO BORGES E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.805-2 (472)
PROCED. : SERGIPE
ORIGEM : PROC - 200785005003324 - TRJEF
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : RAILSON JOSÉ TORRES BRAGA
RECDO.(A/S) : ANTÔNIO VALTER DE MELO
ADV.(A/S) : GISELE LEMOS KRAVCHYCHYN

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.806-1 (473)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AMS - 200004010485132 - TRF
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : BANCO A. J. RENNER S/A
ADV.(A/S) : CLAUDIO MERTEN E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.807-9 (474)
PROCED. : SERGIPE
ORIGEM : PROC - 200785005000116 - TRJEF
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : GEORGE HARRISON DOS SANTOS NERY
RECDO.(A/S) : ARNALDO ALVES FARIAS
ADV.(A/S) : GISELE LEMOS KRAVCHYCHYN

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.808-7 (475)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 6123275800 - TJE
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
RECTE.(S) : OLGA BASTOS PAES E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ANDRÉ ALMEIDA GARCIA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - MARIA HELENA MARTONE GRAZZIOLI

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.809-5 (476)
PROCED. : SERGIPE
ORIGEM : MS - 2112005 - TJE
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
RECTE.(S) : MUNICÍPIO DE NEÓPOLIS
ADV.(A/S) : LUIZ HAMILTON SANTANA DE OLIVEIRA
RECDO.(A/S) : JOSÉ ADEILDO DOS SANTOS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : FRANCISCO SOUSA GUERRA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.810-9 (477)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 200571000193941 - TRF-4A.REG./RS
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : MARIA ODY ECHEVESTE GONÇALVES
ADV.(A/S) : JORGE NILTON XAVIER DE SOUZA
INTDO. : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.811-7 (478)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 199904010013400 - TRF
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : NAVALHAS JUCHUM LTDA
ADV.(A/S) : MARCELO PINTO RIBEIRO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : GUILLERMO ANTONIO ARAUJO GRAU
RECDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.813-3 (479)
PROCED. : AMAZONAS
ORIGEM : MS - 20040038575 - TJE
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
RECTE.(S) : ESTADO DO AMAZONAS
ADV.(A/S) : PGE-AM - REYSON DE SOUZA E SILVA
RECDO.(A/S) : MARIA CLEÓPRATA ALEIXO ROBERT E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.815-0 (480)
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
ORIGEM : AC - 262062005 - TJE
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
RECTE.(S) : ESTADO DE MATO GROSSO
ADV.(A/S) : PGE-MT - CARLOS EMILIO BIANCHI NETO
RECDO.(A/S) : MARIA HELENA DA CUNHA
ADV.(A/S) : RICARDO SIQUEIRA DA COSTA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.816-8 (481)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : REOAC - 199851010293499 - TRF
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : FERNANDO CRISTO ALVES E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : CORINA DA CONCEIÇÃO SIMÕES
RECDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : ROBERTO NUNES
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.817-6 (482)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AI - 200704000010474 - TRF
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : MASSA FALIDA DE CORA MARTINS ATACADISTAS E DISTRIBUIDORES LTDA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.818-4 (483)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70017300310 - TJE
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
RECTE.(S) : SABEMI PREVIDÊNCIA PRIVADA
ADV.(A/S) : JULIANO ANGELIS E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : MIRSE BRAGA PEREIRA DE SOUZA
ADV.(A/S) : RONALDO CASSIMIRO LOREZEN PIPPI E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.819-2 (484)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : EDAIRR - 14884200290015001 - TST
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : ALCIDES GONÇALVES
ADV.(A/S) : MARCOS JOSÉ CAPELARI RAMOS
RECDO.(A/S) : USINA SANTA ELISA S/A E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : LUIS HENRIQUE PIERUCHI E OUTRO(A/S)
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.820-6 (485)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70009975822 - TJE
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADV.(A/S) : RICARDO DE FREITAS E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : TEREZA BASTOS CORRÊA
ADV.(A/S) : JOÃO VICENTE CAPUTY DA ROSA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.821-4 (486)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM : PROC - 200434009070938 - T.REC.J.E.F-DF
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADV.(A/S) : MARIA CRISTINA DE MIRANDA
RECDO.(A/S) : LUZIA ROSA DE ARAUJO
ADV.(A/S) : DEFENSORIA PUBLICA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.822-2 (487)
PROCED. : MINAS GERAIS
ORIGEM : PROC - 702063166509 - 3TRJECC UBERLAN
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : ANDERSON CROSARA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : PAULO HENRIQUE DA SILVEIRA CHAVES E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ANTÔNIO DO CARMO DE LIMA
ADV.(A/S) : ADAILTON BORGES DE OLIVEIRA
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.823-1 (488)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70010248987 - TJE
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : BANCO ITAÚ S/A
ADV.(A/S) : FRANCISCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA STOCKINGER E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ITACORÁ AGROPECUÁRIA BENEFICIAMENTO E COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA
ADV.(A/S) : RODRIGO CAMPOS PEREIRA
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.824-9 (489)
PROCED. : PARANÁ
ORIGEM : PROC - 2006000345630 - TJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : MARIA APARECIDA DONATO DA SILVA
ADV.(A/S) : GLAUCO LUCIANO RAMOS E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : SERCOMTEL S/A - TELECOMUNICAÇÕES
ADV.(A/S) : PAULO HENRIQUE GARDEMANN E OUTRO(A/S)
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.825-7 (490)
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
ORIGEM : AC - 20060111363 - TJE
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
RECTE.(S) : BANCO VOLKSWAGEN S/A
ADV.(A/S) : GUSTAVO CALÁBRIA RONDON E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : JUCINEIDE CANDIDA RAMOS PELUTTI
ADV.(A/S) : RENATO RODRIGUES GUALBERTO JUNIOR E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.826-5 (491)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 3860695900 - TJE
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
RECTE.(S) : ANTONIO KIYOSHI NOSSE E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : LEONARDO ARRUDA MUNHOZ E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - MARIA MAURA BOLZAN DOMINGUES

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.827-3 (492)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AMS - 200151100050738 - TRF
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : SUPERMERCADOS TORREBELA LTDA
ADV.(A/S) : JOSÉ OSWALDO CORRÊA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.828-1 (493)
PROCED. : MINAS GERAIS
ORIGEM : RESP - 523833 - STJ
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DOS CAFEICULTORES DA REGIÃO DE VARGINHA LTDA - CREDIVAR E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : LILIANE NETO BARROSO E OUTRO(A/S)
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.831-1 (494)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AMS - 200361210044277 - TRF
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : PLASTICENTER CLÍNICA DE CIRURGIA PLÁSTICA S/C LTDA
ADV.(A/S) : LUIZ LOUZADA DE CASTRO E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.832-0 (495)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AR - 70004590535 - TJE
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TECIDOS MALU LTDA
ADV.(A/S) : ERENITA PEREIRA NUNES E OUTRO(A/S)
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.833-8 (496)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AMS - 9902130038 - TRF
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : CONSTRUTORA PRESIDENTE RIO LTDA
ADV.(A/S) : JOSÉ GOMES DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.834-6 (497)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 200451010079030 - TRF
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : ELIANA CORDEIRO MARIA
ADV.(A/S) : JORGE DAMIÃO DE PAULA
RECDO.(A/S) : INMETRO - INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL
ADV.(A/S) : CARLOS CAMPUZANO MARTINEZ

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.835-4 (498)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70010238616 - TJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : DORIS BEATRIZ DE ÁVILA PEREIRA
ADV.(A/S) : LUCIANA DE MORAES CARON E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : SABEMI PREVIDÊNCIA PRIVADA
ADV.(A/S) : HOMERO BELLINI JUNIOR E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : GEPLAN SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL
ADV.(A/S) : GRAZIELA PINTO DE FARIAS E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : UNIPREV - UNIÃO PREVIDENCIÁRIA
ADV.(A/S) : ALESSANDRA VALESCA ATHAYDE PORTELLA
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.836-2 (499)
PROCED. : PARANÁ
ORIGEM : AC - 200570000234102 - TRF
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : CONSTANTE LOURIVAL RAZZOLIM E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : EDUARDO CHAMECKI E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : SIDNEI MACHADO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.837-1 (500)
PROCED. : MATO GROSSO
ORIGEM : AC - 573942004 - TJE
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
RECTE.(S) : TRESCINCO ADMINISTRADORA E CONSÓRCIO S/C LTDA
ADV.(A/S) : DANILO GUSMÃO PINHEIRO DUARTE E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : DOMINGOS SÁVIO DE ALMEIDA FRANÇA
ADV.(A/S) : LUIZ ALFEU SOUZA RAMOS E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.838-9 (501)
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
ORIGEM : AC - 20050052798000000 - TJE
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ADV.(A/S) : PGE-MS - SARAH F MONTE ALEGRE DE ANDRADE SILVA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : AMÉLIA HISSAKO OTAKARA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : RANATA BARBOSA LACERDA OLIVA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.839-7 (502)
PROCED. : BAHIA
ORIGEM : AC - 200001000634376 - TRF
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
RECTE.(S) : TAPEÇARIA GLOBO LTDA
ADV.(A/S) : EDGAR SILVA NETO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.840-1 (503)
PROCED. : SERGIPE
ORIGEM : AMS - 200185000050802 - TRF
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : ORTOLINE INDUSTRIA DE ESPUMA E DERIVADOS LTDA
ADV.(A/S) : MARCOS JOSÉ SANTOS MEIRA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.841-9 (504)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : EIAC - 70014543458 - TJE
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : BANCO GENERAL MOTORS S/A
ADV.(A/S) : RODRIGO DORNELES E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ROBERTO DA SILVEIRA JESUS
ADV.(A/S) : MARCO AURÉLIO RODRIGUES DA COSTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.842-7 (505)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 200571010030179 - TRF
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : TATIANA SILVA DE BONA
RECDO.(A/S) : THEREZA DE JESUS PEREIRA RODRIGUES
ADV.(A/S) : EDSON DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.843-5 (506)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AI - 200604000272063 - TRF
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S) : CELIA TEREZINHA ZAGO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : THIAGO CECCHINI BRUNETTO E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.844-3 (507)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70012742128 - TJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A
ADV.(A/S) : SABRINA FERRARI E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : MÁRIO DE BRITO
ADV.(A/S) : NÁDIA MARIA KOCH ABDO E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.845-1 (508)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70015111214 - TJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : BANCO ITAÚ S/A
ADV.(A/S) : HUMBERTO JARDIM MACHADO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : CARLOS ANTÔNIO GOULARTE DOS SANTOS
ADV.(A/S) : ANA MARIA SOSTRUZNIK

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.846-0 (509)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 20067195009750 6 - TRJEF/SJ/RS
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : MARCO ANTÔNIO SCHMITT
RECDO.(A/S) : JUÍZO FEDERAL DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE LAJEADO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.847-8 (510)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AI - 70019813286 - TJE
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : MIGUEL ARCANJO DA CRUZ SILVA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MIGUEL ARCANJO DA CRUZ SILVA E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : LUIZ HENRIQUE DE GODOY E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.848-6 (511)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AI - 70019408715 - TJE
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : VIRGILIO MUNARI NETO
ADV.(A/S) : VIRGILIO MUNARI NETO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.850-8 (512)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AI - 200704000114772 - TRF
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : PORTELA REPRESENTAÇÕES LTDA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.851-6 (513)
PROCED. : BAHIA
ORIGEM : PROC - 5175262004 - TR.CÍVEL E CRIM
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS
ADV.(A/S) : MARCELO MARTORANO NIERO
RECDO.(A/S) : SOLANGE MARIA PESSÔA DO NASCIMENTO
ADV.(A/S) : PAULO SÉGIO PESSOA DE MOURA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.852-4 (514)
PROCED. : BAHIA
ORIGEM : AC - 28032004 - TJE
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
RECTE.(S) : MUNICÍPIO DO SALVADOR
ADV.(A/S) : GIOCONNDA LADEIA
RECDO.(A/S) : BANCO ECONÔMICO S/A
ADV.(A/S) : ADRIANA DA SILVA ANDRADE E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.853-2 (515)
PROCED. : SANTA CATARINA
ORIGEM : AMS - 200072000008844 - TRF
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : CIÊNCIA LABORATÓRIO MÉDICO S/C LTDA
ADV.(A/S) : JOÃO MARCELO SCHWINDEN DE SOUZA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.855-9 (516)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70017146523 - TJE
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO
ADV.(A/S) : SERGIO EDUARDO GOMES SAYÃO LOBATO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ANGELA SCHEPFF WITCHORIKY
ADV.(A/S) : JOSÉ FRANCISCO DORNELLES BRÍGIDO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.856-7 (517)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AMS - 200370060051738 - TRF
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : GUARATU INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS E COMPENSADOS LTDA
ADV.(A/S) : MARCIO ARI VENDRUSCOLO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL
ADV.(A/S) : FERNANDO BARBOSA BASTOS COSTA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S) : CIA/ FORÇA E LUZ DO OESTE
ADV.(A/S) : CARLOS ALBERTO BITTENCOURT CAGGIANO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : COMERCIALIZADORA BRASILEIRA DE ENERGIA EMERGENCIAL - CBEE
ADV.(A/S) : EDUARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA RAMIRES E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.857-5 (518)
PROCED. : RIO GRANDE DO NORTE
ORIGEM : RMS - 22365 - STJ
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECDO.(A/S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ADV.(A/S) : PGE-RN - MARCONI MEDEIROS MARQUES DE OLIVEIRA
RECTE.(S) : COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE COSERN
ADV.(A/S) : LAUMIR CORREIA FERNANDES E OUTRO(A/S)

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.858-3 (519)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70015138985 - TJE
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADV.(A/S) : RUBIA LÖFF CAPRETTI E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : IVON GOMES VAZ
ADV.(A/S) : MAURO TRÁPAGA TEIXEIRA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.859-1 (520)
PROCED. : MATO GROSSO
ORIGEM : PROC - 200736007028529 - TRJEF MT
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : FERNANDA VILELA ZAGATTO
RECDO.(A/S) : INÊS NOGUEIRA DOS SANTOS
ADV.(A/S) : GISELDA NATALIA DE SOUZA WINCK ROCHA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.862-1 (521)
PROCED. : GOIÁS
ORIGEM : AC - 786540188 - TJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : BANCO FINASA S/A
ADV.(A/S) : MIRIÃ PEREIRA DE ARAÚJO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : CARLA INÁCIO CARVALHO
ADV.(A/S) : JOSÉ RUBENS DE ARAÚJO JÚNIOR E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.863-0 (522)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70000523415 - TJE
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : BANCO BRADESCO S/A
ADV.(A/S) : ALVACIR ROGÉRIO SANTOS DA ROSA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : FERNANDES, ROMA E MENENDES LTDA
ADV.(A/S) : JOÃO TELMO LOPES FERNANDES E OUTRO(A/S)

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.864-8 (523)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AMS - 5634555000 - TJE
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : MUNICÍPIO DE GUAÍRA
ADV.(A/S) : EDVALDO BOTELHO MUNIZ
RECTE.(S) : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SECÇÃO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : JOÃO DIÓGENES FORNEL

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.865-6 (524)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 200351010157590 - TRF
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : MARCOS ANTONIO DE ALMEIDA
ADV.(A/S) : ADILSON FONSECA
RECDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.866-4 (525)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : EIAC - 70016652281 - TJE
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : MALCON FINANCEIRA S/A
ADV.(A/S) : JÚLIO CÉSAR COLLING E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ALEXANDRA CONRADO FERREIRA DA SILVA
ADV.(A/S) : MAURÍCIO FERNANDES DA SILVA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.868-1 (526)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 70017366014 - TJE
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : BANCO ITAÚ S/A
ADV.(A/S) : LORENZO LACERDA CAPELLI E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : JARBAS FRANCISCO MARQUES FERREIRA
ADV.(A/S) : ZOLMIRA CARVALHO GONÇALVES THEWES E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.869-9 (527)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 70017023318 - TJE
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : SUCESSÃO DE NIRA GASPAR DOS SANTOS
ADV.(A/S) : MARIANA GASPAR SEGANFREDO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ANA CECÍLIA GASPAR SEGANFREDO
ADV.(A/S) : DANIELA MARQUESAN DA SILVA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.870-2 (528)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70017508839 - TJE
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADV.(A/S) : GEOVANA PALERMO CARPES E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : MAURO ADRIANO FREITAS DA COSTA
ADV.(A/S) : NÁDIA MARIA KOCH ABDO E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.873-7 (529)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AI - 70019227669 - TJE
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ESPÓLIO DE PEDRO LESSA CIRNE
ADV.(A/S) : SERGIO ANTONIO DE SOUZA
INTDO.(A/S) : EDLOUISE MARTINS CIRNE E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : SERGIO ANTONIO DE SOUZA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.874-5 (530)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70017913260 - TJE
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : BANCO FIAT S/A
ADV.(A/S) : PERI FERNANDES CORREIA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : VIVIAN DA SILVA KLEY
ADV.(A/S) : CATARINA LÚCIA TISSOT E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.878-8 (531)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : AC - 297902005 - TJE
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : CARLOS ROSA DE FREITAS
ADV.(A/S) : RICARDO CANELLAS RINALDI JÚNIOR E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : TELSUL SERVIÇOS S/A
ADV.(A/S) : WAGNER LACERDA DE MATOS E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S) : PHILLIPE GRUNERT E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ANDRÉ NICOLAS DE CAMPOS E OUTRO(A/S)
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.880-0 (532)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70016552804 - TJE
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
RECTE.(S) : ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO SPENGLER LTDA
ADV.(A/S) : LEONARDO GIACOMET BARRETO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : GILMAR SOLIANI
ADV.(A/S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.881-8 (533)
PROCED. : PARANÁ
ORIGEM : AC - 2577540 - TRIB. ALÇADA
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA
ADV.(A/S) : MÁRCIA REGINA RODACOSKI E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ESPÓLIO DE MATIAS MONTEIRO
ADV.(A/S) : ISMAIL CHUKR
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.882-6 (534)
PROCED. : PERNAMBUCO
ORIGEM : PROC - 842007 - 1ºCL.REC.JEC/PE
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S) : LUIS PAULO PESSOA GUERRA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : CLÁUDIO JOSÉ DA SILVA
ADV.(A/S) : MARIA DE FÁTIMA COUTINHO ESPÍNDOLA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.883-4 (535)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AMS - 200571020038631 - TRF
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : ELETRO PEÇAS SANTAMARIENSE LTDA
ADV.(A/S) : MICHELE CIOCCARI E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.885-1 (536)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AMS - 200571000195019 - TRF
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : LABORATÓRIO GEYER DE ANÁLISES CLÍNICAS S/S LTDA
ADV.(A/S) : SANDRO VUGMAN WAINSTEIN E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.887-7 (537)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : AC - 6011945400 - TJE
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : JAIR MARCOS RIGAMONTI
ADV.(A/S) : WILSON JOSÉ GERMIN E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - MARCELA MERCANTE NEKATSCHALOW

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.888-5 (538)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : AC - 70017414939 - TJE
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : BANCO SAFRA S/A
ADV.(A/S) : SABRINA FERRARI E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : NELSON PILLA FILHO
RECDO.(A/S) : SÉRGIO LUIZ SELISTRE
ADV.(A/S) : MARIA HELENA ZOTTMANN E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.889-3 (539)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 200571950122673 - TRJEF
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : EDUARDO DE MOURA MENUZZI
RECDO.(A/S) : TIAGO ALGAYER
ADV.(A/S) : ALADIM TRINDADE DE ALMEIDA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.890-7 (540)
PROCED. : BAHIA
ORIGEM : AC - 2868002004 - TJE
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : BOMPREÇO BAHIA S/A
ADV.(A/S) : CARLOS ALBERTO COSTA JÚNIOR E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ESTADO DA BAHIA
ADV.(A/S) : PGE-BA - MARIA ELZA LEITE ROLEMBERG ALVES
ADV.(A/S) : PGE-BA - CÂNDICE LUDWIG ROMANO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.891-5 (541)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
ORIGEM : PROC - 200671950080658 - TRJEF
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : EDUARDO DE MOURA MENUZZI
RECDO.(A/S) : MARCILIO BERTOLDO DA ROSA
ADV.(A/S) : JEOVANE FREITAS MELLO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.894-0 (542)
PROCED. : SÃO PAULO
ORIGEM : EIEXEC - 112453256 - JDOEFE/SP
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
RECTE.(S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - CLÁUDIA CARDOSO CHAHOUD
RECDO.(A/S) : WAGMAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOLDES USINAGEM EM GERAL LTDA - ME
ADV.(A/S) : CARLOS ROBERTO DA SILVEIRA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 564.897-4 (543)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
ORIGEM : PROC - 20202010043772 - TRF
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S) : WALDOMIRO MARTINS
ADV.(A/S) : JOSÉ ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 26.929-8 (544)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM : MS - 10031 - STJ
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
RECTE.(S) : MARCOS GOMES DE CARVALHO
ADV.(A/S) : RANIERI LIMA RESENDE E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
RECDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 92.601-1 (545)
PROCED. : AMAZONAS
ORIGEM : HC - 73242 - STJ
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
RECTE.(S) : IDELFONSO FERREIRA DE OLIVEIRA
ADV.(A/S) : ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

MINISTRO	DISTR	REDIST	TOT
MIN. CELSO DE MELLO	45	0	45
MIN. MARCO AURÉLIO	58	0	58
MIN. GILMAR MENDES	55	0	55
MIN. CEZAR PELUSO	69	0	69
MIN. CARLOS BRITTO	61	0	61
MIN. JOAQUIM BARBOSA	44	0	44
MIN. EROS GRAU	57	0	57
MIN. RICARDO LEWANDOWSKI	53	0	53
MIN. CÁRMEN LÚCIA	51	0	51
MIN. MENEZES DIREITO	52	0	52
TOTAL	545	0	545

Nada mais havendo, foi encerrada a presente Ata de Distribuição. **ANGELA BERENICE DE C. NEVES DUARTE**, Coordenadora de Processamento Inicial, **ANA LUIZA MOTTECY VERAS**, Secretária Judiciária. Brasília, 26 de setembro de 2007.

DECISÕES E DESPACHOS

AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 705-2 (546)
PROCED. : RORAIMA
RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE
AUTOR(A/S)(ES) : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
ADV.(A/S) : SILVIA TEREZA NOVAES DE MENEZES E OUTRO(A/S)
REU(É)(S) : ESTADO DE RORAIMA
ADV.(A/S) : PGE-RR - FRANCISCO VILEBALDO DE ALBUQUERQUE

Despacho referente à Petição n.º 152744/2007:
Junte-se. Sim quanto ao pedido de vista, que defiro pelo prazo legal.
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.
Ministra Ellen Gracie
Presidente

AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 768-2 (547)
PROCED. : RORAIMA
RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE
AUTOR(A/S)(ES) : ESTADO DE RORAIMA
ADV.(A/S) : DENISE SILVA GOMES E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : PGE-RR - ANTONIO PEREIRA COSTA
REU(É)(S) : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
ADV.(A/S) : DARIO QUARESMA DE ARAÚJO E OUTRO(A/S)
REU(É)(S) : ARILO CLÁUDIO DIAS
ADV.(A/S) : SILENO KLEBER M. DA SILVA GUEDES

Despacho referente à Petição n.º 152746/2007:
Junte-se. Sim quanto ao pedido de vista, que defiro pelo prazo requerido.
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.
Ministra Ellen Gracie
Presidente

EXTRADIÇÃO 991-5 (548)
PROCED. : REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
REQTE.(S) : GOVERNO DO URUGUAI
EXTDO.(A/S) : NESTOR LEONEL COLMAN CORREA
ADV.(A/S) : CARMEM LÚCIA DE ALMEIDA PRESTA

DESPACHO:
Reitere-se o ofício de fls. 415.
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.
Ministra Ellen Gracie
Presidente

SECRETARIA JUDICIÁRIA

DECISÕES E DESPACHOS DOS RELATORES

PROCESSOS ORIGINÁRIOS

AÇÃO CAUTELAR 1.722-0 (549)
PROCED. : CEARÁ
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
REQTE.(S) : VICENTE FELIX DE SOUSA
ADV.(A/S) : FRANCISCO IRAPUAN PINHO CAMURÇA E OUTRO(A/S)
REQDO.(A/S) : MARIA CLEIDIMAR PINHEIRO
ADV.(A/S) : LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO E OUTRO(A/S)

DESPACHO: Em virtude de atuação anterior no Tribunal Superior Eleitoral, quando do julgamento do Respe-AgR nº 26.005 (fls. 103/113), o Min. **MENEZES DIREITO** encaminhou os autos à Presidência, nos termos do artigo 277, § único, do RISTF.
Verifico, contudo, que também participei daquele julgamento e que, apesar de não estar impedido de atuar nesta ação, numa interpretação construtiva do supra citado dispositivo, não devo ser o relator do feito (**AC nº 712**, Rel. Min. **CARLOS VELLOSO**, DJ de 18.05.2005).
Encaminhem-se os autos, à Exma. Sra. Ministra Presidente, para apreciar eventual redistribuição.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.
Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

MED. CAUT. EM AÇÃO CAUTELAR 1.791-2 (550)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. EROS GRAU
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS - CNDL
ADV.(A/S) : GUILHERME AZAMBUJA CASTELO BRANCO E OUTRO(A/S)
REQDO.(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Vistos.

Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas ingressa com a presente medida cautelar inominada, incidental à ADPF nº 117/DF, postulando seja deferida liminar para complementar a decisão proferida na mencionada ADPF "*para esclarecer a inocorrência da hipótese de "vacância" na direção da CNDL após 30 de setembro de 2007, quando terminaria o mandato da atual diretoria, cujo termo por conseguinte, deve igualmente ficar suspenso até que se realize regularmente a eleição de nova diretoria na CNDL, após decisão do Pleno do STF*" (fl. 08).

Os autos foram distribuídos a relatoria do eminente Ministro **Eros Grau**. Certificada a ausência do relator (fl. 139), foram encaminhados, em 24/9/07, ao Ministro **Ricardo Lewandowski**, que não se encontrava em Brasília (fl. 141), sendo, então, remetidos à Ministra **Cármen Lúcia**, que, de acordo com a declaração de fl. 143, não se encontrava no Supremo Tribunal Federal. Os autos, então, vieram a minha apreciação em 24/9/07.

Decido.

O Ministro **Sepúlveda Pertence**, então Relator da ADPF nº 117/DF, posteriormente foi redistribuída à relatoria do Ministro **Eros Grau** (art. 68, § 1º, do RISTF), não conheceu da ADPF "*por considerar que havia outros meios judiciais eficazes para sanar a alegada lesividade das decisões impugnadas*" (fl. 55). Interposto agravo regimental, assim decidiu o Ministro **Sepúlveda Pertence** nos autos da referida ADPF:

"Embora o fumus boni juris esteja equilibrado em favor de ambas as partes no processos que tramitam na origem - nos quais existem decisões favoráveis tanto à argüente quanto aos seus adversários -, o agravo regimental traz fundamentação que, apesar de não me convencerem pela reconsideração da decisão que proferi, demonstra aparente contradição no entendimento dos Ministros deste Tribunal quanto à aplicação do princípio da subsidiariedade da ADPF, o que torna indispensável a manifestação do Plenário.

O periculum in mora está, efetivamente, na realização de eleições ante o cenário de completa insegurança acerca de qual regime jurídico da instituição deve ser observado, o que pode acarretar graves conseqüências e turbulências ainda maiores do que as que já existem.

Desse modo, defiro a liminar, ad referendum do Tribunal Pleno (art. 5º, § 1º, da Lei 9.882/99), apenas para suspender a realização das eleições para a Diretoria da ***Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas*** *até que se julgue o agravo regimental interposto contra a decisão por mim proferida nestes autos"* (fl. 56).

Na presente cautelar, alega a requerente:

"O periculum in mora está, efetivamente, na realização da referida Assembléia Geral Extraordinária auto-convocada pelas Federações inadimplentes financeira ou estatutariamente e que, em verdade, como se depreende do item 4 da referida convocação, pretendem promover, em subterfúgio para burlar a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, uma objetiva deliberação sobre a escolha de quem ocupará a ***"Direção da Entidade (CNDL) após o término do mandato da atual Diretoria;****" (sic), tratando-se evidentemente de uma forma oblíqua de "eleição" de novos dirigentes, utilizando-se da própria ordem liminar do STF como escusa para a prática em tese do crime de desobediência, o que viola frontalmente a decisão dessa Suprema Corte que, conforme expresso na liminar deferida, carece de manifestação do Plenário do STF para que ocorra deliberações referentes a tal mister ante o cenário de completa insegurança acerca de qual regime jurídico da instituição deve ser observado, o que pode acarretar graves conseqüências e turbulências ainda maiores do que as que já existem.*

Senhor Ministro, a referida AGE está designada para o dia 12/09/2007, na sede da CDL/DF sito no SCS, Qd. 6, bloco "A", lotes 10/11 em Brasília/DF, de modo que é fundamental o deferimento da liminar requerida, ad referendum do Tribunal Pleno, preservando a efetividade do Princípio da Segurança Jurídica que animou a r. decisão de fls. 282/284, até que o Pleno julgue a ADPF 117" (fls. 07/08).

Primeiramente, cumpre registrar que os autos somente vieram-me conclusos em 24/9/07, após a data prevista para realização da mencionada AGE designada para o dia 12/9/07, na qual se decidiria, segundo alega a requerente, quem ocuparia a direção da entidade após o término do mandato da atual diretoria, previsto para o dia 30/9/07.

A decisão liminar na ADPF nº 117/DF foi concedida apenas para suspender a realização das eleições para a Diretoria da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas até o julgamento do agravo regimental apresentado contra a decisão que negou seguimento a ADPF. Entendo que não cabe, no exame da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental, deliberar além do que já foi decidido liminarmente, ou seja, a suspensão da realização das eleições. Os procedimentos que serão adotados para a administração da entidade, após o término do mandato da diretoria, face à suspensão da eleição, em razão das medidas judiciais intentadas e do reconhecido "*cenário de completa insegurança acerca de qual regime jurídico da instituição deve ser observado*" (fl. 56), não podem ser definidos na ADPF em curso nesta Corte. De fato, a pretensão apresentada nesta cautelar é de transferir à Suprema Corte solução para a gestão de entidade autora, o que não tenho como pertinente. Diante do cenário existente, a extensão da liminar deferida na ADPF nº 117/DF, assim é incabível. Anote-se, ainda, que o pedido, concretamente, é de prorrogação de mandato da diretoria eleita, o que, sob todas as luzes, entendo ser fora de propósito no âmbito da cautelar vinculada a uma ação de descumprimento de preceito fundamental.

Indefiro o pedido liminar.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro MENEZES DIREITO

(Art. 38, I, do RISTF)

AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 720-9 (551)

PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AUTOR(A/S)(ES) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : PGE-RJ - CHRISTINA AIRES CORRÊA LIMA E OUTRO(A/S)
REU(É)(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DESPACHO

PRAZO - DEFERIMENTO.

1. Mediante a manifestação de folha 603, o Estado do Rio de Janeiro requer a concessão de prazo de sessenta dias para a juntada da documentação requerida pela União para dar efetivo cumprimento à liminar deferida e referendada na Ação Cautelar nº 231-1/RJ.

2. Defiro o pleito formalizado.

3. Publiquem.

Brasília, 19 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO - Relator

AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 1.059-0 (552)

PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AUTOR(A/S)(ES) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - ROBERTO DE ALMEIDA GALLEGO
REU(É)(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DESPACHO: Trata-se, na origem, de ação ajuizada contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS pelo Estado de São Paulo, visando a declaração de inexigibilidade de contribuição social calculada com base nos valores pagos aos servidores estaduais temporários e ocupantes de cargo em comissão.

O pedido fora julgado procedente pelo Juízo Federal da 18ª Vara da Seção Judiciária de São Paulo (Fls. 73-87).

Apreciando recurso de apelação, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconheceu a competência do Supremo Tribunal Federal para conhecer do pedido (Fls. 248-260. O respectivo acórdão foi assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO FEDERAL. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. CARTA MAGNA. ARTIGO 102, I, "f". DEMANDA DE REPERCUSSÃO PATRIMONIAL ENTRE ESTADO-FEDERADO E AUTARQUIA FEDERAL. AUSÊNCIA DO MECANISMO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE OS REGIMES GERAL DE PREVIDÊNCIA (RGPS) E O ESTADUAL PAULISTA (LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL 180/78). INTERFERÊNCIA NORMATIVA DA UNIÃO POR MEIO DO PODER CONSTITUINTE DERIVADO. COMPROMETIMENTO DO EQUILÍBRIO FEDERATIVO. NULIDADE AB INITIO DO PROCESSO. REMESSA DOS AUTOS AO STF.

- Preliminar argüida pela autarquia de nulidade do processo por incompetência absoluta acolhida.

- Ação proposta pelo Estado de São Paulo contra o Instituto Nacional do Seguro Social, com o objetivo de declarar a inexigibilidade do pagamento de contribuição previdenciária em relação a servidores públicos estaduais temporários e ocupantes de cargo em comissão, instituída pela Emenda Constitucional 20/98, que alterou o artigo 40, § 13, da Carta Magna, até que seja efetuada a compensação financeira entre os regimes geral de previdência (RGPS) e o estadual paulista (Lei Complementar Estadual n. 180/78).

- Incompetência absoluta do juízo federal.

- Interferência normativa da União por meio do poder constituinte derivado. Ausência do mecanismo de compensação financeira entre os regimes geral de previdência (RGPS) e o estadual paulista (Lei Complementar Estadual 180/78).

- Demanda de repercussão patrimonial entre Estado-federado e autarquia federal hábil a comprometer o equilíbrio federativo e a ensejar a competência originária do Supremo Tribunal Federal.

- Nulidade ab initio do processo. Remessa dos autos ao Supremo Tribunal Federal.

- Preliminar de incompetência acolhida. Apelação autárquica e remessa oficial providas." (AC 1999.61.00.031145-2, rel. Des. Fed. André Nabarrete, Quinta Turma, TRF3, *DJ* de 27.06.2007).

O mencionado acórdão transitou em julgado (Fls. 274).

Inicialmente, intime-se o estado-autor, para que emende a petição inicial, requerendo a citação da União.

Entrementes, intime-se o procurador-geral Federal, ou quem lhe fizer as vezes**,** para que se manifeste sobre competência para representar o INSS, nos termos dos arts. 2º, *caput*, 16, *caput* e §§ 1º e 3º, I, e 23 da Lei 11.457/2007.

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro **JOAQUIM BARBOSA** - Relator

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.921-1 (553)

PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADV.(A/S) : PGE-SC - ADRIANO ZANOTTO
REQDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTDO.(A/S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO CONSUMIDOR - MPCON
ADV.(A/S) : TÂNIA MARGARETE DE SOUZA TRAJANO

DESPACHO (na petição avulsa 146.674/2007): Junte-se.

Trata-se de pedido de ingresso nos autos desta ação direta de inconstitucionalidade formulado pela Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor - MPCON.

Inicialmente, observo que a postulante não apresentou cópia de seu estatuto social e de outros documentos que demonstrassem, de forma específica, sua representatividade. Juntamente com a petição vieram apenas dois documentos pertinentes à estrutura social da entidade (cópias simples): requerimento para registro de ata de assembléia geral ordinária para o biênio 2006/2008, com a lista dos associados que dela participaram (vinte e um membros), e "Ata da Assembléia Geral Ordinária da Associação do MPCON".

Do exposto, intime-se a postulante, para que possa suprir a deficiência apontada.

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro **JOAQUIM BARBOSA**

Relator

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.951-2 (554)

PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
ADV.(A/S) : MARCELO ROCHA DE MELLO MARTINS E OUTRO(A/S)
REQDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
REQDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL

DECISÃO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LIMINAR - JULGAMENTO DEFINITIVO.

1. Esta ação direta de inconstitucionalidade tem como objeto as expressões "imediata" e "apreensão do documento de habilitação" contidas na nova redação do artigo 218 do Código de Trânsito Brasileiro, modificado pela Lei nº 11.334/2006. A racionalidade própria ao Direito direciona no sentido de aguardar-se o julgamento definitivo.

2. Aciono o disposto no artigo 12 da Lei nº 9.868/99. Providenciem as informações, a manifestação do Advogado-Geral da União e o parecer do Procurador-Geral da República.

3. Publiquem.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO

Relator

AÇÃO PENAL 368-8 (555)

PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REVISOR : MIN. GILMAR MENDES
AUTOR(A/S)(ES) : SÉRGIO ARQUIMEDES PACHECO DA CRUZ
ADV.(A/S) : SÉRGIO DA SILVA MARTINS E OUTRO(A/S)
REU(É)(S) : REMI ABREU TRINTA
ADV.(A/S) : JOSÉ MARIA DOS ANJOS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : DIOMAR BEZERRA LIMA

DESPACHO

COMPETÊNCIA - ELUCIDAÇÃO.

1. Eis as informações prestadas pelo Gabinete:

O Juízo da 10ª Vara Federal do Distrito Federal solicita informações sobre o andamento do processo acima citado para instruir a carta de ordem expedida pelo Supremo e registrada sob o nº 2004.34.00.040104-5. Esclarece que, em consulta ao sítio da Câmara dos Deputados, o Sr. Remi Abreu Trinta, querelado, não mais detém o cargo que lhe dava o direito a prerrogativa de foro.

Registro a remessa do processo, em 5 de outubro de 2004, à Justiça Federal do Distrito Federal para a instrução.

2. Oficiem à Câmara dos Deputados, objetivando saber a respeito da existência do mandato do réu.

3. Uma vez recebida comunicação sobre não haver sido eleito para a atual legislatura, solicitem ao Juízo da 10ª Vara Federal do Distrito Federal a devolução do processo , remetendo-o, a seguir, ao Ministério Público.

4. Publiquem.

Brasília, 22 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO

Relator

AÇÃO RESCISÓRIA 1.377-9 (556)

PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
REVISORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AUTORA : JATOBÁ - AGRICULTURA, PECUÁRIA E INDÚSTRIA S/A
ADV. : SÉRGIO LUÍS TEIXEIRA DA SILVA E OUTROS
RÉ : UNIÃO
ADV. : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Trata-se de ação rescisória ajuizada por JATOBÁ - AGRICULTURA, PECUÁRIA E INDÚSTRIA S/A contra a UNIÃO, em que se busca a rescisão do acórdão emanado da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, Rel. Min. Ilmar Galvão, proferido quando do julgamento do RMS 21.800/DF em 04/04/95, e com trânsito em julgado em 16/6/95.

Cuidava-se, no referido caso, de recurso ordinário interposto de decisão do Superior Tribunal de Justiça que, deferiu em parte, mandado de segurança que versava sobre índice de correção monetária referente à inflação de janeiro de 1991, aplicável a títulos da dívida agrária, recebidos em pagamento de imóvel rural expropriado para fins de reforma agrária.

Assim está ementado o acórdão rescindendo (fl. 33):

"EMENTA: - TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA EMITIDOS ANTES DE FEVEREIRO/91. ACÓRDÃO QUE DETERMINOU FOSSE O SEU VALOR, ALUSIVO A MARÇO/91, APURADO MEDIANTE APLICAÇÃO DO IPC DE FEVEREIRO (19,87), COM EXCLUSÃO DA TR DO MESMO MÊS (7%). ALEGADA VIOLAÇÃO À NORMA DO ART. 184 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Improcedência da alegação, face ao flagrante descabimento de aplicação acumulada de índices alusivos ao mesmo mês, apurados por fontes diversas.

Recurso improvido."

A autora desta ação rescisória sustenta, em síntese, que *"não pode prosperar a redução ilícita do IPC/fevereiro/91, de 21,87% para 14,87% ou 13, 87%, sob falso pretexto da dupla incidência do IPC/fevereiro/91 e da TR/fevereiro/91, mas ao invés, deve prevalecer, no cômputo do valor do TDA - e de outras obrigações - a aplicação da taxa de inflação realmente ocorrida em Janeiro/91 (de 1º a 31), calculada pelo IPC /fevereiro/91, em 21,87%, na seqüência, pela taxa de inflação de fevereiro/91, 7,00%, representada pela TR/fevereiro/91, fixada pelo BACEN para 1º a 18 de fevereiro/91 (esta já incorporada pela União, no valor do TDA, na Portaria nº 73/91); e depois pela taxa da TR/março/91, 8,5º%... e assim sucessivamente"* (fls. 13-14). Aduz, ainda, a ocorrência de erro de fato prevista no art. 485, IX, do Código de processo Civil.

Requer, desse modo, a rescisão do acórdão *"e que haja outro julgamento da lide, cujo acórdão assegure seja o valor de seus TDAS reajustado pela taxa de inflação ocorrida na ordem seqüencial dos meses de janeiro/91, em 21,87%, fevereiro/91, em 7,00% e março/91 em 8,5%, em respeito à Constituição Federal, art. 184, e a Lei 4.504/64 art. 105"* (fl. 02).

A União ofereceu contestação às fls. 104-112, argumentando, em síntese, o descabimento do pedido rescisório, por entender que lhe faltam os pressupostos inscritos no art. 485, IX, do CPC. Quanto ao mérito da controvérsia, aduz que nenhuma razão tem a requerente em sua pretensão (fl. 108), dado que o acórdão rescindendo teria debatido a questão intensamente, de modo a preservar a irredutibilidade dos valores dos TDAs e a manter íntegro o comando constitucional, segundo o qual a desapropriação deve ser efetuada mediante justa e prévia indenização (fls. 109-112).

Determinada a especificação e justificação de provas a serem produzidas pelo então Rel. Min. Marco Aurélio (fl. 116), a autora requereu a produção de perícia técnica (fl. 119) e a União propugnou pelo julgamento antecipado da lide, em virtude da matéria discutida ser unicamente de direito (fl. 123).

Designado o perito (fl. 125), indicados os assistentes técnicos e apresentados os quesitos pelas partes (fls. 131-137 e 143-144), fixou-se o valor dos honorários, determinando-se o depósito do respectivo valor (fl. 163).

Apresentado o laudo (fls. 171-278), manifestou-se a União pela sua improcedência, propugnando, ainda, pelo não conhecimento da presente ação rescisória (fls. 289-293).

Autora e ré apresentaram razões finais (fls. 299-309 e 313-315) e reiteraram o quanto aduzido na petição inicial e na contestação, respectivamente.

A Procuradoria-Geral da República opinou pelo não conhecimento da ação rescisória, tecendo as seguintes considerações (fls. 317-319):

"(...)

Preliminarmente, insta salientar que improcedente se afigura a interposição desta rescisória pelo fundamento invocado: 'erro de fato', pois para tanto, é necessário que não tenha havido controvérsia nem pronunciamento judicial sobre o fato que supostamente levou ao Tribunal à uma decisão equivocada.

Com efeito, assim preceitua o § 2, IX, do art. 485, do Código de Processo Civil, in verbis:

'§ 2º É indispensável, num como noutro caso, que não tenha havido controvérsia nem pronunciamento judicial sobre o fato.'

Cinge-se a irresignação da autora ao argumento de não ter ocorrido dupla incidência ao se aplicar, ao valor do TDA, o IPC do mês de fevereiro de 1991 e a TR relativa ao mesmo mês, pois o IPC de fevereiro de 1991 mediu a inflação verificada no período de 1º a 31 de janeiro de 1991, enquanto a TR foi fixada pelo BACEN para todo o mês de fevereiro.

Ora, essa questão, sobre a ocorrência ou não-ocorrência de dupla incidência na aplicação dos índices de atualização monetária sobre os TDAs referentes ao mês de fevereiro de 1991, restou amplamente debatida pelas partes litigantes, no mandado de segurança e no recurso ordinário, tornando-se, pois, insuscetível de ser reexaminada através de ação rescisória pelo fundamento de erro de fato, já que, descaracterizado o primeiro requisito, o de inexistência de controvérsia.

Por sua vez, tampouco se mostra presente o requisito da inexistência de pronunciamento judicial sobre o fato, pois a decisão rescindenda, ao apreciar os documentos acostados nos autos, expressamente se manifestou acerca dos fatos apontados nesta ação como inocorridos.

A respeito desta última exigência legal, com maestria, discorre o eminente processualista José Carlos Barbosa Moreira, em trecho a seguir transcrito:

'Em outras palavras: a hipótese não é a de que o órgão judicial tenha chegado à conclusão a que chegou por meio de raciocínio, exposto na motivação, em cujas premissas figure expressamente a afirmação do fato não ocorrido ou a negação do fato ocorrido. O que precisa haver é incompatibilidade lógica entre a conclusão enunciada no dispositivo da sentença e a existência ou a inexistência do fato, uma ou outra provada nos autos mas porventura não colhida pela percepção do juiz, que, ao decidir, pura e simplesmente saltou por sobre o ponto sem feri-lo. Se, ao contrário, o órgão judicial, errando na apreciação da prova, disse que decidia como decidiu porque o fato ocorrera (apesar de provada nos autos a não ocorrência), ou porque o fato não ocorrera (apesar de provada a ocorrência), não se configura o caso do inciso IX. A sentença, conquanto injusta, não será rescindível."

Em face do exposto, opina o Ministério Público Federal pelo não conhecimento da presente ação rescisória.

(...)."

Estes autos foram redistribuídos ao eminente Ministro Carlos Velloso (fl. 333), a quem sucedo nesta causa (fl. 348).

Passo a decidir.

Bem examinados os autos, e sem embargo dos argumentos expendidos pela autora da presente Ação Rescisória, verifico a existência de óbice ao conhecimento da ação.

A requerente sustenta a ocorrência de erro de fato ao determinar esta Corte a aplicação do TR-fevereiro/91 aplicando em seguida ao IPC-fevereiro/91 deduzindo-se deste a percentagem referente àquele, ocorre, entretanto, que esta matéria debatida no acórdão que se deseja rescindido é exatamente a questão de fundo trazida no bojo da presente ação. Nesse sentido, espera a autora ver novamente debatida a *quaestio iuris*, amplamente examinada no acórdão rescindendo.

Reiterado o entendimento desta Casa que assevera que o erro de fato capaz de fundamentar a rescisão da decisão reclamada é aquele admitido quando inexistente ou considerado inexistente quando do efetivamente ocorrido, ademais, deve concorrer ao erro que a decisão seja no fato fundada, que o erro seja apurável mediante simples análise dos autos e que não tenha havido pronúncia judicial sobre o fato.

Ocorre que mesmo em havendo erro de fato não poderia a presente Ação Rescisória ser conhecida por haver ocorrido pronúncia judicial sobre o fato quando da decisão do RMS 21.800/DF, como pode ser verificado:

"A irresignação do recorrente prende-se, exclusivamente, a esse último ponto. Sustenta ele que para a apuração do valor da TDA correspondente ao mês de março/91, sobre o valor corrigido pela TR de fevereiro (7%), deveria incidir o IPC de 21,87%.

Tal pretensão não tem qualquer fundamento.

Com efeito, os títulos da divida agrária tem o seu valor fixado no dia 1º de cada mês, o qual é apurado mediante a aplicação do índice de correção monetária relativo ao mês anterior.

Assim, por exemplo, em fevereiro de 1991, a atualização foi feita mediante a aplicação, sobre o valor de janeiro (Cr$6.402,69), do índice alusivo ao IPC de janeiro, que foi de 19,91%, resultando em Cr$7.677,47.

Em 31 de janeiro de 1991, foi editada a Medida Provisória nº 294/91, que, além de extinguir diversos índices (art. 3º), proibiu o IBGE de calcular e divulgar o IPC (art. 4º), instituindo em seu lugar, a TR, que, a partir de então, passou a ser utilizada para o reajustamento do TDA (art. 23 c/c o art. 6º, II).

(...)

Entretanto, ao reconhecer à recorrente o direito de, no calculo do valor de seus títulos, alusivo a março, aplicar o IPC de fevereiro (21,87%), de maneira acertada, mandou excluir do cálculo a TR de 7%, também referente a fevereiro, que havia sido utilizada pelo Governo na correção dos títulos da divida agraria em 1º de março, ou, o que vem a ser a mesma coisa, determinou a aplicação do 'percentual resultante da diferença entre o indice apurado pelo IBGE e o índice oficial da TR' (fls.317).

(...)."

Isso posto, e reconhecendo a competência do relator para julgar a própria admissibilidade da Ação Rescisória, nego seguimento à presente Ação, nos termos no art. 21, § 1º, do RISTF.

O depósito previsto no art. 488, II, do Código de Processo Civil (fls. 94-95) deverá ser restituído à autora, uma vez que a declaração de inadmissibilidade da presente Ação Rescisória se dá por decisão monocrática, não cabendo, por isso mesmo, a perda, a título de multa, do valor correspondente a ele, haja vista a não ocorrência de julgamento por unanimidade de votos.

Arquivem-se os autos.

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

HABEAS CORPUS 89.817-3 (557)

PROCED.	: PERNAMBUCO
RELATOR	**: MIN. JOAQUIM BARBOSA**
PACTE.(S)	: MARCOS GEORGE DINIZ URIAS
IMPTE.(S)	: JOSÉ DE SIQUEIRA SILVA JÚNIOR E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DESPACHO: Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de MARCOS GEORGE DINIZ URIAS, contra o Superior Tribunal de Justiça, no HC 49.323.

O impetrante alega estar configurado o excesso de prazo no encerramento da instrução criminal.

A medida liminar foi indeferida (fls. 21-23).

As informações do Superior Tribunal de Justiça e do juízo da 1ª Vara do Júri de Recife/PE foram juntadas em tempo hábil (fls. 30-51 e 55-85).

A Procuradoria-Geral da República opinou pelo não conhecimento do writ, por perda de objeto *(*fls. 87-9).

Converti o feito em diligência para solicitar novas informações ao juízo de primeiro grau (fls. 99).

A magistrada da 1ª Vara do Júri de Recife/PE informou que o paciente já foi pronunciado e que o júri está designado para o dia 06.11.2007.

É o relatório.

Decido.

A magistrada singular, ao prestar informações, deu conhecimento da data agendada para a sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri, remetendo cópia da sentença de pronúncia, novo título que dá sustentação à prisão cautelar do paciente.

Considerando-se que a presente impetração fundamenta-se, exclusivamente, na demora na conclusão da instrução processual, já tendo sido proferida sentença de pronúncia, tem-se concluída a instrução. Assim, como bem salientou o Ministério Público Federal, perdeu o objeto este feito.

O novo título que dá suporte à segregação cautelar do paciente, a sentença de pronúncia, não foi objeto de exame pelo Superior Tribunal de Justiça, como se vê do voto encartado nas fls. 35-50.

Constatada a perda de objeto, **julgo prejudicado o presente *habeas corpus*** (art. 21, IX, do RISTF, e art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil).

Publique-se.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministro **JOAQUIM BARBOSA**
Relator

HABEAS CORPUS 90.440-8 (558)

PROCED.	: BAHIA
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
PACTE.(S)	: MARCOS DOS SANTOS SILVA
PACTE.(S)	: CARLOS ALBERTO DE MORAIS SOUZA
PACTE.(S)	: EDUARDO JOSÉ DA SILVA
PACTE.(S)	: ANDRÉ LUIZ DA SILVA
PACTE.(S)	: PAULO ALVES DO NASCIMENTO
PACTE.(S)	: BRUNO SANTOS SILVA
PACTE.(S)	: JAILTON ROCHA CRUZ
PACTE.(S)	: CRISTIANA APARECIDA DOS SANTOS
PACTE.(S)	: JULIANE FIGUEIREDO BARBOSA
PACTE.(S)	: STHEFANNY FIGUEIREDO PEREIRA
PACTE.(S)	: NAAMAN MIRANDA CORREIA
PACTE.(S)	: EZEQUIAS JARBAS LOIOLA SILVA
PACTE.(S)	: MÁRCIA HELENA MIRANDA DOS SANTOS
PACTE.(S)	: BENEDITO ROGÉRIO DE OLIVEIRA
PACTE.(S)	: ARLINDOMAR SIRQUEIRA ANDRADE
IMPTE.(S)	: MIGUEL VIANA SANTOS NETO E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	: PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A Secretaria certifica à fl. 69 que ainda não foram recebidas as informações solicitadas por meio do Ofício 4380/R.

Reitere-se.

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

HABEAS CORPUS 90.628-1 (559)

PROCED.	: MATO GROSSO DO SUL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
PACTE.(S)	: WILSON DE FREITAS FILHO
IMPTE.(S)	: JOSUÉ FERREIRA
COATOR(A/S)(ES)	: RELATOR DO RE Nº 368070 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

DECISÃO: (Petição/STF n. 150.568/2007).

1. Junte-se.

2. JOSUÉ FERREIRA, ora Impetrante, protocolou a presente Petição pela qual informa "*... a ocorrência de uma causa superveniente de prejudicialidade para o regular seguimento do* habeas corpus *impetrado nesta Corte de Justiça, consubstanciado numa decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, na qual foi acolhida a pretensão assecuratória buscada no presente* writ". Requer seja "*... negado o seguimento ao feito em face da perda do objeto".*

3. Os elementos havidos nos autos deste *habeas corpus* não me permitem identificar hipótese de prejudicialidade superveniente da presente Impetração, nem mesmo nesta petição protocolada, razão pela qual **indefiro o que pleiteado**.

4. Determino ao Impetrante, ora Requerente, que forneça dados que comprovem a alegada ocorrência de prejudicialidade superveniente desta Impetração em razão de decisão daquele Tribunal.

Publique-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

MED. CAUT. EM HABEAS CORPUS 91.222-2 (560)

PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
PACTE.(S) : GEORGES NASSIB ABOU ANNI
IMPTE.(S) : ANDRÉ LUIZ NASCIMENTO SANTOS
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HABEAS CORPUS Nº 64825 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO: Trata-se de "*habeas corpus*" **originariamente** impetrado perante o Supremo Tribunal Federal **contra** decisão emanada de eminente Ministro de Tribunal Superior da União, que, **em sede de outra ação** de "*habeas corpus*", **denegou medida liminar** que lhe havia sido requerida em favor do ora paciente (fls. 31/33).

Requisitadas informações, **esclareceu-se que o HC 64.825/SP**, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, **já foi julgado** pelo E. Superior Tribunal de Justiça (fls. 54/63).

O julgamento final, pelo E. Superior Tribunal de Justiça, da referida ação de "*habeas corpus*" **assume** inquestionável relevo processual, **pois traduz** típica hipótese **de prejudicialidade** deste processo, **por efeito** de perda **superveniente** de seu próprio objeto, **consoante adverte** decisão **emanada** desta Suprema Corte:

"***HABEAS CORPUS***. ***PENAL***. ***PROCESSO PENAL***. ***IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA***. ***JULGAMENTO SUPERVENIENTE DO MÉRITO***. ***HC PREJUDICADO***.

I - Conforme o teor da Súmula 691 *desta Corte,* ***não cabe****, em princípio, 'habeas corpus'* ***contra*** *decisão indeferitória de medida liminar.*

II - A superveniência *do julgamento do mérito pelo Superior Tribunal de Justiça* ***torna prejudicada*** *a impetração.*

III - 'Habeas Corpus' prejudicado."

(**HC 87.289/RJ**, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI - **grifei**)

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, **julgo prejudicada** a presente ação de "*habeas corpus*".

Arquivem-se os presentes autos.

Publique-se.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

HABEAS CORPUS 91.465-9 (561)

PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : NAGIB TEIXEIRA SUAID OU NAGIB TEIXEIRA SAUID
PACTE.(S) : JOÃO OLIVEIRA DE FARIAS
IMPTE.(S) : MANUEL DE JESUS SOARES
COATOR(A/S)(ES) : RELATORA DO HC Nº 82819 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Petição/STF nº 147.728/2007 (fac-símile)

DECISÃO

HABEAS CORPUS **- DESISTÊNCIA - HOMOLOGAÇÃO.**

1. Eis as informações prestadas pelo Gabinete:

O impetrante manifesta desistência do *habeas* acima citado, ante a perda de objeto.

Registro a conclusão do processo, devidamente instruído, a Vossa Excelência.

2. Juntem.

3. Homologo o pedido de desistência do *habeas* para que produza os efeitos legais.

4. Publiquem.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

HABEAS CORPUS 91.556-6 (562)

PROCED. : PARÁ
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
PACTE.(S) : MARIA DE FÁTIMA PEREIRA DA SILVA
IMPTE.(S) : FERNANDO MAGALHÃES PEREIRA E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DESPACHO:

Reitere-se o ofício n° 3344/R (fls. 29).

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

MED. CAUT. EM HABEAS CORPUS 91.645-7 (563)

PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EROS GRAU
PACTE.(S) : AGEU DE SOUZA TORRES
IMPTE.(S) : ADRIANO PROCÓPIO DE SOUZA
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HABEAS CORPUS Nº 64249 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO DO SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: **Esta** decisão é por mim proferida **em face** da ausência eventual, nesta Suprema Corte, do eminente Relator da **presente** causa (**certidão** a fls. 46), **justificando-se**, em conseqüência, **a aplicação** da norma **inscrita** no art. 38, I, do RISTF.

Em **consulta** aos registros processuais que o E. Superior Tribunal de Justiça **mantém** em sua página oficial na "*Internet*", **constatei** que **esta** impetração **questiona** decisão **denegatória** de medida liminar **proferida** nos autos **do HC 64.249/SP**, Rel. Min. PAULO GALLOTTI.

Requisitadas informações, **esclareceu-se** que o processo em questão **já foi julgado** pelo E. Superior Tribunal de Justiça (fls. 41/43).

O julgamento final, pelo E. Superior Tribunal de Justiça, **da ação** de "*habeas corpus*" **e do recurso ordinário** em "*habeas corpus*" **assume** inquestionável relevo processual, **pois traduz** típica hipótese **de prejudicialidade** deste processo, **por efeito de perda superveniente** de seu próprio objeto, **consoante adverte** a própria jurisprudência firmada por esta Suprema Corte:

"*(...)* ***II - A superveniência*** *do julgamento do mérito pelo Superior Tribunal de Justiça* ***torna prejudicada*** *a impetração.*

III - 'Habeas Corpus' ***prejudicado***."

(**HC 87.289/RJ**, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI - **grifei**)

Sendo assim, tendo em consideração as razões expostas, **julgo prejudicada** a presente ação de "*habeas corpus*".

Arquivem-se os presentes autos.

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
(**RISTF**, art. 38, I)

HABEAS CORPUS 91.835-2 (564)

PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S) : LUIS CARLOS CAETANO DE ANDRADE
IMPTE.(S) : JOÃO CÁRMINO GENEROSO DA COSTA E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 85460 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de medida liminar, impetrado por João Carmino Generoso da Costa e Maurício Rodriguez da Silva em favor de LUIS CARLOS CAETANO DE ANDRADE, contra decisão indeferitória da medida liminar pleiteada perante o Superior Tribunal de Justiça no HC 85.460/SP, de relatoria do Ministro Gilson Dipp.

A liminar foi indeferida pela eminente Ministra-Presidente em 2/7/2007 (fls. 116-117).

Informações prestadas pelo Superior Tribunal de Justiça encontram-se às fls. 125-128 e as do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, às fls. 135-139.

O Ministério Público Federal, em parecer de lavra do Subprocurador da República Mario José Gisi, opinou pelo não conhecimento do *writ* (fls. 141-144).

É o relatório suficiente. Decido.

O presente *habeas corpus* questiona a negativa de concessão de liberdade provisória ao paciente que se encontra processado pela prática, em tese, do delito tipificado no art. 16 da Lei 10.826/2003.

Das informações prestadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, constata-se que, *"por decisão proferida aos 12 de junho (...) foi concedido ao paciente a liberdade provisória, mediante termo de comparecimento a todos os atos do processo, determinando-se a expedição de alvará de soltura clausulado"* (fl. 135).

Flagrante, portanto, a perda de objeto da impetração.

Isso posto, nos termos do art. 21, IX, do RISTF, nego seguimento ao *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

HABEAS CORPUS 91.863-8 (565)

PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : FREDERIC SALERS MARZOUKA OU FREDERIK SALERS MARZOUKA
IMPTE.(S) : EDUARDO RODOLPHO MARTINS FERREIRA DE CARVALHO
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DA EXTRADIÇÃO Nº 1041 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

DECISÃO

HABEAS CORPUS **- PERDA DE OBJETO.**

1. Eis as informações do Gabinete:

A Presidente desta Corte, no período de recesso forense, indeferiu o pedido de concessão de medida acauteladora formulado em favor de Frederic Salers Marzouka pelas seguintes razões: a) os impetrantes, na inicial do *habeas*, repetiam os argumentos perfilhados nos embargos declaratórios interpostos contra o acórdão do Plenário desta Corte, mediante o qual deferido o pedido de extradição do paciente para os Estados Unidos da América; b) o Pleno do Supremo, na sessão de 31 de maio de 2007, teria rejeitado os embargos de declaração (folhas 419 e 420).

O ministro Eros Grau, apontado como autoridade coatora, prestou informações (folhas 427 e 428). Esclareceu que a alegação de nulidade do julgamento, por ausência de defesa técnica, fora repelida quando da apreciação dos embargos declaratórios, restando assente a renúncia ao mandato pelo advogado de defesa às vésperas do julgamento da extradição. Teve-se a carta de renúncia do mandato, datada de 9 de novembro de 2006, avisando a Frederic Salers Marzouka que, em até dez dias, informaria ao Supremo Tribunal sobre o fato.

Ressaltou que, nada obstante, em 21 de novembro, após o julgamento da extradição, e quando o embargante já havia constituído novos defensores, o mesmo advogado, Flávio Di Pilla, manifestou-se favoravelmente ao pedido de entrevista com autoridades americanas. A nova advogada constituída peticionou no processo em 22 de novembro, não se referido a qualquer nulidade do julgamento da extradição. Desse modo, porque não demonstrado qualquer prejuízo à defesa, o Pleno trouxe à colação o enunciado do Verbete nº 523 da Súmula do Supremo e desproveu os embargos declaratórios.

O processo está instruído com cópia do acórdão proferido na assentada em que julgados os embargos de declaração (folha 441 a 455).

A Procuradoria Geral da República, no parecer de folhas 459 e 460, manifesta-se pelo indeferimento da pretensão. Aduz cuidar-se de expediente protelatório, posto que todos os argumentos trazidos à balha pelo impetrante foram apreciados no julgamento dos Embargos de Declaração na Extradição nº 1.041. Salienta o inconformismo do impetrante com a decisão concessiva da extradição, que reedita alegações. O Ministério Público Federal recorda que o mesmo desiderato foi apresentado à Corte na Reclamação nº 4.806 e Vossa Excelência negou seguimento ao pedido.

Por meio da petição de folha 467, o advogado Asdrúbal Nascimento Lima Júnior pediu vista do processo, sendo deferido o pleito (folha 481).

Em 19 de setembro, nova petição foi protocolada pelos advogados - a de nº 150.511. Afirmam a existência de fato superveniente, qual seja, o encaminhamento das Mensagens nºs 3.274 e 3.275 ao Ministro de Estado da Justiça, visando a entrega do extraditando ao Estado requerente. Ressaltam, por isso, a necessidade de reexame do pedido de concessão de medida acauteladora e de reconsideração do pronunciamento, tendo em vista os numerosos e graves equívocos do processo de extradição, mormente no que diz respeito à garantia da ampla defesa.

Pedem a reapreciação do pleito de concessão de liminar como formulado na petição inicial, e, em virtude do fato superveniente apontado, seja suspenso o procedimento da extradição, determinando às autoridades administrativas, notadamente o Ministro de Estado da Justiça, que se abstenham de prosseguir na consecução de atos de efetiva concretização da extradição do paciente, até o final do julgamento deste *habeas*. Pugnam, alfim, pela restituição do prazo de vista à defesa.

Em consulta ao sítio de andamento processual do Supremo, verifica-se que a decisão proferida no processo de Extradição nº 1.041 transitou em julgado em 17 de agosto de 2007.

2. A esta altura, o *habeas* está prejudicado, valendo notar o que fora ressaltado pela Presidência da Corte - a matéria veiculada teria sido causa de pedir de embargos declaratórios, alfim desprovidos.

3. Declaro o prejuízo da impetração.

4. Publiquem.

Brasília, 22 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

HABEAS CORPUS 91.907-3 (566)

PROCED. : PIAUÍ
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
PACTE.(S) : FRANCISCO ALEXANDRE DE CARVALHO
IMPTE.(S) : FRANCISCO DAS CHAGAS SILVEIRA E SOUSA
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 61356 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO: Trata-se de "*habeas corpus*" **originariamente** impetrado perante o Supremo Tribunal Federal **contra** decisão emanada de eminente Ministro de Tribunal Superior da União, que, **em sede de outra ação** de "*habeas corpus*", **denegou medida liminar** que lhe havia sido requerida em favor do ora paciente.

Cumpre assinalar que a eminente Ministra ELLEN GRACIE, no período de férias forenses, **indeferiu** o pedido de medida cautelar **deduzido** pelo ora impetrante (fls. 26).

Requisitadas informações, **esclareceu-se que o HC 61.356/PI**, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, **já foi julgado** pelo E. Superior Tribunal de Justiça (fls. 35/40).

Foi por tal razão que a douta Procuradoria-Geral da República, **ao manifestar-se** nestes autos, **entendeu prejudicada** a presente ação de "*habeas corpus*" (fls. 42/44).

Assiste razão a essa douta manifestação do Ministério Público Federal.

Com efeito, o julgamento final, pelo E. Superior Tribunal de Justiça, da referida ação de "*habeas corpus*" **assume** inquestionável relevo processual, **pois traduz** típica hipótese **de prejudicialidade** deste processo, **por efeito** de perda **superveniente** de seu próprio objeto, **consoante adverte** decisão **emanada** desta Suprema Corte:

"***HABEAS CORPUS***. ***PENAL***. ***PROCESSO PENAL***. ***IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA***. ***JULGAMENTO SUPERVENIENTE DO MÉRITO***. ***HC PREJUDICADO***.

I - Conforme o teor da Súmula 691 *desta Corte,* ***não cabe****, em princípio, 'habeas corpus'* ***contra*** *decisão indeferitória de medida liminar.*

***II - A superveniência** do julgamento do mérito pelo Superior Tribunal de Justiça **torna prejudicada** a impetração.*

***III - 'Habeas Corpus' prejudicado**.*"

(**HC 87.289/RJ**, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI - **grifei**)

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, **julgo prejudicada** a presente ação de "*habeas corpus*".

Arquivem-se os presentes autos.

Publique-se.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

HABEAS CORPUS 92.019-5 (567)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. CARLOS BRITTO**
PACTE.(S)	: JOÃO BATISTA ALVES
IMPTE.(S)	: MAURÍCIO DE OLIVEIRA PINTO
COATOR(A/S)(ES)	: PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO: Vistos, etc.

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de medida liminar, impetrado contra decisão do Presidente do Superior Tribunal de Justiça. Decisão que indeferiu a liminar ali requestada, ao fundamento de que ausentes seus pressupostos.

2. Pois bem, antes mesmo da apreciação do mérito do *habeas corpus* pelo Superior Tribunal de Justiça, o impetrante postula, aqui, o reconhecimento da ilegalidade da prisão preventiva do paciente. O que faz sob os argumentos de que: a) o decreto de prisão carece da devida fundamentação; b) o paciente, ao contrário do que entendeu o Juízo processante, não fugiu do distrito da culpa e não sabia da existência da ação penal, ajuizada em 1989; c) a decretação da prisão preventiva para a garantia da aplicação da lei penal vai de encontro à jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal. Jurisprudência que, no entender do impetrante, considera legítima a fuga do indiciado/réu para evitar a sua segregação cautelar.

3. Este o quadro, o impetrante sustenta a possibilidade de abrandamento da Súmula 691/STF para que seja expedido alvará de soltura em favor de João Batista Alves.

4. Pontuo que a Presidente desta Suprema Corte indeferiu a medida cautelar requestada, ao fundamento de que "incide na espécie, a princípio, a Súmula STF nº 691" (fls. 408). Na oportunidade, foram solicitadas informações à autoridade impetrada e aberta vista à Procuradoria-Geral da República. Procuradoria que opinou pelo não conhecimento do *writ*.

5. Feito este aligeirado relato do feito, decido. Fazendo-o, pontuo, de saída, que é pacífica a jurisprudência desta colenda Corte no sentido da inadmissibilidade de impetração sucessiva de *habeas corpus*, sem o julgamento definitivo do *writ* anteriormente impetrado (cf. HC 79.776, Rel. Min. Moreira Alves; HC 76.347-QO, Rel. Min. Moreira Alves; HC 79.238, Rel. Min. Moreira Alves; HC 79.748, Rel. Min. Celso de Mello; e HC 79.775, Rel. Min. Maurício Corrêa). Jurisprudência que foi sumulada no verbete nº 691, segundo o qual "*não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de **habeas corpus** impetrado contra decisão do Relator que, em **habeas corpus** requerido a tribunal superior, indefere a liminar*".

6. Assim colocada a questão, anoto que, na medida cautelar no HC 85195, o Plenário desta Suprema Corte fixou o entendimento de que se admite exceção ao enunciado da súmula 691, quando se tratar de flagrante ilegalidade ou abuso de poder. Naquela oportunidade, ressaltou o Ministro Cezar Peluso que, "*na espécie, as liminares sucessivamente indeferidas sufragaram decisão que colide, frontal e claramente, com a orientação adotada pelo Plenário desta Corte, no julgamento do HC nº 81611 (...).*"

7. Este não é o caso, porém, da decisão monocrática do Ministro Rafael de Barros Monteiro. Decisão que se limitou a indeferir a liminar por não entender configurada a flagrante ilegalidade, suscitada na inicial. Não cabendo a este Supremo Tribunal Federal se substituir ao Superior Tribunal de Justiça, assim penso, quanto ao acerto ou desacerto daquele juízo.

8. Sobremais, a ilegalidade e o abuso de poder suscitados pelo impetrante não se mostram com a nitidez estampada na inicial. O exame prefacial dos documentos que instruem este *habeas corpus* dá conta de que a prisão preventiva do paciente foi decretada tão-somente após inúmeras tentativas de localizá-lo. Noutro falar, o decreto de prisão preventiva tem a evasão em si como o próprio fundamento da segregação. Não a fuga posterior à decretação da custódia.

9. Com efeito, o fato de o acusado encontrar-se na situação de revel ou empreender fuga após a decretação de anterior ordem de prisão não pode, por si só, servir de fundamento válido à implementação da custódia cautelar. Aqui, todavia, não se trata de simples revelia ou de não-localização do denunciado após a citação. O que se deu foi a invocação da fuga do denunciado como fator de risco para a própria aplicação da lei penal. Caso em que o STF sempre entendeu válida a decretação da preventiva, por materializar **a hipótese descrita no art. 312 do Código de Processo Penal "assegurar a aplicação da lei penal".** Nesse sentido, é a lição do Ministro Sepúlveda Pertence, proferida no HC 88.408, *in verbis:*

*"Conforme ressaltou o Ministério Público Federal em seu parecer, "não se trata aqui de fuga após o decreto de prisão, mas de **fuga após os fatos delituosos**", que a jurisprudência predominante do Tribunal parece considerar idônea para fundamentar a prisão (v.g., HC 84.202, 1ª T., 07.12.04, **Britto**, DJ 02.09.05; 84.658, 2ª T., **Barbosa**, DJ 03.06.05; 85.335, 2ª T., **Gilmar**, DJ 11.11.05; 85.764, 2ª T., 20.09.05, Velloso, DJ 14.10.05)".*

10. Sendo assim, a segregação cautelar para o resguardo da aplicação da lei penal não parece timbrada por ilegalidade ou abuso de poder aptos a afastar a aplicação da Súmula 691/STF. Motivo pelo qual acolho o parecer da Procuradoria-Geral da República e nego seguimento ao pedido. O que faço para determinar o arquivamento dos autos, nos termos do § 1º do art. 21 do RI/STF.

Publique-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro CARLOS AYRES BRITTO
Relator

HABEAS CORPUS 92.136-1 (568)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
PACTE.(S)	: SUSIE PINHEIRO DIAS DE MATTOS
IMPTE.(S)	: ANA CRISTINA MENDONÇA DA CUNHA ALVES DOS SANTOS E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO

***HABEAS CORPUS* - LIMINAR - PEDIDO PREJUDICADO.**

1. No *Habeas Corpus* nº 91.723-2/RJ, deferi a liminar em favor do paciente Antonio Petrus Kalil. Estendi a medida aos co-réus, entre eles a beneficiária desta impetração. Eis os fundamentos do ato:

Petição/STF nº 113.233/2007

DECISÃO

LIMINAR - EXTENSÃO - RECONSIDERAÇÃO - AMPLITUDE.

1. Eis as informações prestadas pelo Gabinete:

O impetrante, por meio da petição protocolada sob o nº 113.233, requer a reconsideração da decisão que indeferiu o pedido de extensão, em favor dos pacientes Carlos Pereira da Silva e Francisco Martins da Silva, da medida acauteladora concedida a Antonio Petrus Kalil. Afirma que a pretensão tem amparo na legislação processual penal, porquanto os pacientes se encontram presos preventivamente em virtude do mesmo título judicial que envolve o co-réu paradigma.

Esclarece, na seqüência, que a denúncia oferecida contra eles pelo Ministério Público não foi recebida em 20 de abril de 2007, por serem servidores públicos, aos quais, por expressa disposição do artigo 514 do Código de Processo Penal, é assegurado o direito à apresentação de defesa preliminar. Sustenta, no entanto, que o decreto de prisão preventiva expedido em 20 de abril de 2007 alcançara a todos os denunciados, não se restringindo àqueles contra os quais a peça acusatória teria sido recebida. Alega que a incompreensão dos limites da ordem de prisão processual decorreu "da atecnia cometida pela prolatora do decreto prisional", que, a um só tempo, se referiu a todos os "denunciados" e "acusados", não fazendo distinção entre os indiciados e aqueles contra os quais foi instaurada a ação penal.

A fim de comprovar estarem os acusados Carlos Pereira da Silva e Francisco Martins da Silva submetidos à custódia preventiva com base no mesmo decreto expedido contra Antonio Petrus Kalil, acompanha a petição certidão da Secretaria da Sexta Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro.

2. Mais uma vez, confirma-se a máxima constitucional segundo a qual os profissionais da advocacia são indispensáveis à feitura da almejada justiça - artigo 133 da Carta Federal. Procede o que articulado pelo impetrante, Dr. Felipe Vieira Turíbio. O título referente à prisão preventiva possui abrangência maior. A proficiente Juíza Dra. Ana Paula Vieira de Carvalho, no intróito da peça, consignou o recebimento da denúncia em relação a acusados já beneficiados pelo relaxamento da prisão. Em passo seguinte, presente o artigo 514 do Código de Processo Penal - "Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito dentro do prazo de quinze dias" -, determinou a notificação de Susie Pinheiro Dias Mattos, Carlos Pereira da Silva, Francisco Martins da Silva e Marcos Antonio dos Santos Bretas. Assentou então: "Passo a apreciar o pleito de decretação de prisão preventiva dos acusados". Este último vocábulo implicou não só o envolvimento dos denunciados como também daqueles que foram nomeados visando à observação do estabelecido no artigo 514 do Código de Processo Penal. A resistência até aqui notada à extensão pretendida decorreu do fato de, na parte dispositiva do ato, haver-se feito alusão não ao gênero acusados mas sim à espécie denunciados: "Em razão de todo o exposto, defiro o requerimento formulado pelo MPF e decreto a prisão preventiva dos denunciados, para garantir a ordem pública e a aplicação da lei penal, nos termos do art. 312 do CPP". Confiram com a peça de folha 2828 a 2848.

Em síntese, o decreto de prisão alcançou não só os denunciados propriamente ditos como também os acusados Susie Pinheiro Dias Mattos, Carlos Pereira da Silva, Francisco Martins da Silva e Marcos Antonio dos Santos Bretas. Já agora ante a compreensão do emprego dos vocábulos denunciados e acusados, há de se levar em conta, como ocorreu com os demais envolvidos, o disposto no artigo 580 do Código de Processo Penal. Eis as razões consignadas no ato mediante o qual foi concedida, com extensão limitada, a medida acauteladora:

Observem a necessária compatibilização do Verbete nº 691 da Súmula do Supremo com a Constituição Federal, evitando-se a tomada a ponto de, configurado ato ilícito e existindo órgão capaz de apreciá-lo, vir-se simplesmente a dizer da incompetência deste último. Aliás, ante pronunciamentos do Tribunal flexibilizando o citado Verbete, urge a revisão. Reitero o que tenho consignado sobre a referida compatibilização:

O *habeas corpus*, de envergadura constitucional, não sofre qualquer peia. Desafia-o quadro a revelar constrangimento ilegal à liberdade de ir e vir do cidadão. Na pirâmide das normas jurídicas, situa-se a Carta Federal e assim há de ser observada. Conforme tenho proclamado, o Verbete nº 691 da Súmula desta Corte não pode ser levado às últimas conseqüências. Nele está contemplada implicitamente a possibilidade, em situação excepcional, de se admitir a impetração contra ato que haja resultado no indeferimento de medida acauteladora em idêntica medida - Agravo Regimental no *Habeas Corpus* nº 84.014-1/MG, por mim relatado na Primeira Turma e cujo acórdão foi publicado no Diário da Justiça de 25 de junho de 2004. É esse o enfoque que torna o citado verbete compatível com o Diploma Maior, não cabendo extremar o que nele se contém, a ponto de se obstaculizar o próprio acesso ao Judiciário, a órgão que se mostre, dados os patamares do Judiciário, em situação superior e passível de ser alcançado na seqüência da prática de atos judiciais para a preservação de certo direito.

Neste caso, há excepcionalidade a reclamar, enquanto vivo o paciente, medida acauteladora. Responde ele, é certo, juntamente com outros réus, a processo em curso na Sexta Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro considerados os crimes dos artigos 288 e 333 do Código Penal - quadrilha e corrupção. Em síntese, a denúncia formalizada - que se encontra no apenso - remete a organização criminosa "voltada à exploração ilegal das atividades de bingos e máquinas caça-níqueis no Estado do Rio de Janeiro, praticando, para tanto, diversos crimes autônomos contra a Administração Pública de forma estável, permanente e reiterada" (folha 7).

A ação penal em tramitação na Sexta Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro resultou do desmembramento, neste Tribunal, de procedimento ainda embrionário, do Inquérito nº 2.424-4/RJ, da relatoria do ministro Cezar Peluso, no qual Sua Excelência decretou a prisão temporária dos envolvidos.

Pois bem, o que ocorreu ante o citado desmembramento? A prisão temporária dos que permaneceram no inquérito em andamento no Supremo foi relaxada, enquanto a daqueles que passaram a ter procedimento em curso no Juízo referido veio a ser transformada em preventiva. Presente o princípio isonômico, o quadro é gerador de perplexidade, pouco importando haver, em relação a estes, ação penal já formalizada. O fato, por si só, não respalda o ato de constrangimento extremo que é a prisão preventiva. Os acusados, com denúncia recebida, é certo, de integrar quadrilha e de cometer o crime de corrupção ativa estão submetidos, de forma precária e efêmera, sem culpa formada, à custódia do Estado. Aqueles envolvidos nos mesmos crimes, sendo o de corrupção na forma passiva, encontram-se em liberdade presente ato do Supremo. Indaga-se, então: não tivesse havido o desmembramento, qual seria a situação jurídica de todos os envolvidos nos lamentáveis acontecimentos? A presunção do ordinário e não do excepcional, do extravagante, bem sinaliza a ocorrência do afastamento linear, puro e simples, da prisão temporária.

Há mais. As premissas constantes do ato do Juízo não guardam sintonia com o disposto no artigo 312 do Código de Processo Penal, no que o preceito nele inserido deve ser tomado como a consubstanciar exceção, isso considerado o princípio constitucional da não-culpabilidade.

Analisem o que nele consignado. Em primeiro lugar, fez-se histórico a revelar práticas criminosas. A seguir, asseverou-se a gravidade dos crimes narrados (folha 89 do apenso):

Os veementes indícios de participação nos graves crimes narrados, bem assim a mecânica dos acontecimentos permitem afirmar que, ao que tudo indica, os acusados, além de terem a personalidade voltada para a prática de crimes, pautam sua atuação na crença de impunidade em relação aos seus atos.

Adiante se discorreu novamente sobre "os graves crimes noticiados". Essa fundamentação parte de óptica que diz respeito às imputações em si. Graves ou não os crimes, o enquadramento realizado antes da prova, antes da culpa formada, não é conducente à prisão preventiva.

Quanto a entender-se os envolvidos como detentores de personalidade voltada para a prática de crimes, a ordem natural das coisas mostra-se como obstáculo à preventiva. A própria prisão decretada afasta a possibilidade de eles terem contra si condenações passíveis de serem acionadas visando ao cumprimento da pena, sendo que a existência de inquéritos e processos em curso não respalda a conclusão a que se chegou, sob pena de presumir-se a culpa.

Apontou-se como mais razoável presumir que, soltos, os acusados poderão voltar a delinqüir. Eis o trecho da decisão (folhas 89 e 90 do apenso):

Deveras, os graves crimes noticiados, por tudo o que foi apurado até o momento, eram praticados de forma repetida pelos acusados durante razoável espaço de tempo - a investigação em torno do grupo durou pelo menos um ano e meio e há fortes indícios de que o esquema vem de muito antes. Logo, é mais do que razoável afirmar que os mesmos, caso soltos, virão a reiterar a prática criminosa.

Esta suposição é ainda mais robustecida quando se vê que os denunciados, mesmo após o fechamento das casas de bingo, procuravam burlar decisões judiciais através da utilização de federações desportivas e empresas fictícias, que conseguiriam, novamente mediante liminares, fazer voltar a funcionar maquinário pertencente a casas de bingo fechadas pelo próprio judiciário.

Reiterados são os pronunciamentos desta Corte no sentido de se exigirem, para a configuração da periculosidade, dados robustos. A tanto não equivale, no campo de que trata a espécie - de jogos ilícitos -, a afirmação de vir-se atuando há muito tempo. O problema deságua em conclusão sobre a deficiência do poder de polícia, valendo notar que, ante a operação realizada, ante a persecução criminal, estarão os acusados sob o crivo do Judiciário e, aí sim, caso cheguem a intentar práticas condenáveis, existirá base para a custódia excepcional.

O que se distancia da ordem jurídica é considerar-se o que teria acontecido até aqui, o que, se de fato procedente, apenas evidencia a falha do aparelho estatal.

Também não vinga o que consignado sob o ângulo da preservação da ordem pública. Parte-se de pressuposto discrepante do que normalmente ocorre - de que, mesmo diante da operação verificada, do processo criminal em curso, os acusados persistirão nas práticas tidas pelo Ministério Público e sob o ângulo do recebimento da denúncia, como configuradoras dos crimes. O que asseverado quanto à difusão no seio da sociedade, ao grau sofisticado de organização, à infiltração nos órgãos públicos e ao uso deturpado de funções atribuídas a servidores públicos, não é requisito para chegar-se ao acionamento do artigo 312 do Código de Processo Penal. Frente a quadra vivida, impõe-se, sim, a adoção do rigor referido no ato da cuidadosa magistrada que decretou a prisão preventiva - a Dra. Ana Paula Vieira de Carvalho -, mas tal procedimento há de fazer-se com observação irrestrita à necessidade de apurar-se para, só depois de formada a culpa, punir-se, e não caminhar-se como que para a imposição precoce de pena ainda não formalizada.

O sentimento de impunidade mencionado não é passível de afastamento com a inversão de valores, e isso ocorre quando, não sendo de excepcionalidade maior a situação, a enquadrá-la no regramento próprio - artigo 312 do Código de Processo Penal -, mitiga-se o princípio constitucional da não-culpabilidade. O mesmo deve ser dito considerada a referência à "total promiscuidade por que passam as instituições do nosso país, cuja credibilidade já se encontra fortemente abalada" (folha 91 do apenso). Avança-se no aprimoramento da vida em sociedade respeitando-se o arcabouço normativo regedor da espécie.

Compreendam a responsabilidade de todos que atuam em nome do Estado. Mais, tenham presente que o deterioramento da vida pública não serve, em verdadeira profissão de fé, à busca de imediato enquadramento jurídico penal, em antecipação à indispensável formação da culpa.

Não subsiste o que asseverado em termos de inserção dos acusados nos diversos segmentos da Administração Pública, no que teriam praticado atos em verdadeira corrupção de servidores. Eis o trecho da decisão proferida (folha 91 do apenso):

Veja-se que não se está a falar da gravidade dos crimes em tese. Está-se a analisar a gravidade em concreto dos crimes supostamente praticados, que envolvem corrupção nos mais altos escalões do Judiciário e, segundo o que venha a ser apurado em investigações ulteriores, talvez também do legislativo federal e estadual.

Atuem os segmentos da Administração Pública. Acionem os dispositivos legais visando a impedir que crimes sejam cometidos. Mas observem que, ainda em curso ação penal, descabe potencializar as imputações verificadas e, em meio a envolvimento de vulto, de diversos setores, cercear-se a liberdade de ir e vir. O afã de punir sofre os temperamentos próprios ao devido processo legal, sob pena de grassar para todos, e o chicote muda de mãos, a insegurança na vida gregária, abrindo-se margem, com o desprezo a balizas legais imperativas, ao surgimento de verdadeira época de terror. Em um Estado Democrático, em um Estado de Direito, hão de ser respeitados princípios, hão de ser observadas balizas. Eis o preço que se paga - e é módico, estando ao alcance de todos - por nele se viver.

3. Defiro o pleito de reconsideração, para estender a liminar não só aos beneficiários do requerimento Carlos Pereira da Silva e Francisco Martins da Silva como também a Susie Pinheiro Dias Mattos e Marcos Antonio dos Santos Bretas. Faço-o impondo, no cumprimento dos alvarás de soltura, as cautelas próprias, isto é, caso não estejam eles sob a custódia do Estado por motivo diverso do retratado no pronunciamento da Juíza Ana Paula Vieira de Carvalho, de 20 de abril de 2007, no Processo 2007.51.01.802985.5, da 6ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, objeto do exame acima.

[...]

2. Ante o quadro, declaro o prejuízo do pedido de concessão de medida acauteladora.

3. Colham o parecer da Procuradoria Geral da República.

4. Publiquem.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO - Relator

HABEAS CORPUS 92.308-9 (569)

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : LUIZ RUPPENTHAL
IMPTE.(S) : NEREU LIMA E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DESPACHO

***HABEAS CORPUS* - INFORMAÇÕES.**

1. O Gabinete assim sintetizou as balizas desta impetração:

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, consoante documento de folha 39, ingressou com ação de remoção de ilícito contra a UTRESA - União dos Trabalhadores em Resíduos Especiais e Saneamento Ambiental, expondo que a entidade teria sido diretamente responsável pela mortandade de peixes no Rio dos Sinos devido à violação das normas de proteção ambiental e do próprio empreendimento. Requereu o afastamento de toda a Diretoria Técnica do Empreendimento, com determinação de não fazer e a realização de outras providências de ordem administrativa. Ressaltou, também, a existência de várias denúncias de ilícitos ambientais praticados pela UTRESA. Ante a possibilidade de risco ao meio ambiente, pleiteou a concessão da tutela indispensável à cessação da prática ilícita, a nomeação de gestor ambiental, cujo ônus seria suportado pelo empreendimento e não pelos cofres públicos, a realização de auditoria ambiental e o afastamento de Luiz Ruppenthal, diretor técnico, que não se mostrava colaborador, obstruindo provas, e por isso veio a ter a prisão preventiva requerida.

O Juízo, ao decretar a custódia do paciente para garantia da ordem pública, acentuou que o indiciado seria responsável por organização altamente estruturada, que conseguiu ocultar os ilícitos por muito tempo, especializando-se na prática de crimes ambientais, lesando a Administração e Erário Públicos. Ressaltou que as condições pessoais do acusado - primariedade, atividade lícita e residência fixa - não são razões suficientes para afastar a prisão preventiva, se presentes os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Anotou que a necessidade de garantia da ordem pública encontrava-se configurada pela habitualidade e continuidade das condutas criminosas, na rede clandestina de descarga de poluentes diretamente nos arroios que desembocam no Rio dos Sinos. Salientou também que se impunha a custódia para assegurar a investigação e a aplicação da lei penal, ante a intenção do agente de destruir provas e recursos naturais, bem assim a intenção de viagem ao exterior, para participação em curso ou encontro. Assentou a adequação e oportunidade da medida constritiva, para desarticular o aparato material e humano que subjaz à ação do indiciado (folhas 52 e 53).

O *habeas* impetrado no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul foi indeferido, porque estaria devidamente fundamentado o decreto de prisão (folha 75). A defesa do paciente formalizou idêntica medida no Superior Tribunal de Justiça em 23 de fevereiro de 2007, que, segundo os impetrantes, não apreciou o pedido de concessão de liminar, tampouco o mérito do *Habeas Corpus* nº 77.292/RS.

Este processo está voltado contra ato omissivo do Superior Tribunal de Justiça. Na petição, os impetrantes discorrem sobre os fatos que deram ensejo à instauração da ação penal. Afirmam a atipicidade dos fatos imputados ao paciente, mencionando precedentes do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema (folha 13 a 14). Na seqüência, sustentam que o decreto de prisão preventiva não preenche os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, pois não foram comprovadas a existência do crime ou indícios suficientes de autoria. Dizem que a motivação apresentada pelo juiz não se coaduna com a realidade, acentuando que a prisão cautelar, por ser medida de exceção, deveria basear-se em fatos concretos, não podendo constituir antecipação da pena. Em apoio à tese, citam precedentes do Supremo (folha 27 a 33).

Requerem a concessão de liminar para suspender os efeitos do ato impugnado, permitindo-se ao paciente aguardar em liberdade o julgamento do processo, até o trânsito em julgado. No mérito, pedem a ratificação da decisão cautelar. Requerem que, se outro for o entendimento, seja determinada ao Superior Tribunal de Justiça a apresentação do processo em mesa, na primeira sessão seguinte à comunicação da ordem deferida nesta Corte.

A medida acauteladora não pôde ser apreciada por Vossa Excelência, porque, com a inicial, não vieram a peça reveladora da impetração formalizada no Superior Tribunal de Justiça nem o respectivo relatório de andamento do processo.

Os impetrantes, antecipando-se às informações solicitadas à autoridade apontada como coatora, juntaram a documentação mencionada e reiteraram o pedido de apreciação de concessão de liminar (folha 205 a 248).

Consulta ao sítio do Superior Tribunal de Justiça revelou que, na data de 11 de setembro, o processo aguardava a juntada de petição.

2. Não há no processo notícia da apreciação do pedido de medida acauteladora formulado no *habeas* impetrado no Superior Tribunal de Justiça, em fevereiro de 2007. Noto, pelo relatório de andamentos, a apresentação sucessiva de petições, e a última delas, conforme o relato elaborado, está para ser juntada ao processo.

3. Solicitem ao Superior Tribunal de Justiça informações sobre o enfrentamento do pleito de concessão de liminar e, já havendo decisão, a remessa de cópia a esta Corte.

4. Ao impetrante, para possível antecipação.

5. Publiquem.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

MED. CAUT. EM HABEAS CORPUS 92.353-4 (570)

PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
PACTE.(S) : DANIEL BARBOSA DA SILVA
IMPTE.(S) : DANIEL BARBOSA DA SILVA
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO: Trata-se de pedido de medida liminar em *habeas corpus* impetrado por DANIEL BARBOSA DA SILVA em seu favor. A defesa questiona acórdão proferido, à unanimidade, pela Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) nos autos do HC nº 75.141/SP, de relatoria do Min. Felix Fischer (*DJ* 17.9.2007). Eis o teor da ementa do ato decisório impugnado:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ART. 214 DO CP. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. DILAÇÃO PROBATÓRIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. CRIME HEDIONDO. PROGRESSÃO DE REGIME. POSSIBILIDADE. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º DO ART. 2º DA LEI Nº 8.072/90 DECLARADA PELO STF.

I - No caso em tela, infirmar a condenação do ora paciente, ao argumento da insuficiência das provas coligidas, demandaria, necessariamente, o amplo revolvimento da matéria fático-probatória, o que é vedado em sede de *habeas corpus*. (Precedentes).

II - O Pretório Excelso, nos termos da decisão Plenária proferida por ocasião do julgamento do HC 82.959/SP, concluiu que o § 1º do art. 2º da Lei nº 8.072/90, é inconstitucional.

III - Assim, o condenado por crime hediondo ou a ele equiparado, pode obter o direito à progressão de regime prisional, desde que preenchidos os demais requisitos.

Habeas corpus denegado.

Writ concedido de ofício, tão-somente, para afastar a vedação legal à progressão

de regime" - (HC nº 75.141/SP, Rel. Min. Felix Fischer, *DJ* 17.9.2007 - fls. 70/75).

Em 24 de agosto de 1998, o paciente foi denunciado (fls. 37-39) por suposta prática do delito de atentado violento ao pudor (Código Penal, art. 214 c/c art. 226, III).

Em 16 de setembro de 1998, a Juíza de Direito da Vara única da Comarca de Guairá/SP, Cláudia Maria Pereira, recebeu a peça acusatória ofertada em desfavor do ora paciente e decretou sua prisão preventiva (fl.45).

Em 22 de maio de 2000, o Juízo de origem julgou improcedente a ação penal movida contra o paciente (fls. 47-53).

O Ministério Público apelou da sentença (Apelação Criminal nº 327.268-3/8).

Em 3 de maio de 2005, a Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ/SP), por unanimidade de votos, deu provimento ao recurso da acusação e condenou o paciente à pena de oito anos e nove meses de reclusão em regime integralmente fechado (fls. 54-61).

Dessa decisão, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o STJ (HC nº 75.141/SP).

Em 7 de agosto de 2007, a Quinta Turma do STJ, por unanimidade de votos, denegou o referido pedido de *habeas corpus*, porém concedendo, de ofício, a ordem para afastar o regime integralmente fechado (fls. 70-75). É este o acórdão impugnado neste *habeas corpus*.

As informações foram prestadas pelo STJ às fls. 70-75.

No que concerne à plausibilidade jurídica do pedido (*fumus boni iuris*), a impetração sustenta:

"o paciente aqui, ora recorrente sendo absolvido de estar no art. 214 *caput* c/c art. 226, inciso III, ambos do CP, com fulcro no art. 386.

[...]

A Sra. Juíza da Comarca de Guairá-SP dá o seu parecer à favor do acusado, absolvendo-o por ver grandes incoerências nos fatos, pois o depoimento prestado pela vítima não foi conclusivo.

Faz jus ao paciente deste *habeas corpus* à interpretação mais favorável, não só pelo direito de ter sua pena individualizada, como o direito de ter seu benefício concedido em igualdade pelos benefícios já concedidos por nossos tribunais aos demais condenados por crimes hediondos." - (fls. 3/4 e 7).

Quanto à urgência da pretensão cautelar (*periculum in mora*), a inicial alude, ao menos em tese, ao argumento de que seria necessário evitar a permanência dos efeitos do constrangimento ilegal sofrido pelo ora paciente.

Por fim, a defesa requer:

"*Habeas corpus* com medida liminar cautelar fazendo jus em 1ª instância à absolvição do acusado Daniel Barbosa da Silva, com fulcro no art. 386, inciso IV do CPP e afastar o óbice. Pleiteando nesta Suprema Corte Federal a progressão de regime ou as alternatividades consoantes no art. 386, incisos I, II, III, IV, V, VI do Código de Processo Penal, inclusão do óbice do art. 2º, § 1º da Lei 8.072/90.

Decisão a favor do pedido de *habeas corpus*, com medida liminar cautelar usando à valia à absolvição do acusado em 1ª instância com fulcro no art. 386 incisos I, II, III, IV, V, VI, do Código de Processo Penal, exclusão do óbice do art. 2º, § 1º, da Lei 8.072/90.

Requer a defesa, por tudo aqui exaustivamente exposto diante da defesa argüida no r. mérito, que seja anulada a sentença. O paciente, confiante no elevado espírito de justiça de Vossas Excelências, roga sua absolvição, ou, alternativamente consoante artigo 386, incisos I, II, III, IV, V e VI do Código de Processo Penal" - (fl. 3, 9 e 31).

Passo a decidir tão-somente o pedido de medida liminar.

Em síntese, o impetrante/paciente pleiteia: (i) o afastamento do óbice do art. 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/1992, que veda a progressão de regime em crimes hediondos; e (ii) a absolvição com relação à condenação do paciente pela prática do crime de atentado violento ao pudor (CP, art. 214).

No que se refere à progressão de regime, o acórdão questionado limitou-se a aplicar a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal fixada no HC 82.959/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ 1º.9.2006.

Naquela assentada, ocorrida na sessão de 23.2.2006, esta Corte, por seis votos a cinco, reconheceu a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 2º da Lei 8.072/1990 ("Lei dos Crimes Hediondos"), que proibia a progressão de regime de cumprimento de pena nos crimes hediondos. Eis o teor da ementa:

A Segunda Turma, ao apreciar a Questão de Ordem no HC nº 85.677/SP (*DJ* 31.3.2006), de minha relatoria, em sessão do dia 21.3.2006, reconheceu também a legitimidade de apreciação monocrática com relação a todos os *habeas corpus* que se encontrem na mesma situação específica.

Em virtude da concessão do *writ* de ofício pelo STJ, para possibilitar a progressão de regime ao caso concreto (fl. 73), neste ponto, não se verificam os pressupostos necessários para a concessão do pedido liminar.

Quanto ao pedido de absolvição do crime de atentado violento ao pudor, da documentação trazida aos autos pela impetração, não vislumbro patente situação de constrangimento ilegal apta a ensejar o deferimento da liminar.

Salvo melhor juízo quanto ao mérito, o acórdão do STJ e os dados constantes dos demais documentos acostados aos autos não autorizam a concessão da medida liminar.

Nestes termos, indefiro o pedido de medida liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo acerca do atual andamento da Apelação Criminal n° 327.628-3/8, com a respectiva indicação de eventual trânsito em julgado do acórdão que condenou o paciente.

Após o recebimento das informações, abra-se vista ao Procurador-Geral da República (RI/STF, art. 192).

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro **GILMAR MENDES**
Relator

HABEAS CORPUS 92.408-5 (571)

PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S) : SIMONE MARIA BERNARDINO
IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Defiro o quanto requerido pelo Ministério Público Federal, à fl. 126:

"Ad cautelam, *diante de tal informação, requer o Ministério Público seja oficiado o Chefe Geral da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, para que informe, com urgência, as atividades profissionais de Adão Eulógio da Cruz, signatário do Aviso de recebimento de fls. 101*".

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

MED. CAUT. EM HABEAS CORPUS 92.438-7 (572)

PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
PACTE.(S) : JOSÉ AFONSO DE MELO
IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO RESP Nº 779.533 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO: Cuida-se de *habeas corpus* impetrado pela Defensoria Pública da União em favor de JOSÉ AFONSO DE MELO, apontando como autoridade coatora o Min. relator do REsp n° 779.553, do Superior Tribunal de Justiça.

O paciente foi denunciado junto à 1ª Vara Federal Criminal de Foz do Iguaçu/PR, como incurso nas sanções do artigo 334 do Código Penal (descaminho), por ter importado "*grande quantidade de mercadorias de origem estrangeira e procedência paraguaia*", avaliadas em R$ 22.459,10, sem o recolhimento dos tributos respectivos (II e IPI), que totalizariam a quantia de R$ 5.118,60.

A denúncia foi rejeitada pelo magistrado de primeiro grau, com base no princípio da insignificância. Desta decisão o Ministério Público Federal interpôs Recurso em Sentido Estrito, que foi provido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

O paciente interpôs Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça, ao qual foi negado seguimento.

A decisão impugnada, da lavra do min. Arnaldo Esteves Lima, tem o seguinte teor (fls. 42-44):

"Trata-se de recurso especial interposto por JOSÉ AFONSO DE MELO, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região que deu provimento ao recurso em sentido estrito do Ministério Público nos termos da seguinte ementa (fl. 78):

PENAL. ART. 334 DO CP. CONTRABANDO E DESCAMINHO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. CRITÉRIO.

1. O limite de R$ 10.000,00 para o ajuizamento de execuções fiscais, instituído pela Lei 11.033/04, não merece aplicação na esfera criminal, para efeito de reconhecimento do princípio da insignificância, eis que destoante da realidade social. 2. Entendimento contrário levaria praticamente à despenalização da conduta, porquanto a maioria dos procedimentos criminais em trâmite na Justiça Federal pela prática do delito tipificado no artigo 334 do CP versa sobre importância inferior a R$ 10.000,00 a título de sonegação de impostos. 3. Mantido o parâmetro de R$ 2.500,00 fixado nos precedentes desta Corte.

Sustenta o recorrente negativa de vigência do art. 21 da Lei 11.033/04, argumentando ser aplicável, no caso, o princípio da insignificância uma vez que o valor dos tributos devidos corresponde a R$ 5.118,60.

Contra-razões às fls. 102/104.

O Ministério Público Federal, por meio de parecer exarado pela Subprocuradora-Geral da República LINDÔRA MARIA ARAÚJO, opinou pelo improvimento do recurso (fls. 119/125).

É o relatório.

Postula o recorrente, denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 334 do Código Penal, a incidência, no caso, do princípio da insignificância, por entender que o critério a ser utilizado para afastar a tipicidade do fato deve ser o valor estabelecido no art. 20 da Lei 10.522/02, com a alteração promovida pelo art. 21 da Lei 11.033/04.

Ocorre que, conforme pacífica orientação desta Corte, se o montante do tributo incidente sobre as mercadorias estrangeiras apreendidas é superior ao valor estabelecido na norma legal que rege a extinção dos créditos tributários (Lei 10.522/2002, art. 18, § 1º), não há falar na aplicação do princípio da insignificância, uma vez que existe interesse fiscal, embora postergado, por força do disposto no art. 20 do referido diploma legal.

Confiram-se, a propósito, os seguintes precedentes:

PENAL. RECURSO ESPECIAL. DESCAMINHO. DÉBITO FISCAL. ARTIGO 20, CAPUT, DA LEI Nº 10.522/2002. PATAMAR ESTABELECIDO PARA O AJUIZAMENTO DA AÇÃO DE EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA OU ARQUIVAMENTO SEM BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO. ART. 18, § 1º, DA LEI Nº 10.522/2002. CANCELAMENTO DO CRÉDITO FISCAL. MATÉRIA PENALMENTE IRRELEVANTE.

I - A lesividade da conduta, no delito de descaminho, deve ser tomada em relação ao valor do tributo incidente sobre as mercadorias apreendidas.

II - O art. 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 se refere ao ajuizamento da ação de execução ou arquivamento sem baixa na distribuição, não ocorrendo, pois, a extinção do crédito, daí não se poder invocar tal dispositivo normativo para regular o valor do débito caracterizador de matéria penalmente irrelevante.

III - In casu, o valor do tributo incidente sobre as mercadorias apreendidas é superior ao patamar estabelecido no dispositivo legal que determina a extinção dos créditos fiscais (art. 18, § 1º, da Lei nº 10.522/2002), logo, não se trata de hipótese de desinteresse penal específico.

Recurso provido. (REsp 685.135/PR, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ 2/5/05)

HABEAS CORPUS. DESCAMINHO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. ART. 18, § 1º DA LEI N.º 11.033/2004. EXISTÊNCIA DE CRÉDITO FISCAL.

1. O Estado é o sujeito passivo do delito de descaminho, o que enseja a aplicação do princípio da insignificância, como causa supralegal de exclusão da tipicidade, apenas quando a conduta imputada na peça acusatória não chegou a lesar o bem jurídico tutelado, qual seja, a Administração Pública em seu interesse fiscal.

2. Descabe aplicar o princípio da insignificância quando o valor do tributo apurado é superior ao montante previsto no art. 18, § 1º da Lei n.º 11.033/2004, como limite para extinção do crédito fiscal.

3. Precedentes desta Corte Superior.

4. Ordem denegada. (HC 51.188/RS, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ 30/10/06)

PENAL. HABEAS CORPUS. DESCAMINHO. DÉBITO FISCAL. ARTIGO 20, CAPUT, DA LEI Nº 10.522/2002. PATAMAR ESTABELECIDO PARA O AJUIZAMENTO DA AÇÃO DE EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA OU ARQUIVAMENTO SEM BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO. ART. 18, § 1º, DA LEI Nº 10.522/2002. CANCELAMENTO DO CRÉDITO FISCAL. MATÉRIA PENALMENTE IRRELEVANTE. POSSE DE ARMA DE FOGO. FATO ANTERIOR À LEI 10.826/03. ABOLITIO CRIMINIS.

I - A lesividade da conduta, no delito de descaminho, deve ser tomada em relação ao valor do tributo incidente sobre as mercadorias apreendidas.

II - O art. 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 se refere ao ajuizamento da ação de execução ou arquivamento sem baixa na distribuição, não ocorrendo, pois, a extinção do crédito, daí não se poder invocar tal dispositivo normativo para regular o valor do débito caracterizador de matéria penalmente irrelevante.

III - In casu, o valor do tributo incidente sobre as mercadorias apreendidas é superior ao patamar estabelecido no dispositivo legal que determina a extinção dos créditos fiscais (art. 18, § 1º, da Lei nº 10.522/2002), logo, não se trata de hipótese de desinteresse penal específico.

IV - Não se pode confundir posse de arma de fogo com o porte de arma de fogo. Com o advento do Estatuto do Desarmamento, tais condutas restaram bem delineadas. A posse consiste em manter no interior de residência (ou dependência desta) ou no local de trabalho a arma de fogo. O porte, por sua vez, pressupõe que a arma de fogo esteja fora da residência ou local de trabalho (Precedente).

.....

Writ parcialmente concedido (HC 53.144/PR, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 7/8/06)

Assim sendo, considerando que, na hipótese em exame, o valor do tributo sonegado pelo paciente corresponde a R$ 5.118,60, não há falar na aplicação do aludido princípio da insignificância, por força do disposto no art. 18, § 1º, da Lei 10.522/02, uma vez que não há autorização legal para a extinção do processo executivo, mas apenas para o arquivamento sem baixa na distribuição, o que demonstra o interesse do Fisco no prosseguimento da ação executiva no caso de surgimento de outros débitos que, somados, ultrapassem o limite estabelecido no art. 20 do referido diploma legal.

*Ante o exposto, com fundamento no art. 38 da Lei 8.038/90, **nego seguimento** ao recurso.*

Intimem-se."

O impetrante requer a concessão de medida liminar para '*suspender o trâmite da ação penal a que responde, até decisão final desta Suprema Corte*', forte no artigo 20 da Lei n° 10.522/2002.

É o relatório.

Decido.

Não constato ilegalidade evidente a ser sanada via liminar. Ao contrário, a decisão encontra respaldo no ordenamento legal, que bem interpretou para fundamentar a negativa de seguimento ao Recurso Especial.

Não obstante a relevância dos argumentos expendidos na inicial, a matéria suscitada não está pacificada nesta Corte.

O paciente, segundo se depreende dos autos, responde ao processo em liberdade, tanto que beneficiado com proposta de suspensão do processo (fls. 13-15), não cabendo, por conseguinte, cogitar-se de *suspensão da ação penal*, como quer o impetrante.

Logo, não estando comprovado, de plano, o *fumus boni juris* em apoio às alegações do impetrante, indefiro a liminar.

Diante da suficiente instrução do feito, considerando que a matéria é de direito, dispenso as informações.

Abra-se vista à Procuradoria-Geral da República.

Publique-se.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministro **JOAQUIM BARBOSA**
Relator

HABEAS CORPUS 92.444-1 (573)

PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
PACTE.(S) : WELLINGTON ROBERTO SANTOS SILVA
IMPTE.(S) : WELLINGTON ROBERTO SANTOS SILVA

DESPACHO: Trata-se de *habeas corpus*, impetrado em benefício próprio por WELLINGTON ROBERTO SANTOS SILVA.

Alega o impetrante/paciente que foi condenado à pena de 11 (onze) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, tendo remido sua pena por dias trabalhados em quantia que, somada ao tempo de segregação, seria equivalente ao cumprimento total da pena.

Requer, assim, a expedição de alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

Decido.

A impetração não aponta quem seria a autoridade coatora, nem junta documento que comprove ter formulado este pedido nas instâncias inferiores.

Assim, **nego seguimento ao *writ***, por violação ao art. 654, § 1º, *b*, do Código de Processo Penal, nos termos do que me permite o art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Oficie-se a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, fornecendo-lhe cópia da inicial, para as providências que entender cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministro **JOAQUIM BARBOSA**
Relator

HABEAS CORPUS 92.490-5 (574)

PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
PACTE.(S) : FELIPE DOS SANTOS AMORIM
IMPTE.(S) : THAIS PIRES DE CAMARGO REGO MONTEIRO
COATOR(A/S)(ES) : RELATORA DO HC Nº 90654 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO: 1. Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de FELIPE DOS SANTOS AMORIM, contra decisão da proferida pela Relatora do **HC nº 90.654**, do Superior tribunal de Justiça, que negou seguimento ao pedido de *writ*.

O paciente foi denunciado pela prática do crime previsto no art. 33 da Lei 11.343/2006 e condenado à pena de 01 (um) ano e 08 (oito) meses de prisão, para cumprimento inicial em regime fechado.

Pleiteando a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, foi impetrado *habeas corpus* em favor do paciente no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que não concedeu o pedido de liminar.

Impetrou-se, então, novo pedido de *writ*, dessa vez no Superior Tribunal de Justiça. A Relatora, todavia, negou seguimento ao pedido, ato aqui reputado como configurador de constrangimento ilegal:

"Trata-se de pedido de liminar em *habeas corpus* impetrado em benefício de FELIPE DOS SANTOS AMORIM, por meio de procurador legalmente habilitado, no qual alegou suportar ilegal coação exercida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em virtude do indeferimento da medida liminar pleiteada em outro writ impetrado naquela Corte, no qual pleiteou o direito de aguardar em liberdade o julgamento de sua apelação, pois, não obstante ter sido condenado pelo crime de tráfico de drogas, faz jus à fixação do regime inicial aberto e à substituição da pena.

A impetrante requereu a imediata expedição de alvará de soltura em prol do paciente, ultrapassando-se o teor da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

É o relatório.

Inicialmente, cumpre-nos ressaltar que referida súmula veda o conhecimento de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator de Tribunal inferior que indefere a liminar requerida em outro writ lá impetrado. Portanto, apenas no caso de ser o indeferimento teratológico ou totalmente carente de fundamentação seria possível seu conhecimento.

Nesse sentido são os precedentes deste Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

PENAL. *HABEAS CORPUS*. ART. 311, *CAPUT*, DO CÓDIGO PENAL. PRISÃO EM FLAGRANTE. LIBERDADE PROVISÓRIA. *WRIT* IMPETRADO PERANTE O E. TRIBUNAL *A QUO* AINDA NÃO APRECIADO. DENEGAÇÃO DE LIMINAR.

I - 'Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar' (Súmula nº 691/STF).

II - No caso concreto, no qual se busca a concessão do benefício da liberdade provisória, não se vislumbra manifesta ilegalidade, razão pela qual se mostra descabido o uso de *habeas corpus* para cassar a r. decisão que indeferiu o pedido liminar. (Precedentes do Pretório Excelso e do STJ).

Habeas corpus não conhecido. (HC nº 67.177/MG, Relator Ministro Felix Fischer, *in* DJ 26/02/2007).

HABEAS CORPUS . PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. RELAXAMENTO DA PRISÃO EM FLAGRANTE. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO HABEAS CORPUS NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

1. Excetuado casos de indeferimento de pedido liminar em decisão inquestionavelmente teratológica, despida de qualquer razoabilidade, não se admite habeas corpus contra decisão proferida pelo relator da impetração na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

2. A decisão que indeferiu o provimento urgente não vislumbrou a presença do fumus boni iuris e do periculum in mora, porque não evidenciada de plano a irregularidade da prisão em flagrante, a ausência do pressupostos autorizadores da custódia cautelar e o excesso de prazo, requisitos necessários à concessão da medida urgente.

3. Reserva-se primeiramente ao Tribunal a quo a análise meritória, ventilada no habeas corpus originário, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da Corte Estadual, mormente se o writ está sendo regularmente processado.

4. Precedentes desta Corte e do Supremo Tribunal Federal.

5. Habeas corpus não conhecido. (HC nº 63.375/SP, Relatora Ministra Laurita Vaz, in DJ 5/2/2007).

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. SONEGAÇÃO FISCAL, CORRUPÇÃO ATIVA E PASSIVA, ADULTERAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E TRÁFICO DE INFLUÊNCIA. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO HABEAS CORPUS NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. *WRIT* NÃO CONHECIDO.

I - Não se admite *habeas corpus* contra decisão proferida em sede liminar por relator de writ na instância de origem, sob pena de supressão de instância.

II - Inexistindo manifesta ilegalidade, o exame mais detido das razões deduzidas para decidir sobre incompetência do juízo de primeiro grau será feito oportunamente pelo Tribunal *a quo*, sendo defeso a esta Corte adiantar-se nesse exame, pois estaria a sobrepujar a competência da Corte estadual.

III - *Habeas Corpus* não conhecido. (HC nº 34.113/SP, Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, *in* DJ 18/10/2004).

PROCESSO PENAL - FORMAÇÃO DE QUADRILHA - PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO - *WRIT* IMPETRADO NO TRIBUNAL LOCAL - INDEFERIMENTO DE LIMINAR - ATO DE DESEMBARGADOR - SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. - Na via da excepcionalidade, admite-se *habeas corpus* contra decisão que indeferiu pedido de liminar em writ impetrado perante o e. Tribunal *a quo*, ainda não julgado. Em tais casos, o ato coator deve apresentar manifesta ilegalidade, com efeitos danosos irreparáveis. Essa não é a hipótese dos autos. A intenção do impetrante é ver apreciada matéria a ser analisada pelo e. Tribunal de origem. - Ordem denegada. (HC nº 32.783/SP, Relator Ministro Jorge Scartezzini, *in* DJ 10/5/2004).

No presente caso, a impetrante nem sequer juntou cópia da decisão monocrática impugnada, mas tão-somente seu resumo, em que consta apenas seu resultado final (fl. 34).

Assim, impossível averiguar se ela conteve qualquer mácula capaz de autorizar o afastamento do óbice contido na Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

Ademais, é certo que seu pedido certamente será analisado perante a autoridade aqui apontada como coatora, por meio de seu Colegiado. Documento: 3353378 - Despacho / Decisão - Site certificado - DJ: 11/09/2007 Página 2 de 3 Superior Tribunal de Justiça

Portanto, sob pena de se praticar inegável supressão de instância e com fundamento no artigo 38 da Lei 8.038/1990, no artigo 210 do Regimento Interno desta Casa e na Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, indefiro *in limine* o pedido" (fls. 54-56).

Alega a impetrante estarem caracterizadas as circunstâncias propícias à fixação do regime inicial aberto e à substituição da pena, razões pelas quais requer, liminarmente, afastado o óbice representado pela **súmula 691**, seja expedido alvará de soltura ao paciente, para que, em liberdade, aguarde o final julgamento da ordem impetrada perante o Tribunal de Justiça estadual; no mérito, reproduz idêntico pleito.

2. Incognoscível o pedido de *writ*.

Não se trata, aqui, ao contrário do que afirma a impetrante, de superação da **súmula 691**, que veda o conhecimento de *habeas corpus* voltado contra decisão liminar, eis que a Relatora do Superior Tribunal de Justiça negou seguimento ao pedido de *habeas corpus* lá manejado porque já impugnava indeferimento de liminar.

O caso é de insuperável dupla supressão de instância. É que a matéria objeto deste pedido de *writ* não foi alvo de discussão pelo Superior Tribunal de Justiça. Houve indeferimento liminar da impetração porque se entendeu que não estava configurado constrangimento ilegal que justificasse o afastamento da **súmula 691**, de forma que seu conhecimento implicaria supressão de instância.

Apreciar, agora, o pedido deduzido implicaria substituir-se, não só ao Superior Tribunal de Justiça, como ao próprio Tribunal de Justiça local, que ainda não julgou o mérito do pedido de *writ* lá impetrado.

3. Ante o exposto, **nego seguimento ao pedido**, por ser manifestamente inadmissível (art. 21, § 1º, do RISTF, e 38 da Lei nº 8.038, de 28.05.1990).

Publique-se. Int..

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

MED. CAUT. EM HABEAS CORPUS 92.497-2 (575)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. CARLOS BRITTO**
PACTE.(S)	: MARIA LUIZA SCARANO ARANTES ROCCO
PACTE.(S)	: MARIA HELENA JUNQUEIRA DA VEIGA SERRA
PACTE.(S)	: PAULO FRANCISCO VILELA DE ANDRADE
PACTE.(S)	: LUIS CARLOS GOMES DE SOUTELLO
PACTE.(S)	: JOÃO PAULO MUSA PESSOA
PACTE.(S)	: FRANCISCO ROBERTO DE REZENDE JUNQUEIRA
PACTE.(S)	: PAULO SEBASTIÃO GOMES CARDOSO
PACTE.(S)	: BERNARDO LUIS RODRIGUES DE ANDRADE
IMPTE.(S)	: MAURÍCIO DE CARVALHO ARAÚJO E OUTRO(A/S)
IMPTE.(S)	: JOSÉ LUIS MENDES DE OLIVEIRA LIMA E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO: Vistos, etc.

Trata-se de *habeas corpus*, aparelhado com pedido de medida liminar, impetrado contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça. Acórdão que indeferiu o pedido de trancamento de ação penal a que respondem os pacientes, pela suposta prática do crime de formação de quadrilha ou bando.

2. Pois bem, os impetrantes renovam, aqui, o pleito de trancamento da ação penal n. 2003.61.02.013008-0, em curso perante a 8ª Vara Federal de Ribeirão Preto/SP. Ação na qual se imputa aos pacientes a prática do delito de formação de quadrilha.

3. Prossigo para anotar que os impetrantes sustentam a falta de justa causa para a ação penal retromencionada. Isso porque a "*acusação de suposta infração ao artigo 288 do Código Penal é temerária e descabida. Não existe nos autos nem sombra de suporte para a conclusão do ilustre Procurador da República, de que os pacientes se associaram para o fim de cometer crimes...Aliás, se esse entendimento obtuso prevalecesse, dado o caráter quase sempre coletivo da gestão dos negócios, o crime de quadrilha ou bando estaria configurado sempre que uma empresa fosse autuada por delito fiscal...*" (fls. 09).

4. Mas não é só: os impetrantes aduzem que a denúncia ensejadora da ação penal n. 2003.61.02.013008-0 reitera a **mesma** imputação de formação de quadrilha manejada nas ações penais n. 2003.61.02.012981-8 e 2003.61.013009-2. O que, segundo eles, impetrantes, vai de encontro à própria tipificação do delito de quadrilha, que pressupõe a prática reiterada de crimes. Prática, essa, que não é de ensejar denúncias diversas pelo delito de quadrilha. Daí o pedido de medida liminar, formulado para suspender a ação penal n. 2003.61.02.013008-0, em curso perante a 8ª Vara Federal de Ribeirão Preto/SP, até o julgamento deste *writ*.

4. Feito este breve aligeirado da causa, decido. Fazendo-o, pontuo, de saída, que o poder de cautela dos magistrados é exercido num juízo prefacial em que se mesclam num mesmo tom a urgência da decisão e a impossibilidade de aprofundamento analítico do caso. Se se prefere, impõe-se aos magistrados condicionar seus provimentos acautelatórios à presença, nos autos, dos requisitos da plausibilidade do direito invocado (*fumus boni juris*) e do perigo da demora da prestação jurisdicional (*periculum in mora*), perceptíveis de plano. Requisitos a ser aferidos *primo oculi*, portanto. Não sendo de se exigir, do julgador, uma aprofundada incursão no mérito do pedido ou na dissecação dos fatos que lhe dão suporte, sob pena de antecipação do próprio conteúdo da decisão definitiva.

5. No caso, o exame preliminar deste *writ* sinaliza a pertinência da tese defensiva. Isso porque o cotejo entre a denúncia de fls. 56/74 e a que instrui o HC 92499, também de minha relatoria, dá conta de que os pacientes foram denunciados, ao menos estas duas vezes, pela prática do crime de formação de quadrilha, considerada a mesma base fática. Base fática, essa, consistente na suposta associação permanente deles, pacientes, para a prática de crimes tributários, mediante a administração da Fazenda Cristina e da Fundação Sinhá Junqueira.

6. Averbo que a ação penal n. 2003.61.02.013008-0 foi distribuída por dependência à de n. 2003.61.02.012981-8, o que permite afirmar que esta última foi ajuizada **antes da ação que se pretende suspender liminarmente.**

7**.** Este o quadro, tenho por satisfeitos os requisitos necessários à concessão do provimento cautelar. É que a leitura provisória da denúncia ajuizada em desfavor dos pacientes sinaliza que a prática delitiva - referente ao delito de formação de quadrilha - que se increpa a eles, pacientes, é a mesma narrada na denúncia que instaurou o processo-crime n. 2003.61.02.012981-8. Noutro falar, preliminarmente, o que ressai do exame da causa em questão é que pela mesma suposta "associação de mais de três pessoas permanente para a prática de crimes" os pacientes se acham processados, ao menos, em duas ações penais distintas.

Sendo assim, concedo a liminar requestada para suspender, até o julgamento deste *writ*, o curso da ação penal nº 2003.61.02.013008-0, em trâmite pelo Juízo da 8ª Vara Federal de Ribeirão Preto/SP. Isto, aclaro, exclusivamente quanto ao delito de formação de quadrilha.

Oficie-se ao Juízo da 8ª Vara Federal de Ribeirão Preto/SP para que informe a este Supremo Tribunal Federal o andamento atualizado da ação penal n. 2003.61.02.013008-0. Prestadas as informações, dê-se vista à Procuradoria-Geral da República.

Comunique-se com urgência.

Publique-se.

Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministro CARLOS AYRES BRITTO
Relator

HABEAS CORPUS 92.510-3 (576)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
PACTE.(S)	: ANDERSON FRANCISCO LODI DE MORAES
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DESPACHO: Sem prejuízo da apreciação oportuna do pedido de liminar, oficie-se, **com urgência**, ao Juízo da Vara de Execuções Criminais da comarca de Passo Fundo/RS para que preste informações acerca do andamento da Execução Criminal promovida em face de ANDERSON FRANCISCO LODI DE MORAIS.

Publique-se. Int..

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

MED. CAUT. EM HABEAS CORPUS 92.524-3 (577)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
PACTE.(S)	: ROLAND DE HOLLANDA CAVALCANTI
IMPTE.(S)	: MARCELO DE MOURA SOUZA
COATOR(A/S)(ES)	: RELATORA DO HABEAS CORPUS Nº 77.044 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO: Trata-se de "*habeas corpus*", com pedido de medida liminar, **impetrado** contra decisão **emanada** de eminente Ministra de Tribunal Superior da União, que, **em sede de outra ação** de "*habeas corpus*" **ainda em curso** no Superior Tribunal de Justiça (HC 77.044/RJ), **denegou medida liminar** que lhe havia sido requerida **em favor** do ora paciente.

A parte ora impetrante, **para justificar** a sua pretensão, **apóia-se**, em síntese, **na alegação de excesso de prazo** na duração da custódia processual.

Presente tal contexto, impende verificar, desde logo, **à semelhança** da decisão **que proferi** no HC 92.516/RJ, **se** a situação processual versada nestes autos justifica, **ou não**, o afastamento, **sempre excepcional**, da Súmula 691/STF.

É que, como se sabe, o Supremo Tribunal Federal, **ainda** que em caráter extraordinário, **tem admitido o afastamento**, "*hic et nunc*", da Súmula 691/STF, **em hipóteses** nas quais a decisão questionada **divirja** da jurisprudência **predominante** nesta Corte **ou**, então, **veicule** situações **configuradoras** de abuso de poder **ou** de manifesta ilegalidade (**HC 85.185/SP**, Rel. Min. CEZAR PELUSO - **HC 86.634-MC/RJ**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **HC 86.864-MC/SP**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - **HC 87.468/SP**, Rel. Min. CEZAR PELUSO - **HC 89.025-MC-AgR/SP**, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA - **HC 90.112-MC/PR**, Rel. Min. CEZAR PELUSO, **v.g.**).

A análise dos presentes autos, no entanto, **evidencia que não se verifica**, na espécie, situação de flagrante ilegalidade **ou** de abuso de poder, cuja ocorrência, uma vez constatada, **teria o condão de afastar**, "*hic et nunc*", **a incidência** da Súmula 691/STF.

Como se sabe, o Supremo Tribunal Federal, em situações **assemelhadas** à ora descrita nesta impetração, **tem entendido** que a complexidade da causa penal - **notadamente** daquelas de caráter multitudinário (**como** a ora referida, **na qual figuram 30** litisconsortes penais passivos) **- pode justificar** eventual retardamento na solução jurisdicional do litígio.

Cumpre assinalar, neste ponto, por necessário, **que a alegação** de excesso de prazo - **considerado** o contexto da causa penal em análise - **parece não encontrar apoio** no magistério jurisprudencial **desta** Suprema Corte, **que tem reconhecido caracterizar-se** a "***Ausência de constrangimento ilegal**, **quando** tal excesso **deriva** das circunstâncias **e** da complexidade do processo, **não sendo** eventual retardamento fruto de inércia e desídia do Poder Judiciário*" (**HC 81.957/MA**, Rel. Min. ELLEN GRACIE - **grifei**).

Esse entendimento, na realidade, **nada mais reflete senão** a própria orientação **resultante** de diretriz jurisprudencial que esta Corte Suprema **firmou** na matéria, **notadamente** em situações como a ora exposta **nesta** impetração, **em que a complexidade dos fatos**, de um lado, **e o número elevado de litisconsortes penais passivos**, de outro, **tornam justificável** eventual retardamento **na conclusão** do procedimento penal, **desde que** - como **parece** ocorrer na espécie - a demora registrada **observe** padrões **de estrita** razoabilidade (**RTJ** 93/1021 - **RTJ** 110/573 - **RTJ** 123/545 - **RTJ** 124/1087 - **RTJ** 128/652 - **RTJ** 128/681 - **RTJ** 129/746 - **RTJ** 135/554 - **RTJ** 136/604 - **RTJ** 178/276 - **RTJ** 196/306 - **HC** 81.905/PE - **HC** 85.611/DF - **HC** 85.679/PE - **HC** 85.733/PB - **HC** 86.103/RS - **HC** 86.329/PA - **HC** 89.168/RO - **HC** 90.085/AM, **v.g.**).

Tais considerações bem demonstram **que é inviável o próprio conhecimento** da presente ação de "*habeas corpus*", **eis que não se registra**, na espécie, situação de flagrante ilegalidade **apta** a ensejar o afastamento - **sempre excepcional** - da Súmula nº 691/STF.

Sendo assim, em face das razões expostas, **e considerando**, notadamente, **o que se contém no Enunciado nº 691** da Súmula do Supremo Tribunal Federal, **não conheço** da presente ação de "*habeas corpus*", **restando prejudicado**, em conseqüência, **o exame** do pedido de medida liminar.

Arquivem-se os presentes autos.

Publique-se.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

MED. CAUT. EM HABEAS CORPUS 92.526-0 (578)

PROCED.	: BAHIA
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
PACTE.(S)	: CHRISTIAN DE JESUS OLIVEIRA
IMPTE.(S)	: JOSÉ FRANCISCO SANTANA NETO E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	: RELATOR DO HC Nº 91524 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO: Trata-se de "*habeas corpus*", com pedido de medida liminar, **impetrado** contra decisão **emanada** de eminente Ministro de Tribunal Superior da União, que, **em sede de outra ação** de "*habeas corpus*" **ainda em curso** no Superior Tribunal de Justiça (HC 91.524/BA), **denegou medida liminar** que lhe havia sido requerida **em favor** do ora paciente.

A parte ora impetrante, **para justificar** a sua pretensão, **apóia-se**, em síntese, **na alegação de fundamentação genérica** do decreto de prisão cautelar.

Presente tal contexto, impende verificar, desde logo, **se** a situação processual versada nestes autos justifica, **ou não**, o afastamento, **sempre excepcional**, da Súmula 691/STF.

É que, como se sabe, o Supremo Tribunal Federal, **ainda** que em caráter extraordinário, **tem admitido o afastamento**, "*hic et nunc*", da Súmula 691/STF, **em hipóteses** nas quais a decisão questionada **divirja** da jurisprudência **predominante** nesta Corte **ou**, então, **veicule** situações **configuradoras** de abuso de poder **ou** de manifesta ilegalidade (**HC 85.185/SP**, Rel. Min. CEZAR PELUSO - **HC 86.634-MC/RJ**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **HC 86.864-MC/SP**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - **HC 87.468/SP**, Rel. Min. CEZAR PELUSO - **HC 89.025-MC-AgR/SP**, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA - **HC 90.112-MC/PR**, Rel. Min. CEZAR PELUSO, **v.g.**).

A análise dos presentes autos, no entanto, **evidencia que não se verifica**, na espécie, situação de flagrante ilegalidade **ou** de abuso de poder, cuja ocorrência, uma vez constatada, **teria o condão de afastar**, "*hic et nunc*", **a incidência** da Súmula 691/STF.

Todos sabemos que a privação cautelar da liberdade individual é qualificada **pela nota da excepcionalidade**. **Não obstante o caráter extraordinário** de que se reveste, a prisão preventiva **pode** efetivar-se, **desde que** o ato judicial que a formalize **tenha fundamentação substancial**, **com base em elementos concretos e reais que se ajustem** aos pressupostos abstratos - juridicamente definidos em sede legal - **autorizadores** da decretação dessa modalidade de tutela cautelar penal (**RTJ 134/798**, Rel. p/ o acórdão Min. CELSO DE MELLO).

É por essa razão que esta Corte, **em pronunciamento** sobre a matéria (**RTJ** 64/77), **tem acentuado**, na linha de autorizado magistério doutrinário (JULIO FABBRINI MIRABETE, "**Código de Processo Penal Interpretado**", p. 376, 2ª ed., 1994, Atlas; PAULO LÚCIO NOGUEIRA, "**Curso Completo de Processo Penal**", p. 250, item n. 3, 9ª ed., 1995, Saraiva; VICENTE GRECO FILHO, "**Manual de Processo Penal**", p. 243/244, 1991, Saraiva), que, **uma vez comprovada a materialidade** dos fatos delituosos **e constatada** a existência de meros **indícios** de autoria - **e desde que concretamente ocorrente qualquer** das situações referidas no art. 312 do Código de Processo Penal -, **torna-se legítima** a decretação, pelo Poder Judiciário, dessa especial modalidade de prisão cautelar.

Impõe-se advertir, no entanto, que a prisão cautelar - **que não se confunde** com a prisão penal ("***carcer ad poenam***") - **não objetiva infligir punição** à pessoa **que sofre** a sua decretação. **Não traduz**, a prisão cautelar, em face **da estrita** finalidade a que se destina, **qualquer** idéia de sanção. **Constitui**, ao contrário, **instrumento** destinado a atuar "*em benefício da atividade desenvolvida no processo penal*" (BASILEU GARCIA, "**Comentários ao Código de Processo Penal**", vol. III/7, item n. 1, 1945, Forense), **tal como esta Suprema Corte tem proclamado**.

Essa asserção permite compreender o rigor com que o Supremo Tribunal Federal **tem examinado** a utilização, por magistrados **e** Tribunais, do instituto da tutela cautelar penal, **em ordem a impedir** a subsistência dessa **excepcional** medida privativa da liberdade, **quando inocorrente** hipótese que possa justificá-la.

Ocorre, no entanto, **que** o **exame** dos fundamentos **em que se apoiou** o decreto de custódia cautelar do ora paciente **revela** que essa determinação **parece ajustar-se** aos padrões jurisprudenciais **firmados** por esta Suprema Corte.

Com efeito, **a análise** do ato decisório em questão, **efetivada** em juízo **de estrita** delibação, **parece autorizar** o reconhecimento **de que existiria**, na espécie, fundamento suficiente **para justificar**, ao menos em sede de cognição sumária, a privação processual da liberdade do ora paciente, **porque revestido**, o ato de constrição em causa, **da necessária cautelaridade** (**RTJ** 193/936).

Tais considerações bem demonstram **que é inviável o próprio conhecimento** da presente ação de "*habeas corpus*", **eis que não se registra**, na espécie, situação de flagrante ilegalidade **apta** a ensejar o afastamento - **sempre excepcional** - da Súmula nº 691/STF.

Sendo assim, em face das razões expostas, **e considerando**, notadamente, **o que se contém no Enunciado nº 691** da Súmula do Supremo Tribunal Federal, **não conheço** da presente ação de "*habeas corpus*", **restando prejudicado**, em conseqüência, **o exame** do pedido de medida liminar.

Arquivem-se os presentes autos.

Publique-se.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

MED. CAUT. EM HABEAS CORPUS 92.533-2 (579)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. JOAQUIM BARBOSA**
PACTE.(S)	: PAULO RICARDO SOUZA PINTO
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DESPACHO: Trata-se *habeas corpus* impetrado pela Defensoria Pública em favor de PAULO RICARDO SOUZA PINTO, apontando como autoridade coatora o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial n° 883.824.

Relata que o paciente foi denunciado como incurso nas sanções dos artigos 180 (receptação) e 311(adulteração de sinal identificador de veículo automotor) do Código Penal e artigo 14 da Lei n° 10.826/03 (porte de munição). Sobreveio sentença que condenou o paciente pelo delito de receptação e pelo crime de porte de munição, absolvendo-o da imputação relativa ao artigo 311 do Código Penal.

Informa que, ao julgar o recurso de apelação, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul absolveu o paciente quanto ao crime de porte de munição (art. 386, II do CPP) e também quanto ao crime de receptação (art. 386, VI do CPP).

O Ministério Público interpôs Recurso Especial, ao qual o Superior Tribunal de Justiça deu provimento para restabelecer a sentença de primeiro grau em relação ao crime de porte de munição previsto no artigo 14, da Lei n° 10.826/03.

Sustenta a ausência de tipicidade do aludido artigo 14, da Lei n° 10.826/03 e requer a concessão de medida liminar para interromper a execução da pena enquanto não julgado definitivamente este *writ*.

Juntou documentos.

É o relatório.

DECIDO.

Ao restabelecer a sentença no que tange à condenação relativa ao artigo 14 da Lei n° 10.826/2003, o Superior Tribunal de Justiça restaurou a pena imposta na ocasião, de 02 (dois) anos de reclusão e 15 dias-multa, substituída por duas penas restritivas de direitos: de prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária.

É a interrupção da pena restritiva de direitos que se busca com o pedido de medida liminar.

O acórdão impugnado tem a seguinte ementa (fls. 79):

"PENAL. RECURSO ESPECIAL. ART. 14 DA LEI Nº 10.826/03. DELITO DE PERIGO ABSTRATO.

*Na linha de precedentes desta Corte o porte de munição é delito de perigo abstrato, sendo, portanto, em tese, típica a conduta daquele que é preso portando munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar. (**Precedentes**).*

Recurso provido."

No julgamento do HC 90075, ainda não concluído, já expressei minha posição no sentido de que "*a intenção do legislador foi de tornar mais rigorosa a repressão aos delitos relativos às armas de fogo. O legislador quis, portanto, tipificar condutas que poderiam criar **perigo de lesão abstrato** a bens jurídicos relevantes para a sociedade, por entender que as sanções civis e administrativas a respeito seriam ineficazes para alcançar tal proteção*."

Cuida-se de norma que tem por objetivo a proteção da **incolumidade pública.**

Não vislumbro, assim, ilegalidade evidente a ser sanada via liminar. Ao contrário, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração.

Logo, falta *fumus boni juris* às alegações do impetrante, motivo pelo qual **indefiro a liminar**.

Diante da suficiente instrução do feito, considerando que a matéria em discussão é de direito, **dispenso as informações**.

Abra-se vista à Procuradoria-Geral da República.

Publique-se.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministro **JOAQUIM BARBOSA**
Relator

HABEAS CORPUS 92.535-9 (580)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. JOAQUIM BARBOSA**
PACTE.(S)	: ARTHUR PAGANO GOLMIA
IMPTE.(S)	: MARIA CLÁUDIA DE SEIXAS E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	: RELATOR DO HC Nº 90424 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DESPACHO: Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ARTHUR PAGANO GOLMIA, tendo por autoridade coatora o Ministro Relator do HC 90.424, do Superior Tribunal de Justiça.

Alegam os impetrantes que a autoridade apontada como coatora ainda não se manifestou sobre pedido liminar requerido no *habeas corpus* impetrado em favor do paciente. Narram que ordem semelhante foi impetrada ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tendo sido negada a liminar pelo Desembargador relator do *writ*.

Informam que o paciente foi denunciado como incurso nas sanções dos artigos 33, caput e 35, ambos da lei n° 11.343/06 porque, em 17.11.2006 foi apreendida a quantia de 6.900 g (seis quilos, novecentos e noventa gramas) de "maconha" em sua residência.

Consoante relatam os impetrantes, o processo ainda está em fase de inquirição de testemunhas arroladas pela defesa e há excesso de prazo para o encerramento da instrução.

No presente *habeas corpus*, pretende-se a concessão, ao paciente, de liberdade provisória, por excesso de prazo no encerramento da instrução, apontando constrangimento ilegal em razão do relator do HC 90.424, do Superior Tribunal de Justiça, não ter apreciado a medida liminar até o momento.

É o relatório.

DECIDO.

A hipótese, deve-se ressaltar, não é sequer de verificação quanto à possível incidência da súmula 691 STF porque, consoante as informações anexadas, **até o momento não houve análise do pedido liminar formulado nos autos do HC 90.424.**

Antes de analisar o pedido de liminar, reputo necessárias as informações do Min. Relator do HC 90.424, que devem ser solicitadas por fax, com urgência.

Após, voltem para o exame da medida liminar requerida.

Publique-se.

Cumpra-se.

Brasília, 23 de setembro de 2007.

Ministro **JOAQUIM BARBOSA**
Relator

MED. CAUT. EM HABEAS CORPUS 92.536-7 (581)

PROCED.	: GOIÁS
RELATOR	**: MIN. MENEZES DIREITO**
PACTE.(S)	: MARCELO PEREIRA DE SOUZA
IMPTE.(S)	: JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA FERNANDES
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO

Vistos.

Habeas corpus com pedido de liminar, impetrado pelo advogado José Francisco de Souza Fernandes em favor de Marcelo Pereira de Souza, buscando a anulação do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás em sede de apelação criminal (fls. 22 a 43) e a conseqüente expedição de alvará de soltura para que o réu possa aguardar o novo julgamento em liberdade.

Aponta como autoridade coatora a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça que, no julgamento do HC nº 64.695/GO, denegou a ordem, reputando válida a petição de renúncia ao direito de apelar apresentada nos autos e acolhida pelo Tribunal estadual.

Alega o impetrante que:

*"Por sentença proferida em **28 de junho de 2005** pelo M.Mº Juiz de direito da Comarca de Nazário, GO, o **Paciente MARCELO PEREIRA DE SOUZA** foi condenado à pena de **20 (vinte) anos de reclusão, em regime "fechado desde o início", e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa**, à base de trigésimo do salário mínimo por unidade, como incurso nas sanções do **art. 157, § 3º, do Código Penal** (doc. Anexo).*

*Não se conformando com a prolação da r. sentença condenatória, o **Paciente** ofertou tempestivamente, por intermédio de advogada constituída, a petição do recurso de apelação no dia **04 de julho de 2005**, contudo, Eminente Relator, **sua defensora deixou de ofertar no prazo legal as razões respectivas**, fato considerado pelo Preclaro **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS** por Sua Excelência, o Eminente Desembargador **GERALDO SALVADOR DE MOURA**, que à fl. 295 dos autos, determinou por despacho a baixa do processo ao juízo "a quo", para a cientificação do sentenciado da "**desídia de sua defensora e ensejar-lhe a oportunidade de constituição de novo advogado para a apresentação das razões do recurso de apelação, ou havendo omissão da sua parte, seja-lhe nomeado defensor dativo**" - documentos anexos.*

*Contudo, doutos Ministros, no juízo de primeiro grau, a advogada constituída pelo **Paciente, parecendo querer justificar a perda do prazo para a apresentação das razões do recurso**, em vez de ofertar as razões da apelação de seu cliente (condenado à pena de 20 (vinte) anos de reclusão, em regime (fechado), simplesmente "elaborou" uma petição, que datou em **1º de dezembro de 2005, AFIRMANDO QUE DEIXOU DE APRESENTAR AS RAZÕES PORQUE O APELANTE TERIA DESISTIDO DO RECURSO** (doc. Anexo).*

*É necessário consignar neste **writ,** que a petição da defensora foi datada em **1º de dezembro de 2005**, porém, a "desistência" propriamente dita **foi elaborada posteriormente, e datada em 13 de dezembro de 2005**, **SENDO SUBSCRITA SOMENTE PELO ORA PACIENTE, SEM A ASSISTÊNCIA DE DEFENSOR** - SÚMULA 705, STF, **INDICANDO DATA MAXIMA VENIA QUE FOI A ADVOGADA QUE DESISTIU DO RECURSO PRIMEIRAMENTE, E DEPOIS OBTEVE AFORMALIZAÇÃO DO SENTENCIADO À SUA VONTADE**.*

***EMÉRITOS JULGADORES: O PACIENTE PROCLAMA QUE FORA TRAÍDO POR SUA DEFENSORA, POIS JAMAIS DESISTIU DA APELAÇÃO**, CONFIRMANDO, PORÉM, QUE ASSINOU UM PAPEL QUE LHE FOI ENTGREGUE POR INTERPOSTA PESSOA, A MANDO DA SUA ADVOGADA À ÉPOCA, COM A AMEAÇA QUE SE NÃO ASSINASSE, A SITUAÇÃO FICARIA AINDA PIOR.*

*Tanto é verdade que da simples análise da "desistência" em comento, se percebe com clareza solar que o Paciente sequer sabia onde assinar**, tendo começado a apor a sua assinatura no canto inferior esquerdo**, quando lhe "orientaram" a assinar no lugar correto, acima do seu nome impresso (doc. anexo).*

*Direito também é bom senso! Não é sobremodo estranhável que o sentenciado à pena de 20 (vinte) anos de reclusão, em regime fechado, disporia da única possibilidade jurídica de reverter a sua situação, **nesse contexto de ser semi-analfabeto e de ter a sua advogada perdido o prazo para a apresentação das razões do recurso interposto**?*

Após o ocorrido, e tendo havido a quebra de confiança entre o cliente e a advogada, o Paciente constituiu novo defensor que pugnou junto ao MD. Relator do Recurso de Apelação Criminal no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, com fundamento no Enunciado nº 705, da súmula da jurisprudência deste Pretório Excelso, a ABERTURA DE VISTA PARA A APRESENTAÇÃO DAS RAZÕES DO RECURSO, tendo a Corte Estadual de Justiça, INDFERIDO O PLEITO E HOMOLOGADO A DESISTÊNCIA DA APELAÇÃO INTERPOSTA (...)

.....

*Porém, dignos julgadores, o **Paciente** foi denunciado com outros co-autores, sendo que a sua defesa e a de **EMERSON SANTOS ROCCHETO** **foi patrocinada desde o início pela mesma defensora**, **MAS EXSURGE CRISTALINAMENTE A NULIDADE INSANÁVEL DECORRENTE DESTE FATO, POIS AS DEFESAS SÃO CONELIT\ANTES E NÃO PODERIAM TER SIDO EXERCIDAS PELA MESMA ADVOGADA, EM PREJUÍZO DE ALGUM DELES**.*

.....

*Posto isto, considerando a **conflitância das defesas, e a ausência de assistência de defensor por ocasião da subscrição da "renúncia" à apelação,** data máxima vênia **o Paciente MARCELO PEREIRA DE SOUZA ESTEVE INDEFESO DURANTE TODO O PROCESSO**, estando privado da liberdade de locomoção em virtude de um processo manifestamente **NULO DESDE A DEFESA PRÉVIA, IMPONDO-SE A DECRETAÇÃO DA NULIDADE, E A EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE SOLTURA, PARA EM LIBERDADE SE VER PROCESSAR SOB A GARANTIA DO DUE PROCESS OF LAW**.*

*IRRESIGNASÍSSIMO com a prolação do v. acórdão pela 4ª Turma Julgadora do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**, que homologou a "desistência" apresentada por sua ex-defensora, o Paciente bateu às portas do Colendo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com fundamento nestes mesmos argumentos, na impetração do **HABEAS CORPUS Nº 64695-GO**, que julgado pela 5ª Turma daquela Corte, no dia **28 de junho de 2007, FOI DENEGADO À UNANIMIDADE*** " (fls. 3 a 6).

Ao final requer, em liminar, a expedição de alvará de soltura para que o paciente, à vista das nulidades processuais apontadas, possa aguardar em liberdade por novo julgamento. No mérito, requer a concessão definitiva da ordem, com a confirmação da liminar e a decretação da nulidade do processo a partir da defesa prévia.

Decido.

Trata-se de paciente condenado a 20 anos de prisão em regime fechado pela prática de latrocínio (fls. 44 a 50).

O termo de apelação foi apresentado em 4/7/05 (fl. 16), mas, como no dia 13/10/05 ainda não houvessem sido colacionadas as razões respectivas, o Desembargador Relator determinou a intimação do paciente "*para cientificá-lo da desídia de sua defensora e ensejar-lhe a oportunidade da constituição de novo advogado para a apresentação das razões do recurso de apelação, ou havendo omissão de sua parte, seja-lhe nomeado defensor dativo*" (fl. 17).

No dia 15/12/05, a então advogada do paciente, atravessou a petição de fls. 18/19, datada de 1º/12/05, comunicando que não apresentara as razões de apelação porque o seu cliente havia "desistido do recurso". Essa petição fez-se acompanhar de uma declaração assinada pelo réu (fl. 20), datada de 13/12/05.

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás homologou o pedido, afirmando, na oportunidade, a irretratabilidade da desistência manifestada pelo réu em termo próprio e com a assistência de procurador munido de poderes especiais, regularmente constituído (fls. 25 a 27).

No **habeas corpus** que se seguiu (fls. 11 a 15), alegou-se a invalidade do pedido de desistência, porque o réu não teria querido verdadeiramente desistir do apelo e, ainda, a nulidade do processo porque colidentes as defesas apresentas em benefício do paciente e de outro co-réu, pela mesma advogada.

O Superior Tribunal de Justiça denegou a ordem. Asseverou que o pedido de desistência era regular e assumiu, expressamente, que a defensora agira em conformidade com o desejo expresso do réu. Não enfrentou de forma direta, porém, o argüido conflito entre as defesas dos co-réus Marcelo e Emerson formuladas pela advogada comum.

No caso dos autos não consta cópia da defesa prévia e, a partir das alegações finais de defesa que se tem reproduzidas às fls. 65 a 76, não é possível extrair, ao menos neste juízo de cognição sumária, uma conclusão afirmativa sobre a existência da alegada nulidade.

Ressalte-se que o impetrante não indica nas razões do **writ** em que consistiria essa contradição, o que, nos termos da jurisprudência desta Corte, seria imprescindível para o reconhecimento da respectiva invalidez (RHC nº 83.625/RJ, Segunda Turma, Relator a Ministra **Hellen Gracie**, DJ de 30/4/04; RE nº 215.805, Primeira Turma, Relator o Ministro **Octávio Gallotti**, DJ de 27/3/98). O impetrante também não declina a forma pela qual esse vício teria repercutido negativamente na órbita jurídica do paciente, sendo certo que, na linha dos precedentes deste Tribunal, não é possível reconhecer nulidade decorrente da colidência de defesas sem a comprovação do respectivo prejuízo - **pás de nullités sans grief** (HC nº 85.017/MG, Segunda Turma, Relator o Ministro **Gilmar Mendes**, DJ de 3/8/07; HC nº 74.499/ES, Primeira Turma, Relator o Ministro **Moreira Alves**, DJ de 28/2/97).

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Intime-se.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro MENEZES DIREITO - Relator

MED. CAUT. EM HABEAS CORPUS 92.538-3 (582)

PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATOR	**: MIN. JOAQUIM BARBOSA**
PACTE.(S)	: PAULO EDUARDO COSTA STEINBACH
IMPTE.(S)	: ACÁCIO MARCEL MARÇAL SARDÁ
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DESPACHO: Trata-se de pedido de liminar em *habeas corpus*, contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça no HC n° 73.161. Eis a ementa do julgamento impugnado (fls. 04):

"HABEAS CORPUS - CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA PROCESSADO PELO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - NULIDADE - NÃO OCORRÊNCIA - LIBERDADE PROVISÓRIA - CRIME HEDIONDO - IMPOSSIBILIDADE - ORDEM DENEGADA.

- Ressalvada a competência do Júri para julgamento do crime doloso contra a vida, seu processamento, até a fase de pronúncia, poderá ser pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em atenção à Lei 11.340/06.

- Não há possibilidade de concessão da liberdade provisória, em crimes hediondos, apesar da modificação da Lei 8.072/90, pois a proibição deriva da inafiançabilidade dos delitos desta natureza, trazida pelo artigo 5º, XLIII, da Constituição Federal.

- Tratando-se de paciente preso em flagrante, pela prática, em tese, de crime hediondo, mostra-se despicienda a fundamentação do decisum que manteve a medida constritiva de liberdade nos termos exigidos para a prisão preventiva propriamente dita, não havendo que ser considerada a presença de circunstâncias pessoais supostamente favoráveis ao paciente, ou analisada a adequação da hipótese à inteligência do art. 312 do CPP.

- Denegaram a ordem, ressalvado o posicionamento da Relatora."

Narra a denúncia que o paciente, após discutir com a vítima (sua esposa) "*dirigiu-se até o seu veículo, um Renaut/Clio, placas MBM-7175, que estava estacionado em frente, tendo sido seguido pela vítima que tentou entrar no carro, sendo impedida pelo denunciado. Após, o denunciado, subiu a rua, deu a volta e, avistando sua esposa no meio da via pública, que lhe acenava para parar o veículo, imprimiu-lhe maior velocidade e, com inequívoca vontade de matá-la, lançou o carro contra a mesma, atropelando-a. Ato contínuo, com a vítima sobre o capô do carro, o denunciado jogou o veículo contra um muro de pedras, esmagando a vítima, a qual sofreu as lesões descritas no Laudo de Exame Cadavérico de fls. 85/86, que foram causa eficiente de sua morte. No interior do veículo encontravam-se os filhos do casal*" (fls. 97). Foi denunciado, assim, por **homicídio duplamente qualificado (motivo fútil e surpresa)** e preso em flagrante logo após a ocorrência do fato, em **13.11.2006**.

Alega a **nulidade do flagrante**, porque teria sido homologado por autoridade incompetente. Afirma que o flagrante deveria ter sido apreciado por magistrado integrante do Tribunal do Júri, e não pelo juiz de Direito da 3ª Vara Criminal e Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Afirma que a decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória não foi fundamentada, pois não demonstrou a necessidade da prisão.

Por fim, invoca sua primariedade e o fato de não registrar antecedentes criminais como elementos a amparar seu pedido de liberdade provisória.

Requer, assim, a revogação da prisão cautelar que, a juízo do impetrante foi homologada por juiz incompetente ou a concessão de liberdade provisória por falta de motivação da decisão que manteve a prisão do paciente.

DECIDO.

A Lei n°11.340/06 (denominada Lei Maria da Penha) adotou um conceito de violência doméstica bem amplo, de forma a abarcar diversos instrumentos legais para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nas instâncias administrativa, civil, penal e trabalhista. Assim, o art. 14 da aludida Lei autorizou a criação pela União ou pelos Estados, de **Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**, órgãos da Justiça Ordinária com **competência cível e criminal**. Diante disso, **a Resolução n° 18/06 do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina** instituiu o Juizado de que trata a lei e, na Comarca da Capital, estabeleceu seu funcionamento junto à 3ª Vara Criminal, **deslocando, nos casos de crimes dolosos contra a vida da mulher, a instrução do processo, até a fase do art. 412 do CPP, para a 3ª Vara Criminal da Capital, mantendo, contudo, o julgamento perante o Tribunal do Júri** (conforme parecer do Procurador de Justiça no HC 2006.044235-4, do TJ de Santa Catarina, fls. 103).

Não vejo ilegalidade na Resolução n° 18/06 do TJ de Santa Catarina, que em tudo procurou ajustar a organização judiciária ao novo diploma legal, sem conflitar com as normas processuais que atribuem com exclusividade ao **Tribunal do Júri**, o **julgamento** dos crimes dolosos contra a vida.

Entendo, assim, em juízo inicial, que o flagrante foi homologado pela autoridade competente e por conseguinte, não padece de vícios.

No que diz com a prisão cautelar do paciente, o magistrado de primeiro grau entendeu presentes "*os requisitos da prisão preventiva inseridos no art. 312 do CPP, a saber: **garantia da ordem pública**, posto que o delito praticado causou comoção pública, norteado pela violência do ato, **e salvaguarda da aplicação da lei penal***" (fls. 92) (grifo no original).

O crime em tese imputado ao paciente, foi praticado na presença dos filhos menores de 11 e 5 anos, que se encontravam no interior do veículo. O fato causou comoção social e, segundo revela o auto de prisão em flagrante, o paciente correu risco de sofrer linchamento por parte das pessoas que presenciaram os fatos (fls. 22). Os precedentes deste Tribunal revelam que a lesão à ordem pública se constata quando '*os fatos noticiados os autos são de extrema gravidade e causam insegurança jurídica a manutenção da liberdade do Paciente*' (HC 90726, rel. min. Cármen Lúcia, DJ 17-08-2007; HC 90515, rel. min. Cármen Lúcia, DJ 10-08-2007).

Do exposto, **indefiro a medida liminar requerida, por não antever a presença do *fumus boni iuris***.

O *writ* está bem instruído. Contudo, constato da movimentação processual da ação penal n° 023063820695, em tramitação na 3ª Vara Criminal de Florianópolis/SC, cuja juntada aos autos ora determino, que o paciente já teria sido pronunciado, situação que alteraria o título de sua prisão cautelar.

Assim, **oficie-se ao Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal de Florianópolis/SC,** solicitando informações, **com urgência,** acerca da **ação penal n° 023063820695**, especificamente sobre o estágio em que se encontra, devendo o magistrado enviar a esta Corte cópia de eventual sentença de pronúncia.

Recebidas estas informações, abra-se vista à Procuradoria-Geral da República.

Publique-se. Cumpra-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro **JOAQUIM BARBOSA**

Relator

HABEAS CORPUS 92.539-1 (583)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
PACTE.(S)	: JUSCELINO MARIANO DA SILVA OU JUCELINO MARIANO DA SILVA
IMPTE.(S)	: JUSCELINO MARIANO DA SILVA
ADV.(A/S)	: ANTONIO MIGUEL NAVARRO
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Os autos vieram a mim distribuídos por prevenção em virtude do HC 92.349 a que, todavia, neguei seguimento.

Assim, quer parecer não se tratar de hipótese de prevenção, na medida em que não cheguei a conhecer do *writ*, situação exigida pelo artigo 69 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Submeto os autos, dessa forma, à Excelentíssima Ministra Presidente para que fixe a correta competência.

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**

- Relator -

MED. CAUT. EM HABEAS CORPUS 92.546-4 (584)

PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
PACTE.(S)	: OZIEL MARQUES VIEIRA
IMPTE.(S)	: MARUZAM ALVES DE MACEDO E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	: RELATOR DO HABEAS CORPUS Nº 90.807 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO DO SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: **Esta** decisão é por mim proferida **em face** da ausência eventual, nesta Suprema Corte, do eminente Relator da **presente** causa (fls. 86), **justificando-se**, em conseqüência, **a aplicação** da norma **inscrita** no art. 38, I, do RISTF.

Trata-se de "*habeas corpus*", com pedido de medida liminar, **impetrado** contra decisão **emanada** de eminente Ministro de Tribunal Superior da União, que, **em sede de outra ação** de "*habeas corpus*" **ainda em curso** no Superior Tribunal de Justiça (**HC** 90.807/MG), **denegou medida liminar** que lhe havia sido requerida **em favor** do ora paciente.

A parte ora impetrante, **para justificar** a sua pretensão, **apóia-se**, em síntese, **na alegação de ausência de fundamentação do ato decisório que lhe negou liberdade provisória**.

Presente tal contexto, impende verificar, desde logo, **se** a situação processual versada nestes autos **justifica**, ou não, o afastamento, **sempre excepcional**, da Súmula 691/STF.

É que, como se sabe, o Supremo Tribunal Federal, **ainda** que em caráter extraordinário, **tem admitido o afastamento**, "*hic et nunc*", da Súmula 691/STF, **em hipóteses** nas quais a decisão questionada **divirja** da jurisprudência **predominante** nesta Corte **ou**, então, **veicule** situações **configuradoras** de abuso de poder **ou** de manifesta ilegalidade (**HC 85.185/SP**, Rel. Min. CEZAR PELUSO - **HC 86.634-MC/RJ**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **HC 86.864-MC/SP**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - **HC 87.468/SP**, Rel. Min. CEZAR PELUSO - **HC 89.025-MC-AgR/SP**, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA - **HC 90.112-MC/PR**, Rel. Min. CEZAR PELUSO, **v.g.**).

O exame dos presentes autos, no entanto, **evidencia que não se verifica**, na espécie, situação de flagrante ilegalidade **ou** de abuso de poder, cuja ocorrência, uma vez constatada, **teria o condão de afastar**, "*hic et nunc*", **a incidência** da Súmula 691/STF.

Em situações como a que se verifica nesta causa, **a jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal, **fundada** em **decisões colegiadas de ambas as Turmas** desta Corte (**RTJ 174/233**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **HC 79.238/RS**, Rel. Min. MOREIRA ALVES - **HC 79.775/AP**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA), **repele a possibilidade jurídico-processual** de determinado Tribunal vir a ser **prematuramente substituído** pelo Supremo Tribunal Federal:

"***A jurisprudência de ambas as Turmas*** *do Supremo Tribunal Federal* ***firmou-se*** *no sentido* ***de que é insuscetível de conhecimento****, por esta Suprema Corte,* ***a ação*** *de 'habeas corpus'* ***promovida*** *contra decisão de Relator,* ***que****, em sede de* ***outro*** *processo de 'habeas corpus',* ***ainda em curso*** *perante Tribunal Superior da União,* ***indeferiu*** *pedido de medida liminar deduzido em favor do paciente.* ***Precedentes***."

(**RTJ 186/588**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Vê-se, pois, **que se revela processualmente inviável** a impetração de "*habeas corpus*", **perante** este Tribunal, **quando vem ela a ser deduzida**, como **o foi no presente** caso, **contra** a mera denegação de liminar em sede **de outra** ação de "*habeas corpus*" (**HC 79.350/RS**, Rel. Min. MOREIRA ALVES - **HC 79.545/RJ**, Rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI - **HC 79.555/RJ**, Rel. Min. NELSON JOBIM - **HC 79.763/MA**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **HC 80.006/RJ**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - **HC 80.170/BA**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **v.g.**).

Tais considerações bem demonstram **que é inviável o próprio conhecimento** da pretensão deduzida na presente sede processual, **eis que não se registra**, na espécie, situação de flagrante ilegalidade apta a ensejar o afastamento - **sempre excepcional** - da Súmula nº 691/STF.

Sendo assim, em face das razões expostas, **e considerando**, notadamente, **o que se contém no Enunciado nº 691** da Súmula do Supremo Tribunal Federal, **não conheço** da presente ação de "*habeas corpus*".

Arquivem-se os presentes autos.

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO

(**RISTF**, art. 38, I)

HABEAS CORPUS 92.549-9 (585)

PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S) : RENATO DE CASTILHO OLIVEIRA
IMPTE.(S) : JORGE LUIZ CORRÊA SANT'ANA
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado por Jorge Luiz Corrêa SantAna em prol de RENATO DE CASTILHO OLIVEIRA, contra decisão do Superior Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Face ao evidente erro material, consultei o sítio do Superior Tribunal de Justiça e verifiquei que, três dias após a impetração do presente *writ*, outro HC foi manejado, pelo mesmo impetrante, perante aquela Corte em favor do mesmo paciente. Dessa feita, claro está que a decisão ora impugnada foi prolatada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Assim, salta à vista a incompetência do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar o presente *habeas corpus*, por exceder a competência desta Corte, contida no artigo 102 da Constituição Federal.

Ante o exposto, **nego seguimento ao *writ*** (art. 21, § 1º, RISTF).

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**

- Relator -

HABEAS CORPUS 92.550-2 (586)

PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S) : MARCOS RODRIGO PEREIRA
IMPTE.(S) : MARCOS RODRIGO PEREIRA
ADV.(A/S) : JANDAIR MENDES PIMENTEL
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado por Jandair Mendes Pimentel em prol de MARCOS RODRIGO PEREIRA, contra decisão do Superior Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Face ao evidente erro material, consultei o sítio do Superior Tribunal de Justiça e verifiquei que, três dias após a impetração do presente *writ*, outro HC foi manejado, pelo mesmo impetrante, perante aquela Corte em favor do mesmo paciente. Dessa feita, claro está que a decisão ora impugnada foi prolatada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Assim, salta à vista a incompetência do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar o presente *habeas corpus*, por exceder a competência desta Corte, contida no artigo 102 da Constituição Federal.

Ante o exposto, **nego seguimento ao *writ*** (art. 21, § 1º, RISTF).

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**

- Relator -

HABEAS CORPUS 92.551-1 (587)

PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S) : VITOR DE CASTILHO OLIVEIRA
IMPTE.(S) : VITOR DE CASTILHO OLIVEIRA
ADV.(A/S) : JORGE LUIZ CORRÊA SANT'ANA
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado por Jorge Luiz Corrêa SantAna em prol de VITOR DE CASTILHO OLIVEIRA, contra decisão do Superior Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Face ao evidente erro material, consultei o sítio do Superior Tribunal de Justiça e verifiquei que naquela Corte não consta quaquer processo que o paciente como parte. De outro lado, o resultado é positivo no sistema de consulta do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em que figura a impetração de HC em seu favor pelo ora impetrante.

Claro está, portanto, que a autoridade apontada como coatora é o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Assim, salta à vista a incompetência do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar o presente *habeas corpus*, por exceder a competência desta Corte, contida no artigo 102 da Constituição Federal.

Ante o exposto, **nego seguimento ao *writ*** (art. 21, § 1º, RISTF).

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**

- Relator -

HABEAS CORPUS 92.552-9 (588)

PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S) : THIAGO FARIA CHAVES
IMPTE.(S) : THIAGO FARIA CHAVES
ADV.(A/S) : JANDAIR MENDES PIMENTEL
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado por Jandair Mendes Pimentel em prol de THIAGO FARIAS CHAVES, contra decisão do Superior Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Face ao evidente erro material, consultei o sítio do Superior Tribunal de Justiça e verifiquei que, na mesma data da impetração do presente *writ*, outro HC foi manejado, pelo mesmo impetrante, perante aquela Corte em favor do mesmo paciente. Dessa feita, claro está que a decisão ora impugnada foi prolatada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Assim, salta à vista a incompetência do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar o presente *habeas corpus*, por exceder a competência desta Corte, contida no artigo 102 da Constituição Federal.

Ante o exposto, **nego seguimento ao *writ*** (art. 21, § 1º, RISTF).

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**

- Relator -

MED. CAUT. EM HABEAS CORPUS 92.554-5 (589)

PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
PACTE.(S) : LEANDRO SILVA CARVALHO
IMPTE.(S) : MARUZAM ALVES DE MACEDO
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 89.767 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO

Vistos.

Habeas corpus com pedido liminar, impetrado pelo advogado Maruzam Alves de Macedo em favor de Leandro Silva Carvalho, buscando a expedição de alvará de soltura porque decretada a prisão preventiva do paciente sem a presença dos pressupostos fáticos próprios da espécie.

Aponta como autoridade coatora o Sr. Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Relator do HC nº 89.767/MG, que indeferiu a liminar requerida no **writ** impetrado perante aquela Corte com objetivo idêntico ao perseguido nesta ação.

Alega o impetrante que:

"O paciente teve sua prisão relaxada pela Egrégia Corte, HC nº 1.0000.07.452399-4/000, Primeira Câmara Criminal/TJ/MG, sob o sábio fundamento de que a situação não se amolda em nenhuma das hipóteses previstas no art. 302 do CPP, impondo sua imediata soltura, conforme provam categoricamente os inclusos Acórdão e alvará de soltura.

Prefacialmente, Eminente e Culto Relator, conforme se demonstrará à saciedade neste mandamus, a prisão do paciente se afigura manifestamente ilegal e desnecessária, haja vista que o juízo de origem, no momento em que recebeu respeitável determinação do TJ/MG, consubstanciada no competente ALVARÁ DE SOLTURA, quase que em um passo de mágica, DECRETOU a PRISÃO PREVENTIVA do paciente, lastreando seu decisum em veredas hipotéticas, em lamentável equívoco mencionou inexistente REINCIDÊNCIA e questão de mérito, determinando o cumprimento simultâneo do ALVARÁ DE SOLTURA e MANDADO DE PRISÃO.

(...)

Desta feita, insigne Senhor Ministro Relator, em nosso modesto pensar, a segregação cautelar do paciente constitui manifesto e patente constrangimento ilegal, haja vista estarem ausentes no caso ora em comento as hipóteses ensejadoras da prisão preventiva, encartadas no artigo 312 do Caderno Processual de Ritos, sendo de rigor correição em ***sede liminar****, por preencher os requisitos dos art. 647 usque 667 do mesmo códex, fazendo cessar o constrangimento ilegal que vem sofrendo o paciente"* (fls. 3/ 4).

Ao final requer, em caráter liminar, o abrandamento na aplicação da Súmula 691/STF a fim de que este Tribunal, conhecendo do **habeas corpus**, expeça alvará de soltura em favor do réu. No mérito, pede a confirmação da liminar com a declaração definitiva de que não há justa causa para a prisão preventiva no caso concreto.

Decido.

O paciente foi preso em flagrante pela prática, em tese, do crime previsto no artigo 33 da Lei nº 11.343/06 - tráfico ilícito de entorpecentes (fls. 23 a 34).

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais relaxou a prisão em flagrante ante a ausência dos requisitos previstos no artigo 302 do Código de Processo Penal, mas ressalvou expressamente a possibilidade de ser decretada prisão preventiva, devidamente fundamentada (fls. 42 a 46).

Sobreveio, então, o decreto de prisão preventiva de fls. 49 a 55.

Novamente provocado, o Tribunal estadual manteve a custódia cautelar, o que desaguou na impetração do HC nº 89.767/MG, perante o Superior Tribunal de Justiça.

O presente **habeas corpus** volta-se justamente contra a decisão monocrática do Ministro Relator que indeferiu a liminar requerida no HC nº 89.767/MG (fls. 64/65).

Incide, na hipótese, portanto, o comando da Súmula nº 691/STF, com a seguinte redação:

*"Não comete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de '**habeas copus**' impetrado contra decisão do relator que em '**habeas corpus**' requerido ao Tribunal Superior, indefere a liminar"*

Ressalte-se que a concessão de liminar em **habeas corpus** constitui medida excepcional por sua própria natureza; justificada apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano. Com muito maior rigor deve ser tratada a questão, portanto, quando a pretensão formulada for contrária à súmula deste Tribunal.

Anote-se, assim, não ser o caso de mitigação da orientação sumulada porquanto o decreto de prisão preventiva, ao menos neste juízo de cognição sumária, parece razoavelmente fundamentado. Confira-se, a propósito, a seguinte passagem dessa decisão:

"Na espécie, a instrução criminal praticamente já se exauriu, sendo certo que tanto o Policial condutor, quanto o Dr. Delegado de Polícia, este inclusive ouvido em juízo, foram categóricos em dizer que DOUGLAS, antes de ser instruído por advogados, confessou haver ADQUIRIDO AS DROGAS DAS MÃOS DE LEANDRO.

A propósito, o Dr. Delgado revelou em Juízo que quando da lavratura do Auto de Prisão em Flagrante, um aparelho celular tocou por diversas vezes e as pessoas do outro lado da linha procuravam LEANDRO, sempre encomendando drogas.

Com efeito, nada obstante a condenação em primeira instância pelo crime de tráfico, tendo, inclusive, sido preso e autuado em flagrante naquela ocasião, isso no final de 2005, conforme C.A.C. de f. 56, o denunciado LEANDRO voltou a praticar o mesmo delito, ficando patenteado nos autos que faz ele do narcotráfico um meio de vida.

Além disso, registra ele anotação criminal pela prática do crime de lesão corporal (f. 54).

Nesse diapasão, colocar o denunciado em liberdade é comprometer sobremodo a saúde pública, pois não há a menor dúvida de que voltará a traficar, já que nem mesmo a condenação anterior, quando ficou preso cautelarmente, foi capaz de inibi-lo a traficar para obtenção de lucro fácil em detrimento da saúde coletiva" (fls. 51/52).

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Intime-se.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coautora.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro MENEZES DIREITO

Relator

HABEAS CORPUS 92.557-0 (590)

PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
PACTE.(S) : JÚLIO CÉSAR DA SILVEIRA
IMPTE.(S) : LEANDRO LUIZ E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATORA DO HC Nº 89873 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DESPACHO: Oficie-se ao Superior Tribunal de Justiça, para que informe, **com urgência**, se foi apreciado o pedido de reconsideração, formulado pelo impetrante em 3 de setembro p.p., da decisão que indeferiu o pedido de liminar no **HC n° 89.873.**

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**

Relator

MED. CAUT. EM HABEAS CORPUS 92.562-6 (591)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. MENEZES DIREITO**
PACTE.(S)	: NARDO ALECEU FERNANDES MARQUES OU NARDO ALCEU FERNANDES MARQUES
IMPTE.(S)	: DÉLIO LINS E SILVA E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	: RELATOR DO HC Nº 91643 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO

Vistos.

Habeas corpus com pedido de liminar impetrado pelos advogados Délio Lins e Silva, Délio Lins e Silva Júnior e Paula Lins e Silva em favor de Nardo Alceu Fernandes Marques, requerendo a liberdade do paciente até o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Apontam como autoridade coatora o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Relator do HC nº 91.643/RS, que, por decisão monocrática, teria concedido liminar em menor extensão do que a requerida apenas para "*que o ora paciente **AGUARDE EM LIBERDADE O EXAURIMENTO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA**, desde que não surja outro motivo que justifique a segregação cautelar*" (fl. 6).

Alegam os impetrantes que:

"12) A sentença condenatória proferida pelo Juízo de primeira instância da comarca de Itaqui, de forma expressa garantiu ao paciente o direito de apelar em liberdade nos seguintes termos:

'reconheço ao réu o direito de apelar em liberdade, porquanto não presentes as circunstâncias do art. do CPP, e o fato de que respondeu ao processo em liberdade e apresentou-se espontaneamente perante o Tribunal do Júri para julgamento'

13) E foi mais além a sentença condenatória ao afirmar que:

'TRANSITADA EM JULGADO.

a) (...)

b) (...)

c) EXPEÇA-SE PROCESSO DE EXECUÇÃO CRIMINAL

d) (...)

e) EXPEÇA-SE MANDADO DE PRISÃO'

*14) Percebe-se, portanto, que a sentença de primeira instância condicionou a inauguração do processo de execução criminal e a expedição de mandado de prisão ao **TRÂNSITO EM JULGADO DO DECRETO CONDENATÓRIO**.*

*15) Tal determinação não foi impugnada pelo Ministério Público, configurando-se, portanto, o início do cumprimento da pena antes do efetivo trânsito em julgado flagrante e evidente '**reformatio in pejus**' a ser sanada via **Habeas Corpus**.*

16) Mas para além disso, é de se ressaltar o princípio da presunção de inocência e a envergadura que essa Corte Suprema vem dando ao mesmo para afirmar sem a menor sombra de dúvida que a prisão do paciente se mostra absurda e arbitrária.

.....

19) Pois bem. Se assim o é, impõe-se a conclusão pela qual a prisão antes do trânsito em julgado de sentença condenatória apenas se mostra possível quando fundamentada em elementos concretos que demonstrem a extrema necessidade da segregação cautelar com base nos requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, sempre funcionando com exceção, sob pena de configurar ilegal antecipação provisória da pena.

.....

*21) Impõe-se, portanto, a imediata expedição de alvará de soltura em favor do paciente. Nesse sentido é a hoje pacífica jurisprudência dessa Corte, capitaneada pelo julgamento no Supremo Tribunal Federal do Habeas Corpus nº 85209, de relatoria do Ministro **Marco Aurélio**, realizado no dia 17/11/2005. Aquele feito configura-se um verdadeiro divisor de águas com relação ao tema. Naquela assentada, a Primeira Turma firmou o entendimento pelo qual 'sem título judicial condenatório coberto pela coisa julgada formal e material, descabe dar início à execução da pena, pouco importando tenha o recurso apenas o efeito devolutivo'.*

*22) No Plenário do Supremo Tribunal Federal, tal discussão é objeto da Reclamação nº 2391 - **Marco Aurélio** e do Habeas Corpus nº 84078 - **Eros Grau**. Além disso, todos os Ministros vêm concedendo liminares para sustar o início do cumprimento da pena até o Plenário decidir-se definitivamente quanto à matéria"* (fls. 7/10).

Ao final requerem, em caráter liminar, a suspensão dos efeitos da condenação imposta ao paciente, com a conseqüente expedição de "mandado de soltura", sendo garantida a sua liberdade até o trânsito em julgado da condenação e não apenas até o exaurimento da instância ordinária. No mérito, pugnam pela confirmação da liminar.

Decido.

Nardo Alceu Fernandes Marques foi denunciado como incurso nas penas dos artigos 121, § 2º, incisos II e IV, combinado com artigos 29, **caput**, e 62, inciso I, todos do Código Penal.

Consta da referida peça acusatória que:

"No dia 08 de abril de 1994, por volta das 18h10min, na Rua Felipe Nery de Aguiar, em frente ao nº 1824, n/c, o denunciado, em comunhão de esforços e ajuste de vontades com um indivíduo não identificado, e fazendo uso de um revólver não apreendido, matou a vítima Luis Duarte Moreira Gudolle, provocando-lhe as lesões descritas no auto de necropsia de fls., que a existência de 'um 1º ferimento por projetil de arma de fogo na região cervical esquerda penetrante ao nível da 3ª vertebral cervical, que no RX constatou-se 'fratura vertebral' com possível lesão medular conseqüente, 2º ferimento por projétil de arma fogo mais ou menos 05 cm abaixo da articulação do ombro esquerdo face lateral, penetrante em direção à axila E, para o interior do tórax e, que radiologicamente comprovou-se ter fraturado a 4ª costela E, se alojando na região do mediastino, com sinais de hemorragia parenquimatosa' (sic)

Na ocasião, Luis Duarte Moreira Gudolle estava no interior do automóvel Ford/Pampa, modelo S 1.8, ano 1990, cor azul, placas EC 4207, estacionado em frente ao local acima descrito, quando, de inopino, um indivíduo não identificado encostou a roda dianteira da motocicleta que pilotava na porta dianteira esquerda, lado do motorista, do automóvel da vítima e, após sacar da arma que estava em sua cintura, efetuou vários disparos contra ela.

O denunciado concorreu para a prática do crime, uma vez que, havendo premeditado o ato, ajustou com o indivíduo não identificado o modo como seria realizado o crime, bem como utilizou-se este de uma motocicleta de propriedade do denunciado para localizar e matar a vítima.

O delito foi praticado por motivo fútil, decorrente de ciúmes, eis que o denunciado concorreu para a morte da vítima, em razão de acreditar que ela e sua esposa, Tereza Cristina Bastos Marques, estavam se relacionando sexualmente" (fl. 30/31).

O paciente foi condenado, pelo Tribunal do Júri, a pena de 14 anos de prisão em regime inicialmente fechado, com permissão para apelar em liberdade porque ausentes os pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal e porque o réu respondera ao processo em liberdade. Na oportunidade, condicionou-se a expedição do competente mandado de prisão e o início da execução da pena ao trânsito em julgado daquela condenação (fls. 27 a 28).

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul negou provimento ao apelo interposto pela defesa (fls. 29 a 51) que ingressou, então, com embargos declaratórios (fls. 52 a 59), os quais, segundo informam os impetrantes (fls. 6), ainda não foram julgados.

Impetrou-se **habeas corpus** ao Superior Tribunal de Justiça, contra o acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. O Ministro Relator do HC nº 91.643/RS, por decisão monocrática, deferiu o pedido de liminar nos seguintes termos:

"Requer-se, liminarmente, seja recolhido o mandado de prisão expedido, tendo em vista a ausência de trânsito em julgado da condenação, já que pendentes de apreciação os embargos de declaração interpostos pela defesa.

É o breve relatório.

Decido.

*Vislumbro, na espécie o **fumus boni iuris** do pedido, tendo em vista que não esgotada a instância ordinária, já que opostos embargos declaratórios, bem como o **periculum in mora** (expedição de mandado de prisão), razão pela qual **concedo** liminar a fim de que o ora paciente aguarde em liberdade o exaurimento da instância ordinária, desde que não surja outro motivo que justifique a segregação cautelar"* (fl. 17).

No presente **writ** os impetrantes visam a combater justamente a decisão monocrática havida no Superior Tribunal de Justiça. Incide, na hipótese, em princípio, o comando da Súmula nº 691/STF com a seguinte redação:

*"Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de '**habeas corpus**' impetrado contra decisão do relator que em '**habeas corpus**' requerido a Tribunal Superior, indefere a liminar"*

Vale ressaltar que a concessão de liminar em **habeas corpus** constitui medida excepcional por sua própria natureza; justificada apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano. Com muito maior rigor deve ser tratada a questão, portanto, quando a pretensão formulada ainda for contrária à súmula deste Tribunal.

Cumpre advertir que não está claro, a partir dos documentos juntados aos autos, por que razão teria sido expedido o mandado de prisão referido na decisão impugnada, já que nem a sentença condenatória nem o acórdão que indeferiu a apelação determinam a prisão do réu.

Não é possível assim, ao menos neste juízo de cognição sumária, analisar os pressupostos fáticos em que assentada a decisão impugnada, não sendo possível, com maior razão, portanto, identificar ilegalidade flagrante apta a mitigar a orientação sumular antes destacada.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro MENEZES DIREITO

Relator

HABEAS CORPUS 92.565-1 (592)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. JOAQUIM BARBOSA**
PACTE.(S)	: CICERO MARCOS DA SILVA
IMPTE.(S)	: CICERO MARCOS DA SILVA
COATOR(A/S)(ES)	: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DA COMARCA DE PRESIDENTE PRUDENTE

DESPACHO: Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado por CÍCERO MARCOS DA SILVA, em causa própria, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 1ª Vara de Execução Criminal de Presidente Prudente/SP.

Alega que está recolhido ao regime fechado, contudo, já faria jus à progressão para o regime semi-aberto.

É o relatório.

Decido.

Não merece conhecimento o presente *habeas corpus*.

O relato do impetrante revela que eventual decisão denegatória da progressão de regime foi proferida pelo Juiz de Direito da 1ª Vara de Execução Criminal de Presidente Prudente/SP. Assim, não se incluindo entre os atos de autoridades sujeitas ao controle deste Tribunal aquela apontada como coatora pelo impetrante, a presente ação não pode ser conhecida por ausência dos pressupostos constitucionais, à vista do que estabelece o art. 102, inciso I, alínea i, da Constituição da República.

Ainda que em matéria de *habeas corpus* a competência do Supremo Tribunal Federal seja bem abrangente, nela não se inserem os atos oriundos de órgãos judiciais colegiados como o que o impetrante indicou. Assim já tem se pronunciado este Tribunal em outros julgados: HC- Agr. 84.992/MG. Rel. Min. Gilmar Mendes e HC 79.730/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, ambos julgados pela 2ª Turma.

Do exposto, nos termos do art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, nego seguimento ao *habeas corpus*, ficando prejudicado o pedido de medida liminar.

Remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para que proceda como entender de direito, independentemente de publicação, tendo em vista a natureza do feito.

Publique-se.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministro **JOAQUIM BARBOSA**

Relator

HABEAS CORPUS 92.575-8 (593)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. JOAQUIM BARBOSA**
PACTE.(S)	: VALDECI ALVES MOREIRA
IMPTE.(S)	: VALDECI ALVES MOREIRA
COATOR(A/S)(ES)	: RELATOR DO HC Nº 81410 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DESPACHO: Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em causa própria por VALDECI ALVES MOREIRA, tendo por autoridade coatora o Ministro Relator do HC 81.410, do Superior Tribunal de Justiça.

Alega o impetrante que a autoridade apontada como coatora indeferiu liminar no *habeas corpus* impetrado junto àquela Corte.

No presente *habeas corpus*, pretende-se a concessão, ao paciente, do direito de aguardar em liberdade o julgamento da ação penal.

É o relatório.

DECIDO.

Não merece conhecimento o presente *habeas corpus*.

Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, é inviável o *writ* impetrado em face de indeferimento de liminar por relator de outro *habeas corpus*, em tribunal superior, sob pena de supressão de instância e violação das regras de competência.

Esta orientação é objeto de súmula do Supremo, *verbis*:

"Súmula 691 - Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar."

Tal entendimento só pode ser superado em caso de decisão flagrantemente ilegal, o que não é o caso dos presentes autos. O indeferimento da liminar no HC 87.885, em 24.08.2007, segundo colho do site do Superior Tribunal de Justiça, foi assim fundamentado:

*"Cuida-se de **habeas corpus** impetrado, em causa própria, por Valdeci Alves Moreira, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, buscando a revogação da prisão preventiva, afirmando, ainda, existir demora no julgamento dos pedidos formulados perante a Corte de origem.*

Insurge-se, também, contra a decisão da Juiz de primeiro grau que indeferiu o pedido de quebra de sigilo telefônico.

As informações foram prestadas às fls. 17/19 e 119.

A liminar, na via eleita, não tem previsão legal, sendo criação da jurisprudência para casos em que a urgência, necessidade e relevância da medida se mostrem evidenciadas de forma indiscutível na própria impetração e nos elementos de prova que a acompanham.

No caso, o constrangimento não se mostra com a nitidez imprimida na inicial, estando a exigir um exame mais detalhado dos elementos de convicção carreados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Dê-se ciência ao impetrante."

Assim, como a superação do entendimento firmado na Súmula n° 691 exige não só a plausibilidade jurídica do direito invocado como, também, a flagrante existência de decisão teratológica, **nego seguimento ao *habeas corpus*,** nos termos do art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, ficando prejudicado o pedido de liminar.

Publique-se.

Arquive-se.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministro **JOAQUIM BARBOSA** - Relator

HABEAS CORPUS 92.576-6 (594)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. JOAQUIM BARBOSA**
PACTE.(S)	: RADHAMES TAVARES MUÑOZ
IMPTE.(S)	: RADHAMES TAVARES MUÑOZ
COATOR(A/S)(ES)	: JUIZ FEDERAL DA 2ª VARA FEDERAL CRIMINAL DE GUARULHOS

DECISÃO: Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício próprio por RADHAMES TAVARES MUÑOZ, apontando como autoridade coatora o juiz federal da 2ª Vara Federal Criminal de Guarulhos-SP.

O impetrante/paciente requer, inicialmente, que lhe seja garantido o direito de responder em liberdade ao processo, em que é acusado pela prática dos delitos dos artigos 297 e 304 do Código Penal.

Em seguida, relata que foi condenado à pena de 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão em regime fechado, que está preso desde 02.12.2005 e que seu pedido de liberdade não foi acolhido pela autoridade indicada como coatora pelo simples fato de ser estrangeiro.

Argumenta que, por ser primário, possuir bons antecedentes, família e ocupação lícita, não se justifica a manutenção de sua prisão.

É o relatório.

Decido.

Esta Corte não tem competência para apreciar a presente impetração, tendo em vista que, dentre as autoridades indicadas no art. 102, I, *i*, da Constituição Federal, não figura a autoridade apontada como coatora.

Do exposto, com fundamento no art. 21, § 1º, do RISTF, **nego seguimento ao *writ***, ficando prejudicado o pedido de liminar.

Encaminhem-se os autos ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região para as providências que entender cabíveis, independentemente de publicação, em face da natureza do feito.

Publique-se.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministro **JOAQUIM BARBOSA** - Relator

HABEAS CORPUS 92.580-4 (595)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. JOAQUIM BARBOSA**
PACTE.(S)	: EDIVALDO ROCHA DA SILVA OU EDVALDO ROCHA DA SILVA
IMPTE.(S)	: EDIVALDO ROCHA DA SILVA
COATOR(A/S)(ES)	: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO CRIMINAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

DESPACHO: Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado por EDIVALDO ROCHA DA SILVA, em causa própria, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 1ª Vara de Execução Criminal de Presidente Prudente/SP.

Alega que está recolhido ao regime fechado, contudo, já faria jus à progressão para o regime semi-aberto.

É o relatório.

Decido.

Não merece conhecimento o presente *habeas corpus*.

O relato do impetrante revela que eventual decisão denegatória da progressão de regime foi proferida pelo Juiz de Direito da 1ª Vara de Execução Criminal de Presidente Prudente/SP. Assim, não se incluindo entre os atos de autoridades sujeitas ao controle deste Tribunal aquela apontada como coatora pelo impetrante, a presente ação não pode ser conhecida por ausência dos pressupostos constitucionais, à vista do que estabelece o art. 102, inciso I, alínea i, da Constituição da República.

Ainda que em matéria de *habeas corpus* a competência do Supremo Tribunal Federal seja bem abrangente, nela não se inserem os atos oriundos de órgãos judiciais colegiados como o que o impetrante indicou. Assim já tem se pronunciado este Tribunal em outros julgados: HC- Agr. 84.992/MG. Rel. Min. Gilmar Mendes e HC 79.730/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, ambos julgados pela 2ª Turma.

Do exposto, nos termos do art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, nego seguimento ao *habeas corpus*, ficando prejudicado o pedido de medida liminar.

Remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para que proceda como entender de direito, independentemente de publicação, tendo em vista a natureza do feito.

Publique-se.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministro **JOAQUIM BARBOSA** - Relator

INQUÉRITO 2.030-3 (596)

PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INDIC.(A/S)	: JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO OU JOSÉ TATICO
ADV.(A/S)	: PEDRO PAULO CASTELO BRANCO COÊLHO E OUTRO

DESPACHO: Ao Procurador-Geral da República, para que se manifeste sobre as petições de fls. 999-1000 e 1004-1005.

Publique-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO** - Relator

INQUÉRITO 2.099-1 (597)

PROCED.	: GOIÁS
RELATOR	**: MIN. CARLOS BRITTO**
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INDIC.(A/S)	: LÚCIA VÂNIA ABRÃO COSTA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: MAURÍCIO MARANHÃO DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: MARCO ANTONIO MENEGHETTI E OUTRO(A/S)

DESPACHO: Vistos, etc.

Proceda-se como requerido pela Procuradoria-Geral da República, na manifestação de fls. 1070.

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro CARLOS AYRES BRITTO

Relator

INQUÉRITO 2.424-4 (598)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
DNDO.(A/S)	: P.G.O.M
ADV.(A/S)	: ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO E OUTRO(A/S)
DNDO.(A/S)	: J.R.S.R.
ADV.(A/S)	: THIAGO BRÜGGER BOUZA E OUTRO(A/S)
DNDO.(A/S)	: J.E.C.A.
ADV.(A/S)	: LUÍS GUILHERME VIEIRA E OUTRO(A/S)
DNDO.(A/S)	: J.S.L.P.
ADV.(A/S)	: DÉLIO LINS E SILVA E OUTRO(A/S)
DNDO.(A/S)	: E.L.P.D
ADV.(A/S)	: CLÉBER LOPES DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
DNDO.(A/S)	: V.O.M
ADV.(A/S)	: RENATO NEVES TONINI E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Juntem-se aos autos o Ofício nº 371/2007 - GAB/DIP/DPF (Petição CPIN/STF nº 149467/2007) e o documento que o acompanha e dê-se ciência ao Procurador Geral da República e aos denunciados.

Publique-se.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**

Relator

INQUÉRITO 2.553-4 (599)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. JOAQUIM BARBOSA**
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INDIC.(A/S)	: CLODOVIL HERNANDES OU CLODOVIR HERNANDES

DECISÃO: Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar a suposta prática de crime ambiental, de autoria, em tese, do deputado federal CLODOVIL HERNANDES.

Com vista dos autos, a eminente Subprocuradora-Geral da República Cláudia Sampaio Marques, em parecer **aprovado pelo Procurador-Geral da República**, requereu o arquivamento do feito, nos seguintes termos: (fls. 116)

"... os fatos investigados são os mesmos apurados no Inquérito nº 2568, de relatoria do Ministro MARCO AURÉLIO. Ambos possuem origem no Boletim de Ocorrência nº 1178/2003, oriundo da Delegacia de Polícia de Ubatuba - SP e no Auto de Infração Ambiental nº 30744, da Polícia Militar Ambiental e tratam da constatação do corte de uma árvore isolada com a finalidade de ampliação da residência do parlamentar, causando, em tese, dano direto à unidade de conservação.

Pelo exposto, requer o Ministério Público Federal o arquivamento do feito."

Do exposto, com base no art. 28 do Código de Processo Penal, acolho a promoção do *Parquet* e determino o arquivamento do presente feito, nos termos do que permitem os artigos 3º, I, da Lei 8.038/1990, e arts. 21, XV, e 231, § 4º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Publique-se. Cumpra-se.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministro **JOAQUIM BARBOSA**

Relator

INQUÉRITO 2.576-3 (600)

PROCED.	: RONDÔNIA
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INDIC.(A/S)	: LINDOMAR BARBOSA ALVES
ADV.(A/S)	: RAIMUNDO DE ALENCAR MAGALHÃES E OUTRO(A/S)

Trata-se de ação penal cuja competência foi deslocada para o Supremo Tribunal Federal em razão da diplomação do acusado, em 15/12/2007, como deputado federal.

Observo que o recebimento da denúncia, o interrogatório e a oitiva de testemunhas deram-se perante o juizo então competente, não havendo nesses atos, portanto, qualquer nulidade, na esteira da jurisprudência desta Casa (INQ 571/DF, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).

O feito deve, portanto, prosseguir, no Supremo Tribunal Federal, a partir do ato realizado no juízo até então competente, isto é, as alegações finais.

Ante o exposto, defiro o quanto requerido pela Procuradoria-Geral da República, a saber, "*a reautuação do feito como ação penal*" e "*a intimação das partes para apresentação de alegações finais, nos termos do artigo 11, da Lei 8.038/90*" (fl. 307).

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**

- Relator -

MED. CAUT. EM MANDADO DE SEGURANÇA (601) 26.000-9

PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATOR	**: MIN. MENEZES DIREITO**
IMPTE.(S)	: EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO VALE DO ITAJAÍ S/A - ECOVALE
ADV.(A/S)	: JOSÉ AUGUSTO RANGEL DE ALCKMIN E OUTRO(A/S)
IMPDO.(A/S)	: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

DECISÃO

Vistos.

Mandado de Segurança impetrado pela Ecovale S.A - Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí contra o acórdão do Tribunal de Contas da União, que declarou nulo o contrato de sub-rogação e rerratificação nº 36/02 - MT, firmado pela impetrante com a União, com o objeto de administrar e explorar, sob o regime de concessão, o Sistema Rodoviário BR-470, abrangendo trecho da referida rodovia federal em Santa Catarina.

Pleiteia o deferimento de medida liminar, ao argumento de que "*em decorrência da decisão proferida é iminente a declaração de nulidade, pela União Federal, do Contrato nº 036/02- MT firmado entre esta, por intermédio do Ministério dos Transportes, e a ora impetrante. Ademais, a retomada do processo de concessão da exploração da BR - 470, com a promoção de novo certame licitatório e a celebração dos contratos daí decorrentes, implicará, por óbvio, em prejuízos de difícil ou mesmo impossível reparação*" (fl. 18).

Aduz a impetrante que "*a determinação de anular-se o Contrato de Sub-rogação nº 036/02-MT fere o direito da impetrante de vê-lo em plena vigência*" **(fl. 14).**

Argumenta que:

"(...) a determinação daquele Órgão de Contas do Estado, que implicou na declaração de nulidade do contrato (endossada por via do ato atacado do Tribunal de Contas da União), acabou obrigando a Administração Federal pois, embora sub-rogada nos direitos e deveres do primitivo contrato, sobre ele não pode pronunciar, vindo a submeter à deliberação estadual, o que é totalmente descabido.

40. E, ainda que fosse dado apreciar sob tal prisma, a decisão do Tribunal de Contas do Estado haveria de ser declarada nula, porquanto padece de evidente nulidade em razão de claro cerceamento do direito de defesa, uma vez que a ora impetrante não foi notificada para integrar o respectivo processo, sendo a decisão proferida sem que a ela fosse dado o direito de defesa, conforme recohecido pelo órgão do Ministério Público junto ao TCU (doc. 18).

41. Assim, nenhum impedimento havia de que a União celebrasse o Contrato de Sub-rogação e Rerratificação com a impetrante. A anterior anulação do contrato de concessão original pelo DER/SC foi, legitimamente, afastada pela União, sub-rogada e delegante, no regular exercício de seu direito. E não prospera o fundamento do ato do ora impetrado de que a decisão do TCE/SC impediria a atuação do TCU" (fls. 13/14).

Decido.

O ato apontado como coator é o acórdão nº 150/2006, proferido em 15/2/2006, que manteve o acórdão nº 514/2005 - TCU/Plenário, o qual contém ampla fundamentação ao "*fixar o prazo de 15 dias para que o Ministério dos Transportes adote as providências necessárias ao exato cumprimento do art. 59 da Lei nº 8.666/93, consistido na declaração de nulidade do contrato de sub-rogação e rerratificação nº 036/02-MT ao contrato nº PJ 166/98, celebrado entre a União e a Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí - Ecovale, podendo aquela Pasta colocar em prática, se for o caso, medidas cabíveis para realização de nova licitação objetivando a outorga da concessão impugnada pelo TCE/SC, em consonância com disposto no art. 175 da Constituição Federal e nas Leis nºs 8.666/93 e 8.987/95*" (fl. 309).

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, após constatar irregularidades no contrato de concessão envolvendo a impetrante e o DER/SC, resolveu anular o processo licitatório e sustar o respectivo contrato.

Sobreveio, então, o contrato de sub-rogação e rerratificação nº 36/02-MT, assinado em 20/11/02, no qual a União substituiu o Estado de Santa Catarina, na qualidade de concedente no contrato de concessão nº 166/98, que veio a ser declarado nulo pelo acórdão do Tribunal de Contas da União.

Vê-se dos autos que o contrato de sub-rogação e rerratificação foi assinado quando o contrato de concessão já havia sido anulado. Por outro lado, o acórdão do Tribunal de Contas da União não aparenta ilegalidade ou ofensa a direito líquido e certo do impetrante que pudesse vir a ser reparado com o presente **mandamus**, tendo sido proferido em observância às Leis nºs 8.666/93 e 8.987/95.

Diante da fundamentação exposta, entendo ausente o **fumus boni iuris**, razão por que indefiro o pedido liminar.

Intime-se.

Comunique-se.

Solicitem-se informações.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro MENEZES DIREITO - Relator

MED. CAUT. EM MANDADO DE SEGURANÇA (602) 26.895-6

PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
IMPTE.(S)	: DENISE MARIA AYRES DE ABREU
ADV.(A/S)	: ROBERTO PODVAL E OUTRO(A/S)
IMPDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO SENADO FEDERAL (CPI DO APAGÃO AÉREO)

DECISÃO: Prestadas as informações pelo órgão apontado como coator, **deneguei** o pedido de medida liminar (fls. 197/198).

Sobreveio, no entanto, "*pedido subsidiário*", que, **formulado** pela parte ora impetrante (fls. 227/229), **busca a outorga** de provimento jurisdicional **destinado** a manter, **sob lacre**, as informações **resultantes** da quebra de sigilo dos registros bancários, fiscais e telefônicos da autora da presente ação mandamental.

Analiso, portanto, esse "*pedido subsidiário*", **no qual a impetrante** invoca, para justificá-lo, **razões** fundadas **na constatação** de que "*as informação de caráter sigiloso obtidas pelas CPIs acabam por 'vazar', sendo divulgadas e publicadas pela mídia, que expõe a intimidade e privacidade dos investigados*" (fls. 229).

Reconheço, na perspectiva de tal fundamento, que o pleito cautelar ora veiculado neste "*pedido subsidiário*" **tem merecido** o beneplácito desta Corte, **valendo referir**, dentre outras, **as decisões monocráticas** proferidas **no MS 24.807/DF**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **e no MS 24.813/DF**, Rel. Min. CEZAR PELUSO, **v.g.**.

Tenho para mim, por isso mesmo, **consideradas** práticas anteriores **de outras** Comissões Parlamentares de Inquérito, que essa providência - **lacre cautelar** das informações sigilosas - **impõe-se** como medida de prudência, **harmonizando-se**, desse modo, **até final** decisão **deste** processo, **os interesses** que nele se antagonizam.

Sendo assim, e pelas razões expostas, **defiro** o "*pedido subsidiário*" **formulado** a fls. 227/229 **e determino**, em conseqüência, **até final julgamento** deste mandado de segurança, **o lacre cautelar** dos dados informativos **resultantes** da quebra de sigilo objeto de impugnação nesta sede processual, **assinalando** que tais documentos - **que serão mantidos sob a guarda** da CPI do Apagão Aéreo (Senado Federal) - **não deverão** ser por ela utilizados **nem** encaminhados a qualquer órgão estatal.

Comunique-se, **com urgência**.

Publique-se.

Brasília, 27 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

MED. CAUT. EM MANDADO DE SEGURANÇA (603) 26.908-1

PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
IMPTE.(S)	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
ADV.(A/S)	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(A/S)
IMPDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA PRIMEIRA TURMA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
IMPDO.(A/S)	: RELATOR DO RE Nº 444532 DA 1ª TURMA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

DECISÃO

Vistos.

Mandado de Segurança impetrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra contra o acórdão da Primeira Turma deste Supremo Tribunal Federal, que desproveu o agravo regimental no recurso extraordinário nº 444.532/RS, mantendo a negativa de seguimento do recurso extraordinário e impondo a aplicação de multa no valor de 5% sobre o valor da causa, nos termos do artigo 557, § 2º, do CPC. O acórdão está assim ementado:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO - INTERPRETAÇÃO DE NORMAS LEGAIS - INVIABILIDADE. O recurso extraordinário não é meio próprio a chegar à interpretação de normas estritamente legais.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - PREQUESTIONAMENTO - CONFIGURAÇÃO - RAZÃO DE SER. O prequestionamento não resulta da circunstância de a matéria haver sido argüida pela parte recorrente. A configuração do instituto pressupõe debate e decisão prévios pelo Colegiado, ou seja, emissão de juízo sobre o tema. O procedimento tem como escopo o cotejo indispensável a que se diga do enquadramento do recurso extraordinário no permissivo constitucional. Se o Tribunal de origem não adotou entendimento explícito a respeito do fato jurígeno veiculado nas razões recursais, inviabilizada fica a conclusão sobre a violência ao preceito evocado pelo recorrente.

AGRAVO - ARTIGO 557, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - MULTA. Se o agravo é manifestamente infundado, impõe-se a aplicação da multa prevista no § 2º do artigo 557 do Código de Processo Civil, arcando a parte com o ônus decorrente da litigância de má-fé" (RE 444.532, Relator o Ministro **Marco Aurélio**, DJ 24/8/2007).

Com a petição protocolada sob o nº 149.870, em 18/9/07, o impetrante aditou a inicial do mandado de segurança, incluindo o pedido para que "*se afaste, liminarmente, inaudita altera parte, a exigência de depósito prévio da multa cominada como condição de admissibilidade de embargos de declaração a serem opostos, com restituição de prazo, ou, nos limites da inaplicabilidade da Súmula n. 599/STF ao caso divergência, embargos de divergência, sem prejuízo dos pedidos principais de exclusão/redução da multa*" (fl. 34).

Os autos foram distribuídos a relatoria do eminente Ministro **Eros Grau**. Certificada a ausência do relator (fl. 30), foram encaminhados ao Ministro **Celso de Mello**, que determinou a remessa dos autos ao Ministro **Ricardo Lewandowski**, por considerá-lo o substituto regimental do relator (art. 38, I, STF). Certificada a ausência do Senhor Ministro **Ricardo Lewandowski** no período de 21 a 24/9/07 foram encaminhados os autos à Ministra **Carmen Lúcia** em 21/9/07, que, de acordo com a certidão de fl. 40, não se encontrava no Supremo Tribunal Federal. Os autos, então, vieram a minha apreciação.

Decido.

Indefiro o pedido liminar.

Esta Corte tem decidido não ser cabível o mandado de segurança contra as suas próprias decisões de índole jurisdicional. Anote-se:

"MANDADO DE SEGURANÇA. INTERPOSIÇÃO CONTRA ATO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL QUE CONCEDERA MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. PODER DO RELATOR. LEI N. 8038/90, ART. 38. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal orienta-se no sentido da inadmissibilidade de mandado de segurança contra ato jurisdicional da Corte. A tese dos impetrantes da suposta incompetência do relator para denegar seguimento a mandado de segurança, encontra firme repudio neste Tribunal. A Lei 8038/90, art. 38, confere-lhe poderes processuais para, na direção e condução do processo, assim agir. Agravo regimental improvido" (MS-AgR 21.734, Relator o Ministro **Ilmar Galvão**, DJ 15/10/1993).

"DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ACÓRDÃO DE TURMA DO S.T.F. 1. É pacífica a jurisprudência do Plenário do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que não cabe Mandado de Segurança contra seus acórdãos ou de qualquer de suas Turmas. 2. Além disso, no caso, o acórdão impugnado transitou em julgado, sendo, também por essa razão, inadmissível o "writ" (Súmula 268). 3. Seguimento negado pelo Relator. Agravo improvido. Decisão unânime do Plenário" (MS-AgR 22.515, Relator o Ministro **Sydney Sanches**, DJ 4/4/1997).

No mesmo sentido, as decisões monocráticas: MS 26.019/BA, Relator o Ministro **Celso de Mello**, DJ 28/6/2006 e MS 25.637-MC/SP, Relator o Ministro **Celso de Mello**, DJ 22/11/2005.

Ausente o **fumus boni iuris**, indefiro a liminar pleiteada.

Intime-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro MENEZES DIREITO
(Art 38, I do RISTF)

MED. CAUT. EM MANDADO DE SEGURANÇA (604) 26.920-1

PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
IMPTE.(S)	: JOSÉ ALMEIDA LIMA
ADV.(A/S)	: PAULO MAURÍCIO SIQUEIRA E OUTRO(A/S)
IMPDO.(A/S)	: CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DO SENADO FEDERAL

DECISÃO:

CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. MEDIDA LIMINAR. VOTAÇÃO DE PARECER DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DO SENADO FEDERAL: VOTO SECRETO; DIREITO ALEGADO DO IMPETRANTE AO VOTO ABERTO. NATUREZA DA VOTAÇÃO DA PERDA DE MANDATO PELO PLENÁRIO DA CASA CONGRESSUAL E DO PARECER DO CONSELHO DE ÉTICA. INTERPRETAÇÃO DO ART. 55, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. MEDIDA LIMINAR INDEFERIDA. PROVIDÊNCIAS PROCESSUAIS.

Relatório

1. Mandado de Segurança preventivo, com pedido de medida liminar, impetrado por José Almeida Lima, Senador da República, em 21.9.2007, pleiteando seja-lhe garantido o direito de proferir voto secreto na sessão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal na qual será apreciada a Representação n. 2/2007 contra o Presidente do Senado Federal prevista para ser realizada no dia 26.9.2007, acentuando que "*para que a tutela do direito líquido e certo individual seja efetiva, é imprescindível que o escrutínio secreto também seja imposto aos demais membros do Conselho de Ética, sob pena de identificação imediata do voto do ora Impetrante por uma simples regra de exclusão" (fl. 17-20)*.

O caso

2. Afirma o Impetrante ter sido realizada sessão no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal para apreciação da Representação n. 1/2007, no dia 30.8.2007, e que, na oportunidade, após debate entre o Presidente do digno órgão, Senador Leomar Quintanilha, e os Senadores Arthur Virgílio e Demóstenes Torres, estabeleceu o colegiado que a votação do parecer do Relator seria pelo regime de voto aberto.

Assevera haver forte possibilidade de se adotar idêntico procedimento na sessão marcada para o próximo dia 26, por não ter sido alterada a composição daquele Conselho. E argumenta que, como um de seus membros, teria o direito de *proferir voto secreto em todas as etapas do processo para cassação de mandato de outros senadores, à luz do art. 55, § 2º, da Constituição.*

Após defender a sua legitimidade ativa para a impetração, alega que:

"Como demonstrado acima, resta claro que a atual posição da maioria e, portanto, do próprio Conselho de Ética, é pela imposição de votação aberta em casos de pedido de cassação de Senadores da República, a despeito do que estabelece o § 2º do art. 55 da Constituição Federal. A existência dessa coação ilegal e abusiva gera o fundado receito de que nova violação ao direito líquido e certo do Impetrante será imposta pela Autoridade Coatora.

O referido justo receito é reforçado, acima de qualquer dúvida, quando se demonstra que foi definido pelo Conselho de Ética que será levado a julgamento, já na próxima semana, dia 26 (cf. Doc. 6 - Pauta e Convocação para a 9ª Reunião), mais uma representação pela cassação do mandato de um Senador, sendo fato que há mais duas a serem julgadas em breve.

De acordo com a Convocação e a Pauta da 9ª Reunião do Colegiado, a ser realizada na próxima quarta-feira, dia 26 de setembro próximo (vide Doc. 6), o Conselho de Ética deve iniciar o julgamento da ***Representação nº 2, de 2007,*** *protocolada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), cujo objeto é a cassação do mandato de um Senador da República, em conformidade com o § 2º do art. 55 da Constituição" (fl. 7-8).*

E prossegue:

"O constituinte originário, ao consagrar o § 2º do art. 55, quis que os deputados federais e os senadores, ao decidir sobre a cassação de um Par, pudessem emitir seus votos sob proteção de qualquer influência que não a de suas próprias consciências.

Ainda que não se concorde com o texto constitucional, não se pode desrespeitá-lo, ao menos antes que o poder constituinte derivado promova a devida modificação seguindo o devido processo legislativo. Por mais justa que uma causa possa parecer, ou por mais convincente que seja um argumento de lege ferenda, a Constituição da República deve ser fielmente obedecida, cabendo ao Supremo Tribunal Federal zelar pelo seu cumprimento.

Nessa linha de raciocínio, não se pode conceber como a Constituição Federal protegeria a liberdade de voto dos parlamentares apenas parcialmente, ou distinguiria os que integram o Conselho de Ética dos que se pronunciam apenas em Plenário.

Ora, se a intenção do constituinte originário foi afastar os riscos de constrangimentos que o votante pode vir a sofrer, seja por ocasião da realização da votação, seja futuramente, após o sufrágio, cabe indagar que razão justificaria o sigilo do voto no Plenário e a sua declaração no Conselho de Ética.

Registre-se que esse direito público subjetivo pode ser exercitado em qualquer órgão fracionário da Casa Legislativa em que seja levada a efeito deliberação acerca de parecer que conclua pela cassação de mandato por quebra de decoro parlamentar.

(...)

Deveras, assim como os senadores que somente se pronunciam na Sessão do Plenário têm o direito subjetivo de manter seu voto em sigilo, os membros do Conselho de Ética também têm idêntico direito, não podendo, ao menos sem violações à literalidade do texto constitucional, ser constrangidos a declarar seu voto, pena de quebra da isonomia: Senadores em geral são protegidos pelo texto constitucional, exceto se integrar o Conselho de Ética, hipótese na qual teria suas garantias constitucionais restringidas.

(...)

Por todo o exposto, resta incontroverso que há um direito líquido e certo do Impetrante à proteção do voto secreto em processos de cassação de mandatos de Senadores. Tal proteção se estende a todas as instâncias de sua atuação no âmbito do Senado Federal, nos termos do § 2º do art. 55 da Constituição, Conselho de Ética inclusive. Não obstante, o recente posicionamento do Conselho no sentido de impor votação aberta violou e ameaça violar o referido direito, que merece proteção judicial por este e. Supremo Tribunal.

Como observação final, é mister ressaltar que no presente caso, para que a tutela do direito líquido e certo individual seja efetiva, é imprescindível que o escrutínio secreto também seja imposto aos demais membros do Conselho de Ética, sob pena de identificação imediata do voto do ora Impetrante por uma simples regra de exclusão*" (fl. 17-20, grifos no original).*

Ao final, invoca o art. 7º, inc. II, da Lei n. 1.533/1951, para requerer a medida liminar.

Examinados os elementos havidos nos autos, **DECIDO**.

3. Dispõe o art. 55, § 2º, da Constituição da República:

"Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos nesta Constituição;

VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

(...)

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado da República, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa."

4. O Regimento Interno do Senado Federal bem como a Resolução n. 20/1993 - que criou a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal - não contêm norma expressa sobre o regime de votação do parecer exarado sobre representação contra um dos membros da nobre Casa por quebra de decoro parlamentar.

O Impetrante afirma que, se a perda do mandato será decidida por voto secreto pelo Senado Federal, também a votação do parecer naquele órgão - o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar - haveria de ser, sob pena de ter revelada e pública a posição de cada um dos parlamentares que o compõem.

5. A argumentação expendida pelo nobre Impetrante - sobre matéria de inegável importância constitucional e política - não cumpre, entretanto, o requisito legal de dotar-se de fundamento relevante e possibilidade de ineficácia da medida, se, ao final, a decisão proferida nesta ação vier a ser favorável à pretensão formulada, para os específicos fins de deferimento da liminar, nos termos do art. 7º, inc. II, da Lei n. 1.533/51.

6. De se enfatizar, inicialmente, que dois são os momentos e os objetivos do procedimento descrito na peça inicial da presente ação: o da votação do parecer pela Comissão de Ética e o da votação da perda de mandato de parlamentar no Plenário do Senado Federal.

A Constituição brasileira cuida, no art. 55, § 2º, expressamente, do processo decisório *da perda do mandato do Deputado ou do Senador pela respectiva Casa* (Câmara ou Senado). É taxativo o texto constitucional: "*a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado da República, por voto secreto e maioria absoluta*...".

Ao se referir à maioria absoluta da Casa processante, é certo que está a norma a se referir ao Plenário, no qual se dá a apreciação e decisão da imputação de comportamento afrontador ao decoro parlamentar ou infrator de qualquer das outras causas constitucionais tidas como ensejadoras do processo. Não se cuida, aqui, de pareceres prévios à decisão sobre a perda do mandato, que podem e são emitidos por órgãos fracionários, sem embaraço ou igualação de procedimentos com aqueles cuidados pela Constituição e que são de reserva do Plenário.

A norma constitucional excepciona, assim, a aplicação do princípio da publicidade - ínsito ao regime democrático e à forma republicana de governo e, ainda, à transparência política que domina todas as formas de atuação dos órgãos e entes do Poder Público - impondo a adoção do voto secreto pela maioria absoluta dos membros da Casa. Vê-se, assim, que as imposições contidas na norma "voto secreto" e "maioria absoluta" referem-se, exclusivamente, à *decisão* da perda do mandato pela Casa competente, vale dizer, pelo plenário do órgão.

Cuida-se de norma excepcional, insista-se, pois o princípio que informa o sistema constitucional vigente - democrático e republicano - é o da publicidade dos atos do Poder Público e dos comportamentos daqueles que compõem os seus órgãos.

Como afirmei em escrito sobre aquele princípio, "*não basta, pois, que o interesse buscado pelo Estado seja público para se ter por cumprido o princípio em foco. Por ele se exige a não obscuridade dos comportamentos, causas e efeitos dos atos da Administração Pública, a não clandestinidade do Estado, a se esconder do povo em sua atuação. A publicidade ... é que confere certeza às condutas estatais e segurança aos direitos individuais e políticos dos cidadãos. Sem ela, a ambigüidade diante das práticas* (estatais) *conduz à insegurança jurídica e à ruptura do elemento da confiança que o cidadão tem de depositar no Estado. A publicidade resulta, no Estado Contemporâneo, do princípio democrático. O poder é do povo (art. 1º, parágrafo único, da Constituição Brasileira), nele reside, logo, não se cogita de o titular do poder desconhecer-lhe a dinâmica. ... o princípio da publicidade reforça-se mais ainda em casos como o brasileiro. Tendo sido a República a opção da sociedade brasileira sobre a sua forma de governo, a publicidade passa a fundamentar a institucionalização do Poder segundo aquele modelo. Por isso a publicidade nomeia o Estado brasileira, que é uma 'República Federativa'. ... Considerando-se que a Democracia que se põe à prática contemporânea conta com a participação direta dos cidadãos, especialmente para efeito de fiscalização e controle da juridicidade e da moralidade administrativa, há que se concluir que o princípio da publicidade adquire, então, valor superior ao quanto antes constatado na história, pois não se pode cuidar de exercerem os direitos políticos sem o conhecimento do que se passa no Estado. Não se exige que se fiscalize, se impugne o que não se conhece"* (*Princípios Constitucionais da Administração Pública*. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 1993, p. 240).

O princípio informador do modelo estatal da República Democrática, constitucionalizado no Brasil em 1988, é o da publicidade e a ele se submetem todos os comportamentos estatais.

7. Daí ter-se por exceção, constitucionalmente expressa, a adoção do regime secreto de votação para a *decisão* da perda de mandato do parlamentar (Deputado ou Senador), o que somente se dá pelo Plenário da respectiva Casa.

Como exceção a interpretação e aplicação haverá de ser restrita, como é próprio dessa condição. É a lição de Carlos Maximiliniano, segundo o qual: "*Estriba-se a regra numa razão*

geral, a exceção, numa particular; aquela baseia-se mais na justiça, esta, na utilidade social, local ou particular. ... exceptiones sunt strictissimoe interpretationis ('*interpretam-se as exceções estritissimamente*')... *O princípio entronca nos institutos jurídicos de Roma, que proibiam estender disposições excepcionais, e assim denominavam as de direito exorbitante...isto é, os preceitos estabelecidos contra a razão de Direito; limitava-lhes o alcance, por serem um mal, embora mal necessário. ... As disposições excepcionais são estabelecidas por motivos ou considerações particulares, contra outras normas jurídicas, ou contra o Direito comum; por isso não se estendem além dos casos e tempos que designam expressamente"*(MAXILIMINANO, Carlos - *Hermenêutica e aplicação do Direito*. Rio de Janeiro: Forense, 1988, os. 225 e segs.- grifos nossos).

8. Na espécie em pauta, o que se postula é que se tenha como regra constitucional intangível o que na regra invocada (§ 2º do art. 55) não se contém.

O que põe a regra do § 2º do art. 55 da Constituição é que a decisão pela maioria da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal sobre perda de mandato de um de seus membros se dará por voto secreto.

A votação do parecer exarado no Conselho de Ética de uma das Casas do Congresso Nacional sobre pedido de apreciação de comportamento de um de seus membros, para os fins de encaminhamento à Comissão de Constituição e Justiça e, posteriormente, ao Plenário, no qual se dará a decisão sobre a perda do mandato do parlamentar, não pode ser confundido com o próprio procedimento deliberatório, único a ser cuidado pela norma do § 2º do art. 55 da Constituição.

9. O parecer exarado no Conselho de Ética de uma das Casas do Congresso Nacional sobre pedido de perda de mandato de um dos seus membros tem natureza jurídica de ato administrativo prévio e não vinculante para os fins de processamento do pleito no Plenário da Casa Congressual sobre a decisão a ser proferida quanto ao pedido formulado.

Diversamente, a decisão sobre a perda do mandato de parlamentar é exclusiva do Plenário da Casa de que ele faça parte e tem natureza constitutiva terminativa para os fins específicos de absolvição ou de punição política do congressista. Reveste-se essa decisão de natureza quase jurisdicional, porque, no processo de deliberação sobre a conduta de um de seus Pares, a Casa Congressual aprecia e afirma se terá sido, ou não, praticado ato de infração constitucional infirmador do mandato, a saber, desobediência a qualquer das proibições estabelecidas no art. 54, da Constituição, procedimento incompatível com o decoro parlamentar ou perda ou suspensão dos direitos políticos do processado.

A distinção é tão mais nítida quando se verifica o número de vezes em que o pronunciamento do Conselho de Ética de qualquer das Casas é encaminhada ao respectivo Plenário e ali não é acatado, tendo-se decisão em sentido oposto ao que ponderado pelo órgão ético aconselhador.

10. A exceção constitucional ao princípio da publicidade - no caso, pela adoção do voto aberto e, portanto, público -, constante do § 2º do art. 55 da Constituição brasileira, refere-se à decisão sobre a perda do mandato, o que não é o que se dá na votação do parecer emitido no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da respectiva Casa Congressual.

Aquela exceção é obrigatória, nos termos constitucionalmente postos. Como bem leciona José Afonso da Silva sobre a norma, "... *a perda do mandato será decidida pela Casa do imputado, por voto secreto e maioria absoluta. O voto tem que ser secreto. A casa não pode mudar isso. O voto aberto está fora de cogitação legítima, por mais que isso possa ser tido como desejável. Só emenda constitucional pode mudar esse critério. A resolução de perda de mandato, no caso, requer aprovação por maioria absoluta dos membros da Casa. Maioria absoluta se constitui a partir do primeiro número inteiro acima da metade dos membros da Casa"* (SILVA, José Afonso - *Comentário contextual à Constituição.* São Paulo: Malheiros, 2007, p. 424).

Entretanto, como asseverado antes, a exceção atém-se ao que a norma constitucional estabelece, sob pena de comprometimento do sistema democrático positivado. No mais, há que se aplicar o princípio fundamental da publicidade, pelo qual se resguarda a cidadania, que exerce os seus direitos a partir do conhecimento do que decide o mandatário, no caso, o congressista.

Aplicar a regra excepcional, ao que na exceção não se contém, seria inverter os termos de interpretação constitucional a ser adotada, a saber, o que foge ao ordinário interpreta-se e aplica-se restritivamente, circunscrevendo-se à situação constitucionalmente descrita. No caso, a exceção atém-se à decisão sobre a perda de mandato pelo Plenário na Casa do Congressual Nacional de cujos quadros faça parte o congressista ao qual se impute um dos comportamentos previstos nos incisos do art. 55 da Constituição.

11. De se anotar que o voto proferido pelo Impetrante ou qualquer dos seus Pares no Conselho de Ética do Senado Federal, seja ele pela aprovação seja pelo arquivamento do requerimento de processamento de um dos Senadores para os fins de apenar-lhe com a perda do mandato, não o vincula a favor ou contra o requerimento quando da decisão em Plenário, tanto que ali proferirá voto autônomo e secreto, sem se prender ao modo como antes atuou, se for um dos membros que tenha tido participação no Conselho de Ética.

12. Diferentemente do que observa o nobre Impetrante, não se tem configurado, na espécie, o justo receio de serem os membros do Conselho de Ética da Casa Congressual tratados de forma diferenciada - ou supostamente discriminada - em relação aos demais Senadores.

Todos os congressistas são preservados pelo sigilo de seu voto no Plenário. Como estão atuando em momentos e procedimentos diferenciados, cuidando-se de práticas políticas de natureza diversa, com efeitos distintos, não há qualquer ruptura ao princípio da igualdade entre os que compõem o Conselho de Ética e os que o integram. A uma, porque a atuação do Senador, no momento da apreciação do pedido para fins de se decidir sobre a perda, ou não, do mandato de um de seus pares se dará no Plenário e, ali, o voto é secreto, conforme posto na norma constitucional que tanto assegura. A duas, porque com tal resguardo, garante-se a não vinculação ou garantia de identidade do comportamento do Parlamentar nos dois momentos em que tenha atuado, podendo ele votar de uma forma no Conselho de Ética e de outra, se a tanto se convencer posteriormente, no Plenário da Casa Congressual. A três, porque apenas alguns congressistas compõem o Conselho de Ética, pelo que se se fosse adotar tal entendimento poder-se-ia concluir que os que não integram o Conselho teriam situação diferenciada perante os cidadãos brasileiros, porque a eles poderiam ser imputados, exclusivamente, os resultados num ou noutro sentido quando da tomada de decisão sobre a perda do mandato. É que, mesmo não havendo a vinculação do voto proferido no Conselho de Ética e, posteriormente, no Plenário, haveria uma tendência a se acreditar que o voto dado naquele órgão fracionário tenha se repetido no colegiado total, o que pode não ter ocorrido. Logo, descontados os votos dos membros do Conselho de Ética, estariam em situação politicamente menos confortável os congressistas que, não compondo o órgão aconselhador, não pudessem ter pública a sua manifestação.

A votação secreta realizada no Plenário da Casa Congressual - no caso em foco, o Senado Federal - protege a manifestação de todos os senadores, incluídos aqueles que tenham participado da votação aberta tomada no Conselho de Ética, pois não seria possível afirmar ter havido a confirmação do quanto se dera em sua anterior manifestação.

14. Distintas a votação na Comissão de Ética e a realizada no Plenário do Senado Federal e, ainda, pela circunstância de ser o princípio informador do sistema constitucional o da publicidade dos atos estatais, não há como se ter como juridicamente relevante o fundamento apresentado pelo nobre Impetrante *para os fins precípuos de deferimento da medida liminar requerida*, no sentido de se impor seja secreto o voto a ser dado por todos os senadores integrantes do Conselho de Ética do Senado Federal nas próximas assentadas do digno órgão.

Insista-se ser não apenas relevante como de incontestável qualidade fundamental a matéria posta à apreciação na presente ação constitucional, por se cuidar de tema nuclear no sistema a aplicação do princípio da publicidade aos atos estatais. Porém, o relevo do fundamento que o art. 7º, inc. II, da Lei n. 1533/51 estatui como requisito para o deferimento da liminar é, na preleção de Sérgio Ferraz, "*como fundamento a relação de adequação lógico-jurídica entre os fatos descritos e as conseqüências postuladas. E como relevância a plausibilidade imediatamente aparente de que, em tese, os fatos descritos possam confluir para as conseqüências pleiteadas na impetração ... Como adequadamente lecionou Adhemar Ferreira Maciel... o juiz concederá a liminar não porque o direito subjetivo invocado lhe pareça provável, mas também apenas porque possível. ... Não se configura, por exemplo, o caso quando o argumento é de suposta incompatibilidade entre a lei que contrarie a pretensão e a Constituição, eis que vigora em nosso sistema jurídico a presunção de constitucionalidade das leis...*" (FERRAZ, Sérgio - *Mandado de Segurança.* São Paulo: Malheiros, 2006, p. 254).

Na espécie vertente, as alegações do nobre Impetrante centram-se no que seria, segundo afirma, incompatibilidade entre a decisão vislumbrada a partir do cuidado sobre a forma de votação adotada pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, do Senado Federal, e a Constituição do Brasil.

Todavia, como antes realçado, a argumentação apresentada na peça inicial da presente ação constrói-se no sentido de ser inconstitucional a decisão do Conselho de Ética daquela Casa Congressual ao adotar o princípio constitucionalmente consagrado como determinante - o da publicidade dos comportamentos estatais e dos agentes que compõem os seus órgãos incluídos os políticos -, reservando a aplicação da exceção a esse princípio aos estreitos limites que a ele se ateve a norma constitucional contida no art. 55, § 2º.

De se concluir, portanto, não se ter comprovado o requisito do relevante fundamento estampado no art. 7º, inc. II, da Lei n. 1.533/51, para os fins liminares buscados pelo nobre Impetrante.

15. Acrescente-se não se demonstrar, também, o alegado perigo de ineficácia da segurança eventualmente concedida quando do julgamento do mérito da presente impetração, uma vez que o pedido formulado firma-se no sentido de que se determine *"ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal que toda e qualquer votação referente a processo de cassação de mandato de Senador seja conduzida por escrutínio secreto, nos termos do § 2º do art. 55 da Constituição da República, e, em especial, os pareceres de conclusão das Representações nº 2, 3 e 4, de 2007"* (fl. 21).

16. Mais ainda, enfatiza o Impetrante ser "***mister ressaltar que no presente caso, para que a tutela do direito líquido e certo individual seja efetiva, é imprescindível que o escrutínio secreto também seja imposto aos demais membros do Conselho de Ética, sob pena de identificação imediata do voto do ora Impetrante por uma simples regra de exclusão****" (fl. 17-20, grifos no original).*

Pretende-se, assim, que se tenham estendidos os efeitos da medida pleiteada aos demais Parlamentares que compõem o Conselho de Ética do Senado Federal, pelo que estar-se-ia dirigindo a ordem contra aqueles que passam a figurar, na relação processual ora afirmada, como litisconsortes necessários, porque estariam sendo, direta e imediatamente, atingidos pela decisão judicial.

Como assentado na jurisprudência dos tribunais brasileiros e ensinado pela melhor doutrina, configura-se situação de litisconsórcio necessário na causa em que o seu objeto atinge, processualmente, mais de uma pessoa em conjunto e a nenhum isoladamente, "*pelo que"* - ensina, dentre outros, Hely Lopes Meirelles - "*a ação não pode prosseguir sem a presença de todos no feito, sob pena de nulidade do julgamento... nas impetrações em que há beneficiários do ato... impugnado, esses beneficiários são litisconsortes necessários, que devem integrar a lide, sob pena de nulidade do processo"* (MEIRELLES, Hely Lopes - *Mandado de segurança...* . São Paulo: Malheiros, 2006, p. 70).

A situação litisconsorcial vislumbrada na espécie mais ainda se acentua pela descrição feita pelo próprio Impetrante, ao relatar ter havido debate entre os membros do Conselho de Ética do Senado Federal sobre a adoção do princípio constitucional em detrimento de prática que parecia a ele contrária (a do voto secreto) e que fora antes adotado, por interpretação da extensão, ao procedimento ali cursivo, do quanto se acatava para as votações havidas no Plenário da Casa Congressual na apreciação e decisão sobre perda de mandato de Parlamentar.

17. Não seria possível, juridicamente, adotar-se medida em detrimento daquela decisão, em sede de liminar, quando o provimento do Conselho de Ética, quanto à matéria relativa ao modo de tomada de votação do parecer exarado no processamento de um dos Pares, foi objeto de debate e decisão pelos membros do próprio órgão, tendo em vista exatamente a melhor forma de dar aplicação ao princípio constitucional da publicidade.

18. Carentes dos requisitos estabelecidos no art. 7º, inc. II, da Lei n. 1.533/51 e art. 203, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, **indefiro a medida liminar pleiteada pelo Impetrante.**

19. Notifique-se a autoridade tida como coatora, para prestar as informações no prazo improrrogável de dez dias (art. 7º, inc. I, da Lei n. 1.533/51 c/c art. 203 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

20. Notifiquem-se os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal para integrar a ação na condição de litisconsortes necessários e, querendo, apresentando as suas alegações no prazo legal.

21. Na seqüência, dê-se vista à Procuradoria-Geral da República (art. 205 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

Em conseqüência, fica intimado o impetrante para providenciar a notificação dos membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal para integrar a ação nos termos da decisão acima.

PETIÇÃO 4.079-1 **(605)**

PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
REQTE.(S)	: INSTITUTO DE ADVOCACIA RACIAL E AMBIENTAL - IARA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: HUMBERTO ADAMI SANTOS JÚNIOR E OUTRO(A/S)
REQDO.(A/S)	: MINISTRO DA SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS

DESPACHO

DISTRIBUIÇÃO - INADEQUAÇÃO.

1. No último mês de julho, este processo foi concluso à Presidência, aludindo-se ao artigo 13, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno. Então, a ministra Ellen Gracie negou seguimento ao pedido, acionando os artigos 13, inciso V, alínea "c", e 21, § 1º, também do Regimento Interno (folhas 175 e 176). Logo, consoante observado em outras situações em que atua a Presidência da Corte a partir do disposto no artigo 13, inciso V, alínea "c", que revela competir-lhe atuar em agravos de instrumento e petições ineptos, ou de outro modo manifestamente inadmissíveis, bem como nos recursos que, conforme jurisprudência do Tribunal, tenham por objeto matéria destituída de repercussão geral, não cabia a distribuição subseqüente. O relato do agravo interposto contra decisão formalizada em tal fase é do próprio autor do ato impugnado, ou seja, da Presidência.

2. À Presidente, ministra Ellen Gracie.

3. Publiquem.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECLAMAÇÃO 4.745-8 **(606)**

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. JOAQUIM BARBOSA**
RECLTE.(S)	: FERNANDO VERGUEIRO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ELISABETH CARDOSO PAES DA ROCHA E OUTRO(A/S)
RECLDO.(A/S)	: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (PROCESSO Nº 121.149.0/2)
RECLDO.(A/S)	: ÓRGÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (AGRAVO REGIMENTAL Nº 121.149.0/4-01)
INTDO.(A/S)	: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

DESPACHO (na Petição avulsa 151.436/2007): Junte-se.

Intime-se o município-interessado, para que se manifeste no prazo de cinco dias acerca da alegada perda de objeto desta reclamação.

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro **JOAQUIM BARBOSA**
Relator

RECLAMAÇÃO 4.974-4 **(607)**

PROCED.	: PARANÁ
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECLTE.(S)	: FAGNER NUNES
ADV.(A/S)	: CLÓVIS CARDOSO
RECLDO.(A/S)	: JUÍZA DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO (PROCESSO Nº 2006.0001431-5)
INTDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO: 1. Trata-se de reclamação, com pedido de liminar, ajuizada em favor de **FAGNER NUNES**, contra ato do juízo da Vara Criminal da comarca de Francisco Beltrão/PR, que, nos autos do **Processo nº 2006.0001431-5**, teria descumprido decisão proferida pelo Plenário desta Corte (**HC nº 82.959**).

O reclamante, condenado pela prática do delito previsto no art. 12, *caput*, da Lei nº 6.368/76, ao cumprimento da pena de 4 (quatro) anos e 8 (oito) de reclusão integralmente em regime fechado, além do pagamento de 80 (oitenta) dias-multa, apelou da sentença, estando o recurso ainda pendente de decisão, conforme informação obtida no sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Ingressou, também, com pedido de progressão de regime de cumprimento da pena, invocando a decisão proferida por esta Corte nos autos do **HC nº 82.959**, mas a juíza entendeu que "*a decisão da Suprema Corte não vincula qualquer juízo ou tribunal brasileiro, posto que proferida, repito, em via incidental, com efeitos inter partes. Somente após resolução do Senado, suspendendo a eficácia do mencionado dispositivo, na forma do artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, é que tal decisão terá eficácia erga omnes*" (fls. 51), razão pela qual indeferiu o pedido.

Por meio da presente reclamação, requer, liminarmente, seja determinada a "*expedição de alvará de soltura, concedendo ao réu o direito de cumprir o restante da pena em liberdade, (no regime aberto), se comprometendo a cumprir religiosamente as condições impostas até cumprimento integral da sentença*" (fls. 06).

2. É velha e aturada a jurisprudência desta Corte no sentido de que tem legitimidade para a propositura de reclamação todo aquele, particular ou não, que venha a ser atingido, em sua esfera jurídica, por decisão que, provinda de magistrado ou Tribunal, se revele contrária ao entendimento fixado, em caráter vinculante, por este Supremo Tribunal, no julgamento de processos objetivos de controle normativo abstrato, instaurados por meio de ação direta de constitucionalidade - ADC, ou por ação direta de inconstitucionalidade - ADI, ainda que esta última importe interpretação conforme à Constituição ou declaração parcial de inconstitucionalidade, sem redução de texto (cf. **AgRg na Rcl nº. 2.143**, Rel. Min. **CELSO DE MELLO**, DJ de 06.06.2003).

No caso, todavia, pretende-se atacar ato que teria descumprido decisão proferida pelo Plenário desta Corte, no **HC nº 82.959**, que declarou, *incidenter tantum*, a inconstitucionalidade do § 1º do art. 2º da Lei nº 8.072/90, e que, em princípio, não teria efeito vinculante nem eficácia *erga omnes*.

3. É certo que o alcance da eficácia da decisão proferida no **HC nº 82.959** está sendo, com amplitude, reexaminada pelo Plenário desta Corte, no julgamento da **Reclamação nº 4.335**, Rel. Min. **GILMAR MENDES** (**Informativo STF/454** e **Informativo STF/463**), razão pela qual, em 07 de março p.p., suspendi o processamento do presente feito, até o julgamento definitivo da **Reclamação nº 4.335**, não sem antes conceder liminar, de ofício, para afastar o óbice representado pelo § 1º do art. 2º da Lei nº 8.027/90 (fls. 62-65).

4. Mas, em verdade, não precisa a presente reclamação aguardar-lhe o desfecho.

É que o caso comporta, desde logo, concessão de *habeas corpus* de ofício, nos termos do art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal.

No julgamento do **HC nº 82.959** (Rel. Min. **MARCO AURÉLIO**, DJ de 01.09.2006), o Plenário desta Corte, por maioria de votos, declarou "*a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990*", o que afasta, para efeito de progressão de regime, o obstáculo representado por essa norma tida por inválida:

"PENA - REGIME DE CUMPRIMENTO - PROGRESSÃO -RAZÃO DE SER. A progressão no regime de cumprimento da pena, nas espécies fechado, semi-aberto e aberto, tem como razão maior a ressocialização do preso que, mais dia ou menos dia, voltará ao convívio social.

PENA - CRIMES HEDIONDOS - REGIME DE CUMPRIMENTO - PROGRESSÃO - ÓBICE - ARTIGO 2º, § 1º, DA LEI Nº 8.072/90 - INCONSTITUCIONALIDADE - EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL. Conflita com a garantia da individualização da pena - artigo 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal - a imposição, mediante norma, do cumprimento da pena em regime integralmente fechado. Nova inteligência do princípio da individualização da pena, em evolução jurisprudencial, assentada a inconstitucionalidade do artigo 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/90" (**HC nº 82.959,** Rel. Min. **MARCO AURÉLIO**, DJ de 01.09.2006).

Ademais, observo que a questão foi superada pela edição da Lei n° 11.464, de 29 de março de 2007, que deu nova redação ao art. 2°, § 1°, da Lei n° 8.072/90, para autorizar progressão de regime.

5. Isto posto, nos termos do que decidiu a Primeira Turma, em 07.03.2006, na apreciação da Questão de Ordem por mim suscitada no julgamento do **HC nº 86.224** (Rel. Min. **CARLOS BRITTO**), **concedo a ordem, de ofício** para determinar que o juízo da Vara Criminal da comarca de Francisco Beltrão/PR reaprecie - se já não o tiver feito em razão da liminar anteriormente concedida, cujo teor ora torno ratifico e torno definitivo - o pedido de progressão de regime formulado em favor do reclamante, nos autos do Processo nº 2006.001431-5, nos termos do arts. 2º, § único, e 66, inc. III, alínea *b*, da LEP, levando em consideração os requisitos de admissibilidade de progressão de regime prisional.

Comunique-se, com urgência, por ofício e *fac-símile*, o inteiro teor desta decisão ao juízo e ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Oportunamente, arquivem-se.

Publique-se. Int.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

RECLAMAÇÃO 5.244-3 **(608)**

PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECLTE.(S)	: JOFRAN FREJAT
RECLTE.(S)	: PAULO AFONSO KALUME REIS
ADV.(A/S)	: DANIEL AYRES KALUME REIS E OUTRO(A/S)
RECLDO.(A/S)	: JUIZ DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA (AÇÃO PENAL Nº 98.312-4/06)
INTDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
INTDO.(A/S)	: ALUÍSIO TOSCANO FRANCA
INTDO.(A/S)	: ARNALDO BERNARDINO ALVES

DESPACHO

PROCESSO - PREJUÍZO - ELUCIDAÇÃO.

1. O Procurador-Geral da República manifesta-se pelo prejuízo do pedido formulado na inicial, nos seguintes termos (folha 64):

[...]

6. Nada obstante, a Ação Penal nº 98.312-4/06, objeto da presente Reclamação, já foi devidamente encaminhada a essa Corte, tendo sido recebida como Inquérito nº 2583. Tal circunstância prejudica o pedido formulado pelos Reclamantes, não existindo mais situação de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal que autorize o deferimento da reclamação.

Ante o exposto, manifesto-me pela extinção do feito, em razão da perda de objeto.

2. Digam os reclamantes sobre o interesse no prosseguimento do processo.

3. Publiquem.

Brasília, 10 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECLAMAÇÃO 5.336-9 **(609)**

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. JOAQUIM BARBOSA**
RECLTE.(S)	: MARCOS GÖPFERT CETRONE
ADV.(A/S)	: MARCOS GÖPFERT CETRONE
RECLDO.(A/S)	: JUIZ DE DIREITO DA VARA DAS EXECUÇÕES CRIMINAIS DA COMARCA DE MOGI DAS CRUZES (EXECUÇÃO CRIMINAL Nº 707.881)
INTDO.(A/S)	: CASSIO DOS SANTOS SANT'ANA OU CÁSSIO DOS SANTOS SANTANA

DESPACHO: Diante do teor da certidão de fl. 30, reitere-se, **inclusive via fax**, o teor do Ofício n° 4610/R, por cópia às fl. 27, solicitando urgência na prestação das informações, tendo em conta a natureza do pedido da presente Reclamação.

Publique-se. Cumpra-se.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministro **JOAQUIM BARBOSA**
Relator

MED. CAUT. EM RECLAMAÇÃO 5.417-9 **(610)**

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECLTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECLDO.(A/S)	: JUIZ FEDERAL DA 1ª VARA FEDERAL DE GUARATINGUETÁ (AÇÃO CAUTELAR Nº 2007.61.18.000593-1)
INTDO.(A/S)	: ALINE JANAÍNA DOS SANTOS OLIVEIRA
ADV.(A/S)	: MARIA DALVA ZANGRANDI COPPOLA

DECISÃO: O ordenamento positivo brasileiro **não impede** a concessão de tutela antecipada **contra o Poder Público**.

Esse entendimento - **que admite** a antecipação jurisdicional dos efeitos da tutela - **resulta** de autorizado magistério doutrinário (NELSON NERY JUNIOR/ROSA MARIA ANDRADE NERY, "**Código de Processo Civil Comentado**", p. 752, item n. 26, 4ª ed., 1999, RT; SERGIO SAHIONE FADEL, "**Antecipação da Tutela no Processo Civil**", p. 85, item n. 25.1, 1998, Dialética; CARLOS ROBERTO FERES, "**Antecipação da Tutela Jurisdicional**", p. 45, item n. 14, 1999, Saraiva; REIS FRIEDE, "**Tutela Antecipada**, **Tutela Específica e Tutela Cautelar**", p. 195/196, item n. 18, 5ª ed., 1999, Del Rey; J. E. S. FRIAS, "**Tutela Antecipada em face da Fazenda Pública**", "*in*" Revista dos Tribunais 728/60-79, **69-70**; DORIVAL RENATO PAVAN/CRISTIANE DA COSTA CARVALHO, "**Tutela Antecipada em face da Fazenda Pública para Recebimento de Verbas de Cunho Alimentar**", "*in*" Revista de Processo 91/137-169, **145**, **v.g.**).

Na realidade, **uma vez atendidos** os pressupostos legais fixados no art. 273, I e II, do CPC, na redação dada pela Lei nº 8.952/94 - **e observadas as restrições** estabelecidas na Lei nº 9.494/97 (art. 1º) -, **tornar-se-á lícito ao magistrado deferir** a tutela antecipatória requerida **contra** a Fazenda Pública.

Isso significa, portanto, que juízes e Tribunais - **sem incorrerem** em desrespeito à eficácia vinculante decorrente do julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal na apreciação do pedido de medida cautelar formulado na **ADC 4/DF**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **poderão antecipar** os efeitos da tutela jurisdicional **em face** do Poder Público, **desde que** o provimento de antecipação **não incida em qualquer das situações de pré-exclusão** referidas, **taxativamente**, no art. 1º da Lei nº 9.494/97.

A Lei nº 9.494/97, ao dispor sobre o tema ora em análise, **assim disciplinou** a questão pertinente à antecipação da tutela relativamente aos órgãos e entidades do Poder Público:

"***Art. 1º - Aplica-se à tutela antecipada*** *prevista nos arts. 273 e 461 do Código de Processo Civil,* ***o disposto*** *nos arts. 5º e seu parágrafo único e art. 7º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964, e no art. 1º e seu § 4º da Lei nº 5.021, de 09 de junho de 1966, e nos arts. 1º, 3º e 4º da Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992.*" (**grifei**)

O **exame** dos diplomas legislativos mencionados no preceito em questão **evidencia** que o Judiciário, **em tema** de antecipação de tutela contra o Poder Público, **somente não pode deferi-la** nas hipóteses que importem em: (**a**) **reclassificação** ou **equiparação** de servidores públicos; (**b**) **concessão** de aumento **ou extensão** de vantagens pecuniárias; (**c**) **outorga** ou **acréscimo** de vencimentos; (**d**) **pagamento** de vencimentos e vantagens pecuniárias a servidor público **ou** (**e**) **esgotamento**, total ou parcial, do objeto da ação, **desde que** tal ação diga respeito, **exclusivamente**, a qualquer das matérias **acima** referidas.

Daí a correta observação feita por SERGIO SAHIONE FADEL ("**Antecipação da Tutela no Processo Civil**", p. 85 e 87, item n. 25.1, 1998, Dialética), **em lição** na qual - **após destacar** que as restrições legais ao deferimento da tutela antecipatória **apenas enfatizam** o fato "***de ser inquestionável o seu cabimento***" contra o Poder Público (**pois**, "*caso contrário, não haveria necessidade de a norma legal restringir o que estaria explicitamente proibido ou vedado*") - **assinala que as limitações** impostas pela Lei nº 9.494/97 (art. 1º) **apenas alcançam** as ações, **propostas** contra a Fazenda Pública, **que impliquem** "*pagamentos a servidores públicos com a incorporação, em folha de pagamento, de vantagens funcionais vencidas, equiparações salariais ou reclassificações*".

Feitas essas considerações, passo ao exame do pedido formulado nesta sede processual.

E, ao fazê-lo, **verifico** que a decisão ora questionada nesta sede reclamatória **parece versar tema estranho** às restrições, que, **previstas** no art. 1º da Lei nº 9.494/97, **incidem**, unicamente, nas matérias **que se refiram** às hipóteses **precedentemente** mencionadas neste ato decisório.

Destaco, por isso mesmo, que a decisão reclamada nesta sede processual, **além de não ter** como fundamento **o reconhecimento da invalidade** jurídico-constitucional **do art. 1º** da Lei nº 9.494/97, **deferiu** o provimento antecipatório **para assegurar**, à ora interessada, **a** "*(...)* ***participação da candidata*** *JANAINA DOS SANTOS OLIVEIRA no 'Exame de Admissão (Modalidade 'B') ao Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento da Aeronáutica IE/EA EAGS - 'B'/ 2007', previsto para 02/05/2007, bem como nas demais etapas do concurso, assegurando, também caso aprovada, sua matrícula no respectivo Estágio, ao qual deverá participar em igualdade de condições com os demais alunos, sem restrições e retaliações de qualquer natureza em razão de estar sua situação 'sub judice', sendo-lhe garantida, inclusive, a diplomação, formatura e graduação caso aprovado em todas as etapas do curso*" (fls. 30/31 - **grifei**).

Cumpre assinalar, de outro lado, **que também as informações** prestadas pela autoridade apontada como reclamada **parecem** sugerir, **ao menos** nesta fase de mera delibação, que o ato ora impugnado **não teria incidido** na alegada transgressão ao julgamento desta Corte **proferido** no exame **da ADC 4-MC/DF** (fls. 48).

Vê-se, desse modo, **ao menos** em juízo de cognição sumária, que tal decisão **teria sido proferida fora das situações** a que alude o art. 1º da Lei nº 9.494/97.

Cabe observar, neste ponto, por relevante, **que** esta Suprema Corte, em contexto **rigorosamente** idêntico ao que ora se analisa, **não tem acolhido** a postulação cautelar **deduzida** pela União Federal (**Rcl 5.004-MC/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **Rcl 5.016-MC/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **Rcl 5.018-MC/SP**, Rel. Min. CARLOS BRITTO - **Rcl 5.019/SP**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, **v.g.**).

Sendo assim, e em face das razões expostas, **indefiro** o pedido de medida cautelar.

2. **Ouça-se** a douta Procuradoria-Geral da República.

Publique-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECLAMAÇÃO 5.426-8 (611)

PROCED.	: SERGIPE
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECLTE.(S)	: ESTADO DE SERGIPE
ADV.(A/S)	: PGE-SE - SAMUEL OLIVEIRA ALVES
RECLDO.(A/S)	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO (PROCESSO Nº 00208-2006-006-20-00-1)
INTDO.(A/S)	: ODETE MARA OLIVEIRA RESENDE
ADV.(A/S)	: ANA LÚCIA DANTAS SOUZA AGUIAR E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECLAMAÇÃO - PEDIDO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE - NEGATIVA DE SEQÜÊNCIA.

1. O Estado de Sergipe ajuizou esta reclamação considerada a decisão proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.395-6/DF. Visa a suspender reclamação trabalhista em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, formalizada com o objetivo de anular a contratação de profissional que exercia trabalho efetivo sem a prévia aprovação em concurso público e o pagamento de verbas trabalhistas. Requer a concessão de medida acauteladora.

Discorre o reclamante sobre o tema de fundo do processo, asseverando o descompasso com a liminar deferida na mencionada ação direta de inconstitucionalidade, da relatoria do ministro Cezar Peluso.

À folha 62, está a manifestação da autoridade reclamada, acompanhada de documentos, na qual se noticia que o processo encontra-se julgado, sendo reconhecida a nulidade do vínculo comissionado, ante o exercício de trabalho efetivo de Oficial de Justiça.

2. Não concorre a pertinência do pleito. A liminar concedida na citada ação direta de inconstitucionalidade ficou restrita ao afastamento de interpretação do inciso I do artigo 114 da Carta Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 45/2004, que implique reconhecimento da competência da Justiça do Trabalho para apreciar conflitos atinentes a regime especial, de caráter jurídico-administrativo. Conforme se observa nos documentos juntados ao processo, há, em síntese, o envolvimento de conflitos trabalhistas, tendo em conta a articulação, como causa de pedir, da regência do vínculo pela Consolidação das Leis do Trabalho.

3. Ante o disposto no artigo 21, § 1º, do Regimento Interno desta Corte, nego seguimento à reclamação.

4. Publiquem.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECLAMAÇÃO 5.455-1 (612)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECLTE.(S)	: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECLDO.(A/S)	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO (APELAÇÃO Nº 2003.71.00.047969-4)
INTDO.(A/S)	: VERA OLIVEIRA DE AZEVEDO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: NESTOR JOSÉ FORSTER E OUTRO(A/S)

DECISÃO

INICIAL - ENDEREÇO DOS INTERESSADOS - AUSÊNCIA - INTIMAÇÃO DA RECLAMANTE - INSUFICIÊNCIA - INDEFERIMENTO.

1. À folha 11, assim despachei, buscando o saneamento do processo:

RECLAMAÇÃO - DESRESPEITO A ACÓRDÃOS DO SUPREMO - AUSÊNCIA DE JUNTADA DAS PEÇAS.

RECLAMAÇÃO - CONTRADITÓRIO - INFORMAÇÕES - MEDIDA LIMINAR - EXAME POSTERGADO.

1. Noto a ausência de juntada dos acórdãos deste Tribunal que se dizem inobservados. Providencie a reclamante as citadas peças, sob pena de indeferimento da inicial.

2. Uma vez sanado o defeito, dêem ciência, via postal, desta reclamação, aos interessados, indicando a reclamante os endereços respectivos.

3. Solicitem informações. Com o recebimento, apreciarei o pedido de concessão de medida acauteladora formulado.

4. Publiquem.

A informação de folha 76 revela que a reclamante não procedeu ao saneamento quanto aos endereços dos interessados, constando apenas a juntada dos acórdãos do Supremo tidos como inobservados.

2. Ante a insuficiência da providência, indefiro a inicial, fazendo-o a partir do disposto no artigo 284, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

3. Arquivem.

4. Publiquem.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

MED. CAUT. EM RECLAMAÇÃO 5.527-2 (613)

PROCED.	: TOCANTINS
RELATOR	**: MIN. MENEZES DIREITO**
RECLTE.(S)	: ESTADO DO TOCANTINS
ADV.(A/S)	: PGE-TO - THAIS RAMOS ROCHA
RECLDO.(A/S)	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO (RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS Nº 00700-2006-812-10-00-9, 00799-2006-812-10-00-9, 00706-2006-812-10-00-6, 00821-2006-812-10-00-0, 00701-2006-812-10-00-3, 00723-2006-851-10-00-5, 00382-2006-851-10-00-9, 00361-2006-81-10-00-3, 00639-2006-811-10-00-3, 00818-2006-811-10-00-0, 00580-2006-811-10-00-3, 00642-2006-811-10-00-7 E 00383-2006-851-10-00-3)
INTDO.(A/S)	: DEUSDETE PEREIRA DOS SANTOS SILVA
INTDO.(A/S)	: MARIA DO SOCORRO CARVALHO COELHO
INTDO.(A/S)	: NIZOELTON ANTONIO ALVES DE SÁ
INTDO.(A/S)	: HELIO MAURO MARTINS DE OLIVEIRA
INTDO.(A/S)	: VALDECY ROSA DE CASTRO
INTDO.(A/S)	: JOÃO JOSÉ MACHADO NETO
ADV.(A/S)	: WELLINGTON DANIEL G. DOS SANTOS E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: IRACI ALVES DOS SANTOS
ADV.(A/S)	: WATFA MORAES EL MESSIH E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: SUELY DE FÁTIMA CARDOSO DE SOUZA
ADV.(A/S)	: RUBISMARK SARAIVA MARTINS
INTDO.(A/S)	: JOSEFA CARVALHO DE SANTANA
INTDO.(A/S)	: MARISIA DE SOUZA REGINO
INTDO.(A/S)	: LUCÍLIA PEREIRA DA SILVA
INTDO.(A/S)	: AURORA OLIVEIRA DE SOUZA
ADV.(A/S)	: NALO ROCHA BARBOSA
INTDO.(A/S)	: NORANEI DA MOTA BANDEIRA
ADV.(A/S)	: DANIELLA SCHMIDT SILVEIRA
INTDO.(A/S)	: JOÃO BATISTA MACHADO RIBEIRO
ADV.(A/S)	: ORLANDO DIAS DE ARRUDA

DECISÃO

Vistos.

Reclamação apresentada pelo Estado do Tocantins contra o processamento, perante a Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, "*das Reclamações Trabalhistas nºs* ***00700-2006-812-10-00-9, 00799-2006-812-10-00-9, 00706-2006-812-10-00-6, 00821-2006-812-10-00-0, 00701-2006-812-10-00-3, 00723-2006-812-10-00-3, 00357-2006-851-10-00-5, 00382-2006-851-10-00-9, 00361-2006-81-10-00-3, 00639-2006-811-10-00-3, 00818-2006-811-10-00-0, 00580-2006-811-10-00-3, 00642-2006-811-10-00-7, 00383-2006-851-10-00-3***" (fls. 02/03).

Argumenta o reclamante que o processamento das ações perante a Justiça do Trabalho ofende o provimento cautelar proferido por esta Corte na ADI nº 3.395, que "(...) *suspendeu ad referendum, toda e qualquer interpretação dada ao inciso I do artigo 114 da Constituição Federal*" (fl. 03).

Decido.

A questão posta nos autos trata da competência para o julgamento das reclamações trabalhistas ajuizadas contra o Estado do Tocantins, julgadas procedentes, decisão mantida no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª região.

A decisão desta Corte apontada como ofendida, ADI nº 3.395/DF, deferiu liminar para que as ações envolvendo o Poder Público e seus servidores estatutários fossem processadas perante a Justiça Comum, excluída outra interpretação ao artigo 114, I, da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 45/2004.

O caso presente, de primeira ordem, não envolve servidores públicos estatutários, razão por que indefiro o pedido de liminar. No mesmo sentido cito a RCL nº 4.371/TO, Relator Ministro **Carlos Ayres Brito**, DJ de 1º/8/06.

Intime-se.

Oficie-se à Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região para que preste, no prazo de 10 (dez) dias, as informações necessárias (artigo 14, I, da Lei nº 8.038/90).

Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministro MENEZES DIREITO - Relator

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 92.430-1 (614)

PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: JOELMAR JESUS DE ALENCAR
ADV.(A/S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DESPACHO

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS* - LIMINAR - AUSÊNCIA DE EXPLICITAÇÃO.

PROCESSO - AUDIÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA.

1. Assim o Gabinete resumiu os parâmetros desta impetração:

O Superior Tribunal de Justiça indeferiu a ordem requerida em favor de Joelmar Jesus de Alencar, por entender que a via do *habeas corpus* não se presta à apreciação de questões que envolvam o exame aprofundado da matéria fático-probatória, como a pretensão à desclassificação do crime de roubo para furto qualificado pelo concurso de pessoas (folha 83).

Contra esse julgado foi interposto recurso ordinário. Sustenta a Defensoria Pública da União no Distrito Federal a pretensão de ver apreciados, de modo adequado, os fatos jurídicos que deram ensejo à imputação ao paciente. Afirma que não se busca o revolvimento de matéria fático-probatória, mas a conformação dos fatos à disposição legal. Acentua que a prova relativa ao proceder do acusado está aperfeiçoada e compreendida, inclusive havendo a transcrição dos depoimentos das vítimas e das testemunhas. Relata, à folha 95, que o acusado, em veículo de lotação de passageiros, chegou por trás da vítima, abriu o zíper da bolsa e retirou o aparelho celular, assim agindo com auxílio de comparsa. Os populares tentaram segurá-los, mas o paciente e o outro acusado conseguiram se afastar e lançaram pedras em direção a eles que, no entanto, não os teriam atingido. Em razão desses fatos, pretende a Defensoria Pública a desclassificação do delito de roubo para o de furto qualificado.

A Procuradoria Geral da República apresentou contra-razões ao recurso, manifestando-se pelo desprovimento da impugnação (folha 102 a 105).

O recurso foi admitido na origem e, devidamente processado, subiu a esta Corte (folha 107).

Anoto que, conquanto a recorrente se refira a pedido de concessão de medida liminar (folha 92), não houve apresentação formal do pleito.

2. O pleito referente a medida acauteladora deve ser explícito, definindo-se o alcance. Isso não ocorreu em peça subscrita por profissional do Direito. O processo encontra-se aparelhado para ouvir-se o Ministério Público.

3. Remetam o processo à Procuradoria Geral da República, retirando da capa a tarja reveladora de liminar.

4. Publiquem.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSOS

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO (615) 490.779-8

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
AGTE.(S)	: BANCO SANTANDER BRASIL S/A
ADV.(A/S)	: ISABELA BRAGA POMPÍLIO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: FERNANDO EDUARDO SEREC
AGDO.(A/S)	: VANDERLEI DOS SANTOS DE ALMEIDA
ADV.(A/S)	: FERNANDA MARIA PREUSSLER E OUTRO(A/S)

DECISÃO: **1.** Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão do seguinte teor:

"**DECISÃO**: Tendo o Superior Tribunal de Justiça conhecido e provido parcialmente o recurso especial, com trânsito em julgado, está prejudicado este recurso e assim o julgo.

Retornem, oportunamente, os autos ao Tribunal de origem" (fl. 210).

Insiste a parte agravante no provimento do agravo, sustentando que, *"ao contrário da conclusão estampada na decisão agravada, o recurso extraordinário não está prejudicado no que tange à capitalização mensal de juros, pois o e. STJ* [nem] *sequer examinou o pedido do recorrente em virtude da utilização, pelo Tribunal de origem, de argumentos exclusivamente constitucionais para afastar a capitalização mensal de juros"* (fl. 223).

2. Consistente o recurso.

De fato, apesar de a matéria estar submetida à apreciação do Plenário desta Corte, ela ainda não foi definitivamente decidida, de modo que se torna necessário o sobrestamento do feito, até que seja concluído o julgamento da **ADI nº 2.316**, da relatoria do Ministro **SYDNEY SANCHES.**

3. Ante o exposto, atendo ao agravo regimental, reconsidero a decisão de fl. 210 e determino o sobrestamento do feito até que se conclua o julgamento referido, devendo os autos, entrementes, permanecer na Secretaria.

Publique-se. Int..

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO (616) 491.059-4

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: SONY BRASIL LTDA
ADV.(A/S)	: ROGÉRIO DA S. VENÂNCIO PIRES
ADV.(A/S)	: DOUGLAS SFORSIN CALVO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: JORGE TOSTA
ADV.(A/S)	: JANICE HELENA FERRERI MORBIDELLI

DECISÃO: O agravo regimental é intempestivo. A decisão recorrida foi publicada em 19 de junho de 2006, tendo transitado em julgado no dia 26 subseqüente [fl. 172]. O recurso somente foi protocolado no dia 28 de junho de 2006.

Nego seguimento ao agravo regimental com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Brasília, 30 de agosto de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO (617) 520.794-3

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
AGTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: IVETE PEREIRA DOS SANTOS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: JOSÉ ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)

DECISÃO: **Assiste** plena razão à parte ora agravante. Sendo assim, **reconsidero** a decisão proferida a fls. 194, ficando **prejudicado**, em conseqüência, o exame do recurso de agravo interposto a fls. 200/205.

Passo, em conseqüência, **a apreciar** o apelo extremo deduzido pela parte ora recorrente.

A **controvérsia jurídica** objeto deste processo **já foi dirimida** pelo **Plenário** do Supremo Tribunal Federal, que, ao julgar o **MS 21.610/RS**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO (**RTJ** 175/115-116), **fixou entendimento** consubstanciado em acórdão assim ementado:

"*ADMINISTRATIVO. PENSÃO. EX-COMBATENTE. REVERSÃO. FILHA. ADCT, art. 53, II e III, parágrafo único. Lei 4.242, de 1963.*

I. - O direito à pensão do ex-combatente é regido pela lei vigente por ocasião do óbito daquele. Tratando-se de reversão do benefício à filha, em razão do falecimento de sua mãe e viúva do ex-combatente, que a vinha recebendo, a lei a ser considerada é a Lei 4.242/63, vigente quando do óbito do ex-combatente, não obstante ter ocorrido o falecimento da viúva deste após a promulgação da CF/88, assim do art. 53, ADCT. A pensão a ser considerada, em tal caso, é a correspondente à deixada por um 2º Sargento (Lei 4.242/63, art. 30; Lei 3.765/60, art. 26).

II. - Precedente do STF: MS 21.707-DF, Plenário, 'DJ' de 13.10.95.

III. - Mandado de Segurança deferido."

Cabe registrar que essa orientação **tem sido observada** em **sucessivas** decisões proferidas, **no âmbito** do Supremo Tribunal Federal, **a propósito** de questões essencialmente **idênticas** à versada na **presente** causa (**AI 391.593/RJ**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - **AI 398.718/RJ**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - **AI 438.772/RJ**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **AI 471.177/RJ**, Rel. Min. CEZAR PELUSO - **RE 359.764/RJ**, Rel. Min. NELSON JOBIM - **RE 368.226/PR**, Rel. Min. ELLEN GRACIE, **v.g.**).

O acórdão impugnado nesta sede recursal extraordinária **diverge** da orientação jurisprudencial que o Supremo Tribunal Federal **firmou** na análise do tema ora em exame.

Sendo assim, e pelas razões expostas, **conheço** do presente recurso extraordinário, **para dar-lhe provimento** (**CPC**, art. 557, § 1º - A), **em ordem a denegar o mandado de segurança** impetrado pela parte ora recorrida. **No que concerne** à verba honorária, **revela-se aplicável** o enunciado constante da Súmula 512/STF.

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO (618) 536.993-5

PROCED.	: RONDÔNIA
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
AGTE.(S)	: ESTADO DO ACRE
ADV.(A/S)	: PGE-AC - ROBERTO BARROS DOS SANTOS E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
INTDO.(A/S)	: GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA LOPES
ADV.(A/S)	: ODILARDO JOSÉ BRITO MARQUES E OUTRO(A/S)

DECISÃO: 1. Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão do seguinte teor:

"**1.** Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão do Tribunal Superior do Trabalho e assim ementado:

"RECURSO DE REVISTA - AGRAVO DE PETIÇÃO. INTEMPESTIVIDADE - CONTAGEM DE PRAZO PARA MINISTÉRIO PÚBLICO. O ordenamento jurídico reconhece a indispensabilidade da intimação do Ministério Público, para ciência do prazos recursais, que se opera na pessoa de um de seus membros, mediante ciência nos autos. Sendo assim, a mera remessa do processo à sua sede, ou ainda, a simples distribuição no âmbito interno do Ministério Público, não configura o atendimento às condições estipuladas nas normas processuais vigentes. Violado o artigo 5º, inciso LV da CF/88. Recurso de revista conhecido e provido" (fl. 483).

O recorrente, com fundamento no art. 102, III, **a,** alega violação ao artigo 5º,I, II, LIV e LV, da Constituição Federal de 1988.

2. Inviável o recurso.

É que o acórdão impugnado decidiu a causa com base na legislação infraconstitucional e no conjunto fático-probatório, de modo que eventual ofensa à Carta Magna seria, aqui, apenas indireta. Ora, é pacífica a jurisprudência desta Corte, no sentido de não tolerar, em recurso extraordinário, alegação de ofensa que, irradiando-se de má interpretação, aplicação, ou, até, de inobservância de normas infraconstitucionais, seria apenas indireta à Constituição da República, e, muito menos, de reexame de provas (**súmula 279**).

De igual modo, suposta ofensa às garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa configuraria, aqui, ofensa meramente reflexa à Constituição da República, porque sua eventual caracterização dependeria de exame prévio de norma infraconstitucional, o que também é inadmissível, como já notou a Corte em casos análogos: "*em regra, as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição, circunstância essa que impede a utilização do recurso extraordinário*" (**AI nº 372.358- AgR,** Rel. Min. **CELSO DE MELLO**, DJ de 11.06.02. Cf. ainda **AI nº 360.265-AgR**, Rel. Min. **CELSO DE MELLO**, DJ de 20.09.2002).

3. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso (art. 21, § 1º, do RISTF, art. 38 da Lei nº 8.038, de 28.05.90, e art. 557 do CPC)." (fls. 550-551).

Requer o agravante seja reconsiderada a decisão suso mencionada, sob alegação de que *"(...) não houve infringência aos princípios da ampla defesa e contraditório, pois que a contagem do prazo recursal deve ser deflagrada a partir da entrega dos autos na sede do* Parquet*"* (fl. 597), indicando precedentes da Corte nesse sentido.

2. Com razão o agravante.

Diante do princípio do tratamento isonômico das partes, o prazo para interposição de recurso pelo Ministério Público inicia-se, já guardadas as peculiaridades da instituição, à intimação pessoal do seu representante, a qual se reputa perfeita à data em que, mediante carga, se dê entrega dos autos, com vista, à secretaria do órgão, ou ao representante mesmo.

A adoção de entendimento diverso, que o reputasse, no caso, à data de aposição do "*ciente*", implicaria inadmissível outorga de poder de gerenciamento, pelo próprio Ministério Público, do termo inicial do seu prazo para recurso.

Daí, a renovada jurisprudência que a Corte assentou no sentido de que o termo inicial do prazo de recurso do Ministério Público é a data de entrega dos autos ao setor administrativo encarregado de os receber em nome da instituição:

"RECURSO - PRAZO - TERMO INICIAL - MINISTÉRIO PÚBLICO. A entrega de processo em setor administrativo do Ministério Público, formalizada a carga pelo servidor, configura intimação direta, pessoal, cabendo tomar a data em que ocorrida como a da ciência da decisão judicial. Imprópria é a prática da colocação do processo em prateleira e a retirada à livre discrição do membro do Ministério Público, oportunidade na qual, de forma juridicamente irrelevante, apõe o "ciente", com a finalidade de, somente então, considerar-se intimado e em curso o prazo recursal. Nova leitura do arcabouço normativo, revisando-se a jurisprudência predominante e observando-se princípios consagradores da paridade de armas" (**HC nº 83.255**, Rel. Min. **MARCO AURÉLIO**, Pleno, DJ de 12.3.2004. No mesmo sentido, cf. **HC nº 84.159**, Rel. Min. **MARCO AURÉLIO**, Primeira Turma, DJ de 6.8.2004; **HC nº 84.153**, Rel. Min. **ELLEN GRACIE**, Segunda Turma, DJ de 18..6.2004; e **HC nº 83.821,** Rel. Min. **JOAQUIM BARBOSA**, Primeira Turma, DJ de 6.8.2004).

3. Ante o exposto, atendo ao agravo regimental e reconsidero a decisão de fls. 550-551, para dar provimento ao recurso extraordinário e reformar o acórdão recorrido, a fim de que o Tribunal de origem proceda à aferição da tempestividade do agravo de petição, considerando o termo *a quo* do prazo a data de entrada dos autos no setor administrativo do Ministério Público.

Publique-se. Int..

Brasília, 19 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 546.903-6 (619)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S)	: ANDRÉ LUIZ FARIA MIRANDA
AGDO.(A/S)	: MARCOS COSTA SIMÕES
ADV.(A/S)	: MARCOS COSTA SIMÕES

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

2. O recurso não merece conhecimento. O acórdão que julgou os embargos de declaração --- que integra o aresto recorrido, formando com este decisão de última instância --- foi publicado no DJ de 8.6.04 [certidão de fl. 40]. A petição de recurso extraordinário foi protocolada em 12.3.04, sem posterior ratificação.

3. Este Tribunal adota orientação pacificada no sentido de ser extemporâneo o recurso extraordinário protocolado antes da publicação do acórdão que julgou os embargos de declaração, sem posterior ratificação. Nesse sentido, AI n. 329.359-AgR, Relator o Ministro Ilmar Galvão, 1ª Turma, DJ de 14.12.01; AI n. 508.525-AgR, Relator o Ministro Carlos Britto, 1ª Turma, DJ de 4.11.05; AI n. 448.152-AgR, Relatora a Ministra Ellen Gracie, 2ª Turma, DJ de 22.8.03; AI n. 447.090-AgR, Relator o Ministro Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 24.6.05, entre outros julgados.

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 547.043-7 (620)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
AGTE.(S)	: BANCO ITAÚ S/A
ADV.(A/S)	: GERBER DE ANDRADE LUZ E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: FÁTIMA CLEMENTINA M. DOMINGUES
ADV.(A/S)	: SALENE VENDRAMINI LAURITO
AGDO.(A/S)	: NAIR COSTA DUARTE MORAES
ADV.(A/S)	: CELSO ANTONIO D'AVILA ARANTES E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: NELSON MESQUITA FILHO

DECISÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA DAS CADERNETAS DE POUPANÇA. SÚMULA 725. ART. 6º, § 2º, DA LEI N. 8.024/90: CONSTITUCIONALIDADE. RECURSO PROVIDO.

Relatório

1. Agravo de Instrumento interposto pelo Banco Itaú S/A contra decisão que não admitiu recurso extraordinário, interposto com base no art. 102, inc. III, alíneas *a* e *b*, da Constituição da República.

O recurso inadmitido tem como objeto acórdão do Primeiro Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo que reconhecera à ora Agravada o direito ao reajuste do saldo bloqueado da caderneta de poupança pelo INPC.

2. O Agravante alega que não teria ocorrido ofensa ao direito adquirido da ora Agravada, pois não há direito adquirido a determinado padrão monetário ou índice de atualização da moeda.

Examinada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

3. Razão jurídica assiste ao Agravante.

Pela identidade de elementos e tese debatidos no presente caso com muitos outros já apreciados e decididos, tem ele solução judicial antecipada, pela pacífica jurisprudência assentada pelo Supremo Tribunal Federal, amplamente divulgada, conhecida e reconhecida.

Em decorrência dos julgamentos dos Recursos Extraordinários n. 206.048, 264.672, 256.303, 241.324, 335.539 e 256.089, este Supremo Tribunal Federal editou a Súmula n. 725 do seguinte teor:

*"**Súmula nº 725***

É constitucional o § 2º do art. 6º da Lei 8.024/1990, resultante da conversão da medida provisória 168/1990, que fixou o BTN fiscal como índice de correção monetária aplicável aos depósitos bloqueados pelo Plano Collor I.

(Aprovada em Sessão Plenária de 26.11.2003, DJ 9.12.2003).

Ao manter a sentença no ponto em que condenou o ora Agravante a reajustar o saldo bloqueado da caderneta de poupança pelo INPC, o Tribunal *a quo* divergiu do entendimento fixado na Súmula n. 725.

4. Pelo exposto, **dou provimento a este agravo**, na forma do art. 544, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, **e, desde logo, ao recurso extraordinário,** nos termos do art. 557, § 1º-A, do mesmo diploma legal e do art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, **para reformar o acórdão recorrido na parte em que determinou o reajuste do saldo bloqueado da caderneta de poupança pelo INPC, por contrariar o que decidiu o Supremo Tribunal**.

Ficam invertidos, neste ponto, os ônus da sucumbência, ressalvada eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se.

Brasília, 10 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO 547.177-1 (621)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: AUGUSTA ASSAMI HOSOKAWA
ADV.(A/S)	: MARCO ANTONIO INNOCENTI E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: PGE-SP - ELIANA DE FÁTIMA UNZER

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

2. O agravo não merece conhecimento. A agravante deixou de trasladar peça essencial à formação do instrumento. Não consta dos autos cópias do acórdão recorrido e da certidão de sua publicação. Não tendo sido observado o disposto no artigo 544, § 1º, do Código de Processo Civil, aqui incidem as Súmulas n. 288 e 639 do STF.

3. Este Tribunal fixou entendimento no sentido de que o ônus de fiscalizar a correta formação do instrumento é exclusivo do agravante [AI n. 237.361-AgR, Relator o Ministro Maurício Corrêa, DJ de 1º.10.99].

Nego seguimento ao agravo com fundamento no disposto no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 550.099-4 (622)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
AGTE.(S)	: NOSSA CAIXA - NOSSO BANCO S/A
ADV.(A/S)	: CARLOS JOSÉ MARCIÉRI E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: ARIANE CRISTINA BARBEIRO MINUTTI
ADV.(A/S)	: ARIANE CRISTINA BARBEIRO MINUTTI E OUTRO(A/S)

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

No RE, fundado no art. 102, III, **a**, da Constituição Federal, alegou-se ofensa aos arts. 7º, IV, e 93, IX, da mesma Carta.

O agravo não merece acolhida. O acórdão recorrido decidiu à luz da legislação infraconstitucional. A afronta à Constituição, se ocorrente, seria indireta. Incabível, portanto, o recurso extraordinário.

Ademais, para se chegar à conclusão contrária à adotada pelo acórdão recorrido, necessário seria o reexame do conjunto fático-probatório constante dos autos, o que atrai a incidência da Súmula 279 do STF.

Por fim, a exigência do art. 93, IX, da Constituição, não impõe seja a decisão exaustivamente fundamentada. O que se busca é que o julgador informe de forma clara e concisa as razões de seu convencimento, tal como ocorreu.

Isso posto, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 550.167-6 (623)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
AGTE.(S)	: BETANCOURT EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
ADV.(A/S)	: CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: BANCO ITAÚ S/A
ADV.(A/S)	: GILMA MARCIA MARTINS CARDOSO DE ARAÚJO E OUTRO(A/S)

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

No RE, interposto com base no art. 102, III, **a**, da Constituição, alegou-se violação aos arts. 5º, e 93, IX, da mesma Carta.

O agravo não merece acolhida. Verifico que a parte agravante não atacou os fundamentos da decisão agravada, limitando-se a repetir as razões do recurso extraordinário. Inviável, portanto, o presente recurso, a teor da Súmula 287 do STF (AI 580.361-AgR/RS, Rel. Min. Ricardo Lewandowski; AI 407.427/SP, Rel. Min. Cezar Peluso; AI 590.913-AgR/RS, Rel. Min. Eros Grau; AI 466.398-AgR/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence; AI 519.396/SP, Rel. Min. Gilmar Mendes).

Além disso, o acórdão recorrido decidiu a questão com base em normas processuais, sendo pacífico na jurisprudência desta Corte o não-cabimento de recurso extraordinário sob alegação de má interpretação, aplicação ou inobservância dessas normas. A afronta à Constituição, se ocorrente, seria indireta. Incabível, portanto, o recurso extraordinário (AI 562.212/RS, Rel. Min. Ricardo Lewandowski; AI 592.110/RJ, Rel. Min. Cezar Peluso; AI 645.007/RS, Rel. Min. Cármen Lúcia; AI 524.388/RS, Rel Min. Marco Aurélio).

Por fim, a exigência do art. 93, IX, da Constituição, não impõe seja a decisão exaustivamente fundamentada. O que se busca é que o julgador informe de forma clara e concisa as razões de seu convencimento, tal como ocorreu.

Isso posto, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 577.513-6 (624)

PROCED.	: GOIÁS
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: FLORISVAL DE ARAÚJO PIMENTEL E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: EDSON JOSÉ DE BARCELLOS
AGDO.(A/S)	: CONSTRUTORA BORGES LANDEIRO LTDA
ADV.(A/S)	: NAPOLEÃO SANTANA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA
ADV.(A/S)	: RENATO BASÍLIO DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Determino a subida do recurso extraordinário, devidamente processado, para melhor exame.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 580.514-5 (625)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
AGTE.(S)	: TEREZINHA MARLET JAPPOUR ABI NACIF
ADV.(A/S)	: DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AGDO.(A/S)	: CREDICARD S/A - ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO
ADV.(A/S)	: BIANCA ROCHA SCUDIERE GONÇALVES E OUTRO(A/S)

DECISÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO - MINUTA - DESCOMPASSO - AGRAVO DESPROVIDO.

1. Há flagrante descompasso entre o ato com que se negou seguimento ao extraordinário e o teor da minuta deste agravo de instrumento. Ao não admitir o recurso, o Terceiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro registrou a ausência de ofensa à Constituição Federal. Confiram à folha 193 à 198.

A agravante limitou-se a afirmar que a matéria encontra-se prequestionada (folha 2 a 7). A ausência de impugnação específica dos fundamentos da decisão agravada configura irregularidade formal, porquanto a reiteração das razões do extraordinário não tem o condão de afastar a motivação apresentada pelo juízo primeiro de admissibilidade.

2. Conheço deste agravo e o desprovejo.

3. Publiquem.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 590.786-9 (626)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: HENRIQUE SUGAYA
AGDO.(A/S)	: LIBERTO SOLANO TRINDADE E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: SEVERINO ALVES FERREIRA

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

2. O recurso não merece conhecimento. O acórdão que julgou os embargos de declaração --- que integra o aresto recorrido, formando com este decisão de última instância --- foi publicado no DJ de 11.5.05 [certidão de fl. 140]. A petição de recurso extraordinário foi protocolada em 4.4.05, sem posterior ratificação.

3. Este Tribunal adota orientação pacificada no sentido de ser extemporâneo o recurso extraordinário protocolado antes da publicação do acórdão que julgou os embargos de declaração, sem posterior ratificação. Nesse sentido, AI n. 329.359-AgR, Relator o Ministro Ilmar Galvão, 1ª Turma, DJ de 14.12.01; AI n. 508.525-AgR, Relator o Ministro Carlos Britto, 1ª Turma, DJ de 4.11.05; AI n. 448.152-AgR, Relatora a Ministra Ellen Gracie, 2ª Turma, DJ de 22.8.03; AI n. 447.090-AgR, Relator o Ministro Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 24.6.05, entre outros julgados.

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 594.910-0 (627)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: CONDOMÍNIO QUINTAS MARAJOARA
ADV.(A/S)	: MÁRIO NUÑEZ CARBALLO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: MARCELO RITO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: LEONARDO ROFINO

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

2. O recurso não merece conhecimento. O acórdão que julgou os embargos de declaração --- que integra o aresto recorrido, formando com este decisão de última instância --- foi publicado no DJ de 23.11.04 [certidão de fl. 159]. A petição de recurso extraordinário foi protocolada em 17.11.04, sem posterior ratificação.

3. Este Tribunal adota orientação pacificada no sentido de ser extemporâneo o recurso extraordinário protocolado antes da publicação do acórdão que julgou os embargos de declaração, sem posterior ratificação. Nesse sentido, AI n. 329.359-AgR, Relator o Ministro Ilmar Galvão, 1ª Turma, DJ de 14.12.01; AI n. 508.525-AgR, Relator o Ministro Carlos Britto, 1ª Turma, DJ de 4.11.05; AI n. 448.152-AgR, Relatora a Ministra Ellen Gracie, 2ª Turma, DJ de 22.8.03; AI n. 447.090-AgR, Relator o Ministro Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 24.6.05, entre outros julgados.

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 597.480-1 (628)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ
ADV.(A/S)	: WANIA D. P. M. BULGARELLI
AGDO.(A/S)	: ANESIA MAGDALENA BALLISTA
ADV.(A/S)	: CELSO DE MOURA E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário, fundamentado no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição do Brasil, em oposição a acórdão que deferiu pedido de intervenção estadual no Município de Santo André por negativa de cumprimento de ordem judicial.

2. O agravo não merece provimento. Nos termos da Súmula n. 637 do Supremo Tribunal Federal, "[n]ão cabe recurso extraordinário contra acórdão de Tribunal de Justiça que defere pedido de intervenção estadual em município".

Nego seguimento ao agravo com fundamento no art. 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau - Relator -**

AGRAVO DE INSTRUMENTO 599.741-8 (629)
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
AGTE.(S) : FÁBRICA DE PAPEL SANTA THEREZINHA S/A
ADV.(A/S) : CELSO BOTELHO DE MORAES E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : EMPRESA ELÉTRICA BRAGANTINA S/A
ADV.(A/S) : LUIZ OLIVEIRA DA SILVEIRA FILHO E OUTRO(A/S)

(Petição STF nº 70210/2007)

DECISÃO: A desistência de recurso opera pela só declaração de vontade (art. 158, **caput**, do CPC) e, como tal, independe de homologação, só necessária para a chamada "desistência da ação" (art. 158, § único). Com a declaração do desistente operou-se a extinção do recurso. Baixem, pois, os autos.

Publique-se. Int..

Brasília, 18 de setembro de 2007

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 600.972-4 (630)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S) : LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A
ADV.(A/S) : LYCURGO LEITE NETO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MARIA JULIA DA SILVA
ADV.(A/S) : JULIANA RODRIGUES D. NOGUEIRA E OUTRO(A/S)

DESPACHO: (Na petição avulsa nº 29206/2007)

Junte-se.

Concedo vista dos autos pelo prazo de 5 (cinco) dias.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministro **JOAQUIM BARBOSA** - Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 607.482-5 (631)
PROCED. : GOIÁS
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
AGTE.(S) : ESTADO DE GOIÁS
ADV.(A/S) : PGE-GO - MARIA RITA DE FARIA E VASCONCELLOS
AGDO.(A/S) : ADMAH ASSIS PIMENTEL E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ADÃO FERNANDES DE CARVALHO

DECISÃO: Vistos, etc.

Dou provimento ao agravo de instrumento e determino a sua conversão em recurso extraordinário, pelo fato de constarem dos autos os elementos necessários ao julgamento da causa (§§ 3º e 4º do art. 544 do CPC).

Publique-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro CARLOS AYRES BRITTO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 608.066-4 (632)
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S) : TRANSMOC TRANSPORTE E TURISMO MONTES CLAROS LTDA
ADV.(A/S) : MÁRCIO TRINDADE SANTOS E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PFN - JOSÉ NAZARENO SANTANA DIAS

DESPACHO: Juntem-se as petições avulsas nºs 149032/2006 e 53298/2007, pelas quais o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e a agravante comunicam a homologação do pedido de desistência e renúncia ao direito sobre que se funda a ação perante o juízo de origem.

Tendo em vista que os aludidos expedientes foram protocolados em 05.10.2006 e 17.04.2007, respectivamente, antes, portanto, da decisão proferida em 26.06.2007, o que evidencia a ocorrência de erro material, torno-a sem efeito. Em decorrência, reputo prejudicado o presente recurso, por perda de seu objeto.

Brasília, 24 de agosto de 2007.

Ministro **JOAQUIM BARBOSA** - Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 612.824-4 (633)
PROCED. : CEARÁ
RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO
AGTE.(S) : COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS
ADV.(A/S) : JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : TOCHIO SHIBUYA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : GILBERTO SIEBRA MONTEIRO

DECISÃO: Em face das informações contidas no Ofício nº. 504/2007 (fls. 77-80), do Tribunal Superior do Trabalho, que comunica a "*concordância na liberação do crédito exeqüendo em favor da reclamante*" e no desinteresse deste no processamento do recurso extraordinário, perde utilidade a subida dos autos para melhor exame, pois prejudicado.

Baixem, pois, os autos, ao Tribunal de origem.

Publique-se. Int..

Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO** - Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 618.284-7 (634)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADV.(A/S) : ROBERTO DE SOUZA MOSCOSO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : JOÃO CARLOS OLIVEIRA
ADV.(A/S) : NORBERTO BARUFFALDI E OUTRO(A/S)

DECISÃO

PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. NÃO-DECORRÊNCIA DE CONTRATO DE TRABALHO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM. PRECEDENTES. AGRAVO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Agravo de instrumento contra decisão que não admitiu recurso extraordinário, interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República.

2. O recurso inadmitido tem como objeto acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Esse órgão declarara a competência da Justiça comum estadual para apreciar os pedidos de complementação de aposentadoria propostos contra entidade de previdência privada.

3. A Agravante alega que o acórdão recorrido teria contrariado os arts. 5º, *caput*, inc. II, XXXV, XXXVI e LV, 93, inc. IX, 114, 195, § 5º, e 202, *caput*, § 2º, da Constituição da República.

Sustenta, em síntese, que a competência seria da Justiça do Trabalho, pois a complementação decorreria de contrato de trabalho.

Examinada a matéria posta à apreciação, **DECIDO**.

4. Razão jurídica não assiste à Agravante.

A jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que compete à Justiça comum dirimir as controvérsias relativas à complementação de proventos de aposentadoria dirigidas contra entidade de previdência privada, quando não decorrentes de contrato de trabalho.

Nesse sentido:

"*EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPETÊNCIA. I - Ambas as turmas desta Corte entendem que compete à Justiça comum o julgamento do pedido de complementação de aposentadoria dirigido contra entidade de previdência privada, quando não decorrer essa complementação de contrato de trabalho. II - Inexistência de novos argumentos capazes de afastar as razões expendidas na decisão atacada. III - A apreciação do recurso extraordinário demanda o exame de matéria de fato e a interpretação de cláusulas contratuais, o que atrai a incidência das Súmulas 279 e 454 do STF. IV - Agravo regimental improvido*" (AI 598.723-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJ 25.5.2007).

E:

"*EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. CONTROVÉRSIA. COMPETÊNCIA. 1. A Justiça Comum é competente para processar e julgar controvérsia relativa à complementação de aposentadoria paga por entidade de previdência privada. 2. Agravo regimental a que se nega provimento*" (AI 618.944-AgR, Rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma, DJ 13.4.2007).

5. Nada há, pois, a prover quanto às alegações da parte agravante.

6. Pelo exposto, **nego seguimento a este agravo**, (art. 557, caput, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO 619.102-1 (635)
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : ALVINO RODRIGUES PEREIRA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : JUDITH DA SILVA AVOLIO
AGDO.(A/S) : BANCO CENTRAL DO BRASIL
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL
AGDO.(A/S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.(A/S) : VICTOR JEN OU E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : BANCO BRADESCO S/A
ADV.(A/S) : SIMONE REGINA PEREIRA DE GODOY E OUTRO(A/S)

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário. O acórdão recorrido decidiu pela validade do índice adotado pela Lei 8.024/90 para a atualização dos saldos em caderneta de poupança.

No RE, fundado no art. 102, III, **a** e **c**, da Constituição Federal, alegou-se ofensa ao art. 5º, XXII, XXXVI e LIV, e 170, II, da mesma Carta e que a Lei o art. 6º da Lei 8.024/90 seria inconstitucional.

O agravo não merece acolhida.

Esta Corte, no julgamento do RE 206.048/RS, Relator para o acórdão o Ministro Nelson Jobim, decidiu que os critérios de atualização monetária dos ativos financeiros bloqueados, impostos pela Lei 8.024/90, não contrariam os princípios da isonomia e do direito adquirido.

No mesmo sentido, menciono as seguintes decisões, entre outras: AI 542.681-ED/BA, Rel. Min. Sepúlveda Pertence; AI 475.101-AgR/SP, Rel. Min. Eros Grau; AI 379.082-AgR/SP, Rel. Min. Ellen Gracie; RE 241.324-AgR/PR, Rel. Min. Celso de Mello; RE 241.140-AgR/PR, Rel. Min. Maurício Corrêa.

Esse entendimento restou consubstanciado na Súmula 725, do Supremo Tribunal Federal aprovada na sessão Plenária de 26/11/2003, *in verbis*:

"É Constitucional o § 2º do art. 6º da Lei 8.024/1990, resultante da conversão da Medida Provisória 168/1990, que fixou o BTN fiscal como índice de correção monetária aplicável a depósitos bloqueados pelo Plano Collor I."

É certo, ainda, que a Corte tem se orientado no sentido de que, em regra, a alegação de ofensa ao princípio do devido processo legal pode configurar, quando muito, situação de ofensa reflexa ao texto constitucional, o que impede a utilização do recurso extraordinário (AI 360.265-AgR/RJ, Rel. Min. Celso de Mello; AI 534.862/PA, Rel. Min. Carlos Velloso; AI 584.592/RJ, Rel. Min. Cezar Peluso).

Verifico, ainda, que o acórdão recorrido não julgou válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição. Incabível, portanto, o recurso pela alínea **c** do art. 102, III, da Constituição. Nesse sentido: AI 559.324/RJ; AI 488.107/SP, entre outros.

Por fim, observa-se que, com a negativa de provimento ao recurso especial pelo Superior Tribunal de Justiça (Ag 785.674/SP, com trânsito em julgado em 3/9/2007, fls. 206-209), tornaram-se definitivos os fundamentos infraconstitucionais que amparam o acórdão recorrido (Súmula 283 do STF).

Isso posto, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 620.897-5 (636)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : RAQUEL HECK MARIANO DA ROCHA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : EDUARDO MARIOTTI
AGDO.(A/S) : NEUSA MARIA RIVE DOS SANTOS
ADV.(A/S) : VICTOR HUGO RODRIGUES DA SILVA E OUTRO(A/S)

DECISÃO

PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. NÃO-DECORRÊNCIA DE CONTRATO DE TRABALHO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM. PRECEDENTES. AGRAVO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Agravo de instrumento contra decisão que não admitiu recurso extraordinário, interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República.

2. O recurso inadmitido tem como objeto acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Esse órgão declarara a competência da Justiça comum estadual para apreciar os pedidos de complementação de aposentadoria propostos contra entidade de previdência privada.

3. O Agravante alega que o acórdão recorrido teria contrariado os arts. 5º, inc. XXXV e LV, e 114 da Constituição da República.

Sustenta, em síntese, que a competência seria da Justiça do Trabalho, pois a complementação decorreria de contrato de trabalho.

Examinada a matéria posta à apreciação, **DECIDO**.

4. Razão jurídica não assiste à Agravante.

A jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que compete à Justiça comum dirimir as controvérsias relativas à complementação de proventos de aposentadoria dirigidas contra entidade de previdência privada, quando não decorrentes de contrato de trabalho.

Nesse sentido:

"*EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPETÊNCIA. I - Ambas as turmas desta Corte entendem que compete à Justiça comum o julgamento do pedido de complementação de aposentadoria dirigido contra entidade de previdência privada, quando não decorrer essa complementação de contrato de trabalho. II - Inexistência de novos argumentos capazes de afastar as razões expendidas na decisão atacada. III - A apreciação do recurso extraordinário demanda o exame de matéria de fato e a interpretação de cláusulas contratuais, o que atrai a incidência das Súmulas 279 e 454 do STF. IV - Agravo regimental improvido*" (AI 598.723-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJ 25.5.2007).

E:

"*EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. CONTROVÉRSIA. COMPETÊNCIA. 1. A Justiça Comum é competente para processar e julgar controvérsia relativa à complementação de aposentadoria paga por entidade de previdência privada. 2. Agravo regimental a que se nega provimento*" (AI 618.944-AgR, Rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma, DJ 13.4.2007).

5. Nada há, pois, a prover quanto às alegações da parte agravante.

6. Pelo exposto, **nego seguimento a este agravo**, (art. 557, caput, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO 622.481-2 (637)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
AGTE.(S)	: ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: PGE-SP - ANNA CANDIDA SERRANO SUPLICY FORBES
AGDO.(A/S)	: ABBA ROSSI CUSIN E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: JOSÉ DOMINGOS COLASANTE E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - AUSÊNCIA DE VULNERAÇÃO À CARTA DA REPÚBLICA - AGRAVO DESPROVIDO.

1. A leitura do acórdão proferido pela Corte de origem revela o envolvimento, no caso, de prova. Examinando os elementos coligidos na fase de instrução do processo, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assentou, às folhas 63 e 64, que o abono foi concedido a todos os servidores da extinta empresa FEPASA, devendo ser estendido aos aposentados.

Ante as premissas fáticas do acórdão, descabe cogitar de violência à Constituição Federal.

2. Conheço do agravo e o desprovejo.

3. Publiquem.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 622.744-5 (638)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
AGTE.(S)	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S)	: PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM
AGDO.(A/S)	: ADY SOUZA DIAS
ADV.(A/S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO E OUTRO(A/S)

DECISÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. BLOQUEIO DE VERBAS PÚBLICAS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL: OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO. AGRAVO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Agravo de instrumento contra decisão que não admitiu o recurso extraordinário, interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República.

2. O recurso inadmitido tem como objeto acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que determinara o bloqueio de verbas do Estado pelo descumprimento de ordem judicial de fornecer medicamentos.

3. O Agravante alega que o acórdão recorrido teria contrariado os arts. 2º, 5º, inc. II, XXXV e LV, 93, inc. IX, e 100 da Constituição da República.

Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

4. De se anotar, inicialmente, que não prospera a alegação de nulidade do acórdão por falta de fundamentação. O Tribunal apreciou as questões suscitadas, fundamentando-as de modo suficiente a demonstrar as razões objetivas do convencimento do julgador. A prestação jurisdicional foi concedida nos termos da legislação vigente, não obstante a conclusão tenha sido contrária aos interesses do ora Agravante.

5. O Tribunal *a quo* apreciou a matéria com base na legislação processual que disciplina o adimplemento compulsório das obrigações. Assim, a alegada afronta à Constituição, se tivesse ocorrido, seria indireta, o que não viabiliza o processamento do recurso extraordinário.

Nesse sentido, foram decididos monocraticamente: AI 635.766, Primeira Turma, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 13.3.2007; AI 622.703, Primeira Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ 16.3.2007; e AI 572.782, Segunda Turma, Rel. Min. Cezar Peluso, DJ 21.2.2006. E, ainda, foi julgado pela Segunda Turma deste Tribunal o AI 597.182-AgR, DJ 6.11.2006, de relatoria do Ministro Cezar Peluso.

6. Não há, pois, divergência entre a decisão agravada, embasada nos dados constantes do acórdão recorrido, e a jurisprudência deste Supremo Tribunal, pelo que nada há a prover quanto às alegações da parte agravante.

7. Pelo exposto, **nego seguimento a este agravo** (art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO 624.163-7 (639)

PROCED.	: RIO GRANDE DO NORTE
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
AGTE.(S)	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ADV.(A/S)	: PGE-RN - JOSÉ FERNANDES DINIZ JÚNIOR
AGDO.(A/S)	: OSVALDO SOARES DA CRUZ
ADV.(A/S)	: FRANCISCO FONTES NETO E OUTRO(A/S)

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

O presente recurso perdeu o objeto.

Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça deu provimento ao recurso especial para *"afastar o índice de 11,98%, e determinar o retorno dos autos à origem, afim de que seja apurado o real índice de reajuste em liquidação de sentença, nos termos da Lei nº 8.880/94, ressaltando, porém, que deve ser desconsiderado qualquer percentual acima de 11,98%, em obediência ao princípio do **non reformatio in pejus**."* (REsp 934.077/RN, às fls. 165-168, com trânsito em julgado às fls. 169).

Isso posto, julgo prejudicado o recurso (RISTF, art. 21, IX).

Publique-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 625.124-3 (640)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
AGTE.(S)	: SANTANDER BRASIL ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA
ADV.(A/S)	: TOMÁS FLORIANI E OUTROS
AGDO.(A/S)	: PEDRO CARVALHO MENDES
ADV.(A/S)	: ALEXANDRE LUIZ BASSO DOS SANTOS E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - INTERPOSIÇÃO SIMULTÂNEA DO ESPECIAL - PREJUÍZO.

1. Simultaneamente com o extraordinário, versando sobre idêntica matéria, foi interposto recurso especial. O Superior Tribunal de Justiça dele conheceu e acolheu o pedido formulado. Confiram à folha 230 à 232. A decisão prolatada substituiu, a teor do disposto no artigo 512 do Código de Processo Civil, a formalizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que, assim, não mais subsiste.

2. Este agravo encontra-se prejudicado.

3. Publiquem.

Brasília, 3 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 626.250-3 (641)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
AGTE.(S)	: BANCO SANTANDER BANESPA S.A. (ATUAL DENOMINAÇÃO DO BANCO SANTANDER MERIDONAL S/A)
ADV.(A/S)	: EMÍLIO PAPALEO ZIN E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: ARTHUR LUIZ BARROS COELHO
ADV.(A/S)	: RENATO GÔMES FERREIRA E OUTRO(A/S)

DECISÃO

PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. NÃO-DECORRÊNCIA DE CONTRATO DE TRABALHO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM. PRECEDENTES. AGRAVO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Agravo de instrumento contra decisão que não admitiu recurso extraordinário, interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República.

2. O recurso inadmitido tem como objeto acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Esse órgão declarara a competência da Justiça comum estadual para apreciar os pedidos de complementação de aposentadoria propostos contra entidade de previdência privada.

3. O Agravante alega que o acórdão recorrido teria contrariado o art. 114 da Constituição da República.

Sustenta, em síntese, que a competência seria da Justiça do Trabalho, pois a complementação decorreria de contrato de trabalho.

Examinada a matéria posta à apreciação, **DECIDO**.

4. Razão jurídica não assiste à Agravante.

A jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que compete à Justiça comum dirimir as controvérsias relativas à complementação de proventos de aposentadoria dirigidas contra entidade de previdência privada, quando não decorrentes de contrato de trabalho.

Nesse sentido:

"*EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPETÊNCIA. I - Ambas as turmas desta Corte entendem que compete à Justiça comum o julgamento do pedido de complementação de aposentadoria dirigido contra entidade de previdência privada, quando não decorrer essa complementação de contrato de trabalho. II - Inexistência de novos argumentos capazes de afastar as razões expendidas na decisão atacada. III - A apreciação do recurso extraordinário demanda o exame de matéria de fato e a interpretação de cláusulas contratuais, o que atrai a incidência das Súmulas 279 e 454 do STF. IV - Agravo regimental improvido*" (AI 598.723-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJ 25.5.2007).

E:

"*EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. CONTROVÉRSIA. COMPETÊNCIA. 1. A Justiça Comum é competente para processar e julgar controvérsia relativa à complementação de aposentadoria paga por entidade de previdência privada. 2. Agravo regimental a que se nega provimento*" (AI 618.944-AgR, Rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma, DJ 13.4.2007).

5. Nada há, pois, a prover quanto às alegações da parte agravante.

6. Pelo exposto, **nego seguimento a este agravo**, (art. 557, caput, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO 628.224-2 (642)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. JOAQUIM BARBOSA**
AGTE.(S)	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP
ADV.(A/S)	: WILLIAN MARCONDES SANTANA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: ANTONIA BATISTA BISPO
ADV.(A/S)	: FABIANA FABRÍCIO PEREIRA

DECISÃO: Junte-se a petição avulsa nº 28477/2007, por meio da qual o Juízo de Direito do Juizado Especial Cível de Bauru/SP comunica a composição das partes.

Tendo em vista que o aludido expediente foi protocolado em 06.03.2007, antes, portanto, da decisão proferida em 27.06.2007, o que evidencia a ocorrência de erro material, torno-a sem efeito. Em decorrência, reputo prejudicado o presente recurso, por perda de seu objeto.

Brasília, 24 de agosto de 2007.

Ministro **JOAQUIM BARBOSA**
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 631.347-4 (643)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
AGTE.(S)	: BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A
ADV.(A/S)	: TIAGO TWEEDIE LUIZ E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: EDUARDO MARIOTTI
AGDO.(A/S)	: FRANCISCO PASQUALIN SOBRINHO
ADV.(A/S)	: ANA LUCIA MARQUES DA ROCHA E OUTRO(A/S)

DECISÃO

PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. NÃO-DECORRÊNCIA DE CONTRATO DE TRABALHO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM. PRECEDENTES. AGRAVO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Agravo de instrumento contra decisão que não admitiu recurso extraordinário, interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República.

2. O recurso inadmitido tem como objeto acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Esse órgão declarara a competência da Justiça comum estadual para apreciar os pedidos de complementação de aposentadoria propostos contra entidade de previdência privada.

3. O Agravante alega que o acórdão recorrido teria contrariado os arts. 5º, inc. XXXV e LV, e 114 da Constituição da República.

Sustenta, em síntese, que a competência seria da Justiça do Trabalho, pois a complementação decorreria de contrato de trabalho.

Examinada a matéria posta à apreciação, **DECIDO**.

4. Razão jurídica não assiste à Agravante.

A jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que compete à Justiça comum dirimir as controvérsias relativas à complementação de proventos de aposentadoria dirigidas contra entidade de previdência privada, quando não decorrentes de contrato de trabalho.

Nesse sentido:

"*EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPETÊNCIA. I - Ambas as turmas desta Corte entendem que compete à Justiça comum o julgamento do pedido de complementação de aposentadoria dirigido contra entidade de previdência privada, quando não decorrer essa complementação de contrato de trabalho. II - Inexistência de novos argumentos capazes de afastar as razões expendidas na decisão atacada. III - A apreciação do recurso extraordinário demanda o exame de matéria de fato e a interpretação de cláusulas contratuais, o que atrai a incidência das Súmulas 279 e 454 do STF. IV - Agravo regimental improvido*" (AI 598.723-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJ 25.5.2007).

E:

"*EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. CONTROVÉRSIA. COMPETÊNCIA. 1. A Justiça Comum é competente para processar e julgar controvérsia relativa à complementação de aposentadoria paga por entidade de previdência privada. 2. Agravo regimental a que se nega provimento*" (AI 618.944-AgR, Rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma, DJ 13.4.2007).

5. Nada há, pois, a prover quanto às alegações da parte agravante.

6. Pelo exposto, **nego seguimento a este agravo**, (art. 557, caput, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO 631.794-6 (644)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
AGTE.(S)	: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGENS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DER/RJ
ADV.(A/S)	: PGE-RJ - MARIANA LOJA TÁPIAS E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: MÁRIO FERREIRA DE FARIA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ROSEMARY NASCIMENTO ROSA E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - INTERPOSIÇÃO SIMULTÂNEA DO ESPECIAL - PREJUÍZO.

1. Simultaneamente com o extraordinário, versando sobre idêntica matéria, foi interposto recurso especial. O Superior Tribunal de Justiça dele conheceu e acolheu o pedido formulado. A decisão prolatada substituiu, consoante o disposto no artigo 512 do Código de Processo Civil, a formalizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que, assim, não mais subsiste.

2. Este agravo encontra-se prejudicado.

3. Publiquem.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 632.432-1 (645)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
AGTE.(S)	: BANCO SANTANDER BANESPA S.A. (ATUAL DENOMINAÇÃO DO BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: EMÍLIO PAPALEO ZIN E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: HEYMAR CALCANHOTO GALVÃO DOS SANTOS
ADV.(A/S)	: VICTOR HUGO RODRIGUES DA SILVA E OUTRO(A/S)

DECISÃO

PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. NÃO-DECORRÊNCIA DE CONTRATO DE TRABALHO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM. PRECEDENTES. AGRAVO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Agravo de instrumento contra decisão que não admitiu recurso extraordinário, interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República.

2. O recurso inadmitido tem como objeto acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Esse órgão declarara a competência da Justiça comum estadual para apreciar os pedidos de complementação de aposentadoria propostos contra entidade de previdência privada.

3. O Agravante alega que o acórdão recorrido teria contrariado os arts. 5º, inc. XXXV e LV, e 114 da Constituição da República.

Sustenta, em síntese, que a competência seria da Justiça do Trabalho, pois a complementação decorreria de contrato de trabalho.

Examinada a matéria posta à apreciação, **DECIDO**.

4. Razão jurídica não assiste à Agravante.

A jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que compete à Justiça comum dirimir as controvérsias relativas à complementação de proventos de aposentadoria dirigidas contra entidade de previdência privada, quando não decorrentes de contrato de trabalho.

Nesse sentido:

"*EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPETÊNCIA. I - Ambas as turmas desta Corte entendem que compete à Justiça comum o julgamento do pedido de complementação de aposentadoria dirigido contra entidade de previdência privada, quando não decorrer essa complementação de contrato de trabalho. II - Inexistência de novos argumentos capazes de afastar as razões expendidas na decisão atacada. III - A apreciação do recurso extraordinário demanda o exame de matéria de fato e a interpretação de cláusulas contratuais, o que atrai a incidência das Súmulas 279 e 454 do STF. IV - Agravo regimental improvido*" (AI 598.723-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJ 25.5.2007).

E:

"*EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. CONTROVÉRSIA. COMPETÊNCIA. 1. A Justiça Comum é competente para processar e julgar controvérsia relativa à complementação de aposentadoria paga por entidade de previdência privada. 2. Agravo regimental a que se nega provimento*" (AI 618.944-AgR, Rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma, DJ 13.4.2007).

5. Nada há, pois, a prover quanto às alegações da parte agravante.

6. Pelo exposto, **nego seguimento a este agravo**, (art. 557, caput, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO 647.752-7 (646)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
AGTE.(S)	: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
ADV.(A/S)	: ADRIANA HELENA BUENO GONÇALVES
AGDO.(A/S)	: ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: PGE-SP - ERICA UEMURA

DECISÃO

CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA: INCONSTITUCIONALIDADE. AGRAVO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Agravo de instrumento contra decisão que não admitiu o recurso extraordinário interposto com fundamento no art. 102, inc. III, alíneas *a* e *c*, da Constituição da República.

O recurso inadmitido tem como objeto acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, cuja ementa é a seguinte:

"TAXAS - Imunidade recíproca - Inteligência do art. 150, VI, a, da CF/88 - Imunidade recíproca apenas em relação ao imposto (IPTU) - Não abrange as taxas - Taxas de limpeza e de conservação de vias e logradouros públicos. Descabimento das respectivas cobranças. Benefício a toda a comunidade e não a um contribuinte individualmente considerado. Inteligência dos artigos 145 da Constituição Federal e 77 do Código Tributário Nacional. Precedentes da Câmara e do Supremo Tribunal Federal. Recurso provido. Negado provimento aos recursos voluntário e oficial." (fl. 9)

2. O Agravante alega que o acórdão recorrido teria afrontado o art. 145, inc. II e § 2º da Constituição da República.

Argumenta que *"A divisibilidade e a especificidade são elementos que se mostram evidentes nos serviços em questão, em face do seu caráter compulsório de utilização e da contraprestação pecuniária individualizada do contribuinte que se utiliza ou os tem à sua disposição"* (fl. 21).

Afirma que *"O fato de a taxa em análise utilizar-se da área do imóvel como forma de mensuração do seu valor, por óbvio, não guarda relação alguma com o valor venal do imóvel, significando sim 'critério de rateio', identificando os contribuintes que tem à sua disposição os serviços públicos prestados pela Municipalidade"* (fl. 22)

Requer, assim, o reconhecimento da validade jurídica da Taxa de Limpeza Pública.

Analisados os elementos havidos nos autos, **DECIDO**.

3. Razão jurídica não assiste ao Agravante.

4. Ao declarar a invalidade da Taxa de Limpeza Pública, o Tribunal de Justiça de São Paulo não divergiu do entendimento firmado neste Supremo Tribunal Federal. Confira-se o AI 460.195-AgR, Rel. Min. Carlos Britto, Primeira Turma, DJ 9-12-2005:

"EMENTA: TRIBUTÁRIO. TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA (TLP). INEXIGIBILIDADE. ATIVIDADE ESTATAL QUE NÃO SE REVESTE DAS CARACTERÍSTICAS DE ESPECIFICIDADE E DIVISIBILIDADE. É assente nesta colenda Corte que a taxa de limpeza pública cuida-se de atividade estatal que se traduz em prestação de utilidade inespecífica, indivisível e insuscetível de ser referida a determinado contribuinte, não podendo ser custeada senão por meio do produto da arrecadação dos impostos gerais. Nego provimento ao agravo."

E, ainda: AI 476.945-AgR, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJ 24.3.2006; AI 579.884-AgR, Rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma, DJ 4.8.2006; AI 501.679-AgR, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, DJ 14.10.2005.

5. Pelo exposto, **nego seguimento ao agravo,** com fundamento nos arts. 557, *caput*, do Código de Processo Civil e 21, § 1º do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO 652.227-8 (647)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. GILMAR MENDES**
AGTE.(S)	: RODOBENS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA
ADV.(A/S)	: ROBERTO LOPES DA SILVA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: CAMILA LUCERO FRAGA
ADV.(A/S)	: FERNANDO BUZZATTI MACHADO E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Trata-se de agravo contra decisão que negou processamento a recurso extraordinário fundado no art. 102, III, *a*, da Constituição Federal, em face de acórdão que determinou a restituição imediata de parcelas quitadas pelos consorciados desistentes. O acórdão recorrido possui a seguinte ementa (fl. 152):

"COBRANÇA. CONSÓRCIO PARA A AQUISIÇÃO DE BEM IMÓVEL. DESISTÊNCIA. DEVOLUÇÃO IMEDIATA DOS VALORES PAGOS. PAGAMENTO DE POUCAS PARCELAS. IMPOSSIBILIDADE DE DEDUÇÃO DE REDUTOR CONTRATUAL. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO LIMITADA A 10% SOBRE O VALOR PAGO. CORREÇÃO MONETÁRIA PELO IGP-M A CONTAR DE 1% AO MÊS A INCIDIR DA DATA DA CITAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO."

Alega-se violação ao art. 5º, II e XXXVI, da Carta Magna.

Esta Corte, por ambas as Turmas, decidiu que questão relativa à devolução de parcelas decorrentes de desistência de consórcio está restrita ao âmbito da interpretação de norma infraconstitucional e de cláusula contratual, *v.g.*, o RE-AgR 252.552, 1ª T., Rel. Ilmar Galvão, *DJ* 28.4.2000, e AI-AgR 383.782, 2ª T., Rel. Nelson Jobim, *DJ* 18.10.2002.

Assim, nego seguimento ao agravo (art. 557, *caput*, do CPC).

Publique-se.

Brasília, 2 de agosto de 2007.

Ministro **GILMAR MENDES**
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 657.653-2 (648)

PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
AGTE.(S)	: MUNICÍPIO DE BETIM
ADV.(A/S)	: MARCOS JOSÉ SOUSA BATEMARQUE E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S)	: SACHA CALMON NAVARRO COELHO E OUTRO(A/S)

DECISÃO

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - INCIDÊNCIA - LOCAÇÃO DE BEM MÓVEL - RECURSO EXTRAORDINÁRIO - PRECEDENTE - AGRAVO DESPROVIDO.

1. Discute-se, na espécie, a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza no tocante aos contratos de locação de bem móvel.

2. A matéria encontra-se pacificada neste Tribunal. Eis a ementa do Recurso Extraordinário nº 116.121-3/SP, do qual fui designado redator para o acórdão, publicado no Diário da Justiça de 25 de maio de 2001:

TRIBUTO - FIGURINO CONSTITUCIONAL. A supremacia da Carta Federal é conducente a glosar-se a cobrança de tributo discrepante daqueles nela previstos.

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - CONTRATO DE LOCAÇÃO. A terminologia constitucional do Imposto sobre Serviços revela o objeto da tributação. Conflita com a Lei Maior dispositivo que imponha o tributo considerado contrato de locação de bem móvel. Em Direito, os institutos, as expressões e os vocábulos têm sentido próprio, descabendo confundir a locação de serviços com a de móveis, práticas diversas regidas pelo Código Civil, cujas definições são de observância inafastável - artigo 110 do Código Tributário Nacional.

3. Conheço deste agravo e o desprovejo.

4. Publiquem.

Brasília, 2 de agosto de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 657.653-2 (649)

PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
AGTE.(S)	: MUNICÍPIO DE BETIM
ADV.(A/S)	: MARCOS JOSÉ SOUSA BATEMARQUE E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S)	: SACHA CALMON NAVARRO COELHO E OUTRO(A/S)

Petição/STF nº 124.627/2007

DESPACHO

REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL - PROCURAÇÃO - SUBSTABELECIMENTO - JUNTADA - INTIMAÇÕES.

1. Juntem.

2. Eis as informações prestadas pelo Gabinete:

Telemar Norte Leste S/A requer a juntada de procuração, substabelecimento e atos constitutivos, indicando o nome do Dr. Sacha Calmon Navarro Coelho para constar das futuras intimações.

Registro a existência de decisão, ainda não publicada, mediante a qual Vossa Excelência desproveu o agravo de instrumento acima identificado - cópia anexa.

3. Observem o que requerido quanto às intimações, ante a regularidade da representação processual.

4. Publiquem.

Brasília, 22 de agosto de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 658.525-7 (650)
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.(A/S) : JOSÉ ADÃO FERNANDES LEITE E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : WILSON SODRE FERREIRA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : SILVIO PREBIANCHI FILHO

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, III, "a", da Constituição do Brasil.

2. Alega-se, no recurso extraordinário, ofensa ao disposto nos artigos 5º, LIII, e 109, I, da CB/88.

3. O recurso não merece provimento. O acórdão impugnado não apreciou a controvérsia à luz dos preceitos constitucionais que a parte recorrente indica como violados. Além disso, não foram opostos embargos de declaração para suprir eventual omissão. Aqui incidem as Súmulas ns. 282 e 356 do STF.

4. O prequestionamento, no entendimento pacificado deste Tribunal, deve ser explícito, não sendo dispensado ainda que se trate de incompetência absoluta. Nesse sentido, AI n. 215.724-AgR, Relator o Ministro Sydney Sanches, DJ de 15.10.99, RE n. 192.031-AgR, Relator o Ministro Néri da Silveira, DJ de 4.6.99, e AI n. 502.659-AgR, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, DJ de 3.9.04, cuja ementa transcrevo:

"**EMENTA:** 1. Recurso extraordinário: prequestionamento e embargos de declaração.

Os embargos declaratórios só suprem a falta de prequestionamento quando a decisão embargada tenha sido efetivamente omissa a respeito da questão antes suscitada.

2. Recurso extraordinário: descabimento: falta de prequestionamento da matéria constitucional (CF, art. 109, I), exigível, segundo a jurisprudência do STF, ainda que se trate de incompetência absoluta."

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 660.162-6 (651)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.(A/S) : JOSÉ LINHARES PRADO NETO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MARIA DA GRAÇA VANZETTO
ADV.(A/S) : ROGÉRIO FERRAZ E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
ADV.(A/S) : LUIZ ANTONIO MUNIZ MACHADO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : FABRÍCIO ZIR BOTHOMÉ

DESPACHO: (Na petição avulsa nº 77320/2007)
Junte-se.
Concedo vista dos autos pelo prazo de 5 (cinco) dias.
Brasília, 13 de setembro de 2007.
Ministro **JOAQUIM BARBOSA** - Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 661.549-1 (652)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : GILBERTO RODRIGUES PINTO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MARCELO GARCIA CUNHA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : AIRTON TADEU FORBRIG
AGDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - INTERPOSIÇÃO SIMULTÂNEA DO ESPECIAL - PREJUÍZO.

1. Simultaneamente com o extraordinário, versando sobre idêntica matéria, foi interposto recurso especial. O Superior Tribunal de Justiça dele conheceu e acolheu o pedido formulado. A decisão prolatada substituiu, consoante o disposto no artigo 512 do Código de Processo Civil, a formalizada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que, assim, não mais subsiste.

2. Este agravo encontra-se prejudicado.

3. Publiquem.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO - Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 663.789-6 (653)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.(A/S) : MARCOS ULHOA DANI E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
ADV.(A/S) : SIMONE HAJJAR CARDOSO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : LUIZ ANTONIO MUNIZ MACHADO
AGDO.(A/S) : LUIZ AUGUSTO PEREIRA
ADV.(A/S) : ROGÉRIO FERRAZ E OUTRO(A/S)

DESPACHO: (Na petição avulsa nº 88400/2007)
Junte-se.
Concedo vista dos autos pelo prazo de 5 (cinco) dias.
Brasília, 13 de setembro de 2007.
Ministro **JOAQUIM BARBOSA** - Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 663.855-3 (654)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : JOSÉ MARTINS CORREA
ADV.(A/S) : DPE-RJ - MARILZA CORONHA PINHEIRO
ADV.(A/S) : DPE-RJ - VERA REGINA CHARBEL TERRA MEIRELES
ADV.(A/S) : DPE-RJ - MARIA ELIANE DOS SANTOS RIBEIRO
AGDO.(A/S) : HSBC SEGUROS BRASIL S/A
ADV.(A/S) : THAÍS BITTENCOURT CAMELLO E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Determino a subida do recurso extraordinário, devidamente processado, para melhor exame.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau - Relator** -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 665.911-3 (655)
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S) : VICTOR ADLER E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : PEDRO PAULO MUANIS E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA
ADV.(A/S) : EVANDRO PERTENCE

DESPACHO: (Na petição avulsa nº 101366/2007)
Junte-se.
Concedo vista dos autos pelo prazo de 5 (cinco) dias.
Brasília, 13 de setembro de 2007.
Ministro **JOAQUIM BARBOSA** - Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 666.280-7 (656)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : TATIANA DIVINO SALOMÃO
ADV.(A/S) : DPE-RJ - MARILZA CORONHA PINHEIRO
ADV.(A/S) : DPE-RJ - VERA REGINA CHARBEL TERRA MEIRELES
ADV.(A/S) : DPE-RJ - MARIA ELIANE DOS SANTOS RIBEIRO
AGDO.(A/S) : ASSISTÊNCIA MÉDICA DE SÃO PAULO S/A
ADV.(A/S) : RODOLFO DEROSSI CABREIRA E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O acórdão impugnado não apreciou a controvérsia à luz dos preceitos constitucionais que a parte recorrente indica como violados. Além disso, os embargos de declaração são ineficazes para ventilar matéria não argüida oportunamente. Aqui incidem as Súmulas ns. 282 e 356 do STF.

2. O prequestionamento, no entendimento pacificado deste Tribunal, deve ser explícito [AI n. 215.724-AgR, Relator o Ministro Sydney Sanches, 1ª Turma, DJ de 15.10.99; e RE n. 192.031-AgR, Relator o Ministro Néri da Silveira, 2ª Turma, DJ de 4.6.99].

3. Para dissentir-se do acórdão impugnado seria necessária a análise da legislação infraconstitucional que disciplina a espécie. Eventual ofensa à Constituição dar-se-ia de forma indireta, circunstância que impede a admissão do extraordinário. Nesse sentido: RE n. 148.512, Relator o Ministro Ilmar Galvão, DJ de 2.8.96; AI n. 157.906-AgR, Relator o Ministro Sydney Sanches, DJ de 9.12.94; AI n. 145.680-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 30.4.93, entre outros.

4. Ademais, a jurisprudência deste Tribunal fixou-se no sentido de que "as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição", circunstância que não viabiliza o acesso à instância extraordinária [AI n. 238.917-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 20.10.00].

5. Por fim, entendimento diverso do adotado pelo acórdão recorrido implicaria, necessariamente, o reexame da matéria fático-probatória e das cláusulas contratuais que o orientou, o que é vedado nesta instância mercê de incidência das Súmulas ns. 279 e 454 deste Tribunal.

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau** - Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 667.449-2 (657)
PROCED. : CEARÁ
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGDO.(A/S) : IMPORTADORA MELVINS LTDA
ADV.(A/S) : MANUEL LUIS DA ROCHA NETO E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Determino a subida do recurso extraordinário, devidamente processado, para melhor exame.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 667.473-8 (658)
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - SETRANSPARJ
ADV.(A/S) : MAXIMINO GONÇALVES FONTES NETO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : SIMONE BRITZ GORODICHT

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

2. O recurso não merece conhecimento. O agravante deixou de trasladar peça essencial à formação do instrumento. Não consta dos autos cópia do inteiro teor da decisão de admissibilidade. Não tendo sido observado o disposto no artigo 544, § 1º, do Código de Processo Civil, incide a Súmula n. 288 do STF.

3. Ademais, este Tribunal fixou entendimento no sentido de que o ônus de fiscalizar a correta formação do instrumento é exclusivo do agravante [AI n. 237.361-AgR, Relator o Ministro Maurício Corrêa, DJ de 1º.10.99].

Nego seguimento ao recurso com fundamento no disposto no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 667.590-4 (659)
PROCED. : GOIÁS
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : ELO ATACADISTA E DISTRIBUIÇÃO LTDA
ADV.(A/S) : RENALDO LIMIRO DA SILVA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : EDSON EURÍPEDES DE FREITAS
ADV.(A/S) : SALMA REGINA FLORENCIO DE MORAIS

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, III, "a", da Constituição do Brasil.

2. Alega-se, no recurso extraordinário, ofensa ao disposto no artigo 5º, XXXVI, da CB/88.

3. O agravo não merece provimento. O acórdão recorrido não apreciou a controvérsia à luz do preceito constitucional que a recorrente indica como violado. Além disso, não foram opostos embargos de declaração. Aqui incidem as Súmulas n. 282 e 356 do STF.

4. O prequestionamento, no entendimento pacificado deste Tribunal, deve ser explícito [AI n. 215.724-AgR, Relator o Ministro Sydney Sanches, 1ª Turma, DJ de 15.10.99; e RE n. 192.031-AgR, Relator o Ministro Néri da Silveira, 2ª Turma, DJ de 4.6.99].

5. Ademais, a controvérsia foi decidida à luz de legislação infraconstitucional. Eventual ofensa à Constituição dar-se-ia de forma indireta, circunstância que impede a admissão do extraordinário [AI n. 204.153-AgR, Relator o Ministro Sydney Sanches, DJ de 30.6.00, e AI n. 231.836-AgR, Relator o Ministro Néri da Silveira, DJ de 3.9.99].

6. A jurisprudência deste Tribunal fixou-se no sentido de que a verificação, em cada caso concreto, da ocorrência, ou não, de violação do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada situa-se no campo infraconstitucional [AI n. 135.632-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 3.9.99, AI n. 551.002-AgR, Relator o Ministro Carlos Velloso, DJ de 16.12.05].

7. Por fim, para dissentir-se do acórdão impugnado, seria necessário o reexame da matéria fático-probatória, providência vedada nesta instância mercê de incidência da Súmula n. 279 do Supremo Tribunal Federal.

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 667.644-7 (660)
PROCED. : SERGIPE
RELATOR : MIN. EROS GRAU
AGTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGDO.(A/S) : PROJEL - PLANEJAMENTO ORGANIZAÇÃO E PESQUISAS LTDA
ADV.(A/S) : JOÃO BATISTA NUNES E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Determino a subida do recurso extraordinário, devidamente processado, para melhor exame.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 667.920-1 (661)

PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: EDNA GONÇALVES ALVARENGA
ADV.(A/S)	: CAROLINA FAGUNDES CÂNDIDO
AGDO.(A/S)	: MUNICÍPIO DE IPATINGA
ADV.(A/S)	: HERCÍLIA MARIA PORTELA PROCÓPIO FRIGO

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, III, "a", da Constituição do Brasil.

2. Alega-se, no recurso extraordinário, ofensa ao disposto nos artigos 5º, II, XXXVI, LIV e LV, e 93, IX, da CB/88.

3. O recurso não merece provimento. Para dissentir-se do acórdão recorrido seria necessária a análise da legislação infraconstitucional que disciplina a espécie. Eventual ofensa à Constituição dar-se-ia de forma indireta, circunstância que impede a admissão do extraordinário. Nesse sentido: RE n. 148.512, Relator o Ministro Ilmar Galvão, DJ de 2.8.96; AI n. 157.906-AgR, Relator o Ministro Sydney Sanches, DJ de 9.12.94; AI n. 145.680-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 30.4.93, entre outros.

4. Ademais, a jurisprudência deste Tribunal fixou-se no sentido de que a verificação, em cada caso concreto, da ocorrência, ou não, de violação do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada situa-se no campo infraconstitucional [AI n. 135.632-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 3.9.99, AI n. 551.002-AgR, Relator o Ministro Carlos Velloso, DJ de 16.12.05].

5. Por fim, este Tribunal fixou o entendimento de que "as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição", circunstância que não viabiliza o acesso à instância extraordinária [AI n. 238.917-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 20.10.00].

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 6 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 668.384-1 (662)

PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: LEANDRO ARMANDO LONGO
ADV.(A/S)	: JORGE LEANDRO LOBE E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU - ISSBLU
ADV.(A/S)	: ALCEU XENOFONTES LENZI

DECISÃO: Determino a subida do recurso extraordinário, devidamente processado, para melhor exame.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 668.492-8 (663)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE NITERÓI
ADV.(A/S)	: JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO
AGDO.(A/S)	: BANCO NACIONAL S/A
ADV.(A/S)	: CARLOS ANDRÉ MILHOMEM DE SOUSA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ALESSANDRA M. GUALBERTO RIBEIRO E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, III, "a", da Constituição do Brasil.

2. Alega-se, no recurso extraordinário, ofensa ao disposto nos artigos 1º, 5º, II, XXXV, XXXVI e LV, e 7º, VI, da CB/88.

3. O recurso não merece provimento. Com exceção do art. 5º, XXXVI, o acórdão recorrido não apreciou a controvérsia à luz dos preceitos constitucionais que o recorrente indica como violados. Além disso, os embargos de declaração são ineficazes para ventilar matéria não argüida oportunamente. Aqui incidem as Súmulas n. 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

4. O prequestionamento, no entendimento pacificado deste Tribunal, deve ser explícito [AI n. 215.724-AgR, Relator o Ministro Sydney Sanches, 1ª Turma, DJ de 15.10.99; e RE n. 192.031-AgR, Relator o Ministro Néri da Silveira, 2ª Turma, DJ de 4.6.99].

5. Ademais, a jurisprudência deste Tribunal fixou-se no sentido de que a verificação, em cada caso concreto, da ocorrência, ou não, de violação do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada situa-se no campo infraconstitucional [AI n. 135.632-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 3.9.99, AI n. 551.002-AgR, Relator o Ministro Carlos Velloso, DJ de 16.12.05].

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 3 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 669.094-5 (664)

PROCED.	: MATO GROSSO DO SUL
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: PRONCOR UNIDADE INTENSIVA CARDIORESPIRATÓRIA LTDA
ADV.(A/S)	: HELOISA HELENA WANDERLEY MACIEL E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: SONIA REGINA BERTELLI CELLA
ADV.(A/S)	: ALEXANDRE DE SOUZA FONTOURA

DECISÃO: O acórdão impugnado não apreciou a controvérsia à luz dos preceitos constitucionais que a parte recorrente indica como violados. Além disso, não foram opostos embargos de declaração para suprir eventual omissão. Incidem no caso, portanto, os óbices das Súmulas ns. 282 e 356 do STF.

2. O entendimento pacificado neste Tribunal é de que o prequestionamento deve ser explícito (AI n. 215.724-AgR, 1ª Turma, Relator o Ministro Sydney Sanches, DJ de 15.10.99, e RE n. 192.031-AgR, 2ª Turma, Relator o Ministro Néri da Silveira, DJ de 4.6.99).

3. Para dissentir-se do acórdão impugnado seria necessária a análise da legislação infraconstitucional que disciplina a espécie. Eventual ofensa à Constituição dar-se-ia de forma indireta, circunstância que impede a admissão do extraordinário. Nesse sentido: RE n. 148.512, Relator o Ministro Ilmar Galvão, DJ de 2.8.96; AI n. 157.906-AgR, Relator o Ministro Sydney Sanches, DJ de 9.12.94; AI n. 145.680-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 30.4.93, entre outros.

4. Ademais, a jurisprudência deste Tribunal fixou-se no sentido de que a verificação, no caso concreto, da ocorrência, ou não, de violação do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada situa-se no campo infraconstitucional (AI n. 135.632-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 3.9.99, AI n. 551.002-AgR, Relator o Ministro Carlos Velloso, DJ de 16.12.05).

4. Por fim, entendimento diverso do adotado pelo acórdão recorrido implicaria, necessariamente, o reexame dos fatos e provas e das cláusulas contratuais que o orientou, providências vedadas nesta instância, em face da incidência das Súmulas ns. 279 e 454 do Supremo Tribunal Federal.

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 669.462-3 (665)

PROCED.	: PERNAMBUCO
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: BANCO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S/A - BANDEPE
ADV.(A/S)	: MARCIA LYRA BERGAMO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGDO.(A/S)	: ENGENHO GULANDY (GUSTAVO JARDIM PEDROSA DA SILVEIRA BARROS)

DECISÃO: O Tribunal Superior do Trabalho decidiu mera questão processual ao negar provimento ao agravo de instrumento em recurso de revista.

2. O entendimento deste Tribunal é firme no sentido de que a controvérsia a respeito da aferição dos pressupostos de admissibilidade dos recursos trabalhistas é afeta à legislação infraconstitucional. Eventual ofensa à Constituição do Brasil seria, quando muito, indireta [AI n. 486.403-AgR, Relator o Ministro Carlos Britto, 1ª Turma, DJ de 22.4.05, AI n. 537.821-AgR, Relator o Ministro Cezar Peluso, 1ª Turma, DJ de 5.8.05, AI n. 543.896-AgR, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, 2ª Turma, DJ de 3.2.06, e AI n. 480.496-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, 2ª Turma, DJ de 17.2.06, entre outros julgados].

3. Ademais, a jurisprudência deste Tribunal fixou-se no sentido de que a verificação, em cada caso concreto, da ocorrência, ou não, de violação do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada situa-se no campo infraconstitucional [AI n. 135.632-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 3.9.99, AI n. 551.002-AgR, Relator o Ministro Carlos Velloso, DJ de 16.12.05].

Nego seguimento ao agravo com fundamento no disposto no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 669.686-6 (666)

PROCED.	: PERNAMBUCO
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
AGTE.(S)	: IVANEIDE GONZAGA OLIVEIRA DA SILVA
ADV.(A/S)	: RICARDO MARQUES E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário. O acórdão recorrido entendeu que não viola o princípio da isonomia o pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa (GDATA), instituída pela Lei 10.404/02, aos servidores inativos em montante diferenciado daquele pago aos servidores em atividade.

No RE, interposto com base no art. 102, III, **a** e **c**, da Constituição, alegou-se violação aos arts. 5º, *caput*, e 40, § 8º, da mesma Carta.

O agravo merece acolhida. O Plenário desta Corte, no julgamento dos recursos extraordinários 476.279/DF, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, e 476.390/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, fixou entendimento no sentido de ser a GDATA devida aos servidores inativos nos seguintes termos:

"*Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico--Administrativa - GDATA - instituída pela L. 10.404/2002: extensão a inativos: pontuação variável conforme a sucessão de leis regentes da vantagem.*

RE conhecido e provido, em parte, para que a GDATA seja deferida aos inativos nos valores correspondentes a 37,5 (trinta e sete vírgula cinco) pontos no período de fevereiro a maio de 2002 e nos termos do art. 5º, parágrafo único, da L. 10.404/2002, para o período de junho de 2002 até a conclusão dos efeitos do último ciclo de avaliação a que se refere o art. 1º da MPv. 198/2004, a partir da qual passa a ser de 60 (sessenta) pontos." (RE 476.279/DF)

Isso posto, dou provimento ao agravo de instrumento para, desde logo, conhecer do recurso extraordinário e dar-lhe parcial provimento (CPC, art. 544, § 3º e § 4º), para determinar que o pagamento da GDATA aos servidores inativos seja feito nos termos dos precedentes mencionados, compensando-se recíproca e proporcionalmente os ônus da sucumbência, ressalvada a hipótese de beneficiário de justiça gratuita.

Publique-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 669.688-1 (667)

PROCED.	: SERGIPE
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGDO.(A/S)	: SÍLVIA MARIA CHAVES DE LIMA
ADV.(A/S)	: REGES COELHO CORREIA E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, III, "a", da Constituição do Brasil.

2. Alega-se, no recurso extraordinário, ofensa ao disposto nos artigos 2º, 24, II, 61, § 1º, "b", 93, XI, e 150, II e § 6º, da CB/88.

3. O recurso não merece provimento. Para dissentir-se do acórdão recorrido seria necessária a análise da legislação infraconstitucional que disciplina a espécie. Eventual ofensa à Constituição dar-se-ia de forma indireta, circunstância que impede a admissão do extraordinário. Nesse sentido: RE n. 148.512, Relator o Ministro Ilmar Galvão, DJ de 2.8.96; AI n. 157.906-AgR, Relator o Ministro Sydney Sanches, DJ de 9.12.94; AI n. 145.680-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 30.4.93, entre outros.

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 6 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 669.696-2 (668)

PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: GERALDO JOSÉ DA SILVA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ALEXANDRE SANTANA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.(A/S)	: LUIZ CARLOS KRAMMER E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Determino a subida do recurso extraordinário, devidamente processado, para melhor exame.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 669.766-9 (669)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
AGTE.(S)	: HUBER COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
ADV.(A/S)	: MAURO TAVARES CERDEIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: LUIZ CARLOS GARDIN
ADV.(A/S)	: SAMUEL SAKAMOTO

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - CONTROVÉRSIA SOBRE CABIMENTO DE RECURSO DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - IMPROPRIEDADE.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - INTERPRETAÇÃO DE NORMAS LEGAIS - INVIABILIDADE.

1. Nota-se que o não-processamento do recurso extraordinário pelo Tribunal Superior do Trabalho vem desaguando, com verdadeira automaticidade, na interposição de agravo. Para tanto, articula-se com a ofensa à Carta da República, quando, na realidade, o que se observa é a tentativa de transformar a Suprema Corte em órgão simplesmente revisor das decisões prolatadas na última instância do Judiciário Trabalhista.

A par desse aspecto, o acórdão impugnado mediante o extraordinário revela interpretação de normas estritamente legais, não ensejando o acesso ao Supremo. À mercê de articulação sobre a violência ao Diploma Maior, pretende-se guindar a esta Corte recurso que não se enquadra no inciso III do artigo 102 da Constituição Federal. Este agravo somente serve à sobrecarga da máquina judiciária, ocupando espaço que deveria estar sendo utilizado em exame de processo da competência da Corte.

2. Ante o quadro, conheço do agravo e o desprovejo.

3. Publiquem.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 669.821-2 (670)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
AGTE.(S)	: GERSON ANTÔNIO DA TRINDADE
ADV.(A/S)	: EURIDICE BARJUD CANUTO ALBUQUERQUE DINIZ E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL
ADV.(A/S)	: VERENA LEITE ROCHA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ANTONIO CANDIDO DE AZEVEDO SODRÉ FILHO

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

O agravo não merece acolhida. Bem examinados os autos, verifico que o recurso extraordinário foi interposto intempestivamente. O acórdão recorrido foi publicado em 1º/11/2006 (fl. 60). A petição do extraordinário foi apresentada em 21/11/2006 (fl. 71), após o decurso do prazo legal.

A jurisprudência do STF é no sentido de que a tempestividade do recurso, em face de feriado que não seja de conhecimento obrigatório do Tribunal *ad quem*, deve ser comprovada no momento da sua interposição. Nesse sentido, RE 257.521-AgR/AC, Rel. Min. Ellen Gracie, e AI 480.280-AgR/RS, Rel. Min. Joaquim Barbosa, entre outros julgados.

Ainda que superado tal óbice, o recurso não prosperaria. É que como tem consignado o Tribunal, por meio da Súmula 282, é inadmissível o recurso extraordinário se a questão constitucional suscitada não tiver sido apreciada no acórdão recorrido. Ademais, não opostos embargos declaratórios para suprir a omissão, é inviável o recurso, a teor da Súmula 356 do STF.

Por fim, para se chegar à conclusão contrária à adotada pelo acórdão recorrido, necessário seria o reexame do conjunto fático-probatório constante dos autos, o que atrai a incidência da Súmula 279 do STF.

Isso posto, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 669.828-3 (671)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: MARIA HELENA TOLEDO PIZZA ALUISIO
ADV.(A/S)	: FÁBIO PORCIUNCULA DE MELO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A
ADV.(A/S)	: PAULO SOARES DE AZEVEDO FILHO E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O acórdão recorrido não apreciou a controvérsia à luz do preceito constitucional que a recorrente indica como violado. Além disso, esse preceito não foi suscitado no momento em que opostos os embargos de declaração. Aqui incidem as Súmulas ns. 282 e 356 do STF.

2. O prequestionamento, no entendimento pacificado deste Tribunal, deve ser explícito [AI n. 215.724-AgR, Relator o Ministro Sydney Sanches, 1ª Turma, DJ de 15.10.99; e RE n. 192.031-AgR, Relator o Ministro Néri da Silveira, 2ª Turma, DJ de 4.6.99].

3. Ademais, a controvérsia foi decidida à luz de legislação infraconstitucional. Eventual ofensa à Constituição dar-se-ia de forma indireta, circunstância que impede a admissão do extraordinário [AI n. 204.153-AgR, Relator o Ministro Sydney Sanches, DJ de 30.6.00, e AI n. 231.836-AgR, Relator o Ministro Néri da Silveira, DJ de 3.9.99].

4. Por fim, para dissentir-se do acórdão impugnado, seria necessário o reexame da matéria fático-probatória, providência vedada nesta instância mercê de incidência da Súmula n. 279 do Supremo Tribunal Federal.

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 670.020-4 (672)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: BANCO NOSSA CAIXA S/A
ADV.(A/S)	: LAERTE AMÉRICO MOLLETA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: FRANCISCO CARLOS ROSA DO PRADO
ADV.(A/S)	: RUBENS VIEIRA DE MORAES FILHO

DECISÃO: O Superior Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso especial por ausência de requisito de admissibilidade.

2. O presente recurso não merece provimento. O exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso especial é providência privativa do Superior Tribunal de Justiça. Iterativas decisões deste Tribunal concluíram pela impossibilidade de apreciar-se essa matéria em recurso extraordinário, de modo a evitar a subversão do sistema [AI n. 139.810-AgR, DJ de 1º.10.93; AI n. 235.713, DJ de 8.10.99, e AI n. 292.667, DJ de 9.3.01].

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 670.149-8 (673)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: JOÃO CARLOS GABBI
ADV.(A/S)	: THAIS PASETTO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: IBI ADMINISTRADORA E PROMOTORA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ADRIANE DIAS CALEGARO E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O acórdão recorrido não apreciou a controvérsia à luz do preceito constitucional que a recorrente indica como violado. Além disso, os embargos de declaração são ineficazes para ventilar matéria não arguida oportunamente. Aqui incidem as Súmulas ns. 282 e 356 do STF.

2. O prequestionamento, no entendimento pacificado deste Tribunal, deve ser explícito [AI n. 215.724-AgR, Relator o Ministro Sydney Sanches, 1ª Turma, DJ de 15.10.99; e RE n. 192.031-AgR, Relator o Ministro Néri da Silveira, 2ª Turma, DJ de 4.6.99].

3. Ademais, a controvérsia restringe-se à interpretação da legislação infraconstitucional pertinente --- Lei n. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor. Trata-se pois de ofensa indireta à Constituição, insuficiente para desafiar a via extraordinária.

4. Por fim, para dissentir-se do acórdão impugnado, seria necessário o reexame da matéria fático-probatória, providência vedada nesta instância mercê de incidência da Súmula n. 279 do Supremo Tribunal Federal.

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 670.483-6 (674)

PROCED.	: GOIÁS
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: RÁPIDO ARAGUAIA LTDA
ADV.(A/S)	: GABRIEL LOPES TEIXEIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: FRANCISCO ALVES DOS SANTOS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: SÉRGIO DE ARAÚJO LOPES E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

2. O agravo não merece provimento. O acórdão recorrido está em consonância com o entendimento deste Tribunal, conforme se depreende do julgamento do RE n. 234.010-AgR, Relator o Ministro Carlos Velloso, DJ de 23.8.02, ementado nos seguintes termos:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO. C.F., art. 37, § 6º.

I. - A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, responsabilidade objetiva, com base no risco administrativo, é abrandada ou excluída pela culpa da vítima.

II. - No caso, o acórdão recorrido, com base na prova, que não se reexamina em sede de recurso extraordinário, concluiu pela culpa exclusiva da vítima.

III. - Agravo não provido."

3. Ademais, para dissentir-se do acórdão impugnado seria necessário o reexame da matéria fático-probatória que o orientou, providência vedada nesta instância em face da incidência da Súmulas n. 279 do Supremo Tribunal Federal.

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21 § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 670.532-2 (675)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: RARIEDADES DA PONTE AUTOMÓVEIS
ADV.(A/S)	: EDY MACIEL MONTEIRO EVANGELHO
AGDO.(A/S)	: TURMA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

DECISÃO: O acórdão recorrido não apreciou a controvérsia à luz dos preceitos constitucionais que a recorrente indica como violados. Além disso, esses preceitos não foram suscitados no momento em que opostos os embargos de declaração. Aqui incidem as Súmulas ns. 282 e 356 do STF.

2. O prequestionamento, no entendimento pacificado deste Tribunal, deve ser explícito [AI n. 215.724-AgR, Relator o Ministro Sydney Sanches, 1ª Turma, DJ de 15.10.99; e RE n. 192.031-AgR, Relator o Ministro Néri da Silveira, 2ª Turma, DJ de 4.6.99].

3. Ademais, a controvérsia foi decidida à luz de legislação infraconstitucional. Eventual ofensa à Constituição dar-se-ia de forma indireta, circunstância que impede a admissão do extraordinário [AI n. 204.153-AgR, Relator o Ministro Sydney Sanches, DJ de 30.6.00, e AI n. 231.836-AgR, Relator o Ministro Néri da Silveira, DJ de 3.9.99].

4. Por fim, a jurisprudência deste Tribunal fixou-se no sentido de que "as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição", circunstância que não viabiliza o acesso à instância extraordinária [AI n. 238.917-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 20.10.00].

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 670.624-6 (676)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: SILVIO RONALDO PEREIRA BONEBERG E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: MAURICIO BASTIANI PASA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - DETRAN/RS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

2. O recurso não merece seguimento. Ambas as Turmas deste Tribunal, ao apreciar questão idêntica, firmaram o seguinte entendimento:

"Ementa: Recurso extraordinário: descabimento: questão decidida à luz de legislação infraconstitucional (Código Nacional de Trânsito): alegada ofensa reflexa ou indireta à Constituição, inviável o RE: pretensão a reexame de matéria de fato e de prova (Súmula 279)." (AI n. 451.268-AgR, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, 1ª Turma, DJ de 30.4.04).

"Ementa: Multa de trânsito. Código Brasileiro de Trânsito. Ampla defesa e contraditório. Controvérsia que demanda o prévio exame de normas infraconstitucionais. Ofensa indireta à CF. Regimental não provido." (AI n. 465.647-AgR, Relator o Ministro Nelson Jobim, 2ª Turma, DJ de 26.3.04).

3. Para dissentir-se da decisão recorrida, seria necessária a análise da legislação ordinária. Eventual ofensa à Constituição dar-se-ia de forma indireta, circunstância que impede a admissão do extraordinário.

Nego seguimento ao recurso com fundamento no art. 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 6 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 670.716-0 (677)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
ADV.(A/S)	: PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: PATRÍCIA REGINA MORDINE
ADV.(A/S)	: EDUARDO RIBAS DO NASCIMENTO E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Determino a subida do recurso extraordinário, devidamente processado, para melhor exame.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 671.863-0 (678)

PROCED.	: PERNAMBUCO
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF
ADV.(A/S)	: IGOR MONTARROYOS DE SOUSA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: ALUÍZIO MARQUES NOGUEIRA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ANDRÉ LUIZ BATISTA MONTEIRO E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto com fundamento no art. 102, III, "a" da Constituição do Brasil.

2. Alega-se, no extraordinário, violação do disposto nos arts. 93, IX, e 5º, LIV e LV, da CB/88.

3. O recurso não merece provimento. A jurisprudência desta Corte fixou-se no sentido de que "as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição", circunstância que não viabiliza o acesso à instância extraordinária (AI n. 238.917-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 20.10.00).

4. Ademais, para dissentir-se do acórdão impugnado, seria necessário o reexame da matéria fático-probatória, providência vedada nesta instância mercê de incidência da Súmula n. 279 do Supremo Tribunal Federal.

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 671.903-7 (679)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGDO.(A/S)	: SUPRA ACABAMENTOS COURO LTDA ME E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

2. O agravo não merece provimento. Vê-se da leitura do recurso extraordinário que o recorrente não conseguiu demonstrar de modo objetivo qual preceito da Constituição do Brasil teria sido violado pelo acórdão. Aqui incide a Súmula 284 do STF. A jurisprudência deste Tribunal é pacífica: "não há viabilidade para o processamento do recurso extraordinário se não é corretamente formulado, com a precisa indicação do dispositivo ou alínea que o autorize, bem como a exposição dos fatos e menção dos dispositivos que teriam sido violados, ou aos quais teria negado vigência" [AI n. 119.300-ED, Relator o Ministro Aldir Passarinho, DJ de 7.5.90, pág. 3.808].

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 672.078-3 (680)

PROCED.	: PARANÁ
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
AGTE.(S)	: SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE MARINGÁ
ADV.(A/S)	: ANA MARIA RIBAS MAGNO
AGDO.(A/S)	: TESSAROLO AUTO PEÇAS LTDA
ADV.(A/S)	: EDSON ELIAS DE ANDRADE

DECISÃO

CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA - ARTIGO 8º, INCISO IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

1. O artigo 8º da Carta Federal preceitua ser livre a associação profissional ou sindical. Esse comando norteia o que previsto no inciso IV nele contido, ou seja, a contribuição voltada ao custeio do sistema confederativo. Assim concluíram ambas as Turmas do Tribunal - Recursos Extraordinários nºs 178.927, 198.092 e 196.407. Estando a decisão proferida pela Corte de origem em harmonia com os precedentes, descabe assentar a ofensa a texto constitucional.

2. Ante o quadro, conheço deste agravo e o desprovejo.

3. Publiquem.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 672.207-2 (681)

PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
AGTE.(S)	: SINDICATO DOS HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE BRASÍLIA - SINDHOBAR
ADV.(A/S)	: RAPHAEL MEDEIROS E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S)	: PGDF - CLAUDIA DO AMARAL FURQUIM

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

No RE, interposto com base no art. 102, III, **a** e **c**, da Constituição, alegou-se violação aos arts. 5º, II e XIII, 37, 84, IV, e 170, parágrafo único, IV, VIII e IX, da mesma Carta.

O agravo não merece acolhida. Para se chegar ao exame da alegada ofensa à Constituição, faz-se necessário analisar normas infraconstitucionais locais (Lei Distrital 1.171/96), o que inviabiliza o extraordinário, a teor da Súmula 280 do STF.

Além disso, o Tribunal entende não ser cabível a interposição de RE por contrariedade ao art. 5º, II, da Constituição Federal, quando a verificação da ofensa envolva a reapreciação de interpretação dada a normas infraconstitucionais pelo Tribunal *a quo* (Súmula 636 do STF).

Isso posto, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 672.430-1 (682)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: CAMPLAS COMERCIAL INDUSTRIAL EXPORTADORA E IMPORTADORA DE PRODUTOS PLÁSTICOS LTDA
ADV.(A/S)	: NATALIA SKREPNEK TOSIN E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: MASSA FALIDA DE CAMPLAS COMERCIAL INDUSTRIAL EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS PLASTICOS LTDA
ADV.(A/S)	: AFONSO CELSO MORAES SAMPAIO

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, III, "a", da Constituição do Brasil.

2. Alega-se, no recurso extraordinário, ofensa ao disposto no artigo 5º, LV, da CB/88.

3. O recurso não merece provimento. O acórdão recorrido não apreciou a controvérsia à luz do preceito constitucional que a recorrente indica como violado. Além disso, os embargos de declaração são ineficazes para ventilar matéria não argüida oportunamente. Aqui incidem as Súmulas n. 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

4. O prequestionamento, no entendimento pacificado deste Tribunal, deve ser explícito [AI n. 215.724-AgR, Relator o Ministro Sydney Sanches, 1ª Turma, DJ de 15.10.99; e RE n. 192.031-AgR, Relator o Ministro Néri da Silveira, 2ª Turma, DJ de 4.6.99].

5. Ademais, a jurisprudência deste Tribunal fixou-se no sentido de que "as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição", circunstância que não viabiliza o acesso à instância extraordinária [AI n. 238.917-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 20.10.00].

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau** - Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 672.894-1 (683)

PROCED.	: MATO GROSSO DO SUL
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: LUIZ DO AMARAL
ADV.(A/S)	: LUIZ ALEXANDRE G. DO AMARAL E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: ARILTHON ANDRADE
ADV.(A/S)	: DURAID YASSIN E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O acórdão recorrido não apreciou a controvérsia à luz do preceito constitucional que o recorrente indica como violado. Além disso, não foram opostos embargos de declaração. Aqui incidem as Súmulas ns. 282 e 356 do STF.

2. O prequestionamento, no entendimento pacificado deste Tribunal, deve ser explícito [AI n. 215.724-AgR, Relator o Ministro Sydney Sanches, 1ª Turma, DJ de 15.10.99; e RE n. 192.031-AgR, Relator o Ministro Néri da Silveira, 2ª Turma, DJ de 4.6.99].

3. Ademais, a controvérsia foi decidida à luz de legislação infraconstitucional. Eventual ofensa à Constituição dar-se-ia de forma indireta, circunstância que impede a admissão do extraordinário [AI n. 204.153-AgR, Relator o Ministro Sydney Sanches, DJ de 30.6.00, e AI n. 231.836-AgR, Relator o Ministro Néri da Silveira, DJ de 3.9.99].

4. Além disso, a jurisprudência deste Tribunal fixou-se no sentido de que "as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição", circunstância que não viabiliza o acesso à instância extraordinária [AI n. 541.361-AgR, de que fui relator, 1ª Turma, DJ de 3.2.06, e AI n. 238.917-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, 2ª Turma, DJ de 20.10.00, entre outros julgados].

5. Por fim, para dissentir-se do acórdão impugnado, seria necessário o reexame da matéria fático-probatória e de cláusulas de contrato, providências vedadas nesta instância mercê de incidência das Súmulas ns. 279 e 454 do Supremo Tribunal Federal.

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 673.023-0 (684)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
AGTE.(S)	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S)	: PRISCILA SANTOS COLOMER MORAGAS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: RICARDO MAGALHÃES PINTO
AGDO.(A/S)	: OLÍVIA PEREIRA DIAS GOMES
ADV.(A/S)	: DPE-RJ - MARILZA CORONHA PINHEIRO
ADV.(A/S)	: DPE-RJ - VERA REGINA CHARBEL TERRA MEIRELES
ADV.(A/S)	: DPE-RJ - MARIA ELIANE DOS SANTOS RIBEIRO

DECISÃO

TELEFONIA - ASSINATURA MENSAL - COBRANÇA - TEMA DE REPERCUSSÃO ÍMPAR - CONVENIÊNCIA DO CRIVO DO SUPREMO - SOBRESTAMENTO.

1. A questão versada nestes autos tem repercussão maior. Por tratar da utilização dos serviços de telefonia, irradia-se a ponto de revelar o interesse de toda a coletividade. Perante a Turma Recursal, deu-se o enfrentamento da matéria à luz da Constituição e ao Supremo cabe a palavra final sobre o que nela se contém em termos de regência da vida em sociedade. Eis o papel fundamental da Corte, que, ante a avalanche de processos, fica, por vezes, esquecido.

2. Enviei à Procuradoria Geral da República, nos quais é discutida matéria idêntica, os Recursos Extraordinários nºs 503.276-1/PR e 536.949-8/PR.

A racionalização dos trabalhos direciona não ao encaminhamento de todos os processos sobre o mesmo tema que cheguem à Corte, mas ao sobrestamento, a fim de que se aguarde a adoção de tese nos já remetidos e se evite a atuação reiterada do Ministério Público, o que somente o sobrecarregaria.

3. Determino o sobrestamento deste processo.

4. À Assessoria, para acompanhar a tramitação daqueles endereçados à Procuradoria Geral da República.

5. Publiquem.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 673.044-0 (685)

PROCED.	: PERNAMBUCO
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: ESTADO DE PERNAMBUCO
ADV.(A/S)	: PGE-PE - FLÁVIA TAVARES DANTAS
AGDO.(A/S)	: JASEIR MALTA CABRAL
ADV.(A/S)	: LUCIANO MALTA CABRAL

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, III, alínea "a", da Constituição do Brasil.

2. O agravo não merece provimento. O acórdão impugnado está em harmonia com o entendimento desta Corte, fixado no sentido de que as gratificações concedidas em caráter geral são extensíveis aos servidores inativos. Nesse sentido, o AI n. 446.724-AgR, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, cuja ementa transcrevo:

"EMENTA: Servidor público estadual. Gratificação por atividade de polícia [GAP] instituída pela LC est. 873/2000: extensão aos servidores inativos, por força do art. 40, § 4º [§ 8º, na redação da EC 20/98], da Constituição Federal, dado o seu caráter geral: precedentes [*v.g.*, RE 244.697, Ellen Gracie, DJ 31.08.01; RE 259.258, Ilmar Galvão, DJ 27.10.00; RE 244.081, Ilmar Galvão, DJ 10.11.00]. Na espécie, a verificação *in concreto* da natureza da vantagem postulada e da existência ou não de direito dos recorridos à percepção da mesma demandaria o reexame da legislação local [LC 873/2000], incabível no extraordinário [Súmula 280]."

3. Ademais, para dissentir-se das conclusões do acórdão recorrido quanto à natureza da vantagem postulada e à existência ou não de direito dos recorridos à sua percepção, seria necessário o reexame da legislação infraconstitucional que disciplina a espécie. Eventual ofensa à Constituição dar-se-ia de forma indireta, circunstância que impede a admissão do extraordinário. Nesse sentido, o RE n. 148.512, Relator o Ministro Ilmar Galvão, DJ de 2.8.96; o AI n. 157.906-AgR, Relator o Ministro Sydney Sanches, DJ de 9.12.94; o AI n. 145.680-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 30.4.93, entre outros.

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 673.067-4 (686)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: SIGMA LASER VIDEO PRODUÇÕES E REPRESENTAÇÕES S/C LTDA
ADV.(A/S)	: MARIA ISILDINHA DOS SANTOS CAMINSK E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: ORÁCIO STIVÊANO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ORÁCIO STIVÊANO

DECISÃO: O acórdão recorrido não apreciou a controvérsia à luz do preceito constitucional que o recorrente indica como violado. Além disso, os embargos de declaração são ineficazes para ventilar matéria não arguida oportunamente. Aqui incidem as Súmulas ns. 282 e 356 do STF.

2. O prequestionamento, no entendimento pacificado deste Tribunal, deve ser explícito [AI n. 215.724-AgR, Relator o Ministro Sydney Sanches, 1ª Turma, DJ de 15.10.99; e RE n. 192.031-AgR, Relator o Ministro Néri da Silveira, 2ª Turma, DJ de 4.6.99].

3. Ademais, para dissentir-se do acórdão recorrido seria necessária a análise da legislação infraconstitucional que disciplina a espécie. Eventual ofensa à Constituição dar-se-ia de forma indireta, circunstância que impede a admissão do extraordinário. Nesse sentido: RE n. 148.512, Relator o Ministro Ilmar Galvão, DJ de 2.8.96; AI n. 157.906-AgR, Relator o Ministro Sydney Sanches, DJ de 9.12.94; AI n. 145.680-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 30.4.93, entre outros.

4. Por fim, a jurisprudência deste Tribunal fixou-se no sentido de que "as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição", circunstância que não viabiliza o acesso à instância extraordinária [AI n. 238.917-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 20.10.00].

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 673.068-1 (687)

PROCED.	: BAHIA
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.(A/S)	: JOÃO CARDOSO DA SILVA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: ENEYDA MONTEIRO OTERO RODRIGUES
ADV.(A/S)	: MARIANA NÓVOA E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Determino a subida do recurso extraordinário, devidamente processado, para melhor exame.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 673.113-9 (688)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: DÉBORA DA SILVA GOMES
ADV.(A/S)	: HÉLIO BORGES MONTEIRO NETO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: DIRCE DE JESUS ROCHA
ADV.(A/S)	: DIRCE DE JESUS ROCHA

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, III, "a", da Constituição do Brasil.

2. Alega-se, no recurso extraordinário, ofensa ao disposto no artigo 5º, LV, da CB/88.

3. O agravo não merece provimento. O acórdão recorrido não apreciou a controvérsia à luz do preceito constitucional que a recorrente indica como violado. Além disso, não foram opostos embargos de declaração. Aqui incidem as Súmulas n. 282 e 356 do STF.

4. O prequestionamento, no entendimento pacificado deste Tribunal, deve ser explícito [AI n. 215.724-AgR, Relator o Ministro Sydney Sanches, 1ª Turma, DJ de 15.10.99; e RE n. 192.031-AgR, Relator o Ministro Néri da Silveira, 2ª Turma, DJ de 4.6.99].

5. Ademais, a jurisprudência deste Tribunal fixou-se no sentido de que "as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição", circunstância que não viabiliza o acesso à instância extraordinária [AI n. 238.917-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 20.10.00].

6. Por fim, para dissentir-se do acórdão impugnado, seria necessário o reexame da matéria fático-probatória, providência vedada nesta instância mercê de incidência da Súmula n. 279 do Supremo Tribunal Federal.

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 673.879-9 (689)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGDO.(A/S)	: SOFT MALHAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADV.(A/S)	: CARLOS ALBERTO PACHECO E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, III, "a", da Constituição do Brasil.

2. Alega-se, no recurso extraordinário, ofensa ao disposto no artigo 5º, XXXVI, da CB/88.

3. O recurso não merece provimento. O fundamento do acórdão não alcançou nível constitucional. A controvérsia foi decidida no plano da legislação infraconstitucional pertinente. Eventual ofensa à Constituição dar-se-ia de forma indireta, circunstância que impede a admissão do extraordinário [AI n. 204.153-AgR, DJ de 30.6.00, e AI n. 231.836-AgR, DJ de 3.9.99].

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 674.049-1 (690)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: MUNICÍPIO DE ESTEIO
ADV.(A/S)	: OSVANIA ROSICLER CASSOL
AGDO.(A/S)	: CARLOS RICARDO AVILA ERTHAL

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, III, alínea "a", da Constituição do Brasil. Recurso extraordinário em oposição a acórdão que manteve a sentença que extinguiu a execução fiscal, por falta de interesse de agir, tendo em vista o pequeno valor do débito.

2. O presente recurso não merece provimento. Ambas as Turmas deste Tribunal, em casos idênticos a este, decidiram que a extinção de execuções fiscais em decorrência da falta de interesse de agir do autor, revelada pela insignificância ou pela pequena expressão econômica do valor da dívida ativa em cobrança, constitui questão infraconstitucional [RREE 225.564, Primeira Turma, Relator o Ministro Ilmar Galvão, DJ de 23.4.99; e 252.965, Segunda Turma, Redator para o acórdão o Ministro Celso de Mello, DJ de 29.9.00].

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 674.177-1 (691)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: PGE-SP - MARIA IZABEL ALVES DE ANDRÉ
AGDO.(A/S)	: ANGELO DE PADUA GUINATO
ADV.(A/S)	: CARLOS ROBERTO VERZANI E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Determino a subida do recurso extraordinário, devidamente processado, para melhor exame.

Publique-se.

Brasília, 6 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 674.244-5 (692)

PROCED.	: CEARÁ
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: ESTADO DO CEARÁ
ADV.(A/S)	: PGE-CE - EDUARDO MENEZES ORTEGA
AGDO.(A/S)	: FRANCISCO ANTÔNIO SOARES FERREIRA
ADV.(A/S)	: JOSÉ RIBAMAR FILHO

DECISÃO: o acórdão impugnado não apreciou a controvérsia à luz dos preceitos constitucionais que a parte recorrente indica como violados, restringindo-se à análise de texto normativo local, no caso, a Lei Estadual n. 10.722/82. Além disso, não foram opostos embargos de declaração para suprir eventual omissão. Aqui incidem as Súmulas n. 282 e 356 do STF.

2. O prequestionamento, no entendimento pacificado deste Tribunal, deve ser explícito [AI n. 215.724-AgR, Relator o Ministro Sydney Sanches, 1ª Turma, DJ de 15.10.99; e RE n. 192.031-AgR, Relator o Ministro Néri da Silveira, 2ª Turma, DJ de 4.6.99].

3. Ademais, a jurisprudência deste Tribunal fixou-se no sentido de que "a verificação, no caso concreto, da ocorrência, ou não, de violação do direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada situa-se no campo infraconstitucional (AI n. 135.632-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 3.9.99, AI n. 551.002-AgR, Relator o Ministro Carlos Velloso, DJ de 16.12.05).

4. Por fim, entendimento diverso do adotado pelo acórdão recorrido implicaria, necessariamente, o reexame da matéria fático-probatória que o orientou, providência vedada nesta instância, em face da incidência da Súmula n. 279 do Supremo Tribunal Federal.

Nego seguimento ao agravo com fundamento no disposto no art. 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau** - Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 674.275-1 (693)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S)	: PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: NOBERTO HOFFMANN
ADV.(A/S)	: RÔMULO MARQUES JÚNIOR

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

2. O agravo não merece provimento. O acórdão recorrido está em sintonia com a jurisprudência deste Tribunal que fixou entendimento no sentido de que, tratando-se de paciente hipossuficiente, o Estado tem obrigação de fornecer-lhe medicamentos indispensáveis de que necessita. Nesse sentido, o RE n. 242.859, Relator o Ministro Ilmar Galvão, 1ª Turma, DJ de 29.6.99; o RE n. 264.269-AgR, Relator o Ministro Néri da Silveira, 1ª Turma, DJ de 26.5.00; o RE n. 255.627-AgR, Relator o Ministro Nelson Jobim, 2ª Turma, DJ de 21.11.00; o RE n. 259.508-AgR, Relator o Ministro Maurício Corrêa, 2ª Turma, DJ de 8.8.00; o RE n. 271.286-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, 2ª Turma, DJ de 12.9.00; e o AI n. 486.816-AgR, Relator o Ministro Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 6.5.05, cuja ementa transcrevo:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MEDICAMENTOS: FORNECIMENTO A PACIENTES CARENTES: OBRIGAÇÃO DO ESTADO.

I. - Paciente carente de recursos indispensáveis à aquisição dos medicamentos de que necessita: obrigação do Estado em fornecê-los. Precedentes.

II. - Agravo não provido."

3. Ademais, a alegação de ofensa ao artigo 100 da Constituição, que trata de precatórios, não tem nenhuma relação com a matéria tratada nos autos, bloqueio de verba pública. Aqui incide a Súmula n. 284 do STF.

4. Por fim, para dissentir-se do acórdão impugnado quanto à excepcionalidade do caso a ensejar o bloqueio, seria necessário o reexame da matéria fático-probatória, providência vedada nesta instância mercê de incidência da Súmula n. 279 do Supremo Tribunal Federal.

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau** - Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 674.280-1 (694)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: EDTH MARIA RODRIGUES DE LIMA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ANDRÉA BUENO MAGNANI E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, III, "a", da Constituição do Brasil.

2. Alega-se, no recurso extraordinário, ofensa ao disposto nos artigos 5º, XXXV, LIV e LV, 93, IX, e 195, II, da CB/88.

3. O presente recurso não merece provimento. O Superior Tribunal de Justiça decidiu mera questão processual ao não conhecer dos embargos de divergência em recurso especial. Para dissentir-se do acórdão recorrido, seria necessária a análise da legislação infraconstitucional que disciplina a espécie. Eventual ofensa à Constituição dar-se-ia de forma indireta, circunstância que impede a admissão do extraordinário. Nesse sentido: RE n. 148.512, Relator o Ministro Ilmar Galvão, DJ de 2.8.96; AI n. 157.906-AgR, Relator o Ministro Sydney Sanches, DJ de 9.12.94; AI n. 145.680-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 30.4.93, entre outros.

4. Ademais, a jurisprudência deste Tribunal fixou-se no sentido de que "as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição", circunstância que não viabiliza o acesso à instância extraordinária [AI n. 238.917-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 20.10.00].

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 674.343-3 (695)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: HSUEH FEG MIG E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: PEDRO MORA SIQUEIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
ADV.(A/S)	: FLÁVIO LA FARINA E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Determino a subida do recurso extraordinário, devidamente processado, para melhor exame.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 674.731-4 (696)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: FÁBRICA DE CALÇADOS GIENNE LTDA
ADV.(A/S)	: DANIELLE ANNIE CAMBAÚVA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: PGE-SP - VALÉRIA ANTONIAZZI P. ROSA DE CASTRO

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário apresentado com fundamento no art. 102, III, "a", da Constituição do Brasil.

2. A agravante pleiteia a restituição dos valores recolhidos indevidamente a título de ICMS, em razão da declaração de inconstitucionalidade da majoração da alíquota desse imposto, de 17% para 18%, instituída pela Lei estadual n. 6.556/89, conforme o julgamento do RE n. 183.906 deste Supremo Tribunal.

3. Apesar da sintonia entre o acórdão recorrido e o entendimento do Plenário deste Tribunal que, ao julgar o RE n. 183.906, Relator o Ministro Marco Aurélio, DJ de 30.4.1998, declarou a inconstitucionalidade dos artigos 3º a 9º da Lei Paulista n. 6.556/89, por ofensa ao art. 167, IV, da Constituição do Brasil, o presente recurso não merece provimento.

4. A restituição de tributo pago indevidamente só é possível quando o contribuinte de direito não recuperou do contribuinte de fato o *quantum* respectivo (Súmula n. 546 do STF). Julgar se ocorreu, ou não, tal hipótese é matéria concernente a fatos e provas, portanto, impossível de apreciação nesta instância, em face da incidência do óbice da Súmula n. 279 do Supremo Tribunal Federal.

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 674.757-1 (697)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: PGE-SP - MÔNICA DE A. MAGALHÃES SERRANO
AGDO.(A/S)	: LIVE WAY CONFECÇÕES LTDA

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, III, alínea "a", da Constituição do Brasil. Recurso extraordinário em oposição a acórdão que manteve a sentença que extinguiu a execução fiscal, por falta de interesse de agir, tendo em vista o pequeno valor do débito.

2. O presente recurso não merece provimento. Ambas as Turmas deste Tribunal, em casos idênticos a este, decidiram que a extinção de execuções fiscais em decorrência da falta de interesse de agir do autor, revelada pela insignificância ou pela pequena expressão econômica do valor da dívida ativa em cobrança, constitui questão infraconstitucional [RREE 225.564, Primeira Turma, Relator o Ministro Ilmar Galvão, DJ de 23.4.99; e 252.965, Segunda Turma, Redator para o acórdão o Ministro Celso de Mello, DJ de 29.9.00].

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 674.888-2 (698)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
AGTE.(S)	: MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ
ADV.(A/S)	: SEBASTIÃO BOTTO DE BARROS TOJAL
AGDO.(A/S)	: MAJER CHILL KOCHEN
ADV.(A/S)	: ALLAN FRAZATTI SILVA
ADV.(A/S)	: DAIRTON JOSÉ BELLI MONTEIRO

DECISÃO: O recurso extraordinário **a que se refere** o presente agravo de instrumento foi interposto pelo Município de Santo André/SP contra acórdão que deferiu pedido de seqüestro de rendas públicas, **formulado** com o objetivo de viabilizar, em favor do ora agravado, o pagamento dos créditos de que é titular.

A natureza materialmente administrativa do procedimento em que proferida a decisão questionada em sede recursal extraordinária, **precisamente** por não se subsumir à noção de "*causa*", **inviabiliza** o conhecimento do apelo extremo em questão.

Como se sabe, a atividade desenvolvida pelo Presidente do Tribunal, **no processamento dos precatórios**, decorre do exercício de função **revestida** de caráter eminentemente administrativo.

É por isso que se tem enfatizado, em julgamentos realizados pelo Supremo Tribunal Federal, que "*(...) a atribuição do Presidente do Tribunal, **ao processar o precatório**, não é sequer jurisdicional. **É atividade puramente administrativa***", pois, **consoante foi então ressaltado**, "*A atividade jurisdicional **termina** com a expedição do precatório (...)*" (**RTJ** 71/572, 575 - **grifei**).

Vê-se, desse modo, que o Presidente do Tribunal, ao desempenhar as suas atribuições **no processamento dos precatórios**, atua **como autoridade administrativa** (**RTJ** 80/683, **691-692**), **não exercendo**, em conseqüência, nesse **estrito** contexto procedimental, **qualquer parcela de poder jurisdicional** (PINTO FERREIRA, "**Comentários à Constituição Brasileira**", vol. 4/67-68, 1992, Saraiva).

Assentada, pois, tal premissa - **que se sustenta** no reconhecimento **da natureza materialmente administrativa** da atividade do Presidente do Tribunal, **em sede de processamento de precatório** -, **torna-se forçoso concluir** que as decisões proferidas com fundamento **nessa** competência monocrática, **ainda que reexaminadas** por órgãos colegiados do Poder Judiciário, apresentam-se **desvestidas** de conteúdo jurisdicional, circunstância esta **que descaracteriza**, por completo, um dos pressupostos **essenciais** de admissibilidade do recurso extraordinário - a **necessária** existência de uma "***causa***":

"***O recurso extraordinário**, para revelar-se processualmente cabível, **pressupõe**, dentre **outros** requisitos, **a existência de 'causa'**, que tenha sido decidida, em única ou última instância (**CF**, art. 102, III), por órgão do Poder Judiciário, **no exercício da atividade jurisdicional**.*"

(**AI 316.458-AgR/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Cumpre ressaltar, neste ponto, que essa orientação jurisprudencial **reflete** entendimento **que tem prevalecido** no âmbito **desta** Suprema Corte:

"***São impugnáveis**, na via recursal extraordinária, **apenas** as decisões finais proferidas no âmbito de procedimento judicial **que se ajuste ao conceito de causa (CF**, art. 102, III). **A existência de uma causa** - que atua como **inafastável** pressuposto de índole constitucional, inerente ao recurso extraordinário - **constitui** requisito formal de admissibilidade do próprio apelo extremo.*

*A **locução** constitucional **'causa'** designa, na abrangência de seu sentido conceitual, todo e qualquer procedimento em cujo âmbito o Poder Judiciário, desempenhando sua função institucional típica, **pratica atos de conteúdo estritamente jurisdicional**. **Doutrina** e **jurisprudência**.*"

(**RTJ 161/1031**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **Pleno**)

O fato irrecusável é um só: **sem que se configure**, tecnicamente, **a existência de causa**, a significar um procedimento em cujo âmbito se haja exercido, **em caráter definitivo**, atividade **de índole jurisdicional** (MATOS PEIXOTO, "**Recurso Extraordinário**", p. 212, item n. 25, 1935, Freitas Bastos; M. COSTA MANSO, "**O Processo na Segunda Instância e suas Aplicações à Primeira**", vol. 1/170-172, item n. 10, 1923, Livraria Acadêmica, São Paulo; JOSÉ AFONSO DA SILVA, "**Do Recurso Extraordinário no Direito Processual Brasileiro**", p. 292/293, nota de rodapé n. 572, 1963, RT; CASTRO NUNES, "**Teoria e Prática do Poder Judiciário**", p. 334, item n. 6, 1943, Forense), **torna-se inviável** o acesso à via do apelo extremo, **considerado** o modelo constitucional **que lhe rege** a disciplina jurídico-processual (**RTJ** 50/196 - **RTJ** 66/514 - **RTJ** 90/913 - **RTJ** 97/1250 - **RTJ** 102/440 - **RTJ** 109/1161 - **RTJ** 127/669), **mesmo** nas hipóteses, **como** a de que ora se cuida, **em que** a parte recorrente busca impugnar decisão emanada do Tribunal, **proferida em sede de processamento de precatórios** (**AI 155.718/SP**, Rel Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - **AI 164.952/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **v.g.**).

Cumpre assinalar, por relevante, que esse entendimento **tem prevalecido** na jurisprudência que o próprio **Plenário** do Supremo Tribunal Federal **firmou** em torno da noção de "*causa*", **para excluir**, de sua abrangência conceitual, **todo** procedimento administrativo, **desvestido** de natureza jurisdicional, **ainda** que instaurado perante órgão do Poder Judiciário (**RE 211.689-AgR/SP**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - **RE 213.696-AgR/SP**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, **v.g.**):

"*I - **A atividade desenvolvida pelo Presidente do Tribunal**, **no processamento do precatório**, não é jurisdicional, **mas administrativa**. **Também é administrativa a decisão do Tribunal tomada em agravo regimental** interposto contra despacho do Presidente **na mencionada** atividade. **Precedente** do STF**: ADIn 1098-SP**.*

*II - **O recurso extraordinário pressupõe a existência de causa** decidida em única ou última instância por órgão do Poder Judiciário no exercício **de função jurisdicional**. **Proferida a decisão em sede administrativa**, **não há falar em causa**. **Não cabimento** do recurso extraordinário.*"

(**RTJ 173/960**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, **Pleno - grifei**)

Nem se diga que esse entendimento jurisprudencial **frustraria** a possibilidade de controle jurisdicional **sobre decisões administrativas**, ainda que emanadas de órgãos do Poder Judiciário, que viessem a incidir, **em sede de processamento de precatórios**, em ilegalidade **ou** em abuso de poder.

É que, em ocorrendo tal situação, **poderá**, a parte interessada, **na instância própria**, valer-se, **em sede jurisdicional**, dos meios processuais adequados à impugnação **de decisões administrativas**, mesmo que proferidas por magistrados ou Tribunais, **hipótese** em que se viabilizará, então - **e uma vez presente** controvérsia de índole constitucional -, a possibilidade de acesso à via recursal extraordinária, **tal como já reconheceu**, no tema, esta Suprema Corte:

"***RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONTRA DECISÃO ADMINISTRATIVA DE TRIBUNAL SOBRE PROCESSAMENTO DE PRECATÓRIO. AGRAVO**.*

*1. **Não conseguiu** a agravante abalar os fundamentos da decisão agravada e dos precedentes do Plenário nela citados, **segundo os quais não cabe Recurso Extraordinário contra decisão administrativa de Tribunal**.*

*2. **Se**, no caso, **ao proferir decisão administrativa**, o Tribunal 'a quo' **excedeu** os limites respectivos, **pode ela** ser impugnada, **pelos meios adequados**, nas instâncias próprias, **como qualquer ato administrativo** viciado de ilegalidade ou inconstitucionalidade, **mas não mediante Recurso Extraordinário** para esta Corte, **que só cabe contra decisão de conteúdo jurisdicional**.*

*3. Agravo **improvido**.*"

(**RE 252.916-AgR/SP**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **grifei**)

Assinale-se, finalmente, que essa orientação tem sido observada **em casos idênticos** ao ora versado na **presente** sede recursal (**pedido de seqüestro** de rendas públicas, **para satisfação** do pagamento **de precatórios**), como se pode verificar dos **precedentes** a seguir mencionados (**AI 394.644/SP**, Rel. Min. NELSON JOBIM - **RE 229.786/CE**, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA - **RE 340.884/SP**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - **RE 340.890/SP**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO):

"***O julgamento de pedido de seqüestro** do montante correspondente **para satisfação do precatório**, formulado perante Presidente do Tribunal de Justiça, **possui natureza administrativa**, pois se refere a processamento **de precatórios**, do qual **não cabe** eventual recurso extraordinário, **conforme** assinalado **pelo Plenário** desta Corte, no julgamento da ADI 1.098/SP.*

*Agravo regimental **desprovido**.*"

(**RE 281.208-AgR/SP**, Rel. Min. ELLEN GRACIE - **grifei**)

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, **nego provimento** ao presente agravo de instrumento, **eis que** se revela **incabível** o recurso extraordinário a que ele se refere.

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 675.152-6 (699)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
AGTE.(S)	: CRIOLA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: HUMBERTO ADAMI SANTOS JÚNIOR E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: SONY MUSIC ENTERTAINMENT (BRASIL) INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADV.(A/S)	: RAUL GULDEN GRAVATA E OUTRO(A/S)

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recursos extraordinários. O acórdão recorrido, ao examinar embargos infringentes, manteve o acórdão proferido em sede de apelação que entendeu haver prática que viola os direitos difusos e condenou o ora agravado no pagamento de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Nos recursos extraordinários, interpostos com base no art. 102, III, **a**, da Constituição, alegou-se violação aos arts. 5º, V, da mesma Carta, e 20, § 3º, do CPC.

Verifico que os recursos extraordinários de fls. 799-807 e 809-819 possuem o mesmo conteúdo, assim, examino apenas o RE de fls. 104-116, visto que interposto da última decisão de mérito proferida nos autos.

O agravo não merece acolhida. O acórdão recorrido decidiu a questão com base na legislação ordinária. A afronta à Constituição, se ocorrente, seria indireta. Incabível, portanto, o recurso extraordinário. Nesse sentido, menciono as seguintes decisões, entre outras: AI 477.045-AgR/SE, AI 447.886-AgR/GO e AI 560.253-AgR/RJ, Rel. Min. Gilmar Mendes; AI 345.911-ED/RJ, Rel. Min. Moreira Alves; AI 581.555-ED-AgR/RJ, Rel. Min. Cezar Peluso.

Ainda que superado tal óbice, o recurso não prosperaria. É que para se chegar à conclusão contrária à adotada pelo acórdão recorrido, necessário seria o reexame do conjunto fático-probatório constante dos autos, o que atrai a incidência da Súmula 279 do STF.

Por fim, no que diz respeito aos honorários advocatícios, a parte recorrente, na petição de recurso extraordinário, não indicou o dispositivo constitucional violado, o que caracteriza a deficiência de sua fundamentação, tornando inviável o conhecimento do recurso a teor da Súmula 284 do STF. No mesmo sentido: AI 636.405/DF, Rel. Min Ricardo Lewandowski; AI 488.500-AgR/SP e AI 582.519/PE, Rel. Min. Sepúlveda Pertence; AI 541.541/AL, Rel. Min. Gilmar Mendes.

Isso posto, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 675.681-5 (700)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: PGE-SP - REGINA CELI PEDROTTI VESPERO FERNANDES
AGDO.(A/S)	: IRACEMA FRIZZO
ADV.(A/S)	: ORLANDO PIVA

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto com fundamento na alínea "b" do permissivo constitucional.

2. O agravo não merece provimento. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo não declarou a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.

3. A jurisprudência deste Tribunal afirma ser inviável o recurso extraordinário quando, interposto com fundamento no artigo 102, III, "b", da Constituição do Brasil, impugna decisão que não declarou a inconstitucionalidade dos diplomas normativos questionados [AI n. 245.602, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, DJ de 12.6.06; AI n. 388.344, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJ de 17.6.02; RE n. 292.811, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence DJ de 9.10.02].

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 675.721-2 (701)

PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S)	: IVAN JUNQUEIRA RIBEIRO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: SÔNIA MENDES CORREA TEIXEIRA
ADV.(A/S)	: JULIANO BASSI CORRÊA

DECISÃO: O acórdão recorrido não apreciou a controvérsia à luz dos preceitos constitucionais que a recorrente indica como violados. Além disso, os embargos de declaração são ineficazes para ventilar matéria não argüida oportunamente. Aqui incidem as Súmulas ns. 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

2. O prequestionamento, no entendimento pacificado deste Tribunal, deve ser explícito [AI n. 215.724-AgR, Relator o Ministro Sydney Sanches, 1ª Turma, DJ de 15.10.99; e RE n. 192.031-AgR, Relator o Ministro Néri da Silveira, 2ª Turma, DJ de 4.6.99].

3. Ademais, para dissentir-se do acórdão impugnado seria necessária a análise da legislação infraconstitucional que disciplina a espécie. Eventual ofensa à Constituição dar-se-ia de forma indireta, circunstância que impede a admissão do extraordinário. Nesse sentido: RE n. 148.512, Relator o Ministro Ilmar Galvão, DJ de 2.8.96; AI n. 157.906-AgR, Relator o Ministro Sydney Sanches, DJ de 9.12.94; AI n. 145.680-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 30.4.93, entre outros.

4. Além disso, a jurisprudência do Supremo fixou-se no sentido de que "as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição", circunstância que não viabiliza o acesso à instância extraordinária (AI n. 238.917-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 20.10.00).

5. Por fim, entendimento diverso do adotado pelo acórdão recorrido implicaria, necessariamente, no reexame da matéria fático-probatória, providência vedada nesta instância mercê de incidência da Súmula n. 279 do Supremo Tribunal Federal.

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 675.735-8 (702)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
AGTE.(S)	: BANCO NOSSA CAIXA S/A
ADV.(A/S)	: CLÁUDIA NAHSSEN DE LACERDA FRANZE E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: JOÃO LEME CAVALHEIRO
ADV.(A/S)	: FRANCISCO ISIDORO ALOISE E OUTRO(A/S)

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

No RE, fundado no art. 102, III, **a** e **b**, da Constituição Federal, alegou-se ofensa aos arts. 5º, II, XXIV e XXV, 37, § 6º e 93, IX, da mesma Carta.

Preliminarmente, deixo de examinar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso. É que esta Corte, reunida em Sessão Plenária, resolveu Questão de Ordem suscitada no AI 664.567, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, no sentido de estabelecer como marco temporal para a exigibilidade do requisito da repercussão geral o dia 3 de maio de 2007, data da publicação da Emenda n.º 21 do Regimento Interno do STF.

O agravo não merece acolhida. Como tem consignado o Tribunal, por meio da Súmula 282, é inadmissível o recurso extraordinário se a questão constitucional suscitada não tiver sido apreciada no acórdão recorrido. Ademais, não opostos embargos declaratórios para suprir a omissão, é inviável o recurso, a teor da Súmula 356 do STF.

Por fim, a exigência do art. 93, IX, da Constituição, não impõe seja a decisão exaustivamente fundamentada. O que se busca é que o julgador informe de forma clara e concisa as razões de seu convencimento, tal como ocorreu.

Isso posto, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 675.932-7 (703)

PROCED.	: MARANHÃO
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
AGTE.(S)	: MANOEL NUNES RIBEIRO FILHO
ADV.(A/S)	: ALEXANDRE AUGUSTO MOREIRA COSTA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto de acórdão que entendeu ser legítima a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade do recurso administrativo.

No RE, interposto com base no art. 102, III, **a**, da Constituição, alegou-se a inconstitucionalidade do referido depósito prévio.

O agravo merece acolhida. O acórdão recorrido está em confronto com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. No julgamento dos RE 388.359/PE, RE 389.383/SP e RE 390.513/SP, relatados pelo Ministro Marco Aurélio, e dos AI 398.933-AgR/RJ e AI 408.914-AgR/RJ, relatados pelo Ministro Sepúlveda Pertence, o Plenário desta Corte, em 28/3/2007, decidiu que a exigência do depósito prévio como condição de admissibilidade de recurso na esfera administrativa é inconstitucional, ao fundamento de que a mencionada exigência contraria o art. 5º, XXXIV e LV, da Lei Maior (Informativo 461 do STF).

Isso posto, dou provimento ao agravo de instrumento para, desde logo, conhecer do recurso extraordinário e dar-lhe provimento (CPC, art. 544, § 3º e § 4º).

Publique-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 676.037-9 (704)

PROCED.	: PARANÁ
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
AGTE.(S)	: MADEIRAS EULIDE LTDA
ADV.(A/S)	: HENRIQUE FABBRIN ALVAREZ E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
ADV.(A/S)	: ESTEVAN TIAGO BORGES DOS SANTOS BOPP

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

No RE, interposto com base no art. 102, III, **a**, da Constituição, alegou-se violação aos arts. 5º, II, e 225, § 1º, VII, da mesma Carta.

O agravo não merece acolhida. A apreciação dos temas constitucionais, no caso, depende do prévio exame de normas infraconstitucionais (Lei 9.605/98). A afronta à Constituição, se ocorrente, seria indireta. Incabível, portanto, o recurso extraordinário.

Além disso, o Tribunal entende não ser cabível a interposição de RE por contrariedade ao art. 5º, II, da Constituição Federal, quando a verificação da ofensa envolva a reapreciação de interpretação dada a normas infraconstitucionais pelo Tribunal *a quo* (Súmula 636 do STF).

Isso posto, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 676.519-8 (705)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADV.(A/S)	: DALILA GALDEANO LOPES E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: NELZI LOCCI DINIZ JUNQUEIRA
ADV.(A/S)	: FERNANDO QUINTELLA CATARINO

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

2. O recurso não merece conhecimento. O acórdão que julgou os embargos de declaração --- que integra o aresto recorrido, formando com este decisão de última instância --- foi publicado no DJ de 29.5.07 [certidão de fl. 146]. A petição de recurso extraordinário foi protocolada em 2.5.07, sem posterior ratificação.

3. Este Tribunal adota orientação pacificada no sentido de ser extemporâneo o recurso extraordinário protocolado antes da publicação do acórdão que julgou os embargos de declaração, sem posterior ratificação. Nesse sentido, AI n. 329.359-AgR, Relator o Ministro Ilmar Galvão, 1ª Turma, DJ de 14.12.01; AI n. 508.525-AgR, Relator o Ministro Carlos Britto, 1ª Turma, DJ de 4.11.05; AI n. 448.152-AgR, Relatora a Ministra Ellen Gracie, 2ª Turma, DJ de 22.8.03; AI n. 447.090-AgR, Relator o Ministro Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 24.6.05, entre outros julgados.

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 676.618-6 (706)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S)	: ROBERTO SARDINHA JUNIOR
AGDO.(A/S)	: CONSTRUTORA SANTA ISABEL S/A
ADV.(A/S)	: GRACILIA HERMINIA AMORIM PORTELA

DECISÃO: Discute-se nestes autos a constitucionalidade da alíquota progressiva do IPTU --- em período anterior à vigência da EC 29/00 --- e das taxas de iluminação pública e de coleta de lixo e limpeza pública.

2. A Súmula 668/STF determina que "[é] inconstitucional a lei municipal que tendo estabelecido, antes da emenda constitucional 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana".

3. No que respeita à matéria relativa à TIP, o Supremo fixou entendimento no sentido de que o serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa [Súmula n. 670]. Quanto à TCLLP, o Supremo decidiu pela inexigibilidade da exação por configurar serviço público de caráter universal e indivisível. [RE n. 256.588-ED-EDv, Relatora a Ministra Ellen Gracie, Pleno, DJ de 3.10.03].

4. Por fim, este Tribunal já se manifestou afirmando que a questão não se reveste de excepcionalidade suficiente para autorizar a aplicação de efeitos *ex nunc* à declaração de inconstitucionalidade [AI n. 481.189-AgR, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, DJ de 16.2.07 e AI n. 619.391-AgR, por mim relatado, DJ de 11.4.07].

Nego seguimento ao agravo com fundamento no disposto no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 676.727-1 (707)

PROCED.	: MATO GROSSO DO SUL
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
AGTE.(S)	: APOIO AGROPECUÁRIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
ADV.(A/S)	: ARIANE GONÇALVES E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: CONSELHO DELIBERATIVO DA FEBRE AFTOSA EM MATO GROSSO DO SUL
ADV.(A/S)	: RICARDO RAMOS NOVELLI E OUTRO(A/S)

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

No RE, interposto com base no art. 102, III, **a**, da Constituição, alegou-se violação ao art. 5º, XIII, da mesma Carta.

O agravo não merece acolhida. Como tem consignado o Tribunal, por meio da Súmula 282, é inadmissível o recurso extraordinário se a questão constitucional suscitada não tiver sido apreciada no acórdão recorrido. Ademais, não opostos embargos declaratórios para suprir a omissão, é inviável o recurso, a teor da Súmula 356 do STF.

Ainda que superado tal óbice, o recurso não prosperaria. É que para se chegar ao exame da alegada ofensa à Constituição, faz-se necessário analisar normas infraconstitucionais locais (Lei Estadual 1.045/90), o que inviabiliza o extraordinário, a teor da Súmula 280 do STF.

Por fim, a apreciação do RE demanda o exame de matéria de fato, o que atrai a incidência da Súmula 279 do STF.

Isso posto, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 677.008-1 (708)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: ODACI SOARES DE AZEVEDO
ADV.(A/S)	: JÚLIO NASCIMENTO DE MORAES
AGDO.(A/S)	: MAURO DEGENRING BOTELHO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ADMAR ARPON SOUTINHO

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, III, "a", da Constituição do Brasil.

2. Alega-se, no recurso extraordinário, ofensa ao disposto nos artigos 5º, LV, e 226, § 3º, IX, da CB/88.

3. O agravo não merece provimento. O acórdão recorrido não apreciou a controvérsia à luz dos preceitos constitucionais que a recorrente indica como violados. Além disso, esses preceitos não foram suscitados no momento em que opostos os embargos de declaração. Aqui incidem as Súmulas n. 282 e 356 do STF.

4. O prequestionamento, no entendimento pacificado deste Tribunal, deve ser explícito [AI n. 215.724-AgR, Relator o Ministro Sydney Sanches, 1ª Turma, DJ de 15.10.99; e RE n. 192.031-AgR, Relator o Ministro Néri da Silveira, 2ª Turma, DJ de 4.6.99].

5. Ademais, a controvérsia foi decidida à luz de legislação infraconstitucional. Eventual ofensa à Constituição dar-se-ia de forma indireta, circunstância que impede a admissão do extraordinário [AI n. 204.153-AgR, Relator o Ministro Sydney Sanches, DJ de 30.6.00, e AI n. 231.836-AgR, Relator o Ministro Néri da Silveira, DJ de 3.9.99].

6. Por fim, para dissentir-se do acórdão impugnado, seria necessário o reexame da matéria fático-probatória, providência vedada nesta instância mercê de incidência da Súmula n. 279 do Supremo Tribunal Federal.

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 677.174-2 (709)

PROCED.	: PARANÁ
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
AGTE.(S)	: PAULO TOKUO SHIMOTE
ADV.(A/S)	: MÁRIO CAMPOS DE OLIVEIRA JÚNIOR E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO: Dou provimento ao agravo.

Subam os autos do **RE**, devidamente processado, para melhor exame.

Publique-se. Int..

Brasília, 30 de agosto de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 677.575-1 (710)

PROCED.	: RONDÔNIA
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AGDO.(A/S)	: TÂMERA PADOIN MARQUES
ADV.(A/S)	: SIMONE DE MELO

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

2. O recurso não merece conhecimento. O acórdão que julgou os embargos de declaração --- que integra o aresto recorrido, formando com este decisão de última instância --- foi publicado no DJ de 5.6.07 [certidão de fl. 26]. A petição de recurso extraordinário foi protocolada em 23.5.07, sem posterior ratificação.

3. Este Tribunal adota orientação pacificada no sentido de ser extemporâneo o recurso extraordinário protocolado antes da publicação do acórdão que julgou os embargos de declaração, sem posterior ratificação. Nesse sentido, AI n. 329.359-AgR, Relator o Ministro Ilmar Galvão, 1ª Turma, DJ de 14.12.01; AI n. 508.525-AgR, Relator o Ministro Carlos Britto, 1ª Turma, DJ de 4.11.05; AI n. 448.152-AgR, Relatora a Ministra Ellen Gracie, 2ª Turma, DJ de 22.8.03; AI n. 447.090-AgR, Relator o Ministro Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 24.6.05, entre outros julgados.

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 677.771-3 (711)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: JOÃO ALBERTO MARTINI
AGTE.(S)	: SÉRGIO ANTÔNIO TEIXEIRA
AGTE.(S)	: LEONIR MARIA VEDOIN
AGTE.(S)	: SERGE MARCELO MACHADO BUCHRIESER
ADV.(A/S)	: RODRIGO ALBERTO RODRIGUES E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

2. O agravo é intempestivo. A decisão agravada foi publicada no DJ de 31.7.07 [fl. 352]. A petição de agravo somente foi protocolada no dia 9.8.07, após expirado o prazo de 5 dias previsto no artigo 28 da Lei n. 8.038/90. A intempestividade é evidente.

3. Este Tribunal, resolvendo questão de ordem no julgamento do AI n. 197.032, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, DJ de 5.12.97, entendeu inaplicáveis ao recurso extraordinário e seu agravo, em matéria criminal, os artigos 541 a 546 do Código de Processo Civil, na redação que lhes foi conferida pela Lei n. 8.950/94.

4. Em matéria penal há de ser observado o prazo da Lei n. 8.038/90 para a interposição do recurso extraordinário e do respectivo agravo de instrumento.

Nego seguimento ao agravo com fundamento no art. 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau** - Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 677.903-4 (712)

PROCED.	: GOIÁS
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: WANIRA SÓCRATES DE BASTOS
ADV.(A/S)	: MÁRCIO MESSIAS CUNHA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: ESTADO DE GOIÁS
ADV.(A/S)	: PGE-GO - LUIZ HENRIQUE SOUSA DE CARVALHO

DECISÃO: Determino a subida do recurso extraordinário, devidamente processado, para melhor exame.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau - Relator -**

AGRAVO DE INSTRUMENTO 677.971-4 (713)

PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: VIAÇÃO CRUZEIRO LTDA
ADV.(A/S)	: JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: DIVINO APOLINÁRIO MOREIRA
ADV.(A/S)	: JOSÉ MAURÍCIO DE CASTRO

DECISÃO: O Tribunal Superior do Trabalho decidiu mera questão processual ao negar provimento ao agravo de instrumento em recurso de revista.

2. O entendimento deste Tribunal é firme no sentido de que a controvérsia a respeito da aferição dos pressupostos de admissibilidade dos recursos trabalhistas é afeta à legislação infraconstitucional. Eventual ofensa à Constituição do Brasil seria, quando muito, indireta [AI n. 486.403-AgR, Relator o Ministro Carlos Britto, 1ª Turma, DJ de 22.4.05, AI n. 537.821-AgR, Relator o Ministro Cezar Peluso, 1ª Turma, DJ de 5.8.05, AI n. 543.896-AgR, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, 2ª Turma, DJ de 3.2.06, e AI n. 480.496-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, 2ª Turma, DJ de 17.2.06, entre outros julgados].

3. Ademais, a controvérsia foi decidida com fundamento na interpretação de cláusula de acordo coletivo de trabalho à luz da legislação infraconstitucional. Incide, no caso, a Súmula n. 454 do STF. Eventual ofensa à Constituição dar-se-ia de forma indireta, circunstância que impede a admissão do extraordinário [AI n. 204.153-AgR, Relator o Ministro Sydney Sanches, DJ de 30.6.00, e AI n. 231.836-AgR, Relator o Ministro Néri da Silveira, DJ de 3.9.99].

Nego seguimento ao agravo com fundamento no disposto no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau** - Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 678.019-0 (714)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP
ADV.(A/S)	: JUSSARA IRACEMA DE SÁ E SACCHI
ADV.(A/S)	: GUILHERME MIGNONE GORDO
AGDO.(A/S)	: MANUEL AUGUSTO NASCIMENTO
ADV.(A/S)	: BERNARDINO JOSÉ DE QUEIROZ CATTONY

DECISÃO: O Tribunal Superior do Trabalho decidiu mera questão processual ao negar provimento ao agravo em embargos em agravo de instrumento em recurso de revista.

2. O entendimento deste Tribunal é firme no sentido de que a controvérsia a respeito da aferição dos pressupostos de admissibilidade dos recursos trabalhistas é afeta à legislação infraconstitucional. Eventual ofensa à Constituição do Brasil seria, quando muito, indireta [AI n. 486.403-AgR, Relator o Ministro Carlos Britto, 1ª Turma, DJ de 22.4.05, AI n. 537.821-AgR, Relator o Ministro Cezar Peluso, 1ª Turma, DJ de 5.8.05, AI n. 543.896-AgR, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, 2ª Turma, DJ de 3.2.06, e AI n. 480.496-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, 2ª Turma, DJ de 17.2.06, entre outros julgados].

3. Ademais, a jurisprudência deste Tribunal fixou-se no sentido de que "as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição", circunstância que não viabiliza o acesso à instância extraordinária [AI n. 238.917-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 20.10.00].

Nego seguimento ao agravo com fundamento no disposto no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 678.116-3 (715)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP
ADV.(A/S)	: GUILHERME MIGNONE GORDO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: IRINEU JOSÉ DE LEMOS FILHO
ADV.(A/S)	: HUMBERTO BENITO VIVIANI E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: HÉLIO STEFANI GHERARDI E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O Tribunal Superior do Trabalho decidiu mera questão processual ao negar provimento ao agravo em embargos em agravo de instrumento em recurso de revista.

2. O entendimento deste Tribunal é firme no sentido de que a controvérsia a respeito da aferição dos pressupostos de admissibilidade dos recursos trabalhistas é afeta à legislação infraconstitucional. Eventual ofensa à Constituição do Brasil seria, quando muito, indireta [AI n. 486.403-AgR, Relator o Ministro Carlos Britto, 1ª Turma, DJ de 22.4.05, AI n. 537.821-AgR, Relator o Ministro Cezar Peluso, 1ª Turma, DJ de 5.8.05, AI n. 543.896-AgR, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, 2ª Turma, DJ de 3.2.06, e AI n. 480.496-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, 2ª Turma, DJ de 17.2.06, entre outros julgados].

3. Ademais, a jurisprudência deste Tribunal fixou-se no sentido de que "as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição", circunstância que não viabiliza o acesso à instância extraordinária [AI n. 238.917-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 20.10.00].

Nego seguimento ao agravo com fundamento no disposto no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 678.128-4 (716)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DO SUL FLUMINENSE
ADV.(A/S)	: LUCIANA MARTINS BARBOSA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: BANCO ITAÚ S/A
ADV.(A/S)	: VICTOR RUSSOMANO JUNIOR E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O Tribunal Superior do Trabalho decidiu mera questão processual ao negar provimento aos embargos em agravo de instrumento em recurso de revista.

2. O entendimento deste Tribunal é firme no sentido de que a controvérsia a respeito da aferição dos pressupostos de admissibilidade dos recursos trabalhistas é afeta à legislação infraconstitucional. Eventual ofensa à Constituição do Brasil seria, quando muito, indireta [AI n. 486.403-AgR, Relator o Ministro Carlos Britto, 1ª Turma, DJ de 22.4.05, AI n. 537.821-AgR, Relator o Ministro Cezar Peluso, 1ª Turma, DJ de 5.8.05, AI n. 543.896-AgR, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, 2ª Turma, DJ de 3.2.06, e AI n. 480.496-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, 2ª Turma, DJ de 17.2.06, entre outros julgados].

3. Ademais, a jurisprudência deste Tribunal fixou-se no sentido de que a verificação, em cada caso concreto, da ocorrência, ou não, de violação do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada situa-se no campo infraconstitucional [AI n. 135.632-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 3.9.99, AI n. 551.002-AgR, Relator o Ministro Carlos Velloso, DJ de 16.12.05].

Nego seguimento ao agravo com fundamento no disposto no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 678.185-1 (717)

PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: DAMIÃO ARAÚJO LIMA
ADV.(A/S)	: JOMAR ALVES MORENO E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O Tribunal Superior do Trabalho decidiu mera questão processual ao negar provimento ao agravo de instrumento em recurso de revista.

2. O entendimento deste Tribunal é firme no sentido de que a controvérsia a respeito da aferição dos pressupostos de admissibilidade dos recursos trabalhistas é afeta à legislação infraconstitucional. Eventual ofensa à Constituição do Brasil seria, quando muito, indireta [AI n. 486.403-AgR, Relator o Ministro Carlos Britto, 1ª Turma, DJ de 22.4.05, AI n. 537.821-AgR, Relator o Ministro Cezar Peluso, 1ª Turma, DJ de 5.8.05, AI n. 543.896-AgR, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, 2ª Turma, DJ de 3.2.06, e AI n. 480.496-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, 2ª Turma, DJ de 17.2.06, entre outros julgados].

3. Ademais, a jurisprudência deste Tribunal fixou-se no sentido de que "as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição", circunstância que não viabiliza o acesso à instância extraordinária [AI n. 238.917-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 20.10.00].

Nego seguimento ao agravo com fundamento no disposto no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 678.251-8 (718)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: PGE-SP - MARTA SANGIRARDI LIMA
AGDO.(A/S)	: HIRAM AYRES MONTEIRO
ADV.(A/S)	: HIRAM AYRES MONTEIRO
INTDO.(A/S)	: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO - DER

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

2. O recurso não merece conhecimento. O acórdão que julgou os embargos de declaração --- que integra o aresto recorrido, formando com este decisão de última instância --- foi publicado no DJ de 29.9.06 [certidão de fl. 104]. A petição de recurso extraordinário foi protocolada em 10.7.06, sem posterior ratificação.

3. Este Tribunal adota orientação pacificada no sentido de ser extemporâneo o recurso extraordinário protocolado antes da publicação do acórdão que julgou os embargos de declaração, sem posterior ratificação. Nesse sentido, AI n. 329.359-AgR, Relator o Ministro Ilmar Galvão, 1ª Turma, DJ de 14.12.01; AI n. 508.525-AgR, Relator o Ministro Carlos Britto, 1ª Turma, DJ de 4.11.05; AI n. 448.152-AgR, Relatora a Ministra Ellen Gracie, 2ª Turma, DJ de 22.8.03; AI n. 447.090-AgR, Relator o Ministro Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 24.6.05, entre outros julgados.

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 678.300-4 (719)

PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S)	: RENATA MOREIRA MARQUES
ADV.(A/S)	: BRENO RENATO MARQUES FABRINO E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, III, "a", da Constituição do Brasil.

2. O Tribunal *a quo* decidiu que a taxa aludida --- instituída por resoluções internas da Universidade --- não pode ser cobrada, vez que o artigo 206, IV, da Constituição do Brasil prevê a gratuidade do ensino público.

3. Alega-se, no recurso extraordinário, ofensa ao disposto nos artigos 205; 206, I e VI; 208, I, II e VII, e 212, § 3º, da CB/88.

4. O recurso não merece provimento. A controvérsia foi decidida com amparo na legislação local --- no caso sob exame, resoluções internas da Universidade Federal de Goiás. Incide aqui a Súmula n. 280 do Supremo Tribunal Federal. Eventual ofensa à Constituição dar-se-ia de forma indireta, circunstância que impede a admissão do extraordinário [AI n. 204.153-AgR, DJ de 30.6.00, e AI n. 231.836-AgR, DJ de 3.9.99].

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 3 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 678.301-1 (720)

PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: ESPÓLIO DE DIVA FAGUNDES RODOVALHO
ADV.(A/S)	: MARIZA SHUTZER DEL NERO POLETTI E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento interposto contra a decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

2. O recurso não merece conhecimento. A parte agravante deixou de trasladar peça essencial à formação do instrumento. Não consta dos autos cópia do instrumento de mandato outorgado à advogada subscritora do agravo de instrumento, ou do substabelecimento acompanhado da procuração originalmente outorgada ao advogado substabelecente. Não tendo sido observado o disposto no artigo 544, § 1º, do Código de Processo Civil, aqui incide a Súmula n. 288 do STF.

3. A jurisprudência do STF reputa juridicamente inexistente o recurso interposto por procurador que não comprove a regularidade da representação processual, não sendo aplicável o preceito inscrito no art. 13 do Código de Processo Civil na via extraordinária (RE n. 180.628, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 5.5.95; RE n. 162.093, Relator o Ministro Ilmar Galvão, DJ de 7.2.97, e RE n. 164.577-AgR, Relator o Ministro Maurício Corrêa, DJ de 30.5.97).

4. Cabe salientar que o documento de fls. 18 diz respeito a procuração outorgada pelo inventariannte do espólio de Octavio Augusto Rodovalho, e não o de Diva Fagundes Rodovalho, ora agravante.

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 678.399-7 (721)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
AGTE.(S)	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S)	: JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: ARY PESSOA NEVES
ADV.(A/S)	: MARCOS CHEHAB MALESON E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - ATO JURÍDICO PERFEITO E ACABADO - PRESCRIÇÃO TRABALHISTA - FGTS - EXPURGOS - SOBRESTAMENTO.

1. Em jogo faz-se a segurança jurídica. O Tribunal Superior do Trabalho assentou que o termo inicial para questionar-se o direito à correção de diferenças alusivas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS coincidiu com a edição da Lei Complementar nº 110/01, colocando em plano secundário o fato de a ação trabalhista haver sido ajuizada bem após o transcurso dos dois anos da cessação do contrato de trabalho.

Eis tema a exigir o pronunciamento do Supremo, elucidando-se a incidência, ou não, da preclusão, presente, repita-se, a segurança jurídica, considerado o ato aperfeiçoado à época. De início, não há como potencializar lei que, ante a jurisprudência do Supremo, veio a equacionar a satisfação de direito preexistente do trabalhador. Assim, para estabelecer o precedente, dei provimento aos Agravos de Instrumentos nºs 617.479-3/ES e 640.781-7/ES bem como determinei a conversão em recurso extraordinário e a remessa à Procuradoria Geral da República, devendo-se aguardar o pronunciamento do Tribunal.

2. Determino o sobrestamento deste processo. À Assessoria, para o acompanhamento devido.

3. Publiquem.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 678.450-1 (722)

PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
AGTE.(S)	: ELIAS MARÇAL RAMOS
ADV.(A/S)	: MÁRIO HERMES DA COSTA E SILVA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: DE BEERS BRASIL LTDA
ADV.(A/S)	: JUSCELINO CUNHA

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - ATO JURÍDICO PERFEITO E ACABADO - PRESCRIÇÃO TRABALHISTA - FGTS - EXPURGOS - SOBRESTAMENTO.

1. Em jogo faz-se a segurança jurídica. O Tribunal Superior do Trabalho assentou que o termo inicial para questionar-se o direito à correção de diferenças alusivas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS coincidiu com a edição da Lei Complementar nº 110/01, colocando em plano secundário o fato de a ação trabalhista haver sido ajuizada bem após o transcurso dos dois anos da cessação do contrato de trabalho.

Eis tema a exigir o pronunciamento do Supremo, elucidando-se a incidência, ou não, da preclusão, presente, repita-se, a segurança jurídica, considerado o ato aperfeiçoado à época. De início, não há como potencializar lei que, ante a jurisprudência do Supremo, veio a equacionar a satisfação de direito preexistente do trabalhador. Assim, para estabelecer o precedente, dei provimento aos Agravos de Instrumentos nºs 617.479-3/ES e 640.781-7/ES bem como determinei a conversão em recurso extraordinário e a remessa à Procuradoria Geral da República, devendo-se aguardar o pronunciamento do Tribunal.

2. Determino o sobrestamento deste processo. À Assessoria, para o acompanhamento devido.

3. Publiquem.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO - Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 678.569-9 (723)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
AGTE.(S)	: SIDNEY FERREIRA LOPES
ADV.(A/S)	: HÉLIO STEFANI GHERARDI E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP
ADV.(A/S)	: ADELMO DA SILVA EMERENCIANO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: GUILHERME MIGNONE GORDO E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - ATO JURÍDICO PERFEITO E ACABADO - PRESCRIÇÃO TRABALHISTA - FGTS - EXPURGOS - SOBRESTAMENTO.

1. Em jogo faz-se a segurança jurídica. O Tribunal Superior do Trabalho assentou que o termo inicial para questionar-se o direito à correção de diferenças alusivas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS coincidiu com a edição da Lei Complementar nº 110/01, colocando em plano secundário o fato de a ação trabalhista haver sido ajuizada bem após o transcurso dos dois anos da cessação do contrato de trabalho.

Eis tema a exigir o pronunciamento do Supremo, elucidando-se a incidência, ou não, da preclusão, presente, repita-se, a segurança jurídica, considerado o ato aperfeiçoado à época. De início, não há como potencializar lei que, ante a jurisprudência do Supremo, veio a equacionar a satisfação de direito preexistente do trabalhador. Assim, para estabelecer o precedente, dei provimento aos Agravos de Instrumentos nºs 617.479-3/ES e 640.781-7/ES bem como determinei a conversão em recurso extraordinário e a remessa à Procuradoria Geral da República, devendo-se aguardar o pronunciamento do Tribunal.

2. Determino o sobrestamento deste processo. À Assessoria, para o acompanhamento devido.

3. Publiquem.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO -Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 678.591-0 (724)

PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: URIAS FIDELIS DE ALMEIDA
ADV.(A/S)	: ANDRÉ MANSUR BRANDÃO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S)	: ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO - MG - EDUARDO GOULART PIMENTA

DECISÃO: Determino a subida do recurso extraordinário, devidamente processado, para melhor exame.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 678.623-5 (725)

PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: JOSÉ CORREIA NETO
ADV.(A/S)	: JOMAR ALVES MORENO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: VEG - SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA
AGDO.(A/S)	: VEG - ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

DECISÃO: O Tribunal Superior do Trabalho decidiu mera questão processual ao negar provimento ao agravo de instrumento em recurso de revista.

2. O entendimento deste Tribunal é firme no sentido de que a controvérsia a respeito da aferição dos pressupostos de admissibilidade dos recursos trabalhistas é afeta à legislação infraconstitucional. Eventual ofensa à Constituição do Brasil seria, quando muito, indireta [AI n. 486.403-AgR, Relator o Ministro Carlos Britto, 1ª Turma, DJ de 22.4.05, AI n. 537.821-AgR, Relator o Ministro Cezar Peluso, 1ª Turma, DJ de 5.8.05, AI n. 543.896-AgR, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, 2ª Turma, DJ de 3.2.06, e AI n. 480.496-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, 2ª Turma, DJ de 17.2.06, entre outros julgados].

3. Ademais, a jurisprudência deste Tribunal fixou-se no sentido de que "as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição", circunstância que não viabiliza o acesso à instância extraordinária [AI n. 238.917-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 20.10.00].

Nego seguimento ao agravo com fundamento no disposto no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 678.624-2 (726)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
ADV.(A/S)	: BRUNO WIDER E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: JOSÉ ALVES DOS SANTOS
ADV.(A/S)	: JOSÉ ABILIO LOPES E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O Tribunal Superior do Trabalho decidiu mera questão processual ao negar provimento ao agravo de instrumento em recurso de revista.

2. O entendimento deste Tribunal é firme no sentido de que a controvérsia a respeito da aferição dos pressupostos de admissibilidade dos recursos trabalhistas é afeta à legislação infraconstitucional. Eventual ofensa à Constituição do Brasil seria, quando muito, indireta [AI n. 486.403-AgR, Relator o Ministro Carlos Britto, 1ª Turma, DJ de 22.4.05, AI n. 537.821-AgR, Relator o Ministro Cezar Peluso, 1ª Turma, DJ de 5.8.05, AI n. 543.896-AgR, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, 2ª Turma, DJ de 3.2.06, e AI n. 480.496-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, 2ª Turma, DJ de 17.2.06, entre outros julgados].

3. Ademais, a jurisprudência deste Tribunal fixou-se no sentido de que "as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição", circunstância que não viabiliza o acesso à instância extraordinária [AI n. 238.917-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 20.10.00].

Nego seguimento ao agravo com fundamento no disposto no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 678.752-2 (727)

PROCED.	: ESPÍRITO SANTO
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
AGTE.(S)	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S)	: JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: ARLÉIA CORDEIRO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ROZALINDA NAZARETH SAMPAIO SCHERRER

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - ATO JURÍDICO PERFEITO E ACABADO - PRESCRIÇÃO TRABALHISTA - FGTS - EXPURGOS - SOBRESTAMENTO.

1. Em jogo faz-se a segurança jurídica. O Tribunal Superior do Trabalho assentou que o termo inicial para questionar-se o direito à correção de diferenças alusivas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS coincidiu com a edição da Lei Complementar nº 110/01, colocando em plano secundário o fato de a ação trabalhista haver sido ajuizada bem após o transcurso dos dois anos da cessação do contrato de trabalho.

Eis tema a exigir o pronunciamento do Supremo, elucidando-se a incidência, ou não, da preclusão, presente, repita-se, a segurança jurídica, considerado o ato aperfeiçoado à época. De início, não há como potencializar lei que, ante a jurisprudência do Supremo, veio a equacionar a satisfação de direito preexistente do trabalhador. Assim, para estabelecer o precedente, dei provimento aos Agravos de Instrumentos nºs 617.479-3/ES e 640.781-7/ES bem como determinei a conversão em recurso extraordinário e a remessa à Procuradoria Geral da República, devendo-se aguardar o pronunciamento do Tribunal.

2. Determino o sobrestamento deste processo. À Assessoria, para o acompanhamento devido.

3. Publiquem.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 678.799-9 (728)

PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
AGTE.(S)	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S)	: IVAN JUNQUEIRA RIBEIRO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: ROSANGELA MATTAR DOS SANTOS
ADV.(A/S)	: ÚRSULA MORETHSON OLIVEIRA E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - MATÉRIA LEGAL E AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.

1. Na interposição deste agravo, foram observados os requisitos de recorribilidade. A agravante providenciou o traslado das peças obrigatórias e respeitou o prazo de dez dias. Registro estar a peça subscrita por profissional da advocacia regularmente credenciado.

A sentença prolatada pela Turma Recursal do Juizado Especial Cível de Barbacena fez-se calcada em interpretação conferida ao Código de Defesa do Consumidor, não tendo havido adoção de entendimento à luz dos dispositivos da Carta indicados como infringidos. O recurso extraordinário está em descompasso com os fundamentos da decisão proferida, valendo ressaltar que incumbe ao Juízo de admissibilidade examinar os pressupostos que lhe são próprios, inclusive a configuração, ou não, de violência ao preceito constitucional evocado.

2. Conheço deste agravo e o desprovejo.

3. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 678.965-1 (729)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
AGTE.(S)	: BANCO ITAÚ S/A
ADV.(A/S)	: DANIELLE CAROLLINE AQUINO DA SILVA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: ANTONIO MARTINO
ADV.(A/S)	: EDVALDO VOLPONI E OUTRO(A/S)

DECISÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA DAS CADERNETAS DE POUPANÇA. SÚMULA 725. ART. 6º, § 2º, DA LEI N. 8.024/90: CONSTITUCIONALIDADE. RECURSO PROVIDO.

Relatório

1. Agravo de Instrumento interposto pelo Banco Itaú S/A contra decisão que não admitiu recurso extraordinário, interposto com base no art. 102, inc. III, alíneas *a* e *b*, da Constituição da República.

O recurso inadmitido tem como objeto acórdão do Primeiro Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo que reconhecera ao ora Agravado o direito ao reajuste do saldo bloqueado da caderneta de poupança pelo INPC.

2. O Agravante alega que não teria ocorrido ofensa ao direito adquirido do ora Agravado, pois não há direito adquirido a determinado padrão monetário ou índice de atualização da moeda.

Afirma que, "*consoante emerge de uma análise percuciente do artigo 192,* caput, *da Constituição Federal, o fato de o Banco agravante estar obrigado aos ditames das leis concernentes ao sistema financeiro nacional, o coloca em uma posição de subserviência em relação às regras ditadas por essas normas, tornando-o, portanto, mero instrumento apto a tornar efetivo o comando legal, caracterizado como Fato do Príncipe, por ocasião do qual, os poupadores sofreram os reflexos do plano econômico adotado pelo governo"* (fl. 8).

Examinada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

3. Razão jurídica assiste ao Agravante.

Pela identidade de elementos e tese debatidos no presente caso com muitos outros já apreciados e decididos, tem ele solução judicial antecipada, pela pacífica jurisprudência assentada pelo Supremo Tribunal Federal, amplamente divulgada, conhecida e reconhecida.

Em decorrência dos julgamentos dos Recursos Extraordinários ns. 206.048, 264.672, 256.303, 241.324, 335.539 e 256.089, este Supremo Tribunal Federal editou a Súmula n. 725 do seguinte teor:

*"**Súmula nº 725***

É constitucional o § 2º do art. 6º da Lei 8.024/1990, resultante da conversão da medida provisória 168/1990, que fixou o BTN fiscal como índice de correção monetária aplicável aos depósitos bloqueados pelo Plano Collor I.

(Aprovada em Sessão Plenária de 26.11.2003, DJ 9.12.2003).

Ao manter a sentença no ponto em que condenou o ora Agravante a reajustar o saldo bloqueado da caderneta de poupança pelo INPC, o Tribunal *a quo* divergiu do entendimento fixado na Súmula n. 725.

4. Pelo exposto, **dou provimento a este agravo**, na forma do art. 544, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, **e, desde logo, ao recurso extraordinário,** nos termos do art. 557, § 1º-A, do mesmo diploma legal e do art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, **para reformar o acórdão recorrido na parte em que determinou o reajuste do saldo bloqueado da caderneta de poupança pelo INPC, por contrariar o que decidiu o Supremo Tribunal**.

Ficam invertidos, neste ponto, os ônus da sucumbência, ressalvada eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se.

Brasília, 10 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO 679.163-8 (730)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S)	: PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: THEREZA MARCONATO BORTOLUZZI
ADV.(A/S)	: CARLOS TIMOTEO MENDES DE ARAÚJO E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

2. O agravo não merece provimento. O acórdão recorrido está em sintonia com a jurisprudência deste Tribunal que fixou entendimento no sentido de que, tratando-se de paciente hipossuficiente, o Estado tem obrigação de fornecer-lhe medicamentos indispensáveis de que necessita. Nesse sentido, o RE n. 242.859, Relator o Ministro Ilmar Galvão, 1ª Turma, DJ de 29.6.99; o RE n. 264.269-AgR, Relator o Ministro Néri da Silveira, 1ª Turma, DJ de 26.5.00; o RE n. 255.627-AgR, Relator o Ministro Nelson Jobim, 2ª Turma, DJ de 21.11.00; o RE n. 259.508-AgR, Relator o Ministro Maurício Corrêa, 2ª Turma, DJ de 8.8.00; o RE n. 271.286-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, 2ª Turma, DJ de 12.9.00; e o AI n. 486.816-AgR, Relator o Ministro Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 6.5.05, cuja ementa transcrevo:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MEDICAMENTOS: FORNECIMENTO A PACIENTES CARENTES: OBRIGAÇÃO DO ESTADO.

I. - Paciente carente de recursos indispensáveis à aquisição dos medicamentos de que necessita: obrigação do Estado em fornecê-los. Precedentes.

II. - Agravo não provido."

3. Ademais, a alegação de ofensa ao artigo 100 da Constituição, que trata de precatórios, não tem nenhuma relação com a matéria tratada nos autos, bloqueio de verba pública. Aqui incide a Súmula n. 284 do STF.

Nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 679.314-4 (731)

PROCED.	: ESPÍRITO SANTO
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
AGTE.(S)	: COIMEX ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS LTDA
ADV.(A/S)	: LYCURGO LEITE NETO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: FABRÍCIO CHAGAS DOS SANTOS
ADV.(A/S)	: JOÃO CEZAR SANDOVAL FILHO E OUTRO(A/S)

DECISÃO: A decisão de que se recorre **negou** trânsito a apelo extremo interposto pela parte ora agravante, no qual esta **sustenta** que o órgão judiciário "*a quo*" **teria** transgredido **preceitos inscritos** na Constituição da República.

Cumpre ressaltar que a suposta ofensa ao texto constitucional, **acaso existente**, apresentar-se-ia por via reflexa, **eis que** a sua constatação reclamaria - **para que se configurasse** - a formulação de juízo prévio de legalidade, **fundado** na vulneração e infringência de dispositivos de ordem meramente legal. **Não se tratando** de conflito direto e frontal com o texto da Constituição, **como exigido** pela jurisprudência da Corte (**RTJ 120/912**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **RTJ 132/455**, Rel. Min. CELSO DE MELLO), **torna-se inviável** o trânsito do recurso extraordinário, cujo processamento foi **corretamente** denegado na origem.

De outro lado, o acórdão recorrido **fundou-se**, para resolver o litígio, em **interpretação** de cláusula contratual, circunstância esta **que obsta** o próprio conhecimento do apelo extremo, **em face** do que se contém na **Súmula 454** do Supremo Tribunal Federal.

Sendo assim, pelas razões expostas, **nego provimento** ao presente agravo de instrumento, **eis que** se revela **inviável** o recurso extraordinário a que ele se refere.

Publique-se.

Brasília, 30 de agosto de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 679.337-9 (732)

PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
AGTE.(S)	: CLÁUDIO ANTÔNIO BARCELLA NICOLICH DA SILVA
ADV.(A/S)	: CLÁUDIO GASTÃO DA ROSA FILHO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

2. O recurso não merece ser conhecido. O agravante deixou de trasladar peça essencial à formação do instrumento. Não consta dos autos cópia das contra-razões ao recurso extraordinário. Não tendo sido pois observado o disposto no artigo art. 28, § 1º, da Lei n. 8.038/90, aqui incide o óbice da Súmula n. 288 do STF.

3. Ademais, este Tribunal fixou entendimento no sentido de que o ônus de fiscalizar a correta formação do instrumento é exclusivo do agravante [AI n. 237.361-AgR, Relator o Ministro Maurício Corrêa, DJ de 1º.10.99].

Nego seguimento ao recurso com fundamento no disposto no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 679.827-0 (733)

PROCED.	: ESPÍRITO SANTO
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
AGTE.(S)	: ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S/A - ESCELSA
ADV.(A/S)	: LYCURGO LEITE NETO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: JOSÉ MARIA GONÇALVES CAETANO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: LUIZ CARLOS BISSOLI E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - ATO JURÍDICO PERFEITO E ACABADO - PRESCRIÇÃO TRABALHISTA - FGTS - EXPURGOS - SOBRESTAMENTO.

1. Em jogo faz-se a segurança jurídica. O Tribunal Superior do Trabalho assentou que o termo inicial para questionar-se o direito à correção de diferenças alusivas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS coincidiu com a edição da Lei Complementar nº 110/01, colocando em plano secundário o fato de a ação trabalhista haver sido ajuizada bem após o transcurso dos dois anos da cessação do contrato de trabalho.

Eis tema a exigir o pronunciamento do Supremo, elucidando-se a incidência, ou não, da preclusão, presente, repita-se, a segurança jurídica, considerado o ato aperfeiçoado à época. De início, não há como potencializar lei que, ante a jurisprudência do Supremo, veio a equacionar a satisfação de direito preexistente do trabalhador. Assim, para estabelecer o precedente, dei provimento aos Agravos de Instrumentos nºs 617.479-3/ES e 640.781-7/ES bem como determinei a conversão em recurso extraordinário e a remessa à Procuradoria Geral da República, devendo-se aguardar o pronunciamento do Tribunal.

2. Determino o sobrestamento deste processo. À Assessoria, para o acompanhamento devido.

3. Publiquem.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 679.831-2 (734)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
AGTE.(S)	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S)	: PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: MARIA REGINA NOVACK MULLER
ADV.(A/S)	: CARLOS RONALDO FRANÇA PINTO E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O Plenário do Supremo Tribunal Federal, **ao julgar o RE 453.740/RJ**, Rel. Min. GILMAR MENDES, **apreciou** controvérsia **idêntica** à suscitada na **presente** causa **e**, ao fazê-lo, **confirmou** a validade jurídico-constitucional **do art. 1º-F** da Lei nº 9.494/97.

Esta Suprema Corte, **no mencionado** julgamento plenário, **reconheceu** que a norma legal em questão **não transgride** o postulado constitucional da isonomia (**CF**, art. 5º, "*caput*"), **precisamente** porque se acha despojada de qualquer coeficiente de arbitrariedade.

Na realidade, **a ausência** de elementos arbitrários no conteúdo intrínseco do preceito legal em causa **evidencia que se respeitou**, no processo de sua formal positivação jurídica, **a exigência constitucional** que impõe, ao Poder Público, **a observância** do princípio da igualdade **na** lei.

Sabemos que o princípio da isonomia, cuja observância **vincula**, incondicionalmente, **todas** as manifestações do Poder Público, **deve ser considerado** - em sua precípua função **de obstar** discriminações **e de extinguir** privilégios (**RDA** 55/114) - **sob duplo aspecto**: **a**) o da igualdade **na** lei **e b**) o da igualdade **perante** a lei (**RTJ** 136/444-445 - **RTJ** 140/747-748).

A igualdade na lei - que se registra numa fase de generalidade puramente abstrata - **traduz** imposição constitucional **destinada** ao legislador, que, **no processo** de formação do ato legislativo, **nele não poderá incluir** fatores de discriminação responsáveis pela ruptura da ordem isonômica. **E**, tal como **precedentemente** assinalado, **o Supremo Tribunal Federal**, no julgamento plenário referido, **acentuou** que o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 **não ofendeu** o postulado essencial **pertinente** ao dever estatal de observância da igualdade **na** lei.

O **exame** da causa **em que interposto** o recurso extraordinário **a que se refere** o presente agravo de instrumento **evidencia** que o acórdão impugnado **diverge** do precedente que esta Suprema Corte **firmou** na matéria em questão, **o que torna acolhível** a pretensão deduzida nesta sede recursal.

Cabe indagar, finalmente, **não obstante** a existência do "*leading case*" referido, **se** se revelaria lícito decidir, **desde logo**, a presente causa, **eis que ainda não publicado** o acórdão consubstanciador **do julgamento plenário** do RE 453.740/RJ.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, **ao responder afirmativamente** a tal indagação (**RTJ** 183/1173-1174 - **RTJ** 185/1118-1119 - **RTJ** 186/738-739 - **RTJ** 190/1102-1103 - **RTJ** 194/362-363, **v.g.**), **tem enfatizado** que a **ausência** de publicação do acórdão **não constitui** obstáculo processual ao **imediato** julgamento da causa, **em sede monocrática**, pelo Relator:

"***A EXISTÊNCIA DE PRECEDENTE FIRMADO PELO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL AUTORIZA O JULGAMENTO IMEDIATO DE CAUSAS QUE VERSEM O MESMO TEMA*** *(**RISTF**, **ART. 101**).*

*- **A declaração** de constitucionalidade **ou** de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, **emanada do Plenário** do Supremo Tribunal Federal, **em decisão** proferida por maioria qualificada, **aplica-se aos novos processos** submetidos à apreciação das Turmas **ou** à deliberação dos Juízes que integram a Corte, **viabilizando**, em conseqüência, **o julgamento imediato de causas que versem o mesmo tema**, **ainda** que o acórdão plenário - **que firmou** o precedente no '**leading case**' - **não** tenha sido publicado, **ou**, caso já publicado, **ainda não haja** transitado em julgado. **Precedentes**.*

*É **que a decisão plenária** do Supremo Tribunal Federal, **proferida nas condições** estabelecidas pelo art. 101 do RISTF, **vincula** os julgamentos futuros a serem efetuados, **colegialmente**, pelas Turmas ou, **monocraticamente**, pelos Juízes **desta** Corte, **ressalvada a** possibilidade de **qualquer** dos Ministros do Tribunal - **com apoio** no que **dispõe** o art. 103 do RISTF - **propor**, ao Pleno, **a revisão** da jurisprudência assentada em matéria constitucional. **Precedente**."*

(**RTJ 174/911-912**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, **conheço** do presente agravo de instrumento, **para**, desde logo, **conhecer** e **dar provimento** ao recurso extraordinário (**CPC**, art. 544, § 4º) interposto pela parte ora agravante.

Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 679.925-1 (735)

PROCED.	: MATO GROSSO
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
AGTE.(S)	: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
ADV.(A/S)	: EMÍLIA MARIA BARBOSA DOS SANTOS SILVA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: JOSÉ MARQUES DA CRUZ
ADV.(A/S)	: GILMAR ANTÔNIO DAMIN

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário. O acórdão recorrido entendeu que "(...) *a reclamante comprovou o preenchimento dos requisitos necessários à concessão da progressão e que a reclamada não demonstrou a existência de nenhum óbice à implementação do Plano de Cargos e Salários(...)*" (fl. 144).

No RE, interposto com base art. 102, III, **a**, da Constituição, alegou-se ofensa ao art. 37, *caput*, da mesma Carta.

O agravo não merece acolhida. A apreciação do tema constitucional, no caso, depende do prévio exame de normas infraconstitucionais. A afronta à Constituição, se ocorrente, seria indireta. Incabível, portanto, o recurso extraordinário. Nesse sentido, menciono as seguintes decisões, entre outras: AI 338.461-AgR/SP, Rel. Min. Maurício Corrêa; AI 341.583/SP, Rel. Min. Nelson Jobim; AI 614.966/RJ, Rel. Min. Ricardo Lewandowski; AI 572.418/RS, Rel. Min. Joaquim Barbosa; AI 465.810/RJ, Rel. Min. Cezar Peluso.

Por fim, para se chegar à conclusão contrária à adotada pelo acórdão recorrido, necessário seria o reexame do conjunto fático-probatório constante dos autos, o que atrai a incidência da Súmula 279 do STF.

Isso posto, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 679.934-0 (736)

PROCED.	: AMAZONAS
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
AGTE.(S)	: ESTADO DO AMAZONAS
ADV.(A/S)	: PGE-AM - R. PAULO DOS SANTOS NETO
AGDO.(A/S)	: MARIA DA CONCEIÇÃO BARBOSA MENDONÇA

DECISÃO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. NULIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO. EFEITOS. PAGAMENTO DO FGTS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA AGRAVO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Agravo de instrumento contra decisão que não admitiu recurso extraordinário, interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República.

O recurso inadmitido tem como objeto acórdão do Tribunal Superior do Trabalho, cuja ementa é a seguinte:

"RECURSO DE EMBARGOS. CONTRATO NULO. EFEITOS. AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO. DEPÓSITOS DO FGTS. Declarada a nulidade do contrato de trabalho, os efeitos daí advindos não possibilitam o pagamento de parcelas decorrentes do contrato havido, a não ser aquelas referentes à contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor hora do salário mínimo, e dos valores relativos aos depósitos do FGTS, sendo indevida a anotação na CTPS, conforme já pacificado nesta C. Corte. Súmula nº 363 do C. TST. Recurso de embargos parcialmente conhecido e provido" (fl. 108).

2. O Agravante alega que o acórdão recorrido teria contrariado o art. 37, § 2º, da Constituição da República. Sustenta, em síntese, que *"...mesmo diante dessa natureza tuitiva do FGTS, não se há de falar em despedida injusta diante de um contrato eivado de nulidade, pois é inadmissível e paradoxal a subsistência de uma norma legal determinando o pagamento de parcelas a este título em decorrência de contrato indubitavelmente nulo de pleno direito"* (fls. 122-123).

Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO.**

3. Razão jurídica não assiste ao Agravante.

O acórdão recorrido examinou a controvérsia quanto ao pagamento das parcelas relativas ao recolhimento das contribuições para o FGTS à luz da legislação infraconstitucional que rege a matéria, o que põe a questão, obviamente, no plano do cuidado infraconstitucional. Portanto, não há cogitar de ofensa direta ao texto constitucional.

Confira-se, a propósito, a ementa do acórdão proferido no julgamento do Agravo Regimental no Agravo de Instrumento 501.901-SP, Rel. Min. Carlos Britto, Primeira Turma, DJ 21.10.2005:

"EMENTA: CONTRATAÇÃO DE EMPREGADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SEM A PRÉVIA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE. SALDO DE SALÁRIOS PELOS DIAS TRABALHADOS. FGTS.

Após a Carta Magna de 1988, é nula a contratação de empregado para a investidura em cargo ou emprego público sem prévia aprovação em concurso público. Tal contrato não gera efeitos trabalhistas, salvo o pagamento dos salários pelos dias efetivamente trabalhados.

Quanto ao recolhimento do FGTS, eventual ofensa demandaria o reexame da legislação infraconstitucional pertinente.

Agravo desprovido".

4. Pelo exposto, **nego seguimento a este agravo** (art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO 679.955-0 (737)

PROCED.	: PIAUÍ
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
AGTE.(S)	: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - FUFPI
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S)	: FRANCILDA FREIRE DE FARIAS
ADV.(A/S)	: JOÃO PEDRO AYRIMORAES SOARES

DECISÃO: A **jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal, **em matéria trabalhista**, firmou orientação no sentido de que o **debate** em torno da aferição dos **pressupostos de admissibilidade** do recurso de revista, **notadamente** quando o exame de tais requisitos formais apoiar-se em enunciados sumulares do Tribunal Superior do Trabalho, **não viabiliza** o acesso à via recursal extraordinária, **por referir-se** a tema de caráter **eminentemente** infraconstitucional (**AI 116.132/SP**, Rel. Min. RAFAEL MAYER - **AI 145.985-AgR/PR**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **AI 158.011-AgR/SC**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **AI 161.882/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **AI 175.681-AgR/SP**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - **AI 249.675/RS**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - **AI 266.463/DF**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA - **RE 220.918/PI**, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA).

Esta Corte, **de outro lado**, deixou assentado, **ainda em sede processual trabalhista**, que, **em princípio**, as **alegações** de desrespeito aos postulados da legalidade, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, do devido processo legal, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional **podem** configurar, **quando muito**, situações caracterizadoras de ofensa meramente **reflexa** ao texto da Constituição (**AI 158.928-AgR/PR**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **AI 165.054/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **AI 174.473/MG**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **AI 182.811/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **AI 188.762-AgR/PR**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **RE 236.333/DF**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, **v.g.**), **hipóteses** em que também **não** se revela cabível o recurso extraordinário.

A espécie ora em exame **não** foge aos padrões acima mencionados, **refletindo**, por isso mesmo, possível situação de **ofensa indireta** às prescrições da Carta Política, circunstância essa que **impede** - como **precedentemente** já enfatizado - o próprio conhecimento do recurso extraordinário (**RTJ 120/912**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **RTJ 132/455**, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Sendo assim, e pelas razões expostas, **nego provimento** ao presente agravo de instrumento, eis que se revela **inviável** o recurso extraordinário a que ele se refere.

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 679.967-1 (738)

PROCED.	: MATO GROSSO
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
AGTE.(S)	: BANCO DA AMAZÔNIA S/A
ADV.(A/S)	: DÉCIO FREIRE E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: FRANCISCO KUNZE
ADV.(A/S)	: ISRAEL ANIBAL SILVA

DECISÃO: A decisão de que se recorre **negou** trânsito a apelo extremo, no qual a parte ora agravante **sustenta** que o Tribunal "*a quo*" teria transgredido preceitos inscritos na Constituição da República.

O exame da presente causa **evidencia** que o recurso extraordinário **não se revela** viável.

É que o acórdão recorrido **decidiu** a controvérsia à luz dos fatos **e** das provas existentes nos autos, **fundando-se**, ainda, para resolver o litígio, em **interpretação** de cláusula contratual, circunstância esta que **obsta** o próprio conhecimento do apelo extremo, em face do que se contém nas **Súmulas 279** e **454** do Supremo Tribunal Federal.

Cumpre ressaltar, por necessário, que esse entendimento **vem sendo observado** em **sucessivos** julgamentos, proferidos no âmbito desta Suprema Corte, **a propósito** de questões essencialmente **idênticas** à que ora se examina na **presente** causa (**AI 524.869-AgR/SC**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - **AI 557.749-AgR/RS**, Rel. Min. EROS GRAU - **RE 333.308-AgR/PE**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, **v.g.**).

De outro lado, cabe salientar que a suposta ofensa aos princípios inscritos no art. 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV e LV, **e** no art. 7º, XXIX, do texto constitucional, **acaso existente**, apresentar-se-ia por via reflexa, **eis que** a sua constatação reclamaria - **para que se configurasse** - a formulação de juízo prévio de legalidade, **fundado** na vulneração e infringência de dispositivos de ordem meramente legal. **Não se tratando** de conflito direto e frontal com o texto da Constituição, **como exigido** pela jurisprudência da Corte (**RTJ 120/912**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **RTJ 132/455**, Rel. Min. CELSO DE MELLO), **torna-se inviável** o trânsito do recurso extraordinário.

Sendo assim, e pelas razões expostas, **nego provimento** ao presente agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 679.969-5 (739)

PROCED.	: PARANÁ
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
AGTE.(S)	: ITAIPU BINACIONAL
ADV.(A/S)	: LYCURGO LEITE NETO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: ITAMON - CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA
ADV.(A/S)	: YARA SUELI LANG E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: JERÔNIMO CIPRIANO DE OLIVEIRA DRUMOND
ADV.(A/S)	: MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

DECISÃO: A **jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal, **em matéria trabalhista**, firmou orientação no sentido de que a **discussão** em torno dos **pressupostos de admissibilidade** do recurso de revista **não** viabiliza o acesso à via recursal extraordinária, **por tratar-se** de tema de caráter **eminentemente** infraconstitucional (**RTJ 131/311**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **RTJ 147/255**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **RTJ 151/276**, Rel. Min. FRANCISCO REZEK - **RTJ 159/328**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **RTJ 159/977**, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Esta Corte, **de outro lado**, deixou assentado, **ainda em sede processual trabalhista**, que, **em princípio**, as **alegações** de desrespeito aos postulados da legalidade, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, do devido processo legal, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional **podem** configurar, **quando muito**, situações caracterizadoras de ofensa meramente **reflexa** ao texto da Constituição (**AI 158.928-AgR/PR**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **AI 165.054/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **AI 174.473/MG**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **AI 182.811/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **AI 188.762-AgR/PR**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **RE 236.333/DF**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, **v.g.**), **hipóteses** em que também **não** se revela cabível o recurso extraordinário.

A espécie ora em exame **não** foge aos padrões acima mencionados, **refletindo**, por isso mesmo, possível situação de **ofensa indireta** às prescrições da Carta Política, circunstância essa que **impede** - como **precedentemente** já enfatizado - o próprio conhecimento do recurso extraordinário (**RTJ 120/912**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **RTJ 132/455**, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Sendo assim, e pelas razões expostas, **nego provimento** ao presente agravo de instrumento, eis que se revela **inviável** o recurso extraordinário a que ele se refere.

Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 680.021-5 (740)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
AGTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: EDNA BARBOSA NUNES
ADV.(A/S)	: SAULO RODRIGUES DA SILVA CARVALHO E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O recurso extraordinário - a que se refere o presente agravo de instrumento - **revela-se** inviável, **eis que** a orientação jurisprudencial desta Corte **firmou-se** no sentido de que a controvérsia referente aos **pressupostos de admissibilidade** da ação rescisória, **mesmo** em matéria trabalhista, qualifica-se como tema de caráter **eminentemente** infraconstitucional, **não autorizando**, em conseqüência, a utilização do apelo extremo, **pois** a discussão **em torno** do cabimento, ou não, desse **meio** autônomo de impugnação **projeta-se** em dimensão de natureza **estritamente** processual (**AI 182.836-AgR/RJ**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - **AI 282.676-AgR/MS**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **AI 298.233-AgR/MS**, Rel. Min. NELSON JOBIM - **AI 321.507-AgR/AM**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - **AI 322.031-AgR/SP**, Rel. Min. ELLEN GRACIE - **AI 323.146-AgR/SC**, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA - **AI 331.101-AgR/MG**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **AI 378.117-AgR/PR**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO):

"*AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRABALHISTA. **AÇÃO RESCISÓRIA. PRESSUPOSTOS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL**.*

*1. A **controvérsia** acerca dos **pressupostos de cabimento** da ação rescisória **é de âmbito infraconstitucional**. Eventual ofensa à Constituição Federal somente adviria de forma indireta.*

*2. A Carta da República assegura a intangibilidade da coisa julgada, **mas ao legislador ordinário** coube a disciplina desse instituto e das hipóteses em que se admite a sua rescisão.*

*3. **Precedentes**.*

*Agravo regimental **a que se nega** provimento.*"

(**AI 268.312-AgR/MG**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA - **grifei**)

Esta Corte, **de outro lado**, deixou assentado, **ainda em sede processual trabalhista**, que, **em princípio**, as **alegações** de desrespeito aos postulados da legalidade, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, do devido processo legal, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional **podem** configurar, **quando muito**, situações caracterizadoras de ofensa meramente **reflexa** ao texto da Constituição (**AI 158.928-AgR/PR**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **AI 182.811/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **AI 174.473/MG**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **AI 188.762-AgR/PR**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **AI 165.054/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **RE 236.333/DF**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, **v.g.**), **hipóteses** em que também **não** se revela cabível o recurso extraordinário.

A espécie ora em exame **não** foge aos padrões acima mencionados, **refletindo**, por isso mesmo, possível situação de **ofensa indireta** às prescrições da Carta Política, circunstância essa que **impede** - como **precedentemente** já enfatizado - o próprio conhecimento do recurso extraordinário (**RTJ 120/912**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **RTJ 132/455**, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Sendo assim, e pelas razões expostas, **nego provimento** ao presente agravo de instrumento, eis que se revela **inviável** o recurso extraordinário a que ele se refere.

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 680.031-1 (741)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
AGTE.(S)	: ERENI JOSÉ DA SILVEIRA
ADV.(A/S)	: RAQUEL CRISTINA RIEGER E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE
ADV.(A/S)	: CLÁUDIO LUÍS SOARES DE CASTRO E OUTRO(A/S)

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

No RE, interposto com base no art. 102, III, **a**, da Constituição, alegou-se violação aos arts. 5º, XXXV, XXXVI, LIV e LV; e 93, IX, da mesma Carta.

O agravo não merece acolhida. Como tem consignado o Tribunal, por meio de remansosa jurisprudência, a alegada violação ao art. 5º, XXXV, LIV e LV, da Constituição, pode configurar, quando muito, situação de ofensa reflexa ao texto constitucional, por demandar a análise de legislação processual ordinária, o que inviabiliza o conhecimento do recurso extraordinário. Ademais, não há contrariedade ao art. 93, IX, da mesma Carta, quando o acórdão recorrido encontra-se suficientemente fundamentado. Nesse sentido, menciono as seguintes decisões, entre outras: AI 556.364-AgR/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence; AI 589.240-AgR/RS, Rel. Min. Joaquim Barbosa; RE 450.137-AgR/SP, Rel. Min. Carlos Velloso; AI 563.516-AgR/SP, Rel. Min. Cezar Peluso; AI 450.519-AgR/SP, Rel. Min. Celso de Mello.

Por fim, a apreciação do RE demanda o exame de matéria de fato, o que atrai a incidência da Súmula 279 do STF.

Isso posto, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 680.038-2 (742)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
AGTE.(S)	: COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
ADV.(A/S)	: BRUNO WIDER E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: BENJAMIM CALDAS GALLOTTI BESERRA
AGDO.(A/S)	: DUÍLIO NÉRI DE PAULO
ADV.(A/S)	: SIDNEY AUGUSTO ROCHA E OUTRO(A/S)

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

No RE, interposto com base no art. 102, III, **a**, da Constituição, alegou-se violação ao art. 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV e LV, da mesma Carta.

Preliminarmente, deixo de examinar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso. É que esta Corte, reunida em Sessão Plenária, resolveu Questão de Ordem no AI 664.567, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, no sentido de que "a exigência da demonstração formal e fundamentada no recurso extraordinário da repercussão geral das questões constitucionais discutidas só incide quando a intimação do acórdão recorrido tenha ocorrido a partir de 03 de maio de 2007, data da publicação da Emenda Regimental nº 21, de 30 de abril de 2007" (Ata de julgamento publicada em 26/6/2007).

No mérito, o agravo não merece acolhida. A orientação desta Corte, por meio de remansosa jurisprudência, é a de que a alegada violação ao art. 5º, XXXV, LIV e LV, da Constituição, pode configurar, quando muito, situação de ofensa reflexa ao texto constitucional, por demandar a análise de legislação processual ordinária, o que inviabiliza o conhecimento do recurso extraordinário. Nesse sentido, menciono as seguintes decisões, entre outras: AI 556.364-AgR/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence; AI 589.240-AgR/RS, Rel. Min. Joaquim Barbosa; RE 450.137-AgR/SP, Rel. Min. Carlos Velloso; AI 563.516-AgR/SP, Rel. Min. Cezar Peluso; AI 450.519-AgR/SP, Rel. Min. Celso de Mello.

Por fim, o Tribunal entende não ser cabível a interposição de RE por contrariedade ao art. 5º, II, da Constituição Federal, quando a verificação da ofensa envolva a reapreciação de interpretação dada a normas infraconstitucionais pelo Tribunal *a quo* (Súmula 636 do STF).

Isso posto, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 680.063-5 (743)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
AGTE.(S)	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP
ADV.(A/S)	: GUILHERME MIGNONE GORDO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: JOSÉ DONINI
ADV.(A/S)	: RENATA CRISTINA BRAGHINI E OUTRO(A/S)

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

No RE, interposto com base no art. 102, III, **a**, da Constituição, alegou-se ofensa aos arts. 5º, II, XXXIV, XXXV, XXXVI, LIV e LV; 7º, XXII; e 93, IX, da mesma Carta.

O agravo não merece acolhida. A jurisprudência da Corte tem se orientado no sentido de que o debate acerca dos pressupostos de admissibilidade dos recursos trabalhistas torna inviável a abertura da via extraordinária, por envolver questões de caráter infraconstitucional. Nesse sentido, menciono as seguintes decisões, entre outras: AI 606.603-AgR/PB, Rel. Min. Ricardo Lewandowski; AI 506.977-AgR/BA, Min. Rel. Celso de Mello; AI 563.056-AgR/MG, Rel. Min. Carlos Velloso; e AI 437.622-AgR/MG, Rel. Min. Joaquim Barbosa.

Além disso, Como tem consignado o Tribunal, por meio de remansosa jurisprudência, a alegada violação ao art. 5º, XXXV, LIV e LV, da Constituição, pode configurar, quando muito, situação de ofensa reflexa ao texto constitucional, por demandar a análise de legislação processual ordinária, o que inviabiliza o conhecimento do recurso extraordinário. Ademais, não há contrariedade ao art. 93, IX, da mesma Carta, quando o acórdão recorrido encontra-se suficientemente fundamentado. Nesse sentido, menciono as seguintes decisões, entre outras: AI 556.364-AgR/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence; AI 589.240-AgR/RS, Rel. Min. Joaquim Barbosa; RE 450.137-AgR/SP, Rel. Min. Carlos Velloso; AI 563.516-AgR/SP, Rel. Min. Cezar Peluso; AI 450.519-AgR/SP, Rel. Min. Celso de Mello.

Por fim, o Tribunal entende não ser cabível a interposição de RE por contrariedade ao art. 5º, II, da Constituição Federal, quando a verificação da ofensa envolva a reapreciação de interpretação dada a normas infraconstitucionais pelo Tribunal *a quo* (Súmula 636 do STF).

Isso posto, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 680.123-5 (744)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
AGTE.(S)	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP
ADV.(A/S)	: ALESSANDRA TEREZA PAGI CHAVES E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: JACI ALVES DOS SANTOS
ADV.(A/S)	: RUBENS GARCIA FILHO

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

No RE, interposto com base no art. 102, III, **a**, da Constituição, alegou-se ofensa aos arts. 5º, II, XXXIV, XXXV, XXXVI, LIV e LV; 7º, XXII; e 93, IX, da mesma Carta.

O agravo não merece acolhida. A jurisprudência da Corte tem se orientado no sentido de que o debate acerca dos pressupostos de admissibilidade dos recursos trabalhistas torna inviável a abertura da via extraordinária, por envolver questões de caráter infraconstitucional. Nesse sentido, menciono as seguintes decisões, entre outras: AI 606.603-AgR/PB, Rel. Min. Ricardo Lewandowski; AI 506.977-AgR/BA, Min. Rel. Celso de Mello; AI 563.056-AgR/MG, Rel. Min. Carlos Velloso; e AI 437.622-AgR/MG, Rel. Min. Joaquim Barbosa.

Além disso, Como tem consignado o Tribunal, por meio de remansosa jurisprudência, a alegada violação ao art. 5º, XXXV, LIV e LV, da Constituição, pode configurar, quando muito, situação de ofensa reflexa ao texto constitucional, por demandar a análise de legislação processual ordinária, o que inviabiliza o conhecimento do recurso extraordinário. Ademais, não há contrariedade ao art. 93, IX, da mesma Carta, quando o acórdão recorrido encontra-se suficientemente fundamentado. Nesse sentido, menciono as seguintes decisões, entre outras: AI 556.364-AgR/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence; AI 589.240-AgR/RS, Rel. Min. Joaquim Barbosa; RE 450.137-AgR/SP, Rel. Min. Carlos Velloso; AI 563.516-AgR/SP, Rel. Min. Cezar Peluso; AI 450.519-AgR/SP, Rel. Min. Celso de Mello.

Por fim, o Tribunal entende não ser cabível a interposição de RE por contrariedade ao art. 5º, II, da Constituição Federal, quando a verificação da ofensa envolva a reapreciação de interpretação dada a normas infraconstitucionais pelo Tribunal *a quo* (Súmula 636 do STF).

Isso posto, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 680.337-1 (745)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
AGTE.(S)	: COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
ADV.(A/S)	: BRUNO WILDER E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: MÁRCIO AURÉLIO BARROSO
ADV.(A/S)	: DENISE LOPES MARCHENTA E OUTRO(A/S)

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

No RE, interposto com base no art. 102, III, **a**, da Constituição, alegou-se ofensa aos arts. 5º, II, XXXV e XXXVI; 7º, XXVI e XXIX, **a;** 37, *caput*, XIV; 74, II; e 84, IV, da mesma Carta.

Preliminarmente, deixo de examinar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso. É que esta Corte, reunida em Sessão Plenária, resolveu Questão de Ordem no AI 664.567, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, no sentido de que "a exigência da demonstração formal e fundamentada no recurso extraordinário da repercussão geral das questões constitucionais discutidas só incide quando a intimação do acórdão recorrido tenha ocorrido a partir de 03 de maio de 2007, data da publicação da Emenda Regimental nº 21, de 30 de abril de 2007" (Ata de julgamento publicada em 26/6/2007).

No mérito, o agravo não merece acolhida. Como tem consignado o Tribunal, por meio da Súmula 282, é inadmissível o recurso extraordinário se a questão constitucional suscitada não tiver sido apreciada no acórdão recorrido. Ademais, não opostos embargos declaratórios para suprir a omissão, é inviável o recurso, a teor da Súmula 356 do STF.

Como se sabe, o Tribunal entende não ser cabível a interposição de RE por contrariedade ao art. 5º, II, da Constituição Federal, quando a verificação da ofensa envolva a reapreciação de interpretação dada a normas infraconstitucionais pelo Tribunal *a quo* (Súmula 636 do STF).

Quanto ao art. 5º, XXXV, da Constituição, observe-se que julgamento contrário aos interesses da parte não basta à configuração da negativa de prestação jurisdicional.

Isso posto, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 680.692-0 (746)

PROCED.	: PARÁ
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
AGTE.(S)	: MIGUEL OLIVEIRA
ADV.(A/S)	: MIGUEL OLIVEIRA
AGDO.(A/S)	: BANCO DA AMAZÔNIA S/A - BASA
ADV.(A/S)	: DÉCIO FREIRE E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A - CAPAF
ADV.(A/S)	: SÉRGIO LUIS TEIXEIRA DA SILVA E OUTRO(A/S)

DECISÃO: A **jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal, **em matéria trabalhista**, firmou orientação no sentido de que a **discussão** em torno dos **pressupostos de admissibilidade** do recurso de revista **não** viabiliza o acesso à via recursal extraordinária, **por tratar-se** de tema de caráter **eminentemente** infraconstitucional (**RTJ 131/311**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **RTJ 147/255**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **RTJ 151/276**, Rel. Min. FRANCISCO REZEK - **RTJ 159/328**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **RTJ 159/977**, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Esse **mesmo** entendimento, por sua vez, também **tem prevalecido**, no âmbito **deste** Tribunal, no que concerne aos requisitos de admissibilidade pertinentes aos **recursos trabalhistas em geral** (**AI 175.681-AgR/MS**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - **AI 220.109/DF**, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA - **AI 254.389/MG**, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA - **AI 260.335/BA**, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA - **RE 252.876-AgR/MG**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA - **RE 257.241-AgR/PR**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA - **RE 257.345-AgR/PR**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, **v.g.**).

Esta Corte, **de outro lado**, deixou assentado, **ainda em sede processual trabalhista**, que, **em princípio**, as **alegações** de desrespeito aos postulados da legalidade, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, do devido processo legal, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional **podem** configurar, **quando muito**, situações caracterizadoras de ofensa meramente **reflexa** ao texto da Constituição (**AI 158.928-AgR/PR**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **AI 165.054/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **AI 174.473/MG**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **AI 182.811/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **AI 188.762-AgR/PR**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **RE 236.333/DF**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, **v.g.**), **hipóteses** em que também **não** se revela cabível o recurso extraordinário.

A espécie ora em exame **não** foge aos padrões acima mencionados, **refletindo**, por isso mesmo, possível situação de **ofensa indireta** às prescrições da Carta Política, circunstância essa que **impede** - como **precedentemente** já enfatizado - o próprio conhecimento do recurso extraordinário (**RTJ 120/912**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **RTJ 132/455**, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Sendo assim, e pelas razões expostas, **nego provimento** ao presente agravo de instrumento, eis que se revela **inviável** o recurso extraordinário a que ele se refere.

Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 680.696-9 (747)

PROCED.	: CEARÁ
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
AGTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS CEGOS
ADV.(A/S)	: PEDRO JORGE MEDEIROS E OUTRO(A/S)

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário.

No RE, interposto com base no art. 102, III, **a**, da Constituição, alegou-se ofensa aos arts. 2º, 5º, LIV, e 199, § 1º, da mesma Carta.

O agravo não merece acolhida. Como tem consignado o Tribunal, por meio da Súmula 282, é inadmissível o recurso extraordinário se a questão constitucional suscitada não tiver sido apreciada no acórdão recorrido. Ademais, não opostos embargos declaratórios para suprir a omissão, é inviável o recurso, a teor da Súmula 356 do STF.

Ainda que superado tal óbice, o recurso não prosperaria. É que a apreciação dos temas constitucionais, no caso, depende do prévio exame das Leis 8.080/90 e 9.069/95, legislação ordinária. A afronta à Constituição, se ocorrente, seria indireta. Incabível, portanto, o recurso extraordinário. Nesse sentido, menciono as seguintes decisões, entre outras: AI 591.137/SC e AI 531.320/SC, Rel. Min. Gilmar Mendes; RE 437.743/PR, Rel. Min. Carlos Britto; RE 460.181/RS, Rel. Min. Sepúlveda Pertence.

Por fim, a apreciação do RE demanda o exame de matéria de fato e a interpretação de cláusulas contratuais, o que atrai a incidência das Súmulas 279 e 454 do STF.

Isso posto, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO 680.858-9 (748)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
AGTE.(S)	: MARIA DIVA PUHL E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: MONYA RIBEIRO TAVARES PERINI E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O recurso extraordinário - **a que se refere** o presente agravo de instrumento - **revela-se** processualmente inviável, **eis que** se insurge contra acórdão que decidiu a causa em **estrita** conformidade com a orientação jurisprudencial que o Supremo Tribunal Federal **firmou** na matéria em exame.

Com efeito, a colenda **Primeira Turma** desta Suprema Corte, **ao julgar o RE 405.885-AgR/RS**, Rel. Min. CEZAR PELUSO, **fixou** entendimento **que desautoriza** a pretensão de direito material deduzida pela parte ora agravante:

"*TRIBUTO. Contribuição social. Contribuição previdenciária de inativos. Restituição do indébito. Verba de natureza tributária. Juros de mora. Curso desde o trânsito em julgado da sentença. Aplicação do art. 167, § único, do CTN. Agravo regimental improvido. Precedente. Os juros de mora, na restituição de contribuições previdenciárias, correm desde o trânsito em julgado da sentença que a determine.*"

Cumpre ressaltar, por necessário, que esse entendimento **tem sido observado** em julgamentos proferidos no âmbito do Supremo Tribunal Federal que versaram matérias **idênticas** à veiculada no caso em análise (**RE 447.399-ED/RS**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - **RE 463.407-AgR/RS**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, **v.g.**).

O **exame** da causa em que interposto o recurso extraordinário em questão **evidencia** que o acórdão impugnado **ajusta-se** à diretriz jurisprudencial que esta Suprema Corte **firmou** na matéria em referência.

Sendo assim, e considerando as razões expostas, **nego provimento** ao presente agravo de instrumento, **eis que** se revela **inviável** o recurso extraordinário a que ele se refere.

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 680.878-1 (749)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
AGTE.(S)	: SUELI INÊS WAGNER E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: LUCIANA MARTINS BARBOSA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O recurso extraordinário - **a que se refere** o presente agravo de instrumento - **revela-se** processualmente inviável, **eis que** se insurge contra acórdão que decidiu a causa em **estrita** conformidade com a orientação jurisprudencial que o Supremo Tribunal Federal **firmou** na matéria em exame.

Com efeito, a colenda **Primeira Turma** desta Suprema Corte, **ao julgar o RE 405.885-AgR/RS**, Rel. Min. CEZAR PELUSO, **fixou** entendimento **que desautoriza** a pretensão de direito material deduzida pela parte ora agravante:

"*TRIBUTO. Contribuição social. Contribuição previdenciária de inativos. Restituição do indébito. Verba de natureza tributária. Juros de mora. Curso desde o trânsito em julgado da sentença. Aplicação do art. 167, § único, do CTN. Agravo regimental improvido. Precedente. Os juros de mora, na restituição de contribuições previdenciárias, correm desde o trânsito em julgado da sentença que a determine.*"

Cumpre ressaltar, por necessário, que esse entendimento **tem sido observado** em julgamentos proferidos no âmbito do Supremo Tribunal Federal que versaram matérias **idênticas** à veiculada no caso em análise (**RE 447.399-ED/RS**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - **RE 463.407-AgR/RS**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, **v.g.**).

O **exame** da causa em que interposto o recurso extraordinário em questão **evidencia** que o acórdão impugnado **ajusta-se** à diretriz jurisprudencial que esta Suprema Corte **firmou** na matéria em referência.

Sendo assim, e considerando as razões expostas, **nego provimento** ao presente agravo de instrumento, **eis que** se revela **inviável** o recurso extraordinário a que ele se refere.

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 680.881-7 (750)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
AGTE.(S)	: IRMA MARTA SAFT E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: DENISE ARANTES SANTOS VASCONCELOS E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O recurso extraordinário - **a que se refere** o presente agravo de instrumento - **revela-se** processualmente inviável, **eis que** se insurge contra acórdão que decidiu a causa em **estrita** conformidade com a orientação jurisprudencial que o Supremo Tribunal Federal **firmou** na matéria em exame.

Com efeito, a colenda **Primeira Turma** desta Suprema Corte, **ao julgar o RE 405.885-AgR/RS**, Rel. Min. CEZAR PELUSO, **fixou** entendimento **que desautoriza** a pretensão de direito material deduzida pela parte ora agravante:

"*TRIBUTO. Contribuição social. Contribuição previdenciária de inativos. Restituição do indébito. Verba de natureza tributária. Juros de mora. Curso desde o trânsito em julgado da sentença. Aplicação do art. 167, § único, do CTN. Agravo regimental improvido. Precedente. Os juros de mora, na restituição de contribuições previdenciárias, correm desde o trânsito em julgado da sentença que a determine.*"

Cumpre ressaltar, por necessário, que esse entendimento **tem sido observado** em julgamentos proferidos no âmbito do Supremo Tribunal Federal que versaram matérias **idênticas** à veiculada no caso em análise (**RE 447.399-ED/RS**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - **RE 463.407-AgR/RS**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, **v.g.**).

O **exame** da causa em que interposto o recurso extraordinário em questão **evidencia** que o acórdão impugnado **ajusta-se** à diretriz jurisprudencial que esta Suprema Corte **firmou** na matéria em referência.

Sendo assim, e considerando as razões expostas, **nego provimento** ao presente agravo de instrumento, **eis que** se revela **inviável** o recurso extraordinário a que ele se refere.

Publique-se.

Brasília, 10 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO - Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 680.966-6 (751)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
AGTE.(S)	: VOLKSWAGEN DO BRASIL LTDA
ADV.(A/S)	: ANDRÉ LUIZ GONÇALVES TEIXEIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: LAURO ANTUNES DE LIMA
ADV.(A/S)	: LUIZ CARLOS PERA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: MARCELO PEDRO MONTEIRO

DECISÃO: O recurso extraordinário - a que se refere o presente agravo de instrumento - **revela-se** inviável, **eis que** a orientação jurisprudencial desta Corte **firmou-se** no sentido de que a controvérsia referente aos **pressupostos de admissibilidade** da ação rescisória, **mesmo** em matéria trabalhista, qualifica-se como tema de caráter **eminentemente** infraconstitucional, **não autorizando**, em conseqüência, a utilização do apelo extremo, **pois** a discussão **em torno** do cabimento, ou não, desse **meio** autônomo de impugnação **projeta-se** em dimensão de natureza **estritamente** processual (**AI 182.836-AgR/RJ**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - **AI 282.676-AgR/MS**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **AI 298.233-AgR/MS**, Rel. Min. NELSON JOBIM - **AI 321.507-AgR/AM**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - **AI 322.031-AgR/SP**, Rel. Min. ELLEN GRACIE - **AI 323.146-AgR/SC**, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA - **AI 331.101-AgR/MG**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **AI 378.117-AgR/PR**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO):

"*AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRABALHISTA. **AÇÃO RESCISÓRIA**. **PRESSUPOSTOS**. **MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL**.*

*1. A **controvérsia** acerca dos **pressupostos de cabimento** da ação rescisória **é de âmbito infraconstitucional**. Eventual ofensa à Constituição Federal somente adviria de forma indireta.*

*2. A Carta da República assegura a intangibilidade da coisa julgada, **mas ao legislador ordinário** coube a disciplina desse instituto e das hipóteses em que se admite a sua rescisão.*

*3. **Precedentes**.*

*Agravo regimental **a que se nega** provimento.*"

(**AI 268.312-AgR/MG**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA - **grifei**)

Esta Corte, **de outro lado**, deixou assentado, **ainda em sede processual trabalhista**, que, **em princípio**, as **alegações** de desrespeito aos postulados da legalidade, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, do devido processo legal, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional **podem** configurar, **quando muito**, situações caracterizadoras de ofensa meramente **reflexa** ao texto da Constituição (**AI 158.928-AgR/PR**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **AI 182.811/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **AI 174.473/MG**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **AI 188.762-AgR/PR**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **AI 165.054/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **RE 236.333/DF**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, **v.g.**), **hipóteses** em que também **não** se revela cabível o recurso extraordinário.

A espécie ora em exame **não** foge aos padrões acima mencionados, **refletindo**, por isso mesmo, possível situação de **ofensa indireta** às prescrições da Carta Política, circunstância essa que **impede** - como **precedentemente** já enfatizado - o próprio conhecimento do recurso extraordinário (**RTJ 120/912**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **RTJ 132/455**, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Sendo assim, e pelas razões expostas, **nego provimento** ao presente agravo de instrumento, eis que se revela **inviável** o recurso extraordinário a que ele se refere.

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 681.118-0 (752)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
AGTE.(S)	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S)	: PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: FELIPE TARRAGO CARVALHO
ADV.(A/S)	: CRISTIANO OLIVEIRA EVANGELISTA E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

DECISÃO: Verifico **faltar**, nestes autos, cópia da **procuração** outorgada ao Advogado da parte ora agravada. Trata-se de peça **indispensável** à formação do instrumento de agravo, consoante tem proclamado, **em reiteradas decisões**, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

"*AUSÊNCIA NO INSTRUMENTO DE AGRAVO DE CÓPIA DA **PROCURAÇÃO OUTORGADA** AO ADVOGADO DO AGRAVADO. SÚMULA 288.*

Peça que, na forma do art. 544, par. 1., do CPC, com a redação determinada pela Lei 8.950/94, tem caráter obrigatório e cuja falta impede o conhecimento do agravo."

(**AI 176.844-AgR/MG**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, Primeira Turma)

Cumpre enfatizar, **por necessário**, que esse **dever** jurídico-processual da parte agravante **constitui** obrigação legal que lhe é **imposta** pelo art. 544, § 1º, do CPC.

Sem que a parte agravante promova a **adequada** e **integral** formação do instrumento, **com** a apresentação de **todas** as peças que dele **devem** constar **obrigatoriamente**, torna-se **inviável** conhecer do recurso de agravo (**AI 214.562-AgR/SC**, Rel. Min. MOREIRA ALVES), **cabendo enfatizar**, ainda, que a composição do traslado **deve** processar-se, necessariamente, **perante** o Tribunal "*a quo*" (**RTJ 131/1403**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **AI 199.935-AgR/SP**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA).

A eventual **ausência**, nos autos principais, das contra-razões ao recurso extraordinário **ou** da **procuração** outorgada pela parte recorrida - que constituem, dentre outras, peças de traslado obrigatório - **impõe**, à parte agravante, o **dever** de instruir a formação do instrumento com a pertinente **certidão** que **ateste** a ocorrência desse fato (**AI 189.685-AgR/SP**, Rel. Min. MOREIRA ALVES - **AI 195.036-AgR/MG**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **AI 200.426-AgR/PR**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - **AI 239.487-AgR/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Sendo assim, e pelas razões expostas, **não conheço** deste recurso (**Súmula 288/STF**).

Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO - Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 681.158-5 (753)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
AGTE.(S)	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
ADV.(A/S)	: PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: CELIA ROUZADO KUNZLER
ADV.(A/S)	: TELMO RICARDO SCHORR E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S)	: PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O recurso extraordinário - **a que se refere** o presente agravo de instrumento - **não se revela** processualmente inviável, **considerados** os próprios fundamentos **em que se apóia** a decisão **que lhe negou** seguimento.

Cumpre salientar, por necessário, que a **inviabilidade processual** do recurso extraordinário, em situações como a de que ora se cuida, **tem sido reconhecida** em sucessivas decisões proferidas no âmbito desta Corte (**AI 396.441-AgR/RS**, Rel. Min. NELSON JOBIM - **AI 406.760/RS**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - **AI 451.147/RS**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **RE 358.464/RS**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA - **RE 375.950/RS**, Rel. Min. ELLEN GRACIE - **RE 383.365/RS**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA - **RE 387.415/RS**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **v.g.**), nas quais **restou assentado** que a análise em torno da observância, ou não, dos limites fixados pela Lei Complementar nº 82/95 envolve o reexame de matéria de fato, **o que basta**, por si só, **para obstar** o acesso à via recursal extraordinária (Súmula 279/STF).

Nos **julgamentos** acima referidos, **destacou-se**, ainda, **a circunstância** - que se mostra **extremamente** relevante - de que "(...) *o acórdão recorrido decidiu a questão com base **na inaplicabilidade** da L.C. Federal 82/95 frente à Lei Estadual 10.395/95. Assim, **se** ofensa tivesse havido, no caso, à Constituição, **seria necessário o exame de lei local**, o que **não** autoriza a admissão do recurso extraordinário (Súmula 280-STF) (...)*" (**AI 406.760/RS**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO).

Sendo assim, **e tendo em consideração** as decisões ora mencionadas, **nego provimento** ao presente agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 10 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 681.247-7 (754)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
AGTE.(S)	: ILVONINA PALUDO PADOVAN E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: LUCIANA MARTINS BARBOSA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O recurso extraordinário - **a que se refere** o presente agravo de instrumento - **revela-se** processualmente inviável, **eis que** se insurge contra acórdão que decidiu a causa em **estrita** conformidade com a orientação jurisprudencial que o Supremo Tribunal Federal **firmou** na matéria em exame.

Com efeito, a colenda **Primeira Turma** desta Suprema Corte, **ao julgar o RE 405.885-AgR/RS**, Rel. Min. CEZAR PELUSO, **fixou** entendimento **que desautoriza** a pretensão de direito material deduzida pela parte ora agravante:

"*TRIBUTO. Contribuição social. Contribuição previdenciária de inativos. Restituição do indébito. Verba de natureza tributária. Juros de mora. Curso desde o trânsito em julgado da sentença. Aplicação do art. 167, § único, do CTN. Agravo regimental improvido. Precedente. Os juros de mora, na restituição de contribuições previdenciárias, correm desde o trânsito em julgado da sentença que a determine.*"

Cumpre ressaltar, por necessário, que esse entendimento **tem sido observado** em julgamentos proferidos no âmbito do Supremo Tribunal Federal que versaram matérias **idênticas** à veiculada no caso em análise (**RE 447.399-ED/RS**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - **RE 463.407-AgR/RS**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, **v.g.**).

O **exame** da causa em que interposto o recurso extraordinário em questão **evidencia** que o acórdão impugnado **ajusta-se** à diretriz jurisprudencial que esta Suprema Corte **firmou** na matéria em referência.

Sendo assim, e considerando as razões expostas, **nego provimento** ao presente agravo de instrumento, **eis que** se revela **inviável** o recurso extraordinário a que ele se refere.

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 681.302-1 (755)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
AGTE.(S)	: VANDENIR ANTONIO MIOTTI
ADV.(A/S)	: MÁRCIO ROBERTO DA SILVA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO:

PROCESSUAL PENAL. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL: OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO. PRECEDENTES. AGRAVO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Agravo de Instrumento interposto contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que não admitiu recurso extraordinário, interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República.

2. A decisão agravada fundamenta-se em que *"... a ofensa a preceito constitucional que autoriza o recurso extraordinário é a direta ou frontal. No caso, a contrariedade à Constituição somente se verificaria indiretamente, pela vulneração do art. 84 do Código de Processo Penal. Ademais a norma constitucional considerada contrariada não foi objeto de análise do acórdão recorrido, restando insatisfeito o requisito do prequestionamento para a admissão da súplica"* (fl. 257).

3. O Agravante alega que o acórdão recorrido teria afrontado o art. 5º, inc. LIV, da Constituição (fl. 7).

Examinada a matéria posta à apreciação, **DECIDO.**

4. Razão de direito não assiste ao Agravante.

O dispositivo constitucional tido como afrontado não foi apreciado pelo acórdão recorrido, sequer tendo sido objeto de embargos de declaração. Incidem, no caso, as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - ALEGADA VIOLAÇÃO A PRECEITOS CONSTITUCIONAIS - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - REEXAME DE FATOS E PROVAS - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULA 279/STF - RECURSO IMPROVIDO. - A ausência de efetiva apreciação do litígio constitucional, por parte do Tribunal de que emanou o acórdão impugnado, não autoriza - ante a falta de prequestionamento explícito da controvérsia jurídica - a utilização do recurso extraordinário. - Não cabe recurso extraordinário, quando interposto com o objetivo de discutir questões de fato ou de examinar matéria de caráter probatório" (AI 580.491-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 2.2.2007).

E ainda: AI 605.567-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ 13.4.2007; RE 485.383, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 16.2.2007; e AI 581.574-AgR, Rel. Min. Carlos Britto, DJ 7.4.2006, entre outros.

5. Ademais, ainda que superado esse óbice processual, a jurisprudência deste Supremo Tribunal firmou-se no sentido de que as alegações de afronta aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional, quando dependentes de exame de legislação infraconstitucional, podem configurar apenas ofensa reflexa à Constituição da República:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OFENSA INDIRETA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 1. O Tribunal a quo não se manifestou explicitamente sobre o tema constitucional tido por violado. Incidência dos óbices das Súmulas ns. 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal. 2. As alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional, se dependentes de reexame prévio de normas inferiores, podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição. 3. Reexame de fatos e provas. Inviabilidade do recurso extraordinário. Súmula n. 279 do Supremo Tribunal Federal. Agravo regimental a que se nega provimento" (AI 622.527-AgR, Rel. Min. Eros Grau, DJ 18.5.2007).

Não há divergência entre a decisão agravada e a jurisprudência deste Supremo Tribunal, pelo que não há o que prover quanto às alegações da parte agravante.

6. Pelo exposto, **nego seguimento a este agravo** (art. 38 da Lei n. 8.038/90 e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO 681.337-6 (756)

PROCED.	: AMAZONAS
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
AGTE.(S)	: YAMAHA MOTOR DA AMAZÔNIA LTDA
ADV.(A/S)	: ILÍDIO BENITES DE OLIVEIRA ALVES
AGDO.(A/S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO: O **Plenário** do Supremo Tribunal Federal, ao julgar o **RE 343.446/SC**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, **apreciou** a controvérsia suscitada no recurso extraordinário **a que se refere** o presente agravo de instrumento **e**, ao fazê-lo, **rejeitou**, em unânime decisão, as alegações de inconstitucionalidade deduzidas **em face da legislação** pertinente à instituição da contribuição social **destinada** ao custeio do Seguro de Acidente do Trabalho (SAT), **incidente** sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, no decorrer do mês, aos segurados empregados e aos trabalhadores avulsos.

Nesse **mesmo** julgamento, o **Plenário** desta Corte **também** proclamou a **plena** legitimidade constitucional dos sucessivos decretos presidenciais, **no ponto** em que - **respeitando** os elementos essenciais da obrigação tributária (fato gerador, base de cálculo **e** alíquotas), **que foram definidos** em sede legal - **pormenorizaram**, nos estritos limites da competência regulamentar atribuída ao Poder Executivo, as condições de enquadramento das empresas, **tendo em vista** os resultados estatísticos, **em matéria de acidentes do trabalho**, obtidos em função da natureza preponderante da atividade empresarial **e** do grau de risco dela resultante (risco leve, médio ou grave).

Esta Suprema Corte, **no mencionado** julgamento plenário, **ao confirmar** a integral constitucionalidade dos diplomas normativos em questão (Lei nº 7.787/89, art. 3º, II, Lei nº 8.212/91, art. 22, II **e** § 3º, **c/c** a Lei nº 9.528/97) **e dos sucessivos** decretos presidenciais que os regulamentaram (Decreto nº 612/92, Decreto nº 2.173/97 **e** Decreto nº 3.048/99), **acentuou** que os atos estatais impugnados pelo sujeito passivo da contribuição social em referência **não transgridem**, formal ou materialmente, a Constituição da República, **ressaltando inexistir**, por isso mesmo, **qualquer** situação de ofensa aos postulados constitucionais da legalidade estrita (**CF**, art. 5º, II) e da tipicidade cerrada (**CF**, art. 150, I), **bem assim** às cláusulas constitucionais pertinentes à delegação legislativa (**CF**, arts. 2º **e** 68) **e** à igualdade em matéria tributária (**CF**, arts. 5º, "*caput*", **e** 150, II).

Enfatizou-se, ainda, nessa decisão plenária, que o tratamento dispensado à exação tributária em causa **não exigia** a edição de lei complementar (**CF**, art. 154, I), **por não se registrar** a hipótese inscrita no art. 195, § 4º, da Carta Política, **legitimando-se**, em conseqüência, a disciplinação normativa do tema **mediante** legislação **meramente** ordinária.

Todos esses aspectos, **apreciados** pelo **Plenário** do Supremo Tribunal Federal no julgamento do **RE 343.446/SC**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, restaram consubstanciados em acórdão assim ementado:

"*CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO: SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO - SAT. Lei 7.787/89, arts. 3º e 4º; Lei 8.212/91, art. 22, II, redação da Lei 9.732/98. **Decretos** 612/92, 2.173/97 e 3.048/99. **C.F.**, artigo 195, § 4º; art. 154, I; art. 5º, II; art. 150, I.*

*I. - **Contribuição para o custeio do Seguro de Acidente do Trabalho - SAT**: Lei 7.787/89, art. 3º, II; Lei 8.212/91, art. 22, II: **alegação** no sentido de que são ofensivos ao art. 195, § 4º, c/c art. 154, I, da Constituição Federal: **improcedência**. **Desnecessidade** de observância da técnica da competência residual da União, C.F., art. 154, I. **Desnecessidade de lei complementar** para a instituição da contribuição para o SAT.*

*II. - **O art. 3º**, **II**, da Lei 7.787/89, **não é ofensivo** ao princípio da igualdade, por isso que o art. 4º da mencionada Lei 7.787/89 cuidou de tratar desigualmente os desiguais.*

*III. - **As Leis 7.787/89**, art. 3º, II, **e 8.212/91**, art. 22, II, **definem**, **satisfatoriamente**, **todos os elementos capazes de fazer nascer a obrigação tributária válida**. O fato de a lei deixar para o regulamento a complementação dos conceitos de 'atividade preponderante' e 'grau de risco leve, médio e grave', não implica ofensa ao princípio da legalidade genérica, C.F., art. 5º, II, e da legalidade tributária, C.F., art. 150, I.*

*IV. - **Se o regulamento** vai além do conteúdo da lei, a questão **não é** de inconstitucionalidade, **mas de ilegalidade**, matéria **que não integra** o contencioso constitucional.*

*V. - Recurso extraordinário **não conhecido**.*" (**grifei**)

O **exame** dos autos **evidencia** que o acórdão impugnado em sede recursal extraordinária **ajusta-se**, com integral fidelidade, **ao precedente** que o **Plenário** do Supremo Tribunal Federal **firmou** no julgamento do **RE 343.446/SC**.

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, **nego provimento** ao **presente** agravo de instrumento, **eis que** se revela **inviável** o recurso extraordinário a que ele se refere.

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 681.362-9 (757)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
AGTE.(S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AGDO.(A/S)	: ALESSANDRO MARTINS DOS SANTOS

DECISÃO:

PROCESSUAL PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL EM CRIMES HEDIONDOS. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º DO ART. 2º DA LEI N. 8.072/90. AGRAVO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Agravo de Instrumento interposto pelo Ministério Público do Rio de Janeiro contra decisão do Tribunal de Justiça que não admitiu recurso extraordinário, interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República.

2. A decisão agravada fundamenta-se em que, "*... como bem reconhecido no acórdão recorrido, apesar de a decisão do Pretório Excelso acerca da inconstitucionalidade da vedação da progressão de regime haver sido proferida* incidenter tantum, *não possuindo efeito vinculante, não é vedado ao julgador socorrer-se de tal entendimento ao apreciar hipótese semelhante...*" (fl. 141).

O Agravante sustenta, basicamente, que, "*... em se tratando de decisões que não produzem efeito vinculante, e inexistindo Resolução do Senado Federal suspendendo a eficácia da norma do § 1º do artigo 2º, da Lei 8.072/90, entende o Ministério Público que o posicionamento adotado pelo V. Acórdão Recorrido não pode prevalecer, sob pena de negativa de vigência do mencionado dispositivo*" (fl. 7).

Examinada a matéria posta à apreciação, **DECIDO**.

3. Razão de direito não assiste ao Agravante.

No julgamento do *Habeas Corpus* n. 82.959, o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do § 1º do art. 2º da Lei nº 8.072/90, admitindo, por conseqüência, a possibilidade de progressão de regime prisional em crimes hediondos.

Daquele julgado, tem-se o seguinte:

"PENA - REGIME DE CUMPRIMENTO - PROGRESSÃO - RAZÃO DE SER. A progressão no regime de cumprimento da pena, nas espécies fechado, semi-aberto e aberto, tem como razão maior a ressocialização do preso que, mais dia ou menos dia, voltará ao convívio social. PENA - CRIMES HEDIONDOS - REGIME DE CUMPRIMENTO - PROGRESSÃO - ÓBICE - ARTIGO 2º, § 1º, DA LEI Nº 8.072/90 - INCONSTITUCIONALIDADE - EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL. Conflita com a garantia da individualização da pena - artigo 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal - a imposição, mediante norma, do cumprimento da pena em regime integralmente fechado. Nova inteligência do princípio da individualização da pena, em evolução jurisprudencial, assentada a inconstitucionalidade do artigo 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/90" (HC 82.959, Rel. Min. Marco Aurélio, Plenário, DJ 1º.9.2006)

Não há divergência entre a decisão agravada e a jurisprudência deste Supremo Tribunal, pelo que nada há a prover quanto às alegações da parte agravante.

4. Pelo exposto, **nego seguimento ao recurso de agravo** (art. 38 da Lei n. 8.038/90 e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO 681.395-0 (758)

PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
AGTE.(S)	: COMPANHIA VALE DO RIO DOCE
ADV.(A/S)	: JOSÉ ARTHUR DE CARVALHO PEREIRA FILHO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: PAULO ROBERTO DUARTE
ADV.(A/S)	: ELIZABETH IMACULADA MOREIRA E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O recurso extraordinário - **a que se refere** o presente agravo de instrumento - foi interposto contra acórdão **emanado** do E. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que, **sem haver examinado** o fundo da controvérsia, **reconheceu a competência** da Justiça do Trabalho **para julgar** ação de indenização, **fundada** no direito comum, **ajuizada** em face do empregador, por danos materiais **e/ou** morais **resultantes** de acidente do trabalho.

Sustenta-se, no recurso extraordinário em questão, **que competiria** à Justiça **comum** dos Estados-membros, **e não à Justiça do Trabalho**, o julgamento **da presente** causa, **eis que se cuida**, na espécie, **de ação de indenização** por danos morais e materiais **decorrentes** da relação de trabalho.

Impende salientar, neste ponto, por oportuno, **que o Plenário** do Supremo Tribunal Federal, **ao julgar o CC 7.204/MG**, Rel. Min. CARLOS BRITTO, **reformulou** sua anterior orientação jurisprudencial, **para reconhecer**, "*a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004*", **a competência da Justiça do Trabalho** "*para o julgamento das ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente do trabalho*", **desde que ajuizadas** contra o empregador, **pois**, tratando-se de causa acidentária instaurada **contra** o próprio INSS, **continuará a subsistir**, íntegra, a competência do Poder Judiciário **do Estado-membro**, nos termos da Súmula 501/STF, **por efeito** de expressa exclusão, **em tal hipótese**, da competência da Justiça Federal (**CF**, art. 109, I, "*in fine*").

No referido julgamento plenário, esta Suprema Corte, **ao reconhecer** a competência material da Justiça do Trabalho, **considerada** a norma inscrita no art. 114, **inciso VI**, da Constituição, **na redação** dada pela EC nº 45/2004, **proferiu** decisão consubstanciada em acórdão assim ementado:

*"(...) **4**. A **nova** orientação **alcança** os processos **em trâmite** pela Justiça comum estadual, **desde que pendentes de julgamento de mérito**. **É dizer**: as ações **que tramitam** perante a Justiça comum dos Estados, **com sentença de mérito anterior à promulgação da EC 45/04**, **lá continuam até o trânsito em julgado e correspondente execução**. **Quanto** àquelas cujo mérito **ainda não foi apreciado**, **hão de ser remetidas** à Justiça do Trabalho, **no estado** em que se encontram, **com total aproveitamento dos atos praticados até então**. A medida se impõe, em razão das características que distinguem a Justiça comum estadual e a Justiça do Trabalho, cujos sistemas recursais, órgãos e instâncias não guardam exata correlação. (...).*"

(**CC 7.204/MG**, Rel. Min. CARLOS BRITTO, **Pleno** - **grifei**)

O **acórdão** objeto de questionamento na sede recursal extraordinária, **emanado** do E. Tribunal de Justiça local, **nada mais reflete** senão essa **nova** diretriz jurisprudencial, cuja legitimidade jurídico-constitucional **repousa**, agora, **na inovação** introduzida **pela EC nº 45/2004**, de cuja promulgação resultou **substancial ampliação** da competência material da Justiça do Trabalho, **tal como o definiu**, de modo preciso, **a Súmula 392/TST**, cujo enunciado **assim dispõe**: "***Nos termos** do art. 114 da CF/1988, a Justiça do Trabalho **é competente** para dirimir controvérsias referentes **à indenização por dano moral**, quando decorrente da relação de trabalho*" (**grifei**).

Vê-se, portanto, **considerados** os elementos que informam o litígio em questão, que a **presente** controvérsia jurídica **inclui-se**, por efeito de sua natureza mesma, **na esfera de competência da Justiça do Trabalho**, razão pela qual se revela **inacolhível** a pretensão recursal ora deduzida nestes autos.

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, **nego provimento** ao presente agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 681.634-1 (759)

PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
AGTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGDO.(A/S)	: PHAEL CONFECÇÕES DE AURIFLAMA LTDA
ADV.(A/S)	: ADRIANO DINIZ

DECISÃO: O **Plenário** do Supremo Tribunal Federal, **ao apreciar** a controvérsia jurídica **pertinente** à ampliação da base de cálculo do PIS/COFINS (**RE 357.950/RS**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO), **declarou**, "*incidenter tantum*", **a inconstitucionalidade do § 1º** do art. 3º da Lei nº 9.718/98, **por entender** que a noção de faturamento **referida** no art. 195, I, da Constituição da República, **na redação anterior** à EC nº 20/98, **não legitimava** a incidência de tais contribuições **sobre a totalidade das receitas auferidas** pelas empresas contribuintes, **advertindo**, ainda, que a **superveniente** promulgação da EC nº 20/98 **não teve o condão de validar** legislação ordinária anterior, que se mostrava **originariamente** inconstitucional.

Esta Suprema Corte, por sua vez, **também** em julgamento plenário (**RE 336.134/RS**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO), **confirmou** a validade jurídico-constitucional **do art. 8º** da Lei nº 9.718/98, **no que concerne** à majoração da alíquota **de** 2% **para** 3% (COFINS), **assinalando** que esse aumento - **considerada** a cláusula constitucional da anterioridade mitigada (**CF**, art. 195, § 6º) - **tornou-se exigível** a partir de 1º/02/99, **afastada**, no entanto, **para efeito** de incidência da referida alíquota (3%), **a base de cálculo ampliada** resultante do já mencionado **§ 1º** (inconstitucional) do art. 3º da Lei nº 9.718/98.

Cabe acentuar, neste ponto, por oportuno, que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento plenário **do RE 357.950/RS**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, **em passagem** concernente à pretensão de inconstitucionalidade **do art. 8º**, "*caput*", da Lei nº 9.718/98 - pretensão de inconstitucionalidade **que foi rejeitada** por esta Corte - **reafirmou** tal orientação, **por entender** que o tratamento dispensado à exação tributária em causa **não exige** a edição de lei complementar, **legitimando-se**, desse modo, a disciplinação normativa do tema **mediante** legislação **meramente** ordinária, **inclusive** para efeito de majoração da alíquota **prevista no já referido** preceito legal.

Mostra-se importante registrar que esta Corte, bem antes do julgamento plenário **do RE 357.950/RS**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, **já havia assinalado**, a propósito **das contribuições** a que se refere o art. 195 da Constituição (**RTJ** 143/313-314 - **RTJ** 143/684), **que a lei ordinária** revelava-se tipo normativo juridicamente adequado à veiculação **dessa modalidade** de tributo, **o que permite reconhecer** que a regulação de tais espécies tributárias - **notadamente** dos elementos estruturais que lhes compõem a hipótese de incidência - não se acha incluída no domínio normativo da lei complementar.

Não foi por outra razão que o Supremo Tribunal Federal, **em pronunciamento** concernente à própria COFINS, **deixou assentado** - como tive o ensejo de destacar **em diversas** decisões proferidas nesta Corte (**RE 480.156/RJ**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **RE 481.779/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **v.g.**) - que a Lei Complementar nº 70/91, **a despeito** de seu caráter **formalmente** complementar, **veiculou** matéria **não submetida** à reserva constitucional de lei complementar, **a permitir**, por isso mesmo, **que eventuais alterações** no texto desse diploma legislativo **pudessem ser introduzidas** mediante simples lei ordinária (**RTJ** 156/721-722).

Ao assim decidir, esta Corte, **examinando a delicada questão concernente às relações entre a lei complementar e a lei ordinária**, **teve presente** o magistério da doutrina (GERALDO ATALIBA, "**Lei Complementar na Constituição**", p. 58, 1971, RT; JOSÉ SOUTO MAIOR BORGES, "**Lei Complementar Tributária**", p. 27, 1975, RT/EDUC; HUMBERTO ÁVILA, "**Sistema Constitucional Tributário**", p. 134, 2ª ed., 2006, Saraiva; SACHA CALMON NAVARRO COÊLHO, "**Comentários à Constituição de 1988 - Sistema Tributário**", p. 79, item n. 3.4, 9ª ed., 2005, Forense, **v.g.**), **segundo o qual** as normas **formalmente** inscritas em lei complementar - **mas que dispuserem**, no entanto, **sobre temas estranhos** ao âmbito de incidência material **dessa** espécie normativa (**CF**, art. 69) - **qualificam-se** como regras legais **meramente** ordinárias, **subsumindo-se**, em conseqüência, **ao regime constitucional** das leis ordinárias (**RTJ** 113/392, **v.g.**).

Cumpre assinalar, ainda, que o **Plenário** do Supremo Tribunal Federal, no julgamento **do RE 336.134/RS**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, **reconheceu** a plena constitucionalidade **da compensação**, de até um terço (1/3), **da** COFINS **com** a CSLL, **compensação esta apenas assegurada** ao contribuinte sujeito à incidência **de ambas** as espécies tributárias ora mencionadas, **rejeitando**, desse modo, a alegação de que **o § 1º** do art. 8º da Lei nº 9.718/98 **teria importado** em ofensa ao postulado da isonomia tributária, **porque excluídos** de tal benefício os contribuintes **unicamente** tributados pela COFINS:

"***TRIBUTÁRIO. COFINS****. ART. 8.º* ***E § 1.º*** *DA LEI N.º 9.718/98.* ***ALÍQUOTA MAJORADA*** *DE 2%* ***PARA*** *3%.* ***COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO*** *COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL,* ***QUANDO O CONTRIBUINTE*** *REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO.* ***ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA****.*

Por efeito *da referida norma, o contribuinte* ***sujeito a ambas*** *as contribuições* ***foi contemplado*** *com uma bonificação representada pelo* ***direito a ver abatido****, no pagamento* ***da segunda*** *(COFINS),* ***até um terço*** *do 'quantum' devido,* ***atenuando-se****, por esse modo,* ***a carga tributária*** *resultante* ***da dupla*** *tributação.*

Diversidade *entre tal situação* ***e*** *a do contribuinte tributado* ***unicamente*** *pela COFINS,* ***a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado****,* ***não havendo que falar****, pois,* ***de ofensa ao princípio da isonomia****.*

Não-conhecimento do recurso."

(**RTJ 185/352**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - **grifei**)

Impende registrar, finalmente, **que a diretriz jurisprudencial** que venho de referir, **considerados** os precedentes em questão, **tem sido observada**, no âmbito desta Suprema Corte, **em reiteradas decisões** proferidas na resolução **de controvérsia idêntica** à suscitada **na presente** causa (**RE 301.868/SC**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - **RE 308.066/RS**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - **RE 356.471/MG**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - **RE 372.627/DF**, Rel. Min. ELLEN GRACIE - **RE 388.039/MG**, Rel. Min. GILMAR MENDES - **RE 413.257/RJ**, Rel. Min. CEZAR PELUSO - **RE 451.348/SP**, Rel. Min. CARLOS BRITTO - **RE 469.023/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **v.g.**).

Sendo assim, e considerando as razões expostas, **nego provimento** ao presente agravo de instrumento, **eis que** se revela **inviável** o recurso extraordinário a que ele se refere.

Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 682.006-8 (760)

PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
AGTE.(S)	: QUINTILIANO MASCARENHAS GUEDES
ADV.(A/S)	: HÉLIO JOSÉ FIGUEIREDO
AGDO.(A/S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: MILENE GOULART VALADARES

DECISÃO: A **jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que a **discussão** em torno dos **requisitos de admissibilidade** do recurso especial, **dirigido** ao Superior Tribunal de Justiça, **não viabiliza** o acesso à via recursal extraordinária, **por tratar-se** de tema de caráter **eminentemente** infraconstitucional (**AI 181.489-AgR/SP**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **AI 220.604/GO**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA - **AI 233.210/SP**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, **v.g.**), **exceto** se o julgamento emanado dessa Alta Corte judiciária **apoiar-se** em premissas **que conflitem**, diretamente, **com o que dispõe** o art. 105, III, da Carta Política (**RTJ 154/207**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - **RTJ 154/648**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - **RTJ 159/1002**, Rel. Min. MOREIRA ALVES - **AI 161.370-AgR/RJ**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **AI 210.444-AgR/SP**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - **AI 218.785-AgR/GO**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - **AI 219.119-AgR/RJ**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA - **AI 294.607-AgR/PR**, Rel. Min. NELSON JOBIM - **AI 302.241/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **RE 256.428-AgR/SP**, Rel. Min. NELSON JOBIM):

"*A* ***controvérsia*** *sobre o cabimento, ou não, do recurso especial,* ***salvo*** *hipótese em que se assente* ***proposição contrária*** *ao disposto no art. 105, III, e alíneas, da Constituição,* ***estará****, sempre,* ***confinada*** *ao plano infraconstitucional,* ***não ensejando*** *recurso extraordinário.*"

(**AI 170.739-AgR-ED/SC**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - **grifei**)

O **exame** do acórdão em questão torna evidente **que não ocorre**, no caso, a situação excepcional, que, **se** registrada, **legitimaria** o acesso à via recursal extraordinária, **o que torna aplicável**, em conseqüência, à espécie dos autos, a orientação jurisprudencial **prevalecente** nesta Suprema Corte:

"***ACÓRDÃO QUE NÃO ADMITIU RECURSO ESPECIAL POR AUSÊNCIA DOS RESPECTIVOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE***.

Questão ***circunscrita*** *ao âmbito de interpretação de normas* ***de natureza infraconstitucional****, relativas à hipótese de cabimento do recurso especial,* ***inexistindo*** *espaço, por isso, para seu exame, pelo STF, em recurso extraordinário.*"

(**AI 218.785-AgR/GO**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - **grifei**)

Sendo assim, e pelas razões expostas, **nego provimento** ao presente agravo de instrumento, eis que se revela **inviável** o recurso extraordinário a que ele se refere.

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 682.033-5 (761)

PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
AGTE.(S)	: RZ CLÍNICA MÉDICA LTDA
ADV.(A/S)	: PAULO ROBERTO SCHULTE DA SILVA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO: A **jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que a **discussão** em torno dos **requisitos de admissibilidade** do recurso especial, **dirigido** ao Superior Tribunal de Justiça, **não viabiliza** o acesso à via recursal extraordinária, **por tratar-se** de tema de caráter **eminentemente** infraconstitucional (**AI 181.489-AgR/SP**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **AI 220.604/GO**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA - **AI 233.210/SP**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, **v.g.**), **exceto** se o julgamento emanado dessa Alta Corte judiciária **apoiar-se** em premissas **que conflitem**, diretamente, **com o que dispõe** o art. 105, III, da Carta Política (**RTJ 154/207**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - **RTJ 154/648**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - **RTJ 159/1002**, Rel. Min. MOREIRA ALVES - **AI 161.370-AgR/RJ**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **AI 210.444-AgR/SP**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - **AI 218.785-AgR/GO**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - **AI 219.119-AgR/RJ**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA - **AI 294.607-AgR/PR**, Rel. Min. NELSON JOBIM - **AI 302.241/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **RE 256.428-AgR/SP**, Rel. Min. NELSON JOBIM):

"*A* ***controvérsia*** *sobre o cabimento, ou não, do recurso especial,* ***salvo*** *hipótese em que se assente* ***proposição contrária*** *ao disposto no art. 105, III, e alíneas, da Constituição,* ***estará****, sempre,* ***confinada*** *ao plano infraconstitucional,* ***não ensejando*** *recurso extraordinário.*"

(**AI 170.739-AgR-ED/SC**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - **grifei**)

O **exame** do acórdão em questão torna evidente **que não ocorre**, no caso, a situação excepcional, que, **se** registrada, **legitimaria** o acesso à via recursal extraordinária, **o que torna aplicável**, em conseqüência, à espécie dos autos, a orientação jurisprudencial **prevalecente** nesta Suprema Corte:

"***ACÓRDÃO QUE NÃO ADMITIU RECURSO ESPECIAL POR AUSÊNCIA DOS RESPECTIVOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE***.

Questão ***circunscrita*** *ao âmbito de interpretação de normas* ***de natureza infraconstitucional****, relativas à hipótese de cabimento do recurso especial,* ***inexistindo*** *espaço, por isso, para seu exame, pelo STF, em recurso extraordinário.*"

(**AI 218.785-AgR/GO**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - **grifei**)

Sendo assim, e pelas razões expostas, **nego provimento** ao presente agravo de instrumento, eis que se revela **inviável** o recurso extraordinário a que ele se refere.

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 682.067-3 (762)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
AGTE.(S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO CAMARGO
AGDO.(A/S)	: FRANCISCA MARIA FERREIRA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: NATALINO APOLINÁRIO E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O **acórdão** em exame, **objeto** do recurso extraordinário **a que se refere** o presente agravo de instrumento, **diverge** da orientação que o **Plenário** do Supremo Tribunal Federal **firmou** no julgamento **do RE 415.454/SC e do RE 416.827/SC**, de que foi Relator o eminente Ministro GILMAR MENDES.

Esta Suprema Corte, **ao apreciar** os recursos extraordinários em questão, **entendeu** que o acórdão recorrido **incidiu** em múltiplas transgressões à Constituição, **seja fazendo má aplicação** da garantia constitucional do direito adquirido, **seja não observando** a exigência da precedência da fonte de custeio (**CF**, art. 195, § 5º) **ou** da contrapartida (**que mantém** íntima conexão com o postulado do equilíbrio atuarial), **seja**, ainda, **desrespeitando** o princípio da reserva de lei.

Na realidade, o Supremo Tribunal Federal, por diversas vezes, **já se pronunciou** no sentido de que os benefícios previdenciários **devem regular-se pela lei vigente ao tempo em que preenchidos** os requisitos necessários à sua concessão, **de tal modo** que - **presente** referido contexto de ordem temporal - **não se revelava viável** fazer incidir, como pretendido pela parte ora recorrida, uma nova lei (**como** a Lei nº 9.032/95) sobre o cálculo "*das prestações futuras relativas a benefício já concedido pelo INSS*", **como corretamente advertiu**, em seu douto voto, o eminente Relator do "*leading case*".

Esse entendimento - que emana, **diretamente**, do postulado constitucional da segurança jurídica - **desautoriza**, ainda que se trate de diploma legislativo de ordem pública, **a projeção imediata** de lei nova (**como** a Lei nº 9.032/95) **sobre os efeitos futuros** resultantes **de causa a ela anterior**, **sob pena de se configurar** situação caracterizadora **de retroatividade mínima** (MATOS PEIXOTO, "**Limite Temporal da Lei**", "*in*" Revista dos Tribunais, vol. 173/459, **468**; REYNALDO PORCHAT, "**Curso Elementar de Direito Romano**", vol. I/338-339, item n. 528, 1937, Melhoramentos, **v.g.**), **vedada** pela cláusula **inscrita** no inciso XXXVI do art. 5º da Constituição da República, **como o evidenciam** decisões **deste** Tribunal **proferidas** a propósito **da inaplicabilidade** de lei nova a benefícios de caráter previdenciário que tenham sido **anteriormente** deferidos (**RTJ** 111/1373 - **RTJ** 119/895 - **RTJ** 135/792 - **RTJ** 182/809 - **RTJ** 184/1179--1180, **v.g.**).

Cabe fazer referência, neste ponto, **à inaplicabilidade**, ao caso, **da Súmula 654/STF**, cujo enunciado **dispõe** que "*A garantia da irretroatividade da lei, prevista no art. 5º, XXXVI, da Constituição da República, não é invocável pela entidade estatal que a tenha editado*".

Revela-se de todo impertinente a invocação, **na espécie**, desse enunciado sumular. **É que os precedentes** que motivaram **a formulação** da Súmula 654/STF **versavam** hipóteses em que o próprio diploma legislativo **previa**, de modo expresso, **a aplicação retroativa** de seus efeitos, **de cuja incidência**, no entanto, **o Poder Público** - **que editara** a lei - **pretendia ver-se excluído**, **invocando**, então, **de maneira inadequada**, o postulado da irretroatividade da lei.

Daí a formulação sumular em referência, **cujo sentido**, por isso mesmo, **deve ser extraído** dos fundamentos **subjacentes** aos precedentes jurisprudenciais **de que a Súmula 654/STF se originou**.

O exame atento de tais precedentes **evidencia** que a situação neles referida simplesmente **não ocorre** na espécie, **eis** que a Lei nº 9.032/95 **não veiculou** qualquer cláusula **autorizadora** de sua aplicação retroativa, **o que torna impertinente**, portanto, **a invocação** da Súmula 654/STF.

Cumpre assinalar, ainda, por necessário, **que não se revela** constitucionalmente possível, ao Poder Judiciário, **sob fundamento** de isonomia, **estender**, em sede jurisdicional, **majoração** de benefício previdenciário, **quando inexistente**, na lei (**como sucede** na espécie), **a indicação** da fonte de custeio total, **sob pena** de o Tribunal, **se** assim proceder, **atuar na anômala condição** de legislador positivo (**RTJ** 143/57 - **RTJ** 153/765 - **RTJ** 161/739-740 - **RTJ** 175/1137, **v.g.**), **transgredindo**, desse modo, o princípio da separação de poderes.

É que a majoração de benefícios previdenciários, **além de submetida** ao postulado da contrapartida (**CE**, art. 195, **§ 5º**), **também depende**, para efeito de sua veiculação, **da observância** do princípio da reserva de lei.

Essa orientação - que consagra a **advertência** de que o princípio constitucional da reserva de lei formal **traduz limitação** ao exercício da atividade jurisdicional do Estado (**RTJ** 184/1170-1172) - **acha-se consubstanciada em inúmeros julgamentos** proferidos no âmbito do Supremo Tribunal Federal (**RTJ** 189/747 - **RTJ** 190/685-686 - **RTJ** 195/635, **v.g.**).

Em suma: **nenhum** benefício previdenciário **poderá ser estendido** (**tanto quanto** instituído **ou** majorado) **sem** a correspondente indicação, na legislação pertinente, da fonte de custeio total (**CF**, art. 195, § 5º), **a significar**, portanto, **que a nova** legislação previdenciária **somente** deverá ser aplicada aos benefícios cujos requisitos hajam sido preenchidos, pelo interessado, **sob a égide** de mencionado diploma legislativo.

Cabe indagar, finalmente, **não obstante** a existência dos "*leading cases*" referidos, **se** se revelaria lícito decidir, **desde logo**, a presente causa, **eis que ainda não publicados** os acórdãos consubstanciadores **dos julgamentos plenários** do RE 415.454/SC **e** do RE 416.827/SC.

A **jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal, **ao responder afirmativamente** a tal indagação (**RTJ** 183/1173-1174 - **RTJ** 185/1118-1119 - **RTJ** 186/738-739 - **RTJ** 190/1102-1103 - **RTJ** 194/362-363, **v.g.**), **tem enfatizado** que a **ausência** de publicação do acórdão **não constitui** obstáculo processual ao **imediato** julgamento da causa, **em sede monocrática**, pelo Relator:

"***A EXISTÊNCIA DE PRECEDENTE FIRMADO PELO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL AUTORIZA O JULGAMENTO IMEDIATO DE CAUSAS QUE VERSEM O MESMO TEMA (RISTE, ART. 101).***

*- **A declaração** de constitucionalidade **ou** de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, **emanada do Plenário** do Supremo Tribunal Federal, **em decisão** proferida por maioria qualificada, **aplica-se aos novos processos** submetidos à apreciação das Turmas **ou** à deliberação dos Juízes que integram a Corte, **viabilizando**, em conseqüência, **o julgamento imediato de causas que versem o mesmo tema**, **ainda** que o acórdão plenário - **que firmou** o precedente no '**leading case**' - **não** tenha sido publicado, **ou**, caso já publicado, **ainda não haja** transitado em julgado. **Precedentes**.*

***É que a decisão plenária** do Supremo Tribunal Federal, **proferida nas condições** estabelecidas pelo art. 101 do RISTF, **vincula** os julgamentos futuros a serem efetuados, **colegialmente**, pelas Turmas ou, **monocraticamente**, pelos Juízes **desta** Corte, **ressalvada a** possibilidade de **qualquer** dos Ministros do Tribunal - **com apoio** no que **dispõe** o art. 103 do RISTF - **propor**, ao Pleno, **a revisão** da jurisprudência assentada em matéria constitucional. **Precedente**.*"

(**RTJ 174/911-912**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Sendo assim, em face das razões expostas, **e tendo em consideração**, ainda, os **precedentes** firmados **pelo Plenário** do Supremo Tribunal Federal, **conheço** do presente agravo de instrumento, **para**, desde logo, **conhecer e dar provimento** ao recurso extraordinário (**CPC**, art. 544, § 4º) interposto pela parte ora agravante.

Quanto aos ônus da sucumbência, **deles fica isenta** a parte ora recorrida, **consoante decidido** no julgamento plenário **do RE 403.335/AL**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE.

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

EMB.DECL.NO AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 614.470-4 **(763)**

PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
EMBTE.(S)	: JOÃO ILDEFONSO FERREIRA MONTALVÃO
ADV.(A/S)	: EDWARD FERREIRA SOUZA E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S)	: BANCO DO BRASIL S/A
ADV.(A/S)	: NELSON BUGANZA JÚNIOR E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Trata-se de embargos de declaração que foram opostos, **mediante fax**, dentro do prazo legal.

Ocorre, no entanto, **que os originais**, a que se refere a reprodução fac-similar em questão, **não foram protocolados**, nesta Corte, **dentro** do prazo complementar a que alude **o art. 2º**, "*caput*", da Lei nº 9.800/99 (certidão a fls. 256), **o que torna intempestivo** o recurso em causa.

Com a superveniência da Lei nº 9.800, de 26/05/1999, **permitiu-se** às partes **a utilização de fac-símile** ou de outro sistema **similar** de transmissão de dados ou imagens, para a prática de atos processuais em geral, **devendo**, no entanto, **os respectivos originais**, ser entregues em juízo, **necessariamente**, dentro do **prazo adicional** de cinco (5) dias, contado da data do término do prazo fixado em lei ou assinado pelo juiz (**Lei nº 9.800/99**, art. 2º, "*caput*").

Foi por essa razão que a Resolução STF nº 179, de 26/07/1999, **ao dispor** sobre a utilização, **no âmbito** do Supremo Tribunal Federal, do sistema de transmissão de dados e imagens tipo fac-símile (**fax**), para a prática de atos processuais, **fez consignar** a seguinte regra:

"***Art. 5º** - A **utilização** do sistema de transmissão previsto no art. 1º **não desobrigará** seu usuário da protocolização dos originais na Seção de Protocolo e Informações Judiciais, **no prazo** e condições previstos no art. 2º e parágrafo único da Lei 9.800, de 1999.*" (**grifei**)

A parte ora embargante, **valendo-se** dessa faculdade legal, interpôs, **mediante fax**, **dentro** do prazo recursal, o **presente** recurso, que foi protocolizado, nesta Corte, em 06/08/2007, segunda-feira.

Cabe registrar, no entanto, como **precedentemente** já acentuado, **que os originais** que se referem às peças **transmitidas** mediante reprodução fac-similar **não ingressaram**, formalmente, na Seção de Protocolo e Informações Judiciais, **durante** a fluência do prazo adicional estabelecido pelo art. 2º, "*caput*", da Lei nº 9.800/99.

Não custa enfatizar, neste ponto, **que a tempestividade** dos recursos **e** dos atos processuais **é aferida**, no Supremo Tribunal Federal, **pela oportuna apresentação** das petições respectivas **no Protocolo** da Secretaria do Tribunal, **que constitui**, para tal específico fim, o **único** registro dotado de publicidade **e** de eficácia jurídico-legal (**RTJ 91/858**, Rel. Min. CORDEIRO GUERRA - **RTJ 139/652**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **RTJ 144/964**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **v.g.**).

Torna-se lícito concluir, desse modo - **especialmente se se considerar** que os prazos recursais **são peremptórios** e **preclusivos** (**RT** 473/200 - **RT** 504/217 - **RT** 611/155 - **RT** 698/209 - **RF** 251/244) - **que se extinguiu**, "*pleno jure*", **o direito** de o ora interessado deduzir o recurso pertinente:

"*- **Os prazos recursais** são peremptórios **e** preclusivos (**RT** 473/200 - **RT** 504/217 - **RT** 611/155 - **RT** 698/209 - **RF** 251/244). **Com o decurso**, 'in albis', do prazo legal, **extingue-se**, de pleno direito, **quanto** à parte sucumbente, **a faculdade processual** de interpor, em tempo **legalmente** oportuno, o recurso pertinente.*

*- **A tempestividade** - que se qualifica como pressuposto objetivo **inerente** a qualquer modalidade recursal - **constitui** matéria de ordem pública, **passível**, por isso mesmo, de conhecimento 'ex officio' pelos juízes **e** Tribunais. **A inobservância** desse requisito de ordem temporal, pela parte recorrente, **provoca**, como necessário efeito de caráter processual, **a incognoscibilidade** do recurso interposto.*"

(**AI 503.651-AgR/RJ**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Sendo assim, pelas razões expostas, **não conheço** do presente recurso, por ser manifestamente **intempestivo**.

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

EMB.DECL.NO AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 653.005-4 **(764)**

PROCED.	: PARANÁ
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
EMBTE.(S)	: CARLOS HUMBERTO FERNANDES SILVA
ADV.(A/S)	: CARLOS HUMBERTO FERNANDES SILVA
EMBDO.(A/S)	: ROBERTO BOSCH LTDA
ADV.(A/S)	: SANDRO MANSUR GIBRAN E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: IVAN ALLEGRETTI E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Os embargos de declaração de fls. 3.535/3.538 - **opostos** ao resultado do exame, pela E. Segunda Turma desta Corte Suprema, de "*agravo regimental*", que, **deduzido** pela parte ora embargante, **restou** não provido - foram manifestados **extemporaneamente**, eis que o Supremo Tribunal Federal **ainda não havia publicado** o acórdão consubstanciador de tal julgamento.

Isso significa que o recurso em causa foi interposto **prematuramente**, pois deduzido **sem** que **ainda** existisse, formalmente, o acórdão que a parte recorrente deseja impugnar.

Cabe assinalar, por necessário, **que a intempestividade** dos recursos **tanto** pode derivar de **impugnações prematuras** (que se **antecipam**, como na espécie, à publicação dos acórdãos) **quanto** resultar **de oposições tardias** (que se registram **após o decurso** dos prazos recursais).

Em **qualquer** das duas situações, no entanto, (impugnação prematura **ou** oposição tardia), a **conseqüência** de ordem processual **é uma só**: o **não-conhecimento** do recurso, por efeito de sua **extemporânea** interposição.

No caso, como precedentemente referido, os embargos declaratórios em questão foram deduzidos **antes da publicação formal** (ainda **não** ocorrida) do acórdão consubstanciador do julgamento do recurso de agravo que havia sido interposto pela parte ora embargante.

Impende acentuar, por relevante, que o prazo para interposição de recurso contra decisões colegiadas **só começa** a fluir da publicação da súmula **do acórdão** no órgão oficial (**CPC**, art. 506, III). **Na pendência** dessa publicação, **qualquer** recurso eventualmente interposto considerar-se-á **intempestivo**.

Daí a orientação que tem prevalecido no âmbito desta Suprema Corte, cujas **sucessivas** decisões, no tema, **proclamam** que "*o prazo para recorrer **só começa** a fluir **com a publicação** da decisão no órgão oficial, **sendo prematuro** o recurso que a antecede*" (**AI 437.126-AgR/RS**, Rel. Min. CARLOS BRITTO - **grifei**):

"***EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** - **EXTEMPORANEIDADE** - IMPUGNAÇÃO RECURSAL **PREMATURA**, DEDUZIDA **EM DATA ANTERIOR À DA PUBLICAÇÃO** DO ACÓRDÃO RECORRIDO - **NÃO-CONHECIMENTO** DO RECURSO.*

*- **A intempestividade** dos recursos **tanto** pode derivar de **impugnações prematuras** (que se antecipam à publicação dos acórdãos) **quanto** decorrer de **oposições tardias** (que se registram **após** o decurso dos prazos recursais).*

*Em **qualquer** das duas situações - impugnação prematura **ou** oposição tardia -, a **conseqüência** de ordem processual **é uma só: o não-conhecimento** do recurso, por efeito de sua **extemporânea** interposição.*

*- A **jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal **tem advertido** que a simples **notícia** do julgamento, **além de não dar início** à fluência do prazo recursal, **também não legitima a prematura interposição** de recurso, por absoluta **falta** de objeto. **Precedentes**.*"

(**RTJ 182/1161-1162**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Com efeito, a simples **notícia** do julgamento, **além de não dar início** à fluência do prazo recursal, **também não legitima** a interposição de recurso, por absoluta **falta** de objeto, conforme tem **advertido** o magistério jurisprudencial **firmado** pelo Supremo Tribunal Federal (**RTJ 187/498**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **AI 152.091-AgR/SP**, Rel. Min. MOREIRA ALVES - **AI 286.562/DF**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA - **AI 406.483-AgR/SP**, Rel. Min. GILMAR MENDES - **HC 81.675-ED/SP**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **RE 194.090-ED/RS**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - **RE 232.115-ED-AgR/CE**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - **RE 320.440-AgR/RJ**, Rel. Min. ELLEN GRACIE, **v.g.**):

"*O **termo inicial** do prazo para recorrer extraordinariamente **pressupõe** que o acórdão **tenha sido** lavrado, assinado e publicadas as suas conclusões, **não bastando** a simples publicação da notícia do julgamento, **ainda que** em minuciosa súmula do decidido.*"

(**RTJ 88/1012**, Rel. Min. CORDEIRO GUERRA - **grifei**)

"***AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA - ACÓRDÃO NÃO PUBLICADO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (...).***

*A **interposição** de recurso **que se antecipe** à própria **publicação formal** do acórdão **revela-se** comportamento processual **extemporâneo** e **destituído** de objeto. O prazo para interposição de recurso contra decisão colegiada **só começa** a fluir, ordinariamente, **da publicação da súmula do acórdão** no órgão oficial. Por isso mesmo, os pressupostos de cabimento dos embargos de declaração - obscuridade (...), contradição ou omissão - hão de ser aferidos em face **do inteiro teor do acórdão** a que se referem. A simples **notícia** do julgamento efetivado **não dá início** ao prazo recursal."*

(**RTJ 143/718-719**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

"***EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**. OPOSIÇÃO CONTRA ACÓRDÃO QUE NÃO CONHECEU DE IDÊNTICO RECURSO, **PORQUANTO INTERPOSTO ANTES DE PUBLICADO O ACÓRDÃO** QUE SE PRETENDIA IMPUGNAR.*

*O acórdão embargado não conheceu dos embargos de declaração, **por haverem se antecipado à publicação** da decisão impugnada."*

(**RE 204.378-ED-ED/RS**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - **grifei**)

*"O prazo para interposição de recurso se conta **a partir da publicação** do acórdão. **Não serve** como termo inicial a mera notícia do julgamento."*

(**Pet 1.320-AgR-AgR/DF**, Rel. Min. NELSON JOBIM - **grifei**)

Os fundamentos que dão suporte a essa orientação jurisprudencial **põem em evidência** a circunstância de que **a publicação do acórdão** gera efeitos processuais específicos, pois, **além de formalizar** a integração dessa peça essencial ao processo, **confere-lhe** existência jurídica **e fixa-lhe** o próprio conteúdo material. **É mediante** a efetiva ocorrência **dessa publicação formal** que se viabiliza, **processualmente**, a intimação das partes, **inclusive para efeito** de interposição, "*opportuno tempore*", dos recursos pertinentes.

Daí a advertência feita por MOACYR AMARAL SANTOS ("**Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**", vol. 3/26, 21ª ed., 2003, Saraiva), **cuja lição**, na matéria ora em exame, **ressalta** que *"**É da publicação** que se conta o prazo para interposição do recurso"* (**grifei**).

Esse **mesmo** entendimento **é perfilhado** por JOSÉ FREDERICO MARQUES ("**Manual de Direito Processual Civil**", vol. 3/29, item n. 528, 9ª ed., 1987, Saraiva), que, em magistério irrepreensível, **acentua** ser, a **publicação** do pronunciamento jurisdicional do Estado, o fato relevante ***"que lhe dá qualidade de ato do processo"***, passível, então, **a partir** dessa **formal** divulgação no órgão oficial, de todas as conseqüências autorizadas pelo ordenamento positivo, **notadamente aquelas de natureza recursal**.

Igual percepção do tema é revelada por JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA ("**Comentários ao Código de Processo Civil**", vol. V/681, item n. 377, 2001, 9ª ed., Forense), cujo comentário, a respeito da **indispensabilidade** da publicação do acórdão, **enfatiza**, considerado o que dispõe **o art. 506, III**, do Código de Processo Civil, **que é somente com a publicação do acórdão** que "*começa a correr o prazo de interposição de qualquer recurso porventura cabível*".

Verifico, finalmente, **que a parte ora embargada**, tendo em vista a interposição destes embargos de declaração, **formula pedido de aplicação** do disposto no art. 538, parágrafo único, do CPC, **eis que**, segundo sustenta, "*Os argumentos contidos nos embargos de declaração, somados ao peculiar contexto dos recursos interpostos neste caso, deixam claro que o único efeito possível do recurso é protelar o encerramento da presente ação*" (**fls. 3.541**).

Entendo não assistir razão à parte ora embargada. **É que** os presentes embargos de declaração **não traduzem** ilicitude de comportamento, **nem revelam** conduta maliciosa **por parte** do embargante, cujo ilustre representante judicial **não agiu** com intuito procrastinatório **ou** fraudulento, **visando**, antes, ao **regular** desempenho de suas atribuições legais.

De qualquer maneira, cabe enfatizar **que não se pode presumir** o caráter malicioso, procrastinatório ou fraudulento da conduta processual da parte que recorre.

A pretensão da parte embargada, **manifestada** na petição de fls. 3.539/3.541, **seria** legítima, **se** o ora embargante exercesse, **irresponsavelmente**, o seu direito de recorrer, **o que**, a meu juízo - **consideradas** as razões **precedentemente** expostas - **inocorre** no caso em exame, razão pela qual **indefiro** mencionada postulação.

Sendo assim, e pelas razões expostas, **não conheço** dos embargos de declaração de fls. 3.535/3.538.

Publique-se.

Brasília, 04 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

EMB.DECL.NO AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 452.001-0 (765)

PROCED.	: PARAÍBA
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
EMBTE.(S)	: JANDUHY MONTEIRO
ADV.(A/S)	: RODRIGO DE SÁ QUEIROGA
EMBDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DESPACHO:

Manifeste-se a Procuradoria Geral da República sobre os embargos de declaração, com efeitos modificativos (fls. 6732-6737), interpostos contra acórdão proferido pela Primeira Turma deste Supremo Tribunal (fls. 6726-6727), o qual negou provimento ao agravo regimental (art. 103, § 1º, da Constituição da República e art. 52, inc. XIV, do Regimento Interno deste Tribunal).

Publique-se.

Brasília, 30 de agosto de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

EMB.DECL.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 592.692-0 (766)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
AGTE.(S)	: NEWTON DOS REIS ZANETTA
ADV.(A/S)	: FERNANDO CALIL COSTA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: CÍNTIA CRISTINA BLASIO
ADV.(A/S)	: SILVIO RODRIGUES DE JESUS E OUTRO(A/S)

Trata-se de embargos de declaração opostos de decisão monocrática que negou seguimento ao agravo de instrumento (fl. 379).

Insurge-se o embargante contra suposta omissão na decisão embargada, alegando, em síntese, que não houve fundamentação, na decisão ora embargada, acerca das premissas apontadas pelo ora embargante.

Passo a decidir.

Bem examinados os autos, vê-se que os presentes embargos de declaração não merecem acolhida.

Como se sabe, os embargos de declaração visam sanar omissão, obscuridade ou contradição de decisão judicial. A decisão ora embargada não apresenta qualquer desses vícios.

Ressalte-se, ainda, que a decisão não necessita ser exaustivamente fundamentada. O que se busca é que o julgador informe de forma clara e concisa as razões de seu convencimento, tal como ocorreu.

Por fim, a jurisprudência desta Corte reconhece a competência do Relator para examinar a própria admissibilidade dos embargos declaratórios, mesmo que opostos contra decisão colegiada. Nesse sentido: ADI 1.138-ED/RJ, Rel. Min. Carlos Britto; MS 22.899-ED/SP, Rel. Min. Eros Grau; AI 414.533-AgR-ED-ED-EDv-AgR-ED/RN, MI 698-AgR-ED/DF e MS 25.893-AgR-ED/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski; AI 436.868-AgR-ED/RJ e RE 509.588-ED/SP e Ext 855-ED/CL, Rel. Min. Celso de Mello; AI 609.912-ED/BA, Rel. Min. Cezar Peluso; HC 89.906, Rel. Min. Cármen Lúcia.

Isso posto, rejeito, desde logo, os presentes embargos declaratórios (art. 21, § 1º, do RISTF).

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

EMB.DECL.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 599.685-7 (767)

PROCED.	: RIO GRANDE DO NORTE
RELATOR	**: MIN. GILMAR MENDES**
EMBTE.(S)	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ADV.(A/S)	: PGE-RN - CRISTIANO FEITOSA MENDES
EMBDO.(A/S)	: CÍCERA REGO DE MEDEIROS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)

DESPACHO:

Sobre o recurso, manifestem-se as recorridas no prazo legal.

Publique-se.

Brasília, 29 de junho de 2007.

Ministro **GILMAR MENDES**
Relator

EMB.DECL.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 429.054-5 (768)

PROCED.	: CEARÁ
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
EMBTE.(S)	: CIA METALIC DO NORDESTE
ADV.(A/S)	: RODRIGO SILVA PORTO E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PFN - JOÃO FERREIRA SOBRINHO

DECISÃO

EMBARGOS DECLARATÓRIOS - INEXISTÊNCIA MANIFESTA DE VÍCIO - DESPROVIMENTO - IMPOSIÇÃO DE MULTA.

1. Por meio do ato de folha 513, conheci e provi parcialmente o recurso extraordinário, consignando:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - LEI Nº 9.718/98 - PIS E COFINS - PRECEDENTES DO PLENÁRIO - PROVIMENTO PARCIAL.

1. Em sessão realizada em 9 de novembro de 2005, o Tribunal Pleno, julgando os Recursos Extraordinários nºs 357.950/RS, 390.840/MG, 358.273/RS e 346.084/PR, decidiu a matéria versada neste processo. Na oportunidade, proclamou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, afastando a base de incidência do PIS e da COFINS nele definida. Quanto ao debate acerca da inconstitucionalidade da cabeça do artigo 8º da Lei nº 9.718/98, que dispõe sobre a majoração da alíquota da COFINS, observou o que já assentado na Corte - Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF -, no sentido da desnecessidade de lei complementar para a majoração de contribuição cuja instituição se dê com base no artigo 195, inciso I, da Carta da República. Descabe cogitar de instrumento próprio, o da lei complementar, para majoração da alíquota da COFINS.

2. Ante o quadro, conheço do recurso e o provejo parcialmente para afastar a base de incidência definida no § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, tido por inconstitucional nos precedentes.

3. Publiquem.

A contribuinte, nos embargos de declaração de folhas 519 e 520, sustenta a existência de erro material na decisão, visto que, com a proclamação de inconstitucionalidade da exigência da contribuição na forma disciplinada pelo § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, concedeu-se integralmente o que pleiteado na impetração. Alega que, assim, o provimento do recurso extraordinário não pode ser parcial. Requer, por isso, o acolhimento dos embargos.

A Fazenda Pública apresentou as contra-razões à folha 528. Afirma que os embargos de declaração não merecem ser providos.

2. Leiam a inicial de folha 3 a 27. Encerra pleito ligado não só à incidência do tributo como também à majoração sem que viesse à balha lei complementar.

O pedido formulado nos embargos é manifestamente improcedente, somente servindo este recurso à sobrecarga da máquina judiciária.

3. Desprovejo os declaratórios e imponho à embargante a multa de 1% sobre o valor da causa devidamente corrigido, a reverter em benefício da embargada.

4. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

EMB.DECL.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 495.098-7 (769)

PROCED.	: RIO GRANDE DO NORTE
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
EMBTE.(S)	: MUNICÍPIO DE NATAL
ADV.(A/S)	: HERBERT ALVES MARINHO
EMBDO.(A/S)	: LUIZ CARLOS MENDES AUTO PEÇAS LTDA - ME
ADV.(A/S)	: NÉLIO SILVEIRA DIAS JÚNIOR E OUTRO(A/S)

DESPACHO: Em face do caráter modificativo dos embargos declaratórios (fls. 282/284), abra-se vista dos autos ao embargado para impugnação.

Prazo de 5 (cinco) dias.

Publique-se. Int.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

EMB.DECL.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 519.115-0 (770)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
EMBTE.(S)	: ARNO S/A
ADV.(A/S)	: MARIA DA GRAÇA BRITTO GARCIA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: JOÃO CARLOS ZANON
EMBDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PFN - FABRÍCIO SARMANHO DE ALBUQUERQUE

DECISÃO: Conheço, preliminarmente, como recurso de agravo, dos embargos de declaração opostos a fls. 481/483, **em face** da jurisprudência que o Supremo Tribunal Federal **firmou** a propósito de impugnações recursais deduzidas, como na espécie, **contra** decisões monocráticas **proferidas** pelos Relatores da causa (**RTJ** 145/664 - **RTJ** 153/834 - **RTJ** 180/207-208 - **AI 243.159-ED/DF**, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA - **AI 243.832-ED/MG**, Rel. Min. MOREIRA ALVES - **Rcl 4.395-ED/SP**, Rel. Min. CEZAR PELUSO, **v.g.**).

Em conseqüência, determino **a reautuação** dos mencionados embargos de declaração como recurso de agravo, **sem prejuízo** do outro recurso interposto pela parte ora recorrida.

Após, voltem-me **conclusos** os presentes autos, para julgamento **de ambos** os recursos de agravo.

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 227.405-5 (771)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. JOAQUIM BARBOSA**
RECTE.	: BANCO ITAÚ S/A
ADVDOS.	: BENEDITO CELSO BENÍCIO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: TAYLISE CATARINA ROGERIO
RECDA.	: IRMÃOS PEREIRA E CIA LTDA
ADVDOS.	: ANTONIO FERNANDO SEABRA E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão em que o tribunal *a quo* decidiu pela nulidade da aplicação de índice de deflação instituído pela MP 294/91, convertida na Lei 8.177/1991 (plano Collor II) a contrato de operação financeira.

Examinando caso semelhante, assim decidiu esta Corte (RE 170.484, rel. p/ acórdão min. Nelson Jobim, pleno, 5.03.2006):

"TABLITA. PLANO COLLOR II. REGRA DE DEFLAÇÃO DA MP 294/91 (L. 8.177/91). PRINCÍPIOS DO DIREITO ADQUIRIDO, DO ATO JURÍDICO PERFEITO E DA COISA JULGADA. ALTERAÇÃO DE PADRÃO MONETÁRIO.

1. No julgamento do RE 141.190, o plenário do STF entendeu que o fator de deflação veio a preservar o equilíbrio econômico-financeiro inicial dos contratos, diante da súbita interrupção do processo inflacionário.

A manutenção dos contratos então vigentes - que traziam embutida a tendência inflacionária - importaria em ganhos irreais, desiguais e incompatíveis com o pacto firmado entre as partes antes da alteração radical do ambiente monetário e econômico.

2. Também por isso se confirmou a tese de que normas de ordem pública que instituem novo padrão monetário têm aplicação imediata em relação aos contratos em curso como forma de reequilibrar a relação jurídica antes estabelecida.

3. O Plano Collor II também representou mudança de padrão monetário e alteração profunda dos rumos econômicos do país e, por isso, a esse plano econômico também se aplica a jurisprudência assentada no julgamento do RE 141.190.

Negado provimento ao recurso."

O acórdão recorrido divergiu deste entendimento.

Do exposto, conheço do recurso extraordinário e lhe dou provimento, para julgar improcedente a ação, condenando a parte recorrida em custas e honorários, que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa.

Publique-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2007.

Ministro **JOAQUIM BARBOSA** - Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 317.067-8 (772)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: IRMÃOS DIPE LTDA
ADV.(A/S)	: EVANDRO ALVES DA SILVA GRILI E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO: **1.** Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região assim ementado:

"EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. INMETRO. PORTARIA INMETRO. APLICAÇÃO. LEGALIDADE. MULTA. EXIGIBILIDADE.

1 - A CDA atendeu ao que dispõe o art. 2º, pars. 5º e 6º, da Lei n. 6.830, de 22.09.1980.

2 - É exigível a multa imposta em decorrência de infração à Portaria do INMETRO, tendo em vista o disposto na Lei nº 5.966/73, no tocante às competências do órgão colegiado e à definição, que apresenta, dos elementos essenciais à aplicação das penalidades previstas.

3 - Apelação improvida" (fl. 269).

A recorrente, com base no art. 102, III, **a**, alega violação ao disposto no art. 5º, II, da Constituição Federal.

2. Inadmissível o recurso.

Com efeito, o tema constitucional suscitado não foi objeto de nenhuma consideração no acórdão impugnado, faltando-lhe, assim, o requisito do prequestionamento, que deve ser explícito (**súmulas 282** e **356**).

Ademais, o acórdão encontra fundamentação na legislação infraconstitucional (Leis nºs 5.966/73, 6.830/80, e Portaria nº 2/82 do INMETRO), de modo que eventual ofensa à Constituição seria, aqui, apenas indireta.

Ora, é pacífica a jurisprudência desta Corte, no sentido de não tolerar, em recurso extraordinário, alegação de ofensa que, irradiando-se de má interpretação, aplicação, ou, até, inobservância de normas infraconstitucionais, seria apenas indireta à Constituição da República, aplicando-se, quanto ao princípio da legalidade, a **súmula 636**.

Em casos análogos esta Corte já decidiu nessa mesma linha, **AI nº 389.398-AgR**, Rel. Min. **ELLEN GRACIE**, DJ de 7.11.2003, estando o acórdão assim ementado:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. OFENSA REFLEXA À CF/88. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA STF Nº 636.

1. Acórdão de origem que assentou a leitimidade de auto de infração lavrado pela extinta Superintendência Nacional do Abastecimento - SUNAB, com fundamento na legislação ordinária (Portarias Super 53/90 e 193/91 da SUNAB e Lei Delegada 4/62).

2. É inadmissível o recurso extraordinário no qual, a pretexto de ofensa ao princípio da legalidade, pretende-se a exegese de legislação infraconstitucional. Ofensa à Constituição meramente reflexa ou indireta, de exame inviável nesta sede recursal. Incidência da Súmula STF nº 636.

3. Agravo regimental improvido".

3. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso (art. 21, § 1º, do RISTF, art. 38 da Lei nº 8.038, de 28.5.90, e art. 557 do CPC).

Publique-se. Int..

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 356.132-4 (773)

PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PFN - ARTUR ALVES DA MOTTA
RECDO.(A/S)	: WETZEL FUNDIÇÃO DE FERRO S/A E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: WOLMAR FRANCISCO AMÉLIO ESTEVES E OUTRO(A/S)

(PET STF nº 114382/2007)

DESPACHO: Diante da decisão de fl. 235, fica prejudicado o pedido de vista dos autos, que será oportunamente viabilizado.

Brasília, 8 de agosto de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 364.237-5 (774)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: VALDIR VICENTE FAGUNDES
ADV.(A/S)	: DAISSON SILVA PORTANOVA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: LILIAN MARIA FAGUNDES DA SILVA E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RETORNO DE APOSENTADO À ATIVIDADE: RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS À TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO PARA O REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FUNDAMENTO INFRACONSTITUCIONAL SUFICIENTE. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Recurso extraordinário, interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que julgou a apelação em ação ordinária nos seguintes termos:

"TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. INSS. LEI 8.212/91 ART. 12 PAR. 4º. APOSENTADO QUE RETORNA AO TRABALHO. LEI 9.032/95 ART 2º. EXAÇÃO DEVIDA. RETRIBUTIVIDADE. ART. 201 CF/88. IRRELEVÂNCIA.

1. A CF/88 deu à seguridade social caráter de universalidade dispondo que será financiada por toda a sociedade.

2. Não constituindo nova fonte de custeio para a seguridade social porquanto inclusa a fonte 'trabalhador' no art. 195-II da CF/88, desnecessária a exigência de lei complementar de que cuida o § 4º.

3. O trabalhador aposentado por tempo de serviço que retorna à atividade produtiva como empregado reassume sua qualidade de segurado, e, consequentemente a condição de contribuinte obrigatório, sujeitando-se ao regime geral da previdência social.

4. O texto constitucional do artigo 201 nos autoriza entender que várias são as formas de contraprestação que o INSS se obriga por meio da contribuição, não sendo a aposentadoria a única forma, razão pela qual encontra-se mantido o caráter de retributividade da previdência social com a contribuição prevista pela Lei nº. 9.032/95. Ademais, o financiamento da seguridade social é dever de toda a sociedade (art. 195, caput, da CF/88) tendo a CF/88 migrado, em parte, do sistema mutualista para o da seguridade social." (fl. 63)

O Recorrente alega que a referida decisão teria afrontado o art. 201, § 4º, da Constituição.

Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

2. Razão jurídica não assiste ao Recorrente.

O Tribunal *a quo* decidiu a questão com base em dois fundamentos, um infraconstitucional (Leis 8.213/91 e 9.032/95) e outro constitucional (norma insculpida no art. 201, da Constituição).

O fundamento infraconstitucional persiste em razão da não interposição de recurso especial contra a referida decisão. Suficiente é, portanto, o embasamento para manter o acórdão recorrido. Nesse sentido:

"(...)

'TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INCIDÊNCIA SOBRE A REMUNERAÇÃO DO APOSENTADO QUE RETORNA À ATIVIDADE. LEIS Nº 8.212/91 E 9.032/95. O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS que estiver exercendo ou voltar a exercer atividade abrangida por este Regime é segurado obrigatório, ficando sujeito às contribuições previdenciárias, na forma das Leis 8.212/91 e 9.032/95. A devolução das contribuições em forma de pecúlio não tem mais amparo legal desde a extinção deste benefício pela Lei 8.870/94. Apelação desprovida'. Lê-se do voto condutor (f. 88): 'Portanto, apenas os segurados aposentados que exerceram sua atividade no período de 15-04-94 a 28-04-95 na qualidade de empregados e trabalhadores avulsos é que estiveram desobrigados de verter as contribuições para a Previdência, o que não é o caso dos autos, já que estão em discussão as contribuições relativas a período posterior à Lei 9.032/95'. Alega o RE, em síntese, a violação do art. 201, § 11, da Constituição Federal. Requer, ainda, seja declarada a inexigibilidade do § 4º, do art. 12, da Lei 8.212/91. É inviável o RE. ***O acórdão recorrido além de fundar-se no artigo 211, § 11, da Constituição Federal, invocou fundamento infraconstitucional (Leis 8.212/91 e 9.032/95). Este fundamento ficou precluso, à vista da não interposição de recurso especial pelos agravantes. Sendo suficiente à sustentação do acórdão recorrido, incide, mutatis mutandis, o princípio da Súmula 283*** *('É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles'). Ademais, para se chegar a entendimento diverso do acórdão recorrido, seria necessário o reexame dos fatos e das provas que permeiam a lide, prática inadmissível na via do recurso extraordinário: incide a Súmula 279. Nego provimento ao agravo." (grifei - AI 486.982, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 01.02.2006)*

3. Pelo exposto, nego seguimento a este recurso extraordinário (art. 557, caput, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 10 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 364.309-6 (775)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: MARIA DE LOURDES COSTA FRANÇA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ERYKA FARIAS DE NEGRI E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: MARISTELA VAZ ALMERON

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RETORNO DE APOSENTADO À ATIVIDADE. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FUNDAMENTO INFRACONSTITUCIONAL SUFICIENTE. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Recurso Extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que julgou a apelação em ação ordinária, nos seguintes termos:

"PREVIDENCIÁRIO. ARTS. 11, § 3º E 18, § 2º, DA LEI Nº. 8.213/91. CONSTITUCIONALIDADE. NECESSIDADE DE CONTRAPRESTAÇÃO. REVISÃO DE APOSENTADORIA.

1. Os arts 11, § 3º, e 18, § 2º, da Lei nº. 8.213/91 estabelecem que o aposentado pelo RGPS que retorna à atividade é segurado obrigatório e, mesmo contribuindo, não terá direito à prestação alguma, exceto salário família e reabilitação, quando empregado.

2. A contribuição para a Previdência Social não pressupõe contraprestação em forma de benefício, não sendo inconstitucional o art. 18, § 2º, d Lei nº. 8.213/91." (fl. 95)

Os Recorrentes alegam que a referida decisão teria afrontado o art. 201, § 11, da Constituição.

Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

2. Razão jurídica não assiste aos Recorrentes.

Decidiu-se sobre a questão com base em dois fundamentos, um infraconstitucional (Leis 8.213/91, 9.032/95 e 9.528/97) e outro constitucional (norma insculpida no art. 195, da Constituição). O fundamento infraconstitucional persiste em razão da não interposição de recurso especial contra a referida decisão. Suficiente é, portanto, o embasamento para manter o acórdão recorrido. Nesse sentido:

"(...)

'TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INCIDÊNCIA SOBRE A REMUNERAÇÃO DO APOSENTADO QUE RETORNA À ATIVIDADE. LEIS Nº. 8.212/91 E 9.032/95. O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS que estiver exercendo ou voltar a exercer atividade abrangida por este Regime é segurado obrigatório, ficando sujeito às contribuições previdenciárias, na forma das Leis 8.212/91 e 9.032/95. A devolução das contribuições em forma de pecúlio não tem mais amparo legal desde a extinção deste benefício pela Lei 8.870/94. Apelação desprovida'. Lê-se do voto condutor (f. 88): 'Portanto, apenas os segurados aposentados que exerceram sua atividade no período de 15-04-94 a 28-04-95 na qualidade de empregados e trabalhadores avulsos é que estiveram desobrigados de verter as contribuições para a Previdência, o que não é o caso dos autos, já que estão em discussão as contribuições relativas a período posterior à Lei 9.032/95'. Alega o RE, em síntese, a violação do art. 201, § 11, da Constituição Federal. Requer, ainda, seja declarada a inexigibilidade do § 4º, do art. 12, da Lei 8.212/91. É inviável o RE. ***O acórdão recorrido além de fundar-se no artigo 211, § 11, da Constituição Federal, invocou fundamento infraconstitucional (Leis 8.212/91 e 9.032/95). Este fundamento ficou precluso, à vista da não interposição de recurso especial pelos agravantes. Sendo suficiente à sustentação do acórdão recorrido, incide, mutatis mutandis, o princípio da Súmula 283*** *('É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles'). Ademais, para se chegar a entendimento diverso do acórdão recorrido, seria necessário o reexame dos fatos e das provas que permeiam a lide, prática inadmissível na via do recurso extraordinário: incide a Súmula 279. Nego provimento ao agravo." (grifei - AI 486.982, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 01.02.2006)*

3. Pelo exposto, nego seguimento a este recurso extraordinário (art. 557, caput, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

Ministra CÁRMEN LÚCIA
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 374.988-9 (776)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: ELARIO FAHT
ADV.(A/S)	: DAISSON SILVA PORTANOVA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: LUIZ CARLOS SOUTO FONSECA

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RETORNO DE APOSENTADO À ATIVIDADE: RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO PARA O REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FUNDAMENTO INFRACONSTITUCIONAL SUFICIENTE. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Recurso Extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que julgou a apelação em ação ordinária, nos seguintes termos:

"TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. APOSENTADO. ART. 12, § 4º, DA LEI N. 8.212/91 E ART. 18, § 2º, DA LEI N. 8.213/91. ART. 195 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

1. O art. 12, § 4º, da Lei nº. 8.212/91, acrescentado pela Lei nº. 9.032/97, dispõe que 'o aposentado pelo RGPS que estiver exercendo ou que voltar a exercer a atividade abrangida por este Regime é segurado obrigatório em relação a essa atividade, ficando sujeito às contribuições de que trata esta Lei, para fins de custeio da seguridade social.'; em contrapartida, o art. 18, § 2º, da Lei nº. 8.213/91, na redação que lhe foi conferida pela Lei nº. 9.528/97, reza que 'o aposentado pelo RGPS que permanecer em atividade sujeita a este Regime, ou a ele retornar, não fará jus a prestação alguma da previdência social, exceto salário família e à reabilitação profissional, quando empregado'. 2. O art. 195 da Constituição Federal prevê que 'a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios', arrolando, em seguida, as contribuições sociais que lhe custeiam. Ora, embora o aposentado pelo Regime Geral que volte ao mercado de trabalho somente faça jus ao salário-família e à reabilitação profissional, o ordenamento constitucional, com base no princípio da solidariedade social, comporta a exigibilidade de contribuições previdenciárias sobre a remuneração percebida." (fl. 75)

O Recorrente alega que a referida decisão teria afrontado o art. 201, § 4º, da Constituição.

Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

2. Razão jurídica não assiste ao Recorrente.

Decidiu-se sobre a questão com base em dois fundamentos, um infraconstitucional (Leis 8.213/91, 8.212/91, 9.032/95 e 9.528/97) e outro constitucional (norma insculpida no art. 195, § 3º da Constituição). O fundamento infraconstitucional persiste em razão da não interposição de recurso especial contra a referida decisão. Suficiente é, portanto, o embasamento para manter o acórdão recorrido. Nesse sentido:

"(...)

'TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INCIDÊNCIA SOBRE A REMUNERAÇÃO DO APOSENTADO QUE RETORNA À ATIVIDADE. LEIS Nº. 8.212/91 E 9.032/95. O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS que estiver exercendo ou voltar a exercer atividade abrangida por este Regime é segurado obrigatório, ficando sujeito às contribuições previdenciárias, na forma das Leis 8.212/91 e 9.032/95. A devolução das contribuições em forma de pecúlio não tem mais amparo legal desde a extinção deste benefício pela Lei 8.870/94. Apelação desprovida'. Lê-se do voto condutor (f. 88): 'Portanto, apenas os segurados aposentados que exerceram sua atividade no período de 15-04-94 a 28-04-95 na qualidade de empregados e trabalhadores avulsos é que estiveram desobrigados de verter as contribuições para a Previdência, o que não é o caso dos autos, já que estão em discussão as contribuições relativas a período posterior à Lei 9.032/95'. Alega o RE, em síntese, a violação do art. 201, § 11, da Constituição Federal. Requer, ainda, seja declarada a inexigibilidade do § 4º, do art. 12, da Lei 8.212/91. É inviável o RE. ***O acórdão recorrido além de fundar-se no artigo 211, § 11, da Constituição Federal, invocou fundamento infraconstitucional (Leis 8.212/91 e 9.032/95). Este fundamento ficou precluso, à vista da não interposição de recurso especial pelos agravantes. Sendo suficiente à sustentação do acórdão recorrido, incide, mutatis mutandis, o princípio da Súmula 283*** *('É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles'). Ademais, para se chegar a entendimento diverso do acórdão recorrido, seria necessário o reexame dos fatos e das provas que permeiam a lide, prática inadmissível na via do recurso extraordinário: incide a Súmula 279. Nego provimento ao agravo." (grifei - AI 486.982, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 01.02.2006)*

3. Pelo exposto, nego seguimento a este recurso extraordinário (art. 557, caput, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

Ministra CÁRMEN LÚCIA

Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 380.397-2 (777)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: ALCIDES LUIZ MARTINS
ADV.(A/S)	: GUILHERME PORTANOVA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: LUIZ CARLOS SOUTO FONSECA

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RETORNO DE APOSENTADO À ATIVIDADE. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FUNDAMENTO INFRACONSTITUCIONAL SUFICIENTE. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Recurso Extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que julgou a apelação em ação ordinária, nos seguintes termos:

"CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. APOSENTADO QUE CONTINUA TRABALHANDO.

O artigo 12 da Lei nº. 8.212/91 estabelece que o aposentado que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade é segurado obrigatório da Previdência Social.

A previdência social rege-se, precipuamente, pelo princípio da universalidade onde todos os trabalhadores devem contribuir para o custeio da Previdência. A lei manteve a contraprestação entre contribuição e benefício.

O artigo 18, § 2º, da Lei nº. 8.213/91 está amparado no artigo § 11 do art. 201 da CF. A Constituição, remete à lei os casos em que a contribuição repercute nos benefícios." (fl. 93)

O Recorrente alega que a referida decisão teria afrontado o art. 201, § 4º, da Constituição.

Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

2. Razão jurídica não assiste ao Recorrente.

Decidiu-se sobre a questão com base em dois fundamentos, um infraconstitucional (Leis 8.212/91 e 8.213/91) e outro constitucional (norma insculpida no art. 201, § 11, da Constituição). O fundamento infraconstitucional persiste em razão da não interposição de recurso especial contra a referida decisão. Suficiente é, portanto, o embasamento para manter o acórdão recorrido. Nesse sentido:

"(...)

'TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INCIDÊNCIA SOBRE A REMUNERAÇÃO DO APOSENTADO QUE RETORNA À ATIVIDADE. LEIS Nº. 8.212/91 E 9.032/95. O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS que estiver exercendo ou voltar a exercer atividade abrangida por este Regime é segurado obrigatório, ficando sujeito às contribuições previdenciárias, na forma das Leis 8.212/91 e 9.032/95. A devolução das contribuições em forma de pecúlio não tem mais amparo legal desde a extinção deste benefício pela Lei 8.870/94. Apelação desprovida'. Lê-se do voto condutor (f. 88): 'Portanto, apenas os segurados aposentados que exerceram sua atividade no período de 15-04-94 a 28-04-95 na qualidade de empregados e trabalhadores avulsos é que estiveram desobrigados de verter as contribuições para a Previdência, o que não é o caso dos autos, já que estão em discussão as contribuições relativas a período posterior à Lei 9.032/95'. Alega o RE, em síntese, a violação do art. 201, § 11, da Constituição Federal. Requer, ainda, seja declarada a inexigibilidade do § 4º, do art. 12, da Lei 8.212/91. É inviável o RE. ***O acórdão recorrido além de fundar-se no artigo 211, § 11, da Constituição Federal, invocou fundamento infraconstitucional (Leis 8.212/91 e 9.032/95). Este fundamento ficou precluso, à vista da não interposição de recurso especial pelos agravantes. Sendo suficiente à sustentação do acórdão recorrido, incide, mutatis mutandis, o princípio da Súmula 283*** *('É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles'). Ademais, para se chegar a entendimento diverso do acórdão recorrido, seria necessário o reexame dos fatos e das provas que permeiam a lide, prática inadmissível na via do recurso extraordinário: incide a Súmula 279. Nego provimento ao agravo." (grifei - AI 486.982, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 01.02.2006)*

3. Pelo exposto, nego seguimento a este recurso extraordinário (art. 557, caput, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

Ministra CÁRMEN LÚCIA

Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 380.778-1 (778)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: BENTA ALVES DA ROCHA
ADV.(A/S)	: ERYKA FARIAS DE NEGRI E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: PATRÍCIA HELENA BONZANINI

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RETORNO DE APOSENTADO À ATIVIDADE. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FUNDAMENTO INFRACONSTITUCIONAL SUFICIENTE. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Recurso Extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que julgou a apelação em ação ordinária, nos seguintes termos:

"TRABALHADOR APOSENTADO. CONSTITUCIONALIDADE DO § 2º DO ART. 18 DA LEI Nº. 8.213/91. IRRENUNCIABILIDADE DA INATIVAÇÃO. PROPORCIONLAIDADE ENTRE CONTRIBUIÇÃO E BENEFÍCIO.

1. Aplicável aos segurados aposentados da Previdência Social que voltam a exercer atividade vinculada ao RGPS o disposto no artigo 18, § 2º da Lei 8.213/91, não havendo falar em inconstitucionalidade do mesmo.

2. Não há proporcionalidade estrita entre contribuição previdenciária e benefício, haja vista a Previdência Social assentar-se na solidariedade e repartição dos valores recolhidos ao sistema." (fl. 89)

Os Recorrentes alegam que a referida decisão teria afrontado o art. 201, § 4º, da Constituição.

Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

2. Razão jurídica não assiste aos Recorrentes.

Decidiu-se sobre a questão com base em dois fundamentos, um infraconstitucional (Leis 8.212/91, 8.213/91, 9.032/95 e 9.528/97) e outro constitucional (norma insculpida no art. 201, § 1º, da Constituição). O fundamento infraconstitucional persiste em razão da não interposição de recurso especial contra a referida decisão. Suficiente é, portanto, o embasamento para manter o acórdão recorrido. Nesse sentido:

"(...)

'TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INCIDÊNCIA SOBRE A REMUNERAÇÃO DO APOSENTADO QUE RETORNA À ATIVIDADE. LEIS Nº. 8.212/91 E 9.032/95. O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS que estiver exercendo ou voltar a exercer atividade abrangida por este Regime é segurado obrigatório, ficando sujeito às contribuições previdenciárias, na forma das Leis 8.212/91 e 9.032/95. A devolução das contribuições em forma de pecúlio não tem mais amparo legal desde a extinção deste benefício pela Lei 8.870/94. Apelação desprovida'. Lê-se do voto condutor (f. 88): 'Portanto, apenas os segurados aposentados que exerceram sua atividade no período de 15-04-94 a 28-04-95 na qualidade de empregados e trabalhadores avulsos é que estiveram desobrigados de verter as contribuições para a Previdência, o que não é o caso dos autos, já que estão em discussão as contribuições relativas a período posterior à Lei 9.032/95'. Alega o RE, em síntese, a violação do art. 201, § 11, da Constituição Federal. Requer, ainda, seja declarada a inexigibilidade do § 4º, do art. 12, da Lei 8.212/91. É inviável o RE. ***O acórdão recorrido além de fundar-se no artigo 211, § 11, da Constituição Federal, invocou fundamento infraconstitucional (Leis 8.212/91 e 9.032/95). Este fundamento ficou precluso, à vista da não interposição de recurso especial pelos agravantes. Sendo suficiente à sustentação do acórdão recorrido, incide, mutatis mutandis, o princípio da Súmula 283*** *('É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles'). Ademais, para se chegar a entendimento diverso do acórdão recorrido, seria necessário o reexame dos fatos e das provas que permeiam a lide, prática inadmissível na via do recurso extraordinário: incide a Súmula 279. Nego provimento ao agravo." (grifei - AI 486.982, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 01.02.2006)*

3. Pelo exposto, nego seguimento a este recurso extraordinário (art. 557, caput, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

Ministra CÁRMEN LÚCIA

Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 381.271-8 (779)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: VALDIR HOESEL
ADV.(A/S)	: DAISSON SILVA PORTANOVA
RECDO.(A/S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: LUIZ CARLOS SOUTO FONSECA

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RETORNO DE APOSENTADO À ATIVIDADE: RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO PARA O REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FUNDAMENTO INFRACONSTITUCIONAL SUFICIENTE. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Recurso Extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que julgou a apelação em ação ordinária, nos seguintes termos:

"TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. APOSENTADO. ART. 12, § 4º, DA LEI N. 8.212/91 E ART. 18, § 2º, DA LEI N. 8.213/91. ART. 195 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

1. O art. 12, § 4º, da Lei nº. 8.212/91, acrescentado pela Lei nº. 9.032/97, dispõe que 'o aposentado pelo RGPS que estiver exercendo ou que voltar a exercer a atividade abrangida por este Regime é segurado obrigatório em relação a essa atividade, ficando sujeito às contribuições de que trata esta Lei, para fins de custeio da seguridade social.'; em contrapartida, o art. 18, § 2º, da Lei nº. 8.213/91, na redação que lhe foi conferida pela Lei nº. 9.528/97, reza que 'o aposentado pelo RGPS que permanecer em atividade sujeita a este Regime, ou a ele retornar, não fará jus a prestação alguma da previdência social, exceto salário família e à reabilitação profissional, quando empregado'. 2. O art. 195 da Constituição Federal prevê que 'a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios', arrolando, em seguida, as contribuições sociais que lhe custeiam. Ora, embora o aposentado pelo Regime Geral que volte ao mercado de trabalho somente faça jus ao salário-família e à reabilitação profissional, o ordenamento constitucional, com base no princípio da solidariedade social, comporta a exigibilidade de contribuições previdenciárias sobre a remuneração percebida." (fl. 95)

O Recorrente alega que a referida decisão teria afrontado o art. 201, § 4º, da Constituição.

Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

2. Razão jurídica não assiste ao Recorrente.

Decidiu-se sobre a questão com base em dois fundamentos, um infraconstitucional (Leis 8.213/91, 8.212/91, 9.032/95 e 9.528/97) e outro constitucional (norma insculpida no art. 195, § 3º da Constituição). O fundamento infraconstitucional persiste em razão da não interposição de recurso especial contra a referida decisão. Suficiente é, portanto, o embasamento para manter o acórdão recorrido. Nesse sentido:

"(...)

'TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INCIDÊNCIA SOBRE A REMUNERAÇÃO DO APOSENTADO QUE RETORNA À ATIVIDADE. LEIS Nº. 8.212/91 E 9.032/95. O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS que estiver exercendo ou voltar a exercer atividade abrangida por este Regime é segurado obrigatório, ficando sujeito às contribuições previdenciárias, na forma das Leis 8.212/91 e 9.032/95. A devolução das contribuições em forma de pecúlio não tem mais amparo legal desde a extinção deste benefício pela Lei 8.870/94. Apelação desprovida'. Lê-se do voto condutor (f. 88): 'Portanto, apenas os segurados aposentados que exerceram sua atividade no período de 15-04-94 a 28-04-95 na qualidade de empregados e trabalhadores avulsos é que estiveram desobrigados de verter as contribuições para a Previdência, o que não é o caso dos autos, já que estão em discussão as contribuições relativas a período posterior à Lei 9.032/95'. Alega o RE, em síntese, a violação do art. 201, § 11, da Constituição Federal. Requer, ainda, seja declarada a inexigibilidade do § 4º, do art. 12, da Lei 8.212/91. É inviável o RE. ***O acórdão recorrido além de fundar-se no artigo 211, § 11, da Constituição Federal, invocou fundamento infraconstitucional (Leis 8.212/91 e 9.032/95). Este fundamento ficou precluso, à vista da não interposição de recurso especial pelos agravantes. Sendo suficiente à sustentação do acórdão recorrido, incide, mutatis mutandis, o princípio da Súmula 283*** *('É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles'). Ademais, para se chegar a entendimento diverso do acórdão recorrido, seria necessário o reexame dos fatos e das provas que permeiam a lide, prática inadmissível na via do recurso extraordinário: incide a Súmula 279. Nego provimento ao agravo." (grifei - AI 486.982, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 01.02.2006)*

3. Pelo exposto, nego seguimento a este recurso extraordinário (art. 557, caput, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

Ministra CÁRMEN LÚCIA
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 381.378-1 (780)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: ADELINA DA ROCHA VALIM
ADV.(A/S)	: ERYKA FARIAS DE NEGRI E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: ANDERSON CAVALHEIRO MÜLLER

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RETORNO DE APOSENTADO À ATIVIDADE. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FUNDAMENTO INFRACONSTITUCIONAL SUFICIENTE. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Recurso Extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que julgou a apelação em ação ordinária, nos seguintes termos:

"TRABALHADOR APOSENTADO. CONSTITUCIONALIDADE DO § 2º DO ART. 18 OU DO § 3º DO ART. 11, AMBOS DA LEI Nº. 8.213/91. IRRENUNCIABILIDADE DA INATIVAÇÃO. PROPORCIONLAIDADE ENTRE CONTRIBUIÇÃO E BENEFÍCIO.

1. Aplicável aos segurados aposentados da Previdência Social que voltam a exercer atividade vinculada ao RGPS o disposto nos artigos 11, § 3º e 18, § 2º da Lei 8.213/91, não havendo falar em inconstitucionalidade do mesmo.

2. Não há proporcionalidade estrita entre contribuição previdenciária e benefício, haja vista a Previdência Social assentar-se na solidariedade e repartição dos valores recolhidos ao sistema.

3. Incabível a restituição das contribuições sociais efetuadas por trabalhador que continua ou retorna a exercer atividade vinculada ao financiamento obrigatório da Seguridade, possuindo as mesmas caráter tributário" (fl. 90)

A Recorrente alega que a referida decisão teria afrontado o art. 201, § 4º, da Constituição.

Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

2. Razão jurídica não assiste à Recorrente.

Decidiu-se sobre a questão com base em dois fundamentos, um infraconstitucional (Leis 8.212/91, 8.213/91, 9.032/95 e 9.528/97) e outro constitucional (norma insculpida no art. 195, da Constituição). O fundamento infraconstitucional persiste em razão da não interposição de recurso especial contra a referida decisão. Suficiente é, portanto, o embasamento para manter o acórdão recorrido. Nesse sentido:

"(...)

'TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INCIDÊNCIA SOBRE A REMUNERAÇÃO DO APOSENTADO QUE RETORNA À ATIVIDADE. LEIS Nº. 8.212/91 E 9.032/95. O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS que estiver exercendo ou voltar a exercer atividade abrangida por este Regime é segurado obrigatório, ficando sujeito às contribuições previdenciárias, na forma das Leis 8.212/91 e 9.032/95. A devolução das contribuições em forma de pecúlio não tem mais amparo legal desde a extinção deste benefício pela Lei 8.870/94. Apelação desprovida'. Lê-se do voto condutor (f. 88): 'Portanto, apenas os segurados aposentados que exerceram sua atividade no período de 15-04-94 a 28-04-95 na qualidade de empregados e trabalhadores avulsos é que estiveram desobrigados de verter as contribuições para a Previdência, o que não é o caso dos autos, já que estão em discussão as contribuições relativas a período posterior à Lei 9.032/95'. Alega o RE, em síntese, a violação do art. 201, § 11, da Constituição Federal. Requer, ainda, seja declarada a inexigibilidade do § 4º, do art. 12, da Lei 8.212/91. É inviável o RE. ***O acórdão recorrido além de fundar-se no artigo 211, § 11, da Constituição Federal, invocou fundamento infraconstitucional (Leis 8.212/91 e 9.032/95). Este fundamento ficou precluso, à vista da não interposição de recurso especial pelos agravantes. Sendo suficiente à sustentação do acórdão recorrido, incide, mutatis mutandis, o princípio da Súmula 283*** *('É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles'). Ademais, para se chegar a entendimento diverso do acórdão recorrido, seria necessário o reexame dos fatos e das provas que permeiam a lide, prática inadmissível na via do recurso extraordinário: incide a Súmula 279. Nego provimento ao agravo." (grifei - AI 486.982, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 01.02.2006)*

3. Pelo exposto, nego seguimento a este recurso extraordinário (art. 557, caput, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

Ministra CÁRMEN LÚCIA
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 383.577-7 (781)

PROCED.	: CEARÁ
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: ESTADO DO CEARÁ
ADV.(A/S)	: PGE-CE - MARIA LÚCIA DE CASTRO TEIXEIRA
RECDO.(A/S)	: LUIZ WAGNER DA SILVA
ADV.(A/S)	: JOSÉ LEÔNIDAS DE FREITAS

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - MATÉRIA FÁTICA - INVIABILIDADE - NEGATIVA DE SEGUIMENTO.

1. A recorribilidade extraordinária é distinta daquela revelada por simples revisão do que decidido, na maioria das vezes procedida mediante o recurso por excelência - a apelação. Atua-se em sede excepcional à luz da moldura fática delineada soberanamente pela Corte de origem, considerando-se as premissas constantes do acórdão impugnado. A jurisprudência sedimentada é pacífica a respeito, devendo-se ter presente o Verbete nº 279 da Súmula desta Corte:

Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário.

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará confirmou o entendimento constante na sentença. Ao fazê-lo, consignou (folhas 119 e 120):

[...]

Com efeito, chega-se a conclusão de que o policial militar não pudera obter a promoção em virtude de econtrar-se afastado de suas atividades por erro exclusivo, repita-se, da Administração Pública.

[...]

Não merece prosperar, portanto, o argumento do Estado do Ceará no sentido de que caberia ao servidor militar comprovar que possuía, antes de seu licenciamento, bom comportamento, elogios por sua conduta, ou seja, todos os elementos necessários e indispensáveis à promoção, posto que o pleito do autor restou devidamente comprovado ao demonstrar que militares, em condições semelhantes, foram promovidos, ao passo que o recorrido sofreu afastamento pela Administração Pública, ficando impossibilitado de obter tais promoções.

Se o servidor em questão tivesse mau comportamento e, por ventura, não merecesse a promoção, caberia ao Estado, vez que o *onus probandi* é de quem alega, provar a ausência dos requisitos para a promoção. O acervo probatório constantes nesses autos foi suficiente para o convencimento desse julgador, razão pela qual é plenamente cabível o pedido inicial.

[...]

As razões do extraordinário partem de pressupostos fáticos estranhos à decisão atacada, buscando-se, em última análise, conduzir esta Corte ao reexame dos elementos probatórios para, com fundamento em quadro diverso, assentar a viabilidade do recurso.

2. Nego seguimento a este extraordinário.

3. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 390.718-2 (782)

PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
RECTE.(S)	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG
ADV.(A/S)	: LAURIMAR LEÃO VIANA FILHO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: ANTONIO MEDEIROS OLIVEIRA
ADV.(A/S)	: SÉRGIO CARNEIRO ROSI E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Discute-se nestes autos o direito do cônjuge varão sadio à percepção de pensão decorrente da morte de sua esposa.

2. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE n. 385.397-AgR, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, na Sessão do dia 29 de junho de 2007, decidiu que viola o princípio da isonomia lei que exige do marido, para fins de recebimento de pensão por morte da mulher, a comprovação da condição de invalidez.

3. Assentou "não ser o caso de se invocar o texto do art. 195, § 5º, ou do art. 201, V, da CF, já que a esposa do recorrente falecera antes da promulgação da EC 20/98, que incluiu o § 12 no art. 40, mas de se considerar apenas a redação do art. 40 antes dessa emenda, que definia a correspondência entre o valor da pensão e a totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, sem se referir a outras questões, tais como possíveis beneficiários da pensão por morte" [Informativo/STF n. 473/2007].

Nego seguimento ao recurso com fundamento no disposto no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 397.205-7 (783)

PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG
ADV.(A/S)	: ROBERLANE JOSÉ ADALBERTO
RECDO.(A/S)	: WALTER JOSÉ AMÂNCIO
ADV.(A/S)	: ANA RIBEIRO PERBONI

DECISÃO: O **presente** recurso extraordinário **revela-se** processualmente inviável, **eis que** se insurge contra acórdão que decidiu a causa em **estrita** conformidade com a orientação jurisprudencial que o Supremo Tribunal Federal **firmou** na matéria em exame.

Com efeito, o **Plenário** desta Suprema Corte, **ao julgar o RE 385.397-AgR/MG**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, **fixou** entendimento **que desautoriza** a pretensão de direito material deduzida pela parte ora recorrente:

"II. Pensão por morte de servidora pública estadual, ocorrida antes da EC 20/98: cônjuge varão: exigência de requisito de invalidez que afronta o princípio da isonomia.

1. Considerada a redação do artigo 40 da Constituição Federal antes da EC 20/98, em vigor na data do falecimento da servidora, que não faz remissão ao regime geral da previdência social, impossível a invocação tanto do texto do artigo 195, § 5º - exigência de fonte de custeio para a instituição de benefício -, quanto o do art. 201, V - inclusão automática do cônjuge, seja homem ou mulher, como beneficiário de pensão por morte.

2. No texto anterior à EC 20/98, a Constituição se preocupou apenas em definir a correspondência entre o valor da pensão e a totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, sem qualquer referência a outras questões, como, por exemplo, os possíveis beneficiários da pensão por morte (Precedente: MS 21.540, Gallotti, RTJ 159/787).

3. No entanto, a lei estadual mineira, violando o princípio da igualdade do artigo 5º, I, da Constituição, exige do marido, para que perceba a pensão por morte da mulher, um requisito - o da invalidez - que não se presume em relação à viúva e que não foi objeto do acórdão do RE 204.193, 30.5.2001, Carlos Velloso, DJ 31.10.2002.

4. Nesse precedente, ficou evidenciado que o dado sociológico que se presume em favor da mulher é o da dependência econômica e não o de invalidez, razão pela qual também não pode ela ser exigida do marido. Se a condição de invalidez revela, de modo inequívoco, a dependência econômica, a recíproca não é verdadeira; a condição de dependência econômica não implica declaração de invalidez.

5. Agravo regimental provido, para conhecer do recurso extraordinário e negar-lhe provimento."

Cumpre ressaltar, por necessário, que esse entendimento **vem sendo observado** em **sucessivos** julgamentos, proferidos no âmbito desta Corte, **a propósito** de questões essencialmente **idênticas** à que ora se examina na **presente** causa (**RE 414.254/MG**, Rel. Min. CARLOS BRITTO - **RE 420.241/MG**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **v.g.**).

O **exame** da presente causa **evidencia** que o acórdão ora impugnado **ajusta-se** à diretriz jurisprudencial que esta Suprema Corte **firmou** na matéria em referência.

Sendo assim, e considerando as razões expostas, **conheço** do presente recurso extraordinário, **para negar-lhe provimento**.

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 398.338-5 (784)

PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
RECTE.(S)	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG
ADV.(A/S)	: ALEXANDRE VALADARES PASSOS E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: WALMIR DA SILVEIRA MATTOS
ADV.(A/S)	: NORMA SUELI MENDES ROCHA E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Discute-se nestes autos o direito do cônjuge varão sadio à percepção de pensão decorrente da morte de sua esposa.

2. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE n. 385.397-AgR, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, na Sessão do dia 29 de junho de 2007, decidiu que viola o princípio da isonomia lei que exige do marido, para fins de recebimento de pensão por morte da mulher, a comprovação da condição de invalidez.

3. Assentou "não ser o caso de se invocar o texto do art. 195, § 5º, ou do art. 201, V, da CF, já que a esposa do recorrente falecera antes da promulgação da EC 20/98, que incluiu o § 12 no art. 40, mas de se considerar apenas a redação do art. 40 antes dessa emenda, que definia a correspondência entre o valor da pensão e a totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, sem se referir a outras questões, tais como possíveis beneficiários da pensão por morte" [Informativo/STF n. 473/2007].

Nego seguimento ao recurso com fundamento no disposto no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 402.562-1 (785)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: GLAXO WELLCOME S/A
ADV.(A/S)	: PEDRO HENRIQUE PEDREIRA DUTRA LEITE E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PFN - MÔNICA ROCHA VICTOR DE OLIVEIRA

DESPACHO

Manifeste-se a Procuradoria-Geral da República (art. 103, § 1º, da Constituição da República e art. 52, inc. XIV, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 404.657-1 (786)

PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. EROS GRAU**
RECTE.(S)	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG
ADV.(A/S)	: ABDALA LOBO ANTUNES E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: ALCEU TEIXEIRA DA COSTA
ADV.(A/S)	: SÉRGIO CARNEIRO ROSI E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Discute-se nestes autos o direito do cônjuge varão sadio à percepção de pensão decorrente da morte de sua esposa.

2. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE n. 385.397-AgR, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, na Sessão do dia 29 de junho de 2007, decidiu que viola o princípio da isonomia lei que exige do marido, para fins de recebimento de pensão por morte da mulher, a comprovação da condição de invalidez.

3. Assentou "não ser o caso de se invocar o texto do art. 195, § 5º, ou do art. 201, V, da CF, já que a esposa do recorrente falecera antes da promulgação da EC 20/98, que incluiu o § 12 no art. 40, mas de se considerar apenas a redação do art. 40 antes dessa emenda, que definia a correspondência entre o valor da pensão e a totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, sem se referir a outras questões, tais como possíveis beneficiários da pensão por morte" [Informativo/STF n. 473/2007].

Nego seguimento ao recurso com fundamento no disposto no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 404.917-1 (787)

PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S)	: PGDF - PAULO JOSÉ MACHADO CORRÊA
RECDO.(A/S)	: CELMA MARIA SILVA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: FRANCISCO ANTÔNIO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA E OUTRO(A/S)

DESPACHO: Manifeste-se o Distrito Federal sobre a petição da parte ora recorrida, **que sustenta a prejudicialidade** do presente recurso extraordinário, **em face** da edição, pelo Senhor Governador do Distrito Federal, **do Decreto nº 28.169**, de 07/08/2007 (fls. 337/345).

Publique-se.

Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 412.659-1 (788)

PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG
ADV.(A/S)	: REYNALDO TADEU DE ANDRADE
RECDO.(A/S)	: JAQUES D'ARC ONOFRE MARIA GUIMARÃES
ADV.(A/S)	: JOAQUIM DOMINGOS DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O **presente** recurso extraordinário **revela-se** processualmente inviável, **eis que** se insurge contra acórdão que decidiu a causa em **estrita** conformidade com a orientação jurisprudencial que o Supremo Tribunal Federal **firmou** na matéria em exame.

Com efeito, o **Plenário** desta Suprema Corte, **ao julgar o RE 385.397-AgR/MG**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, **fixou** entendimento **que desautoriza** a pretensão de direito material deduzida pela parte ora recorrente:

"*II. Pensão por morte de servidora pública estadual, ocorrida antes da EC 20/98: cônjuge varão: exigência de requisito de invalidez que afronta o princípio da isonomia.*

1. Considerada a redação do artigo 40 da Constituição Federal antes da EC 20/98, em vigor na data do falecimento da servidora, que não faz remissão ao regime geral da previdência social, impossível a invocação tanto do texto do artigo 195, § 5º - exigência de fonte de custeio para a instituição de benefício -, quanto o do art. 201, V - inclusão automática do cônjuge, seja homem ou mulher, como beneficiário de pensão por morte.

2. No texto anterior à EC 20/98, a Constituição se preocupou apenas em definir a correspondência entre o valor da pensão e a totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, sem qualquer referência a outras questões, como, por exemplo, os possíveis beneficiários da pensão por morte (Precedente: MS 21.540, Gallotti, RTJ 159/787).

3. No entanto, a lei estadual mineira, violando o princípio da igualdade do artigo 5º, I, da Constituição, exige do marido, para que perceba a pensão por morte da mulher, um requisito - o da invalidez - que não se presume em relação à viúva e que não foi objeto do acórdão do RE 204.193, 30.5.2001, Carlos Velloso, DJ 31.10.2002.

4. Nesse precedente, ficou evidenciado que o dado sociológico que se presume em favor da mulher é o da dependência econômica e não o de invalidez, razão pela qual também não pode ela ser exigida do marido. Se a condição de invalidez revela, de modo inequívoco, a dependência econômica, a recíproca não é verdadeira; a condição de dependência econômica não implica declaração de invalidez.

5. Agravo regimental provido, para conhecer do recurso extraordinário e negar-lhe provimento."

Cumpre ressaltar, por necessário, que esse entendimento **vem sendo observado** em **sucessivos** julgamentos, proferidos no âmbito desta Corte, **a propósito** de questões essencialmente **idênticas** à que ora se examina na **presente** causa (**RE 414.254/MG**, Rel. Min. CARLOS BRITTO - **RE 420.241/MG**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **v.g.**).

O **exame** da presente causa **evidencia** que o acórdão ora impugnado **ajusta-se** à diretriz jurisprudencial que esta Suprema Corte **firmou** na matéria em referência.

Sendo assim, e considerando as razões expostas, **conheço** do presente recurso extraordinário, **para negar-lhe provimento**.

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 414.393-3 (789)

PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG
ADV.(A/S)	: LILIAN HAAS BOTTCHER
RECDO.(A/S)	: ANTONIO JOSÉ DA SILVA SOBRINHO
ADV.(A/S)	: MARCELO DE CASTRO MOREIRA E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O **presente** recurso extraordinário **revela-se** processualmente inviável, **eis que** se insurge contra acórdão que decidiu a causa em **estrita** conformidade com a orientação jurisprudencial que o Supremo Tribunal Federal **firmou** na matéria em exame.

Com efeito, o **Plenário** desta Suprema Corte, **ao julgar o RE 385.397-AgR/MG**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, **fixou** entendimento **que desautoriza** a pretensão de direito material deduzida pela parte ora recorrente:

"*II. Pensão por morte de servidora pública estadual, ocorrida antes da EC 20/98: cônjuge varão: exigência de requisito de invalidez que afronta o princípio da isonomia.*

1. Considerada a redação do artigo 40 da Constituição Federal antes da EC 20/98, em vigor na data do falecimento da servidora, que não faz remissão ao regime geral da previdência social, impossível a invocação tanto do texto do artigo 195, § 5º - exigência de fonte de custeio para a instituição de benefício -, quanto o do art. 201, V - inclusão automática do cônjuge, seja homem ou mulher, como beneficiário de pensão por morte.

2. No texto anterior à EC 20/98, a Constituição se preocupou apenas em definir a correspondência entre o valor da pensão e a totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, sem qualquer referência a outras questões, como, por exemplo, os possíveis beneficiários da pensão por morte (Precedente: MS 21.540, Gallotti, RTJ 159/787).

3. No entanto, a lei estadual mineira, violando o princípio da igualdade do artigo 5º, I, da Constituição, exige do marido, para que perceba a pensão por morte da mulher, um requisito - o da invalidez - que não se presume em relação à viúva e que não foi objeto do acórdão do RE 204.193, 30.5.2001, Carlos Velloso, DJ 31.10.2002.

4. Nesse precedente, ficou evidenciado que o dado sociológico que se presume em favor da mulher é o da dependência econômica e não o de invalidez, razão pela qual também não pode ela ser exigida do marido. Se a condição de invalidez revela, de modo inequívoco, a dependência econômica, a recíproca não é verdadeira; a condição de dependência econômica não implica declaração de invalidez.

5. Agravo regimental provido, para conhecer do recurso extraordinário e negar-lhe provimento."

Cumpre ressaltar, por necessário, que esse entendimento **vem sendo observado** em **sucessivos** julgamentos, proferidos no âmbito desta Corte, **a propósito** de questões essencialmente **idênticas** à que ora se examina na **presente** causa (**RE 414.254/MG**, Rel. Min. CARLOS BRITTO - **RE 420.241/MG**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **v.g.**).

O **exame** da presente causa **evidencia** que o acórdão ora impugnado **ajusta-se** à diretriz jurisprudencial que esta Suprema Corte **firmou** na matéria em referência.

Sendo assim, e considerando as razões expostas, **conheço** do presente recurso extraordinário, **para negar-lhe provimento**.

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 417.117-1 (790)

PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG
ADV.(A/S)	: WAGNER LIMA NASCIMENTO SILVA
RECDO.(A/S)	: JOSÉ AVENDANHA FILHO
ADV.(A/S)	: INIS FÁTIMA DE PAULA E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O **presente** recurso extraordinário **revela-se** processualmente inviável, **eis que** se insurge contra acórdão que decidiu a causa em **estrita** conformidade com a orientação jurisprudencial que o Supremo Tribunal Federal **firmou** na matéria em exame.

Com efeito, o **Plenário** desta Suprema Corte, **ao julgar o RE 385.397-AgR/MG**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, **fixou** entendimento **que desautoriza** a pretensão de direito material deduzida pela parte ora recorrente:

"*II. Pensão por morte de servidora pública estadual, ocorrida antes da EC 20/98: cônjuge varão: exigência de requisito de invalidez que afronta o princípio da isonomia.*

1. Considerada a redação do artigo 40 da Constituição Federal antes da EC 20/98, em vigor na data do falecimento da servidora, que não faz remissão ao regime geral da previdência social, impossível a invocação tanto do texto do artigo 195, § 5º - exigência de fonte de custeio para a instituição de benefício -, quanto o do art. 201, V - inclusão automática do cônjuge, seja homem ou mulher, como beneficiário de pensão por morte.

2. No texto anterior à EC 20/98, a Constituição se preocupou apenas em definir a correspondência entre o valor da pensão e a totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, sem qualquer referência a outras questões, como, por exemplo, os possíveis beneficiários da pensão por morte (Precedente: MS 21.540, Gallotti, RTJ 159/787).

3. No entanto, a lei estadual mineira, violando o princípio da igualdade do artigo 5º, I, da Constituição, exige do marido, para que perceba a pensão por morte da mulher, um requisito - o da invalidez - que não se presume em relação à viúva e que não foi objeto do acórdão do RE 204.193, 30.5.2001, Carlos Velloso, DJ 31.10.2002.

4. Nesse precedente, ficou evidenciado que o dado sociológico que se presume em favor da mulher é o da dependência econômica e não o de invalidez, razão pela qual também não pode ela ser exigida do marido. Se a condição de invalidez revela, de modo inequívoco, a dependência econômica, a recíproca não é verdadeira; a condição de dependência econômica não implica declaração de invalidez.

5. Agravo regimental provido, para conhecer do recurso extraordinário e negar-lhe provimento."

Cumpre ressaltar, por necessário, que esse entendimento **vem sendo observado** em **sucessivos** julgamentos, proferidos no âmbito desta Corte, **a propósito** de questões essencialmente **idênticas** à que ora se examina na **presente** causa (**RE 414.254/MG**, Rel. Min. CARLOS BRITTO - **RE 420.241/MG**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **v.g.**).

O **exame** da presente causa **evidencia** que o acórdão ora impugnado **ajusta-se** à diretriz jurisprudencial que esta Suprema Corte **firmou** na matéria em referência.

Sendo assim, e considerando as razões expostas, **conheço** do presente recurso extraordinário, **para negar-lhe provimento**.

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 431.653-6 (791)

PROCED. : RIO GRANDE DO NORTE
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : JAIRO DOS SANTOS LEITE E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ALEXANDRE J. CASSOL E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - JULGAMENTO - PARÂMETROS - NEGATIVA DE SEGUIMENTO.

1. Na interposição deste recurso foram observados os pressupostos de recorribilidade que lhe são próprios. A peça, protocolada no prazo assinado em lei, foi subscrita por profissional da advocacia credenciado pela procuração de folha 9, estando os recorrentes sob o palio da assistência judicial gratuita.

A apreciação de todo e qualquer recurso de natureza extraordinária faz-se com base nas premissas constantes do acórdão impugnado. Defeso é o reexame, quer de fatos, quer de normas estritamente ordinárias, para, a partir de outros fundamentos, entender-se pelo enquadramento do extraordinário no permissivo da alínea "a" do inciso III do artigo 102 da Constituição Federal. No caso, o órgão julgador de origem, ao proceder à análise da legislação de regência, assentou que "o fato da Gratificação de Atividade Militar-GAM, destinada aos servidores militares (Lei Delegada nº 12, de 1992), ter sido instituída em percentuais superiores à vantagem prevista para os servidores civis - GAE (Lei Delegada nº 13, de 13-8-92), não causa impacto ao princípio da isonomia, haja vista que, afora ser vantagem de caráter pessoal, não há similitude entre as respectivas atividades funcionais" (folha 101). Em momento algum, revelou a Corte parâmetros que pudessem desaguar na conclusão sobre ofensa ao princípio da isonomia. Em síntese, o cotejo do que decidido com os artigos que o recorrente aponta como infringidos evidencia não ter o Tribunal Regional Federal da 5ª Região adotado tese passível de ser tida como conflitante com a Lei Maior.

2. Por tais razões, nego seguimento ao extraordinário.

3. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 433.139-0 (792)

PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG
ADV.(A/S) : CLÁUDIO JOSÉ RESENDE FONSECA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ALCIVANDO EUSTÁQUIO CORRÊA
ADV.(A/S) : EDUARDO GOMES ARAMAYO E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O **presente** recurso extraordinário **revela-se** processualmente inviável, **eis que** se insurge contra acórdão que decidiu a causa em **estrita** conformidade com a orientação jurisprudencial que o Supremo Tribunal Federal **firmou** na matéria em exame.

Com efeito, o **Plenário** desta Suprema Corte, **ao julgar o RE 385.397-AgR/MG**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, **fixou** entendimento **que desautoriza** a pretensão de direito material deduzida pela parte ora recorrente:

"*II. Pensão por morte de servidora pública estadual, ocorrida antes da EC 20/98: cônjuge varão: exigência de requisito de invalidez que afronta o princípio da isonomia.*

1. Considerada a redação do artigo 40 da Constituição Federal antes da EC 20/98, em vigor na data do falecimento da servidora, que não faz remissão ao regime geral da previdência social, impossível a invocação tanto do texto do artigo 195, § 5º - exigência de fonte de custeio para a instituição de benefício -, quanto o do art. 201, V - inclusão automática do cônjuge, seja homem ou mulher, como beneficiário de pensão por morte.

2. No texto anterior à EC 20/98, a Constituição se preocupou apenas em definir a correspondência entre o valor da pensão e a totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, sem qualquer referência a outras questões, como, por exemplo, os possíveis beneficiários da pensão por morte (Precedente: MS 21.540, Gallotti, RTJ 159/787).

3. No entanto, a lei estadual mineira, violando o princípio da igualdade do artigo 5º, I, da Constituição, exige do marido, para que perceba a pensão por morte da mulher, um requisito - o da invalidez - que não se presume em relação à viúva e que não foi objeto do acórdão do RE 204.193, 30.5.2001, Carlos Velloso, DJ 31.10.2002.

4. Nesse precedente, ficou evidenciado que o dado sociológico que se presume em favor da mulher é o da dependência econômica e não o de invalidez, razão pela qual também não pode ela ser exigida do marido. Se a condição de invalidez revela, de modo inequívoco, a dependência econômica, a recíproca não é verdadeira; a condição de dependência econômica não implica declaração de invalidez.

5. Agravo regimental provido, para conhecer do recurso extraordinário e negar-lhe provimento."

Cumpre ressaltar, por necessário, que esse entendimento **vem sendo observado** em **sucessivos** julgamentos, proferidos no âmbito desta Corte, **a propósito** de questões essencialmente **idênticas** à que ora se examina na **presente** causa (**RE 414.254/MG**, Rel. Min. CARLOS BRITTO - **RE 420.241/MG**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **v.g.**).

O **exame** da presente causa **evidencia** que o acórdão ora impugnado **ajusta-se** à diretriz jurisprudencial que esta Suprema Corte **firmou** na matéria em referência.

Sendo assim, e considerando as razões expostas, **conheço** do presente recurso extraordinário, **para negar-lhe provimento**.

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 451.447-8 (793)

PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG
ADV.(A/S) : VALÉRIA MAGALHÃES NOGUEIRA
ADV.(A/S) : ISMAEL LOPES DA SILVA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : NICOLAU HEITMANN NETO
ADV.(A/S) : NEWTON DE ARAÚJO E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Discute-se nestes autos o direito do cônjuge varão sadio à percepção de pensão decorrente da morte de sua esposa.

2. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE n. 385.397-AgR, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, na Sessão do dia 29 de junho de 2007, decidiu que viola o princípio da isonomia lei que exige do marido, para fins de recebimento de pensão por morte da mulher, a comprovação da condição de invalidez.

3. Assentou "não ser o caso de se invocar o texto do art. 195, § 5º, ou do art. 201, V, da CF, já que a esposa do recorrente falecera antes da promulgação da EC 20/98, que incluiu o § 12 no art. 40, mas de se considerar apenas a redação do art. 40 antes dessa emenda, que definia a correspondência entre o valor da pensão e a totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, sem se referir a outras questões, tais como possíveis beneficiários da pensão por morte" [Informativo/STF n. 473/2007].

Nego seguimento ao recurso com fundamento no disposto no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 452.144-0 (794)

PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S) : ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO - MG - FERNANDA SARAIVA GOMES
RECDO.(A/S) : ANTÔNIO CAMPOLINA PINTO FILHO
ADV.(A/S) : TÁRCIA HELENA DIAS OLIVEIRA E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O **presente** recurso extraordinário **revela-se** processualmente inviável, **eis que** se insurge contra acórdão que decidiu a causa em **estrita** conformidade com a orientação jurisprudencial que o Supremo Tribunal Federal **firmou** na matéria em exame.

Com efeito, o **Plenário** desta Suprema Corte, **ao julgar o RE 385.397-AgR/MG**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, **fixou** entendimento **que desautoriza** a pretensão de direito material deduzida pela parte ora recorrente:

"*II. Pensão por morte de servidora pública estadual, ocorrida antes da EC 20/98: cônjuge varão: exigência de requisito de invalidez que afronta o princípio da isonomia.*

1. Considerada a redação do artigo 40 da Constituição Federal antes da EC 20/98, em vigor na data do falecimento da servidora, que não faz remissão ao regime geral da previdência social, impossível a invocação tanto do texto do artigo 195, § 5º - exigência de fonte de custeio para a instituição de benefício -, quanto o do art. 201, V - inclusão automática do cônjuge, seja homem ou mulher, como beneficiário de pensão por morte.

2. No texto anterior à EC 20/98, a Constituição se preocupou apenas em definir a correspondência entre o valor da pensão e a totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, sem qualquer referência a outras questões, como, por exemplo, os possíveis beneficiários da pensão por morte (Precedente: MS 21.540, Gallotti, RTJ 159/787).

3. No entanto, a lei estadual mineira, violando o princípio da igualdade do artigo 5º, I, da Constituição, exige do marido, para que perceba a pensão por morte da mulher, um requisito - o da invalidez - que não se presume em relação à viúva e que não foi objeto do acórdão do RE 204.193, 30.5.2001, Carlos Velloso, DJ 31.10.2002.

4. Nesse precedente, ficou evidenciado que o dado sociológico que se presume em favor da mulher é o da dependência econômica e não o de invalidez, razão pela qual também não pode ela ser exigida do marido. Se a condição de invalidez revela, de modo inequívoco, a dependência econômica, a recíproca não é verdadeira; a condição de dependência econômica não implica declaração de invalidez.

5. Agravo regimental provido, para conhecer do recurso extraordinário e negar-lhe provimento."

Cumpre ressaltar, por necessário, que esse entendimento **vem sendo observado** em **sucessivos** julgamentos, proferidos no âmbito desta Corte, **a propósito** de questões essencialmente **idênticas** à que ora se examina na **presente** causa (**RE 414.254/MG**, Rel. Min. CARLOS BRITTO - **RE 420.241/MG**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **v.g.**).

O **exame** da presente causa **evidencia** que o acórdão ora impugnado **ajusta-se** à diretriz jurisprudencial que esta Suprema Corte **firmou** na matéria em referência.

Sendo assim, e considerando as razões expostas, **conheço** do presente recurso extraordinário, **para negar-lhe provimento**.

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO - Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 455.272-8 (795)

PROCED. : CEARÁ
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : ESTADO DO CEARÁ
ADV.(A/S) : PGE-CE - CROACI AGUIAR
RECDO.(A/S) : MARIA CLEILCE TEIXEIRA LIMA
ADV.(A/S) : FABIANO ALVES LIMA E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Discute-se no presente recurso extraordinário o direito dos servidores públicos inativos à Gratificação Extra-Classe, com respaldo no disposto no artigo 40, §§ 3º e 8º, da Constituição do Brasil.

2. O Tribunal *a quo* decidiu que a gratificação aludida não deve ser estendida aos inativos, vez que é vantagem de caráter *pro labore faciendo*.

3. O recorrente alega violação do disposto nos artigos 37, *caput*, e 40, §§ 3º e 8º, da Constituição do Brasil.

4. A 2ª Turma deste Tribunal, no julgamento do RE n. 445.226-AgR, de que fui Relator, DJ de 20.10.06, fixou o seguinte entendimento:

"EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. VANTAGEM. EXTENSÃO. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL.

1. Este Tribunal firmou entendimento no sentido de que apenas as vantagens de caráter geral podem ser estendidas aos inativos. Precedentes.

2. A análise da natureza jurídica da parcela discutida --- se vantagem pessoal ou geral --- depende do exame da legislação infraconstitucional que disciplina a espécie.

Agravo regimental a que se nega provimento".

5. No mesmo sentido, o RE n. 473.822, Relator o Ministro Carlos Britto, DJ de 15.5.06; o RE n. 472.200, Relator o Ministro Carlos Britto, DJ de 30.3.06; o RE n. 420.205, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 13.2.06, entre outras.

Dou provimento ao recurso com fundamento no disposto no artigo 557, § 1º-A, do CPC. Declaro invertidos os ônus da sucumbência, ressalvada a hipótese de a recorrida encontrar-se alcançada pelos efeitos da justiça gratuita

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 456.106-9 (796)

PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PFN - RICARDO PY GOMES DA SILVEIRA
RECDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : NORBERTO JOSÉ ROSSI

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - INTERPRETAÇÃO DE NORMAS LEGAIS - INVIABILIDADE - FALTA DE PREQUESTIONAMENTO.

1. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região negou acolhida a pedido formulado em apelação, mediante o acórdão de folha 199 a 201, assim sintetizado (folha 201):

PASEP. CDN. FPM. RETENÇÃO. LANÇAMENTO.

A retenção do FPM, assim como a recusa do fornecimento de CND, só é admissível se houver o crédito tributário constituído.

2. O acórdão impugnado mediante o extraordinário revela interpretação de normas estritamente legais, não ensejando o acesso ao Supremo. À mercê de articulação sobre a violência à Carta da República, pretende-se guindar a esta Corte recurso que não se enquadra no inciso III do artigo 102 da Constituição Federal.

3. Acresce que, no caso dos autos, o que sustentado nas razões do extraordinário não foi enfrentado pelo órgão julgador. Frise-se que o prequestionamento não resulta da circunstância de a matéria haver sido argüida pela parte recorrente. A configuração do instituto pressupõe debate e decisão prévios pelo Colegiado, ou seja, emissão de juízo sobre o tema. O procedimento tem como escopo o cotejo indispensável a que se diga do enquadramento do recurso extraordinário no permissivo constitucional. Se o Tribunal de origem não adotou entendimento explícito a respeito do fato jurígeno veiculado nas razões recursais, inviabilizada fica a conclusão sobre a violência ao preceito evocado pela recorrente. Assim, padece o recurso da ausência de prequestionamento, esbarrando no Verbete nº 282 da Súmula desta Corte.

4. Nego seguimento a este extraordinário.

5. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO - Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 460.120-6 (797)
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG
ADV.(A/S) : FRANÇOISE FABIANE FERREIRA DINIZ
RECDO.(A/S) : HIGINO ALVES NETO
ADV.(A/S) : NORMA SUELI MENDES ROCHA E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Discute-se nestes autos o direito do cônjuge varão sadio à percepção de pensão decorrente da morte de sua esposa.

2. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE n. 385.397-AgR, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, na Sessão do dia 29 de junho de 2007, decidiu que viola o princípio da isonomia lei que exige do marido, para fins de recebimento de pensão por morte da mulher, a comprovação da condição de invalidez.

3. Assentou "não ser o caso de se invocar o texto do art. 195, § 5º, ou do art. 201, V, da CF, já que a esposa do recorrente falecera antes da promulgação da EC 20/98, que incluiu o § 12 no art. 40, mas de se considerar apenas a redação do art. 40 antes dessa emenda, que definia a correspondência entre o valor da pensão e a totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, sem se referir a outras questões, tais como possíveis beneficiários da pensão por morte" [Informativo/STF n. 473/2007].

Nego seguimento ao recurso com fundamento no disposto no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 460.155-9 (798)
PROCED. : AMAZONAS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : ESTADO DO AMAZONAS
ADV.(A/S) : PGE-AM - MARCELO AUGUSTO A. DA CUNHA
RECDO.(A/S) : ANGELA MARIA MELO DE SOUZA
ADV.(A/S) : JOSÉ MURILO GADELHA HOLLANDA E OUTRO(A/S)

DECISÃO

TETO CONSTITUCIONAL - ARTIGO 37, INCISO XI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/2003 - ALCANCE - RECURSO EXTRAORDINÁRIO - NEGATIVA DE SEGUIMENTO.

1. O Pleno, ao apreciar o Mandado de Segurança nº 24.875-1/DF, da relatoria do ministro Sepúlveda Pertence, cujo acórdão foi publicado no Diário da Justiça de 6 de outubro de 2006, assentou a aplicação imediata do disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal. Eis o fecho do voto condutor do julgamento:

Esse o quadro, tenho como certo o direito dos impetrantes - sob o pálio da garantia da irredutibilidade de vencimentos -, a continuar percebendo o acréscimo sobre os proventos - no quanto recebido anteriormente à EC 41/03 - até que o seu montante seja coberto pelo subsídio fixado em Lei para o Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Na oportunidade, manifestei-me em sentido contrário, consignando que as situações constituídas deveriam ser observadas, com extravasamento do novo teto versado na Carta da República, sob a rubrica vantagens pessoais.

2. Ante a decisão da ilustrada maioria, nego seguimento ao extraordinário.

3. Publiquem.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 461.492-8 (799)
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG
ADV.(A/S) : ISMAEL LOPES DA SILVA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : SEBASTIÃO DE OLIVEIRA FARIA
ADV.(A/S) : GLAUCO SILVEIRA GOULART E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O **presente** recurso extraordinário **revela-se** processualmente inviável, **eis que** se insurge contra acórdão que decidiu a causa em **estrita** conformidade com a orientação jurisprudencial que o Supremo Tribunal Federal **firmou** na matéria em exame.

Com efeito, o **Plenário** desta Suprema Corte, **ao julgar o RE 385.397-AgR/MG**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, **fixou** entendimento **que desautoriza** a pretensão de direito material deduzida pela parte ora recorrente:

"*II. Pensão por morte de servidora pública estadual, ocorrida antes da EC 20/98: cônjuge varão: exigência de requisito de invalidez que afronta o princípio da isonomia.*

1. Considerada a redação do artigo 40 da Constituição Federal antes da EC 20/98, em vigor na data do falecimento da servidora, que não faz remissão ao regime geral da previdência social, impossível a invocação tanto do texto do artigo 195, § 5º - exigência de fonte de custeio para a instituição de benefício -, quanto o do art. 201, V - inclusão automática do cônjuge, seja homem ou mulher, como beneficiário de pensão por morte.

2. No texto anterior à EC 20/98, a Constituição se preocupou apenas em definir a correspondência entre o valor da pensão e a totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, sem qualquer referência a outras questões, como, por exemplo, os possíveis beneficiários da pensão por morte (Precedente: MS 21.540, Gallotti, RTJ 159/787).

3. No entanto, a lei estadual mineira, violando o princípio da igualdade do artigo 5º, I, da Constituição, exige do marido, para que perceba a pensão por morte da mulher, um requisito - o da invalidez - que não se presume em relação à viúva e que não foi objeto do acórdão do RE 204.193, 30.5.2001, Carlos Velloso, DJ 31.10.2002.

4. Nesse precedente, ficou evidenciado que o dado sociológico que se presume em favor da mulher é o da dependência econômica e não o de invalidez, razão pela qual também não pode ela ser exigida do marido. Se a condição de invalidez revela, de modo inequívoco, a dependência econômica, a recíproca não é verdadeira; a condição de dependência econômica não implica declaração de invalidez.

5. Agravo regimental provido, para conhecer do recurso extraordinário e negar-lhe provimento."

Cumpre ressaltar, por necessário, que esse entendimento **vem sendo observado** em **sucessivos** julgamentos, proferidos no âmbito desta Corte, **a propósito** de questões essencialmente **idênticas** à que ora se examina na **presente** causa (**RE 414.254/MG**, Rel. Min. CARLOS BRITTO - **RE 420.241/MG**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **v.g.**).

O **exame** da presente causa **evidencia** que o acórdão ora impugnado **ajusta-se** à diretriz jurisprudencial que esta Suprema Corte **firmou** na matéria em referência.

Sendo assim, e considerando as razões expostas, **conheço** do presente recurso extraordinário, **para negar-lhe provimento**.

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 463.630-1 (800)
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : SEBASTIÃO SIQUEIRA ALVES E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : NEIDE RIBEIRO PALARO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - MARIA BEATRIZ N S MARTINS LAZARINI

DECISÃO: A matéria discutida no presente recurso extraordinário não foi suscitada no momento oportuno e, por isso, não foi apreciada no acórdão impugnado.

2. Este Tribunal firmou entendimento no sentido de que "[s]e a questão constitucional não foi suscitada oportunamente no recurso interposto perante o Tribunal de origem, são ineficazes e tardios os embargos de declaração opostos para fins de prequestionamento" [RE n. 333.022-AgR, de que fui relator, DJ de 28.10.05]. Incidem os óbices das Súmulas ns. 282 e 356 deste Tribunal. Nesse sentido: AI n. 541.721-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 3.2.06, e AI n. 384.460, Relator o Ministro Maurício Corrêa, DJ de 2.5.03.

3. Ainda que assim não fosse, o Supremo firmou entendimento no sentido de que a "controvérsia sobre a incidência, ou não, da prescrição cinge-se ao campo legal, descabendo concluir pela violência à Constituição Federal" [AI 453.614-AgR, Relator o Ministro Marco Aurélio, DJ de 3.9.04].

Nego seguimento ao recurso com fundamento no disposto no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 469.767-0 (801)
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. EROS GRAU
RECTE.(S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG
ADV.(A/S) : HUGO MARCONDES DOS REIS JÚNIOR E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : LUIZ CARLOS DE AZEVEDO
ADV.(A/S) : JOÃO ROMUALDO FERNANDES DA SILVA E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Discute-se nestes autos o direito do cônjuge varão sadio à percepção de pensão decorrente da morte de sua esposa.

2. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE n. 385.397-AgR, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, na Sessão do dia 29 de junho de 2007, decidiu que viola o princípio da isonomia lei que exige do marido, para fins de recebimento de pensão por morte da mulher, a comprovação da condição de invalidez.

3. Assentou "não ser o caso de se invocar o texto do art. 195, § 5º, ou do art. 201, V, da CF, já que a esposa do recorrente falecera antes da promulgação da EC 20/98, que incluiu o § 12 no art. 40, mas de se considerar apenas a redação do art. 40 antes dessa emenda, que definia a correspondência entre o valor da pensão e a totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, sem se referir a outras questões, tais como possíveis beneficiários da pensão por morte" [Informativo/STF n. 473/2007].

Nego seguimento ao recurso com fundamento no disposto no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro **Eros Grau**
- Relator -

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 471.534-1 (802)
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG
ADV.(A/S) : ALEXSANDRA MAROTA CRISPIM PRATES
RECDO.(A/S) : OSVALDO DO NASCIMENTO
ADV.(A/S) : SÉRGIO BOTREL VILELA E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O **presente** recurso extraordinário **revela-se** processualmente inviável, **eis que** se insurge contra acórdão que decidiu a causa em **estrita** conformidade com a orientação jurisprudencial que o Supremo Tribunal Federal **firmou** na matéria em exame.

Com efeito, o **Plenário** desta Suprema Corte, **ao julgar o RE 385.397-AgR/MG**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, **fixou** entendimento **que desautoriza** a pretensão de direito material deduzida pela parte ora recorrente:

"*II. Pensão por morte de servidora pública estadual, ocorrida antes da EC 20/98: cônjuge varão: exigência de requisito de invalidez que afronta o princípio da isonomia.*

1. Considerada a redação do artigo 40 da Constituição Federal antes da EC 20/98, em vigor na data do falecimento da servidora, que não faz remissão ao regime geral da previdência social, impossível a invocação tanto do texto do artigo 195, § 5º - exigência de fonte de custeio para a instituição de benefício -, quanto o do art. 201, V - inclusão automática do cônjuge, seja homem ou mulher, como beneficiário de pensão por morte.

2. No texto anterior à EC 20/98, a Constituição se preocupou apenas em definir a correspondência entre o valor da pensão e a totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, sem qualquer referência a outras questões, como, por exemplo, os possíveis beneficiários da pensão por morte (Precedente: MS 21.540, Gallotti, RTJ 159/787).

3. No entanto, a lei estadual mineira, violando o princípio da igualdade do artigo 5º, I, da Constituição, exige do marido, para que perceba a pensão por morte da mulher, um requisito - o da invalidez - que não se presume em relação à viúva e que não foi objeto do acórdão do RE 204.193, 30.5.2001, Carlos Velloso, DJ 31.10.2002.

4. Nesse precedente, ficou evidenciado que o dado sociológico que se presume em favor da mulher é o da dependência econômica e não o de invalidez, razão pela qual também não pode ela ser exigida do marido. Se a condição de invalidez revela, de modo inequívoco, a dependência econômica, a recíproca não é verdadeira; a condição de dependência econômica não implica declaração de invalidez.

5. Agravo regimental provido, para conhecer do recurso extraordinário e negar-lhe provimento."

Cumpre ressaltar, por necessário, que esse entendimento **vem sendo observado** em **sucessivos** julgamentos, proferidos no âmbito desta Corte, **a propósito** de questões essencialmente **idênticas** à que ora se examina na **presente** causa (**RE 414.254/MG**, Rel. Min. CARLOS BRITTO - **RE 420.241/MG**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **v.g.**).

O **exame** da presente causa **evidencia** que o acórdão ora impugnado **ajusta-se** à diretriz jurisprudencial que esta Suprema Corte **firmou** na matéria em referência.

Sendo assim, e considerando as razões expostas, **conheço** do presente recurso extraordinário, **para negar-lhe provimento**.

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 474.379-5 (803)
PROCED. : RIO GRANDE DO NORTE
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ADV.(A/S) : PGE-RN - JOSÉ FERNANDES DINIZ JÚNIOR
RECDO.(A/S) : ELIZABETH GUERRA PEREIRA XAVIER E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA

DECISÃO

SALÁRIO MÍNIMO - GARANTIA CONSTITUCIONAL - VENCIMENTOS E REMUNERAÇÃO - RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONHECIDO E PROVIDO ANTE A CONTRARIEDADE A PRECEDENTES.

1. Na interposição deste recurso, foram atendidos os pressupostos gerais de recorribilidade. A peça, subscrita por procurador do Estado, restou protocolada no prazo dobrado a que tem jus o recorrente.

2. Atentem para os parâmetros do conflito de interesses dirimido na origem. Em certo período, a remuneração dos recorridos esteve abaixo do salário mínimo. Então, para observar a garantia constitucional - inciso IV do artigo 7º da Constituição Federal -, o Estado complementou a diferença com parcela sob a denominação de abono. Indaga-se: recebida a quantia a tal título, incidem sobre ela as vantagens ditas pessoais, como a gratificação por tempo de serviço? A resposta é negativa. Esta Corte, de forma reiterada, tem proclamado que a garantia de percepção mínima envolve não o vencimento básico mas a remuneração total recebida pelo prestador dos serviços.

A decisão do Tribunal de origem contraria a jurisprudência do Supremo. Em síntese, aditou-se o que satisfeito pelo Estado com um só objetivo, o de alcançar-se o valor do salário mínimo e isso ocorreu considerados acréscimos remuneratórios estampados em vantagens pessoais. Acabou descaracterizada a própria parcela tal como satisfeita, ou seja, como abono com a única finalidade de a remuneração, total recebida, não ficar aquém do salário mínimo.

3. Conheço deste extraordinário e, acionando o disposto no parágrafo 1º-A do artigo 557 do Código de Processo Civil, provejo-o para julgar improcedente o pedido. Custas e honorários advocatícios pelos recorridos, isentos em decorrência de terem litigado sob o pálio da assistência judiciária gratuita.

4. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 476.903-4 (804)

PROCED.	: MATO GROSSO
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: VERA CRUZ SEGURADORA S/A
ADV.(A/S)	: LUIZ AUDIZIO GOMES E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE
ADV.(A/S)	: JOSÉ LUIZ ORRO DE CAMPOS E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - ARTIGO 150, INCISO IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - CONFISCO - NEGATIVA DE SEGUIMENTO.

1. A apreciação do recurso extraordinário faz-se a partir das premissas constantes do acórdão impugnado. No caso, a Corte de origem assentou que a articulação em torno do confisco diz respeito não a tributo, mas a multa. A par desse aspecto, não se conta, no acórdão prolatado, com as balizas do montante alcançado, ante o valor inicialmente devido, relativo ao imposto. Daí a impossibilidade de concluir pela ofensa ao artigo 150, inciso IV, da Constituição Federal.

2. Nego seguimento ao recurso.

3. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 477.913-7 (805)

PROCED.	: RIO GRANDE DO NORTE
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ADV.(A/S)	: PGE-RN - ROSALI DIAS DE ARAÚJO PINHEIRO
RECDO.(A/S)	: ADELAIDE DANTAS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)

DECISÃO

SALÁRIO MÍNIMO - GARANTIA CONSTITUCIONAL - VENCIMENTOS E REMUNERAÇÃO - RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONHECIDO E PROVIDO ANTE A CONTRARIEDADE A PRECEDENTES.

1. Na interposição deste recurso, foram atendidos os pressupostos gerais de recorribilidade. A peça, subscrita por procuradora do Estado, restou protocolada no prazo dobrado a que tem jus o recorrente.

2. Atentem para os parâmetros do conflito de interesses dirimido na origem. Em certo período, a remuneração dos recorridos esteve abaixo do salário mínimo. Então, para observar a garantia constitucional - inciso IV do artigo 7º da Constituição Federal -, o Estado complementou a diferença com parcela sob a denominação de abono. Indaga-se: recebida a quantia a tal título, incidem sobre ela as vantagens ditas pessoais, como a gratificação por tempo de serviço? A resposta é negativa. Esta Corte, de forma reiterada, tem proclamado que a garantia de percepção mínima envolve não o vencimento básico mas a remuneração total recebida pelo prestador dos serviços.

A decisão do Tribunal de origem contraria a jurisprudência do Supremo. Em síntese, aditou-se o que satisfeito pelo Estado com um só objetivo, o de alcançar-se o valor do salário mínimo e isso ocorreu considerados acréscimos remuneratórios estampados em vantagens pessoais. Acabou descaracterizada a própria parcela tal como satisfeita, ou seja, como abono com a única finalidade de a remuneração, total recebida, não ficar aquém do salário mínimo.

3. Conheço deste extraordinário e, acionando o disposto no parágrafo 1º-A do artigo 557 do Código de Processo Civil, provejo-o para julgar improcedente o pedido. Custas e honorários advocatícios pelos recorridos, isentos em decorrência de terem litigado sob o pálio da assistência judiciária gratuita.

4. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 478.017-8 (806)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. GILMAR MENDES**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S)	: TRANSPORTADORA EMBORCAÇÃO LTDA
ADV.(A/S)	: GUSTAVO MONTEIRO AMARAL E OUTRO(A/S)

DESPACHO: Em face dos termos da petição nº 114.817/2007, retifique-se a autuação. Intime-se a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, na forma requerida, da decisão de fl. 200.

Publique-se.

Brasília, 21 de agosto de 2007.

Ministro **GILMAR MENDES**
Relator
Documento assinado digitalmente.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 478.548-0 (807)

PROCED.	: ALAGOAS
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PFN - MARTA SUZI PEIXOTO PAIVA LINARD
RECDO.(A/S)	: EISLEBEN BARTIRA LISBOA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: JOSÉ ALBERTO DE ALBUQUERQUE PEREIRA E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - INTERPOSIÇÃO SIMULTÂNEA DO ESPECIAL - PREJUÍZO.

1. Simultaneamente com o extraordinário, versando sobre idêntica matéria, foi interposto recurso especial. O Superior Tribunal de Justiça conheceu e acolheu parcialmente o pedido nele formulado. Confiram à folha 275 à 290. A decisão prolatada substituiu, consoante o disposto no artigo 512 do Código de Processo Civil, a formalizada pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que, assim, não mais subsiste.

2. Ante o quadro, declaro o prejuízo do extraordinário.

3. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 481.743-8 (808)

PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: ALOUCAR LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA
ADV.(A/S)	: ERICH ENDRILLO SANTOS SIMAS
RECDO.(A/S)	: DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S)	: PGDF - MÁRCIO WANDERLEY DE AZEVEDO

DECISÃO

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - INCIDÊNCIA - LOCAÇÃO DE BEM MÓVEL - RECURSO EXTRAORDINÁRIO - PRECEDENTE - NEGATIVA DE SEGUIMENTO.

1. Discute-se, na espécie, a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza no tocante aos contratos de locação de bem móvel.

2. A matéria encontra-se pacificada nesta Corte. Eis a ementa do Recurso Extraordinário nº 116.121-3/SP, relatado pelo ministro Octavio Gallotti, do qual fui designado redator para o acórdão, decidido pelo Tribunal Pleno em sessão realizada em 11 de outubro de 2000:

TRIBUTO - FIGURINO CONSTITUCIONAL. A supremacia da Carta Federal é conducente a glosar-se a cobrança de tributo discrepante daqueles nela previstos.

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - CONTRATO DE LOCAÇÃO. A terminologia constitucional do Imposto sobre Serviços revela o objeto da tributação. Conflita com a Lei Maior dispositivo que imponha o tributo considerado contrato de locação de bem móvel. Em Direito, os institutos, as expressões e os vocábulos têm sentido próprio, descabendo confundir a locação de serviços com a de móveis, práticas diversas regidas pelo Código Civil, cujas definições são de observância inafastável - artigo 110 do Código Tributário Nacional.

3. Ante o precedente, nego seguimento ao extraordinário.

4. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 483.249-6 (809)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: MURILO GASPARINI MORENO
RECDO.(A/S)	: CLOTILDE BENEDITA AZEVEDO
ADV.(A/S)	: MARIA LUIZA DE MEDEIROS GUERRA E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA EM PRECATÓRIO COMPLEMENTAR: ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTE SUPREMO TRIBUNAL. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República.

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região decidiu pela incidência de juros moratórios em precatório complementar, nos seguintes termos:

"PREVIDENCIÁRIO. SALDO REMANESCENTE DO DÉBITO PREVIDENCIÁRIO. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA.

I - Após a expedição do ofício precatório, a atualização monetária deveria obedecer a variação da UFIR e, após sua extinção, o IPCA-E do IBGE (Resolução CJF 258/02).

II - São devidos juros moratórios quando descumprido o prazo do art. 100, § 1º, da Constituição Federal.

III - Apelação desprovida.

(...)

Além disso, o precatório foi liquidado após o prazo do art. 100, § 1º, da Constituição Federal, por isso mesmo são devidos juros de mora entre a data indicada no cálculo e a expedição do precatório complementar." *(grifei - fls. 31 e 32)*

2. O Recorrente alega que a decisão do Tribunal *a quo* teria afrontado o art. 100, § 1º, da Constituição. Sustenta o Instituto que, ao se decidir pela incidência dos juros moratórios em precatório complementar, não se teria levado em consideração, no acórdão recorrido, o argumento de que não incide em mora a Fazenda Pública quando os precatórios são pagos no prazo estipulado pelo dispositivo constitucional acima mencionado.

Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO.**

3. Razão jurídica não assiste ao Recorrente.

A jurisprudência deste Supremo Tribunal firmou-se, a partir do julgamento em Plenário do RE 298.616, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ 3.10.2003, no mesmo sentido da decisão recorrida:

"Recurso Extraordinário. 2. Precatórios. Juros de mora. 3. Art. 100, § 1º, da Constituição Federal. Redação anterior à Emenda 30, de 2000. 4. Inclusão no orçamento das entidades de direito público. Apresentação até 1º de julho, data em que terão seus valores atualizados. 5. Prazo constitucional de pagamento até o final do exercício seguinte. 5. Descaracterização da mora, quando não há atraso na satisfação dos débitos. 5. Recurso extraordinário provido".

O Tribunal *a quo* reconheceu o atraso na satisfação do débito em questão, já que, '***além disso, o precatório foi liquidado após o prazo do art. 100, § 1º, da Constituição Federal***'. (grifei - fl. 31)

4. Portanto, a alegada ofensa ao art. 100, § 1º, da Constituição, demandaria reconhecer como verdadeira a proposição do Recorrente, em sede extraordinária, em detrimento dos fatos já reconhecidos como certos pelo Tribunal de origem, órgão competente para a apreciação da matéria probatória, incidindo, pois, o óbice da Súmula 279 deste Supremo Tribunal. Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. CONTROVÉRSIA DECIDIDA PELO TRIBUNAL A QUO COM FUNDAMENTO NAS PROVAS DOS AUTOS. INCIDÊNCIA, NA ESPÉCIE, DA SÚMULA 279 DESTE SUPREMO TRIBUNAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO." (AI 562.703-AgR, de minha relatoria, DJ 20.04.2007)

Logo, não há divergência entre a decisão recorrida e a jurisprudência deste Supremo Tribunal, pelo que nada há a prover quanto às alegações do Recorrente.

5. Pelo exposto, de acordo com a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, **nego seguimento a este recurso extraordinário** (art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 488.456-9 (810)

PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PFN - PAULO MENDES DE OLIVEIRA
RECDO.(A/S)	: IVO ALÉCIO ZORTEA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: DESIRÉE COSTA GÖSSLING VALÉRIO E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005 - ACÓRDÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - ÓRGÃO FRACIONADO - ARTIGO 97 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - RESERVA DE PLENÁRIO - CONTRARIEDADE - PRECEDENTE DA PRIMEIRA TURMA - PROVIMENTO.

1. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça assentou a desnecessidade de suscitar, perante a Corte Especial, o incidente de inconstitucionalidade do artigo 4º da Lei Complementar nº 118/05, ante o entendimento de somente ser aplicável consideradas ações ajuizadas após a respectiva vigência. Daí o extraordinário da União, interposto com alegada base na alínea "a" do inciso III do artigo 102 da Constituição Federal, no qual se argúi a transgressão do artigo 97 da Carta.

2. Em 15 de maio de 2007, apreciando o Recurso Extraordinário nº 544.246-2/SE, da relatoria do ministro Sepúlveda Pertence, a Primeira Turma concluiu que o afastamento do referido dispositivo legal em todos os processos pendentes reclama a proclamação de inconstitucionalidade pelo órgão especial. Entendeu o Colegiado que o acórdão recorrido contrariou a norma constitucional da "reserva de plenário" - artigo 97 do Diploma Maior. É que a decisão foi proferida à luz do entendimento de órgão fracionado - a Seção julgadora -, o que implicou ofensa à Constituição.

3. Ante o precedente, conheço do extraordinário e o provejo para declarar insubsistente o acórdão proferido, determinando seja a matéria submetida à Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça.

4. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 491.282-1 (811)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: HERMES MARTINI
ADV.(A/S)	: LUIZ RENAUD PINTO CUNHA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA CUSTEIO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA. PRECEDENTES DESTE SUPREMO TRIBUNAL. RECURSO PROVIDO.

Relatório

1. Recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que julgou a apelação, em ação ordinária, nos seguintes termos:

"APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INSTITUÍDA PELA LEI ESTADUAL N.º 7.672/82. ILEGALIDADE DO DESCONTO, A PARTIR DA VIGÊNCIA DA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 20/98, ATÉ A ENTRADA EM VIGOR DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 12.065/04, FACE À NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL INTRODUZIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº. 41/03.

Com a ordem constitucional vigente a partir da Emenda Constitucional n.º 20, de 15.12.98, não mais se fez possível o desconto de qualquer contribuição previdenciária de pensões e proventos, tendo em vista regramento expresso, inserto nos arts. 195, II e 40, § 12.º, da CF/88, introduzidos que foram pela referida Emenda Constitucional. ***Sendo assim, tem-se a não-recepção da Lei Estadual n.º 7.672/82, na parte que determina o desconto da contribuição previdenciária de 5,4% dos proventos dos inativos****. Contudo, com o advento da Emenda Constitucional nº. 41, de 19 de dezembro de 2003, a nova ordem constitucional, agora vigente, tornou possível a cobrança do desconto previdenciário sobre os proventos e pensões (observado o piso salarial de imunidade conforme decisões proferidas nas ADINs n.ºs 3105 e 3128), mas apenas a partir da vigência da Lei Complementar Estadual n.º 12.065/04, observado o que dispõe o art. 195, § 6º, da CF/88, Lei Complementar esta que veio regulamentar a novel disposição constitucional. Aplicação do art. 462 do CPC quanto ao "jus superveniens".*

DAER - LEGITIMIDADE PASSIVA. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - ILEGITIMIDADE PASSIVA. SUSTAÇÃO DO DESCONTO.

Detém o DAER, e não o Estado do Rio Grande do Sul, a legitimidade passiva para a ação em que se pretende o cancelamento da contribuição prevista na Lei Estadual nº. 7.672/82, pois é aquele que promove o desconto junto aos servidores inativos estaduais. Matéria preclusa por já enfrentada em grau recursal. Solidariedade na devolução. A responsabilidade pela devolução é apenas do IPERGS, pois a ele foram repassados os valores respectivos.

CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL.

Correção das parcelas atrasadas a contar da data em que deveriam ter sido pagas, acrescidas de juros legais. Sentença explicitada.

JUROS LEGAIS.

Os juros legais são devidos a contar da data da citação do réu (Súmula 204 do STJ).

PRIMEIRA APELAÇÃO CONHECIDA EM PARTE E DESPROVIDA. SEGUNDA APELAÇÃO CONHECIDA EM PARTE E PROVIDA PARCIALMENTE." (fls. 134/135, grifei)

O Recorrente alega que o Tribunal *a quo* teria afrontado os arts. 40, § 12, 149, § 1º, e 195, inc. II, da Constituição. Sustenta que a decisão recorrida, equivocadamente, entendeu que o desconto no percentual de 3,6%, referente à prestação médica, não teria natureza previdenciária.

Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

2. Razão jurídica assiste ao Recorrente.

Isto porque, no julgamento da Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.010, ocorrido em 30.9.1999, o Plenário deste Supremo Tribunal reconheceu a inconstitucionalidade da incidência da contribuição previdenciária sobre os proventos de inativos e pensionistas, a partir da Emenda Constitucional nº. 20/1998. Desde então, numerosos julgados deste Supremo Tribunal desacolheram ações semelhantes à da Recorrente, restringindo, posteriormente, o período de isenção ao espaço de tempo compreendido entre as Emendas Constitucionais ns. 20/1998 e 41/2003. Nesse sentido:

"EMENTA: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INATIVOS E PENSIONISTAS. EMENDA CONSTITUCIONAL N. 20/98. ILEGITIMIDADE DA COBRANÇA ATÉ A EMENDA CONSTITUCIONAL N. 41/03. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO". (AI 451.859-AgR, de minha relatoria, DJ 16.2.2007)

Outros são os precedentes: AI 508.216-AgR, Rel. Min. Cezar Peluso, Primeira Turma, DJ 15.4.2005; RE 424.055-AgR, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma, DJ 5.5.2006; RE 455.295-AgR, Rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma, DJ 12.5.2006;

Ademais, especificamente sobre a contribuição previdenciária de inativos e pensionistas destinada a custear serviços de assistência médico-hospitalar, este Supremo Tribunal vem reiterando o seguinte posicionamento:

"SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA ASSISTÊNCIA MÉDICA. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO. (AI 535394-AgR, de minha relatoria, DJ 19.06.2007)

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INATIVOS. TRIBUTO VINCULADO À SEGURIDADE SOCIAL. SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRECEDENTES. 1. O artigo 195, § 4º da Constituição Federal não legitima a instituição de contribuição previdenciária de inativos. Precedentes: ADI 2010, DJU de 29.09.1999; ADI 2189, DJU de 09.06.2000. 2. Contribuição previdenciária. Descontos nos vencimentos dos inativos. Restituição. A eventual devolução de parcelas recolhidas indevidamente é questão a ser resolvida no juízo da execução, tendo em vista a disposição proibitiva introduzida pela Emenda Constitucional 20/98. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento." (RE 344.837, Rel. Min. Eros Grau, DJ 15.10.2004)

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CUSTEIO DA ASSITÊNCIA MÉDICA DIFERENCIADA. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. LEI ESTADUAL Nº. 7.672/82. NATUREZA DO TRIBUTO. ESPÉCIE VICULADA AO FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL. RESTITUIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DO ADVENTO DA EC 20/98.

O custeio da assistência médica diferenciada presente no Estado do Rio Grande do Sul, por se tratar de ação voltada a assegurar direitos relativos à saúde, é espécie vinculada ao financiamento da seguridade social e, portanto, conforme decidido por esta Corte na ADI 2.010, medida liminar, Rel. Min. Celso de Mello, não pode ser aplicada aos aposentados e pensionistas.

Ocorrerá restituição das contribuições a partir do advento da EC 20/98, não se tratando, obviamente, de enriquecimento sem causa dos pensionistas, por ser um direito devidamente reconhecido a eles por esta Corte.

Agravo regimental a que se nega provimento." (RE 357.628-AgR, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJ 03.10.2003)

3. O acórdão recorrido divergiu, portanto, da jurisprudência deste Supremo Tribunal.

4. Pelo exposto, **dou provimento ao recurso extraordinário** (art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil), **invertidos, neste ponto, os ônus da sucumbência, com a ressalva de eventual concessão do benefício da justiça gratuita.**

Publique-se.

Brasília, 10 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 492.015-8 (812)

PROCED.	: PARANÁ
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: BANCO DO BRASIL S/A
ADV.(A/S)	: ORIVAL GRAHL E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: IVO PALARO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: JOSÉ LUIZ PANCOTTE E OUTRO(A/S)

DECISÃO

CORREÇÃO MONETÁRIA DAS CADERNETAS DE POUPANÇA. CONTROVÉRSIA DECORRENTE DA CONDENAÇÃO EM JUROS MORATÓRIOS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO. PRETENSÃO ATENDIDA PELO STJ NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PREJUDICADO.

Relatório

1. Recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Paraná.

Esse órgão declarou indevida a exclusão dos juros remuneratórios devidos como parte integrante do principal em processo de execução.

2. O Recorrente alega que o acórdão recorrido teria contrariado os arts. 5º, inc. XXXVI, LIV e LV e 93, inc. IX, da Constituição da República.

Requer "*que seu recurso seja conhecido e provido para o fim de declarar a nulidade do acórdão que julgou os embargos de declaração ou, se ao mérito de adentrar, que seja determinada a exclusão dos juros remuneratórios da conta de execução apresentada pelo Recorrido, cumprindo-se fielmente o comando contido no título exeqüendo.*" (fl. 146).

3. Simultaneamente ao recurso extraordinário, foi interposto recurso especial, ao qual o Superior Tribunal de Justiça deu provimento para "*excluir os juros remuneratórios sobre o montante da dívida (art. 557, § 1º-A, do CPC)*" (fl. 191).

Essa decisão transitou em julgado, conforme certidão de fl. 193.

Examinada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

4. O presente recurso está prejudicado.

Atendida a pretensão do Recorrente pela decisão prolatada pelo Superior Tribunal de Justiça, é de se ter por prejudicado o recurso extraordinário.

5. Pelo exposto, **julgo prejudicado o presente recurso extraordinário, por perda de objeto, e determino a baixa dos autos à origem** (art. 21, inc. IX, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 10 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 493.131-1 (813)

PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: RG CONTADORES ASSOCIADOS LTDA. E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: PAULO ARMÍNIO TAVARES BUECHELE E OUTRO(A/S)
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PFN - CARLOS DE ARAÚJO MOREIRA
RECDO.(A/S)	: OS MESMOS

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS. REVOGAÇÃO DE ISENÇÃO POR LEI ORDINÁRIA. RECURSO DA UNIÃO PROVIDO. SEGUIMENTO NEGADO AO RECURSO DAS RECORRENTES.

Relatório

1. Recurso Extraordinário interposto por RG Contadores Associados Ltda. e outras, com fundamento no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Esse órgão judicial indeferiu pedido a ele encaminhado para desobrigar as Recorrentes do recolhimento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

O fundamento do acórdão recorrido é o de que não teria havido ofensa à Constituição da República com a revogação pela Lei n. 9.430/96 da isenção determinada pela Lei Complementar n. 70/91, em razão da adjetivação juridicamente ordinária de que se dota o objeto de suas normas.

As Recorrentes alegam que teria havido ofensa ao princípio constitucional da hierarquia das leis com a revogação da isenção estabelecida pelo art. 6º da Lei Complementar n. 70/91, por ser aquela lei ordinária.

2. O segundo Recurso Extraordinário interposto é contra a decisão do Superior Tribunal de Justiça, que deu provimento ao recurso especial, apresentado simultaneamente ao recurso extraordinário das Primeiras Recorrentes, para desobrigar a sociedade civil do recolhimento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins. Contra essa decisão do Superior Tribunal de Justiça é que a União interpõe recurso extraordinário, com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República.

Sustenta que não teria havido ofensa ao princípio constitucional da hierarquia das leis com a revogação da isenção estabelecida pelo art. 6º da Lei Complementar n. 70/91, pois esta seria materialmente ordinária.

Apreciada a matéria posta em exame, **DECIDO**.

3. Razão jurídica assiste à União.

Pela identidade de elementos e tese debatidos no presente caso com muitos outros já apreciados e decididos, tem ele solução judicial antecipada, pela pacífica jurisprudência assentada pelo Supremo Tribunal Federal, amplamente divulgada, conhecida e reconhecida.

4. O Supremo Tribunal Federal já decidiu ser a Lei Complementar n. 70/91 materialmente ordinária pelo que o tema prescinde de lei formalmente complementar para ser alterado.

Confira-se, a propósito, excerto do voto do Ministro Moreira Alves no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade n. 1-DF (DJ 16.6.1995):

"(...) Sucede, porém, que a contribuição social em causa, incidente sobre o faturamento dos empregadores, é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 195 da Carta Magna, não se podendo pretender, portanto, que a Lei Complementar nº 70/91 tenha criado outra fonte de renda destinada a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social. Por isso mesmo, essa contribuição poderia ser instituída por Lei ordinária. A circunstância de ter sido por lei formalmente complementar - a Lei Complementar nº 70/91 - não lhe dá, evidentemente, a natureza de contribuição nova, a que se aplicaria o disposto no § 4º do artigo 195 da Constituição, enquanto essa lei, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída - que são objeto dessa ação -, é materialmente ordinária, por não tratar, nesse particular, de matéria reservada, por texto expresso da Constituição, à lei complementar. A jurisprudência desta Corte, sob o império da Emenda Constitucional

nº 1/69 - e a Constituição atual não alterou esse sistema -, se firmou no sentido de que só se exige lei complementar para as matérias para cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária" (grifos nossos).

E ainda: AI 521.948, Rel. Min. Cezar Peluso, DJ 23.6.2006; AI 591.923, Rel. Min. Cezar Peluso, DJ 8.6.2006; e AI 526.159, Rel. Min. Cezar Peluso, DJ 27.3.2006.

Conquanto essa matéria tenha voltado a ser objeto de discussão no Plenário deste Supremo Tribunal, no julgamento dos Recursos Extraordinários ns. 377.457 e 381.964, Rel. Min. Gilmar Mendes, não há qualquer tendência à mudança da orientação fixada, mesmo estando aqueles processos com o seu julgamento suspenso em razão do pedido de vista do Min. Marco Aurélio.

É que nesse julgamento já foram proferidos oito votos confirmando a orientação jurisprudencial sedimentada no sentido de que a Lei Complementar n. 70, de 1991, tem natureza de lei ordinária, para os fins específicos da fixação da isenção e, portanto, poderia ter sido revogada, como o foi, pelo art. 56 da Lei n. 9.430, de 1996.

Recentemente, por exemplo, em decisão monocrática, o Min. Sepúlveda Pertence deferiu, *ad referendum*, a antecipação de tutela em recurso extraordinário, para sobrestar os efeitos do mandado de segurança concedido pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região, pelo qual se garantia a escritórios de advocacia a isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins (AC 1.589, DJ 21.3.2007).

5. Dessa orientação pacificada divergiu o Superior Tribunal de Justiça ao exarar a decisão, ora recorrida, e não divergiu o Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

6. Pelo exposto, com fundamento no art. 557, 1º-A, do Código de Processo Civil e no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, **dou provimento ao recurso extraordinário da União**, **para reformar o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual continuaria eficaz a isenção prevista na Lei Complementar n. 70/91 pela inocorrência de sua revogação, por contrariar o que decidiu o Supremo Tribunal**.

7. Nego seguimento ao recurso extraordinário da RG Contadores Associados Ltda. e outras (art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Ficam invertidos os ônus da sucumbência, ressalvada eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 493.545-7 (814)

PROCED.	: ALAGOAS
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PFN - MÔNICA HENRIQUES C. GOUVEIA
RECDO.(A/S)	: IRMÃOS BRITTO REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO LTDA
ADV.(A/S)	: GABRIEL TEIXEIRA DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTRO(A/S)

DESPACHO: Manifeste-se, a Procuradoria-Geral da União, sobre o teor da petição de fls. 269/270. **Prazo**: dez (10) dias.

Publique-se.

Brasília, 05 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 494.563-1 (815)

PROCED.	: PARANÁ
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: BANCO DO BRASIL S/A
ADV.(A/S)	: EDUARDO JOSÉ PEREIRA NEVES E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: MAGDA MONTENEGRO
RECDO.(A/S)	: APARECIDA DE LOURDES CAMARINI SCHMITT E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: CLAUDIR JOSÉ SCHWARZ E OUTRO(A/S)

DECISÃO

CORREÇÃO MONETÁRIA DAS CADERNETAS DE POUPANÇA. CONTROVÉRSIA DECORRENTE DA CONDENAÇÃO EM JUROS MORATÓRIOS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO. PRETENSÃO ATENDIDA PELO STJ NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PREJUDICADO.

Relatório

1. Recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Paraná.

Esse órgão declarou indevida a exclusão dos juros remuneratórios devidos como parte integrante do principal em processo de execução.

2. O Recorrente alega que o acórdão recorrido teria contrariado os arts. 5º, inc. XXXVI e LV, e 93, inc. IX, da Constituição da República.

Requer "*que seu recurso seja conhecido e provido para o fim de declarar a nulidade do acórdão que julgou os embargos de declaração ou, se ao mérito de adentrar, que seja determinada a exclusão dos juros remuneratórios da conta de execução apresentada pelos recorridos, cumprindo-se fielmente o comando contido no título exeqüendo.*" (fl. 214).

3. Simultaneamente ao recurso extraordinário, foi interposto recurso especial, ao qual o Superior Tribunal de Justiça deu provimento para excluir os juros remuneratórios sobre o montante da dívida (fl. 267).

Essa decisão transitou em julgado, conforme certidão de fl. 269.

Examinada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

4. O presente recurso está prejudicado.

Atendida a pretensão do Recorrente pela decisão prolatada pelo Superior Tribunal de Justiça, é de se ter por prejudicado o recurso extraordinário.

5. Pelo exposto, **julgo prejudicado o presente recurso extraordinário, por perda de objeto, e determino a baixa dos autos à origem** (art. 21, inc. IX, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 10 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 497.369-3 (816)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: LUIZ MARCELO COCKEL
RECDO.(A/S)	: JOSÉ CESÁRIO DOS SANTOS
ADV.(A/S)	: FRANCISCO SILVINO TAVARES

DECISÃO: O **Plenário** do Supremo Tribunal Federal, ao julgar o **RE 298.616/SP**, Rel. Min. GILMAR MENDES (**RTJ** 187/740), **firmou** orientação no sentido de que, **tratando-se** de precatórios judiciais **relativos** a crédito de natureza alimentar, **não cabe** a incidência de juros de mora **durante** o período **a que se refere** o art. 100, § 1º, da Constituição da República, pois, **enquanto não superado** o prazo constitucional em questão, a entidade de direito público **não poderá** ser considerada em estado de inadimplemento obrigacional.

Cabe registrar que essa orientação plenária - **que interpretou** o alcance da norma inscrita no art. 100, § 1º, da Carta Política, na redação **anterior** ao advento da EC 30/2000 - **já havia sido consagrada** em julgamento proferido pela colenda Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal:

"***CONSTITUCIONAL. CRÉDITO DE NATUREZA ALIMENTAR. JUROS DE MORA ENTRE*** *A DATA DA EXPEDIÇÃO DO PRECATÓRIO* ***E*** *A DO EFETIVO PAGAMENTO.* ***C.F.****, ART. 100, § 1.º (REDAÇÃO* ***ANTERIOR*** *À EC 30/2000).*

Hipótese ***em que não incidem*** *juros moratórios,* ***por falta*** *de expressa previsão no texto constitucional* ***e ante a constatação*** *de que, ao observar o prazo ali estabelecido, a entidade de direito público* ***não pode*** *ser tida por inadimplente.*

Orientação*, ademais,* ***já assentada*** *pela Corte* ***no exame*** *da norma contida no art. 33 do ADCT.*

Recurso extraordinário conhecido e provido."

(**RTJ 183/785**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - **grifei**)

O **exame** da presente causa **evidencia** que o acórdão ora impugnado **diverge**, nesse específico ponto, da orientação que o **Plenário** do Supremo Tribunal Federal **firmou** na apreciação da controvérsia em análise.

De outro lado, e no que se refere à alegada violação ao art. 201, § 2º, da Constituição, o recurso extraordinário **não se revela** viável.

Isso porque a controvérsia relativa à **definição** de índices adequados à **preservação** do valor real dos benefícios previdenciários - **reveste-se** de caráter infraconstitucional, **eis que** os critérios informadores do reajustamento de tais benefícios **hão de ser** aqueles resultantes **da lei**, segundo **prescreve** a própria Constituição da República, em seu art. 201, § 4º (**antigo** § 2º), na redação **dada** pela EC nº 20/98.

Na realidade, a norma constitucional em questão - **considerado** o seu conteúdo material - **qualifica-se** como preceito de integração, cujo comando tem por destinatário o próprio legislador, **a quem incumbe**, mediante processo de complementação normativa ("*interpositio legislatoris*"), desenvolver-lhe a eficácia, **em ordem** a conferir-lhe aplicabilidade plena.

Vê-se, desse modo, **que pertence ao legislador comum** a competência **para definir** os critérios necessários ao cumprimento do preceito inscrito no art. 201, § 4º (**antigo** § 2º), da Constituição da República, na redação dada pela EC n. 20/98, **a significar**, portanto, **que é na lei** que o intérprete **deve pesquisar** os elementos imprescindíveis ao reajustamento, em bases reais, dos benefícios previdenciários:

"***A INTERVENÇÃO DO LEGISLADOR NA DEFINIÇÃO DO VALOR REAL DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.***

- A manutenção, em bases permanentes, do valor real dos benefícios previdenciários tem, ***no próprio legislador*** *- e neste, apenas -, o* ***sujeito concretizante*** *das cláusulas fundadas no art. 194, parágrafo único, n. IV,* ***e*** *no art. 201, § 4º (****na redação*** *dada pela EC 20/98),* ***ambos*** *da Constituição da República,* ***pois*** *o reajustamento de tais benefícios,* ***para adequar-se*** *à exigência constitucional de preservação de seu* ***quantum****, deverá conformar-se aos critérios* ***exclusivamente*** *definidos* ***em lei****.*"

(**RTJ 184/1170-1172**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Cabe insistir, pois, na asserção de que **eventual** desvio da decisão judicial, **supostamente** ocorrido em face da **alegada** desconsideração dos critérios e fatores definidos **em lei**, terá o condão de fazer instaurar, na espécie ora em exame, **simples crise de legalidade**, a configurar hipótese de litigiosidade **meramente** ordinária, **insuficiente** para ativar a competência recursal extraordinária do Supremo Tribunal Federal.

É que não se pode deixar de ter presente, **no exame** da controvérsia em referência, que a situação de antinomia **não resulta** do conflito **direto** com o texto da Constituição, **mas deriva**, isso sim, do confronto **imediato** entre a decisão judicial, de um lado, **e** a prescrição consubstanciada **em lei**, de outro.

Não constitui demasia assinalar, neste ponto, a propósito do tema versado no art. 201, § 4º (**antigo** § 2º), da Carta Política, **na redação** dada pela EC n. 20/98, que "*O reajustamento dos benefícios de prestação continuada concedidos após a promulgação da Constituição* ***rege-se pelos critérios definidos em lei****...*" (**RE 217.815/SP**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **grifei**), eis que, **em tal matéria**, foi a **própria** Constituição da República que atribuiu, "***ao legislador****, a escolha do critério* ***pelo qual há de ser preservado*** *o valor real dos benefícios previdenciários*" (**RE 239.787/RJ**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - **grifei**).

É por tal razão que esta Suprema Corte tem enfatizado, **em hipóteses** em que a disposição constitucional se dirige ao legislador ordinário, "*...que o benefício deve ser calculado* ***de acordo*** *com a legislação previdenciária editada*" (**AI 279.377-AgR-ED/RJ**, Rel. Min. ELLEN GRACIE - **grifei**), de tal modo que **eventual** ofensa ao texto da Carta Política, **se existente**, teria caráter meramente reflexo, **o que basta**, por si só, **para inviabilizar** o acesso à via recursal extraordinária.

Não se tratando, pois, de conflito **direto e frontal** com o texto da Constituição, como **exigido** pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (**RTJ 120/912**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **RTJ 132/455**, Rel. Min. CELSO DE MELLO), torna-se **insuscetível** de conhecimento, nesse ponto, o presente recurso extraordinário.

Cumpre enfatizar, bem por isso **e considerando-se** a jurisprudência **firmada** pelo Supremo Tribunal Federal, **que**, em situações como a que se registra **nestes** autos, "***A ofensa oblíqua*** *da Constituição,* ***inferida*** *de prévia vulneração da lei,* ***não oferece*** *trânsito ao recurso extraordinário*" (**RTJ** 132/455), **eis que** - como se sabe - o **desrespeito** ao texto constitucional, **que enseja** a interposição do apelo extremo, há de ser, **unicamente**, aquele resultante **do conflito direto**, **imediato** e **frontal** com a Carta Política (**RTJ** 94/462 - **RTJ** 103/188 - **RTJ** 104/191 - **RTJ** 105/704 - **RTJ** 120/912 - **RTJ** 132/455 - **RTJ** 155/921 - **RTJ** 165/332, **v.g.**).

Sendo assim, pelas razões expostas, **conheço**, em parte, do presente recurso extraordinário, para, nessa parte, **dar-lhe provimento** (**CPC**, art. 557, § 1º - A), **em ordem** a determinar a **exclusão** dos juros de mora **relativamente** ao período a que alude o art. 100, § 1º, da Constituição, na redação **anterior** à promulgação da EC 30/2000.

Fixo, em R$ 25,00 (vinte e cinco reais), a **verba honorária** a ser suportada pela parte sucumbente.

Ressalvo, no entanto, **quanto aos encargos resultantes da sucumbência**, a hipótese de ser, a parte vencida, **eventual beneficiária** da gratuidade, **caso em que lhe será aplicável** a cláusula de exoneração **prevista** na Lei nº 1.060/50 (art. 3º), **observando-se**, no que couber, a norma inscrita **no art. 12** desse **mesmo** diploma legislativo, **cuja incidência** foi reputada **compatível** com o que dispõe o art. 5º, LXXIV, da Constituição da República (**RE 184.841/DF**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE).

Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 501.718-4 (817)

PROCED.	: PERNAMBUCO
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORDESTE S/A
ADV.(A/S)	: MARIA FERNANDA NALIN SALOMÃO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - RAZÕES - DESCOMPASSO COM O ACÓRDÃO IMPUGNADO - NEGATIVA DE SEGUIMENTO.

1. Há flagrante descompasso entre o que assentado pela Corte de origem e o teor das razões do extraordinário. O Tribunal Regional Federal da 5ª Região declarou a recorrente impetrante carecedora da ação de mandado de segurança. No extraordinário, pleiteia-se a reforma do que decidido com fundamento no § 6º do artigo 195 da Carta de 1988.

2. Nego seguimento ao extraordinário.

3. Publiquem.

Brasília, 6 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 502.024-0 (818)

PROCED.	: GOIÁS
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: COMPANHIA DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RENAULT DO BRASIL
ADV.(A/S)	: RENALDO LIMIRO DA SILVA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: EMIR GONÇALVES DA COSTA
ADV.(A/S)	: EMANUEL MEDEIROS ALCANTARA FILHO E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS. AUTO-APLICABILIDADE DO ART. 192, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 648 DESTE SUPREMO TRIBUNAL. RECURSO PROVIDO.

Relatório

1. Recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal de Justiça de Goiás que julgou a apelação, em ação revisional, nos seguintes termos:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL C/C CONSIGNATÓRIA. FINANCIAMENTO. CONTRATO CELEBRADO ANTES DO ADVENTO DA EC 40/2003. MANUTENÇÃO DAS CLÁUSULAS PACTUADAS. RESTRIÇÃO À LIBERDADE NA ESTIPULAÇÃO DE JUROS. AFASTABILIDADE DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA SE CUMULADA COM JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMNIDOR. IDONEIDADE DAS PARCELAS CONSIGNADAS.

I - Anteriormente ao advento da Emenda Constitucional nº. 40, de 29 de maio de 2003, não tem sustentação a afirmação de que não se pode rever cláusulas contratuais com redução dos seus encargos financeiros, ao argumento de que não incidia o revogado § 3º, do art. 192, da Carta Magna.

*II - **Nos contratos onerosos - de mútuo - celebrados em data anterior à modificação da norma constitucional**, não pode o devedor suportar escorchante taxa de juros previamente estipulada, sendo a ele facultado o direito de consignar as parcelas com valor menor que o pactuado.*

III - Deve ser utilizado como índice de correção monetária o INPC, por se tratar de índice oficial mais benéfico ao devedor.

IV - Aplicam-se as normas protetivas do Código de Defesa do Consumidor nos contratos bancários. Inteligência da súmula 297, do STJ.

V - Os princípios da probidade e da boa-fé objetiva, bem como da relatividade dos contratos, incorporados ao Código Civil vigente, mitigaram o axioma 'pacta sunt servanda', permitindo a plena revisão dos negócios jurídicos em geral, ainda mais nas hipóteses de excessiva onerosidade para o devedor." (fl. 252/253 - grifei)

A Recorrente alega que a decisão do Tribunal *a quo* teria afrontado o art. 192, § 3º, da Constituição. Sustenta o Banco que o fundamento para a limitação dos juros remuneratórios em 12% ao ano teria sido a auto-aplicabilidade do dispositivo constitucional mencionado.

Examinada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

2. Razão jurídica assiste à Recorrente.

Quanto à auto-aplicabilidade da norma constitucional constante do art. 192, § 3º, em sua positivação originária, há de se realçar que o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento, enunciado em súmula, segundo o qual: *"A norma do § 3º do art. 192 da Constituição, revogada pela Emenda Constitucional 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha a sua aplicabilidade condicionada à edição de lei complementar"* (Súmula 648). Neste sentido:

"DECISÃO: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. JUROS. ART. 192, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. SÚMULA 648. RECURSO PROVIDO (RE 535.538, de minha relatoria, DJ 08.03.2007).

E ainda:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. JUROS DE 12% AO ANO. ART. 192, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA EM SUA POSITIVAÇÃO ORIGINAL. SÚMULA 648 DESTE SUPREMO TRIBUNAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. O Superior Tribunal de Justiça decidiu a matéria infraconstitucional no limite de sua competência. Dispositivo constitucional que dependia de lei complementar para a sua aplicabilidade. Imposição de multa de 1% (um por cento) do valor corrigido da causa. Aplicação dos arts. 557, § 2º, c/c arts. 14, inc. II e III, e 17, inc. VII, do Código de Processo Civil (RE 471.738 - AgR, de minha relatoria, DJ 24.11.2006).

Dessa orientação, portanto, divergiu o acórdão recorrido.

3. Pelo exposto, **conheço do recurso extraordinário para dar provimento a ele e afastar a limitação de juros com fundamento no art. 192, § 3º, com a norma anterior à Emenda Constitucional n. 40/2003, da Constituição da República** (art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil e art. 21, § 2º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal). **Invertidos, nesse ponto, os ônus da sucumbência, ressalvado eventual benefício de justiça gratuita.**

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 504.194-8 (819)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S)	: FRANCISCO GERALDO GIOVANNINI E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: BÁRBARA BLANK E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRECATÓRIO. INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA. PRECEDENTE DESTE SUPREMO TRIBUNAL. RECURSO PROVIDO.

Relatório

1. Recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que decidiu pela incidência de juros moratórios em precatório até a data de seu depósito integral, nos seguintes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRECATÓRIO. JUROS. COISA JULGADA.

1. Recentemente, o Pretório Excelso assentou que não vencem juros moratórios entre a data da expedição do precatório e o efetivo pagamento, calcado na premissa de que a Fazenda Pública não incorre em mora no período (RE nº. 298.616/SP, DJ de 08.11.2002).

*2. Na hipótese dos presentes autos, **o título executivo ordena expressamente que os juros moratórios sejam calculados até o depósito da integralidade da dívida.** Destarte, preclusa a discussão acerca dos critérios de cálculo, a conta de atualização não poderia desses destoar sequer por superveniência de nova legislação, quanto mais ao fundamento de nova orientação jurisprudencial sobre os juros moratórios.*

3. Determinada a incidência de juros até o depósito da integralidade da dívida, sob pena de afronta à coisa julgada.

4. Agravo de instrumento provido. Agravo regimental prejudicado." (fl. 184 - grifei)

2. Alega a Recorrente que a decisão recorrida teria afrontado os arts. 5º, inc. II, XXXV, LIV e LV, 93, inc. IX, e 100, § 1º, da Constituição. Sustenta a União que, ao decidir pela incidência dos juros moratórios no precatório devido até o seu efetivo depósito, o Tribunal *a quo* não teria levado em consideração o argumento de que só incide em mora a Fazenda Pública quando os precatórios não são pagos no prazo estipulado pelo dispositivo constitucional acima mencionado.

Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

3. Razão jurídica assiste à Recorrente.

Julgando casos análogos, a jurisprudência deste Supremo Tribunal firmou-se, a partir do julgamento em Plenário do RE 298.616, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ 3.10.2003, no mesmo sentido da tese deduzida no presente recurso extraordinário:

"EMENTA: Recurso Extraordinário. 2. Precatórios. Juros de mora. 3. Art. 100, § 1º, da Constituição Federal. Redação anterior à Emenda 30, de 2000. 4. Inclusão no orçamento das entidades de direito público. Apresentação até 1º de julho, data em que terão seus valores atualizados. 5. Prazo constitucional de pagamento até o final do exercício seguinte. 5. Descaracterização da mora, quando não há atraso na satisfação dos débitos. 5. Recurso extraordinário provido".

Ainda no mesmo sentido:

"(...)

***Ressalte-se que este entendimento também se aplica no período entre a elaboração da conta e a expedição do precatório**, pois o próprio texto constitucional determinava o prazo para pagamento do precatório, qual seja, até o final do exercício seguinte. Assim, somente no caso de seu descumprimento poder-se-ia falar em mora e, em conseqüência, nos juros a ela relativos, como penalidade pelo atraso no pagamento. É relevante notar que a discussão, no caso concreto, é anterior à Emenda Constitucional nº. 30, de 13 de setembro de 2000, que conferiu nova redação ao § 1o do art. 100, tornando inequívoco que os valores devidos serão atualizados monetariamente até o pagamento, superando-se, assim, a possibilidade de expedição de precatório complementar. Assim, conheço e dou provimento ao recurso extraordinário (art. 557, § 1o-A, do CPC) para afastar a incidência de juros moratórios no período compreendido entre a elaboração da conta e a expedição do precatório (art. 557, § 1º-A, do CPC)- RE 449.198, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 16.12.2005 (grifei)".*

Dessa orientação divergiu o acórdão recorrido.

4. Pelo exposto, **dou provimento ao recurso extraordinário para afastar a incidência dos juros moratórios na conta do precatório com fundamento no art. 100, § 1º, da Constituição da República** (art. 557, 1º-A, do Código de Processo Civil e art. 21, § 2º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA - Relatora**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 508.838-3 (820)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: SIMOSOM ECOGRAFIA LTDA
ADV.(A/S)	: ROGÉRIO A. FERNANDES DE CARVALHO E OUTRO(A/S)
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PFN - ADRIANA NOGUEIRA TIGRE COUTINHO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: OS MESMOS

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS. REVOGAÇÃO DE ISENÇÃO POR LEI ORDINÁRIA. AGRAVO E RECURSO DA UNIÃO PROVIDOS. SEGUIMENTO NEGADO AO RECURSO DA 1ª RECORRENTE.

Relatório

1. Preliminarmente, verifica-se, nos autos, interposição de Agravo de instrumento da União contra decisão do Superior Tribunal de Justiça que não admitiu o recurso extraordinário fundamentado no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República.

O argumento para a inadmissão do Recurso Extraordinário interposto contra aquela decisão foi a ausência de prequestionamento da matéria constitucional e a ofensa a legislação infraconstitucional, donde a ausência de afronta direta, única a viabilizar o processamento daquele recurso.

Entretanto, a decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região tinha cuidado do tema de maneira direta, tanto que admitiu o recurso extraordinário interposto contra a decisão então proferida, sendo recorrente, naquele momento, a Simosom Ecografia Ltda.

Superados estão, portanto, os óbices alegados no despacho pelo qual foi inadmitido o processamento do recurso extraordinário apresentado contra a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça.

E, assim, em atenção ao princípio da economia processual, **dou provimento ao Agravo e determino seja o recurso extraordinário autuado em conjunto com aqueloutro interposto pela Simosom Ecografia Ltda.**

Passo ao exame dos recursos extraordinários interpostos.

2. Recurso extraordinário interposto pela Simosom Ecografia Ltda. com fundamento no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Esse órgão judicial indeferiu pedido a ele encaminhado para desobrigar a ora 1ª Recorrente do recolhimento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

O fundamento do acórdão recorrido é o de que não teria havido ofensa à Constituição da República com a revogação pela Lei n. 9.430/96 da isenção determinada pela Lei Complementar n. 70/91, em razão da adjetivação juridicamente ordinária de que se dota o objeto de suas normas.

A Recorrente alega que teria havido ofensa ao princípio constitucional da hierarquia das leis com a revogação da isenção estabelecida pelo art. 6º da Lei Complementar n. 70/91, por ser aquela lei ordinária.

3. O segundo Recurso Extraordinário interposto é contra a decisão do Superior Tribunal de Justiça que deu provimento ao recurso especial, apresentado, como antes relatado, simultaneamente ao recurso extraordinário pela 1ª Recorrente, para desobrigar a sociedade civil do recolhimento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins. Contra essa decisão do Superior Tribunal de Justiça é que a União interpõe recurso extraordinário com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República.

Sustenta que não teria havido ofensa ao princípio constitucional da hierarquia das leis com a revogação da isenção estabelecida pelo art. 6º da Lei Complementar n. 70/91, pois esta seria materialmente ordinária.

Apreciada a matéria posta em exame, **DECIDO**.

4. Razão jurídica assiste à União.

Pela identidade de elementos e tese debatidos no presente caso com muitos outros já apreciados e decididos, tem ele solução judicial antecipada, pela pacífica jurisprudência assentada pelo Supremo Tribunal Federal, amplamente divulgada, conhecida e reconhecida.

5. O Supremo Tribunal Federal já decidiu ser a Lei Complementar n. 70/91 materialmente ordinária pelo que o tema prescinde de lei formalmente complementar para ser alterado.

Confira-se, a propósito, excerto do voto do Ministro Moreira Alves no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade n. 1-DF (DJ 16.6.1995):

"(...) Sucede, porém, que a contribuição social em causa, incidente sobre o faturamento dos empregadores, é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 195 da Carta Magna, não se podendo pretender, portanto, que a Lei Complementar nº 70/91 tenha criado outra fonte de renda destinada a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social. Por isso mesmo, essa contribuição poderia ser instituída por Lei ordinária. A circunstância de ter sido por lei formalmente complementar - a Lei Complementar nº 70/91 - não lhe dá, evidentemente, a natureza de contribuição nova, a que se aplicaria o disposto no § 4º do artigo 195 da Constituição, enquanto essa lei, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída - que são objeto dessa ação -, é materialmente ordinária, por não tratar, nesse particular, de matéria reservada, por texto expresso da Constituição, à lei complementar. A jurisprudência desta Corte, sob o império da Emenda Constitucional nº 1/69 - e a Constituição atual não alterou esse sistema -, se firmou no sentido de que só se exige lei complementar para as matérias para cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária" (grifos nossos).

E ainda: AI 521.948, Rel. Min. Cezar Peluso, DJ 23.6.2006; AI 591.923, Rel. Min. Cezar Peluso, DJ 8.6.2006; e AI 526.159, Rel. Min. Cezar Peluso, DJ 27.3.2006.

Conquanto essa matéria tenha voltado a ser objeto de discussão no Plenário deste Supremo Tribunal, no julgamento dos Recursos Extraordinários ns. 377.457 e 381.964, Rel. Min. Gilmar Mendes, não há qualquer tendência à mudança da orientação fixada, mesmo estando aqueles processos com o seu julgamento suspenso em razão do pedido de vista do Min. Marco Aurélio.

É que nesse julgamento já foram proferidos oito votos confirmando a orientação jurisprudencial sedimentada no sentido de que a Lei Complementar n. 70, de 1991, tem natureza de lei ordinária, para os fins específicos da fixação da isenção e, portanto, poderia ter sido revogada, como o foi, pelo art. 56 da Lei n. 9.430, de 1996.

Recentemente, por exemplo, em decisão monocrática, o Min. Sepúlveda Pertence deferiu, *ad referendum*, a antecipação de tutela em recurso extraordinário, para sobrestar os efeitos do mandado de segurança concedido pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região, pelo qual se garantia a escritórios de advocacia a isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins (AC 1.589, DJ 21.3.2007).

6. Dessa orientação pacificada divergiu o Superior Tribunal de Justiça ao exarar a decisão, ora recorrida, e não divergiu o Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

7. Pelo exposto, com fundamento no art. 557, 1º-A, do Código de Processo Civil e no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, **dou provimento ao recurso extraordinário da União, para reformar o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual continuaria eficaz a isenção prevista na Lei Complementar n. 70/91 pela inocorrência de sua revogação, por contrariar o que decidiu o Supremo Tribunal**.

8. Nego seguimento ao recurso extraordinário da Simosom Ecografia Ltda. (art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Considerando-se a Súmula 512 deste Supremo Tribunal Federal, deixo de condenar ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 516.677-5 (821)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: DILMA PEREIRA DE SOUZA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: JOSÉ ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. EX-COMBATENTE. PENSÃO. DEPENDENTES. REGÊNCIA: LEGISLAÇÃO VIGENTE NA ÉPOCA DO ÓBITO DO INSTITUIDOR. PRECEDENTES. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Recurso extraordinário interposto por Dilma Pereira de Souza com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região que julgou a apelação, em mandado de segurança, nos seguintes termos:

"*CONSTITUCIONAL - PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE - FILHA MAIOR E CAPAZ - ÓBITO DO INSTITUIDOR NA VIGÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO - DEPENDÊNCIA ECONÔMICA - AUSÊNCIA - FILHAS MAIORES E CAPAZES - INSTITUIDOR FALECIDO ANTES DA CONSTITUIÇÃO - DIREITO ADQUIRIDO.*

. É assente na jurisprudência que a legislação aplicável, para fins de concessão de pensão especial de ex-combatente, deve ser aquela vigente quando da data do óbito do instituidor;

. Em relação à impetrante cujo pai faleceu em data posterior à promulgação da Carta de 1988, não há direito à pensão especial, porque o art. 53, III do ADCT assegura o benefício, apenas, em favor dos dependentes do ex-combatente, o que constitui requisito indispensável ao deferimento do benefício;

(...)" (fl. 112).

2. A Recorrente alega que o acórdão recorrido teria contrariado o art. 53, *caput*, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Examinada a matéria posta à apreciação, **DECIDO**.

3. Razão jurídica não assiste à Recorrente.

A jurisprudência predominante do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que a norma que rege a concessão de pensões de ex-combatentes é aquela vigente na data do óbito do instituidor. O genitor da Recorrente faleceu sob a égide da Constituição de 1988, ficando ela, portanto, sujeita às novas disposições relativas ao regime das pensões especiais.

Nesse sentido: AI 557.684-AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJ 30.6.2006; RE 421.390, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, DJ 5.5.2006; e AI 554.287-AgR, Rel. Min. Cezar Peluso, Primeira Turma, DJ 20.4.2006.

Dessa orientação não divergiu o acórdão recorrido.

4. Pelo exposto, **nego seguimento ao recurso extraordinário interposto por Dilma Ferreira de Souza** (art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 522.773-1 (822)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR
ADV.(A/S)	: SÉLEO DE ANDRADE BARBOSA PAIVA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PFN - ROSANE BLANCO OZÓRIO BOMFIGLIO

DECISÃO: O recurso especial interposto pela parte ora recorrente foi **conhecido** e **provido** pelo E. Superior Tribunal de Justiça.

Com o **trânsito** em julgado dessa decisão, que foi favorável à pretensão jurídica deduzida pela parte ora recorrente, resultou **sem objeto** o presente recurso extraordinário, motivo pelo qual julgo-o **prejudicado** (**CPC**, art. 543, § 1º).

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 523.016-3 (823)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PFN - ELYADIR FERREIRA BORGES
RECDO.(A/S)	: CHAIM ABDALLA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: WILSON LUIS DE SOUSA FOZ E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR. INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA. PRECEDENTE DESTE SUPREMO TRIBUNAL. RECURSO PROVIDO.

Relatório

1. Recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que decidiu pela incidência de juros moratórios em requisição de pequeno valor no período compreendido entre a elaboração da conta e a expedição do ofício requisitório (RPV), nos seguintes termos:

"PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO DO JULGADO. OFÍCIO REQUISITÓRIO COMPLEMENTAR. JUROS DE MORA. PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A ELABORAÇÃO DA CONTA E A EXPEDIÇÃO DO OFÍCIO REQUISITÓRIO. CABIMENTO. PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A EXPEDIÇÃO DO OFÍCIO REQUISITÓRIO E O SEU EFETIVO RECEBIMENTO. INAPLICABILIDADE.

1. Não incidem juros de mora entre a data da expedição do precatório e a do efetivo pagamento, uma vez que a União não incorre em inadimplência quando há previsão expressa na Constituição Federal (art. 100), de que o pagamento deverá obedecer à ordem cronológica da apresentação dos precatórios.

2. A interrupção da mora ocorre com a expedição de precatório que preencha todos os pressupostos legais, capaz de torná-lo apto a ingressar na ordem cronológica de pagamento, conforme estabelecido pelo art. 100 e seus parágrafos, da Constituição Federal.

3. Tal entendimento também se afigura aplicável em caso de pagamento por meio de ofício requisitório de pequeno valor (RPV), eis que a vedação contida no art. 100, § 4º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº. 37, de 12 junho de 2002, busca apenas evitar que o pagamento se faça em parte na forma estabelecida no § 3º e em parte mediante expedição de precatório, sendo descabida no caso dos autos, cujo pagamento complementar também ocorrerá por meio de ofício requisitório.

4. Considerando-se que o pagamento complementar calculado pela Contadoria Judicial, mesmo que somado ao pagamento já efetuado, não ultrapassa o limite legal estabelecido, não existe óbice à expedição do pretendido ofício requisitório complementar.

5. São cabíveis os juros de mora no período compreendido entre a elaboração da conta e a expedição do ofício requisitório (RPV), impondo-se a expedição de ofício requisitório complementar.

6. Agravo de instrumento provido." (fl. 84 - grifei)

2. A Recorrente alega que a referida decisão teria afrontado o art. 100, § 1º, da Constituição. Sustenta a União que, ao decidir pela incidência dos juros moratórios no período compreendido entre a elaboração da conta e a expedição do ofício requisitório (RPV), o Tribunal *a quo* não teria levado em consideração o argumento de que só incide em mora a Fazenda Pública quando os precatórios não são pagos no prazo estipulado pelo dispositivo constitucional acima mencionado.

Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

3. Razão jurídica assiste à Recorrente.

Julgando casos análogos, a jurisprudência deste Supremo Tribunal firmou-se, a partir do julgamento em Plenário do RE 298.616, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ 3.10.2003, no mesmo sentido da tese deduzida no presente recurso extraordinário:

"EMENTA: Recurso Extraordinário. 2. Precatórios. Juros de mora. 3. Art. 100, § 1º, da Constituição Federal. Redação anterior à Emenda 30, de 2000. 4. Inclusão no orçamento das entidades de direito público. Apresentação até 1º de julho, data em que terão seus valores atualizados. 5. Prazo constitucional de pagamento até o final do exercício seguinte. 5. Descaracterização da mora, quando não há atraso na satisfação dos débitos. 5. Recurso extraordinário provido".

Ainda no mesmo sentido:

"(...)

***Ressalte-se que este entendimento também se aplica no período entre a elaboração da conta e a expedição do precatório**, pois o próprio texto constitucional determinava o prazo para pagamento do precatório, qual seja, até o final do exercício seguinte. Assim, somente no caso de seu descumprimento poder-se-ia falar em mora e, em conseqüência, nos juros a ela relativos, como penalidade pelo atraso no pagamento. É relevante notar que a discussão, no caso concreto, é anterior à Emenda Constitucional nº. 30, de 13 de setembro de 2000, que conferiu nova redação ao § 1o do art. 100, tornando inequívoco que os valores devidos serão atualizados monetariamente até o pagamento, superando-se, assim, a possibilidade de expedição de precatório complementar. Assim, conheço e dou provimento ao recurso extraordinário (art. 557, § 1o-A, do CPC) para afastar a incidência de juros moratórios no período compreendido entre a elaboração da conta e a expedição do precatório (art. 557, § 1º-A, do CPC)- RE 449.198, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 16.12.2005 (grifei)".*

Dessa orientação divergiu o acórdão recorrido.

4. Pelo exposto, **dou provimento ao recurso extraordinário para afastar a incidência dos juros moratórios na conta de atualização da requisição de pequeno valor com fundamento no art. 100, § 1º, da Constituição da República** (art. 557, 1º-A, do Código de Processo Civil e art. 21, § 2º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 523.361-8 (824)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. JOAQUIM BARBOSA**
RECTE.(S)	: BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - BANESPA
ADV.(A/S)	: CLOVIS FRAGA SANTANNA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: EDUARDO MARIOTTI E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: JORGE SILVEIRA
ADV.(A/S)	: BRUNA ELISA JARA ALVES
ADV.(A/S)	: BIBIANE LISBÔA VALIM E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Junte-se a petição nº 105923/2007.

Homologo a desistência do recurso requerida pelo BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - BANESPA em petição subscrita por advogado com poderes para desistir, devido a informação de que as partes se compuseram.

Publique-se.

Brasília, 24 de agosto de 2007.

Ministro **JOAQUIM BARBOSA**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 523.406-1 (825)

PROCED.	: AMAZONAS
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: ESTADO DO AMAZONAS
ADV.(A/S)	: PGE-AM - INGRID MONTEIRO
RECDO.(A/S)	: MARIA CONCEIÇÃO CAVALCANTE
ADV.(A/S)	: VIVALDO BARROS FROTA

DECISÃO

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. VENCIMENTOS. RECURSO ESPECIAL PROVIDO PARA RECONHECER A DECADÊNCIA PARA A IMPETRAÇÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PREJUDICADO.

Relatório

1. Recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Amazonas. Esse órgão concedeu a segurança para reestabelecer o valor integral da Gratificação de Atividades Educacionais percebida pela ora Recorrida e afastar a aplicação do Decreto n. 19.339/1998.

2. O Recorrente alega que o acórdão recorrido teria contrariado o art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição da República.

3. Simultaneamente ao recurso extraordinário, foi interposto recurso especial, ao qual o Superior Tribunal de Justiça deu provimento para reconhecer a decadência para a impetração do mandado de segurança.

Essa decisão transitou em julgado, conforme certidão de fl. 183.

Examinada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

4. O presente recurso está prejudicado.

Atendida a pretensão do Recorrente pela decisão prolatada pelo Superior Tribunal de Justiça, é de se ter por prejudicado o recurso extraordinário.

5. Pelo exposto, **julgo prejudicado o presente recurso extraordinário por perda de objeto e determino a baixa dos autos à origem** (art. 21, inc. IX, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 525.353-8 (826)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECDO.(A/S)	: MAGALI MYER DOS SANTOS
ADV.(A/S)	: ANDRÉA ARAÚJO PERESI E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: RUBENS SOARES VELLINHO E OUTRO(A/S)

DECISÃO

SERVIDOR PÚBLICO. QUINTOS/DÉCIMOS. INCORPORAÇÃO. VALORES ESTABELECIDOS PELA PORTARIA/MEC Nº 474/1987: DIREITO ADQUIRIDO. LEI Nº 8.168/1991: INAPLICABILIDADE. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que determinou a manutenção do pagamento de quintos incorporados na vigência da Lei n. 7.596/1987, nos valores fixados pela Portaria n. 474/1987, do Ministério da Educação e Cultura - MEC, nos termos seguintes:

"MANDADO DE SEGURANÇA. VENCIMENTO DE SERVIDOR. ALTERAÇÃO DE FORMA DE CÁLCULO DE QUINTOS. DECADÊNCIA DO DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO DECLARAR A NULIDADE DE SEUS PRÓPRIOS ATOS.

Embora deva a Administração anular seus próprios atos, quando eivados de ilegalidade, a estabilidade das relações sociais e jurídicas pressupõe o exercício desse dever dentro de determinado lapso temporal, sob pena de decadência. Apelo provido para conceder a sergurança" (fl. 145).

2. A Recorrente alega que a decisão do Tribunal *a quo* teria contrariado os arts. 55, inc. III e 57, inc. II, da Emenda Constitucional nº 1/1969 e os arts. 2º, 5º, inc. II, XXXIV, XXXV, XXXVI, LV, 37, *caput*, inc. XIII e 61, § 1º, inc. II, alínea *a*, todos da Constituição da República. Sustenta, em síntese, que a alteração dos valores pagos de acordo com a Portaria nº 474/1987, não configuraria ofensa ao princípio do direito adquirido, mas sim correção de *"...verba que vem sendo paga inadequadamente, e, portanto, de forma ilegal"* (fl. 189).

Examinada a matéria posta à apreciação, **DECIDO**.

3. Razão jurídica não assiste à Recorrente.

O Supremo Tribunal Federal decidiu em vários julgados semelhantes ao presente, que os quintos/décimos incorporados em razão do exercício de funções comissionadas ou gratificadas, conforme as disposições da Lei nº 7.596/1987 e da Portaria/MEC nº 474/1987, constituem direito adquirido, não alcançado pelas alterações promovidas pela Lei nº 8.168/1991. A aplicação dessa lei às parcelas já incorporadas, com a conseqüente redução de valores, configuraria ofensa ao princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos.

Nesse sentido: RE 497.141-AgR, Rel. Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, DJ 23.3.2007. E, ainda, as seguintes decisões monocráticas: RE 491.443, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJ 8.11.2006; RE 494.175, Rel. Min. Carlos Britto, DJ 10.10.2006; e RE 431.716, Rel. Min. Cezar Peluso, DJ 8.6.2006.

4. Pelo exposto, **nego seguimento ao recurso extraordinário**, nos termos dos precedentes do Supremo Tribunal Federal (art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 525.593-0 (827)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: ROBERT WESTRUPP E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: JUAREZ KERN JOVER E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S)	: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

SERVIDOR PÚBLICO. QUINTOS. PORTARIA/MEC N. 474/1987. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PREJUDICADO.

Relatório

1. Recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que declarou a nulidade da Portaria n. 474/1987, do Ministério da Educação e Cultura, acarretando modificação nos valores de quintos incorporados e a conseqüente redução nos vencimentos/proventos dos Recorrentes.

2. Os Recorrentes interpuseram simultaneamente os recursos especial e extraordinário, nos quais alegaram, em síntese, que *"Apagar os efeitos jurídicos de vantagens que vigoraram por várias décadas constitui-se em um despropósito e, mais do que isso, uma agressão ao Direito Adquirido"* (fls. 307 e 337).

Em ambos os recursos, o Recorrente pleiteou a reforma do acórdão recorrido com a conseqüente manutenção das vantagens recebidas em conformidade com a Portaria/MEC n. 474/1987 (fls. 286-316 e 318-349).

Examinada a matéria posta à apreciação, **DECIDO**.

3. O recurso está prejudicado.

Ao julgar o Recurso Especial n. 413.420, interposto pelos Recorrentes, o Superior Tribunal de Justiça deu provimento a ele, nos termos seguintes:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO. PORTARIA 474 DO MEC. REVISÃO DO ATO. PARECER AGU GQ 203/99. ART. 54 DA LEI Nº 9.784/99. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA. NÃO-OCORRÊNCIA. QUINTOS INCORPORADOS. REDUÇÃO DOS PROVENTOS. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO EM CONSONÂNCIA COM ORIENTAÇÃO DO STF E DO STJ. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.

(...)

2. O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que o servidor de instituição federal de ensino tem o direito de continuar recebendo integralmente o valor dos quintos ou décimos incorporados na vigência da Lei 7.595/97, pelo exercício de funções comissionadas e gratificadas estabelecidas pela Portaria 474/87 do MEC, sem a redução prevista na Lei 8.168/91.

3. Recurso especial conhecido e provido, a fim de restabelecer a sentença que concedeu a segurança" (fls. 415-421).

Essa decisão transitou em julgado (fl. 424). Atendida, portanto, a pretensão dos Recorrentes pela decisão prolatada pelo Superior Tribunal de Justiça, o recurso extraordinário perdeu o objeto.

4. Pelo exposto, **julgo prejudicado o presente recurso extraordinário por perda de objeto e determino a baixa dos autos à origem** (art. 21, inc. IX, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 525.761-4 (828)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: O P F CONTABILIDADE S/C LTDA
ADV.(A/S)	: OSCAR DOS SANTOS FERNANDES E OUTRO(A/S)
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PFN - JOÃO BATISTA DE FIGUEIREDO
RECDO.(A/S)	: OS MESMOS

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS. REVOGAÇÃO DE ISENÇÃO POR LEI ORDINÁRIA. RECURSO DA UNIÃO PROVIDO. SEGUIMENTO NEGADO AO RECURSO DA 1ª RECORRENTE.

Relatório

1. Recurso Extraordinário interposto pela O.P.F. Contabilidade S/C Ltda. com fundamento no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Esse órgão judicial indeferiu pedido a ele encaminhado para desobrigar a ora 1ª Recorrente do recolhimento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

O fundamento do acórdão recorrido é o de que não teria havido ofensa à Constituição da República com a revogação pela Lei n. 9.430/96 da isenção determinada pela Lei Complementar n. 70/91, em razão da adjetivação juridicamente ordinária de que se dota o objeto de suas normas.

A Recorrente alega que teria havido ofensa ao princípio constitucional da hierarquia das leis com a revogação da isenção estabelecida pelo art. 6º da Lei Complementar n. 70/91, por ser aquela lei ordinária.

2. O segundo Recurso Extraordinário interposto é contra a decisão do Superior Tribunal de Justiça que deu provimento ao recurso especial, apresentado, simultaneamente ao recurso extraordinário pela 1ª Recorrente, para desobrigar a sociedade civil do recolhimento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins. Contra essa decisão do Superior Tribunal de Justiça é que a União interpõe recurso extraordinário com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República.

Sustenta que não teria havido ofensa ao princípio constitucional da hierarquia das leis com a revogação da isenção estabelecida pelo art. 6º da Lei Complementar n. 70/91, pois esta seria materialmente ordinária.

Apreciada a matéria posta em exame, **DECIDO**.

3. Razão jurídica assiste à União.

Pela identidade de elementos e tese debatidos no presente caso com muitos outros já apreciados e decididos, tem ele solução judicial antecipada, pela pacífica jurisprudência assentada pelo Supremo Tribunal Federal, amplamente divulgada, conhecida e reconhecida.

4. O Supremo Tribunal Federal já decidiu ser a Lei Complementar n. 70/91 materialmente ordinária pelo que o tema prescinde de lei formalmente complementar para ser alterado.

Confira-se, a propósito, excerto do voto do Ministro Moreira Alves no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade n. 1-DF (DJ 16.6.1995):

"(...) Sucede, porém, que a contribuição social em causa, incidente sobre o faturamento dos empregadores, é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 195 da Carta Magna, não se podendo pretender, portanto, que a Lei Complementar nº 70/91 tenha criado outra fonte de renda destinada a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social. Por isso mesmo, essa contribuição poderia ser instituída por Lei ordinária. A circunstância de ter sido por lei formalmente complementar - a Lei Complementar nº 70/91 - não lhe dá, evidentemente, a natureza de contribuição nova, a que se aplicaria o disposto no § 4º do artigo 195 da Constituição, enquanto essa lei, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída - que são objeto dessa ação -, é materialmente ordinária, por não tratar, nesse particular, de matéria reservada, por texto expresso da Constituição, à lei complementar. A jurisprudência desta Corte, sob o império da Emenda Constitucional nº 1/69 - e a Constituição atual não alterou esse sistema -, se firmou no sentido de que só se exige lei complementar para as matérias para cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária" (grifos nossos).

E ainda: AI 521.948, Rel. Min. Cezar Peluso, DJ 23.6.2006; AI 591.923, Rel. Min. Cezar Peluso, DJ 8.6.2006; e AI 526.159, Rel. Min. Cezar Peluso, DJ 27.3.2006.

Conquanto essa matéria tenha voltado a ser objeto de discussão no Plenário deste Supremo Tribunal, no julgamento dos Recursos Extraordinários ns. 377.457 e 381.964, Rel. Min. Gilmar Mendes, não há qualquer tendência à mudança da orientação fixada, mesmo estando aqueles processos com o seu julgamento suspenso em razão do pedido de vista do Min. Marco Aurélio.

É que nesse julgamento já foram proferidos oito votos confirmando a orientação jurisprudencial sedimentada no sentido de que a Lei Complementar n. 70, de 1991, tem natureza de lei ordinária, para os fins específicos da fixação da isenção e, portanto, poderia ter sido revogada, como o foi, pelo art. 56 da Lei n. 9.430, de 1996.

Recentemente, por exemplo, em decisão monocrática, o Min. Sepúlveda Pertence deferiu, *ad referendum*, a antecipação de tutela em recurso extraordinário, para sobrestar os efeitos do mandado de segurança concedido pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região, pelo qual se garantia a escritórios de advocacia a isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins (AC 1.589, DJ 21.3.2007).

5. Dessa orientação pacificada divergiu o Superior Tribunal de Justiça ao exarar a decisão, ora recorrida, e não divergiu o Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

6. Pelo exposto, com fundamento no art. 557, 1º-A, do Código de Processo Civil e no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, **dou provimento ao recurso extraordinário da União**, **para reformar o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual continuaria eficaz a isenção prevista na Lei Complementar n. 70/91 pela inocorrência de sua revogação, por contrariar o que decidiu o Supremo Tribunal**.

7. Nego seguimento ao recurso extraordinário da O.P.F. Contabilidade S/C Ltda. (art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Ficam invertidos os ônus da sucumbência, ressalvada eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 526.921-3 (829)

PROCED.	: GOIÁS
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE RIO VERDE - GO
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECDO.(A/S)	: CLAUDINO COLLET E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: MARIA ISABEL SILVA DIAS E OUTRO(A/S)

DECISÃO

SERVIDOR PÚBLICO. QUINTOS/DÉCIMOS. INCORPORAÇÃO. VALORES ESTABELECIDOS PELA PORTARIA/MEC Nº 474/1987: DIREITO ADQUIRIDO. LEI Nº 8.168/1991: INAPLICABILIDADE. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que determinou a manutenção do pagamento de quintos incorporados na vigência da Lei n. 7.596/1987, nos valores fixados pela Portaria n. 474/1987, do Ministério da Educação e Cultura - MEC, nos termos seguintes:

"ADMINSTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. QUINTOS, PORTARIA MEC 474. DIREITO ADQUIRIDO. IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. ANULAÇÃO DO ATO.

1. Os quintos incorporados na vigência da Lei 7.596/87 e nos valores fixados pela Portaria 474/87, do Ministério da Educação não podem sofrer reduções, por força da Lei 8.168/91, ante os princípios constitucionais do direito adquirido e da irredutibilidade de vencimentos.

2. O art. 54 da Lei 9.784, de 1999, tem vigência a partir da edição da lei, porém, não pode a Administração rever seus próprios atos sem atender aos princípios constitucionais do devido processo legal e da ampla defesa (AMS 96.01.21447-0/MG).

3.'É legítima a Portaria MEC 474/87, que fixou os valores das funções comissionadas instituídas em decorrência da Lei 7.596/87, pois foi expedida com amparo no art. 64 do Decreto 94.664/87, que a esta regulamentou.'Precedentes deste TRF-1ªRegião.

4. Apelação e remessa, tida por interposta, improvidas" (fl. 258).

2. A Recorrente alega que a decisão do Tribunal *a quo* teria contrariado os arts. 5º, inc. II, 37, *caput*, 48, inc. X, 61, § 1º, inc. II, alínea *a* e 84, inc. III, todos da Constituição da República. Sustenta, em síntese, que a alteração dos valores pagos de acordo com a Portaria nº 474/1987, não configuraria ofensa ao princípio da irredutibilidade de vencimentos, mas sim correção de *"...uma inconstitucionalidade até então inexistente e que vinha sendo praticada pela Administração Pública, inadvertidamente, a qual vinha permitindo a incorporação e o pagamento de funções comissionadas que não tinham valores ou padrões fixados por lei, como exige a Constituição"* (fl. 318).

Examinada a matéria posta à apreciação, **DECIDO**.

3. Razão jurídica não assiste à Recorrente.

O Supremo Tribunal Federal decidiu em vários julgados semelhantes ao presente, que os quintos/décimos incorporados em razão do exercício de funções comissionadas ou gratificadas, conforme as disposições da Lei nº 7.596/1987 e da Portaria/MEC nº 474/1987, constituem direito adquirido, não alcançado pelas alterações promovidas pela Lei nº 8.168/1991. A aplicação dessa lei às parcelas já incorporadas, com a conseqüente redução de valores, configuraria ofensa ao princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos.

Nesse sentido: RE 497.141-AgR, Rel. Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, DJ 23.3.2007. E, ainda, as seguintes decisões monocráticas: RE 491.443, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJ 8.11.2006; RE 494.175, Rel. Min. Carlos Britto, DJ 10.10.2006; e RE 431.716, Rel. Min. Cezar Peluso, DJ 8.6.2006.

4. Pelo exposto, **nego seguimento ao recurso extraordinário**, nos termos dos precedentes do Supremo Tribunal Federal (art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 528.343-7 (830)

PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: GISLAINE SAMPAIO DE SOUSA
ADV.(A/S)	: LUIZA RODRIGUES PEREIRA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S)	: PGDF- MIGUEL ANGELO FARAGE DE CARVALHO

DECISÃO: **1**. Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e assim ementado:

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APOSENTADORIA ESPECIAL. PROFESSOR. CÔMPUTO DE TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO EM OUTRA ATIVIDADE TAMBÉM PREVISTA COMO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE.

As regras para aposentadoria nos cargos de telefonista e professor, apesar de serem especiais, não podem ser computadas igualmente. A aposentadoria especial do professor somente é admitida se exerceu efetivamente o magistério no período previsto pela Constituição Federal, não sendo permitida a contagem de tempo anterior relativo ao cargo de telefonista." (fl. 118)

Sustenta a recorrente, com base no art. 102, III, **a**, alegação de ofensa aos artigos 5º, XXXVI, 37, XV e 40, III, **b**, da Constituição Federal.

2. Inconsistente o recurso.

O acórdão impugnado decidiu em conformidade com a jurisprudência assentada da Corte sobre o tema, como se pode ver à seguinte ementa exemplar:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROFESSOR. APOSENTADORIA. REQUISITOS.

Magistério. Aposentadoria especial: Constituição de 1988, artigo 40, III, "b". O direito à aposentadoria especial dos professores só se aperfeiçoa quando cumprido totalmente o requisito temporal do "efetivo exercício em função de magistério", excluída qualquer outra. Precedente do Tribunal Pleno." (**RE nº 299.658-AgR**, Rel. Min. **MAURÍCIO CORRÊA**, DJ de 04.04.03). No mesmo sentido, cf. **ADI nº 178,** Rel. Min. **MAURÍCIO CORRÊA**, DJ de 26.04.96; **RE nº 420.311**, Rel. Min. **NELSON JOBIM,** DJ de 19.04.04; **RE nº 422.442**, Rel. Min. **CARLOS VELLOSO**, DJ de 28.06.04".

3. Adotando, pois, os fundamentos desses precedentes e valendo-me do disposto nos artigos 2l, § 1º, do RISTF, 38 da Lei 8.038/90 e 557 do CPC, nego provimento ao presente recurso extraordinário.

Publique-se. Int..

Brasília, 16 de junho de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 529.626-1 (831)

PROCED.	: PARANÁ
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: BANCO DO BRASIL S/A
ADV.(A/S)	: MAGDA MONTENEGRO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: PAULO ALBERTO CASAGRANDE
ADV.(A/S)	: PAULO CESAR GRADELA FILHO E OUTRO(A/S)

DECISÃO

CORREÇÃO MONETÁRIA DAS CADERNETAS DE POUPANÇA. CONTROVÉRSIA DECORRENTE DA CONDENAÇÃO EM JUROS MORATÓRIOS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO. PRETENSÃO ATENDIDA PELO STJ NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PREJUDICADO.

Relatório

1. Recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Paraná.

Esse órgão declarou indevida a exclusão dos juros remuneratórios devidos como parte integrante do principal em processo de execução.

2. O Recorrente alega que o acórdão recorrido teria contrariado os arts. 5º, inc. XXXVI, LIV e LV e 93, inc. IX, da Constituição da República.

Requer "*que seu recurso seja conhecido e provido para o fim de declarar a nulidade do acórdão que julgou os embargos de declaração ou, se ao mérito de adentrar, que seja determinada a exclusão dos juros remuneratórios da conta de execução apresentada pelo Recorrido, cumprindo-se fielmente o comando contido no título exeqüendo."* (fl. 232-233).

3. Simultaneamente ao recurso extraordinário, foi interposto recurso especial, ao qual o Superior Tribunal de Justiça deu provimento para "*excluir os juros remuneratórios sobre o montante da dívida"* (fl. 275).

Essa decisão transitou em julgado, conforme certidão de fl. 277.

Examinada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

4. O presente recurso está prejudicado.

Atendida a pretensão do Recorrente pela decisão prolatada pelo Superior Tribunal de Justiça, é de se ter por prejudicado o recurso extraordinário.

5. Pelo exposto, **julgo prejudicado o presente recurso extraordinário, por perda de objeto, e determino a baixa dos autos à origem** (art. 21, inc. IX, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 10 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 529.747-1 (832)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADV.(A/S)	: ROBERTO DE SOUZA MOSCOSO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: DOMINGAS MARCOLINA SOARES
ADV.(A/S)	: SEBASTIÃO VENTURA PEREIRA DA PAIXÃO JÚNIOR E OUTRO(A/S)

DECISÃO: 1. Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e assim ementado:

"AGRAVO INTERNO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. APOSENTADORIA COMPLEMENTAR. COMPETÊNCIA.

É da Justiça Comum a competência para processar a ação em que se visa à revisão de benefício percebido a título de complementação de aposentadoria.

Precedentes jurisprudenciais.

AGRAVO IMPROVIDO." (fl. 73)

Sustenta a recorrente, com base no art. 102, III, **a,** ter havido violação ao artigo 114, da Constituição Federal.

2. Inconsistente o recurso.

Esta Corte firmou jurisprudência segundo a qual compete à Justiça do Trabalho conhecer de pedido de complementação de aposentadoria, no âmbito da previdência privada, mas apenas quando a relação jurídica decorrer de contrato de trabalho (**AI nº 576.224-AgR**, Rel. Min. **SEPÚLVEDA PERTENCE**, 1ª Turma, DJ de 30.03.2007; **AI nº 583.498-AgR**, Rel. Min. **EROS GRAU**, 2ª Turma, DJ de 02.06.2006; **AI nº 566.789-AgR**, Rel. Min. **CÁRMEN LÚCIA**, 1ª Turma, DJ de 09.02.2007).

E decidiu ser competente a Justiça Comum, quando a relação jurídica não advier de contrato de trabalho (**AI nº 563.566**, Rel. Min. **SEPÚLVEDA PERTENCE**, DJ de 12.08.2005; **AI nº 591.875-AgR**, Rel. Min. **EROS GRAU**, 2ª Turma, DJ de 08.09.2006; **AI nº 573.294-AgR**, Rel. Min. **CÁRMEN LÚCIA**, 1ª Turma, DJ de 09.02.2007).

No caso, o acórdão recorrido fixou que a relação jurídica não é oriunda de relação de trabalho. Competente, pois, a Justiça Comum. O acórdão impugnado decidiu a causa com base no conjunto fático-probatório e na legislação infraconstitucional, de modo que eventual ofensa à Constituição Federal seria, aqui, apenas indireta.

3. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso (art. 21, § 1º, do RISTF, art. 38 da Lei nº. 8.038, de 28.05.90, e art. 557 do CPC).

Publique-se. Int..

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 532.780-9 (833)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: UNIMED CRUZEIRO - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADV.(A/S)	: JOSÉ PABLO CORTES E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: LUIZ MAGINA
ADV.(A/S)	: JAÍSA DA CRUZ PAYÃO PELLEGRINI

DECISÃO: 1. Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão do Colégio Recursal da 48º Circunscrição Judiciária de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, que confirmou sentença condenatória ao fornecimento de material e guias necessárias para realização da cirurgia do recorrido, e ao pagamento de todas as despesas dela decorrentes, inclusive as médico-hospitalares.

A recorrente, com base no art. 102, III, **a**, alega violação ao disposto no artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal.

2. Inviável o recurso.

É que o acórdão impugnado decidiu a causa com base só na interpretação da legislação infraconstitucional, (Lei nº 9.099/95) de modo que eventual ofensa à Constituição Federal seria, aqui, apenas indireta. Ora, é pacífica a jurisprudência desta Corte, no sentido de não tolerar, em recurso extraordinário, alegação de ofensa que, irradiando-se de má interpretação, aplicação, ou, até, de inobservância de normas infraconstitucionais, seria apenas indireta à Constituição da República.

Por fim, ainda que superado este óbice, o recurso esbarraria na orientação assente na Corte segundo a qual "*o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada encontram proteção em dois níveis: em nível infraconstitucional, na LICC, art. 6º, e em nível constitucional, art. 5º, XXXVI, CF. Todavia, o conceito de tais institutos não se encontra na Constituição, art. 5º, XXXVI, mas na lei ordinária, art. 6º da LICC. Assim, a decisão que dá pela ocorrência, ou não, no caso concreto, de tais institutos situa-se no contencioso de direito comum, que não autoriza a admissão do recurso extraordinário.*" (**AI nº 520942**, Rel. Min. **CARLOS VELLOSO,** DJ 05-08-2005).

3. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso (art. 21, § 1º, do RISTF, art. 38 da Lei nº 8.038, de 28.05.90, e art. 557 do CPC).

Publique-se. Int..

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 533.152-1 (834)

PROCED.	: PERNAMBUCO
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: RISONEIDE GONÇALVES DE ANDRADE
RECDO.(A/S)	: ANTÔNIO LOPES DA SILVA
ADV.(A/S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO: MAJORAÇÃO. APLICAÇÃO DOS ARTS. 53, INC. I E II, E 54 DA LEI N. 8.213/91 A BENEFÍCIO CONCEDIDO OU CUJOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO TENHAM SIDO IMPLEMENTADOS ANTERIORMENTE AO INÍCIO DE SUA VIGÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO.

Relatório

1. Recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República.

O recurso tem por objeto o seguinte julgado da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco:

"REVISÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. RMI 100%. RECURSO IMPROVIDO.

1. Trata-se de recurso inominado formulado pelo INSS em face da sentença que julgou procedente o pedido de revisão de aposentadoria por tempo de serviço.

2. Consoante os artigos 53, I, II e 54, da Lei 8.213/91, a aposentadoria por tempo de serviço consistirá numa renda mensal de: ***a) para a mulher,*** *70% dos salário-de-benefício aos 25 anos de serviço, mais 6% deste para cada ano completo de atividade, até o máximo de 100% do salário-de-benefício aos* ***30 anos de serviço****;* ***b) para homem****, 70% do salário-de-benefício aos 30 anos de serviço, mais 6% deste para cada novo ano completo de atividade, até o máximo de* ***100% do salário-de-benefício aos 35 anos de serviço****.*

3. No caso, o tempo laborado pela parte autora é o exigido para a percepção do coeficiente máximo de 100% do salário-de-benefício, como renda mensal.

4. As determinações dos arts. 53, I, II, e 54, da Lei 8.213/91, que fixaram a renda mensal até o coeficiente máximo de 100% do salário-de-benefício, para quando o segurado completar 30 anos de serviço, se mulher, 35 anos de serviço, se homem, são aplicáveis aos benefícios concedidos antes de sua edição, mas observando-se os efeitos financeiros somente a partir da publicação da referida Lei, não havendo falar em retroatividade da lei.

5. Inexistência de ofensa ao direito adquirido, pois, no presente caso, têm-se a incidência imediata da lei nova que majora percentuais referentes às cotas dos benefícios previdenciários, com efeitos a serem produzidos somente a partir da sua vigência.

6. Vedada a ofensa ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada (art. 5º, XXXVI, da CF/88, e art. 6º da LICC), alcançando as relações anteriores nos efeitos a serem produzidos em decorrência da continuidade das relações, a partir da sua vigência" (fls. 35 e 36, grifos no original).

2. O Recorrente alega contrariedade ao art. 5º, inc. XXXVI da Constituição da República.

Argumenta, em síntese, que "Como *a aposentadoria do demandante foi concedida sob a égide da legislação anterior, com DIB (data de início de benefício) anterior ao advento da Lei n. 8.213/91, não se pode aplicar os termos do art. 53, I, e 54, diante do que não poderia o respeitável acórdão, sob qualquer homenagem, fazer letra morta do dispositivo constitucional que consagra o ato jurídico perfeito e resguarda das mutações legais a situação jurídica já definitivamente concretizada e consumada segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou*" (fl. 42).

Analisados os elementos havidos nos autos, **DECIDO**.

3. Razão jurídica assiste ao Recorrente.

4. Em 8 de fevereiro de 2007, por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal apreciou tese idêntica à que se contém neste processo e deu provimento aos Recursos Extraordinários 416.827 e 415.454, Relator o Ministro Gilmar Mendes, interpostos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Sedimentado está, portanto, o entendimento de que, não havendo disposição expressa quanto à retroatividade da Lei, o critério de concessão do benefício previdenciário nela previsto somente se aplica àquele concedido a partir de sua vigência. Nesse sentido:

"***EMENTA: Previdência Social. Benefício previdenciário. Aposentadoria por tempo de serviço. Renda mensal. Valor. Majoração. Aplicação do art. 53, I e II, da Lei n. 8.213/91, a benefício concedido ou cujos requisitos foram implementados anteriormente ao início de sua vigência. Inadmissibilidade. Violação aos arts. 5º, XXXVI, e 195, § 5º, da CF. Recurso extraordinário provido. Precedentes do Plenário****. O art. 53, I e II, da Lei federal n. 8.213/91 não se aplica aos benefícios cujos requisitos de concessão se tenham aperfeiçoado antes do início de sua vigência*" (RE 499.157, Rel. Min. Cezar Peluso, Segunda Turma, DJ 22.6.2007, grifos no original).

5. Naquela assentada, o Tribunal decidiu isentar os Recorridos dos ônus de sucumbência, fixando em 1% (um por cento) do valor originário da causa os honorários devidos.

Dessa orientação divergiu o acórdão recorrido.

6. Pelo exposto, **dou provimento ao recurso extraordinário**, (art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil), **isentando a parte recorrida dos ônus da sucumbência, excluídos os honorários advocatícios, os quais fixo em 1% (um por cento) sobre o valor originário da causa, com a ressalva de eventual concessão do benefício da assistência judiciária gratuita**.

Publique-se.

Brasília, 10 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 534.790-7 (835)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: ANA MARIA RODRIGUES LOPES
ADV.(A/S)	: DILSON FERREIRA DE ANAIDE E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S)	: PGE-RJ - DANIELA ALLAM GIACOMET

DECISÃO: **1.** Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que aplicou entendimento do verbete sumular nº 78, segundo o qual *"a gratificação de encargos especiais concedida aos coronéis da ativa da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, por ato administrativo do Chefe do Poder Executivo, exarado no Processo Administrativo nº E-12/790/94, não se estende aos demais militares das referidas corporações, ativos ou inativos"*.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Sustenta a recorrente, com base no art. 102, III, **a** e **c**, ter havido violação aos artigos 37, X, 40, §§ 4º e 5º, da Constituição Federal.

2. Inadmissível o recurso.

Com efeito, os temas constitucionais agora suscitados não foram objeto de consideração no acórdão recorrido, faltando-lhes, assim, o requisito do prequestionamento, que deve ser explícito (**súmulas 282 e 356**).

Ainda que assim não fosse, o acórdão impugnado decidiu a causa com base no conjunto fático-probatório e na legislação infraconstitucional, de modo que eventual ofensa à Constituição Federal seria, aqui, apenas indireta.

Ora, é pacífica a jurisprudência desta Corte, no sentido de não tolerar, em recurso extraordinário, alegação de ofensa que, irradiando-se de má interpretação, aplicação, ou, até, de inobservância de normas infraconstitucionais, seria apenas indireta à Constituição da República, e muito menos, pretensão de reexame de provas (**súmula 279**).

Por fim, o princípio constitucional da separação dos poderes impede que os Juízes e Tribunais - que não dispõem de função legislativa - contemplem servidores públicos com vantagens não previstas em lei, a título de aplicação do princípio da isonomia (**súmula 339**).

3. Do exposto, nego seguimento ao recurso (art. 21, § 1º, do RISTF, art. 38 da Lei nº 8.038, de 28.05.90, e art. 557 do CPC).

Publique-se. Int..

Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 535.025-8 (836)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: GABRIELA RODRIGUES FIGUEIREDO
RECDO.(A/S)	: PAULO EDIBERTO DE ANDRADE SILVA
ADV.(A/S)	: DILZA TEREZINHA DOS SANTOS

DECISÃO: Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão, que, proferido por Tribunal de jurisdição inferior, manteve a sentença homologatória de cálculos judiciais efetuados em ação de revisão de benefício previdenciário promovida pela parte ora recorrida.

Não há como dar trânsito ao presente recurso extraordinário, eis que o recorrente, na realidade, busca rescindir o julgado, pretendendo, de maneira absolutamente imprópria, o **reexame** do fundo da controvérsia, que já constituiu objeto de decisão proferida no processo de conhecimento.

Mais do que isso, a parte ora recorrente, ao **tardiamente** suscitar questões que **deixou** de expor em momento procedimentalmente oportuno, também **desatendeu** à exigência do prequestionamento, circunstância essa que, **só por si**, já bastaria para tornar inviável o presente recurso extraordinário.

Não custa enfatizar, de outro lado, que, **em sede de execução**, não mais se justifica a **renovação** do litígio que foi objeto de resolução no processo de conhecimento, **especialmente**, como ocorre no caso, quando a decisão que apreciou a controvérsia apresenta-se **revestida** da autoridade da coisa julgada, **hipótese em que**, nos termos do **art. 474** do CPC, "*reputar-se-ão deduzidas e repelidas **todas** as alegações e defesas que a parte **poderia** opor (...) à rejeição do pedido*" (**grifei**).

Cabe ter presente, neste ponto, a **advertência** da doutrina (NELSON NERY JUNIOR/ROSA MARIA ANDRADE NERY, "**Código de Processo Civil Comentado**", p. 928, 4ª ed., 1999, RT), **cujo magistério** - em lição **plenamente** aplicável ao caso ora em exame - assim analisa o princípio do "***tantum judicatum quantum disputatum vel disputari debebat***":

"***Transitada em julgado*** *a sentença de mérito, as partes ficam **impossibilitadas** de alegar **qualquer outra** questão relacionada com a lide sobre a qual pesa a autoridade da coisa julgada. A norma reputa **repelidas** todas as alegações que as partes **poderiam** ter feito na petição inicial e contestação a respeito da lide **e não o fizeram**. Isto quer significar que **não se admite** a propositura de **nova** demanda para **rediscutir** a lide, com base em **novas** alegações.*" (**grifei**)

Esse entendimento - que sustenta a **extensão** da autoridade da coisa julgada em sentido material **tanto** ao que foi **efetivamente** argüido **quanto** ao que **poderia** ter sido alegado, mas não o foi, **desde** que tais alegações e defesas **se contenham** no objeto do processo - **também encontra apoio** no magistério doutrinário de outros eminentes autores, tais como HUMBERTO THEODORO JÚNIOR ("**Curso de Direito Processual Civil**", vol. I/537-538, item n. 516, 25ª ed., 1998, Forense), VICENTE GRECO FILHO ("**Direito Processual Civil Brasileiro**", vol. 2/239, item n. 57.2, 4ª ed., 1989, Saraiva), MOACYR AMARAL SANTOS ("**Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**", vol. 3/58-59, item n. 744, 10ª ed., 1989, Saraiva), EGAS MONIZ DE ARAGÃO ("**Sentença e Coisa Julgada**", p. 324/328, itens ns. 224-227, 1992, Aide) **e** JOSÉ FREDERICO MARQUES ("**Manual de Direito Processual Civil**", vol. III/332, item n. 689, 2ª ed., 1998, Millennium Editora).

Lapidar, sob tal aspecto, a **autorizadíssima** lição de ENRICO TULLIO LIEBMAN ("**Eficácia e Autoridade da Sentença**", p. 52/53, item n. 16, nota de rodapé, tradução de Alfredo Buzaid/Benvindo Aires, 1945, Forense), que, ao referir-se ao tema dos **limites objetivos** da coisa julgada, **acentua** que esta **abrange** *"tanto as questões que foram discutidas **como as que o poderiam ser**"*:

*"(...) **se** uma questão **pudesse** ser discutida no processo, **mas de fato não o foi, também a ela se estende**, não obstante, **a coisa julgada**, no sentido de que aquela questão não poderia ser utilizada para negar ou contestar o resultado a que se chegou naquele processo. **Por exemplo**, o réu **não opôs** uma série de deduções defensivas que **teria** podido opor, e foi condenado. **Não poderá ele** valer-se daquelas deduções para contestar a coisa julgada. A finalidade prática do instituto exige que a coisa julgada permaneça firme, **embora** a discussão das questões relevantes tenha sido **eventualmente** incompleta; **absorve ela**, desse modo, necessariamente, **tanto as questões que foram discutidas como as que o poderiam ser**."* (**grifei**)

Sendo assim, pelas razões expostas, e considerando, ainda, a existência de **precedentes específicos** sobre a matéria (**RE 269.896/RJ**, Rel. Min. MOREIRA ALVES - **RE 269.878/RJ**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **RE 270.210/RJ**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, **v.g**.), **não conheço** do presente recurso extraordinário.

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 537.067-4 (837)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: CARLOS ALBERTO VICTORIANO GUEDES E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: DOMINGOS SÁVIO MADEIRA MACHADO PEREIRA
RECDO.(A/S)	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S)	: PGE-RJ - DANIELA ALLAM GIACOMET
ADV.(A/S)	: PGE-RJ - ALDE DA COSTA SANTOS JÚNIOR

DECISÃO

SERVIDOR MILITAR. GRATIFICAÇÃO DE ENCARGOS ESPECIAIS. EXTENSÃO A TODA A CATEGORIA DOS POLICIAIS MILITARES E DO CORPO DE BOMBEIROS. PROCESSO ADM. N. E-12/790/94. OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Recurso Extraordinário interposto, com fundamento no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça, cuja ementa é a seguinte:

"RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CORONÉIS INATIVOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. 'GRATIFICAÇÃO DE ENCARGOS ESPECIAIS' CONCEDIDA SOMENTE AOS CORONÉIS DA ATIVA MEDIANTE ATO ADMINISTRATIVO. EXTENSÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

Inviável a extensão da 'Gratificação de Encargos Especiais' aos impetrantes, uma vez que tal benefício foi criado pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, por meio de processo administrativo, somente para os Coronéis da ativa, inexistindo lei a amparar o pleito. Precedentes." (fl. 151)

Os Recorrentes alegam que o acórdão recorrido teria contrariado os arts. 1º, incs. II e III; 3º, I e IV; 5º, *caput*, incs. XXXV, XXXVI e LXIX; 37, X; e 40, § 8º, da Constituição da República.

Examinada a matéria posta à apreciação, **DECIDO.**

2. O Tribunal *a quo* concluiu que a gratificação não tem natureza de reajuste geral pela sua precariedade e pessoalidade. Concluir de modo diverso exigiria, necessariamente, o reexame dos elementos probatórios constantes dos autos, o que é vedado em recurso extraordinário (Súmula 279 do Supremo Tribunal Federal).

Quanto à alegada afronta aos arts. 1º, incs. II e III; 3º, incs. I e IV; 5º, *caput*, incs. XXXV, XXXVI e LXIX; 37, X; e 40, § 8º, da Constituição da República, se tanto tivesse ocorrido, seria indireta, por depender do prévio exame da legislação infraconstitucional, e, mais especificamente, do regime jurídico dos servidores do Estado e do ato administrativo no qual se contém a decisão administrativa, objeto do cuidado do acórdão recorrido.

3. Pelo exposto, **nego seguimento ao recurso extraordinário** (Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal, art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 1º de agosto de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 537.799-7 (838)

PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PFN - JOSÉ CARLOS COSTA LOCH
RECDO.(A/S)	: PALMAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: DEONÍSIO ROCHA

DECISÃO: 1. Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que entendeu devida a compensação de créditos de IPI relativamente à aquisição de matérias primas e insumos isentos, não tributados ou sujeitos à alíquota zero.

A recorrente, com fundamento no art. 102, III, **a**, alega ter havido violação ao disposto no art. 153, § 3º, II, da Constituição Federal.

2. Consistente o recurso.

É que o acórdão recorrido decidiu a causa em desacordo com a posição firmada pela Corte no julgamento dos **REs nº 370.682** (Rel. Min. **ILMAR GALVÃO**), e **353.657** (Rel. Min. **MARCO AURÉLIO**), concluído em 25.06.2007, e nos quais o Plenário decidiu ser indevida compensação de créditos de IPI decorrentes da aquisição de matérias-primas e insumos não tributados ou sujeitos à alíquota zero.

3. Ante o exposto, dou provimento ao recurso extraordinário para negar a compensação de créditos de IPI decorrentes da aquisição matérias-primas e insumos não tributados ou sujeitos à alíquota zero. Invertidos os ônus da sucumbência.

Publique-se. Int..

Brasília, 10 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 540.064-6 (839)

PROCED.	: PARANÁ
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PFN - GILBERTO ETCHALUZ VILLELA
RECDO.(A/S)	: MARIA DE LOURDES DA SILVA ESTRELA
ADV.(A/S)	: NEIMAR BATISTA

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - INTERPOSIÇÃO SIMULTÂNEA DO ESPECIAL - PREJUÍZO.

1. Simultaneamente com o extraordinário, versando sobre idêntica matéria, foi interposto recurso especial. O Superior Tribunal de Justiça conheceu e acolheu o pedido nele formulado. Confiram à folha 235 à 263. A decisão prolatada substituiu, consoante o disposto no artigo 512 do Código de Processo Civil, a formalizada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que, assim, não mais subsiste.

2. Ante o quadro, declaro o prejuízo do extraordinário.

3. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 540.239-8 (840)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. JOAQUIM BARBOSA**
RECTE.(S)	: KIMIKO KATO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: FERNANDA LINGE DEL MONTE E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: GUSTAVO CORTÊS DE LIMA
RECDO.(A/S)	: ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: PGE-SP - CARLOS ALBERTO LORENZETTI BUENO

DECISÃO: Trata-se de recurso extraordinário interposto de acórdão em que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou a servidores estaduais indenização por dano material, em face de mora por inércia legislativa (cf. ADI 2.492, rel. min. Ilmar Galvão, *DJ* de 22.03.2002).

O recurso extraordinário aponta ofensa ao art. 37, X e § 6º, da Constituição federal. Ressalta que, nos termos da EC 19/1998, que alterou a redação do referido inciso, passou a ser assegurada revisão geral anual da remuneração dos servidores. Por fim, alega que a mora do Estado gera o dever de indenizar os prejuízos causados.

Esta Corte, no julgamento da ADI 2.492 (rel. min. Ilmar Galvão, *DJ* de 22.03.2002), entendeu que, não obstante se reconheça a mora legislativa, não pode o Judiciário deflagrar o processo legislativo, em face do disposto no art. 61, § 1º, II, *a*, da Constituição federal. Não pode nem mesmo fixar prazo, pois tal ato não se insere nas atribuições de natureza administrativa do chefe do Poder Executivo (art. 103, § 2º, da Constituição). Transcrevo, por oportuno, a ementa do referido julgado:

"EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO. ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (REDAÇÃO DA EC N.º 19, DE 4 DE JUNHO DE 1998). ESTADO DE SÃO PAULO.

Norma constitucional que impõe ao Governador do Estado o dever de desencadear o processo de elaboração da lei anual de revisão geral da remuneração dos servidores estaduais, prevista no dispositivo constitucional em destaque, na qualidade de titular exclusivo da competência para iniciativa da espécie, na forma prevista no art. 61, § 1.º, II, 'a', da Carta da República.

Mora que, no caso, se tem por verificada, quanto à observância do preceito constitucional, desde junho de 1999, quando transcorridos os primeiros doze meses da data da edição da referida EC n.º 19/98.

Não se compreende, a providência, nas atribuições de natureza administrativa do Chefe do Poder Executivo, não havendo cogitar, por isso, da aplicação, no caso, da norma do art. 103, § 2.º, 'in fine', que prevê a fixação de prazo para o mister.

Procedência parcial da ação."

Dessa orientação não divergiu o acórdão recorrido. A fixação de indenização com a finalidade de recompor dano supostamente suportado pelo servidor em razão da mora legislativa importa providência, por via transversa, que este Tribunal não vem admitindo (cf. MS 24.132, rel. min. Ellen Gracie, *DJ* de 29.06.2001, e MS 22.451, rel. min. Maurício Corrêa, *DJ* de 15.08.1997).

Nesse sentido, o RE 473.363 (rel. min. Celso de Mello, *DJ* de 10.02.2006), o RE 475.726 (rel. min. Cezar Peluso, *DJ* de 02.03.2006), o RE 479.979 (rel. min. Eros Grau, *DJ* de 06.03.2006), o RE 438.066 (rel. min. Gilmar Mendes, *DJ* de 06.10.2005) e o RE 410.514 (rel. min. Ellen Gracie, *DJ* de 16.09.2005).

Do exposto, nos termos do art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso extraordinário.

Brasília, 30 de março de 2007.

Ministro **JOAQUIM BARBOSA**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 540.424-2 (841)

PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECDO.(A/S)	: LILIANE LEOPOLDINO
ADV.(A/S)	: HENRIQUE ALVES PINTO

DECISÃO: A parte ora recorrente, ao deduzir o presente recurso extraordinário, **sustentou** que o Tribunal "*a quo*" **teria** transgredido preceito inscrito na Constituição da República.

Cumpre ressaltar que a suposta ofensa ao texto constitucional, **acaso existente**, apresentar-se-ia por via reflexa, **eis** que a sua constatação reclamaria - **para que se configurasse** - a formulação de juízo prévio de legalidade, **fundado** na vulneração e infringência de dispositivos de ordem meramente legal. **Não se tratando** de conflito direto e frontal com o texto da Constituição, **como exigido** pela jurisprudência da Corte (**RTJ 120/912**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **RTJ 132/455**, Rel. Min. CELSO DE MELLO), **torna-se inviável** o acesso à via recursal extraordinária.

De outro lado, o acórdão recorrido **decidiu** a controvérsia à luz dos fatos **e** das provas existentes nos autos, circunstância esta que **obsta** o próprio conhecimento do apelo extremo, em face do que se contém na **Súmula 279** do Supremo Tribunal Federal.

Sendo assim, e pelas razões expostas, **não conheço** do presente recurso extraordinário.

Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 541.340-3 (842)

PROCED.	: AMAZONAS
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: IRENE LOT PAPA
ADV.(A/S)	: YARA DE MINGO FERREIRA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A - ELETRONORTE
ADV.(A/S)	: LUIZ CARLOS GATTO E OUTRO(A/S)

DECISÃO: **1.** Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e assim ementado:

"ADMINSTRATIVO. PROCESSO CIVIL. DESAPROPRIAÇÃO. MEDIDA CAUTELAR. USINA HIDRELÉTRICA DE BALBINA. PRIVATIZAÇÃO. PERIGO DE COMPROMETER OS INTERESSES DOS DESAPROPRIADOS. INOCORRÊNCIA.

1. A privatização do setor elétrico não tem o condão de afetar os interesses da desapropriada quanto à percepção da indenização relativa à desapropriação efetuada, tendo em vista a existência de "TERMO DE COMPROMISSO DE ASSUNÇÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES" segundo o qual a Eletronorte assumiu, expressamente, a responsabilidade pelo pagamento da questionada indenização, resguardando, assim, os interesses da Requerente.

2. Inocorrência de interesse processual, por não vislumbrar, na espécie, a necessidade de provimento jurisdicional para assegurar o direito da requerente. Precedente desta Corte Regional Federal.

3. Apelação improvida." (fl. 356)

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fl. 371).

Sustenta a recorrente, com base no art. 102, III, **a**, ter havido violação aos artigos 5º, XXII, XXIV, 100, *caput*, e 184, da Constituição Federal, pelo que pede **(I)** a sustação ou vedação da alienação da área expropriada, ou **(II)** o pagamento integral da indenização.

2. Inadmissível o recurso.

Diante da impossibilidade de, em recurso extraordinário, rever a Corte as premissas de fato em que, para decidir a causa, se assentou o Tribunal de origem, à luz da prova dos autos, é evidente que, para adotar outra conclusão, seria mister reexame prévio do conjunto fático-probatório, coisa de todo inviável perante o teor da **súmula 279**.

Por fim, é de salientar que o agravo de instrumento interposto de decisão que não admitiu o recurso especial teve provimento negado pelo STJ, permanecendo, assim, incólume fundamento legal e bastante da decisão, o que inviabiliza o extraordinário ante os termos da **súmula 283**.

3. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso (arts. 21, § 1º, do RISTF, 38 da Lei nº 8.038, de 28.5.90, e 557 do CPC).

Publique-se. Int..

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 541.603-8 (843)

PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. GILMAR MENDES**
RECTE.(S)	: TRANSPORTES UNIDOS REGIÃO NORTE LTDA
ADV.(A/S)	: CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO FILHO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE - BHTRANS
ADV.(A/S)	: GERALDO LUIS SPAGNO GUIMARÃES E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS - DER/MG
ADV.(A/S)	: FERNANDO ANTÔNIO SILVEIA RODRIGUES
RECDO.(A/S)	: ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S)	: ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO - MG - CATARINA BARRETO LINHARES
RECDO.(A/S)	: MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
ADV.(A/S)	: CRISTIANO REIS JULIANI

DESPACHO: Tendo em vista os termos da petição nº 43.100/2007, defiro o pedido de vista pelo prazo de 5 (cinco) dias. Após o transcurso do prazo, dê-se vista destes autos ao Procurador do Município de Belo Horizonte, conforme petição nº 48.408/2007, pelo prazo de 10 (dez) dias.

Publique-se.

Brasília, 2 de agosto de 2007.

Ministro **GILMAR MENDES**
Relator
Documento assinado digitalmente.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 542.011-6 (844)

PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PGU - LUIS HENRIQUE MARTINS DOS ANJOS
RECDO.(A/S)	: MÁRIO ARAÚJO VIANA
ADV.(A/S)	: MÚCIO WANDERLEY BORJA E OUTRO(A/S)

(Petição STF nº 93046/2007)

DESPACHO: Sim, em termos. À Secretaria para que proceda à devida retificação de autuação, com a intimação da Procuradoria-Geral da União.

Publique-se. Int..

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 542.608-4 (845)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: WILSON PAVANELLI E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: MARIA APARECIDA DIAS PEREIRA NARBUTIS E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - IPESP
ADV.(A/S)	: MARIA CECÍLIA MORAES MARÇAL

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PRECEDENTES DESTE SUPREMO TRIBUNAL. RECURSO PROVIDO.

Relatório

1. Recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inciso III, alíneas *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo que julgou a apelação, em ação ordinária, nos seguintes termos:

"Previdenciário - Pleito que almeja a cessação dos descontos efetuados pelo IPESP a título de contribuição previdenciária - Inadmissibilidade - O artigo 195, II, da CF, o qual estabelece a não incidência da contribuição sobre aposentadoria e pensão, cuida do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Carta Política, não abrangendo os servidores públicos estaduais aposentados - Recursos providos.

(...)

Esta E. Câmara já pacificou o entendimento no sentido de que a almejada isenção, concerne apenas aos aposentados e pensionistas do regime geral da previdência privada, (...)." (fl.412/413)

Os Recorrentes alegam que o Tribunal *a quo* teria afrontado os arts. 40, § 12, e 195, inc. II, da Constituição.

Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

2. Razão jurídica assiste aos Recorrentes.

No julgamento da Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.010, ocorrido em 30.9.1999, o Plenário deste Supremo Tribunal reconheceu a inconstitucionalidade da incidência da contribuição previdenciária sobre os proventos de inativos e pensionistas, a partir da Emenda Constitucional nº. 20/1998. Desde então, numerosos julgados deste Supremo Tribunal desacolheram ações semelhantes à da Recorrente, restringindo, posteriormente, o período de isenção ao espaço de tempo compreendido entre as Emendas Constitucionais ns. 20/1998 e 41/2003. Nesse sentido:

"EMENTA: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INATIVOS E PENSIONISTAS. EMENDA CONSTITUCIONAL N. 20/98. ILEGITIMIDADE DA COBRANÇA ATÉ A EMENDA CONSTITUCIONAL N. 41/03. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO". (AI 451.859-AgR, de minha relatoria, DJ 16.2.2007)

Outros são os precedentes: AI 508.216-AgR, Rel. Min. Cezar Peluso, Primeira Turma, DJ 15.4.2005; RE 424.055-AgR, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma, DJ 5.5.2006; RE 455.295-AgR, Rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma, DJ 12.5.2006;

3. O acórdão recorrido divergiu, portanto, da jurisprudência deste Supremo Tribunal.

4. Pelo exposto, **dou provimento ao recurso extraordinário** (art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil), **invertidos,** neste ponto**, os ônus da sucumbência,** com a ressalva de eventual concessão do benefício da justiça gratuita.

Publique-se.

Brasília, 10 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 544.584-4 (846)

PROCED.	: ESPÍRITO SANTO
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S)	: MARIA AUGUSTA DE ALMEIDA LAURINDO
ADV.(A/S)	: ZIRALDO TATAGIBA RODRIGUES E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - REAJUSTE DE 28,86% - LEIS Nºs 8.622/93 E 8.627/93 - ISONOMIA - MILITARES - PRECEDENTES.

1. O que decidido pela Corte de origem está em harmonia com precedente deste Tribunal. No julgamento do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 22.307-7/DF, no qual funcionei como relator, o Plenário acolheu o pleito dos servidores, fazendo-o a partir do princípio isonômico. Entendeu que, verificado o reajuste no âmbito militar, incumbia a extensão aos servidores civis. Eis como me pronunciei sobre a matéria, consignando, agora, que, no julgamento de embargos declaratórios, o Colegiado veio a determinar a compensação do percebido em razão de reajustes anteriores:

Senhor Presidente, sob pena de caminhar-se para verdadeiro paradoxo, fulminando-se princípio tão caro às sociedades que se dizem democráticas, como é o da isonomia, não vejo como adotar óptica diversa em relação ao pessoal civil do Executivo Federal, já que o militar foi contemplado. As premissas assentadas por esta Corte quando da deliberação administrativa continuam de pé e mostram-se adequadas no caso vertente. Houve revisão geral de vencimentos, deixando-se de fora os servidores civis. Apanhada esta deficiência e em face da auto-aplicabilidade do preceito constitucional, Legislativo, inclusive o Tribunal de Contas da União, Judiciário e Ministério Público, cujos servidores integram o próprio Executivo, determinaram a inclusão do reajuste nas folhas de pagamento, tendo como data-base janeiro de 1993. Nisso, deram fidedigna observância ao preceito constitucional que prevê a revisão a ser feita na mesma data e sem distinção entre civis e militares. Assim, o ato atacado exsurge contrário à ordem jurídico-constitucional em vigor, valendo notar que de duas uma: ou Legislativo, Tribunal de Contas da União, Judiciário e Ministério Público agiram em homenagem à Carta da República, e então procede a irresignação dos Recorrentes, ou a vulneraram. Pelas razões acima lançadas, excluo esta última conclusão.

Pois bem, a Corte de origem, soberana no exame dos elementos probatórios, assentou que o servidor não logrou ver a remuneração reajustada em 28,86%, percentual consagrado como de observância necessária no julgamento do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 22.307-7/DF. Então, com base no princípio da isonomia, tendo em conta especificamente a classe dos servidores militares, considerou devido o citado reajuste.

Frise-se, por oportuno, que a Primeira Turma, julgando o Recurso Extraordinário nº 419.075/PE, consignou a adequação do precedente em caso idêntico ao deste processo.

A par desse aspecto, descabe confundir a ausência de entrega aperfeiçoada da prestação jurisdicional com decisão contrária aos interesses envolvidos. A violência ao devido processo legal não pode ser tomada como uma alavanca para trazer ao exame do Supremo Tribunal Federal controvérsia cujo desfecho se exaure na Corte de origem. A tentativa acaba por se fazer voltada à transformação do Supremo em órgão meramente revisor das decisões dos demais tribunais do País. Na espécie, a Corte de origem procedeu a julgamento fundamentando, de forma consentânea com a ordem jurídica, a parte dispositiva da decisão.

2. Ante o quadro, nego seguimento ao extraordinário.

3. Publiquem.

Brasília, 3 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 546.108-4 (847)

PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: ASSOCIAÇÃO DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL EM MINAS GERAIS - APCEF/MG
ADV.(A/S)	: SANDRA LUIZA FELTRIN E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PFN - CLÁUDIA REGINA A M PEREIRA

DECISÃO: Homologo o pedido de desistência formulado a fls. 685/686, **eis que** deduzido **por quem dispõe** de legitimidade para subscrevê-lo (fls. 26, 593 **e** 687). Em conseqüência, declaro **extinto** este procedimento recursal.

Assinalo, de outro lado, que o pedido de expedição de ofício à Caixa Econômica Federal **não pode ser apreciado** por esta Suprema Corte, **eis que** versa matéria a ser examinada pelo Juízo "*a quo*".

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 547.497-6 (848)

PROCED.	: PARANÁ
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
ADV.(A/S)	: MARCUS VINICIUS SPÓSITO
RECDO.(A/S)	: UFS PARTICIPAÇÕES S/A
ADV.(A/S)	: CÉLIA REGINA RIGOLETO E OUTRO(A/S)

DECISÃO: 1. Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que deu pela não incidência do Imposto Sobre Serviço - ISS em locação de bens móveis.

Sustenta o recorrente ter havido violação aos artigos 146 e 156, III, da Constituição Federal.

2. Inconsistente o recurso.

O acórdão impugnado decidiu em conformidade com a jurisprudência assentada da Corte sobre o tema, como se pode ver à seguinte ementa exemplar:

"TRIBUTO - FIGURINO CONSTITUCIONAL. A supremacia da Carta Federal é conducente a glosar-se a cobrança de tributo discrepante daqueles nela previstos.

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - CONTRATO DE **LOCAÇÃO**. A terminologia constitucional do **Imposto** sobre Serviços revela o objeto da tributação. Conflita com a Lei Maior dispositivo que imponha o tributo considerado contrato de **locação** de bem móvel. Em Direito, os institutos, as expressões e os vocábulos têm sentido próprio, descabendo confundir a **locação** de serviços com a de **móveis**, práticas diversas regidas pelo Código Civil, cujas definições são de observância inafastável - artigo 110 do Código Tributário Nacional" (**RE nº 116.121**, Rel. para o Acórdão Min. **MARCO AURÉLIO**, Plenário, DJ de 25.05.2001, p. 17).

Também mais recentemente a Segunda Turma:

"IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS (ISS) - LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - INADMISSIBILIDADE DA INCIDÊNCIA DESSE TRIBUTO MUNICIPAL - DISTINÇÃO ENTRE LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS (OBRIGAÇÃO DE DAR OU DE ENTREGAR) E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (OBRIGAÇÃO DE FAZER) - IMPOSSIBILIDADE DE A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL ALTERAR A DEFINIÇÃO E O ALCANCE DE CONCEITOS DE DIREITO PRIVADO (CTN, ART. 110) - INCONSTITUCIONALIDADE DO ITEM 79 DA ANTIGA LISTA DE SERVIÇOS ANEXA AO DECRETO-LEI Nº 406/68) - PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - ATENDIMENTO, NA ESPÉCIE, DOS PRESSUPOSTOS LEGITIMADORES DA CONCESSÃO DE PROVIMENTO CAUTELAR (RTJ 174/437-438) - OUTORGA DE EFICÁCIA SUSPENSIVA A RECURSO EXTRAORDINÁRIO, QUE, INTERPOSTO POR EMPRESAS LOCADORAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, JÁ FOI ADMITIDO PELA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL RECORRIDO - DECISÃO REFERENDADA PELA TURMA." (**AC 661-QO**, Rel. Min. **CELSO DE MELLO**, DJ de 08.04.2005, Segunda Turma. No mesmo sentido: **RE nº 445.981**, Rel. Min. **ELLEN GRACIE**, DJ de 08.04.2005; **RE nº 442.677**, Rel. Min. **MARCO AURÉLIO**, DJ de 15.04.2005; **RE nº 443.621**, Rel. Min. **GILMAR MENDES**, DJ de 16.03.2005).

3. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso (arts. 21, § 1º, RISTF, 38 da Lei nº 8.038, de 28.05.1990, e 557 do CPC).

Publique-se. Int..

Brasília, 05 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 547.893-9 (849)

PROCED.	: RORAIMA
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: FRANCISCO RIBEIRO CAMPOS JÚNIOR
RECTE.(S)	: RENATO MATOS DA SILVA
RECTE.(S)	: PAULO ROBERTO DE MATOS CAMPOS
ADV.(A/S)	: PÚBLIO RÊGO IMBIRIBA FILHO
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

DECISÃO:

PROCESSUAL PENAL. SENTENÇA DE PRONÚNCIA: NULIDADE. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL: OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO. PRECEDENTES. RECURSO EXTRAORDINÁRIO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Recurso Extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Roraima (Recurso em Sentido Estrito n. 01006006533-0), nos termos seguintes:

"RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. TRIBUNAL DO JÚRI POPULAR. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. NULIDADES NA INSTRUÇÃO CRIMINAL ARGÜIDAS APÓS A SENTENÇA DE PRONÚNCIA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 571, § 1º E ART. 406 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRECLUSÃO TEMPORAL. OITIVA DAS TESTEMUNHAS DE DEFESA NÃO REALIZADA EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DOS RÉUS. INDÍCIOS SUFICIENTES DA PARTICIPAÇÃO DOS ACUSADOS NO CRIME. IN DUBIO PRO SOCIETATE.

1. Conforme disposto nos artigos 571, § 1º e art. 406 do Código de Processo Penal, as nulidades nos processos de competência do Tribunal do Júri Popular devem ser argüidas no momento da apresentação das alegações finais.

2. Portanto, o presente momento é inoportuno para a argüição da nulidade da instrução criminal, haja vista que cabe às partes argüirem as nulidades que as prejudicam na primeira oportunidade em que se manifestarem nos autos, o que, in casu, *foi possibilitado quando foram intimadas para se pronunciar quanto à não realização da audiência de oitiva das testemunhas de defesa e quando da intimação para a apresentação das alegações finais, razão pela qual não há qualquer ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa.*

3. A pronúncia caracteriza-se como um juízo de fundada suspeita e não um juízo de certeza, de modo que, se o juiz, apreciando as provas dos autos, se convence da existência de indícios suficientes da participação do acusado no delito, deve pronunciá-lo, remetendo a questão ao Júri Popular, competente para o julgamento da causa.

4. Fase processual em que vigora o princípio do in dubio pro societate*, portanto, correta a pronúncia dos recorrentes.*

5. Recurso conhecido, mas improvido" (fl. 341).

2. Os Recorrentes sustentam, basicamente que "*... tanto a decisão do Magistrado de primeira instância como o Acórdão do Tribunal de Justiça contrariaram dispositivo constitucional, mais precisamente o art. 5º, LV"* (fl. 360).

Asseveram, ainda, que "*... a nulidade ocorrida, absoluta por sua vez, vale lembrar, reside não na realização de audiência designada para oitiva da testemunha de defesa, aquela que informaria da não participação dos réus no crime objeto da ação, todo decorrência de ter o juiz julgado que a defesa desistiria de sua única testemunha, em total afronta ao Princípio da Ampla Defesa"* (fls. 365-366).

Requerem o provimento do presente recurso para que seja decretada "*... a ineficácia da sentença de pronúncia, com a anulação do procedimento desde a fase em que o juízo de Primeira Instância, determinou apresentação de Alegações Finais sem a oitiva de testemunha defesa..."* (fl. 367).

3. O Ministério Público opinou pelo não-conhecimento do recurso extraordinário (fls. 405-407).

Examinada a matéria posta à apreciação, **DECIDO.**

4. Razão de direito não assiste aos Recorrentes.

A matéria objeto do presente recurso foi decidida com base na legislação infraconstitucional, a saber, os arts. 571, § 1º, e 406, do Código Penal, conforme se comprova, expressamente, da decisão recorrida.

A jurisprudência deste Supremo Tribunal firmou-se no sentido de que as alegações de afronta aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional, quando dependentes de exame de legislação infraconstitucional, podem configurar apenas ofensa reflexa à Constituição da República.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OFENSA INDIRETA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 1. O Tribunal a quo não se manifestou explicitamente sobre o tema constitucional tido por violado. Incidência dos óbices das Súmulas ns. 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal. 2. As alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional, se dependentes de reexame prévio de normas inferiores, podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição. 3. Reexame de fatos e provas. Inviabilidade do recurso extraordinário. Súmula n. 279 do Supremo Tribunal Federal. Agravo regimental a que se nega provimento" (AI 622.527-AgR, Rel. Min. Eros Grau, DJ 18.5.2007).

E ainda: AI 649.191-AgR, de minha relatoria, DJ 15.5.2007; AI 557.972-AgR, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ 31.3.2006; e AI 514.379-AgR, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ 1º.7.2005; entre outros.

5. Pelo exposto, **nego seguimento a este recurso** (art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, c/c art. 38 da Lei n. 8.038/90).

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 548.205-7 (850)

PROCED.	: ALAGOAS
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECTE.(S)	: SÔNIA REGINA RAMOS DOS SANTOS
ADV.(A/S)	: ANA CAROLINA MARTINS LISBOA TELES
RECDO.(A/S)	: RÁDIO PIONEIRA DE DELMIRO GOUVEIA LTDA
ADV.(A/S)	: BRUNO DE ALBUQUERQUE E MELLO VENTURA E OUTRO(A/S)

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão assim ementado:

"DANO MORAL - IMPRENSA - VEICULAÇÃO DE FATOS VERÍDICOS - DIREITO À INFORMAÇÃO - ABUSO INEXISTENTE - A LIBERDADE DE IMPRENSA ESTÁ ERIGIDA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - ART. 220 - CF.

A liberdade de imprensa é garantida pela Constituição Federal e a veiculação da notícia a respeito de fatos verídicos não pode se constituir em ilícito passível de indenização. Sentença reformada. Dano inexistente. Recurso conhecido e provido. Decisão unânime" (fl. 103).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Neste RE, alegou-se ofensa ao art. 5º, V e X, da mesma Carta. Sustentou-se, ademais, que, do exame do recurso extraordinário, o relator fará *"o reconhecimento do dano causado, mantendo a sentença prolatada pela juíza monocrática; à luz das provas que foram produzidas verificará as condições das partes, o prejuízo sofrido pela vítima, a intensidade da culpa e os demais fatores concorrentes para fixação do dano"* (fls. 129-130).

A pretensão recursal não merece acolhida.

A recorrente não indicou o dispositivo constitucional autorizador do recurso extraordinário, requisito indispensável ao seu conhecimento, a teor do art. 321 do RISTF. No mesmo sentido: AI 558.254-AgR/SP, Rel. Min. Ricardo Lewandowski; AI 357.834-AgR/BA, Rel. Min. Celso de Mello; AI 554.630-AgR/RJ, Rel. Min. Carlos Velloso.

Além disso, a apreciação do RE demanda o exame do conjunto fático-probatório dos autos, o que atrai a incidência da Súmula 279 do STF. Nesse sentido, menciono as seguintes decisões, entre outras: RE 548.269/AL e 548.281/AL, Rel. Min. Cármen Lúcia; RE 548.299/AL e 548.367/AL, Rel. Min. Carlos Britto.

Isso posto, nego seguimento ao recurso (CPC, art. 557, *caput*).

Publique-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 548.387-8 (851)

PROCED.	: ALAGOAS
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECTE.(S)	: ADRIANA SANTOS
ADV.(A/S)	: ANA CAROLINA MARTINS LISBOA TELES
RECDO.(A/S)	: RÁDIO PIONEIRA DELMIRO GOUVEIA
ADV.(A/S)	: BRUNO DE ALBUQUERQUE E MELLO VENTURA E OUTRO(A/S)

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão assim ementado:

"DANO MORAL - IMPRENSA - VEICULAÇÃO DE FATOS VERÍDICOS - DIREITO À INFORMAÇÃO - ABUSO INEXISTENTE - A LIBERDADE DE IMPRENSA ESTÁ ERIGIDA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - ART. 220 - CF.

A liberdade de imprensa é garantida pela Constituição Federal e a veiculação da notícia a respeito de fatos verídicos não pode se constituir em ilícito passível de indenização. Sentença reformada. Dano inexistente. Recurso conhecido e provido. Decisão unânime" (fl. 104).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Neste RE, alegou-se ofensa ao art. 5º, V e X, da mesma Carta. Sustentou-se, ademais, que, do exame do recurso extraordinário, o relator fará *"o reconhecimento do dano causado, mantendo a sentença prolatada pela juíza monocrática; à luz das provas que foram produzidas verificará as condições das partes, o prejuízo sofrido pela vítima, a intensidade da culpa e os demais fatores concorrentes para fixação do dano"* (fls. 130-131).

A pretensão recursal não merece acolhida.

A recorrente não indicou o dispositivo constitucional autorizador do recurso extraordinário, requisito indispensável ao seu conhecimento, a teor do art. 321 do RISTF. No mesmo sentido: AI 558.254-AgR/SP, Rel. Min. Ricardo Lewandowski; AI 357.834-AgR/BA, Rel. Min. Celso de Mello; AI 554.630-AgR/RJ, Rel. Min. Carlos Velloso.

Além disso, a apreciação do RE demanda o exame do conjunto fático-probatório dos autos, o que atrai a incidência da Súmula 279 do STF. Nesse sentido, menciono as seguintes decisões, entre outras: RE 548.269/AL e 548.281/AL, Rel. Min. Cármen Lúcia; RE 548.299/AL e 548.367/AL, Rel. Min. Carlos Britto.

Isso posto, nego seguimento ao recurso (CPC, art. 557, *caput*).

Publique-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 548.433-5 (852)

PROCED.	: ALAGOAS
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECTE.(S)	: VITÓRIA XAVIER LIMA
ADV.(A/S)	: ANA CAROLINA MARTINS LISBOA TELES
RECDO.(A/S)	: RÁDIO PIONEIRA DELMIRO GOUVEIA LTDA
ADV.(A/S)	: BRUNO DE ALBUQUERQUE E MELLO VENTURA

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão assim ementado:

"DANO MORAL - IMPRENSA - VEICULAÇÃO DE FATOS VERÍDICOS - DIREITO À INFORMAÇÃO - ABUSO INEXISTENTE - A LIBERDADE DE IMPRENSA ESTÁ ERIGIDA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - ART. 220 - CF.

A liberdade de imprensa é garantida pela Constituição Federal e a veiculação da notícia a respeito de fatos verídicos não pode se constituir em ilícito passível de indenização. Sentença reformada. Dano inexistente. Recurso conhecido e provido. Decisão unânime" (fl. 104).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Neste RE, alegou-se ofensa ao art. 5º, V e X, da mesma Carta. Sustentou-se, ademais, que, do exame do recurso extraordinário, o relator fará *"o reconhecimento do dano causado, mantendo a sentença prolatada pela juíza monocrática; à luz das provas que foram produzidas verificará as condições das partes, o prejuízo sofrido pela vítima, a intensidade da culpa e os demais fatores concorrentes para fixação do dano"* (fls. 130-131).

A pretensão recursal não merece acolhida.

A recorrente não indicou o dispositivo constitucional autorizador do recurso extraordinário, requisito indispensável ao seu conhecimento, a teor do art. 321 do RISTF. No mesmo sentido: AI 558.254-AgR/SP, Rel. Min. Ricardo Lewandowski; AI 357.834-AgR/BA, Rel. Min. Celso de Mello; AI 554.630-AgR/RJ, Rel. Min. Carlos Velloso.

Além disso, a apreciação do RE demanda o exame do conjunto fático-probatório dos autos, o que atrai a incidência da Súmula 279 do STF. Nesse sentido, menciono as seguintes decisões, entre outras: RE 548.269/AL e 548.281/AL, Rel. Min. Cármen Lúcia; RE 548.299/AL e 548.367/AL, Rel. Min. Carlos Britto.

Isso posto, nego seguimento ao recurso (CPC, art. 557, *caput*).

Publique-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 548.492-1 (853)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: PAULO VELHO DE AZEVEDO
ADV.(A/S)	: ARCIDES DE DAVID E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PFN - DEYSI CRISTINA DA' ROLT

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - MATÉRIA FÁTICA - INTERPRETAÇÃO DE NORMAS LEGAIS - INVIABILIDADE - NEGATIVA DE SEGUIMENTO.

1. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região negou acolhida a pedido formulado em apelação, ante fundamentos assim sintetizados (folhas 214 e 214-V):

EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. NULIDADE DA SENTENÇA. IMPOSTO DE RENDA. CONEXÃO. NULIDADE CDA. NULIDADE DE LANÇAMENTO. ÔNUS DA PROVA. TRIBUTAÇÃO REFLEXA NA PESSOA DO SÓCIO. LEGALIDADE. PRESUNÇÃO. POSSIBILIDADE. TR/TRD.

1. A sentença recorrida mostra-se clara e bem fundamentada, houve análise das teses das partes, exame das preliminares e dos tópicos trazidos a lume, fundamentação legal e razões de convencimento.

Consoante o art.458 do CPC, a decisão monocrática preenche os requisitos legais, observado também o art. 93, IX da CF/88.

2. Desnecessário ao julgador mencionar os dispositivos legais em sua fundamentação desde que enfrente as questões jurídicas a arrazoa a decisão.

3. Incabível a conexão de ações quando o autor não comprova a identidade das partes, do objeto e da causa de pedir.

4. A Lei 6.830/80, § 5º, art. 2º elenca os requisitos essenciais para a validade da CDA, a qual possui presunção de liquidez e certeza, elidida somente mediante prova robusta e inequívoca de vício, por parte do devedor, o que no caso dos autos não ocorreu.

5. Tratando-se de execução referente à tributação do sócio, por força de arbitramento do lucro de empresa da qual era sócio majoritário, com tributação pela via reflexa, não há o que se falar de ausência de comunicação dos procedimentos fiscais porquanto o tal é exigido apenas quando examinada a situação da pessoa jurídica.

6. Cabe ao interessado afastar a presunção é iuris tantum do ato administrativo que culmina com a confecção da CDA. O ônus de carrear ao feito provas contrárias à constituição do débito incube ao embargante, como fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do Fisco (art.333, II do CPC).

7. A exclusão de penalidades determinada pelo parágrafo único do art. 100 do CTN tem aplicabilidade apenas quando do cumprimento de normas complementares que posteriormente passaram a ser repudiadas pelo Fisco.

8. Não há afronta ao princípio da legalidade quando o arbitramento está previsto no CTN e sendo as portarias e decretos apenas atos normativos que regulamentam a matéria.

9. Autuada a pessoa jurídica por omissão de receita operacional e arbitrado lucro pela fiscalização, presume-se que foi o mesmo distribuído aos sócios (art. 403 do RIR/80 - Decreto nº 85.450/80), cabendo ao contribuinte o ônus de elidir a presunção legal.

10. No período de fevereiro a dezembro/91 é cabível a aplicação da TR/TRD como taxa de juros, (art. 9º, Lei nº 8.177/91, com a redação dada pela Lei nº 8.218/91). A sua utilização sobre débitos fiscais, na condição de taxa de juros, é assente nesta Corte.

2. A recorribilidade extraordinária é distinta daquela revelada por simples revisão do que decidido, na maioria das vezes procedida mediante o recurso por excelência - a apelação. Atua-se em sede excepcional à luz da moldura fática delineada soberanamente pela Corte de origem, considerando-se as premissas constantes do acórdão impugnado. A jurisprudência sedimentada é pacífica a respeito, devendo-se ter presente o Verbete nº 279 da Súmula deste Tribunal:

Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário.

No caso dos autos, as razões do extraordinário partem de pressupostos fáticos estranhos ao acórdão atacado, buscando-se, em última análise, conduzir esta Corte ao reexame dos elementos probatórios para, com fundamento em quadro diverso, assentar a viabilidade do recurso.

Acresce que o acórdão impugnado mediante o extraordinário revela interpretação de normas estritamente legais, não ensejando campo ao acesso ao Supremo. À mercê de articulação sobre a violência à Carta da República, pretende-se guindar a esta Corte recurso que não se enquadra no inciso III do artigo 102 da Constituição Federal. Este recurso somente serve à sobrecarga da máquina judiciária, ocupando espaço que deveria estar sendo utilizado no exame de processo da competência da Corte.

3. Nego seguimento ao extraordinário.

4. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 548.635-4 (854)

PROCED.	: ALAGOAS
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECTE.(S)	: MARIA SONIA DE QUEIROZ
ADV.(A/S)	: ANA CAROLINA MARTINS LISBOA TELES E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: RÁDIO PIONEIRA DELMIRO GOUVEIA LTDA
ADV.(A/S)	: BRUNO DE ALBUQUERQUE E MELLO VENTURA E OUTRO(A/S)

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão assim ementado:

"DANO MORAL - IMPRENSA - VEICULAÇÃO DE FATOS VERÍDICOS - DIREITO À INFORMAÇÃO - ABUSO INEXISTENTE - A LIBERDADE DE IMPRENSA ESTÁ ERIGIDA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - ART. 220 - CF.

A liberdade de imprensa é garantida pela Constituição Federal e a veiculação da notícia a respeito de fatos verídicos não pode se constituir em ilícito passível de indenização. Sentença reformada. Dano inexistente. Recurso conhecido e provido. Decisão unânime" (fl. 104).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Neste RE, alegou-se ofensa ao art. 5º, V e X, da mesma Carta. Sustentou-se, ademais, que, do exame do recurso extraordinário, o relator fará *"o reconhecimento do dano causado, mantendo a sentença prolatada pela juíza monocrática; à luz das provas que foram produzidas verificará as condições das partes, o prejuízo sofrido pela vítima, a intensidade da culpa e os demais fatores concorrentes para fixação do dano"* (fls. 130-131).

A pretensão recursal não merece acolhida.

A recorrente não indicou o dispositivo constitucional autorizador do recurso extraordinário, requisito indispensável ao seu conhecimento, a teor do art. 321 do RISTF. No mesmo sentido: AI 558.254-AgR/SP, Rel. Min. Ricardo Lewandowski; AI 357.834-AgR/BA, Rel. Min. Celso de Mello; AI 554.630-AgR/RJ, Rel. Min. Carlos Velloso.

Além disso, a apreciação do RE demanda o exame do conjunto fático-probatório dos autos, o que atrai a incidência da Súmula 279 do STF. Nesse sentido, menciono as seguintes decisões, entre outras: RE 548.269/AL e 548.281/AL, Rel. Min. Cármen Lúcia; RE 548.299/AL e 548.367/AL, Rel. Min. Carlos Britto.

Isso posto, nego seguimento ao recurso (CPC, art. 557, *caput*).

Publique-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 549.569-8 (855)

PROCED.	: MATO GROSSO DO SUL
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE
ADV.(A/S)	: CLAUDIA DE ARAÚJO MELO
RECDO.(A/S)	: MORELI T. ARANTES & FILHOS LTDA
ADV.(A/S)	: ANTÔNIO CARLOS MONREAL E OUTRO(A/S)

DECISÃO: **1**. Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul que deu pela impossibilidade de cobrança do IPTU com alíquotas progressivas.

2. Inviável o recurso.

É que a tese do acórdão impugnado está em conformidade com assentada orientação da Corte, explicitada desde decisão do Plenário, no **RE nº 153.771** (Rel. Min. **MOREIRA ALVES**, DJU de 05.09.97), e petrificada agora na **súmula nº 668**, que enuncia:

"É inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da emenda constitucional 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana."

3. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso (art. 21, § 1º, do RISTF, art. 38 da Lei nº 8.038, de 28.05.90, e art. 557 do CPC).

Publique-se. Int..

Brasília, 05 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 550.512-0 (856)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. JOAQUIM BARBOSA**
RECTE.(S)	: ÂNGELA MARIA LEITE E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: WILLIAN LIMA CABRAL E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: PGE-SP - TÂNIA ORMENI FRANCO

DESPACHO (referente às petições 90471 e 91881/2007): Juntem-se.

O tema debatido nestes autos - responsabilidade civil do Estado em virtude da mora na edição de norma de revisão geral anual da remuneração de servidores públicos - já foi objeto de reiteradas decisões desta Corte (cf. RE-AgR 510.467, rel. min. Cármen Lúcia, 1ª T., *DJ* de 30.03.2007; RE-AgR 494.782, rel. min. Ricardo Lewandowski, 1ª T., *DJ* de 16.02.2007; RE-AgR 453.349, rel. min. Celso de Mello, 2ª T., *DJ* de 19.12.2006, e RE-AgR 501.054, rel. min. Cezar Peluso, 2ª T., *DJ* de 06.11.2006, entre outros).

Indefiro, portanto, o pedido de sobrestamento formulado. Nesse sentido, ainda: RE 522.623 (rel. min. Cármen Lúcia).

Publique-se.

Brasília, 24 de agosto de 2007.

Ministro **JOAQUIM BARBOSA**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 550.707-6 (857)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: LOJAS BRASILEIRAS S/A
ADV.(A/S)	: GUILHERME BARRANCO DE SOUZA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: PEDRO LUCIANO MARREY JUNIOR
RECDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PFN - MIRIAM A. PERES SILVA

DECISÃO: 1. Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão que manteve a exigência de depósito prévio para admissibilidade de recurso administrativo.

O recorrente, com base no art. 102, III, **a**, alega violação ao disposto nos art. 5º, *caput*, XXXIV, "a", LIV e LV, da Constituição Federal.

2. Consistente o recurso.

É que, em data recente, decidiu o Plenário desta Corte, por maioria, com nosso voto vencedor declarado, serem inconstitucionais, por violação aos arts. 5º, LV, e 146, III, **b**, da CF, os §§ 1º e 2º do art. 126 da Lei nº 8.213/91, com a redação do art. 10 da Lei nº 9.639/98, originária da MP nº 1.608-14/98, que exigiam depósito prévio para admissibilidade de recurso administrativo (**REs nº 389.383** e **nº 390.513**, Rel. Min. **MARCO AURÉLIO**, j. em 28.03.2007).

Na mesma assentada, por iguais razões, mas agora à unanimidade, declarou inconstitucionais os §§ 2º e 5º do art. 250 do Decreto-Lei nº 5/75, com a redação das Leis nº 3.188/99, nº 3.344/99, e nº 4.080/2003, todas do Estado do Rio de Janeiro (**AIs nº 408.914-AgR** e **nº 398.933-AgR,** Rel. Min. **SEPÚLVEDA PERTENCE)**.

Julgou, ainda, procedente, na mesma data, a **ADI nº 1.976** (Rel. Min. **JOAQUIM BARBOSA**), declarando a inconstitucionalidade do art. 32 da MP nº 1.699-41/98, convertida na Lei federal nº 10.522/2002, que deu nova redação ao art. 33, § 2º, do Decreto nº 70.235/72, o qual exigia arrolamento de bens ou direitos, no valor correspondente a 30% da exigência fiscal, para admissibilidade de recurso administrativo. No mesmo sentido, por maioria, a Corte deu provimento ao **RE nº 388.359** (Rel. Min. **MARCO AURÉLIO**).

E, por fim, naquela assentada, julgando procedente a **ADI nº 1.074** (Rel. Min. **EROS GRAU**), declarou a inconstitucionalidade do art. 19, *caput*, da Lei federal nº 8.870, de 15.04.94, que exigia comprovação de depósito para a discussão judicial de débitos para com o INSS.

3. Ante o exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, dou provimento ao recurso, para, concedendo a ordem, afastar a exigência de depósito prévio ou arrolamento de bens ou direitos para admissibilidade do recurso administrativo. Custas *ex lege*.

Publique-se. Int..

Brasília, 04 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 551.299-1 (858)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: AGNELLO ANTONIO TEIXEIRA DE SOUZA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: MARIA ANGELA GOYOS SCHIFFMANN E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: PGE-SP - MARION SYLVIA DE LA ROCCA

DECISÃO: 1. Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e assim ementado:

"FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS - servidores pertencentes ao Quadro da Secretaria de Segurança Pública - inativos - adicional de insalubridade - LC nº 432/85 - utilização do salário mínimo como base de cálculo do benefício - admissibilidade - inexistência de inconstitucionalidade - redução da verba honorária para 10% do valor da condenação - recurso parcialmente provido, apenas para esse fim." (fl. 224)

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Sustentam os recorrentes, com base no art. 102, III, **a**, ter havido violação ao art. 7º, IV, da Constituição Federal.

2. Consistente o recurso.

O acórdão impugnado decidiu a causa em descompasso com a jurisprudência da Corte, como se vê às seguintes ementas:

"Adicional de insalubridade: vinculação ao salário mínimo, estabelecida pelas instâncias ordinárias, que contraria o disposto no art. 7º, IV, da Constituição: precedentes." (**RE nº 435.011-AgRg-RS**, Rel. Min. **SEPÚLVEDA PERTENCE**, 1ª Turma, DJ 28/06/2005)

"A fixação do adicional de insalubridade em determinado percentual do salário mínimo contraria o disposto no art. 7º, IV, da CF, que veda a sua vinculação para qualquer fim. Com base nesse entendimento, a Turma conheceu e deu provimento a recurso extraordinário - interposto contra decisão do TST que, confirmando condenação imposta à recorrente pelo TRT da 3ª Região, entendera que o art. 7º, IV, da CF tem por finalidade impedir a aplicação do salário mínimo como parâmetro indexador de reajustes de obrigações, não afastando a sua utilização como referência para cálculo do adicional de insalubridade - para afastar, a partir da promulgação da CF/88, a vinculação ao salário mínimo estabelecida pelas instâncias ordinárias, devendo o processo retornar ao TRT, a fim de que se decida qual critério legal substitutivo do adotado é aplicável." (**RE nº 236.396-MG,** Rel. Min. **MOREIRA ALVES**, DJ de 20.11.98. No mesmo sentido, **RE nº 208.684-SP**, **nº 209.968-MG, nº 222.643-MG, nº 228.458-MG,** Rel. Min. **MOREIRA ALVES**, 1º.12.98; **RE nº 271.752-AgRg-ED-SP**, Rel. Min. **NELSON JOBIM**, DJ de 06.04.2001;. **RE nº 236.396-MG**, Rel. Min. **SEPÚLVEDA PERTENCE**, DJ de 20.11.98; etc.).

Em suma, o adicional de insalubridade está desvinculado do valor do salário mínimo desde 5 de outubro de 1988.

3. Ante o exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço do recurso e dou-lhe provimento, para determinar o retorno dos autos ao tribunal *a quo*, a fim de que seja fixada nova base de cálculo para o adicional de insalubridade, a partir do início da vigência da atual Constituição Federal.

Publique-se. Int..

Brasília, 21 de agosto de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 551.635-1 (859)

PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: THIAGO MESSIAS DOS REIS
ADV.(A/S)	: PAULO SÉRGIO MARTINS TEIXEIRA
RECDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - INVIABILIDADE - DECISÃO QUE NÃO SE MOSTRA DE ÚLTIMA INSTÂNCIA - ARTIGO 102, INCISO III, DA CARTA FEDERAL - NEGATIVA DE SEGUIMENTO.

1. Na espécie, não se tem recurso extraordinário contra pronunciamento judicial de única ou última instância. A decisão atacada foi proferida em sede de embargos de declaração pelo relator de sorteio no âmbito da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região, não tendo sido esgotada a via recursal. Assim, o extraordinário não se enquadra no permissivo do inciso III do artigo 102 da Constituição Federal no que estabelece a competência do Supremo para julgar, mediante o citado recurso, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo constitucional, declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal ou, ainda, julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição.

2. Nego seguimento ao extraordinário.

3. Publiquem.

Brasília, 10 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 551.873-6 (860)

PROCED.	: CEARÁ
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S)	: TELUS - REFRIGERAÇÃO E ELETRÔNICA LTDA E OUTRO
ADV.(A/S)	: JOSÉ WILLIAM CORDEIRO SOUSA

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA. PRECEDENTE DESTE SUPREMO TRIBUNAL. RECURSO PROVIDO.

Relatório

1. Recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região que decidiu pela incidência de juros moratórios em precatório complementar entre a data de sua expedição até o seu depósito integral, nos seguintes termos:

"TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DA EXPEDIÇÃO E O EFETIVO PAGAMENTO DO PRECATÓRIO. EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. POSSIBILIDADE.

1 - É pacífica a jurisprudência no sentido de que a expedição do precatório não produz o efeito de pagamento enquanto não solvida a obrigação, razão pela qual a sua demora enseja a possibilidade de precatório complementar.

2 - É igualmente iterativo o entendimento jurisprudencial de que comprovada a demora entre as datas de expedição e pagamento do precatório, legítima se torna a expedição de precatório suplementar.

3 - Na hipótese, verificando dos autos que a Contadoria do Juízo ao elaborar a conta, para efeito de expedição de precatório complementar não incluiu os expurgos inflacionários, efetivando tão somente a atualização monetária dos valores devidos ante a defasagem existente entre a data da expedição do primeiro precatório e a data do seu efetivo pagamento, irreparável a decisão agravada que determinou o prosseguimento da execução, com a conseqüente expedição do aludido precatório.

4 - Agravo improvido." (fl. 88)

2. Alega a Recorrente que a decisão recorrida teria afrontado o art. 100, §§ 1º e 4º, da Constituição. Sustenta a União que, ao decidir pela incidência dos juros moratórios no precatório devido até o seu efetivo depósito, o Tribunal *a quo* não teria levado em consideração o argumento de que só incide em mora a Fazenda Pública quando os precatórios não são pagos no prazo estipulado pelo dispositivo constitucional acima mencionado.

Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

3. Razão jurídica assiste à Recorrente.

Julgando casos análogos, a jurisprudência deste Supremo Tribunal firmou-se, a partir do julgamento em Plenário do RE 298.616, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ 3.10.2003, no mesmo sentido da tese deduzida no presente recurso extraordinário:

"EMENTA: Recurso Extraordinário. 2. Precatórios. Juros de mora. 3. Art. 100, § 1º, da Constituição Federal. Redação anterior à Emenda 30, de 2000. 4. Inclusão no orçamento das entidades de direito público. Apresentação até 1º de julho, data em que terão seus valores atualizados. 5. Prazo constitucional de pagamento até o final do exercício seguinte. 5. Descaracterização da mora, quando não há atraso na satisfação dos débitos. 5. Recurso extraordinário provido".

Ainda no mesmo sentido:

"(...)

***Ressalte-se que este entendimento também se aplica no período entre a elaboração da conta e a expedição do precatório**, pois o próprio texto constitucional determinava o prazo para pagamento do precatório, qual seja, até o final do exercício seguinte. Assim, somente no caso de seu descumprimento poder-se-ia falar em mora e, em conseqüência, nos juros a ela relativos, como penalidade pelo atraso no pagamento. É relevante notar que a discussão, no caso concreto, é anterior à Emenda Constitucional nº. 30, de 13 de setembro de 2000, que conferiu nova redação ao § 1o do art. 100, tornando inequívoco que os valores devidos serão atualizados monetariamente até o pagamento, superando-se, assim, a possibilidade de expedição de precatório complementar. Assim, conheço e dou provimento ao recurso extraordinário (art. 557, § 1o-A, do CPC) para afastar a incidência de juros moratórios no período compreendido entre a elaboração da conta e a expedição do precatório (art. 557, § 1º-A, do CPC)- RE 449.198, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 16.12.2005 (grifei)".*

Dessa orientação divergiu o acórdão recorrido.

4. Pelo exposto, **dou provimento ao recurso extraordinário para afastar a incidência dos juros moratórios na conta do precatório complementar com fundamento no art. 100, § 1º, da Constituição da República** (art. 557, 1º-A, do Código de Processo Civil e art. 21, § 2º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 552.759-0 (861)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S)	: PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: ANA MARIA MARTINEZ KIRCHER
ADV.(A/S)	: ROGÉRIO BECKER ENGEL E OUTRO(A/S)

DECISÃO

IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO *CAUSA MORTIS* E DOAÇÃO - ALÍQUOTAS PROGRESSIVAS - CAPACIDADE CONTRIBUTIVA - PRECEDENTE - RECURSO EXTRAORDINÁRIO - PROVIMENTO.

1. O Tribunal de origem, ao entender inconstitucional a fixação de alíquotas progressivas na disciplina do imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação, proferiu acórdão conflitante com interpretação desta Corte. Confiram, a propósito, trecho do voto do ministro Carlos Velloso, ao relatar o Recurso Extraordinário nº 234.105-3/SP, decidido por unanimidade no Plenário:

Tem-se, portanto, a regra: enquanto na transmissão **causa mortis**, ou no imposto sucessorial, realiza-se o princípio da capacidade contributiva mediante alíquotas progressivas, na transmissão **inter vivos** aquele princípio realiza-se proporcionalmente ao preço da venda.

Naquela oportunidade, discorrendo sobre o princípio da capacidade contributiva, consignei:

Leio o preceito para minha reflexão, para minha tranqüilidade maior quanto à conclusão a que vou chegar acerca do tema:

Art. 145 (...)

§ 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

A meu ver não temos, no teor do dispositivo, qualquer distinção, qualquer limitação quanto ao alcance do que nele se contém. O alvo do preceito é único, a estabelecer uma gradação que leve à justiça tributária, ou seja, onerando aqueles com maior capacidade para o pagamento do imposto.

2. Ante o precedente, conheço e dou provimento ao extraordinário para, reformando o acórdão de origem, assentar a constitucionalidade da progressividade do imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação, prevista na norma legal estadual.

3. Publiquem.

Brasília, 6 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 553.174-1 (862)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, APART-HOTÉIS, MOTÉIS, FLATS, PENSÕES, HOSPEDARIAS, POUSADAS, RESTAURANTES, CHURRASCARIAS, CANTINAS, PIZZARIAS, BARES, LANCHONETES, SORVETERIAS, CONFEITARIAS, DOCERIAS, BUFFETS, FAST- FOODS, E ASSEMELHADOS DE SÃO PAULO E REGIÃO
ADV.(A/S)	: ANA PAULA MOREIRA DOS SANTOS E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: C.F.K.PARTICIPAÇÕES LTDA
ADV.(A/S)	: MARCELO NUNES DE SOUZA E OUTRO(A/S)

DECISÃO: **1.** Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão do Tribunal Superior do Trabalho e assim ementado:

"EMBARGOS. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUTENTICAÇÃO. DECLARAÇÃO DO ADVOGADO. ARTIGO 544, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Somente a declaração de autenticidade das peças trasladadas para a formação do instrumento de agravo, firmada por advogado validamente constituído, supre a necessidade de autenticação, na forma prevista em lei, assegurando a regularidade do agravo. A declaração a que se refere o artigo 544, § 1º, do CPC não requer forma específica. Nada obstante, é indispensável que de seus termos se possa extrair, de forma inequívoca, a afirmação de autenticidade das peças que compõem o instrumento do agravo. Recurso de embargos não conhecido." (fl. 261).

O recorrente sustenta, com base no art. 102, III, **a**, violação ao art. 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV e LV, da Constituição da República.

2. Inviável o recurso.

Observa-se claramente que o acórdão impugnado se limitou a aplicar a legislação infraconstitucional pertinente ao caso (art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil, e item IX da Instrução Normativa nº 16/99 do Tribunal Superior do Trabalho).

Ora, é pacífica a jurisprudência desta Corte, no sentido de se não admitir, em recurso extraordinário, alegação de ofensa que, irradiando-se de má interpretação, aplicação, ou, até, de inobservância de normas infraconstitucionais, seria apenas indireta à Constituição da República, aplicando-se, quanto ao princípio da legalidade, a **súmula 636**.

Daí, quanto à alegação de ofensa aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, é de todo aplicável a jurisprudência desta Corte, no sentido de que *"as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição, circunstância essa que impede a utilização do recurso extraordinário*" (**AI nº 372.358- AgRg** - Rel. Min. **CELSO DE MELLO**, DJ 11.06.02).

Ainda que superados estes óbices, o recurso esbarraria na orientação assente na Corte segundo a qual "*o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada encontram proteção em dois níveis: em nível infraconstitucional, na LICC, art. 6º, e em nível constitucional, art. 5º, XXXVI, CF. Todavia, o conceito de tais institutos não se encontra na Constituição, art. 5º, XXXVI, mas na lei ordinária, art. 6º da LICC. Assim, a decisão que dá pela ocorrência, ou não, no caso concreto, de tais institutos situa-se no contencioso de direito comum, que não autoriza a admissão do recurso extraordinário.*" (**AI nº 520942**, Rel. Min. **CARLOS VELLOSO,** DJ 05-08-2005).

3. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso (art. 21, § 1º, do RISTF, art. 38 da Lei nº 8.038, de 28.05.90, e art. 557 do CPC).

Publique-se. Int..

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 554.034-1 (863)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECTE.(S)	: EZILDA EURÍPEDES MOLINA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: RICARDO FALLEIROS LEBRÃO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: PGE-SP - MARINA MARIANI DE MACEDO RABAHIE

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão que entendeu que a ausência de norma de concessão da revisão geral anual da remuneração de servidores públicos, prevista no art. 37, X, da Constituição Federal, não gera direito à indenização.

Neste RE, fundado no art. 102, III, **a**, da Constituição, sustentou-se o cabimento de indenização em decorrência dos prejuízos suportados pelos servidores com a não-concessão da mencionada revisão.

A pretensão recursal não merece acolhida. O Plenário desta Corte, no julgamento da ADI 2.492/SP, Rel. Min. Ilmar Galvão, fixou o seguinte entendimento:

"EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO. ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (REDAÇÃO DA EC N.º 19, DE 4 DE JUNHO DE 1998). ESTADO DE SÃO PAULO.

*Norma constitucional que impõe ao Governador do Estado o dever de desencadear o processo de elaboração da lei anual de revisão geral da remuneração dos servidores estaduais, prevista no dispositivo constitucional em destaque, na qualidade de titular exclusivo da competência para iniciativa da espécie, na forma prevista no art. 61, § 1.º, II, **a**, da Carta da República.*

Mora que, no caso, se tem por verificada, quanto à observância do preceito constitucional, desde junho de 1999, quando transcorridos os primeiros doze meses da data da edição da referida EC n.º 19/98.

*Não se compreende, a providência, nas atribuições de natureza administrativa do Chefe do Poder Executivo, não havendo cogitar, por isso, da aplicação, no caso, da norma do art. 103, § 2.º, **in fine**, que prevê a fixação de prazo para o mister.*

Procedência parcial da ação."

A despeito de ter sido declarada a mora do Poder Executivo, ao Judiciário não cabe determinar ao Chefe daquele Poder a observância daquele dispositivo constitucional; muito menos lhe é permitido deferir o pedido de indenização aos servidores, visto que representaria a própria concessão do reajuste dos vencimentos sem previsão legal, contrariando jurisprudência consolidada desta Corte, consubstanciada na Súmula 339 do STF.

No mesmo sentido: RE 416.000-AgR/DF, Rel. Min. Carlos Britto; RE 457.129/MG, Rel. Min. Ellen Gracie; RE 438.066/RS, Rel. Min. Gilmar Mendes; RE 479.979/AM, Rel. Min. Eros Grau; RE 479.490-ED/AM, Rel. Min. Cezar Peluso; RE 502.368/SP, Rel. Min. Sepúlveda Pertence; RE 544.764/SP, Rel. Min. Joaquim Barbosa.

Isso posto, nego seguimento ao recurso (CPC, art. 557, *caput*).

Publique-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 554.399-4 (864)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S)	: ÉVERSON LUIS FERRARI DOS SANTOS

DECISÃO

INTERESSE DE AGIR - EXECUÇÃO FISCAL - PRECEDENTES - RESSALVA DE ENTENDIMENTO PESSOAL - RECURSO EXTRAORDINÁRIO - NEGATIVA DE SEGUIMENTO.

1. A decisão impugnada mediante o extraordinário foi proferida em sede de embargos infringentes, e resultou na manutenção do entendimento sufragado na sentença de folhas 15 a 18, no sentido da ausência de interesse público de agir, em razão de a execução fiscal haver sido ajuizada com vistas a cobrar montante de pequeno valor, congestionando a máquina judiciária e prejudicando o sistema de cobrança da dívida ativa (folhas 25 e 26).

2. Na interposição deste recurso foram observados os pressupostos gerais de recorribilidade. A peça, subscrita por procurador da Fazenda Nacional, restou protocolada no prazo em dobro a que tem jus o recorrente.

A matéria foi analisada por ambas as Turmas desta Corte, tendo-se concluído não estar em causa tema constitucional (Recurso Extraordinário nº 240.250, relatado pelo Ministro Moreira Alves e Recurso Extraordinário nº 239.456, para o qual restou designado redator do acórdão o Ministro Nelson Jobim). A par de ter defendido não constar do preceito assegurador do ingresso no Judiciário qualquer limitação de conteúdo econômico, fui voz isolada na Casa. Assim, não se podendo dar esperança vã às partes, curvo-me ao entendimento da maioria e nego seguimento a este extraordinário.

3. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 554.422-2 (865)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: MALCON FINANCEIRA S/A
ADV.(A/S)	: JÚLIO CÉSAR COLLING E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: NILSO RODRIGUES
ADV.(A/S)	: ARTUR BISCHOFF TRESCASTRO

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - INTERPOSIÇÃO SIMULTÂNEA DO ESPECIAL - PREJUÍZO.

1. Simultaneamente com o extraordinário, versando sobre idêntica matéria, foi interposto recurso especial. O Superior Tribunal de Justiça conheceu e acolheu o pedido nele formulado. Confiram à folha 289 à 292. A decisão prolatada substituiu, consoante o disposto no artigo 512 do Código de Processo Civil, a formalizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que, assim, não mais subsiste.

2. Ante o quadro, declaro o prejuízo do extraordinário.

3. Publiquem.

Brasília, 6 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 554.481-8 (866)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO
ADV.(A/S)	: CATERINE CHIES SEPPI E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: ELI UBIRAJARA NUNES CAVALHEIRO
ADV.(A/S)	: RENATO AMAJA CORBETTE E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - INTERPOSIÇÃO SIMULTÂNEA DO ESPECIAL - PREJUÍZO.

1. Simultaneamente com o extraordinário, versando sobre idêntica matéria, foi interposto recurso especial. O Superior Tribunal de Justiça conheceu e acolheu o pedido nele formulado. Confiram à folha 238 à 241. A decisão prolatada substituiu, consoante o disposto no artigo 512 do Código de Processo Civil, a formalizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que, assim, não mais subsiste.

2. Ante o quadro, declaro o prejuízo do extraordinário.

3. Publiquem.

Brasília, 6 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 554.512-1 (867)

PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
ADV.(A/S)	: CLÁUDIO NUNES GOLGO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: BANCO BRADESCO S/A
ADV.(A/S)	: HERLON TEIXEIRA E OUTRO(A/S)

DECISÃO: 1. Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e assim ementado:

"TRIBUTÁRIO - ISS - LEASING - NULIDADE DA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - DECRETAÇÃO EX OFFICIO

1. "Cumpre, de ofício, ao juiz verificar os pressupostos específicos do processo de execução, determinando à sua falta, a inadmissão liminar da execução" (PACHECO. José da Silva. Comentários à lei de execução fiscal, Saraiva, 1995, p. 45 e 49).

2. Nula é a Certidão de Dívida Ativa se o fundamento legal do lançamento é Lei editada posteriormente ao fato gerador do tributo." (fl. 113)

O recorrente, com base no art. 102, III, **a**, alega violação ao disposto no artigo 5º, II, da Constituição Federal.

2. Inadmissível o recurso.

O tema constitucional suscitado no apelo extremo não foi objeto de consideração no acórdão recorrido, faltando-lhe, assim, o requisito do prequestionamento, que deve ser explícito (**súmula 282**).

Ademais, o acórdão impugnado decidiu a causa com base no conjunto fático-probatório e na legislação infraconstitucional, de modo que eventual ofensa à Constituição Federal seria, aqui, apenas indireta.

Ora, é pacífica a jurisprudência desta Corte, no sentido de não tolerar, em recurso extraordinário, alegação de ofensa que, irradiando-se de má interpretação, aplicação, ou, até, de inobservância de normas infraconstitucionais, seria apenas indireta à Constituição da República, aplicando-se, quanto ao princípio constitucional da legalidade, a **súmula 636**.

3. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso (arts. 21, § 1º, RISTF, 38 da Lei nº 8.038, de 28.05.1990, e 557 do CPC).

Publique-se. Int..

Brasília, 10 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 554.567-9 (868)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: MALCON FINANCEIRA S/A
ADV.(A/S)	: JÚLIO CÉSAR COLLING E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: ALTAMIR SOUZA DA SILVA
ADV.(A/S)	: JAQUELINE DRÖSE

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - INTERPOSIÇÃO SIMULTÂNEA DO ESPECIAL - PREJUÍZO.

1. Simultaneamente com o extraordinário, versando sobre idêntica matéria, foi interposto recurso especial. O Superior Tribunal de Justiça conheceu e acolheu o pedido nele formulado. Confiram à folha 242 à 245. A decisão prolatada substituiu, consoante o disposto no artigo 512 do Código de Processo Civil, a formalizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que, assim, não mais subsiste.

2. Ante o quadro, declaro o prejuízo do extraordinário.

3. Publiquem.

Brasília, 6 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 554.570-9 (869)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADV.(A/S)	: RICARDO DE FREITAS E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: CARLOS ANDRÉ SILVA DE SOUSA
ADV.(A/S)	: DULCE HELENA RIBEIRO

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - INTERPOSIÇÃO SIMULTÂNEA DO ESPECIAL - PREJUÍZO.

1. Simultaneamente com o extraordinário, versando sobre idêntica matéria, foi interposto recurso especial. O Superior Tribunal de Justiça conheceu e acolheu o pedido nele formulado. Confiram à folha 190 à 192. A decisão prolatada substituiu, consoante o disposto no artigo 512 do Código de Processo Civil, a formalizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que, assim, não mais subsiste.

2. Ante o quadro, declaro o prejuízo do extraordinário.

3. Publiquem.

Brasília, 6 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 554.578-4 (870)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: BANCO BRADESCO S/A
ADV.(A/S)	: ANDRÉA LOLLI E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: CÁTIA REGINA PEDRA DA SILVA
ADV.(A/S)	: FREDERICO MENEGAZ CONRADO E OUTRO(A/S)

DECISÃO

JUROS - ARTIGO 192, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - NECESSIDADE DE LEI COMPLEMENTAR - MATÉRIA SUMULADA.

1. O Pleno aprovou o Verbete nº 648 da Súmula, com a seguinte redação:

A norma do § 3º do art. 192 da Constituição, revogada pela EC 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicabilidade condicionada à edição de lei complementar.

2. Diante da sedimentação do entendimento, e ressalvando a convicção pessoal, dou provimento ao recurso para, reformando o acórdão de folha 131 a 140, assentar a ausência de auto-aplicabilidade do § 3º do artigo 192 da Constituição Federal. Custas e honorários advocatícios, na forma do artigo 21 do Código de Processo Civil, recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados.

3. Publiquem.

Brasília, 6 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 554.601-2 (871)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: BANCO A.J. RENNER S/A
ADV.(A/S)	: JÚLIO CÉSAR COLLING E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: JOÃO MIGUEL SOARES LOPES
ADV.(A/S)	: JORGE LUIZ DOS SANTOS MORAES E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - INTERPOSIÇÃO SIMULTÂNEA DO ESPECIAL - PREJUÍZO.

1. Simultaneamente com o extraordinário, versando sobre idêntica matéria, foi interposto recurso especial. O Superior Tribunal de Justiça conheceu e acolheu o pedido nele formulado. Confiram à folha 198 à 200. A decisão prolatada substituiu, consoante o disposto no artigo 512 do Código de Processo Civil, a formalizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que, assim, não mais subsiste.

2. Ante o quadro, declaro o prejuízo do extraordinário.

3. Publiquem.

Brasília, 6 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 555.250-1 (872)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADV.(A/S)	: ROBERTO DE SOUZA MOSCOSO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: EDMEA ALDA CISLAGHI CARVALHO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: NORBERTO BARUFFALDI E OUTRO(A/S)

DECISÃO: 1. Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e assim ementado:

"PREVIDÊNCIA PRIVADA. DEMANDA EM QUE SE DISCUTE RELAÇÃO CONTRATUAL DE CUNHO PREVIDENCIÁRIO EXISTENTE ENTRE AS PARTES. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS.

AGRAVO PROVIDO". (fl. 94)

Sustenta a recorrente, com base no art. 102, III, **a,** violação ao art. 114, da Constituição Federal.

2. Inconsistente o recurso.

Esta Corte firmou jurisprudência segundo a qual compete à Justiça do Trabalho conhecer de pedido de complementação de aposentadoria, no âmbito da previdência privada, mas apenas quando a relação jurídica decorrer de contrato de trabalho (**AI nº 576.224-AgR**, Rel. Min. **SEPÚLVEDA PERTENCE**, 1ª Turma, DJ de 30.03.2007; **AI nº 583.498-AgR**, Rel. Min. **EROS GRAU**, 2ª Turma, DJ de 02.06.2006; **AI nº 566.789-AgR**, Rel. Min. **CÁRMEN LÚCIA**, 1ª Turma, DJ de 09.02.2007).

E decidiu ser competente a Justiça Comum, quando a relação jurídica não advier de contrato de trabalho (**AI nº 563.566**, Rel. Min. **SEPÚLVEDA PERTENCE**, DJ de 12.08.2005; **AI nº 591.875-AgR**, Rel. Min. **EROS GRAU**, 2ª Turma, DJ de 08.09.2006; **AI nº 573.294-AgR**, Rel. Min. **CÁRMEN LÚCIA**, 1ª Turma, DJ de 09.02.2007).

No caso, o acórdão recorrido fixou que a relação jurídica não é oriunda de relação de trabalho. Competente, pois, a Justiça Comum.

3. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso (art. 21, § 1º, do RISTF, art. 38 da Lei nº. 8.038, de 28.05.90, e art. 557 do CPC).

Publique-se. Int..

Brasília, 12 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 555.328-1 (873)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: ELAINE RODRIGUES
RECDO.(A/S)	: NOTRE DAME TECIDOS LTDA
ADV.(A/S)	: MARIO MASAGÃO FLHO E OUTRO(A/S)

DECISÃO

CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA: INCONSTITUCIONALIDADE. TAXA DE COMBATE A SINISTROS: CONSTITUCIONALIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Relatório

1. Recurso extraordinário interposto pelo Município de São Paulo, com fundamento no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, cuja ementa é a seguinte:

"TAXAS - Limpeza pública - Conservação de vias e logradouros - Município de São Paulo - Exercícios de 1993 a 1998 - Inconstitucionalidade e ilegalidade reconhecida pelo STF, por impossibilidade material de divisibilidade e especificidade de tais tributos - Inteligência dos artigos 145 da CF/88 e 77 e 79 do CTN - Repetição do indébito mantida - Precedentes desta Câmara - Recurso voluntário e reexame necessário improvidos." (fl. 276)

2. O Recorrente alega que o acórdão recorrido teria contrariado os arts. 30, inc. I, III, 145, inc. II e § 2º, da Constituição da República.

Assevera que a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços de assistência, combate e extinção de incêndio e outros sinistros constituiria o fato gerador da Taxa de Combate a Sinistros, enquanto a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços prestados de remoção de lixo, varrição, lavagem e capinação, desentupimento de bocas-de-lobo e bueiros comporia o fato gerador da Taxa de Limpeza Pública, Conservação de Vias e Logradouros.

Afirma que esses serviços seriam de necessidade pública, passíveis de serem destacados em unidades autônomas e divisíveis, pois suscetíveis de utilização individual do proprietário do imóvel.

Alega, também, que a utilização de elemento do IPTU como *"critério utilizado para a repartição do custo das taxas não é vedado pela Constituição, eis que os serviços públicos prestados estão em consonância com a extensão da área servida"* (fl. 298).

Pede, assim, o reconhecimento da validade jurídica das taxas de combate a sinistros e de limpeza pública.

Analisados os elementos havidos nos autos, **DECIDO**.

3. Razão jurídica assiste, em parte, ao Recorrente.

4. Ao julgar inconstitucional a Taxa de Combate a Sinistros o Tribunal *a quo* divergiu da jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal.

No julgamento do Agravo Regimental no Agravo de Instrumento n. 431.836/SP, Relator o Ministro Carlos Velloso, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal decidiu:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. TAXA DE COMBATE A SINISTROS. COBRANÇA. CONSTITUCIONALIDADE. I. É legítima a cobrança da taxa de combate a sinistros, uma vez que instituída como contraprestação a serviço essencial. Precedentes: RE 206.777/SP, Plenário, e RE 233.784/SP. II. - Agravo não provido" (DJ 1º.8.2003).

No mesmo sentido: AI 406.978-AgR/SP, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJ 4.3.2005; AI 478.571-AgR/SP, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJ 17.6.2005; AI 551.629-AgR/SP, Rel. Min. Carlos Britto, Primeira Turma, DJ 8.9.2006; AI 552.033-AgR-ED/SP, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, DJ 16.2.2007; RE 422.801-AgR/SP, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, DJ 22.6.2007.

Em relação à suposta identidade da base de cálculo com a do IPTU - área construída -, no julgamento do Recurso Extraordinário n. 232.393, Relator o Ministro Carlos Velloso, DJ 5.4.2002, o Plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu que o fato de elemento do IPTU ser tomado em conta para a fixação do valor da taxa não importa em identidade de base de cálculo entre essa e aquele; tendo-se, com isso, forma de realização da isonomia tributária e do princípio da capacidade contributiva.

5. No que concerne à Taxa de Limpeza Pública, Conservação de Vias e Logradouros, o Plenário deste Supremo Tribunal decidiu pela sua inconstitucionalidade ao julgar o Recurso Extraordinário 204.827, relator o Ministro Ilmar Galvão, DJ 25.4.1997, afirmando que por *"ter fato gerador prestação de serviço inespecífico, não mensurável, indivisível e insuscetível de ser referido a determinado contribuinte, não tendo de ser custeado senão por meio do produto da arrecadação dos impostos gerais"*. Desse entendimento não divergiu o acórdão recorrido.

6. Pelo exposto, **dou parcial provimento ao Recurso Extraordinário,** com fundamento nos arts. 557, § 1º-A do Código de Processo Civil e 21, § 2º do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, **para reformar o acórdão recorrido tão-somente no sentido de reconhecer a validade jurídica da cobrança da taxa de combate a sinistros pelo Recorrente.**

Invertidos os ônus da sucumbência nesse ponto, ressalvado eventual benefício de justiça gratuita.

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 555.850-9 (874)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
ADV.(A/S)	: PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM
RECDO.(A/S)	: MARIA ELENA ANES CRISTOFARI
ADV.(A/S)	: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS E OUTRO(A/S)

DECISÃO: **1**. Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que, em execução de sentença, deferiu requisição de pequeno valor para pagamento de custas processuais, com dispensa do precatório.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fl. 56).

O recorrente alega, com base no art. 102, III, **a**, violação ao disposto nos arts. 100, § 4º, da Constituição Federal, e 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

2. Consistente o recurso.

Ao autorizar o fracionamento do valor do precatório para possibilitar o pagamento das custas processuais e de outras verbas acessórias por requisição de pequeno valor, o acórdão recorrido divergiu do entendimento assente desta Corte, segundo o qual as verbas acessórias seguem o mesmo rito de pagamento da verba principal nos precatórios, conforme se vê à decisão do **RE nº 544.479** (Rel. Min. **CÁRMEN LÚCIA**, DJ de 27.6.2007):

"(...) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que a execução do pagamento das verbas acessórias não é autônoma, havendo de ser considerado em conjunto com a condenação principal. Deve, portanto, ser respeitado o art. 100, § 4º, da Constituição da República, que veda o fracionamento, a repartição ou a quebra do valor da execução. (...)" (No mesmo sentido: **RE nº 509.252**, Rel. Min. **EROS GRAU**, DJ de 14.3.2007; **RE nº 385.035**, Rel. Min. **CEZAR PELUSO**, DJ de 15.4.2005; **AI nº 537.733-AgR**, Rel. Min. **EROS GRAU,** DJ de 11.11.2005; **RE nº 143.802**, Rel. Min. **SYDNEY SANCHES**, DJ de 9.4.99; **RE nº 141.639,** Rel. Min. **MOREIRA ALVES**, DJ de 13.12.96).

3. Ante o exposto, conheço do recurso e dou-lhe provimento, para afastar o fracionamento relativo às custas processuais e demais verbas acessórias e, por conseqüência, sustar-lhes o pagamento por meio de requisição de pequeno valor (arts. 21, § 1º, do RISTF, 38 da Lei nº 8.038, de 28.5.90, e 557 do CPC).

Publique-se. Int..

Brasília, 24 de agosto de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 556.186-1 (875)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S)	: IMPORTADORA NIPO BRASILEIRA LTDA
ADV.(A/S)	: ADRIANA OLIVEIRA DE ALMEIDA E OUTRO(A/S)

DECISÃO: **1.** Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão que afastou a exigência de depósito prévio para admissibilidade de recurso administrativo.

O recorrente, com base no art. 102, III, **a**, alega violação ao disposto nos art. 5º, LV, da Constituição Federal.

2. Inconsistente o recurso.

É que, em data recente, decidiu o Plenário desta Corte, por maioria, com nosso voto vencedor declarado, serem inconstitucionais, por violação aos arts. 5º, LV, e 146, III, **b**, da CF, os §§ 1º e 2º do art. 126 da Lei nº 8.213/91, com a redação do art. 10 da Lei nº 9.639/98, originária da MP nº 1.608-14/98, que exigiam depósito prévio para admissibilidade de recurso administrativo (**REs nº 389.383** e **nº 390.513**, Rel. Min. **MARCO AURÉLIO**, j. em 28.03.2007).

Na mesma assentada, por iguais razões, mas agora à unanimidade, declarou inconstitucionais os §§ 2º e 5º do art. 250 do Decreto-Lei nº 5/75, com a redação das Leis nº 3.188/99, nº 3.344/99, e nº 4.080/2003, todas do Estado do Rio de Janeiro (**AIs nº 408.914-AgR** e **nº 398.933-AgR,** Rel. Min. **SEPÚLVEDA PERTENCE)**.

Julgou, ainda, procedente, na mesma data, a **ADI nº 1.976** (Rel. Min. **JOAQUIM BARBOSA**), declarando a inconstitucionalidade do art. 32 da MP nº 1.699-41/98, convertida na Lei federal nº 10.522/2002, que deu nova redação ao art. 33, § 2º, do Decreto nº 70.235/72, o qual exigia arrolamento de bens ou direitos, no valor correspondente a 30% da exigência fiscal, para admissibilidade de recurso administrativo. No mesmo sentido, por maioria, a Corte deu provimento ao **RE nº 388.359** (Rel. Min. **MARCO AURÉLIO**).

E, por fim, naquela assentada, julgando procedente a **ADI nº 1.074** (Rel. Min. **EROS GRAU**), declarou a inconstitucionalidade do art. 19, *caput*, da Lei federal nº 8.870, de 15.04.94, que exigia comprovação de depósito para a discussão judicial de débitos para com o INSS.

3. Do exposto, nego seguimento ao recurso (art. 21, § 1º, do RISTF, art. 38 da Lei nº 8.038, de 28.05.90, e art. 557 do CPC).

Publique-se. Int..

Brasília, 11 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 556.274-3 (876)

PROCED.	: PARAÍBA
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: JOSÉ HARDMAN VASCONCELOS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ADEILTON HILÁRIO JÚNIOR E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA - GDATA - LEI Nº 10.404/2002 - PRECEDENTES DO PLENÁRIO - RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO.

1. Em sessão realizada em 19 de abril de 2007, o Tribunal Pleno, julgando os Recursos Extraordinários nºs 476.279-0/DF e 476.390-7/DF, decidiu a matéria versada neste processo. Na oportunidade, veio a prevalecer o entendimento segundo o qual a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, instituída pela Lei nº 10.404/2002, é devida aos servidores inativos, no valor correspondente a 37,5 pontos, de janeiro a maio de 2002. Para o período posterior a maio de 2002, concluiu o Colegiado que devem ser observados os termos do artigo 5º, parágrafo único, da referida Lei e, a partir de 25 de novembro de 2004, as alterações introduzidas pela Lei nº 10.971/2004, que implicaram a fixação do percentual de 30%.

2. Ante o disposto no § 1º-A do artigo 557 do Código de Processo Civil e ressalvando o convencimento externado na sessão mencionada, conheço do recurso e dou-lhe provimento para, reformando o acórdão recorrido, assentar que a parcela, presente o direito de servidor aposentado, seja calculada considerados os parâmetros estabelecidos nos citados precedentes.

3. Publiquem.

Brasília, 6 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 556.447-9 (877)

PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: BANCO FINASA S/A
ADV.(A/S)	: LEONARDO DE MATTOS RODRIGUES E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: ADEMIR TADEU CAETANO TEIXEIRA
ADV.(A/S)	: BELONIR ZATA ZILI

DECISÃO

REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL - IRREGULARIDADE - RECURSO EXTRAORDINÁRIO - NEGATIVA DE SEGUIMENTO.

1. "Sem instrumento de mandato, o advogado não será admitido a procurar em juízo" primeira parte da cabeça do artigo 37 do Código de Processo Civil. O recorrente não se faz representado por causídico devidamente constituído. O subscritor do extraordinário de folha 209 a 220, Dr. Leonardo de Mattos Rodrigues, OAB/SC nº 17.941, não possui, nos autos, os indispensáveis poderes.

Nem se diga pertinente o disposto na segunda parte do aludido preceito legal. Há de se ter em conta que a interposição do recurso não se mostra passível de enquadramento entre os atos reputados urgentes. É que concorre, sempre, a possibilidade de o provimento judicial ser contrário aos interesses sustentados no processo, cabendo à parte precatar-se.

2. Em face da irregularidade da representação processual, nego seguimento ao recurso.

3. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 556.736-2 (878)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO
ADV.(A/S)	: ROMILA MAROSO BRAMRAITER SCHIMITZ E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: JUAREZ COELHO PORTELA
ADV.(A/S)	: CARLOS ANTÔNIO PICOLI E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - INTERPOSIÇÃO SIMULTÂNEA DO ESPECIAL - PREJUÍZO.

1. Simultaneamente com o extraordinário, versando sobre idêntica matéria, foi interposto recurso especial. O Superior Tribunal de Justiça conheceu e acolheu o pedido nele formulado. Confiram à folha 197 à 199. A decisão prolatada substituiu, consoante o disposto no artigo 512 do Código de Processo Civil, a formalizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que, assim, não mais subsiste.

2. Ante o quadro, declaro o prejuízo do extraordinário.

3. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 556.780-0 (879)

PROCED.	: MATO GROSSO DO SUL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: BANCO BRADESCO S/A
ADV.(A/S)	: KURT SCHUNEMANN JÚNIOR E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: IRLÉIA TAVARES DO COUTO MANZIONE
ADV.(A/S)	: LUIZ MANZIONE E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - INTERPOSIÇÃO SIMULTÂNEA DO ESPECIAL - PREJUÍZO.

1. Simultaneamente com o extraordinário, versando sobre idêntica matéria, foi interposto recurso especial. O Superior Tribunal de Justiça conheceu e acolheu o pedido nele formulado. Confiram à folha 553 à 555. A decisão prolatada substituiu, consoante o disposto no artigo 512 do Código de Processo Civil, a formalizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, que, assim, não mais subsiste.

2. Ante o quadro, declaro o prejuízo do extraordinário.

3. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 556.798-2 (880)

PROCED.	: GOIÁS
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: BANCO BRADESCO S/A
ADV.(A/S)	: SHINAYDER NERES DO VALE E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: LINO ALBERTO DE CASTRO
RECDO.(A/S)	: GEORGERYS GRAYCK GONÇALVES DE SOUSA
ADV.(A/S)	: ALCIR CÂNDIDO PEREIRA JÚNIOR E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - INTERPOSIÇÃO SIMULTÂNEA DO ESPECIAL - PREJUÍZO.

1. Simultaneamente com o extraordinário, versando sobre idêntica matéria, foi interposto recurso especial. O Superior Tribunal de Justiça conheceu e acolheu o pedido nele formulado. Confiram à folha 312 à 314. A decisão prolatada substituiu, consoante o disposto no artigo 512 do Código de Processo Civil, a formalizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, que, assim, não mais subsiste.

2. Ante o quadro, declaro o prejuízo do extraordinário.

3. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 556.809-1 (881)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADV.(A/S)	: PEDRO DIAS GUERRA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: ETIERE HAETINGER
ADV.(A/S)	: LARRI DOS SANTOS FEULA

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - INTERPOSIÇÃO SIMULTÂNEA DO ESPECIAL - PREJUÍZO.

1. Simultaneamente com o extraordinário, versando sobre idêntica matéria, foi interposto recurso especial. O Superior Tribunal de Justiça conheceu e acolheu o pedido nele formulado. Confiram à folha 236 à 238. A decisão prolatada substituiu, consoante o disposto no artigo 512 do Código de Processo Civil, a formalizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que, assim, não mais subsiste.

2. Ante o quadro, declaro o prejuízo do extraordinário.

3. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 556.810-5 (882)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADV.(A/S)	: JEFERSON ANTONIO ERPEN E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: JAIR DOS SANTOS
ADV.(A/S)	: JAMIL ABDELRAZZAK ABDALA ABO ABDO E OUTRO(A/S)

DECISÃO

JUROS - ARTIGO 192, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - NECESSIDADE DE LEI COMPLEMENTAR - MATÉRIA SUMULADA.

1. O Pleno aprovou o Verbete nº 648 da Súmula, com a seguinte redação:

A norma do § 3º do art. 192 da Constituição, revogada pela EC 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicabilidade condicionada à edição de lei complementar.

2. Diante da sedimentação do entendimento, e ressalvando a convicção pessoal, dou provimento ao recurso para, reformando o acórdão de folha 162 a 181, assentar a ausência de auto-aplicabilidade do § 3º do artigo 192 da Constituição Federal. Custas e honorários advocatícios, na forma do artigo 21 do Código de Processo Civil, recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados.

3. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 556.899-7 (883)

PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: BANCO ITAÚ S/A
ADV.(A/S)	: EMERSON LODETTI E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: NESTOR LODETTI
RECDO.(A/S)	: LEONARDO HORÁCIO BETANCOR CLÁUDIO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ESTEVÃO RUCHINSKI E OUTRO(A/S)

DECISÃO

JUROS - ARTIGO 192, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - NECESSIDADE DE LEI COMPLEMENTAR - MATÉRIA SUMULADA.

1. O Pleno aprovou o Verbete nº 648 da Súmula, com a seguinte redação:

A norma do § 3º do art. 192 da Constituição, revogada pela EC 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicabilidade condicionada à edição de lei complementar.

2. Diante da sedimentação do entendimento, e ressalvando a convicção pessoal, dou provimento ao recurso para, reformando o acórdão de folha 177 a 203, assentar a ausência de auto-aplicabilidade do § 3º do artigo 192 da Constituição Federal. Custas e honorários advocatícios, na forma do artigo 21 do Código de Processo Civil, recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados.

3. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 557.009-6 (884)

PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: CREDICARD BANCO S/A
ADV.(A/S)	: ELISANDRE MARIA BEIRA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: SERGIO ROBERTO ZOMER
ADV.(A/S)	: CRISTIANO DA SILVA SILVESTRE E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - INTERPOSIÇÃO SIMULTÂNEA DO ESPECIAL - PREJUÍZO.

1. Simultaneamente com o extraordinário, versando sobre idêntica matéria, foi interposto recurso especial. O Superior Tribunal de Justiça conheceu e acolheu o pedido nele formulado. Confiram às folhas 228 e 229. A decisão prolatada substituiu, consoante o disposto no artigo 512 do Código de Processo Civil, a formalizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que, assim, não mais subsiste.

2. Ante o quadro, declaro o prejuízo do extraordinário.

3. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 557.058-4 (885)

PROCED.	: MATO GROSSO DO SUL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO
ADV.(A/S)	: JOAQUIM FÁBIO MIELLI CAMARGO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: GLÁUCIA SILVA LEITE E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: EVANDRO ARANEGA
ADV.(A/S)	: LUIZ CLAUDIO BRANDÃO DE SOUZA

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - INTERPOSIÇÃO SIMULTÂNEA DO ESPECIAL - PREJUÍZO.

1. Simultaneamente com o extraordinário, versando sobre idêntica matéria, foi interposto recurso especial. O Superior Tribunal de Justiça conheceu e acolheu o pedido nele formulado. Confiram à folha 488 à 490. A decisão prolatada substituiu, consoante o disposto no artigo 512 do Código de Processo Civil, a formalizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, que, assim, não mais subsiste.

2. Ante o quadro, declaro o prejuízo do extraordinário.

3. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 557.269-2 (886)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: CEMIRAMIS GAVINHO DA SILVA
ADV.(A/S)	: GRAZIELA SUELI MENINI E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO: **1.** Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão proferido por Turma Recursal do Estado do Rio de Janeiro que manteve decisão segundo a qual "*os integrantes da polícia militar e do corpo de bombeiros do antigo DF e respectivos pensionistas não têm direito à vantagem pecuniária especial prevista no art. 1º da Lei 11.134/2005*."

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Sustenta a recorrente, com base no art. 102, III, **a**, ter havido violação, em suma, aos artigos 2º, 5º, *caput*, LV e XXXVI, 42 e 142, da Constituição Federal.

2. Inadmissível o recurso.

O acórdão impugnado decidiu a causa com base no conjunto fático-probatório e na legislação infraconstitucional, de modo que eventual ofensa à Constituição Federal seria, aqui, apenas indireta. Ora, é pacífica a jurisprudência desta Corte, no sentido de não tolerar, em recurso extraordinário, alegação de ofensa que, irradiando-se de má interpretação, aplicação, ou, até, de inobservância de normas infraconstitucionais, seria apenas indireta à Constituição da República, e muito menos, pretensão de reexame de provas (**súmula 279**).

Por fim, o princípio constitucional da separação dos poderes impede que os Juízes e Tribunais - que não dispõem de função legislativa - contemplem servidores públicos com vantagens não previstas em lei, a título de aplicação do princípio da isonomia (**súmula 339**).

3. Do exposto, nego seguimento ao recurso (art. 21, § 1º, do RISTF, art. 38 da Lei nº 8.038, de 28.05.90, e art. 557 do CPC).

Publique-se. Int..

Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 557.453-9 (887)

PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S)	: IVAN JUNQUEIRA PEREIRA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: ANDREA SENRA COUTINHO TITONELE
ADV.(A/S)	: RICARDO FONSECA ROCHA E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - MATÉRIA LEGAL E AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.

1. Na interposição deste recurso, foram observados os requisitos de recorribilidade. A recorrente respeitou o prazo de quinze dias, estando a peça subscrita por profissional da advocacia regularmente credenciado.

A sentença prolatada pela Turma Recursal do Juizado Especial Cível de Cataguases fez-se calcada em interpretação conferida ao Código de Defesa do Consumidor, não tendo havido adoção de entendimento à luz dos dispositivos da Carta indicados como infringidos. O recurso extraordinário está em descompasso com os fundamentos da decisão proferida.

2. Nego seguimento ao extraordinário.

3. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 557.467-9 (888)

PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S)	: BRENO CALDEIRA RODRIGUES E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: JOSENI NOGUEIRA DA SILVA
ADV.(A/S)	: ANGELA MARIA MARQUES MAGALHÃES E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - MATÉRIA LEGAL E AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.

1. Na interposição deste recurso, foram observados os requisitos de recorribilidade. A recorrente respeitou o prazo de quinze dias, estando a peça subscrita por profissional da advocacia regularmente credenciado.

A sentença prolatada pela Turma Recursal do Juizado Especial Cível de Cataguases fez-se calcada em interpretação conferida ao Código de Defesa do Consumidor, não tendo havido adoção de entendimento à luz dos dispositivos da Carta indicados como infringidos. O recurso extraordinário está em descompasso com os fundamentos da decisão proferida.

2. Nego seguimento ao extraordinário.

3. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 557.534-9 (889)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: MUNICÍPIO DE ITATIBA
ADV.(A/S)	: ROBERTO FRANCO DE CAMARGO JUNIOR
RECDO.(A/S)	: ENÉAS WAGNER BERTONI
ADV.(A/S)	: CARLOS FRANCO PENTEADO NETO

DECISÃO

IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - PROGRESSIVIDADE - LEI FEDERAL - ALCANCE - ARTIGOS 145, § 1º, 150, INCISO IV, 156, § 1º, E 182, § 2º E § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - RECURSO EXTRAORDINÁRIO - NEGATIVA DE SEGUIMENTO.

1. O recurso extraordinário foi interposto com alegado fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que implicou a anulação do lançamento do imposto predial e territorial urbano, na medida em que a instituição das alíquotas progressivas, na forma pretendida pelo Município, contraria as exigências constitucionais, isso considerado período anterior à Emenda Constitucional nº 29/2000.

2. A decisão recorrida está em consonância com o Enunciado nº 668 da Súmula de Jurisprudência dominante desta Corte:

É inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da Emenda Constitucional 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.

3. Nego seguimento a este extraordinário.

4. Publiquem.

Brasília, 6 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 557.825-9 (890)

PROCED.	: GOIÁS
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: UNIBANCO - UNIÃO DOS BANCOS BRASILEIROS S/A
ADV.(A/S)	: MANOELA GONÇALVES SILVA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: MEDIOCI DE OLIVEIRA
ADV.(A/S)	: JOÃO SEVERINO DA SILVA

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - INTERPOSIÇÃO SIMULTÂNEA DO ESPECIAL - PREJUÍZO.

1. Simultaneamente com o extraordinário, versando sobre idêntica matéria, foi interposto recurso especial. O Superior Tribunal de Justiça conheceu e acolheu o pedido nele formulado. Confiram à folha 493 à 495. A decisão prolatada substituiu, consoante o disposto no artigo 512 do Código de Processo Civil, a formalizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, que, assim, não mais subsiste.

2. Ante o quadro, declaro o prejuízo do extraordinário.

3. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 557.857-7 (891)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO
ADV.(A/S)	: FRANCINE BATISTELLA FIALHO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: MARIA ALBERTINA MACHADO
ADV.(A/S)	: JAMIL ABDELRAZZAK ABDALA ABO ABDO E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - INTERPOSIÇÃO SIMULTÂNEA DO ESPECIAL - PREJUÍZO.

1. Simultaneamente com o extraordinário, versando sobre idêntica matéria, foi interposto recurso especial. O Superior Tribunal de Justiça conheceu e acolheu o pedido nele formulado. Confiram à folha 189 à 191. A decisão prolatada substituiu, consoante o disposto no artigo 512 do Código de Processo Civil, a formalizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que, assim, não mais subsiste.

2. Ante o quadro, declaro o prejuízo do extraordinário.

3. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 557.876-3 (892)

PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO
ADV.(A/S)	: PAULO BENTO FORTE JÚNIOR E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: OSNI SOUZA DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ERNESTO BAIÃO BENTO

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - INTERPOSIÇÃO SIMULTÂNEA DO ESPECIAL - PREJUÍZO.

1. Simultaneamente com o extraordinário, versando sobre idêntica matéria, foi interposto recurso especial. O Superior Tribunal de Justiça conheceu e acolheu o pedido nele formulado. Confiram às folhas 330 e 331. A decisão prolatada substituiu, consoante o disposto no artigo 512 do Código de Processo Civil, a formalizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que, assim, não mais subsiste.

2. Ante o quadro, declaro o prejuízo do extraordinário.

3. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 557.993-0 (893)
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : MUNICÍPIO DE CAMPINAS
ADV.(A/S) : JOÃO BATISTA BORGES
RECDO.(A/S) : PORTAL PUBLICIDADE LTDA
ADV.(A/S) : JOSÉ EDUARDO QUEIROZ REGINA E OUTRO(A/S)

DECISÃO:
CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. MUNICÍPIO DE CAMPINAS. TAXAS DE COMBATE A SINISTRO E DE COLETA DE LIXO: CONSTITUCIONALIDADE. IPTU: DESCONTOS OU ISENÇÕES PARCIAIS: PROGRESSIVIDADE: INCONSTITUCIONALIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.
Relatório
1. Recurso extraordinário interposto pelo Município de Campinas com fundamento no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República.
O recurso tem como objeto o seguinte julgado do Tribunal de Justiça de São Paulo:
"EMENTAS: 1) IPTU - Campinas - Exercício de 2002 - Lei Municipal n. 10.400/99, que instituiu a progressividade das alíquotas do IPTU às avessas - Inconstitucionalidade reconhecida por violar os princípios da isonomia e da capacidade contributiva - Impossibilidade de se atribuir desconto, como forma diversa de manter a progressividade - Lançamento anulado, posto que manter apenas a alíquota, que é única, implicaria em 'reformatio in pejus' - Conforme entendimento do STF, deve ser afastada a norma por inteiro, abrangendo tanto o desconto quanto a alíquota - Cobrança indevida - Segurança concedida - Recurso da impetrante provido para este fim, por v.u..
2) TAXA DE REMOÇÃO DE LIXO - Campinas - Não preenchidos os requisitos da especificidade e divisibilidade mencionados nos art. 145, II da Constituição Federal e arts. 77 e 79 do Código Tributário Nacional - Serviço que possui caráter 'uti universi' - Cobrança indevida - Ação declaratória procedente - Recursos oficial e voluntário da impetrada improvidos, por votação majoritária, vencido o Relator sorteado.
3) TAXA DE SINISTRO - Campinas - Inexigibilidade por maltrato aos termos dos arts. 145, inciso II, da Constituição Federal e 77, do Código Tributário Nacional - Ação anulatória julgada procedente - Recursos oficial e voluntário da ré improvidos, por v.u." (fl. 238)
Relativamente à situação anterior à Emenda Constitucional 29/2000, o Tribunal *a quo* julgou inválidas: a) a cobrança de IPTU com alíquotas variáveis em função da concessão de descontos; e b) a cobrança de taxas de combate a sinistros e de coleta e remoção de lixo.
2. O Recorrente alega que o acórdão recorrido teria afrontado os arts. 1º, inc. II, II, 2º, 3º, inc. I, II, III e IV, 5º, caput, 145, inc. I, II e § 1º, da Constituição da República.
Argumenta que *"Atendidos os requisitos legais de especificidade, divisibilidade, com individuação para cada contribuinte e colocação do serviço a disposição dos mesmos, como é o caso da taxa de coleta e remoção de lixo e sinistro de Campinas, não há como não reconhecer sua ilegalidade"* (fl. 271).
Sustenta que *"a decisão recorrida violou frontalmente a jurisprudência dominante do STF, no sentido de que a taxa de lixo é constitucional quando elege um ou outro elemento do IPTU"* (fl. 263).
Afirma que *"A nova redação do artigo 156, da Constituição Federal veio corroborar a legalidade e constitucionalidade das leis municipais que instituíram as tabelas de descontos sobre a alíquota do IPTU, porquanto o texto constitucional, de forma expressa, autorizou a progressividade em razão do imóvel, bem como a adoção de alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel, justamente com o fito de fazer valer os princípios da capacidade contributiva e da isonomia"* (fl. 279, grifos no original).
Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.
3. Razão jurídica assiste, em parte, ao Recorrente.
4. Ao se decidir pela ilegalidade das taxas de coleta de lixo e de combate a sinistro o acórdão recorrido divergiu da jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal.
No julgamento do RE 233.784, Rel. Min. Ilmar Galvão, DJ de 12.11.1999, assentou-se que sua cobrança não afronta a Constituição da República porque presentes as características de essencialidade, especificidade e divisibilidade:
"EMENTA: TRIBUTÁRIO. MUNICÍPIO DE CAMPINAS. TAXAS DE LIXO E SINISTRO. LEIS NºS 6.355/90 E 6.361/90. ALEGADA OFENSA AO ART. 145, II, DA CONSTITUIÇÃO. Taxas legitimamente instituídas como contra prestação a serviços essenciais, específicos e divisíveis, referidos ao contribuinte a quem são prestados ou a cuja disposição são postos, não possuindo base de cálculo própria de imposto. Recurso não conhecido."
5. Quanto à identidade da base de cálculo com a do IPTU - metragem do imóvel e área construída -, no julgamento do Recurso Extraordinário n. 232.393, Relator o Ministro Carlos Velloso, o Plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu pela inexistência de identidade da base de cálculo da taxa de coleta de lixo domiciliar com a do IPTU quando um dos elementos deste é utilizado para a determinação do valor daquela:
"EMENTA: CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. TAXA DE COLETA DE LIXO: BASE DE CÁLCULO. IPTU. MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, SP. I. - O fato de um dos elementos utilizados na fixação da base de cálculo do IPTU - a metragem da área construída do imóvel - que é o valor do imóvel (CTN, art. 33), ser tomado em linha de conta na determinação da alíquota da taxa de coleta de lixo, não quer dizer que teria essa taxa base de cálculo igual à do IPTU: o custo do serviço constitui a base imponível da taxa. Todavia, para o fim de aferir, em cada caso concreto, a alíquota, utiliza-se a metragem da área construída do imóvel, certo que a alíquota não se confunde com a base imponível do tributo. Tem-se, com isto, também, forma de realização da isonomia tributária e do princípio da capacidade contributiva: C.F., artigos 150, II, 145, § 1º. II. - RE não conhecido" (grifos nossos, DJ 5.4.2002).
E, ainda, os seguintes julgados: RE 346.695-AgR/MG, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJ 19.12.2003; RE 241.790/SP, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, DJ 27.9.2002; RE 229.976/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, Segunda Turma, DJ 9.6.2000.
6. Não há o que prover em relação à progressividade da alíquota do IPTU. Confira-se, a propósito, o AI 486.301-AgR, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, DJ 16.2.2007:
"EMENTA: 1. IPTU: progressividade: L. 5.641/89 do Município do Belo Horizonte: o STF firmou o entendimento - a partir do julgamento do RE 153.771, Pleno, 20.11.96, Moreira Alves - de que a única hipótese na qual a Constituição - antes da EC 29/00 - admitia a progressividade das alíquotas do IPTU era a do art. 182, § 4º, II, destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana. 2. Progressividade: declaração de inconstitucionalidade: inviabilidade da concessão de efeitos ex nunc, no caso: precedentes."
7. Pelo exposto, **conheço do recurso e dou parcial provimento a ele, somente para reconhecer a validade da cobrança das taxas de combate a sinistros e de coleta de lixo,** nos termos do art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil.
Invertidos, nesse ponto, os ônus da sucumbência, com a ressalva de eventual concessão do benefício da justiça gratuita.
Publique-se.
Brasília, 10 de setembro de 2007.
Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 558.257-4 (894)
PROCED. : GOIÁS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : BANKBOSTON BANCO MÚLTIPLO S/A
ADV.(A/S) : LEOPOLDO GOMES DOS SANTOS MUY-LAERT E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : MARIA DA CONCEIÇÃO MACHADO ARAÚJO
ADV.(A/S) : GISELLE SAGGIN PACHECO BARROS E OUTRO(A/S)

DECISÃO
JUROS - ARTIGO 192, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - NECESSIDADE DE LEI COMPLEMENTAR - MATÉRIA SUMULADA.
1. O Pleno aprovou o Verbete nº 648 da Súmula, com a seguinte redação:
A norma do § 3º do art. 192 da Constituição, revogada pela EC 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicabilidade condicionada à edição de lei complementar.
2. Diante da sedimentação do entendimento, e ressalvando a convicção pessoal, dou provimento ao recurso para, reformando o acórdão de folha 204 a 223, assentar a ausência de auto-aplicabilidade do § 3º do artigo 192 da Constituição Federal. Custas e honorários advocatícios, na forma do artigo 21 do Código de Processo Civil, recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados.
3. Publiquem.
Brasília, 5 de setembro de 2007.
Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 558.345-7 (895)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : SUDAMERIS ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A
ADV.(A/S) : NELSON PILLA FILHO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ROSANI MARISA DOS SANTOS
ADV.(A/S) : RAFAEL DE CASTRO MENEZES E OUTRO(A/S)

DECISÃO
RECURSO EXTRAORDINÁRIO - INTERPOSIÇÃO SIMULTÂNEA DO ESPECIAL - PREJUÍZO.
1. Simultaneamente com o extraordinário, versando sobre idêntica matéria, foi interposto recurso especial. O Superior Tribunal de Justiça conheceu e acolheu o pedido nele formulado. Confiram às folhas 267 e 268. A decisão prolatada substituiu, consoante o disposto no artigo 512 do Código de Processo Civil, a formalizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que, assim, não mais subsiste.
2. Ante o quadro, declaro o prejuízo do extraordinário.
3. Publiquem.
Brasília, 5 de setembro de 2007.
Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 558.411-9 (896)
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : SERAFIM JOSÉ DE ALMEIDA GODINHO
ADV.(A/S) : SÉRGIO RUAS

DECISÃO
RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR. INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA. PRECEDENTE DESTE SUPREMO TRIBUNAL. RECURSO PROVIDO.
Relatório
1. Recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que decidiu pela incidência de juros moratórios em requisição de pequeno valor no período compreendido entre a data da homologação dos cálculos judiciais e a data da sua atualização, nos seguintes termos:
"PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO DE SENTENÇA - REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR ORIGINAL - JUROS MORATÓRIOS - INCIDÊNCIA ATÉ O MOMENTO DA EXPEDIÇÃO DO REQUISITÓRIO.
I - No caso de requisição de pequeno valor - RPV - não são devidos juros de mora no período de sua tramitação, assim considerado o prazo de sessenta dias contados a partir da data em que autuada no Tribunal.
II - Uma vez que o cálculo elaborado por este Tribunal, quando da expedição da requisição de pagamento - RPV, contempla somente a correção monetária, ***cabível a incidência de juros moratórios até a expedição da requisição, pois, na condição de devedora, permanece a Fazenda Pública em situação de mora até a efetiva solução do crédito.***
III - Agravo regimental prejudicado, ante o julgamento definitivo da matéria. Agravo de instrumento improvido." (fl. 86 - grifei)
2. Alega a Recorrente que a decisão recorrida teria afrontado o art. 100, § 1º, da Constituição. Sustenta a União que, ao decidir pela incidência dos juros moratórios no período compreendido entre a data de atualização dos cálculos e a expedição da requisição de pequeno valor, o Tribunal *a quo* não teria levado em consideração o argumento de que só incide em mora a Fazenda Pública quando os precatórios não são pagos no prazo estipulado pelo dispositivo constitucional acima mencionado.
Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO.**
3. Razão jurídica assiste à Recorrente.
Julgando casos análogos, a jurisprudência deste Supremo Tribunal firmou-se, a partir do julgamento em Plenário do RE 298.616, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ 3.10.2003, no mesmo sentido da tese deduzida no presente recurso extraordinário:
"EMENTA: Recurso Extraordinário. 2. Precatórios. Juros de mora. 3. Art. 100, § 1º, da Constituição Federal. Redação anterior à Emenda 30, de 2000. 4. Inclusão no orçamento das entidades de direito público. Apresentação até 1º de julho, data em que terão seus valores atualizados. 5. Prazo constitucional de pagamento até o final do exercício seguinte. 5. Descaracterização da mora, quando não há atraso na satisfação dos débitos. 5. Recurso extraordinário provido".
Ainda no mesmo sentido:
"(...)
Ressalte-se que este entendimento também se aplica no período entre a elaboração da conta e a expedição do precatório*, pois o próprio texto constitucional determinava o prazo para pagamento do precatório, qual seja, até o final do exercício seguinte. Assim, somente no caso de seu descumprimento poder-se-ia falar em mora e, em conseqüência, nos juros a ela relativos, como penalidade pelo atraso no pagamento. É relevante notar que a discussão, no caso concreto, é anterior à Emenda Constitucional nº. 30, de 13 de setembro de 2000, que conferiu nova redação ao § 1o do art. 100, tornando inequívoco que os valores devidos serão atualizados monetariamente até o pagamento, superando-se, assim, a possibilidade de expedição de precatório complementar. Assim, conheço e dou provimento ao recurso extraordinário (art. 557, § 1o-A, do CPC) para afastar a incidência de juros moratórios no período compreendido entre a elaboração da conta e a expedição do precatório (art. 557, § 1º-A, do CPC)- RE 449.198, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 16.12.2005 (grifei)".*
Dessa orientação divergiu o acórdão recorrido.
4. Pelo exposto, **dou provimento ao recurso extraordinário para afastar a incidência dos juros moratórios na conta de atualização da requisição de pequeno valor com fundamento no art. 100, § 1º, da Constituição da República** (art. 557, 1º-A, do Código de Processo Civil e art. 21, § 2º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).
Publique-se.
Brasília, 12 de setembro de 2007.
Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 558.413-5 (897)
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : CONEXEL CONEXÕES ELÉTRICAS LTDA
ADV.(A/S) : ALESSANDRA AZEVEDO E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA. PRECEDENTE DESTE SUPREMO TRIBUNAL. RECURSO PROVIDO.

Relatório

1. Recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que decidiu pela incidência de juros moratórios em precatório complementar no período compreendido entre a data da homologação dos cálculos judiciais e a data de sua expedição, nos seguintes termos:

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA. DESPROVIMENTO.

1. Encontra-se pacificada, no âmbito da Suprema Corte, a interpretação no sentido de que não existe mora no pagamento de precatório judicial, para efeito de cobrança dos denominados "juros em continuação", se a dívida é quitada até o final do exercício financeiro seguinte, ainda que posterior o levantamento do depósito pelo credor, quando e desde que expedido o ofício pelo Tribunal em 1º de julho antecedente, na forma do § 1º do artigo 100 da Constituição Federal.

2. Como conseqüência, deve ser reconhecido o direito do credor ao cômputo dos juros moratórios desde a data do cálculo anteriormente homologado, quando foi por último aplicado o encargo até - salvo termo final requerido em menor extensão ou nos limites devolvidos pelo recurso - o encaminhamento do ofício precatório, apenas com atualização monetária, pelo Tribunal para a inclusão da verba no orçamento (1º de julho de cada ano).

3. É cabível a correção monetária no pagamento de débito judicial, com expedição de precatório complementar, mesmo porque, no caso, a própria Fazenda Nacional reconheceu a existência de diferença a ser saldada, afastada a tese de violação à coisa julgada, pois a aplicação dos índices é superveniente ao último cálculo elaborado, e baseia-se nos critérios do Provimento nº 26/01-CGJF, consagrados pela jurisprudência, sem qualquer ofensa aos princípios da legalidade e isonomia.

4. Agravo de instrumento desprovido e agravo regimental prejudicado." (fl. 184 - grifei)

2. Alega a Recorrente que a decisão recorrida teria afrontado o art. 100, § 1º, da Constituição. Sustenta a União que, ao decidir pela incidência dos juros moratórios no período compreendido entre a data de atualização dos cálculos e a expedição do precatório complementar, o Tribunal *a quo* não teria levado em consideração o argumento de que só incide em mora a Fazenda Pública quando os precatórios não são pagos no prazo estipulado pelo dispositivo constitucional acima mencionado.

Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

3. Razão jurídica assiste à Recorrente.

Julgando casos análogos, a jurisprudência deste Supremo Tribunal firmou-se, a partir do julgamento em Plenário do RE 298.616, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ 3.10.2003, no mesmo sentido da tese deduzida no presente recurso extraordinário:

"EMENTA: Recurso Extraordinário. 2. Precatórios. Juros de mora. 3. Art. 100, § 1º, da Constituição Federal. Redação anterior à Emenda 30, de 2000. 4. Inclusão no orçamento das entidades de direito público. Apresentação até 1º de julho, data em que terão seus valores atualizados. 5. Prazo constitucional de pagamento até o final do exercício seguinte. 5. Descaracterização da mora, quando não há atraso na satisfação dos débitos. 5. Recurso extraordinário provido".

Ainda no mesmo sentido:

"(...)

***Ressalte-se que este entendimento também se aplica no período entre a elaboração da conta e a expedição do precatório**, pois o próprio texto constitucional determinava o prazo para pagamento do precatório, qual seja, até o final do exercício seguinte. Assim, somente no caso de seu descumprimento poder-se-ia falar em mora e, em conseqüência, nos juros a ela relativos, como penalidade pelo atraso no pagamento. É relevante notar que a discussão, no caso concreto, é anterior à Emenda Constitucional nº. 30, de 13 de setembro de 2000, que conferiu nova redação ao § 1o do art. 100, tornando inequívoco que os valores devidos serão atualizados monetariamente até o pagamento, superando-se, assim, a possibilidade de expedição de precatório complementar. Assim, conheço e dou provimento ao recurso extraordinário (art. 557, § 1o-A, do CPC) para afastar a incidência de juros moratórios no período compreendido entre a elaboração da conta e a expedição do precatório (art. 557, § 1º-A, do CPC)- RE 449.198, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 16.12.2005 (grifei)".*

Dessa orientação divergiu o acórdão recorrido.

4. Pelo exposto, **dou provimento ao recurso extraordinário para afastar a incidência dos juros moratórios na conta de atualização do precatório com fundamento no art. 100, § 1º, da Constituição da República** (art. 557, 1º-A, do Código de Processo Civil e art. 21, § 2º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**

Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 558.524-7 (898)

PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: INDÚSTRIAS ROSSI ELETROMECÂNICA LTDA
ADV.(A/S)	: DALMO JACOB DO AMARAL JUNIOR E OUTRO(A/S)
RECTE.(S)	: DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S)	: PG-DF - MARCELO LAVOCAT GALVÃO
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

IMPEDIMENTO - REDISTRIBUIÇÃO.

1. Conforme retratado à folha 146, atuou no Órgão de origem, como julgadora, a desembargadora Sandra De Santis, com quem mantenho vínculo conjugal.

2. Declaro-me impedido.

3. À Presidente do Tribunal, que melhor dirá.

4. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO

Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 558.591-3 (899)

PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S)	: MANOEL TEIXEIRA DE CARVALHO NETO
ADV.(A/S)	: ESLY SCHETTINI PEREIRA E OUTRO(A/S)

Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão que entendeu ser "*legítima a transposição do Assistente Jurídico inativo para a Advocacia-Geral da União, porque prevista no art. 19 da Lei nº 9.028/95, e assegurada pelo art. 40, parágrafo 8º, da CF/88*" (fl. 176).

Neste RE, fundado no art. 102, III, **a** e **b**, da Constituição, alegou-se, em suma, ofensa aos arts. 5º, XXXVI, 40, § 3º e § 8º, 61, § 1º, II, **b**, 84, II, III, VI, **a** e **b**, e XXV e 131, da mesma Carta.

A pretensão recursal não merece acolhida. Como tem consignado o Tribunal, por meio da Súmula 282, é inadmissível o recurso extraordinário se a questão constitucional suscitada, à exceção do art. 40, § 8º, não tiver sido apreciada no acórdão recorrido. Ademais, a tardia alegação de ofensa ao texto constitucional, apenas deduzida em embargos de declaração, não supre o prequestionamento.

Além disso, a questão debatida nos autos - transposição do cargo de assistente jurídico da Administração Federal direta para o cargo de assistente jurídico da Advocacia-Geral da União - foi decidida à luz da legislação infraconstitucional aplicável à espécie. Assim, a afronta à Constituição, se ocorrente, seria indireta. Incabível, portanto, o recurso extraordinário. Nesse sentido, menciono as seguintes decisões, entre outras: AC 1.644/RN, Rel. Min. Carlos Britto; RE-AgR-ED 362.609/DF, Rel. Min. Eros Grau; RE 338.829/PE, Rel. Min. Carlos Velloso.

Por fim, o presente caso não trata de acórdão que tenha declarado a inconstitucionalidade de lei federal ou tratado, o que afasta o cabimento de recurso extraordinário com base na alínea **b** do art. 102, III, da Constituição.

Isso posto, com base no art. 557, *caput*, do CPC, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**

- Relator -

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 559.535-8 (900)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S)	: BIGOLIN S/C ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADV.(A/S)	: PEDRO FENSTERSEIFER

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - ALÍNEA "B" DO INCISO III DO ARTIGO 102 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 4º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005 - CONTRARIEDADE AO ARTIGO 5º, INCISO XXXVI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - SOBRESTAMENTO.

1. Está em jogo a harmonia, com a Carta, da expressão "observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional", constante no artigo 4º da Lei Complementar nº 118/2005. A Corte de origem, à luz de precedente formalizado em argüição de inconstitucionalidade, concluiu que o mencionado trecho do preceito legal ofende o inciso XXXVI do artigo 5º da Constituição Federal.

Trata-se de tema que ainda não passou pelo crivo do Plenário do Supremo, tendo o extraordinário sido interposto a partir da alínea "b" do inciso III do artigo 102 do Diploma Maior.

2. Remeti os Recursos Extraordinários nºs 548.791-1/RS e 548.681-8/PR à Procuradoria Geral da República.

3. Determino o sobrestamento deste processo.

4. À Assessoria, para acompanhar a tramitação daqueles enviados ao Ministério Público e o julgamento pelo Colegiado.

5. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO

Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 559.585-4 (901)

PROCED.	: PARANÁ
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: LOJAS LAURITA LTDA
ADV.(A/S)	: JULIO ASSIS GEHLEN E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - PIS E COFINS - TRANSFERÊNCIA DE VALORES A TERCEIROS - REVOGAÇÃO DE PRECEITO LEGAL - ARTIGO 246 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - NEGATIVA DE SEGUIMENTO.

1. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região acolheu parcialmente pedido formulado em apelação, mediante acórdão de folha 211 a 222, assim resumido (folha 222):

TRIBUTÁRIO. COFINS. PIS. TRANSFERÊNCIA PARA OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS. ART. 3º, § 2º, III, LEI 9.718/98. MP 1991-18. COMPENSAÇÃO. CONTRIBUIÇÕES DA MESMA ESPÉCIE E DESTINAÇÃO CONSTITUCIONAL. LIMITAÇÕES. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS.

1. A aplicabilidade das normas tributárias não podem ser afetadas pela inércia de regulamentação.

2. As disposições elencadas no art. 3º, § 2º, III, da Lei nº 9.718/98 são aplicáveis, na medida em que não cabe ao intérprete restringir onde a lei o não fez; e, porque o regulamento também não pode diminuir o alcance da norma, sob pena de desbordar para a atividade legiferante.

3. Deferida a compensação do indébito recolhido no período de vigência do art. 3º, § 2º, inc. III, da Lei 9.718/98, na forma do art. 66, da Lei 8.383/91, com contribuições da mesma espécie e destinação constitucional.

4. O indébito tributário deve ser corrigido monetariamente em acordo com a variação da Taxa SELIC, a partir de 01.01.1996, consoante § 4º do art. 39 da Lei n° 9.250/95, que derrogou implicitamente, no particular, o preconizado no parágrafo único do art. 167 do CTN.

5. Apelação da parte autora parcialmente provida.

2. O artigo 246 da Carta Federal veda apenas que medida provisória regulamente artigo do Diploma Maior cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda promulgada entre 1º de janeiro de 1995 até a promulgação da Emenda Constitucional nº 32/2001, e não que revogue dispositivo legal.

3. Nego seguimento ao recurso extraordinário.

4. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO

Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 559.598-6 (902)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECTE.(S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S)	: EXTINTORES E VISTORIADORA ARATESTES LTDA
ADV.(A/S)	: ADIRSON DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTRO(A/S)

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão que afastou a limitação para restituição ou compensação de pagamento ou recolhimento indevido de contribuição para a seguridade social arrecadada pelo INSS, conforme previsto no art. 89 da Lei 8.212/91, com as alterações conferidas pelas Leis 9.032/95 e 9.129/95.

Para tanto, o acórdão impugnado entendeu que a declaração de inconstitucionalidade pelo STF da contribuição previdenciária cuja compensação se pleiteia dá direito à restituição *in totum* do que foi pago ou recolhido, ante a ineficácia plena da lei que instituiu o tributo.

Neste RE, fundado no art. 102, III, **a**, da Constituição, alegou-se ofensa aos arts. 5º, XXXVI, e 97 da mesma Carta.

Preliminarmente, deixo de examinar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso. É que esta Corte, reunida em Sessão Plenária, resolveu Questão de Ordem no AI 664.567, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, ao entendimento de que *"a exigência da demonstração formal e fundamentada no recurso extraordinário da repercussão geral das questões constitucionais discutidas só incide quando a intimação do acórdão recorrido tenha ocorrido a partir de 03 de maio de 2007, data da publicação da Emenda Regimental nº 21, de 30 de abril de 2007"* (Ata de julgamento publicada em 26/6/2007).

A pretensão recursal não merece acolhida. O acórdão recorrido decidiu a questão com base na legislação ordinária. A afronta à Constituição, se ocorrente, seria indireta. Incabível, portanto, o recurso extraordinário. Nesse sentido, menciono as seguintes decisões, entre outras: AI 531.160-AgR/PR, Rel. Min. Sepúlveda Pertence; AI 508.279-AgR/BA, Rel. Min. Carlos Velloso; AI 568.664/PR, Rel. Min. Eros Grau.

Isso posto, nego seguimento ao recurso (CPC, art. 557, *caput*).

Publique-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 560.059-9 (903)

PROCED.	: PARANÁ
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
ADV.(A/S)	: JEFFERSON LINS VASCONCELOS DE ALMEIDA
RECDO.(A/S)	: ESTADO DO PARANÁ
ADV.(A/S)	: PGE-PR - CÉSAR AUGUSTO BINDER

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - INTERPOSIÇÃO SIMULTÂNEA DO ESPECIAL - PREJUÍZO.

1. Simultaneamente com o extraordinário, versando sobre idêntica matéria, foi interposto recurso especial. O Superior Tribunal de Justiça conheceu parcialmente e, nessa parte, acolheu o pedido nele formulado. Confiram à folha 373 à 375. A decisão prolatada substituiu, consoante o disposto no artigo 512 do Código de Processo Civil, a formalizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que, assim, não mais subsiste.

2. Ante o quadro, declaro o prejuízo do extraordinário.

3. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 560.240-1 (904)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECTE.(S)	: ADARCI ANTÔNIO MONTAGNER ANTONIAZZI E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: JOSÉ LUIS WAGNER E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: OS MESMOS

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL - ORDEM DE APRECIAÇÃO.

1. Observem a ordem de apreciação dos recursos extraordinário e especial, quando interpostos simultaneamente, tendo em conta fundamentos legais e constitucionais, diante de idêntico conflito de interesses. Em primeiro lugar, há de ser exercida a jurisdição pelo Superior Tribunal de Justiça, pouco importando a existência de precedentes ou a circunstância de o tema relativo a Carta Federal estar pendente de exame no Plenário do Supremo.

2. Retorne o processo ao Superior Tribunal de Justiça, porquanto não se trata, no caso, de matéria prejudicial que, uma vez submetida ao crivo desta Corte, possa implicar o prejuízo do especial, isso à luz do artigo 543, § 2º, do Código de Processo Civil. A persistir a óptica revelada no ato de folhas 390 e 391, haverá sempre a preferência do julgamento do extraordinário, o que contraria a ordem natural das coisas e, portanto, o fato de o Supremo situar-se no ápice da pirâmide judiciária.

3. Publiquem.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 560.266-4 (905)

PROCED.	: PARANÁ
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: JOSÉ SÁ CANGUSSU
ADV.(A/S)	: GLAUCO LUCIANO RAMOS E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: SERCOMTEL S/A - TELECOMUNICAÇÕES
ADV.(A/S)	: PAULO HENRIQUE GARDEMANN E OUTRO(A/S)

DECISÃO: 1. Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e assim ementado:

"AÇÃO DECLARATÓRIA DE DIREITO ACIDONÁRIO CUMULADA COM RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS - INTERESSE DO MUNICÍPIO DECORRENTE DA PRÓPRIA NATUREZA DA OBRIGAÇÃO CUJO CUMPRIMENTO SE PRETENDE - LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO - ART. 8º E 51, IV DA LEI 9.099/95- INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL - PRECEDENTES DA TURMA - SENTENÇA CONFIRMADA - RECURSO DESPROVIDO." (fl. 93)

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 105).

O recorrente, com base no art. 102, III, **a**, alega violação ao disposto nos arts. 1º, III, 5º, XXII, XXXV, e 170, II, da Constituição Federal.

2. Inviável o recurso.

É que o acórdão impugnado decidiu a causa com base só na interpretação da legislação infraconstitucional, (Lei nº 9.099/95) de modo que eventual ofensa à Constituição Federal seria, aqui, apenas indireta. Ora, é pacífica a jurisprudência desta Corte, no sentido de não tolerar, em recurso extraordinário, alegação de ofensa que, irradiando-se de má interpretação, aplicação, ou, até, de inobservância de normas infraconstitucionais, seria apenas indireta à Constituição da República.

Ademais, quanto à alegação de ofensa ao art. 5º, XXXV e LV, da Carta Magna, é de todo aplicável a jurisprudência desta Corte, no sentido de que "*as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição, circunstância essa que impede a utilização do recurso extraordinário*" (**AI nº 372.358-AgRg** - Rel. Min. **CELSO DE MELLO**, DJ 11.06.02).

3. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso (art. 21, § 1º, do RISTF, art. 38 da Lei nº 8.038, de 28.05.90, e art. 557 do CPC).

Publique-se. Int..

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 560.408-0 (906)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S)	: A CASA DAS SOLDAS LTDA
ADV.(A/S)	: SILVIO ALVES CORRÊA E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005 - ACÓRDÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - ÓRGÃO FRACIONADO - ARTIGO 97 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - RESERVA DE PLENÁRIO - CONTRARIEDADE - PRECEDENTE DA PRIMEIRA TURMA - PROVIMENTO.

1. A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, com fundamento em precedente da Primeira Seção, assentou a desnecessidade de suscitar, perante a Corte Especial, o incidente de inconstitucionalidade do artigo 4º da Lei Complementar nº 118/05, ante o entendimento de somente ser aplicável consideradas ações ajuizadas após a respectiva vigência. Daí o extraordinário da União, interposto com alegada base na alínea "a" do inciso III do artigo 102 da Constituição Federal, no qual se argúi a transgressão do artigo 97 da Carta.

2. Em 15 de maio de 2007, apreciando o Recurso Extraordinário nº 544.246-2/SE, da relatoria do ministro Sepúlveda Pertence, a Primeira Turma concluiu que o afastamento do referido dispositivo legal em todos os processos pendentes reclama a proclamação de inconstitucionalidade pelo órgão especial. Entendeu o Colegiado que o acórdão recorrido contrariou a norma constitucional da "reserva de plenário" - artigo 97 do Diploma Maior. É que a decisão foi proferida à luz do entendimento de órgão fracionado - a Seção julgadora -, o que implicou ofensa à Constituição.

3. Ante o precedente, conheço do extraordinário e o provejo para declarar insubsistente o acórdão proferido, determinando seja a matéria submetida à Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça.

4. Publiquem.

Brasília, 3 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 560.489-6 (907)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S)	: ZEUS S/A - INDÚSTRIA MECÂNICA
ADV.(A/S)	: JOSÉ ANTONIO DA SILVA E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005 - ACÓRDÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - ÓRGÃO FRACIONADO - ARTIGO 97 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - RESERVA DE PLENÁRIO - CONTRARIEDADE - PRECEDENTE DA PRIMEIRA TURMA - PROVIMENTO.

1. A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, com fundamento em precedente da Primeira Seção, assentou a desnecessidade de suscitar, perante a Corte Especial, o incidente de inconstitucionalidade do artigo 4º da Lei Complementar nº 118/05, ante o entendimento de somente ser aplicável consideradas ações ajuizadas após a respectiva vigência. Daí o extraordinário da União, interposto com alegada base na alínea "a" do inciso III do artigo 102 da Constituição Federal, no qual se argúi a transgressão do artigo 97 da Carta.

2. Em 15 de maio de 2007, apreciando o Recurso Extraordinário nº 544.246-2/SE, da relatoria do ministro Sepúlveda Pertence, a Primeira Turma concluiu que o afastamento do referido dispositivo legal em todos os processos pendentes reclama a proclamação de inconstitucionalidade pelo órgão especial. Entendeu o Colegiado que o acórdão recorrido contrariou a norma constitucional da "reserva de plenário" - artigo 97 do Diploma Maior. É que a decisão foi proferida à luz do entendimento de órgão fracionado - a Seção julgadora -, o que implicou ofensa à Constituição.

3. Ante o precedente, conheço do extraordinário e o provejo para declarar insubsistente o acórdão proferido, determinando seja a matéria submetida à Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça.

4. Publiquem.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 560.564-7 (908)

PROCED.	: AMAZONAS
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECTE.(S)	: ESTADO DO AMAZONAS
ADV.(A/S)	: PGE-AM - ABRAHAM NISSIM BENOLIEL
RECDO.(A/S)	: FRANCINEIDE MARIA PEREIRA DE ARAÚJO
ADV.(A/S)	: GILVAN SEIXAS E OUTRO(A/S)

Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão que deu provimento à apelação e condenou o Estado do Amazonas a pagar à autora indenização por danos materiais.

Neste RE, fundado com base no art. 102, III, **a**, da Constituição Federal, alegou-se, em suma, ofensa ao art. 7º, IV, da mesma Carta.

O recurso não merece acolhida.

Como tem consignado o Tribunal, por meio da Súmula 282, é inadmissível o recurso extraordinário se a questão constitucional suscitada não tiver sido apreciada no acórdão recorrido. Ademais, não opostos embargos declaratórios para suprir a omissão, é inviável o recurso, a teor da Súmula 356 do STF.

Isso posto, nego seguimento ao recurso (art. 557, *caput*, do CPC).

Publique-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 560.629-5 (909)

PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - SINTRAFESC
ADV.(A/S)	: KÁZIA FERNANDES PALANOWSKI E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA - GDATA - LEI Nº 10.404/2002 - PRECEDENTES DO PLENÁRIO - RECURSO EXTRAORDINÁRIO - NEGATIVA DE SEGUIMENTO.

1. Em sessão realizada em 19 de abril de 2007, o Tribunal Pleno, julgando os Recursos Extraordinários nºs 476.279-0/DF e 476.390-7/DF, decidiu a matéria versada neste processo. Na oportunidade, veio a prevalecer o entendimento segundo o qual a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, instituída pela Lei nº 10.404/2002, é devida aos servidores inativos, no valor correspondente a 37,5 pontos, de janeiro a maio de 2002. Para o período posterior a maio de 2002, concluiu o Colegiado que devem ser observados os termos do artigo 5º, parágrafo único, da referida Lei e, a partir de 25 de novembro de 2004, as alterações introduzidas pela Lei nº 10.971/2004, que implicaram a fixação do percentual de 30%.

Estando a decisão impugnada em harmonia com tal entendimento, descabe assentar a violação à Carta da República.

2. Nego seguimento a este extraordinário.

3. Publiquem.

Brasília, 6 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO - Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 560.639-2 (910)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S)	: ALAMIR ALFREDO DA SILVA NUNES E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: FRANCISCA ALMERINDA FIGUEIRÓ ARAUJO E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL - ORDEM DE APRECIAÇÃO.

1. Observem a ordem de apreciação dos recursos extraordinário e especial, quando interpostos simultaneamente, tendo em conta fundamentos legais e constitucionais, diante de idêntico conflito de interesses. Em primeiro lugar, há de ser exercida a jurisdição pelo Superior Tribunal de Justiça, pouco importando a existência de precedentes ou a circunstância de o tema relativo a Carta Federal estar pendente de exame no Plenário do Supremo.

2. Retorne o processo ao Superior Tribunal de Justiça, porquanto não se trata, no caso, de matéria prejudicial que, uma vez submetida ao crivo desta Corte, possa implicar o prejuízo do especial, isso à luz do artigo 543, § 2º, do Código de Processo Civil. A persistir a óptica revelada no ato de folha 267, haverá sempre a preferência do julgamento do extraordinário, o que contraria a ordem natural das coisas e, portanto, o fato de o Supremo situar-se no ápice da pirâmide judiciária.

3. Publiquem.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 560.702-0 (911)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: INDÚSTRIA CATAGUASES DE PAPEL LTDA
ADV.(A/S)	: CÉSAR MONTEIRO BOYA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: EMILSON ALVES
ADV.(A/S)	: EDEVALDO DE BARROS QUITETE NETO E OUTRO(A/S)

DECISÃO: **1.** Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão do Conselho Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Rio de Janeiro que, em juízo de admissibilidade de recurso inominado, indeferiu pedido de Justiça Gratuita à recorrente e determinou a intimação desta, para que comprovasse o recolhimento das custas, sob pena de deserção.

Opostos embargos de declaração, o órgão julgador considerou prejudicado seu exame, uma vez que tal determinação não foi atendida (fl. 124).

Sustenta a recorrente, com base no art. 102, III, **a**, violação ao disposto nos arts. 5º, II, XXXIV, XXXV, LIV e LV, 93, IX, 170, IV e V; e 173, § 4º, da Constituição Federal, e reitera o pedido de gratuidade de Justiça.

2. Inadmissível o recurso.

É que o acórdão impugnado decidiu a causa com base no conjunto fático-probatório e em legislação infraconstitucional (Lei nº 1.060/50), de modo que eventual ofensa à Constituição Federal seria, aqui, apenas indireta.

Ademais, quanto à alegação de ofensa ao art. 5º, LXXIV, observo que o acórdão impugnado decidiu em consonância com o entendimento assente nesta Corte, traduzido pela seguinte ementa:

"ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - PESSOA JURÍDICA. Ao contrário do que ocorre relativamente às pessoas naturais, não basta a pessoa jurídica asseverar a insuficiência de recursos, devendo comprovar, isto sim, o fato de se encontrar em situação inviabilizadora da assunção dos ônus decorrentes do ingresso em juízo" (**Rcl nº 1.905-AgR/ED**, Tribunal Pleno, Rel. Min. **MARCO AURÉLIO**, DJ de 20.9.2002).

Ocorre que, para se aferir eventual ofensa à Carta da República, seria necessário revolver legislação infraconstitucional relativa aos pressupostos para concessão do benefício da Justiça Gratuita e, diante da impossibilidade de, em recurso extraordinário, rever a Corte as premissas de fato em que, para decidir a causa, se assentou o Tribunal de origem, à luz da prova dos autos, é evidente que, para adotar outra conclusão, seria mister reexame prévio do conjunto fático-probatório, coisa de todo inviável perante o teor da **súmula 279**.

Assim decidiu a Segunda Turma, no julgamento do **AI nº 338.101-AgR/RS**, Rel. Min. **MAURÍCIO CORRÊA**, DJ de 15.2.2002, cuja ementa transcrevo:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. BENEFÍCIO CONCEDIDO COM BASE NA LEI Nº 1.060/50. OFENSA INDIRETA. REEXAME DE FATOS E PROVAS.

1. Controvérsia acerca da concessão do benefício da justiça gratuita, com fundamento na Lei nº 1.060/50. Circunstância em que eventual ofensa à Constituição Federal ocorria de forma indireta.

2. A reforma do acórdão recorrido depende do reexame da matéria fático-probatória. Incidência do óbice da Súmula 279-STF".

De igual modo, suposta violação às garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa configuraria, aqui, ofensa meramente reflexa à Constituição da República, porque sua eventual caracterização dependeria de exame prévio de norma infraconstitucional, o que também é inadmissível, como já notou a Corte em casos análogos: "A*s alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição, circunstância essa que impede a utilização do recurso extraordinário*" (**AI nº 372.358-AgR**, Rel. Min. **CELSO DE MELLO**, DJ de 11.6.2002. Cf., ainda, **AI nº 360.265-AgR**, Rel. Min. **CELSO DE MELLO**, DJ de 20.9.2002).

E, por fim, quanto à alegação de ofensa ao art. 93, IX, da Constituição da República, observo que o acórdão está devidamente fundamentado, e é o que basta, pois, como se decidiu no **RE nº 140.370**, relatado pelo Ministro **SEPÚLVEDA PERTENCE**, DJ de 21.5.93:

"(...)

O que a Constituição exige, no art. 93, IX, é que a decisão judicial seja fundamentada; não, que a fundamentação seja correta, na solução das questões de fato ou de direito da lide: declinadas no julgado as premissas, corretamente assentadas ou não, mas coerentes com o dispositivo do acórdão, está satisfeita a exigência constitucional".

3. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso (art. 21 do RISTF, 38 da Lei nº 8.038, de 28.5.90, e 557 do CPC).

Publique-se. Int..

Brasília, 02 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 560.891-3 (912)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S)	: ROBERTO CARLOS DA CRUZ
ADV.(A/S)	: ROSA MARIA CORTINA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: METRONIZ COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA
ADV.(A/S)	: FLÁVIO EDUARDO BARRETO CORREA

DECISÃO

COMPETÊNCIA - JUSTIÇA DO TRABALHO - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - EXECUÇÃO.

1. O Tribunal Superior do Trabalho observou o Verbete nº 368 da Súmula da respectiva jurisprudência predominante:

I. [...] A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário-de-contribuição.

2. Improcede o inconformismo do Instituto. A competência da Justiça do Trabalho no tocante às contribuições sociais, nos termos da Carta Federal, está restrita à execução de títulos executivos judiciais, ante a referência a "sentenças que proferir". O ato homologatório de acordo feito em Juízo - esclareça-se - tem eficácia de sentença irrecorrível, não se podendo interpretar o dispositivo constitucional a ponto de alcançar-se acordos extrajudiciais, elastecendo-se, se assim não se proceder, a competência tal como delimitada.

3. Ante o quadro, nego seguimento a este extraordinário.

4. Publiquem.

Brasília, 10 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 560.983-9 (913)

PROCED.	: PERNAMBUCO
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S)	: LUIZ ANTÔNIO DO NASCIMENTO
ADV.(A/S)	: JOSÉ BATISTA JÚNIOR
RECDO.(A/S)	: DILINHA DIRTH INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADV.(A/S)	: ALEXANDRE CESAR F SILVA

DECISÃO

COMPETÊNCIA - JUSTIÇA DO TRABALHO - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - EXECUÇÃO.

1. O Tribunal Superior do Trabalho observou o Verbete nº 368 da Súmula da respectiva jurisprudência predominante:

I. [...] A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário-de-contribuição.

2. Improcede o inconformismo do Instituto. A competência da Justiça do Trabalho no tocante às contribuições sociais, nos termos da Carta Federal, está restrita à execução de títulos executivos judiciais, ante a referência a "sentenças que proferir". O ato homologatório de acordo feito em Juízo - esclareça-se - tem eficácia de sentença irrecorrível, não se podendo interpretar o dispositivo constitucional a ponto de alcançar-se acordos extrajudiciais, elastecendo-se, se assim não se proceder, a competência tal como delimitada.

3. Ante o quadro, nego seguimento a este extraordinário.

4. Publiquem.

Brasília, 10 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 561.006-3 (914)

PROCED.	: PERNAMBUCO
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S)	: CONSTRUTORA JOLE LTDA
ADV.(A/S)	: RICARDO JOSÉ VARJAL CARNEIRO LEÃO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: RONNIE VON CABRAL

DECISÃO

COMPETÊNCIA - JUSTIÇA DO TRABALHO - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - EXECUÇÃO.

1. O Tribunal Superior do Trabalho observou o Verbete nº 368 da Súmula da respectiva jurisprudência predominante:

I. [...] A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário-de-contribuição.

2. Improcede o inconformismo do Instituto. A competência da Justiça do Trabalho no tocante às contribuições sociais, nos termos da Carta Federal, está restrita à execução de títulos executivos judiciais, ante a referência a "sentenças que proferir". O ato homologatório de acordo feito em Juízo - esclareça-se - tem eficácia de sentença irrecorrível, não se podendo interpretar o dispositivo constitucional a ponto de alcançar-se acordos extrajudiciais, elastecendo-se, se assim não se proceder, a competência tal como delimitada.

3. Ante o quadro, nego seguimento a este extraordinário.

4. Publiquem.

Brasília, 10 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 561.176-1 (915)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S)	: PAULO RIVA BOLOGNESI E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: THIAGO CECCHINI BRUNETTO E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA EM PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. LIMITES DA COISA JULGADA. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região que decidiu pela incidência de juros moratórios em precatório até o seu efetivo pagamento, nos seguintes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. JUROS DE MORA. COISA JULGADA.

Tendo a sentença trânsita em julgado determinado expressamente que os juros moratórios deverão ser calculados até o depósito da integralidade da dívida, tal modo de cálculo deve ser observado, em respeito à coisa julgada." (fl. 159)

2. Alega a Recorrente que a decisão do Tribunal *a quo* afrontaria os arts. 100, da Constituição e 33, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Sustenta a União que, ao decidir pela incidência dos juros moratórios em precatório complementar até a sua satisfação, o Tribunal *a quo* não teria levado em consideração o argumento de que não incide em mora a Fazenda Pública quando os precatórios são pagos no prazo estipulado pelo dispositivo constitucional acima mencionado.

Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

3. Razão jurídica não assiste à Recorrente.

Embora a União argumente em seu recurso extraordinário sobre a correta disciplina constitucional dos precatórios, o acórdão recorrido decidiu levando-se em consideração apenas os limites da coisa julgada, mantendo, assim, a sentença prolatada em primeira instância. No presente caso, de acordo com o entendimento deste Supremo Tribunal, verifica-se:

*"EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO A RECURSO EXTRAORDINÁRIO. **ACÓRDÃO RECORRIDO QUE SE LIMITOU A APRECIAR QUESTÃO INFRACONSTITUCIONAL, RELATIVA À COISA JULGADA. Caso em que não é possível a abertura da via extraordinária.** Agravo regimental a que se nega provimento. Condenação da agravante a pagar multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa, a ser revertida em favor da parte agravada, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito do valor respectivo. Isto com lastro no § 2º do art. 557 do CPC" (RE 425.018-AgR, Rel. Min. Carlos Britto, DJ 18.10.2005 - grifei).*

Dessa orientação não divergiu o acórdão recorrido.

4. Pelo exposto**, nego seguimento ao recurso extraordinário,** (art. 557, caput, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 561.202-3 (916)

PROCED.	: PARANÁ
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S)	: CÉLIA MARIA COSTA DE ARAÚJO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA LEMOS

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL - ORDEM DE APRECIAÇÃO.

1. Observem a ordem de apreciação dos recursos extraordinário e especial, quando interpostos simultaneamente, tendo em conta fundamentos legais e constitucionais, diante de idêntico conflito de interesses. Em primeiro lugar, há de ser exercida a jurisdição pelo Superior Tribunal de Justiça, pouco importando a existência de precedentes ou a circunstância de o tema relativo a Carta Federal estar pendente de exame no Plenário do Supremo.

2. Retorne o processo ao Superior Tribunal de Justiça, porquanto não se trata, no caso, de matéria prejudicial que, uma vez submetida ao crivo desta Corte, possa implicar o prejuízo do especial, isso à luz do artigo 543, § 2º, do Código de Processo Civil. A persistir a óptica revelada no ato de folhas 299 e 300, haverá sempre a preferência do julgamento do extraordinário, o que contraria a ordem natural das coisas e, portanto, o fato de o Supremo situar-se no ápice da pirâmide judiciária.

3. Publiquem.

Brasília, 6 de setembro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 561.438-7 (917)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: CESAR LUIZ KLEIN HAGEMANN E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: JOSÉ LUIS WAGNER E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

CONSTITUCIONAL. REPERCUSSÃO GERAL DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL. INTIMAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO ANTES DE 3.5.2007. DESNECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO FORMAL. VENCIMENTOS. REVISÃO GERAL ANUAL. ART. 37, INC. X, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. MORA LEGISLATIVA. INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo. Esse órgão indeferira pedido de indenização por danos materiais, em face de alegada omissão do titular do Poder Executivo em encaminhar projeto de lei de revisão geral anual da remuneração dos servidores estaduais, a teor do disposto no art. 37, inc. X, da Constituição da República (norma com a alteração da Emenda Constitucional n. 19, de 5.5.1998).

2. Os Recorrentes alegam, em síntese, que, com a alteração do inc. X do art. 37 da Constituição pela Emenda Constitucional n. 19/98, a revisão geral anual de suas remunerações seria assegurada aos servidores públicos estaduais. Sustentam que a inexistência da lei de revisão geral anual caracterizaria omissão legislativa apta a configurar o dano material e o conseqüente dever de indenizar por parte do Estado.

Suscitam, ainda, preliminar na qual defende a repercussão geral da questão constitucional contida no recurso extraordinário.

Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO.**

3. Quanto à preliminar, a Recorrente foi intimada do acórdão recorrido antes de 3.5.2007, o que dispensa a demonstração da repercussão geral da questão constitucional em capítulo especial do recurso extraordinário, nos termos do que decidido pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal no Agravo de Instrumento 664.567-QO, Relator Ministro Sepúlveda Pertence.

No mérito, razão jurídica não assiste aos Recorrentes.

Em efeito, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão n. 2.061, Relator o Ministro Ilmar Galvão, DJ 29.6.2001, este Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento seguinte:

"EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO. ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (REDAÇÃO DA EC Nº 19, DE 4 DE JUNHO DE 1998). Norma constitucional que impõe ao Presidente da República o dever de desencadear o processo de elaboração da lei anual de revisão geral da remuneração dos servidores da União, prevista no dispositivo constitucional em destaque, na qualidade de titular exclusivo da competência para iniciativa da espécie, na forma prevista no art. 61, § 1º, II, a, *da CF. Mora que, no caso, se tem por verificada, quanto à observância do preceito constitucional, desde junho/1999, quando transcorridos os primeiros doze meses da data da edição da referida EC nº 19/98. Não se compreende, a providência, nas atribuições de natureza administrativa do Chefe do Poder Executivo, não havendo cogitar, por isso, da aplicação, no caso, da norma do art. 103, § 2º,* in fine, *que prevê a fixação de prazo para o mister. Procedência parcial da ação."*

4. Em caso similar ao versado nestes autos, no julgamento do RE 510.467-AgR, DJ 30.3.2007, de minha relatoria, a Primeira Turma deste Supremo Tribunal assentou que:

"EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. REVISÃO GERAL ANUAL DE VENCIMENTOS. OMISSÃO LEGISLATIVA INCONSTITUCIONAL. DEVER DE INDENIZAR. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO. Não sendo possível, pela via do controle abstrato, obrigar o ente público a tomar providências legislativas necessárias para prover omissão declarada inconstitucional - na espécie, o encaminhamento de projeto de lei de revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos -, com mais razão não poderia fazê-lo o Poder Judiciário, por via oblíqua, no controle concreto de constitucionalidade, deferindo pedido de indenização para recompor perdas salariais em face da inflação."

No mesmo sentido: RE 501.054-AgR, Rel. Min. Cezar Peluso, Segunda Turma, DJ 6.11.2006, RE 421.828-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandoswki, Primeira Turma, DJ 19.12.2006, RE 453.349-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJ 19.12.2006, RE 416.000-AgR, Rel. Min. Carlos Britto, Primeira Turma, DJ 23.6.2006.

5. Dessa orientação não divergiu o acórdão recorrido.

6. Pelo exposto, **nego seguimento ao recurso extraordinário** (art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 561.621-5 (918)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: FERNANDO ALBUQUERQUE BARROS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: MARIA CLAUDIA CANALE E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: GUSTAVO CORTÊS DE LIMA
RECDO.(A/S)	: ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: PGE-SP - LUCIANA MARINI DELFIM

DECISÃO

REPERCUSSÃO GERAL DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL. DESNECESSIDADE DE EXAME. ART. 323, PRIMEIRA PARTE, DO REGIMENTO INTERNO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. CONSTITUCIONAL. VENCIMENTOS. REVISÃO GERAL ANUAL. ART. 37, INC. X, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. MORA LEGISLATIVA. INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo. Esse órgão indeferira pedido de indenização por danos materiais, em face de alegada omissão do titular do Poder Executivo em encaminhar projeto de lei de revisão geral anual da remuneração dos servidores estaduais, a teor do disposto no art. 37, inc. X, da Constituição da República (norma com a alteração da Emenda Constitucional n. 19, de 5.5.1998).

2. Os Recorrentes alegam, em síntese, que, com a alteração do inc. X do art. 37 da Constituição pela Emenda Constitucional n. 19/98, a revisão geral anual de suas remunerações seria assegurada aos servidores públicos estaduais. Sustentam que a inexistência da lei de revisão geral anual caracterizaria omissão legislativa apta a configurar o dano material e o conseqüente dever de indenizar por parte do Estado.

Suscitam, ainda, preliminar na qual defende a repercussão geral da questão constitucional contida no recurso extraordinário.

Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO.**

3. Em preliminar, é de se destacar que, apesar de terem sido os Recorrentes intimados depois de 2.5.2007 e constar no recurso extraordinário capítulo destacado para a defesa da repercussão geral da questão constitucional, não é o caso de se iniciar o procedimento para a aferição da sua existência, pois, nos termos do art. 323, primeira parte, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal - com a redação determinada pela Emenda Regimental n. 21/2007 -, esse procedimento somente terá lugar *"quando não for o caso de inadmissibilidade do recurso por outra razão"*.

Em efeito, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão n. 2.061, Relator o Ministro Ilmar Galvão, DJ 29.6.2001, este Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento seguinte:

"EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO. ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (REDAÇÃO DA EC Nº 19, DE 4 DE JUNHO DE 1998). Norma constitucional que impõe ao Presidente da República o dever de desencadear o processo de elaboração da lei anual de revisão geral da remuneração dos servidores da União, prevista no dispositivo constitucional em destaque, na qualidade de titular exclusivo da competência para iniciativa da espécie, na forma prevista no art. 61, § 1º, II, a, *da CF. Mora que, no caso, se tem por verificada, quanto à observância do preceito constitucional, desde junho/1999, quando transcorridos os primeiros doze meses da data da edição da referida EC nº 19/98. Não se compreende, a providência, nas atribuições de natureza administrativa do Chefe do Poder Executivo, não havendo cogitar, por isso, da aplicação, no caso, da norma do art. 103, § 2º,* in fine, *que prevê a fixação de prazo para o mister. Procedência parcial da ação."*

4. Em caso similar ao versado nestes autos, no julgamento do RE 510.467-AgR, DJ 30.3.2007, de minha relatoria, a Primeira Turma deste Supremo Tribunal assentou que:

"EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. REVISÃO GERAL ANUAL DE VENCIMENTOS. OMISSÃO LEGISLATIVA INCONSTITUCIONAL. DEVER DE INDENIZAR. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO. Não sendo possível, pela via do controle abstrato, obrigar o ente público a tomar providências legislativas necessárias para prover omissão declarada inconstitucional - na espécie, o encaminhamento de projeto de lei de revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos -, com mais razão não poderia fazê-lo o Poder Judiciário, por via oblíqua, no controle concreto de constitucionalidade, deferindo pedido de indenização para recompor perdas salariais em face da inflação."

No mesmo sentido: RE 501.054-AgR, Rel. Min. Cezar Peluso, Segunda Turma, DJ 6.11.2006, RE 421.828-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandoswki, Primeira Turma, DJ 19.12.2006, RE 453.349-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJ 19.12.2006, RE 416.000-AgR, Rel. Min. Carlos Britto, Primeira Turma, DJ 23.6.2006.

5. Dessa orientação não divergiu o acórdão recorrido.

6. Pelo exposto, **nego seguimento ao recurso extraordinário** (art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 561.662-2 (919)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: DILSON LONGARAY CARDOSO
ADV.(A/S)	: DARIO PEITER
RECDO.(A/S)	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECDO.(A/S)	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S)	: PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)

DECISÃO: A contribuição previdenciária incidente **sobre os proventos** da inatividade dos servidores públicos **e sobre o valor** das pensões por estes deixadas a seus dependentes, **embora exigível** no período **que antecedeu** a EC nº 20/1998 (**RTJ** 164/98-99 - **RTJ** 166/890), **veio a perder**, no entanto, **com o advento** da referida Emenda, **o suporte normativo** que legitimava, **constitucionalmente**, até então, a instituição e cobrança **dessa exação** de caráter tributário (**RTJ** 181/73-79).

Cumpre reconhecer, desse modo, **que se revela juridicamente possível**, sob uma perspectiva de ordem constitucional, **exigir-se**, de pensionistas **e** de servidores públicos inativos, **o recolhimento** da contribuição previdenciária em questão, **desde que a respectiva cobrança refira-se a período anterior ao advento** da EC nº 20/1998 (**RTJ 186/353**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - **RE 357.652-AgR/MG**, Rel. Min. ELLEN GRACIE - **RE 372.356-AgR/MG**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - **RE 372.429-AgR/MG**, Rel. Min. ELLEN GRACIE - **RE 376.500-AgR/MG**, Rel. Min. ELLEN GRACIE), pois, **a partir da promulgação** dessa emenda à Constituição da República, **tornou-se incabível**, quer no plano da União Federal, quer no âmbito dos Estados-membros e do Distrito Federal, quer, ainda, na esfera dos Municípios, **a própria instituição** de tal modalidade de contribuição especial:

"***Revela-se constitucionalmente possível*** *exigir-se,* ***de pensionistas e inativos****, o* ***recolhimento*** *de contribuição previdenciária,* ***desde*** *que a respectiva cobrança* ***refira-se*** *a período* ***anterior*** *ao advento da EC 20/98, pois,* ***a partir da promulgação*** *dessa emenda à Constituição da República -* ***e quanto*** *a inativos* ***e*** *pensionistas -,* ***tornou-se*** *juridicamente incabível,* ***quer*** *no plano da União Federal,* ***quer*** *no âmbito dos Estados-membros e do Distrito Federal,* ***quer****, ainda, na esfera dos Municípios, a própria instituição de tal modalidade de contribuição especial.* ***Precedentes****.*

Se *o Poder Público, no entanto,* ***mesmo após*** *o advento da EC 20/98,* ***continuar a exigir****, dos respectivos servidores* ***inativos*** *e* ***pensionistas****, o correspondente pagamento da contribuição previdenciária,* ***sujeitar-se-á*** *à obrigação de devolver-lhes os valores por eles eventualmente já recolhidos.* ***Precedentes****. (...).*"

(**RTJ 189/758**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Torna-se relevante observar, no entanto, que essa orientação jurisprudencial **deixou** de subsistir **após a promulgação da EC nº 41/2003**, **cujo art. 4º**, "*caput*" - **que teve sua constitucionalidade confirmada**, contra o meu voto, **pelo Plenário** desta Suprema Corte, **quando** do julgamento da **ADI** 3.105/DF (**RTJ** 193/137-138) - **possibilita**, agora, **a incidência** de contribuição previdenciária sobre servidores públicos inativos **e** pensionistas.

Conclui-se, desse modo, **considerada** a própria jurisprudência **prevalecente** no Supremo Tribunal Federal, **que se revela legítima a exigibilidade** da contribuição previdenciária de servidores inativos **e** pensionistas, **desde** que em período **anterior** ao advento da EC nº 20/1998 **ou** em momento **posterior** à promulgação da EC nº 41/2003, **vedada** tal exigibilidade, no entanto, **apenas** no intervalo de tempo que se registrou **entre** a vigência da EC nº 20/1998 **e** a edição da EC nº 41/2003:

"*(...)* ***CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE PROVENTOS DE INATIVOS E PENSIONISTAS. ILEGITIMIDADE APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL 20/1998****.*

É inconstitucional *a cobrança,* ***após o advento*** *da EC 20/1998,* ***de contribuição previdenciária*** *sobre os proventos* ***de inativos e pensionistas****, conforme jurisprudência firmada* ***neste*** *Supremo Tribunal Federal.*

Essa orientação aplica-se até o advento *da Emenda Constitucional 41/2003,* ***cujo art. 4º foi declarado constitucional*** *por esta Corte,* ***no julgamento das ADIs 3105 e 3128****.*

Agravo regimental ***a que se nega*** *provimento.*"

(**AI 536.407-AgR/MG**, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA - **grifei**)

"***1. Contribuição previdenciária*** *prevista na Lei 7.672/82 do Estado do Rio Grande do Sul.* ***Incidência sobre proventos e pensões de servidores públicos e pensionistas****.* ***Ilegitimidade a partir da Emenda Constitucional nº 20/98****, conforme reiterados julgados desta Corte.*

2. Importante ressaltar *que essa orientação* ***aplica-se até o advento*** *da Emenda Constitucional nº 41/03,* ***cujo art. 4º****, caput -* ***considerado constitucional*** *por esta Suprema Corte* ***no julgamento*** *das ADIs 3105 e 3128 -* ***que permitiu*** *a cobrança de contribuição previdenciária dos servidores inativos e pensionistas.*

3. Agravo regimental ***improvido***."

(**AI 441.849-AgR/RS**, Rel. Min. ELLEN GRACIE - **grifei**)

Impende assinalar, finalmente, que a colenda **Segunda Turma** do Supremo Tribunal Federal, **ao pronunciar-se** sobre a natureza jurídica da contribuição destinada ao custeio de assistência médica (Lei nº 7.672/82 do Estado do Rio Grande do Sul), **reconheceu-lhe** caráter previdenciário **e**, em conseqüência, **entendeu aplicável**, a essa exação, a jurisprudência **firmada** nesta Corte **a partir** do julgamento da **ADI 2.010-MC/DF**, Rel. Min. CELSO DE MELLO (**RTJ** 181/73-79):

"*O recurso extraordinário foi interposto contra acórdão em que se discute a constitucionalidade da cobrança de contribuição para custeio do serviço de* ***assistência médica****.*

O argumento*,* ***de que esta contribuição não tem natureza previdenciária****, sendo destinada a custear, tão-somente, a assistência médica,* ***não prospera****, conforme bem salientou o Rel. Maurício Corrêa,* ***ao proferir o voto no RE 369.930****, 2ª T., DJ 27.06.03,* ***'essa contribuição****, em função da específica destinação constitucional,* ***representa*** *espécie tributária* ***essencialmente*** *vinculada ao financiamento* ***da seguridade social****.*"'

(**RE 358.189-AgR/RS**, Rel. Min. GILMAR MENDES - **grifei**)

O **exame** da presente causa **evidencia** que o acórdão ora impugnado **diverge**, em parte, da orientação jurisprudencial que o Supremo Tribunal Federal **firmou** no tema em análise.

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, **conheço** do presente recurso extraordinário, **para dar-lhe parcial provimento** (**CPC**, art. 557, § 1º-A), **em ordem (1) a reconhecer que não é exigível**, no período compreendido **entre** a EC nº 20/1998 **e** a EC nº 41/2003, à parte ora recorrente (**trate-se** de servidor inativo **ou cuide-se** de pensionista), a contribuição destinada ao custeio de assistência médica, instituída pelo diploma legislativo local, **e (2) a determinar que não sejam restituídos**, à mesma parte ora recorrente, os valores por ela eventualmente já recolhidos a título de contribuição ao custeio de assistência médica, **desde que pagos no período anterior ao advento** da EC nº 20/1998 **ou posterior à promulgação** da EC nº 41/2003.

Tratando-se de sucumbência recíproca, as custas processuais e a verba honorária serão **proporcionalmente** distribuídas e compensadas entre as partes (**CPC**, art. 21, "*caput*").

Ressalvo, no entanto, **quanto aos encargos resultantes da sucumbência**, a hipótese de ser, a parte ora recorrente, **eventual beneficiária** da gratuidade, **caso em que lhe será aplicável** a cláusula de exoneração **prevista** na Lei nº 1.060/50 (art. 3º), **observando-se**, no que couber, a norma inscrita **no art. 12** desse **mesmo** diploma legislativo, **cuja incidência** foi reputada **compatível** com o que dispõe o art. 5º, LXXIV, da Constituição da República (**RE 184.841/DF**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE).

Publique-se.

Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 561.698-3 (920)

PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S)	: EUNICE RADKE ALBINO
ADV.(A/S)	: IRINEU DE FREITAS

DECISÃO

CONSTITUCIONAL. VENCIMENTOS. REVISÃO GERAL ANUAL. ART. 37, INC. X, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. MORA LEGISLATIVA. INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO.

Relatório

1. Recurso extraordinário interposto pela União contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Esse órgão deferira pedido de indenização por danos materiais, em face de alegada omissão do titular do Poder Executivo em encaminhar projeto de lei de revisão geral anual da remuneração dos servidores federais, a teor do disposto no art. 37, inc. X, da Constituição da República (norma com a alteração da Emenda Constitucional n. 19, de 5.5.1998).

2. A Recorrente alega, em síntese, que, com a alteração do inc. X do art. 37 da Constituição pela Emenda Constitucional n. 19/98, a revisão geral anual dos servidores públicos seria determinada apenas por lei específica de iniciativa do Presidente da República. Segundo ela, este Supremo Tribunal Federal teria decidido na Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.061, que não caberia ao Poder Judiciário a imposição de prazo para o atendimento daquela obrigação. Pede, ao final, seja conhecido e provido o presente recurso para que seja declarada improcedente a ação proposta.

Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

3. Razão jurídica assiste à Recorrente.

Em efeito, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão n. 2.061, Relator o eminente Ministro Ilmar Galvão, DJ 29.6.2001, este Supremo Tribunal firmou o entendimento seguinte:

"EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO. ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (REDAÇÃO DA EC Nº 19, DE 4 DE JUNHO DE 1998). Norma constitucional que impõe ao Presidente da República o dever de desencadear o processo de elaboração da lei anual de revisão geral da remuneração dos servidores da União, prevista no dispositivo constitucional em destaque, na qualidade de titular exclusivo da competência para iniciativa da espécie, na forma prevista no art. 61, § 1º, II, a, da CF. Mora que, no caso, se tem por verificada, quanto à observância do preceito constitucional, desde junho/1999, quando transcorridos os primeiros doze meses da data da edição da referida EC nº 19/98. Não se compreende, a providência, nas atribuições de natureza administrativa do Chefe do Poder Executivo, não havendo cogitar, por isso, da aplicação, no caso, da norma do art. 103, § 2º, in fine, que prevê a fixação de prazo para o mister. Procedência parcial da ação."

4. Em caso similar ao versado nestes autos, no julgamento do RE 510.467-AgR, DJ 30.3.2007, de minha relatoria, a Primeira Turma deste Supremo Tribunal assentou que:

"EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. REVISÃO GERAL ANUAL DE VENCIMENTOS. OMISSÃO LEGISLATIVA INCONSTITUCIONAL. DEVER DE INDENIZAR. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO. Não sendo possível, pela via do controle abstrato, obrigar o ente público a tomar providências legislativas necessárias para prover omissão declarada inconstitucional - na espécie, o encaminhamento de projeto de lei de revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos -, com mais razão não poderia fazê-lo o Poder Judiciário, por via oblíqua, no controle concreto de constitucionalidade, deferindo pedido de indenização para recompor perdas salariais em face da inflação."

No mesmo sentido: RE 501.054-AgR, Rel. Min. Cezar Peluso, Segunda Turma, DJ 6.11.2006, RE 421.828-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandoswki, Primeira Turma, DJ 19.12.2006, RE 453.349-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJ 19.12.2006, RE 416.000-AgR, Rel. Min. Carlos Britto, Primeira Turma, DJ 23.6.2006.

5. Dessa orientação divergiu o acórdão recorrido.

6. Pelo exposto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, **dou provimento ao recurso para julgar improcedente a ação. Fixo os ônus sucumbenciais em dez por cento do valor da causa, com a ressalva de eventual concessão do benefício da assistência judiciária gratuita.**

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 561.755-6 (921)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: SIM SERVIÇO IBIRAPUERA DE MEDICINA LTDA
ADV.(A/S)	: AUREANE RODRIGUES DA SILVA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO: A **controvérsia jurídica** objeto deste processo **já foi dirimida** pelo **Plenário** do Supremo Tribunal Federal, que, **ao julgar a ADI 1.931-MC/DF**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA (**RTJ** 190/41-42), **fixou entendimento** consubstanciado em acórdão assim ementado:

"*4. Prestação de serviço médico pela rede do SUS e instituições conveniadas, em virtude da impossibilidade de atendimento pela operadora de Plano de Saúde. Ressarcimento à Administração Pública mediante condições preestabelecidas em resoluções internas da Câmara de Saúde Complementar. Ofensa ao devido processo legal. Alegação improcedente. Norma programática pertinente à realização de políticas públicas. Conveniência da manutenção da vigência da norma impugnada.*"

O **exame** da presente causa **evidencia** que o acórdão ora impugnado **ajusta-se** à diretriz jurisprudencial que esta Suprema Corte **firmou** na análise da matéria em referência.

Sendo assim, e considerando as razões expostas, **conheço** do presente recurso extraordinário, **para negar-lhe provimento**.

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 561.829-3 (922)

PROCED.	: PARANÁ
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S)	: SONIA MARIA ZANDONA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: JOSÉ LUIS WAGNER E OUTRO(A/S)

DECISÃO: A controvérsia suscitada no presente recurso extraordinário **já foi dirimida** por ambas as Turmas do Supremo Tribunal Federal:

"*1. Execução contra a Fazenda Pública: recurso extraordinário: descabimento: controvérsia relativa às exigências para a inclusão do precatório no orçamento, de natureza infraconstitucional, de exame inviável no RE.*

2. Execução contra a Fazenda Pública: fracionamento do valor da execução em parcelas controversa e incontroversa, sem que isso implique em alteração de regime de pagamento, que é definido pelo valor global da obrigação: ausência, no caso, de violação do art. 100, §§ 1º e 4º, da Constituição Federal."

(**RE 484.770/RS**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE)

"*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PRECATÓRIO. PARTE INCONTROVERSA.*

A expedição de precatório relativo à parcela incontroversa não viola o disposto no artigo 100, §§ 1º e 4º, da Constituição do Brasil.

Agravo regimental a que se nega provimento."

(**AI 607.204-AgR/PR**, Rel. Min. EROS GRAU)

Cumpre ressaltar, por necessário, que esse entendimento **vem sendo observado** em **sucessivos** julgamentos, proferidos no âmbito desta Corte, **a propósito** de questões essencialmente **idênticas** à que ora se examina **nesta** sede recursal (**RE 458.110/MG**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - **RE 462.703-AgR/RS**, Rel. Min. EROS GRAU - **RE 484.168/RS**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - **RE 498.872-AgR/RS**, Rel. Min. EROS GRAU - **RE 529.461/RS**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, **v.g**.).

O **exame** da presente causa **evidencia** que o acórdão ora impugnado **ajusta-se** à diretriz jurisprudencial que esta Suprema Corte **firmou** na matéria em referência.

Sendo assim, pelas razões expostas, **conheço** do presente recurso extraordinário, **para negar-lhe provimento**.

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 561.851-0 (923)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: LUIZ ÁLVARO FERNANDES GALHANONE
RECDO.(A/S)	: AMPARSAN GODELACHIAN
ADV.(A/S)	: HELOÍSA HELENA DE CAMPOS GONÇALVES E OUTRO(A/S)

DECISÃO: **1.** Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão que considerou inconstitucional a cobrança, pelo Município de São Paulo, da Taxa de Combate a Sinistros.

Alega o recorrente, com fundamento no art. 102, III, a, ter havido violação ao disposto no art. 145, II, § 2º, da Constituição Federal.

2. Consistente o recurso.

É que com relação à denominada taxa de combate a sinistros esta Corte lhe reconhece a constitucionalidade, como o fez no julgamento do **RE nº 206.777** (Pleno, rel. Min. **ILMAR GALVÃO**, DJ de 30.04.99), quando a teve por "(...) *corretamente exigida para cobrir despesas com a manutenção dos serviços de prevenção e extinção de incêndio*." (No mesmo sentido, cf. **AI nº 499.280,** rel. Min. **CELSO DE MELLO**, e **AI nº 493.980**, rel. Min. **GILMAR MENDES**).

3. Ante o exposto, com base no art. 557, § 1º-A, do CPC, com a redação dada pela Lei nº 9.756, de 17.12.1998, conheço do recurso e dou-lhe provimento, para considerar legítima a cobrança da taxa de combate a sinistros.

Publique-se. Int..

Brasília, 05 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 561.881-1 (924)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.(A/S)	: VERA ANDÚJAR E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: ALMOSENES NUNES BARROSO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ANTONIO LUIZ LIMBERGER E OUTRO(A/S)

DESPACHO: Em face do que consta às fls. 608-611, diga a recorrente se ainda tem interesse no julgamento do recurso extraordinário.

Publique-se. Int..

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 561.912-5 (925)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S)	: MARIA DA GRAÇA ROCHA SAMPAIO JUCHEM
ADV.(A/S)	: THIAGO CECCHINI BRUNETTO E OUTRO(A/S)

DECISÃO: A controvérsia suscitada no presente recurso extraordinário **já foi dirimida** por ambas as Turmas do Supremo Tribunal Federal:

"*1. Execução contra a Fazenda Pública: recurso extraordinário: descabimento: controvérsia relativa às exigências para a inclusão do precatório no orçamento, de natureza infraconstitucional, de exame inviável no RE.*

2. Execução contra a Fazenda Pública: fracionamento do valor da execução em parcelas controversa e incontroversa, sem que isso implique em alteração de regime de pagamento, que é definido pelo valor global da obrigação: ausência, no caso, de violação do art. 100, §§ 1º e 4º, da Constituição Federal."

(**RE 484.770/RS**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE)

"*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PRECATÓRIO. PARTE INCONTROVERSA.*

A expedição de precatório relativo à parcela incontroversa não viola o disposto no artigo 100, §§ 1º e 4º, da Constituição do Brasil.

Agravo regimental a que se nega provimento."

(**AI 607.204-AgR/PR**, Rel. Min. EROS GRAU)

Cumpre ressaltar, por necessário, que esse entendimento **vem sendo observado** em **sucessivos** julgamentos, proferidos no âmbito desta Corte, **a propósito** de questões essencialmente **idênticas** à que ora se examina **nesta** sede recursal (**RE 458.110/MG**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - **RE 462.703-AgR/RS**, Rel. Min. EROS GRAU - **RE 484.168/RS**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - **RE 498.872-AgR/RS**, Rel. Min. EROS GRAU - **RE 529.461/RS**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, **v.g.**).

O **exame** da presente causa **evidencia** que o acórdão ora impugnado **ajusta-se** à diretriz jurisprudencial que esta Suprema Corte **firmou** na matéria em referência.

Sendo assim, pelas razões expostas, **conheço** do presente recurso extraordinário, **para negar-lhe provimento**.

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 561.992-3 (926)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: CREDICARD S/A ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO
ADV.(A/S)	: CARLOS EDUARDO DOMINGUEZ QUINTO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: CARLOS ANDRÉ COSTA DA SILVA
ADV.(A/S)	: ANA PAULA COELHO RUBBO E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS. AUTO-APLICABILIDADE DO ART. 192, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 648 DESTE SUPREMO TRIBUNAL. RECURSO PROVIDO.

Relatório

1. Recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que julgou a apelação, em ação revisional, nos seguintes termos:

"AÇÃO REVISIONAL. CARTÃO DE CRÉDITO. PROCESSO CIVIL. CONTRA-RAZÕES DE APELAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE.

A interposição das contra-razões de apelação fora do prazo previsto no art. 508 do CPC leva ao seu não-conhecimento.

APELAÇÃO. FORMULAÇÃO DE PEDIDO NÃO-RELACIONADO COM O DECIDIDO NA SENTENÇA. NÃO-CONHECIMENTO. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL.

Não se conhece de pedido relativo a ponto não decidido pela sentença, uma vez que ausente interesse recursal da parte, por falta de prejuízo.

APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

Diante do teor no art. 3º, § 2º, do CDC, não há qualquer dúvida de que as administradoras de cartão de crédito estão sujeitas à aplicação de tal diploma legal, mormente porque as administradoras de cartão de crédito não são instituições financeiras.

REVISÃO CONTRATUAL PLENA. POSSIBILIDADE.

Autoriza-se a revisão plena do contrato de cartão de crédito, incidindo inclusive sobre parcelas quitadas, sob pena de grave injustiça ao usuário, rejeitando-se o pedido de revisão somente desde o último saldo devedor em aberto e de limitação da revisão às faturas juntadas com a petição inicial.

JUROS REMUNERATÓRIOS.

Os juros remuneratórios são limitados a 12% ao ano, observado o caso concreto.

CAPITALIZAÇÃO.

A capitalização mensal é vedada, a não ser nas operações com nota de crédito comercial, industrial ou rural, desde que pactuada.

COMPENSAÇÃO.

Operada a redução do débito, correta a compensação dos valores pagos a maior, em liquidação de sentença.

REPETIÇÃO DO INDÉBITO.

Não é necessária prova de erro, quando do pagamento das parcelas. Possibilidade de apuração de quantia a ser devolvida, de forma simples, em havendo valor pago a maior, após a compensação, em liquidação de sentença.

Apelação conhecida em parte, desprovida.

(...)

Concernentemente à limitação dos juros, não se desconhece a posição do STF, que, na ADIN nº 04-DF, ao interpretar a regra contida no artigo 192, § 3º, da CF, entendeu que a norma referida não era auto-aplicável porque necessita de norma para sua complementação.

Contudo, deve ser observado que o artigo constitucional citado fixa os juros máximos passíveis de cobrança, não podendo qualquer outra lei de hierarquia inferior estipular juros acima de tal limite, sob pena de ser inconstitucional.

(...)" (fl. 137 - grifei)

O Recorrente alega que a decisão do Tribunal *a quo* teria afrontado o art. 192, § 3º, da Constituição. Sustenta o Banco que o fundamento para a limitação dos juros remuneratórios em 12% ao ano teria sido a auto-aplicabilidade do dispositivo constitucional mencionado.

Examinada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

2. Razão jurídica assiste ao Recorrente.

Quanto à auto-aplicabilidade da norma constitucional constante do art. 192, § 3º, em sua positivação originária, há de se realçar que o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento, enunciado em súmula, segundo o qual: *"A norma do § 3º do art. 192 da Constituição, revogada pela Emenda Constitucional 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha a sua aplicabilidade condicionada à edição de lei complementar"* (Súmula 648). Neste sentido:

"DECISÃO: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. JUROS. ART. 192, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. SÚMULA 648. RECURSO PROVIDO (RE 535.538, de minha relatoria, DJ 08.03.2007).

E ainda:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. JUROS DE 12% AO ANO. ART. 192, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA EM SUA POSITIVAÇÃO ORIGINAL. SÚMULA 648 DESTE SUPREMO TRIBUNAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. O Superior Tribunal de Justiça decidiu a matéria infraconstitucional no limite de sua competência. Dispositivo constitucional que dependia de lei complementar para a sua aplicabilidade. Imposição de multa de 1% (um por cento) do valor corrigido da causa. Aplicação dos arts. 557, § 2º, c/c arts. 14, inc. II e III, e 17, inc. VII, do Código de Processo Civil (RE 471.738 - AgR, de minha relatoria, DJ 24.11.2006).

Dessa orientação, portanto, divergiu o acórdão recorrido.

3. Pelo exposto, **conheço do recurso extraordinário para dar provimento a ele e afastar a limitação de juros com fundamento no art. 192, § 3º, com a norma anterior à Emenda Constitucional n. 40/2003, da Constituição da República** (art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil e art. 21, § 2º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal). **As verbas sucumbenciais deverão ser redistribuídas conforme decisão já proferida pelo Superior Tribunal de Justiça.**

Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 562.046-8 (927)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
ADV.(A/S)	: PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM
RECDO.(A/S)	: ANDRÉ LUIZ LAZZERINE
ADV.(A/S)	: MARCELO DEWES DE MELLO E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O **presente** recurso extraordinário **revela-se** processualmente viável, **eis que se insurge** contra acórdão que decidiu a causa **em desconformidade** com a orientação jurisprudencial que o Supremo Tribunal Federal **firmou** na matéria em exame.

Com efeito, a colenda **Primeira Turma** desta Suprema Corte, **ao julgar o AI 537.733-AgR/RS**, Rel. Min. EROS GRAU, **fixou** entendimento **que** torna **plenamente** acolhível a pretensão de direito material deduzida pela parte ora recorrente:

"***AGRAVO REGIMENTAL** NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. **PRECATÓRIO**. **HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**. **PAGAMENTO DIRETO INDEPENDENTE** DE PRECATÓRIO. **FRACIONAMENTO** DO VALOR DA EXECUÇÃO.*

***O fracionamento**, **a repartição e a quebra do valor** da execução **são vedados** pela Constituição do Brasil, **de acordo** com o artigo 100, § 4º.*

*Agravo regimental **a que se nega** provimento.*" (**grifei**)

Cumpre ressaltar, por necessário, que esse entendimento **vem sendo observado** em **sucessivos** julgamentos, proferidos no âmbito desta Corte, **a propósito** de questões essencialmente **idênticas** à que ora se examina **nesta** sede recursal (**AI 434.759-AgR/SP**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - **AI 592.574/RS**, Rel. Min. CEZAR PELUSO - **AI 608.723/RS**, Rel. Min. EROS GRAU, **v.g.**).

O **exame** da presente causa **evidencia** que o acórdão ora impugnado **diverge** da diretriz jurisprudencial que esta Suprema Corte **firmou** na matéria em referência.

Sendo assim, considerando as razões expostas **e reconhecendo a inviabilidade** do fracionamento do precatório, **conheço e dou provimento** ao presente recurso extraordinário (**CPC**, art. 557, § 1º-A).

Publique-se.

Brasília, 10 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 562.193-6 (928)

PROCED.	: RIO GRANDE DO NORTE
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - IPERN
ADV.(A/S)	: PGE-RN - MARJORIE ALECRIM CÂMARA DE OLIVEIRA
RECDO.(A/S)	: MARIA NEIDE ASSUNÇÃO
ADV.(A/S)	: FRANCISCO FONTES NETO E OUTRO(A/S)

DECISÃO: A orientação jurisprudencial **prevalecente** no Supremo Tribunal Federal, **a propósito** da matéria ora em debate - conversão, **em URV**, da remuneração dos servidores públicos estaduais - **firmou-se** no sentido de que se revela aplicável, **quanto ao tema em questão**, o disposto na Lei nº 8.880/94, **o que torna inacolhível** a pretensão recursal deduzida na presente causa.

Impõe-se considerar, neste ponto, que a Lei nº 8.880/94 - que se qualifica como diploma normativo **de caráter nacional** - foi editada, pela União Federal, com fundamento em sua **competência privativa** para legislar sobre sistema monetário (**CF**, art. 22, VI).

Isso significa, na realidade, que a União Federal **pode** exercer, legitimamente, as atribuições **enumeradas** que lhe foram conferidas, pela Carta Política, em caráter privativo, **sem** que a prática dessa competência institucional **implique** transgressão à prerrogativa básica da autonomia político-jurídica constitucionalmente **reconhecida** aos Estados-membros (**RTJ 153/750**, Rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI - **RE 276.813/RN**, Rel. Min. NELSON JOBIM - **RE 277.791/RN**, Rel. Min. NELSON JOBIM - **RE 288.130/RN**, Rel. Min. NELSON JOBIM - **RE 306.297/RN**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - **RE 307.283/RN**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - **RE 318.013-AgR/RN**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - **RE 329.724/RN**, Rel. Min. CELSO DE MELLO):

"***CONSTITUCIONAL**. **ADMINISTRATIVO**. **SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL**: **VENCIMENTOS**: **CONVERSÃO DE CRUZEIROS REAIS PARA UNIDADE REAL DE VALOR**: **URV**.*

*I. - **Extensão**, a servidores **estaduais**, **independentemente** de lei local, de norma editada **pela União**, a respeito **da conversão de vencimentos** em unidades reais de valor - **URV**. Lei 8.880, de 1994. **Competência privativa da União para legislar sobre o sistema monetário: C.F.**, art. 22, VI.*

*II. - **Precedente** do STF: **SS 665 (AgRg)-AL**, Gallotti, **Plenário**, 29.9.94.*

III. - Questão própria do contencioso de direito comum.

*IV. - Agravo **não** provido.*"

(**RE 311.771-AgR/RN**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - **grifei**)

Cabe destacar, finalmente, **um outro** aspecto referido **nos precedentes** mencionados: **o de que** as questões suscitadas na presente causa **concernem** a temas **que fazem instaurar** simples controvérsia de direito comum, **apta** a caracterizar, **quando muito**, situação configuradora de **ofensa meramente reflexa** ao texto da Constituição (**RE 320.634-AgR/RN**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, **Segunda Turma**), **o que**, por si só, **torna inviável** o cabimento do recurso extraordinário (**RTJ** 120/912 - **RTJ** 132/455, **v.g.**).

Sendo assim, e pelas razões expostas, **não conheço** do presente recurso extraordinário.

Publique-se.

Brasília, 10 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 562.236-3 (929)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: TEREZA EMILIA MAZZI CHAVES E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: IZABEL AZEVEDO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: PGE-SP - EBER GILBERTO CAVALCANTE SOUZA

DECISÃO

CONSTITUCIONAL. REPERCUSSÃO GERAL DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL. INTIMAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO ANTES DE 3.5.2007. DESNECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO FORMAL. VENCIMENTOS. REVISÃO GERAL ANUAL. ART. 37, INC. X, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. MORA LEGISLATIVA. INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Recurso extraordinário interposto, com base no art. 102, inc. III, alíneas *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo. Esse órgão indeferira pedido de indenização por danos materiais, em face de alegada omissão do titular do Poder Executivo em encaminhar projeto de lei de revisão geral anual da remuneração dos servidores estaduais, a teor do disposto no art. 37, inc. X, da Constituição da República (norma com a alteração da Emenda Constitucional n. 19, de 5.5.1998).

2. Os Recorrentes alegam, em síntese, que, com a alteração do inc. X do art. 37 da Constituição pela Emenda Constitucional n. 19/98, a revisão geral anual de suas remunerações seria assegurada aos servidores públicos estaduais. Sustentam que a inexistência da lei de revisão geral anual caracterizaria omissão legislativa apta a configurar o dano material e o conseqüente dever de indenizar por parte do Estado.

Suscitam, ainda, preliminar na qual defende a repercussão geral da questão constitucional contida no recurso extraordinário.

Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

3. Quanto à preliminar, a Recorrente foi intimada do acórdão recorrido antes de 3.5.2007, o que dispensa a demonstração da repercussão geral da questão constitucional em capítulo especial do recurso extraordinário, nos termos do que decidido pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal no Agravo de Instrumento 664.567-QO, Relator Ministro Sepúlveda Pertence.

No mérito, razão jurídica não assiste aos Recorrentes.

Em efeito, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão n. 2.061, Relator o Ministro Ilmar Galvão, DJ 29.6.2001, este Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento seguinte:

"EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO. ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (REDAÇÃO DA EC Nº 19, DE 4 DE JUNHO DE 1998). Norma constitucional que impõe ao Presidente da República o dever de desencadear o processo de elaboração da lei anual de revisão geral da remuneração dos servidores da União, prevista no dispositivo constitucional em destaque, na qualidade de titular exclusivo da competência para iniciativa da espécie, na forma prevista no art. 61, § 1º, II, a, *da CF. Mora que, no caso, se tem por verificada, quanto à observância do preceito constitucional, desde junho/1999, quando transcorridos os primeiros doze meses da data da edição da referida EC nº 19/98. Não se compreende, a providência, nas atribuições de natureza administrativa do Chefe do Poder Executivo, não havendo cogitar, por isso, da aplicação, no caso, da norma do art. 103, § 2º,* in fine, *que prevê a fixação de prazo para o mister. Procedência parcial da ação."*

4. Em caso similar ao versado nestes autos, no julgamento do RE 510.467-AgR, DJ 30.3.2007, de minha relatoria, a Primeira Turma deste Supremo Tribunal assentou que:

"EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. REVISÃO GERAL ANUAL DE VENCIMENTOS. OMISSÃO LEGISLATIVA INCONSTITUCIONAL. DEVER DE INDENIZAR. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO. Não sendo possível, pela via do controle abstrato, obrigar o ente público a tomar providências legislativas necessárias para prover omissão declarada inconstitucional - na espécie, o encaminhamento de projeto de lei de revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos -, com mais razão não poderia fazê-lo o Poder Judiciário, por via oblíqua, no controle concreto de constitucionalidade, deferindo pedido de indenização para recompor perdas salariais em face da inflação."

No mesmo sentido: RE 501.054-AgR, Rel. Min. Cezar Peluso, Segunda Turma, DJ 6.11.2006, RE 421.828-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandoswki, Primeira Turma, DJ 19.12.2006, RE 453.349-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJ 19.12.2006, RE 416.000-AgR, Rel. Min. Carlos Britto, Primeira Turma, DJ 23.6.2006.

5. Dessa orientação não divergiu o acórdão recorrido.

6. Tampouco se viabiliza o extraordinário pela alínea *c* do inc. III do art. 102 da Constituição da República, pois o Tribunal de origem não julgou válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição da República.

7. Pelo exposto, **nego seguimento ao recurso extraordinário** (art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 562.267-3 (930)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS E GARAGEM MIRANDA LTDA
ADV.(A/S)	: PAULO RENÊ LENZ DA SILVA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETRÓLEO IPIRANGA S/A
ADV.(A/S)	: GUILHERME PEDERNEIRAS JAEGER E OUTRO(A/S)

DECISÃO: 1. Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e assim ementado:

"ORDINÁRIA DE COBRANÇA/INDENIZAÇÃO. REVENDA DE COMBUSTÍVEIS. CONTRATO COM A DISTRIBUIDORA, QUE NÃO REVELA QUALQUER ILEGALIDADE A SE EXPUNGIR. PROVA DOS AUTOS. CPC, 333, I.

INOCORRÊNCIA DE ILICITUDE; INEXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS RESSARCÍVEIS, BEM COMO DE INDÉBITO A SE REPETIR.

IMPLAUSIBILIDADE DA TESE AUTORAL. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

PRELIMINARES ARREDADAS; APELO IMPROVIDO." (fl. 2.305).

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fl. 2.339).

A recorrente sustenta, com base no art. 102, III, **a**, violação aos artigos 5º, LV, 170, IV, 173, § 4º, e 293, da Constituição da República.

2. Inconsistente o recurso.

O acórdão impugnado decidiu a causa com base no conjunto fático-probatório e na legislação infraconstitucional, de modo que eventual ofensa à Constituição Federal seria, aqui, apenas indireta.

Ora, é pacífica a jurisprudência desta Corte, no sentido de não tolerar, em recurso extraordinário, alegação de ofensa que, irradiando-se de má interpretação, aplicação, ou, até, de inobservância de normas infraconstitucionais, seria apenas indireta à Constituição da República, e muito menos, pretensão de reexame de provas ou cláusulas contratuais (**súmulas 279** e **454**).

De igual modo, suposta ofensa às garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa configuraria, aqui, ofensa meramente reflexa à Constituição da República, porque sua eventual caracterização dependeria de exame prévio de norma infraconstitucional, como já notou a Corte em casos análogos: *"as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição, circunstância essa que impede a utilização do recurso extraordinário"* (**AI nº 372.358** - AgR, Rel. Min. **CELSO DE MELLO**, DJ de 11.06.02. Cf. ainda **AI nº 360.265**-AgR, Rel. Min. **CELSO DE MELLO**, DJ de 20.09.2002).

3. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso (art. 21, § 1º, do RISTF, art. 38 da Lei nº 8.038, de 28.05.90, e art. 557 do CPC).

Publique-se. Int..

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 562.282-7 (931)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: BANCO FINASA S/A
ADV.(A/S)	: ANDRÉ LUIZ MÜLLER E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: KLEBER RAIMUNDO XAVIER
RECDO.(A/S)	: ALVICIO DE OLIVEIRA
ADV.(A/S)	: LIANE RITTER LIBERALI E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O recurso especial interposto pela parte ora recorrente foi **conhecido** e **provido**, em parte, pelo E. Superior Tribunal de Justiça.

Com o **trânsito** em julgado dessa decisão, que foi favorável à pretensão jurídica deduzida pela parte ora recorrente, resultou **sem objeto** o presente recurso extraordinário, motivo pelo qual julgo-o **prejudicado** (**CPC**, art. 543, § 1º).

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 562.286-0 (932)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S)	: DORIVAL TEIXEIRA FILHO
ADV.(A/S)	: FRANCISCA ALMERINDA FIGUEIRÓ ARAÚJO E OUTRO(A/S)

DECISÃO

CONSTITUCIONAL. REPERCUSSÃO GERAL DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL. INTIMAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO ANTES DE 3.5.2007. DESNECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO FORMAL. VENCIMENTOS. REVISÃO GERAL ANUAL. ART. 37, INC. X, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. MORA LEGISLATIVA. INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO.

Relatório

1. Recurso extraordinário interposto pela União contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Esse órgão deferira pedido de indenização por danos materiais, em face de alegada omissão do titular do Poder Executivo em encaminhar projeto de lei de revisão geral anual da remuneração dos servidores federais, a teor do disposto no art. 37, inc. X, da Constituição da República (norma com a alteração da Emenda Constitucional n. 19, de 5.5.1998).

2. A Recorrente alega, em síntese, que, com a alteração do inc. X do art. 37 da Constituição pela Emenda Constitucional n. 19/98, a revisão geral anual dos servidores públicos seria determinada apenas por lei específica de iniciativa do Presidente da República. Segundo ela, este Supremo Tribunal Federal teria decidido na Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.061, que não caberia ao Poder Judiciário a imposição de prazo para o atendimento daquela obrigação. Pede, ao final, seja conhecido e provido o presente recurso para que seja declarada improcedente a ação proposta.

Suscita, ainda, preliminar na qual defende a repercussão geral da questão constitucional contida no recurso extraordinário.

Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO.**

3. Quanto à preliminar, a Recorrente foi intimada do acórdão recorrido antes de 3.5.2007, o que dispensa a demonstração da repercussão geral da questão constitucional em capítulo especial do recurso extraordinário, nos termos do que decidido pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal no Agravo de Instrumento 664.567-QO, Relator Ministro Sepúlveda Pertence.

No mérito, razão jurídica assiste à Recorrente.

Em efeito, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão n. 2.061, Relator o eminente Ministro Ilmar Galvão, DJ 29.6.2001, este Supremo Tribunal firmou o entendimento seguinte:

"EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO. ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (REDAÇÃO DA EC Nº 19, DE 4 DE JUNHO DE 1998). Norma constitucional que impõe ao Presidente da República o dever de desencadear o processo de elaboração da lei anual de revisão geral da remuneração dos servidores da União, prevista no dispositivo constitucional em destaque, na qualidade de titular exclusivo da competência para iniciativa da espécie, na forma prevista no art. 61, § 1º, II, a, da CF. Mora que, no caso, se tem por verificada, quanto à observância do preceito constitucional, desde junho/1999, quando transcorridos os primeiros doze meses da data da edição da referida EC nº 19/98. Não se compreende, a providência, nas atribuições de natureza administrativa do Chefe do Poder Executivo, não havendo cogitar, por isso, da aplicação, no caso, da norma do art. 103, § 2º, in fine, que prevê a fixação de prazo para o mister. Procedência parcial da ação."

4. Em caso similar ao versado nestes autos, no julgamento do RE 510.467-AgR, DJ 30.3.2007, de minha relatoria, a Primeira Turma deste Supremo Tribunal assentou que:

"EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. REVISÃO GERAL ANUAL DE VENCIMENTOS. OMISSÃO LEGISLATIVA INCONSTITUCIONAL. DEVER DE INDENIZAR. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO. Não sendo possível, pela via do controle abstrato, obrigar o ente público a tomar providências legislativas necessárias para prover omissão declarada inconstitucional - na espécie, o encaminhamento de projeto de lei de revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos -, com mais razão não poderia fazê-lo o Poder Judiciário, por via oblíqua, no controle concreto de constitucionalidade, deferindo pedido de indenização para recompor perdas salariais em face da inflação."

No mesmo sentido: RE 501.054-AgR, Rel. Min. Cezar Peluso, Segunda Turma, DJ 6.11.2006, RE 421.828-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandoswki, Primeira Turma, DJ 19.12.2006, RE 453.349-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJ 19.12.2006, RE 416.000-AgR, Rel. Min. Carlos Britto, Primeira Turma, DJ 23.6.2006.

5. Dessa orientação divergiu o acórdão recorrido.

6. Pelo exposto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, **dou provimento ao recurso para julgar improcedente a ação. Fixo os ônus sucumbenciais em dez por cento do valor da causa, com a ressalva de eventual concessão do benefício da assistência judiciária gratuita.**

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 562.324-6 (933)

PROCED.	: PARANÁ
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S)	: AMAURI DE JESUS BARRETO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: JOÃO LUIZ ARZENO DA SILVA E OUTRO(A/S)

DECISÃO: A controvérsia suscitada no presente recurso extraordinário **já foi dirimida** por ambas as Turmas do Supremo Tribunal Federal:

"*1. Execução contra a Fazenda Pública: recurso extraordinário: descabimento: controvérsia relativa às exigências para a inclusão do precatório no orçamento, de natureza infraconstitucional, de exame inviável no RE.*

2. Execução contra a Fazenda Pública: fracionamento do valor da execução em parcelas controversa e incontroversa, sem que isso implique em alteração de regime de pagamento, que é definido pelo valor global da obrigação: ausência, no caso, de violação do art. 100, §§ 1º e 4º, da Constituição Federal."

(**RE 484.770/RS**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE)

"*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PRECATÓRIO. PARTE INCONTROVERSA.*

A expedição de precatório relativo à parcela incontroversa não viola o disposto no artigo 100, §§ 1º e 4º, da Constituição do Brasil.

Agravo regimental a que se nega provimento."

(**AI 607.204-AgR/PR**, Rel. Min. EROS GRAU)

Cumpre ressaltar, por necessário, que esse entendimento **vem sendo observado** em **sucessivos** julgamentos, proferidos no âmbito desta Corte, **a propósito** de questões essencialmente **idênticas** à que ora se examina **nesta** sede recursal (**RE 458.110/MG**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - **RE 462.703-AgR/RS**, Rel. Min. EROS GRAU - **RE 484.168/RS**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - **RE 498.872-AgR/RS**, Rel. Min. EROS GRAU - **RE 529.461/RS**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, **v.g.**).

O **exame** da presente causa **evidencia** que o acórdão ora impugnado **ajusta-se** à diretriz jurisprudencial que esta Suprema Corte **firmou** na matéria em referência.

Sendo assim, pelas razões expostas, **conheço** do presente recurso extraordinário, **para negar-lhe provimento**.

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO - Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 562.361-1 (934)

PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: ILDETE DOS SANTOS PINTO
RECDO.(A/S)	: ANTÔNIO WILSON RIBEIRO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ANA LÚCIA GONÇALVES RODRIGUES E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O Supremo Tribunal Federal, **a propósito** do tema ora em exame, **firmou** entendimento, **consubstanciado em sucessivas decisões**, monocráticas e colegiadas, **no sentido de que se revela constitucional a limitação** do salário-de-benefício **prevista** no art. 29, § 2º, **c/c** o art. 33 da Lei nº 8.213/91 (**AI 206.807-AgR/RS**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **AI 466.912-AgR/SP**, Rel. Min. GILMAR MENDES - **AI 479.518-AgR/SP**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - **RE 285.942/SP**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - **RE 286.430/SP**, Rel. Min. NELSON JOBIM, **v.g.**):

"*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. **PREVIDENCIÁRIO**. **SALÁRIOS-DE--BENEFÍCIO**. **TETO** (ARTS. 29 E 33 DA LEI 8.213/91 E 202 DA CF).*

*- A **norma** inscrita no art. 202, **caput**, da CF (redação **anterior** à EC nº 20), **que assegura** o benefício da aposentadoria com base na média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente, mês a mês, **não é autoaplicável**, **necessitando**, para sua complementação, **de integração legislativa**, **a fim** de que lhe seja dada plena eficácia. **Constitui**, portanto, **disposição dirigida** ao legislador ordinário, **a quem cabe definir** os critérios necessários ao seu cumprimento - **o que foi levado a efeito** pelas Leis 8.212 e 8.213, ambas de 1991. Tem-se, portanto, que o benefício deve ser calculado **de acordo** com a legislação previdenciária editada.*"

(**AI 279.377-AgR-ED/RJ**, Rel. Min. ELLEN GRACIE - **grifei**)

Sendo assim, e pelas razões expostas, **conheço** e **dou provimento** ao presente recurso extraordinário (**CPC**, art. 557, § 1º-A), **em ordem a julgar improcedente a ação ordinária** ajuizada pela parte ora recorrida.

Fixo, em R$ 100,00 (cem reais), **a verba honorária** a ser suportada pela parte sucumbente.

Ressalvo, no entanto, **quanto aos encargos resultantes da sucumbência**, a hipótese de ser, a parte vencida, **eventual beneficiária** da gratuidade, **caso em que lhe será aplicável** a cláusula de exoneração **prevista** na Lei nº 1.060/50 (art. 3º), **observando-se**, no que couber, a norma inscrita **no art. 12** desse **mesmo** diploma legislativo, **cuja incidência** foi reputada **compatível** com o que dispõe o art. 5º, LXXIV, da Constituição da República (**RE 184.841/DF**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE).

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 562.408-1 (935)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADV.(A/S)	: LUCIANA MEDEIROS BOTTA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: MÁRCIO DE SOUZA ABREU
ADV.(A/S)	: LIVALDINO FAGAN E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS. AUTOAPLICABILIDADE DO ART. 192, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 648 DESTE SUPREMO TRIBUNAL. RECURSO PROVIDO.

Relatório

1. Recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que julgou a apelação, em ação revisional, nos seguintes termos:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO GARANTIDO POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. JUROS REMUNERATÓRIOS. POSSIBILIDADE DE REVISÃO. INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CAPITALIZAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. COMPENSAÇÃO DE VALORES. REPETIÇÃO DO INDÉBITO.

***Não merecem manutenção os juros remuneratórios pactuados em taxa superior a 12% ao ano, conforme limitação constante no art. 192, § 3º, da CF (vigente à época da contratação)**, no Decreto 22.626/33, no CDC, e diante de ausência de prova de que o financiador tenha autorização do CMN para praticar taxas superiores.*

No contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária, é certa a incidência do Código de Defesa do Consumidor, como prevê o seu art. 3º, § 2º, assim como do art. 145 do Código Civil/1916, que autorizam a sua revisão.

Não é cabível a capitalização de juros, em face da ausência de previsão legal, em contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária. Se o contrato prevê parcelamento em 36 parcelas, não há falar em incidência de capitalização pro rata, para períodos inferiores a um ano.

Não tendo sido pactuada a TR, impõe-se a incidência do IGP-M como índice de correção monetária, por ser aquele que melhor reflete a desvalorização da moeda no período (Súmula n. 295 do STJ).

É impossível a cobrança de comissão de permanência, mesmo que não seja de forma cumulada com correção monetária, de percentual superior à taxa do contrato (Súmula 294 do STJ), assim como não é cabível a sua incidência cumulada com juros moratórios e multa.

Sob pena de supressão de um grau de jurisdição, em sede recursal, é incabível a inovação no pedido inicial, que se refere à pretensão de deferimento da compensação de valores e da repetição do indébito, impondo-se o não conhecimento do recurso nos pontos.

Apelação parcialmente conhecida e, nesta parte, por maioria, provida." (fl. 188 - grifei)

O Recorrente alega que a decisão do Tribunal *a quo* teria afrontado o art. 192, § 3º, da Constituição. Sustenta o Banco que o fundamento para a limitação dos juros remuneratórios em 12% ao ano teria sido a auto-aplicabilidade do dispositivo constitucional mencionado.

Examinada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

2. Razão jurídica assiste ao Recorrente.

Quanto à auto-aplicabilidade da norma constitucional constante do art. 192, § 3º, em sua positivação originária, há de se realçar que o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento, enunciado em súmula, segundo o qual: *"A norma do § 3º do art. 192 da Constituição, revogada pela Emenda Constitucional 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha a sua aplicabilidade condicionada à edição de lei complementar"* (Súmula 648). Neste sentido:

"DECISÃO: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. JUROS. ART. 192, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. SÚMULA 648. RECURSO PROVIDO (RE 535.538, de minha relatoria, DJ 08.03.2007).

E ainda:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. JUROS DE 12% AO ANO. ART. 192, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA EM SUA POSITIVAÇÃO ORIGINAL. SÚMULA 648 DESTE SUPREMO TRIBUNAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. O Superior Tribunal de Justiça decidiu a matéria infraconstitucional no limite de sua competência. Dispositivo constitucional que dependia de lei complementar para a sua aplicabilidade. Imposição de multa de 1% (um por cento) do valor corrigido da causa. Aplicação dos arts. 557, § 2º, c/c arts. 14, inc. II e III, e 17, inc. VII, do Código de Processo Civil (RE 471.738 - AgR, de minha relatoria, DJ 24.11.2006).

3. Dessa orientação, portanto, divergiu o acórdão recorrido.

4. Pelo exposto, **conheço do recurso extraordinário para dar provimento a ele e afastar a limitação de juros com fundamento no art. 192, § 3º, com a norma anterior à Emenda Constitucional n. 40/2003, da Constituição da República** (art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil e art. 21, § 2º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal). **As verbas sucumbenciais deverão ser redistribuídas conforme decisão já proferida pelo Superior Tribunal de Justiça.**

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 562.430-7 (936)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S)	: LEVY E SALOMÃO - ADVOGADOS
ADV.(A/S)	: LEO LOPES DE OLIVEIRA NETO E OUTRO(A/S)

DECISÃO:

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS. REVOGAÇÃO DE ISENÇÃO. LEI ORDINÁRIA. POSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.

Relatório

1. Recurso extraordinário interposto pela União contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que deferiu pedido formulado em mandado de segurança para desobrigar a ora Recorrida do recolhimento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

2. A Recorrente alega que a revogação da isenção prevista no art. 6º da Lei Complementar n. 70/91 pela Lei n. 9.430/96 não teria ofendido o princípio constitucional da hierarquia das leis, por ter aquela natureza de lei ordinária.

Apreciada a matéria posta em exame, **DECIDO**.

3. A Recorrente tem razão de direito.

Pela identidade de elementos e tese debatidos no presente caso com muitos outros já apreciados e decididos, tem ele solução judicial antecipada, pela pacífica jurisprudência assentada pelo Supremo Tribunal Federal, amplamente divulgada, conhecida e reconhecida.

4. O Supremo Tribunal Federal decidiu que a Lei Complementar n. 70/91 é materialmente ordinária, razão pela qual prescinde de lei formalmente complementar para ter alterados seus dispositivos.

Confira-se, a propósito, excerto do voto do Ministro Moreira Alves no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade n. 1-DF (DJ 16.6.1995):

"(...) Sucede, porém, que a contribuição social em causa, incidente sobre o faturamento dos empregadores, é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 195 da Carta Magna, não se podendo pretender, portanto, que a Lei Complementar nº 70/91 tenha criado outra fonte de renda destinada a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social. Por isso mesmo, essa contribuição poderia ser instituída por Lei ordinária. A circunstância de ter sido por lei formalmente complementar - a Lei Complementar nº 70/91 - não lhe dá, evidentemente, a natureza de contribuição nova, a que se aplicaria o disposto no § 4º do artigo 195 da Constituição, enquanto essa lei, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída - que são objeto dessa ação -, é materialmente ordinária, por não tratar, nesse particular, de matéria reservada, por texto expresso da Constituição, à lei complementar. A jurisprudência desta Corte, sob o império da Emenda Constitucional nº 1/69 - e a Constituição atual não alterou esse sistema -, se firmou no sentido de que só se exige lei complementar para as matérias para cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária."

E ainda: AI 521.948, Rel. Min. Cezar Peluso, DJ 23.6.2006; AI 591.923, Rel. Min. Cezar Peluso, DJ 8.6.2006; e AI 526.159, Rel. Min. Cezar Peluso, DJ 27.3.2006.

5. Dessa orientação divergiu o acórdão recorrido.

6. Pelo exposto, dou provimento ao recurso extraordinário para reformar o acórdão recorrido e denegar a segurança, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil**.**

Considerando-se a Súmula 512 deste Supremo Tribunal Federal, deixo de condenar ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência.

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 562.466-8 (937)

PROCED.	: PARANÁ
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECTE.(S)	: RAIMUNDO HIROSHI KITANISHI
ADV.(A/S)	: LUÍS FERNANDO HASEGAWA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: OS MESMOS

DECISÃO: Trata-se de recursos extraordinários interpostos pela União **e** por Raimundo Hiroshi Kitanishi.

A **controvérsia jurídica** objeto deste processo **já foi dirimida** pelo **Plenário** do Supremo Tribunal Federal, que, **ao julgar a ADI 2.061/DF**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO (**RTJ** 179/587), **fixou entendimento** consubstanciado em acórdão assim ementado:

"***AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO. ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (REDAÇÃO DA EC Nº 19, DE 4 DE JUNHO DE 1998).***

***Norma constitucional** que impõe ao Presidente da República o dever de desencadear o processo de elaboração da lei anual de revisão geral da remuneração dos servidores da União, prevista no dispositivo constitucional em destaque, na qualidade de titular exclusivo da competência para iniciativa da espécie, na forma prevista no art. 61, § 1º, II, 'a', da CF.*

***Mora** que, no caso, se tem por verificada, **quanto à observância do preceito constitucional**, desde junho/1999, quando transcorridos os primeiros doze meses da data da edição da referida EC nº 19/98.*

***Não se compreende**, a providência, **nas atribuições** de natureza administrativa do Chefe do Poder Executivo, **não havendo cogitar**, por isso, da aplicação, no caso, **da norma** do art. 103, § 2º, 'in fine', **que prevê** a fixação de prazo para o mister.*

*Procedência **parcial** da ação.*" (**grifei**)

Cumpre ressaltar, por necessário, que essa orientação plenária **vem sendo observada** em **sucessivas** decisões, que, proferidas no âmbito desta Corte, **versaram questão essencialmente idêntica** à que ora se examina **nesta** sede recursal (**RE 406.784/RO**, Rel. Min. CEZAR PELUSO - **RE 410.514/RO**, Rel. Min. ELLEN GRACIE - **RE 421.795/DF**, Rel. Min. CEZAR PELUSO - **RE 424.580/MG**, Rel. Min. ELLEN GRACIE - **RE 438.066/RS**, Rel. Min. GILMAR MENDES - **RE 468.490/AM**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **RE 507.736/SC**, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, **v.g.**).

O **exame** da presente causa **evidencia** que o acórdão ora impugnado **diverge**, frontalmente, da diretriz jurisprudencial que esta Suprema Corte **firmou** na análise da matéria em referência.

Sendo assim, pelas razões expostas, **conheço** e **dou provimento** ao recurso extraordinário interposto pela União (**CPC**, art. 557, § 1º-A), **em ordem a julgar improcedente** a ação ajuizada por Raimundo Hiroshi Kitanishi.

De outro lado, **conheço** do recurso extraordinário deduzido por Raimundo Hiroshi Kitanishi, **para negar-lhe provimento**.

Fixo, em R$ 1.000,00 (mil reais), a **verba honorária** a ser suportada pela parte sucumbente (**CPC**, art. 23).

Ressalvo, no entanto, **quanto aos encargos resultantes da sucumbência**, a hipótese de ser, a parte vencida, **eventual beneficiária** da gratuidade, **caso em que lhe será aplicável** a cláusula de exoneração **prevista** na Lei nº 1.060/50 (art. 3º), **observando-se**, no que couber, a norma inscrita **no art. 12** desse **mesmo** diploma legislativo, **cuja incidência** foi reputada **compatível** com o que dispõe o art. 5º, LXXIV, da Constituição da República (**RE 184.841/DF**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE).

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 562.531-1 (938)

PROCED.	: BAHIA
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S)	: APOIO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA
ADV.(A/S)	: ANA FRAZÃO E OUTRO(A/S)

DECISÃO: A **controvérsia** suscitada na presente causa **consiste** em saber, **considerado** o postulado da reserva constitucional de lei complementar, **se o art. 56** da Lei nº 9.430/96 **subsiste**, juridicamente, **em face** do art. 6º, inciso II, da Lei Complementar nº 70/91.

Como se sabe, a LC nº 70/91, **ao instituir** a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), **isentou**, de referida exação tributária, "***as sociedades civis*** *de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.397, de 21 de dezembro de 1987 (...)*" (art. 6º, II), **vale dizer**, **concedeu o benefício** da exclusão do crédito tributário, **sob a modalidade da isenção**, às sociedades civis de prestação de serviços profissionais relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada.

A Lei nº 9.430/96, por sua vez, **ao dispor** sobre a legislação tributária federal, **inclusive** as contribuições para a seguridade social, **estabeleceu**, em seu art. 56, que "***As sociedades civis de prestação de serviços*** *de profissão legalmente regulamentada* ***passam a contribuir*** *para a seguridade social com base na receita bruta da prestação de serviços,* ***observadas*** *as normas da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991*" (**grifei**).

Mostra-se importante registrar que esta Corte **já assinalou**, a propósito **das contribuições** a que se refere o art. 195 da Constituição (**RTJ** 143/313-314 - **RTJ** 143/684), **que a lei ordinária** revela-se tipo normativo juridicamente adequado à veiculação **dessa modalidade** de tributo, **o que permite reconhecer** que a regulação de tais espécies tributárias - **notadamente** dos elementos estruturais que lhes compõem a hipótese de incidência - **não se acha incluída** no domínio normativo da lei complementar.

Não foi por outra razão que o Supremo Tribunal Federal, **em pronunciamento** concernente à própria COFINS, **deixou assentado** - como tive o ensejo de destacar **em diversas** decisões proferidas nesta Corte (**RE 480.156/RJ**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **RE 481.779/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **v.g.**) - que a Lei Complementar nº 70/91, **a despeito** de seu caráter **formalmente** complementar, **veiculou** matéria **não submetida** à reserva constitucional de lei complementar, **a permitir**, por isso mesmo, **que eventuais alterações** no texto desse diploma legislativo **pudessem ser introduzidas** mediante simples lei ordinária (**RTJ** 156/721-722).

Ao assim decidir, esta Corte, **examinando a delicada questão concernente às relações entre a lei complementar e a lei ordinária**, **teve presente** o magistério da doutrina (GERALDO ATALIBA, "**Lei Complementar na Constituição**", p. 58, 1971, RT; JOSÉ SOUTO MAIOR BORGES, "**Lei Complementar Tributária**", p. 27, 1975, RT/EDUC; HUMBERTO ÁVILA, "**Sistema Constitucional Tributário**", p. 134, 2ª ed., 2006, Saraiva; SACHA CALMON NAVARRO COÊLHO, "**Comentários à Constituição de 1988 - Sistema Tributário**", p. 79, item n. 3.4, 9ª ed., 2005, Forense, **v.g.**), **segundo o qual** as normas **formalmente** inscritas em lei complementar - **mas que dispuserem**, no entanto, **sobre temas estranhos** ao âmbito de incidência material **dessa** espécie normativa (**CF**, art. 69) - **qualificam-se** como regras legais **meramente** ordinárias, **subsumindo-se**, em conseqüência, **ao regime constitucional** das leis ordinárias (**RTJ** 113/392, **v.g.**).

Cumpre assinalar, por relevante, **que esse entendimento reconhece inexistir** qualquer vínculo hierárquico-normativo **entre** a lei complementar **e** a lei ordinária (MICHEL TEMER, "**Elementos de Direito Constitucional**", p. 146/148, item n. 4, 20ª ed., 2005, Malheiros; LUIZ ALBERTO DAVID ARAUJO/VIDAL SERRANO NUNES JÚNIOR, "**Curso de Direito Constitucional**", p. 355/356, item n. 5.2, 9ª ed., 2005, Saraiva; GUILHERME PEÑA DE MORAES, "**Direito Constitucional - Teoria da Constituição**", p. 195, item n. 3.2, nota de rodapé n. 33, 2003, Lumen Juris, **v.g.**), **valendo referir**, no ponto, **a autorizada observação** de AIRES F. BARRETO ("**ISS na Constituição e na Lei**", p. 105, item n. 6.1, 2005, Dialética):

"*A lei complementar* ***não é*** *uma lei hierarquicamente superior à lei ordinária.* ***Como ensina*** *Souto Borges, lei complementar* ***e*** *lei ordinária* ***têm campos de atuação absolutamente diversos****; a matéria (o conteúdo) é diferente. Os campos de atuação de uma e outra são absolutamente diversos,* ***mas isso não quer dizer*** *que a lei complementar* ***seja hierarquicamente superior*** *à lei ordinária.*" (**grifei**)

Impende relembrar, neste ponto, que o Supremo Tribunal Federal, **mediante** decisões colegiadas **emanadas** de sua colenda Primeira Turma, **tem reafirmado** essa diretriz, **que afasta** a alegação de superioridade da lei complementar **em face** da lei ordinária:

"***Contribuição social (CF****, art. 195, I):* ***legitimidade da revogação*** *pela L. 9.430/96* ***da isenção*** *concedida às sociedades civis de profissão regulamentada pela Lei Complementar 70/91,* ***dado*** *que essa lei,* ***formalmente complementar****,* ***é****, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída,* ***materialmente ordinária****;* ***ausência de violação*** *ao princípio da hierarquia das leis,* ***cujo respeito*** *exige seja observado* ***o âmbito material*** *reservado às espécies normativas* ***previstas*** *na Constituição Federal.* ***Precedente: ADC 1****,* ***Moreira Alves****,* ***RTJ*** *156/721.*"

(**RE 451.988-AgR/RS**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - **grifei**)

"*(...)* ***III. PIS/COFINS: revogação*** *pela L. 9.430/96* ***da isenção*** *concedida às sociedades civis de profissão pela LC 70/91.*

1. A norma revogada *- embora inserida formalmente em lei complementar -* ***concedia*** *isenção de tributo federal* ***e****, portanto,* ***submetia-se à disposição de lei federal ordinária****, que outra lei ordinária da União,* ***validamente****, poderia revogar,* ***como efetivamente revogou****.*

2. Não há violação *do princípio da hierarquia das leis -* ***rectius****, da reserva constitucional de lei complementar - cujo respeito exige seja observado o âmbito material reservado pela Constituição às leis complementares.*

3. Nesse sentido*, a jurisprudência* ***sedimentada*** *do Tribunal,* ***na trilha*** *da decisão* ***da ADC 1****, 01.12.93, Moreira Alves,* ***RTJ*** *156/721,* ***e também pacificada*** *na doutrina.*"

(**RE 419.629/DF**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - **grifei**)

Cumpre ressaltar, finalmente, por necessário, que esse entendimento **vem sendo observado** em **sucessivos** julgamentos, **proferidos** no âmbito do Supremo Tribunal Federal, **a propósito** de questão **rigorosamente** idêntica à que ora se examina **nesta** sede recursal (**AI 305.861/RS**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - **AI 508.337/RS**, Rel. Min. CEZAR PELUSO - **RE 425.612/RJ**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **v.g.**).

O **exame** da presente causa **evidencia** que o acórdão ora recorrido **não se ajusta** à orientação jurisprudencial **que vem prevalecendo** nesta Suprema Corte, **o que torna plenamente acolhível** a pretensão recursal ora manifestada pela União Federal.

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, **conheço** do presente recurso extraordinário, **para dar-lhe provimento**, **em ordem a reconhecer a subsistência jurídica** do art. 56 da Lei nº 9.430/96 **em face** do art. 6º, inciso II, da Lei Complementar nº 70/91, **denegando**, em conseqüência, o mandado de segurança **impetrado** pela parte ora recorrida. **No que concerne** à verba honorária, **revela-se aplicável** o enunciado constante da Súmula 512/STF.

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 562.533-8 (939)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S)	: MASSA FALIDA DE CAPOTE VESTUÁRIO LTDA

DECISÃO: O **presente** recurso extraordinário **insurge-se** contra acórdão **que se apóia** em dois (2) fundamentos, **um dos quais** possui caráter infraconstitucional.

Cabe acentuar, neste ponto, que, **em situações** nas quais o tema de índole meramente legal **deixa de ser apreciado** pelo E. Superior Tribunal de Justiça - **seja** porque **não** interposto o pertinente recurso especial, **seja** porque, **embora** deduzido o apelo excepcional em questão, a parte recorrente **nele não impugna** o referido fundamento de natureza infraconstitucional, **seja**, ainda, porque **denegado** processamento ao recurso especial (a que **não** se seguiu a utilização do **cabível** agravo de instrumento), **seja**, finalmente, porque o recurso especial **não foi** conhecido **ou** provido -, a **jurisprudência** desta Suprema Corte, **em ocorrendo** qualquer dessas hipóteses, **tem aplicado** a doutrina constante da Súmula 283/STF.

Isso significa, portanto, **presente** o contexto em exame, que a **ausência** de impugnação do fundamento legal **subjacente** ao acórdão recorrido, **que se revelava** suscetível de impugnação em sede recursal adequada, **basta para conferir**, por si só, em **qualquer** das situações **acima** referidas, **subsistência autônoma** à decisão ora questionada **nesta** causa, **precisamente** em decorrência da **preclusão** do fundamento infraconstitucional mencionado, **tal como adverte** o magistério jurisprudencial que o Supremo Tribunal Federal **firmou** na matéria (**RTJ** 151/261-262 - **AI 237.774-AgR/SP**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA - **RE 168.517/RS**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - **RE 273.834/RJ**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **v.g.**).

Sendo assim, pelas razões expostas, e considerando, ainda, **precedentes específicos** sobre a matéria ora em exame (**RE 475.279/PR**, Rel. Min. CARLOS BRITTO - **RE 508.892/RS**, Rel. Min. EROS GRAU, **v.g.**), **não conheço** do presente recurso extraordinário (**Súmula 283/STF**).

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 562.558-3 (940)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.(A/S)	: MAURICIO ALVAREZ MATEOS E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: DOUNYRAN PEREZ
ADV.(A/S)	: CARLOS ALBERTO HEILMANN E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O **Plenário** do Supremo Tribunal Federal, ao julgar o **RE 226.855/RS**, Rel. Min. MOREIRA ALVES, **definiu** a controvérsia jurídica pertinente ao conflito de leis no tempo (**CF**, art. 5º, XXXVI), resultante das sucessivas edições, pelo Governo da União, de **vários** planos econômicos, cuja execução motivou o debate em torno da reposição dos **expurgos inflacionários** referentes aos saldos das contas vinculadas que constituem o FGTS.

Esta Suprema Corte, no julgamento em questão, firmou entendimento no sentido de que a controvérsia referente ao **Plano Verão** (jan/89) e ao **Plano Collor I** (abril/90) - por revestir-se de **caráter meramente legal** - faz instaurar debate cujo âmbito temático, por efeito de sua própria natureza, situa-se em domínio estritamente infraconstitucional.

Na realidade, **e quanto a tais planos econômicos**, o Plenário do Supremo Tribunal Federal considerou que o litígio em causa caracterizaria, **quando muito**, hipótese configuradora de **ofensa indireta** ao texto da Constituição, circunstância essa que, na linha da jurisprudência desta Corte (**RTJ** 120/912 - **RTJ** 132/455), **inviabiliza** o próprio conhecimento do recurso extraordinário.

De outro lado, e no que concerne aos **Planos Bresser** (julho/87), **Collor I** (maio/90) **e Collor II** (fev/91), o Supremo Tribunal Federal, no julgamento plenário acima referido, reconheceu **inexistir** situação caracterizadora de direito adquirido à reposição dos expurgos inflacionários gerados pela aplicação de tais planos econômicos.

O exame dos autos **evidencia** que o acórdão ora impugnado **reconheceu**, em favor da parte ora recorrida, o direito à reposição do índice pertinente ao **Plano Collor I** (abril/90).

A natureza jurídica da controvérsia referente a tal plano econômico, **precisamente** por traduzir matéria de caráter infraconstitucional - como **decidiu** o **Plenário** desta Corte no julgamento do **RE 226.855/RS** -, **impede** o conhecimento do apelo extremo.

Sendo assim, e pelas razões expostas, **não conheço** do presente recurso extraordinário.

Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 562.659-8 (941)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: CAROLINE DELDUQUE SENNES VICHI
RECDO.(A/S)	: ELI DE OLIVEIRA
ADV.(A/S)	: TÂNIA MARIA DE ALMEIDA LIPORONI E OUTRO(A/S)

DECISÃO: A parte ora recorrente, **ao deduzir** o presente apelo extremo, **sustentou** que o tribunal "*a quo*" **teria transgredido** preceito inscrito na Constituição da República.

O **exame** da presente causa **evidencia** que o recurso extraordinário, **no ponto** em que se fundamentou no art. 102, III, "**a**", **não se revela viável**.

É que o acórdão recorrido - **ao apreciar** a questão pertinente ao benefício assistencial **previsto** na Lei nº 8.742/93 - **decidiu** a controvérsia **à luz** dos fatos **e** das provas existentes nos autos, **reconhecendo a inexistência** de rendimentos **ou** de outros meios de subsistência destinados a sustentar a pessoa amparada pela norma inscrita no art. 203, V, da Constituição.

Tal circunstância obsta o próprio conhecimento do recurso extraordinário deduzido pela parte ora recorrente, **em face** do que se contém **na Súmula 279** do Supremo Tribunal Federal, **considerada** a jurisprudência desta Corte **firmada** na análise de controvérsia **idêntica** à suscitada no apelo extremo em questão (**AI 466.881-AgR/SP**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - **AI 497.501/RS**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **RE 394.668-AgR/SP**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO):

"***MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. SALÁRIO MÍNIMO. LEI Nº 8.742/93. REQUISITOS OBJETIVOS. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 279.***

A moldura fática *delineada pelo Tribunal recorrido* ***é de que está comprovado*** *que a parte autora* ***não possui*** *meios suficientes para prover a própria subsistência* ***ou*** *de tê-la provida por sua família,* ***sendo-lhe deferido o benefício****. Esse o quadro,* ***deve incidir o óbice*** *da Súmula 279 desta colenda Corte,* ***uma vez que inviável o reexame do conjunto fático-probatório em sede extraordinária****.*

Agravo regimental ***a que se nega*** *provimento.*"

(**AI 481.791-AgR/SP**, Rel. Min. CARLOS BRITTO - **grifei**)

De outro lado, a parte ora recorrente, **ao deduzir** o recurso extraordinário em questão, **também invocou**, como fundamento do apelo extremo, a cláusula inscrita no art. 102, III, "**b**", da Constituição da República.

Ocorre, no entanto, que se revela **impertinente**, na espécie, a fundamentação com que a parte ora recorrente **pretendeu justificar** a interposição do **presente** recurso extraordinário, **eis que** o acórdão - que alegadamente declarou a inconstitucionalidade - **resultou** de julgamento efetuado por órgão simplesmente **fracionário** do Tribunal recorrido.

Cumpre ter presente, neste ponto, que o recurso extraordinário, **quando** interposto **com apoio** no art. 102, III, "***b***", da Carta Política, **supõe**, necessariamente, **a existência de acórdão que haja declarado** "*a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal*", **desde** que observado, no entanto, **quanto** a esse pronunciamento, **o postulado da reserva de Plenário** (**CF**, art. 97), **exceto se já houver**, quanto ao "*thema decidendum*", **anterior declaração plenária reconhecendo** a ilegitimidade constitucional do ato emanado do Poder Público (**RTJ** 166/1033-1035).

Tal situação processual (**existência** de decisão **plenária** de inconstitucionalidade), porém, como já enfatizado, **não se registrou** na espécie ora em exame.

Torna-se forçoso concluir, desse modo, que se mostra **insuscetível** de conhecimento o apelo extremo em questão, **eis que** o recurso extraordinário, **para legitimar** a invocação do art. 102, III, "**b**", da Carta Política, **pressupõe** que a declaração de inconstitucionalidade haja sido proferida, **em sede plenária** (**CF**, art. 97), pelo Tribunal recorrido, consoante **adverte** o magistério jurisprudencial **desta** Suprema Corte:

"***Recurso extraordinário**: **cabimento**: art. 102, III, '**b**', da Constituição.*

***A decisão impugnável pelo RE**, '**b**', **é a que se fundamenta**, **formalmente**, **em declaração de inconstitucionalidade** de tratado ou lei federal, **feita em conformidade com o disposto no art. 97**, **da Constituição**.*"

(**RTJ 161/661-662**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - **grifei**)

Em suma: o acórdão ora questionado - **precisamente** porque **não** proferido **em sede plenária** (**CF**, art. 97) - **não pode** viabilizar, **considerado** o próprio fundamento de sua interposição (**CF**, art. 102, III, "**b**"), o conhecimento do **presente** recurso extraordinário.

Cabe observar, por necessário, que a declaração de inconstitucionalidade, **apta a viabilizar** a interposição do apelo extremo **com fundamento** no art. 102, III, "**b**", da Carta Política, **é somente aquela** que emana do Plenário do Tribunal (**ou**, onde houver, do **respectivo** órgão especial), em pronunciamento **que se ajuste** à cláusula inscrita **no art. 97** da Constituição da República, pois, como se sabe, o postulado da reserva de Plenário **exige** que a proclamação **da invalidade constitucional** de determinado ato estatal **resulte**, sempre, de julgamento efetuado, **qualquer** que seja o Tribunal, "***in full bench***" (**RTJ** 95/859 - **RTJ** 96/1188 - **RT** 508/217 - **RF** 193/131):

"***Nenhum** órgão fraccionário de **qualquer** Tribunal dispõe de competência, no sistema jurídico brasileiro, **para declarar a inconstitucionalidade** de leis ou atos emanados do Poder Público. **Essa magna prerrogativa jurisdicional** foi atribuída, **em grau de absoluta exclusividade**, ao Plenário dos Tribunais ou, **onde houver**, ao respectivo Órgão Especial. Essa extraordinária competência dos Tribunais é regida pelo **princípio da reserva de Plenário**, inscrito no artigo 97 da Constituição da República.*

*Suscitada a questão prejudicial de constitucionalidade perante órgão fraccionário de Tribunal (**Câmaras**, **Grupos**, **Turmas ou Seções**), a este competirá, em acolhendo a alegação, submeter a controvérsia jurídica ao Tribunal Pleno.*"

(**RTJ 150/223-224**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Vê-se, portanto, **que se impunha**, à parte ora recorrente, **fundamentar**, o recurso extraordinário em causa, **na alegação** - **que não foi feita** - de ofensa **ao que dispõe** o art. 97 da Carta Política, **eis que** a declaração de inconstitucionalidade, **no caso**, emanou **de órgão meramente fracionário** do Tribunal "*a quo*".

Tratando-se de controvérsia constitucional surgida, **originariamente**, quando do próprio julgamento ora questionado, **cabia**, à parte ora recorrente, **opor**, previamente, os **pertinentes** embargos de declaração, **em ordem** a provocar **o prequestionamento explícito** dessa matéria constitucional, **observando-se**, a esse respeito, a diretriz jurisprudencial que o Supremo Tribunal Federal **firmou** no tema (**RTJ 123/383**, Rel. Min. MOREIRA ALVES - **AI 409.116-AgR/DF**, Rel. Min. ELLEN GRACIE):

"*AGRAVO DE INSTRUMENTO - **AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO** DA MATÉRIA CONSTITUCIONAL - **ALEGAÇÃO** DE OFENSA À CONSTITUIÇÃO **QUE SE CONFIGUROU**, **ORIGINARIAMENTE**, **NO PRÓPRIO ACÓRDÃO RECORRIDO - IMPRESCINDIBILIDADE** DA OPOSIÇÃO **DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS** - RECURSO **IMPROVIDO**.*

*- A **jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal **continua a exigir**, como **pressuposto necessário** à **adequada** interposição do recurso extraordinário, que o acórdão recorrido tenha **efetivamente** examinado, **de modo explícito**, a controvérsia constitucional.*

*- Na hipótese em que a **alegada** situação de litigiosidade constitucional **tenha** surgido, originariamente, **no próprio acórdão recorrido**, é imprescindível a oposição dos **pertinentes** embargos declaratórios, para que o **tema constitucional** seja **expressamente** enfrentado pelo Tribunal de origem. **Precedentes**.*"

(**AI 254.903-AgR/MG**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Sendo assim, pelas razões expostas, **não conheço** do presente recurso extraordinário.

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 562.685-7 (942)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: ELGA BERNARDI E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: WILSON LUÍS DE SOUSA FOZ E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO: **1.** Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e assim ementado:

"PASEP - CORREÇÃO MONETÁRIA - PRETENSÃO AOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - ILEGITIMIDADE DA UNIÃO FEDERAL - PRELIMINAR REJEITADA. PRESCRIÇÃO: PRAZO QÜINQÜENAL.

1. A União Federal é parte passiva legítima nas ações que objetivam a correção monetária dos valores referentes ao PASEP (artigos 9º, § 8º e 10º, do Decreto nº 78.276/76).

2. É de cinco anos o prazo prescricional para a postulação da correção monetária das contas do PASEP.

3. Incide, no caso concreto, o artigo 1º, do Decreto nº 20.910/32.

4. Consumação da prescrição.

5. Remessa oficial e apelação da União Federal providas, para acolher a preliminar de prescrição. Prejudicada a apelação da parte autora" (fl. 310).

Sustentam os recorrentes, com base no art. 102, III, **a**, violação ao disposto no art. 239, da Constituição Federal.

2. Inadmissível o recurso.

O aresto impugnado dirimiu a controvérsia com base em interpretação de norma infraconstitucional (Decreto nº 20.910/32). Ora, é pacífica a jurisprudência desta Corte, no sentido de se não admitir, em recurso extraordinário, alegação de ofensa que, irradiando-se de má interpretação, aplicação, ou, até, de inobservância de normas infraconstitucionais, seria apenas indireta à Constituição da República.

É o que se tem decidido em casos análogos (cf. **RE nº 431.312**, Rel. Min. **ELLEN GRACIE,** DJ de 4.10.2004; **AI nº 498.212,** Rel. Min. **NELSON JOBIM**, DJ de 17.5.2004; **AI nº 449.908**, Rel. Min. **CELSO DE MELLO**, DJ de 25.3.2004; **AI nº 459.721,** Rel. Min. **SEPÚLVEDA PERTENCE**, DJ de 17.12.2003).

3. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso (art. 21, § 1º, do RISTF, art. 38 da Lei nº 8.038, de 28.5.90, e art. 557 do CPC).

Publique-se. Int..

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 562.691-1 (943)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S)	: MASSA FALIDA DE PAJOST CONSTRUÇÕES LTDA
ADV.(A/S)	: ERNESTO FLOCKE HACK E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O **presente** recurso extraordinário **insurge-se** contra acórdão **que se apóia** em dois (2) fundamentos, **um dos quais** possui caráter infraconstitucional.

Cabe acentuar, neste ponto, que, **em situações** nas quais o tema de índole meramente legal **deixa de ser apreciado** pelo E. Superior Tribunal de Justiça - **seja** porque **não** interposto o pertinente recurso especial, **seja** porque, **embora** deduzido o apelo excepcional em questão, a parte recorrente **nele não impugna** o referido fundamento de natureza infraconstitucional, **seja**, ainda, porque **denegado** processamento ao recurso especial (a que **não** se seguiu a utilização do **cabível** agravo de instrumento), **seja**, finalmente, porque o recurso especial **não foi** conhecido **ou** provido -, a **jurisprudência** desta Suprema Corte, **em ocorrendo** qualquer dessas hipóteses, **tem aplicado** a doutrina constante da Súmula 283/STF.

Isso significa, portanto, **presente** o contexto em exame, que a **ausência** de impugnação do fundamento legal **subjacente** ao acórdão recorrido, **que se revelava** suscetível de impugnação em sede recursal adequada, **basta para conferir**, por si só, em **qualquer** das situações **acima** referidas, **subsistência autônoma** à decisão ora questionada **nesta** causa, **precisamente** em decorrência da **preclusão** do fundamento infraconstitucional mencionado, **tal como adverte** o magistério jurisprudencial que o Supremo Tribunal Federal **firmou** na matéria (**RTJ** 151/261-262 - **AI 237.774-AgR/SP**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA - **RE 168.517/RS**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - **RE 273.834/RJ**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **v.g.**).

Sendo assim, pelas razões expostas, e considerando, ainda, **precedentes específicos** sobre a matéria ora em exame (**RE 475.279/PR**, Rel. Min. CARLOS BRITTO - **RE 508.892/RS**, Rel. Min. EROS GRAU, **v.g.**), **não conheço** do presente recurso extraordinário (**Súmula 283/STF**).

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 562.702-1 (944)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: JESUS PEREIRA
RECDO.(A/S)	: ROSALINA BERNARDY PASA
ADV.(A/S)	: ALTEMAR RECH E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O **acórdão** em exame, **objeto** do presente recurso extraordinário, **diverge** da orientação que o **Plenário** do Supremo Tribunal Federal **firmou** no julgamento **do RE 415.454/SC e do RE 416.827/SC**, de que foi Relator o eminente Ministro GILMAR MENDES.

Esta Suprema Corte, **ao apreciar** os recursos extraordinários em questão, **entendeu** que o acórdão recorrido **incidiu** em múltiplas transgressões à Constituição, **seja fazendo má aplicação** da garantia constitucional do direito adquirido, **seja não observando** a exigência da precedência da fonte de custeio (**CF**, art. 195, § 5º) **ou** da contrapartida (**que mantém** íntima conexão com o postulado do equilíbrio atuarial), **seja**, ainda, **desrespeitando** o princípio da reserva de lei.

Na realidade, o Supremo Tribunal Federal, por diversas vezes, **já se pronunciou** no sentido de que os benefícios previdenciários **devem regular-se pela lei vigente ao tempo em que preenchidos** os requisitos necessários à sua concessão, **de tal modo** que - **presente** referido contexto de ordem temporal - **não se revelava viável** fazer incidir, como pretendido pela parte ora recorrida, uma nova lei (**como** a Lei nº 9.032/95) sobre o cálculo "*das prestações futuras relativas a benefício já concedido pelo INSS*", **como corretamente advertiu**, em seu douto voto, o eminente Relator do "*leading case*".

Esse entendimento - que emana, **diretamente**, do postulado constitucional da segurança jurídica - **desautoriza**, ainda que se trate de diploma legislativo de ordem pública, **a projeção imediata** de lei nova (**como** a Lei nº 9.032/95) **sobre os efeitos futuros** resultantes **de causa a ela anterior**, **sob pena de se configurar** situação caracterizadora **de retroatividade mínima** (MATOS PEIXOTO, "**Limite Temporal da Lei**", "*in*" Revista dos Tribunais, vol. 173/459, **468**; REYNALDO PORCHAT, "**Curso Elementar de Direito Romano**", vol. I/338-339, item n. 528, 1937, Melhoramentos, **v.g.**), **vedada** pela cláusula **inscrita** no inciso XXXVI do art. 5º da Constituição da República, **como o evidenciam** decisões **deste** Tribunal **proferidas** a propósito **da inaplicabilidade** de lei nova a benefícios de caráter previdenciário que tenham sido **anteriormente** deferidos (**RTJ** 111/1373 - **RTJ** 119/895 - **RTJ** 135/792 - **RTJ** 182/809 - **RTJ** 184/1179--1180, **v.g.**).

Cabe fazer referência, neste ponto, **à inaplicabilidade**, ao caso, **da Súmula 654/STF**, cujo enunciado **dispõe** que "*A garantia da irretroatividade da lei, prevista no art. 5º, XXXVI, da Constituição da República, não é invocável pela entidade estatal que a tenha editado*".

Revela-se de todo impertinente a invocação, **na espécie**, desse enunciado sumular. **É que os precedentes** que motivaram **a formulação** da Súmula 654/STF **versavam** hipóteses em que o próprio diploma legislativo **previa**, de modo expresso, **a aplicação retroativa** de seus efeitos, **de cuja incidência**, no entanto, **o Poder Público - que editara** a lei - **pretendia ver-se excluído**, **invocando**, então, **de maneira inadequada**, o postulado da irretroatividade da lei.

Daí a formulação sumular em referência, **cujo sentido**, por isso mesmo, **deve ser extraído** dos fundamentos **subjacentes** aos precedentes jurisprudenciais **de que a Súmula 654/STF se originou**.

O exame atento de tais precedentes **evidencia** que a situação neles referida simplesmente **não ocorre** na espécie, **eis** que a Lei nº 9.032/95 **não veiculou** qualquer cláusula **autorizadora** de sua aplicação retroativa, **o que torna impertinente**, portanto, **a invocação** da Súmula 654/STF.

Cumpre assinalar, ainda, por necessário, **que não se revela** constitucionalmente possível, ao Poder Judiciário, **sob fundamento** de isonomia, **estender**, em sede jurisdicional, **majoração** de benefício previdenciário, **quando inexistente**, na lei (**como sucede** na espécie), **a indicação** da fonte de custeio total, **sob pena** de o Tribunal, **se** assim proceder, **atuar na anômala condição** de legislador positivo (**RTJ** 143/57 - **RTJ** 153/765 - **RTJ** 161/739-740 - **RTJ** 175/1137, **v.g.**), **transgredindo**, desse modo, o princípio da separação de poderes.

É que a majoração de benefícios previdenciários, **além de submetida** ao postulado da contrapartida (**CF**, art. 195, **§ 5º**), **também depende**, para efeito de sua veiculação, **da observância** do princípio da reserva de lei.

Essa orientação - que consagra a **advertência** de que o princípio constitucional da reserva de lei formal **traduz limitação** ao exercício da atividade jurisdicional do Estado (**RTJ** 184/1170-1172) - **acha-se consubstanciada em inúmeros julgamentos** proferidos no âmbito do Supremo Tribunal Federal (**RTJ** 189/747 - **RTJ** 190/685-686 - **RTJ** 195/635, **v.g.**).

Em suma: **nenhum** benefício previdenciário **poderá ser estendido** (**tanto quanto** instituído **ou** majorado) **sem** a correspondente indicação, na legislação pertinente, da fonte de custeio total (**CF**, art. 195, § 5º), **a significar**, portanto, **que a nova** legislação previdenciária **somente** deverá ser aplicada aos benefícios cujos requisitos hajam sido preenchidos, pelo interessado, **sob a égide** de mencionado diploma legislativo.

Cabe indagar, finalmente, **não obstante** a existência dos "*leading cases*" referidos, **se** se revelaria lícito decidir, **desde logo**, a presente causa, **eis que ainda não publicados** os acórdãos consubstanciadores **dos julgamentos plenários** do RE 415.454/SC **e** do RE 416.827/SC.

A **jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal, **ao responder afirmativamente** a tal indagação (**RTJ** 183/1173-1174 - **RTJ** 185/1118-1119 - **RTJ** 186/738-739 - **RTJ** 190/1102-1103 - **RTJ** 194/362-363, **v.g.**), **tem enfatizado** que a **ausência** de publicação do acórdão **não constitui** obstáculo processual ao **imediato** julgamento da causa, **em sede monocrática**, pelo Relator:

"***A EXISTÊNCIA DE PRECEDENTE FIRMADO PELO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL AUTORIZA O JULGAMENTO IMEDIATO DE CAUSAS QUE VERSEM O MESMO TEMA (RISTF, ART. 101)***.

*- **A declaração** de constitucionalidade **ou** de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, **emanada do Plenário** do Supremo Tribunal Federal, **em decisão** proferida por maioria qualificada, **aplica-se aos novos processos** submetidos à apreciação das Turmas **ou** à deliberação dos Juízes que integram a Corte, **viabilizando**, em conseqüência, **o julgamento imediato de causas que versem o mesmo tema**, **ainda** que o acórdão plenário - **que firmou** o precedente no '**leading case**' - **não** tenha sido publicado, **ou**, caso já publicado, **ainda não haja** transitado em julgado. **Precedentes**.*

*É **que a decisão plenária** do Supremo Tribunal Federal, **proferida nas condições** estabelecidas pelo art. 101 do RISTF, **vincula** os julgamentos futuros a serem efetuados, **colegialmente**, pelas Turmas ou, **monocraticamente**, pelos Juízes **desta** Corte, **ressalvada a** possibilidade de **qualquer** dos Ministros do Tribunal - **com apoio** no que **dispõe** o art. 103 do RISTF - **propor**, ao Pleno, **a revisão** da jurisprudência assentada em matéria constitucional. **Precedente**.*"

(**RTJ 174/911-912**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Sendo assim, em face das razões expostas, **e tendo em consideração**, ainda, os **precedentes** firmados **pelo Plenário** do Supremo Tribunal Federal, **conheço** do presente recurso extraordinário, **para dar-lhe provimento** (**CPC**, art. 557, § 1º-A).

Quanto aos ônus da sucumbência, **deles fica isenta** a parte ora recorrida, **consoante decidido** no julgamento plenário **do RE 403.335/AL**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE.

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 562.771-3 (945)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECTE.(S)	: NILTON DA CRUZ PINTO
ADV.(A/S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO:

Manifeste-se a Procuradoria-Geral da República (art. 103, § 1º, da Constituição da República e art. 52, inc. XIV, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 562.782-9 (946)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADV.(A/S)	: JEFERSON ANTONIO ERPEN E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: VALDOMIRO LUCAS DE OLIVEIRA
ADV.(A/S)	: FLÁVIA VENTURELLA

DECISÃO: O acórdão ora impugnado nesta sede recursal extraordinária **diverge**, frontalmente, da orientação jurisprudencial **firmada** pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da **ADI 4-MC/DF**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES (**RTJ** 147/719).

Esta Suprema Corte, no julgamento mencionado, reconheceu que o preceito inscrito no art. 192, § 3º, da Carta Política - hoje **derrogado** pela EC 40, de 29/05/2003 - **não se revestia** de autoaplicabilidade.

Essa orientação **foi reafirmada**, em sede de controle incidental (fiscalização concreta de constitucionalidade), por **ambas as Turmas** desta Suprema Corte (**RTJ** 150/950 - **RTJ** 151/635 - **RTJ** 152/666, **v.g.**).

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, **conheço** do presente recurso extraordinário, **para dar-lhe** provimento (**CPC**, art. 557, § 1º - A), em ordem a **excluir**, no que concerne à cobrança de juros reais, a **limitação** de 12% ao ano imposta pelo acórdão recorrido, **invertidos**, nesse **específico** ponto, os ônus da sucumbência.

Ressalvo, no entanto, **quanto aos encargos resultantes da sucumbência**, a hipótese de ser, a parte vencida, **beneficiária** da gratuidade, **caso em que lhe será aplicável** a cláusula de exoneração **prevista** na Lei nº 1.060/50 (art. 3º), **observando-se**, no que couber, a norma inscrita **no art. 12** desse **mesmo** diploma legislativo, **cuja incidência** foi reputada **compatível** com o que dispõe o art. 5º, LXXIV, da Constituição da República (**RE 184.841/DF**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE).

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO - Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 562.793-4 (947)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S)	: MASSA FALIDA DE INDUSTRIAL E COMERCIAL DE TINTAS UNIÃO LTDA
ADV.(A/S)	: CARLOS AUGUSTO TOLEDO

DECISÃO: O **presente** recurso extraordinário **insurge-se** contra acórdão **que se apóia** em dois (2) fundamentos, **um dos quais** possui caráter infraconstitucional.

Cabe acentuar, neste ponto, que, **em situações** nas quais o tema de índole meramente legal **deixa de ser apreciado** pelo E. Superior Tribunal de Justiça - **seja** porque **não** interposto o pertinente recurso especial, **seja** porque, **embora** deduzido o apelo excepcional em questão, a parte recorrente **nele não impugna** o referido fundamento de natureza infraconstitucional, **seja**, ainda, porque **denegado** processamento ao recurso especial (a que **não** se seguiu a utilização do **cabível** agravo de instrumento), **seja**, finalmente, porque o recurso especial **não foi** conhecido **ou** provido -, a **jurisprudência** desta Suprema Corte, **em ocorrendo** qualquer dessas hipóteses, **tem aplicado** a doutrina constante da Súmula 283/STF.

Isso significa, portanto, **presente** o contexto em exame, que a **ausência** de impugnação do fundamento legal **subjacente** ao acórdão recorrido, **que se revelava** suscetível de impugnação em sede recursal adequada, **basta para conferir**, por si só, em **qualquer** das situações **acima** referidas, **subsistência autônoma** à decisão ora questionada **nesta** causa, **precisamente** em decorrência da **preclusão** do fundamento infraconstitucional mencionado, **tal como adverte** o magistério jurisprudencial que o Supremo Tribunal Federal **firmou** na matéria (**RTJ** 151/261-262 - **AI 237.774-AgR/SP**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA - **RE 168.517/RS**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - **RE 273.834/RJ**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **v.g.**).

Sendo assim, pelas razões expostas, e considerando, ainda, **precedentes específicos** sobre a matéria ora em exame (**RE 475.279/PR**, Rel. Min. CARLOS BRITTO - **RE 508.892/RS**, Rel. Min. EROS GRAU, **v.g.**), **não conheço** do presente recurso extraordinário (**Súmula 283/STF**).

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 562.938-4 (948)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECTE.(S)	: MARTA BEANI RUBBO
ADV.(A/S)	: WILSON JOSÉ GERMIN E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: PGE-SP - MARIA AMÉLIA SANTIAGO DA SILVA MAIO

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão que entendeu que a ausência de norma de concessão da revisão geral anual da remuneração de servidores públicos, prevista no art. 37, X, da Constituição Federal, não gera direito à indenização.

Neste RE, fundado no art. 102, III, **a**, da Constituição, sustentou-se o cabimento de indenização em decorrência dos prejuízos suportados pelos servidores com a não-concessão da mencionada revisão.

A pretensão recursal não merece acolhida. O Plenário desta Corte, no julgamento da ADI 2.492/SP, Rel. Min. Ilmar Galvão, fixou o seguinte entendimento:

"EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO. ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (REDAÇÃO DA EC N.º 19, DE 4 DE JUNHO DE 1998). ESTADO DE SÃO PAULO.

*Norma constitucional que impõe ao Governador do Estado o dever de desencadear o processo de elaboração da lei anual de revisão geral da remuneração dos servidores estaduais, prevista no dispositivo constitucional em destaque, na qualidade de titular exclusivo da competência para iniciativa da espécie, na forma prevista no art. 61, § 1.º, II, **a**, da Carta da República.*

Mora que, no caso, se tem por verificada, quanto à observância do preceito constitucional, desde junho de 1999, quando transcorridos os primeiros doze meses da data da edição da referida EC n.º 19/98.

*Não se compreende, a providência, nas atribuições de natureza administrativa do Chefe do Poder Executivo, não havendo cogitar, por isso, da aplicação, no caso, da norma do art. 103, § 2.º, **in fine**, que prevê a fixação de prazo para o mister.*

Procedência parcial da ação."

A despeito de ter sido declarada a mora do Poder Executivo, ao Judiciário não cabe determinar ao Chefe daquele Poder a observância daquele dispositivo constitucional; muito menos lhe é permitido deferir o pedido de indenização aos servidores, visto que representaria a própria concessão do reajuste dos vencimentos sem previsão legal, contrariando jurisprudência consolidada desta Corte, consubstanciada na Súmula 339 do STF.

No mesmo sentido: RE 416.000-AgR/DF, Rel. Min. Carlos Britto; RE 457.129/MG, Rel. Min. Ellen Gracie; RE 438.066/RS, Rel. Min. Gilmar Mendes; RE 479.979/AM, Rel. Min. Eros Grau; RE 479.490-ED/AM, Rel. Min. Cezar Peluso; RE 502.368/SP, Rel. Min. Sepúlveda Pertence; RE 544.764/SP, Rel. Min. Joaquim Barbosa.

Isso posto, nego seguimento ao recurso (CPC, art. 557, *caput*).

Publique-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 563.012-9 (949)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: SÉRGIO DE CARVALHO LIMA
ADV.(A/S)	: IGOR HENRIQUE MARQUES E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S)	: PGE-RJ - JANAÍNA MARIA LOPA VALLADO

DECISÃO: **1.** Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que aplicou entendimento do verbete sumular nº 78, segundo o qual *"a gratificação de encargos especiais concedida aos coronéis da ativa da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, por ato administrativo do Chefe do Poder Executivo, exarado no Processo Administrativo nº E-12/790/94, não se estende aos demais militares das referidas corporações, ativos ou inativos"*.

Sustenta o recorrente, com base no art. 102, III, **a**, ter havido violação aos artigos 5º, *caput*, e 40, §§ 4º e 8º, da Constituição Federal.

2. Inadmissível o recurso.

O tema constitucional do art. 40, §4º, agora suscitado, não foi objeto de consideração no acórdão recorrido, faltando-lhe, assim, o requisito do prequestionamento, que deve ser explícito (**súmulas 282 e 356**).

Ainda que assim não fosse, quanto ao mais, o acórdão impugnado decidiu a causa com base no conjunto fático-probatório e na legislação infraconstitucional, de modo que eventual ofensa à Constituição Federal seria, aqui, apenas indireta.

Ora, é pacífica a jurisprudência desta Corte, no sentido de não tolerar, em recurso extraordinário, alegação de ofensa que, irradiando-se de má interpretação, aplicação, ou, até, de inobservância de normas infraconstitucionais, seria apenas indireta à Constituição da República, e muito menos, pretensão de reexame de provas (**súmula 279**).

Por fim, o princípio constitucional da separação dos poderes impede que os Juízes e Tribunais - que não dispõem de função legislativa - contemplem servidores públicos com vantagens não previstas em lei, a título de aplicação do princípio da isonomia (**súmula 339**).

3. Do exposto, nego seguimento ao recurso (art. 21, § 1º, do RISTF, art. 38 da Lei nº 8.038, de 28.05.90, e art. 557 do CPC).

Publique-se. Int..

Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 563.058-7 (950)

PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S)	: LUIZA HELENA DA SILVA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: MÁRCIO LOCKS FILHO E OUTRO(A/S)

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão que entendeu ser legítima a expedição de precatório relativo à parte incontroversa do valor da execução.

Neste RE, fundado no art. 102, III, **a**, da Constituição, alegou-se ofensa aos arts. 5º, II e LIV, 37, *caput*, e 100, § 1º e § 4º, da mesma Carta.

Preliminarmente, deixo de examinar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso. É que esta Corte, reunida em Sessão Plenária, resolveu Questão de Ordem no AI 664.567, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, ao entendimento de que "*a exigência da demonstração formal e fundamentada no recurso extraordinário da repercussão geral das questões constitucionais discutidas só incide quando a intimação do acórdão recorrido tenha ocorrido a partir de 03 de maio de 2007, data da publicação da Emenda Regimental nº 21, de 30 de abril de 2007*" (Ata de julgamento publicada em 26/6/2007).

A pretensão recursal não merece acolhida. O acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que, no julgamento do RE 458.110/MG, Rel. Min. Marco Aurélio, decidiu que a expedição de precatório de parte incontroversa da dívida não viola o § 4º do art. 100 da Constituição Federal, porquanto o mencionado dispositivo refere-se à proibição de fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para que o pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida pelo § 3º do art. 100, e, em parte, mediante a expedição de precatório. Asseverou-se, ainda, no julgamento citado, que o regime de pagamento é definido pelo valor integral da obrigação.

Ademais, não há falar em contrariedade ao art. 100, § 1º, da CF, visto que o precatório expedido refere-se à parte incontroversa da dívida, não mais sujeita à modificação. Nesse sentido, cito o RE 484.770/RS, Rel. Min. Sepúlveda Pertence.

Isso posto, nego seguimento ao recurso (CPC, art. 557, *caput*).

Publique-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
- Relator -

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 563.063-3 (951)

PROCED.	: RIO GRANDE DO NORTE
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: ADÉLIA LINS DANTAS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA
RECDO.(A/S)	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ADV.(A/S)	: PGE-RN - JANNE MARIA DE ARAÚJO

DECISÃO: A controvérsia suscitada na **presente** causa **já foi dirimida** por ambas as Turmas desta Suprema Corte (**RE 439.360-AgR/RN**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE):

"*Agravo regimental em recurso extraordinário. 2. Vencimento. Salário-mínimo. Servidor Público. Complementação por abono. Reflexos. 3. Remuneração total não inferior ao salário-mínimo. Precedentes. 4. Agravo regimental a que se nega provimento.*"

(**RE 436.368-AgR/RN**, Rel. Min. GILMAR MENDES)

O **exame** da presente causa **evidencia** que o acórdão ora recorrido **ajusta-se** à orientação jurisprudencial que o Supremo Tribunal Federal **firmou** no tema ora em análise.

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, **conheço** do **presente** recurso extraordinário, **para negar-lhe provimento**.

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 563.098-6 (952)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S)	: ERLI DA SILVEIRA RODRIGUES
ADV.(A/S)	: LUIZ ALVARO LEMOS PERNA E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O recurso especial interposto pela parte ora recorrente foi **conhecido** e **provido** pelo E. Superior Tribunal de Justiça.

Com o **trânsito** em julgado dessa decisão, que foi favorável à pretensão jurídica deduzida pela parte ora recorrente, resultou **sem objeto** o presente recurso extraordinário, motivo pelo qual julgo-o **prejudicado** (**CPC**, art. 543, § 1º).

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 563.150-8 (953)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S)	: ADILES ZANOTELLI HEISSLER E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: THIAGO CECCHINI BRUNETO E OUTRO(A/S)

DECISÃO: A controvérsia suscitada no presente recurso extraordinário **já foi dirimida** por ambas as Turmas do Supremo Tribunal Federal:

"*1. Execução contra a Fazenda Pública: recurso extraordinário: descabimento: controvérsia relativa às exigências para a inclusão do precatório no orçamento, de natureza infraconstitucional, de exame inviável no RE.*

2. Execução contra a Fazenda Pública: fracionamento do valor da execução em parcelas controversa e incontroversa, sem que isso implique em alteração de regime de pagamento, que é definido pelo valor global da obrigação: ausência, no caso, de violação do art. 100, §§ 1º e 4º, da Constituição Federal."

(**RE 484.770/RS**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE)

"*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PRECATÓRIO. PARTE INCONTROVERSA.*

A expedição de precatório relativo à parcela incontroversa não viola o disposto no artigo 100, §§ 1º e 4º, da Constituição do Brasil.

Agravo regimental a que se nega provimento."

(**AI 607.204-AgR/PR**, Rel. Min. EROS GRAU)

Cumpre ressaltar, por necessário, que esse entendimento **vem sendo observado** em **sucessivos** julgamentos, proferidos no âmbito desta Corte, **a propósito** de questões essencialmente **idênticas** à que ora se examina **nesta** sede recursal (**RE 458.110/MG**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - **RE 462.703-AgR/RS**, Rel. Min. EROS GRAU - **RE 484.168/RS**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - **RE 498.872-AgR/RS**, Rel. Min. EROS GRAU - **RE 529.461/RS**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, **v.g.**).

O **exame** da presente causa **evidencia** que o acórdão ora impugnado **ajusta-se** à diretriz jurisprudencial que esta Suprema Corte **firmou** na matéria em referência.

Sendo assim, pelas razões expostas, **conheço** do presente recurso extraordinário, **para negar-lhe provimento**.

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO - Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 563.177-0 (954)

PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: MARIA IRANI PEREIRA RIBEIRO
ADV.(A/S)	: JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S)	: PGDF - ADEMIR MARCOS AFONSO

DECISÃO: 1. Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. MAGISTÉRIO. APOSENTADORIA. REESTRUTURAÇÃO. LEI DISTRITAL Nº 3.318/2004. OFENSA AO DIREITO ADQUIRIDO. NÃO OCORRÊNCIA. POSICIONAMENTO NO ÚLTIMO NÍVEL DA CARREIRA. INDEFERIMENTO.

01. A Administração Pública possui discricionariedade para instituir o regime jurídico e plano de carreira de seus servidores, não podendo, por certo, o funcionário inativo invocar o direito adquirido visando seu reenquadramento no último padrão de novo plano de cargos e salários.

02. O poder discricionário da Administração encontra limite sempre no princípio da irredutibilidade de vencimentos. Não havendo redução de proventos, não há que se falar em enquadramento do servidor inativo no último padrão da nova carreira.

03. Verificando-se a manutenção do tempo de contribuição necessário para a aposentadoria das professoras - 25 (vinte e cinco) anos -, a possibilidade de alcançar o fim da carreira, que somente se atinge após 30 (trinta) anos e 01 (um) dia de serviço, deve ser vista, necessariamente, como uma faculdade garantida pelo novo regime jurídico inaugurado pela Lei Distrital n. 3.318/04.

04. A reestruturação da carreira não implica necessariamente a transformação ou reclassificação do cargo ou função. Estando o servidor em final de carreira, quando da aposentadoria, não lhe é assegurado o direito de posicionar-se nesse mesmo patamar se a nova lei estabeleceu requisitos para a progressão, dilatando, inclusive, o tempo necessário para a mudança de etapas.

05. Não há violação ao direito à paridade entre servidores ativos e inativos, haja vista que os servidores aposentados foram reenquadrados em consonância com os ditames da Lei Distrital nº 3.318/2004, de acordo com o tempo de efetivo exercício.

06. Recurso conhecido e não provido." (fls. 102/103)

A recorrente, com fundamento no art. 102, III, **a** e **c**, alega ter havido violação ao disposto nos arts. 5º, XXXVI, e 40, §4º, com redação anterior à EC nº 20/98, da Constituição Federal, e ao princípio constitucional da isonomia.

2. Inconsistente o recurso.

É que a questão do reenquadramento demanda a análise da Lei Distrital nº 3.318/2004, o que dependeria do reexame prévio de norma subalterna e da análise dos fatos e provas e, como tal, é insusceptível de reexame na via do recurso extraordinário. Veja-se, a título de exemplo, o **RE nº 341.880**, DJ de 24.10.03, da minha lavra, confirmado em sede regimental e com a seguinte ementa:

"RECURSO. Extraordinário. Inadmissibilidade. Servidor público estadual. Vencimentos. Plano de cargos e carreiras. Reclassificação. Interpretação de legislação local. Agravo regimental não provido. Aplicação da súmula 280. Não cabe RE que teria por objeto alegação de ofensa que, irradiando-se de má interpretação, aplicação, ou até, inobservância de direito local, seria apenas indireta à Constituição da República."

Ainda que assim não fosse, melhor sorte não teria a recorrente, pois o recurso esbarraria na jurisprudência sedimentada desta Corte, no sentido de que: "*Não há direito adquirido do servidor público estatutário à inalterabilidade do regime jurídico pertinente à composição dos vencimentos, desde que a eventual modificação introduzida por ato legislativo superveniente preserve o montante global da remuneração e, em conseqüência, não provoque decesso de caráter pecuniário*" (**RE nº 238.122 - AgRg**, Rel. Min. **CELSO DE MELLO**, DJ 04.08.00).

Por fim, é descabida a invocação da alínea **c** do art. 102, III, da Constituição Federal, pois não se julgou válida lei ou ato de governo local, contestado em face da Constituição.

3. Do exposto, valho-me do disposto nos artigos 21, § 1º, do RISTF, 38 da Lei 8.038/90, e 557 do CPC, e nego seguimento ao recurso extraordinário.

Publique-se. Int..

Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO** - Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 563.180-0 (955)

PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: NEDA LIVIA GUIMARÃES D' OLIVEIRA
ADV.(A/S)	: ROBERTO GOMES FERREIRA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S)	: PGDF - EDUARDO ALECSANDER XAVIER DE MEDEIROS

DECISÃO: 1. Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios que negou à professora aposentada o direito ao reenquadramento no novo plano de carreira dos professores da rede pública de ensino, instituído pela Lei Distrital nº 3.318/2004, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. MAGISTÉRIO DO DISTRITO FEDERAL. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. REENQUADRAMENTO DE PROFESSOR APOSENTADO NO ÚLTIMO NÍVEL. INEXISTÊNCIA DE DIREITO DE OCUPAR A MESMA POSIÇÃO NA NOVA ESTRUTURA. 1. O professor aposentado no último nível da carreira não adquire o direito de ocupar a mesma posição na nova estrutura criada pela Lei Distrital nº 3318/2004. 2. O critério utilizado pela Administração para o reenquadramento, observando a correspondência com o tempo de serviço prestado, impede distorções e preserva os princípios da isonomia e da irredutibilidade dos vencimentos. 3. Recurso conhecido e improvido." (fl. 104)

A recorrente, com fundamento no art. 102, III, **a** e **c**, alega ter havido violação ao disposto nos arts. 5º, XXXVI, e 40, §4º, com redação anterior à EC nº 20/98, da Constituição Federal, e ao princípio constitucional da isonomia.

2. Inconsistente o recurso.

É que a questão do reenquadramento demanda a análise da Lei Distrital nº 3.318/2004, o que dependeria do reexame prévio de norma subalterna e da análise dos fatos e provas e, como tal, é insusceptível de reexame na via do recurso extraordinário. Veja-se, a título de exemplo, o **RE nº 341.880**, DJ de 24.10.03, da minha lavra, confirmado em sede regimental e com a seguinte ementa:

"RECURSO. Extraordinário. Inadmissibilidade. Servidor público estadual. Vencimentos. Plano de cargos e carreiras. Reclassificação. Interpretação de legislação local. Agravo regimental não provido. Aplicação da súmula 280. Não cabe RE que teria por objeto alegação de ofensa que, irradiando-se de má interpretação, aplicação, ou até, inobservância de direito local, seria apenas indireta à Constituição da República."

Ainda que assim não fosse, melhor sorte não teria a recorrente, pois o recurso esbarraria na jurisprudência sedimentada desta Corte, no sentido de que: "*Não há direito adquirido do servidor público estatutário à inalterabilidade do regime jurídico pertinente à composição dos vencimentos, desde que a eventual modificação introduzida por ato legislativo superveniente preserve o montante global da remuneração e, em conseqüência, não provoque decesso de caráter pecuniário*" (**RE nº 238.122 - AgRg**, Rel. Min. **CELSO DE MELLO**, DJ 04.08.00).

Por fim, é descabida a invocação da alínea **c** do art. 102, III, da Constituição Federal, pois não se julgou válida lei ou ato de governo local, contestado em face da Constituição.

3. Do exposto, valho-me do disposto nos artigos 21, § 1º, do RISTF, 38 da Lei 8.038/90, e 557 do CPC, e nego seguimento ao recurso extraordinário.

Publique-se. Int..

Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 563.207-5 (956)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADV.(A/S)	: MÁRCIO MAMEDE BASTOS DE CARVALHO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: RENATO VOLMIR EMIG
ADV.(A/S)	: JAMIL ABDELRAZZAK ABDALA ABO ABDO E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O recurso especial interposto pela parte ora recorrente foi **conhecido** e **provido**, em parte, pelo E. Superior Tribunal de Justiça.

Com o **trânsito** em julgado dessa decisão, que foi favorável à pretensão jurídica deduzida pela parte ora recorrente, resultou **sem objeto** o presente recurso extraordinário, motivo pelo qual julgo-o **prejudicado** (**CPC**, art. 543, § 1º).

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO - Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 563.210-5 (957)

PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: ANTONIA MECIA ALMEIDA YAMASSAKI
ADV.(A/S)	: ROBERTO GOMES FERREIRA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S)	: PGDF - MARCIA GUASTI ALMEIDA

DECISÃO: 1. Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios que negou à professora aposentada o direito ao reenquadramento no novo plano de carreira dos professores da rede pública de ensino, instituído pela Lei Distrital nº 3.318/2004, assim ementado:

"CIVIL E PROCESSO CIVIL. MAGISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. NOVO PLANO DE CARREIRA. REENQUADRAMENTO DE SERVIDOR APOSENTADO. ÚLTIMA GRADUAÇÃO. AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO. Se a Administração Pública, dentro da sua discricionariedade, implantou novo regime na carreira do magistério público do Distrito Federal, aumentando a remuneração dos servidores e estabelecendo nova forma de progressão no cargo, o servidor aposentado não tem direito adquirido ao enquadramento na última graduação da carreira. Precedentes do STF e do STJ." (fl. 82)

A recorrente, com fundamento no art. 102, III, **a** e **c**, alega ter havido violação ao disposto nos arts. 5º, XXXVI, e 40, §4º, com redação anterior à EC nº 20/98, da Constituição Federal, e ao princípio constitucional da isonomia.

2. Inconsistente o recurso.

É que a questão do reenquadramento demanda a análise da Lei Distrital nº 3.318/2004, o que dependeria do reexame prévio de norma subalterna e da análise dos fatos e provas e, como tal, é insusceptível de reexame na via do recurso extraordinário. Veja-se, a título de exemplo, o **RE nº 341.880**, DJ de 24.10.03, da minha lavra, confirmado em sede regimental e com a seguinte ementa:

"RECURSO. Extraordinário. Inadmissibilidade. Servidor público estadual. Vencimentos. Plano de cargos e carreiras. Reclassificação. Interpretação de legislação local. Agravo regimental não provido. Aplicação da súmula 280. Não cabe RE que teria por objeto alegação de ofensa que, irradiando-se de má interpretação, aplicação, ou até, inobservância de direito local, seria apenas indireta à Constituição da República."

Ainda que assim não fosse, melhor sorte não teria a recorrente, pois o recurso esbarraria na jurisprudência sedimentada desta Corte, no sentido de que: "*Não há direito adquirido do servidor público estatutário à inalterabilidade do regime jurídico pertinente à composição dos vencimentos, desde que a eventual modificação introduzida por ato legislativo superveniente preserve o montante global da remuneração e, em conseqüência, não provoque decesso de caráter pecuniário*" (**RE nº 238.122 - AgRg**, Rel. Min. **CELSO DE MELLO**, DJ 04.08.00).

Por fim, é descabida a invocação da alínea **c** do art. 102, III, da Constituição Federal, pois não se julgou válida lei ou ato de governo local, contestado em face da Constituição.

3. Do exposto, valho-me do disposto nos artigos 21, § 1º, do RISTF, 38 da Lei 8.038/90, e 557 do CPC, e nego seguimento ao recurso extraordinário.

Publique-se. Int..

Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 563.248-2 (958)

PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: PGE-SP - ANDRÉ DOMINGUES FIGARO
RECDO.(A/S)	: AIDY RODRIGUES DOS SANTOS DIAS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: FERNANDA LINGE DEL MONTE E OUTRO(A/S)

DECISÃO: A **controvérsia jurídica** objeto deste processo **já foi dirimida** pelo **Plenário** do Supremo Tribunal Federal, que, **ao julgar a ADI 2.061/DF**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO (**RTJ** 179/587), **fixou entendimento** consubstanciado em acórdão assim ementado:

"***AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO. ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (REDAÇÃO DA EC Nº 19, DE 4 DE JUNHO DE 1998).***

***Norma constitucional** que impõe ao Presidente da República o dever de desencadear o processo de elaboração da lei anual de revisão geral da remuneração dos servidores da União, prevista no dispositivo constitucional em destaque, na qualidade de titular exclusivo da competência para iniciativa da espécie, na forma prevista no art. 61, § 1º, II, 'a', da CF.*

***Mora** que, no caso, se tem por verificada, **quanto à observância do preceito constitucional**, desde junho/1999, quando transcorridos os primeiros doze meses da data da edição da referida EC nº 19/98.*

***Não se compreende**, a providência, **nas atribuições** de natureza administrativa do Chefe do Poder Executivo, **não havendo cogitar**, por isso, da aplicação, no caso, **da norma** do art. 103, § 2º, 'in fine', **que prevê** a fixação de prazo para o mister.*

*Procedência **parcial** da ação.*" (**grifei**)

Cumpre ressaltar, por necessário, que essa orientação plenária **vem sendo observada** em **sucessivas** decisões, que, proferidas no âmbito desta Corte, **versaram questão essencialmente idêntica** à que ora se examina **nesta** sede recursal (**RE 406.784/RO**, Rel. Min. CEZAR PELUSO - **RE 410.514/RO**, Rel. Min. ELLEN GRACIE - **RE 421.795/DF**, Rel. Min. CEZAR PELUSO - **RE 424.580/MG**, Rel. Min. ELLEN GRACIE - **RE 438.066/RS**, Rel. Min. GILMAR MENDES - **RE 468.490/AM**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **v.g.**).

O **exame** da presente causa **evidencia** que o acórdão ora impugnado **diverge**, frontalmente, da diretriz jurisprudencial que esta Suprema Corte **firmou** na análise da matéria em referência.

Sendo assim, pelas razões expostas, **conheço** e **dou provimento** ao **presente** recurso extraordinário (**CPC**, art. 557, § 1º - A), **em ordem a julgar improcedente** a ação ajuizada pela parte ora recorrida.

Fixo, em R$ 3.000,00 (três mil reais), a **verba honorária** a ser suportada pela parte sucumbente (**CPC**, art. 23).

Ressalvo, no entanto, **quanto aos encargos resultantes da sucumbência**, a hipótese de ser, a parte vencida, **eventual beneficiária** da gratuidade, **caso em que lhe será aplicável** a cláusula de exoneração **prevista** na Lei nº 1.060/50 (art. 3º), **observando-se**, no que couber, a norma inscrita **no art. 12** desse **mesmo** diploma legislativo, **cuja incidência** foi reputada **compatível** com o que dispõe o art. 5º, LXXIV, da Constituição da República (**RE 184.841/DF**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE).

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministro CELSO DE MELLO - Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 563.291-1 (959)

PROCED.	: AMAZONAS
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA
ADV.(A/S)	: CHRISTINA ALMEIDA DE ARAUJO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: JOSÉ ALVES VIEIRA GUEDES JÚNIOR
ADV.(A/S)	: NILTON DANTAS DA SILVA

DECISÃO: **1**. Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e assim ementado:

"REMESSA *EX-OFFICIO* E APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO - INGRESSO EM UNIVERSIDADE VIA VESTIBULAR - REQUISITO DE COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA FIXA NO ESTADO DO AMAZONAS HÁ PELO MENOS DOIS ANOS - PRINCÍPIO DA ISONOMIA - FALTA DE CRITÉRIO RAZOÁVEL - DISCRIMINAÇÃO INCABÍVEL:

- A falta de critério razoável no estabelecimento de distinção para o acesso ao ensino público superior mediante vestibular, modalidade de concurso público, expresso no requisito de residência fixa no Estado do Amazonas há pelo menos 2 (dois) anos, fere o princípio da isonomia, devendo-se afastar, por ser inconstitucional, a norma discriminadora.

- REMESSA E RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDOS E IMPROVIDOS." (fls. 119/120)

Sustenta a recorrente, com base no art. 102, III, **c**, ter havido violação ao art. 5º, *caput*, I e II, da Constituição Federal.

2. Inconsistente o recurso.

Com efeito, é descabida a invocação da alínea **c** do art. 102, III, da Constituição Federal, pois não se julgou válida lei ou ato de governo local, contestado em face da Constituição.

Ademais, eventual ofensa ao art. 5º, *caput* e incisos I e II, da Constituição da República, seria apenas indireta ou reflexa, porque dependeria, aqui, do reexame assim dos fatos, como da inteligência da norma subalterna. Ora, é pacífica a jurisprudência desta Corte, no sentido de não tolerar, em recurso extraordinário, alegação de ofensa que, irradiando-se de má interpretação, aplicação, ou, até, de inobservância de normas infraconstitucionais, seria apenas indireta à Constituição da República, como se tira, *mutatis mutandis*, à **súmula 636**.

Sobreleve-se, também, que a tese do acórdão impugnado está em conformidade com o decidido no julgamento do **RE nº 476.988** (DJ de 26.04.2006), relatado pelo eminente Ministro **SEPÚLVEDA PERTENCE**:

"ADMINISTRATIVO - CONSTITUCIONAL - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA - TRANSFERÊNCIA EX OFFICIO DE SERVIDOR PÚBLICO - DESNECESSIDADE DE INSTITUIÇÕES CONGÊNERES - INTERPRETAÇÃO LÓGICA - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE - DIREITO LÍQUIDO E CERTO VIOLADO - RECURSO IMPROVIDO. - Em não sendo a Lei nº 9.536/97 taxativa, acrescido a idéia de isonomia, aplica-se sua matéria aos servidores estaduais, posto que inexistente lei estadual que verse em sentido contrário; - Instituições congêneres devem ser entendidas como aquelas que mantenham vínculo na esfera governamental, ou seja, as instituições federais entre si, as estaduais entre elas e as privadas sucessivamente; - Ao executor da lei se impõem a aplicação da interpretação lógica, segundo a qual "quem pode mais pode menos"; - Necessidade de atendimento a uma das bases da Constituição, qual seja, a de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, inclusive no que tange ao direito à educação; - Confirmada a presença dos pressupostos do Mandado de Segurança, justo é a manutenção da sentença recorrida." Lê-se no voto condutor (f. 96): "Em complemento ao artigo supracitado, foi feito menção, ainda à Resolução nº 004/2003 do Conselho Universitário da UEA - CONSUNIV, que prevê: "Art. 3º. Será admitida a transferência obrigatória de aluno regular, em qualquer época do ano e independentemente da existência de vaga, quando se tratar de servidor público federal ou do Estado do Amazonas, civil ou militar, ou de seu dependente estudante, se requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, que acarrete mudança de domicílio. (grifo nosso) Desta forma, verifico que a mencionada resolução, em simetria com o dispositivo da lei federal acima transcrito, acabou por suprir a falta de uma legislação nacional acerca da transferência de servidores públicos estaduais, pois acabou por prever esta possibilidade no que tange aos servidores públicos do Estado do Amazonas, situação na qual se enquadra o Apelado." Alega o RE violação do artigo 5º, caput, I e II, da Constituição. Inviável o RE. Verifica-se a impossibilidade de apreciação da questão constitucional discutida, sem que seja superada a interpretação da legislação local - Resolução nº 004/2003 do Conselho Universitário da UEA - CONSUNIV - a que não se presta a via do recurso extraordinário: incide a Súmula 280. Nego seguimento ao recurso extraordinário (art. 557, caput, do C.Pr.Civil)."

3. Ante o exposto, adoto os fundamentos deduzidos nesse precedente e nego seguimento ao recurso (art. 21, § 1º, do RISTF, art. 38 da Lei nº 8.038, de 28.05.90, e art. 557 do CPC).

Publique-se. Int..

Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 563.431-1 (960)

PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. CEZAR PELUSO**
RECTE.(S)	: FREDERICO GUSTAVO FERRO GUIMARÃES E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S)	: PGE-RJ - DANIELA ALLAM GIACOMET

DECISÃO: **1.** Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que aplicou entendimento do verbete sumular nº 78, segundo o qual *"a gratificação de encargos especiais concedida aos coronéis da ativa da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, por ato administrativo do Chefe do Poder Executivo, exarado no Processo Administrativo nº E-12/790/94, não se estende aos demais militares das referidas corporações, ativos ou inativos".*

Sustenta o recorrente, com base no art. 102, III, **c**, ter havido violação ao art. 37, XV, da Constituição Federal.

2. Inadmissível o recurso.

Com efeito, o acórdão impugnado decidiu a causa com base no conjunto fático-probatório e na legislação infraconstitucional, de modo que eventual ofensa à Constituição Federal seria, aqui, apenas indireta. Ora, é pacífica a jurisprudência desta Corte, no sentido de não tolerar, em recurso extraordinário, alegação de ofensa que, irradiando-se de má interpretação, aplicação, ou, até, de inobservância de normas infraconstitucionais, seria apenas indireta à Constituição da República, e muito menos, pretensão de reexame de provas (**súmulas 279** e **280**).

Também, o princípio constitucional da separação dos poderes impede que os Juízes e Tribunais - que não dispõem de função legislativa - contemplem servidores públicos com vantagens não previstas em lei, a título de aplicação do princípio da isonomia (**súmula 339**).

Por fim, descabida é a invocação da alínea **c** do art. 102, III, da Constituição Federal, pois não se julgou válida lei ou ato de governo local, contestado em face da Constituição.

3. Do exposto, nego seguimento ao recurso (art. 21, § 1º, do RISTF, art. 38 da Lei nº 8.038, de 28.05.90, e art. 557 do CPC).

Publique-se. Int..

Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

Processos com Despachos Idênticos:
RELATOR: MIN. CARLOS BRITTO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 560.893-0 (961)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. CARLOS BRITTO**
RECTE.(S)	: MALCON FINANCEIRA S/A - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADV.(A/S)	: LAURA AGRIFOGLIO VIANNA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: LEANDRO SILVA DOS SANTOS
ADV.(A/S)	: JURANDIR GONÇALVES

DECISÃO: Vistos, etc.

Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão que, limitando os juros remuneratórios a 12% a.a. (doze por cento ao ano), se fundou na legislação infraconstitucional pertinente e na auto-aplicabilidade do § 3º do artigo 192 da Constituição Republicana (redação anterior à EC 40/2003).

2. Pois bem, a parte recorrente afirma que a Carta Magna, por meio do mencionado dispositivo, condicionava a cobrança de juros reais à prévia edição de lei regulamentadora.

3. Da leitura dos autos, observo que o recurso especial manejado simultaneamente à interposição do presente extraordinário foi provido, pelo Superior Tribunal de Justiça, para afastar a limitação da taxa de juros a 12% ao ano.

4. Tenho que é de ser aplicada ao caso, no tocante à questão constitucional, a Súmula 648 desta colenda Corte, cuja dicção é a seguinte:

"A NORMA DO § 3º DO ART. 192 DA CONSTITUIÇÃO, REVOGADA PELA EC 40/2003, QUE LIMITAVA A TAXA DE JUROS REAIS A 12% AO ANO, TINHA SUA APLICABILIDADE CONDICIONADA À EDIÇÃO DE LEI COMPLEMENTAR."

Diante disso, ressalvando o meu ponto de vista, exarado no RE 383.560, rendo-me à jurisprudência desta colenda Corte e, de acordo com o parágrafo 1º-A do artigo 557 do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso. O que faço para, mantidas as condições pactuadas, reformar o acórdão recorrido na parte em que julgou auto-aplicável a norma do parágrafo 3º do artigo 192 da Carta Magna, invertidos, no ponto, os ônus da sucumbência.

Publique-se.

Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministro CARLOS AYRES BRITTO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 560.902-2 (962)

PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. CARLOS BRITTO**
RECTE.(S)	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADV.(A/S)	: LUCIANA MEDEIROS BOTTA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: JOÃO MARCELINO DE OLIVEIRA
ADV.(A/S)	: JURANDIR GONÇALVES

Despacho: Idêntico ao de nº 961.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 561.584-7 (963)
PROCED. : GOIÁS
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADV.(A/S) : JÚNIOR CÉSAR SOUTO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : CID PADUA AGUIRRE E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : EDILSON RODRIGUES SILVA
ADV.(A/S) : PEDRO PAULO FIGUEIRÓ E RESENDE E OUTRO(A/S)

Despacho: Idêntico ao de nº 961.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 561.772-6 (964)
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADV.(A/S) : SILVANA SCAQUETTI E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : PAULO SÉRGIO DE SOUZA MORAES E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : FLÁVIO FREITAS DE LIMA E OUTRO(A/S)

Despacho: Idêntico ao de nº 961.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 562.196-1 (965)
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : BANCO ITAÚ S/A
ADV.(A/S) : EMERSON LODETTI E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : NESTOR LODETTI
RECDO.(A/S) : LILIAN BECKER
ADV.(A/S) : BELONIR ZATA ZILI

Despacho: Idêntico ao de nº 961.

Processos com Despachos Idênticos:
RELATOR: MIN. CARLOS BRITTO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 554.599-7 (966)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : ASSOCIAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS APOSENTADOS DA BAHIA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : CIRO CECCATTO

DECISÃO: Vistos, etc.

O Superior Tribunal de Justiça acolheu a pretensão da parte recorrente.

Já reconhecido o direito postulado na instância do recurso especial, o extraordinário perdeu o objeto.

Assim, frente ao *caput* do art. 557 do CPC e ao inciso IX do art. 21 do RI/STF, julgo prejudicado o presente recurso.

Publique-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro CARLOS AYRES BRITTO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 559.592-7 (967)
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : TRATOR FORTE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP
ADV.(A/S) : SERGIO KOITI YOSHIDA E OUTRO(A/S)

Despacho: Idêntico ao de nº 966.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 560.273-7 (968)
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.(A/S) : VERA LÚCIA BICCA ANDUJAR E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : CELSO LUIZ RAMOS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : JAISON GERMANO CORRÊA E OUTRO(A/S)

Despacho: Idêntico ao de nº 966.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 561.449-2 (969)
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S) : NOEL RODRIGUES DA SILVA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : WALTER JORGE GIAMPIETRO E OUTRO(A/S)

Despacho: Idêntico ao de nº 966.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 561.466-2 (970)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : BANCO ITAÚ S/A
ADV.(A/S) : ANDRÉ GIORDANO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : MARLI SANHUDO DOS SANTOS
ADV.(A/S) : EDUARDO DE AGUIAR BARREDA

Despacho: Idêntico ao de nº 966.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 561.536-7 (971)
PROCED. : MATO GROSSO
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : ESTADO DE MATO GROSSO
ADV.(A/S) : PGE-MT - NELSON PEREIRA DOS SANTOS
RECDO.(A/S) : A C PEDRO MADEIRAS
ADV.(A/S) : CELSO REIS DE OLIVEIRA

Despacho: Idêntico ao de nº 966.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 561.547-2 (972)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A
ADV.(A/S) : EVERTON RUANO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : FABIANO CIOMAR DA SILVA
ADV.(A/S) : GRACIELE KUNZENDORFF ALTENHOFEN

Despacho: Idêntico ao de nº 966.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 561.867-6 (973)
PROCED. : BAHIA
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : ILDETE DOS SANTOS PINTO
RECDO.(A/S) : NELSON DIAS SANTANA
ADV.(A/S) : FERNANDO DE CASTRO VASCONCELLOS

Despacho: Idêntico ao de nº 966.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 562.111-1 (974)
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : FÁBIO MAGRINELLI COIMBRA
RECDO.(A/S) : MILTON LUIZ GAZANIGA DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : PEDRO MAURÍCIO PITA MACHADO E OUTRO(A/S)

Despacho: Idêntico ao de nº 966.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 562.473-1 (975)
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : JOÃO MIGUEL FERNANDES
RECDO.(A/S) : EDSON HERINGER
ADV.(A/S) : CARLOS ALBERTO FRANCOVIG FILHO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : MASSA FALIDA DE CIA LONDRIMALHAS HERINGER INDÚSTRA E COMÉRCIO

Despacho: Idêntico ao de nº 966.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 562.925-2 (976)
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : CARMEN SANT'ANNA
RECDO.(A/S) : SAULO DE MORAES
ADV.(A/S) : KARINA AMZALAK PEREIRA MAGALHÃES E OUTRO(A/S)

Despacho: Idêntico ao de nº 966.

Processos com Despachos Idênticos:
RELATOR: MIN. CARLOS BRITTO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 561.720-3 (977)
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S) : BRENO CALDEIRA RODRIGUES E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ALISTON GEOVANNI DE OLIVEIRA
ADV.(A/S) : RITA DE CÁSSIA DE NOVAES E OUTRO(A/S)

DECISÃO: Vistos, etc.

Cuida-se de recurso extraordinário, com fundamento na alínea "a" do inciso III do artigo 102 da Constituição Federal, interposto contra acórdão de Turma Recursal de Juizado Especial Cível.

2. Da leitura dos autos, observo que a controvérsia sob exame diz respeito à discriminação de pulsos excedentes em conta telefônica.

3. Pois bem, a parte recorrente sustenta, em essência, violação aos incisos II e LV do art. 5º; ao inciso XI do art. 21; e ao inciso IV do art. 22, todos da Magna Carta.

4. Tenho que o recurso é manifestamente inadmissível. Isso porque os temas constitucionais tidos por violados, com exceção do inciso XI do art. 21, não foram objeto de apreciação pelo acórdão recorrido, nem foram suscitados em sede de embargos de declaração. É dizer: o recurso carece do indispensável prequestionamento (Súmulas 282 e 356 desta colenda Corte).

5. Noutro giro, anoto que a demanda foi dirimida centralmente com base na legislação infraconstitucional pertinente (Resolução ANATEL nº 85/98 e Código de Defesa do Consumidor). Logo, as ofensas ao Magno Texto, se existentes, ocorreriam de modo indireto ou reflexo, o que não autoriza o acesso à via extraordinária.

Assim, frente ao *caput* do art. 557 do CPC e ao § 1º do art. 21 do RI/STF, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministro CARLOS AYRES BRITTO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 561.749-1 (978)
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S) : BRENO CALDEIRA RODRIGUES E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : MARIA CONSUELO BORGES DE SOUSA
ADV.(A/S) : RITA DE CÁSSIA DE NOVAES E OUTRO(A/S)

Despacho: Idêntico ao de nº 977.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 561.764-5 (979)
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE.(S) : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S) : BRENO CALDEIRA RODRIGUES E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : AÇOUGUE ARAÚJO & ARAÚJO
ADV.(A/S) : ALOÍSIO MENDONÇA CONDÉ E OUTRO(A/S)

Despacho: Idêntico ao de nº 977.

Processos com Despachos Idênticos:
RELATORA: MIN. CÁRMEN LÚCIA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 558.683-9 (980)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : FACICENTRO MATERIAIS DE ESCRITÓRIOS LTDA/ME E OUTRO(A/S)

DECISÃO:

REPERCUSSÃO GERAL DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL. QUESTÃO SUSCETÍVEL DE REPRODUZIR-SE EM MÚLTIPLOS FEITOS. ART. 543-B DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ART. 328, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM.

Relatório

1. Recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, alínea *b*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que declarara a inconstitucionalidade do art. 5º, parágrafo único, do Decreto-lei n. 1.569/77.

2. O dispositivo declarado inconstitucional tem a seguinte redação:

"Art. 5º Sem prejuízo da incidência da atualização monetária e dos juros de mora, bem como da exigência da prova de quitação para com a Fazenda Nacional, o Ministro da Fazenda poderá determinar a não inscrição como Dívida Ativa da União ou a sustação da cobrança judicial dos débitos de comprovada inexeqüibilidade e de reduzido valor.

Parágrafo único - ***A aplicação do disposto neste artigo suspende a prescrição dos créditos a que se refere****." (grifo nosso)*

O acórdão recorrido entendeu, em resumo, que o art. 5º, parágrafo único, do Decreto-lei n. 1.569/77 dispôs sobre matéria reservada à lei complementar - normas gerais de direito tributário -, nos termos do art. 18, § 1º, da Constituição de 1969.

Apreciada a matéria posta em exame, **DECIDO**.

3. O tema tem potencial para reproduzir-se em múltiplos feitos, o que se evidencia pelo fato de já existirem, nesta data, vários recursos extraordinários sobre a matéria apenas em meu gabinete.

4. Dispõe o art. 328 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal - RISTF, com a redação da Emenda Regimental n. 21/07:

"Art. 328. Protocolado ou distribuído recurso cuja questão for suscetível de reproduzir-se em múltiplos feitos, a Presidência do Tribunal ou o(a) Relator(a), de ofício ou a requerimento da parte interessada, comunicará o fato aos tribunais ou turmas de juizado especial, a fim de que observem o disposto no art. 543-B do Código de Processo Civil, podendo pedir-lhes informações, que deverão ser prestadas em 5 (cinco) dias, e sobrestar todas as demais causas com questão idêntica.

Parágrafo único. ***Quando se verificar subida ou distribuição de múltiplos recursos com fundamento em idêntica controvérsia****, a Presidência do Tribunal ou* ***o(a) Relator(a) selecionará um ou mais representativos da questão e determinará a devolução dos demais aos tribunais ou turmas de juizado especial de origem, para aplicação dos parágrafos do art. 543-B do Código de Processo Civil****" (grifos nossos).*

5. Depois de analisar, detalhadamente, os recursos extraordinários sobre a matéria posta em exame, foram selecionados os Recursos Extraordinários 559.825 e 562.257 para serem submetidos ao procedimento eletrônico previsto no art. 323 do RISTF e, na hipótese de ser reconhecida a existência de repercussão geral da questão constitucional, levá-los a julgamento no Plenário do Supremo Tribunal Federal.

6. Pelo exposto, **determino a devolução destes autos ao Tribunal *a quo* para que seja observado o art. 543-B, e seus parágrafos, do Código de Processo Civil**, nos termos do art. 328, parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 558.739-8 (981)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : RUBENS BEIRO DOS SANTOS

Despacho: Idêntico ao de nº 980.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 558.777-1 (982)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : FRANCISCO CORREA DE CAMARGO - ME

Despacho: Idêntico ao de nº 980.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 558.923-4 (983)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : DANIEL BOAVENTURA OLIVEIRA DOS SANTOS

Despacho: Idêntico ao de nº 980.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 558.924-2 (984)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : DANIEL BOAVENTURA OLIVEIRA DOS SANTOS

Despacho: Idêntico ao de nº 980.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 559.665-6 (985)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : JOAO ALBINO MACHADO DOS SANTOS

Despacho: Idêntico ao de nº 980.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 559.828-4 (986)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : VALDIR DUTRA LOPES E CIA LTDA

Despacho: Idêntico ao de nº 980.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 560.769-1 (987)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : COMERCIAL FRANCISCANA DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Despacho: Idêntico ao de nº 980.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 560.798-4 (988)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : COMERCIAL DE VIDROS RIO GRANDE LTDA ME
ADV.(A/S) : EMERSON DOS SANTOS OLIVEIRA

Despacho: Idêntico ao de nº 980.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 561.948-6 (989)
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S) : JOSE JAIRO DALLA LANA (ME) E OUTRO(A/S)

Despacho: Idêntico ao de nº 980.

Eu, **ROSEMARY DE ALMEIDA**, Coordenadora de Processamento Final, conferi. **ANA LUIZA MOTTECY VERAS**, Secretária Judiciária.

Brasília, 27 de setembro de 2007.

ÍNDICE DE PESQUISA

(RISTF, art. 82 e seu § 5º)

NOME DO ADVOGADO (OU DA PARTE, QUANDO NÃO HOUVER ADVOGADO)
ABDALA LOBO ANTUNES **786**
ACÁCIO MARCEL MARÇAL SARDÁ **582**
ADAILTON BORGES DE OLIVEIRA **487**
ADALÍCIO MORBECK NASCIMENTO JÚNIOR **283**
ADALNO JOSÉ VIEIRA NETO **76**
ADÃO CARLOS PEREIRA PINTO **184**
ADÃO DE ARAÚJO BORGES **471**
ADÃO FERNANDES DE CARVALHO **631**
ADEILTON HILÁRIO JÚNIOR **876**
ADELMO DA SILVA EMERENCIANO **723**
ADILSON DE MOURA FALCÃO **273**
ADILSON FONSECA **524**
ADIRSON DE OLIVEIRA JUNIOR **337, 902**
ADMAR ARPON SOUTINHO **708**
ADRIANA A. SANTOS SOBRAL **456**
ADRIANA CLAUDIA BERNINI **219**
ADRIANA DA SILVA ANDRADE **514**
ADRIANA FRANCO MELO **418**
ADRIANA HELENA BUENO GONÇALVES **646**
ADRIANA OLIVEIRA DE ALMEIDA **875**
ADRIANE DIAS CALEGARO **673**
ADRIANO DINIZ **759**
ADRIANO PROCÓPIO DE SOUZA **563**
ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO - MG **2**
ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO - MG - CATARINA BARRETO LINHARES **843**
ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO - MG - EDUARDO GOULART PIMENTA **724**
ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO - MG - FERNANDA SARAIVA GOMES **794**
ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO - MG - HUMBERTO RODRIGUES GOMES **3**
ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
3, 30, 246, 258, 308, 311, 313, 318, 321, 324, 329, 344, 351, 378, 389, 411, 419, 441, 464, 506, 517, 524, 543, 544, 551, 554, 556, 610, 617, 652, 709, 717, 720, 725, 740, 747, 791, 819, 821, 827, 846, 859, 876, 886, 899, 904, 909, 910, 915, 916, 917, 920, 922, 925, 932, 933, 937, 942, 950, 952, 953, 969
AFONSO CELSO MORAES SAMPAIO **682**
AGEU DE SOUZA TORRES **563**
AIRTON TADEU FORBRIG **652**
ALADIM TRINDADE DE ALMEIDA **539**
ALBERTO FERREIRA SARMENTO **398**
ALCEU ALVES **140**
ALCEU XENOFONTES LENZI **662**
ALCIR CÂNDIDO PEREIRA JÚNIOR **880**
ALESSANDRA AZEVEDO **897**
ALESSANDRA DABUL **468**
ALESSANDRA JUNQUEIRA **170**
ALESSANDRA M. GUALBERTO RIBEIRO **663**
ALESSANDRA TEREZA PAGI CHAVES **744**
ALESSANDRA VALESCA ATHAYDE PORTELLA **498**
ALESSANDRO MARTINS DOS SANTOS **757**
ALESSANDRO TORRES DATTE **200**
ALEXANDER LAMOGLIA DE MACEDO **15, 16**
ALEXANDER VIEIRA **78**
ALEXANDRE AUGUSTO MOREIRA COSTA **703**
ALEXANDRE BRANDÃO GOMES **62**
ALEXANDRE CESAR CARVALHO CHEDID **323**
ALEXANDRE CESAR DANTAS SOCCORRO **116**
ALEXANDRE CESAR F SILVA **913**
ALEXANDRE DE SOUZA FONTOURA **664**
ALEXANDRE DOS SANTOS GONÇALVES **280**
ALEXANDRE HERMANN MACHADO **425**
ALEXANDRE J. CASSOL **791**
ALEXANDRE LUIZ BASSO DOS SANTOS **640**
ALEXANDRE MACIEL DE SANTANA **275**
ALEXANDRE NASRALLAH **347**
ALEXANDRE RIBEIRO FUENTE CAÑAL **335**
ALEXANDRE SANTANA **668**
ALEXANDRE VALADARES PASSOS **784**
ALEXSANDRA MAROTA CRISPIM PRATES **802**
ALINE SILVA DE FRANÇA **434**
ALLAN FRAZATTI SILVA **698**
ALOÍSIO MENDONÇA CONDÉ **979**
ALOISIO NEVES DE ANDRADE LEMES **104**
ALTAMÍRIO VIRIDIANO GOMES **452**
ALTEMAR RECH **944**
ALVACIR ROGÉRIO SANTOS DA ROSA **522**
AMARILDO VEDANA **155**
AMAURI JOÃO FERREIRA **155**
ANA BEATRIZ FERREIRA REBELLO PRESGRAVE **151**
ANA BEATRIZ ZANELLA BEDIN **413**
ANA CAROLINA MARTINS LISBOA TELES **850, 851, 852, 854**
ANA CRISTINA GUIDI **35**
ANA CRISTINA MENDONÇA DA CUNHA ALVES DOS SANTOS **568**
ANA CRISTINA SILVA SANTOS **265**
ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO **545**
ANA FRAZÃO **938**
ANA LÚCIA DANTAS SOUZA AGUIAR **611**
ANA LÚCIA DE FÁTIMA BASTOS ESTEVÃO **226**
ANA LÚCIA GONÇALVES RODRIGUES **934**
ANA LUCIA MARQUES DA ROCHA **643**
ANA MARIA RIBAS MAGNO **680**
ANA MARIA SOSTRUZNIK **508**
ANA PAULA CAPITANI **343, 438**
ANA PAULA COELHO RUBBO **926**
ANA PAULA MOREIRA DOS SANTOS **862**
ANA PAULA VEIGA SILVA MACHADO **146**
ANA RIBEIRO PERBONI **783**
ANDERSON CAVALHEIRO MÜLLER **780**
ANDERSON DO NASCIMENTO PINHEIRO **274**
ANDERSON FRANCISCO LODI DE MORAES **576**
ANDERSON VIRGINIO DALL' AGNOL **360**
ANDRÉ ALMEIDA GARCIA **475**
ANDRÉ CUNHA ORRICO **68, 394**
ANDRÉ GIORDANO **442, 970**
ANDRÉ LANZIOTTI **249**
ANDRÉ LUIZ BATISTA MONTEIRO **678**
ANDRÉ LUIZ DA SILVA **558**
ANDRÉ LUIZ FARIA MIRANDA **96, 619**
ANDRÉ LUIZ GONÇALVES TEIXEIRA **751**
ANDRÉ LUIZ MÜLLER **373, 931**
ANDRÉ LUIZ NASCIMENTO SANTOS **560**
ANDRÉ MAGNO SILVA BEZERRA **252**
ANDRÉ MANSUR BRANDÃO **724**
ANDRÉ NICOLAS DE CAMPOS **531**
ANDRÉ SANTOS CHAVES **174**
ANDRÉA ARAÚJO PERESI **826**
ANDRÉA BUENO MAGNANI **694**
ANDRÉA LOLLI **245, 870**
ANDRÉA LUCAS SENA DE CASTRO **318**
ANDRÉA MAIANA SILVA DE ASSIS **220**
ANDREZA DE FREITAS SILVEIRA **90**
ANDREZA PASTORE **137**
ANGELA MARIA MACHADO DE MACEDO **281**
ANGELA MARIA MARQUES MAGALHÃES **888**
ANGÉLICA DE MATTOS GÓES VIEIRA **56**
ANGELIZE SEVERO FREIRE **469**
ANNALICE GOMES FERREIRA CASTRO **444**
ANTENOR YUZO SATO **74**

ANTÔNIO ALEXANDRE DA SILVA FERREIRA **369**
ANTÔNIO AUGUSTO CARDOSO DÓREA FILHO **54**
ANTONIO CANDIDO DE AZEVEDO SODRÉ FILHO **670**
ANTONIO CARLOS DA SILVA **276**
ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO **598**
ANTONIO CARLOS DE TOLEDO SANTOS FILHO **279**
ANTONIO CARLOS MENDES MATHEUS **11**
ANTÔNIO CARLOS MONREAL **855**
ANTÔNIO CARLOS ROCHA PIRES DE OLIVEIRA **45**
ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA **276**
ANTÔNIO CORRÊA RABELLO **324**
ANTONIO FERNANDO SEABRA **771**
ANTONIO FILHO SOARES **287**
ANTÔNIO GONZAGA RIBEIRO JARDIM **262**
ANTONIO LUIZ LIMBERGER **924**
ANTONIO MARIO SANT'ANNA BIANCHI **344**
ANTONIO MIGUEL NAVARRO **583**
ANTONIO PINTO **455**
ANTONIO SERGIO NEVES DE MEDEIROS **107**
ANTONIO SILVANILO SOUZA BOTELHO **278**
ARCELO ANTÔNIO CAYE **393**
ARCIDES DE DAVID **853**
ARIANE CRISTINA BARBEIRO MINUTTI **622**
ARIANE GONÇALVES **707**
ARION LEMOS PRESTES **162**
ARLEY BARRIOS PEREZ **216**
ARLINDO ANTÔNIO BOLZAN **446**
ARLINDOMAR SIRQUEIRA ANDRADE **558**
ARTHUR PAGANO GOLMIA **580**
ARTUR BISCHOFF TRESCASTRO **865**
ASDRUBAL NASCIMENTO LIMA JÚNIOR **285**
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA **5**
AUGUSTO ALVES MOREIRA **118**
AUREANE RODRIGUES DA SILVA **248, 921**
AUTO ANTONIO REAME **9**
AYRES LOURENÇO DE ALMEIDA FILHO **71, 84, 87, 112, 114, 117, 121, 127, 213, 215, 221, 234**
BÁRBARA BLANK **819**
BELONIR ZATA ZILI **877, 965**
BENEDITO CELSO BENÍCIO **771**
BENEDITO GONÇALVES DA CUNHA **93**
BENEDITO ROGÉRIO DE OLIVEIRA **558**
BENJAMIM CALDAS GALLOTTI BESERRA **742**
BERNARDINO JOSÉ DE QUEIROZ CATTONY **714**
BERNARDO AMADO BAPTISTA DE FIGUEIREDO **273**
BERNARDO LUIS RODRIGUES DE ANDRADE **575**
BIANCA CORBELLINI BERTANI **331**
BIANCA ROCHA SCUDIERE GONÇALVES **625**
BIBIANE LISBÔA VALIM **824**
BRASIL RODRIGUES DE ARAÚJO **305**
BRENO CALDEIRA RODRIGUES **368, 383, 888, 977, 978, 979**
BRENO RENATO MARQUES FABRINO **719**
BRUNA BERTOLUCCI **22**
BRUNA ELISA JARA ALVES **824**
BRUNO CÉSAR LIMONGE HORTA **79**
BRUNO DE ALBUQUERQUE E MELLO VENTURA **850, 851, 852, 854**
BRUNO SANTOS SILVA **558**
BRUNO WIDER **726, 742**
BRUNO WILDER **745**
CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO **623**
CARLA MÁRCIA BOTELHO RUAS **44**
CARLOS ALBERTO BITTENCOURT CAGGIANO **517**
CARLOS ALBERTO COSTA JÚNIOR **540**
CARLOS ALBERTO DE MORAIS SOUZA **558**
CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO CAMARGO **762**
CARLOS ALBERTO FRANCOVIG FILHO **975**
CARLOS ALBERTO HEILMANN **940**
CARLOS ALBERTO PACHECO **689**
CARLOS ANDRÉ MILHOMEM DE SOUSA **663**
CARLOS ANTÔNIO PICOLI **878**
CARLOS AUGUSTO TOLEDO **947**
CARLOS CAMPUZANO MARTINEZ **497**
CARLOS EDUARDO CAVALLARO **152**
CARLOS EDUARDO DOMINGUEZ QUINTO **172, 926**
CARLOS EDUARDO LEAL DE CASTRO NUNES **90**
CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER **38**
CARLOS EDUARDO TRAUER **229**
CARLOS FELIPE BRUNO **120**
CARLOS FRANCO PENTEADO NETO **889**
CARLOS FREDERICO L TERRA **125**
CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO **960**
CARLOS HENRIQUE PEIXOTO DE SOUZA **2**
CARLOS HENRIQUE SOARES DE OLIVEIRA **80**
CARLOS HUMBERTO FERNANDES SILVA **764**
CARLOS JOSÉ MARCIÉRI **622**
CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO FILHO **843**
CARLOS ROBERTO CLARO **38**
CARLOS ROBERTO DA SILVEIRA **300, 542**
CARLOS ROBERTO VERZANI **691**
CARLOS RONALDO FRANÇA PINTO **734**
CARLOS TIMOTEO MENDES DE ARAÚJO **730**
CARMEM LÚCIA DE ALMEIDA PRESTA **548**
CARMEN SANT'ANNA **976**
CAROLINA FAGUNDES CÂNDIDO **661**
CAROLINE DELDUQUE SENNES VICHI **941**
CATARINA LÚCIA TISSOT **530**
CATERINE CHIES SEPPI **866**
CELIA MOLLICA VILLAR **374**
CÉLIA REGINA RIGOLETO **848**
CELSO ANTONIO D'AVILA ARANTES **620**
CELSO BOTELHO DE MORAES **629**
CELSO DE MOURA **223, 628**
CELSO JOSÉ GNOATTO **469**
CELSO REIS DE OLIVEIRA **971**
CESAR LAGO SANTANA **291**
CÉSAR MONTEIRO BOYA **911**
CHARLETH FURTADO ASSAD **357**
CHRISTIAN DE JESUS OLIVEIRA **578**
CHRISTIANE APARECIDA R ROCHA LEVANDOSKI **241**
CHRISTINA ALMEIDA DE ARAUJO **959**
CICERO MARCOS DA SILVA **592, 592**
CID PADUA AGUIRRE **963**
CINTIA BAPTISTA DOS SANTOS **163**
CIRO CECCATTO **966**
CLARA HAAR CORDEIRO **136**
CLARA LUCIA CAVALCANTI COSTA **41**
CLAUDIA BRAGA DE LAFONTE BULCÃO **129, 133**
CLÁUDIA CAMARA MOTTA CRUZ DE ANDRADE **423**
CLÁUDIA CONTE BORTULUCI **55**
CLAUDIA DE ARAÚJO MELO **855**
CLÁUDIA FERRAZ DE MOURA **358**
CLÁUDIA MOTA ESTABEL **336**
CLÁUDIA NAHSSEN DE LACERDA FRANZE **702**
CLÁUDIO GASTÃO DA ROSA FILHO **732**
CLÁUDIO JOSÉ RESENDE FONSECA **792**
CLÁUDIO LUÍS SOARES DE CASTRO **741**
CLAUDIO MERTEN **473**
CLÁUDIO NUNES GOLGO **867**
CLÁUDIO SHAUN BITTENCOURT **330**
CLAUDIR JOSÉ SCHWARZ **815**
CLAURIVETE FERRAZ DE ANDRADE **467**
CLÉBER LOPES DE OLIVEIRA **598**
CLEVERSON TÓRGO ZANARDI **172**
CLODOVIL HERNANDES OU CLODOVIR HERNANDES **599**
CLÓVIS CARDOSO **607**
CLOVIS FRAGA SANŕANNA **824**
CLÓVIS SANT'ANNA **429**
CONRADO ERNANI BENTO NETO **266**
CORINA DA CONCEIÇÃO SIMÕES **481**
CRISTIANA APARECIDA DOS SANTOS **558**
CRISTIANO COUTO MACHADO **39**
CRISTIANO DA SILVA SILVESTRE **177, 884**
CRISTIANO OLIVEIRA EVANGELISTA **752**
CRISTIANO REIS JULIANI **843**
CRISTIANO SILVESTRIN DE SOUZA **352**
CYNARA PIRAN **311**
DAGOBERTO JOSÉ STEINMEYER LIMA **248**
DAIRTON JOSÉ BELLI MONTEIRO **698**
DAISSON SILVA PORTANOVA **774, 776, 779**
DALILA GALDEANO LOPES **705**
DALMO JACOB DO AMARAL JUNIOR **898**
DAMARIS A. B. SOARES HUNGRIA **451**
DANIEL AYRES KALUME REIS **608**
DANIEL BARBOSA DA SILVA **570, 570**
DANIEL DOMINGUES CHIODE **89**
DANIEL FERNANDO NARDÃO **144**
DANIEL MARTINS FELZEMBRUG **362**
DANIELA CABRAL GONTIJO **296**
DANIELA MARQUESAN DA SILVA **527**
DANIELE CHAVES ARANTES **331**
DANIELLA SCHMIDT SILVEIRA **613**
DANIELLE ANNIE CAMBAÚVA **696**
DANIELLE CAROLLINE AQUINO DA SILVA **729**
DANIELLE XAVIER FABIANO DOS SANTOS **345, 371**
DANILO GUSMÃO PINHEIRO DUARTE **500**
DANILO SAHIONE **263**
DANILO VON BECKERATH MODESTO **445, 452**
DARIO PEITER **919**
DARIO QUARESMA DE ARAÚJO **547**
DAYANE LESCANO DE REZENDE **240**
DAYSE FARID ABRAHIM **133**
DÉBORAH CRISTINA BENATTI **42**
DÉCIO FREIRE **738, 746**
DEFENSORIA PUBLICA **486**
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO **66, 73, 120, 128, 132, 168, 206, 254, 334, 369, 436, 461, 532, 571, 572, 576, 579, 614, 638, 834, 945**
DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO **625**
DÉLIO LINS E SILVA **591, 598**
DENISE ARANTES SANTOS VASCONCELOS **100, 750**
DENISE CABREIRA GOLAMBIESKI **471**
DENISE LOPES MARCHENTA **745**
DENISE SILVA GOMES **547**
DENIZE PERES MENDES CAMPOS **261**
DEONÍSIO ROCHA **838**
DESIRÉE COSTA GÖSSLING VALÉRIO **810**
DIANA HELENA DE OLIVEIRA GUIMARÃES **70**
DILERMANDO CAVALCANTI DE OLIVEIRA **371**
DILSON FERREIRA DE ANAIDE **835**
DILZA TEREZINHA DOS SANTOS **836**
DINE CLEY NEVES DOS SANTOS **395**
DIOMAR BEZERRA LIMA **555**
DIRCE DE JESUS ROCHA **688**
DIRCEU CALIXTO **46**
DIVINO CAVALHEIRO LEITE **181**
DOMINGOS ANCELMO DA SILVA **346**
DOMINGOS SÁVIO MADEIRA MACHADO PEREIRA **837**
DOUGLAS HENRIQUE MARIN DOS SANTOS **319**
DOUGLAS SFORSIN CALVO **616**
DPE-RJ - MARIA ELAINE DOS SANTOS RIBEIRO **187**
DPE-RJ - MARIA ELIANE DOS SANTOS RIBEIRO **118, 654, 656, 684**
DPE-RJ - MARILZA CORONHA PINHEIRO **118, 187, 654, 656, 684**
DPE-RJ - VERA REGINA CHARBEL TERRA MEIRELES **118, 187, 654, 656, 684**
DPE-SP - DANIELA SOLLBERGER CEMBRANELLI **277**
DULCE BEZERRA DE LIMA **223**
DULCE HELENA RIBEIRO **869**
DURAID YASSIN **683**
EDEMAR BRAGA PRESTES JÚNIOR **183**
EDER VIEIRA FLORES **400**
EDEVALDO DE BARROS QUITETE NETO **911**
EDGAR SILVA NETO **189, 502**
EDGARD MANSUR SALOMÃO **88**
EDISON AURÉLIO CORAZZA **298**
EDIVALDO ROCHA DA SILVA **595**
EDIVALDO ROCHA DA SILVA OU EDVALDO ROCHA DA SILVA **595**
EDSON DE OLIVEIRA **505**
EDSON ELIAS DE ANDRADE **680**
EDSON JOSÉ DE BARCELLOS **624**
EDSON JOSÉ SAMPAIO CUNHA FILHO **26**
EDUARDO ANTÔNIO LUCHO FERRÃO **286**
EDUARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA RAMIRES **517**
EDUARDO CHAMECKI **499**
EDUARDO DE AGUIAR BARREDA **970**
EDUARDO DE MOURA MENUZZI **138, 140, 224, 336, 376, 382, 393, 396, 426, 427, 446, 459, 539, 541**
EDUARDO GOMES ARAMAYO **792**
EDUARDO HENRIQUE OLIVEIRA DA PAIXÃO **325**
EDUARDO JOSÉ DA SILVA **558**
EDUARDO JOSÉ PEREIRA NEVES **815**
EDUARDO KANASHIRO YOSHIKAI **309**
EDUARDO LUIZ DA SILVA **249**
EDUARDO MACHADO DE ASSIS BERNI **175**
EDUARDO MARIOTTI **636, 643, 824**
EDUARDO RIBAS DO NASCIMENTO **677**
EDUARDO RODOLPHO MARTINS FERREIRA DE CARVALHO **565**
EDVALDO BOTELHO MUNIZ **523**
EDVALDO VOLPONI **729**
EDVAN ALEXANDRE DE OLIVEIRA BRASIL **372**

EDWARD FERREIRA SOUZA **763**
EDY MACIEL MONTEIRO EVANGELHO **675**
EGNALDO LÁZARO DE MORAES **361**
ELAINE DE SOUZA TAVARES **10**
ELAINE RODRIGUES **873**
ELIAS ANTONIO JACOB **391**
ELISABETH CARDOSO PAES DA ROCHA **606**
ELISANDRE MARIA BEIRA **884**
ELISEU DANIEL TAVARES DA SILVA **103**
ELIZABETH IMACULADA MOREIRA **758**
ELIZETE APARECIDA OLIVEIRA SCATIGNA **335**
ELPÍDIO DE PAULA DA SILVA **360**
ELTON CARVALHO BARCELOS **373**
ELVISLEY SILVEIRA DE QUEIROZ **200**
ELZA MARA MACHADO OLIVEIRA **427**
ELZA OLIVEIRA DOS SANTOS **355**
EMANUEL FERNANDES DA CUNHA MOURA **54**
EMANUEL MEDEIROS ALCANTARA FILHO **818**
EMERSON DOS SANTOS OLIVEIRA **988**
EMERSON LODETTI **883, 965**
EMÍLIA MARIA BARBOSA DOS SANTOS SILVA **735**
EMÍLIO PAPALEO ZIN **641, 645**
EMÍLIO RÉGIS KILA **398**
EMOCIR OTÁVIO RORATO **382**
ENILDA DE FREITAS FAGUNDES RODRIGUES **320**
ERENITA PEREIRA NUNES **495**
ÉRICA DELATORRE **249**
ERICH ENDRILLO SANTOS SIMAS **808**
ERNESTO BAIÃO BENTO **892**
ERNESTO FLOCKE HACK **943**
ERYKA FARIAS DE NEGRI **775, 778, 780**
ESLY SCHETTINI PEREIRA **899**
ESTEVAN TIAGO BORGES DOS SANTOS BOPP **704**
ESTÊVÃO MALLET **455**
ESTEVÃO MOTTA BUCCI **7**
ESTEVÃO RUCHINSKI **883**
ETIENNE COSTA MAGALHÃES **267**
EURIDICE BARJUD CANUTO ALBUQUERQUE DINIZ **670**
EURÍPEDES DE ALMEIDA **424**
EVANDRO ALVES DA SILVA GRILI **772**
EVANDRO PERTENCE **655**
EVERTON MADEIRA GUSMÃO RUANO **400**
EVERTON RUANO **429, 972**
EZEQUIAS JARBAS LOIOLA SILVA **558**
FABIANA DA SILVA OLIVEIRA **279**
FABIANA FABRÍCIO PEREIRA **642**
FABIANO ALVES LIMA **795**
FABIANO FERNANDES **197**
FABIANO SCHWARTZMANN FOZ **28**
FÁBIO FIRMINO DOS SANTOS **277**
FABIO LUIS DE LUCA **356**
FÁBIO MAGRINELLI COIMBRA **974**
FÁBIO PORCIUNCULA DE MELO **671**
FABIO ROSAS **399**
FÁBIO SOARES JANOT **290**
FABRÍCIO ZIR BOTHOMÉ **57, 651**
FÁTIMA CLEMENTINA M. DOMINGUES **620**
FELIPE DOS SANTOS AMORIM **574**
FELIPE MOREIRA BELTRÃO **351**
FELYPE DE JESUS MEIRA **184**
FERNANDA LINGE DEL MONTE **840, 958**
FERNANDA LOPES MARIANTE ALVES **428**
FERNANDA MARIA LYRA DE LEMOS **227**
FERNANDA MARIA PREUSSLER **615**
FERNANDA NEDEL SCALZILLI **160**
FERNANDA VIDAL FEHSE **136, 230**
FERNANDA VILELA ZAGATTO **520**
FERNANDO ANTÔNIO SILVEIA RODRIGUES **843**
FERNANDO BARBOSA BASTOS COSTA **517**
FERNANDO BUZZATTI MACHADO **647**
FERNANDO CALIL COSTA **766**
FERNANDO DE CASTRO VASCONCELLOS **973**
FERNANDO EDUARDO SEREC **615**
FERNANDO MAGALHÃES PEREIRA **562**
FERNANDO QUINTELLA CATARINO **705**
FLÁDIO RAMALHO MENDES **175**
FLÁVIA DO VALLE ARAÚJO **368**
FLÁVIA VENTURELLA **946**
FLÁVIO CALLADO DE CARVALHO **125**
FLÁVIO EDUARDO BARRETO CORREA **912**
FLÁVIO FREITAS DE LIMA **964**
FLÁVIO LA FARINA **695**
FLÁVIO LUÍS PETRI **81**
FRANCINE BATISTELLA FIALHO **134, 891**
FRANCISCA ALMERINDA FIGUEIRÓ ARAUJO **910**
FRANCISCA ALMERINDA FIGUEIRÓ ARAÚJO **932**
FRANCISCO ALEXANDRE DE CARVALHO **566**
FRANCISCO ANTÔNIO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA **787**
FRANCISCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA STOCKINGER **488**
FRANCISCO DAS CHAGAS SILVEIRA E SOUSA **566**
FRANCISCO DE ASSIS LEITÃO **257**
FRANCISCO DE SALES E SILVA PALHA DIAS **425**
FRANCISCO DIAS FERREIRA **295**
FRANCISCO FONTES NETO **639, 928**
FRANCISCO IRAPUAN PINHO CAMURÇA **549**
FRANCISCO ISIDORO ALOISE **702**
FRANCISCO JOSÉ PITANGA BASTOS **95**
FRANCISCO L F DE OLIVEIRA **348**
FRANCISCO ROBERTO DE REZENDE JUNQUEIRA **575**
FRANCISCO SALES DE MAGALHÃES **203**
FRANCISCO SILVINO TAVARES **816**
FRANCISCO SOUSA GUERRA **476**
FRANÇOISE FABIANE FERREIRA DINIZ **797**
FREDERIC SALERS MARZOUKA **285**
FREDERIC SALERS MARZOUKA OU FREDERIK SALERS MARZOUKA **565**
FREDERICO AUGUSTO KURAMOTO PEREIRA **47**
FREDERICO CECY NUNES **407**
FREDERICO GARCIA GUIMARÃES **178**
FREDERICO MENEGAZ CONRADO **870**
FUAD SILVEIRA MADANI **147**
GABRIEL LOPES TEIXEIRA **674**
GABRIEL TEIXEIRA DE OLIVEIRA JUNIOR **814**
GABRIELA DE LIMA NETTO TORRES **115**
GABRIELA RODRIGUES FIGUEIREDO **836**
GABRIELA VITORIANO ROÇADAS PEREIRA **104**
GEORGE HARRISON DOS SANTOS NERY **474**
GEORGES NASSIB ABOU ANNI **560**
GEÓRGIA BARBOZA CRESCENCIO **402**
GEOVANA PALERMO CARPES **460, 528**
GERALDO BRUSCATO **80**
GERALDO DA SILVA FRAZÃO **297**
GERALDO LUIS SPAGNO GUIMARÃES **843**
GERBER DE ANDRADE LUZ **620**
GERSON LUIZ SAGGIN **327**
GERSON LUIZ WENZEL **410**
GHLICIO JORGE SILVA FREIRE **58**
GILBERTO BELAFONTE BARROS **378**
GILBERTO RODRIGUES GONÇALVES **309**
GILBERTO SIEBRA MONTEIRO **633**
GILDÁSIO RODRIGUES ALVES **91**
GILMA MARCIA MARTINS CARDOSO DE ARAÚJO **623**
GILMAR ANTÔNIO DAMIN **735**
GILSELE KRAVCHYCHYN **418**
GILVAN SEIXAS **908**
GIOCONNDA LADEIA **126, 514**
GIOVANA GIOCONDO **78**
GISELDA NATALIA DE SOUZA WINCK ROCHA **520**
GISELE B. C. MESQUITA CARDOSO **347**
GISELE DE SOUZA CRUZ DA COSTA **322**
GISELE ESPELLET DI BELLA **420**
GISELE LEMOS KRAVCHYCHYN **472, 474**
GISÈLE MARIE ALVES ARRUDA RAPOSO **23**
GISELLE SAGGIN PACHECO BARROS **894**
GLADIMIR CHIELE **168**
GLADSTONE MÁRSICO FILHO **430**
GLÁUCIA SILVA LEITE **885**
GLAUCO LUCIANO RAMOS **489, 905**
GLAUCO SILVEIRA GOULART **799**
GLÊNIO LUÍS OHLWEILER FERREIRA **411**
GLÓRIA MARIA DE LÓSSIO BRASIL **62**
GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS **4**
GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA **5**
GRACIANE VIEIRA LOURENÇO **350**
GRACIELE KUNZENDORFF ALTENHOFEN **972**
GRACILIA HERMINIA AMORIM PORTELA **706**
GRAZIELA PINTO DE FARIAS **498**
GRAZIELA SUELI MENINI **886**
GUILHERME AZAMBUJA CASTELO BRANCO **550**
GUILHERME BARRANCO DE SOUZA **857**
GUILHERME GUIMARÃES **52**
GUILHERME MIGNONE GORDO **714, 715, 723, 743**
GUILHERME PEDERNEIRAS JAEGER **930**
GUILHERME PORTANOVA **777**
GUILHERME RICARDO ROEDEL SPERB **465**
GUILHERME SESTI SANTOS **408**
GUILLERMO ANTONIO ARAUJO GRAU **478**
GUSTAVO CALÁBRIA RONDON **490**
GUSTAVO CORTÊS DE LIMA **840, 918**
GUSTAVO DE AGUIAR FERREIRA ALVES **97**
GUSTAVO FERNANDES SILVESTRE **301**
GUSTAVO MARQUES FERREIRA **240**
GUSTAVO MONTEIRO AMARAL **806**
HARIANNA BARRETO **253**
HEITOR CORNACCHIONI **353**
HEITOR FARO DE CASTRO **22**
HELDER LIMA DE LUCENA **441**
HELDER MANOEL LOPES DE SOUZA **18**
HÉLIO AILTON PEDROZO **31**
HÉLIO BORGES MONTEIRO NETO **688**
HÉLIO CARVALHO SANTANA **39**
HÉLIO JOSÉ FIGUEIREDO **760**
HÉLIO SELBACH DA ROCHA **165**
HÉLIO STEFANI GHERARDI **715, 723**
HELOÍSA HELENA DE CAMPOS GONÇALVES **923**
HELOISA HELENA WANDERLEY MACIEL **664**
HELOÍSA MARIA ALVES DE AQUINO **110**
HENRIQUE ALVES PINTO **841**
HENRIQUE BARBACENA NETO **33**
HENRIQUE DE PAULA MACHADO **77**
HENRIQUE FABBRIN ALVAREZ **704**
HENRIQUE SUGAYA **626**
HERBERT ALVES MARINHO **769**
HERBERTH DENNY DE SIQUEIRA BARROS **425**
HERCÍLIA MARIA PORTELA PROCÓPIO FRIGO **661**
HERLON TEIXEIRA **867**
HIRAM AYRES MONTEIRO **718**
HOMERO BELLINI JUNIOR **498**
HUGO MARCONDES DOS REIS JÚNIOR **801**
HUMBERTO ADAMI SANTOS JÚNIOR **605, 699**
HUMBERTO BENITO VIVIANI **715**
HUMBERTO JARDIM MACHADO **508**
IÊDA LÍVIA DE ALMEIDA BRITO **310**
IGOR HENRIQUE MARQUES **949**
IGOR MONTARROYOS DE SOUSA **678**
ILDETE DOS SANTOS PINTO **395, 934, 973**
ILÍDIO BENITES DE OLIVEIRA ALVES **756**
INIS FÁTIMA DE PAULA **790**
IRAÇU ANTUNES DA ROCHA **108**
IRAPUAN INDIO DA COSTA **330**
IRINEU DE FREITAS **920**
ISABELA BRAGA POMPÍLIO **615**
ISMAEL LOPES DA SILVA **793, 799**
ISMAIL CHUKR **533**
ISRAEL ANIBAL SILVA **738**
ITIBERÊ F N MACHADO **218, 224**
ITIBERÊ FRANCISCO NERY MACHADO **64, 71, 84, 87, 112, 114, 121, 127, 233, 234**
IURE CASAGRANDE DE LISBOA **210**
IVAN ALLEGRETTI **764**
IVAN JUNQUEIRA PEREIRA **887**
IVAN JUNQUEIRA RIBEIRO **701, 728**
ÍVINA DE TOLEDO PIZA COELHO **113**
IVO ALMEIDA COSTA **286**
IZABEL AZEVEDO **13, 929**
JADER EVARISTO TONELLI PEIXER **205**
JADER KAHWAGE DAVID **319**
JAILTON ROCHA CRUZ **558**
JAIME ANTÔNIO MIOTTO **105, 416, 422**
JAIME CIPRIANE **215**
JAIME CIPRIANI **85, 156, 213, 221**
JAIRO ANDRADE DE MIRANDA **226**
JAÍSA DA CRUZ PAYÃO PELLEGRINI **833**
JAISON GERMANO CORRÊA **968**
JAMIL ABDELRAZZAK ABDALA ABO ABDO **370, 882, 891, 956**
JAMIL ABDO **256**
JAMIL MIGUEL **40**
JANAÍNA MEDEIROS FALQUEIRO **57**
JANDAIR MENDES PIMENTEL **586, 588**
JANETE CLAIR MEZZOMO ZONATTO **230**
JANICE HELENA FERRERI MORBIDELLI **616**
JAQUELINE DA ROSA GARCEZ SILVA **193**
JAQUELINE DRÖSE **868**
JARBAS ANDRADE MACHIONI **7**
JARBAS CASTELO BRANCO SANTOS **160**
JAYME BARBOSA LIMA **43**
JAYME BORGES GAMBÔA **455**
JEFERSON ANTONIO ERPEN **882, 946**

JEFFERSON LINS VASCONCELOS DE ALMEIDA **903**
JEOVANE FREITAS MELLO **541**
JESSICA ANNE ERKERT **89**
JESUS PEREIRA **944**
JOÃO ANÍZIO DE ALMEIDA **161**
JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO **479**
JOÃO ASTOR MENDONÇA LISBÔA **274**
JOÃO BATISTA ALVES **567**
JOÃO BATISTA BORGES **893**
JOÃO BATISTA NUNES **660**
JOÃO BATISTA VERNALHA **180**
JOÃO BENJAMIM DA SILVA **235**
JOÃO BOSCO DE MESQUITA JÚNIOR **435**
JOÃO CARDOSO DA SILVA **687**
JOÃO CARLOS DE LIMA JUNIOR **65, 238**
JOÃO CARLOS ZANON **770**
JOÃO CÁRMINO GENEROSO DA COSTA **564**
JOÃO CEZAR SANDOVAL FILHO **79, 731**
JOÃO DIÓGENES FORNEL **523**
JOÃO LUIZ ARZENO DA SILVA **933**
JOÃO LUIZ DO SOCORRO LIMA **67**
JOÃO LUIZ ZONTA **19**
JOÃO MARCELO SCHWINDEN DE SOUZA **515**
JOÃO OLIVEIRA DE FARIAS **561**
JOÃO PAULO MUSA PESSOA **575**
JOÃO PEDRO AYRIMORAES SOARES **737**
JOÃO ROMUALDO FERNANDES DA SILVA **801**
JOÃO SEVERINO DA SILVA **890**
JOÃO TELMO LOPES FERNANDES **522**
JOÃO THOMAZ MARTINS DE QUEIROZ **26**
JOÃO VICENTE CAPUTY DA ROSA **485**
JOAQUIM AUGUSTO DE AZEVEDO SAMPAIO NETTO **454**
JOAQUIM CAVALCANTE DE ALENCAR **244**
JOAQUIM DOMINGOS DE OLIVEIRA **788**
JOAQUIM FÁBIO MIELLI CAMARGO **885**
JOMAR ALVES MORENO **717, 725**
JORGE ÁLVARO DA SILVA BRAGA JUNIOR **423**
JORGE BLOISE **246**
JORGE DAMIÃO DE PAULA **497**
JORGE LEANDRO LOBE **662**
JORGE LUIZ CORRÊA SANT'ANA **585, 587**
JORGE LUIZ DOS SANTOS MORAES **871**
JORGE MANOEL OLIVEIRA ROCHA **54**
JORGE MIGUEL CUNHA SARAYA **379**
JORGE NILTON XAVIER DE SOUZA **477**
JORGE RIBEIRO RANGEL **264**
JOSÉ ABILIO LOPES **726**
JOSÉ ADÃO FERNANDES LEITE **650**
JOSÉ AFONSO DE MELO **572**
JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL **58, 466, 633, 713, 721, 727**
JOSÉ ALBERTO DE ALBUQUERQUE PEREIRA **807**
JOSÉ ANGELO DA SILVEIRA **429**
JOSE ANTONIO CALLEJON CASARI **12**
JOSÉ ANTONIO DA SILVA **907**
JOSÉ ANTÔNIO FISCHER DIAS **48**
JOSÉ ANTONIO GOMES DE ARAÚJO **409**
JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA **359**
JOSÉ ARTHUR DE CARVALHO PEREIRA FILHO **348, 758**
JOSÉ AUGUSTO LIMA NETO JÚNIOR **239**
JOSÉ AUGUSTO RANGEL DE ALCKMIN **601**
JOSÉ BATISTA JÚNIOR **913**
JOSÉ CARLOS CARVALHO JÚNIOR **463**
JOSÉ CARLOS CASTALDO **51**
JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA LEMOS **916**
JOSÉ CAYRES PORTO **281**
JOSÉ DE SIQUEIRA SILVA JÚNIOR **557**
JOSÉ DOMINGOS COLASANTE **637**
JOSÉ EDUARDO QUEIROZ REGINA **893**
JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO **663**
JOSÉ FERNANDO DE ARAUJO LORENA **10**
JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA FERNANDES **581**
JOSÉ FRANCISCO DORNELLES BRÍGIDO **516**
JOSÉ FRANCISCO SANTANA NETO **578**
JOSÉ GOMES DE OLIVEIRA **496**
JOSÉ GUILHERME SOUTO PEREIRA **190**
JOSÉ LEÔNIDAS DE FREITAS **781**
JOSÉ LINDOMAR ARAGÃO SAMPAIO **365**
JOSÉ LINHARES PRADO NETO **651**
JOSÉ LUIS MENDES DE OLIVEIRA LIMA **575**
JOSÉ LUIS WAGNER **904, 917, 922**
JOSÉ LUIZ MATTHES **299**
JOSÉ LUIZ ORRO DE CAMPOS **804**
JOSÉ LUIZ PANCOTTE **812**
JOSÉ LUIZ WUTTKE **364**
JOSÉ MARIA DE SOUZA ANDRADE **157**
JOSÉ MARIA DOS ANJOS **555**
JOSÉ MAURÍCIO DE CASTRO **713**
JOSÉ MURILO GADELHA HOLLANDA **798**
JOSÉ ORLANDO SCHAFER **211**
JOSÉ OSWALDO CORRÊA **225, 492**
JOSÉ PABLO CORTES **833**
JOSÉ PAULO DE CASTRO EMSENHUBER **154**
JOSÉ RAMOS DA SILVA **242**
JOSÉ RIBAMAR FILHO **692**
JOSÉ RICARDO PEREIRA RIBEIRO **227**
JOSÉ ROBERTO LEAL DE CARVALHO **6**
JOSÉ ROBERTO MARCONDES **36**
JOSÉ ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA **30, 543, 617, 821**
JOSÉ RUBENS DE ARAÚJO JÚNIOR **521**
JOSÉ RUBENS HERNANDEZ **8**
JOSÉ WILLIAM CORDEIRO SOUSA **860**
JOSUÉ FERREIRA **559**
JUAREZ KERN JOVER **827**
JUDITH DA SILVA AVOLIO **635**
JUIZ DE DIREITO DA 17ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA CAPITAL **280**
JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO CRIMINAL DE PRESIDENTE PRUDENTE **595**
JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DA COMARCA DE PRESIDENTE PRUDENTE **592**
JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA CAPITAL **282**
JUIZ FEDERAL DA 2ª VARA FEDERAL CRIMINAL DE GUARULHOS **594**
JULIA LEMOS PAMPLONA **328**
JULIANA LEITE CITELI DOS REIS **345**
JULIANA RODRIGUES D. NOGUEIRA **630**
JULIANE FIGUEIREDO BARBOSA **558**
JULIANI DA SILVA RUBIS **272**
JULIANO ANGELIS **483**
JULIANO BASSI CORRÊA **701**
JULIO ASSIS GEHLEN **901**
JÚLIO CÉSAR BORGES DE RESENDE **102, 954**
JÚLIO CÉSAR COLLING **377, 525, 865, 868, 871**
JÚLIO CÉSAR DA SILVEIRA **590**
JULIO CÉSAR RODRIGUES **311**
JÚLIO NASCIMENTO DE MORAES **708**
JÚNIOR CÉSAR SOUTO **963**
JURANDIR GONÇALVES **961, 962**
JUSCELINO CUNHA **722**
JUSSARA IRACEMA DE SÁ E SACCHI **714**
JUVENAL KLAYBER COELHO **378**
KARINA AMZALAK PEREIRA MAGALHÃES **976**
KARLA KATIANNA DE MORAIS E SILVA **322**
KÁTIA LÍLIAN PALMA BARBOSA **126**
KÁZIA FERNANDES PALANOWSKI **909**
KLAUSS DIAS KUHNEN **143, 149, 241**
KLEBER RAIMUNDO XAVIER **373, 931**
KURT SCHUNEMANN JÚNIOR **879**
LAERCIO BENEDITO LEVANDOSKI **149**
LAERTE AMÉRICO MOLLETA **672**
LAERTE AMORIM MENDONÇA **32**
LAERTE POLLI NETO **82**
LARRI DOS SANTOS FEULA **377, 443, 881**
LAUMIR CORREIA FERNANDES **518**
LAURA AGRIFOGLIO VIANNA **961**
LAURIMAR LEÃO VIANA FILHO **782**
LEANDRO DA SILVA **276**
LEANDRO LUIZ **590**
LEANDRO SALES RODRIGUES **191**
LEANDRO SILVA CARVALHO **589**
LÊO BOSCO GRIGGI PEDROSA **195**
LEO LOPES DE OLIVEIRA NETO **936**
LEON ROGÉRIO GONÇALVES DE CARVALHO **367**
LEONARDO ARRUDA MUNHOZ **491**
LEONARDO DA SILVA GREFF **360**
LEONARDO DE MATTOS RODRIGUES **877**
LEONARDO GIACOMET BARRETO **532**
LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO **549**
LEONARDO MIRANDA SANTANA **39**
LEONARDO P. DE OLIVEIRA PINTO **1**
LEONARDO ROFINO **627**
LEONARDO SCHETTINI CHIANCA **402**
LEONARDO VARGAS MOURA **454**
LEONARDO VERSIANI NOGUEIRA TARABAL **43**
LEOPOLDO GOMES DOS SANTOS MUYLAERT **894**
LIANE RITTER LIBERALI **931**
LILIAN HAAS BOTTCHER **789**
LILIAN MARIA FAGUNDES DA SILVA **308, 774**
LILIANE NETO BARROSO **493**
LINO ALBERTO DE CASTRO **880**
LISSANDRA VARELA **73**
LIVALDINO FAGAN **935**
LIZETE ANDREIS SEBBEN **437**
LORENZO LACERDA CAPELLI **83, 526**
LOURDES HELENA MOREIRA DE CARVALHO **164**
LUCAS BRAGA EICHENBERG **403**
LUCIA HELENA RODRIGUES CAPELA **302**
LUCIANA CARREIRA **115**
LUCIANA CRISTINA CARDOSO ZANDONADI **463**
LUCIANA DE MORAES CARON **498**
LUCIANA FARIAS **75**
LUCIANA FERREIRA GONÇALVES **181**
LUCIANA FONTOURA DE MOURA **40**
LUCIANA KUSHIDA **361**
LUCIANA MARTINS BARBOSA **208, 716, 749, 754**
LUCIANA MEDEIROS BOTTA **935, 962**
LUCIANO CAMPOS DA SILVA **91**
LUCIANO MALTA CABRAL **685**
LUCILENE GOMES DA SILVA **49**
LUCIREI COELHO DE SOUZA INOCÊNCIO **271**
LUIS ALEXANDRE COELHO DE BARROS **145**
LUIS ANTONIO NASCIMENTO CURI **385, 391**
LUIS CARLOS CAETANO DE ANDRADE **564**
LUIS CARLOS DOBES **69**
LUIS CARLOS GOMES DE SOUTELLO **575**
LUÍS FERNANDO HASEGAWA **937**
LUÍS GUILHERME VIEIRA **598**
LUIS HENRIQUE FONSECA RIVELLI **264**
LUIS HENRIQUE PIERUCHI **484**
LUIS PAULO PESSOA GUERRA **432, 444, 534**
LUISMAR FERNANDES BRAGA **261**
LUIZ ALEXANDRE G. DO AMARAL **683**
LUIZ ALFEU SOUZA RAMOS **500**
LUIZ ÁLVARO FERNANDES GALHANONE **923**
LUIZ ALVARO LEMOS PERNA **952**
LUIZ ANSELMO NASCIMENTO DOS SANTOS **141**
LUIZ ANTONIO MUNIZ MACHADO **12, 57, 651, 653**
LUIZ AUDIZIO GOMES **804**
LUIZ CARLOS BISSOLI **733**
LUIZ CARLOS FINK **194**
LUIZ CARLOS GATTO **842**
LUIZ CARLOS KRAMMER **668**
LUIZ CARLOS PERA **751**
LUIZ CARLOS SOUTO FONSECA **776, 777, 779**
LUIZ CLAUDIO BRANDÃO DE SOUZA **885**
LUIZ DE ALMEIDA **44**
LUIZ EDUARDO PINTO RIÇA **130**
LUIZ FERNANDO MENEZES DE OLIVEIRA **266**
LUIZ HAMILTON SANTANA DE OLIVEIRA **476**
LUIZ LOUZADA DE CASTRO **494**
LUIZ MANZIONE **879**
LUIZ MARCELO COCKEL **816**
LUIZ OLIVEIRA DA SILVEIRA FILHO **629**
LUIZ OTÁVIO CARDOSO DE AZEVEDO JÚNIOR **383**
LUIZ REIMER RODRIGUES RIEFFEL **64**
LUIZ RENAUD PINTO CUNHA **811**
LUIZ RODRIGUES WAMBIER **448**
LUIZ RUPPENTHAL **569**
LUIZ TADEU GUARDIERO AZEVEDO **171**
LUIZA RODRIGUES PEREIRA **830**
LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA **333, 767, 803, 805, 951**
LUZINETE MORAES CREMONESI **374**
LYCURGO LEITE NETO **50, 630, 731, 733, 739**
MAGDA MONTENEGRO **815, 831**
MANOEL ARAÚJO TUCUNDUVA **453**
MANOELA GONÇALVES SILVA **890**
MANUEL DE JESUS SOARES **561**
MANUEL LUIS DA ROCHA NETO **657**
MANUEL S. FERNANDES RIBEIRO **405**
MARCELO BIENTINEZ MIRÓ **355**
MARCELO CARDOSO TRINDADE **211**
MARCELO DE CARVALHO RODRIGUES **232**
MARCELO DE CASTRO MOREIRA **789**
MARCELO DE MACEDO MARMELO **186**
MARCELO DE MOURA SOUZA **577**
MARCELO DEWES DE MELLO **927**

MARCELO DIAS FERREIRA **408**
MARCELO GARCIA CUNHA **652**
MARCELO LIPERT **308**
MARCELO MARTINS TELLES RIBEIRO **186**
MARCELO MARTORANO NIERO **513**
MARCELO MIGUEL ALVIM COELHO **142**
MARCELO NUNES DE SOUZA **862**
MARCELO PAIVA LARANJA **340**
MARCELO PEDRO MONTEIRO **751**
MARCELO PEREIRA DE SOUZA **581**
MARCELO PIMENTEL **53**
MARCELO PINTO RIBEIRO **478**
MARCELO RIBEIRO DE ALMEIDA **27**
MARCELO ROCHA DE MELLO MARTINS **554**
MARCELO TESHEINER CAVASSANI **343**
MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA **389**
MÁRCIA ADRIANA MANSANO **38**
MÁRCIA APARECIDA CAMACHO **50**
MÁRCIA HELENA MIRANDA DOS SANTOS **558**
MARCIA LYRA BERGAMO **665**
MARCIA REGINA MACHADO MELARÉ **9**
MÁRCIA REGINA NIGRO CORRÊA **148**
MÁRCIA REGINA RODACOSKI **37, 533**
MARCIO ARI VENDRUSCOLO **517**
MÁRCIO BURIN **169**
MÁRCIO CARLOS MENDES RAPOZO **63**
MARCIO FRED ROCHA ANDRADE **220**
MÁRCIO LOCKS FILHO **950**
MÁRCIO LUIZ AGUIAR **372**
MÁRCIO MAMEDE BASTOS DE CARVALHO **956**
MÁRCIO MESSIAS CUNHA **712**
MÁRCIO ROBERTO DA SILVA **755**
MÁRCIO TRINDADE SANTOS **632**
MARCO ANDRÉ HONDA FLORES **162**
MARCO ANTÔNIO BILIBIO CARVALHO **434**
MARCO ANTONIO INNOCENTI **621**
MARCO ANTONIO MENEGHETTI **597**
MARCO ANTÔNIO MIRANDA DA COSTA **219**
MARCO ANTONIO SCHMITT **85, 218, 233, 380, 439**
MARCO ANTÔNIO SCHMITT **328, 334, 375, 379, 397, 440, 509**
MARCO ANTONIO SHMITT **156**
MARCO AURÉLIO RODRIGUES DA COSTA **504**
MARCO RICA MARCOS JUNIOR **265**
MARCO TÚLIO REIS MAGALHÃES **305, 320, 323**
MARCONE SODRÉ MACEDO **92**
MARCOS CHEHAB MALESON **721**
MARCOS COSTA SIMÕES **619**
MARCOS DOS SANTOS SILVA **558**
MARCOS ERNANI SENGER **459**
MARCOS GEORGE DINIZ URIAS **557**
MARCOS GÖPFERT CETRONE **609**
MARCOS JOSÉ CAPELARI RAMOS **484**
MARCOS JOSÉ SANTOS MEIRA **503**
MARCOS JOSÉ SOUSA BATEMARQUE **648, 649**
MARCOS NASSEH TABET **158**
MARCOS RIBEIRO LOPES **141**
MARCOS ROBERTO LEAL DA SILVA **282**
MARCOS ULHOA DANI **653**
MARCOS WILSON FONTES **293**
MARCUS VINICIUS SPÓSITO **848**
MARCUS VINICIUS TECHEMAYER **431**
MARIA ANGELA GOYOS SCHIFFMANN **858**
MARIA APARECIDA DIAS PEREIRA **28**
MARIA APARECIDA DIAS PEREIRA NARBUTIS **845**
MARIA APARECIDA GUEDES OTONI **43**
MARIA CECÍLIA MORAES MARÇAL **845**
MARIA CLAUDIA CANALE **918**
MARIA CLÁUDIA DE SEIXAS **580**
MARIA CRISTINA DA COSTA FONSECA **58**
MARIA CRISTINA DE MIRANDA **486**
MARIA CRISTINA LAPENTA **167**
MARIA CRISTINA MEES **457**
MARIA DA GRAÇA BRITTO GARCIA **770**
MARIA DALVA ZANGRANDI COPPOLA **610**
MARIA DE FÁTIMA COUTINHO ESPÍNDOLA **534**
MARIA DE FÁTIMA PEREIRA DA SILVA **562**
MARIA DO CÉU MARQUES ROSADO **301**
MARIA DO SOCORRO GOMES DO NASCIMENTO **319**
MARIA ELIZABETH CARVALHO PÁDUA FILIPPETTO **437**
MARIA ELIZABETH POVOAS VAZ **45**
MARIA ELVIRA DE MAGALHÃES DORNA **86**
MARIA FERNANDA NALIN SALOMÃO **817**
MARIA HELENA JUNQUEIRA DA VEIGA SERRA **575**
MARIA HELENA ZOTTMANN **538**
MARIA ISABEL GOMES DE ASSIS MOURA **17**
MARIA ISABEL SILVA DIAS **829**
MARIA ISILDINHA DOS SANTOS CAMINSK **686**
MARIA JOCÉLIA NOGUEIRA LIMA **97**
MARIA JOSÉ DA SILVA OLIVEIRA **68**
MARIA LUIZA DE MEDEIROS GUERRA **809**
MARIA LUIZA SCARANO ARANTES ROCCO **575**
MARIA NEUZA DE SOUZA PEREIRA **94**
MARIA NIRVANDA LIMA **278**
MARIA SANTINA SALES **23**
MARIA VENUS PINHEIRO **243**
MARIA VERANICE SCHNEIDER GÖRGEN **380**
MARIA ZÉLIA DOS SANTOS PARENTE RICHI **109**
MARIANA FIGUEIRA MATARAZZO **247**
MARIANA GASPAR SEGANFREDO **527**
MARIANA NÓVOA **687**
MARIAYDA PEREIRA FARIA **294**
MÁRIO BARBOSA VILLAS BOAS **222**
MÁRIO CAMPOS DE OLIVEIRA JÚNIOR **709**
MÁRIO HERMES DA COSTA E SILVA **722**
MARIO MASAGÃO FLHO **873**
MÁRIO NUÑEZ CARBALLO **627**
MARISTELA FEKSA NEUENFELDT **210**
MARISTELA VAZ ALMERON **775**
MARIZA SHUTZER DEL NERO POLETTI **720**
MARLI BALCHUM **153**
MARLISE SEVERO **397**
MARONIL DE SOUZA CAMARGO **142**
MARTHA M. GONZALEZ **251**
MARUZAM ALVES DE MACEDO **584, 589**
MATIAS JOAQUIM COELHO NETO **321**
MAURICIO ALVAREZ MATEOS **940**
MAURICIO BASTIANI PASA **676**
MAURÍCIO DE CARVALHO ARAÚJO **575**
MAURÍCIO DE OLIVEIRA PINTO **567**
MAURÍCIO FERNANDES DA SILVA **525**
MAURÍCIO MARANHÃO DE OLIVEIRA **597**
MAURÍCIO SILVA LEITE **6**
MAURO TAVARES CERDEIRA **669**
MAURO TRÁPAGA TEIXEIRA **519**
MAURO VIGNOTTI **332**
MAXIMILIANO NAGL GARCEZ **739**
MAXIMINO GONÇALVES FONTES NETO **658**
MELISSA POTIENS MARTINS **59**
MESSIAS TADEU OLIVEIRA BENTO FALLEIROS **447**
MICHELE CIOCCARI **535**
MIGUEL ÂNGELO SEDREZ JÚNIOR **407**
MIGUEL ARCANJO DA CRUZ SILVA **510**
MIGUEL FRANCISCO RUWER **74**
MIGUEL GELMINI **117**
MIGUEL OLIVEIRA **746**
MIGUEL VIANA SANTOS NETO **558**
MILENE GOULART VALADARES **760**
MILTON CADEMARTORI SIMÃO **34**
MILTON DRUMOND CARVALHO **410**
MILTON NETTO **289**
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO **757**
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL **288, 599**
MIRIÃ PEREIRA DE ARAÚJO **521**
MÍRIAM LUCIA KULCZYNSKI FORSTER **329**
MOACYR LAMHA FILHO **159**
MOEMA CARNEIRO DE MIRANDA HENRIQUES **52**
MONYA RIBEIRO TAVARES PERINI **748**
MÚCIO WANDERLEY BORJA **844**
MURILO GASPARINI MORENO **809**
NAAMAN MIRANDA CORREIA **558**
NÁDIA MARIA KOCH ABDO **83, 507, 528**
NADIR ANTÔNIO DA SILVA **89**
NAGIB TEIXEIRA SUAID OU NAGIB TEIXEIRA SAUID **561**
NALO ROCHA BARBOSA **613**
NAPOLEÃO SANTANA **624**
NARDO ALECEU FERNANDES MARQUES OU NARDO ALCEU FERNANDES MARQUES **591**
NASSER JUDEH **412**
NATALIA SKREPNEK TOSIN **682**
NATALINO APOLINÁRIO **762**
NEIDA PEREIRA BANDEIRA **57**
NEIDE MACIEL CORDEIRO **237**
NEIDE REJANE GREGOIRE GULARTE **214**
NEIDE RIBEIRO PALARO **800**
NEIMAR BATISTA **839**
NÉLIO SILVEIRA DIAS JÚNIOR **769**
NELSON BUGANZA JÚNIOR **346, 763**
NELSON MESQUITA FILHO **620**
NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO **340**
NELSON PEREIRA DE PAULA FILHO **123**
NELSON PILLA FILHO **370, 538, 895**
NERÊO CARDOSO DE MATOS JUNIOR **235**
NEREU LIMA **569**
NESTOR JOSÉ FORSTER **612**
NESTOR LODETTI **883, 965**
NEUSA MOURÃO LEITE **450**
NEWTON DE ARAÚJO **793**
NILO DE OLIVEIRA NETO **326**
NILO SÉRGIO QUINTINO DOS SANTOS **250**
NILTON DANTAS DA SILVA **959**
NIVALDO SANTANA DE JESUS **275**
NORBERTO BARUFFALDI **634, 872**
NORBERTO JOSÉ ROSSI **796**
NORMA SUELI MENDES ROCHA **784, 797**
ODILARDO JOSÉ BRITO MARQUES **618**
OLGA BAYMA DA COSTA **322**
OLYMPIO MORAES JÚNIOR **269**
ORÁCIO STIVÊANO **686**
ORIVAL GRAHL **812**
ORLANDO CEZAR FURTADO CONSTANTINO **113**
ORLANDO DIAS DE ARRUDA **613**
ORLANDO PIVA **700**
ORLANDO SOBOTTKA FILHO **106**
OSCAR DOS SANTOS FERNANDES **828**
OSMAN BAGDÊDE **252**
OSMAR FRITSCH **396**
OSMAR LOURENÇO VAZ **348**
OSVANIA ROSICLER CASSOL **690**
OTÁVIO PIVA **458**
OZIEL MARQUES VIEIRA **584**
PABLO ROLIM CARNEIRO **262**
PABLO SANCHES BRAGA **293**
PABLO XAVIER DE MORAES BICCA **135**
PATRICIA FERREIRA FAGUNDES VASCONCELOS **432**
PATRÍCIA FERREIRA LOPES PIMENTEL **53**
PATRÍCIA HELENA BONZANINI **778**
PAULO ALVES DO NASCIMENTO **558**
PAULO ARMÍNIO TAVARES BUECHELE **813**
PAULO BENTO FORTE JÚNIOR **892**
PAULO CESAR GRADELA FILHO **831**
PAULO EDUARDO COSTA STEINBACH **582**
PAULO ELÍSIO DE SOUZA **187, 390**
PAULO ERIX **21**
PAULO FERNANDO DE CARVALHO **46**
PAULO FRANCISCO VILELA DE ANDRADE **575**
PAULO GULUDJIAN **35**
PAULO HEITOR COLICHINI **49, 55**
PAULO HENRIQUE BARROS BERGQVIST **129**
PAULO HENRIQUE C VIEIRA **445**
PAULO HENRIQUE DA SILVEIRA CHAVES **487**
PAULO HENRIQUE GARDEMANN **489, 905**
PAULO HENRIQUE SILVEIRA FERNANDES NONATO **96**
PAULO JOSÉ CRAVO SOSTER **134**
PAULO MAURÍCIO SIQUEIRA **604**
PAULO RENATO MENDES DE RESENDE **358**
PAULO RENÊ LENZ DA SILVA **930**
PAULO RICARDO SOUZA PINTO **579**
PAULO ROBERTO BRUNETTI **401**
PAULO ROBERTO SCHULTE DA SILVA **761**
PAULO SEBASTIÃO GOMES CARDOSO **575**
PAULO SÉGIO PESSOA DE MOURA **513**
PAULO SÉRGIO MARTINS TEIXEIRA **859**
PAULO SOARES DE AZEVEDO FILHO **671**
PEDRO DIAS GUERRA **256, 881**
PEDRO DUAILIBE MASCARENHAS **466**
PEDRO FENSTERSEIFER **900**
PEDRO FRANCISCO RUBIS **272**
PEDRO HENRIQUE PEDREIRA DUTRA LEITE **785**
PEDRO JORGE MEDEIROS **747**
PEDRO LUCIANO MARREY JUNIOR **857**
PEDRO MAURÍCIO PITA MACHADO **974**
PEDRO MORA SIQUEIRA **695**
PEDRO NOVAES BONOME **282**
PEDRO PAULO CASTELO BRANCO COÊLHO **596**
PEDRO PAULO F. SCALANTE **25**
PEDRO PAULO FIGUEIRÓ E RESENDE **963**
PEDRO PAULO MUANIS **655**
PEDRO SOLIA PAMPLONA **204**
PERI FERNANDES CORREIA

338, 428, 530
PFN - ADRIANA NOGUEIRA TIGRE COUTINHO **820**
PFN - ARTUR ALVES DA MOTTA **773**
PFN - CARLOS DE ARAÚJO MOREIRA **813**
PFN - CLÁUDIA REGINA A M PEREIRA **847**
PFN - DEYSI CRISTINA DA' ROLT **853**
PFN - ELYADIR FERREIRA BORGES **823**
PFN - FABRÍCIO SARMANHO DE ALBUQUERQUE **770**
PFN - GILBERTO ETCHALUZ VILLELA **839**
PFN - JOÃO BATISTA DE FIGUEIREDO **828**
PFN - JOÃO FERREIRA SOBRINHO **768**
PFN - JOSÉ CARLOS COSTA LOCH **838**
PFN - JOSÉ NAZARENO SANTANA DIAS **632**
PFN - MARLY MILOCA DA CÂMARA GOUVEIA **298**
PFN - MARTA SUZI PEIXOTO PAIVA LINARD **807**
PFN - MIRIAM A. PERES SILVA **857**
PFN - MÔNICA HENRIQUES C. GOUVEIA **814**
PFN - MÔNICA ROCHA VICTOR DE OLIVEIRA **785**
PFN - NAIARA PELLIZZARO DE LORENZI CANCELLIER **28**
PFN - PAULO MENDES DE OLIVEIRA **810**
PFN - RICARDO PY GOMES DA SILVEIRA **796**
PFN - ROSANE BLANCO OZÓRIO BOMFIGLIO **15, 822**
PFN - TATIANA P. F. WAJNBERG **16**
PGDF - ADEMIR MARCOS AFONSO **182, 954**
PGDF - ALEXANDRE CASTRO CERQUEIRA **255**
PGDF - CLAUDIA DO AMARAL FURQUIM **681**
PGDF - EDUARDO ALECSANDER XAVIER DE MEDEIROS **955**
PGDF - FABIANO OLIVEIRA MASCARENHAS **139, 236**
PGDF - GABRIELA FREIRE DE ARRUDA **207**
PGDF - JOSÉ CARLOS ALVES DE OLIVEIRA **228**
PGDF - LUÍS FERNANDO BELÉM PERES **185**
PGDF - MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO **119**
PG-DF - MARCELO LAVOCAT GALVÃO **898**
PGDF - MARCIA GUASTI ALMEIDA **957**
PGDF - MÁRCIO WANDERLEY DE AZEVEDO **808**
PGDF - MARIA BEATRIZ BROWN RODRIGUES **179, 231, 260**
PGDF - OSDYMAR MONTENEGRO MATOS **259**
PGDF - PAULO JOSÉ MACHADO CORRÊA **787**
PGDF - RODRIGO ALVES CHAVES **166**
PGDF - TATIANA BARBOSA DUARTE **202**
PGDF - VINÍCIUS SILVA PACHECO **102**
PGDF- MIGUEL ANGELO FARAGE DE CARVALHO **830**
PGE -PR - CHRISTIANNE REGINA LEANDRO POSFALDO **47**
PGE-AC - ROBERTO BARROS DOS SANTOS **618**
PGE-AM - ABRAHAM NISSIM BENOLIEL **908**
PGE-AM - ALZIRA FARIAS ALMEIDA DA FONSECA DE GÓES **269**
PGE-AM - INGRID MONTEIRO **825**
PGE-AM - MARCELO AUGUSTO A. DA CUNHA **798**
PGE-AM - R. PAULO DOS SANTOS NETO **736**
PGE-AM - REYSON DE SOUZA E SILVA **479**
PGE-AM - RICARDO ANTONIO REZENDE DE JESUS **297**
PGE-BA - ADRIANA MEYER BARBUDA GRADIN **197**
PGE-BA - ALEX SANTANA NEVES **95**
PGE-BA - CÂNDICE LUDWIG ROMANO **540**
PGE-BA - LUIZ VIANA QUEIROZ **198**
PGE-BA - MARIA ELZA LEITE ROLEMBERG ALVES **540**
PGE-BA - MIGUEL CALMON DANTAS **92**
PGE-BA - WALSIMAR DOS SANTOS BRANDÃO **267**
PGE-CE - CROACI AGUIAR **795**
PGE-CE - EDUARDO MENEZES ORTEGA **692**
PGE-CE - MARIA LÚCIA DE CASTRO TEIXEIRA **781**
PGE-CE - MARIA LUCIA FIALHO COLARES **294**
PGE-GO - LUIZ HENRIQUE SOUSA DE CARVALHO **712**
PGE-GO - MARIA RITA DE FARIA E VASCONCELLOS **631**
PGE-MS - SARAH F MONTE ALEGRE DE ANDRADE SILVA **501**
PGE-MS - THAIS GASPAR **151**
PGE-MT - CARLOS EMILIO BIANCHI NETO **480**
PGE-MT - NELSON PEREIRA DOS SANTOS **971**
PGE-PE - ANTÔNIO FIGUEIREDO GUERRA BELTRÃO **433**
PGE-PE - DONIZETE APARECIDO GOMES DE OLIVEIRA **98**
PGE-PE - FLÁVIA TAVARES DANTAS **685**
PGE-PE - MARCELO CASSEB CONTINENTINO **324**
PGE-PR - CÉSAR AUGUSTO BINDER **47, 903**
PGE-RJ - ALDE DA COSTA SANTOS JÚNIOR **837**
PGE-RJ - ALINE TORRES FILIPPO **201**
PGE-RJ - CARLOS EDISON DO R MONTEIRO FILHO **237**
PGE-RJ - CHRISTINA AIRES CORRÊA LIMA **551**
PGE-RJ - DANIELA ALLAM GIACOMET **835, 837, 960**
PGE-RJ - DAVI MARQUES DA SILVA **131**
PGE-RJ - JANAÍNA MARIA LOPA VALLADO **949**
PGE-RJ - LUIZ GUILHERME DE OLIVEIRA MAIA CRUZ **108**
PGE-RJ - MARCELO ORTIGÃO B DE CARVALHO **63**
PGE-RJ - MARCELO ORTIGAO B. DE CARVALHO **101**
PGE-RJ - MARIANA LOJA TÁPIAS **644**
PGE-RJ - PATRÍCIA CLÁUDIA DAMOUS DE MORAES **122**
PGE-RJ - REINALDO FREDERICO AFONSO SILVEIRA **124, 170**
PGE-RJ - SÉRGIO ANTUNES DE OLIVEIRA **295**
PGE-RN - ANA CLÁUDIA BULHÕES PORPINO DE MACEDO **333**
PGE-RN - CRISTIANO FEITOSA MENDES **767**
PGE-RN - FRANCISCO WILKIE REBOUÇAS C. JUNIOR **18**
PGE-RN - JANNE MARIA DE ARAÚJO **951**
PGE-RN - JOSÉ FERNANDES DINIZ JÚNIOR **639, 803**
PGE-RN - MARCONI MEDEIROS MARQUES DE OLIVEIRA **518**
PGE-RN - MARJORIE ALECRIM CÂMARA DE OLIVEIRA **928**
PGE-RN - ROSALI DIAS DE ARAÚJO PINHEIRO **805**
PGE-RR - ANTONIO PEREIRA COSTA **547**
PGE-RR - FRANCISCO VILEBALDO DE ALBUQUERQUE **546**
PGE-RR - THICIANE GUANABARA SOUZA **116**
PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM **73, 75, 128, 132, 144, 150, 153, 163, 165, 173, 174, 191, 206, 208, 212, 214, 216, 217, 254, 362, 403, 420, 430, 436, 461, 467, 477, 495, 510, 511, 527, 529, 638, 676, 677, 693, 694, 730, 734, 748, 749, 750, 752, 753, 753, 754, 811, 861, 874, 919, 927**
PGE-SC - ADRIANO ZANOTTO **553**
PGE-SC - ANA CLÁUDIA ALLET AGUIAR **109**
PGE-SC - IVAN S. THIAGO DE CARVALHO **99**
PGE-SE - KÁTIA KELEN SOUSA DOS ANJOS **110**
PGE-SE - SAMUEL OLIVEIRA ALVES **611**
PGE-SP - ALTIERE P. RIOS JUNIOR **435**
PGE-SP - ANDRÉ DOMINGUES FIGARO **456, 958**
PGE-SP - ANNA CANDIDA SERRANO SUPLICY FORBES **56, 637**
PGE-SP - AUREA LÚCIA ANTUNES SALVATORE S FREHSE **82**
PGE-SP - AYLTON MARCELO BARBOSA DA SILVA **56**
PGE-SP - CARLOS ALBERTO LORENZETTI BUENO **123, 840**
PGE-SP - CÉLIA MARIZA DE OLIVEIRA WALVIS **167**
PGE-SP - CLÁUDIA CARDOSO CHAHOUD **542**
PGE-SP - CRISTINA MENDES HANG **137**
PGE-SP - DANIEL SMOLENTZOV **60, 61**
PGE-SP - DENISE STAIBANO GONÇALVES MANSO **59**
PGE-SP - DULCE MYRIAM C. F. HIBIDE CLAVER **386**
PGE-SP - EBER GILBERTO CAVALCANTE SOUZA **929**
PGE-SP - EDNA MARIA FARAH HERVEY COSTA **449**
PGE-SP - ELIANA DE FÁTIMA UNZER **341, 621**
PGE-SP - ERICA UEMURA **646**
PGE-SP - FERNANDO FRANCO **349**
PGE-SP - GEORGIA GRIMALDI DE SOUZA BONFÁ **238**
PGE-SP - GEORGIA TOLAINE MASSETTO TREVISAN **106**
PGE-SP - GEÓRGIA TOLAINE MASSETTO TREVISAN **387**
PGE-SP - J. BUSHATSKY **154**
PGE-SP - LILIANE K. ITO ISHIKAWA **161**
PGE-SP - LUCIA DE ALMEIDA LEITE **392**
PGE-SP - LÚCIA FÁTIMA NASCIMENTO PEDRINI **353**
PGE-SP - LUCIANA MARINI DELFIM **918**
PGE-SP - LYGIA HELENA CARRAMENHA BRUCE **196**
PGE-SP - MARCELA MERCANTE NEKATSCHALOW **537**
PGE-SP - MARCO ANTONIO DUARTE DE AZEVEDO **381, 384**
PGE-SP - MARIA AMÉLIA SANTIAGO DA SILVA MAIO **948**
PGE-SP - MARIA ANGÉLICA DEL NERY **27**
PGE-SP - MARIA BEATRIZ N S MARTINS LAZARINI **800**
PGE-SP - MARIA HELENA MARTONE GRAZZIOLI **475**
PGE-SP - MARIA IZABEL ALVES DE ANDRÉ **180, 691**
PGE-SP - MARIA MAURA BOLZAN DOMINGUES **491**
PGE-SP - MARINA MARIANI DE MACEDO RABAHIE **405, 863**
PGE-SP - MARION SYLVIA DE LA ROCCA **858**
PGE-SP - MARTA SANGIRARDI LIMA **718**
PGE-SP - MIRIAN GONÇALVES DILGUERIAN **300**
PGE-SP - MÔNICA DE A. MAGALHÃES SERRANO **697**
PGE-SP - NORBERTO OYA **147**
PGE-SP - PAULA NELLY DIONIGI **59**
PGE-SP - REGINA CELI PEDROTTI VESPERO FERNANDES **700**
PGE-SP - REGINA MARIA RODRIGUES DA SILVA JACOVAZ **13, 93**
PGE-SP - RENATO KENJI HIGA **24, 25**
PGE-SP - RICARDO PY GOMES DA SILVEIRA **457**
PGE-SP - ROBERTO DE ALMEIDA GALLEGO **552**
PGE-SP - ROSA MARIA GARCIA BARROS **17**
PGE-SP - SANDRA REGINA DE SOUZA L DIAS **152**
PGE-SP - SANDRA YURI NANBA **354, 401**
PGE-SP - SUZANA SOO SUN LEE **268**
PGE-SP - TÂNIA ORMENI FRANCO **856**
PGE-SP - VALÉRIA ANTONIAZZI P. ROSA DE CASTRO **696**
PGE-TO - MARCO PAIVA OLIVEIRA **171**
PGE-TO - THAIS RAMOS ROCHA **613**
PGU - LUIS HENRIQUE MARTINS DOS ANJOS **844**
PHILLIPE GRUNERT **531**
PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA **558, 567**
PRISCILA SANTOS COLOMER MORAGAS **86, 684**
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA **4, 5**
PROCURADOR-GERAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL **635**
PROCURADORIA - GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO **21**
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL **29, 88, 88, 105, 111, 130, 135, 148, 164, 188, 189, 199, 204, 209, 225, 232, 239, 243, 244, 247, 299, 302, 303, 304, 306, 307, 312, 314, 315, 316, 317, 332, 337, 339, 350, 352, 356, 357, 363, 364, 365, 366, 388, 399, 404, 406, 409, 412, 414, 415, 416, 417, 421, 422, 448, 462, 465, 468, 470, 473, 477, 478, 482, 492, 493, 494, 496, 499, 502, 503, 512, 515, 535, 536, 552, 657, 660, 665, 667, 679, 689, 703, 756, 759, 761, 806, 860, 864, 875, 896, 897, 900, 901, 902, 906, 907, 912, 913, 914, 936, 938, 939, 943, 947, 966, 967, 975, 980, 981, 982, 983, 984, 985, 986, 987, 988, 989**
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL **242, 248, 310, 329, 424, 447, 458, 612, 666, 719, 737, 772, 817, 826, 827, 829, 841, 921**
PÚBLIO RÊGO IMBIRIBA FILHO **849**
QUERINO DE SOUSA NETO **462**
RADHAMES TAVARES MUÑOZ **594, 594**
RAFAEL DE CASTRO MENEZES **895**
RAFAEL FERNANDES ESTEVEZ **338**
RAFAEL NOGUEIRA SIMAS **327, 443**
RAILSON JOSÉ TORRES BRAGA **472**
RAIMUNDO DE ALENCAR MAGALHÃES **600**
RAIMUNDO DE OLIVEIRA SILVA **335**
RANATA BARBOSA LACERDA OLIVA **501**
RANIERI LIMA RESENDE **544**
RANIERI MAZZILLI NETO **273**
RAPHAEL MEDEIROS **681**
RAQUEL CRISTINA RIEGER **741**
RAQUEL HECK MARIANO DA ROCHA **636**
RAUL GULDEN GRAVATA **699**
REGES COELHO CORREIA **667**
REGINA APARECIDA LARANJEIRA BAUMANN **42**
REGINALDO IVES DA ROSA BARBOSA **343**
RÉGIS DE SOUZA RENCK **306**
RELATOR DA EXTRADIÇÃO Nº 1041 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL **285, 565**
RELATOR DO HABEAS CORPUS Nº 64249 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA **563**
RELATOR DO HABEAS CORPUS Nº 64825 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA **560**

RELATOR DO HABEAS CORPUS Nº 90.807 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA **584**
RELATOR DO HC Nº 1.060.866.3/3-00 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO **280**
RELATOR DO HC Nº 61356 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA **566**
RELATOR DO HC Nº 77414 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA **284**
RELATOR DO HC Nº 79.932 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA **280**
RELATOR DO HC Nº 81410 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA **593**
RELATOR DO HC Nº 85460 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA **564**
RELATOR DO HC Nº 87458 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA **273**
RELATOR DO HC Nº 89.767 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA **589**
RELATOR DO HC Nº 89923 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA **283**
RELATOR DO HC Nº 90424 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA **580**
RELATOR DO HC Nº 91524 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA **578**
RELATOR DO HC Nº 91643 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA **591**
RELATOR DO RE Nº 368070 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL **559**
RELATOR DO RESP Nº 779.533 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA **572**
RELATORA DO HABEAS CORPUS Nº 77.044 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA **577**
RELATORA DO HABEAS CORPUS Nº 80856 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA **275**
RELATORA DO HABEAS CORPUS Nº 88596 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA **276**
RELATORA DO HABEAS CORPUS Nº 90826 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA **282**
RELATORA DO HC Nº 82819 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA **561**
RELATORA DO HC Nº 89873 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA **590**
RELATORA DO HC Nº 90654 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA **574**
RELATORA DO HC Nº 90808 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA **279**
RELATORA DO HC Nº 91.483 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA **287**
RELATORA DO INQ Nº 544 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA **286**
RENALDO LIMIRO DA SILVA **659, 818**
RENATA BENEDET **229**
RENATA CRISTINA BRAGHINI **743**
RENATO ALVES VASCO PEREIRA **192**
RENATO AMAJA CORBETTE **866**
RENATO BASÍLIO DE OLIVEIRA **624**
RENATO DE CASTILHO OLIVEIRA **585**
RENATO DEGANI LAU **145**
RENATO GÔMES FERREIRA **641**
RENATO MARTINELLI **438**
RENATO NEVES TONINI **598**
RENATO RODRIGUES GUALBERTO JUNIOR **490**
REYNALDO TADEU DE ANDRADE **788**
RICARDO AUGUSTO FLOR **442**
RICARDO AUGUSTO SILVEIRA **413**
RICARDO BENATHAR **222**
RICARDO CANELLAS RINALDI JÚNIOR **531**
RICARDO DE FREITAS **485, 869**
RICARDO FALLEIROS LEBRÃO **863**
RICARDO FILHO DE ARRUDA **390**
RICARDO FONSECA ROCHA **887**
RICARDO GOMES LOURENÇO **247**
RICARDO JOSÉ VARJAL CARNEIRO LEÃO **914**
RICARDO LUIZ MARÇAL FERREIRA **268**
RICARDO MAGALHÃES PINTO **684**
RICARDO MARCONDES MARTINS **36**
RICARDO MARQUES **666**
RICARDO RABELLO SORIANO DE MELLO **357**
RICARDO RAMOS NOVELLI **707**
RICARDO SIQUEIRA DA COSTA **480**
RICARDO SPITZ ALHEIRO DA SILVA **176**
RISONEIDE GONÇALVES DE ANDRADE **834**
RITA DE CÁSSIA BARBOSA LOPES **81**
RITA DE CÁSSIA DE NOVAES **977, 978**
ROBERLANE JOSÉ ADALBERTO **783**
ROBERTO AFONSO DA SILVA CARVALHO **363**
ROBERTO BAPTISTA DIAS DA SILVA **258**
ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS **544, 819, 874**
ROBERTO DE OLIVEIRA ARANHA **198**
ROBERTO DE SOUZA CARDOSO **176**
ROBERTO DE SOUZA MOSCOSO **634, 832, 872**
ROBERTO ELIAS CURY **60, 61**
ROBERTO FRANCO DE CAMARGO JUNIOR **889**
ROBERTO GOMES FERREIRA **53, 119, 139, 166, 179, 182, 185, 202, 207, 228, 231, 236, 255, 259, 260, 955, 957**
ROBERTO LOPES DA SILVA **193, 647**
ROBERTO MOREIRA DA SILVA LIMA **130**
ROBERTO NUNES **481**
ROBERTO PODVAL **602**
ROBERTO RODRIGUES DE MORAIS **470**
ROBERTO SARDINHA JUNIOR **706**
ROBERTO XAVIER DA SILVA **381**
ROBSON APARECIDO DOS SANTOS **284**
ROBSON COSTA **158**
ROBSON REIS MAUTONI **107**
RODOLFO DEROSSI CABREIRA **656**
RODRIGO ALBERTO RODRIGUES **711**
RODRIGO CAMPOS PEREIRA **488**
RODRIGO CRUZ MONTENEGRO **62**
RODRIGO DA SILVA BOLZANI **77**
RODRIGO DE LIMA CASAES **186**
RODRIGO DE SÁ QUEIROGA **765**
RODRIGO DORNELES **504**
RODRIGO LIMA PESSÔA **187, 190**
RODRIGO MONTEIRO AUGUSTO **20**
RODRIGO OTÁVIO SPIRANDELLI **177**
RODRIGO RIZZO VASQUES **14**
RODRIGO SILVA PORTO **768**
ROGÉRIO A. FERNANDES DE CARVALHO **820**
ROGÉRIO AVELAR **51**
ROGÉRIO BECKER ENGEL **861**
ROGÉRIO DA S. VENÂNCIO PIRES **616**
ROGÉRIO DE BORTOLI KELLER **138**
ROGÉRIO FERRAZ **651, 653**
ROLAND DE HOLLANDA CAVALCANTI **577**
ROMILA MAROSO BRAMRAITER SCHIMITZ **878**
RÔMOLO DIAS COSTA NETO **203**
RÔMULO ARAÚJO MONTENEGRO **292**
ROMULO CAVALCANTE MOTA **195**
RÔMULO MARQUES JÚNIOR **693**
RONALDO CASSIMIRO LOREZEN PIPPI **483**
RONALDO FERREIRA SILVA **385, 391**
RONALDO FERREIRA TOLENTINO **326**
RONIVAN PEIXOTO DE MORAIS **271**
ROSA HELENA BRITO ARAGÃO ANDRADE **388**
ROSA MARIA CORTINA **912**
ROSANA FERREIRA DE MATTOS BAPTISTA **131**
ROSANE LAURENTINO ALVES PEREIRA **98**
ROSEMARY NASCIMENTO ROSA **124, 201, 644**
ROSI PAIVA SILVA DE ABREU **390**
ROSOMIRO ARRAIS **304**
ROZALINDA NAZARETH SAMPAIO SCHERRER **727**
RUBENS GARCIA FILHO **744**
RUBENS SOARES VELLINHO **826**
RUBENS VIEIRA DE MORAES FILHO **672**
RUBIA LÖFF CAPRETTI **519**
RUBISMARK SARAIVA MARTINS **613**
RUI FERNANDO HUBNER **313**
RUI GUIMARÃES DE DAVID **100**
RUY CORDEIRO GUERRA **146**
SABRINA FERRARI **370, 507, 538**
SACHA CALMON NAVARRO COELHO **648, 649**
SALENE VENDRAMINI LAURITO **620**
SALIM FRANCISCO PEREIRA FILHO **280**
SALMA REGINA FLORENCIO DE MORAIS **659**
SALVADOR DA SILVA GOMES **426**
SALVADOR SALUSTIANO MARTIM JUNIOR **65**
SAMUEL CONTE FREIRE JÚNIOR **11**
SAMUEL RODRIGUES COSTA **42**
SAMUEL SAKAMOTO **669**
SANDRA LUIZA FELTRIN **847**
SANDRA MARA LOPOMO **196**
SANDRO MANSUR GIBRAN **764**
SANDRO VUGMAN WAINSTEIN **536**
SAULO RODRIGUES DA SILVA CARVALHO **740**
SEBASTIÃO BOTTO DE BARROS TOJAL **698**
SEBASTIÃO DA SILVA PORTO **99**
SEBASTIÃO VENTURA PEREIRA DA PAIXÃO JÚNIOR **169, 832**
SÉLEO DE ANDRADE BARBOSA PAIVA **122, 822**
SÉRGIO ALEXANDRE CHAIMOVITZ **387**
SERGIO ANTONIO DE SOUZA **529, 529**
SÉRGIO BASTOS BLANCO **103**
SÉRGIO BOTREL VILELA **802**
SÉRGIO CARNEIRO ROSI **782, 786**
SÉRGIO DA SILVA MARTINS **555**
SÉRGIO DE ARAÚJO LOPES **674**
SERGIO EDUARDO GOMES SAYÃO LOBATO **516**
SÉRGIO HERCULANO CORRÊA **450**
SERGIO KOITI YOSHIDA **967**
SÉRGIO LUIS TEIXEIRA DA SILVA **746**
SÉRGIO LUÍS TEIXEIRA DA SILVA **556**
SERGIO LUIZ MADDALENA DOURADO **111**
SÉRGIO RUAS **896**
SERGIO SAHIONE FADEL **45**
SEVERINO ALVES FERREIRA **626**
SHARON DE MIRANDA GEPP **125**
SHINAYDER NERES DO VALE **880**
SIDNÉA REGIANE BORTOLOZO **451**
SIDNEI MACHADO **499**
SIDNEY AUGUSTO ROCHA **742**
SILENO KLEBER M. DA SILVA GUEDES **547**
SILMARA NOGUEIRA VIDAL **2**
SILVANA SCAQUETTI **964**
SILVANA SOARES COSTA **433**
SILVIA TEREZA NOVAES DE MENEZES **546**
SILVIO ALVES CORREA **188**
SILVIO ALVES CORRÊA **906**
SILVIO PREBIANCHI FILHO **650**
SILVIO RODRIGUES DE JESUS **766**
SIMONE BRITZ GORODICHT **658**
SIMONE DE MELO **710**
SIMONE GONZALEZ MACEDO **183**
SIMONE HAJJAR CARDOSO **653**
SIMONE MARIA BERNARDINO **571**
SIMONE REGINA PEREIRA DE GODOY **635**
SIRLEI MARIA RAMA VIEIRA SILVEIRA **194**
SORAIA KESROUANI **205**
STHEFANNY FIGUEIREDO PEREIRA **558**
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA **271, 272, 274, 277, 557, 562, 568, 569, 570, 571, 575, 576, 579, 581, 582, 585**
SUSIE PINHEIRO DIAS DE MATTOS **568**
TÂNIA MARGARETE DE SOUZA TRAJANO **553**
TÂNIA MARIA DE ALMEIDA LIPORONI **941**
TÂNIA REGINA PEREIRA **29**
TÁRCIA HELENA DIAS OLIVEIRA **794**
TATIANA SILVA DE BONA **505**
TATIANE COIMBRA BURILLE **460**
TAYLISE CATARINA ROGERIO **771**
TELMO RICARDO ABRAHÃO SCHORR **217**
TELMO RICARDO SCHORR **150, 173, 212, 753**
TERTULIANO AVELLAR **41**
THAÍS BITTENCOURT CAMELLO **654**
THAIS PASETTO **673**
THAIS PIRES DE CAMARGO REGO MONTEIRO **574**
THIAGO BRÜGGER BOUZA **598**
THIAGO CECCHINI BRUNETO **411, 419, 953**
THIAGO CECCHINI BRUNETTO **316, 506, 915, 925**
THIAGO DURANTE DA COSTA **341**
THIAGO SENA DA SILVA **270, 270**
TIAGO TWEEDIE LUIZ **643**
TITO HESKETH **130**
TOBIAS CRESTANELLO **323**
TOMÁS FLORIANI **640**
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO **281, 282, 287**
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS **271**
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO **278**
ULISSES DE PAULA **17**
ULYSSES DA SILVA **284, 287**
ÚRSULA MORETHSON OLIVEIRA **728**
URSULINO SANTOS FILHO **89, 262**
VALDECI ALVES MOREIRA **593, 593**
VALDEMIR DOS SANTOS MACHADO **283**
VALDEZ ADRIANI FARIAS **325, 603**
VALDIR AUGUSTO **8**
VALENTINA JUNGMAN CINTRA ALLA **48**
VALÉRIA MAGALHÃES NOGUEIRA **793**
VALTER SANDI DE OLIVEIRA COSTA **464**
VANDER CARLOS MONTEIRO NASCENTE **14**
VANESSA TONHETTI DE PAULA LIMA **209**
VÂNIA SOARES DA CUNHA RIBEIRO **192**
VANILTON BARBOSA LOPES **346**
VENILDA TEREZINHA ROCHA PORTO **72**

VERA ANDÚJAR **924**
VERA LÚCIA BICCA ANDUJAR **968**
VERENA LEITE ROCHA **670**
VICTOR HUGO RODRIGUES DA SILVA **431, 636, 645**
VICTOR JEN OU **635**
VICTOR RUSSOMANO JUNIOR **178, 716**
VIRGILIO MUNARI NETO **511**
VITOR DOS SANTOS MARTINS FERREIRA **263**
VIVALDO BARROS FROTA **825**
VIVIANE ANGÉLICA FERREIRA ZICA **70**
WAGNER LACERDA DE MATOS **531**
WAGNER LIMA NASCIMENTO SILVA **790**
WALDEMAR YAÑEZ GONZÁLEZ **367**
WALLACE JORGE ATTIE **199**
WALMICK DUARTE DE MELO **365**
WALTER DELGALLO **24, 25**
WALTER ERWIN CARLSON **359**
WALTER JORGE GIAMPIETRO **969**
WANDER RAMAGE **183**
WANESSA FIGUEIREDO DOS SANTOS LIMA **342**
WANIA D. P. M. BULGARELLI **628**
WATFA MORAES EL MESSIH **613**
WELLINGTON DANIEL G. DOS SANTOS **613**
WELLINGTON ROBERTO SANTOS SILVA **573, 573**
WENCESLÁU PEREIRA DE ABREU FILHO **101**
WILLIAM FERREIRA DE MORAES RÊGO JÚNIOR **8**
WILLIAM JOSÉ MENDES DE SOUZA FONTES **157**
WILLIAN LIMA CABRAL **856**
WILLIAN MARCONDES SANTANA **43, 145, 642**
WILSON BELCHIOR **41**
WILSON DE FREITAS FILHO **559**
WILSON JOSÉ GERMIN **349, 354, 384, 386, 392, 449, 537, 948**
WILSON LUIS DE SOUSA FOZ **823**
WILSON LUÍS DE SOUSA FOZ **942**
WOLMAR FRANCISCO AMÉLIO ESTEVES **773**
YARA DE MINGO FERREIRA **842**
YARA SUELI LANG **739**
ZAIRO FRANCISCO CASTALDELLO **72**
ZIRALDO TATAGIBA RODRIGUES **846**
ZOLMIRA CARVALHO GONÇALVES THEWES **526**

PETIÇÃO AVULSA/PROTOCOLO/CLASSE E NÚMERO DO PROCESSO

AÇÃO CAUTELAR N. 1722 **549**
AÇÃO CAUTELAR N. 1816 **1**
AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA N. 705 **546**
AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA N. 720 **551**
AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA N. 768 **547**
AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA N. 1059 **552**
AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA N. 1061 **2**
AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA N. 1062 **3**
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 3921 **553**
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 3951 **554**
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 3965 **4**
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 3966 **5**
AÇÃO PENAL N. 368 **555**
AÇÃO PENAL N. 461 **6**
AÇÃO RESCISÓRIA N. 1377 **556**
AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 490779 **615**
AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 491059 **616**
AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 520794 **617**
AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 536993 **618**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 546903 **619**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 547043 **620**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 547177 **621**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 550099 **622**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 550167 **623**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 558529 **7**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 558647 **8**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 558667 **9**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 558679 **10**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 558685 **11**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 558718 **12**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 558732 **13**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 558889 **14**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 559025 **15**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 559032 **16**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 559121 **17**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 559143 **18**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 559268 **19**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 559325 **20**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 559554 **21**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 559666 **22**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 559710 **23**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 559714 **24**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 559715 **25**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 559777 **26**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 559807 **27**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 559877 **28**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 560080 **29**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 560106 **30**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 560132 **31**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 560136 **32**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 560174 **33**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 560177 **34**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 560183 **35**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 560185 **36**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 577513 **624**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 580514 **625**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 590786 **626**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 594910 **627**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 597480 **628**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 599741 **629**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 600972 **630**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 607482 **631**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 608066 **632**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 612824 **633**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 618284 **634**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 619102 **635**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 620897 **636**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 621061 **37**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 622173 **38**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 622481 **637**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 622744 **638**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 624163 **639**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 625124 **640**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 625555 **39**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 626250 **641**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 627191 **40**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 628224 **642**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 628901 **41**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 629417 **42**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 630065 **43**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 631347 **643**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 631723 **44**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 631766 **45**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 631772 **46**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 631794 **644**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 632432 **645**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 634167 **47**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 639543 **48**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 641988 **49**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 643759 **50**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 643771 **51**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 644459 **52**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 644905 **53**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 645821 **54**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 647187 **55**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 647201 **56**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 647433 **57**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 647752 **646**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 648407 **58**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 649593 **59**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 652227 **647**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 657653 **648, 649**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 658525 **650**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 660162 **651**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 661549 **652**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 663789 **653**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 663855 **654**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 665911 **655**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 666280 **656**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 667449 **657**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 667473 **658**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 667590 **659**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 667644 **660**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 667920 **661**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 668384 **662**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 668492 **663**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 669094 **664**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 669462 **665**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 669686 **666**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 669688 **667**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 669696 **668**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 669766 **669**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 669821 **670**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 669828 **671**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 670020 **672**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 670149 **673**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 670483 **674**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 670532 **675**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 670624 **676**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 670716 **677**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 671863 **678**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 671903 **679**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 672078 **680**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 672207 **681**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 672430 **682**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 672894 **683**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 673023 **684**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 673044 **685**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 673067 **686**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 673068 **687**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 673113 **688**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 673879 **689**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 674049 **690**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 674177 **691**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 674244 **692**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 674275 **693**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 674280 **694**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 674343 **695**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 674731 **696**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 674757 **697**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 674888 **698**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 675152 **699**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 675681 **700**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 675721 **701**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 675735 **702**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 675932 **703**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 676037 **704**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 676519 **705**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 676618 **706**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 676727 **707**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 677008 **708**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 677174 **709**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 677575 **710**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 677771 **711**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 677903 **712**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 677971 **713**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 678019 **714**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 678116 **715**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 678128 **716**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 678185 **717**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 678251 **718**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 678300 **719**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 678301 **720**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 678399 **721**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 678450 **722**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 678569 **723**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 678591 **724**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 678623 **725**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 678624 **726**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 678752 **727**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 678799 **728**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 678965 **729**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 679163 **730**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 679314 **731**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 679337 **732**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 679827 **733**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 679831 **734**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 679925 **735**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 679934 **736**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 679955 **737**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 679967 **738**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 679969 **739**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 680021 **740**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 680031 **741**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 680038 **742**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 680063 **743**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 680123 **744**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 680337 **745**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 680692 **746**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 680696 **747**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 680858 **748**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 680878 **749**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 680881 **750**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 680966 **751**

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 681118 **752**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 681158 **753**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 681247 **754**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 681302 **755**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 681337 **756**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 681362 **757**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 681395 **758**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 681634 **759**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 682006 **760**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 682033 **761**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 682067 **762**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683323 **60**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683701 **61**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683793 **62**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683825 **63**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683890 **64**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683892 **65**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683895 **66**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683908 **67**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683911 **68**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683912 **69**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683913 **70**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683914 **71**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683917 **72**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683918 **73**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683919 **74**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683920 **75**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683923 **76**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683924 **77**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683925 **78**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683926 **79**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683927 **80**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683930 **81**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683932 **82**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683934 **83**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683935 **84**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683936 **85**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683937 **86**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683939 **87**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683940 **88**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683941 **89**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683942 **90**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683943 **91**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683945 **92**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683946 **93**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683947 **94**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683948 **95**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683949 **96**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683950 **97**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683951 **98**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683952 **99**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683954 **100**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683955 **101**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683957 **102**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683958 **103**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683959 **104**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683960 **105**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683961 **106**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683962 **107**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683963 **108**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683964 **109**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683965 **110**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683966 **111**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683967 **112**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683968 **113**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683969 **114**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683970 **115**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683971 **116**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683972 **117**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683973 **118**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683974 **119**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683975 **120**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683976 **121**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683977 **122**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683978 **123**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683981 **124**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683982 **125**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683983 **126**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683984 **127**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683985 **128**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683986 **129**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683987 **130**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683988 **131**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683989 **132**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683990 **133**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683991 **134**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683992 **135**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683993 **136**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683994 **137**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683995 **138**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683996 **139**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683998 **140**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 683999 **141**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684000 **142**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684001 **143**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684002 **144**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684004 **145**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684005 **146**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684006 **147**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684007 **148**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684008 **149**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684009 **150**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684010 **151**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684012 **152**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684013 **153**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684014 **154**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684015 **155**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684016 **156**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684018 **157**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684019 **158**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684020 **159**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684021 **160**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684022 **161**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684024 **162**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684025 **163**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684026 **164**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684027 **165**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684028 **166**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684029 **167**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684030 **168**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684031 **169**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684032 **170**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684033 **171**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684034 **172**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684035 **173**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684037 **174**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684038 **175**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684039 **176**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684040 **177**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684041 **178**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684042 **179**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684043 **180**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684044 **181**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684045 **182**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684049 **183**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684052 **184**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684053 **185**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684054 **186**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684055 **187**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684056 **188**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684059 **189**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684060 **190**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684061 **191**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684062 **192**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684063 **193**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684064 **194**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684066 **195**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684068 **196**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684069 **197**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684070 **198**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684071 **199**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684073 **200**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684074 **201**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684076 **202**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684077 **203**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684079 **204**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684081 **205**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684083 **206**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684084 **207**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684085 **208**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684086 **209**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684087 **210**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684089 **211**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684090 **212**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684091 **213**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684092 **214**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684093 **215**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684094 **216**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684095 **217**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684096 **218**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684097 **219**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684099 **220**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684100 **221**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684101 **222**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684102 **223**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684104 **224**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684105 **225**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684107 **226**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684108 **227**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684109 **228**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684110 **229**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684111 **230**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684112 **231**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684113 **232**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684114 **233**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684115 **234**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684116 **235**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684117 **236**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684120 **237**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684122 **238**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684123 **239**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684125 **240**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684127 **241**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684128 **242**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684129 **243**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684131 **244**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684132 **245**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684134 **246**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684135 **247**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684136 **248**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684137 **249**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684138 **250**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684139 **251**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684140 **252**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684141 **253**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684142 **254**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684144 **255**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684145 **256**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684146 **257**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684147 **258**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684148 **259**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684149 **260**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684150 **261**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684151 **262**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684152 **263**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684153 **264**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684154 **265**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684156 **266**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684157 **267**
AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 684158 **268**
CONFLITO DE COMPETÊNCIA N. 7526 **269**
EMB.DECL.NO AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 614470 **763**
EMB.DECL.NO AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 653005 **764**
EMB.DECL.NO AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 452001 **765**
EMB.DECL.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 592692 **766**
EMB.DECL.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 599685 **767**
EMB.DECL.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 429054 **768**
EMB.DECL.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 495098 **769**
EMB.DECL.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 519115 **770**
EXTRADIÇÃO N. 991 **548**
HABEAS CORPUS N. 89817 **557**
HABEAS CORPUS N. 90440 **558**
HABEAS CORPUS N. 90628 **559**
HABEAS CORPUS N. 91465 **561**
HABEAS CORPUS N. 91556 **562**
HABEAS CORPUS N. 91835 **564**
HABEAS CORPUS N. 91863 **565**
HABEAS CORPUS N. 91907 **566**
HABEAS CORPUS N. 92019 **567**
HABEAS CORPUS N. 92136 **568**
HABEAS CORPUS N. 92308 **569**
HABEAS CORPUS N. 92408 **571**
HABEAS CORPUS N. 92444 **573**
HABEAS CORPUS N. 92490 **574**
HABEAS CORPUS N. 92510 **576**
HABEAS CORPUS N. 92535 **580**
HABEAS CORPUS N. 92539 **583**
HABEAS CORPUS N. 92549 **585**
HABEAS CORPUS N. 92550 **586**
HABEAS CORPUS N. 92551 **587**
HABEAS CORPUS N. 92552 **588**
HABEAS CORPUS N. 92557 **590**
HABEAS CORPUS N. 92565 **592**
HABEAS CORPUS N. 92575 **593**
HABEAS CORPUS N. 92576 **594**
HABEAS CORPUS N. 92580 **595**
HABEAS CORPUS N. 92583 **270**

HABEAS CORPUS N. 92584 **271**
HABEAS CORPUS N. 92585 **272**
HABEAS CORPUS N. 92586 **273**
HABEAS CORPUS N. 92587 **274**
HABEAS CORPUS N. 92588 **275**
HABEAS CORPUS N. 92589 **276**
HABEAS CORPUS N. 92590 **277**
HABEAS CORPUS N. 92591 **278**
HABEAS CORPUS N. 92592 **279**
HABEAS CORPUS N. 92593 **280**
HABEAS CORPUS N. 92594 **281**
HABEAS CORPUS N. 92595 **282**
HABEAS CORPUS N. 92596 **283**
HABEAS CORPUS N. 92597 **284**
HABEAS CORPUS N. 92598 **285**
HABEAS CORPUS N. 92599 **286**
HABEAS CORPUS N. 92600 **287**
INQUÉRITO N. 2030 **596**
INQUÉRITO N. 2099 **597**
INQUÉRITO N. 2424 **598**
INQUÉRITO N. 2553 **599**
INQUÉRITO N. 2576 **600**
INQUÉRITO N. 2625 **288**
MANDADO DE SEGURANÇA N. 26894 **289**
MANDADO DE SEGURANÇA N. 26928 **290**
MANDADO DE SEGURANÇA N. 26930 **291**
MED. CAUT. EM AÇÃO CAUTELAR N. 1791 **550**
MED. CAUT. EM HABEAS CORPUS N. 91222 **560**
MED. CAUT. EM HABEAS CORPUS N. 91645 **563**
MED. CAUT. EM HABEAS CORPUS N. 92353 **570**
MED. CAUT. EM HABEAS CORPUS N. 92438 **572**
MED. CAUT. EM HABEAS CORPUS N. 92497 **575**
MED. CAUT. EM HABEAS CORPUS N. 92524 **577**
MED. CAUT. EM HABEAS CORPUS N. 92526 **578**
MED. CAUT. EM HABEAS CORPUS N. 92533 **579**
MED. CAUT. EM HABEAS CORPUS N. 92536 **581**
MED. CAUT. EM HABEAS CORPUS N. 92538 **582**
MED. CAUT. EM HABEAS CORPUS N. 92546 **584**
MED. CAUT. EM HABEAS CORPUS N. 92554 **589**
MED. CAUT. EM HABEAS CORPUS N. 92562 **591**
MED. CAUT. EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 26000 **601**
MED. CAUT. EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 26895 **602**
MED. CAUT. EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 26908 **603**
MED. CAUT. EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 26920 **604**
MED. CAUT. EM RECLAMAÇÃO N. 5417 **610**
MED. CAUT. EM RECLAMAÇÃO N. 5527 **613**
PETIÇÃO N. 4079 **605**
RECLAMAÇÃO N. 4745 **606**
RECLAMAÇÃO N. 4974 **607**
RECLAMAÇÃO N. 5244 **608**
RECLAMAÇÃO N. 5336 **609**
RECLAMAÇÃO N. 5426 **611**
RECLAMAÇÃO N. 5455 **612**
RECLAMAÇÃO N. 5515 **292**
RECLAMAÇÃO N. 5558 **293**
RECLAMAÇÃO N. 5559 **294**
RECLAMAÇÃO N. 5560 **295**
RECLAMAÇÃO N. 5561 **296**
RECLAMAÇÃO N. 5562 **297**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 227405 **771**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 317067 **772**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 356132 **773**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 364237 **774**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 364309 **775**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 374988 **776**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 380397 **777**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 380778 **778**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 381271 **779**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 381378 **780**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 383577 **781**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 390718 **782**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 397205 **783**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 398338 **784**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 402562 **785**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 404657 **786**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 404917 **787**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 412659 **788**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 414393 **789**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 417117 **790**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 431653 **791**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 433139 **792**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 451447 **793**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 452144 **794**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 455272 **795**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 456106 **796**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 460120 **797**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 460155 **798**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 461492 **799**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 463630 **800**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 469767 **801**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 471534 **802**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 474379 **803**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 476903 **804**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 477913 **805**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 478017 **806**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 478548 **807**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 481743 **808**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 483249 **809**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 488456 **810**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 491282 **811**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 492015 **812**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 493131 **813**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 493545 **814**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 494563 **815**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 497369 **816**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 501718 **817**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 502024 **818**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 504194 **819**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 508838 **820**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 511200 **298**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 516677 **821**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 522773 **822**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 523016 **823**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 523361 **824**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 523406 **825**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 525353 **826**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 525593 **827**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 525761 **828**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 526921 **829**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 528343 **830**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 529626 **831**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 529747 **832**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 532780 **833**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 533152 **834**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 534790 **835**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 535025 **836**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 537067 **837**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 537799 **838**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 540064 **839**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 540239 **840**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 540424 **841**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 541340 **842**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 541603 **843**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 542011 **844**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 542608 **845**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 544584 **846**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 546108 **847**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 547497 **848**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 547893 **849**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 548205 **850**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 548387 **851**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 548433 **852**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 548492 **853**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 548635 **854**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 549569 **855**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 550512 **856**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 550707 **857**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 551299 **858**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 551635 **859**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 551873 **860**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 552759 **861**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 553174 **862**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 554034 **863**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 554399 **864**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 554422 **865**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 554481 **866**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 554512 **867**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 554567 **868**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 554570 **869**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 554578 **870**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 554599 **966**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 554601 **871**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 555250 **872**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 555328 **873**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 555850 **874**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 556186 **875**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 556274 **876**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 556447 **877**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 556736 **878**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 556780 **879**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 556798 **880**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 556809 **881**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 556810 **882**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 556899 **883**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 557009 **884**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 557058 **885**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 557269 **886**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 557453 **887**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 557467 **888**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 557534 **889**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 557825 **890**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 557857 **891**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 557876 **892**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 557993 **893**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 558257 **894**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 558345 **895**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 558411 **896**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 558413 **897**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 558524 **898**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 558591 **899**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 558683 **980**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 558739 **981**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 558777 **982**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 558923 **983**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 558924 **984**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 559535 **900**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 559585 **901**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 559592 **967**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 559598 **902**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 559665 **985**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 559828 **986**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 560059 **903**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 560240 **904**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 560266 **905**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 560273 **968**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 560408 **906**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 560489 **907**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 560564 **908**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 560629 **909**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 560639 **910**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 560702 **911**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 560769 **987**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 560798 **988**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 560891 **912**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 560893 **961**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 560902 **962**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 560983 **913**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 561006 **914**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 561176 **915**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 561202 **916**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 561438 **917**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 561449 **969**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 561466 **970**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 561536 **971**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 561547 **972**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 561584 **963**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 561621 **918**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 561662 **919**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 561698 **920**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 561720 **977**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 561749 **978**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 561755 **921**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 561764 **979**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 561772 **964**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 561829 **922**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 561851 **923**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 561867 **973**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 561881 **924**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 561912 **925**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 561948 **989**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 561992 **926**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 562046 **927**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 562111 **974**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 562193 **928**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 562196 **965**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 562236 **929**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 562267 **930**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 562282 **931**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 562286 **932**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 562324 **933**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 562361 **934**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 562408 **935**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 562430 **936**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 562466 **937**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 562473 **975**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 562531 **938**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 562533 **939**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 562558 **940**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 562659 **941**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 562685 **942**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 562691 **943**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 562702 **944**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 562771 **945**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 562782 **946**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 562793 **947**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 562925 **976**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 562938 **948**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 563012 **949**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 563058 **950**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 563063 **951**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 563098 **952**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 563150 **953**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 563177 **954**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 563180 **955**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 563207 **956**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 563210 **957**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 563248 **958**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 563291 **959**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 563431 **960**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564070 **299**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564338 **300**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564430 **301**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564446 **302**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564475 **303**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564499 **304**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564500 **305**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564501 **306**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564512 **307**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564528 **308**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564530 **309**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564531 **310**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564533 **311**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564534 **312**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564536 **313**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564538 **314**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564539 **315**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564540 **316**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564542 **317**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564543 **318**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564544 **319**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564546 **320**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564547 **321**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564548 **322**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564550 **323**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564551 **324**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564553 **325**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564554 **326**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564555 **327**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564556 **328**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564557 **329**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564558 **330**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564559 **331**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564561 **332**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564562 **333**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564563 **334**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564564 **335**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564565 **336**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564567 **337**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564568 **338**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564569 **339**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564570 **340**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564571 **341**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564572 **342**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564573 **343**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564574 **344**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564575 **345**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564576 **346**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564578 **347**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564579 **348**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564580 **349**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564582 **350**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564583 **351**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564585 **352**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564587 **353**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564589 **354**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564590 **355**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564591 **356**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564593 **357**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564595 **358**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564597 **359**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564599 **360**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564600 **361**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564601 **362**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564602 **363**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564603 **364**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564604 **365**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564605 **366**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564607 **367**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564608 **368**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564609 **369**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564610 **370**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564611 **371**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564612 **372**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564613 **373**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564614 **374**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564615 **375**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564616 **376**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564618 **377**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564619 **378**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564620 **379**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564621 **380**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564622 **381**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564623 **382**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564624 **383**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564625 **384**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564626 **385**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564627 **386**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564628 **387**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564629 **388**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564630 **389**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564631 **390**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564632 **391**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564633 **392**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564635 **393**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564636 **394**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564637 **395**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564638 **396**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564639 **397**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564640 **398**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564641 **399**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564642 **400**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564643 **401**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564664 **402**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564670 **403**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564677 **404**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564679 **405**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564680 **406**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564688 **407**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564699 **408**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564703 **409**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564707 **410**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564718 **411**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564719 **412**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564727 **413**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564734 **414**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564736 **415**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564737 **416**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564738 **417**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564739 **418**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564740 **419**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564745 **420**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564748 **421**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564749 **422**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564750 **423**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564751 **424**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564752 **425**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564753 **426**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564754 **427**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564755 **428**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564756 **429**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564757 **430**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564758 **431**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564759 **432**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564760 **433**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564761 **434**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564762 **435**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564763 **436**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564764 **437**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564765 **438**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564766 **439**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564767 **440**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564768 **441**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564769 **442**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564770 **443**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564771 **444**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564772 **445**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564773 **446**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564774 **447**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564775 **448**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564776 **449**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564777 **450**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564778 **451**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564779 **452**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564780 **453**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564781 **454**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564782 **455**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564783 **456**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564784 **457**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564785 **458**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564786 **459**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564788 **460**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564789 **461**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564791 **462**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564794 **463**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564796 **464**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564797 **465**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564798 **466**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564800 **467**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564801 **468**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564802 **469**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564803 **470**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564804 **471**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564805 **472**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564806 **473**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564807 **474**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564808 **475**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564809 **476**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564810 **477**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564811 **478**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564813 **479**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564815 **480**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564816 **481**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564817 **482**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564818 **483**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564819 **484**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564820 **485**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564821 **486**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564822 **487**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564823 **488**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564824 **489**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564825 **490**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564826 **491**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564827 **492**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564828 **493**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564831 **494**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564832 **495**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564833 **496**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564834 **497**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564835 **498**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564836 **499**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564837 **500**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564838 **501**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564839 **502**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564840 **503**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564841 **504**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564842 **505**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564843 **506**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564844 **507**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564845 **508**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564846 **509**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564847 **510**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564848 **511**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564850 **512**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564851 **513**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564852 **514**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564853 **515**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564855 **516**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564856 **517**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564857 **518**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564858 **519**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564859 **520**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564862 **521**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564863 **522**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564864 **523**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564865 **524**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564866 **525**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564868 **526**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564869 **527**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564870 **528**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564873 **529**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564874 **530**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564878 **531**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564880 **532**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564881 **533**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564882 **534**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564883 **535**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564885 **536**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564887 **537**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564888 **538**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564889 **539**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564890 **540**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564891 **541**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564894 **542**
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 564897 **543**
RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 26929 **544**
RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS N. 92430 **614**
RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS N. 92601 **545**

Conselho Nacional de Justiça

PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 174, DE 26 DE SETEMBRO DE 2007

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições, com fundamento nos artigos 29, incisos VII, XI, XIII e XXV, e 109. parágrafo único do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º A Seção de Protocolo, Autuação, Distribuição e Informações Processuais deverá, antes de promover a distribuição de requerimento inicial dirigido ao Conselho Nacional de Justiça, verificar se dele constam o endereço e a identificação inequívoca do requerente.

Parágrafo Único. A identificação de pessoas naturais deverá ser feita com a juntada de cópia simples do documento de identidade, do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e do comprovante ou declaração de residência, salvo impossibilidade expressamente justificada no requerimento inicial.

Art. 2º Ausente o endereço ou a identificação inequívoca do requerente, o expediente será encaminhado ao Secretário-Geral para que determine o seu arquivamento, motivadamente, resguardado o direito à renovação do requerimento.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra ELLEN GRACIE
Presidente

CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

CLASSE: RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 200710000012880
Reclamante: Moto Honda da Amazônia Ltda
Reclamado: Airton Luís Corrêa Gentil
Advogado(s):SP011893 - Raphael Garcia Ferraz de Sampaio (RECLAMANTE)
SP093112 - Renata Beré Ferraz de Sampaio (RECLAMANTE)
AM001564 - Rúbia Aucar da Mata Hallak (RECLAMANTE)
AM003360 - Simone Pereira de Almeida (RECLAMANTE)
AM003839 - Andréa Lia Bastos Takeda (RECLAMANTE)
AM004408 - Francisca Miranda Viana (RECLAMANTE)
SP155344 - Alfredo Fiel Santana Neto (RECLAMANTE)
P181696 - Clauber de Andrade e Silva Lorena de Souza (RECLAMANTE)
AM089799 - Marcelo M. Ferraz de Sampaio (RECLAMANTE)
SP080840 - Raphael Fleury Ferraz de Sampaio Neto (RECLAMANTE)
Assunto: Apuração de Infração Disciplinar
DESPACHO
Proceda a advogada Renata Beré Ferraz de Sampaio, OAB/SP 93.112, no prazo de quinze dias, nos termos do artigo 14, § 1º, do Regulamento Geral da Corregedoria do CNJ, à juntada de procuração com poderes específicos para oferecer reclamação disciplinar junto ao Conselho Nacional de Justiça, sob pena de não conhecimento do pedido.
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

CLASSE: RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 200710000013160
Reclamante: Bm Point Distribuidora de Veículos Ltda
Reclamado: Marcia Blanes - Juíza de Direito - SP
Assunto: Imputação de Infração Disciplinar
DESPACHO
Não há na petição inicial identificação do seu subscritor.
Intime-se a reclamante para que sane a irregularidade, no prazo de 15 dias, apresentando cópia do contrato social ou outro documento comprobatório de poderes outorgados pela empresa ao signatário da petição.
Publique-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

Classe: Representação por Excesso de Prazo n. 200710000013305
Representante: Sueli de Abreu
Representado: Ari Pargendler - Ministro do STJ
Advogado(s): RJ069961 - Simone Marie Penafort (REQUERENTE)
Assunto: Morosidade no Julgamento do Processo
DESPACHO
Proceda a advogada Simone Marie Penafort, OAB/RJ 069961, no prazo de quinze dias, nos termos do artigo 14, § 1º, do Regulamento Geral da Corregedoria do CNJ, à juntada de procuração com poderes específicos para oferecer representação junto ao Conselho Nacional de Justiça, sob pena de não conhecimento do pedido.
Publique-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

Tribunal Superior Eleitoral

SECRETARIA JUDICIÁRIA

ATAS DE JULGAMENTOS

ATA DA 108ª SESSÃO, EM 25 DE SETEMBRO DE 2007
SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Presentes os Senhores Ministros Cezar Peluso, Carlos Ayres Britto, José Delgado, Ari Pargendler, Caputo Bastos e Marcelo Ribeiro. Procurador-Geral Eleitoral o Dr. Antonio Fernando de Souza. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Gerardo Grossi. Secretário, José Valmir Ferreira. Às dezenove horas e cinco minutos foi aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da 106ª sessão.

JULGAMENTOS

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA AÇÃO RESCISÓRIA Nº 251
ORIGEM: SÃO LUÍS-MA
RELATOR: **MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE: WILSON PEREIRA DE CARVALHO FILHO
ADVOGADOS: JOSÉ ANTONIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA SILVA E OUTROS
EMBARGADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
LITISCONSORTE PASSIVO: MARIA DE FÁTIMA VIEIRA LINS DE OLIVEIRA LIMA
ADVOGADO: TARCÍSIO VIEIRA DE CARVALHO NETO
Decisão: O Tribunal, por unanimidade, proveu os Declaratórios, na forma do voto do Relator. Votaram com o Relator os Ministros Ari Pargendler, Caputo Bastos, Marcelo Ribeiro e Carlos Ayres Britto. Ausente, ocasionalmente, o Ministro Cezar Peluso.

RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA Nº 671
ORIGEM: SÃO LUÍS-MA
RELATOR: **MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO**
RECORRENTES: COLIGAÇÃO MARANHÃO: A FORÇA DO POVO E OUTROS
ADVOGADOS: HELI DOURADO E OUTRO
RECORRIDOS: JACKSON KEPLER LAGO E OUTRO
ADVOGADOS: JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN E OUTROS
LITISCONSORTE: COLIGAÇÃO FRENTE DE LIBERTAÇÃO DO MARANHÃO (PDT/PPS/PAN)
LITISCONSORTE: PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT) - ESTADUAL
LITISCONSORTE: PARTIDO POPULAR SOCIALISTA (PPS) - ESTADUAL
LITISCONSORTE: PARTIDO DOS APOSENTADOS DA NAÇÃO (PAN) - ESTADUAL
Decisão: O Tribunal, por maioria, resolveu Questão de Ordem na forma do voto do Relator. Vencidos os Ministros Ari Pargendler e Marcelo Ribeiro. Votaram com o Relator os Ministros José Delgado, Caputo Bastos e Cezar Peluso.

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO Nº 994
ORIGEM: SÃO PAULO-SP
RELATOR: **MINISTRO CEZAR PELUSO**
AGRAVANTE: FABIO ALEXANDRE COSTA
ADVOGADO: HUGO JUSTINIANO DA SILVA JUNIOR
AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
Decisão: O Tribunal, por unanimidade, desproveu o Agravo Regimental, na forma do voto do Relator. Votaram com o Relator os Ministros Carlos Ayres Britto, José Delgado, Ari Pargendler, Caputo Bastos e Marcelo Ribeiro.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR Nº 2022
ORIGEM: ITAPURANGA-GO (77ª ZONA ELEITORAL)
RELATOR: **MINISTRO CEZAR PELUSO**
EMBARGANTE: MARIA FERRAZ DA SILVA MOTTA
ADVOGADOS: JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN E OUTROS
EMBARGADOS: TITO COELHO CARDOSO E OUTRA
ADVOGADOS: HELI DOURADO E OUTRO
Decisão: O Tribunal, por unanimidade, desproveu o recurso, na forma do voto do Relator. Votaram com o Relator os Ministros Carlos Ayres Britto, José Delgado, Ari Pargendler, Caputo Bastos e Marcelo Ribeiro.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 6194
ORIGEM: UBAITABA-BA (73ª ZONA ELEITORAL)
RELATOR: **MINISTRO CEZAR PELUSO**
EMBARGANTE: CLEDENOR ISAAC SOUZA SOARES
ADVOGADO: FERNANDO GONÇALVES CAMPINHO
EMBARGADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
Decisão: O Tribunal, por unanimidade, recebeu os Embargos de Declaração como Agravo Regimental e o desproveu, na forma do voto do Relator. Votaram com o Relator os Ministros Carlos Ayres Britto, José Delgado, Ari Pargendler, Caputo Bastos e Marcelo Ribeiro.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 6829
ORIGEM: PEDRO LEOPOLDO-MG (215ª ZONA ELEITORAL)
RELATOR: **MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO**
EMBARGANTE: ADEMAR JOSÉ MAIA
ADVOGADOS: ANA MÁRCIA DOS SANTOS MELLO E OUTROS
Decisão: O Tribunal, por unanimidade, não conheceu do recurso, na forma do voto do Relator. Votaram com o Relator os Ministros José Delgado, Ari Pargendler, Caputo Bastos e Marcelo Ribeiro. Ausente, ocasionalmente, o Ministro Cezar Peluso.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 7747
ORIGEM: CARATINGA-MG (71ª ZONA ELEITORAL)
RELATOR: **MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO**
AGRAVANTE: MAURO RIBEIRO LOPES
ADVOGADOS: JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA FILHO E OUTROS
AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
Decisão: O Tribunal, por unanimidade, desproveu o Agravo Regimental, na forma do voto do Relator. Votaram com o Relator os Ministros José Delgado, Ari Pargendler, Caputo Bastos e Marcelo Ribeiro. Ausente, ocasionalmente, o Ministro Cezar Peluso.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 7782
ORIGEM: BRASÍLIA-DF
RELATOR: **MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTES: JOSÉ ROBERTO ARRUDA E OUTRO
ADVOGADOS: GERALDO MAJELA ROCHA E OUTROS
AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
Decisão: O Tribunal, por unanimidade, desproveu o Agravo Regimental, na forma do voto do Relator. Votaram com o Relator os Ministros Ari Pargendler, Caputo Bastos, Marcelo Ribeiro e Carlos Ayres Britto. Ausente, ocasionalmente, o Ministro Cezar Peluso.

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25192
ORIGEM: CONDADO-PB
RELATOR: **MINISTRO CEZAR PELUSO**
AGRAVANTE: EDVAN PEREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR
ADVOGADO: ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS
AGRAVADA: COLIGAÇÃO CONDADO DE TODOS
ADVOGADO: DELOSMAR DOMINGOS DE MENDONÇA JÚNIOR
Decisão: O Tribunal, por unanimidade, proveu o Agravo Regimental, na forma do voto do Relator. Votaram com o Relator os Ministros Carlos Ayres Britto, José Delgado, Ari Pargendler, Caputo Bastos e Marcelo Ribeiro.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25915
ORIGEM: GOIÂNIA-GO
RELATOR: **MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO**
EMBARGANTE: PEDRO WILSON GUIMARÃES
ADVOGADOS: ROBERTA MARIA RANGEL E OUTROS
Decisão: O Tribunal, por unanimidade, não conheceu do recurso, na forma do voto do Relator. Votaram com o Relator os Ministros José Delgado, Ari Pargendler, Caputo Bastos e Marcelo Ribeiro. Ausente, ocasionalmente, o Ministro Cezar Peluso.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 26253
ORIGEM: RIO BRANCO-AC
RELATOR: **MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO**
EMBARGANTE: DIRETÓRIO ESTADUAL DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB
ADVOGADOS: ERICK VENÂNCIO LIMA DO NASCIMENTO E OUTRO
Decisão: O Tribunal, por unanimidade, não conheceu do recurso, na forma do voto do Relator. Votaram com o Relator os Ministros José Delgado, Ari Pargendler, Caputo Bastos e Marcelo Ribeiro. Ausente, ocasionalmente, o Ministro Cezar Peluso.

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 26328
ORIGEM: BELO HORIZONTE-MG
RELATOR: **MINISTRO CEZAR PELUSO**
AGRAVANTE: LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA RESENDE
ADVOGADOS: RODRIGO RIBEIRO PEREIRA E OUTROS
AGRAVADO: ZAIRE REZENDE
ADVOGADA: EDILENE LÔBO
Decisão: O Tribunal, por unanimidade, desproveu o Agravo Regimental, na forma do voto do Relator. Votaram com o Relator os Ministros Carlos Ayres Britto, José Delgado, Ari Pargendler, Caputo Bastos e Marcelo Ribeiro.

RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 26493
ORIGEM: VÁRZEA GRANDE-MT (58ª ZONA ELEITORAL)
RELATOR: **MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE: MILTON SANTANA DA SILVA FILHO
ADVOGADO: JOSÉ DO PATROCÍNIO DE BRITO JÚNIOR
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
Decisão: O Tribunal, por unanimidade, homologou a desistência, na forma do voto do Relator. Votaram com o Relator os Ministros Ari Pargendler, Caputo Bastos, Marcelo Ribeiro e Carlos Ayres Britto. Ausente, ocasionalmente, o Ministro Cezar Peluso.

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 26956
ORIGEM: SÃO PAULO-SP
RELATOR: **MINISTRO CEZAR PELUSO**
AGRAVANTE: JOSEPH ZUZA SOMAAN ABDUL MASSIH
ADVOGADOS: ALBERTO LOPES MENDES ROLLO E OUTROS
AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
AGRAVADO: LAÉRCIO EZEQUIEL DOS SANTOS
Decisão: O Tribunal, por unanimidade, desproveu o Agravo Regimental, na forma do voto do Relator. Votaram com o Relator os Ministros Carlos Ayres Britto, José Delgado, Ari Pargendler, Caputo Bastos e Marcelo Ribeiro.

RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 27576
ORIGEM: BELO HORIZONTE-MG
RELATOR: **MINISTRO ARI PARGENDLER**
RECORRENTE: COLIGAÇÃO MINAS NÃO PODE PARAR (PSDB/PFL/PP/PTB/PAN/PL/PHS/PPS/PSC/PSB)
ADVOGADOS: JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA FILHO E OUTROS
RECORRIDA: COLIGAÇÃO A FORÇA DO POVO, EM MINAS GERAIS
ADVOGADA: EDILENE LÔBO
Decisão: O Tribunal, por unanimidade, desproveu o Recurso, na forma do voto do Relator. Votaram com o Relator os Ministros Caputo Bastos, Marcelo Ribeiro, Carlos Ayres Britto e José Delgado. Ausente, ocasionalmente, o Ministro Cezar Peluso.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão às dezenove horas e trinta e cinco minutos. E, para constar, eu, José Valmir Ferreira, secretário, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Senhor Ministro Presidente deste Tribunal. Brasília, 25 de setembro de 2007. Ministro MARCO AURÉLIO, Presidente.

ATA DA 109ª SESSÃO, EM 25 DE SETEMBRO DE 2007
SESSÃO ADMINISTRATIVA

Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Presentes os Senhores Ministros Cezar Peluso, Carlos Ayres Britto, José Delgado, Ari Pargendler, Caputo Bastos e Marcelo Ribeiro. Procurador-Geral Eleitoral o Dr. Antonio Fernando de Souza. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Gerardo Grossi. Secretário, José Valmir Ferreira.Às dezenove horas e trinta e cinco minutos foi aberta a sessão.

JULGAMENTOS

PETIÇÃO Nº 2623
ORIGEM: BRASÍLIA-DF
RELATOR: **MINISTRO JOSÉ DELGADO**
REQUERENTE: PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) - NACIONAL, POR SEU DELEGADO
Decisão: O Tribunal, por unanimidade, deferiu o pedido, na forma do voto do Relator. Votaram com o Relator os Ministros Ari Pargendler, Caputo Bastos, Marcelo Ribeiro, Cezar Peluso e Carlos Ayres Britto.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19451
ORIGEM: BRASÍLIA-DF
RELATOR: **MINISTRO CEZAR PELUSO**
EMBARGANTE: ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS
ADVOGADO: ALBERTO PAVIE RIBEIRO
Decisão: O Tribunal, por unanimidade, indeferiu o pedido de reconsideração da Associação dos Magistrados Brasileiros, na forma do voto do Relator. Votaram com o Relator os Ministros Marco Aurélio (Presidente), Carlos Ayres Britto, José Delgado, Ari Pargendler, Caputo Bastos e Marcelo Ribeiro. Composição: Ministros Marco Aurélio, Cezar Peluso, Carlos Ayres Britto, José Delgado, Ari Pargendler, Caputo Bastos e Marcelo Ribeiro.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19833
ORIGEM: BRASÍLIA-DF
RELATOR: **MINISTRO JOSÉ DELGADO**
INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL-DF
REQUISITADA: FERNANDA CHELOTTI BICALHO
Decisão: O Tribunal, por unanimidade, não conheceu do pedido de reconsideração, na forma do voto do Relator. Votaram com o Relator os Ministros Ari Pargendler, Caputo Bastos, Marcelo Ribeiro, Cezar Peluso e Carlos Ayres Britto.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão às dezenove horas e cinqüenta minutos. E, para constar, eu, José Valmir Ferreira, secretário, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Senhor Ministro Presidente deste Tribunal. Brasília, 25 de setembro de 2007. Ministro MARCO AURÉLIO, Presidente.

PAUTA DE JULGAMENTOS

PAUTA Nº 63/2007 - Elaborada nos termos do Regimento Interno, para julgamento a partir da próxima sessão, respeitado o prazo de 48 horas, contado desta publicação, do(s) processo(s) abaixo relacionado(s).

RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 27775

ORIGEM	: SANTOS-SP
RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
RECORRENTE	: ANTONIO DELFIM NETTO
ADVOGADOS	: RICARDO VITA PORTO E OUTRA
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

Brasília, 28 de setembro de 2007.

JOSÉ VALMIR FERREIRA
Secretário das Sessões.

COORDENADORIA DE REGISTROS PARTIDÁRIOS, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DE VISTA Nº 8/2007

PETIÇÃO Nº 2.664 BRASÍLIA-DF
REQUERENTE: PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO (PRB) - NACIONAL.
MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO
PROTOCOLO Nº 7.144/2007

DESPACHO

Cuida-se de prestação de contas do Partido Republicano Brasileiro (PRB), referente ao exercício financeiro de 2006.

2. Determino a abertura de vista ao Partido, por 20 dias, para cumprimento das diligências indicadas na Informação nº 436/2007 da COEPA-SCI/TSE (fls. 91-100), conforme determina o § 1º do art. 20 da Resolução-TSE nº 21.841/2004[1].

Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO - Relator

[1] Art. 20.
§ 1º O Tribunal Superior Eleitoral, os tribunais regionais eleitorais e os juízes eleitorais podem determinar diligências necessárias à complementação de informação ou ao saneamento de irregularidades encontradas nas contas dos órgãos de direção partidária e fixar o prazo máximo de 20 dias, prorrogável por igual período, em caso de pedido devidamente fundamentado (Lei nº 9.096/95, art. 37, § 1º)".

PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DE VISTA Nº 9/2007

PETIÇÃO Nº 1.627 BRASÍLIA-DF
REQUERENTE: COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PARTIDO DE REEDIFICAÇÃO DA ORDEM NACIONAL - PRONA, por seu Delegado Nacional.
MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO
PROTOCOLO Nº 3.798/2005

DESPACHO

Cuida-se de prestação de contas do Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), referente ao exercício financeiro de 2004.

2. Ante o parecer conclusivo da COEPA/TSE pela rejeição das contas, determino a abertura de vista ao PRONA para manifestação, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, nos termos do § 1º do art. 24 da Resolução-TSE nº 21.841/2004[1].

Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO - Relator

[1] Art. 24.
§ 1º Emitido parecer técnico pela rejeição das contas ou pela aprovação das contas com ressalvas, o juiz relator abrirá vistas dos autos para manifestação em setenta e duas horas.

COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO

SEÇÃO DE PROCESSAMENTO I

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO Nº 187/2007/SEPROC1

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 3649 CALDAS NOVAS-GO 7ª Zona Eleitoral (CALDAS NOVAS)
IMPETRANTE: PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE (PHS) - MUNICIPAL.
ADVOGADO: ALCIDES BOTELHO DE ANDRADE e Outro.
ÓRGÃO COATOR: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS.
AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DA 7ª ZONA ELEITORAL DE CALDAS NOVAS/GO.
Ministro Cezar Peluso
Protocolo: 16547/2007

Mandado de segurança. Eleição majoritária. Prefeito e vice. Cassação dos mandatos dos primeiros e segundos colocados. Causa eleitoral. Realização de nova eleição. Forma indireta. Impossibilidade. Liminar deferida. Tratando-se de dupla vacância em razão de causa de natureza eleitoral, é inaplicável o art. 81, § 1º, da Constituição da República.
DECISÃO
1. Em 2.11.2004, o Ministério Público Eleitoral ajuizou ação de investigação judicial eleitoral (AIJE), ação de impugnação de mandato eletivo (AIME) e ação cautelar de busca e apreensão contra Magda Mofatto Hon e Silvânia Fernandes, prefeita e vice-prefeita eleitas no pleito de 2004.
As ações foram decididas, em conjunto, pelo juízo da 7ª Zona Eleitoral que cassou os diplomas das eleitas e decretou-lhes a inelegibilidade.
O juiz eleitoral julgou procedentes, também, ação de investigação judicial eleitoral e ação de impugnação de mandato eletivo contra os segundos colocados (José de Araújo Lima e seu vice) e anulou os votos a eles atribuídos; aplicou o art. 224, do Código Eleitoral, fixando eleições indiretas, conforme dispõe o art. 81, § 1º, da Constituição da República, e determinou posse ao presidente da Câmara Municipal até a realização do pleito suplementar.
O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás editou a Resolução de nº 116/2007 (fl. 47) para fixar data (28.9.2007) e aprovar instruções para a realização de eleições indiretas, para os cargos de prefeito e vice-prefeito.
Ocupa o cargo de prefeito, provisoriamente, o Vereador Sargento Arlindo Luiz Vieira, Presidente da Câmara de Vereadores, desde 4 de agosto de 2007.
O Diretório Municipal do Partido Humanista da Solidariedade impetra mandado de segurança, contra ato consubstanciado na Resolução referida, que determinou eleições indiretas no município (fl. 2).
O partido afirma possuir interesse em lançar candidatos em novas eleições diretas.
Requer liminar para "suspender, até a decisão final deste 'mandamus', as decisões dos impetrados de realizar eleições indiretas para prefeito e vice-prefeito do município" (fl. 11).
Determinei fossem prestadas informações (fl. 56).
O Tribunal Regional de Goiás, por seu Presidente, prestou as informações (fls. 62-71). Informou ter sido a Resolução da Corte Regional aprovada por unanimidade, em virtude das perdas dos mandatos dos primeiro e segundo colocados nas eleições para prefeito, com a nulidade de seus votos; a Resolução estabelece eleições indiretas por analogia ao art. 81, § 1º, da Constituição da República, seguindo jurisprudência do TSE, ainda que a Lei Orgânica do Município disponha de modo diverso; aponta previsão da Constituição do Estado de Goiás que determina a eleição municipal indireta quando a vacância do cargo de prefeito ocorrer no último triênio. Pugna pela inexistência de direito líquido e certo do impetrante e que "o ato censurado reveste-se todas as formalidades legais, e ampara-se na exegese consubstanciada nos julgados desse Pretório, esvaindo-se a plausibilidade da tese jurídica apresentada na exordial" (fl. 71).
2. É caso de liminar.
Quanto ao cabimento do mandamus, o TSE entende que "é cabível mandado de segurança contra ato de Tribunal Regional Eleitoral, consubstanciado em resolução a que se imputa a pecha de violar direito subjetivo público" (Acórdão nº 3141, de 8.5.2003, Rel. Min. LUIZ CARLOS MADEIRA).
Coexistem, aqui, os requisitos do periculum in mora e do fumus boni iuris.
É que se aproxima a data da realização da eleição indireta (28.9.2007), o que importará prejuízo insanável aos ora requerentes. Verifico, também, razoabilidade jurídica à pretensão.
Em situação análoga, esta Corte decidiu que "a eleição indireta prevista nos arts. 80 e 81 da Constituição Federal pressupõe a vacância por causa não eleitoral.[...] (Acórdão nº 3427, de 9.3.2006, Rel. Min. GOMES DE BARROS).
No caso, os primeiros colocados assim como os segundos colados aos cargos prefeito e o vice foram cassados por haverem sido julgadas contra eles ações eleitorais, ou seja, por razão eminentemente eleitoral. Inviável, portanto a aplicação do art. 81, § 1º, da Constituição da República.
3. Ante o exposto, defiro a liminar, para suspender os efeitos da Resolução nº 116/2007 do TRE goiano, até ulterior deliberação. Int..
4. Após, à PGE.
Brasília, 27 de setembro de 2007.
MINISTRO CEZAR PELUSO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 26384 MACAPÁ-AP
RECORRENTE: RICARDO SOUZA OLIVEIRA.
ADVOGADO: JOSÉ PERDIZ DE JESUS e Outros.
Ministro Carlos Ayres Britto
Protocolo: 14663/2006

DECISÃO
RECURSO EXTRAORDINÁRIO - AUSÊNCIA DE VULNERAÇÃO À CARTA DA REPÚBLICA - NEGATIVA DE SEGUIMENTO.
1. Ricardo Souza Oliveira interpõe recurso extraordinário, com alegada base na alínea "a" do permissivo constitucional, contra o acórdão de folha 87 a 92 - integrado pelo decorrente da apreciação de embargos de declaração de folha 114 a 118 -, assim ementado:
AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. JUNTADA DE NOVO DOCUMENTO. REGISTRO DE CANDIDATO.
1. É possível suprir, em embargos de declaração, ausência de documento que devia acompanhar o pedido de registro de candidatura.
2. Em sede de recurso especial, a apresentação de novo documento implica reexame de prova.
3. A rigidez processual só é de ser flexibilizada para evitar perecimento de direito.
4. Agravo desprovido.
Já a síntese do pronunciamento resultante dos embargos declaratórios tem o seguinte teor:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ELEIÇÕES 2006. REGISTRO DE CANDIDATO. JUNTADA DE NOVO DOCUMENTO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Não há omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado.
2. Recurso que busca rediscutir matéria já regularmente decidida, expediente incompatível com a via dos declaratórios.
3. Embargos de declaração desprovidos.
O recorrente destaca, em preliminar, a relevância constitucional da matéria, sustentando haver a decisão impugnada implicado afronta aos princípios da ampla defesa e do devido processo legal.
Articula com a transgressão do artigo 5º, incisos LIV e LV, da Carta Política da República.
2. Na interposição deste recurso, foram observados os pressupostos gerais de recorribilidade. A peça, subscrita por profissional da advocacia regularmente credenciado (folhas 46 e 61), foi protocolada no prazo assinado em lei. A publicação do acórdão impugnado deu-se em 2 de maio de 2007, quarta-feira (folha 118), ocorrendo a manifestação do inconformismo em 7 posterior, segunda-feira (folha 121).
O julgamento procedido pelo Tribunal Superior Eleitoral ficou restrito a técnica de recurso da respectiva competência, sem adoção de entendimento contrário à Carta da República. Discorreu a Corte sobre o descabimento da juntada de novo documento, consignando, mais, a impossibilidade de reexame do tema fático.
3. Nego seguimento ao extraordinário.
4. Publiquem.
Brasília, 18 de setembro de 2007.
Ministro MARCO AURÉLIO Presidente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 6404 SOROCABA-SP 343ª Zona Eleitoral (SOROCABA)
RECORRENTE: COLIGAÇÃO SOROCABA DO AMANHÃ.
ADVOGADO: RODRIGO GOMES MONTEIRO e Outros.
RECORRIDO: COLIGAÇÃO SOROCABA CADA VEZ MELHOR (PFL/PMDB/PRONA/PV/PSC/PSDC/PHS/PRTB).
ADVOGADO: ANDERSON TADEU OLIVEIRA MACHADO e Outros.
RECORRIDO: JOSÉ ANTÔNIO CALDINI CRESPO.
ADVOGADO: ANESIO APARECIDO LIMA e Outra.
Ministro Cezar Peluso
Protocolo: 11039/2005

DECISÃO
RECURSO EXTRAORDINÁRIO - AUSÊNCIA DE ENQUADRAMENTO NO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL - NEGATIVA DE SEGUIMENTO.
1. A Coligação Sorocaba do Amanhã interpõe recurso extraordinário, com alegada base na alínea "a" do permissivo constitucional e nos artigos 121, § 3º, da Carta Federal e 281 do Código Eleitoral, contra o acórdão de folha 151 a 156, assim ementado:
1. Recurso. Especial. Prequestionamento. Ausência. Súmula 282 do STF. A ausência de prequestionamento atrai a incidência da súmula 282 do STF. 2. Pesquisa eleitoral. Registro. Divulgação. Horário gratuito. Art. 6º, parágrafo único, da Res. TSE nº 21.576. Inobservância. Multa. Aplicação do art. 33, § 3º, da Lei nº 9.504/97. Agravo regimental a que se nega provimento. A pena prevista no art. 33, § 3º, da Lei nº 9.504/97, aplica-se, não apenas à pesquisa não registrada, mas também à que, suposto registrada, não obedeça aos requisitos do art. 6º, parágrafo único, da Res. TSE nº 21.576, por força do seu art. 7º.
A recorrente destaca, em preliminar, a relevância constitucional da matéria, sustentando haver a decisão atacada implicado afronta ao princípio da legalidade.
Articula com a transgressão do artigo 5º, incisos II e XXXIX, da Carta Política da República.
A Secretaria Judiciária, à folha 182, certificou o decurso de prazo para apresentação de contra-razões pelos recorridos.
2. Na interposição deste recurso, foram observados os pressupostos gerais de recorribilidade. A peça, subscrita por profissional da advocacia regularmente credenciado (folhas 33 e 175), veio a ser protocolada no prazo assinado em lei. A publicação do julgado recorrido deu-se em 22 de junho de 2007, sexta-feira (folha 156), ocorrendo a manifestação do inconformismo, mediante fac-símile, em 27 subseqüente, quarta-feira (folha 158), e a protocolação do original em 3 de julho posterior, terça-feira (folha 170).
A leitura do acórdão impugnado mediante o extraordinário revela a interpretação de normas estritamente legais. Não se tem, na espécie, adoção de entendimento contrário à Carta da República.
3. Ante o quadro, nego seguimento a este extraordinário.
4. Publiquem.
Brasília, 18 de setembro de 2007.
Ministro MARCO AURÉLIO Presidente

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 7138 SANTO ANTÔNIO DE JESUS-BA 56ª Zona Eleitoral (SANTO ANTÔNIO DE JESUS)
AGRAVANTE: COLIGAÇÃO A VONTADE DO POVO (PTN/PSDB/PDT/PSL/PP/PMN) e Outros.
ADVOGADO: MANOEL GUIMARÃES NUNES e Outra.
AGRAVADO: EUVALDO DE ALMEIDA ROSAS e Outro.
ADVOGADO: LUIZ VIANA QUEIROZ e Outros.
Ministro Carlos Ayres Britto
Protocolo: 4918/2006

DECISÃO
Dou provimento ao agravo de instrumento para melhor exame do especial. Tendo em vista o disposto no § 4º do art. 36 do RITSE[1], determino a reautuação do feito como recurso especial.
2. Pois bem, em homenagem ao que decidido nos EDclAg nº 5.259, rel. para o acórdão Min. Marco Aurélio, intime-se o recorrido para apresentar contra-razões ao apelo especial[2].
3. Após, volte-me concluso.
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.
Ministro CARLOS AYRES BRITTO Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 6413 ARARAS-SP 14ª Zona Eleitoral (ARARAS)
AGRAVANTE: COLIGAÇÃO O POVO EM PRIMEIRO LUGAR (PFL/PRP).
ADVOGADO: ANTONIO CARLOS ROCHA.
AGRAVADO: JORNAIS ASSOCIADOS EDITORA LTDA.
ADVOGADO: ROGÉRIO ALESSANDRE DE OLIVEIRA CASTRO e Outros.
Ministro Carlos Ayres Britto
Protocolo: 11046/2005

DECISÃO
Dou provimento ao agravo de instrumento para melhor exame do especial. Tendo em vista o disposto no § 4º do art. 36 do RITSE, determino a reautuação do feito como recurso especial.
2. Pois bem, em homenagem ao que decidido nos EDclAg nº 5.259, rel. para o acórdão Min. Marco Aurélio, intime-se o recorrido para apresentar contra-razões ao apelo especial.
3. Após, volte-me concluso.
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.
Ministro CARLOS AYRES BRITTO Relator

Protocolo: 7351/2007 DRACENA-SP
INTERESSADO: JOSÉ GARCIA MARTINS
ADVOGADO: CARLOS JOSÉ GONÇALVES ROSA

DECISÃO
PEDIDO - CÔMPUTO DE VOTOS - DESISTÊNCIA.
1. Eis as informações prestadas pela Assessoria:
José Garcia Martins requer desistência da petição protocolada nesta Corte sob o nº 7351/2007, alusiva ao cômputo, em benefício de legenda, dos votos por ele recebidos para o cargo de Vereador nas eleições de 2004.
Registro a decisão de Vossa Excelência, de 2 de maio passado, mediante a qual foi indeferido pedido idêntico - Protocolo nº 4159/2007 - , ante os seguintes fundamentos:
3. O requerente pleiteia algo circunscrito ao campo de interesses do partido político, ou seja, providência para que ocorra o cômputo dos votos recebidos, visando a beneficiar a legenda. Esta última é que tem interesse no referido cômputo, presente a distribuição de cadeiras. Indefiro o pedido, devendo ser encaminhada à Justiça Eleitoral de São Paulo cópia desta decisão.
Informo que o citado feito se encontra no Arquivo Central, consoante relatório de andamento processual em anexo.
2. Acolho o pedido de desistência.
3. Publiquem.
Brasília, 25 de setembro de 2007.
Ministro MARCO AURÉLIO Presidente

Protocolo: 24/2007 RECIFE-PE
INTERESSADO: DELANO GUSMÃO DE VASCONCELOS
ADVOGADO: LUIZ ALBERTO DE FARIAS GOMES

DECISÃO
PROCESSO - EXAURIMENTO DA JURISDIÇÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.
1. Eis as informações prestadas pela Assessoria:
A Secretaria Judiciária do Supremo, mediante o Ofício nº 5.932/SEJ, encaminha petição protocolada naquele Tribunal sob o nº 144.728, no qual Delano Gusmão de Vasconcelos interpõe "recurso extraordinário" em face do ato monocrático do ministro Carlos Ayres Britto, de 12 de setembro de 2006, que implicou a negativa de seguimento ao Recurso Especial nº 26.519.
A Coordenadoria de Processamento, à folha 22, informa o trânsito em julgado da citada decisão, em 15 de setembro seguinte, e a remessa do processo ao Tribunal de origem, em 18 posterior.
2. Ante o trânsito em julgado da decisão e a baixa do processo à origem, nada há a apreciar no âmbito deste Tribunal.
3. Publiquem.
4. Arquivem.
Brasília, 25 de setembro de 2007.
Ministro MARCO AURÉLIO Presidente

SEÇÃO DE PROCESSAMENTO II

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO Nº 129/SEPROC2/CPRO/SJD

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 26176 SÃO PAULO - ARAÇARIGUAMA.
RECORRENTES: CARLOS AYMAR SRUR BECHARA e Outra.
ADVOGADOS: LAERTE AMÉRICO MOLLETA e Outra.
RECORRIDO: JOÃO BORG DE CARVALHO FERREIRA SOBRINHO.
ADVOGADO: RAFAEL ALEXANDRE BONINO.
Ministro José Delgado
Protocolo: 11861/2006

DECISÃO
RECURSO EXTRAORDINÁRIO - INADEQUAÇÃO - NEGATIVA DE SEGUIMENTO.
1. Carlos Aymar Srur Bechara e outra interpõem recurso extraordinário, com alegada base na alínea "a" do permissivo constitucional, contra o acórdão de folha 603 a 610, assim ementado:
AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. INCIDENTE DE FALSIDADE SUSCITADO APÓS A FASE INSTRUTÓRIA. INTEMPESTIVIDADE. ARTIGOS 390 E 391 DO CPC. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA. PRECLUSÃO TEMPORAL. O PROCESSO NÃO DEVE RETORNAR À FASE JÁ EXAURIDA. NÃO-PROVIMENTO.
1.O documento impugnado foi apresentado na exordial da representação. Somente quando o processo já se encontrava no TRE/SP, em grau de recurso, os então representados, ora agravantes, ajuizaram o incidente de falsidade documental. Evidente, portanto, sua intempestividade, pois tal vício deveria ter sido argüido ainda na fase instrutória.
2.Não merece acolhida a pretensão dos agravantes de que a argüição de falsidade documental deve ser feita em qualquer fase e grau de jurisdição indistintamente, sob pena de se provocar o retorno do processo a uma fase já exaurida, facultando-se à parte protelar indefinidamente o fim do processo.
3.Faz-se mister recorrer à interpretação sistemática das normas processuais. No caso em análise, os agravantes sustentam a tese de que o incidente de falsidade documental pode ser argüido a qualquer tempo e grau de jurisdição, nos termos do art. 390 do CPC. Não obstante, como o documento foi juntado à exordial, deve-se atentar à regra do art. 391 que dispõe:
"Art. 391. Quando o documento for oferecido antes de encerrada a instrução, a parte o argüirá de falso, em petição dirigida ao juiz da causa, expondo os motivos em que funda a sua pretensão e os meios com que provará o alegado" .
4.O processo principal já foi julgado pelo TSE e aguarda o julgamento, pelo STF, do agravo de instrumento contra decisão do Ministro Presidente que inadmitiu o recurso extraordinário que enfrenta o aresto exarado por esta Corte.
5.O incidente de argüição de falsidade documental não se subsiste em razão da preclusão temporal. Nos termos do art. 390 do CPC, tal incidente deve ser suscitado na contestação quando se referirem a documentos que acompanham a petição inicial. Esta é exatamente a hipótese dos autos. No entanto, afere-se que somente foi suscitado quando o processo já se encontrava na fase recursal, merecendo ser refutado.
6.Agravo regimental não provido.
Articulam os recorrentes com a ofensa ao artigo 5º, inciso XXXV, da Carta Política da República.
Entendem desrespeitados os princípios do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal e do livre acesso ao Poder Judiciário.
A Secretaria Judiciária, à folha 658, certificou o decurso de prazo para o oferecimento de contra-razões pelo recorrido.
2.Na interposição deste recurso, foram observados os pressupostos gerais de recorribilidade. A peça, subscrita por profissional da advocacia regularmente credenciado (folha 23), foi protocolada no prazo assinado em lei.
A veiculação do acórdão impugnado deu-se em 15 de junho de 2007, sexta-feira (folha 610), ocorrendo a manifestação do inconformismo, via fac-símile, em 18 posterior, segunda-feira (folha 612), e a apresentação do original em 20 seguinte, quinta-feira (folha 635).
O recurso, entretanto, foi protocolado após a publicação, em 3 de maio de 2007, da Emenda Regimental nº 21 do Supremo - que regulamenta a repercussão geral prevista na Lei nº 11.418/2006 -, dele não constando capítulo relativo à relevância. Tem-se, portanto, como desatendido, o novo pressuposto de recorribilidade inerente ao recurso extraordinário.
3.Nego seguimento ao extraordinário.
4.Publiquem.
Brasília, 18 de setembro de 2007.
Ministro MARCO AURÉLIO
Presidente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 7835 BELÉM-PA
RECORRENTES: JOSÉ PEREIRA DE ALMEIDA e Outro.
ADVOGADOS: SELECINA HENRIQUE LOCATELLI e Outros.
RECORRIDA: COLIGAÇÃO UNIDOS PARA VENCER.
ADVOGADOS: INOCÊNCIO MÁRTIRES COÊLHO JÚNIOR e Outros.
Ministro José Delgado
Protocolo: 17309/2006

DECISÃO
RECURSO EXTRAORDINÁRIO - DESISTÊNCIA - HOMOLOGAÇÃO.
1. Eis as informações prestadas pela Assessoria:
José Pereira de Almeida e outro formulam desistência do Recurso Extraordinário nos Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 7.835.
Registro a existência de poderes especiais para desistir outorgados à subscritora da peça.
2. Homologo a desistência do recurso para que produza os efeitos legais.
3. Publiquem.
Brasília, 25 de setembro de 2007.
Ministro MARCO AURÉLIO
Presidente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 8649 - SÃO PAULO - TERRA ROXA- 203ª ZONA ELEITORAL (VIRADOURO)
RECORRENTE: ROBERTO MARÓSTICA JÚNIOR.
ADVOGADOS: MARIA CLÁUDIA DE SEIXAS e Outro.
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.
Ministro José Delgado
Protocolo: 6538/2007

DECISÃO
RECURSO EXTRAORDINÁRIO - INADEQUAÇÃO - NEGATIVA DE SEGUIMENTO.
1.Roberto Maróstica Júnior interpõe recurso extraordinário, com alegada base nos artigos 121, § 3º, da Carta Federal e 278 e 279 do Código Eleitoral, contra o acórdão de folha 276 a 281, assim ementado:
AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ELEIÇÕES 2004. CRIME DE CORRUPÇÃO ELEITORAL. ACERTO DA CORTE REGIONAL NO ENQUADRAMENTO DA CONDUTA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. NÃO-PROVIMENTO.
1. A subsunção da conduta ao art. 299 do Código Eleitoral decorreu da análise do conjunto probatório, realizada na instância a quo. Inviável o reexame, em sede especial eleitoral (Súmulas nos 7/STJ e 279/STF).
2. Não se aplica ao caso o art. 17 do Código Penal. A toda evidência, o meio era eficaz: oferta em dinheiro; e o objeto era próprio: interferir na vontade do eleitor e orientar seu voto. Não se trata, portanto, de crime impossível.
3. A corrupção eleitoral é crime formal e não depende do alcance do resultado para que se consuma. Descabe, assim, perquirir o momento em que se efetivou o pagamento pelo voto, ou se o voto efetivamente beneficiou o candidato corruptor. Essa é a mensagem do legislador, ao enumerar a promessa entre as ações vedadas ao candidato ou a outrem, que atue em seu nome (art. 299, caput, do Código Eleitoral).
4. A suposta inconstitucionalidade do art. 89 da Lei nº 9.099/95 revela apenas a insatisfação do agravante com o desfecho da lide. A jurisprudência do TSE (HC nº 396/RS, Rel. Min. Garcia Vieira, DJ de 15.9.2000) e a jurisprudência do STF (RE nº 299.781, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 5.10.2001) fixam que o benefício da suspensão condicional só se aplica aos acusados que não estejam, ao tempo da denúncia, sendo processados ou que não tiverem sido condenados por outro crime. Não é a hipótese dos autos.
5. Agravo regimental não provido.
Articula o recorrente com a afronta ao artigo 5º, inciso LVII, da Carta Política da República.
Entende desrespeitados os princípios da isonomia e da presunção da inocência.
Nas contra-razões, de folha 311 a 320, o recorrido argúi o não-atendimento do requisito concernente à repercussão geral e a falta de prequestionamento da matéria.
2. Na interposição deste recurso, foram observados os pressupostos gerais de recorribilidade. A peça, subscrita por profissional da advocacia regularmente credenciado (folha 242), foi apresentada no prazo assinado em lei.
A veiculação do acórdão impugnado deu-se em 8 de agosto de 2007, quarta-feira (folha 281), ocorrendo a manifestação do inconformismo, via fac-símile, em 13 posterior, segunda-feira (folha 283), e a apresentação do original em 15 seguinte, quarta-feira (folha 297).
O recurso, entretanto, foi protocolado após a publicação, em 3 de maio de 2007, da Emenda Regimental nº 21 do Supremo - que regulamenta a repercussão geral prevista na Lei nº 11.418/2006 -, dele não constando capítulo relativo à relevância. Tem-se, portanto, como desatendido, o novo pressuposto de recorribilidade inerente ao recurso extraordinário.
3. Nego seguimento ao extraordinário.
4.Publiquem.
Brasília, 18 de setembro de 2007.
Ministro MARCO AURÉLIO
Presidente

PETIÇÃO Nº 2641 ESTRELA DE ALAGOAS-AL 10ª ZONA ELEITORAL (PALMEIRA DOS ÍNDIOS)
REQUERENTES: FRANCISCO JOSÉ SOBRINHO e Outro.
ADVOGADO: HENRIQUE NEVES DA SILVA e Outro.
Ministro Marco Aurélio
Protocolo: 6810/2007

DECISÃO
PROCESSO - EXAURIMENTO DA JURISDIÇÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.
1. Eis as informações prestadas pela Assessoria:
Francisco José Sobrinho e outro requerem seja determinado o cumprimento imediato do acórdão - publicado em 20 de novembro de 2006 - que implicou o desprovimento do Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 6.462 e, conseqüentemente, a cassação do diploma de Ângela Maria Lira de Jesus Garrote, Prefeita do Município de Estrela de Alagoas.
Informo o desprovimento de embargos declaratórios pelo Colegiado, em 7 de dezembro de 2007.
Registro a decisão de Vossa Excelência, de 19 de abril seguinte, mediante a qual não foi admitido recurso extraordinário.
Anoto a interposição de agravo, cujo seguimento foi negado pelo Supremo, em 24 de maio posterior, tendo a decisão transitado em julgado, em 11 de junho subseqüente.
Destaco a remessa do processo à origem, em 17 de junho último, consoante relatório de andamento processual em anexo.
2. Ante o trânsito em julgado da decisão e a baixa do processo à origem, nada há a apreciar no âmbito deste Tribunal.
3. Arquivem.
4. Publiquem.
Brasília, 25 de setembro de 2007.
Ministro MARCO AURÉLIO
Presidente

PETIÇÃO Nº 2678 BARROLÂNDIA-TO 28ª ZONA ELEITORAL (MIRANORTE)
REQUERENTE: ODAIR FRANCISCO FERNANDES OLIVEIRA ARAÚJO.
ADVOGADO: GERALDO B. DE FREITAS NETO.
Ministro Marco Aurélio
Protocolo: 8824/2007

DECISÃO
PROCESSO - EXAURIMENTO DA JURISDIÇÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.
1. Eis as informações prestadas pela Assessoria:
Odair Francisco Fernandes Oliveira Araújo requer seja comunicado ao Juízo da 28ª Zona do Município de Miranorte, para execução imediata, o acórdão - publicado em 22 de maio de 2007 - que implicou o desprovimento dos Embargos de Declaração no Recurso Especial Eleitoral nº 26.146.
Anoto o trânsito em julgado da decisão, em 25 posterior, e o envio do processo à origem, em 1º de junho seguinte.
Registro a decisão de Vossa Excelência, de 12 de junho subseqüente - proferida na Petição nº 2.634, em que foi apreciado pedido idêntico -, mediante a qual foi determinado o arquivamento do feito, consoante relatório de andamento processual em anexo.
2. Juntem.
3. Ante o quadro, declaro o prejuízo do pedido formulado.
4. Arquivem.
5. Publiquem.
Brasília, 25 de setembro de 2007.
Ministro MARCO AURÉLIO
Presidente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5249 BRASÍLIA-DF 1ª ZONA ELEITORAL
RECORRENTES: AFRÂNIO GOMES DA ROCHA FILHO e Outros.
ADVOGADO: ANTÔNIO CARLOS ROCHA PIRES DE OLIVEIRA.
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.
Ministro José Delgado
Protocolo: 16918/2004

DECISÃO
RECURSO EXTRAORDINÁRIO - AUSÊNCIA DE VULNERAÇÃO À CARTA DA REPÚBLICA - NEGATIVA DE SEGUIMENTO.
1.Afrânio Gomes da Rocha Filho e outros interpõem recurso extraordinário, com alegada base na alínea "a" do permissivo constitucional, contra o acórdão de folha 830 a 834, integrado pelo decorrente da apreciação dos embargos declaratórios de folhas 854 a 859 e 909 a 914 - , assim resumido:
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO QUE DETERMINOU A SUBIDA DE RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. APELO NÃO CONHECIDO.
1.A decisão que provê agravo de instrumento determinando a subida de recurso especial eleitoral para melhor exame, por não enfrentar o mérito da questão é, em regra, irrecorrível.
2.Precedentes desta Corte, do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.
3. Agravo regimental não conhecido.
A ementa do acórdão dos embargos de declaração está à folha 854:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO-PROVIMENTO.
1.Acórdão que assenta não caber recurso de decisão que, em sede de agravo de instrumento, determina a subida do recurso especial eleitoral para reexame.
2. Ausência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.
3. Embargos de declaração não providos.
Já a síntese do pronunciamento resultante dos segundos embargos declaratórios tem o seguinte teor:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. DECISÃO QUE DÁ PROVIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO EXCLUSIVAMENTE PARA DETERMINAR O SEGUIMENTO DE RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE VÍCIOS FORMAIS DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. IRRECORRIBILIDADE DA DECISÃO. MATÉRIA DO RECURSO ESPECIAL SERÁ ANALISADA NO MOMENTO OPORTUNO. NÃO-PROVIMENTO.
1. Segundos embargos de declaração nos quais os insurgentes insistem em apontar vícios no decisum que tão-somente determinou a subida do recurso especial eleitoral.
2. Conforme já consignado nos acórdãos que negaram provimento ao agravo regimental e aos primeiros embargos de declaração, não há vícios na decisão que determinou a subida do apelo especial. Reitera-se que a jurisprudência considera irrecorrível a decisão que dá provimento a agravo de instrumento quando apenas ordena o seguimento do recurso especial obstado no Tribunal a quo. Essa irrecorribilidade justifica-se porque a decisão não adentra o mérito do litígio, o qual será analisado no julgamento do apelo especial. Afirmou-se, também, que, excepcionalmente, admite-se recurso contra decisões que, por ventura, dêem provimento a agravo de instrumento que possui vícios formais, o que não é a realidade posta nos autos.
3. Os embargantes insistem em apontar omissões quanto à matéria posta no recurso especial. No entanto, não há nenhum vício, pois tais questionamentos serão devidamente analisados nos autos do apelo especial.
4. O magistrado não está obrigado a se manifestar acerca de todos os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos sejam suficientes para firmar seu convencimento.
5. Precedentes: EDcl no REspe nº 25.125/PE, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJ de 9.12.2005; EDcl no AgRg no Ag nº 4.903/SP, Rel. Min. Caputo Bastos, DJ de 2.8.2005 e EDcl no AgRg no Ag nº 4.476/PA, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ de 15.2.2005.
6. Embargos de declaração não providos.
Os recorrentes destacam, em preliminar, a relevância constitucional da matéria, sustentando estar o julgado em confronto com a jurisprudência do Supremo relativa à questão.
Argúem a incompetência desta Corte para processar e julgar mandado de segurança versando sobre matéria administrativa.
Articulam com a ofensa aos artigos 5º, incisos II, XXXV, LIII, LIV e LV, 93, inciso IX, 105, inciso II, alínea "b" , 121, cabeça, § 3º, § 4º e § 5º, da Carta Política da República.
Nas contra-razões, de folha 960 a 968, o recorrido diz do acerto da decisão.
2. Na interposição deste recurso, foram observados os pressupostos gerais de recorribilidade. A peça, subscrita por profissional da advocacia regularmente credenciado (folha 42), veio a ser protocolada no prazo assinado em lei. A publicação do acórdão impugnado deu-se em 29 de junho de 2007, sexta-feira (folha 914), ocorrendo a manifestação do inconformismo em 3 de agosto seguinte, sexta-feira (folha 916).
Em momento algum, a Corte adotou entendimento contrário à Constituição Federal. O que decidido diz respeito à técnica de recurso - no caso, agravo regimental.
3. Nego seguimento ao extraordinário.
4. Publiquem.
Brasília, 25 de setembro de 2007.
Ministro MARCO AURÉLIO
Presidente

CONSULTA Nº 1456 BRASÍLIA-DF
CONSULENTE: ANTÔNIO EUSTÁQUIO DE ANDRADE, DEPUTADO FEDERAL.
Ministro Ari Pargendler
Protocolo: 15667/2007

DECISÃO
Trata-se de consulta formulada pelo Senhor Antônio Eustáquio de Andrade, Deputado Federal, sobre inelegibilidade reflexa, fazendo menção expressa sobre a situação no Município de Rio Paranaíba/MG (fl. 2).
Manifesta-se a Assessoria Especial da Presidência (ASESP), às fls. 6-8, nos seguintes termos:
"[...]
Conforme se verifica, a presente consulta formula dúvida acerca de situação concreta, o que não se amolda na competência desta Corte Superior Eleitoral.
A jurisprudência é neste sentido:
'CONSULTA - SITUAÇÃO CONCRETA.
Revelando a consulta parâmetros específicos e referentes a situação concreta de certo parlamentar - como é o questionamento sobre a caracterização de propaganda eleitoral mediante cartilha -, descabe o conhecimento.' (grifo nosso) (Resolução 22.178 - Ministro Relator Marco Aurélio Mendes Farias Mello - DJ - Diário de Justiça, Volume 1, Data: 03.05.2006, página 128)
'No caso, a consulta, embora feita por autoridade com jurisdição federal, não pode ser conhecida, pois, em razão da minuciosa descrição dos fatos, verifica-se que não se trata de matéria em tese.' (grifo nosso) (Trecho do voto do Ministro Relator Sálvio de Figueiredo Teixeira na Resolução nº 20.848, publicada em 05.10.2001 no Diário de Justiça).
Destarte, por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no artigo 23, inciso XII do Código Eleitoral, opina-se pelo não conhecimento da presente consulta.
É a informação que se submete à superior apreciação."
Acolhendo o parecer do órgão técnico deste Tribunal, não conheço da consulta, por tratar-se de caso concreto, nos termos do art. 25, § 5, VI, do RITSE.
Brasília, 27 de setembro de 2007.
MINISTRO ARI PARGENDLER
RELATOR

COORDENADORIA DE ACÓRDÃOS E RESOLUÇÕES

PUBLICAÇÃO DE INTIMAÇÃO Nº 66/2007

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 28.013 - RORAIMA (CARACARAÍ).

RELATOR	MINISTRO JOSÉ DELGADO
EMBARGANTES	MARIA ELIVÂNIA DE ANDRADE E OUTRA
ADVOGADOS	ANTÔNIO CÉSAR B. MARRA E OUTROS
EMBARGADO	ANTÔNIO EDUARDO FILHO
ADVOGADOS	HELAINE MAISE FRANÇA E OUTROS

Fica intimado o embargado do despacho exarado pelo Exmo. Sr. Ministro José Delgado, do seguinte teor:
"DESPACHO
Vistos, etc.
Intimem-se o embargado para, querendo, impugnar, no prazo de três dias, os embargos declaratórios (fls. 1.220-1.229) opostos por Maria Elivânia de Andrade e outra.
Após, conclusos.
Publique-se. Cumpra-se
Brasília, 27 de setembro de 2007.
MINISTRO JOSÉ DELGADO, Relator"

PUBLICAÇÃO DE INTIMAÇÃO Nº 67/2007

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.742 - RONDÔNIA (JARU)

RECORRENTE	IVO PEREIRA LIMA.
ADVOGADOS	IRINEU DE OLIVEIRA FILHO E OUTROS.
RECORRIDO	MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.
RECORRIDO	ULISSES BORGES DE OLIVEIRA.
ADVOGADOS	MÁRCIO MELO NOGUEIRA E OUTROS.
PROTOCOLO	17064/2007

Fica intimada a parte recorrida, Ulisses Borges de Oliveira, por seus advogados, para, no prazo de 3 (três) dias, querendo, apresentar contra-razões ao Recurso Extraordinário interposto nos autos do Recurso Especial Eleitoral nº 25.742.

PUBLICAÇÃO DE DECISÕES Nº 172/2007

ACÓRDÃOS

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO Nº 1.310 - CLASSE 27ª - DISTRITO FEDERAL (Brasília).

Relator	Ministro José Delgado.
Embargante	Sérgio Luiz Lisboa de Almeida.
Advogado	Dr. José Eduardo Rangel Alckmin e outros.
Embargado	Ministério Público Eleitoral.

Ementa:
EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO. REGISTRO DE CANDIDATURA. ELEIÇÕES 2006. INDEFERIMENTO. CONTAS REJEITADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS. AÇÃO INTENTADA APÓS O JULGAMENTO DO TSE. IMPOSSIBILIDADE. NÃO-ACOLHIMENTO. IRREGULARIDADE INSANÁVEL.
1. Da leitura dos autos observa-se que o acórdão do agravo regimental manteve os fundamentos adotados na decisão monocrática, a qual, à fl. 330, apreciou a questão relativa à insanabilidade das contas julgadas irregulares em face da inobservância da Lei de Licitações. Manteve-se, assim, o aresto regional que decidiu no mesmo sentido (fl. 232).
2. A via aclaratória não se presta para rediscussão de teses desenvolvidas acerca do mérito. O embargante busca, na verdade, a reapreciação da lide, renovando os aclaratórios.
3. Embargos de declaração rejeitados.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em desprover os embargos de declaração, nos termos das notas taquigráficas.

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Marco Aurélio. Presentes os Srs. Ministros Cezar Peluso, Carlos Ayres Britto, Cesar Asfor Rocha, José Delgado, Caputo Bastos, Marcelo Ribeiro e o Dr. Francisco Xavier, vice-procurador-geral eleitoral.

Brasília, 22 de março de 2007.

AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 3.577 - CLASSE 14ª - GOIÁS (Goiânia).

Relator	Ministro José Delgado.
Agravante	Coligação do Tempo novo (PP/PSDB) e outros.
Advogado	Dr. João Batista de Oliveira Filho e outros.
Agravado	Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.
Litisconsorte	Coligação PTB/PL/PPS.
Litisconsorte	Cilene Maria de Morais Guimarães.

Ementa:
AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. PERDA DE OBJETO.
1. Transitado em julgado o acórdão do TSE que decidiu pelo indeferimento do registro de candidatura de Nédio Leite de Assunção, nos autos do RO nº 1.263, está esvaziado o objeto deste *mandamus*.
2. Reconhecida a perda de objeto do presente mandado de segurança. Prejudicada a análise do agravo regimental.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em desprover o agravo regimental, nos termos das notas taquigráficas.

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Marco Aurélio. Presentes os Srs. Ministros Cezar Peluso, Carlos Ayres Britto, José Delgado, Ari Pargendler, Caputo Bastos, Marcelo Ribeiro e o Dr. Antonio Fernando de Souza, procurador-geral eleitoral.

Brasília, 18 de setembro de 2007.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 7.540 - CLASSE 2ª - RIO GRANDE DO SUL (115ª Zona - Panambi).

Relator	Ministro José Delgado.
Agravante	Delmar Hinnah e outro.
Advogado	Dr. Carlos Willi Cal e outros.
Agravada	Coligação O Povo de novo.
Advogado	Dr. Nelson Feiden.

Ementa:
AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO. RECURSO INEXISTENTE. SÚMULA Nº 115/STJ. NÃO-CONHECIMENTO.
1. Agravo regimental contra decisão que não conheceu do agravo de instrumento devido à ausência de procuração outorgada ao advogado do agravante ou de certidão de arquivamento em cartório.
2. O mesmo causídico subscreve o presente agravo interno, que não merece ser conhecido, pois é considerado inexistente, nos termos da Súmula nº 115/STJ.
3. Representação processual irregular.
4. Agravo regimental não conhecido.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em não conhecer do agravo regimental, nos termos das notas taquigráficas.

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Marco Aurélio. Presentes os Srs. Ministros Cezar Peluso, Carlos Ayres Britto, José Delgado, Ari Pargendler, Caputo Bastos, Marcelo Ribeiro e o Dr. Antonio Fernando de Souza, procurador-geral eleitoral.

Brasília, 18 de setembro de 2007.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 7.680 - CLASSE 2ª - MATO GROSSO (58ª Zona - Várzea Grande).

Relator	Ministro José Delgado.
Agravante	Cássio Manoel de Assunção.
Advogado	Dr. José Patrocínio de Brito Júnior.
Agravado	Ministério Público Eleitoral.

Ementa:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. DUPLA FILIAÇÃO. PEDIDO DE DESISTÊNCIA. ANUÊNCIA DA PROCURADORIA GERAL ELEITORAL. HOMOLOGAÇÃO.
1. O art. 68 do RI-TSE disciplina que a competência para homologar a desistência é do Plenário desta Corte Superior.
2. Face à ausência de interesse recursal do agravante, homologo a desistência pleiteada.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em homologar a desistência, nos termos das notas taquigráficas.

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Marco Aurélio. Presentes os Srs. Ministros Cezar Peluso, Carlos Ayres Britto, José Delgado, Ari Pargendler, Caputo Bastos, Marcelo Ribeiro e o Dr. Antonio Fernando de Souza, procurador-geral eleitoral.

Brasília, 18 de setembro de 2007.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 8.378 - CLASSE 2ª - SÃO PAULO (Marília).

Relator	Ministro Caputo Bastos.
Embargante	José Abelardo Guimarães Camarinha.
Advogada	Dra. Izabelle Paes de Omena e outros.
Embargado	Ministério Público Eleitoral.

Ementa:
Embargos declaratórios. Agravo regimental. Agravo de instrumento. Recurso especial. Representação. Propaganda eleitoral antecipada. Omissão. Ausência. Pretensão. Rediscussão. Causa. Impossibilidade.
1. A questão suscitada pelo embargante, acerca da caracterização da propaganda eleitoral antecipada, já foi devidamente examinada no acórdão embargado, não havendo falar em omissão.
2. Os embargos de declaração são cabíveis apenas para sanar omissão, contradição ou obscuridade, não se prestando para a rediscussão da causa.
Embargos desprovidos.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em desprover o recurso, nos termos das notas taquigráficas.

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Marco Aurélio. Presentes os Srs. Ministros Carlos Ayres Britto, José Delgado, Felix Fischer, Caputo Bastos, Marcelo Ribeiro e o Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, vice-procurador-geral eleitoral em exercício.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 28.104 - CLASSE 22ª - SÃO PAULO (213ª Zona - Osasco).

Relator	Ministro Caputo Bastos.
Agravante	João Paulo Cunha.
Advogada	Dra. Fátima Nieto Soares e outros.
Agravado	Ministério Público Eleitoral.

Ementa:
Agravo regimental. Recurso especial. Representação. Propaganda eleitoral irregular. Decisão regional. Procedência. Recurso especial. Reexame. Fatos e provas. Impossibilidade. Súmula nº 279 do Supremo Tribunal Federal. Alegação. Violação. Art. 37, § 1º, da Lei nº 9.504/97. Questão. Notificação. Retirada. Propaganda. Ausência. Prequestionamento.
1. Para afastar a conclusão da Corte Regional Eleitoral, que entendeu, no caso concreto, estar configurada a propaganda eleitoral irregular, o fato objeto de apreciação judicial há de ser incontroverso, não se permitindo o reexame de fatos e provas, vedado em sede de recurso especial, a teor do disposto no Verbete nº 279 da Súmula de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
2. A ausência de prequestionamento impede a apreciação de determinada matéria nesta instância superior (Súmulas nºs 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal).
Agravo regimental desprovido.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em desprover o agravo regimental, nos termos das notas taquigráficas.

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Marco Aurélio. Presentes os Srs. Ministros Cezar Peluso, Carlos Ayres Britto, José Delgado, Felix Fischer, Caputo Bastos, Marcelo Ribeiro e o Dr. Antonio Fernando de Souza, procurador-geral eleitoral.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

Superior Tribunal de Justiça

PRESIDÊNCIA

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 20 DE SETEMBRO DE 2007

Institui o Diário da Justiça Eletrônico do Superior Tribunal de Justiça - DJ on-line e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 21, XX do Regimento Interno, considerando o disposto no parágrafo único do art. 154 do Código de Processo Civil, acrescido pela Lei 11.280, de 16/2/2006, o art. 4° da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006, "ad referendum" do Conselho de Administração, **resolve:**

Art. 1º Fica instituído o Diário da Justiça Eletrônico do Superior Tribunal de Justiça como instrumento de publicação de atos judiciais, administrativos e de comunicação em geral.

§ 1º O Diário da Justiça Eletrônico substitui a versão impressa das publicações oficiais e passa a ser veiculado gratuitamente na rede mundial de computadores - Internet, no endereço www.stj.gov.br.

§ 2º A publicação eletrônica não substitui a intimação ou vista pessoal nos casos em que a lei assim exigir.

Art. 2º As edições do Diário da Justiça Eletrônico serão assinadas digitalmente, atendendo aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º O Diário da Justiça Eletrônico será publicado de segunda a sexta-feira, a partir das 10:00h, exceto nos feriados nacionais, forenses e nos dias em que não houver expediente.

Art. 4º Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da divulgação da informação no Diário da Justiça Eletrônico.

Parágrafo único. Os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.

Art. 5º O Superior Tribunal de Justiça manterá publicação impressa e eletrônica até 31 de dezembro de 2007.

§ 1º Após este período, o Diário da Justiça Eletrônico substituirá integralmente a versão em papel.

§ 2º Enquanto existir publicação impressa e eletrônica prevalecerá, para os efeitos de contagem de prazo e demais implicações processuais, o conteúdo e a data da publicação em meio físico.

Art. 6º Após a publicação, os documentos não poderão sofrer modificações ou supressões.

Parágrafo único. Eventuais retificações deverão constar de nova publicação.

Art. 7º Não haverá ônus para as partes que solicitarem publicação de documentos no Diário da Justiça Eletrônico.

Parágrafo único. Esses documentos deverão ser entregues na Secretaria dos Órgãos Julgadores, em formato RTF.

Art. 8º A responsabilidade pelo conteúdo e encaminhamento de matéria para publicação é da unidade que o produziu.

Parágrafo único. Cabe à Secretaria dos Órgãos Julgadores a assinatura digital e a publicação do Diário da Justiça Eletrônico.

Art. 9º Compete à área de Tecnologia da Informação manter sistema de segurança de acesso que garanta a permanente preservação e integridade dos dados.

Parágrafo único. Será de caráter permanente o arquivamento das publicações no Diário da Justiça Eletrônico.

Art. 10 Cabe ao Diretor-Geral da Secretaria baixar os atos necessários ao funcionamento e controle do disposto nesta Resolução.

Art. 11 Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 12 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. Haverá divulgação desta Resolução durante 30 dias no Diário da Justiça.

Ministro BARROS MONTEIRO

PORTARIA Nº 3 DE 25 DE SETEMBRO DE 2007.

A MINISTRA **LAURITA HILÁRIO VAZ**, do Superior Tribunal de Justiça, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto no inciso XIV do art. 93 da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional n.º 45/2004, c.c. o art. 162, § 4.º, do Código de Processo Civil, resolve:

DELEGAR à Chefe de Gabinete, ÉRICA MONTEIRO DA CUNHA MESQUITA a prática de atos de mero expediente, sem caráter decisório, nos processos de sua relatoria.

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra LAURITA HILÁRIO VAZ
Superior Tribunal de Justiça

DISTRIBUIÇÃO

ATA Nº 4949 DE REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2007

Presidente em Exercício: O Exmo. Sr. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Secretário(a): Maria Aparecida do Espírito Santo

Às 10:00 horas, foram distribuídos, pelo sistema de processamento de dados, os seguintes feitos:

(1)

CARTA ROGATÓRIA Nº 2841 - EX (2007/0236387-6)

JUSROGANTE	: TRIBUNAL DE 1A INSTÂNCIA DE PARIS
INTERES.	: MARC LANFRAY
INTERES.	: JÚLIO MARANHÃO
PARTE	: ÁNGELES ESPÍ BROTONS E OUTROS
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO PRESIDENTE

(2)

CARTA ROGATÓRIA Nº 2842 - EX (2007/0236389-0)

JUSROGANTE	: TRIBUNAL DE GRANDE INSTÂNCIA DE COLMAR
INTERES.	: S M M G
PARTE	: A G
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO PRESIDENTE

(3)

CARTA ROGATÓRIA Nº 2843 - EX (2007/0237290-3)

JUSROGANTE	: TRIBUNAL JUDICIAL DE BARCELOS
INTERES.	: ARTUR MIQUELINO SARAIVA
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO PRESIDENTE

(4)

SENTENÇA ESTRANGEIRA Nº 3099 - EX (2007/0236399-0)

REQUERENTE	: D R O
ADVOGADO	: LUCILENA DE MORAES BUENO E OUTRO(S)
REQUERIDO	: R O
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO PRESIDENTE

(5)

SENTENÇA ESTRANGEIRA Nº 3101 - EX (2007/0237392-5)

REQUERENTE	: M A R P
REQUERENTE	: D B P
ADVOGADO	: SIBELE GUIMARÃES SALGADO
REQUERIDO	: OS MESMOS
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO PRESIDENTE

(6)

SENTENÇA ESTRANGEIRA Nº 3102 - EX (2007/0237395-0)

REQUERENTE	: V M DE A C
REPR. POR	: M A P
REQUERENTE	: M P C
ADVOGADO	: SIBELE GUIMARÃES SALGADO
REQUERIDO	: OS MESMOS
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO PRESIDENTE

(7)

SENTENÇA ESTRANGEIRA Nº 3103 - EX (2007/0237472-1)

REQUERENTE	: A C D M
REQUERENTE	: M M
ADVOGADO	: GUSTAVO LOPES DE SOUZA E OUTRO(S)
REQUERIDO	: OS MESMOS
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO PRESIDENTE

(8)

PETIÇÃO Nº 5932 - RS (2007/0236297-9)

REQUERENTE	: MARCOS JOSÉ VIEIRA (PRESO)
REQUERIDO	: JUSTIÇA PÚBLICA
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(9)

PETIÇÃO Nº 5933 - SP (2007/0236300-6)

REQUERENTE	: ANILSON RODRIGUES DA SILVA (PRESO)
REQUERIDO	: JUSTIÇA PÚBLICA
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(10)

MEDIDA CAUTELAR Nº 13325 - SP (2007/0237460-7)

REQUERENTE	: RUJES COMERCIAL LTDA - EMPRESA DE PEQUENO PORTE
ADVOGADO	: ROBERTO MARQUES DAS NEVES E OUTRO(S)
REQUERIDO	: CONDOMÍNIO SHOPPING METRÔ TATUAPÉ
RELATOR	: MINISTRO NILSON NAVES - SEXTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 863845 (2007/0039490-3) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(11)

MEDIDA CAUTELAR Nº 13326 - MA (2007/0237510-0)

REQUERENTE	: ROSÂNGELA PINHEIRUA ROSA SOARES
ADVOGADO	: CARLA LUCIANA LEMOS E OUTRO(S)
REQUERIDO	: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO UFMA
RELATOR	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(12)

MEDIDA CAUTELAR Nº 13327 - MT (2007/0237581-9)

REQUERENTE	: ADÃO RIOGRANDINO MARIANO SALLES
REQUERENTE	: ALBINA ORTOLAN SALLES
ADVOGADO	: CLÁUDIO NOBRE DE MIRANDA
REQUERIDO	: ANTONIO DOS SANTOS VARDASCA
REQUERIDO	: RUBENS SAMPAIO JÚNIOR
REQUERIDO	: JOSÉ EDUARDO RINALDI SIMÕES
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 977452 (2007/0181861-4) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(13)

MEDIDA CAUTELAR Nº 13328 - MT (2007/0237658-7)

REQUERENTE	: LINCK S/A - EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS E INDUSTRIAIS
ADVOGADO	: FABIO BRUN GOLDSCHMIDT E OUTRO(S)
REQUERIDO	: MARIA ELISABETH JACOBA LUFT
REQUERIDO	: SILVIO ANTÔNIO LUFT
REQUERIDO	: GERARDUS JOHANNES SERVATIUS MARIA MICHELS
REQUERIDO	: MARIA LUÍSA MICHELS
REQUERIDO	: ANTÔNIO MICHELS
REQUERIDO	: JOÃO PEDRO MICHELS
REQUERIDO	: MARIA DE LOURDES RESENDE MICHELS
REQUERIDO	: JOANA TEODORA MICHELS VILELA
REQUERIDO	: EDGAR ROCHA VILELA
REQUERIDO	: JOSÉ MATIAS MICHELS
REQUERIDO	: EURIDES SANTEIRO MICHELS
REQUERIDO	: MILTON FRIES
REQUERIDO	: MARIA GERTRUDES FRIES
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição por prevenção do Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(14)

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 22140 - MG (2007/0234558-7)

RECORRENTE	: E DE V C
ADVOGADO	: IVAN CARLOS DE ANDRADE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

(15)

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 22142 - SE (2007/0234529-6)

RECORRENTE	: ADALVO CRUZ FERNANDES
ADVOGADO	: EMANUEL MESSIA OLIVEIRA CACHO
RECORRIDO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
RELATOR	: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

(16)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25305 - PE (2007/0234378-2)

RECORRENTE	: JOSÉ ADELSON DOS SANTOS E OUTRO
ADVOGADO	: MARIA EVANE DE AQUINO MOURA ARRUDA
RECORRIDO	: ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR	: ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

(17)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25306 - MS (2007/0234319-9)

RECORRENTE	: OSVALDO TEIXEIRA
ADVOGADO	: JOÃO RICARDO NUNES DIAS DE PINHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADOR	: CLÁUDIA ELAINE NOVAES ASSUMPÇÃO PANIAGO E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

(18)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25307 - DF (2007/0234282-4)

RECORRENTE	: DANIELLE CHRISTINE MARTINS DE SIQUEIRA E OUTROS
ADVOGADO	: ANA PAULA VILELA DE PÁDUA
RECORRIDO	: DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR	: MARCOS EUCLÉSIO LEAL E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

(19)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25308 - AM (2007/0235173-4)

RECORRENTE	: JAQUELINE FERRETTI MONTEIRO E OUTROS
ADVOGADO	: CARLOS ABENER DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO
RECORRIDO	: ESTADO DO AMAZONAS
PROCURADOR	: CLÓVIS SMITH FROTA JÚNIOR E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PAULO GALLOTTI - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

(20)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25310 - AM (2007/0235186-0)

RECORRENTE	: MARIA VALDENEIDE ROSAS BEZERRA E OUTROS
ADVOGADO	: JOÃO DE DEUS GOMES DOS ANJOS
RECORRIDO	: ESTADO DO AMAZONAS
PROCURADOR	: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

(21)

HABEAS CORPUS Nº 78270 - SP (2007/0047452-5)

IMPETRANTE	: RINALDO DE JESUS SCANDIUCCI
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: MARIO ROGÉRIO RUIZ
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - SEXTA TURMA

Atribuição em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(22)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90360 - SP (2007/0230598-1)

AUTOR	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
ADVOGADO	: GEORGIA CRISTINA AFFONSO
RÉU	: MANOEL QUIRINO DA SILVA
ADVOGADO	: TEREZINHA DO CARMO DE LIMA - PROCURADORIA DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
SUSCITANTE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A REGIÃO
SUSCITADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATOR	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - PRIMEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(23)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90368 - SP (2007/0230596-8)

AUTOR	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
ADVOGADO	: EDUARDO DE MEIRA COELHO
RÉU	: WALTER TOCCI
SUSCITANTE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A REGIÃO
SUSCITADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATOR	: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI - PRIMEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(24)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90394 - TO (2007/0234731-9)

AUTOR	: ANTÔNIO PEREIRA DO NASCIMENTO
ADVOGADO	: FABIO FIOROTTO ASTOLFI
RÉU	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
SUSCITANTE	: JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE TOCANTINS
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DE MIRANORTE - TO
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - TERCEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(25)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90397 - TO (2007/0234734-4)

AUTOR	: GERSON LOPES VICENTE
ADVOGADO	: KARINE KURYLO CÂMARA E OUTRO(S)
RÉU	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
SUSCITANTE	: JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE TOCANTINS
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DA 4A VARA CÍVEL DE PALMAS - TO
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - TERCEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(26)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90398 - TO (2007/0234712-9)

AUTOR	: ODALICE CAVALCANTE LIRA
ADVOGADO	: FABIO FIOROTTO ASTOLFI
RÉU	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
SUSCITANTE	: JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE TOCANTINS
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DE MIRANORTE - TO
RELATOR	: MINISTRO NILSON NAVES - TERCEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(27)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90399 - TO (2007/0234711-7)

AUTOR	: PEDRO ALVES DA SILVA
ADVOGADO	: FABIO FIOROTTO ASTOLFI
RÉU	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
SUSCITANTE	: JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE TOCANTINS
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DE MIRANORTE - TO
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - TERCEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(28)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90404 - TO (2007/0234714-2)

AUTOR	: RAIMUNDA GOMES DE ALMEIDA
ADVOGADO	: FABIO FIOROTTO ASTOLFI
RÉU	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
SUSCITANTE	: JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE TOCANTINS
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DE MIRANORTE - TO
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - TERCEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(29)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90405 - TO (2007/0234716-6)

AUTOR	: JOANA ROSA DO NASCIMENTO
ADVOGADO	: FABIO FIOROTTO ASTOLFI
RÉU	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
SUSCITANTE	: JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE TOCANTINS
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DE MIRANORTE - TO
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - TERCEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(30)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90408 - TO (2007/0234718-0)

AUTOR	: LAURA DE SOUZA PARENTE DE BRITO
ADVOGADO	: FABIO FIOROTTO ASTOLFI
RÉU	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
SUSCITANTE	: JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE TOCANTINS
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DE MIRANORTE - TO
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - TERCEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(31)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90411 - TO (2007/0234719-1)

AUTOR	: ILDA ROGÉRIA NECO DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: FABIO FIOROTTO ASTOLFI
RÉU	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
SUSCITANTE	: JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE TOCANTINS
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DE MIRANORTE - TO
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - TERCEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(32)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90412 - TO (2007/0234722-0)

AUTOR	: LAURA CRUZ DE ARAÚJO
ADVOGADO	: FABIO FIOROTTO ASTOLFI
RÉU	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
SUSCITANTE	: JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE TOCANTINS
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DE MIRANORTE - TO
RELATOR	: MINISTRO PAULO GALLOTTI - TERCEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(33)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90413 - TO (2007/0234723-1)

AUTOR	: MARIA DA SULIDADE NOLETO QUICHABA
ADVOGADO	: FABIO FIOROTTO ASTOLFI
RÉU	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
SUSCITANTE	: JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE TOCANTINS
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DE MIRANORTE - TO
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - TERCEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(34)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90414 - SP (2007/0233802-9)

AUTOR	: ONOÍSA NOVAES NASCIMENTO
ADVOGADO	: ANDRÉA ERDOSI FERREIRA DA SILVA E OUTRO(S)
RÉU	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
SUSCITANTE	: JUÍZO FEDERAL DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CARAGUATATUBA - SJ/SP
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE CARAGUATATUBA - SP
RELATOR	: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - TERCEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(35)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90416 - RO (2007/0234509-4)

AUTOR	: BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA
ADVOGADO	: JOSÉ ASSIS DOS SANTOS E OUTRO(S)
RÉU	: ITAMAR CARDOSO
ADVOGADO	: TADEU FERNANDES E OUTRO(S)
RÉU	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: LEME BENTO LEMOS
SUSCITANTE	: JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE ARIQUEMES - RO
SUSCITADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - SEGUNDA SEÇÃO

Distribuição por prevenção do processo CC 90313 (2007/0232280-6) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(36)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90477 - SP (2007/0237632-4)

AUTOR	: MÁRCIO TACIDELLI
ADVOGADO	: IVAN VICTOR SILVA E SANTOS
RÉU	: VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO S/A VASP - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADO	: OSVALDO BRETAS SOARES FILHO E OUTRO(S)
AUTOR	: MÁRCIO TACIDELLI
ADVOGADO	: IVAN VICTOR SILVA E SANTOS
RÉU	: HOTEL NACIONAL S/A
SUSCITANTE	: HOTEL NACIONAL S/A
ADVOGADO	: DIANA DE ALMEIDA RAMOS ARANTES E OUTRO(S)
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP
SUSCITADO	: JUÍZO DA 60A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP
SUSCITADO	: JUÍZO DA 17A VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - SEGUNDA SEÇÃO

Distribuição por prevenção do processo CC 79170 (2007/0010379-1) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(37)

HABEAS CORPUS Nº 91917 - SP (2007/0235427-1)

IMPETRANTE	: ANDRÉ AUGUSTO CAETANO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: ANDRÉ AUGUSTO CAETANO (PRESO)
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(38)

HABEAS CORPUS Nº 91968 - MS (2007/0235842-7)

IMPETRANTE	: NEUSA MARIA ALVES DE SOUZA
IMPETRADO	: JUIZ DE DIREITO DE TRÊS LAGOAS - MS
PACIENTE	: NEUSA MARIA ALVES DE SOUZA (PRESA)
RELATOR	: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 72178 (2006/0272077-3) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(39)

HABEAS CORPUS Nº 91990 - SP (2007/0235970-4)

IMPETRANTE	: PAULO SENISE LISBOA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: VAGNER DA SILVA (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(40)

HABEAS CORPUS Nº 92003 - SP (2007/0236066-8)

IMPETRANTE	: CLAUDINEI DE MELO AQUINO
IMPETRADO	: NÃO INDICADO
PACIENTE	: CLAUDINEI DE MELO AQUINO (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(41)

HABEAS CORPUS Nº 92007 - SP (2007/0236138-7)

IMPETRANTE	: RODRIGO VIDAL NITRINI - DEFENSOR PÚBLICO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: LINCOLN LEDERSON LOURENÇO (PRESO)
PACIENTE	: ROMILDO SANTOS LIMA (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(42)

HABEAS CORPUS Nº 92008 - SP (2007/0236142-7)

IMPETRANTE	: THALITA VERÔNICA GONÇALVES E SILVA - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: TATIANE LOPES QUINTINO
PACIENTE	: AGNER DA SILVA SANTOS
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(43)

HABEAS CORPUS Nº 92024 - SP (2007/0236189-3)

IMPETRANTE	: LIANE LINDQQUER XAVIER - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: CARLOS EDUARDO BRITO DOS SANTOS (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 77247 (2007/0034733-1) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(44)

HABEAS CORPUS Nº 92025 - SP (2007/0236190-8)

IMPETRANTE	: LUIZ ANTÔNIO SILVA BRESSANE - DEFENSOR PÚBLICO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: WILSON SILVA DO NASCIMENTO
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(45)

HABEAS CORPUS Nº 92026 - SP (2007/0236191-0)

IMPETRANTE	: LUIZ ANTÔNIO SILVA BRESSANE - DEFENSOR PÚBLICO E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: JOSÉ CARLOS RIBEIRO DOS SANTOS
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 90195 (2007/0211778-0) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(46)

HABEAS CORPUS Nº 92051 - RS (2007/0236302-0)

IMPETRANTE	: WALDIR DE OLIVEIRA MOREIRA E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE	: JOSÉ GERALDO ALVES DOS SANTOS
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(47)

HABEAS CORPUS Nº 92053 - RJ (2007/0236311-9)

IMPETRANTE	: DANIELA CALANDRA MARTINS RODRIGUES - DEFENSORA PÚBLICA E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE	: A P DE P
RELATOR	: MINISTRO NILSON NAVES - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(48)

HABEAS CORPUS Nº 92057 - SP (2007/0236322-1)

IMPETRANTE	: MARCIO GUIMARÃES
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: LEONDA SANTOS DE OLIVEIRA (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 85544 (2007/0145367-8) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(49)

HABEAS CORPUS Nº 92059 - MS (2007/0236333-4)

IMPETRANTE	: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ADVOGADO	: IRAN PEREIRA DA COSTA NEVES - DEFENSOR PÚBLICO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE	: MARCOS FRANCISCO MOREIRA
RELATOR	: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(50)

HABEAS CORPUS Nº 92060 - MS (2007/0236339-5)

IMPETRANTE	: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ADVOGADO	: DENISE DA SILVA VIÉGAS - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE	: SAMUEL DANIEL DE LIMA (PRESO)
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - SEXTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 84231 (2007/0128322-4) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(51)

HABEAS CORPUS Nº 92061 - AC (2007/0236343-5)

IMPETRANTE	: ERIK DA FONSECA FARHAT - DEFENSOR PÚBLICO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PACIENTE	: CLAUDICÉLIO DA SILVA BATISTA (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(52)

HABEAS CORPUS Nº 92062 - RS (2007/0236347-2)

IMPETRANTE	: CLEOMIR DE OLIVEIRA CARRÃO - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE	: LUIZ CARLOS DA ROSA
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(53)

HABEAS CORPUS Nº 92065 - RS (2007/0236355-0)

IMPETRANTE	: LUIZ ALFREDO SCHÜTZ - DEFENSOR PÚBLICO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE	: ADILSON MUNHOZ DOS SANTOS (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(54)

HABEAS CORPUS Nº 92066 - SP (2007/0236360-1)

IMPETRANTE	: PEDRO LUIZ DE SOUZA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: MARCELO DE SOUZA ASSIS (PRESO)
PACIENTE	: CLAYTON MENDES TORRES (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO NILSON NAVES - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(55)

HABEAS CORPUS Nº 92067 - SP (2007/0236362-5)

IMPETRANTE	: VAGNER DA COSTA E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: VALMIR DE OLIVEIRA GERALDO (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO PAULO GALLOTTI - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(56)

HABEAS CORPUS Nº 92069 - RO (2007/0236368-6)

IMPETRANTE	: FRANCISCO CARLOS PRADO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PACIENTE	: RALERSON JUBERT NUNES PIMENTA
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(57)

HABEAS CORPUS Nº 92070 - SP (2007/0236374-0)

IMPETRANTE	: MÁRCIO GUIMARÃES
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: R M M
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(58)

HABEAS CORPUS Nº 92071 - RO (2007/0236376-3)

IMPETRANTE	: MÁRCIO ANTÔNIO PEREIRA E OUTROS
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PACIENTE	: ROZIEL BRAGANÇA (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(59)

HABEAS CORPUS Nº 92075 - SP (2007/0236382-7)

IMPETRANTE	: DURCÍLIA SILVA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: ANDRÉ LUIZ DE SOUZA (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO PAULO GALLOTTI - SEXTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 91677 (2007/0232995-3) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(60)

HABEAS CORPUS Nº 92078 - SP (2007/0236392-8)

IMPETRANTE	: RENATA GIANETTI ALMANÇA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA)
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: EDUARDO DOMINGOS PARENTE (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO NILSON NAVES - SEXTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 77423 (2007/0037255-8) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(61)

HABEAS CORPUS Nº 92079 - SP (2007/0236393-0)

IMPETRANTE	: RENATA GIANETTI ALMANÇA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA)
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: FERNANDO ALMEIDA SOUSA ABI RACHID (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 84869 (2007/0136259-3) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(62)

HABEAS CORPUS Nº 92081 - SP (2007/0236396-5)

IMPETRANTE	: RICARDO ARENA JÚNIOR E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: GABRIEL ZUMBANO BAYLY LEITE (PRESO)
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(63)

HABEAS CORPUS Nº 92082 - SP (2007/0236401-6)

IMPETRANTE	: PAULO MARZOLA NETO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: BALTAZAR PEREIRA (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 79656 (2007/0064267-0) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(64)

HABEAS CORPUS Nº 92083 - SP (2007/0236404-1)

IMPETRANTE	: RICARDO ARENA JÚNIOR
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: GAETANO CAROTENUTO FILHO
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(65)

HABEAS CORPUS Nº 92084 - RS (2007/0236408-9)

IMPETRANTE	: CLEOMIR DE OLIVEIRA CARRÃO - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE	: JEFERSON LUÍS ROODES DOS SANTOS (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(66)

HABEAS CORPUS Nº 92085 - BA (2007/0236410-5)

IMPETRANTE	: JOCELMO VICENTE DE ANDRADE
IMPETRADO	: NÃO INDICADO
PACIENTE	: JOCELMO VICENTE DE ANDRADE (PRESO)
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(67)

HABEAS CORPUS Nº 92086 - BA (2007/0236411-7)

IMPETRANTE	: MATHEUS DE OLIVEIRA BRITO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE	: RAFAEL LIMA SANTOS (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(68)

HABEAS CORPUS Nº 92087 - RJ (2007/0236412-9)

IMPETRANTE	: MARCELO BUSTAMANTE - DEFENSOR PÚBLICO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE	: ADEMIR BITENCOURT RAFAEL (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO PAULO GALLOTTI - SEXTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 60662 (2006/0123494-2) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(69)

HABEAS CORPUS Nº 92103 - PE (2007/0231879-3)

IMPETRANTE	: JOZEMAR FERREIRA DE OLIVEIRA AZEVEDO
ADVOGADO	: EDILSON XAVIER DE OLIVEIRA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE	: JOZEMAR FERREIRA DE OLIVEIRA AZEVEDO
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(70)

HABEAS CORPUS Nº 92104 - SP (2007/0237048-7)

IMPETRANTE	: ANTONIO CARLOS DA SILVA QUADROS
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: ANTONIO CARLOS DA SILVA QUADROS (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO PAULO GALLOTTI - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(71)

HABEAS CORPUS Nº 92106 - SP (2007/0237056-4)

IMPETRANTE	: RICARDO DO CARMO DE MORAIS
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: RICARDO DO CARMO DE MORAIS (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(72)

HABEAS CORPUS Nº 92124 - SE (2007/0237195-4)

IMPETRANTE	: AURÉLIO BELEM DO ESPIRITO SANTO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
PACIENTE	: GILMÁRIO ANDRADE DA CONCEIÇÃO (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(73)

HABEAS CORPUS Nº 92134 - SP (2007/0237231-0)

IMPETRANTE	: JULIANO BOTELHO DE ARAÚJO (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA)
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: ANDERSON DA SILVA (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(74)

HABEAS CORPUS Nº 92136 - RJ (2007/0237240-9)

IMPETRANTE	: LUIZ CARLOS DA SILVA NETO E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE	: LEONARDO DE OLIVEIRA DESCHAMPS (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(75)

HABEAS CORPUS Nº 92137 - RJ (2007/0237245-8)

IMPETRANTE	: LUIZ CARLOS DA SILVA NETO E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE	: ADAIR MARLON DUARTE
RELATOR	: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 38404 (2004/0133546-9) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(76)

HABEAS CORPUS Nº 92138 - RJ (2007/0237248-3)

IMPETRANTE	: LUIZ CARLOS DA SILVA NETO E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE	: ELIAS PASSOS SANTANA
RELATOR	: MINISTRO PAULO GALLOTTI - SEXTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 89387 (2007/0201125-5) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(77)

HABEAS CORPUS Nº 92140 - BA (2007/0237263-6)

IMPETRANTE	: PEDRO AUGUSTO VIVAS ARAÚJO DOS SANTOS
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE	: GIOVANNI LOPES GAGLIANO
RELATOR	: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(78)

HABEAS CORPUS Nº 92141 - SP (2007/0237270-1)

IMPETRANTE	: SAMIR HADDAD JUNIOR E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: RAFAEL PLEJO ZEVALLOS (PRESO)
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - SEXTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 91964 (2007/0235746-6) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(79)

HABEAS CORPUS Nº 92144 - SP (2007/0237306-4)

IMPETRANTE	: TATIANA BELONS VIEIRA - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: T A X DE L (INTERNADO)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(80)

HABEAS CORPUS Nº 92145 - SP (2007/0237400-1)

IMPETRANTE	: TATIANA BELONS VIEIRA - DEFENSORA PÚBLICA E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: A P DA C (INTERNADO)
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(81)

HABEAS CORPUS Nº 92146 - SP (2007/0237402-5)

IMPETRANTE	: TATIANA BELONS VIEIRA - DEFENSORA PÚBLICA E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: E H DE S (INTERNADO)
RELATOR	: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(82)

HABEAS CORPUS Nº 92147 - SP (2007/0237405-0)

IMPETRANTE	: CAROLINA RANGEL NOGUEIRA - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: C A DE O (INTERNADO)
PACIENTE	: S G DA R (INTERNADO)
RELATOR	: MINISTRO PAULO GALLOTTI - SEXTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 54313 (2006/0029914-4) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(83)

HABEAS CORPUS Nº 92148 - SP (2007/0237407-4)

IMPETRANTE	: CAROLINA RANGEL NOGUEIRA - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: F F DA C
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(84)

HABEAS CORPUS Nº 92149 - SP (2007/0237409-8)

IMPETRANTE	: LUCIANA DE OLIVEIRA FORTES - DEFENSORA PÚBLICA E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: M M R (INTERNADO)
RELATOR	: MINISTRO PAULO GALLOTTI - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(85)

HABEAS CORPUS Nº 92150 - SP (2007/0237413-8)

IMPETRANTE	: GIOVANNA BLANCO MAGDALENA - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: ALBERTO FLORENTINO GOMES
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(86)

HABEAS CORPUS Nº 92151 - SP (2007/0237417-5)

IMPETRANTE	: JULIANA SPURI BERNARDI - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: L J A B I (INTERNADO)
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(87)

HABEAS CORPUS Nº 92152 - SP (2007/0237420-3)

IMPETRANTE	: FABIANA BOTELHO ZAPATA - DEFENSORA PÚBLICA E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: V S DE J (INTERNADO)
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(88)

HABEAS CORPUS Nº 92153 - SP (2007/0237423-9)

IMPETRANTE	: MARIA FERNANDA DOS SANTOS ELIAS - DEFENSORA PÚBLICA E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: I V (INTERNADO)
RELATOR	: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(89)

HABEAS CORPUS Nº 92154 - SP (2007/0237425-2)

IMPETRANTE	: FABIANA CAMARGO MIRANDA - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: ROBSON GOMES AMARAL
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(90)

HABEAS CORPUS Nº 92155 - SP (2007/0237430-4)

IMPETRANTE	: DENISE NAKANO VERONEZI - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: WALDINEY PAIXÃO DE JESUS
PACIENTE	: MÁRCIA GONÇALVES DA SILVA VIEIRA NETO
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(91)

HABEAS CORPUS Nº 92157 - SP (2007/0237448-0)

IMPETRANTE	: MARIA FERNANDA DOS SANTOS ELIAS - DEFENSORA PÚBLICA E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: I V R (INTERNADO)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(92)

HABEAS CORPUS Nº 92159 - SP (2007/0237464-4)

IMPETRANTE	: ANTONIO CARLOS BELLINI JÚNIOR
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: VALDECI FRANCISCO COSTA
RELATOR	: MINISTRO PAULO GALLOTTI - SEXTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 75641 (2007/0015870-2) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(93)

HABEAS CORPUS Nº 92160 - GO (2007/0237486-0)

IMPETRANTE	: JOSÉ DOS SANTOS SOBRINHO
ADVOGADO	: DIEGO E BRINGEL DE OLIVEIRA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE	: JOSÉ DOS SANTOS SOBRINHO
RELATOR	: MINISTRO NILSON NAVES - SEXTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 61837 (2006/0141553-3) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(94)

HABEAS CORPUS Nº 92168 - SP (2007/0237562-9)

IMPETRANTE	: JAIRO FACO DA CRUZ E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: MARIETH DOS SANTOS VIEIRA (PRESA)
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(95)

HABEAS CORPUS Nº 92171 - MG (2007/0237577-9)

IMPETRANTE	: MARTA SIMÕES DE LARA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE	: FABRÍCIO SILVEIRA ELIAS
RELATOR	: MINISTRO NILSON NAVES - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(96)

HABEAS CORPUS Nº 92179 - PB (2007/0237638-5)

IMPETRANTE	: OZAEL DA COSTA FERNANDES
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE	: ERNANDO VIEIRA NEVES (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(97)

HABEAS CORPUS Nº 92182 - MA (2007/0237647-4)

IMPETRANTE	: MARIA CELESTE SANTOS SOUSA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
PACIENTE	: EDIVAN MUNIZ GUIMARÃES (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO NILSON NAVES - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(98)

HABEAS CORPUS Nº 92202 - PA (2007/0237695-5)

IMPETRANTE	: CAMILA PEDRO BOM E OUTROS
IMPETRADO	: JUIZ FEDERAL DA TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO PARÁ
PACIENTE	: ELEIDE VIEIRA
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(99)

RECURSO ESPECIAL Nº 446931 - PE (2002/0086059-5)

RECORRENTE	: CREUSA DINIZ FARIAS
ADVOGADO	: ADOLFO MOURY FERNANDES E OUTRO
RECORRIDO	: UNIÃO
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - SEXTA TURMA

Atribuição em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(100)

RECURSO ESPECIAL Nº 652925 - RS (2004/0052768-0)

RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: EORLANDIR MADALENA FRAGOSO BARBOSA
ADVOGADO	: JOÃO FRANCISCO DA ROSA PEREIRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Redistribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(101)

RECURSO ESPECIAL Nº 685163 - PR (2004/0101144-9)

RECORRENTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: TATIANA KALKO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARCEL TETU
ADVOGADO	: ORLANDO ANZOATEGUI JUNIOR E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRO MASSAMI UYEDA

Redistribuição por prevenção da QUARTA TURMA em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(102)

RECURSO ESPECIAL Nº 714375 - RS (2005/0002663-5)

RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MARÍLIA DE ARAÚJO MALLMANN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LUIZ ANDREOLA E OUTRO
ADVOGADO	: DAITON CARLOS MARTINS FONSECA E OUTRO
INTERES.	: COMPANHIA REAL DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO SUL
RELATOR	: MINISTRO HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA

Redistribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(103)

RECURSO ESPECIAL Nº 721492 - RS (2005/0013754-8)

RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: NAYR JOANNA SMIDERLE E OUTROS
ADVOGADA	: ERYKA FARIAS DE NEGRI E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - SEXTA TURMA

Atribuição em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(104)

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 761755 - SC (2007/0237625-9)

EMBARGANTE	: SUL FABRIL S/A - MASSA FALIDA
REPR. POR	: CELSO MÁRIO ZIPF
ADVOGADO	: RUBIA YARA REISTENBACH E OUTRO
EMBARGADO	: ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR	: CARLOS ALBERTO PRESTES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO GILSON DIPP - CORTE ESPECIAL
MINISTROS QUE NÃO CONCORREM	: MINISTRA DENISE ARRUDAMINISTRO FRANCISCO FALCÃOMINISTRO JOSÉ DELGADOMINISTRO LUIZ FUXMINISTRO PRESIDENTE DA PRIMEIRA TURMAMINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(105)

RECURSO ESPECIAL Nº 764703 - RS (2005/0110448-3)

RECORRENTE	: SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
PROCURADOR	: CARLOS MAXIMILIANO RODRIGUES ZARTH E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LOTAR ADALBERTO MARKUS
ADVOGADO	: PATRICIA SICA PALERMO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Redistribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(106)

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 816209 - RJ (2007/0237580-7)

EMBARGANTE	: UNIÃO
EMBARGADO	: HÉLIO DA SILVA
ADVOGADO	: JOSÉ PÉRICLES COUTO ALVES E OUTRO
RELATORA	: MINISTRA ELIANA CALMON - PRIMEIRA SEÇÃO
MINISTROS QUE NÃO CONCORREM	: MINISTRA DENISE ARRUDAMINISTRO FRANCISCO FALCÃOMINISTRO JOSÉ DELGADOMINISTRO LUIZ FUXMINISTRO PRESIDENTE DA PRIMEIRA TURMAMINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(107)

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 875374 - RN (2007/0237586-8)

EMBARGANTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: ELOÍSA BEZERRA GUERREIRO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: LÍDICE FALCÃO FREIRE E OUTROS
ADVOGADO	: CLEILTON CÉSAR FERNANDES NUNES
RELATOR	: MINISTRO PAULO GALLOTTI - TERCEIRA SEÇÃO
MINISTROS QUE NÃO CONCORREM	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)MINISTRA LAURITA VAZMINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMAMINISTRO FELIX FISCHERMINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHOMINISTRO PRESIDENTE DA QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(108)

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 884917 - PR (2007/0237568-0)

EMBARGANTE	: SHELL BRASIL S/A
ADVOGADA	: RENATA BARBOSA FONTES E OUTRO(S)
EMBARGADO	: IVETE MARIA RUARO DE MIRANDA E OUTRO
ADVOGADO	: CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - TERCEIRA SEÇÃO
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRO LUIZ FUX
MINISTROS QUE NÃO CONCORREM	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)MINISTRA LAURITA VAZMINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMAMINISTRO FELIX FISCHERMINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHOMINISTRO PRESIDENTE DA QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(109)

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 892892 - SP (2007/0237576-7)

EMBARGANTE	: LUIZ CARLOS BATISTA E OUTROS
ADVOGADO	: FRANCISCO ANTÔNIO ZEM PERALTA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: WILSON JOSÉ GERMIN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - CORTE ESPECIAL
MINISTROS QUE NÃO CONCORREM	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)MINISTRA LAURITA VAZMINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMAMINISTRO FELIX FISCHERMINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHOMINISTRO PRESIDENTE DA QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(110)

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 897609 - RS (2007/0237608-2)

EMBARGANTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: CAMILLA HAILLIOT DUARTE E OUTRO(S)
EMBARGADO	: ADIR VANDERLEI SEVERO
ADVOGADO	: MOACIR ALMEIDA SIMOES
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - TERCEIRA SEÇÃO
MINISTROS QUE NÃO CONCORREM	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)MINISTRA LAURITA VAZMINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMAMINISTRO FELIX FISCHERMINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHOMINISTRO PRESIDENTE DA QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(111)

RECURSO ESPECIAL Nº 929723 - PR (2007/0038505-5)

RECORRENTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: JÚLIO BARBOSA LEMES FILHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CÍCERO JAIME BLEY JÚNIOR
ADVOGADO	: MARCO ANTONIO FAGUNDES CUNHA E OUTRO
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRO MASSAMI UYEDA

Redistribuição por prevenção da QUARTA TURMA em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(112)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933025 - SP (2007/0174881-1)

AGRAVANTE	: FERNANDO GOMES DOS SANTOS
ADVOGADO	: BENILDES SOCORRO COELHO PICANCO ZULLI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ELIANE TABOSA DO NASCIMENTO E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(113)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933034 - MS (2007/0166328-6)

AGRAVANTE	: EDUARDO APARECIDO BOTELHO DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: JANE RESINA FERNANDES DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RODOLFO AFONSO LOUREIRO DE ALMEIDA
ADVOGADO	: RODOLFO AFONSO LOUREIRO DE ALMEIDA (EM CAUSA PRÓPRIA)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(114)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933183 - MG (2007/0154431-1)

AGRAVANTE	: LÓTUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A
ADVOGADO	: JOSÉ CARLOS CIOLIN JÚNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MÁRCIA REGINA ANASTÁCIO
ADVOGADO	: JOSÉ ROBERTO CATUNDA CÉSAR DE SIQUEIRA E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(115)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933185 - SC (2007/0155592-4)

AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: BERENICE FERREIRA LAMB E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INDÚSTRIA COMÉRCIO E CONFECÇÕES LULETE LTDA
ADVOGADO	: MICHELE TOMAZONI E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA DENISE ARRUDA - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(116)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933200 - RJ (2007/0170161-3)

AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS
PROCURADOR	: LUCIANE RODRIGUES MACHADO ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA JOSÉ LOBATO FRANCO
ADVOGADO	: S/ REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
RELATORA	: MINISTRA ELIANA CALMON - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(117)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933204 - MG (2007/0166401-0)

AGRAVANTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG E OUTRO
PROCURADOR	: NARDELE DÉBORA CARVALHO ESQUERDO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CATARINA NEVES DE REZENDE
ADVOGADO	: MARCOS CHAVES VIANA E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA ELIANA CALMON - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(118)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933221 - RS (2007/0166595-3)

AGRAVANTE	: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL DETRAN RS
ADVOGADO	: SÉRGIO DE BARCELLOS BOEHL E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MIGUEL CARLOS PEDROSO DE BRITTO
ADVOGADO	: JANE MARISA DA SILVA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(119)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933224 - RS (2007/0166609-0)

AGRAVANTE	: CLAUDETE APARECIDA DE OLIVEIRA LOPES
ADVOGADO	: CARMEN LUCIA IANKOWSKI DIAS - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS
AGRAVADO	: RIO GRANDE ENERGIA S/A
ADVOGADO	: JORGE ALBERTO ZUGNO E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA ELIANA CALMON - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(120)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933231 - PR (2007/0166963-0)

AGRAVANTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: ANDRIGO OLIVEIRA MARCOLINO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NELSON SHOZO UCHIMURA E OUTRO
ADVOGADO	: FERNANDO CÉSAR ROCCO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(121)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933238 - RS (2007/0166611-7)

AGRAVANTE	: COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA CEEE
ADVOGADO	: MÁRCIA REGINA LAMEIRA HENNEMANN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DARCELI ARNO MUNCHEN E OUTRO
ADVOGADO	: RENZO THOMAS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO MARTINS - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(122)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933240 - RS (2007/0163512-9)

AGRAVANTE	: MARCO AURÉLIO LONGARAY BUCHAIM
ADVOGADO	: LEANDRO DE LIMA LEIVAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CARLOS BUCHAIM
ADVOGADO	: RUY FERNANDO ZOCH RODRIGUES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(123)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933296 - SP (2007/0176485-0)

AGRAVANTE	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO	: GLAUCY PEREIRA DE MEDEIROS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GENOVEVA DE FÁTIMA AUGUSTO DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: JOSÉ BRUN JUNIOR E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(124)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933301 - SP (2007/0176483-7)

AGRAVANTE	: UESLEI VITOR SOARES
ADVOGADO	: JULIA MARIA GAGLIARDI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: COMPANHIA DE SEGUROS MINAS BRASIL S/A
ADVOGADO	: JOSÉ FERNANDO ABU JAMRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(125)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933304 - SP (2007/0176444-5)

AGRAVANTE	: IVANI DE SOUZA VELOSO
ADVOGADO	: JOSÉ ALEXANDRE BATISTA MAGINA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO	: GLAUCY PEREIRA DE MEDEIROS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(126)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 934966 - MG (2007/0178884-6)

AGRAVANTE	: ESTADO DE MINA GERAIS
PROCURADOR	: ATABALIPA JOSÉ PEREIRA FILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALCINDO XAVIER BORGES E OUTRO
ADVOGADO	: RONALDO COSTA DA SILVA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(127)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 934967 - MG (2007/0178762-2)

AGRAVANTE	: ESTADO DE MINA GERAIS
PROCURADOR	: MAURICIO BARBOSA GONTIJO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FERNANDO PEREIRA DOS SANTOS E OUTROS
ADVOGADO	: MARIA DE FÁTIMA BATISTA LACERDA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(128)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935000 - SP (2007/0178882-2)

AGRAVANTE	: COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO METRÔ
ADVOGADO	: MARLENE FEREIRA DE SANTANA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CHANG MING SHENG E OUTRO
ADVOGADO	: ELLEN CRISTINA GONÇALVES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(129)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935002 - RS (2007/0177799-0)

AGRAVANTE	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: MILTON BACCIN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MERMAID CONFECÇÕES LTDA
ADVOGADO	: NICÁCIO GONÇALVES FILHO E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 742806 (2005/0062392-0) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(130)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935052 - RJ (2007/0179894-4)

AGRAVANTE	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: ANDREA DRUMOND DE MEIRELES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO PARQUE RESIDENCIAL FLAMBOYANT
ADVOGADO	: MARIA CÉLIA DE PINHO PEREIRA SOTELO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(131)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935061 - RJ (2007/0178632-1)

AGRAVANTE	: MICHEL ABDO ABIFADEL
ADVOGADO	: LEONARDO RZEZINSKI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: SÔNIA REGINA DE CARVALHO MESTRE E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA DENISE ARRUDA - PRIMEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRO LUIZ FUX

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(132)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935072 - RS (2007/0176070-8)

AGRAVANTE	: MARIA ROMILDA VICENTE E OUTROS
ADVOGADO	: JOSÉ LUIS WAGNER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM
PROCURADOR	: JOÃO BATISTA DA FONTOURA MARQUES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PAULO GALLOTTI - SEXTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 765370 (2006/0076335-9) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(133)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935088 - RS (2007/0175189-6)

AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: SOCIEDADE BENEFICENTE HOSPITAL CANDELÁRIA
ADVOGADO	: FÁBIO ADRIANO STURMER KINSEL E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(134)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935092 - SP (2007/0192589-0)

AGRAVANTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: EBER GILBERTO CAVALCANTE SOUZA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: WALDEMUR TREVISOLI ORTIZ E OUTROS
ADVOGADO	: VERA LUCIA PINHEIRO CARDOSO DIAS E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(135)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935101 - SP (2007/0190530-4)

AGRAVANTE	: SEVERIANO JOSÉ DOS SANTOS
ADVOGADO	: MARIA CRISTINA LAPENTA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: LÚCIA FÁTIMA NASCIMENTO PEDRINI E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(136)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935106 - SP (2007/0192593-0)

AGRAVANTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MARCELO JOSÉ MAGALHÃES BONICIO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PAULO SANTOS BAIRÃO E OUTRO
ADVOGADO	: PAULO PHILOMENO BLANC SIMOES E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(137)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935107 - MG (2007/0190954-6)

AGRAVANTE	: COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD
ADVOGADO	: JOSÉ ARTHUR DE CARVALHO PEREIRA FILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HÉLIO NEVES DE ASSIS TEIXEIRA
ADVOGADO	: WALTER SOARES OLIVEIRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(138)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935109 - SP (2007/0192581-5)

AGRAVANTE	: ITM INTER TÉCNICA MICRON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: RICARDO PINHEIRO ELIAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: ANA HELENA RUDGE DE PAULA GUIMARÃES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(139)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935112 - RS (2007/0176947-1)

AGRAVANTE	: TOP SERVICE SERVIÇOS E SISTEMAS LTDA
ADVOGADO	: ERENITA PEREIRA NUNES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: BERENICE FERREIRA LAMB E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(140)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935113 - SP (2007/0192580-3)

AGRAVANTE	: SMAR EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
ADVOGADO	: EVANDRO ALVES DA SILVA GRILI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: RICARDO KENDY E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA DENISE ARRUDA - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(141)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935116 - SP (2007/0189081-9)

AGRAVANTE	: ZAMPROGNA S/A IMPORTAÇÃO COMÉRCIO E INDÚSTRIA
ADVOGADO	: LÁZARO AFONSO PEREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: ÉRICA UEMURA E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA DENISE ARRUDA - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(142)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935117 - SP (2007/0189075-5)

AGRAVANTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: ANA PAULA DE SOUSA LIMA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ARAPUÃ COMERCIAL S/A
ADVOGADO	: JOÃO LUÍS GUIMARÃES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO CASTRO MEIRA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(143)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935118 - SP (2007/0164032-7)

AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ
ADVOGADO	: SEBASTIÃO BOTTO DE BARROS TOJAL E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CARLOS RODRIGUES JÚNIOR
ADVOGADO	: SÍLVIO VALENTIM VALENTE E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI

Distribuição por prevenção do processo Ag 691417 (2005/0111993-7) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(144)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935119 - RS (2007/0190668-0)

AGRAVANTE	: GBOEX PREVIDÊNCIA PRIVADA
ADVOGADO	: CARLOS MAZERON FONYAT FILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BRUNA FIGUEIREDO DE NEGREIROS
ADVOGADO	: LUIS OSORIO CARVALHO VANIN
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(145)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935136 - SP (2007/0169394-7)

AGRAVANTE	: FEDERAÇÃO BRASILEIRA DA ASSOCIAÇÕES DE BANCOS
ADVOGADO	: ADRIANO GALHERA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES E OUTROS
PROCURADOR	: LUDGARDE AMORIM DOS SANTOS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(146)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935139 - RS (2007/0189240-0)

AGRAVANTE	: BANCO SANTANDER BANESPA S/A
ADVOGADO	: RAFAEL LAZZARI SOUZA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GERALDO TEIXEIRA DE OLIVEIRA E OUTROS
ADVOGADO	: CASSIO ALMEIDA LOPES CARVALHO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 754337 (2006/0056714-5) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(147)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935142 - SP (2007/0189626-1)

AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO CAMARGO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA APARECIDA DA SILVA
ADVOGADO	: EVELISE SIMONE DE MELO
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(148)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935150 - SP (2007/0190938-1)

AGRAVANTE	: JB BARROS CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
ADVOGADO	: CARLOS AUGUSTO JATAHY DUQUE ESTRADA JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO PONTUAL S/A - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADO	: ALEXANDRE JAMAL BATISTA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(149)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935155 - MG (2007/0167383-0)

AGRAVANTE	: FUNDAÇÃO ITAUBANCO
ADVOGADO	: RENATO MORAES BICALHO DE LANA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANA LÚCIA CAETANO LAMIN
ADVOGADO	: MARIA LÚCIA DE FREITAS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(150)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935163 - RS (2007/0191142-3)

AGRAVANTE	: BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A E OUTRO
ADVOGADO	: ANDRÉ LESINA GIORDANO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VIRGINIE DE CARVALHO FETT
ADVOGADO	: MÔNICA MARGARETE ARAÚJO DOS SANTOS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(151)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935171 - RS (2007/0189166-4)

AGRAVANTE	: BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A
ADVOGADO	: EVERTON MADEIRA GUSMÃO RUANO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DN DE LIMA
ADVOGADO	: SERGIO DOS SANTOS LIMA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(152)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935174 - MG (2007/0190027-5)

AGRAVANTE	: SPA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
ADVOGADO	: JOSÉ ANCHIETA DA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EGF ENGENHARIA GEOTECNICA E FUNDAÇÕES LTDA
ADVOGADO	: ALEXANDRE A NASCENTES COELHO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(153)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935192 - PR (2007/0168751-3)

AGRAVANTE	: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS S/A
ADVOGADO	: MILTON LUIZ CLEVE KUSTER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FRIGOATO COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
ADVOGADO	: JORGE DURVAL DA SILVA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(154)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935193 - RS (2007/0192744-3)

AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RICARDO PY GOMES DA SILVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FERNANDO FAGUNDES KASTRUP
ADVOGADO	: KELLY CRISTINA WORM E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MÓVEIS KASTRUP S/A - MASSA FALIDA
ADVOGADO	: MIGUEL CAVALI MIRANDA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(155)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935194 - PR (2007/0179725-1)

AGRAVANTE	: VALTER MARTINAZZO
ADVOGADO	: WALDIR LESKE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EDGAR BALDINI
ADVOGADO	: ROSSANA DO NASCIMENTO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(156)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935198 - MG (2007/0165439-0)

AGRAVANTE	: COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE BOCAIÚVA LTDA COOPERBOC
ADVOGADO	: RENATA CHRISTIANA VIEIRA MAIA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DURVAL MIGUEL NETO
ADVOGADO	: EDVALDO CAMPOS MATOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DEMÉTRIO MEIRA PIRES
ADVOGADO	: JAIRO DE OLIVEIRA PIRES
AGRAVADO	: LINO ALVES FERREIRA
ADVOGADO	: ALEX BRANT PAULINO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(157)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935204 - SP (2007/0167923-3)

AGRAVADO	: V R DE M S (MENOR)
ADVOGADO	: ZILDA ÂNGELA RAMOS COSTA E OUTRO(S)
REPR. POR	: D R DOS S
ADVOGADO	: ZILDA ÂNGELA RAMOS COSTA
AGRAVADO	: CLÍNICA INFANTIL DO IPIRANGA HOSPITAL E MATERNIDADE ANTÔNIO ALVARENGA E OUTRO
ADVOGADO	: CARLOS EDUARDO FRANCESCHINI VECCHIO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: CÉLIA MARIA CASSOLA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(158)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935208 - RJ (2007/0175831-4)

AGRAVANTE	: DALVA MARQUES CABRAL E OUTROS
ADVOGADO	: LOURIVAL SILVA CAVALCANTI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI
ADVOGADO	: GUILHERME ALBERTO LIDINGTON NETO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(159)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935212 - SP (2007/0157440-2)

AGRAVANTE	: SP LEON CORRETORA DE SEGUROS S/C LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: FERNANDO EDUARDO ORLANDO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NAIR CARVALHO MARTINS CHAVES
ADVOGADO	: MARCO ANTONIO BARREIRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(160)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935221 - SP (2007/0179874-2)

AGRAVANTE	: SEGISMUNDO PEREIRA BARROS
ADVOGADO	: FÁBIO SANTOS DA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SERASA S/A
ADVOGADO	: MARCELO LALONI TRINDADE E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(161)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935222 - MT (2007/0166704-0)

AGRAVANTE	: BANCO ITAÚ S. A.
ADVOGADO	: CRYSTIANE LINHARES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA LOURDES KRASNIEVICZ
ADVOGADO	: JOICE BARROS DOS SANTOS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(162)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935223 - MG (2007/0167736-3)

AGRAVANTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG E OUTRO
PROCURADOR	: NARDELE DÉBORA CARVALHO ESQUERDO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MIRVA DUTRA RODRIGUES E OUTROS
ADVOGADO	: PAOLA COELHO GERSZTEIN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(163)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935227 - GO (2007/0156032-5)

AGRAVANTE	: MARIA APARECIDA MARTINS DE SOUSA E OUTRO
ADVOGADO	: ROBERTO CAMPOS LEITE
AGRAVADO	: BRUNO MUNDIM DE SOUZA E OUTROS
ADVOGADO	: ADRIANO FERREIRA GUIMARÃES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 928503 (2007/0157044-7) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(164)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935232 - RJ (2007/0191038-5)

AGRAVANTE	: UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADVOGADO	: CLARICE GOULART CORRÊA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALMIR DUTRA
ADVOGADO	: ALESSANDRO DA CRUZ LOURO
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(165)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935246 - RJ (2007/0191247-0)

AGRAVANTE	: CARVALHO HOSKEN S/A ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES
ADVOGADO	: JULIANA PIMENTEL SARDINHA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IVAN MENDONÇA LOUREIRO DE CARVALHO
ADVOGADO	: PATRÍCIA REIS NEVES BEZERRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 772265 (2006/0115796-9) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(166)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935248 - SP (2007/0178664-8)

AGRAVANTE	: NOVA UNIÃO S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL E OUTRO
ADVOGADO	: REGINA LÚCIA VIEIRA DEL MONTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO ECONÔMICO S/A - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL
REPR. POR	: FLÁVIO CUNHA - LIQUIDANTE
ADVOGADO	: FERNANDO ANTÔNIO FONTANETTI E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(167)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935250 - SP (2007/0179870-5)

AGRAVANTE	: CONVENÇÃO S/A CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO
ADVOGADO	: JULIANA BURKHART RIVERO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MÁRCIA MARIA CORSETTI GUIMARÃES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(168)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935251 - SP (2007/0167508-8)

AGRAVANTE	: LEONE ADMINISTRAÇÃO E EMPREENDIMENTOS IMOBILILÁRIOS LTDA
ADVOGADO	: THOMAS EDGAR BRADFIELD E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SUGAR IBIRAPUERA COMERCIAL LTDA
ADVOGADO	: ALFREDO RIZKALLAH JUNIOR E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(169)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935252 - MG (2007/0189427-7)

AGRAVANTE	: WALSSUIR BONAN
ADVOGADO	: LUCÍLIA VIEIRA LIMA
AGRAVADO	: ABC INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A - ABC INCO
ADVOGADO	: FERNANDO MAGALHÃES DE LIMA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(170)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935254 - GO (2007/0189381-3)

AGRAVANTE	: BILEGO MORAES CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
ADVOGADO	: NEILSON MONTEIRO CRUVINEL E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO ILHAS CAYMAN
ADVOGADO	: JOSÉ CARLOS DUARTE DE PAULA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(171)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935257 - MG (2007/0190909-0)

AGRAVANTE	: GRANDE ORIENTE DE MINAS GERAIS
ADVOGADO	: JOÃO ALBERTO DE CARVALHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PAULO ALVES PINTO
ADVOGADO	: PAULO ALVES PINTO (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTROS
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(172)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935258 - SP (2007/0167497-6)

AGRAVANTE	: ANTÔNIO VITORINO DE MORAES - ESPÓLIO
REPR. POR	: ELISA FERREIRA DE MORAES - INVENTARIANTE
ADVOGADO	: ÂNTONIO DIOGO DE SALLES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
ADVOGADO	: GUSTAVO DE CASTRO OLIVEIRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO CASTRO MEIRA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(173)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935272 - RS (2007/0191176-3)

AGRAVANTE	: JORGE DE MARTINI
ADVOGADO	: CARLOS ALBERTO LUNELLI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOÃO DAVI RESCHKE
ADVOGADO	: DORIVAL VICENZI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MAURO TREVISAN
ADVOGADO	: CHARLES SAVARIS PADILHA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(174)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935274 - MG (2007/0190945-7)

AGRAVANTE	: MILTON DE SOUZA
ADVOGADO	: SÉRGIO MURILO DINIZ BRAGA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SORMANE ALVES PARREIRA
ADVOGADO	: KÁTIA CILENE LIDUÁRIO GODINHO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(175)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935284 - MG (2007/0178672-5)

AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
PROCURADOR	: RENATO JOSÉ BARBOSA DIAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HOSPITAL CARDIOCENTRO LTDA
ADVOGADO	: JOSÉ CORDEIRO DE CAMPOS JUNIOR E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(176)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935287 - MG (2007/0165491-0)

AGRAVANTE	: REGINA CELIA CAVALIERI
ADVOGADO	: PAULO MÁRCIO DE CASTRO CÉSAR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FLÁVIO SOZZI MIGUEL
ADVOGADO	: MARCUS VINÍCIUS FERNANDES
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(177)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935294 - MG (2007/0167720-1)

AGRAVANTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DE MINAS GERAIS IPSM
PROCURADOR	: ARILDO RICARDO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SILVANA APARECIDA RIBEIRO DOS SANTOS
ADVOGADO	: FRANCISCO CARLOS MOL DA SILVA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(178)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935331 - RS (2007/0167258-8)

AGRAVANTE	: HELDI MODAS LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: DANIEL VIER
AGRAVADO	: LUCENO HAUBERT
ADVOGADO	: CELSO SARAIVA RAMOS JUNIOR E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(179)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935335 - RS (2007/0187734-2)

AGRAVANTE	: EDILÉIA DOS SANTOS GARCIA E OUTROS
ADVOGADO	: RENATO AMARAL CORRÊA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: TERESINHA BORGES GONZAGA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(180)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935339 - SC (2007/0163278-0)

AGRAVANTE	: VULCANIZADORA UNIÃO LTDA
ADVOGADO	: LARISSA MORAES BERTOLI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR	: ELUSA MARA DE MEIRELLES WOLFF CARDOSO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(181)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935346 - RS (2007/0187772-2)

AGRAVANTE	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: ALVACIR ROGÉRIO SANTOS DA ROSA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: THADEU ADOLFO JANOSKI
ADVOGADO	: LUCIANO MANICA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(182)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935350 - RJ (2007/0206875-3)

AGRAVANTE	: GEORGETA SIMÃO MIGUEL E OUTRO
ADVOGADO	: DÉBORA DE NORONHA ALVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: VILMA FREITAS DE MATTOS MARCONDES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PAULO GALLOTTI - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(183)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935355 - PR (2007/0206864-0)

AGRAVANTE	: DM INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
ADVOGADO	: ADILSON BUCHINI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BOTICA COMERCIAL FARMACÊUTICA LTDA
ADVOGADO	: FERNANDO MAGALHÃES MODÉ E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(184)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935358 - SP (2007/0186714-3)

AGRAVANTE	: BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A
ADVOGADO	: CLAUDIA NAHSSEN DE LACERDA FRANZE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANDRÉ AUGUSTO NUNES LOPES E OUTRO
ADVOGADO	: ANDRÉ AUGUSTO NUNES LOPES (EM CAUSA PRÓPRIA)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(185)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935361 - RJ (2007/0179908-1)

AGRAVANTE	: SERIS ROUPAS LTDA
ADVOGADO	: SÉRGIO SENDER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SATELITE RIO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA
ADVOGADO	: ANDRE TAVARES SAMPAIO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO SANTANDER BRASIL SA
ADVOGADO	: VANESSA GONÇALVES SIQUEIRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(186)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935362 - RS (2007/0187756-8)

AGRAVANTE	: JOEL TOLOTTI DE LIMA E OUTROS
ADVOGADO	: RENATO AMARAL CORRÊA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARCELO COLETTO POHLMANN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(187)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935364 - SC (2007/0157990-8)

AGRAVANTE	: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO	: CLEUZA VIANA DA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EDSON TRINDADE
ADVOGADO	: RONALDO VIEGAS BRAGA
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(188)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935366 - DF (2007/0177861-1)

AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: SANDRA CECÍLIA GONÇALVES LEANDRO DOS SANTOS E OUTROS
ADVOGADO	: UBIRAJARA ARRAIS DE AZEVEDO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO NILSON NAVES - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(189)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935372 - MG (2007/0149140-6)

AGRAVANTE	: ADRIANA CÂNDIDA MARTINS SOARES E OUTRO
ADVOGADO	: FREDERICO AUGUSTO KALIL E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AIRTON TEIXEIRA PIRES JÚNIOR E OUTRO
ADVOGADO	: LUIZ HERIQUE FRANCA ALVES DA SILVA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(190)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935382 - PB (2007/0168795-4)

AGRAVANTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: CAIO CESAR VIEIRA ROCHA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ROBERTA GUEDES FERNANDES
ADVOGADO	: ROSENO DE LIMA SOUSA
RELATORA	: MINISTRA DENISE ARRUDA - PRIMEIRA TURMA
MINISTROS IMPEDIDOS	: MINISTRA NANCY ANDRIGHIMINISTRO CESAR ASFOR ROCHAMINISTRO FERNANDO GONÇALVES

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(191)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935393 - SP (2007/0179651-9)

AGRAVANTE	: CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO	: ALDIR PAULO CASTRO DIAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: WANDA MARTINS LOURENÇO
ADVOGADO	: ADÃO NOGUEIRA PAIM E OUTRO(S)
INTERES.	: COHAB COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

ADVOGADO	: ROBERTO ANTÔNIO CLAUS
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(192)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935399 - SP (2007/0184173-3)

AGRAVANTE	: JOSÉ MÁRIO JUNQUEIRA DE AZEVEDO FILHO E OUTRO
ADVOGADO	: NORBERTO GUEDES DE PAIVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: MALVINA MARIA DI SANTO COLTACCI E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(193)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935405 - RJ (2007/0182470-8)

AGRAVANTE	: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO PITÁGORAS
ADVOGADO	: HAMILTON BRAGA SALLES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IMODATA ADMINISTRAÇÃO COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS LTDA
ADVOGADO	: MARCELO ANDRADE MOTA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(194)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935410 - RJ (2007/0182277-4)

AGRAVANTE	: ADEILZA CÂNDIDO GONÇALVES E OUTROS
ADVOGADO	: SAMUEL GOMES FILHO
AGRAVADO	: SOCIEDADE EDUCACIONAL FLUMINENSE SEFLU
ADVOGADO	: CLÓVIS SAHIONE DE ARAÚJO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(195)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935415 - RJ (2007/0182254-7)

AGRAVANTE	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: FLÁVIO GUIMARÃES LAURIA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RÔMULO GONÇALVES
ADVOGADO	: SÉRGIO DO REGO MACEDO
RELATOR	: MINISTRO PAULO GALLOTTI - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(196)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935422 - RJ (2007/0182344-4)

AGRAVANTE	: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS CBTU
ADVOGADO	: NEI CALDERON E OUTRO(S)
AGRAVADO	: WALTER CEZAR DA SILVA
ADVOGADO	: FLÁVIA SILVA MARTINS DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(197)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935426 - SP (2007/0184189-5)

AGRAVANTE	: MARCÍLIO FERREIRA PINHEIRO GUIMARÃES E OUTRO
ADVOGADO	: PAULO MAZZANTE DE PAULA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EXIMCOOP S/A EXPORTADORA E IMPORTADORA DE COOPERATIVAS BRASILEIRAS - MASSA FALIDA
ADVOGADO	: LISE DE ALMEIDA KANDLER E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(198)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935427 - SP (2007/0184182-2)

AGRAVANTE	: ESDRAS SOARES VEIGA E OUTRO
ADVOGADO	: LÚCIA ANELLI TAVARES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: ELVIO HISPAGNOL E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(199)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935429 - BA (2007/0179852-7)

AGRAVANTE	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: DÁRIO LIMA EVANGELISTA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALAMEDA TURISMO LTDA
ADVOGADO	: EURÍPEDES BRITO CUNHA JUNIOR E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(200)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935436 - DF (2007/0177881-3)

AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: JOÃO CARDOSO DA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA COSTA E OUTROS
ADVOGADO	: JOSÉ PEIXOTO GUIMARÃES NETO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(201)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935444 - MG (2007/0165479-3)

AGRAVANTE	: SELL MAC MÁQUINAS EQUIPAMENTOS LTDA
ADVOGADO	: LUIZ FERNANDO VALLADÃO NOGUEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FÁBIO APARECIDO GONÇALVES - MICROEMPRESA E OUTROS
ADVOGADO	: JOSÉ RICARDO DOS SANTOS BAGANHA
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(202)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935451 - SP (2007/0135700-6)

AGRAVANTE	: OTACÍLIO AURÉLIO STARCK RODRIGUES LIMA
ADVOGADO	: FLÁVIA MARIA PELLICIARI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SANTANDER BANESPA S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADO	: WILLIAM ANTÔNIO SIMEONE E OUTRO(S)
INTERES.	: RODRIGUES LIMA CONSTRUTORA S/A - MASSA FALIDA
INTERES.	: RODRIGO RICCARDI RODRIGUES LIMA
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(203)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935462 - RS (2007/0188358-6)

AGRAVANTE	: INCEPA REVESTIMENTOS CERÂMICOS S/A
ADVOGADO	: HENRIQUE GAEDE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNIÃO
RELATOR	: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(204)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935465 - RJ (2007/0188033-0)

AGRAVANTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: TÂNIA MARIA PEREIRA DE ARAÚJO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CTIV CENTRO TECNOLÓGICO DE INSPEÇÃO VEICULAR LTDA
ADVOGADO	: LEANDRO JORDÃO CRUZ E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA
MINISTROS IMPEDIDOS	: MINISTRA NANCY ANDRIGHIMINISTRO CESAR ASFOR ROCHAMINISTRO FERNANDO GONÇALVESMINISTRO LUIZ FUX

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(205)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935471 - SP (2007/0175500-5)

AGRAVANTE	: HOSPITAL DA GRAÇA S/C LTDA
ADVOGADO	: CLÁUDIA DE CASTRO CALLI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARCOS EXPOSITO GUEVARA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(206)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935480 - TO (2007/0177682-9)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DAYANE RIBEIRO MOREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ELIAS ROBERTO LOURENÇO
ADVOGADO	: MAGDAL BARBOZA DE ARAÚJO
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(207)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935485 - MT (2007/0177934-2)

AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ALYSSON CAMILO FLORIANO DA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HOTÉIS ELDORADO CUIBÁ S/A
ADVOGADO	: ANDREA HITELMAN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(208)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935513 - RS (2007/0168780-4)

AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: VERA ANDÚJAR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NELMA MARIA DUARTE PEDONE
ADVOGADO	: ÊNIO DUARTE FERNANDES JUNIOR
INTERES.	: UNIÃO
RELATOR	: MINISTRO JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição por prevenção da PRIMEIRA TURMA em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(209)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935520 - SC (2007/0177803-0)

AGRAVANTE	: MARKI AGROINDUSTRIAL LTDA
ADVOGADO	: MAURO CÉSAR HERMANN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BUNGE ALIMENTOS S/A
ADVOGADO	: HUMBERTO RODACKI GOMES E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(210)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935526 - SC (2007/0177809-0)

AGRAVANTE	: CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO	: MILTON LUIZ CLEVE KUSTER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ELAINE MARIA TONDELLO E OUTROS
ADVOGADO	: JONATAS RAUH PROBST E OUTRO(S)
INTERES.	: SASSE COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(211)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935539 - PR (2007/0147522-6)

AGRAVANTE	: USINA CENTRAL DO PARANÁ S/A - AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
ADVOGADO	: CLÓVIS PINHEIRO DE SOUZA JUNIOR
AGRAVADO	: URBANO LUNARDELLI - ESPÓLIO
ADVOGADO	: JOSÉ WAGNER BARRUECO SENRA
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(212)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935541 - DF (2007/0165703-0)

AGRAVANTE	: CLÁUDIO HUMBERTO DE OLIVEIRA ROSA E SILVA
ADVOGADO	: SIMONE APARECIDA CAIXETA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NOVÉLY VILANOVA DA SILVA REIS
ADVOGADO	: ANTHONY DE SOUZA SOARES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 935831 (2007/0176403-0) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(213)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935559 - SP (2007/0179659-3)

AGRAVANTE	: INTERCLÍNICAS PLANOS DE SAÚDE S/A - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADO	: ANDRÉIA ROCHA OLIVEIRA MOTA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ADRIANO CELESTINO DA SILVA
ADVOGADO	: ANTÔNIO RIBEIRO GRAÇA E OUTRO(S)
INTERES.	: HOSPITAL ANA COSTA S/A
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(214)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935560 - SP (2007/0163893-2)

AGRAVANTE	: CÁSSIO GIANINI
ADVOGADO	: GILBERTO ANTÔNIO LUIZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATORA	: MINISTRA DENISE ARRUDA - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(215)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935566 - SC (2007/0177804-1)

AGRAVANTE	: MARCO R ZIMMERMANN REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: JOÃO ZANOTTO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO DE CRÉDITO NACIONAL S/A - BCN
ADVOGADO	: FRANCISCO RANGEL EFFTING E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(216)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935573 - RS (2007/0167107-3)

AGRAVANTE	: MARGARIDA ALIDES RONCATO BALDIN
ADVOGADO	: TARSO BARISON E OUTRO(S)
AGRAVADO	: COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA LAGOENSE LTDA
ADVOGADO	: NÉVIO DE OLIVEIRA MELO E OUTRO(S)
INTERES.	: COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE LAGOA VERMELHA LTDA
ADVOGADO	: MÁRCIA CATAPAN E OUTRO(S)
INTERES.	: NATALÍCIO SFIDERSKI
INTERES.	: JOÃO DARCISIO FARIAS
INTERES.	: CARGILL AGRÍCOLA LTDA
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(217)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935574 - SP (2007/0178810-2)

AGRAVANTE	: DORALICE ALVES VAINI
ADVOGADO	: ALBERTO DA SILVA CARDOSO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PHENIX SEGURADORA S/A
ADVOGADO	: DARCIO JOSÉ DA MOTA E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(218)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935576 - SP (2007/0178982-0)

AGRAVANTE	: BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A BANESPA
ADVOGADO	: BENEDICTO CELSO BENICIO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: WILSON DE SOUZA PEREIRA JÚNIOR
ADVOGADO	: ALESSANDRA YOSHIDA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(219)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935578 - SP (2007/0185376-2)

AGRAVANTE	: LÍDIO HENRIQUE ORIANI E OUTRO
ADVOGADO	: CELSO RICARDO MARCONDES DE ANDRADE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
INTERES.	: CENTRAL CONTÁBIL S/C LTDA
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO MARTINS - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(220)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935585 - SP (2007/0166053-5)

AGRAVANTE	: SOFIA ARAÚJO MACHLINE
ADVOGADO	: REALSI ROBERTO CITADELLA
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(221)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935586 - RS (2007/0161858-3)

AGRAVANTE	: CLÁUDIA MARIA PEREIRA LAYDNER E OUTRO
ADVOGADO	: GUILHERME PUCHALSKI TEIXEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FERNANDO SOARES LUBISCO
ADVOGADO	: JOSÉ VAGNER PIRES PEREIRA
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(222)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935591 - MS (2007/0183603-0)

AGRAVANTE	: ALDO MÁRIO DE FREITAS LOPES
ADVOGADO	: LEOPOLDO FERNANDES DA SILVA LOPES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO GENERAL MOTORS S/A
ADVOGADO	: FLÁVIO JACÓ CHEKERDEMIAN
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(223)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935592 - RS (2007/0185879-9)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: TATIANA BENDER CARPENA DE MENEZES DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PAULO RENATO LUNES
ADVOGADO	: RUBEM NESTOR SEIFERT E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(224)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935594 - RS (2007/0187780-0)

AGRAVANTE	: HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADO	: MARIA ALEXANDRA BURG OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HENRI SCHEID
ADVOGADO	: ANDRÉ LUÍS FERREIRA
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(225)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935605 - SP (2007/0179008-8)

AGRAVANTE	: BANKBOSTON BANCO MÚLTIPLO S/A
ADVOGADO	: PAULO GUILHERME DE MENDONCA LOPES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: KNOW HOW CONSULTORIA DE MERCADO S/C LTDA
ADVOGADO	: JOÃO CARLOS BERTINI FERREIRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(226)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935610 - RS (2007/0185871-4)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NELSON PEDRO NAGEL E OUTROS
ADVOGADO	: MAURICIO DAL AGNOL E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(227)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935612 - MS (2007/0177746-0)

AGRAVANTE	: MANOEL FERREIRA DE ARAÚJO
ADVOGADO	: OLGA LEMOS CARDOSO DE MARCO - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS
AGRAVADO	: ADEMIR BARBOSA DE SOUZA
ADVOGADO	: JAQUESSOM MARCELINO DE SOUZA
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(228)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935614 - RS (2007/0187792-4)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MAURÍCIO DAL AGNOL
ADVOGADO	: MAURICIO DAL AGNOL (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTROS
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(229)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935621 - RJ (2007/0167299-3)

AGRAVANTE	: JORGE SEBASTIÃO DA SILVA
ADVOGADO	: RICARDO RICART SANTORO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: FERNANDA LESSA MAINER HACK E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO NILSON NAVES - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(230)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935622 - SP (2007/0163082-4)

AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: MARCO AURÉLIO AZEVEDO
ADVOGADO	: EDIMILSON BENEDITO MAIA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(231)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935623 - SP (2007/0142357-5)

AGRAVANTE	: MOINHO SÃO JORGE S/A
ADVOGADO	: RODRIGO AUGUSTO PIRES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MÁRCIA FERREIRA COUTO E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA ELIANA CALMON - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(232)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935640 - DF (2007/0165770-1)

AGRAVANTE	: CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A ELETROBRÁS
ADVOGADO	: DIEGO HERRERA ALVES DE MORAES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HABRA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: LUIZ GRATO DAVID E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA ELIANA CALMON - SEGUNDA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(233)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935673 - SP (2007/0138984-9)

AGRAVANTE	: JOSÉ LUIZ DUTRA RODRIGUES
ADVOGADO	: LUIZ ROBERTO DUTRA RODRIGUES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EBE MARTINS DE AZEVEDO E OUTROS
ADVOGADO	: JORGE MORAES DOS SANTOS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(234)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935709 - MG (2007/0191167-4)

AGRAVANTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: LAURO JOSÉ BRACARENSE FILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: WALTENCIR PARIZZI
ADVOGADO	: LÍLIAN FONSECA PEREIRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA
MINISTROS IMPEDIDOS	: MINISTRA NANCY ANDRIGHIMINISTRO CESAR ASFOR ROCHAMINISTRO FERNANDO GONÇALVES

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(235)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935723 - SP (2007/0190527-6)

AGRAVANTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: PAULO SERGIO MONTEZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ADOLFO BUENO LIPEL E OUTROS
ADVOGADO	: CARLOS EDUARDO CAVALLARO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(236)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935728 - RS (2007/0190843-5)

AGRAVANTE	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: PAULO RICARDO MARTINS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: POLIPHISIO COMÉRCIO DE PRODUTOS TERAPÊUTICOS LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: GUIDO EDUARDO NIED E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(237)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935733 - MG (2007/0186749-5)

AGRAVANTE	: VICTOR MASCHTAKOW E OUTRO
ADVOGADO	: PAULO NONATO PASSINI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NIVALDO BONFIM
ADVOGADO	: MÁRCIO GABRIEL DINIZ E OUTRO(S)
INTERES.	: MILSON LOPES DOS REIS E OUTROS
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(238)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935736 - MG (2007/0168243-5)

AGRAVANTE	: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A
ADVOGADO	: FRANCISCO DONIZETTE VINHAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONSTRUTORA SOMAR LTDA
ADVOGADO	: CLAUDIO SOARES DONATO E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(239)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935744 - MG (2007/0155384-0)

AGRAVANTE	: MRV SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	: RAFAEL DE OLIVEIRA BICALHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AMÓS MIRANDA PEREIRA E OUTRO
ADVOGADO	: MELISA LIMA ROCHA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(240)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935751 - MG (2007/0155338-3)

AGRAVANTE	: BANCO BANDEIRANTES S/A
ADVOGADO	: IVAN JUNQUEIRA RIBEIRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANTÔNIO CARLOS DE RESENDE
ADVOGADO	: GENARO SILVEIRA PAPINI
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(241)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935798 - MG (2007/0155353-6)

AGRAVANTE	: MAURO IVAN SALGADO
ADVOGADO	: NELSON LUIZ GUEDES FERREIRA PINTO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONDOMÍNIO EDIFÍCIO SARAH
ADVOGADO	: ROSANA BEATRIZ GONÇALVES E OUTRO(S)
INTERES.	: ARNALDO VIEIRA SALGADO E OUTRO
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(242)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935802 - RS (2007/0188839-7)

AGRAVANTE	: TANIRA DE AZEVÊDO CLÓS
ADVOGADO	: TANIRA DE AZEVEDO CLOS (EM CAUSA PRÓPRIA)
AGRAVADO	: FUNDAÇÃO APLUB DE CRÉDITO EDUCATIVO - FUNDAPLUB
ADVOGADO	: JOÃO LUÍS DUFAU PANASUK E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(243)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935806 - MG (2007/0164505-0)

AGRAVANTE	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: ALEXANDRE FERREIRA DE REZENDE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TALULAH MODAS E PRESENTES LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: JULIANA MARIA PRATA BORGES SILVA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(244)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935816 - MG (2007/0164519-9)

AGRAVANTE	: BANCO FININVEST S/A
ADVOGADO	: IVAN JUNQUEIRA RIBEIRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VIVIANE FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	: RICARDO DA CUNHA CALDEIRA
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(245)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935822 - SP (2007/0166315-0)

AGRAVANTE	: LÁZARO CLÁUDIO PASSOS E OUTROS
ADVOGADO	: JOSÉ EDGARD DA SILVA JÚNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE CUBATÃO
PROCURADOR	: JOSÉ EDUARDO LIMONGI FRANÇA GUILHERME E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(246)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935873 - RJ (2007/0167483-8)

AGRAVANTE	: H L DE M
ADVOGADO	: LUIZ CARLOS DA SILVA NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: L R DE M - MENOR IMPÚBERE
REPR. POR	: R R
ADVOGADO	: EDNA AMENDOLA E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(247)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935877 - RS (2007/0166649-4)

AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
ADVOGADO	: CLÁUDIO ROBERTO NUNES GOLGO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SANTANDER BANESPA S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADO	: GUSTAVO MASINA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(248)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935881 - RS (2007/0166573-8)

AGRAVANTE	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: ROGÉRIO LUIZ BRAUN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ELY ADAM VIEIRA
ADVOGADO	: FERNANDA BEATRIZ SEBBEN DA COSTA GOMES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(249)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935883 - MG (2007/0166090-3)

AGRAVANTE	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: ANDRÉ DOS SANTOS RODRIGUES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DANIEL PINTO DA SILVA E OUTRO
ADVOGADO	: PAULO CÉSAR DE MATTOS ANDRADE E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(250)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935885 - SP (2007/0171570-2)

AGRAVANTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: LUCIANA CAVALCANTE URZE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DÉBORA LERVER
ADVOGADO	: JOÃO BOSCO BRITO DA LUZ E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(251)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935889 - MG (2007/0170023-5)

AGRAVANTE	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: CARLOS ALBERTO ROHRMANN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GILDA DE PINHO TAVARES CAMPOS E OUTROS
ADVOGADO	: LINDALVA FARIA DE LARA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(252)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935896 - SP (2007/0179775-6)

AGRAVANTE	: HOSPITAL MONTREAL S/A
ADVOGADO	: RENATO DE LUIZI JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DAVOL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
ADVOGADO	: MARCIO ALEXANDRE RUSSO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(253)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935933 - MG (2007/0184044-4)

AGRAVANTE	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: RICARDO MILTON DE BARROS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARLENE PINTO CUNHA E OUTROS
ADVOGADO	: MARIA EPHIGENIA NETTO SALLES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(254)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935935 - SP (2007/0184718-6)

AGRAVANTE	: CARLOS AUGUSTO FERREIRA
ADVOGADO	: CRISTIANO DE SOUSA ZANETTI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CLÓVIS MARTINS
ADVOGADO	: YVONE ROCHA DA SILVA PALHARES
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(255)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935937 - RN (2007/0170098-0)

AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOÃO FERREIRA SOBRINHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AZENETH CASTELO BRANCO DE BRITO GUERRA E OUTROS
ADVOGADO	: MARIA LÚCIA CAVALCANTI JALES SOARES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(256)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935947 - SP (2007/0179425-7)

AGRAVANTE	: JOÃO D'OLIVEIRA VAZ E OUTROS
ADVOGADO	: JOSE DE ARIMATHEA ALMEIDA PAIVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LUIZ ROBERTO DA SILVA LACAZ
ADVOGADO	: SIDNEY PALHARINI JUNIOR
AGRAVADO	: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI DAS CRUZES
ADVOGADO	: OZAIR ALVES DO VALE
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição por prevenção da QUARTA TURMA em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(257)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 936218 - RJ (2007/0155523-0)

AGRAVANTE	: UBF GARANTIAS E SEGUROS S/A
ADVOGADO	: SÉRGIO ZVEITER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SAB TRANDING COMERCIAL EXPORTADORA S/A
ADVOGADO	: MARLAN DE MORAES MARINHO JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BAYERISCHE HYPO-UND VEREINSBANK AG
ADVOGADO	: LUCIANA ANDRADE DORNELLES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
ADVOGADO	: KEILA CHRISTIAN ZANATTA MANANGAO
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 696418 (2004/0147428-8) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(258)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 936757 - RS (2007/0182200-5)

AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: AIRTON D'AVILA KRAUSE E OUTROS
ADVOGADO	: THIAGO CECCHINI BRUNETTO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO CASTRO MEIRA - SEGUNDA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 926272 (2007/0033133-5) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(259)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939006 - RS (2007/0180092-6)

AGRAVANTE	: CARLOS ALBERTO GARCIAS DA SILVA
ADVOGADO	: MANOLETO SOUZA DA CUNHA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO
RELATOR	: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(260)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939065 - RJ (2007/0187312-4)

AGRAVANTE	: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS CBTU
ADVOGADO	: DONES MANUEL DE FREITAS NUNES DA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HAMILTON DE SOUZA COELHO E OUTROS
ADVOGADO	: FLÁVIA SILVA MARTINS DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(261)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939070 - RJ (2007/0187314-8)

AGRAVANTE	: VIAÇÃO ESTRELA LTDA.
ADVOGADO	: LUÍS SÉRGIO COUTO DE CASADO LIMA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ROSANA CRISTINA DE CONDE BITENCOURT ANGELO E OUTRO
ADVOGADO	: ROGÉRIO FERREIRA HERDY E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(262)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939084 - RJ (2007/0187319-7)

AGRAVANTE	: CÁTIA APARECIDA CELESTINO
ADVOGADO	: CREUZA FAZOLI MASSOTO
AGRAVADO	: CASA DE SAÚDE E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA DE NOVA IGUAÇU S/A
ADVOGADO	: ANDRÉ VICENTE FANKHANEL FERNANDES
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(263)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939092 - RJ (2007/0187332-6)

AGRAVANTE	: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
ADVOGADO	: MAURÍCIO NAVARRO BANDEIRA DE MELLO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARCOS DA SILVA SANTOS
ADVOGADO	: SALIM SELEM NETO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(264)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939097 - RJ (2007/0187335-1)

AGRAVANTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO IPERJ E OUTRO
PROCURADOR	: MARCELO ZENNI TRAVASSOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA SALETE BEZERRA DE ALMEIDA E OUTRO
ADVOGADO	: SARA MARIA HORTA FEITOSA - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(265)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939101 - RJ (2007/0187341-5)

AGRAVANTE	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: CARLOS EDISON DO REGO MONTEIRO FILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HENRIETTE MARIA DE MAGALHÃES
ADVOGADO	: HENRIETTE MARIA DE MAGALHÃES (EM CAUSA PRÓPRIA)
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(266)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939150 - SP (2007/0185052-9)

AGRAVANTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: SANDRA YURI NANBA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DINORAH RODRIGUES CORREA E OUTROS
ADVOGADO	: JOSÉ PEKNY NETO
RELATOR	: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(267)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939194 - SP (2007/0184382-9)

AGRAVANTE	: TOMÁS ALBADALEJO GARVI FILHO E OUTRO
ADVOGADO	: ANA MARIA PARISI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO ECONÔMICO S/A - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADO	: CLEUZA ANNA COBEIN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(268)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939269 - MG (2007/0180277-0)

AGRAVANTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG
PROCURADOR	: WAGNER LIMA NASCIMENTO SILVA E OUTRO(S)
AGRAVANTE	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: NARDELE DÉBORA CARVALHO ESQUERDO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA JOSÉ TONIDANDEL BARBOSA
ADVOGADO	: MARCOS CHAVES VIANA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(269)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939271 - PR (2007/0188178-1)

AGRAVANTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HILSON DA SILVA CARDOSO
ADVOGADO	: JULIO CESAR DALMOLIN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRO MASSAMI UYEDA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(270)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939371 - MG (2007/0185552-0)

AGRAVANTE	: LAPA INCORPORAÇÕES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E SERVIÇOS S/A
ADVOGADO	: MARCOS LADEIRA DE MORAES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SÔNIA MACHADO
ADVOGADO	: LUIZ CARLOS DA SILVEIRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 939370 (2007/0185547-8) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(271)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939404 - MG (2007/0181169-1)

AGRAVANTE	: BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S/A
ADVOGADO	: LEOPOLDO SOUZA LIMA MATTOS DE PAIVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GASBRAGA DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA E OUTRO

ADVOGADO : DERMIVALDO COLLINETTI
RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(272)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939425 - SP (2007/0180025-5)

AGRAVANTE : BOA VISTA ADMINISTRADORA E ENTRETENIMENTO LTDA
ADVOGADO : MANUEL EDUARDO PEDROSO BARROS E OUTRO(S)
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : GILBERTO SILBERSCHMIDT E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO HUMBERTO MARTINS - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(273)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939430 - SP (2007/0181061-9)

AGRAVANTE : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO : LUÍS RICARDO DE STACCHINI TREZZA E OUTRO(S)
AGRAVADO : JOÃO JOSÉ SANTORO E CÔNJUGE
ADVOGADO : BOANERGES FERREIRA DE MELO PÁDUA E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(274)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939461 - RS (2007/0192875-6)

AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : ANDRÉ LUIS DA CUNHA MARTINS E OUTRO
ADVOGADO : LORENA SORIA RAGUZZONI E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(275)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939466 - SP (2007/0185458-2)

AGRAVANTE : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO : MONICA DENISE CARLI E OUTRO(S)
AGRAVADO : GETÚLIO APARECIDO BRITO
ADVOGADO : WASHINGTON H A DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(276)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939470 - RJ (2007/0182568-0)

AGRAVANTE : AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A
ADVOGADO : ARNÔ DE SOUZA BASTOS JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO : VPR 266 COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - MICROEMPRESA
ADVOGADO : CARLOS FRANKLIN L BATISTA E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(277)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939471 - RJ (2007/0182548-8)

AGRAVANTE : GUSTAVO CONTE ALVES
ADVOGADO : LILIANE MARIA MENDES DE OLIVEIRA - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS
AGRAVADO : UNIMED NOVA IGUAÇU - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA
ADVOGADO : SEBASTIÃO PEDROSO JUNIOR E OUTRO(S)
RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO : MINISTRO BARROS MONTEIRO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(278)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939479 - RJ (2007/0193663-2)

AGRAVANTE : LIVRARIA LETRAS E EXPRESSÕES LTDA
ADVOGADO : VITOR IORIO ARRUZZO E OUTRO(S)
AGRAVADO : MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : FERNANDO DOS SANTOS DIONISIO E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO HUMBERTO MARTINS - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(279)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939482 - RJ (2007/0193250-3)

AGRAVANTE : BANCO SANTANDER BANESPA S/A
ADVOGADO : LEIVAS DE MATTOS ROSA E OUTRO(S)
AGRAVADO : TEET TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO : LAÉRCIO GUARÇONI E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(280)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939484 - SP (2007/0194206-7)

AGRAVANTE : ATMA COMERCIAL LTDA
ADVOGADO : ALEXANDRE AUGUSTO FIORI DE TELLA E OUTRO(S)
AGRAVADO : MAXI SELF RESTAURANTE LTDA
ADVOGADO : HASSEM HALUEN E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(281)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939485 - MS (2007/0194078-0)

AGRAVANTE : HERMES DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO : MARIA RITA BARBATO MENEGHELLI - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS
AGRAVADO : BRASIL TELECOM S/A - FILIAL MATO GROSSO DO SUL
ADVOGADO : CARLOS ALBERTO DE JESUS MARQUES E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(282)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939490 - MS (2007/0180895-7)

AGRAVANTE : BANCO ITAUCRED FINANCIAMENTOS S/A
ADVOGADO : NELSON PASCHOALOTTO E OUTRO(S)
AGRAVADO : WANDERLEY APARECIDO DE SILVA SENA
ADVOGADO : RÉGIS SANTIAGO DE CARVALHO E OUTRO(S)
RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(283)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939492 - MS (2007/0180890-8)

AGRAVANTE : CNF CONSÓRCIO NACIONAL LTDA
ADVOGADO : JOSÉ LUÍS MATTOS CUNHA E OUTRO(S)
AGRAVADO : WILLIAM XIMENES DA SILVA - ESPÓLIO
ADVOGADO : WALQUÍRIA MENEZES MORAES
INTERES. : ITAÚ SEGUROS S/A
RELATOR : MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(284)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939495 - SP (2007/0185390-3)

AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : MARIA NEUZA DE SOUZA PEREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO : EUNICE APARECIDA MARTONETO E OUTRO
ADVOGADO : ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA
RELATOR : MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(285)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939502 - MG (2007/0181174-3)

AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : CARLOS ANDRÉ STUDART PEREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO : PAR PARCERIA DE SERVIÇOS LTDA
ADVOGADO : JORGE LUIZ PEREIRA TRINDADE
RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO : MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(286)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939503 - RS (2007/0184049-3)

AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : ALEX PEROZZO BOEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO : ARI CALDEIRA
ADVOGADO : PATRÍCIA DE HOLANDA BARROS
RELATOR : MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(287)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939504 - RS (2007/0184094-9)

AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : SILVANA S LAHUTTE E OUTRO(S)
AGRAVADO : DORALINA PACHECO DE MATOS E OUTROS
ADVOGADO : MIRIAM WINTER E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(288)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939505 - SC (2007/0185630-2)

AGRAVANTE : JOSÉ NICODEMOS WAGNER
ADVOGADO : VIVIANE FERNANDEZ PRUDENCIO DE CAMPOS LOBO E OUTRO(S)
AGRAVADO : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR : FRANCIS LÍLIAN TORRECILLAS SILVEIRA E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(289)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939507 - RS (2007/0184083-6)

AGRAVANTE : ROBERTO TSCHOEPKE SMITH
ADVOGADO : WILZA CARLA FOLCHINI BARREIROS - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : FABIANO HASELOF VALCANOVER E OUTRO(S)
INTERES. : ADI TEREZINHA PARADISO E OUTROS
RELATOR : MINISTRO NILSON NAVES - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(290)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939508 - MG (2007/0181185-6)

AGRAVANTE : BANCO ITAU S/A
ADVOGADO : SILCA MENDES MIRO BABO E OUTRO(S)
AGRAVADO : GERALDO RODRIGUES RAMOS
ADVOGADO : ANTÔNIO BERNARDES DIAS E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(291)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939510 - RS (2007/0184240-3)

AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : VINICIUS GUILHERME BERÃO
ADVOGADO : THIAGO CECCHINI BRUNETTO E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 978622 (2007/0190031-5) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(292)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939511 - SC (2007/0187226-4)

AGRAVANTE : ALVARO DE CAMPOS LOBO NETO

ADVOGADO	: FERNANDO DE CAMPOS LOBO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HEWLETT PACKARD BRASIL LTDA
ADVOGADO	: SANDRO RICARDO SANTOS DE BORBA E OUTRO(S)
INTERES.	: COMPAQ COMPUTER BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(293)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939513 - MG (2007/0181163-0)

AGRAVANTE	: MARIA DO ROSARIO NOGUEIRA
ADVOGADO	: JOSÉ ESCOBAR MOURA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CLUBE DE INVESTIMENTO DOS EMPREGADOS DA VALE - INVESTVALE
ADVOGADO	: MARIA APARECIDA MIRANDA TERRIGNO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(294)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939514 - RJ (2007/0185649-0)

AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: ALZIRA ROSA - ESPÓLIO
ADVOGADO	: MAUREEN TICIANA VALLE GAMA E SANTOS
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(295)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939515 - SC (2007/0187221-5)

AGRAVANTE	: BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL BRDE
ADVOGADO	: SAULO SOARES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ARY OLÍMPIO ZIMMER E OUTRO
ADVOGADO	: WERNER BACKES E OUTRO(S)
INTERES.	: VINICIUS DE LUCCA E COMPANHIA LTDA E OUTROS
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(296)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939518 - SP (2007/0184137-7)

AGRAVANTE	: ART ILUMI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA
ADVOGADO	: JOÃO BATISTA TAMASSIA SANTOS
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: RAQUEL DÉBORA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO CASTRO MEIRA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(297)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939519 - RS (2007/0186047-4)

AGRAVANTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: AUGUSTO ARNOLD FILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FLORINDO LEMOS PADILHA
ADVOGADO	: ADEMIR NUNES ISOPPO
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(298)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939520 - RS (2007/0186044-9)

AGRAVANTE	: LEDA MARIA SCHMIDT FRANCO
ADVOGADO	: MARIÂNGELA ROSA MACHADO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FEDERAÇÃO SINDICAL DOS SERVIDORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FESSERGS
ADVOGADO	: ALEXANDRE FLORES ALMEIDA
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(299)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939521 - MG (2007/0193908-0)

AGRAVANTE	: RICARDO ARLINDO NUNES
ADVOGADO	: JOSÉ LUIZ DE BARCELOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADVOGADO	: ALLAN CÉSAR DE MORAIS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(300)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939522 - SP (2007/0187480-5)

AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO CAMARGO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CIPRIANO RODRIGUES SANCHES NETO
ADVOGADO	: ELIO FERNANDES DAS NEVES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO NILSON NAVES - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(301)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939523 - MG (2007/0181389-0)

AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
AGRAVADO	: BAR RESTAURANTE PIZZARIA PRIMUS LTDA
ADVOGADO	: S/ REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO MARTINS - SEGUNDA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(302)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939688 - SP (2007/0196025-5)

AGRAVANTE	: REYNALDO RODRIGUES COLLESI E OUTRO
ADVOGADO	: PATRÍCIA DOS SANTOS RECHE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO NOSSA CAIXA S/A
ADVOGADO	: MARCUS VINÍCIUS MOURA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(303)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939695 - SP (2007/0195985-7)

AGRAVANTE	: ANTÔNIO SÉRGIO ALMEIDA SILVA
ADVOGADO	: FERNANDO CORRÊA DA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BRAMOL TINTAS E REVESTIMENTOS LTDA
ADVOGADO	: ROBERTO GALVAO FALEIROS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(304)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939702 - RS (2007/0195369-3)

AGRAVANTE	: DIVA RIZZON DA SILVA
ADVOGADO	: AIRTON LUIS NESELLO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL
ADVOGADO	: ANA CLÁUDIA DOLEYS SCHITTLER E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(305)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939741 - RS (2007/0192371-8)

AGRAVANTE	: ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS - ADUFRGS - SEÇÃO SINDICAL DA ANDES/SINDICATO NACIONAL
ADVOGADO	: ADRIANO HAGEMANN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL UFRGS
PROCURADOR	: ROBERTO C DUARTE ALVIM E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(306)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939799 - RS (2007/0188814-6)

AGRAVANTE	: GRAVEL ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA
ADVOGADO	: NELSON ROBERT SCHONARDIE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ASSOCIACAO NAC DE DEF DA CIDADANIA E DO CONSUMIDOR
ADVOGADO	: ROGÉRIO GUIMARÃES OLIVEIRA E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(307)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939832 - SP (2007/0196140-6)

AGRAVANTE	: VANI LOPES JÚNIOR
ADVOGADO	: MARCOS MENECHINO JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: MARIA LUIZA DA SILVA VICARIA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(308)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939903 - SP (2007/0191216-6)

AGRAVANTE	: ELAINE FERNANDES MAZOCHI
ADVOGADO	: DOUGLAS GONCALVES DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CLERMONT SILVEIRA CASTOR
ADVOGADO	: ANTÔNIO CARLOS ALVES DA SILVA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(309)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939905 - SC (2007/0190602-3)

AGRAVANTE	: FEBE FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE
ADVOGADO	: SCHIRLENI RISTOW E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CLÍCIA MAESTRI
ADVOGADO	: GUILHERME MARINO SCHIOCCHET E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(310)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939953 - PR (2007/0186285-0)

AGRAVANTE	: MARIA LEOPOLDINA SHCAMBAKLER E OUTROS
ADVOGADO	: JOÃO LUIZ ARZENO DA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNIÃO
RELATOR	: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(311)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939954 - RS (2007/0190608-4)

AGRAVADO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVANTE	: GALDINO DA CUNHA VARGAS E OUTROS
ADVOGADO	: AUGUSTINHO GERVÁSIO GÖTTEMS TELÖKEN
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição por prevenção do processo Ag 939952 (2007/0190610-0) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(312)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939964 - RS (2007/0191472-0)

AGRAVANTE	: COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA CEEE
ADVOGADO	: IURE CASAGRANDE DE LISBOA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOÃO VIRGILIO FONSECA BORBA

ADVOGADO : RICARDO MOREIRA DA SILVEIRA
RELATOR : MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(313)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939971 - SC (2007/0193401-7)

AGRAVANTE : CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A ELETROBRÁS
ADVOGADO : SÉRGIO EDUARDO RODRIGUES DA SILVA MARTINEZ E OUTRO(S)
AGRAVADO : MATEVEL ERVA MATE VERDINHA LTDA
ADVOGADO : DENNYSON FERLIN E OUTRO(S)
INTERES. : FAZENDA NACIONAL
RELATOR : MINISTRO CASTRO MEIRA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(314)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939978 - SC (2007/0194383-7)

AGRAVANTE : EDITH SCHUCH NAKAIAMA E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO MAY FILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR : REINALDO PEREIRA E SILVA E OUTRO(S)
RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(315)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939986 - SP (2007/0193591-3)

AGRAVANTE : CHURRASCARIA COXILHA DOS PAMPAS LTDA
ADVOGADO : AGUINALDO ALVES BIFFI E OUTRO(S)
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : JÚLIO CÉSAR CASARI E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(316)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939990 - RS (2007/0192823-8)

AGRAVANTE : FRANCISCO RIBEIRO DE MELO
ADVOGADO : FÁBIO CANALLI BORGES E OUTRO(S)
AGRAVADO : RIO GRANDE ENERGIA S/A
ADVOGADO : FÁBIO ROSA BATTAGLIN E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(317)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939992 - PR (2007/0179914-5)

AGRAVANTE : DAL PAI S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
ADVOGADO : JOÃO JOAQUIM MARTINELLI E OUTRO(S)
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : REP. POR PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 973541 (2007/0179522-0) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(318)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939995 - SP (2007/0194403-8)

AGRAVANTE : RECOM SERVIÇOS E SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO LTDA
ADVOGADO : FERNANDO CORRÊA DA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO : TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO : DOMINGOS FERNANDO REFINETTI E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(319)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939996 - SP (2007/0180960-3)

AGRAVANTE : BANCO NOSSA CAIXA S/A
ADVOGADO : MAURO LUÍS CÂNDIDO SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO : ODILA BRITO RODRIGUES
ADVOGADO : LUÍS ANTÔNIO DE ABREU E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(320)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 946759 - PA (2007/0194450-7)

AGRAVANTE : COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL
ADVOGADO : FÁBIO GUY LUCAS MOREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO : DEMÓCRITO RENDEIRO DE NORONHA
ADVOGADO : GILBERTO ALBUQUERQUE DE NORONHA E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO : MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(321)

RECURSO ESPECIAL Nº 949278 - SP (2007/0101677-9)

RECORRENTE : SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE GUARULHOS - SAAE
PROCURADOR : ROBERTO MIRANDA SQUILLACI E OUTRO(S)
RECORRIDO : INDÚSTRIA TÊXTIL SUECO LTDA
ADVOGADO : ZILEIDE PEREIRA DA CRUZ
RELATOR : MINISTRO JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA

Redistribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(322)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949702 - SP (2007/0211639-0)

AGRAVANTE : BANCO BANORTE S/A - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO HOFLING
AGRAVADO : JOSÉ JUNIO MARCELINO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : DENIS CAMARGO PASSEROTTI E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(323)

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 950507 - PR (2007/0235864-2)

EMBARGANTE : MUNICÍPIO DE LONDRINA
PROCURADOR : JOAO LUIZ MARTINS ESTEVES E OUTRO(S)
EMBARGADO : AROL VENICES LAGOS BIDA
ADVOGADO : MARIA ELIZABETH JACOB
RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA SEÇÃO
MINISTROS QUE NÃO CONCORREM : MINISTRA ELIANA CALMONMINISTRO CASTRO MEIRAMINISTRO HERMAN BENJAMINMINISTRO HUMBERTO MARTINSMINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHAMINISTRO PRESIDENTE DA SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(324)

RECURSO ESPECIAL Nº 950637 - MG (2007/0107194-8)

RECORRENTE : MARIA DAS GRAÇAS SILVA
ADVOGADO : LÍLIAN FONSECA PEREIRA E OUTRO
RECORRIDO : BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO : BRENO CALDEIRA RODRIGUES E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO CASTRO MEIRA - SEGUNDA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO : MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Redistribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(325)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950659 - SP (2007/0220542-0)

AGRAVANTE : VARIG S/A VIAÇÃO AÉREA RIO GRANDENSE
ADVOGADO : PATRÍCIA REGINA VIEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO : YOLANDA GATTI E OUTRO
ADVOGADO : ODAIR DE CARVALHO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(326)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950662 - DF (2007/0218146-6)

AGRAVANTE : EURIDES BRITO DA SILVA
ADVOGADO : ANDRÉ DE BARROS PEREIRA
AGRAVADO : ANTÔNIO FERREIRA CÉSAR
ADVOGADO : EDUARDO D'ALBUQUERQUE AUGUSTO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(327)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950665 - GO (2007/0218507-7)

AGRAVANTE : LÚCIA ABRÃO DA SILVA
ADVOGADO : WANDERSON FERREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO : ANTÔNIO FERREIRA BORGES NETO
ADVOGADO : DAVID DUTRA FILHO E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(328)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950666 - SP (2007/0220615-0)

AGRAVANTE : FERTILIZANTES HERINGER LTDA
ADVOGADO : LAURA MARIA BRANT DE CARVALHO DELFIM E OUTRO(S)
AGRAVADO : SÉRGIO MARINO
ADVOGADO : FÁBIO NORA E SILVA E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(329)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950669 - SP (2007/0218420-8)

AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : SUZANO BAHIA SUL PAPEL E CELULOSE S/A
ADVOGADO : LUCIENNE CWIKLER E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(330)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950736 - RS (2007/0227424-4)

AGRAVANTE : BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO : DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO : ALDAIR LUIZ BONATTO E OUTROS
ADVOGADO : VILSON ONZI E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(331)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950751 - RJ (2007/0218745-3)

AGRAVANTE : BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO : FLÁVIA MONTENEGRO FERNANDES E OUTRO(S)
AGRAVADO : ROBERTO JERONIMO DO COUTO
ADVOGADO : LUIS CESARIO DE MIRANDA MARQUES
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(332)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950776 - RS (2007/0206460-0)

AGRAVANTE : BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO : DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO : MARINO VERÍSSIMO DA SILVA
ADVOGADO : DIEGO LOPES BERTHOLDO E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(333)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950781 - RJ (2007/0220423-1)

AGRAVANTE : MARGARIDA PECORARO
ADVOGADO : DANIELA RABELO MACEDO TOBLER MASTRANGELO
AGRAVADO : FERNANDA GIAROLA FIGUEIREDO DE SOUZA
ADVOGADO : ERICK AUGUSTO E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(334)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950786 - MS (2007/0236060-7)

AGRAVANTE : ANTÔNIO JOSÉ OLIVEIRA LEMOS
ADVOGADO : OLGA LEMOS CARDOSO DE MARCO
AGRAVADO : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

PROCURADOR : ITANEIDE CABRAL RAMOS
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(335)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950807 - RJ (2007/0218030-6)

AGRAVANTE : MÁRIO MARINO
ADVOGADO : JOSÉ CANPELLO DE OLIVEIRA JUNIOR
AGRAVADO : TV GLOBO LTDA
ADVOGADO : JOÃO CARLOS MIRANDA GARCIA DE SOUSA
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(336)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950813 - RS (2007/0208409-6)

AGRAVANTE : BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO : DARIO PEDRO WILGES
AGRAVADO : WALDIR LANGE E CIA LTDA
ADVOGADO : AUGUSTINHO GERVÁSIO GÖTTEMS TELÖKEN
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(337)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950829 - MG (2007/0217220-4)

AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : ALICE AIKO FUJIOKA YAMADA E OUTRO(S)
AGRAVADO : IRMA ROCHA MORATO
ADVOGADO : FERNANDO BENTTO DE ARAÚJO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(338)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950834 - RJ (2007/0217991-0)

AGRAVANTE : DIVA ADIDA POWELLPOWELL
REPR. POR : ROSA MARIA BRANT DO VALLE MARTINS - INVENTARIANTE
ADVOGADO : MARIA DE FÁTIMA DE ALMEIDA SALLES
AGRAVADO : CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MONTENEGRO
ADVOGADO : ELVIS BRITO PAES
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(339)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950854 - RJ (2007/0220492-6)

AGRAVANTE : ECIA IRMÃOS ARAÚJO ENGENHARIA COMÉRCIO S/A
ADVOGADO : DEYSE LIMA BARBOSA
AGRAVADO : MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO : DANIEL BUCAR CERVASIO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(340)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950857 - RO (2007/0217362-0)

AGRAVANTE : ALEXANDRE PEREIRA SIMCSIK E OUTRO
ADVOGADO : CRISTIANE LEANDRO DE NOVAIS
AGRAVADO : BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - BANESPA
ADVOGADO : PRISCILIA RAQUEL KATHER OLIVEIRA E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(341)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950895 - MG (2007/0218254-1)

AGRAVANTE : MARIA EPHIGENIA DE PAULA
ADVOGADO : ANTÔNIO CHAGAS FILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO : EDSON FARIA
ADVOGADO : CÁSSIO MAGNANI JÚNIOR
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(342)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950904 - RS (2007/0217963-0)

AGRAVANTE : O ZANOTO E OUTROS
ADVOGADO : EDEGAR PREICHARDT
AGRAVADO : ROMEU BEQUER CARLOS E OUTRO
ADVOGADO : ROMEU BEQUER CARLOS (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTRO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(343)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950933 - SP (2007/0220012-6)

RECORRENTE : MARIA CAETANO CUSTÓDIO
ADVOGADO : DANIEL FRANCISCO DE SOUZA
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO : ADRIANA FUGAGNOLLI
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(344)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950957 - SP (2007/0219984-9)

AGRAVANTE : DORALICE GONÇALVES
ADVOGADO : ROBEIRTO SILLVA SOUZA E OUTRO(S)
AGRAVADO : BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO : PAULO EDUARDO DIAS DE CARVALHO E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(345)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950958 - MT (2007/0218173-3)

AGRAVANTE : ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADOR : MÔNICA PAGLIUSO SIQUEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO : LUCIANO ANDRÉ VIRUEL MARTINEZ
ADVOGADO : LUIZ RICARDO ALCÂNTARA
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(346)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950974 - RJ (2007/0218040-7)

AGRAVANTE : ROBERTO MÁRCIO GONÇALVES DE SOUZA
ADVOGADO : GILBERTO PEREIRA DA FONSECA
AGRAVADO : UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADVOGADO : PATRÍCIA DE MACEDO FLÓRIO E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(347)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950982 - MG (2007/0218202-3)

AGRAVANTE : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR : MARISMAR CIRILO MOTTA E OUTRO(S)
AGRAVADO : PHELPS DODGE BRASIL LTDA
ADVOGADO : ANA CAROLINA SILVA BARBOSA E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(348)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950989 - PR (2007/0218565-9)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE LONDRINA
PROCURADOR : RITA DE CASSIA MAISTRO E OUTRO(S)
AGRAVADO : LUIZ FERNANDES RIBEIRO
ADVOGADO : ANTÔNIO ROBERTO ORSI
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(349)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950990 - RJ (2007/0218116-3)

AGRAVANTE : FARMÁCIA CENTRALPAX LTDA
ADVOGADO : FERNANDA CARNEIRO DA CUNHA
AGRAVADO : RCP SA
ADVOGADO : HERMENEGILDO FERNANDES TEIXEIRA E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(350)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951007 - MG (2007/0218133-0)

AGRAVANTE : JOSÉ LUÍZ SANTOS NOGUEIRA
ADVOGADO : ANTÔNIO INÊS RODRIGUES
AGRAVADO : JÚNIA MARIA VIEIRA SANTOS NOGUEIRA
ADVOGADO : MARIA APARECIDA CAETANO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(351)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951028 - MT (2007/0218449-6)

AGRAVANTE : ADM DO BRASIL LTDA
ADVOGADO : EDIR BRAGA JÚNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO : ALCINDO SERON
ADVOGADO : FABIANO MORAES PIMPINATI E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(352)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951036 - SP (2007/0220791-9)

AGRAVANTE : CASA BAHIA COMERCIAL LTDA
ADVOGADO : PATRÍCIA MARIA MENDONÇA DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO : GILMAR TRAVELLA
ADVOGADO : MARCÍLIO PIRES CARNEIRO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(353)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951045 - SP (2007/0220009-8)

AGRAVANTE : HÉLIO NASCIMENTO
ADVOGADO : THAYS CACHERIK E OUTRO(S)
AGRAVADO : CONJUNTO RESIDENCIAL ALDEIA DOS PÁSSAROS
ADVOGADO : CARLOS ROBERTO ELIAS E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(354)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951046 - RS (2007/0208578-9)

AGRAVANTE : BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A - BANRISUL
ADVOGADO : CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA
AGRAVADO : LUIZ RAMPANELLI
ADVOGADO : ANDRÉ SANTOS CHAVES
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(355)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951061 - PR (2007/0218138-9)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE LONDRINA
PROCURADOR : SERGIO VERISSIMO DE OLIVEIRA FILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO : MOYSES DO LAGO
ADVOGADO : EDMUNDO PEREIRA BITTENCOURT
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(356)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951075 - SP (2007/0220057-9)

AGRAVANTE : SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA SESI
ADVOGADO : JOSÉ BENEDITO DE ALMEIDA MELO FREIRE E OUTRO(S)
AGRAVADO : CALÇADOS SAMELLO S/A
ADVOGADO : ANA PAULA FAVA FERREIRA E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(357)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951096 - RS (2007/0217953-0)

AGRAVANTE : COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
ADVOGADO : DANIELA DINNEBIER E OUTRO(S)
AGRAVADO : NILSON RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO : MARCELO FABIANO IORRA E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(358)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951103 - SC (2007/0218075-9)

AGRAVANTE	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: MARCUS ANTONIO CORDEIRO RIBAS
AGRAVADO	: VICTOR JOSÉ DOS SANTOS ROSA
ADVOGADO	: JORGE ALBERTO DOS SANTOS ROSA
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(359)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951110 - RJ (2007/0220273-0)

AGRAVANTE	: CASAS SENDAS COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A
ADVOGADO	: PERICLES RAIMUNDO DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNIBANCO AIG SEGUROS S/A
ADVOGADO	: ROSA PETRUNGARO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(360)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951111 - PR (2007/0218015-3)

AGRAVANTE	: LENOMIR TROMBINI E OUTROS
ADVOGADO	: MANUELA PEDROSA DA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ARISTIDES ALBERTO TIZZOT FRANÇA E OUTRO
ADVOGADO	: ROBERTO BRZEZINSKI NETO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(361)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951116 - RJ (2007/0218066-0)

AGRAVANTE	: LACI MENDONÇA
ADVOGADO	: JOSÉ RUNGERIO MONTEIRO
AGRAVADO	: EDGMAR MARIA DE CARVALHO
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(362)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951125 - SP (2007/0220538-0)

AGRAVANTE	: BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A
ADVOGADO	: CLEUZA ANNA COBEIN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA THEREZA LEAL
ADVOGADO	: REBECA CABRAL SANTIAGO
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(363)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951138 - AM (2007/0217280-0)

AGRAVANTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: JOÃO BENTES PACHECO FILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSÉ RIBAMAR FEITOSA FILHO
ADVOGADO	: JOSÉ GILBERTO DE SOUZA LUZEIRO
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(364)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951151 - PA (2007/0217416-0)

AGRAVANTE	: BOSS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
ADVOGADO	: SÁVIO BARRETO LACERDA LIMA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: POSTO REZENDE LTDA
ADVOGADO	: ANDRÉ AUGUSTO DA SILVA NOGUEIRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(365)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951185 - SP (2007/0219879-9)

AGRAVANTE	: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS DAMAR LTDA - MASSA FALIDA
REPR. POR	: ALESSANDRA RUIZ UBERREICH - SÍNDICO
ADVOGADO	: ANA MARIA GOFFI FLAQUER SCARTEZZINI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CERVEJARIAS REUNIDAS SKOL CARACU S/A
ADVOGADO	: ROGÉRIO DE MENEZES CORIGLIANO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(366)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951193 - RS (2007/0226972-9)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MELITA AGNES
ADVOGADO	: MICHELLE SALOLO SILVA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(367)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951209 - SP (2007/0220827-1)

AGRAVANTE	: UNIODONTO DE SANTOS - COOPERATIVA ODONTOLÓGICA
ADVOGADO	: GLÁUCIA ANTUNES ALVAREZ
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE SANTOS
PROCURADOR	: EVERTON LEANDRO FIURST GOM E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(368)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951211 - RJ (2007/0220466-0)

AGRAVANTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AGRAVADO	: COSTA VERDE TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	: MAXIMINO GONÇALVES FONTES NETO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(369)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951221 - PB (2007/0218296-9)

AGRAVANTE	: SOCIEDADE ANÔNIMA DE ELETRIFICAÇÃO DA PARAÍBA SAELPA
ADVOGADO	: DORGIVAL TERCEIRO NETO
AGRAVADO	: EDINEUTO MATEUS DE SOUSA
ADVOGADO	: FRANCICLAUDIO DE FRANÇA RODRIGUES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(370)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951239 - RJ (2007/0220426-7)

AGRAVANTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: RENATO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA
AGRAVADO	: LUCIANA CÂNDIDO GONZAGA
ADVOGADO	: ROBERTO CARLOS GOMES DA SILVA
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(371)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951286 - SP (2007/0220583-5)

AGRAVANTE	: AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL LTDA
ADVOGADO	: ELIZABETH SENDON E OUTRO(S)
AGRAVADO	: A B P A - MENOR PÚBERE
ADVOGADO	: LÚCIA MARIA DA SILVA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(372)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951287 - SP (2007/0219910-5)

AGRAVANTE	: ANTÔNIO CLÁUDIO SOARES E OUTRO
ADVOGADO	: ANTÔNIO CLÁUDIO SOARES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANDERSON ROBERTO DA COSTA WIEZEL
ADVOGADO	: WILSON JOSÉ LOPES
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(373)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951295 - RJ (2007/0217767-1)

AGRAVANTE	: MARCELO DO NASCIMENTO
ADVOGADO	: JORGE RODRIGUES FERNANDES
AGRAVADO	: AUTO VIAÇÃO JABOUR LTDA
ADVOGADO	: FABÍOLA BOTTINO FERRERO MONTEIRO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(374)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951297 - SC (2007/0217315-0)

AGRAVANTE	: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO	: CRISTIANE MARIA POMPEO PEREIRA VIEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JORGE ARINO VIANA
ADVOGADO	: SANDRO SVENTNICKAS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(375)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951301 - PB (2007/0218309-4)

AGRAVANTE	: FIAÇÃO BRASILEIRA DE SISAL S/A FIBRASA
ADVOGADO	: PEDRO PIRES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GERUSA MARIA GOMES FARIAS
ADVOGADO	: FRANCISCO CLERO GOMES MONTEIRO
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(376)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951321 - RJ (2007/0220250-2)

AGRAVANTE	: CENTRO AUDITIVO TELEX S/A
ADVOGADO	: LUIZ ANTÔNIO ALVES CORRÊA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DHL EXPRESS BRASIL LTDA
ADVOGADO	: WASHINGTON ETER DE ARAÚJO SOARES FILHO
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(377)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951324 - RJ (2007/0221040-2)

AGRAVANTE	: LINO DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: RICARDO CORRÊA DALLA
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSÉ MARCOS QUINTELLA
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(378)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951327 - SP (2007/0220717-2)

AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARIA FERNANDA DE FARO SANTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSEFA ADMINISTRAÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA
ADVOGADO	: FRANCISCO ARINALDO GALDINO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(379)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951328 - PR (2007/0218007-6)

AGRAVANTE	: EUCLIDES POMA E OUTRO
ADVOGADO	: MAURO VIGNOTTI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: DANIEL HACHEM E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(380)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951334 - SP (2007/0219789-1)

AGRAVANTE	: AUTO POSTO PÔR DO SOL LTDA
ADVOGADO	: RICARDO VENDRAMINE CAETANO
RECORRIDO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADO	: DENISE FERREIRA DE OLIVEIRA CHEID
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(381)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951336 - PR (2007/0218002-7)

AGRAVANTE	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: DANIEL HACHEM E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EUCLIDES POMA E OUTRO
ADVOGADO	: DENISE AKEMI MITSUOKA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(382)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951338 - SP (2007/0220838-4)

AGRAVANTE	: ANTÔNIO GASPAR NUNES
ADVOGADO	: FERNANDA VACCO AKAO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANTÔNIO NUNESDE PAULA - ESPÓLIO
REPR. POR	: MARLENE QUEIROZ DE PAULA - INVENTARIANTE
ADVOGADO	: DONALDO ARMELIN
ASSISTENTE	: EDSON DAGOBERTO ROSA E CÔNJUGE
ADVOGADO	: FERNANDA VACCO AKAO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(383)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951340 - SP (2007/0220684-5)

AGRAVANTE	: PEPSICO DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	: SÉRGIO VIEIRA MIRANDA DA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: INAIÁ BRITTO DE ALMEIDA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(384)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951341 - ES (2007/0217975-5)

AGRAVANTE	: NAIR LÚCIA DA ROCHA
ADVOGADO	: GILDA RANGEL TABACHI SOUZA - DEFENSORA PÚBLICA
AGRAVADO	: SINDICATO DOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO	: ALEXANDRE ZAMPROGNO
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(385)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951342 - SP (2007/0219715-8)

RECORRENTE	: VALÉRIA CORRÊA PORTO SANCHES FADEL
ADVOGADO	: GERALDO JOSÉ GUIMARÃES DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: DOMINGOS DOS SANTOS
ADVOGADO	: ORLANDO PEDRO
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(386)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951343 - SP (2007/0220853-7)

AGRAVANTE	: EDSON DAGOBERTO ROSA
ADVOGADO	: FERNANDA VACCO AKAO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANTÔNIO NUNES DE PAULA - ESPÓLIO
REPR. POR	: MARLENE QUEIROZ DE PAULA - INVENTARIANTE
ADVOGADO	: DONALDO ARMELIN
INTERES.	: ANTÔNIO GASPAR NUNES
ADVOGADO	: FERNANDA VACCO AKAO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(387)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951347 - SP (2007/0219708-2)

RECORRENTE	: ROSÂNGELA FERREIRA RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO	: JOSÉ VIRGULINO DOS SANTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO	: MILTON GURGEL FILHO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(388)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951355 - RJ (2007/0220122-5)

AGRAVANTE	: GETULIO FIRMIANO SOARES
ADVOGADO	: JOAQUIM TEODORO DE PAIVA
AGRAVADO	: CAIXA BENEFICENTE DOS EMPREGADOS DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CBS
ADVOGADO	: RITA DE CASSIA CONCEIÇÃO DOS PRAZERES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(389)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951369 - RJ (2007/0220104-7)

AGRAVANTE	: LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A
ADVOGADO	: ADÉLIA VILÁ MÜLLER
AGRAVADO	: COMPANHIA LANIFICIO ALTO DA BOA-VISTA S/A
ADVOGADO	: MARCIO FROSSARD KLER
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(390)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951373 - MT (2007/0218089-7)

AGRAVANTE	: CLÓVIS MADI E OUTRO
ADVOGADO	: BENEDITO PALMEIRA NETO
AGRAVADO	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: MARCOS ANTÔNIO DE A RIBEIRO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(391)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951376 - RJ (2007/0220123-7)

AGRAVANTE	: MARIA DO PARTO LIMA DE SOUZA
ADVOGADO	: CARLOS VALMIR DE CASTRO JUNIOR
AGRAVADO	: HSBC SEGUROS BRASIL S/A
ADVOGADO	: LUIZ FELIPE VENÂNCIO DIAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PERMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
ADVOGADO	: TELMO EXPEDITO ROSA DE MELO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL IRB
ADVOGADO	: MARCUS MOREIRA MALAQUIAS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(392)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951395 - RJ (2007/0220442-1)

AGRAVANTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: CARINA COSENDEY DE ALMEIDA
AGRAVADO	: CARLOS FERNANDO PANARO GUIMARÃES
ADVOGADO	: RITA DE CASSIA PEREIRA DA PAIXÃO FERNANDES DA SILVA
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(393)

RECURSO ESPECIAL Nº 954740 - MG (2007/0119390-8)

RECORRENTE	: DEIVEISON TADEU DA SILVA
ADVOGADO	: ANDREZA DULCE MENEZES DE RESENDE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: BRENO CALDEIRA RODRIGUES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA
MINISTROS IMPEDIDOS	: MINISTRA NANCY ANDRIGHIMINISTRO CESAR ASFOR ROCHAMINISTRO FERNANDO GONÇALVES

Redistribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(394)

RECURSO ESPECIAL Nº 979645 - AL (2007/0207172-8)

RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: WILLIAM DE GÓES FARAJ E OUTROS
ADVOGADO	: JOÃO FRANCISCO DE CAMARGO E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

Redistribuição por prevenção da QUINTA TURMA em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(395)

RECURSO ESPECIAL Nº 981600 - SP (2007/0201859-2)

RECORRENTE	: ROBINSON TABOADA E OUTRO
ADVOGADO	: ROBINSON TABOADA (EM CAUSA PRÓPRIA)
RECORRIDO	: BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - BANESPA
ADVOGADO	: RODRIGO FERREIRA RIBEIRO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(396)

RECURSO ESPECIAL Nº 981712 - PR (2007/0203007-3)

RECORRENTE	: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER
PROCURADOR	: CARLA MARGOT MACHADO SELEME E OUTRO(S)
RECORRIDO	: AURISTELA LUIZA DUMKE E OUTROS
ADVOGADO	: AFFONSO VICENTE LOPES
RELATOR	: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(397)

RECURSO ESPECIAL Nº 981842 - RJ (2007/0204716-7)

RECORRENTE	: BANCO CITICARD S/A
ADVOGADO	: LIANA FERREIRA ROCHA COSTA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA CRISTINA CRUZ
ADVOGADO	: MARIA CRISTINA CRUZ (EM CAUSA PRÓPRIA)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(398)

RECURSO ESPECIAL Nº 981950 - SP (2007/0200706-7)

RECORRENTE	: CARLOS ALBERTO CAMARGO
ADVOGADO	: JAIR CAETANO DE CARVALHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MARIANA BUENO KUSSAMA
RELATOR	: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(399)

RECURSO ESPECIAL Nº 982087 - RS (2007/0202856-4)

RECORRENTE	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: PAULO RICARDO MARTINS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: COMBUSTÍVEIS TARGA LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: SERGIO RENATO PENZ E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(400)

RECURSO ESPECIAL Nº 982148 - MS (2007/0214947-4)

RECORRENTE	: JOSAFÁ LIMEIRA E OUTRO
ADVOGADO	: SILZOMAR FURTADO DE MENDONÇA JÚNIOR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: NEIRTO DE SOUZA GARCIA E OUTRO
ADVOGADO	: ANTÔNIO CELSO CHAVES GAIOTTO E OUTRO(S)
INTERES.	: DJALMA CHAVES CORREA
INTERES.	: OSVALDINA MARIA DE FREITAS
INTERES.	: JOSÉ RAFAEL NETO
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 982140 (2007/0214949-8) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(401)

RECURSO ESPECIAL Nº 982232 - SP (2007/0204409-7)

RECORRENTE	: FLÁVIO DE ALMEIDA E SILVA
ADVOGADO	: MARCIO LUIS ALMEIDA HAICKI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 74105 (2007/0003256-1) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(402)

RECURSO ESPECIAL Nº 982302 - MS (2007/0214761-9)

RECORRENTE	: ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO POUPEX
ADVOGADO	: LUIZ HENRIQUE VOLPE CAMARGO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOSÉ VIEIRA DE MEDEIROS NETO
ADVOGADO	: CECILIANO JOSÉ DOS SANTOS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 982294 (2007/0214764-4) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(403)

RECURSO ESPECIAL Nº 982303 - PB (2007/0184875-4)

RECORRENTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: TERTULIANO ARISTÓBULO MEDEIROS DE AVELLAR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA DAS DORES DOS SANTOS CORREIA LIMA
ADVOGADO	: RENATA PESSOA DONATO
RELATORA	: MINISTRA DENISE ARRUDA - PRIMEIRA TURMA
MINISTROS IMPEDIDOS	: MINISTRA NANCY ANDRIGHIMINISTRO CESAR ASFOR ROCHAMINISTRO FERNANDO GONÇALVES

Distribuição por prevenção do processo Ag 883825 (2007/0036048-9) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(404)

RECURSO ESPECIAL Nº 982449 - MT (2007/0183112-9)

RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
RECORRIDO	: ENIO CARLOS LACERDO
ADVOGADO	: ASTOR RHEINHEIMER
RECORRIDO	: ANTÔNIO PEREIRA SOBRINHO
RECORRIDO	: ROBERTO KONRATH
ADVOGADO	: JAYME RODRIGUES DE CARVALHO JUNIOR
RECORRIDO	: JOSÉ ANTÔNIO CORREA
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
RELATOR	: MINISTRO PAULO GALLOTTI - SEXTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 982436 (2007/0183108-9) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(405)

RECURSO ESPECIAL Nº 982572 - RN (2007/0215865-1)

RECORRENTE	: SHARP INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A E OUTROS
ADVOGADO	: LUCIANA VILARDI VIEIRA DE SOUZA E OUTRO(S)
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RAQUEL VIEIRA MENDES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: OS MESMOS
RELATOR	: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(406)

RECURSO ESPECIAL Nº 982608 - PR (2007/0215802-0)

RECORRENTE	: DOMICIANO PEDRONI
ADVOGADO	: WAGNER PETER KRAINER JOSÉ
RECORRIDO	: COCAMAR - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL
ADVOGADO	: JOSÉ MAREGA E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição por prevenção da TERCEIRA TURMA em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(407)

RECURSO ESPECIAL Nº 982636 - RN (2007/0204513-5)

RECORRENTE	: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE UFRN
ADVOGADO	: DINARA MARIA BARRETO FERNANDES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: SINDICATO ESTADUAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTO DE TERCEIRO GRAU DO RIO GRANDE DO NORTE - SINTEST
ADVOGADO	: CARLOS ALBERTO MARQUES JÚNIOR E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(408)

RECURSO ESPECIAL Nº 982641 - AL (2007/0204502-2)

RECORRENTE	: EDNA MARIA VASCONCELOS S DE MENDONÇA E OUTROS
ADVOGADO	: ALDO DE SÁ CARDOSO NETO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: MÁRCIO ARAÚJO ACIOLI E OUTRO(S)
INTERES.	: FAZENDA NACIONAL
INTERES.	: FUNDAÇÃO PRODUBAN
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
RELATOR	: MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Distribuição por prevenção do processo REsp 602859 (2003/0197040-0) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(409)

RECURSO ESPECIAL Nº 982647 - MS (2007/0203126-1)

RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: VALDIR SERAFIM E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PAULO CÉSAR DE ARRUDA CANGUSSU
ADVOGADO	: CLAINE CHIESA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO MARTINS - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(410)

RECURSO ESPECIAL Nº 982650 - SP (2007/0203121-2)

RECORRENTE	: FAUSTO FERIS RACY
ADVOGADO	: MARIO CELSO IZZO
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ALEXANDRE JUOCYS E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA ELIANA CALMON - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(411)

RECURSO ESPECIAL Nº 982686 - RS (2007/0202769-2)

RECORRENTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: CAMILA TICIANE ROSA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: VALDOMIRO RIBEIRO DA SILVA
ADVOGADO	: ISAIAS GRASEL ROSMAN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(412)

RECURSO ESPECIAL Nº 982757 - RJ (2007/0207432-9)

RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: ARI ANTONIO DOS SANTOS TORRES E OUTROS
ADVOGADO	: CLELIA MIRANDA QUINTANILHA
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(413)

RECURSO ESPECIAL Nº 982762 - SP (2007/0204423-8)

RECORRENTE	: FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS
ADVOGADO	: JOSE CARLOS MARZABAL PAULINO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MARINEY DE BARROS GUIGUER E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(414)

RECURSO ESPECIAL Nº 983087 - RS (2007/0206507-6)

RECORRENTE	: BANCO SIMPLES S/A
ADVOGADO	: ANDRÉ LUÍS SONNTAG E OUTRO(S)
RECORRIDO	: GILBERTO BECKER DA SILVA
ADVOGADO	: ALEXANDRE MOTTA RAVANELLO
INTERES.	: MELSON TUMELERO S/A
ADVOGADO	: MARISTELA BEDUSCHI
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(415)

RECURSO ESPECIAL Nº 983089 - RS (2007/0206306-8)

RECORRENTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: ANGELIZE SEVERO FREIRE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOSÉ MOACIR GONÇALVES
ADVOGADO	: RUY RODRIGUES DE ANDRADE JUNIOR
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(416)

RECURSO ESPECIAL Nº 983103 - RS (2007/0205702-6)

RECORRENTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: JEFERSON ANTONIO ERPEN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PLÍNIO JOEL MORINEL
ADVOGADO	: ODILON CARLOS MARTINI DA SILVA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(417)

RECURSO ESPECIAL Nº 983110 - RS (2007/0207078-0)

RECORRENTE	: NORBERTON DICKEL E OUTROS
ADVOGADO	: JOSÉ CLAUDINO SCHNEIDER
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: GUSTAVO CARNEIRO DE ALBUQUERQUE E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO NILSON NAVES - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(418)

RECURSO ESPECIAL Nº 983112 - RS (2007/0206675-7)

RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO	: EDER SASSI SANTANNA
ADVOGADO	: JOSÉ FRANCISCO FERREIRA DE ANDRADE - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS
RELATOR	: MINISTRO PAULO GALLOTTI - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(419)

RECURSO ESPECIAL Nº 983113 - RS (2007/0205626-7)

RECORRENTE	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: MÁRCIA PEREIRA DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA MONALISA MACHADO
ADVOGADO	: NÁDIA MARIA KOCH ABDO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(420)

RECURSO ESPECIAL Nº 983114 - RS (2007/0206219-6)

RECORRENTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: ANGELIZE SEVERO FREIRE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: DÉBORA REJANE DA ROSA

ADVOGADO	: DANIEL DA SILVA ACUNHA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(421)

RECURSO ESPECIAL Nº 983126 - RS (2007/0205526-9)

RECORRENTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: FRANCISCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA STOCKINGER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FLÁVIO ROBERTO NUNES CAETANO
ADVOGADO	: ODILON CARLOS MARTINI DA SILVA
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(422)

RECURSO ESPECIAL Nº 983129 - RS (2007/0205528-2)

RECORRENTE	: CLÁUDIO ROQUE MARTINS E OUTROS
ADVOGADO	: IVAN JOSE DAMETTO
RECORRIDO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: BIANCA GALANT BORGES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI - PRIMEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(423)

RECURSO ESPECIAL Nº 983134 - RS (2007/0207124-7)

RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LUIZ FERNANDO JUCÁ FILHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ARNALDO ULMANN - PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: CLÁUDIO MANGONI MORETTI E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO CASTRO MEIRA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(424)

RECURSO ESPECIAL Nº 983135 - RJ (2007/0206799-4)

RECORRENTE	: CARLOS ERNANNY CHAGAS DE MELLO E SILVA E OUTRO
ADVOGADO	: JOSEMARY CABRAL DA SILVA CHAGAS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CREDIT SUISSE FIRST BOSTON (BRASIL) REPRESENTAÇÕES LTDA
ADVOGADO	: ARNOLDO WALD FILHO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(425)

RECURSO ESPECIAL Nº 983141 - SP (2007/0206854-0)

RECORRENTE	: PEDRO RAMON KA PETER CARRERO ARCE E OUTRO
ADVOGADO	: SILVIO ALVES CORREA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: INAIÁ BRITTO DE ALMEIDA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO CASTRO MEIRA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(426)

RECURSO ESPECIAL Nº 983143 - MS (2007/0205322-5)

RECORRENTE	: REAL SEGUROS S/A
ADVOGADO	: KELLEN J LARA DE REZENDE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FÁTIMA BISPO MOTA
ADVOGADO	: JOÃO CATARINO T NOVAES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(427)

RECURSO ESPECIAL Nº 983145 - SP (2007/0206859-9)

RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: NAIARA PELLIZZARO DE LORENZI CANCELLIER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: AUTO SERVICE GRANJA VIANA LTDA
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO MARTINS - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(428)

RECURSO ESPECIAL Nº 983150 - MS (2007/0205320-1)

RECORRENTE	: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A - BANRISUL
ADVOGADO	: ROMINA VIZENTIN DOMINGUES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PERDIGÃO PRODUTOS ALIMENTOS LTDA - MICROEMPRESA E OUTRO
ADVOGADO	: ANTONIO BERNARDES MOREIRA - DEFENSOR PÚBLICO
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(429)

RECURSO ESPECIAL Nº 983151 - RS (2007/0205884-5)

RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO	: LUIZ CELESTE DE LIMA PADILHA
ADVOGADO	: LÉA BRITO KASPER - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS
INTERES.	: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DA COMARCA DE TRÊS PASSOS
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 91084 (2007/0223389-1) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(430)

RECURSO ESPECIAL Nº 983154 - PB (2007/0205293-5)

RECORRENTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: CAIO CESAR VIEIRA ROCHA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOSÉ AILTON PAULINO BARBOSA
ADVOGADO	: GIUSEPPE FABIANO DO MONTE COSTA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA
MINISTROS IMPEDIDOS	: MINISTRA NANCY ANDRIGHIMINISTRO CESAR ASFOR ROCHAMINISTRO FERNANDO GONÇALVES

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(431)

RECURSO ESPECIAL Nº 983157 - SP (2007/0206862-7)

RECORRENTE	: RILDO PEREIRA
ADVOGADO	: MARIA ISABEL DE FIGUEIREDO CARVALHO
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JULIANA FURTADO COSTA ARAÚJO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(432)

RECURSO ESPECIAL Nº 983162 - RS (2007/0206870-4)

RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: TATIANA SILVA DE BONA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CAMILA DE LIMA CORREA
PROCURADOR	: FRANCISCO LUIZ PITTA MARINHO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(433)

RECURSO ESPECIAL Nº 983176 - PR (2007/0206877-7)

RECORRENTE	: BANCO CENTRAL DO BRASIL
PROCURADOR	: FRANCISCO SIQUEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: DORIVAL MARCUSSE E OUTROS
ADVOGADO	: PAULO CÉSAR LIMA BASTOS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(434)

RECURSO ESPECIAL Nº 983185 - RS (2007/0206573-5)

RECORRENTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: ANGELIZE SEVERO FREIRE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ADRIANA F FELTRIN
ADVOGADO	: RONALDO CASSIMIRO LORENZEN PIPPI E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(435)

RECURSO ESPECIAL Nº 983231 - RS (2007/0205986-7)

RECORRENTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: LUCIANA MEDEIROS BOTTA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ZEVANE DA COSTA FREITAS
ADVOGADO	: ALEXANDRE MOTTA RAVANELLO
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(436)

RECURSO ESPECIAL Nº 983235 - RS (2007/0206658-0)

RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RICARDO PY GOMES DA SILVEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: VITOR PAULO GRAEFF
ADVOGADO	: OLIVÉRIO PLEGGE
RELATOR	: MINISTRO CASTRO MEIRA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(437)

RECURSO ESPECIAL Nº 983236 - RS (2007/0206027-7)

RECORRENTE	: UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADVOGADO	: CINDY ELIZA PEIXOTO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: SANDRA INAJARA FERREIRA DUTRA
ADVOGADO	: LARRI DOS SANTOS FEULA
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(438)

RECURSO ESPECIAL Nº 983245 - RS (2007/0206873-0)

RECORRENTE	: ABASTECEDORA ABM LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: MARLO TRHUMANN GONÇALVES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL INMETRO
ADVOGADO	: JULIO CESAR BERNARDI COGO E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA DENISE ARRUDA - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(439)

RECURSO ESPECIAL Nº 983250 - RJ (2007/0198867-2)

RECORRENTE	: CIA 9 ENTRETENIMENTOS LTDA
ADVOGADO	: ALTAIR VASCONCELOS PORROZZI DE ALMEIDA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RELATOR	: MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(440)

RECURSO ESPECIAL Nº 983253 - RS (2007/0206409-1)

RECORRENTE	: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO	: SERGIO EDUARDO GOMES SAYÃO LOBATO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA ERNESTINA GOULART FERREIRA
ADVOGADO	: MARK GIULIANI KRÁS BORGES E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(441)

RECURSO ESPECIAL Nº 983265 - RS (2007/0206364-0)

RECORRENTE	: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO	: GEOVANA PALERMO CARPES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PAULO SÉRGIO MATZEMBACHER
ADVOGADO	: SILVIA REGINA FERNANDES
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(442)

RECURSO ESPECIAL Nº 983279 - MG (2007/0206095-0)

RECORRENTE	: JOSÉ CARLOS NORONHA LESSA
ADVOGADO	: MARLI LOPES DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: SÉRGIO AUGUSTO SANTOS RODRIGUES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI - PRIMEIRA TURMA
MINISTROS IMPEDIDOS	: MINISTRA NANCY ANDRIGHIMINISTRO CESAR ASFOR ROCHAMINISTRO FERNANDO GONÇALVES

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(443)

RECURSO ESPECIAL Nº 983280 - RS (2007/0205449-8)

RECORRENTE	: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO	: ANDRÉ LUIZ MÜLLER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOÃO BRASIL OLIVEIRA E OUTRO
ADVOGADO	: JAMIL ABDELRAZZAK ABDALA ABO ABDO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(444)

RECURSO ESPECIAL Nº 983281 - RS (2007/0205762-1)

RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: FLÁVIO LUIZ CARNIEL E OUTROS
ADVOGADO	: LÚCIA HELENA VILLAR PINHEIRO
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(445)

RECURSO ESPECIAL Nº 983282 - SP (2007/0206201-0)

RECORRENTE	: JOSÉ HUNALDO DE MORAES
ADVOGADO	: JAIR CAETANO DE CARVALHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
RELATOR	: MINISTRO NILSON NAVES - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(446)

RECURSO ESPECIAL Nº 983286 - SP (2007/0206198-3)

RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: KEILA NASCIMENTO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MANOEL VIANA DE SOUSA
ADVOGADO	: ROBSON VIANA MARQUES E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(447)

RECURSO ESPECIAL Nº 983294 - PR (2007/0217118-0)

RECORRENTE	: ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO JARDIM CRISTAL E JARDIM MARAMBAIA
ADVOGADO	: ADILSON LUIS FERREIRA FILHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ASHLAND RESINAS LTDA
ADVOGADO	: MANIF ANTÔNIO TORRES JÚLIO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(448)

RECURSO ESPECIAL Nº 983295 - RS (2007/0206002-6)

RECORRENTE	: UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADVOGADO	: CINDY ELIZA PEIXOTO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ANTENOR PELLIZZARI
ADVOGADO	: LUÍS CLAUDEMIR SCHERER E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(449)

RECURSO ESPECIAL Nº 983299 - RS (2007/0206227-3)

RECORRENTE	: NERCI SOARES HENZEL
ADVOGADO	: RICARDO MOREIRA DA SILVEIRA
RECORRIDO	: COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELÉTRICA
ADVOGADO	: JOÃO MANOEL CORRÊA ANDRÉ E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(450)

RECURSO ESPECIAL Nº 983329 - PB (2007/0208012-1)

RECORRENTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: ANASTÁCIO JORGE MATOS DE SOUSA MARINHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA ZÉLIA COELHO SALES
ADVOGADO	: MARCO AURÉLIO VIANA ALMEIDA
RELATORA	: MINISTRA ELIANA CALMON - SEGUNDA TURMA
MINISTROS IMPEDIDOS	: MINISTRA NANCY ANDRIGHIMINISTRO CESAR ASFOR ROCHAMINISTRO FERNANDO GONÇALVES

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(451)

RECURSO ESPECIAL Nº 983348 - RS (2007/0205496-7)

RECORRENTE	: MÁRIO RENÉ DIAS DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: CÉZAR LUIZ BIZARRO MONTEIRO
RECORRIDO	: BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - BANESPA
ADVOGADO	: ALEXANDRE DE ALMEIDA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(452)

RECURSO ESPECIAL Nº 983350 - RS (2007/0201640-9)

RECORRENTE	: BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A
ADVOGADO	: EVERTON MADEIRA GUSMÃO RUANO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: IRAÍ SEBASTIÃO RAUPP - FIRMA INDIVIDUAL
ADVOGADO	: CARLOS ALBERTO DE COGOY SOUZA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(453)

RECURSO ESPECIAL Nº 983353 - RJ (2007/0206290-7)

RECORRENTE	: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB
ADVOGADO	: DONES MANUEL DE FREITAS NUNES DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PADARIA CONFEITARIA E LANCHONETE RAINHA DA CANDOSA LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: NEWTON PINHEIRO DA SILVA
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(454)

RECURSO ESPECIAL Nº 983361 - RS (2007/0206426-8)

RECORRENTE	: BANCO FORD S/A
ADVOGADO	: ANA PAULA CAPITANI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: NASSER SOLEIMAN
ADVOGADO	: ELIZEU SIMÃO NASSR
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(455)

RECURSO ESPECIAL Nº 983364 - RS (2007/0205489-1)

RECORRENTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: ANGELIZE SEVERO FREIRE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ADÃO LUÍS TARIGO
ADVOGADO	: JUCELMA BEATRIZ TEJADA NUNES
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(456)

RECURSO ESPECIAL Nº 983368 - RS (2007/0206476-2)

RECORRENTE	: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO	: SIMONE PEREIRA OLIVEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA HELENA LAGUE PERES DA SILVA
ADVOGADO	: GABRIEL DINIZ DA COSTA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(457)

RECURSO ESPECIAL Nº 983374 - PR (2007/0206442-2)

RECORRENTE	: MUNICÍPIO DE LONDRINA
PROCURADOR	: JOAO LUIZ MARTINS ESTEVES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ORIAS PEREIRA NEVES
ADVOGADO	: MARIA ELIZABETH JACOB
RELATORA	: MINISTRA DENISE ARRUDA - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(458)

RECURSO ESPECIAL Nº 983376 - RS (2007/0206576-0)

RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: AUGUSTO ARNOLD FILHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ADÃO CORREIA DA SILVA E OUTRO
ADVOGADO	: JOSÉ LUIZ ROSA
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 892942 (2006/0217391-7) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(459)

RECURSO ESPECIAL Nº 983377 - SP (2007/0206357-4)

RECORRENTE	: AVELINO ZANELLI E OUTRO
ADVOGADO	: GLAUCIA SUDATTI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: BRUNO TAKAHASHI E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 316002 (2001/0038653-9) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(460)

RECURSO ESPECIAL Nº 983378 - RS (2007/0206389-0)

RECORRENTE	: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO	: GEOVANA PALERMO CARPES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ALESSANDER PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO	: FRANCESCO COLOMBO FILHO
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(461)

RECURSO ESPECIAL Nº 983379 - RS (2007/0206375-2)

RECORRENTE	: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO	: GEOVANA PALERMO CARPES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: DELCIO LEANDRO GARCIA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: JOÃO DA SILVA GUERREIRO
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(462)

RECURSO ESPECIAL Nº 983380 - SP (2007/0206353-7)

RECORRENTE	: MUNICÍPIO DE SANTOS
PROCURADOR	: MARIA CLAUDIA TERRA ALVES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: IRACEMA PRADO CHASSERAUX
ADVOGADO	: FRANKLIN AFONSO RAMOS
RELATOR	: MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(463)

RECURSO ESPECIAL Nº 983381 - BA (2007/0216422-7)

RECORRENTE	: IGASE- INSTITUTO GERAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EVANGÉLICA
ADVOGADO	: LUIZ HUMBERTO AGLE FILHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ESMERALDO PEREIRA SANTOS
ADVOGADO	: ADEILSON AMÂNCIO DOS SANTOS
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(464)

RECURSO ESPECIAL Nº 983385 - RS (2007/0206714-8)

RECORRENTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA ROSANGELA PETRY
ADVOGADO	: ELISA COSTA GALHO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(465)

RECURSO ESPECIAL Nº 983388 - PR (2007/0206448-3)

RECORRENTE	: MUNICÍPIO DE LONDRINA
PROCURADOR	: REGINA CRISTINA FERREIRA DE LIMA VIEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JAIR TRINDADE DA SILVA
ADVOGADO	: MARIA ELIZABETH JACOB
RELATORA	: MINISTRA ELIANA CALMON - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(466)

RECURSO ESPECIAL Nº 983389 - RS (2007/0205917-2)

RECORRENTE	: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO	: ANDRÉ RAFAEL WEYERMULLER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ADEJAIR GODOY ILHA E OUTRO
ADVOGADO	: KEYLA AZZOLIM MARINI
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(467)

RECURSO ESPECIAL Nº 983390 - MG (2007/0207491-2)

RECORRENTE	: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS DER/MG
PROCURADOR	: JOSE SAD JUNIOR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JAYME GUIMARÃES FERREIRA E OUTROS
ADVOGADO	: EVANDO PEREIRA AMARAL
RELATOR	: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 815579 (2006/0022439-3) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(468)

RECURSO ESPECIAL Nº 983391 - RS (2007/0205685-0)

RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RODRIGO PEREIRA DA SILVA FRANK E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CND CENTRO DE NEFROLOGIA E DIÁLISE LTDA
ADVOGADO	: ANGELO AUGUSTO BUSSOLLETTI CHIATTONE E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO MARTINS - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(469)

RECURSO ESPECIAL Nº 983393 - RJ (2007/0217820-3)

RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECORRIDO	: AUTO ÔNIBUS FAGUNDES LTDA
ADVOGADO	: JÚLIA ELMOR E OUTRO(S)
INTERES.	: DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DETRO
PROCURADOR	: FLÁVIO DE ARAÚJO WILLEMAN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO CASTRO MEIRA - SEGUNDA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 977200 (2007/0200418-7) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(470)

RECURSO ESPECIAL Nº 983396 - SP (2007/0208060-2)

RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SIMONE PEREIRA DE CASTRO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: RÁDIO DIFUSORA TAUBATÉ LTDA
ADVOGADO	: ISABELLA TIANO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO MARTINS - SEGUNDA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 842056 (2006/0245744-5) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(471)

RECURSO ESPECIAL Nº 983398 - PR (2007/0205697-5)

RECORRENTE	: OSVALDO TRINDADE E OUTROS
ADVOGADO	: ANNA VERGÍNIA PAVANI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: CIRINEI ASSIS KARNOS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(472)

RECURSO ESPECIAL Nº 983399 - ES (2007/0206793-3)

RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: GIUSEPINNA PANZA BRUNO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: DANIELA MAGESKI SENA SANTOS (MENOR)
REPR. POR	: CATARINA ARIDEIA SANTOS MAGESKI
ADVOGADO	: IZAEL DE MELLO REZENDE E OUTRO(S)
INTERES.	: UNIÃO
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(473)

RECURSO ESPECIAL Nº 983400 - RS (2007/0205631-9)

RECORRENTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: ANGELIZE SEVERO FREIRE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: AVELINO VERISSIMO FORTUNA
ADVOGADO	: JURANDIR GONÇALVES
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(474)

RECURSO ESPECIAL Nº 983402 - SP (2007/0207198-0)

RECORRENTE	: JOSÉ BISPO DOS SANTOS
ADVOGADO	: VALTER FRANCISCO MESCHEDE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: PATRÍCIA VIANNA MEIRELLES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(475)

RECURSO ESPECIAL Nº 983406 - AM (2007/0205371-8)

RECORRENTE	: ESTADO DO AMAZONAS
PROCURADOR	: CLÓVIS SMITH FROTA JÚNIOR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: RAIMUNDO MACIEL PEREIRA
ADVOGADO	: AMANDA LIMA MARTINS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(476)

RECURSO ESPECIAL Nº 983410 - RS (2007/0206489-9)

RECORRENTE	: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO	: SIMONE PEREIRA OLIVEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ZAIDA OLIVONE DA SILVA
ADVOGADO	: LUIZ CARLOS FINK E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(477)

RECURSO ESPECIAL Nº 983417 - RS (2007/0206945-9)

RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECORRIDO	: ANTÔNIO RIBAS DA SILVA
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
RELATOR	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(478)

RECURSO ESPECIAL Nº 983424 - RS (2007/0205761-0)

RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: ANTÔNIO CLEBER BRIÃO TEIXEIRA E OUTROS
ADVOGADO	: LUCIANA GIL COTTA E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 674501 (2004/0109953-1) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(479)

RECURSO ESPECIAL Nº 983430 - ES (2007/0207507-3)

RECORRENTE	: ROGÉRIO RODRIGUES DE ALMEIDA
ADVOGADO	: RODRIGO REIS MAZZEI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANESTES
ADVOGADO	: RENATO BONINSENHA CARVALHO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(480)

RECURSO ESPECIAL Nº 983431 - RS (2007/0205885-7)

RECORRENTE	: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO	: GEOVANA PALERMO CARPES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PAULO DA SILVA
ADVOGADO	: TATIANE COIMBRA BURILLE
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(481)

RECURSO ESPECIAL Nº 983436 - RS (2007/0205887-0)

RECORRENTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: JEFERSON ANTONIO ERPEN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOCELINO CLADEMIR DA SILVA
ADVOGADO	: FERNANDO SÜSSENBACH E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(482)

RECURSO ESPECIAL Nº 983442 - RS (2007/0205655-8)

RECORRENTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: ANGELIZE SEVERO FREIRE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: OLIANGUER LOPES DA SILVA
ADVOGADO	: JOÃO TADEU ARGENTI E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(483)

RECURSO ESPECIAL Nº 983444 - RJ (2007/0206282-0)

RECORRENTE	: ACAUAN FERREIRA DA COSTA
ADVOGADO	: EISENHOWER DIAS MARIANO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MARIA DE LOURDES CALDEIRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PAULO GALLOTTI - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(484)

RECURSO ESPECIAL Nº 983445 - PR (2007/0206256-4)

RECORRENTE	: MUNICÍPIO DE LONDRINA
PROCURADOR	: SÉRGIO VERÍSSIMO DE OLIVEIRA FILHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: GENIVAL LUIZ DA CRUZ
ADVOGADO	: LEANDRO ISAIAS CAMPI DE ALMEIDA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(485)

RECURSO ESPECIAL Nº 983447 - MS (2007/0207677-8)

RECORRENTE	: SERASA S/A
ADVOGADO	: JEFFERSON SANTOS MENINI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ELPÍDIO DA SILVA MARTINS
ADVOGADO	: MARIA IVONE AGUIAR E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(486)

RECURSO ESPECIAL Nº 983448 - RJ (2007/0206281-8)

RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: VILMA FREITAS DE MATTOS MARCONDES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PAULO DE TARSO PINGARRILHO CARVÃO
ADVOGADO	: PATRÍCIA CANDIDA LEAL SCHMIDT
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(487)

RECURSO ESPECIAL Nº 983449 - RJ (2007/0206286-7)

RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MARIA DE LOURDES ALMEIDA DA FONSECA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: NILDO SOARES E OUTRO
ADVOGADO	: PEDRO ALVES DE SOUZA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO CASTRO MEIRA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(488)

RECURSO ESPECIAL Nº 983451 - RJ (2007/0206280-6)

RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: ARMANDO BORGES DE ALMEIDA JUNIOR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARCOS PAULO ARAÚJO DA SILVA
ADVOGADO	: RODRIGO ESTEVES REZENDE - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(489)

RECURSO ESPECIAL Nº 983464 - RS (2007/0205625-5)

RECORRENTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: MIRIAM KRAMER GUEDES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOSE ESCOBAR BERTASO
ADVOGADO	: ALOYCIO RUDIGER
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(490)

RECURSO ESPECIAL Nº 983467 - RS (2007/0205628-0)

RECORRENTE	: HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADO	: MARIA ALEXANDRA BURG OLIVEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: SONIA SILVEIRA JAQUES
ADVOGADO	: NÁDIA MARIA KOCH ABDO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(491)

RECURSO ESPECIAL Nº 983469 - RS (2007/0205641-0)

RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSÉ CARLOS COSTA LOCH E OUTRO(S)
RECORRIDO	: DHB COMPONENTES AUTOMOTIVOS S/A
ADVOGADO	: MÁRCIA MALLMANN LIPPERT
INTERES.	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADOR	: EDUARDO DIAS DIAZ CARVALHO E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA DENISE ARRUDA - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(492)

RECURSO ESPECIAL Nº 983471 - RS (2007/0205639-3)

RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: BERENICE FERREIRA LAMB E OUTRO(S)
RECORRIDO	: VALANDRO E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	: ROBERTO VILLA VERDE FAHRION E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(493)

RECURSO ESPECIAL Nº 983477 - RS (2007/0205659-5)

RECORRENTE	: RUI CHARÃO DA SILVA
ADVOGADO	: LUIS HENRIQUE GUARDA
RECORRIDO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDSON LUIZ RODRIGUES DA SILVA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(494)

RECURSO ESPECIAL Nº 983479 - RS (2007/0205662-3)

RECORRENTE	: BANCO GENERAL MOTORS S/A
ADVOGADO	: RODRIGO DORNELES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOSÉ CARLOS STRIFEZZE
ADVOGADO	: THAIS FIGUEIRÓ FERNANDES MONTEIRO
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(495)

RECURSO ESPECIAL Nº 983480 - AM (2007/0205379-2)

RECORRENTE	: ESTADO DO AMAZONAS
PROCURADOR	: LUCIANA ARAÚJO PAES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ILKA DE SOUZA COLARES
ADVOGADO	: NAZARENO PEREIRA MELO
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(496)

RECURSO ESPECIAL Nº 983481 - RS (2007/0205634-4)

RECORRENTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FELIX TORZECKI
ADVOGADO	: CAMILA TAGLIANI CARNEIRO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(497)

RECURSO ESPECIAL Nº 983482 - RS (2007/0205643-3)

RECORRENTE	: UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADVOGADO	: CINDY ELIZA PEIXOTO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: NILSA HENDGES
ADVOGADO	: ÁLVARO SAVIO VIEIRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(498)

RECURSO ESPECIAL Nº 983483 - AM (2007/0205384-4)

RECORRENTE	: ESTADO DO AMAZONAS
PROCURADOR	: INGRID MONTEIRO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOSÉ CARLOS DE SOUZA CARDOSO
ADVOGADO	: FERNANDO ANTÔNIO FERREIRA LOPES
RELATOR	: MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(499)

RECURSO ESPECIAL Nº 983485 - RS (2007/0206440-9)

RECORRENTE	: BANCO PANAMERICANO S/A
ADVOGADO	: VALQUIRIA BELMENI STEFFENS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JULIANO TAVARES GABRIEL
ADVOGADO	: LARRI DOS SANTOS FEULA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(500)

RECURSO ESPECIAL Nº 983486 - MG (2007/0206351-3)

RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: JOÃO CARDOSO DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CONCHITA MOREIRA GOMES E OUTROS
ADVOGADO	: WEBER PEIXOTO NOVAIS
RELATOR	: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(501)

RECURSO ESPECIAL Nº 983487 - RS (2007/0206429-3)

RECORRENTE	: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO	: ELÓI CONTINI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOÃO QUIRINO DOS SANTOS JUNIOR
ADVOGADO	: TIAGO ROMBALDI DOS SANTOS
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(502)

RECURSO ESPECIAL Nº 983488 - RS (2007/0206434-5)

RECORRENTE	: UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADVOGADO	: RAFAEL NOGUEIRA SIMAS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MÁRCIO JOSÉ ACUNHA ALONSO
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(503)

RECURSO ESPECIAL Nº 983490 - RS (2007/0206592-5)

RECORRENTE	: BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A
ADVOGADO	: JEFERSON ANTONIO ERPEN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MÁRCIO ROGÉRIO CHRIST - ESPÓLIO
REPR. POR	: ROSEMERI BARBOSA DO AMARAL CHRIST - INVENTARIANTE
ADVOGADO	: GABRIEL DINIZ DA COSTA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(504)

RECURSO ESPECIAL Nº 983492 - RS (2007/0205459-9)

RECORRENTE	: BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A
ADVOGADO	: EDUARDO MARIOTTI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JÚLIO ALBERTO PAVESI
ADVOGADO	: RAFAEL CORTE MELLO
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(505)

RECURSO ESPECIAL Nº 983501 - RS (2007/0205707-5)

RECORRENTE	: ROSALINA LUIZA CAMILLO CISLAGHI
ADVOGADO	: LUCIANE SANTIN
RECORRIDO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: BIANCA GALANT BORGES E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA ELIANA CALMON - SEGUNDA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(506)

RECURSO ESPECIAL Nº 983545 - SP (2007/0206419-2)

RECORRENTE	: PAULO JOSÉ RUFINO
ADVOGADO	: JAIR CAETANO DE CARVALHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: FLÁVIO AUGUSTO CABRAL MOREIRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(507)

RECURSO ESPECIAL Nº 983574 - MS (2007/0208727-9)

RECORRENTE	: ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADOR	: RENATA CORONA ZUCONELLI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ZULMIRA MACEDO FERREIRA
ADVOGADO	: RENATA BARBOSA LACERDA OLIVA
RELATOR	: MINISTRO JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(508)

RECURSO ESPECIAL Nº 983576 - RS (2007/0206535-5)

RECORRENTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: NEIDA VIEIRA FLORES
ADVOGADO	: RONALDO RIBEIRO
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(509)

RECURSO ESPECIAL Nº 983577 - MG (2007/0205911-1)

RECORRENTE	: JOAQUIM DOS PASSOS DIAS
ADVOGADO	: MARLI LOPES DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: SÉRGIO AUGUSTO SANTOS RODRIGUES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA TURMA
MINISTROS IMPEDIDOS	: MINISTRA NANCY ANDRIGHIMINISTRO CESAR ASFOR ROCHAMINISTRO FERNANDO GONÇALVES

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(510)

RECURSO ESPECIAL Nº 983846 - RN (2007/0207228-2)

RECORRENTE	: AÍDA SAHVEDRO TEIXEIRA DE BARROS E OUTROS
ADVOGADO	: LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA
RECORRIDO	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: CÁSSIO CARVALHO CORREIA DE ANDRADE E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(511)

RECURSO ESPECIAL Nº 983847 - RJ (2007/0207313-0)

RECORRENTE	: MARIA LUCIA DE ALMEIDA PRATA
ADVOGADO	: SÉRGIO ESPÍNOLA CATRAMBY
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE RICARDO DE LUCA RAYMUNDO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(512)

RECURSO ESPECIAL Nº 983854 - MS (2007/0208268-3)

RECORRENTE	: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO	: MÁRCIA ANGÉLICA DE JESUS TAVEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JANETH ANASTÁCIO BELTRÃO
ADVOGADO	: ANTONIO MATHEUS SOUZA LOBO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(513)

RECURSO ESPECIAL Nº 983902 - SP (2007/0208616-8)

RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ELISANGELA PEREIRA DE CARVALHO LEITÃO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA MADALENA PEREIRA DA PAZ
ADVOGADO	: MARTHA MARIA BRUNI PALOMO DALDON E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 888552 (2007/0088576-5) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(514)

RECURSO ESPECIAL Nº 983914 - MS (2007/0208719-1)

RECORRENTE	: FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
ADVOGADO	: MARIA CRISTINA BORGES DE LARA CAMPOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ROBERTO BORGES RODRIGUES DA COSTA
ADVOGADO	: TELMA LÚCIA IMADA LEAL
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(515)

RECURSO ESPECIAL Nº 983922 - SP (2007/0207463-3)

RECORRENTE	: ADALBERTO FERREIRA E OUTROS
ADVOGADO	: LUCIANA CONFORTI SLEIMAN COZMAN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MIRIAM DE ANDRADE CARNEIRO LEAO E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(516)

RECURSO ESPECIAL Nº 983930 - RO (2007/0208914-9)

RECORRENTE	: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROCURADOR	: CAROLINA AUGUSTA DE MENDONÇA RODRIGUES
RECORRIDO	: GUILHERME MEGIAS
ADVOGADO	: IRLAN ROGÉRIO ERASMO DA SILVA
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção da Ministra JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(517)

RECURSO ESPECIAL Nº 983931 - RJ (2007/0209295-8)

RECORRENTE	: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: VANICE REGINA LÍRIO DO VALLE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: RODRIGO DE ALBUQUERQUE LOBO
ADVOGADO	: MARCIO ALEXANDRE WILSON MAIA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(518)

RECURSO ESPECIAL Nº 983937 - SP (2007/0208466-6)

RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: SANDRA TSUCUDA SASAKI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CILENA SILVA CABRAL
ADVOGADO	: SERGIO HENRIQUE PARDAL BACELLAR FREUDENTHAL E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO NILSON NAVES - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(519)

RECURSO ESPECIAL Nº 983953 - MS (2007/0208700-4)

RECORRENTE	: ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADOR	: EIMAR SOUZA SCHRÖDER ROSA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BERNARDO YARZON E OUTROS
ADVOGADO	: MARIA HENRIQUETA DE ALMEIDA
RELATOR	: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(520)

RECURSO ESPECIAL Nº 983962 - SP (2007/0208885-9)

RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: AFONSO GRISI NETO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: GERMANIA EMPREITADAS E MÃO DE OBRA S/C LTDA
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
RELATOR	: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(521)

RECURSO ESPECIAL Nº 983971 - MS (2007/0208704-1)

RECORRENTE	: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A
ADVOGADO	: EDYEN VALENTE CALEPIS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARTIN CONTRERA
ADVOGADO	: PAULO DE TARSO PELOGO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(522)

RECURSO ESPECIAL Nº 983984 - MG (2007/0208351-8)

RECORRENTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: MARCELO ARAÚJO CAMPOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: GUIDO DE MOURA E SILVA
ADVOGADO	: OMAR BENJAMIN GONÇALVES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(523)

RECURSO ESPECIAL Nº 984614 - PR (2007/0210671-2)

RECORRENTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: FERNANDA FORTUNATO MAFRA PARUCKER E SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JACKSON DE FRAGA E OUTROS
ADVOGADO	: MARCEL SOUZA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
INTERES.	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MANOEL DINIZ PAZ NETO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRO MASSAMI UYEDA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(524)

RECURSO ESPECIAL Nº 988900 - SP (2007/0222114-2)

RECORRENTE	: THEREZINHA FURTADO BODNARCHUK E OUTROS
ADVOGADO	: FABIULA CHERICONI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO	: DOUGLAS SFORSIN CALVO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 881247 (2007/0076917-3) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(525)

RECURSO ESPECIAL Nº 989343 - RS (2007/0223744-1)

RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO	: CHARLES TORRES DA SILVA
ADVOGADO	: VANDERLUCIO DOS SANTOS BAUM
RECORRIDO	: ROBERTO JOSÉ DA SILVA
ADVOGADO	: RENATO ALMEIDA DO NASCIMENTO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(526)

RECURSO ESPECIAL Nº 990086 - SP (2007/0216852-2)

RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO	: DESDETH PEREIRA DO NASCIMENTO (PRESO)
ADVOGADO	: ALOISIO ANTONIO VEIGA DE MELLO
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(527)

RECURSO ESPECIAL Nº 990117 - PR (2007/0220086-0)

RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: ANALZINA DOS SANTOS SOUZA E OUTROS
ADVOGADO	: EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS BOSCARDIN
INTERES.	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: SOLANGE DIAS CAMPOS PREUSSLER E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(528)

RECURSO ESPECIAL Nº 990268 - RJ (2007/0234674-0)

RECORRENTE	: FLORIANO HERMETO DE ALMEIDA FILHO E OUTROS
ADVOGADO	: MARCELO DA SILVA SÁ
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ADRIANA DE SABOYA GOLDBERG E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(529)

RECURSO ESPECIAL Nº 990287 - RS (2007/0234624-5)

RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: MARIÂNGELA DIAS BANDEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LOURDES EMIRENA KRAEMER
ADVOGADO	: ADRIANO DE VASCONCELOS FRANÇA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 900241 (2007/0138234-7) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(530)

RECURSO ESPECIAL Nº 990299 - CE (2007/0234508-2)

RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: RISONEIDE GONÇALVES DE ANDRADE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ANALIA MARTINS DE BRITO
ADVOGADO	: MÁRCIO MILITÃO SABINO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 892880 (2007/0104292-0) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(531)

RECURSO ESPECIAL Nº 990304 - RS (2007/0234887-2)

RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: JOSÉ CALVINO PIRES MAIA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: WILMA DA FONSECA RAMOS
ADVOGADO	: MARCUS TAVARES MEIRA E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(532)

RECURSO ESPECIAL Nº 990306 - RS (2007/0235032-0)

RECORRENTE	: ADALBERTO ESEQUIEL DOS SANTOS
ADVOGADO	: MICHELLE CRISTINA BENITES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: PAULO HENRIQUE VANZETTO E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(533)

RECURSO ESPECIAL Nº 990361 - SP (2007/0225647-3)

RECORRENTE	: ITAÚ SEGUROS S/A
ADVOGADO	: MARY SINATRA MITIKO YAMAYA DE CASTRO G. SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: VANILDES TADEU MONTESANTI
ADVOGADO	: MARCELO RIBEIRO MORAES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(534)

RECURSO ESPECIAL Nº 990437 - SC (2007/0226685-0)

RECORRENTE	: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
PROCURADOR	: LILIANE JACQUES FERNANDES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: SINDICATO D0S TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA - SINTRAFESC
ADVOGADA	: KÁZIA FERNANDES PALANOWSKI E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO NILSON NAVES - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(535)

RECURSO ESPECIAL Nº 990551 - DF (2007/0225051-4)

RECORRENTE	: ANTÔNIO PAULA MATIAS
ADVOGADO	: WALTER PRAZERES GUIMARÃES
RECORRIDO	: CONDOMÍNIO SARGENTO WOLF
ADVOGADA	: RITA DE CÁSSIA NASCIMENTO PALMA GASTALDI E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(536)

RECURSO ESPECIAL Nº 990577 - RS (2007/0226974-2)

RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO	: PAULO ISIDORO FARIAS (PRESO)
ADVOGADO	: LUIZ ALFREDO SCHUTZ - DEFENSOR PÚBLICO E OUTROS
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(537)

RECURSO ESPECIAL Nº 990583 - RS (2007/0226975-4)

RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO	: LUIS JERONIMO MELLO
ADVOGADO	: CLEOMIR DE OLIVEIRA CARRAO - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(538)

RECURSO ESPECIAL Nº 990592 - RS (2007/0226982-0)

RECORRENTE	: ADOLFO ALENCAR CARDOSO
ADVOGADO	: MIGUEL ARCANJO DA CRUZ SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: TELMO LEMOS FILHO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(539)

RECURSO ESPECIAL Nº 990594 - RJ (2007/0224288-9)

RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECORRIDO	: ANTÔNIO CARLOS DA SILVA
ADVOGADO	: RONALDO ORLOWSKI - DEFENSOR PÚBLICO
RELATOR	: MINISTRO PAULO GALLOTTI - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(540)

RECURSO ESPECIAL Nº 990595 - RS (2007/0226934-9)

RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO	: PAULO DE AGUIAR (PRESO)
ADVOGADO	: ALEXANDRA SILVEIRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PAULO GALLOTTI - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(541)

RECURSO ESPECIAL Nº 990605 - SP (2007/0226460-3)

RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO	: JOSÉ CARLOS CACHATE DA SILVA
ADVOGADO	: CLÁUDIA BARBIERI BOMBARDA - DEFENSORA DATIVA
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 927166 (2007/0043455-1) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(542)

RECURSO ESPECIAL Nº 990606 - RS (2007/0227093-6)

RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RECORRIDO	: LOURENÇO MORANDI
ADVOGADO	: MAURICIO DE OLIVEIRA
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(543)

RECURSO ESPECIAL Nº 990614 - SP (2007/0224139-8)

RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO	: EULOGIO LUÍS ARIAS APONTE (PRESO)
ADVOGADO	: ARIOVALDO TOLLEDO PENTEADO JUNIOR (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA)
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(544)

RECURSO ESPECIAL Nº 990640 - RN (2007/0227171-9)

RECORRENTE	: MARIA APARECIDA REGIS FRANCISCO E OUTROS
ADVOGADO	: LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA
RECORRIDO	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: ROSALI DIAS DE ARAÚJO PINHEIRO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(545)

RECURSO ESPECIAL Nº 990647 - RN (2007/0227172-0)

RECORRENTE	: FRANCISCO PAULINO FILHO E OUTROS
ADVOGADO	: LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA
RECORRIDO	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: ROSALI DIAS DE ARAÚJO PINHEIRO E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(546)

RECURSO ESPECIAL Nº 990675 - RS (2007/0226810-1)

RECORRENTE	: SIDNEI LOPES MOTA E OUTRO
ADVOGADO	: ANTONIO CARLOS PONTES BORGES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: RAFAEL NUNES SEFRIN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(547)

RECURSO ESPECIAL Nº 990694 - RS (2007/0226764-5)

RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO	: JEFERSON MATTOS DE MELLO (PRESO)
ADVOGADO	: ANTONIO FLÁVIO DE OLIVEIRA - DEFENSOR PÚBLICO
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 951859 (2007/0111957-8) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(548)

RECURSO ESPECIAL Nº 990703 - RS (2007/0226766-9)

RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO	: JOSÉ EMERSON PREVE GONÇALVES
ADVOGADO	: JOSÉ FRANCISCO FERREIRA DE ANDRADE - DEFENSOR PÚBLICO E OUTROS
RELATOR	: MINISTRO PAULO GALLOTTI - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(549)

RECURSO ESPECIAL Nº 990715 - RS (2007/0226768-2)

RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO	: NELSON LUIZ GUERREIRO DE OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADO	: ADRIANA BIRNFELD PRAETZEL - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(550)

RECURSO ESPECIAL Nº 990723 - RS (2007/0226752-0)

RECORRENTE	: PAULO ALEXANDRE AGUILERA MORETO (PRESO)
ADVOGADO	: EDUARDO LIMA FREITAS HOLETZ
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(551)

RECURSO ESPECIAL Nº 990740 - RS (2007/0225482-1)

RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: DIEGO DRUZIAN DA SILVA
ADVOGADO	: LUÍS CARLOS GEHRKE
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(552)

RECURSO ESPECIAL Nº 990750 - RS (2007/0226973-0)

RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO	: MAICON JÚNIOR SILVA DE SOUZA
RECORRIDO	: MAICON CESAR SCHEID
ADVOGADO	: CLEOMIR DE OLIVEIRA CARRÃO - DEFENSOR PÚBLICO E OUTROS
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(553)

RECURSO ESPECIAL Nº 990803 - DF (2007/0225317-6)

RECORRENTE	: BANCO BMG S/A
ADVOGADO	: ROGERIO MEIRA LIMA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: HELVÉCIO LEAL SANTOS
ADVOGADO	: AUCELI ROSA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(554)

RECURSO ESPECIAL Nº 990882 - RS (2007/0226969-0)

RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO	: LUIZ ANTÔNIO JÚLIO DA ROCHA
ADVOGADO	: LÉA BRITO KASPER - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS
RELATOR	: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(555)

RECURSO ESPECIAL Nº 990905 - SC (2007/0233388-6)

RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ALEX PEROZZO BOEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA ESPÍNDOLA INÁCIO
ADVOGADO	: JAMILTO COLONETTI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(556)

RECURSO ESPECIAL Nº 990936 - RS (2007/0225619-4)

RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: CYNTIA COLETO ASSUMPÇÃO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LACY DE OLIVEIRA KIELING
ADVOGADO	: MARLISE FOPPA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

Ministro		**Total**
PRESIDENTE DO STJ		76
Registrados	76	
NILSON NAVES		16
Distribuídos	16	
HUMBERTO GOMES DE BARROS		28
Distribuídos	28	
ARI PARGENDLER		27
Distribuídos	27	
JOSÉ DELGADO		11
Distribuídos	10	
Redistribuídos	1	
FERNANDO GONÇALVES		28
Distribuídos	28	
FELIX FISCHER		18
Distribuídos	18	
ALDIR PASSARINHO JUNIOR		28
Distribuídos	27	
Redistribuídos	1	
GILSON DIPP		1
Distribuídos	1	
HAMILTON CARVALHIDO		15
Distribuídos	15	
ELIANA CALMON		10
Distribuídos	10	
PAULO GALLOTTI		20
Distribuídos	20	
FRANCISCO FALCÃO		11
Distribuídos	11	
NANCY ANDRIGHI		27
Distribuídos	27	
LAURITA VAZ		15
Distribuídos	15	
LUIZ FUX		11
Distribuídos	10	
Redistribuídos	1	
JOÃO OTÁVIO DE NORONHA		12
Distribuídos	12	
TEORI ALBINO ZAVASCKI		11
Distribuídos	11	
CASTRO MEIRA		11
Distribuídos	10	
Redistribuídos	1	
DENISE ARRUDA		10
Distribuídos	10	
HÉLIO QUAGLIA BARBOSA		27
Distribuídos	26	
Redistribuídos	1	
ARNALDO ESTEVES LIMA		14
Distribuídos	14	
MASSAMI UYEDA		29
Distribuídos	27	
Redistribuídos	2	
HUMBERTO MARTINS		9
Distribuídos	9	
MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA		16
Distribuídos	16	
HERMAN BENJAMIN		11
Distribuídos	10	
Redistribuídos	1	
NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO		30
Distribuídos	30	
JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)		16
Distribuídos	15	
Redistribuídos	1	
CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)		18
Distribuídos	15	
Atribuídos	3	
Total		**556**

Nada mais havendo, foi encerrada a Audiência de Distribuição do que eu, Maria Aparecida do Espírito Santo, Secretária Judiciária, subscrevo a presente Ata da Distribuição.

Brasília, 27 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
VICE-PRESIDENTE

ATA Nº 4950 DE REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA
DO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2007.

Presidente em Exercício: O Exmo. Sr. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Secretário(a): Maria Aparecida do Espírito Santo

Às 14:00 horas, foram distribuídos, pelo sistema de processamento de dados, os seguintes feitos:_

(557)

AÇÃO PENAL Nº 206 - RJ (2001/0194801-5)

AUTOR	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RÉU	: JOSÉ LEITE NADER
ADVOGADO	: FELIPE AMODEO E OUTRO(S)
RÉU	: ASTOR PEREIRA DE MELLO
ADVOGADO	: JOSÉ DANIR SIQUEIRA DO NASCIMENTO E OUTRO
RÉU	: CARLOS ARMANDO FOLI
ADVOGADO	: JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA LEITE
RÉU	: MAMORU OGURO
ADVOGADO	: ALEXANDRE LOBÃO ROCHA - DEFENSOR PÚBLICO E OUTRO
RÉU	: MARIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS
ADVOGADO	: ALEXANDRE LOBÃO ROCHA - DEFENSOR PÚBLICO DA UNIÃO
RÉU	: ADRIANO CALDEIRON LOURENÇO FILHO

ADVOGADA	: EDYLCEA TAVARES NOGUEIRA DE PAULA - DEFENSOR DATIVO
RÉU	: ANA MARIA MARTINS
ADVOGADO	: RUI OCTÁVIO DOMINGUES E OUTRO
RÉU	: MARIA THEREZA DA SILVA
ADVOGADO	: ALEXANDRE LOBÃO ROCHA - DEFENSOR PÚBLICO E OUTRO
RÉU	: MARIA THEREZA DA SILVA
ADVOGADO	: RUY DE CARVALHO PINHO
RÉU	: JUAREIS JOSÉ CARDOSO
ADVOGADO	: ALEXANDRE LOBÃO - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RÉU	: GLAUBER DA COSTA MILACH
ADVOGADO	: CAROLINE LOURENÇO DOS REIS
RÉU	: IVANI CÂMARA VIANNA
ADVOGADO	: JORGE AUGUSTO ESPÓSITO DE MIRANDA E OUTRO
RÉU	: ARLINDO MENDES DE CARVALHO
ADVOGADO	: NILTON ALBERTO LINS DE SOUZA E OUTRO
RÉU	: ZAIDA RAMOS NOLASCO DE SOUZA
ADVOGADO	: JORGE AUGUSTO ESPÓSITO DE MIRANDA E OUTRO
RÉU	: NIVEA GUIMARÃES DIAS
ADVOGADO	: ALEXANDRE LOBÃO ROCHA - DEFENSOR PÚBLICO E OUTRO
RÉU	: CIRO FONSECA
ADVOGADO	: JÚLIO CÉSAR DO MONTE E OUTRO(S)
RÉU	: JOSÉ PAULO FARIAS DA COSTA
ADVOGADO	: ALEXANDRE LOBÃO ROCHA - DEFENSOR PÚBLICO E OUTRO
RÉU	: CLÁUDIA DA SILVA DEVEZA DANTAS
ADVOGADO	: ALEXANDRE LOBÃO ROCHA - DEFENSOR PÚBLICO E OUTROS
RÉU	: CIRIEMA RODRIGUES CALDAS
ADVOGADO	: EDISON RIBEIRO
RÉU	: CARLOS VIEIRA DE CARVALHO SOBRINHO
ADVOGADO	: HUMBERTO G ALVES DA COSTA E OUTRO
RÉU	: ZAMIR CIRAUDO NICOLAU JORGE
RÉU	: IVAN FIGUEIREDO DE MELLO
ADVOGADO	: EDGARD SÍLVIO DE ALENCAR SABOYA E OUTRO
RÉU	: MÁRCIA MARIA PEREIRA
ADVOGADO	: ALEXANDRE LOBÃO ROCHA - DEFENSOR PÚBLICO E OUTRO
RÉU	: PAULO JORGE GUERRA
ADVOGADO	: EDGARD SÍLVIO DE ALENCAR SABOYA E OUTRO
RÉU	: MARCÍLIO PEREIRA DE ALBUQUERQUE
ADVOGADO	: SÉRGIO REIS
RÉU	: MARCÍLIO PEREIRA DE ALBUQUERQUE
RÉU	: ODEA DA SILVA LIMA
ADVOGADO	: ALEXANDRE LOBÃO ROCHA - DEFENSOR PÚBLICO E OUTRO
RÉU	: ODEA DA SILVA LIMA
ADVOGADO	: MARLENE ALVES SILVA BATISTA
RÉU	: DOMINGOS QUINTELA DE PAOLA
ADVOGADO	: MARCELO MULLER LOBATO
RÉU	: LÍDIA FERNANDES BARROSO
RÉU	: MARIA DESIDERIO DA SILVA
ADVOGADO	: EKEL LUIZ SERVIO DE SOUZA E OUTRO(S)
RÉU	: RICARDO BONDIM
ADVOGADO	: ALEXANDRE LOBÃO ROCHA - DEFENSOR PÚBLICO E OUTRO
RÉU	: MARCO AURÉLIO DA SILVA PORTO
ADVOGADO	: ALEXANDRE LOBÃO ROCHA - DEFENSOR PÚBLICO E OUTROS
RÉU	: JOÃO CARLOS FIGUEIREDO PINHEIRO
ADVOGADO	: MAURÍCIO COUTINHO SOARES
RÉU	: ELIAS RODRIGUES DOS SANTOS
ADVOGADO	: AGUINALDO SILVA DIAS JUNIOR E OUTRO(S)
RÉU	: ELIAS RODRIGUES DOS SANTOS
ADVOGADO	: ALEXANDRE LOBÃO ROCHA - DEFENSOR PÚBLICO E OUTRO
RÉU	: TÂNIA MARA DE SOUZA COSTA
RÉU	: EDSON DE ANDRADE VIEIRA
ADVOGADO	: ANSELMO LOUZEIRO BRAGA
RÉU	: PAULO SÉRGIO NUNES LOMENHA
ADVOGADO	: ALBERTO LIRIO DO VALLE
RÉU	: PAULO SÉRGIO NUNES LOMENHA
ADVOGADO	: ALEXANDRE LOBÃO ROCHA - DEFENSOR PÚBLICO E OUTRO
RÉU	: ROGÉRIO GUARANI DE SOUZA
RÉU	: JOSÉ JOAQUIM FILHO
ADVOGADO	: ALEXANDRE LOBÃO ROCHA - DEFENSOR PÚBLICO E OUTROS
RÉU	: MIGUEL YAZEJI
RÉU	: MIGUEL ÂNGELO DE CASTRO YAZEJI
RÉU	: MÁRCIO DE CASTRO YAZEJI
RÉU	: VALÉRIA YAZEJI DA SILVA COSME
ADVOGADO	: ANTÔNIO MOREIRA E OUTRO(S)
RÉU	: ARLINDA LAGO MIRON
ADVOGADO	: ALCYONE VIEIRA PINTO BARRETTO
RÉU	: LUIZ CARLOS GOMES CERQUEIRA
ADVOGADO	: FREDERICO DA SILVA CARMO E OUTRO(S)
RÉU	: LUIZ FERNANDES DA SILVA
RÉU	: MARCELO ANDRÉ NUNES LOMENHA
ADVOGADO	: EKEL LUIZ SERVIO DE SOUZA E OUTRO(S)
RÉU	: MARCELO ANDRÉ NUNES LOMENHA
RÉU	: JEFFERSON GONÇALVES DOS SANTOS
ADVOGADO	: ALEXANDRE LOBÃO ROCHA - DEFENSOR PÚBLICO E OUTRO
RÉU	: JEFFERSON GONÇALVES DOS SANTOS
ADVOGADO	: FREDERICO MEMERE E OUTRO
RÉU	: WILTON PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO	: FREDERICO DA SILVA CARMO
RÉU	: VICENTE MOTA SORRENTINO
ADVOGADO	: ENNIO FIGUEIREDO JUNIOR
RÉU	: JORGE LOIOLA GONÇALVES DOS SANTOS
ADVOGADO	: ALEXANDRE LOBÃO ROCHA - DEFENSOR PÚBLICO E OUTRO
RÉU	: JORGE LOIOLA GONÇALVES DOS SANTOS
ADVOGADO	: FREDERICO MEMERE E OUTRO
RÉU	: RITA DE CÁSSIA PINTO FELIX
ADVOGADO	: ALEXANDRE LOBÃO ROCHA - DEFENSOR PÚBLICO E OUTRO
RÉU	: RITA DE CÁSSIA PINTO FELIX
ADVOGADO	: FREDERICO MEMERE E OUTRO
RÉU	: INNA RIBEIRO DE MELLO
ADVOGADO	: AGUINALDO SILVA DIAS JUNIOR E OUTRO(S)
RÉU	: INNA RIBEIRO DE MELLO
ADVOGADO	: ALEXANDRE LOBÃO ROCHA - DEFENSOR PÚBLICO E OUTRO
RÉU	: JAIR DOS SANTOS RODRIGUES
RÉU	: ANGELITA DA CONCEIÇÃO CHAVES TEIXEIRA AGUIAR
ADVOGADO	: EKEL LUIZ SERVIO DE SOUZA E OUTRO(S)
RÉU	: ANTÔNIO ROBERTO DE CARVALHO
ADVOGADO	: JAIME SAMUEL CUKIER E OUTRO(S)
RÉU	: DURVAL NOGUEIRA PIRES DA SILVA
ADVOGADO	: ALEXANDRE LOBÃO ROCHA - DEFENSOR PÚBLICO E OUTRO
RÉU	: DURVAL NOGUEIRA PIRES DA SILVA
ADVOGADO	: JOSUÉ RENÊ VIEIRA E OUTRO
RÉU	: ALTEVIR MENDONÇA SILVA
RÉU	: CELSO MENDONÇA SILVA
RÉU	: PEDRO PAULO D'ANDRÉA
ADVOGADO	: MARIA APARECIDA KASAKEWITCH E OUTRO
RÉU	: NELSINA DE JESUS ALARCAO FERREIRA
ADVOGADO	: ALEXANDRE LOBÃO - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RÉU	: ESRON MACEDO ROMAO
ADVOGADO	: ADILSON LUCAS E OUTRO(S)
RÉU	: FLORISVALDO JOSÉ VIEIRA
ADVOGADO	: ALEXANDRE LOBÃO ROCHA - DEFENSOR PÚBLICO E OUTRO
RÉU	: JOSÉ MOAELSON DO NASCIMENTO
ADVOGADO	: ALEXANDRE LOBÃO ROCHA - DEFENSOR PÚBLICO E OUTROS
RÉU	: EDSON LOUREIRO MONTEIRO
ADVOGADO	: ALEXANDRE LOBÃO - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RÉU	: EDSON LOUREIRO MONTEIRO
RÉU	: MAGDA LÚCIA SOUZA E SILVA
ADVOGADO	: ALEXANDRE LOBÃO ROCHA - DEFENSOR PÚBLICO E OUTRO
RÉU	: MAGDA LÚCIA SOUZA E SILVA
ADVOGADO	: SIDNEY NUNES MORAES
RÉU	: CARLOS WELSON CAPIBERIBE DE SOUZA
ADVOGADO	: ALEXANDRE LOBÃO ROCHA - DEFENSOR PÚBLICO E OUTRO
RÉU	: CARLOS WELSON CAPIBERIBE DE SOUZA
ADVOGADO	: SIDNEY NUNES MORAES
RÉU	: GERALDO PEREIRA DO VALLE
ADVOGADO	: ALEXANDRE LOBÃO - DEFENSOR PÚBLICO DA UNIÃO
RÉU	: JOAQUIM DE SOUZA RAYMUNDO NETO
ADVOGADO	: ALEXANDRE LOBÃO ROCHA - DEFENSOR PÚBLICO E OUTROS
RÉU	: LUCIANO FERREIRA DA CUNHA
ADVOGADO	: ALEXANDRE LOBÃO ROCHA - DEFENSOR PÚBLICO E OUTRO
RÉU	: LUCIANO FERREIRA DA CUNHA
ADVOGADO	: NILSON HENRIQUE DA SILVA
RÉU	: LETICIA CARNEIRO CORRÊA NADER
RÉU	: RIVIA CARNEIRO CORRÊA
ADVOGADO	: WALDEMAR PINTO FILHO E OUTRO(S)
RÉU	: INESILLA DA CRUZ
ADVOGADO	: JAIME SAMUEL CUKIER E OUTRO(S)
RÉU	: INESILLA DA CRUZ
ADVOGADO	: JOAQUIM JAIR XIMENES AGUIAR
RÉU	: WANDER BARBETO DUARTE
ADVOGADO	: JAIME SAMUEL CUKIER E OUTRO(S)
RÉU	: WANDER BARBETO DUARTE
ADVOGADO	: JOAQUIM JAIR XIMENES AGUIAR
RÉU	: ROSAURA MENDES COUTO
ADVOGADO	: REINALDO DIAS SILVA E OUTRO(S)
RÉU	: ENIR DE PAULA
ADVOGADO	: FERNANDO MÁXIMO DE ALMEIDA PIZARRO DRUMMOND E OUTRO
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - CORTE ESPECIAL
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO

Atribuição em 27/09/2007.
COORDENADORIA DA CORTE ESPECIAL

(558)

RECLAMAÇÃO Nº 2570 - PI (2007/0176318-1)

RECLAMANTE	: FRANCISCO DOMINGOS DE SOUSA
ADVOGADO	: HELDER CÂMARA CRUZ LUSTOSA E OUTRO(S)
RECLAMADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
INTERES.	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - TERCEIRA SEÇÃO

Redistribuição por prevenção da Ministra JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

(559)

RECLAMAÇÃO Nº 2628 - SP (2007/0236395-3)

RECLAMANTE	: ADINELSON APARECIDO DA SILVA PRADO (PRESO)
ADVOGADO	: MARCELO FERNANDES DE NARDI (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA)
RECLAMADO	: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DE TAUBATÉ - SP
INTERES.	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATOR	: MINISTRO NILSON NAVES - TERCEIRA SEÇÃO

Distribuição por prevenção do processo HC 44199 (2005/0082456-4) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(560)

RECLAMAÇÃO Nº 2629 - CE (2007/0237571-8)

RECLAMANTE	: DANILO FARIAS
ADVOGADO	: VALTER MACHADO CARDOSO E OUTRO(S)
RECLAMADO	: MINISTRO RELATOR DO HABEAS CORPUS NR 90341 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
INTERES.	: EMPILHADEIRAS SUL AMERICANAS LTDA
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - SEGUNDA SEÇÃO

Distribuição por prevenção do processo HC 90341 (2007/0214516-7) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(561)

RECLAMAÇÃO Nº 2630 - PI (2007/0238454-0)

RECLAMANTE	: LABORATÓRIO INDUSTRIAL FARMACÊUTICO BUCAR LTDA
ADVOGADO	: RICARDO ILTON CORREIA DOS SANTOS
RECLAMADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
INTERES.	: UNIÃO

INTERES.	: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A - BNB
ADVOGADO	: CARLOS GEOVANNI GONÇALVES SOARES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - SEGUNDA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(562)

SENTENÇA ESTRANGEIRA Nº 3105 - EX (2007/0237689-1)

REQUERENTE	: C D
REPR. POR	: L M M
ADVOGADO	: ILTON BATISTA DA SILVA JÚNIOR E OUTRO(S)
REQUERIDO	: J F A D
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO PRESIDENTE

(563)

SENTENÇA ESTRANGEIRA Nº 3106 - EX (2007/0238382-1)

REQUERENTE	: M S
ADVOGADO	: BELMIRO PEREIRA JUNIOR E OUTRO(S)
REQUERIDO	: B S
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO PRESIDENTE

(564)

SENTENÇA ESTRANGEIRA Nº 3107 - EX (2007/0238476-6)

REQUERENTE	: A C S
ADVOGADO	: ALEXANDRE ALBUQUERQUE PINTO
REQUERIDO	: G S
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO PRESIDENTE

(565)

PETIÇÃO Nº 5937 - RS (2007/0236295-5)

REQUERENTE	: JOÃO MARIA CÂNDIDO REIS SANTOS
ADVOGADO	: EDER SANT'ANNA DE LIZ E OUTRO(S)
REQUERIDO	: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DO FORO REGIONAL DE TRISTEZA - RS
RELATORA	: MINISTRA DENISE ARRUDA - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(566)

PETIÇÃO Nº 5938 - DF (2007/0237654-0)

REQUERENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO	: PRIMEIRA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATOR	: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(567)

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 13133 - DF (2007/0237837-0)

IMPETRANTE	: ERMINO MORAES PEREIRA
ADVOGADO	: EVALDO PINTO
IMPETRADO	: MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
RELATOR	: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - TERCEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(568)

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 13134 - DF (2007/0238114-2)

IMPETRANTE	: JOÃO EUSTÓRGIO MATOS DE MIRANDA
ADVOGADO	: EDISON MESSIAS ALMEIDA
IMPETRADO	: MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - TERCEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(569)

MEDIDA CAUTELAR Nº 13321 - RJ (2007/0235925-9)

REQUERENTE	: MARIA CELIA DE SOUZA
ADVOGADO	: LUCIANA MENDES DOS SANTOS E OUTRO(S)
REQUERIDO	: RAULITO ALVES DA SILVA
REQUERIDO	: MIRIAM SAN'T ANA CASTELPOGGI
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(570)

MEDIDA CAUTELAR Nº 13329 - SP (2007/0238241-8)

REQUERENTE	: VALDEVINO PEDRO VANAZZI
REQUERENTE	: LEO RUBENS RIZZO
ADVOGADO	: MAURO CARAMICO E OUTRO(S)
REQUERIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR	: MINISTRO CASTRO MEIRA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(571)

MEDIDA CAUTELAR Nº 13330 - MG (2007/0238259-3)

REQUERENTE	: CARLOS HENRIQUE FRANÇA TEIXEIRA
ADVOGADA	: DEBORAH TAJRA FONTELES
REQUERIDO	: ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATOR	: MINISTRO JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição por prevenção do processo RMS 24065 (2007/0097451-5) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(572)

MEDIDA CAUTELAR Nº 13331 - SP (2007/0238436-2)

REQUERENTE	: MOSAIC FERTILIZANTES DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: MARCOS JOAQUIM GONÇALVES ALVES E OUTRO(S)
REQUERIDO	: FAZENDA NACIONAL
RELATOR	: MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(573)

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 22143 - GO (2007/0234532-4)

RECORRENTE	: H A I T
ADVOGADO	: OVÍDIO MARTINS DE ARAÚJO
RECORRIDO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

(574)

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 22144 - PR (2007/0234556-3)

RECORRENTE	: ELOIR CARDOSO (PRESO)
ADVOGADO	: HUMBERTO FELIX SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

(575)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25309 - DF (2007/0234290-1)

RECORRENTE	: HORÁCIO EDUARDO GOMES VALE
ADVOGADO	: HORÁCIO EDUARDO GOMES VALE (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTRO
RECORRIDO	: CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR	: STÉFANO BORGES PEDROSO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PAULO GALLOTTI - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

(576)

HABEAS CORPUS Nº 57668 - BA (2006/0081048-0)

IMPETRANTE	: MARISTELA VIEIRA SILVA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA)
IMPETRADO	: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE	: ADSON ARAÚJO DE SOUZA (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO NILSON NAVES - SEXTA TURMA

Redistribuição por prevenção do processo HC 35910 (2004/0077397-8) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(577)

HABEAS CORPUS Nº 69612 - SP (2006/0243323-4)

IMPETRANTE	: EDUARDO DE BARROS PEREIRA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA FERNANDES (PRESO)
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - SEXTA TURMA

Redistribuição por prevenção do processo HC 66098 (2006/0197429-9) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(578)

HABEAS CORPUS Nº 83204 - MG (2007/0113847-3)

IMPETRANTE	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
ADVOGADO	: ALESSANDRA ALVES DE OLIVEIRA - DEFENSOR PÚBLICO DA UNIÃO
IMPETRADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A REGIÃO
PACIENTE	: HUMBERTO RIBEIRO DOS SANTOS (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Redistribuição por prevenção do processo HC 76076 (2007/0019579-3) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(579)

HABEAS CORPUS Nº 84570 - SP (2007/0132022-2)

IMPETRANTE	: SILVIA DENISE MACHADO PEREIRA ROCHA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: C R M P
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Redistribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(580)

HABEAS CORPUS Nº 87181 - SP (2007/0166934-9)

IMPETRANTE	: ALEXANDRE FARALDO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: NIVALDO FERREIRA DOS SANTOS
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Redistribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO PRESIDENTE

(581)

HABEAS CORPUS Nº 89114 - MG (2007/0196592-7)

IMPETRANTE	: LAUANDA SILVA LOCCE
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE	: C A S
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Redistribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(582)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90294 - BA (2007/0231423-5)

AUTOR	: LEONARDO DULTRA BORGES
ADVOGADO	: MÁRCIO DANNEMANN GENTIL
RÉU	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
SUSCITANTE	: JUÍZO FEDERAL DA 9A VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA
SUSCITADO	: JUÍZO FEDERAL DA 10A VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - SEGUNDA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(583)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90295 - MG (2007/0231849-0)

AUTOR	: DEOCLÉSIO DE ASSIS COSTA
ADVOGADO	: MARIO CABALLERO GARCIA E OUTRO(S)
RÉU	: MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES
PROCURADOR	: JULIANO MUNHOZ GURGEL E OUTRO(S)
SUSCITANTE	: JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE RIBEIRÃO DAS NEVES - MG
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE RIBEIRÃO DAS NEVES - MG
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - TERCEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(584)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90296 - SP (2007/0231825-1)

AUTOR	: SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE SOROCABA
ADVOGADO	: PAULO DO AMARAL E OUTRO(S)
RÉU	: PEDRO ÁGUA FILHO - MICROEMPRESA
SUSCITANTE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A REGIÃO
SUSCITADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATORA	: MINISTRA DENISE ARRUDA - PRIMEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(585)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90304 - MG (2007/0231836-4)

AUTOR	: PAULO CONSTANTINO DA SILVA
ADVOGADO	: NILTON JOSÉ RIOS E OUTRO(S)
RÉU	: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA SESI
ADVOGADO	: GUSTAVO OLIVEIRA DE SIQUEIRA E OUTRO(S)
SUSCITANTE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3A REGIÃO
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE CONTAGEM - MG
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - SEGUNDA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(586)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90306 - SP (2007/0230589-2)

AUTOR	: JOÃO EDSON GUIMARÃES
ADVOGADO	: EZILDO EDISON BUENO DE GODOY
RÉU	: MARMORARIA BOM JESUS LTDA
ADVOGADO	: JOÃO EUDOXIO DA SILVA NETO
SUSCITANTE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A REGIÃO
SUSCITADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - SEGUNDA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(587)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90322 - MG (2007/0231807-3)

AUTOR	: JOELMA CRISTINA SAMORA E OUTROS
ADVOGADO	: WESLLEY ALVES DE MIRANDA E OUTRO(S)
RÉU	: MUNICÍPIO DE AÇUCENA
ADVOGADO	: HUMBERTO LOPES DE ASSIS E OUTRO(S)
SUSCITANTE	: JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE CORONEL FABRICIANO - MG
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DE AÇUCENA - MG
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - TERCEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(588)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90327 - SP (2007/0230544-0)

AUTOR	: VALDEMAR TAVARES DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: DELMA GRABINE DE MELO BECKER E OUTRO(S)
RÉU	: IGREJA EVANGÉLICA MISSIONÁRIA SÓ O SENHOR É DEUS
ADVOGADO	: OLIVEIRA MARTINS DOS REIS E OUTRO(S)
SUSCITANTE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A REGIÃO
SUSCITADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - SEGUNDA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(589)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90344 - RJ (2007/0232061-0)

AUTOR	: JUSTIÇA PÚBLICA
RÉU	: JOSÉ CARLOS DA SILVA CARVALHO
RÉU	: JAIRO EMANOEL DA SILVA CARVALHO
ADVOGADO	: MARCOS ALEXANDRE BARCELLOS FERNANDES
RÉU	: MAURO LÚCIO DOMINGOS
ADVOGADO	: PAULO SERGIO DAMM E OUTRO(S)
SUSCITANTE	: JUÍZO FEDERAL DA 5A VARA CRIMINAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DA 25A VARA CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO - RJ
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - TERCEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(590)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90346 - SP (2007/0232100-0)

AUTOR	: S BOTELHO E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	: PAULO MAZZANTE DE PAULA E OUTRO(S)
RÉU	: DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO DE OURINHOS
SUSCITANTE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A REGIÃO
SUSCITADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO
RELATOR	: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI - PRIMEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(591)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90347 - RJ (2007/0231671-2)

AUTOR	: HAMILTON SILVA ANDRADE
ADVOGADO	: ANTONIO CARLOS AIRES DE ALMEIDA BRAZ E OUTRO(S)
RÉU	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
SUSCITANTE	: JUÍZO FEDERAL DO SÉTIMO JUIZADO ESPECIAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUSCITADO	: JUÍZO FEDERAL DA 35A VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - TERCEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(592)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90348 - SP (2007/0231692-6)

AUTOR	: SEBASTIÃO MARTINS DUARTE
ADVOGADO	: SÍLVIA HELENA RAITZ GAVIGLIA E OUTRO(S)
RÉU	: KLABIN S/A
ADVOGADO	: CLAUDINEI ARISTIDES BOSCHIERO E OUTRO(S)
SUSCITANTE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A REGIÃO
SUSCITADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - SEGUNDA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(593)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90350 - SC (2007/0233440-6)

AUTOR	: FAZENDA NACIONAL
RÉU	: J F GEREMIAS E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	: AGLAIE SANDRINI BOTEGA POSSAMAI
SUSCITANTE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12A REGIÃO
SUSCITADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A REGIÃO
RELATOR	: MINISTRO CASTRO MEIRA - PRIMEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(594)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90351 - RJ (2007/0233437-8)

AUTOR	: HELENA ROCHA DOS SANTOS
ADVOGADO	: MARCELO AUGUSTO NUNES FERREIRA
RÉU	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
SUSCITANTE	: JUÍZO FEDERAL DO SÉTIMO JUIZADO ESPECIAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUSCITADO	: JUÍZO FEDERAL DA 37A VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RELATOR	: MINISTRO NILSON NAVES - TERCEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(595)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90352 - ES (2007/0233441-8)

AUTOR	: CLEBER ANTONIO BORSOI
ADVOGADO	: LUÍS FERNANDO NOGUEIRA MOREIRA E OUTRO(S)
RÉU	: MUNICÍPIO DE RIO NOVO DO SUL
ADVOGADO	: EDIONIR ANTONIO LÓSS
SUSCITANTE	: JUÍZO DA 1A VARA DO TRABALHO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DE RIO NOVO DO SUL - ES
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - TERCEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(596)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90361 - SP (2007/0230590-7)

AUTOR	: FAZENDA NACIONAL
RÉU	: OSWALDO FAGANELLO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
ADVOGADO	: IVONE DA MOTA MENDONCA E OUTRO(S)
SUSCITANTE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A REGIÃO
SUSCITADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO
RELATOR	: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(597)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90366 - SP (2007/0230601-9)

AUTOR	: PRISCILA DE OLIVEIRA E OUTROS
ADVOGADO	: ANTÔNIO PICONI E OUTRO(S)
RÉU	: SEARA ALIMENTOS S/A
ADVOGADO	: AUGUSTO CÉSAR RUPPERT E OUTRO(S)
RÉU	: BENEDITO MIGUEL
ADVOGADO	: FLÁVIO DEL PRA E OUTRO(S)
SUSCITANTE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A REGIÃO
SUSCITADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - SEGUNDA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(598)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90369 - SP (2007/0230546-3)

AUTOR	: MARIA APARECIDA DOS SANTOS
ADVOGADO	: JOSÉ ADALBERTO ROCHA E OUTRO(S)
RÉU	: BANCO NOSSA CAIXA S/A
ADVOGADO	: SANDRO DOMENICH BARRADAS E OUTRO(S)
SUSCITANTE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A REGIÃO
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL - SP
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - SEGUNDA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(599)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90371 - PA (2007/0233444-3)

AUTOR	: RAIMUNDA DO NASCIMENTO DAS MERCÊS
ADVOGADO	: ESMERALDA PEDROSA GOMES
RÉU	: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE PIRABAS
ADVOGADO	: JORGE OTÁVIO PESSOA DO NASCIMENTO

SUSCITANTE	: JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE CAPANEMA - PA
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE CAPANEMA - PA
RELATOR	: MINISTRO PAULO GALLOTTI - TERCEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(600)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90381 - SP (2007/0232294-4)

AUTOR	: JUSTIÇA PÚBLICA
RÉU	: EM APURAÇÃO
SUSCITANTE	: JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA CRIMINAL ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E CRIMES DE LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS DIREITOS E VALORES DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SUSCITADO	: JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA CRIMINAL DE FOZ DO IGUAÇU - SJ/PR
SUSCITADO	: JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA CRIMINAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - TERCEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(601)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90424 - SP (2007/0235343-8)

AUTOR	: EDNILSON RAIMUNDO DOS SANTOS
ADVOGADO	: IGOR VILHORA NOYA E OUTRO(S)
RÉU	: CONSTRUTORA PASSARELLI LTDA
ADVOGADO	: ANTÔNIO LUIZ BUENO BARBOSA E OUTRO(S)
SUSCITANTE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A REGIÃO
SUSCITADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - SEGUNDA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(602)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90425 - SP (2007/0235354-0)

AUTOR	: MERCANTIL SADALLA LTDA
ADVOGADO	: JOSÉ OSVALDO PEREIRA E OUTRO(S)
RÉU	: DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SÃO PAULO
SUSCITANTE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A REGIÃO
SUSCITADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO
RELATOR	: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(603)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90461 - BA (2007/0235311-1)

AUTOR	: APOLÔNIO DO ESPÍRITO SANTO COSTA
ADVOGADO	: REGINA MARIA RIBEIRO TRAVASSOS E OUTRO(S)
RÉU	: COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND ITAÚ
ADVOGADO	: MANOEL JOAQUIM PINTO RODRIGUES DA COSTA E OUTRO(S)
SUSCITANTE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A REGIÃO
SUSCITADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - SEGUNDA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(604)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90462 - SP (2007/0235267-9)

AUTOR	: FAZENDA NACIONAL
RÉU	: PIRÂMIDES BRASÍLIA S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO - MASSA FALIDA
ADVOGADO	: ALEXANDRE ALBERTO CARMONA - SÍNDICO
SUSCITANTE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A REGIÃO
SUSCITADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO
RELATOR	: MINISTRO JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(605)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90463 - SC (2007/0235269-2)

AUTOR	: ALESSANDRO ALMADA CAPISTRANO
ADVOGADO	: ARCHILLE PATRÍCIA MAZZI E OUTRO(S)
RÉU	: SUPERMERCADO VERATONI LTDA
ADVOGADO	: PAULO ROBERTO SCHULTE DA SILVA E OUTRO(S)
SUSCITANTE	: JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SC
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DE TIJUCAS - SC
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - SEGUNDA SEÇÃO

Distribuição por prevenção do processo REsp 655381 (2004/0050120-9) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(606)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90464 - SP (2007/0235271-9)

AUTOR	: LOGOS PARTICIPAÇÕES S/A
ADVOGADO	: EDUARDO DOMINGOS BOTTALLO E OUTRO(S)
RÉU	: UNIÃO
SUSCITANTE	: JUÍZO DA 47A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP
SUSCITADO	: JUÍZO FEDERAL DA 19A VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATOR	: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(607)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90465 - SP (2007/0235300-9)

AUTOR	: JUSTIÇA PÚBLICA
RÉU	: FRANCISCO FERNANDO DA SILVA
ADVOGADO	: EDISON CÂNDIDO DE SOUZA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA)
SUSCITANTE	: JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE SÃO CARLOS - SJ/SP
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DE TAMBAÚ - SP
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - TERCEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(608)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90466 - SP (2007/0235281-0)

AUTOR	: NOVELPRINT SISTEMAS DE ETIQUETAGEM LTDA
ADVOGADO	: LUIZ TAKAMATSU E OUTRO(S)
RÉU	: FAZENDA NACIONAL
SUSCITANTE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A REGIÃO
SUSCITADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO
RELATOR	: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(609)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90467 - SP (2007/0235305-8)

AUTOR	: LÚCIO CAVALCANTE DE PAIVA
ADVOGADO	: FERNANDO MACHADO LEMOS E OUTRO(S)
RÉU	: COMPANHIA GERAL DE COMÉRCIO E CONSTRUCÕES - COGEC
ADVOGADO	: JOÃO ROBERTO LIÉBANA COSTA E OUTRO(S)
SUSCITANTE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A REGIÃO
SUSCITADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - SEGUNDA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(610)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90468 - SP (2007/0235242-8)

AUTOR	: ELIZABETH LUPO FERNANDES
ADVOGADO	: NEUSA RODRIGUES LOURENÇO
RÉU	: PMT SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA
ADVOGADO	: JOÃO CARLOS DOS REIS
RÉU	: BANCO CITIBANK S/A
ADVOGADO	: ASSAD LUIZ THOMÉ E OUTRO(S)
SUSCITANTE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A REGIÃO
SUSCITADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - SEGUNDA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(611)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90469 - SP (2007/0235286-9)

AUTOR	: ARNALDO FRANÇA LOUREDO
ADVOGADO	: ANTONIO ALIBERNANDES TORRES E OUTRO(S)
RÉU	: SWIFT ARMOUR S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
ADVOGADO	: MARILUCI ORSI BICUDO ROSA E OUTRO(S)
SUSCITANTE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A REGIÃO
SUSCITADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - SEGUNDA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(612)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90470 - BA (2007/0235315-9)

AUTOR	: FAZENDA NACIONAL
RÉU	: EDISA EDITORA DA BAHIA S/A
ADVOGADO	: EDILSON VIEIRA DOS SANTOS
SUSCITANTE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A REGIÃO
SUSCITADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A REGIÃO
RELATOR	: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(613)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90471 - SP (2007/0235353-9)

AUTOR	: LOJAS JGS LTDA
ADVOGADO	: WALTER FERRARI NICODEMO JUNIOR E OUTRO(S)
RÉU	: DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO DE SÃO PAULO
SUSCITANTE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A REGIÃO
SUSCITADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO MARTINS - PRIMEIRA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(614)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90473 - SP (2007/0235322-4)

AUTOR	: JAIME SEGUNDO JEREZ ZAMORA
ADVOGADO	: LAERTE SOARES E OUTRO(S)
RÉU	: VALEC ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A
SUCESS. DE	: REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A - RFFSA
SUSCITANTE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A REGIÃO
SUSCITADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - SEGUNDA SEÇÃO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(615)

HABEAS CORPUS Nº 92072 - SP (2007/0236378-7)

IMPETRANTE	: JEFERSON LEOCÁDIO DA SILVA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: JEFERSON LEOCÁDIO DA SILVA (PRESO)
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(616)

HABEAS CORPUS Nº 92074 - RJ (2007/0236381-5)

IMPETRANTE	: NILSON BRUNO FILHO - DEFENSOR PÚBLICO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE	: CARLOS LOURENÇO DA ROCHA
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(617)

HABEAS CORPUS Nº 92076 - RJ (2007/0236384-0)

IMPETRANTE	: CLOVIS SAHIONE
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE	: ROGÉRIO COSTA DO NASCIMENTO
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(618)

HABEAS CORPUS Nº 92077 - SP (2007/0236386-4)

IMPETRANTE	: CARLOS ROBERTO BITTENCOURT SILVA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: MARCOS DOMINGOS DA SILVA (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(619)

HABEAS CORPUS Nº 92088 - RS (2007/0236413-0)

IMPETRANTE	: LUIZ ALFREDO SCHÜTZ - DEFENSOR PÚBLICO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE	: CARLOS ALBERTO DE CÂNDIDO
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(620)

HABEAS CORPUS Nº 92089 - RS (2007/0236414-2)

IMPETRANTE	: LUIZ ALFREDO SCHÜTZ - DEFENSOR PÚBLICO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE	: EDUARDO DE ALMEIDA BARROS
RELATOR	: MINISTRO PAULO GALLOTTI - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(621)

HABEAS CORPUS Nº 92090 - MG (2007/0236415-4)

IMPETRANTE	: MICHEL WENCLAND REISS E OUTROS
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE	: NELSON ALMEIDA FILHO (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(622)

HABEAS CORPUS Nº 92110 - PR (2007/0237132-3)

IMPETRANTE	: ADENIR JOSE SOLDERA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE	: AGNALDO CARDOSO (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(623)

HABEAS CORPUS Nº 92115 - SP (2007/0237158-6)

IMPETRANTE	: ALEX DE OLIVEIRA FREIRE
IMPETRADO	: NÃO INDICADO
PACIENTE	: ALEX DE OLIVEIRA FREIRE (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(624)

HABEAS CORPUS Nº 92116 - SP (2007/0237163-8)

IMPETRANTE	: WELLINGTON MARCELO LUIZ
IMPETRADO	: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DE SÃO PAULO - SP
PACIENTE	: WELLINGTON MARCELO LUIZ (PRESO)
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(625)

HABEAS CORPUS Nº 92119 - MT (2007/0237178-8)

IMPETRANTE	: EVERALDO BATISTA FILGUEIRA JUNIOR E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PACIENTE	: CELESTINO ANTUNES MAGALHÃES (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(626)

HABEAS CORPUS Nº 92120 - BA (2007/0237180-4)

IMPETRANTE	: ANDRÉ LOPES E OUTROS
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE	: WALTER MENEZES (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(627)

HABEAS CORPUS Nº 92121 - MT (2007/0237184-1)

IMPETRANTE	: EVERALDO BATISTA FILGUEIRA E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PACIENTE	: JACKSON MARQUES RIBEIRO (PRESO)
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(628)

HABEAS CORPUS Nº 92122 - PR (2007/0237188-9)

IMPETRANTE	: ANTONIO CARLOS DE ANDRADE VIANNA E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE	: CARLOS XAVIER SIMÕES
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 843412 (2006/0258060-0) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(629)

HABEAS CORPUS Nº 92123 - SP (2007/0237192-9)

IMPETRANTE	: GLAUCO BATISTA DE ALMEIDA HENGSTMANN
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: RONHELINTON GUEIROS FREIRE
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(630)

HABEAS CORPUS Nº 92125 - SE (2007/0237196-6)

IMPETRANTE	: AURÉLIO BELÉM DO ESPÍRITO SANTO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
PACIENTE	: GIDELMO MARTINS (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 92124 (2007/0237195-4) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(631)

HABEAS CORPUS Nº 92128 - SP (2007/0237207-8)

IMPETRANTE	: LUIZ RICARDO RODRIGUEZ IMPARATO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: ALAN ALVES (PRESO)
PACIENTE	: AMERICO FIRMINO DOS SANTOS JUNIOR (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(632)

HABEAS CORPUS Nº 92131 - MG (2007/0237219-2)

IMPETRANTE	: MAURO JORGE DE PAULA BOMFIM
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE	: ADOLFO LOPES VIEIRA JÚNIOR (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(633)

HABEAS CORPUS Nº 92132 - SP (2007/0237223-2)

IMPETRANTE	: LUIZ ARNALDO ALVES DE LIMA E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: D DE O G (INTERNADO)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(634)

HABEAS CORPUS Nº 92133 - BA (2007/0237226-8)

IMPETRANTE	: ROBERTO SILVINO DAS NEVES
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE	: CÉSAR GILSON DAS NEVES (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 87698 (2007/0173693-2) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(635)

HABEAS CORPUS Nº 92135 - SP (2007/0237237-0)

IMPETRANTE	: LUIZ FERNANDO DOS SANTOS CUNHA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: LUIZ FERNANDO DOS SANTOS CUNHA (PRESO)
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(636)

HABEAS CORPUS Nº 92142 - SP (2007/0237279-8)

IMPETRANTE	: ADILSON MARCOS DA SILVA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: ADILSON MARCOS DA SILVA (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(637)

HABEAS CORPUS Nº 92143 - SP (2007/0237300-3)

IMPETRANTE	: MANUEL BRANCO FILHO
IMPETRADO	: JUIZ DE DIREITO DA 25A VARA CRIMINAL DO FORO REGIONAL DA BARRA FUNDA - SÃO PAULO - SP
PACIENTE	: MANUEL BRANCO FILHO (PRESO)
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - SEXTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 84540 (2007/0131423-0) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(638)

HABEAS CORPUS Nº 92158 - BA (2007/0237456-7)

IMPETRANTE	: ROSALHA DANTAS DOS SANTOS
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE	: NELSON MENEZES COSTA JUNIOR (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(639)

HABEAS CORPUS Nº 92161 - RS (2007/0237521-3)

IMPETRANTE	: PATRICIA KETTERMANN NUNES ALÉSSIO - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE	: REINALDO ROCHA DE OLIVEIRA (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO PAULO GALLOTTI - SEXTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 564933 (2003/0107075-5) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(640)

HABEAS CORPUS Nº 92164 - SP (2007/0237532-6)

IMPETRANTE	: VALMIR ROBSON BENEDITO
ADVOGADO	: LUIZ CARLOS FERREIRA
IMPETRADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO
PACIENTE	: VALMIR ROBSON BENEDITO
RELATOR	: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(641)

HABEAS CORPUS Nº 92166 - RS (2007/0237540-3)

IMPETRANTE	: CLEOMIR DE OLIVEIRA CARRÃO - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE	: FÁBIO RIOS DOS SANTOS
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(642)

HABEAS CORPUS Nº 92172 - SP (2007/0237589-3)

IMPETRANTE	: PAULO JACOB SASSYA EL AMM E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: HAROLDO LEITE FRANCO (PRESO)
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(643)

HABEAS CORPUS Nº 92175 - SP (2007/0237605-7)

IMPETRANTE	: RENATO MAGNUSSON
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: RENATO MAGNUSSON (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(644)

HABEAS CORPUS Nº 92183 - MA (2007/0237659-9)

IMPETRANTE	: JOÃO DAMASCENO CORRÊA MOREIRA E OUTROS
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
PACIENTE	: CLEOMAR BARROS DINIZ (PRESO)
PACIENTE	: GILVAN MARTINS SANTOS (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(645)

HABEAS CORPUS Nº 92187 - RN (2007/0237671-6)

IMPETRANTE	: ANDRÉ LUIZ DE MEDEIROS JUSTO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PACIENTE	: DIONÍSIO SOARES DO NASCIMENTO (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(646)

HABEAS CORPUS Nº 92189 - MS (2007/0237678-9)

IMPETRANTE	: CUSTÓDIO GODOENG COSTA E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE	: LUIZ CARLOS DA SILVA FONSECA (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO PAULO GALLOTTI - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(647)

HABEAS CORPUS Nº 92197 - SP (2007/0237690-6)

IMPETRANTE	: CELSO DELLA SANTINA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA VIVIANI
RELATOR	: MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(648)

HABEAS CORPUS Nº 92198 - SP (2007/0237691-8)

IMPETRANTE	: FERNANDO JOSÉ GONÇALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: JACKSON LUIS CALIXTO DA SILVA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: FERNANDO JOSÉ GONÇALVES DE OLIVEIRA (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO NILSON NAVES - SEXTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 83785 (2007/0122260-2) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(649)

HABEAS CORPUS Nº 92199 - SP (2007/0237692-0)

IMPETRANTE	: MARCELO FERNANDES
IMPETRADO	: JUIZ DE DIREITO DA 1A VARA CRIMINAL DE PIRACICABA - SP
PACIENTE	: ADILSON JOSÉ STÊNICO (PRESO)
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(650)

HABEAS CORPUS Nº 92200 - SP (2007/0237693-1)

IMPETRANTE	: FRANCISCO DE DEUS DUARTE DE LIMA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: FRANCISCO DE DEUS DUARTE DE LIMA (PRESO)
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 72063 (2006/0271128-1) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(651)

HABEAS CORPUS Nº 92201 - SP (2007/0237694-3)

IMPETRANTE	: ELESIO DOS SANTOS
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: ELESIO DOS SANTOS (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(652)

HABEAS CORPUS Nº 92206 - MT (2007/0237841-0)

IMPETRANTE	: ROSANGELA PASSADORE E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PACIENTE	: LAERTE DIAS SANCHES (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 78349 (2007/0048203-3) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(653)

HABEAS CORPUS Nº 92207 - SP (2007/0237867-2)

IMPETRANTE	: LEONARDO MASSUD E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: GUILHERME RODRIGUES MACARI (PRESO)
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(654)

HABEAS CORPUS Nº 92208 - RN (2007/0237970-9)

IMPETRANTE	: CAROLINE MELO CORTEZ E OUTROS
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PACIENTE	: LEÔNIDAS FERREIRA DE PAULA
PACIENTE	: MARIA FÁTIMA MEDEIROS DE PAULA
RELATOR	: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(655)

HABEAS CORPUS Nº 92209 - RN (2007/0237980-0)

IMPETRANTE	: FELIPE AUGUSTO CORTEZ MEIRA DE MEDEIROS E OUTROS
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PACIENTE	: GERCIONE PEREIRA DE ANDRADE
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(656)

HABEAS CORPUS Nº 92210 - MG (2007/0237996-1)

IMPETRANTE	: LINDOVAL MARQUES DE BRITO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE	: MARIA ARLETE RIBEIRO ANDRADE
RELATOR	: MINISTRO NILSON NAVES - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(657)

HABEAS CORPUS Nº 92211 - SP (2007/0238009-2)

IMPETRANTE	: RENAN VERZOLA RIBEIRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: NADIVAN FERREIRA MAIA
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(658)

HABEAS CORPUS Nº 92212 - SP (2007/0238027-0)

IMPETRANTE	: FLÁVIO FORTES
IMPETRADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO
PACIENTE	: TENILAS ROCHA DIAS (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 83238 (2007/0114202-9) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(659)

HABEAS CORPUS Nº 92213 - SP (2007/0238040-0)

IMPETRANTE	: FLAVIO TORRES
IMPETRADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO
PACIENTE	: ADILSON FERREIRA DA ROCHA (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(660)

HABEAS CORPUS Nº 92214 - SP (2007/0238044-7)

IMPETRANTE	: FLÁVIO TORRES
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: FÁBIO MAGALHÃES (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(661)

HABEAS CORPUS Nº 92217 - SP (2007/0238136-8)

IMPETRANTE	: ACÁCIO EITI JONISHI
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: PAULO SÉRGIO DE ABREU (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 86118 (2007/0152719-4) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(662)

HABEAS CORPUS Nº 92218 - SP (2007/0238149-4)

IMPETRANTE	: JOÃO EXPEDITO NASCIMENTO DA SILVA E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: BRUNO DOMINGUES DE CARVALHO (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 76390 (2007/0022831-5) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(663)

HABEAS CORPUS Nº 92219 - SP (2007/0238150-9)

IMPETRANTE	: JOÃO EXPEDITO NASCIMENTO DA SILVA E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: EDGAR ALVES DE MOURA (PRESO)
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(664)

HABEAS CORPUS Nº 92220 - SP (2007/0238154-6)

IMPETRANTE	: JOÃO EXPEDITO NASCIMENTO DA SILVA E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: DENIO LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(665)

HABEAS CORPUS Nº 92221 - SP (2007/0238178-5)

IMPETRANTE	: FRANCISCO EMERSON MOUZINHO DE LIMA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: MÁRCIO AUGUSTO DA SILVA
PACIENTE	: ANDRÉ ALVES BARBOSA
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(666)

HABEAS CORPUS Nº 92222 - SP (2007/0238193-8)

IMPETRANTE	: FRANCISCO EMERSON MOUZINHO DE LIMA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: LUÍS CARLOS DOS SANTOS AZEVEDO
RELATOR	: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(667)

HABEAS CORPUS Nº 92223 - SP (2007/0238221-6)

IMPETRANTE	: ELIAS ANTÔNIO JACOB
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: CLÓVIS RIBEIRO (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 46411 (2005/0126375-2) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(668)

HABEAS CORPUS Nº 92224 - SP (2007/0238227-7)

IMPETRANTE	: EUGÊNIO CARLO BALLIANO MALAVASI E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: SÍLVIO JOSÉ MOREIRA VASCONCELLOS
RELATOR	: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 46411 (2005/0126375-2) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(669)

HABEAS CORPUS Nº 92225 - SP (2007/0238234-2)

IMPETRANTE	: FÁBIO TOFIC SIMANTOB E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO
PACIENTE	: ANTÔNIO DE OLIVEIRA CLARAMUNT (PRESO)
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 28822 (2003/0099964-2) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(670)

HABEAS CORPUS Nº 92226 - SP (2007/0238246-7)

IMPETRANTE	: FÁBIO TOFIC SIMANTOB E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: ALBERTO DWEK
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 90229 (2007/0212562-0) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(671)

HABEAS CORPUS Nº 92227 - GO (2007/0238296-1)

IMPETRANTE	: JOSÉ AURÉLIO SILVA ROCHA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE	: WILSON NUNES DOS SANTOS
PACIENTE	: NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO
PACIENTE	: ROGERIO RIBEIRO DE ASSUNÇÃO
PACIENTE	: JOÃO ALMEIDA DA CONCEIÇÃO
PACIENTE	: ADAUTO PEREIRA CALDEIRA
PACIENTE	: ALEX CORREIA DE MORAIS
PACIENTE	: ALAN CORREIA DE MORAIS
PACIENTE	: IRON MARTINS DE ARAÚJO
PACIENTE	: MARTA ALVES VIEIRA
PACIENTE	: GILMAR ALVES DA SILVA
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(672)

HABEAS CORPUS Nº 92228 - DF (2007/0238317-4)

IMPETRANTE	: JOSÉ RICARDO BAITELLO E OUTROS
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
PACIENTE	: WELLINGTON GONÇALVES DA SILVA (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(673)

HABEAS CORPUS Nº 92230 - CE (2007/0238338-8)

IMPETRANTE	: ERNANDO UCHÔA SOBRINHO E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE	: CLEANO CUSTÓDIO MATOS
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(674)

HABEAS CORPUS Nº 92231 - SP (2007/0238343-0)

IMPETRANTE	: ELIZEU VILELA BERBEL E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: REGINALDO BENACCHIO REGINO
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 811269 (2006/0190874-6) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(675)

HABEAS CORPUS Nº 92234 - RJ (2007/0238422-4)

IMPETRANTE	: JOSÉ GUILHERME COSTA DE ALMEIDA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE	: EDSON DA SILVA MOTA (PRESO)
PACIENTE	: ANDRÉ DE ABREU MOTA (PRESO)
PACIENTE	: EDSON DE ABREU MOTA (PRESO)
RELATOR	: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo HC 90488 (2007/0216479-4) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(676)

HABEAS CORPUS Nº 92238 - MG (2007/0238486-7)

IMPETRANTE	: MÁRIO TAKATSUKA E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE	: ALCIDES FRANCISCHINI FILHO
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(677)

HABEAS CORPUS Nº 92243 - PB (2007/0238524-6)

IMPETRANTE	: MARIA DE SALETE PORTO NUNES
IMPETRADO	: JUIZ DE DIREITO DA 2A VARA CRIMINAL DE SANTA RITA - PB
PACIENTE	: JOSE LUCIANO SANTOS SOUTO (PRESO)
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(678)

RECURSO ESPECIAL Nº 505864 - RS (2003/0036400-9)

RECORRENTE	: ITAMAR DA TRINDADE ALVES
ADVOGADO	: SANDRA ERNESTINA RUBENICH
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: JESUS PEREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: OS MESMOS
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - SEXTA TURMA

Redistribuição por prevenção da Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(679)

RECURSO ESPECIAL Nº 714389 - RS (2005/0002662-3)

RECORRENTE	: COMPANHIA REAL DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO SUL
ADVOGADO	: ALEXSANDRA REGINA FELIPETTO E OUTRO
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADOS	: ERNI ROSIANE PEREIRA MULLER E OUTRO(S) FLAVIO QUEIROZ RODRIGUES
RECORRIDO	: LUIZ ANDREOLA E OUTRO
ADVOGADO	: DAITON CARLOS MARTINS FONSECA E OUTRO
RELATOR	: MINISTRO HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA

Redistribuição por prevenção do processo REsp 714375 (2005/0002663-5) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(680)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 765477 - RS (2006/0096131-8)

AGRAVANTE	: NELI MARIA PAPADREUS SILVEIRA
ADVOGADO	: JOSÉ LUIS WAGNER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNIÃO
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA

Atribuição em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(681)

RECURSO ESPECIAL Nº 781480 - PE (2005/0146847-7)

RECORRENTE	: CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO	: CLAUDIA DALLE FERREIRA DA COSTA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RECORRIDO	: ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DA CIDADANIA E DO CONSUMIDOR - ADECON - PE
ADVOGADO	: RAIMUNDO GOMES DE BARROS E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Redistribuição por prevenção do processo REsp 795355 (2005/0183564-2) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(682)

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 828063 - GO (2007/0238341-6)

EMBARGANTE	: JOSÉ DOMINGOS MORAIS - ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO
ADVOGADO	: EURICO BARBOSA DOS SANTOS FILHO
EMBARGADO	: OSVALDO VILELA GARCIA FILHO
ADVOGADO	: GETÚLIO TARGINO LIMA E OUTRO
EMBARGADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
RELATOR	: MINISTRO LUIZ FUX - CORTE ESPECIAL
MINISTROS QUE NÃO CONCORREM	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURAMINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)MINISTRO HAMILTON CARVALHIDOMINISTRO NILSON NAVESMINISTRO PAULO GALLOTTIMINISTRO PRESIDENTE DA SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(683)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 837213 - SP (2006/0250776-1)

AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CARLOS GUSTAVO MOIMAZ MARQUES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA ROCHA SANTÀNA
ADVOGADO	: PAULA TAVARES CARDOSO
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA

Atribuição em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(684)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 838459 - PB (2006/0243347-3)

AGRAVANTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: CAIO CESAR VIEIRA ROCHA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VALDECI PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO	: NYEDIA NARA PEREIRA GALVÃO E OUTRO
RELATOR	: MINISTRO HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA
MINISTROS IMPEDIDOS	: MINISTRA NANCY ANDRIGHIMINISTRO CESAR ASFOR ROCHAMINISTRO FERNANDO GONÇALVES

Redistribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(685)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 846372 - PB (2006/0272871-8)

AGRAVANTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: LUCIANA NÓBREGA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HEMERSON DOS SANTOS SILVA
ADVOGADO	: DANIEL GUSTAVO GUEDES PEREIRA DE ALBUQUERQUE E OUTRO
RELATOR	: MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA
MINISTROS IMPEDIDOS	: MINISTRA NANCY ANDRIGHIMINISTRO CESAR ASFOR ROCHAMINISTRO FERNANDO GONÇALVES

Redistribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(686)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 852342 - PB (2006/0275907-2)

AGRAVANTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: BRUNO SOUTO DA FRANCA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA DAS DORES ARAÚJO
ADVOGADO	: NYEDIA NARA PEREIRA GALVÃO E OUTRO
RELATOR	: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA TURMA
MINISTROS IMPEDIDOS	: MINISTRA NANCY ANDRIGHIMINISTRO CESAR ASFOR ROCHAMINISTRO FERNANDO GONÇALVES

Redistribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(687)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 853723 - MG (2006/0275691-5)

AGRAVANTE	: JOSÉ MAURO HENRIQUES E OUTRO
ADVOGADO	: ABEYLARD VIEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: BRENO CALDEIRA RODRIGUES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA
MINISTROS IMPEDIDOS	: MINISTRA NANCY ANDRIGHIMINISTRO CESAR ASFOR ROCHAMINISTRO FERNANDO GONÇALVES

Redistribuição por prevenção da QUARTA TURMA em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(688)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 857062 - PB (2007/0018861-5)

AGRAVANTE	: JAIME ATANÁSIO DA SILVA
ADVOGADO	: NYEDIA NARA PEREIRA GALVÃO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: CAIO CESAR VIEIRA ROCHA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO MARTINS - SEGUNDA TURMA
MINISTROS IMPEDIDOS	: MINISTRA NANCY ANDRIGHIMINISTRO CESAR ASFOR ROCHAMINISTRO FERNANDO GONÇALVES

Redistribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(689)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 859747 - SP (2007/0026194-8)

AGRAVANTE	: MARIA ANGELA GONÇALVES DE FREITAS
ADVOGADO	: MARIA CRISTINA LAPENTA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: SANDRA YURI NANBA E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA

Atribuição em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(690)

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 867754 - PR (2007/0238309-7)

EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARCOS JATOBÁ LÔBO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: DECRI COMERCIAL EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA
ADVOGADO	: CARLOS ALEXANDRE PERIN E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA ELIANA CALMON - PRIMEIRA SEÇÃO
MINISTROS QUE NÃO CONCORREM	: MINISTRA DENISE ARRUDAMINISTRO FRANCISCO FALCÃOMINISTRO JOSÉ DELGADOMINISTRO LUIZ FUXMINISTRO PRESIDENTE DA PRIMEIRA TURMAMINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(691)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 867867 - RJ (2007/0057836-0)

AGRAVANTE	: CRISTINA MARIA MACHADO MAIA
ADVOGADO	: VICTORIA AMÁLIA DE BARROS CARVALHO GOZDAWA DE SULOCKI
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS
PROCURADOR	: PLÍNIO DE SÁ MARTINS JUNIOR E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA

Atribuição em 27/09/2007.
COORDENADORIA DA QUINTA TURMA

(692)

RECURSO ESPECIAL Nº 884088 - PR (2006/0143358-0)

RECORRENTE	: CRISTINA ZANELLO
ADVOGADO	: CRISTINA ZANELLO (EM CAUSA PRÓPRIA)
RECORRIDO	: COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL
ADVOGADO	: CARLOS FREIRE FARIA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FUNDAÇÃO COPEL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
ADVOGADO	: MONICA LEBOIS E OUTRO(S)
INTERES.	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SIMONE ANACLETO LOPES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO MARTINS - SEGUNDA TURMA

Redistribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(693)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 891072 - MT (2007/0103595-3)

AGRAVANTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO	: AGOSTINHO CARVALHO TELES (PRESO)
ADVOGADO	: VALBER DA SILVA MELO
RELATOR	: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 876419 (2007/0053941-0) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(694)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 902337 - RJ (2007/0124859-1)

AGRAVANTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: THAÍS MALINA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO VIVENDAS DA PRAIA
ADVOGADO	: LUCIANA DA ROCHA RIBEIRO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA
MINISTROS IMPEDIDOS	: MINISTRA NANCY ANDRIGHIMINISTRO CESAR ASFOR ROCHAMINISTRO FERNANDO GONÇALVES

Redistribuição por prevenção da QUARTA TURMA em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(695)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 905190 - RS (2007/0150801-2)

AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: JOSÉ PEDRO DA BROI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ARY MARTINS E OUTRO
ADVOGADO	: LUIZ FERNANDO MARCONDES ALBUQUERQUE
RELATOR	: MINISTRO HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA

Redistribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(696)

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 906459 - RJ (2007/0238322-6)

EMBARGANTE	: FÁTIMA ELIZABETH ARAÚJO PURIFICAÇÃO
ADVOGADO	: HUMBERTO PESSOA PAES PINTO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ZACHARIAS MANOEL MENDES NETO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - PRIMEIRA SEÇÃO
MINISTROS QUE NÃO CONCORREM	: MINISTRA DENISE ARRUDAMINISTRO FRANCISCO FALCÃOMINISTRO JOSÉ DELGADOMINISTRO LUIZ FUXMINISTRO PRESIDENTE DA PRIMEIRA TURMAMINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(697)

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 910563 - RS (2007/0238333-9)

EMBARGANTE	: UNIÃO
EMBARGADO	: MARISTELA KAISER E OUTROS
ADVOGADO	: RAFAEL CORTE MELLO E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA ELIANA CALMON - PRIMEIRA SEÇÃO
MINISTROS QUE NÃO CONCORREM	: MINISTRA DENISE ARRUDAMINISTRO FRANCISCO FALCÃOMINISTRO JOSÉ DELGADOMINISTRO LUIZ FUXMINISTRO PRESIDENTE DA PRIMEIRA TURMAMINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(698)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 914444 - AM (2007/0123363-3)

AGRAVANTE	: TELECOMUNICAÇÕES DO AMAZONAS S/A TELEMAR
ADVOGADO	: THIAGO DOS SANTOS BARBOSA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MERITA AZULAY
ADVOGADO	: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES

Redistribuição por prevenção da QUARTA TURMA em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(699)

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 926877 - RS (2007/0238355-4)

EMBARGANTE	: D'ITÁLIA MÓVEIS INDUSTRIAL LTDA
ADVOGADO	: RAUL COSTI SIMÕES E OUTRO(S)
EMBARGADO	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: MARISA KAMINSKI MARQUES PINTO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HERMAN BENJAMIN - PRIMEIRA SEÇÃO
MINISTROS QUE NÃO CONCORREM	: MINISTRA DENISE ARRUDAMINISTRO FRANCISCO FALCÃOMINISTRO JOSÉ DELGADOMINISTRO LUIZ FUXMINISTRO PRESIDENTE DA PRIMEIRA TURMAMINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(700)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932377 - RS (2007/0171459-9)

AGRAVANTE	: AES SUL DISTRIBUIDORA GAÚCHA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	: FERNANDA BROMFMAN PIANTA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NOEMI GUEDES NIADA
ADVOGADO	: MARCOS MOREIRA DE MENEZES
RELATOR	: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI - PRIMEIRA TURMA

Redistribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(701)

RECURSO ESPECIAL Nº 932728 - PR (2007/0049411-4)

RECORRENTE	: CRISTINA ZANELLO
ADVOGADO	: CRISTINA ZANELLO (EM CAUSA PRÓPRIA)
RECORRIDO	: COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA COPEL
ADVOGADO	: CARLOS FREIRE FARIA E OUTRO(S)
INTERES.	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SIMONE ANACLETO LOPES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA
MINISTROS IMPEDIDOS	: MINISTRO ARI PARGENDLERMINISTRO GILSON DIPPMINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI

Redistribuição por prevenção do processo REsp 826436 (2006/0050343-0) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(702)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933006 - SC (2007/0175802-3)

AGRAVANTE	: CLÁUDIO RIEPER E OUTROS
ADVOGADO	: FELISBERTO VILMAR CARDOSO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: REMBERTO ARTIGAS PRAZERES LIBERATO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(703)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933021 - SP (2007/0164540-5)

AGRAVANTE	: RUTH MACHADO ALVES E OUTROS
ADVOGADO	: SEVERINO ALVES FERREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: ADRIANA MAURANO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA

Distribuição por prevenção da SEXTA TURMA em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(704)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933640 - SP (2007/0176525-3)

AGRAVANTE	: BANCO SANTANDER BANESPA S/A
ADVOGADO	: PATRICIA VALERIANO DOS SANTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ADAILTON RODRIGUES
ADVOGADO	: S/ REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(705)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933642 - PA (2007/0166208-6)

AGRAVANTE	: BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A
ADVOGADO	: LETÍCIA DAVID SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AGROPECUÁRIA SELVA LTDA
ADVOGADO	: PAULO PEIXOTO CALDAS
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(706)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933643 - MG (2007/0168832-1)

AGRAVANTE	: MOTTORA VEÍCULOS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: CARLOS HENRIQUE SALGE RECIFE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: POLIMETAL LIGAS E METAIS LTDA
ADVOGADO	: FÁBIO DE CARVALHO CAPORALI E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(707)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933644 - RJ (2007/0167980-3)

AGRAVANTE	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: JULIANA DE SOUZA REIS VIEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JAIR PEDRO VILLA REAL
ADVOGADO	: ANTÔNIO CARLOS DA SILVA PINTO
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(708)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933645 - MG (2007/0166332-6)

AGRAVANTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG E OUTRO
PROCURADOR	: GRAZIELLE VALERIANO DE PAULA ALVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SEBASTIÃO SIMÕES DA CUNHA
ADVOGADO	: PAULA JUNQUEIRA DORELLA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(709)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933646 - GO (2007/0165200-4)

AGRAVANTE	: ESTADO DE GOIÁS
PROCURADOR	: VALKÍRIA COSTA SOUZA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CRISTOVAM FRANCISCO DE CASTILHO
ADVOGADO	: CRISTOVAM FRANCISCO DE CASTILHO (EM CAUSA PRÓPRIA)
RELATOR	: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(710)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933647 - SP (2007/0163878-0)

AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: BRUNO TAKAHASHI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOÃO AUGUSTO SANCHEZ
ADVOGADO	: IRINEU MINZON FILHO
RELATOR	: MINISTRO PAULO GALLOTTI - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(711)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933926 - ES (2007/0152054-1)

AGRAVANTE	: ADILSON LEOPOLDINO DE SOUZA
ADVOGADO	: ADMAR JOSÉ CORRÊA
AGRAVADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(712)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 934822 - SP (2007/0179030-6)

AGRAVANTE	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: LINO ALBERTO DE CASTRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FERNANDO CLÁUDIO DE SOUZA E OUTROS
ADVOGADO	: CARLOS HENRIQUE MANENTE RAMOS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 932550 (2007/0178987-0) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(713)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 934971 - MG (2007/0170013-4)

AGRAVANTE	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: CARLOS ALBERTO ROHRMANN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA DE FÁTIMA COLARES NEVES E OUTROS
ADVOGADO	: ADRIANA CASTANHEIRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(714)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 934979 - MG (2007/0159625-0)

AGRAVANTE	: CARLOS ALBERTO SALLES FILHO
ADVOGADO	: MARCELO ROMANELLI CEZAR FERNANDES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: PAULA ABRANCHES DE LIMA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO MARTINS - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(715)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 934983 - RS (2007/0176944-6)

AGRAVANTE	: SILVIA MARISA MEDEIROS
ADVOGADO	: LUIZ CARLOS DREY E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL IPEGRS
PROCURADOR	: TELMO LEMOS FILHO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(716)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 934992 - SP (2007/0179924-6)

AGRAVANTE	: VALNI TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
ADVOGADO	: MARCELO PELEGRINI BARBOSA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SUL AMÉRICA CIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADO	: ARMANDO DE ABREU LIMA JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CLÁUDIO COLOMBO
ADVOGADO	: VERA ALICE POLONIO
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(717)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935003 - SP (2007/0167294-4)

AGRAVANTE	: CARLA CRISTINA PELLEGRINO DE SOUZA E OUTRO
ADVOGADO	: JUSSARA LEITE DA ROCHA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ROSSI RESIDENCIAL S/A
ADVOGADO	: CARLOS CYRILLO NETTO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(718)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935004 - MS (2007/0177570-6)

AGRAVANTE	: TELEMS CELULAR S/A
ADVOGADO	: LUÍS CLAUDIO ALVES PEREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADOR	: MÁRCIO ANDRÉ BATISTA DE ARRUDA E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA DENISE ARRUDA - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(719)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935016 - SP (2007/0175518-0)

AGRAVANTE	: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA - CRF
ADVOGADO	: SIMONE APARECIDA DELATORRE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DROGA PIRES DE AMERICANA LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: ROBERTO MAGALHÃES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(720)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935018 - MA (2007/0169821-6)

AGRAVANTE	: ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR	: MARIA DE FÁTIMA LEONOR CAVALCANTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ARLETE PENHA CUTRIM E OUTROS
ADVOGADO	: JOSÉ ALENCAR DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(721)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935021 - MT (2007/0166541-1)

AGRAVANTE	: BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A
ADVOGADO	: JOSÉ SEBASTIÃO DE CAMPOS SOBRINHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CÉLIA MARIA DA SILVA
ADVOGADO	: DALTON ADORNO TORNAVOI E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(722)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935022 - RS (2007/0155347-2)

AGRAVANTE	: COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA CEEE
ADVOGADO	: DANIELA DINNEBIER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JURANDIR BRASIL DOS SANTOS
ADVOGADO	: FERNANDA DE SOUZA MOREIRA - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS
RELATOR	: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 699971 (2004/0157264-4) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(723)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935024 - SP (2007/0165830-6)

AGRAVANTE	: ELIZABETH S/A INDÚSTRIA TÊXTIL
ADVOGADO	: MARIVONE DE SOUZA LUZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE AMERICANA
PROCURADOR	: JOSÉ FRANCISCO MONTEIRO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(724)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935026 - RS (2007/0155320-8)

AGRAVANTE	: GENTIL ANTUNES DE FREITAS
ADVOGADO	: MARINO DE CASTRO OUTEIRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FUNDAÇÃO BRTPREV
ADVOGADO	: FABRÍCIO ZIR BOTHOMÉ E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(725)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935034 - PR (2007/0169088-9)

AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: HOSPITAL DOMINGOS CALIXTO E MATERNIDADE MARIA JORGE LTDA
ADVOGADO	: ARARIPE SERPA GOMES PEREIRA E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA DENISE ARRUDA - PRIMEIRA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 784784 (2006/0121374-8) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(726)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935036 - PB (2007/0177976-0)

AGRAVANTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: CAIO CESAR VIEIRA ROCHA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSÉ AUGUSTO FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO	: NYEDJA NARA PEREIRA GALVÃO E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA DENISE ARRUDA - PRIMEIRA TURMA
MINISTROS IMPEDIDOS	: MINISTRA NANCY ANDRIGHIMINISTRO CESAR ASFOR ROCHAMINISTRO FERNANDO GONÇALVES

Distribuição por prevenção do processo CC 47874 (2005/0010713-0) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(727)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935038 - PR (2007/0169062-6)

AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: EUGÊNIO MUZEKA E OUTROS
ADVOGADO	: ROBERTO FADE
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 970826 (2007/0174210-4) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(728)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935043 - RJ (2007/0167835-0)

AGRAVANTE	: AMERICAN AIRLINES INC
ADVOGADO	: MARIA SILVIA RESENDE BARROSO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: L C V (MENOR)
REPR. POR	: L G B V
ADVOGADO	: GUILHERME COSTA MARQUES
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 789055 (2006/0135603-0) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(729)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935048 - MG (2007/0179705-0)

AGRAVANTE	: JOSÉ VIEIRA E CÔNJUGE
ADVOGADO	: ALESSANDRO JOSÉ FERREIRA SILVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RUFF CJ DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA
ADVOGADO	: CACILDA VADILHO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(730)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935049 - PB (2007/0178583-0)

AGRAVANTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: CAIO CESAR VIEIRA ROCHA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARCOS TAVARES DE MELO
ADVOGADO	: MARCO AURÉLIO VIANA ALMEIDA
RELATOR	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA
MINISTROS IMPEDIDOS	: MINISTRA NANCY ANDRIGHIMINISTRO CESAR ASFOR ROCHAMINISTRO FERNANDO GONÇALVES

Distribuição por prevenção do processo REsp 978143 (2007/0168072-0) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(731)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935051 - SP (2007/0163679-5)

AGRAVANTE	: HELENICE DARAIO DE LIMA
ADVOGADO	: JOSE EDUARDO SOARES LOBATO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MANUEL JOÃO MIRANDA
ADVOGADO	: DUILIO ANSELMO MARTINS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(732)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935053 - RJ (2007/0176065-6)

AGRAVANTE	: ARISTEU CLÁUDIO CARDOSO
ADVOGADO	: ANTÔNIO JOSÉ RIBEIRO DE CARVALHO
AGRAVADO	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: ROBERTO HUGO DA COSTA LINS FILHO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO NILSON NAVES - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(733)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935056 - MG (2007/0178662-4)

AGRAVANTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGRAVADO	: GERALDO FERREIRA DA SILVA
AGRAVADO	: ANTÔNIO CLEMENTE DA SILVA
ADVOGADO	: MARCELO PEIXOTO DE MELO
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(734)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935070 - SP (2007/0168162-7)

AGRAVANTE	: CARLOS SUSSUMU FUKUDA E CÔNJUGE
ADVOGADO	: RONALDO PESSOA PIMENTEL
AGRAVADO	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: LUCILA RODRIGUES DE AMORIM E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(735)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935078 - SP (2007/0164125-0)

AGRAVANTE	: ALCAN PACKAGING DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	: PAULO VINÍCIUS SAMPAIO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MÔNICA MARIA RUSSO ZINGARO FERREIRA LIMA E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA DENISE ARRUDA - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(736)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935082 - RJ (2007/0178619-2)

AGRAVANTE	: SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S/A
ADVOGADO	: FERNANDO DE AZEVEDO SILVA PERDIGÃO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARILZA FERNANDES
ADVOGADO	: ANTONIO AUGUSTO DE SOUZA MALLET E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(737)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935085 - SP (2007/0179004-0)

AGRAVANTE	: ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA
ADVOGADO	: MARCOS ALBERTO SANTANNA BITELLI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AUTO POSTO SULINO LTDA
ADVOGADO	: PRISCILA SANDA NAGÃO E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(738)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935093 - SP (2007/0192585-2)

AGRAVANTE	: MAZZOCATO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
ADVOGADO	: JOSE LUIZ MATTHES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: EDUARDO PIRES MESSENBERG E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(739)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935096 - RJ (2007/0154716-3)

AGRAVANTE	: ABN AMRO ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A
ADVOGADO	: ANTÔNIO CARLOS COELHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANA RIBEIRO
ADVOGADO	: THAIS MOYA DE SOUZA - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(740)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935100 - MS (2007/0166275-7)

AGRAVANTE	: FUNDAÇÃO ENRSUL
ADVOGADO	: FÁBIO DE OLIVEIRA CAMILLO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ÉLIO FERREIRA DE ANDRADE E OUTRO
ADVOGADO	: HUMBERTO IVAN MASSA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(741)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935103 - PE (2007/0177674-1)

AGRAVANTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: LÚCIA MARIA VALENÇA BACELAR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSÉ CLAUDIANO BRITO LIMA
ADVOGADO	: CEDRIC JOHN BLACK DE C BEZERRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(742)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935114 - SC (2007/0178857-9)

AGRAVANTE	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: FREDERICO KORNDORFER NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SIEL SOCIEDADE INDUSTRIAL E EXPORTAÇÃO LTDA
ADVOGADO	: RODRIGO FERREIRA LOURENÇO BAPTISTA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(743)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935131 - SP (2007/0168566-7)

AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: CHRISTIAN ERNESTO GERBER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CAMPOS E ABREU EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS LTDA
ADVOGADO	: LUÍS CARLOS CIOFFI BALTRAMAVICIUS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO MARTINS - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(744)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935137 - PR (2007/0173881-4)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: ALBERTO RODRIGUES ALVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ADELSON FARIAS E OUTROS
ADVOGADO	: VILMA THOMAL
RELATOR	: MINISTRO HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(745)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935138 - SP (2007/0186123-3)

AGRAVANTE	: IPREM - INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MÁRCIA VASCONCELLOS PEREIRA DA SILVA FELIPPE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GILDA POLIDO E OUTRO
ADVOGADO	: EVELCOR FORTES SALZANO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(746)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935148 - SP (2007/0168511-3)

AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RAQUEL VIEIRA MENDES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: RENATO OLIMPIO SETTE DE AZEVEDO E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA ELIANA CALMON - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(747)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935151 - MG (2007/0170631-1)

AGRAVANTE	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: NADJA ARANTES GRECCO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ROMÁRIO LEMOS QUÁGLIA E OUTROS
ADVOGADO	: VICENTE DE PAULA MENDES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção da QUINTA TURMA em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(748)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935159 - MG (2007/0170483-3)

AGRAVANTE	: BANKBOSTON BANCO MÚLTIPLO S/A
ADVOGADO	: CHRISTIANO RODRIGO GOMES DE FREITAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANTÔNIO GERALDO DINIZ ROQUETE E OUTRO
ADVOGADO	: MARGONARI MARCOS VIEIRA
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(749)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935202 - MG (2007/0178716-5)

AGRAVANTE	: GERDAU S/A
ADVOGADO	: DECIO FLAVIO GONÇALVES TORRES FREIRE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONSTRUTORA HERMETO COSTA LTDA
ADVOGADO	: LEONARDO DE ALMEIDA SANDES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(750)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935214 - SC (2007/0178697-6)

AGRAVANTE	: GLÓRIA MOTTA VARGAS E OUTROS
ADVOGADO	: TONY LUIZ RAMOS
AGRAVADO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: KARLO KOITI KAWAMURA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(751)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935217 - MG (2007/0166346-4)

AGRAVANTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG E OUTRO
PROCURADOR	: WAGNER LIMA NASCIMENTO SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ARNALDA SOARES ANDRADE
ADVOGADO	: MARCOS CHAVES VIANA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(752)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935220 - MG (2007/0165443-0)

AGRAVANTE	: CÉLIA DAS GRAÇAS CAMPOS
ADVOGADO	: SIMONE MUSA CASTRO SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI
ADVOGADO	: ÁLVARO S FRAZÃO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição por prevenção da QUARTA TURMA em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(753)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935224 - SC (2007/0154237-6)

AGRAVANTE	: A ANGELONI E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	: RODRIGO FERNANDES PEREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A
ADVOGADO	: ANABEL PEREIRA E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(754)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935229 - DF (2007/0176172-0)

AGRAVANTE	: DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR	: JOSE CARDOSO DUTRA JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FUNDAÇÃO CESGRANRIO
ADVOGADA	: MARIA RITA DE CÁSSIA FIGUEIREDO PINTO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(755)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935231 - GO (2007/0155719-6)

AGRAVANTE	: CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE GOIÁS - PREBEG
ADVOGADO	: JOSÉ MARTINS FERREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CARLOS ANTÔNIO GONÇALVES
ADVOGADO	: SILVANO SABINO PRIMO E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(756)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935236 - DF (2007/0176382-7)

AGRAVANTE	: SÔNIA SILVA SANTOS SOUSA
ADVOGADO	: ANTONIO PADUA PINTO NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: JOAO BATISTA BASSANI GUIDORIZZI E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(757)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935237 - RN (2007/0154000-4)

AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: DIOGO MELO DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TRANSPORTADORA SÃO CRISTÓVÃO LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: MURILO SIMAS FERREIRA E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(758)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935240 - GO (2007/0156027-3)

AGRAVANTE	: GLADESTONE FERREIRA DE SOUSA
ADVOGADO	: GLADESTONE FERREIRA DE SOUSA (EM CAUSA PRÓPRIA)
AGRAVADO	: CEVEL CECÍLIO VEÍCULOS LTDA
ADVOGADO	: MARCELO DI REZENDE BERNARDES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(759)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935242 - SP (2007/0178981-9)

AGRAVANTE	: UBALDO SOLDÁ
ADVOGADO	: ALEXANDRE NASRALLAH E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MARCOS NARCHE LOUZADA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(760)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935243 - MS (2007/0164496-2)

AGRAVANTE	: MÁRCIA APARECIDA DE SOUZA FILIZZOLA
ADVOGADO	: CARLOS ALBERTO DESTRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO BRADESCO S/A E OUTRO
ADVOGADO	: SÍLVIO DE JESUS GARCIA E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 760142 (2005/0100328-7) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(761)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935247 - DF (2007/0192408-2)

AGRAVANTE	: CLAYTON JOSÉ LUIZ
ADVOGADO	: LUIZ PHILIPE PEREIRA RESENDE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(762)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935249 - SP (2007/0167300-7)

AGRAVANTE	: DORA SUGIMOTO
ADVOGADO	: HEITOR FARO DE CASTRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EDUARDO ANGELINI LINCK E OUTRO
ADVOGADO	: NEWTOM MINERVINO LINCK
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(763)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935293 - MG (2007/0187346-4)

AGRAVANTE	: CARLOS HENRIQUE FRANÇA TEIXEIRA
ADVOGADO	: MAURO JORGE DE PAULA BOMFIM E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: LETÍCIA SÉRA DE OLIVEIRA COSTA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição por prevenção do processo RMS 24065 (2007/0097451-5) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(764)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935295 - SP (2007/0163587-4)

AGRAVANTE	: PORTUS INSTITUTO DESEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO	: MARCELO ROMÃO MARINELLI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSÉ ALVES DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: IRACILDA DA PAIXÃO CARVALHO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(765)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935296 - MG (2007/0178831-6)

AGRAVANTE	: CONSAVEL ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA
ADVOGADO	: MARCELA ILDEFONSINA GAUDÊNCIO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JADER JÚNIO CORRÊA
ADVOGADO	: FERNANDA MIRANDA LOURENÇO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(766)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935297 - RS (2007/0185852-4)

AGRAVANTE	: MARCO ANTÔNIO DE AZEVÊDO CHAGAS
ADVOGADO	: MARCO ANTÔNIO DE AZEVEDO CHAGAS
AGRAVADO	: MAGADAN E MALTZ ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
ADVOGADO	: GABRIEL DE FREITAS MELRO MAGADAN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(767)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935298 - MG (2007/0174804-0)

AGRAVANTE	: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - BDMG
ADVOGADO	: MARCO ANTÔNIO BRITO SOLANO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MÁRIO ANTÔNIO FIRJAM E OUTRO
ADVOGADO	: RENATA RODRIGUES RIBEIRO E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(768)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935302 - SP (2007/0184921-0)

AGRAVANTE	: UNIBANCO AIG SEGUROS S/A
ADVOGADO	: ANTÔNIO PENTEADO MENDONÇA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANTOINE RAAD
ADVOGADO	: JAHIR ESTÁCIO DE SÁ FILHO E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(769)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935304 - SP (2007/0185293-0)

AGRAVANTE	: REMAZA SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA
ADVOGADO	: PATRÍCIA PIRES DA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ELIAS JOSÉ DE CAMARGO E OUTRO
ADVOGADO	: LUCAS GOMES GONÇALVES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(770)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935306 - SP (2007/0163831-3)

AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: INAIÁ BRITTO DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TRANSPORTE E BRAÇAGEM PIRATININGA LTDA
ADVOGADO	: MARINO LUIZ POSTIGLIONE E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA DENISE ARRUDA - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(771)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935308 - RS (2007/0176729-7)

AGRAVANTE	: ÊNIO MANAUS
ADVOGADO	: RENATO SCHENKEL DA CRUZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: COOPERPOA COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PORTO ALEGRE
ADVOGADO	: CHARLES VOLNEI HAAS
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(772)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935333 - SP (2007/0177951-9)

AGRAVANTE	: ADILSON JOSÉ PEREIRA E OUTROS
ADVOGADO	: FERNANDO LOURENÇO MONTAGNOLI
AGRAVADO	: CONSÓRCIO NACIONAL VOLKSWAGEN LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: MARCELO TESHEINER CAVASSANI E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(773)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935363 - SP (2007/0163318-3)

AGRAVANTE	: CALÇADOS ARAGÃO DI FRANCA LTDA - MICROEMPRESA
ADVOGADO	: EMERSON VASCONCELOS DE OLIVEIRA
AGRAVADO	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: MATILDE DUARTE GONCALVES E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 489009 (2002/0159704-7) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(774)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935373 - SP (2007/0179766-7)

AGRAVANTE	: FÁBIO AZENHA DE TOLEDO
ADVOGADO	: MÁRIO LUÍS DUARTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: LÚCIA DE ALMEIDA LEITE E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRO LUIZ FUX

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(775)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935375 - RO (2007/0168503-6)

AGRAVANTE	: HOSPITAL 9 DE JULHO S/S LTDA
ADVOGADO	: ARQUILAU DE PAULA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
PROCURADOR	: MOACIR DE SOUZA MAGALHÃES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO MARTINS - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(776)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935377 - SP (2007/0180424-6)

AGRAVANTE	: ANTÔNIO RODRIGUES
ADVOGADO	: JOSELI SILVA GIRON BARBOSA
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: HERMES ARRAIS ALENCAR
RELATOR	: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(777)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935409 - MG (2007/0166933-7)

AGRAVANTE	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: NARDELE DÉBORA CARVALHO ESQUERDO E OUTRO(S)
AGRAVANTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG
PROCURADOR	: CLÁUDIO JOSÉ RESENDE FONSECA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA
ADVOGADO	: MARCOS CHAVES VIANA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(778)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935413 - SP (2007/0174359-2)

AGRAVANTE	: RICARDO CARNEIRO ALVES E OUTRO
ADVOGADO	: LUCAS AUGUSTUS ALVES MIGLIOLI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO NOSSA CAIXA S/A
ADVOGADO	: ALEXANDRE DE GODOY E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(779)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935418 - SP (2007/0166372-0)

AGRAVANTE	: JULIETA LODUCA E OUTROS
ADVOGADO	: EDUARDO ANDRADE MAFRA CARDOSO
AGRAVADO	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO IPESP
PROCURADOR	: ANTÔNIO CARLOS GONÇALVES FAVA E OUTRO(S)
INTERES.	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATOR	: MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(780)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935421 - SP (2007/0167584-8)

AGRAVANTE	: PASQUAL ANTÔNIO RIZZI E OUTRO
ADVOGADO	: ANNE CRISTINA ROBLES BRANDINI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(781)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935423 - SC (2007/0160876-4)

AGRAVANTE	: METRO ADMINISTRAÇÃO CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA
ADVOGADO	: NELSON PEREIRA PAVAN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALEXANDRO ANDRADE
ADVOGADO	: FERNANDO DAUWE E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(782)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935428 - SC (2007/0187253-1)

AGRAVANTE	: BANCO CITICARD S/A
ADVOGADO	: ELISANDRE MARIA BEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SELMA CERQUEIRA MARTINS
ADVOGADO	: DORIVAL ANTÔNIO GOULARTE E OUTRO(S)
INTERES.	: CREDICARD S/A ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(783)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935433 - RJ (2007/0170135-8)

AGRAVANTE	: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
ADVOGADO	: GUILHERME L QUARESMA B SANTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CARLOS ALBERTO MUNDIN
ADVOGADO	: KAREN CRISTINA FILATRO MUNDIN
RELATOR	: MINISTRO CASTRO MEIRA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(784)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935435 - SP (2007/0178805-0)

AGRAVANTE	: DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A DERSA
ADVOGADO	: EDUARDO ARRUDA ALVIM E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RONALDO XAVIER RIBEIRO
ADVOGADO	: ANTÔNIO LUIZ LIMA DO AMARAL FURLAN
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRO MASSAMI UYEDA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(785)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935437 - SP (2007/0157469-0)

AGRAVANTE	: MARIALVA RIBEIRO BRANCO LOMBARDI
ADVOGADO	: FELIPE ZORZAN ALVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA TERESA RIBEIRO BORELLI E OUTROS
ADVOGADO	: VENICIO BORELLI FILHO
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(786)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935438 - RS (2007/0180052-2)

AGRAVANTE	: HEITOR LUIZ CORRÊA
ADVOGADO	: JOSÉ LUIS WAGNER
AGRAVADO	: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM
ADVOGADO	: LILIANE JACQUES FERNANDES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 974130 (2007/0178376-8) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(787)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935441 - SP (2007/0164410-4)

AGRAVANTE	: BANCO BRADESCO S/A E OUTROS
ADVOGADO	: SERGIO FARINA FILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARIA CECÍLIA LEITE MOREIRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(788)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935442 - MT (2007/0178578-8)

AGRAVANTE	: WILSON ROBERTO PERRI BRUNETTA
ADVOGADO	: GUSTAVO FERNANDES DA SILVA PERES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ELIZEU ZULMAR MAGGI SCHEFFER
ADVOGADO	: FÁBIO LUIS DE MELLO OLIVEIRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 741056 (2006/0018781-5) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(789)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935446 - SP (2007/0164319-2)

AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: SANDRA TSUCUDA SASAKI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LUIZ ALFREDO COTINI GRANDE
ADVOGADO	: ILDEU JOSÉ CONTE E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO NILSON NAVES - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(790)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935453 - SP (2007/0163428-2)

AGRAVANTE	: ROBERTO FARACO DO AMARAL CAMARGO E OUTROS
ADVOGADO	: ANTONIO CARLOS POLINI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: FLAVIA MORALES BIZUTTI E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 162764 (1997/0071508-6) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(791)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935473 - SP (2007/0166040-9)

AGRAVANTE	: CENTER CASTILHO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E ACABAMENTO LTDA
ADVOGADO	: PAULO VINÍCIUS SAMPAIO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: ANDRÉA PEREIRA DE ALMEIDA E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA DENISE ARRUDA - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(792)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935476 - BA (2007/0157991-0)

AGRAVANTE	: FLORESTAL SANTA INÊS LTDA
ADVOGADO	: EUVALDO TEIXEIRA DE MATOS FILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(793)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935481 - SP (2007/0166181-2)

AGRAVANTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO IPREM
PROCURADOR	: MÁRCIA VASCONCELLOS PEREIRA DA SILVA FELIPPE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOAQUIM RODRIGUES SILVA PINTO E OUTROS
ADVOGADO	: MARCELO GATTI REIS LOBO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(794)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935484 - SP (2007/0179432-2)

AGRAVANTE	: MILLO'S COMERCIAL CARAJÁS LTDA
ADVOGADA	: FLAVIA BRAVIM BERTOLO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ROSYCLEIA LOPES DE FREITAS E OUTROS
ADVOGADO	: ODISSEIA VICTOR E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(795)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935487 - MS (2007/0177837-0)

AGRAVANTE	: JAMIL FELIX NÁGLIS - ESPÓLIO
REPR. POR	: ZAQUIA NÁGLIS - INVENTARIANTE
ADVOGADO	: JOSÉ SEBASTIÃO ESPÍNDOLA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VALDECIR COLUSSI E OUTRO
ADVOGADO	: MÁRIO EDSON MONTEIRO DAMIÃO E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(796)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935491 - MS (2007/0164522-7)

AGRAVANTE	: EMBRATEL EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNIAÇÕES S/A
ADVOGADO	: AOTORY DA SILVA SOUZA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CÂNDIDO ALBERTO DASAN BENITO
ADVOGADO	: RENATO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(797)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935494 - PR (2007/0188087-2)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: ALBERTO RODRIGUES ALVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DAVID DA CONCEIÇÃO VICENTE E OUTROS
ADVOGADO	: MARCELO MARTINS
RELATOR	: MINISTRO HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(798)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935500 - PB (2007/0177715-6)

AGRAVANTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: CAIO CESAR VIEIRA ROCHA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NEUSA CUNHA DA SILVA
ADVOGADO	: ROSENO DE LIMA SOUSA
RELATOR	: MINISTRO HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA
MINISTROS IMPEDIDOS	: MINISTRA NANCY ANDRIGHIMINISTRO CESAR ASFOR ROCHAMINISTRO FERNANDO GONÇALVES

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(799)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935507 - RS (2007/0187859-1)

AGRAVANTE	: BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A
ADVOGADO	: ALEXANDRE DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA ELIZABETH HECKLER MELLO
ADVOGADO	: JORGE FREDERICO MAGALHÃES NEUBAUER
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(800)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935515 - RS (2007/0171462-7)

AGRAVANTE	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: LUCIANO JOSÉ GIONGO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ROGÉRIO SOUZA DA SILVA
ADVOGADO	: LEANDRO TOLFO VIEIRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(801)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935521 - MG (2007/0168222-1)

AGRAVANTE	: MARIA DO CARMO VIANA SILVA
ADVOGADO	: CARLOS ALBERTO F. MENDES DA SILVA
AGRAVADO	: HSBC SEGUROS BRASIL S/A
ADVOGADO	: LUÍS MARCELO CAPANEMA BARBOSA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(802)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935525 - RS (2007/0188508-8)

AGRAVANTE	: ZARDO SOLADOS E COMPONENTES PARA CALÇADOS LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: ÉDISON FREITAS DE SIQUEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MILTON DRUMOND CARVALHO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO MARTINS - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(803)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935528 - SP (2007/0165821-7)

AGRAVANTE	: MÁRIO DIAS DA SILVA
ADVOGADO	: MARIA LÍGIA PEREIRA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: DEBORA ABREU E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(804)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935529 - PR (2007/0164517-5)

AGRAVANTE	: JOÃO PEDRO BARBERI
ADVOGADO	: SUZANA VALENZA MANOCCHIO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO ECONÔMICO S/A - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADO	: VALDIR LEMOS DE CARVALHO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(805)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935532 - MG (2007/0178890-0)

AGRAVANTE	: B A DE B
ADVOGADO	: ARISTÓTELES DUTRA DE ARAÚJO ATHENIENSE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: S B R
ADVOGADO	: WALTER FREITAS DE MORAES
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(806)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935535 - SP (2007/0168109-4)

AGRAVANTE	: DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A DERSA
AGRAVADO	: MILTON HATORI E OUTROS
ADVOGADO	: FERNANDO ANSELMO RODRIGUES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(807)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935536 - SE (2007/0169894-8)

AGRAVANTE	: ESTADO DE SERGIPE
PROCURADOR	: CRISTIANE TODESCHINI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IRANI ALVES SANTOS E OUTROS
ADVOGADO	: NEIDE MARTINS CARDOSO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO NILSON NAVES - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(808)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935538 - SP (2007/0179466-2)

AGRAVANTE	: LAS VEGAS SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA
ADVOGADO	: ANTONIO JOSE ALVES NEPOMUCENO
AGRAVADO	: SHELL BRASIL S/A
ADVOGADO	: RICARDO BRITO COSTA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRO LUIZ FUX

Distribuição por prevenção da QUARTA TURMA em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(809)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935540 - SP (2007/0178897-2)

AGRAVANTE	: LUIZ CARLOS LOPES
ADVOGADO	: LUIZ CARLOS LOPES (EM CAUSA PRÓPRIA)
AGRAVADO	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO	: GLAUCY PEREIRA DE MEDEIROS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(810)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935542 - MS (2007/0170976-9)

AGRAVANTE	: THOMPSON JOSÉ DE SOUZA MORAIS
ADVOGADO	: OLGA LEMOS CARDOSO DE MARCO - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS
AGRAVADO	: ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADOR	: FELIPE MARCELO GIMENEZ E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO CASTRO MEIRA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(811)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935543 - GO (2007/0178739-2)

AGRAVANTE	: OGENY ABRAHAO YAGHI
ADVOGADO	: GETÚLIO TARGINO LIMA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EUDES MENEZES SPINDOLA
ADVOGADO	: NELSON GOMES DA SILVA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(812)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935545 - SP (2007/0167304-4)

AGRAVANTE	: IZAIAS GOMES COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: VÍTOR DONATO DE ARAÚJO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ELIANE KANAYAMA
ADVOGADO	: SOLANGE DE JESUS BLANCO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(813)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935552 - RJ (2007/0179876-6)

AGRAVANTE	: BANCO SANTANDER S/A
ADVOGADO	: DIEGO ANTUNES DA SILVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JAIME LUIZ CAMPOS JÚNIOR
ADVOGADO	: OCTÁVIO ALEXANDRE MACEDO LEITE E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(814)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935562 - RJ (2007/0180071-2)

AGRAVANTE	: S C B
ADVOGADO	: NORMANDO ANTÔNIO VENTURA MARQUES
AGRAVADO	: R S R B
ADVOGADO	: LUCIOLA B D COELHO - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(815)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935565 - RJ (2007/0179978-8)

AGRAVANTE	: JOSÉ LUIZ OLIVEIRA
ADVOGADO	: ÁTILA ANDRE DE NEGRI FONSECA
AGRAVADO	: AUREA MARIA GOMES DE SOUZA
ADVOGADO	: MARCUS VINÍCIUS DA COSTA SILVA
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(816)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935569 - SP (2007/0175583-8)

AGRAVANTE	: SER SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA
ADVOGADO	: YOSHISHIRO MINAME
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MÁRCIA MARIA CORSETTI GUIMARÃES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(817)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935571 - RS (2007/0179906-8)

AGRAVANTE	: CALÇADOS AZALÉIA S/A
ADVOGADO	: RAFAEL MALLMANN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RICARDO PY GOMES DA SILVEIRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO MARTINS - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(818)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935583 - SP (2007/0175504-2)

AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CLÁUDIA AKEMI OWADA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO CESP
ADVOGADO	: JORGE RICARDO LOPES LUTF E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO CASTRO MEIRA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(819)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935587 - SP (2007/0167538-0)

AGRAVANTE	: MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO
ADVOGADO	: ADRIANO RIBEIRO LYRA BEZERRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SERASA S/A
ADVOGADO	: FERNANDO SACCO NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: QUARTO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO
ADVOGADO	: REINALDO DE ALMEIDA FERRARI
AGRAVADO	: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO
ADVOGADO	: RODRIGO RODRIGUES PEDROSO
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(820)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935588 - SP (2007/0175534-5)

AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: ADIRLEI XAVIER E OUTROS
ADVOGADO	: ANDRÉ LOPES BÉDA E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(821)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935616 - RS (2007/0185883-9)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: MARIA CAROLINA ARONNA KAYSER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIO CORREA DA ROCHA
ADVOGADO	: DÉCIO LUIZ FRANZEN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(822)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935624 - RJ (2007/0179895-6)

AGRAVANTE	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: FLÁVIO GUIMARÃES LAURIA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSÉ MESSIAS TEJADA MEIRELLES
ADVOGADO	: ADELIA CRISTINA VARGAS RIBEIRO GUIMARÃES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PAULO GALLOTTI - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(823)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935654 - SP (2007/0174631-0)

AGRAVANTE	: CONSÓRCIO NACIONAL VOLKSWAGEN LTDA
ADVOGADO	: MARCELO TESHEINER CAVASSANI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HELENO JUNQUEIRA GUIMARÃES
ADVOGADO	: JOSÉ MARCOS RIBEIRO D'ALESSANDRO
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(824)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935665 - RS (2007/0120868-1)

AGRAVANTE	: TERMOTEXTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: RUBENS TATIT EBLING DA COSTA
AGRAVADO	: DUBLASUL INDÚSTRIA DE COMPONENTES PARA CALÇADOS LTDA
ADVOGADO	: DANIEL FEDRIZZI E OUTRO(S)
INTERES.	: MECORE METALÚRGICA E REPRESENTAÇÕES LTDA
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(825)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935689 - RS (2007/0182626-0)

AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: SIRLEI NEVES MENDES DA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS ERECHIM LTDA
ADVOGADO	: EDSON LUIZ MOLOZZI E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(826)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935706 - MG (2007/0191150-0)

AGRAVANTE	: ELIO DE SOUZA E CÔNJUGE
ADVOGADO	: GERALDO EUSTÁQUIO ALVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO	: LEONARDO VILELA DE PAULA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(827)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935714 - MG (2007/0190887-6)

AGRAVANTE	: CENTRO ESPORTIVO SANTA TEREZA LTDA
ADVOGADO	: LUIZ GUSTAVO MOTTA PEREIRA
AGRAVADO	: WALEWSKA LOPES DE SOUSA
ADVOGADO	: LEONARDO DE QUEIROZ MILHORATO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(828)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935715 - PR (2007/0187567-4)

AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE CURITIBA
PROCURADOR	: NATANIEL RICCI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SAMUEL JORGE BARCIK
ADVOGADO	: MÁRCIA REGINA FERREIRA
AGRAVADO	: JOÃO CARLOS ESPERANSSETA E OUTRO
ADVOGADO	: ALTAMIRO ALVES DOS SANTOS
INTERES.	: JOÃO VOLTZ DA SILVA
RELATOR	: MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(829)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935718 - SC (2007/0189269-8)

AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CÍNTIA TOCCHETTO KASPARY E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CURTUME JACOBSEN LTDA
ADVOGADO	: IVAN RÜCKL E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(830)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935722 - MG (2007/0190006-1)

AGRAVANTE	: ROBERTO LUCAS PEIXOTO
ADVOGADO	: DIRCEU CAPANEMA BARBOSA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: FERNANDO STHLING FILHO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(831)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935725 - RS (2007/0189850-0)

AGRAVANTE	: ANA PAULA SORRENTINO DELVAUX
ADVOGADO	: MARCELO ANTÔNIO ZAGO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RICARDO PY GOMES DA SILVEIRA E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA ELIANA CALMON - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(832)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935727 - SP (2007/0185999-9)

AGRAVANTE	: BANCO NOSSA CAIXA S/A
ADVOGADO	: FLÁVIA REGINA FERRAZ DA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ROSELI REIS BALDRATTI
ADVOGADO	: MARISTELA ALVES DE SOUSA
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(833)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935730 - RJ (2007/0180109-9)

AGRAVANTE	: ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO JARDIM MARAPENDI - AMJM
ADVOGADO	: FELIPE MAGALHÃES LAGE DE A MARIZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CARLOS ALBERTO LOPES DE LIMA
ADVOGADO	: ANA ALVES DE MARIA
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(834)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935731 - MG (2007/0189629-7)

AGRAVANTE	: CASA DE CARNES MOTA LTDA
ADVOGADO	: ALACRINO DOMINGUES P NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SALERMO INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO	: JOSÉ QUINTINO DE QUEIROZ E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(835)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935737 - RS (2007/0188098-5)

AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LUIZ FERNANDO JUCÁ FILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JULIANA DANIELA FLECK
ADVOGADO	: LOURENÇO GASPARIN
INTERES.	: CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A ELETROBRÁS
RELATORA	: MINISTRA DENISE ARRUDA - PRIMEIRA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 975381 (2007/0188100-0) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(836)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935740 - MG (2007/0190750-2)

AGRAVANTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: IVAN JUNQUEIRA RIBEIRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EDNA MÁRCIA MARQUES DE FREITAS
ADVOGADO	: CLÁUDIO LUIZ MARQUES SILVEIRA
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(837)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935743 - MG (2007/0191108-0)

AGRAVANTE	: LUIZ DAVID DE FREITAS
ADVOGADO	: VICENTE DE PAULO DE O CÂNDIDO
AGRAVADO	: HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADO	: GUSTAVO HENRIQUE BHERING HORTA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(838)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935746 - MG (2007/0190865-0)

AGRAVANTE	: ADSERVIS MULTIPERFIL LTDA
ADVOGADO	: ARTHUR JOSÉ RAMOS GASPERONI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS CBTU
ADVOGADO	: RANDOLFO ÁLVARO DE SOUSA COSTA E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA DENISE ARRUDA - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(839)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935747 - PR (2007/0189436-6)

AGRAVANTE	: ULTRA RAY CENTRO DIAGNÓSTICO LTDA
ADVOGADO	: NEIBAL BIER DA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SIMONE ANACLETO LOPES E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA DENISE ARRUDA - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(840)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935748 - MG (2007/0155365-0)

AGRAVANTE	: SORAYA HISSA DE CARVALHO
ADVOGADO	: LINCOLN GUIMARAES HISSA
AGRAVADO	: ICATU HARTFORD SEGUROS S/A
ADVOGADO	: WILSON MENDES FERREIRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(841)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935758 - MG (2007/0166478-9)

AGRAVANTE	: SEBASTIÃO DA SILVA LELIS
ADVOGADO	: ROBERTO MARINHO PIRES JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ICATU HARTFORD SEGUROS S/A
ADVOGADO	: ALBERTO EUSTÁQUIO PINTO SOARES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(842)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935764 - MG (2007/0189452-0)

AGRAVANTE	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: LUIZ EDUARDO MASSARA GUIMARÃES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MANOEL PEREIRA LIMA E OUTROS
ADVOGADO	: SÉRGIO PEREIRA LIMA
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(843)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935767 - MG (2007/0191111-9)

AGRAVANTE	: CHRISTIANNE TEIXEIRA SOUZA LIMA
ADVOGADO	: JOSÉ DE SOUZA LIMA
AGRAVADO	: TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS S/A TELEMIG
ADVOGADO	: CIBELLE PÁSCOA DE MOURA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(844)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935770 - SP (2007/0190590-0)

AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: INAIÁ BRITTO DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SUPERMERCADO TULHA LTDA - MASSA FALIDA
ADVOGADO	: EDSON EDMIR VELHO - SÍNDICO E OUTROS
RELATOR	: MINISTRO HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(845)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935777 - SP (2007/0189357-1)

AGRAVANTE	: N D
ADVOGADO	: SUELI MARQUES DOS SANTOS
AGRAVADO	: S R D (MENOR) E OUTRO
REPR. POR	: S C R S D
ADVOGADO	: CÉLIA REGINA GUILHERME BERTUOL E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(846)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935781 - MG (2007/0189469-4)

AGRAVANTE	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: LUIZ EDUARDO MASSARA GUIMARÃES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANDREI LUIZ COSTA DE FARIA E OUTROS
ADVOGADO	: CARLOS GOMES DE LOYOLA
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(847)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935785 - SP (2007/0189084-4)

AGRAVANTE	: CRUZEIRO DO SUL POSTO DE SERVIÇOS LTDA
ADVOGADO	: WANDERLEI BAN RIBEIRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: ANA PAULA DE SOUSA LIMA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(848)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935788 - SP (2007/0189117-1)

AGRAVANTE	: ADOLPHO KAUFFMANN
ADVOGADO	: FÁBIO HANADA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: CARLOS ALBERTO BITTAR FILHO E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA DENISE ARRUDA - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(849)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935790 - PA (2007/0171060-0)

AGRAVANTE	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: ALESSANDRA FARIAS DE OLVEIRA BARBOZA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PROCEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: NESTOR FERREIRA FILHO
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(850)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935796 - MG (2007/0189642-6)

AGRAVANTE	: ESTADO DE MINAS GERAIS E OUTRO
PROCURADOR	: NARDELE DÉBORA CARVALHO ESQUERDO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALEXANDRINA DE ABREU PEREIRA E OUTROS
ADVOGADO	: JACQUES F MIARI
RELATOR	: MINISTRO CASTRO MEIRA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(851)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935807 - MG (2007/0170010-9)

AGRAVANTE	: CLÊNIO RICARDO DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: RICARDO DA SILVA GONÇALVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: JOSÉ MARCOS RODRIGUES VIEIRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(852)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935812 - MG (2007/0177007-1)

AGRAVANTE	: COMPANHIA MINEIRA DE METAIS
ADVOGADO	: MARCOS A LEONARDO RIBEIRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSÉ NEVES DA COSTA
ADVOGADO	: ANDRÉ LUIZ VIEIRA CARNEIRO
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(853)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935823 - RJ (2007/0189694-4)

AGRAVANTE	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: TÂNIA DE SOUSA ELIAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JONAS DA SILVA CHAVES
ADVOGADO	: NILTON DIAS MARTINS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(854)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935824 - RS (2007/0190640-3)

AGRAVANTE	: COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA CEEE
ADVOGADO	: IURE CASAGRANDE DE LISBOA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VALDIRO BARTZ
ADVOGADO	: MARILEI FISCHER
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(855)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935828 - SP (2007/0190776-5)

AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: PASCOAL PEREIRA BARBOSA E OUTROS
ADVOGADO	: OLGA DE CARVALHO ALVES OLIVEIRA
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(856)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935834 - SE (2007/0178608-0)

AGRAVANTE	: BANCO PANAMERICANO S/A
ADVOGADO	: ESTÁCIO MOREIRA DE ARIMATEA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA GORETTI SANTANA NASCIMENTO
ADVOGADO	: HAMILTON LIMA DE ANDRADE
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(857)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935862 - MG (2007/0169518-3)

AGRAVANTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DE MINAS GERAIS IPSM
ADVOGADO	: ARILDO RICARDO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOÃO BATISTA PINTO
ADVOGADO	: JOSÉ MAURÍCIO DE CASTRO E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA DENISE ARRUDA - PRIMEIRA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 973332 (2007/0169509-4) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(858)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935871 - PB (2007/0177972-2)

AGRAVANTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: CAIO CESAR VIEIRA ROCHA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SANDRA MARIA COSTA SILVA
ADVOGADO	: GIUSEPPE FABINAO DO M COSTA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA
MINISTROS IMPEDIDOS	: MINISTRA NANCY ANDRIGHIMINISTRO CESAR ASFOR ROCHAMINISTRO FERNANDO GONÇALVES

Distribuição por prevenção do processo REsp 973283 (2007/0178226-5) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(859)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935893 - RJ (2007/0153552-6)

AGRAVANTE	: SAFRA LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADO	: RODRIGO DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARCO ANTÔNIO LOURENÇO FERREIRA
ADVOGADO	: MARIANA DE CAMPOS HORTA BARBOSA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(860)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935895 - RS (2007/0184096-2)

AGRAVANTE	: MARCOS VINÍCIUS DIAS MELLO
ADVOGADO	: MÁRCIO DA ROCHA MUSSI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: SUSANE DE OLIVEIRA PILOTTO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(861)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935898 - RJ (2007/0180748-0)

AGRAVANTE	: LUIS DOS SANTOS TOSTA
ADVOGADO	: NELSON BATISTA OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PRIMO SCHINCARIOL INDÚSTRIA DE CERVEJAS E REFRIGERANTES DO RIO DE JANEIRO S/A
ADVOGADO	: SANDRA APARECIDA TEIXEIRA SIMÃO E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(862)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935901 - SP (2007/0179372-8)

AGRAVANTE	: SUAREZ INCORPORAÇÕES LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: LUIZ COELHO PAMPLONA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - BANESPA
ADVOGADO	: LUIS CARLOS SANTANA E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(863)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935907 - MG (2007/0165969-3)

AGRAVANTE	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: RODOLPHO BARRETO SAMPAIO JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IRENE GONÇALVES PAMPLONA E OUTROS
ADVOGADO	: ADRIANA CASTANHEIRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(864)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935910 - SC (2007/0185695-7)

AGRAVANTE	: ZANATTA ADMINISTRADORA LTDA
ADVOGADO	: EDUARDO ESPINDOLA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR	: RICARDO DE ARAÚJO GAMA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO MARTINS - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(865)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935911 - RJ (2007/0176044-2)

AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: FREDERICK B BURROWES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RÔMULO CAVALCANTE MOTA
ADVOGADO	: GILSON NASCIMENTO DE ALMEIDA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO MARTINS - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(866)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935914 - PR (2007/0161429-0)

AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IVAÍ
ADVOGADO	: IVO DE JESUS DEMATEI GREGIO
AGRAVADO	: DONIZETE FIRMINO DE ANDRADE
ADVOGADO	: LUIZ CÉZAR VIANA PEREIRA
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(867)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935922 - SC (2007/0177761-3)

AGRAVANTE	: WASCHE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: MAURICIO OLIVEIRA DOS SANTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR	: ROGÉRIO DE LUCA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(868)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935925 - RJ (2007/0184493-0)

AGRAVANTE	: AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A
ADVOGADO	: FABIANO DINIZ CERQUEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CERÂMICA RIMARELA LTDA
ADVOGADO	: LEONARDO MARTINS ABREU
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(869)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935927 - SC (2007/0185699-4)

AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE BRUSQUE
ADVOGADO	: ALESSANDRO ROBERTO FUCHS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IVO VENERI E OUTROS
ADVOGADO	: ALBANEZA ALVES TONET E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(870)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935928 - SP (2007/0187364-2)

AGRAVANTE	: OSRAM DO BRASIL LÂMPADAS ELÉTRICAS LTDA
ADVOGADO	: ILIDIO BENITES DE OLIVEIRA ALVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARCIA MARIA CORSETTI GUIMARÃES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(871)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935930 - RJ (2007/0180740-5)

AGRAVANTE	: MARCUS VINÍCIUS DO AMPARO
ADVOGADO	: UBIRAJARA CALDAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: ANDRÉ RODRIGUES CYRINO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(872)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935939 - SP (2007/0175374-2)

AGRAVANTE	: JOÃO DAS NEVES LOURO
ADVOGADO	: RAFAEL DE OLIVEIRA SIMÕES FERNANDES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO CENTRAL DO BRASIL
PROCURADOR	: FRANCISCO SIQUEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNIÃO
AGRAVADO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: TERESA DESTRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - BANESPA
ADVOGADO	: JULIANA VIEIRALVES AZEVEDO E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA ELIANA CALMON - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(873)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935946 - SP (2007/0174148-3)

AGRAVANTE	: AUTO POSTO BADEJO LTDA
ADVOGADO	: JORGE BERDASCO MARTINEZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
PROCURADOR	: KARINA GRIMALDI E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(874)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935958 - RJ (2007/0145670-0)

AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: MAENE MARCONDES CARDOSO
ADVOGADO	: PAULO ROBERTO FIGUEIRA ANTONINI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ROSANA BENTES SANTORO E OUTRO
ADVOGADO	: REBECA MOURA DA PALMA LOUZADA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(875)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935961 - SP (2007/0182033-7)

AGRAVANTE	: X-RAY DISTRIBUIDORA E REPRESENTAÇÃO LTDA
ADVOGADO	: CARLOS ROBERTO DA SILVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: SILVIA REGINA MANGUEIRO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(876)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935963 - RS (2007/0177576-7)

AGRAVANTE	: OSCAR JOSÉ FERREIRA - SUCESSÃO E OUTRO
ADVOGADO	: CÉSAR AUGUSTO CAVALIERI
AGRAVADO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: VERA LÚCIA ANDUJAR E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(877)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935973 - MS (2007/0170984-6)

AGRAVANTE	: WALTER JOAQUIM MENINO
ADVOGADO	: FRANCISCO CIRO MARTINS - DEFENSOR PÚBLICO E OUTROS
AGRAVADO	: ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADOR	: FELIPE M GIMENEZ E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO CASTRO MEIRA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(878)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935976 - MG (2007/0187887-0)

AGRAVANTE	: ESPÓLIO DE JOSÉ PEREIRA PRADO
REPR. POR	: MARIA CÂNDIDA DE BRITO PRADO - INVENTARIANTE
ADVOGADO	: HÉLCIO LINHARES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOANA MARIA SILVA PACHECO E OUTROS
ADVOGADO	: MARIA CRISTINA COSTA FERREIRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(879)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935980 - SP (2007/0169060-2)

AGRAVANTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: DALILA GALDEANO LOPES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SILVIA GONÇALVES SANTIAGO
ADVOGADO	: ANDREA MARIA GARCIA COELHO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(880)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935981 - SP (2007/0167682-2)

AGRAVANTE	: GISLAINE FAUZI RACY NARCHI
ADVOGADO	: FLÁVIO MIFANO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO	: FERNANDO NETTO BOITEUX E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA ELIANA CALMON - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(881)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935983 - MG (2007/0180956-3)

AGRAVANTE	: NUTRIL NUTRIMENTOS INDUSTRIAIS S/A
ADVOGADO	: RICARDO DE CARVALHO ARAÚJO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EMBALAGENS FLEXÍVEIS DIADEMA S/A
ADVOGADO	: ANA FLÁVIA ROCHA CARVALHAES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(882)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935985 - MS (2007/0165708-0)

AGRAVANTE	: ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADOR	: NATHÁLIA DOS SANTOS PAES DE BARROS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EDILSON BARBOSA DE PAULA E OUTROS
ADVOGADO	: ROGÉRIO DE SÁ MENDES
INTERES.	: EDILSON DOS SANTOS SOUZA E OUTROS
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(883)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935986 - SP (2007/0178658-4)

AGRAVANTE	: HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADO	: ALEXANDRE CERULLO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: KELLI CRISTINA MARTINELLI
ADVOGADO	: RITA DE CÁSSIA PEDROSO ROSSI FERRETTI E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(884)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935988 - BA (2007/0170479-3)

AGRAVANTE	: BOMPRECO S/A SUPERMERCADOS DO NORDESTE
ADVOGADO	: FLÁVIA PRESGRAVE BRNZDZENSKYI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOILMA RAMALHO SILVA E OUTRO
ADVOGADO	: ELEOMAR MOREIRA DIAS BARBOSA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(885)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935994 - SC (2007/0160782-0)

AGRAVANTE	: BANCO DE CRÉDITO NACIONAL S/A - BCN
ADVOGADO	: MARIA APARECIDA LUZZOLI FERREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LUIZ ANTÔNIO COSTA
ADVOGADO	: HUGO AREAO MAIA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(886)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935996 - RS (2007/0185813-2)

AGRAVANTE	: NARA REGINA GONÇALVES
ADVOGADO	: CECÍLIA MARIA OYHENARD IBARRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALL AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: CARLOS JERÔNIMO ULRICH TEIXEIRA E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(887)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935998 - SP (2007/0185810-7)

AGRAVANTE	: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO E OUTRO
ADVOGADO	: MARIO SERGIO MASCHIETTO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TEREZINHA DE PAULA E SILVA SHAMMAS
ADVOGADO	: ALEXANDRE G N LIQUIDATO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO NILSON NAVES - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(888)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 936170 - PR (2007/0168485-9)

AGRAVANTE	: SANAE TAKEUCHI DA SILVA
ADVOGADO	: NELSON RAMOS KÜSTER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: BERENICE FERREIRA LAMB E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 936166 (2007/0168479-5) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(889)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 937804 - MG (2007/0174735-6)

AGRAVANTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGRAVADO	: MAX ALBERTO TAVARES MENEZES
ADVOGADO	: JOSÉ CONSTANTINO FILHO
RELATOR	: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(890)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 937818 - MG (2007/0166805-0)

AGRAVANTE	: ALEXANDRE LOBATO ALEIXO
ADVOGADO	: JOSÉ MATEUS CAMPOS MACIEL E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - SEXTA TURMA

Distribuição por prevenção da SEXTA TURMA em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(891)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 937900 - SP (2007/0184134-1)

AGRAVANTE	: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO SESC
ADVOGADO	: MARCOS PEREIRA OSAKI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: PAULO GONÇALVES DA COSTA JUNIOR E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(892)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 937959 - RS (2007/0185742-5)

AGRAVANTE	: CÉSAR TODESCHINI - ESPÓLIO
REPR. POR	: CECÍLIA BAPTISTA TODESCHINI - INVENTARIANTE
ADVOGADO	: MARIA LUIZA AHRENDS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SUELY LOURDES TOSCHI
ADVOGADO	: CÂNDIDO GIORDANI E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 477381 (2002/0130001-6) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(893)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 938431 - SP (2007/0193794-5)

AGRAVANTE	: LUIZ AMADEU MOREIRA ROCCO
ADVOGADO	: ISRAEL FAIOTE BITTAR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(894)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 938466 - RS (2007/0173619-6)

AGRAVANTE	: ALCEU GARCIA RODRIGUES
ADVOGADO	: JOMAR VIANEI BORGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 878006 (2007/0095900-5) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(895)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 938484 - PI (2007/0174884-7)

AGRAVANTE	: V R DA S (INTERNADO)
ADVOGADO	: ELIZABETH MARIA MEMORIA AGUIAR
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATOR	: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo RHC 19478 (2006/0096447-4) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(896)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 938529 - RJ (2007/0187405-7)

AGRAVANTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO	: WESLEY PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	: FERNANDO PINAUD DE OLIVEIRA
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(897)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 938995 - MG (2007/0149246-5)

AGRAVANTE	: LUIZ EDUARDO COIMBRA UBALDO E OUTROS
ADVOGADO	: JOÃO BOSCO KUMAIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: RODRIGO PERES DE LIMA NETTO E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(898)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939023 - DF (2007/0187825-1)

AGRAVANTE	: HOMEM MODA MASCULINA LTDA
ADVOGADO	: ÉDSON FREITAS DE SIQUEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MAÍRA SILVA DA FONSECA RAMOS E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA ELIANA CALMON - SEGUNDA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)

Distribuição por prevenção do processo REsp 741690 (2005/0059388-4) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(899)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939047 - PR (2007/0188094-8)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: ALBERTO RODRIGUES ALVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARTA MARILU NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO	: JONAS BORGES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(900)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939078 - RJ (2007/0187316-1)

AGRAVANTE	: JAP ÁUDIO VISUAL E CINE FOTO LTDA
ADVOGADO	: CARLOS PERRONE
AGRAVADO	: BLANCA DÉLIA ORTOLI
ADVOGADO	: WELLINGTON EUCLYDES DE SOUZA E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(901)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939112 - RJ (2007/0187280-9)

AGRAVANTE	: ECIA IRMÃOS ARAÚJO ENGENHARIA COMÉRCIO S/A
ADVOGADO	: DEYSE LIMA BARBOSA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: HELOÍSA CYRILLO GOMES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(902)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939127 - RS (2007/0182264-8)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TERESA CRISTINA SALIS MÉRCIO
ADVOGADO	: ILISEU JOSÉ FACCIN
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(903)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939132 - MG (2007/0185875-1)

AGRAVANTE	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: RICARDO MILTON DE BARROS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LEDA MARIA FAGUNDES DUARTE ARTHUR E OUTROS
ADVOGADO	: STELLA MARIA JORGE BASTIANETTO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PAULO GALLOTTI - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(904)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939151 - RJ (2007/0184510-5)

AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS
ADVOGADO	: LUIZ CARLOS R VELLOZO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HANS LEHMANN
ADVOGADO	: S/ REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
RELATOR	: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(905)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939159 - RS (2007/0176854-9)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AÍDA TERESINHA AGUIAR SILVEIRA
ADVOGADO	: ELISABETE HERCÍLIA PADILHA
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(906)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939189 - SP (2007/0184369-0)

AGRAVANTE	: BANCO BOA VISTA INTERATLÂNTICO S/A
ADVOGADO	: NEI CALDERON E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INDÚSTRIA E COMÉRCIO TELINA LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: ANTÔNIO LUIZ MAZZILLI E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(907)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939265 - RS (2007/0187728-9)

AGRAVANTE	: MARIA DE LOURDES TORNIN PROENÇA
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(908)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939307 - RJ (2007/0179941-2)

AGRAVANTE	: IVAN HUMBERTO CARRATU
ADVOGADO	: SERGIO BERMUDES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRO LUIZ FUX

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(909)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939340 - GO (2007/0180864-2)

AGRAVANTE	: ALEX IVAN PIRES BUENO
ADVOGADO	: MÁRCIO ALESSANDRO DE SAN'TIAGO POTENCIANO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ELDO JOSÉ DAS NEVES
ADVOGADO	: JOÃO ROSA PINTO
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(910)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939350 - PR (2007/0188064-5)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: ALBERTO RODRIGUES ALVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AMARILDO DE SOUZA E OUTROS
ADVOGADO	: VILMA THOMAL
RELATOR	: MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(911)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939363 - PR (2007/0176206-9)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: ALBERTO RODRIGUES ALVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ROSANA DIAS DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: VILMA THOMAL
RELATOR	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(912)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939411 - PR (2007/0186915-1)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: ALBERTO RODRIGUES ALVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: APARECIDO JACOBE E OUTROS
ADVOGADO	: VILMA THOMAL
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO MARTINS - SEGUNDA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(913)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939480 - MG (2007/0184033-1)

AGRAVANTE	: SÔNIA CRISTINA DE OLIVEIRA TELES - MICROEMPRESA
ADVOGADO	: DANILO SOUZA BARROS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO TRIÂNGULO S/A
ADVOGADO	: MAX ESTEVAN DE MORAES SILVA E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(914)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939594 - RO (2007/0188090-0)

AGRAVANTE	: TEREZA FERNANDES E OUTRO
ADVOGADO	: PEDRO ORIGA NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NEIDE DA SILVA MACIEL
ADVOGADO	: SANTIAGO RAMON GISBERT BANUS E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(915)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939684 - ES (2007/0186146-0)

AGRAVANTE	: BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANESTES
ADVOGADO	: OMAR DE A MACHADO JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MANOEL MACHADO COELHO NETO

ADVOGADO	: CAROLINA LEMOS PICANÇO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(916)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939740 - SP (2007/0184197-2)

AGRAVANTE	: OSWALDO ZOMIGNAN E OUTRO
ADVOGADO	: JOSÉ AUGUSTO AMSTALDEN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: ADRIANA DE FÁTIMA FELTRIM E OUTRO(S)
INTERES.	: CGS CONSTRUTORA LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: MARCELO CÂNDIDO DE AZEVEDO
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(917)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939859 - MG (2007/0182293-9)

AGRAVANTE	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: RODOLPHO BARRETO SAMPAIO JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA BERENICE RODRIGUES MESQUITA E OUTROS
ADVOGADO	: JACQUES F MIARI E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(918)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939994 - MG (2007/0193835-0)

AGRAVANTE	: JEFERSON TADEU DE SOUZA
ADVOGADO	: FELISBERTO EGG DE RESENDE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: JANE MARIA GOMES MAROTTA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(919)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 940332 - PR (2007/0190641-5)

AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO	: COOPERATIVA CENTRAL AGROINDUSTRIAL LTDA
ADVOGADO	: ANDERS FRANK SCHATTENBERG E OUTRO(S)
INTERES.	: CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A ELETROBRÁS
ADVOGADO	: ÂNGELO PROVESI E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO MARTINS - SEGUNDA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 973120 (2007/0177248-3) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(920)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 940974 - SP (2007/0197621-4)

AGRAVANTE	: MANUEL DOMINGOS DIAS
ADVOGADO	: MARCOS DOS SANTOS
AGRAVADO	: ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE TRANSURB
ADVOGADO	: ADRIANA TORRES MALLEGNI E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRO CASTRO MEIRA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(921)

RECURSO ESPECIAL Nº 941329 - MG (2007/0070700-0)

RECORRENTE	: ERICO VERISSIMO SANTOS
ADVOGADO	: LÍLIAN FONSECA PEREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: BRENO CALDEIRA RODRIGUES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA
MINISTROS IMPEDIDOS	: MINISTRA NANCY ANDRIGHIMINISTRO CESAR ASFOR ROCHAMINISTRO FERNANDO GONÇALVES

Redistribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(922)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942471 - MG (2007/0198191-7)

AGRAVANTE	: C V DE O
ADVOGADO	: CARLOS VITOR DE OLIVEIRA
AGRAVADO	: M A R O
ADVOGADO	: FRANCISCO DE PAULA VÍTOR BRAGA FILHO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(923)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943029 - RS (2007/0201876-9)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: TATIANA BENDER CARPENA DE MENEZES DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NAOMI KURRLE DE AVILES E OUTROS
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(924)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944089 - RS (2007/0198270-1)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ISOLDE MARIA DE MATOS
ADVOGADO	: ALTEMIR CANTÚ E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(925)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947658 - RS (2007/0203564-4)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DAISSON GAUBER BASTIANI
ADVOGADO	: EDSON PADILHA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição por prevenção do processo REsp 988927 (2007/0203557-9) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(926)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947735 - RS (2007/0219276-4)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES
AGRAVADO	: CLÁUDIO BENETTI E OUTROS
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(927)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947736 - RS (2007/0219631-4)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CARMEM LUCIA CARVALHO BERBIGIER E OUTRO
ADVOGADO	: MANFREDO ERWINO MENSCH E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(928)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947737 - RS (2007/0219672-0)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: MÔNICA GOES DE ANDRADE MENDES DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LICE MARIA SBRISSA
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(929)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947738 - RS (2007/0219352-3)

AGRAVANTE	: MARGARETE ISABEL DOS SANTOS NEIMAYER
ADVOGADO	: CESAR AUGUSTO MICHEL DOS SANTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(930)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947739 - RS (2007/0219396-4)

AGRAVANTE	: HANKE MARTIN E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	: ISAIAS GRASEL ROSMAN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: ANDERSSON VIRGINIO DALL' AGNOL E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA DENISE ARRUDA - PRIMEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(931)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947740 - RS (2007/0219788-0)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GILMAR ANTÔNIO STRAGLIOTTO
ADVOGADO	: ELISABETE HERCÍLIA PADILHA
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(932)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949009 - RS (2007/0216471-0)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONFECÇÕES DIM DOM LTDA
ADVOGADO	: GILMAR FERRARI
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(933)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949346 - MG (2007/0212137-3)

AGRAVANTE	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: CÁSSIO ROBERTO DOS SANTOS ANDRADE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BENEDITO ANTÔNIO PAIVA
ADVOGADO	: ELIO MARTINS
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(934)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949427 - RJ (2007/0216192-9)

AGRAVANTE	: EINSTEIN ALVES CAVALHEIRO
ADVOGADO	: ARTUR SOUZA RAMOS
AGRAVADO	: UNIÃO
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(935)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949450 - BA (2007/0217133-2)

AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: ANTONIO GILVAN MELO
AGRAVADO	: RENALDO CALDAS REIS
ADVOGADO	: ANAMÉLIA TOURINHO DE GARCIA
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(936)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949476 - RS (2007/0216489-5)

AGRAVANTE	: ADÃO DE SOUZA LEAL
ADVOGADO	: ADILSON AIRES
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE TRIUNFO
ADVOGADO	: MAURICIO LUIS CHAVES ODORIZI E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(937)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949494 - PE (2007/0208390-0)

AGRAVANTE	: MARIA JOSÉ DA SILVA
ADVOGADO	: UBIRAJARA EMANUEL TAVARES DE MELO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CANDEIAS FACTORING LTDA
ADVOGADO	: JOSÉ MARIA GONZAGA DOS SANTOS
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(938)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950415 - SP (2007/0220879-0)

AGRAVANTE	: JOÃO ALBERTO FERNANDES LIMA
ADVOGADO	: MARCIA APARECIDA DA SILVA ANNUNCIATO
AGRAVADO	: HUGO ENEAS SALOMONE
ADVOGADO	: OCTAVIO REYS
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(939)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950430 - RS (2007/0215837-2)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: MÔNICA GOES DE ANDRADE MENDES DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EURIDES FRAGOSO
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(940)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950433 - RS (2007/0215832-3)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: JOÃO PAULO IBANEZ LEAL E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ARTÊMIO SALVATTI
ADVOGADO	: FÁBIO GUSTAVO BIZ E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(941)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950438 - RS (2007/0219629-8)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA DA GRAÇA VAMZETTO
ADVOGADO	: KARINA BREITENBACH NASSIF AZEN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(942)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950441 - RS (2007/0218192-3)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JULIMAR PAULO CRESCENTE
ADVOGADO	: VILSO PIAS
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(943)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950448 - SP (2007/0227488-7)

AGRAVANTE	: REGINA HELENA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: MARIA BERNADETE FLAMÍNIO TRINCA
AGRAVADO	: CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO	: NEI VIEIRA PRADO FILHO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(944)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950485 - DF (2007/0217235-4)

AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: BEATRIZ DE MATOS CUNHA E OUTROS
ADVOGADO	: LÚCIO JAIMES ACOSTA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(945)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950486 - GO (2007/0210619-1)

AGRAVANTE	: ELSO PANIAGO VILELA
ADVOGADO	: JESUINO BARBOSA JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JURANDIR DE SOUZA VILELA E OUTROS
ADVOGADO	: EDUARDO TALVANI DE LIMA COUTO
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(946)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950519 - SC (2007/0209833-8)

AGRAVANTE	: BMG LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADO	: CLEUZA VIANA DA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RUDSON ALVES DE BRITTES
ADVOGADO	: JOÃO MAX HORR
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(947)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950563 - PB (2007/0209755-5)

AGRAVANTE	: CGU SEGUROS S/A - GENERAL ACCIDENT COMPANHIA DE SEGUROS
ADVOGADO	: JOSÉ RICARDO DO NASCIMENTO VAREJÃO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SANTA LUZIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
ADVOGADO	: JOÃO HENRIQUE DE SOUZA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(948)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950571 - RS (2007/0209956-3)

AGRAVANTE	: NETUNO INDUSTRIA DE ACESSORIOS PARA PISCINA LTDA
ADVOGADO	: JIMMY BARIANI KOCH E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(949)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950579 - ES (2007/0209941-3)

AGRAVANTE	: WANDERLY DA SILVA BORGES
ADVOGADO	: ANTÔNIO AUGUSTO DALAPÍCOLA SAMPAIO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MARCOS ANTÔNIO BORGES BARBOSA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(950)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950614 - SP (2007/0209451-3)

AGRAVANTE	: CÉSAR AUGUSTO MURATA - MENOR IMPÚBERE
ADVOGADO	: MARCONI HOLANDA MENDES E OUTRO(S)
REPR. POR	: ELIANE NOGUEIRA DOS SANTOS
AGRAVADO	: JORGE BAYERLEIN
ADVOGADO	: ELIZABETE LEITE E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(951)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950616 - RS (2007/0199695-2)

AGRAVANTE	: RIAL IMOVEIS LTDA
ADVOGADO	: RONALD ROTHFUCHS DE LIMA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RONALD SCHRAMM ELY E OUTROS
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(952)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950724 - RS (2007/0187306-0)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARCELO CABRAL CORREA
ADVOGADO	: FLORISBERTO BECKENKAMP DELLA GIUSTINA
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 876256 (2006/0178556-9) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(953)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950738 - RS (2007/0203975-0)

AGRAVANTE	: BRENO CORREA SILVEIRA
ADVOGADO	: LUIZ NIUTON DE ALBUQUERQUE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ILSO ZOCOLOTTO
ADVOGADO	: EDUARDO RODRIGUES FRANÇA
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(954)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950765 - RS (2007/0213301-3)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HILTON LUIZ MENEGAT
ADVOGADO	: PAULO HENRIQUE MODENA HILLER E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(955)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950791 - RS (2007/0216297-6)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ELTON MARTINI
ADVOGADO	: DÉCIO LUIZ FRANZEN
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(956)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950811 - RS (2007/0215288-0)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: JOÃO PAULO IBANEZ LEAL E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LUIZ CARLOS MANZONI E OUTROS
ADVOGADO	: FÁBIO GUSTAVO BIZ E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(957)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950817 - RS (2007/0227412-0)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GERALDO DANNENBERG
ADVOGADO	: VILSO PIAS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(958)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950819 - RS (2007/0221095-6)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SANDRA MARA PEREIRA SCHOLANT
ADVOGADO	: SIRLEY ABERO SOARES NOBLE
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(959)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950824 - RS (2007/0221117-0)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALDACIR JOSÉ SANTI
ADVOGADO	: BERNARDO RÜCKER E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(960)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950825 - RS (2007/0227403-0)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: TATIANA BENDER CARPENA DE MENEZES DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INÊZ LUNKES GRIEBELER
ADVOGADO	: ELOI BÉTIO DA VEIGA MARON E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 970709 (2007/0174599-2) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(961)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950827 - RS (2007/0227326-0)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EDI GENTIL PALHANO
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 594952 (2004/0042402-3) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(962)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950832 - RS (2007/0219981-3)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ELIZABETH CARVALHO HAUBENTHAL
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(963)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950833 - RS (2007/0227459-6)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FRANCISCO PEREIRA NETO E OUTROS
ADVOGADO	: LOURENÇO GASPARIN
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(964)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950839 - RS (2007/0227273-0)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EDGAR TEIXEIRA DE ALMEIDA
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(965)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950842 - RS (2007/0227396-6)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ELDOMAR ZIMMERMANN
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição por prevenção da TERCEIRA TURMA em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(966)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950847 - RS (2007/0227394-2)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CELINA MACHADO VIEIRA
ADVOGADO	: EDUARDO KRATZ PAULETTO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(967)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950849 - PA (2007/0200560-5)

AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE BELÉM
ADVOGADO	: GUSTAVO AZEVEDO RÔLA
AGRAVADO	: HOSPICENTER COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA
ADVOGADO	: FRANCISCO BRASIL MONTEIRO FILHO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(968)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950850 - RS (2007/0227465-0)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IVONYR FRANCISCO PALMAS
ADVOGADO	: SERGEI LUIZ SCHAFER
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(969)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950851 - RS (2007/0218094-9)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AMÉRICO SILVA BENDER
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(970)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950853 - RS (2007/0217947-6)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VILMAR JOSÉ GHIZZONI
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(971)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950858 - RS (2007/0218020-5)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VELEDA PAULINA WELTER
ADVOGADO	: VILSO PIAS
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(972)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950862 - RS (2007/0218018-9)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ARLETE SIRLEI GHEDINE E OUTRO
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(973)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950867 - RS (2007/0216556-5)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: THAMYZA ROSSANA LUCAS E OUTROS
ADVOGADO	: MANFREDO ERWINO MENSCH E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(974)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950871 - RS (2007/0217994-5)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: JOÃO PEDRO IBANEZ LEAL E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LAUDECIR LUVISON E OUTROS
ADVOGADO	: RODRIGO TONIAL E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(975)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950872 - RS (2007/0217959-0)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MILENA INÊS MARTINI HART
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(976)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950876 - RS (2007/0220575-8)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALICE HAMMERSCHMITT BOGORNI
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(977)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950880 - RS (2007/0227378-8)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA DE LOURDES FACCHINELLO SANDRI
ADVOGADO	: MARIA CRISTINA BEUX
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(978)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950881 - RS (2007/0220574-6)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AVELINO GUERRA
ADVOGADO	: GUSTAVO CHIARELLI E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(979)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950887 - SP (2007/0207711-0)

AGRAVANTE	: FUNDAÇÃO CESP
ADVOGADO	: CESAR EDUARDO ANDRADE FURUE
AGRAVADO	: MARIA GERALDINA CONTE DI PINO
ADVOGADO	: MARIA GERALDINA CONTE DI PINO (EM CAUSA PRÓPRIA)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(980)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950889 - RS (2007/0227398-0)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONSTANTINO QUIRINO STOFFEL
ADVOGADO	: ANA LÍDIA ROCHA DE MENEZES COSTA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(981)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950893 - RS (2007/0217946-4)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DILVA MARIA ZAPANI
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(982)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950908 - RS (2007/0227405-4)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SELI MARIA HERMANN BENDER
ADVOGADO	: ALEXANDRE AUGUSTO KERN
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(983)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950913 - RS (2007/0218025-4)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ENÉIAS SIQUEIRA DO NASCIMENTO
ADVOGADO	: GIOVANI FERNANDES BERNARDI E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(984)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950919 - RS (2007/0218011-6)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DEMARCI BEIJAMIM DA SILVA
ADVOGADO	: ALTEMIR CANTÚ E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(985)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950926 - RS (2007/0227339-6)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LUÍS CARLOS DEL PINO PIRES
ADVOGADO	: ANA LÍDIA ROCHA DE MENEZES COSTA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(986)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950938 - RS (2007/0219952-2)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NÍLCIO CRIZEL E OUTROS
ADVOGADO	: MANFREDO ERWINO MENSCH E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(987)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951022 - SP (2007/0227813-4)

AGRAVANTE	: JORGE DE OLIVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	: ANTÔNIO MARIA DENOFRIO
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: ANDRÉ EDUARDO SANTOS ZACARI
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(988)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951038 - RS (2007/0227342-4)

AGRAVANTE	: FERNANDA RODRIGUES CARDOSO
ADVOGADO	: TADEU FRANCISCO ANTOCHEVIZ
AGRAVADO	: CARREFOUR ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA
ADVOGADO	: LUCIANO DAHMER HOCSMAN
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(989)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951048 - PA (2007/0221973-4)

AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: HORÁCIO NUNES BARROS
ADVOGADO	: FERNANDO DE MORAES VAZ
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(990)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951050 - SP (2007/0221856-0)

AGRAVANTE	: JOSÉ SANTOS DE MELO
ADVOGADO	: FERNANDA FRAQUETA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: OLDEGAR LOPES ALVIM
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(991)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951054 - SP (2007/0221461-9)

AGRAVANTE	: UNIFLON INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ADVOGADO	: LUIZ CÉZAR LUCHIARI
AGRAVADO	: LATI INDÚSTRIA TERMOPLASTICI S P A
ADVOGADO	: LUCIANA DE NARROS SAFI
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(992)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951065 - SP (2007/0220909-1)

AGRAVANTE	: MARIÂNGELA GARCIA DE ALMEIDA
ADVOGADO	: GIL HERMETÉRIO FILHO
AGRAVADO	: GENILDA DE ANDRADE SCHWETER E OUTRO
ADVOGADO	: LUCYMARA DE FÁTIMA CREPALDI
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(993)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951070 - SP (2007/0220874-0)

AGRAVANTE	: JOÃO CARLOS GAMMARO E OUTRO
ADVOGADO	: RACHEL GARCIA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(994)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951081 - SC (2007/0218369-0)

AGRAVANTE	: SOTEPA SOCIEDADE TÉCNICA DE ESTUDOS PROJETOS E ASSESSORIA LTDA
ADVOGADO	: ALESSANDRA OLIVEIRA RAMOS
AGRAVADO	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: EMERSON LODETTI
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(995)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951094 - PE (2007/0222019-3)

AGRAVANTE	: SÔNIA SOARES DOS ANJOS E OUTRO
ADVOGADO	: ANTHONY FERNANDES OLIVEIRA LIMA
AGRAVADO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: CARLOS ALBERTO DE CASTRO E SILVA
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(996)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951105 - PE (2007/0221952-0)

AGRAVANTE	: HILSON DE BRITO MACEDO E OUTRO
ADVOGADA	: DÓRIS DE SOUZA CASTELO BRANCO
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: DANIEL RODRIGUES BARREIRA
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(997)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951115 - RS (2007/0220681-0)

AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: LEDA REJANE MARQUES DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: THIAGO CECCHINI BRUNETTO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(998)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951129 - MG (2007/0222135-6)

AGRAVANTE	: LUIZ CLÁUDIO FRANÇA MASSULA
ADVOGADO	: FRANCISCO FILHO RODRIGUES DE LIMA
AGRAVADO	: MAXITEL S/A
ADVOGADO	: MARINA PIMENTA MADEIRA
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(999)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951139 - SP (2007/0221039-8)

AGRAVANTE	: ADELAIDE DE OLIVEIRA PECCICACCO E OUTROS
ADVOGADO	: MARIA LUIZA DI SANDRO SOUZA CRUZ
AGRAVADO	: ELIEL MOREIRA ROMERO E OUTRO
ADVOGADO	: HERMANO ALMEIDA LEITÃO
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1000)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951142 - RJ (2007/0221515-0)

AGRAVANTE	: REAL AUTO ÔNIBUS LTDA
ADVOGADO	: RODRIGO CARPINTEIRO PERES
AGRAVADO	: ERONILCE MENDONÇA DA SILVA E OUTRO
ADVOGADO	: NÉLIO JOSÉ BARQUET E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1001)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951150 - SP (2007/0222031-0)

AGRAVANTE	: NILTON CARLOS LOVATO
ADVOGADO	: EDUARDO JOSE DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FRANCISCO DE ASSIS LEITE
ADVOGADO	: ANDRE WADHY REBEHY E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1002)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951167 - RJ (2007/0222291-2)

AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: ARNALDO DE ALMEIDA MAGALHÃES E OUTROS
ADVOGADO	: RODRIGO ALEXANDRE TORRES DE LUCA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1003)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951170 - CE (2007/0221820-6)

AGRAVANTE	: LUIZ CARLOS DO AMARAL LANDIM
ADVOGADO	: FRANCISCO CLÁUDIO BEZERRA DE QUEIROZ
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
ADVOGADO	: UAIRANDYR TENÓRIO DE OLIVEIRA
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1004)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951172 - SP (2007/0221436-5)

AGRAVANTE	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: LUÍS RICARDO DE STACCHINI TREZZA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MÁRIO FRANCISCO ZANAROLI E OUTRO
ADVOGADO	: JOSÉ PAULO SCHIVARTCHE E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1005)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951173 - SP (2007/0221455-5)

AGRAVANTE	: DAMIANA FERREIRA DE SOUZA
ADVOGADO	: OSWALDO BUCCI PAVANI
AGRAVADO	: DOUGLAS BERNARDO DE GÓES E OUTRO
ADVOGADO	: EMÍLIO CARLOS DE SOUSA LEÃO
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1006)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951178 - SP (2007/0222065-0)

AGRAVANTE	: EDSON NAJAR BORGES RIOS
ADVOGADO	: ARISTIDES FRANCO
AGRAVADO	: RESIPOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: MARIZA APARECIDA CALHAU
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1007)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951187 - MG (2007/0222018-1)

AGRAVANTE	: VALÉRIA PAULA XAVIER DE MORAIS E CÔNJUGE
ADVOGADO	: ORLANDO ARAGÃO NETO
AGRAVADO	: BICAS IMÓVEIS LTDA
ADVOGADO	: SANDRA AMARAL LOPES
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1008)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951189 - RJ (2007/0221866-0)

AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: JONIZETE AMORIM VASCONCELOS
AGRAVADO	: THEREZA DE ARAÚJO SOUZA
ADVOGADO	: CARLOS ALBERTO LORANG DE AMORIM
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1009)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951191 - RJ (2007/0221875-0)

AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ROBERTO NUNES
AGRAVADO	: ÉDSON DA ROCHA SILVA
ADVOGADO	: CARLOS ALBERTO LORANG DE AMORIM
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1010)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951199 - SP (2007/0221069-0)

AGRAVANTE	: LEILA DE LUCCIA
ADVOGADO	: DOROTI WERNER BELLO NOYA
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADO	: MARIA MAURA BOLZAN DOMINGUES
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1011)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951203 - SP (2007/0221902-6)

AGRAVANTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADOR	: SYNVAL TOZZINI
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE CAMPINAS SP
ADVOGADO	: ADRIANA MAXIMINO DE MELO YNOUYE
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1012)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951206 - DF (2007/0220761-6)

AGRAVANTE	: EDUARDO HENRIQUE PINTELLA PORTELLA
ADVOGADO	: CARLOS GOMES SANROMA
AGRAVADO	: BB - FINANCEIRA SA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO	: LUCAS LAFETA MACHADO
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1013)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951212 - SP (2007/0221428-8)

AGRAVANTE	: JACOB ATAUB
ADVOGADO	: LUIZ ANTÔNIO MOYSES
AGRAVADO	: JOSÉ CÉSAR DE OLIVEIRA FILHO
ADVOGADO	: JOÃO MARTINS COSTA NETO
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1014)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951228 - RS (2007/0221476-9)

AGRAVANTE	: TRANSPORTES PANAZZOLO LTDA
ADVOGADO	: LUCIANE ANDRÉIA MENDEL TORRES
AGRAVADO	: BRADESCO SEGUROS S/A
ADVOGADO	: GERALDO NOGUEIRA DA GAMA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1015)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951231 - SP (2007/0222053-6)

AGRAVANTE	: NELSON GONÇALVES E OUTRO
ADVOGADO	: JOSÉ BARTOLOMEU DE SOUZA LIMA
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: MARIA LUIZA AMARANTE KANNEBLEY
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1016)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951232 - RN (2007/0221966-9)

AGRAVANTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: TEREZA CRISTINA RAMALHO TEIXEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FRANCISCO JOSE DOS SANTOS
ADVOGADO	: JOSÉ AUGUSTO DE OLIVEIRA AMORIM
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1017)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951238 - SP (2007/0222046-0)

AGRAVANTE	: JOÃO SOARES LIMA E OUTROS
ADVOGADO	: JOSÉ BARTOLOMEU DE SOUZA LIMA
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: REGINA LIA CHAVES FRANCO MORGERO
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1018)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951242 - PR (2007/0215738-6)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: ALBERTO RODRIGUES ALVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ABELARDO JOSÉ DOS SANTOS E OUTROS
ADVOGADO	: RONALDO SCHUBERT
RELATORA	: MINISTRA ELIANA CALMON - SEGUNDA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1019)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951246 - PB (2007/0218313-4)

AGRAVANTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: MÁRIO LÚCIO DE LIMA NOGUEIRA FILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA DA GUIA FERREIRA MARQUES
ADVOGADO	: JULIANNA ERIKA PESSOA DE ARAÚJO
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1020)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951249 - PR (2007/0199817-5)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: ANA PAULA DOMINGUES DOS SANTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOANA DIAS DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: MARCELO MARTINS
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO MARTINS - SEGUNDA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1021)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951266 - PR (2007/0215579-5)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: ALBERTO RODRIGUES ALVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA LÚCIA MIRANDA E OUTROS
ADVOGADO	: MARCELO MARTINS
RELATOR	: MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1022)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951274 - SP (2007/0221361-0)

AGRAVANTE	: COSTA CRUZEIROS AGÊNCIA MARÍTIMA E TURISMO LTDA
ADVOGADO	: JOSÉ RUBENS DE MACEDO S SOBRINHO
AGRAVADO	: ELEN RUTH RUDLOFF - ESPÓLIO
ADVOGADO	: MARIA ALEXANDRINA COSTA BRANDT
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1023)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951281 - PR (2007/0222027-0)

AGRAVANTE	: ESCRITÓRIO AUGUSTO PROLIK- ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
ADVOGADO	: JOSÉ MACHADO DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MARINA CÂMARA ALBUQUERQUE E OUTRO(S)
INTERES.	: BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A E OUTROS
ADVOGADO	: JOSÉ MACHADO DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
INTERES.	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: MARCELO AYRES KURTZ E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1024)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951315 - RJ (2007/0221449-1)

AGRAVANTE	: TANIA SUELY NERY BARBOSA
ADVOGADO	: FABIANE DE ANDRADE
AGRAVADO	: UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADVOGADO	: MÁRCIO VICENTE E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1025)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951319 - RN (2007/0221940-6)

AGRAVANTE	: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
PROCURADOR	: LEONARDO DE LIMA E SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NORMANDO GOMES E IRMÃOS E OUTROS
ADVOGADO	: MARCUS VINICIUS DE ALBUQUERQUE BARRETO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1026)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951322 - SC (2007/0218124-0)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: KARLO KOITI KAWAMURA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RÔMULO PIETRO THIESS
ADVOGADO	: CLAITON LUIS BORK E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1027)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951409 - MS (2007/0183549-7)

AGRAVANTE	: DANIEL DIAS DA SILVA
ADVOGADO	: NEYLA FERREIRA MENDES - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS
AGRAVADO	: ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADOR	: FELIPE M GIMENEZ E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1028)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951412 - RS (2007/0214791-1)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MOACIR LEOPOLDO HAESER
ADVOGADO	: MOACIR LEOPOLDO HAESER (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTRO
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 606268 (2004/0064471-5) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1029)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951477 - RS (2007/0219714-6)

AGRAVANTE	: WALDEMAR ZANIN E OUTROS
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1030)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951487 - RS (2007/0216531-4)

AGRAVANTE	: DACILA PARIZOTTO E OUTRO
ADVOGADO	: JÚLIO CÉSAR DE AZEREDO SÁ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1031)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951532 - RS (2007/0217990-8)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANTÔNIO LOS
ADVOGADO	: BERNARDO RÜCKER E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1032)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951534 - PR (2007/0222091-6)

AGRAVANTE	: SILVIO ALVES
ADVOGADO	: GUSTAVO LESSA NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: COOPERATIVA AGRÍCOLA DE ASTORGA LTDA
ADVOGADO	: FÁBIO SPAGNOLLI E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1033)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951541 - RS (2007/0217949-0)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANABEL TEREZINNA MADALOSSO CHIELI
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1034)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951545 - RS (2007/0217954-1)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ELENA FOSS COLORIO
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1035)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951552 - RS (2007/0217955-3)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARGÔT MENDES DA SILVA
ADVOGADO	: GUSTAVO CHIARELLI E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1036)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951558 - RS (2007/0220824-6)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: MÔNICA GOES DE ANDRADE MENDES DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GUINTER JOÃO WEISSHEIMER
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1037)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951562 - RS (2007/0221076-6)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JÚLIO CÉSAR MASETTO
ADVOGADO	: ROSELI MARIA SALLA DOS REIS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1038)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951565 - RS (2007/0221073-0)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LUCIANA STADILANDER
ADVOGADO	: VILSO PIAS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1039)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951569 - PR (2007/0222099-0)

AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE LONDRINA
PROCURADOR	: RITA DE CASSIA MAISTRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DIRCE MARTINS DA SILVA
ADVOGADO	: MARIA ELIZABETH JACOB E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1040)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951573 - RS (2007/0220829-5)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ADAIR DANIELESQUI E OUTROS
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1041)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951577 - RS (2007/0219938-1)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GINÉSIO NÉRI LUDWIG
ADVOGADO	: ALTEMIR CANTÚ
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1042)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951582 - RS (2007/0220778-0)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA LUÍZA COELHO E OUTROS
ADVOGADO	: MANFREDO ERWINO MENSCH E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1043)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951587 - RS (2007/0217983-2)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: MÔNICA GOES DE ANDRADE MENDES DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CARMEN DALAVIERE PIANO
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1044)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951591 - RS (2007/0227472-5)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DANIEL DE FREITAS
ADVOGADO	: ERALDO LACERDA JÚNIOR
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1045)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951598 - RS (2007/0227366-3)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BERNADETE BACKES VOLKWEIS
ADVOGADO	: VILSO PIAS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1046)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951618 - RS (2007/0227333-5)

AGRAVANTE	: GENO LUIZ RIGON E OUTROS
ADVOGADO	: ISAIAS GRASEL ROSMAN
AGRAVADO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: RICARDO DE ASSIS BRASIL E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1047)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951628 - RS (2007/0221133-5)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AGENOR COSTENARO
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1048)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951631 - RS (2007/0227437-0)

AGRAVANTE	: ALCI POITEVIN MÉLEGA E OUTROS
ADVOGADO	: ROBERTA MORAES DE VASCONCELOS
AGRAVADO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: RENATA BETTIN WAECHTER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CELULAR CRT PARTICIPAÇÕES S/A
ADVOGADO	: EDUARDO ZARPELON E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1049)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951632 - RS (2007/0217971-8)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: OTACÍLIO SILVA DE VARGAS
ADVOGADO	: BERNARDO RÜCKER E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1050)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951638 - RJ (2007/0234996-0)

AGRAVANTE	: UNIMED RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO LTDA
ADVOGADO	: GISELE NEVES CAMERA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FLÁVIO DE OLIVEIRA BELFORT DOS SANTOS BASTOS
ADVOGADO	: HELLER REDO BARROSO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRO BARROS MONTEIRO

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1051)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951688 - RS (2007/0218225-0)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GILMAR LUCCHESE
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1052)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951691 - SP (2007/0226669-6)

AGRAVANTE	: GILDETE FERREIRA LIÃO
ADVOGADO	: JOSÉ ALEXANDRE BATISTA MAGINA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO	: WILLIAN MARCONDES SANTANA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1053)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951693 - RS (2007/0225084-2)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: MÔNICA GOES DE ANDRADE MENDES DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JÚLIA OLIVEIRA DA SILVA
ADVOGADO	: MICHELLE SALOLO SILVA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1054)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951695 - RS (2007/0218223-7)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSÉ ANTÔNIO BEITLER DA CRUZ
ADVOGADO	: EDUARDO BORDIGNON
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1055)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951697 - RS (2007/0236609-7)

AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: ELENISE PERUZZO DOS SANTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: OSWALDO WOLFF DICK
ADVOGADO	: CLORY FREITAS E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA DENISE ARRUDA - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1056)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951698 - RS (2007/0217961-7)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DARCI GOMES RIBEIRO
ADVOGADO	: ERALDO LACERDA JÚNIOR
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1057)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951699 - RS (2007/0236641-6)

AGRAVANTE	: ILDA MARIA DOS REIS CABRAL
ADVOGADO	: FABIO LOPES DE LIMA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNIÃO
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1058)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951701 - SP (2007/0227265-3)

AGRAVANTE	: AUTO POSTO RIO LIZ LTDA
ADVOGADO	: SINVAL LOPES DE MENEZES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: DENISE FERREIRA DE OLIVEIRA CHEID E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1059)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951704 - SP (2007/0236390-4)

AGRAVANTE	: BANCO NOSSA CAIXA S/A
ADVOGADO	: REYNALDO CUNHA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NICOLAU ALEXI ABDUL HAK - MICROEMPRESA E OUTRO
ADVOGADO	: NORIVALDO COSTA GUARIM FILHO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1060)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951706 - RS (2007/0217965-4)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS DE BACCO LTDA
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1061)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951707 - SP (2007/0227469-7)

AGRAVANTE	: EREMITA MIRANDA FERREIRA
ADVOGADO	: JOSÉ ALEXANDRE BATISTA MAGINA
AGRAVADO	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO	: GLAUCY PEREIRA DE MEDEIROS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1062)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951709 - RS (2007/0217992-1)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANA ISABEL DA CUNHA
ADVOGADO	: MERCEDES CUNHA DORNEL E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1063)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951710 - RS (2007/0226534-6)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LOJAS COLOMBO S/A COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1064)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951713 - RS (2007/0226531-0)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IVONE MARTINS DE VASCONCELOS CIRNE
ADVOGADO	: CATIA SIMARA DA ROSA BITENCOURT E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1065)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951714 - SP (2007/0226672-4)

AGRAVANTE	: COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ CPFL
ADVOGADO	: EDUARDO LEMOS PRADO DE CARVALHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LUÍS ANTÔNIO GOUVEIA
ADVOGADO	: FÁTIMA HUSNI ALI CHOUCAIR E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1066)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951715 - RS (2007/0218027-8)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NELSON LEITE E OUTROS
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1067)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951721 - DF (2007/0221084-3)

AGRAVANTE	: OPPORTUNITY CONSULTORIA LTDA
ADVOGADO	: EVERARDO ALVES RIBEIRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FUNDAÇÃO 14 DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
ADVOGADO	: ANTÔNIO CARLOS GONÇALVES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1068)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951794 - RS (2007/0227477-4)

AGRAVANTE	: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO	: DIOGO STIEVEN FLECK E OUTRO(S)
AGRAVADO	: THAISSARA TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	: LUCIANO BOTELHO DE SOUZA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1069)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951803 - SP (2007/0224271-5)

AGRAVANTE	: FADIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: ANDRÉ EDUARDO SILVA
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: LIÉGE PEIXOTO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1070)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951816 - RS (2007/0227426-8)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CLEONICE GANDIN
ADVOGADO	: ANDRÉ LUIZ LOPES SCALZILLI E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1071)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951821 - RS (2007/0227496-4)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: MÔNICA GOES DE ANDRADE MENDES DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JVD MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
ADVOGADO	: ALTEMIR CANTÚ
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1072)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951825 - RS (2007/0216562-9)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: TATIANA BENDER CARPENA DE MENEZES DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALFREDO MAYER
ADVOGADO	: ELOI BÉTIO DA VEIGA MARON E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição por prevenção da TERCEIRA TURMA em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1073)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951836 - RS (2007/0219942-1)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CLAIMAR FERRI E OUTROS
ADVOGADO	: MANFREDO ERWINO MENSCH
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1074)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951838 - RS (2007/0226983-1)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA TERESA MARTININGUI PACHECO E OUTROS
ADVOGADO	: VILMAR DA SILVA BARBOSA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1075)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951858 - RS (2007/0227520-5)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOAQUIM DEZEN - ESPÓLIO
REPR. POR	: DAMIÃO ROQUE DEZEN - INVENTARIANTE
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1076)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951905 - PR (2007/0210025-6)

AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: ELENISE PERUZZO DOS SANTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IVONE MARIA MARQUES
ADVOGADO	: RENATO GALVAO CARRILLO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1077)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951917 - RS (2007/0209808-4)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ROBERTO DARIUSON DA SILVA
ADVOGADO	: ALTEMIR CANTÚ
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1078)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951923 - RS (2007/0222556-2)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: OLÍVIO MACHADO DA SILVA
ADVOGADO	: PAULO HENRIQUE MODENA HILLER
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1079)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951927 - RS (2007/0225453-0)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NOÉ DOS SANTOS
ADVOGADO	: INES CRISTINA CONCEICAO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1080)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951934 - RS (2007/0221187-7)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JÚLIA DE SOUZA CAMARGO
ADVOGADO	: VILSO PIAS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1081)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 951942 - SP (2007/0227300-7)

AGRAVANTE	: MAFRIPAR MATADOURO E FRIGORÍFICO PARAENSE LTDA
ADVOGADO	: MARIA CRISTINA BERNARDO REBELO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: COMSAT BRASIL LTDA
ADVOGADO	: FRANCINE ELISABETE KALAIDJIAN TEIXEIRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

Processo registrado em 27/09/2007.
NÚCLEO DE AGRAVOS DA PRESIDÊNCIA

(1082)

RECURSO ESPECIAL Nº 972892 - RS (2007/0173984-8)

RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRENTE	: CLÁUDIO DE MENEZES CASTRO E OUTROS
ADVOGADO	: THIAGO CECCHINI BRUNETTO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: OS MESMOS
RELATOR	: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA

Redistribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1083)

RECURSO ESPECIAL Nº 973892 - RS (2007/0178507-0)

RECORRENTE	: MARIA DE LOURDES MERCALI ZARDO
ADVOGADO	: CARLOS ALBERTO LUNELLI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Redistribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1084)

RECURSO ESPECIAL Nº 979477 - RS (2007/0175105-1)

RECORRENTE	: ROGÉRIO MENDES BILHALVA E CÔNJUGE
ADVOGADO	: FERNANDO JOSÉ LOPES SCALZILLI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MARIA ELIZABETH DA SILVA BORGES E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 979471 (2007/0175103-8) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1085)

RECURSO ESPECIAL Nº 981160 - RN (2007/0200147-3)

RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: VICENTE GOMES BARBOSA
ADVOGADO	: FRANCISCO ELOILSON SALDANHA DE PAIVA
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

Redistribuição por prevenção da QUINTA TURMA em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1086)

RECURSO ESPECIAL Nº 981247 - PE (2007/0211426-8)

RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: IZABEL FIGUEIRA DE BRITO
ADVOGADO	: VÂNIA AFFONSO DE MELLO E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

Redistribuição por prevenção da QUINTA TURMA em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1087)

RECURSO ESPECIAL Nº 981549 - MG (2007/0203634-0)

RECORRENTE	: BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - BANESPA
ADVOGADO	: IVAN JUNQUEIRA RIBEIRO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CERTA CORRETORA DE SEGUROS E REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: ELEN MARA DOS SANTOS
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1088)

RECURSO ESPECIAL Nº 982117 - RS (2007/0205649-4)

RECORRENTE	: BANCO PAULISTA S/A
ADVOGADO	: NELSON PILLA FILHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: WALTER PEDRON E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	: LAURO CECCATO FILHO
INTERES.	: SCHMIDT INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ADVOGADO	: SÍLVIA DA GRAÇA GONÇALVES COSTA
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1089)

RECURSO ESPECIAL Nº 982249 - PE (2007/0204280-1)

RECORRENTE	: ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR	: JOSÉ ABELARDO CÂNCIO DE GODOY E OUTRO(S)
RECORRIDO	: AMARA MARIA XAVIER
ADVOGADO	: ÁLVARO ARAÚJO DE ALMEIDA
RELATOR	: MINISTRO NILSON NAVES - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1090)

RECURSO ESPECIAL Nº 982320 - MG (2007/0206532-0)

RECORRENTE	: CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI
ADVOGADO	: LEOPOLDO SOUZA LIMA MATTOS DE PAIVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: NILSON ALVES DE AZEVEDO
ADVOGADO	: DÉLIO DE JESUS MALHEIROS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1091)

RECURSO ESPECIAL Nº 982356 - MG (2007/0206760-5)

RECORRENTE	: UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADVOGADO	: IVAN JUNQUEIRA RIBEIRO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: KLEISSE LINO FERREIRA
ADVOGADO	: KÁTIA REGINA SANTANA DE SOUZA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1092)

RECURSO ESPECIAL Nº 982382 - RS (2007/0210637-0)

RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO	: RODRIGO GONÇALVES SILVEIRA
RECORRIDO	: FABIANO GONÇALVES OLIVEIRA
ADVOGADO	: LÉA BRITO KASPER - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1093)

RECURSO ESPECIAL Nº 982413 - SP (2007/0206617-5)

RECORRENTE	: PANAMERICANA DE SEGUROS S/A
ADVOGADO	: MARY SINATRA MITIKO YAMAYA DE CASTRO G. SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: SONIA MARIA COLETTA LUNARDELLI
ADVOGADO	: VALDIR ANTÔNIO DOS SANTOS E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1094)

RECURSO ESPECIAL Nº 982444 - RS (2007/0204148-4)

RECORRENTE	: BANCO VOLKSWAGEN S/A
ADVOGADO	: ANA PAULA CAPITANI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JAILSON RICARDO FERNANDES PINHEIRO
ADVOGADO	: ISABEL ANTONELLI DOS SANTOS
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1095)

RECURSO ESPECIAL Nº 982463 - RS (2007/0201794-9)

RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RICARDO PY GOMES DA SILVEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: RISCSERVICE INFORMÁTICA LTDA
ADVOGADO	: CHRISTIANE DE GODOY MARTINS
RELATOR	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1096)

RECURSO ESPECIAL Nº 982464 - MG (2007/0206606-2)

RECORRENTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: LAURO JOSÉ BRACARENSE FILHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: TEREZINHA DE OLIVEIRA FERNANDES
ADVOGADO	: DENISE SANTOS DE SOUSA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO CASTRO MEIRA - SEGUNDA TURMA
MINISTROS IMPEDIDOS	: MINISTRA NANCY ANDRIGHIMINISTRO CESAR ASFOR ROCHAMINISTRO FERNANDO GONÇALVES

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1097)

RECURSO ESPECIAL Nº 982478 - SP (2007/0207427-7)

RECORRENTE	: PREFEITURA MUNICÍPAL DE SANTOS
PROCURADOR	: PATRICIA HELENA FEITOSA MILANI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ADELINA DE SOUSA STANDKE
ADVOGADO	: ADELINA DE SOUSA STANDKE (EM CAUSA PRÓPRIA)
RELATOR	: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1098)

RECURSO ESPECIAL Nº 982515 - SP (2007/0204429-9)

RECORRENTE	: OVÍDIO FERREIRA VIEIRA
ADVOGADO	: ROBINSON VIEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: KARINA MÜLLER RAMALHO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1099)

RECURSO ESPECIAL Nº 982519 - SP (2007/0204425-1)

RECORRENTE	: PEDRO JOSÉ PINTO
ADVOGADO	: JOSE CARLOS MARZABAL PAULINO
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ANGELA MARIA DE BARROS GREGORIO E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1100)

RECURSO ESPECIAL Nº 983096 - RS (2007/0205484-2)

RECORRENTE	: ELOÍZA RIZZARDO
ADVOGADO	: MATHEUS DA ROLT RODRIGUES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: BIANCA GALANT BORGES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1101)

RECURSO ESPECIAL Nº 983132 - RJ (2007/0206797-0)

RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARCELO D'ALENCOURT NOGUEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CARLA PROCÓPIO DOS SANTOS
ADVOGADO	: WALDYR ASSIS DOS SANTOS
RELATOR	: MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1102)

RECURSO ESPECIAL Nº 983187 - RS (2007/0206566-0)

RECORRENTE	: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO	: DIOGO STIEVEN FLECK E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CESAR PAWLAK
ADVOGADO	: SÉRGIO LUÍS RIGO
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1103)

RECURSO ESPECIAL Nº 983230 - PR (2007/0205766-9)

RECORRENTE	: OSVAIR PIVETA E OUTROS
ADVOGADO	: MARIO CAMPOS DE OLIVEIRA JUNIOR
RECORRIDO	: UNIÃO
RELATOR	: MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1104)

RECURSO ESPECIAL Nº 983234 - RS (2007/0206656-7)

RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RICARDO PY GOMES DA SILVEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: VITOR PAULO GRAEFF
ADVOGADO	: OLIVÉRIO PLEGGE
RELATOR	: MINISTRO CASTRO MEIRA - SEGUNDA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 983235 (2007/0206658-0) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1105)

RECURSO ESPECIAL Nº 983260 - RS (2007/0206365-1)

RECORRENTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: SOCCOL BARBIERI E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	: ANA MARISA NADAL E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1106)

RECURSO ESPECIAL Nº 983270 - RS (2007/0206481-4)

RECORRENTE	: BANCO DIBENS S/A
ADVOGADO	: RAFAEL NOGUEIRA SIMAS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA PEREIRA MACHADO
ADVOGADO	: TATIANE COIMBRA BURILLE
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1107)

RECURSO ESPECIAL Nº 983274 - RS (2007/0205493-1)

RECORRENTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: LORENZO LACERDA CAPELLI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JUARES DOS SANTOS
ADVOGADO	: ANICETO BRANDELERO E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1108)

RECURSO ESPECIAL Nº 983343 - RS (2007/0201647-1)

RECORRENTE	: BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A
ADVOGADO	: EVERTON MADEIRA GUSMÃO RUANO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: IRAÍ SEBASTIÃO RAUPP - FIRMA INDIVIDUAL
ADVOGADO	: SAULO NOGUEIRA GAWBLINSKY E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 983350 (2007/0201640-9) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1109)

RECURSO ESPECIAL Nº 983344 - RS (2007/0207880-2)

RECORRENTE	: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO	: DENISE CABREIRA GOLAMBIESKI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ODIR JOSÉ DAL PRÁ
ADVOGADO	: WOLNEI BAMBERG MARTINELI
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 873959 (2007/0042468-0) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1110)

RECURSO ESPECIAL Nº 983355 - MS (2007/0207682-0)

RECORRENTE	: BANCO VOLKSWAGEN S/A
ADVOGADO	: GUSTAVO CALÁBRIA RONDON E OUTRO(S)
RECORRIDO	: M G R VEÍCULOS LTDA
ADVOGADO	: RCARDO PAVÃO PIONTI E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1111)

RECURSO ESPECIAL Nº 983371 - RS (2007/0206473-7)

RECORRENTE	: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO	: RAFAEL NOGUEIRA SIMAS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA HELENA JAGUE PERES DA SILVA
ADVOGADO	: GABRIEL DINIZ DA COSTA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 983368 (2007/0206476-2) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1112)

RECURSO ESPECIAL Nº 983454 - PB (2007/0208024-6)

RECORRENTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: LUCIANA NÓBREGA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: HILDA DA SILVA FEITOSA
ADVOGADO	: NYEDIA NARA PEREIRA GALVÃO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO CASTRO MEIRA - SEGUNDA TURMA
MINISTROS IMPEDIDOS	: MINISTRA NANCY ANDRIGHIMINISTRO CESAR ASFOR ROCHAMINISTRO FERNANDO GONÇALVES

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1113)

RECURSO ESPECIAL Nº 983462 - PB (2007/0207978-4)

RECORRENTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: LUCIANA NÓBREGA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: VALDECI FREIRE DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: NEMÉSIO ALMEIDA SOARES JÚNIOR
RELATOR	: MINISTRO HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA
MINISTROS IMPEDIDOS	: MINISTRA NANCY ANDRIGHIMINISTRO CESAR ASFOR ROCHAMINISTRO FERNANDO GONÇALVES

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1114)

RECURSO ESPECIAL Nº 983476 - RS (2007/0206564-6)

RECORRENTE	: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO	: ANGELIZE SEVERO FREIRE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: SUZETE PEREIRA TEIXEIRA
ADVOGADO	: LUÍS CLAUDEMIR SCHERER
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1115)

RECURSO ESPECIAL Nº 983496 - RS (2007/0205525-7)

RECORRENTE	: BANCO DIBENS S/A
ADVOGADO	: ROBERTO LOPES DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CRISTIANO RODRIGUES DIAS
ADVOGADO	: RITA BEATRIZ POSSER DESCOVI E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1116)

RECURSO ESPECIAL Nº 983497 - RS (2007/0206496-4)

RECORRENTE	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: ROSA LÚCIA BRAZ MENEZES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOSÉ VICENTE BATANOLI RAMOS
ADVOGADO	: MARCELO ARAMBURU BORIN
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1117)

RECURSO ESPECIAL Nº 983498 - RJ (2007/0207059-0)

RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECORRIDO	: DIRCE MARIA DA COSTA CARVALHO
ADVOGADO	: JERÔNIMO MAGALHÃES
RELATOR	: MINISTRO NILSON NAVES - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1118)

RECURSO ESPECIAL Nº 983518 - PR (2007/0207310-5)

RECORRENTE	: LUIZ CARLOS RIGO E OUTRO
ADVOGADO	: MARCELO BATTIROLA
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: BERENICE FERREIRA LAMB E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA ELIANA CALMON - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1119)

RECURSO ESPECIAL Nº 983519 - PR (2007/0205679-7)

RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: ALBA WERNER LUBASINSKI E OUTROS
ADVOGADO	: ANDRÉA CRISTINA CHAVES
RECORRIDO	: OS MESMOS
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CARL0S SILVEIRA HESSEL JÚNIOR E OUTRO(S)
INTERES.	: REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A - RFFSA
ADVOGADO	: JUSSARA OLIVEIRA LIMA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1120)

RECURSO ESPECIAL Nº 983520 - AM (2007/0205367-8)

RECORRENTE	: ESTADO DO AMAZONAS
PROCURADOR	: ABRAHAM NISSIM BENOLIEL E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARLÚCIA PONCE DE LEÃO VASCONCELOS E OUTRO

ADVOGADO	: AMANDA LIMA MARTINS E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1121)

RECURSO ESPECIAL Nº 983521 - RJ (2007/0205925-0)

RECORRENTE	: MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS
ADVOGADO	: LUIZ CARLOS R VELLOZO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PAULO HENRY MANIERE
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
RELATOR	: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1122)

RECURSO ESPECIAL Nº 983524 - SC (2007/0207476-0)

RECORRENTE	: CLAUDETE ANTÔNIO DA SILVA
ADVOGADO	: SILVIO ANTONIO PASQUINI FERRO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
ADVOGADO	: KARLA BESEN SCHMITZ E OUTRO(S)
INTERES.	: ASSOCIAÇÃO CLUBE DE MÃES DE FORQUILHINHA
ADVOGADO	: OCIMAR MARAGNO
RELATOR	: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1123)

RECURSO ESPECIAL Nº 983525 - RJ (2007/0206311-0)

RECORRENTE	: THEOPHILO DIAS OTTONI E OUTROS
ADVOGADO	: MARLLON PINTO RIBEIRO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: VILMA FREITAS DE MATTOS MARCONDES E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1124)

RECURSO ESPECIAL Nº 983526 - SP (2007/0208441-5)

RECORRENTE	: BENEDITO AUGUSTO DE OLIVEIRA MACHADO
ADVOGADO	: DOUGLAS GONCALVES DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: GUIOMARI GARSON DA COSTA GARCIA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO MARTINS - SEGUNDA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 832728 (2006/0239571-9) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1125)

RECURSO ESPECIAL Nº 983529 - SP (2007/0208384-6)

RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: NAIARA PELLIZARO DE LORENZI CANCELLIER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CARLA ROSENTHAL GIL
ADVOGADO	: JULIANA GUARITA QUINTAS ALVES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO CASTRO MEIRA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1126)

RECURSO ESPECIAL Nº 983530 - PR (2007/0208327-6)

RECORRENTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: PAULO ROBERTO BARBIERI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: THÉSIO SILVA JÚNIOR E OUTRO
ADVOGADO	: LUIZ FERNANDO MARCONDES ALBUQUERQUE
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1127)

RECURSO ESPECIAL Nº 983531 - SP (2007/0208374-5)

RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: INAIÁ BRITTO DE ALMEIDA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LEONARDO DE PAIVA ROCHA
ADVOGADO	: PRISCILA BERTOLDI CESÁRIO DA SILVA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1128)

RECURSO ESPECIAL Nº 983533 - SP (2007/0208513-4)

RECORRENTE	: JOSÉ EMÍLIO DE SOUZA
ADVOGADO	: HÉLIO RODRIGUES DE SOUZA
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ALESSANDRA CRISTINA BOARI COELHO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1129)

RECURSO ESPECIAL Nº 983534 - PB (2007/0208756-0)

RECORRENTE	: TÂNIA MARIA LEITE ABREU
ADVOGADO	: NYEDIA NARA PEREIRA GALVÃO E OUTRO
RECORRIDO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: LUCIANA NÓBREGA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO MARTINS - SEGUNDA TURMA
MINISTROS IMPEDIDOS	: MINISTRA NANCY ANDRIGHIMINISTRO CESAR ASFOR ROCHAMINISTRO FERNANDO GONÇALVES

Distribuição por prevenção do processo Ag 827114 (2006/0216469-0) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1130)

RECURSO ESPECIAL Nº 983536 - RS (2007/0205556-1)

RECORRENTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: RAFAEL NUNES SEFRIN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: NUBIA SALETTE MARQUES SILVEIRA
ADVOGADO	: ANDRÉ SONDA
RELATOR	: MINISTRO HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1131)

RECURSO ESPECIAL Nº 983538 - RS (2007/0205559-7)

RECORRENTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: EDUARDO DI GIGLIO MELO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ENIO MARAFIGA AIRES
ADVOGADO	: FREDERICO RODRIGUES
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1132)

RECURSO ESPECIAL Nº 983543 - PI (2007/0208618-1)

RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MARCELA ALBURQUERQUE MACIEL E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FRANCISCO SIDNEY DA PAZ SOUSA
ADVOGADO	: JOÃO CLETO BARATTA MONTEIRO SOUSA
RELATOR	: MINISTRO NILSON NAVES - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1133)

RECURSO ESPECIAL Nº 983544 - RS (2007/0206666-8)

RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RICARDO PY GOMES DA SILVEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CLAUCIO PEDROSO DA ROSA
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
RELATORA	: MINISTRA ELIANA CALMON - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1134)

RECURSO ESPECIAL Nº 983547 - RS (2007/0206668-1)

RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PAULO AITA CACILHAS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FLECKSTEEL INDÚSTRIA DE ARTEFATOS METÁLICOS LTDA
ADVOGADO	: MARCIANO BUFFON E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1135)

RECURSO ESPECIAL Nº 983548 - RS (2007/0206665-6)

RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RICARDO PY GOMES DA SILVEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CRISTAL BOX COMÉRCIO DE VIDROS PARA ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
RELATOR	: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1136)

RECURSO ESPECIAL Nº 983554 - RS (2007/0207010-0)

RECORRENTE	: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROCURADOR	: CLÁUDIO SIEBURGER DE MEDINA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CLEUSA MARIA FERNANDES MORAES E OUTROS
ADVOGADO	: FRANCIS CAMPOS BORDAS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1137)

RECURSO ESPECIAL Nº 983558 - RS (2007/0206554-5)

RECORRENTE	: CONTINENTAL BANCO S/A
ADVOGADO	: SÉRGIO EDUARDO GOMES SAYÃO LOBATO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PATRÍCIA MOTA VIEGAS
ADVOGADO	: CICERO DE QUADROS PERETTI E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1138)

RECURSO ESPECIAL Nº 983563 - RS (2007/0206493-9)

RECORRENTE	: BANCO PANAMERICANO S/A
ADVOGADO	: VALQUIRIA BELMENI STEFFENS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ANDREA SIMÕES RODRIGUES
ADVOGADO	: LUCIMARA DE ANDRADE COSTA
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1139)

RECURSO ESPECIAL Nº 983564 - SC (2007/0206986-4)

RECORRENTE	: MONICA DEGHENHARTH
ADVOGADO	: GLAUCO HUMBERTO BORK E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: JOEL DIAS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO PAULO GALLOTTI - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1140)

RECURSO ESPECIAL Nº 983566 - RS (2007/0206994-1)

RECORRENTE	: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO	: LÚCIA VILLAS BOAS DIAS CABRAL E OUTRO(S)
RECORRIDO	: GLADYS MARTINS BALBUENA DE SOUZA
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
RELATORA	: MINISTRA DENISE ARRUDA - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1141)

RECURSO ESPECIAL Nº 983567 - RS (2007/0206500-3)

RECORRENTE	: JOÃO BATISTA PRESTES BRAZ E OUTRO
ADVOGADO	: MAURÍCIO ROSADO XAVIER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO FREIRE FERNANDES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1142)

RECURSO ESPECIAL Nº 983568 - MG (2007/0206065-7)

RECORRENTE	: IRLEI FRANCISCO DE LIMA
ADVOGADO	: MARLI LOPES DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: SÉRGIO AUGUSTO SANTOS RODRIGUES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA
MINISTROS IMPEDIDOS	: MINISTRA NANCY ANDRIGHIMINISTRO CESAR ASFOR ROCHAMINISTRO FERNANDO GONÇALVES

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1143)

RECURSO ESPECIAL Nº 983569 - RJ (2007/0206299-3)

RECORRENTE	: LUIZ EDY SALGADO JACOBINA E OUTRO
ADVOGADO	: PATRÍCIA FIGUEIREDO DE SOUZA MELLO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1144)

RECURSO ESPECIAL Nº 983571 - MG (2007/0206071-0)

RECORRENTE	: JÚLIO CÉSAR NOE DE PAULA
ADVOGADO	: MARLI LOPES DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: SÉRGIO AUGUSTO SANTOS RODRIGUES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI - PRIMEIRA TURMA
MINISTROS IMPEDIDOS	: MINISTRA NANCY ANDRIGHIMINISTRO CESAR ASFOR ROCHAMINISTRO FERNANDO GONÇALVES

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1145)

RECURSO ESPECIAL Nº 983572 - SC (2007/0206691-1)

RECORRENTE	: MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS
ADVOGADO	: NORTON MAKOWIECKY
RECORRIDO	: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MONALISA
ADVOGADO	: JOÃO JANNIS JUNIOR E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO CASTRO MEIRA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1146)

RECURSO ESPECIAL Nº 983573 - MG (2007/0206007-5)

RECORRENTE	: RAIMUNDO CASSIMIRO COELHO
ADVOGADO	: ALESSANDRA MARIA SCAPIN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: SÉRGIO AUGUSTO SANTOS RODRIGUES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO CASTRO MEIRA - SEGUNDA TURMA
MINISTROS IMPEDIDOS	: MINISTRA NANCY ANDRIGHIMINISTRO CESAR ASFOR ROCHAMINISTRO FERNANDO GONÇALVES

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1147)

RECURSO ESPECIAL Nº 983575 - PR (2007/0207048-8)

RECORRENTE	: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ UFPR
PROCURADOR	: LIANA FERREIRA DE SOUZA LANNER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA CRISTINA ZAINA E OUTROS
ADVOGADO	: LUCIANA GIL COTTA E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1148)

RECURSO ESPECIAL Nº 983580 - SC (2007/0206685-8)

RECORRENTE	: MAXIMILIANO GAIDZINSKI S/A INDÚSTRIA DE AZULEJOS ELIANE
ADVOGADO	: NERI TROMBIM
RECORRIDO	: ALIOMAR OENING
ADVOGADO	: ARLINDO ROCHA E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1149)

RECURSO ESPECIAL Nº 983585 - SP (2007/0206851-4)

RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DJEMILE NAOMI KODAMA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: DURATHERM INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
RELATOR	: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1150)

RECURSO ESPECIAL Nº 983586 - RJ (2007/0206794-5)

RECORRENTE	: HAROLDO BORGES
ADVOGADO	: CARMEN LÚCIA ALVES DE ANDRADE - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECORRIDO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: ALZIRA ILDA DA SILVA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1151)

RECURSO ESPECIAL Nº 983587 - PR (2007/0206231-3)

RECORRENTE	: MUNICÍPIO DE LONDRINA
PROCURADOR	: SÉRGIO VERÍSSIMO DE OLIVEIRA FILHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BENEDITO FRANCISCO RODRIGUES E OUTROS
ADVOGADO	: APARECIDO MEDEIROS SANTOS E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA ELIANA CALMON - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1152)

RECURSO ESPECIAL Nº 983588 - SP (2007/0208229-1)

RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: VANESSA BOVE CIRELLO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: EUNICE CAPORAL SALVADOR
ADVOGADO	: ODENEY KLEFENS E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 831691 (2006/0237822-6) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1153)

RECURSO ESPECIAL Nº 983590 - RJ (2007/0206786-8)

RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO	: TOULOUSE VEÍCULOS LTDA
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
RELATOR	: MINISTRO JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1154)

RECURSO ESPECIAL Nº 983592 - RS (2007/0206436-9)

RECORRENTE	: ARTHUR FIEBIG E OUTROS
ADVOGADO	: IVAN JOSE DAMETTO
RECORRIDO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: BIANCA GALANT BORGES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1155)

RECURSO ESPECIAL Nº 983593 - SP (2007/0207162-7)

RECORRENTE	: OSVALDO ASSIS CAMARGO E OUTROS
ADVOGADO	: CIBELE CARVALHO BRAGA
RECORRIDO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: LUIZ ROBERTO LUCARELLI E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1156)

RECURSO ESPECIAL Nº 983594 - RS (2007/0206222-4)

RECORRENTE	: BANCO VOLKSWAGEN S/A
ADVOGADO	: PERI FERNANDES CORREIA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LUIZA ROSANE DOS SANTOS
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1157)

RECURSO ESPECIAL Nº 983595 - SP (2007/0206853-8)

RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MÁRCIA MARIA CORSETTI GUIMARÃES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: WAGNER BERTAZO
ADVOGADO	: THYRSO MANOEL FORTES ROMERO
RELATORA	: MINISTRA ELIANA CALMON - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1158)

RECURSO ESPECIAL Nº 983596 - RS (2007/0205958-8)

RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: TERESINHA BORGES GONZAGA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ZONA LIVRE COMÉRCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA
ADVOGADO	: JULIANA DE CASTRO BORGES RAVANELLO
RELATOR	: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1159)

RECURSO ESPECIAL Nº 983598 - RS (2007/0206537-9)

RECORRENTE	: VANILDA BENEVIDES NUNES
ADVOGADO	: SÉRGIO NAZARENO FANEZE
RECORRIDO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO FREIRE FERNANDES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1160)

RECURSO ESPECIAL Nº 983599 - SP (2007/0208372-1)

RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARLY MILOCA DA CÂMARA GOUVEIA E OUTRO(S)
RECORRENTE	: SAVE VEÍCULOS LTDA
ADVOGADO	: LUIZ ROBERTO DOMINGO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: OS MESMOS
RELATOR	: MINISTRO JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1161)

RECURSO ESPECIAL Nº 983601 - RS (2007/0206563-4)

RECORRENTE	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: MÁRCIA PEREIRA DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FLÁVIO GRIBALDO
ADVOGADO	: JOSÉ ALEX GIRU FAGUNDES
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1162)

RECURSO ESPECIAL Nº 983602 - PR (2007/0206259-0)

RECORRENTE	: MUNICÍPIO DE LONDRINA
PROCURADOR	: RONALDO GUSMÃO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ONÉZIO JOSÉ MEDEIROS
ADVOGADO	: EDMUNDO PEREIRA BITTENCOURT
RELATOR	: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1163)

RECURSO ESPECIAL Nº 983603 - SP (2007/0207053-0)

RECORRENTE	: GILBERTO SOARES SZUCS
ADVOGADO	: ISAURA FABIANA ROQUE NUNES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BANCO PANAMERICANO S/A
ADVOGADO	: ADRIANE DE FÁTIMA LINO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1164)

RECURSO ESPECIAL Nº 983604 - PR (2007/0206260-4)

RECORRENTE	: MUNICÍPIO DE LONDRINA
PROCURADOR	: RITA DE CASSIA MAISTRO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOÃO MARIA MOREIRA
ADVOGADO	: EDMUNDO PEREIRA BITTENCOURT
RELATORA	: MINISTRA ELIANA CALMON - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1165)

RECURSO ESPECIAL Nº 983606 - SP (2007/0208560-3)

RECORRENTE	: VALDEMAR LAURINDO DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: NELSON ESMERIO RAMOS E OUTRO(S)
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CLÁUDIA AKEMI OWADA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: OS MESMOS
RELATOR	: MINISTRO CASTRO MEIRA - SEGUNDA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 872172 (2006/0166741-4) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1166)

RECURSO ESPECIAL Nº 983608 - SP (2007/0207047-6)

RECORRENTE	: INDIANA SEGUROS S/A
ADVOGADO	: MARY SINATRA MITIKO YAMAYA DE CASTRO G. SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: SÔNIA MARIA MAQUINÉ BRUNO
ADVOGADO	: ABNER MERISSE E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1167)

RECURSO ESPECIAL Nº 983610 - SP (2007/0206414-3)

RECORRENTE	: JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: ARMANDO DE ALBUQUERQUE FELIZOLA
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: LUCIANE DE LIMA VELLOSA SCHIAVETO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1168)

RECURSO ESPECIAL Nº 983611 - SP (2007/0207150-2)

RECORRENTE	: FLORISVALDO DE SOUZA
ADVOGADO	: JOSE CARLOS MARZABAL PAULINO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: MARIA LUCIA MARTINS BRANDAO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1169)

RECURSO ESPECIAL Nº 983612 - RJ (2007/0206784-4)

RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ROBERTO NUNES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA HELENA DE SOUZA CANTALICE
ADVOGADO	: NEWTON BATISTA TRANQUEIRA CALDAS
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1170)

RECURSO ESPECIAL Nº 983615 - SP (2007/0207148-6)

RECORRENTE	: SÉRGIO RICARDO DOS SANTOS
ADVOGADO	: JAIR CAETANO DE CARVALHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: FLÁVIO AUGUSTO CABRAL MOREIRA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1171)

RECURSO ESPECIAL Nº 983616 - SP (2007/0206657-9)

RECORRENTE	: LUIZ GONZAGA ROMANO
ADVOGADO	: JAIR CAETANO DE CARVALHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: MAURO PADOVAN JUNIOR E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1172)

RECURSO ESPECIAL Nº 983618 - RS (2007/0206178-1)

RECORRENTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: JEFERSON ANTONIO ERPEN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ELIANE ZUCHOSKI JESIEN
ADVOGADO	: LÉA BRITO KASPER - DEFENSORA PÚBLICA E OUTRO
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1173)

RECURSO ESPECIAL Nº 983619 - SP (2007/0207145-0)

RECORRENTE	: JOSÉ MARTINS FILHO
ADVOGADO	: SERGIO LUIZ AMORIM DE SA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: MÍRIAM CARNEIRO LEÃO BRAGA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO NILSON NAVES - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1174)

RECURSO ESPECIAL Nº 983620 - RS (2007/0206177-0)

RECORRENTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: JEFERSON ANTONIO ERPEN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CARLOS ROBERTO RIBEIRO
ADVOGADO	: ANDRÉ BENCKE E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1175)

RECURSO ESPECIAL Nº 983623 - PR (2007/0206837-3)

RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: OLIMPIO ALBINO
ADVOGADA	: MARGARETE INES BIAZUS LEAL E OUTRO(S)
RECORRIDO	: OLAVIO ALBINO
ADVOGADO	: RAIMUNDO DE BRITO ALMEIDA
INTERES.	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RELATOR	: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1176)

RECURSO ESPECIAL Nº 983627 - RS (2007/0207091-0)

RECORRENTE	: OTÍLIA PEREIRA DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: JOSÉ CLAUDINO SCHNEIDER
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: GUSTAVO CARNEIRO DE ALBUQUERQUE E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRO GILSON DIPP

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1177)

RECURSO ESPECIAL Nº 983630 - SP (2007/0207040-3)

RECORRENTE	: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS CBTU
ADVOGADO	: NEI CALDERON E OUTRO(S)
RECORRIDO	: VALDIR SÍLIO E CÔNJUGE
ADVOGADO	: ROBERTO DIAS VIANNA DE LIMA E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição por prevenção da QUARTA TURMA em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1178)

RECURSO ESPECIAL Nº 983631 - SP (2007/0206671-0)

RECORRENTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MARCELO JOSÉ MAGALHÃES BONICIO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CLEMENTINA FERREIRA SOARES
ADVOGADO	: EURÍPEDES LOMBARDI BASTOS
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1179)

RECURSO ESPECIAL Nº 983632 - RJ (2007/0206792-1)

RECORRENTE	: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: LUIZ ROBERTO DA MATA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RELATOR	: MINISTRO HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 805514 (2006/0176957-9) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1180)

RECURSO ESPECIAL Nº 983633 - SP (2007/0206664-4)

RECORRENTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MÔNICA TONETTO FERNANDES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PLÁSTICOS MUELLER S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
ADVOGADO	: SANDRA MARA LOPOMO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1181)

RECURSO ESPECIAL Nº 983634 - SC (2007/0207469-4)

RECORRENTE	: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO	: CLEUZA VIANA DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARCOS ROBERTO DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: ANTÔNIO FERNANDO BERNARDES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1182)

RECURSO ESPECIAL Nº 983636 - RS (2007/0206243-8)

RECORRENTE	: BANCO BMG S/A
ADVOGADO	: ANDRÉ LUÍS SONNTAG E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA DE LOURDES MELLO ATIENSE
ADVOGADO	: JOSÉ HERMÍLIO RIBEIRO SERPA JÚNIOR E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1183)

RECURSO ESPECIAL Nº 983638 - PR (2007/0207066-6)

RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MÚRCIO KLÉBER GOMES FERREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FÁTIMA VICENTE DE CAMARGO E OUTROS
ADVOGADO	: SERGIO MELLO ARAUJO
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1184)

RECURSO ESPECIAL Nº 983639 - RS (2007/0206736-3)

RECORRENTE	: ERVINO FRITZEN
ADVOGADO	: GUSTAVO CHIARELLI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1185)

RECURSO ESPECIAL Nº 983653 - MS (2007/0208678-7)

RECORRENTE	: BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A
ADVOGADO	: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: NEIVA LÚCIA DA SILVA - MICROEMPRESA E OUTROS
ADVOGADO	: CHRISTIAN NEVES DE CASTILHO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1186)

RECURSO ESPECIAL Nº 983654 - RS (2007/0207052-8)

RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: EVANDIR DE OLIVEIRA RIBEIRO
ADVOGADO	: JOAO VICENTE FEREGUETE
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1187)

RECURSO ESPECIAL Nº 983655 - PR (2007/0206879-0)

RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LUIS PRESENDO E OUTRO
ADVOGADO	: SÉRGIO LUIZ MAYER
RELATORA	: MINISTRA DENISE ARRUDA - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1188)

RECURSO ESPECIAL Nº 983658 - RS (2007/0207038-7)

RECORRENTE	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: ALVACIR ROGÉRIO SANTOS DA ROSA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: EDUARDO DE ZORZI E OUTRO
ADVOGADO	: ADAUTO AFONSO VIEZZE E OUTRO(S)
INTERES.	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: CLÁUDIO GEHRKE BRANDÃO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1189)

RECURSO ESPECIAL Nº 983664 - PR (2007/0207339-3)

RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARCELO COLETTO POHLMANN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: HIMELUB INDÚSTRIA METALÚRGICA
ADVOGADO	: JÚLIO CÉSAR DALMOLIN
RELATOR	: MINISTRO CASTRO MEIRA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1190)

RECURSO ESPECIAL Nº 983667 - RS (2007/0206392-9)

RECORRENTE	: BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A
ADVOGADO	: NELSON PILLA FILHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: IVETE TEREZINHA BARBIERI
ADVOGADO	: GILSON JOSÉ POPIOLEKI DOS SANTOS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1191)

RECURSO ESPECIAL Nº 983673 - RS (2007/0207320-6)

RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RICARDO PY GOMES DA SILVEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JORGE LUIS MORETTI CORREA
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
RELATORA	: MINISTRA ELIANA CALMON - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1192)

RECURSO ESPECIAL Nº 983678 - RS (2007/0207327-9)

RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DEYSI CRISTINA DA' ROLT E OUTRO(S)
RECORRIDO	: VILSON DA SILVA
ADVOGADO	: LUIZ ALBERTO MAIA DE MEDEIROS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO MARTINS - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1193)

RECURSO ESPECIAL Nº 983679 - SP (2007/0207030-2)

RECORRENTE	: MESSIAS ALVES GUIMARÃES
ADVOGADO	: JOSE APARECIDO FERRAZ BARBOSA
RECORRIDO	: PEDRO LEITE DA SILVA
ADVOGADO	: LUIS RICARDO SIQUEIRA DE CARVALHO E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG) - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1194)

RECURSO ESPECIAL Nº 983682 - MG (2007/0208091-7)

RECORRENTE	: FÚLVIO MÁRCIO FONTOURA
ADVOGADO	: RENATO SÉRGIO PEREIRAI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: CÁSSIO ROBERTO DOS SANTOS ANDRADE E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1195)

RECURSO ESPECIAL Nº 983685 - PR (2007/0205946-3)

RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: BERENICE FERREIRA LAMB E OUTRO(S)
RECORRIDO	: GILBERTO ONEY DE JEZUS
ADVOGADO	: SILVINO MENDES DE JESUS
RELATORA	: MINISTRA ELIANA CALMON - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1196)

RECURSO ESPECIAL Nº 983686 - MS (2007/0207438-0)

RECORRENTE	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: SÍLVIO DE JESUS GARCIA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LATIÇÍNIO CENTRO OESTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1197)

RECURSO ESPECIAL Nº 983687 - RS (2007/0207323-1)

RECORRENTE	: JOÃO PEDRO PARIZE GASPAR
ADVOGADO	: JORGE NILTON XAVIER DE SOUZA
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO	: PAULO AITA CACILHAS E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO CASTRO MEIRA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1198)

RECURSO ESPECIAL Nº 983688 - SP (2007/0164454-5)

RECORRENTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
ADVOGADO	: LUIZ ANTÔNIO MUNIZ MACHADO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: EDWIL MODELLI
ADVOGADO	: ANTONIO EDUARDO MATIAS DA COSTA
RELATOR	: MINISTRO CASTRO MEIRA - SEGUNDA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 689133 (2005/0107144-6) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1199)

RECURSO ESPECIAL Nº 983705 - MS (2007/0208232-0)

RECORRENTE	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BRAGA LOUREIRO MÉDICO HOSPITALAR LTDA - EMPRESA DE PEQUENO PORTE
ADVOGADO	: JOSÉ CARLOS ARAÚJO LEMOS E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1200)

RECURSO ESPECIAL Nº 983706 - RS (2007/0204971-0)

RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO	: LUIZ SERGIO JARDIM DO AMARAL
ADVOGADO	: LÉA BRITO KASPER - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS
RELATOR	: MINISTRO PAULO GALLOTTI - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1201)

RECURSO ESPECIAL Nº 983710 - PR (2007/0208537-3)

RECORRENTE	: YEDO ALQUINI E OUTROS
ADVOGADO	: JOSE CARLOS DE ALMEIDA LEMOS
RECORRIDO	: UNIÃO
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo REsp 806934 (2006/0002418-7) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1202)

RECURSO ESPECIAL Nº 983713 - SP (2007/0207036-3)

RECORRENTE	: ITAÚ SEGUROS S/A
ADVOGADO	: MARY SINATRA MITIKO YAMAYA DE CASTRO G. SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LUCIANE CAMARGO MACIAS
ADVOGADO	: GISELA BATTAGLIA DE ABREU E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1203)

RECURSO ESPECIAL Nº 983715 - SP (2007/0208625-7)

RECORRENTE	: ZÉLIA NORDI FILIZOLA E OUTROS
ADVOGADO	: SIMONITA FELDMAN BLIKSTEIN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: LUIZ CARLOS FERREIRA DE MELO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 883323 (2007/0056665-7) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1204)

RECURSO ESPECIAL Nº 983718 - RS (2007/0207345-7)

RECORRENTE	: MYRIAM STORCK
ADVOGADO	: JOSE LUIZ DA SILVA NETO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: AIRTON BUENO JUNIOR E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1205)

RECURSO ESPECIAL Nº 983724 - RS (2007/0205970-5)

RECORRENTE	: ARI LUIZ PEDRUSSI E OUTROS
ADVOGADO	: JOSÉ CLAUDINO SCHNEIDER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
RECORRIDO	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR	: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1206)

RECURSO ESPECIAL Nº 983730 - SP (2007/0207896-4)

RECORRENTE	: JEAN CLAUDE FREIRE
ADVOGADO	: IVO ARNALDO CUNHA DE OLIVEIRA NETO
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MÍRIAM CARNEIRO LEÃO BRAGA E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1207)

RECURSO ESPECIAL Nº 983731 - RS (2007/0208276-0)

RECORRENTE	: DISAPEL ELETRODOMÉSTICOS LTDA - MASSA FALIDA
REPR. POR	: CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO - SÍNDICO
ADVOGADO	: JULIO ASSIS GEHLEN E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1208)

RECURSO ESPECIAL Nº 983735 - SP (2007/0207034-0)

RECORRENTE	: CONDOMÍNIO EDIFÍCIO SOLAR DO LESTE
ADVOGADO	: EUZEBIO INIGO FUNES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: RODRIGO STANCO
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
RELATOR	: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1209)

RECURSO ESPECIAL Nº 983738 - SP (2007/0208454-1)

RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MÍRIAM A PERES SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: TANQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: ADELAIDE LIMA DE SOUZA E OUTRO
RELATOR	: MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 810054 (2006/0187329-4) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1210)

RECURSO ESPECIAL Nº 983741 - MS (2007/0207739-6)

RECORRENTE	: BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S/A
ADVOGADO	: SILVIO DE JESUS GARCIA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: VALTER CORTEZ
ADVOGADO	: CECILIANO JOSÉ DOS SANTOS E OUTRO(S)
INTERES.	: FINASA CRÉDITO IMOBILIÁRIO S/A
ADVOGADO	: VALTER RIBEIRO DE ARAUJO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1211)

RECURSO ESPECIAL Nº 983742 - SP (2007/0206379-0)

RECORRENTE	: FRANCISCO MUNHOZ FILHO - ESPÓLIO
REPR. POR	: ELIZABETH MUNHOZ FERREIRA - INVENTARIANTE
ADVOGADO	: ROBINSON VIEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: JOSÉ RUBENS A F RODRIGUES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1212)

RECURSO ESPECIAL Nº 983743 - MS (2007/0208000-7)

RECORRENTE	: UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADVOGADO	: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ANDRÉIA DE FREITAS
ADVOGADO	: ANTONIO MATHEUS SOUZA LOBO
RELATORA	: MINISTRA NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1213)

RECURSO ESPECIAL Nº 983745 - SP (2007/0207275-1)

RECORRENTE	: LUIZ CARLOS LOPES
ADVOGADO	: JAIR CAETANO DE CARVALHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: MAURO PADOVAN JUNIOR E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1214)

RECURSO ESPECIAL Nº 983746 - SC (2007/0207444-3)

RECORRENTE	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: FREDERICO KORNDORFER NETO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MANOEL JOSÉ DE SOUZA
ADVOGADO	: SIRLENE GONÇALVES
RELATOR	: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - QUARTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1215)

RECURSO ESPECIAL Nº 983749 - SP (2007/0207234-6)

RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO IPESP
PROCURADOR	: MARCIA MARIA CORREA MUNARI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA APARECIDA ALVES
ADVOGADO	: DANIELA GARCIA TAVORA MENEGAZ E OUTRO(S)
RELATORA	: MINISTRA DENISE ARRUDA - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1216)

RECURSO ESPECIAL Nº 983750 - RN (2007/0207652-7)

RECORRENTE	: DULCINÉIA TAVARES DE MACEDO
ADVOGADO	: LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA
RECORRIDO	: MUNICIPIO DE NATAL
PROCURADOR	: CRISTINA WANDERLEY FERNANDES E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1217)

RECURSO ESPECIAL Nº 983753 - RS (2007/0207630-1)

RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: TATIANA SILVA DE BONA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ADÃO LIMA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: DÉCIO LUÍS FACHINI E OUTRO
RELATORA	: MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 869477 (2007/0058553-9) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1218)

RECURSO ESPECIAL Nº 983762 - RS (2007/0207182-9)

RECORRENTE	: FERNANDO ANTÔNIO SÁ DE AZAMBUJA
ADVOGADO	: ROBERTO BECKER DA SILVEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: AIRTON BUENO JÚNIOR E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1219)

RECURSO ESPECIAL Nº 983763 - SP (2007/0207244-7)

RECORRENTE	: LÁSARO RAIMUNDO
ADVOGADO	: DONATO LOVECCHIO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CAROLINA PEREIRA DE CASTRO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1220)

RECURSO ESPECIAL Nº 983765 - MG (2007/0207484-7)

RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG E OUTRO
ADVOGADO	: NARDELE DÉBORA CARVALHO ESQUERDO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA BARBARA DE OLIVEIRA E OUTROS
ADVOGADO	: FREDERICO CARVALHO GODINHO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1221)

RECURSO ESPECIAL Nº 983768 - RJ (2007/0207075-5)

RECORRENTE	: CARLOS ALBERTO BRANCO DIAS
ADVOGADO	: VANILCE BARCELLOS BRAGANÇA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR : JOSÉ MARCOS QUINTELLA E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1222)

RECURSO ESPECIAL Nº 983771 - SP (2007/0207043-9)

RECORRENTE : RAQUEL APARECIDA RODRIGUES NORA
ADVOGADO : JOSÉ ANTÔNIO FRANZIN E OUTRO(S)
RECORRIDO : VIVO S/A
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
RELATOR : MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1223)

RECURSO ESPECIAL Nº 983796 - SP (2007/0208875-8)

RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : MARIA CECÍLIA LEITE MOREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO : MARCIA MARIA SPINOLA DE CASTRO CASEMIRO DA ROCHA
ADVOGADO : CARLA SOARES VICENTE E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1224)

RECURSO ESPECIAL Nº 983797 - DF (2007/0208797-5)

RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : ISABELA GUEDES DANTAS CARNEIRO E OUTRO(S)
RECORRIDO : ARVIN EXHAUST DO BRASIL LTDA
ADVOGADO : ANA CAROLINA ALBUQUERQUE LEITE E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 901747 (2007/0116349-8) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1225)

RECURSO ESPECIAL Nº 983840 - RO (2007/0208596-7)

RECORRENTE : FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA UNIR
PROCURADOR : CAROLINA AUGUSTA DE MENDONÇA RODRIGUES E OUTRO(S)
RECORRIDO : CÁSSIA PARUSSOLO
ADVOGADO : ANELISE JUSTINO - DEFENSORA PÚBLICA
RELATOR : MINISTRO HUMBERTO MARTINS - SEGUNDA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 887355 (2007/0075734-6) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1226)

RECURSO ESPECIAL Nº 983857 - MG (2007/0207998-6)

RECORRENTE : MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
PROCURADOR : ROSELI COSTA MACHADO CANABRAVA PEREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO : RUI DA SILVA SALES
ADVOGADO : EDUARDO MACHADO DIAS E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO NILSON NAVES - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1227)

RECURSO ESPECIAL Nº 983905 - RJ (2007/0209292-2)

RECORRENTE : CÉLIA LUIZA DE GOYANO E OUTROS
ADVOGADO : NELSON SIMIS SCHVER E OUTRO(S)
RECORRIDO : MÁRCIA PUPE CAMINHA PEIRÃO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : PEDRO HENRIQUE PEDREIRA DUTRA LEITE
RECORRIDO : NELSON NOEL CORDEIRO LIMA
RECORRIDO : JOÃO RENATO CÔRTES DE BARROS SILVEIRA
RECORRIDO : ALBERTO ZYNGIER
RECORRIDO : PATRÍCIA DE ALENCAR
RECORRIDO : ARTHUR REPSOLD NETO
RELATOR : MINISTRO MASSAMI UYEDA - QUARTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1228)

RECURSO ESPECIAL Nº 983910 - SP (2007/0209181-1)

RECORRENTE : MUNICÍPIO DE BARRETOS
ADVOGADO : CLAUDIA REGINA VILLAR FANTONI E OUTRO(S)
RECORRIDO : CARLOS ANTÔNIO E OUTROS
ADVOGADO : NILSON AGOSTINHO DOS SANTOS E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1229)

RECURSO ESPECIAL Nº 983946 - RN (2007/0207246-0)

RECORRIDO : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR : RICARDO GEORGE FURTADO DE M E MENEZES E OUTRO(S)
RECORRENTE : LEYLLIANE ZAGNA SILVEIRA
ADVOGADO : FRANCISCO MARCOS DE ARAÚJO
RELATORA : MINISTRA ELIANA CALMON - SEGUNDA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1230)

RECURSO ESPECIAL Nº 983947 - RN (2007/0207242-3)

RECORRENTE : JANDIRA SILVA DO NASCIMENTO E OUTROS
ADVOGADO : LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA
RECORRIDO : FUNDAÇÃO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FUNDAC
PROCURADOR : LUÍS MARCELO CAVALCANTI DE SOUSA E OUTRO(S)
RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1231)

RECURSO ESPECIAL Nº 983949 - RN (2007/0207761-4)

RECORRENTE : DAMIANA DE SOUZA DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO : LUCIO FRANKLIN GURGEL MARTINIANO E OUTRO(S)
RECORRIDO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERN E OUTRO
PROCURADOR : JANNE MARIA DE ARAÚJO E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO PAULO GALLOTTI - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1232)

RECURSO ESPECIAL Nº 983952 - RS (2007/0205615-4)

RECORRENTE : BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO : GEOVANA PALERMO CARPES E OUTRO(S)
RECORRIDO : HENRIQUE NELSON DUARTE ZANOLETI
ADVOGADO : LUÍS MIGUEL LOUZADA SOARES
RELATOR : MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1233)

RECURSO ESPECIAL Nº 983999 - RJ (2007/0206192-2)

RECORRENTE : JOSÉ RENE VENTURA DOS SANTOS
ADVOGADO : HERBERTH MEDEIROS SAMPAIO E OUTRO(S)
RECORRIDO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : MARCELO VASCONCELLOS ROALE ANTUNES E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO ARI PARGENDLER - TERCEIRA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1234)

RECURSO ESPECIAL Nº 984002 - PB (2007/0216541-5)

RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : RISONEIDE GONÇALVES DE ANDRADE E OUTRO(S)
RECORRIDO : ALBANITA PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO : JOSÉ CÂMARA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo Ag 887701 (2007/0117617-3) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1235)

RECURSO ESPECIAL Nº 984795 - RN (2007/0211044-3)

RECORRENTE : EILSON SIQUEIRA SPINOLA
ADVOGADO : BALTAZAR ANDRADE MARINHO E OUTRO(S)
RECORRIDO : PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
ADVOGADO : HELENA TELINO MONTEIRO E OUTRO(S)
RELATORA : MINISTRA ELIANA CALMON - SEGUNDA TURMA

Distribuição por prevenção do processo MC 13156 (2007/0198971-0) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO À MINISTRA RELATORA

(1236)

RECURSO ESPECIAL Nº 988149 - SP (2007/0217313-7)

RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO : HÉRCULES PAULO RODRIGUES DA CUNHA (PRESO)
ADVOGADO : ANDREA PERENCIN DE ARRUDA RIBEIRO - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS
RELATOR : MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1237)

RECURSO ESPECIAL Nº 989967 - MG (2007/0200767-4)

RECORRENTE : G C D S
RECORRENTE : F J F D M
ADVOGADO : ANDREA ABRITTA GARZON TONET - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATOR : MINISTRO NILSON NAVES - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1238)

RECURSO ESPECIAL Nº 989973 - MG (2007/0200766-2)

RECORRENTE : RONALDO ROCHA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : ANDREA ABRITTA GARZON TONET - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATOR : MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1239)

RECURSO ESPECIAL Nº 990095 - AC (2007/0212511-3)

RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE
RECORRIDO : MANOEL JAICISNANDO GOMES DE MOURA (PRESO)
ADVOGADO : FRANCISCO SILVANO RODRIGUES SANTIAGO E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO PAULO GALLOTTI - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1240)

RECURSO ESPECIAL Nº 990132 - RS (2007/0224889-0)

RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO
RECORRIDO : MAURÍCIO DA SILVA GARCIA
ADVOGADO : HILMAR DERLI ZAMBONI E OUTRO(S)
RELATOR : MINISTRO PAULO GALLOTTI - SEXTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1241)

RECURSO ESPECIAL Nº 990275 - SE (2007/0234531-2)

RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
RECORRIDO : ALESSANDRO LEANDRO SANTOS SILVA (PRESO)

ADVOGADO	: JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1242)

RECURSO ESPECIAL Nº 990281 - CE (2007/0234666-2)

RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: JOSÉ BATISTA DE ALMEIDA E OUTRO
ADVOGADO	: CARMOLINDA SOARES MONTEIRO E OUTRO(S)
RELATOR	: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA
MINISTRO IMPEDIDO	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

Distribuição por prevenção da QUINTA TURMA em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1243)

RECURSO ESPECIAL Nº 990422 - MG (2007/0200765-0)

RECORRENTE	: FERNANDO EVANGELISTA PIRES
ADVOGADO	: ANDREA ABRITTA GARZON TONET - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO	: WAGNER FERNANDO SAFE
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1244)

RECURSO ESPECIAL Nº 990598 - RJ (2007/0218953-7)

RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RECORRIDO	: LUÍS CLÁUDIO GUIMARÃES DOS SANTOS
ADVOGADO	: WALMIR DE OLIVEIRA - DEFENSOR DATIVO
RELATOR	: MINISTRO FELIX FISCHER - QUINTA TURMA

Distribuição automática em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

(1245)

RECURSO ESPECIAL Nº 990996 - SC (2007/0236421-8)

RECORRENTE	: IVO GOULARTE
ADVOGADO	: RODRIGO DUARTE DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RELATOR	: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA

Distribuição por prevenção do processo RMS 14465 (2002/0017378-2) em 27/09/2007.
CONCLUSÃO AO MINISTRO RELATOR

Ministro		**Total**
PRESIDENTE DO STJ		68
Registrados	68	
NILSON NAVES		15
Distribuídos	14	
Redistribuídos	1	
HUMBERTO GOMES DE BARROS		38
Distribuídos	37	
Redistribuídos	1	
ARI PARGENDLER		37
Distribuídos	37	
JOSÉ DELGADO		19
Distribuídos	19	
FERNANDO GONÇALVES		43
Distribuídos	42	
Redistribuídos	1	
FELIX FISCHER		21
Distribuídos	20	
Redistribuídos	1	
ALDIR PASSARINHO JUNIOR		37
Distribuídos	36	
Redistribuídos	1	
HAMILTON CARVALHIDO		16
Distribuídos	15	
Redistribuídos	1	
ELIANA CALMON		17
Distribuídos	17	
PAULO GALLOTTI		13
Distribuídos	13	
FRANCISCO FALCÃO		20
Distribuídos	19	
Redistribuídos	1	
NANCY ANDRIGHI		35
Distribuídos	34	
Redistribuídos	1	
LAURITA VAZ		20
Distribuídos	20	
LUIZ FUX		16
Distribuídos	15	
Redistribuídos	1	
JOÃO OTÁVIO DE NORONHA		18
Distribuídos	16	
Redistribuídos	2	
TEORI ALBINO ZAVASCKI		15
Distribuídos	14	
Redistribuídos	1	
CASTRO MEIRA		17
Distribuídos	17	
DENISE ARRUDA		18
Distribuídos	18	
HÉLIO QUAGLIA BARBOSA		39
Distribuídos	37	
Redistribuídos	1	
Atribuídos	1	
ARNALDO ESTEVES LIMA		17
Distribuídos	17	
MASSAMI UYEDA		41
Distribuídos	39	
Redistribuídos	2	
HUMBERTO MARTINS		17
Distribuídos	15	
Redistribuídos	2	
MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA		17
Distribuídos	15	
Redistribuídos	2	
HERMAN BENJAMIN		17
Distribuídos	13	
Redistribuídos	4	
NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO		26
Distribuídos	25	
Redistribuídos	1	
JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)		18
Distribuídos	12	
Redistribuídos	2	
Atribuídos	4	
CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)		14
Distribuídos	14	
Total		**689**

Nada mais havendo, foi encerrada a Audiência de Distribuição do que eu, Maria Aparecida do Espírito Santo, Secretária Judiciária, subscrevo a presente Ata da Distribuição.

Brasília, 27 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
VICE-PRESIDENTE

Coordenadoria da Corte Especial

(1246)

AgRg na SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 697 - TO (2007/0152865-0)

AGRAVANTE	: SILVANA DAVI DE CASTRO ROCHA E OUTRO
ADVOGADO	: JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL
PROCURADOR	: MARIA INÊS PEREIRA E OUTRO(S)
REQUERIDO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

DESPACHO

Vistos, etc.
Esclareça o agravado a atual situação do Instituto de Ensino Superior de Porto Nacional S/A - IESPEN junto ao Sistema Estadual de Educação, informando acerca do seu credenciamento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1247)

CARTA ROGATÓRIA Nº 2.838 - UY (2007/0235755-5)

JUSROGANTE	: JUIZ DE DIREITO DE 1A INSTÂNCIA NO CÍVEL DA 10A VARA DA CIDADE DE MONTEVIDÉU
INTERES.	: CARLOS RODOLFO SCHNEIDER
PARTE	: BLUECASTLE INTERNATIONAL CORP E OUTROS

DESPACHO

Vistos, etc.
Intime-se o interessado para, querendo, oferecer impugnação a esta carta rogatória no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, para tanto, constituir advogado legalmente habilitado (art. 36 do Código de Processo Civil).
Publique-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1248)

CARTA ROGATÓRIA Nº 2.840 - FR (2007/0235763-2)

JUSROGANTE	: COUR DE CASSATION ET DU CONSEIL D'ÉTAT
INTERES.	: BRAULINO AUZIER DE LIMA
PARTE	: SA EMI MUSIC PUBLISHING FRANCE E OUTRO

DESPACHO

Vistos, etc.
Intime-se o interessado para, querendo, oferecer impugnação a esta carta rogatória no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, para tanto, constituir advogado legalmente habilitado (art. 36 do Código de Processo Civil).
Publique-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Coordenadoria da Corte Especial - Núcleo de Processamento de Agravos

(1249)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 880.123 - DF (2007/0075474-5)

AGRAVANTE	: ELIAS TOMÉ CORDEIRO
PROCURADOR	: NILMA GERVÁSIO A. S. F. SANTOS - DEFENSORA PÚBLICA E OUTRO
AGRAVADO	: HOSPITAL SANTA LÚCIA S/A
ADVOGADA	: VÂNIA MARQUEZ SARAIVA E OUTRO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O agravo é manifestamente inadmissível.
O Superior Tribunal de Justiça traçou orientação no sentido de não conhecer de recurso cuja petição não contenha assinatura, como é o caso do recurso de fls. 02/11. Ressalte-se que o fato da petição recursal ser assinada por estagiário de direito não afasta a conclusão acima, uma vez que este não possui capacidade postulatória plena.
Nesse sentido, confira-se Ag 879368, Relator Ministro Castro Filho, DJ 29.06.2007.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1250)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 896.712 - RJ (2007/0124093-9)

AGRAVANTE	: BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - BANESPA
ADVOGADO	: GABRIELA DE LIMA NETO TORRES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONSTRUTORA BULHÕES CARVALHO DA FONSECA S/A
ADVOGADO	: GUSTAVO PINHEIRO GUIMARÃES PADILHA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JORGE LUÍS RODRIGUES PEDREIRA DE CERQUEIRA E CÔNJUGE
ADVOGADO	: MARCOS NUNES DA SILVA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
Nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial é cabível de decisão de última ou única instância. Desse modo, afigura-se prematuro o especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ainda que estes tenham sido opostos pela parte contrária. Nesse sentido, o Resp n. 706.998/RS, Relator Ministro César Asfor Rocha, DJ de 23/5/2005.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1251)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 899.197 - MG (2007/0122481-2)

AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ALICE AIKO FUJIOKA YAMADA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOEL DE SOUZA
ADVOGADO	: MARIA CELESTE DE OLIVEIRA MATOS

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peça(s) considerada(s) obrigatória(s), **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1252)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 905.058 - PA (2007/0137896-8)

AGRAVANTE	: ESTADO DO PARÁ
PROCURADOR	: APARECIDA YACY DAS NEVES PINTO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSÉ ALVES FERREIRA FILHO
ADVOGADO	: EDVALDO CARIBÉ COSTA FILHO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1253)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 915.630 - SP (2007/0163565-9)

AGRAVANTE	: APOLÔNIA ZAVATTI MARTINS E OUTROS
ADVOGADO	: MARCUS VINICIUS THOMAZ SEIXAS
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: EBER GILBERTO CAVALCANTE SOUZA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O carimbo de protocolo da cópia do recurso especial encontra-se ilegível. Sendo assim, não há como verificar a tempestividade do recurso, o que inviabiliza o presente agravo.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1254)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.055 - MG (2007/0160766-5)

AGRAVANTE	: MÍDIA TV COMERCIAL LTDA
ADVOGADO	: PATRICK JULIANO CASAGRANDE TRINDADE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PRESTER LTDA
ADVOGADO	: LETÍCIA MAROTA FERREIRA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O advogado subscritor do agravo de instrumento não conta com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: *"Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos"*.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1255)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.065 - SP (2007/0157085-2)

AGRAVANTE	: GERALDA LEONILDA SANTOS E OUTROS
ADVOGADO	: FREDERICO GARCIA GUIMARÃES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO	: RODOLPHO BARRETO SAMPAIO JUNIOR E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, peça(s) considerada(s) obrigatória(s), **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1256)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 923.688 - RJ (2007/0125053-2)

AGRAVANTE	: FLX CONSULTORA E FRANCHISING LTDA
ADVOGADO	: LUIZ EDUARDO LESSA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HARUE PERFUMARIA E COSMÉTICOS LTDA - MICROEMPRESA E OUTROS
ADVOGADO	: MARCOS FERNANDO AZEVEDO MONTENEGRO DUARTE E OUTRO(S)

DESPACHO

Vistos,etc.
O subscritor do pedido de fls. 306/307 , Dr. Luiz Eduardo Lessa Silva, não possui poderes para desistir. Apresente procuração nesse sentido.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1257)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 924.887 - RS (2007/0158599-9)

AGRAVANTE	: COESA COMÉRCIO EXPORTADORA S/A
ADVOGADO	: EVERSON ROCHA
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SIMONE ANACLETO LOPES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ademais, nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial é cabível de decisão de última ou única instância. Desse modo, afigura-se prematuro o especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ainda que estes tenham sido opostos pela parte contrária. Nesse sentido, o Resp n. 706.998/RS, Relator Ministro César Asfor Rocha, DJ de 23/5/2005.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1258)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 924.912 - SP (2007/0159493-7)

AGRAVANTE	: EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
REPR. POR	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
REPR. POR	: ANTÔNIO CARLOS FERREIRA
ADVOGADO	: ANDRÉ BANHARA BARBOSA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MANHATTAN
REPR. POR	: LICIO KOSCHAR
ADVOGADO	: FRANCISCO VALDIR ARAÚJO E OUTRO(S)
PARTES	: ANA MARIA AURICCHIO E OUTROS
ADVOGADO	: EDUARDO LEONE E OUTRO(S)

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 915630**
Índice **(1253)**

(1259)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 925.365 - SP (2007/0172187-0)

AGRAVANTE	: JORGE HADDAD FILHO
ADVOGADO	: EDINEI FRANCISCO ALVES
AGRAVADO	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO	: WILLIAN MARCONDES SANTANA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do inteiro teor do acórdão proferido em sede de embargos de declaração nem da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC. Ressalte-se que a jurisprudência desta Corte entende por inteiro teor do acórdão: relatório, voto, voto-vencido (se houver), ementa e sua respectiva certidão de julgamento.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1260)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 925.383 - SP (2007/0172185-7)

AGRAVANTE	: LUCIMARA NOGUEIRA DE CASTRO
ADVOGADO	: MIRIAN PAULET WALLER DOMINGUES
AGRAVADO	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO	: WILLIAN MARCONDES SANTANA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não se conhece de recurso interposto via fac-símile quando este não traz as peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC. Esta Corte traçou orientação no sentido de que as peças obrigatórias para a formação do agravo de instrumento devem acompanhar a petição apresentada por fax, sob pena de preclusão (AgRg no Resp n. 815.261/SP, Relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJ de 27.11.2006).
Ressalte-se que não há como ser considerado o protocolo posterior com a juntada das peças necessárias, uma vez que não há identidade entre a petição do agravo de instrumento interposta via fac-símile e seu respectivo original.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1261)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 925.425 - SC (2007/0165636-0)

AGRAVANTE	: PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA
ADVOGADO	: IVAR LUIZ NUNES PIAZZETA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
ADVOGADO	: MARCELO AYRES KURTZ E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Inexiste carimbo de protocolo na cópia do fax do recurso especial, tampouco a parte agravante juntou aos autos documento comprobatório do Protocolo Único da Justiça Federal da 4ª Região. Sendo assim, não há como verificar a tempestividade do recurso, o que inviabiliza o presente agravo.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1262)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 925.452 - RS (2007/0166864-3)

AGRAVANTE	: EROTIDES ANA PILONETTO
ADVOGADO	: JOSÉ ADEMIR ALEXANDRE DA SILVA
AGRAVADO	: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
ADVOGADO	: CARLA MARIA PETERSEN HERRLEIN VOEGELI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O advogado subscritor do agravo de instrumento não conta com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ademais, não consta dos autos cópia do acórdão recorrido, da certidão da respectiva intimação, da petição do recurso denegado, da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, da decisão agravada nem da certidão da respectiva intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1263)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 925.474 - SP (2007/0172283-1)

AGRAVANTE	: IRMÃOS FREZZA LTDA
ADVOGADO	: AMAURI BARBOSA RODRIGUES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A
ADVOGADO	: CLAUDIA NAHSSEN DE LACERDA FRANZE E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O apelo extremo é intempestivo.
A intimação do acórdão recorrido se deu em 24/08/2006 (quinta-feira), e o prazo recursal findou em 08/03/2006 (sexta-feira). A petição original, todavia, só foi protocolada em 15/09/2006 (sexta-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que o correio eletrônico (**e-mail**) não pode ser considerado similar ao fac-símile para efeito de aplicação do artigo 1º da Lei 9.800/99, que estabelece ser permitido às partes a utilização de sistema de transmissão de dados e imagens para a prática de atos processuais que dependam de petição escrita. Conseqüentemente, a jurisprudência dessa Corte não considera, para contagem do prazo recursal, o envio da petição por **e-mail**. Nesse sentido, confira-se o AgRg no Ag nº 701529-SP, Relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 18/12/2006, Terceira Turma.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1264)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 926.199 - RS (2007/0163404-3)

AGRAVANTE	: MARIA ALICE SARAIVA LOURENCO
ADVOGADO	: JOSÉ OTÁVIO RIBEIRO CRESPO
AGRAVADO	: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A - BANRISUL
ADVOGADO	: SUSANA M VACILOTTO TAPIA

DECISÃO

Vistos, etc.
Exaurida a prestação jurisdicional, inclusive com o trânsito em julgado da decisão proferida no Ag n. 926199/RS, nada há a ser deferido neste expediente.
Providencie-se a baixa dos autos ao Tribunal de Origem.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1265)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 926.426 - RJ (2007/0073584-0)

AGRAVANTE	: EDITORA GRÁFICA UNIVERSAL LTDA
ADVOGADO	: PAULO OLIVEIRA DE SOUZA
AGRAVADO	: ANA PAULA ESTEVES CHAGAS
ADVOGADO	: ARTHUR DE OLIVEIRA ROCHA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O apelo extremo é intempestivo.
A intimação do acórdão recorrido se deu em 28/04/2006 (sexta-feira), e o prazo recursal findou em 16/05/2006 (terça-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 30/05/2006 (quarta-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato da Justiça do Estado, não prescinde da apresentação pelo recorrente de documento idôneo capaz de comprovar a prorrogação do prazo quando da interposição de seu recurso, sob pena de não-conhecimento.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1266)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 927.497 - CE (2007/0168983-6)

AGRAVANTE	: LUIZ SÉRGIO FARIAS MACHADO E OUTROS
ADVOGADO	: CAIO ROMERO RODRIGUES CABRAL
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O advogado subscritor do agravo de instrumento não conta com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ademais, não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido, da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, da decisão agravada nem da certidão da sua respectiva intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1267)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.929 - RJ (2007/0172802-1)

AGRAVANTE	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: LÚCIA ELENA DE SOUZA MELLO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GEORGES AGATHOS TRIVELAS E OUTRO
ADVOGADO	: AUGUSTO CARLOS CORRÊA PINA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1268)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.444 - SP (2007/0174831-7)

AGRAVANTE	: ANTÔNIO JOSÉ LUIZ D'ANDRÉA NETTO
ADVOGADO	: AURÉLIA LIZETE DE BARROS CZAPSKI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ARMANDO AUGUSTO FERNANDES PIRES E OUTRO
ADVOGADO	: TOMÁS ALEXANDRE DA CUNHA BINOTTI E OUTRO(S)
INTERES.	: DROGA HYDRA LTDA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração nem do inteiro teor da decisão agravada, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ademais, o carimbo de protocolo da cópia do recurso especial encontra-se ilegível. Sendo assim, não há como verificar a tempestividade do recurso, o que inviabiliza o presente agravo.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1269)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.525 - SP (2007/0147877-4)

AGRAVANTE	: IVANI JOSÉ KECHFI YUNES
ADVOGADO	: ROGERIO LAURIA TUCCI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONDOMÍNIO CONJUNTO YUMA
ADVOGADO	: ALESSANDRO GOMES STEFANELLI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O apelo extremo é intempestivo.
A intimação do acórdão recorrido se deu em 19/10/2006 (quinta-feira), e o prazo recursal findou em 03/11/2006 (sexta-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 06/11/2006 (segunda-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato da Justiça do Estado, não prescinde da apresentação pelo recorrente de documento idôneo capaz de comprovar a prorrogação do prazo quando da interposição de seu recurso, sob pena de não-conhecimento.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1270)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.736 - SC (2007/0154225-1)

AGRAVANTE	: ANTÔNIO SOMENSI E OUTRO
ADVOGADO	: MARLON CHARLES BERTOL E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BESC S/A CRÉDITO IMOBILIÁRIO BESCRI
ADVOGADO	: IVO MULLER E OUTRO(S)

DESPACHO

Vistos, etc.
Fls. 109: J. Apresente-se procuração com poderes para desistir.
Publique-se. Intime-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1271)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.807 - RS (2007/0170143-5)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DIRLEI DE LOURDES MARGAREZI
ADVOGADO	: ALTEMIR CANTÚ

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
Nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial é cabível de decisão de última ou única instância. Desse modo, afigura-se prematuro o especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ainda que estes tenham sido opostos pela parte contrária. Nesse sentido, o Resp n. 706.998/RS, Relator Ministro César Asfor Rocha, DJ de 23/5/2005.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1272)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.864 - SP (2007/0174261-0)

AGRAVANTE	: ANICEO CHADE
ADVOGADO	: RODRIGO DA CUNHA CONTRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DONIZETE SOARES DAMASCENO E OUTRO
ADVOGADO	: DIRCEU MIRANDA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O presente agravo é intempestivo.
A intimação da decisão agravada se deu em 27/04/2007 (sexta-feira), e o prazo recursal findou em 09/05/2007 (quarta-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 14/05/2007 (segunda-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato da Justiça do Estado, não prescinde da apresentação pelo recorrente de documento idôneo capaz de comprovar a prorrogação do prazo quando da interposição de seu recurso, sob pena de não-conhecimento.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1273)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.878 - SP (2007/0174258-2)

AGRAVANTE	: ANICEO CHADE
ADVOGADO	: RODRIGO DA CUNHA CONTRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DONIZETE SOARES DAMASCENO E OUTRO
ADVOGADO	: DIRCEU MIRANDA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O presente agravo é intempestivo.
A intimação da decisão agravada se deu em 27/04/2007 (sexta-feira), e o prazo recursal findou em 09/05/2007 (quarta-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 14/05/2007 (segunda-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato da Justiça do Estado, não prescinde da apresentação pelo recorrente de documento idôneo capaz de comprovar a prorrogação do prazo quando da interposição de seu recurso, sob pena de não-conhecimento.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1274)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.929 - RS (2007/0163411-9)

AGRAVANTE	: ROGERIO EMILSON FRANCA BARROS
ADVOGADO	: CRISTIAN FABRIS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FUNDACÃO BRTPREV
ADVOGADOS	: ALEXSANDER MARTINS DA SILVA LUIZ ANTONIO MUNIZ MACHADO

DESPACHO

Vistos, etc.
Exaurida a prestação jurisdicional, inclusive com o trânsito em julgado da decisão proferida no Ag n. 930.929/RS, nada há a ser deferido neste expediente.
Providencie-se a baixa dos autos ao Tribunal de Origem.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1275)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.189 - RS (2007/0166374-3)

AGRAVANTE	: GELSA MARIA TEIXEIRA LEITE E OUTRO
ADVOGADO	: ODILON MARQUES GARCIA JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FUNDAÇÃO BRTPREV
ADVOGADOS	: ALEXSANDER MARTINS DA SILVA E OUTRO(S) LUIZ ANTONIO MUNIZ MACHADO

DESPACHO

Vistos, etc.
Exaurida a prestação jurisdicional, inclusive com o trânsito em julgado da decisão proferida no Ag n. 931.189/RS, nada há a ser deferido neste expediente.
Providencie-se a baixa dos autos ao Tribunal de Origem.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1276)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.462 - MG (2007/0168197-9)

AGRAVANTE	: DATA PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA
ADVOGADO	: ROSENVALDO LUIZ BORGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TELEMIG CELULAR S/A
ADVOGADO	: LUÍS MARCELO CAPANEMA BARBOSA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O advogado subscritor do agravo de instrumento não conta com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ademais, não consta dos autos cópia do acórdão recorrido, da certidão da respectiva intimação, da petição do recurso denegado, da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, da decisão agravada nem da certidão da respectiva intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC. Ressalte-se que as peças juntadas a estes autos não dizem respeito às partes deste processo.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1277)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 936.737 - CE (2007/0183912-4)

AGRAVANTE	: MARIA MOREIRA DE FREITAS E OUTROS
ADVOGADO	: NICASIO DAMO
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

DECISÃO

Vistos, etc.
Maria Moreira de Freitas e outros apresentam o pedido de fls. 19, no qual pleiteiam *"a reabertura do prazo recursal, bem como o retorno dos autos à instância inicial, de modo a viabilizar a regular formação do instrumento de agravo, sob pena de grave ofensa ao princípio da ampla defesa (CF/88, Art. 5º, XXXV) e da* ***par conditio****"*.
O advogado subscritor do mencionado pedido não conta com poderes para representar os requerentes, à falta do respectivo instrumento de mandato. Ante o princípio contido no enunciado da Súmula n. 115 desta Corte, na instância especial é inexistente pedido formulado por advogado sem procuração nos autos.
Ante o exposto, não conheço do pedido.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1278)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 938.508 - RS (2007/0194099-4)

RECORRENTE	: INDÚSTRIA SUINO BOVINO PROGRESSO LTDA
ADVOGADO	: MARCEL CHAVEZ ORTIZ
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Vistos, etc.
Exaurida a prestação jurisdicional, inclusive com o trânsito em julgado da decisão proferida no Ag n.938508/RS, nada há a ser deferido neste expediente.
Providencie-se a baixa dos autos ao Tribunal de Origem.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1279)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 938.606 - DF (2007/0180540-9)

AGRAVANTE	: JOSÉ OLIVEIRA JUSTINO E OUTROS
ADVOGADO	: CLÁUDIO POLTRONIERI MORAIS
AGRAVADO	: UNIÃO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, da decisão agravada nem da certidão da sua respectiva intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1280)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 938.692 - SP (2007/0182098-1)

AGRAVANTE	: BANCO NOSSA CAIXA S/A
ADVOGADO	: MARCUS VINÍCIUS MOURA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANÉSIO GRANADO FERREIRA E OUTROS
ADVOGADO	: MARIA MACARENA GUERADO DE DANIELE E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
Nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial é cabível de decisão de última ou única instância. Desse modo, afigura-se prematuro o especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ainda que estes tenham sido opostos pela parte contrária. Nesse sentido, o Resp n. 706.998/RS, Relator Ministro César Asfor Rocha, DJ de 23/5/2005.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1281)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939.040 - SP (2007/0193248-7)

RECORRENTE	: JOÃO CUSTÓDIO
ADVOGADO	: JOSÉ VIVIANI FERRAZ E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARCOS CÉZAR GHENDOV
ADVOGADO	: EDUARDO PIRES DO AMARAL E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Exaurida a prestação jurisdicional, inclusive com o trânsito em julgado da decisão proferida no Ag n. 939040/SP, nada há a ser deferido neste expediente.
Providencie-se a baixa dos autos ao Tribunal de Origem.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1282)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939.073 - SP (2007/0193146-5)

AGRAVANTE	: EURÍPEDES SÉRGIO BREDARIOL E OUTRO
ADVOGADO	: JOSÉ LUIZ LEMOS REIS
AGRAVADO	: BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - BANESPA
ADVOGADO	: RENATO MENESELLO VENTURA DA SILVA E OUTRO(S)
INTERES.	: AMERICAN COPPER CONDUTORES ELÉTRICOS LTDA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição nem da procuração outorgada aos advogados da parte agravada, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC. No caso, o(s) substabelecimento(s) (fls. 72, 118 e 163), desacompanhado(s) da procuração originalmente outorgada ao(s) advogado(s) substabelecente(s), não subsiste(m) por si e também não supre(m) a exigência contida no artigo supra.
Ademais, o apelo excepcional tem como pressuposto de admissibilidade o exaurimento da instância ordinária.
Da leitura dos presentes autos depreende-se que o recurso especial foi interposto contra decisão monocrática (fls. 170/173), e não interpôs a parte recorrente o recurso cabível na origem. Aplicável, pois, o princípio contido na Súmula n. 281 do STF, que dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada*."
Nesse sentido, confira-se o AgRg no Ag nº 442.714-RJ, Relator Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 16/11/2004, Corte Especial.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1283)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939.655 - SP (2007/0196066-0)

AGRAVANTE	: ANTÔNIO DAS DORES CORDEIRO
ADVOGADO	: TULLIO LUIGI FARINI
AGRAVADO	: BANCO CITICARD S/A
ADVOGADO	: CRISTIANE MARIA LEBRE COLOMBO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O advogado subscritor do agravo de instrumento não conta com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".

Ademais, não consta dos autos cópia do acórdão recorrido, da certidão da respectiva intimação, da petição do recurso denegado, da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação nem da procuração outorgada ao advogado da parte agravada, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC. No caso, o substabelecimento (fls. 10), desacompanhado da procuração originalmente outorgada ao advogado substabelecente, não subsiste por si e também não supre a exigência contida no mencionado artigo.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1284)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939.805 - RS (2007/0190910-5)

AGRAVANTE	: ROBERTO TADEU LOPES FERNANDES
ADVOGADO	: JOÃO CARLOS LOPES SCALZILLI
AGRAVADO	: HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADO	: LUIZ HENRIQUE CABANELLOS SCHUH

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão recorrido nem da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1285)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939.967 - MG (2007/0191122-1)

AGRAVANTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: BERNARDO ANANIAS JUNQUEIRA FERRAZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EMERSON RODRIGUES DOMINGOS E OUTROS
ADVOGADO	: ANTÔNIO CARLOS DA SILVA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peça(s) considerada(s) obrigatória(s), **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1286)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939.970 - RS (2007/0194110-9)

AGRAVANTE	: MEDQUÍMICA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
ADVOGADO	: SARA DA CRUZ BOTTESELLE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LISANGELA APARECIDA DE VARGAS E OUTRO
ADVOGADO	: GUILHERME GONÇALVES COLLIN

DECISÃO

Vistos, etc.
Exaurida a prestação jurisdicional, inclusive com o trânsito em julgado da decisão proferida no Ag n. 939970/RS, nada há a ser deferido neste expediente.
Providencie-se a baixa dos autos ao Tribunal de Origem.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1287)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939.979 - RJ (2007/0194484-7)

AGRAVANTE	: WILLIAM SAID ATALA
ADVOGADO	: LUÍS JORGE TINOCO FONTOURA
AGRAVADO	: MARY GUIMARÃES PARREIRAS
ADVOGADO	: BRANCA DE CASTRO

DESPACHO

Vistos, etc.
Exaurida a prestação jurisdicional, inclusive com o trânsito em julgado da decisão proferida no Ag n. 939.979/RJ, nada há a ser deferido neste expediente.
Providencie-se a baixa dos autos ao Tribunal de Origem.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1288)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 941.229 - RJ (2007/0198267-3)

AGRAVANTE	: ROBSON DE FREITAS MENDES
ADVOGADO	: ERON LUIS DA COSTA BRITO
AGRAVADO	: LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S A
ADVOGADO	: ANDRÉ MACEDO NASCIMENTO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição de interposição do recurso denegado nem da certidão de intimação da decisão agravada, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1289)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 941.407 - RS (2007/0125441-0)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PRISCILA FEIJÓ MYLIUS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PAULO ALFREDO GEWEHR
ADVOGADO	: JOEL PEREIRA NUNES E OUTRO(S)

DESPACHO

Vistos, etc.
Fls. 143/146: J. Apresente-se procuração com poderes para desistir.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1290)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 941.613 - BA (2007/0198819-1)

AGRAVANTE	: RAIMUNDO SÉRGIO SALES CAFEZEIRO
ADVOGADO	: PABLO CAFEZEIRO
AGRAVADO	: GM LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADO	: ERALDO RAMOS TAVARES JÚNIOR E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O carimbo de protocolo da cópia do recurso especial encontra-se ilegível. Sendo assim, não há como verificar a tempestividade do recurso, o que inviabiliza o presente agravo.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1291)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942.498 - RS (2007/0195914-9)

AGRAVANTE	: GILVANE DA SILVA
ADVOGADO	: EUDES MARIA PEREIRA DA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO SIMPLES S/A
ADVOGADO	: ANDRÉ LUÍS SONNTAG E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, peça(s) considerada(s) obrigatória(s), **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1292)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942.920 - RS (2007/0190835-8)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EVANISE BOONE
ADVOGADO	: ALTEMIR CANTÚ

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
Nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial é cabível de decisão de última ou única instância. Desse modo, afigura-se prematuro o especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ainda que estes tenham sido opostos pela parte contrária. Nesse sentido, o Resp n. 706.998/RS, Relator Ministro César Asfor Rocha, DJ de 23/5/2005.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1293)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.581 - RS (2007/0188509-0)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARCIA CORREA BORGES E OUTROS
ADVOGADO	: MANFREDO ERWINO MENSCH E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
Nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial é cabível de decisão de última ou única instância. Desse modo, afigura-se prematuro o especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ainda que estes tenham sido opostos pela parte contrária. Nesse sentido, o Resp n. 706.998/RS, Relator Ministro César Asfor Rocha, DJ de 23/5/2005.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1294)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.903 - RJ (2007/0204758-4)

AGRAVANTE	: MARIA DA CONCEIÇÃO CERSOSIMO E OUTRO
ADVOGADO	: MARCOS VERÍSSIMO BANDEIRA BASTOS
AGRAVADO	: MARLENE DORIS SERFATY
ADVOGADO	: ARNON VELMOVITSKY

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O apelo extremo é intempestivo.
A intimação do acórdão recorrido se deu em 13/04/2007 (sexta-feira), e o prazo recursal findou em 30/04/2007 (segunda-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 02/05/2007 (quarta-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato da Justiça do Estado, não prescinde da apresentação pelo recorrente de documento idôneo capaz de comprovar a prorrogação do prazo quando da interposição de seu recurso, sob pena de não-conhecimento.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1295)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.170 - SP (2007/0207519-8)

AGRAVANTE	: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A
ADVOGADO	: CLÁUDIA PICCOLI ALVES NUNES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JACINTA MARIA DE JESUS SANTOS (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA)
ADVOGADO	: RIVALDO CARNEIRO FIRMINO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.

Não consta dos autos cópia do inteiro teor do acórdão recorrido, do acórdão proferido em sede de embargos de declaração nem da respectiva certidão de intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC. Ressalte-se que a jurisprudência desta Corte entende por inteiro teor do acórdão: relatório, voto, voto-vencido (se houver), ementa e sua respectiva certidão de julgamento.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1296)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.510 - SP (2007/0206125-1)

AGRAVANTE	: BANCO NOSSA CAIXA S/A
ADVOGADO	: JOÃO VITOR Z AMBRÓSIO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GUIMARÃES RONDON ADVOGADOS ASSOCIADOS E OUTRO
ADVOGADO	: CLÁUDIO GUIMARÃES

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido nem da procuração do advogado do agravado, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ademais, não se conhece de recurso interposto via fac-símile quando não há perfeita identidade entre a petição do apelo extremo interposta via fax e seu respectivo original, conforme dispõe o artigo 4º da Lei n. 9.800/1999. Confira-se, nesse sentido, entre outros, o AgRg nos EDcl no Ag 683.992/RS, Relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJ de 21/11/2005.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1297)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 945.009 - SP (2007/0206043-1)

AGRAVANTE	: KALLAS ENGENHARIA E EMPREENDIMENTO LTDA
ADVOGADO	: TONY TSUYISHI FILHO
AGRAVADO	: CLIBAS DEL PORTO FILHO
ADVOGADO	: EDMILSON TRIVELONI

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939967**
Índice **(1285)**

(1298)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 945.621 - RJ (2007/0203824-5)

AGRAVANTE	: ADILSON LUIZ ROSA
ADVOGADO	: ERTULEI LAUREANO MATOS
AGRAVADO	: FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS
ADVOGADO	: MARIANA LOPES SANTOS

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do inteiro teor da petição de interposição do recurso denegado nem da decisão agravada, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1299)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 945.962 - SP (2007/0207277-5)

AGRAVANTE	: AGNALDO FRANCISCO DA SILVA
ADVOGADO	: ADEMAR GOMES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HONOLULU MOTEL LTDA
ADVOGADO	: WALTER AROCA SILVESTRE E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1300)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 945.965 - SP (2007/0207259-7)

AGRAVANTE	: HONOLULU MOTEL LTDA
ADVOGADO	: WALTER AROCA SILVESTRE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AGNALDO FRANCISCO DA SILVA
ADVOGADO	: RENATA CHRISTINA BRAMBILLA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O apelo extremo é intempestivo.
A intimação do acórdão recorrido se deu em 28/09/2006 (quinta-feira), e o prazo recursal findou em 13/10/2006 (sexta-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 16/10/2006 (segunda-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato da Justiça do Estado, não prescinde da apresentação pelo recorrente de documento idôneo capaz de comprovar a prorrogação do prazo quando da interposição de seu recurso, sob pena de não-conhecimento.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1301)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 945.990 - RS (2007/0203639-9)

AGRAVANTE	: FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
ADVOGADO	: JAQUELINE MAGGIONI PIAZZA
AGRAVADO	: ORTELINA ANA TABACZINSKI
ADVOGADO	: OTACILIO VANZIO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1302)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 946.159 - RO (2007/0205390-8)

AGRAVANTE	: CARLOS EDUARDO CINTRA GEMIGNANI
ADVOGADO	: FRANCISCO ALVES PINHEIRO FILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: MARCELO FERREIRA CAMPOS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O advogado subscritor do agravo de instrumento não conta com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ademais, não consta dos autos cópia do acórdão recorrido, da certidão da respectiva intimação, da petição do recurso denegado, da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, da decisão agravada nem da certidão da respectiva intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1303)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 946.165 - RO (2007/0205287-1)

AGRAVANTE	: RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA
ADVOGADO	: ANTÔNIO CORIOLANO CAMBOIM DE OLIVEIRA
AGRAVADO	: CLAUDENORA GOMES DE BRITO
ADVOGADO	: SAMUEL DOS SANTOS JUNIOR E OUTRO(S)

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939967**
Índice **(1285)**

(1304)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 946.264 - RS (2007/0207094-5)

AGRAVANTE	: CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
ADVOGADO	: MARINA MACHADO MAESTRI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNICONS UNIÃO NACIONAL EM DEFESA DE CONSUMIDORES CONSORCIADOS E USUÁRIOS DO SISTEMA FINANCEIRO
ADVOGADO	: JOSÉ LUIZ PROVENZANO DA LUZ E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da procuração outorgada ao(s) advogado(s) subscritor(es) das contra-razões, peça(s) considerada(s) obrigatória(s), **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1305)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 946.324 - SP (2007/0206173-2)

AGRAVANTE	: MARA FURTADO OLIVEIRA JACINTO
ADVOGADO	: DIRCEU DA SILVA JÚNIOR
AGRAVADO	: SHELL BRASIL LTDA
ADVOGADO	: ARYSTÓBULO DE OLIVEIRA FREITAS E OUTRO(S)
INTERES.	: MARIO ELISIO JACINTO E OUTRO
ADVOGADO	: EURIDES MUNHÕES NETO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O carimbo de protocolo da cópia do recurso especial encontra-se ilegível. Sendo assim, não há como verificar a tempestividade do recurso, o que inviabiliza o presente agravo.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1306)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 946.883 - SC (2007/0218810-0)

AGRAVANTE	: MARIA JÚLIAN MOLIN
ADVOGADO	: ANTÔNIO FERNANDO BERNARDES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: OLDEMAR ALBERTO WESTPHAL E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1307)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.155 - SP (2007/0219880-3)

AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: ANA PAULA SANCHEZ BACCI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NEIDE ELISA BENEDITO E OUTROS
ADVOGADO	: VANESSA GODOY BENEDITO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
Nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial é cabível de decisão de última ou única instância. A Corte Especial do STJ, na sessão de 18.4.2007, firmou entendimento de que o recurso especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ou seja, antes de esgotada a jurisdição prestada pelo Tribunal de origem, é prematuro e incabível, por isso ele deve ser reiterado ou ratificado no prazo recursal. (AgRg no Ag n. 832.567/PR, Relator Ministro João Otávio de Noronha, DJ 24/05/2007).

No caso, o recurso especial (fls. 278) foi interposto em 1º/03/2005, antes do julgamento dos embargos de declaração que ocorreu em 22/06/2005. A petição de reiteração (fls.312), no entanto, somente foi protocolada em 27/10/2006, fora do prazo legal.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1308)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.212 - RS (2007/0219518-7)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES
AGRAVADO	: IMPERATORI COMÉRCIO DE PERFUMARIA LTDA
ADVOGADO	: MAURICIO DAL AGNOL

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 946264**
Índice **(1304)**

(1309)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.231 - RJ (2007/0230496-0)

AGRAVANTE	: ALMIR RICARDO CHAVES
ADVOGADO	: ALMIR RICARDO CHAVES FILHO
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CARMEM LÚCIA LISBOA BOTELHO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
O apelo excepcional tem como pressuposto de admissibilidade o exaurimento da instância ordinária.
Da leitura dos presentes autos depreende-se que o recurso especial foi interposto contra decisão monocrática (fls. 46/48), e não interpôs a parte recorrente o recurso cabível na origem. Aplicável, pois, o princípio contido na Súmula n. 281 do STF, que dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada*."
Nesse sentido, confira-se o AgRg no Ag nº 442.714-RJ, Relator Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 16/11/2004, Corte Especial.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1310)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.269 - RS (2007/0218838-6)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA JOSÉ ASSUMPÇÃO AGLIARDI E OUTROS
ADVOGADO	: MANFREDO ERWINO MENSCH

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
Nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial é cabível de decisão de última ou única instância. Desse modo, afigura-se prematuro o especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ainda que estes tenham sido opostos pela parte contrária. Nesse sentido, o Resp n. 706.998/RS, Relator Ministro César Asfor Rocha, DJ de 23/5/2005.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1311)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.277 - SP (2007/0211022-8)

AGRAVANTE	: MAURÍCIO EUCLIDES DE GODÓI E OUTRO
ADVOGADO	: JOSÉ ALEXANDRE BATISTA MAGINA
AGRAVADO	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO	: GLAUCY PEREIRA DE MEDEIROS

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido nem da procuração outorgada ao advogado subscritor das contra-razões do recurso especial, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC. No caso, o(s) substabelecimento(s) (fls. 88), desacompanhado(s) da procuração originalmente outorgada ao(s) advogado(s) substabelecente(s), não subsiste(m) por si e também não supre(m) a exigência contida no artigo supra.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1312)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.286 - RS (2007/0218752-9)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOÃO FRANCISCO MARTINS DA ROSA
ADVOGADO	: AUGUSTINHO G G TELOKEN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
Nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial é cabível de decisão de última ou única instância. Desse modo, afigura-se prematuro o especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ainda que estes tenham sido opostos pela parte contrária. Nesse sentido, o Resp n. 706.998/RS, Relator Ministro César Asfor Rocha, DJ de 23/5/2005.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1313)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.288 - SP (2007/0211021-6)

AGRAVANTE	: ALZIRA OLIVEIRA PINTO
ADVOGADO	: JOSÉ ALEXANDRE BATISTA MAGINA
AGRAVADO	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO	: GLAUCY PEREIRA DE MEDEIROS

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do inteiro teor do acórdão recorrido nem da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC. Ressalte-se que a jurisprudência desta Corte entende por inteiro teor do acórdão: relatório, voto, voto-vencido (se houver), ementa e sua respectiva certidão de julgamento.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1314)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.314 - GO (2007/0210545-9)

AGRAVANTE	: GENERALI DO BRASIL COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADO	: CÉZAR ESTEVES DO NASCIMENTO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JACY SOARES DE ANDRADE
ADVOGADO	: PEDRO GONÇALVES DE MIRANDA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1315)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.319 - GO (2007/0219163-0)

AGRAVANTE	: DIVA APARECIDA OLIVEIRA MAKERT
ADVOGADO	: RAUL ALVES ROSA NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JAIRO WILSON ABREU DA CUNHA
ADVOGADO	: PAULO DE TARSO CARNEIRO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O carimbo de protocolo da cópia do recurso especial encontra-se ilegível. Sendo assim, não há como verificar a tempestividade do recurso, o que inviabiliza o presente agravo.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1316)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.325 - RJ (2007/0210004-2)

AGRAVANTE	: ELENITA FERNANDES DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: CARLOS LENO DE MOARES SARMENTO
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: VILMA FREITAS DE MATTOS MARCONDES

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido nem da certidão de intimação da decisão agravada, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1317)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.326 - SP (2007/0214412-1)

AGRAVANTE	: RENATO ALEXANDRE SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: EDUARDO FERRARI DA GLÓRIA
AGRAVADO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: TADAMITSU NUKUI E OUTRO(S)
INTERES.	: RENÊ VIEIRA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1318)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.350 - SP (2007/0214711-4)

AGRAVANTE	: PICCOLO EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
ADVOGADO	: REGIANE DA SILVA NASCIMENTO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARCOS EXPOSITO GUEVARA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
A advogada subscritora do agravo de instrumento não conta com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ademais, não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido nem da petição de contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1319)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.351 - SP (2007/0219434-3)

AGRAVANTE	: ALESSANDRO FRÓES
ADVOGADO	: ELIAS ANTONIO JORGE NUNES
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 915630**
Índice **(1253)**

(1320)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.355 - RS (2007/0210585-2)

AGRAVANTE	: ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS
ADVOGADO	: JOSÉ ALEXANDRE BATISTA MAGINA
AGRAVADO	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO	: GLAUCY PEREIRA DE MEDEIROS E OUTRO(S)

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 945962**
Índice **(1299)**

(1321)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.358 - BA (2007/0210324-9)

AGRAVANTE	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: DÁRIO LIMA EVANGELISTA
AGRAVADO	: SANDRO ROMAY SAMPAIO PORTO
ADVOGADO	: ANTÔNIO DIRLEY BITENCOURT SANTOS

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O advogado subscritor do agravo de instrumento, Dr. Dário Lima Evangelista, não conta com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato. No caso, o substabelecimento (fls. 63), desacompanhado da procuração originalmente outorgada ao(s) advogado(s) substabelecente(s), não subsiste por si e também não supre a exigência contida no artigo 544, § 1º, do CPC.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ademais, o presente agravo é intempestivo.
A intimação da decisão agravada se deu em 21/06/2007 (quinta-feira), e o prazo recursal findou em 02/07/2007 (segunda-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 03/07/2007 (terça-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato da Justiça do Estado, não prescinde da apresentação pelo recorrente de documento idôneo capaz de comprovar a prorrogação do prazo quando da interposição de seu recurso, sob pena de não-conhecimento.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1322)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.366 - PR (2007/0210431-2)

AGRAVANTE	: MAURÍCIO RANGEL DE ABREU
ADVOGADO	: PAULO HENRIQUE C VIVEIROS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LOURDES APARECIDA RANGEL DE ABREU E OUTROS
ADVOGADO	: MAURÍCIO J MATRAS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão recorrido, do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, da certidão da sua respectiva intimação, da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, da decisão agravada nem da certidão da sua respectiva intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1323)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.368 - SC (2007/0211259-0)

AGRAVANTE	: BANCO CITICARD S/A
ADVOGADO	: ELISANDRE MARIA BEIRA
AGRAVADO	: EMÍLIA JUTTEL JACQUES
ADVOGADO	: MARIANO MARTORANO MENEGOTTO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da procuração outorgada à advogada da parte agravada, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1324)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.371 - MT (2007/0210934-9)

AGRAVANTE	: VIVALDO CAETANO FERREIRA
ADVOGADO	: MARCELO MONTEIRO SALOMÃO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S/A- CEMAT
ADVOGADO	: VALTENIR QUEIROZ DOS SANTOS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão recorrido, da certidão da sua respectiva intimação, da petição de interposição do recurso denegado nem da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1325)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.372 - SP (2007/0213101-7)

AGRAVANTE	: NELSON FERNANDES
ADVOGADO	: JOSELINO WANDERLEY E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO	: JUSSARA IRACEMA DE SA E SACCHI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O advogado subscritor do agravo de instrumento não conta com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ademais, não consta dos autos cópia do acórdão recorrido, da certidão da respectiva intimação, da petição do recurso denegado, da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação nem da procuração outorgada aos advogados da parte agravada, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1326)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.391 - SP (2007/0210217-5)

AGRAVANTE	: MAPPIN LOJAS DE DEPARTAMENTOS S/A - MASSA FALIDA
REPR. POR	: ALEXANDRE ALBERTO CARMONA
ADVOGADO	: NELSON ALBERTO CARMONA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE CAMPINAS
ADVOGADO	: ANA PAULA MARTINS FRANÇOSO SAES

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido, da petição das contra-razões ou certidão de sua não-interposição nem da procuração outorgada ao(s) advogado(s) da parte agravada, peça(s) considerada(s) obrigatória(s), **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1327)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.399 - CE (2007/0168734-7)

AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSÉ GONÇALVES FILHO E OUTROS
ADVOGADO	: MARIA ENEIDA LIMA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O presente agravo é intempestivo.
A intimação da decisão agravada se deu em 21/03/2007 (quarta-feira), e o prazo recursal findou em 02/04/2007 (segunda-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 09/04/2007 (segunda-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato da Justiça do Estado, não prescinde da apresentação pelo recorrente de documento idôneo capaz de comprovar a prorrogação do prazo quando da interposição de seu recurso, sob pena de não-conhecimento.
Ademais, não consta dos autos cópia da procuração outorgada ao(s) advogado(s) da parte agravada, peça(s) considerada(s) obrigatória(s), **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1328)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.402 - SP (2007/0210201-3)

AGRAVANTE	: MAPPIN LOJAS DE DEPARTAMENTOS S/A - MASSA FALIDA
REPR. POR	: ALEXANDRE ALBERTO CARMONA - SÍNDICO
ADVOGADO	: NELSON ALBERTO CARMONA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MÁRCIA APARECIDA FARIAS MELO
ADVOGADO	: ANTÔNIO DONIZETI BERTOLINE

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido nem da petição de contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1329)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.416 - SP (2007/0212280-3)

AGRAVANTE	: TANIA MARIA DA SILVA DAMIÃO
ADVOGADO	: JOSÉ ALEXANDRE BATISTA MAGINA
AGRAVADO	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO	: GLAUCY PEREIRA DE MEDEIROS

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido nem da procuração outorgada ao advogado, Dr. Paulo H. E. Pereira, subscritor da petição das contra-razões do recurso especial, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1330)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.419 - SP (2007/0211419-2)

AGRAVANTE	: NELSON DE ALMEIDA ALBINO
ADVOGADO	: JOSÉ ALEXANDRE BATISTA MAGINA
AGRAVADO	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO	: ANALI PENTEADO BURATIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido nem da procuração outorgada à(s) advogada(s) subscritora(s) das contra-razões, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1331)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.437 - RS (2007/0210600-4)

AGRAVANTE	: COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
ADVOGADO	: GUILHERME UBINHA DE OLIVEIRA PINTO
AGRAVADO	: MÁRIO FERNANDES MATHEUS
ADVOGADO	: MAURÍCIO BALTAZAR DE LIMA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O carimbo de protocolo da cópia do recurso especial encontra-se ilegível. Sendo assim, não há como verificar a tempestividade do recurso, o que inviabiliza o presente agravo.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1332)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.438 - SP (2007/0210985-5)

AGRAVANTE	: LUCIANA OLIVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	: JOSÉ ALEXANDRE BATISTA MAGINA
AGRAVADO	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO	: ANALI PENTEADO BURATIN

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido nem da procuração outorgada à(s) advogada(s) subscritora(s) das contra-razões, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1333)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.439 - PR (2007/0215771-7)

AGRAVANTE	: LUIZA CORAL SANTINI
ADVOGADO	: WILSON LUIZ DARIENZO QUINTEIRO
AGRAVADO	: COCAMAR - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL
ADVOGADO	: JOSÉ MAREGA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O apelo extremo é intempestivo.
A intimação do acórdão recorrido se deu em 09/03/2007 (sexta-feira), e o prazo recursal findou em 26/03/2007 (segunda-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 28/03/2007 (quarta-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato da Justiça do Estado, não prescinde da apresentação pelo recorrente de documento idôneo capaz de comprovar a prorrogação do prazo quando da interposição de seu recurso, sob pena de não-conhecimento.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1334)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.443 - PR (2007/0215666-7)

AGRAVANTE	: DOVAL COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	: ISAIAS BRASEL ROSMAN]
AGRAVADO	: ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADO	: DÉBORA FRANCO DE GODOY ANDREIS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
O apelo excepcional tem como pressuposto de admissibilidade o exaurimento da instância ordinária.
Da leitura dos presentes autos depreende-se que o recurso especial foi interposto contra decisão monocrática (fls. 136/140 e 165/166), e não interpôs a parte recorrente o recurso cabível na origem. Aplicável, pois, o princípio contido na Súmula n. 281 do STF, que dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada*."
Nesse sentido, confira-se o AgRg no Ag nº 442.714-RJ, Relator Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 16/11/2004, Corte Especial.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1335)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.448 - MG (2007/0210749-2)

AGRAVANTE	: IVAN SEBASTIÃO BARBOSA AFONSO
ADVOGADO	: IVAN SEBASTIÃO BARBOSA AFONSO
AGRAVADO	: BANFAC FACTORING LTDA
ADVOGADO	: ÁLVARO AUGUSTO SILVA CLEMENTINO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1336)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.451 - RS (2007/0209913-4)

AGRAVANTE	: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO	: DENISE CABREIRA GOLAMBIESKI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JULIO CEZAR OLIVEIRA RUBIRA
ADVOGADO	: MARIA DO CARMO SANTOS BOTTI GREQUI

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O apelo extremo é intempestivo.
A intimação do acórdão recorrido se deu em 1º/12/2006 (sexta-feira), e o prazo recursal findou em 18/12/2006 (segunda-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 27/04/2007 (sexta-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato da Justiça do Estado, não prescinde da apresentação pelo recorrente de documento idôneo capaz de comprovar a prorrogação do prazo quando da interposição de seu recurso, sob pena de não-conhecimento.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1337)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.454 - RJ (2007/0213870-9)

AGRAVANTE	: ELZA LEONOR DE CASTRO XAVIER
ADVOGADO	: LUANA REBÊLO MENEZES
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: ZULEICA ESTÁCIO DE FREITAS

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
A advogada subscritora do agravo de instrumento não conta com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1338)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.457 - SP (2007/0211213-5)

AGRAVANTE	: WALDEIDES DOS SANTOS
ADVOGADO	: PAULO RANGEL DO NASCIMENTO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CARLOS AUGUSTO DA SILVA E OUTRO
ADVOGADO	: SALVADOR LOPES JUNIOR

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O(s) advogado(s) subscritor(es) do agravo de instrumento não conta(m) com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ademais, não consta dos autos cópia do acórdão proferido em sede de embargos de declaração nem da certidão da respectiva intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1339)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.458 - SP (2007/0210979-1)

AGRAVANTE	: RUTE MIRANDA DOS SANTOS
ADVOGADO	: JOSÉ ALEXANDRE BATISTA MAGINA
AGRAVADO	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO	: GLAUCY PEREIRA DE MEDEIROS

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido nem da procuração outorgada ao advogado da parte agravada, peça(s) considerada(s) obrigatória(s), **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1340)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.462 - SP (2007/0210386-8)

AGRAVANTE	: PAULO ROBERTO XAVIER DA SILVA
ADVOGADO	: JOSUÉ RAMOS DE FARIAS
AGRAVADO	: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO	: JUSTINIANO PROENÇA E OUTRO(S)

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942498**
Índice **(1291)**

(1341)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.464 - RS (2007/0215893-0)

AGRAVANTE	: HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE
ADVOGADO	: TÂNIA PINHEIRO PROENÇA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LORENTZ CONSTRUÇÕES LTDA
ADVOGADO	: EDUARDO CUNHA MULLER

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão recorrido, da certidão da sua respectiva intimação, da petição de interposição do recurso denegado nem da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1342)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.468 - SP (2007/0199953-0)

AGRAVANTE	: INTERBUS TRANSPORTES URBANOS E INTERURBANOS LTDA
ADVOGADO	: SCHEYLLA FURTADO OLIVEIRA SALOMÃO
AGRAVADO	: MANOEL RODRIGUES MEDEIROS
ADVOGADO	: ROSÂNGELA MARIA NEGRÃO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1343)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.469 - SP (2007/0213847-9)

AGRAVANTE	: ACRÍSIO MESSIAS
ADVOGADO	: MARCELO GUIMARÃES AMARAL
AGRAVADO	: SF EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADO	: OSWALDO VIEIRA DA COSTA

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939967**
Índice **(1285)**

(1344)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.473 - SP (2007/0212615-9)

AGRAVANTE	: BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - BANESPA
ADVOGADO	: ALBANO MOLINARI JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VIDROS E MOLDURAS BORSARI LTDA
ADVOGADO	: CARLOS ADROALDO RAMOS COVIZZI

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1345)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.474 - SP (2007/0215516-4)

AGRAVANTE	: SÉRGIO CALDAS SANTANA
ADVOGADO	: LEANDRO SAAD
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: LUCIANA AUGUSTA SANCHEZ E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1346)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.489 - RS (2007/0210524-5)

AGRAVANTE	: NOEMIA ANTUNES
ADVOGADO	: FERNANDO ALBERTO CIARLARIELLO
AGRAVADO	: SANTANDER BANESPA COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADO	: PRISCILA FAGUNDES DE OLIVEIRA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido nem da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1347)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.495 - SP (2007/0210245-4)

AGRAVANTE	: TRANSPORTADORA JAGUARÉ LTDA
ADVOGADO	: JOSE ROBERTO KOGACHI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SPLICE DO BRASIL TELECOMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA S/A
ADVOGADO	: LUIZ ROSATI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1348)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.496 - SP (2007/0214878-0)

AGRAVANTE	: DARCY FERNANDES ALVES E OUTROS
ADVOGADO	: ECIO LESCRECK E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE SANTOS
PROCURADOR	: ALICE RABELO ANDRADE E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1349)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.501 - SP (2007/0210253-1)

AGRAVANTE	: ANDRÉ LUÍS MAHÉ DE OLIVEIRA E CÔNJUGE
ADVOGADO	: CARLOS ALBERTO DE SANTANA
AGRAVADO	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: ÉZIO PEDRO FURLAN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1350)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.507 - SP (2007/0210168-3)

AGRAVANTE	: EDITORA ABRIL S/A
ADVOGADO	: ALEXANDRE FIDALGO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ICUSHIRO SHIMADA E OUTROS
ADVOGADO	: KALIL ROCHA ABDALLA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
Nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial é cabível de decisão de última ou única instância. Desse modo, afigura-se prematuro o especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ainda que estes tenham sido opostos pela parte contrária. Nesse sentido, o Resp n. 706.998/RS, Relator Ministro César Asfor Rocha, DJ de 23/5/2005.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1351)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.510 - RJ (2007/0215120-1)

AGRAVANTE	: COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR CNEN
ADVOGADO	: TÁRSIS NAMETALA JORGE
AGRAVADO	: RICARDO ROBERTO TAVARES
ADVOGADO	: RICARDO VIANA RAMOS FERNANDEZ

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O agravo é manifestamente inadmissível.
O Superior Tribunal de Justiça traçou orientação no sentido de não conhecer de recurso cuja petição não contenha assinatura, como é o caso do recurso de fls. 02/08.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1352)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.514 - SP (2007/0214881-9)

AGRAVANTE	: BANCO NOSSA CAIXA S/A
ADVOGADO	: CARLOS EDUARDO VASCONCELOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ASSOCIAÇÃO DAS DAMAS DE CARIDADE DE SÃO VICENTE DE SÃO PAULO
ADVOGADO	: JOSÉ COSTA
INTERES.	: BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - BANESPA
ADVOGADO	: FERNANDO EDUARDO SEREC
INTERES.	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES.	: BARRETO FILHO S/A E OUTROS
INTERES.	: REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 946264**
Índice **(1304)**

(1353)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.516 - RJ (2007/0211819-5)

AGRAVANTE	: VARGAS MARCAS E PARTICIPAÇÕES LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: HOMERO MOREIRA DE FREITAS
AGRAVADO	: CAMILO DOS SANTOS RODRIGUES E OUTRO
ADVOGADO	: CARLA GOES LOPES ANJO

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942498**
Índice **(1291)**

(1354)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.520 - SP (2007/0219265-1)

AGRAVANTE	: FRANCISCO CESÁRIO
ADVOGADO	: AURINEIDE DE ALENCAR NICHI XAVIER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VALDIR APARECIDO DAVID E OUTROS
ADVOGADO	: AURÉLIO ALEXANDRE STEIMBER PEREIRA OKADA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão recorrido nem da certidão da respectiva intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1355)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.521 - RJ (2007/0211643-0)

AGRAVANTE	: TAMBOR FILMES LIMITADA
ADVOGADO	: FREDERICO DE MIRANDA BRASIL VIANNA
AGRAVADO	: MANITOU FELIPE FERREIRA DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: ADRIANO AGOSTINHO NUNES FERNANDES

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O presente agravo é intempestivo.
A intimação da decisão agravada se deu em 12/07/2007 (quinta-feira), e o prazo recursal findou em 23/07/2007 (segunda-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 24/07/2007 (terça-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato da Justiça do Estado, não prescinde da apresentação pelo recorrente de documento idôneo capaz de comprovar a prorrogação do prazo quando da interposição de seu recurso, sob pena de não-conhecimento.

Ademais, não consta dos autos cópia da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1356)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.524 - MG (2007/0211866-4)

AGRAVANTE	: DMA DISTRIBUIDORA S/A
ADVOGADO	: CRISTINA SADI GUIMARÃES
AGRAVADO	: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
PROCURADOR	: MEIGLA MARIAARAÚJO MERLIN

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão proferido em sede de embargos de declaração nem da certidão da respectiva intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1357)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.528 - MG (2007/0210408-2)

AGRAVANTE	: P J G
ADVOGADO	: PATRÍCIA APARECIDA GOULART
AGRAVADO	: M M C
ADVOGADO	: JORGE LUIZ DA SILVA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão recorrido nem da certidão da respectiva intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1358)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.529 - DF (2007/0212119-5)

AGRAVANTE	: HILDA DO CARMO BALEEIRO
ADVOGADO	: DÉBORA NARA CABRAL FERREIRA
AGRAVADO	: OUROCARD VISA INTERNATIONAL ADMI9NISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S/A

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
O apelo excepcional tem como pressuposto de admissibilidade o exaurimento da instância ordinária.
Da leitura dos presentes autos depreende-se que o recurso especial foi interposto contra decisão monocrática (fls. 69/72 e 81/82), e não interpôs a parte recorrente o recurso cabível na origem. Aplicável, pois, o princípio contido na Súmula n. 281 do STF, que dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada*."
Nesse sentido, confira-se o AgRg no Ag nº 442.714-RJ, Relator Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 16/11/2004, Corte Especial.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1359)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.532 - SP (2007/0214977-7)

AGRAVANTE	: VIAÇÃO SÃO LUIZ LTDA
ADVOGADO	: NEWTON JOSE DE OLIVEIRA NEVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão recorrido nem da certidão da respectiva intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1360)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.534 - SP (2007/0211563-4)

AGRAVANTE	: ALANA BELCHIOR MENEGHETTI E OUTROS
ADVOGADO	: JÚLIO CÉSAR MARTINS CASARIN
REPR. POR	: LIAMAR BELCHIOR MENEGHETTI
AGRAVADO	: BANCO BMD S/A - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADO	: RENATA DE LARA RIBEIRO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1361)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.535 - RJ (2007/0211776-7)

AGRAVANTE	: DELTON DE SOUZA SANTOS GARCIA
ADVOGADO	: JOSÉ ANTÔNIO TERRA DA SILVA
AGRAVADO	: INFOGLOBO COMUNICAÇÕES LTDA
ADVOGADO	: MARIA HELENA CALDAS OSÓRIO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HÉLIO LUIZ AZEVEDO NEVES
ADVOGADO	: LUÍS MAURÍCIO MARTINS GUALDA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O(s) advogado(s) subscritor(es) do agravo de instrumento não conta(m) com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ademais, não consta dos autos cópia do acórdão recorrido, da certidão da respectiva intimação, da petição do recurso denegado, da petição das contra-razões dos agravados ou certidão de sua não-interposição, da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação nem da procuração outorgada ao(s) advogado(s) da parte agravada, peça(s) considerada(s) obrigatória(s), **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1362)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.622 - RS (2007/0230150-0)

AGRAVANTE	: JUSSARA DOS SANTOS SERAPIÃO
ADVOGADO	: CLÁUDIA DOS SANTOS SERAPIAO
AGRAVADO	: UNIÃO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O presente agravo é intempestivo.
Disponibilizada eletronicamente em 31/07/2007 (terça-feira), a intimação da decisão agravada se deu em 1º/08/2007 (quarta-feira), e o prazo recursal findou em 13/08/2007 (segunda-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 15/08/2007 (quarta-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato da Justiça do Estado, não prescinde da apresentação pelo recorrente de documento idôneo capaz de comprovar a prorrogação do prazo quando da interposição de seu recurso, sob pena de não-conhecimento.
Ademais, não consta dos autos cópia do inteiro teor do acórdão recorrido nem da certidão da respectiva intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC. Ressalte-se que a jurisprudência desta Corte entende por inteiro teor do acórdão: relatório, voto, voto-vencido (se houver), ementa e sua respectiva certidão de julgamento.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1363)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.626 - RS (2007/0215912-0)

AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: KARINE VOLPATO GALVANI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LA HIRE MUNOZ BADARACO FILHO
ADVOGADO	: EDUARDO POMPERMAIER SILVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VERA CRISTINA TAMARA DE TAMARA
ADVOGADO	: GLÊNIO PEREIRA LEMOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: R H R CONSTRUÇÕES LTDA
ADVOGADO	: S/ REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O apelo extremo é intempestivo.
A intimação do acórdão recorrido se deu em 19/03/2007 (segunda-feira), e o prazo recursal findou em 03/04/2007 (terça-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 09/04/2007 (segunda-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato da Justiça do Estado, não prescinde da apresentação pelo recorrente de documento idôneo capaz de comprovar a prorrogação do prazo quando da interposição de seu recurso, sob pena de não-conhecimento.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1364)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.630 - RS (2007/0215821-0)

AGRAVANTE	: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A - BANRISUL
ADVOGADO	: LÚCIA HELENA ESCOBAR DE BRITO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EDGAR PEREIRA MACHADO
ADVOGADO	: CARLOS EDUARDO DA SILVA FERREIRA E OUTRO(S)

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939967**
Índice **(1285)**

(1365)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.650 - RJ (2007/0215290-6)

AGRAVANTE	: ALBERTO REIS
ADVOGADO	: MARCO RICA MARCOS JUNIOR
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: HENRIQUE JUNQUEIRA AYRES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O carimbo de protocolo da cópia do recurso especial encontra-se ilegível. Sendo assim, não há como verificar a tempestividade do recurso, o que inviabiliza o presente agravo.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1366)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.991 - SP (2007/0211124-0)

AGRAVANTE	: PARAMBOS AUTO POSTO LTDA
ADVOGADO	: RITA DE CASSIA LOPES
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MÔNICA HERNANDES DE SÃO PEDRO E OUTRO(S)

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942498**
Índice **(1291)**

(1367)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.153 - RS (2007/0209682-4)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA JESUS DOS SANTOS COUTO
ADVOGADO	: DIEGO AVER DE ARAÚJO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da procuração outorgada ao advogado subscritor das contra-razões do recurso especial, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1368)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.171 - MG (2007/0212413-9)

AGRAVANTE	: MARCO ANTÔNIO COORÊA
ADVOGADO	: MARCELO PÍCOLI
AGRAVADO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: LAURO JOSÉ BRACARENSE FILHO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O advogado subscritor do agravo de instrumento não conta com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ademais, não consta dos autos cópia da procuração outorgada ao(s) advogado(s) subscritor(es) das contra-razões do recurso especial, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1369)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.182 - RS (2007/0232298-1)

AGRAVANTE	: NERCY KUNRATH
ADVOGADO	: FRANCISCO MAGNO MOREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AGROSUL AGROAVÍCOLA INDUSTRIAL S/A
ADVOGADO	: GUSTAVO S. NEUMANN E OUTRO(S)
INTERES.	: THOME EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: JOSÉ AUGUSTO DIEFENTHAELER E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1370)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.184 - PB (2007/0209704-9)

AGRAVANTE	: JOSEFA QUIRINO MACHADO
ADVOGADO	: ROSENO DE LIMA SOUSA
AGRAVADO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: CAIO CESAR VIEIRA ROCHA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ademais, nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial é cabível de decisão de última ou única instância. Desse modo, afigura-se prematuro o especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ainda que estes tenham sido opostos pela parte contrária. Nesse sentido, o Resp n. 706.998/RS, Relator Ministro César Asfor Rocha, DJ de 23/5/2005.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1371)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.186 - SP (2007/0213251-0)

AGRAVANTE	: BANCO BMD S/A - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADO	: NAIRA REGINA RODRIGUES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSÉ DE RIBAMAR VIANA E OUTRO
ADVOGADO	: RICARDO RUBIM DE TOLEDO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da procuração outorgada à advogada subscritora das contra-razões do recurso especial, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1372)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.189 - SC (2007/0209812-4)

AGRAVANTE	: BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A - BESC
ADVOGADO	: TÂNIA REGINA WESTARB E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IRMÃOS PINTO E COMPANHIA LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: IVONE BETT DE SA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O agravo é manifestamente inadmissível.
O Superior Tribunal de Justiça traçou orientação no sentido de não conhecer de recurso cuja petição não contenha assinatura, como é o caso do recurso de fls. 2/8.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1373)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.192 - SP (2007/0211344-8)

AGRAVANTE	: AURELINA ALVES DOS SANTOS E OUTRO
ADVOGADO	: JOSÉ ALEXANDRE BATISTA MAGINA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO	: WILLIAN MARCONDES SANTANA E OUTRO(S)

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 945962**
Índice **(1299)**

(1374)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.195 - RS (2007/0189046-4)

AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: KARINE VOLPATO GALVANI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LUCINA PAVEGLIO BELMONTE
ADVOGADO	: SUSANA DE FREITAS VALLE E SILVA E OUTRO(S)
INTERES.	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: SÉRGIO DE BARCELLOS BOEHL E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1375)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.196 - SP (2007/0213259-4)

AGRAVANTE	: K L R (MENOR) E OUTRO
REPR. POR	: E C R E OUTRO
ADVOGADO	: ANTÔNIO CARLOS LOMBARDI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: CILENO ANTÔNIO BORBA E OUTRO(S)

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 945962**
Índice **(1299)**

(1376)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.199 - RS (2007/0214353-9)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FERNANDO PEREIRA SOUZA NETO E OUTROS
ADVOGADO	: RODRIGO GERMANO ULZEFER E OUTRO(S)

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 946264**
Índice **(1304)**

(1377)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.201 - SP (2007/0211355-0)

AGRAVANTE	: EVERALDO BENSI PASCOINI
ADVOGADO	: AMAURI MORENO QUINZANI
AGRAVADO	: MOACIR DONIZETE CARVALHO
ADVOGADO	: ADENILSON ANACLETO DE PÁDUA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do inteiro teor do acórdão recorrido nem da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC. Ressalte-se que a jurisprudência desta Corte entende por inteiro teor do acórdão: relatório, voto, voto-vencido (se houver), ementa e sua respectiva certidão de julgamento.
Ademais, inexiste o carimbo de protocolo na cópia do recurso especial. Sendo assim, não há como verificar a tempestividade do recurso, o que inviabiliza o presente agravo.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1378)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.202 - PR (2007/0215452-2)

AGRAVANTE	: RÁDIO E TELEVISÃO TAROBA LTDA
ADVOGADO	: ADIRSON DE OLIVEIRA JUNIOR
AGRAVADO	: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS SEBRAE
ADVOGADO	: FREDERICO BUSS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS SEBRAE/PR
ADVOGADO	: CLEVERSON MARINHO TEIXEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não se conhece de recurso interposto via fac-símile quando o original não é apresentado no prazo de cinco dias, conforme dispõe o artigo 2º da Lei n. 9800/1999.
Ressalte-se ainda que esta Corte traçou orientação de que as peças obrigatórias para a formação do agravo de instrumento devem acompanhar ambas as petições (Resp 663.060/RS, Relator Ministro José Delgado, DJ de 16/11/2004).
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1379)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.210 - SP (2007/0210078-6)

AGRAVANTE	: JOVIL INDUSTRIA DE COSMETICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ADVOGADO	: JOSÉ EDUARDO S. CAETANO
AGRAVADO	: J CASTILHO INDUSTRIAL LTDA
ADVOGADO	: DOLORES CABANA DE CARVALHO

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 945962**
Índice **(1299)**

(1380)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.213 - RS (2007/0215124-9)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI
AGRAVADO	: SANDRO SVANIR SOUZA MEIRELES
ADVOGADO	: MAURÍCIO WORTMANN MARQUES

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 946264**
Índice **(1304)**

(1381)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.215 - PE (2007/0212401-4)

AGRAVANTE	: A C LIRA TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	: FLÁVIA DIONÍSIA SOARES CAMPOS KITNER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LUCILA MARIA CONSTANTINO DA SILVA
ADVOGADO	: TÂNIA MARIA DOS SANTOS SILVEIRA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da procuração outorgada à advogada subscritora das contra-razões do recurso especial, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1382)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.226 - MG (2007/0212225-7)

AGRAVANTE	: AIRTON COSTA
ADVOGADO	: ADRIANO PERÁCIO DE PAULA
AGRAVADO	: ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO	: RONEY LUIZ TORRES ALVES DA SILVA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
O apelo excepcional tem como pressuposto de admissibilidade o exaurimento da instância ordinária.
Da leitura dos presentes autos depreende-se que o recurso especial foi interposto contra decisão monocrática (fls. 200/201 e 208/209), e não interpôs a parte recorrente o recurso cabível na origem. Aplicável, pois, o princípio contido na Súmula n. 281 do STF, que dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada*."
Nesse sentido, confira-se o AgRg no Ag nº 442.714-RJ, Relator Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 16/11/2004, Corte Especial.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1383)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.235 - SP (2007/0214869-1)

AGRAVANTE	: GUAICÁ AUTO POSTO LTDA
ADVOGADO	: GILBERTO DE JESUS DA ROCHA BENTO JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: DENISE FERREIRA DE OLIVEIRA CHEID E OUTRO(S)
INTERES.	: DELEGADO REGIONAL TRIBUTÁRIO DE CAMPINAS

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O advogado subscritor do agravo de instrumento não conta com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ademais, não consta dos autos cópia do acórdão recorrido nem da certidão da respectiva intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1384)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.241 - RJ (2007/0209350-3)

AGRAVANTE	: ANTÔNIO CARLOS CARNEIRO E CÔNJUGE
ADVOGADO	: MARILZA FERREIRA DE OLIVEIRA
AGRAVADO	: WANEIDE NANAN SILVA E OUTRO
ADVOGADO	: LUCIANA BURGOS MENDES TAVARES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1385)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.254 - SP (2007/0212517-4)

AGRAVANTE	: NR AGROPECUÁRIA E COMERCIO INTERNACIONAL S/A
ADVOGADO	: JOÃO FAUSTINO NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: COMERCIO DE CARNES BOI RIO LTDA
ADVOGADO	: JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA COURA E OUTRO(S)

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939967**
Índice **(1285)**

(1386)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.258 - SP (2007/0208872-2)

AGRAVANTE	: RITA DE CASSIA APÓSTOLO FERREIRA
ADVOGADO	: PATRICIA CRISTINA CAVALLO
AGRAVADO	: UNIÃO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
A advogada subscritora do agravo de instrumento não conta com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ademais, não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1387)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.263 - SP (2007/0208897-3)

AGRAVANTE	: J N DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE HIGIENE E BELEZA LTDA
ADVOGADO	: NEWTON JOSE DE OLIVEIRA NEVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARLY MILOCA DA CAMARA GOUVEIA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão recorrido, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1388)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.264 - SP (2007/0208549-8)

RECORRENTE	: LEONEL FIRMINO GOMES DA SILVA
ADVOGADO	: GILKA CARDOSO
RECORRIDO	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: JOSÉ ANTÔNIO DE AZEREDO LEMOS

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1389)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.273 - RS (2007/0212852-3)

AGRAVANTE	: ALEX BOLSONI
ADVOGADO	: HÉLIO BUBLITZ
AGRAVADO	: ROSALINA MARIA VILLAVICENCIO
ADVOGADO	: CLÁUDIA CAMARGO BARROS - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS
INTERES.	: COMPANHIA UNIÃO DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO	: GERALDO NOGUEIRA DA GAMA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão recorrido, do acórdão proferido em sede de embargos de declaração nem da respectiva certidão de intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1390)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.281 - SP (2007/0211046-7)

AGRAVANTE	: RODOZEM TRANSPORTES RÁPIDOS LTDA
ADVOGADO	: ANTÔNIO JOSÉ MEDINA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNIMED DE PIRACICABA SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS
ADVOGADO	: ALESSANDRA LANGELLA MARCHI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O(s) advogado(s) subscritor(es) do agravo de instrumento não conta(m) com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1391)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.285 - DF (2007/0211250-3)

AGRAVANTE	: RAIMUNDO JOSÉ RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADA	: CAROLINA LOUZADA PETRARCA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: JOÃO CARDOSO DA SILVA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da decisão agravada nem da certidão da respectiva intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1392)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.296 - RS (2007/0214813-6)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ELOE GERNHARDT
ADVOGADO	: ANTÔNIO LUIS WUTTKE E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
Nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial é cabível de decisão de última ou única instância. Desse modo, afigura-se prematuro o especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ainda que estes tenham sido opostos pela parte contrária. Nesse sentido, o Resp n. 706.998/RS, Relator Ministro César Asfor Rocha, DJ de 23/5/2005.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1393)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.297 - SC (2007/0207687-9)

AGRAVANTE	: VALMIR VILSON GONÇALVES
ADVOGADO	: ULISSES JOSÉ FERREIRA NÉTO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VALDECIR DE AZEVEDO
ADVOGADO	: JEANDRO JOSÉ KLOCK

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Os advogados subscritores do agravo de instrumento não contam com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1394)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.303 - RS (2007/0214437-2)

AGRAVANTE	: KRISHNA SALEN BRANCO E OUTRO
ADVOGADO	: MICHEL AVELINE DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A E OUTRO
ADVOGADO	: FREDERICO AZAMBUJA LACERDA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
Nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial é cabível de decisão de última ou única instância. Desse modo, afigura-se prematuro o especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ainda que estes tenham sido opostos pela parte contrária. Nesse sentido, o Resp n. 706.998/RS, Relator Ministro César Asfor Rocha, DJ de 23/5/2005.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1395)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.305 - CE (2007/0184391-8)

AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: CARLOS ALBERTO DE CASTRO E SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FRANCISCO VALDOMIR MOTA CAXILE
ADVOGADO	: NICOLE FELISMINO APOLINARIO SANTOS

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O advogado subscritor do agravo de instrumento não conta com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1396)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.309 - SP (2007/0214888-1)

AGRAVANTE	: FRANCISCO CESÁRIO
ADVOGADO	: ALBERTO TEIXEIRA XAVIER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JUAN DE DIOS CURVIL PAILLAVIL E OUTROS
ADVOGADO	: AURÉLIO ALEXANDRE STEIMBER PEREIRA OKADA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido nem da petição de contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1397)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.319 - SP (2007/0215162-9)

AGRAVANTE	: BANKBOSTON BANCO MÚLTIPLO S/A
ADVOGADO	: PAULO GUILHERME DE MENDONCA LOPES
AGRAVADO	: ROBERTA DUARTE AMARAL
ADVOGADO	: FABIANO JACOMIN

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O carimbo de protocolo da cópia do recurso especial encontra-se ilegível. Sendo assim, não há como verificar a tempestividade do recurso, o que inviabiliza o presente agravo.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1398)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.320 - RN (2007/0226419-5)

AGRAVANTE	: EDILBERTO DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: JOSÉ MARIA GAMA DA CAMARA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: JOSÉ FORTUNATO DE LIMA NETO E OUTRO(S)

DESPACHO

Vistos, etc.
Tendo em vista a remessa equivocada a este Superior Tribunal, encaminho estes autos ao Supremo Tribunal Federal.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1399)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.345 - PE (2007/0214919-5)

AGRAVANTE	: GEOTESTE LTDA
ADVOGADO	: WALTER FREDERICO NEUKRANZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: M G SARAIVA DE MORAES
ADVOGADO	: ADERBAL QUEIROZ MONTEIRO JUNIOR

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da procuração outorgada ao advogado subscritor das contra-razões do recurso especial, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC. No caso, o(s) substabelecimento(s) (fls. 82), desacompanhado(s) da procuração originalmente outorgada ao(s) advogado(s) substabelecente(s), não subsiste(m) por si e também não supre(m) a exigência contida no artigo supra.
Ademais, o apelo extremo é intempestivo.
A intimação do acórdão recorrido se deu em 11/10/2006 (quarta-feira), e o prazo recursal findou em 27/10/2006 (sexta-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 30/10/2006 (segunda-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato da Justiça do Estado, não prescinde da apresentação pelo recorrente de documento idôneo capaz de comprovar a prorrogação do prazo quando da interposição de seu recurso, sob pena de não-conhecimento.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1400)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.358 - RJ (2007/0190661-7)

AGRAVANTE	: MARDANIA VIEIRA MARTINS E OUTRO
ADVOGADO	: ERICA CARLA SILVA DE SOUSA
AGRAVADO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: S/ REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão recorrido, do acórdão proferido em sede de embargos de declaração nem da respectiva certidão de intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1401)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.367 - GO (2007/0214161-0)

AGRAVANTE	: NILVO HOLTZ E OUTRO
ADVOGADO	: LEANDRO ANTÔNIO FERREIRA VITURINO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NELSON FRANCISCO DE SOUZA E OUTROS
ADVOGADO	: ILIOMAR FRANCISCO DE SOUZA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ademais, o carimbo de protocolo da cópia do recurso especial encontra-se ilegível. Sendo assim, não há como verificar a tempestividade do recurso, o que inviabiliza o presente agravo.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1402)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.380 - MG (2007/0212447-9)

AGRAVANTE	: CONDOMÍNIO EDIFÍCIO TORRES CATEDRAL
ADVOGADO	: JOÃO HENRIQUE NORONHA RENAULT E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANITA MATILDE SILVA LEANDRO
ADVOGADO	: S/ REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Os advogados subscritores do agravo de instrumento não contam com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1403)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.382 - RS (2007/0213837-8)

AGRAVANTE	: PEDROLINA DA SILVA SANTOS
ADVOGADO	: ANDRIZE CALDEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: FÁBIO CRUZ KLEIN E OUTRO(S)
INTERES.	: LÚCIA DA SILVA SANTOS
ADVOGADO	: DÉCIO SCARAVAGLIONI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
A advogada subscritora do agravo de instrumento, Dra. Andrize Caldeira, não conta com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato.

Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1404)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.388 - RS (2007/0218747-7)

AGRAVANTE	: RITA HELENA DOMINGUES DOS SANTOS
ADVOGADO	: VITOR ARLEN DE OLIVEIRA ZANINI
AGRAVADO	: CONDOMÍNIO EDIFÍCIO PARQUE RESIDENCIAL TERESÓPOLIS
ADVOGADO	: DELMIRA GAZOLA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1405)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.391 - AM (2007/0213625-7)

AGRAVANTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: FABRÍCIA ARRUDA MOREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DESEMBARGADOR RELATOR DO MANDADO DE SEGURANÇA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso ordinário em mandado de segurança.
As hipóteses de cabimento do agravo de instrumento para esta Corte estão adstritas aos arts. 544 e 539, parágrafo único, ambos do CPC. O primeiro objetiva dar seguimento a recurso especial interposto cujo trânsito fora obstado; o segundo é cabível de decisões interlocutórias proferidas por juiz federal nas *"causas em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País"* (art. 539, II, "b", do CPC).
Não restando configurada, **in casu,** nenhuma das situações supramencionadas, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1406)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.393 - SP (2007/0213806-3)

AGRAVANTE	: CECÍLIA TAIOLI
ADVOGADO	: MARIA CRISTINA BUAZAR DABUS
AGRAVADO	: JOSÉ CARLOS CASARINI
ADVOGADO	: VALÉRIA MATOS SAHD

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ainda que assim não fosse, da leitura dos presentes autos depreende-se que o recurso especial foi interposto contra decisão proferida por Turma Recursal de Juizados Especiais. Aplicável, pois, o princípio contido na Súmula n. 203 desta Casa, que dispõe: "*Não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais*".
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1407)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.394 - PR (2007/0215767-7)

AGRAVANTE	: NELSON BALTHAZAR E OUTROS
ADVOGADO	: LUIZ GUSTAVO FRAGOSO DA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONSÓRCIO NACIONAL FORD LTDA
ADVOGADO	: MARCELO TESHEINER CAVASSANI E OUTRO(S)
INTERES.	: JOSÉ CARLOS MOREIRA DE SOUZA E OUTROS

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração nem da procuração outorgada ao(s) advogado(s) subscritor(es) das contra-razões, peça(s) considerada(s) obrigatória(s), **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC. No caso, o(s) substabelecimento(s) (fls. 47), desacompanhado(s) da procuração originalmente outorgada ao advogado substabelecente, não subsiste(m) por si e também não supre(m) a exigência contida no mencionado artigo.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1408)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.396 - RS (2007/0213253-3)

AGRAVANTE	: PANAMERICANO ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA
ADVOGADO	: VALQUIRIA BELMENI STEFFENS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AUREOLINO TRINDADE
ADVOGADO	: MICHELLE SALOLO SILVA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da procuração outorgada à(s) advogada(s) subscritora(s) das contra-razões, peça(s) considerada(s) obrigatória(s), **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1409)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.397 - MG (2007/0212391-4)

AGRAVANTE	: IURY IVANHOVICK MARTINS DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: ROGÉRIO VIEIRA SANTIAGO
AGRAVADO	: RICARDO MACIEL PEREIRA
ADVOGADO	: LUCIANO SÉRGIO RIBEIRO PINTO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
Nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial é cabível de decisão de última ou única instância. Desse modo, afigura-se prematuro o especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ainda que estes tenham sido opostos pela parte contrária. Nesse sentido, o Resp n. 706.998/RS, Relator Ministro César Asfor Rocha, DJ de 23/5/2005.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1410)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.403 - DF (2007/0233255-0)

AGRAVANTE	: CARLOS ALBERTO DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: EDEWYLTON WAGNER SOARES
AGRAVADO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: LUCIANO CAIXETA AMÂNCIO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
O processamento do agravo de instrumento interposto contra decisão denegatória de seguimento a recurso especial segue a regra prevista no § 2º do art. 544 do CPC e no art. 1º da Resolução n. 1/1996 do STJ, devendo a petição recursal ser apresentada perante a Presidência do Tribunal de origem. Incabível, pois, sua protocolização diretamente nesta Corte. Nesse sentido, confiram-se: AgRg n. 708.505/RJ, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 5/12/2005; Ag n. 739.349/RJ, Relator Ministro Luiz Fux, DJ de 15/8/2006, entre outros.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1411)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.405 - RS (2007/0214595-2)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AZIR STASIAK E OUTROS
ADVOGADO	: MAIRA HUBERT E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da procuração outorgada à advogada, Dra. Maira Hubert, subscritora das contra-razões do recurso especial, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ademais, nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial é cabível de decisão de última ou única instância. Desse modo, afigura-se prematuro o especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ainda que estes tenham sido opostos pela parte contrária. Nesse sentido, o Resp n. 706.998/RS, Relator Ministro César Asfor Rocha, DJ de 23/5/2005.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1412)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.409 - DF (2007/0212144-9)

AGRAVANTE	: FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
ADVOGADO	: LUIZ ANTÔNIO MUNIZ MACHADO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LUIZ CARLOS MOREIRA DE FARIAS
ADVOGADO	: SEBASTIÃO MORAES DA CUNHA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da procuração outorgada ao advogado subscritor das contra-razões do recurso especial, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1413)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.412 - RJ (2007/0212069-1)

AGRAVANTE	: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS CBTU
ADVOGADO	: DONES MANUEL DE FREITAS NUNES DA SILVA
AGRAVADO	: JORGE FRANÇA E OUTROS
ADVOGADO	: MAURO DE ABREU E LIMA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1414)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.418 - SP (2007/0214848-8)

AGRAVANTE	: MARIA DE LOURDES SPINELLI CRUZ - ESPÓLIO
REPR. POR	: REINALDO CRUZ FILHO - INVENTARIANTE
ADVOGADO	: VERA SÍLVIA RODRIGUES AUGUSTO
AGRAVADO	: CAIXA DE PECÚLIOS E PENSÕES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SANTOS
ADVOGADO	: ROSELI DE ALMEIDA FERNANDES

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939967**
Índice **(1285)**

(1415)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.429 - RS (2007/0213828-9)

AGRAVANTE	: JOEL IUCHNO
ADVOGADO	: MÁRIO DE FREITAS MACEDO FILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SAMSONITE BRASIL LTDA
ADVOGADO	: LUCIANO DILLI

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da procuração outorgada ao advogado subscritor das contra-razões do recurso especial, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1416)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.430 - SP (2007/0214163-3)

AGRAVANTE	: MAURO ROGÉRIO FERRACINI E OUTROS
ADVOGADO	: GILSON HIROSHI NAGANO
AGRAVADO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MAURÍCIO SALVATICO E OUTRO(S)
INTERES.	: VALDIR DE OLIVEIRA BRITO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
Nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial é cabível de decisão de última ou única instância. Desse modo, afigura-se prematuro o especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ainda que estes tenham sido opostos pela parte contrária. Nesse sentido, o Resp n. 706.998/RS, Relator Ministro César Asfor Rocha, DJ de 23/5/2005.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1417)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.445 - MG (2007/0212054-1)

AGRAVANTE	: LOGIGUARDA GUARDA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA
ADVOGADO	: IZABELLE MACÊDO NUNES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANA PAOLA DE ALMEIDA
ADVOGADO	: ANA PAOLA DE ALMEIDA (EM CAUSA PRÓPRIA)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão recorrido, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1418)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.459 - RS (2007/0212582-1)

AGRAVANTE	: CLÍNICA PANAMERICANA DE OLHOS LTDA
ADVOGADO	: ANDRÉ AZAMBUJA DA ROCHA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNIÃO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Inexiste carimbo de protocolo na cópia do recurso especial, tampouco a parte agravante juntou aos autos documento comprobatório do Protocolo Único da Justiça Federal da 4ª Região. Sendo assim, não há como verificar a tempestividade do recurso, o que inviabiliza o presente agravo.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1419)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.473 - RS (2007/0213746-9)

AGRAVANTE	: ROBERTO JACOB NICOLAU MUSSI
ADVOGADO	: ROBERTO JACOB NICOLAU MUSSI FILHO
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SIMONE ANACLETO LOPES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, da petição de interposição do recurso denegado nem da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1420)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.476 - MG (2007/0212395-1)

AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE MIRADOURO
ADVOGADO	: HERCÍLIA MARIA PORTELA PROCÓPIO FRIGO
AGRAVADO	: VALDENICE APARECIDA DA CUNHA REIS E OUTROS
ADVOGADO	: FLÁVIO JOSÉ CALAIS

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1421)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.534 - RS (2007/0214379-1)

AGRAVANTE	: MARIO FRANCISCO ALBINO
ADVOGADO	: RAQUEL SILVINO GONÇALVES RODRIGUES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão recorrido, da certidão da sua respectiva intimação, da petição de interposição do recurso denegado, da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição nem da certidão de intimação da decisão agravada, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1422)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.542 - SP (2007/0212982-4)

AGRAVANTE	: BANCO NOSSA CAIXA S/A
ADVOGADO	: ÁUREA LÚCIA AMARAL GERVASIO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LUIZ EDUARDO RIBEIRO HOMEM DE MELLO
ADVOGADO	: ANTÔNIO GENUÍNO FILHO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1423)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.559 - SP (2007/0212265-0)

AGRAVANTE	: JOSÉ JULIÃO DOS SANTOS E OUTRO
ADVOGADO	: JOSÉ ALEXANDRE BATISTA MAGINA
AGRAVADO	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO	: GLAUCY PEREIRA DE MEDEIROS

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido nem da procuração outorgada ao advogado, Dr. Paulo H. E. Pereira, subscritor das contra-razões do recurso especial, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC. No caso, o(s) substabelecimento(s) (fls. 96, 97 e 116), desacompanhado(s) da procuração originalmente outorgada ao(s) advogado(s) substabelecente(s), não subsiste(m) por si e também não supre(m) a exigência contida no artigo supra.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1424)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.564 - SP (2007/0212745-0)

AGRAVANTE	: NIVALDO MORETTI BATISTA E CÔNJUGE
ADVOGADO	: CLAUDIO ROBERTO VIEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO DE CRÉDITO NACIONAL S/A - BCN
ADVOGADO	: ANTÔNIO EDUARDO DA CUNHA CANTO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Os advogados subscritores do agravo de instrumento não contam com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: *"Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos"*.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1425)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.565 - RS (2007/0215808-1)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CLECI TEREZINHA FOLLMANN DE LIMA
ADVOGADO	: ELOI BÉTIO DA VEIGA MARON E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da decisão agravada nem da certidão da respectiva intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1426)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.567 - SP (2007/0212257-3)

AGRAVANTE	: GILVANIA DOS SANTOS
ADVOGADO	: JOSÉ ALEXANDRE BATISTA MAGINA
AGRAVADO	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO	: ANALI PENTEADO BURATIN

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 945962**
Índice **(1299)**

(1427)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.569 - RS (2007/0208775-0)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RUTE VAGNER XAUBET
ADVOGADO	: GUSTAVO CERVO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da decisão agravada nem da certidão da respectiva intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1428)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.570 - RJ (2007/0216267-3)

AGRAVANTE	: IMOBILIÁRIA NOVA PÁDUA LTDA
ADVOGADO	: HAMILTON SAMPAIO DA SILVA
AGRAVADO	: ELOINA FRAUCHES MOULIN CASTILHO E CÔNJUGE
ADVOGADO	: CHRISTOVÃO BELLOT FILHO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
O apelo excepcional tem como pressuposto de admissibilidade o exaurimento da instância ordinária.
Da leitura dos presentes autos depreende-se que o recurso especial foi interposto contra decisão monocrática (fls. 90/92), e não interpôs a parte recorrente o recurso cabível na origem. Aplicável, pois, o princípio contido na Súmula n. 281 do STF, que dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada*."
Nesse sentido, confira-se o AgRg no Ag nº 442.714-RJ, Relator Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 16/11/2004, Corte Especial.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1429)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.582 - RJ (2007/0216279-8)

AGRAVANTE	: BANCO BANERJ SA
ADVOGADO	: MAXIMIANO JOSÉ GOMES DE PAIVA
AGRAVADO	: MILTON ROBERTO OLIVIER DE AZEVEDO
ADVOGADO	: RONALDO RODRIGUES GARCIA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O advogado subscritor do agravo de instrumento não conta com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1430)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.596 - MG (2007/0212438-0)

AGRAVANTE	: AMPLICOLOR STUDIO FOTOGRÁFICO LTDA
ADVOGADO	: ALFREDO GOMES DE SOUZA JUNIOR
AGRAVADO	: COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS CEMIG
ADVOGADO	: ÂNGELO ALVES DE CARVALHO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da procuração outorgada à advogada, Dra. Geórgia Jane Castro dos Santos, subscritora das contra-razões do recurso especial, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1431)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.601 - RJ (2007/0212690-7)

AGRAVANTE	: MARIA DA CONCEIÇÃO DE BRITO SANTOS
ADVOGADO	: SCHEILA SESSA SERRA
AGRAVADO	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: DANIELA RODRIGUES RIBEIRO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O apelo excepcional tem como pressuposto de admissibilidade o exaurimento da instância ordinária.
Da leitura dos presentes autos depreende-se que o recurso especial foi interposto contra decisão monocrática, e não interpôs a parte recorrente o recurso cabível na origem. Aplicável, pois, o princípio contido na Súmula n. 281 do STF, que dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada*."
Nesse sentido, confira-se o AgRg no Ag nº 442.714-RJ, Relator Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 16/11/2004, Corte Especial.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1432)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.604 - SP (2007/0212261-3)

AGRAVANTE	: KATIA SANTOS JERÔNIMO
ADVOGADO	: JOSÉ ALEXANDRE BATISTA MAGINA
AGRAVADO	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO	: ANALI PENTEADO BURATIN

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido nem da procuração outorgada ao(à) advogado(a) subscritor(a) das contra-razões do recurso especial, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1433)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.617 - RS (2007/0213577-7)

AGRAVANTE	: TRAUDE SOFIA SEIBERT FISCHER
ADVOGADO	: VALDIR BONIATTI
AGRAVADO	: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A - BANRISUL
ADVOGADO	: RENATO MEIRELLES MOTA
INTERES.	: RUDI ANTÔNIO FISCHER
INTERES.	: PAULO SEIBERT
INTERES.	: LAIRES SEIBERT

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da procuração outorgada ao advogado subscritor das contra-razões do recurso especial, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC. No caso, o(s) substabelecimento(s) (fls. 30), desacompanhado(s) da procuração originalmente outorgada ao(s) advogado(s) substabelecente(s), não subsiste(m) por si e também não supre(m) a exigência contida no artigo supra.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1434)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.630 - RJ (2007/0213132-1)

AGRAVANTE	: CONCEIÇÃO DEUSMIRA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: LUCAS DE ALBUQUERQUE
AGRAVADO	: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MONTE REAL
ADVOGADO	: MANOEL DA SILVEIRA MAIA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1435)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.636 - RS (2007/0213604-3)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NEUSA LOVATEL SCHIAVENIN
ADVOGADO	: GIANCARLO RODRIGUES DE SOUZA E OUTRO(S)

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 946264**
Índice **(1304)**

(1436)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.638 - RJ (2007/0213156-0)

AGRAVANTE	: FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
ADVOGADO	: EDUARDO MACCARI TELLES
AGRAVADO	: MARIANNO SANTOS RIBEIRO DA LUZ E OUTROS
ADVOGADO	: MARIANNO SANTOS RIBEIRO DA LUZ (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTROS

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão proferido em sede de embargos de declaração nem da respectiva certidão de intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1437)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.644 - SP (2007/0214125-3)

AGRAVANTE	: INDÚSTRIA AUTO METALÚRGICA S/A
ADVOGADO	: GERUSA DEL PICCOLO ARAUJO DE OLIVEIRA
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MARCOS ANTÔNIO MORAES SOPHIA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O apelo extremo é intempestivo.
A intimação do acórdão recorrido se deu em 11/10/2006 (quarta-feira), e o prazo recursal findou em 27/10/2006 (sexta-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 31/10/2006 (terça-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato da Justiça do Estado, não prescinde da apresentação pelo recorrente de documento idôneo capaz de comprovar a prorrogação do prazo quando da interposição de seu recurso, sob pena de não-conhecimento.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1438)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.650 - SP (2007/0211801-0)

AGRAVANTE	: SEBASTIÃO CORREA E OUTRO
ADVOGADO	: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA
AGRAVADO	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO	: ANALI PENTEADO BURATIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1439)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.659 - SP (2007/0206528-0)

AGRAVANTE	: PAULO DE ARAÚJO PINTO REPRESENTAÇÕES LTDA
ADVOGADO	: FERNANDO CARLOS LUZ MOREIRA
AGRAVADO	: MÁRIO GONÇALVES
ADVOGADO	: ROBERTO ANTÔNIO NEVES DO AMARAL

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1440)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.663 - SP (2007/0214573-7)

AGRAVANTE	: NATANAEL VALERA
ADVOGADO	: ROGÉRIO DE MENEZES CORIGLIANO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O presente agravo é intempestivo.
A intimação da decisão agravada se deu em 19/04/2007 (quinta-feira), e o prazo recursal findou em 30/04/2007 (segunda-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 02/05/2007 (quarta-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato da Justiça do Estado, não prescinde da apresentação pelo recorrente de documento idôneo capaz de comprovar a prorrogação do prazo quando da interposição de seu recurso, sob pena de não-conhecimento.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1441)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.676 - RS (2007/0214562-4)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TEREZINHA SUZETI VIANA
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
Nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial é cabível de decisão de última ou única instância. Desse modo, afigura-se prematuro o especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ainda que estes tenham sido opostos pela parte contrária. Nesse sentido, o Resp n. 706.998/RS, Relator Ministro César Asfor Rocha, DJ de 23/5/2005.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1442)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.685 - PR (2007/0215757-6)

AGRAVANTE	: CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO	: GLAUCO IWERSEN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALAERCIO VICENTE DE AMORIM
ADVOGADO	: SILVANA DAL PIZZOL ELY E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ademais, o apelo extremo é manifestamente inadmissível.
O Superior Tribunal de Justiça traçou orientação no sentido de não conhecer de recurso cuja petição não contenha assinatura, como é o caso do recurso de fls. 123/139.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1443)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.697 - RS (2007/0209779-4)

AGRAVANTE	: GILMAR RIVA E OUTROS
ADVOGADO	: VILMAR DA SILVA BARBOSA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da procuração outorgada ao advogado, Dr. Leandro Villela Cezimbra, subscritor das contra-razões do recurso especial, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1444)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.702 - RS (2007/0210894-6)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANTONIO ZANCO
ADVOGADO	: SERGEI LUIZ SCHAFER

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da decisão agravada nem da certidão da respectiva intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1445)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.703 - SP (2007/0214280-8)

AGRAVANTE	: JOSÉ DE ARAÚJO SANTOS
ADVOGADO	: JOSÉ FERNANDO ZACCARO JR.
AGRAVADO	: DAIMLERCHRYSLER DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	: ANTÔNIO CARLOS VIANNA DE BARROS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O presente agravo é intempestivo.
A intimação da decisão agravada se deu em 11/07/2007 (quarta-feira), e o prazo recursal findou em 23/07/2007 (segunda-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 24/07/2007 (terça-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato da Justiça do Estado, não prescinde da apresentação pelo recorrente de documento idôneo capaz de comprovar a prorrogação do prazo quando da interposição de seu recurso, sob pena de não-conhecimento.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1446)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.712 - RS (2007/0209655-7)

AGRAVANTE	: ERALDO BRASIL DA SILVA
ADVOGADO	: BERNARDO RÜCKER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
Nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial é cabível de decisão de última ou única instância. Desse modo, afigura-se prematuro o especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ainda que estes tenham sido opostos pela parte contrária. Nesse sentido, o Resp n. 706.998/RS, Relator Ministro César Asfor Rocha, DJ de 23/5/2005.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1447)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.717 - SP (2007/0212507-3)

AGRAVANTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: ELVIO HISPAGNOL E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CARLOS EDUARDO SCARDOVA E OUTRO
ADVOGADO	: ELIAS SANTOS REIS

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O apelo extremo é intempestivo.
A intimação do acórdão recorrido se deu em 01/06/2006 (quinta-feira), e o prazo recursal findou em 16/06/2006 (sexta-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 25/10/2006 (quarta-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato da Justiça do Estado, não prescinde da apresentação pelo recorrente de documento idôneo capaz de comprovar a prorrogação do prazo quando da interposição de seu recurso, sob pena de não-conhecimento.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1448)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.725 - RS (2007/0214475-2)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RONALDO DA CONCEIÇÃO
ADVOGADO	: MICHELLE SALOLO SILVA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
Nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial é cabível de decisão de última ou única instância. Desse modo, afigura-se prematuro o especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ainda que estes tenham sido opostos pela parte contrária. Nesse sentido, o Resp n. 706.998/RS, Relator Ministro César Asfor Rocha, DJ de 23/5/2005.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1449)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.736 - SP (2007/0213885-9)

AGRAVANTE	: ADILSON CARAMELLO
ADVOGADO	: ROBSON GIMENEZ MORDENTE
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CYNTHIA ALESSANDRA BOCHIO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ademais, o apelo excepcional tem como pressuposto de admissibilidade o exaurimento da instância ordinária.
Da leitura dos presentes autos depreende-se que o recurso especial foi interposto contra decisão monocrática (fls. 78/81), e não interpôs a parte recorrente o recurso cabível na origem. Aplicável, pois, o princípio contido na Súmula n. 281 do STF, que dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada*."
Nesse sentido, confira-se o AgRg no Ag nº 442.714-RJ, Relator Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 16/11/2004, Corte Especial.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1450)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.740 - RS (2007/0163922-2)

AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: VOLNIR CARDOSO ARAGÃO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RAUL EDUARDO FAUST E OUTROS
ADVOGADO	: LEONILDO LAUREANO CORRÊA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da procuração outorgada ao advogado subscritor das contra-razões do recurso especial, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1451)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.750 - MG (2007/0212296-5)

AGRAVANTE	: METALFUNDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: FERNANDO CÉSAR MORANDI
AGRAVADO	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: BRUNO RODRIGUES DE FARIA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1452)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.762 - SP (2007/0212220-8)

AGRAVANTE	: AÇOUGUE BARÃO DE AQUIRAS LTDA - MICROEMPRESA
ADVOGADO	: ANTÔNIO AMARAL
AGRAVADO	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: ALEXANDRE ROMERO DA MOTA
AGRAVADO	: COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE LTDA
ADVOGADO	: HUGO MESQUITA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da procuração outorgada pelo agravado Banco ABN Amro Real S/A ao respectivo advogado, Dr. Alexandre Romero da Mota, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Nos termos da reiterada jurisprudência desta Corte, é necessária a juntada das procurações outorgadas por todos os agravados. Nesse sentido, confira-se o AgRg no Ag nº 553871-GO, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ 03/10/2005, Quarta Turma.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1453)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.773 - RS (2007/0216304-0)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CARMEN FRANTZ ESTEVES
ADVOGADO	: CLAUDIO MACIEL BERTOLDI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
Nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial é cabível de decisão de última ou única instância. Desse modo, afigura-se prematuro o especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ainda que estes tenham sido opostos pela parte contrária. Nesse sentido, o Resp n. 706.998/RS, Relator Ministro César Asfor Rocha, DJ de 23/5/2005.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1454)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.783 - SP (2007/0212226-9)

AGRAVANTE	: ANDRÉA CARLA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: DANIEL FERNANDES GONÇALVES
AGRAVADO	: COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS CPTM
ADVOGADO	: LUCIANA PINHEIRO GONÇALVES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
Nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial é cabível de decisão de última ou única instância. Desse modo, afigura-se prematuro o especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ainda que estes tenham sido opostos pela parte contrária. Nesse sentido, o Resp n. 706.998/RS, Relator Ministro César Asfor Rocha, DJ de 23/5/2005.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1455)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.806 - PB (2007/0209719-9)

AGRAVANTE	: IVANETE MARTINS SILVA
ADVOGADO	: ROSENO DE LIMA SOUSA
AGRAVADO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: CAIO CESAR VIEIRA ROCHA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ademais, o apelo excepcional tem como pressuposto de admissibilidade o exaurimento da instância ordinária.
Da leitura dos presentes autos depreende-se que o recurso especial foi interposto contra decisão monocrática (fls. 14/18), e não interpôs a parte recorrente o recurso cabível na origem. Aplicável, pois, o princípio contido na Súmula n. 281 do STF, que dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada*."
Nesse sentido, confira-se o AgRg no Ag nº 442.714-RJ, Relator Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 16/11/2004, Corte Especial.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1456)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.815 - SE (2007/0209140-6)

AGRAVANTE	: EVÓDIA VIEIRA REZENDE
ADVOGADO	: GILBERTO VIEIRA LEITE NETO
AGRAVADO	: CÁSSIO ROBERTO REZENDE
ADVOGADO	: ANA ANGÉLICA COSTA ARAGÃO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão proferido em sede de embargos de declaração nem da respectiva certidão de intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1457)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.816 - AL (2007/0212410-3)

AGRAVANTE	: GILSON ALVES DE LIMA
ADVOGADO	: MARCELO VITORINO GALVÃO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IANA ALVIM DA SILVA
ADVOGADO	: PLÍNIO GOES FILHO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão recorrido, da certidão da sua respectiva intimação, da petição de interposição do recurso denegado, da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, da decisão agravada, da certidão da sua respectiva intimação nem da procuração outorgada ao advogado do agravado, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1458)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.831 - RS (2007/0216282-6)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOHN CARLOS GHISLENI
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
Nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial é cabível de decisão de última ou única instância. Desse modo, afigura-se prematuro o especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ainda que estes tenham sido opostos pela parte contrária. Nesse sentido, o Resp n. 706.998/RS, Relator Ministro César Asfor Rocha, DJ de 23/5/2005.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1459)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.833 - SP (2007/0211794-5)

AGRAVANTE	: DULCINÉIA OLIVEIRA FERRAZ
ADVOGADO	: JOSÉ ALEXANDRE BATISTA MAGINA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO	: ANALI PENTEADO BURATIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido nem da procuração outorgada ao(s) advogado(s) da parte agravada, peça considerada obrigatória, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1460)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.862 - PR (2007/0208973-2)

AGRAVANTE	: JOSÉ ANÉSIO ALVES E OUTRO
ADVOGADO	: RENATO ANDRADE
AGRAVADO	: EDVALDO DE SOUZA STRASSMANN
ADVOGADO	: JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES FORMIGONI

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Inexiste carimbo de protocolo na cópia do recurso especial. Sendo assim, não há como verificar a tempestividade do recurso, o que inviabiliza o presente agravo.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1461)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.867 - SP (2007/0208843-1)

AGRAVANTE	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: VERA LUCIA BENEDETTI DE ALBUQUERQUE
AGRAVADO	: LATICÍNIOS SUÍÇO HOLANDÊS LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: CLÁUDIA REGINA OLIVEIRA DE BARROS

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da procuração outorgada à advogada subscritora das contra-razões do recurso especial, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC. No caso, o(s) substabelecimento(s) (fls. 84), desacompanhado(s) da procuração originalmente outorgada ao(s) advogado(s) substabelecente(s), não subsiste(m) por si e também não supre(m) a exigência contida no artigo supra.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1462)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.872 - RS (2007/0215159-0)

AGRAVANTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: CLÁUDIO SCHAUN DE BITTENCOURT
AGRAVADO	: ELETRÔNICA RUBENS LTDA
ADVOGADO	: VICENTE MARCONDES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Os advogados subscritores do agravo de instrumento não contam com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1463)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.873 - RS (2007/0209724-0)

AGRAVANTE	: NAIR MARCELINO DE SOUZA E OUTRO
ADVOGADO	: JOSÉ CARLOS RIBEIRO GARCIA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TACIANA ROZA
ADVOGADO	: BÁRBARA BENNEMANN

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Da leitura dos presentes autos depreende-se que o recurso especial foi interposto contra decisão proferida por Turma Recursal de Juizados Especiais. Aplicável, pois, o princípio contido na Súmula n. 203 desta Casa, que dispõe: "*Não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais*".
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1464)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.884 - RS (2007/0216242-2)

AGRAVANTE	: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A - BANRISUL
ADVOGADO	: ANA PAULA LEAL SBARDELOTTO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CENTRO ESPORTIVO ANTOINEXUPERY LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: FERNANDA NEDEL SCALZILLI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da procuração outorgada à advogada subscritora das contra-razões do recurso especial, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1465)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.885 - RJ (2007/0212079-2)

AGRAVANTE	: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESCRITÓRIO DAS EMPRESAS E AGÊNCIAS DE NAVEGAÇÃO PROCURADORIAS DE SERVIÇOS MARÍTIMOS ASSOCIADOS DE ARMADORES E ATIVIDADES
ADVOGADO	: EDUARDO SABOIA MONTE
AGRAVADO	: ANTÔNIO EDUARDO DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: CLÁUDIO ROBERTO VIANNA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição de interposição do recurso denegado, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1466)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.889 - SP (2007/0212234-6)

AGRAVANTE	: MARCELO JOSÉ TELLES PONTON
ADVOGADO	: ADRIANA PADOVANI TAVOLARO SALEK
AGRAVADO	: JOSÉ PIRES
ADVOGADO	: EMERSON PIRES

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento ao recurso especial.
O apelo extremo é intempestivo.
A intimação do acórdão recorrido se deu em 07/03/2007 (quarta-feira), e o prazo recursal findou em 22/03/2007 (quinta-feira). A petição, todavia, só foi protocolada na secretaria do Tribunal de Origem em 03/04/2007 (terça-feira), fora do prazo legal.
O sistema de protocolo integrado não se aplica aos recursos dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça (Súmula n. 256-STJ).
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1467)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.921 - RS (2007/0212753-7)

AGRAVANTE	: BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A
ADVOGADO	: CARLA BONETTI DE ANDRADE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RUDINEI SEBBEN
ADVOGADO	: ROBESPIERRE FERRAZZA TRINDADE

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
A advogada subscritora do agravo de instrumento não conta com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato. No caso, o substabelecimento (fls. 19), desacompanhado da procuração originalmente outorgada ao(s) advogado(s) substabelecente(s), não subsiste por si e também não supre a exigência contida no artigo 544, § 1º, do CPC.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1468)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.933 - SE (2007/0208725-5)

AGRAVANTE	: ELIAS GUTIERRES JÚNIOR
ADVOGADO	: DOUGLAS ALESSANDRO FARIA DE ANDRADE
AGRAVADO	: TAM LINHAS AÉREAS S/A
ADVOGADO	: CLEZE MARIA ALMEIDA CARDOSO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição nem da procuração outorgada ao advogado do agravado, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1469)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.935 - SP (2007/0214565-0)

AGRAVANTE	: DELTA AUDITORES ASSOCIADOS S/C LTDA
ADVOGADO	: LUIZ DE ANDRADE SHINCKAR
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão recorrido, da certidão da sua respectiva intimação, da petição de interposição do recurso denegado, da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, da decisão agravada nem da certidão da sua respectiva intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1470)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.944 - BA (2007/0211995-3)

AGRAVANTE	: SALVADOR PRAIA HOTEL S/A
ADVOGADO	: JOSÉ EDUARDO FERREIRA DA SILVA
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE SALVADOR
ADVOGADO	: GIOCONNDA LADEIA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1471)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.947 - SC (2007/0216858-3)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: ADRIANO DOMINGOS STENZOSKI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IZAQUE GOES
ADVOGADO	: IZAQUE GOES (EM CAUSA PRÓPRIA)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão recorrido, da certidão da respectiva intimação nem da certidão de intimação da decisão agravada, peça(s) considerada(s) obrigatória(s), **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1472)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.948 - SE (2007/0208713-0)

AGRAVANTE	: FIAT ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA
ADVOGADO	: TATIANE DANTAS DAMASCENO DE ARAÚJO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANA CRISTINA C SARMENTO MENEZES
ADVOGADO	: ANA CRISTINA CARLOS SARMENTO MENESES (EM CAUSA PRÓPRIA)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido, da petição de interposição do recurso denegado nem da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1473)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.949 - SP (2007/0212540-4)

AGRAVANTE	: SERTU TRANSPORTES RODOVIÁRIOS E ARMAZENAMENTO LTDA
ADVOGADO	: MARCELLO BACCI DE MELO
AGRAVADO	: CARRETEIRO REVENDEDOR DE PETRÓLEO E DERIVADOS LTDA
ADVOGADO	: VALTER DE OLIVEIRA PRATES

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição de interposição do recurso denegado nem da decisão agravada, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1474)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.950 - MG (2007/0213824-1)

AGRAVANTE	: AFONSO DE LIGORIO GONZAGA
ADVOGADO	: ANTÔNIO ROMUALDO ROCHA RIBEIRO
AGRAVADO	: ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO	: ORLANDO FERREIRA BARBOSA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O advogado subscritor do agravo de instrumento não conta com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ademais, não consta dos autos cópia do acórdão recorrido, da certidão da respectiva intimação, da petição do recurso denegado, da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, da decisão agravada nem da certidão da respectiva intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1475)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.952 - MG (2007/0212396-3)

AGRAVANTE	: AUTO ORIENTE LTDA
ADVOGADO	: MARTHA LÚCIA FARIA CARNEIRO
AGRAVADO	: ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO	: CARLOS VICTOR MUZZI FILHO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1476)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.953 - SC (2007/0216709-2)

AGRAVANTE	: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A CELESC
ADVOGADO	: FÁBIO VALENTIM DA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GERMANO MACIEL
ADVOGADO	: ADIR JOÃO COSTA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão proferido em sede de embargos infringentes nem da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1477)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.954 - SP (2007/0212565-5)

AGRAVANTE	: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO	: RAUL FERNANDO SILVA DE LEMOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MAIRA DE SOUZA COSTA OLAVIO
ADVOGADO	: ANTONIO DE OLIVEIRA BRAGA FILHO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1478)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.957 - SP (2007/0214194-8)

AGRAVANTE	: COMPANHIA CONSTRUTORA E INCORPORADORA AGUIRRE LTDA
ADVOGADO	: ANA CAROLINA TEIXEIRA PINTO
AGRAVADO	: HENRIETTE ABRAMIDES BUCARETHI
ADVOGADO	: MARÍLIA DE CASTRO VALENTE

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
A advogada subscritora do agravo de instrumento não conta com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1479)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.959 - SP (2007/0213811-5)

AGRAVANTE	: BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A BANCOOB
ADVOGADO	: JOSÉ EDUARDO GIBELLO PASTORE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANDERSON SOUZA DAURA
ADVOGADA	: DÉBORAH MARIANNA CAVALLO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Da leitura dos presentes autos depreende-se que o recurso especial foi interposto contra decisão proferida por Turma Recursal de Juizados Especiais. Aplicável, pois, o princípio contido na Súmula n. 203 desta Casa, que dispõe: "*Não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais*".
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1480)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.960 - SP (2007/0211685-8)

AGRAVANTE	: BANCO SANTANDER BANESPA S/A
ADVOGADO	: MARINA BERTOLUCCI HILÁRIO E SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NILSON PIRES
ADVOGADO	: FELIPE RODRIGUES DE ABREU E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da procuração outorgada ao advogado da parte agravada, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1481)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.963 - RS (2007/0215338-3)

AGRAVANTE	: CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE PORTO ALEGRE - CD
ADVOGADO	: ADRIA WENNEKER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: REGINA WALESKA DE TARSO ALMEIRA
ADVOGADO	: CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS GOMES

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
Nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial é cabível de decisão de última ou única instância. Desse modo, afigura-se prematuro o especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ainda que estes tenham sido opostos pela parte contrária. Nesse sentido, o Resp n. 706.998/RS, Relator Ministro César Asfor Rocha, DJ de 23/5/2005.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1482)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.967 - RS (2007/0216223-2)

AGRAVANTE	: AMILTON MACHADO DE VARGAS
ADVOGADO	: MAÍRA MICHELENA ANDRADE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO FININVEST S/A
ADVOGADO	: DENISE COLLAT BENTO E OUTRO(S)
INTERES.	: COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA S/A

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
O apelo excepcional tem como pressuposto de admissibilidade o exaurimento da instância ordinária.
Da leitura dos presentes autos depreende-se que o recurso especial foi interposto contra decisão monocrática (fls. 09/10), e não interpôs a parte recorrente o recurso cabível na origem. Aplicável, pois, o princípio contido na Súmula n. 281 do STF, que dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada*."
Nesse sentido, confira-se o AgRg no Ag nº 442.714-RJ, Relator Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 16/11/2004, Corte Especial.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1483)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.968 - SE (2007/0213750-9)

AGRAVANTE	: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS AGENCIAS DE VIAGENS DO ESTADO DE SERGIPE
ADVOGADO	: JOSÉ AUGUSTO COSTA SOBRINHO
AGRAVADO	: GOL TRANSPORTES AEREOS S/A
ADVOGADO	: GIOVANNI ETTORE NANNI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O apelo excepcional tem como pressuposto de admissibilidade o exaurimento da instância ordinária.
Da leitura dos presentes autos depreende-se que o recurso especial foi interposto contra decisão monocrática (fls. 126/127), e não interpôs a parte recorrente o recurso cabível na origem. Aplicável, pois, o princípio contido na Súmula n. 281 do STF, que dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada*."
Nesse sentido, confira-se o AgRg no Ag nº 442.714-RJ, Relator Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 16/11/2004, Corte Especial.
Ademais, não consta dos autos cópia da procuração outorgada à(s) advogada(s) subscritora(s) das contra-razões, peça(s) considerada(s) obrigatória(s), **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1484)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.972 - PB (2007/0210132-0)

AGRAVANTE	: ANTÔNIO CÂNDIDO RIBEIRO
ADVOGADO	: ROSENO DE LIMA SOUSA
AGRAVADO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: CAIO CESAR VIEIRA ROCHA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão recorrido, do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, da petição de interposição do recurso denegado nem da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1485)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.977 - RJ (2007/0209335-0)

AGRAVANTE	: DALVA DE OLIVEIRA LOPES
ADVOGADO	: PEDRO ROBERTO CUNHA E SILVA FILHO
AGRAVADO	: JOSÉ ARAÚJO FILHO
ADVOGADO	: ELOIR ESTEVES

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, da certidão da respectiva intimação nem do inteiro teor das contra-razões do recurso especial, peça(s) considerada(s) obrigatória(s), **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1486)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.983 - DF (2007/0212171-6)

AGRAVANTE	: W B L
ADVOGADO	: KLEBER DE SOUSA GOUVEIA
AGRAVADO	: A DOS S L
REPR. POR	: M DA G DOS S

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O carimbo de protocolo da cópia do recurso especial encontra-se ilegível. Sendo assim, não há como verificar a tempestividade do recurso, o que inviabiliza o presente agravo.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1487)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.985 - RS (2007/0214549-5)

AGRAVANTE	: INGO DANIEL KUHN
ADVOGADO	: DENISE FIALHO DELL AGOSTINI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARTIN SIMON
ADVOGADO	: ALEXANDRE SCHLEE GOMES

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Da leitura dos presentes autos depreende-se que o recurso especial foi interposto contra decisão proferida por Turma Recursal de Juizados Especiais. Aplicável, pois, o princípio contido na Súmula n. 203 desta Casa, que dispõe: "*Não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais*".
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1488)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.986 - RJ (2007/0211545-6)

AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE NILÓPOLIS
PROCURADOR	: MAGNA ALVARENGA DALLIA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOÃO MOREIRA CARVALHO
ADVOGADO	: LOREN DA PENHA DE FIGUEIREDO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão recorrido, da certidão da sua respectiva intimação, da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição nem da decisão agravada, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1489)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.990 - PB (2007/0209128-9)

AGRAVANTE	: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL LOUISVILLE
ADVOGADO	: ARIEL DE FARIAS FILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA ZULEIDE DA COSTA PEREIRA
ADVOGADO	: JOSÉLIO JAIRO VIEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que, em sede de ação rescisória, inadmitiu o recurso de apelação.
As hipóteses de cabimento do agravo de instrumento para esta Corte estão adstritas aos arts. 544 e 539, parágrafo único, ambos do CPC. O primeiro objetiva dar seguimento a recurso especial interposto cujo trânsito fora obstado; o segundo é cabível de decisões interlocutórias proferidas por juiz federal nas "*causas em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País*" (art. 539, II, "b", do CPC).
Não restando configurada, **in casu,** nenhuma das situações supramencionadas, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1490)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.993 - RJ (2007/0216908-7)

AGRAVANTE	: J P ELIA ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA
ADVOGADO	: CARLOS EDUARDO ELIA
AGRAVADO	: ALLAN CRISTIANO RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO	: TATIANA VIANA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O apelo excepcional tem como pressuposto de admissibilidade o exaurimento da instância ordinária.
Da leitura dos presentes autos depreende-se que o recurso especial foi interposto contra decisão monocrática (fls. 23/26), e não interpôs a parte recorrente o recurso cabível na origem. Aplicável, pois, o princípio contido na Súmula n. 281 do STF, que dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada*."
Nesse sentido, confira-se o AgRg no Ag nº 442.714-RJ, Relator Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 16/11/2004, Corte Especial.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1491)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.994 - RS (2007/0215382-7)

AGRAVANTE	: OBRANORTE ADMINISTRACAO E CONSTRUCOES LTDA
ADVOGADO	: EDUARDO BRIDI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARFIN-ASSU INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA
ADVOGADO	: GILBERTO LEMOS DO NASCIMENTO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da procuração outorgada ao advogado subscritor das contra-razões do recurso especial, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1492)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.996 - SP (2007/0209481-6)

AGRAVANTE	: MÁRIO HERNAN SUAREZ CASTEDO
ADVOGADO	: VERA LÚCIA AGLIARDI SAITO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ROTARY CLUB DE MOGI GUAÇU DISTRITO QUATRO MIL QUINHENTOS E NOVENTA
ADVOGADO	: SANDRA DE FÁTIMA FARIA PAIVA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não há como verificar a tempestividade do presente recurso, uma vez que não consta a data na cópia da certidão de publicação da decisão agravada (fl. 157).
É ônus do agravante zelar pela correta formação do agravo.
Nesse sentido, confira-se o AgRg no Ag 460.678-RJ, Relatora Ministra Nancy Andrighi, DJ de 11/11/2002, Terceira Turma.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1493)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.997 - RJ (2007/0215518-8)

AGRAVANTE	: OSWALDO GONÇALVES DE CARVALHO
ADVOGADO	: OSWALDO GONÇALVES DE CARVALHO
AGRAVADO	: CELIA DA SILVA MARTINS
ADVOGADO	: AMÉRICO DA SILVA COSTA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do inteiro teor do acórdão recorrido nem da certidão da respectiva intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC. Ressalte-se que a jurisprudência desta Corte entende por inteiro teor do acórdão: relatório, voto, voto-vencido (se houver), ementa e sua respectiva certidão de julgamento.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1494)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.005 - SP (2007/0214170-9)

AGRAVANTE	: AUTO POSTO CONFIANTE LTDA
ADVOGADO	: LUIZ EDUARDO ZANCA
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: JAQUES BUSHATSKY E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O advogado subscritor do agravo de instrumento não conta com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1495)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.017 - RJ (2007/0217029-4)

AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO	: HELOISA CYRILLO SOLBERG - DEFENSOR PÚBLICO
AGRAVADO	: S/A ICOMAP INDÚSTRIA E COMÉRCIO
ADVOGADO	: LUIZ CARLOS FERNANDES AREIAS

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da procuração outorgada ao advogado da parte agravada, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1496)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.058 - SP (2007/0209392-0)

AGRAVANTE	: RAFAEL BORBA DA CRUZ
ADVOGADO	: SÉRGIO RICARDO FONTOURA MARIN
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MARIA BEATRIZ DE BIAGI BARROS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O(s) advogado(s) subscritor(es) do agravo de instrumento não conta(m) com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ademais, não consta dos autos cópia do acórdão recorrido, da certidão da respectiva intimação, da petição do recurso denegado, da petição das contra-razões ou certidão de sua não-interposição, da decisão agravada nem da certidão da respectiva intimação, peça(s) considerada(s) obrigatória(s), **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1497)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.069 - SP (2007/0208794-0)

AGRAVANTE	: BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: LUIZ ANTÔNIO BARBOSA FRANCO
AGRAVADO	: ALICE MARIA BARBOSA GONÇALVES
ADVOGADO	: ROBSON OMARA DE ASSIS

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido, da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, da decisão agravada nem da certidão da respectiva intimação, peça(s) considerada(s) obrigatória(s), **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1498)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.073 - RR (2007/0216823-1)

AGRAVANTE	: LUIZ EDUARDO SILVA DE CASTILHO
ADVOGADO	: NEUZA MARIA VELASCO OLIVEIRA DE CASTILHO
AGRAVADO	: JOSÉ GOMES DA COSTA
ADVOGADO	: IRENE DIAS NOGUEIRA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão recorrido, da certidão da respectiva intimação nem da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peça(s) considerada(s) obrigatória(s), **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1499)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.074 - PR (2007/0192058-4)

AGRAVANTE	: MARLI XAVIER DE OLIVEIRA E OUTRO
ADVOGADO	: REGIS LUIS JACQUES BOHRER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADO	: MARIA AUGUSTA CORRÊA LOBO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MICHELE DE SOUZA GARCIA
ADVOGADO	: JOSSAN BATISTUTE E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Da leitura dos presentes autos depreende-se que o recurso especial foi interposto contra decisão proferida por Turma Recursal de Juizados Especiais. Aplicável, pois, o princípio contido na Súmula n. 203 desta Casa, que dispõe: "*Não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais*".
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1500)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.076 - RJ (2007/0185651-6)

AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MARCELO VASCONCELLOS ROALE ANTUNES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FRANCI HELFREICH CARVALHO PINTO E OUTRO
ADVOGADO	: JOSEVALDA SILVA DIAS

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939967**
Índice **(1285)**

(1501)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.079 - BA (2007/0216405-0)

AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE JACOBINA
PROCURADOR	: JOSÉ SOUZA PIRES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MÁRCIA PEREIRA DE CASTRO
ADVOGADO	: LUIZ AUGUSTO DANTAS MARTINS

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão recorrido nem da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peça(s) considerada(s) obrigatória(s), **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ademais, o carimbo de protocolo da cópia do recurso especial encontra-se ilegível. Sendo assim, não há como verificar a tempestividade do recurso, o que inviabiliza o presente agravo.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1502)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.084 - MA (2007/0212445-5)

AGRAVANTE	: COMPANHIA VALE DO RIO DOCE
ADVOGADO	: CHRISTIANA VILLAS BOAS SANTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MAGNO CÉSAR SANTOS LEITE
ADVOGADO	: JOSÉ CARLOS TAVARES DURANS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1503)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.085 - PE (2007/0212354-6)

AGRAVANTE	: MANOEL MESSIAS PADILHA DE CARVALHO E OUTROS
ADVOGADO	: ADOLFO PAIVA MOURY FERNANDES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR	: EMMANUEL BECKER TORRES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O presente agravo é intempestivo.
A intimação da decisão agravada se deu em 16/06/2007 (sábado), e o prazo recursal findou em 28/06/2007 (quinta-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 03/07/2007 (terça-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato da Justiça do Estado, não prescinde da apresentação pelo recorrente de documento idôneo capaz de comprovar a prorrogação do prazo quando da interposição de seu recurso, sob pena de não-conhecimento.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1504)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.097 - SP (2007/0210018-0)

AGRAVANTE	: BANCO SANTANDER BANESPA S/A
ADVOGADO	: CELSO DE FARIA MONTEIRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CERFIX CONSTRUTORA LTDA
ADVOGADO	: SANDRA MARIA MADEIRA NEVES PIVA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O apelo extremo é intempestivo.
A intimação do acórdão recorrido se deu em 27/10/2006 (sexta-feira), e o prazo recursal findou em 13/11/2006 (segunda-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 14/11/2006 (terça-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato da Justiça do Estado, não prescinde da apresentação pelo recorrente de documento idôneo capaz de comprovar a prorrogação do prazo quando da interposição de seu recurso, sob pena de não-conhecimento.
Ademais, não consta dos autos cópia das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peça(s) considerada(s) obrigatória(s), **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1505)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.099 - PE (2007/0212158-7)

AGRAVANTE	: MÁRIO GIL RODRIGUES NETO
ADVOGADO	: MÁRIO GIL RODRIGUES NETO
AGRAVADO	: SELMA LUNDGREN LIOYD E OUTRO
ADVOGADO	: SEVERINO DA COSTA GOMES NETO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1506)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.100 - BA (2007/0216418-7)

AGRAVANTE	: POUSADA E RESTAURANTE RAIZES DO SERTÃO
ADVOGADO	: NILSON JOSÉ PINTO
AGRAVADO	: DENISE CARMEN OLIVEIRA
ADVOGADO	: LÍGIA DE SANTANA REIS

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão recorrido nem da certidão da respectiva intimação, peça(s) considerada(s) obrigatória(s), **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1507)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.128 - SP (2007/0208790-2)

AGRAVANTE	: LUÍS ROBERTO PARDO
ADVOGADO	: ALEXANDRE PAULICHI CHIOVITTI
AGRAVADO	: CARLOS CHMEREL GRAICER
ADVOGADO	: FRANCISCO ÂNGELO CARBONE SOBRINHO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Da leitura dos presentes autos, depreende-se que o apelo extremo é intempestivo.
A intimação do acórdão recorrido se deu em 27/10/2005 (quinta-feira), e prazo recursal findou em 16/11/2005 (quarta-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 10/02/2006 (sexta-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a interposição de recurso incabível, como no caso dos embargos de declaração intempestivos, não suspende ou interrompe o prazo para apresentação do recurso próprio. Nesse sentido, confira-se o AgRg no Ag nº 797.624, Relator Ministro Humberto Gomes de Barros, DJ de 18/12/2006, Terceira Turma.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1508)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.151 - MG (2007/0212513-7)

AGRAVANTE	: CLEUZA RIBEIRO DE BRITO
ADVOGADO	: ALEXANDRA KARLA MENDES
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE IPATINGA
ADVOGADO	: CAMILA DRUMOND ANDRADE E OUTRO(S)

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947524**
Índice **(1356)**

(1509)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.167 - GO (2007/0214190-0)

AGRAVANTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: DANILO DI REZENDE BERNARDES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOÃO CARLOS CLAY DE ANDRADE
ADVOGADO	: AROLDO TEIXEIRA ROCHA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da procuração outorgada ao advogado da parte agravada, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC. No caso, os substabelecimentos (fls. 76 e 102), desacompanhados da procuração originalmente outorgada ao advogado substabelecente, não subsistem por si e também não suprem a exigência contida no mencionado artigo.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1510)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.170 - PE (2007/0212358-3)

AGRAVANTE	: ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR	: RENATA FLÁVIA BRAGA CHAVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: OLINDINA NUNES CÉSAR E OUTROS
ADVOGADO	: DANIELLA DUQUE PORTO MAIA

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947524**
Índice **(1356)**

(1511)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.172 - RJ (2007/0216446-6)

AGRAVANTE	: VIA RÁPIDA EXPRESS LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: ERCIO DE ANDRADE BRAGA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO AMÉRICA MALL
ADVOGADO	: JOSÉ ÂNGELO JUNIOR

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 945962**
Índice **(1299)**

(1512)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.183 - BA (2007/0211992-8)

AGRAVANTE	: EDVALDO LIMA E OUTROS
ADVOGADO	: MARIA LUIZA NEVES NUNES
AGRAVADO	: MARIA AMÉLIA SOARES DA CUNHA
ADVOGADO	: GILDÁSIO RODRIGUES ALVES

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O apelo extremo é intempestivo.
A intimação do acórdão recorrido se deu em 23/02/2006 (quinta-feira), e o prazo recursal findou em 10/03/2006 (sexta-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 15/03/2006 (quinta-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato da Justiça do Estado, não prescinde da apresentação pelo recorrente de documento idôneo capaz de comprovar a prorrogação do prazo quando da interposição de seu recurso, sob pena de não-conhecimento.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1513)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.195 - SC (2007/0213529-6)

AGRAVANTE	: GIESE INDÚSTRIA DE BRINQUEDOS E INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA
ADVOGADO	: CAMBISES JOSÉ MARTINS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: MILTON BACCIN E OUTRO(S)

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942498**
Índice **(1291)**

(1514)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.201 - SP (2007/0234410-0)

AGRAVANTE	: CIVIL ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA - MASSA FALIDA
REPR. POR	: AGUIDA NAZARETH MACARIO BAIRD - SÍNDICO
ADVOGADO	: EVANILDE ALMEIDA COSTA ARAYA
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE MINEIROS DO TIETÊ
ADVOGADO	: PAULO CÉZAR RISSO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que, em sede de seqüestro em execução contra a Fazenda Pública, determinou o refazimento dos cálculos e entendeu ser estranha àqueles autos a discussão sobre honorários.
As hipóteses de cabimento do agravo de instrumento para esta Corte estão adstritas aos arts. 544 e 539, parágrafo único, ambos do CPC. O primeiro objetiva dar seguimento a recurso especial interposto cujo trânsito fora obstado; o segundo é cabível de decisões interlocutórias proferidas por juiz federal nas *"causas em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País"* (art. 539, II, "b", do CPC).
Não restando configurada, **in casu,** nenhuma das situações supramencionadas, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1515)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.203 - SE (2007/0213691-6)

AGRAVANTE	: MILK LIFE S/A PRODUTOS LACTEOS
ADVOGADO	: GILBERTO VIEIRA LEITE NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ELIAS DIAS DOS SANTOS
ADVOGADO	: CLÁUDIO MAYNART RABELO E OUTRO(S)

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 915630**
Índice **(1253)**

(1516)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.278 - RS (2007/0213585-4)

AGRAVANTE	: PEDRO NELSON BICKEL LAHM
ADVOGADO	: MÁRCIA VIDI BONORINO
AGRAVADO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão recorrido, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1517)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.305 - SC (2007/0216842-1)

AGRAVANTE	: MOACIR NAZARENO VIEIRA
ADVOGADO	: ANTÔNIO FERNANDO BERNARDES
AGRAVADO	: BANCO GENERAL MOTORS S/A
ADVOGADO	: FELIPE NEVES LINHARES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O apelo excepcional tem como pressuposto de admissibilidade o exaurimento da instância ordinária.
Da leitura dos presentes autos depreende-se que o recurso especial foi interposto contra decisão monocrática (fls. 12/16), e não interpôs a parte recorrente o recurso cabível na origem. Aplicável, pois, o princípio contido na Súmula n. 281 do STF, que dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada*."
Nesse sentido, confira-se o AgRg no Ag nº 442.714-RJ, Relator Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 16/11/2004, Corte Especial.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1518)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.328 - SC (2007/0216683-0)

AGRAVANTE	: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A CELESC
ADVOGADO	: OTÁVIO LUIZ FERNANDES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ROBERTO BECKER
ADVOGADO	: HERON BINI DA FROTA JUNIOR E OUTRO(S)

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 945962**
Índice **(1299)**

(1519)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.331 - RS (2007/0216747-2)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: MÔNICA GOES DE ANDRADE MENDES DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PEDRO RICARDO WALTER E OUTROS
ADVOGADO	: CLAITON ROLL

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
Nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial é cabível de decisão de última ou única instância. Desse modo, afigura-se prematuro o especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ainda que estes tenham sido opostos pela parte contrária. Nesse sentido, o Resp n. 706.998/RS, Relator Ministro César Asfor Rocha, DJ de 23/5/2005.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1520)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.349 - SP (2007/0214842-7)

AGRAVANTE	: ARIANE DA SILVA THEODORO
ADVOGADO	: CYNTHIA CRISTINA DA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MARCELO MARTIN COSTA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1521)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.371 - SP (2007/0209115-2)

AGRAVANTE	: BANCO SANTANDER BRASIL S/A E OUTRO
ADVOGADO	: FERNANDA ZUCARE
AGRAVADO	: ISA TEIXEIRA RIBEIRO
ADVOGADO	: LÍLIAN TEIXEIRA RIBEIRO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
A advogada subscritora do agravo de instrumento não conta com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato. No caso, o substabelecimento (fls. 105), desacompanhado da procuração originalmente outorgada ao(s) advogado(s) substabelecente(s), não subsiste por si e também não supre a exigência contida no artigo 544, § 1º, do CPC.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ademais, o presente agravo é intempestivo.
A intimação da decisão agravada se deu em 22/05/2007 (terça-feira), e o prazo recursal findou em 01/06/2007 (sexta-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 04/06/2007 (segunda-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato da Justiça do Estado, não prescinde da apresentação pelo recorrente de documento idôneo capaz de comprovar a prorrogação do prazo quando da interposição de seu recurso, sob pena de não-conhecimento.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1522)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.406 - PE (2007/0215593-6)

AGRAVANTE	: CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO	: MANUELA MOTTA MOURA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VALDECY SANTANA DE ARAÚJO E OUTROS
ADVOGADO	: DANIELLE TORRES SILVA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão proferido em sede de embargos de declaração nem da respectiva certidão de intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1523)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.433 - BA (2007/0211993-0)

AGRAVANTE	: SALVADOR PRAIA HOTEL S/A
ADVOGADO	: JOSÉ EDUARDO FERREIRA DA SILVA
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE SALVADOR
ADVOGADO	: DAVID BELLAS CÂMARA BITTENCOURT

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração nem das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peça(s) considerada(s) obrigatória(s), **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1524)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.447 - PR (2007/0215612-5)

AGRAVANTE	: SINDICATO RURAL DE NOVA ESPERANÇA
ADVOGADO	: ROOSEVELT MAURÍCIO PEREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO CENTRAL DO BRASIL
PROCURADOR	: FRANCISCO SIQUEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: ALISSON DOS SANTOS CAPPELLARI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não há como verificar a tempestividade do presente recurso, uma vez que não consta a data na cópia da certidão de publicação da decisão agravada (fl. 388).
É ônus do agravante zelar pela correta formação do agravo.
Nesse sentido, confira-se o AgRg no Ag 460.678-RJ, Relatora Ministra Nancy Andrighi, DJ de 11/11/2002, Terceira Turma.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1525)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.453 - SP (2007/0215717-2)

AGRAVANTE	: FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO	: CHRISTIANE PINGITORE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANA MARIA GATTAS ROSA
ADVOGADO	: ALUIZO FERREIRA DE ALMEIDA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da procuração outorgada ao(s) advogado(s) da parte agravada, peça(s) considerada(s) obrigatória(s), **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
No caso, o substabelecimento (fl. 33), desacompanhado da procuração originalmente outorgada ao advogado substabelecente, não subsiste por si e também não supre a exigência contida no artigo supra.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1526)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.467 - SP (2007/0234426-2)

AGRAVANTE	: LUIZ ANTÔNIO LOYOLA
ADVOGADO	: LUIZ ANTÔNIO LOYOLA (EM CAUSA PRÓPRIA)
AGRAVADO	: JOSÉ FERREIRA BOUCINHA NETO
ADVOGADO	: PAULO ALVES ESTEVES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
O processamento do agravo de instrumento interposto contra decisão denegatória de seguimento a recurso especial segue a regra prevista no § 2º do art. 544 do CPC e no art. 1º da Resolução n. 1/1996 do STJ, devendo a petição recursal ser apresentada perante a Presidência do Tribunal de origem. Incabível, pois, sua protocolização diretamente nesta Corte. Nesse sentido, confiram-se: AgRg n. 708.505/RJ, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 5/12/2005; Ag n. 739.349/RJ, Relator Ministro Luiz Fux, DJ de 15/8/2006, entre outros.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1527)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.473 - SP (2007/0219570-8)

AGRAVANTE	: CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO CBPM
PROCURADOR	: MÁRCIA AKIKO GUSHIKEN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GILBERTO TRANCOLIN E OUTROS
ADVOGADO	: WILSON MANFRINATO JÚNIOR E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, da certidão da respectiva intimação nem da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1528)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.478 - SC (2007/0209809-6)

AGRAVANTE	: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO	: CLEUZA VIANA DA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HELEODORO LEANDRO FILHO
ADVOGADO	: EDVINO HÜBER
INTERES.	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: MILTON BACCIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1529)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.492 - PR (2007/0204396-1)

RECORRENTE	: GILCA ALVES WAINSTEIN
ADVOGADO	: CARLOS ROBERTO FERREIRA BARBOSA MOREIRA
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do inteiro teor do acórdão recorrido, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC. Ressalte-se que a jurisprudência desta Corte entende por inteiro teor do acórdão: relatório, voto, voto-vencido (se houver), ementa e sua respectiva certidão de julgamento.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1530)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.497 - SP (2007/0210240-5)

AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE ITAJOBI
ADVOGADO	: EUSEBIO ROGÉRIO NETO
AGRAVADO	: JOSÉ LAÉRCIO JORGE FERREIRA E OUTRO
ADVOGADO	: JOÃO BATISTA FLORIANO ZACHI E OUTRO(S)

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939967**
Índice **(1285)**

(1531)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.526 - SC (2007/0216846-9)

AGRAVANTE	: NILVIO LINO DA SILVA - ESPÓLIO
ADVOGADO	: CAMBISES JOSÉ MARTINS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANILTON ORTHMANN E OUTRO
ADVOGADO	: NILO MARCOS ANDRADE

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1532)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.535 - SP (2007/0208377-0)

AGRAVANTE	: SERASA S/A
ADVOGADO	: MÍRIAM PERON PEREIRA CURIATI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LUÍS CARLOS FERREIRA DOS SANTOS ARARAQUARA - MICROEMPRESA
ADVOGADO	: LEONEL CARLOS VIRUEL
INTERES.	: BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - BANESPA
ADVOGADO	: JOÃO BATISTA LUNARDI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O apelo extremo é intempestivo.
A intimação do acórdão recorrido se deu em 04/10/2006 (quarta-feira), e o prazo recursal findou em 19/10/2006 (quinta-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 06/11/2006 (segunda-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato da Justiça do Estado, não prescinde da apresentação pelo recorrente de documento idôneo capaz de comprovar a prorrogação do prazo quando da interposição de seu recurso, sob pena de não-conhecimento.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1533)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.540 - PA (2007/0209190-0)

AGRAVANTE	: ESTADO DO PARÁ
PROCURADOR	: APARECIDA YACY DAS NEVES PINTO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JORGE ANTÔNIO RODRIGUES NEPOMUCENO
ADVOGADO	: LUIS CARLOS DO NASCIMENTO RODRIGUES

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O apelo extremo é intempestivo.
A intimação do acórdão recorrido se deu em 03/11/2006 (sexta-feira), e o prazo recursal findou em 05/12/2006 (terça-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 15/12/2006 (sexta-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato da Justiça do Estado, não prescinde da apresentação pelo recorrente de documento idôneo capaz de comprovar a prorrogação do prazo quando da interposição de seu recurso, sob pena de não-conhecimento.
Ademais, não consta dos autos cópia da procuração outorgada ao advogado subscritor das contra-razões do recurso especial, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1534)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.545 - SP (2007/0211669-3)

AGRAVANTE	: BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - BANESPA
ADVOGADO	: RODRIGO FERREIRA RIBEIRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PAULO HENRIQUE GUIMARÃES E OUTROS
ADVOGADO	: CARLOS ALBERTO DE SANTANA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão proferido em sede de embargos de declaração nem da respectiva certidão de intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1535)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.559 - MG (2007/0212399-9)

AGRAVANTE	: PADARIA MERCEARIA PINGO MEL LTDA
ADVOGADO	: MARIA LÍDIA FRANCO RENNÓ GOMES
AGRAVADO	: COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS CEMIG
ADVOGADO	: GERALDO AFONSO SANT'ANNA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do inteiro teor do acórdão recorrido nem da procuração outorgada ao advogado da parte agravada, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC. Ressalte-se que a jurisprudência desta Corte entende por inteiro teor do acórdão: relatório, voto, voto-vencido (se houver), ementa e sua respectiva certidão de julgamento.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1536)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.566 - RS (2007/0212285-2)

AGRAVANTE	: LENIR DA GRACA HOBERREK MACAGNAN
ADVOGADO	: MARIO ABILIO JAEGER NETO
AGRAVADO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração nem da decisão agravada, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1537)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.574 - SP (2007/0213891-2)

AGRAVANTE	: RECIMESA PRODUTOS SIDERÚRGICOS LTDA
ADVOGADO	: MARCELO DA SILVA PRADO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARLY MILOCA DA CAMARA GOUVEIA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, da decisão agravada nem da certidão da respectiva intimação, peça(s) considerada(s) obrigatória(s), **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1538)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.578 - BA (2007/0212333-2)

AGRAVANTE	: HOSPITAL DA SAGRADA FAMÍLIA
ADVOGADO	: JOSÉ GOMES DE OLIVEIRA
AGRAVADO	: TÂNIA RIBEIRO LOMANTO
ADVOGADO	: OSVALDO MIGUEL DA SILVA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição de interposição do recurso denegado, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1539)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.591 - GO (2007/0215908-0)

AGRAVANTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: ALUIZIO NEY DE MAGALHÃES AYRES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JULIANA CAMPOS CARNEIRO DA SILVA
ADVOGADO	: BONIVAL TALVANE FRAZÃO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O apelo extremo é intempestivo.
A intimação do acórdão recorrido se deu em 09/05/2007 (quarta-feira), e o prazo recursal findou em 24/05/2007 (quinta-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 25/05/2007 (sexta-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato da Justiça do Estado, não prescinde da apresentação pelo recorrente de documento idôneo capaz de comprovar a prorrogação do prazo quando da interposição de seu recurso, sob pena de não-conhecimento.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1540)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.601 - SC (2007/0216027-3)

AGRAVANTE	: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UFSC
ADVOGADO	: SÉRGIO VOLKER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - APUFSC
ADVOGADO	: MARCIO LOCKS FILHO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1541)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.630 - RJ (2007/0209614-1)

AGRAVANTE	: ROBERT HENRI GANGOLF
ADVOGADO	: ÁLVARO LUIZ FERNANDES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CLEMILDA MARIA BATISTA GANGOLF
ADVOGADO	: BIANCA MENDONÇA DOS SANTOS NASCIMENTO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O advogado subscritor do agravo de instrumento não conta com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato. No caso, o substabelecimento (fls. 105), desacompanhado da procuração originalmente outorgada ao(s) advogado(s) substabelecente(s), não subsiste por si e também não supre a exigência contida no artigo 544, § 1º, do CPC.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ademais, não consta dos autos cópia do acórdão proferido em sede de embargos de declaração nem da respectiva certidão de intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1542)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.633 - GO (2007/0219095-8)

AGRAVANTE	: BANCO SANTANDER BANESPA S/A
ADVOGADO	: MARCO AURÉLIO PIMENTA CARNEIRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ZULMIRA VILLAS BOAS SILVA
ADVOGADO	: RAPHAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA E OUTRO(S)

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 946264**
Índice **(1304)**

(1543)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.640 - PR (2007/0215811-0)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: ALBERTO RODRIGUES ALVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA DA GLÓRIA DOS SANTOS E OUTRO
ADVOGADO	: ANA CELESTINA PIRES RODRIGUES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Inexiste carimbo de protocolo na cópia do recurso especial. Sendo assim, não há como verificar a tempestividade do recurso, o que inviabiliza o presente agravo.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1544)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.645 - RJ (2007/0209789-5)

AGRAVANTE	: FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A
ADVOGADO	: RENATO ALVES VASCO PEREIRA
AGRAVADO	: GILMAR VIANA BARBOSA E OUTROS
ADVOGADO	: LEILA DA SILVA TORRES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
O apelo excepcional tem como pressuposto de admissibilidade o exaurimento da instância ordinária.
Da leitura dos presentes autos depreende-se que o recurso especial foi interposto contra decisão monocrática (fls. 89/98), e não interpôs a parte recorrente o recurso cabível na origem. Aplicável, pois, o princípio contido na Súmula n. 281 do STF, que dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada*."
Nesse sentido, confira-se o AgRg no Ag nº 442.714-RJ, Relator Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 16/11/2004, Corte Especial.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1545)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.651 - RS (2007/0215838-4)

AGRAVANTE	: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM
PROCURADOR	: OSCAR JOSÉ TOMASONI MONTEIRO DE BARROS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CECÍLIA MARIA PINTO PIRES E OUTROS
ADVOGADO	: JOSÉ LUÍS WAGNER E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido, da petição de interposição do recurso denegado, da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, da decisão agravada nem da certidão da sua respectiva intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1546)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.653 - RJ (2007/0212049-0)

AGRAVANTE	: JOSÉ CARLOS PRATA
ADVOGADO	: PATRÍCIA FIGUEIREDO DE SOUZA MELLO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DELFIN RIO S/A CRÉDITO IMOBILIÁRIO
ADVOGADO	: MARCO AURÉLIO MENDES FERREIRA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
A advogada subscritora do agravo de instrumento não conta com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ademais, não consta dos autos cópia da procuração outorgada ao advogado da parte agravada, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1547)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.658 - RJ (2007/0209338-6)

AGRAVANTE	: BANCO SAFRA S/A
ADVOGADO	: ALVARO BORGERTH E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MERCURY MARINE DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: RICARDO HENRIQUE SAFINI GAMA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, da certidão da respectiva intimação nem da procuração outorgada ao(s) advogado(s) subscritor(es) das contra-razões, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1548)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.669 - BA (2007/0211989-0)

AGRAVANTE	: SOUNILDES MARIA SOUZA SOUTO BARBOSA
ADVOGADO	: FRANCISCO DE ASSIS JUNIOR
AGRAVADO	: HÉLIO REIS BARBOSA
ADVOGADO	: TEREZA CRISTINA DE OLIVEIRA CARNEIRO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O presente agravo é intempestivo.
A intimação da decisão agravada se deu em 21/06/2007 (quinta-feira), e o prazo recursal findou em 02/07/2007 (segunda-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 03/07/2007 (terça-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato da Justiça do Estado, não prescinde da apresentação pelo recorrente de documento idôneo capaz de comprovar a prorrogação do prazo quando da interposição de seu recurso, sob pena de não-conhecimento.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1549)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.672 - SP (2007/0215093-5)

AGRAVANTE	: SERVGÁS DISTRIBUIDORA DE GÁS S/A
ADVOGADO	: RENATA BASTOS DE TOLEDO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: ANA CECÍLIA C NÓBREGA LOFRANO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
A advogada subscritora do agravo de instrumento, Dra. Renata Bastos de Toledo, não conta com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato. No caso, o substabelecimento (fls. 12), outorgado à signatária da petição recursal está sem assinatura, que equivale a sua inexistência.
Incide, **in casu**, o enunciado da Súmula 115 desta Corte que estabelece expressamente que *"Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos"*.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1550)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.675 - SP (2007/0208910-1)

AGRAVANTE	: JL CAPACITADORES LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: LUIZ FERNANDO MARTINS MACEDO
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CÉLIA REGINA DE LIMA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1551)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.677 - SP (2007/0213214-1)

AGRAVANTE	: INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL IRB
ADVOGADO	: ANTÔNIO PENTEADO MENDONÇA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ARMANDO SALUM ABDALLA E OUTRO
ADVOGADO	: EDUARDO BACHIR ABDALLA
INTERES.	: BANCO SAFRA S/A
ADVOGADO	: GETÚLIO HISAIAKI SUYAMA E OUTRO(S)
INTERES.	: BRADESCO SEGUROS S/A
ADVOGADO	: ALFREDO BARBOSA MIGLIORE E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Os advogados subscritores do agravo de instrumento não contam com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato. No caso, os substabelecimentos (fls. 169, 405 e 458), desacompanhados da procuração originalmente outorgada ao(s) advogado(s) substabelecente(s), não subsistem por si e também não suprem a exigência contida no artigo 544, § 1º, do CPC.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ademais, nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial é cabível de decisão de última ou única instância. Desse modo, afigura-se prematuro o especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ainda que estes tenham sido opostos pela parte contrária. Nesse sentido, o Resp n. 706.998/RS, Relator Ministro César Asfor Rocha, DJ de 23/5/2005.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1552)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.684 - RJ (2007/0216881-3)

AGRAVANTE	: AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A
ADVOGADO	: CHRISTIAN BARBALHO DO NASCIMENTO
AGRAVADO	: MARCELO DOS SANTOS PINHEIRO
ADVOGADO	: ALDA CRISTINA ALVES DE OLIVEIRA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da procuração outorgada ao advogado da parte agravada, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1553)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.688 - RJ (2007/0211626-4)

AGRAVANTE	: SENDAS S/A
ADVOGADO	: ANTÔNIO LAERT VIEIRA JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARTHA CRISTINA SANTOS SILVA
ADVOGADO	: HELENA FERREIRA MAGALHÃES
AGRAVADO	: UNIBANCO AIG SEGUROS S/A
ADVOGADO	: EDUARDO CHALFIM E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O apelo excepcional tem como pressuposto de admissibilidade o exaurimento da instância ordinária.
Da leitura dos presentes autos depreende-se que o recurso especial foi interposto contra decisão monocrática (fls. 86/87), e não interpôs a parte recorrente o recurso cabível na origem. Aplicável, pois, o princípio contido na Súmula n. 281 do STF, que dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada*."
Nesse sentido, confira-se o AgRg no Ag nº 442.714-RJ, Relator Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 16/11/2004, Corte Especial.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1554)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.690 - GO (2007/0214068-4)

AGRAVANTE	: LAURO VINÍCIUS RAMOS
ADVOGADO	: LAURO VINÍCIUS RAMOS JUNIOR
AGRAVADO	: CAMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA
ADVOGADO	: NELSON COSTA FILHO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O apelo extremo é intempestivo.
A intimação do acórdão recorrido se deu em 09/05/2007 (quarta-feira), e o prazo recursal findou em 24/05/2007 (quinta-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 25/05/2007 (sexta-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato da Justiça do Estado, não prescinde da apresentação pelo recorrente de documento idôneo capaz de comprovar a prorrogação do prazo quando da interposição de seu recurso, sob pena de não-conhecimento.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1555)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.693 - SE (2007/0208935-2)

AGRAVANTE	: COMPANHIA DE REFRIGERANTES DO SÃO FRANCISCO - CIRESF
ADVOGADO	: RAYMUNDO ALMEIDA NETO
AGRAVADO	: GIRANILDES ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO	: RENATO CARLOS CRUZ MENESES

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1556)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.695 - RS (2007/0215130-2)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: MÔNICA GOES DE ANDRADE MENDES DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EXPRESSO JAVALI S/A
ADVOGADO	: JÚLIO CÉSAR DOVIZINSKI

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.

Nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial é cabível de decisão de última ou única instância. Desse modo, afigura-se prematuro o especial interposto antes do julgamento dos segundos embargos de declaração, ainda que estes tenham sido opostos pela parte contrária. Nesse sentido, o Resp n. 706.998/RS, Relator Ministro César Asfor Rocha, DJ de 23/5/2005. Ressalte-se que a ratificação de fls. 243 refere-se aos primeiros embargos declaratórios.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1557)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.696 - SP (2007/0209571-3)

AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: FILIPE DE MELO EUZÉBIO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ATOS ORIGIN BRASIL LTDA
ADVOGADO	: VANESSA DE OLIVEIRA NARDELLA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia do inteiro teor da petição de interposição do recurso denegado nem da procuração outorgada aos advogados subscritores das contra-razões do recurso especial, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC. No caso, o(s) substabelecimento(s) (fls. 205 e 236), desacompanhado(s) da procuração originalmente outorgada ao(s) advogado(s) substabelecente(s), não subsiste(m) por si e também não supre(m) a exigência contida no artigo supra.
Ademais, inexiste carimbo de protocolo na cópia do recurso especial. Sendo assim, não há como verificar a tempestividade do recurso, o que inviabiliza o presente agravo.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1558)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.699 - SP (2007/0211726-2)

AGRAVANTE	: COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP
ADVOGADO	: GISLAINE MARIA BERARDO
AGRAVADO	: ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA SABESP AAPS
ADVOGADO	: MARIA CRISTINA LAPENTA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido, da petição de interposição do recurso denegado, da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, da decisão agravada nem da certidão da sua respectiva intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC. Ressalte-se que os documentos de fls. 61/87 referem-se ao recurso extraordinário.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1559)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.701 - SP (2007/0219731-2)

AGRAVANTE	: DAIMLERCHRYSLER LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A
ADVOGADO	: MARCELO TESHEINER CAVASSANI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALUÍSIO BATISTA LIMA FILHO
ADVOGADO	: ALESSANDRA JORGE TEIXEIRA SANTOS

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da procuração outorgada ao advogado da parte agravada, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1560)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.708 - RO (2007/0211278-0)

AGRAVANTE	: REGINALDO RIBEIRO DE JESUS
ADVOGADO	: LUIS ROBERTO DEBOWSKI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ELÍCIO DE ALMEIDA E SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: LUIZ ANTÔNIO XAVIER DE SOUSA ROCHA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O presente agravo é intempestivo.
A intimação da decisão agravada se deu em 12/07/2007 (quinta-feira), e o prazo recursal findou em 23/07/2007 (segunda-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 01/08/2007 (quarta-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato da Justiça do Estado, não prescinde da apresentação pelo recorrente de documento idôneo capaz de comprovar a prorrogação do prazo quando da interposição de seu recurso, sob pena de não-conhecimento.
Ainda que assim não fosse, o apelo excepcional tem como pressuposto de admissibilidade o exaurimento da instância ordinária.
Da leitura dos presentes autos depreende-se que o recurso especial foi interposto contra decisão monocrática, e não interpôs a parte recorrente o recurso cabível na origem. Aplicável, pois, o princípio contido na Súmula n. 281 do STF, que dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada*."
Nesse sentido, confira-se o AgRg no Ag nº 442.714-RJ, Relator Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 16/11/2004, Corte Especial.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1561)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.710 - SP (2007/0211011-5)

AGRAVANTE	: LUCIANO MARTINS ALVES
ADVOGADO	: JOÃO BENEDITO DA SILVA JÚNIOR
AGRAVADO	: BANCO SANTANDER BANESPA S/A
ADVOGADO	: RICARDO SALLES FERREIRA DA ROSA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido nem da procuração outorgada aos advogados subscritores das contra-razões do recurso especial, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1562)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.715 - GO (2007/0213918-6)

AGRAVANTE	: FELIPE MELAZZO DE CARVALHO
ADVOGADO	: FELIPE MELAZZO DE CARVALHO (EM CAUSA PRÓPRIA)
AGRAVADO	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: VILMAR DE SOUZA CARVALHO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
Nos termos do artigo 498 do CPC, com a redação conferida pela Lei nº 10.352/2001, é prematura a interposição de recurso especial antes do julgamento dos embargos infringentes, momento em que ainda não esgotada a instância ordinária. Nesse sentido, confira-se o AgRg no Ag nº 641118-RJ, Relator Ministro Cesar Asfor Rocha, DJ 21/03/2005, Quarta Turma.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1563)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.731 - SP (2007/0209156-8)

AGRAVANTE	: HEIDER LOPES DE SOUZA E OUTRO
ADVOGADO	: ANTONIO CARLOS SANTOS DE JESUS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO SANTANDER BRASIL S/A
ADVOGADO	: PAULO EDUARDO DIAS DE CARVALHO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1564)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.734 - SP (2007/0199969-1)

AGRAVANTE	: RÁDIO SAUDADES FM LTDA
ADVOGADO	: LÚCIO CRESTANA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BENEDITO JOSÉ FERNANDES
ADVOGADO	: RODNEI RODRIGUES

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ademais, o apelo extremo é intempestivo.
A intimação do acórdão recorrido se deu em 01/03/2007 (quinta-feira), e o prazo recursal findou em 16/03/2007 (sexta-feira). A petição, todavia, só foi protocolada na secretaria do Tribunal de Origem em 04/04/2007 (quarta-feira), fora do prazo legal.
O sistema de protocolo integrado não se aplica aos recursos dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça (Súmula n. 256-STJ).
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1565)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.744 - SC (2007/0209825-0)

AGRAVANTE	: BESC S/A CRÉDITO IMOBILIÁRIO BESCRI
ADVOGADO	: IVO MULLER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: WALDECI ANTÔNIO DOS SANTOS E OUTRO
ADVOGADO	: VALDECI BRANGER

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 945962**
Índice **(1299)**

(1566)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.749 - ES (2007/0209162-1)

AGRAVANTE	: KARLA VIEIRA BALTAR DE OLIVEIRA JORGE
ADVOGADO	: ANA CLÁUDIA MARTINS DE AGOSTINHO GABRIEL RICIERI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BRADESCO SEGUROS
ADVOGADO	: MARIA JOSÉ ROMAGNA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ademais, o apelo excepcional tem como pressuposto de admissibilidade o exaurimento da instância ordinária.
Da leitura dos presentes autos depreende-se que o recurso especial foi interposto contra decisão monocrática (fls. 28/32 e 34/39), e não interpôs a parte recorrente o recurso cabível na origem. Aplicável, pois, o princípio contido na Súmula n. 281 do STF, que dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada*."
Nesse sentido, confira-se o AgRg no Ag nº 442.714-RJ, Relator Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 16/11/2004, Corte Especial.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1567)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.756 - SP (2007/0220971-3)

AGRAVANTE	: LUIZ ALBERTO CÉSAR
ADVOGADO	: JOÃO PAULO MAFFEI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HASPA HABITAÇÃO SÃO PAULO IMOBILIÁRIA S/A
ADVOGADO	: JOSÉ OSONAN JORGE MEIRELES

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939967**
Índice **(1285)**

(1568)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.761 - SC (2007/0209747-8)

AGRAVANTE	: VANDERLEI BATISTA DE CARVALHO - ESPÓLIO
REPR. POR	: MARIA MARTINS DE CARVALHO - INVENTARIANTE
ADVOGADO	: ALÍPIO JOSÉ MATTJE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORA	: EDITH GONDIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração nem da certidão de intimação da decisão agravada, peça(s) considerada(s) obrigatória(s), **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1569)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.769 - MA (2007/0220549-2)

AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: MARIO DE ANDRADE MACIEIRA E OUTROS
ADVOGADO	: MÁRIO DE ANDRADE MACIEIRA (EM CAUSA PRÓPRIA)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1570)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.774 - RS (2007/0215085-8)

AGRAVANTE	: ROSA ANGELA FRONZA
ADVOGADO	: PAULO RICARDO DOS SANTOS DUTRA
AGRAVADO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
Nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial é cabível de decisão de última ou única instância. Desse modo, afigura-se prematuro o especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ainda que estes tenham sido opostos pela parte contrária. Nesse sentido, o Resp n. 706.998/RS, Relator Ministro César Asfor Rocha, DJ de 23/5/2005.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1571)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.790 - SP (2007/0210127-8)

AGRAVANTE	: ARMANDO NASCIMENTO DA SILVA
ADVOGADO	: JOSÉ DE RIBAMAR VIANA
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADO	: ROMUALDO BAPTISTA DOS SANTOS

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939967**
Índice **(1285)**

(1572)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.806 - RJ (2007/0198700-6)

AGRAVANTE	: EDIR MACEDO BEZERRA
ADVOGADO	: ANTÔNIO CARLOS LIMA DE OLIVEIRA
AGRAVADO	: RICARDO NERY SILVA NAVARRO
ADVOGADO	: EDMILSON BAPTISTA ALVES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O advogado subscritor do agravo de instrumento não conta com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato. No caso, o substabelecimento (fls. 381), desacompanhado da procuração originalmente outorgada ao(s) advogado(s) substabelecente(s), não subsiste por si e também não supre a exigência contida no artigo 544, § 1º, do CPC.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1573)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.817 - RS (2007/0216526-2)

AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DACILA PARIZOTTO E OUTRO
ADVOGADO	: MANFREDO ERWINO MENSCH E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial é cabível de decisão de última ou única instância. Desse modo, afigura-se prematuro o especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ainda que estes tenham sido opostos pela parte contrária. Nesse sentido, o Resp n. 706.998/RS, Relator Ministro César Asfor Rocha, DJ de 23/5/2005.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1574)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.825 - SP (2007/0235243-0)

AGRAVANTE	: MARIA HELENA RODRIGUES
ADVOGADO	: HÉLIO CASSIANO DE SOUZA
AGRAVADO	: IMOBILIÁRIA SANTA TEREZA S/A
ADVOGADO	: LUÍS ROBERTO MELO FERNANDES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
O processamento do agravo de instrumento interposto contra decisão denegatória de seguimento a recurso especial segue a regra prevista no § 2º do art. 544 do CPC e no art. 1º da Resolução n. 1/1996 do STJ, devendo a petição recursal ser apresentada perante a Presidência do Tribunal de origem. Incabível, pois, sua protocolização diretamente nesta Corte. Nesse sentido, confiram-se: AgRg n. 708.505/RJ, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 5/12/2005; Ag n. 739.349/RJ, Relator Ministro Luiz Fux, DJ de 15/8/2006, entre outros.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1575)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.839 - PR (2007/0234463-0)

AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
ADVOGADO	: MARTIM FRANCISCO RIBAS
AGRAVADO	: MARLON RODRIGO VERGUTZ E OUTROS
ADVOGADO	: GENI SALETE OSTROWSKI

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
O apelo excepcional tem como pressuposto de admissibilidade o exaurimento da instância ordinária.
Da leitura dos presentes autos depreende-se que o recurso especial foi interposto contra decisão monocrática, e não interpôs a parte recorrente o recurso cabível na origem. Aplicável, pois, o princípio contido na Súmula n. 281 do STF, que dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada*."
Nesse sentido, confira-se o AgRg no Ag nº 442.714-RJ, Relator Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 16/11/2004, Corte Especial.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1576)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.856 - PA (2007/0220961-2)

AGRAVANTE	: UNIÃO
PROCURADOR	: JORGE DE SOUZA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CARLOS EDUARDO SÁBIO DA SILVA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da certidão de intimação pessoal do acórdão recorrido nem da certidão de intimação pessoal da decisão agravada, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1577)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 949.904 - RO (2007/0220925-6)

AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: PERCIDA BRANDÃO BARROS
ADVOGADO	: JOSÉ JOVINO DE CARVALHO E OUTRO(S)

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942498**
Índice **(1291)**

(1578)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950.083 - SP (2007/0221027-3)

AGRAVANTE	: BYPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS PLÁSTICOS LTDA
ADVOGADO	: KLEBER CORRÊA DA COSTA TEVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: ANA CRISTINA LEITE ARRUDA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O apelo extremo é intempestivo.
A intimação do acórdão recorrido se deu em 11/10/2006 (quarta-feira), e o prazo recursal findou em 27/10/2006 (sexta-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 31/10/2006 (terça-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato da Justiça do Estado, não prescinde da apresentação pelo recorrente de documento idôneo capaz de comprovar a prorrogação do prazo quando da interposição de seu recurso, sob pena de não-conhecimento.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1579)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950.143 - RJ (2007/0220223-5)

AGRAVANTE	: ROSANA FREITAS BARROSO - ESPÓLIO
REPR. POR	: WAGNER BARROSO FERRARI - INVENTARIANTE
ADVOGADO	: SÉRGIO RICARDO FERREIRA MARTINS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO DOURADO
ADVOGADO	: RITA DE CASSIA DA CUNHA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição do recurso denegado, peça considerada obrigatória, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Não fosse isso, o apelo excepcional tem como pressuposto de admissibilidade o exaurimento da instância ordinária.
Da leitura dos presentes autos depreende-se que o recurso especial foi interposto contra decisão monocrática (fls. 07/08), e não interpôs a parte recorrente o recurso cabível na origem. Aplicável, pois, o princípio contido na Súmula n. 281 do STF, que dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada*."
Nesse sentido, confira-se o AgRg no Ag nº 442.714-RJ, Relator Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 16/11/2004, Corte Especial.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1580)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950.182 - SP (2007/0220075-7)

AGRAVANTE	: CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
ADVOGADO	: FLÁVIO VENTURELLI HELÚ
AGRAVADO	: UNIÃO

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
Nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial é cabível de decisão de última ou única instância. Desse modo, afigura-se prematuro o especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ainda que estes tenham sido opostos pela parte contrária. Nesse sentido, o Resp n. 706.998/RS, Relator Ministro César Asfor Rocha, DJ de 23/5/2005.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1581)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950.185 - RO (2007/0220904-2)

AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CARMEN SANT'ANNA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JANE CUNHA SOUZA E OUTROS
ADVOGADO	: JOSÉ CLARINDO QUEIROZ E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1582)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950.201 - BA (2007/0211983-9)

AGRAVANTE	: LOPES PLANEJAMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
ADVOGADO	: RENATO CARVALHO FACCIOLLA
AGRAVADO	: WALDIR PEIXOTO SANTOS
ADVOGADO	: JOSÉ MANUEL TRIGO DURAN

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O advogado subscritor do agravo de instrumento não conta com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1583)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950.237 - RJ (2007/0220276-5)

AGRAVANTE	: WANDERLEI LUXEMBURGO DA SILVA
ADVOGADO	: NILTON MANOEL HONORIO - DEFENSOR PÚBLICO
AGRAVADO	: LEO FELDMAN
ADVOGADO	: JOSÉ ALBERTO ALVES DINIZ

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que negou seguimento a recurso especial.
Nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, o recurso especial é cabível de decisão de última ou única instância. Desse modo, afigura-se prematuro o especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ainda que estes tenham sido opostos pela parte contrária. Nesse sentido, o Resp n. 706.998/RS, Relator Ministro César Asfor Rocha, DJ de 23/5/2005.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1584)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950.253 - DF (2007/0220884-1)

AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: ANTÔNIO VIANA E OUTROS
ADVOGADO	: ALZIR LEOPOLDO DO NASCIMENTO

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939967**
Índice **(1285)**

(1585)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950.259 - SP (2007/0219811-9)

AGRAVANTE	: FRANCISCO SAMARITANO E OUTROS
ADVOGADO	: JOSE AUGUSTO PRADO RODRIGUES
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: EROTILDES DAVI SOUSA FILHO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O(s) advogado(s) subscritor(es) do agravo de instrumento não conta(m) com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1586)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950.267 - PR (2007/0218580-1)

AGRAVANTE	: AGROPECUÁRIA VALE DO JACARÉ LTDA
ADVOGADO	: HUMBERTO JARDIM MACHADO
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PAULO AITA CACILHAS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Inexiste carimbo de protocolo na cópia do recurso especial, tampouco a parte agravante juntou aos autos documento comprobatório do Protocolo Único da Justiça Federal da 4ª Região. Sendo assim, não há como verificar a tempestividade do recurso, o que inviabiliza o presente agravo.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1587)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950.278 - MG (2007/0211218-4)

AGRAVANTE	: ROGÉRIO LELES LUCAS
ADVOGADO	: ROSIANE FERREIRA DUARTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: S/A ESTADO DE MINAS
ADVOGADO	: ANDRE VAZ RODRIGUES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SEMPRE EDITORA LTDA
ADVOGADO	: DECIO FLAVIO GONÇALVES TORRES FREIRE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA IND MINAS GERAIS
ADVOGADO	: IGOR FERRY DE SOUZA

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O presente agravo é intempestivo.
A intimação da decisão agravada se deu em 18/05/2007 (sexta-feira), e o prazo recursal findou em 30/05/2007 (quarta-feira). A petição, todavia, só foi protocolada em 21/06/2007 (quinta-feira), fora do prazo legal.
Ressalte-se que a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato da Justiça do Estado, não prescinde da apresentação pelo recorrente de documento idôneo capaz de comprovar a prorrogação do prazo quando da interposição de seu recurso, sob pena de não-conhecimento.
Ademais, não consta dos autos cópia da petição de interposição do recurso denegado nem das procurações outorgadas pela S/A Estado de Minas ao Dr. André Vaz Rodrigues e pela Ediminas S/A Editora Gráfica Ind. Minas Gerais ao Dr. Igor Ferry de Souza, ambos subscritores das contra-razões do recurso especial, peça(s) considerada(s) obrigatória(s), **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC. Nos termos da reiterada jurisprudência desta Corte, é necessária a juntada das procurações outorgadas por todos os agravados. Nesse sentido, confira-se o AgRg no Ag nº 553871-GO, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 03/10/2005, Quarta Turma. Registre-se ainda que a petição de fls. 134/143 refere-se ao recurso extraordinário.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1588)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950.305 - PB (2007/0209744-2)

AGRAVANTE	: ESTADO DA PARAÍBA
PROCURADOR	: FRANCISCO LUCIANO ALEXANDRE DE ALBUQUERQUE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSÉ AURÉLIO DA CRUZ
ADVOGADO	: WALTER DE AGRA JUNIOR E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
Não consta dos autos cópia da petição de interposição do recurso denegado, da petição das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, da decisão agravada nem da certidão da sua respectiva intimação, peças consideradas obrigatórias, **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1589)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950.365 - SP (2007/0220352-4)

AGRAVANTE	: VALECAR COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA
ADVOGADO	: ALTAMIR BONILHA JÚNIOR
AGRAVADO	: JOSÉ CLAUDINEI DE OLIVEIRA - ESPÓLIO
ADVOGADO	: VERA LÚCIA DOS SANTOS

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 915630**
Índice **(1253)**

(1590)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950.410 - DF (2007/0235699-8)

AGRAVANTE	: CARLOS HENRIQUE DE ARAUJO GUIDOUX E OUTROS
ADVOGADO	: ADRIANO CÉSAR SANTOS RIBEIRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR	: SU YUN YANG E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto de decisão que, em sede de apelação, não conheceu do recurso, tendo em vista sua deserção. As hipóteses de cabimento do agravo de instrumento para esta Corte estão adstritas aos arts. 544 e 539, parágrafo único, ambos do CPC. O primeiro objetiva dar seguimento a recurso especial interposto cujo trânsito fora obstado; o segundo é cabível de decisões interlocutórias proferidas por juiz federal nas *"causas em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País"* (art. 539, II, "b", do CPC).
Não restando configurada, **in casu,** nenhuma das situações supramencionadas, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1591)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950.411 - SP (2007/0218411-9)

AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: BRENO ADAMI ZANDONADI
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE SANTOS
PROCURADOR	: FRANCISCO DE ASSIS CORREIA E OUTRO(S)

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 945962**
Índice **(1299)**

(1592)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950.417 - SP (2007/0219931-9)

AGRAVANTE	: MARCIEL REIS
ADVOGADO	: ANTÔNIO CÁCERES DIAS
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: OLDEGAR LOPES ALVIM E OUTRO(S)

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939967**
Índice **(1285)**

(1593)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950.436 - SP (2007/0218362-7)

AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: DANIELE CRISTINA ALANIZ MACEDO
AGRAVADO	: VENINA APARECIDA DE SOUZA LUCENA
ADVOGADO	: MARCUS VINICIUS SAYEG

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O(s) advogado(s) subscritor(es) do agravo de instrumento não conta(m) com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato. No caso, o(s) substabelecimento(s) (fl. 8), desacompanhado(s) da procuração originalmente outorgada ao advogado substabelecente, não subsiste(m) por si e também não supre(m) a exigência contida no artigo 544, § 1º, do CPC.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ademais, não consta dos autos cópia do acórdão recorrido nem da certidão da respectiva intimação, peça(s) considerada(s) obrigatória(s), **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(1594)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 950.446 - SP (2007/0218200-0)

AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: DANIELE CRISTINA ALANIZ MACEDO
AGRAVADO	: LEILA PINHEIRO
ADVOGADO	: IRACEMA VALLADARES CORRÊA DIAS

DECISÃO

Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto da decisão que negou seguimento a recurso especial.
O(s) advogado(s) subscritor(es) do agravo de instrumento não conta(m) com poderes para representar a parte agravante, à falta do respectivo instrumento de mandato. No caso, o(s) substabelecimento(s) (fl. 9), desacompanhado(s) da procuração originalmente outorgada ao advogado substabelecente, não subsiste(m) por si e também não supre(m) a exigência contida no artigo 544, § 1º, do CPC.
Nos termos do enunciado da Súmula n. 115 desta Corte: "*Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos*".
Ademais, não consta dos autos cópia das contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não-interposição, peça(s) considerada(s) obrigatória(s), **ex vi** do art. 544, § 1º, do CPC.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

VICE-PRESIDÊNCIA

SEÇÃO DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS

(1595)

RE no AgRg na AÇÃO RESCISÓRIA Nº 3.197 - MG (2004/0148388-2)

RECORRENTE	: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO COSTA RANGEL
ADVOGADO	: HUMBERTO BELLUCO NOGUEIRA MACHADO JUNIOR E OUTRO
RECORRIDO	: COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA/MG
ADVOGADO	: ÁDLEI DUARTE DE CARVALHO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário manifestado em 6.7.2007 por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO COSTA RANGEL, com fundamento no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Primeira Seção deste Tribunal, publicado em 29.6.2007, que, em agravo regimental, manteve a decisão do relator indeferindo liminarmente a inicial por carência de ação.
No extraordinário, o recorrente alega ofensa ao art. 5°, XXXV e XXXII, da Constituição Federal.
Contra-razões às fls. 229/235.
É inadmissível o apelo extremo.
Nos termos do § 2º do art. 543-A do CPC, introduzido pela Lei 11.418, de 19.12.2006, e conforme a Questão de Ordem decidida no AI n° 664.567/RS, pela Sessão Plenária do STF, de 18.06.2007, os recorrentes devem demonstrar, em preliminar, a existência de repercussão geral.
Na hipótese dos autos, as partes recorrentes não atentaram para a exigência estabelecida na citada Lei, pelo que seu recurso não preenche o requisito de *regularidade formal*.
Ante o exposto, ***nego seguimento*** ao recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1596)

PET na PETIÇÃO Nº 3.968 - DF (2005/0074440-0)

REQUERENTE	: WILSON GALDINO LOURENÇO E OUTROS
ADVOGADO	: SEBASTIÃO MORAES DA CUNHA
REQUERIDO	: ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO POUPEX
ADVOGADOS	: AUGUSTO CÉSAR DE LIMA SANTOS DANIEL AYRES KALUME REIS E OUTRO(S)

DECISÃO

Homologo o pedido de renúncia ao mandato do Dr. Augusto César de Lima Santos, para que surta os seus efeitos legais, consoante dispõe o art. 45 do CPC.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1597)

RE nos EDcl no MANDADO DE SEGURANÇA Nº 8.196 - DF (2002/0016816-7)

RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: EDUARDO JORGE CALDAS PEREIRA
ADVOGADOS	: PATRÍCIA VIEIRA COELHO PEREIRA E OUTRO(S) TADEU RABELO PEREIRA
INTERES.	: MINISTRA DE ESTADO CORREGEDORA GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário manifestado em 23.08.2007 pela UNIÃO, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão da eg. Primeira Seção deste Tribunal, publicado em 06.08.2007, que, nos aclaratórios rejeitados, concedeu a ordem de segurança impetrada por Eduardo Jorge Caldas Pereira, para determinar à autoridade coatora, Ministro de Estado Corregedor Geral da União, que fornecesse a identificação dos autores de denúncias formuladas perante a CGU.
Como preliminar, demonstra a repercussão geral na questão constitucional exigida pelo art. 543-A, do CPC, com a redação dada pela Lei n.º 11.418/2006. No mérito, alega a violação aos arts. 5º, IV, XXXIII, XXXIV, "b", 37, *caput* e 97 da Constituição Federal, sustentando, em suma, o direito ao sigilo dos denunciantes, uma vez que se enquadra na exceção constitucional ao direito de certidão.
Contra-razões às fls. 287 a 292.
É admissível o apelo extremo.
A matéria tratada nos dispositivos constitucionais tidos por violados foi analisada pelo Órgão Julgador deste eg. Tribunal, preenchendo o requisito do prequestionamento.
Assim, presentes os pressupostos genéricos e específicos de admissibilidade, ***admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1598)

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 10.882 - DF (2005/0125365-4)

IMPETRANTE	: ALCIDES JOÃO BRANCO
IMPETRANTE	: LUIZ PATROCÍNIO DA SILVA
IMPETRANTE	: LUIZ SELLA
ADVOGADO	: JOÃO CARLOS DE MATOS E OUTRO
IMPETRADO	: MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA

DESPACHO

Alcides João Branco requer, às fls. 249, o desarquivamento e cópias do presente Mandado de Segurança para instruir requerimento administrativo.
Defiro o pedido, determinando a remessa dos autos à Seção de Recursos Extraordinários.
Brasília (DF), 11 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1599)

RE nos EDcl no MANDADO DE SEGURANÇA Nº 11.318 - DF (2005/0212983-9)

RECORRENTE	: UNIÃO
PROCURADORA	: ANA VALÉRIA DE ANDRADE RABÊLO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: WANY RODRIGUES DE CARVALHO
ADVOGADO	: EVANDRO RUI DA SILVA COELHO E OUTRO
INTERES.	: MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

DESPACHO

Wany Rodrigues de Carvalho peticionou em 17 de maio de 2.007, requerendo a desistência do presente mandado de segurança, tendo em vista o termo de adesão firmado com a parte impetrada para pagamento dos valores retroativos.
Após a rejeição dos embargos declaratórios da União, o ente federal interpôs recurso extraordinário, que foi contra-razoado pelo impetrante em 15 de agosto do corrente ano (fls. 185/190), não obstante a petição de desistência da ação manifestada anteriormente (fl. 140).
Ante o exposto, determino a abertura de vista à impetrante para, em 5 (cinco) dias:
a) manifestar se persiste o seu interesse em desistir;
b) regularizar o instrumento procuratório, caso tenha interesse na desistência, uma vez que o advogado subscritor da petição não tem poderes específicos para tal.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1600)

RE nos EDcl no MANDADO DE SEGURANÇA Nº 11.849 - DF (2006/0104305-2)

RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: GILDETH SIMÕES DE FREITAS TOURINHO
RECORRIDO	: ANNA ILIBIA DA SILVA JOBIM
ADVOGADO	: FERNANDO DE SANTA ROSA E OUTRO
INTERES.	: MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário manifestado pela UNIÃO, com fundamento no artigo 102, III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão unânime da TERCEIRA SEÇÃO deste Tribunal, que concedeu a segurança para determinar ao Ministro de Estado da Defesa que dê integral cumprimento à portaria que reconheceu às impetrantes a condição de anistiadas políticas, garantindo-lhes o pagamento dos valores retroativos relativos à reparação econômica ali assegurada.
Objetivando prequestionar matéria constitucional, a fim de viabilizar a interposição de recurso extraordinário, a União opôs embargos declaratórios, que foram rejeitados (publicação do acórdão em 26/02/2006 e mandado de intimação da União cumprido e juntado em 27/2/2006).
Segue o recurso extraordinário em que a recorrente diz violados os arts. 5º, 100, *caput*, 167, II, e 169, § 1º, I e II, da Constituição Federal, malferindo os princípios da isonomia, da legalidade das despesas públicas e da prévia dotação orçamentária.
Contra-razões às fls. 202/205.
Constato que as matérias tratadas nos preceitos constitucionais tidos como ofendidos foram analisadas pelo Órgão Julgador deste Tribunal, restando preenchido, pois, o requisito do prequestionamento.
Ante o exposto, estando presentes os pressupostos de admissibilidade, *admito* o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1601)

RE no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 15.240 - GO (2002/0106044-0)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
RECORRENTE	: JOÃO BATISTA GARCIA ROSA
ADVOGADO	: JULIANA FERREIRA E SANTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ESTADO DE GOIÁS
PROCURADOR	: SANDRO FERREIRA COELHO E OUTRO(S)
INTERES.	: GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS
INTERES.	: SECRETÁRIO DE FAZENDA DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário manifestado por JOÃO BATISTA GARCIA ROSA, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão unânime da Sexta Turma deste Tribunal, assim resumido (fl.306):

*"ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO DO FISCO DO ESTADO DE GOIÁS. GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO ESPECIAL. EXTENSÃO AOS SERVIDORES INATIVOS. IMPOSSIBILIDADE. NATUREZA **PROPTER LABOREM**. .1. A gratificação de representação mensal foi instituída com a finalidade de beneficiar servidores no desempenho de encargos de confiança, sem caráter permanente. 2. Referida vantagem, por ser de natureza **propter laborem**, não pode ser estendida aos servidores inativos, circunstância que não caracteriza afronta ao disposto no § 8º do artigo 40 da Constituição Federal. 3.Precedentes desta Corte e do Supremo Tribunal Federal.4.Recurso improvido."*

O recorrente afirma que o acórdão hostilizado afrontou o artigo 40, § 8°, da Constituição Federal, sustentando que o aumento na gratificação de encargo deve ser estendido aos servidores inativos, em respeito ao princípio da isonomia.
Contra-razões apresentadas às fls. 338/342.
É inadmissível o presente recurso.
Nos termos do § 2º do art. 543-A do CPC, introduzido pela Lei 11.418, de 19 de dezembro de 2006 e em vigor na data da interposição do recurso extraordinário, o recorrente deve demonstrar, em preliminar, a existência de repercussão geral da pretensão recursal.

Na hipótese, o ora recorrente foi intimado do último acórdão dos aclaratórios em 7.8.2007 (certidão de fl. 307) - quando já exigida, portanto, a demonstração da repercussão geral - não tendo, contudo, atentado para essa nova disciplina do recurso extraordinário, estabelecida na citada lei, pelo que seu recurso não preenche o requisito de admissibilidade da *regularidade formal*.
Ante o exposto, *nego seguimento* ao recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1602)

RE nos EDcl nos EDcl no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 18.499 - PR (2004/0087016-0)

RECORRENTE	:	ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORES	:	CÉSAR AUGUSTO BINDER
		CHRISTIANNE REGINA LEANDRO POSFALDO E OUTRO(S)
RECORRIDO	:	C R ALMEIDA S/A ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES
ADVOGADO	:	JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN E OUTRO(S)
INTERES.	:	DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário manifestado em 26.06.2007 pelo Estado do Paraná, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão da eg. Primeira Turma deste Tribunal, dando provimento ao recurso ordinário em mandado de segurança interposto por C R ALMEIDA S/A ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, para proclamar que "*.... o art. 78 do ADCT, incluído pela EC 30/2000, entretanto, estabeleceu, para as situações nele previstas, regime especial de pagamento, em que: (a) ficou conferida ao ente público a faculdade de parcelar o débito do precatório em prestações anuais, iguais e sucessivas pelo prazo de até dez anos; em contrapartida, (b) foram conferidas maiores garantias ao crédito assim parcelado, que passou a ter "poder liberatório de pagamento de tributos da entidade devedora" (§ 2º) e a permitir o seqüestro da verba necessária à sua satisfação não apenas na hipótese de preterição do direito de precedência, mas também nos casos de não ser pago no vencimento ou de haver omissão na previsão orçamentária (§ 4º). Precedente do STF: RCL 2.899/SP, Tribunal Pleno, Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 02.12.2005.*" (fl. 389)
Opostos embargos de declaração, ao final rejeitados.
Como preliminar, demonstra a repercussão geral na questão constitucional exigida pelo art. 543-A, do CPC, com a redação dada pela Lei n.º 11.418/2006. Alega, no mérito, violação ao art. 100, *caput*, § 2º, da Constituição Federal sustentando, em suma, que este dispositivo constitucional veda a quebra da ordem de pagamento dos precatórios e preterição.
Contra-razões não apresentadas conforme certidão de fl. 483.
É admissível o apelo extremo. A matéria tratada nos preceitos constitucionais tidos como ofendidos foi analisada pelo Órgão Julgador deste Tribunal, restando preenchido, pois, o requisito do prequestionamento.
Desse modo, presentes os demais pressupostos genéricos e específicos de admissibilidade, ***admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1603)

RCDESP no AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF Nº 23.452 - SP (2007/0172486-3)

AGRAVANTE	:	CHROMA ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	:	ROGÉRIO ALEIXO PEREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	PAULO GERMANO MOREIRA NEVES DA ROCHA E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de pedido de reconsideração manejado por CHROMA ENGENHARIA LTDA em face da decisão de minha lavra que, nos autos do REsp nº 783777/SP, negou seguimento ao recurso extraordinário manifestado em 24.4.2007 contra acórdão publicado em 12.4.2007, por ausência da preliminar de repercussão geral da pretensão recursal, prevista no art. 543-A, § 3º, do CPC, introduzido pela Lei 11.418, de 19 de dezembro de 2006.
Apresentado pedido de reconsideração nos autos do REsp nº 783777/SP, indeferi o pleito às fls. 321/322.
Contudo, posteriormente, esta Vice-Presidência tomou conhecimento acerca da deliberação do Plenário do STF, no julgamento da Questão de Ordem no Agravo de Instrumento nº 664.567/PA, na sessão de 18 de junho de 2007, cujo acórdão foi publicado em 6 de setembro último, determinando que a alegação e a demonstração da repercussão geral como preliminar do recurso extraordinário somente serão obrigatórias a partir de 03 de maio de 2007, data da publicação da Emenda Regimental nº 21, de 30 de abril de 2007.
Diante dessa orientação, **torno sem efeito** as decisões de fls. 379 e 321/322 exaradas nos autos do REsp nº 783777/SP, prejudicado o pedido de reconsideração de fls. 405/408.
Assim, passo a analisar os demais requisitos essenciais de admissibilidade do apelo extremo.
No julgado recorrido, a Primeira Turma desta Corte não conheceu do apelo especial, ante a natureza constitucional da matéria, o que afasta a competência do Superior Tribunal de Justiça.
Em suas razões, a recorrente, invocando a alínea "a" do permissivo constitucional, alega violados os arts. 93, IX, e 105, III, "a" e "c", da Carta Magna.
Contra-razões apresentadas.
É inadmissível o apelo extremo.
A controvérsia tratada nos autos está restrita aos pressupostos de conhecimento do recurso especial interposto, matéria que se esgota na esfera de competência desta Corte e não justifica o manejo do recurso extraordinário, consoante orientação firmada pelo eg. Supremo Tribunal Federal: "*compete ao Superior Tribunal de Justiça a análise das exigências legais referentes à admissibilidade dos recursos de sua alçada, as quais devem estar satisfeitas para que o órgão jurisdicional possa ingressar no juízo de mérito. Portanto, a violação ao texto constitucional, se existente, seria reflexa*" (RE - AgR 380.358/MG, DJ 03.02.2006 e AI - AgR 601970/RJ, DJ 08.09.2006, ambos da relatoria do Min. Gilmar Mendes).
Ante o exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Junte-se cópia desta nos autos do REsp nº 783777/SP.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1604)

RO nos EDcl no HABEAS CORPUS Nº 60.366 - SP (2006/0119861-4)

RELATOR	**:**	**MINISTRO GILSON DIPP**
RECORRENTE	:	CÉSAR HERMAN RODRIGUEZ (PRESO)
ADVOGADOS	:	ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS
		JOSÉ JÚLIO DOS REIS E OUTRO(S)
RECORRIDO	:	QUINTA TURMA DO STJ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário interposto por ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS e outros, em favor de CÉSAR HERMAN RODRIGUEZ, com fundamento no art. 102, II, "a", da CF, contra acórdãos da 5ª Turma, proferidos em sede de *habeas corpus* e embargos de declaração, na parte em que declararam a impossibilidade do paciente aguardar solto até o trânsito em julgado da condenação
Sustentam os recorrentes a necessidade do trânsito em julgado da decisão condenatória para a expedição do mandado de prisão. Dizem contrariados o art. 147 da Lei de Execuções Penais e o art. 5º, LVII, da CF.
Em suas contra-razões oferecidas às fls. 702/704, o MPF requer a manutenção da decisão recorrida, afirmando ter o STF declarado a constitucionalidade da execução provisória da condenação, ainda que não transitada em julgado.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, *admito* o recurso ordinário.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1605)

RO no HABEAS CORPUS Nº 62.909 - SP (2006/0155127-0)

RELATOR	**:**	**MINISTRO GILSON DIPP**
RECORRENTE	:	MARCO AURÉLIO CORREA DE CARVALHO
ADVOGADO	:	ULISSES LEITE REIS E ALBUQUERQUE
RECORRIDO	:	QUINTA TURMA DO STJ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário interposto por MARCO AURÉLIO CORREA DE CARVALHO, com fundamento no art. 102, II, "a", da CF, contra acórdão da 5ª Turma, proferido em sede de *habeas corpus*, resumido nos seguintes termos (fl. 340):
CRIMINAL. HC. ROUBO QUALIFICADO. EXAME DE SANIDADE MENTAL. EXISTÊNCIA DE PERÍCIA QUE TERIA ATESTADO A SEMI-IMPUTABILIDADE DO RÉU. LAUDO POSTERIOR RECONHECENDO A IMPUTABILIDADE HOMOLOGADO PELO MAGISTRADO. CONDENAÇÃO COM BASE NAS PROVAS PRODUZIDAS NOS AUTOS. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. IMPROPRIEDADE DO WRIT. ORDEM DENEGADA.
I. Hipótese na qual o impetrante busca a anulação do segundo laudo psiquiátrico, por não terem sido dirimidas as contradições apontadas no exame inicialmente realizado, que havia atestado a semi-imputabilidade do réu, limitado-se a infirmar a primeira perícia, sem levar em consideração o período de internação do paciente em clínica especializada.
II. Magistrado singular que reconheceu a imputabilidade do réu, com base no segundo laudo pericial e nas demais provas colhidas nos autos.
III. O art. 182 do Código de Processo Penal, de acordo com o Princípio do Livre Convencimento, dispõe que o juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.
IV. O fato de o último exame, o qual atesta a imputabilidade do réu, ter sido realizado 10 meses após a ocorrência do delito, não é suficiente, por si só, para justificar sua imprestabilidade para refletir a realidade do momento da prática delitiva.
V. Para se constatar a ineficácia do exame de sanidade mental seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório, inadmissível na via estreita do habeas corpus.
VI. O Tribunal a quo, após análise fática e jurídica da questão, entendeu pela imputabilidade do acusado, em confirmação à sentença proferida pelo Juízo singular, sendo incabível o reexame da matéria por esta Corte.
VII. O laudo pericial particular acostado aos autos, o qual infirma os exames técnicos realizados por peritos oficiais, não podem ser admitidos, pois não foram submetidos ao crivo do contraditório, bem como não foram produzidos no momento processual adequado.
VIII.Ordem denegada.

Sustenta a validade do primeiro laudo pericial elaborado, que reconhecia a semi-imputabilidade do réu, ora paciente, por não apresentar nenhum vício de forma ou conteúdo.
Em suas contra-razões oferecidas às fls. 384/386, o MPF requer a manutenção da decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, *admito* o recurso ordinário.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1606)

RO no HABEAS CORPUS Nº 64.624 - SP (2006/0177599-0)

RELATOR	**:**	**MINISTRO GILSON DIPP**
RECORRENTE	:	CÉSAR HERMAN RODRIGUEZ (PRESO)
ADVOGADOS	:	ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS
		JOSÉ JÚLIO DOS REIS E OUTRO(S)
RECORRIDO	:	QUINTA TURMA DO STJ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário interposto por ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS e outros, em favor de CÉSAR HERMAN RODRIGUEZ, com fundamento no art. 102, II, "a", da CF, contra acórdão da 5ª Turma, proferido em sede de *habeas corpus*, resumido nos seguintes termos (fl. 541):
CRIMINAL. HC. PECULATO. PREVARICAÇÃO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. ARGUMENTO APRESENTADO SOMENTE APÓS A CONDENAÇÃO. PRECLUSÃO DA MATÉRIA. ORDEM DENEGADA.
I. Hipótese em que a impetração pretende a declaração de nulidade do acórdão que recebeu a denúncia ofertada contra o paciente pela prática dos crimes de peculato e prevaricação, sustentando ser inepta a denúncia.
II. A alegada inépcia da peça acusatória, nos termos em que formulada na presente impetração, não foi sustentada pela defesa do paciente e submetida a debate e decisão pelo Tribunal a quo quando da prolação do aresto ora impugnado, que recebeu a acusação, tendo sido apresentado tal argumento somente agora, após a prolação do decreto condenatório.
III. Da documentação que acompanha a inicial do habeas corpus não se pode concluir de forma diversa.
IV. Evidenciada a existência de acórdão condenatório, está preclusa a matéria relativa à eventual inépcia da denúncia.
V. Precedentes do STJ e do STF.
VI. Ordem denegada.

Sustentam os recorrentes que a inépcia da denúncia constitui causa absoluta de nulidade do processo, podendo ser argüida em qualquer instância ou grau de jurisdição, não sujeita, portanto, à preclusão; que a denúncia oferecida viola, de forma clara e evidente, o disposto no art. 41 do CPP, não possibilitando ao acusado o exercício pleno do direito de defesa; não-configuração do crime de prevaricação, tendo em vista que o paciente não tem competência funcional para conduzir um processo penal; e a não-configuração do crime de peculato, pois o paciente não tinha a posse e nem era depositário das armas apreendidas, nem verificado o ânimo definitivo em qualquer das modalidades do art. 312 do CP.
Em suas contra-razões oferecidas às fls. 604/609, o MPF requer o improvimento do recurso, afirmando que o v. aresto recorrido encontra-se em perfeita consonância com a jurisprudência do STF, no sentido de estar preclusa a questão relativa à inépcia da denúncia, quando só aventada após a sentença condenatória.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, *admito* o recurso ordinário.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1607)

RO no HABEAS CORPUS Nº 70.058 - RJ (2006/0247652-9)

RELATOR	**:**	**MINISTRO GILSON DIPP**
RECORRENTE	:	ROSÂNGELA SPERLE DA SILVA
ADVOGADO	:	MÁRCIA DINIS E OUTRO(S)
RECORRIDO	:	QUINTA TURMA DO STJ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário interposto por MÁRCIA DINIS e outros, em favor de ROSÂNGELA SPERLE DA SILVA, com fundamento no art. 102, II, "a", da CF, contra acórdão da 5ª Turma, proferido em sede de *habeas corpus*, resumido nos seguintes termos (fls. 112/113):

CRIMINAL. HC. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. DOSIMETRIA. PENA-BASE. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE PARA A MAJORAÇÃO PROCEDIDA. CONSEQÜÊNCIAS DO CRIME. ALTO VALOR SONEGADO. CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL NEGATIVAMENTE VALORADA. GRAVE DANO À COLETIVIDADE. AGRAVANTE NÃO APLICADA PELO JUÍZO. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DO DANO CAUSADO PELA QUANTIA SUPRIMIDA. IRRELEVÂNCIA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE. NÃO-OCORRÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA.

I. Hipótese em que a paciente foi condenada pela prática de crime contra a ordem tributária, tendo sido fixada a pena-base acima do mínimo legal, em razão da análise desfavorável da circunstância judicial concernente às conseqüências do crime.

A pena-base aplicada ao paciente pelo Magistrado singular, a partir do exame das circunstâncias judiciais relativas à conduta pessoal e social da ré, aos antecedentes, motivos, circunstâncias e conseqüências do crime, foi fundamentadamente fixada, em obediência aos critérios de lei, com a devida ressalva dos motivos que levaram à indigitada exasperação do seu quantum.

Para majorar a sanção, fulcrado no exame desfavorável de apenas uma circunstância judicial, referente às conseqüências do crime, o Julgador de 1º grau ressaltou a sonegação de valor em patamares superiores a quatro milhões de reais.

Não se trata de afirmação genérica acerca da gravidade do delito, ou das graves conseqüências que a conduta da paciente causou ao país, ou da simples menção a circunstância judicial do art. 59 do Estatuto Punitivo, mas, sim, da referência expressa à quantia de quatro milhões de reais que, sem titubear, pode-se afirmar trará gravíssimas conseqüências ao Estado Brasileiro.

O contexto fático do caso dos autos revela situação peculiar autorizadora de maior reprovação social, capaz de impedir a fixação da pena-base no mínimo legal.

O Juiz prolator da sentença condenatória consignou, expressamente, o vultoso montante do tributo não recolhido - quatro milhões de reais -, e, assim, não obstante o grave dano à coletividade, evidenciado pela falta, aos cofres públicos, da referida quantia, não fez incidir o agravamento previsto no art. 12, inciso I, da Lei 8.137/90, optando por valorar negativamente as conseqüências do crime.

Procedimento que não se reveste de ilegalidade, pois o que o Magistrado não poderia fazer seria utilizar este mesmo fato para majorar a pena-base e, em seguida, agravar a reprimenda, sob pena de incorrer em bis in idem.

A opção do Juiz, que adotou o quantum de seis meses para majorar a pena-base, foi mais benéfica à acusada do que o eventual aumento da sanção de um terço até a metade, isto é, de oito a doze meses, previsto na Lei 8.137/90.

Não configura decisão extra petita a consideração, pela sentença, da quantia suprimida pela ré para majorar a pena-base, já que expressamente referida pela peça acusatória e não infirmada pela defesa, e, ainda que não explicitado o dano causado pela sonegação, o prejuízo é notório, evidente e certo.

Não se reconhece ofensa ao princípio da isonomia, decorrente da aplicação, pelo mesmo Juízo singular, da pena mínima a réu processado em caso análogo, pois, em não se tratando de co-denunciado, submetido à mesma ação penal, o Magistrado singular não está vinculado a outro entendimento proferido, pois é livre para formar o seu convencimento, de forma motivada, e, assim, proceder à dosimetria da reprimenda.

Outros aspectos da dosimetria da pena-base que não podem ser desconsiderados: a devida motivação e o fato de que a sentença condenatória da ré foi proferida por Julgador distinto daquele prolator da decisão que se sustenta ser mais adequada e quase um ano antes.

Ordem denegada.

Sustentam os recorrentes a nulidade da sentença condenatória no tocante à fixação da pena, por isso que exasperada a partir de suposições e expressões genéricas, desprovidas de motivação e fundamentação. Alegam, ainda, violação ao princípio da isonomia, afirmando que a pena aplicada à ora paciente foi superior à fixada a outros réus em situação análoga.

Em suas contra-razões oferecidas às fls. 231/237, o MPF requer o improvimento do recurso, afirmando que a fixação da pena foi devidamente fundamentada, obedecendo ao disposto nos arts. 59 e 68 do CP.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, *admito* o recurso ordinário.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1608)

RE nos EDcl no AgRg nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 267.075 - SP (2006/0078173-7)

RECORRENTE	: BANCO TECNICORP S/A
ADVOGADO	: WALDIR LUIZ BRAGA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ELYADIR FERREIRA BORGES E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário manifestado, em 27.08.2007, pelo BANCO TECNICORP S/A, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão da eg. Primeira Seção deste Tribunal, publicado em 13.08.2007, que, em agravo regimental e embargos de declaração que o seguiram, manteve a decisão do relator indeferindo liminarmente os embargos de divergência opostos ao recurso especial, ao fundamento de ausência de similitude fática entre os acórdãos paradigmas e o aresto embargado.

Neste extraordinário, alega a recorrente estar caracterizada a repercussão geral da questão constitucional, conforme exigido pelo § 3.º do art. 102 da Constituição da República e art. 543-A do CPC. Sustenta, no mérito, violação aos arts. 5º, XXXVI, 145 § 1º, 148, § 1º; 148, 150, III e IV, 153, III e 195, I da Constituição Federal.

Contra-razões à fl. 459-468.

É inadmissível o apelo extremo.

A controvérsia tratada nos autos está restrita aos pressupostos de conhecimento dos embargos de divergência ao recurso especial interposto, matéria que se esgota na esfera de competência desta Corte e não justifica o manejo do recurso extraordinário, consoante orientação firmada pelo eg. Supremo Tribunal Federal: "*compete ao Superior Tribunal de Justiça a análise das exigências legais referentes à admissibilidade dos recursos de sua alçada, as quais devem estar satisfeitas para que o órgão jurisdicional possa ingressar no juízo de mérito. Portanto, a violação ao texto constitucional, se existente, seria reflexa*" (RE - AgR 380.358/MG, DJ 03.02.2006 e AI - AgR 601970/RJ, DJ 08.09.2006, ambos da relatoria do Min. Gilmar Mendes).

Ante o exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1609)

RECURSO ESPECIAL Nº 291.921 - RS (2000/0130635-9)

RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: JAQUELINE MAGGIONI PIAZZA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: RÁDIO MARABA LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: EDILSON JAIR CASAGRANDE

DESPACHO

Em face da decisão do Supremo Tribunal Federal às fls. 176/177 dos autos do AG/RE 21946/RS, remetam-se ao Ministro Relator a fim de que seja proferido novo julgamento sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1610)

RE nos EDcl no AgRg no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 365.882 - PR (2001/0136671-1)

RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RICARDO PY GOMES DA SILVEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ITATRADING ITAMARATI TRADING S/A
ADVOGADOS	: ADRIANE MARIA DE MIRANDA E OUTRO(S)
	HAMILTON DIAS DE SOUZA

DESPACHO

Cuida-se de recurso extraordinário interposto pela Fazenda Nacional, com fulcro na alínea "a" do autorizativo constitucional, contra acórdão exarado pela Primeira Turma desta Corte que, em agravo interno e nos aclaratórios subseqüentes, manteve a decisão do relator que, após juízo de retratação, conheceu parcialmente do recurso especial e, nesta parte, deu-lhe provimento, ao fundamento de estar consolidado neste Pretório o entendimento de que "*o fato gerador do imposto de exportação sobre o açúcar é contado do registro de vendas no SISCOMEX e, sendo este anterior à entrada em vigor da Resolução do BACEN n. 2.112/94, esta não pode onerar o ato jurídico celebrado sob o* [sic] *égide da legislação anterior*" (fl. 219).

Em preliminar, assinala a recorrente estar caracterizada a repercussão geral da questão constitucional (fls. 251-253), conforme exigido pelo § 3.º do art. 102 da Constituição da República, regulamentado pelo art. 543-A do CPC.

No mérito, alega que o aresto recorrido, ao concluir que o fato gerador do imposto de exportação ocorre na data da obtenção do simples registro de venda (RV) no SISCOMEX, afrontou o disposto nos artigos 153, II; 150, III, "a"; e 5.º, XXXVI, da Lei Fundamental

Contra-razões às fls. 268-275.

O recurso não reúne condições de prosseguir.

A Primeira Turma desta Corte, ao decidir a questão dos autos, entendendo que o momento temporal do fato gerador do imposto de exportação equivale à data do registro da venda no SISCOMEX, fundou-se, essencialmente, na interpretação de legislação de natureza infraconstitucional (art. 1.º, § 1.º, do Decreto-Lei n. 1.578/77) e no pacífico entendimento deste Tribunal sobre a matéria, de sorte que, se ofensa houvesse ao texto constitucional, seria, quando muito, indireta, restando inviabilizado o seguimento do apelo extremo.

Em face do exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1611)

RECURSO ESPECIAL Nº 422.621 - SP (2002/0035011-8)

RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: LUCILA MARIA FRANÇA LABINAS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INTERACT PLANEJAMENTOS TÉCNICOS, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇOES SOCIEDADE COMERCIAL LTDA
ADVOGADA	: CHRISTIANE RODRIGUES PANTOJA E OUTRO(S)

DESPACHO

Em face da decisão do Supremo Tribunal Federal às fls. 400/401 dos autos do AG/RE 22251/SP, remetam-se ao Ministro Relator a fim de que seja proferido novo julgamento sobre a matéria.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1612)

RE nos EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 440.347 - DF (2002/0057996-5)

RECORRENTE	: DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR	: SANDRA CRISTINA DE ALMEIDA TEIXEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ENGENHARIA E ESTUDOS AMBIENTAIS LTDA - PROGEA
ADVOGADO	: ALICIA DA ROCHA SILVA

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário manifestado, em 16.07.2007, pelo DISTRITO FEDERAL, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão da eg. Segunda Turma deste Tribunal, publicado em 22.06.2007, que, nos embargos declaratórios rejeitados, conheceu parcialmente do recurso especial interposto pela recorrida, dando-lhe provimento para declarar, às fls. 780-787, que "*o Superior Tribunal de Justiça, relativizando o rigor formal da aplicação da pena de deserção prevista no art. 511 do CPC, decidiu que, na hipótese de a petição recursal ser protocolada no último dia do prazo e após o encerramento do expediente bancário, é admissível o pagamento do preparo no primeiro dia útil subseqüente.*"

Como preliminar, demonstra a repercussão geral na questão constitucional exigida pelo art. 543-A, do CPC, com a redação dada pela Lei n.º 11.418/2006. No mérito, alega violação aos incisos LIV, LV, XXXV do art. 5º; IX, do art. 93 e III, do art. 105, da Carta Magna, sustentando negativa da prestação jurisdicional e ofensa aos princípios constitucionais do devido processo legal e do contraditório.

Contra-razões não apresentadas conforme certidão de fl. 826.

É inadmissível o apelo extremo.

O órgão julgador deste Tribunal decidiu a questão dos autos embasado na interpretação de legislação infraconstitucional (art. 511 do CPC) e fundado no pacífico entendimento desta Corte sobre a matéria, de sorte que, se ofensa houvesse à Constituição Federal, seria, quando muito, indireta, restando desautorizada a admissão do apelo extremo.

Demais disso, o Pretório Excelso já consagrou o entendimento de que "*as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional, se dependentes de reexame prévio de normas inferiores, podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição*" (AgRg no AI 541361/PA, DJ 03/02/2006 e AgRg no AI 593739/SP, DJ 23/02/2007, ambos da relatoria do Min. Eros Grau). Incide, in casu, a Súmula 636 do STF.

Diante do exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1613)

RE no RECURSO ESPECIAL Nº 468.383 - MG (2002/0108147-8)

RECORRENTE	: ANTÔNIO BERNARDES NETO
ADVOGADO	: JOÃO LISTER PEREIRA
RECORRIDO	: LUIZ GUARITÁ NETO
ADVOGADO	: GUSTAVO CAPANEMA DE ALMEIDA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário manifestado em 21.08.2007 por ANTÔNIO BERNARDES NETO, com força no art. 102, III, "a", da Carta Constitucional, contra acórdão da Segunda Turma desta Corte, publicado em 06.08.2007, que deu provimento ao recurso especial declarando prescrita a ação popular.

No extraordinário, o recorrente aduz que o acórdão recorrido teria violado "o dispositivo constitucional inscrito no art. 5º, inciso XXXV; como também os princípios estatuídos no artigo 37 da Carta Magna, especialmente os inscritos nos incisos XXI, e seus parágrafos",especialmente o 4º, o 5º e o 6º.
Contra-razões não apresentadas, consoante certidão de fl. 587.
É inadmissível o apelo extremo.
Nos termos do § 2º do art. 543-A do CPC, introduzido pela Lei 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da decisão do STF no julgamento da Questão de Ordem no Agravo de Instrumento nº 664.567/PA, na sessão de 18 de junho de 2007, o recorrente deve demonstrar, em preliminar, a existência de repercussão geral da pretensão recursal.
Na hipótese dos autos, o recorrente não atentou para a exigência estabelecida, deixando de preencher o requisito de admissibilidade da *regularidade formal*.
Ante o exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1614)

RE nos EDcl no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 501.279 - PE (2003/0016977-6)

RECORRENTE	: INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DE PERNAMBUCO - IRH/PE
PROCURADORES	: DONIZETE APARECIDO GOMES DE OLIVEIRA E OUTRO(S) LEONARDO JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA
RECORRIDO	: MANOEL PAZ DE ARAÚJO
ADVOGADO	: NILTON WANDERLEY DE SIQUEIRA E OUTRO

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário manifestado pelo INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - IRH/PE, com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão unânime da eg. Sexta Turma deste Tribunal, resumido nos termos da seguinte ementa (fl. 460):
"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO CIVIL. ALEGADA OFENSA AO ART. 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA.
1. O artigo 535 do Código de Processo Civil não resta malferido quando o acórdão recorrido utiliza fundamentação suficiente para solucionar a controvérsia, sem incorrer em omissão, contradição ou obscuridade. Não pode tal meio de impugnação ser utilizado como forma de se insurgir quanto à matéria de fundo, quando esta foi devidamente debatida no acórdão embargado. 2. Agravo regimental improvido."

Embargos de declaração rejeitados (acórdão de fl. 473).
O recorrente busca demonstrar, preliminarmente, que a questão constitucional ora veiculada oferece repercussão geral, pois extrapola os limites deste processo, atingindo os interesses de inúmeros servidores estaduais. Sustenta ainda que o acórdão recorrido violou o artigo 5º, incisos XXXV, LIV e LV, da Constituição Federal, ao afastar a aplicação de norma legal cabível à espécie, afrontando os princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório.
Contra-razões às fls. 486/492.
É inadmissível o presente recurso, porquanto a controvérsia suscitada neste apelo está restrita aos pressupostos de conhecimento do recurso especial interposto, matéria que se esgota na esfera de competência desta eg. Corte e não justifica o manejo do recurso extraordinário, consoante o entendimento do Col. Supremo Tribunal Federal, no sentido de que "*compete ao Superior Tribunal de Justiça a análise das exigências legais referentes à admissibilidade dos recursos de sua alçada, as quais devem estar satisfeitas para que o órgão jurisdicional possa ingressar no juízo de mérito. Portanto, a violação ao texto constitucional, se existente, seria reflexa*"(AgRg no Recurso Extraordinário n.º 380.358/MG, DJU de 03/02/2006, Rel. Min. Gilmar Mendes).
Além disso, *"as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional, se dependentes de reexame prévio de normas inferiores, podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição*" (AgRg no AG 541361/PA, DJU de 03/02/2006, Rel. Min. Eros Grau). Incide, na espécie, por analogia, o Enunciado 636 da Súmula do STF.
Ante o exposto, *não admito* o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1615)

RE nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 661.873 - SP (2007/0147487-2)

RECORRENTE	: ANTÔNIO CARLOS CAMILLO E CÔNJUGE
ADVOGADO	: PEDRO LUCIANO VIEIRA
RECORRIDO	: SEBASTIÃO PAULIN
ADVOGADO	: JOSÉ ELISEU

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário manifestado por Antônio Carlos Camillo e cônjuge, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra decisão exarada às fls. 408/411.
Inadmissível o presente recurso.
Decidido monocraticamente os embargos de divergência em recurso especial, caberia aos recorrentes a interposição de recurso para o órgão colegiado, objetivando o exaurimento das vias recursais neste Tribunal, em atendimento ao disposto no art. 102, III, da Carta Magna.
Incide, assim, o óbice da Súmula nº 281 do STF, *verbis*:
"É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada."
Ante o exposto, não admito o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministro Francisco Peçanha Martins
Vice-Presidente

(1616)

RE no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 688.328 - PR (2005/0103920-3)

RECORRENTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTRO(S)
ADVOGADO	: LUIZ ANTÔNIO MUNIZ MACHADO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ANTÔNIO RODRIGUES CELLOTO
ADVOGADO	: LAURINDO GOBI

DESPACHO

Em face da decisão da Corte Suprema (fls. 396/397) dando provimento ao recurso extraordinário interposto pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA, encaminhem-se os presentes autos ao ministro relator a fim de que seja proferida nova decisão sobre a matéria, sem a premissa de que a ação é de competência da Justiça do Trabalho.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1617)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 700.148 - PR (2005/0133810-3)

AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MÁRCIA PINHEIRO AMANTÉA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NESTOR CORREA CONSULTORIA IMOBILIÁRIA S/C LTDA
ADVOGADO	: FERNANDA CABELLO DA SILVA E OUTRO(S)

DESPACHO

Em face da decisão do Supremo Tribunal Federal às fls. 186/187 dos autos do AG/RE 700148/PR, remetam-se ao Ministro Relator a fim de que seja proferido novo julgamento sobre a matéria.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de setembro de 2007.

Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1618)

RE no AgRg nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 713.000 - PR (2007/0005699-8)

RECORRENTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN
RECORRIDO	: EDMUNDO RODRIGUES DE AGUIAR
ADVOGADO	: ARNI DEONILDO HALL E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de recurso extraordinário interposto pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA, com fulcro na alínea "a" do autorizativo constitucional, contra acórdão da Primeira Seção desta Corte que, em agravo interno improvido, manteve a decisão do relator que deu parcial provimento aos embargos de divergência, ao fundamento de que, a partir do julgamento do REsp n. 861.358/PR, ocorrido em 28.02.2007, a 1ª Seção firmou o entendimento de que o regime de encargos incidentes em caso de mora no pagamento da contribuição sindical rural é o estabelecido no art. 59 da Lei 8383/91 (semelhante ao do art. 2º da Lei 8.022/90), e não o do art. 600 da CLT.
Alega a recorrente, em preliminar, que a questão constitucional tratada no presente extraordinário apresenta repercussão geral, dado que "*a Corte Suprema se manifestou em várias oportunidades sobre a plena constitucionalidade, juridicidade e legalidade da Contribuição Sindical Rural, cobrada pela CNA*" (fl. 479).
No mérito, sustenta que o aresto ora hostilizado, ao entender que estaria revogado o capítulo concernente à multa sobre contribuição sindical em atraso, malferiu os arts. 8.º, inc. IV; 146, III, e 149, todos da Lei Fundamental, bem como o disposto nos artigos 10, § 2.º; e 34, § 5.º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
Contra-razões não apresentadas, consoante certidão de fl. 491.
O recurso não reúne condições de prosseguir.
É inadmissível o apelo extremo.
As matérias tratadas nos preceitos constitucionais tidos como ofendidos deixaram de ser analisadas pelo acórdão recorrido, carecendo o pleito recursal do necessário prequestionamento. Aplicam-se à espécie as Súmulas n.ºs 282 e 356 do STF.
Demais disso, o eg. Supremo Tribunal Federal já proclamou o entendimento de que cabe recurso extraordinário contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça, se a questão constitucional suscitada for diversa daquela decidida pelo tribunal de origem, ou seja, se o tema discutido for matéria constitucional nova, surgida no julgamento do recurso especial, o que não constitui a hipótese dos autos. (AI 145.589-AgR, rel. Min. Sepúlveda Pertence, por maioria, DJ de 24.6.1994, AI 172.554-AgR, rel. Min. Carlos Velloso, unânime, DJ de 17.5.1996, RE 376265/SP, DJ 09/03/2006 e Ag 595619/MS, DJ 28/03/2006, ambos da rel. Min. Ellen Gracie).
Ante o exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1619)

RECURSO ESPECIAL Nº 713.011 - PR (2004/0184915-6)

RECORRENTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
ADVOGADO	: LUIZ ANTÔNIO MUNIZ MACHADO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: AVELINO STOCCO
ADVOGADO	: ANNA CHRISTINA CASTELO BRANCO PEREIRA

DESPACHO

Em face da decisão da Corte Suprema (fls. 365/366) dando provimento ao recurso extraordinário interposto pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA, encaminhem-se os presentes autos ao ministro relator a fim de que seja proferida nova decisão sobre a matéria, sem a premissa de que a ação é de competência da Justiça do Trabalho.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1620)

RE no AgRg nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 713.386 - PR (2006/0250107-8)

RECORRENTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOSÉ OVIAR
ADVOGADO	: PAULO CESAR DE MOURA BUENO
INTERES.	: FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ - FAEP E OUTRO

DECISÃO

Cuida-se de recurso extraordinário interposto pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA, com fulcro na alínea "a" do autorizativo constitucional, contra acórdão da Primeira Seção desta Corte que, em agravo interno improvido, manteve a decisão do relator denegatória de seguimento aos embargos de divergência, ao fundamento de que o aresto embargado estaria de acordo com entendimento consolidado neste Pretório, no sentido de que o regime de encargos incidentes em caso de mora no pagamento da contribuição sindical rural é o estabelecido no art. 59 da Lei n. 8.383/91 (semelhante ao do art. 2.º da Lei n. 8.022/90) e não o do art. 600 da CLT. Assim, incidiria, na espécie, a Súmula n. 168/STJ, do seguinte teor: "***não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado***".
Alega a recorrente, em preliminar, que a questão constitucional tratada neste recurso extraordinário, relativa à integral recepção da contribuição sindical pela Constituição, inclusive dos encargos previstos na CLT, oferece repercussão geral, dado que "*a Corte Suprema se manifestou em várias oportunidades sobre a plena constitucionalidade, juridicidade e legalidade da Contribuição Sindical Rural, cobrada pela CNA*" (fl. 381).
No mérito, sustenta que o aresto recorrido, ao entender que estaria revogado o art. 600 da CLT, contrariou os arts. 8.º, inc. IV; e 149, ambos da Lei Fundamental, bem como o disposto nos artigos 10, § 2.º; e 34, § 5.º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
Aduz que não houve revogação da norma celetista, pois a contribuição sindical rural constitui tributo parafiscal, não se inserindo no conceito de tributo federal devido à Fazenda Nacional.
Contra-razões não apresentadas, consoante certidão de fl. 393.
O recurso não reúne condições de prosseguir.
A controvérsia está restrita aos pressupostos de conhecimento dos embargos de divergência, matéria que se esgota na esfera de competência desta Corte e não justifica a interposição de recurso extraordinário, consoante orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal, no sentido de que "*compete ao Superior Tribunal de Justiça a análise das exigências legais referentes à admissibilidade dos re-*

cursos de sua alçada, as quais devem estar satisfeitas para que o órgão jurisdicional possa ingressar no juízo de mérito. Portanto, a violação ao texto constitucional, se existente, seria reflexa" (RE-AgR 380.358/MG, Min. Relator: Gilmar Mendes, DJ 03.02.2006).
Na mesma esteira, os seguintes precedentes, *verbis*:

"*EMENTA: 1. Recurso extraordinário: descabimento: controvérsia decidida à luz de legislação infraconstitucional: alegada violação de dispositivos constitucionais que, se ocorresse, seria reflexa ou indireta, que não enseja reexame na via do recurso extraordinário. 2.* ***Não cabe, em RE, verificar a existência ou não, in concreto, da dissonância de julgados alegada em embargos de divergência em recurso especial***."
(AI-AgR 565.554/SC, Min. Relator: Sepúlveda Pertence, DJ 04.08.2006).

"*EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. ADMISSIBILIDADE DE EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. CONTROVÉRSIA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*"
(AI-AgR 508.067/DF, Min. Relatora: Cármen Lúcia, DJ 16.02.2007).

Em face do exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 27 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1621)

RE no AgRg nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 723.628 - PR (2006/0250131-0)

RECORRENTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN
RECORRIDO	: SILVESTRE VICHINIESKI - ESPÓLIO
ADVOGADO	: LAERCIO BENEDITO LEVANDOSKI E OUTRO
INTERES.	: FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ - FAEP E OUTRO

DECISÃO

Cuida-se de recurso extraordinário interposto pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA, com fulcro na alínea "a" do autorizativo constitucional, contra acórdão da Primeira Seção desta Corte que, em agravo interno improvido, manteve a decisão do relator denegatória de seguimento aos embargos de divergência, ao fundamento de que o aresto embargado estaria de acordo com entendimento consolidado neste Pretório, no sentido de que o regime de encargos incidentes em caso de mora no pagamento da contribuição sindical rural é o estabelecido no art. 59 da Lei n. 8.383/91 (semelhante ao do art. 2.º da Lei n. 8.022/90) e não o do art. 600 da CLT. Assim, incidiria, na espécie, a Súmula n. 168/STJ, do seguinte teor: "***não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado***".
Alega a recorrente, em preliminar, que a questão constitucional tratada neste recurso extraordinário, relativa à integral recepção da contribuição sindical pela Constituição, inclusive dos encargos previstos na CLT, oferece repercussão geral, dado que "*a Corte Suprema se manifestou em várias oportunidades sobre a plena constitucionalidade, juridicidade e legalidade da Contribuição Sindical Rural, cobrada pela CNA*" (fl. 464).
No mérito, sustenta que o aresto recorrido, ao entender que estaria revogado o art. 600 da CLT, contrariou os arts. 8.º, inc. IV; e 149, ambos da Lei Fundamental, bem como o disposto nos artigos 10, § 2.º; e 34, § 5.º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Aduz que não houve revogação da norma celetista, pois a contribuição sindical rural constitui tributo parafiscal, não se inserindo no conceito de tributo federal devido à Fazenda Nacional.
Contra-razões não apresentadas, consoante certidão de fl. 476.
O recurso não reúne condições de prosseguir.
A controvérsia está restrita aos pressupostos de conhecimento dos embargos de divergência, matéria que se esgota na esfera de competência desta Corte e não justifica a interposição de recurso extraordinário, consoante orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal, no sentido de que "*compete ao Superior Tribunal de Justiça a análise das exigências legais referentes à admissibilidade dos recursos de sua alçada, as quais devem estar satisfeitas para que o órgão jurisdicional possa ingressar no juízo de mérito. Portanto, a violação ao texto constitucional, se existente, seria reflexa*" (RE-AgR 380.358/MG, Min. Relator: Gilmar Mendes, DJ 03.02.2006).
Na mesma esteira, os seguintes precedentes, *verbis*:

"*EMENTA: 1. Recurso extraordinário: descabimento: controvérsia decidida à luz de legislação infraconstitucional: alegada violação de dispositivos constitucionais que, se ocorresse, seria reflexa ou indireta, que não enseja reexame na via do recurso extraordinário. 2.* ***Não cabe, em RE, verificar a existência ou não, in concreto, da dissonância de julgados alegada em embargos de divergência em recurso especial***."
(AI-AgR 565.554/SC, Min. Relator: Sepúlveda Pertence, DJ 04.08.2006).

"*EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. ADMISSIBILIDADE DE EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. CONTROVÉRSIA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*"
(AI-AgR 508.067/DF, Min. Relatora: Cármen Lúcia, DJ 16.02.2007).

Em face do exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 27 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1622)

RE nos EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 733.207 - SP (2005/0042629-8)

RECORRENTE	: MAPED EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
ADVOGADO	: MÁRIO EDSON GUIMARÃES GIACOMINI
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário manifestado em 24.08.2007 por MAPED EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA., com força no art. 102, III, "a", da Carta Magna, contra acórdão da Primeira Turma deste Tribunal, publicado em 09.08.2007, que, em sede de agravo regimental seguido de embargos declaratórios, manteve a decisão do relator negando seguimento ao recurso especial, diante da falta de prequestionamento, da aplicação da Súmula 7/STJ e da inexistência de ofensa aos arts. 165, 458, II, 463, II e 535, I, todos do CPC.
No extraordinário, a recorrente aponta que o acórdão recorrido teria violado os princípios do devido processo legal (art. 5º, LIV, CF) e da motivação dos atos decisórios (art. 93, IX, CF). Em sede de preliminar, sustenta que a matéria objeto do recurso extraordinário preenche o requisito da repercussão geral, uma vez que o julgado do STJ teria ofendido o Texto Constitucional.
Contra-razões oferecidas às fls. 838/842.
É inadmissível o apelo extremo.
A recorrente deixou de comprovar, no ato da interposição do extraordinário, o efetivo recolhimento do preparo, consoante certidão de fl. 832. Tampouco fez prova de ser detentor de assistência judiciária gratuita ou requereu esse benefício.
Ante o exposto, ***julgo deserto*** o recurso extraordinário, com fundamento no art. 511, *caput*, do CPC.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1623)

RE no AgRg nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 738.495 - PR (2006/0250267-1)

RECORRENTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN
RECORRIDO	: LAURO MIGUEL STRONA
ADVOGADO	: LAÉRCIO B. LEVANDOSKI

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário manifestado em 21.08.2007 pela CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA, com fundamento no art. 102, III, "a", da Carta Magna, contra acórdão proferido pela Primeira Seção deste Tribunal, publicado em 13.08.2007, que, em sede de agravo regimental, manteve a decisão do relator negando seguimento aos embargos de divergência, para proclamar que "o regime de encargos incidentes em caso de mora no pagamento da contribuição sindical rural é o estabelecido no art. 59 da Lei 8383/91 (semelhante ao do art. 2º da Lei 8.022/90), e não o do art. 600 da CLT".
No presente extraordinário, sustenta a recorrente, preliminarmente, que a questão constitucional nele veiculada manifesta repercussão geral, na forma exigida pelo art. 543-A, do CPC, com a redação dada pela Lei 11.418/2006, que regulamentou o § 3º do art. 102 da CF, introduzido pela EC 45/2004.
No mérito, alega violação aos artigos 8º, IV, e 149 da CF, bem como aos artigos 10, § 2º, e 34, § 5º, do ADCT, aduzindo, em suma, que não houve revogação do art. 600 da CLT, uma vez que a contribuição sindical rural é tributo parafiscal e não se insere no conceito de tributo federal devido à Fazenda Nacional.
Contra-razões não apresentadas, consoante certidão de fl. 507.
É inadmissível o apelo extremo.
O órgão julgador deste Sodalício, ao decidir a questão, valeu-se da interpretação de legislação infraconstitucional, de sorte que, se ofensa houvesse ao texto da Carta Magna, seria reflexa ou indireta, restando desautorizada a admissão do presente recurso.
Diante do exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se
Brasília (DF), 27 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1624)

RECURSO ESPECIAL Nº 740.225 - PR (2005/0056848-0)

RECORRENTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTRO
ADVOGADO	: LUIZ ANTÔNIO MUNIZ MACHADO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ODIVAL WALTER DA SILVEIRA
ADVOGADO	: ENÉAS JEFERSON MELNISK E OUTRO

DESPACHO

Em face da decisão da Corte Suprema (fls. 471/472) dando provimento ao recurso extraordinário interposto pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA, encaminhem-se os presentes autos ao ministro relator a fim de que seja proferida nova decisão sobre a matéria, sem a premissa de que a ação é de competência da Justiça do Trabalho.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1625)

RE nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 752.755 - MG (2005/0084984-9)

RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: VALÉRIA SAQUES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: NF COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MADEIRAS LTDA
ADVOGADO	: FRANCISCO XAVIER AMARAL E OUTRO(S)

DESPACHO

Em face da decisão de fls. 238/239, do Supremo Tribunal Federal, remetam-se os presentes autos ao Senhor Ministro Relator a fim de que seja proferido novo julgamento sobre a matéria.
Publique-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1626)

RE nos EDcl no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 763.900 - SP (2006/0078526-0)

RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO	: NEVES AUTO TAXI LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: JOSE ROBERTO MARCONDES E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário manifestado em 25.6.2007 pela FAZENDA NACIONAL, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão da eg. Primeira Turma deste Tribunal, publicado em 18.6.2007, que, rejeitando os embargos declaratórios, manteve o provimento parcial ao recurso especial interposto por NEVES AUTO TAXI LTDA E OUTROS, ao fundamento de que as limitações impostas pelas Leis 9.032/95 e 9.129/95 não são aplicáveis quando se tratar de compensação de créditos por pagamento indevido de tributos declarados inconstitucionais pelo STF. Proclamou, ainda, a incidência dos juros de mora com base na taxa SELIC.
Em preliminar, assinala a recorrente estar caracterizada a repercussão geral da questão constitucional, conforme exigido pelo art. 543-A do CPC (incluído pela Lei n. 11.418/2006).
No mérito, sustenta violação ao art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, aduzindo que não há direito adquirido a determinado regime de compensação. Aduz, ainda, que negar a aplicação das Leis 9.032/95 e 9.129/95 sem declarar a inconstitucionalidade dos diplomas legais, implica ofensa ao art. 97 da Lei Maior, pois, para tanto, deveria ser observado o Princípio da Reserva de Plenário.
Contra-razões às fls. 389/396.
Constato que, para decidir a questão, o órgão julgador deste Tribunal valeu-se, unicamente, da interpretação de normas infraconstitucionais (Leis 9.032/95 e 9.129/95) e do entendimento desta Corte sobre o tema. Assim, se ofensa houvesse à Carta Política, seria, quando muito, reflexa, restando desautorizada a admissão do apelo extremo.
No mesmo sentido, a orientação do Excelso Pretório, consoante elucida a seguinte ementa, *in verbis*:

"*EMENTA: Agravo regimental em agravo de instrumento. 2. Recurso que não demonstra o desacerto da decisão agravada. 3. Compensação de contribuição previdenciária. Controvérsia decidida pelo Tribunal de origem com base em normas infraconstitucionais. Leis nos 9.032 e 9.129, ambas de 1995. Ofensa reflexa. Precedentes. 4. Agravo regimental a que se nega provimento.*"
(AI-AgR 541.448/RS, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 07.04.2006).

Em face do exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1627)

RECURSO ESPECIAL Nº 768.993 - PR (2005/0122510-5)

RECORRENTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTROS
ADVOGADO	: LUIZ ANTÔNIO MUNIZ MACHADO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: OTÁVIO DIAS CHAVES JÚNIOR
ADVOGADO	: HEBERT EGÍDIO ASSMANN

DESPACHO

Em face da decisão da Corte Suprema (fls. 501/502) dando provimento ao recurso extraordinário interposto pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA, encaminhem-se os presentes autos ao ministro relator a fim de que seja proferida nova decisão sobre a matéria, sem a premissa de que a ação é de competência da Justiça do Trabalho.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1628)

RE nos EDcl no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 777.339 - SP (2006/0114393-3)

RECORRENTE	: ANTÔNIO FERNANDO ARAGÃO DE MELO
ADVOGADO	: EMERSON VASCONCELOS DE OLIVEIRA E OUTRO
RECORRIDO	: CONDOMÍNIO EDIFÍCIO PORTINARI E OUTRO
ADVOGADO	: LAURO HYPPOLITO

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto por ANTÔNIO FERNANDO ARAGÃO DE MELO, com fundamento no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Terceira Turma deste Tribunal que, em agravo regimental seguido de embargos de declaração, manteve a decisão do relator o qual negou provimento ao agravo de instrumento, em face da inexistência de violação ao art. 535 do CPC.
No extraordinário, o recorrente alega ofensa aos princípios do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa e da motivação dos atos decisórios, expressos nos arts. 5°, LIV, LV e 93, IX, da Constituição Federal.
Contra-razões não apresentadas, conforme certidão de fl. 202.
É inadmissível o apelo extremo.
As matérias tratadas nos preceitos constitucionais invocados deixaram de ser apreciadas pela eg. Turma julgadora. Ausente o indispensável requisito do prequestionamento, consoante a Súmula nº 282 do STF.
Vale referir, ainda, que o Supremo Tribunal Federal já firmou entendimento de que "*as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional, se dependentes de reexame prévio de normas inferiores, podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição*" (AgRg no AG nº 541.361/PA). Incide a Súmula n° 636 do STF.
Ante o exposto, *não admito* o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1629)

RE no AgRg nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 784.829 - MS (2006/0206608-2)

RECORRENTE	: SOCIEDADE BRASILEIRA DE IMÓVEIS LTDA
ADVOGADO	: OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES E OUTRO
RECORRIDO	: URUCUM MINERAÇÃO S/A
ADVOGADO	: ALBERTO PAVIE RIBEIRO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela SOCIEDADE BRASILEIRA DE IMÓVEIS LTDA, com fundamento no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Corte Especial que, em agravo regimental, manteve a decisão do relator o qual negou seguimento aos embargos de divergência, em face da ausência de divergência jurisprudencial.
No extraordinário, a recorrente alega ofensa aos princípios da inafastabilidade do Poder Judiciário, devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa e da fundamentação dos atos decisórios, expressos nos arts. 5°, XXXV, LIV, LV e 93, IX, da Constituição Federal.
Contra-razões às fls. 1629/1636.
É inadmissível o apelo extremo.
As matérias tratadas nos preceitos constitucionais invocados deixaram de ser apreciadas pela eg. Turma julgadora. Ausente, assim, o indispensável requisito do prequestionamento, viabilizador da instância extraordinária, incindindo, pois, as Súmulas 282 e 356 do STF.
Vale referir, ainda, que o Supremo Tribunal Federal já firmou entendimento de que "*as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional, se dependentes de reexame prévio de normas inferiores, podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição*" (AgRg no AG nº 541.361/PA). Incide a Súmula n° 636 do STF.
Ante o exposto, *não admito* o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1630)

RE no RECURSO ESPECIAL Nº 799.581 - RR (2005/0194136-4)

RECORRENTE	: ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORES	: MARIO JOSÉ RODRIGUES DE MOURA
	THICIANE GUANABARA SOUZA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: WAILAN MALHEIRO SOBRAL E OUTRO
ADVOGADO	: CARLOS CAVALCANTE

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário manifestado em 22.08.2007 pelo ESTADO DE RORAIMA, com força no art. 102, III, "a", da Constituição da República, contra acórdão da Segunda Turma desta Corte, publicado em 29.06.2007, que negou provimento ao recurso especial, entendendo que "se os autores decaíram de menor parte do pedido, aplica-se o parágrafo único do art. 21 do CPC e não o seu *caput*".
No extraordinário, o recorrente sustenta que o acórdão recorrido teria malferido os princípios da inafastabilidade do Poder Judiciário, do contraditório e da ampla defesa, expressos nos incisos XXXV e LV do art. 5º da Carta Magna. Preliminarmente, afirma restar preenchido o requisito da repercussão geral, pois a matéria em discussão apresenta relevância econômica e social.
Contra-razões não apresentadas, segundo certidão de fl. 217.
É inadmissível o apelo extremo.
As matérias tratadas nos preceitos constitucionais invocados deixaram de ser apreciadas pela eg. Turma julgadora. Ausente, assim, o indispensável requisito do prequestionamento, viabilizador da instância extraordinária, incidindo, pois, a Súmula nº 282 do STF.
Vale referir, ainda, que o Supremo Tribunal Federal já consagrou o entendimento de que "as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional, se dependentes de reexame prévio de normas inferiores, podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição" (AgRg no AG nº 541.361/PA). Aplicável, assim, por analogia, a Súmula n° 636 do STF.
Ante o exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 27 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1631)

RE nos EDcl no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 801.864 - SP (2006/0172023-6)

RECORRENTE	: SACHS AUTOMOTIVE BRASIL LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: PEDRO WANDERLEY RONCATO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário manifestado por SACHS AUTOMOTIVE BRASIL LTDA e outro, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão da eg. Primeira Turma deste Tribunal publicado em 06.08.2007 que, em agravo regimental e nos embargos de declaração que o seguiram, manteve a decisão do relator negando provimento ao agravo de instrumento, ao fundamento de que a Primeira Seção consolidou entendimento no sentido de que a alíquota da contribuição do Seguro de Acidente do Trabalho deve corresponder ao grau de risco da atividade desenvolvida em cada estabelecimento empresarial, individualizado pelo Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica - CNPJ.
Alegam os recorrentes violação ao art. 5º, XXXV e LV, da Constituição Federal, sustentando que o acórdão recorrido afrontou os princípios da ampla defesa e do contraditório.
Contra-razões às fls. 366/375.
É inadmissível o apelo extremo.
Nos termos do § 2º do art. 543-A do CPC, introduzido pela Lei 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e conforme a Questão de Ordem decidida no AI n° 664.567/RS, pela Sessão Plenária do STF, de 18.06.2007, o recorrente deve demonstrar, em preliminar, a existência de repercussão geral da pretensão recursal.
Na hipótese dos autos, a parte recorrente não atentou para a exigência estabelecida na citada Lei, pelo que seu recurso não preenche o requisito de admissibilidade da *regularidade formal.*
Ante o exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 27 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1632)

RE nos EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 803.367 - DF (2005/0204940-8)

RECORRENTE	: BEM HUR ALEXANDRE VENTURINI E OUTRO
ADVOGADO	: SEBASTIÃO MORAES DA CUNHA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BANCO DE BRASÍLIA S/A - BRB
ADVOGADOS	: ALAN LADY DE OLIVEIRA COSTA
	JULIANA XAVIER E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto por BEM HUR ALEXANDRE VENTURINI E OUTRO.
Em petição à parte, protocolizada na mesma data do recurso, os recorrentes afirmam que "*não podem efetuar o pagamento das despesas dos processos sem prejuízo do próprio sustento e da família*" (fl.620).
Constato que ao longo da demanda os recorrentes litigaram sem o benefício ora pretendido, recolhendo, inclusive, as despesas dos recursos interpostos anteriormente, na forma exigida pela legislação de regência (fl. 501), além do que seus interesses estão sendo defendidos por renomada banca de advogados que, indistintamente, tem pleiteado igual concessão para todos os seus patrocinados.
Vale referir, ainda, que a pretensão ao benefício da assistência judiciária gratuita, na atual fase do processo, se encontra regida pelo art. 6º da Lei n.º 1.060/50 que expressamente dispõe:
"*O pedido, quando formulado no curso da ação, não a suspenderá, podendo o juiz, em face das provas, conceder ou denegar de plano o benefício de assistência*"

Assim, ***indefiro o pedido*** e determino a intimação dos recorrentes a fim de que, no prazo de 05 (cinco) dias, providenciem e comprovem o recolhimento do preparo recursal, sob pena de deserção.
Posteriormente, retornem-me os autos conclusos para exame de admissibilidade do recurso.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1633)

RE nos EDcl no AgRg nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 805.194 - SC (2006/0152268-2)

RECORRENTE	: EMPRESA AUTO VIAÇÃO PAULO LOPES LTDA
ADVOGADO	: RENATA SCABELLO MARTINELLI MARSON E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
INTERES.	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ADRIANA DOS S R M OLIVEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário manifestado pela EMPRESA AUTO VIAÇÃO PAULO LOPES LTDA, com fundamento no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Corte Especial que, em agravo regimental seguido de embargos de declaração, manteve a decisão do relator o qual negou seguimento aos embargos de divergência, em face da ausência de similitude fática entre os acórdãos confrontados.
No extraordinário, a recorrente alega ofensa aos princípios do livre acesso à justiça, do contraditório e da ampla defesa, expressos no art. 5°, XXXV e LV, da Constituição Federal.
Contra-razões às fls. 788/796.
É inadmissível o apelo extremo.
As matérias tratadas nos preceitos constitucionais invocados deixaram de ser apreciadas pela eg. Turma julgadora. Ausente, assim, o indispensável requisito do prequestionamento, viabilizador da instância extraordinária, incindindo, pois, as Súmulas 282 e 356 do STF.
Vale referir, ainda, que o Supremo Tribunal Federal já firmou entendimento de que "*as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional, se dependentes de reexame prévio de normas inferiores, podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição*" (AgRg no AG nº 541.361/PA). Incide a Súmula n° 636 do STF.
Ante o exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1634)

RE nos EDcl no AgRg nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 807.061 - SC (2007/0101218-2)

RECORRENTE	: JLM CLÍNICA DE REABILITAÇÃO LTDA
ADVOGADO	: MARCELO MOREIRA MONTEIRO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LUIZ FERNANDO JUCÁ FILHO E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de recurso extraordinário interposto por JLM Clínica de Reabilitação Ltda., com fulcro na alínea "a" do autorizativo constitucional, contra acórdão da Primeira Seção desta Corte que, negando provimento ao agravo interno, manteve a decisão do relator indeferindo liminarmente os embargos de divergência, ao fundamento de

inexistir dissídio interpretativo entre acórdãos quando o paradigma aprecia o mérito da demanda e o aresto embargado sequer conhece do especial.
Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados.
Em preliminar, assinala a recorrente estar caracterizada a repercussão geral da questão constitucional (fls. 357-358), conforme exigido pelo § 3.º do art. 102 da Constituição da República, regulamentado pelo art. 543-A do CPC.
No mais, sustenta que o aresto recorrido malferiu os princípios da hierarquia das leis (artigos 59 e 69 da Lei Fundamental), da segurança jurídica, do contraditório e da ampla defesa, este último consagrado no artigo 5.º, inciso LV, da Constituição Federal. Alega, ainda, ofensa ao artigo 105, III, "a", da Carta Política, asseverando que o Superior Tribunal de Justiça não poderia deixar de analisar a matéria dos autos, atinente à revogação do art. 6º, inc. II, da Lei Complementar n. 70/91 - que reconhecia a isenção da Cofins às sociedades civis de prestação de serviços profissionais -, pelo art. 56 da Lei n. 9.430/96.
Contra-razões às fls. 371-387.
O recurso não reúne condições de prosseguir.
A controvérsia está restrita aos pressupostos de conhecimento dos embargos de divergência, matéria que se esgota na esfera de competência desta Corte e não justifica a interposição de recurso extraordinário, consoante orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal, no sentido de que "*compete ao Superior Tribunal de Justiça a análise das exigências legais referentes à admissibilidade dos recursos de sua alçada, as quais devem estar satisfeitas para que o órgão jurisdicional possa ingressar no juízo de mérito. Portanto, a violação ao texto constitucional, se existente, seria reflexa*" (RE-AgR 380.358/MG, Min. Relator: Gilmar Mendes, DJ 03.02.2006).
Na mesma esteira, os seguintes precedentes do Excelso Pretório, *in verbis*:

"*EMENTA: 1. Recurso extraordinário: descabimento: controvérsia decidida à luz de legislação infraconstitucional: alegada violação de dispositivos constitucionais que, se ocorresse, seria reflexa ou indireta, que não enseja reexame na via do recurso extraordinário. 2.* ***Não cabe, em RE, verificar a existência ou não, in concreto, da dissonância de julgados alegada em embargos de divergência em recurso especial***."
(AI-AgR 565.554/SC, Min. Relator: Sepúlveda Pertence, DJ 04.08.2006).

"*EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. ADMISSIBILIDADE DE EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. CONTROVÉRSIA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*"
(AI-AgR 508.067/DF, Min. Relatora: Cármen Lúcia, DJ 16.02.2007).

"*EMENTA: Processual. Admissibilidade de embargos de divergência. Ofensa indireta à CF. Regimental não provido.*"
(AI-AgR 352.400/SP, Min. Relator: Nelson Jobim, DJ 24.05.2002).

Em face do exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 27 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1635)

RE nos EDcl no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 809.037 - SP (2006/0185791-4)

RECORRENTE	: SADOKIN S/A ELÉTRICA E ELETRÔNICA E FILIAL(IS)
ADVOGADO	: CLEIDEMAR REZENDE ISIDORO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário manifestado, em 16.08.2007, por SADOKIN S/A ELÉTRICA E ELETRÔNICA E FILIAIS, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão da eg. Primeira Turma deste Tribunal, publicado em 02.08.2007, que, em agravo regimental e embargos de declaração que o seguiram, manteve a decisão da relatora negando provimento ao agravo de instrumento interposto pela ora recorrente contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ao fundamento de que o recorrente deixou de indicar o dispositivo dito violado e de que não restou comprovado do dissídio jurisprudencial.
Como preliminar, demonstra a repercussão geral na questão constitucional exigida pelo art. 543-A, do CPC, com a redação dada pela Lei n.º 11.418/2006. No mérito, alega a violação aos incisos II, LIV e LV, do art. 5º da Constituição Federal, sustentando ofensa aos princípios da legalidade, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, aduzindo que seria desnecessária a demonstração cristalina do dispositivo de lei federal violado, já que a contribuição do INCRA foi extinta pela Lei n.º 7.787/89.
Contra-razões às fls. 399-414.
É inadmissível o apelo extremo.
A controvérsia tratada nos autos está restrita aos pressupostos de conhecimento do agravo de instrumento interposto, matéria que se esgota na esfera de competência desta Corte e não justifica o manejo do recurso extraordinário, consoante orientação firmada pelo eg. Supremo Tribunal Federal: "*compete ao Superior Tribunal de Justiça a análise das exigências legais referentes à admissibilidade dos recursos de sua alçada, as quais devem estar satisfeitas para que o órgão jurisdicional possa ingressar no juízo de mérito. Portanto, a violação ao texto constitucional, se existente, seria reflexa*" (RE - AgR 380.358/MG, DJ 03.02.2006 e AI - AgR 601970/RJ, DJ 08.09.2006, ambos da relatoria do Min. Gilmar Mendes).
Ante o exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1636)

RE nos EDcl no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 820.667 - SP (2006/0220520-0)

RECORRENTE	: SADOKIN S/A ELÉTRICA E ELETRÔNICA E FILIAL(IS)
ADVOGADO	: CLEIDEMAR REZENDE ISIDORO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Cuida-se de recurso extraordinário interposto por Sadokin S/A Elétrica e Eletrônica e Filial(is), com fulcro na alínea "a" do autorizativo constitucional, contra acórdão da Segunda Turma desta Corte que, em agravo interno improvido e nos aclaratórios subseqüentes, manteve a decisão do relator denegatória de provimento ao agravo de instrumento, ao fundamento de que o recurso especial fundado na alínea "b" do autorizativo constitucional imprescinde da indicação da lei local que teria sido julgada válida em detrimento da legislação federal, de modo que, não tendo a recorrente efetuado a referida indicação, torna-se impossível a apreciação do apelo, incidindo, na hipótese, a Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal.
Em preliminar, assinala a recorrente, de forma sucinta, estar caracterizada a repercussão geral da questão constitucional (fl. 323), conforme exigido pelo § 3.º do art. 102 da Constituição da República, regulamentado pelo art. 543-A do CPC.
No mérito, alega que o aresto recorrido contrariou o princípio da segurança jurídica, bem como o disposto no art. 5.º, incisos I, LIV e LV, da Lei Fundamental.
Contra-razões às fls. 341-345.
O recurso não reúne condições de prosseguir.
A controvérsia está restrita aos pressupostos de conhecimento do recurso especial, matéria que se esgota na esfera de competência desta Corte e não justifica a interposição de recurso extraordinário, consoante orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal, no sentido de que "*compete ao Superior Tribunal de Justiça a análise das exigências legais referentes à admissibilidade dos recursos de sua alçada, as quais devem estar satisfeitas para que o órgão jurisdicional possa ingressar no juízo de mérito. Portanto, a violação ao texto constitucional, se existente, seria reflexa*" (RE-AgR 380.358/MG, Min. Relator: Gilmar Mendes, DJ 03.02.2006).
Na mesma esteira, o seguinte precedente:

"*EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. RECURSO ESPECIAL. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. 1. O Tribunal a quo não se manifestou explicitamente sobre os temas constitucionais tidos por violados. Incidência das Súmulas ns. 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal. 2.* ***O exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso especial é providência privativa do Superior Tribunal de Justiça****. Iterativas decisões desta Corte concluíram pela impossibilidade de apreciar-se tal matéria em recurso extraordinário, de modo a evitar a subversão do sistema. Precedentes. 3. As alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional, se dependentes de reexame prévio de normas inferiores, podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição. Agravo regimental a que se nega provimento.*"
(AI-AgR 639.900/GO, Min. Relator: Eros Grau, DJ 29.06.2007)

Em face do exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1637)

RE no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 821.058 - MG (2006/0176794-0)

RECORRENTE	: MOTORBEL VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADO	: RICARDO SOARES MOREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BANCO BILBAO VISCAYA SA
ADVOGADO	: EDWALDO JOSÉ PEREIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto por MOTORBEL VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA, com fundamento no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão unânime da Terceira Turma deste Tribunal, publicado no D.J.U de 13.08.2007.
Contra-razões não apresentadas, conforme certidão de fl.381.
É inadmissível o apelo extremo.
Nos termos do § 2º do art. 543-A do CPC, introduzido pela Lei 11.418, de 19.12.2006, e conforme a Questão de Ordem decidida no AI n° 664.567/RS, pela Sessão Plenária do STF, de 18.06.2007, o recorrente deve demonstrar, em preliminar, a existência de repercussão geral.
Na hipótese dos autos, o recorrente não atentou para a exigência estabelecida na citada Lei, pelo que seu recurso não preenche o requisito de *regularidade formal.*
Ante o exposto, ***nego seguimento*** ao recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1638)

RE no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 823.047 - MG (2006/0217536-7)

RECORRENTE	: DICA TRANSPORTES LTDA
ADVOGADOS	: DIMAS GOMES DO CARMO FILHO JOSÉ ALFREDO ROSSI E OUTRO
RECORRIDO	: BRADESCO SEGUROS S/A
ADVOGADOS	: ALBERTO EUSTÁQUIO PINTO SOARES E OUTRO(S) RITA ALCYONE SOARES NAVARRO

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto por DICA TRANSPORTES LTDA, com fundamento no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Terceira Turma deste Tribunal que, em agravo regimental, manteve a decisão do relator o qual negou provimento ao agravo de instrumento, em face da intempestividade do recurso especial.
No extraordinário, a recorrente alega ofensa aos arts. 5°, II, XXXIV, "a", XXXV e LV, da Constituição Federal. Sustenta que a certidão de feriado local não está prevista como peça de instrução obrigatória, para aferir a tempestividade do recurso especial.
Contra-razões às fls. 829/836.
É inadmissível o apelo extremo.
A controvérsia está restrita aos pressupostos de conhecimento do agravo de instrumento, matéria que se esgota na esfera de competência desta eg. Corte e não justifica a manifestação do recurso extraordinário, consoante o entendimento do Col. Supremo Tribunal Federal, no sentido de que "compete ao Superior Tribunal de Justiça a análise das exigências legais referentes à admissibilidade dos recursos de sua alçada, as quais devem estar satisfeitas para que o órgão jurisdicional possa ingressar no juízo de mérito. Portanto, a violação ao texto constitucional, se existente, seria reflexa" (AgRg no Recurso Extraordinário nº 380.358/MG).
Vale referir, ainda, que o Supremo Tribunal Federal já firmou entendimento de que "*as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional, se dependentes de reexame prévio de normas inferiores, podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição*" (AgRg no AG nº 541.361/PA). Aplicável, assim, a Súmula n° 636 do STF.
Vale referir, ainda, que o Supremo Tribunal Federal já firmou entendimento de que "*as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional, se dependentes de reexame prévio de normas inferiores, podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição*" (AgRg no AG nº 541.361/PA). Aplicável, assim, a Súmula n° 636 do STF.
Ante o exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1639)

RE no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 823.763 - MG (2006/0217542-0)

RECORRENTE	: DICA TRANSPORTES LTDA
ADVOGADOS	: DIMAS GOMES DO CARMO FILHO JOSÉ ALFREDO ROSSI E OUTRO
RECORRIDO	: BRADESCO SEGUROS S/A
ADVOGADOS	: ALBERTO EUSTÁQUIO PINTO SOARES RITA ALCYONE SOARES NAVARRO E OUTRO(S)

DESPACHO

Trata-se de recurso extraordinário interposto por DICA TRANSPORTES LTDA, com fundamento no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Terceira Turma deste Tribunal que, em agravo regimental, manteve a decisão do relator o qual negou provimento ao agravo de instrumento, em face da intempestividade do recurso especial.
No extraordinário, a recorrente alega ofensa aos arts. 5°, II, XXXIV, "a", XXXV e LV, da Constituição Federal. Sustenta que a certidão de feriado local não está prevista como peça de instrução obrigatória, para aferir a tempestividade do recurso especial.
Contra-razões às fls. 686/693.

É inadmissível o apelo extremo.
A controvérsia está restrita aos pressupostos de conhecimento do agravo de instrumento, matéria que se esgota na esfera de competência desta eg. Corte e não justifica a manifestação do recurso extraordinário, consoante o entendimento do Col. Supremo Tribunal Federal, no sentido de que "compete ao Superior Tribunal de Justiça a análise das exigências legais referentes à admissibilidade dos recursos de sua alçada, as quais devem estar satisfeitas para que o órgão jurisdicional possa ingressar no juízo de mérito. Portanto, a violação ao texto constitucional, se existente, seria reflexa" (AgRg no Recurso Extraordinário nº 380.358/MG).
Vale referir, ainda, que o Supremo Tribunal Federal já firmou entendimento de que "*as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional, se dependentes de reexame prévio de normas inferiores, podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição*" (AgRg no AG nº 541.361/PA). Aplicável, assim, a Súmula n° 636 do STF.
Ante o exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1640)

RE no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 823.765 - MG (2006/0217549-3)

RECORRENTE	: DICA TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	: DIMAS GOMES DO CARMO FILHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BRADESCO SEGUROS S/A
ADVOGADOS	: ALBERTO EUSTÁQUIO PINTO SOARES MARCELO A F BRANDÃO E OUTRO

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto por DICA TRANSPORTES LTDA, com fundamento no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Terceira Turma deste Tribunal que, em agravo regimental, manteve a decisão do relator o qual negou provimento ao agravo de instrumento, em face da intempestividade do recurso especial.
No extraordinário, a recorrente alega ofensa aos arts. 5°, II, XXXIV, "a", XXXV e LV, da Constituição Federal. Sustenta que a certidão de feriado local não está prevista como peça de instrução obrigatória, para aferir a tempestividade do recurso especial.
Contra-razões às fls. 633/640.
É inadmissível o apelo extremo.
A controvérsia está restrita aos pressupostos de conhecimento do agravo de instrumento, matéria que se esgota na esfera de competência desta eg. Corte e não justifica a manifestação do recurso extraordinário, consoante o entendimento do Col. Supremo Tribunal Federal, no sentido de que "compete ao Superior Tribunal de Justiça a análise das exigências legais referentes à admissibilidade dos recursos de sua alçada, as quais devem estar satisfeitas para que o órgão jurisdicional possa ingressar no juízo de mérito. Portanto, a violação ao texto constitucional, se existente, seria reflexa" (AgRg no Recurso Extraordinário nº 380.358/MG).
Vale referir, ainda, que o Supremo Tribunal Federal já firmou entendimento de que "*as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional, se dependentes de reexame prévio de normas inferiores, podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição*" (AgRg no AG nº 541.361/PA). Aplicável, assim, a Súmula n° 636 do STF.
Ante o exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1641)

RE nos EDcl no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 826.545 - BA (2006/0233128-0)

RECORRENTE	: NEUMY JOSÉ DE SOUZA
ADVOGADO	: ANTONIO FERNANDO DANTAS MONTALVÃO
RECORRIDO	: COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA
ADVOGADO	: MARCELO MIGUEL ROSSI

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto por NEUMY JOSÉ DE SOUZA, com fundamento no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão unânime da Quarta Turma deste Tribunal, publicado no D.J.U de 06.08.2007.
Contra-razões não apresentadas, conforme certidão de fl. 223.
É inadmissível o apelo extremo.
Nos termos do § 2º do art. 543-A do CPC, introduzido pela Lei 11.418, de 19.12.2006, e conforme a Questão de Ordem decidida no AI n° 664.567/RS, pela Sessão Plenária do STF, de 18.06.2007, o recorrente deve demonstrar, em preliminar, a existência de repercussão geral.
Na hipótese dos autos, o recorrente não atentou para a exigência estabelecida na citada Lei, pelo que seu recurso não preenche o requisito de *regularidade formal*.
Ante o exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1642)

RE nos EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 826.904 - DF (2006/0046311-0)

RECORRENTE	: MARIO AUGUSTO BRANDÃO RABELO E OUTRO
ADVOGADO	: SEBASTIÃO MORAES DA CUNHA E OUTRO
RECORRIDO	: ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO POUPEX
ADVOGADOS	: MARCO ANTONIO ROCHAEL FRANCA E OUTRO(S) OCTÁVIO AUGUSTO CARNEIRO PEREIRA

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto por MARIO AUGUSTO BRANDÃO RABELO E OUTRO, com fundamento no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quarta Turma deste Tribunal que, em agravo regimental seguido de embargos de declaração, manteve a decisão do relator o qual deu provimento ao recurso especial para afastar a limitação dos juros remuneratórios.
No extraordinário, o recorrente alega que o acórdão recorrido violou o direito à moradia, previsto no art. 6º da Constituição Federal.
Contra-razões às fls. 802/808.
É inadmissível o apelo extremo.
O acórdão recorrido está fundado exclusivamente na interpretação infraconstitucional dada pelo Órgão Colegiado deste Tribunal ao tema em debate nos autos, qual seja, o momento em que deve ocorrer a amortização do saldo devedor de contrato vinculado ao Sistema Financeiro da Habitação, se antes ou depois da aplicação da correção monetária. Ausente, portanto, o prequestionamento do dispositivo constitucional tido por violado, assim como violação direta à Constituição Federal. Incide, na espécie, a súmula 282 do STF.
Ante o exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1643)

RE no AgRg no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 837.599 - RR (2006/0075164-6)

RECORRENTE	: ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORES	: DANIELLA TORRES DE MELO BEZERRA THICIANE GUANABARA SOUZA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: J ESTEVES FRANCO DE SOUZA
ADVOGADO	: STÉLIO DENER DE SOUZA CRUZ - DEFENSOR PÚBLICO E OUTRO

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário manifestado em 27.07.2007 pelo ESTADO DE RORAIMA, com força no art. 102, III, "a", da Constituição da República, contra acórdão da Primeira Turma do STJ, publicado em 31.05.2007, que, em sede de agravo regimental, manteve a decisão do relator negando seguimento ao recurso especial, ao entendimento que "tendo a prescrição sido argüída pela parte adversa e ultrapassado o prazo de cinco anos da constituição definitiva do crédito, de rigor a decretação da prescrição".
No extraordinário, o recorrente aduz que o acórdão recorrido malferiu os incisos XXXV e LV do art. 5º da Carta Magna, violando os princípios da inafastabilidade do Poder Judiciário, do contraditório e da ampla defesa. Em sede de preliminar, o recorrente aponta o preenchimento do requisito da repercussão geral, uma vez que por se tratar de execução fiscal é nítida a relevância econômica e social.
Contra-razões não oferecidas, consoante certidão de fl. 286.
É inadmissível o apelo extremo.
As matérias tratadas nos preceitos constitucionais invocados deixaram de ser apreciadas pela eg. Turma julgadora. Ausente, assim, o indispensável requisito do prequestionamento, viabilizador da instância extraordinária, incidindo, pois, a Súmula nº 282 do STF.
Vale referir, ainda, que o Supremo Tribunal Federal já consagrou o entendimento de que "as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional, se dependentes de reexame prévio de normas inferiores, podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição" (AgRg no AG nº 541.361/PA). Aplicável, assim, por analogia, a Súmula n° 636 do STF.
Ante o exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1644)

RECURSO ESPECIAL Nº 838.028 - SP (2006/0070592-1)

RECORRENTE	: TRANSCARO TRASNSPORTES DE CARGAS RODOVIÁRIAS LTDA
ADVOGADO	: CLEIDEMAR REZENDE ISIDORO E OUTRO
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ANGELA MARIA DE BARROS GREGORIO E OUTRO(S)

DESPACHO

Em face da decisão do Supremo Tribunal Federal às fls. 118/119 dos autos do AG/RE 22596/SP, remetam-se ao Ministro Relator a fim de que seja proferido novo julgamento sobre a matéria.
Publique-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1645)

RE no RECURSO ESPECIAL Nº 840.259 - SP (2006/0079951-4)

RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: RICARDO DE CASTRO NASCIMENTO E OUTRO(S)
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO	: ORIENTE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
ADVOGADO	: MAURÍCIO JOSÉ BARROS FERREIRA E OUTRO

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário manifestado por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão da eg. Primeira Turma deste Tribunal que deu parcial provimento ao recurso especial interposto por Oriente Máquinas e Equipamentos Ltda e rejeitou os embargos de declaração que o seguiram, na esteira do entendimento da Primeira Seção reconhecendo que o art. 3º da LC 118/05 não tem caráter meramente interpretativo, não alcançando as ações ajuizadas antes de sua vigência, sendo aplicado apenas àquelas iniciadas a partir de 09 de Junho de 2005.
Proclamou, ainda, o Órgão Julgador, que nas compensações de tributos declarados inconstitucionais, não se aplicam os limites impostos pelas Leis 9.032/95 e 9.129/95.
Determinou, ao final, os índices a serem aplicados na restituição devida.
Alega o recorrente violação aos arts. 5°, XXXVI e 97 da Constituição Federal, sustentando que o aresto recorrido, ao afastar a aplicação do artigo 4º, segunda parte, da Lei Complementar 118/2005, determinando que o art. 3º do mesmo diploma legal incide apenas sobre situações que venham a ocorrer a partir da sua vigência, deixou de submeter à Corte Especial o incidente de inconstitucionalidade quanto ao dispositivo questionado, em face do princípio da reserva de plenário, para declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.
Sustenta, ainda, que os limites percentuais instituídos pelas Leis 9.032/95 e 9.129/95, devem ser aplicados para créditos remanescentes, cujos débitos venceram posteriormente à edição das referidas leis. Aduz, ao final, que não há direito adquirido a um determinado regime de prescrição e de compensação.
Contra-razões ás fls. 740/769.
As matérias tratadas nos preceitos constitucionais invocados não foram debatidas nos acórdãos recorridos, carecendo o pleito recursal do necessário prequestionamento. Incide, na espécie, a Súmula 282 do STF.
Ante o exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 27 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1646)

RE nos EDcl no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 846.805 - DF (2006/0279125-4)

RECORRENTE	: TSUYOSHI HARADA E OUTRO
ADVOGADO	: SEBASTIÃO MORAES DA CUNHA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO POUPEX
ADVOGADO	: SILVIO DA COSTA ALVES E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto por TSUYOSHI HARADA E OUTRO, com fundamento no art. 102, III, da Constituição Federal, contra acórdão da Quarta Turma deste Tribunal que, em agravo regimental seguido de embargos de declaração, manteve a decisão do relator o qual negou provimento ao agravo de instrumento, ao fundamento de que é legítima a utilização da TR na atualização do saldo devedor de contrato vinculado ao Sistema Financeiro da Habitação.

Alegam os recorrentes, em síntese, que o acórdão recorrido viola o direito à moradia, previsto no art. 6º da Constituição Federal, haja vista que a correção do saldo devedor com a aplicação da TR inviabiliza a aquisição da casa própria.
Contra-razões às fls. 253/261.
É inadmissível o apelo extremo.
O acórdão recorrido está fundado exclusivamente na interpretação infraconstitucional dada pelo Órgão Colegiado deste Tribunal ao tema em debate nos autos, qual seja, a legitimidade da utilização da TR na atualização do saldo devedor de contrato vinculado ao Sistema Financeiro da Habitação. Ausente, portanto, o prequestionamento do dispositivo constitucional tido por violado, assim como violação direta à Constituição Federal. Incide, na espécie, a súmula 282 do STF.
Ante o exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1647)

RE no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 846.943 - RJ (2006/0273992-7)

RECORRENTE	: MARIA APPARECIDA MATTOS - ESPÓLIO
REPR. POR	: DOUGLAS MAC ARTHUR DE ARAÚJO MATTOS - INVENTARIANTE
ADVOGADO	: RUBENS CASARA E OUTRO
RECORRIDO	: VERA ALEXANDRA ISABEL JATOBÁ DE MORAES CALVENTE E OUTRO
ADVOGADO	: CARLOS GOMES DE FIGUEIREDO NETO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto por MARIA APPARECIDA MATTOS - ESPÓLIO, com fundamento no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão unânime da Terceira Turma deste Tribunal, publicado no D.J.U de 13.08.2007
Contra-razões à fl. 210.
É inadmissível o apelo extremo.
Nos termos do § 2º do art. 543-A do CPC, introduzido pela Lei 11.418, de 19.12.2006, e conforme a Questão de Ordem decidida no AI n° 664.567/RS, pela Sessão Plenária do STF, de 18.06.2007, a recorrente deve demonstrar, em preliminar, a existência de repercussão geral.
Na hipótese dos autos, a recorrente não atentou para a exigência estabelecida na citada Lei, pelo que seu recurso não preenche o requisito de *regularidade formal*.
Ante o exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1648)

RE no RECURSO ESPECIAL Nº 852.874 - PR (2006/0110528-3)

RECORRENTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTROS
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOSÉ AUGUSTO CARDOSO LEITÃO - ESPÓLIO
REPR. POR	: MARIA MANUELA FIDALGO ALCOBIA CARDOSO LEITÃO
ADVOGADO	: JEOVANI BONADIMAN BLANCO

DECISÃO

Cuida-se de recurso extraordinário interposto pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA, e outros, com fulcro na alínea "a" do autorizativo constitucional, contra acórdão da Primeira Turma desta Corte, que negou provimento ao recurso especial, ao fundamento de estar sedimentado neste Tribunal "*o entendimento de que o art. 605 da CLT, que determina a publicação de editais de notificação do lançamento da contribuição sindical rural em jornal de grande circulação, não foi revogado pelo Decreto-Lei 1.166/71, devendo, portanto, ser observado como condição de legitimidade da referida exação*" (fl. 310).
Alegam os recorrentes, em preliminar, que a questão constitucional tratada no presente extraordinário - cumprimento do princípio da publicidade mediante a publicação dos editais no Diário Oficial - oferece repercussão geral, dado que "*a Corte Suprema se manifestou em várias oportunidades sobre a plena constitucionalidade, juridicidade e legalidade da Contribuição Sindical Rural, cobrada pela CNA*" (fl. 315).
No mérito, sustentam que o aresto recorrido malferiu o disposto no art. 37 da Lei Fundamental, pois o princípio da publicidade restou devidamente cumprido na hipótese, mediante a publicação, no Diário Oficial, pela CNA, FAEP e Sindicatos Rurais, dos editais de que trata o art. 605 da CLT.
Contra-razões não apresentadas, consoante certidão de fl. 325.
O recurso não reúne condições de prosseguir.
O órgão julgador deste Tribunal, ao decidir a questão, fundou-se, essencialmente, na interpretação de normas de natureza infraconstitucional (art. 605 da CLT e Decreto-Lei 1.166/71) e no pacífico entendimento desta Corte sobre a matéria, de modo que, se ofensa houvesse ao texto da Lei Fundamental, seria, quando muito, indireta, restando desautorizada a admissão do presente recurso.
Em face do exposto, ***não admito*** o extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1649)

RE no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 853.967 - PR (2007/0005383-1)

RECORRENTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ORLANDO DE SÁ
ADVOGADO	: MARIA REGINA VIZIOLI E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de recurso extraordinário, manifestado em 14.8.2007, interposto pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA, com fulcro na alínea "a" do autorizativo constitucional, contra acórdão publicado em 2.8.2007, da Primeira Turma desta Corte que, em sede de agravo interno, manteve a decisão da relatora denegatória de provimento ao agravo de instrumento, forte no fundamento de que, nos termos do art. 605 da CLT, a publicação de editais é obrigatória e deve preceder a cobrança da contribuição sindical, em atendimento ao princípio da publicidade dos atos.
Alega a recorrente, em preliminar, que a questão constitucional tratada no presente extraordinário - cumprimento do princípio da publicidade mediante a publicação dos editais no Diário Oficial - apresenta repercussão geral, dado que "[...] *a Corte Suprema se manifestou em várias oportunidades sobre a plena constitucionalidade, juridicidade e legalidade da Contribuição Sindical Rural, cobrada pela CNA* [...]" (fl. 602).
No mérito, sustenta que o aresto ora hostilizado malferiu o disposto no art. 37 da Lei Fundamental, haja vista que o princípio da publicidade restou devidamente cumprido na hipótese, mediante a publicação, pela CNA, FAEP e Sindicatos Rurais, dos editais de que trata o art. 605 da CLT no Diário Oficial.
Contra-razões apresentadas às fls. 613/633.
O recurso não reúne condições de prosseguir.
O órgão julgador deste Tribunal decidiu a questão dos autos embasado na interpretação de legislação infraconstitucional (artigo 605 da CLT) e fundado no pacífico entendimento desta Corte sobre a matéria, de sorte que, se ofensa houvesse ao texto da Carta Política, seria, quando muito, indireta inviabilizando o seguimento do apelo extremo.
Em face do exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1650)

RE no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 854.192 - PR (2007/0001454-0)

RECORRENTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTROS
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LUIZ PEDRO RÉ
ADVOGADO	: LUIS CARLOS DOS SANTOS E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de recurso extraordinário interposto pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA, com fulcro na alínea "a" do autorizativo constitucional, contra acórdão da Primeira Turma desta Corte que, em sede de agravo interno, manteve a decisão da relatora denegatória de provimento ao agravo de instrumento, ao fundamento de que, nos termos do art. 605 da CLT, a publicação de editais é obrigatória e deve preceder à cobrança da contribuição sindical, em atendimento ao princípio da publicidade dos atos.
Alega a recorrente, em preliminar, que a questão constitucional tratada no presente extraordinário - cumprimento do princípio da publicidade mediante a publicação dos editais no Diário Oficial - apresenta repercussão geral, dado que "[...] *a Corte Suprema se manifestou em várias oportunidades sobre a plena constitucionalidade, juridicidade e legalidade da Contribuição Sindical Rural, cobrada pela CNA* [...]" (fl. 344).
No mérito, sustenta que o aresto ora hostilizado malferiu o disposto no art. 37 da Lei Fundamental, haja vista que o princípio da publicidade restou devidamente cumprido na hipótese, mediante a publicação no Diário Oficial, pela CNA, FAEP e Sindicatos Rurais, dos editais de que trata o art. 605 da CLT.
Sem contra-razões.
O recurso não reúne condições de prosseguir.
O órgão julgador deste Tribunal decidiu a questão dos autos embasado na interpretação de legislação infraconstitucional (artigo 605 da CLT) e fundado no pacífico entendimento desta Corte sobre a matéria, de sorte que, se ofensa houvesse ao texto da Carta Política, seria, quando muito, indireta inviabilizando o seguimento do apelo extremo.
Em face do exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de setembro de 2007.

Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1651)

RE no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 855.338 - SC (2007/0002691-1)

RECORRENTE	: CARLOS ALBERTO HOMEM
ADVOGADO	: HÉLIO BARRETO DOS SANTOS FILHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RECORRIDO	: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
ADVOGADO	: JOAQUIM LADISLAU PIRES JUNIOR E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário manifestado por CARLOS ALBERTO HOMEM, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra decisão monocrática da Ministra Denise Arruda que não conheceu do agravo de instrumento por ausência de impugnação específica da decisão que inadmitiu o recurso especial, incidindo, na hipótese, a Súmula 182 desta Corte.
Por despacho de fl. 366, indeferi o pedido de assistência judiciária gratuita e determinei a intimação do recorrente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providenciasse a complementação do preparo. Contudo, a parte interessada deixou de atender a essa determinação, recolhendo apenas o valor correspondente ao porte de remessa e retorno dos autos, motivo pelo qual tenho como deserto o presente recurso.
Em face do exposto, julgo ***deserto*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1652)

RE no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 857.307 - SP (2007/0019869-7)

RECORRENTE	: JESUÍNO SANTA MARIA
ADVOGADOS	: LUIZ FÁBIO COPPI MICHELLE COPPI BARDAUIL E OUTRO(S)
RECORRIDO	: DEJAIR DOS SANTOS
ADVOGADO	: LEDA MADSEN RICCI E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto por JESUÍNO SANTA MARIA, com fundamento no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Terceira Turma deste Tribunal que, em agravo regimental, manteve a decisão do relator o qual não conheceu do agravo de instrumento, em face da ausência de procuração do subscritora do recurso especial.
No extraordinário, o recorrente alega ofensa ao princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário, expresso no art. 5°, XXXV, da Constituição Federal.
Contra-razões às fls. 388/392.
É inadmissível o apelo extremo.
A controvérsia está restrita aos pressupostos de conhecimento do agravo de instrumento, matéria que se esgota na esfera de competência desta eg. Corte e não justifica a manifestação do recurso extraordinário, consoante o entendimento do Col. Supremo Tribunal Federal, no sentido de que "compete ao Superior Tribunal de Justiça a análise das exigências legais referentes à admissibilidade dos recursos de sua alçada, as quais devem estar satisfeitas para que o órgão jurisdicional possa ingressar no juízo de mérito. Portanto, a violação ao texto constitucional, se existente, seria reflexa" (AgRg no Recurso Extraordinário nº 380.358/MG).
Ante o exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1653)

RE nos EDcl no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 857.855 - MG (2007/0017614-2)

RECORRENTE	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORES	: FABÍOLA PINHEIRO LUDWIG E OUTRO(S) JOSÉ ALFREDO BORGES
RECORRIDO	: LAFARGE BRASIL S/A
ADVOGADO	: CLÁUDIA HORTA DE QUEIROZ

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário manifestado, em 10.08.2007, pelo Estado de Minas Gerais, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão da eg. Primeira Turma deste Tribunal, publicado em 02.08.2007, que, em agravo regimental e embargos de declaração que o seguiram, manteve a decisão do Presidente desta Corte que deixou de conhecer do agravo de instrumento por ser intempestiva a petição de recurso especial.
Como preliminar, demonstra a repercussão geral na questão constitucional exigida pelo art. 543-A, do CPC, com a redação dada pela Lei n.º 11.418/2006. No mérito, alega a violação aos incisos I e II, § 4º do art. 103-B da Constituição Federal.
Contra-razões às fls. 144-151.

É inadmissível o apelo extremo.
A controvérsia tratada nos autos está restrita aos pressupostos de conhecimento do agravo de instrumento interposto, matéria que se esgota na esfera de competência desta Corte e não justifica o manejo do recurso extraordinário, consoante orientação firmada pelo eg. Supremo Tribunal Federal: "*compete ao Superior Tribunal de Justiça a análise das exigências legais referentes à admissibilidade dos recursos de sua alçada, as quais devem estar satisfeitas para que o órgão jurisdicional possa ingressar no juízo de mérito. Portanto, a violação ao texto constitucional, se existente, seria reflexa*" (RE - AgR 380.358/MG, DJ 03.02.2006 e AI - AgR 601970/RJ, DJ 08.09.2006, ambos da relatoria do Min. Gilmar Mendes).
Ante o exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1654)

RE no RECURSO ESPECIAL Nº 858.683 - DF (2006/0086287-5)

RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RECORRIDO	: DISTRITO FEDERAL
PROCURADORES	: JULIANA TAVARES ALMEIDA E OUTRO(S) LEILA MARIA RAMOS DOURADO
INTERES.	: BRASIL TROPICAL ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO	: JOÃO TADEU SEVERO DE ALMEIDA NETO E OUTRO(S)
INTERES.	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário manifestado, em 23.08.2007, pelo Ministério Público Federal, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão da eg. Primeira Turma deste Tribunal, publicado em 02.08.2007, negando provimento ao recurso especial interposto pelo *Parquet* do Distrito Federal e Territórios contra o Governo Local, ao fundamento de que o Ministério Público não está legitimado a propor ação civil pública visando a anulação de Termo de Adesão a Regime Especial - TARE, celebrado entre o Distrito Federal e seus contribuintes.
Alega o recorrente violação aos arts. 5º, XXXV, 127, 129, III, IX e § 1º, da Constituição Federal.
Contra-razões às fls. 519 a 536.
Não merece prosperar o recurso extremo.
Nos termos do § 2º do art. 543-A do CPC, introduzido pela Lei 11.418, de 19 de dezembro de 2006 e conforme a Questão de Ordem decidida no AI nº 664.567/RS, pela Sessão Plenária do STF, de 18.06.2007, o recorrente deve demonstrar, em preliminar, a existência de repercussão geral da pretensão recursal.
Na hipótese dos autos, a parte recorrente não atentou para a exigência estabelecida na citada Lei, pelo que seu recurso não preenche o requisito de admissibilidade da *regularidade formal*.
Ante o exposto, ***nego seguimento*** ao recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1655)

RE no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 861.007 - SP (2007/0025169-7)

RECORRENTE	: PALACETE CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA
ADVOGADO	: JOSÉ CARLOS BARBOSA DE JESUS
RECORRIDO	: DIONÍSIO SÉRGIO MENDONÇA MELUSO
ADVOGADO	: CRISTIANO DINIZ DE CASTRO SOUZA E OUTRO

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto por PALACETE CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA.
Os requisitos constantes do artigo 511 do CPC não restaram preenchidos, porquanto o valor correspondente ao porte de remessa e retorno dos autos foi recolhido a menor, em desacordo com a determinação contida no art. 2° da Resolução nº 342 do STF, de 21 de maio de 2007, em vigor na data da interposição do apelo extremo.
Ante o exposto, determino a intimação do recorrente a fim de que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie e comprove a regularização do preparo, sob pena de deserção.
Posteriormente, retornem-me os autos conclusos para exame da admissibilidade do recurso.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1656)

RE no AgRg nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 866.943 - PR (2006/0250249-3)

RECORRENTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN
RECORRIDO	: NELSON HILGENBERG JÚNIOR
ADVOGADO	: MÁRIO ROCHA FILHO E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de recurso extraordinário interposto pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA, com fulcro na alínea "a" do autorizativo constitucional, contra acórdão da Primeira Seção desta Corte que, em agravo interno improvido, manteve a decisão do relator denegatória de seguimento aos embargos de divergência, ao fundamento de que o aresto embargado estaria de acordo com entendimento consolidado neste Pretório, no sentido de que o regime de encargos incidentes em caso de mora no pagamento da contribuição sindical rural é o estabelecido no art. 59 da Lei n. 8.383/91 (semelhante ao do art. 2.º da Lei n. 8.022/90) e não o do art. 600 da CLT. Assim, incidiria, na espécie, a Súmula n. 168/STJ, do seguinte teor: "***não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado***".
Alega a recorrente, em preliminar, que a questão constitucional tratada neste recurso extraordinário, relativa à integral recepção da contribuição sindical pela Constituição, inclusive dos encargos previstos na CLT, oferece repercussão geral, dado que "*a Corte Suprema se manifestou em várias oportunidades sobre a plena constitucionalidade, juridicidade e legalidade da Contribuição Sindical Rural, cobrada pela CNA*" (fl. 483).
No mérito, sustenta que o aresto recorrido, ao entender que estaria revogado o art. 600 da CLT, contrariou os arts. 8.º, inc. IV; 146, III; e 149, todos da Lei Fundamental, bem como o disposto nos artigos 10, § 2.º; e 34, § 5.º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Aduz que não houve revogação da norma celetista, pois a contribuição sindical rural constitui tributo parafiscal, não se inserindo no conceito de tributo federal devido à Fazenda Nacional.
Contra-razões não apresentadas, consoante certidão de fl. 495.
O recurso não reúne condições de prosseguir.
A controvérsia está restrita aos pressupostos de conhecimento dos embargos de divergência, matéria que se esgota na esfera de competência desta Corte e não justifica a interposição de recurso extraordinário, consoante orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal, no sentido de que "*compete ao Superior Tribunal de Justiça a análise das exigências legais referentes à admissibilidade dos recursos de sua alçada, as quais devem estar satisfeitas para que o órgão jurisdicional possa ingressar no juízo de mérito. Portanto, a violação ao texto constitucional, se existente, seria reflexa*" (RE-AgR 380.358/MG, Min. Relator: Gilmar Mendes, DJ 03.02.2006).
Na mesma esteira, os seguintes precedentes, *verbis*:

"*EMENTA: 1. Recurso extraordinário: descabimento: controvérsia decidida à luz de legislação infraconstitucional: alegada violação de dispositivos constitucionais que, se ocorresse, seria reflexa ou indireta, que não enseja reexame na via do recurso extraordinário. 2.* ***Não cabe, em RE, verificar a existência ou não, in concreto, da dissonância de julgados alegada em embargos de divergência em recurso especial***."
(AI-AgR 565.554/SC, Min. Relator: Sepúlveda Pertence, DJ 04.08.2006).

"*EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. ADMISSIBILIDADE DE EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. CONTROVÉRSIA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*"
(AI-AgR 508.067/DF, Min. Relatora: Carmen Lúcia, DJ 16.02.2007).

Em face do exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de setembro de 2007.

Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1657)

RE no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 871.483 - PR (2007/0045684-3)

RECORRENTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTROS
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ADÉLCIO JOSÉ ZENNI
ADVOGADO	: DOUGLAS L COSTA MAIA

DECISÃO

Cuida-se de recurso extraordinário, manifestado em 14.8.2007, interposto pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA, com fulcro na alínea "a" do autorizativo constitucional, contra acórdão publicado em 1º.8.2007, da Segunda Turma desta Corte que, em sede de agravo interno, manteve a decisão do relator denegatória de provimento ao agravo de instrumento, ao fundamento de que, nos termos do art. 605 da CLT, a publicação de editais é obrigatória e deve preceder a cobrança da contribuição sindical, em atendimento ao princípio da publicidade dos atos.
Alega a recorrente, em preliminar, que a questão constitucional tratada no presente extraordinário - cumprimento do princípio da publicidade mediante a publicação dos editais no Diário Oficial - apresenta repercussão geral, dado que "[...] *a Corte Suprema se manifestou em várias oportunidades sobre a plena constitucionalidade, juridicidade e legalidade da Contribuição Sindical Rural, cobrada pela CNA* [...]" (fl. 362).
No mérito, sustenta que o aresto ora hostilizado malferiu o disposto no art. 37 da Lei Fundamental, haja vista que o princípio da publicidade restou devidamente cumprido na hipótese, mediante a publicação, pela CNA, FAEP e Sindicatos Rurais, dos editais de que trata o art. 605 da CLT no Diário Oficial.
Sem contra-razões.
O recurso não reúne condições de prosseguir.
O órgão julgador deste Tribunal decidiu a questão dos autos embasado na interpretação de legislação infraconstitucional (artigo 605 da CLT) e fundado no pacífico entendimento desta Corte sobre a matéria, de sorte que, se ofensa houvesse ao texto da Carta Política, seria, quando muito, indireta inviabilizando o seguimento do apelo extremo.
Em face do exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1658)

RE nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 876.155 - CE (2006/0174852-7)

RECORRENTE	: UNIÃO
PROCURADOR	: SANDRA FERREIRA MOREIRA
RECORRIDO	: HOSPITAL REGIONAL MANUEL DE ABREU LTDA
ADVOGADO	: CARLOS CÉSAR QUADROS PIERRE E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto em 18.07.2007 pela UNIÃO, com força no art. 102, III, "a", da Carta Magna, contra acórdão da Segunda Turma deste Tribunal que deu parcial provimento ao recurso especial e rejeitou os conseqüentes embargos declaratórios, "tão-somente para limitar a condenação da União ao pagamento de diferenças pelos serviços prestados até novembro de 1999".
No extraordinário, a recorrente aponta que o acórdão recorrido teria ofendido os arts. 2º, 5º, XXXVI, LIV, 37 e 199, §1º, todos da Constituição Federal, malferindo os princípios da separação dos poderes, do ato jurídico perfeito, do devido processo legal e da legalidade, além de violar a norma que permite às instituições privadas a participação no sistema único de saúde.
Contra-razões não oferecidas, consoante certidão de fl. 304.
É inadmissível o apelo extremo.
Nos termos do § 2º do art. 543-A do CPC, introduzido pela Lei 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da decisão do STF no julgamento da Questão de Ordem no Agravo de Instrumento nº 664.567/PA, na sessão de 18 de junho de 2007, o recorrente deve demonstrar, em preliminar, a existência de repercussão geral da pretensão recursal.
Na hipótese dos autos, o recorrente não atentou para a exigência estabelecida, deixando de preencher o requisito de admissibilidade da *regularidade formal*.
Ante o exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1659)

RE nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 883.281 - SP (2006/0192799-3)

RECORRENTE	: ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
ADVOGADO	: ELISEU EUFEMIA FUNES
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: VALDIR SERAFIM E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário manifestado em 23.08.2007 por ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, com fulcro no art. 102, III, "a", da Carta Magna, contra acórdão da Segunda Turma desta Corte, publicado em 20.08.2007, que deu provimento ao recurso especial e rejeitou os conseqüentes embargos declaratórios, reconhecendo "a incidência do imposto de renda sobre a gratificação paga por liberalidade da empresa".
No extraordinário, o recorrente sustenta que o acórdão recorrido teria malferido os princípios da legalidade (art. 5º, II, CF), da proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa (art. 7º, I, CF) e da isonomia (art. 150, II, CF).
Em 03.09.2007, dez dias após a interposição do recurso extraordinário, o recorrente apresentou petição na qual aponta o preenchimento do requisito da repercussão geral.
Contra-razões oferecidas às fls. 453/462.
É inadmissível o apelo extremo.
Nos termos do § 2º do art. 543-A do CPC, introduzido pela Lei 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e da decisão do STF no julgamento da Questão de Ordem no Agravo de Instrumento nº 664.567/PA, na sessão de 18 de junho de 2007, o recorrente deve demonstrar, em preliminar, a existência de repercussão geral da pretensão recursal.
Na hipótese dos autos, o recorrente atentou para tal exigência dez dias após a interposição do extraordinário, verificando-se dessa forma o fenômeno da *preclusão consumativa*.
Ante o exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1660)

RE no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 884.638 - PR (2007/0055968-0)

RECORRENTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
ADVOGADOS	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S) MARCIA REGINA RODACOSKI
RECORRIDO	: ANTÔNIO RETZLAFF - ESPÓLIO
ADVOGADO	: ELISÂNGELA DE ANDRADE RETZLAFF

DECISÃO

Cuida-se de recurso extraordinário interposto pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA, com fulcro na alínea "a" do autorizativo constitucional, contra acórdão da Segunda Turma desta Corte que, em sede de agravo interno, manteve a decisão do relator denegatória de provimento ao agravo de instrumento, aos seguintes fundamentos: (a) nos termos do artigo 605 da CLT - dispositivo não revogado pelo Decreto-Lei n.º 1.166/1971-, a publicação de editais deve preceder o recolhimento da contribuição sindical rural, em respeito ao princípio da publicidade dos atos administrativos e ao da não-surpresa do contribuinte; (b) a publicação dos editais no Diário Oficial não supre a exigência do referido dispositivo legal, pois, embora seja veículo oficial de informação, não corresponde, necessariamente, ao jornal de maior circulação na localidade abrangida pela cobrança da contribuição sindical.

Preliminarmente, alega a recorrente que a questão constitucional veiculada no presente extraordinário - cumprimento do princípio da publicidade mediante a publicação dos editais no Diário Oficial - oferece repercussão geral, dado que "*a Corte Suprema se manifestou em várias oportunidades sobre a plena constitucionalidade, juridicidade e legalidade da Contribuição Sindical Rural, cobrada pela CNA* ...." (fl. 398).

No mérito, sustenta que o aresto recorrido malferiu o disposto no art. 37 da Lei Fundamental, haja vista que o princípio da publicidade restou devidamente cumprido na hipótese, mediante a publicação, no Diário Oficial, pela CNA, FAEP e Sindicatos Rurais, dos editais de que trata o art. 605 da CLT.

Contra-razões não apresentadas, consoante certidão de fl. 408.

O recurso não reúne condições de prosseguir.

O órgão julgador deste Tribunal, ao decidir a questão, fundou-se, essencialmente, na interpretação de legislação infraconstitucional (artigo 605 da CLT e Decreto-Lei n.º 1.166/1971), de sorte que, se ofensa houvesse ao texto constitucional, seria, quando muito, indireta, restando inviabilizado o seguimento do apelo extremo.

Em face do exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1661)

RE no RECURSO ESPECIAL Nº 900.310 - PR (2006/0171176-7)

RECORRENTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FLÁVIO BETINI
ADVOGADO	: CARLOS ALBERTO BIAGGI E OUTRO(S)
INTERES.	: FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ FAEP E OUTROS

DECISÃO

Cuida-se de recurso extraordinário interposto pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA, com fulcro na alínea "a" do autorizativo constitucional, contra acórdão exarado pela Primeira Turma desta Corte, que não conheceu do recurso especial, ao fundamento de ser inadmissível esse apelo quando são cabíveis embargos infringentes contra o aresto proferido no tribunal de origem, nos termos da Súmula 207/STJ.

Alega a recorrente, em preliminar, que a questão constitucional tratada no presente extraordinário oferece repercussão geral, dado que "*a Corte Suprema se manifestou em várias oportunidades sobre a plena constitucionalidade, juridicidade e legalidade da Contribuição Sindical Rural, cobrada pela CNA*" (fl. 240).

No mérito, sustenta que o aresto recorrido malferiu o disposto no art. 37 da Lei Fundamental, pois o princípio da publicidade restou devidamente cumprido na hipótese, mediante a publicação, no Diário Oficial, pela CNA, FAEP e Sindicatos Rurais, dos editais de que trata o art. 605 da CLT.

Contra-razões não apresentadas, consoante certidão de fl. 250.

O recurso não reúne condições de prosseguir.

Conforme brevemente referido, a Primeira Turma deste Pretório limitou-se a não conhecer do especial ante a incidência da Súmula 207/STJ, do seguinte teor, *in litteris*: "*é inadmissível recurso especial quando cabíveis embargos infringentes contra o acórdão proferido no tribunal de origem*". Nada obstante, o recurso extraordinário *sub examine* expõe questão relativa ao cumprimento do princípio da publicidade mediante a publicação dos editais de que trata o art. 605 da CLT no Diário Oficial.

Como se pode notar, revelam-se dissociadas as razões de decidir daquelas apresentadas pela CNA em seu apelo extremo, o que atrai a incidência da Súmula 284/STF. Confira-se, a propósito, o seguinte precedente da Corte Suprema, *in verbis*:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA CONSTITUCIONAL. 1. ***Inviável o recurso extraordinário que veicula tema diverso daquele efetivamente enfrentado pelo acórdão recorrido. Súmula STF nº 284****. 2. Mostram-se infrutíferos os embargos declaratórios opostos com o fim de prequestionamento, quando a argüição de ofensa a dispositivos constitucionais sequer foi deduzida nas informações ao mandado de segurança. Os embargos de declaração não se prestam a inovar na causa e incluir fundamentos até então ausentes. Súmulas STF nºs 282 e 356. 3. Agravo regimental improvido."*

(RE-AgR 420.201/DF, Min. Relatora: Ellen Gracie, DJ 24.06.2005).

Em face do exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1662)

RE no AgRg nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 909.973 - SP (2006/0272336-2)

RECORRENTE	: CENTRO BRASILEIRO DE CIRURGIA LTDA
ADVOGADO	: JOAQUIM HENRIQUE APARECIDO DA COSTA FERNANDES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ECCO BRASIL ECOLOGICAL COSMETICS LTDA
ADVOGADO	: CLÁUDIO MOLINA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto por CENTRO BRASILEIRO DE CIRURGIA LTDA, com fundamento no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Terceira Turma deste Tribunal que, em agravo regimental, manteve a decisão do relator o qual negou seguimento ao recurso especial, em face da ausência de divergência jurisprudencial.

Foram opostos embargos de declaração, os quais foram acolhidos para retificar um erro material.

Contra-razões não apresentadas, conforme certidão de fl. 248.

Conforme certificado à fl. 192, o acórdão recorrido foi publicado no DJU de 01.08.2007, iniciando-se o prazo recursal em 02.08.2007 e encerrando em 16.08.2007. Por sua vez, o apelo extremo foi interposto, via fax, apenas em 23.08.2007 (fls.194/213), pelo que é manifestamente intempestivo.

Ante o exposto, ***nego seguimento*** ao recurso extraordinário.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1663)

RE no RECURSO ESPECIAL Nº 913.163 - PR (2007/0005524-4)

RECORRENTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTROS
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: GERALDO FRANZINI BORNIA
ADVOGADO	: AIRTON MARTINS MOLINA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário manifestado pela CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA, com fundamento na letra "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pela Primeira Turma deste Tribunal que, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial para proclamar a necessidade de publicação dos editais para a cobrança da contribuição sindical, nos termos do art. 605 da CLT.

Preliminarmente, alega o recorrente que a questão constitucional tratada no presente extraordinário - cumprimento do princípio da publicidade mediante a publicação dos editais no Diário Oficial - manifesta repercussão geral, dado que "[...] *a Corte Suprema se manifestou em várias oportunidades sobre a plena constitucionalidade, juridicidade e legalidade da Contribuição Sindical Rural, cobrada pela CNA* [...]".

No mérito, sustenta que o aresto hostilizado ao proclamar a necessidade de publicação dos editais referentes ao recolhimento da contribuição sindical nos jornais de maior circulação local, nos termos do art. 605 da CLT, malferiu frontalmente o disposto no art. 37 da Lei Fundamental, dando a esse preceito constitucional interpretação diversa e extensiva. Alegam não serem órgãos da administração pública direta ou indireta, não havendo que se falar em aplicação do referido preceito constitucional à hipótese dos autos. De outra parte, assinala que o princípio da publicidade restou atendido, porquanto os editais de que trata o artigo 605 da CLT foram publicados, por meio do Diário Oficial, pela CNA, FAEP e Sindicatos Rurais.

Sem contra-razões.

Não merece prosperar o recurso extremo.

O órgão julgador deste Sodalício, ao decidir a questão, valeu-se da interpretação de legislação infraconstitucional (artigo 605 da CLT), de sorte que, se ofensa houvesse ao texto da Lei Fundamental, seria reflexa ou indireta, restando desautorizada a admissão do presente recurso.

Diante do exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de setembro de 2007.

Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1664)

RE nos EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 914.179 - RJ (2007/0000054-0)

RECORRENTE	: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CREA/RJ
ADVOGADO	: DÉCIO FREIRE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: WELLINGTON DE FARIAS MELLO
ADVOGADO	: FÁBIO SANTIAGO DINIZ

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário manifestado em 17.08.2007 por CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CREA/RJ, com fundamento no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Primeira Turma desta Corte, publicado em 02.08.2007, que, em sede de agravo regimental seguido de embargos declaratórios, negou seguimento ao recurso especial, entendendo que "o certificado de conclusão de curso realizado em instituição oficial é suficiente para requerer registro profissional provisório em órgão de classe fiscalizador, conforme disposto no artigo 57, da Lei nº 5.194/66, enquanto perdurar o procedimento de aprovação do referido curso junto ao CONFEA".

No extraordinário, o recorrente sustenta que o acórdão recorrido teria violado os princípios da legalidade, da inafastabilidade do Poder Judiciário, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, expressos nos incisos II, XXXV, LIV e LV do art. 5º da Carta Constitucional. Aduz, em preliminar, que a matéria objeto do apelo preenche o requisito da repercussão geral, uma vez que a violação aos princípios constitucionais "acarreta reflexos em todo o regramento jurídico pátrio".

Contra-razões não oferecidas, consoante certidão de fl. 235.

É inadmissível o apelo extremo.

As matérias tratadas nos preceitos constitucionais invocados deixaram de ser apreciadas pela eg. Turma julgadora. Ausente, assim, o indispensável requisito do prequestionamento, viabilizador da instância extraordinária, incidindo, pois, a Súmula nº 282 do STF.

Vale referir, ainda, que o Supremo Tribunal Federal já consagrou o entendimento de que "as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional, se dependentes de reexame prévio de normas inferiores, podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição" (AgRg no AG nº 541.361/PA). Aplicável, assim, por analogia, a Súmula n° 636 do STF.

Ante o exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1665)

RE nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 915.524 - SP (2007/0005546-0)

RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ANA CAROLINA CERQUEIRA PEREIRA DA SILVA
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO	: BRAPIRA COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA
ADVOGADOS	: ANA CRISTINA FREIRE DE LIMA DIAS E OUTRO(S) LEONARDO BARBOSA CAVALCANTI

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário manifestado por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão da eg. Segunda Turma deste Tribunal que deu parcial provimento ao recurso especial interposto por Brapira Comércio de Bebidas Ltda e rejeitou os embargos de declaração que o seguiram, ao fundamento de que "*nos tributos lançados por homologação, o prazo para a propositura da ação de repetição de indébito será de dez anos a contar do fato gerador, se a homologação for tácita (tese dos "cinco mais cinco"), e de cinco anos a contar da homologação, se expressa*."

Proclamou, ainda, o Órgão Julgador, que nas compensações de tributos declarados inconstitucionais, não se aplicam os limites impostos pelas Leis 9.032/95 e 9.129/95.

Alega o recorrente violação aos arts. 5º, XXXVI e 97, da Constituição Federal, sustentando que o acórdão recorrido ao afastar a aplicação dos limites compensatórios impostos pelas Leis 9.032/95 e 9.129/95, sem declarar sua inconstitucionalidade, deixou de submeter a questão ao controle de constitucionalidade, ofendendo o princípio da reserva de plenário. Aduz, ainda, que não há direito adquirido a regime de compensação.
Contra-razões às fls. 448/457.
É inadmissível o apelo extremo.
As matérias tratadas nos preceitos constitucionais invocados não foram debatidas nos acórdãos recorridos, carecendo o pleito recursal do necessário prequestionamento. Incide, na espécie, a Súmula 282 do STF.
Ante o exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 27 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1666)

RE no RECURSO ESPECIAL Nº 916.185 - PR (2007/0006151-6)

RECORRENTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: GELIO BATISTA CALGARO
ADVOGADO	: JOSÉ CARLOS STADLER

DECISÃO

Cuida-se de recurso extraordinário interposto pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA, com fulcro na alínea "a" do autorizativo constitucional, contra acórdão da Primeira Turma desta Corte, que negou provimento ao recurso especial, ao fundamento de estar sedimentado neste Tribunal "*o entendimento de que o art. 605 da CLT, que determina a publicação de editais de notificação do lançamento da contribuição sindical rural em jornal de grande circulação, não foi revogado pelo Decreto-Lei 1.166/71, devendo, portanto, ser observado como condição de legitimidade da referida exação*" (fl. 395).
Alega a recorrente, em preliminar, que a questão constitucional tratada no presente extraordinário - cumprimento do princípio da publicidade mediante a publicação dos editais no Diário Oficial - oferece repercussão geral, dado que "*a Corte Suprema se manifestou em várias oportunidades sobre a plena constitucionalidade, juridicidade e legalidade da Contribuição Sindical Rural, cobrada pela CNA*" (fl. 400).
No mérito, sustenta que o aresto recorrido malferiu o disposto no art. 37 da Lei Fundamental, pois o princípio da publicidade restou devidamente cumprido na hipótese, mediante a publicação, no Diário Oficial, pela CNA, FAEP e Sindicatos Rurais, dos editais de que trata o art. 605 da CLT.
Contra-razões não apresentadas, consoante certidão de fl. 410.
O recurso não reúne condições de prosseguir.
O órgão julgador deste Tribunal, ao decidir a questão, fundou-se, essencialmente, na interpretação de normas de natureza infraconstitucional (art. 605 da CLT e Decreto-Lei 1.166/71) e no pacífico entendimento desta Corte sobre a matéria, de modo que, se ofensa houvesse ao texto da Lei Fundamental, seria, quando muito, indireta, restando desautorizada a admissão do presente recurso.
Em face do exposto, ***não admito*** o extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1667)

RE no RECURSO ESPECIAL Nº 919.479 - PR (2007/0014400-6)

RECORRENTE	: LÁZARO PEIXOTO BAYER - SUCESSÃO E OUTROS
REPR. POR	: EMY LOPES BAYER E OUTROS
ADVOGADO	: CARLOS ABRAO CELLI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR
ADVOGADOS	: LUIZ RODRIGUES WAMBIER
	TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário manifestado, em 09.08.2007, por EMY LOPES BAYER e outros, sucessores de LÁZARO PEIXOTO BAYER, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão da eg. Primeira Turma deste Tribunal, publicado em 02.08.2007, deu parcial provimento ao recurso especial interposto por Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, para, adotando o princípio *tempus regit actum*, proclamar o entendimento de que entre a emissão na posse e a data da publicação da decisão proferida na ADIN 2.332-2-DF, os juros compensatórios limitam-se em 6% (seis por cento) ao ano, nos termos do art. 6º da MP n.º 1.577/97.
Como preliminar, demonstra a repercussão geral na questão constitucional exigida pelo art. 543-A, do CPC, com a redação dada pela Lei n.º 11.418/2006.
No mérito, alegam os recorrentes violação aos incisos II e XXIV do art. 5º, da Constituição Federal, bem como ofensa à Súmula 618 do STF.
Contra-razões às fls. 1515-1522.
É inadmissível o apelo extremo.
As matérias insertas nos preceitos constitucionais tidos como ofendidos não foram debatidas no acórdão recorrido, carecendo o pleito recursal do necessário prequestionamento. Aplica-se à espécie a Súmula 282 do Excelso Pretório.
Demais disso, o órgão julgador deste Tribunal decidiu a questão dos autos embasado na interpretação de legislação infraconstitucional e fundado no pacífico entendimento desta Corte sobre a matéria, de sorte que, se ofensa houvesse à Constituição Federal, seria, quando muito, indireta, restando desautorizada a admissão do apelo extremo.
Em face do exposto, ***não admito*** o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1668)

RE no RECURSO ESPECIAL Nº 932.455 - PR (2006/0241081-7)

RECORRENTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTROS
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ADY GNOATTO
ADVOGADO	: NERII L CENZI E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de recurso extraordinário interposto pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA, e outros, com fulcro na alínea "a" do autorizativo constitucional, contra acórdão da Primeira Turma desta Corte, que negou provimento ao recurso especial, ao fundamento de estar sedimentado neste Tribunal "*o entendimento de que o art. 605 da CLT, que determina a publicação de editais de notificação do lançamento da contribuição sindical rural em jornal de grande circulação, não foi revogado pelo Decreto-Lei 1.166/71, devendo, portanto, ser observado como condição de legitimidade da referida exação*" (fl. 335).
Alegam os recorrentes, em preliminar, que a questão constitucional tratada no presente extraordinário - cumprimento do princípio da publicidade mediante a publicação dos editais no Diário Oficial - oferece repercussão geral, dado que "*a Corte Suprema se manifestou em várias oportunidades sobre a plena constitucionalidade, juridicidade e legalidade da Contribuição Sindical Rural, cobrada pela CNA*" (fl. 340).
No mérito, sustentam que o aresto recorrido malferiu o disposto no art. 37 da Lei Fundamental, pois o princípio da publicidade restou devidamente cumprido na hipótese, mediante a publicação, no Diário Oficial, pela CNA, FAEP e Sindicatos Rurais, dos editais de que trata o art. 605 da CLT.
Contra-razões não apresentadas, consoante certidão de fl. 350.
O recurso não reúne condições de prosseguir.
O órgão julgador deste Tribunal, ao decidir a questão, fundou-se, essencialmente, na interpretação de normas de natureza infraconstitucional (art. 605 da CLT e Decreto-Lei 1.166/71) e no pacífico entendimento desta Corte sobre a matéria, de modo que, se ofensa houvesse ao texto da Lei Fundamental, seria, quando muito, indireta, restando desautorizada a admissão do presente recurso.
Em face do exposto, ***não admito*** o extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1669)

RE no RECURSO ESPECIAL Nº 943.117 - PR (2006/0241199-0)

RECORRENTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTROS
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOÃO ZEQUIM
ADVOGADO	: CARLOS ANTÔNIO ANSINELLI FILHO

DECISÃO

Cuida-se de recurso extraordinário interposto pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA, e outros, com fulcro na alínea "a" do autorizativo constitucional, contra acórdão da Primeira Turma desta Corte, que negou provimento ao recurso especial, ao fundamento de estar sedimentado neste Tribunal "*o entendimento de que o art. 605 da CLT, que determina a publicação de editais de notificação do lançamento da contribuição sindical rural em jornal de grande circulação, não foi revogado pelo Decreto-Lei 1.166/71, devendo, portanto, ser observado como condição de legitimidade da referida exação*" (fl. 316).

Alegam os recorrentes, em preliminar, que a questão constitucional tratada no presente extraordinário - cumprimento do princípio da publicidade mediante a publicação dos editais no Diário Oficial - oferece repercussão geral, dado que "*a Corte Suprema se manifestou em várias oportunidades sobre a plena constitucionalidade, juridicidade e legalidade da Contribuição Sindical Rural, cobrada pela CNA*" (fl. 321).
No mérito, sustentam que o aresto recorrido malferiu o disposto no art. 37 da Lei Fundamental, pois o princípio da publicidade restou devidamente cumprido na hipótese, mediante a publicação, no Diário Oficial, pela CNA, FAEP e Sindicatos Rurais, dos editais de que trata o art. 605 da CLT.
Contra-razões não apresentadas, consoante certidão de fl. 331.
O recurso não reúne condições de prosseguir.
O órgão julgador deste Tribunal, ao decidir a questão, fundou-se, essencialmente, na interpretação de normas de natureza infraconstitucional (art. 605 da CLT e Decreto-Lei 1.166/71) e no pacífico entendimento desta Corte sobre a matéria, de modo que, se ofensa houvesse ao texto da Lei Fundamental, seria, quando muito, indireta, restando desautorizada a admissão do presente recurso.
Em face do exposto, ***não admito*** o extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1670)

RE no RECURSO ESPECIAL Nº 948.320 - PR (2006/0259713-6)

RECORRENTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTROS
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ANTÔNIO FERNANDO TREVISAN
ADVOGADO	: MARIA REGINA VIZIOLI E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de recurso extraordinário interposto pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA, e outros, com fulcro na alínea "a" do autorizativo constitucional, contra acórdão da Primeira Turma desta Corte, que negou provimento ao recurso especial, ao fundamento de estar sedimentado neste Tribunal "*o entendimento de que o art. 605 da CLT, que determina a publicação de editais de notificação do lançamento da contribuição sindical rural em jornal de grande circulação, não foi revogado pelo Decreto-Lei 1.166/71, devendo, portanto, ser observado como condição de legitimidade da referida exação*" (fl. 397).
Alegam os recorrentes, em preliminar, que a questão constitucional tratada no presente extraordinário - cumprimento do princípio da publicidade mediante a publicação dos editais no Diário Oficial - oferece repercussão geral, dado que "*a Corte Suprema se manifestou em várias oportunidades sobre a plena constitucionalidade, juridicidade e legalidade da Contribuição Sindical Rural, cobrada pela CNA*" (fl. 402).
No mérito, sustentam que o aresto recorrido malferiu o disposto no art. 37 da Lei Fundamental, pois o princípio da publicidade restou devidamente cumprido na hipótese, mediante a publicação, no Diário Oficial, pela CNA, FAEP e Sindicatos Rurais, dos editais de que trata o art. 605 da CLT.
Contra-razões apresentadas intempestivamente às fls. 413-428.
O recurso não reúne condições de prosseguir.
O órgão julgador deste Tribunal, ao decidir a questão, fundou-se, essencialmente, na interpretação de normas de natureza infraconstitucional (art. 605 da CLT e Decreto-Lei 1.166/71) e no pacífico entendimento desta Corte sobre a matéria, de modo que, se ofensa houvesse ao texto da Lei Fundamental, seria, quando muito, indireta, restando desautorizada a admissão do presente recurso.
Em face do exposto, ***não admito*** o extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

SECRETARIA DOS ÓRGÃOS JULGADORES

SEÇÃO DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS

(1671)

RE no AgRg na AÇÃO PENAL Nº 231 - DF (2003/0025269-0)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO**
RECORRENTE	: FERNANDO VERGUEIRO
RECORRENTE	: SÉRGIO VERGUEIRO
ADVOGADOS	: CARLOS ALBERTO DA SILVA LEITE
	ELISABETH CARDOSO PAES DA ROCHA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FRANKLIN RODRIGUES DA COSTA
ADVOGADO	: FLÁVIO DA MATA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CASTELO BRANCO
ADVOGADO	: RONALDO LÁZARO TIRADENTES
RECORRIDO	: DIRETOR DO JORNAL PRIMEIRO PLANO
ADVOGADO	: MÁRIO ANTÔNIO SUSSMANN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: DIRETOR DO JORNAL A CRÍTICA
ADVOGADO	: JÚLIO ANTÔNIO DE JORGE LOPES

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto por FERNANDO VERGUEIRO e outro, com fundamento na alínea "a" do autorizativo constitucional, contra acórdão proferido pela Corte Especial deste Tribunal, resumido na ementa de teor seguinte (fls. 401):

Agravo regimental. Ação penal. Crimes de difamação, de injúria, de imprensa e de abuso de autoridade. Prescrição. Crime de responsabilidade.
1. Relativamente aos crimes de difamação, de injúria, de imprensa e de abuso de autoridade indicados na inicial, protocolada em 25/2/03, os prazos prescricionais não ultrapassam dois e quatro anos. Por outro lado, já tendo transcorrido os referidos prazos desde os fatos, sem nenhuma interrupção, resta caracterizada a prescrição punitiva.

2. Os crimes de responsabilidade previstos no art. 12 da Lei nº 1.079/50 são específicos do Presidente da República nos termos do art. 4º, inciso VIII, do mesmo diploma legal, não podendo ser estendidos, por analogia, ao Procurador Regional Federal e aos demais réus, redator e diretores de jornais.
3. Agravo regimental desprovido.
Em preliminar, assinalam os recorrentes estar caracterizada a repercussão geral da questão constitucional. No mérito, alegam violação aos arts. 5º, incisos XXXV, LV e LIV; 37; 130-A, § 2º, IV; 128, II, "b"; e 129, incisos I e IX, todos da C.F, sustentando a impossibilidade de se condicionar o julgamento do mérito do feito à prévia manifestação do Ministério Público. Sustentam, ainda, ter o Ministério Público se eximido de apurar os fatos criminosos relatados, descumprindo, portanto, suas funções constitucionais.
Contra-razões não oferecidas.
As matérias tratadas nos preceitos constitucionais ora invocados sequer foram mencionadas pelo v. aresto hostilizado e não foram opostos os embargos de declaração suscitando a apreciação dos temas pelo órgão julgador. Ausente, assim, o prequestionamento viabilizador da instância extraordinária, incidindo o óbice dos Enunciados n.ºs 282 e 356 da súmula do STF.
Ante o exposto, não admito o recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1672)

DESIS no HABEAS CORPUS Nº 69.116 - BA (2006/0236283-7)

RELATOR	**: MINISTRO GILSON DIPP**
IMPETRANTE	: JEAN CARLOS VASCONCELOS SIMÕES PINHO E OUTROS
IMPETRADO	: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE	: GUIMAR SANTOS DE SOUSA

DESPACHO

Trata-se de pedido de desistência formulado por GUIMAR SANTOS DE SOUSA, à fl. 215, por intermédio de seu advogado.
O *habeas corpus* é ação constitucional que pode ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, sendo desnecessária a presença de profissional habilitado.
Assim, se para impetrar o *habeas corpus* não se faz necessária a apresentação de procuração, é de se entender que para a formulação do pedido de desistência também não há como ser exigido o instrumento de mandato.
Demais disso, o pedido de desistência é assinado pelo próprio advogado impetrante do *habeas corpus*, que afirma já ter sido revogada a prisão do paciente, tendo o feito perdido objeto.
Assim, homologo o pedido de desistência para que produza os efeitos legais, tornando sem efeito o despacho de fl. 217.
Publique-se. Intimem-se. Arquive-se.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1673)

RO no HABEAS CORPUS Nº 70.997 - SP (2006/0259751-6)

RELATOR	**: MINISTRO GILSON DIPP**
RECORRENTE	: EVALDO JOSÉ DE LIMA (PRESO)
ADVOGADOS	: RICARDO MARTINS ZAUPA - PROCURADORIA DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA SÉRGIO LUÍS ROCHA PINHEIRO - DEFENSOR PÚBLICO DA UNIÃO
RECORRIDO	: QUINTA TURMA DO STJ

DESPACHO

Tendo em vista a manifestação de fls. 147/148, devolvam-se os autos ao MPF.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Vice-Presidente

(1674)

RECURSO ESPECIAL Nº 914.061 - SP (2007/0000115-6)

RELATOR	**: MINISTRO FELIX FISCHER**
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RECORRIDO	: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
ADVOGADO	: LUIZ FABRICIO THAUMATURGO VERGUEIRO E OUTRO(S)
INTERES.	: GRIMÁRIO NOBRE DE OLIVEIRA
INTERES.	: ANTONIO JÚLIO SOARES DA COSTA
INTERES.	: FRANCISCO JOSÉ DA SILVA FERNANDES
INTERES.	: FERNANDO SALZANO
INTERES.	: GUILHERME LUIS BORTOLETTO
INTERES.	: MARCELO DE HOLANDA MONTENEGRO

DESPACHO

Encaminhem-se os autos ao Relator.

Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Ministro

AUTOS COM VISTA AOS INTERESSADOS

Os processos abaixo relacionados encontram-se com Vista ao Recorrido para Contra-Razões de RO:

(1675)

RO no MANDADO DE SEGURANÇA nº 10877 - DF (2005/0123832-2)

RELATOR	**: MIN. CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE - FURJ
ADVOGADOS	: SÉRGIO ROBERTO BACK FELIPE INÁCIO ZANCHET MAGALHÃES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: UNIÃO
INTERES.	: MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

(1676)

RO no MANDADO DE SEGURANÇA nº 11231 - DF (2005/0199631-2)

RELATORA	**: MIN. DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: FACULDADES CATÓLICAS
ADVOGADO	: ANTÔNIO GLAUCIUS DE MORAIS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: UNIÃO
INTERES.	: MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

(1677)

RO no MANDADO DE SEGURANÇA nº 11528 - DF (2006/0041662-5)

RELATOR	**: MIN. HERMAN BENJAMIN**
RECORRENTE	: THEREZA CRISTINA DE ARAÚJO GOYANO
ADVOGADO	: FERNANDO DE SANTA ROSA E OUTRO
RECORRIDO	: UNIÃO
INTERES.	: MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA
INTERES.	: COMANDANTE DA MARINHA DO BRASIL

(1678)

RO nos EDcl no AgRg no MANDADO DE SEGURANÇA nº 12484 - CE (2006/0276761-8)

RELATOR	**: MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
RECORRENTE	: ADRIANA LEAL MAIA
RECORRENTE	: MARIA GORETTI DE LIMA ROBERTO
RECORRENTE	: SÉRGIO RICARDO SANTOS DAMASCENO
RECORRENTE	: ANA FREIRE DELMONT
RECORRENTE	: LÚCIA DOS MARTINS COELHO MELO
RECORRENTE	: LUIZ GONZAGA NOGUEIRA
RECORRENTE	: MÔNICA PINTO MONTENEGRO
RECORRENTE	: NAÉDIA ROSANNA ALENCAR JULIÃO DE MENEZES
RECORRENTE	: VITOR BENEVIDES ROCHA
RECORRENTE	: LAURO VILMAR GARCIA COSTA
RECORRENTE	: MARIA ARLENE COSTA MOSCA DE CARVALHO
RECORRENTE	: LÚCIA DE FÁTIMA GOMES PORTELA
RECORRENTE	: AUGUSTO REGINALDO DA SILVA
RECORRENTE	: MARIA LADY BEZERRA
RECORRENTE	: TERESA CRISTINA FREITAS E SILVA
RECORRENTE	: SARAH BASTOS DE OLIVEIRA LESSA
RECORRENTE	: MARIA JOSÉ CARVALHO SOARES
RECORRENTE	: ANTÔNIO PINTO DE MENDONÇA
RECORRENTE	: LÚCIA MARÍLIA DE MAGALHÃES BANHOS
RECORRENTE	: PEDRO RODRIGUES SALGUEIRO
RECORRENTE	: MYRIAN DO SOCORRO NUNES GUIMARÃES
RECORRENTE	: LÚCIA DE SOUSA LUZ
RECORRENTE	: DAMIANA SANTOS MACEDO
RECORRENTE	: MAGNÓLIA BESERRA DE ANDRADE
RECORRENTE	: JORGE ROBERTO DE GOIS RODRIGUES
RECORRENTE	: DENISE FEITOZA NUNES
RECORRENTE	: EDNA MARIA VIANA ARAÚJO
RECORRENTE	: MARUSKA DUARTE CHAVES
RECORRENTE	: ANTÔNIO ARLEDO DA COSTA
RECORRENTE	: SORAYA LEITE ALBUQUERQUE
RECORRENTE	: HELENA DE NAZARETH GUIMARÃES
RECORRENTE	: ALVINA MARIA ADERALDO BARBOSA
RECORRENTE	: AIDA BEZERRA DE MENEZES GUEDES
RECORRENTE	: CÍCERO ROGÉRIO PEREIRA DE OLIVEIRA
RECORRENTE	: FRANCISCA GOMES BARBOSA
RECORRENTE	: MARIA JOSÉ FALCÃO
RECORRENTE	: FÁBIO CARTAXO LINHARES
RECORRENTE	: FRANCISCO FLÁVIO CARLOS DA SILVA
RECORRENTE	: ROSANA MITIDIERI FERNANDES
RECORRENTE	: RAIMUNDO LIMA DE FREITAS
RECORRENTE	: JÂNIO ALCÂNTARA DE OLIVEIRA
RECORRENTE	: FRANCISCO OTON FALCÃO JUCÁ
RECORRENTE	: NILO SANTOS DA SILVA
RECORRENTE	: APARECIDA ROCHA GOES
RECORRENTE	: SÔNIA MARIA DE OLIVEIRA SCHRAMM
RECORRENTE	: JOSELLE MARIA DE ALENCAR ARARIPE BASTOS
ADVOGADO	: CLAYTON AMORIM DE SOUSA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: UNIÃO
INTERES.	: DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIÃO
INTERES.	: MINISTRO PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
INTERES.	: JUIZ FEDERAL DIRETOR DO FORO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

(1679)

RO no MANDADO DE SEGURANÇA nº 12491 - DF (2006/0278005-7)

RELATORA	**: MIN. DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: MARIA DA SILVA
ADVOGADO	: RUY DE ARAÚJO JÚNIOR
RECORRIDO	: UNIÃO
INTERES.	: MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO

AUTOS COM VISTA AOS INTERESSADOS

Os processos abaixo relacionados encontram-se com Vista ao Recorrido para Contra-Razões de RE:

(1680)

RE nos EDcl na EXCEÇÃO DA VERDADE nº 50 - SP (2006/0063501-7)

RELATOR	**: MIN. LUIZ FUX**
RECORRENTE	: FLÁVIO CELSO VILLA DA COSTA
ADVOGADO	: CYRO KUSANO
ADVOGADA	: ANA CAROLINA MOREIRA SANTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BERENICE MARCONDES CESAR
ADVOGADO	: ALBERTO ZACHARIAS TORON E OUTRO(S)

(1681)

RE no RECURSO EM HABEAS CORPUS nº 14587 - SP (2003/0102566-0)

RELATORA	**: MIN. LAURITA VAZ**
RECORRENTE	: ARNO DA SILVA
ADVOGADO	: NELLO ANDREOTTI NETO E OUTRO
RECORRIDO	: QUINTA TURMA DO STJ

(1682)

RE no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA nº 15422 - SC (2002/0131248-6)

RELATOR	**: MIN. PAULO MEDINA**
RECORRENTE	: WILLIAN KOHLER
ADVOGADO	: MOYSÉS BORGES FURTADO NETO
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES.	: JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE JOINVILLE - SJ/SC

(1683)

RE no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA nº 21467 - RS (2006/0003098-9)

RELATOR	**: MIN. GILSON DIPP**
RECORRENTE	: LUCIANE DA SILVA PONTES
ADVOGADOS	: ERYKA FARIAS DE NEGRI RANIERI LIMA RESENDE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: DANIELE BRASIL LERIPIO E OUTRO(S)
INTERES.	: SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E OUTRO

(1684)

RE no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA nº 23839 - ES (2007/0064633-2)

RELATOR	**: MIN. CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: REGINA GOULART DA SILVA
ADVOGADO	: FERNANDA TAVARES E OUTRO(S)

RECORRIDO : ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADOR : LUÍS FERNANDO NOGUEIRA MOREIRA E OUTRO(S)
INTERES. : SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

(1685)

RE nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP nº 167070 - SP (2005/0156266-4)

RELATOR : MIN. LUIZ FUX
RECORRENTE : WALDOMIRO VERGARA E OUTROS
ADVOGADO : MARCELO GUIMARÃES DA ROCHA E SILVA
RECORRIDO : ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : PAULA NELLY DIONIGI E OUTRO(S)

(1686)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 501404 - PR (2003/0022365-0)

RELATOR : MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : DANILO THEML CARAM E OUTRO(S)
RECORRIDO : CONSTROI - COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
ADVOGADO : JOSÉ TADEU SILVA

(1687)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 544768 - BA (2003/0049613-0)

RELATOR : MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO : JOSÉ NAZARENO SANTANA DIAS E OUTRO(S)
RECORRIDO : MOINHO PAQUETÁ INDUSTRIA COMERCIO LTDA
ADVOGADA : RENATA SONODA PIMENTEL

(1688)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 547683 - BA (2003/0093520-5)

RELATOR : MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : LEONARDO DE FARIA GALIANO
RECORRIDO : NITROCARBONO S/A E OUTROS
ADVOGADO : MANISE CUNHA DE MELLO E OUTRO(S)
INTERES. : FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE
PROCURADOR : ROBERTO CEBRIAN TOSCANO E OUTRO(S)

(1689)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 548297 - PB (2003/0095481-9)

RELATORA : MIN. DENISE ARRUDA
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : MARTA SUZI PEIXOTO PAIVA LINARD E OUTRO(S)
RECORRIDO : EMPRESA DE TRANSPORTES MANDACARUENSE LTDA.
ADVOGADO : JOSÉ FERREIRA DE BARROS E OUTRO

(1690)

RE no AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 552786 - SP (2003/0177343-8)

RELATOR : MIN. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA
RECORRENTE : ABDEL KADER ABDALLA MOHAMED SALEM E OUTROS
ADVOGADO : PEDRO HENRIQUE MENEZES NAVES E OUTRO(S)
RECORRIDO : BANCO SANTANDER BRASIL S/A
ADVOGADO : MARCIAL BARRETO CASABONA E OUTRO(S)

(1691)

RE no AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 573688 - SC (2003/0229982-7)

RELATOR : MIN. HERMAN BENJAMIN
RECORRENTE : VENORTE VEÍCULOS LTDA
ADVOGADOS : GILBERTO CASSULI
CÉLIA C GASCHO CASSULI E OUTRO(S)
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : MARIA DA GRAÇA HAHN E OUTRO(S)

(1692)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 579036 - PR (2003/0157001-3)

RELATOR : MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : COMPANHIA IGUAÇU DE CAFÉ SOLÚVEL
ADVOGADO : JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA
RECORRIDO : ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR : MÁRCIA DIEGUEZ LEUZINGER E OUTRO(S)

(1693)

RE no AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 604531 - RJ (2004/0055669-6)

RELATOR : MIN. FERNANDO GONÇALVES
RECORRENTE : ESPÓLIO DE MARIA APARECIDA MATOS
ADVOGADO : RUBENS CASARA
RECORRIDO : VERA ALEXANDRA ISABEL JATOBÁ DE MORAES
ADVOGADO : CARLOS GOMES DE FIGUEIREDO NETO E OUTRO(S)

(1694)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 639192 - RS (2004/0019389-7)

RELATOR : MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : LUCITA GEHLEN - MICROEMPRESA E OUTROS
ADVOGADO : ISAIAS GRASEL ROSMAN

(1695)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 659823 - SC (2004/0077764-2)

RELATORA : MIN. DENISE ARRUDA
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : ARTUR ALVES DE MOTTA E OUTRO(S)
RECORRIDO : INDÚSTRIAS SCHNEIDER S/A
ADVOGADO : JOÃO JOAQUIM MARTINELLI E OUTRO(S)

(1696)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 677892 - RJ (2004/0125564-5)

RELATOR : MIN. ARNALDO ESTEVES LIMA
RECORRENTE : VANYR INÁCIO BARCELLOS BERNARDES
ADVOGADO : LUIS EDUARDO M TONIOL
RECORRIDO : UNIÃO

(1697)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 748200 - PR (2005/0074685-0)

RELATOR : MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI
RECORRENTE : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTRO
ADVOGADO : KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
RECORRIDO : JOÃO MARIA DOS SANTOS MACIEL
ADVOGADO : CAIO GRACO DE ARAÚJO QUADROS

(1698)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 770803 - SC (2005/0126312-1)

RELATOR : MIN. ARNALDO ESTEVES LIMA
RECORRENTE : ÁRITA APARECIDA SEARA SCHLICHTING E OUTROS
ADVOGADO : GETULIO MENEZES FLORES E OUTRO(S)
RECORRIDO : UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UFSC
PROCURADOR : ALEXANDRE DORNELES LEMOS E OUTRO(S)

(1699)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 775277 - DF (2005/0137933-8)

RELATOR : MIN. LUIZ FUX
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RECORRIDO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : JULIANA TAVARES ALMEIDA E OUTRO(S)
INTERES. : JOSÉ CARLOS CABRINO E FILHOS LTDA
ADVOGADO : VITOR HUGO PEREIRA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

(1700)

RE no AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 778655 - GO (2006/0102671-1)

RELATOR : MIN. ARNALDO ESTEVES LIMA
RECORRENTE : CARLOS EDUARDO REZENDE E OUTROS
ADVOGADO : EDSON JOSÉ DE BARCELLOS E OUTRO(S)
RECORRIDO : VANILDES LIMA FERREIRA BARBOSA
ADVOGADO : MARCO ANTÔNIO CALDAS E OUTRO

(1701)

RE no AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 782145 - MS (2006/0115068-2)

RELATOR : MIN. GILSON DIPP
RECORRENTE : ISRAEL ALVES DE FIGUEIREDO (PRESO)
ADVOGADO : JAIRO PIRES MAFRA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

(1702)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 799328 - RS (2005/0193398-2)

RELATOR : MIN. HERMAN BENJAMIN
RECORRENTE : VALACIR MAINARDI E OUTROS
ADVOGADOS : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
RAQUEL CRISTINA RIEGER E OUTRO(S)
RECORRIDO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR : MARILHANE LOPES CORTEZ MEIRELLES E OUTRO(S)

(1703)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 802360 - MG (2005/0201906-3)

RELATORA : MIN. DENISE ARRUDA
RECORRENTE : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORES : VANESSA SARAIVA DE ABREU
ANTÔNIO CARLOS DINIZ MURTA E OUTRO(S)
RECORRIDO : INTERNET GROUP DO BRASIL LTDA
ADVOGADO : ALDE DA COSTA SANTOS JUNIOR E OUTRO(S)

(1704)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 810027 - RS (2006/0008659-2)

RELATOR : MIN. HERMAN BENJAMIN
RECORRENTE : ROSALI ADOLF E OUTROS
ADVOGADOS : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
LUCIANA MARTINS BARBOSA E OUTRO(S)
RECORRIDO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS E OUTRO
PROCURADOR : EVERTON RODRIGO BEN E OUTRO(S)

(1705)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 810530 - RN (2006/0009651-5)

RELATOR : MIN. HERMAN BENJAMIN
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : JOSÉ EDMUNDO BARROS DE LACERDA E OUTRO(S)
RECORRIDO : ANGELA MARIA CASANOVA MAZZEI E OUTROS
ADVOGADO : MARIA LÚCIA CAVALCANTI JALES SOARES E OUTRO(S)

(1706)

RE no AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 819677 - RJ (2006/0219043-6)

RELATORA : MIN. DENISE ARRUDA
RECORRENTE : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADVOGADO : LILIANE GOES DE ANDRADE
ADVOGADA : RENATA DO AMARAL GONÇALVES E OUTRO(S)
RECORRIDO : CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO PORTOVERANO
ADVOGADO : ADALBERTO ROCHA MACHADO E OUTRO(S)

(1707)

RE no AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 833984 - PE (2006/0254516-9)

RELATOR : MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADORES : JURACY MARIA DOS SANTOS
VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S)
RECORRIDO : MULT FORTE SEGURANÇA LTDA
ADVOGADO : CONSTANTINO MARQUES MACIEIRA JUNIOR E OUTRO(S)

(1708)

RE no AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 834629 - SP (2006/0245764-7)

RELATORA : MIN. DENISE ARRUDA
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : LÍGIA SCAFF VIANNA E OUTRO(S)

RECORRIDO : SUPERMERCADOS BERGAMINI LTDA
ADVOGADO : RAUL IBERÊ MALAGÓ E OUTRO(S)

(1709)

RE no AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 837912 - SP (2006/0256787-8)

RELATOR : MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : JULIANA COSTA FURTADO E OUTRO(S)
RECORRIDO : CONSTRUCIONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
ADVOGADO : FÁBIO GUARDIA MENDES E OUTRO(S)

(1710)

RE no AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 839646 - SP (2006/0242364-2)

RELATOR : MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : RAQUEL VIEIRA MENDES E OUTRO(S)
RECORRIDO : INDÚSTRIA E COMÉRCIO ELETRO-ELETRÔNICA GEHAKA LTDA
ADVOGADO : MAURÍCIO SILVEIRA LOCATELLI E OUTRO(S)

(1711)

RE no AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 839955 - SP (2006/0257201-6)

RELATOR : MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : DJEMILE NAOMI KODAMA E OUTRO(S)
RECORRIDO : SOMPUR VALE DO PARAÍBA SÃO PAULO RADIODIFUSÃO LTDA
ADVOGADO : JOSÉ RUBENS DE MACEDO S SOBRINHO

(1712)

RE nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP nº 839996 - RR (2006/0220544-0)

RELATOR : MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI
RECORRENTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORES : THICIANE GUANABARA SOUZA
REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI E OUTRO(S)
RECORRIDO : A BENEDETE
ADVOGADO : MAURO SILVA DE CASTRO - DEFENSOR PÚBLICO E OUTROS

(1713)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 851322 - SP (2006/0104431-6)

RELATOR : MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI
RECORRENTE : MÉTODO ENGENHARIA S/A E OUTROS
ADVOGADO : MARIA ISABEL TOSTES DA COSTA BUENO
ADVOGADA : JULIANA CAVALCANTI DE MELO E OUTRO(S)
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : GISELE MARIE ALVES ARRUDA RAPOSO E OUTRO(S)

(1714)

RE no AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 852043 - SP (2007/0004413-6)

RELATOR : MIN. MASSAMI UYEDA
RECORRENTE : FALABELLA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA E OUTROS
ADVOGADOS : ANTÔNIO DANIEL CUNHA R DE SOUZA
FRANCISCO A. DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA
RECORRIDO : ALPARGATAS SANTISTA TÊXTIL S/A
ADVOGADO : JOÃO GRECCO FILHO E OUTRO(S)

(1715)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 853091 - SP (2006/0135108-8)

RELATOR : MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : MARIA CECÍLIA LEITE MOREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO : CALÇADOS MORELLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA E OUTROS
ADVOGADO : JOSÉ PAULO MORELLI E OUTRO

(1716)

RE no AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 857614 - MG (2007/0020473-5)

RELATOR : MIN. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO
RECORRENTE : MINERAÇÃO MORRO VELHO LTDA
ADVOGADO : JOÃO BOSCO KUMAIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO : COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
ADVOGADO : CLÁUDIO ARAÚJO PINHO E OUTRO(S)
RECORRIDO : CONSÓRCIO DA USINA HIDRELETRICA DE IGARAPAVA
ADVOGADO : RAIMUNDO CÂNDIDO JÚNIOR E OUTRO(S)

(1717)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 862516 - SP (2006/0139150-7)

RELATOR : MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : RUBENS DE LIMA PEREIRA E OUTRO(S)
REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PARAFUSOS E FERRAGENS JAZA LTDA
ADVOGADO : ANNA LUCIA DA MOTTA PACHECO CARDOSO DE MELLO E OUTRO(S)

(1718)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 872343 - RS (2006/0168321-4)

RELATOR : MIN. ARNALDO ESTEVES LIMA
RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ UFPR
ADVOGADO : JUSSARA MARIA LEAL DE MEIRELES E OUTRO(S)
RECORRIDO : EDCIO STAVIASZ E OUTROS
ADVOGADO : JOSÉ LUIS WAGNER E OUTRO(S)

(1719)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 882559 - SP (2006/0190897-3)

RELATOR : MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : PATRÍCIA MELLO DE BRITO E OUTRO(S)
RECORRIDO : DIAS MARTINS S/A MERCANTIL E INDUDTRIAL
ADVOGADO : ROGÉRIO DO AMARAL SILVA MIRANDA DE CARVALHO

(1720)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 885601 - SP (2006/0200065-0)

RELATOR : MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : VALDIR SERAFIM E OUTRO(S)
RECORRIDO : K L H SUPERMERCADO LTDA
ADVOGADO : FLÁVIA CRISTINA PRATTI MENDES

(1721)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 888912 - PR (2006/0208121-5)

RELATOR : MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI
RECORRENTE : PERÓXIDOS DO BRASIL LTDA E FILIAL(IS)
ADVOGADO : ROQUE SÉRGIO D'ANDRÉA E OUTRO
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR : MARCELO AYRES KURTZ E OUTRO(S)
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

(1722)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 890680 - SP (2006/0214046-5)

RELATOR : MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : NAIARA PELLIZARO DE LORENZI CANCELLIER E OUTRO(S)
RECORRIDO : PERALTA COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA
ADVOGADO : ANA CLARA DE CARVALHO BORGES E OUTRO(S)

(1723)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 890735 - SP (2006/0213430-9)

RELATOR : MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : ELIANA FIORINI E OUTRO(S)
REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : KOSTAL ELETROMECÂNICA LTDA
ADVOGADO : RICARDO ARO

(1724)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 891789 - SP (2006/0216225-2)

RELATOR : MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : JÚLIO CESAR CASARI E OUTRO(S)
RECORRIDO : SUPERMERCADO LENHARO LTDA E FILIAL(IS)
ADVOGADO : ADIRSON DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTRO

(1725)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 892395 - SP (2006/0218580-8)

RELATOR : MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : EDUARDO GALVÃO GOMES PEREIRA E OUTRO(S)
REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : S/A RACHID B SALIBA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
ADVOGADO : FERNANDO FERRACCIOLI DE QUEIROZ E OUTRO(S)

(1726)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 893356 - SP (2006/0222518-9)

RELATOR : MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : SIMONE PEREIRA DE CASTRO E OUTRO(S)
RECORRIDO : LANGUAGE CENTER S/C LTDA
ADVOGADO : FERNANDA CABELLO DA SILVA MAGALHÃES E OUTRO(S)

(1727)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 895469 - SP (2006/0230190-0)

RELATOR : MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : NAIARA PELLIZZARO DE LORENZI CANCELLIER E OUTRO(S)
RECORRIDO : USINA DE LATICÍNIOS JUSSARA S/A
ADVOGADO : JOSÉ PAULO DE CASTRO EMSENHUBER E OUTRO(S)

(1728)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 895651 - SP (2006/0219705-3)

RELATOR : MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : FABIANA TÊXTIL LTDA
ADVOGADO : RODRIGO CANEZIN BARBOSA E OUTRO(S)

(1729)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 896122 - SP (2006/0231244-9)

RELATOR : MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : PAZMED PLANO DE SAÚDE S/C LTDA
ADVOGADO : LUIZ LOUZADA DE CASTRO E OUTRO

(1730)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 896868 - SP (2006/0231116-1)

RELATOR : MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : MARIA CECÍLIA LEITE MOREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO : SPITALETTI S/A CONCRETO PROTENDIDO
ADVOGADO : JOSE ROBERTO MARCONDES E OUTRO(S)

(1731)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 897969 - SP (2006/0238542-0)

RELATOR : MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : MARIA CECÍLIA LEITE MOREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO : NEUSA GELORAMO RAMOS
ADVOGADO : MARCELO MARCOS ARMELLINI E OUTRO(S)

(1732)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 900565 - SP (2006/0245875-8)

RELATOR : MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : SOLOTEST APARELHOS PARA MECÂNICA DO SOLO LTDA
ADVOGADO : ALEXANDRE VENTURA E OUTRO(S)

(1733)

RE no AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 901049 - BA (2007/0122199-3)

RELATOR	**: MIN. HUMBERTO MARTINS**
RECORRENTE	: SONILDO COSTA BOAVENTURA E OUTRO
ADVOGADO	: JAIRO ANDRADE DE MIRANDA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: JOÃO CARDOSO DA SILVA E OUTRO(S)

(1734)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 901161 - SP (2006/0246362-8)

RELATOR	**: MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LÍGIA SCAFF VIANNA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ISOLENICH INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: SANDRO DALL AVERDE E OUTRO(S)

(1735)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 903581 - SP (2006/0180892-8)

RELATOR	**: MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LÍGIA SCAFF VIANNA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: VIAÇÃO MERAUMAR S/A E FILIAL(IS)
ADVOGADO	: ANTÔNIO CARLOS BRUGNARO E OUTRO

(1736)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 904262 - SP (2006/0254101-6)

RELATOR	**: MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: FERNANDO NETO BOITEUX E OUTRO(S)
RECORRIDO	: NORTE PAULISTA ESTRUTURAS DE CONCRETO LTDA
ADVOGADO	: PAULO HUMBERTO FERNANDES BIZERRA E OUTRO(S)

(1737)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 905866 - AL (2006/0254859-2)

RELATOR	**: MIN. PAULO GALLOTTI**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: SHIRLEY LOPES ARAGÃO TORRES E OUTROS
ADVOGADO	: FELIPE SARMENTO E OUTRO(S)

(1738)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 906001 - SP (2006/0262400-0)

RELATOR	**: MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DJEMILE NAOMI KODAMA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MBT BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: WALLACE JORGE ATTIE E OUTRO(S)

(1739)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 908325 - RJ (2006/0267487-7)

RELATOR	**: MIN. FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: MARCELO LOPES DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PLAJAP TÁXI AÉREO LTDA
ADVOGADO	: MANUELLA VASCONCELOS FALCÃO E OUTRO(S)

(1740)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 908508 - SP (2006/0262403-6)

RELATOR	**: MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ALEXANDRE JUOCYS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS E TURÍSTICOS BANDEIRAS LTDA
ADVOGADO	: FERNANDO GODOI WANDERLEY E OUTRO(S)

(1741)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 908524 - SP (2006/0262397-3)

RELATOR	**: MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ELYADIR FERREIRA BORGES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: DICARNE ALIMENTÍCIA LTDA
ADVOGADO	: FÁBIA LEÃO PALUMBO E OUTRO

(1742)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 909259 - SP (2006/0272114-0)

RELATOR	**: MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARIA CECÍLIA LEITE MOREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ESPIRAL FILMES LTDA
ADVOGADO	: DARCIO FRANCISCO DOS SANTOS E OUTRO(S)

(1743)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 910012 - SP (2006/0273423-1)

RELATOR	**: MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JÚLIO CESAR CASARI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ESCRITÓRIO ZANELLA DE CONTABILIDADE S/C LTDA
ADVOGADO	: ADIRSON DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTRO(S)

(1744)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 911468 - RJ (2006/0275526-0)

RELATOR	**: MIN. JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: QUALITY ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S/C LTDA
ADVOGADO	: AUREANE RODRIGUES DA SILVA E OUTRO
RECORRIDO	: AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR ANS
PROCURADOR	: MÁRIO ROBERTO BARBOZA BRUM E OUTRO(S)

(1745)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 911732 - RS (2006/0279442-5)

RELATORA	**: MIN. LAURITA VAZ**
RECORRENTE	: SÉRGIO LIMA
ADVOGADOS	: LÉA BRITO KASPER - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS AFONSO CARLOS ROBERTO DO PRAD0 - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

(1746)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 911797 - SP (2006/0272380-6)

RELATOR	**: MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RAQUEL VIEIRA MEDES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: TRANSPORTADORA GAINO LTDA E FILIAL(IS)
ADVOGADO	: EDILSON JAIR CASAGRANDE E OUTRO(S)

(1747)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 911865 - SP (2006/0277641-5)

RELATOR	**: MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO	: CERÂMICA SANTOS DUMONT LTDA
ADVOGADO	: LUIZ LOUZADA DE CASTRO

(1748)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 911953 - SP (2006/0278972-1)

RELATOR	**: MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JÚLIO CÉSAR CASARI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BRITO E MOURA INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA
ADVOGADO	: JOÃO CARLOS DE LIMA JÚNIOR E OUTRO(S)

(1749)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 912222 - SP (2006/0277789-1)

RELATOR	**: MIN. HUMBERTO MARTINS**
RECORRENTE	: CLÓVIS HENRIQUE FERREIRA AMORIM E OUTRO
ADVOGADOS	: LUÍS HENRIQUE SOARES DA SILVA CRISTIANO ZECCEHTO SAEZ RAMIREZ E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARIA CECÍLIA LEITE MOREIRA E OUTRO(S)

(1750)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 913166 - RJ (2006/0279316-1)

RELATOR	**: MIN. JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: HOSPITAL SÃO MARCOS S/A
ADVOGADO	: AUREANE RODRIGUES DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR ANS
PROCURADOR	: FÁBIO LUIZ DE SOUZA CARVALHO E OUTRO(S)

(1751)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 914019 - SP (2006/0279655-8)

RELATOR	**: MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO	: CASAFORM ARQUITETURA E ADMINISTRAÇÃO S/C LTDA
ADVOGADO	: ELIANE REGINA DANDARO

(1752)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 916749 - SP (2007/0006495-1)

RELATOR	**: MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO	: PUBLICIDADE TRIANON LTDA
ADVOGADO	: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTRO

(1753)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 918857 - SP (2007/0013370-7)

RELATOR	**: MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO	: COMPANHIA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL SANTA ADELAIDE
ADVOGADO	: WANIA MARIA BARBOSA E OUTRO(S)

(1754)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 919239 - RJ (2007/0013357-8)

RELATOR	**: MIN. FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ECAD
ADVOGADOS	: LEONARDO PIETRO ANTONELLI GUSTAVO PERSCH HOLZBACH E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: TATIANA P F WAJNBERG E OUTRO(S)

(1755)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 919421 - SP (2007/0014692-4)

RELATOR	**: MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO	: HIDROCOMO HIDRÁULICA E PNEUMÁTICA LTDA
ADVOGADO	: LUIZ LOUZADA DE CASTRO

(1756)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 919781 - SP (2007/0015334-5)

RELATOR	**: MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JÚLIO CÉSAR CASARI
RECORRIDO	: AURO S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
ADVOGADO	: BRUNO GALIOTTO

(1757)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 921510 - SP (2007/0016980-9)

RELATOR	**: MIN. FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRENTE	: TOP SOCK CONFECÇÃO E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: ADIRSON DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTRO(S)

(1758)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 921857 - SP (2007/0022857-8)

RELATOR	**: MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO	: EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS DOURADOS LTDA
ADVOGADO	: JAIME ANTÔNIO MIOTTO

(1759)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 922331 - SP (2007/0024201-8)

RELATOR	**: MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO	: AVICOLA PAULISTA LTDA
ADVOGADO	: GIL ALVES MAGALHÃES NETO E OUTRO(S)

(1760)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 923228 - SP (2007/0026441-2)

RELATOR	**: MIN. FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO	: PEDREIRA ITAPIRA LTDA
ADVOGADO	: EUGENIO LUCIANO PRAVATO E OUTRO(S)

(1761)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 927026 - SP (2007/0033163-8)

RELATOR	**: MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LÍGIA SCAFF VIANNA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PRENSA JUNDIAÍ S/A
ADVOGADO	: MILTON CARMO DE ASSIS JUNIOR E OUTRO(S)

(1762)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 928147 - SP (2007/0009161-9)

RELATOR	**: MIN. CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADORES	: MARCOS JATOBÁ LÔBO
	RAFAEL VASCONCELLOS DE ARAÚJO PEREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CASA GRANDE CALÇADOS LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: FLÁVIO ROSSI MACHADO E OUTRO(S)

(1763)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 932459 - SP (2006/0249127-9)

RELATOR	**: MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MIRIAM A PERES SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CONDUVOX TELEMATICA LTDA
ADVOGADA	: ERICA ZENAIDE MAITAN E OUTRO(S)

(1764)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 934665 - SP (2007/0056903-2)

RELATOR	**: MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO	: IMELTRON COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ADVOGADO	: WALDYR COLLOCA JUNIOR E OUTRO(S)

(1765)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 935400 - SP (2007/0062760-3)

RELATOR	**: MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RAQUEL VIEIRA MENDES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: COMÉRCIO DE PISOS E AZULEIJOS TAPAJÓS LTDA
ADVOGADO	: EDUARDO GONZAGA OLIVEIRA DE NATAL E OUTRO(S)

(1766)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 941409 - SP (2007/0079885-0)

RELATOR	**: MIN. CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RAQUEL VIEIRA MENDES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ILUMATIC S/A ILUMINAÇÃO E ELETRO-METALÚRGICA
ADVOGADO	: MARIA JOSÉ SOARES BONETTI E OUTRO(S)

(1767)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 942603 - MS (2007/0087584-5)

RELATOR	**: MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO	: ROMMEL PNEUCRAFT COMÉRCIO DE PNEUS LTDA
ADVOGADO	: TATIANA GRECHI

(1768)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 943773 - SP (2007/0088160-0)

RELATOR	**: MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ROSA METTIFOGO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: GILBERTO PIRES DE OLIVEIRA DIAS E OUTROS
ADVOGADO	: RUI GERALDO CAMARGO VIANA E OUTRO(S)

(1769)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 951327 - SP (2007/0110820-7)

RELATOR	**: MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RAQUEL VIEIRA MENDES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ARTIGOS REFRATÁRIOS S/A - IBAR
ADVOGADO	: RUFINO ARMANDO PEREIRA PASSOS

(1770)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 953310 - SP (2007/0114927-7)

RELATOR	**: MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: FERNANDO NETTO BOITEUX E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MAP SERVIÇOS MÉDICOS RADIOLÓGICOS S/C LTDA
ADVOGADO	: FERNANDA CABELLO DA SILVA MAGALHÃES E OUTRO(S)

(1771)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 961194 - PB (2006/0272770-8)

RELATOR	**: MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSÉ EDMUNDO BARROS DE LACERDA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MOTOMAR - PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA
ADVOGADO	: MARIA DINIZ DE OLIVEIRA BARROS E OUTRO(S)

(1772)

RE no RECURSO ESPECIAL nº 968831 - RS (2007/0165044-9)

RELATOR	**: MIN. ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: EDUARDO SILVA DOS SANTOS
ADVOGADO	: IZABEL THEREZINHA SANTOS SANTAMARIA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BANCO SANTANDER BRASIL S/A
ADVOGADO	: MARIA NELCY SOUZA DE SOUZA E OUTRO(S)

AUTOS COM VISTA AOS INTERESSADOS

Nos agravos abaixo relacionados o Exmo. Sr. Ministro Presidente proferiu o seguinte despacho: 'Autue-se. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Forme-se o instrumento. Remetam-se os autos ao Supremo Tribunal Federal'. Fica(m) o(s) agravado(s) intimado(s) para resposta e apresentação de peças.

(1773)

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23423 - RS (2007/0169097-8)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: DE BEM INFORMÁTICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: ANDRÉIA MINUZZI FACCIN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORA	: KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(S)

(1774)

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23944 - SP (2007/0232181-0)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: LUIZ ROBERTO GRAZIANO ALCÂNTARA
ADVOGADO	: MARCOS ZAGURY
AGRAVADO	: BANCO SAFRA S/A
ADVOGADO	: GUSTAVO DO VALE ROCHA E OUTRO(S)

(1775)

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23945 - RS (2007/0232197-1)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: SERVIBRÁS SERVIÇOS E VEÍCULOS BRASILEIROS LTDA
ADVOGADO	: ANTONINHA DE OLIVEIRA BALSEMÃO
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: EDUARDO DE ASSIS RIBEIRO FILHO E OUTRO(S)

(1776)

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23947 - RS (2007/0232381-6)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: RAIFA BAKKAR RECKERS E OUTROS
ADVOGADO	: RAQUEL CRISTINA RIEGER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: YASSODARA CAMOZZATO E OUTRO(S)
INTERES.	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

(1777)

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23948 - RS (2007/0232395-4)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: ALÉRICA LEMOS
ADVOGADO	: RAQUEL CRISTINA RIEGER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: YASSODARA CAMOZZATO E OUTRO(S)
INTERES.	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: MARILHANE LOPES CORTEZ MEIRELLES E OUTRO(S)

(1778)

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23950 - SC (2007/0232447-1)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: MARCÍLIO DROSGHIC SIMÕES E OUTROS
ADVOGADO	: MURILO REZENDE SALGADO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MANOEL MARCHETTI S/A
ADVOGADO	: OSWALDO JOSÉ PEDREIRA HORN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS SEMARA LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: HAROLD RADLOFF E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

(1779)

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23951 - SP (2007/0232481-4)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: BRUNO ANDRE SILVA RIBEIRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SWEDA INFORMÁTICA LTDA
ADVOGADO	: LUIS FELIPE CAVALCANTE SARMENTO DE AZEVEDO E OUTRO(S)

(1780)

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23952 - SC (2007/0232482-6)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: BLUMAC COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: CÉLIA C GASCHO CASSULI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S)
INTERES.	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

(1781)
AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23953 - RS (2007/0232544-4)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: RICARDO NAGAO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ADEMIR PEDRO FOSSATTI E OUTROS
ADVOGADO	: THIAGO CECCHINI BRUNETTO E OUTRO(S)

(1782)
AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23954 - SP (2007/0232554-5)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: KARINA TEIXEIRA DE AZEVEDO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FRANCISCO JOÃO PONCIDÔNIO
ADVOGADO	: NILTON SOARES DE OLIVEIRA JUNIOR

(1783)
AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23955 - RS (2007/0232574-7)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E DEMAIS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DO VALE DAS ANTAS LTDA - UNICRED VALE DAS ANTAS
ADVOGADO	: MARCO TULIO DE ROSE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LEILA MUSTAFÁ DE ARAÚJO E OUTRO(S)

(1784)
AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23956 - PR (2007/0232592-5)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTROS
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SALVADOR FRANZINI
ADVOGADO	: HELESSANDRO LUIS TRINTINALIO E OUTRO(S)

(1785)
AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23957 - PR (2007/0233750-1)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTROS
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LUIZ CARLOS SGORLON
ADVOGADO	: JOÃO BATISTA DE TOLEDO E OUTRO(S)

(1786)
AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23958 - RS (2007/0233755-0)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ISABELLA SILVA OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LINA CRISTINA ESCOVAR ALFARO HASELOF E OUTROS
ADVOGADO	: FABIANA FERREIRA DA SILVA E OUTRO(S)

(1787)
AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23962 - SP (2007/0233786-5)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: DULCE SCHANDER
ADVOGADO	: LUIZ CARLOS ALONSO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO CBPM
PROCURADOR	: MARCELO GRANDI GIROLDO E OUTRO(S)

(1788)
AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23972 - PR (2007/0234030-0)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTROS
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FRIDOLINO STUEPP
ADVOGADO	: ARNI DEONILDO HALL E OUTRO(S)

(1789)
AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23973 - PR (2007/0234055-0)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTROS
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LEOMAR EGON FREYMUTH
ADVOGADO	: ANTÔNIO FERREIRA FRANCA E OUTRO(S)

(1790)
AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23974 - PR (2007/0234061-4)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EXÍLIO BOMBONATTO
ADVOGADO	: JESUEL ANTÔNIO DA SILVA BELLO

(1791)
AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23975 - GO (2007/0234068-7)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: DUMILHO INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: ADILSON RAMOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: ÂNGELO AURÉLIO GONÇALVES PARIZ E OUTRO(S)

(1792)
AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23976 - PR (2007/0234079-0)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTROS
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SÉRGIO GUERRA LEAL
ADVOGADO	: JOSÉ CARLOS JORGE STADLER

(1793)
AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23977 - PR (2007/0234101-7)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VALDEMAR ANTONIO CAPELETTI
ADVOGADO	: MANUELA ROSA DE CASTILHO
INTERES.	: SINDICATO RURAL DE PAULA FREITAS E OUTRO
ADVOGADO	: LUIZ ANTÔNIO MUNIZ MACHADO E OUTRO

(1794)
AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23978 - PR (2007/0234109-1)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTROS
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALTEVIR DEMARCO
ADVOGADO	: GUIOMAR MARIO PIZZATTO E OUTRO(S)

(1795)
AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23979 - RS (2007/0234194-0)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: DE BEM INFORMÁTICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: ANDRÉIA MINUZZI FACCIN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORA	: KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(S)

(1796)
AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23980 - RJ (2007/0234208-8)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: UNIMED VERTENTE DO CAPARAÓ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA
ADVOGADO	: LILIANE NETO BARROSO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR ANS
PROCURADOR	: ADRIANA MAIA VENTURINI E OUTRO(S)

(1797)
AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23981 - RS (2007/0234218-9)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: RONALD JOSÉ FORSTER E OUTROS
ADVOGADO	: AMANDA MENEZES DE ANDRADE RIBEIRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS E OUTRO
PROCURADOR	: LEANDRO DA CUNHA E SILVA E OUTRO(S)

(1798)
AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23984 - BA (2007/0234255-7)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: WALTER RIBEIRO ABREU E OUTROS
ADVOGADO	: JAIRO ANDRADE DE MIRANDA
AGRAVADO	: UNIÃO

(1799)
AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23985 - SP (2007/0234300-1)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: RAUL GONZALEZ MÉDICOS ASSOCIADOS
ADVOGADO	: RENATO FREIRIA TUBALDINI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: OSVALDO LEO UJKAWA E OUTRO(S)

(1800)
AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23986 - RS (2007/0234346-6)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: IVETE MARIA RAZZERA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
INTERES.	: ANTÔNIO CARLOS VARGAS DA SILVEIRA
PROCURADOR	: FELIPE LAVARDA - DEFENSOR PÚBLICO E OUTROS

(1801)
AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23987 - PR (2007/0234373-3)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSÉ LUIZ DOS SANTOS
ADVOGADO	: LEONARDO VINCE

(1802)
AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23988 - RN (2007/0234385-8)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: CLAÚDIO GABRIEL DE MACEDO JÚNIOR
ADVOGADO	: EDMAR HENRIQUE DE ARAÚJO GADELHA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNIBANCO AIG SEGUROS S/A
ADVOGADO	: JOSÉ MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETO E OUTRO(S)

(1803)
AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23993 - RJ (2007/0234424-9)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CLAUDIA REGINA A M PEREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AGHATA VEÍCULOS LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: ANTÔNIO CARLOS ROCHA PIRES DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
INTERES.	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

(1804)
AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23994 - PR (2007/0234789-8)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E OUTROS
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ADALGISO ANTÔNIO SILVA CASQUEL
ADVOGADO	: CLEBER MARCONDES

(1805)

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23995 - PR (2007/0234795-1)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTROS
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MÁRCIA MARIS CAPRARO
ADVOGADO	: RENÊ JOSÉ STUPAK E OUTRO(S)

(1806)

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23996 - PR (2007/0234802-6)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTROS
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ADELVINO RUARO
ADVOGADO	: PAULO SÉRGIO SENA

(1807)

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23997 - PR (2007/0234811-5)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTROS
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GETULIO AKIRA SAGUI
ADVOGADO	: RAFAEL ANTONIO BOUTOS DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

(1808)

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23998 - PR (2007/0234821-6)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTROS
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BRASILIO CALDAS DA ROCHA
ADVOGADO	: JOÃO RIBEIRO E OUTRO(S)

(1809)

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 23999 - PE (2007/0234824-1)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR	: DONIZETE APARECIDO GOMES DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GIANNA GOMES TEIXEIRA
ADVOGADO	: FREDERICO ROSENDO E OUTRO(S)

(1810)

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 24000 - SP (2007/0234831-7)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: IRENE INÊS VANDSBERGS PREYER
ADVOGADO	: MARIA CHRISTINA MÜHLNER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RAFAEL VASCONCELLOS DE ARAÚJO PEREIRA E OUTRO(S)

(1811)

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 24001 - PE (2007/0234840-6)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR	: DONIZETE APARECIDO GOMES DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSÉ FRANCISCO CAVALCANTE - INTERDITO
REPR. POR	: MARIA ELZA CAVALCANTE DA SILVA - CURADORA
ADVOGADO	: RODOLFO DOMINGOS DE SOUZA E OUTRO(S)

(1812)

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 24002 - PR (2007/0234853-2)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTROS
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SÉRGIO PAVEZZI
ADVOGADO	: RUI BARBOSA GAMON

(1813)

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 24003 - PR (2007/0234863-3)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: PLACAS DO PARANÁ S/A
ADVOGADOS	: HÉLIO DA COSTA PINHEIRO E OUTRO(S) ANTONIO PINTO
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARCELO COLETTO POHLMANN E OUTRO(S)

(1814)

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 24004 - PR (2007/0234873-4)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTROS
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ERICO BULMANN
ADVOGADO	: DARCI HEERDT

(1815)

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 24005 - RS (2007/0234879-5)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: EDUARDO DE ASSIS RIBEIRO FILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FRANKENBERG E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	: GUILLERMO ANTÔNIO ARAÚJO GRAU E OUTRO(S)

(1816)

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 24006 - RJ (2007/0234886-0)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: SULMED ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA
ADVOGADO	: DAGOBERTO JOSÉ STEINMEYER LIMA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR ANS
PROCURADOR	: ADRIANA MAIA VENTURUNI E OUTRO(S)

(1817)

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 24007 - SC (2007/0234907-3)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR	: LORENO WEISSHEIMER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GERALDO JOÃO SALVADOR
ADVOGADO	: RICARDO AUGUSTO FERRO HALLA E OUTRO(S)

(1818)

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 24008 - SC (2007/0234916-2)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR	: LORENO WEISSHEIMER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AMAURY ATANÁSIO CARDOSO E OUTROS
ADVOGADO	: LINCOLN RICARDO S PORTO E OUTRO

(1819)

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA STF nº 24009 - RS (2007/0234920-2)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	: PLÁSTICOS SUZUKI LTDA E OUTROS
ADVOGADA	: DÉBORA BRITO D'ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: BRUNO ANDRÉ SILVA RIBEIRO E OUTRO(S)

ACÓRDÃOS

COORDENADORIA DA SEGUNDA TURMA

(1820)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 354.426 - MG (2001/0128013-9)

RELATOR	**: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
EMBARGANTE	: SANTA MARTA SIDERÚRGICA LTDA
ADVOGADO	: CLÁUDIO ARAÚJO PINHO E OUTRO
EMBARGADO	: COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS CEMIG
ADVOGADO	: DAYSE APARECIDA PEREIRA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ANA CLÁUDIA LOIOLA DE MORAIS MENDES E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO CONFIGURADA. ENERGIA ELÉTRICA. PORTARIAS NS. 38/86 E 45/86 DO DNAEE. ILEGALIDADE. RESTITUIÇÃO DE VALORES. CORREÇÃO MONETÁRIA. IPC. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRECEDENTES. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA. INVERSÃO DA SUCUMBÊNCIA. ACÓRDÃO EMBARGADO. COMPLEMENTAÇÃO.

1. Constatando-se omissão no acórdão embargado, impõe-se a sua complementação no que diz respeito aos índices de correção monetária e juros moratórios incidentes sobre os valores a serem restituídos.

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que o IPC é o índice de correção monetária aplicável na restituição dos valores indevidamente recolhidos, a título de tarifa de energia elétrica, em face das majorações impostas pelas Portarias DNAEE ns. 38/86 e 45/86, editadas no período de congelamento de preços.

3. O índice a ser utilizado, para fins de atualização monetária, no período compreendido entre os meses de janeiro/89 a fevereiro/91, na hipótese da ocorrência de repetição do indébito, é o IPC, que se traduz nos seguintes percentuais: 10,14% (janeiro/89), 42,72% (fevereiro/89), 84,32% (março/90), 44,80% (abril/90), 7,87% (maio/90), 12,92% (julho/90), 12,03% (agosto/90), 14,20% (outubro/90) e 21,87% (fevereiro/91).

4. Na devolução dos valores indevidamente recebidos a título de tarifa de energia elétrica, acrescem-se juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano à quantia a ser restituída, a contar da citação da parte ré.

5. Embargos de declaração acolhidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, acolher os embargos de declaração nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Castro Meira, Humberto Martins, Herman Benjamin e Eliana Calmon votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Castro Meira.

Brasília, 4 de setembro de 2007 (data do julgamento).

(1821)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 389.749 - SC (2001/0156081-6)

RELATOR	**: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
EMBARGANTE	: COMFIO COMPANHIA CATARINENSE DE FIAÇAO
ADVOGADO	: JOÃO CARLOS CASSULI JUNIOR E OUTRO(S)
EMBARGADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RICARDO PY GOMES DA SILVEIRA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. INEXISTENTES. PREQUESTIONAMENTO DE QUESTÕES CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE.

1. Inexistindo omissão, obscuridade ou contradição, não há como prosperarem os embargos de declaração.

2. Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça intervir em matéria de competência do STF, tampouco para prequestionar questão constitucional, sob pena de violar a rígida distribuição de competência recursal disposta na Lei Maior.

3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Castro Meira (Presidente), Humberto Martins, Herman Benjamin e Eliana Calmon votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Castro Meira.

Brasília, 4 de setembro de 2007 (data do julgamento).

(1822)

EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 462.579 - PR (2002/0091567-3)

RELATOR	**: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
EMBARGANTE	: JOSÉ ALTINO PEREIRA TORRES
ADVOGADO	: JOVELINO ARTIFON
EMBARGADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: JAQUELINE MAGGIONI PIAZZA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Inexistindo omissão, obscuridade ou contradição, não há como prosperar irresignação que, na realidade, busca a obtenção de efeitos infringentes.
2. Aclaratórios que tratam do mérito recursal.
3. Embargos declaratórios rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Castro Meira (Presidente), Humberto Martins, Herman Benjamin e Eliana Calmon votaram com o Sr. Ministro Relator.
Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Castro Meira.
Brasília, 4 de setembro de 2007 (data do julgamento).

(1823)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 503.418 - SP (2003/0007720-3)

RELATOR	**: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
EMBARGANTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: BEATRIZ ARRUDA DE OLIVEIRA MARIANTE E OUTRO(S)
EMBARGADO	: CLUBE DE CAMPO CAÇA E PESCA DO GUARAÚ DE PERUÍBE
ADVOGADO	: SILVESTRE DE LIMA NETO E OUTRO(S)

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VOTO VENCIDO. ESCLARECIMENTO.
1. São incabíveis embargos de declaração dirigidos ao STJ para que seja esclarecida questão registrada em voto vencido.
2. Embargos declaratórios rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos declaratórios.
Os Srs. Ministros Castro Meira, Humberto Martins, Herman Benjamin e Eliana Calmon votaram com o Sr. Ministro Relator.
Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Castro Meira.
Brasília, 4 de setembro de 2007 (data do julgamento).

(1824)

EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 510.792 - DF (2003/0008912-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
EMBARGANTE	: UNIÃO
EMBARGADO	: CARLO ANGELO DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
ADVOGADO	: IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE, OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. MATÉRIA JÁ DECIDIDA. REEXAME. INVIABILIDADE. PREQUESTIONAMENTO DE QUESTÕES CONSTITUCIONAIS. NÃO-CABIMENTO NA INSTÂNCIA ESPECIAL.
1. Inexistindo omissão, obscuridade ou contradição, afasta-se o acolhimento dos embargos de declaração, visto que não se prestam para provocar o reexame de matéria já decidida.
2. É inviável ao Superior Tribunal de Justiça intervir em matéria da competência da Suprema Corte, ainda que para prequestionar questões constitucionais, sob pena de contrariedade às rígidas atribuições recursais previstas na Lei Maior.
3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Castro Meira (Presidente), Humberto Martins, Herman Benjamin e Eliana Calmon votaram com o Sr. Ministro Relator.
Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Castro Meira.
Brasília, 4 de setembro de 2007 (data do julgamento).

(1825)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 540.525 - CE (2003/0055631-5)

RELATOR	**: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
EMBARGANTE	: COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE
ADVOGADO	: ANTÔNIO CLETO GOMES
EMBARGADO	: COOPERATIVA DOS AVICULTORES DO CEARÁ
ADVOGADO	: HENRIQUE SEVERO ARAÚJO MAIA E OUTRO(S)

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA JÁ APRECIADA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Inexistindo omissão, obscuridade ou contradição no acórdão impugnado, não há como prosperarem os embargos de declaração, que tampouco se prestam para provocar o reexame de matéria já decidida.
2. Embargos declaratórios rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Castro Meira (Presidente), Humberto Martins, Herman Benjamin e Eliana Calmon votaram com o Sr. Ministro Relator.
Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Castro Meira.
Brasília, 4 de setembro de 2007 (data do julgamento).

(1826)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 546.499 - RS (2003/0109182-3)

RELATOR	**: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
EMBARGANTE	: MOINHOS CRUZEIRO DO SUL S/A
ADVOGADO	: ARNALDO RIZZARDO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: UNIÃO
EMBARGADO	: BANCO CENTRAL DO BRASIL
PROCURADOR	: JOSE OSORIO LOURENCAO E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Ausentes as hipóteses estabelecidas no art. 535 do CPC, não há como prosperarem os embargos de declaração, que tampouco se prestam para provocar o reexame de matéria já apreciada.
2. Embargos declaratórios rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Castro Meira, Humberto Martins, Herman Benjamin e Eliana Calmon votaram com o Sr. Ministro Relator.
Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Castro Meira.
Brasília, 4 de setembro de 2007 (data do julgamento).

(1827)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 598.811 - MA (2003/0184589-3)

RELATOR	**: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
EMBARGANTE	: BANCO DA AMAZÔNIA S/A - BASA
ADVOGADO	: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE E OUTRO(S)
EMBARGADO	: MUNICÍPIO DE COROATÁ
PROCURADOR	: ABDON CLEMENTINO DE MARINHO E OUTRO(S)

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA JÁ APRECIADA. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. PREQUESTIONAMENTO. INVIABILIDADE.
1. Inexistindo omissão, obscuridade ou contradição no acórdão impugnado, não há como prosperarem os embargos de declaração, que tampouco se prestam para provocar o reexame de matéria já decidida.
2. Descabe ao Superior Tribunal de Justiça intervir em matéria de competência do Supremo Tribunal Federal, tampouco para prequestionar questão constitucional, sob pena de violar a rígida distribuição de competência recursal disposta na Lei Maior.
3. Embargos declaratórios rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Castro Meira (Presidente), Humberto Martins, Herman Benjamin e Eliana Calmon votaram com o Sr. Ministro Relator.
Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Castro Meira.
Brasília, 4 de setembro de 2007 (data do julgamento).

(1828)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 600.961 - MG (2003/0189062-4)

RELATOR	**: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
EMBARGANTE	: MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
PROCURADOR	: GEÓRGIA STUART DIAS E OUTRO(S)
EMBARGADO	: MARIA ANGELA DE FARIA RESENDE
ADVOGADO	: CELSO RENATO CABRAL E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. OBSCURIDADE. NÃO-OCORRÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. EMBARGOS INFRINGENTES. ACOLHIMENTO. SÚMULAS NS. 169/STJ E 597/STF. NULIDADE DO ACÓRDÃO DE ORIGEM. PRAZO RECURSAL. RESTABELECIMENTO. INVIABILIDADE.
1. Os embargos declaratórios, constituindo-se medida recursal de natureza integrativa, destinam-se, precípua e objetivamente, a desfazer obscuridade, dissipar contradição ou suprir omissão, a teor da regra prevista no art. 535 do CPC.
2. É pacífica a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a interposição de recurso inadmissível, diante da sua inaptidão de suspender ou interromper o prazo para facultar o uso do recurso pertinente, não impede o trânsito em julgado de acórdão inadequadamente impugnado. Precedentes (REsp n. 723.199-RJ, Segunda Turma, relator Ministro LUIZ FUX, DJ 13.2.2006; AgRg no REsp n. 791.796-RJ, Primeira Turma, relator Ministro FRANCISCO FALCÃO, DJ 6.3.2006, AgRg no Ag n. 792.555-MG, relator Ministro FÉLIX FISCHER, DJ de 5.2.2007).
3. A anulação de acórdão que, na via do mandado de segurança, acolhe embargos infringentes em nítida dissonância com jurisprudência uniformizada no STJ e na Suprema Corte (Súmulas ns. 169/STJ e 597/STF), não tem o condão de restabelecer prazo para propositura do recurso cabível na origem, de forma a propiciar rediscussão de questões tidas por prejudicadas nesta instância superior.
4. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Castro Meira (Presidente), Humberto Martins, Herman Benjamin e Eliana Calmon votaram com o Sr. Ministro Relator.
Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Castro Meira.
Brasília, 4 de setembro de 2007 (data do julgamento).

(1829)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 605.699 - MG (2003/0201609-7)

RELATOR	**: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
EMBARGANTE	: SICAFÉ SOCIEDADE INDUSTRIAL DE CAFÉ LTDA E OUTRO(S)
ADVOGADO	: RUI BATISTA MENDES E OUTRO
EMBARGADO	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: ELAINE COURA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REEXAME DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. CABIMENTO.
1. Os embargos de declaração não se prestam para provocar o reexame de matéria já decidida.
2. Em recurso especial, caberão embargos de divergência, e não embargos de declaração, das decisões da Turma que divergirem entre si ou de decisão da mesma Seção.
3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Castro Meira (Presidente), Humberto Martins, Herman Benjamin e Eliana Calmon votaram com o Sr. Ministro Relator.
Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Castro Meira.
Brasília, 4 de setembro de 2007 (data do julgamento).

(1830)

RECURSO ESPECIAL Nº 665.383 - PR (2004/0078347-0)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
PROCURADOR	: VERA MARIA NUNES MICHELS E OUTRO(S)
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR	: MARIA AUGUSTA CORRÊA LOBO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: UNIÃO CAFEEIRA LTDA
ADVOGADO	: GILMAR MUHL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA - INTERVENÇÃO OBRIGATÓRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - INTIMAÇÃO PESSOAL MEDIANTE ENTREGA DOS AUTOS.
1. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a intimação do Ministério Público deve ser pessoal, mediante carga dos autos (art. 18, II, "h" da LC 75/93 e art. 236, § 2º do CPC), começando a correr os prazos processuais a partir da sua entrega no protocolo administrativo do órgão.

2. Acórdão recorrido que desatendeu às disposições legais.
3. Recurso especial do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL provido.
4. Prejudicado o recurso especial do INCRA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso do MPF e julgou prejudicado o recurso do INCRA, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília-DF, 20 de setembro de 2007.(Data do Julgamento)

(1831)

RECURSO ESPECIAL Nº 704.013 - PR (2004/0164557-8)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: LÚCIA HELENA BERTASO GOLDANI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR	: CARLA MARGOT MACHADO SELEME E OUTRO(S)
INTERES.	: JOÃO FRANCISCO MARQUES SOBRINHO E CÔNJUGE
ADVOGADO	: HERNANI KRONGOLD E OUTRO(S)

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL - ÁREA SITUADA NA FAIXA DE FRONTEIRA - VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC: FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE - SÚMULA 284/STF - DISCUSSÃO ACERCA DO DOMÍNIO DO IMÓVEL - IMPOSSIBILIDADE - FIXAÇÃO DE JUSTA INDENIZAÇÃO - AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL - FALTA DE PREQUESTIONAMENTO - SÚMULA 211/STJ.
1. Incide a Súmula 284/STF se o recorrente, a pretexto de violação do art. 535 do CPC, limita-se a alegações genéricas, sem indicação precisa da omissão, contradição ou obscuridade do julgado.
2. Segundo a jurisprudência firmada nessa Corte, não se admite discussão, em sede de ação desapropriatória, em torno do domínio, sendo necessária a utilização de ação específica para anulação de título translativo de propriedade.
3. Descabe recurso especial sobre questão em que não houve sucumbência do recorrente. Ausência de interesse recursal, pressuposto recursal genérico.
4. É inadmissível o recurso especial sobre ponto que não foi objeto de prequestionamento. Súmula 211/STJ.
5. Recurso especial não-conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, não conheceu do recurso, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1832)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 709.004 - MG (2005/0157333-1)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AGRAVANTE	: SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO PESADA DE MINAS GERAIS E OUTROS
ADVOGADO	: PAULO NONATO PASSINI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SINDICADO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIARIO DE PATOS DE MINAS
ADVOGADO	: JOSÉ MOAMEDES DA COSTA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF.
1. "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia" (Súmula 284/STF).
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Humberto Martins, Herman Benjamin e João Otávio de Noronha votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Eliana Calmon.

Brasília, 18 de setembro de 2007 (data do julgamento).

(1833)

RECURSO ESPECIAL Nº 731.226 - PE (2005/0037735-0)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
RECORRENTE	: AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA
PROCURADOR	: TAMISE SCHWAMBACH MOTA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FERTIMPORT S/A
ADVOGADO	: ALINE VELOSO DOS PASSOS E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - RECURSO ESPECIAL - NÃO-INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DE LEI FEDERAL VIOLADOS - SÚMULA 284/STF - INFRAÇÃO SANITÁRIA COMETIDA A BORDO DE NAVIO - AGENTE MARÍTIMO - INEXISTÊNCIA DE RESPONSABILIDADE - PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.
1. Não há como prosperar o recurso especial que não indica, com precisão e clareza, os dispositivos de lei federal ditos violados. Incidência da Súmula 284/STF.
2. As conseqüências advindas da imposição de multa administrativa devem, em regra, recair sobre a pessoa do infrator. Apenas excepcionalmente se admite a transmissibilidade da multa, fenômeno cuja ocorrência depende de autorização legal.
3. O agente marítimo, embora seja representante do navio em terra, não exerce qualquer tipo de controle sobre o armador ou capitão.
4. Conquanto tenha, a princípio, o poder de coagir seu representado ao pagamento da multa, valendo-se, para tanto, das garantias legais e contratuais eventualmente estabelecidas, não pode o agente marítimo ser responsabilizado por infração sanitária cometida pelo armador ou capitão, porque, para isso, não existe previsão legal.
5. Dever de observância do princípio da legalidade pela Administração Pública na aplicação de penalidades administrativas.
6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso e, nessa parte, negou-lhe provimento, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1834)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 741.365 - SP (2005/0058696-9)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: AIDA SOARES DAIA E OUTROS
ADVOGADO	: WILSON LUIS DE SOUSA FOZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - PASEP - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - PRESCRIÇÃO - ART. 144 DA LEI 3.807/60: INAPLICABILIDADE - SÚMULA 161/STJ - TERMO *A QUO* DA PRESCRIÇÃO: INOVAÇÃO.
1. O art. 144 da Lei 3.807/60 diz respeito à prescrição do direito das instituições previdenciárias de cobrarem as importâncias que lhes são devidas, não se aplicando ao titular de conta do PASEP, quando pleiteia em juízo a aplicação de expurgos inflacionários.
2. Correta a decisão monocrática que, aplicando a jurisprudência pacífica do STJ sobre o tema, considerou qüinqüenal a prescrição na hipótese.
3. Da interpretação da Súmula 161/STJ não se pode extrair que aplica-se ao FGTS e ao PASEP a mesma disciplina legal.
4. Descabe ao STJ analisar, em sede de agravo regimental, tese não suscitada adequadamente no recurso especial, consistindo em inovação à lide.
5. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1835)

RECURSO ESPECIAL Nº 743.973 - MG (2005/0065724-1)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: MANAH S/A
ADVOGADO	: PAULO MANSUR CAUHY E OUTRO(S)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. MULTA POR AUSÊNCIA DE REGISTRO. SÚMULA 7/STJ. REGISTRO. RESPONSABILIDADE.
1. É vedada a análise de matéria fático-probatória na via estreita do recurso especial. Súmula 7/STJ.
2. Não há como se extrair do art. 41 da CLT uma tipificação legal que atribua a responsabilidade pelo registro do empregado à empresa tomadora de serviço, e não à fornecedora de mão-de-obra, que é quem mantém em seu quadro de pessoal os empregados sujeitos a registro.
3. A responsabilidade pelo registro do empregado é da empresa prestadora do serviço, e não da tomadora da mão-de-obra, cuja responsabilidade pela ausência de registro do empregado é apenas subsidiária. Precedente do STJ.
4. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso e, nessa parte, negou-lhe provimento, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira, Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1836)

RECURSO ESPECIAL Nº 748.975 - SP (2005/0076683-0)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
RECORRENTE	: TRANSZERO TRANSPORTADORA DE VEÍCULOS LTDA E FILIAL(IS)
ADVOGADO	: JOSE ROBERTO MARCONDES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE E OUTRO
ADVOGADO	: AGUEDA APARECIDA SILVA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - SALÁRIO-EDUCAÇÃO - VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC: INEXISTÊNCIA - VERBA HONORÁRIA - TESE EM TORNO DO ART. 20, § 4º DO CPC NÃO PREQUESTIONADA - PRECLUSÃO - DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL.
1. Tese relativa à fixação dos honorários com base no art. 20, § 4º do CPC suscitada tão-somente nos segundos embargos declaratórios e, por isso, acobertada pela preclusão. Nessas circunstâncias, o Tribunal não estava obrigado a manifestar-se a respeito, o que afasta a alegada ofensa ao art. 535 do CPC.
2. Não configurada a divergência em torno do art. 535 do CPC porquanto não demonstrada a similitude fática entre acórdãos confrontados.
3. Ausência de prequestionamento no que diz respeito à tese em torno dos honorários, que impede o seu conhecimento pelo STJ. Aplicação da Súmula 282/STF. Prejudicada a análise do dissídio jurisprudencial correspondente.
4. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso e, nessa parte, negou-lhe provimento, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1837)

RECURSO ESPECIAL Nº 749.486 - SP (2005/0077764-6)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
RECORRENTE	: MODELAÇÃO UNIDOS LTDA
ADVOGADO	: MARINA DAMINI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MÁRCIA RIBEIRO PASELLO DOMINGOS E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSO CIVIL - FALTA DE PRONUNCIAMENTO DA CORTE DE SEGUNDO GRAU SOBRE OMISSÃO PRESENTE NO ACÓRDÃO IMPUGNADO - INFRINGÊNCIA AO ART. 535 DO CPC.
1. Em nosso sistema processual, o juiz não está adstrito aos fundamentos legais apontados pelas partes. Exige-se, apenas, que a decisão seja fundamentada. Aplica o magistrado ao caso concreto a legislação por ele considerada pertinente.
2. Há que se identificar, entretanto, as teses jurídicas levantadas pelas partes potencialmente influentes, cuja apreciação, em tese, poderia modificar o resultado do julgamento da causa.
3. Nesse diapasão, deve o Tribunal de Apelação pronunciar-se sobre as questões devolvidas nas razões ou nas contra-razões do recurso, sob pena de obstacularizar o acesso à instância extraordinária.
4. À luz do princípio do devido processo legal, não é suficiente a afirmativa de que possuem os embargos declaratórios caráter infringente, ao argumento de que não existe omissão, obscuridade ou contradição na decisão embargada, eis que a prestação jurisdicional deve ser completa, clara e precisa.

5. Omissão sobre a tese de que a alíquota prevista em lei deve incidir sobre a contribuição ora examinada com redução de 50%, suscitada oportunamente e que não foi examinada nos embargos declaratórios.
6. Recurso especial provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1838)

RECURSO ESPECIAL Nº 760.438 - RJ (2005/0099769-2)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
RECORRENTE	: AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR ANS
PROCURADOR	: LEONARDO VIZEU FIGUEIREDO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: UNIMED ALFENAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADO	: MARIA INÊS MURGEL E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - TAXA DE SAÚDE SUPLEMENTAR - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - SÚMULA 211/STJ - FUNDAMENTO EXCLUSIVAMENTE CONSTITUCIONAL - REEXAME DE PROVAS - SÚMULA 7/STJ.
1. Não se conhece do recurso especial, por ausência de prequestionamento, se a matéria trazida nas razões recursais não foi debatida no Tribunal de origem. Incidência da Súmula 211/STJ.
2. Não se conhece do recurso especial quando o acórdão recorrido examinou a matéria sob fundamento exclusivamente constitucional.
3. Não se conhece de recurso especial quanto à questão cuja análise demanda revolvimento de premissa fática considerada pela Corte de origem. Incidência da Súmula 7/STJ.
4. Recurso especial não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, não conheceu do recurso, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1839)

RECURSO ESPECIAL Nº 761.135 - PR (2005/0102793-1)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
RECORRENTE	: ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR	: CÉSAR AUGUSTO BINDER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: SOLANGE BUENO WITT E OUTRO(S)
INTERES.	: ELSONI CONSTANTINO BENSO E OUTRO
ADVOGADO	: JOÃO PERON

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL - ÁREA SITUADA NA FAIXA DE FRONTEIRA - DECRETAÇÃO DE NULIDADE DO TÍTULO DO EXPROPRIADO, OUTORGADO PELO ESTADO DO PARANÁ - VIOLAÇÃO AO ART. 34 DO DECRETO-LEI 3.365/41 - JULGAMENTO EXTRA PETITA - SÚMULA 7/STJ - PREJUDICADA A ANÁLISE DE OFENSA À LEI 9.871/99 E AO DECRETO-LEI 1.414/75.
1. Questão relativa ao julgamento *extra petita* que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ, uma vez que questiona o recorrente as premissas fáticas abstraídas pelo acórdão recorrido.
2. Segundo a jurisprudência firmada nesta Corte, não se admite discussão, em sede de ação desapropriatória, em torno do domínio, sendo necessária a utilização de ação específica para anulação de título translativo de propriedade. Prejudicada a análise de ofensa a dispositivos da Lei 9.871/99 e do Decreto-lei 1.414/75.
3. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso e, nessa parte, deu-lhe provimento, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1840)

RECURSO ESPECIAL Nº 762.754 - MG (2005/0094711-7)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
RECORRENTE	: CAIPA COMERCIAL E AGRÍCOLA IPATINGA LTDA
ADVOGADO	: RICARDO ALVES MOREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: OSVALDO NUNES FRANÇA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - ICMS - REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO - ISENÇÃO PARCIAL - REVOGAÇÃO: POSSIBILIDADE - ART. 178 C/C 104 DO CTN - SÚMULA 544/STF - APLICAÇÃO DA TAXA SELIC: POSSIBILIDADE - LEI ESTADUAL 6.763/75 (COM REDAÇÃO ALTERADA PELA LEI 10.562/91) - VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC: INEXISTÊNCIA.
1. Inexiste ofensa ao art. 535 do CPC se o Tribunal analisa, ainda que implicitamente, a questão tida por omissa.
2. Segundo o Supremo Tribunal Federal, a redução da base de cálculo do ICMS equivale à isenção parcial do tributo, aplicando-se a mesma disciplina em ambas as hipóteses. Precedentes.
3. A revogação da isenção e do benefício da redução da base de cálculo do imposto pode-se ocorrer a qualquer tempo, exceto se concedidos por prazo certo e em função de determinadas condições (art. 178 c/c 104, III do CTN).
4. Correção do acórdão que entendeu possível a supressão do benefício fiscal sem observância do princípio da anterioridade.
5. Recurso especial não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1841)

RECURSO ESPECIAL Nº 768.909 - SP (2005/0122480-3)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
RECORRENTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
ADVOGADO	: LUIZ ANTÔNIO MUNIZ MACHADO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOÃO CARLOS DA COSTA
ADVOGADO	: MÁRIO DE OLIVEIRA SANTOS E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - FUNDAMENTO INATACADO - SÚMULA 283/STF.
1. Aplicável o enunciado da Súmula 283/STF quando deixa a recorrente de atacar fundamento essencial do acórdão recorrido e suficiente, de per si, para mantê-lo.
2. Recurso especial não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, não conheceu do recurso, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1842)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 769.016 - SP (2005/0122489-0)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: SMAR EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
ADVOGADO	: JOSE LUIZ MATTHES E OUTRO
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARIA ESTELLA MICHELET DE O. PEREGRINO E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - EXECUÇÃO FISCAL - PRESCRIÇÃO - NULIDADE DA CDA - APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 282 E 284/STF e 7/STJ - DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO.
1. Considera-se deficiente a fundamentação do recurso especial quando a tese trazida a julgamento não encontra respaldo nos dispositivos legais tidos por violados. Incidência da Súmula 284/STF.
2. Aplica-se o enunciado da Súmula 282/STF, por ausência de prequestionamento, quando o Tribunal não emite juízo de valor sobre a tese abstraída no especial.
3. Se a constatação de ofensa à lei federal depende do revolvimento do contexto fático-probatório, incide o óbice da Súmula 7/STJ.
4. Não se configura o dissídio jurisprudencial se a tese trazida no paradigma não foi apreciada no acórdão recorrido.
5. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1843)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 769.909 - MT (2005/0124360-8)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADOR	: NELSON PEREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADA	: JULIANA VASCONCELLOS BERROGAIN E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA - EFEITO SUSPENSIVO - EXCEPCIONALIDADE - REEXAME DE PROVA - SÚMULA 7/STJ.
1. Acórdão do Tribunal local que, para conceder efeito suspensivo a apelação em mandado de segurança, pautou-se em fatos e provas.
2. Descabe recurso especial se o STJ, para constatar que houve ofensa à lei federal, tiver que imiscuir-se no contexto fático-probatório.
3. Correta aplicação da Súmula 7/STJ.
4. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1844)

RECURSO ESPECIAL Nº 770.972 - GO (2005/0106293-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
RECORRENTE	: COMPAINHA ENERGÉTICA DE GOIÁS - CELG
ADVOGADO	: LUIZ OLIVEIRA DA SILVEIRA FILHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: TUBOLAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA
ADVOGADO	: SANDRO PEREIRA DA SILVA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSO CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. ENERGIA ELÉTRICA. MAJORAÇÃO DA ALÍQUOTA. PORTARIAS NS. 38 E 45 DE 1986 DO DNAEE. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. VIOLAÇÃO LITERAL A DISPOSIÇÃO DE LEI. INDICAÇÃO GENÉRICA DOS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. INVIABILIDADE DA RESCISÓRIA. ERRO DE FATO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO-COMPROVADO.
1. Revela-se improcedente argüição de ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil na hipótese em que o Tribunal de origem tenha adotado fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia, atentando-se aos pontos relevantes e necessários ao deslinde do litígio.
2. Para prosperar ação rescisória fundada no artigo 485, V, do CPC, é necessário que a interpretação dada pelo *decisum* rescindendo seja de tal modo aberrante que viole o dispositivo legal em sua literalidade, sendo, portanto, indispensável a indicação expressa dos dispositivos legais tidos por malferidos.
3. Considera-se deficiente a fundamentação do recurso que não indica expressamente em que consiste o pretenso erro de fato.
4. A divergência jurisprudencial, para restar caracterizada, deve alcançar as peculiaridades juridicamente relevantes ao caso. Se o suporte fático dos arestos paradigmas não guarda similitude com o acórdão recorrido, o dissídio não merece ser conhecido.
5. Recurso especial conhecido parcialmente e improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator, conhecer parcialmente do recurso e, nessa parte, negar-lhe provimento. Os Srs. Ministros Castro Meira, Humberto Martins, Herman Benjamin e Eliana Calmon votaram com o Sr. Ministro Relator.
A Dra. Adriana Fonseca Pereira sustentou oralmente pela recorrida, Tubolar Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., protestando por juntada.
Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Castro Meira.
Brasília, 4 de setembro de 2007 (data do julgamento).

(1845)

RECURSO ESPECIAL Nº 771.008 - PA (2005/0106291-6)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDO	: JADER FONTENELLE BARBALHO
ADVOGADO	: SABATO GIOVANI MEGALE ROSSETTI E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - MEDIDA CAUTELAR DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS - INAPLICABILIDADE DO ART. 458 DO CPC - IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DE ILEGITIMIDADE DE PARTE, FALTA DE INTERESSE DE AGIR OU DE CHAMAMENTO AO PROCESSO.
1. O processo cautelar de produção antecipada de provas não tem natureza contenciosa e o seu procedimento assemelha-se ao do processo de jurisdição voluntária, cabendo ao juiz tão-somente conduzir a documentação judicial de fatos, com efeito meramente homologatório da prova produzida.
2. Não se exige do magistrado a fundamentação da sentença homologatória com todos os requisitos do art. 458, do CPC e não é possível a discussão de questões relativas a preliminares de mérito ligadas ao processo principal de conhecimento a ser ajuizado, tais como ilegitimidade de parte, falta de interesse de agir e chamamento ao processo.
3. Precedentes desta Corte.
4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso e, nessa parte, negou-lhe provimento, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira, Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1846)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 771.678 - MT (2005/0128862-1)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADOR	: NELSON PEREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: REDEMAX PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA
ADVOGADO	: CÁSSIO FELIPE MIOTTO E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - MANDADO DE SEGURANÇA - IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS - NEGATIVA DE AUTORIZAÇÃO - ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO EXCLUSIVAMENTE CONSTITUCIONAL.
1. Acórdão que se pautou em fundamento exclusivamente constitucional, ao rechaçar procedimento da administração de condicionar a autorização para impressão de documentos fiscais a pagamentos de débitos fiscais anteriores, não emitindo qualquer juízo de valor a respeito da tese em torno do art. 194 do CTN.
2. Manutenção do *decisum* que negou seguimento ao recurso especial.
3. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1847)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 774.291 - PR (2005/0136156-2)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO PARANÁ - CODAPAR
ADVOGADO	: HAROLDO ALMEIDA SOLDATELI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ADRIANA DOS S R M OLIVEIRA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - AGRAVO REGIMENTAL - DÉBITO DECLARADO PELO CONTRIBUINTE E PAGO A MENOR NO VENCIMENTO - DCTF OU GFIP - CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - APLICAÇÃO DO ART. 557 DO CPC.
1. Tem-se por pacificado nesta Corte o entendimento de que declarado e não pago (ou pago a menor) o débito no vencimento, a confissão do débito pelo contribuinte equivale à constituição do crédito tributário, podendo ser imediatamente inscrito em dívida ativa, independentemente de qualquer procedimento por parte do Fisco. Precedentes da Primeira Seção e Primeira e Segunda Turmas.
2. Decisão monocrática que se enquadra nas hipóteses previstas no art. 557 do CPC.
3. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1848)

RECURSO ESPECIAL Nº 775.741 - PA (2005/0134068-4)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
RECORRENTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: SACHA CALMON NAVARRO COELHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MUNICÍPIO DE ABAETETUBA
ADVOGADO	: MAGDA TORRES BALLOUT E OUTRO(S)

EMENTA

TRIBUTÁRIO - ISS - LISTA DE SERVIÇOS ANEXA DO DECRETO-LEI 406/68 - LISTA TAXATIVA, MAS QUE COMPORTA INTERPRETAÇÃO AMPLA E ANALÓGICA DE CADA ITEM - REVOLVIMENTO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO (SÚMULA 7/STJ).
1. A jurisprudência sedimentada é no sentido de entender como taxativa a enumeração da lista de serviços que acompanha a LC 56/87.
2. Embora taxativa, admite a lista interpretação extensiva para abrigar serviços idênticos aos expressamente previstos, mas com diferente nomenclatura.
3. Análise das alegações da recorrente que esbarram no óbice da Súmula 7/STJ
4. Recurso especial não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, não conheceu do recurso, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1849)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 780.025 - DF (2005/0148751-3)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: ANTÔNIO SIQUEIRA JÚNIOR
ADVOGADO	: SAULO LADEIRA E OUTRO
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: LUIS AUGUSTO MOREIRA IANNINI E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - AGRAVO REGIMENTAL - IMÓVEL FUNCIONAL - DIREITO À AQUISIÇÃO - OCUPAÇÃO DADA EM RAZÃO DE CARGO COMISSIONADO - IMÓVEL PERTENCENTE A RESERVA TÉCNICA - SÚMULA 7/STJ.
1. Acórdão recorrido que partiu das premissas de que o imóvel foi dado para ocupação em razão de cargo comissionado e que esse imóvel pertenceria à reserva técnica do órgão.
2. Correta a aplicação do enunciado da Súmula 7/STJ quando a constatação de ofensa à lei federal, suscitada no recurso especial, demanda o revolvimento do contexto fático-probatório.
3. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1850)

RECURSO ESPECIAL Nº 780.045 - RS (2005/0149804-0)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: ROQUE OLÍMPIO BECKER E OUTRO
ADVOGADO	: WILSON BARUFALDI E OUTRO(S)
INTERES.	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

EMENTA

PROCESSO CIVIL - ADMINISTRATIVO - VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC: SÚMULA 284/STF - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO: SÚMULA 211/STJ - EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - FAZENDA PÚBLICA - ART. 730 DO CPC - ART. 100, § 1º, DA CF/88, COM A REDAÇÃO DADA PELA EC 30/00.
1. Não pode ser conhecido o recurso especial no que concerne ao art. 535 do CPC, pois não apresentou o recorrente, com clareza e objetividade, quais os fatos que amparam a suposta violação e as razões do seu inconformismo. Súmula 284/STF.
2. Deficiência na fundamentação no que concerne às violações dos arts. 67 da Lei 4.320/64 e 10 e 73 da LC 73/93, atraindo o óbice da Súmula 284/STF.
3. As teses relativas aos arts. 23, § 2º, I e II da Lei 9.995/2000, não foram prequestionadas no acórdão recorrido, a despeito dos embargos de declaração opostos. Súmula 211/STJ.
4. A EC 30/00, ao inserir no § 1º do art. 100 da CF/88 a obrigação de só ser inserido no orçamento o pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, extinguiu a possibilidade de execução provisória.
5. Releitura do art. 730 do CPC para não se admitir execução provisória contra a Fazenda Pública.
6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso e, nessa parte, deu-lhe provimento, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1851)

RECURSO ESPECIAL Nº 784.928 - RJ (2005/0160352-7)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
RECORRENTE	: MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
PROCURADOR	: MARCELO GOMES LOPES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PROJEX LTDA
ADVOGADO	: BRUNO GOMES DE MELO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ADAILCE BRAGA PEREIRA
ADVOGADO	: ILTON AMARO DA SILVA PINTO E OUTRO(S)

EMENTA

ADMINISTRATIVO - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO - ANÁLISE DE CLÁUSULA CONTRATUAL - SÚMULA 5/STJ - INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL COM BASE NO ART. 295, II, DO CPC - SÚMULA 282/STF - INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO - EXCLUSÃO DO MUNICÍPIO DO PÓLO PASSIVO DA DEMANDA - DESCABIMENTO.
1. Impossibilidade de esta Corte analisar cláusula contratual para dirimir controvérsia em torno do direito da parte. Súmula 5/STJ.
2. Aplica-se a Súmula 282/STF em relação a tese sobre a qual o Tribunal de origem não emitiu juízo de valor.
3. Responsabilidade subjetiva e solidária do município em relação a danos causados a terceiros por obra mal acabada realizada por empresa contratada pelo Estado. Culpa *in eligendo* e *in vigilando*.
4. Recurso especial não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1852)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 787.538 - BA (2005/0168740-3)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: JOÃO BATISTA MACHADO
ADVOGADO	: JAIRO ANDRADE DE MIRANDA
AGRAVADO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MYRON DE MOURA MARANHÃO E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL DECIDIDO MONOCRATICAMENTE: POSSIBILIDADE - CORRETA APLICAÇÃO DO ART. 557 DO CPC - ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO - RECURSO CABÍVEL: EMBARGOS DECLARATÓRIOS.

1. O recurso cabível para corrigir contradição são os embargos declaratórios, nos termos do art. 535, I, do CPC.
2. O julgamento monocrático pelo relator encontra autorização no art. 557 do CPC, que pode negar seguimento a recurso quando: a) manifestamente inadmissível (exame preliminar de pressupostos objetivos); b) improcedente (exame da tese jurídica discutida nos autos); c) prejudicado (questão meramente processual); e d) em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do STF ou de Tribunal Superior.
3. Legitimidade de decisão que, amparada no art. 557 do CPC, nega seguimento a recurso especial por não preencher os requisitos de admissibilidade e/ou por encontrar-se em sintonia com a jurisprudência desta Corte.
4. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira, Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1853)

RECURSO ESPECIAL Nº 794.145 - RS (2005/0181869-1)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRENTE	: CONVIAS S/A CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS E OUTRO
ADVOGADO	: PAULO BROSSARD DE SOUZA PINTO E OUTRO(S)
RECORRENTE	: DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DAER
PROCURADOR	: BRUNO DE CASTRO WINKLER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES.	: UNIÃO
SUCESS. DE	: DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - ATO ADMINISTRATIVO - COBRANÇA DE PEDÁGIO EM RODOVIA PÚBLICA.
1. Segundo a jurisprudência do STJ, em tese, é possível a declaração incidental de inconstitucionalidade, na ação civil pública, de quaisquer leis ou atos normativos do Poder Público, desde que a controvérsia constitucional não figure como pedido, mas sim como causa de pedir, fundamento ou simples questão prejudicial, indispensável à resolução do litígio principal, em torno da tutela do interesse público.
2. Nos termos da Súmula 282/STF, inadmissível o recurso especial quanto às questões que não foram apreciadas pelo Tribunal *a quo*.
3. Restando inatacado fundamento adotado pelo Tribunal *a quo*, não se conhece da tese defendida no recurso especial por inobservância de pressuposto recursal genérico.
4. Inviável, em sede de recurso especial, o revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.
5. Não havendo o recorrente demonstrado, mediante a realização do devido cotejo analítico, a existência de similitude das circunstâncias fáticas e o direito aplicado nos acórdãos recorrido e paradigmas, resta desatendido o comando dos arts. 541 do CPC e 255 do RISTJ.
6. A Corte de origem, ao se posicionar sobre a cobrança do pedágio adotou fundamento exclusivamente constitucional (violação do art. 5º, II e XV da CF/88), razão pela qual incabível, nesse ponto, o recurso especial.
7. O Tribunal não está obrigado a responder questionário das partes. Entretanto, deve examinar questões, oportunamente suscitadas, e que, se acolhidas, poderia levar o julgamento a um resultado diverso do ocorrido.
8. Necessidade de rejulgamento dos embargos declaratórios, ante a contrariedade ao art. 535 do CPC.
9. Recurso especial da UNIÃO não conhecido.
10. Recurso especial do DAER não conhecido.
11. Recurso especial da CONVIAS parcialmente conhecido e, nessa parte, parcialmente provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, não conheceu dos recursos da União e do DAER e conheceu parcialmente do recurso da CONVIAS S/A e, nessa parte, deu-lhe parcial provimento, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira, Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.
Dr(a). MARCUS VINICIUS VITA FERREIRA, pela parte: RECORRENTE: CONVIAS S/A CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1854)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 801.934 - PE (2005/0201491-1)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR	: MARIA SOLANGE VILA NOVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: A P SILVA ESTIVAS E CEREAIS - FIRMA INDIVIDUAL
ADVOGADO	: GLÁUCIO MANOEL DE LIMA BARBOSA E OUTRO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - AGRAVO REGIMENTAL - IMPORTAÇÃO DE COMINHO DE PAÍS SIGNATÁRIO DO GATT - ISENÇÃO DE ICMS DO SIMILAR NACIONAL - ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO ESTADUAL: SÚMULA 280/STF.
1. Correta a decisão que negou seguimento a recurso especial porque a análise da legislação estadual para a verificação de que o produto goza ou não de isenção no mercado interno e se houve ou não indevida extensão do benefício fiscal esbarra no óbice da Súmula 280/STF.
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1855)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 802.257 - MG (2005/0201592-1)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA
INTERES.	: COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS CEMIG
ADVOGADO	: ENDERSON COUTO MIRANDA E OUTRO(S)
INTERES.	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO	: JOSÉ RUBENS COSTA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - MINISTÉRIO PÚBLICO - ILEGITIMIDADE ATIVA - PRECEDENTES.
1. O Superior Tribunal de Justiça, em diversas oportunidades, já se manifestou no sentido de que não tem o Ministério Público legitimidade para propor ação civil pública com o objetivo de discutir a cobrança de tributos, uma vez que os direitos do contribuinte, porquanto individuais e disponíveis, devem ser postulados por seus próprios titulares. Precedentes.
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1856)

RECURSO ESPECIAL Nº 803.708 - CE (2005/0206448-6)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: FERNANDA LAPA DE BARROS CORREIA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: DISPORT NORDESTE LTDA
ADVOGADO	: RAFAEL FERREIRA DIEHL E OUTRO(S)

EMENTA

TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PREVIDENCIÁRIA - SALÁRIO-MATERNIDADE - FOLHA DE SALÁRIO - INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO.
1. Esta Corte tem entendido que o salário-maternidade integra a base de cálculo das contribuições previdenciárias pagas pelas empresas.
2. Recurso especial provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1857)

EDcl nos EDcl no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 807.059 - PR (2006/0162906-7)

RELATOR	**: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
EMBARGANTE	: LOURIVAL GOMES
ADVOGADO	: RAFAEL NARITA DE BARROS NUNES E OUTRO(S)
EMBARGADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA.
1. O simples descontentamento da parte com o julgado não tem o condão de tornar cabíveis os embargos declaratórios, recurso de rígidos contornos processuais que serve ao aprimoramento da decisão, mas não à sua modificação, que só muito excepcionalmente é admitida.
2. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Castro Meira (Presidente), Humberto Martins, Herman Benjamin e Eliana Calmon votaram com o Sr. Ministro Relator.
Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Castro Meira.
Brasília, 4 de setembro de 2007 (data do julgamento).

(1858)

RECURSO ESPECIAL Nº 815.112 - RS (2005/0215451-3)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
RECORRENTE	: LUIZ VALENTIN PROTTI E OUTRO
ADVOGADO	: ADILSON MACHADO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADVOGADO	: SIMONE MINASSIAN LUGO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: LEANDRO PINTO DE AZEVEDO E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL - FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL INATACADO - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 126/STJ.
1. Baseando-se o acórdão da Corte *a quo* em fundamento constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo e não manifestando a parte vencida recurso extraordinário, inadmissível o processamento do recurso especial (Súmula 126/STJ).
2. Recurso especial não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, não conheceu do recurso, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1859)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 820.502 - SP (2006/0223581-0)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ
ADVOGADO	: LUIZ CARLOS DE SOUZA E OUTRO
AGRAVADO	: MARIA PALOMO GARCIA
ADVOGADO	: CELSO DE MOURA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AGRAVO REGIMENTAL - INTERVENÇÃO NO MUNICÍPIO - DECISÃO DE NATUREZA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA - MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA.
1. O pedido de Intervenção no Município por descumprimento de decisão judicial é questão político-administrativa.
2. Manutenção da decisão agravada.
3. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira, Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília-DF, 20 de setembro de 2007.(Data do Julgamento)

(1860)

EDcl no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 821.868 - GO (2006/0218708-1)

RELATOR	**: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
EMBARGANTE	: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA DE GOIÁS
ADVOGADO	: ALEX IVAN DE CASTRO PEREIRA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: CAMARGO E SERRATO LTDA
ADVOGADO	: DIVINO CABRAL GUIMARÃES E OUTRO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. REEXAME DE PROVA. SÚMULA N. 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO-REALIZAÇÃO DO COTEJO ANALÍTICO.
1. Aplica-se a Súmula n. 7 do STJ na hipótese em que a tese versada no recurso especial reclama a análise dos elementos probatórios produzidos ao longo da demanda.
2. Inviabiliza-se o conhecimento de recurso especial fundado em dissídio jurisprudencial ante a ausência de demonstração de similitude fática e jurídica entre os casos e a conseqüente não-realização do devido cotejo analítico.
3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental ao qual se dá provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator, receber os embargos de declaração como agravo regimental e dar-lhe provimento. Os Srs. Ministros Castro Meira (Presidente), Humberto Martins, Herman Benjamin e Eliana Calmon votaram com o Sr. Ministro Relator.
Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Castro Meira.
Brasília, 4 de setembro de 2007 (data do julgamento).

(1861)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 825.530 - SP (2006/0047598-4)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: HERMES ARRAIS ALENCAR E OUTRO(S)
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NANCIONAL
AGRAVADO	: PANAMERICANA CONSTRUTORA E IMOBILIÁRIA S/A
ADVOGADO	: JOSE ROBERTO MARCONDES E OUTRO(S)

EMENTA

TRIBUTÁRIO - AGRAVO REGIMENTAL - JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - PRESCRIÇÃO - TRIBUTO LANÇADO POR HOMOLOGAÇÃO - TERMO INICIAL - TESE DOS "CINCO MAIS CINCO" - ART. 4º DA LEI COMPLEMENTAR 118/2005 - ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE NO ERESP 644.736/PE - COMPENSAÇÃO - LIMITES DAS LEIS 9.032/95 E 9.129/95 -
1. A Corte Especial, na Argüição de Inconstitucionalidade no EREsp 644.736/PE, acolheu o incidente para reconhecer a inconstitucionalidade da expressão "observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.107, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional", constante do art. 4º, segunda parte, da LC 118/2005.
2. Decisão que, aplicando a jurisprudência pacificada na Primeira Seção, afastou as limitações impostas pelas Leis 9.032/95 e 9.129/95 porque a contribuição previdenciária cuja compensação se pleiteia foi declarada inconstitucional pelo STF, havendo para o contribuinte direito à restituição *in totum* ante a ineficácia plena da lei que instituiu o tributo.
3. Desnecessidade de exame da questão à luz da inexistência de direito adquirido a regime de compensação e de declaração de inconstitucionalidade das Leis 9.032/95 e 9.129/95.
4. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1862)

RECURSO ESPECIAL Nº 829.569 - SP (2006/0055647-8)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
RECORRENTE	: PRODUPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PLÁSTICOS LTDA
ADVOGADO	: LUIS HENRIQUE DA SILVA
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: LAÍS NUNES DE ABREU E OUTRO(S)

EMENTA

TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - COMPENSAÇÃO - PRESCRIÇÃO - TERMO *A QUO* - TESE DOS "CINCO MAIS CINCO" - ART. 45 DA LEI 8.212/91: INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELA CORTE ESPECIAL (AI NO REsp 616.348/MG) - LIMITES DAS LEIS 9.032 E 9.129/95: EREsp 189.052/SP.
1. A Primeira Seção do STJ, no julgamento dos EREsp 435.835/SC, firmou o entendimento de que, na hipótese de tributo sujeito a lançamento por homologação, o prazo para a propositura da ação de repetição de indébito é de 10 (dez) anos a contar do fato gerador, se a homologação for tácita (tese dos "cinco mais cinco"), e de 5 (cinco) anos a contar da homologação, se esta for expressa.
2. A Corte Especial do STJ, por sua vez, reconheceu a inconstitucionalidade formal do art. 45 da Lei 8.212/91 por ofensa ao art. 146, III, "b" da Carta Magna (Argüição de Inconstitucionalidade no REsp 616.348/MG). Em conseqüência, não se operou a revogação dos arts. 150, § 4º e 174 do CTN, que fixam em cinco anos o prazo de decadência para o lançamento de tributos.
3. Aplicação da tese dos "cinco mais cinco" nas ações de repetição de indébito e de compensação de contribuições previdenciárias.
4. No que diz respeito às Leis 9.032/95 e 9.129/95, a Primeira Seção, no julgamento do EREsp 189.052/SP, concluiu que, em se tratando de créditos advindos de recolhimento de contribuição declarada inconstitucional pela Suprema Corte, fica afastada a limitação. E isto porque, com a declaração de inconstitucionalidade, surge o direito à restituição *in totum* ante à ineficácia plena da lei que instituiu o tributo.
5. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso e, nessa parte, deu-lhe provimento, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1863)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 832.374 - SC (2006/0069509-5)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: GUINTER JOSÉ DALLA CORTE E OUTRO
ADVOGADO	: CRISTINA ELIAS NASCHENWENG ESPINDOLA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARCELO COLETTO POHLMANN E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL - AGRAVO REGIMENTAL - PREPARO IRREGULAR - DESCUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 12/2005 DO STJ - DESERÇÃO.
1. Nos termos da Resolução 12 de 07.06.2005 desta Corte Superior, respaldada pelo art. 41-B da Lei n. 8.038/1990, deve constar no GRU o número do processo a que a guia se refere, sob pena de se considerar deserto o recurso especial.
2. Entretanto, a Segunda Turma, em 28/08/2007, no julgamento do AgRg REsp 877.541/SP, decidiu afastar a exigência de conter o DARF o número do processo a que se refere, com base nos seguintes fundamentos (cópia das notas taquigráficas em anexo):
a) a Resolução 20/2004 não teve o intuito de criar mais um empecilho de natureza formal ao conhecimento dos recursos; não se pode dar a essa resolução dimensão que vai muito além de seus objetivos; além disso, não há possibilidade de fraude porque o original está sendo juntado ao processo (Min. Herman Benjamin);
b) ainda que não indicado o número do processo, como o valor do porte e remessa foi recolhido aos cofres do Estado, o objetivo foi cumprido (Min. João Otávio de Noronha);
c) embora relevante a resolução, é suficiente a comprovação do porte de remessa e retorno (Min. Castro Meira).
3. Agravo regimental provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, deu provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."Os Srs. Ministros Castro Meira, Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.
Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro João Otávio de Noronha.

Brasília-DF, 06 de setembro de 2007.(Data do Julgamento)

(1864)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 834.203 - SP (2006/0245635-8)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR IMS
ADVOGADO	: ACHILE MARIO ALESINA JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ADMINISTRATIVO - DEPÓSITO PRÉVIO - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - FUNDAMENTO INATACADO - AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO RECURSAL GENÉRICO.
1. Recurso que não atacou o fundamentos do *decisum.* Falta de pressuposto recursal genérico.
2. Agravo regimental não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, não conheceu do agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira, Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1865)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 840.292 - RS (2006/0083925-1)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CÍNTIA TOCCHETTO KASPARY E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DINÂMICA TRABALHO TEMPORÁRIO LTDA
ADVOGADO	: JOSE GERALDO DA COSTA LEITAO E OUTRO(S)

EMENTA

TRIBUTÁRIO - AGRAVO REGIMENTAL - PIS/PASEP - COFINS - BASE DE CÁLCULO - EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO - FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE (SÚMULA 284/STF) - FALTA DE PREQUESTIONAMENTO (SÚMULA 211/STJ) - FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL (SÚMULA 126/STJ).
1. Configura-se o prequestionamento quando a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, com emissão de juízo de valor acerca dos respectivos dispositivos legais, interpretando-se sua aplicação ou não ao caso concreto.
2. Admite-se o prequestionamento implícito para conhecimento do recurso especial, desde que demonstrada, inequivocamente, a apreciação da tese à luz da legislação federal indicada, o que não ocorreu na hipótese dos autos.
3. Recusando-se o Tribunal a fazê-lo, a orientação desta Corte é no sentido de que o recurso especial deve indicar como violado, sob pena de aplicação da Súmula 211/STJ, o art. 535 do CPC, especificando objetivamente qual a omissão, contradição ou obscuridade a ser suprida.
4. Considera-se deficiente a fundamentação do recurso que, a par de indicar violação do art. 535 do CPC, alega genericamente que houve ofensa a lei federal, sem indicar com clareza e objetividade os fatos que amparam a suposta violação.
5. Baseando-se o acórdão do Tribunal de origem em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo e não manifestando a parte vencida recurso extraordinário, inadmissível o processamento do recurso especial (Súmula 126/STJ).
6. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1866)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 845.740 - PB (2006/0110799-8)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA UFPB
PROCURADOR	: JOÃO ABRANTES QUEIROZ E OUTRO
AGRAVADO	: MARIO HUMBERTO LEAL PORTO
ADVOGADO	: FÁBIO PORTO ESTEVES E OUTRO(S)

EMENTA

ADMINISTRATIVO - PROCESSUAL CIVIL - ENSINO SUPERIOR - TRANSFERÊNCIA - AGRAVO REGIMENTAL - DUPLA FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO - SÚMULA 126/STJ.
1. Baseando-se o acórdão do Tribunal de origem em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo e não manifestando a parte vencida recurso extraordinário, inadmissível o processamento do recurso especial (Súmula 126/STJ).
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1867)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 846.180 - SP (2006/0275238-0)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: SCHOBELL INDUSTRIAL LTDA
ADVOGADO	: RICARDO GOMES LOURENCO
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARCOS EXPOSITO GUEVARA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSO CIVIL - TRIBUTÁRIO - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AGRAVO REGIMENTAL - JUROS MORATÓRIOS - PRECATÓRIO COMPLEMENTAR - FUNDAMENTO EXCLUSIVAMENTE CONSTITUCIONAL.
1. Inviável recurso especial interposto contra acórdão que se baseia em fundamento exclusivamente constitucional.
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1868)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 853.305 - SP (2006/0135202-5)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARIA CECÍLIA LEITE MOREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PAULO CARDOSO DE ALMEIDA SOBRINHO
ADVOGADO	: DJAIR DE SOUZA ROSA

EMENTA

TRIBUTÁRIO - AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL - IMPOSTO DE RENDA - VERBAS INDENIZATÓRIAS - SÚMULA 7/STJ.
1. Impossível a esta Corte resolver controvérsia que demanda reanálise do contexto fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1869)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 853.330 - GO (2006/0281669-4)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: ESTADO DE GOIÁS
PROCURADOR	: ANDREIA DE ARAÚJO INÁCIO ADOURIAN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AGRAVO REGIMENTAL - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO (SÚMULA 282/STF).
1. Não se conhece do recurso especial, por ausência de prequestionamento, se a matéria trazida nas razões recursais não foi debatida no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 282/STF.
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1870)

RECURSO ESPECIAL Nº 853.969 - RJ (2006/0135182-4)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
RECORRENTE	: AXA SEGUROS BRASIL S/A
ADVOGADO	: FRANCISCO CARLOS R GIARDINA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ROBERVAL BORGES FILHO E OUTRO(S)

EMENTA

TRIBUTÁRIO - RECURSO ESPECIAL - SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO - VALORES GASTOS COM EDUCAÇÃO DO EMPREGADO - INEXISTÊNCIA DE CARÁTER SALARIAL - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - NÃO-INCIDÊNCIA.
1. Não integram a base de cálculo da contribuição previdenciária os valores gastos pela empresa a título de bolsas de estudo destinadas a seus empregados.
2. Recurso especial provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1871)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 854.526 - RS (2006/0131722-9)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: KÁTIA ELISABETH WAWRICK E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LEONARDO LIBRELOTTO
ADVOGADO	: AMANDA JOSÉ SCHNEIDER E OUTRO

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL - VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS - IMPOSSIBILIDADE DE EXAME - FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS - BLOQUEIO DE CONTAS DO ESTADO - POSSIBILIDADE.
1. Não cabe a esta Corte o exame da assertiva de violação de dispositivos constitucionais, sob pena de se usurpar a competência atribuída ao STF.
2. Tem prevalecido no STJ o entendimento de que é possível, com amparo no art. 461, § 5º, do CPC, o bloqueio de verbas públicas para garantir o fornecimento de medicamentos pelo Estado.
3. Embora venha o STF adotando a "Teoria da Reserva do Possível" em algumas hipóteses, em matéria de preservação dos direitos à vida e à saúde, aquela Corte não aplica tal entendimento, por considerar que ambos são bens máximos e impossíveis de ter sua proteção postergada.
4. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1872)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 855.306 - SP (2006/0114639-3)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARIA CECÍLIA LEITE MOREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VITAL DE ALMEIDA ARRUDA NETO
ADVOGADO	: JULIANA OAULON DA COSTA E OUTRO

EMENTA

TRIBUTÁRIO - AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL - IMPOSTO DE RENDA - VERBAS INDENIZATÓRIAS - SÚMULA 7/STJ.
1. Impossível a esta Corte resolver controvérsia que demanda reanálise do contexto fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1873)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 856.171 - SP (2007/0015404-0)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: MARIA MADALENA MAIA VAZ
ADVOGADO	: EVANDRO ALVES DA SILVA GRILI
AGRAVADO	: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA - CRF
ADVOGADO	: ANNA PAOLA NOVAES STINCHI E OUTRO(S)

EMENTA

ADMINISTRATIVO - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AGRAVO REGIMENTAL - REEXAME DO CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO (SÚMULA 7/STJ).
1. Inviável recurso especial cuja solução demanda revolvimento do contexto fático-probatório dos autos.
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1874)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 859.579 - SC (2007/0022137-9)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: VITAE CLÍNICA MATERNO INFANTIL LTDA
ADVOGADO	: RODRIGO DO AMARAL FONSECA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SIMONE ANACLETO LOPES E OUTRO(S)

EMENTA

TRIBUTÁRIO - PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AGRAVO REGIMENTAL - REEXAME DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO (SÚMULA 7/STJ).
1. Não se conhece, em recurso especial, da tese cuja apreciação implica o reexame do conjunto fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1875)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 861.014 - SP (2006/0139192-4)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JÚLIO CÉSAR CASARI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSÉ LUIZ DA FONSECA E OUTRO
ADVOGADO	: ALFREDO CAPITELLI JUNIOR E OUTRO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL - AGRAVO REGIMENTAL - IMPOSTO DE RENDA - ART. 43, I, DO CTN - SÚMULA 7/STJ.
1. Abstraído no voto condutor do julgado que o imposto de renda não deve incidir sobre as parcelas relativas à gratificação por liberalidade em razão de se tratar de rescisão de contrato de trabalho em decorrência de adesão a plano de demissão voluntária, a análise da tese de que a hipótese é de rescisão contratual pura e simples demanda o revolvimento de premissa fática, atraindo o óbice da Súmula 7 desta Corte.
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1876)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 861.190 - RO (2007/0041096-0)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: ANTÔNIA SOUSA DE FRANÇA E OUTROS
ADVOGADO	: ALEXANDRE CARDOSO DA FONSECA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE - SÚMULA 284/STF - DISPOSITIVO LEGAL INDICADO QUE NÃO AMPARA A TESE TRAZIDA NO ESPECIAL.
1. O recurso especial reveste-se de tecnicidade, cabendo à parte demonstrar em suas razões de recurso, com clareza e objetividade, a tese nele sustentada, sob pena de aplicação da Súmula 284/STF, pela deficiente fundamentação.
2. Hipótese em que a agravante defende, no especial, tese não amparada no dispositivo indicado nas razões recursais, o que justifica a aplicação da Súmula 284/STF.
3. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1877)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 862.333 - SP (2007/0025436-3)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: D ZAMBON METALÚRGICA E MONTAGEM LTDA
ADVOGADO	: EMILSON NAZÁRIO FERREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: FERNANDO NETTO BOITEUX E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO ANTES DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - TEMPESTIVIDADE - RATIFICAÇÃO NECESSÁRIA - PRECEDENTE.
1. A Corte Especial, no julgamento do REsp 776.265/SC, adotou o entendimento de que o recurso especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração opostos junto ao Tribunal de origem deve ser ratificado no momento oportuno, sob pena de ser considerado intempestivo.
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1878)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 862.716 - DF (2007/0040958-6)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: ZAIRA LIMA JORGE
ADVOGADO	: FÁBIO DE OLIVEIRA RODRIGUES E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AGRAVO REGIMENTAL - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO - LANÇAMENTO INDEVIDO DE DÉBITO - REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICA-PROBATÓRIA (SÚMULA 7/STJ).
1. Inviável o recurso especial se o exame da questão suscitada exige revolvimento dos aspectos fático-probatórios dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1879)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 863.668 - SP (2007/0035217-3)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: FUJITSU DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	: AUGUSTO TAVARES ROSA MARCACINI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE GUARULHOS
PROCURADOR	: IZILDA MARQUES DO NASCIMENTO NEVES E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - ILEGIBILIDADE DA CHANCELA MECÂNICA NA CÓPIA DA PETIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL - INVIÁVEL JUNTADA POSTERIOR DE DOCUMENTO.
1. Não se admite recurso especial cuja tempestividade não pode ser aferida por ilegibilidade do registro do protocolo.
2. Inviável, em sede de agravo de instrumento, proceder-se à juntada posterior de documentos.
3. Deficiência na formação do instrumento.
4. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1880)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 863.858 - SP (2006/0143704-1)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PATRÍCIA MELLO DE BRITO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: COBRASCAL INDÚSTRIA DE CAL LTDA
ADVOGADO	: EMILSON NAZÁRIO FERREIRA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - AGRAVO REGIMENTAL - PRESCRIÇÃO - TRIBUTO LANÇADO POR HOMOLOGAÇÃO - TERMO INICIAL - TESE DOS "CINCO MAIS CINCO" - ART. 4º DA LEI COMPLEMENTAR 118/2005 - ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE NO ERESP 644.736/PE.
1. A Corte Especial, na Argüição de Inconstitucionalidade no EREsp 644.736/PE, acolheu o incidente para reconhecer a inconstitucionalidade da expressão "observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.107, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional", constante do art. 4º, segunda parte, da LC 118/2005.
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1881)

AgRg no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 865.860 - SP (2007/0028296-4)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: VIAÇÃO SÃO LUIZ LTDA
ADVOGADO	: NEWTON JOSE DE OLIVEIRA NEVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MIRIAM APARECIDA PERES SILVA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - LEI 9.800/99 - INTERPOSIÇÃO DE RECURSO POR FAC-SÍMILE - JUNTADA INOPORTUNA DOS ORIGINAIS - INTEMPESTIVIDADE - CUMPRIMENTO DO PRAZO: DEVER DA PARTE.
1. A Lei 9.800/99, que autoriza a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de recurso, impõe o cumprimento do prazo legal e determina a apresentação do original até cinco dias de seu término.
2. Manutenção da decisão que atestou a intempestividade do primeiro agravo regimental interposto.
3. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1882)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 866.681 - SP (2007/0038379-2)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: VIAÇÃO CIDADE TIRADENTES LTDA
ADVOGADO	: EDUARDO JESSNITZER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SÃO PAULO TRANSPORTE S/A
ADVOGADO	: TIAGO CEZAR GNECCO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: LUIZ HENRIQUE MARQUEZ E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO ANTES DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - RATIFICAÇÃO NECESSÁRIA - REsp 776.265/SC.
1. A Corte Especial, no julgamento do REsp 776.265/SC, adotou o entendimento de que o recurso especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração opostos junto ao Tribunal de origem deve ser ratificado no momento oportuno, sob pena de ser considerado intempestivo.
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1883)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 871.484 - PB (2007/0036022-6)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: CAIO CESAR VIEIRA ROCHA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NEUSA RODRIGUES DE MACEDO RAFAEL
ADVOGADO	: EUZELIA ROCHA BORGES SERRANO E OUTRO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVOS DE INSTRUMENTO E REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - ADMISSIBILIDADE - FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE - DISSÍDIO NÃO CONFIGURADO.
1. Não há como prosperar o recurso especial que não indica, com precisão e clareza, os dispositivos de lei federal tidos como violados. Incidência da Súmula 284/STF.
2. A mera transcrição de ementas não é suficiente para respaldar o recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional.
3. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1884)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 873.622 - GO (2007/0044445-8)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: OLEGÁRIO DE JESUS SILVA
ADVOGADO	: JÚLIO CÉSAR MEIRELLES MENDONÇA RIBEIRO E OUTRO
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
INTERES.	: JURANDIR NOVAES QUEIROZ E OUTROS
ADVOGADO	: JÚLIO CÉSAR MEIRELLES MENDONÇA RIBEIRO E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AGRAVO REGIMENTAL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC - ALEGAÇÕES GENÉRICAS (SÚMULA 284/STF) - FALTA DE PREQUESTIONAMENTO (SÚMULAS 282/STF E 211/STJ).
1. Considera-se deficiente a fundamentação do recurso que, a par de indicar violação do art. 535 do CPC, alega genericamente que houve ofensa a lei federal, sem indicar com clareza e objetividade os fatos que amparam a suposta violação.
2. Aplicável a Súmula 282/STF quando o Tribunal de origem não emite juízo de valor sobre os dispositivos de lei federal indicados no recurso especial.
3. Incidência da Súmula 211/STJ nos casos em que, a despeito da oposição de embargos de declaração, a Corte *a quo* não se pronuncia sobre a matéria e a legislação suscitadas.
4. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1885)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 875.782 - SP (2007/0047086-2)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARLY MILOCA DA CAMARA GOUVEIA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PRYOR BPO SERVIÇOS CONTÁBEIS S/C LTDA
ADVOGADO	: CLEIDE CARRAPEIRO TRIGO GAZITO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - AGRAVO REGIMENTAL - PRESCRIÇÃO - TRIBUTO LANÇADO POR HOMOLOGAÇÃO - TERMO INICIAL - TESE DOS "CINCO MAIS CINCO" - ART. 4º DA LEI COMPLEMENTAR 118/2005 - ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE NO ERESP 644.736/PE - PEDIDO DE JUNTADA DE PRECEDENTE INDICADO NA DECISÃO RECORRIDA - ÔNUS DA PARTE.
1. A Corte Especial, na Argüição de Inconstitucionalidade no EREsp 644.736/PE, acolheu o incidente para reconhecer a inconstitucionalidade da expressão "observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.107, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional", constante do art. 4º, segunda parte, da LC 118/2005.
2. Precedente jurisprudencial indicado no voto condutor passa a integrar a fundamentação do acórdão recorrido, cabendo ao recorrente providenciar o inteiro teor do referido julgado, se desejar verificar seus limites e sua juntada, caso objetive recorrer com base nele.
3. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1886)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 876.166 - SP (2007/0068913-4)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ROSA METTIFOGO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ATACADÃO DISTRIBUIÇÃO COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
ADVOGADO	: FLÁVIO LUCAS DE MENEZES SILVA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - SÚMULA 211/STJ.
1. Não se conhece do recurso especial, por ausência de prequestionamento, se a matéria trazida nas razões recursais não foi debatida no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 211/STJ.
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1887)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 877.133 - RS (2007/0067069-9)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
AGRAVADO	: MARCENARIA REAL LTDA
ADVOGADO	: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES E OUTRO(S)
INTERES.	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S)

EMENTA

TRIBUTÁRIO - PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - CONTRIBUIÇÃO AO INCRA - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO (SÚMULA 282/STF).
1. Não se conhece do recurso especial, por ausência de prequestionamento, se a matéria trazida nas razões recursais não foi debatida no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 282/STF.
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1888)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 878.852 - SP (2007/0068613-0)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
AGRAVADO	: COLÉGIO SINGULAR SÃO BERNARDO LTDA
ADVOGADO	: MARCELO ROSSETTI BRANDÃO
INTERES.	: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO SESC
ADVOGADO	: TITO DE OLIVEIRA HESKETH E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AGRAVO REGIMENTAL - CONTRIBUIÇÕES AO SESC, AO SEBRAE E AO SENAC RECOLHIDAS PELAS PRESTADORAS DE SERVIÇO - RECURSO QUE IMPUGNA ADEQUADAMENTE OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA.
1. Tendo o agravo de instrumento impugnado adequadamente os fundamentos da decisão agravada e estando presentes todos os outros requisitos necessários à sua admissibilidade, deve ser provido o recurso, a fim de que subam os autos do recurso especial.
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1889)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 879.223 - SP (2007/0027950-0)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MIRIAM APARECIDA PERES SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RUY BATALHA DE CAMARGO ENGENHARIA S/C LTDA
ADVOGADO	: KLEBER DE NICOLA BISSOLATTI

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO QUE IMPUGNA ADEQUADAMENTE OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA.
1. Tendo o agravo de instrumento impugnado adequadamente os fundamentos da decisão agravada e estando presentes todos os outros requisitos necessários à sua admissibilidade, deve ser provido o recurso, a fim de que subam os autos do recurso especial.
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1890)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 880.857 - RS (2007/0091095-0)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: GUANABARA HOTÉIS LTDA
ADVOGADO	: RODRIGO CRIPPA BRANDÃO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNIÃO
AGRAVADO	: COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA CEEE
ADVOGADO	: IURE CASAGRANDE DE LISBOA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL
PROCURADOR	: KARINE LYRA CORRÊA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - NÃO-ESGOTAMENTO DE INSTÂNCIA (SÚMULA 281/STF) - AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS - ART. 544, § 1º, DO CPC - AUSÊNCIA DE PROTOCOLO NA CÓPIA DA PETIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL.
1. É inadmissível recurso especial quando não esgotadas as vias recursais na Corte de origem.
2. É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que é dever do agravante zelar pela correta formação do instrumento de agravo, apresentando juntamente com a petição recursal as peças obrigatórias de que trata o art. 544, § 1º, do CPC, pois a ausência de qualquer delas leva ao não-conhecimento do agravo.
3. Não se admite recurso especial cuja tempestividade não pode ser aferida pelo registro do protocolo. Deficiência na formação do instrumento.
4. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1891)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 882.048 - MG (2007/0072611-9)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: NARDELE DÉBORA CARVALHO ESQUERDO E OUTRO(S)
AGRAVANTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG
PROCURADOR	: MÁRCIO ROBERTO DE SOUZA RODRIGUES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VICTORIO ÁLVARO COUTINHO RETTORI
ADVOGADO	: JOSÉ FERNANDO CHAVES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVOS DE INSTRUMENTO E REGIMENTAL - FUNDAMENTOS DAS DECISÕES AGRAVADAS NÃO ATACADOS - APLICAÇÃO DA SÚMULA 182/STJ.
1. É Inviável o agravo do art. 545 do CPC que não ataca especificamente os fundamentos da decisão agravada (Súmula 182/STJ).
2. Agravos regimentais não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento a ambos os agravos regimentais, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.
Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro João Otávio de Noronha.

Brasília (DF), 06 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1892)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 882.448 - RJ (2007/0078392-7)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: MARIA LUISA ALKMIM
AGRAVADO	: FATIMA GOES IGLESIAS OLIVEIRA
ADVOGADO	: THAÍS MOYA DE SOUZA - DEFENSORA PÚBLICA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO - INDENIZAÇÃO - DANO MORAL - SÚMULAS 284/STF, 282/STF E 7/STJ.
1. Configura-se o prequestionamento quando a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, com emissão de juízo de valor acerca dos respectivos dispositivos legais, interpretando-se sua aplicação ou não ao caso concreto.
2. Recusando-se o Tribunal a fazê-lo, a orientação desta Corte é no sentido de que o recurso especial deve indicar como violado, sob pena de aplicação da Súmula 211/STJ, o art. 535 do CPC, especificando objetivamente qual a omissão, contradição ou obscuridade a ser suprida.
3. A análise da questão em torno do valor fixado a título de dano moral implicaria reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada a esta Corte em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.
4. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1893)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 885.715 - SP (2007/0089280-8)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO	: WILLIAN MARCONDES SANTANA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA DE FÁTIMA JUCA
ADVOGADO	: ELISÂNGELA GOMES PORTINHA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - INSTRUÇÃO DEFICIENTE - ILEGIBILIDADE DA AUTENTICAÇÃO MECÂNICA QUE ATESTA A DATA DE INGRESSO DA PETIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL - IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DA TEMPESTIVIDADE.
1. Compete à agravante instruir adequadamente o agravo de instrumento, trasladando as peças obrigatórias e essenciais, de modo a possibilitar a verificação dos pressupostos de admissibilidade, inclusive a tempestividade do recurso especial que pretende viabilizar. Precedentes.
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1894)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 886.054 - RR (2007/0071075-5)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR	: MÁRIO HENRIQUE C GIL RODRIGUES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ÂNGELA MARIA SOARES VIRIATO E OUTROS
ADVOGADO	: SIVIRINO PAULI

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - INSTRUÇÃO DEFICIENTE - AUSÊNCIA DE PEÇA OBRIGATÓRIA (ART. 544, § 1º, DO CPC).
1. É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que é dever do agravante zelar pela correta formação do instrumento de agravo, apresentando juntamente com a petição recursal as peças obrigatórias de que trata o art. 544, § 1º, do CPC, pois a ausência de qualquer delas leva ao não-conhecimento do agravo, sendo inviável sanar eventual irregularidade nesta instância excepcional.
2. Necessidade do traslado das contra-razões ao recurso especial ou certidão de sua não-interposição.
3. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1895)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 888.132 - PR (2007/0086986-4)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: HELOISA SABEDOTTI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DAGRANJA AGROINDUSTRIAL LTDA
ADVOGADO	: SILVIO LUIZ DE COSTA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL - AGRAVO REGIMENTAL - PREPARO IRREGULAR - DESCUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 12/2005 DO STJ - DESERÇÃO.
1. Nos termos da Resolução 12 de 07.06.2005 desta Corte Superior, respaldada pelo art. 41-B da Lei n. 8.038/1990, deve constar no GRU o número do processo a que a guia se refere, sob pena de se considerar deserto o recurso especial.
2. Entretanto, a Segunda Turma, em 28/08/2007, no julgamento do AgRg REsp 877.541/SP, decidiu afastar a exigência de conter o DARF o número do processo a que se refere, com base nos seguintes fundamentos (cópia das notas taquigráficas em anexo):
a) a Resolução 20/2004 não teve o intuito de criar mais um empecilho de natureza formal ao conhecimento dos recursos; não se pode dar a essa resolução dimensão que vai muito além de seus objetivos; além disso, não há possibilidade de fraude porque o original está sendo juntado ao processo (Min. Herman Benjamin);
b) ainda que não indicado o número do processo, como o valor do porte e remessa foi recolhido aos cofres do Estado, o objetivo foi cumprido (Min. João Otávio de Noronha);
c) embora relevante a resolução, é suficiente a comprovação do porte de remessa e retorno (Min. Castro Meira).
3. Determinada a subida dos autos do recurso especial, nos termos do art. 544 do CPC c/c o art. 254, I, RISTJ, para melhor exame da matéria.
4. Agravo regimental provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, deu provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."Os Srs. Ministros Castro Meira, Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.
Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro João Otávio de Noronha.

Brasília-DF, 06 de setembro de 2007.(Data do Julgamento)

(1896)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 889.304 - SC (2007/0093730-7)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: VANZIN INDUSTRIAL AUTO PEÇAS LTDA
ADVOGADO	: JOÃO JOAQUIM MARTINELLI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DOLIZETE FÁTIMA MICHELIN E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSO CIVIL - TRIBUTÁRIO - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AGRAVO REGIMENTAL - IPI - PRINCÍPIO DA NÃO-CUMULATIVIDADE - FUNDAMENTO EXCLUSIVAMENTE CONSTITUCIONAL.
1. Inviável recurso especial interposto contra acórdão que se baseia em fundamento exclusivamente constitucional.
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1897)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 890.946 - RJ (2007/0094956-3)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: NAOMI COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO	: JOSÉ OSWALDO CORREA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSÉ MARCOS QUINTELLA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - SÚMULA 282/STF.
1. Não se conhece do recurso especial, por ausência de prequestionamento, se a matéria trazida nas razões recursais não foi debatida no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 282/STF.
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1898)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 891.543 - RS (2007/0085141-9)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: SSI SISTEMA SAÚDE INTEGRAL LTDA
ADVOGADO	: ÉDERSON GARIN PORTO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL
PROCURADOR	: LIANA DANNA LETTI E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - ISSQN - INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS - NECESSIDADE REEXAME - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULA 05/STJ.
1. A necessidade de apreciação de cláusulas contratuais por esta Corte inviabiliza o julgamento do recurso especial, diante da incidência da Súmula 5/STJ.
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1899)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 891.858 - SP (2007/0088567-6)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ROSA METTIFOGO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IRMÃOS CAIO COMERCIAL E ALGODOEIRA LTDA
ADVOGADO	: JOSÉ PAULO DE CASTRO EMSENHUBER E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - AGRAVO REGIMENTAL - PRESCRIÇÃO - TRIBUTO LANÇADO POR HOMOLOGAÇÃO - TERMO INICIAL - TESE DOS "CINCO MAIS CINCO" - LEI COMPLEMENTAR 118/2005 - ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE NO ERESP 644.736/PE - PEDIDO DE JUNTADA DE PRECEDENTE INDICADO NA DECISÃO RECORRIDA - ÔNUS DA PARTE.
1. A Corte Especial, na Argüição de Inconstitucionalidade no EREsp 644.736/PE, acolheu o incidente para reconhecer a inconstitucionalidade da expressão "observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.107, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional", constante do art. 4º, segunda parte, da LC 118/2005.
2. Precedente jurisprudencial indicado no voto condutor passa a integrar a fundamentação do acórdão recorrido, cabendo ao recorrente providenciar o inteiro teor do referido julgado, se desejar verificar seus limites e sua juntada, caso objetive recorrer com base nele.
3. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1900)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 893.909 - SP (2007/0080310-4)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ELYADIR FERREIRA BORGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: D SILVEIRA E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	: ALEXANDRE DANTAS FRONZAGLIA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - AGRAVO REGIMENTAL - PRESCRIÇÃO - TRIBUTO LANÇADO POR HOMOLOGAÇÃO - TERMO INICIAL - TESE DOS "CINCO MAIS CINCO" - ART. 4º DA LEI COMPLEMENTAR 118/2005 - ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE NO ERESP 644.736/PE - PEDIDO DE JUNTADA DE PRECEDENTE INDICADO NA DECISÃO RECORRIDA - ÔNUS DA PARTE.
1. A Corte Especial, na Argüição de Inconstitucionalidade no EREsp 644.736/PE, acolheu o incidente para reconhecer a inconstitucionalidade da expressão "observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.107, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional", constante do art. 4º, segunda parte, da LC 118/2005.
2. Precedente jurisprudencial indicado no voto condutor passa a integrar a fundamentação do acórdão recorrido, cabendo ao recorrente providenciar o inteiro teor do referido julgado, se desejar verificar seus limites e sua juntada, caso objetive recorrer com base nele.
3. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1901)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 900.793 - SP (2007/0088599-2)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: ALFREDO MÁRIO SAVELLI
ADVOGADO	: ISABELLA MENTA BRAGA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES.	: CLIBA LTDA E OUTROS
INTERES.	: CARLOS ALBERTO VENTURELLI
ADVOGADO	: VICENTE GRECO FILHO
INTERES.	: CBPO ENGENHARIA LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: PEDRO ESTEVAM ALVES PINTO SERRANO
INTERES.	: AFONSO CELSO TEIXEIRA DE MORAES E OUTRO
ADVOGADO	: SEBASTIÃO BOTTO DE BARROS TOJAL
INTERES.	: PAULO GOMES MACHADO
ADVOGADO	: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - ADMISSIBILIDADE - IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL - AUSÊNCIA DE DOCUMENTO OBRIGATÓRIO.
1. Nos termos do art. 544, § 1º do CPC, é inviável o agravo de instrumento que não contém documento indispensável à comprovação da regularidade da representação processual.
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira, Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1902)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 901.056 - RJ (2007/0134097-2)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A
ADVOGADO	: LYCURGO LEITE NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: KIYOSHI KOSSUGA
ADVOGADO	: KIYOSHI KOSSUGA (EM CAUSA PRÓPRIA)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - INSTRUÇÃO DEFICIENTE - AUSÊNCIA DE PEÇA OBRIGATÓRIA (ART. 544, § 1º, DO CPC).
1. É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que é dever do agravante zelar pela correta formação do instrumento de agravo, apresentando juntamente com a petição recursal as peças obrigatórias de que trata o art. 544, § 1º, do CPC, pois a ausência de qualquer delas leva ao não-conhecimento do agravo, sendo inviável sanar eventual irregularidade nesta instância excepcional.
2. Necessidade do traslado do inteiro teor do acórdão recorrido.
3. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1903)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 908.212 - RN (2006/0266349-1)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: ROSALI DIAS DE ARAÚJO PINHEIRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GUSTAVO HENRIQUE CAVALCANTI COSTA
ADVOGADO	: JOÃO CÂNCIO LEITE DE MELO E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - DANO MORAL - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO - REVISÃO DO VALOR ARBITRADO - SÚMULA 7/STJ.
1. Hipótese em que a revisão do valor da indenização a título de dano moral arbitrada exigiria revolvimento do contexto fático-probatório, considerando-se as alegações contidas no recurso especial de irrazoabilidade do montante porque não demonstrado o dano, o que é impossível em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 desta Corte.
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1904)

EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 908.986 - MG (2006/0256626-2)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
EMBARGANTE	: JOSE ANGELO MONTEIRO DA COSTA
ADVOGADO	: DENIZE DE CASTRO PERDIGÃO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: JOSÉ CARLOS DE ANDRADE E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO.
1. O voto condutor do acórdão embargado não restou omisso, porquanto decidiu a questão de direito valendo-se de elementos que considerou aplicáveis e suficientes para a solução da lide.
2. Os embargos de declaração não se prestam para que sejam analisadas questões já discutidas.
3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Humberto Martins, Herman Benjamin e João Otávio de Noronha votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Eliana Calmon.

Brasília, 18 de setembro de 2007 (data do julgamento).

(1905)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 911.478 - SP (2006/0278144-7)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JULIANA FURTADO COSTA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ELVIO BORDIGNON
ADVOGADO	: ALICE SILVA KER

EMENTA

TRIBUTÁRIO - RECURSO ESPECIAL - AGRAVO REGIMENTAL - PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA - VERBAS INDENIZATÓRIAS - NÃO-INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA - REEXAME DE PROVAS (SÚMULA 7/STJ).
1. Abstraído no voto condutor do julgado que o imposto de renda não deve incidir sobre as parcelas relativas à gratificação por liberalidade em razão de se tratar de rescisão de contrato de trabalho em decorrência de adesão a plano de demissão voluntária, a análise da tese de que a hipótese é de rescisão contratual pura e simples demanda o revolvimento de premissa fática, atraindo o óbice da Súmula 7 desta Corte.
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1906)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 912.880 - RJ (2006/0278951-8)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
EMBARGANTE	: CENTRAL MÉDICA DE PREVENÇÃO S/C LTDA CENTRAL MÉDICA CARLOS CHAGAS
ADVOGADO	: AUREANA RODRIGUES DA SILVA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR ANS
PROCURADOR	: FÁBIO LUIZ DE SOUZA CARVALHO E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ARTIGO 535 DO CPC.
1. Ausentes as hipóteses previstas no artigo 535 do CPC, não prosperam os embargos.
2. Esta Corte não admite embargos de declaração com o único objetivo de ver reexaminada a tese defendida pelo embargante, com vistas ao prequestionamento de preceito constitucional.
3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Humberto Martins, Herman Benjamin e João Otávio de Noronha votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Eliana Calmon.

Brasília, 18 de setembro de 2007 (data do julgamento).

(1907)

EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 914.737 - SP (2007/0000877-2)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
EMBARGANTE	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S)
EMBARGADO	: MUNICÍPIO DE TUPÃ
ADVOGADO	: CARLOS EDUARDO FERREIRA CESARIO E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE HIPÓTESE DO ART. 535 DO CPC.
1. Inexistência de hipótese inserta no artigo 535 do Código de Processo Civil.
2. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Humberto Martins, Herman Benjamin e João Otávio de Noronha votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Eliana Calmon.

Brasília, 18 de setembro de 2007 (data do julgamento).

(1908)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 919.689 - RS (2007/0016512-3)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
EMBARGANTE	: ISA-SUL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A
ADVOGADO	: CLAUDIA MACHADO SAMPAIO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE
PROCURADOR	: LUIZ ANTÔNIO DOS REIS VIZEU E OUTRO(S)

EMENTA

EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. CONHECIMENTO. ALEGAÇÃO DE EQUÍVOCO.
1. Não cabem embargos de declaração contra suposto erro de julgamento. Precedente.
2. Se houvesse equívoco quanto ao conhecimento de recurso especial, estaria caracterizado erro de julgamento, que não pode ser corrigido pela via dos declaratórios.
3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, retificando a proclamação do resultado de julgamento da sessão do dia 04/09/2007, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Humberto Martins, Herman Benjamin, Eliana Calmon e João Otávio de Noronha votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 18 de setembro de 2007 (data do julgamento).

(1909)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 926.421 - DF (2007/0032743-8)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: AUTO VIAÇÃO UNIÃO LTDA
ADVOGADO	: CLÁUDIA SIMONE PRAÇA PAULA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: AFONSO AUGUSTO RIBEIRO COSTA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - REFIS - EXCLUSÃO - INTIMAÇÃO - LEI 9.784/99 - INAPLICABILIDADE - LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - LEI 9.964/2000 - JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA.
1. A jurisprudência da Primeira e da Segunda Turma desta Corte está pacificada no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.784/99 para regramento do procedimento de exclusão do REFIS, que é disciplinado por legislação específica, a saber, a Lei 9.964/00. Precedentes.
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1910)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 933.663 - RJ (2006/0244199-2)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CREA/RJ
ADVOGADO	: RENATO PEREIRA DE CARVALHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PRO GENIE SERVIÇOS DE INSTALACÕES LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: CARLOS EDUARDO REIS CLETO E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSO CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO ANTES DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - RATIFICAÇÃO NECESSÁRIA - REsp 776.265/SC.
A Corte Especial, no julgamento do REsp 776.265/SC, adotou o entendimento de que o recurso especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração opostos junto ao Tribunal de origem deve ser ratificado no momento oportuno, sob pena de ser considerado intempestivo.
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1911)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 934.934 - SP (2007/0056724-0)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: INAIÁ BRITTO DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TRANSPORTES MONTONE LTDA
ADVOGADO	: ANTÔNIO LUIZ TOZATTO E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - AGRAVO REGIMENTAL - PRESCRIÇÃO - TRIBUTO LANÇADO POR HOMOLOGAÇÃO - TERMO INICIAL - TESE DOS "CINCO MAIS CINCO" - ART. 4º DA LEI COMPLEMENTAR 118/2005 - ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE NO ERESP 644.736/PE - PEDIDO DE JUNTADA DE PRECEDENTE INDICADO NA DECISÃO RECORRIDA - ÔNUS DA PARTE.
1. A Corte Especial, na Argüição de Inconstitucionalidade no EREsp 644.736/PE, acolheu o incidente para reconhecer a inconstitucionalidade da expressão "observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.107, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional", constante do art. 4º, segunda parte, da LC 118/2005.
2. Precedente jurisprudencial indicado no voto condutor passa a integrar a fundamentação do acórdão recorrido, cabendo ao recorrente providenciar o inteiro teor do referido julgado, se desejar verificar seus limites e sua juntada, caso objetive recorrer com base nele.
3. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1912)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 935.864 - SP (2007/0065122-6)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JULIO CÉSAR CASARI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CHALLENGER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: VIVIANE PINHEIRO KONIGSFELD E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - AGRAVO REGIMENTAL - RECONSIDERAÇÃO - RECURSO ESPECIAL - MEDIDA CAUTELAR SUCUMBÊNCIA - CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - CABIMENTO QUANDO HÁ RESISTÊNCIA DA PARTE CONTRÁRIA - PRECEDENTES.
1. Reconsideração do *decisum* por não poder ser atribuível à agravante o equívoco quanto à não-juntada do voto vencido do acórdão de origem, mas sim ao corpo funcional do Tribunal.
2. É entendimento assentado nesta Corte Superior ser cabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em sede de medida cautelar quando há resistência da parte contrária à pretensão deduzida em juízo. Precedentes.
3. Agravo regimental provido.
4. Recurso especial não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, deu provimento ao agravo regimental para negar provimento ao recurso especial, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1913)

RECURSO ESPECIAL Nº 937.360 - SC (2007/0069334-6)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MÁRCIA PINHEIRO AMANTÉA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: R E V CONSULTORIA E SERVICOS LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS INDICADOS NA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE.
1. Diante da presunção de certeza e liquidez da Certidão de Dívida Ativa, não se pode inverter o ônus probatório a fim de excluir os sócios da execução fiscal.
2. Por possuir a CDA presunção *juris tantum* de liquidez e certeza, seria gravame incabível a exigência de que o Fisco fizesse prova das hipóteses previstas no art. 135 do CTN.
3. Recurso especial provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, dar provimento ao recurso nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Humberto Martins, Herman Benjamin e João Otávio de Noronha votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Eliana Calmon.

Brasília, 18 de setembro de 2007 (data do julgamento).

(1914)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 937.614 - SP (2007/0066086-8)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: NAIARA PELLIZARO DE LORENZI CANCELLIER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SUPER MERCADOS BLUMENAU DE MALHAS LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: SIRIMAR ANTÔNIO PANTAROTO E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - AGRAVO REGIMENTAL - PRESCRIÇÃO - TRIBUTO LANÇADO POR HOMOLOGAÇÃO - TERMO INICIAL - TESE DOS "CINCO MAIS CINCO" - ART. 4º DA LEI COMPLEMENTAR 118/2005 - ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE NO ERESP 644.736/PE - PEDIDO DE JUNTADA DE PRECEDENTE INDICADO NA DECISÃO RECORRIDA - ÔNUS DA PARTE.
1. A Corte Especial, na Argüição de Inconstitucionalidade no EREsp 644.736/PE, acolheu o incidente para reconhecer a inconstitucionalidade da expressão "observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.107, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional", constante do art. 4º, segunda parte, da LC 118/2005.
2. Precedente jurisprudencial indicado no voto condutor passa a integrar a fundamentação do acórdão recorrido, cabendo ao recorrente providenciar o inteiro teor do referido julgado, se desejar verificar seus limites e sua juntada, caso objetive recorrer com base nele.
3. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1915)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 942.389 - SP (2007/0070709-6)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO IPESP
PROCURADOR	: SILVIA DE SOUZA PINTO
AGRAVADO	: RAUL JOSÉ FERNANDES E OUTROS
ADVOGADO	: MARIA APARECIDA DIAS PEREIRA NARBUTIS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PREVIDENCIÁRIA - INATIVOS - ALEGAÇÃO DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL FUNDAMENTADO EM SÚMULA - IMPOSSIBILIDADE.
1. No julgamento do EREsp 180.782/PE, da relatoria do Ministro Franciulli Netto, a Corte Especial do STJ pacificou o entendimento de que não cabe recurso especial quando se alega dissídio jurisprudencial fundamentado em súmula. Precedentes.
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1916)

RECURSO ESPECIAL Nº 945.105 - SC (2007/0090770-9)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECORRIDO	: FUNDIVILLE FUNDIÇÃO E EMPREENDIMENTOS METALÚRGICOS LTDA
ADVOGADO	: S/ REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO. LEI Nº 6.830/80. PARALISAÇÃO POR MAIS DE CINCO ANOS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. CRÉDITO DA SEGURIDADE SOCIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL.
1. Ao apontar contrariedade ao artigo 535 do CPC, o recorrente deve demonstrar em que consiste a omissão que justifique a nulidade do acórdão recorrido. Incidência da Súmula 284/STF.
2. O exame do art. 46 da Lei nº 8.212/91 sob a ótica constitucional obsta o conhecimento do recurso especial no ponto.
3. Não se conhece do apelo raro nos casos em que não são observadas as formalidades exigidas pelos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255 do RISTJ.
4. Tratando-se de execução fiscal, a partir da Lei nº 11.051/04, que acrescentou o § 4º ao artigo 40 da Lei nº 6.830/80, pode o juiz decretar de ofício a prescrição, após ouvida a Fazenda Pública exeqüente.
5. Se a execução fiscal, ante a inércia do credor, permanece paralisada por mais de cinco anos, a partir do despacho que ordena a suspensão do feito, deve ser decretada a prescrição intercorrente suscitada pelo devedor.
6. O preceito do artigo 40 da Lei nº 6.830/80 não torna imprescritível a dívida fiscal, já que não resiste ao confronto com o artigo 174 do CTN.
7. Recurso especial conhecido em parte e não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conhecer parcialmente do recurso e, nessa parte, negar-lhe provimento nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Humberto Martins, Herman Benjamin e João Otávio de Noronha votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Eliana Calmon.

Brasília, 18 de setembro de 2007 (data do julgamento).

(1917)

RECURSO ESPECIAL Nº 945.110 - PI (2007/0086610-2)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: BERNARDO SANTOS TORRES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PLANTEK PLANEJAMENTO ASSESSORIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: RAIMUNDO AUGUSTO CARVALHO DE ARAGÃO

EMENTA

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. REFIS. EXCLUSÃO. PUBLICAÇÃO EM ÓRGÃO OFICIAL DE IMPRENSA E INTERNET. NOTIFICAÇÃO PESSOAL. ART. 535 DO CPC.
1. Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça apreciar suposta afronta aos princípios da Carta Magna, pois a análise de matéria de índole constitucional é de competência exclusiva da Suprema Corte, nos termos do artigo 102 da Constituição Federal.
2. Deve ser rechaçada a argüição de negativa de prestação jurisdicional quando o Tribunal de origem resolve a controvérsia de maneira sólida e fundamentada, apenas não adotando a tese do recorrente.
3. É legítima a intimação do contribuinte de sua exclusão do Programa Refis por meio da internet e mediante publicação no Diário Oficial, nos termos do art. 2º da Lei 9.964/00 c/c o art. 5º da Resolução 20/2001.
4. Recurso especial conhecido em parte e provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conhecer parcialmente do recurso e, nessa parte, dar-lhe provimento nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Humberto Martins, Herman Benjamin e João Otávio de Noronha votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Eliana Calmon.

Brasília, 11 de setembro de 2007 (data do julgamento).

(1918)

RECURSO ESPECIAL Nº 947.448 - SP (2007/0093205-2)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: JOSE MARCELO BRAGA NASCIMENTO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MIYUKI HIRAYAMA
ADVOGADO	: VERA SZYLOWIEC E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BANCO CENTRAL DO BRASIL
PROCURADOR	: JOSE OSORIO LOURENCAO E OUTRO(S)
INTERES.	: NOSSA CAIXA - NOSSO BANCO S/A
ADVOGADO	: SIDNEY AUGUSTO PIOVEZANI E OUTRO(S)
INTERES.	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: CRISTIANE A P SOUZA MAFFUS MINA

EMENTA

ADMINISTRATIVO. CADERNETA DE POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. JANEIRO DE 1989.
1. Ao apontar contrariedade ao artigo 535 do CPC, o recorrente deve demonstrar em que consiste a omissão que justifique a nulidade do acórdão recorrido. Incidência da Súmula 284/STF.
2. A matéria relativa à incompetência da Justiça Federal foi resolvida sob a ótica exclusivamente constitucional, o que impede o conhecimento do recurso especial nesse ponto, por se tratar de competência exclusiva da Suprema Corte, a teor do art. 102 da Constituição Federal.
3. É cediço que, para o conhecimento do recurso especial pela alínea "a" do permissivo constitucional, se faz necessário que a norma infraconstitucional tida como contrariada tenha sido objeto de análise pela instância de origem, sob pena de não ser conhecido por ausência de prequestionamento. Incidência da Súmula 282/STF.
4. "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*" (Súmula 211/STJ).
5. As instituições financeiras possuem legitimidade para responder pela atualização monetária dos depósitos bancários no mês de janeiro de 1989.
6. O índice a ser aplicado em janeiro de 1989 é o IPC, no montante de 42,72%.
7. Recurso especial conhecido em parte e não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conhecer parcialmente do recurso e, nessa parte, negar-lhe provimento nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Humberto Martins, Herman Benjamin e João Otávio de Noronha votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Eliana Calmon.

Brasília, 18 de setembro de 2007 (data do julgamento).

(1919)

RECURSO ESPECIAL Nº 949.170 - RS (2007/0101144-0)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECORRIDO	: STUPP CONSTRUÇÕES LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. ART. 535 DO CPC. SÚMULA 283/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL.
1. O exame da matéria pela instância de origem sob ótica constitucional obsta o conhecimento do recurso.
2. "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles" (Súmula 283/STF).
3. Não se aprecia no âmbito do especial contrariedade a dispositivo da Constituição Federal.
4. Não se conhece do apelo raro nos casos em que não são observadas as formalidades exigidas pelos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255 do RISTJ.
5. Recurso especial não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Humberto Martins, Herman Benjamin e João Otávio de Noronha votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Eliana Calmon.

Brasília, 18 de setembro de 2007 (data do julgamento).

(1920)

RECURSO ESPECIAL Nº 949.174 - RS (2007/0101148-7)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECORRIDO	: STUPP CONSTRUÇÕES LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. ART. 535 DO CPC. SÚMULA 283/STJ. DISSÍDIO INTERPRETATIVO. DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL.
1. O exame da matéria pela instância de origem sob ótica constitucional obsta o conhecimento do recurso.
2. "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles" (Súmula 283/STF).
3. Não se aprecia no âmbito do especial contrariedade a dispositivo da Constituição Federal.
4. Não se conhece do apelo raro nos casos em que não são observadas as formalidades exigidas pelos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255 do RISTJ.
5. Recurso especial não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Humberto Martins, Herman Benjamin e João Otávio de Noronha votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Eliana Calmon.

Brasília, 18 de setembro de 2007 (data do julgamento).

(1921)

RECURSO ESPECIAL Nº 955.199 - RS (2007/0119435-0)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECORRIDO	: MADERSUL COMÉRCIO CORTE E TRANSPOERTE DE MADEIRA LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: GENESIO AMBOS MORAIS

EMENTA

TRIBUTÁRIO. INADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR TRIBUTOS. RESPONSABILIDADE DOS SÓCIO-GERENTES.
1. O mero inadimplemento da obrigação de pagar tributos não constitui infração legal capaz de ensejar a responsabilidade prevista no artigo 135, III, do Código Tributário Nacional.
2. Recurso especial não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Humberto Martins, Herman Benjamin e João Otávio de Noronha votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Eliana Calmon.

Brasília, 18 de setembro de 2007 (data do julgamento).

(1922)

RECURSO ESPECIAL Nº 955.950 - SC (2007/0121767-9)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
RECORRENTE	: HOMERO BRUNO MALBURG
ADVOGADO	: PEDRO HENRIQUE KRACIK
RECORRIDO	: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
PROCURADOR	: ELAINE GONÇALVES WEISS DE SOUZA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - SÚMULA 282/STF - EXECUÇÃO FISCAL - CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.
1. Não se conhece do recurso especial, por ausência de prequestionamento, se a matéria trazida nas razões recursais não foi debatida no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 282/STF.
2. Nos termos do art. 174 do CTN, a ação para cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da sua constituição definitiva.
3. Atualmente, enquanto há pendência de recurso administrativo, não se fala em suspensão do crédito tributário, mas sim em um hiato que vai do início do lançamento, quando desaparece o prazo decadencial, até o julgamento do recurso administrativo ou a revisão ex-officio.
4. Somente a partir da data em que o contribuinte é notificado do resultado do recurso ou da sua revisão, tem início a contagem do prazo prescricional.
5. Acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência dominante desta Corte, ao concluir que a ação para cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos a partir de sua constituição definitiva, que se dá com a notificação regular do lançamento.
6. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso e, nessa parte, negou-lhe provimento, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1923)

RECURSO ESPECIAL Nº 957.382 - PB (2007/0126035-1)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECORRIDO	: ACADEMIA DE COMÉRCIO EPITÁCIO PESSOA E OUTROS
ADVOGADO	: PEDRO AUGUSTO DE ALMEIDA NETO E OUTRO(S)

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. EXECUÇÃO FISCAL. RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS INDICADOS NA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA. NÃO-CABIMENTO DA EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO VERIFICADA.
1. Descabe cogitar de omissão sanável pela via dos embargos de declaração quando a parte inova nas argumentações expendidas.
2. Não se conhece do recurso especial se as matérias suscitadas não foram objeto de análise pelo Tribunal *a quo* à luz da legislação federal tida por violada, ante a falta do prequestionamento. Aplicação das Súmulas 282/STF e 211/STJ.
3. O conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional demanda a demonstração analítica de que os arestos divergiram na aplicação da lei em casos análogos, diante de fatos análogos.
4. Recurso especial conhecido em parte e não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conhecer parcialmente do recurso e, nessa parte, negar-lhe provimento nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Humberto Martins, Herman Benjamin e João Otávio de Noronha votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Eliana Calmon.

Brasília, 18 de setembro de 2007 (data do julgamento).

(1924)

RECURSO ESPECIAL Nº 957.556 - PR (2007/0126656-4)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: HOSPITAL DOUTOR ARYZONE LTDA
ADVOGADO	: IDAIR EDSON MARCELLO
INTERES.	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. INCRA. CONTRIBUIÇÃO. ENFOQUE ESSENCIALMENTE CONSTITUCIONAL. REEXAME. COMPETÊNCIA DO STF. PRESCRIÇÃO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO.
1. O Tribunal de origem, ao analisar a exigibilidade da contribuição ao Incra, decidiu a questão sob enfoque eminentemente constitucional, cujo reexame é da competência do STF, fora, portanto, do âmbito de exame do recurso especial.
2. Em 27.04.05, no julgamento dos EREsp 327.043/DF (acórdão ainda não publicado), a Primeira Seção chegou ao entendimento de que os efeitos retroativos previstos na LC nº 118/05 devem ser limitados às ações ajuizadas após a *vacatio legis* de 120 dias prevista na parte inicial do art. 4º.
3. Na recente deliberação do dia 06.06.07, a Corte Especial acolheu a argüição de inconstitucionalidade da expressão "observado quanto ao art. 3º o disposto no art. 106, I, da Lei n. 5.172/1966 do Código Tributário Nacional", constante do art. 4º, segunda parte, da LC 118/05 (EREsp 644.736-PE, Rel. Min. Teori Albino Zavascki).
4. Recurso especial conhecido em parte e não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conhecer parcialmente do recurso e, nessa parte, negar-lhe provimento nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Humberto Martins, Herman Benjamin e João Otávio de Noronha votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Eliana Calmon.

Brasília, 18 de setembro de 2007 (data do julgamento).

(1925)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 960.004 - SC (2007/0135172-7)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AGRAVANTE	: CONSUL S/A
ADVOGADO	: EUGÊNIO DOIN VIEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
INTERES.	: EUGÊNIO DOIN VIEIRA
ADVOGADO	: EUGÊNIO DOIN VIEIRA (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTRO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 182/STJ.
1. Ante o disposto na Súmula 182/STJ, "é inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada".
2. Agravo regimental não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do agravo regimental nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Humberto Martins, Herman Benjamin e João Otávio de Noronha votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Eliana Calmon.

Brasília, 18 de setembro de 2007 (data do julgamento).

(1926)

RECURSO ESPECIAL Nº 965.082 - BA (2006/0243362-6)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CHRISTINA MARIA FONTES GAZZINELLI
ADVOGADO	: CAMILLO ALEXANDRE GAZZINELLI

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE - SÚMULA 284/STF - MEDIDAS CAUTELARES - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
1. Considera-se deficiente a fundamentação do recurso que, embora indique ofensa ao art. 535 do CPC, alega genericamente defeito na prestação jurisdicional, sem indicar com clareza e objetividade os fatos que amparam a suposta violação.
2. A jurisprudência desta Corte entende cabível a condenação em honorários advocatícios nas medidas cautelares em que há resistência da parte contrária. Precedentes.
3. Recurso especial não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira (Presidente), Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007 (Data do Julgamento)

(1927)

RECURSO ESPECIAL Nº 973.823 - PR (2007/0184144-2)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MOTRIPAR MOINHOS DO PARANÁ LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: ROQUE SÉRGIO D'ANDRÉA

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO EM MOMENTO ANTERIOR AO JULGAMENTO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RATIFICAÇÃO INEXISTENTE. INTEMPESTIVIDADE. CONTRIBUIÇÃO AO INCRA. NATUREZA. EXTINÇÃO. LEIS Nºs 7.789/89 E 8.212/91. NÃO OCORRÊNCIA.
1. É necessária a ratificação do reclamo especial aviado em momento anterior ao julgamento dos embargos de declaração, mesmo quando opostos pela parte contrária, sob pena de intempestividade. Precedente: REsp 776.265/SC, Corte Especial, Relator para acórdão Ministro César Asfor Rocha, DJU de 06.08.07.
2. Criado pelo DL nº 1.110/70 com a missão de promover e executar a reforma agrária, a colonização e o desenvolvimento rural no País, ao Incra foi destinada, para a consecução de seus objetivos, a receita advinda da contribuição incidente sobre a folha de salários no percentual de 0,2% fixada no art. 15, II, da LC nº 11/71.
3. O Incra nunca teve a seu cargo a atribuição de serviço previdenciário, razão por que a contribuição a ele destinada não foi extinta pelas Leis nºs 7.789/89 e 8.212/91 - ambas de natureza previdenciária -, permanecendo íntegra até os dias atuais como contribuição de intervenção no domínio econômico.
4. Recurso especial do INSS não conhecido. Recurso especial do Incra provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso do INSS e dar provimento ao recurso do INCRA, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Humberto Martins, Herman Benjamin e João Otávio de Noronha votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Eliana Calmon.

Brasília, 18 de setembro de 2007 (data do julgamento).

(1928)

RECURSO ESPECIAL Nº 974.369 - MG (2007/0182852-2)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: JAMIR DE SOUZA MACHADO
ADVOGADO	: ARNOULT LUIZ RAMOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: PAULO AFONSO CAMPOS ALVIM E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC. ACOLHIMENTO.
1. Devem retornar os autos para novo julgamento de embargos de declaração em que não foram solvidas todas as questões pertinentes à solução da lide.
2. Em feito em que se discute suspensão de hasta pública, mostra-se relevante a análise quanto à existência de outros bens para satisfazer a dívida previdenciária, bem como a circunstância de achar-se a empresa executada inscrita no Refis.
3. Recurso especial provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, dar provimento ao recurso nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Humberto Martins, Herman Benjamin e João Otávio de Noronha votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Eliana Calmon.

Brasília, 18 de setembro de 2007 (data do julgamento).

(1929)

RECURSO ESPECIAL Nº 974.991 - PR (2007/0191744-6)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S)
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ANA PAULA GEHRKE E OUTRO(S)
RECORRENTE	: COOPERATIVA CENTRAL AGROPECUÁRIA SUDOESTE LTDA
ADVOGADO	: MARCELO DE LIMA CASTRO DINIZ E OUTRO(S)
RECORRIDO	: OS MESMOS

EMENTA

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO AO INCRA. NATUREZA. EXTINÇÃO. LEIS Nºs 7.789/89 E 8.212/91. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO PREJUDICADO. CONTRIBUIÇÃO AO FUNRURAL INCIDENTE SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS. COOPERATIVA. LEGITIMIDADE ATIVA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO.
1. Criado pelo DL nº 1.110/70 com a missão de promover e executar a reforma agrária, a colonização e o desenvolvimento rural no País, ao Incra foi destinada, para a consecução de seus objetivos, a receita advinda da contribuição incidente sobre a folha de salários no percentual de 0,2% fixada no art. 15, II, da LC nº 11/71.
2. O Incra nunca teve a seu cargo a atribuição de serviço previdenciário, razão por que a contribuição a ele destinada não foi extinta pelas Leis nºs 7.789/89 e 8.212/91 - ambas de natureza previdenciária -, permanecendo íntegra até os dias atuais como contribuição de intervenção no domínio econômico.
3. O reconhecimento da legalidade da contribuição ao Incra torna prejudicado o pleito de compensação formulado pelo contribuinte.
4. A falta de prequestionamento das teses debatidas no especial impede o seu conhecimento. Aplicação das Súmulas 282/STF e 211/STJ.
5. Recursos especiais do INSS e do Incra conhecidos e providos. Recurso especial da Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste Ltda. não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, dar provimento aos recursos do INSS e do INCRA e não conhecer do recurso da Cooperativa, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Humberto Martins, Herman Benjamin e João Otávio de Noronha votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Eliana Calmon.

Brasília, 18 de setembro de 2007 (data do julgamento).

DESPACHOS

COORDENADORIA DA CORTE ESPECIAL

(1930)

SINDICÂNCIA Nº 127 - SP (2007/0128396-8)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
REQUERENTE	: C M M
SINDICADO	: C L L

DECISÃO

PROCESSUAL PENAL. SINDICÂNCIA. NOTÍCIA CRIME. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO MANIFESTADO PELO DOUTO SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, NO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DELEGADA PELO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA. SUPOSTAS PRÁTICAS DE CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA, OBSTRUÇÃO DE ACESSO À JUSTIÇA, PREVARICAÇÃO E PECULATO. IMPUTAÇÕES GENÉRICAS. NOTIFICAÇÃO DO REQUERENTE PARA ESCLARECIMENTOS. PETIÇÃO DESPROVIDA DE ELEMENTOS CONCRETOS AUTORIZADORES DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL. ARQUIVAMENTO DEFERIDO.
1.Notícia crime carente de qualquer indicação **concreta** de fato ou pessoa que tenha incorrido nas práticas delituosas as quais, genericamente, se reporta, o representante que mercê de notificado para esclarecer o objeto das peças iniciais, inviabilizou, por omissão, o prosseguimento de eventual investigação.
2. Ministério Público Federal - *dominus litis* - assentando a inexistência de suporte probatório mínimo (ausência de justa causa) para o prosseguimento das investigações e da persecução penal, reconhecendo, também, não haver, nos autos, indícios da prática dos crimes apontados, e formalizando o pedido de arquivamento, ainda que, em tese, possa ser reiniciada a coleta de novas provas (art. 18, do CPP), a proposição deve ser deferida.
3. Precedentes. (NC 65/PB, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ de 13.11.2000; Ag.Reg.NC 86/SP, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJ de 11.6.2001; NC 206/CE, Rel. Min. Milton Luiz Pereira, DJ de 25.3.2002; RP 213/AM, Rel. Min. Milton Luiz Pereira, DJ de 20.11.2002, NC 198/PB, Rel. Min. José Delgado, DJ de 05.03.2003; RP 215/MT, Rel Min. Franciulli Netto, DJ de 09.12.2003.
4. Deveras, a jurisprudência do E. STF é uníssona no sentido de que *"o monopólio da ação penal pública, incondicionada ou condicionada, pertence ao Ministério Público. Trata-se de função institucional que lhe foi deferida, com exclusividade, pela Constituição Federal de 1988. É incontrastável o poder jurídico-processual do Chefe do Ministério Publico que requer, na condição de 'dominus litis', o arquivamento judicial de qualquer inquérito ou peça de informação. Inexistindo, a critério do Procurador-Geral elementos que justifiquem o oferecimento de denuncia, não pode o Tribunal, ante a declarada ausência de formação da "opinio delicti', contrariar o pedido de arquivamento deduzido pelo Chefe do Ministério Público. Precedentes do Supremo Tribunal Federal" (Inq n. 510/DF, Rel. Min. Celso de Mello in DJ de 19.4.91).*
6. Pedido de arquivamento deferido.

Trata-se de notícia crime formulada por CASSIO MUSSAWER MONTENEGRO, contra o Exmo. Sr. Desembargador CELSO LUIZ LIMONGI, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, pretendendo sejam apuradas as possíveis práticas de condescendência criminosa, obstrução ao acesso à Justiça, prevaricação e peculato.

Deveras, transcrevo excerto da manifestação Ministerial de fls. 12/13: *"(...) com o escopo de declinar em que consistem as infrações atribuídas ao Sindicado, o Requerente produz arrazoado confuso e inconsistente, que é incapaz de permitir se possa deduzir, ainda que de modo precário e com reforçada boa vontade, o quanto seja possível traduzir-se do pleito inicial.*

Por outro lado, havendo notícia da existência de outra sindicância-SD 126/SP-a qual a presente está vinculada, requer-se o apensamento, ao menos provisório, àquele processo, para exame em conjunto, a fim de verificar a possibilidade de eventual prosseguimento de investigação".

Ainda, de acordo com a Cota do MPF às fls. 39/40, transcrevo: *" (...) A petição inicial do processo apensado (Sd 126/SP 2007/0126956-9), figurando como Requerente CASSIO MUSSAWER MONTENEGRO e Sindicado CELSO LUIZ LIMONGI, reproduz o mesmo conteúdo daquela que dá início a esta Sindicância, com o acréscimo de que naquela o Requerido é identificado como Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.*

Da leitura de ambas, no entanto, não foi possível extrair o objeto do requerimento, permitindo se avançar em eventual investigação

Nos termos em que postas as iniciais, não há condição de se determinar o prosseguimento do feito, por falta de substrato fático autorizador do ajuizamento das iniciais dirigidas contra o Exmo. Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Todavia, com o intuito de melhor instruir o requerimento inicial, tem-se por imprescindível a conversão do feito em nova diligência, visando ser determinada a notificação do Requerente, para, querendo, vir a juízo esclarecer os fatos deduzidos nas súplicas primeiras, de modo a permitir se possa ter adequada compreensão do quanto pretendido nas peças inaugurais, sob pena de arquivamento".

O Ministério Público Federal, em parecer oferecido pelo insigne Subprocurador-Geral da República às fls.48/51, Dr. MOACIR MENDES SOUSA, manifestou-se pelo arquivamento dos autos , por se mostrar inviável o prosseguimento de qualquer investigação sem rumo ou objetivo a ser perseguido, como depreende-se no excerto da promoção que transcrevo a seguir :
"(...) Como visto, não foi possível evoluir em nada no tocante ao conteúdo das petições inaugurais, tanto que não se esclareceu em que consistem as possíveis práticas de condescendência criminosa, obstrução à Justiça, prevaricação e peculato atribuídas pelo Requerente ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Na nova peça encaminhada a esse Juízo, o Requerente não faz qualquer indicação concreta de fato ou pessoa que tenha incorrido nas práticas delituosas a que, genericamente, se reporta, impossibilitando o prosseguimento de eventual investigação.

Não se consegue entender a razão de lhe ter sido oportunizado formular os esclarecimentos já sinalizados como indispensáveis à compreensão do quanto objeto das peças iniciais, preferindo, todavia, no seu dizer, fazê-lo através de Carta Precatória ou, pessoalmente, se chamado a Brasília com tal finalidade.

Nas duas hipóteses, o Requerente elege meios que não lhe possibilitarão mais do que aquele decorrente da notificação já antes realizada e não adequadamente utilizado, tanto que o desperdiçou produzindo mais uma peça nebulosa e nada esclarecedora, tudo fazendo crer tratar-se de possível insatisfação com relação a decisões que não lhe resultaram em desfechos favoráveis .

Desta forma, a despeito de já ter tido o Requerente a oportunidade de colaborar para o regular prosseguimento deste procedimento, utilizando-a sem qualquer resultado prático e, por conseguinte, desperdiçando-a, não há motivo visível a autorizar os pleitos formulados para sua ouvida por precatória ou pessoalmente nesta sede, até porque, inexistente o menor indício de infração penal contra quem quer que seja a justificar a continuação desta medida processual.

A mera juntada de extensa relação de números de processos, figurando o Requerente, em alguns, como Réu e, em outros tantos, como Autor, não é suficiente a deflagrar investigação sem que haja ao menos indícios de violação da lei penal atribuída a pessoa identificada, por fato concreto, e não, como se faz nos autos, de modo genérico e universalizado em relação a Magistrados e Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
Com isso, por se mostrar inviável o prosseguimento de qualquer investigação, porque sem rumo ou objetivo a ser perseguido, o Ministério Público Federal, como, aliás, já havia indicado por ocasião da manifestação de fls. 22/24, caso não se lograsse êxito em se obter os devidos esclarecimentos cobrados ao Requerente, requer o arquivamento deste feito" (grifos originais).

Nos casos de competência originária dos Tribunais, rege a Lei nº 8.038/90, em seu art. 3º, que na hipótese do Ministério Público requerer o arquivamento do Inquérito ou de **peças informativas,** compete ao Relator determiná-lo ou submeter o pedido à apreciação da Corte.
Legitimando-se à Ação Penal originária o Procurador-Geral da República, e não havendo acima deste outro membro do Ministério Público, uma vez que a suprema chefia do referido órgão lhe cabe, o pedido de arquivamento requerido não depende, a rigor, de deliberação do Tribunal. Nesse caso, o paradoxo do sistema de arquivamento é mais evidente, porquanto não pode o Tribunal deixar de deferir o pedido formulado pelo *parquet*, sob pena de violação ao princípio do *"ne procedat judex ex officio"*.

Neste aspecto, importa trazer à colação o v. aresto do Pleno do colendo Supremo Tribunal Federal, relatado pelo emérito constitucionalista Min. Celso de Mello, ao assentar que:
"o monopólio da ação penal pública, incondicionada ou condicionada, pertence ao Ministério Público. Trata-se de função institucional que lhe foi deferida, com exclusividade, pela Constituição Federal de 1988. É incontrastável o poder jurídico-processual do Chefe do Ministério Publico que requer, na condição de 'dominus litis', o arquivamento judicial de qualquer inquérito ou peça de informação. Inexistindo, a critério do Procurador-Geral elementos que justifiquem o oferecimento de denuncia, não pode o Tribunal, ante a declarada ausência de formação da "opinio delicti', contrariar o pedido de arquivamento deduzido pelo Chefe do Ministério Público. Precedentes do Supremo Tribunal Federal" (Inq n. 510/DF, in DJ de 19.4.91).

É cediço que prevalece nesta Corte Especial o entendimento de que descabe a rejeição ao pedido de arquivamento formulado pelo Ministério Público. (NC 65/PB, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ de 13.11.2000; Ag.Reg.NC 86/SP, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJ de 11.6.2001; NC 206/CE, Rel. Min. Milton Luiz Pereira, DJ de 25.3.2002; RP 213/AM, Rel. Min. Milton Luiz Pereira, DJ de 20.11.2002, NC 198/PB, Rel. Min. José Delgado, DJ de 05.03.2003; RP 215/MT, Rel Min. Franciulli Netto, DJ de 09.12.2003).

Ex positis, **ACOLHO A PROMOÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, DETERMINO O ARQUIVAMENTO DO FEITO E, COMO CONSECTÁRIO LÓGICO, DA SINDICÂNCIA 126/SP,** com fundamento nos arts. 34, XVII, e 219, I, ambos do RISTJ.

Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(1931)

SINDICÂNCIA Nº 136 - RJ (2007/0224128-5)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
REQUERENTE	: M DE L P J - ESPÓLIO
REPR. POR	: A N J - INVENTARIANTE
SINDICADO	: J DE S M
SINDICADO	: M C A

DESPACHO

À Coordenadoria da Corte Especial, para juntar aos autos o original do instrumento de mandato.

Após, concedo vista ao MPF.

Cumpra-se.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(1932)

NOTÍCIA-CRIME Nº 323 - SC (2003/0102433-4)

RELATOR	**: MINISTRO GILSON DIPP**
NOTICIANTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
NOTICIADO	: LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
ADVOGADO	: MAX ROBERTO BORNHOLDT E OUTRO(S)

DESPACHO

Trata-se de notícia crime oferecida pelo Ministério Público Federal contra Luiz Henrique da Silveira, na qual foi requerida, pela Subprocuradoria-Geral da República, a expedição de oficio à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, solicitando licença para a instauração de processo contra o noticiado, governador do Estado.
Solicitada a indispensável autorização ao Legislativo Estadual para a instauração da ação penal, não houve manifestação a respeito do pedido, reiterado em mais de uma oportunidade.

Considerando a cota da Subprocuradoria-Geral da República às fls. 410/411, determino o sobrestamento do presente feito, assim como o seu arquivamento temporário, com a suspensão do prazo prescricional, nos termos da manifestação do *Parquet* Federal, até o término do mandato do réu.
Intime-se.
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO GILSON DIPP
Relator

(1933)

AÇÃO PENAL Nº 490 - RS (2007/0135388-5)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AUTOR	: E F A
ADVOGADO	: MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA
RÉU	: P A B V

DESPACHO

Cuidam os autos de queixa-crime apresentada por E. F. A. contra P. A. B. V., pela prática de injúria.
Os autos foram a mim encaminhados pelo Ministro Luiz Fux, para verificação de eventual prevenção com a Interpelação Judicial nº 91.
Tenho que a interpelação judicial prevista no artigo 144 do Código Penal, de evidente caráter preparatório, com o objetivo de colher manifestação do interpelado sobre declaração que lhe é atribuída, não gera prevenção com a ação penal posteriormente ajuizada.
Assim, devolvam-se os autos ao Ministro Luiz Fux.
Publique-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Ministro

(1934)

AÇÃO PENAL Nº 503 - PR (2005/0045522-9)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AUTOR	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RÉU	: F A M G
ADVOGADO	: ANTÔNIO CARLOS MACIEL XAVIER VIANNA E OUTRO

DECISÃO

Diante da disposição do **MPF**, **DETERMINO** seja intimada a defesa sobre o teor da manifestação do órgão ministerial quanto à aceitação de uma possível proposta de transação.
Brasília-DF, 24 de setembro de 2007.

MINISTRA ELIANA CALMON
Relatora

(1935)

PET na SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA Nº 1.397 - US (2006/0185712-9)

REQUERENTE	: L V D
ADVOGADO	: ENEIDA DA COSTA ALVIM E OUTRO(S)
REQUERIDO	: A DE N
ADVOGADO	: PAULO RICARDO OLIVEIRA E OUTRO

DESPACHO

Trata-se de inúmeras petições assinadas pelo requerido da presente sentença estrangeira, que, inconformado com o resultado do julgamento da Corte Especial, pede a reforma do *decisum*.
São inadmissíveis os pedidos do requerido.
O requerido está devidamente representado nos autos por advogado, consoante se verifica da procuração de fl. 138. No entanto, todas as petições apresentadas após o julgamento da presente sentença estrangeira pela Corte Especial foram assinadas pelo próprio requerido e não pelo seu patrono.
No ordenamento vigente, apenas o bacharel em Direito inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil detém o *jus postulandi*.
Dessa forma, carecendo os pleitos do requerido do *jus postulandi*, ***indefiro-os***.
Demais disso, não tendo havido a interposição de qualquer recurso contra a decisão colegiada, ***certifique a Secretaria da Corte Especial o trânsito em julgado do acórdão de fls. 671/696***.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Relator

(1936)

PETIÇÃO Nº 5.903 - SP (2007/0221682-9)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
REQUERENTE	: SOLORRICO S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
ADVOGADO	: DANIEL SOUZA CAMPOS MIZIARA E OUTRO(S)
REQUERIDO	: CRISTIANE APARECIDA RIQUE
ADVOGADO	: ALOÍSIO LUCIANO TEIXEIRA E OUTRO

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO PROVENIENTE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE EXAME DE MÉRITO DO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. NÃO-CABIMENTO. SÚMULA 315/STJ.
1. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que somente são cabíveis embargos de divergência, de acórdão oriundo de agravo de instrumento, quando há exame de mérito do recurso especial.
2. Súmula 315/STJ aplicável à espécie: "Não cabem embargos de divergência no âmbito do agravo de instrumento que não admite recurso especial."
3. Embargos de divergência não-conhecidos.

Vistos, etc.
Cuida-se de embargos de divergência apresentados por Solorrico S/A Indústria e Comércio em face de acórdão proferido pela Terceira Turma desta Corte, assim ementado (fl. 112):
Agravo regimental. Recurso especial não admitido. Competência. Fundamento constitucional.
1. Não se conhece do recurso especial quando o acórdão recorrido examinou a matéria sob fundamento exclusivamente constitucional.
2. Agravo regimental desprovido.
Opostos embargos declaratórios que foram assim resumidos (fl. 127):
Embargos de declaração. Agravo regimental desprovido. Omissão inexistente.
1. Não há contradição, obscuridade ou omissão a ser sanada. A decisão ora embargada esclareceu devidamente que a fundamentação do julgado recorrido é exclusivamente de natureza constitucional, artigo 114 da Constituição Federal, sendo o recurso especial meio impróprio para impugnar esse entendimento.
2. Embargos de declaração rejeitados.
A recorrente afirma que o mencionado aresto divergiu de outros proferidos pela Quarta Turma (REsps. 579.807/RJ, 724.883/MG e 779.7471/MG), Terceira Turma (REsp 743.065/MG), Primeira Turma (REsps. 685.025/SC e 697.141/MG), este último com a seguinte ementa:
PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO CONTRA MUNICÍPIO. DANO MORAL DECORRENTE DE MORTE CAUSADA POR ACIDENTE DE TRABALHO. ESPÓLIO. ILEGITIMIDADE. DIREITO PESSOAL DOS HERDEIROS. SUPERVENIENTE ALTERAÇÃO DA COMPETÊNCIA PELA EC N.º 45/2004. *PERPETUATIO JURISDICTIONES*. ART. 114, VI, DA CF/88. SENTENÇA. EXISTÊNCIA.
1. Ação indenizatória intentada contra o Município de Teófilo Otoni - MG, na qual se pleiteia reparação por danos morais e materiais decorrentes da morte, em acidente de trabalho, de prestador de serviço.
2. A Emenda Constitucional n.º 45/2004 ampliou significativamente a competência da Justiça do Trabalho, atribuindo-lhe competência para dirimir controvérsias sobre indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho, entre outras.
3. O Supremo Tribunal Federal, analisando a questão da aplicabilidade das modificações engendradas pela referida Emenda aos processos que se encontravam em curso quando de sua promulgação, assentou o entendimento de que a *novel* orientação alcança tão-somente os processos em trâmite pela Justiça comum estadual ainda não sentenciados. Assim, as ações que tramitam perante a Justiça comum dos Estados, com sentença anterior à promulgação da EC 45/04, em respeito ao princípio da *perpetuatio jurisdictionis*, lá devem continuar até o trânsito em julgado e correspondente execução, medida esta que se impõe *"em razão das características que distinguem a Justiça comum estadual e a Justiça do Trabalho, cujos sistemas recursais, órgãos e instâncias não guardam exata correlação"* (CC n.º 7.204-1/MG, Tribunal Pleno, Rel. Min. Carlos Ayres Britto, DJU de 19/12/2005).
4. Consectariamente, na esteira do entendimento firmado pelo Pretório Excelso, intérprete maior do texto constitucional, o marco temporal da competência da justiça trabalhista para apreciação das ações indenizatórias vinculadas à relação de trabalho, como sói ser o pedido de reparação por dano moral decorrente de acidente de trabalho, é o advento da EC n.º 45/2004, devendo ser remetidas à justiça do trabalho, no estado em que se encontrem, aquelas que, quando da entrada em vigor da referida Emenda, ainda não tenham sido objeto de sentença (Precedentes: CC 57.915/MS, Primeira Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJU de 27/03/2006; e AgRg nos EDcl no CC n.º 50.610/BA, Segunda Seção, Rel. Min. Castro Filho, DJU de 03/04/2006).
5. *In casu*, conforme se depreende dos autos, foi proferida sentença pela justiça comum estadual de primeiro grau, antes da entrada em vigor da Emenda Constitucional n.º 45/2004, julgando procedente o pedido formulado na inicial, condenando o Município ao pagamento de sete salários mínimos, a título de dano material, e duzentos salários mínimos, a título de dano moral, o que revela inconteste a competência desta Corte Superior para apreciação do recurso especial que se apresenta.
6. Controvérsia gravitante em torno da legitimidade ativa do espólio para pleitear a reparação por dano moral resultante do sofrimento causado à família do *de cujus*, em decorrência de seu abrupto falecimento em acidente de trabalho.
7. O artigo 1.526, do Código Civil de 1916 (atual artigo 943, do CC-2002), ao estatuir que o direito de exigir reparação, bem como a obrigação de prestá-la, transmitem-se com a herança (*droit de saisine*), restringe-se aos casos em que o dever de indenizar tenha como titular o próprio *de cujus* ou sucessor, nos termos do artigo 43, do CPC.
8. Precedentes desta Corte: RESP 648191/RS, Relator Ministro Jorge Scartezzini, Quarta Turma, DJ de 06.12.2004; RESP 602016/SP, Relator Ministro Castro Filho, Terceira Turma, DJ de 30.08.2004; RESP 470359/RS, Relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJ de 17.05.2004; AgRg no RESP 469191/RJ, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, Quarta Turma, DJ de 23.06.2003; e RESP 343654/SP, Relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, Terceira Turma, DJ de 01.07.2002.
9. Deveras, cediço que nem sempre há coincidência entre os sujeitos da lide e os sujeitos do processo, restando inequívoco que o dano moral pleiteado pela família do *de cujus* constitui direito pessoal dos herdeiros, ao qual fazem jus, não por herança, mas por direito próprio, deslegitimando-se o espólio, ente despersonalizado, *nomine proprio*, a pleiteá-lo, posto carecer de autorização legal para substituição extraordinária dos sucessores do falecido.
10. Recurso especial desprovido.
Alega-se, em síntese, que a regra de competência alterada pela EC n. 45/2004 para o julgamento de ações indenizatórias decorrentes de acidente de trabalho não se modifica caso tenha sido proferida sentença em data anterior à vigência do texto constitucional, segundo posicionamento apresentados nos arestos paradigmáticos.
É o relatório. Decido.
O recurso não merece ser conhecido.
A jurisprudência desta Corte é no sentido de que somente são cabíveis embargos de divergência de acórdão oriundo de agravo de instrumento, quando há exame de mérito do recurso especial, nos termos da previsão contida no art. 544 § 3º do CPC.
Confira-se:
Acórdão que nega provimento a agravo regimental em agravo de instrumento. Embargos de divergência (não-cabimento). Súmulas 315 e 316.
1. Contra decisão de Turma em recurso especial é que poderão ser interpostos embargos de divergência (arts. 546, I, do Cód. de Pr. Civil e 266 do Regimento).
2. De acordo com a Súmula 315, não cabem embargos de divergência contra agravo de instrumento que não foi provido. Cabem, sim, "embargos de divergência contra acórdão que, em agravo regimental, decide recurso especial" (Súmula 316).
3. Agravo regimental improvido. (AgRg na Pet 4.028/RJ, Corte Especial, Rel. Min. Nilson Naves, DJ de 17/04/2006).
AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESCABIMENTO. NÃO-IMPUGNAÇÃO.
1. Fundamento expendido pela decisão recorrida não impugnado.
2. "Não cabem embargos de divergência no âmbito do agravo de instrumento que não admite recurso especial" (Súmula n. 315-STJ).
Agravo regimental improvido. (AgRg na Pet 3.503/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, DJ de 24/04/2006).
Na espécie, o julgado recorrido manteve decisão que negou provimento a agravo de instrumento por entender que o acórdão do TJSP não poderia ser revisto em sede de recurso especial em face do fundamento de ordem constitucional.
O tema encontra-se sumulado: "Não cabem embargos de divergência no âmbito do agravo de instrumento que não admite recurso especial." (Súmula 315/STJ).
Em face do acima exposto, pela incidência da Súmula n. 315/STJ, NÃO CONHEÇO dos presentes embargos de divergência.
Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO JOSÉ DELGADO - Relator

(1937)

PETIÇÃO Nº 5.904 - DF (2007/0221686-6)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS**
REQUERENTE	: HIRO JOSÉ VIEIRA E OUTROS
ADVOGADO	: CYNTHIA MARIA PISKE SILVEIRO E OUTRO(S)
REQUERIDO	: UNIÃO

DECISÃO

A eg. 6ª Turma, apreciando agravo regimental interposto de decisão de Relator que negou provimento a agravo de instrumento manejado com o fim de destrancar recurso especial inadmitido na origem, proferiu acórdão, resumido nos seguintes termos (fl. 127):
AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO QUE DEIXA DE IMPUGNAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SÚMULA Nº 182/STJ.
1. Fundada a decisão que negou provimento ao agravo de instrumento na incidência dos enunciados nºs 7 da Súmula desta Corte Superior de Justiça e 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, imperioso faz-se o não-conhecimento do agravo regimental em que apenas se afirma que a abertura do novo concurso ocorreu dentro do prazo de validade do concurso anterior.
2. "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada." (Súmula do STJ, Enunciado nº 182).
3. Agravo regimental não conhecido.
Irresignados, HIRO JOSÉ VIEIRA e outros opõem os presentes embargos de divergência, sustentando a desnecessidade de demonstração analítica do dissídio jurisprudencial, em sede de recurso especial, quando notória a divergência suscitada. Trazem a confronto, a fim de demonstrar a dissonância interpretativa alegada, julgado da 1ª Turma (EDResp 268.629/SP; D.J. 11.3.2002; Rel. Min. Humberto Gomes de Barros).

Não cabem embargos de divergência contra acórdão exarado em agravo regimental manejado contra decisão proferida em agravo de instrumento.
É ler a redação do art. 266 do RISTJ para a conclusão inevitável:
Art. 266 - Das decisões da Turma em Recurso Especial, poderão, em quinze dias, ser interpostos Embargos de Divergência, que serão julgados pela Seção competente, quando as Turmas divergirem entre si ou de decisão da mesma Seção. Se a divergência for entre Turmas de Seções diversas, ou entre Turma e outra Seção ou com a Corte Especial, competirá a esta o julgamento dos embargos.

A regra regimental regula a disposição contida no art. 546, I, do CPC, "in verbis":
Art. 546. É embargável a decisão da Turma que:

I - em Recurso Especial, divergir do julgamento de outra Turma, da Seção ou do órgão especial.

É verdade que após a edição da Lei 9756/98, a eg. Corte Especial, contra o meu voto, posicionou-se pelo cabimento dos embargos de divergência em acórdãos exarados pelos órgãos colegiados em agravos regimentais intentados contra decisão de relator, desde que apreciado o mérito do recurso especial (EREsp 172.821/SP, DJ 17.03.03).
Em se tratando, contudo, de embargos de divergência contra acórdão em agravo regimental de decisão em agravo de instrumento, restou mantido o veto quanto à admissão do recurso, quando a Turma confirmou o improvimento do instrumento, por persistirem os óbices que fundamentaram a negativa de seguimento ao recurso especial.
É de ver, quanto ao tema, o seguinte julgado:
PROCESSO CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA LIMINARMENTE INDEFERIDOS - ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO, SEM EXAME DO MÉRITO.
1. O acórdão refere-se a juízo de admissibilidade, no qual são invocados precedentes desta Corte para demonstrar ausência de pressupostos.
2. Ausentes as hipóteses do art. 544, § 3º e 557 do CPC, inexiste exame de mérito do recurso especial no agravo de instrumento.
3. Só são admissíveis embargos de divergência quando o acórdão examinou tese jurídica meritória em recurso especial ou em agravo de instrumento nas hipóteses do art. 544, § 3º, do CPC).
4. Agravo regimental improvido. (AGPet 1841/RS, DJ 03.02.2003, Rel. Min. Eliana Calmon)

Nesse sentido, foi editada recentemente a Súmula 315, *in verbis*:
Não cabem embargos de divergência no âmbito do agravo de instrumento que não admite recurso especial.
Assim, tenho por incabíveis os embargos, pelo que os indefiro, nos termos do § 3º do art. 266 do RISTJ.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Relator

(1938)
EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 676.779 - PB (2007/0217093-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: JOSÉ INÁCIO PEREIRA
ADVOGADO	: JURANDIR PEREIRA DA SILVA
EMBARGADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR.POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA CONTRA DECISÃO UNA. DESCABIMENTO.
1. Os arts. 496, VIII, e 546, I, do CPC, c/c o art. 266 do RISTJ são taxativos ao enunciarem que são cabíveis embargos de divergência apenas das decisões da Turma prolatadas em recurso especial que divergirem do julgamento de outra Turma, da Seção ou do Órgão Especial.
2. Entendimento pacífico nesta Corte de que não se conhece de embargos de divergência quando interpostos contra decisão monocrática.
3. Embargos a que se nega seguimento.

Vistos, etc.
Cuida-se de embargos de divergência interpostos por José Inácio Pereira contra decisão singular da lavra do eminente Ministro Arnaldo Esteves com o seguinte teor (fls. 105/106):
Trata-se de recurso especial interposto por JOSÉ INÁCIO PEREIRA, com fundamento no art. 105, III, alíneas *a* e *c*, da Constituição, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Mantendo a decisão de primeiro grau que julgou parcialmente procedentes os embargos à execução da autarquia, a Corte *a quo* determinou a exclusão do índice de 70,28%, relativo ao IPC de janeiro/1989.
Alega o recorrente, além de dissídio jurisprudencial, contrariedade aos arts. 1º, da Lei 6.899/81 e 604 do CPC. Afirmando que a correção monetária do crédito previdenciário deve ser plena, sustenta, ainda, a impossibilidade de redução, na fase executória, dos honorários sucumbenciais fixados no processo de conhecimento, em sentença transitada em julgado.
Sem contra-razões e admitido o recurso na origem, foram os autos encaminhados a esta Corte.
Passo a decidir.
O Superior Tribunal de Justiça já consolidou o entendimento no sentido de que o IPC aplicável na correção monetária de janeiro de 1989 é o percentual de 42,72%, e não o de 70,28%. Nessa linha, no essencial:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. CORREÇÃO MONETÁRIA. IPC DE 10,14% PARA O MÊS DE FEVEREIRO/89. REFLEXO DA REDUÇÃO DO ÍNDICE APLICADO EM JANEIRO/89. CRITÉRIO 'PRO RATA DIE'. INPC DE MARÇO A DEZEMBRO/91. INCLUSÃO. LEI 8.177/91, ART. 4º. RECURSO ADESIVO NÃO CABIMENTO. CPC, ART. 500, II. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL (RESP. 43.055-0-SP).
1. Pacificou-se o entendimento deste STJ quanto à aplicação do IPC de fevereiro/89 (10,14%) na atualização monetária de débitos judiciais, reflexo lógico necessário, em consequência da redução do índice de 70,28% para 42,72%, relativo aos 31 dias do mês de janeiro/89, pela eg. Corte Especial; e do INPC de março a dezembro/91, em conformidade com o disposto no § 4º da Lei 8.177/91.
.....
3. Embargos de divergência da empresa acolhidos parcialmente.
4. Recurso adesivo da CPFL não conhecido. (EREsp 195.819/SP, Rel. Min. FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, Corte Especial, DJ de 3/11/03)
Igualmente: REsp 526.477/PB, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINNI, DJ de 16/2/04 e REsp 740.140/SP, de minha relatoria, DJ de 22/5/07.
Relativamente à majoração da verba honorária, não conheço do pedido. Com efeito, a matéria não foi devolvida ao Tribunal de origem, em sede de apelação, de sorte que sobre ela a Corte *a quo* não estava obrigada a se pronunciar. Incidente, na espécie, o óbice do verbete sumular 282/STF.
O dissídio, por sua vez, não restou caracterizado na forma exigida pelo art. 541, parágrafo único, c/c o 255, §§ 1º e 2º, do RI/STJ.
Ante o exposto, com base no art. 557, *caput*, do CPC, **dou parcial provimento** ao recurso especial para determinar que, nos meses de janeiro e fevereiro de 1989, o percentual de correção monetária a ser aplicado sobre o débito seja de 42,72% e 10,14%, respectivamente.
Intimem-se.
Afirma-se que o aludido decisório divergiu de outro proferido pela egrégia Segunda Turma (REsp 547.724/PR), no sentido oposto à decisão embargada.
Relatados, decido.
Verifico que os presentes embargos foram interpostos contra decisão una. Os arts. 496, VIII, e 546, I, do CPC, c/c o art. 266 do RISTJ são taxativos ao enunciarem que são cabíveis embargos de divergência apenas das decisões da Turma prolatadas em recurso especial que divergirem do julgamento de outra Turma, da Seção ou do Órgão Especial. O entendimento encontra-se pacífico nesta Corte, conforme os julgados que a seguir registro:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ALEGAÇÃO DE DISSENSO ENTRE O ACÓRDÃO EMBARGADO E DECISÃO MONOCRÁTICA DE MINISTRO: IMPOSSIBILIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO.
I - O Recurso de embargos de divergência só é cabível quando o acórdão embargado estiver em dissonância com aresto de outra turma, de seção ou do órgão especial. Não é possível ser ele utilizado para pacificar dissenso entre acórdão de turma e decisão singular de ministro.
II - Inteligência do art. 546, I, do CPC.
III- Recurso de embargos de divergência não conhecido. (EREsp n. 132.523/SP, Rel. Min. Adhemar Maciel, DJ de 19/10/1998).
PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. INADEQUAÇÃO. FUNGIBILIDADE. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO.
I- Não obstante o direito brasileiro agasalhe o princípio da fungibilidade recursal, segundo entendimento consagrado na atual doutrina, com respaldo jurisprudencial, não se pode, no entanto, conhecer de inconformismo manifestado ao arrepio da sistemática processual vigente.
II- Os embargos de divergência não constituem via hábil para a impugnação de decisão monocrática de relator que, autorizado por lei (art. 38 da Lei 8038/90), 'nega seguimento' ao recurso especial. (AgReg nos EREsp n. 3815/SP, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ de 25/03/1991).
Confira-se o EREsp n. 205.160/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ de 18/10/1999:
Embargos de divergência interpostos contra decisão monocrática de lavra do eminente Ministro-Relator José Arnaldo da Fonseca, que conheceu e deu provimento ao recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, para que seja observado o valor-limite do salário-de-benefício conforme o estipulado pelo artigo 29, parágrafo 2º, da Lei 8.213/91.
Alegam os embargantes que há decisões divergentes quanto à matéria, eis que outros julgadores, ao analisarem o conjunto das legislações constitucional e infraconstitucional, entenderam que o salário-de-benefício encontrado deve ser adotado sem qualquer restrição.
Para tanto, colacionam julgado da 6ª Turma desta Corte, proferido no Recurso Especial n. 168.051/SP.
Ocorre, todavia, que o artigo 266 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça é expresso no sentido de que somente das decisões de Turma proferidas em recurso especial é cabível embargos de divergência.
A propósito, vale transcrever o aludido dispositivo regimental:
'Art. 266. Das decisões da Turma, em recurso especial, poderão, em quinze dias, ser interpostos embargos de divergência, que serão julgados pela Seção competente, quando as Turmas divergirem entre si ou de decisão da mesma Seção. Se a divergência for entre Turmas de Seções diversas, ou entre Turma e outra Seção ou com a Corte Especial, competirá a esta o julgamento dos embargos.'
Ao que se tem, em se tratando de decisão monocrática exarada em processo de Recurso Especial, apresenta-se manifestamente incabível o recurso interposto.
Pelo exposto, com arrimo no artigo 34, inciso XVIII, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, nego seguimento ao recurso.
Publique-se.
Por tais razões, NEGO seguimento aos embargos de divergência (art. 266, § 3º, do RISTJ).
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 06 de setembro de 2007.

MINISTRO JOSÉ DELGADO - Relator

(1939)
EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 836.467 - PR (2007/0229146-0)

RELATOR	**: MINISTRO GILSON DIPP**
EMBARGANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: RICARDO NAGAO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: JOSÉ MÁRIO GOMES E OUTROS
ADVOGADO	: JOAO LUIZ ARZENO DA SILVA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de embargos de divergência em recurso especial interpostos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS contra v. acórdão da Eg. Sexta Turma, assim ementado, *verbis*:
"PROCESSUAL CIVIL. MULTA DO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 557 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. PRESSUPOSTO RECURSAL OBJETIVO.
Se manifestamente inadmissível ou infundado o agravo de que cuida o § 1º do art. 557 do CPC, o Tribunal condenará o recorrente a pagar multa prevista no § 2º, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito do respectivo valor.
O art. 1°-A da Lei n. 9.494/97 (alterado pela MP nº 2.180-35/2001) não afasta a necessidade do pagamento da multa prevista no artigo 557, § 2º do Código de Processo Civil, pois a isenção de depósito prévio e o depósito referente à multa imposta são hipóteses inconfundíveis, que merecem conseqüências jurídicas diversas.
Agravo regimental a que se nega provimento."
Para caracterizar o dissenso o ora embargante colaciona como paradigma julgado da Eg. Corte Especial - EREsp 695001/RJ, assim ementado:

"Embargos de divergência. Art. 1°-A da Lei n° 9.494/97. Aplicação nos casos da multa do art. 557, § 2°, do Código de Processo Civil.
1. O art. 1°-A da Lei n° 9.494/97 aplica-se à multa do art. 557, § 2°, do Código de Processo Civil, considerando que o legislador ordinário não desejou fazer distinção que excluísse o depósito prévio de multas previstas para os casos de recursos protelatórios.
2. Embargos de divergência conhecidos e providos."
Decido:
Atendidos os requisitos prescritos no artigo 266 do Regimento Interno desta Corte, admito os embargos para discussão.
Intimem-se os embargados para impugná-los no prazo legal - art. 267, *caput* do RISTJ. Decorrido o prazo, retornem os autos conclusos, com ou sem manifestação.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO GILSON DIPP
Relator

(1940)
EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 893.221 - RS (2007/0060547-3)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: BANCO DIBENS S/A
ADVOGADO	: LUCIANO CORRÊA GOMES E OUTRO(S)
EMBARGADO	: MARTA SOLANGE ZAPATA COSTA
ADVOGADO	: CRISTIANO GIONGO E OUTRO

DECISÃO

Vistos, etc.
A recorrente epigrafada manifesta interesse na desistência do recurso interposto, requerendo a sua respectiva homologação (fl. 280).
Primeiramente, registro louvável e digna a atitude do nobre advogado em comunicar sobre a presente desistência, atitude essa que ajuda a diminuir o fluxo processual nos Tribunais Superiores e dá mais agilidade aos demais processos pendentes de apreciação e julgamento.
No que tange ao pedido em tela, a desistência do recurso é faculdade que assiste à parte, não havendo óbice ao seu deferimento (art. 501 do CPC).
Por tais razões, com base no art. 34, IX, do RISTJ, DEFIRO o pedido de desistência requerido, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO JOSÉ DELGADO
Relator

(1941)

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 900.094 - SP (2007/0230382-3)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
EMBARGANTE	: LUCHINI TRATORES E EQUIPAMENTOS LTDA
ADVOGADO	: ALEXANDRE DANTAS FRONZAGLIA
EMBARGADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARIA CECÍLIA LEITE MOREIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Embargos de divergência dirigidos a acórdão da Eg. Segunda Turma, que não conheceu do recurso especial por incidência da Súmula 284/STF.
DECIDO:
Nossa jurisprudência não admite embargos de divergência para reexame de questões relativas à admissibilidade do recurso especial. Confira-se, dentre outros:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. DESCABIMENTO.
1.Os embargos de divergência não se prestam à reapreciação do acórdão do Tribunal de origem e tampouco ao reexame da efetiva ocorrência dos óbices de admissibilidade do especial identificados pelo acórdão embargado. Precedentes: EREsp 415671/SC, CE, Min. Hamilton Carvalhido, DJ 12.06.2006.
2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg nos EREsp 760.825/TEORI).

Não bastasse, a divergência jurisprudencial não está demonstrada com as formalidades exigidas pelo Art. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ. Não houve confronto analítico entre os paradigmas e o julgado embargado para demonstração de semelhança entre os casos. Simples transcrições de ementas e trechos não bastam (cf. EAG 430.169/HUMBERTO, dentre outros).
Nego seguimento ao recurso (CPC, Art. 557).
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

AUTOS COM VISTA AOS INTERESSADOS

Os processos abaixo relacionados encontram-se com Vista ao Embargado para Impugnação:

(1942)

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP nº 836467 - PR (2007/0229146-0)

RELATOR	**: MIN. GILSON DIPP**
EMBARGANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: RICARDO NAGAO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: JOSÉ MÁRIO GOMES E OUTROS
ADVOGADO	: JOAO LUIZ ARZENO DA SILVA E OUTRO(S)

AUTOS COM VISTA AOS INTERESSADOS

Os processos abaixo relacionados encontram-se com vista para complementar tradução da Carta Rogatória:

(1943)

SENTENÇA ESTRANGEIRA nº 1729 - EX (2006/0042106-3)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE	: V R S G
ADVOGADA	: PAULA LUSIA MENEZES KATZENSTEIN
REQUERIDO	: R D E S

AUTOS COM VISTA AOS INTERESSADOS

Os processos abaixo relacionados encontram-se com vista para retirada do Edital de Citação:

(1944)

SENTENÇA ESTRANGEIRA nº 2333 - EX (2006/0246888-1)

RELATOR	: MIN. PRESIDENTE DO STJ
REQUERENTE	: G DE B
ADVOGADO	: MARCELO HARTMANN E OUTRO
REQUERIDO	: F T

(1945)

SENTENÇA ESTRANGEIRA nº 2863 - EX (2007/0151126-3)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE	: M DO C B
ADVOGADO	: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA CAVALCANTI E OUTRO(S)
REQUERIDO	: M A B

AUTOS COM VISTA AOS INTERESSADOS

Os processos abaixo relacionados encontram-se com VISTA AO REQUERIDO PARA, QUERENDO E NO PRAZO LEGAL, OFERECER IMPUGNAÇÃO (ART. 267, RISTJ).:

(1946)

PETIÇÃO nº 5872 - RS (2007/0210478-9)

RELATOR	**: MIN. FRANCISCO FALCÃO**
REQUERENTE	: UNIÃO
SUCESS. DE	: REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A - RFFSA - EM LIQUIDAÇÃO
REQUERIDO	: JOÃO CARLOS PY
ADVOGADO	: JOSÉ VECCHIO FILHO E OUTRO(S)

AUTOS COM VISTA AOS INTERESSADOS

Os processos abaixo relacionados encontram-se com vista para retirada da Carta de Sentença:

(1947)

SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA nº 256 - EX (2005/0086277-0)

RELATOR	**: MIN. LUIZ FUX**
REQUERENTE	: INGRID DE SOUZA VITELLO
ADVOGADO	: IVALDO DE HOLANDA CUNHA E OUTRO(S)
REQUERIDO	: ALEXANDRE CARLOS DOS SANTOS GARCIA
ADVOGADO	: PAULO HENRIQUES DE MENEZES BASTOS - DEFENSOR PÚBLICO - CURADOR ESPECIAL

(1948)

SENTENÇA ESTRANGEIRA nº 1640 - EX (2006/0015014-5)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE	: C L B DE C
REQUERENTE	: M E DA C M C
ADVOGADO	: ROSANGELA CANDIDA DA COSTA
REQUERIDO	: OS MESMOS

(1949)

SENTENÇA ESTRANGEIRA nº 1824 - EX (2006/0070493-5)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE	: C T D H
ADVOGADO	: MARIA DAS GRAÇAS MENDES DO NASCIMENTO
REQUERIDO	: E A H

(1950)

SENTENÇA ESTRANGEIRA nº 2235 - EX (2006/0218588-2)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE	: L R
ADVOGADO	: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA CAVALCANTI E OUTRO(S)
REQUERIDO	: R R
ADVOGADO	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL

(1951)

SENTENÇA ESTRANGEIRA nº 2345 - EX (2006/0251201-2)

RELATOR	**: MIN. PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE	: O A W
REQUERENTE	: K W W
ADVOGADO	: GILBERTO EIFLER MORAES E OUTRO
REQUERIDO	: OS MESMOS

COORDENADORIA DA PRIMEIRA SEÇÃO

(1952)

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 3.835 - MG (2007/0222546-1)

RELATOR	**: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
AUTOR	: JOÃO BATISTA SOARES DA SILVA
ADVOGADO	: EDUARDO APGÁUA ZEH PINTO E OUTRO(S)
RÉU	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO

Cuida-se de ação rescisória com pedido de antecipação de tutela proposta por **João Batista Soares da Silva** com o objetivo de desconstituir decisão monocrática da lavra do Ministro Francisco Falcão nos autos do Recurso Especial n. 633.814/MG, transitada em julgado em 6/9/2005.
Eis o inteiro teor do *decisum*:
"Vistos, etc.
Trata-se de recurso especial interposto por JOÃO BATISTA SOARES DA SILVA, com fulcro no artigo 105, III, "a"e "c", da Lex Mater, contra o acórdão abaixo ementado, *verbis*:
'*PREFEITO - DESPESAS COM PUBLICIDADE - PROVEITO PESSOAL ILEGALIDADE.*
É impróprio, anômalo e irregular, o dispêndio de recursos públicos para custeio de promoção pessoal do Chefe do Executivo, ainda que ocorrendo o posterior reembolso, porquanto evidentes a imoralidade e inequívoca lesão ao interesse público'.
Inconformado opôs embargos declaratórios alegando que o Tribunal não poderia condenar o recorrente em honorários, tendo em vista que sendo titular da ação civil pública o Ministério Público, então seria descabida a verba.
Entendeu ainda que o *decisum* restou omisso pois não indicou a conduta faltosa do recorrente e o condenou com punição exacerbada.
Os embargos foram rejeitados entendendo que a punição foi comedida e que se faziam devidos os honorários.
No presente recurso o recorrente alega que o Tribunal "a quo", violou dispositivos infraconstitucionais, além de contrariar a jurisprudência de outros Tribunais.
Aduz em síntese:
a) violação ao artigo 12, da Lei nº 8.429/92, posto que a punição não teria guardado proporcionalidade com a conduta do recorrente, tendo em vista a boa-fé e o pequeno valor envolvido;
b) violação ao artigo 23, da Lei nº 8.906/94, uma vez que indevida a condenação em honorários;
Sobre a questão dos honorários sustentou ainda divergência jurisprudencial.
Relatados, decido.
No que concerte à alegada violação do artigo 12, da Lei nº 8.429/92, observa-se, *prima facie*, que para infirmar a convicção do julgador que entendeu ser comedida a punição, faz-se impositivo o reexame do conjunto probatório, o que é insusceptível na via do recurso especial. Incidência da súmula nº 7/STJ.
Quanto à questão dos honorários, assiste razão ao recorrente, conforme se deflui dos precedentes abaixo ementados, *verbis*:
'PROCESSO CIVIL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - MINISTÉRIO PÚBLICO AUTOR E VENCEDOR.
1. Na ação civil pública, a questão da verba honorária foge inteiramente das regras do CPC, sendo disciplinada pelas normas próprias da Lei 7.347/85, com a redação dada ao art. 17 pela Lei 8.078/90.
2. Somente há condenação em honorários, na ação civil pública, quando o autor for considerado litigante de má-fé, posicionando-se o STJ no sentido de não impor ao Ministério Público condenação em honorários.
3. Dentro de absoluta simetria de tratamento, não pode o parquet beneficiar-se de honorários, quando for vencedor na ação civil pública.
4. Recurso especial improvido'. (RESP 493823/DF, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJ 15.03.2004 p. 237).

"DIREITOS CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR CULPA NO TRABALHO. EMPRESA PREPONENTE COMO RE. JUROS COMPOSTOS. NÃO-APLICAÇÃO. AÇÃO CIVIL "EX DELICTO" INTENTADA PELO MINISTÉRIO PUBLICO. PROCEDÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VERBA INDEVIDA. ESTATUTO DA ADVOCACIA, ART. 23. RECURSO DESPROVIDO.
I - OS JUROS COMPOSTOS SÃO DEVIDOS SE O DEVER DE INDENIZAR RESULTA DE CRIME E SOMENTE SÃO EXIGÍVEIS DAQUELE QUE EFETIVA E DIRETAMENTE O HAJA PRATICADO, DISSO DECORRENDO INACOLHÍVEL PRETENSÃO NO SENTIDO DE QUE SEJAM SUPORTADOS PELA EMPRESA EMPREGADORA.
II - EM CASO DE PROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO AJUIZADA EM AÇÃO CIVIL "EX DELICTO" PELO MINISTÉRIO PUBLICO, ILEGÍTIMA A CONDENAÇÃO DO VENCIDO AO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, TENDO EM VISTA QUE, POR DEFINIÇÃO LEGAL (ART. 23 DA LEI 8.906/1994), OS HONORÁRIOS SÃO DESTINADOS TÃO-SOMENTE AO ADVOGADO". (RESP 34386/SP, SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, DJ 24.03.1997 p. 9019).

'Sucumbência. Ação civil pública. Ministério Público. Precedentes.
1. O fato de o Ministério Público figurar no pólo ativo da ação civil pública não afasta a incidência do art. 18 da Lei n° 7.437/85, na linha de precedentes da Corte.
2. Recurso especial conhecido e provido'. (RESP 220549/SP, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ 01.08.2000 p. 266).
Tais as razões expendidas, com esteio no artigo 557, §1º-A, do CPC, DOU parcial provimento ao recurso para excluir a condenação em honorários.
Publique-se."
Argumenta o autor, em síntese, que, "*com a conclusão do julgamento da Reclamação 2.138-DF, em decisão final, proferida pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, decidindo que os agentes políticos, por estarem subordinados a regras especiais de responsabilidade, não se submetem ao modelo de competência previsto na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/92), modificou a interpretação da constitucionalidade da mesma*" (fl. 3).
É o breve relatório. Decido.
Examinados os autos, verifico que a decisão rescindenda não chegou, em momento algum, a apreciar o mérito da demanda, tendo se limitado a prover parcialmente o recurso especial apenas para excluir a condenação do autor, então recorrente, aos honorários advocatícios, aplicando, quanto à questão de fundo, o óbice da Súmula n. 7 do STJ. Tal fundamento, qual seja, o reconhecimento do viés fático-probatório da premissa que orientara o acórdão recorrido, constitui obstáculo lógico-formal ao juízo de conhecimento, razão por que a decisão em tela não pode ser tida como de mérito.
Nesse contexto, não tendo o STJ apreciado a questão federal suscitada nos autos, não há como dar seguimento à ação rescisória, nos termos dos seguintes precedentes da Corte, *in verbis*:

"PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA. NÃO CABIMENTO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA Nº 7/STJ. EXTINÇÃO DA AÇÃO.
1. Não cabe ação rescisória de acórdão que não conheceu de recurso especial, deixando de apreciar o mérito da questão federal controvertida.
2. Ação rescisória que se julga extinta, sem julgamento do mérito." (AR n. 2874/SP, relator Ministro Paulo Gallotti, DJ de 2/5/2006.)

"AGRAVO REGIMENTAL EM AÇÃO RESCISÓRIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO. AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS. DECISÃO RESCINDENDA QUE NÃO APRECIA O MÉRITO DA CAUSA. RESCISÓRIA EXTINTA SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.
1. As ações rescisórias propostas no âmbito dos Tribunais visam desconstituir decisão ou acórdão que apreciou o mérito da questão, noutras palavras, que tenha examinado a questão de fundo devolvida, após juízo positivo dos pressupostos de admissibilidade recursal.
2. Os recursos, quando não conhecidos, deixam de produzir o efeito substitutivo, de modo que o decisum apropriado a ser rescindido é aquele proferido pelo órgão da instância inferior.
3. Agravo regimental não provido." (AgRg na AR 3587/MA, relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJ de 30/10/2006.).

"PROCESSO CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. ACÓRDÃO QUE NÃO CONHECEU DO RECURSO ESPECIAL. DESCABIMENTO DA AÇÃO.
1. Nos termos do art. 485 do CPC, está sujeita a rescisão a 'sentença de mérito, transitada em julgado'. Sentença de mérito é a que acolhe ou rejeita o pedido. Não se enquadra como tal, portanto, o acórdão, proferido em agravo regimental, que simplesmente confirmou decisão monocrática de não-conhecimento do recurso especial por considerá-lo deserto.
2. Ausente hipótese de rescindibilidade, extingue-se o processo sem julgamento de mérito." (AR 765/MT, relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 22/9/2003.)

"AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO RESCISÓRIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISUM RESCINDENDO QUE NÃO APRECIOU O MÉRITO DA QUESTÃO.
Inadmissível a ação rescisória quando a decisão monocrática impugnada se limitou a apreciar tema concernente à admissibilidade do recurso especial.
Agravo improvido." (AgRg na AR 921/SP, relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 24/2/2003.)
Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, do RISTJ, c/c o art. 38 da Lei n. 8.038/90, **nego seguimento ao pedido**.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 18 de setembro de 2007.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Relator

(1953)

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 3.847 - SC (2007/0234739-3)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AUTOR	: MÓVEIS RUDNICK S/A
AUTOR	: SUPERAUTO VEÍCULOS LTDA
ADVOGADO	: JOÃO JOAQUIM MARTINELLI E OUTRO(S)
RÉU	: FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Processual civil. Ação rescisória. Decisão que homologou renúncia ao direito sobre o qual se fundava a ação. Posterior julgado do Supremo Tribunal Federal declarando a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º, da Lei 9.718/98. Ausência de relação lógica entre os fatos narrados na fundamentação e o pedido. Inépcia da inicial (art. 295, I, c/c o parágrafo único, II, do CPC). Indeferimento liminar.

1. Trata-se de ação rescisória, com pedido de antecipação de tutela, ajuizada por MÓVEIS RUDNICK S/A e SUPERAUTO VEÍCULOS LTDA, com fundamento no art. 485, V e VIII, do Código de Processo Civil, objetivando desconstituir decisão proferida pelo Exmo. Sr. Ministro Franciulli Netto, que homologou a desistência formulada nos autos do REsp 386.504/SC, extinguindo o processo nos termos do art. 269, V, do CPC.
Informam as autoras que, após a homologação do pedido de desistência do recurso - com renúncia ao direito sobre o qual se fundava a ação -, que haviam formulado a fim de usufruírem do benefício fiscal instituído pela Lei 10.637/2002, o Supremo Tribunal Federal, julgando o recurso extraordinário interposto conjuntamente com o recurso especial, e relativo às demais empresas que não requereram desistência, reconheceu o direito pleiteado na ação originária de mandado de segurança.
Com base nesses fatos, as demandantes sustentam que foram prejudicadas pela decisão homologatória emanada desta Corte Superior, de modo que "*torna-se cabível a presente ação rescisória para desconstituir parcialmente o julgado prolatado no que se refere à discussão do artigo 3º, § 1º (modificação da base de cálculo da COFINS e do PIS)*" (fl. 8).
Como fundamento da presente rescisória, apontam violação literal do art. 195, I, da Constituição Federal, argumentando serem inconstitucionais as modificações impostas pela Lei 9.718/98 relativamente à base de cálculo do PIS e da COFINS.
Requerem a antecipação de tutela, a fim de que seja suspensa a conversão em renda dos depósitos realizados quando da impetração do mandado de segurança. Ao final, pugnam pela procedência da ação, para que seja rescindido o *decisum*, e se proceda a uma nova análise da questão, reconhecendo-se seu direito ao recolhimento do PIS e da COFINS nos moldes do disposto nas Leis Complementares 70/91 e 7/70.
É o relatório.
2. A pretensão não merece prosperar.
Não há relação lógica entre os fatos narrados na fundamentação da presente ação e o pedido.
As autoras objetivam a rescisão do *decisum* que homologou o pedido de desistência (com renúncia ao direito sobre o qual se fundava a ação mandamental) que elas próprias formularam, sob o argumento de que se sentiram prejudicadas em razão de posterior decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no recurso extraordinário das empresas remanescentes, ou seja, que não requereram desistência, reconhecendo a inconstitucionalidade das alterações promovidas pela Lei 9.718/98.
A decisão que se pretende rescindir não tratou da questão referente à inconstitucionalidade da referida lei, já que apenas homologou o pedido de desistência feito pelas ora demandantes, limitando-se a observar a presença dos requisitos próprios desse ato unilateral de disponibilidade do direito material. Assim, não há razoabilidade na afirmação de que tal julgado violou literalmente dispositivos referentes ao conceito de faturamento a ser considerado para fins de cobrança das contribuições sociais em comento.
Destarte, como bem consignou o Exmo. Sr. Ministro Teori Albino Zavascki, ao apreciar caso muito semelhante ao dos presentes autos, "*evidenciada a inexistência de nexo lógico entre o que se pede (rescisão da decisão homologatória da renúncia ao direito a que se funda a ação) e a causa de pedir (inconstitucionalidade da alteração da base de cálculo da COFINS e do PIS), é de ser reconhecida a inépcia da petição inicial, impondo-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, a teor do disposto no art. 295, I, c/c parágrafo único, II, do CPC*" (AR 3.737/SC, DJ de 17.4.2007).
Ademais, convém ressaltar, somente a título de argumentação, que a ação também não mereceria prosperar em razão da configuração da decadência. Isso, porque, nos termos do art. 495 do CPC, "*o direito de propor ação rescisória se extingue em 2 (dois) anos, contados do trânsito em julgado da decisão*".
In casu, a decisão rescindenda foi publicada em 12 de maio de 2003 (fl. 340) e, considerando que não houve interposição de nenhum recurso, o trânsito em julgado se verificou no mesmo mês de maio de 2003. Assim, tendo sido a presente demanda ajuizada em setembro de 2007, não há dúvida quanto à caracterização de decadência.
3. Ante o exposto, com base no art. 295, I, c/c o parágrafo único, II, do Código de Processo Civil, indefiro liminarmente a petição inicial.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 27 de setembro de 2007.

MINISTRA DENISE ARRUDA
Relatora

(1954)

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 3.849 - PE (2007/0235184-7)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AUTOR	: MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
ADVOGADO	: JOÃO BATISTA DE MOURA
RÉU	: LUCAS FERNANDO DE OLIVEIRA (MENOR)
REPR. POR	: ÂNGELA MARIA DA SILVA

DECISÃO

Processual civil. Ação rescisória. Art. 105, I, e, *da Constituição Federal. Pretensão de rescindir acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Incompetência desta Corte Superior. Indeferimento liminar da petição inicial.*

1. Trata-se de ação rescisória, com pedido de antecipação de tutela, ajuizada pelo MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE, com fundamento no art. 485, V, do Código de Processo Civil, objetivando desconstituir acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco no julgamento da Apelação Cível 137558-0, que manteve a sentença prolatada em primeiro grau de jurisdição.
Sustenta o autor que o *decisum* referido, ao confirmar a sentença que o condenou ao pagamento de indenização no montante de dois salários mínimos mensais ao ora demandado, violou literal disposição do art. 1.538 do Código Civil.
Afirma que "*mostra-se improcedente e ilegal a condenação no pagamento de pensão mensal, em evidente afronta ao dispositivo legal debatido, pois sequer restou demonstrado a ocorrência de lucros cessantes que determinasse o pagamento do pensionato, como determina o artigo 1.538 da Antiga Lei Civil*" (fl. 5).
Requer seja deferida liminarmente a antecipação de tutela, e, ao final seja julgada procedente a ação rescisória, para desconstituir o aresto proferido pela Corte Estadual.
É o relatório.
2. A pretensão não merece prosperar.
Dispõe o art. 105, I, *e*, da Constituição Federal:

"Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:
I - processar e julgar, originariamente:
(...)
e) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados;"

Na hipótese em análise, observa-se que o autor pretende rescindir acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Assim, da simples leitura do dispositivo acima transcrito, conclui-se pela incompetência do Superior Tribunal de Justiça para apreciar a presente ação rescisória, visto que lhe cabe tão-somente o exame das rescisórias de seus próprios julgados.
A propósito, confiram-se:

"AÇÃO RESCISÓRIA. ACÓRDÃO RESCINDENDO PROFERIDO POR TRIBUNAL ESTADUAL. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO STJ PARA DESCONSTITUIÇÃO DE DECISUM *DE OUTRO ÓRGÃO JURISDICIONAL. INDEFERIMENTO LIMINAR DA PETIÇÃO INICIAL."*
(AR 3.734/SP, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, DJ de 18.4.2007)

"AÇÃO RESCISÓRIA. SENTENÇA. COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR. TRIBUNAL LOCAL. ART. 105, I, 'E', DA CF.
- A competência do Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar ações rescisórias, originariamente, cinge-se aos seus próprios julgados (art. 105, I, "e", C.F.).
- Compete ao tribunal local, apreciar e julgar ações rescisórias contra sentenças proferidas no âmbito de sua jurisdição. Petição inicial liminarmente indeferida, com extinção do processo, sem exame do mérito."
(AR 3.661/RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 26.10.2006)

3. Ante o exposto, com base no art. 34, XVIII, do RISTJ, indefiro liminarmente a petição inicial.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília (DF), 27 de setembro de 2007.

MINISTRA DENISE ARRUDA
Relatora

(1955)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 80.355 - SP (2007/0032533-0)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AUTOR	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
RÉU	: ELYDIA DESTRO GREATTI
SUSCITANTE	: JUÍZO DA 3A VARA DO TRABALHO DE BAURU - SP
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DE DUARTINA - SP

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO PROPOSTA COM VISTAS À COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. EC 45/2004. ART. 114, III, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ALTERAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. SENTENÇA PROFERIDA, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NO ÂMBITO DA JUSTIÇA COMUM, ANTES DA VIGÊNCIA DA EC 45/2004.

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre as Justiças do Trabalho e Comum Estadual nos autos de ação proposta com vistas à cobrança de contribuição sindical rural.
O Juízo de Direito prolatou sentença, com resolução do mérito, antes do advento da EC 45/2004. Após o julgamento da Apelação interposta contra esse *decisum*, tendo retornado os autos à origem, declinou da competência e determinou a remessa do feito à Justiça do Trabalho, lastreado no art. 114, da Constituição da República.
Por sua vez, o Juízo do Trabalho suscitou o presente Conflito, por entender que, tendo sido proferida a sentença de mérito, anteriormente ao advento da EC 45/2004, é da Justiça Comum a competência para processar e julgar o feito.
O Ministério Público Federal emitiu parecer pela competência do Juízo Estadual.
É o **relatório**.

Decido.
Com o advento da EC 45, de 31/12/2004, acrescentou-se o inciso III, ao art. 114, da Constituição Federal:

"Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:
(...)
IIII - as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores".

Desde então, firmou-se a competência absoluta da Justiça Trabalhista para processar e julgar ações que visem à cobrança de valores relativos a contribuições sindicais, associativas, confederativas e assistenciais propostas por Sindicatos, Federações ou Confederações Sindicais, restando inaplicável a Súmula 222/STJ: *"Compete à Justiça Comum processar e julgar as ações relativas à contribuição sindical prevista no art. 578 da CLT"*.
Trata-se de competência absoluta em razão da matéria, aplicando-se imediatamente aos processos em curso. Ressalvam-se, apenas, os casos em que houve prolação de sentença de mérito pelo Juízo Comum antes do advento da EC 45/2004, publicada no D.O.U de 31/12/2004.

É esse o entendimento do Pretório Excelso, conforme se verifica no CC 6.967-7/RJ, de relatoria do Ministro Sepúlveda Pertence, publicado no DJ de 26/9/1997, ementado nesses termos:

"NORMA CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIA: EFICÁCIA IMEDIATA MAS, SALVO DISPOSIÇÃO EXPRESSA, NÃO RETROATIVA.
1. ***A norma constitucional tem eficácia imediata e pode ter eficácia retroativa: esta última, porém, não se presume e reclama regra expressa****.*
2. ***A alteração superveniente da competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida.***
3. ***Válida a sentença anterior à eliminação da competência do juiz que a prolatou, subsiste a competência recursal do tribunal respectivo."*** (Grifei)

Nesse sentido tem julgado a Primeira Seção, conforme se verifica dos seguintes precedentes:

"(...)
1. ***Compete à Justiça do Trabalho, nos termos do art. 114, III, da CF/88, na redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004, processar e julgar as ações relativas à representação sindical entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores****.*
2. ***A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 727.196/SP, em 25/05/2005, decidiu que a EC 45/2004 tem aplicação imediata a todos os processos em curso, independentemente da fase em que se encontram e devem ser remetidos à Justiça do Trabalho, sob pena de nulidade.***
3. ***Entretanto, a posição deve ser revista com base em precedentes do STF no CC 6.967/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, e no CC 7.204/MG, Rel. Min. Carlos Britto, a partir do entendimento de que a alteração superveniente de competência, ainda que oriunda de norma constitucional, não afeta a validade da sentença de mérito anteriormente proferida.***
4. ***Mudança de entendimento para considerar que a EC 45/2004 se aplica aos feitos iniciados após a sua entrada em vigor e aos que, iniciados antes da sua vigência, não contêm sentença de mérito proferida.***
5. ***Hipótese dos autos cuja sentença de mérito foi proferida após o advento da EC 45/2004, quando já se encontrava em vigor a nova ordem constitucional e não detinha a Justiça Comum competência material para seu processamento e julgamento.***
6. ***Nulidade absoluta de todos os atos decisórios proferidos após o início da vigência da EC 45/2004*** *(art. 122 do CPC e CC's 39.395/MT e 39.431/PE).*
7. Conflito conhecido para declarar competente a Justiça Trabalhista de Primeiro Grau, anulando todos os atos decisórios posteriores à EC 45/2004, inclusive a sentença proferida pelo Juízo Estadual." (CC 58.566/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJ 7/8/2006) (grifei).

"(...)
1. ***Compete à Justiça do Trabalho, nos termos do art. 114, III, da CF/88, na redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004, processar e julgar as ações de cobrança da contribuição sindical.***
2. ***Entretanto, as novas regras de competência ditadas pela EC 45/2004 somente se aplicam aos feitos iniciados após a sua entrada em vigor e aos que, iniciados antes da sua vigência, não contêm sentença de mérito proferida. Precedentes do STF e da Primeira Seção do STJ.***
3. ***Na hipótese, a sentença de mérito foi proferida após o advento da EC 45/2004, quando já se encontrava em vigor a nova ordem constitucional e não detinha a Justiça Comum competência material para o julgamento do feito.***
4. ***Nulidade absoluta de todos os atos decisórios proferidos após o início da vigência da EC 45/2004. Precedentes da Seção.***
5. Conflito conhecido para declarar competente a Justiça Trabalhista de Primeiro Grau, anulando todos os atos decisórios posteriores à EC 45/2004, inclusive a sentença proferida pelo Juízo Estadual." (CC 69.560/RS, Relator Ministro CASTRO MEIRA, 1ª Seção, DJ de 30/10/2006) (grifei).

"(...)
1. ***Com as alterações do art. 114, III, da CF/88, introduzidas pela Emenda Constitucional nº 45/04, ampliou-se a competência da Justiça do Trabalho, atribuindo-lhe, inclusive, a competência para apreciar e julgar 'as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores'.***
2. ***No que pertine à incidência do novo texto constitucional aos processos já em curso, a questão foi apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, no CC 7.204-1-MG, Tribunal Pleno, Min. Carlos Britto, DJ de 09.12.2005, que firmou entendimento no sentido de que a modificação da competência alcança apenas os processos que ainda não tenham sentença de mérito.***
3. ***Assim, a partir de promulgação da Emenda Constitucional 45/2004, a competência para processar e julgar ações em que se questiona a cobrança da contribuição sindical rural patronal é da Justiça do Trabalho, salvo se já houver sido proferida sentença de mérito na Justiça Comum, quando então prevalecerá a competência recursal do tribunal respectivo.*** *Precedentes: CC 48891/PR, 1ª S., Min. Castro Meira, DJ de 01.08.2005; AGCC 50553/SP, 2ª S., Min. Ari Pargendler, DJ de 09.11.2005; AGCC 51124/SP, 2ª S., Min. Fernando Gonçalves, DJ de 09.11.2005.*
4. ***No caso, a sentença proferida pelo Juiz Estadual em data anterior à modificação introduzida pela EC n. 45/2004 foi anulada pelo Tribunal de Justiça, que determinou o retorno à origem para apreciação do mérito da demanda. Assim, não havendo pronunciamento sobre o mérito da causa, cabe à Justiça do Trabalho apreciar e julgar o processo.***
5. Conflito conhecido e declarada a competência da Justiça do Trabalho, a suscitante." (CC 58.176/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, 1ª Seção, DJ de 10/4/2006) (grifei).

" (...)
Com o advento da Emenda Constitucional n. 45, de 8.12.2004, que acrescentou o inciso III no art. 114, da Constituição Federal, a Justiça do Trabalho passou a deter a competência para processar e julgar 'as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores'.
Registre-se que preponderou inicialmente, no Superior Tribunal de Justiça, o entendimento de que mencionada norma, por envolver mudança de competência em razão da matéria, aplica-se a todos os processos em trâmite, independentemente da época do seu ajuizamento.
Ao pronunciar-se sobre o marco temporal de observância das atribuições conferidas à Justiça trabalhista, o Plenário do Pretório Excelso fixou o alcance da promulgada regra constitucional quando do julgamento do CC n. 7.204-1-MG, relator Ministro CARLOS BRITO, DJ de 9.12.2005, conforme evidencia o seguinte trecho do acórdão:

'4. ***A nova orientação alcança os processos em trâmite pela Justiça comum estadual, desde que pendentes de julgamento de mérito. É dizer: as ações que tramitam perante a Justiça comum dos Estados, com sentença de mérito anterior à promulgação da EC 45/04, lá continuam até o trânsito em julgado e correspondente execução****.***
Quanto àquelas cujo mérito ainda não foi apreciado, hão de ser remetidas à Justiça do Trabalho, no estado em que se encontram, com total aproveitamento dos atos praticados até então. A medida se impõe, em razão das características que distinguem a Justiça comum estadual e a Justiça do Trabalho, cujos sistemas recursais, órgãos e instâncias não guardam exata correlação*'.*

Nesse contexto, harmonizou-se a diretriz jurisprudencial desta Corte para admitir que as disposições constitucionais em apreço produzem efeitos imediatos e atingem as demandas em curso, com ressalva daquelas em que a Justiça estadual tenha proferido sentença de mérito em data anterior ao início de vigência da EC n. 45/2004. Em conseqüência de tais premissas, as ações que não foram objeto de resolução de mérito, hipótese ocorrente no caso sob análise, devem ser dirimidas pela Justiça Trabalhista.
A propósito do tema, dou destaque ao acórdão ementado nos termos abaixo:
'(...)
2. ***A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 727.196/SP, em 25/05/2005, decidiu que a EC 45/2004 tem aplicação imediata a todos os processos em curso, independentemente da fase em que se encontram e devem ser remetidos à Justiça do Trabalho, sob pena de nulidade.***
3. ***Entretanto, a posição foi revista no julgamento do CC 57.402/MS com base em precedentes do STF no CC 6.967/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, e no CC 7.204/MG, Rel. Min. Carlos Britto, a partir do entendimento de que a alteração superveniente de competência, ainda que oriunda de norma constitucional, não afeta a validade da sentença de mérito anteriormente proferida.***
4. ***Mudança de entendimento para considerar que a EC 45/2004 se aplica aos feitos iniciados após a sua entrada em vigor e aos que, iniciados antes da sua vigência, não contém sentença de mérito proferida.***
5. Conflito conhecido para declarar-se competente o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, o suscitante' (CC n. 59.861-MS, Primeira Seção, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 1/8/2006).

(...)
Ante o exposto, com fulcro no artigo 120, parágrafo único, do CPC, conheço do conflito para declarar competente o Juízo da 58ª Vara do Trabalho de São Paulo (SP), o suscitante." (CC-59.337/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Primeira Seção, DJ de 7/12/2006) (grifei).

"(...)
3. ***Na hipótese vertente, cumpre observar, porém, que a sentença proferida pelo Juízo de Direito, anterior à modificação introduzida pela EC n. 45/2004 (fls. 26-29), não foi referente ao mérito da causa, e sim, ao indeferimento da petição inicial. Todavia, a adoção da sentença como marco da delimitação da competência refere-se às sentenças de mérito, conforme assentado pelo STF (CC 7.204-1-MG, Tribunal Pleno, Min. Carlos Britto, DJ de 09.12.2005)****.*
4. Isso posto, com base no art. 120, parágrafo único, do CPC, conheço do conflito e declaro competente o Juízo do Trabalho, o suscitante." (CC-71.361/SP, Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, 1ª Seção, DJ de 29/11/2006) (grifei).

É de se concluir, da análise dos precedentes colacionados, que a incidência da nova disciplina imposta pela EC 45/2004, no que se refere às ações em curso quando de sua promulgação, tem como *discrimen* a prolação da sentença resolutória do mérito.
In casu, o feito foi sentenciado, com resolução do mérito, anteriormente ao advento da EC 45/2004 (de 31/12/2004).
Assim, firmou-se a competência da Justiça Comum para processar e julgar a ação.
Diante do exposto, com fulcro no art. 120, parágrafo único, do Código de Processo Civil, **conheço do Conflito para declarar competente a Justiça Comum Estadual (suscitada).**
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(1956)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 87.642 - SP (2007/0159511-4)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AUTOR	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
ADVOGADO	: MAURICIO SILVERIO GOMES
RÉU	: LÁZARO SAMPAIO MAGALHÃES
SUSCITANTE	: JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE VOTUPORANGA - SP
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DE NHANDEARA - SP

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO PROPOSTA COM VISTAS À COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. EC 45/2004. ART. 114, III, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ALTERAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. SENTENÇA PROFERIDA, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NO ÂMBITO DA JUSTIÇA COMUM, ANTES DA VIGÊNCIA DA EC 45/2004.

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre as Justiças do Trabalho e Comum Estadual nos autos de ação proposta com vistas à cobrança de contribuição sindical rural.
O Juízo de Direito prolatou sentença, com resolução do mérito, antes do advento da EC 45/2004. Após o julgamento da Apelação interposta contra esse *decisum*, tendo retornado os autos à origem, declinou da competência e determinou a remessa do feito à Justiça do Trabalho, lastreado no art. 114, da Constituição da República.
Por sua vez, o Juízo do Trabalho suscitou o presente Conflito, por entender que, tendo sido proferida a sentença de mérito, anteriormente ao advento da EC 45/2004, é da Justiça Comum a competência para processar e julgar o feito.
O Ministério Público Federal emitiu parecer pela competência do Juízo Estadual.
É o **relatório**.
Decido.
Com o advento da EC 45, de 31/12/2004, acrescentou-se o inciso III, ao art. 114, da Constituição Federal:

"Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:
(...)
IIII - as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores".

Desde então, firmou-se a competência absoluta da Justiça Trabalhista para processar e julgar ações que visem à cobrança de valores relativos a contribuições sindicais, associativas, confederativas e assistenciais propostas por Sindicatos, Federações ou Confederações Sindicais, restando inaplicável a Súmula 222/STJ: *"Compete à Justiça Comum processar e julgar as ações relativas à contribuição sindical prevista no art. 578 da CLT"*.
Trata-se de competência absoluta em razão da matéria, aplicando-se imediatamente aos processos em curso. Ressalvam-se, apenas, os casos em que houve prolação de sentença de mérito pelo Juízo Comum antes do advento da EC 45/2004, publicada no D.O.U de 31/12/2004.
É esse o entendimento do Pretório Excelso, conforme se verifica no CC 6.967-7/RJ, de relatoria do Ministro Sepúlveda Pertence, publicado no DJ de 26/9/1997, ementado nesses termos:

"NORMA CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIA: EFICÁCIA IMEDIATA MAS, SALVO DISPOSIÇÃO EXPRESSA, NÃO RETROATIVA.
1. ***A norma constitucional tem eficácia imediata e pode ter eficácia retroativa: esta última, porém, não se presume e reclama regra expressa****.*
2. ***A alteração superveniente da competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida.***
3. ***Válida a sentença anterior à eliminação da competência do juiz que a prolatou, subsiste a competência recursal do tribunal respectivo."*** (Grifei)

Nesse sentido tem julgado a Primeira Seção, conforme se verifica dos seguintes precedentes:

"(...)
1. ***Compete à Justiça do Trabalho, nos termos do art. 114, III, da CF/88, na redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004, processar e julgar as ações relativas à representação sindical entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores****.*
2. ***A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 727.196/SP, em 25/05/2005, decidiu que a EC 45/2004 tem aplicação imediata a todos os processos em curso, independentemente da fase em que se encontram e devem ser remetidos à Justiça do Trabalho, sob pena de nulidade.***

*3. **Entretanto, a posição deve ser revista com base em precedentes do STF no CC 6.967/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, e no CC 7.204/MG, Rel. Min. Carlos Britto, a partir do entendimento de que a alteração superveniente de competência, ainda que oriunda de norma constitucional, não afeta a validade da sentença de mérito anteriormente proferida.***
*4. **Mudança de entendimento para considerar que a EC 45/2004 se aplica aos feitos iniciados após a sua entrada em vigor e aos que, iniciados antes da sua vigência, não contêm sentença de mérito proferida.***
*5. **Hipótese dos autos cuja sentença de mérito foi proferida após o advento da EC 45/2004, quando já se encontrava em vigor a nova ordem constitucional e não detinha a Justiça Comum competência material para seu processamento e julgamento.***
*6. **Nulidade absoluta de todos os atos decisórios proferidos após o início da vigência da EC 45/2004** (art. 122 do CPC e CC's 39.395/MT e 39.431/PE).*
7. Conflito conhecido para declarar competente a Justiça Trabalhista de Primeiro Grau, anulando todos os atos decisórios posteriores à EC 45/2004, inclusive a sentença proferida pelo Juízo Estadual." (CC 58.566/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJ 7/8/2006) (grifei).

"(...)
*1. **Compete à Justiça do Trabalho, nos termos do art. 114, III, da CF/88, na redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004, processar e julgar as ações de cobrança da contribuição sindical.***
*2. **Entretanto, as novas regras de competência ditadas pela EC 45/2004 somente se aplicam aos feitos iniciados após a sua entrada em vigor e aos que, iniciados antes da sua vigência, não contêm sentença de mérito proferida. Precedentes do STF e da Primeira Seção do STJ.***
*3. **Na hipótese, a sentença de mérito foi proferida após o advento da EC 45/2004, quando já se encontrava em vigor a nova ordem constitucional e não detinha a Justiça Comum competência material para o julgamento do feito.***
*4. **Nulidade absoluta de todos os atos decisórios proferidos após o início da vigência da EC 45/2004. Precedentes da Seção.***
5. Conflito conhecido para declarar competente a Justiça Trabalhista de Primeiro Grau, anulando todos os atos decisórios posteriores à EC 45/2004, inclusive a sentença proferida pelo Juízo Estadual." (CC 69.560/RS, Relator Ministro CASTRO MEIRA, 1ª Seção, DJ de 30/10/2006) (grifei).

"(...)
*1. **Com as alterações do art. 114, III, da CF/88, introduzidas pela Emenda Constitucional nº 45/04, ampliou-se a competência da Justiça do Trabalho, atribuindo-lhe, inclusive, a competência para apreciar e julgar 'as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores'.***
*2. **No que pertine à incidência do novo texto constitucional aos processos já em curso, a questão foi apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, no CC 7.204-1-MG, Tribunal Pleno, Min. Carlos Britto, DJ de 09.12.2005, que firmou entendimento no sentido de que a modificação da competência alcança apenas os processos que ainda não tenham sentença de mérito.***
*3. **Assim, a partir de promulgação da Emenda Constitucional 45/2004, a competência para processar e julgar ações em que se questiona a cobrança da contribuição sindical rural patronal é da Justiça do Trabalho, salvo se já houver sido proferida sentença de mérito na Justiça Comum, quando então prevalecerá a competência recursal do tribunal respectivo.** Precedentes: CC 48891/PR, 1ª S., Min. Castro Meira, DJ de 01.08.2005; AGCC 50553/SP, 2ª S., Min. Ari Pargendler, DJ de 09.11.2005; AGCC 51124/SP, 2ª S., Min. Fernando Gonçalves, DJ de 09.11.2005.*
*4. **No caso, a sentença proferida pelo Juiz Estadual em data anterior à modificação introduzida pela EC n. 45/2004 foi anulada pelo Tribunal de Justiça, que determinou o retorno à origem para apreciação do mérito da demanda. Assim, não havendo pronunciamento sobre o mérito da causa, cabe à Justiça do Trabalho apreciar e julgar o processo.***
5. Conflito conhecido e declarada a competência da Justiça do Trabalho, a suscitante." (CC 58.176/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, 1ª Seção, DJ de 10/4/2006) (grifei).

" (...)
Com o advento da Emenda Constitucional n. 45, de 8.12.2004, que acrescentou o inciso III no art. 114, da Constituição Federal, a Justiça do Trabalho passou a deter a competência para processar e julgar 'as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores'.
Registre-se que preponderou inicialmente, no Superior Tribunal de Justiça, o entendimento de que mencionada norma, por envolver mudança de competência em razão da matéria, aplica-se a todos os processos em trâmite, independentemente da época do seu ajuizamento.
Ao pronunciar-se sobre o marco temporal de observância das atribuições conferidas à Justiça trabalhista, o Plenário do Pretório Excelso fixou o alcance da promulgada regra constitucional quando do julgamento do CC n. 7.204-1-MG, relator Ministro CARLOS BRITO, DJ de 9.12.2005, conforme evidencia o seguinte trecho do acórdão:

*'4. **A nova orientação alcança os processos em trâmite pela Justiça comum estadual, desde que pendentes de julgamento de mérito. É dizer: as ações que tramitam perante a Justiça comum dos Estados, com sentença de mérito anterior à promulgação da EC 45/04, lá continuam até o trânsito em julgado e correspondente execução**. **Quanto àquelas cujo mérito ainda não foi apreciado, hão de ser remetidas à Justiça do Trabalho, no estado em que se encontram, com total aproveitamento dos atos praticados até então. A medida se impõe, em razão das características que distinguem a Justiça comum estadual e a Justiça do Trabalho, cujos sistemas recursais, órgãos e instâncias não guardam exata correlação'.***

Nesse contexto, harmonizou-se a diretriz jurisprudencial desta Corte para admitir que as disposições constitucionais em apreço produzem efeitos imediatos e atingem as demandas em curso, com ressalva daquelas em que a Justiça estadual tenha proferido sentença de mérito em data anterior ao início de vigência da EC n. 45/2004. Em conseqüência de tais premissas, as ações que não foram objeto de resolução de mérito, hipótese ocorrente no caso sob análise, devem ser dirimidas pela Justiça Trabalhista.
A propósito do tema, dou destaque ao acórdão ementado nos termos abaixo:
'(...)
*2. **A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 727.196/SP, em 25/05/2005, decidiu que a EC 45/2004 tem aplicação imediata a todos os processos em curso, independentemente da fase em que se encontram e devem ser remetidos à Justiça do Trabalho, sob pena de nulidade.***
*3. **Entretanto, a posição foi revista no julgamento do CC 57.402/MS com base em precedentes do STF no CC 6.967/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, e no CC 7.204/MG, Rel. Min. Carlos Britto, a partir do entendimento de que a alteração superveniente de competência, ainda que oriunda de norma constitucional, não afeta a validade da sentença de mérito anteriormente proferida.***
*4. **Mudança de entendimento para considerar que a EC 45/2004 se aplica aos feitos iniciados após a sua entrada em vigor e aos que, iniciados antes da sua vigência, não contém sentença de mérito proferida.***
5. Conflito conhecido para declarar-se competente o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, o suscitante' (CC n. 59.861-MS, Primeira Seção, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 1/8/2006).

(...)
Ante o exposto, com fulcro no artigo 120, parágrafo único, do CPC, conheço do conflito para declarar competente o Juízo da 58ª Vara do Trabalho de São Paulo (SP), o suscitante." (CC-59.337/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Primeira Seção, DJ de 7/12/2006) (grifei).

"(...)
*3. **Na hipótese vertente, cumpre observar, porém, que a sentença proferida pelo Juízo de Direito, anterior à modificação introduzida pela EC n. 45/2004 (fls. 26-29), não foi referente ao mérito da causa, e sim, ao indeferimento da petição inicial. Todavia, a adoção da sentença como marco da delimitação da competência refere-se às sentenças de mérito, conforme assentado pelo STF (CC 7.204-1-MG, Tribunal Pleno, Min. Carlos Britto, DJ de 09.12.2005)**.*
4. Isso posto, com base no art. 120, parágrafo único, do CPC, conheço do conflito e declaro competente o Juízo do Trabalho, o suscitante." (CC-71.361/SP, Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, 1ª Seção, DJ de 29/11/2006) (grifei).

É de se concluir, da análise dos precedentes colacionados, que a incidência da nova disciplina imposta pela EC 45/2004, no que se refere às ações em curso quando de sua promulgação, tem como *discrimen* a prolação da sentença resolutória do mérito.
In casu, o feito foi sentenciado, com resolução do mérito, anteriormente ao advento da EC 45/2004 (de 31/12/2004).
Assim, firmou-se a competência da Justiça Comum para processar e julgar a ação.
Diante do exposto, com fulcro no art. 120, parágrafo único, do Código de Processo Civil, **conheço do Conflito para declarar competente a Justiça Comum Estadual (suscitada).**
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(1957)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 87.658 - SP (2007/0158795-8)

RELATOR	**:**	**MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AUTOR	:	FAZENDA NACIONAL
RÉU	:	RODAR VEÍCULOS E PEÇAS LTDA - MASSA FALIDA
SUSCITANTE	:	JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE PIRASSUNUNGA - SP
SUSCITADO	:	JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE PIRASSUNUNGA -SP

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. PENALIDADES ADMINISTRATIVAS IMPOSTAS AOS EMPREGADORES PELOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO. EC 45/2004. ART. 114, VII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ALTERAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. SENTENÇA PROFERIDA NO ÂMBITO DA JUSTIÇA COMUM, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, ANTES DA VIGÊNCIA DA EC 45/2004.

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre as Justiças do Trabalho e Comum Federal nos autos de Execução Fiscal proposta pela Fazenda Nacional em face da parte ré.
O Juízo de Direito (investido de Jurisdição Federal) prolatou sentença, com resolução do mérito, antes do advento da EC 45/2004. Posteriormente, entendendo-se incompetente, com base nessa Emenda Constitucional, determinou a remessa dos autos à Justiça Trabalhista.
Por sua vez, o Juízo do Trabalho suscitou o presente Conflito, por entender que, tendo sido proferida a sentença de mérito, é da Justiça Comum a competência para processar e julgar o feito.
O Ministério Público Federal emitiu parecer pela competência do Juízo Comum suscitado.
É o **relatório**.
Decido.
É assente nesta Primeira Seção o entendimento de que o julgamento das ações que visam à cobrança de valores relativos a penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho (dentre as quais se incluem as execuções fiscais relativas às multas pelo não recolhimento do FGTS), insere-se na esfera da competência da Justiça do Trabalho, nos termos do art. 114, inciso VII, da Constituição da República, com a redação que lhe foi atribuída pela Emenda Constitucional 45/2004. Na esteira desse entendimento:

"(...)
***A Primeira Seção desta Corte tem firme posição no sentido de que as ações ajuizadas para cobrança de penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho (dentre as quais se incluem as execuções fiscais para cobrança de multa pelo não-recolhimento de FGTS), após o advento da EC 45/2004, devem ser julgadas pela Justiça Obreira (art. 114, VII da CF/88).** Na linha desse entendimento:*

'(...)
*1. **Pela nova redação dada ao artigo 114 da Constituição Federal, pela EC nº 45/04, a competência para processar e julgar as execuções fiscais propostas pela União para a cobrança de multa por infração trabalhista é da Justiça Laboral**.*
2. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo da 58ª Vara do Trabalho de São Paulo (SP), o suscitante. (CC 58.181/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, 1ª Seção, DJ de 01.08.2006).'

'(...)
*1. **Nos termos do art. 114, VII, da CF/88, com a redação dada pela EC 45/04, "compete à Justiça do Trabalho processar e julgar (...) VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho'.***
*2. Trata-se **de competência fixada em razão da matéria e não da natureza processual da demanda proposta**. Assim**, inclui-se na nova competência também a ação de execução fiscal destinada à cobrança de multa administrativa por descumprimento da legislação do trabalho**.*
3. Conflito conhecido, declarando-se a competência do Juízo Trabalhista, o suscitante.' (CC 57.291/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, 1ª Seção, DJ de 15.05.2006).
(...)

Com essas considerações, nos termos do art. 120, parágrafo único, do CPC, CONHEÇO DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA para DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE VARGINHA - MG, o suscitante." (CC-70.292/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 28/11/2006). (Grifei).

"(...)
*1. **A modificação de competência, ainda que constitucional, alcança apenas os processos que ainda não tenham sido sentenciados** (CC n.º 56.861/GO, Rel. Min. Teori Zavascki).*
*2. **'A alteração superveniente de competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida'** (CC n.º 6.967-7/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).*
*3. **Embora a competência para processar e julgar 'as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho', após a EC n.º 45/04, tenha passado à Justiça do Trabalho (art. 114, VII, da CF/88), cabe à Justiça Federal, no caso, o julgamento do recurso de apelação e dos subseqüentes, já que a Emenda entrou em vigor somente após a prolação da sentença de mérito.***
(...)
A Primeira Seção, no julgamento do CC n.º 56.861/GO, Relator o Ministro Teori Zavascki, entendeu que a modificação de competência alcança apenas os processos que ainda não tenham sido sentenciados.
Essa orientação não desborda do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Conflito de Competência n.º 6.967-7/RJ, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, decisão assim ementada:

'NORMA CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIA: EFICÁCIA IMEDIATA MAS, SALVO DISPOSIÇÃO EXPRESSA, NÃO RETROATIVA.
1. A norma constitucional tem eficácia imediata e pode ter eficácia retroativa: esta última, porém, não se presume e reclama regra expressa.

2. A alteração superveniente de competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida.
3. Válida a sentença anterior à eliminação da competência do juiz que a prolatou, subsiste a competência recursal do tribunal respectivo'.

À mesma conclusão chegou o Pretório Excelso no julgamento do CC n.º 7.204-1/MG, da relatoria do Ministro Carlos Brito.
(...)
Na hipótese, a sentença foi prolatada em momento anterior à publicação da EC n.º 45/04, de modo que a competência para os recursos derradeiros permanece com a Justiça Federal, não tendo aplicação a nova regra prevista na EC n.º 45/04.
Ante o exposto, conheço do conflito para declarar competente o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o suscitado.". (CC-69.809/RS, Rel. Ministro Castro Meira, 1ª Seção, DJ de 20/11/2006). (Grifei).

"(...)
A Primeira Seção desta Corte tem firme posição no sentido de que as ações ajuizadas para cobrança de penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho (dentre as quais se incluem as execuções fiscais para cobrança de multa pelo não-recolhimento de FGTS), após o advento da EC 45/2004, devem ser julgadas pela Justiça Obreira (art. 114, VII da CF/88).
(...)
Com essas considerações, nos termos do art. 120, parágrafo único, do CPC, CONHEÇO DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE TAQUARITINGA - SP, o suscitante.(CC-68.048/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, DJ de 14/11/2006). (Grifei).

"(...)
Com a promulgação da Emenda Constitucional n. 45, de 8.12.2004 (DOU de 31.12.2004), que acrescentou o inciso VII no art. 114 da Constituição Federal, a Justiça do Trabalho passou a deter a competência para processar e julgar 'as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho'.
Em razão da substancial ampliação das atribuições da Justiça trabalhista, preponderou inicialmente, no âmbito deste Tribunal, o entendimento de que as disposições inseridas no art. 114 da Magna Carta, por envolver mudança de competência em razão da matéria, atingem a todos os processos em trâmite, mesmo que a controvérsia tenha se instaurado em período anterior ao advento e publicação da emenda constitucional.
No entanto, apoiado na necessidade de dar resguardo à segurança jurídica, o Plenário do Supremo Tribunal Federal pronunciou que o marco temporal da alteração da competência da Justiça do Trabalho é o advento da EC n. 45/2004, estabelecendo, conseqüentemente, o alcance do promulgado texto constitucional quando do julgamento do CC n. 7.204-1-MG, relator Ministro CARLOS BRITO, DJ de 9.12.2005, de cujo acórdão traz-se à colação o seguinte trecho, in verbis:

'(...)
4. ***A nova orientação alcança os processos em trâmite pela Justiça comum estadual, desde que pendentes de julgamento de mérito. É dizer: as ações que tramitam perante a Justiça comum dos Estados, com sentença de mérito anterior à promulgação da EC 45/04, lá continuam até o trânsito em julgado e correspondente execução. Quanto àquelas cujo mérito ainda não foi apreciado, hão de ser remetidas à Justiça do Trabalho, no estado em que se encontram, com total aproveitamento dos atos praticados até então. A medida se impõe, em razão das características que distinguem a Justiça comum estadual e a Justiça do Trabalho, cujos sistemas recursais, órgãos e instâncias não guardam exata correlação'.***

Em nova percepção do tema, revisou-se a diretriz jurisprudencial do STJ para considerar que as recentes normas constitucionais produzem efeitos imediatos, porém, não alcançam os processos em curso que tenham sido objeto de sentença de mérito, validamente proferida pela Justiça Federal em data anterior à modificação introduzida pela EC n. 45/2004, hipótese que subsistirá a competência do respectivo Tribunal para o julgamento de eventuais recursos.
(...)
'2. ***O Supremo Tribunal Federal, analisando a questão da aplicabilidade das modificações engendradas pela referida Emenda aos processos que se encontravam em curso quando de sua promulgação, assentou o entendimento de que a novel orientação alcança tão-somente os processos em trâmite pela Justiça comum ainda não sentenciados. Assim, as ações que tramitam perante a Justiça Federal, com sentença anterior à promulgação da EC 45/04, em respeito ao princípio da perpetuatio jurisdictionis, lá devem continuar até o trânsito em julgado e correspondente execução, medida esta que se impõe 'em razão das características que distinguem a Justiça comum estadual e a Justiça do Trabalho, cujos sistemas recursais, órgãos e instâncias não guardam exata correlação'*** *(CC n.º 7.204-1/MG, Tribunal Pleno, Rel. Min. Carlos Ayres Britto, DJU de 19/12/2005).*
(...)
9. Recurso especial desprovido" (REsp n. 710.412-GO, relator Ministro LUIZ FUX, DJ de 18.5.2006).

(...)
Diante do exposto, com fulcro no art. 120, parágrafo único, do CPC, conheço do Conflito para declarar competente o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, o suscitado. (CC-61.246/MS, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, 1ª Seção, DJ de 15/09/2006).

É de se concluir, da análise dos precedentes colacionados, que a incidência da nova disciplina imposta pela EC 45/2004, no que se refere às ações em curso quando de sua promulgação, tem como *discrimen* a prolação da sentença resolutória do mérito.
In casu, o feito foi sentenciado, com resolução do mérito, anteriormente ao advento da EC 45/2004 (de 31/12/2004).
Assim, firmou-se a competência da Justiça Comum para processar e julgar a ação.
Diante do exposto, com fulcro no art. 120, parágrafo único, do Código de Processo Civil, **conheço do Conflito para declarar competente a Justiça Comum (suscitada).**
Publique-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(1958)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 87.828 - SP (2007/0166586-4)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AUTOR	: SINDICATO DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE ITAPEVA
ADVOGADO	: ADILSON MARCOS DOS SANTOS E OUTRO(S)
RÉU	: MARIANO DUARTE
SUSCITANTE	: JUÍZO DE DIREITO DA 3A VARA CÍVEL DE ITAPEVA - SP
SUSCITADO	: JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE ITAPEVA - SP

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO PROPOSTA COM VISTAS À COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. EC 45/2004. ART. 114, III, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ALTERAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. INEXISTÊNCIA DE SENTENÇA PROFERIDA, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NO ÂMBITO DA JUSTIÇA COMUM, ANTES DA VIGÊNCIA DA EC 45/2004.

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre as Justiças Comum (Estadual) e do Trabalho nos autos de ação proposta com vistas à cobrança de contribuição sindical.
O Juízo do Trabalho, sob o fundamento de que o objeto da lide não estaria inserido na competência material daquela Justiça Especializada, dela declinou, determinando a remessa à Justiça Comum.
Por sua vez, o Juízo Estadual suscitou o presente Conflito, fundamentando-se no que dispõe o art. 114, da Constituição da República (com a redação dada pela EC 45/2004).
O Ministério Público Federal emitiu parecer pela competência do Juízo Trabalhista.
É o **relatório**.

Decido.
Com o advento da EC 45, de 31/12/2004, acrescentou-se o inciso III, ao art. 114, da Constituição Federal:

"Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:
(...)
IIII - as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores".

Desde então, firmou-se a competência absoluta da Justiça Trabalhista para processar e julgar ações que visem à cobrança de valores relativos a contribuições sindicais, associativas, confederativas e assistenciais propostas por Sindicatos, Federações ou Confederações Sindicais, restando inaplicável a Súmula 222/STJ: *"Compete à Justiça Comum processar e julgar as ações relativas à contribuição sindical prevista no art. 578 da CLT"*.
Trata-se de competência absoluta em razão da matéria, aplicando-se imediatamente aos processos em curso. Ressalvam-se, apenas, os casos em que houve prolação de sentença de mérito pelo Juízo Comum antes do advento da EC 45/2004, publicada no D.O.U de 31/12/2004.
É esse o entendimento do Pretório Excelso, conforme se verifica no CC 6.967-7/RJ, de relatoria do Ministro Sepúlveda Pertence, publicado no DJ de 26/9/1997, ementado nesses termos:

"NORMA CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIA: EFICÁCIA IMEDIATA MAS, SALVO DISPOSIÇÃO EXPRESSA, NÃO RETROATIVA.
1. ***A norma constitucional tem eficácia imediata e pode ter eficácia retroativa: esta última, porém, não se presume e reclama regra expressa****.*
2. ***A alteração superveniente da competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida.***
3. ***Válida a sentença anterior à eliminação da competência do juiz que a prolatou, subsiste a competência recursal do tribunal respectivo.****"* (Grifei)

Nesse sentido tem julgado a Primeira Seção, conforme se verifica dos seguintes precedentes:

"(...)
1. ***Compete à Justiça do Trabalho, nos termos do art. 114, III, da CF/88, na redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004, processar e julgar as ações relativas à representação sindical entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores****.*
2. ***A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 727.196/SP, em 25/05/2005, decidiu que a EC 45/2004 tem aplicação imediata a todos os processos em curso, independentemente da fase em que se encontram e devem ser remetidos à Justiça do Trabalho, sob pena de nulidade.***
3. ***Entretanto, a posição deve ser revista com base em precedentes do STF no CC 6.967/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, e no CC 7.204/MG, Rel. Min. Carlos Britto, a partir do entendimento de que a alteração superveniente de competência, ainda que oriunda de norma constitucional, não afeta a validade da sentença de mérito anteriormente proferida.***
4. ***Mudança de entendimento para considerar que a EC 45/2004 se aplica aos feitos iniciados após a sua entrada em vigor e aos que, iniciados antes da sua vigência, não contêm sentença de mérito proferida.***
5. ***Hipótese dos autos cuja sentença de mérito foi proferida após o advento da EC 45/2004, quando já se encontrava em vigor a nova ordem constitucional e não detinha a Justiça Comum competência material para seu processamento e julgamento.***
6. ***Nulidade absoluta de todos os atos decisórios proferidos após o início da vigência da EC 45/2004*** *(art. 122 do CPC e CC's 39.395/MT e 39.431/PE).*
7. Conflito conhecido para declarar competente a Justiça Trabalhista de Primeiro Grau, anulando todos os atos decisórios posteriores à EC 45/2004, inclusive a sentença proferida pelo Juízo Estadual." (CC 58.566/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJ 7/8/2006) (grifei).

"(...)
1. ***Compete à Justiça do Trabalho, nos termos do art. 114, III, da CF/88, na redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004, processar e julgar as ações de cobrança da contribuição sindical.***
2. ***Entretanto, as novas regras de competência ditadas pela EC 45/2004 somente se aplicam aos feitos iniciados após a sua entrada em vigor e aos que, iniciados antes da sua vigência, não contêm sentença de mérito proferida. Precedentes do STF e da Primeira Seção do STJ.***
3. ***Na hipótese, a sentença de mérito foi proferida após o advento da EC 45/2004, quando já se encontrava em vigor a nova ordem constitucional e não detinha a Justiça Comum competência material para o julgamento do feito.***
4. ***Nulidade absoluta de todos os atos decisórios proferidos após o início da vigência da EC 45/2004. Precedentes da Seção.***
5. Conflito conhecido para declarar competente a Justiça Trabalhista de Primeiro Grau, anulando todos os atos decisórios posteriores à EC 45/2004, inclusive a sentença proferida pelo Juízo Estadual." (CC 69.560/RS, Relator Ministro CASTRO MEIRA, 1ª Seção, DJ de 30/10/2006) (grifei).

"(...)
1. ***Com as alterações do art. 114, III, da CF/88, introduzidas pela Emenda Constitucional nº 45/04, ampliou-se a competência da Justiça do Trabalho, atribuindo-lhe, inclusive, a competência para apreciar e julgar 'as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores'.***
2. ***No que pertine à incidência do novo texto constitucional aos processos já em curso, a questão foi apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, no CC 7.204-1-MG, Tribunal Pleno, Min. Carlos Britto, DJ de 09.12.2005, que firmou entendimento no sentido de que a modificação da competência alcança apenas os processos que ainda não tenham sentença de mérito.***
3. ***Assim, a partir de promulgação da Emenda Constitucional 45/2004, a competência para processar e julgar ações em que se questiona a cobrança da contribuição sindical rural patronal é da Justiça do Trabalho, salvo se já houver sido proferida sentença de mérito na Justiça Comum, quando então prevalecerá a competência recursal do tribunal respectivo.*** *Precedentes: CC 48891/PR, 1ª S., Min. Castro Meira, DJ de 01.08.2005; AGCC 50553/SP, 2ª S., Min. Ari Pargendler, DJ de 09.11.2005; AGCC 51124/SP, 2ª S., Min. Fernando Gonçalves, DJ de 09.11.2005.*
4. ***No caso, a sentença proferida pelo Juiz Estadual em data anterior à modificação introduzida pela EC n. 45/2004 foi anulada pelo Tribunal de Justiça, que determinou o retorno à origem para apreciação do mérito da demanda. Assim, não havendo pronunciamento sobre o mérito da causa, cabe à Justiça do Trabalho apreciar e julgar o processo.***
5. Conflito conhecido e declarada a competência da Justiça do Trabalho, a suscitante." (CC 58.176/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, 1ª Seção, DJ de 10/4/2006) (grifei).

" (...)
Com o advento da Emenda Constitucional n. 45, de 8.12.2004, que acrescentou o inciso III no art. 114, da Constituição Federal, a Justiça do Trabalho passou a deter a competência para processar e julgar 'as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores'.
Registre-se que preponderou inicialmente, no Superior Tribunal de Justiça, o entendimento de que mencionada norma, por envolver mudança de competência em razão da matéria, aplica-se a todos os processos em trâmite, independentemente da época do seu ajuizamento.
Ao pronunciar-se sobre o marco temporal de observância das atribuições conferidas à Justiça trabalhista, o Plenário do Pretório Excelso fixou o alcance da promulgada regra constitucional quando do julgamento do CC n. 7.204-1-MG, relator Ministro CARLOS BRITO, DJ de 9.12.2005, conforme evidencia o seguinte trecho do acórdão:

*'4. **A nova orientação alcança os processos em trâmite pela Justiça comum estadual, desde que pendentes de julgamento de mérito. É dizer: as ações que tramitam perante a Justiça comum dos Estados, com sentença de mérito anterior à promulgação da EC 45/04, lá continuam até o trânsito em julgado e correspondente execução**. **Quanto àquelas cujo mérito ainda não foi apreciado, hão de ser remetidas à Justiça do Trabalho, no estado em que se encontram, com total aproveitamento dos atos praticados até então. A medida se impõe, em razão das características que distinguem a Justiça comum estadual e a Justiça do Trabalho, cujos sistemas recursais, órgãos e instâncias não guardam exata correlação'*.

Nesse contexto, harmonizou-se a diretriz jurisprudencial desta Corte para admitir que as disposições constitucionais em apreço produzem efeitos imediatos e atingem as demandas em curso, com ressalva daquelas em que a Justiça estadual tenha proferido sentença de mérito em data anterior ao início de vigência da EC n. 45/2004. Em conseqüência de tais premissas, as ações que não foram objeto de resolução de mérito, hipótese ocorrente no caso sob análise, devem ser dirimidas pela Justiça Trabalhista.

A propósito do tema, dou destaque ao acórdão ementado nos termos abaixo:

'(...)

*2. **A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 727.196/SP, em 25/05/2005, decidiu que a EC 45/2004 tem aplicação imediata a todos os processos em curso, independentemente da fase em que se encontram e devem ser remetidos à Justiça do Trabalho, sob pena de nulidade.***

*3. **Entretanto, a posição foi revista no julgamento do CC 57.402/MS com base em precedentes do STF no CC 6.967/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, e no CC 7.204/MG, Rel. Min. Carlos Britto, a partir do entendimento de que a alteração superveniente de competência, ainda que oriunda de norma constitucional, não afeta a validade da sentença de mérito anteriormente proferida.***

*4. **Mudança de entendimento para considerar que a EC 45/2004 se aplica aos feitos iniciados após a sua entrada em vigor e aos que, iniciados antes da sua vigência, não contém sentença de mérito proferida.***

5. Conflito conhecido para declarar-se competente o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, o suscitante' (CC n. 59.861-MS, Primeira Seção, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 1/8/2006).

(...)

Ante o exposto, com fulcro no artigo 120, parágrafo único, do CPC, conheço do conflito para declarar competente o Juízo da 58ª Vara do Trabalho de São Paulo (SP), o suscitante." (CC-59.337/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Primeira Seção, DJ de 7/12/2006) (grifei).

"(...)

*3. **Na hipótese vertente, cumpre observar, porém, que a sentença proferida pelo Juízo de Direito, anterior à modificação introduzida pela EC n. 45/2004 (fls. 26-29), não foi referente ao mérito da causa, e sim, ao indeferimento da petição inicial. Todavia, a adoção da sentença como marco da delimitação da competência refere-se às sentenças de mérito, conforme assentado pelo STF (CC 7.204-1-MG, Tribunal Pleno, Min. Carlos Britto, DJ de 09.12.2005)**.*

4. Isso posto, com base no art. 120, parágrafo único, do CPC, conheço do conflito e declaro competente o Juízo do Trabalho, o suscitante." (CC-71.361/SP, Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, 1ª Seção, DJ de 29/11/2006) (grifei).

É de se concluir, da análise dos precedentes colacionados, que a incidência da nova disciplina imposta pela EC 45/2004, no que se refere às ações em curso quando de sua promulgação, tem como *discrimen* a prolação da sentença resolutória do mérito.

In casu, não houve resolução do mérito da causa antes do advento da Emenda Constitucional 45/2004, com o que se consolidou a competência do Juízo Trabalhista para processar e julgar a ação.

Diante do exposto, com fulcro no art. 120, parágrafo único, do Código de Processo Civil, **conheço do Conflito para declarar competente o Juízo Trabalhista suscitado.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(1959)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 88.034 - SP (2007/0172135-2)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AUTOR	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
ADVOGADO	: LUCAS AUGUSTUS ALVES MIGLIOLI E OUTRO(S)
RÉU	: JOSÉ LUIS DA COSTA CARVALHO
SUSCITANTE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A REGIÃO
SUSCITADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. DIREITO SINDICAL. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SENTENÇA DE JUIZ ESTADUAL ANTERIOR À EMENDA CONSTITUCIONAL 45/04. AUSÊNCIA DE RESOLUÇÃO DO MÉRITO. SENTENÇA PENDENTE. COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DA APELAÇÃO. PRECEDENTES DA SEÇÃO.

1. "A partir da promulgação da Emenda Constitucional 45/2004, a competência para processar e julgar ações em que se questiona a cobrança da contribuição sindical rural patronal é da Justiça do Trabalho, salvo se já houver sido proferida sentença na Justiça Comum, quando então prevalecerá a competência recursal do tribunal respectivo" (CC n.º 56.861/GO, Rel. Min. Teori Zavascki, DJU 27.03.06).
2. A solução do conflito, entretanto, não passa pelo exame da aplicabilidade, ou não, da EC 45/04. Limita-se a determinar o Tribunal competente para o exame da apelação interposta contra a sentença do juízo estadual que extinguiu, sem resolução de mérito, o feito e detinha, na época, a competência para processar e julgar a causa.
3. É competente para o exame de recurso o Tribunal ao qual está vinculado o juízo prolator da sentença impugnada ainda que a competência para o exame da causa tenha sido objeto de superveniente modificação por emenda constitucional. Precedentes da Seção: CC 58.029/MS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 10.04.06 e CC 56.877/GO, Rel. Min. Denise Arruda, DJ de 30.10.06.
4. Conflito conhecido para determinar a competência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o suscitado.

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência instaurado entre as Justiças estadual e do Trabalho, nos autos de ação ordinária de cobrança da contribuição sindical rural promovida pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA.

Depois de proferida a sentença pelo Juiz estadual, que extinguiu o processo sem resolução de mérito (fls. 26-28) em 26 de maio de 2003, subiram os autos com apelação ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que remeteu o feito à Justiça do Trabalho em razão da nova regra de competência trazida pela EC 45/04 (fls. 59-61.

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região igualmente declinou da competência e suscitou o conflito negativo, por entender que a competência não se altera se já havia sentença ao tempo em que publicada a EC 45/04 (fls. 70-71).

Por tratar-se de matéria já pacificada na Corte, dispensei a manifestação do *Parquet*.

É o relatório. Decido.

Segundo entendimento da Seção, "A partir da promulgação da Emenda Constitucional 45/2004, a competência para processar e julgar ações em que se questiona a cobrança da contribuição sindical rural patronal é da Justiça do Trabalho, salvo se já houver sido proferida sentença na Justiça Comum, quando então prevalecerá a competência recursal do tribunal respectivo" (CC n.º 56.861/GO, Rel. Min. Teori Zavascki, DJU 27.03.06).

Essa orientação não desborda do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do CC 6.967-7/RJ, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, decisão assim ementada:

"NORMA CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIA: EFICÁCIA IMEDIATA MAS, SALVO DISPOSIÇÃO EXPRESSA, NÃO RETROATIVA.

1. A norma constitucional tem eficácia imediata e pode ter eficácia retroativa: esta última, porém, não se presume e reclama regra expressa.
2. A alteração superveniente de competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida.
3. Válida a sentença anterior à eliminação da competência do juiz que a prolatou, subsiste a competência recursal do tribunal respectivo".

À mesma conclusão chegou o Pretório Excelso no julgamento do CC 7.204-1/MG, da relatoria do Ministro Carlos Brito.

A solução do conflito, entretanto, não passa pelo exame da aplicabilidade, ou não, da EC 45/04. Limita-se a determinar o Tribunal competente para o exame da apelação interposta contra a sentença do juízo estadual que extinguiu, sem resolução de mérito, o feito e detinha, na época, a competência para processar e julgar a causa.

Sobre o assunto, por ser aplicável à hipótese dos autos, calha transcrever o seguinte excerto do voto proferido pelo Min. Teori Albino Zavaski no CC 58.029/MS:

"No caso, porém, o que está em questão não é a competência para a causa, mas sim para o julgamento do recurso interposto contra decisão proferida Juiz de Direito a quem a causa foi distribuída. Ora, ainda que incompetente para a causa o prolator da decisão recorrida, é certo que o recurso deve ser julgado pelo Tribunal ao qual se encontra vinculado o juiz que proferiu a decisão. É o sentido da Súmula 55/STJ: 'Tribunal Regional Federal não é competente para julgar recurso de decisão de juiz estadual não investido de jurisdição federal'. Assim, cabe ao Tribunal de Justiça, e não ao Tribunal Regional do Trabalho, julgar agravo de instrumento de decisão proferida por Juiz de Direito a ele vinculado, ainda que seja para anular a decisão recorrida, por incompetência absoluta, e remeter os autos à Justiça competente".

Essa orientação foi adotada, por unanimidade, na Primeira Seção, em julgamento assim ementado:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. TRIBUNAL DE JUSTIÇA E TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO. DECISÃO DE JUIZ ESTADUAL. JULGAMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 55.

1. Cumpre distinguir a competência para o julgamento da causa da competência para o julgamento do recurso. Ainda que a causa seja da competência trabalhista, cabe ao Tribunal de Justiça, e não ao Tribunal Regional do Trabalho, julgar agravo de instrumento de decisão proferida por Juiz de Direito a ele vinculado (ao qual a causa foi equivocadamente distribuída), ainda que seja para anular a decisão e remeter os autos à Justiça competente.
2. Conflito conhecido e declarada a competência do Tribunal de Justiça, o suscitado" (DJ de 10.04.06).

Dessa feita, é competente para o exame de recurso o Tribunal ao qual está vinculado o juízo prolator da sentença impugnada ainda que a competência para o exame da causa tenha sido objeto de superveniente modificação por emenda constitucional.

Ante o exposto, **conheço do conflito para declarar competente o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o suscitado.**

Intime-se. Publique-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(1960)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 88.303 - SP (2007/0172852-6)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AUTOR	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
ADVOGADO	: EDSON FERNANDO PICOLO DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
RÉU	: HUMBERTO TOTTI NETTO
ADVOGADO	: MARCELO JOSÉ CRUZ
SUSCITANTE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A REGIÃO
SUSCITADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO
SUSCITADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO PROPOSTA COM VISTAS À COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. EC 45/2004. ART. 114, III, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ALTERAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. SENTENÇA PROFERIDA, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NO ÂMBITO DA JUSTIÇA COMUM, ANTES DA VIGÊNCIA DA EC 45/2004.

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre as Justiças do Trabalho e Comum (Estadual e Federal) nos autos de ação proposta com vistas à cobrança de contribuição sindical rural.

O Juízo de Direito prolatou sentença, com resolução do mérito, antes do advento da EC 45/2004. Apreciando a Apelação interposta contra esse *decisum*, o Tribunal Regional Federal declinou da competência, com fundamento no disposto pela Súmula 55/STJ, e determinou a remessa do feito ao Tribunal de Justiça do Estado.

A Corte Estadual, lastreada no art. 114, da Constituição da República, declinou, por sua vez, da competência, decidindo pelo envio dos autos à Justiça do Trabalho.

Por sua vez, o Juízo do Trabalho suscitou o presente Conflito, por entender que, tendo sido proferida a sentença de mérito, é da Justiça Comum a competência para processar e julgar o feito.

O Ministério Público Federal emitiu parecer pela competência do Juízo Estadual.

É o **relatório**.

Decido.

Com o advento da EC 45, de 31/12/2004, acrescentou-se o inciso III, ao art. 114, da Constituição Federal:

"Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:
(...)
IIII - as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores".

Desde então, firmou-se a competência absoluta da Justiça Trabalhista para processar e julgar ações que visem à cobrança de valores relativos a contribuições sindicais, associativas, confederativas e assistenciais propostas por Sindicatos, Federações ou Confederações Sindicais, restando inaplicável a Súmula 222/STJ: *"Compete à Justiça Comum processar e julgar as ações relativas à contribuição sindical prevista no art. 578 da CLT"*.

Trata-se de competência absoluta em razão da matéria, aplicando-se imediatamente aos processos em curso. Ressalvam-se, apenas, os casos em que houve prolação de sentença de mérito pelo Juízo Comum antes do advento da EC 45/2004, publicada no D.O.U de 31/12/2004.

É esse o entendimento do Pretório Excelso, conforme se verifica no CC 6.967-7/RJ, de relatoria do Ministro Sepúlveda Pertence, publicado no DJ de 26/9/1997, ementado nesses termos:

"NORMA CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIA: EFICÁCIA IMEDIATA MAS, SALVO DISPOSIÇÃO EXPRESSA, NÃO RETROATIVA.

*1. **A norma constitucional tem eficácia imediata e pode ter eficácia retroativa: esta última, porém, não se presume e reclama regra expressa**.*

*2. **A alteração superveniente da competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida.***

*3. **Válida a sentença anterior à eliminação da competência do juiz que a prolatou, subsiste a competência recursal do tribunal respectivo.**" (Grifei)*

Nesse sentido tem julgado a Primeira Seção, conforme se verifica dos seguintes precedentes:

"(...)

*1. **Compete à Justiça do Trabalho, nos termos do art. 114, III, da CF/88, na redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004, processar e julgar as ações relativas à representação sindical entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores**.*

*2. **A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 727.196/SP, em 25/05/2005, decidiu que a EC 45/2004 tem aplicação imediata a todos os processos em curso, independentemente da fase em que se encontram e devem ser remetidos à Justiça do Trabalho, sob pena de nulidade.***

*3. **Entretanto, a posição deve ser revista com base em precedentes do STF no CC 6.967/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, e no CC 7.204/MG, Rel. Min. Carlos Britto, a partir do entendimento de que a alteração superveniente de competência, ainda que oriunda de norma constitucional, não afeta a validade da sentença de mérito anteriormente proferida.***

*4. **Mudança de entendimento para considerar que a EC 45/2004 se aplica aos feitos iniciados após a sua entrada em vigor e aos que, iniciados antes da sua vigência, não contêm sentença de mérito proferida.***

*5. **Hipótese dos autos cuja sentença de mérito foi proferida após o advento da EC 45/2004, quando já se encontrava em vigor a nova ordem constitucional e não detinha a Justiça Comum competência material para seu processamento e julgamento.***

*6. **Nulidade absoluta de todos os atos decisórios proferidos após o início da vigência da EC 45/2004** (art. 122 do CPC e CC's 39.395/MT e 39.431/PE).*

7. Conflito conhecido para declarar competente a Justiça Trabalhista de Primeiro Grau, anulando todos os atos decisórios posteriores à EC 45/2004, inclusive a sentença proferida pelo Juízo Estadual." (CC 58.566/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJ 7/8/2006) (grifei).

"(...)

*1. **Compete à Justiça do Trabalho, nos termos do art. 114, III, da CF/88, na redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004, processar e julgar as ações de cobrança da contribuição sindical.***

*2. **Entretanto, as novas regras de competência ditadas pela EC 45/2004 somente se aplicam aos feitos iniciados após a sua entrada em vigor e aos que, iniciados antes da sua vigência, não contêm sentença de mérito proferida. Precedentes do STF e da Primeira Seção do STJ.***

*3. **Na hipótese, a sentença de mérito foi proferida após o advento da EC 45/2004, quando já se encontrava em vigor a nova ordem constitucional e não detinha a Justiça Comum competência material para o julgamento do feito.***

*4. **Nulidade absoluta de todos os atos decisórios proferidos após o início da vigência da EC 45/2004. Precedentes da Seção.***

5. Conflito conhecido para declarar competente a Justiça Trabalhista de Primeiro Grau, anulando todos os atos decisórios posteriores à EC 45/2004, inclusive a sentença proferida pelo Juízo Estadual." (CC 69.560/RS, Relator Ministro CASTRO MEIRA, 1ª Seção, DJ de 30/10/2006) (grifei).

"(...)

*1. **Com as alterações do art. 114, III, da CF/88, introduzidas pela Emenda Constitucional nº 45/04, ampliou-se a competência da Justiça do Trabalho, atribuindo-lhe, inclusive, a competência para apreciar e julgar 'as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores'.***

*2. **No que pertine à incidência do novo texto constitucional aos processos já em curso, a questão foi apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, no CC 7.204-1-MG, Tribunal Pleno, Min. Carlos Britto, DJ de 09.12.2005, que firmou entendimento no sentido de que a modificação da competência alcança apenas os processos que ainda não tenham sentença de mérito.***

*3. **Assim, a partir de promulgação da Emenda Constitucional 45/2004, a competência para processar e julgar ações em que se questiona a cobrança da contribuição sindical rural patronal é da Justiça do Trabalho, salvo se já houver sido proferida sentença de mérito na Justiça Comum, quando então prevalecerá a competência recursal do tribunal respectivo.** Precedentes: CC 48891/PR, 1ª S., Min. Castro Meira, DJ de 01.08.2005; AGCC 50553/SP, 2ª S., Min. Ari Pargendler, DJ de 09.11.2005; AGCC 51124/SP, 2ª S., Min. Fernando Gonçalves, DJ de 09.11.2005.*

*4. **No caso, a sentença proferida pelo Juiz Estadual em data anterior à modificação introduzida pela EC n. 45/2004 foi anulada pelo Tribunal de Justiça, que determinou o retorno à origem para apreciação do mérito da demanda. Assim, não havendo pronunciamento sobre o mérito da causa, cabe à Justiça do Trabalho apreciar e julgar o processo.***

5. Conflito conhecido e declarada a competência da Justiça do Trabalho, a suscitante." (CC 58.176/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, 1ª Seção, DJ de 10/4/2006) (grifei).

" (...)

Com o advento da Emenda Constitucional n. 45, de 8.12.2004, que acrescentou o inciso III no art. 114, da Constituição Federal, a Justiça do Trabalho passou a deter a competência para processar e julgar 'as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores'.

Registre-se que preponderou inicialmente, no Superior Tribunal de Justiça, o entendimento de que mencionada norma, por envolver mudança de competência em razão da matéria, aplica-se a todos os processos em trâmite, independentemente da época do seu ajuizamento.

Ao pronunciar-se sobre o marco temporal de observância das atribuições conferidas à Justiça trabalhista, o Plenário do Pretório Excelso fixou o alcance da promulgada regra constitucional quando do julgamento do CC n. 7.204-1-MG, relator Ministro CARLOS BRITO, DJ de 9.12.2005, conforme evidencia o seguinte trecho do acórdão:

*'4. **A nova orientação alcança os processos em trâmite pela Justiça comum estadual, desde que pendentes de julgamento de mérito. É dizer: as ações que tramitam perante a Justiça comum dos Estados, com sentença de mérito anterior à promulgação da EC 45/04, lá continuam até o trânsito em julgado e correspondente execução**.*

Quanto àquelas cujo mérito ainda não foi apreciado, hão de ser remetidas à Justiça do Trabalho, no estado em que se encontram, com total aproveitamento dos atos praticados até então. A medida se impõe, em razão das características que distinguem a Justiça comum estadual e a Justiça do Trabalho, cujos sistemas recursais, órgãos e instâncias não guardam exata correlação'.

Nesse contexto, harmonizou-se a diretriz jurisprudencial desta Corte para admitir que as disposições constitucionais em apreço produzem efeitos imediatos e atingem as demandas em curso, com ressalva daquelas em que a Justiça estadual tenha proferido sentença de mérito em data anterior ao início de vigência da EC n. 45/2004. Em conseqüência de tais premissas, as ações que não foram objeto de resolução de mérito, hipótese ocorrente no caso sob análise, devem ser dirimidas pela Justiça Trabalhista.

A propósito do tema, dou destaque ao acórdão ementado nos termos abaixo:

'(...)

*2. **A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 727.196/SP, em 25/05/2005, decidiu que a EC 45/2004 tem aplicação imediata a todos os processos em curso, independentemente da fase em que se encontram e devem ser remetidos à Justiça do Trabalho, sob pena de nulidade.***

*3. **Entretanto, a posição foi revista no julgamento do CC 57.402/MS com base em precedentes do STF no CC 6.967/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, e no CC 7.204/MG, Rel. Min. Carlos Britto, a partir do entendimento de que a alteração superveniente de competência, ainda que oriunda de norma constitucional, não afeta a validade da sentença de mérito anteriormente proferida.***

*4. **Mudança de entendimento para considerar que a EC 45/2004 se aplica aos feitos iniciados após a sua entrada em vigor e aos que, iniciados antes da sua vigência, não contém sentença de mérito proferida.***

5. Conflito conhecido para declarar-se competente o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, o suscitante' (CC n. 59.861-MS, Primeira Seção, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 1/8/2006).

(...)

Ante o exposto, com fulcro no artigo 120, parágrafo único, do CPC, conheço do conflito para declarar competente o Juízo da 58ª Vara do Trabalho de São Paulo (SP), o suscitante." (CC-59.337/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Primeira Seção, DJ de 7/12/2006) (grifei).

"(...)

*3. **Na hipótese vertente, cumpre observar, porém, que a sentença proferida pelo Juízo de Direito, anterior à modificação introduzida pela EC n. 45/2004 (fls. 26-29), não foi referente ao mérito da causa, e sim, ao indeferimento da petição inicial. Todavia, a adoção da sentença como marco da delimitação da competência refere-se às sentenças de mérito, conforme assentado pelo STF (CC 7.204-1-MG, Tribunal Pleno, Min. Carlos Britto, DJ de 09.12.2005)**.*

4. Isso posto, com base no art. 120, parágrafo único, do CPC, conheço do conflito e declaro competente o Juízo do Trabalho, o suscitante." (CC-71.361/SP, Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, 1ª Seção, DJ de 29/11/2006) (grifei).

É de se concluir, da análise dos precedentes colacionados, que a incidência da nova disciplina imposta pela EC 45/2004, no que se refere às ações em curso quando de sua promulgação, tem como *discrimen* a prolação da sentença resolutória do mérito.

In casu, o feito foi sentenciado, com resolução do mérito, anteriormente ao advento da EC 45/2004 (de 31/12/2004). Assim, firmou-se a competência da Justiça Comum para processar e julgar a ação.

Diante do exposto, com fulcro no art. 120, parágrafo único, do Código de Processo Civil, **conheço do Conflito para declarar competente a Justiça Comum Estadual suscitada.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(1961)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 88.385 - SP (2007/0173684-3)

RELATOR	:	**MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AUTOR	:	FAZENDA NACIONAL
RÉU	:	MECAL MECÂNICA DE VEÍCULOS ARAÇATUBA LTDA
ADVOGADO	:	ELIZABETE ALVES MACEDO E OUTRO(S)
SUSCITANTE	:	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A REGIÃO
SUSCITADO	:	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PENALIDADES ADMINISTRATIVAS IMPOSTAS AOS EMPREGADORES PELOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO. EC 45/2004. ART. 114, VII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ALTERAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. SENTENÇA PROFERIDA NO ÂMBITO DA JUSTIÇA COMUM, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, ANTES DA VIGÊNCIA DA EC 45/2004.

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre as Justiças do Trabalho e Comum Federal nos autos de Execução Fiscal proposta pela Fazenda Nacional em face da parte ré.

O Juízo Federal prolatou sentença, com resolução do mérito, antes do advento da EC 45/2004. Apreciando a Apelação interposta contra essa decisão, o Tribunal Regional Federal, lastreado no art. 114, da Constituição da República, declinou da competência e determinou a remessa dos autos à Justiça do Trabalho.

Por sua vez, o Juízo do Trabalho suscitou o presente Conflito, por entender que, tendo sido proferida a sentença de mérito, é da Justiça Comum a competência para processar e julgar o feito.

O Ministério Público Federal emitiu parecer pela competência do Juízo Federal.

É o **relatório**.

Decido.

É assente nesta Primeira Seção o entendimento de que o julgamento das ações que visam à cobrança de valores relativos a penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho (dentre as quais se incluem as execuções fiscais relativas às multas pelo não recolhimento do FGTS), insere-se na esfera da competência da Justiça do Trabalho, nos termos do art. 114, inciso VII, da Constituição da República, com a redação que lhe foi atribuída pela Emenda Constitucional 45/2004. Na esteira desse entendimento:

"(...)

***A Primeira Seção desta Corte tem firme posição no sentido de que as ações ajuizadas para cobrança de penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho (dentre as quais se incluem as execuções fiscais para cobrança de multa pelo não-recolhimento de FGTS), após o advento da EC 45/2004, devem ser julgadas pela Justiça Obreira (art. 114, VII da CF/88).** Na linha desse entendimento:*

'(...)

*1. **Pela nova redação dada ao artigo 114 da Constituição Federal, pela EC nº 45/04, a competência para processar e julgar as execuções fiscais propostas pela União para a cobrança de multa por infração trabalhista é da Justiça Laboral**.*

2. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo da 58ª Vara do Trabalho de São Paulo (SP), o suscitante. (CC 58.181/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, 1ª Seção, DJ de 01.08.2006).'

'(...)

*1. **Nos termos do art. 114, VII, da CF/88, com a redação dada pela EC 45/04, "compete à Justiça do Trabalho processar e julgar (...) VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho**'.*

*2. Trata-se **de competência fixada em razão da matéria e não da natureza processual da demanda proposta**. Assim**, inclui-se na nova competência também a ação de execução fiscal destinada à cobrança de multa administrativa por descumprimento da legislação do trabalho**.*

3. Conflito conhecido, declarando-se a competência do Juízo Trabalhista, o suscitante.' (CC 57.291/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, 1ª Seção, DJ de 15.05.2006).

(...)

Com essas considerações, nos termos do art. 120, parágrafo único, do CPC, CONHEÇO DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA para DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE VARGINHA - MG, o suscitante." (CC-70.292/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 28/11/2006). (Grifei).

"(...)

*1. **A modificação de competência, ainda que constitucional, alcança apenas os processos que ainda não tenham sido sentenciados** (CC n.º 56.861/GO, Rel. Min. Teori Zavascki).*

*2. '**A alteração superveniente de competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida**' (CC n.º 6.967-7/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).*

*3. **Embora a competência para processar e julgar 'as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho', após a EC n.º 45/04, tenha passado à Justiça do Trabalho (art. 114, VII, da CF/88), cabe à Justiça Federal, no caso, o julgamento do recurso de apelação e dos subseqüentes, já que a Emenda entrou em vigor somente após a prolação da sentença de mérito.***

(...)

A Primeira Seção, no julgamento do CC n.º 56.861/GO, Relator o Ministro Teori Zavascki, entendeu que a modificação de competência alcança apenas os processos que ainda não tenham sido senteciados.

Essa orientação não desborda do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Conflito de Competência n.º 6.967-7/RJ, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, decisão assim ementada:

'NORMA CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIA: EFICÁCIA IMEDIATA MAS, SALVO DISPOSIÇÃO EXPRESSA, NÃO RETROATIVA.

1. A norma constitucional tem eficácia imediata e pode ter eficácia retroativa: esta última, porém, não se presume e reclama regra expressa.

2. A alteração superveniente de competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida.

3. Válida a sentença anterior à eliminação da competência do juiz que a prolatou, subsiste a competência recursal do tribunal respectivo'.

À mesma conclusão chegou o Pretório Excelso no julgamento do CC n.º 7.204-1/MG, da relatoria do Ministro Carlos Brito.

(...)

Na hipótese, a sentença foi prolatada em momento anterior à publicação da EC n.º 45/04, de modo que a competência para os recursos derradeiros permanece com a Justiça Federal, não tendo aplicação a nova regra prevista na EC n.º 45/04.

Ante o exposto, conheço do conflito para declarar competente o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o suscitado.". (CC-69.809/RS, Rel. Ministro Castro Meira, 1ª Seção, DJ de 20/11/2006). (Grifei).

"(...)

A Primeira Seção desta Corte tem firme posição no sentido de que as ações ajuizadas para cobrança de penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho (dentre as quais se incluem as execuções fiscais para cobrança de multa pelo não-recolhimento de FGTS), após o advento da EC 45/2004, devem ser julgadas pela Justiça Obreira (art. 114, VII da CF/88).

(...)

Com essas considerações, nos termos do art. 120, parágrafo único, do CPC, CONHEÇO DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE TAQUARITINGA - SP, o suscitante.(CC-68.048/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, DJ de 14/11/2006). (Grifei).

"(...)

Com a promulgação da Emenda Constitucional n. 45, de 8.12.2004 (DOU de 31.12.2004), que acrescentou o inciso VII no art. 114 da Constituição Federal, a Justiça do Trabalho passou a deter a competência para processar e julgar 'as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho'.

Em razão da substancial ampliação das atribuições da Justiça trabalhista, preponderou inicialmente, no âmbito deste Tribunal, o entendimento de que as disposições inseridas no art. 114 da Magna Carta, por envolver mudança de competência em razão da matéria, atingem a todos os processos em trâmite, mesmo que a controvérsia tenha se instaurado em período anterior ao advento e publicação da emenda constitucional.

No entanto, apoiado na necessidade de dar resguardo à segurança jurídica, o Plenário do Supremo Tribunal Federal pronunciou que o marco temporal da alteração da competência da Justiça do Trabalho é o advento da EC n. 45/2004, estabelecendo, conseqüentemente, o alcance do promulgado texto constitucional quando do julgamento do CC n. 7.204-1-MG, relator Ministro CARLOS BRITO, DJ de 9.12.2005, de cujo acórdão traz-se à colação o seguinte trecho, in verbis:

'(...)

*4. **A nova orientação alcança os processos em trâmite pela Justiça comum estadual, desde que pendentes de julgamento de mérito. É dizer: as ações que tramitam perante a Justiça comum dos Estados, com sentença de mérito anterior à promulgação da EC 45/04, lá continuam até o trânsito em julgado e correspondente execução. Quanto àquelas cujo mérito ainda não foi apreciado, hão de ser remetidas à Justiça do Trabalho, no estado em que se encontram, com total aproveitamento dos atos praticados até então. A medida se impõe, em razão das características que distinguem a Justiça comum estadual e a Justiça do Trabalho, cujos sistemas recursais, órgãos e instâncias não guardam exata correlação'.***

Em nova percepção do tema, revisou-se a diretriz jurisprudencial do STJ para considerar que as recentes normas constitucionais produzem efeitos imediatos, porém, não alcançam os processos em curso que tenham sido objeto de sentença de mérito, validamente proferida pela Justiça Federal em data anterior à modificação introduzida pela EC n. 45/2004, hipótese que subsistirá a competência do respectivo Tribunal para o julgamento de eventuais recursos.

(...)

*'2. **O Supremo Tribunal Federal, analisando a questão da aplicabilidade das modificações engendradas pela referida Emenda aos processos que se encontravam em curso quando de sua promulgação, assentou o entendimento de que a novel orientação alcança tão-somente os processos em trâmite pela Justiça comum ainda não sentenciados. Assim, as ações que tramitam perante a Justiça Federal, com sentença anterior à promulgação da EC 45/04, em respeito ao princípio da perpetuatio jurisdictionis, lá devem continuar até o trânsito em julgado e correspondente execução, medida esta que se impõe 'em razão das características que distinguem a Justiça comum estadual e a Justiça do Trabalho, cujos sistemas recursais, órgãos e instâncias não guardam exata correlação**' (CC n.º 7.204-1/MG, Tribunal Pleno, Rel. Min. Carlos Ayres Britto, DJU de 19/12/2005).*

(...)

9. Recurso especial desprovido" (REsp n. 710.412-GO, relator Ministro LUIZ FUX, DJ de 18.5.2006).

(...)

Diante do exposto, com fulcro no art. 120, parágrafo único, do CPC, conheço do Conflito para declarar competente o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, o suscitado. (CC-61.246/MS, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, 1ª Seção, DJ de 15/09/2006).

É de se concluir, da análise dos precedentes colacionados, que a incidência da nova disciplina imposta pela EC 45/2004, no que se refere às ações em curso quando de sua promulgação, tem como *discrimen* a prolação da sentença resolutória do mérito.

In casu, o feito foi sentenciado, com resolução do mérito, anteriormente ao advento da EC 45/2004 (de 31/12/2004).

Assim, firmou-se a competência da Justiça Comum para processar e julgar a ação.

Diante do exposto, com fulcro no art. 120, parágrafo único, do Código de Processo Civil, **conheço do Conflito para declarar competente a Justiça Comum (suscitada).**

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(1962)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 88.431 - SP (2007/0177432-8)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AUTOR	: BANCO GERAL DO COMÉRCIO S/A
ADVOGADO	: ARNOR SERAFIM JUNIOR E OUTRO(S)
RÉU	: DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SUSCITANTE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A REGIÃO
SUSCITADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO

EMENTA

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PENALIDADES. INFRAÇÃO ÀS NORMAS TRABALHISTAS. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45/04. SENTENÇA DE MÉRITO JÁ PROLATADA. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL. PRECEDENTES DA SEÇÃO E DO STF.

1. A partir da EC 45/04, cabe à Justiça do Trabalho processar e julgar "as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho" (art. 114, VII, da CF/88), salvo se já houver sido proferida sentença de mérito na Justiça Federal, quando então prevalecerá a competência recursal do tribunal respectivo.

2. "A nova orientação alcança os processos em trâmite pela Justiça comum estadual, desde que pendentes de julgamento de mérito. É dizer: as ações que tramitam perante a Justiça comum dos Estados, com sentença de mérito anterior à promulgação da EC 45/04, lá continuam até o trânsito em julgado e correspondente execução. Quanto àquelas cujo mérito ainda não foi apreciado, hão de ser remetidas à Justiça do Trabalho, no estado em que se encontram, com total aproveitamento dos atos praticados até então" (CC 7.204-1/MG, Rel. Min. Carlos Brito, DJU de 09.12.05).

3. Existindo, no caso concreto, sentença de mérito, a competência para o processamento e julgamento da causa é da Justiça Federal, tendo em vista a inaplicabilidade da nova regra prevista na EC 45/04.

4. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, o suscitado.

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência instaurado entre as Justiças do Trabalho e Federal, nos autos de mandado de segurança que objetiva obstar a cobrança de multa por infração à legislação trabalhista.

Depois de proferida sentença concedendo a segurança (fls. 23-25), subiram os autos com apelação para o Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Diante da alteração de competência trazida pela EC 45/04, a Desembargadora Federal remeteu o feito à Justiça do Trabalho para julgamento do recurso (fl. 51).

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região igualmente declinou da competência, tendo suscitado conflito negativo a ser dirimido por este Tribunal (fls. 94-96).

Como a matéria encontra-se pacificada nesta Seção, dispensei o pronunciamento do Ministério Público Federal.

É o relatório. Decido.

A competência para processar e julgar "as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho", após a EC 45/04, passou à Justiça do Trabalho (art. 114, VII, da CF/88), salvo se já houver sido proferida sentença de mérito na Justiça comum, quando então prevalecerá a competência recursal do tribunal respectivo.

A Primeira Seção, no julgamento do CC 56.861/GO, Relator o Ministro Teori Zavascki (27.03.06), entendeu que a modificação de competência alcança apenas os processos que ainda não tenham sido sentenciados. Essa orientação não desborda do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do CC 6.967-7/RJ, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, decisão assim ementada:

"NORMA CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIA: EFICÁCIA IMEDIATA MAS, SALVO DISPOSIÇÃO EXPRESSA, NÃO RETROATIVA.

1. A norma constitucional tem eficácia imediata e pode ter eficácia retroativa: esta última, porém, não se presume e reclama regra expressa.

2. A alteração superveniente de competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida.

3. Válida a sentença anterior à eliminação da competência do juiz que a prolatou, subsiste a competência recursal do tribunal respectivo".

À mesma conclusão chegou o Pretório Excelso no julgamento do CC 7.204-1/MG, da relatoria do Ministro Carlos Brito. Nesse sentido, eis a ementa do julgado:

"CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA JUDICANTE EM RAZÃO DA MATÉRIA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PATRIMONIAIS DECORRENTES DE ACIDENTE DO TRABALHO, PROPOSTA PELO EMPREGADO EM FACE DE SEU (EX-)EMPREGADOR. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. ART. 114 DA MAGNA CARTA. REDAÇÃO ANTERIOR E POSTERIOR À EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45/04. EVOLUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PROCESSOS EM CURSO NA JUSTIÇA COMUM DOS ESTADOS. IMPERATIVO DE POLÍTICA JUDICIÁRIA.

Numa primeira interpretação do inciso I do art. 109 da Carta de Outubro, o Supremo Tribunal Federal entendeu que as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente do trabalho, ainda que movidas pelo empregado contra seu (ex-)empregador, eram da competência da Justiça comum dos Estados-Membros.

2. Revisando a matéria, porém, o Plenário concluiu que a Lei Republicana de 1988 conferiu tal competência à Justiça do Trabalho. Seja porque o art. 114, já em sua redação originária, assim deixava transparecer, seja porque aquela primeira interpretação do mencionado inciso I do art. 109 estava, em boa verdade, influenciada pela jurisprudência que se firmou na Corte sob a égide das Constituições anteriores.

3. Nada obstante, como imperativo de política judiciária -- haja vista o significativo número de ações que já tramitaram e ainda tramitam nas instâncias ordinárias, bem como o relevante interesse social em causa --, o Plenário decidiu, por maioria, que o marco temporal da competência da Justiça trabalhista é o advento da EC 45/04. Emenda que explicitou a competência da Justiça Laboral na matéria em apreço.

4. A nova orientação alcança os processos em trâmite pela Justiça comum estadual, desde que pendentes de julgamento de mérito. É dizer: as ações que tramitam perante a Justiça comum dos Estados, com sentença de mérito anterior à promulgação da EC 45/04, lá continuam até o trânsito em julgado e correspondente execução. Quanto àquelas cujo mérito ainda não foi apreciado, hão de ser remetidas à Justiça do Trabalho, no estado em que se encontram, com total aproveitamento dos atos praticados até então. A medida se impõe, em razão das características que distinguem a Justiça comum estadual e a Justiça do Trabalho, cujos sistemas recursais, órgãos e instâncias não guardam exata correlação.

5. O Supremo Tribunal Federal, guardião-mor da Constituição Republicana, pode e deve, em prol da segurança jurídica, atribuir eficácia prospectiva às suas decisões, com a delimitação precisa dos respectivos efeitos, toda vez que proceder a revisões de jurisprudência definidora de competência *ex ratione materiae*. O escopo é preservar os jurisdicionados de alterações jurisprudenciais que ocorram sem mudança formal do Magno Texto.

6. Aplicação do precedente consubstanciado no julgamento do Inquérito 687, Sessão Plenária de 25.08.99, ocasião em que foi cancelada a Súmula 394 do STF, por incompatível com a Constituição de 1988, ressalvadas as decisões proferidas na vigência do verbete.

7. Conflito de competência que se resolve, no caso, com o retorno dos autos ao Tribunal Superior do Trabalho" (DJU de 09.12.05).

A despeito de tratar o precedente em destaque de ação de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho, tem-se que, segundo a orientação do Pretório Excelso, a partir de promulgação da EC 45/04, a competência para processar e julgar ações em que se questiona a imposição de penalidade por descumprimento de norma trabalhista é da Justiça laboral, salvo se já houver sido proferida sentença de mérito na Justiça comum, quando então prevalecerá a competência recursal do correspondente tribunal.

Sobre o tema, o seguinte precedente da Primeira Seção:

"PROCESSUAL CIVIL - CONFLITO DE COMPETÊNCIA - PENALIDADE ADMINISTRATIVA IMPOSTA PELA DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO POR INFRINGÊNCIA À CLT - DEMANDA SENTENCIADA E SUBMETIDA A RECURSO DE APELAÇÃO - COMPETÊNCIA DO TRF DA 1ª REGIÃO - ART. 114 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ALTERADO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2004).
1. Compete à Justiça do Trabalho, nos termos do art. 114, VII, da CF/88, na redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004, apreciar causa relacionada à penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
2. A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 727.196/SP, em 25/05/2005, decidiu que a EC 45/2004 tem aplicação imediata a todos os processos em curso, independentemente da fase em que se encontram e devem ser remetidos à Justiça do Trabalho, sob pena de nulidade.
3. Entretanto, a posição foi revista no julgamento do CC 57.402/MS com base em precedentes do STF no CC 6.967/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, e no CC 7.204/MG, Rel. Min. Carlos Britto, a partir do entendimento de que a alteração superveniente de competência, ainda que oriunda de norma constitucional, não afeta a validade da sentença de mérito anteriormente proferida.
4. Mudança de entendimento para considerar que a EC 45/2004 se aplica aos feitos iniciados após a sua entrada em vigor e aos que, iniciados antes da sua vigência, não contém sentença de mérito proferida.
5. Conflito conhecido para declarar-se competente o TRF da 1ª Região, suscitado" (CC 56.344/GO, Rel. Min. Eliana Calmon, DJU de 12.06.06).

Nesse passo, como na hipótese já há sentença de mérito proferida, a competência para os recursos derradeiros permanece com a Justiça Federal.
Ante o exposto, **conheço do conflito para declarar competente o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, o suscitado.**
Intime-se. Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(1963)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 88.608 - SP (2007/0181462-3)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AUTOR	: FAZENDA NACIONAL
RÉU	: FRIGORÍFICO CLEUMAR LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: WILLIAM DIETER PAAPE
SUSCITANTE	: JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE CRUZEIRO - SP
SUSCITADO	: JUÍZO FEDERAL DA 4A VARA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SJ/SP

EMENTA

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. MULTA POR INFRAÇÃO À LEI TRABALHISTA. EC N.º 45/04. ART. 114, I E VII, DA CF/88.
1. Com a nova redação dada ao artigo 114 da Constituição da República pela EC n.º 45/04, a competência para processar e julgar as execuções fiscais propostas pela União para a cobrança de multa por infração trabalhista é da Justiça Laboral.
2. "A alteração superveniente de competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida" (CC n.º 6.967-7/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).
3. Como no caso não havia sentença de mérito proferida, até por tratar-se de execução fiscal não embargada, nada impede a aplicação imediata do art. 114, VII, da CF/88, com redação conferida pela EC 45/04.
4. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo da Vara do Trabalho de Cruzeiro, o suscitante.

DECISÃO

Cuida-se de execução fiscal proposta pela Fazenda Nacional, objetivando a cobrança de multa por infração à legislação trabalhista.
A Juíza Federal, em virtude da nova redação dada ao artigo 114 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 45/05, reconheceu, de ofício, sua incompetência e determinou o encaminhamento dos autos para a Justiça do Trabalho (fl. 75).
O Juízo do Trabalho, por seu turno, suscitou o presente conflito negativo de competência, por entender que a nova regra não se aplica aos processos já sentenciados (fl. 99).
Por tratar-se de matéria já pacificada, dispenso a manifestação do Ministério Público Federal.
É o relatório. Decido.
Cuida-se de conflito instaurado entre juízos vinculados a Tribunais distintos, razão pela qual, conheço da controvérsia, a teor do que preceitua o art. 105, I, "d" da Constituição Federal.
Passo ao mérito.
A Emenda Constitucional nº 45/04, ao ampliar a competência da Justiça do Trabalho, gerou incertezas quanto à correta exegese das alterações impostas ao artigo 114 da Constituição Federal, o que vem sendo equacionado gradativamente por esta Corte e pelo Supremo Tribunal Federal, com o suporte indispensável da doutrina.
De um lado, o Juízo suscitado entende que a competência para processar e julgar as execuções fiscais relativas à multa por infração às leis trabalhistas passou à Justiça do Trabalho após a Emenda Constitucional nº 45/04, por força do disposto no artigo 114, inciso VII, da Constituição Federal. De outro, o Juízo trabalhista conclui que a competência é do Juízo Federal, ora suscitado, argumentando, em síntese, que as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho têm natureza jurídica distinta da ação de Execução Fiscal e que a ação foi proposta antes da vigência da EC 45/04.
O artigo 114 da Constituição Federal, com redação conferida pela Emenda Constitucional nº 45/04, enuncia:

"Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:
I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
(...)
VII as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho."

A norma em destaque aplica-se às ações judiciais entre partes envolvidas na relação de trabalho, como o são empregado e empregador, prestador de serviços e o respectivo tomador, dono da obra e empreiteiro, profissional liberal e contratante etc.
Relação de trabalho é "o vínculo que se estabelece entre a pessoa que executa o labor - o trabalhador propriamente dito, o ser humano que empresta a sua energia para o desenvolvimento de uma atividade - e a pessoa jurídica ou física que é beneficiária desse trabalho, ou seja, aufere o resultado proveniente da utilização da energia humana por parte daquele" (Brandão, Cláudio Mascarenhas. "Relação de Trabalho: Enfim, o Paradoxo Superado" *in* "Nova Competência da Justiça do Trabalho/Grijalbo Fernandes Coutinho, Marcos Neves Fava, coordenadores - São Paulo: LTr 2005, p. 59).
Segundo o mesmo autor, em sua obra já citada:

"O artigo 114, em seu inciso VII, permite agora a competência para processar e julgar 'as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho'. Este dispositivo não autoriza apenas as execuções, mas como versado claramente, todas 'as ações'. Assim, os mandados de segurança, as ações de conhecimento, além das próprias execuções também, passam para a Justiça do Trabalho.

.....

A Lei de Execução Fiscal - n. 6.830/80 - não é nova dos operadores da área trabalhista, eis que supletoriamente já vinha sendo utilizada ao processo de execução trabalhista, como nos dá notícia o artigo 889 da CLT. Assim, esta é a fonte formal de direito supletoriamente natural, na execução trabalhista, mormente se considerarmos que a Consolidação possui menos de vinte artigos sobre execução.
A lei que trata da cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública tem o nítido escopo de impor uma maior agilização aos processos referentes à execução fiscal, mormente, porque traz um procedimento especial, diferente daquele que se pode encontrar na execução comum por obrigação de pagar quantia certa, incluso no Código de Processo Civil. Portanto, com as mesmas intenções que orientam o processo de execução trabalhista. Daí por que ela, Lei de Execução Fiscal, é utilizada como fonte subsidiária do processo executório trabalhista. Agora, contudo, a Lei n. 6.830/80, não será utilizada como fonte subsidiária de um determinado processo, mas como norma primária, fundamental. Isto porque passa a Justiça do Trabalho a ter competência para executar as dívidas fiscais decorrentes das 'penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho'" (págs. 47-51).

Assim, é competente a Justiça Laboral para julgar execuções fiscais para cobrança de verbas relativas à infração às leis do trabalho.
Nesse sentido, confira-se o seguinte julgado:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL E JUSTIÇA DO TRABALHO. AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL. DÍVIDA DECORRENTE DE PENALIDADE APLICADA POR ÓRGÃO FISCALIZADOR DE RELAÇÕES DE TRABALHO. ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 45/04. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.
1. Nos termos do art. 114, VII, da CF/88, com a redação dada pela EC 45/04, 'compete à Justiça do Trabalho processar e julgar (...) VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho'.
2. Trata-se de competência fixada em razão da matéria e não da natureza processual da demanda proposta. Assim, inclui-se na nova competência também a ação de execução fiscal destinada à cobrança de multa administrativa por descumprimento da legislação do trabalho.
3. Conflito conhecido, declarando-se a competência do Juízo Trabalhista, o suscitante" (CC 57.291/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJU de 15.05.06).

O fundamento de que se valeu o Juízo do Trabalho para suscitar o conflito não procede. As novas regras da EC 45/04 aplicam-se imediatamente aos processos em curso, a menos que tenha sido proferida sentença de mérito sob a regra de competência anterior, quando será preservada a competência do órgão prolator.
Como no caso não havia sentença de mérito proferida, até por tratar-se de execução fiscal não embargada, nada impede a aplicação imediata do art. 114, VII, da CF/88, com redação conferida pela EC 45/04.
Ante o exposto, **conheço do conflito para declarar competente o Juízo da Vara do Trabalho de Cruzeiro, o suscitante.**
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(1964)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 88.692 - SP (2007/0186445-3)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AUTOR	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
ADVOGADO	: REGINALDO ROCHA
RÉU	: MOISÉS COLABONE
SUSCITANTE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A REGIÃO
SUSCITADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO PROPOSTA COM VISTAS À COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. EC 45/2004. ART. 114, III, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ALTERAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. SENTENÇA PROFERIDA, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NO ÂMBITO DA JUSTIÇA COMUM, APÓS A VIGÊNCIA DA EC 45/2004.

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre as Justiças do Trabalho e Comum Estadual nos autos de ação proposta com vistas à cobrança de contribuição sindical rural.
O Juízo de Direito prolatou sentença, com resolução do mérito, após o advento da EC 45/2004.
Apreciando a Apelação interposta contra esse *decisum*, o Tribunal de Justiça do Estado, lastreado no art. 114, da Constituição da República, declinou da competência e determinou a remessa dos autos à Justiça do Trabalho.
Por sua vez, a Corte Trabalhista Regional houve por bem suscitar o presente Conflito, por entender que, tendo sido proferida a sentença de mérito, anteriormente ao advento da EC 45/2004, é da Justiça Comum a competência para processar e julgar o feito.
O Ministério Público Federal emitiu parecer pela competência do Juízo Trabalhista.
É o **relatório**.
Decido.
Com o advento da EC 45, de 31/12/2004, acrescentou-se o inciso III, ao art. 114, da Constituição Federal:

"Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:
(...)
IIII - as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores".

Desde então, firmou-se a competência absoluta da Justiça Trabalhista para processar e julgar ações que visem à cobrança de valores relativos a contribuições sindicais, associativas, confederativas e assistenciais propostas por Sindicatos, Federações ou Confederações Sindicais, restando inaplicável a Súmula 222/STJ: *"Compete à Justiça Comum processar e julgar as ações relativas à contribuição sindical prevista no art. 578 da CLT"*.
Trata-se de competência absoluta em razão da matéria, aplicando-se imediatamente aos processos em curso. Ressalvam-se, apenas, os casos em que houve prolação de sentença de mérito pelo Juízo Comum antes do advento da EC 45/2004, publicada no D.O.U de 31/12/2004.
É esse o entendimento do Pretório Excelso, conforme se verifica no CC 6.967-7/RJ, de relatoria do Ministro Sepúlveda Pertence, publicado no DJ de 26/9/1997, ementado nesses termos:

"NORMA CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIA: EFICÁCIA IMEDIATA MAS, SALVO DISPOSIÇÃO EXPRESSA, NÃO RETROATIVA.
1. ***A norma constitucional tem eficácia imediata e pode ter eficácia retroativa: esta última, porém, não se presume e reclama regra expressa****.*
2. ***A alteração superveniente da competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida.***
3. ***Válida a sentença anterior à eliminação da competência do juiz que a prolatou, subsiste a competência recursal do tribunal respectivo.****"* (Grifei)

Nesse sentido tem julgado a Primeira Seção, conforme se verifica dos seguintes precedentes:

"(...)
1. ***Compete à Justiça do Trabalho, nos termos do art. 114, III, da CF/88, na redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004, processar e julgar as ações relativas à representação sindical entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores****.*

2. ***A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 727.196/SP, em 25/05/2005, decidiu que a EC 45/2004 tem aplicação imediata a todos os processos em curso, independentemente da fase em que se encontram e devem ser remetidos à Justiça do Trabalho, sob pena de nulidade.***

3. ***Entretanto, a posição deve ser revista com base em precedentes do STF no CC 6.967/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, e no CC 7.204/MG, Rel. Min. Carlos Britto, a partir do entendimento de que a alteração superveniente de competência, ainda que oriunda de norma constitucional, não afeta a validade da sentença de mérito anteriormente proferida.***

4. ***Mudança de entendimento para considerar que a EC 45/2004 se aplica aos feitos iniciados após a sua entrada em vigor e aos que, iniciados antes da sua vigência, não contêm sentença de mérito proferida.***

5. ***Hipótese dos autos cuja sentença de mérito foi proferida após o advento da EC 45/2004, quando já se encontrava em vigor a nova ordem constitucional e não detinha a Justiça Comum competência material para seu processamento e julgamento.***

6. ***Nulidade absoluta de todos os atos decisórios proferidos após o início da vigência da EC 45/2004*** *(art. 122 do CPC e CC's 39.395/MT e 39.431/PE).*

7. Conflito conhecido para declarar competente a Justiça Trabalhista de Primeiro Grau, anulando todos os atos decisórios posteriores à EC 45/2004, inclusive a sentença proferida pelo Juízo Estadual." (CC 58.566/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJ 7/8/2006) (grifei).

"(...)

1. ***Compete à Justiça do Trabalho, nos termos do art. 114, III, da CF/88, na redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004, processar e julgar as ações de cobrança da contribuição sindical.***

2. ***Entretanto, as novas regras de competência ditadas pela EC 45/2004 somente se aplicam aos feitos iniciados após a sua entrada em vigor e aos que, iniciados antes da sua vigência, não contêm sentença de mérito proferida. Precedentes do STF e da Primeira Seção do STJ.***

3. ***Na hipótese, a sentença de mérito foi proferida após o advento da EC 45/2004, quando já se encontrava em vigor a nova ordem constitucional e não detinha a Justiça Comum competência material para o julgamento do feito.***

4. ***Nulidade absoluta de todos os atos decisórios proferidos após o início da vigência da EC 45/2004. Precedentes da Seção.***

5. Conflito conhecido para declarar competente a Justiça Trabalhista de Primeiro Grau, anulando todos os atos decisórios posteriores à EC 45/2004, inclusive a sentença proferida pelo Juízo Estadual." (CC 69.560/RS, Relator Ministro CASTRO MEIRA, 1ª Seção, DJ de 30/10/2006) (grifei).

"(...)

1. ***Com as alterações do art. 114, III, da CF/88, introduzidas pela Emenda Constitucional nº 45/04, ampliou-se a competência da Justiça do Trabalho, atribuindo-lhe, inclusive, a competência para apreciar e julgar 'as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores'.***

2. ***No que pertine à incidência do novo texto constitucional aos processos já em curso, a questão foi apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, no CC 7.204-1-MG, Tribunal Pleno, Min. Carlos Britto, DJ de 09.12.2005, que firmou entendimento no sentido de que a modificação da competência alcança apenas os processos que ainda não tenham sentença de mérito.***

3. ***Assim, a partir de promulgação da Emenda Constitucional 45/2004, a competência para processar e julgar ações em que se questiona a cobrança da contribuição sindical rural patronal é da Justiça do Trabalho, salvo se já houver sido proferida sentença de mérito na Justiça Comum, quando então prevalecerá a competência recursal do tribunal respectivo.*** *Precedentes: CC 48891/PR, 1ª S., Min. Castro Meira, DJ de 01.08.2005; AGCC 50553/SP, 2ª S., Min. Ari Pargendler, DJ de 09.11.2005; AGCC 51124/SP, 2ª S., Min. Fernando Gonçalves, DJ de 09.11.2005.*

4. ***No caso, a sentença proferida pelo Juiz Estadual em data anterior à modificação introduzida pela EC n. 45/2004 foi anulada pelo Tribunal de Justiça, que determinou o retorno à origem para apreciação do mérito da demanda. Assim, não havendo pronunciamento sobre o mérito da causa, cabe à Justiça do Trabalho apreciar e julgar o processo.***

5. Conflito conhecido e declarada a competência da Justiça do Trabalho, a suscitante." (CC 58.176/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, 1ª Seção, DJ de 10/4/2006) (grifei).

" (...)

Com o advento da Emenda Constitucional n. 45, de 8.12.2004, que acrescentou o inciso III no art. 114, da Constituição Federal, a Justiça do Trabalho passou a deter a competência para processar e julgar 'as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores'.

Registre-se que preponderou inicialmente, no Superior Tribunal de Justiça, o entendimento de que mencionada norma, por envolver mudança de competência em razão da matéria, aplica-se a todos os processos em trâmite, independentemente da época do seu ajuizamento.

Ao pronunciar-se sobre o marco temporal de observância das atribuições conferidas à Justiça trabalhista, o Plenário do Pretório Excelso fixou o alcance da promulgada regra constitucional quando do julgamento do CC n. 7.204-1-MG, relator Ministro CARLOS BRITO, DJ de 9.12.2005, conforme evidencia o seguinte trecho do acórdão:

'4. ***A nova orientação alcança os processos em trâmite pela Justiça comum estadual, desde que pendentes de julgamento de mérito. É dizer: as ações que tramitam perante a Justiça comum dos Estados, com sentença de mérito anterior à promulgação da EC 45/04, lá continuam até o trânsito em julgado e correspondente execução***. ***Quanto àquelas cujo mérito ainda não foi apreciado, hão de ser remetidas à Justiça do Trabalho, no estado em que se encontram, com total aproveitamento dos atos praticados até então. A medida se impõe, em razão das características que distinguem a Justiça comum estadual e a Justiça do Trabalho, cujos sistemas recursais, órgãos e instâncias não guardam exata correlação'.***

Nesse contexto, harmonizou-se a diretriz jurisprudencial desta Corte para admitir que as disposições constitucionais em apreço produzem efeitos imediatos e atingem as demandas em curso, com ressalva daquelas em que a Justiça estadual tenha proferido sentença de mérito em data anterior ao início de vigência da EC n. 45/2004. Em conseqüência de tais premissas, as ações que não foram objeto de resolução de mérito, hipótese ocorrente no caso sob análise, devem ser dirimidas pela Justiça Trabalhista.

A propósito do tema, dou destaque ao acórdão ementado nos termos abaixo:

'(...)

2. ***A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 727.196/SP, em 25/05/2005, decidiu que a EC 45/2004 tem aplicação imediata a todos os processos em curso, independentemente da fase em que se encontram e devem ser remetidos à Justiça do Trabalho, sob pena de nulidade.***

3. ***Entretanto, a posição foi revista no julgamento do CC 57.402/MS com base em precedentes do STF no CC 6.967/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, e no CC 7.204/MG, Rel. Min. Carlos Britto, a partir do entendimento de que a alteração superveniente de competência, ainda que oriunda de norma constitucional, não afeta a validade da sentença de mérito anteriormente proferida.***

4. ***Mudança de entendimento para considerar que a EC 45/2004 se aplica aos feitos iniciados após a sua entrada em vigor e aos que, iniciados antes da sua vigência, não contém sentença de mérito proferida.***

5. Conflito conhecido para declarar-se competente o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, o suscitante' (CC n. 59.861-MS, Primeira Seção, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 1/8/2006).

(...)

Ante o exposto, com fulcro no artigo 120, parágrafo único, do CPC, conheço do conflito para declarar competente o Juízo da 58ª Vara do Trabalho de São Paulo (SP), o suscitante." (CC-59.337/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Primeira Seção, DJ de 7/12/2006) (grifei).

"(...)

3. ***Na hipótese vertente, cumpre observar, porém, que a sentença proferida pelo Juízo de Direito, anterior à modificação introduzida pela EC n. 45/2004 (fls. 26-29), não foi referente ao mérito da causa, e sim, ao indeferimento da petição inicial. Todavia, a adoção da sentença como marco da delimitação da competência refere-se às sentenças de mérito, conforme assentado pelo STF (CC 7.204-1-MG, Tribunal Pleno, Min. Carlos Britto, DJ de 09.12.2005)***.

4. Isso posto, com base no art. 120, parágrafo único, do CPC, conheço do conflito e declaro competente o Juízo do Trabalho, o suscitante." (CC-71.361/SP, Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, 1ª Seção, DJ de 29/11/2006) (grifei).

É de se concluir, da análise dos precedentes colacionados, que a incidência da nova disciplina imposta pela EC 45/2004, no que se refere às ações em curso quando de sua promulgação, tem como *discrimen* a prolação da sentença resolutória do mérito.

In casu, o feito foi sentenciado, com resolução do mérito, posteriormente ao advento da EC 45/2004 (de 31/12/2004), patenteando a incompetência absoluta da Justiça Estadual em relação ao feito.

Diante do exposto, com fulcro no art. 120, parágrafo único, do Código de Processo Civil, **conheço do Conflito para declarar competente a Justiça Trabalhista (suscitante), anulando todos os atos decisórios exarados posteriormente ao início da vigência da EC 45/2004, inclusive a sentença proferida pelo Juízo Estadual.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(1965)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 88.735 - SP (2007/0186940-5)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AUTOR	: FAZENDA NACIONAL
RÉU	: SANTA MARIANA CONSTRUTORA S/A
SUSCITANTE	: JUÍZO DA 35A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP
SUSCITADO	: JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÕES FISCAIS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMEN TA

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. MULTA POR INFRAÇÃO À LEI TRABALHISTA. EC N.º 45/04. ART. 114, I E VII, DA CF/88.

1. Com a nova redação dada ao artigo 114 da Constituição da República pela EC n.º 45/04, a competência para processar e julgar as execuções fiscais propostas pela União para a cobrança de multa por infração trabalhista é da Justiça Laboral.

2. "A alteração superveniente de competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida" (CC n.º 6.967-7/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).

3. Como no caso não havia sentença de mérito proferida, até por tratar-se de execução fiscal não embargada, nada impede a aplicação imediata do art. 114, VII, da CF/88, com redação conferida pela EC 45/04.

4. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo Trabalhista, o suscitante.

DECISÃO

Cuida-se de execução fiscal proposta pela Fazenda Nacional, objetivando a cobrança de multa por infração à legislação trabalhista.

A Juíza Federal, em virtude da nova redação dada ao artigo 114 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 45/05, reconheceu, de ofício, sua incompetência e determinou o encaminhamento dos autos para a Justiça do Trabalho (fl. 95).

A magistrada da 35ª Vara do Trabalho de São Paulo, por seu turno, suscitou o presente conflito negativo de competência, por entender que a nova regra não se aplica aos processos iniciados antes de publicada a EC 45/04 (fl. 99).

Por tratar-se de matéria já pacificada, dispenso a manifestação do Ministério Público Federal.

É o relatório. Decido.

Cuida-se de conflito instaurado entre juízos vinculados a Tribunais distintos, razão pela qual, conheço da controvérsia, a teor do que preceitua o art. 105, I, "d" da Constituição Federal.

Passo ao mérito.

A Emenda Constitucional nº 45/04, ao ampliar a competência da Justiça do Trabalho, gerou incertezas quanto à correta exegese das alterações impostas ao artigo 114 da Constituição Federal, o que vem sendo equacionado gradativamente por esta Corte e pelo Supremo Tribunal Federal, com o suporte indispensável da doutrina.

De um lado, o Juízo suscitado entende que a competência para processar e julgar as execuções fiscais relativas à multa por infração às leis trabalhistas passou à Justiça do Trabalho após a Emenda Constitucional nº 45/04, por força do disposto no artigo 114, inciso VII, da Constituição Federal. De outro, o Juízo trabalhista conclui que a competência é do Juízo Federal, ora suscitado, argumentando, em síntese, que as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho têm natureza jurídica distinta da ação de Execução Fiscal e que a ação foi proposta antes da vigência da EC 45/04.

O artigo 114 da Constituição Federal, com redação conferida pela Emenda Constitucional nº 45/04, enuncia:

"Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:
I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
(...)
VII as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho."

A norma em destaque aplica-se às ações judiciais entre partes envolvidas na relação de trabalho, como o são empregado e empregador, prestador de serviços e o respectivo tomador, dono da obra e empreiteiro, profissional liberal e contratante etc.

Relação de trabalho é "o vínculo que se estabelece entre a pessoa que executa o labor - o trabalhador propriamente dito, o ser humano que empresta a sua energia para o desenvolvimento de uma atividade - e a pessoa jurídica ou física que é beneficiária desse trabalho, ou seja, aufere o resultado proveniente da utilização da energia humana por parte daquele" (Brandão, Cláudio Mascarenhas. "Relação de Trabalho: Enfim, o Paradoxo Superado" *in* "Nova Competência da Justiça do Trabalho/Grijalbo Fernandes Coutinho, Marcos Neves Fava, coordenadores - São Paulo: LTr 2005, p. 59).

Segundo o mesmo autor, em sua obra já citada:

"O artigo 114, em seu inciso VII, permite agora a competência para processar e julgar 'as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho'. Este dispositivo não autoriza apenas as execuções, mas como versado claramente, todas 'as ações'. Assim, os mandados de segurança, as ações de conhecimento, além das próprias execuções também, passam para a Justiça do Trabalho.
.....
A Lei de Execução Fiscal - n. 6.830/80 - não é nova dos operadores da área trabalhista, eis que supletoriamente já vinha sendo utilizada ao processo de execução trabalhista, como nos dá notícia o artigo 889 da CLT. Assim, esta é a fonte formal de direito supletoriamente natural, na execução trabalhista, mormente se considerarmos que a Consolidação possui menos de vinte artigos sobre execução.
A lei que trata da cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública tem o nítido escopo de impor uma maior agilização aos processos referentes à execução fiscal, mormente, porque traz um procedimento especial, diferente daquele que se pode encontrar na execução comum por obrigação de pagar quantia certa, incluso no Código de Processo Civil. Portanto, com as mesmas intenções que orientam o processo de execução trabalhista. Daí por que ela, Lei de Execução Fiscal, é utilizada como fonte subsidiária do processo executório trabalhista. Agora, contudo, a Lei n. 6.830/80, não será utilizada como fonte subsidiária de um determinado processo, mas como

norma primária, fundamental. Isto porque passa a Justiça do Trabalho a ter competência para executar as dívidas fiscais decorrentes das 'penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho'" (págs. 47-51).

Assim, é competente a Justiça Laboral para julgar execuções fiscais para cobrança de verbas relativas à infração às leis do trabalho.
Nesse sentido, confira-se o seguinte julgado:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL E JUSTIÇA DO TRABALHO. AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL. DÍVIDA DECORRENTE DE PENALIDADE APLICADA POR ÓRGÃO FISCALIZADOR DE RELAÇÕES DE TRABALHO. ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 45/04. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.
1. Nos termos do art. 114, VII, da CF/88, com a redação dada pela EC 45/04, 'compete à Justiça do Trabalho processar e julgar (...) VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho'.
2. Trata-se de competência fixada em razão da matéria e não da natureza processual da demanda proposta. Assim, inclui-se na nova competência também a ação de execução fiscal destinada à cobrança de multa administrativa por descumprimento da legislação do trabalho.
3. Conflito conhecido, declarando-se a competência do Juízo Trabalhista, o suscitante" (CC 57.291/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJU de 15.05.06).

O fundamento de que se valeu o Juízo do Trabalho para suscitar o conflito não procede. As novas regras da EC 45/04 aplicam-se imediatamente aos processos em curso, a menos que tenha sido proferida sentença de mérito sob a regra de competência anterior, quando será preservada a competência do órgão prolator.
Como no caso não havia sentença de mérito proferida, até por tratar-se de execução fiscal não embargada, nada impede a aplicação imediata do art. 114, VII, da CF/88, com redação conferida pela EC 45/04.
Ante o exposto, **conheço do conflito para declarar competente o Juízo Trabalhista, o suscitante.**
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(1966)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 88.805 - RN (2007/0191538-6)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AUTOR	: FAZENDA NACIONAL
RÉU	: INFORMA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA
SUSCITANTE	: JUÍZO DA 4A VARA DO TRABALHO DE NATAL - RN
SUSCITADO	: JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO

Oficie-se ao órgão suscitante, o Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Natal, RN, solicitando informações a respeito da oposição de Embargos à Execução Fiscal em cujos autos foi suscitado o presente Conflito e a remessa do *decisum* que os julgou, se for o caso.
Publique-se.

Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(1967)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 88.853 - PR (2007/0191515-9)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AUTOR	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTROS
ADVOGADO	: MARCIA REGINA RODACOSKI E OUTRO(S)
RÉU	: JOSÉ LINO MACEDO AVILA - ESPÓLIO
REPR. POR	: CLAUDINA ALEXANDRINO AVILA - INVENTARIANTE
ADVOGADO	: CLÁUDIO SIDINEY DE LIMA
SUSCITANTE	: JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE UMUARAMA - PR
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DE CIDADE GAÚCHA - PR

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO PROPOSTA COM VISTAS À COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. EC 45/2004. ART. 114, III, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ALTERAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. SENTENÇA PROFERIDA, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NO ÂMBITO DA JUSTIÇA COMUM, ANTES DA VIGÊNCIA DA EC 45/2004.

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre as Justiças do Trabalho e Comum Estadual nos autos de ação proposta com vistas à cobrança de contribuição sindical rural.
O Juízo de Direito prolatou sentença, com resolução do mérito, antes do advento da EC 45/2004. Após o julgamento da Apelação interposta contra esse *decisum*, tendo retornado os autos à origem, declinou da competência e determinou a remessa do feito à Justiça do Trabalho, lastreado no art. 114, da Constituição da República.
Por sua vez, o Juízo do Trabalho suscitou o presente Conflito, por entender que, tendo sido proferida a sentença de mérito, anteriormente ao advento da EC 45/2004, é da Justiça Comum a competência para processar e julgar o feito.
O Ministério Público Federal emitiu parecer pela competência do Juízo Estadual.
É o **relatório**.

Decido.
Com o advento da EC 45, de 31/12/2004, acrescentou-se o inciso III, ao art. 114, da Constituição Federal:

"Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:
(...)
IIII - as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores".

Desde então, firmou-se a competência absoluta da Justiça Trabalhista para processar e julgar ações que visem à cobrança de valores relativos a contribuições sindicais, associativas, confederativas e assistenciais propostas por Sindicatos, Federações ou Confederações Sindicais, restando inaplicável a Súmula 222/STJ: *"Compete à Justiça Comum processar e julgar as ações relativas à contribuição sindical prevista no art. 578 da CLT"*.
Trata-se de competência absoluta em razão da matéria, aplicando-se imediatamente aos processos em curso. Ressalvam-se, apenas, os casos em que houve prolação de sentença de mérito pelo Juízo Comum antes do advento da EC 45/2004, publicada no D.O.U de 31/12/2004.
É esse o entendimento do Pretório Excelso, conforme se verifica no CC 6.967-7/RJ, de relatoria do Ministro Sepúlveda Pertence, publicado no DJ de 26/9/1997, ementado nesses termos:

"NORMA CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIA: EFICÁCIA IMEDIATA MAS, SALVO DISPOSIÇÃO EXPRESSA, NÃO RETROATIVA.
*1. **A norma constitucional tem eficácia imediata e pode ter eficácia retroativa: esta última, porém, não se presume e reclama regra expressa**.*
*2. **A alteração superveniente da competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida.***
*3. **Válida a sentença anterior à eliminação da competência do juiz que a prolatou, subsiste a competência recursal do tribunal respectivo."*** (Grifei)

Nesse sentido tem julgado a Primeira Seção, conforme se verifica dos seguintes precedentes:

"(...)
*1. **Compete à Justiça do Trabalho, nos termos do art. 114, III, da CF/88, na redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004, processar e julgar as ações relativas à representação sindical entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores**.*
*2. **A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 727.196/SP, em 25/05/2005, decidiu que a EC 45/2004 tem aplicação imediata a todos os processos em curso, independentemente da fase em que se encontram e devem ser remetidos à Justiça do Trabalho, sob pena de nulidade.***
*3. **Entretanto, a posição deve ser revista com base em precedentes do STF no CC 6.967/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, e no CC 7.204/MG, Rel. Min. Carlos Britto, a partir do entendimento de que a alteração superveniente de competência, ainda que oriunda de norma constitucional, não afeta a validade da sentença de mérito anteriormente proferida.***
*4. **Mudança de entendimento para considerar que a EC 45/2004 se aplica aos feitos iniciados após a sua entrada em vigor e aos que, iniciados antes da sua vigência, não contêm sentença de mérito proferida.***
*5. **Hipótese dos autos cuja sentença de mérito foi proferida após o advento da EC 45/2004, quando já se encontrava em vigor a nova ordem constitucional e não detinha a Justiça Comum competência material para seu processamento e julgamento.***
*6. **Nulidade absoluta de todos os atos decisórios proferidos após o início da vigência da EC 45/2004** (art. 122 do CPC e CC's 39.395/MT e 39.431/PE).*
7. Conflito conhecido para declarar competente a Justiça Trabalhista de Primeiro Grau, anulando todos os atos decisórios posteriores à EC 45/2004, inclusive a sentença proferida pelo Juízo Estadual." (CC 58.566/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJ 7/8/2006) (grifei).

"(...)
*1. **Compete à Justiça do Trabalho, nos termos do art. 114, III, da CF/88, na redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004, processar e julgar as ações de cobrança da contribuição sindical.***
*2. **Entretanto, as novas regras de competência ditadas pela EC 45/2004 somente se aplicam aos feitos iniciados após a sua entrada em vigor e aos que, iniciados antes da sua vigência, não contêm sentença de mérito proferida. Precedentes do STF e da Primeira Seção do STJ.***
*3. **Na hipótese, a sentença de mérito foi proferida após o advento da EC 45/2004, quando já se encontrava em vigor a nova ordem constitucional e não detinha a Justiça Comum competência material para o julgamento do feito.***
*4. **Nulidade absoluta de todos os atos decisórios proferidos após o início da vigência da EC 45/2004. Precedentes da Seção.***
5. Conflito conhecido para declarar competente a Justiça Trabalhista de Primeiro Grau, anulando todos os atos decisórios posteriores à EC 45/2004, inclusive a sentença proferida pelo Juízo Estadual." (CC 69.560/RS, Relator Ministro CASTRO MEIRA, 1ª Seção, DJ de 30/10/2006) (grifei).

"(...)
*1. **Com as alterações do art. 114, III, da CF/88, introduzidas pela Emenda Constitucional nº 45/04, ampliou-se a competência da Justiça do Trabalho, atribuindo-lhe, inclusive, a competência para apreciar e julgar 'as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores'.***
*2. **No que pertine à incidência do novo texto constitucional aos processos já em curso, a questão foi apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, no CC 7.204-1-MG, Tribunal Pleno, Min. Carlos Britto, DJ de 09.12.2005, que firmou entendimento no sentido de que a modificação da competência alcança apenas os processos que ainda não tenham sentença de mérito.***
*3. **Assim, a partir de promulgação da Emenda Constitucional 45/2004, a competência para processar e julgar ações em que se questiona a cobrança da contribuição sindical rural patronal é da Justiça do Trabalho, salvo se já houver sido proferida sentença de mérito na Justiça Comum, quando então prevalecerá a competência recursal do tribunal respectivo.** Precedentes: CC 48891/PR, 1ª S., Min. Castro Meira, DJ de 01.08.2005; AGCC 50553/SP, 2ª S., Min. Ari Pargendler, DJ de 09.11.2005; AGCC 51124/SP, 2ª S., Min. Fernando Gonçalves, DJ de 09.11.2005.*
*4. **No caso, a sentença proferida pelo Juiz Estadual em data anterior à modificação introduzida pela EC n. 45/2004 foi anulada pelo Tribunal de Justiça, que determinou o retorno à origem para apreciação do mérito da demanda. Assim, não havendo pronunciamento sobre o mérito da causa, cabe à Justiça do Trabalho apreciar e julgar o processo.***
5. Conflito conhecido e declarada a competência da Justiça do Trabalho, a suscitante." (CC 58.176/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, 1ª Seção, DJ de 10/4/2006) (grifei).

" (...)
Com o advento da Emenda Constitucional n. 45, de 8.12.2004, que acrescentou o inciso III no art. 114, da Constituição Federal, a Justiça do Trabalho passou a deter a competência para processar e julgar 'as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores'.
Registre-se que preponderou inicialmente, no Superior Tribunal de Justiça, o entendimento de que mencionada norma, por envolver mudança de competência em razão da matéria, aplica-se a todos os processos em trâmite, independentemente da época do seu ajuizamento.
Ao pronunciar-se sobre o marco temporal de observância das atribuições conferidas à Justiça trabalhista, o Plenário do Pretório Excelso fixou o alcance da promulgada regra constitucional quando do julgamento do CC n. 7.204-1-MG, relator Ministro CARLOS BRITO, DJ de 9.12.2005, conforme evidencia o seguinte trecho do acórdão:

*'4. **A nova orientação alcança os processos em trâmite pela Justiça comum estadual, desde que pendentes de julgamento de mérito. É dizer: as ações que tramitam perante a Justiça comum dos Estados, com sentença de mérito anterior à promulgação da EC 45/04, lá continuam até o trânsito em julgado e correspondente execução.***
Quanto àquelas cujo mérito ainda não foi apreciado, hão de ser remetidas à Justiça do Trabalho, no estado em que se encontram, com total aproveitamento dos atos praticados até então. A medida se impõe, em razão das características que distinguem a Justiça comum estadual e a Justiça do Trabalho, cujos sistemas recursais, órgãos e instâncias não guardam exata correlação'.

Nesse contexto, harmonizou-se a diretriz jurisprudencial desta Corte para admitir que as disposições constitucionais em apreço produzem efeitos imediatos e atingem as demandas em curso, com ressalva daquelas em que a Justiça estadual tenha proferido sentença de mérito em data anterior ao início de vigência da EC n. 45/2004. Em conseqüência de tais premissas, as ações que não foram objeto de resolução de mérito, hipótese ocorrente no caso sob análise, devem ser dirimidas pela Justiça Trabalhista.
A propósito do tema, dou destaque ao acórdão ementado nos termos abaixo:
'(...)
*2. **A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 727.196/SP, em 25/05/2005, decidiu que a EC 45/2004 tem aplicação imediata a todos os processos em curso, independentemente da fase em que se encontram e devem ser remetidos à Justiça do Trabalho, sob pena de nulidade.***
*3. **Entretanto, a posição foi revista no julgamento do CC 57.402/MS com base em precedentes do STF no CC 6.967/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, e no CC 7.204/MG, Rel. Min. Carlos Britto, a partir do entendimento de que a alteração superveniente de competência, ainda que oriunda de norma constitucional, não afeta a validade da sentença de mérito anteriormente proferida.***
*4. **Mudança de entendimento para considerar que a EC 45/2004 se aplica aos feitos iniciados após a sua entrada em vigor e aos que, iniciados antes da sua vigência, não contém sentença de mérito proferida.***
5. Conflito conhecido para declarar-se competente o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, o suscitante' (CC n. 59.861-MS, Primeira Seção, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 1/8/2006).

(...)
Ante o exposto, com fulcro no artigo 120, parágrafo único, do CPC, conheço do conflito para declarar competente o Juízo da 58ª Vara do Trabalho de São Paulo (SP), o suscitante." (CC-59.337/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Primeira Seção, DJ de 7/12/2006) (grifei).

"(...)
*3. **Na hipótese vertente, cumpre observar, porém, que a sentença proferida pelo Juízo de Direito, anterior à modificação introduzida pela EC n. 45/2004 (fls. 26-29), não foi referente ao mérito da causa, e sim, ao indeferimento da petição inicial. Todavia, a adoção da sentença como marco da delimitação da competência refere-se às sentenças de mérito, conforme assentado pelo STF (CC 7.204-1-MG, Tribunal Pleno, Min. Carlos Britto, DJ de 09.12.2005)**.*
4. Isso posto, com base no art. 120, parágrafo único, do CPC, conheço do conflito e declaro competente o Juízo do Trabalho, o suscitante." (CC-71.361/SP, Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, 1ª Seção, DJ de 29/11/2006) (grifei).

É de se concluir, da análise dos precedentes colacionados, que a incidência da nova disciplina imposta pela EC 45/2004, no que se refere às ações em curso quando de sua promulgação, tem como *discrimen* a prolação da sentença resolutória do mérito.
In casu, o feito foi sentenciado, com resolução do mérito, anteriormente ao advento da EC 45/2004 (de 31/12/2004).
Assim, firmou-se a competência da Justiça Comum para processar e julgar a ação.
Diante do exposto, com fulcro no art. 120, parágrafo único, do Código de Processo Civil, **conheço do Conflito para declarar competente a Justiça Comum Estadual (suscitada).**
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(1968)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 89.044 - SP (2007/0200455-5)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AUTOR	: FAZENDA NACIONAL
RÉU	: LOTÉRICA TREVO DO GUARUJÁ
SUSCITANTE	: JUÍZO DA 1A VARA DO TRABALHO DE GUARUJÁ - SP
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DE GUARUJÁ - SP

EMENTA

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. MULTA POR INFRAÇÃO À LEI TRABALHISTA. EC N.º 45/04. ART. 114, I E VII, DA CF/88.
1. Com a nova redação dada ao artigo 114 da Constituição da República pela EC n.º 45/04, a competência para processar e julgar as execuções fiscais propostas pela União para a cobrança de multa por infração trabalhista é da Justiça Laboral.
2. "A alteração superveniente de competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida" (CC n.º 6.967-7/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).
3. Como no caso não havia sentença de mérito proferida, até por tratar-se de execução fiscal não embargada, nada impede a aplicação imediata do art. 114, VII, da CF/88, com redação conferida pela EC 45/04.
4. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Guarujá-SP, o suscitante.

DECISÃO

Cuida-se de execução fiscal proposta pela Fazenda Nacional, objetivando a cobrança de multa por infração à legislação trabalhista.
O Juiz de Direito de Guarujá-SP, em virtude da nova redação dada ao artigo 114 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 45/05, reconheceu, de ofício, sua incompetência e determinou o encaminhamento dos autos para a Justiça do Trabalho (fl. 11).
O Juiz da 1ª Vara do Trabalho de Guarujá-SP, por seu turno, suscitou o presente conflito negativo de competência, por entender que a nova regra não se aplica aos processos iniciados antes de publicada a EC 45/04 (fls. 19-20).
Por tratar-se de matéria já pacificada, dispenso a manifestação do Ministério Público Federal.
É o relatório. Decido.
Cuida-se de conflito instaurado entre juízos vinculados a Tribunais distintos, razão pela qual, conheço da controvérsia, a teor do que preceitua o art. 105, I, "d" da Constituição Federal.
Passo ao mérito.
A Emenda Constitucional nº 45/04, ao ampliar a competência da Justiça do Trabalho, gerou incertezas quanto à correta exegese das alterações impostas ao artigo 114 da Constituição Federal, o que vem sendo equacionado gradativamente por esta Corte e pelo Supremo Tribunal Federal, com o suporte indispensável da doutrina.
De um lado, o Juízo suscitado entende que a competência para processar e julgar as execuções fiscais relativas à multa por infração às leis trabalhistas passou à Justiça do Trabalho após a Emenda Constitucional nº 45/04, por força do disposto no artigo 114, inciso VII, da Constituição Federal. De outro, o Juízo trabalhista conclui que a competência é do Juízo Federal, ora suscitado, argumentando, em síntese, que as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho têm natureza jurídica distinta da ação de Execução Fiscal e que a ação foi proposta antes da vigência da EC 45/04.
O artigo 114 da Constituição Federal, com redação conferida pela Emenda Constitucional nº 45/04, enuncia:
"Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:
I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
(...)
VII as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho."

A norma em destaque aplica-se às ações judiciais entre partes envolvidas na relação de trabalho, como o são empregado e empregador, prestador de serviços e o respectivo tomador, dono da obra e empreiteiro, profissional liberal e contratante etc.
Relação de trabalho é "o vínculo que se estabelece entre a pessoa que executa o labor - o trabalhador propriamente dito, o ser humano que empresta a sua energia para o desenvolvimento de uma atividade - e a pessoa jurídica ou física que é beneficiária desse trabalho, ou seja, aufere o resultado proveniente da utilização da energia humana por parte daquele" (Brandão, Cláudio Mascarenhas. "Relação de Trabalho: Enfim, o Paradoxo Superado" *in* "Nova Competência da Justiça do Trabalho/Grijalbo Fernandes Coutinho, Marcos Neves Fava, coordenadores - São Paulo: LTr 2005, p. 59).
Segundo o mesmo autor, em sua obra já citada:

"O artigo 114, em seu inciso VII, permite agora a competência para processar e julgar 'as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho'. Este dispositivo não autoriza apenas as execuções, mas como versado claramente, todas 'as ações'. Assim, os mandados de segurança, as ações de conhecimento, além das próprias execuções também, passam para a Justiça do Trabalho.

.....

A Lei de Execução Fiscal - n. 6.830/80 - não é nova dos operadores da área trabalhista, eis que supletoriamente já vinha sendo utilizada ao processo de execução trabalhista, como nos dá notícia o artigo 889 da CLT. Assim, esta é a fonte formal de direito supletoriamente natural, na execução trabalhista, mormente se considerarmos que a Consolidação possui menos de vinte artigos sobre execução.
A lei que trata da cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública tem o nítido escopo de impor uma maior agilização aos processos referentes à execução fiscal, mormente, porque traz um procedimento especial, diferente daquele que se pode encontrar na execução comum por obrigação de pagar quantia certa, incluso no Código de Processo Civil. Portanto, com as mesmas intenções que orientam o processo de execução trabalhista. Daí por que ela, Lei de Execução Fiscal, é utilizada como fonte subsidiária do processo executório trabalhista. Agora, contudo, a Lei n. 6.830/80, não será utilizada como fonte subsidiária de um determinado processo, mas como norma primária, fundamental. Isto porque passa a Justiça do Trabalho a ter competência para executar as dívidas fiscais decorrentes das 'penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho'" (págs. 47-51).

Assim, é competente a Justiça Laboral para julgar execuções fiscais para cobrança de verbas relativas à infração às leis do trabalho.
Nesse sentido, confira-se o seguinte julgado:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL E JUSTIÇA DO TRABALHO. AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL. DÍVIDA DECORRENTE DE PENALIDADE APLICADA POR ÓRGÃO FISCALIZADOR DE RELAÇÕES DE TRABALHO. ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 45/04. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.
1. Nos termos do art. 114, VII, da CF/88, com a redação dada pela EC 45/04, 'compete à Justiça do Trabalho processar e julgar (...) VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho'.
2. Trata-se de competência fixada em razão da matéria e não da natureza processual da demanda proposta. Assim, inclui-se na nova competência também a ação de execução fiscal destinada à cobrança de multa administrativa por descumprimento da legislação do trabalho.
3. Conflito conhecido, declarando-se a competência do Juízo Trabalhista, o suscitante" (CC 57.291/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJU de 15.05.06).

O fundamento de que se valeu o Juízo do Trabalho para suscitar o conflito não procede. As novas regras da EC 45/04 aplicam-se imediatamente aos processos em curso, a menos que tenha sido proferida sentença de mérito sob a regra de competência anterior, quando será preservada a competência do órgão prolator.
Como no caso não havia sentença de mérito proferida, até por tratar-se de execução fiscal não embargada, nada impede a aplicação imediata do art. 114, VII, da CF/88, com redação conferida pela EC 45/04.
Ante o exposto, **conheço do conflito para declarar competente o Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Guarujá-SP, o suscitante.**
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(1969)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 89.130 - SP (2007/0201619-2)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AUTOR	: GALVÃO MARCONDES E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	: LUIZ GONZAGA LISBOA ROLIM E OUTRO(S)
RÉU	: FAZENDA NACIONAL
SUSCITANTE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A REGIÃO
SUSCITADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO CAUTELAR INOMINADA PROPOSTA EM APENSO AOS EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PENALIDADES ADMINISTRATIVAS IMPOSTAS AOS EMPREGADORES PELOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO. EC 45/2004. ART. 114, VII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ALTERAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. SENTENÇA PROFERIDA NO ÂMBITO DA JUSTIÇA COMUM, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, ANTES DA VIGÊNCIA DA EC 45/2004.

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre as Justiças do Trabalho e Comum Federal nos autos de Ação Cautelar Inominada proposta em apenso aos Embargos à Execução Fiscal opostos em face da Fazenda Nacional.
O Juízo Federal prolatou sentença, com resolução do mérito, antes do advento da EC 45/2004. Apreciando a Apelação interposta contra essa decisão, o Tribunal Regional Federal, lastreado no art. 114, da Constituição da República, declinou da competência e determinou a remessa dos autos à Justiça do Trabalho.
Por sua vez, o Juízo Trabalhista suscitou o presente Conflito por entender que, tendo sido proferida a sentença de mérito, é da Justiça Comum a competência para processar e julgar o feito.
O Ministério Público Federal emitiu parecer pela competência do Juízo Federal.
É o **relatório**.
Decido.
É assente nesta Primeira Seção o entendimento de que o julgamento das ações que visam à cobrança de valores relativos a penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho (dentre as quais se incluem as execuções fiscais relativas às multas pelo não recolhimento do FGTS), insere-se na esfera da competência da Justiça do Trabalho, nos termos do art. 114, inciso VII, da Constituição da República, com a redação que lhe foi atribuída pela Emenda Constitucional 45/2004. Na esteira desse entendimento:

"(...)
***A Primeira Seção desta Corte tem firme posição no sentido de que as ações ajuizadas para cobrança de penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho (dentre as quais se incluem as execuções fiscais para cobrança de multa pelo não-recolhimento de FGTS), após o advento da EC 45/2004, devem ser julgadas pela Justiça Obreira (art. 114, VII da CF/88).** Na linha desse entendimento:*

'(...)
*1. **Pela nova redação dada ao artigo 114 da Constituição Federal, pela EC nº 45/04, a competência para processar e julgar as execuções fiscais propostas pela União para a cobrança de multa por infração trabalhista é da Justiça Laboral**.*
2. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo da 58ª Vara do Trabalho de São Paulo (SP), o suscitante. (CC 58.181/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, 1ª Seção, DJ de 01.08.2006).'

'(...)
*1. **Nos termos do art. 114, VII, da CF/88, com a redação dada pela EC 45/04, "compete à Justiça do Trabalho processar e julgar (...) VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho**'.*
*2. Trata-se **de competência fixada em razão da matéria e não da natureza processual da demanda proposta**. Assim**, inclui-se na nova competência também a ação de execução fiscal destinada à cobrança de multa administrativa por descumprimento da legislação do trabalho**.*
3. Conflito conhecido, declarando-se a competência do Juízo Trabalhista, o suscitante.' (CC 57.291/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, 1ª Seção, DJ de 15.05.2006).

(...)

Com essas considerações, nos termos do art. 120, parágrafo único, do CPC, CONHEÇO DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA para DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE VARGINHA - MG, o suscitante." (CC-70.292/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 28/11/2006). (Grifei).

"(...)
*1. **A modificação de competência, ainda que constitucional, alcança apenas os processos que ainda não tenham sido sentenciados** (CC n.º 56.861/GO, Rel. Min. Teori Zavascki).*

*2. '**A alteração superveniente de competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida**' (CC n.º 6.967-7/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).*
*3. **Embora a competência para processar e julgar 'as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho', após a EC n.º 45/04, tenha passado à Justiça do Trabalho (art. 114, VII, da CF/88), cabe à Justiça Federal, no caso, o julgamento do recurso de apelação e dos subseqüentes, já que a Emenda entrou em vigor somente após a prolação da sentença de mérito.***
(...)
A Primeira Seção, no julgamento do CC n.º 56.861/GO, Relator o Ministro Teori Zavascki, entendeu que a modificação de competência alcança apenas os processos que ainda não tenham sido sentenciados.
Essa orientação não desborda do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Conflito de Competência n.º 6.967-7/RJ, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, decisão assim ementada:

'NORMA CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIA: EFICÁCIA IMEDIATA MAS, SALVO DISPOSIÇÃO EXPRESSA, NÃO RETROATIVA.
1. A norma constitucional tem eficácia imediata e pode ter eficácia retroativa: esta última, porém, não se presume e reclama regra expressa.
2. A alteração superveniente de competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida.
3. Válida a sentença anterior à eliminação da competência do juiz que a prolatou, subsiste a competência recursal do tribunal respectivo'.

À mesma conclusão chegou o Pretório Excelso no julgamento do CC n.º 7.204-1/MG, da relatoria do Ministro Carlos Brito.
(...)
Na hipótese, a sentença foi prolatada em momento anterior à publicação da EC n.º 45/04, de modo que a competência para os recursos derradeiros permanece com a Justiça Federal, não tendo aplicação a nova regra prevista na EC n.º 45/04.
Ante o exposto, conheço do conflito para declarar competente o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o suscitado.". (CC-69.809/RS, Rel. Ministro Castro Meira, 1ª Seção, DJ de 20/11/2006). (Grifei).

"(...)
A Primeira Seção desta Corte tem firme posição no sentido de que as ações ajuizadas para cobrança de penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho (dentre as quais se incluem as execuções fiscais para cobrança de multa pelo não-recolhimento de FGTS), após o advento da EC 45/2004, devem ser julgadas pela Justiça Obreira (art. 114, VII da CF/88).
(...)
Com essas considerações, nos termos do art. 120, parágrafo único, do CPC, CONHEÇO DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE TAQUARITINGA - SP, o suscitante.(CC-68.048/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, DJ de 14/11/2006). (Grifei).

"(...)
Com a promulgação da Emenda Constitucional n. 45, de 8.12.2004 (DOU de 31.12.2004), que acrescentou o inciso VII no art. 114 da Constituição Federal, a Justiça do Trabalho passou a deter a competência para processar e julgar 'as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho'.
Em razão da substancial ampliação das atribuições da Justiça trabalhista, preponderou inicialmente, no âmbito deste Tribunal, o entendimento de que as disposições inseridas no art. 114 da Magna Carta, por envolver mudança de competência em razão da matéria, atingem a todos os processos em trâmite, mesmo que a controvérsia tenha se instaurado em período anterior ao advento e publicação da emenda constitucional.
No entanto, apoiado na necessidade de dar resguardo à segurança jurídica, o Plenário do Supremo Tribunal Federal pronunciou que o marco temporal da alteração da competência da Justiça do Trabalho é o advento da EC n. 45/2004, estabelecendo, conseqüentemente, o alcance do promulgado texto constitucional quando do julgamento do CC n. 7.204-1-MG, relator Ministro CARLOS BRITO, DJ de 9.12.2005, de cujo acórdão traz-se à colação o seguinte trecho, in verbis:

'(...)
*4. **A nova orientação alcança os processos em trâmite pela Justiça comum estadual, desde que pendentes de julgamento de mérito. É dizer: as ações que tramitam perante a Justiça comum dos Estados, com sentença de mérito anterior à promulgação da EC 45/04, lá continuam até o trânsito em julgado e correspondente execução.***
Quanto àquelas cujo mérito ainda não foi apreciado, hão de ser remetidas à Justiça do Trabalho, no estado em que se encontram, com total aproveitamento dos atos praticados até então. A medida se impõe, em razão das características que distinguem a Justiça comum estadual e a Justiça do Trabalho, cujos sistemas recursais, órgãos e instâncias não guardam exata correlação'.
Em nova percepção do tema, revisou-se a diretriz jurisprudencial do STJ para considerar que as recentes normas constitucionais produzem efeitos imediatos, porém, não alcançam os processos em curso que tenham sido objeto de sentença de mérito, validamente proferida pela Justiça Federal em data anterior à modificação introduzida pela EC n. 45/2004, hipótese que subsistirá a competência do respectivo Tribunal para o julgamento de eventuais recursos.
(...)
*'2. **O Supremo Tribunal Federal, analisando a questão da aplicabilidade das modificações engendradas pela referida Emenda aos processos que se encontravam em curso quando de sua promulgação, assentou o entendimento de que a novel orientação alcança tão-somente os processos em trâmite pela Justiça comum ainda não sentenciados. Assim, as ações que tramitam perante a Justiça Federal, com sentença anterior à promulgação da EC 45/04, em respeito ao princípio da perpetuatio jurisdictionis, lá devem continuar até o trânsito em julgado e correspondente execução, medida esta que se impõe 'em razão das características que distinguem a Justiça comum estadual e a Justiça do Trabalho, cujos sistemas recursais, órgãos e instâncias não guardam exata correlação'** (CC n.º 7.204-1/MG, Tribunal Pleno, Rel. Min. Carlos Ayres Britto, DJU de 19/12/2005).*

(...)
9. Recurso especial desprovido" (REsp n. 710.412-GO, relator Ministro LUIZ FUX, DJ de 18.5.2006).

(...)
Diante do exposto, com fulcro no art. 120, parágrafo único, do CPC, conheço do Conflito para declarar competente o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, o suscitado. (CC-61.246/MS, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, 1ª Seção, DJ de 15/09/2006).

É de se concluir, da análise dos precedentes colacionados, que a incidência da nova disciplina imposta pela EC 45/2004, no que se refere às ações em curso quando de sua promulgação, tem como *discrimen* a prolação da sentença resolutória do mérito.
In casu, o feito foi sentenciado, com resolução do mérito, anteriormente ao advento da EC 45/2004 (de 31/12/2004).
Assim, firmou-se a competência da Justiça Comum para processar e julgar a ação.
Diante do exposto, com fulcro no art. 120, parágrafo único, do Código de Processo Civil, **conheço do Conflito para declarar competente a Justiça Comum (suscitada).**
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(1970)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 89.284 - RS (2007/0205275-7)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AUTOR	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
ADVOGADO	: LUCIANA FARIAS E OUTRO(S)
RÉU	: ZULEIKA ARNT TELLES FERREIRA
SUSCITANTE	: JUÍZO DE DIREITO DA 6A VARA CÍVEL DE PORTO ALEGRE - RS
SUSCITADO	: JUÍZO DA 25A VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE - RS

EMENTA

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. AÇÃO MONITÓRIA. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45/04. PROCESSOS NÃO SENTENCIADOS. PRECEDENTES DA SEÇÃO E DO STF.
1. "A partir da promulgação da Emenda Constitucional 45/2004, a competência para processar e julgar ações em que se questiona a cobrança da contribuição sindical rural patronal é da Justiça do Trabalho, salvo se já houver sido proferida sentença na Justiça Comum, quando então prevalecerá a competência recursal do tribunal respectivo" (CC nº 56.861/GO, Rel. Min. Teori Zavascki, acórdão ainda não publicado).
2. "A alteração superveniente de competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida" (CC nº 6.967-7/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).
3. Não havendo sentença proferida quando da publicação da EC 45/04, a competência para o processamento do feito é da Justiça Laboral, por aplicação da nova regra prevista na Emenda Constitucional nº 45/04.
4. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo da 25ª Vara de Porto Alegre/RS, o suscitado. .

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência instaurado entre as Justiças do Trabalho e Estadual, nos autos de ação monitória movida pela Confederação Nacional da Agricultura para a cobrança da contribuição sindical rural.
A ação foi proposta na Justiça do Trabalho, tendo esse Juízo declinado da competência por entender que o exame da matéria permanece na competência da Justiça Comum, a despeito da EC nº 45/04.
O Juiz de Direito, em razão da Emenda Constitucional nº 45/04, igualmente declinou da competência e suscitou o conflito.
Por tratar-se de questão já pacificada, dispensei a manifestação do Ministério Público Federal.
É o relatório. Decido.
Por tratar-se de conflito instaurado entre juízos vinculados a Tribunais distintos, conheço da controvérsia, a teor do que preceitua o art. 105, I, "d" da Constituição da República.
Passo ao mérito.
A Primeira Seção, no julgamento do CC nº 56.861/GO, Relator o Ministro Teori Zavascki, apreciou questão semelhante, entendendo que a modificação de competência alcança apenas os processos que ainda não tenham sido sentenciados. Assim, concluiu-se que, "a partir da promulgação da Emenda Constitucional 45/04, a competência para processar e julgar ações em que se questiona a cobrança da contribuição sindical rural patronal é da Justiça do Trabalho, salvo se já houver sido proferida sentença na Justiça Comum, quando então prevalecerá a competência recursal do tribunal respectivo".
Essa orientação não desborda do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Conflito de Competência nº 6.967-7/RJ, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, decisão assim ementada:

"NORMA CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIA: EFICÁCIA IMEDIATA MAS, SALVO DISPOSIÇÃO EXPRESSA, NÃO RETROATIVA.
1. A norma constitucional tem eficácia imediata e pode ter eficácia retroativa: esta última, porém, não se presume e reclama regra expressa.
2. A alteração superveniente de competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida.
3. Válida a sentença anterior à eliminação da competência do juiz que a prolatou, subsiste a competência recursal do tribunal respectivo".

À mesma conclusão chegou o Pretório Excelso no julgamento do CC 7.204-1/MG, da relatoria do Ministro Carlos Brito.
Como na hipótese não havia sentença proferida quando da publicação da EC 45/04, a competência para o processamento do feito é da Justiça Laboral, por aplicação da nova regra prevista na Emenda Constitucional nº 45/04.
Ante o exposto, **conheço do conflito para declarar competente o Juízo da 25ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS, o suscitado.** .
Publique-se. Intime-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(1971)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 89.320 - SP (2007/0207436-6)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AUTOR	: FAZENDA NACIONAL
RÉU	: HOSPITAL MONUMENTO LTDA
ADVOGADO	: ELENITA DE SOUZA RIBEIRO RODRIGUES LIMA E OUTRO(S)
SUSCITANTE	: JUÍZO DA 37A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP
SUSCITADO	: JUÍZO FEDERAL DA 11A VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. PENALIDADES ADMINISTRATIVAS IMPOSTAS AOS EMPREGADORES PELOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO. EC 45/2004. ART. 114, VII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ALTERAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. INEXISTÊNCIA DE SENTENÇA PROFERIDA NO ÂMBITO DA JUSTIÇA COMUM, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, ANTES DA VIGÊNCIA DA EC 45/2004.

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre as Justiças do Trabalho e Comum Federal nos autos de Execução Fiscal proposta pela Fazenda Nacional em face da parte ré.
O Juízo suscitado, fundamentando-se no que dispõe o art. 114, da Constituição da República (com a redação dada pela EC 45/2004), declinou da competência e determinou a remessa à Justiça Trabalhista.
Por sua vez, o Juízo do Trabalho suscitou o presente Conflito, por entender que o objeto da lide não se insere na competência material daquela Justiça Especializada.
O Ministério Público Federal emitiu parecer pela competência do Juízo do Trabalho.
É o **relatório**.

Decido.
É assente nesta Primeira Seção o entendimento de que o julgamento das ações que visam à cobrança de valores relativos a penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho (dentre as quais se incluem as execuções fiscais relativas às multas pelo não recolhimento do FGTS), insere-se na esfera da competência da Justiça do Trabalho, nos termos do art. 114, inciso VII, da Constituição da República, com a redação que lhe foi atribuída pela Emenda Constitucional 45/2004. Na esteira desse entendimento:

"(...)
A Primeira Seção desta Corte tem firme posição no sentido de que as ações ajuizadas para cobrança de penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho (dentre as quais se incluem as execuções fiscais para cobrança de multa pelo não-recolhimento de FGTS), após o advento da EC 45/2004, devem ser julgadas pela Justiça Obreira (art. 114, VII da CF/88). *Na linha desse entendimento:*

'(...)
1. ***Pela nova redação dada ao artigo 114 da Constituição Federal, pela EC nº 45/04, a competência para processar e julgar as execuções fiscais propostas pela União para a cobrança de multa por infração trabalhista é da Justiça Laboral****.*
2. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo da 58ª Vara do Trabalho de São Paulo (SP), o suscitante. (CC 58.181/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, 1ª Seção, DJ de 01.08.2006).'

'(...)
1. ***Nos termos do art. 114, VII, da CF/88, com a redação dada pela EC 45/04, "compete à Justiça do Trabalho processar e julgar (...) VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho****'.*
2. Trata-se ***de competência fixada em razão da matéria e não da natureza processual da demanda proposta****. Assim****, inclui-se na nova competência também a ação de execução fiscal destinada à cobrança de multa administrativa por descumprimento da legislação do trabalho****.*
3. Conflito conhecido, declarando-se a competência do Juízo Trabalhista, o suscitante.' (CC 57.291/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, 1ª Seção, DJ de 15.05.2006).
(...)
Com essas considerações, nos termos do art. 120, parágrafo único, do CPC, CONHEÇO DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA para DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE VARGINHA - MG, o suscitante." (CC-70.292/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 28/11/2006). (Grifei).

"(...)
1. ***A modificação de competência, ainda que constitucional, alcança apenas os processos que ainda não tenham sido sentenciados*** *(CC n.º 56.861/GO, Rel. Min. Teori Zavascki).*
*2. '****A alteração superveniente de competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida****' (CC n.º 6.967-7/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).*
3. ***Embora a competência para processar e julgar 'as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho', após a EC n.º 45/04, tenha passado à Justiça do Trabalho (art. 114, VII, da CF/88), cabe à Justiça Federal, no caso, o julgamento do recurso de apelação e dos subseqüentes, já que a Emenda entrou em vigor somente após a prolação da sentença de mérito.***
(...)
A Primeira Seção, no julgamento do CC n.º 56.861/GO, Relator o Ministro Teori Zavascki, entendeu que a modificação de competência alcança apenas os processos que ainda não tenham sido sentenciados.
Essa orientação não desborda do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Conflito de Competência n.º 6.967-7/RJ, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, decisão assim ementada:

'NORMA CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIA: EFICÁCIA IMEDIATA MAS, SALVO DISPOSIÇÃO EXPRESSA, NÃO RETROATIVA.
1. A norma constitucional tem eficácia imediata e pode ter eficácia retroativa: esta última, porém, não se presume e reclama regra expressa.
2. A alteração superveniente de competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida.
3. Válida a sentença anterior à eliminação da competência do juiz que a prolatou, subsiste a competência recursal do tribunal respectivo'.

À mesma conclusão chegou o Pretório Excelso no julgamento do CC n.º 7.204-1/MG, da relatoria do Ministro Carlos Brito.
(...)
Na hipótese, a sentença foi prolatada em momento anterior à publicação da EC n.º 45/04, de modo que a competência para os recursos derradeiros permanece com a Justiça Federal, não tendo aplicação a nova regra prevista na EC n.º 45/04.
Ante o exposto, conheço do conflito para declarar competente o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o suscitado.". (CC-69.809/RS, Rel. Ministro Castro Meira, 1ª Seção, DJ de 20/11/2006). (Grifei).

"(...)
A Primeira Seção desta Corte tem firme posição no sentido de que as ações ajuizadas para cobrança de penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho (dentre as quais se incluem as execuções fiscais para cobrança de multa pelo não-recolhimento de FGTS), após o advento da EC 45/2004, devem ser julgadas pela Justiça Obreira (art. 114, VII da CF/88).
(...)
Com essas considerações, nos termos do art. 120, parágrafo único, do CPC, CONHEÇO DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE TAQUARITINGA - SP, o suscitante.(CC-68.048/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, DJ de 14/11/2006). (Grifei).

"(...)
Com a promulgação da Emenda Constitucional n. 45, de 8.12.2004 (DOU de 31.12.2004), que acrescentou o inciso VII no art. 114 da Constituição Federal, a Justiça do Trabalho passou a deter a competência para processar e julgar 'as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho'.
Em razão da substancial ampliação das atribuições da Justiça trabalhista, preponderou inicialmente, no âmbito deste Tribunal, o entendimento de que as disposições inseridas no art. 114 da Magna Carta, por envolver mudança de competência em razão da matéria, atingem a todos os processos em trâmite, mesmo que a controvérsia tenha se instaurado em período anterior ao advento e publicação da emenda constitucional.
No entanto, apoiado na necessidade de dar resguardo à segurança jurídica, o Plenário do Supremo Tribunal Federal pronunciou que o marco temporal da alteração da competência da Justiça do Trabalho é o advento da EC n. 45/2004, estabelecendo, conseqüentemente, o alcance do promulgado texto constitucional quando do julgamento do CC n. 7.204-1-MG, relator Ministro CARLOS BRITO, DJ de 9.12.2005, de cujo acórdão traz-se à colação o seguinte trecho, in verbis:

'(...)
4. ***A nova orientação alcança os processos em trâmite pela Justiça comum estadual, desde que pendentes de julgamento de mérito. É dizer: as ações que tramitam perante a Justiça comum dos Estados, com sentença de mérito anterior à promulgação da EC 45/04, lá continuam até o trânsito em julgado e correspondente execução.***
Quanto àquelas cujo mérito ainda não foi apreciado, hão de ser remetidas à Justiça do Trabalho, no estado em que se encontram, com total aproveitamento dos atos praticados até então. A medida se impõe, em razão das características que distinguem a Justiça comum estadual e a Justiça do Trabalho, cujos sistemas recursais, órgãos e instâncias não guardam exata correlação'.

Em nova percepção do tema, revisou-se a diretriz jurisprudencial do STJ para considerar que as recentes normas constitucionais produzem efeitos imediatos, porém, não alcançam os processos em curso que tenham sido objeto de sentença de mérito, validamente proferida pela Justiça Federal em data anterior à modificação introduzida pela EC n. 45/2004, hipótese que subsistirá a competência do respectivo Tribunal para o julgamento de eventuais recursos.
(...)
'2. ***O Supremo Tribunal Federal, analisando a questão da aplicabilidade das modificações engendradas pela referida Emenda aos processos que se encontravam em curso quando de sua promulgação, assentou o entendimento de que a novel orientação alcança tão-somente os processos em trâmite pela Justiça comum ainda não sentenciados. Assim, as ações que tramitam perante a Justiça Federal, com sentença anterior à promulgação da EC 45/04, em respeito ao princípio da perpetuatio jurisdictionis, lá devem continuar até o trânsito em julgado e correspondente execução, medida esta que se impõe 'em razão das características que distinguem a Justiça comum estadual e a Justiça do Trabalho, cujos sistemas recursais, órgãos e instâncias não guardam exata correlação****' (CC n.º 7.204-1/MG, Tribunal Pleno, Rel. Min. Carlos Ayres Britto, DJU de 19/12/2005).*

(...)
9. Recurso especial desprovido" (REsp n. 710.412-GO, relator Ministro LUIZ FUX, DJ de 18.5.2006).

(...)
Diante do exposto, com fulcro no art. 120, parágrafo único, do CPC, conheço do Conflito para declarar competente o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, o suscitado. (CC-61.246/MS, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, 1ª Seção, DJ de 15/09/2006).

É de se concluir, da análise dos precedentes colacionados, que a incidência da nova disciplina imposta pela EC 45/2004, no que se refere às ações em curso quando de sua promulgação, tem como *discrimen* a prolação da sentença resolutória do mérito.
In casu, o feito foi sentenciado, com resolução do mérito, anteriormente ao advento da EC 45/2004 (de 31/12/2004).
Assim, firmou-se a competência da Justiça Comum para processar e julgar a ação.
Diante do exposto, com fulcro no art. 120, parágrafo único, do Código de Processo Civil, **conheço do Conflito para declarar competente a Justiça Comum (suscitada).**
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(1972)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 89.442 - RN (2007/0209636-7)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AUTOR	: FAZENDA NACIONAL
RÉU	: ASFALTEC CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA
SUSCITANTE	: JUÍZO DA 4A VARA DO TRABALHO DE NATAL - RN
SUSCITADO	: JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

EMENTA

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. MULTA TRABALHISTA. EXECUÇÃO FISCAL. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45/04.
1. A partir da Emenda Constitucional n.º 45, de 2004, cabe à Justiça do Trabalho processar e julgar "as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho", (art. 114, VII, da CF/88), salvo se já houver sido proferida sentença de mérito na Justiça comum, quando então prevalecerá a competência recursal do tribunal respectivo.
2. "A nova orientação alcança os processos em trâmite pela Justiça comum estadual, desde que pendentes de julgamento de mérito. É dizer: as ações que tramitam perante a Justiça comum dos Estados, com sentença de mérito anterior à promulgação da EC 45/04, lá continuam até o trânsito em julgado e correspondente execução. Quanto àquelas cujo mérito ainda não foi apreciado, hão de ser remetidas à Justiça do Trabalho, no estado em que se encontram, com total aproveitamento dos atos praticados até então" (CC n.º 7.204-1/MG, Rel. Min. Carlos Brito, DJ de 09.12.05).
3. Como, na hipótese, não houve interposição de embargos do devedor, a execução tornou-se definitiva antes da entrada em vigor das alterações engendradas pela EC 45/04, razão porque a competência para a execução permanece com a Justiça comum, Federal ou estadual, conforme o caso, não tendo aplicação a nova regra prevista na Emenda.
4. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo Federal da 6ª Vara da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, o suscitado.

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência instaurado entre as Justiças Federal e do Trabalho, nos autos de execução fiscal ajuizada para a cobrança de multa por infração à Consolidação das Leis do Trabalho-CLT.
O devedor foi citado e deixou escoar o prazo sem o oferecimento de embargos do devedor.
Não tendo sido localizados bens penhoráveis (fl. 68), a União requereu a suspensão do feito por prazo indeterminado (fl. 16), o que foi deferido pelo Juízo suscitado (fl. 27).
Posteriormente, o mesmo Juízo federal, em razão das novas regras da EC 45/04, declinou da competência e determinou a remessa dos autos à Justiça do Trabalho (fl. 29).
O Juízo trabalhista, entendendo tratar-se de execução definitiva e, portanto, fora do alcance das novas regras de competência, suscitou o conflito (fl. 37).
Por tratar-se de matéria já pacificada na Corte, dispensei a manifestação do Ministério Público Federal.
É o relatório. Decido.
A competência para processar e julgar "as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho", após a EC n.º 45/04, passou à Justiça do trabalho (art. 114, VII, da CF/88), salvo se já houver sido proferida sentença de mérito na Justiça comum, quando então prevalecerá a competência recursal do tribunal respectivo.
A Primeira Seção, no julgamento do CC n.º 56.861/GO, Relator o Ministro Teori Zavascki (27.03.06), entendeu que a modificação de competência alcança apenas os processos que ainda não tenham sido sentenciados. Essa orientação não desborda do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do CC 6.967-7/RJ, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, decisão assim ementada:

"NORMA CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIA: EFICÁCIA IMEDIATA MAS, SALVO DISPOSIÇÃO EXPRESSA, NÃO RETROATIVA.
1. A norma constitucional tem eficácia imediata e pode ter eficácia retroativa: esta última, porém, não se presume e reclama regra expressa.
2. A alteração superveniente de competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida.
3. Válida a sentença anterior à eliminação da competência do juiz que a prolatou, subsiste a competência recursal do tribunal respectivo".

À mesma conclusão chegou o Pretório Excelso no julgamento do CC nº 7.204-1/MG, da relatoria do Ministro Carlos Brito.
A despeito de tratar o precedente supra transcrito de ação de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho, tem-se que, segundo a orientação do Pretório Excelso, a partir da promulgação da EC 45/2004, a competência para processar e julgar ações em que se questiona a imposição de penalidade por descumprimento de norma trabalhista é da Justiça laboral, salvo se já houver sido proferida sentença de mérito na Justiça comum, quando então prevalecerá a competência recursal do correspondente tribunal.
Sobre o tema, confira-se o seguinte precedente da Primeira Seção:

"PROCESSUAL CIVIL - CONFLITO DE COMPETÊNCIA - COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - AUSÊNCIA DE SENTENÇA DE MÉRITO - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO NOS TERMOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2004, QUE ALTEROU O ART. 114 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
1. Compete à Justiça do Trabalho, nos termos do art. 114, III, da CF/88, na redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004, processar e julgar as ações relativas à representação sindical entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores.
2. A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 727.196/SP, em 25/05/2005, decidiu que a EC 45/2004 tem aplicação imediata a todos os processos em curso, independentemente da fase em que se encontram e devem ser remetidos à Justiça do Trabalho, sob pena de nulidade.
3. Entretanto, a posição foi revista no julgamento do CC 57.402/MS com base em precedentes do STF no CC 6.967/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, e no CC 7.204/MG, Rel. Min. Carlos Britto, a partir do entendimento de que a alteração superveniente de competência, ainda que oriunda de norma constitucional, não afeta a validade da sentença de mérito anteriormente proferida.
4. Mudança de entendimento para considerar que a EC 45/2004 se aplica aos feitos iniciados após a sua entrada em vigor e aos que, iniciados antes da sua vigência, não contém sentença de mérito proferida.
5. Hipótese dos autos em que não há sentença de mérito proferida, mesmo após o advento da EC 45/2004.
6. Conflito conhecido para declarar-se competente o Juízo da Vara do Trabalho de Itumbiara - GO, o suscitante" (CC 56.857/GO, Rel. Min. Eliana Calmon, DJU de 12.06.06);

Como, na hipótese, não houve interposição de embargos do devedor, a execução tornou-se definitiva antes da entrada em vigor das alterações engendradas pela EC 45/04, razão porque a competência para a execução permanece com a Justiça comum, Federal ou estadual, conforme o caso, não tendo aplicação a nova regra prevista na Emenda.
Ante o exposto, **conheço do conflito para declarar competente o Juízo Federal da 6ª Vara da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, o suscitado.**
Publique-se. Intime-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(1973)
CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 89.534 - RN (2007/0211838-5)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AUTOR	: FAZENDA NACIONAL
RÉU	: A PIPOKINHA LTDA
SUSCITANTE	: JUÍZO DA 4A VARA DO TRABALHO DE NATAL - RN
SUSCITADO	: JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO

Oficie-se ao órgão suscitante, o Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Natal, RN, solicitando a remessa da decisão que consubstanciou a declinação da competência para o processamento e julgamento do feito no qual foi suscitado o presente Conflito e, caso haja, do *decisum* que julgou os Embargos à Execução Fiscal, documentos indispensáveis à instrução.
Publique-se.

Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(1974)
CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 89.559 - RN (2007/0211916-8)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AUTOR	: FAZENDA NACIONAL
RÉU	: MARIA SUERBENE PAULINO DA SILVA - MICROEMPRESA E OUTRO
SUSCITANTE	: JUÍZO DA 4A VARA DO TRABALHO DE NATAL - RN
SUSCITADO	: JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

EMENTA

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. MULTA POR INFRAÇÃO À LEI TRABALHISTA. EC Nº 45/04. ART. 114, I E VII, DA CF/88.
1. Com a nova redação dada ao artigo 114 da Constituição da República pela EC nº 45/04, a competência para processar e julgar as execuções fiscais propostas pela União para a cobrança de multa por infração trabalhista é da Justiça laboral.
2. "A alteração superveniente de competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida" (CC 6.967-7/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).
3. Como no caso não havia sentença de mérito proferida, até por tratar-se de execução fiscal não embargada, nada impede a aplicação imediata do art. 114, VII, da CF/88, com redação conferida pela EC nº 45/04.
4. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Natal-RN, o suscitante.

DECISÃO

Cuida-se de execução fiscal proposta pela Fazenda Nacional, objetivando a cobrança de multa por infração à legislação trabalhista.
O Juiz Federal da 6ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, em virtude da nova redação dada ao artigo 114 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 45/05, reconheceu, de ofício, sua incompetência e determinou o encaminhamento dos autos para a Justiça do Trabalho (fl. 64 - apenso).
O Juiz da 4ª Vara do Trabalho de Natal (RN), por seu turno, suscitou o presente conflito negativo de competência, por entender que "tratando-se de processo executório, em que não há prolatação de sentença de mérito, o marco para a fixação da competência será a formação do título executório e este se deu em 28.08.00, data anterior a promulgação da EC nº 45/04, sendo, portanto, incompetente esta Justiça Especializada para o processamento do presente feito".
Registrou, ainda, que mesmo se o limite da competência fosse estabelecido de acordo com a data do ajuizamento da ação, a nova regra não se aplicaria ao presente processo, pois este teve início antes de publicada a EC nº 45/04 (fls. 34-38).
Por tratar-se de matéria já pacificada, dispenso a manifestação do Ministério Público Federal.
É o relatório. Decido.
Cuida-se de conflito instaurado entre juízos vinculados a Tribunais distintos, razão pela qual, conheço da controvérsia, a teor do que preceitua o art. 105, I, "d" da Constituição Federal.
Passo ao mérito.
A Emenda Constitucional nº 45/04, ao ampliar a competência da Justiça do Trabalho, gerou incertezas quanto à correta exegese das alterações impostas ao artigo 114 da Constituição Federal, o que vem sendo equacionado gradativamente por esta Corte e pelo Supremo Tribunal Federal, com o suporte indispensável da doutrina.
O artigo 114 da Constituição Federal, com redação conferida pela Emenda Constitucional nº 45/04, enuncia:

"Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:
I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
(...)
VII as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho."

A norma em destaque aplica-se às ações judiciais entre partes envolvidas na relação de trabalho, como o são empregado e empregador, prestador de serviços e o respectivo tomador, dono da obra e empreiteiro, profissional liberal e contratante etc.
Relação de trabalho é "o vínculo que se estabelece entre a pessoa que executa o labor - o trabalhador propriamente dito, o ser humano que empresta a sua energia para o desenvolvimento de uma atividade - e a pessoa jurídica ou física que é beneficiária desse trabalho, ou seja, aufere o resultado proveniente da utilização da energia humana por parte daquele" (Brandão, Cláudio Mascarenhas. "Relação de Trabalho: Enfim, o Paradoxo Superado" *in* "Nova Competência da Justiça do Trabalho/Grijalbo Fernandes Coutinho, Marcos Neves Fava, coordenadores - São Paulo: LTr 2005, p. 59).
Segundo o mesmo autor, em sua obra já citada:

"O artigo 114, em seu inciso VII, permite agora a competência para processar e julgar 'as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho'. Este dispositivo não autoriza apenas as execuções, mas como versado claramente, todas 'as ações'. Assim, os mandados de segurança, as ações de conhecimento, além das próprias execuções também, passam para a Justiça do Trabalho.
A Lei de Execução Fiscal - n. 6.830/80 - não é nova dos operadores da área trabalhista, eis que supletoriamente já vinha sendo utilizada ao processo de execução trabalhista, como nos dá notícia o artigo 889 da CLT. Assim, esta é a fonte formal de direito supletoriamente natural, na execução trabalhista, mormente se considerarmos que a Consolidação possui menos de vinte artigos sobre execução.
A lei que trata da cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública tem o nítido escopo de impor uma maior agilização aos processos referentes à execução fiscal, mormente, porque traz um procedimento especial, diferente daquele que se pode encontrar na execução comum por obrigação de pagar quantia certa, incluso no Código de Processo Civil. Portanto, com as mesmas intenções que orientam o processo de execução trabalhista. Daí por que ela, Lei de Execução Fiscal, é utilizada como fonte subsidiária do processo executório trabalhista. Agora, contudo, a Lei n. 6.830/80, não será utilizada como fonte subsidiária de um determinado processo, mas como norma primária, fundamental. Isto porque passa a Justiça do Trabalho a ter competência para executar as dívidas fiscais decorrentes das 'penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho'" (págs. 47-51).

Assim, é competente a Justiça laboral para julgar execuções fiscais para cobrança de verbas relativas à infração às leis do trabalho.
Nesse sentido, confira-se o seguinte julgado:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL E JUSTIÇA DO TRABALHO. AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL. DÍVIDA DECORRENTE DE PENALIDADE APLICADA POR ÓRGÃO FISCALIZADOR DE RELAÇÕES DE TRABALHO. ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 45/04. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.
1. Nos termos do art. 114, VII, da CF/88, com a redação dada pela EC 45/04, 'compete à Justiça do Trabalho processar e julgar (...) VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho'.
2. Trata-se de competência fixada em razão da matéria e não da natureza processual da demanda proposta. Assim, inclui-se na nova competência também a ação de execução fiscal destinada à cobrança de multa administrativa por descumprimento da legislação do trabalho.
3. Conflito conhecido, declarando-se a competência do Juízo Trabalhista, o suscitante" (CC 57.291/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJU de 15.05.06).

Diante desse panorama, as novas regras da EC 45/04 aplicam-se imediatamente aos processos em curso, a menos que tenha sido proferida sentença de mérito sob a regra de competência anterior, quando será preservada a competência do órgão prolator.
Como no caso não havia sentença de mérito proferida, até por tratar-se de execução fiscal não embargada, como ressaltado pelo Juiz trabalhista, nada impede a aplicação imediata do art. 114, VII, da CF/88, com redação conferida pela EC 45/04.
Ante o exposto, **conheço do conflito para declarar competente o Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Natal (RN), o suscitante.**
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(1975)
CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 89.621 - SP (2007/0213471-8)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AUTOR	: SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE SOROCABA
ADVOGADO	: PAULO DO AMARAL E OUTRO(S)
RÉU	: BAZAR SOUZA E QUEIROZ SOROCABA LTDA - MICROEMPRESA
SUSCITANTE	: JUÍZO DA 4A VARA DO TRABALHO DE SOROCABA - SP
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE SOROCABA - SP

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO PROPOSTA COM VISTAS À COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. EC 45/2004. ART. 114, III, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ALTERAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. SENTENÇA PROFERIDA, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NO ÂMBITO DA JUSTIÇA COMUM, ANTES DA VIGÊNCIA DA EC 45/2004.

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre as Justiças do Trabalho e Comum Estadual nos autos de ação proposta com vistas à cobrança de contribuição sindical.
O Juízo de Direito prolatou sentença, com resolução do mérito, antes do advento da EC 45/2004. Posteriormente, entendendo-se incompetente, com base nessa Emenda Constitucional, determinou a remessa dos autos à Justiça Trabalhista.
Por sua vez, o Juízo do Trabalho suscitou o presente Conflito, por entender que, tendo sido proferida a sentença de mérito, anteriormente ao advento da EC 45/2004, é da Justiça Comum a competência para processar e julgar o feito.
O Ministério Público Federal emitiu parecer pela competência do Juízo Estadual.
É o **relatório**.

Decido.
Com o advento da EC 45, de 31/12/2004, acrescentou-se o inciso III, ao art. 114, da Constituição Federal:

"Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:
(...)
IIII - as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores".

Desde então, firmou-se a competência absoluta da Justiça Trabalhista para processar e julgar ações que visem à cobrança de valores relativos a contribuições sindicais, associativas, confederativas e assistenciais propostas por Sindicatos, Federações ou Confederações Sindicais, restando inaplicável a Súmula 222/STJ: *"Compete à Justiça Comum processar e julgar as ações relativas à contribuição sindical prevista no art. 578 da CLT"*.
Trata-se de competência absoluta em razão da matéria, aplicando-se imediatamente aos processos em curso. Ressalvam-se, apenas, os casos em que houve prolação de sentença de mérito pelo Juízo Comum antes do advento da EC 45/2004, publicada no D.O.U de 31/12/2004.

É esse o entendimento do Pretório Excelso, conforme se verifica no CC 6.967-7/RJ, de relatoria do Ministro Sepúlveda Pertence, publicado no DJ de 26/9/1997, ementado nesses termos:

"NORMA CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIA: EFICÁCIA IMEDIATA MAS, SALVO DISPOSIÇÃO EXPRESSA, NÃO RETROATIVA.
1. ***A norma constitucional tem eficácia imediata e pode ter eficácia retroativa: esta última, porém, não se presume e reclama regra expressa****.*
2. ***A alteração superveniente da competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida.***
3. ***Válida a sentença anterior à eliminação da competência do juiz que a prolatou, subsiste a competência recursal do tribunal respectivo."*** (Grifei)

Nesse sentido tem julgado a Primeira Seção, conforme se verifica dos seguintes precedentes:

"(...)
1. ***Compete à Justiça do Trabalho, nos termos do art. 114, III, da CF/88, na redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004, processar e julgar as ações relativas à representação sindical entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores****.*
2. ***A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 727.196/SP, em 25/05/2005, decidiu que a EC 45/2004 tem aplicação imediata a todos os processos em curso, independentemente da fase em que se encontram e devem ser remetidos à Justiça do Trabalho, sob pena de nulidade.***
3. ***Entretanto, a posição deve ser revista com base em precedentes do STF no CC 6.967/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, e no CC 7.204/MG, Rel. Min. Carlos Britto, a partir do entendimento de que a alteração superveniente de competência, ainda que oriunda de norma constitucional, não afeta a validade da sentença de mérito anteriormente proferida.***
4. ***Mudança de entendimento para considerar que a EC 45/2004 se aplica aos feitos iniciados após a sua entrada em vigor e aos que, iniciados antes da sua vigência, não contêm sentença de mérito proferida.***
5. ***Hipótese dos autos cuja sentença de mérito foi proferida após o advento da EC 45/2004, quando já se encontrava em vigor a nova ordem constitucional e não detinha a Justiça Comum competência material para seu processamento e julgamento.***
6. ***Nulidade absoluta de todos os atos decisórios proferidos após o início da vigência da EC 45/2004*** *(art. 122 do CPC e CC's 39.395/MT e 39.431/PE).*
7. Conflito conhecido para declarar competente a Justiça Trabalhista de Primeiro Grau, anulando todos os atos decisórios posteriores à EC 45/2004, inclusive a sentença proferida pelo Juízo Estadual." (CC 58.566/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJ 7/8/2006) (grifei).

"(...)
1. ***Compete à Justiça do Trabalho, nos termos do art. 114, III, da CF/88, na redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004, processar e julgar as ações de cobrança da contribuição sindical.***
2. ***Entretanto, as novas regras de competência ditadas pela EC 45/2004 somente se aplicam aos feitos iniciados após a sua entrada em vigor e aos que, iniciados antes da sua vigência, não contêm sentença de mérito proferida. Precedentes do STF e da Primeira Seção do STJ.***
3. ***Na hipótese, a sentença de mérito foi proferida após o advento da EC 45/2004, quando já se encontrava em vigor a nova ordem constitucional e não detinha a Justiça Comum competência material para o julgamento do feito.***
4. ***Nulidade absoluta de todos os atos decisórios proferidos após o início da vigência da EC 45/2004. Precedentes da Seção.***
5. Conflito conhecido para declarar competente a Justiça Trabalhista de Primeiro Grau, anulando todos os atos decisórios posteriores à EC 45/2004, inclusive a sentença proferida pelo Juízo Estadual." (CC 69.560/RS, Relator Ministro CASTRO MEIRA, 1ª Seção, DJ de 30/10/2006) (grifei).

"(...)
1. ***Com as alterações do art. 114, III, da CF/88, introduzidas pela Emenda Constitucional nº 45/04, ampliou-se a competência da Justiça do Trabalho, atribuindo-lhe, inclusive, a competência para apreciar e julgar 'as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores'.***
2. ***No que pertine à incidência do novo texto constitucional aos processos já em curso, a questão foi apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, no CC 7.204-1-MG, Tribunal Pleno, Min. Carlos Britto, DJ de 09.12.2005, que firmou entendimento no sentido de que a modificação da competência alcança apenas os processos que ainda não tenham sentença de mérito.***
3. ***Assim, a partir de promulgação da Emenda Constitucional 45/2004, a competência para processar e julgar ações em que se questiona a cobrança da contribuição sindical rural patronal é da Justiça do Trabalho, salvo se já houver sido proferida sentença de mérito na Justiça Comum, quando então prevalecerá a competência recursal do tribunal respectivo.*** *Precedentes: CC 48891/PR, 1ª S., Min. Castro Meira, DJ de 01.08.2005; AGCC 50553/SP, 2ª S., Min. Ari Pargendler, DJ de 09.11.2005; AGCC 51124/SP, 2ª S., Min. Fernando Gonçalves, DJ de 09.11.2005.*
4. ***No caso, a sentença proferida pelo Juiz Estadual em data anterior à modificação introduzida pela EC n. 45/2004 foi anulada pelo Tribunal de Justiça, que determinou o retorno à origem para apreciação do mérito da demanda. Assim, não havendo pronunciamento sobre o mérito da causa, cabe à Justiça do Trabalho apreciar e julgar o processo.***
5. Conflito conhecido e declarada a competência da Justiça do Trabalho, a suscitante." (CC 58.176/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, 1ª Seção, DJ de 10/4/2006) (grifei).

" (...)
Com o advento da Emenda Constitucional n. 45, de 8.12.2004, que acrescentou o inciso III no art. 114, da Constituição Federal, a Justiça do Trabalho passou a deter a competência para processar e julgar 'as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores'.
Registre-se que preponderou inicialmente, no Superior Tribunal de Justiça, o entendimento de que mencionada norma, por envolver mudança de competência em razão da matéria, aplica-se a todos os processos em trâmite, independentemente da época do seu ajuizamento.
Ao pronunciar-se sobre o marco temporal de observância das atribuições conferidas à Justiça trabalhista, o Plenário do Pretório Excelso fixou o alcance da promulgada regra constitucional quando do julgamento do CC n. 7.204-1-MG, relator Ministro CARLOS BRITO, DJ de 9.12.2005, conforme evidencia o seguinte trecho do acórdão:

'4. ***A nova orientação alcança os processos em trâmite pela Justiça comum estadual, desde que pendentes de julgamento de mérito. É dizer: as ações que tramitam perante a Justiça comum dos Estados, com sentença de mérito anterior à promulgação da EC 45/04, lá continuam até o trânsito em julgado e correspondente execução****.***
Quanto àquelas cujo mérito ainda não foi apreciado, hão de ser remetidas à Justiça do Trabalho, no estado em que se encontram, com total aproveitamento dos atos praticados até então. A medida se impõe, em razão das características que distinguem a Justiça comum estadual e a Justiça do Trabalho, cujos sistemas recursais, órgãos e instâncias não guardam exata correlação*'.*

Nesse contexto, harmonizou-se a diretriz jurisprudencial desta Corte para admitir que as disposições constitucionais em apreço produzem efeitos imediatos e atingem as demandas em curso, com ressalva daquelas em que a Justiça estadual tenha proferido sentença de mérito em data anterior ao início de vigência da EC n. 45/2004. Em conseqüência de tais premissas, as ações que não foram objeto de resolução de mérito, hipótese ocorrente no caso sob análise, devem ser dirimidas pela Justiça Trabalhista.
A propósito do tema, dou destaque ao acórdão ementado nos termos abaixo:
'(...)
2. ***A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 727.196/SP, em 25/05/2005, decidiu que a EC 45/2004 tem aplicação imediata a todos os processos em curso, independentemente da fase em que se encontram e devem ser remetidos à Justiça do Trabalho, sob pena de nulidade.***
3. ***Entretanto, a posição foi revista no julgamento do CC 57.402/MS com base em precedentes do STF no CC 6.967/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, e no CC 7.204/MG, Rel. Min. Carlos Britto, a partir do entendimento de que a alteração superveniente de competência, ainda que oriunda de norma constitucional, não afeta a validade da sentença de mérito anteriormente proferida.***
4. ***Mudança de entendimento para considerar que a EC 45/2004 se aplica aos feitos iniciados após a sua entrada em vigor e aos que, iniciados antes da sua vigência, não contém sentença de mérito proferida.***
5. Conflito conhecido para declarar-se competente o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, o suscitante' (CC n. 59.861-MS, Primeira Seção, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 1/8/2006).

(...)
Ante o exposto, com fulcro no artigo 120, parágrafo único, do CPC, conheço do conflito para declarar competente o Juízo da 58ª Vara do Trabalho de São Paulo (SP), o suscitante." (CC-59.337/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Primeira Seção, DJ de 7/12/2006) (grifei).

"(...)
3. ***Na hipótese vertente, cumpre observar, porém, que a sentença proferida pelo Juízo de Direito, anterior à modificação introduzida pela EC n. 45/2004 (fls. 26-29), não foi referente ao mérito da causa, e sim, ao indeferimento da petição inicial. Todavia, a adoção da sentença como marco da delimitação da competência refere-se às sentenças de mérito, conforme assentado pelo STF (CC 7.204-1-MG, Tribunal Pleno, Min. Carlos Britto, DJ de 09.12.2005)****.*
4. Isso posto, com base no art. 120, parágrafo único, do CPC, conheço do conflito e declaro competente o Juízo do Trabalho, o suscitante." (CC-71.361/SP, Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, 1ª Seção, DJ de 29/11/2006) (grifei).

É de se concluir, da análise dos precedentes colacionados, que a incidência da nova disciplina imposta pela EC 45/2004, no que se refere às ações em curso quando de sua promulgação, tem como *discrimen* a prolação da sentença resolutória do mérito.
In casu, o feito foi sentenciado, com resolução do mérito, anteriormente ao advento da EC 45/2004 (de 31/12/2004).
Assim, firmou-se a competência da Justiça Comum para processar e julgar a ação.
Diante do exposto, com fulcro no art. 120, parágrafo único, do Código de Processo Civil, **conheço do Conflito para declarar competente a Justiça Comum Estadual (suscitada).**
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(1976)
CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 89.625 - SP (2007/0213463-0)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AUTOR	: SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE SOROCABA
ADVOGADO	: PAULO DO AMARAL E OUTRO(S)
RÉU	: AGENOR DO NASCIMENTO SILVA - MICROEMPRESA
SUSCITANTE	: JUÍZO DA 4A VARA DO TRABALHO DE SOROCABA - SP
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE SOROCABA - SP

EMENTA

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. AÇÃO MONITÓRIA. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45/04. PROCESSOS NÃO SENTENCIADOS. PRECEDENTES DA SEÇÃO E DO STF.
1. "A partir da promulgação da Emenda Constitucional 45/2004, a competência para processar e julgar ações em que se questiona a cobrança da contribuição sindical rural patronal é da Justiça do Trabalho, salvo se já houver sido proferida sentença na Justiça Comum, quando então prevalecerá a competência recursal do tribunal respectivo" (CC nº 56.861/GO, Rel. Min. Teori Zavascki, acórdão ainda não publicado).
2. "A alteração superveniente de competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida" (CC nº 6.967-7/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).
3. Não havendo sentença proferida quando da publicação da EC 45/04, a competência para o processamento do feito é da Justiça Laboral, por aplicação da nova regra prevista na Emenda Constitucional nº 45/04.
4. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Sorocaba/SP, o suscitante. .

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência instaurado entre as Justiças do Trabalho e Estadual, nos autos de ação monitória movida por Sindicato contra microempresa para a cobrança da contribuição sindical patronal.
O Juiz de Direito, em razão da Emenda Constitucional nº 45/04, e antes mesmo de conseguir citar o réu, declinou da competência, determinando a remessa dos autos à Justiça do Trabalho.
O Juízo do Trabalho suscitou conflito negativo a ser dirimido por este Tribunal, sob o fundamento de que o exame da matéria permanece na competência da Justiça Comum, a despeito da EC nº 45/04.
Por tratar-se de questão já pacificada, dispensei a manifestação do Ministério Público Federal.
É o relatório. Decido.
Por tratar-se de conflito instaurado entre juízos vinculados a Tribunais distintos, conheço da controvérsia, a teor do que preceitua o art. 105, I, "d" da Constituição da República.
Passo ao mérito.
A Primeira Seção, no julgamento do CC nº 56.861/GO, Relator o Ministro Teori Zavascki, apreciou questão semelhante, entendendo que a modificação de competência alcança apenas os processos que ainda não tenham sido sentenciados. Assim, concluiu-se que, "a partir da promulgação da Emenda Constitucional 45/04, a competência para processar e julgar ações em que se questiona a cobrança da contribuição sindical rural patronal é da Justiça do Trabalho, salvo se já houver sido proferida sentença na Justiça Comum, quando então prevalecerá a competência recursal do tribunal respectivo".
Essa orientação não desborda do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Conflito de Competência nº 6.967-7/RJ, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, decisão assim ementada:

"NORMA CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIA: EFICÁCIA IMEDIATA MAS, SALVO DISPOSIÇÃO EXPRESSA, NÃO RETROATIVA.
1. A norma constitucional tem eficácia imediata e pode ter eficácia retroativa: esta última, porém, não se presume e reclama regra expressa.
2. A alteração superveniente de competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida.
3. Válida a sentença anterior à eliminação da competência do juiz que a prolatou, subsiste a competência recursal do tribunal respectivo".

À mesma conclusão chegou o Pretório Excelso no julgamento do CC 7.204-1/MG, da relatoria do Ministro Carlos Brito.
Como na hipótese não havia sentença proferida quando da publicação da EC 45/04, a competência para o processamento do feito é da Justiça Laboral, por aplicação da nova regra prevista na Emenda Constitucional nº 45/04.
Ante o exposto, **conheço do conflito para declarar competente o Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Sorocaba/SP, o suscitante .**
Publique-se. Intime-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(1977)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 89.818 - RN (2007/0218325-9)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AUTOR	: FAZENDA NACIONAL
RÉU	: S E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
SUSCITANTE	: JUÍZO DA 4A VARA DO TRABALHO DE NATAL - RN
SUSCITADO	: JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

EMENTA

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. MULTA POR INFRAÇÃO À LEI TRABALHISTA. EC Nº 45/04. ART. 114, I E VII, DA CF/88.
1. Com a nova redação dada ao artigo 114 da Constituição da República pela EC nº 45/04, a competência para processar e julgar as execuções fiscais propostas pela União para a cobrança de multa por infração trabalhista é da Justiça laboral.
2. "A alteração superveniente de competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida" (CC 6.967-7/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).
3. Como no caso não havia sentença de mérito proferida, até por tratar-se de execução fiscal não embargada, nada impede a aplicação imediata do art. 114, VII, da CF/88, com redação conferida pela EC nº 45/04.
4. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Natal-RN, o suscitante.

DECISÃO

Cuida-se de execução fiscal proposta pela Fazenda Nacional, objetivando a cobrança de multa por infração à legislação trabalhista.
O Juiz Federal da 6ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, em virtude da nova redação dada ao artigo 114 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 45/05, reconheceu, de ofício, sua incompetência e determinou o encaminhamento dos autos para a Justiça do Trabalho (fl. 140).
A Juíza da 4ª Vara do Trabalho de Natal (RN), por seu turno, suscitou o presente conflito negativo de competência, por entender que "tratando-se de processo executório, em que não há prolatação de sentença de mérito, o marco para a fixação da competência será a formação do título executório e este se deu em 29.10.01, data anterior a promulgação da EC nº 45/04, sendo, portanto, incompetente esta Justiça especializada para o processamento do presente feito".
Registrou, ainda, que mesmo se o limite da competência fosse estabelecido de acordo com a data do ajuizamento da ação, a nova regra não se aplicaria ao presente processo, pois este teve início antes de publicada a EC nº 45/04 (fls. 146-150).
Por tratar-se de matéria já pacificada, dispenso a manifestação do Ministério Público Federal.
É o relatório. Decido.
Cuida-se de conflito instaurado entre juízos vinculados a Tribunais distintos, razão pela qual, conheço da controvérsia, a teor do que preceitua o art. 105, I, "d" da Constituição Federal.
Passo ao mérito.
A Emenda Constitucional nº 45/04, ao ampliar a competência da Justiça do Trabalho, gerou incertezas quanto à correta exegese das alterações impostas ao artigo 114 da Constituição Federal, o que vem sendo equacionado gradativamente por esta Corte e pelo Supremo Tribunal Federal, com o suporte indispensável da doutrina.
O artigo 114 da Constituição Federal, com redação conferida pela Emenda Constitucional nº 45/04, enuncia:

"Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:
I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
(...)
VII as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho."

A norma em destaque aplica-se às ações judiciais entre partes envolvidas na relação de trabalho, como o são empregado e empregador, prestador de serviços e o respectivo tomador, dono da obra e empreiteiro, profissional liberal e contratante etc.
Relação de trabalho é "o vínculo que se estabelece entre a pessoa que executa o labor - o trabalhador propriamente dito, o ser humano que empresta a sua energia para o desenvolvimento de uma atividade - e a pessoa jurídica ou física que é beneficiária desse trabalho, ou seja, aufere o resultado proveniente da utilização da energia humana por parte daquele" (Brandão, Cláudio Mascarenhas. "Relação de Trabalho: Enfim, o Paradoxo Superado" *in* "Nova Competência da Justiça do Trabalho/Grijalbo Fernandes Coutinho, Marcos Neves Fava, coordenadores - São Paulo: LTr 2005, p. 59).
Segundo o mesmo autor, em sua obra já citada:

"O artigo 114, em seu inciso VII, permite agora a competência para processar e julgar 'as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho'. Este dispositivo não autoriza apenas as execuções, mas como versado claramente, todas 'as ações'. Assim, os mandados de segurança, as ações de conhecimento, além das próprias execuções também, passam para a Justiça do Trabalho.
.....
A Lei de Execução Fiscal - n. 6.830/80 - não é nova dos operadores da área trabalhista, eis que supletoriamente já vinha sendo utilizada ao processo de execução trabalhista, como nos dá notícia o artigo 889 da CLT. Assim, esta é a fonte formal de direito supletoriamente natural, na execução trabalhista, mormente se considerarmos que a Consolidação possui menos de vinte artigos sobre execução.
A lei que trata da cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública tem o nítido escopo de impor uma maior agilização aos processos referentes à execução fiscal, mormente, porque traz um procedimento especial, diferente daquele que se pode encontrar na execução comum por obrigação de pagar quantia certa, incluso no Código de Processo Civil. Portanto, com as mesmas intenções que orientam o processo de execução trabalhista. Daí por que ela, Lei de Execução Fiscal, é utilizada como fonte subsidiária do processo executório trabalhista. Agora, contudo, a Lei n. 6.830/80, não será utilizada como fonte subsidiária de um determinado processo, mas como norma primária, fundamental. Isto porque passa a Justiça do Trabalho a ter competência para executar as dívidas fiscais decorrentes das 'penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho'" (págs. 47-51).

Assim, é competente a Justiça laboral para julgar execuções fiscais para cobrança de verbas relativas à infração às leis do trabalho.
Nesse sentido, confira-se o seguinte julgado:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL E JUSTIÇA DO TRABALHO. AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL. DÍVIDA DECORRENTE DE PENALIDADE APLICADA POR ÓRGÃO FISCALIZADOR DE RELAÇÕES DE TRABALHO. ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 45/04. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.
1. Nos termos do art. 114, VII, da CF/88, com a redação dada pela EC 45/04, 'compete à Justiça do Trabalho processar e julgar (...) VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho'.
2. Trata-se de competência fixada em razão da matéria e não da natureza processual da demanda proposta. Assim, inclui-se na nova competência também a ação de execução fiscal destinada à cobrança de multa administrativa por descumprimento da legislação do trabalho.
3. Conflito conhecido, declarando-se a competência do Juízo Trabalhista, o suscitante" (CC 57.291/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJU de 15.05.06).

Diante desse panorama, as novas regras da EC 45/04 aplicam-se imediatamente aos processos em curso, a menos que tenha sido proferida sentença de mérito sob a regra de competência anterior, quando será preservada a competência do órgão prolator.
Como no caso não havia sentença de mérito proferida, até por tratar-se de execução fiscal não embargada, como ressaltado pela Juíza trabalhista, nada impede a aplicação imediata do art. 114, VII, da CF/88, com redação conferida pela EC 45/04.
Ante o exposto, **conheço do conflito para declarar competente o Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Natal (RN), o suscitante.**
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(1978)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 89.822 - RN (2007/0218341-3)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AUTOR	: FAZENDA NACIONAL
RÉU	: RIVALDO JOSÉ FERNANDES DOS SANTOS
SUSCITANTE	: JUÍZO DA 4A VARA DO TRABALHO DE NATAL - RN
SUSCITADO	: JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

EMENTA

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. MULTA POR INFRAÇÃO À LEI TRABALHISTA. EC Nº 45/04. ART. 114, I E VII, DA CF/88.
1. Com a nova redação dada ao artigo 114 da Constituição da República pela EC nº 45/04, a competência para processar e julgar as execuções fiscais propostas pela União para a cobrança de multa por infração trabalhista é da Justiça laboral.
2. "A alteração superveniente de competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida" (CC 6.967-7/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).
3. Como no caso não havia sentença de mérito proferida, até por tratar-se de execução fiscal não embargada, nada impede a aplicação imediata do art. 114, VII, da CF/88, com redação conferida pela EC nº 45/04.
4. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Natal-RN, o suscitante.

DECISÃO

Cuida-se de execução fiscal proposta pela Fazenda Nacional, objetivando a cobrança de multa por infração à legislação trabalhista.
O Juiz Federal da 6ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, em virtude da nova redação dada ao artigo 114 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 45/05, reconheceu, de ofício, sua incompetência e determinou o encaminhamento dos autos para a Justiça do Trabalho (fl. 29).
O Juiz da 4ª Vara do Trabalho de Natal (RN), por seu turno, suscitou o presente conflito negativo de competência, por entender que "tratando-se de processo executório, em que não há prolatação de sentença de mérito, o marco para a fixação da competência será a formação do título executório e este se deu em 23.10.00, data anterior a promulgação da EC nº 45/04, sendo, portanto, incompetente esta Justiça Especializada para o processamento do presente feito".
Registrou, ainda, que mesmo se o limite da competência fosse estabelecido de acordo com a data do ajuizamento da ação, a nova regra não se aplicaria ao presente processo, pois este teve início antes de publicada a EC nº 45/04 (fls. 32-36).
Por tratar-se de matéria já pacificada, dispenso a manifestação do Ministério Público Federal.
É o relatório. Decido.
Cuida-se de conflito instaurado entre juízos vinculados a Tribunais distintos, razão pela qual, conheço da controvérsia, a teor do que preceitua o art. 105, I, "d" da Constituição Federal.
Passo ao mérito.
A Emenda Constitucional nº 45/04, ao ampliar a competência da Justiça do Trabalho, gerou incertezas quanto à correta exegese das alterações impostas ao artigo 114 da Constituição Federal, o que vem sendo equacionado gradativamente por esta Corte e pelo Supremo Tribunal Federal, com o suporte indispensável da doutrina.
O artigo 114 da Constituição Federal, com redação conferida pela Emenda Constitucional nº 45/04, enuncia:

"Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:
I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
(...)
VII as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho."

A norma em destaque aplica-se às ações judiciais entre partes envolvidas na relação de trabalho, como o são empregado e empregador, prestador de serviços e o respectivo tomador, dono da obra e empreiteiro, profissional liberal e contratante etc.
Relação de trabalho é "o vínculo que se estabelece entre a pessoa que executa o labor - o trabalhador propriamente dito, o ser humano que empresta a sua energia para o desenvolvimento de uma atividade - e a pessoa jurídica ou física que é beneficiária desse trabalho, ou seja, aufere o resultado proveniente da utilização da energia humana por parte daquele" (Brandão, Cláudio Mascarenhas. "Relação de Trabalho: Enfim, o Paradoxo Superado" *in* "Nova Competência da Justiça do Trabalho/Grijalbo Fernandes Coutinho, Marcos Neves Fava, coordenadores - São Paulo: LTr 2005, p. 59).
Segundo o mesmo autor, em sua obra já citada:

"O artigo 114, em seu inciso VII, permite agora a competência para processar e julgar 'as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho'. Este dispositivo não autoriza apenas as execuções, mas como versado claramente, todas 'as ações'. Assim, os mandados de segurança, as ações de conhecimento, além das próprias execuções também, passam para a Justiça do Trabalho.
A Lei de Execução Fiscal - n. 6.830/80 - não é nova dos operadores da área trabalhista, eis que supletoriamente já vinha sendo utilizada ao processo de execução trabalhista, como nos dá notícia o artigo 889 da CLT. Assim, esta é a fonte formal de direito supletoriamente natural, na execução trabalhista, mormente se considerarmos que a Consolidação possui menos de vinte artigos sobre execução.
A lei que trata da cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública tem o nítido escopo de impor uma maior agilização aos processos referentes à execução fiscal, mormente, porque traz um procedimento especial, diferente daquele que se pode encontrar na execução comum por obrigação de pagar quantia certa, incluso no Código de Processo Civil. Portanto, com as mesmas intenções que orientam o processo de execução trabalhista. Daí por que ela, Lei de Execução Fiscal, é utilizada como fonte subsidiária do processo executório trabalhista. Agora, contudo, a Lei n. 6.830/80, não será utilizada como fonte subsidiária de um determinado processo, mas como norma primária, fundamental. Isto porque passa a Justiça do Trabalho a ter competência para executar as dívidas fiscais decorrentes das 'penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho'" (págs. 47-51).

Assim, é competente a Justiça laboral para julgar execuções fiscais para cobrança de verbas relativas à infração às leis do trabalho.
Nesse sentido, confira-se o seguinte julgado:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL E JUSTIÇA DO TRABALHO. AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL. DÍVIDA DECORRENTE DE PENALIDADE APLICADA POR ÓRGÃO FISCALIZADOR DE RELAÇÕES DE TRABALHO. ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 45/04. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.
1. Nos termos do art. 114, VII, da CF/88, com a redação dada pela EC 45/04, 'compete à Justiça do Trabalho processar e julgar (...) VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho'.
2. Trata-se de competência fixada em razão da matéria e não da natureza processual da demanda proposta. Assim, inclui-se na nova competência também a ação de execução fiscal destinada à cobrança de multa administrativa por descumprimento da legislação do trabalho.
3. Conflito conhecido, declarando-se a competência do Juízo Trabalhista, o suscitante" (CC 57.291/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJU de 15.05.06).

Diante desse panorama, as novas regras da EC 45/04 aplicam-se imediatamente aos processos em curso, a menos que tenha sido proferida sentença de mérito sob a regra de competência anterior, quando será preservada a competência do órgão prolator.
Como no caso não havia sentença de mérito proferida, até por tratar-se de execução fiscal não embargada, como ressaltado pelo Juiz trabalhista, nada impede a aplicação imediata do art. 114, VII, da CF/88, com redação conferida pela EC 45/04.
Ante o exposto, **conheço do conflito para declarar competente o Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Natal (RN), o suscitante.**
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(1979)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 89.824 - RN (2007/0218283-2)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AUTOR	: FAZENDA NACIONAL
RÉU	: ASFALTEC CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA E OUTRO
SUSCITANTE	: JUÍZO DA 4A VARA DO TRABALHO DE NATAL - RN
SUSCITADO	: JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

EMENTA

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. MULTA POR INFRAÇÃO À LEI TRABALHISTA. EC Nº 45/04. ART. 114, I E VII, DA CF/88.
1. Com a nova redação dada ao artigo 114 da Constituição da República pela EC nº 45/04, a competência para processar e julgar as execuções fiscais propostas pela União para a cobrança de multa por infração trabalhista é da Justiça laboral.
2. "A alteração superveniente de competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida" (CC 6.967-7/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).
3. Como no caso não havia sentença de mérito proferida, até por tratar-se de execução fiscal não embargada, nada impede a aplicação imediata do art. 114, VII, da CF/88, com redação conferida pela EC nº 45/04.
4. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Natal-RN, o suscitante.

DECISÃO

Cuida-se de execução fiscal proposta pela Fazenda Nacional, objetivando a cobrança de multa por infração à legislação trabalhista.
O Juiz Federal da 6ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, em virtude da nova redação dada ao artigo 114 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 45/05, reconheceu, de ofício, sua incompetência e determinou o encaminhamento dos autos para a Justiça do Trabalho (fl. 63).
O Juiz da 4ª Vara do Trabalho de Natal (RN), por seu turno, suscitou o presente conflito negativo de competência, por entender que "tratando-se de processo executório, em que não há prolatação de sentença de mérito, o marco para a fixação da competência será a formação do título executório e este se deu em 29.12.03, data anterior a promulgação da EC nº 45/04, sendo, portanto, incompetente esta Justiça Especializada para o processamento do presente feito".
Registrou, ainda, que mesmo se o limite da competência fosse estabelecido de acordo com a data do ajuizamento da ação, a nova regra não se aplicaria ao presente processo, pois este teve início antes de publicada a EC nº 45/04 (fls. 70-74).
Por tratar-se de matéria já pacificada, dispenso a manifestação do Ministério Público Federal.
É o relatório. Decido.
Cuida-se de conflito instaurado entre juízos vinculados a Tribunais distintos, razão pela qual, conheço da controvérsia, a teor do que preceitua o art. 105, I, "d" da Constituição Federal.
Passo ao mérito.
A Emenda Constitucional nº 45/04, ao ampliar a competência da Justiça do Trabalho, gerou incertezas quanto à correta exegese das alterações impostas ao artigo 114 da Constituição Federal, o que vem sendo equacionado gradativamente por esta Corte e pelo Supremo Tribunal Federal, com o suporte indispensável da doutrina.
O artigo 114 da Constituição Federal, com redação conferida pela Emenda Constitucional nº 45/04, enuncia:
"Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:
I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
(...)
VII as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho."

A norma em destaque aplica-se às ações judiciais entre partes envolvidas na relação de trabalho, como o são empregado e empregador, prestador de serviços e o respectivo tomador, dono da obra e empreiteiro, profissional liberal e contratante etc.
Relação de trabalho é "o vínculo que se estabelece entre a pessoa que executa o labor - o trabalhador propriamente dito, o ser humano que empresta a sua energia para o desenvolvimento de uma atividade - e a pessoa jurídica ou física que é beneficiária desse trabalho, ou seja, aufere o resultado proveniente da utilização da energia humana por parte daquele" (Brandão, Cláudio Mascarenhas. "Relação de Trabalho: Enfim, o Paradoxo Superado" *in* "Nova Competência da Justiça do Trabalho/Grijalbo Fernandes Coutinho, Marcos Neves Fava, coordenadores - São Paulo: LTr 2005, p. 59).
Segundo o mesmo autor, em sua obra já citada:

"O artigo 114, em seu inciso VII, permite agora a competência para processar e julgar 'as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho'. Este dispositivo não autoriza apenas as execuções, mas como versado claramente, todas 'as ações'. Assim, os mandados de segurança, as ações de conhecimento, além das próprias execuções também, passam para a Justiça do Trabalho.
A Lei de Execução Fiscal - n. 6.830/80 - não é nova dos operadores da área trabalhista, eis que supletoriamente já vinha sendo utilizada ao processo de execução trabalhista, como nos dá notícia o artigo 889 da CLT. Assim, esta é a fonte formal de direito supletoriamente natural, na execução trabalhista, mormente se considerarmos que a Consolidação possui menos de vinte artigos sobre execução.
A lei que trata da cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública tem o nítido escopo de impor uma maior agilização aos processos referentes à execução fiscal, mormente, porque traz um procedimento especial, diferente daquele que se pode encontrar na execução comum por obrigação de pagar quantia certa, incluso no Código de Processo Civil. Portanto, com as mesmas intenções que orientam o processo de execução trabalhista. Daí por que ela, Lei de Execução Fiscal, é utilizada como fonte subsidiária do processo executório trabalhista. Agora, contudo, a Lei n. 6.830/80, não será utilizada como fonte subsidiária de um determinado processo, mas como norma primária, fundamental. Isto porque passa a Justiça do Trabalho a ter competência para executar as dívidas fiscais decorrentes das 'penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho'" (págs. 47-51).

Assim, é competente a Justiça laboral para julgar execuções fiscais para cobrança de verbas relativas à infração às leis do trabalho.
Nesse sentido, confira-se o seguinte julgado:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL E JUSTIÇA DO TRABALHO. AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL. DÍVIDA DECORRENTE DE PENALIDADE APLICADA POR ÓRGÃO FISCALIZADOR DE RELAÇÕES DE TRABALHO. ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 45/04. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.
1. Nos termos do art. 114, VII, da CF/88, com a redação dada pela EC 45/04, 'compete à Justiça do Trabalho processar e julgar (...) VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho'.
2. Trata-se de competência fixada em razão da matéria e não da natureza processual da demanda proposta. Assim, inclui-se na nova competência também a ação de execução fiscal destinada à cobrança de multa administrativa por descumprimento da legislação do trabalho.
3. Conflito conhecido, declarando-se a competência do Juízo Trabalhista, o suscitante" (CC 57.291/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJU de 15.05.06).

Diante desse panorama, as novas regras da EC 45/04 aplicam-se imediatamente aos processos em curso, a menos que tenha sido proferida sentença de mérito sob a regra de competência anterior, quando será preservada a competência do órgão prolator.
Como no caso não havia sentença de mérito proferida, até por tratar-se de execução fiscal não embargada, como ressaltado pelo Juiz trabalhista, nada impede a aplicação imediata do art. 114, VII, da CF/88, com redação conferida pela EC 45/04.
Ante o exposto, **conheço do conflito para declarar competente o Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Natal (RN), o suscitante.**
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(1980)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 89.847 - MG (2007/0218388-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AUTOR	: SILAS EMILIO LAVARINI CALAZANS
ADVOGADO	: ROSÂNGELA A M NASCIMENTO E OUTRO(S)
RÉU	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: BRUNO DI FINI XAVIER E OUTRO(S)
SUSCITANTE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3A REGIÃO
SUSCITADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A REGIÃO

DECISÃO

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. SENTENÇA PROFERIDA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL COMUM.
1. Compete à justiça laboral processar e julgar, consoante dispõe o art. 114, VI, da Carta Magna de 1988: "*as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho*". (EC 45/2004).
2. No tocante ao fenômeno da aplicação, no tempo, da EC 45/2004, a superveniente modificação do texto constitucional não tem incidência sobre processos com sentença prolatada antes da sua vigência. (CC 6.967-7, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 26/09/1997).
3. Conflito conhecido para declarar a competência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Vistos, etc.
Cuida-se de conflito de competência estabelecido entre a Justiça comum federal e a Justiça laboral decorrente de ação de indenização promovida por Silas Emílio Lavarini Calazans.
Dispensada a manifestação do Ministério Público Federal por não haver dissonância interpretativa acerca da matéria no âmbito deste Tribunal.
É o relatório, decido.
Com a vigência da Emenda Constitucional n. 45/2004, compete à justiça laboral processar e julgar, consoante dispõe o art. 114, VI, da Carta Magna de 1988: "*as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho*;"
Nesse sentido:
CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. SERVIDORA MUNICIPAL. VÍNCULO TRABALHISTA DISCIPLINADO PELA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.
1. À Justiça do Trabalho cabe processar e julgar a ação de cobrança proposta por servidora municipal submetida ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, por força do disposto no art. 114 da Constituição Federal.
2. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Uberada/MG, ora suscitante. (CC 467.58/MG, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJ de 12/02/2007)
No tocante ao fenômeno da aplicação, no tempo, da EC 45/2004, a superveniente modificação do texto constitucional não tem incidência sobre processos com sentença prolatada antes da sua vigência, como é o caso dos autos.
Nesse sentido:
"A alteração superveniente de competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida. 3. Válida a sentença anterior à eliminação da competência do juiz que a prolatou, subsiste a competência recursal do tribunal respectivo." (CC 6.967-7, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 26/09/1997).
De igual modo:
"A execução de acórdão já transitado em julgado é de competência do juízo que prolatou a decisão de mérito, nos termos do art. 575, II do CPC e do art. 98, § 2º, II do CDC, ainda que, no curso da execução, sobrevenha Súmula do STF disciplinando a competência de forma diversa. Precedentes." (CC 48.107/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 05/12/2005).
Há de ser preservada, portanto, a competência da Justiça comum federal para processar e julgar o presente feito, assim como o eventual manejo do recurso deve ser analisado pelo Tribunal respectivo.
Por tais razões, conheço do conflito para DECLARAR a competência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Oficie-se. Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO JOSÉ DELGADO - Relator

(1981)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 89.965 - MA (2007/0222166-0)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AUTOR	: MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ
PROCURADOR	: ROGENIR ALMEIDA SANTOS COSTA E OUTRO(S)
RÉU	: LUIS CARLOS NOLETO E OUTRO
INTERES.	: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
SUSCITANTE	: JUÍZO FEDERAL DE IMPERATRIZ - SJ/MA
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE IMPERATRIZ - MA

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INTERESSE AFASTADO PELA JUSTIÇA FEDERAL. SÚMULA Nº 150/STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.
1. Se o Juízo Federal, em face de manifestação expressa da Advocacia-Geral da União, entende inexistir interesse jurídico que justifique o processamento do feito naquela Justiça especializada, não há como afastar-se a competência estadual, a teor do que enuncia a

Súmula 150/STJ, segundo a qual "compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas publicas".
2. Conflito de competência conhecido para declarar-se competente o Juízo Estadual, o suscitado.

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência instaurado entre as Justiças Federal e estadual, nos autos de ação de improbidade administrativa ajuizada pelo município de Imperatriz contra ex-prefeito que teria desviado verbas públicas oriundas de convênio firmado com o Ministério da Saúde por intermédio da Funasa-MA.
O Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública de Imperatriz-MA declinou da competência por entender presente, na espécie, interesse da União a justificar a remessa dos autos à Justiça Federal (fl. 27).
Já o Juiz Federal de Imperatriz-SJ/MA, entendendo ausente, na espécie, interesse da União a justificar a remessa dos autos à Justiça Federal, tendo em vista que a própria Advocacia-Geral da União informou seu desinteresse, asseverou que a competência para processamento deveria ser da Justiça estadual e suscitou o presente conflito (fls. 33-35).
Por tratar-se de questão já pacificada, dispensei a manifestação do Ministério Público Federal.
Relatado. Decido.
Conheço do conflito por tratar-se de controvérsia instaurada entre juízos vinculados a tribunais distintos, a teor do que preceitua o art. 105, I, "d", da Constituição Federal. Passo ao mérito.
A Primeira Seção, no julgamento do Conflito de Competência 35.972/SP, Relator para acórdão o Ministro Teori Albino Zavascki, decidiu que o critério definidor da competência da Justiça Federal é *ratione personae*, isto é, leva em consideração a natureza das pessoas envolvidas na relação processual, sendo irrelevante, para esse efeito e ressalvadas as exceções mencionadas no texto constitucional, a natureza da controvérsia sob o ponto de vista do direito material ou do pedido formulado na demanda.
Ademais, a controvérsia relativa à competência resolve-se na Súmula 150/STJ, que estabelece a competência da Justiça Federal para decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, na relação processual, da União, suas autarquias ou empresas públicas.
No julgamento do CC 65.058/BA, Rel. Min. José Delgado, DJU de 05.03.07, em situação semelhante, esta Primeira Seção decidiu:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA NEGATIVO. AÇÃO DE IMPROBIDADE. EX-PREFEITO. VERBAS FEDERAIS. CONVÊNIO. MANIFESTA AUSÊNCIA DE INTERESSE DA UNIÃO E DA FUNASA EM ATUAREM NO FEITO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 109, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DE MUTUÍPE/BA.
1. Em exame conflito negativo de competência entre o Juízo Federal de Jequié/BA e Juízo de Direito de Mutuípe/BA suscitado no curso de ação de improbidade administrativa movida contra ex-prefeito por aplicação irregular de verbas federais oriundas de convênio firmado entre o Ministério da Saúde e o Município de Mutuípe.
2. Cabe à Justiça Estadual processar e julgar ação de ressarcimento movida por Município contra ex-prefeito, pela não-aplicação de verbas federais repassadas por força de convênio, **ante a manifesta expressão de falta de interesse por parte da União em integrar a lide.** Ademais, há que se considerar a declaração de inconstitucionalidade do art. 84, § 2º, do Código do Processo Penal pelo STF ao apreciar a ADI 2.797/DF que estabelecia foro especial para ex-detentores de cargos públicos ou mandatos eletivos que respondessem a ações de improbidade administrativa.
3. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito de Mutuípe/BA. (Destaquei)

Dessarte, havendo manifestação expressa do Juízo Federal, fundada em petição protocolizada pela própria AGU, reconhecendo inexistir interesse da União a justificar o processamento do feito naquela Justiça especializada (fls. 28/29), não há como afastar-se a competência estadual, a teor do que enuncia a Súmula 150 desta Corte.
Ante o exposto, **conheço do conflito para declarar competente o Juízo Estadual, o suscitado.**
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(1982)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 89.967 - MA (2007/0222168-4)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AUTOR	: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA
ADVOGADO	: DEMÓSTENES VIEIRA DA SILVA E OUTRO(S)
RÉU	: GERSON DAVID DOS SANTOS
INTERES.	: UNIÃO
SUSCITANTE	: JUÍZO FEDERAL DE IMPERATRIZ - SJ/MA
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE IMPERATRIZ - MA

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INTERESSE AFASTADO PELA JUSTIÇA FEDERAL. SÚMULA Nº 150/STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.
1. Se o Juízo Federal, em face de manifestação expressa da Advocacia-Geral da União, entende inexistir interesse jurídico que justifique o processamento do feito naquela Justiça especializada, não há como afastar-se a competência estadual, a teor do que enuncia a Súmula 150/STJ, segundo a qual "compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas publicas".
2. Conflito de competência conhecido para declarar-se competente o Juízo Estadual, o suscitado.

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência instaurado entre as Justiças Federal e estadual, nos autos de ação de improbidade administrativa ajuizada pelo município de São Pedro da Água Branca contra ex-prefeito que teria desviado verbas públicas destinadas à municipalidade.
O Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública de Imperatriz-MA declinou da competência por entender presente, na espécie, interesse da União a justificar a remessa dos autos à Justiça Federal (fls. 43/44).
Já o Juiz Federal de Imperatriz-SJ/MA, entendendo ausente, na espécie, interesse da União a justificar a remessa dos autos à Justiça Federal, tendo em vista que a própria Advocacia-Geral da União informou seu desinteresse, asseverou que a competência para processamento deveria ser da Justiça Estadual e suscitou o presente conflito (fls. 31-33).
Por tratar-se de questão já pacificada, dispensei a manifestação do Ministério Público Federal.
Relatado. Decido.
Conheço do conflito por tratar-se de controvérsia instaurada entre juízos vinculados a tribunais distintos, a teor do que preceitua o art. 105, I, "d", da Constituição Federal. Passo ao mérito.
A Primeira Seção, no julgamento do Conflito de Competência 35.972/SP, Relator para acórdão o Ministro Teori Albino Zavascki, decidiu que o critério definidor da competência da Justiça Federal é *ratione personae*, isto é, leva em consideração a natureza das pessoas envolvidas na relação processual, sendo irrelevante, para esse efeito e ressalvadas as exceções mencionadas no texto constitucional, a natureza da controvérsia sob o ponto de vista do direito material ou do pedido formulado na demanda.
Ademais, a controvérsia relativa à competência resolve-se na Súmula 150/STJ, que estabelece a competência da Justiça Federal para decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, na relação processual, da União, suas autarquias ou empresas públicas.
No julgamento do CC 65.058/BA, Rel. Min. José Delgado, DJU de 05.03.07, em situação semelhante, esta Primeira Seção decidiu:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA NEGATIVO. AÇÃO DE IMPROBIDADE. EX-PREFEITO. VERBAS FEDERAIS. CONVÊNIO. MANIFESTA AUSÊNCIA DE INTERESSE DA UNIÃO E DA FUNASA EM ATUAREM NO FEITO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 109, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DE MUTUÍPE/BA.
1. Em exame conflito negativo de competência entre o Juízo Federal de Jequié/BA e Juízo de Direito de Mutuípe/BA suscitado no curso de ação de improbidade administrativa movida contra ex-prefeito por aplicação irregular de verbas federais oriundas de convênio firmado entre o Ministério da Saúde e o Município de Mutuípe.
2. Cabe à Justiça Estadual processar e julgar ação de ressarcimento movida por Município contra ex-prefeito, pela não-aplicação de verbas federais repassadas por força de convênio, **ante a manifesta expressão de falta de interesse por parte da União em integrar a lide.** Ademais, há que se considerar a declaração de inconstitucionalidade do art. 84, § 2º, do Código do Processo Penal pelo STF ao apreciar a ADI 2.797/DF que estabelecia foro especial para ex-detentores de cargos públicos ou mandatos eletivos que respondessem a ações de improbidade administrativa.
3. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito de Mutuípe/BA. (Destaquei)

Dessarte, havendo manifestação expressa do Juízo Federal, fundada em petição protocolizada pela própria AGU, reconhecendo inexistir interesse da União a justificar o processamento do feito naquela Justiça especializada (fls. 24-27), não há como afastar-se a competência estadual, a teor do que enuncia a Súmula 150 desta Corte.
Ante o exposto, **conheço do conflito para declarar competente o Juízo Estadual, o suscitado.**
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(1983)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90.060 - SP (2007/0200819-1)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AUTOR	: SINDICATO DOS AUXILIARES E TÉCNICOS DE FARMÁCIAS DROGARIAS DISTRIBUIDORAS PERFUMARIAS SIMILARES E MANIPULAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO SINDIFARMA
ADVOGADO	: LILIAN CASTILHO RODRIGUES PINTIASKI E OUTRO(S)
RÉU	: REDE NACIONAL DE DROGARIAS S/A
ADVOGADO	: RENATA CHADE CATTINI MALUF E OUTRO(S)
SUSCITANTE	: JUÍZO DA 7A VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS - SP
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DA 4A VARA CÍVEL DE CAMPINAS - SP

EMENTA

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. AÇÃO DE COBRANÇA. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45/04. PROCESSOS NÃO SENTENCIADOS. PRECEDENTES DA SEÇÃO E DO STF.
1. "A partir da promulgação da Emenda Constitucional 45/2004, a competência para processar e julgar ações em que se questiona a cobrança da contribuição sindical rural patronal é da Justiça do Trabalho, salvo se já houver sido proferida sentença na Justiça Comum, quando então prevalecerá a competência recursal do tribunal respectivo" (CC nº 56.861/GO, Rel. Min. Teori Zavascki, acórdão ainda não publicado).
2. "A alteração superveniente de competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida" (CC nº 6.967-7/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).
3. Não havendo sentença proferida quando da publicação da EC 45/04, a competência para o processamento do feito é da Justiça Laboral, por aplicação da nova regra prevista na Emenda Constitucional nº 45/04.
4. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo da 7ª Vara do Trabalho de Campinas/SP, o suscitante. .

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência instaurado entre as Justiças do Trabalho e Estadual, nos autos de ação de cobrança da contribuição sindical.
O Juiz de Direito, em razão da Emenda Constitucional nº 45/04, declinou da competência, determinando a remessa dos autos à Justiça do Trabalho.
O Juízo do Trabalho suscitou conflito negativo a ser dirimido por este Tribunal, sob o fundamento de que o exame da matéria permanece na competência da Justiça Comum, a despeito da EC nº 45/04.
Por tratar-se de questão já pacificada, dispensei a manifestação do Ministério Público Federal.
É o relatório. Decido.
Por tratar-se de conflito instaurado entre juízos vinculados a Tribunais distintos, conheço da controvérsia, a teor do que preceitua o art. 105, I, "d" da Constituição da República.
Passo ao mérito.
A Primeira Seção, no julgamento do CC nº 56.861/GO, Relator o Ministro Teori Zavascki, apreciou questão semelhante, entendendo que a modificação de competência alcança apenas os processos que ainda não tenham sido sentenciados. Assim, concluiu-se que, "a partir da promulgação da Emenda Constitucional 45/04, a competência para processar e julgar ações em que se questiona a cobrança da contribuição sindical rural patronal é da Justiça do Trabalho, salvo se já houver sido proferida sentença na Justiça Comum, quando então prevalecerá a competência recursal do tribunal respectivo".
Essa orientação não desborda do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Conflito de Competência nº 6.967-7/RJ, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, decisão assim ementada:

"NORMA CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIA: EFICÁCIA IMEDIATA MAS, SALVO DISPOSIÇÃO EXPRESSA, NÃO RETROATIVA.
1. A norma constitucional tem eficácia imediata e pode ter eficácia retroativa: esta última, porém, não se presume e reclama regra expressa.
2. A alteração superveniente de competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida.
3. Válida a sentença anterior à eliminação da competência do juiz que a prolatou, subsiste a competência recursal do tribunal respectivo".

À mesma conclusão chegou o Pretório Excelso no julgamento do CC 7.204-1/MG, da relatoria do Ministro Carlos Brito.
Como na hipótese não havia sentença proferida quando da publicação da EC 45/04, a competência para o processamento do feito é da Justiça Laboral, por aplicação da nova regra prevista na Emenda Constitucional nº 45/04.
Ante o exposto, **conheço do conflito para declarar competente o Juízo da 7ª Vara do Trabalho de Campinas/SP, o suscitante ..**
Publique-se. Intime-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(1984)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90.184 - SP (2007/0227001-4)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AUTOR	: FAZENDA NACIONAL
RÉU	: JOSÉ LORENCINI PINTO OLARIA BONFIM
SUSCITANTE	: JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE MOCOCA - SP
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE MOCOCA - SP

DECISÃO

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PENALIDADE ADMINISTRATIVA (ART. 114, VII, DA CF/88). EC N. 45 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2004. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA TRABALHISTA. PRECEDENTES.

1. Com o advento da EC n. 45/2004, que deu nova redação ao art. 114, VII, da Carta Magna de 1988, a justiça laboral é competente para processar e julgar os feitos que versam sobre penalidades impostas por órgãos de fiscalização do trabalho.
2. Precedentes: CC 45.607/SP, Rel. Min. Denise Arruda, DJ de 27/03/2006 e CC 57.291/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 15/05/2006.
3. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo Trabalhista.

Vistos, etc.
Cuida-se de conflito de competência estabelecido entre a Justiça do laboral e a Justiça Federal comum oriundo de ação que versa sobre penalidade administrativa imposta por violação à norma trabalhista.
Dispensada a manifestação do *Parquet* por não haver dissonância interpretativa acerca da matéria no âmbito da Primeira Seção desta Corte.
É o relatório. Decido.
Em face do novo panorama normativo constitucional surgido com a edição da Emenda Constitucional n. 45/2004, que deu nova redação ao art. 114, VII, da Carta Magna de 1988, a justiça laboral é competente para processar e julgar os feitos que versam sobre penalidades impostas por órgãos de fiscalização do trabalho.
Confira-se:
"Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:
I. as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
II. as ações que envolvam exercício do direito de greve;
III. as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;
IV. os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data , quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;
V. os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o ;
VI. as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;
VII. as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;
VIII. a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a , e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir;
IX. outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei."
Nesse sentido, os precedentes da Primeira Seção desta Corte:
"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO ANULATÓRIA DE MULTA TRABALHISTA. ART. 114, VII, DA CF/88, COM A REDAÇÃO DADA PELA EC 45/2004. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.
1. Discute-se a competência para julgamento de ação anulatória de multa trabalhista imposta pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
2. A Emenda Constitucional 45/2004, ao dar nova redação ao art. 114 da Carta Magna, aumentou de forma expressiva a competência da Justiça Laboral, passando a estabelecer, no inciso VII do retrocitado dispositivo, que compete à Justiça do Trabalho processar e julgar "as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho".
3. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Taubaté/SP, o suscitante." (CC 45.607/SP, Rel. Min. Denise Arruda, DJ de 27/03/2006)
"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL E JUSTIÇA DO TRABALHO. AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL. DÍVIDA DECORRENTE DE PENALIDADE APLICADA POR ÓRGÃO FISCALIZADOR DE RELAÇÕES DE TRABALHO. ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 45/04. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.
1. Nos termos do art. 114, VII, da CF/88, com a redação dada pela EC 45/04, "compete à Justiça do Trabalho processar e julgar (...) VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho" .
2. Trata-se de competência fixada em razão da matéria e não da natureza processual da demanda proposta. Assim, inclui-se na nova competência também a ação de execução fiscal destinada à cobrança de multa administrativa por descumprimento da legislação do trabalho.
3. Conflito conhecido, declarando-se a competência do Juízo Trabalhista, o suscitante." (CC 57.291/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 15/05/2006)
Cabe destacar, quanto ao fenômeno da aplicação, no tempo, da EC n. 45/2004, que a permanência da competência da Justiça Federal Comum para processar e julgar causas que versam sobre penalidades impostas por órgãos de fiscalização do trabalho deve restringir-se apenas aos processos com decisão de mérito anterior à vigência da EC n. 45/2004, o que, entretanto, não é o caso dos autos.
Nesse sentido:
"A alteração superveniente de competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida. 3. Válida a sentença anterior à eliminação da competência do juiz que a prolatou, subsiste a competência recursal do tribunal respectivo." (CC 6.967-7, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 26/09/1997).
Por tais razões, conheço do conflito para DECLARAR a competência do Juízo Trabalhista.
Oficie-se. Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO JOSÉ DELGADO - Relator

(1985)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90.207 - SP (2007/0230139-5)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AUTOR	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
ADVOGADO	: JORGE LUIS ARNOLD AUAD E OUTRO(S)
RÉU	: RENATO RIBEIRO REIS
ADVOGADO	: FABRÍZIO DOMENICH MARTINS E OUTRO(S)
SUSCITANTE	: JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE ARAÇATUBA - SP
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DA 5A VARA CÍVEL DE ARAÇATUBA - SP

DECISÃO

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL INSTITUÍDA POR LEI. SENTENÇA PROFERIDA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM. PRECEDENTES.
1. Entendimento da Primeira Seção desta Corte no sentido de atribuir à Justiça obreira a competência para processar e julgar as ações relativas à contribuição sindical instituída por lei, em face da carga cogente do art. 114, inciso III, da Constituição Federal, conforme EC nº 45 de 08 de dezembro de 2004, produzindo efeito imediato.
2. Entretanto, o posicionamento acima apresentado foi revisto pela Primeira Seção desta Casa Julgadora, tão-somente, quanto ao fenômeno da aplicação da EC 45/2004 no tempo, de modo que a superveniente modificação do texto constitucional não tenha incidência sobre os processos com sentença prolatada antes da sua vigência, para o fim de amoldar-se à jurisprudência do egrégio STF.
3. O CC 6.967-7, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 26/09/14997 expressa que:
A alteração superveniente de competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida. 3. Válida a sentença anterior à eliminação da competência do juiz que a prolatou, subsiste a competência recursal do tribunal respectivo.
4. Neste mesmo sentido: EDcl no AI 451313-8/MA, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ de 21/10/2005, CC 7244/MG, Rel. Min. Carlos Britto, DJ de 21/11/2005, AgRg no AI 523347/MG, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ de 07/02/2006.
5. Conflito conhecido para declarar a competência da Justiça comum estadual.
Vistos, etc.
Cuida-se de conflito de competência estabelecido entre a Justiça comum estadual e a Justiça laboral oriundo de ação ajuizada por entidade sindical objetivando o recebimento de contribuição sindical fundada no art. 578 e seguintes da Consolidação das Leis Trabalhistas.
Dispensada a manifestação do *Parquet* por não haver dissonância interpretativa acerca da matéria no âmbito da Primeira Seção desta Corte.
É o relatório. Decido.
Em momento anterior à edição da EC n. 45 de 08 de dezembro de 2004, o tema em apreço encontrava-se com posicionamento sedimentado nesta Corte no sentido de atribuir à Justiça comum a competência para processar e julgar as ações relativas à Contribuição Sindical instituída por lei, conforme enunciado sumular n. 222/STJ: "Compete à Justiça Comum processar e julgar as ações relativas à contribuição sindical prevista no art. 578 da CLT."
Todavia, em face do novo panorama normativo constitucional surgido com a edição da EC n. 45, no julgamento do CC n. 48.305/MG, desta Relatoria, DJ de 05/09/2005, a Primeira Seção desta Corte firmou entendimento segundo o qual compete à Justiça trabalhista processar os feitos atinentes à contribuição sindical instituída por lei, em face da nova carga cogente do art. 114, III, da Constituição Federal.
Ficou definido, outrossim, no tocante ao fenômeno da aplicação do novo texto constitucional, no tempo, que a mudança da norma maior alcançaria todos os feitos em curso e em qualquer fase de julgamento.
Entretanto, o posicionamento acima apresentado foi revisto pela Primeira Seção desta Casa Julgadora, tão-somente, quanto ao fenômeno da aplicação da EC 45/2004 no tempo, de modo que a superveniente modificação do texto constitucional não tenha incidência sobre os processos com sentença prolatada antes da sua vigência, para o fim de amoldar-se à jurisprudência do egrégio STF que, por ocasião do Conflito de Competência n. 6.967-7/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 26/09/1997, decidiu:
Norma constitucional de competência: eficácia imediata mas, salvo disposição expressa, não retroativa.
1. A norma constitucional tem eficácia imediata e pode ter eficácia retroativa: esta última, porém, não se presume e reclama regra expressa.
2. A alteração superveniente de competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida.
3. Válida a sentença anterior à eliminação da competência do juiz que a prolatou, subsiste a competência recursal do tribunal respectivo.
O voto condutor do aresto referido expressou:
O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (Relator): A competência para dirimir o conflito toca efetivamente ao Supremo Tribunal, dado o envolvimento de um Tribunal Superior (cf. CJ 6.902, Sanches, 14.9.89; CJ 6.582, Madeira, 8.11.89; CJ 6.895, Sanches, 19.4.89, RTJ 141/115; CJ 7.016, Velloso, 5.8.94; CJ 7.014, Moreira, 2.9.94, Lex 195/90).
No mérito, apesar da complicação causada pela cumulação de pedidos, a solução alvitrada pela Procuradoria-Geral é irrecusável.
Certo, o superveniente art. 114 da Constituição - que, mesmo antes da L. 8.984/95, já determinaria a competência da Justiça do Trabalho também para a demanda do Sindicato, perseguindo direito próprio, contra a empresa.
O ponto está, porém, em que a norma constitucional de competência tem eficácia imediata, mas, salvo disposição em expressa, não retroage.
Por isso, no caso, mantém-se, incólume a validade da sentença do Juiz de Direito de Barra do Piraí, que, de resto, se limitou a julgar o pedido para o qual, à época, era competente.
Válida a sentença do Juiz de Direito, na linha da constante jurisprudência alinhada pela Procuradoria-Geral, remanesce com o Tribunal de Justiça do Estado a competência para julgar o recurso contra ela interposto.
Acolho o parecer para julgar procedente em parte o conflito e declarar competente o Tribunal Superior do Trabalho para a revista contra a condenação em favor dos trabalhadores e o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro para conhecer da apelação contra a sentença do Juiz de Direito, que condenou a empresa a pagar a multa ao sindicato.
Para tanto, serão os autos encaminhados ao Tribunal de Justiça e cópia integral deles ao Tribunal Superior do Trabalho, é o meu voto.
Na linha interpretativa do precedente acima apresentado, recentes decisões do STF, confira-se:
EMENTA: Embargos de declaração em recurso extraordinário. 2. Decisão monocrática do relator. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental. 3. Ação de indenização. Acidente de trabalho. Doença Laboral. Competência. Justiça Comum. Precedentes. Julgamento anterior à EC nº 45/04. Agravo regimental a que se nega provimento. (Edcl no AI 451313-8/MA, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ de 21/10/2005)
Vistos, etc.
Trata-se de conflito negativo de competência, suscitado pelo juízo de primeira instância da comarca de Governador Valadares/MG, em face do egrégio Tribunal Superior do Trabalho - TST. 2. Por meio dele, conflito, discute-se a competência para processar e julgar ação indenizatória por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente do trabalho, quando tal ação é proposta por empregado contra o seu empregador. Donde a controvérsia: competente é a Justiça comum estadual, ou a Justiça especializada do trabalho? 3. Este o aligeirado relato do feito. Passo a decidir. Ao fazê-lo, anoto que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do CC 7204, de que fui Relator, revisou sua interpretação do inciso I do art. 109 da Constituição Federal. E o fez para concluir que as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente do trabalho, ainda que movidas pelo empregado contra seu empregador, são da competência da Justiça do Trabalho, o que já transparecia da redação originária do art. 114 da Lex Legum. Nada obstante essa revisão jurisprudencial, por uma questão de imperativo de política judiciária (haja vista o significativo número de ações que já tramitaram e ainda tramitam nas instâncias ordinárias, bem como o relevante interesse social em causa), o Plenário decidiu, também no sobredito julgamento, que o marco temporal da competência da Justiça trabalhista é o advento da EC 45/04. Emenda que explicitou a competência da Justiça Laboral na matéria em apreço. 4. Presente esta ampla moldura, é de ser julgado procedente este conflito negativo. É que o processo do reclamante se deu perante a Justiça obreira, regularmente, com êxito para o trabalhador. Somente em sede de recurso de revista foi que o TST declinou de sua competência e encaminhou os autos para a Justiça estadual mineira. Justiça, esta, que não praticou nenhum ato decisório no processo, limitando-se a suscitar este incidente. 5. Por tudo quanto posto, e com apoio na norma de competência inscrita no § único do art. 120 do CPC , julgo procedente o presente conflito (suscitado, repita-se, por magistrado estadual) e determino a remessa dos autos ao egrégio Tribunal Superior do Trabalho, para que julgue o recurso de revista nº 00742/2001-099-03-00.0 como entender de direito.
(CC 7244/MG, Rel. Min. Carlos Britto, DJ de 21/11/2005)
Em face dos termos do agravo regimental de fl. 86-89, reconsidero a decisão agravada e, desde logo, passo ao reexame das razões recursais do agravo de instrumento. Trata-se de agravo contra decisão que negou processamento a recurso extraordinário fundado no art. 102, III, "a", da Constituição Federal. O acórdão recorrido declarou competente a justiça comum estadual para processar e julgar causa de indenização em decorrência do estado de surdez, do ora agravado, adquirido no ambiente de trabalho. Alega-se violação ao art. 114, da Carta Magna. Esta Corte firmou entendimento segundo o qual compete à justiça comum julgar causa fundada em acidente de trabalho. Neste sentido o RE 176.532, Plenário, Redator para o acórdão Nelson Jobim, DJ 20.11.98; e o RE 349.160, 1ª T., Rel. Sepúlveda Pertence, DJ 14.03.03. A partir do julgamento do CC 7204, Rel. Carlos Britto, Plenário, sessão de 29.06.05 (Informativo no 394), este Tribunal alterou esta orientação jurisprudencial e fixou entendimento segundo o qual, a partir da Emenda Constitucional no 45, de 08 de dezembro de 2004, compete à Justiça do Trabalho julgar as ações de reparação de danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho, propostas pelo empregado contra o empregador. No caso presente, o julgamento do feito (sessão de 23.12.03 - fl. 36) foi anterior à promulgação da Emenda Constitucional no 45, de 2004. Dessa forma, mantém-se a competência da justiça estadual, firmada no acórdão recorrido. Assim, nego seguimento ao agravo (art. 557, caput, do CPC). Publique-se.

(AgRg no AI 523347/MG, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ de 07/02/2006).
No mesmo sentido, os seguintes julgados da Segunda Seção desta Corte:
CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRABALHO. EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2004. SENTENÇA PROFERIDA ANTES DA ALTERAÇÃO CONSTITUCIONAL. PRECEDENTE DA SEGUNDA SEÇÃO.
A Segunda Seção desta Corte, no julgamento do CC 51.712/SP, firmou entendimento no sentido de ser a sentença proferida na causa, antes da EC nº 45/04, marco definidor da competência. Assim, se a sentença já havia sido prolatada pelo Juiz de Direito por onde tramitava, a competência permanece na Justiça comum estadual, cabendo o eventual recurso à Corte de segundo grau correspondente. Se ainda não foi proferida a decisão, o feito deve desde logo ser remetido à Justiça do Trabalho.
Conflito conhecido, declarando-se competente o juízo suscitado.
(CC 54885/RS, Rel. Min. Castro Filho, DJ de 21/11/2005).
COMPETÊNCIA. AÇÃO REPARATÓRIA DE DANOS PATRIMONIAIS E MORAIS DECORRENTES DE ACIDENTE DO TRABALHO. EMENDA CONSTITUCIONAL N. 45/2004. APLICAÇÃO IMEDIATA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA TRABALHISTA, NA LINHA DO ASSENTADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. APLICAÇÃO IMEDIATA DO TEXTO CONSTITUCIONAL AOS PROCESSOS EM QUE AINDA NÃO PROFERIDA A SENTENÇA.

- A partir da Emenda Constitucional n. 45/2004, a competência para processar e julgar as ações reparatórias de danos patrimoniais e morais decorrentes de acidente do trabalho é da Justiça do Trabalho (Conflito de Competência n. 7.204-1/MG-STF, relator Ministro Carlos Britto).
- A norma constitucional tem aplicação imediata. Porém, "a alteração superveniente da competência, ainda que ditada por norma constitucional, não afeta a validade da sentença anteriormente proferida. Válida a sentença anterior à eliminação da competência do juiz que a prolatou, subsiste a competência recursal do tribunal respectivo" (Conflito de Competência n. 6.967-7/RJ-STF, relator Ministro Sepúlveda Pertence).
Conflito conhecido, declarado competente o suscitante.
(CC 51712/SP, Rel. Min. Barros Monteiro, DJ de 14/09/2005).
Portanto, quanto ao fenômeno da aplicação, no tempo, da EC 45/2004, a superveniente modificação do texto constitucional não incide sobre processos com sentença prolatada antes da sua vigência.
Há de ser preservada, portanto, a competência da Justiça comum para processar e julgar o presente feito, assim como o eventual manejo do recurso deve ser analisado pelo Tribunal respectivo.
De igual modo: "- A execução de acórdão já transitado em julgado é de competência do juízo que prolatou a decisão de mérito, nos termos do art. 575, II do CPC e do art. 98, § 2º, II do CDC, ainda que, no curso da execução, sobrevenha Súmula do STF disciplinando a competência de forma diversa. Precedentes." (CC 48107/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 05/12/2005).
Diante desse panorama, conheço do conflito para DECLARAR a competência da Justiça comum estadual.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO JOSÉ DELGADO - Relator

COORDENADORIA DA SEGUNDA SEÇÃO

(1986)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 80.972 - MG (2007/0045664-1)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
AUTOR	: ANTÔNIO LOPES DA SILVA
ADVOGADO	: IVONE MARIA DE ARAÚJO E OUTRO(S)
RÉU	: FUNDAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FIAT E OUTRO
ADVOGADO	: DÉCIO FREIRE E OUTRO(S)
RÉU	: GENERALI DO BRASIL COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADO	: JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA FILHO E OUTRO(S)
RÉU	: UNIBANCO AIG VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
ADVOGADO	: RICARDO COUTO ABRANTES E OUTRO(S)
SUSCITANTE	: JUÍZO DA 39A VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE - MG
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DA 17A VARA CÍVEL DE BELO HORIZONTE - MG

DECISÃO

Os autos dão conta que Antônio Lopes da Silva ajuizou ação ordinária contra Phenix Seguradora S/A, Fiat Automóveis S/A, Fundação dos Empregados da Fiat e Generalli do Brasil - Cia. Nacional de Seguros (fl. 02/06).

O Juízo de Direito da 17ª Vara Cível de Belo Horizonte, MG, declinou da competência com fundamento na EC nº 45, de 2004 (fl. 96).

Daí conflito de competência suscitado pelo Juízo da 39ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, MG, ao argumento de que "*pela simples análise do pleito formulado na peça propedêutica verifico que o autor, na espécie, pretende a condenação da seguradora ao pagamento da indenização do seguro de vida em grupo, por preencher todos os requisitos para tanto, com a responsabilidade solidária das outras rés, por serem a empregadora e a intermediária na contratação.*

Nestes termos, é possível observar que a lide principal existe entre o segurado e a seguradora, que foge aos limites de competência desta Especializada, contidos no artigo 114 da Constituição Federal, mesmo depois de promulgada a Emenda Constitucional n. 45/2004" (fl. 399/403).

O Ministério Público Federal, na pessoa do Subprocurador da República, Dr. Pedro Henrique Távora Niess, opinou pela competência da Justiça Comum (fl. 409/412).

A presente ação não discute direito trabalhista, mas inadimplemento de contrato de seguro.

Ante o exposto, conheço do conflito para declarar competente o Juízo de Direito da 17ª Vara Cível de Belo Horizonte, MG.

Comunique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de agosto de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(1987)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 85.537 - GO (2007/0111765-9)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
AUTOR	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: EDMUNDO DE ARAÚJO
RÉU	: CELSO JOSÉ DA SILVA
SUSCITANTE	: JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS
SUSCITADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Celso José de Melo propôs ação rescisória contra Banco Itaú S/A visando rescindir acórdão proferido pela egrégia Terceira Turma Julgadora da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

A Primeira Seção Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Relator Desembargador Matias W. O. Negry, por maioria de votos, julgou procedente a rescisória e declinou da competência nos termos do acórdão assim ementado:

"*AÇÃO RESCISÓRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONEXÃO COM MEDIDA CAUTELAR OBJETIVANDO ALONGAMENTO DA DÍVIDA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA ESTADUAL. NULIDADE DOS ATOS DECISÓRIOS.*

I - Evidenciada a existência de interesse jurídico de empresa pública federal no feito, impõe-se a declaração de incompetência absoluta da Justiça Estadual para processá-lo e julgá-lo, devendo os atos decisórios serem declarados nulos, e o processo remetido à Justiça Federal competente. Rescisória julgada procedente" (fl. 12).

Daí conflito de conflito de competência, suscitado pela MM. Juíza Federal Dra. Maria Maura Martins Moraes Tayer ao argumento de que "*as empresas públicas não integram a relação processual, seja na qualidade de autoras, rés, assistentes ou oponentes. O contrato de financiamento que instruiu a petição inicial foi firmado apenas pelo Banco Itaú S/A, sem qualquer participação das entidades federais.*

.....

... o fato de os recursos serem oriundos da União ou do BNDES é insuficiente para configurar interesse das entidades federais no processo. De se observar que a União e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES foram intimados e manifestaram-se pela ausência de interesse no processo...

Não há, ainda, que se falar em eventual conexão para justificar a competência da Justiça Federal, uma vez que a Ação Cautelar Inominada nº 97.1605-8, que tramitou pela 6ª Vara desta Seção Judiciária, já foi extinta" (fl. 35/38).

A final, o Ministério Público Federal, na pessoa do Subprocurador-Geral da República, Dr. Durval Tadeu Guimarães, opinou pela competência da Justiça Comum (fl. 43/44).

Ao suscitar o conflito de competência, o Juízo Federal contrariou o teor das Súmulas nºs 150 e 224 do Superior Tribunal de Justiça, que dizem, respectivamente: "Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas" e "Excluído do feito o ente federal, cuja presença levara ao Juiz Estadual a declinar da competência, deve o Juiz Federal restituir os autos e não suscitar conflito".

Pelo exposto, não conheço do conflito, cabendo ao Juízo Federal da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Goiás a devolução dos autos ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Comunique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de agosto de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(1988)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 88.661 - SP (2007/0188584-8)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AUTOR	: GISELA DE ANDRADE
ADVOGADO	: IVAN VICTOR SILVA E SANTOS
AUTOR	: ANDERSON SILVA DOS SANTOS
AUTOR	: JOSÉ DOS SANTOS
ADVOGADO	: HIROSHI AKAMINE
RÉU	: VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO S/A VASP - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SUSCITANTE	: VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO S/A VASP - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADO	: HOANES KOUTOUDJIAN E OUTRO(S)
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO - SP
SUSCITADO	: JUÍZO DA 78A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP
SUSCITADO	: JUÍZO DA 69A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP
SUSCITADO	: JUÍZO DA 62A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP
SUSCITADO	: JUÍZO DA 17A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP
SUSCITADO	: SEÇÃO ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS DE COMPETÊNCIA INDIVIDUAIS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A REGIÃO
SUSCITADO	: JUÍZO DA 18A VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF
SUSCITADO	: JUÍZO DA 7A VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF
SUSCITADO	: JUÍZO DA 6A VARA DO TRABALHO DE BRASILIA - DF
SUSCITADO	: JUÍZO DA 8A VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF
SUSCITADO	: JUÍZO DA 3A VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF
SUSCITADO	: JUÍZO DA 17A VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF
SUSCITADO	: JUÍZO DA 1A VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF
SUSCITADO	: JUÍZO DA 9A VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF
SUSCITADO	: JUÍZO DA 6A VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF
SUSCITADO	: JUÍZO DA 41A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP

EMENTA

DECISÃO

1. Trata-se de petição formulada pela Viação Aérea de São Paulo - VASP, sustentando, em apertada síntese, que, por meio de decisão proferida em 10 de agosto do corrente ano, foi acolhido pedido de liminar apresentado no presente Conflito de Competência, de modo a suspender o andamento de ações trabalhistas que estariam a colidir com a ação que tramita perante a 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais. Adverte a requerente que, no rol das demandas que foram albergadas pela prefalada suspensão de andamento, se encontra o Proc. n. 00750-2004-078-02-00-4 oriundo da 78ª Vara do Trabalho de São Paulo e, por meio de decisão proferida por esse Juízo, foi determinada imissão na posse de imóvel de propriedade da VASP, com expedição de carta de adjudicação, com data para o cumprimento do mandado prevista para o dia 28 de setembro de 2007.
Pede, por conseguinte, para que se reitere os termos da decisão que suspendeu o Proc. n. 00750-2004-078-02-00-4 da 78ª Vara do Trabalho de São Paulo e, bem assim, consigne a ineficácia do mandado de imissão na posse e da carta de adjudicação expedidas pelo Juízo Trabalhista, até final julgamento do Conflito de Competência.
É o breve relatório.
2. Segundo se colhe dos autos, pela decisão de fl. 1.312 foi concedido parcialmente o pleito liminar para suspender a tramitação da execução em reclamação trabalhista referente ao Processo n. 00750-2004-078-02-00-4, em curso na 78ª Vara do Trabalho de São Paulo. Para melhor visualizar essa assertiva não é demais trazer para os autos os termos do referido *decisum*, no particular:

"Diante de todo o exposto, com fundamento no art. 120 do Código de Processo Civil, concedo parcialmente a liminar requerida, tão-somente para suspender o trâmite das seguintes execuções em reclamações trabalhistas: ***i) Processo nº 00750-2004-078-02-00-4 (78ª Vara do Trabalho de São Paulo)****; ii) Processo nº 01637200606902007 (69ª Vara do Trabalho de São Paulo); iii) Processo nº 2.315/00 (62ª Vara do Trabalho de São Paulo); iv) Processo nº 247/01 (17ª Vara do Trabalho de São Paulo); v) Processo nº 01738200304502005 (45ª Vara do Trabalho de São Paulo)"* (grifos não originais - fl. 1.314).

Com efeito, merece acolhida, em parte, o pleito formulado pela Viação Aérea de São Paulo - VASP, a fim de que seja comunicado, com urgência e de maneira inequívoca, o MM. Juízo da 78ª Vara do Trabalho de São Paulo de que, pela decisão de fls. 1.312/1.315, proferida pelo Superior Tribunal de Justiça em 07 de agosto de 2007, restou determinada a suspensão da execução em reclamação trabalhista, relativa ao Processo nº 00750-2004-078-02-00-4.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 27 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(1989)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 88.691 - RJ (2007/0186978-2)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AUTOR	: JORGE GORDIANO DE ARAÚJO
ADVOGADO	: ROSANEH PORTES E OUTRO(S)
RÉU	: FEITAL TRANSPORTES E TURISMO LTDA
ADVOGADO	: MARION PORTUGAL DA COSTA
SUSCITANTE	: JUÍZO DA 64A VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO - RJ
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL REGIONAL DE BANGU - RIO DE JANEIRO - RJ

DECISÃO

Trata-se de Conflito Positivo de Competência entre o JUÍZO DA 64ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO - RJ, suscitante, e o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL REGIONAL DE BANGU - RIO DE JANEIRO - RJ, suscitado, em reclamação trabalhista, movida por Jorge Gordiano de Araújo em face de Feital Transportes e Turismo Ltda.
A sentença julgou procedente em parte, o pedido, tendo ocorrido o trânsito em julgado em 04.09.2001 (certidão de fls. 75).
No curso da execução, o administrador judicial Rogério Machado, nomeado no agravo de instrumento nº 353/06, em trâmite na Justiça Comum estadual, alega existência de concurso de credores perante o Juízo da 2ª Vara Cível de Bangu com determinação de suspensão de todas as penhoras realizadas.
O Juízo Cível, às fls. 181/183, por sua vez, informa a inexistência de concurso de credores em razão da extinção do processo que ali tramitava, tendo a sentença transitada em julgado.
O magistrado da Vara do Trabalho, a seu turno, suscita o presente conflito positivo de competência, sustentando ser a Justiça especializada competente para processar a execução de seus julgados.
Há parecer da Subprocuradoria-Geral da República.
Consoante entendimento desta Corte, o conflito positivo de competência caracteriza-se pela manifestação de, no mínimo, dois órgão jurisdicionais que se considerem competentes para julgar a mesma causa, ou pela prática de atos processuais na mesma causa, por mais de um juiz, o que não ocorre na espécie.
A propósito, o parecer ministerial, da lavra do Subprocurador-Geral da República WASHINGTON BOLÍVAR JÚNIOR, ***verbis:***

"No caso dos autos, verifica-se que apenas um Juízo se declarou competente para o processamento da execução, não tendo os autos sido encaminhados a outro Juízo de modo que possibilitasse a manifestação daquele, não havendo, portanto, sido estabelecido conflito entre juízes nos termos do inciso II do dispositivo normativo acima transcrito. Assim, não há que se falar em conflito negativo de competência.

Neste sentido é o precedente:
"PENAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO. TRANSFERÊNCIA DE PRESOS PARA PENITENCIÁRIA FEDERAL POR PRAZO DETERMINADO. INEXISTÊNCIA DE CONFLITO.
1. O conceito clássico de conflito, tanto no processo de conhecimento quanto no de execução, exige dois juízes em confronto, ambos afirmando-se competentes ou incompetentes.
2. Conflito não conhecido." (CC 81999/PR; Relator(a) Ministro PAULO GALLOTTI, Órgão Julgador S3 - TERCEIRA SEÇÃO, DJ 21.05.2007, p. 542)
Ademais, como se pode inferir do relatório, a questão relativa ao concurso de credores já restou dirimida pelo próprio Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Bangu/RJ que afirmou sobre a inexistência do supracitado concurso, tendo juntado decisão proferida nos autos que tramitava naquela Justiça Comum, de onde destaco o seguinte trecho:

"No entanto, nada obstante o trânsito em julgado da sentença que extinguiu a execução, pelo pagamento, a Ré-executada vem juntando inúmeras petições informando a existência de créditos em outros Juízos, o que constituiu evidente absurdo, pois não se pode prosseguir numa execução extinta por sentença transitada em julgado". Desta feita, como não existem nos autos dois Juízos se declarando competente para o processamento e julgamento da citada execução, o conflito não merece ser conhecido." (fls 206/207)

Assim, consoante bem asseverado pelo Ministério Público Federal em seu parecer, não há conflito a ser solucionado, porquanto não ocorre qualquer discordância entre os juízos acerca da competência para o julgamento da lide.
Não conheço do conflito de competência.
Publicar.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(1990)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 89.632 - SP (2007/0212233-4)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AUTOR	: EDSON MARIA DOS ANJOS
ADVOGADO	: EDSON MARIA DOS ANJOS (EM CAUSA PRÓPRIA)
RÉU	: CONDOMÍNIO EDIFÍCIO SAVEIRO
ADVOGADO	: FÁBIO COLLAÇO
SUSCITANTE	: JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE PRAIA GRANDE - SP
SUSCITADO	: JUÍZO DA 1A VARA DO TRABALHO DE PRAIA GRANDE - SP

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência estabelecido entre o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE PRAIA GRANDE - SP, suscitante, e o JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE PRAIA GRANDE - SP, suscitado, em ação de arbitramento e cobrança de honorários advocatícios contratuais.
Aduz o magistrado suscitante, em síntese, que, com a alteração do texto constitucional perpetrada pela Emenda Constitucional 45/2004, a competência da Justiça Especializada alargou-se, de modo a englobar todas as relações derivadas do trabalho, inclusive aquelas decorrentes de prestação de serviços.
O juízo suscitado, a seu turno, afirma que "*a questão posta a exame mais se assemelha à decorrente de relação de consumo. A interpretação extensiva do autor conferida à Emenda Constitucional 45/2004 não é mais acertada, portanto." (fls. 19)*
A Subprocuradoria-Geral da República opina pela competência do juízo comum estadual.
A Segunda Seção desta Corte pacificou entendimento no sentido de que o pedido e a causa de pedir definem a natureza da lide. Assim, na espécie, por se tratar de relação de direito material, de índole contratual, cabe à Justiça Estadual solucionar a controvérsia.
A propósito:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE COBRANÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL.
I - A competência para o julgamento da causa se define em função da natureza jurídica da questão controvertida, demarcada pelo pedido e pela causa de pedir.
II - Se a ação de cobrança objetiva o pagamento de honorários de sucumbência, em razão de vínculo contratual, a despeito da sentença ter sido proferida pela Justiça do Trabalho, a competência para apreciar a causa é do juizado especial cível. Conflito conhecido, para declarar a competência do Juizado Especial Cível de Conceição/PB, suscitado." (CC 46722/PB, Rel. Min. CASTRO FILHO, DJ de 03.04.2006)

Impende ressaltar que resta firmada no STJ a tese de que, em hipóteses desta natureza, mesmo com o advento da Emenda Constitucional n.º 45, será competente a Justiça comum estadual, sendo exemplos dessa orientação os seguintes julgados: CC nº 83618/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 21.05.2007, CC n.º 84391/SP, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 18.05.2007 e o CC n.º 82193/SP, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJ de 16.05.2007.
Ante o exposto, conheço do conflito e declaro competente o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Praia Grande - SP, o suscitante.
Publicar.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(1991)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 89.849 - MG (2007/0218382-9)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AUTOR	: DANIEL SOARES DAMÁSIO
ADVOGADO	: ANTÔNIO EUSTÁQUIO SANTOS ROCHA E OUTRO(S)
RÉU	: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO SOLAR DAS MANGABEIRAS
ADVOGADO	: WELERSON RIBEIRO DA SILVA
SUSCITANTE	: JUÍZO DA 36A VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE - MG
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DA 16A VARA CÍVEL DE BELO HORIZONTE - MG

DECISÃO

Vistos.
Cuida-se de conflito negativo em que é suscitante o Juízo da 36ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, MG, e suscitado o Juízo de Direito da 16ª Vara Cível da mesma capital, relativamente ao processamento de execução de ação indenizatória por danos morais e materiais devidos a acidente de trabalho, ajuizada em face do condomínio ex-empregador.
Declarada a incompetência da Justiça estadual em razão da superveniência da Emenda Constitucional n. 45/2004, remeteram-se os autos à Justiça Especializada.
O suscitante, porém, em vista da prolação da sentença de mérito anterior à Emenda Constitucional n. 45/2004, suscitou o presente conflito.
A matéria é conhecida nesta 2ª Seção onde, em casos similares, restou assentado que a execução será processada perante o Juízo prolator da sentença, nos termos do art. 575, II, do CPC, conforme decidido pelo e. STF, em sessão realizada em 29.06.2005, nos autos do Conflito de Competência n. 7.204/MG, quando ficou estabelecido que a partir da modificação introduzida no art. 114, VI, da Constituição Federal, promovida pela Emenda Constitucional n. 45, de 31.12.2004, as demandas que versem sobre indenização por danos morais em virtude de acidente de trabalho ou doença profissional cabem à Justiça do Trabalho. Tal posicionamento foi seguido pelo STJ com o julgamento do CC n. 51.712/SP (2ª Seção, Rel. Min. Barros Monteiro, por maioria, DJU de 14.09.2005); desde que, na data de edição da EC n. 45, os processos ainda não estivessem sentenciados.
Como no caso dos autos a sentença exeqüenda data de 12.08.2002 (fl. 140), pertinentes os seguintes julgados específicos:
"Conflito de competência. Ação civil pública. Segurança do trabalho. Acórdão proferido pela Justiça Comum Estadual. Trânsito em julgado. Execução em curso quando da publicação da Súmula nº 736/STF, conferindo à Justiça do Trabalho competência para o julgamento de tais lides.
- A execução de acórdão já transitado em julgado é de competência do juízo que prolatou a decisão de mérito, nos termos do art. 575, II do CPC e do art. 98, § 2º, II do CDC, ainda que, no curso da execução, sobrevenha Súmula do STF disciplinando a competência de forma diversa. Precedentes.
Conflito conhecido para declarar competente o juízo suscitado."
(CC n. 48.017/SP, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 05.12.2005)
- -
"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE COBRANÇA. SINDICATO. DESPESAS REALIZADAS COM TRANSPORTE DE ASSOCIADOS. ARTIGO 114, INCISO III, DA CF. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45/2004. SENTENÇA DE MÉRITO PROFERIDA ANTERIORMENTE À PROMULGAÇÃO DO NOVO TEXTO CONSTITUCIONAL. EXECUÇÃO (ARTIGO 575, II, DO CPC). PRORROGAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL.
Esta Corte reconheceu que o novo texto constitucional alcança as ações que já se encontram em curso, mas ressalva aquelas que tenham obtido decisão de mérito prolatada pela justiça estadual em data anterior à vigência da referida alteração, hipótese em que restaria prorrogada a competência do respectivo tribunal para a apreciação de eventuais recursos, e fixada, no juízo que decidiu a causa em primeiro grau de jurisdição, a competência para o processamento e ulterior execução do título judicial, de acordo com o art. 575, II, do Código de Processo Civil.
Conflito conhecido para declarar competente o juízo suscitado."
(CC n. 64.776/SP, Rel. Min. Castro Filho, unânime, DJU de 19.03.2007)
Ante o exposto, conheço do conflito para declarar competente o Juízo de Direito da 16ª Vara Cível de Belo Horizonte, MG, o suscitado.
Publique-se.
Brasília (DF), 14 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(1992)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 89.869 - DF (2007/0218940-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AUTOR	: CARVALHO TEODORO REPRESENTAÇÕES LTDA - MICROEMPRESA
ADVOGADA	: MARIA CRISTINA DA COSTA FONSECA E OUTRO(S)

RÉU : SCHMALFUSS E COMPANHIA LTDA E OUTRO
ADVOGADO : CLEIDE FERRARI SABINO
SUSCITANTE : JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE TAGUATINGA - DF
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 4A VARA CÍVEL DE TAGUATINGA - DF

DECISÃO

Vistos.
Cuida-se de conflito negativo em que é suscitante o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Taguatinga, Distrito Federal, e suscitado o Juízo de Direito da 4ª Vara Cível da mesma cidade, relativamente à ação de cobrança movida por Carvalho Teodoro Representações Ltda. - Microempresa, em face de Schmalfuss e Companhia Ltda. e outro, na qual postula o pagamento de comissões atrasadas, a rescisão do contrato, multa contratual, perdas e danos e indenização por dano moral.
O Juízo de Direito suscitado declinou da competência em favor da Justiça Especializada, tendo em vista entender basear-se o pleito em relação de trabalho, nos termos do art. 114 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional n. 45/2004.
O Juízo do Trabalho suscitante, por sua vez, após verificar que a causa de pedir está vinculada exclusivamente ao contrato de representação comercial, angularizada a lide entre pessoas jurídicas, suscitou o presente incidente.
A competência se fixa em razão da causa de pedir e do pedido formulado na exordial que, na hipótese em comento, refere-se a matéria eminentemente de cunho civil-contratual, qual seja o pagamento de verbas devidas pelo descumprimento de contrato de representação comercial, sem que em nenhum momento fosse aventado qualquer vínculo empregatício entre as partes.
A 2ª Seção desta Corte já tratou da matéria, **litteris**:
"Conflito negativo de competência. Justiça comum e laboral. Contrato de representação comercial. Rescisão. Ação proposta por pessoa jurídica. Natureza civil. Competência da justiça comum.
- A jurisprudência da 2ª Seção já se manifestou no sentido de que, se a ação é ajuizada por pessoa jurídica, buscando a rescisão de contrato de prestação de serviços, a competência para apreciar a causa é da Justiça Comum.
- Independentemente dessa circunstância, a competência para conhecer de causas envolvendo contratos de representação comercial é da justiça comum, e não da justiça laboral, mesmo após o início da vigência da EC nº 45/2004. Isso porque a representação comercial se caracteriza, entre outros fatores, pela ausência de subordinação, que é um dos elementos da relação de emprego. Ressalva pessoal.
Conflito conhecido, declarando-se competente o juízo suscitado."
(CC n. 60.814/MG, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 13.10.2006)
Ante o exposto, conheço do conflito para declarar competente o Juízo de Direito da 4ª Vara Cível de Taguatinga, DF, ora suscitado.
Publique-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(1993)
CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 89.921 - SP (2007/0220303-1)

RELATOR : MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
AUTOR : ALEXANDRE MAGNO RAMOS
ADVOGADO : EDY ROSS CURCI E OUTRO(S)
RÉU : APISUL ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA
ADVOGADO : LÚCIA MOREIRA ROSCIO
RÉU : OURO E PRATA CARGAS S/A
ADVOGADO : LUCIMARA APARECIDA MARTIN FERREIRA DA SILVA E OUTRO(S)
SUSCITANTE : JUÍZO DA 29A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 4A VARA CÍVEL DE SÃO PAULO - SP

DECISÃO

Vistos.
Cuida-se de conflito negativo em que é suscitante o Juízo da 29ª Vara do Trabalho de São Paulo, SP, e suscitado o Juízo de Direito da 4ª Vara Cível da mesma capital, relativamente à ação movida por Alexandre Magno Ramos em face de Apisul Administradora e Corretora de Seguros Ltda. e de Ouro e Prata Cargas S.A., sua ex-empregadora.
O relato dos fatos da inicial revela que o pedido refere-se a indenização por danos materiais e morais em virtude de despedida sem justa causa, por suposta recomendação da primeira ré, por encontrar-se o autor respondendo a diversos processos criminais, ainda que tenha apresentado atestado de antecedentes sem registro.
O entendimento assentado desde a edição da Emenda Constitucional n. 45/2004 é o de que se a indenização é de caráter acidentário a competência pertence à Justiça do Trabalho.
Acresça-se que se o ato apontado como ilícito é de outra origem, como, por exemplo, danos morais e materiais causados por imputação criminal feita pelo empregador ao empregado demitido, a controvérsia também se resolve perante a Justiça do Trabalho, em obediência à orientação emanada do Colendo Supremo Tribunal Federal, pacífica desde muito antes da edição da EC n. 45/2004, estabelecida quando do julgamento do RE n. 238.737-4/SP, cuja ementa transcrevo:
"Justiça do Trabalho: Competência: ação de reparação de danos decorrentes da imputação caluniosa irrogada ao trabalhador pelo empregador a pretexto de justa causa para a despedida e, assim, decorrente da relação de trabalho, não importando deva a controvérsia ser dirimida à luz do Direito Civil."
(1ª Turma, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, unânime, DJU de 05.02.1999).
Seguindo esse entendimento, a 2ª Seção, em casos também de ato ilícito causado por acusação criminal, decidiu pela competência da Justiça Obreira (CC n. 21.569/SC, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, unânime, DJU de 22.11.1999, e AgR-CC n. 26.380/MG, Rel. Min. Ari Pargendler, unânime, DJU de 04.06.2001).
A inicial da ação revela que a hipótese dos autos é semelhante a tais precedentes, dizendo-se o autor vítima de demissão por motivação caluniosa.
Assim, presente a ex-empregadora no pólo passivo da lide, incumbe ao magistrado decidir acerca da legitimidade **ad causam** da primeira ré.
Ante o exposto, conheço do conflito para declarar competente o Juízo da 29ª Vara do Trabalho de São Paulo, SP, o suscitante.
Publique-se.
Brasília (DF), 14 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(1994)
CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 89.978 - RJ (2007/0200830-7)

RELATOR : MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
AUTOR : SÔNIA FONSECA FERREIRA E OUTROS
ADVOGADO : GLICIA PINTO DANTAS E OUTRO(S)
RÉU : METALNAVE S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA
ADVOGADO : CARLOS VARGAS DA COSTA E OUTRO(S)
SUSCITANTE : JUÍZO DA 16A VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO - RJ
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 15A VARA CÍVEL DO RIO DE JANEIRO - RJ

DECISÃO

Vistos.
Cuida-se de conflito negativo em que é suscitante o Juízo da 16ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro e suscitado o Juízo de Direito da 15ª Vara Cível da mesma capital, relativamente à ação movida por Sonia Fonseca Ferreira, Douglas Alexandre Ferreira e Annecy Lourinho da Silva Ferreira, representando sua filha menor impúbere Priscila Lourinho Ferreira, Marcos André Ferreira, representando suas filhas menores impúberes Giovanna Moreira Ferreira e Sofia Moreira Ferreira, em desfavor de Metalnave S.A. Comércio e Indústria.
O relato dos fatos na inicial revela que o pedido refere-se à indenização por culpa da ré, para quem laborava o esposo, pai, sogro e avô Annibal Ferreira, falecido em decorrência de complicações advindas de queda de escada no interior de navio, quando exercia a função de oficial de máquinas. O pedido vem calcado nos arts. 398, 406 e 927 do Código Civil de 2002, e 5º, X, e 7º, XXVIII, da Constituição Federal.
Desde quando o STF, em sessão realizada em 29.06.2005, nos autos do Conflito de Competência n. 7.204/MG, decidiu que a partir da modificação introduzida no art. 114, VI, da Constituição Federal, promovida pela Emenda Constitucional n. 45, de 31.12.2004, as demandas que versem sobre indenização por danos morais em virtude de acidente de trabalho ou doença profissional cabem à Justiça do Trabalho. Tal posicionamento foi seguido pelo STJ com o julgamento do CC n. 51.712/SP (2ª Seção, Rel. Min. Barros Monteiro, por maioria, DJU de 14.09.2005); desde que, na data de edição da EC n. 45, os processos ainda não estivessem sentenciados.
Contudo, é irrelevante a prolação de sentença para dirimir a qual juízo caberá o julgamento da ação, porque o caso dos autos não se enquadra na hipótese acima.
É que o pleito deduzido nos autos não guarda relação com a relação laboral havida entre empregadora e empregado, mas direito próprio dos autores, consistente no abalo moral pela perda prematura do esposo, pai, sogro e avô.
Assemelha-se, portanto, ao precedente da e. 2ª Seção no CC n. 54.210/RO, cuja ementa é a seguinte:
"Conflito de competência. Acidente do Trabalho. Morte do empregado. Ação de indenização proposta pela esposa e pelo filho do falecido.
1. Compete à Justiça comum processar e julgar ação de indenização proposta pela mulher e pelo filho de trabalhador que morre em decorrência de acidente do trabalho. É que, neste caso, a demanda tem natureza exclusivamente civil, e não há direitos pleiteados pelo trabalhador ou, tampouco, por pessoas na condição de herdeiros ou sucessores destes direitos. Os autores postulam direitos próprios, ausente relação de trabalho entre estes e o réu.
2. Conflito conhecido para declarar a competência da Justiça comum."
(Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, por maioria, DJU de 12.12.2005)
Ante o exposto, conheço do conflito para declarar competente o Juízo de Direito da 15ª Vara Cível do Rio de Janeiro, RJ, o suscitado.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(1995)
CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90.078 - SP (2007/0225873-5)

RELATOR : MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
AUTOR : LUIZ BICALHO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : PRYSCILA PORELLI FIGUEIREDO MARTINS
RÉU : MARIA ANTÔNIA DE ANDRADE E OUTRO
SUSCITANTE : JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE JACAREÍ - SP
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE JACAREÍ - SP

DECISÃO

Vistos.
Cuida-se de conflito negativo em que é suscitante o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Jacareí, Estado de São Paulo, e suscitado o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da mesma cidade, relativamente à ação de indenização por danos morais e materiais ajuizada por Luiz Bicalho de Oliveira em desfavor de Maria de Antônia de Andrade e outro, na qual visa o pagamento da contraprestação pelos serviços técnicos para "levantamento planimétrico no remanescente de terras situadas na Comarca de Paraibuna".
O Juízo de Direito, entendendo estar consubstanciada relação de trabalho pela prestação de serviços, declinou da competência em favor da Justiça Especializada, em função da alteração introduzida na Constituição Federal pela EC n. 45/2004, posicionamento oposto ao do magistrado trabalhista.
De acordo com precedentes da C. 2ª Seção desta Corte, a relação entre o contratante de serviços profissionais e o prestador é de natureza eminentemente contratual civil, que permaneceu imune às alterações promovidas pela Emenda Constitucional n. 45/2004, **verbis**:
"Conflito negativo de competência. Indenização. Contrato de prestação de serviços.
1. Verifica-se da petição inicial e da causa de pedir que a natureza do pleito não tem índole trabalhista. Os autos tratam de ação de indenização, não estando em discussão qualquer obrigação de índole trabalhista ou de vínculo empregatício, mas, essencialmente, pedido relacionado à indenização decorrente de rescisão de contrato de prestação de serviços, o qual, por si só, não caracteriza relação de trabalho para efeito de definir a competência em favor da Justiça do Trabalho após a Emenda Constitucional nº 45.
2. Hipótese em que há simples pedido de compensação por ter deixado o autor de ser empregado, passando a ser prestador de serviço. O dano teria ocorrido, então, quando prestador de serviços para a ré, ausente qualquer pedido de índole trabalhista.
3. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo da 2ª Vara Cível de Araçatuba/SP."
(CC n. 51.937/SP, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, unânime, DJU de 19.12.2005)
- -
"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA TRABALHISTA E ESTADUAL COMUM. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PESSOA JURÍDICA À PESSOA FÍSICA. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PEDIDOS E CAUSA DE PEDIR QUE NÃO SE QUALIFICAM COMO TRABALHISTAS. SENTENÇA PROFERIDA NO JUÍZO ESTADUAL ANTES DA PROMULGAÇÃO DA EC N.° 45/04. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL COMUM.
- A competência para o julgamento da causa define-se em função da natureza jurídica da questão controvertida, demarcada pelos pedidos e pela causa de pedir.
- *O pedido relativo à prestação de contas por pessoa jurídica, em razão de serviços prestados por esta à pessoa física, deve ser apreciado pela justiça comum, pois a pretensão não se qualifica como trabalhista; ao contrário, decorre de relação comercial entre as partes, regida pelo direito privado.*
- Na esteira do atual entendimento da 2.ª Seção (CC n.° 36.130/SP, Rel. Min. Castro Filho, DJ 19.10.2006), se a sentença foi proferida no Juízo Estadual antes da promulgação da EC n.° 45/04, em 8.12.2004 (fls. 3.802), o processo deve continuar na Justiça Estadual.
Conflito conhecido, declarando-se competente o juízo suscitado."
(CC n. 65.214/SP, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 01.02.2007)
No mesmo sentido, ainda, os CC n. 67.330/MG e 57.059/SP, ambos relatados pela Ministra Nancy Andrighi, unânimes, DJU, respectivamente, de 01.02.2007 e 12.06.2006.
Ante o exposto, na esteira dos julgados acima, conheço do conflito para declarar a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Jacareí, SP, o suscitado.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(1996)
CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90.228 - SP (2007/0231391-0)

RELATOR : MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
AUTOR : ANTONIO RODRIGUES CAMPOS
ADVOGADO : ALEXANDRA DELFINO ORTIZ E OUTRO(S)

RÉU	: TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A
SUSCITANTE	: JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE MOGI GUAÇU - SP
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE MOGI GUAÇU - SP

DECISÃO

Conflito negativo de competência entre os Juízos Trabalhista e de Direito, suscitado em ação de reparação de danos em que se pede indenização por danos materiais e /ou morais, decorrentes de acidente de trabalho ou doença profissional.
A ação foi exercida originariamente perante o Juízo Estadual que declinou da competência para a Justiça do Trabalho, que teria competência absoluta para conhecer as ações envolvendo indenizações por prejuízos originários de relação trabalhista.
O Juiz do Trabalho suscitou conflito, afirmando que mesmo com a edição da EC 45/2004, compete à Justiça Comum estadual o exame e julgamento das ações de indenização por (acidente de trabalho ou doença profissional), seja por dano material ou moral, conforme decidiu o STF.
DECIDO:
Hipóteses como a dos autos não mais comportam discussão.
Em situações como a deste conflito, a Segunda Seção (CCs 51.712/BARROS MONTEIRO e 50.046/HUMBERTO), louvando-se na nova orientação do STF (CC 7204-/CARLOS BRITO), assentou que a recente edição da EC 45/2004, ampliou a competência absoluta da Justiça do Trabalho (Art.114, VI), que passou a alcançar as ações de indenização por prejuízos originados na relação de trabalho. A teor da Emenda, o termo inicial de ampliação da competência é a promulgação da EC nº 45/2004.
A Segunda Seção, na mesma assentada (sessão de 10/08/2005), contra meu entendimento, decidiu que, nos processos em que já houver sentença, perpetua-se a competência da justiça comum.
Neste processo já existe sentença. A competência permanece com a Justiça Estadual.
Declaro competente a Justiça Estadual, o suscitado (CPC. Art. 120).
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(1997)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90.450 - RJ (2007/0237014-7)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
AUTOR	: JOÃO DIOCLÉCIO ALVES DE MORAES
ADVOGADO	: MILTON JOSÉ MUNHOZ CAMARGO E OUTRO(S)
RÉU	: VARIG S/A VIAÇÃO AÉREA RIO GRANDENSE - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SUSCITANTE	: VARIG LOGÍSTICA S/A
ADVOGADO	: ROBERTO TEIXEIRA E OUTRO(S)
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ
SUSCITADO	: JUÍZO DA 11A VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE - RS

DESPACHO

Intime-se a suscitante para que corrija a discrepância da petição inicial, no item 61 referindo-se a João Dioclécio Alves de Moraes (execução nº 00233.011/02-1), e no item 64, alínea b, aludindo a Jorge Lui Carvalho (execução nº 00650-2007-020-00-3).

Brasília, 27 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(1998)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 90.477 - SP (2007/0237632-4)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AUTOR	: MÁRCIO TACIDELLI
ADVOGADO	: IVAN VICTOR SILVA E SANTOS
RÉU	: VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO S/A VASP - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADO	: OSVALDO BRETAS SOARES FILHO E OUTRO(S)
AUTOR	: MÁRCIO TACIDELLI
ADVOGADO	: IVAN VICTOR SILVA E SANTOS
RÉU	: HOTEL NACIONAL S/A
SUSCITANTE	: HOTEL NACIONAL S/A
ADVOGADO	: DIANA DE ALMEIDA RAMOS ARANTES E OUTRO(S)
SUSCITADO	: JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP
SUSCITADO	: JUÍZO DA 60A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP
SUSCITADO	: JUÍZO DA 17A VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF

DECISÃO

Visto.
1. Cuida-se de conflito positivo de competência, com pedido de liminar, em que HOTEL NACIONAL S/A se apresenta como suscitante, tendo por suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP, o JUÍZO DA 60ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP e o JUÍZO DA 17ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF.
Há pedido de antecipação de tutela para que seja suspenso o processo em curso perante a 60ª Vara do Trabalho de São Paulo e requerimento para que se comunique a decisão liminar ao Juízo da 17ª Vara do Trabalho de Brasília, onde tramita a carta precatória em que determinada e expedição de mandado de prisão.
Afirma o suscitante ter sido expedido mandado de prisão a depositário diretor da empresa suscitante e se requer a designação do Juízo da Vara de Falências e Recuperações Judiciais para resolver as medidas urgentes; sustenta, resumidamente, que a Vasp se encontra em recuperação judicial; que foi aprovado o plano de recuperação apresentado pela companhia; que todos os credores ficaram vinculados a seu resultado; que o Juízo da Recuperação Judicial determinou a suspensão de todas as execuções trabalhistas contra a Vasp; que diversos Juízos do Trabalho prosseguiram nas execuções, tendo sido suscitados diversos conflitos de competência; que o Juízo da 60ª Vara do Trabalho de São Paulo determinou a penhora do faturamento do Hotel Nacional S/A, com ordem de prisão; que a execução de créditos trabalhistas altera o quadro geral de credores; que a competência universal do Juízo da Recuperação Judicial está determinada no art. 7º, § 1º, da Lei 11.101/05, que busca a preservação da atividade empresarial; que há "notória relevância social e econômica da VASP no mercado nacional e internacional de transporte de cargas e passageiros"; que a decisão do Juízo da 13ª Vara do Trabalho fere o princípio da isonomia entre os credores; que existe perigo de dano irreparável ou de difícil reparação; que é flagrante o *fumus boni juris* (fls. 02/23).
É o relatório.
Decido.
2. Conforme se verifica dos autos, a **VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO S/A VASP** se encontra em processo de recuperação judicial perante o JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP; em execução trabalhista em trâmite perante o JUÍZO DA 60ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP, foi determinada a penhora sobre o faturamento do **HOTEL NACIONAL S/A**, tendo sido determinada ainda a expedição de mandado de prisão contra o fiel depositário de referido estabelecimento hoteleiro e não da mencionada companhia aérea.
3. Em ofício acostado aos autos de outro conflito de competência também de minha Relatoria, o Juízo da Vara de Recuperações Judiciais de São Paulo informou que as restrições impostas por seu *decisum* abrangiam tão-somente as execuções de bens da Vasp e não de outras pessoas jurídicas; dessarte, não se acham presentes os requisitos do *periculum in mora* e do *fumus boni juris*, essenciais para o deferimento da medida liminar pleiteada; do exposto, **indefiro** o pedido liminar.
Solicitem-se informações aos Juízos suscitados; com a chegada das informações, encaminhem-se os autos ao c. Ministério Público Federal, para que exare seu parecer.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 27 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(1999)

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 573.809 - MT (2007/0191297-5)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
EMBARGANTE	: CLAUDIO ROBERTO ZENI GUIMARÃES
ADVOGADO	: DÉCIO JOSÉ TESSARO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES E OUTRO(S)
INTERES.	: MANUELIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
ADVOGADO	: ORIVALDO RIBEIRO E OUTRO(S)

DECISÃO

Embargos de divergência dirigidos a acórdão da Eg. Quarta Turma resumido na seguinte ementa:

"RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. DEVOLUÇÃO DE CHEQUE. PROTESTO E INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO.
- O valor da indenização por dano moral sujeita-se ao controle do Superior Tribunal de Justiça quando a quantia arbitrada se mostrar ínfima, de um lado, ou visivelmente exagerada, de outro. Hipótese de fixação excessiva, a gerar enriquecimento indevido do ofendido.
Recurso especial conhecido e provido." (REsp 573.809/BARROS MONTEIRO).

Eis os paradigmas colacionados:

"Agravo regimental. Recurso especial não admitido. Indenização. Inscrição indevida no cadastro de inadimplentes. Danos morais.
1. O Tribunal sopesou adequadamente o poderio econômico do banco e o abalo moral e social sofrido pelo agravado, assim como a extensão dos danos e a gravidade do ilícito cometido pelo agravante.
Observados, na origem, os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.
2. Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 406.425/DIREITO, TERCEIRA TURMA);

Agravo regimental. Recurso especial não admitido. Extravio de cheques. Inscrição no cadastro de inadimplentes. Danos morais.
Súmula nº 07/STJ.
1. O entendimento da Corte consolidou-se no sentido de que "a inscrição em cadastro negativo por culpa do banco gera o dano moral, suscetível de indenização, sendo a exigência da prova satisfeita com a demonstração da inscrição indevida" (REsp nº 293.669/PR, Terceira Turma, de minha relatoria, DJ de 04/02/02).
2. Ultrapassar os fundamentos do acórdão e afastar a culpa do banco no evento danoso somente seria possível mediante o reexame de provas, procedimento vedado em sede de recurso especial. Incidência da Súmula nº 07/STJ.
3. Fixado o dano moral com moderação, em decisão fundamentada, não se justifica a interposição para alterá-lo nesta instância.
4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 507.776/DIREITO, TERCEIRA TURMA).

Ainda cita alguns julgados da Terceira Turma que, em casos relativos a indenizações por danos morais, aplicaram a Súmula 7.
Em resumo, o embargante diz que o acórdão embargado diverge dos paradigmas que, em casos de protesto e inscrição indevida em órgão de proteção ao crédito, mantiveram, pela aplicação da Súmula 7/STJ, indenização por danos morais em montante de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais).
Não houve impugnação aos embargos (fl. 556).
DECIDO:
No caso do acórdão embargado há peculiaridade que o afasta dos paradigmas trazidos a confronto. O cheque devolvido era de valor ínfimo e, mesmo assim, o erro da instituição financeira não foi na devolução do cheque - mas no motivo dela. Eis trecho do julgado que foi omitido no confronto:

"Ocorre que, no caso, a par do valor mínimo do cheque devolvido, não há nenhum destaque especial para as conseqüências do protesto levado a efeito e do registro do nome do recorrido nos órgãos de proteção ao crédito. Há apenas a alegação de que perdera o demandante o limite do cheque especial do "Banco do Brasil S/A", nada mais.
Deve ter-se em conta, ainda, que a instituição financeira devolveu o cheque, tendo apenas incorrido no engano de fazê-lo quanto à alínea "21", quando deveria tê-lo feito em relação à alínea "28". Trata-se aí de falha administrativa que, no entanto, não pode ser tida como qualificadora de culpa grave." (fl. 419).

Os paradigmas invocados não examinam essa circunstância. Vale dizer: trataram de casos totalmente distintos. Por isso, a diferença entre os valores da indenização e a aplicação da Súmula 7.
Logo, divergência jurisprudencial não está configurada, pois não há semelhança entre os casos confrontados, que cuidam de situações diversas.
Nego seguimento ao recurso (CPC, Art. 557).
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(2000)

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 839.561 - RS (2007/0232701-1)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
EMBARGANTE	: FRANGOSUL S/A AGRO AVÍCOLA INDUSTRIAL
ADVOGADO	: JOSÉ LUIZ PROVENZANO DA LUZ E OUTRO(S)
EMBARGADO	: CHASE MANHATTAN LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADA	: ELISA LIMA ALONSO E OUTRO(S)

DECISÃO

Embargos de divergência dirigidos a decisão unipessoal do e. Ministro César Asfor Rocha.
DECIDO:
Embargos de divergência dirigidos a decisão unipessoal são manifestamente incabíveis (CPC, Art. 546, I c/c RISTJ, Art. 266). Nesse sentido: AgRg na Pet 3.492/NORONHA, AgRg nos EREsp 577.890/GALLOTI, dentre muitos.
Note-se que, na época da oposição dos embargos, sequer existia o acórdão de fls. 748/752 referente a agravo interno interposto pela ora embargada, que, além disso, só cuida de honorários advocatícios.
Não bastasse, a divergência jurisprudencial não está demonstrada com as formalidades exigidas pelo Art. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ. Não houve confronto analítico entre os paradigmas e o julgado embargado para demonstração de semelhança entre os casos. Simples transcrições de ementas e trechos não bastam (cf. EAG 430.169/HUMBERTO, dentre outros).
Nego seguimento ao recurso (CPC, Art. 557).
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

COORDENADORIA DA TERCEIRA SEÇÃO

(2001)

RECLAMAÇÃO Nº 2.248 - DF (2006/0171087-1)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
RECLAMANTE	: GUTEMBERGUE DE CARVALHO
RECLAMANTE	: NEY DANTAS DO VALE
RECLAMANTE	: IVAN ALVES DE MELLO
RECLAMANTE	: MARCOS JOSÉ FRANCISCO
RECLAMANTE	: VALDECI LOURENÇO QUERES
RECLAMANTE	: GILBERTO DA SILVA RIBEIRO
RECLAMANTE	: MÁRIO JOSÉ PEREIRA DE SOUZA
ADVOGADO	: EDUARDO MACHADO DOS SANTOS
RECLAMADO	: DIRETOR DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA AERONÁUTICA

DECISÃO

Trata-se de reclamação interposta por Gutembergue de Carvalho e outros contra o não cumprimento de decisão proferida pelo ilustre Ministro Gilson Dipp nos autos do Recurso Especial nº 826.932/RJ que determinou a reintegração dos reclamantes "*em seus postos militares, garantindo-lhes o direito à estabilidade no quadro*".

Em 17/8/2007 os reclamantes informam que foram reintegrados á ativa, cumprindo-se a decisão proferida por este Tribunal (Protocolo nº 00150301).

Com a noticiada reintegração dos reclamantes, resta superada a questão de descumprimento da decisão desta Corte e, por conseqüência, prejudicado o pedido desta Reclamação.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XI, do RISTJ, julgo prejudicado o pedido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(2002)

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 3.455 - RN (2005/0201110-8)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AUTOR	: ADÉLIA MEDEIROS DUARTE
ADVOGADO	: JOSÉ MARIA GAMA DA CAMARA E OUTRO
RÉU	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

DESPACHO

Em razão do falecimento da autora, informado à fl. 143, determino a suspensão do processo, nos termos do art. 265, I, do Código de Processo Civil, para que ocorra a habilitação de seu espólio ou de seus sucessores, nos termos dos arts. 43 e 1055, do Diploma Processual.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(2003)

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 3.775 - CE (2007/0125685-8)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AUTOR	: RAIMUNDO ALBECI ROCHA
AUTOR	: JOSÉ PINHEIRO DE SOUSA
ADVOGADO	: JOSÉ CARNEIRO FERNANDES
RÉU	: DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS

DECISÃO

1. Às fls. 24 determinei que os autores emendassem a inicial, no prazo de 10 dias, demonstrando os fundamentos de fato e de direito aptos a causar a rescisão do julgado, instruindo, também, adequadamente o processo, com a juntada das peças principais dos autos originários, anexando, ainda, a contra-fé, sob pena de seu indeferimento (art. 284 do CPC).

2. Transcorrido o prazo assinado, os autores não atenderam àquela determinação, conforme se vê da certidão de fls. 29, devendo, por isso, ser extinto o processo.

3. Nesse sentido, a orientação desta Corte:

> *PROCESSUAL CIVIL. PETIÇÃO INICIAL. INSTRUÇÃO COM OS DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. NÃO REGULARIZAÇÃO. INDEFERIMENTO. ARTS. 283 E 284 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PRECEDENTES.*
>
> *I. Nos termos do art. 284 do Código de Processo Civil, verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos arts. 282 e 283, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor a emende, ou a complete no prazo de dez (10) dias. In casu, não obstante tenha sido intimado para regularizar o feito, o requerente não cumpriu da diligência, motivo pelo qual a petição inicial restou indeferida. Precedentes.*
>
> *2. Agravo interno desprovido. (AgRg na MC 5975/ES, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 5/5/2003)*

4. Diante do exposto, julga-se extinta a presente ação rescisória, nos termos do disposto no art. 284, parágrafo único, c/c o art. 267, I, do Código de Processo Civil.

5. Publique-se.

6. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 24 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(2004)

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 3.777 - SP (2007/0125907-9)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AUTOR	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: AYRES LOURENÇO DE ALMEIDA FILHO E OUTRO(S)
RÉU	: WANDER GOMES DOS SANTOS
ADVOGADO	: HELOISA ALBUQUERQUE DE BARROS BRAGA E OUTRO(S)

DESPACHO

Vista às partes, sucessivamente, para razões finais, a teor do disposto no art. 493 do Código de Processo Civil, c/c o art. 237 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(2005)

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 3.783 - MG (2007/0137313-4)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AUTOR	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: EDUARDO MONTEIRO DE CASTRO CASASSANTA E OUTRO(S)
RÉU	: GIZELDA MARAN DANZA

DESPACHO

Defiro o pedido de fl. 93, por meio do qual o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS requer a suspensão do processo por seis meses em razão do falecimento da ré Gizelda Maran Danza, nos termos do art. 265, I, do Código de Processo Civil.

Após o decurso do prazo, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(2006)

PETIÇÃO Nº 3.842 - SP (2005/0036714-9)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
REQUERENTE	: GILBERTO APARECIDO FERREIRA
ADVOGADO	: CLOVIS MARCIO DE AZEVEDO SILVA
REQUERIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MARIANA BUENO KUSSAMA E OUTRO(S)

EMENTA

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. INTERPOSIÇÃO NO ÂMBITO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO DENEGADO. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 315/STJ. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de embargos de divergência, opostos por Gilberto Aparecido Ferreira, contra acórdão proferido pela egrégia Quinta Turma, que restou assim ementado:

> "PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. ACIDENTÁRIA. ALÍNEA "A". REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INVIABILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 07-STJ. ALÍNEA "C". AUSÊNCIA DO COTEJO ANALÍTICO. ART. 255/RISTJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
>
> I- É inviável, em sede de recurso especial, o reexame de matéria fático-probatória, tendo em vista o óbice contido no verbete Sumular 07-STJ. Desta forma, tendo o Órgão ***a quo*** acordado pela ausência de um dos requisitos, incabível a concessão do benefício, cuja natureza é precipuamente indenizatória.
>
> II - A admissão do Especial com base na alínea "c" impõe o confronto analítico entre os acórdãos paradigma e hostilizado, a fim de evidenciar a similitude fática e jurídica posta em debate, conforme disposto no art. 255 e parágrafos do RISTJ.
>
> III- Agravo interno desprovido."

Conforme se extrai dos autos, os presentes embargos de divergência foram opostos contra acórdão prolatado em julgamento de agravo regimental em agravo de instrumento, interposto na forma do art. 544 do Código de Processo Civil e que teve seu seguimento negado.

Dessa forma, inviável o conhecimento de tal recurso, em razão de seu não cabimento no âmbito de agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmite recurso especial.

Nesse sentido, confira-se a Súmula 315/STJ:

> "Não cabem embargos de divergência no âmbito do agravo de instrumento que não admite recurso especial."

Da mesma forma, é a orientação da egrégia Terceira Seção:

> "PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. NÃO IMPUGNAÇÃO DO ÚNICO FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182 DESTA CORTE. NÃO CABIMENTO DA DIVERGÊNCIA EM SEDE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. SÚMULA 315 DESTA CORTE.
>
> I - (...)
>
> II - Ademais, a teor do disposto na Súmula 315 desta Corte: "Não cabem embargos de divergência no âmbito do agravo de instrumento que não admite recurso especial." Agravo regimental não conhecido."
>
> (AgRg na Pet 4.833/ES, Rel. Min. FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, DJ 02.04.2007)
>
> "AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM SEDE DE AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO CABIMENTO. SÚMULA Nº 315/STJ.
>
> 1. São incabíveis embargos de divergência opostos contra acórdão proferido em sede de agravo interno desafiando decisão que negou provimento a agravo de instrumento.
>
> 2. Agravo improvido." (AgRg na Pet 4.409/DF, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, TERCEIRA SEÇÃO, DJ 02.08.2006)

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, do RISTJ, nego seguimento a estes embargos de divergência.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(2007)

PETIÇÃO Nº 4.224 - SP (2005/0155214-9)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
REQUERENTE	: VANDERLEI DA SILVA BAHIA
ADVOGADO	: GILSON LUCIO ANDRETTA E OUTRO(S)
REQUERIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO CAMARGO E OUTRO(S)

DESPACHO

Trata-se de embargos de divergência, opostos por Vanderlei da Silva Bahia, contra acórdão proferido pela egrégia Sexta Turma desta Corte, relatado pelo eminente Ministro Hélio Quaglia Barbosa, que restou assim ementado:

> "AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. CERCEAMENTO DE DEFESA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. AUXÍLIO SUPLEMENTAR E AUXÍLIO ACIDENTE. TEMA NÃO PREQUESTIONADO. DIVERGÊNCIA PRETORIANA. SIMPLES TRANSCRIÇÃO DE EMENTAS. PROVIMENTO NEGADO.

1. O recorrente especial não embasou o pedido de nulidade por cerceamento de defesa com a demonstração de afronta à lei federal ou dissídio jurisprudencial, consubstanciando fundamentação deficitária. Incidência do Enunciado 284 do STF.

2. O pleito de conversão do auxílio suplementar em auxílio acidente, não foi decidido pelo v. acórdão estadual vergastado, carecendo do imprescindível prequestionamento. Incide, na hipótese, o óbice das Súmulas 211 do STJ, 282 e 356 do STF.

3. A simples transcrição de ementas não enseja o conhecimento do apelo especial pelo dissenso jurisprudencial, é imperioso o confronto analítico de teses.

4. Decisão monocrática confirmada, agravo regimental a que se nega provimento."

Conforme se extrai dos autos, os presentes embargos de divergência foram distribuídos ao eminente Ministro Hélio Quaglia Barbosa, a quem sucedi na Colenda Sexta Turma, tendo sido, pois, estes autos a mim atribuídos.

Todavia, assim dispõem os arts. 74 e 78 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

"Art. 74. No caso de embargos infringentes e de divergência, apenas se fará o sorteio de novo relator.

Art. 78. Se a decisão embargada for de uma Turma, far-se-á distribuição dos embargos dentre os Ministros da outra; se da Corte Especial, serão excluídos da distribuição o relator e o revisor."

Verifica-se, portanto, que a distribuição destes embargos de divergência se fez contrariamente ao disposto nas normas regimentais acima transcritas, uma vez que o relator sorteado necessariamente deve compor a egrégia 5ª Turma deste Superior Tribunal, porquanto apontado dissídio com precedentes do referido colegiado.

Diante do exposto, determino a remessa dos autos à Distribuição para que sejam eles encaminhados a um dos Ministros componentes da egrégia 5ª Turma.

Cumpra-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(2008)

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 8.631 - DF (2002/0119042-4)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
IMPETRANTE	: ALTAIR SEIXAS DA SILVA
IMPETRANTE	: CENTEMAR RAMOS FILHO
IMPETRANTE	: IRANACI DE JESUS CONCEIÇÃO
IMPETRANTE	: IRINEU DE SOUZA TELES
IMPETRANTE	: JOSÉ CARLOS OLIVEIRA DA SILVA
IMPETRANTE	: JOSÉ RIBAMAR RAMOS DE ARAÚJO
IMPETRANTE	: PAULO VICTOR PINTO
IMPETRANTE	: RITA DE CÁSSIA LEMOS BULHÕES
IMPETRANTE	: ROSSANA FIGLIUOLO DO COUTO VALLE
IMPETRANTE	: VANDETE BENN DE LEMOS
ADVOGADO	: MARCELLO LAVENÈRE MACHADO
IMPETRADO	: MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
IMPETRADO	: MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

DESPACHO

Manifestem-se os impetrantes, de forma definitiva e conclusiva, considerando que o *mandamus* foi impetrado em 24/01/02, a respeito do interesse no julgamento do feito, concedendo-lhes o prazo de 10 (dez) dias.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(2009)

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 10.941 - AL (2005/0136550-4)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: FLÁVIA MARIA LINS AUTO
ADVOGADO	: DAVID OSÓRIO CLETO
IMPETRADO	: MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
IMPETRADO	: REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

DESPACHO

A Universidade Federal de Alagoas, representada pela Procuradoria-Geral Federal, requer, por meio da petição de fls. 235/236, a devolução do prazo recursal, uma vez que não teve acesso aos autos porque retirados pela Procuradoria-Geral da União, conforme certidão de fl. 233.

Defiro o pedido.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(2010)

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 12.761 - DF (2007/0083108-3)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
IMPETRANTE	: MARIA EUGÊNIA DE CARVALHO
ADVOGADO	: SAUMIR DA SILVA RODRIGUES
IMPETRADO	: MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA

DECISÃO

Foi este mandado de segurança impetrado por Maria Eugênia de Carvalho contra omissão do Ministro de Estado da Defesa caracterizada pelo não-cumprimento da Portaria nº 836 do Ministro de Estado da Justiça, publicada em 2.6.06. Nos termos da citada portaria, foi declarado anistiado político post mortem o Sr. Joércio Fontanezzi, bem como instituída reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada em favor da impetrante e, caso existentes, dos demais dependentes econômicos.

Requereu a impetrante a concessão de liminar que determine o imediato pagamento do benefício mensal concedido pela portaria.

Antes de examinar o pedido urgente, solicitei informações.

No primeiro ofício encaminhado, informou o Ministro da Defesa que a reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada já se encontrava implementada.

Solicitei, então, a apresentação das fichas financeiras que comprovassem o pagamento.

Em nova manifestação, esclareceu a autoridade indigitada coatora que, "por culpa exclusiva da impetrante não se logrou concretizar a transferência da prestação econômica mensal". Das novas informações constou também o seguinte:

"7. A interessada, ora impetrante, foi intimada a fim de que comparecesse ao VI Comar para firmar requerimento administrativo. Tanto foi feito no afã de formalizar a transferência da reparação econômica, decorrente de anistia política, oportunidade na qual fora cientificado àquela que deveria comparecer com cópias de certos documentos, ali relacionados.

8. Apesar de ter tomado ciência da necessidade do seu comparecimento para que se realizasse a transferência da reparação econômica, até a presente data a impetrante não compareceu ao órgão sinalizado, sendo certo que o aludido órgão permanece no aguardo das providências a serem adotadas pela interessada."

Logo após, manifestou-se a impetrante nos autos, espontaneamente, para esclarecer o seguinte:

"(...) o Comando da Aeronáutica, a despeito de ter conhecimento do Mandado de Segurança, tem empreendido meios de procrastinar o lançamento do nome da impetrante em folha de pagamento, fazendo sucessivas exigências de documentos que já foram entregues e, suscitando questões que já foram satisfatoriamente resolvidas, tanto no processo administrativo que tramitou junto ao Ministério da Justiça, no qual se reconheceu o direito da impetrante, como no VI Comar, conforme demonstram os documentos em anexo."

Bem examinada a questão, a mim me parecem atendidos os requisitos para a concessão da liminar.

No normal desses casos de anistiados militares, pude observar, dado o considerável número de mandados de segurança semelhantes que me foram distribuídos, que, uma vez declarada a anistia e concedida a reparação econômica, o benefício mensal, pelo menos esse, tem sido prontamente implantado na folha de pagamentos da respectiva Força.

Essa constatação é que me permite concluir tratar-se de caso excepcional, porquanto, sem que se revele motivo razoável - diferentemente de vários outros processos, aqui não se discute a regularidade do ato de anistia -, simplesmente não se deu concreção à portaria ministerial.

Ao examinar o requerimento relativo ao Sr. Joércio Fontanezzi, concluiu a Comissão de Anistia pelo deferimento, a fim de que fosse ele declarado anistiado político post mortem, "nos termos dos arts. 1º, inciso I, e 2º, inciso XII da Lei 10.559/02", bem como para que se concedesse "reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada apenas à Sra. Maria Eugênia de Carvalho, referente aos proventos de Primeiro-Sargento, com as vantagens respectivas, conforme os arts. 1º, inciso II, e 6º da Lei nº 10.559/02".

Para concluir ser a impetrante a única beneficiária da pleiteada reparação, valeu-se a Comissão deste entendimento:

"Cabe firmar a legitimidade da companheira Maria Eugênia de Carvalho como dependente econômica do anistiado falecido, nos termos dispostos no art. 13 da Lei 10.559, em consonância com a Lei 6.680, conforme documentos de fls. 20, 44, 50. Entretanto, a ex-esposa Dirma Alves Santos, em que pese ser ainda pensionista do anistiado falecido, contraiu novo casamento em 12/05/2001, não se enquadrando como dependente econômica nos termos preconizados no parágrafo 2º do art. 50 da Lei 6.680. Em relação aos filhos todos são maiores, e a filha solteira não comprovou dependência econômica."

Foram essas considerações que, devidamente acatadas pelo Ministro da Justiça, deram suporte à Portaria nº 836.

Ora, ainda que a concessão se tenha dado, nos termos da portaria, em favor da impetrante e "demais dependentes econômicos, se houver", o fato é que não há, nestes autos, elementos que indiquem a existência de outro dependente econômico do anistiado político.

Deve-se considerar, ademais, que o ato do Ministro da Justiça goza de presunção de legitimidade, dele decorrendo efeitos imediatos, observados, é claro, prazo razoável para o seu cumprimento e a disponibilidade orçamentária. Quanto a esse aspecto, é do conhecimento do Superior Tribunal - tal o número de mandados de segurança que aqui aportaram com pretensão idêntica à que ora se examina - a existência de recursos financeiros que permitem, ao menos, a imediata implantação do benefício mensal. É certo, também, que em nenhuma de suas manifestações a autoridade indigitada coatora apontou a ausência de recursos financeiros como causa do não-implemento do benefício mensal devido à impetrante.

À vista do exposto, defiro a liminar a fim de que seja imediatamente implantada, em favor da impetrante, a reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada a que alude a Portaria nº 836.

Comunique-se com urgência; após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 27 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(2011)

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 13.118 - DF (2007/0232545-6)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
IMPETRANTE	: EDUARDO NAZARENO SOUZA DUARTE
ADVOGADO	: JOSÉ ALFREDO DA SILVA SANTANA E OUTRO(S)
IMPETRADO	: MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE

DECISÃO

Cuida-se de mandado de segurança impetrado por EDUARDO NAZARENO SOUZA DUARTE contra suposta decisão coatora proferida pelo Ministro de Estado da Saúde, que teria demitido o impetrante, por meio da Portaria nº 989/2007.

Sustenta a nulidade do processo administrativo, por ter utilizado, como prova de acusação contra o ora impetrante, gravação clandestina. Alega que o STF tem admitido a validade da utilização tanto de escuta como degravação de conversa telefônica ou pessoal, desde que haja excludente de ilicitude, como a legítima defesa, o que não se aplica ao caso.

Requer a concessão de liminar para que seja reintegrado à função pública, até a decisão final do *writ*. Pugna, ao final, pela nulidade do processo administrativo, por ter-se baseado em prova ilícita.

Passa-se à decisão.

Malgrado, seja cediço em doutrina que no mandado de segurança a prova necessita ser pré-constituída, observa-se que o presente feito encontra-se deficientemente instruído, uma vez que não foi juntada cópia da decisão impetrada, além de o "*Despacho nº 188/CORGE/ANVISA*", que apresenta o relatório final do processo administrativo, estar incompleto.

Ante o exposto, não sendo possível sem os aludidos documentos, perquirir-se sobre os requisitos de admissibilidade do *mandamus*, bem como verificar-se, em juízo de prelibação, a ilegalidade ora apontada, faculto ao impetrante o prazo de dez dias, para que regularize a instrução, sob pena de indeferimento da inicial.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)

Relator

(2012)

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 13.122 - DF (2007/0232691-1)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
IMPETRANTE	: JOSÉ AUGUSTO PINTO SOBRINHO
ADVOGADO	: WANDERLEY CAMPOS E OUTRO(S)
IMPETRADO	: MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE

DECISÃO

1.
ta-se de Mandado de Segurança preventivo, com pedido de liminar, impetrado por JOSÉ AUGUSTO PINTO SOBRINHO, contra possível ato ilegal, a ser exarado pelo Excelentíssimo Senhor MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, consubstanciado no indiciamento do impetrante pela Comissão, nomeada pelo Processo Administrativo Disciplinar SIPAR 25000.00195181/2005-25, por improbidade administrativa e uso do cargo para proveito pessoal, tendo assim infringido os artigos 117, inciso IX e 132, inciso IV da Lei 8.112/90, combinado com art. 11, *caput* e inciso II da Lei 8.429/92 e possível pena de demissão.

2.
impetrante responde por omitir-se no cancelamento de bilhetes aéreos emitidos e não utilizados e beneficiar a Boeing Turismo Ltda e a Companhia Aérea Varig, ao deixar de dar conhecimento à coordenação responsável da não utilização dos bilhetes, impedindo-a de pedir reembolso nos prazos permitidos. Fundamenta o impetrante, em sede de *fumus boni iuris*, o desrespeito ao seu direito líquido e certo em três pilares: (a) na violação do contraditório e ampla defesa; (b) ilegalidade da representação em denúncia anônima; e (c) em inconsistências e parcialidade do Processo Administrativo. No primeiro, aduz não lhe ter sido dada oportunidade para contestar os argumentos rebatidos no Relatório Final de sua defesa escrita. No segundo, alega que o art. 14 da Lei 8.429/92, *caput* e § 1º traz como elemento essencial à qualificação do representante que denuncia a infração administrativa, sendo, portanto, incabível a denúncia anônima. No terceiro conjunto argumentativo, expõe as falhas do controle interno das atividades ligadas ao contrato entre o Ministério da Saúde e a Boeing Turismo, o descumprimento do Contrato Administrativo 10007/2005, pela Boeing, que deveria ter comunicado a possibilidade de ressarcimento das passagens; a ilegalidade na quebra de seu sigilo fiscal, dado que a Comissão requisitou os assentos funcionais do impetrante e verificou sua declaração de imposto de renda; e a falta de provas da Comissão, tanto no Termo de Instrução e Indiciamento, quanto no Relatório Final.

3.
outro lado, o impetrante encontra respaldo para o *periculum in mora* no justo receio que tem de sofrer coação injusta pelo ato de sua demissão.

4.
o relatório. Decido.

5.
concessão de liminar em Mandado de Segurança, como é cediço, está condicionada à presença concomitante de seus dois pressupostos autorizadores, quais sejam, o *fumus boni iuris*, ou a relevância do fundamento da impetração, e o *periculum in mora*.

6.
Em relação ao *fumus boni iuris*, em sede de análise perfunctória, não se mostra comprovado nos autos. Isso porque, não se demonstrou a violação do contraditório e ampla defesa, visto que no trâmite do processo administrativo disciplinar não está prevista a indispensabilidade de contestação do inquirido da análise realizada no relatório final.

7.
disso, esta Corte já firmou entendimento de que a denuncia anônima é instrumento adequado para fundamentar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar. Nesse sentido:

> *ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. MILITAR. DEMISSÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. CARTA ANÔNIMA. LICITUDE. DILAÇÃO PROBATÓRIA. WRIT. VIA INADEQUADA.*
>
> *I - A carta anônima é meio hábil para a instauração de processo administrativo disciplinar, cabendo a Administração a apuração dos fatos narrados na denúncia, ainda que apócrifa.*
>
> *II - Questões cuja solução demandaria, necessariamente, revisão do material fático apurado no processo disciplinar, ou a incursão sobre o mérito do julgamento administrativo, não podem ser apreciadas em sede de mandamus.*
>
> *Recurso desprovido.* (RMS 19224/MT, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJU 01.07.2005).

8. Outrossim, nenhum dos argumentos colacionados pelo impetrante, quanto às falhas no controle dos contratos administrativos conduzidos pelo Ministério da Saúde, descumprimento do Contrato 10007/2005 pela Boeing Ltda. e falta de provas da Comissão, ficou cabalmente demonstrado. Por outro lado, a quebra do sigilo fiscal - através de informações colhidas no Departamento de Pessoal - está entre as prerrogativas de investigação da Comissão de Processo Administrativo. Cite-se ainda que eventual nulidade de processo administrativo demanda a comprovação do prejuízo sofrido, fato que não foi configurado na espécie - aplicação do princípio *pas de nullitté sans grief*, conforme já decidido pela Terceira Seção:

> *ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. ATO DE DEMISSÃO IMINENTE E ATUAL. JUSTO RECEIO EVIDENCIADO. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM RECONHECIDA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. INEXISTÊNCIA DE AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.*
>
> *(...).*
>
> *5. Eventual nulidade no Processo Administrativo exige a respectiva comprovação do prejuízo sofrido, o que não restou configurado na espécie, sendo, pois, aplicável o princípio pas de nullité sans grief.*

(...). (MS 8.030/DF, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJU 06.08.2007).

9. Ausente, portanto, o *fumus boni iuris*. Tampouco, conseguiu demonstrar o *periculum in mora*, pois inexiste fato que possa representar possível coerção ilegítima aos seus direitos. A possibilidade de demissão, fundada em futura decisão da Autoridade Coatora, não configura justo receio de violação.

10. Diante do exposto, com fulcro no inciso II do art. 7º da Lei 1.533/51, por não se vislumbrar, em exame perfunctório, qualquer dos requisitos descritos no citado artigo, indefiro a tutela liminar.

11. Notifique-se a autoridade coatora para prestar informações, com a máxima urgência; após, colha-se o parecer do Ministério Público Federal.

12. Expediente de estilo, com prioridade. Publique-se.
Brasília/DF, 24 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

AUTOS COM VISTA AOS INTERESSADOS

Os processos abaixo relacionados encontram-se com Vista ao Autor para Razões Finais:

(2013)

AÇÃO RESCISÓRIA nº 3777 - SP (2007/0125907-9)

RELATOR	**: MIN. PAULO GALLOTTI**
AUTOR	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: AYRES LOURENÇO DE ALMEIDA FILHO E OUTRO(S)
RÉU	: WANDER GOMES DOS SANTOS
ADVOGADO	: HELOISA ALBUQUERQUE DE BARROS BRAGA E OUTRO(S)

COORDENADORIA DA PRIMEIRA TURMA

(2014)

RECURSO ESPECIAL Nº 620.415 - SP (2004/0006983-7)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: NIELS ERICK HEDEAGER - ESPÓLIO
ADVOGADO	: SÔNIA MÁRCIA HASE DE ALMEIDA BAPTISTA E OUTRO
RECORRIDO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: OLGA LUZIA CODORNIZ DE AZEREDO E OUTRO(S)

DECISÃO

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SIMPLES INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO TIDO POR MALFERIDO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS INFRACONSTITUCIONAIS TIDOS POR AFRONTADOS. SÚMULA 284 DO STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. NÃO CARACTERIZAÇÃO ANALÍTICA DO DISSENSO. MERA TRANSCRIÇÃO DE EMENTAS. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. AÇÃO INDENIZATÓRIA. LIMITAÇÃO. ADMINISTRATIVA. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. MATA ATLÂNTICA.

1. Revelam-se deficientes as razões do recurso especial quando o recorrente não aponta, de forma inequívoca, os motivos pelos quais considera violados os dispositivos de lei federal, fazendo incidir a Súmula 284 do STF: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.* Precedentes: **AgRg no REsp 674.520 - PR**, desta relatoria, Primeira Turma, DJ de 20 de fevereiro de 2006, **REsp n.º 550.236 - SP**, Segunda Turma, Relator Ministro FRANCIULLI NETTO, DJ de 26 de abril de 2004; **Resp 467.206 - SP**, Relator Ministro CASTRO MEIRA, Segunda Turma, DJ de 01º de fevereiro de 2006.
2. A ausência de indicação da lei federal violada revela a deficiência das razões do recurso especial, fazendo incidir a Súmula 284 do STF: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia* (precedentes: **REsp 763.326 - RS**, decisão monocrática desta relatoria, DJ de 18 de abril de 2.006, **AgRg no Ag 275.797 - PA**, Relator Ministro FRANCISCO FALCÃO, Primeira Turma, DJ de 20 de novembro de 2.000 e **AgRg no Ag 218.620 - DF**, Relator Ministro DEMÓCRITO REINADO, Primeira Turma, DJ de 01º de julho de 1.999).
3. A divergência jurisprudencial, ensejadora de conhecimento do recurso especial pela alínea "c", deve ser devidamente demonstrada conforme as exigências do parágrafo único do art. 541 do CPC, c/c o art. 255, e seus parágrafos, do RISTJ.
4. Visando a demonstração do dissídio jurisprudencial, impõe-se indispensável avaliar se as soluções encontradas pelo *decisum* embargado e paradigma tiveram por base as mesmas premissas fáticas e jurídicas, existindo entre elas similitude de circunstâncias, não bastando, para isto, a mera transcrição de ementas. (Precedentes: **REsp 425.467 - MT**, Relator Ministro FERNANDO GONÇALVES, Quarta Turma, DJ de 05 de setembro de 2.005; **REsp 703.081 - CE**, Relator Ministro CASTRO MEIRA, Segunda Turma, DJ de 22 de agosto de 2.005; **AgRg no REsp 463.305 - PR**, Relatora Ministra DENISE ARRUDA, Primeira Turma, DJ de 08 de junho de 2005).
5. Inexiste ofensa do art. 535 do CPC, quando o Tribunal de origem, embora sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão (precedentes: **REsp 396.699 - RS**, Relator Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, 4ª Turma, DJ 15 de abril de 2002; **AGA 420.383 - PR**, Relator Ministro JOSÉ DELGADO, Primeira Turma, DJ de 29 de abril de 2002; **Resp 385.173 - MG**, Relator Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 29 de abril de 2002).
6. Recurso especial a que se nega seguimento (art. 557, caput, do CPC).

Trata-se de recurso especial interposto por ESPÓLIO DE NIELS ERICK HEDEAGER, às fls. 170/200, com arrimo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão oriundo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ao argumento de afronta aos arts. 128, 535 e 537 do CPC, 18 e 20 do Código Florestal e 1º e 2ª da Lei de Introdução ao Código Civil, além de dissenso pretoriano.
Noticiam os autos que ESPÓLIO DE NIELS ERICK HEDEAGER ajuizou ação indenizatória em face do ESTADO DE SÃO PAULO, alegando ser proprietário de imóvel situado na cidade de Caireiras - SP, no bairro de Santa Ignes, e que o seu direito de propriedade relativo ao mesmo restou cerceado pela legislação que versa a proteção dos mananciais, na medida em que restringiu a utilização do solo.
O Juízo singular da Vara Única da Comarca de Franco da Rocha - SP julgou improcedente a pretensão deduzida na inicial, sendo oportuna a transcrição do seguinte excerto do aludido *decisum:*

Com efeito, em suas conclusões e após vistoria e análise da legislação aplicável, o perito atestou que "a área em questão não está classificada como de 1ª categoria ou maior restrição em sua totalidade como alegou o autor na inicial, mas junto às margens do curso d'água que é uma de suas divisas e a área demarcada 1 e 2 (fls. 131), perfazendo um total de 40% da área total, o restante em 2ª categoria, a qual é possível de ocupação residencial. "Quanto à área de 1ª categoria o signatário salienta que face à declividade existente ≥ 45º na área 1 é prevista no Código Florestal a preservação permanente, área 'non aedificandi', portanto a Lei de Proteção aos Manaciais delimitou como área de 1º categoria (área 1) o local onde já existia a restrição federal da Lei n.º 4.471/65, ficando somente a área 2 (área menor 5%) com declividade inferior à 45º" (fls. 130, com grifos nossos), de tal forma que somente nos 5º indicados às fls. 131 é que incidiu a restrição alegada pelos autores, quanto á edição da lei de proteção aos mananciais.
Neste contexto, não há que se falar em desapropriação indireta pelo Estado, porquanto há somente limitação administrativa e não aniquilamento do direito de propriedade. Ademais, se há maior restrição, esta existe desde a edição do Código Florestal, norma editada antes mesmo da aquisição da área pelo de cujos (fls. 16e vº).
É permitida, pois, a ocupação residencial e aproveitamento econômico de 60% da área e dos restantes 40%, 35% não podem ser aproveitados pelas restrições impostas pelo Código florestal, coo assinalado, sendo certo que somente 5% da área estão protegidos pela proteção de mananciais.
Não há, pois, que se falar em indenização, eis que preservado o gozo da propriedade.
Mesmo quanto aos 5% abrangidos pela norma que tratou da proteção aos mananciais, ressalta-se, por, essencial, que o direito de propriedade não é absoluto, sendo certo que "é garantido o direito de propriedade" pela Constituição Federal desde que a propriedade atenda a sua função social (artigo 5º, XXIII da Constituição Federal).

No caso em questão, em que a área possui características exclusivamente rurais (fls. 126), a propriedade somente atenderá às suas funções sociais na medida em que, dentre outros fatores, se fizer "a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente" (artigo 186 da Constituição Federal), de modo que se verifica que a propriedade do requerente, em termos constitucionais, deve mesmo ter a sua utilização restringida em favor do bem comum, sob pela de desapropriação por interesse social (artigo 184 da Carta).
Não bastasse, salienta-se que a restrição administrativa quanto à pequena porção apontada já constava do Código Florestal, porquanto nesta lei há menção expressa de que "consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas ao longo dos rios ou de outro curso d'água..." (artigo 2º da Lei 4.771/65), não podendo se olvidar que o experto afirmou que a área de maior restrição consta às margens do curso d'água. (fls. 91/92).

Irresignado, o ora recorrente apelou ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que, ao seu turno, manteve o *decisum* de primeiro grau, consoante se infere da ementa do acórdão adiante transcrita, *verbis*:

Ação de indenização. Imóvel rural localizado em áreas de preservação permanente. Pleito de dano. Improcedência decretada em primeiro grau.
1. As limitações da propriedade campestre determinadas em lei não configuram servidões ou apossamento, sendo portanto inindenizáveis.
2. Compete ao Estado, no âmbito, de sua base territorial, declarar as superfícies de natureza permanente, cujo aproveitamento depende de prévio parecer de viabilidade a ser fornecido pela Secretaria do Meio Ambiente.
3. A venda de parte de gleba após o ajuizamento da demanda evidencia desvirtuada utilização do feito a configurar litigância de máfé.
4. Apelação desprovida. (fl. 153).

O ora recorrente opôs embargos declaratórios às fls. 161/168, os quais não restaram acolhidos pelo Tribunal *a quo*, no ditame da ementa adiante colacionada, verbis:

Ação baseada em apossamento administrativo. Inocorrência de ocupação da propriedade. Área considerada de conservação permanente. Descabimento de indenização e sujeita a limitações administrativas. Ausência de omissão, contradição ou obscuridade nos embargos de declaração rejeitados. (fl. 165).

Na irresignação especial que ora se apresenta, o recorrente sustenta o seguinte:
(i) violação aos arts. 128, 535 e 537 do CPC, porquanto o Tribunal *a quo*, ainda que instado por embargos declaratórios, quedou-se silente acerca do tema relevante ao desate da controvérsia;
(ii) afronta aos arts. 1º e 2º da Lei de Introdução ao Código Civil, Decreto n.º 4.657/42, com as alterações introduzidas pela Lei 3.238/57, furtando-se, todavia, tecer os motivos pelos quais entende por vulnerados os citados dispositivos.
(iii) violação aos arts. 18 e 20 da Lei 4.771/65 (Código Florestal), eis que se contra impossibilitado de explorar economicamente imóvel de sua propriedade em razão de o mesmo encontrar-se em área de preservação ambiental permanente (Mata Atlântica), encerrando verdadeira desapropriação indireta, pelo que cabível o pleito indenizatório;
(iv) o aresto recorrido adotou entendimento divergente daquele esposado por este sodalício, relativamente ao direito de perceber indenização em se tratando de apossamento administrativo, colacionando diversos precedentes deste STJ e da Suprema Corte;
(v) não configuração de litigância de má-fé, sem, contudo, expor qual teria sido o dispositivo malferido pelo Tribunal nesse particular.
O recorrido apresenta contra-razões ao recurso especial às fls. 201/203, alegando, preliminarmente, ausência de prequestionamento, pretensão de reexame de prova e alegação de afronta a dispositivos constitucionais. Quanto ao mérito, aduz não ter sido provado o impedimento da exploração econômica da área.
Inadmitido na origem, o apelo nobre ascende a este sodalício por força do provimento de agravo de instrumento, que restou convertido em recurso especial. (fl. 220/221).
O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL opina pelo não conhecimento do recurso especial e, acaso ultrapassadas as preliminares, pelo desprovimento do mesmo, em parecer assim ementado:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL.
Desapropriação indireta. Recurso especial contra Acórdão que negou provimento à Apelação do Recorrente, integrado pelo Acórdão que rejeitou os Embargos de Declaração, e confirmou a sentença de primeiro grau que julgou improcedente a ação de indenização e condenou o Recorrente ao pagamento de multa por litigância de máfé. correta aplicação do direito. Preliminares de não conhecimento por ausência de demonstração de violação aos artigos 128, 535 e 537 do CPC e 18 e 20, da Lei Federal 4.771/1965, Código Florestal. Dissídio jurisprudencial não demonstrado. Restrições administrativas impostas pela Lei Estadual 1.172/1976 e pelo Código Florestal, Lei objeto da lide. Ocupação residencial autorizada em 60% da área do imóvel. Alegação de restrições decorrentes da Resolução CONDEPHAAT n.º 40, de 6 de julho de 1985. Improcedência. Resolução que trata do tombamento da Serra do Mar e de Paranapiacaba, e não abrange a área objeto lide. Compromisso de compra e venda de parte do imóvel, firmado pelo Recorrente com terceiro de boa-fé, no curso da ação de indenização. Negociação que não foi informada pelo Recorrente ao Juízo processante. Má-fé caracterizada. Recurso que não deve ser conhecido e, ultrapassadas as preliminares, não deve ser provido. (fls. 232/233).

É o relatório.
Prima facie, no que respeita à violação aos aos arts. 1º e 2º da Lei de Introdução ao Código Civil e 18 e 20 do Código Florestal, a irresignação especial não reúne condições de admissibilidade. É que, da análise das razões recursais, depreende-se que o recorrente, em nenhum momento, demonstrou, de forma inequívoca, os motivos pelos quais teve por malferidos os mencionados dispositivos. Dessarte, revelando-se deficientes as razões recursais, incide o verbete da Súmula nº 284 do STF, que assim dispõe:

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

À guisa de exemplo, colhem-se os seguintes precedentes desta Corte Especial:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULAS N.ºS 282 e 284, DO STF. DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA. SÚMULA 7 DO STJ.
1. A interposição do recurso especial impõe que o dispositivo de Lei Federal tido por violado, como meio de se aferir a admissão da impugnação, tenha sido ventilado no acórdão recorrido, sob pena de padecer o recurso da imposição jurisprudencial do prequestionamento, requisito essencial à admissão do mesmo, o que atrai a incidência do enunciado n.° 282 da Súmula do STF.
2. Revelam-se deficientes as razões do recurso especial quando o recorrente não aponta, de forma inequívoca, os motivos pelos quais considera violados os dispositivos de lei federal, bem como, quando limita-se a impugnar a sentença de primeiro grau, fazendo incidir a Súmula 284 do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."
3. Os critérios de aferimento da Justa Indenização para fixação do quantum indenizatório estão adstritos às instâncias ordinárias, ante a necessária análise do conjunto fático-probatório atraindo a incidência da Súmula 07/STJ.
4. Agravo Regimental desprovido. (AgRg no REsp 674.520 - PR, desta relatoria, Primeira Turma, DJ de 20 de fevereiro de 2006)

RECURSO ESPECIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NULIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO. INCONSTITUCIONALIDADE DAS TAXAS COBRADAS. ALEGADA VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 3º, 16 E 38 DA LEI N. 6.830/80 E 204 DO CTN. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DOS FUNDAMENTOS PELOS QUAIS TERIAM SIDO OFENDIDOS OS REFERIDOS DISPOSITIVOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 284/STF.
Na hipótese em exame, nada obstante tenha o recorrente apontado dispositivos de lei federal supostamente violados, não logrou demonstrar claramente os fundamentos pelos quais os mencionados dispositivos teriam sido ofendidos. Incidência da Súmula n. 284/STF.
Mais a mais, diversamente do que alega o Município recorrente, o Supremo Tribunal Federal pacificou o entendimento segundo o qual é inconstitucional a cobrança de taxas de limpeza pública e de conservação de logradouros, devido ao caráter genérico, não divisível ou específico de tais serviços.
Recurso especial não-conhecido.(REsp n.º 550.236 - SP; Segunda Turma, Relator Ministro FRANCIULLI NETTO, DJ de 26 de abril de 2004)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ARTIGO 535 DO CPC. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA CONCEDIDA. PRECLUSÃO LÓGICA. ACÓRDÃO RECORRIDO. FUNDAMENTO INATACADO. DEFICIÊNCIA RECURSAL. SÚMULAS 283 E 284/STF. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONSUMO DE ÁGUA.
1. Falta interesse de agir do recorrente no tocante ao pedido de assistência judiciária, visto que já concedido pela sentença e portanto operada a preclusão lógica.
2. Tendo a Corte a quo analisado todas as questões relevantes e pertinentes para a solução da controvérsia de forma suficientemente fundamentada, rejeita-se a preliminar de ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil.
3. Não basta a simples menção de violação a dispositivo de lei federal a fim de que aberta via especial, faz-se necessário que o recorrente exponha com clareza quais os motivos de sua insurgência recursal, bem como infirme os fundamentos adotados pelo aresto combatido, sob pena de atrair os óbices das Súmulas 283 e 284 da Suprema Corte.
4. Recurso especial não conhecido (Resp 467.206 - SP, Relator Ministro CASTRO MEIRA, Segunda Turma, DJ de 01º de fevereiro de 2006).

A parte do apelo especial que versa a não ocorrência da litigância de má-fé não também há de ser conhecida ante a ausência de indicação dos dispositivos infraconstitucionais tidos por malferidos. Destarte, a ausência de indicação do preceito legal sustentado como contrariado revela deficiência do recurso especial, incindo a Súmula 284 da Suprema Corte, consoante os seguintes precedentes desta corte adiante colacionados:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. SUBSTITUIÇÃO DA CDA. JUROS, CORREÇÃO MONETÁRIA E MULTA ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE LIQUIDEZ DOS TÍTULOS EXECUTIVOS. NULIDADE DA EXECUÇÃO FISCAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA DO DISSENSO. FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO VIOLADO. SÚMULA 284 DO STF.
(omissis)
3. A ausência de indicação da lei federal violada revela a deficiência das razões do Recurso Especial, fazendo incidir a Súmula 284 do STF: É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia. Precedentes: AgRg no Ag 275.797 - PA, Relator Ministro FRANCISCO FALCÃO, Primeira Turma, DJ de 20 de novembro de 2000 e AgRg no Ag 218.620 - DF, Relator Ministro DEMÓCRITO REINALDO, Primeira Turma, DJ de 01º de julho de 1999.
4. Recurso especial a que se nega seguimento (art. 557, caput, do CPC). (REsp 763.326 - RS, decisão monocrática desta relatoria, DJ de 18 de abril de 2.006)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284 DO STF. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA.
O conhecimento do recurso especial interposto esbarra no verbete sumular de n.º 284 do STF, pois o recorrente deixou de apontar com precisão quais os dispositivos de lei federal que se reputam violados e não fundamenta suas razões de recurso de forma clara e objetiva, dificultando a compreensão da controvérsia.
Para que o recurso especial seja conhecido pela alínea "c" do permissivo constitucional, o dissídio pretoriano tem que restar configurado conforme o disposto no art. 255, do RISTJ.
Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 275.797 - PA, Relator Ministro FRANCISCO FALCÃO, Primeira Turma, DJ de 20 de novembro de 2.000).

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE - DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL - DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA - INOCORRÊNCIA - SÚMULA 284/STF.
O conhecimento do recurso especial interposto, esbarra no verbete sumular de nº 284 do STF, por isso que o recorrente deixou de apontar com precisão quais os dispositivos de lei federal que reputa violados, além de não ter demonstrado analiticamente o dissídio pretoriano.
Incidente o óbice da Súmula 284 do egrégio STF.
Agravo regimental improvido, à unanimidade.(AgRg no Ag 218.620 - DF, Relator Ministro DEMÓCRITO REINALDO, Primeira Turma, DJ de 01º de julho de 1.999)

Melhor sorte não socorre o recorrente quanto ao cabimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, ante a ausência de cumprimento dos requisitos insertos no art. 541 do CPC, c/c o art. 255, e seus parágrafos, do RISTJ . É que o ora recorrente, na tentativa vã de comprovar o dissídio pretoriano alegado, limitou-se a transcrever a ementa dos arestos paradigmáticos, sem, no entanto, trazer à colação excertos dos mesmos que identificariam as circunstâncias fáticas das demandas, esquivando-se, destarte, de proceder o devido confronto analítico dos julgados recorrido e paradigmas, o que, segundo entendimento pacífico desta Corte, não se revela suficiente à demonstração da divergência ensejadora da abertura da via especial. Nesse sentido, à guisa de exemplo, colhem-se os seguintes julgados deste STJ:

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA. ARTIGO 258 DO CPC. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO.
1 - Na fixação do valor da causa, em ação onde se discute a revisão de cláusulas contratuais, esta Corte adota o princípio de que o valor da causa deva equivaler ao valor do benefício almejado pela parte.
2 - Malgrado a tese de dissídio jurisprudencial, há necessidade, diante das normas legais regentes da matéria (art. 541, parágrafo único, do CPC c/c art. 255 do RISTJ), de confronto, que não se satisfaz com a simples transcrição de ementas, entre trechos do acórdão recorrido e das decisões apontadas como divergentes, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. Ausente a demonstração analítica do dissenso, incide a censura da súmula 284 do Supremo Tribunal Federal. Precedentes.
3 - Recurso conhecido em parte (letra 'a') e, nesta extensão, parcialmente provido. (REsp 425.467 - MT, Relator Ministro FERNANDO GONÇALVES, Quarta Turma, DJ de 05 de setembro de 2.005)

TRIBUTÁRIO. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. PARCELAMENTO DO DÉBITO. ART. 138 DO CTN. MULTA MORATÓRIA. INCIDÊNCIA. SÚMULA 208/TFR. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO. AUSÊNCIA.
1. A Primeira Seção desta Corte, revendo jurisprudência em torno do parcelamento do débito, concluiu que este não equivale a pagamento e, portanto, não se trata de hipótese de denúncia espontânea, capaz de ensejar o afastamento da multa moratória. Súmula 208 do extinto TFR.
2. A mera transcrição da ementa ou de excertos de votos, por mais ilustre que o sejam, não são o bastante para caracterizar o dissídio jurisprudencial, porque, além de sua prova, é imprescindível que a recorrente evidencie a divergência, vale dizer, faça a demonstração analítica das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. Hipótese inexistente no caso em testilha.
3. Recurso especial improvido. (REsp 703.081 - CE, Relator Ministro CASTRO MEIRA, Segunda Turma, DJ de 22 de agosto de 2.005)

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. CORREÇÃO MONETÁRIA. RECURSO INCAPAZ DE INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. MATÉRIA CONSTITUCIONAL.

1. Quando o agravante deixa de infirmar a fundamentação da decisão agravada, essa deve ser mantida.

2. O acórdão proferido em apelação decidiu a questão com base em princípios constitucionais, mormente os relativos à separação dos poderes e à legalidade tributária. Todavia, a suposta violação a matéria constitucional é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, da Carta Federal, pela via do recurso extraordinário, sendo vedado a esta Corte Superior realizá-lo, ainda que para fins de prequestionamento.

3. É inviável a apreciação de recurso especial fundado em divergência jurisprudencial, quando o recorrente não logra demonstrar o suposto dissídio pretoriano por meio do cotejo analítico, com a transcrição dos trechos dos acórdãos em que se funda a divergência, além da demonstração das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não bastando, para tanto, a mera transcrição da ementa e de trechos do voto condutor do acórdão paradigma.

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 463.305 - PR, Relatora Ministra DENISE ARRUDA, Primeira Turma, DJ de 08 de junho de 2.005).

Noutro flanco, a violação do art. 535 do CPC não restou configurada, uma vez que o Tribunal de origem, embora sucintamente, pronunciou-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos. Saliente-se, ademais, que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, como de fato ocorreu na hipótese dos autos. À guisa de exemplo, vejam-se os julgados oriundos da Corte:

AÇÃO DE DEPÓSITO. BENS FUNGÍVEIS. ARMAZÉM GERAL. GUARDA E CONSERVAÇÃO. ADMISSIBILIDADE DA AÇÃO. PRISÃO CIVIL. CABIMENTO. ORIENTAÇÃO DA TURMA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROCESSO EXTINTO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. APLICAÇÃO DO § 4º DO ART. 20, CPC. EQÜIDADE. RECURSO DO BANCO PROVIDO. RECURSO DO RÉU DESACOLHIDO.

(...)

III - Não padece de fundamentação o acórdão que examina suficientemente todos os pontos suscitados pela parte interessada em seu recurso. E não viola o art. 535-II o aresto que rejeita os embargos de declaração quando a matéria tida como omissa já foi objeto de exame no acórdão embargado.

(...)" (REsp 396.699 - RS, Relator Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, 4ª Turma, DJ 15 de abril de 2002)

PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO UNA DE RELATOR. ART. 557, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INTELIGÊNCIA A SUA APLICAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. MATÉRIA DE CUNHO CONSTITUCIONAL EXAMINADA NO TRIBUNAL "A QUO".

(...)

3. Fundamentos, nos quais se suporta a decisão impugnada, apresentam-se claros e nítidos. Não dão lugar, portanto, a obscuridades, dúvidas ou contradições. O não acatamento das argumentações contidas no recurso não implica em cerceamento de defesa, posto que ao julgador cabe apreciar a questão de acordo com
o que ele entender atinente à lide.

4. Não está obrigado o Juiz a julgar a questão posta a seu exame conforme o pleiteado pelas partes, mas, sim com o seu livre convencimento, utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável
ao caso.

(...)

9. Agravo regimental não provido. (AGA 420.383 - PR, Relator Ministro JOSÉ DELGADO, Primeira Turma, DJ de 29 de abril de 2002)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 464, II, DO CPC. INOCORRÊNCIA. APELAÇÃO. DECISÃO POR MAIORIA. RECURSO ESPECIAL.

I - Os embargos de declaração possuem finalidade determinada pelo artigo 535, do CPC, e, exepcionalmente, podem conferir efeito modificativo ao julgado. Admite-se também embargos para o fim de prequestionamento (Súmula 98-STJ). Exigir que o Tribunal a quo se pronuncie sobre todos os argumentos levantados pela parte implicaria rediscussão da matéria julgada, o que não se coaduna com o fim dos embargos. Assim, não há que se falar em omissão quanto ao decisum vergastado, uma vez que, ainda que de forma sucinta, fundamentou e decidiu as questões. O Poder Judiciário, para expressar sua convicção, não precisa se pronunciar sobre todos os argumentos suscitados pelas partes.

(...)

Recurso especial não conhecido. (Resp 385.173 - MG, Relator Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 29 de abril de 2002)

Ex positis, **NEGO SEGUIMENTO** ao recurso especial, forte no art. 557, caput, do CPC.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2015)

RECURSO ESPECIAL Nº 653.629 - SC (2004/0055785-9)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS TACIANI LTDA
ADVOGADO	: CLEONI MARIA ESMÉRIO TRINDADE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DOLIZETE FÁTIMA MICHELIN E OUTRO(S)

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETOS-LEIS 491/69, 1.724/79, 1.722/79, 1.658/79 E 1.894/81. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. EXTINÇÃO DO BENEFÍCIO. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA PELA PRIMEIRA SEÇÃO. VIGÊNCIA DO ESTÍMULO FISCAL ATÉ 04 DE OUTUBRO DE 1990. RESSALVA DO ENTENDIMENTO DO RELATOR.

1. O crédito-prêmio do IPI, nas demandas que visam o seu recebimento, posto não versarem hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento decorrente da regra da não-cumulatividade estabelecida pelo texto constitucional, não obedece a regra inserta no artigo 168, do CTN, sendo-lhe aplicável o disposto no Decreto nº 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.

2. Destarte, os créditos fiscais passíveis de aproveitamento são os adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação (Precedentes das Turmas de Direito Público: **AgRg no Ag 585290/RS**, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005; **REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005; **AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006; e **REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006).

3. Mandado de segurança impetrado, em **20.03.2003**, por empresa voltada à industrialização, comercialização e exportação de calçados em geral e acessórios de couro, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, **em relação às operações efetuadas nos últimos cinco anos, bem como o de continuar usufruindo do favor fiscal que, segundo a mesma, não teria sido extinto**. .

4. O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.

5. Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.

6. Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice.*

7. O Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

8. É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).

9. À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).

9.1 A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.

Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.

Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria.

10. Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.

11. A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)".*

12. Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*: *"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão."* (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

13. À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)

14. Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.

15. Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, atra-

vés do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.

16. A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies*" a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno"*; **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

16.1. Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

16.1.1. A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes"*. (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).

16.1.2. Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).

16.1.3 Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).

16.1.4. É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.

16.1.5. Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).

16.1.6. Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.

16.1.7. Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras; basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).

16.1.8. O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).

16.1.9. Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.

16.1.10. Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).

16.1.11. A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).

16.1.12. A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.

16. 1.13. À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:

"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:

"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:

"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:

"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:

"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.

O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."

16.1.14. Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.

17. À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que: *"**1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).** 2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação. 3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal. 4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada. 5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento."*

18. Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de o mesmo terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.

19. Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.

20. Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).

20.1. No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).

21. Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).

21.1. Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento.

21.2. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.

21.3 A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.

22. A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.

23. Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.

24. O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.

25. Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.

26. Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.

26.1. Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.

26.2. Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.

27. A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.

28. O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.

28.1. Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).

29. Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.

29.1. Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.

29.2 Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.

30. Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

31. Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, Relator Ministro Teori Albino Zavascki).

32. Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

33. Ressalva do entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**.

34. *In casu*, o *mandamus* foi impetrado, em 2003, demandando parcelas de IPI desde 1998, quando já inexistente o incentivo do crédito-prêmio, razão pela qual não merece prosperar a insurgência especial.

35. Recurso especial a que se nega seguimento (CPC, artigo 557, *caput*).

Trata-se de recurso especial interposto por Indústria e Comércio de Calçados Taciani Ltda., com fulcro na alínea "a", do permissivo constitucional, em face do acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que negou provimento à apelação da ora recorrente, nos termos da ementa a seguir transcrita:

"CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ARTS. 1º E 4º). EXTINÇÃO EM 30 DE JUNHO DE 1983. REDIRECIONAMENTO DO INCENTIVO. DECRETO-LEI 1.894/81. AUSÊNCIA DE RESTABELECIMENTO. LEI 8.402/92.

O Decreto-Lei 491/69 instituiu incentivo fiscal destinado às empresas fabricantes consistente no deferimento de créditos tributários decorrentes de vendas para o exterior como ressarcimento de tributos pagos internamente. O marco final do incentivo fiscal desse "crédito-prêmio" foi estabelecido na legislação de regência em 30 de junho de 1983.

O Decreto-Lei 1.894/81 não reinstituiu o "crédito-prêmio" sem previsão de data de extinção, mas apenas redirecionou o incentivo para outros grupos econômicos. Por sua vez, a Lei 8.402/92 também não restabeleceu o "crédito-prêmio", posto que este incentivo não consta do rol de benefícios expressamente indicados no texto legal.

Por conseguinte, o crédito-prêmio do IPI previsto no art. 1º do Decreto-Lei nº 491/69 só teve aplicação até 30.06.1983."

Noticiam os autos que a empresa, ora recorrente, voltada à industrialização, comercialização e exportação de calçados em geral e acessórios de couro, **impetrou mandado de segurança, em 20.03.2003**, em face do Delegado da Receita Federal em Blumenau - RS, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, em relação às operações efetuadas nos últimos cinco anos, bem como o de continuar usufruindo do favor fiscal que, segundo a mesma, não teria sido extinto.

A Justiça Federal de Primeira Instância, após rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva, reconheceu a prescrição dos créditos anteriores a 20.03.1998, denegando, no mérito, a segurança, por considerar extinto o benefício fiscal em 30.06.1983.

Em sede de apelação interposta pela empresa, o egrégio Tribunal de origem negou provimento ao recurso, consoante a ementa anteriormente reproduzida.

Nas razões do especial, sustenta a empresa que o acórdão hostilizado contraria o disposto nos arts. 1º, do Decreto-Lei 491/69, e 1º, do Decreto-Lei 1.894/81, uma vez que remanesce, ainda hoje, com vigência efetiva, o estímulo fiscal cognominado de crédito-prêmio do IPI.

Contra-razões às fls. 155/158, pugnando pelo desprovimento do especial.

Relatados, decido.

Preliminarmente, o recurso merece conhecimento, uma vez que prequestionada a matéria federal ventilada.

A controvérsia encontra-se sintetizada na seguinte *vexata quaestio*: o crédito prêmio do IPI para a exportação de produtos manufaturados foi instituído pelo artigo 1°, do Decreto-Lei 491/69, com clara natureza extra-fiscal de estímulo às exportações e sem qualquer determinação de prazo extintivo. Assim permanecendo por quase dez anos. Em 24 de janeiro de 1979, o Decreto-Lei 1.658 previu a gradual extinção do incentivo, cujo prazo fatal esgotar-se-ia em 30 de junho de 1979. Menos de um ano depois o Decreto-Lei 1.722, de 03 de dezembro de 1979, em seu artigo 3º, revogou expressamente o § 2° do artigo 1°, do Decreto-Lei 1.658, substituindo sua redação e alterando o cronograma de reduções do incentivo. O objetivo foi dar maior flexibilidade à sistemática de redução gradual do crédito-prêmio. Por isso: modificou-se o percentual a ser reduzido em cada ano, tudo *"de acordo com ato do Ministro de Estado da Fazenda"* (artigo 3°), o qual, conforme dispunha o artigo 1º, podia estabelecer inclusive o prazo (forma, condições e prazo, estabelecidos pelo Poder Executivo). Logo em seguida, foi promulgado o Decreto-Lei 1.724, de 07 de dezembro de 1979, que, substituindo globalmente a sistemática anterior, delegava competência ao Ministro da Fazenda para *"aumentar ou reduzir, temporária ou definitivamente, ou extinguir"* o referido credito-prêmio, atendendo à conjuntura econômica. Sobreveio, ainda, o Decreto-Lei 1.894/81 para viger em 16.01.82, o qual assegurou a ampliação da incidência subjetiva do crédito-prêmio presente no artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69 para empresas meramente comerciais, contendo também a delegação ao Poder Executivo para aumentar, reduzir, suspender ou extinguir o benefício, de acordo com a conjuntura econômica.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 180828-4, declarou incidentalmente inconstitucionais as expressões *"reduzir temporária ou definitivamente, ou extinguir"* contidas nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81, por entender que não cabe delegação de competência para qualquer membro do Poder Executivo para "reduzir", "suspender" ou "extinguir" benefício concedido por lei, o que não se aplica à autorização para "aumentar" o benefício, preservada como constitucional por essa decisão da Suprema Corte.

A questão que se coloca diz respeito à vigência ou não, após 1983, do crédito-prêmio de IPI, tendo em vista a inconstitucionalidade da delegação presente nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81.

Com efeito, o *thema iudicandum* gravita em torno da eficácia da lei no tempo, a interpretação da lei financeira-tributária e o conceito de incentivo setorial-fiscal, bem como na vontade constitucional quanto ao referido benefício fiscal.

No que pertine ao prazo prescricional, no caso *sub examine* (demanda que visa ao recebimento do crédito-prêmio do IPI), posto não versar hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento de crédito, decorrente da regra da não-cumulatividade, estabelecida pelo texto constitucional, não há que se cogitar da incidência do artigo 168, do CTN, sendo aplicável o Decreto nº 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.

Destarte, são passíveis de aproveitamento tão-somente os créditos fiscais adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação, consoante corroboram as ementas dos seguintes julgados oriundos de ambas as Turmas de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. AQUISIÇÃO DE INSUMOS ISENTOS, NÃO-TRIBUTADOS OU TRIBUTADOS À ALÍQUOTA ZERO. CRÉDITOS ESCRITURAIS. NÃO-CUMULATIVIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL.
(...)
3. Nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é de 5 anos, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. Precedentes do STJ.
(...)
5 Agravo regimental desprovido." (**AgRg no Ag 585290/RS**, desta relatoria, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. NÃO-INCIDÊNCIA. SÚMULAS 83 E 85/STJ.
1. A prescrição dos créditos fiscais decorrentes do crédito-prêmio do IPI é qüinqüenal, a partir do ajuizamento da ação. Decidiu o acórdão que, ajuizada a ação em 08.06.93, acham-se prescritas as prestações anteriores a 1987. Precedentes da 1ª e 2ª Turmas e da 1ª Seção.
2. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação" (Súmula 85/STJ)
(...)
4. Recurso especial não conhecido." (**REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. IPI. APROVEITAMENTO DOS CRÉDITOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. MATÉRIA DE CUNHO CONSTITUCIONAL EXAMINADA NO TRIBUNAL A QUO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO NA CORTE RECORRIDA NÃO SANADA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADUÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS AUSENTES NA DECISÃO ATACADA. SÚMULA Nº 211/STJ. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. SÚMULA nº 85/STJ. PRECEDENTES.
(...)
3. As 1ª e 2ª Turmas e a 1ª Seção do STJ assentaram que, nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é qüinqüenal, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação." (Súmula nº 85/STJ). Precedentes desta Corte Superior.
(...)" (**AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º).VIGÊNCIA. PRAZO. EXTINÇÃO.
(...)
5. A 1ª Seção do STJ firmou entendimento no sentido de ser de cinco anos o prazo prescricional das ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, sendo atingidas as parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu a propositura da ação, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32. Precedentes: Resp 752.550/RS, 1ª T., Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 19.09.2005; EDcl no Resp 225.359/DF, 2ª T., Min. Castro Meira, DJ de 03.10.2005; RESP 661.300/RS, 2ª T., Min. Eliana Calmon, DJ de 20.02.2006
6. Recurso especial a que se nega provimento." (**REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006)

Doravante, impõe-se aferir se assiste razão à recorrente no que concerne à violação dos artigos 1º, do Decreto-Lei 491/69, e 1º, do Decreto-Lei 1.894/81. Isto porque, em face da declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1.724/79, os Decretos-Lei 1.722/79 e 1.894/81, ali referidos, restaram inaplicáveis. Consectariamente, por disposição expressa do Decreto-Lei 1.658, subjaz a questão do lapso final da aplicação do benefício do Decreto-Lei 491/69.

O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.

Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.

Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice.*

Nesse seguimento, o Decreto-lei n° 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).

À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).

A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.
Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.
Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria."

Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que, conforme dissemos, é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.

A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se eqüânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)".*

Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*:

"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão." (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)

Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.

Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.

A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies*" a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno"*; **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes".* (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).

Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente; daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).

Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).

É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.

Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).

Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.

Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras: basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).

O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).

Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Direeito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem".*

Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).

A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).

A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.

À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:
"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:
"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:
"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.
O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."

Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.

À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que:

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º). INCONSTITUCIONALIDADE DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA AO MINISTRO DA FAZENDA PARA ALTERAR A VIGÊNCIA DO INCENTIVO. EFICÁCIA DECLARATÓRIA E EX TUNC. MANUTENÇÃO DO PRAZO EXTINTIVO FIXADO PELOS DECRETOS-LEIS 1.658/79 E 1.722/79 (30 DE JUNHO DE 1983).
1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).
2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação.
3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal.
4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada.
5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento." (REsp 591708/RS, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ 09.08.2004)

Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de os mesmos terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.

Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.

Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).

No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).

Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).

Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento.

Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.

A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.

A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que :*"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.

Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.

O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.

Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.

Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.

Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi

determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.

Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.

A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.

O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.

Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).

Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.

Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.

Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.

Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, da relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki).

Nada obstante, ressalvo o entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DE**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**, consoante as razões inicialmente ventiladas.

Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

In casu, o *mandamus* foi impetrado, em 20.03.2003, por empresa voltada à industrialização, comercialização e exportação de calçados em geral e acessórios de couro, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69, em relação às operações efetuadas nos últimos cinco anos, bem como de continuar usufruindo do favor fiscal que, segundo a mesma, não teria sido extinto.

Desta sorte, a pretensão recursal demanda parcelas de IPI desde 1998, quando já inexistente o incentivo do crédito-prêmio, razão pela qual não merece prosperar a insurgência especial.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, *caput*, do CPC, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2016)

RECURSO ESPECIAL Nº 670.495 - RS (2004/0118272-3)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: WALTER MAZIERO - MICROEMPRESA
ADVOGADO	: GILBERTO DA ROSA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ARTUR ALVES DA MOTTA E OUTRO(S)

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETOS-LEIS 491/69, 1.724/79, 1.722/79, 1.658/79 E 1.894/81. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. EXTINÇÃO DO BENEFÍCIO. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA PELA PRIMEIRA SEÇÃO. VIGÊNCIA DO ESTÍMULO FISCAL ATÉ 04 DE OUTUBRO DE 1990. RESSALVA DO ENTENDIMENTO DO RELATOR.

1. O crédito-prêmio do IPI, nas demandas que visam o seu recebimento, posto não versarem hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento decorrente da regra da não-cumulatividade estabelecida pelo texto constitucional, não obedece a regra inserta no artigo 168, do CTN, sendo-lhe aplicável o disposto no Decreto nº 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.

2. Destarte, os créditos fiscais passíveis de aproveitamento são os adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação (Precedentes das Turmas de Direito Público: **AgRg no Ag 585290/RS**, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005; **REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005; **AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006; e **REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006).

3. Mandado de segurança impetrado por eempresa fabricante e exportadora de produtos manufaturados, **em 30.04.2003**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1.º, do Decreto-Lei 491/69, **dos últimos dez anos, a contar do ajuizamento da ação mandamental**, vale dizer, **desde 30.04.1993**.

4. O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.

5. Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.

6. Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice*.

7. O Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

8. É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).

9. À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).

9.1 A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.
Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.
Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria.

10. Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito,

resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.

11. A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)".*

12. Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*: *"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão."* (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

13. À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)

14. Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.

15. Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.

16. A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies*" a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno";* **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

16.1. Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

16.1.1. A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes"*. (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).

16.1.2. Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).

16.1.3 Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).

16.1.4. É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.

16.1.5. Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).

16.1.6. Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.

16.1.7. Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras: basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).

16.1.8. O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).

16.1.9. Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.

16.1.10. Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).

16.1.11. A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).

16.1.12. A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.

16. 1.13. À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:

"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:

"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:

"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:

"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:

"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.

O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."

16.1.14. Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.

17. À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que: *"**1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).** 2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação. 3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal. 4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada. 5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento."*

18. Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de o mesmo terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.

19. Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da

declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.

20. Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).

20.1. No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).

21. Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).

21.1. Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento.

21.2. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.

21.3 A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.

22. A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.

23. Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.

24. O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.

25. Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.

26. Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.

26.1. Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.

26.2. Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.

27. A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.

28. O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.

28.1. Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).

29. Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.

29.1. Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.

29.2 Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.

30. Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

31. Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, Relator Ministro Teori Albino Zavascki).

32. Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

33. Ressalva do entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**.

34. *In casu*, o *mandamus* foi impetrado, em 2003, demandando parcelas de IPI desde 1993, quando já inexistente o incentivo do crédito-prêmio, razão pela qual não merece prosperar a pretensão recursal.

35. Recurso especial a que se nega seguimento (artigo 557, *caput*, do CPC).

Vistos.

Trata-se de recurso especial interposto por WALTER MAZIERO - MICROEMPRESA, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Carta Maior, no intuito de ver reformado v. acórdão prolatado pelo E. Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, sob o fundamento de ter o mesmo malferido o disposto no art. 1.º do Decreto-lei n.º 491/69, bem como por estar assentado em entendimento jurisprudencial diverso do esposado por outros tribunais acerca da vigência do referido dispositivo.

Noticiam os autos que a empresa, ora recorrente, fabricante e exportadora de produtos manufaturados, **impetrou mandado de segurança, em 30.04.2003**, em face do Sr. Delegado da Receita Federal, objetivando, em síntese, o reconhecimento do direito líquido e certo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, em relação às operações efetuadas nos dez anos anteriores à impetração do *mandamus*, bem como o de continuar usufruindo do favor fiscal que, segundo a mesma, não teria sido extinto. Pugnou, ainda, pela utilização do crédito apurado na compensação com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal.

O juízo federal de primeiro grau concedeu parcialmente a segurança pretendida (r. sentença de fls. 107/114).

Inconformadas, impetrante e UNIÃO (FAZENDA NACIONAL) manejaram recurso de apelação. A primeira, insurgindo-se contra a declaração de ocorrência da prescrição qüinqüenal e não-incidência da correção monetária, pugnando, ainda, seja afastada o art. 170-A do CTN da hipótese vertente. A União, a seu turno, repisou argumentação anteriormente expendida, no sentido de que extinto o benefício fiscal do crédito-prêmio do IPI desde 30.06.1983

A Primeira Turma do E. TRF da 4.ª Região, pela maioria dos votos de seus integrantes, negou provimento ao apelo da impetrante, provendo o apelo voluntário da União e a remessa oficial, em aresto que restou assim ementado:

"TRIBUTÁRIO. CRÉDITO-PRÊMIO DE IPI. DECRETO-LEI 491/69. EXTINÇÃO EM 1990. INOCORRÊNCIA DE RESTABELECIMENTO PELA LEI N.º 8.402/92.

1. O Decreto-lei n.º 1.894/81 restaurou, sem prazo definido, o benefício do Decreto-lei n.º 491/69. Ainda que o Decreto-Lei 1.658/79 tenha determinado (inclusive com alteração promovida pelo DL 1.722/79) a extinção do benefício em 30 de junho de 1983, não se pode perder de vista que antes do encerramento do prazo foi editado o Decreto-Lei 1.894/81, que disciplinou novamente a matéria. A nova disciplina, por incompatível com o prazo fatal previsto na legislação anterior, implicou restabelecimento da benesse sem prazo definido. A propósito, tendo a lei nova disciplinado por completo a questão ligada à extinção do benefício, e tendo sido ela reputada inconstitucional pelo STF (RE 186623, Relator: CARLOS VELLOSO), o Decreto-Lei 1.894/81, expungido dos dispositivos considerados afrontosos à Constituição, teve somente o efeito de manter o incentivo.
2. O artigo 41 do ADCT determinou a reavaliação de todos os incentivos fiscais de natureza setorial então em vigor, estabelecendo que considerar-se-iam revogados após dois anos, a partir da data da promulgação da Constituição, os incentivos que não fossem confirmados por lei. Como não foi reavaliado dentro do prazo fixado pelo art. 41 do ADCT, da CF de 1988, o crédito-prêmio previsto no art. 1.º do Decreto-Lei 491/69 restou extinto no mês de outubro de 1990, já que tratava de benefício setorial, pois dirigido ao setor secundário (exportação de produtos industrializados).
3. A Lei n.º 8.402, de 08.01.92, não teve o efeito de revigorar o benefício. Referido diploma apenas assegurou a continuidade do incentivo fiscal previsto no art. 5.º do Decreto-Lei n.º 491/69 (Art. 5.º É assegurada a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem efetivamente utilizados na industrialização dos produtos exportados). Não pode o judiciários restabelecer um incentivo fiscal que o legislador objetivamente não revigorou (art. 1.º do DL 491/69), mediante interpretação extensiva do referido diploma legal.
4. Apelação da União Federal e remessa oficial providas e apelação da impetrante improvida"

Irresignada com o teor do v. acórdão prolatado, a empresa impetrante interpôs o recurso especial que ora se afigura. Em suas razões (fls. 232/252), aponta a recorrente afronta ao art. 1.º do DL n.º 491/69, bem como a existência de dissídio pretoriano acerca da vigência do mesmo. Pretende, assim, o reconhecimento do direito ao aproveitamento do crédito-prêmio do IPI.
A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), ora recorrida, apresentou suas contra-razões ao apelo nobre (fls. 278/282), pugnando pelo desprovimento do mesmo e conseqüente manutenção dos termos do aresto impugnado.
Na origem, em exame de prelibação, a presente irresignação recursal recebeu crivo positivo de admissibilidade, ascendendo, assim, à esta Corte Superior.
Brevemente relatados, **DECIDO**.
Não merecem guarida as pretensões da recorrente.
A controvérsia encontra-se sintetizada na seguinte *vexata quaestio*: o crédito prêmio do IPI para a exportação de produtos manufaturados foi instituído pelo artigo 1.°, do Decreto-Lei 491/69, com clara natureza extra-fiscal de estímulo às exportações e sem qualquer determinação de prazo extintivo. Assim permanecendo por quase dez anos. Em 24 de janeiro de 1979, o Decreto-Lei 1.658 previu a gradual extinção do incentivo, cujo prazo fatal esgotar-se-ia em 30 de junho de 1979. Menos de um ano depois o Decreto-Lei 1.722, de 03 de dezembro de 1979, em seu artigo 3º, revogou expressamente o § 2° do artigo 1°, do Decreto-Lei 1.658, substituindo sua redação e alterando o cronograma de reduções do incentivo. O objetivo foi dar maior flexibilidade à sistemática de redução gradual do crédito-prêmio. Por isso: modificou-se o percentual a ser reduzido em cada ano, tudo *"de acordo com ato do Ministro de Estado da Fazenda"* (artigo 3°), o qual, conforme dispunha o artigo 1º, podia estabelecer inclusive o prazo (forma, condições e prazo, estabelecidos pelo Poder Executivo). Logo em seguida, foi promulgado o Decreto-Lei 1.724, de 07 de dezembro de 1979, que, substituindo globalmente a sistemática anterior, delegava competência ao Ministro da Fazenda para *"aumentar ou reduzir, temporária ou definitivamente, ou extinguir"* o referido credito-prêmio, atendendo à conjuntura econômica. Sobreveio, ainda, o Decreto-Lei 1.894/81 para viger em 16.01.82, o qual assegurou a ampliação da incidência subjetiva do crédito-prêmio presente no artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69 para empresas meramente comerciais, contendo também a delegação ao Poder Executivo para aumentar, reduzir, suspender ou extinguir o benefício, de acordo com a conjuntura econômica.
O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 180828-4, declarou incidentalmente inconstitucionais as expressões *"reduzir temporária ou definitivamente, ou extinguir"* contidas nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81, por entender que não cabe delegação de competência para qualquer membro do Poder Executivo para "reduzir", "suspender" ou "extinguir" benefício concedido por lei, o que não se aplica à autorização para "aumentar" o benefício, preservada como constitucional por essa decisão da Suprema Corte.
A questão que se coloca diz respeito à vigência ou não, após 1983, do crédito-prêmio de IPI, tendo em vista a inconstitucionalidade da delegação presente nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81.
Com efeito, o *thema iudicandum* gravita em torno da eficácia da lei no tempo, a interpretação da lei financeira-tributária e o conceito de incentivo setorial-fiscal, bem como na vontade constitucional quanto ao referido benefício fiscal.
No que pertine ao prazo prescricional, no caso *sub examine* (demanda que visa ao recebimento do crédito-prêmio do IPI), posto não versar hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento de crédito, decorrente da regra da não-cumulatividade, estabelecida pelo texto constitucional, não há que se cogitar da incidência do artigo 168, do CTN, sendo aplicável o Decreto n.º 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.
Destarte, são passíveis de aproveitamento tão-somente os créditos fiscais adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação, consoante corroboram as ementas dos seguintes julgados oriundos de ambas as Turmas de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. AQUISIÇÃO DE INSUMOS ISENTOS, NÃO-TRIBUTADOS OU TRIBUTADOS À ALÍQUOTA ZERO. CRÉDITOS ESCRITURAIS. NÃO-CUMULATIVIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL.
(...)
3. Nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é de 5 anos, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. Precedentes do STJ.
(...)
5 Agravo regimental desprovido." (**AgRg no Ag 585290/RS**, desta relatoria, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. NÃO-INCIDÊNCIA. SÚMULAS 83 E 85/STJ.
1. A prescrição dos créditos fiscais decorrentes do crédito-prêmio do IPI é qüinqüenal, a partir do ajuizamento da ação. Decidiu o acórdão que, ajuizada a ação em 08.06.93, acham-se prescritas as prestações anteriores a 1987. Precedentes da 1ª e 2ª Turmas e da 1ª Seção.
2. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação" (Súmula 85/STJ)
(...)
4. Recurso especial não conhecido." (**REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. IPI. APROVEITAMENTO DOS CRÉDITOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. MATÉRIA DE CUNHO CONSTITUCIONAL EXAMINADA NO TRIBUNAL A QUO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO NA CORTE RECORRIDA NÃO SANADA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADUÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS AUSENTES NA DECISÃO ATACADA. SÚMULA Nº 211/STJ. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. SÚMULA nº 85/STJ. PRECEDENTES.
(...)
3. As 1ª e 2ª Turmas e a 1ª Seção do STJ assentaram que, nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é qüinqüenal, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação." (Súmula nº 85/STJ). Precedentes desta Corte Superior.
(...)" (**AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º).VIGÊNCIA. PRAZO. EXTINÇÃO.
(...)
5. A 1ª Seção do STJ firmou entendimento no sentido de ser de cinco anos o prazo prescricional das ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, sendo atingidas as parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu a propositura da ação, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32. Precedentes: Resp 752.550/RS, 1ª T., Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 19.09.2005; EDcl no Resp 225.359/DF, 2ª T., Min. Castro Meira, DJ de 03.10.2005; RESP 661.300/RS, 2ª T., Min. Eliana Calmon, DJ de 20.02.2006
6. Recurso especial a que se nega provimento." (**REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006)

Doravante, impõe-se aferir se assiste razão à recorrente no que concerne à violação dos artigos 1º, do Decreto-Lei 491/69, e 1º, do Decreto-Lei 1.894/81. Isto porque, em face da declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1.724/79, os Decretos-Lei 1.722/79 e 1.894/81, ali referidos, restaram inaplicáveis. Consectariamente, por disposição expressa do Decreto-Lei 1.658, subjaz a questão do lapso final da aplicação do benefício do Decreto-Lei 491/69.
O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.
Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.
Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice*.
O Decreto-lei n° 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).
À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).
A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.
Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.
Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria."

Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.
A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)"*.

Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*:

"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão." (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)

Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.

Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.

A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies*" a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno";* **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes"*. (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).

Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).

Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).

É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.

Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).

Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.

Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras: basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).

O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).

Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.

Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).

A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).

A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.

À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:
"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:
"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:
"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.
O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."

Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.

À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que:

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º). INCONSTITUCIONALIDADE DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA AO MINISTRO DA FAZENDA PARA ALTERAR A VIGÊNCIA DO INCENTIVO. EFICÁCIA DECLARATÓRIA E EX TUNC. MANUTENÇÃO DO PRAZO EXTINTIVO FIXADO PELOS DECRETOS-LEIS 1.658/79 E 1.722/79 (30 DE JUNHO DE 1983).
1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).
2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação.
3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal.
4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada.
5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento." (REsp 591708/RS, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ 09.08.2004)

Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de os mesmos terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.

Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.

Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).

No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).

Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).

Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.

A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.

A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.

Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.

O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.

Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.

Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.

Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.

Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.

A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.

O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.

Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Blomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).

Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.

Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.

Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.

Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, da relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki).

Nada obstante, ressalvo o entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**, consoante as razões inicialmente ventiladas.

Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

In casu, o mandado de segurança foi impetrado por empresa fabricante e exportadora de produtos manufaturados, **em 30.04.2003**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1.º, do Decreto-Lei 491/69, **dos últimos dez anos, a contar do ajuizamento da ação mandamental**, vale dizer, **desde 30.04.1993**.

Desta sorte, a pretensão recursal demanda parcelas de desde 1993, quando já inexistente o benefício fiscal do crédito-prêmio, razão pela qual não merece reparo o acórdão recorrido, ainda que dissonante da novel jurisprudência quanto ao marco extintivo do incentivo fiscal.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, *caput*, do CPC, **NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL**.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2017)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 690.585 - RJ (2005/0111006-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADVOGADO	: COSME DAVID RANGEL SOARES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO EXECUTIVE CENTER
ADVOGADO	: LYCURGO LEITE NETO E OUTRO(S)

DECISÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO COM O OBJETIVO DE DESTRANCAR RECURSO ESPECIAL RETIDO NA ORIGEM ART. 542, § 3º DO CPC. POSSIBILIDADE.

1. A decisão que impõe a retenção do recurso especial tem nítida natureza interlocutória e conseqüentemente, não há erronia insuperável na interposição de Agravo de Instrumento desta decisão, máxime porque oscilante a jurisprudência do Eg. STJ no sentido do cabimento do recurso em exame, mediante a interposição de uma simples petição ou até mesmo de Medida Cautelar a indicar a admissão da fungibilidade recursal.

2. Deveras, a regra genérica do art. 522 do CPC e a especial do art. 544 conspiram pela admissão do agravo quando retido o recurso especial de decisão que se alega potencialmente causadora de lesão irreparável.

3. Agravo de Instrumento provido, determinando-se o processamento do Recurso Especial.

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento interposto por COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE com fulcro no artigo 544 do CPC contra decisão que determinou a retenção do recurso especial interposto contra acórdão da Segunda Câmara Cível do E. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Presentes as peças essenciais e preenchidos os demais pressupostos de admissibilidade do recurso, impõe-se a análise do mérito recursal.

Historiam os autos que o ora agravado ajuizou ação ordinária de obrigação de fazer c/c repetição de indébito pretendendo, compeli-la a reparar o hidrômetro instalado nas dependências do Condomínio-autor, como também impedi-la de proceder a cobrança pela denominada tarifa mínima de forma progressiva ou por estimativa. Foi prolatada decisão interlocutória que deferiu o pedido formulado pelo agravado, a fim de antecipar os efeitos da tutela pretendida, para que, a partir do recebimento do Mandado respectivo, a agravante passasse a cobrar pelo fornecimento de água tão somente pelo que for aferido no hidrometro.

Irresignada, a empresa interpôs agravo de instrumento, aduzindo que a r. decisão foi proferida antes mesmo da citação da agravante , ou seja, antes de se estabelecer o contraditório mínimo, em frana violação aos arts. 5º, LIV e LV da constituição Federal

A Décima Terceira Câmara do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por unanimidade, negou provimento ao agravo de instrumento e julgou prejudicado o agravo regimental.

Foram rejeitados os embargos de declaração opostos com o objetivo de sanar omissão ali indicada (fl. 55). No recurso especial, fundado na alínea "*a"* do permissivo constitucional, a recorrente aponta ofensa aos artigos 131, 165, 273, 334, IV e 804, do CPC; Lei Federal n.º 6.528/78, Dec. Federal nº 82.578/78, art. 13 da Lei Federal nº 8.987/1995, Arts. 4°, VII e 7º da Lei Federal nº 8.078/90, defendendo a tese de que não há de ser cobrada taxa diferenciada daquela prevista em lei. O recurso especial foi retido na forma do § 3º do art. 542 do CPC (fl. 69).

Relatados. Decido.

Presentes as peças essenciais e demais requisitos de admissibilidade, passo ao exame do mérito do Agravo.

Com efeito, dúvidas subsistem em saber qual o recurso cabível contra decisão do Presidente de Tribunal *a quo* que determina a retenção do recurso especial (art. 542, § 3º do CPC).
Deveras, a despeito de entendimentos em contrário nesta Corte, no sentido de ser cabível tão-somente medida cautelar contra decisão do Tribunal *a quo* que mantém retido nos autos o recurso especial, a natureza interlocutória da decisão revela a possibilidade de manejar também agravo de instrumento, mesmo porque a norma processual é silente quanto ao requisito de admissibilidade recursal consistente no cabimento.

É certo que o STJ tem tratado a regra do art. 542, § 3º do CPC com menos rigor, mormente nas situações em que a decisão judicial, embora sendo de natureza interlocutória, acarrete danos irreversíveis à parte. Nessas hipóteses, afigura-se plausível o processamento do recurso, sob pena de a retenção culminar na perda do objeto do especial.

In casu, afigura-se plausível o destrancamento da irresignação.
Destarte, afigura-se prudente o processamento imediato do inconformismo.

Isto posto, **DOU PROVIMENTO** ao Agravo de Instrumento, determinando-se o processamento do Recurso Especial.

Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2018)

RECURSO ESPECIAL Nº 690.604 - SC (2004/0137505-2)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: MADEIRAS SCHLINDWEIN LTDA. E OUTRO
ADVOGADO	: JAIME LUIZ LEITE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ARTUR ALVES DA MOTTA E OUTRO(S)

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETOS-LEIS 491/69, 1.724/79, 1.722/79, 1.658/79 E 1.894/81. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. EXTINÇÃO DO BENEFÍCIO. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA PELA PRIMEIRA SEÇÃO. VIGÊNCIA DO ESTÍMULO FISCAL ATÉ 04 DE OUTUBRO DE 1990. RESSALVA DO ENTENDIMENTO DO RELATOR.

1. O crédito-prêmio do IPI, nas demandas que visam o seu recebimento, posto não versarem hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento decorrente da regra da não-cumulatividade estabelecida pelo texto constitucional, não obedece a regra inserta no artigo 168, do CTN, sendo-lhe aplicável o disposto no Decreto nº 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.

2. Destarte, os créditos fiscais passíveis de aproveitamento são os adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação (Precedentes das Turmas de Direito Público: **AgRg no Ag 585290/RS**, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005; **REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005; **AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006; e **REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006).
3. Mandado de segurança impetrado **em 16/10/2002**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo de se creditarem e utilizarem os créditos de IPI referente ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, bem como de promover a compensação com quaisquer tributos administrados pela Receita Federal, dos créditos referentes ao período de **1980 até o trânsito em julgado da presente ação.**
4. O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.
5. Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.
6. Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice.*
7. O Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:
"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."
8. É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).
9. À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).
9.1 A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:
"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.
Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.
Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria.
10. Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.
11. A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)".*
12. Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*: *"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão."* (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).
13. À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)
14. Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.
15. Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º. do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.
16. A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies*" a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** De-

veras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno";* **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

16.1. Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

16.1.1. A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes"*. (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).

16.1.2. Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).

16.1.3 Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).

16.1.4. É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.

16.1.5. Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).

16.1.6. Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.

16.1.7. Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras: basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).

16.1.8. O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).

16.1.9. Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.

16.1.10. Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).

16.1.11. A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).

16.1.12. A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.

16. 1.13. À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:

"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:

"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:

"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:

"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:

"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.

O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."

16.1.14. Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.

17. À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que: *"**1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).** 2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação. 3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal. 4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada. 5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento."*

18. Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de o mesmo terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.

19. Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.

20. Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).

20.1. No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).

21. Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal Federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).

21.1. Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento.

21.2. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.

21.3 A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.

22. A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.

23. Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.

24. O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.

25. Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.

26. Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.

26.1. Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição

de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.

26.2. Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.

27. A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.

28. O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.

28.1. Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).

29. Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.

29.1. Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.

29.2 Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.

30. Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

31. Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, Relator Ministro Teori Albino Zavascki).

32. Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

33. Ressalva do entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**.

34. *In casu*, o *mandamus* foi impetrado em 2002, demandando parcelas de IPI tanto anteriores a 04.10.1990, estas atingidas pela prescrição qüinqüenal (vez que ajuizada a demanda somente em 16/10/2002), quanto posteriores ao referido marco temporal, quando já inexistente o incentivo do crédito-prêmio, razão pela qual não merece prosperar a pretensão recursal.

35. Recurso especial a que se nega seguimento (artigo 557, *caput*, do CPC).

MADEIRAS SCHLINDWEIN LTDA. E OUTRO interpõem o presente recurso especial com fulcro no art. 105, III, alíneas "a" e "c", do Permissivo Constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que entendera, em síntese que: (a) o incentivo fiscal do crédito-prêmio do IPI, instituído pelo art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, foi extinto em 30 de junho de 1983, por disposição expressa do Decreto-Lei 1.722/79; (b) o Decreto-Lei 1.894/81 não reinstituiu o crédito-prêmio sem previsão de data de extinção, mas apenas redirecionou o incentivo para outros grupos econômicos; (c) extinto o crédito-prêmio em 1983, resta impertinente a discussão sobre o alcance da regra do art. 41, § 1º, do ADCT/88, pois sua aplicação somente poderia ser cogitada no caso de incentivos então em vigor; (d) a Lei 8.402/92 não restabeleceu o crédito-prêmio, pois este incentivo não consta do rol de benefícios expressamente indicados no texto legal (fls. 484).

Noticiam os autos que as ora recorrentes impetraram mandado de segurança, **em 16/10/2002**, contra ato do Delegado da Receita Federal em Blumenau, sustentando serem titulares ao recebimento do "crédito-prêmio" do IPI, assim denominado o incentivo autorizado pelo Decreto-Lei 491/69, de 05 de março de 1969 e Decreto nº 64.833/69, bem como de promover a compensação com quaisquer tributos administrados pela Receita Federal, dos créditos referentes ao período de **1980 até o trânsito em julgado da presente ação.**

O juízo de direito de primeiro grau denegou a segurança, reconhecendo a prescrição do direito ao crédito-prêmio do IPI, extinto por força do artigo 41, § 1º Do ADCT.

A Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por maioria dos votos dos seus integrantes, negou provimento à apelação manejada pelas ora recorrentes, em aresto que restou assim ementado (fl. 492):

"TRIBUTÁRIO. CRÉDITO-PRÊMIO DE IPI. DECRETO-LEI 491/69. EXTINÇÃO EM 1990. INOCORRÊNCIA DE RESTABELECIMENTO PELA LEI Nº 8.402/92.

1. O Decreto-Lei nº 1.894/81 restaurou, sem prazo definido, o benefício do Decreto-Lei nº 491/69. Ainda que o Decreto-Lei 1.658/79 tenha determinado (inclusive com a alteração promovida pelo DL 1.722/79) a extinção do benefício em 30 de junho de 1983, não se pode perder de vista que antes do encerramento do prazo foi editado o Decreto-Lei 1.894/81, que disciplinou novamente a matéria. A nova disciplina, por incompatível com o prazo fatal previsto na legislação anterior, implicou restabelecimento da benesse sem prazo definido. A propósito, tendo a lei nova disciplinado por completo a questão ligada à extinção do benefício, e tendo sido ela reputada inconstitucional pelo STF (RE 186623. Relator: Min. CARLOS VELLOSO), o Decreto-Lei 1.894/81, expungido dos dispositivos considerados afrontosos à Constituição, teve somente o efeito de manter o incentivo.

2. O artigo 41 do ADCT determinou a reavaliação de todos os incentivos fiscais de natureza setorial então em vigor, estabelecendo que considerar-se-iam revogados após dois anos, a partir da data da promulgação da Constituição, os incentivos que não fossem confirmados por lei. Como não foi reavaliado dentro do prazo fixado pelo art. 41 do ADCT, da CF de 1988, o crédito-prêmio previsto no artigo 1º do Decreto-Lei 491/69 restou extinto no mês de outubro de 1990, já que se tratava de benefício setorial, pois dirigido ao setor secundário (exportação de produtos industrializados).

3. A Lei nº 8.402, de 08.01.92, não teve o efeito de revigorar o benefício. Referido diploma apenas assegurou a continuidade do incentivo fiscal previsto no artigo 5º do Decreto-Lei nº 491/69 (Art. 5º. É assegurada a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem efetivamente utilizados na industrialização dos produtos exportados). Não pode o judiciário restabelecer um incentivo fiscal que o legislador objetivamente não revigorou (art. 1º do DL 491/69), mediante interpretação extensiva do referido diploma legal.

4.Apelação improvida."

As recorrentes, irresignadas com o teor do v. aresto prolatado, interpuseram o recurso especial que ora se apresenta, apontando violação ao Decreto-Lei 491/69, assegurando que o mesmo não foi revogado e, por isso, continua em plena vigência expondo que: (a) o governo objetivando incentivar as exportações de produtos industrializados ao exterior baixou em 05/03/1969, o Decreto-Lei 491/69, posteriormente regulamentado pelo Decreto nº 64.833/69, concedendo aos fabricantes de produtos industrializados nacionais exportados para o exterior o incentivo denominado "crédito-prêmio" de IPI, além do direito à manutenção do crédito do IPI pago na aquisição de insumos aplicados em produtos exportados (art. 5º, Decreto-Lei 491/69); (b) em 1972 foi introduzido o Decreto-Lei 1.248, estendendo ao produtor de bens a serem exportados os mesmos incentivos já concedidos pelo Decreto-Lei 491/69; (c) no ano de 1979, o Governo Federal baixou três decretos-leis (1.658,1.722 e 1.724) modificando o incentivo instituído pelo Decreto-Lei 491/69. Sabe-se que o Decreto-Lei nº 1.658, estipulou o fim do "crédito-prêmio" para o ano de 1983 e que o Decreto-Lei nº 1.724 apesar de outorgar ao Ministro da Fazenda competência para aumentar, reduzir ou extinguir o incentivo, "crédito-prêmio", do Decreto-Lei 491/69, foi declarado inconstitucional pelo STF (RE nº 186.623-3/RS) por ofensa ao princípio da indelegabilidade expresso no art. 6º da Constituição Federal vigente; (c) por fim, o Decreto-Lei nº 1.658, mencionado acima, ficou sem efeito, posto que o próprio Governo Federal em 1981 editou o Decreto-Lei nº 1.894/81, ampliando os incentivos do crédito-prêmio. Colacionam ainda decisões desta Corte de Justiça para comprovar o dissídio jurisprudencial.

A recorrida em contra-razões (fls. 521-526), alega em sede preliminar que os ora recorrentes não apresentaram o adequado dissídio jurisprudencial e que o crédito-prêmio foi extinto em 30 de junho de 1983, pelo Decreto-Lei nº 1.658, conforme precedente desta Turma no RESP nº 591.708/RS. Argumenta ainda que o Decreto-Lei nº 1.724 e o Decreto-Lei nº 1.894/81 não revogaram a extinção já estipulada para o crédito-prêmio em 30 de junho de 1983 e que o Decreto-Lei nº 1.658 não perdeu sua eficácia em virtude do Decreto-Lei nº 1.724/79.

O recurso especial foi admitido na origem (fls. 528).

É o relatório.

Preliminarmente, o recurso merece conhecimento, uma vez que prequestionada a matéria federal ventilada.

A controvérsia encontra-se sintetizada na seguinte *vexata quaestio*: o crédito prêmio do IPI para a exportação de produtos manufaturados foi instituído pelo artigo 1°, do Decreto-Lei 491/69, com clara natureza extra-fiscal de estímulo às exportações e sem qualquer determinação de prazo extintivo. Assim permanecendo por quase dez anos. Em 24 de janeiro de 1979, o Decreto-Lei 1.658 previu a gradual extinção do incentivo, cujo prazo fatal esgotar-se-ia em 30 de junho de 1979. Menos de um ano depois o Decreto-Lei 1.722, de 03 de dezembro de 1979, em seu artigo 3º, revogou expressamente o § 2° do artigo 1°, do Decreto-Lei 1.658, substituindo sua redação e alterando o cronograma de reduções do incentivo. O objetivo foi dar maior flexibilidade à sistemática de redução gradual do crédito-prêmio. Por isso: modificou-se o percentual a ser reduzido em cada ano, tudo *"de acordo com ato do Ministro de Estado da Fazenda"* (artigo 3°), o qual, conforme dispunha o artigo 1º, podia estabelecer inclusive o prazo (forma, condições e prazo, estabelecidos pelo Poder Executivo). Logo em seguida, foi promulgado o Decreto-Lei 1.724, de 07 de dezembro de 1979, que, substituindo globalmente a sistemática anterior, delegava competência ao Ministro da Fazenda para *"aumentar ou reduzir, temporária ou definitivamente, ou extinguir"* o referido credito-prêmio, atendendo à conjuntura econômica. Sobreveio, ainda, o Decreto-Lei 1.894/81 para viger em 16.01.82, o qual assegurou a ampliação da incidência subjetiva do crédito-prêmio presente no artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69 para empresas meramente comerciais, contendo também a delegação ao Poder Executivo para aumentar, reduzir, suspender ou extinguir o benefício, de acordo com a conjuntura econômica.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 180828-4, declarou incidentalmente inconstitucionais as expressões *"reduzir temporária ou definitivamente, ou extinguir"* contidas nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81, por entender que não cabe delegação de competência para qualquer membro do Poder Executivo para "reduzir", "suspender" ou "extinguir" benefício concedido por lei, o que não se aplica à autorização para "aumentar" o benefício, preservada como constitucional por essa decisão da Suprema Corte.
A questão que se coloca diz respeito à vigência ou não, após 1983, do crédito-prêmio de IPI, tendo em vista a inconstitucionalidade da delegação presente nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81.

Com efeito, o *thema iudicandum* gravita em torno da eficácia da lei no tempo, a interpretação da lei financeira-tributária e o conceito de incentivo setorial-fiscal, bem como na vontade constitucional quanto ao referido benefício fiscal.
No que pertine ao prazo prescricional, no caso *sub examine* (demanda que visa ao recebimento do crédito-prêmio do IPI), posto não versar hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento de crédito, decorrente da regra da não-cumulatividade, estabelecida pelo texto constitucional, não há que se cogitar da incidência do artigo 168, do CTN, sendo aplicável o Decreto nº 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.
Destarte, são passíveis de aproveitamento tão-somente os créditos fiscais adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação, consoante corroboram as ementas dos seguintes julgados oriundos de ambas as Turmas de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. AQUISIÇÃO DE INSUMOS ISENTOS, NÃO-TRIBUTADOS OU TRIBUTADOS À ALÍQUOTA ZERO. CRÉDITOS ESCRITURAIS. NÃO-CUMULATIVIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL.
(...)
3. Nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é de 5 anos, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. Precedentes do STJ.
(...)
5 Agravo regimental desprovido." (**AgRg no Ag 585290/RS**, desta relatoria, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. NÃO-INCIDÊNCIA. SÚMULAS 83 E 85/STJ.
1. A prescrição dos créditos fiscais decorrentes do crédito-prêmio do IPI é qüinqüenal, a partir do ajuizamento da ação. Decidiu o acórdão que, ajuizada a ação em 08.06.93, acham-se prescritas as prestações anteriores a 1987. Precedentes da 1ª e 2ª Turmas e da 1ª Seção.
2. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação" (Súmula 85/STJ)
(...)
4. Recurso especial não conhecido." (**REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. IPI. APROVEITAMENTO DOS CRÉDITOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. MATÉRIA DE CUNHO CONSTITUCIONAL EXAMINADA NO TRIBUNAL A QUO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO NA CORTE RECORRIDA NÃO SANADA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADUÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS AUSENTES NA DECISÃO ATACADA. SÚMULA Nº 211/STJ. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. SÚMULA nº 85/STJ. PRECEDENTES.
(...)
3. As 1ª e 2ª Turmas e a 1ª Seção do STJ assentaram que, nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é qüinqüenal, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação." (Súmula nº 85/STJ). Precedentes desta Corte Superior.
(...)" (**AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º).VIGÊNCIA. PRAZO. EXTINÇÃO.
(...)
5. A 1ª Seção do STJ firmou entendimento no sentido de ser de cinco anos o prazo prescricional das ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, sendo atingidas as parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu a propositura da ação, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32. Precedentes: Resp 752.550/RS, 1ª T., Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 19.09.2005; EDcl no Resp 225.359/DF, 2ª T., Min. Castro Meira, DJ de 03.10.2005; RESP 661.300/RS, 2ª T., Min. Eliana Calmon, DJ de 20.02.2006
6. Recurso especial a que se nega provimento." (**REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006)

Doravante, impõe-se aferir se assiste razão à recorrente no que concerne à violação dos artigos 1º, do Decreto-Lei 491/69, e 1º, do Decreto-Lei 1.894/81. Isto porque, em face da declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1.724/79, os Decretos-Lei 1.722/79 e 1.894/81, ali referidos, restaram inaplicáveis. Consectariamente, por disposição expressa do Decreto-Lei 1.658, subjaz a questão do lapso final da aplicação do benefício do Decreto-Lei 491/69.
O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.
Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.
Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice*.
O Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2º - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
§ 1º - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
§ 2º - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
§ 3º - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).
A igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).
A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione espressa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.
Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.
Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria."

Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.
A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)"*.

Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*:

"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão." (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)
Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.
Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.
A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies*" a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado*

interno"; **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes".* (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).

Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).

Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).

É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.

Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).

Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.

Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras: basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).

O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).

Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.

Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).

A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Ennecerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).

A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.

À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:
"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:
"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:
"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.
O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."

Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.

À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que:

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º). INCONSTITUCIONALIDADE DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA AO MINISTRO DA FAZENDA PARA ALTERAR A VIGÊNCIA DO INCENTIVO. EFICÁCIA DECLARATÓRIA E EX TUNC. MANUTENÇÃO DO PRAZO EXTINTIVO FIXADO PELOS DECRETOS-LEIS 1.658/79 E 1.722/79 (30 DE JUNHO DE 1983).
1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).
2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação.
3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal.
4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada.
5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento." (REsp 591708/RS, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ 09.08.2004)

Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de os mesmos terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.

Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.

Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).

No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).

Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).

Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.

A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.

A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.

Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.

O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.

Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.

Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.

Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão

pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.

Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.

A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.

O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.

Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).

Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.

Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.

Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.

Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, da relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki).

Nada obstante, ressalvo o entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**, consoante as razões inicialmente ventiladas.

Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

In casu, o mandado de segurança foi impetrado **em 16/10/2002**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo de se creditarem e utilizarem os créditos de IPI referente ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, bem como de promover a compensação com quaisquer tributos administrados pela Receita Federal, dos créditos referentes ao período de **1980 até o trânsito em julgado da presente ação.**

Desta sorte, a pretensão recursal demanda parcelas de IPI tanto anteriores a 04.10.1990, estas atingidas pela prescrição qüinqüenal (vez que ajuizada a demanda somente em 16/10/2002), quanto posteriores ao referido marco temporal, quando já inexistente o benefício fiscal do crédito-prêmio, razão pela qual não merece reparo o acórdão recorrido, ainda que dissonante da novel jurisprudência quanto ao marco extintivo do incentivo fiscal.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, *caput*, do CPC, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2019)

RECURSO ESPECIAL Nº 719.924 - DF (2005/0011317-2)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CINARA RIBEIRO SILVA KICHEL E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PROPESCA LTDA
ADVOGADO	: DOMINGOS NOVELLI VAZ E OUTRO(S)

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETOS-LEIS 491/69, 1.724/79, 1.722/79, 1.658/79 E 1.894/81. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. EXTINÇÃO DO BENEFÍCIO. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA PELA PRIMEIRA SEÇÃO. VIGÊNCIA DO ESTÍMULO FISCAL ATÉ 04 DE OUTUBRO DE 1990. RESSALVA DO ENTENDIMENTO DO RELATOR.

1. O crédito-prêmio do IPI, nas demandas que visam o seu recebimento, posto não versarem hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento decorrente da regra da não-cumulatividade estabelecida pelo texto constitucional, não obedece a regra inserta no artigo 168, do CTN, sendo-lhe aplicável o disposto no Decreto nº 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.

2. Destarte, os créditos fiscais passíveis de aproveitamento são os adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação (Precedentes das Turmas de Direito Público: **AgRg no Ag 585290/RS**, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005; **REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005; **AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006; e **REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006).

3. A ação foi ajuizada em **11/09/1987**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo de creditamento e utilização de créditos de IPI referente ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, bem como de promover a compensação dos créditos relativos ao período **de abril de 1981 até abril de 1985.**

4. O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.

5. Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.

6. Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice*.

7. O Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

8. É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).

9. À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).

9.1 A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.
Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.
Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria.

10. Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.

11. A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)"*.

12. Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*: *"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão."* (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

13. À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)

14. Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.

15. Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.

16. A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies*" a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno";* **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

16.1. Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

16.1.1. A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes"*. (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).

16.1.2. Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).

16.1.3 Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).

16.1.4. É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.

16.1.5. Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor: a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).

16.1.6. Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.

16.1.7. Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras: basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).

16.1.8. O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).

16.1.9. Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.

16.1.10. Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).

16.1.11. A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).

16.1.12. A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.

16. 1.13. À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:

"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:

"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:

"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:

"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:

"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.

O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."

16.1.14. Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.

17. À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que: *"**1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).** 2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação. 3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal. 4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada. 5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os*

beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento."

18. Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de o mesmo terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.

19. Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.

20. Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).

20.1. No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).

21. Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).

21.1. Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento.

21.2. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.

21.3 A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.

22. A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.

23. Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.

24. O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.

25. Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.

26. Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.

26.1. Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.

26.2. Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.

27. A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.

28. O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.

28.1. Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).

29. Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.

29.1. Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.

29.2 Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.

30. Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

31. Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, Relator Ministro Teori Albino Zavascki).

32. Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

33. Ressalva do entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**.

34. *In casu*, a ação foi ajuizada em **11/09/1987**, demandando parcelas de IPI relativas ao período de abril de 1981 a abril de 1985, ressoando inequívoca a ocorrência da prescrição das parcelas anteriores a 11/09/1982.

35. Recurso especial a que se dá parcial provimento, para declarar a prescrição das parcelas anteriores a abril de 1982. (artigo 557, § 1º-A, do CPC).

Trata-se recurso especial interposto pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro na alínea "a", do permissivo constitucional, no intuito de ver reformado acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em sede de ação rescisória, assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA. I.P.I. CRÉDITO-PRÊMIO. PRELIMINARES REJEITADAS. DECRETO-LEI N. 491/69. DECRETO-LEI N. 1.724/79. INCONSTITUCIONALIDADE. DECRETO-LEI 1.658/79. INAPLICABILIDADE À ESPÉCIE. DIREITO AO CUMPRIMENTO DO CONTRATO EM HOMENAGEM AO ATO JURÍDICO PERFEITO.

Preliminares da ré rejeitadas.

O Plenário do extinto Tribunal Federal de Recursos declarou a inconstitucionalidade do artigo 1º do Decreto-lei 1.724/79 e permitiu, de conseqüência, a incidência do Decreto-lei 491/69, que concedera o benefício fiscal, não sendo aplicável o texto do Decreto-lei 1.658/79 à espécie por ser incompatível, durante o período de vigência do contrato discutido, com a norma do Decreto-lei 1.894/81, que, posteriormente, abonou o Decreto-lei 491/69, instituidor do crédito-prêmio.

A Portaria 176/82-M.F., por ser norma hierarquicamente inferior, não podia revogar o Decreto-lei 491/69, muito menos ferir o ato jurídico perfeito (contrato anteriormente celebrado).

Precedentes dos Tribunais no sentido supra.
Rescisória improvida.

Noticiam os autos que a União Federal ajuizou ação rescisória, com base no art. 485, V, do CPC contra acórdão do TRF da 1ª Região que declarou a inconstitucionalidade do Decreto Lei 1.724/79, alegando que:

*"O Acórdão rescindendo, ao determinar o pagamento de diferenças do subsídio-prêmio às exportações (instituído pelo Decreto-Lei nº 491/69), no período de 01 de abril de 1981, até 30 de abril de 1985, violou literal e frontalmente a data limite de vigência desse benefício - 30 de junho de 1983 - estabelecida pelo Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, art. 1º, **caput** e § 2º, com a redação que foi dada a este parágrafo pelo Decreto-lei nº 1.722, de 03 de dezembro de 1979."*

A ação rescisória foi julgada improcedente pelo Tribunal de origem, nos termos da ementa retro-transcrita, reconhecendo que o fato de ter sido declarada a inconstitucionalidade do Decreto Lei 1.724/79 não teria implicado a extinção do crédito-prêmio, porquanto teria como sustentáculo o Decreto Lei 491/69, abonado pelo Decreto Lei 1.894/81, sem qualquer limite de prazo para a vigência do benefício fiscal.
Foram opostos embargos declaratórios, que restaram rejeitados.
A Fazenda Nacional interpôs o presente recurso especial, sob os seguintes argumento:
a) violação dos arts. 535 do CPC - posto não ter se manifestado acerca da omissão na aplicação dos Decretos acima referidos, sem a devida declaração de inconstitucionalidade, bem como não foram explicitadas as razões para que se considerasse que o DL 1.658/79 teria sido revogado pelo DL 1.894/81, afrontando outrossim o disposto no art. 2º da LICC;
b) afronta ao art. 458, II, do CPC e 93, IX da CF/88, pela ausência de fundamentação do acórdão, consoante acima expendido;
c) contrariedade ao art. 1º, do DL 1.658/79 e ao § 1º do art. 2º da LICC, porquanto acaso prevalecesse o entendimento de inconstitucionalidade dos DL 1.722/79 e 1.894/91, haveria de permanecer incólume o DL 1.658/79, que não foi reformado por qualquer outra norma nem declarado inconstitucional, razão pela qual o crédito-prêmio teria sido extinto em 1983.
Apresentadas contra-razões, nas quais se pugna pela manutenção do acórdão regional.
O recurso especial recebeu crivo negativo de admissibilidade na instância de origem, tendo subido a este Sodalício em virtude do provimento de agravo de instrumento.
Impende salientar que, compulsando os autos, verificou-se que a empresa, ora recorrida, **ajuizou ação em 11/09/1987**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo de se creditar e utilizar os créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, Decreto-Lei 1.248/72 e Lei 8.402/92, bem como de promover a compensação com quaisquer tributos administrados pela Receita Federal, dos créditos referentes ao período de **abril de 1981 a abril de 1985.**

Relatados, decido.

Preliminarmente, o recurso merece conhecimento, uma vez que prequestionada a matéria federal ventilada.
A controvérsia encontra-se sintetizada na seguinte *vexata quaestio*: o crédito prêmio do IPI para a exportação de produtos manufaturados foi instituído pelo artigo 1°, do Decreto-Lei 491/69, com clara natureza extra-fiscal de estímulo às exportações e sem qualquer determinação de prazo extintivo. Assim permanecendo por quase dez anos. Em 24 de janeiro de 1979, o Decreto-Lei 1.658 previu a gradual extinção do incentivo, cujo prazo fatal esgotar-se-ia em 30 de junho de 1979. Menos de um ano depois o Decreto-Lei 1.722, de 03 de dezembro de 1979, em seu artigo 3º, revogou expressamente o § 2° do artigo 1°, do Decreto-Lei 1.658, substituindo sua redação e alterando o cronograma de reduções do incentivo. O objetivo foi dar maior flexibilidade à sistemática de redução gradual do crédito-prêmio. Por isso: modificou-se o percentual a ser reduzido em cada ano, tudo *"de acordo com ato do Ministro de Estado da Fazenda"* (artigo 3°), o qual, conforme dispunha o artigo 1º, podia estabelecer inclusive o prazo (forma, condições e prazo, estabelecidos pelo Poder Executivo). Logo em seguida, foi promulgado o Decreto-Lei 1.724, de 07 de dezembro de 1979, que, substituindo globalmente a sistemática anterior, delegava competência ao Ministro da Fazenda para *"aumentar ou reduzir, temporária ou definitivamente, ou extinguir"* o referido credito-prêmio, atendendo à conjuntura econômica. Sobreveio, ainda, o Decreto-Lei 1.894/81 para viger em 16.01.82, o qual assegurou a ampliação da incidência subjetiva do crédito-prêmio presente no artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69 para empresas meramente comerciais, contendo também a delegação ao Poder Executivo para aumentar, reduzir, suspender ou extinguir o benefício, de acordo com a conjuntura econômica.
O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 180828-4, declarou incidentalmente inconstitucionais as expressões *"reduzir temporária ou definitivamente, ou extinguir"* contidas nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81, por entender que não cabe delegação de competência para qualquer membro do Poder Executivo para "reduzir", "suspender" ou "extinguir" benefício concedido por lei, o que não se aplica à autorização para "aumentar" o benefício, preservada como constitucional por essa decisão da Suprema Corte.
A questão que se coloca diz respeito à vigência ou não, após 1983, do crédito-prêmio de IPI, tendo em vista a inconstitucionalidade da delegação presente nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81.
Com efeito, o *thema iudicandum* gravita em torno da eficácia da lei no tempo, a interpretação da lei financeira-tributária e o conceito de incentivo setorial-fiscal, bem como na vontade constitucional quanto ao referido benefício fiscal.

No que pertine ao prazo prescricional, no caso *sub examine* (demanda que visa ao recebimento do crédito-prêmio do IPI), posto não versar hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento de crédito, decorrente da regra da não-cumulatividade, estabelecida pelo texto constitucional, não há que se cogitar da incidência do artigo 168, do CTN, sendo aplicável o Decreto nº 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.
Destarte, são passíveis de aproveitamento tão-somente os créditos fiscais adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação, consoante corroboram as ementas dos seguintes julgados oriundos de ambas as Turmas de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. AQUISIÇÃO DE INSUMOS ISENTOS, NÃO-TRIBUTADOS OU TRIBUTADOS À ALÍQUOTA ZERO. CRÉDITOS ESCRITURAIS. NÃO-CUMULATIVIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL.
(...)
3. Nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é de 5 anos, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. Precedentes do STJ.
(...)
5 Agravo regimental desprovido." (**AgRg no Ag 585290/RS**, desta relatoria, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. NÃO-INCIDÊNCIA. SÚMULAS 83 E 85/STJ.
1. A prescrição dos créditos fiscais decorrentes do crédito-prêmio do IPI é qüinqüenal, a partir do ajuizamento da ação. Decidiu o acórdão que, ajuizada a ação em 08.06.93, acham-se prescritas as prestações anteriores a 1987. Precedentes da 1ª e 2ª Turmas e da 1ª Seção.
2. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação" (Súmula 85/STJ)
(...)
4. Recurso especial não conhecido." (**REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. IPI. APROVEITAMENTO DOS CRÉDITOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. MATÉRIA DE CUNHO CONSTITUCIONAL EXAMINADA NO TRIBUNAL A QUO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO NA CORTE RECORRIDA NÃO SANADA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADUÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS AUSENTES NA DECISÃO ATACADA. SÚMULA Nº 211/STJ. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. SÚMULA nº 85/STJ. PRECEDENTES.
(...)
3. As 1ª e 2ª Turmas e a 1ª Seção do STJ assentaram que, nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é qüinqüenal, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação." (Súmula nº 85/STJ). Precedentes desta Corte Superior.
(...)" (**AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º).VIGÊNCIA. PRAZO. EXTINÇÃO.
(...)
5. A 1ª Seção do STJ firmou entendimento no sentido de ser de cinco anos o prazo prescricional das ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, sendo atingidas as parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu a propositura da ação, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32. Precedentes: Resp 752.550/RS, 1ª T., Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 19.09.2005; EDcl no Resp 225.359/DF, 2ª T., Min. Castro Meira, DJ de 03.10.2005; RESP 661.300/RS, 2ª T., Min. Eliana Calmon, DJ de 20.02.2006
6. Recurso especial a que se nega provimento." (**REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006)

Doravante, impõe-se aferir se assiste razão à recorrente no que concerne à violação dos artigos 1º, do Decreto-Lei 491/69, e 1º, do Decreto-Lei 1.894/81. Isto porque, em face da declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1.724/79, os Decretos-Lei 1.722/79 e 1.894/81, ali referidos, restaram inaplicáveis. Consectariamente, por disposição expressa do Decreto-Lei 1.658, subjaz a questão do lapso final da aplicação do benefício do Decreto-Lei 491/69.
O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.

Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.
Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice*.
O Decreto-lei n° 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).
À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).
A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.
Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.
Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria."

Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.

A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)"*.

Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*:

"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão." (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)

Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.

Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.

A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies"* a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno";* **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes"*. (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).

Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).

Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).

É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.

Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).

Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.

Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras: basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).

O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).

Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.

Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).

A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).

A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.

À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:
"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:
"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:
"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.
O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."

Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.

À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que:

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º). INCONSTITUCIONALIDADE DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA AO MINISTRO DA FAZENDA PARA ALTERAR A VIGÊNCIA DO INCENTIVO. EFICÁCIA DECLARATÓRIA E EX TUNC. MANUTENÇÃO DO PRAZO EXTINTIVO FIXADO PELOS DECRETOS-LEIS 1.658/79 E 1.722/79 (30 DE JUNHO DE 1983).
1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).
2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação.
3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal.
4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada.
5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento." (REsp 591708/RS, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ 09.08.2004)

Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de os mesmos terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.

Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.
Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).
No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).
Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).
Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.
A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.
A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.
Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.
O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.
Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.
Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.
Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não disponendo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.
Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.
A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.
O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.
Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).
Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.
Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.
Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.
Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.
Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, da relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki).
Nada obstante, ressalvo o entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DE**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**, consoante as razões inicialmente ventiladas.
Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

In casu, a ação foi ajuizada em **11/09/1987**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo de creditamento e utilização de créditos de IPI referente ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, bem como de promover a compensação dos créditos relativos ao período **de 1981 até abril de 1985.**

Desta sorte, a pretensão recursal demanda parcelas de IPI referentes ao período de 1981 a abril de 1985, ressoando inequívoca a ocorrência da prescrição das parcelas anteriores a abril de 1982, razão pela qual merece prosperar a pretensão recursal da recorrente nesse ponto.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, *caput*, do CPC, DOU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL, para declarar a prescrição das parcelas anteriores a abril de 1982.

Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2020)

RECURSO ESPECIAL Nº 722.975 - AL (2005/0019470-1)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: MOINHO MOTRISA S/A
ADVOGADO	: MARCELO ANDRÉ PIERDONA E OUTRO
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO	: JOSÉ EDMUNDO BARROS DE LACERDA

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. TAXA DE CLASSIFICAÇÃO VEGETAL. REGULAMENTAÇÃO DO DECRETO-LEI 1.899/81 PELA PORTARIA 531/94 DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. LEGITIMIDADE DA EXIGÊNCIA.
1. A orientação das Turmas que integram a Primeira Seção desta Corte firmou-se no sentido de que "é legítima a incidência da Taxa de Classificação Vegetal, instituída pelo Decreto-Lei n. 1.899/81 segundo as providências estabelecidas na Portaria n. 531/94" (REsp 476.517/RS, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 18.8.2006).

2. Recurso especial a que se nega seguimento.

1. Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 5º Região cuja ementa é a seguinte:

"TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPORTAÇÃO DE TRIGO EM GRÃOS. TAXA DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS CRIADA PELO DECRETO-LEI 1.899/81. PORTARIA 644/93 DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. PRECEDENTES.
1 - Preliminar de ilegitimidade passiva do Delegado Regional do Ministério da Agricultura que se rejeita.
2 - A Lei n° 6.305, de 15.12.75, instituiu a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico.
3 - O Decreto-Lei 1.899/81 que criou a Taxa de Classificação de produtos vegetais decorrente do poder de policia da Administração, determinou o seu valor, equivalente a duas ORTN por tonelada ou fração, como também o fato gerador da mencionada Taxa.
4 - As Portarias 644/93 e 531/94, do Ministério da Agricultura, baixadas com fundamento no artigo 8º do Decreto-Lei 1.899/81, não criaram nenhum tributo, apenas reajustaram o valor a ser cobrado, reduzindo o valor previsto pelo legislador, em atendimento ao objetivo definido pelo exercício do poder de polícia da fiscalização.
5 - Apelação improvida."
(fl. 185)

Os embargos declaratórios opostos foram acolhidos, para sanar omissão no julgado.
No recurso especial, interposto com base na alínea *a* do permissivo constitucional, a recorrente aponta ofensa aos arts. 7º e 97 do CTN, alegando, em síntese, que "o Decreto-Lei 1.899/81, inobstante tenha criado a Taxa de Classificação de Produtos Vegetais, a ser devida pela classificação (e reclassificação) de produtos vegetais, não traz nele ínsito todos os elementos indispensáveis à incidência da taxa", motivo pelo qual a exigibilidade da taxa em comento, com base na Portaria 531/94 do Ministério da Agricultura, constitui ofensa "aos princípios constitucionais da indelegabilidade e da estrita legalidade tributária" (fl. 229).
Menciona, ainda, afronta ao art. 535 do CPC.
Em suas contra-razões, a recorrida pugna pela manutenção do acórdão recorrido.
Admitido o recurso, subiram os autos.
É o relatório.

2. O recurso não merece prosperar.
Malgrado não ter acolhido os argumentos suscitados pela recorrente, o Tribunal *a quo* manifestou-se expressamente acerca de todos os temas necessários ao deslinde da controvérsia, razão pela qual não há falar em violação do disposto no art. 535 do CPC.
Impende ressaltar que *"se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte"* (AgRg no Ag 56.745/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJ de 12.12.1994).
Corroborando esse entendimento, podem ser lembrados os seguintes julgados: REsp 209.345/SC, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 16.5.2005; REsp 685.168/RS, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 2.5.2005.
Por outro lado, a orientação das Turmas que integram a Primeira Seção desta Corte firmou-se no sentido de que "é legítima a incidência da Taxa de Classificação Vegetal, instituída pelo Decreto-Lei n. 1.899/81 segundo as providências estabelecidas na Portaria n. 531/94" (REsp 476.517/RS, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 18.8.2006).
No mesmo sentido, destacam-se:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - TAXA DE CLASSIFICAÇÃO VEGETAL - DECRETO-LEI 1.899/81 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA - PORTARIA INTERMINISTERIAL 531/94 - PRINCÍPIO DA LEGALIDADE - FALTA DE INTERESSE JURÍDICO.
1. O Decreto-lei 1.899/81, que instituiu a Taxa de Classificação Vegetal, previu, expressamente, o seu fato gerador, sujeito passivo e valor máximo, não tendo a Portaria Interministerial 531/94 estipulado nenhum dos elementos conformadores do tributo.
2. A Portaria Interministerial 531/94 estabeleceu os valores da Taxa de Classificação Vegetal abaixo dos estabelecidos no art. 2º do Decreto-Lei 1.899/81, de modo que não tem o contribuinte interesse jurídico na declaração de sua ilegalidade.
3. Recurso especial conhecido em parte e improvido."
(REsp 447.044/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 23.5.2005)

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INDICAÇÃO DE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. TAXA DE CLASSIFICAÇÃO VEGETAL. REGULAMENTAÇÃO DO DECRETO-LEI Nº 1.899/81 PELA PORTARIA Nº 531/94. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO. PRECEDENTES.
1. É inadmissível o exame de alegada violação a dispositivos da Constituição Federal na via do recurso especial, por se limitar a competência do STJ, traçada no art. 105, III, da CF, à uniformização da interpretação da lei federal infraconstitucional.
2. A ausência de debate, na instância recorrida, sobre os dispositivos legais cuja violação se alega no recurso especial atrai, por analogia, a incidência da Súmula 282 do STF.
3. 'O Decreto-lei 1.899/81, que instituiu a Taxa de Classificação Vegetal, previu, expressamente, o seu fato gerador, sujeito passivo e valor máximo, não tendo a Portaria Interministerial 531/94 estipulado nenhum dos elementos conformadores do tributo' (REsp 447044/RS, Min. Eliana Calmon, 2ª T., DJ 23.05.2005).
4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido."
(REsp 625.741/AL, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 26.10.2006)

"RECURSO ESPECIAL - ALÍNEA 'A' - TRIBUTÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA - TAXA DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS - DL N. 1.899/81 - LEGALIDADE DA EXIGÊNCIA FISCAL - INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO ARTIGO 77 DO CTN.
Não merece reparo o entendimento da Corte de origem no sentido da possibilidade de cobrança da Taxa de Classificação de Produtos Vegetais sobre as 12.100 toneladas de milho importadas da Argentina pela empresa recorrente.
Em acurada análise da legislação que rege a espécie, verifica-se que a Lei n. 6.305/75, ao instituir a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, estabeleceu em seu artigo 1º, § 2º, que 'o serviço de que trata este artigo fica sujeito à organização normativa, à supervisão técnica e à fiscalização específica do órgão competente do Ministério da Agricultura'. No artigo 6º do mesmo diploma, foi estabelecido que 'os serviços de classificação de que trata esta Lei, serão retribuídos pelo regime de preços públicos, cabendo ao Ministro de Estado da Agricultura fixar os valores de custeio'. No artigo 9º, dispôs o ato normativo que 'o Poder Executivo, baixará, dentro de 90 (noventa) dias, o regulamento da presente Lei'.
Em obediência ao comando legal suprareferido, o Decreto 1.899/81 determinou, no artigo 2º, que: 'o valor das taxas será determinado em função de múltiplos ou frações do valor nominal de uma Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN), fixado para os meses de janeiro e julho de cada ano (...)'.
O Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o Agravo Regimental do Agravo de Instrumento 133.645/PR, entendeu pela possibilidade de cobrança da referida Taxa sob a égide da Lei n. 6.305/81, com a regulamentação dada pelo Decreto-Lei n. 1.899/81, sob o entendimento de que é possível a delegação da capacidade tributária ativa, diferentemente da competência tributária que, na espécie, não foi objeto de delegação. Na mesma esteira, o RE 299.731/PR, Relatora Ministra Ellen Gracie, DJU 28.10.2004.
Recurso especial improvido."
(REsp 513.746/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ de 2.5.2005)
Em referência ao alegado dissídio jurisprudencial, o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento firmado nesta Corte, razão pela qual incide o disposto na Súmula 83/STJ: *"Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida."*

3. Diante do exposto, com base no art. 557, *caput*, do CPC, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRA DENISE ARRUDA
Relatora

(2021)

RECURSO ESPECIAL Nº 723.499 - SP (2005/0017961-9)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: RETÍFICA CONFIANÇA LTDA
ADVOGADO	: FÁBIO GUARDIA MENDES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ANA PAULA FERREIRA SERRA SPECIE E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO/COMPENSAÇÃO. ARTIGO 3º, DA LEI COMPLEMENTAR 118/2005. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. PAGAMENTO INDEVIDO. ARTIGO 4º, DA LC 118/2005. DETERMINAÇÃO DE APLICAÇÃO RETROATIVA. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONTROLE DIFUSO. CORTE ESPECIAL. RESERVA DE PLENÁRIO.
1. O prazo prescricional das ações de compensação/repetição de indébito, do ponto de vista prático, deve ser contado da seguinte forma: relativamente aos pagamentos efetuados a partir da vigência da Lei Complementar 118/2005 (09.06.05), o prazo para se pleitear a restituição é de cinco anos a contar da data do recolhimento indevido; e relativamente aos pagamentos anteriores, a prescrição obedece ao regime previsto no sistema anterior, limitada, porém, ao prazo máximo de cinco anos a contar da vigência da novel lei complementar.
2. Isto porque a Corte Especial declarou a inconstitucionalidade da expressão "observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional", constante do artigo 4º, segunda parte, da Lei Complementar 118/2005 (**AI nos ERESP 644736/PE, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 06.06.2007**).
3. Deveras, a norma inserta no artigo 3º, da lei complementar em tela, indubitavelmente, cria direito novo, não configurando lei meramente interpretativa, cuja retroação é permitida, consoante apregoa doutrina abalizada:
"Denominam-se leis interpretativas as que têm por objeto determinar, em caso de dúvida, o sentido das leis existentes, sem introduzir disposições novas. {nota: A questão da caracterização da lei interpretativa tem sido objeto de não pequenas divergências, na doutrina. Há a corrente que exige uma declaração expressa do próprio legislador (ou do órgão de que emana a norma interpretativa), afirmando ter a lei (ou a norma jurídica, que não se apresente como lei) caráter interpretativo. Tal é o entendimento da ***AFFOLTER*** *(Das intertemporale Recht, vol. 22, System des deutschen bürgerlichen Uebergangsrechts, 1903, pág. 185), julgando necessária uma Auslegungsklausel, ao qual* ***GABBA****, que cita, nesse sentido, decisão de tribunal de Parma, (...) Compreensão também de* ***VESCOVI*** *(Intorno alla misura dello stipendio dovuto alle maestre insegnanti nelle scuole elementari maschili, in Giurisprudenza italiana, 1904, I,I, cols. 1191, 1204) e a que adere* ***DUGUIT****, para quem nunca se deve presumir ter a lei caráter interpretativo - "os tribunais não podem reconhecer esse caráter a uma disposição legal, senão nos casos em que o legislador lho atribua expressamente" (Traité de droit constitutionnel, 3ª ed., vol. 2º, 1928, pág. 280). Com o mesmo ponto de vista, o jurista pátrio* ***PAULO DE LACERDA*** *concede, entretanto, que seria exagero exigir que a declaração seja inseri da no corpo da própria lei não vendo motivo para desprezá-la se lançada no preâmbulo, ou feita noutra lei.*
Encarada a questão, do ponto de vista da lei interpretativa por determinação legal, outra indagação, que se apresenta, é saber se, manifestada a explícita declaração do legislador, dando caráter interpretativo, à lei, esta se deve reputar, por isso, interpretativa, sem possibilidade de análise, por ver se reúne requisitos intrínsecos, autorizando uma tal consideração.
(...)
*... **SAVIGNY** coloca a questão nos seus precisos termos, ensinando: "trata-se unicamente de saber se o legislador fez, ou quis fazer uma lei interpretativa, e, não, se na opinião do juiz essa interpretação está conforme com a verdade" (System des heutigen romischen Rechts, vol. 8º, 1849, pág. 513). Mas, não é possível dar coerência a coisas, que são de si incoerentes, não se consegue conciliar o que é inconciliável. E, desde que a chamada interpretação autêntica é realmente incompatível com o conceito, com os requisitos da verdadeira interpretação (v., supra, a nota 55 ao n° 67), não admira que se procurem torcer as conseqüências inevitáveis, fatais de tese forçada, evitando-se-lhes os perigos. Compreende-se, pois, que muitos autores não aceitem o rigor dos efeitos da imprópria interpretação. Há quem, como* ***GABBA*** *(Teoria della retroattività delle leggi, 3ª ed., vol. 1º, 1891, pág. 29), que invoca* ***MAILHER DE CHASSAT*** *(Traité de la rétroactivité des lois, vol. 1º, 1845, págs. 131 e 154), sendo seguido por* ***LANDUCCI*** *(Trattato storico-teorico-pratico di diritto civile francese ed italiano, versione ampliata del Corso di diritto civile francese, secondo il metodo dello Zachariæ, di Aubry e Rau, vol. 1º e único, 1900, pág. 675) e* ***DEGNI*** *(L'interpretazione della legge, 2ª ed., 1909, pág. 101), entenda que é de distinguir quando uma lei é declarada interpretativa, mas encerra, ao lado de artigos que apenas esclarecem, outros introduzido novidade, ou modificando dispositivos da lei interpretada.* ***PAULO DE LACERDA*** *(loc. cit.) reconhece ao juiz competência para verificar se a lei é, na verdade, interpretativa, mas somente quando ela própria afirme que o é.* ***LANDUCCI*** *(nota 7 à pág. 674 do vol. cit.) é de prudência manifesta: "Se o legislador declarou interpretativa uma lei, deve-se, certo, negar tal caráter somente em casos extremos, quando seja absurdo ligá-la com a lei interpretada, quando nem mesmo se possa considerar a mais errada interpretação imaginável. A lei interpretativa, pois, permanece tal, ainda que errônea, mas, se de modo insuperável, que suplante a mais aguda conciliação, contrastar com a lei interpretada, desmente a própria declaração legislativa."* Ademais, a doutrina do tema é pacífica no sentido de que: *"Pouco importa que o legislador, para cobrir o atentado ao direito, que comete, dê à sua lei o caráter interpretativo. É um ato de hipocrisia, que não pode cobrir uma violação flagrante do direito" (Traité de droit constitutionnel, 3ª ed., vol. 2º, 1928, págs. 274-275)."* (Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Vol. I, 3ª ed., págs. 294 a 296).
4. Consectariamente, em se tratando de pagamentos indevidos efetuados antes da entrada em vigor da LC 118/05 (09.06.2005), o prazo prescricional para o contribuinte pleitear a restituição do indébito, nos casos dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, continua observando a cognominada tese dos cinco mais cinco, desde que, na data da vigência da novel lei complementar, sobejem, no máximo, cinco anos da contagem do lapso temporal (regra que se coaduna com o disposto no artigo 2.028, do Código Civil de 2002, segundo o qual: *"Serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada."*).
5. Por outro lado, ocorrido o pagamento antecipado do tributo após a vigência da aludida norma jurídica, o *dies a quo* do prazo prescricional para a repetição/compensação é a data do recolhimento indevido.
6. ***In casu*****, a ação foi ajuizada em 10.01.2001, pretendendo o ressarcimento de valores indevidamente recolhidos a título de contribuição ao PIS, cujos fatos geradores ocorreram no período de outubro/1991 a junho/1994, o que, nos termos dos arts. 168, I, e 150, § 4º, do CTN, revela inequívoca a inocorrência da prescrição, porquanto tributo sujeito lançamento por homologação, cuja prescrição opera-se 5 (cinco) anos após expirado o prazo para aquela atividade tácita.**
8. A decisão do STF determinando a o reenvio dos presentes autos à esta Corte para que a questão referente ao afastamento da incidência da regra prevista na LC n.º 118/2005 fosse, nos termos do art. 97, da Constituição Federal, submetido ao Plenário do E. STJ, para declarar a inconstitucionalidade de referida norma, impõe o rejulgamento do presente recurso, haja vista que, na sessão de julgamento ocorrida em 06.06.2007, a Corte Especial acolheu o referido incidente, para reconhecer a inconstitucionalidade da expressão "observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional", constante do artigo 4º, segunda parte, da Lei Complementar 118/2005.

9. Recurso especial provido para afastar a prescrição da ação e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que analise as demais questões pendentes. (art. 557, § 1º-A, do CPC)

Trata-se de Recurso Especial interposto por RETIÍFICA CONFIANÇA LTDA, com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, contra acórdão do egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que dirimiu questão referente à prescrição da ação de repetição de indébito da contribuição previdenciária dos trabalhadores autônomos.

Alega a empresa recorrente que o acórdão recorrido, ao reconhecer a prescrição da ação, violou o disposto nos arts. 150,§ 4º e 168, do CTN, além de apontar dissídio jurisprudencial com julgados de outros Tribunais pátrios. Ainda, pugnou pela incidência de correção monetária, dos juros de mora e da taxa SELIC sobre os valores a serem compensados na forma do art. 66, da Lei n.º 8.383/91.

Não foram apresentadas contra-razões.

O apelo foi inadmitido na instância de origem. Interposto agravo de instrumento foi o mesmo provido para determinar a subida do presente recurso especial.

Da decisão deste relator que negou seguimento ao recurso especial, após julgamento de Agravo Regimental e Embargos de Declaração, foi interposto Recurso Extraordinário dirigido ao E. STF, que determinou o reenvio dos autos à esta Corte para que a questão referente ao afastamento da incidência da regra prevista na LC n.º 118/2005 fosse, nos termos do art. 97, da Constituição Federal, submetido ao Plenário do E. STJ, para declarar a inconstitucionalidade de referida norma.

Relatados. Decido.

Em razão da decisão do STF determinando a o reenvio dos presentes autos à esta Corte para que a questão referente ao afastamento da incidência da regra prevista na LC n.º 118/2005 fosse, nos termos do art. 97, da Constituição Federal, submetido ao Plenário do E. STJ, para declarar a inconstitucionalidade de referida norma, impõe-se o rejulgamento do presente recurso, haja vista que, na sessão de julgamento ocorrida em 06.06.2007, a Corte Especial acolheu o referido incidente, para reconhecer a inconstitucionalidade da expressão "observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional", constante do artigo 4º, segunda parte, da Lei Complementar 118/2005.

Com efeito, a Primeira Seção deste Tribunal Superior consagrou a tese de que a extinção do crédito tributário, marco temporal do prazo qüinqüenal do direito do contribuinte pleitear restituição do indébito (artigo 168, I, do CTN) condiciona-se à homologação expressa ou tácita do pagamento antecipado (artigo 156, VII, do CTN), e não ao próprio pagamento, que configura mera antecipação *ex vi* do artigo 150, § 1º, do *Codex* Tributário.

Assim, tendo em vista que a extinção do crédito tributário, em regra, efetiva-se com a homologação tácita, que se ultima cinco anos após a ocorrência do fato jurídico tributário (artigo 150, § 4º, do CTN), o prazo prescricional para a repetição ou compensação dos tributos sujeitos a lançamento por homologação começa a fluir decorridos 05 (cinco) anos, contados a partir da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais um qüinqüênio computado desde o termo final do prazo atribuído ao Fisco para verificar o *quantum* devido a título de tributo.

À guisa de exemplo, merece transcrição a ementa do seguinte julgado oriundo da Primeira Seção:

"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. LEI Nº 7.787/89. COMPENSAÇÃO. PRESCRIÇÃO. DECADÊNCIA. TERMO INICIAL DO PRAZO. PRECEDENTES.
1. Está uniforme na 1ª Seção do STJ que, no caso de lançamento tributário por homologação e havendo silêncio do Fisco, o prazo decadencial só se inicia após decorridos 5 (cinco) anos da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais um qüinqüênio, a partir da homologação tácita do lançamento. Estando o tributo em tela sujeito a lançamento por homologação, aplicam-se a decadência e a prescrição nos moldes acima delineados.
2. Não há que se falar em prazo prescricional a contar da declaração de inconstitucionalidade pelo STF ou da Resolução do Senado. A pretensão foi formulada no prazo concebido pela jurisprudência desta Casa Julgadora como admissível, visto que a ação não está alcançada pela prescrição, nem o direito pela decadência. Aplica-se, assim, o prazo prescricional nos moldes em que pacificado pelo STJ, id est, a corrente dos cinco mais cinco.
3. A ação foi ajuizada em 16/12/1999. Valores recolhidos, a título da exação discutida, em 09/1989. Transcorreu, entre o prazo do recolhimento (contado a partir de 12/1989) e o do ingresso da ação em juízo, o prazo de 10 (dez) anos. Inexiste prescrição sem que tenha havido homologação expressa da Fazenda, atinente ao prazo de 10 (dez) anos (5 + 5), a partir de cada fato gerador da exação tributária, contados para trás, a partir do ajuizamento da ação.
4. Precedentes desta Corte Superior.
5. Embargos de divergência rejeitados, nos termos do voto." (**EREsp 435835/SC, Relator Ministro Francisco Peçanha Martins, Relator p/ Acórdão Ministro José Delgado, julgado em 24.03.2004, publicado no DJ de 04.06.2007**)

Nada obstante, em 09 de fevereiro de 2005, sobreveio a Lei Complementar 118, que, em seu artigo 3º, dispõe sobre a interpretação do inciso I do artigo 168, do CTN, *verbis*:

"Art. 3º Para efeito de interpretação do inciso I do art. 168 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, a extinção do crédito tributário ocorre, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado de que trata o § 1º do art. 150 da referida Lei."

O artigo 4º, da LC 118/2005, determina a aplicação retroativa da norma jurídica inserta no dispositivo supracitado, em conformidade com o disposto no artigo 106, I, do CTN, segundo o qual: *"A lei aplica-se a ato ou fato pretérito: I - em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados"*.

Diante da aludida inovação legislativa, a Primeira Seção reconsolidou a jurisprudência do STJ acerca da cognominada tese dos cinco mais cinco para a definição do termo *a quo* do prazo prescricional das ações de repetição/compensação de valores indevidamente recolhidos a título de tributo sujeito a lançamento por homologação, apenas no que pertine às demandas intentadas antes da entrada em vigor da Lei Complementar 118/2005 (**EREsp 327043/DF, Relator Ministro João Otávio de Noronha, julgado em 27.04.2005**).

Naquela oportunidade, proferi voto-vista, posicionando-me no sentido de que:

"... a Lei Complementar 118, de 09 de fevereiro de 2005, aplica-se, tão somente, aos fatos geradores pretéritos ainda não submetidos ao crivo judicial, pelo que o novo regramento não é retroativo mercê de interpretativo. É que toda lei interpretativa, como toda lei, não pode retroagir.Outrossim, as lições de outrora coadunam-se com as novas conquistas constitucionais, notadamente a segurança jurídica da qual é corolário a vedação à denominada "surpresa fiscal".
(...)
À míngua de prequestionamento por impossibilidade jurídica absoluta de engendrá-lo, e considerando que não há inconstitucionalidade nas leis interpretativas como decidiu em recentíssimo pronunciamento o Pretório Excelso, o preconizado na presente sugestão de decisão ao colegiado, sob o prisma institucional, deixa incólume a jurisprudência do Tribunal ao ângulo da máxima tempus regit actum, permite o prosseguimento do julgamento dos feitos de acordo com a jurisprudência reinante, sem invalidar a vontade do legislador através suscitação de incidente de inconstitucionalidade de resultado moroso e duvidoso a afrontar a efetividade da prestação jurisdicional,mantendo hígida a norma com eficácia aos fatos pretéritos ainda não sujeitos à apreciação judicial, máxime porque o artigo 106 do CTN é de constitucionalidade induvidosa até então e ensejou a edição da LC 118/2005, constitucionalmente imune de vícios.
(...)"

Entrementes, o Supremo Tribunal Federal, em sede do recurso extraordinário interposto em face do *decisum* proferido nos autos dos EREsp 644736/PE, nos quais se cuida da matéria ora em debate, considerou caracterizada a violação do princípio constitucional da reserva de plenário (artigo 97, da Constituição Federal de 1988), reputando declaratório de inconstitucionalidade o acórdão que *"afasta a incidência de norma ordinária pertinente à lide para decidi-la sobre critérios diversos alegadamente extraídos da Constituição"*.

Conseqüentemente, a Primeira Seção determinou o processamento, perante a Corte Especial, de incidente de inconstitucionalidade do artigo 4º, da LC 118/2005, na parte que determina a aplicação retroativa do disposto no artigo 3º, da mesma lei.

Na sessão de julgamento ocorrida em 06.06.2007, a Corte Especial acolheu o referido incidente, para reconhecer a inconstitucionalidade da expressão "observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional", constante do artigo 4º, segunda parte, da Lei Complementar 118/2005, *verbis*:

"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. LEI INTERPRETATIVA. PRAZO DE PRESCRIÇÃO PARA REPETIÇÃO DE INDÉBITO, NOS TRIBUTOS SUJEITOS À LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. LC 118/2005: NATUREZA MODIFICATIVA (E NÃO SIMPLESMENTE INTERPRETATIVA) DO SEU ARTIGO 3º. INCONSTITUCIONALIDADE DO SEU ART. 4º, NA PARTE QUE DETERMINA A APLICAÇÃO RETROATIVA.
1. Sobre o tema relacionado com a prescrição da ação de repetição de indébito tributário, a jurisprudência do STJ (1ª Seção) é no sentido de que, em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, o prazo de cinco anos, previsto no art. 168, do CTN, tem início, não na data do recolhimento do tributo indevido, e sim na data da homologação - expressa ou tácita - do lançamento. Segundo entende o Tribunal, para que o crédito se considere extinto, não basta o pagamento: é indispensável a homologação do lançamento, hipótese de extinção albergada pelo art. 156, VII, do CTN. Assim, somente a partir dessa homologação é que teria início o prazo previsto no art. 168, I. E, não havendo homologação expressa, o prazo para a repetição do indébito acaba sendo, na verdade, de dez anos a contar do fato gerador.
2. Esse entendimento, embora não tenha a adesão uniforme da doutrina e nem de todos os juízes, é o que legitimamente define o conteúdo e o sentido das normas que disciplinam a matéria, já que se trata do entendimento emanado do órgão do Poder Judiciário que tem a atribuição constitucional de interpretá-las.
3. O art. 3º, da LC 118/2005, a pretexto de interpretar esses mesmos enunciados, conferiu-lhes, na verdade, um sentido e um alcance diferente daquele dado pelo Judiciário. Ainda que defensável a 'interpretação' dada, não há como negar que a Lei inovou no plano normativo, pois retirou das disposições interpretadas um dos seus sentidos possíveis, justamente aquele tido como correto pelo STJ, intérprete e guardião da legislação federal.
4. ***Assim, tratando-se de preceito normativo modificativo, e não simplesmente interpretativo, o art. 3º, da LC 118/2005 só pode ter eficácia prospectiva, incidindo apenas sobre situações que venham a ocorrer a partir de sua vigência.***
5. O artigo 4º, segunda parte, da LC 118/2005, que determina aplicação retroativa do seu art. 3º, para alcançar inclusive fatos passados, ofende o princípio constitucional da autonomia e independência dos poderes (CF, art. 2º) e o da garantia do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada (CF, art. 5º, XXXVI).
6. Argüição de inconstitucionalidade acolhida." (AI nos ERESP 644736/PE, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 06.06.2007)

No voto-condutor da argüição de inconstitucionalidade, assinalou ainda o e. Ministro Relator que *"com o advento da LC 118/05, a prescrição, do ponto de vista prático, deve ser contada da seguinte forma: relativamente aos pagamentos efetuados a partir da sua vigência (que ocorreu em 09.06.05), o prazo para a repetição do indébito é de cinco a contar da data do pagamento; e relativamente aos pagamentos anteriores, a prescrição obedece ao regime previsto no sistema anterior, limitada, porém, ao prazo máximo de cinco anos a contar da vigência da lei nova"*.

Deveras, a norma inserta no artigo 3º, da lei complementar em tela, indubitavelmente, cria direito novo, não configurando lei meramente interpretativa, cuja retroação é permitida, consoante apregoa doutrina abalizada:

"Denominam-se leis interpretativas as que têm por objeto determinar, em caso de dúvida, o sentido das leis existentes, sem introduzir disposições novas. {nota: A questão da caracterização da lei interpretativa tem sido objeto de não pequenas divergências, na doutrina. Há a corrente que exige uma declaração expressa do próprio legislador (ou do órgão de que emana a norma interpretativa), afirmando ter a lei (ou a norma jurídica, que não se apresente como lei) caráter interpretativo. Tal é o entendimento da ***AFFOLTER*** *(Das intertemporale Recht, vol. 22, System des deutschen bürgerlichen Uebergangsrechts, 1903, pág. 185), julgando necessária uma Auslegungsklausel, ao qual* ***GABBA****, que cita, nesse sentido, decisão de tribunal de Parma, (...) Compreensão também de* ***VESCOVI*** *(Intorno alla misura dello stipendio dovuto alle maestre insegnanti nelle scuole elementari maschili, in Giurisprudenza italiana, 1904, I,I, cols. 1191, 1204) e a que adere* ***DUGUIT****, para quem nunca se deve presumir ter a lei caráter interpretativo - "os tribunais não podem reconhecer esse caráter a uma disposição legal, senão nos casos em que o legislador lho atribua expressamente" (Traité de droit constitutionnel, 3ª ed., vol. 2º, 1928, pág. 280). Com o mesmo ponto de vista, o jurista pátrio* ***PAULO DE LACERDA*** *concede, entretanto, que seria exagero exigir que a declaração seja inseri da no corpo da própria lei não vendo motivo para desprezá-la se lançada no preâmbulo, ou feita noutra lei.*
Encarada a questão, do ponto de vista da lei interpretativa por determinação legal, outra indagação, que se apresenta, é saber se, manifestada a explícita declaração do legislador, dando caráter interpretativo, à lei, esta se deve reputar, por isso, interpretativa, sem possibilidade de análise, por ver se reúne requisitos intrínsecos, autorizando uma tal consideração.
(...)
*... ****SAVIGNY*** *coloca a questão nos seus precisos termos, ensinando: "trata-se unicamente de saber se o legislador fez, ou quis fazer uma lei interpretativa, e, não, se na opinião do juiz essa interpretação está conforme com a verdade" (System des heutigen romischen Rechts, vol. 8º, 1849, pág. 513). Mas, não é possível dar coerência a coisas, que são de si incoerentes, não se consegue conciliar o que é inconciliável. E, desde que a chamada interpretação autêntica é realmente incompatível com o conceito, com os requisitos da verdadeira interpretação (v., supra, a nota 55 ao n° 67), não admira que se procurem torcer as conseqüências inevitáveis, fatais de tese forçada, evitando-se-lhes os perigos. Compreende-se, pois, que muitos autores não aceitem o rigor dos efeitos da imprópria interpretação. Há quem, como* ***GABBA*** *(Teoria delta retroattività delle leggi, 3ª ed., vol. 1º, 1891, pág. 29), que invoca* ***MAILHER DE CHASSAT*** *(Traité de la rétroactivité des lois, vol. 1º, 1845, págs. 131 e 154), sendo seguido por* ***LANDUCCI*** *(Trattato storico-teorico-pratico di diritto civile francese ed italiano, versione ampliata del Corso di diritto civile francese, secondo il metodo dello Zachariæ, di Aubry e Rau, vol. 1º e único, 1900, pág. 675) e* ***DEGNI*** *(L'interpretazione della legge, 2ª ed., 1909, pág. 101), entenda que é de distinguir quando uma lei é declarada interpretativa, mas encerra, ao lado de artigos que apenas esclarecem, outros introduzido novidade, ou modificando dispositivos da lei interpretada.* ***PAULO DE LACERDA*** *(loc. cit.) reconhece ao juiz competência para verificar se a lei é, na verdade, interpretativa, mas somente quando ela própria afirme que o é.* ***LANDUCCI*** *(nota 7 à pág. 674 do vol. cit.) é de prudência manifesta: "Se o legislador declarou interpretativa uma lei, deve-se, certo, negar tal caráter somente em casos extremos, quando seja absurdo ligá-la com a lei interpretada, quando nem mesmo se possa considerar a mais errada interpretação imaginável. A lei interpretativa, pois, permanece tal, ainda que errônea, mas, se de modo insuperável, que suplante a mais aguda conciliação, contrastar com a lei interpretada, desmente a própria declaração legislativa."* Ademais, a doutrina do tema é pacífica no sentido de que: *"Pouco importa que o legislador, para cobrir o atentado ao direito, que comete, dê à sua lei o caráter interpretativo. É um ato de hipocrisia, que não pode cobrir uma violação flagrante do direito" (Traité de droit constitutionnel, 3ª ed., vol. 2º, 1928, págs. 274-275)."* (Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Vol. I, 3ª ed., págs. 294 a 296).

Consectariamente, em se tratando de pagamentos indevidos efetuados antes da entrada em vigor da LC 118/05 (09.06.2005), o prazo prescricional para o contribuinte pleitear a restituição do indébito, nos casos dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, continua observando a cognominada tese dos cinco mais cinco, desde que, na data da vigência da novel lei complementar, sobejem, no máximo, cinco anos da contagem do lapso temporal (regra que se coaduna com o disposto no artigo 2.028, do Código Civil de 2002, segundo o qual: *"Serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada."*).

Por outro lado, ocorrido o pagamento antecipado do tributo após a vigência da aludida norma jurídica, o *dies a quo* do prazo prescricional para a repetição/compensação é a data do recolhimento indevido.

***In casu*, a ação foi ajuizada em 10.01.2001, pretendendo o ressarcimento de valores indevidamente recolhidos a título de contribuição ao PIS, cujos fatos geradores ocorreram no período de outubro/1991 a junho/1994, o que, nos termos dos arts. 168, I, e 150, § 4º, do CTN, revela inequívoca a inocorrência da prescrição, porquanto tributo sujeito lançamento por homologação, cuja prescrição opera-se 5 (cinco) anos após expirado o prazo para aquela atividade tácita.**

Ante o exposto, com fulcro no §1º- A, do art. 557, do CPC, dou provimento ao presente recurso especial, para afastar a prescrição da ação e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que analise as demais questões pendentes.
Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2022)

RECURSO ESPECIAL Nº 726.898 - RN (2005/0028820-9)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RAQUEL TERESA MARTINS PERUCH BORGES E OUTRO(S)
RECORRENTE	: J MOTTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
ADVOGADO	: CARLOS JOILSON VIEIRA E OUTRO
RECORRIDO	: OS MESMOS

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETOS-LEIS 491/69, 1.724/79, 1.722/79, 1.658/79 E 1.894/81. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. EXTINÇÃO DO BENEFÍCIO. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA PELA PRIMEIRA SEÇÃO. VIGÊNCIA DO ESTÍMULO FISCAL ATÉ 04 DE OUTUBRO DE 1990. RESSALVA DO ENTENDIMENTO DO RELATOR.

1. O crédito-prêmio do IPI, nas demandas que visam o seu recebimento, posto não versarem hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento decorrente da regra da não-cumulatividade estabelecida pelo texto constitucional, não obedece a regra inserta no artigo 168, do CTN, sendo-lhe aplicável o disposto no Decreto nº 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.

2. Destarte, os créditos fiscais passíveis de aproveitamento são os adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação (Precedentes das Turmas de Direito Público: **AgRg no Ag 585290/RS**, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005; **REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005; **AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006; e **REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006).

3. Mandado de segurança impetrado **em 14.03.2001**, objetivando o reconhecimento do direito ao aproveitamento dos créditos de IPI referente ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, bem como de promover a compensação com quaisquer tributos administrados pela Receita Federal, no que pertine ao período compreendido entre **01.10.1995 e 30.09.2000**.

4. O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.

5. Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.

6. Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice*.

7. O Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

8. É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).

9. À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).

9.1 A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione espressa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.
Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.
Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria.

10. Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.

11. A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)".*

12. Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*: *"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão."* (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

13. À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)

14. Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.

15. Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.

16. A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies*" a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno";* **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

16.1. Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

16.1.1. A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes".* (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).

16.1.2. Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).
16.1.3 Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).
16.1.4. É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.
16.1.5. Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).
16.1.6. Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.
16.1.7. Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras: basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).
16.1.8. O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).
16.1.9. Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.
16.1.10. Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).
16.1.11. A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).
16.1.12. A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.
16. 1.13. À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:
"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:
"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:
"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação. O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."
16.1.14. Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.
17. À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que: *"**1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).** 2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação. 3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal. 4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada. 5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento."*
18. Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de o mesmo terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.
19. Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.
20. Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).
20.1. No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).
21. Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).
21.1. Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento.
21.2. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.
21.3 A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.
22. A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.
23. Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.
24. O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.
25. Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.
26. Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.
26.1. Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.
26.2. Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.
27. A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.

28. O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.

28.1. Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).

29. Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.

29.1. Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.

29.2 Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.

30. Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

31. Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, Relator Ministro Teori Albino Zavascki).

32. Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

33. Ressalva do entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**.

34. *In casu*, o *writ of mandamus* foi impetrado em 2001, demandando parcelas de IPI desde 01.10.1995, quando já inexistente o incentivo do crédito-prêmio, razão pela qual merece prosperar a pretensão fazendária.

35. Recurso especial provido (artigo 557, § 1º-A, do CPC).

Trata-se recurso especial interposto pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, no intuito de ver reformado acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI. UTILIZAÇÃO DE CRÉDITO-PRÊMIO.
- A compensação, forma de extinção do crédito tributário, pode ser requerida via mandado de segurança, conforme a Súmula 213, do eg. Superior Tribunal de Justiça, cabendo ao Poder Judiciário apenas declarar se os créditos são compensáveis.
- O princípio da não-cumulatividade ampara a pretensão ao crédito relativo às matérias-primas e insumos isentos.
- A imunidade e a não-cumulatividade amparam o crédito-prêmio dos produtos destinados à exportação.
- Compensação autorizada com impostos federais.
- Apelações e remessa oficial improvidas."

Noticiam os autos que a empresa, ora recorrida, **impetrou mandado de segurança, em 14.03.2001**, em face do Delegado da Receita Federal em Natal - RN, objetivando o reconhecimento do direito ao aproveitamento de créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, Decreto-Lei 1.248/72 e Lei 8.402/92, bem como de promover a compensação com quaisquer tributos administrados pela Receita Federal, no que pertine ao período compreendido entre **01.10.1995 e 30.09.2000**.

O Tribunal de origem manteve a sentença que concedera parcialmente a segurança, consoante se depreende da ementa anteriormente reproduzida.

Nas razões do especial, sustenta a Fazenda Nacional que o acórdão hostilizado negou vigência aos artigos 1º, do Decreto-Lei 491/69, 1º, do Decreto-Lei 1.658/79, e 3º, do Decreto-Lei 1.722/79. Traz arestos oriundos do STJ para confronto.

O recurso especial recebeu crivo positivo de admissibilidade na instância de origem.

O prazo para oferecimento de contra-razões decorreu *in albis*.

Relatados, decido.

Preliminarmente, o recurso merece conhecimento, uma vez que prequestionada a matéria federal ventilada.

A controvérsia encontra-se sintetizada na seguinte *vexata quaestio*: o crédito prêmio do IPI para a exportação de produtos manufaturados foi instituído pelo artigo 1°, do Decreto-Lei 491/69, com clara natureza extra-fiscal de estímulo às exportações e sem qualquer determinação de prazo extintivo. Assim permanecendo por quase dez anos. Em 24 de janeiro de 1979, o Decreto-Lei 1.658 previu a gradual extinção do incentivo, cujo prazo fatal esgotar-se-ia em 30 de junho de 1979. Menos de um ano depois o Decreto-Lei 1.722, de 03 de dezembro de 1979, em seu artigo 3º, revogou expressamente o § 2° do artigo 1°, do Decreto-Lei 1.658, substituindo sua redação e alterando o cronograma de reduções do incentivo. O objetivo foi dar maior flexibilidade à sistemática de redução gradual do crédito-prêmio. Por isso: modificou-se o percentual a ser reduzido em cada ano, tudo *"de acordo com ato do Ministro de Estado da Fazenda"* (artigo 3°), o qual, conforme dispunha o artigo 1º, podia estabelecer inclusive o prazo (forma, condições e prazo, estabelecidos pelo Poder Executivo). Logo em seguida, foi promulgado o Decreto-Lei 1.724, de 07 de dezembro de 1979, que, substituindo globalmente a sistemática anterior, delegava competência ao Ministro da Fazenda para *"aumentar ou reduzir, temporária ou definitivamente, ou extinguir"* o referido credito-prêmio, atendendo à conjuntura econômica. Sobreveio, ainda, o Decreto-Lei 1.894/81 para viger em 16.01.82, o qual assegurou a ampliação da incidência subjetiva do crédito-prêmio presente no artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69 para empresas meramente comerciais, contendo também a delegação ao Poder Executivo para aumentar, reduzir, suspender ou extinguir o benefício, de acordo com a conjuntura econômica.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 180828-4, declarou incidentalmente inconstitucionais as expressões *"reduzir temporária ou definitivamente, ou extinguir"* contidas nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81, por entender que não cabe delegação de competência para qualquer membro do Poder Executivo para "reduzir", "suspender" ou "extinguir" benefício concedido por lei, o que não se aplica à autorização para "aumentar" o benefício, preservada como constitucional por essa decisão da Suprema Corte.

A questão que se coloca diz respeito à vigência ou não, após 1983, do crédito-prêmio de IPI, tendo em vista a inconstitucionalidade da delegação presente nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81.

Com efeito, o *thema iudicandum* gravita em torno da eficácia da lei no tempo, a interpretação da lei financeira-tributária e o conceito de incentivo setorial-fiscal, bem como na vontade constitucional quanto ao referido benefício fiscal.

No que pertine ao prazo prescricional, no caso *sub examine* (demanda que visa ao recebimento do crédito-prêmio do IPI), posto não versar hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento de crédito, decorrente da regra da não-cumulatividade, estabelecida pelo texto constitucional, não há que se cogitar da incidência do artigo 168, do CTN, sendo aplicável o Decreto nº 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.

Destarte, são passíveis de aproveitamento tão-somente os créditos fiscais adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação, consoante corroboram as ementas dos seguintes julgados oriundos de ambas as Turmas de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. AQUISIÇÃO DE INSUMOS ISENTOS, NÃO-TRIBUTADOS OU TRIBUTADOS À ALÍQUOTA ZERO. CRÉDITOS ESCRITURAIS. NÃO-CUMULATIVIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL.
(...)
3. Nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é de 5 anos, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. Precedentes do STJ.
(...)
5 Agravo regimental desprovido." (**AgRg no Ag 585290/RS**, desta relatoria, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. NÃO-INCIDÊNCIA. SÚMULAS 83 E 85/STJ.
1. A prescrição dos créditos fiscais decorrentes do crédito-prêmio do IPI é qüinqüenal, a partir do ajuizamento da ação. Decidiu o acórdão que, ajuizada a ação em 08.06.93, acham-se prescritas as prestações anteriores a 1987. Precedentes da 1ª e 2ª Turmas e da 1ª Seção.
2. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação" (Súmula 85/STJ)
(...)
4. Recurso especial não conhecido." (**REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. IPI. APROVEITAMENTO DOS CRÉDITOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. MATÉRIA DE CUNHO CONSTITUCIONAL EXAMINADA NO TRIBUNAL A QUO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO NA CORTE RECORRIDA NÃO SANADA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADUÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS AUSENTES NA DECISÃO ATACADA. SÚMULA Nº 211/STJ. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. SÚMULA nº 85/STJ. PRECEDENTES.
(...)
3. As 1ª e 2ª Turmas e a 1ª Seção do STJ assentaram que, nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é qüinqüenal, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação." (Súmula nº 85/STJ). Precedentes desta Corte Superior.
(...)" (**AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º).VIGÊNCIA. PRAZO. EXTINÇÃO.
(...)
5. A 1ª Seção do STJ firmou entendimento no sentido de ser de cinco anos o prazo prescricional das ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, sendo atingidas as parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu a propositura da ação, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32. Precedentes: Resp 752.550/RS, 1ª T., Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 19.09.2005; EDcl no Resp 225.359/DF, 2ª T., Min. Castro Meira, DJ de 03.10.2005; RESP 661.300/RS, 2ª T., Min. Eliana Calmon, DJ de 20.02.2006
6. Recurso especial a que se nega provimento." (**REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006)

Doravante, impõe-se aferir se assiste razão à recorrente no que concerne à violação dos artigos 1º, do Decreto-Lei 491/69, e 1º, do Decreto-Lei 1.894/81. Isto porque, em face da declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1.724/79, os Decretos-Lei 1.722/79 e 1.894/81, ali referidos, restaram inaplicáveis. Consectariamente, por disposição expressa do Decreto-Lei 1.658, subjaz a questão do lapso final da aplicação do benefício do Decreto-Lei 491/69.

O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.

Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.

Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice.*

O Decreto-lei n° 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).

À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).

A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione espressa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.
Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.
Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria."

Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.

A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)"*.

Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*:

"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão." (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)

Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.

Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.

A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies*" a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno";* **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes".* (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).

Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).

Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).

É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.

Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).

Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.

Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras: basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).

O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).

Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.

Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).

A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).

A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.

À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:
"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:
"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:
"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.
O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."

Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.

À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que:

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º). INCONSTITUCIONALIDADE DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA AO MINISTRO DA FAZENDA PARA ALTERAR A VIGÊNCIA DO INCENTIVO. EFICÁCIA DECLARATÓRIA E EX TUNC. MANUTENÇÃO DO PRAZO EXTINTIVO FIXADO PELOS DECRETOS-LEIS 1.658/79 E 1.722/79 (30 DE JUNHO DE 1983).
1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).
2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação.
3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal.
4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada.
5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento." (REsp 591708/RS, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ 09.08.2004)

Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de os mesmos terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.

Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.
Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).

No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).

Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).

Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento.

Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.

A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.

A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.

Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.

O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.

Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.

Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.

Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.

Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.

A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.

O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.

Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).

Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.

Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.

Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.

Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, da relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki).

Nada obstante, ressalvo o entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**, consoante as razões inicialmente ventiladas.

Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

In casu, o *mandamus* foi impetrado **em 14.03.2001**, objetivando o reconhecimento do direito ao aproveitamento de créditos de IPI referente ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, bem como de promover a compensação com quaisquer tributos administrados pela Receita Federal, **no que pertine ao período compreendido entre 01.10.1995 e 30.09.2000**.

Desta sorte, a pretensão mandamental demanda parcelas de IPI desde 1995, quando já inexistente o benefício fiscal do crédito-prêmio, razão pela qual merece reparo o acórdão recorrido.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, § 1º-A, do CPC, DOU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2023)

RECURSO ESPECIAL Nº 738.083 - RS (2005/0052485-6)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: TOTÓ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: ROSELI MARIA LOCATELLI ALBARELLO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ARTUR ALVES DA MOTTA E OUTRO(S)

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETOS-LEIS 491/69, 1.724/79, 1.722/79, 1.658/79 E 1.894/81. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. EXTINÇÃO DO BENEFÍCIO. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA PELA PRIMEIRA SEÇÃO. VIGÊNCIA DO ESTÍMULO FISCAL ATÉ 04 DE OUTUBRO DE 1990. RESSALVA DO ENTENDIMENTO DO RELATOR.

1. O crédito-prêmio do IPI, nas demandas que visam o seu recebimento, posto não versarem hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento decorrente da regra da não-cumulatividade estabelecida pelo texto constitucional, não obedece a regra inserta no artigo 168, do CTN, sendo-lhe aplicável o disposto no Decreto nº 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.

2. Destarte, os créditos fiscais passíveis de aproveitamento são os adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação (Precedentes das Turmas de Direito Público: **AgRg no Ag 585290/RS**, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005; **REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005; **AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006; e **REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006).

3. Mandado de segurança impetrado por empresas voltadas à industrialização e exportação de brinquedos, **em 09.10.2003**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo de se creditarem e utilizarem os créditos de IPI referente ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69, bem como de promover a compensação com quaisquer tributos administrados pela Receita Federal, **dos últimos dez anos, a contar do ajuizamento da ação mandamental**, vale dizer, **desde 09.10.1993**. .

4. O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heterógloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.

5. Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.

6. Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice*.

7. O Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

8. É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).

9. À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).

9.1 A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.
Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.
Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria.

10. Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.

11. A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)".*

12. Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*: *"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão."* (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

13. À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)

14. Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.

15. Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, atra-

vés do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.

16. A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies*" a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno"*; **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

16.1. Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

16.1.1. A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa: é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes"*. (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).

16.1.2. Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).

16.1.3 Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).

16.1.4. É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.

16.1.5. Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).

16.1.6. Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.

16.1.7. Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras: basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).

16.1.8. O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).

16.1.9. Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.

16.1.10. Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).

16.1.11. A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).

16.1.12. A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.

16. 1.13. À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:

"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:

"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:

"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:

"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:

"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.

O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."

16.1.14. Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.

17. À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que: *"**1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).** 2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação. 3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal. 4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada. 5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento."*

18. Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de o mesmo terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.

19. Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.

20. Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).

20.1. No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).

21. Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal Federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).

21.1. Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento.

21.2. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.

21.3 A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.

22. A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.

23. Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.

24. O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.

25. Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.

26. Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.

26.1. Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.

26.2. Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.

27. A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.

28. O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.

28.1. Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).

29. Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.

29.1. Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.

29.2 Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.

30. Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

31. Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, Relator Ministro Teori Albino Zavascki).

32. Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

33. Ressalva do entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**.

34. *In casu*, o *mandamus* foi impetrado, em 2003, demandando parcelas de IPI desde 1998, quando já inexistente o incentivo do crédito-prêmio, razão pela qual não merece prosperar a pretensão recursal.

35. Recurso especial a que se nega seguimento (CPC, artigo 557, *caput*).

Trata-se de recurso especial interposto por Totó Indústria e Comércio de Brinquedos Ltda. e Outro, com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, em face do acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que negou provimento à apelação dos ora recorrentes, nos termos da ementa a seguir transcrita:

"TRIBUTÁRIO. CRÉDITO-PRÊMIO DE IPI. DECRETO-LEI 491/69. EXTINÇÃO EM 1990. INOCORRÊNCIA DE RESTABELECIMENTO PELA LEI Nº 8.402/92. PRESCRIÇÃO.
1. O Decreto-Lei nº 1.894/81 restaurou, sem prazo definido, o benefício do Decreto-Lei nº 491/69. Ainda que o Decreto-Lei 1.658/79 tenha determinado (inclusive com a alteração promovida pelo DL 1.722/79) a extinção do benefício em 30 de junho de 1983, não se pode perder de vista que antes do encerramento do prazo foi editado o Decreto-Lei 1.894/81, que disciplinou novamente a matéria. A nova disciplina, por incompatível com o prazo fatal previsto na legislação anterior, implicou restabelecimento da benesse sem prazo definido. A propósito, tendo a lei nova disciplinado por completo a questão ligada à extinção do benefício, e tendo sido ela reputada inconstitucional pelo STF (RE 186623. Relator: Min. CARLOS VELLOSO), o Decreto-Lei 1.894/81, expungido dos dispositivos considerados afrontosos à Constituição, teve somente o efeito de manter o incentivo.
2. O artigo 41 do ADCT determinou a reavaliação de todos os incentivos fiscais de natureza setorial então em vigor, estabelecendo que considerar-se-iam revogados após dois anos, a partir da data da promulgação da Constituição, os incentivos que não fossem confirmados por lei. Como não foi reavaliado dentro do prazo fixado pelo art. 41 do ADCT, da CF de 1988, o crédito-prêmio previsto no artigo 1º do Decreto-Lei 491/69 restou extinto no mês de outubro de 1990, já que se tratava de benefício setorial, pois dirigido ao setor secundário (exportação de produtos industrializados).
3. A Lei nº 8.402, de 08.01.92, não teve o efeito de revigorar o benefício. Referido diploma apenas assegurou a continuidade do incentivo fiscal previsto no artigo 5º do Decreto-Lei nº 491/69 (Art. 5º. É assegurada a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem efetivamente utilizados na industrialização dos produtos exportados). Não pode o judiciário restabelecer um incentivo fiscal que o legislador objetivamente não revigorou (art. 1º do DL 491/69), mediante interpretação extensiva do referido diploma legal.
4. Nos termos do Decreto 20.910/32, o pedido objetivando o recebimento de crédito-prêmio de IPI sujeita-se à prescrição qüinqüenal. Todavia, pleiteando a autora o reconhecimento de créditos que teriam início após 1990, portanto, posteriores à extinção do referido benefício, não há como ser acolhida sua pretensão.
5. Apelação improvida."

Noticiam os autos que as empresas, ora recorrentes, ambas voltadas à industrialização e exportação de brinquedos, **impetraram mandado de segurança, em 09.10.2003**, em face do Delegado da Receita Federal em Caxias do Sul - RS, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo de se creditarem e utilizarem os créditos de IPI referente ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, Decreto-Lei 1.248/72 e Lei 8.402/92, bem como de promover a compensação com quaisquer tributos administrados pela Receita Federal, **dos últimos dez anos, a contar do ajuizamento da ação mandamental**, vale dizer, **desde 09.10.1993**.

A Justiça Federal de Primeira Instância, após rejeitar as preliminares de inadequação da via eleita, ilegitimidade passiva, incompetência do juízo, e decadência, denegou a segurança pleiteada, declarando prescritos os valores relativos ao crédito-prêmio do IPI percebidos antes de 09.10.1988, asseverando o seguinte:

*"No caso dos autos, a impetrante pretende ver reconhecido seu direito de auferir os mencionados estímulos fiscais até a data atual. Ocorre que, nos termos da fundamentação acima exposta, não merece prosperar tal pretensão. Com efeito, como restou fartamente demonstrado, **o prazo final da vigência do crédito-prêmio do IPI, criado pelo Decreto-Lei nº 491/69, expirou-se em 30 de junho de 1983**, nos termos do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, com a redação do artigo 3º, do Decreto-Lei nº 1.722/79, porquanto manteve a redação original do caput do artigo, em que se lê: **será reduzido gradualmente, até sua definitiva extinção.** E a extinção, nos termos do § 2º, dar-se-ia em 30 de junho de 1983, última data prevista para a redução gradual do incentivo.*

Ademais, nesse caso, não se há de afirmar a impossibilidade de extinção do referido benefício, uma vez que, criado por Decreto-Lei (nº 491/69), foi extinto por força também de Decreto-Lei (nº 1.658/79 e 1.722/79), ou seja, por ato normativo de mesma valoração, de modo que a pretensão veiculada na inicial não merece prosperar."

Em sede de apelação interposta pelas empresas, a Primeira Turma do TRF da 4ª Região, pela unanimidade de votos de seus integrantes, negou provimento ao recurso, com a ressalva de entendimento de alguns desembargadores, consoante a ementa anteriormente reproduzida.

Nas razões do especial, sustentam as empresas que o acórdão hostilizado contraria o disposto nos arts. 1º, do Decreto-Lei 491/69, e 1º, do Decreto-Lei 1.894/81, uma vez que remanesce, ainda hoje, com vigência efetiva, o estímulo fiscal cognominado de crédito-prêmio do IPI. Trazem ainda para confronto arestos do TRF da 1ª Região, garantindo o aproveitamento, pelo contribuinte, do aludido benefício.

Consta às fls. 189/193, recurso extraordinário interposto pelas recorrentes, que recebeu crivo positivo de admissibilidade pela instância de origem, assim como se deu com o presente especial.

Contra-razões às fls. 197/209, onde se suscita, preliminarmente: 1) a constitucionalidade da matéria ventilada no especial, sob a alegação de que o Tribunal de origem determinara a improcedência do pedido com base no art. 41, § 1º, do ADCT; e 2) a não comprovação da divergência nos termos do RISTJ. No mérito, alega a Fazenda Nacional que *"o crédito-prêmio do IPI foi completamente extinto em 30*

de junho de 1983, por força do § 2º do art. 1º, do Decreto nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979". Aduz que o REsp 591708/RS. da relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki, corrobora o acerto do acórdão recorrido. Segundo a Fazenda Nacional, *"o art. 1º, do Decreto-Lei nº 1.724/79, e do art. 3º, inciso I, do Decreto-Lei nº 1.894/81 - que tiveram sua inconstitucionalidade decretada pelo Pleno do E. STF no RE 186.359/RS, relatado pelo Min. Marco Aurélio (j. 14/03/2002, DJ 10/05/2002, p. 53) -,* ***afetaram apenas a possibilidade de dimensionamento do estímulo fiscal*** *(conhecido como crédito-prêmio) por parte do Ministro da Fazenda"*. Conclui que, *"quanto ao restante,* ***permaneceram válidas as disposições que determinaram a extinção do benefício financeiro em 30 de junho de 1983****"*.

Relatados, decido.

Preliminarmente, o recurso merece conhecimento, uma vez que prequestionada a matéria federal ventilada.

A controvérsia encontra-se sintetizada na seguinte *vexata quaestio*: o crédito prêmio do IPI para a exportação de produtos manufaturados foi instituído pelo artigo 1°, do Decreto-Lei 491/69, com clara natureza extra-fiscal de estímulo às exportações e sem qualquer determinação de prazo extintivo. Assim permanecendo por quase dez anos. Em 24 de janeiro de 1979, o Decreto-Lei 1.658 previu a gradual extinção do incentivo, cujo prazo fatal esgotar-se-ia em 30 de junho de 1979. Menos de um ano depois o Decreto-Lei 1.722, de 03 de dezembro de 1979, em seu artigo 3º, revogou expressamente o § 2° do artigo 1°, do Decreto-Lei 1.658, substituindo sua redação e alterando o cronograma de reduções do incentivo. O objetivo foi dar maior flexibilidade à sistemática de redução gradual do crédito-prêmio. Por isso: modificou-se o percentual a ser reduzido em cada ano, tudo *"de acordo com ato do Ministro de Estado da Fazenda"* (artigo 3°), o qual, conforme dispunha o artigo 1º, podia estabelecer inclusive o prazo (forma, condições e prazo, estabelecidos pelo Poder Executivo). Logo em seguida, foi promulgado o Decreto-Lei 1.724, de 07 de dezembro de 1979, que, substituindo globalmente a sistemática anterior, delegava competência ao Ministro da Fazenda para *"aumentar ou reduzir, temporária ou definitivamente, ou extinguir"* o referido credito-prêmio, atendendo à conjuntura econômica. Sobreveio, ainda, o Decreto-Lei 1.894/81 para viger em 16.01.82, o qual assegurou a ampliação da incidência subjetiva do crédito-prêmio presente no artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69 para empresas meramente comerciais, contendo também a delegação ao Poder Executivo para aumentar, reduzir, suspender ou extinguir o benefício, de acordo com a conjuntura econômica.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 180828-4, declarou incidentalmente inconstitucionais as expressões *"reduzir temporária ou definitivamente, ou extinguir"* contidas nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81, por entender que não cabe delegação de competência para qualquer membro do Poder Executivo para "reduzir", "suspender" ou "extinguir" benefício concedido por lei, o que não se aplica à autorização para "aumentar" o benefício, preservada como constitucional por essa decisão da Suprema Corte.

A questão que se coloca diz respeito à vigência ou não, após 1983, do crédito-prêmio de IPI, tendo em vista a inconstitucionalidade da delegação presente nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81.

Com efeito, o *thema iudicandum* gravita em torno da eficácia da lei no tempo, a interpretação da lei financeira-tributária e o conceito de incentivo setorial-fiscal, bem como na vontade constitucional quanto ao referido benefício fiscal.

No que pertine ao prazo prescricional, no caso *sub examine* (demanda que visa ao recebimento do crédito-prêmio do IPI), posto não versar hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento de crédito, decorrente da regra da não-cumulatividade, estabelecida pelo texto constitucional, não há que se cogitar da incidência do artigo 168, do CTN, sendo aplicável o Decreto nº 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.

Destarte, são passíveis de aproveitamento tão-somente os créditos fiscais adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação, consoante corroboram as ementas dos seguintes julgados oriundos de ambas as Turmas de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. AQUISIÇÃO DE INSUMOS ISENTOS, NÃO-TRIBUTADOS OU TRIBUTADOS À ALÍQUOTA ZERO. CRÉDITOS ESCRITURAIS. NÃO-CUMULATIVIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL.
(...)
3. Nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é de 5 anos, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. Precedentes do STJ.
(...)
5 Agravo regimental desprovido." (**AgRg no Ag 585290/RS**, desta relatoria, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. NÃO-INCIDÊNCIA. SÚMULAS 83 E 85/STJ.
1. A prescrição dos créditos fiscais decorrentes do crédito-prêmio do IPI é qüinqüenal, a partir do ajuizamento da ação. Decidiu o acórdão que, ajuizada a ação em 08.06.93, acham-se prescritas as prestações anteriores a 1987. Precedentes da 1ª e 2ª Turmas e da 1ª Seção.
2. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação" (Súmula 85/STJ)
(...)
4. Recurso especial não conhecido." (**REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. IPI. APROVEITAMENTO DOS CRÉDITOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. MATÉRIA DE CUNHO CONSTITUCIONAL EXAMINADA NO TRIBUNAL A QUO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO NA CORTE RECORRIDA NÃO SANADA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADUÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS AUSENTES NA DECISÃO ATACADA. SÚMULA Nº 211/STJ. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. SÚMULA nº 85/STJ. PRECEDENTES.
(...)
3. As 1ª e 2ª Turmas e a 1ª Seção do STJ assentaram que, nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é qüinqüenal, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação." (Súmula nº 85/STJ). Precedentes desta Corte Superior.
(...)" (**AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º).VIGÊNCIA. PRAZO. EXTINÇÃO.
(...)
5. A 1ª Seção do STJ firmou entendimento no sentido de ser de cinco anos o prazo prescricional das ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, sendo atingidas as parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu a propositura da ação, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32. Precedentes: Resp 752.550/RS, 1ª T., Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 19.09.2005; EDcl no Resp 225.359/DF, 2ª T., Min. Castro Meira, DJ de 03.10.2005; RESP 661.300/RS, 2ª T., Min. Eliana Calmon, DJ de 20.02.2006
6. Recurso especial a que se nega provimento." (**REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006)

Doravante, impõe-se aferir se assiste razão à recorrente no que concerne à violação dos artigos 1º, do Decreto-Lei 491/69, e 1º, do Decreto-Lei 1.894/81. Isto porque, em face da declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1.724/79, os Decretos-Lei 1.722/79 e 1.894/81, ali referidos, restaram inaplicáveis. Consectariamente, por disposição expressa do Decreto-Lei 1.658, subjaz a questão do lapso final da aplicação do benefício do Decreto-Lei 491/69.

O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.

Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.

Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice.*

O Decreto-lei n° 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).

À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).

A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.
Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.
Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria."

Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.

A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)"*.

Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*:

"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão." (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)

Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.

Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.

A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies"* a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno";* **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes"*. (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).

Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).

Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).

É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.

Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).

Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.

Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras; basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).

O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).

Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.

Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).

A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).

A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.

À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:
"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:
"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:
"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.
O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."

Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.

À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que:

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º). INCONSTITUCIONALIDADE DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA AO MINISTRO DA FAZENDA PARA ALTERAR A VIGÊNCIA DO INCENTIVO. EFICÁCIA DECLARATÓRIA E EX TUNC. MANUTENÇÃO DO PRAZO EXTINTIVO FIXADO PELOS DECRETOS-LEIS 1.658/79 E 1.722/79 (30 DE JUNHO DE 1983).
1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).
2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação.
3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal.
4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada.
5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento." (REsp 591708/RS, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ 09.08.2004)

Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de os mesmos terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.

Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.

Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).

No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).

Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).

Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento.

Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.

A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.

A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.

Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.

O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.

Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.

Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.

Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.

Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.

A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.

O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.

Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).

Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.

Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.

Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.

Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, da relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki).

Nada obstante, ressalvo o entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**, consoante as razões inicialmente ventiladas.

Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

In casu, o mandado de segurança foi impetrado por empresas voltadas à industrialização e exportação de brinquedos, **em 09.10.2003**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo de se creditarem e utilizarem os créditos de IPI referente ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, bem como de promover a compensação com quaisquer tributos administrados pela Receita Federal, **dos últimos dez anos, a contar do ajuizamento da ação mandamental**, vale dizer, **desde 09.10.1993**.

Desta sorte, a pretensão recursal demanda parcelas de IPI desde 1993, quando já inexistente o benefício fiscal do crédito-prêmio, razão pela qual não merece reparo o acórdão recorrido.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, *caput*, do CPC, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2024)

RECURSO ESPECIAL Nº 743.701 - SC (2005/0065233-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: CASAGRANDE PISOS CERÂMICOS LTDA
ADVOGADO	: CELSO MEIRA JÚNIOR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ARTUR ALVES DA MOTTA E OUTRO(S)

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETOS-LEIS 491/69, 1.724/79, 1.722/79, 1.658/79 E 1.894/81. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. EXTINÇÃO DO BENEFÍCIO. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA PELA PRIMEIRA SEÇÃO. VIGÊNCIA DO ESTÍMULO FISCAL ATÉ 04 DE OUTUBRO DE 1990. RESSALVA DO ENTENDIMENTO DO RELATOR.

1. O crédito-prêmio do IPI, nas demandas que visam o seu recebimento, posto não versarem hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento decorrente da regra da não-cumulatividade estabelecida pelo texto constitucional, não obedece a regra inserta no artigo 168, do CTN, sendo-lhe aplicável o disposto no Decreto nº 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.

2. Destarte, os créditos fiscais passíveis de aproveitamento são os adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação (Precedentes das Turmas de Direito Público: **AgRg no Ag 585290/RS**, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005; **REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005; **AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006; e **REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006).

3. Mandado de segurança impetrado por empresa fabricante e exportadora de produtos industrializados, **em 07.01.2004**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1.º, do Decreto-Lei 491/69, **dos últimos dez anos, a contar do ajuizamento da ação mandamental**, vale dizer, **desde 07.01.1994**.

4. O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.

5. Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.

6. Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice.*

7. O Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

8. É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).

9. À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).

9.1 A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introducão acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.

Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.

Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria.

10. Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.

11. A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)".*

12. Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*: *"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão."* (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

13. À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)

14. Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.

15. Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.

16. A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies"* a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno";* **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

16.1. Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

16.1.1. A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes"*. (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).

16.1.2. Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).

16.1.3 Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).

16.1.4. É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.

16.1.5. Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor: a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).

16.1.6. Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.

16.1.7. Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras: basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).

16.1.8. O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).

16.1.9. Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.

16.1.10. Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).

16.1.11. A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).

16.1.12. A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.

16. 1.13. À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:

"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:

"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:
"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:
"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.
O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."
16.1.14. Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.
17. À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que: *"**1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).** 2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação. 3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal. 4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada. 5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento."*
18. Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de o mesmo terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.
19. Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.
20. Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).
20.1. No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).
21. Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal Federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).
21.1. Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento.
21.2. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.
21.3 A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.
22. A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.
23. Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.
24. O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.
25. Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.
26. Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.
26.1. Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.
26.2. Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.
27. A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.
28. O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.
28.1. Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).
29. Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.
29.1. Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.
29.2 Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo

esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.

30. Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

31. Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, Relator Ministro Teori Albino Zavascki).

32. Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

33. Ressalva do entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**.

34. *In casu*, o *mandamus* foi impetrado, em 2004, demandando parcelas de IPI desde 1994, quando já inexistente o incentivo do crédito-prêmio, razão pela qual não merece prosperar a pretensão recursal.

35. Recurso especial a que se nega seguimento (artigo 557, *caput*, do CPC).

Vistos.

Trata-se de recurso especial interposto por CASAGRANDE PISOS CERÂMICOS LTDA, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Carta Maior, no intuito de ver reformado v. acórdão prolatado pelo E. Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, sob o fundamento de ter o mesmo malferido o disposto no art. 1.º do Decreto-Lei n.º 491/69, bem como ter adotado entendimento jurisprudencial distinto do esposado por outros tribunais acerca da vigência do mesmo.

Noticiam os autos que a empresa, ora recorrente, fabricante e exportadora de produtos industrializados, **impetrou mandado de segurança, em 07.01.2004**, em face do Sr. Delegado da Receita Federal, objetivando, em síntese, o reconhecimento do direito líquido e certo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, em relação às operações efetuadas nos dez anos anteriores à impetração do *mandamus*, bem como o de continuar usufruindo do favor fiscal que, segundo a mesma, não teria sido extinto. Pugnou, ainda, pela utilização do crédito apurado na compensação com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal..

O juízo federal de primeiro grau denegou a segurança pretendida (r. sentença de fls. 78/89), sob o fundamento de que a extinção do chamado "crédito-prêmio do IPI" se operou em 30 de junho de 1983.

Inconformada, a ora recorrente manejou recurso de apelação, reiterando argumentos no sentido de ser possuidora do direito de creditar-se dos valores apurados a título de crédito-prêmio do IPI nos dez anos anteriores à impetração, porquanto referido incentivo permaneceria em vigor.

A Segunda Turma do E. TRF da 4.ª Região, por unanimidade de votos dos seus integrantes, negou provimento ao apelo, em aresto que restou assim ementado:

"CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ARTS. 1.º E 4.º). EXTINÇÃO EM 30 DE JUNHO DE 1983. REDIRECIONAMENTO DO INCENTIVO. DECRETO-LEI 1.894/81. AUSÊNCIA DE RESTABELECIMENTO. LEI 8.402/92.

O Decreto-lei 491/69 instituiu incentivo fiscal destinado às empresas fabricantes consistente no deferimento de créditos tributários decorrentes de vendas para o exterior como ressarcimento de tributos pagos internamente. O marco final do incentivo fiscal desse 'crédito-prêmio' foi estabelecido na legislação de regência em 30 de junho de 1983.

O Decreto-Lei 1.894/81 não reinstituiu o 'crédito-prêmio' sem previsão de data de extinção, mas apenas redirecionou o incentivo para outros grupos econômicos. Por sua vez, a Lei n.º 8.402/92 também não restabeleceu o crédito-prêmio, posto que este incentivo não consta do rol de benefícios expressamente indicados no texto legal.

Por conseguinte, o crédito-prêmio do IPI previsto no art. 1.º do Decreto-Lei n.º 491/69 só teve aplicação até 30.06.1983

Apelação desprovida."

Irresignada com o teor do v. acórdão prolatado, a empresa impetrante interpôs o recurso especial que ora se afigura. Em suas razões (fls. 138/184), sustenta a recorrente ter o acórdão impugnado contrariado o disposto no art. 1.º do DL n.º 491/69. Pretende, assim, o reconhecimento do direito ao aproveitamento do crédito-prêmio do IPI. Aponta, ainda, a existência de dissídio pretoriano no que atine à vigência do referido benefício fiscal.

A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), ora recorrida, apresentou suas contra-razões ao apelo nobre (fls. 231/238), pugnando pelo desprovimento do mesmo e conseqüente manutenção dos termos do aresto impugnado.

Na origem, em exame de prelibação, a presente irresignação recursal recebeu crivo positivo de admissibilidade, ascendendo, assim, à esta Corte Superior.

Brevemente relatados, **DECIDO**.

Não merecem guarida as pretensões da recorrente.

A controvérsia encontra-se sintetizada na seguinte *vexata quaestio*: o crédito prêmio do IPI para a exportação de produtos manufaturados foi instituído pelo artigo 1.°, do Decreto-Lei 491/69, com clara natureza extra-fiscal de estímulo às exportações e sem qualquer determinação de prazo extintivo. Assim permanecendo por quase dez anos. Em 24 de janeiro de 1979, o Decreto-Lei 1.658 previu a gradual extinção do incentivo, cujo prazo fatal esgotar-se-ia em 30 de junho de 1979. Menos de um ano depois o Decreto-Lei 1.722, de 03 de dezembro de 1979, em seu artigo 3º, revogou expressamente o § 2° do artigo 1°, do Decreto-Lei 1.658, substituindo sua redação e alterando o cronograma de reduções do incentivo. O objetivo foi dar maior flexibilidade à sistemática de redução gradual do crédito-prêmio. Por isso: modificou-se o percentual a ser reduzido em cada ano, tudo *"de acordo com ato do Ministro de Estado da Fazenda"* (artigo 3°), o qual, conforme dispunha o artigo 1º, podia estabelecer inclusive o prazo (forma, condições e prazo, estabelecidos pelo Poder Executivo). Logo em seguida, foi promulgado o Decreto-Lei 1.724, de 07 de dezembro de 1979, que, substituindo globalmente a sistemática anterior, delegava competência ao Ministro da Fazenda para *"aumentar ou reduzir, temporária ou definitivamente, ou extinguir"* o referido credito-prêmio, atendendo à conjuntura econômica. Sobreveio, ainda, o Decreto-Lei 1.894/81 para viger em 16.01.82, o qual assegurou a ampliação da incidência subjetiva do crédito-prêmio presente no artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69 para empresas meramente comerciais, contendo também a delegação ao Poder Executivo para aumentar, reduzir, suspender ou extinguir o benefício, de acordo com a conjuntura econômica.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 180828-4, declarou incidentalmente inconstitucionais as expressões *"reduzir temporária ou definitivamente, ou extinguir"* contidas nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81, por entender que não cabe delegação de competência para qualquer membro do Poder Executivo para "reduzir", "suspender" ou "extinguir" benefício concedido por lei, o que não se aplica à autorização para "aumentar" o benefício, preservada como constitucional por essa decisão da Suprema Corte.

A questão que se coloca diz respeito à vigência ou não, após 1983, do crédito-prêmio de IPI, tendo em vista a inconstitucionalidade da delegação presente nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81.

Com efeito, o *thema iudicandum* gravita em torno da eficácia da lei no tempo, a interpretação da lei financeira-tributária e o conceito de incentivo setorial-fiscal, bem como na vontade constitucional quanto ao referido benefício fiscal.

No que pertine ao prazo prescricional, no caso *sub examine* (demanda que visa ao recebimento do crédito-prêmio do IPI), posto não versar hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento de crédito, decorrente da regra da não-cumulatividade, estabelecida pelo texto constitucional, não há que se cogitar da incidência do artigo 168, do CTN, sendo aplicável o Decreto n.º 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.

Destarte, são passíveis de aproveitamento tão-somente os créditos fiscais adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação, consoante corroboram as ementas dos seguintes julgados oriundos de ambas as Turmas de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. AQUISIÇÃO DE INSUMOS ISENTOS, NÃO-TRIBUTADOS OU TRIBUTADOS À ALÍQUOTA ZERO. CRÉDITOS ESCRITURAIS. NÃO-CUMULATIVIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL.

(...)

3. Nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é de 5 anos, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. Precedentes do STJ.

(...)

5 Agravo regimental desprovido." (**AgRg no Ag 585290/RS**, desta relatoria, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. NÃO-INCIDÊNCIA. SÚMULAS 83 E 85/STJ.

1. A prescrição dos créditos fiscais decorrentes do crédito-prêmio do IPI é qüinqüenal, a partir do ajuizamento da ação. Decidiu o acórdão que, ajuizada a ação em 08.06.93, acham-se prescritas as prestações anteriores a 1987. Precedentes da 1ª e 2ª Turmas e da 1ª Seção.

2. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação" (Súmula 85/STJ)

(...)

4. Recurso especial não conhecido." (**REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. IPI. APROVEITAMENTO DOS CRÉDITOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. MATÉRIA DE CUNHO CONSTITUCIONAL EXAMINADA NO TRIBUNAL A QUO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO NA CORTE RECORRIDA NÃO SANADA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADUÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS AUSENTES NA DECISÃO ATACADA. SÚMULA Nº 211/STJ. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. SÚMULA nº 85/STJ. PRECEDENTES.

(...)

3. As 1ª e 2ª Turmas e a 1ª Seção do STJ assentaram que, nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é qüinqüenal, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação." (Súmula nº 85/STJ). Precedentes desta Corte Superior.

(...)" (**AgRg nos EDcl nos REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º).VIGÊNCIA. PRAZO. EXTINÇÃO.

(...)

5. A 1ª Seção do STJ firmou entendimento no sentido de ser de cinco anos o prazo prescricional das ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, sendo atingidas as parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu a propositura da ação, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32. Precedentes: Resp 752.550/RS, 1ª T., Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 19.09.2005; EDcl no Resp 225.359/DF, 2ª T., Min. Castro Meira, DJ de 03.10.2005; RESP 661.300/RS, 2ª T., Min. Eliana Calmon, DJ de 20.02.2006

6. Recurso especial a que se nega provimento." (**REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006)

Doravante, impõe-se aferir se assiste razão à recorrente no que concerne à violação dos artigos 1º, do Decreto-Lei 491/69, e 1º, do Decreto-Lei 1.894/81. Isto porque, em face da declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1.724/79, os Decretos-Lei 1.722/79 e 1.894/81, ali referidos, restaram inaplicáveis. Consectariamente, por disposição expressa do Decreto-Lei 1.658, subjaz a questão do lapso final da aplicação do benefício do Decreto-Lei 491/69.

O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.

Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.

Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice*.

O Decreto-lei n° 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).

À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).

A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.
Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.
Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria."

Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.
A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)"*.
Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*:

"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão." (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)
Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.

Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.
A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies*" a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno";* **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.
Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes".* (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).
Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).
Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).
É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.
Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).
Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.
Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras: basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).
O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).
Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.
Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).
A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).
A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.
À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:
"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:
"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:
"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.
O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."

Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.

À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que:

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º). INCONSTITUCIONALIDADE DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA AO MINISTRO DA FAZENDA PARA ALTERAR A VIGÊNCIA DO INCENTIVO. EFICÁCIA DECLARATÓRIA E EX TUNC. MANUTENÇÃO DO PRAZO EXTINTIVO FIXADO PELOS DECRETOS-LEIS 1.658/79 E 1.722/79 (30 DE JUNHO DE 1983).
1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).
2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação.
3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal.
4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada.
5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento." (REsp 591708/RS, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ 09.08.2004)

Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de os mesmos terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.
Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.
Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).
No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).
Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).
Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.
A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.
A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.
Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.
O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.
Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.
Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.
Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.
Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.
A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.
O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.
Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).
Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.
Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.
Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.
Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.
Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, da relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki).

Nada obstante, ressalvo o entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**, consoante as razões inicialmente ventiladas.

Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

In casu, o mandado de segurança foi impetrado por empresa fabricante e exportadora de produtos industrializados, **em 07.01.2004**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1.º, do Decreto-Lei 491/69, **dos últimos dez anos, a contar do ajuizamento da ação mandamental**, vale dizer, **desde 07.01.1994**.

Desta sorte, a pretensão recursal demanda parcelas de desde 1994, quando já inexistente o benefício fiscal do crédito-prêmio, razão pela qual não merece reparo o acórdão recorrido, ainda que dissonante da novel jurisprudência quanto ao marco extintivo do incentivo fiscal.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, *caput*, do CPC, **NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL**.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2025)

RECURSO ESPECIAL Nº 750.590 - SC (2005/0080480-1)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: DOCOL METAIS SANITÁRIOS LTDA
ADVOGADO	: EROS SANTOS CARRILHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ARTUR ALVES DA MOTTA E OUTRO(S)

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETOS-LEIS 491/69, 1.724/79, 1.722/79, 1.658/79 E 1.894/81. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. EXTINÇÃO DO BENEFÍCIO. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA PELA PRIMEIRA SEÇÃO. VIGÊNCIA DO ESTÍMULO FISCAL ATÉ 04 DE OUTUBRO DE 1990. RESSALVA DO ENTENDIMENTO DO RELATOR.

1. O crédito-prêmio do IPI, nas demandas que visam o seu recebimento, posto não versarem hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento decorrente da regra da não-cumulatividade estabelecida pelo texto constitucional, não obedece a regra inserta no artigo 168, do CTN, sendo-lhe aplicável o disposto no Decreto nº 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.

2. Destarte, os créditos fiscais passíveis de aproveitamento são os adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação (Precedentes das Turmas de Direito Público: **AgRg no Ag 585290/RS**, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005; **REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005; **AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006; e **REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006).

3. Ação ordinária ajuizada **em 03.09.2002**, objetivando o reconhecimento do direito ao creditamento e utilização de créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, bem como de promover a compensação com quaisquer tributos administrados pela Receita Federal, **dos últimos cinco anos, a contar do ajuizamento da demanda**, vale dizer, **desde 03.09.1997**.

4. O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.

5. Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.

6. Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice*.

7. O Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

8. É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).

9. À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).

9.1 A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.
Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.
Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria.

10. Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.

11. A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)"*.

12. Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*: *"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão."* (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

13. À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)

14. Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.

15. Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.

16. A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies*" a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno";* **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

16.1. Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

16.1.1. A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes"*. (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).

16.1.2. Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).

16.1.3 Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).

16.1.4. É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.

16.1.5. Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).

16.1.6. Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.

16.1.7. Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras; basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).

16.1.8. O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).

16.1.9. Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.

16.1.10. Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).

16.1.11. A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).

16.1.12. A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.

16. 1.13. À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:

"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:

"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:

"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:

"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:

"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.

O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."

16.1.14. Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.

17. À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que: *"**1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).** 2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação. 3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal. 4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada. 5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento."*

18. Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de o mesmo terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.

19. Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.

20. Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).

20.1. No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).

21. Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).

21.1. Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento.

21.2. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.

21.3 A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.

22. A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.

23. Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.

24. O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.

25. Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.

26. Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.

26.1. Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.

26.2. Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.

27. A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.
28. O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.
28.1. Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).
29. Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.
29.1. Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.
29.2 Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.
30. Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

31. Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, Relator Ministro Teori Albino Zavascki).
32. Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.
33. Ressalva do entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**.
34. *In casu*, a demanda foi ajuizada em 2002, demandando parcelas de IPI desde 1997, quando já inexistente o incentivo do crédito-prêmio, razão pela qual não merece prosperar a pretensão recursal.
35. Recurso especial a que se nega seguimento (artigo 557, *caput*, do CPC).

Trata-se recurso especial interposto por DOCOL METAIS SANITÁRIOS LTDA, com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, no intuito de ver reformado acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"TRIBUTÁRIO. CRÉDITO-PRÊMIO. IPI. ART. 1º, DL 491/69. EXTINÇÃO EM JUNHO DE 1983 PELOS DL 1.658/79 E 1.722/79.
1. O crédito-prêmio do IPI, instituído pelo art. 1.º do DL 491/69 foi reduzido gradualmente até ser extinto em junho de 1983, conforme determinou o DL 1.658/79, com a redação dada pelo DL 1.722/79. Ainda que se considerasse que os DL 1.724/79 e 1.894/81 tivessem revogado tacitamente os DL 1.658/79 e 1.722/79, com a declaração de inconstitucionalidade daqueles, estes teriam pleno vigor, operando a extinção. O DL 1.894/81 não estendeu o incentivo debatido, pois a empresa comercial exportadora já era beneficiada com o crédito-prêmio desde 1976, havendo apenas reorganização e redirecionamento do incentivo em determinada situação já parcialmente contemplada. Ainda que não extinto na forma acima, com a promulgação do Código de Subsídios e Medidas Compensatórias, em 1987, resultante do Acordo GATT/79, ficaram afastadas as regras de direito interno que concediam o crédito-prêmio, em função do disposto no art. 98 do CTN e art. 9.º do Acordo. A Lei n.º 8.402/92 não restabeleceu, nem expressa, nem tacitamente, o crédito-prêmio - e nem poderia tê-lo feito, pois editada em cumprimento ao disposto no art. 41 ADCT e limitada pelo disposto no art. 98 do CTN. Conexos ao debate dos autos, restaram revigorados: a) ao industrial exportador, o crédito do IPI incidente sobre os insumos empregados na industrialização; b) à empresa comercial exportadora, o crédito do IPI incidente na aquisição de produtos manufaturados destinados à exportação. O crédito-prêmio, tal como concebido pelo art. 1.º do DL 491/69 não mais subsiste. O Acordo GATT/94 manteve a vedação anterior de concessão de subsídios diretos à exportação. Desta feita, ainda que de alguma forma fosse possível ter-se o incentivo restabelecido pela Lei n.º 8.402/92, um novo acordo internacional, confirmando os termos, no ponto, de acordo anterior, novamente vedou a concessão de incentivos a exportação, ficando afastada a incidência do crédito-prêmio. Foi editada norma interna - Decreto n.º 1.751/95 - regulamentando parcialmente o Acordo, que determinou o procedimento a ser adotado para a imposição de medidas compensatórias aplicáveis à concessão de subsídios em descompasso com as disposições do Acordo firmado. Seria, então, inaceitável admitir que o País editasse norma interna buscando a sanção de subsídio vedado pelo Acordo, concedido por outro signatário, e mantivesse, ele próprio, o mesmo tipo de incentivo cuja norma editada buscou sancionar. Os precedentes do STF sobre a matéria referem-se à delegação havida no DL 1.724/79 e 1.894/81, nos quais discutiu-se a suspensão do incentivo mediante portaria, entre 1980 e 1981, quando ainda em vigor, pois só foi extinto em 1983. A declaração de inconstitucionalidade da delegação não restaura o crédito-prêmio para depois desta data. ***Em síntese, o crédito-prêmio do IPI, instituído pelo art. 1.º do DL 491/69, foi extinto em 30 de junho de 1983, conforme determinaram os Decretos-Leis n.º 1.658/79 e 1.722/79, e não houve restabelecimento posterior, nem legal, nem resultante de decisão judicial."***

Noticiam os autos que a empresa, ora recorrente, ajuizou ação ordinária **em 03.09.2002**, em face da União, objetivando: (1) a declaração incidental da inconstitucionalidade do art. 1º, do DL 1.724/79, e do art. 3º, I, do DL 1.894/91, e, conseqüentemente, das Portarias 960/79 e 176/84 editadas pelo Ministro da Fazenda, em face do art. 21, incisos I e IV, do art. 81, e do art. 153, da CF/69; e (2) a declaração de seu direito ao crédito-prêmio do IPI sobre exportações, nos termos do art. 1º, do DL 491/69, com efeito retroativo aos últimos 5 anos que antecederam a propositura da ação (**03.09.1997**), assegurando-se a apropriação e compensação do crédito prêmio em conta gráfica, segundo o que estabelece o § 1º, do art. 1º, do DL 491/69, com a restituição do excedente do crédito conforme disposto no § 2º, do mesmo art. 1º, do DL 491/69.

O Tribunal de origem reformou a sentença que julgou procedente o pedido, sob o fundamento de que o incentivo fiscal restou extinto em 1983, consoante se depreende da ementa anteriormente reproduzida.

Nas razões do especial, sustenta a empresa que o acórdão hostilizado contraria o disposto nos arts. 1º, do Decreto-Lei 491/69, e 1º, do Decreto-Lei 1.894/81, uma vez que remanesce, ainda hoje, com vigência efetiva, o estímulo fiscal cognominado de crédito-prêmio do IPI. Traz arestos oriundos do STJ para confronto.

O recurso especial recebeu crivo positivo de admissibilidade na instância de origem.

Apresentadas contra-razões, nas quais se pugna pela manutenção do acórdão regional.

Relatados, decido.

Preliminarmente, o recurso merece conhecimento, uma vez que prequestionada a matéria federal ventilada.

A controvérsia encontra-se sintetizada na seguinte *vexata quaestio*: o crédito prêmio do IPI para a exportação de produtos manufaturados foi instituído pelo artigo 1°, do Decreto-Lei 491/69, com clara natureza extra-fiscal de estímulo às exportações e sem qualquer determinação de prazo extintivo. Assim permanecendo por quase dez anos. Em 24 de janeiro de 1979, o Decreto-Lei 1.658 previu a gradual extinção do incentivo, cujo prazo fatal esgotar-se-ia em 30 de junho de 1979. Menos de um ano depois o Decreto-Lei 1.722, de 03 de dezembro de 1979, em seu artigo 3º, revogou expressamente o § 2° do artigo 1°, do Decreto-Lei 1.658, substituindo sua redação e alterando o cronograma de reduções do incentivo. O objetivo foi dar maior flexibilidade à sistemática de redução gradual do crédito-prêmio. Por isso: modificou-se o percentual a ser reduzido em cada ano, tudo *"de acordo com ato do Ministro de Estado da Fazenda"* (artigo 3°), o qual, conforme dispunha o artigo 1º, podia estabelecer inclusive o prazo (forma, condições e prazo, estabelecidos pelo Poder Executivo). Logo em seguida, foi promulgado o Decreto-Lei 1.724, de 07 de dezembro de 1979, que, substituindo globalmente a sistemática anterior, delegava competência ao Ministro da Fazenda para *"aumentar ou reduzir, temporária ou definitivamente, ou extinguir"* o referido credito-prêmio, atendendo à conjuntura econômica. Sobreveio, ainda, o Decreto-Lei 1.894/81 para viger em 16.01.82, o qual assegurou a ampliação da incidência subjetiva do crédito-prêmio presente no artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69 para empresas meramente comerciais, contendo também a delegação ao Poder Executivo para aumentar, reduzir, suspender ou extinguir o benefício, de acordo com a conjuntura econômica.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 180828-4, declarou incidentalmente inconstitucionais as expressões *"reduzir temporária ou definitivamente, ou extinguir"* contidas nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81, por entender que não cabe delegação de competência para qualquer membro do Poder Executivo para "reduzir", "suspender" ou "extinguir" benefício concedido por lei, o que não se aplica à autorização para "aumentar" o benefício, preservada como constitucional por essa decisão da Suprema Corte.

A questão que se coloca diz respeito à vigência ou não, após 1983, do crédito-prêmio de IPI, tendo em vista a inconstitucionalidade da delegação presente nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81.

Com efeito, o *thema iudicandum* gravita em torno da eficácia da lei no tempo, a interpretação da lei financeira-tributária e o conceito de incentivo setorial-fiscal, bem como na vontade constitucional quanto ao referido benefício fiscal.

No que pertine ao prazo prescricional, no caso *sub examine* (demanda que visa ao recebimento do crédito-prêmio do IPI), posto não versar hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento de crédito, decorrente da regra da não-cumulatividade, estabelecida pelo texto constitucional, não há que se cogitar da incidência do artigo 168, do CTN, sendo aplicável o Decreto nº 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.

Destarte, são passíveis de aproveitamento tão-somente os créditos fiscais adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação, consoante corroboram as ementas dos seguintes julgados oriundos de ambas as Turmas de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. AQUISIÇÃO DE INSUMOS ISENTOS, NÃO-TRIBUTADOS OU TRIBUTADOS À ALÍQUOTA ZERO. CRÉDITOS ESCRITURAIS. NÃO-CUMULATIVIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL.
(...)
3. Nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é de 5 anos, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. Precedentes do STJ.
(...)
5 Agravo regimental desprovido." (**AgRg no Ag 585290/RS**, desta relatoria, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. NÃO-INCIDÊNCIA. SÚMULAS 83 E 85/STJ.
1. A prescrição dos créditos fiscais decorrentes do crédito-prêmio do IPI é qüinqüenal, a partir do ajuizamento da ação. Decidiu o acórdão que, ajuizada a ação em 08.06.93, acham-se prescritas as prestações anteriores a 1987. Precedentes da 1ª e 2ª Turmas e da 1ª Seção.

2. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação" (Súmula 85/STJ)
(...)
4. Recurso especial não conhecido." (**REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. IPI. APROVEITAMENTO DOS CRÉDITOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. MATÉRIA DE CUNHO CONSTITUCIONAL EXAMINADA NO TRIBUNAL A QUO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO NA CORTE RECORRIDA NÃO SANADA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADUÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS AUSENTES NA DECISÃO ATACADA. SÚMULA Nº 211/STJ. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. SÚMULA nº 85/STJ. PRECEDENTES.
(...)
3. As 1ª e 2ª Turmas e a 1ª Seção do STJ assentaram que, nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é qüinqüenal, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação." (Súmula nº 85/STJ). Precedentes desta Corte Superior.
(...)" (**AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º).VIGÊNCIA. PRAZO. EXTINÇÃO.
(...)
5. A 1ª Seção do STJ firmou entendimento no sentido de ser de cinco anos o prazo prescricional das ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, sendo atingidas as parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu a propositura da ação, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32. Precedentes: Resp 752.550/RS, 1ª T., Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 19.09.2005; EDcl no Resp 225.359/DF, 2ª T., Min. Castro Meira, DJ de 03.10.2005; RESP 661.300/RS, 2ª T., Min. Eliana Calmon, DJ de 20.02.2006
6. Recurso especial a que se nega provimento." (**REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006)

Doravante, impõe-se aferir se assiste razão à recorrente no que concerne à violação dos artigos 1º, do Decreto-Lei 491/69, e 1º, do Decreto-Lei 1.894/81. Isto porque, em face da declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1.724/79, os Decretos-Lei 1.722/79 e 1.894/81, ali referidos, restaram inaplicáveis. Consectariamente, por disposição expressa do Decreto-Lei 1.658, subjaz a questão do lapso final da aplicação do benefício do Decreto-Lei 491/69.

O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.

Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.

Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice.*

O Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).

À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).

A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione espressa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.
Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.
Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria."

Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.

A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)".*

Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*:

"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão." (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)

Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.

Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.

A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies"* a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno"*; **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes".* (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).

Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).

Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).

É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.

Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).

Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.

Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras; basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).

O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).

Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.

Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).

A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).

A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.

À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:
"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:
"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:
"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.
O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."

Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.

À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que:

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º). INCONSTITUCIONALIDADE DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA AO MINISTRO DA FAZENDA PARA ALTERAR A VIGÊNCIA DO INCENTIVO. EFICÁCIA DECLARATÓRIA E EX TUNC. MANUTENÇÃO DO PRAZO EXTINTIVO FIXADO PELOS DECRETOS-LEIS 1.658/79 E 1.722/79 (30 DE JUNHO DE 1983).
1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).
2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação.
3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal.
4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada.
5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento." (REsp 591708/RS, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ 09.08.2004)

Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de os mesmos terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.

Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.

Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).

No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).

Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).

Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento.

Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.

A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.

A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.

Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.

O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.

Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.

Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.

Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.

Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.

A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.

O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.

Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).

Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.

Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.

Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.

Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, da relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki).

Nada obstante, ressalvo o entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**, consoante as razões inicialmente ventiladas.

Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

In casu, a ação ordinária foi ajuizada **em 03.09.2002**, objetivando o reconhecimento do direito ao creditamento e utilização de créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, bem como de promover a compensação com quaisquer tributos administrados pela Receita Federal, **dos últimos cinco anos, a contar do ajuizamento da demanda**, vale dizer, **desde 03.09.1997**.

Desta sorte, a pretensão recursal demanda parcelas de IPI desde 1997, quando já inexistente o benefício fiscal do crédito-prêmio, razão pela qual não merece reparo o acórdão recorrido, ainda que dissonante da novel jurisprudência quanto ao marco extintivo do incentivo fiscal.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, *caput*, do CPC, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2026)

RECURSO ESPECIAL Nº 754.248 - PR (2005/0087435-7)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LUÍS ALBERTO SAAVEDRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ALFA TRADING IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ADVOGADO	: ALEXANDRE MEDEIROS RÉGNIER E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. IMPORTAÇÃO. SUPOSTA OCORRÊNCIA DE FRAUDE. ALEGAÇÃO AFASTADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. ACÓRDÃO RECORRIDO FULCRADO NAS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. REEXAME DE PROVA.
1. É inviável o reexame de matéria fática em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).
2. Recurso especial a que se nega seguimento.

1. Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região cuja ementa é a seguinte:

"MANDADO DE SEGURANÇA. MERCADORIAS IMPORTADAS. IRREGULARIDADE NA EMPRESA IMPORTADORA. RETENÇÃO DE MERCADORIAS. IN/SRF Nº 206/02.
1. Embora esta A Segunda Turma desta Corte já tenha manifestado entendimento no sentido da legalidade da retenção de mercadorias com base na IN/SRF nº 206/2002, procedimento investigatório exige, para sua instauração 'fundada suspeita de irregularidade punível com a pena de perdimento ou que impeça seu consumo ou comercialização no País' (art. 65 da IN nº206). Tal hipótese não está configurada no caso dos autos, pois a autoridade coatora limitou-se a afirmar que a existência de endosso no conhecimento de transporte indicaria possibilidade de interposição fraudulenta de pessoas na importação, sem quaisquer outras indicações concretas da necessidade da retenção. A par disso, a fiscalização apenas referiu a discrepância na quantidade de mercadorias declaradas, rapidamente corrigida pela importadora, recolhendo a multa e tributos devidos.
2. Apelo provido."
(fl. 113)

Os embargos declaratórios opostos foram parcialmente acolhidos, para fins de prequestionamento.
No recurso especial, interposto com base na alínea *a* do permissivo constitucional, a recorrente aponta ofensa ao art. 23 do Decreto-Lei 1.455/76 (com a redação dada pela Lei 10.637/2002), alegando, em síntese, que:

"A aplicação da pena de perdimento está condicionada à ocorrência de dano ao erário. O entendimento esposado no acórdão recorrido é que tal se verifica apenas quando há omissão no recolhimento de tributos. Resta desconsiderada, nesse viés interpretativo, a questão da execução das políticas governamentais de estímulo a segmentos da economia nacional, associado à proteção da empresa nacional contra a concorrência desleal e predatória dos produtos importados."
(fls. 132/133)

Em suas contra-razões, a recorrida argumenta que "nem mesmo indício de irregularidade que sujeite as mercadorias à pena de perdimento pode ser identificado na" presente situação (fl. 140).
Admitido o recurso, subiram os autos.
É o relatório.

2. A pretensão recursal não merece amparo.
Extrai-se do acórdão recorrido:

"Não obstante a Segunda Turma desta Corte já tenha decidido pela possibilidade de retenção da mercadoria para fins de investigação acerca da configuração de infração sujeita à pena de perdimento (AG Nº 2003.04.01.003644-2/PR, Relator Des. Federal João Surreaux Chagas, julgado em 29.04.2003), entendo que a hipótese dos autos comporta tratamento diverso.
Conforme se extrai de trecho do despacho decisório acima transcrito, há apenas 'indício' e não 'fundada suspeita' de irregularidade que sujeite a mercadoria à pena de perdimento, consubstanciada na existência de endosso, e tão-somente isso. A par disso, a fiscalização apenas referiu a discrepância na quantidade de mercadorias declaradas, rapidamente corrigida, recolhendo a multa e tributos devidos."
(fl. 112)

Conforme se constata, o entendimento contido no aresto decorreu de minuciosa análise do material probatório constante dos autos.
Desse modo, qualquer conclusão em sentido contrário ao que ficou expressamente consignado no aresto demanda necessariamente o reexame de matéria fática, o que, por si só, inviabiliza a análise da pretensão recursal por quaisquer das alíneas do permissivo constitucional, tendo em vista a circunstância obstativa decorrente do disposto na Súmula 7/STJ.
Nesse sentido:

"PROCESSO CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - INOVAÇÃO DA LIDE - IMPOSSIBILIDADE - REEXAME DE PROVAS - SÚMULA 7/STJ.
1.Inadmissível agravo regimental que visa a pronunciamento sobre matéria que inova a lide.
2.Não se conhece do recurso, se o exame da tese defendida demanda revolvimento das premissas fáticas consideradas pelo Tribunal a quo, pela análise do contexto probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.
3.Agravo regimental improvido."
(AgRg no REsp 674.414/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 14.11.2005)

"CIVIL, ECONÔMICO E PROCESSUAL. ACÓRDÃO ESTADUAL. NULIDADE INEXISTENTE. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA. RECONVENÇÃO POSTULANDO A RESCISÃO DO CONTRATO POR INADIMPLÊNCIA NO PAGAMENTO DO PREÇO. PLANO CRUZADO. PRESTAÇÕES. REAJUSTE. QUITAÇÃO INEXISTENTE. CRITÉRIO. JUROS CONTRATUAIS. NATUREZA. MATÉRIA DE FATO E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 e 7-STJ.
Omissis.
IV. 'A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial' - Súmula n. 5-STJ.
V. 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial' - Súmula n. 7-STJ.
VI. Recurso especial não conhecido."
(REsp 39.119/BA, 4ª Turma, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJ de 7.3.2005)

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ADMISSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA. NÍVEIS DE PRODUTIVIDADE (GUT E GEE) DA TERRA. CONDIÇÕES CLIMÁTICAS ADVERSAS. PRINCÍPIO DA PERSUASÃO RACIONAL OU DA LIVRE CONVICÇÃO MOTIVADA.
1. O princípio da persuasão racional ou da livre convicção motivada do juiz, a teor do que dispõe o art. 131 do Código de Processo Civil, revela que ao magistrado cabe apreciar livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos.
Omissis.
3. O Recurso Especial não é servil ao exame de questões que demandam o revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, em face do óbice contido na Súmula 07/STJ.
(sem grifo no original)

4. Recursos Especiais não conhecidos."
(REsp 545.555/CE, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 4.11.2004)

3. Diante do exposto, com base no art. 557, *caput*, do CPC, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRA DENISE ARRUDA
Relatora

(2027)

RECURSO ESPECIAL Nº 760.595 - RS (2005/0100956-5)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: GIOVELLI E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	: LUCAS BRAGA EICHENBERG E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ARTUR ALVES DA MOTTA E OUTRO(S)

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETOS-LEIS 491/69, 1.724/79, 1.722/79, 1.658/79 E 1.894/81. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. EXTINÇÃO DO BENEFÍCIO. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA PELA PRIMEIRA SEÇÃO. VIGÊNCIA DO ESTÍMULO FISCAL ATÉ 04 DE OUTUBRO DE 1990. RESSALVA DO ENTENDIMENTO DO RELATOR.

1. O crédito-prêmio do IPI, nas demandas que visam o seu recebimento, posto não versarem hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento decorrente da regra da não-cumulatividade estabelecida pelo texto constitucional, não obedece a regra inserta no artigo 168, do CTN, sendo-lhe aplicável o disposto no Decreto nº 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.

2. Destarte, os créditos fiscais passíveis de aproveitamento são os adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação (Precedentes das Turmas de Direito Público: **AgRg no Ag 585290/RS**, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005; **REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005; **AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006; e **REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006).

3. Mandado de segurança impetrado empresa exportadora de produtos manufaturados, **em 11.09.2003**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, **a contar de 1.º de janeiro de 1980**.

4. O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.

5. Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.

6. Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice.*

7. O Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:
"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

8. É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).

9. À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).

9.1 A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:
"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.
Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.
Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria.

10. Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.

11. A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)"*.

12. Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*: *"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão."* (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

13. À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)

14. Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.

15. Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.

16. A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies*" a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno"*; **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

16.1. Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

16.1.1. A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes"*. (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).

16.1.2. Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).

16.1.3 Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).

16.1.4. É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.

16.1.5. Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor: a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).

16.1.6. Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.

16.1.7. Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras: basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).

16.1.8. O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).

16.1.9. Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.

16.1.10. Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemann - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).

16.1.11. A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).

16.1.12. A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.

16. 1.13. À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:

"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:

"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:

"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:

"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:

"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.

O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."

16.1.14. Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.

17. À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que: *"**1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).** 2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação. 3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal. 4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada. 5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento."*

18. Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de o mesmo terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.

19. Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.

20. Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).

20.1. No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).

21. Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).

21.1. Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento.

21.2. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.

21.3 A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.

22. A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.

23. Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.

24. O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.

25. Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.

26. Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.

26.1. Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.

26.2. Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.

27. A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.

28. O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.

28.1. Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).

29. Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.

29.1. Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.

29.2 Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.

30. Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

31. Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, Relator Ministro Teori Albino Zavascki).

32. Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

33. Ressalva do entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**.

34. *In casu*, o *mandamus* foi impetrado, em 2003, demandando parcelas de IPI tanto anteriores a 04.10.1990, estas atingidas pela prescrição qüinqüenal (vez que ajuizada a demanda somente em 11.09.2003), quanto posteriores ao referido marco temporal, quando já inexistente o incentivo do crédito-prêmio, razão pela qual não merece prosperar a pretensão recursal.

35. Recurso especial a que se nega seguimento (artigo 557, *caput*, do CPC).

Vistos.

Trata-se de recurso especial interposto por GIOVELLI E COMPANHIA LTDA, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea "a", da Carta Maior, no intuito de ver reformado acórdão prolatado pelo E. Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, sob o fundamento de o mesmo ter negado vigência ao disposto no art. 1.º Decreto-lei n.º 491/69.

Noticiam os autos que a empresa, ora recorrente, exportadora de produtos manufaturados, **impetrou mandado de segurança, em 11.09.2003**, em face do Sr. Delegado da Receita Federal, objetivando, em síntese, o reconhecimento do direito líquido e certo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, em relação às operações efetuadas nos desde 1.º de janeiro de 1980, bem como o de proceder a compensação do citado crédito com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal.

O juízo federal de primeiro grau denegou a segurança pretendida (r. sentença de fls. 75/87), sob o fundamento de que a extinção do chamado "crédito-prêmio do IPI" se operou em 30 de junho de 1983 e que prescritos os eventuais créditos da impetrante anteriores à esta data.

Inconformada, a ora recorrente manejou recurso de apelação, reiterando argumentos no sentido de ser possuidora do direito de creditar-se dos valores apurados a título de crédito-prêmio do IPI, porquanto, a seu ver, referido incentivo permaneceria em vigor.

A Segunda Turma do E. TRF da 4.ª Região, por unanimidade de votos dos seus integrantes, negou provimento ao apelo, em aresto que restou assim ementado:

"TRIBUTÁRIO - IPI - DECRETO-LEI N.º 491/69 - CRÉDITO-PRÊMIO.
O benefício instituído pelo art. 1.º do DL 491, de 05/03/69, foi extinto em junho de 1983, não havendo mais fundamento jurídico para invocá-lo."

Irresignada com o teor do v. acórdão prolatado, a empresa impetrante interpôs o recurso especial que ora se afigura. Em suas razões (fls. 378/387), sustenta a recorrente ter o acórdão impugnado contrariado o disposto no art. 1.º do Decreto-lei n.º 491/69. Pretende o reconhecimento do direito ao aproveitamento do "crédito-prêmio" do IPI.

A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), ora recorrida, apresentou suas contra-razões ao apelo nobre (fls. 391/397), pugnando pelo desprovimento do mesmo e conseqüente manutenção dos termos do aresto impugnado.

Na origem, em exame de prelibação, a presente irresignação recursal recebeu crivo positivo de admissibilidade, ascendendo, assim, à esta Corte Superior.

Brevemente relatados, **DECIDO**.

Não merecem guarida as pretensões da recorrente.

A controvérsia encontra-se sintetizada na seguinte *vexata quaestio*: o crédito prêmio do IPI para a exportação de produtos manufaturados foi instituído pelo artigo 1.°, do Decreto-Lei 491/69, com clara natureza extra-fiscal de estímulo às exportações e sem qualquer determinação de prazo extintivo. Assim permanecendo por quase dez anos. Em 24 de janeiro de 1979, o Decreto-Lei 1.658 previu a gradual extinção do incentivo, cujo prazo fatal esgotar-se-ia em 30 de junho de 1979. Menos de um ano depois o Decreto-Lei 1.722, de 03 de dezembro de 1979, em seu artigo 3º, revogou expressamente o § 2° do artigo 1°, do Decreto-Lei 1.658, substituindo sua redação e alterando o cronograma de reduções do incentivo. O objetivo foi dar maior flexibilidade à sistemática de redução gradual do crédito-prêmio. Por isso: modificou-se o percentual a ser reduzido em cada ano, tudo *"de acordo com ato do Ministro de Estado da Fazenda"* (artigo 3°), o qual, conforme dispunha o artigo 1º, podia estabelecer inclusive o prazo (forma, condições e prazo, estabelecidos pelo Poder Executivo). Logo em seguida, foi promulgado o Decreto-Lei 1.724, de 07 de dezembro de 1979, que, substituindo globalmente a sistemática anterior, delegava competência ao Ministro da Fazenda para *"aumentar ou reduzir, temporária ou definitivamente, ou extinguir"* o referido credito-prêmio, atendendo à conjuntura econômica. Sobreveio, ainda, o Decreto-Lei 1.894/81 para viger em 16.01.82, o qual assegurou a ampliação da incidência subjetiva do crédito-prêmio presente no artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69 para empresas meramente comerciais, contendo também a delegação ao Poder Executivo para aumentar, reduzir, suspender ou extinguir o benefício, de acordo com a conjuntura econômica.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 180828-4, declarou incidentalmente inconstitucionais as expressões *"reduzir temporária ou definitivamente, ou extinguir"* contidas nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81, por entender que não cabe delegação de competência para qualquer membro do Poder Executivo para "reduzir", "suspender" ou "extinguir" benefício concedido por lei, o que não se aplica à autorização para "aumentar" o benefício, preservada como constitucional por essa decisão da Suprema Corte.

A questão que se coloca diz respeito à vigência ou não, após 1983, do crédito-prêmio de IPI, tendo em vista a inconstitucionalidade da delegação presente nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81.

Com efeito, o *thema iudicandum* gravita em torno da eficácia da lei no tempo, a interpretação da lei financeira-tributária e o conceito de incentivo setorial-fiscal, bem como na vontade constitucional quanto ao referido benefício fiscal.

No que pertine ao prazo prescricional, no caso *sub examine* (demanda que visa ao recebimento do crédito-prêmio do IPI), posto não versar hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento de crédito, decorrente da regra da não-cumulatividade, estabelecida pelo texto constitucional, não há que se cogitar da incidência do artigo 168, do CTN, sendo aplicável o Decreto n.º 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.

Destarte, são passíveis de aproveitamento tão-somente os créditos fiscais adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação, consoante corroboram as ementas dos seguintes julgados oriundos de ambas as Turmas de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. AQUISIÇÃO DE INSUMOS ISENTOS, NÃO-TRIBUTADOS OU TRIBUTADOS À ALÍQUOTA ZERO. CRÉDITOS ESCRITURAIS. NÃO-CUMULATIVIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL.
(...)
3. Nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é de 5 anos, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. Precedentes do STJ.
(...)
5 Agravo regimental desprovido." (**AgRg no Ag 585290/RS**, desta relatoria, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. NÃO-INCIDÊNCIA. SÚMULAS 83 E 85/STJ.
1. A prescrição dos créditos fiscais decorrentes do crédito-prêmio do IPI é qüinqüenal, a partir do ajuizamento da ação. Decidiu o acórdão que, ajuizada a ação em 08.06.93, acham-se prescritas as prestações anteriores a 1987. Precedentes da 1ª e 2ª Turmas e da 1ª Seção.
2. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação" (Súmula 85/STJ)
(...)
4. Recurso especial não conhecido." (**REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. IPI. APROVEITAMENTO DOS CRÉDITOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. MATÉRIA DE CUNHO CONSTITUCIONAL EXAMINADA NO TRIBUNAL A QUO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO NA CORTE RECORRIDA NÃO SANADA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADUÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS AUSENTES NA DECISÃO ATACADA. SÚMULA Nº 211/STJ. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. SÚMULA nº 85/STJ. PRECEDENTES.
(...)
3. As 1ª e 2ª Turmas e a 1ª Seção do STJ assentaram que, nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é qüinqüenal, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação." (Súmula nº 85/STJ). Precedentes desta Corte Superior.
(...)" (**AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º).VIGÊNCIA. PRAZO. EXTINÇÃO.
(...)
5. A 1ª Seção do STJ firmou entendimento no sentido de ser de cinco anos o prazo prescricional das ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, sendo atingidas as parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu a propositura da ação, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32. Precedentes: Resp 752.550/RS, 1ª T., Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 19.09.2005; EDcl no Resp 225.359/DF, 2ª T., Min. Castro Meira, DJ de 03.10.2005; RESP 661.300/RS, 2ª T., Min. Eliana Calmon, DJ de 20.02.2006
6. Recurso especial a que se nega provimento." (**REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006)

Doravante, impõe-se aferir se assiste razão à recorrente no que concerne à violação dos artigos 1º, do Decreto-Lei 491/69, e 1º, do Decreto-Lei 1.894/81. Isto porque, em face da declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1.724/79, os Decretos-Lei 1.722/79 e 1.894/81, ali referidos, restaram inaplicáveis. Consectariamente, por disposição expressa do Decreto-Lei 1.658, subjaz a questão do lapso final da aplicação do benefício do Decreto-Lei 491/69.

O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.

Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.

Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice*.

O Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).

À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).

A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.
Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.
Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria."

Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.

A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)".*

Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*:

"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão." (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)

Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.

Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.

A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies*" a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno";* **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes".* (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).

Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).

Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).

É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.

Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).

Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.

Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras: basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).

O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).

Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.

Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).

A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Ennecerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).

A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.

À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:
"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:
"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:
"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.
O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."

Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.
À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que:

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º). INCONSTITUCIONALIDADE DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA AO MINISTRO DA FAZENDA PARA ALTERAR A VIGÊNCIA DO INCENTIVO. EFICÁCIA DECLARATÓRIA E EX TUNC. MANUTENÇÃO DO PRAZO EXTINTIVO FIXADO PELOS DECRETOS-LEIS 1.658/79 E 1.722/79 (30 DE JUNHO DE 1983).
1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).
2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação.
3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal.
4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada.
5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento." (REsp 591708/RS, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ 09.08.2004)

Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de os mesmos terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.
Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.
Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).
No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).
Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).
Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.
A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.
A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.
Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.
O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.
Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.
Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.
Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.
Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.
A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.
O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.
Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).
Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.

Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.
Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004

estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.

Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, da relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki).

Nada obstante, ressalvo o entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**, consoante as razões inicialmente ventiladas.

Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

In casu, o mandado de segurança foi impetrado por empresa exportadora de produtos manufaturados, **em 11.09.2003**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, **a contar de 1.º de janeiro de 1980**.

Desta sorte, a pretensão recursal demanda parcelas de IPI tanto anteriores a 04.10.1990, estas atingidas pela prescrição qüinqüenal (vez que ajuizada a demanda somente em 11.09.2003), quanto posteriores ao referido marco temporal, quando já inexistente o benefício fiscal do crédito-prêmio, razão pela qual não merece reparo o acórdão recorrido, ainda que dissonante da novel jurisprudência quanto ao marco extintivo do incentivo fiscal.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, *caput*, do CPC, **NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL**.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2028)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 764.716 - RS (2006/0074714-3)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: UNIÃO GAÚCHA DOS POLICIAIS CIVIS - UGAPOCI
ADVOGADO	: SÉRGIO LEAL MARTINEZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: SÉRGIO SEVERO E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ADMISSIBILIDADE. REVISÃO DE CONTRATO. PROVA PERICIAL. INDEFERIMENTO. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. SÚMULA 07/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA DO DISSENSO.

1. A aferição acerca da necessidade ou não de realização de perícia, impõe o reexame do conjunto fático exposto nos autos, o que é defeso ao Superior Tribunal de Justiça, face do óbice erigido pela Súmula 07/STJ, porquanto não pode atuar como Tribunal de Apelação reiterada ou Terceira Instância revisora.

2. Precedentes jurisprudenciais desta Corte: RESP 670.852/PR, desta relatoria, DJ de 03.03.2005 e RESP 445.340/RS, Relator Ministro José Delgado, DJ de 17.02.2003.

3. É inadimissível o cabimento do apelo extremo pela alínea "a" quando os dispositivos apontados como violados pela recorrente não foram devidamente prequestionado pelo acórdão recorrido.

4. É imperioso que a recorrente, em caso de omissão, oponha embargos de declaração para que o tribunal *a quo* se pronuncie sobre o dispositivo infraconstitucional tido por afrontado; e, acaso não suprida a omissão, mister ingressar com recurso especial apontando violação ao art. 535 do CPC. Precedentes: **Resp 326.165 - RJ**, Relator Ministro JORGE SCARTEZZINI, Quarta Turma,. DJ de 17 de dezembro de 2002 e **AgRg no Resp 529501 - SP**, Relator Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ de 16 de junho de 2004.

5. A demonstração do dissídio jurisprudencial, impõe indispensável revelar soluções encontradas pelo *decisum* embargado e paradigma tiveram por base as mesmas premissas fáticas e jurídicas, havendo entre elas similitude de circunstâncias, sendo insuficiente para esse fim a mera transcrição de ementas (precedentes: **REsp n.º 425.467 - MT**, Relator Ministro FERNANDO GONÇALVES, Quarta Turma, DJ de 05/09/2005; **REsp n.º 703.081 - CE**, Relator Ministro CASTRO MEIRA, Segunda Turma, DJ de 22/08/2005; **AgRg no REsp n.º 463.305 - PR**, Relatora Ministra DENISE ARRUDA, Primeira Turma, DJ de 08/06/2005).

6. A divergência jurisprudencial, ensejadora de conhecimento do recurso especial pela alínea "c", deve ser devidamente demonstrada, conforme as exigências do parágrafo único do art. 541 do CPC, c/c o art. 255, e seus parágrafos, do RISTJ.

7.Agravo de instrumento improvido.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela UNIÃO GAÚCHA DOS POLICIAIS CIVIS - UGAPOCI , com fulcro no art. 544 do Código de Processo Civil, no intuito de ver reformada a r. decisão, que inadmitiu seu recurso especial manejado com espeque nas alíneas "a" e "c" que se aponta violação aos artigos 130, 330, I, 332 do CPC e 639 do Código Civil, além de acenar com dissídio jurisprudencial.

Cuida-se, inicialmente, de ação proposta pela ora agravante, que se pretende que o ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, realize a transcrição de imóvel permutado pelas partes a mais de 30 anos.

O acórdão recorrido, confirmando sentença, assentou preliminarmente que não houve cerceamento de defesa por indeferimento de prova testemunhal ou pericial, sendo os elementos dos autos suficientes para a formação do convencimento do juízo. Pronunciou-se, quanto ao mérito, no sentido de que a transferência do domínio de imóvel só ocorre com sua averbação no registro competente. Que a lei que autorizou a permuta não a impõe, deixando ao alvitre do Poder Executivo, de acordo com a conveniência e oportunidade, a consolidação da transferência de domínio.

Irresignado, opôs embargos declaratórios alegando que o decurso de tempo de 30 anos, tornara consolidada a transferência do domínio e ainda, que conforme estabelece o art. 639 do CC, *"aquele que se compromete a concluir contrato e não cumpre a obrigação, a outra parte, sendo isso possível e não excluído pelo título, poderá obter sentença que produza o mesmo efeito do contrato a ser firmado"*.

Contudo, restaram rejeitados por ausência de omissão, sustentando que o julgador não está obrigado a responder ponto-a-pontos as razões do recurso.

No recurso especial interposto sustenta que houve cerceamento de defesa porque indeferida prova testemunhal que ateste o tempo da consolidação da situação da posse e perícia para avaliação das benfeitorias realizas. Aduz ainda, que a consolidação da posse com *animus domini* a mais de 30 anos,mediante posse direta, justa e não restida, faz que, observado o Princípio da Razoabilidade, e por força do teor do artigo 639 do Código Civil, o Estado do Rio Grande do Sul seja obrigado a transferir-lhe o domínio, mediante transcrição do prédio, o imóvel permutado.

Contra-razões às fls 310/318. Contraminuta às fls. 336.

Brevemente relatados, decido.

Conheço do agravo de instrumento por estarem presentes os seus pressupostos, passando à análise do próprio recurso especial.

Prima facie, quanto à questão preliminar do cerceamento de defesa por indeferimento de prova testemunhal e pericial, esta Corte tem remansoso entendimento no sentido de que a aferição acerca da necessidade ou não de realização de perícia de engenharia, impõe o reexame do conjunto fático exposto nos autos, o que é defeso ao Superior Tribunal de Justiça, face do óbice erigido pela Súmula 07/STJ, porquanto não pode atuar como Tribunal de Apelação reiterada ou Terceira Instância revisora.

Nesse sentido confiram-se julgados desta Corte, *litteris*:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO (LEI 1.533/51, ART. 1º).CERCEAMENTO DE DEFESA. NECESSÁRIO REEXAME DO CONTEXTOFÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. LICITAÇÃO.RESTRIÇÃO EDITALÍCIA RELATIVA À LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DOS LICITANTES. ILEGALIDADE (LEI 8.666/93, ART. 30, § 6º). PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E IMPESSOALIDADE. DOUTRINA. PRECEDENTES.

1. O julgamento da alegada violação do art. 1º da Lei 1.533/51 - para se verificar a existência ou não de direito líquido e certo amparado por ação mandamental -, bem como ***a análise da necessidade de perícia técnica e, conseqüentemente, da ocorrência de cerceamento de defesa, pressupõem, necessariamente, o reexame do contexto fático-probatório, atividade cognitiva vedada nesta instância especial (Súmula 7/STJ).***

(...)

5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido.(RESP 622.717,Min. DENISE ARRUDA, DJ. 05/10/2006).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO POPULAR. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO. OBRAS. "ANEL VIÁRIO". MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. ***INDEFERIMENTO. PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. SÚMULA 07/STJ.*** *JULGAMENTO EXTRA-PETITA. NÃO-CARACTERIZAÇÃO.*

1 - É assente nos contratos administrativos a possibilidade de sua revisão à luz da cláusula rebus sic stantibus hoje consagrada na Lei das Licitações, verbis: "art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: (...) II - por acordo das partes: (...) d) para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual."

2 - Concluindo o aresto recorrido que "a administração aferiu e exeqüibilidade da obra em maio de 1995 e a vencedora da licitação não poderia apresentar nova tabela de comparação de custos entre os

meses de fevereiro a maio daquele ano", bem como que "o pedido de atualização se refere ao mesmo mês em que foi aprovada a proposta apresentada" percebe-se inviável aduzir o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, porquanto os preços do projeto ainda estavam em vigor.

3 - Desnecessidade da prova pericial na forma do disposto no art. 131 do CPC que assenta: "art. 131. O juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes, mas deverá indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento."

4 - Ademais, essa aferição excepcional esbarraria na Súmula 07/STJ, por isso que incabível o recurso.

5 - (...).

6- (...)

7 - Recurso especial desprovido. (REsp 612123 / SP, minha relatoria, DJ 29.08.2005 p. 154).

Assim, não há de se cogitar afronta aos artigos 130,330,I e 332 do CPC.

Quanto à apontada violação ao artigo 639 do Código Civil, o apelo nobre não merece trânsito ante a ausência de prequestionamento.

Verifica-se que o acórdão impugnado em nenhum momento tratou da obrigatoriedade de consumação do contrato de permuta por sentença.

Ainda que o tema tivesse sido objeto dos embargos declaratórios era necessário que o Tribunal *a quo* se manifestasse a respeito da tese, e, acaso não suprida a omissão, mister ingressar com recurso especial apontando violação ao art. 535, do CPC. Entretanto, depreende-se da análise dos autos que a recorrente não apontou afronta ao artigo 535 do CPC. Assim, tem-se, inarredavelmente, a aplicação do disposto nas súmulas n.º 211/STJ, que têm o seguinte teor:

Súmula n.º 211/STJ - Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada no tribunal a quo."

Quanto ao cabimento do recurso especial pela alínea "c", o presente recurso não merece trânsito, ante a ausência de cumprimento dos requisitos insertos no art. 255, § 2.º, do RISTJ. É que a recorrente, ora agravante, na tentativa vã de comprovar o dissídio pretoriano alegado, limitou-se a transcrever a ementa dos arestos paradigmáticos, sem, no entanto, transcrever trechos dos mesmos que identificariam as circunstâncias fáticas das demandas, esquivando-se, destarte, de proceder o devido confronto analítico dos julgados recorrido e paradigma, o que, segundo entendimento pacífico desta Corte, não se revela suficiente à demonstração da divergência ensejadora da abertura da via especial. Neste sentido, oportuna a colação, à guisa de exemplo, dos seguintes julgados:

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA. ARTIGO 258 DO CPC. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO.

1 - Na fixação do valor da causa, em ação onde se discute a revisão de cláusulas contratuais, esta Corte adota o princípio de que o valor da causa deva equivaler ao valor do benefício almejado pela parte.

2 - Malgrado a tese de dissídio jurisprudencial, há necessidade, diante das normas legais regentes da matéria (art. 541, parágrafo único, do CPC c/c art. 255 do RISTJ), de confronto, que não se satisfaz com a simples transcrição de ementas, entre trechos do acórdão recorrido e das decisões apontadas como divergentes, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. Ausente a demonstração analítica do dissenso, incide a censura da súmula 284 do Supremo Tribunal Federal. Precedentes.

3 - Recurso conhecido em parte (letra 'a') e, nesta extensão, parcialmente provido. (REsp n.º 425.467 - MT, Relator Ministro FERNANDO GONÇALVES, Quarta Turma, DJ de 05/09/2005)

TRIBUTÁRIO. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. PARCELAMENTO DO DÉBITO. ART. 138 DO CTN. MULTA MORATÓRIA. INCIDÊNCIA. SÚMULA 208/TFR. DI*SSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO. AUSÊNCIA.*

1. A Primeira Seção desta Corte, revendo jurisprudência em torno do parcelamento do débito, concluiu que este não equivale a pagamento e, portanto, não se trata de hipótese de denúncia espontânea, capaz de ensejar o afastamento da multa moratória. Súmula 208 do extinto TFR.

2. A mera transcrição da ementa ou de excertos de votos, por mais ilustre que o sejam, não são o bastante para caracterizar o dissídio jurisprudencial, porque, além de sua prova, é imprescindível que a recorrente evidencie a divergência, vale dizer, faça a demonstração analítica das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. *Hipótese inexistente no caso em testilha.*

3. Recurso especial improvido. (REsp n.º 703.081 - CE, Relator Ministro CASTRO MEIRA, Segunda Turma, DJ de 22/08/2005)

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. CORREÇÃO MONETÁRIA. RECURSO INCAPAZ DE INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. MATÉRIA CONSTITUCIONAL.

1. Quando o agravante deixa de infirmar a fundamentação da decisão agravada, essa deve ser mantida.

2. O acórdão proferido em apelação decidiu a questão com base em princípios constitucionais, mormente os relativos à separação dos poderes e à legalidade tributária. Todavia, a suposta violação a matéria constitucional é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, da Carta Federal, pela via do recurso extraordinário, sendo vedado a esta Corte Superior realizá-lo, ainda que para fins de prequestionamento.

3. É inviável a apreciação de recurso especial fundado em divergência jurisprudencial, quando o recorrente não logra demonstrar o suposto dissídio pretoriano por meio do cotejo analítico, com a transcrição dos trechos dos acórdãos em que se funda a divergência, além da demonstração das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não bastando, para tanto, a mera transcrição da ementa e de trechos do voto condutor do acórdão paradigma.

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp n.º 463.305 - PR, Relatora Ministra DENISE ARRUDA, Primeira Turma, DJ de 08/06/2005).

Ex positis, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília, 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2029)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 765.051 - SP (2006/0077442-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: NELSON LUIZ PINTO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MILTON MARINHO DOS SANTOS E OUTROS
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTERES.	: JOÃO GABRIEL FILHO

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que versa sobre FGTS.

Tenho que não prospera a presente postulação, por inobservância de requisito de admissibilidade, eis que a agravante não providenciou o traslado de peça tida como obrigatória para a formação do instrumento e conhecimento do recurso: a cópia da procuração outorgada ao advogado da parte agravada.

Cumpre ressaltar que, nos termos da jurisprudência pacífica deste Superior Tribunal de Justiça, o agravante é o responsável pela regular formação do instrumento, devendo, assim, fiscalizar a apresentação das peças obrigatórias elencadas no art. 544, § 1º, do CPC, sob pena de não conhecimento do recurso.

Ante a ausência de regularidade formal disciplinada no § 1° do art. 544, do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo, com base no art. 38, da Lei 8.038/90, combinado com o art. 34, inciso XVIII, do RISTJ.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2030)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 766.834 - RJ (2006/0068899-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL LTDA
ADVOGADO	: JOSÉ LUIZ TORO DA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR ANS
PROCURADOR	: LUIZ FELIPE CONDE E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL. RESSARCIMENTO AO SUS (SERVIÇO ÚNICO DE SAÚDE). PRETENSÃO. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGO 32 DA LEI 9656/98. MATÉRIA DE NATUREZA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO EG. STF. SÚMULA 126/STJ.

1. A pretensão de declaração de inconstitucionalidade de dispositivo legal é inviável em sede de Recurso Especial, porquanto constitui usurpação de competência atribuída constitucionalmente ao Supremo Tribunal Federal.

2. Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

Vistos.

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL LTDA , com fulcro no artigo 544 e seguintes do CPC, contra , que não admitiu o seu Recurso Especial, sob o fundamento de que a pretensão de declaração de inconstitucionalidade do art. 32 da Lei 9.656/98 é inviável através do Recurso Especial, sob pena de usurpação de competência.

A agravante sustenta em sua petição inicial dirigida a este Sodalício que trata-se não só de infringência a dispositivos constitucionais, mas também a dispositivos legais.

Noticiam os autos que, em sede de apelação interposta pela ora agravada, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, negou provimento ao recurso, em aresto recebedor da seguinte ementa (fl. 539):

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. PLANOS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE. RESSARCIMENTO AO SUS. ART. 32 DA LEI Nº 9656/98. AUSÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE.

- O ressarcimento, de que trata o art. 32 da Lei 9.656/98, visa à utilização de recursos, ônus da operadora, em contraprestação às mensalidades pagas por seus beneficiários, e que acabaram sendo despendidos pelo Estado no atendimento a beneficiários da mesma, para a ampliação da oferta e qualidade de atendimento público, com vistas à universalidade dos serviços, encontrando-se, desse modo, em perfeita sintonia com os princípios constitucionais vigentes.

- Inexiste violação ao art. 196 da CF/88, vez que nenhum cidadão deixará de ser atendido pela rede pública, por possuir plano de saúde privado, porque a relação do Estado com o cidadão será a mesma, garantidos direitos constitucionais; alterando-se somente em relação à operadora, que passará a restituir ao Poder Público os valores por ele expendidos com o atendimento a seus beneficiários.

- O § 1º do art. 32 da Lei 9.656/98 confere à ANS competência para disciplinar a forma como será feita a arrecadação de valores referentes ao ressarcimento.

- O parágrafo único do art. 198, da CF/88, dispõe sobre a possibilidade da instituição de outras fontes de custeio, independentes das elencadas no art. 195, para a manutenção do sistema de saúde público, sem natureza tributária, como no caso do ressarcimento.

- Não tendo o ressarcimento natureza tributária, despiciendo o argumento de violação ao princípio da anterioridade.

- Recurso improvido.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados.

Irresignada, a agravante interpôs Recurso Especial, com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, sustentando que o art. 32 da Lei 9656/98, viola oPrincípio da Irretroatividade das normas jurídicas, previsto no art. 5º, XXXVI, da CF/88, bom como aos arts. 156 e 195, §4º, III, da Carta Magna.

Foram apresentadas contra-razões ao Recurso Especial, fls.611/642.

Contraminuta às fls. 649/651.

É o breve relatório. **DECIDO**.

A presente irresignação não merece prosperar.

Com efeito, a análise da questão acerca da inconstitucionalidade de dispositivo legal é inviável em sede de Recurso Especial, pois implicam incursão em mérito constitucional, competência atribuída constitucionalmente ao Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido, são os precedentes desta Corte:

RECURSO ESPECIAL. AGÊNCIA NACIONAL DA SAÚDE. RESSARCIMENTO AO SUS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ***RAZÕES RECURSAIS EMBASADAS EM MATÉRIA CONSTITUCIONAL.*** *DEFICIÊNCIA RECURSAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. RECURSO NÃO-CONHECIDO.*

1. omissis

2. omissis..

3. ***Também não prospera a insurgência que demanda análise, em sede de recurso especial, de matéria constitucional. A recorrente aponta infringência ao artigo 32 da Lei 9.656/98, sob a ótica da presunção da sua constitucionalidade. É consabido que, em sede de recurso especial, não há possibilidade de exame de matéria de conteúdo constitucional nem mesmo de forma oblíqua, pois tal mister é do colendo Supremo Tribunal Federal.***

4. omissis.

5. Recurso especial não-conhecido. (REsp 889651/RJ; Min. JOSÉ DELGADO. DJ 30.08.2007 p. 227)

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. COFINS. FACTORING.

1. Pretensão no sentido de as empresas de "factoring" não serem obrigadas ao pagamento do COFINS.

2. Alegação expressa de que ***a pretensão posta em juízo visa a declaração de inconstitucionalidade*** *do Ato Declaratório nº 31/97, da Secretaria da Receita Federal, que explicita a composição da base de cálculo da COFINS.*

3. ***Discussão da lide que envolve, unicamente, matéria de natureza constitucional.***

4. Invocação de dispositivos infraconstitucionais que não foram prequestionados no acórdão recorrido.

5. ***Impossibilidade de tema constitucional ser discutido em sede de recurso especial.***

6. Agravo regimental não-provido.(AgRg no REsp 801143/CE ; Min. JOSÉ DELGADO. DJ 31.08.2006 p. 241)

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. ICMS. CONVÊNIO ICMS N. 5/95. REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO. TELEVISÃO POR ASSINATURA. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE. MATÉRIA DE ÍNDOLE CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME VIA RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. ARGÜIÇÃO DE OFENSA A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE.

1. Refoge da competência do Superior Tribunal de Justiça a apreciação de matéria eminentemente constitucional.

2. Afasta-se a alegada ofensa ao art. 535, II, do CPC quando as questões suscitadas ao longo da controvérsia foram, de forma motivada, apreciadas na apelação e nos subseqüentes embargos declaratórios.

3. É vedado ao STJ, em sede de recurso especial, analisar suposta violação de dispositivos da Constituição Federal, dado que seu exame

refoge dos limites da estreita competência que lhe foi outorgada pelo art. 102 da Carta Magna.

4. O Convênio ICMS n. 5/95, ao reduzir a base de cálculo e determinar a incidência do imposto no percentual de 5%, no mínimo, pretendeu fixar um piso, sendo legítima a fixação de alíquotas superiores pelos Estados.

5. Recurso especial do Estado do Rio Grande do Sul não-conhecido. Recurso Especial de DR Empresa de Distribuição e Recepção de TV Ltda. e outros parcialmente conhecido e improvido. (REsp 578855/RS Min.JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJ 14.08.2007 p. 282)

Com essas considerações, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2031)

RECURSO ESPECIAL Nº 778.821 - RS (2005/0146973-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: ARTHUR LANGE S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
ADVOGADO	: RODRIGO DALCIN RODRIGUES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SIMONE ANACLETO LOPES E OUTRO(S)

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETOS-LEIS 491/69, 1.724/79, 1.722/79, 1.658/79 E 1.894/81. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. EXTINÇÃO DO BENEFÍCIO. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA PELA PRIMEIRA SEÇÃO. VIGÊNCIA DO ESTÍMULO FISCAL ATÉ 04 DE OUTUBRO DE 1990. RESSALVA DO ENTENDIMENTO DO RELATOR.

1. O crédito-prêmio do IPI, nas demandas que visam o seu recebimento, posto não versarem hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento decorrente da regra da não-cumulatividade estabelecida pelo texto constitucional, não obedece a regra inserta no artigo 168, do CTN, sendo-lhe aplicável o disposto no Decreto nº 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.

2. Destarte, os créditos fiscais passíveis de aproveitamento são os adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação (Precedentes das Turmas de Direito Público: **AgRg no Ag 585290/RS**, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005; **REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005; **AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006; e **REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006).

3. Mandado de segurança impetrado por empresa fabricante e exportadora de produtos manufaturados, **em 25.03.2003**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, **a contar d de 05 de outubro de 1990**.

4. O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.

5. Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.

6. Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice.*

7. O Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

8. É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).

9. À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).

9.1 A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.

Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.

Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria.

10. Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.

11. A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)".*

12. Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*: *"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão."* (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

13. À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)

14. Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.

15. Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.

16. A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies"* a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno";* **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

16.1. Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

16.1.1. A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes"*. (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).

16.1.2. Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).

16.1.3 Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).

16.1.4. É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.

16.1.5. Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).

16.1.6. Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.

16.1.7. Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras: basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).

16.1.8. O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).

16.1.9. Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.

16.1.10. Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).

16.1.11. A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).

16.1.12. A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.

16. 1.13. À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:
"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:
"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:
"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.
O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."

16.1.14. Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.

17. À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que: *"**1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).** 2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação. 3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal. 4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada. 5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento."*

18. Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de o mesmo terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.

19. Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.

20. Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).

20.1. No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).

21. Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).

21.1. Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento.

21.2. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.

21.3 A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.

22. A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.

23. Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.

24. O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.

25. Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.

26. Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.

26.1. Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.

26.2. Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.

27. A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.

28. O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.

28.1. Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).

29. Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.

29.1. Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.

29.2 Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos;

(xiii) A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.

30. Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

31. Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, Relator Ministro Teori Albino Zavascki).

32. Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

33. Ressalva do entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**.

34. *In casu*, o *mandamus* foi impetrado, em 2003, demandando parcelas de IPI desde outubro de 1990, quando já inexistente o incentivo do crédito-prêmio, razão pela qual não merece prosperar a pretensão recursal.

35. Recurso especial a que se nega seguimento (artigo 557, *caput*, do CPC).

Vistos.

Trata-se de recurso especial interposto por ARTHUR LANGE S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Carta Maior, no intuito de ver reformado acórdão prolatado pelo E. Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, sob o fundamento de ter o mesmo negado vigência ao disposto no art. 1.º do Decreto-lei 491/69 e do Decreto-lei n.º 1.894/81, bem como por ter estar assentado em entendimento jurisprudencial distinto do esposado por outros Tribunais acerca da questão versada nos autos.

Noticiam os autos que a empresa, ora recorrente, fabricante e exportadora de produtos manufaturados, **impetrou mandado de segurança, em 25.03.2003**, em face do Sr. Delegado da Receita Federal, objetivando, em síntese, o reconhecimento do direito líquido e certo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, em relação às operações efetuadas desde 05 de outubro de 1990, bem como o de proceder a compensação do citado crédito com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal.

O juízo federal de primeiro concedeu parcialmente a segurança pretendida, reconhecendo o direito da impetrante creditar-se dos valores relativos ao crédito-prêmio do IPI, respeitada, todavia, a prescrição qüinqüenal, pelo que prescritos estariam os créditos referentes aos anos anteriores aos 05 (cinco) anos antecedentes à impetração.

Inconformadas, tanto empresa a impetrante, quanto a UNIÃO (FAZENDA NACIONAL) manejaram recurso de apelação. A primeira, pretendendo o reconhecimento do direito ao creditamento no prazo decenário e em relação às operações futuras de exportação. A última, por seu turno, repisando ser indevido o creditamento pretendido, pugnando, assim, pela denegação da ordem.

A Segunda Turma do E. TRF da 4.ª Região, por unanimidade de votos dos seus integrantes, negou provimento ao apelo da impetrante, provendo o apelo interposto pela União e a remessa oficial, em aresto que restou assim ementado:

"CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ARTS. 1.º E 4.º). EXTINÇÃO EM 30 DE JUNHO DE 1983. REDIRECIONAMENTO DO INCENTIVO. DECRETO-LEI 1.894/91. AUSÊNCIA DE RESTABELECIMENTO. LEI 8.402/92

O Decreto-lei 491/69 instituiu o incentivo fiscal destinado às empresas fabricantes consistente no deferimento de créditos tributários decorrentes de vendas para o exterior como ressarcimento de tributos pagos internamente. O marco final do incentivo fiscal desse 'crédito-prêmio' foi estabelecido na legislação de regência em 30 de junho de 1983.

O Decreto-lei 1.894/96 não reinstituiu o 'crédito prêmio' sem previsão de data de extinção, mas apenas redirecionou o incentivo para outros grupos econômicos. Por sua vez, a lei 8.402/92 também não restabeleceu o 'crédito-prêmio', posto que este incentivo não consta do rol de benefícios expressamente indicados no texto legal.

Por conseguinte, o crédito-prêmio do IPI previsto no art. 1.º do Decreto-Lei n.º 491/69 só teve aplicação até 30.06.1983."

Após opor (fls. 482/487) e ter rejeitados (fls. 491/493) seus embargos de declaração, a empresa impetrante, ainda irresignada com o teor do v. acórdão prolatado, interpôs o recurso especial que ora se afigura. Em suas razões (fls. 495/530), sustenta a recorrente que restou contrariado o art. 1.º do Decreto-lei n.º 1.894/81, requerendo, assim, seu direito ao recebimento do benefício estatuído pelo art. 1.º do DL 491/69. Aponta, ainda, divergência jurisprudencial acerca da vigência do referido benefício fiscal.

A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), ora recorrida, apresentou suas contra-razões ao apelo nobre (fls. 545/553), pugnando pelo desprovimento do mesmo e conseqüente manutenção dos termos do aresto impugnado.

Na origem, em exame de prelibação, a presente irresignação recursal recebeu crivo positivo de admissibilidade, ascendendo, assim, à esta Corte Superior.

Brevemente relatados, **DECIDO**.

Não merecem guarida as pretensões da recorrente.

A controvérsia encontra-se sintetizada na seguinte *vexata quaestio*: o crédito prêmio do IPI para a exportação de produtos manufaturados foi instituído pelo artigo 1.°, do Decreto-Lei 491/69, com clara natureza extra-fiscal de estímulo às exportações e sem qualquer determinação de prazo extintivo. Assim permanecendo por quase dez anos. Em 24 de janeiro de 1979, o Decreto-Lei 1.658 previu a gradual extinção do incentivo, cujo prazo fatal esgotar-se-ia em 30 de junho de 1979. Menos de um ano depois o Decreto-Lei 1.722, de 03 de dezembro de 1979, em seu artigo 3º, revogou expressamente o § 2° do artigo 1°, do Decreto-Lei 1.658, substituindo sua redação e alterando o cronograma de reduções do incentivo. O objetivo foi dar maior flexibilidade à sistemática de redução gradual do crédito-prêmio. Por isso: modificou-se o percentual a ser reduzido em cada ano, tudo *"de acordo com ato do Ministro de Estado da Fazenda"* (artigo 3°), o qual, conforme dispunha o artigo 1º, podia estabelecer inclusive o prazo (forma, condições e prazo, estabelecidos pelo Poder Executivo). Logo em seguida, foi promulgado o Decreto-Lei 1.724, de 07 de dezembro de 1979, que, substituindo globalmente a sistemática anterior, delegava competência ao Ministro da Fazenda para *"aumentar ou reduzir, temporária ou definitivamente, ou extinguir"* o referido credito-prêmio, atendendo à conjuntura econômica. Sobreveio, ainda, o Decreto-Lei 1.894/81 para viger em 16.01.82, o qual assegurou a ampliação da incidência subjetiva do crédito-prêmio presente no artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69 para empresas meramente comerciais, contendo também a delegação ao Poder Executivo para aumentar, reduzir, suspender ou extinguir o benefício, de acordo com a conjuntura econômica.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 180828-4, declarou incidentalmente inconstitucionais as expressões *"reduzir temporária ou definitivamente, ou extinguir"* contidas nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81, por entender que não cabe delegação de competência para qualquer membro do Poder Executivo para "reduzir", "suspender" ou "extinguir" benefício concedido por lei, o que não se aplica à autorização para "aumentar" o benefício, preservada como constitucional por essa decisão da Suprema Corte.

A questão que se coloca diz respeito à vigência ou não, após 1983, do crédito-prêmio de IPI, tendo em vista a inconstitucionalidade da delegação presente nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81.

Com efeito, o *thema iudicandum* gravita em torno da eficácia da lei no tempo, a interpretação da lei financeira-tributária e o conceito de incentivo setorial-fiscal, bem como na vontade constitucional quanto ao referido benefício fiscal.

No que pertine ao prazo prescricional, no caso *sub examine* (demanda que visa ao recebimento do crédito-prêmio do IPI), posto não versar hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento de crédito, decorrente da regra da não-cumulatividade, estabelecida pelo texto constitucional, não há que se cogitar da incidência do artigo 168, do CTN, sendo aplicável o Decreto n.º 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.

Destarte, são passíveis de aproveitamento tão-somente os créditos fiscais adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação, consoante corroboram as ementas dos seguintes julgados oriundos de ambas as Turmas de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. AQUISIÇÃO DE INSUMOS ISENTOS, NÃO-TRIBUTADOS OU TRIBUTADOS À ALÍQUOTA ZERO. CRÉDITOS ESCRITURAIS. NÃO-CUMULATIVIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL.

(...)

3. Nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é de 5 anos, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. Precedentes do STJ.

(...)

5 Agravo regimental desprovido." (**AgRg no Ag 585290/RS**, desta relatoria, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. NÃO-INCIDÊNCIA. SÚMULAS 83 E 85/STJ.

1. A prescrição dos créditos fiscais decorrentes do crédito-prêmio do IPI é qüinqüenal, a partir do ajuizamento da ação. Decidiu o acórdão que, ajuizada a ação em 08.06.93, acham-se prescritas as prestações anteriores a 1987. Precedentes da 1ª e 2ª Turmas e da 1ª Seção.

2. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação" (Súmula 85/STJ)

(...)

4. Recurso especial não conhecido." (**REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. IPI. APROVEITAMENTO DOS CRÉDITOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. MATÉRIA DE CUNHO CONSTITUCIONAL EXAMINADA NO TRIBUNAL A QUO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO NA CORTE RECORRIDA NÃO SANADA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADUÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS AUSENTES NA DECISÃO ATACADA. SÚMULA Nº 211/STJ. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. SÚMULA nº 85/STJ. PRECEDENTES.

(...)

3. As 1ª e 2ª Turmas e a 1ª Seção do STJ assentaram que, nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é qüinqüenal, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação." (Súmula nº 85/STJ). Precedentes desta Corte Superior.

(...)" (**AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º).VIGÊNCIA. PRAZO. EXTINÇÃO.

(...)

5. A 1ª Seção do STJ firmou entendimento no sentido de ser de cinco anos o prazo prescricional das ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, sendo atingidas as parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu a propositura da ação, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32. Precedentes: Resp 752.550/RS, 1ª T., Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 19.09.2005; EDcl no Resp 225.359/DF, 2ª T., Min. Castro Meira, DJ de 03.10.2005; RESP 661.300/RS, 2ª T., Min. Eliana Calmon, DJ de 20.02.2006

6. Recurso especial a que se nega provimento." (**REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006)

Doravante, impõe-se aferir se assiste razão à recorrente no que concerne à violação dos artigos 1º, do Decreto-Lei 491/69, e 1º, do Decreto-Lei 1.894/81. Isto porque, em face da declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1.724/79, os Decretos-Lei 1.722/79 e 1.894/81, ali referidos, restaram inaplicáveis. Consectariamente, por disposição expressa do Decreto-Lei 1.658, subjaz a questão do lapso final da aplicação do benefício do Decreto-Lei 491/69.

O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heterógloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.

Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.

Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice*.

O Decreto-lei n° 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).

À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).

A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.

Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.

Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria."

Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.

A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)".*

Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*:

"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão." (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)

Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.

Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.

A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies*" a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno"*; **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes".* (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).

Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).

Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).

É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.

Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).

Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.

Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras: basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).

O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).

Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem".*

Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).

A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).

A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.

À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:
"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:
"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:
"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.

O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."

Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.

À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que:

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º). INCONSTITUCIONALIDADE DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA AO MINISTRO DA FAZENDA PARA ALTERAR A VIGÊNCIA DO INCENTIVO. EFICÁCIA DECLARATÓRIA E EX TUNC. MANUTENÇÃO DO PRAZO EXTINTIVO FIXADO PELOS DECRETOS-LEIS 1.658/79 E 1.722/79 (30 DE JUNHO DE 1983).

1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).

2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação.

3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal.
4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada.
5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento." (REsp 591708/RS, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ 09.08.2004)

Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de os mesmos terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.
Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.
Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).
No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).
Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal Federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).
Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.
A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.
A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.
Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.
O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.
Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.
Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.
Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.
Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.
A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.
O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.
Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).
Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.
Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.
Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.
Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.
Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, da relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki).
Nada obstante, ressalvo o entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**, consoante as razões inicialmente ventiladas.
Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

In casu, o mandado de segurança foi impetrado por empresa fabricante e exportadora de produtos manufaturados, **em 25.03.2003**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, **a contar d de 05 de outubro de 1990**.

Desta sorte, a pretensão recursal demanda parcelas de desde outubro de 1990, quando já inexistente o benefício fiscal do crédito-prêmio, razão pela qual não merece reparo o acórdão recorrido, ainda que dissonante da novel jurisprudência quanto ao marco extintivo do incentivo fiscal.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, *caput*, do CPC, **NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL**.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2032)

RECURSO ESPECIAL Nº 780.226 - SP (2005/0149439-9)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: THE LANCASHIRE GENERAL INVESTMENT COMPANY LIMITED
ADVOGADO	: EDGAR ANTÔNIO PITON E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MUNICÍPIO DE OSASCO
PROCURADOR	: ANA CRISTINA GUIDI E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. HOMOLOGAÇÃO DE CÁLCULOS EM PRECATÓRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE DE OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SUMULA 282 E 356 DO STF. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO INFRACONSTITUCIONAL VIOLADO. SÚMULA 284 DO STF.

1 *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada na decisão recorrida, a questão federal suscitada."* (Súmula 282/STF)

2.. *"O ponto omisso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento."* (Súmula 356/STJ)

3. A ausência de indicação da lei federal violada revela a deficiência das razões do Recurso Especial, fazendo incidir a Súmula 284 do STF: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*"

4. Recurso especial a que se nega seguimento.

Vistos.

Trata-se de recurso especial interposto por THE LANCASHIRE GENERAL INVESTMENT COMPANY LIMITED, com fulcro no art. 105, III, "a" e "c", do permissivo constitucional, em face do acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"Desapropriação indireta. Homologação dos cálculos elaborados em consonância com acórdão proferido em Superior Instância. Inconformismo mediante interposição de agravo de instrumento. Inadmissibilidade. Vedação de rediscussão do tema, nesta recurso, sob pena de burla à legislação. Recurso improvido".

Em seu apelo nobre aponta a recorrente violação ao art. 131 e 535, do CPC. Aduz, em síntese, ausência de efetivação da prestação jurisdicional postulada e, no mérito, suscita pela apuração das diferenças de parcelas, sem os erros materiais apontados na sentença, inclusive com a exclusão das 5ª e 6ª parcelas, já quitadas.

Brevemente relatados, decido.

Prima facie, verifica-se que a presente irresignação recursal não se revela merecedora de conhecimento no que pertine a alegada ofensa ao art. 131, do CPC. Colhe-se do inteiro teor do aresto ora impugnado que o referido dispositivo legal não foi sequer implicitamente prequestionado, pelo que revela-se intransponível o óbice ao conhecimento, neste particular, do presente apelo nobre.

É entendimento pacífico nesta Corte Superior que quando a matéria controvertida não foi apreciada pela instância originária, ainda que tenha surgido no próprio acórdão recorrido, obsta-se o conhecimento do apelo extremo.

Nesses casos imperioso que a recorrente opusesse embargos de declaração para que o tribunal *a quo* se pronunciasse sobre os dispositivos infraconstitucionais tidos por afrontados, e acaso não suprida a omissão, ingressasse com recurso especial apontando violação ao art. 535, do CPC.

Entretanto, depreende-se da análise dos autos que, não manejou a agravante os imprescindíveis embargos de declaração. Tem-se, inarredavelmente, a aplicação do disposto nas súmulas n.º 282 e 356 do STF, que têm o seguinte teor:

"282 - É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

356 - O ponto omisso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento."

Este é o posicionamento deste Superior Tribunal de Justiça, que se extrai dos seguintes julgados:

"TRABALHISTA E PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO REGIONAL. NULIDADE INEXISTENTE. AÇÃO RECLAMATÓRIA. DESPEDIDA INDIRETA NÃO CARACTERIZADA. PENA DE SUSPENSÃO APLICADA AO EMPREGADO. ANULAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. MATÉRIA DE PROVA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS NS. 282 E 356-STF, 7-STJ.

I. O prequestionamento das questões federais, ainda que surgidas no próprio acórdão recorrido, constitui pressuposto indispensável à admissibilidade do recurso especial, ao teor das Súmulas ns. 282 e 356 do C. STF, situação que alcança a pretensão de ser declarada a nulidade do acórdão estadual, sob todos os aspectos invocados pela parte.

(...) III. Recurso especial do reclamado e recurso especial adesivo do reclamante não conhecidos." (REsp n.º 33.778/RJ, Quarta Turma, Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, DJ de 01/07/2004).

"ADMINISTRATIVO. JUÍZES DO TRIBUNAL MARÍTIMO. REPRESENTAÇÃO MENSAL. LEI 8.216/91. SUPRESSÃO DO PAGAMENTO. RESTABELECIMENTO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. JULGAMENTO ULTRA PETITA. QUESTÃO SURGIDA NO PRÓPRIO ACÓRDÃO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ART. 255 DO RISTJ.

I - Não se conhece do recurso especial, por ausência de prequestionamento, no tópico referente à nulidade por julgamento ultra petita, tendo em vista que, mesmo em se tratando de questão surgida no próprio acórdão recorrido, deveria a parte provocar a sua apreciação pelo tribunal de origem opondo embargos declaratórios (Súmulas 282 e 356/STF). Precedentes.

(...)Recurso não conhecido." (REsp n.º 511.014/RJ, Quinta Turma, Rel. Min. Félix Fischer, DJ de 04/08/2003)

In casu, o recorrente não opôs os referidos embargos de declaração para ver sanada a suposta omissão, não obstante tenha interposto seu apelo nobre apontado violação ao art. 535, do CPC.

No que tange à suposta violação ao art. 535, do CPC, mostra-se deficiente a fundamentação do apelo nobre, porquanto o recorrente sequer opôs embargos de declaração na origem, incindindo a súmula 284/STF.

Finalmente, no que tange aos demais fundamentos, não merece prosperar a pretensão recursal, porquanto, o recorrente, nas razões do Especial, não indicou artigos de lei federal que considerasse violados, restando, assim, deficiente a fundamentação do referido apelo, incidindo, na hipótese, a Súmula 284 do Pretório Excelso: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*" É o entendimento uníssono do Superior Tribunal de Justiça:

"*PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL - DISPOSIÇÕES DE NATUREZA CONSTITUCIONAL - RECURSO EXTRAORDINÁRIO NÃO INTERPOSTO - FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO - SEGUIMENTO DO RECURSO OBSTADO - SUBSISTÊNCIA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO IMPUGNADA - IMPROVIMENTO. (...)*

Incabível o recurso especial pelo fundamento da alínea "a" do permissivo constitucional, se o recorrente não indicou, com precisão e clareza, nem tampouco demonstrou quais e de que forma teriam sido violados os dispositivos de lei federal (Súmula nº 284 do STF).

(...)

Agravo improvido."

(AGRESP 329.609/RS, Rel. Min. Garcia Vieira, DJ 19/11/2001)

"*PROCESSUAL CIVIL. REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DE LEI FEDERAL TIDOS COMO VIOLADOS - SÚMULA 284/STF. DIREITO LÍQUIDO E CERTO - REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICA-PROBATÓRIA - SÚMULA 7/STJ.*

1. Não se conhece Recurso Especial com fundamento em alegação genérica de lei federal, sendo imprescindível que se indique os dispositivos de lei que foram violados. Incidência, no caso, da Súmula 284 do STF.

(...)

3. Regimental não provido."

(AGA 352.565/GO, Rel. Min. Edson Vidigal, DJ 13/08/2001)

"*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULAS 282 E 284 DO STF.*

(...)

Inadmissível o recurso, se a fundamentação das razões recursais entremostram-se deficientes, dificultando a compreensão da controvérsia. A agravante não particularizou quais artigos do Decreto-lei n.º 4.657/42 que reputa violados e a alegada violação ao art. 535, do CPC, carece de fundamentação. Incidência da Súmula 284 do STF. Agravo regimental improvido. Decisão unânime."

(AGA 251.235/SP, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ 27/03/2000).

Ex positis, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2033)

RECURSO ESPECIAL Nº 789.037 - SC (2005/0170328-1)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: IRMÃOS PAGLIOSA E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	: ADIRSON DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ARTUR ALVES DA MOTTA E OUTRO(S)

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETOS-LEIS 491/69, 1.724/79, 1.722/79, 1.658/79 E 1.894/81. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. EXTINÇÃO DO BENEFÍCIO. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA PELA PRIMEIRA SEÇÃO. VIGÊNCIA DO ESTÍMULO FISCAL ATÉ 04 DE OUTUBRO DE 1990. RESSALVA DO ENTENDIMENTO DO RELATOR.

1. O crédito-prêmio do IPI, nas demandas que visam o seu recebimento, posto não versarem hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento decorrente da regra da não-cumulatividade estabelecida pelo texto constitucional, não obedece a regra inserta no artigo 168, do CTN, sendo-lhe aplicável o disposto no Decreto nº 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.

2. Destarte, os créditos fiscais passíveis de aproveitamento são os adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação (Precedentes das Turmas de Direito Público: **AgRg no Ag 585290/RS**, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005; **REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005; **AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006; e **REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006).

3. Mandado de segurança impetrado **em 28/05/2003**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo de se creditarem e utilizarem os créditos de IPI referente ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, bem como de promover a compensação com quaisquer tributos administrados pela Receita Federal, **dos últimos dez anos, a contar do ajuizamento da ação mandamental**, vale dizer, **desde 28.05.1993**.

4. O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.

5. Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.

6. Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice*.

7. O Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

8. É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).

9. À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).

9.1 A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:
"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.
Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.
Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria.
10. Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.
11. A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)".*
12. Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*: *"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão."* (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).
13. À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)
14. Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.
15. Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.
16. A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies*" a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno"; **(e)*** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.
16.1. Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.
16.1.1. A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes"*. (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).
16.1.2. Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).
16.1.3 Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).
16.1.4. É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.
16.1.5. Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).
16.1.6. Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.
16.1.7. Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras; basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).
16.1.8. O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).
16.1.9. Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.
16.1.10. Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).
16.1.11. A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).
16.1.12. A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.
16. 1.13. À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:
"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:
"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:
"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.
O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."
16.1.14. Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.
17. À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que: *"**1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).** 2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação. 3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal. 4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do*

crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada. 5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento."

18. Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de o mesmo terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.

19. Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.

20. Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).

20.1. No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).

21. Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).

21.1. Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento.

21.2. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.

21.3 A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.

22. A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.

23. Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.

24. O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.

25. Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.

26. Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.

26.1. Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.

26.2. Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.

27. A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.

28. O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.

28.1. Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).

29. Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.

29.1. Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.

29.2 Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.

30. Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

31. Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, Relator Ministro Teori Albino Zavascki).

32. Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

33. Ressalva do entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**.

34. *In casu*, o *mandamus* foi impetrado em 2003, demandando parcelas de IPI desde 1997, quando já inexistente o incentivo do crédito-prêmio, razão pela qual não merece prosperar a pretensão recursal.

35. Recurso especial a que se nega seguimento (artigo 557, *caput*, do CPC).

Trata-se recurso especial interposto por IRMÃOS PAGLIOSA E COMPANHIA LTDA, com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, no intuito de ver reformado acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

TRIBUTÁRIO - IPI - DECRETO-LEI Nº 491/69 - CRÉDITO-PRÊMIO.
O benefício instituído pelo art. 1º do DL 491, de 05/03/69 foi extinto em junho de 1983, não havendo mais fundamento jurídico para invocá-lo.

Noticiam os autos que a empresa, ora recorrente, **impetrou mandado de segurança, em 28/05/2003**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo de se creditar e utilizar os créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, Decreto-Lei 1.248/72 e Lei 8.402/92, bem como de promover a compensação com quaisquer

tributos administrados pela Receita Federal, **dos últimos dez anos, a contar do ajuizamento da ação mandamental**, vale dizer, **desde 28.05.1993.**
O Tribunal de origem manteve a sentença, negando provimento à apelação, sob o fundamento de que o incentivo fiscal restou extinto em 1983, consoante se depreende da ementa anteriormente reproduzida.
Nas razões do especial, sustenta a empresa que o acórdão hostilizado contraria o disposto nos arts. 1º, do Decreto-Lei 491/69, e 1º, do Decreto-Lei 1.894/81, uma vez que remanesce, ainda hoje, com vigência efetiva, o estímulo fiscal cognominado de crédito-prêmio do IPI. Traz arestos oriundos do STJ para confronto.
O recurso especial recebeu crivo positivo de admissibilidade na instância de origem.
Apresentadas contra-razões, nas quais se pugna pela manutenção do acórdão regional.

Relatados, decido.

Preliminarmente, o recurso merece conhecimento, uma vez que prequestionada a matéria federal ventilada.
A controvérsia encontra-se sintetizada na seguinte *vexata quaestio*: o crédito prêmio do IPI para a exportação de produtos manufaturados foi instituído pelo artigo 1°, do Decreto-Lei 491/69, com clara natureza extra-fiscal de estímulo às exportações e sem qualquer determinação de prazo extintivo. Assim permanecendo por quase dez anos. Em 24 de janeiro de 1979, o Decreto-Lei 1.658 previu a gradual extinção do incentivo, cujo prazo fatal esgotar-se-ia em 30 de junho de 1979. Menos de um ano depois o Decreto-Lei 1.722, de 03 de dezembro de 1979, em seu artigo 3º, revogou expressamente o § 2° do artigo 1°, do Decreto-Lei 1.658, substituindo sua redação e alterando o cronograma de reduções do incentivo. O objetivo foi dar maior flexibilidade à sistemática de redução gradual do crédito-prêmio. Por isso: modificou-se o percentual a ser reduzido em cada ano, tudo *"de acordo com ato do Ministro de Estado da Fazenda"* (artigo 3°), o qual, conforme dispunha o artigo 1º, podia estabelecer inclusive o prazo (forma, condições e prazo, estabelecidos pelo Poder Executivo). Logo em seguida, foi promulgado o Decreto-Lei 1.724, de 07 de dezembro de 1979, que, substituindo globalmente a sistemática anterior, delegava competência ao Ministro da Fazenda para *"aumentar ou reduzir, temporária ou definitivamente, ou extinguir"* o referido credito-prêmio, atendendo à conjuntura econômica. Sobreveio, ainda, o Decreto-Lei 1.894/81 para viger em 16.01.82, o qual assegurou a ampliação da incidência subjetiva do crédito-prêmio presente no artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69 para empresas meramente comerciais, contendo também a delegação ao Poder Executivo para aumentar, reduzir, suspender ou extinguir o benefício, de acordo com a conjuntura econômica.
O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 180828-4, declarou incidentalmente inconstitucionais as expressões *"reduzir temporária ou definitivamente, ou extinguir"* contidas nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81, por entender que não cabe delegação de competência para qualquer membro do Poder Executivo para "reduzir", "suspender" ou "extinguir" benefício concedido por lei, o que não se aplica à autorização para "aumentar" o benefício, preservada como constitucional por essa decisão da Suprema Corte.
A questão que se coloca diz respeito à vigência ou não, após 1983, do crédito-prêmio de IPI, tendo em vista a inconstitucionalidade da delegação presente nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81.

Com efeito, o *thema iudicandum* gravita em torno da eficácia da lei no tempo, a interpretação da lei financeira-tributária e o conceito de incentivo setorial-fiscal, bem como na vontade constitucional quanto ao referido benefício fiscal.
No que pertine ao prazo prescricional, no caso *sub examine* (demanda que visa ao recebimento do crédito-prêmio do IPI), posto não versar hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento de crédito, decorrente da regra da não-cumulatividade, estabelecida pelo texto constitucional, não há que se cogitar da incidência do artigo 168, do CTN, sendo aplicável o Decreto nº 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.
Destarte, são passíveis de aproveitamento tão-somente os créditos fiscais adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação, consoante corroboram as ementas dos seguintes julgados oriundos de ambas as Turmas de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. AQUISIÇÃO DE INSUMOS ISENTOS, NÃO-TRIBUTADOS OU TRIBUTADOS À ALÍQUOTA ZERO. CRÉDITOS ESCRITURAIS. NÃO-CUMULATIVIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL.
(...)
3. Nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é de 5 anos, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. Precedentes do STJ.
(...)
5 Agravo regimental desprovido." (**AgRg no Ag 585290/RS**, desta relatoria, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. NÃO-INCIDÊNCIA. SÚMULAS 83 E 85/STJ.
1. A prescrição dos créditos fiscais decorrentes do crédito-prêmio do IPI é qüinqüenal, a partir do ajuizamento da ação. Decidiu o acórdão que, ajuizada a ação em 08.06.93, acham-se prescritas as prestações anteriores a 1987. Precedentes da 1ª e 2ª Turmas e da 1ª Seção.
2. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação" (Súmula 85/STJ)
(...)
4. Recurso especial não conhecido." (**REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. IPI. APROVEITAMENTO DOS CRÉDITOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. MATÉRIA DE CUNHO CONSTITUCIONAL EXAMINADA NO TRIBUNAL A QUO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO NA CORTE RECORRIDA NÃO SANADA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADUÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS AUSENTES NA DECISÃO ATACADA. SÚMULA Nº 211/STJ. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. SÚMULA nº 85/STJ. PRECEDENTES.
(...)
3. As 1ª e 2ª Turmas e a 1ª Seção do STJ assentaram que, nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é qüinqüenal, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação." (Súmula nº 85/STJ). Precedentes desta Corte Superior.
(...)" (**AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º).VIGÊNCIA. PRAZO. EXTINÇÃO.
(...)
5. A 1ª Seção do STJ firmou entendimento no sentido de ser de cinco anos o prazo prescricional das ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, sendo atingidas as parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu a propositura da ação, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32. Precedentes: Resp 752.550/RS, 1ª T., Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 19.09.2005; EDcl no Resp 225.359/DF, 2ª T., Min. Castro Meira, DJ de 03.10.2005; RESP 661.300/RS, 2ª T., Min. Eliana Calmon, DJ de 20.02.2006
6. Recurso especial a que se nega provimento." (**REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006)

Doravante, impõe-se aferir se assiste razão à recorrente no que concerne à violação dos artigos 1º, do Decreto-Lei 491/69, e 1º, do Decreto-Lei 1.894/81. Isto porque, em face da declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1.724/79, os Decretos-Lei 1.722/79 e 1.894/81, ali referidos, restaram inaplicáveis. Consectariamente, por disposição expressa do Decreto-Lei 1.658, subjaz a questão do lapso final da aplicação do benefício do Decreto-Lei 491/69.
O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.
Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.
Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice.*
O Decreto-lei n° 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).
À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).
A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.
Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.
Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se refiram à mesma matéria."

Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.
A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)".*

Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*:

"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão." (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)

Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.
Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.
A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies"* a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno"*; **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.
Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.
A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes"*. (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).
Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente; daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).
Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).
É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.
Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).
Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.
Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras: basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).

O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).
Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.
Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).

A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).
A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.
À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:
"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:
"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:
"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.
O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."

Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.
À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que:

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º). INCONSTITUCIONALIDADE DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA AO MINISTRO DA FAZENDA PARA ALTERAR A VIGÊNCIA DO INCENTIVO. EFICÁCIA DECLARATÓRIA E EX TUNC. MANUTENÇÃO DO PRAZO EXTINTIVO FIXADO PELOS DECRETOS-LEIS 1.658/79 E 1.722/79 (30 DE JUNHO DE 1983).
1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).
2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação.
3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal.
4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada.
5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento." (REsp 591708/RS, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ 09.08.2004)

Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de os mesmos terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.
Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.
Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).
No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).
Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).
Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.
A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.

A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.

Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.

O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.

Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.

Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.

Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.

Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.

A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.

O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.

Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).

Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.

Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.

Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.

Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, da relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki).

Nada obstante, ressalvo o entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**, consoante as razões inicialmente ventiladas.

Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

In casu, o mandado de segurança foi impetrado **em 28/05/2003**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo de creditamento e utilização de créditos de IPI referente ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, bem como de promover a compensação com quaisquer tributos administrados pela Receita Federal, **dos últimos dez anos, a contar do ajuizamento da ação mandamental**, vale dizer, **desde 28.05.1993**.

Desta sorte, a pretensão recursal demanda parcelas de IPI desde 1993, quando já inexistente o benefício fiscal do crédito-prêmio, razão pela qual não merece reparo o acórdão recorrido, ainda que dissonante da novel jurisprudência quanto ao marco extintivo do incentivo fiscal.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, *caput*, do CPC, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2034)

RECURSO ESPECIAL Nº 792.724 - PR (2005/0179561-4)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: EXPORTADORA DE MANUFATURADOS ALBATROZ LTDA
ADVOGADO	: GRACIANE VIEIRA LOURENCO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SIMONE ANACLETO LOPES E OUTRO(S)

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETOS-LEIS 491/69, 1.724/79, 1.722/79, 1.658/79 E 1.894/81. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. EXTINÇÃO DO BENEFÍCIO. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA PELA PRIMEIRA SEÇÃO. VIGÊNCIA DO ESTÍMULO FISCAL ATÉ 04 DE OUTUBRO DE 1990. RESSALVA DO ENTENDIMENTO DO RELATOR.

1. O crédito-prêmio do IPI, nas demandas que visam o seu recebimento, posto não versarem hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento decorrente da regra da não-cumulatividade estabelecida pelo texto constitucional, não obedece a regra inserta no artigo 168, do CTN, sendo-lhe aplicável o disposto no Decreto nº 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.

2. Destarte, os créditos fiscais passíveis de aproveitamento são os adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação (Precedentes das Turmas de Direito Público: **AgRg no Ag 585290/RS**, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005; **REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005; **AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006; e **REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006).

3. Mandado de segurança impetrado por indústria exportadora de produtos manufaturados, **em 01.12.2003**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, **dos últimos vinte anos, a contar do ajuizamento da ação mandamental**, vale dizer, **desde 01.12.1983**.

4. O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.

5. Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.

6. Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice*.

7. O Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

8. É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).

9. À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).

9.1 A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.

Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.

Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria.

10. Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.

11. A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)".*

12. Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*: *"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão."* (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

13. À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)

14. Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.

15. Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.

16. A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies*" a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno";* **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

16.1. Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

16.1.1. A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes"*. (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).

16.1.2. Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).

16.1.3 Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).

16.1.4. É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.

16.1.5. Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).

16.1.6. Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.

16.1.7. Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras: basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).

16.1.8. O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).

16.1.9. Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.

16.1.10. Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).

16.1.11. A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).

16.1.12. A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.

16. 1.13. À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:

"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:

"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:

"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:

"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:

"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.

O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."

16.1.14. Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.

17. À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que: *"**1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).** 2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação. 3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal. 4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada. 5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento."*

18. Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de o mesmo terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.

19. Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.

20. Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).

20.1. No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).

21. Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).

21.1. Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento.

21.2. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.

21.3 A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.

22. A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.

23. Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.

24. O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.

25. Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.

26. Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.

26.1. Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.

26.2. Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.

27. A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.

28. O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.

28.1. Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).

29. Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.

29.1. Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.

29.2 Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.

30. Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

31. Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, Relator Ministro Teori Albino Zavascki).

32. Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.
33. Ressalva do entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**.
34. *In casu*, o *mandamus* foi impetrado, em 2003, demandando parcelas de IPI tanto anteriores a 04.10.1990, estas atingidas pela prescrição qüinqüenal (vez que ajuizada a demanda somente em 01.12.2003), quanto posteriores ao referido marco temporal, quando já inexistente o incentivo do crédito-prêmio, razão pela qual não merece prosperar a pretensão recursal. .
35. Recurso especial a que se nega seguimento (artigo 557, *caput*, do CPC).

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto por EXPORTADORA DE MANUFATURADOS ALBATROZ LTDA, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Carta Maior, no intuito de ver reformado v. acórdão prolatado pelo E. Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, sob o fundamento de o mesmo ter malferido o art. 1.º, dos Decretos-leis n.º 491/69 e 1.894/91, e 1.º, § 1.º, da Lei n.º 8.402/92, bem como por estar assentado em entendimento jurisprudencial diverso do esposado por outros tribunais no que se refere à questão versada nos autos.
Noticiam os autos que a empresa, ora recorrente, fabricante e exportadora de produtos industrializados, **impetrou mandado de segurança, em 01.12.2003**, em face do Sr. Delegado da Receita Federal, objetivando, em síntese, o reconhecimento do direito líquido e certo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, em relação às operações efetuadas nos vinte anos anteriores à impetração do *mandamus*, bem como o de proceder a transferência dos referidos créditos a terceiros.
O juízo federal de primeiro grau denegou a segurança pretendida (r. sentença de fls. 131/138), sob o fundamento de que a extinção do chamado "crédito-prêmio do IPI" se operou em 30 de junho de 1983.
Inconformada, a ora recorrente manejou recurso de apelação, reiterando argumentos no sentido de ser possuidora do direito de creditar-se dos valores apurados a título de crédito-prêmio do IPI nos vinte anos anteriores à impetração, porquanto referido incentivo permaneceria em vigor.
A Segunda Turma do E. TRF da 4.ª Região, por unanimidade de votos dos seus integrantes, negou provimento ao apelo, em aresto que restou assim ementado:

"TRIBUTÁRIO - IPI - DECRETO-LEI N.º 491/69 - CRÉDITO-PRÊMIO.
O benefício instituído pelo art. 1.º do DL 491, de 05/03/69 foi extinto em junho de 1983, não havendo mais fundamento jurídico para invocá-lo."

Irresignada com o teor do v. acórdão prolatado, a empresa impetrante interpôs o recurso especial que ora se afigura. Em suas razões (fls. 182/209), sustenta a recorrente ter o acórdão impugnado contrariado o disposto no art. 1.º, dos Decretos-leis n.º 491/69 e 1.894/91, e 1.º, § 1.º, da Lei n.º 8.402/92. Pretende, assim, o reconhecimento do direito ao aproveitamento do "crédito-prêmio" do IPI. Aponta, ainda, dissídio jurisprudencial acerca da vigência do referido benefício.
A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), ora recorrida, apresentou suas contra-razões ao apelo nobre (fls. 243/253), pugnando pelo desprovimento do mesmo e conseqüente manutenção dos termos do aresto impugnado.
Na origem, em exame de prelibação, a presente irresignação recursal recebeu crivo positivo de admissibilidade, ascendendo, assim, à esta Corte Superior.
Brevemente relatados, **DECIDO**.
Não merecem guarida as pretensões da recorrente.
A controvérsia encontra-se sintetizada na seguinte *vexata quaestio*: o crédito prêmio do IPI para a exportação de produtos manufaturados foi instituído pelo artigo 1.°, do Decreto-Lei 491/69, com clara natureza extra-fiscal de estímulo às exportações e sem qualquer determinação de prazo extintivo. Assim permanecendo por quase dez anos. Em 24 de janeiro de 1979, o Decreto-Lei 1.658 previu a gradual extinção do incentivo, cujo prazo fatal esgotar-se-ia em 30 de junho de 1979. Menos de um ano depois o Decreto-Lei 1.722, de 03 de dezembro de 1979, em seu artigo 3º, revogou expressamente o § 2° do artigo 1°, do Decreto-Lei 1.658, substituindo sua redação e alterando o cronograma de reduções do incentivo. O objetivo foi dar maior flexibilidade à sistemática de redução gradual do crédito-prêmio. Por isso: modificou-se o percentual a ser reduzido em cada ano, tudo *"de acordo com ato do Ministro de Estado da Fazenda"* (artigo 3°), o qual, conforme dispunha o artigo 1º, podia estabelecer inclusive o prazo (forma, condições e prazo, estabelecidos pelo Poder Executivo). Logo em seguida, foi promulgado o Decreto-Lei 1.724, de 07 de dezembro de 1979, que, substituindo globalmente a sistemática anterior, delegava competência ao Ministro da Fazenda para *"aumentar ou reduzir, temporária ou definitivamente, ou extinguir"* o referido credito-prêmio, atendendo à conjuntura econômica. Sobreveio, ainda, o Decreto-Lei 1.894/81 para viger em 16.01.82, o qual assegurou a ampliação da incidência subjetiva do crédito-prêmio presente no artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69 para empresas meramente comerciais, contendo também a delegação ao Poder Executivo para aumentar, reduzir, suspender ou extinguir o benefício, de acordo com a conjuntura econômica.
O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 180828-4, declarou incidentalmente inconstitucionais as expressões *"reduzir temporária ou definitivamente, ou extinguir"* contidas nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81, por entender que não cabe delegação de competência para qualquer membro do Poder Executivo para "reduzir", "suspender" ou "extinguir" benefício concedido por lei, o que não se aplica à autorização para "aumentar" o benefício, preservada como constitucional por essa decisão da Suprema Corte.
A questão que se coloca diz respeito à vigência ou não, após 1983, do crédito-prêmio de IPI, tendo em vista a inconstitucionalidade da delegação presente nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81.
Com efeito, o *thema iudicandum* gravita em torno da eficácia da lei no tempo, a interpretação da lei financeira-tributária e o conceito de incentivo setorial-fiscal, bem como na vontade constitucional quanto ao referido benefício fiscal.
No que pertine ao prazo prescricional, no caso *sub examine* (demanda que visa ao recebimento do crédito-prêmio do IPI), posto não versar hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento de crédito, decorrente da regra da não-cumulatividade, estabelecida pelo texto constitucional, não há que se cogitar da incidência do artigo 168, do CTN, sendo aplicável o Decreto n.º 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.
Destarte, são passíveis de aproveitamento tão-somente os créditos fiscais adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação, consoante corroboram as ementas dos seguintes julgados oriundos de ambas as Turmas de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. AQUISIÇÃO DE INSUMOS ISENTOS, NÃO-TRIBUTADOS OU TRIBUTADOS À ALÍQUOTA ZERO. CRÉDITOS ESCRITURAIS. NÃO-CUMULATIVIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL.
(...)
3. Nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é de 5 anos, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. Precedentes do STJ.
(...)
5 Agravo regimental desprovido." (**AgRg no Ag 585290/RS**, desta relatoria, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. NÃO-INCIDÊNCIA. SÚMULAS 83 E 85/STJ.
1. A prescrição dos créditos fiscais decorrentes do crédito-prêmio do IPI é qüinqüenal, a partir do ajuizamento da ação. Decidiu o acórdão que, ajuizada a ação em 08.06.93, acham-se prescritas as prestações anteriores a 1987. Precedentes da 1ª e 2ª Turmas e da 1ª Seção.
2. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação" (Súmula 85/STJ)
(...)
4. Recurso especial não conhecido." (**REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. IPI. APROVEITAMENTO DOS CRÉDITOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. MATÉRIA DE CUNHO CONSTITUCIONAL EXAMINADA NO TRIBUNAL A QUO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO NA CORTE RECORRIDA NÃO SANADA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADUÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS AUSENTES NA DECISÃO ATACADA. SÚMULA Nº 211/STJ. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. SÚMULA nº 85/STJ. PRECEDENTES.
(...)
3. As 1ª e 2ª Turmas e a 1ª Seção do STJ assentaram que, nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é qüinqüenal, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação." (Súmula nº 85/STJ). Precedentes desta Corte Superior.
(...)" (**AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º).VIGÊNCIA. PRAZO. EXTINÇÃO.
(...)
5. A 1ª Seção do STJ firmou entendimento no sentido de ser de cinco anos o prazo prescricional das ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, sendo atingidas as parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu a propositura da ação, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32. Precedentes: Resp 752.550/RS, 1ª T., Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 19.09.2005; EDcl no Resp 225.359/DF, 2ª T., Min. Castro Meira, DJ de 03.10.2005; RESP 661.300/RS, 2ª T., Min. Eliana Calmon, DJ de 20.02.2006
6. Recurso especial a que se nega provimento." (**REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006)

Doravante, impõe-se aferir se assiste razão à recorrente no que concerne à violação dos artigos 1º, do Decreto-Lei 491/69, e 1º, do Decreto-Lei 1.894/81. Isto porque, em face da declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1.724/79, os Decretos-Lei 1.722/79 e 1.894/81, ali referidos, restaram inaplicáveis. Consectariamente, por disposição expressa do Decreto-Lei 1.658, subjaz a questão do lapso final da aplicação do benefício do Decreto-Lei 491/69.
O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.
Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.
Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice*.
O Decreto-lei n° 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).
À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).
A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.
Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.
Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria."

Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das

leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.

A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)".*

Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*:

"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão." (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)

Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.

Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.

A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies"* a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno";* **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes"*. (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).

Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).

Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).

É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.

Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).

Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.

Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras: basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).

O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).

Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.

Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).

A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).

A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.

À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:
"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:
"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:
"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.
O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."

Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.

À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que:

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º). INCONSTITUCIONALIDADE DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA AO MINISTRO DA FAZENDA PARA ALTERAR A VIGÊNCIA DO INCENTIVO. EFICÁCIA DECLARATÓRIA E EX TUNC. MANUTENÇÃO DO PRAZO EXTINTIVO FIXADO PELOS DECRETOS-LEIS 1.658/79 E 1.722/79 (30 DE JUNHO DE 1983).
1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).
2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação.
3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal.
4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada.
5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento." (REsp 591708/RS, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ 09.08.2004)

Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de os mesmos terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.

Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.

Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).

No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).

Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).

Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.

A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.

A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.

Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.

O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.

Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.

Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.

Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.

Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.

A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.

O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.

Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).

Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.

Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.

Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.

Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, da relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki).

Nada obstante, ressalvo o entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**, consoante as razões inicialmente ventiladas.

Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

In casu, o mandado de segurança foi impetrado por indústria exportadora de produtos manufaturados, **em 01.12.2003**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, **dos últimos vinte anos, a contar do ajuizamento da ação mandamental**, vale dizer, **desde 01.12.1983**.

Desta sorte, a pretensão recursal demanda parcelas de IPI tanto anteriores a 04.10.1990, estas atingidas pela prescrição qüinqüenal (vez que ajuizada a demanda somente em 01.12.2003), quanto posteriores ao referido marco temporal, quando já inexistente o benefício fiscal do crédito-prêmio, razão pela qual não merece reparo o acórdão recorrido, ainda que dissonante da novel jurisprudência quanto ao marco extintivo do incentivo fiscal.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, *caput*, do CPC, **NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL**.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2035)

RECURSO ESPECIAL Nº 794.263 - RS (2005/0182858-6)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: ANDREAS STIHL MOTO-SERRAS LTDA
ADVOGADO	: CLÁUDIO TESSARI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SIMONE ANACLETO LOPES E OUTRO(S)

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL. DECRETOS-LEIS 491/69, 1.724/79, 1.722/79, 1.658/79 E 1.894/81. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. EXTINÇÃO DO BENEFÍCIO. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA PELA PRIMEIRA SEÇÃO. VIGÊNCIA DO ESTÍMULO FISCAL ATÉ 04 DE OUTUBRO DE 1990. RESSALVA DO ENTENDIMENTO DO RELATOR.

1. O crédito-prêmio do IPI, nas demandas que visam o seu recebimento, posto não versarem hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento decorrente da regra da não-cumulatividade estabelecida pelo texto constitucional, não obedece a regra inserta no artigo 168, do CTN, sendo-lhe aplicável o disposto no Decreto nº 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.

2. Destarte, os créditos fiscais passíveis de aproveitamento são os adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação (Precedentes das Turmas de Direito Público: **AgRg no Ag 585290/RS**, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005; **REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005; **AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006; e **REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006).

3. Mandado de segurança impetrado por empresa fabricante e exportadora de produtos industrializados, **em 22.10.2002**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1.º, do Decreto-Lei 491/69, **dos últimos dez anos, a contar do ajuizamento da ação mandamental**, vale dizer, **desde 22.10.1992**.

4. O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.

5. Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.

6. Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice.*

7. O Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

8. É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).

9. À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).

9.1 A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.

Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.

Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria.

10. Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.

11. A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)".*

12. Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*: *"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão."* (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

13. À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)

14. Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.

15. Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.

16. A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies*" a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno";* **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

16.1. Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

16.1.1. A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes"*. (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).

16.1.2. Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).

16.1.3 Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).

16.1.4. É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.

16.1.5. Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).

16.1.6. Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.

16.1.7. Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras: basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).

16.1.8. O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).

16.1.9. Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv.

I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.
16.1.10. Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).
16.1.11. A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).
16.1.12. A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.
16. 1.13. À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:
"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:
"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:
"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.
O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."
16.1.14. Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.
17. À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que: *"**1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).** 2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação. 3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal. 4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada. 5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento."*
18. Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de o mesmo terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.
19. Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.
20. Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).
20.1. No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).
21. Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).
21.1. Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento.
21.2. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.
21.3 A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.
22. A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.
23. Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.
24. O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.
25. Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.
26. Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.
26.1. Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.
26.2. Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.
27. A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.
28. O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.
28.1. Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).
29. Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.
29.1. Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.
29.2 Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o

ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.

30. Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

31. Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, Relator Ministro Teori Albino Zavascki).

32. Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

33. Ressalva do entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**.

34. *In casu*, o *mandamus* foi impetrado, em 2002, demandando parcelas de IPI desde 1992, quando já inexistente o incentivo do crédito-prêmio, razão pela qual não merece prosperar a pretensão recursal.

35. Inexiste ofensa ao art. 535 do CPC, quando o tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.

36. Recurso especial a que se nega seguimento (artigo 557, *caput*, do CPC).

Vistos.

Trata-se de recurso especial interposto por ANDREAS STIHL MOTO-SERRAS LTDA, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Carta Maior, em face de acórdão prolatado pelo E. Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, sob o fundamento de o mesmo ter malferido o disposto nos arts. 165, 458, II e III, 515 e 535, II, do Código de Processo Civil; 6.º, parágrafo único, c/c 81, II, parágrafo único e 153, § 3.º, todos da EC n.º 01/69, bem como adotado entendimento jurisprudencial diverso do esposado por outros tribunais acerca da vigência do benefício estatuído pelo art. 1.º do Decreto-lei n.º 491/69.

Noticiam os autos que a empresa, ora recorrente, fabricante e exportadora de produtos industrializados, **impetrou mandado de segurança, em 22.10.2002**, em face do Sr. Delegado da Receita Federal, objetivando, em síntese, o reconhecimento do direito líquido e certo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, em relação às operações efetuadas nos dez anos anteriores à impetração do *mandamus*, bem como o de continuar usufruindo do favor fiscal que, segundo a mesma, não teria sido extinto. Pugnou, ainda, pela utilização do crédito apurado na compensação com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal.

O juízo federal de primeiro grau denegou a segurança pretendida (r. sentença de fls. 112/120), sob o fundamento de que a extinção do chamado "crédito-prêmio do IPI" se operou em 30 de junho de 1983.

Inconformada, a ora recorrente manejou recurso de apelação, reiterando argumentos no sentido de ser possuidora do direito de creditar-se dos valores apurados a título de crédito-prêmio do IPI nos dez anos anteriores à impetração, porquanto referido incentivo permaneceria em vigor.

A Segunda Turma do E. TRF da 4.ª Região, por unanimidade de votos dos seus integrantes, negou provimento ao apelo, em aresto que restou assim ementado:

"TRIBUTÁRIO - IPI - DECRETO-LEI N.º 491/69 - CRÉDITO-PRÊMIO.
O benefício instituído pelo art. 1.º do DL 491/69, de 05/03/69 foi extinto em junho de 1983, não havendo mais fundamento jurídico para invocá-lo."

Após opor (fls. 195/210) e ter rejeitados (fls. 213/215) seus embargos de declaração, a empresa impetrante, ainda irresignada com o teor do v. acórdão prolatado, interpôs o recurso especial que ora se afigura. Em suas razões (fls. 220/271), aduz, preliminarmente, ofensa aos arts. 165, 458, II e III, 515 e 535, II, do Código de Processo Civil, ao argumento de que omisso o aresto hostilizado no que se refere a apreciação de questões que considera imprescindíveis para o escorreito deslinde da controvérsia. No mérito, aponta ofensa 6.º, parágrafo único, c/c 81, II, parágrafo únicio e 153, § 3.º, todos da EC n.º 01/69, sustentando, ainda, que a Corte *a quo* teria adotado entendimento jurisprudencial diverso do esposado por outros tribunais acerca da vigência do benefício estatuído pelo art. 1.º do Decreto-lei n.º 491/69. Pretende, assim, a concessão da ordem pleiteada desde a inicial.

A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), ora recorrida, apresentou suas contra-razões ao apelo nobre (fls. 322/328), pugnando pelo desprovimento do mesmo e conseqüente manutenção dos termos do aresto impugnado.

Na origem, em exame de prelibação, a presente irresignação recursal recebeu crivo positivo de admissibilidade, ascendendo, assim, à esta Corte Superior.

Brevemente relatados, **DECIDO**.

Não merecem guarida as pretensões da recorrente.

Primeiramente, pelo fato de não se vislumbrar contradição, omissão ou obscuridade, no acórdão recorrido, capaz de tornar nula a decisão impugnada pelo especial. Isto porque, o tribunal *a quo* apreciou presente demanda de modo suficiente, conforme se pode extrair do inteiro teor do v. acórdão prolatado, que encontra-se acostado às fls. 185/193 dos presentes autos.

Assim, não merece acolhida a alegação do recorrente de que o acórdão recorrido, a despeito da oposição de embargos, não tenha se pronunciado acerca de todas as questões relevantes da demanda, e que, em conseqüência, teria violado os arts. 165, 458, II e III, 515, e 535, II, do CPC ou teria adotado entendimento divergente ao desta Corte Superior no que atine aos mencionados dispositivos legais. É dizer que quando o Tribunal de origem se pronuncia de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, não cabe falar em ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil.

Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão. Entendimento uníssono desta Corte:

"TRIBUTÁRIO RECURSO EM CONSULTA ADMINISTRATIVA. EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. ARTIGO 48, § 5º, DA LEI 9430/96. ALEGATIVA DE INFRINGÊNCIA AOS ARTIGOS 535, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E 151, III DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. INOCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

*1. **Não comete infringência ao artigo 535, II, do Código de Processo Civil o acórdão que analisa todos os pontos relevantes atinentes à solução da lide posta em julgamento. O juiz, ao expor os motivos que o levaram a decidir desta ou daquela maneira, não está subordinado a fazê-lo como quem responde a um questionário jurídico, mas sim fundamentadamente.** Aliás, o decisório abordou explicitamente o artigo 151, III, do Código Tributário Nacional, tema da insurgência recursal.*

(...) 3. Recurso especial desprovido" (REsp n.º 600.218/RJ, Primeira Turma, Rel Min. José Delgado, DJ de 17/05/2004).

"PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO - RECURSO ESPECIAL - ALÍNEA "A" - ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 458, II, E 535, II DO CPC - INOCORRÊNCIA - TÉCNICO EM METALURGIA - NECESSIDADE DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS DE LEI FEDERAL APONTADOS.

Não há nos autos qualquer omissão, contradição ou obscuridade, pois o egrégio Tribunal de origem apreciou toda a matéria recursal devolvida. A função teleológica da decisão judicial é a de compor, precipuamente, litígios. Não é peça acadêmica ou doutrinária, tampouco destina-se a responder a argumentos, à guisa de quesitos, como se laudo pericial fora. Contenta-se o sistema com a solução da controvérsia observada a res in iudicium deducta.

(...)Recurso especial não conhecido" (REsp n.º 503.205/SC, Segunda Turma, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ de 29/03/2004)

No mais, a controvérsia encontra-se sintetizada na seguinte *vexata quaestio*: o crédito prêmio do IPI para a exportação de produtos manufaturados foi instituído pelo artigo 1.°, do Decreto-Lei 491/69, com clara natureza extra-fiscal de estímulo às exportações e sem qualquer determinação de prazo extintivo. Assim permanecendo por quase dez anos. Em 24 de janeiro de 1979, o Decreto-Lei 1.658 previu a gradual extinção do incentivo, cujo prazo fatal esgotar-se-ia em 30 de junho de 1979. Menos de um ano depois o Decreto-Lei 1.722, de 03 de dezembro de 1979, em seu artigo 3º, revogou expressamente o § 2° do artigo 1°, do Decreto-Lei 1.658, substituindo sua redação e alterando o cronograma de reduções do incentivo. O objetivo foi dar maior flexibilidade à sistemática de redução gradual do crédito-prêmio. Por isso: modificou-se o percentual a ser reduzido em cada ano, tudo *"de acordo com ato do Ministro de Estado da Fazenda"* (artigo 3°), o qual, conforme dispunha o artigo 1º, podia estabelecer inclusive o prazo (forma, condições e prazo, estabelecidos pelo Poder Executivo). Logo em seguida, foi promulgado o Decreto-Lei 1.724, de 07 de dezembro de 1979, que, substituindo globalmente a sistemática anterior, delegava competência ao Ministro da Fazenda para *"aumentar ou reduzir, temporária ou definitivamente, ou extinguir"* o referido credito-prêmio, atendendo à conjuntura econômica. Sobreveio, ainda, o Decreto-Lei 1.894/81 para viger em 16.01.82, o qual assegurou a ampliação da incidência subjetiva do crédito-prêmio presente no artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69 para empresas meramente comerciais, contendo também a delegação ao Poder Executivo para aumentar, reduzir, suspender ou extinguir o benefício, de acordo com a conjuntura econômica.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 180828-4, declarou incidentalmente inconstitucionais as expressões *"reduzir temporária ou definitivamente, ou extinguir"* contidas nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81, por entender que não cabe delegação de competência para qualquer membro do Poder Executivo para "reduzir", "suspender" ou "extinguir" benefício concedido por lei, o que não se aplica à autorização para "aumentar" o benefício, preservada como constitucional por essa decisão da Suprema Corte.

A questão que se coloca diz respeito à vigência ou não, após 1983, do crédito-prêmio de IPI, tendo em vista a inconstitucionalidade da delegação presente nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81.

Com efeito, o *thema iudicandum* gravita em torno da eficácia da lei no tempo, a interpretação da lei financeira-tributária e o conceito de incentivo setorial-fiscal, bem como na vontade constitucional quanto ao referido benefício fiscal.

No que pertine ao prazo prescricional, no caso *sub examine* (demanda que visa ao recebimento do crédito-prêmio do IPI), posto não versar hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento de crédito, decorrente da regra da não-cumulatividade, estabelecida pelo texto constitucional, não há que se cogitar da incidência do artigo 168, do CTN, sendo aplicável o Decreto n.º 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.

Destarte, são passíveis de aproveitamento tão-somente os créditos fiscais adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação, consoante corroboram as ementas dos seguintes julgados oriundos de ambas as Turmas de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. AQUISIÇÃO DE INSUMOS ISENTOS, NÃO-TRIBUTADOS OU TRIBUTADOS À ALÍQUOTA ZERO. CRÉDITOS ESCRITURAIS. NÃO-CUMULATIVIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL.
(...)
3. Nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é de 5 anos, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. Precedentes do STJ.
(...)
5 Agravo regimental desprovido." (**AgRg no Ag 585290/RS**, desta relatoria, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. NÃO-INCIDÊNCIA. SÚMULAS 83 E 85/STJ.
1. A prescrição dos créditos fiscais decorrentes do crédito-prêmio do IPI é qüinqüenal, a partir do ajuizamento da ação. Decidiu o acórdão que, ajuizada a ação em 08.06.93, acham-se prescritas as prestações anteriores a 1987. Precedentes da 1ª e 2ª Turmas e da 1ª Seção.
2. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação" (Súmula 85/STJ)
(...)
4. Recurso especial não conhecido." (**REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. IPI. APROVEITAMENTO DOS CRÉDITOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. MATÉRIA DE CUNHO CONSTITUCIONAL EXAMINADA NO TRIBUNAL A QUO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO NA CORTE RECORRIDA NÃO SANADA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADUÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS AUSENTES NA DECISÃO ATACADA. SÚMULA Nº 211/STJ. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. SÚMULA nº 85/STJ. PRECEDENTES.
(...)

3. As 1ª e 2ª Turmas e a 1ª Seção do STJ assentaram que, nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é qüinqüenal, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação." (Súmula nº 85/STJ). Precedentes desta Corte Superior.
(...)" (**AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º).VIGÊNCIA. PRAZO. EXTINÇÃO.
(...)
5. A 1ª Seção do STJ firmou entendimento no sentido de ser de cinco anos o prazo prescricional das ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, sendo atingidas as parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu a propositura da ação, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32. Precedentes: Resp 752.550/RS, 1ª T., Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 19.09.2005; EDcl no Resp 225.359/DF, 2ª T., Min. Castro Meira, DJ de 03.10.2005; RESP 661.300/RS, 2ª T., Min. Eliana Calmon, DJ de 20.02.2006
6. Recurso especial a que se nega provimento." (**REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006)

Doravante, impõe-se aferir se assiste razão à recorrente no que concerne à violação dos artigos 1º, do Decreto-Lei 491/69, e 1º, do Decreto-Lei 1.894/81. Isto porque, em face da declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1.724/79, os Decretos-Lei 1.722/79 e 1.894/81, ali referidos, restaram inaplicáveis. Consectariamente, por disposição expressa do Decreto-Lei 1.658, subjaz a questão do lapso final da aplicação do benefício do Decreto-Lei 491/69.
O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heterógena a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.
Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.
Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice*.
O Decreto-lei n° 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).
À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).
A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.
Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.
Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria."

Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.
A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)".*
Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*:

"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão." (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)
Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.
Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.
A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies*" a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno";* **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.
Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.
A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes".* (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).
Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).
Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).
É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.
Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).
Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.
Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras: basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).
O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).

Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrariae sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.

Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).

A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).

A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.

À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:
"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:
"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:
"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.
O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."

Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.

À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que:

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º). INCONSTITUCIONALIDADE DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA AO MINISTRO DA FAZENDA PARA ALTERAR A VIGÊNCIA DO INCENTIVO. EFICÁCIA DECLARATÓRIA E EX TUNC. MANUTENÇÃO DO PRAZO EXTINTIVO FIXADO PELOS DECRETOS-LEIS 1.658/79 E 1.722/79 (30 DE JUNHO DE 1983).
1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).
2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação.
3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal.
4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada.
5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento." (REsp 591708/RS, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ 09.08.2004)

Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de os mesmos terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.

Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.

Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).

No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).

Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).

Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.

A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.

A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.

Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.

O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.

Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.

Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.

Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.

Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.

A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.

O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.

Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).

Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.

Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.

Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.

Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, da relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki).

Nada obstante, ressalvo o entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**, consoante as razões inicialmente ventiladas.

Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

In casu, o mandado de segurança foi impetrado por empresa fabricante e exportadora de produtos industrializados, **em 22.10.2002**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1.º, do Decreto-Lei 491/69, **dos últimos dez anos, a contar do ajuizamento da ação mandamental**, vale dizer, **desde 22.10.1992**.

Desta sorte, a pretensão recursal demanda parcelas de desde 1992, quando já inexistente o benefício fiscal do crédito-prêmio, razão pela qual não merece reparo o acórdão recorrido, ainda que dissonante da novel jurisprudência quanto ao marco extintivo do incentivo fiscal.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, *caput*, do CPC, **NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL**.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2036)

RECURSO ESPECIAL Nº 795.198 - SC (2005/0182893-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: INDÚSTRIA DE MADEIRAS GUILHERME BUTZKE LTDA
ADVOGADO	: DANTE AGUIAR AREND E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ARTUR ALVES DA MOTTA E OUTRO(S)

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETOS-LEIS 491/69, 1.724/79, 1.722/79, 1.658/79 E 1.894/81. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. EXTINÇÃO DO BENEFÍCIO. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA PELA PRIMEIRA SEÇÃO. VIGÊNCIA DO ESTÍMULO FISCAL ATÉ 04 DE OUTUBRO DE 1990. RESSALVA DO ENTENDIMENTO DO RELATOR.

1. O crédito-prêmio do IPI, nas demandas que visam o seu recebimento, posto não versarem hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento decorrente da regra da não-cumulatividade estabelecida pelo texto constitucional, não obedece a regra inserta no artigo 168, do CTN, sendo-lhe aplicável o disposto no Decreto nº 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.

2. Destarte, os créditos fiscais passíveis de aproveitamento são os adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação (Precedentes das Turmas de Direito Público: **AgRg no Ag 585290/RS**, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005; **REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005; **AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006; e **REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006).

3. Mandado de segurança impetrado por empresa fabricante e exportadora de produtos manufaturados, **em 26.01.2004**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1.º, do Decreto-Lei 491/69, **dos últimos dez anos, a contar do ajuizamento da ação mandamental**, vale dizer, **desde 26.01.1994**.

4. O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.

5. Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.

6. Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice.*

7. O Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

8. É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).

9. À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).

9.1 A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.

Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.

Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria.

10. Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.

11. A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)".*

12. Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*: *"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão."* (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

13. À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)

14. Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.

15. Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.

16. A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies"* a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno"*; **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

16.1. Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

16.1.1. A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes"*. (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).

16.1.2. Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).

16.1.3 Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).

16.1.4. É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.

16.1.5. Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).

16.1.6. Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.

16.1.7. Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras: basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).

16.1.8. O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).

16.1.9. Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.

16.1.10. Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).

16.1.11. A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).

16.1.12. A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.

16. 1.13. À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:

"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:

"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:

"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:

"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:

"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.

O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."

16.1.14. Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.

17. À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que: ***"1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).*** *2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação. 3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal. 4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada. 5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento."*

18. Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de o mesmo terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.

19. Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.

20. Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).

20.1. No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).

21. Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal Federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).

21.1. Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento.

21.2. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.

21.3 A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.

22. A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.

23. Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.
24. O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.
25. Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.
26. Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.
26.1. Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.
26.2. Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.
27. A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.
28. O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.
28.1. Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).
29. Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.
29.1. Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça correteiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.
29.2 Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.
30. Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.
31. Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, Relator Ministro Teori Albino Zavascki).
32. Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.
33. Ressalva do entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**.
34. *In casu*, o *mandamus* foi impetrado, em 2004, demandando parcelas de IPI desde 1994, quando já inexistente o incentivo do crédito-prêmio, razão pela qual não merece prosperar a pretensão recursal.
35. Recurso especial a que se nega seguimento (artigo 557, *caput*, do CPC).

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto por INDÚSTRIA DE MADEIRAS GUILHERME BUTZKE LTDA, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Carta Maior, no intuito de ver reformado v. acórdão prolatado pelo E. Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, sob o fundamento de ter o mesmo malferido o disposto no art. 1.º do Decreto-lei n.º 491/69, bem como por estar assentado em entendimento jurisprudencial diverso do esposado por outros tribunais acerca da vigência do referido dispositivo.
Noticiam os autos que a empresa, ora recorrente, fabricante e exportadora de produtos manufaturados, **impetrou mandado de segurança, em 26.01.2004**, em face do Sr. Delegado da Receita Federal, objetivando, em síntese, o reconhecimento do direito líquido e certo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, em relação às operações efetuadas nos dez anos anteriores à impetração do *mandamus*, bem como o de continuar usufruindo do favor fiscal que, segundo a mesma, não teria sido extinto. Pugnou, ainda, pela utilização do crédito apurado na compensação com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal.
O juízo federal de primeiro grau denegou a segurança pretendida (r. sentença de fls. 104/118).
Inconformada com o teor do *decisum*, a impetrante interpôs recurso de apelação, repisando os argumentos expendidos em sua exordial.
A Primeira Turma do E. TRF da 4.ª Região, por unanimidade de votos dos seus integrantes, negou provimento ao apelo interposto, em aresto que restou assim ementado:

"TRIBUTÁRIO - IPI - DECRETO LEI N.º 491/69 - CRÉDITO-PRÊMIO.
O benefício instituído pelo art. 1.º do DL 491, de 05/03/69 foi extinto em junho de 1983, não havendo mais fundamento jurídico para invocá-lo."

Irresignada com o teor do v. acórdão prolatado, a empresa impetrante interpôs o recurso especial que ora se afigura. Em suas razões (fls. 200/245), aponta a recorrente afronta ao art. 1.º do DL n.º 491/69, bem como a existência de dissídio pretoriano acerca da vigência do mesmo. Pretende, assim, o reconhecimento do direito ao aproveitamento do crédito-prêmio do IPI.
A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), ora recorrida, apresentou suas contra-razões ao apelo nobre (fls. 329/336), pugnando pelo desprovimento do mesmo e conseqüente manutenção dos termos do aresto impugnado.
Na origem, em exame de prelibação, a presente irresignação recursal recebeu crivo positivo de admissibilidade, ascendendo, assim, à esta Corte Superior.
Brevemente relatados, **DECIDO**.
Não merecem guarida as pretensões da recorrente.
A controvérsia encontra-se sintetizada na seguinte *vexata quaestio*: o crédito prêmio do IPI para a exportação de produtos manufaturados foi instituído pelo artigo 1.°, do Decreto-Lei 491/69, com clara natureza extra-fiscal de estímulo às exportações e sem qualquer determinação de prazo extintivo. Assim permanecendo por quase dez anos. Em 24 de janeiro de 1979, o Decreto-Lei 1.658 previu a gradual extinção do incentivo, cujo prazo fatal esgotar-se-ia em 30 de junho de 1979. Menos de um ano depois o Decreto-Lei 1.722, de 03 de dezembro de 1979, em seu artigo 3º, revogou expressamente o § 2° do artigo 1°, do Decreto-Lei 1.658, substituindo sua redação e alterando o cronograma de reduções do incentivo. O objetivo foi dar maior flexibilidade à sistemática de redução gradual do crédito-prêmio. Por isso: modificou-se o percentual a ser reduzido em cada ano, tudo *"de acordo com ato do Ministro de Estado da Fazenda"* (artigo 3°), o qual, conforme dispunha o artigo 1º, podia estabelecer inclusive o prazo (forma, condições e prazo, estabelecidos pelo Poder Executivo). Logo em seguida, foi promulgado o Decreto-Lei 1.724, de 07 de dezembro de 1979, que, substituindo globalmente a sistemática anterior, delegava competência ao Ministro da Fazenda para *"aumentar ou reduzir, temporária ou definitivamente, ou extinguir"* o referido credito-prêmio, atendendo à conjuntura econômica. Sobreveio, ainda, o Decreto-Lei 1.894/81 para viger em 16.01.82, o qual assegurou a ampliação da incidência subjetiva do crédito-prêmio presente no artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69 para empresas meramente comerciais, contendo também a delegação ao Poder Executivo para aumentar, reduzir, suspender ou extinguir o benefício, de acordo com a conjuntura econômica.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 180828-4, declarou incidentalmente inconstitucionais as expressões *"reduzir temporária ou definitivamente, ou extinguir"* contidas nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81, por entender que não cabe delegação de competência para qualquer membro do Poder Executivo para "reduzir", "suspender" ou "extinguir" benefício concedido por lei, o que não se aplica à autorização para "aumentar" o benefício, preservada como constitucional por essa decisão da Suprema Corte.

A questão que se coloca diz respeito à vigência ou não, após 1983, do crédito-prêmio de IPI, tendo em vista a inconstitucionalidade da delegação presente nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81.

Com efeito, o *thema iudicandum* gravita em torno da eficácia da lei no tempo, a interpretação da lei financeira-tributária e o conceito de incentivo setorial-fiscal, bem como na vontade constitucional quanto ao referido benefício fiscal.

No que pertine ao prazo prescricional, no caso *sub examine* (demanda que visa ao recebimento do crédito-prêmio do IPI), posto não versar hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento de crédito, decorrente da regra da não-cumulatividade, estabelecida pelo texto constitucional, não há que se cogitar da incidência do artigo 168, do CTN, sendo aplicável o Decreto n.º 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.

Destarte, são passíveis de aproveitamento tão-somente os créditos fiscais adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação, consoante corroboram as ementas dos seguintes julgados oriundos de ambas as Turmas de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. AQUISIÇÃO DE INSUMOS ISENTOS, NÃO-TRIBUTADOS OU TRIBUTADOS À ALÍQUOTA ZERO. CRÉDITOS ESCRITURAIS. NÃO-CUMULATIVIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL.
(...)
3. Nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é de 5 anos, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. Precedentes do STJ.
(...)
5 Agravo regimental desprovido." (**AgRg no Ag 585290/RS**, desta relatoria, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. NÃO-INCIDÊNCIA. SÚMULAS 83 E 85/STJ.
1. A prescrição dos créditos fiscais decorrentes do crédito-prêmio do IPI é qüinqüenal, a partir do ajuizamento da ação. Decidiu o acórdão que, ajuizada a ação em 08.06.93, acham-se prescritas as prestações anteriores a 1987. Precedentes da 1ª e 2ª Turmas e da 1ª Seção.
2. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação" (Súmula 85/STJ)
(...)
4. Recurso especial não conhecido." (**REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. IPI. APROVEITAMENTO DOS CRÉDITOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. MATÉRIA DE CUNHO CONSTITUCIONAL EXAMINADA NO TRIBUNAL A QUO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO NA CORTE RECORRIDA NÃO SANADA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADUÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS AUSENTES NA DECISÃO ATACADA. SÚMULA Nº 211/STJ. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. SÚMULA nº 85/STJ. PRECEDENTES.
(...)
3. As 1ª e 2ª Turmas e a 1ª Seção do STJ assentaram que, nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é qüinqüenal, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação." (Súmula nº 85/STJ). Precedentes desta Corte Superior.
(...)" (**AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º).VIGÊNCIA. PRAZO. EXTINÇÃO.
(...)
5. A 1ª Seção do STJ firmou entendimento no sentido de ser de cinco anos o prazo prescricional das ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, sendo atingidas as parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu a propositura da ação, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32. Precedentes: Resp 752.550/RS, 1ª T., Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 19.09.2005; EDcl no Resp 225.359/DF, 2ª T., Min. Castro Meira, DJ de 03.10.2005; RESP 661.300/RS, 2ª T., Min. Eliana Calmon, DJ de 20.02.2006
6. Recurso especial a que se nega provimento." (**REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006)

Doravante, impõe-se aferir se assiste razão à recorrente no que concerne à violação dos artigos 1º, do Decreto-Lei 491/69, e 1º, do Decreto-Lei 1.894/81. Isto porque, em face da declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1.724/79, os Decretos-Lei 1.722/79 e 1.894/81, ali referidos, restaram inaplicáveis. Consectariamente, por disposição expressa do Decreto-Lei 1.658, subjaz a questão do lapso final da aplicação do benefício do Decreto-Lei 491/69.

O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.

Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.

Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice.*

O Decreto-lei n° 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).

À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).

A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione espressa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.
Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.
Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria."

Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.

A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)".*

Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*:

"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão." (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)

Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.

Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.

A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies*" a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno";* **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-

Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes"*. (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).

Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).

Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).

É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.

Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).

Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.

Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras: basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).

O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).

Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.

Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).

A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).

A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.

À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:
"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:
"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:
"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.
O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."

Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.

À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que:

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º). INCONSTITUCIONALIDADE DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA AO MINISTRO DA FAZENDA PARA ALTERAR A VIGÊNCIA DO INCENTIVO. EFICÁCIA DECLARATÓRIA E EX TUNC. MANUTENÇÃO DO PRAZO EXTINTIVO FIXADO PELOS DECRETOS-LEIS 1.658/79 E 1.722/79 (30 DE JUNHO DE 1983).
1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).
2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação.
3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal.
4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada.
5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento." (REsp 591708/RS, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ 09.08.2004)

Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de os mesmos terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.

Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.

Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).

No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).

Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).

Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.

A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.

A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.

Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.

O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.

Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.

Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.

Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma in-

dústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.

Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.

A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.

O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.

Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).

Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.

Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.

Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.

Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, da relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki).

Nada obstante, ressalvo o entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**, consoante as razões inicialmente ventiladas.

Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

In casu, o mandado de segurança foi impetrado por empresa fabricante e exportadora de produtos manufaturados, **em 26.01.2004**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1.º, do Decreto-Lei 491/69, **dos últimos dez anos, a contar do ajuizamento da ação mandamental**, vale dizer, **desde 26.01.1994**.

Desta sorte, a pretensão recursal demanda parcelas de desde 1994, quando já inexistente o benefício fiscal do crédito-prêmio, razão pela qual não merece reparo o acórdão recorrido, ainda que dissonante da novel jurisprudência quanto ao marco extintivo do incentivo fiscal.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, *caput*, do CPC, **NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL**.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2037)

RECURSO ESPECIAL Nº 800.578 - MG (2005/0197649-3)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SÉRGIO MOACIR DE OLIVEIRA ESPÍNDOLA E OUTRO(S)
RECORRENTE	: CURTUME MODERNO S/A
ADVOGADO	: DOMINGOS NOVELLI VAZ E OUTRO(S)
RECORRIDO	: OS MESMOS

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETOS-LEIS 491/69, 1.724/79, 1.722/79, 1.658/79 E 1.894/81. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. EXTINÇÃO DO BENEFÍCIO. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA PELA PRIMEIRA SEÇÃO. VIGÊNCIA DO ESTÍMULO FISCAL ATÉ 04 DE OUTUBRO DE 1990. RESSALVA DO ENTENDIMENTO DO RELATOR. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA 07/STJ.

1. O crédito-prêmio do IPI, nas demandas que visam o seu recebimento, posto não versarem hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento decorrente da regra da não-cumulatividade estabelecida pelo texto constitucional, não obedece a regra inserta no artigo 168, do CTN, sendo-lhe aplicável o disposto no Decreto nº 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.

2. Destarte, os créditos fiscais passíveis de aproveitamento são os adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação (Precedentes das Turmas de Direito Público: **AgRg no Ag 585290/RS**, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005; **REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005; **AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006; e **REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006).

3. Ação ajuizada em **19/12/1994**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo de se creditarem e utilizarem os créditos de IPI referente ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, dos créditos referentes ao período de **1985 até outubro de 1990.**

4. O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.

5. Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.

6. Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice.*

7. O Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

8. É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).

9. À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).

9.1 A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.

Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.

Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria.

10. Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.

11. A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)".*

12. Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*: *"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão."* (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

13. À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)

14. Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.

15. Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.

16. A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies"* a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno";* **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

16.1. Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

16.1.1. A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes"*. (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).

16.1.2. Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).

16.1.3 Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).

16.1.4. É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.

16.1.5. Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor: a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).

16.1.6. Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.

16.1.7. Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras: basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).

16.1.8. O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).

16.1.9. Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.

16.1.10. Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).

16.1.11. A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).

16.1.12. A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.

16. 1.13. À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:
"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:
"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:
"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.
O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."

16.1.14. Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.

17. À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que: *"**1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).** 2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação. 3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal. 4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada. 5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os*

beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento."

18. Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de o mesmo terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.

19. Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.

20. Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).

20.1. No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).

21. Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).

21.1. Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento.

21.2. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.

21.3 A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.

22. A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.

23. Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.

24. O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.

25. Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.

26. Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.

26.1. Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.

26.2. Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.

27. A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.

28. O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.

28.1. Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).

29. Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.

29.1. Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.

29.2 Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.

30. Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

31. Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, Relator Ministro Teori Albino Zavascki).

32. Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

33. Ressalva do entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**.

34. *In casu*, a ação foi ajuizada em **19/12/1994**, demandando parcelas de IPI relativas ao período de 1985 a outubro de 1990, ressoando inequívoca a ocorrência da prescrição das parcelas anteriores a 19/12/1989, razão pela qual não merece prosperar a pretensão recursal da parte autora.

35. A análise quanto ao valor da condenação, fixado pelo Tribunal *a quo*, por ensejar inegável incursão na seara fático-probatória da demanda, bem como a revisão do critério adotado para a fixação dos honorários, em sede de recurso especial, revelam-se interditadas à esta Corte Superior, em face do enunciado sumular n.º 07 do STJ (Precedentes: AgRg no AG n.º 754.833/RJ, DJU de 03/08/2006; REsp n.º 816.043/RN, DJU de 30/06/2006; e EDcl no AG n.º 642.105/PR, DJU de 08/05/2006).

36. Recursos especiais a que se nega seguimento (artigo 557, *caput*, do CPC).

Trata-se de recursos especiais interpostos por CURTUME MODERNO S/A e pela FAZENDA NACIONAL, ambos com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, no intuito de ver reformado acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado:

TRIBUTÁRIO. CRÉDITO-PRÊMIO DO IPI. DECRETO-LEI 491/69. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 1º DO DECRETO-LEI 1724/79.

1. Inconstitucionalidade do art. 1º do Decreto-Lei 1724/89, já declarada pelo extinto TRF (AC 109896-DF), ficando, portanto, sem efeito os Decretos-Leis 1.722/79 e 1.658/79, aos quais o primeiro se referiu, o que permitiu, conseqüentemente, a incidência do Decreto-Lei 491/69, instituidor do estímulo fiscal, expressamente mencionado no Decreto-Lei 1.894/81, que restaurou o benefício do crédito-prêmio do IPI, sem definição de prazo, segundo a jurisprudência deste Tribunal (AC 96.01.54413-5/DF e EAIC 96.01.00154-9 /DF) e do STJ (AgReg no Ag 250914/DF e REsp 40332/DF).

2. Direito do contribuinte ao recebimento do crédito-prêmio criado pelo Decreto-Lei 491/69, aplicando-se à ação de ressarcimento as normas disciplinadoras da repetição de indébito tributário.

3. Honorários advocatícios fixados em 5% sobre o valor da condenação, por tratar-se de matéria pacificada (CPC, art. 20, § 4º).

4. Apelação da autora improvida. Recurso adesivo da União e remessa oficial parcialmente providas.

Noticiam os autos que a empresa recorrente **ajuizou ação, em 19/12/1994**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo de se creditar e utilizar os créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, Decreto-Lei 1.248/72 e Lei 8.402/92, bem como de promover a compensação com quaisquer tributos administrados pela Receita Federal, dos créditos referentes ao período de **maio de 1985 a outubro de 1990** (fl. 235).
O juízo federal de primeiro grau julgou parcialmente procedente o pedido formulado, condenando a União a restituir dos valores correspondentes ao crédito-prêmio do IPI, afastados os valores abrangidos pela prescrição qüinqüenal, ou seja, anteriores a 19/12/89.
O Tribunal de origem deu parcial provimento à apelação da União, desprovendo a da parte autora, reconhecendo o direito do contribuinte ao recebimento do crédito-prêmio das parcelas posteriores a 19/12/1989, dada a prescrição qüinqüenal.
Foram opostos embargos declaratórios por ambas as partes: a autora, pugnando pela prescrição decenal e pela incidência da taxa SELIC; a União, alegando que a legislação de regência deveria ter sido aplicada, posto não ter havido qualquer declaração de inconstitucionalidade pelo Plenário desse TRF, bem como que a Resolução CIEX 2 seria baseada em legislação inconstitucional, razão pela qual não poderia ter sido adotada pelo Tribunal.
Ambos os embargos foram acolhidos parcialmente, de molde a esclarecerem-se os índices de correção monetária a serem aplicados.
Nas razões do especial, sustenta a empresa dissídio jurisprudencial e que o acórdão hostilizado contraria o disposto nos arts. 535 do CPC, 1º, do Decreto 20.910/32 e 462 do CPC. Requereu o aproveitamento do crédito-prêmio do IPI relativamente a todo o período pleiteado, haja vista que o prazo prescricional teve como termo *a quo* a data de 12/04/2002, quando publicado o acórdão do STF, bem assim a aplicação dos expurgos na forma requerida e a majoração da verba honorária a ser paga pela Fazenda Nacional para, no mínimo, 10%.
No recurso da União, foi alegada violação aos arts. 1º, do Decreto-Lei 1.658/79, e 2º da LICC, uma vez que restou extinto em 1983 o estímulo fiscal cognominado de crédito-prêmio do IPI, não ostentando a autora direito ao creditamento. No caso de entendimento diverso, pelo menos o afastamento da aplicação da Resolução CIEX 02/79.
Os recursos especiais receberam crivo positivo de admissibilidade na instância de origem, tendo sido apresentadas as respectivas contra-razões.

Relatados, decido.

Preliminarmente, os recursos merecem conhecimento, uma vez que prequestionada a matéria federal ventilada.
Os apelos serão apreciados conjuntamente.
A controvérsia encontra-se sintetizada na seguinte *vexata quaestio*: o crédito prêmio do IPI para a exportação de produtos manufaturados foi instituído pelo artigo 1°, do Decreto-Lei 491/69, com clara natureza extra-fiscal de estímulo às exportações e sem qualquer determinação de prazo extintivo. Assim permanecendo por quase dez anos. Em 24 de janeiro de 1979, o Decreto-Lei 1.658 previu a gradual extinção do incentivo, cujo prazo fatal esgotar-se-ia em 30 de junho de 1979. Menos de um ano depois o Decreto-Lei 1.722, de 03 de dezembro de 1979, em seu artigo 3º, revogou expressamente o § 2° do artigo 1°, do Decreto-Lei 1.658, substituindo sua redação e alterando o cronograma de reduções do incentivo. O objetivo foi dar maior flexibilidade à sistemática de redução gradual do crédito-prêmio. Por isso: modificou-se o percentual a ser reduzido em cada ano, tudo *"de acordo com ato do Ministro de Estado da Fazenda"* (artigo 3°), o qual, conforme dispunha o artigo 1º, podia estabelecer inclusive o prazo (forma, condições e prazo, estabelecidos pelo Poder Executivo). Logo em seguida, foi promulgado o Decreto-Lei 1.724, de 07 de dezembro de 1979, que, substituindo globalmente a sistemática anterior, delegava competência ao Ministro da Fazenda para *"aumentar ou reduzir, temporária ou definitivamente, ou extinguir"* o referido credito-prêmio, atendendo à conjuntura econômica. Sobreveio, ainda, o Decreto-Lei 1.894/81 para viger em 16.01.82, o qual assegurou a ampliação da incidência subjetiva do crédito-prêmio presente no artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69 para empresas meramente comerciais, contendo também a delegação ao Poder Executivo para aumentar, reduzir, suspender ou extinguir o benefício, de acordo com a conjuntura econômica.
O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 180828-4, declarou incidentalmente inconstitucionais as expressões *"reduzir temporária ou definitivamente, ou extinguir"* contidas nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81, por entender que não cabe delegação de competência para qualquer membro do Poder Executivo para "reduzir", "suspender" ou "extinguir" benefício concedido por lei, o que não se aplica à autorização para "aumentar" o benefício, preservada como constitucional por essa decisão da Suprema Corte.
A questão que se coloca diz respeito à vigência ou não, após 1983, do crédito-prêmio de IPI, tendo em vista a inconstitucionalidade da delegação presente nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81.

Com efeito, o *thema iudicandum* gravita em torno da eficácia da lei no tempo, a interpretação da lei financeira-tributária e o conceito de incentivo setorial-fiscal, bem como na vontade constitucional quanto ao referido benefício fiscal.
No que pertine ao prazo prescricional, no caso *sub examine* (demanda que visa ao recebimento do crédito-prêmio do IPI), posto não versar hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento de crédito, decorrente da regra da não-cumulatividade, estabelecida pelo texto constitucional, não há que se cogitar da incidência do artigo 168, do CTN, sendo aplicável o Decreto nº 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.
Destarte, são passíveis de aproveitamento tão-somente os créditos fiscais adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação, consoante corroboram as ementas dos seguintes julgados oriundos de ambas as Turmas de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. AQUISIÇÃO DE INSUMOS ISENTOS, NÃO-TRIBUTADOS OU TRIBUTADOS À ALÍQUOTA ZERO. CRÉDITOS ESCRITURAIS. NÃO-CUMULATIVIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL.
(...)
3. Nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é de 5 anos, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. Precedentes do STJ.
(...)
5 Agravo regimental desprovido." (**AgRg no Ag 585290/RS**, desta relatoria, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. NÃO-INCIDÊNCIA. SÚMULAS 83 E 85/STJ.
1. A prescrição dos créditos fiscais decorrentes do crédito-prêmio do IPI é qüinqüenal, a partir do ajuizamento da ação. Decidiu o acórdão que, ajuizada a ação em 08.06.93, acham-se prescritas as prestações anteriores a 1987. Precedentes da 1ª e 2ª Turmas e da 1ª Seção.
2. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação" (Súmula 85/STJ)
(...)
4. Recurso especial não conhecido." (**REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. IPI. APROVEITAMENTO DOS CRÉDITOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. MATÉRIA DE CUNHO CONSTITUCIONAL EXAMINADA NO TRIBUNAL A QUO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO NA CORTE RECORRIDA NÃO SANADA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADUÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS AUSENTES NA DECISÃO ATACADA. SÚMULA Nº 211/STJ. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. SÚMULA nº 85/STJ. PRECEDENTES.
(...)
3. As 1ª e 2ª Turmas e a 1ª Seção do STJ assentaram que, nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é qüinqüenal, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação." (Súmula nº 85/STJ). Precedentes desta Corte Superior.
(...)" (**AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º).VIGÊNCIA. PRAZO. EXTINÇÃO.
(...)
5. A 1ª Seção do STJ firmou entendimento no sentido de ser de cinco anos o prazo prescricional das ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, sendo atingidas as parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu a propositura da ação, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32. Precedentes: Resp 752.550/RS, 1ª T., Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 19.09.2005; EDcl no Resp 225.359/DF, 2ª T., Min. Castro Meira, DJ de 03.10.2005; RESP 661.300/RS, 2ª T., Min. Eliana Calmon, DJ de 20.02.2006
6. Recurso especial a que se nega provimento." (**REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006)

Doravante, impõe-se aferir se assiste razão à recorrente no que concerne à violação dos artigos 1º, do Decreto-Lei 491/69, e 1º, do Decreto-Lei 1.894/81. Isto porque, em face da declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1.724/79, os Decretos-Lei 1.722/79 e 1.894/81, ali referidos, restaram inaplicáveis. Consectariamente, por disposição expressa do Decreto-Lei 1.658, subjaz a questão do lapso final da aplicação do benefício do Decreto-Lei 491/69.
O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heterógena a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.
Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.
Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice.*
O Decreto-lei n° 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).
À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).
A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.
Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.
Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria."

Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.
A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)".*

Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*:

"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão." (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)

Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.

Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.

A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies*" a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno";* **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes"*. (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).

Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).

Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).

É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.

Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).

Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.

Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras: basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).

O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).

Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.

Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).

A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).

A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.

À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:
"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:
"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:
"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.
O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."

Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.

À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que:

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º). INCONSTITUCIONALIDADE DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA AO MINISTRO DA FAZENDA PARA ALTERAR A VIGÊNCIA DO INCENTIVO. EFICÁCIA DECLARATÓRIA E EX TUNC. MANUTENÇÃO DO PRAZO EXTINTIVO FIXADO PELOS DECRETOS-LEIS 1.658/79 E 1.722/79 (30 DE JUNHO DE 1983).
1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).
2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação.
3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal.
4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada.
5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento." (REsp 591708/RS, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ 09.08.2004)

Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de os mesmos terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.

Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.

Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).

No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).

Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).

Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.

A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.

A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.

Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.

O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.

Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.

Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.

Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.

Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.

A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.

O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.

Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).

Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.

Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.

Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.

Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, da relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki).

Nada obstante, ressalvo o entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**, consoante as razões inicialmente ventiladas.

Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

In casu, a ação foi ajuizada em **19/12/1994**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo de se creditarem e utilizarem os créditos de IPI referente ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, dos créditos referentes ao período de **1985 até outubro de 1990.**

Desta sorte, a pretensão recursal demanda parcelas de IPI relativas ao período de 1985 a outubro de 1990, ressoando inequívoca a ocorrência da prescrição das parcelas anteriores a 19/12/1989, razão pela qual não merece prosperar a pretensão recursal da parte autora.

No tocante à majoração da verba honorária, assentou o acórdão recorrido a sua redução para 5% sobre o valor da condenação, em consonância com o art 20, § 4º, do CPC, posto que a matéria estaria pacificada.

Deveras, inviável a análise da fundamentação recursal no que pertine à suposta violação aos artigos 20, § 3º, do CPC.

Isto porque, é cediço nesta Corte ser interditada, em sede de recurso especial, no que se refere aos honorários advocatícios, a análise quanto ao valor da condenação, fixado pelo Tribunal *a quo*, por ensejar inegável incursão na seara fático-probatória da demanda, o que é obstado pelo enunciado sumular n.º 07/STJ. Neste sentido, os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE FATO CONSTITUTIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DE DIREITO. REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ART. 20, § 4º, DO CPC. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. É vedado o reexame de matéria fático-probatória em sede de recurso especial, a teor do que prescreve a Súmula 7 desta Corte.

2. O questionamento da agravante acerca do critério adotado para fixação dos honorários advocatícios (aplicação do art. 21 do CPC) demanda o reexame do grau de sucumbimento de cada parte para fins de fixação e distribuição da verba, ensejando análise de matéria fática, incabível em recurso especial (Súmula 07/STJ).

3. Não é cabível, em recurso especial, examinar a justiça do valor fixado a título de honorários, já que o exame das circunstâncias previstas nas alíneas do § 3º do art. 20 do CPC impõe, necessariamente, incursão à seara fático-probatória dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ e, por analogia, da Súmula 389/STF.

4. Conforme dispõe o art. 20, § 4º, do CPC, nas causas em que for vencida a Fazenda Pública os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, que levará em conta o grau de zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

5. Nessas hipóteses, não está o juiz adstrito aos limites indicados no § 3º do referido artigo (mínimo de 10% e máximo de 20%), porquanto a alusão feita pelo § 4º do art. 20 do CPC é concernente às alíneas do § 3º, tão-somente, e não ao seu caput. Precedentes da Corte Especial, da 1ª Seção e das Turmas.

6. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no AG n.º 754.833/RJ, Primeira Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJU de 03/08/2006)

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. JUROS MORATÓRIOS. ART. 15-B DO DECRETO-LEI 3.365/41, INSERIDO PELA MP 1.901-30/99. INAPLICABILIDADE À HIPÓTESE DOS AUTOS, SOB PENA DE OFENSA À COISA JULGADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. GRAU DE SUCUMBÊNCIA. MATÉRIA DE PROVA.

1. O art. 15-B do Decreto-Lei 3.365/41 determina a incidência dos juros moratórios a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser feito, nos termos do art. 100 da Constituição, orientação, inclusive, que se harmoniza com a mais recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido de afastar a mora imputada à Fazenda Pública nas hipóteses em que o pagamento é realizado dentro das determinações constitucionalmente estabelecidas no art. 100 da CF/88 (regime de precatórios).
2. A obrigação de efetuar o pagamento da indenização, quando não for aceito o preço inicialmente ofertado, nasce com o trânsito em julgado da sentença, a partir de quando a Fazenda Pública passa a incidir em mora. A lei aplicável, portanto, no que tange ao termo inicial de incidência dos juros moratórios, é a vigente nesse momento.
3. Tratando-se, todavia, de sentença já transitada em julgado, na qual se determinou a incidência dos juros moratórios nos moldes da Súmula 70/STJ - "Os juros moratórios, na desapropriação direta ou indireta, contam-se desde o trânsito em julgado da sentença" -, torna-se inviável a aplicação do aludido preceito legal, sob pena de violação da coisa julgada, questão que não fica superada pela simples alegação de ofensa ao art. 15-B do Decreto-Lei 3.365/41.
4. Esta Corte já consolidou o entendimento no sentido de que a apreciação do quantitativo em que autor e réu saíram vencidos na demanda, bem como da existência de sucumbência mínima ou recíproca, encontra inequívoco óbice na Súmula 7/STJ, por revolver matéria eminentemente fática. Precedentes.
5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido." (REsp n.º 816.043/RN, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJU de 30/06/2006)

"PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - NÃO CONHECIMENTO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL - CONTRATO - ARRENDAMENTO MERCANTIL - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - SUCUMBÊNCIA EM PARTE MÍNIMA RECONHECIDA PELO TRIBUNAL A QUO - REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO - VEDAÇÃO - SÚMULA 7/STJ - DESPROVIMENTO.
1 - Na esteira de inúmeros precedentes desta Corte, é inviável, em sede de recurso especial, a análise quanto ao valor da condenação, fixado pelo Tribunal a quo, para concluir se houve sucumbência recíproca ou em parte mínima, por ensejar inegável incursão na seara fático-probatória da demanda, o que é vedado pela Súmula 07/STJ. Precedentes.
2 - Embargos de declaração conhecidos como agravo regimental, porém, desprovido." (EDcl no AG n.º 642.105/PR, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJU de 08/05/2006)
Sob esse aspecto, sobressai inequívoco, que a análise da pretensão veiculada no recurso especial das ora recorrentes, demanda a análise do contexto fático-probatório dos autos, insindicável pelo STJ, ante o óbice erigido pela Súmula 07 desta Corte.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, *caput*, do CPC, NEGO SEGUIMENTO AOS RECURSOS ESPECIAIS.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2038)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 805.099 - RS (2006/0181302-6)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM DAER RS
PROCURADOR	: MARCOS TUBINO BORTOLAN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EQUIPE 3 MARKETING E PROPAGANDA LTDA
ADVOGADO	: ALCEDIR VANDERLEI LOVATTO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE CANELA
ADVOGADO	: ISABEL VALÉRIO GONZALEZ

DECISÃO
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 544 DO CPC. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 182 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO.
1. É inviável a análise do agravo de instrumento cuja fundamentação não impugna especificamente os fundamentos da decisão agravada. Inteligência da Súmula 182 do STJ, que dispõe: *É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.*
2. O agravante deixou de atacar fundamentos da decisão agravada aptos a obstar o seguimento do recurso especial.
3. Visando a demonstração do dissídio jurisprudencial, impõe-se indispensável avaliar se as soluções encontradas pelo *decisum* embargado e paradigmas tiveram por base as mesmas premissas fáticas e jurídicas, existindo entre elas similitude de circunstâncias.
4. *In casu*, inexiste similaridade entre o acórdão paradigma e o acórdão recorrido, uma vez que, o aresto paradigma não trata de área objeto de contrato de concessão de uso pelo ente público, no caso, o município.
5. Agravo de instrumento improvido.

Trata-se de agravo de instrumento interposto por DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM DAER RS, com fulcro no art. 544 do Código de Processo Civil, no intuito de ver reformada a r. decisão que inadmitiu o seu recurso especial com base nos seguintes fundamentos: *(i)* não ocorreu nenhuma das hipóteses que ensejem a violação do art. 535 do CPC, nem do art. 458 do referido diploma; *(ii)* ausência de prequestionamento dos artigos 66, I, 485, 497 do Código Civil; *(iii)* que o acórdão reconhece a posse sob contrato de concessão de uso devidamente autorizado por lei, pelo que, rever esse entendimento esbarraria no óbice do enunciado 5 da Súmula desta Corte; *(iv)* que não foi impugnado o fundamento do acórdão recorrido que trata da ausência de comprovação de que a torre de publicidade em questão ameaça a segurança dos usuários da Rodovia RS 235. Pelo que aplicável, por analogia a Súmula 283/STF; *(v)* bem como a Súmula 7/STJ; e , por fim, que não há semelhança entre o aresto paradigma e o acórdão guerreado.
Alega em sua petição de agravo de instrumento que: *(i)* suscitou objetivamente a questão da natureza pública do bem (de uso comum do povo) e do exercício pela autarquia dos poderes inerentes ao domínio (arts. 99,I, 485 e 497 do Código Civil de 2002); *(ii)* que o Tribunal *a quo* quedou-se silente quanto a essa questão; *(iii)*que não há necessidade de revolvimento da fatos ou provas na solução da lide, sendo, ao seu ver, questão de valoração jurídica da prova; e, finalmente, que *(iv)* o acórdão paradigma, assim como o vergastado, tratam de demandas possessórias envolvendo bens públicos, restando assim demonstrada a similitude fática entre os arestos.
Sem contra-razões ao recurso especial, nem contraminuta ao agravo.
Brevemente relatados, decido.
Da análise das razões do presente Agravo de Instrumento denota-se que a agravante não impugnou especificamente o fundamento da decisão que
Em verdade, da leitura da petição do Agravo de Instrumento, depreende-se que não foi impugnado o fundamento da decisão agravada que trata de incidência da Súmula 283/STF.
Dessarte, incide ao caso, por analogia, o enunciado da Súmula 182/STJ, que assim dispõe: *É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.*
Como de sabença, o agravo de instrumento interposto contra decisão denegatória do processamento de recurso especial, que não impugna especificamente seus fundamentos, não merece conhecimento por tratar-se de petição recursal inepta, já que ausente um dos requisitos extrínsecos de admissibilidade dos recursos que é sua regularidade formal, tese esta já pacificada no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça. Neste sentido, os seguintes arestos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DO ART. 557, § 1º, DO CPC. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. COMBATE ESPECÍFICO. SÚMULA 182/STJ.
1. A utilização do agravo previsto no art. 557, § 1º, do CPC, deve enfrentar a fundamentação da decisão agravada, ou seja, deve demonstrar que não é caso de recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. Por isso que é inviável, quando o agravante deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada (Súmula 182).
2. Recurso especial improvido (REsp n.º 547.732/PE, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 22/03/2004).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SÚMULA 182/STJ.
- O agravo de instrumento interposto contra decisão denegatória de processamento de recurso especial que não impugna especificamente seus fundamentos, não merece conhecimento, ante o óbice imposto pela Súmula 182 do STJ, aplicada, mutatis mutandis, ao caso sub examen, conforme manso entendimento desta Corte.
- Agravo regimental desprovido (AGEDAG n.º 441.450/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 23/09/2002).

AGRAVO REGIMENTAL. FUNDAMENTAÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. REPRODUÇÃO DAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.
1. Não se conhece de Agravo de Instrumento, que não ataca especificamente os fundamentos da decisão agravada, realizando mera reprodução das razões utilizadas no Recurso Especial.
2. Recurso não conhecido (AGA n.º 353.680/PR, Rel. Min. Edson Vidigal, DJ de 09/04/2001).

Por oportuno, vale destacar a preciosa lição de Roberto Rosas acerca do enunciado da Súmula 182 deste Tribunal, qual seja:

"O agravo tem como finalidade desconstituir os termos do despacho agravado. Logo, só pode ser válido se impugnar os fundamentos dessa decisão, e não discutir outros aspectos da causa, como alcance do recurso especial não admitido, ou, então, simplesmente repetir os fundamentos do recurso especial, sem acrescentar as objeções ao despacho agravado "(*in*, Direito Sumular. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 367).

Ademais, também não merece conhecimento o apelo no que pertine à divergência jurisprudencial.
Como é de sabença, a interposição do recurso especial pela alínea "c" exige do recorrente a comprovação do dissídio jurisprudencial, cabendo ao mesmo colacionar precedentes jurisprudenciais favoráveis à tese defendida, comparando analiticamente os acórdãos confrontados, nos termos previstos no artigo 541, parágrafo único, do CPC.
Deveras, visando a demonstração do dissídio jurisprudencial, impõe-se indispensável avaliar se as soluções encontradas pelo *decisum* embargado e paradigmas tiveram por base as mesmas premissas fáticas e jurídicas, existindo entre elas similitude de circunstâncias.
In casu, impõe-se reconhecer a inexistência de similaridade, indispensável na configuração do dissídio jurisprudencial, na medida em que não há semelhança entre as hipóteses fáticas do acórdão guerreado e o acórdão paradigma, uma vez que, o aresto paradigma não traz hipótese de contrato de concessão de uso ao particular pelo ente público.
Veja-se, a respeito, o trecho do aresto recorrido:

"*O tão-só fato de a nomeação não seguir a ordem estatuída não deve 'ipso facto' levar ao automático indeferimento do pedido. E, firmada esta premissa, não haveria óbice em se deferir o pedido, mormente quando o precatório em apreço veicula débito contra o mesmo ente federativo que, agora, promove a execução fiscal.*
Ocorre que, apesar de constante dos autos cópia do instrumento de cessão dos créditos (fls. 40/47), a agravante não providenciou a prova do pedido de substituição processual no autos que originaram o débito plasmado nos precatórios objetos de cessão. E, conforme restou assentado nesta Egrégia Sétima Câmara 'providência que se justifica: a indenização será paga a quem estiver indicado no precatório, sob a supervisão do juiz. Até que a cessão seja aceita pelo magistrado e a agravante seja considerada credora de tal quantia não se pode ter crédito como oponível à Fazenda. A cessão de direitos, no momento, vale entre as partes; não serve para constituir garantia em Juízo' " (fl. 158)

Logo, não restou demonstrado o dissídio pretoriano.
Ex positis, com fulcro no art. 544, § 2º do CPC, **NÃO CONHEÇO** do presente agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2039)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 809.579 - RJ (2006/0188569-1)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: VIAÇÃO RESENDENSE LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: SERGIO RONALDO SAHIONE FADEL E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EMPRESA BRASILEIRA DE TURÍSMO - EMBRATUR
PROCURADOR	: ERIKA RODRIGUES COELHO VAZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNIÃO

DECISÃO
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTIGO 544 DO CPC. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL DO RECURSO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ.
1. É inviável a análise do Agravo de Instrumento, cuja fundamentação não impugna especificamente os fundamentos da decisão agravada. Inteligência da Súmula 182 do STJ, que dispõe: "*É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.*"
2. Agravo de Instrumento não conhecido (art. 544, § 2º do CPC).

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por VIAÇÃO RESENDE e OUTROS, com fulcro no artigo 544 e seguintes do CPC, contra decisão de fls. 101/102, que inadmitiu o Recurso Especial, sob o seguinte fundamento:

Não há como se admitir o presente recurso. Com efeito, "PARA VIABILIZAR O CONHECIMENTO DO ESPECIAL, PELO FUNDAMENTO DA ALÍNEA "A" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL, NÃO E SUFICIENTE A SIMPLES MENÇÃO EXPLICITA AOS PRECEITOS DE LEI QUE SE PRETENDE DESAFEIÇOADOS (PELO ACÓRDÃO DO TRIBUNAL "A QUO"), MAS, AINDA, A MOTIVAÇÃO JUSTIFICADORA, ESCLARECENDO-SE, COM PRECISÃO, EM SUA DICÇÃO E CONTEÚDO, PARA POSSIBILITAR, AO JULGADOR, O COTEJO ENTRE O TEOR DOS ARTIGOS INDICADOS COMO VIOLADOS E A FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO.

Em suas razões, as agravantes não impugnaram especificamente todos os fundamentos da decisão agravada.

Brevemente relatados, DECIDO.

O presente Agravo de Instrumento não reúne condições de processamento. Isto porque incide à espécie a Súmula 182/STJ.

Com efeito, em sua petição, fls. 02/03, os agravantes não impugnaram especificamente todos os fundamentos da decisão agravada. Limitaram-se à pleitear o provimento do presente agravo, repisando os argumentos do recurso especial.

Ocorre, da leitura da petição do Agravo de Instrumento, depreende-se que não foi impugnado o fundamento da decisão agravada, no sentido de demonstrar que houve a denominada *"motivação justificadora, esclarecendo-se com precisão, em sua dicção e conteúdo, para possibilitar, ao julgador, o cotejo entre o teor dos artigos indicado como violados e a fundamentação do recurso"*, uma vez que a decisão agravada afirmou que, para viabilizar o conhecimento do especial, pelo fundamento da alínea "a" do permissivo constitucional, não é suficiente a simples menção explícita aos preceitos de lei que pretende desafeiçoados.

Como de sabença, o Agravo de Instrumento interposto contra decisão denegatória do processamento de Recurso Especial que não impugna especificamente seus fundamentos, não merece conhecimento por tratar-se de petição recursal inepta, já que ausente um dos requisitos extrínsecos de admissibilidade dos recursos que é sua regularidade formal, tese esta já pacificada no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça. Neste sentido, os seguintes arestos:

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DO ART. 557, § 1º, DO CPC. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. COMBATE ESPECÍFICO. SÚMULA 182/STJ. 1. A utilização do agravo previsto no art. 557, § 1º, do CPC, deve enfrentar a fundamentação da decisão agravada, ou seja, deve demonstrar que não é caso de recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. Por isso que é inviável, quando o agravante deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada (Súmula 182). 2. Recurso especial improvido" (*REsp n.º 547.732/PE, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 22/03/2004).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SÚMULA 182/STJ. - O agravo de instrumento interposto contra decisão denegatória de processamento de recurso especial que não impugna especificamente seus fundamentos, não merece conhecimento, ante o óbice imposto pela Súmula 182 do STJ, aplicada, mutatis mutandis, ao caso sub examen, conforme manso entendimento desta Corte. Agravo regimental desprovido" (AGEDAG n.º 441.450/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 23/09/2002).

"AGRAVO REGIMENTAL. FUNDAMENTAÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. REPRODUÇÃO DAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. 1. Não se conhece de Agravo de Instrumento, que não ataca especificamente os fundamentos da decisão agravada, realizando mera reprodução das razões utilizadas no Recurso Especial. 2. Recurso não conhecido" (AGA n.º 353.680/PR, Rel. Min. Edson Vidigal, DJ de 09/04/2001).

É preciosa a lição de Roberto Rosas acerca do enunciado da Súmula 182/STJ, conforme se depreende da seguinte transcrição:

"O agravo tem como finalidade desconstituir os termos do despacho agravado. Logo, só pode ser válido se impugnar os fundamentos dessa decisão, e não discutir outros aspectos da causa, como alcance do recurso especial não admitido, ou, então, simplesmente repetir os fundamentos do recurso especial, sem acrescentar as objeções ao despacho agravado." (in Direito Sumular, 10ª Ed, São Paulo, Malheiros, 2000. p.367*).*

Assim, imperiosa a aplicação da inteligência da Súmula 182 do STJ, que dispõe, *verbis*:

"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

No mesmo sentido, colacionam-se as seguintes decisões monocráticas: AG 572182/RS, datada de 04/02/2004; AG 482646/SP, de 18/11/2003; AG 556987/MG, de 25/11/2003; AG 555128/SP, datada de 10/12/2003 e AG 541061/SP, datada de 03/02/2004.

Ex positis, com fulcro no art. 544, § 2º do CPC, NÃO CONHEÇO do Agravo de Instrumento.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília, DF, 20 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2040)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 815.504 - RS (2006/0206621-1)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: PICOLINO MALHAS INFANTIS LTDA
ADVOGADO	: ALEXANDRE CAETANO NODARI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SIMONE ANACLETO LOPES E OUTRO(S)

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. SELIC. DECRETO-LEI 1.025/69. ENCARGO LEGAL DE 20%. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS INCLUSOS.

1. A cobrança do encargo de 20% sobre o valor do débito, previsto no Decreto-Lei n.º 1.025/69, editado pela Lei n.º 7.711/88, passou a cobrir despesas com a arrecadação dos tributos, além de honorários advocatícios.

2. O parágrafo 4º do artigo 39 da Lei nº 9.250/95, dispõe que: "*A partir de 1º de janeiro de 1996, a compensação ou restituição será acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da compensação ou restituição e de 1% relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada."*

3. A taxa SELIC representa a taxa de juros reais e a taxa de inflação no período considerado e não pode ser aplicada, cumulativamente, com outros índices de reajustamento.

4. A cobrança do encargo de 20% sobre o valor do débito, previsto no Decreto-Lei n.º 1.025/69, passou a cobrir despesas com a arrecadação dos tributos, além de honorários advocatícios, pelo que não prospera a pretensão da Fazenda Nacional de obter, além do citado encargo, a condenação do executado em verba honorária autônoma, inclusive na ação incidental de embargos, sob pena de locupletamento ilícito do erário público, mercê da afronta ao princípio da economicidade, inserto no art. 620 do CPC, aplicável subsidiariamente às execuções fiscais. (Art. 1º da Lei 6.830).

5. É inviável a apreciação, em sede de Recurso Especial, de matéria sobre a qual não se pronunciou o tribunal de origem, porquanto indispensável o requisito do prequestionamento. Ademais, como de sabença, *"é inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada na decisão recorrida, a questão federal suscitada"* (Súmula 282/STF), e *"o ponto omisso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento"* (Súmula N.º 356/STJ).

6. Agravo de instrumento improvido.

Vistos, etc.

Trata-se de agravo de instrumento interposto por PICOLINO MALHAS INFANTIS, com fulcro no art. 544 do Código de Processo Civil, no intuito de ver reformada decisão que inadmitiu seu recurso especial.

O acórdão recorrido ostenta a seguinte ementa:

"EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. PIS. MULTA. JUROS. SELIC. INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO SOBRE OS VALORES ACESSÓRIOS.

1. São inconstitucionais as alterações introduzidas no Programa de Integração Social (PIS) pelos Decretos-Leis 2445/88 e 2449/88. Súmula nº 28 desta Corte.

2. O STF já decidiu que o termo a quo do prazo de anterioridade mitigada é o da data da medida provisória primitiva e não a da conversão em lei (STF, RE 181.664, fev. 97 e ADIN 1.135-9). Os efeitos da LC 7/70 operam eficácia até a vigência da Medida Provisória n. 1.212/95 e reedições posteriores.

3. A multa é devida em razão do descumprimento da obrigação por parte do contribuinte, nos estritos percentuais da lei de regência, à época da exação. Descabe falar em confisco, quando o valor da penalidade obedece a critérios de razoabilidade, especialmente ao permanecer abaixo do principal da dívida.

4. É legítima a incidência da taxa de juros diversa daquela estabelecida no parágrafo 1º, do artigo 161 do CTN, desde que fixada em lei. Logo aplicável a SELIC sobre o débito exeqüendo, já que tal índice está previsto na Lei nº 9.065, de 1995.

5. A regra constitucional constante no artigo 192, parágrafo 3º, que fixava o índice de juros de 12% ao ano, era, até a sua revogação pela Emenda Constitucional nº 40/03, norma de eficácia limitada.

6. Sabendo-se que a correção monetária tem por escopo unicamente preservar o valor real do débito, nada agregando-lhe, mas apenas evitando que este seja corroído pela inflação, é de incidir tanto sobre o montante principal quanto sobre os acessórios."

Irresignada com o teor do v. acórdão prolatado, a agravante interpôs recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Carta Maior, sustentando violação aos arts. 9º, I, e 97, I e IV. 138 e 191, § 1º, do CTN, bem como dissídio jurisprudencial. Requer sejam excluídas dos cálculos da Certidão de Dívida Ativa que dá suporte ao executivo fiscal a Taxa SELIC, a multa e o encargo de inscrição por ilegais, condenando-se a recorrida em custas e honorários.

Relatados, decido.

Não assiste razão ao agravante.

Preliminarmente, o art. 138 do CTN que entende a recorrente por violado, referente ao pedido de afastamento da multa em razão de denúncia espontânea, não foi prequestionado pelo aresto recorrido, sequer tendo sido opostos embargos de declaração com a finalidade de sanar a omissão porventura existente, motivo pelo qual revela-se inarredável a incidência do verbete sumular n.° 282, do STF *verbis:*

"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."

Impende salientar que a exigência do prequestionamento não é mero rigorismo formal, que pode ser afastado pelo julgador a que pretexto for. Ele consubstancia a necessidade de obediência aos limites impostos ao julgamento das questões submetidas ao E. Superior Tribunal de Justiça, cuja competência fora outorgada pela Constituição Federal, em seu art. 105.

No que se refere à aplicação da Taxa SELIC, estabelece o parágrafo 4º, do artigo 39, da Lei nº 9.250/95, que *"a partir de 1º de janeiro de 1996, a compensação ou a restituição será acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC..."*.

A taxa SELIC é o valor apurado no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, mediante cálculo da taxa média ponderada e ajustada das operações de financiamento por um dia e reflete, basicamente, as condições instantâneas de liquidez no mercado monetário e se decompõe em taxa de juros reais e taxa de inflação no período considerado, razão pela qual não pode ser aplicada cumulativamente, com outros índices de reajustamento, como por exemplo, com a UFIR, o IPC e o INPC.

Quanto a este ponto, transcrevo trecho do julgado proferido pelo Eminente Ministro José Delgado, nos autos do Resp nº 396.918/RS, publicado no DJ de 27.02.2002, *in verbis*:

"omissis

O acórdão examinado entendeu que devem incidir, nas parcelas do tributo submetido ao fenômeno da compensação, a partir de janeiro de 1996, juros de mora equivalentes à Taxa SELIC.

O convencimento reconhece que a incidência dos juros, como acima registrado, decorre da força da Lei nº 9.250/95, afastando, assim, os efeitos do art. 167, § 1º, do CTN.

Portanto, tenho como aplicável, sem qualquer restrição, em caso de compensação tributária, a partir de 1º de janeiro de 1996, o art. 39, § 4º, da Lei nº 9.250, de 26.12.95, que assim dispõe:

Art. 39 (...)

§ 4º - A partir de 1º de janeiro de 1996, a compensação ou restituição será acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da compensação ou restituição e de 1% relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada.

A respeito, há de se considerar que a aplicação de juros com base na taxa SELIC compreende, também, a inclusão da correção monetária.

Não me sinto autorizado, com a devida vênia, a acrescer na mensagem do § 4º, do art. 39, da Lei nº 9.250/95, a exigência de que os juros calculados pela taxa SELIC só são aplicáveis, em compensação tributária, quando existir prévio deferimento de autoridade administrativa.

O dispositivo em discussão, segundo o meu entendimento, contém carga imperativa no sentido de que os juros de mora incidirão a partir do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da compensação.

A redação do texto legal não abre espaço para que o intérprete lhe acresça qualquer outra condição.

omissis"

A questão *sub examine* já foi amplamente debatida no âmbito desta Corte, o que deu ensejo a posicionamentos antagônicos. Todavia, a matéria restou definida, consoante se infere dos inúmeros julgados proferidos pela 1ª Seção, em embargos de divergência, dentre os quais destaco os mais recentes:

"TRIBUTÁRIO - COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA - TAXA REFERENCIAL SELIC - INCIDÊNCIA.

Estabelece o parágrafo 4º do artigo 39 da Lei nº 9.250/95 que a repetição de indébito ou a compensação tributária será acrescida de juros equivalentes à SELIC, calculados a partir de 1o de janeiro de 1.996 até o mês anterior ao da compensação ou restituição.

Embargos recebidos."

(ERESP Nº 131.203/RS, Relator Ministro Garcia Vieira, DJ de 11.12.2000)

"TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO - COFINS - FINSOCIAL - COMPENSAÇÃO - JUROS - LEI 9.250/95 (ART. 39, § 4º) - NATUREZA JURÍDICA - INCIDÊNCIA.

- Os juros previstos no Art. 39, § 4º da Lei 9.250/95, têm caráter compensatório. Eles incidem na compensação de tributos indevidos, recolhidos em conseqüência de lançamento por homologação.

Negar a incidência de juros na compensação é tratar pejorativamente o contribuinte que confiou na presunção de constitucionalidade. É que o contribuinte desconfiado, que se negou em recolher o tributo, manteve seu patrimônio indene, ao contrário, quem efetiva o autolançamento sofre evidente prejuízo."

(ERESP 162914/PR, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, 1ª Seção, DJ de 04/09/2000).

"AGRAVO REGIMENTAL - COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA - TAXA SELIC - PRECEDENTE AINDA NÃO PUBLICADO - INEXISTÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA - AGRAVO IMPROVIDO.

1. Embora não unânime, a jurisprudência da Primeira Seção é majoritária no sentido de que são devidos juros SELIC em compensação de tributos.

2. Da decisão agravada constam as razões de decidir, o que possibilita a impugnação da parte, não havendo prejuízo em virtude da não-publicação dos precedentes mencionados (EREsp's ns. 230.427, 242.029 e 244.443), conforme decidiu o STF (REED n. 112.564/RS).

3. Inexistência de cerceamento de defesa.

4. Agravo regimental improvido."

(AERESP Nº 246.733/RS, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 25.02.2002)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - AGRAVO REGIMENTAL - CERCEAMENTO DE DEFESA - INEXISTÊNCIA - COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA - TAXA SELIC.

1. Inexistência de cerceamento de defesa apoiar-se a decisão monocrática em precedentes da Primeira Seção ainda não publicados, eis que constam da decisão agravada as razões de decidir, que podem ser impugnadas através de agravo.

2. Em repetição de indébito a devolução pode ser feita em espécie, via precatório, ou por compensação, na forma da lei.

3. Lei n. 9.250/95 que indicou como incidente na compensação, a correção monetária pelos índices da taxa SELIC.

4. Agravo regimental improvido. "

(AERESP Nº 217.994/SC, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 04.02.2002)

Por fim, destaco trecho do voto do e. Min. Humberto Gomes de Barros, proferido nos Embargos de Divergência no Recurso Especial n.º 162.914:

"O Acórdão embargado assevera que tal preceito não incide no lançamento por homologação. É que, nesta espécie de lançamento, o

próprio contribuinte recolhe o tributo, que é recebido, sob reservas, pelo Estado. Ora, se o recolhimento depende de iniciativa do contribuinte, não se pode afirmar que o Estado encontra-se em mora, imediatamente após o recebimento. Tanto quanto o lançamento, a compensação depende de iniciativa do contribuinte. Assim, caso este não efetue imediatamente a compensação, nada se pode imputar ao Estado.
Tal argumento é falacioso. Ele parte de assertiva falsa: a de que são moratórios os juros previstos no § 4º acima transcrito. Nada autoriza tal afirmação. Em verdade, o preceito contido no § 4º acima transcrito homenageia o princípio geral de direito que veda o enriquecimento ilícito do Estado que tirou proveito do dinheiro indevidamente arrecadado. Outro objetivo visado pelo legislador, em o editar, foi evitar que o contribuinte seja prejudicado por haver cumprido pontualmente sua obrigação. Com efeito, diante da previsão legal de determinado tributo, admitem-se duas posições do contribuinte: confiar na presunção de constitucionalidade da lei e recolher o tributo ou não confiar e recusar o recolhimento.
Negar incidência de juros na compensação é tratar pejorativamente o contribuinte que confiou na presunção de constitucionalidade. É que o contribuinte desconfiado, que se negou em recolher o tributo, manteve seu patrimônio indene, ao contrário, quem efetiva o autolançamento sobre evidente prejuízo.
Como se percebe, os juros incidentes na compensação tributária, longe punir a mora do Estado, têm caráter compensatório e o evidente escopo didático de homenagear o contribuinte disciplinado e pontual.
Recebo os embargos, para declarar a incidência dos juros."

Outrossim, o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a jurisprudência desta Corte no tocante ao encargo legal de 20% previsto no art. 1º do Decreto-Lei nº 1.025/69, que dispõe, *verbis:*
*"**Art. 1º** -É declarada extinta a participação de servidores públicos na cobrança da Dívida Ativa da União, a que se referem os arts. 21 da Lei n. 4.439, de 27 de outubro de 1964, e 1º, inciso II, da Lei n. 5.421, de 25 de abril de 1968, passando a taxa, no total de 20% (vinte por cento), paga pelo executado, a ser recolhida aos cofres públicos, como renda da União."*

Por sua vez, a Lei nº 7.711/88, em seu art. 3º, assim disciplinou a questão acerca da cobertura de despesas destinadas a atos judiciais referentes à propositura da ação, *verbis*:
*"**Art. 3º** - A partir do exercício de 1989 fica instituído programa de trabalho de 'Incentivo à Arrecadação da Dívida Ativa da União', constituído de projetos destinados ao incentivo da arrecadação, administrativa ou judicial, de receitas inscritas como Dívida Ativa da União à implementação, desenvolvimento e modernização de redes e sistemas de processamento de dados, no custeio de taxas, custas e emolumentos relacionados com a execução fiscal e a defesa judicial da Fazenda Nacional e sua representação em juízo, em causas de natureza fiscal, bem assim diligências, publicações, pro labore de peritos técnicos, de êxito, inclusive a seus procuradores e ao Ministério Público Estadual e de avaliadores e contadores, e aos serviços relativos a penhora de bens e a remoção e depósito de bens penhorados ou adjudicados à Fazenda Nacional.*

***Parágrafo único**. O produto dos recolhimentos do encargo de que trata o art. 1º Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, modificado pelo art. 3º do Decreto-Lei nº 1.569, de 8 de agosto de 1977, art. 3º do Decreto-Lei nº 1.645/, de 11 de dezembro de 1978, e art. 12 do Decreto-Lei nº 2.163, de 19 de setembro de 1984, será recolhido ao Fundo a que se refere o art. 4º, em subconta especial, destinada a atender a despesa com o programa previsto neste artigo e que será gerida pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional, de acordo com o disposto no art. 6º desta Lei."*

Pela interpretação desses dispositivos legais, é forçoso reconhecer que, a cobrança do encargo de 20% sobre o valor do débito, previsto no Decreto-Lei nº 1.025/69, serve para o custeio da arrecadação dos tributos, incluindo despesas judiciais, a defesa da Fazenda Nacional e sua representação em juízo.
Com efeito, a jurisprudência do STJ consolidou entendimento de que, após a edição da Lei nº 7.711/88, o encargo previsto no DL nº 1.025/69 passou a cobrir despesas com a arrecadação da dívida ativa da União, abrangendo inclusive honorários advocatícios, conforme depreende-se das ementas a seguir transcritas:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ART. 20, § 4º, DO CPC. JUÍZO DE EQÜIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 07/STJ. JUROS MORATÓRIOS ANTERIORES À DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA. COBRANÇA INDEPENDENTE DA APURAÇÃO DE ATIVOS. ENCARGO DO DL 1.1025/69.
1. Não é cabível, em recurso especial, examinar a justiça do valor fixado a título de honorários, já que o exame das circunstâncias previstas nas alíneas do § 3º do art. 20 do CPC impõe, necessariamente, incursão à seara fático-probatória dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ e, por analogia, da Súmula 389/STF.
2. Em se tratando de empresa cuja falência foi decretada, impõe-se a diferenciação entre as seguintes situações: (a) antes da decretação da falência, são devidos os juros de mora, independentemente da existência de ativo suficiente para pagamento do principal, (b) após a decretação da falência, a incidência dos juros fica condicionada à suficiência do ativo para pagamento do principal.
3. Nas execuções fiscais propostas pela União, o acréscimo legal instituído pelo DL 1.025/69 é sempre devido, substituindo, nos embargos, os honorários advocatícios (Súmula 168/TFR).
4. Recurso especial a que se nega provimento.(REsp 653040/RS Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI DJ 27.03.2006)

AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - MASSA FALIDA - ENCARGO LEGAL PREVISTO NO DL N. 1.025/69 - CABIMENTO.
O encargo de 20% instituído pelo artigo 1º do Decreto-Lei n.º 1.025/69 destina-se a cobrir todas as despesas relativas à arrecadação de tributos não-recolhidos e abrange, inclusive, as despesas relativas aos honorários advocatícios. O referido encargo substitui a condenação do devedor em honorários de advogado, na cobrança executiva da Dívida Ativa da União (art. 3º do Decreto-lei n. 1.645/78).
O Superior Tribunal de Justiça, em inúmeros julgados, firmou o entendimento de que são exigíveis da massa falida os honorários advocatícios já inclusos no percentual referente ao encargo legal previsto no Decreto-Lei n. 1.025/69. Precedentes: REsp 227.800/PR, Rel. Min. Garcia Vieira, DJ 29.11.1999; REsp 448.115/PR, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 04/08/2003; REsp 430.521/PR, da relatoria deste Magistrado, DJ 11/4/2005. Agravo regimental improvido.(AgRg no REsp 603561/RS Relator Ministro FRANCIULLI NETTO DJ 06.03.2006)

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. DECRETO-LEI N. 1.025/69. ENCARGO LEGAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO. PRECEDENTES.
1. Conforme disposição prevista no art. 3º do Decreto-Lei n. 1.645/78, a aplicação do encargo de 20% (vinte por cento) instituído pelo Decreto-Lei n. 1.025/69 substitui a condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais na cobrança executiva da Dívida Ativa da União.
2. Considerando que no referido encargo já se encontram embutidos os honorários advocatícios, mostra-se incompatível a cumulação dessas verbas, sob pena de caracterização do vedado bis in idem.
3. Descabe aplicar o encargo de 20% (vinte por cento) do Decreto-Lei n. 1.025/69, se já atendido o princípio da sucumbência.
4. Recurso especial não-provido.(REsp 262100/RS Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA DJ 06.03.2006)

"PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - ADESÃO AO REFIS - DESISTÊNCIA DAS AÇÕES JUDICIAIS - VERBA DE SUCUMBÊNCIA: LEIS 9.964/2000 E 10.189/2001 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
1. Pacificação de entendimento em torno da condenação em honorários advocatícios na desistência das ações judiciais para adesão ao REFIS, a partir do julgamento do EREsp 475.820/PR, em que a Primeira Seção concluiu:
a) o art. 13, § 3º da Lei 9.964/2000 apenas dispôs que a verba honorária devida poderia ser objeto de parcelamento, como as demais parcelas do débito tributário;
b) quando devida a verba honorária, seu valor não poderá ultrapassar o montante do débito consolidado;
c) deve-se analisar caso a caso, distinguindo-se as seguintes hipóteses, quando formulado pedido de desistência:
- em se tratando de mandado de segurança, descabe a condenação, por não serem devidos honorários (Súmulas 512/STF e 105/STJ);
*- **em se tratando de embargos à execução fiscal de créditos da Fazenda Nacional, descabe a condenação porque já incluído no débito consolidado o encargo de 20% (vinte por cento) do Decreto-lei 1.025/69, nele compreendidos honorários advocatícios;***
- em ação desconstitutiva, declaratória negativa ou em embargos à execução em que não se aplica o DL 1.025/69, a verba honorária deverá ser fixada nos termos do art. 26, caput do CPC, mas não poderá exceder o limite de 1% (um por cento) do débito consolidado, por expressa disposição do art. 5º, § 3º da Lei 10.189/2001.
*2. Embargos de divergência conhecidos e providos." **(ERESP 412409/RS, Relatora Ministra ELIANA CALMON, DJ de 07.06.2004)***

Dessarte, o encargo previsto no Decreto-Lei 1.025/60 se destina, também, ao pagamento dos honorários alusivos aos embargos à execução fiscal, sendo incabível a condenação dos embargante ao pagamento de honorários de advogado, por estar dita verba incluída no encargo de 20% estatuído pelo Decreto-Lei 1025/69.

Por fim, o pedido de sucumbência recíproca não assiste razão, porquanto verifica-se que a agravante restou vencida na demanda.

Ex positis, NEGO PROVIMENTO ao presente agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, DF, 20 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2041)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 821.880 - CE (2006/0225062-3)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONSTRUTORA KONNEN LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: MANUEL LUÍS DA ROCHA NETO E OUTRO
INTERES.	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 544, § 1.º, DO CPC. AUSÊNCIA DE TRASLADO DE PEÇA OBRIGATÓRIA. CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO PROFERIDO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO ANTES DA INTIMAÇÃO DO ARESTO DOS ACLARATÓRIOS. EXTEMPORANEIDADE. ENTENDIMENTO DA CORTE.
1. A certidão de publicação do acórdão proferido nos embargos de declaração constitui peça essencial à formação do instrumento de agravo, visto figurar o referido documento no elenco do § 1º, do art. 544, do CPC.
2. Entendimento sólido desta Corte e do Supremo Tribunal Federal de que compete ao agravante a correta formação do instrumento.
3.É extemporâneo o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração opostos ao aresto atacado, seja pelo recorrente ou pelo recorrido, salvo se houver reiteração posterior, consoante novel entendimento da Corte Especial, firmado no julgamento do REsp 776.265/SC, em Sessão realizada no dia 18.04.2007.
3. Agravo de instrumento não conhecido.
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA , com fulcro no art. 544 do CPC, no intuito de ver reformada a r. decisão que negou seguimento ao seu recurso especial.
Depreende-se da análise dos autos que a ora agravante não juntou documento obrigatório quando da formação do presente instrumento de agravo, qual seja, a cópia da certidão de publicação do acórdão proferido nos embargos de declaração.
Verifica-se que apesar de não juntada a certidão da publicação do acórdão de embargos declaratórios, foi juntada a certidão do intimação do referido aresto, contudo datado de 05/10/2006 (fl.33). Sendo que o recurso especial foi interposto em 04/10/2006 (fl.37), antes portanto, da intimação para o conhecimento do aresto.
Sumariamente relatados, decido.
Não merece conhecimento o presente agravo.
O caso é peculiar.
Trata-se de recurso especial interposto por autarquia anteriormente à intimação para conhecimento do conteúdo do acórdão de embargos de declaração. Acerca dessa hipótese, este Sodalício, consoante novel entendimento da Corte Especial, firmado no julgamento do REsp 776.265/SC, em Sessão realizada no dia 18.04.2007, firmou-se do sentdido de ser extemporâneo o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração opostos ao aresto atacado, seja pelo recorrente ou pelo recorrido, salvo se houver reiteração posterior.
Nessa linha, colaciona-se o precedente:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. **INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL. OPOSIÇÃO DE EMBARGOS A POSTERIORI. RATIFICAÇÃO DAS RAZÕES DO RECURSO EXTREMO.** ENTENDIMENTO DESTE RELATOR PELA DESNECESSIDADE, COM APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. **DECISÃO DA CORTE ESPECIAL PELA OBRIGATORIEDADE.***
1. Agravo regimental contra decisão que não conheceu de agravo de instrumento por ter sido interposto prematuramente ao julgamento dos embargos de declaração e não-ratificado.
2. Sobre o assunto em tela, vinha externando o seguinte entendimento de ser dispensável a ratificação das razões do recurso especial quando este foi oposto dentro do prazo de interrupção ocasionado pela oposição de embargos de declaração da parte contrária. O excesso de rigor formal não se coaduna com o objetivo do direito processual moderno, em homenagem ao princípio da instrumentalidade das formas (art. 244 do CPC).
*3. **No entanto, a distinta Corte Especial deste Sodalício, ao julgar, em 18/04/2007 (pendente de publicação), por maioria, o REsp nº 776265/SC, Rel. originário Min. Humberto Gomes de Barros, Rel. p/ o acórdão Min. César Asfor Rocha, entendeu em sentido oposto, id est, que o recurso especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ou seja, antes de esgotada a jurisdição prestada pelo tribunal de origem, é prematuro e incabível, por isso ele deve ser reiterado ou ratificado no prazo recursal. Na ocasião, explicou-se que a CF/1988, no art. 105, III, prevê o cabimento do recurso especial em causas decididas em última instância e, nos julgamentos de embargos declaratórios, é possível a alteração do julgado pelo reconhecimento de omissão ou erro material ou, ainda, se não houve nenhuma modificação, o acórdão dos aclaratórios passa a integrar o aresto embargado, formando a última decisão prevista na Constituição. Observou-se que, nos termos do art. 538 do CPC, os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de outros recursos por qualquer das partes. Assim, ainda que se considere não ser possível antever se a outra parte irá ou não opor embargos de declaração, não se afasta a intempestividade do recurso especial, pois, com a intimação do julgamento dos aclaratórios, tem o embargado a ciência inequívoca da interrupção do prazo recursal. Logo, caberia ao recorrente, nesse prazo recursal, ratificar o recurso especial interposto prematuramente a fim de viabilizar a via eleita. Precedentes citados: a) do STF: AgRg no RE nº 447090/SC, DJ de 24/6/2005; e AgRg no Ag nº 601837/RJ, DJ de 24/11/2006; b) do STJ: REsp nº 498845/PB, DJ de 13/10/2003; REsp nº 778230/DF, DJ de 25/4/2006 e REsp nº 643825/PB, DJ de 24/6/2004.***

4. Assumindo essa nova linha de entendimento, tem-se por intempestivo, se não houver ratificação posterior, o recurso especial ofertado antes do julgamento dos embargos de declaração. Tal posicionamento independe se no julgamento dos aclaratórios ocorreu, ou não, efeitos infringentes, visto que a nova decisão torna-se parte integrante do acórdão recorrido, formando um todo indissociável ao qual se denomina decisão de última instância.
5. Agravo regimental não-provido, com a ressalva do meu ponto de vista. (AgRg no Ag 871810 / SP ; Ministro JOSÉ DELGADO. DJ 02.08.2007 p. 390)

Contudo, presumindo que a autarquia houvera prescindido do privilégio do art. 236, 2º, do Código de Processo Civil,para que fosse afastada a extemporaneidade do recurso, posto que não esgotada a instância recursal, a agravante deveria ter juntado a certidão de publicação do acordão de embargos declaratórios.

A legislação processual, ao dispor sobre o procedimento do agravo interposto com o escopo de dar seguimento ao recurso especial cujo processamento fora obstado pelo tribunal *a quo*, preceitua no § 1º, do art. 544, do Código de Processo Civil, no que concerne à formação do respectivo instrumento:

"§ 1º . ***O agravo de instrumento será instruído com as peças apresentadas pelas partes, devendo constar, obrigatoriamente, sob pena de não conhecimento***, ***cópia do acórdão recorrido, da certidão da respectiva intimação,*** *da petição de interposição do recurso denegado, das contra-razões, da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado."* (com a nova redação dada pela Lei 10.352, de 26 de dezembro de 2001).

Destarte, o traslado da certidão de publicação do acórdão proferido nos embargos de declaração é essencial à formação do instrumento de agravo, visto que, além de figurar o referido documento no elenco do § 1º, do art. 544, do CPC, sua ausência inviabiliza a verificação da tempestividade do apelo nobre que teve seguimento negado.
O entendimento dominante nesta Corte e no Supremo Tribunal Federal é o de que compete ao agravante velar pela correta formação do instrumento de agravo. Nesta esteira, são os seguintes arestos relativos ao tema:
"AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRASLADO DE PEÇAS. FALTA. PROCURAÇÃO DO AGRAVADO. EXIGÊNCIA LEGAL. CONTRA-RAZÕES DE RECURSO ESPECIAL. NECESSIDADE. PRECEDENTES. ZELO NA FORMAÇÃO DO AGRAVO. ÔNUS DO AGRAVANTE. I- A teor do preceito insculpido no art. 544, § 1º, do CPC, é indispensável que o agravante traslade aos autos a procuração do agravado, bem como as contra-razões de recurso especial, ou acoste certidão constatando a não manifestação do recorrido. II- ***Recai no agravante a responsabilidade de zelar pela correta formação do agravo.*** *III- Precedentes jurisprudenciais desta Corte. Agravo de Instrumento a que não se conhece."* (AG n.º 307.598, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 16/08/2000)

"PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DE LEI FEDERAL. ASSERTIVA GENÉRICA. SÚMULA 07/STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CÓPIAS DAS CONTRA-RAZÕES DO ESPECIAL OU CERTIDÃO DA SUA NÃO-APRESENTAÇÃO, BEM COMO DE SUBSTABELECIMENTO. PEÇAS ESSENCIAIS (CPC, ART. 544, PAR. 1º). AUSÊNCIA. ... III. ***Não se conhece de agravo cujo instrumento não esteja adequadamente formado, com a inclusão das peças enumeradas no par. 1º do art. 544 do Código de Processo Civil. É essencial a instrução do agravo de instrumento com cópias das contra-razões do recurso denegado ou certidão de sua não-apresentação, bem como de todas as procurações (e substabelecimentos) outorgadas aos patronos das partes. IV. Agravo a que se nega provimento.***" (AGA n.º 307.503/RJ, Rel. Min. Castro Filho, DJ de 24/09/2001)

Desta forma, consoante o disposto no art. 544, § 1º, já transcrito, a ausência de peças obrigatórias implica a falta de cumprimento de um dos requisitos de admissibilidade do recurso, que é a sua regularidade formal.
Assim, seja pela extemporaneidade do recurso especial ou pela ausência de juntada de peça essencial, **NÃO CONHEÇO** do presente agravo de instrumento.
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2042)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 822.647 - SP (2006/0220642-4)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARCELO MENDEL SCHEFLER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALFREDO DA CUNHA NETO
ADVOGADO	: ROBERTO CARDOSO

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 544, CPC. TRIBUTÁRIO. DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA. IMPOSTO DE RENDA. VERBAS INDENIZATÓRIAS. FÉRIAS INDENIZADAS. FÉRIAS PROPORCIONAIS. TERÇO CONSTITUCIONAL. NÃO-INCIDÊNCIA. SÚMULA N.º 125 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

1. O imposto de renda não incide em verba indenizatória, por isso é cediço na Corte que não recai referida exação: **a) no abono de parcela de férias não-gozadas (art. 143 da CLT), mercê da inexistência de previsão legal, na forma da aplicação analógica da Súmulas 125/STJ**, *verbis*: *"O pagamento de férias não gozadas por necessidade do serviço não está sujeito à incidência do Imposto de Renda."*, e da Súmula 136/STJ, *verbis*: *"O pagamento de licença-prêmio não gozada, por necessidade do serviço, não está sujeito ao Imposto de Renda."* (Precedentes: REsp 706.880/CE, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 17.10.2005; REsp 769.817/PB, Rel. Min. Castro Meira, DJ 03.10.2005; REsp 499.552/AL, Rel. Min. Peçanha Martins, DJ 19.09.2005; REsp 320.601/DF, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 30.05.2005; REsp 685.332/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 14.02.2005; AgRg no AG 625.651/RJ, Rel. Min. José Delgado, DJ 11.04.2005); **b)** nas férias não-gozadas, indenizadas na vigência do contrato de trabalho, bem como as licenças-prêmio convertidas em pecúnia, sendo prescindível se ocorreram ou não por necessidade do serviço, nos termos da Súmula 125/STJ (Precedentes: REsp 701.415/SE, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 04.10.2005; AgRg no REsp 736.790/PR, Rel. Min. José Delgado, DJ 15.05.2005; AgRg no AG 643.687/SP, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 27.06.2005); c) **nas férias não-gozadas**, licenças-prêmio convertidas em pecúnia, **irrelevante se decorreram ou não por necessidade do serviço**, férias proporcionais, respectivos adicionais de 1/3 sobre as férias, gratificação de Plano de Demissão Voluntária (PDV), todos **percebidos por ocasião da extinção do contrato de trabalho**, por força da previsão isencional encartada no art. 6º, V, da Lei 7.713/88 e no art. 39, XX, do RIR (aprovado pelo Decreto 3.000/99) c/c art. 146, *caput*, da CLT (Precedentes:REsp 771218; Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA; DJ 23.05.2006; REsp 743.214/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 17.10.2005; AgRg no AG 672.779/SP, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 26.09.2005; AgRg no REsp 678.638/SP, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ 03.10.2005; REsp 753.614/SP, Rel. Min. Peçanha Martins, DJ 26.09.2005; REsp 698.722/SP, Rel. Min. Castro Meira, DJ 18.04.2005; AgRg no AG 599.930/SP, Rel. Min. Denise Arruda, DJ 07.03.2005; REsp 675.994/CE, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 01.08.2005; AgRg no AG 672.779/SP, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 26.09.2005; REsp 331.664/SP, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 25.04.2005).
2. Incidência do enunciado sumular n.º 83 deste Superior Tribunal de Justiça, *verbis*: *"Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"*.
3. O verbete n.º 83 da Súmula desta Corte aplica-se ao recurso especial arrimado na alínea 'a' quando o acórdão recorrido se afinar à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Precedentes: AgRg no AG 507707/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ de 02.02.2004; AgRg no AG 723758/SP, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, DJ de 02.05.2006)
3. Visando a demonstração do dissídio jurisprudencial, impõe-se indispensável avaliar se as soluções encontradas pelo *decisum* embargado e paradigmas tiveram por base as mesmas premissas fáticas e jurídicas, existindo entre elas similitude de circunstâncias.
4. *In casu*, impõe-se reconhecer a inexistência de similaridade, indispensável na configuração do dissídio jurisprudencial, entre acórdão paradigma, que versa sobre pagamento de gratificação a empregado, por ocasião da rescisão do contrato, a título espontâneo, em reconhecimento a relevantes serviços prestados ao empregador, e o acórdão recorrido, que versa sobre pagamento de férias indenizadas e proporcionais, por ocasião de demissão sem justa causa.
5. Agravo de instrumento conhecido para negar seguimento ao recurso especial (Art. 544, § 3º, c/c 557, *caput*, do CPC).

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro no art. 544 e seguintes, do CPC, contra decisão de fls. 217, que negou seguimento ao recurso especial sob o fundamento de que a Primeira Seção desta Corte firmou entendimento segundo o qual as verbas oriundas de demissão sem justa causa, bem como a indenização por férias não-gozadas e férias proporcionais e o respectivo adicional.

Nas razões de agravar, a recorrente alega que persiste o interesse recursal, na medida em que este é plenamente condizente com os mais recentes posicionamentos do STJ, que alterou entendimento anterior acerca da matéria.

Noticiam os autos que, em sede de apelação interposta pela União e remessa oficial, a Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, proferiu aresto recebedor da seguinte ementa (fl.162):

TRABALHISTA. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. CONTRATO DE TRABALHO. DESPEDIDA SEM JUSTA CAUSA. CARÁTER INDENIZATÓRIO. REPARAÇÃO MAIS JUSTA DO DANO. CTN, ART. 43, INCS. I E II. CONCEITO SUPRALEGAL. LEI Nº 7.713/88, ART. 6º, INC. V. HIPÓTESE DE NÃO INCIDÊNCIA.
1. Estando corretamente indicada a autoridade coatora para integrar o pólo passivo da presente ação em relação ao Delegado da Receita Federal em São Paulo, não há que se acolher a preliminar de ilegitimidade passiva, se ambas as autoridades indicadas na fundamentação para compor o pólo passivo do presente feito, possuem competências distintas.
2. A preliminar de ausência do pressuposto de admissibilidade da ação, confunde-se com o "meritum causae" e com este será analisada.
3. A rescisão do contrato laboral não pode abranger instrumentos ou cláusulas que definam contraditoriamente a quem pertence a vontade determinante da ruptura.
4. Em sede de imposto de renda, salvo comprovação de fraude a acionistas ou de distribuição disfarçada de lucros, toda e qualquer indenização realiza hipótese de não-incidência, à luz da definição de renda insculpida no art. 43, incs. I e II, do Código Tributário Nacional.
5. Ao legislador ordinário nesta matéria falta poder, seja para tributar, seja para isentar, sendo inoperante a pretensa normatividade isentiva contida no inc. V do art. 6º da Lei nº 7.713. de 22.12.88.
6. O caráter indenizatório estende-se às férias indenizadas proporcionais e o adicional das férias. No caso dos autos, verifica-se que descabe a alegação de comprovação da necessidade de serviço para o não gozo das férias, uma vez que, em virtude da adesão dita voluntária do impetrante ao plano de demissão voluntário, restou caracterizado o caráter indenizatório das férias pleiteadas no caso concreto, uma vez que não poderia o empregado usufruir do benefício em período anterior ao seu desligamento, entendimento aliás já consolidado por iterativa jurisprudência do E. STJ.
7. Preliminares rejeitadas. Apelação e remessa oficial improvidas.

Irresignada, a ora agravante interpôs recurso especial, com fulcro nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, em cujas razões aponta violação aos artigos 43, do Código Tributário Nacional, 7º, inciso I e II, da Lei nº 7.713/88. Assevera a recorrente que, conforme parecer do minstério público, as férias proporcionais não tem caráter indenizatório, sofrendo, assim, a incidência do imposto de renda.
Foram apresentadas contra-razões ao apelo nobre, assim como contraminuta ao presente agravo, consoante acostado às fls. 202/215 e 223/240, respectivamente.

Brevemente relatados. Decido.

Presentes as peças indispensáveis à formação do instrumento, e preenchidos os demais requisitos de admissibilidade, porquanto infirmados os fundamentos de decisão agravada, merece ser conhecido o presente agravo, pelo que passo à análise da admissibilidade do recurso especial.

O apelo nobre, de fato, não se revela merecedor de seguimento.

Como é de sabença, a interposição do recurso especial pela alínea "c" exige do recorrente a comprovação do dissídio jurisprudencial, cabendo ao mesmo colacionar precedentes jurisprudenciais favoráveis à tese defendida, comparando analiticamente os acórdãos confrontados, nos termos previstos no artigo 541, parágrafo único, do CPC.

Deveras, visando a demonstração do dissídio jurisprudencial, impõe-se indispensável avaliar se as soluções encontradas pelo *decisum* embargado e paradigmas tiveram por base as mesmas premissas fáticas e jurídicas, existindo entre elas similitude de circunstâncias.

In casu, impõe-se reconhecer a inexistência de similaridade, indispensável na configuração do dissídio jurisprudencial, entre acórdão paradigma, que versa sobre pagamento de gratificação a empregado, por ocasião da rescisão do contrato, a título espontâneo, em reconhecimento a relevantes serviços prestados ao empregador, e o acórdão recorrido, que versa sobre pagamento de férias indenizadas e proporcionais, por ocasião de demissão sem justa causa.

Desta forma, não havendo consonância entre a decisão paradigma e a recorrida, não restou demonstrada a divergência jurisprudencial.

Também no que pertine à alegada violação a dispositivos de lei federal, a pretensão da Fazenda não merece prosperar. Isso porque as verbas rescisórias especiais recebidas pelo trabalhador a título de indenização por férias vencidas e do respectivo terço constitucional não ensejam acréscimo patrimonial exatamente por seu caráter indenizatório. Disso decorre a impossibilidade da incidência do imposto de renda sobre as mesmas.

Com efeito, a hipótese de incidência do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, de competência legislativa exclusiva da União, encontra-se traçada no artigo 43, do Código Tributário Nacional, *verbis*:

"Art. 43. O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica:
I - de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;
II - de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior.
§ 1º A incidência do imposto independe da denominação da receita ou do rendimento, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção. (Incluído pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)
§ 2º Na hipótese de receita ou de rendimento oriundos do exterior, a lei estabelecerá as condições e o momento em que se dará sua disponibilidade, para fins de incidência do imposto referido neste artigo. (Incluído pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)"

O insigne tributarista Sacha Calmon Navarro Coêlho assim discorreu sobre o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza:

"O imposto de renda no Brasil, em sua primeira fase, incidiu sobre os salários. Na segunda fase, sobre outras rendas. Na terceira fase avançou para os proventos de qualquer natureza, que não possuem definição própria e são conceituados por derivação do conceito de renda, que é o produto do capital, do trabalho e da combinação de ambos. Há quem veja em proventos, ao nosso sentir, com erronia, apenas os rendimentos dos aposentados. O legislador, ao cunhar os demais proventos, com toda certeza não pensou tão restritamente. O intérprete não deve criar conceitos a partir de elucubrações cerebrinas distanciados do ambiente legislativo original. Seja lá como for, quer a renda, produto do capital, do trabalho e da combinação de ambos, quer os demais proventos não compreendidos na definição,

devem traduzir um aumento patrimonial entre dois momentos de tempo. É o acréscimo patrimonial, em seu dinamismo acrescentador de mais patrimônio, que constitui a substância tributável pelo imposto. São proventos, por exemplo, os que se recebem da previdência pública ou privada, os ganhos lotéricos, a absorção de dinheiro em estado de res derelicta ou nullius, doação, heranças e legados, indenizações e todos os ganhos que não são provenientes de uma fonte permanente e que só acontecem de vez em quando, aumentando dado patrimônio. No início deste século, Fisher e Einaudi construíram teorizações econômicas e jurídicas remontando a Adam Smith, para quem a renda era "o produto do trabalho ou da terra que traz ao indivíduo riqueza nova, tendo a função de repor ou aumentar o conjunto de bens que a pessoa detém e que o consumo tende continuamente a reduzir" (Apud Fernando C. Wa1cacer in Cadernos do CEPED - Rio de Janeiro).

A partir de então o pensamento jurídico evoluiu no sentido de conceituar melhor os fatores produtores da renda, introduzindo a idéia de sua disponibilidade como algo essencial para caracterizar a renda tributável. A caracterização da fonte de produção da renda (distinta desta} e a periodização foram elementos que influíram na teoria do imposto, levando à necessidade de se admitir a dedução das despesas e a deterioração dos próprios fatores necessários à obtenção da renda.

Certos ensaios merecem comentos pois, até hoje, reaparecem na literatura do imposto, como os de John Due e Simons. Para este último, que era economista, renda era todo o valor que estivesse disponível para ser poupado, investido ou gasto no consumo. Vejamos o seu pensamento.

A) As importâncias percebidas de terceiros, por qualquer motivo lícito, menos os gastos inerentes e necessários ao seu recebimento, excluídos os gastos pessoais de subsistência do recebente, constituíam renda.

B) O valor que fosse despendido no consumo era renda (não haveria gasto se renda, antes, não houvesse).

C) Observadas as condições já referidas acima (percepção da renda menos os gastos necessários para percebê-Ia, mais o gasto no consumo), o incremento de valor que acrescesse o patrimônio, em dado período, seria renda (ainda que meramente virtual).

Esta teoria está abandonada, pela dificuldade de medir o consumo dos obtenentes de renda e porque, ao cabo, tributa acréscimos patrimoniais nominais, ainda não realizados. Até certo ponto a diferença entre a renda proveniente de fontes permanentes (capital, trabalho, empresa) e a renda proveniente de fatos eventuais (outros proventos) é despicienda, bastando que entre dois momentos haja um acréscimo patrimonial das pessoas físicas e jurídicas, descontadas as despesas necessárias à obtenção do mesmo (despesas dedutíveis). Nos EEUU, por exemplo, a renda (gross income) é toda receita proveniente de qualquer fonte. A Suprema Corte norte-americana, como é da índole do "Common Law' declarou certa feita que a renda poderia ser definida como o ganho efetivo do capital, do trabalho ou de ambos em conjunto, incluindo o lucro obtido com a conversão do capital em dinheiro. Mas reservou-se o direito de, caso por caso, considerar isto ou aquilo como renda. Quando se deparou com as indenizações obtidas dos causadores do dano, a Corte pronunciou-se pragmaticamente, ao dizer que o fato de os pagamentos serem provenientes de condenações judiciais, pela prática de condutas ilegais ou apenas lesivas, não poderia excluir as indenizações do conceito de renda tributável.

De resto, eis aí outro exemplo de "provento" não decorrente do trabalho, do capital e da combinação de ambos. Provento, então, não é só o decorrente de aposentadoria.

Ressalve-se que no Direito brasileiro a jurisprudência firmou-se em sentido contrário. As indenizações, por serem comutativas, não constituem renda tributável, desnecessário medir a proporção entre o dano e o seu ressarcimento. É o caso das despedidas de empregados, que são indenizados por perder o emprego ou ainda por terem sofrido acidentes do trabalho.

Mas que sejam feitas considerações necessárias. Na jurisprudência brasileira as indenizações intributáveis são apenas aquelas reparativas atinentes às pessoas físicas. Nas pessoas jurídicas prevalece a teoria do balanço. Assim, v.g., se um veículo se perde, esta perda produz o patrimônio da pessoa jurídica, e o valor pago pela seguradora entra no rol das receitas tributáveis. De igual modo uma discussão contratual que redunde em pagamento de lucros cessantes, em razão até mesmo de condenação judicial, gera uma receita tributável para a empresa beneficiada pela indenização.

6.4. O conceito de renda na doutrina brasileira

Rubens Gomes de Sousa afirmava:

"O conceito tributário de renda está baseado na distinção entre renda e patrimônio. Patrimônio (ou capital) é o montante da riqueza possuída por um indivíduo em um determinado momento. Renda é o aumento ou acréscimo do patrimônio, verificado entre dois momentos quaisquer de tempo (na prática, esses dois momentos são o início e o fim do exercício financeiro). Desse conceito básico decorre que uma determinada soma de riqueza, para constituir renda, deve reunir simultaneamente os três elementos seguintes:

A) provir de uma fonte patrimonial determinada e já pertencente ao próprio titular da renda. Assim, o dinheiro recebido por herança ou doação não é renda, porque não provém de uma fonte preexistente no patrimônio do indivíduo que a recebe; ao contrário, o juro de um empréstimo é renda, porque provém de um patrimônio (o capital emprestado) já pertencente ao credor; como também o dividendo, porque provém das ações de propriedade do acionista; e assim por diante. É preciso esclarecer que se considera patrimônio, para este efeito, tudo que seja capaz de produzir um acréscimo de riqueza, e não apenas os bens materiais; assim, o trabalho é patrimônio, porque produz o salário, que por sua vez é renda;

B) ser periódica, isto é, capaz de se reproduzir de tempos em tempos. Deste requisito da definição decorre a conseqüência de que só é renda o acréscimo de patrimônio que possa ser consumido sem reduzir ou fazer desaparecer o patrimônio que o produziu: do contrário a renda se confundiria com o capital. Na prática, poderá parecer que este requisito não seja rigorosamente observado, p. ex. na lei brasileira, que tributa como renda o lucro na venda de imóveis. Mas essa inobservância do princípio é apenas aparente, porque na realidade o que importa ao conceito de patrimônio não são os bens individualmente considerados, mas o seu valor em dinheiro. Assim, o imóvel vendido não é consumido, mas convertido no seu equivalente em dinheiro; de modo que, desde que o imposto só incida no excesso do preço de venda sobre o preço de custo, o princípio está sendo observado, porque o patrimônio continua intacto;

C) ser proveniente de uma exploração do patrimônio pelo titular da renda, isto é, do exercício de uma atividade que tenha por objeto fazer justificar o patrimônio. Assim, não é renda o acréscimo de patrimônio que não provenha de uma atividade do seu titular, como p. ex. a valorização dos imóveis. Entretanto, quando o imóvel é vendido e o proprietário lucra com a valorização, esse lucro é tributado como renda: é que houve uma exploração do patrimônio, que consiste justamente na observação do mercado e na decisão de vender na ocasião mais favorável. Em última análise, portanto, este terceiro elemento da definição apenas significa que a renda só deve ser tributada quando realizada, isto é, quando o acréscimo de valor entra efetivamente para o patrimônio do titular. Do contrário, isto é, se fosse tributada a simples valorização, esta poderia depois desaparecer pela desvalorização, e o proprietário que afinal vendesse o imóvel abaixo do preço de custo teria tido prejuízo e não lucro.

O conceito jurídico ou tributário de renda, resultante do concurso destes três elementos, é o adotado pela 'lei brasileira, que diz que renda é o ganho proveniente do capital, do trabalho, ou da combinação de ambos. Entretanto, esse mesmo artigo diz que também são rendas os demais proventos previstos na lei. Isso está de acordo com a Constituição, que, no art. 22, IV, Const. 67, atribui competência à União para instituir o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza: o conceito de 'proventos', que não é definido na lei, nem pode ser definido teoricamente, dá lugar a algumas exceções aos princípios que acabam de ser explicados, e que estudaremos nas ocasiões oportunas".

Amílcar de Araújo Falcão entendia como conceito constitucional de renda tributável o aumento ou incremento de patrimônio decorrente do emprego do capital, do trabalho ou da combinação de ambos, expresso em dinheiro ou nele determinável, e apurável em um momento ou um período de tempo.

Segundo estes dois renomados autores, o conceito brasileiro de renda opor-se-ia à definição de Due e Fisher, que desprezava a fonte de produção para abranger os ganhos eventuais e fincava pé na tributação dos ganhos de capital, mesmo antes de sua realização.

Com efeito, segundo Rubens e Amílcar jamais se poderia tributar (a) os ganhos em que ocorresse a consumação da fonte; (b) os acréscimos patrimoniais que não decorressem de esforço do contribuinte; e (c) a mera correção monetária do patrimônio em decorrência da desvalorização da moeda.

No entanto, como se lê no art. 43 do CTN, o Direito Tributário brasileiro considera tributáveis os acréscimos patrimoniais que não decorrem de uma fonte permanente, como tais os provenientes do capital e do trabalho ou da combinação de ambos (são os proventos não compreendidos naquilo que o CTN entende, com Rubens e Amílcar, como sendo renda). Ganhos provenientes de fatos eventuais são também tributáveis.

O que fazer?

Primus - Adotar o numerus clausus, dispositivo legal exauriente, nominando o provento tributável.

Secundus - Verificar se o recebimento do provento, de fato, redundou em acréscimo patrimonial da pessoa que o recebeu.

Caso contrário, a simples menção a proventos no CTN ensejaria a tributação indiscriminada: A) das mutações ou conversões do capital mesmo sem lucro líquido real; B) dos valores decorrentes da mera correção monetária do balanço em certas circunstâncias.

Quanto à tributação pelo imposto de renda das heranças, legados e doações, verifica-se a sua impossibilidade por decisão expressa do constituinte que sobre eles criou o imposto sobre a transmissão de quaisquer bens, direitos e doações e o entregou à competência dos Estados Membros.

No tangente aos ganhos lotéricos e outros eventuais e às mais-valias (ganhos de capital), tem-se que os primeiros são tributados por opção legislativa, e que os demais ganhos (permutativos) só são tributáveis se previstos e na hipótese de acrescerem valor novo ao patrimônio (a venda de ativos com prejuízo não é tributável). Somente quando realizado o provento é tributado. Não basta, v.g., vender o imóvel; será preciso receber o preço. A base de cálculo é o ganho líquido real.

Finalmente, no que toca à correção monetária plena, é inadmissível a sua tributação em qualquer circunstância por não traduzir acréscimo patrimonial e por corresponder à mera atualização dos valores do patrimônio social ou individual.

O imposto de renda incide diferentemente, considerando-se os sujeitos passivos: A) pessoas jurídicas; B) pessoas físicas ou naturais.

Ademais disso, existe a tributação nas fontes, que em certas circunstâncias consubstancia' técnica antecipatória de arrecadação e noutras, incidência única e final. Neste último caso, porém, o resultado positivo ou negativo só pode ser excluído do ajuste anual se a pessoa for inalcançável. Assim, não se pode tributar o lucro numa venda esporádica de ações separadamente do balanço de uma pessoa jurídica, que bem pode ter, ao final do exercício, um prejuízo que anula o lucro obtido na operação bursátil.

Em resumo, é possível extrair as seguintes conclusões: A) todo tributo tem sua natureza específica decorrente de seu respectivo fato gerador de sua base de cálculo, definidos pelo Direito e não pela Ciência Econômica. B) ***o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica de um acréscimo patrimonial efetivo, proveniente do capital ou do trabalho, ou da combinação de ambos (renda); de origem diversa do capital ou do trabalho, ou da combinação de ambos (proventos), podendo ou não alcançar acréscimos não dotados de periodicidade ou esforço produtivo (dependerá, exclusivamente de cada legislação);*** *C) enquanto a renda é sempre tributável genericamente, os proventos, para sê-Ia, necessitam de preceito expresso (numerus clausus) em lei ordinária federal e só geram o dever de pagar quando realizados." (Curso de Direito Tributário Brasileiro, 6ª Ed., Editora Forense, Rio de Janeiro, 2003, págs. 448/452)*

Dessarte, as verbas rescisórias especiais recebidas pelo trabalhador a título de indenização por férias em pecúnia, licença-prêmio não gozada, férias proporcionais e os respectivo adicional, ausência permitida ao trabalho ou extinção do contrato de trabalho por dispensa incentivada não ensejam acréscimo patrimonial exatamente por seu caráter indenizatório. Disso decorre a impossibilidade da incidência do imposto de renda sobre as mesmas. Sobre este tema versam as Súmulas 125, 136 e 215 do Superior Tribunal de Justiça, abaixo transcritas com os comentários do ilustre jurista Roberto Rosas (*in* Direito Sumular, 10ª Edição, Editora Malheiros):

- 125. O pagamento de férias não gozadas por necessidade do serviço não está sujeito à incidência do Imposto de Renda. *O pagamento, ao empregado, das férias não gozadas, em dinheiro, por necessidade do serviço, não constitui renda, porque é pagamento como compensação pelo não-lazer.*

- 136. O pagamento de licença-prêmio não gozadas por necessidade do serviço não está sujeito à incidência do Imposto de Renda. *A licença-prêmio é estimulada como estímulo à assiduidade, decorre do trabalho, simples prêmio pela inexistência de faltas ao serviço; e não gozadas porque a administração necessitou dos serviços do beneficiário, e portanto indenização pelo não afastamento do serviço, não significa rendimento do trabalho."*

- 215. A indenização recebida pela adesão a programa de incentivo à demissão voluntária não está sujeita à incidência do imposto de renda. *O Poder Público instituiu forma de diminuição dos quadros funcionais mediante indenização da estabilidade do servidor com sua saída do serviço público. Não há renda nessa percepção e, portanto, é hipótese de não incidência, porque a proteção constitucional da relação empregatícia contra a despedida arbitrária é substituída pela indenização compensatória.*

Sobre as verbas indenizatórias recebidas em virtude de rescisão de trabalho sem justa causa não incide o imposto de renda, conforme os precedentes abaixo colacionados:

TRIBUTO. IMPOSTO DE RENDA. FÉRIAS. TERÇO CONSTITUCIONAL. NÃO-GOZADAS. NÃO-INCIDÊNCIA.

1. A orientação jurisprudencial desta Corte Superior de Justiça é firme no sentido de que a pecúnia percebida a título de férias vencidas - simples ou proporcionais - acrescidas de 1/3 (um terço) constitucional não-gozadas por necessidade de serviço ou mesmo por opção do servidor não é fato gerador de imposto de renda, em virtude do caráter indenizatório dos aludidos valores.

2. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 771218; Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA; SEGUNDA TURMA; DJ 23.05.2006 p. 146)

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. PAGAMENTO A EMPREGADO, POR OCASIÃO DA RESCISÃO DO CONTRATO. FÉRIAS VENCIDAS E NÃO-GOZADAS E FÉRIAS PROPORCIONAIS. ADICIONAL DE 1/3 SOBRE FÉRIAS. NATUREZA. REGIME TRIBUTÁRIO DAS INDENIZAÇÕES. DISTINÇÃO ENTRE INDENIZAÇÃO POR DANOS AO PATRIMÔNIO MATERIAL E AO PATRIMÔNIO IMATERIAL. PRECEDENTES (RESP 674.392-SC E RESP 637.623-PR). EXISTÊNCIA DE NORMA DE ISENÇÃO (ART. 6º, V, DA LEI 7.713/88. APLICAÇÃO DA SÚMULA 125/STJ.

1. O imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza tem como

fato gerador, nos termos do art. 43 e seus parágrafos do CTN, os "acréscimos patrimoniais", assim entendidos os acréscimos ao patrimônio material do contribuinte.

2. Indenização é a prestação destinada a reparar ou recompensar o dano causado a um bem jurídico. Os bens jurídicos lesados podem ser (a) de natureza patrimonial (= integrantes do patrimônio material) ou (b) de natureza não-patrimonial (= integrantes do patrimônio imaterial ou moral), e, em qualquer das hipóteses, quando não recompostos in natura, obrigam o causador do dano a uma prestação substitutiva em dinheiro.

3. O pagamento de indenização pode ou não acarretar acréscimo patrimonial, dependendo da natureza do bem jurídico a que se refere.

Quando se indeniza dano efetivamente verificado no patrimônio material (= dano emergente), o pagamento em dinheiro simplesmente reconstitui a perda patrimonial ocorrida em virtude da lesão, e, portanto, não acarreta qualquer aumento no patrimônio. Todavia, ocorre acréscimo patrimonial quando a indenização (a) ultrapassar o valor do dano material verificado (= dano emergente), ou (b) se destinar a compensar o ganho que deixou de ser auferido (= lucro cessante), ou (c) se referir a dano causado a bem do patrimônio imaterial (= dano que não importou redução do patrimônio material).

4. A indenização que acarreta acréscimo patrimonial configura fato gerador do imposto de renda e, como tal, ficará sujeita a tributação, a não ser que o crédito tributário esteja excluído por isenção legal, como é o caso das hipóteses dos incisos XVI, XVII, XIX, XX e XXIII do art. 39 do Regulamento do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza, aprovado pelo Decreto 3.000, de 31.03.99.
5.O pagamento feito pelo empregador a seu empregado, a título de adicional de 1/3 sobre férias tem natureza salarial, conforme previsto no art. 7º, XVII, da Constituição, sujeitando-se, como tal, à incidência de imposto de renda.
6. Todavia, ***o pagamento feito pelo empregador a seu empregado, a título de férias vencidas e não gozadas, bem como de férias proporcionais, convertidas em pecúnia, inclusive os respectivos acréscimos de 1/3, quando decorrente de rescisão do contrato de trabalho, está beneficiado por isenção****. A lei isenta de imposto de renda "a indenização (...) por despedida ou rescisão de contrato de trabalho, até o limite garantido pela lei trabalhista ou por dissídio coletivo e convenções trabalhistas homologados pela Justiça do Trabalho" (art. 39, XX do RIR, aprovado pelo Decreto 3.000/99 e art. 6º, V, da Lei 7.713/88). Nesse sentido dispõe a Súmula 125/STJ: O pagamento de férias não gozadas por necessidade do serviço não está sujeito à incidência do imposto de renda.*
7. Agravo regimental improvido.(AgRg no REsp 638389/SP Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI DJ 01.08.2005)

TRIBUTÁRIO - ART. 43 DO CTN - IMPOSTO DE RENDA - DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA - VERBAS INDENIZATÓRIAS - NÃO INCIDÊNCIA.
1. O fato gerador do Imposto de Renda é a aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica decorrente de acréscimo patrimonial (art. 43 do CTN). Dentro deste conceito se enquadram as verbas de natureza salarial ou as recebidas a título de aposentadoria.
2. Diferentemente, as verbas indenizatórias, recebidas como compensação pela renúncia a um direito, não constituem acréscimo patrimonial.
3. As verbas recebidas em virtude de rescisão de contrato de trabalho, por iniciativa do empregador, possuem nítido caráter indenizatório, não se constituindo acréscimo patrimonial a ensejar a incidência do Imposto sobre a Renda.
4. Recurso especial improvido (RESP 687;082/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 13/06/2005).

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA. VERBAS INDENIZATÓRIAS. ARTIGO 43 DO CTN. ALCANCE.
1. As verbas recebidas em virtude de rescisão de contrato de trabalho por iniciativa do empregador possuem nítido caráter indenizatório, não erigindo em acréscimo patrimonial passível de tributação pelo imposto de renda, na forma do artigo 43 do CTN.
2. Recurso especial conhecido em parte e provido (RESP 667.682/RJ, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 13/06/2005).

Desta feita, afigura-se evidente a incidência, *in casu*, do enunciado sumular n.º 83 deste Superior Tribunal de Justiça: *"Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"*.
Oportuno ressaltar que o verbete n.º 83 da Súmula desta Corte aplica-se ao recurso especial arrimado na alínea 'a' quando o acórdão recorrido se afinar à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Nesse sentido, os precedentes a seguir:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. ASSISTÊNCIA SOCIAL. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. COMPROVAÇÃO DE RENDA ***PER CAPITA*** *NÃO SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. DESNECESSIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 83 DA SÚMULA DESTA CORTE SUPERIOR DE JUSTIÇA.*
1. "1. A impossibilidade da própria manutenção, por parte dos portadores de deficiência e dos idosos, que autoriza e determina o benefício assistencial de prestação continuada, não se restringe à hipótese da renda familiar ***per capita*** *mensal inferior a 1/4 do salário mínimo, podendo caracterizar-se por concretas circunstâncias outras, que é certo, devem ser demonstradas." (REsp 464.774/SC, da minha Relatoria,* ***in*** *DJ 4/8/2003).*
2. "Não se conhece do recurso especial, pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida." (Súmula do STJ, Enunciado nº 83).
3. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça firmou já entendimento no sentido de que o enunciado nº 83 de sua Súmula não se restringe aos recursos especiais interpostos com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional, sendo também aplicável nos recursos fundados na alínea "a".
4. Agravo regimental improvido." (AgRg no AG 507707/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ de 02.02.2004)

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE SE AFINA À JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 83. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. RAZOABILIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO NO STJ. SÚMULA 7.
1. Embora se refira apenas ao recurso especial fincado na divergência jurisprudencial, a Súmula 83 aplica-se ao recurso especial arrimado na alínea 'a' quando o acórdão recorrido se afinar à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
2. Em recurso especial somente é possível revisar a indenização por danos morais quando o valor fixado nas instâncias locais for exageradamente alto, ou baixo, a ponto de maltratar o Art. 159 do Código Beviláqua. Fora desses casos, incide a Súmula 7, a impedir o conhecimento do recurso.
A indenização deve ter conteúdo didático, de modo a coibir reincidência do causador do dano sem enriquecer a vítima." (AgRg no AG 723758/SP, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, DJ de 02.05.2006)

Ex positis, com fulcro nos arts. 544, § 3º, c/c 557, *caput*, do CPC, CONHEÇO do presente agravo de instrumento e NEGO SEGUIMENTO ao recurso especial.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2043)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 823.539 - RS (2006/0230487-7)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: LUCIANE FABBRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INJET INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA
ADVOGADO	: MATEUS FETTER DE ALMEIDA E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. ART. 544 DO CPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMISSIBILIDADE. EXECUÇÃO FISCAL. BEM NOMEADO À PENHORA. PRECATÓRIO. OFENSA AO ART. 527 DO CPC.
1. É admissível o provimento do agravo de instrumento para melhor exame da admissão do recurso especial, ao nuto do Relator.
2. Agravo de instrumento provido, determinando-se a subida do recurso especial.

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL contra decisão que inadmitiu seu recurso especial sob o fundamento de que a tese recursal vai de encontro com a jurisprudência das Cortes Superiores, estando o acórdão recorrido em consonância com o posicionamento do E. STJ.
Noticiam os autos que, em sede de agravo interno de agravo interposto contra decisão que indeferiu o pedido de nomeação de bens à penhora de créditos provenientes de precatórios, em ação de execução fiscal, o Tribunal *a quo* proferiu decisão em desfavor da ora agravante por considerar que precatório expedido contra a Fazenda Pública é crédito líquido passível de ser penhorado.
Em seu recurso especial, interposto com fulcro na alínea "a", do permissivo constitucional, alegou o Estado ora agravante a ocorrência de violação aos arts. 527, 557, §1º, do CPC, 11, VIII, da Lei n.º 6.830/80, 1009 do Código Civil de 1916 (art. 338, do Código Civil de 2002) e 170, do CTN. Alega, preliminarmente, ofensa ao princípio do contraditório ante a decisão de provimento do recurso sem a necessária manifestação da parte contrária. No mérito, a penhora sobre precatórios implica em direitos e ações, e traduziria, por vias transversas, a compensação em execução fiscal, o que seria vedado pela LEF; e que não haveria respaldo legal, no CTN, que admitisse essa espécie de compensação.
Brevemente relatados, **decido.**
É cediço ser admissível o provimento do agravo de instrumento para melhor exame da admissão do recurso especial, ao nuto do Relator.
Ex positis, **DOU PROVIMENTO** ao presente agravo de instrumento, determinando a subida do recurso especial, para melhor exame.
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2044)

EDcl no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 827.115 - PB (2006/0216455-1)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A
ADVOGADO	: CARMEN RACHEL DANTAS MAYER E OUTRO(S)
EMBARGADO	: ESTADO DA PARAÍBA
PROCURADOR	: IRAPUAN SOBRAL FILHO E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ARGUMENTAÇÃO DESVINCULADA DAS HIPÓTESES DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. REJEIÇÃO.
1. A decisão embargada negou provimento ao agravo, com fundamento na intempestividade do recurso especial. Não há lógica em se promover o processamento de apelo flagrantemente intempestivo.
2. Afigura-se desarrazoada a tese de contradição, camuflando, na realidade, o intento da parte em rediscutir matéria já decidida, o que desborda dos limites traçados no art. 535, I e II, do CPC.
3. Inexistentes quaisquer dos vícios elencados no art. 535 do CPC, deve-se renovar os fundamentos da decisão embargada.
4. Embargos de declaração rejeitados.

Vistos, etc.
Em exame embargos de declaração (fls. 95/96) opostos pela Petrobrás Distribuidora S/A em face de decisão de minha lavra assim sumariada (fl. 71):
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL RETIDO NA ORIGEM. ART. 542, § 3°, DO CPC. INTEMPESTIVIDADE. DESRETENÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.
1. Recurso especial manejado a destempo. Inobservância do prazo legal de 15 (quinze) dias estipulado no art. 508, parágrafo único, do CPC.
2. O prazo para a sua interposição começou a fluir no dia seguinte (15/03/2006) ao da publicação do aresto recorrido (14/03/2006 - certidão de fl. 35), tendo-se esgotado em 29/03/2006. O recurso foi protocolizado apenas em 08/05/2006, portanto, fora do prazo legal.
3. Agravo de instrumento não-provido.
Alega, em síntese, que "há uma contradição que precisa ser esclarecida no acórdão recorrido, pois o presente agravo de instrumento foi interposto do despacho proferido pelo Excelentíssimo Desembargador Júlio Paulo Neto em 15/07/2006, que determinou a retenção do RESP até decisão final da ação que deu origem a recurso em comento, como faz prova as cópias do Diário da Justiça que seguem anexadas e, portanto, o agravo foi interposto dentro do prazo legal, tendo em vista que o dia 15/07/06 caiu em um sábado, e o recurso foi protocolado em 27/07/2006" (fl. 86).
Relatados, decido.
O decisório embargado não ostenta vícios de omissão, obscuridade ou contradição, tendo feito análise suficiente de todos os pontos necessários ao deslinde da controvérsia.
Com efeito, o *decisum* embargado negou provimento ao aludido agravo de instrumento sob o fundamento de que se revela "inócuo promover o desembaraço do recurso especial que se encontra intempestivo" (fl. 72).
Após, registrou-se o seguinte (fl. 72):
[...]
Do exame preliminar dos autos, verifica-se que o acórdão atacado foi publicado em 14/03/2006 (terça-feira), conforme certidão de fl. 35. Logo, o encerramento do prazo recaiu sobre o dia 29/03/2006 (quarta-feira). No entanto, o recurso especial foi interposto em 08/05/2006 (segunda-feira), fora do prazo legal de 15 (quinze) dias estipulado pelo artigo 508, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Assim, verificada a intempestividade do recurso de fls. 36/42, torna-se inviável o seu exame.
[...]
Vê-se, portanto, que a decisão embargada negou provimento ao agravo, com fundamento na intempestividade do recurso especial, pois não há lógica em se promover o processamento de apelo flagrantemente intempestivo.
Portanto, afigura-se desarrazoada a tese de contradição da parte embargante, camuflando, na realidade, seu intento em rediscutir matéria já decidida, o que desborda dos limites traçados no art. 535, I e II, do CPC.
Desta feita, deve-se renovar os fundamentos da decisão embargada.
Ante o exposto, firme nos fundamentos desenvolvidos, REJEITO os presentes embargos declaratórios.
Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília (DF), 28 de agosto de 2007.

MINISTRO JOSÉ DELGADO
Relator

(2045)

RECURSO ESPECIAL Nº 827.117 - PR (2006/0052841-1)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: ENACEX - EMPRESA NACIONAL EXPORTADORA DE ARMARINHOS LTDA
ADVOGADO	: GRACIANE VIEIRA LOURENCO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ARTUR ALVES DA MOTTA E OUTRO(S)

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETOS-LEIS 491/69, 1.724/79, 1.722/79, 1.658/79 E 1.894/81. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. EXTINÇÃO DO BENEFÍCIO. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA PELA PRIMEIRA SEÇÃO. VIGÊNCIA DO ESTÍMULO FISCAL ATÉ 04 DE OUTUBRO DE 1990. RESSALVA DO ENTENDIMENTO DO RELATOR.
1. O crédito-prêmio do IPI, nas demandas que visam o seu recebimento, posto não versarem hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento decorrente da regra da não-cumulatividade estabelecida pelo texto constitucional, não obedece a regra inserta no artigo 168, do CTN, sendo-lhe aplicável o disposto no Decreto nº 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.
2. Destarte, os créditos fiscais passíveis de aproveitamento são os adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação (Precedentes das Turmas de Direito Público: **AgRg no Ag 585290/RS**, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005; **REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005; **AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006; e **REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006).
3. Mandado de segurança impetrado **em 17.12.2003**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo de se creditarem e utilizarem os créditos de IPI referente ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, bem como de promover a compensação com quaisquer tributos administrados pela Receita Federal, **dos últimos dez anos, a contar do ajuizamento da ação mandamental**, vale dizer, **desde 17.12.1993**.

4. O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.

5. Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.

6. Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice.*

7. O Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

8. É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).

9. À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).

9.1 A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.

Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.

Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se refiram à mesma matéria.

10. Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.

11. A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)".*

12. Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*: *"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão."* (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

13. À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)

14. Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.

15. Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STE. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STE.

16. A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies*" a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno";* **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

16.1. Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

16.1.1. A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes"*. (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).

16.1.2. Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).

16.1.3 Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).

16.1.4. É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.

16.1.5. Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).

16.1.6. Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.

16.1.7. Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras; basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).

16.1.8. O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).

16.1.9. Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.

16.1.10. Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).

16.1.11. A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).

16.1.12. A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.

16. 1.13. À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:
"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:
"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:
"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.
O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."

16.1.14. Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.

17. À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que: *"**1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).** 2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação. 3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal. 4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada. 5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento."*

18. Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de o mesmo terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.

19. Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.

20. Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).

20.1. No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).

21. Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).

21.1. Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento.

21.2. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.

21.3 A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.

22. A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.

23. Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.

24. O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.

25. Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.

26. Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.

26.1. Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.

26.2. Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.

27. A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.

28. O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.

28.1. Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).

29. Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.

29.1. Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.

29.2 Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos;

(xiii) A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.

30. Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

31. Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, Relator Ministro Teori Albino Zavascki).

32. Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

33. Ressalva do entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DE**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**.

34. *In casu*, o *mandamus* foi impetrado em 2003, demandando parcelas de IPI desde 1993, quando já inexistente o incentivo do crédito-prêmio, razão pela qual não merece prosperar a pretensão recursal.

35. Recurso especial a que se nega seguimento (artigo 557, *caput*, do CPC).

Trata-se recurso especial interposto por ENACEX - EMPRESA NACIONAL EXPORTADORA DE ARMARINHOS LTDA., com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, no intuito de ver reformado acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, segundo o qual: *"O Decreto-Lei 491/69 instituiu incentivo fiscal destinado às empresas fabricantes consistente no deferimento de créditos tributários decorrentes de vendas para o exterior como ressarcimento de tributos pagos internamente. O marco final do incentivo fiscal desse "crédito-prêmio" foi estabelecido na legislação de regência em 30 de junho de 1983; O Decreto-Lei 1.894/81 não reinstituiu o "crédito-prêmio" sem previsão de data e extinção, mas apenas redirecionou o incentivo para outros grupos econômicos. Por sua vez, a Lei 8.402/92 também não restabeleceu o "crédito-prêmio", posto que este incentivo não consta do rol de benefícios expressamente indicados no texto legal. Por conseguinte, o crédito-prêmio do IPI previsto no art. 1º do Decreto- Lei n.º 491/69 só teve aplicação até 30.06.1983"*.

Noticiam os autos que a empresa, ora recorrente, **impetrou mandado de segurança, em 17.12.2003**, em face do Delegado da Receita Federal em Foz do Iguaçu - PR, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo de se creditar e utilizar os créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, Decreto-Lei 1.248/72 e Lei 8.402/92, bem como de promover a compensação com quaisquer tributos administrados pela Receita Federal, **dos últimos dez anos, a contar do ajuizamento da ação mandamental**, vale dizer, **desde 17.12.1993**.

O Tribunal de origem reformou a sentença que concedera parcialmente a segurança para declarar o direito do contribuinte de aproveitamento do crédito-prêmio do IPI referente aos últimos 5 anos anteriores à impetração do *writ*, sob o fundamento de que o incentivo fiscal restou extinto em 1983, consoante se depreende da ementa anteriormente reproduzida.

Nas razões do especial, sustenta a empresa que o acórdão hostilizado contraria o disposto nos arts. 1º, do Decreto-Lei 491/69, e 1º, do Decreto-Lei 1.894/81, uma vez que remanesce, ainda hoje, com vigência efetiva, o estímulo fiscal cognominado de crédito-prêmio do IPI. Traz arestos oriundos do STJ para confronto.

O recurso especial recebeu crivo positivo de admissibilidade na instância de origem.

Apresentadas contra-razões, nas quais se pugna pela manutenção do acórdão regional.

Relatados, decido.

Preliminarmente, o recurso merece conhecimento, uma vez que prequestionada a matéria federal ventilada.

A controvérsia encontra-se sintetizada na seguinte *vexata quaestio*: o crédito prêmio do IPI para a exportação de produtos manufaturados foi instituído pelo artigo 1°, do Decreto-Lei 491/69, com clara natureza extra-fiscal de estímulo às exportações e sem qualquer determinação de prazo extintivo. Assim permanecendo por quase dez anos. Em 24 de janeiro de 1979, o Decreto-Lei 1.658 previu a gradual extinção do incentivo, cujo prazo fatal esgotar-se-ia em 30 de junho de 1979. Menos de um ano depois o Decreto-Lei 1.722, de 03 de dezembro de 1979, em seu artigo 3º, revogou expressamente o § 2° do artigo 1°, do Decreto-Lei 1.658, substituindo sua redação e alterando o cronograma de reduções do incentivo. O objetivo foi dar maior flexibilidade à sistemática de redução gradual do crédito-prêmio. Por isso: modificou-se o percentual a ser reduzido em cada ano, tudo *"de acordo com ato do Ministro de Estado da Fazenda"* (artigo 3°), o qual, conforme dispunha o artigo 1º, podia estabelecer inclusive o prazo (forma, condições e prazo, estabelecidos pelo Poder Executivo). Logo em seguida, foi promulgado o Decreto-Lei 1.724, de 07 de dezembro de 1979, que, substituindo globalmente a sistemática anterior, delegava competência ao Ministro da Fazenda para *"aumentar ou reduzir, temporária ou definitivamente, ou extinguir"* o referido credito-prêmio, atendendo à conjuntura econômica. Sobreveio, ainda, o Decreto-Lei 1.894/81 para viger em 16.01.82, o qual assegurou a ampliação da incidência subjetiva do crédito-prêmio presente no artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69 para empresas meramente comerciais, contendo também a delegação ao Poder Executivo para aumentar, reduzir, suspender ou extinguir o benefício, de acordo com a conjuntura econômica.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 180828-4, declarou incidentalmente inconstitucionais as expressões *"reduzir temporária ou definitivamente, ou extinguir"* contidas nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81, por entender que não cabe delegação de competência para qualquer membro do Poder Executivo para "reduzir", "suspender" ou "extinguir" benefício concedido por lei, o que não se aplica à autorização para "aumentar" o benefício, preservada como constitucional por essa decisão da Suprema Corte.

A questão que se coloca diz respeito à vigência ou não, após 1983, do crédito-prêmio de IPI, tendo em vista a inconstitucionalidade da delegação presente nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81.

Com efeito, o *thema iudicandum* gravita em torno da eficácia da lei no tempo, a interpretação da lei financeira-tributária e o conceito de incentivo setorial-fiscal, bem como na vontade constitucional quanto ao referido benefício fiscal.

No que pertine ao prazo prescricional, no caso *sub examine* (demanda que visa ao recebimento do crédito-prêmio do IPI), posto não versar hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento de crédito, decorrente da regra da não-cumulatividade, estabelecida pelo texto constitucional, não há que se cogitar da incidência do artigo 168, do CTN, sendo aplicável o Decreto nº 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.

Destarte, são passíveis de aproveitamento tão-somente os créditos fiscais adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação, consoante corroboram as ementas dos seguintes julgados oriundos de ambas as Turmas de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. AQUISIÇÃO DE INSUMOS ISENTOS, NÃO-TRIBUTADOS OU TRIBUTADOS À ALÍQUOTA ZERO. CRÉDITOS ESCRITURAIS. NÃO-CUMULATIVIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL.
(...)
3. Nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é de 5 anos, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. Precedentes do STJ.
(...)
5 Agravo regimental desprovido." (**AgRg no Ag 585290/RS**, desta relatoria, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. NÃO-INCIDÊNCIA. SÚMULAS 83 E 85/STJ.
1. A prescrição dos créditos fiscais decorrentes do crédito-prêmio do IPI é qüinqüenal, a partir do ajuizamento da ação. Decidiu o acórdão que, ajuizada a ação em 08.06.93, acham-se prescritas as prestações anteriores a 1987. Precedentes da 1ª e 2ª Turmas e da 1ª Seção.
2. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação" (Súmula 85/STJ)
(...)
4. Recurso especial não conhecido." (**REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. IPI. APROVEITAMENTO DOS CRÉDITOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. MATÉRIA DE CUNHO CONSTITUCIONAL EXAMINADA NO TRIBUNAL A QUO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO NA CORTE RECORRIDA NÃO SANADA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADUÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS AUSENTES NA DECISÃO ATACADA. SÚMULA Nº 211/STJ. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. SÚMULA nº 85/STJ. PRECEDENTES.
(...)
3. As 1ª e 2ª Turmas e a 1ª Seção do STJ assentaram que, nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é qüinqüenal, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação." (Súmula nº 85/STJ). Precedentes desta Corte Superior.
(...)" (**AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º).VIGÊNCIA. PRAZO. EXTINÇÃO.
(...)
5. A 1ª Seção do STJ firmou entendimento no sentido de ser de cinco anos o prazo prescricional das ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, sendo atingidas as parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu a propositura da ação, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32. Precedentes: Resp 752.550/RS, 1ª T., Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 19.09.2005; EDcl no Resp 225.359/DF, 2ª T., Min. Castro Meira, DJ de 03.10.2005; RESP 661.300/RS, 2ª T., Min. Eliana Calmon, DJ de 20.02.2006
6. Recurso especial a que se nega provimento." (**REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006)

Doravante, impõe-se aferir se assiste razão à recorrente no que concerne à violação dos artigos 1º, do Decreto-Lei 491/69, e 1º, do Decreto-Lei 1.894/81. Isto porque, em face da declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1.724/79, os Decretos-Lei 1.722/79 e 1.894/81, ali referidos, restaram inaplicáveis. Consectariamente, por disposição expressa do Decreto-Lei 1.658, subjaz a questão do lapso final da aplicação do benefício do Decreto-Lei 491/69.

O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.

Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.

Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice*.

O Decreto-lei n° 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).

À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).

A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.
Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.

Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria."

Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.

A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)"*.

Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*:

"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão." (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)

Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.

Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.

A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies*" a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno";* **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes"*. (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).

Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).

Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).

É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.

Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).

Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.

Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras: basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).

O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).

Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.

Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).

A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).

A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.

À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:
"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:
"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:
"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.
O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."

Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.

À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que:

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º). INCONSTITUCIONALIDADE DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA AO MINISTRO DA FAZENDA PARA ALTERAR A VIGÊNCIA DO INCENTIVO. EFICÁCIA DECLARATÓRIA E EX TUNC. MANUTENÇÃO DO PRAZO EXTINTIVO FIXADO PELOS DECRETOS-LEIS 1.658/79 E 1.722/79 (30 DE JUNHO DE 1983).
1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).
2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação.
3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal.
4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse

o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada.

5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento." (REsp 591708/RS, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ 09.08.2004)

Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de os mesmos terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.

Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.

Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).

No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).

Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).

Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.

A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.

A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.

Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.

O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.

Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.

Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.

Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.

Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.

A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.

O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.

Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).

Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.

Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.

Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.

Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, da relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki).

Nada obstante, ressalvo o entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**, consoante as razões inicialmente ventiladas.

Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

In casu, o mandado de segurança foi impetrado **em 17.12.2003**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo de se creditarem e utilizarem os créditos de IPI referente ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, bem como de promover a compensação com quaisquer tributos administrados pela Receita Federal, **dos últimos dez anos, a contar do ajuizamento da ação mandamental**, vale dizer, **desde 17.12.1993**.

Desta sorte, a pretensão recursal demanda parcelas de IPI desde 1993, quando já inexistente o benefício fiscal do crédito-prêmio, razão pela qual não merece reparo o acórdão recorrido, ainda que dissonante da novel jurisprudência quanto ao marco extintivo do incentivo fiscal.
Ex positis, com fulcro no artigo 557, *caput*, do CPC, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2046)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 828.193 - GO (2006/0199103-6)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: DIOGO ARTERO GASQUES
ADVOGADO	: ALEXANDRE PASQUALI PARISE E OUTRO
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA. PERÍCIA. AUSÊNCIA DE CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. PROVA EMPRESTADA. PROCESSO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIÇÃO DA PROVA PERICIAL. CONDENAÇÃO. NULIDADE DO PROCESSO.
1. É admissível o provimento do agravo de instrumento para melhor exame da admissão do recurso especial, ao nuto do Relator.
2. Agravo de instrumento provido, determinando-se a subida do recurso especial.

Cuida-se de agravo de instrumento interposto por DIOGO ARTERO GASQUES contra decisão que negou seguimento a recurso especial sob o fundamento de que o entendimento do acórdão recorrido esbarra no óbice do enunciado 7 da Súmula desta Corte.

Alega o agravante que tratando-se de prova retirada de sindicância administrativa, sua condenação, em processo administrativo e em processo judicial, não poderia ter como fonte primordial da formação do convencimento do juízo, laudo pericial do qual não lhe foi concedida oportunidade de impugnação.

Brevemente relatados, decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade.

Para melhor exame da matéria, dou provimento ao agravo de instrumento determinando a subida dos autos principais.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília, 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2047)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 829.335 - RS (2006/0244546-5)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: JANDIR SCHULER
ADVOGADO	: LEANDRO BECKER RITTER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE SAPIRANGA
ADVOGADO	: CÉSAR LUÍS BAUMGRATZ E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 544 DO CPC. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 182 DO STJ. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. CDA. NULIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 07/STJ.
1. A análise do agravo de instrumento, cuja fundamentação não impugna especificamente os fundamentos da decisão agravada é inviável. Inteligência da Súmula 182 do STJ, que dispõe: *É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.*
2. Em sede de recurso especial é vedado o reexame da matéria fática - requisitos autorizadores da concessão do benefício da justiça gratuita - *ratio essendi* da Súmula 07/STJ.
3. A alegação de nulidade da CDA envolve matéria de prova, apreciação obstada pela Súmula 7/STJ.
4. Agravo de instrumento desprovido.

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento interposto por JANDIR SCHÜLER, com fulcro no art. 544 do Código de Processo Civil, no intuito de ver reformada a r. decisão que inadmitiu o seu recurso especial sob os seguintes fundamentos: a) ausência de prequestionamento quanto aos arts. 267, § 3º, 583, 586 e 618, todos do CPC; b) incidência do óbice da Súmula nº 07/STJ.
O acórdão recorrido ostenta a seguinte ementa (fl. 71):

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. REQUISITOS LEGAIS. CDA. VALORES ENGLOBADOS. LANÇAMENTOS DISCRIMINADOS NO TÍTULO EXEQUENDO. AUSÊNCIA DE NULIDADE.
O lançamento não se confunde com a CDA. O primeiro visa o acertamento do débito do contribuinte (art. 142 do CNT), a segunda constitui o título executivo, permitindo a cobrança na forma da Lei nº 6.830/80
O acertamento é fato que precede a execução e que se consolida no título executivo, no caso, a CDA.
Discriminados na CDA que instrui o pedido executório, os lançamentos a que se referem os créditos tributários devidamente inscritos em dívida ativa, têm-se cumpridos os requisitos do art. 2º, § 5º, 'VI', da LEF, bastando para a identificação a soma dos valores consignados nos processos administrativos, onde se apurou o valor da dívida.
Ausência de cerceamento de defesa do executado, pois este, o Juiz e o Ministério Público podem requerer cópias dos processos administrativos tendentes à constituição da dívida, na forma do art. 41 da Lei nº 6.830/80.
Ausência de nulidade do título para ser declarada de ofício.
Agravo desprovido. Voto vencido."

Opostos embargos de declaração, foram os mesmos rejeitados em acórdão assim ementado (fl. 200):

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CDA. VALORES ENGLOBADOS LANÇAMENTOS DISCRIMINADOS NO TÍTULO EXEQÜENDO. AUSÊNCIA DE NULIDADE.
Não se vislumbra qualquer omissão no julgado que dá pela legalidade dos títulos que fundamentam a cobrança de IPTU.
Embargos rejeitados."

A agravante interpôs recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea "a", da Carta Maior, sustentando contrariedade aos artigos 267, § 3º, 583, 586 e 618 do CPC bem como ao art. 202, seus incisos e parágrafo único do Código Tributário Nacional e ao art. 2º, § 5º, III e IV, da LEF.
Brevemente relatados, decido.
Da análise das razões do presente Agravo de Instrumento denota-se que a agravante não impugnou especificamente os fundamentos da decisão que pretendia ver reformada.
Em verdade, da leitura da petição do Agravo de Instrumento, depreende-se que não foram impugnados os seguintes fundamentos da decisão agravada: a) ausência de prequestionamento quanto aos arts. 267, § 3º, 583, 586 e 618, todos do CPC; e b) quanto a verificação dos requisitos de validade da CDA, incidência da Súmula nº 7.
Dessarte, incide ao caso, por analogia, o enunciado da Súmula 182/STJ, que assim dispõe: *É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.*
Como de sabença, o agravo de instrumento interposto contra decisão denegatória do processamento de recurso especial, que não impugna especificamente seus fundamentos, não merece conhecimento por tratar-se de petição recursal inepta, já que ausente um dos requisitos extrínsecos de admissibilidade dos recursos que é sua regularidade formal, tese esta já pacificada no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça. Neste sentido, os seguintes arestos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DO ART. 557, § 1º, DO CPC. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. COMBATE ESPECÍFICO. SÚMULA 182/STJ.
1. A utilização do agravo previsto no art. 557, § 1º, do CPC, deve enfrentar a fundamentação da decisão agravada, ou seja, deve demonstrar que não é caso de recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. Por isso que é inviável, quando o agravante deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada (Súmula 182).
2. Recurso especial improvido (REsp n.º 547.732/PE, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 22/03/2004).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SÚMULA 182/STJ.
- O agravo de instrumento interposto contra decisão denegatória de processamento de recurso especial que não impugna especificamente seus fundamentos, não merece conhecimento, ante o óbice imposto pela Súmula 182 do STJ, aplicada, mutatis mutandis, ao caso sub examen, conforme manso entendimento desta Corte.
- Agravo regimental desprovido (AGEDAG n.º 441.450/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 23/09/2002).

AGRAVO REGIMENTAL. FUNDAMENTAÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. REPRODUÇÃO DAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.
1. Não se conhece de Agravo de Instrumento, que não ataca especificamente os fundamentos da decisão agravada, realizando mera reprodução das razões utilizadas no Recurso Especial.
2. Recurso não conhecido (AGA n.º 353.680/PR, Rel. Min. Edson Vidigal, DJ de 09/04/2001).

Por oportuno, vale destacar a preciosa lição de Roberto Rosas acerca do enunciado da Súmula 182 deste Tribunal, qual seja:

"O agravo tem como finalidade desconstituir os termos do despacho agravado. Logo, só pode ser válido se impugnar os fundamentos dessa decisão, e não discutir outros aspectos da causa, como alcance do recurso especial não admitido, ou, então, simplesmente repetir os fundamentos do recurso especial, sem acrescentar as objeções ao despacho agravado "(*in*, Direito Sumular. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 367).

.
A aferição acerca da análise dos requisitos legais das CDA's, impõe o reexame do conjunto fático exposto nos autos, o que é defeso ao Superior Tribunal de Justiça, face do óbice erigido pela Súmula 07/STJ, porquanto não pode atuar como Tribunal de Apelação reiterada ou Terceira Instância revisora.
Nesse sentido confiram-se julgados desta Corte, *litteris*:

"PROCESSO CIVIL. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. INDEFERIMENTO DA PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 330, I, DO CPC. SÚMULA 07/STJ. APLICAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. TAXA SELIC. LEI 9.065/95. INCIDÊNCIA. MULTA MORATÓRIA. APLICAÇÃO.
omissis
3. ***A aferição da necessidade de perícia técnica para desconstituir a certidão de dívida ativa e caracterizar o conseqüente cerceamento de defesa da recorrente, impõe o reexame do conjunto fático, o que é defeso ao Superior Tribunal de Justiça em face do óbice imposto pela Súmula 07/STJ.***
omissis
8. *Recurso especial a que se nega seguimento (art. 557, caput, do CPC)."* ***(RESP 670.852/PR, desta relatoria, DJ de 03.03.2005)***

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. CERCEAMENTO DE DEFESA. PROVA PERICIAL. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. ÓBICE DA SÚMULA Nº 07/STJ. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. JUROS MORATÓRIOS. INCIDÊNCIA. TAXA SELIC. DENÚNCIA ESPONTÂNEA NÃO CONFIGURADA. DEVIDO O ENCARGO DO ART. 1º, DO DECRETO-LEI Nº 1.025/69.
1. Decisão tomada pelo Tribunal a quo pela desnecessidade da prova pericial, em face dos elementos probatórios constantes nos autos, atrai, nessa fase recursal, o óbice sumular nº 07/STJ.
omissis
6. *Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, improvido."* ***(RESP 445.340/RS, Relator Ministro José Delgado, DJ de 17.02.2003)***

Ex positis, **NEGO PROVIMENTO** ao presente agravo de instrumento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2048)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 830.471 - SC (2006/0228921-3)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: ENGEPLAN TERRAPLENAGEM SANEAMENTO E URBANISMO LTDA
ADVOGADO	: ANSELMO DA SILVA LIVRAMENTO MACHADO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA DEINFRA
ADVOGADO	: LUIZ ANTONIO OLIVEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. ALTERAÇÃO DO EDITAL.
1. É admissível o provimento do Agravo de Instrumento para melhor exame da admissão do Recurso Especial, ao nuto do Relator.
2. Agravo de Instrumento provido, determinando-se a subida do Recurso Especial.

Vistos.
Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto por ENGEPLAN TERRAPLANAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA., com fulcro no art. 544 do CPC, contra decisão que negou seguimento a Recurso Especial, manejado contra acórdão prolatado pela Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.
Em seu Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, "a" e "c", da Carta Maior, o recorrente aponta violação dos artigos 535, II, do CPC, art. 3º, 41, 44 e 45 da Lei 8.666/93, além de dissídio jurisprudencial.
Contra-razões ao Recurso Especial às fls. 353/364.
Não foi oferecida Contraminuta ao presente agravo. (fl. 390)
É o breve relatório. **DECIDO**.
Para melhor exame da admissibilidade do Recurso Especial, **DOU PROVIMENTO** ao presente Agravo de Instrumento, determinando a subida dos autos.
Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília, DF, 20 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2049)

RECURSO ESPECIAL Nº 833.964 - RS (2006/0089453-3)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: EDIMAR HELLER
ADVOGADO	: EUGÊNIO SOBRADIEL FERREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DOLIZETE FÁTIMA MICHELIN E OUTRO(S)
INTERES.	: HELLER E KUTSUNUGI LTDA
ADVOGADO	: EUGÊNIO SOBRADIEL FERREIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DILAÇÃO PROBATÓRIA. RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS. ARTIGO 135, INCISO III, DO CTN. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM.
1. A responsabilidade de sócio, por dívida fiscal da pessoa jurídica, em decorrência da prática de ato ilícito, demanda dilação probatória.

2. A exceção de pré-executividade se mostra inadequada, quando o incidente envolve questão que necessita de produção probatória, como referente à responsabilidade solidária do sócio-gerente da empresa executada.
3. *In casu*, extrai-se das razões de decidir no acórdão objurgado, *in verbis: "(...) Assim, embora sem previsão legal, a exceção tem sido admitida quando se estiver diante de vício aferível de plano, que torne nulo o título executivo ou a própria execução, sendo dispensável, nesse caso, a garantia do juízo por meio de penhorados bens da executada. Entretanto, a fim de que seja admitida a exceção, imprescindível que o vício indicado desponte com tal evidência a ponto de justificar o seu conhecimento de ofício pelo magistrado. A exceção, portanto,não é o veículo adequado para discutir matérias que envolvam dilação probatória (...) Dessa forma, a questão da legitimidade ou não de ser parte pode ser discutida mediante exceção de pré-executividade, desde que prescinda de dilação probatória.(...)* ***No caso dos autos, todavia , a matéria é complexa e demanda análise aprofundada da matéria de fato." (grifou-se) (fls. 155)***
4. Recurso Especial a que se nega seguimento (art. 557, *caput*, CPC),

O EXMO. SR. MINISTRO LUIZ FUX: Trata-se de recurso especial interposto por EDIMAR HELLER com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, em face dos acórdãos prolatados, em sede de agravo de instrumento e de embargos de declaração, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sob o fundamento de violação aos arts. 133 e 135, III, do CTN, bem como aos artigos 10 do Decreto 3.708/19 e 267, III do CPC.
Noticiam os autos que o ora Recorrente opôs exceção de pré-executividade, sob a alegação de ilegitimidade passiva *ad causam*, para ser responsabilizado por débitos da sociedade a qual integrava, ao fundamento de que se retirou da sociedade em 26.11.99, através da quarta alteração contratual, devidamente registrada na Junta Comercial do Paraná sob o nº 99/246049-2, sendo que os sócios adquirentes continuarem na exploração negocial, tendo se passado dois anos e dois meses de sucessão empresarial, até a exigência do débito, demonstrando não ter encerrado irregularmente a sociedade.
O juízo federal de primeiro grau rejeitou a exceção,ao fundamento de que a mera inadimplência do tributo geraria a responsabilização do auto, nos seguintes termos:

"O sócio-gerente ou o responsável pelo recolhimento do tributo, pelo simples fato de não recolher o tributo regularmente instituído em lei, torna-se pessoalmente e solidariamente responsável, juntamente com a pessoa jurídica, com base no artigo 135 do CTN. A lei não exige atuação fraudulenta, como se pretende, porque a simples falta de recolhimento caracteriza o seu descumprimento.
Não há dúvida de que a inadimplência ou a sonegação, nesses casos, constitui descumprimento ou infração de lei, não dicção do referido artigo 135, não havendo razão jurídica para a sua desoneração, nas execuções fiscais. Não pode, pois, prosperar a alegação de ilegitimidade passiva do executado. Assim já decidiu o Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
O fato de os sucessores tributários responderem pelas dívidas da sociedade não exime o excipiente/executado de sua responsabilidade no pagamento da dívida, esgotada a possibilidade de encontrar-se bens em nome daqueles, ante o que dispõe o artigo 135, CTN. Registre-se que ***a dívida ora cobrada resulta do não-recolhimento do tributo pelo executado quado ainda era gerente da empresa executada.***
Nessas condições, rejeito a presente exceção."

Inconformado, o recorrente interpôs agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, sustentando a sua ilegitimidade passiva, o qual restou desprovido pelo TRF da 4ª Região, em aresto assim ementado, *verbis*:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO FISCAL - ILEGITIMIDADE PASSIVA - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - DILAÇÃO PROBATÓRIA - DESCABIMENTO.
1. A exceção de pré-executividade não comporta a discussão de questões que dependam de aprofundada investigação sobre a matéria de fatos.
2. Matérias que demandem dilação probatória somente podem ser invocadas em embargos à execução.
3. Agravo de instrumento improvido." (fls. 158)

Foram opostos embargos declaratórios, alegando omissão do acórdão, no tocante à necessidade de dilação probatória haja vista a ausência de indícios de encerramento irregular da sociedade, requerendo expressa menção aos artigos 133, I; 135, III, ambos do CTN e art. 267, III, do CPC, para fins de prequestionamento.

Os embargos foram rejeitados à unanimidade, por ausência dos vícios que os ensejariam, em aresto que restou assim ementado:

> *"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. POSSIBILIDADE.*

1.Os embargos de declaração destinam-se a sanar eventual omissão, contradição ou obscuridade existente no acórdão, não servindo para atacar os fundamentos da decisão vergastada.
2. O juiz, na prestação jurisdicional, não está adstrito a examinar todos os argumentos indicados pelas partes, bastando que encontre fundamento suficiente à tese que esposar.
3. Os embargos de declaração são instrumentos de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e tendo em vista o disposto nas Súmulas nº 282 e 356 do STF e 98 e 211 do STJ, é cabível o prequestionamento.
4. Embargos de Declaração parcialmente acolhidos." (fls. 172)

EDIMAR HELLER interpôs o presente recurso especial, requerendo a cassação dos acórdãos objurgados, com o objetivo de ver sua ilegitimidade passiva *ad causam* reconhecida, com a conseqüente extinção das execuções pendentes, defendendo os seguintes argumentos:
a) violação ao artigo 267, III e § 3º do CPC: vez que o instrumento processual da pré-executividade é manifestamente aceito, viável e utilizado para a suscitação de ilegitimidade de parte, vez que trata-se de matéria de ordem pública, porquanto uma das condições da ação, cognoscível de ofício.
b) negativa de vigência ao art. 133, I do CTN, vez que a responsabilidade do adquirente é integral para o cumprimento do débito existente, mormente porque a retirada do sócio alienante - recorrente - demonstrou o seu total desinteresse de prosseguir na exploração negocial, nos seguintes termos:

"O recorrente se retirou da sociedade em 26.11.99, através da 4ª alteração contratual, ou seja, 02 (dois) anos e 02 (dois) meses anteriormente, à exigência redirecionada.
Sua retirada da sociedade se deu regularmente, tendo sido cumprido os trâmites e exigências legais para a legitimação do ato, especialmente, o arquivamento da quarta alteração contratual na Junta Comercial do Paraná. Doc. anexo.
Com a alienação das contas de capital, seguido pela continuidade da atividade empresarial pelos assuntores, cessou para o recorrente quaisquer responsabilidades fiscais, aplicando o disposto do art. 133, I do CTN."

c) violação do art. 135, III, do CTN, porquanto não foram preenchidos os requisitos exigidos pelo dispositivo legal para o redirecionamento da execução para o sócio-gerente, quais sejam: o exercício da gerência à época dos fatos geradores, bem como a prática de ato realizado com excesso de poder ou contrário à lei ou ao estatuto, *in litteris:*

"Não se tem notícias de que o recorrente cometeu atos dolosos contrários à lei ou estatuto que pudessem responsabilizá-las por eventual torpeza. Ao contrário, o redirecionamento foi idealizado pela recorrida (Fazenda Nacional) por fato genérico de infração à lei, transmudando, ao bel prazer, a responsabilidade objetiva para subjetiva, contrariando e negando vigência às disposições contidas no artigo 10 Decreto 3.708/19 c/c art. 135, III do CTN." (fls. 182)

d) o mero atraso no recolhimento de tributos não configuraria infração ensejadora de responsabilidade pessoal do sócio administrador, ao fundamento de que "em sendo a sucessão tributária fato incontroverso, não há que se falar de complexidade casuística probatória, para afastar o direito buscado pelo recorrente, mesmo porque o simples inadimplemento das obrigações não autoriza, de *per se*, a responsabilização, objetiva par ao cumprimento do débito."
Foram apresentadas contra-razões, pugnando pelo desprovimento do recurso.
O recurso recebeu crivo negativo de admissibilidade na instância *a quo*, ascendendo os autos a esta instância especial por força de decisão proferida em sede de agravo de instrumento.
Relatados, decido.
Preliminarmente, não merece conhecimento o apelo especial no tocante à violação do art. 133, do CTN, porquanto não prequestionado.
Muito embora manejado embargos declaratórios, o recorrente não opôs violação ao artigo 535 do CPC, a fim de superar eventual omissão do Tribunal acerca da tese versada no recurso especial.
Ademais, o exame dessa inferência demandaria revolvimento do contexto fático-probatório da demanda, providência inviável em sede de recurso especial, em vista do óbice contido na Súmula 07/STJ.
No que se refere à questão da responsabilidade do sócio por tributos a cargo da empresa, o Superior Tribunal de Justiça sedimentou entendimento segundo o qual é imprescindível a prova, a cargo da exeqüente, de que o sócio, com poderes de gerência, tenha infringido a lei ou desbordado dos limites do estatuto social, a fim de redirecionar contra ele o executivo fiscal.
Verifica-se, neste ponto, que esta questão, em regra, prescinde de produção de provas. Isto porque se vislumbram duas situações: ou a Certidão de Dívida Ativa não traz o nome do sócio, e a execução voltada contra ele, embora admissível, demanda prova a cargo da Fazenda Pública de que incorreu ele em uma das hipóteses previstas no art. 135 do Código Tributário Nacional; ou seu nome vem impresso na CDA, na qualidade de co-obrigado, circunstância que inverte o ônus da prova, uma vez que a certidão que instrui o executivo fiscal é dotada de presunção de liquidez e certeza.
Dessarte, versando a controvérsia sobre responsabilidade de sócio por tributos devidos pela pessoa jurídica, a solução **repousa no exame de provas.**
Este fato, contudo, não tem o condão de inviabilizar a discussão da matéria em sede de exceção de pré-executividade. Isto porque esta via comporta o exame de prova, desde que pré-constituída, à semelhança do que ocorre no Mandado de Segurança. O que não se admite, via exceção, é a dilação probatória.
É de sabença que é da essência do processo de execução a busca da satisfação rápida e eficaz do credor. Por esse motivo, o nosso sistema processual estabeleceu como condição específica dos embargos do devedor a segurança do juízo, capaz de tornar útil o processo após a rejeição dos embargos. Todavia, a doutrina e a jurisprudência, diante da existência de vícios no título executivo que possam ser declarados de ofício, vêm admitindo a utilização da exceção de pré-executividade, cuja principal função é a de desonerar o executado de proceder à segurança do juízo para discutir a inexeqüibilidade de título ou a iliqüidez do crédito exeqüendo.
Forçoso advertir, contudo, que a exceção de pré-executividade só deve ser utilizada em hipóteses especialíssimas, não sendo cabível quando o vício apontado não se refira ao título nos seus aspectos formais ou ao crédito exeqüendo. Neste sentido, tivemos oportunidade de destacar:

Esse rol de matérias compõem o que se denomina 'exceções de pré-executividade', que 'podem ser suscitadas nos próprios autos' e, por isso, 'sem necessidade de segurança do juízo'. O que impende esclarecer é que 'não se pode promiscuir a categorização das exceções de pré-executividade', posto que isso reduziria o processo executivo destinado à rápida satisfação do credor num simulacro de execução transmudando-se em tutela cognitiva ordinária. (in CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL, Luiz Fux, Rio de Janeiro, Forense, 2001. p. 1196)

Na esteira dessas considerações, revela-se a impossibilidade do manejo da exceção de pré-executividade *in casu*. Com efeito, a utilização da exceção, em sede de execução fiscal, em face do que dispõe o art. 16, da Lei 6.830/80, somente deve ser admitida em hipóteses restritas, quando a demonstração do equívoco do processo executivo possa ser levada a efeito de plano pelo executado, prescindindo de produção de prova. Do contrário, abre-se-lhe, apenas, a via dos embargos à execução.
Sobreleva notar que a questão posta na presente demanda, por implicar exame de fatos, produção de prova e necessidade de se oportunizar o contraditório, não trafega na via estreita da exceção de pré-executividade. No mesmo sentido, os seguintes arestos:

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DISCUSSÃO ACERCA DA ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DOS SÓCIOS. NECESSIDADE DE EXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE PELA VIA DA EXCEÇÃO. NECESSIDADE DE EMBARGOS À EXECUÇÃO.
A exceção de pré-executividade consiste na defesa do executado, admitida pela doutrina e pela jurisprudência em situações excepcionais, sem a necessidade de segurança do juízo ou oposição de embargos do devedor.
Se a controvérsia acerca da ilegitimidade puder ser resolvida por prova inequívoca, sem necessidade de qualquer dilação, cabível será a exceção de pré-executividade.
A questão em torno da ilegitimidade passiva dos sócios, cujos nomes constam na CDA, demanda dilação probatória acerca da responsabilidade decorrente do artigo 135 do Código Tributário Nacional, em razão da presunção de liqüidez e certeza da referida certidão (art. 204 do CTN).
In casu, é imprescindível a oposição de embargos à execução para a apresentação da defesa, visto que a análise da questão depende de produção de provas.
*Recurso especial não conhecido (*REsp n.º 336.448/DF, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 30/06/2003).

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ARGÜIÇÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. EXTENSO REVOLVIMENTO DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE.
1. A possibilidade de verificação de plano, sem necessidade de dilação probatória, delimita as matérias passíveis de serem deduzidas na exceção de pré-executividade, independentemente da garantia do juízo.
2. Não se admite a argüição de ilegitimidade passiva ad causam por meio de exceção de pré-executividade quando sua verificação demandar extenso revolvimento de provas.
3. Agravo regimental desprovido (AGREsp n.º 604.257/MG, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 24/05/2004).

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. IPVA. EXECUÇÃO FISCAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CABIMENTO.
1.A teor da orientação jurisprudencial desta Corte, vem-se admitindo a argüição da exceção de pré-executividade para alegar matérias de ordem pública na ação executiva fiscal, tais como as condições da ação e os pressupostos processuais, desde que não se afigure necessário, para tanto, a dilação probatória.
2. Agravo regimental não provido" (AGA n.º 441.064/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ 03/05/2004)

In casu, extrai-se das razões de decidir no acórdão objurgado, *in verbis:*

"(...) Assim, embora sem previsão legal, a exceção tem sido admitida quando se estiver diante de vício aferível de plano, que torne nulo o título executivo ou a própria execução, sendo dispensável, nesse caso, a garantia do juízo por meio de penhorados bens da executada. Entretanto, a fim de que seja admitida a exceção, imprescindível que o vício indicado desponte com tal evidência a ponto de justificar o seu conhecimento de ofício pelo magistrado.
A exceção, portanto,não é o veículo adequado para discutir matérias que envolvam dilação probatória (...)
Dessa forma, a questão da legitimidade ou não de ser parte pode ser discutida mediante exceção de pré-executividade, desde que prescinda de dilação probatória.(...)
No caso dos autos, todavia , a matéria é complexa e demanda análise aprofundada da matéria de fato." (grifou-se) (fls. 155)

Ex positis, **NEGO SEGUIMENTO** ao recurso especial (art. 557, *caput*, do CPC).
Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2050)

RECURSO ESPECIAL Nº 834.140 - RS (2006/0072634-2)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: UNIÃO
PROCURADOR	: USTANE GIODA BOCHI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: SCHREINER E CIA LTDA
ADVOGADO	: LUÍS HENRIQUE P JACOBI E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. INCLUSÃO DE JUROS COMPENSATÓRIOS. IMPOSSIBILIDADE.

1. A inclusão de juros compensatórios, a pretexto de atualização, em precatório complementar, afigura-se indevida.

2. Os juros compensatórios, que se mostram devidos em ações expropriatórias com o fim de compensar/ reparar a perda forçada da propriedade, integram a indenização e com ela já foram adimplidos por ocasião do pagamento do primeiro precatório. Com efeito, havendo desvalorização da quantia devida em decorrência do atraso do valor indenizatório, nesse incluídos os juros compensatórios, cabe a respectiva correção monetária. Precedente: *REsp n.º 433.514/MG, DJ de 22/11/2004.*

3. Recurso especial provido.

Vistos.

Trata-se de recurso especial interposto pela UNIÃO, com fulcro no art. 105, III, 'a', do permissivo constitucional, em face do acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRECATÓRIO. DESAPROPRIAÇÂO. JUROS COMPENSATÓRIOS.

1. Tratando-se de desapropriação, o objetivo dos juros compensatórios é a compensação do expropriado por ter perdido o imóvel e pelo fato de o expropriante utilizar-se do referido bem até que haja o pagamento da indenização.

2. Havendo diferenças a serem recebidas pela parte expropriada, é evidente que o pagamento da indenização ainda não se concretizou, razão pela qual é cabível a incidência de juros compensatórios, os quais devem ser calculados sobre o saldo remanescente.

3. Agravo de instrumento conhecido e desprovido. Agravo regimental prejudicado.

Foram opostos embargos de declaração pela ora recorrente, que restaram improvidos nos seguintes termos:

> *PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÕES. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO.*

O que a parte pretende é a mera rediscussão do mérito, o que não se permite em sede de embargos de declaração, devendo a parte buscar os meios processuais adequados a sua insurgência.

Além das hipóteses trazidas pelo art. 535 do Código de Processo Civil, são admitidos os embargos declaratórios também para fins de prequestionamento, por construção jurisprudencial, como revelam as Súmulas nº 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal e 98 do Superior Tribunal de Justiça.

Todavia, para fins de prequestionamento faz-se necessário que o acórdão analise, discuta e se posicione explicitamente sobre as questões federais e constitucionais, sendo dispensável a individualização numérica dos artigos em que se fundamenta o aresto.

Ademais, cumpre salientar que o prequestionamento numérico é dispensado pela jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça. Precedente citado.

Embargos conhecidos e improvidos.

Em seu apelo nobre, aponta o recorrente violação, em síntese, do art. 15-A, do Decreto-Lei n.º 3.365/41. Pugna, em síntese, pelo afastamento dos juros compensatórios no precatório complementar.

O apelo nobre recebeu o crivo de admissibilidade na instância de origem.

É o relatório.

No que tange aos juros compensatórios em precatório complementar, a Segunda Turma deste Sodalício, no exame de hipótese análoga a que se apresenta, decidiu, quando do julgamento do Recurso Especial n.º 433.514/MG, de relatoria do Sr. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, com publicação no DJ de 22/11/2004, pela impossibilidade de inclusão de juros compensatórios em precatório complementar.

O referido aresto recebeu a seguinte ementa:

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL TIDO POR VIOLADO. SÚMULA N. 284/STF. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. INCLUSÃO DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS, JUROS MORATÓRIOS E COMPENSATÓRIOS. IMPOSSIBILIDADE.

1. A ausência de indicação do dispositivo legal tido por violado atrai o óbice consignado na Súmula n. 284/STF.

2. A inclusão dos expurgos inflacionários na ocasião da expedição de precatório complementar, quando já transitada em julgado a decisão que homologa os cálculos da liqüidação, constitui transgressão do postulado do respeito à coisa julgada.

3. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário n. 298.616-0-SP, consoante voto condutor proferido pelo Ministro Gilmar Mendes, ratificou o entendimento consolidado pela Primeira Turma daquela Corte no Recurso Extraordinário n. 305.186-5-SP (relator Ministro Ilmar Galvão, DJ de 18.10.2002), delimitando o conteúdo e a extensão do termo "atualização" inscrito no art. 100, § 1º, da Constituição Federal, para afastar a incidência dos juros de mora no período compreendido entre a data da expedição do precatório judicial e daquela fixada no mencionado dispositivo para seu pagamento, ou seja, até o final do exercício seguinte.

4. Afigura-se indevida a inclusão de juros compensatórios em cálculo de atualização de precatório complementar.

5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido." (grifo nosso)

Sobre o *thema decidendum*, destaque-se, pela juridicidade de suas razões, os fundamentos desenvolvidos pelo Sr. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA no voto condutor do acórdão supracitado, *litteris*:

(...) Por sua vez, os juros compensatórios não incidem em precatório complementar. Esse juros, que se mostram devidos em ações expropriatórias com o fim de compensar, reparar a perda forçada da propriedade, integram a indenização e com ela já foram adimplidos por ocasião do pagamento do primeiro precatório. Com efeito, havendo desvalorização da quantia devida em decorrência do atraso do valor indenizatório, nesse incluídos os juros compensatórios, cabe a respectiva correção monetária.

No mesmo sentido, recente julgado da 1.ª Turma desta Corte no AgRg no REsp n.º 659.054-MG, desta relatoria, publicado no DJ de 02/05/2005, *litteris*:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. DESAPROPRIAÇÃO. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. INCLUSÃO DE JUROS COMPENSATÓRIOS. IMPOSSIBILIDADE.

1. *"Inadimissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo." (Súmula 211/STJ).*

2. *A admissão do Recurso Especial pela alínea "c" exige a comprovação do dissídio na forma prevista pelo RISTJ, com a demonstração das circunstâncias que assemelham os casos confrontados, não bastando, para tanto, a simples transcrição das ementas dos paradigmas.*

3. 'Afigura-se indevida a inclusão de juros compensatórios em cálculo de atualização de precatório complementar.' RESP 433.514/MG, Relator Ministro João Otávio de Noronha, DJ de 22.11.2004.

4. *Agravo regimental improvido.*

Ex positis, DOU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL para afastar os juros compensatórios.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2051)

RECURSO ESPECIAL Nº 837.266 - SC (2006/0076190-9)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: ITACIR TICIANO DEITOS - MICROEMPRESA
ADVOGADO	: FABRÍCIO PADILHA KLOTZ E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DEYSI CRISTINA DA' ROLT E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ALÍNEA "C" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE EXPRESSA INDICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL INTERPRETADA DE MODO DIVERGENTE. SÚMULA N.º 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE OS ACÓRDÃOS CONFRONTADOS.

1. A ausência da expressa indicação do dispositivo de lei federal, ao qual tenha a Corte de origem eventualmente emprestado interpretação divergente, obsta o conhecimento do recurso especial interposto com arrimo na alínea "c" do permissivo constitucional (Precedentes: **REsp n.º 725.493/SP,** Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJU de 03/04/2006; **AgRg no REsp n.º 710.010/PE**, Rel. Min. Francisco Falcão, DJU de 29/08/2005; **e AgRg no AG n.º 624.975/RS**, Rel. Min. Nilson Naves, DJU de 11/04/2005).

2. A interposição do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional exige do recorrente a comprovação do dissídio jurisprudencial, cabendo ao mesmo colacionar precedentes jurisprudenciais favoráveis à tese defendida, comparando analiticamente os acórdãos confrontados, nos termos previstos no artigo 541, parágrafo único, do CPC.

3. Visando a demonstração do dissídio jurisprudencial, impõe-se indispensável avaliar se as soluções encontradas pelo *decisum* embargado e paradigmas tiveram por base as mesmas premissas fáticas e jurídicas, existindo entre elas similitude de circunstâncias.

4. *In casu*, impõe-se reconhecer a inexistência de similaridade, indispensável na configuração do dissídio jurisprudencial, entre o acórdão tomado pelo recorrente como paradigma, que entendeu que "a argüição da prescrição não precisa ser obrigatoriamente em sede de embargos do devedor, podendo ser suscitada por outro meio processual", e o acórdão recorrido, que não admitiu o manejo da exceção de pré-executividade, *in casu*, ao entendimento de que as alegações formuladas pelo requerente demandariam dilação probatória a ser engendrada pela via dos embargos à execução, no que tange à "ocorrência da prescrição da pretensão da União, além de possibilidade de compensar os valores cobrados pela União, com Apólice da Dívida Pública, cuja validade vem sendo discutida no Processo nº 2002.72.03.000137-0."

5. Recurso especial a que se nega seguimento (CPC, art. 557, *caput*).

Vistos.

Trata-se de recurso especial interposto por ITACIR TICIANO DEITOS ME com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Carta Maior, em face de acórdão prolatado pelo E. Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por restar configurada divergência jurisprudencial acerca da questão versada nos autos.

Noticiam os autos que o ora recorrente manejou recurso de agravo de instrumento (CPC, art. 522), contra a r. decisão do Juízo *a quo*, que rejeitou exceção de pré-executividade sustentando a prescrição do crédito e a compensação dos valores cobrados com apólices da dívida pública, que o mesmo apresentara nos autos de execução fiscal promovida em seu desfavor pela UNIÃO, impondo-lhe multa por litigância de má-fé.

Aduziu, em suas razões de agravar, que o prazo prescricional tem o seu *dies a quo* contado a partir do momento em que o contribuinte deixou de cumprir o parcelamento concedido pelo fisco, e não da inscrição do débito em dívida ativa, nos seguintes termos:

"(...) Nos casos de apresentação de declaração/confissão de dívida tributária não tem sentido falar em constituição definitiva do crédito porque não ocorre o ato de lançamento do tributo, assim mostra-se equivocada a decisão que declara como constituição definitiva do crédito tributário, a inscrição em Dívida Ativa, já que este é um procedimento que cabe unicamente ao fisco desde que não caiba mais nenhuma discussão administrativa quanto ao débito. Ou seja, não pode o contribuinte ser penalizado pela mora do poder público em inscrever o débito em dívida ativa, já que o poderia ter feito assim que a agravante descumpriu o acordo de parcelamenteo em 1997, mas somente o fez em 26/12/2001.

Assim, tem-se que o prazo prescricional, iniciou-se no primeiro dia posterior ao inadimplemento do contribuinte com relação ao parcelamento concedido, ou seja em 01/05/1997 e interrompendo-se com a citação válida do devedor, que ocorreu em 15/07/2003, ou seja, após decorridos os 5 anos previstos no art. 174 do CTN."

Aduziu ainda que a recusa em resgatar os títulos indicados no processo fiscal violou o artigo 11 da LEF, requerendo o afastamento da condenação por litigância de má-fé.

Por sua vez, o i. Relator negou seguimento ao agravo de instrumento,em decisão assim fundamentada, *verbis*:

"A exceção em foco constitui forma excepcional de oposição à pretensão esboçada em execução fiscal. O normal é a interposição de embargos à execução.

Exatamente por isso, o meio é excepcional e se presta à impugnação da cobrança nas hipóteses de evidência sobre a condição do postulante, prescrição, etc.

Não é o caso dos autos, em que a agravante sustenta a ocorrência da prescrição da pretensão da União, ***além de possibilidade de compensar os valores cobrados pela União, com Apólice da Dívida Pública, cuja validade vem sendo discutida no Processo nº 2002.72.03.000137-0,***

A defesa, por tal modo, haverá de ser veiculada através dos embargos à execução.(...)" (grifou-se)

Irresignado, o ora Recorrente aviou agravo regimental, reiterando a tese de que cabível a exceção de pré-executividade na hipótese dos autos, a fim de ver seus "débitos garantidos com as apólices da dívida pública de sua propriedade", o qual restou desprovido, para manter, integralmente, a decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento interposto contra a decisão que rejeitou exceção de pré-executividade.

Após opor (fls. 139/143) e ter rejeitados (fls. 145/149) seus embargos de declaração, interpôs o recorrente o presente recurso especial que ora se apresenta, sem contudo apontar qualquer dispositivo de lei como violado, aduzindo, contudo, restar configurado o dissídio pretoriano viabilizador da abertura da via especial.

Colaciona, para tanto, precedente oriundo desta Colenda Corte na qual se reconheceu a possibilidade de argüição de prescrição em sede de exceção de pré-executividade, enquanto o aresto recorrido entendeu que "a exceção em foco constitui forma excepcional de oposição à pretensão esboçada em execução fiscal."

Ofertadas as contra-razões ao apelo nobre às fls. 201/204, pugnando pelo desprovimento do apelo, vez que a exceção de pré-executividade depende de alegações averiguáveis de plano, o que não condiz com a situação posta nos autos.

Na origem, em exame de prelibação, o presente recurso recebeu crivo negativo de admissibilidade (fls. 207), ascendendo à esta Corte Superior em virtude de decisão monocrática de minha lavra provendo agravo de instrumento manejado pelo recorrente, para melhor exame da admissibilidade do especial.

Brevemente relatados, **DECIDO**.

Não merecem guarida as pretensões do recorrente, devendo ser mantido hígido o aresto ora hostilizado.

Primeiramente, pelo fato de não se vislumbrar qualquer violação à matéria federal passível de desafiar a análise do recurso pela alínea "a" do permissivo constitucional.

No que se refere à alegada divergência jurisprudencial, não se faz sequer merecedor de conhecimento o presente recurso especial, vez que cediço que obstado o seguimento do apelo nobre interposto com arrimo na alínea "c" do permissivo constitucional, quando deixa o recorrente de apontar, em suas razões recursais, o dispositivo legal ao qual teria a Corte de origem emprestado interpretação distinta daquela eventualmente conferida por outro Tribunal. Hipótese que, como de sabença, atrai a aplicação, por analogia, do verbete sumular n.º 284/STF.

No mesmo sentido, oportuna a colação, à guisa de exemplo, dos seguintes precedentes desta Corte Superior:

"TRIBUTÁRIO e PROCESSUAL CIVIL. COMPENSAÇÃO. IN 21/97.

INTERESSE DE AGIR QUANTO AOS VALORES RECOLHIDOS INDEVIDAMENTE A PARTIR DE JANEIRO DE 1992. DISPOSITIVO LEGAL APONTADO COMO VIOLADO QUE NÃO CONTÉM COMANDO CAPAZ DE ALTERAR O JUÍZO FORMULADO PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PRESCRIÇÃO. ORIENTAÇÃO FIRMADA PELA 1ª SEÇÃO DO STJ, NA APRECIAÇÃO DO ERESP 435.835/SC. LC 118/2005: NATUREZA MODIFICATIVA (E NÃO SIMPLESMENTE INTERPRETATIVA) DO SEU ARTIGO 3º. INCONSTITUCIONALIDADE DO SEU ART. 4º, NA PARTE QUE DETERMINA A APLICAÇÃO RETROATIVA. ENTENDIMENTO CONSIGNADO NO VOTO DO ERESP 327.043/DF. GRAU DE SUCUMBIMENTO DA PARTE. ART. 21 DO CPC. SÚMULA 7/STJ.
1. É pressuposto de admissibilidade do recurso especial a adequada indicação da questão controvertida, com informações sobre o modo como teria ocorrido a violação a dispositivos de lei federal (Súmula 284/STF).
***2. A ausência de indicação dos dispositivos em torno dos quais teria havido interpretação divergente por outros Tribunais não autoriza o conhecimento do recurso especial, quando interposto com base na alínea c do permissivo constitucional (Súmula 284/STF).** (...)"* (REsp. n.º 725.493/SP. Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJU de 03/04/2006)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. EFEITOS DA DECISÃO PROFERIDA. LIMITAÇÃO À CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA RESPECTIVA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. IRREGULARIDADE NA DEMONSTRAÇÃO. AUSÊNCIA DE EXPLICITAÇÃO DA NORMA FEDERAL INTERPRETADA DE MANEIRA DIVERGENTE.
I - O cabimento do recurso especial pelo conduto da alínea 'c" do permissivo constitucional demanda que a decisão recorrida haja conferido "a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal".
II - Olvidou-se a recorrente, ora agravante, de em suas razões recursais explicitamente apontar qual teria sido o regramento infraconstitucional sobre o qual se dera a divergência interpretativa.
III - Diante da inobservância da regularidade formal na demonstração da divergência pretoriana, inviável se torna a apreciação do apelo nobre neste particular.
IV - Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp. n.º 710.010/PE, Rel. Min. Francisco Falcão, DJU de 29/08/2005)

"Processual civil. Recurso especial não-admitido. Dissídio jurisprudencial incomprovado. Agravo regimental improvido.
1. Para que seja admitido o recurso especial fundado na alínea c, é indispensável a indicação da lei federal objeto de interpretação divergente feita por outro tribunal.
***2.** Na hipótese, os recorrentes restringiram-se a alegar divergência jurisprudencial sem apontar a norma federal contestada.*
***3.** Agravo regimental improvido."* (AgRg no AG. n.º 624.975/RS, Rel. Min. Nilson Naves, DJU de 11/04/2005)

Ademais, como é de sabença, a interposição do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional exige do recorrente a comprovação do dissídio jurisprudencial, cabendo ao mesmo colacionar precedentes jurisprudenciais favoráveis à tese defendida, comparando analiticamente os acórdãos confrontados, nos termos previstos no artigo 541, parágrafo único, do CPC.
Deveras, visando a demonstração do dissídio jurisprudencial, impõe-se indispensável avaliar se **as soluções encontradas** pelo *decisum* embargado e paradigmas tiveram por base as mesmas premissas fáticas e jurídicas, existindo entre elas similitude de circunstâncias. Este é o entendimento desta Corte Superior, consoante se depreende dos seguintes julgados:
"PROCESSUAL CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO. CONTRATO DE MÚTUO. LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA. CORREÇÃO MONETÁRIA. VARIAÇÃO DA UPC. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO-COMPROVAÇÃO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. INVIABILIDADE. SÚMULA N. 5 DO STJ.
1. A ausência de similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e o paradigma inviabiliza o cotejo analítico e, por conseqüência, desatende as prescrições do art. 541, parágrafo único, do CPC e do art. 255, § 2º, do RISTJ.
2. "A divergência jurisprudencial, consubstanciadora do cabimento do recurso especial, caracteriza-se pelo cotejo analítico entre os acórdãos paradigma e recorrido, aferindo-se a adoção de soluções diversas a litígios semelhantes" (REsp n. 511.486-SP, relator Ministro Luiz Fux, DJ de 8.9.2003).
3. "A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial" - Súmula n. 5 do STJ.
4. Recurso especial não conhecido." (REsp n.º 207.696/PR, Segunda Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 22/08/2005)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE OS ARESTOS CONFRONTADOS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO-COMPROVADA.
1. Não se conhece do recurso especial por suposta divergência jurisprudencial quando o julgado apontado como paradigma não guarda qualquer similitude fática com o aresto impugnado.
2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no REsp n.º 479.003/GO, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJ de 17/12/2004).

In casu, impõe-se reconhecer a inexistência de similaridade, indispensável na configuração do dissídio jurisprudencial, entre o acórdão tomado pelo recorrente como paradigma, que entendeu que "a argüição da prescrição não precisa ser obrigatoriamente em sede de embargos do devedor, podendo ser suscitada por outro meio processual", e o acórdão recorrido, que não admitiu o manejo da exceção de pré-executividade, *in casu*, ao entendimento de que as alegações formuladas pelo requerente demandariam dilação probatória a ser engendrada pela via dos embargos à execução, no que tange à "ocorrência da prescrição da pretensão da União, além de possibilidade de compensar os valores cobrados pela União, com Apólice da Dívida Pública, cuja validade vem sendo discutida no Processo nº 2002.72.03.000137-0."
Destarte, não havendo consonância fática entre as decisões paradigmas e a ora hostilizada, não restou demonstrada a divergência jurisprudencial viabilizadora do apelo nobre.
Ex positis, com fulcro no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **NEGO SEGUIMENTO** ao presente recurso especial.
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2052)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 837.943 - GO (2006/0258947-5)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: REFRESCOS BANDEIRANTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: ROBERTA LIMA SILVA QUEIROZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 544 DO CPC. AUSÊNCIA DE PEÇA OBRIGATÓRIA. RECURSO ESPECIAL. DECISÃO AGRAVADA NÃO-CONHECIMENTO.
1. O traslado da decisão agravada constitui peça essencial à formação do instrumento de agravo, posto figurar no elenco do § 1º, do art. 544, do Código de Processo Civil.
2. A ausência, na íntegra, de quaisquer das peças elencadas no § 1º, do art. 544, do Código de Processo Civil, revela má-formação do instrumento de agravo interposto. (Precedentes: **AgRg no AgRg no AG 588107/SP**, DJ 14.03.2005; **AgRg no AG 564882/SP**, DJ 02.08.2004; **AgRg no AG 562569/SP**; DJ 01.02.2005; **AgRg no AG 565086/AL**; DJ 26.04.2004; **AgRg no AG 513340/SE**; DJ 03.11.2003)
3. Compete ao agravante a correta formação do instrumento.
4. Agravo de Instrumento não conhecido (art. 544, § 1º, do CPC).

Vistos.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela REFRESCOS BANDEIRANTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA com fulcro no artigo 544 do CPC, contra decisão que negou seguimento ao seu Recurso Especial.
Contraminutas: INSS às fls. 74/77, Fazenda Nacional às fls. 80/82 e INCRA às fls. 86/87.
Brevemente relatados, **DECIDO**.
Depreende-se da análise dos autos, que a agravante não juntou todos os documentos obrigatórios quando da formação do presente instrumento, qual seja, a cópia da decisão agravada, imprescindível à devida formação do instrumento.
Juntou à fl. 51 a decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário, não colacionando a que inadmitiu o recurso especial.
A legislação processual, ao dispor sobre o procedimento do agravo interposto com o escopo de dar seguimento ao Recurso Especial, e cujo processamento fora obstado pelo Tribunal *a quo*, preceitua, no § 1º, do art. 544, do Código de Processo Civil, no que concerne à formação do respectivo instrumento:

*"§ 1º . O agravo de instrumento será instruído com as peças apresentadas pelas partes, devendo constar obrigatoriamente, sob pena de não conhecimento, cópias do acórdão recorrido, da certidão da respectiva intimação, da petição de interposição do recurso denegado, das contra-razões, **da decisão agravada,** da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado. As cópias das peças do processo poderão ser declaradas autênticas pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal.*" (com a nova redação dada pela Lei 10.352, de 26 de dezembro de 2001)

Destarte, a ausência, na íntegra, de quaisquer das peças elencadas no referido dispositivo legal revela má-formação do instrumento de agravo interposto. Nesse sentido é a jurisprudência do E. STJ, como se pode observar dos seguintes arestos:

*"Agravo de instrumento. **Ausência da íntegra da decisão agravada.** Impossibilidade de afastar a necessária verificação, feita por este Tribunal, da regularidade formal do recurso. Peça de traslado obrigatório, nos termos da nova redação dada ao art. 544, § 1°, do Código de Processo Civil.*
Agravo regimental desprovido".(AgRg no AG 562569/SP; Rel. Min. ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, DJ 01.02.2005)

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRASLADO DEFICIENTE. CÓPIA DO ACÓRDÃO DA APELAÇÃO. **AUSÊNCIA DA CÓPIA INTEGRAL DA DECISÃO AGRAVADA.***
1. A correta formação do instrumento constitui ônus da parte.
2. A expressão "acórdão recorrido" refere-se ao acórdão dos embargos de declaração e também ao julgado proferido em apelação.
3. A ausência da cópia do acórdão que julgou a apelação impede o conhecimento do agravo em razão do óbice inscrito no art. 544, § 1º, do CPC.
4. Ausente o traslado integral da decisão agravada, não se conhece do agravo de instrumento.
5. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no AG 565086/AL; Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJ 26.04.2004)

*"AGRAVO REGIMENTAL. **AUSÊNCIA DO TRASLADO INTEGRAL DA DECISÃO AGRAVADA.** PEÇA OBRIGATÓRIA. ART. 544, § 1º, DO CPC. ÔNUS DO AGRAVANTE. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO DESPROVIDO.*
1. Não se conhece de agravo de instrumento quando ausente o traslado integral da decisão agravada. Precedentes do STJ.
2. O ônus da fiscalização das peças a serem trasladadas cabe ao Agravante.
3. Agravo regimental desprovido."(AgRg no AG 513340/SE; Min. LAURITA VAZ, DJ 03.11.2003)

O entendimento dominante nesta Corte e no Supremo Tribunal Federal é o de que compete ao agravante velar pela correta formação do instrumento de agravo. Nesta esteira, são os seguintes arestos relativos ao tema:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS. ART. 544, § 1º DO CPC. ACÓRDÃO PROFERIDO EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO. PEÇA ESSENCIAL. FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO.
*1. É indispensável o traslado de todas as peças obrigatórias à formação do agravo, importando a ausência de quaisquer delas no não conhecimento do recurso, **sendo responsabilidade do agravante zelar pela completa formação do instrumento.***
2. Consoante entendimento pacificado desta Corte, a expressão "acórdão recorrido", do § 1º, do art. 544 do CPC, refere-se também ao acórdão proferido em sede de embargos de declaração, integrativo do julgamento do recurso interposto na origem.
3. A ausência da certidão de publicação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, peça essencial para formação do agravo, impede a verificação da tempestividade do recurso especial denegado.
4. Agravo regimental improvido." (AGA n.º 489.257/MG, Rel Min. Fernando Gonçalves, DJ 10/05/2004)

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRASLADO DE PEÇAS. FALTA. PROCURAÇÃO DO AGRAVADO. EXIGÊNCIA LEGAL. CONTRA-RAZÕES DE RECURSO ESPECIAL. NECESSIDADE. PRECEDENTES. ZELO NA FORMAÇÃO DO AGRAVO. ÔNUS DO AGRAVANTE. I- A teor do preceito insculpido no art. 544, § 1º, do CPC, é indispensável que o agravante traslade aos autos a procuração do agravado, bem como as contra-razões de recurso especial, ou acoste certidão constatando a não manifestação do recorrido. II- **Recai no agravante a responsabilidade de zelar pela correta formação do agravo.** III- Precedentes jurisprudenciais desta Corte. Agravo de Instrumento a que não se conhece."* (AG n.º 307.598, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ 16/08/2000)

Desta forma, consoante o disposto no art. 544, § 1º, já transcrito, a ausência de peças obrigatórias em sua inteireza implica na falta de cumprimento de um dos requisitos de admissibilidade do recurso, que é a sua regularidade formal.
Ante o exposto, na forma do art. 544, § 1º, do CPC, **NÃO CONHEÇO** do presente Agravo de Instrumento.
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2053)

RECURSO ESPECIAL Nº 838.232 - SP (2006/0079678-4)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: CONSTROEM S/A CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS
ADVOGADO	: ALEXANDRE DANTAS FRONZAGLIA E OUTRO
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: WÂNIA MARIA ALVES DE BRITO E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO/COMPENSAÇÃO. ARTIGO 3º, DA LEI COMPLEMENTAR 118/2005. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. PAGAMENTO INDEVIDO. ARTIGO 4º, DA LC 118/2005. DETERMINAÇÃO DE APLICAÇÃO RETROATIVA. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONTROLE DIFUSO. CORTE ESPECIAL. RESERVA DE PLENÁRIO.

1. O prazo prescricional das ações de compensação/repetição de indébito, do ponto de vista prático, deve ser contado da seguinte forma: relativamente aos pagamentos efetuados a partir da vigência da Lei Complementar 118/2005 (09.06.05), o prazo para se pleitear a restituição é de cinco anos a contar da data do recolhimento indevido; e relativamente aos pagamentos anteriores, a prescrição obedece ao regime previsto no sistema anterior, limitada, porém, ao prazo máximo de cinco anos a contar da vigência da novel lei complementar.

2. Isto porque a Corte Especial declarou a inconstitucionalidade da expressão "observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional", constante do artigo 4º, segunda parte, da Lei Complementar 118/2005 (**AI nos ERESP 644736/PE, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 06.06.2007**).

3. Deveras, a norma inserta no artigo 3º, da lei complementar em tela, indubitavelmente, cria direito novo, não configurando lei meramente interpretativa, cuja retroação é permitida, consoante apregoa doutrina abalizada:

"Denominam-se leis interpretativas as que têm por objeto determinar, em caso de dúvida, o sentido das leis existentes, sem introduzir disposições novas. {nota: A questão da caracterização da lei interpretativa tem sido objeto de não pequenas divergências, na doutrina. Há a corrente que exige uma declaração expressa do próprio legislador (ou do órgão de que emana a norma interpretativa), afirmando ter a lei (ou a norma jurídica, que não se apresente como lei) caráter interpretativo. Tal é o entendimento da ***AFFOLTER*** *(Das intertemporale Recht, vol. 22, System des deutschen bürgerlichen Uebergangsrechts, 1903, pág. 185), julgando necessária uma Auslegungsklausel, ao qual* ***GABBA****, que cita, nesse sentido, decisão de tribunal de Parma, (...) Compreensão também de* ***VESCOVI*** *(Intorno alla misura dello stipendio dovuto alle maestre insegnanti nelle scuole elementari maschili, in Giurisprudenza italiana, 1904, I,I, cols. 1191, 1204) e a que adere* ***DUGUIT****, para quem nunca se deve presumir ter a lei caráter interpretativo - "os tribunais não podem reconhecer esse caráter a uma disposição legal, senão nos casos em que o legislador lho atribua expressamente" (Traité de droit constitutionnel, 3ª ed., vol. 2º, 1928, pág. 280). Com o mesmo ponto de vista, o jurista pátrio* ***PAULO DE LACERDA*** *concede, entretanto, que seria exagero exigir que a declaração seja inseri da no corpo da própria lei não vendo motivo para desprezá-la se lançada no preâmbulo, ou feita noutra lei.*

Encarada a questão, do ponto de vista da lei interpretativa por determinação legal, outra indagação, que se apresenta, é saber se, manifestada a explícita declaração do legislador, dando caráter interpretativo, à lei, esta se deve reputar, por isso, interpretativa, sem possibilidade de análise, por ver se reúne requisitos intrínsecos, autorizando uma tal consideração.

(...)

*... **SAVIGNY** coloca a questão nos seus precisos termos, ensinando: "trata-se unicamente de saber se o legislador fez, ou quis fazer uma lei interpretativa, e, não, se na opinião do juiz essa interpretação está conforme com a verdade" (System des heutigen romischen Rechts, vol. 8º, 1849, pág. 513). Mas, não é possível dar coerência a coisas, que são de si incoerentes, não se consegue conciliar o que é inconciliável. E, desde que a chamada interpretação autêntica é realmente incompatível com o conceito, com os requisitos da verdadeira interpretação (v., supra, a nota 55 ao n° 67), não admira que se procurem torcer as conseqüências inevitáveis, fatais de tese forçada, evitando-se-lhes os perigos. Compreende-se, pois, que muitos autores não aceitem o rigor dos efeitos da imprópria interpretação. Há quem, como* ***GABBA*** *(Teoria delta retroattività delle leggi, 3ª ed., vol. 1º, 1891, pág. 29), que invoca* ***MAILHER DE CHASSAT*** *(Traité de la rétroactivité des lois, vol. 1º, 1845, págs. 131 e 154), sendo seguido por* ***LANDUCCI*** *(Trattato storico-teorico-pratico di diritto civile francese ed italiano, versione ampliata del Corso di diritto civile francese, secondo il metodo dello Zachariæ, di Aubry e Rau, vol. 1º e único, 1900, pág. 675) e* ***DEGNI*** *(L'interpretazione della legge, 2ª ed., 1909, pág. 101), entenda que é de distinguir quando uma lei é declarada interpretativa, mas encerra, ao lado de artigos que apenas esclarecem, outros introduzido novidade, ou modificando dispositivos da lei interpretada.* ***PAULO DE LACERDA*** *(loc. cit.) reconhece ao juiz competência para verificar se a lei é, na verdade, interpretativa, mas somente quando ela própria afirme que o é.* ***LANDUCCI*** *(nota 7 à pág. 674 do vol. cit.) é de prudência manifesta: "Se o legislador declarou interpretativa uma lei, deve-se, certo, negar tal caráter somente em casos extremos, quando seja absurdo ligá-la com a lei interpretada, quando nem mesmo se possa considerar a mais errada interpretação imaginável. A lei interpretativa, pois, permanece tal, ainda que errônea, mas, se de modo insuperável, que suplante a mais aguda conciliação, contrastar com a lei interpretada, desmente a própria declaração legislativa."* Ademais, a doutrina do tema é pacífica no sentido de que: *"Pouco importa que o legislador, para cobrir o atentado ao direito, que comete, dê à sua lei o caráter interpretativo. É um ato de hipocrisia, que não pode cobrir uma violação flagrante do direito" (Traité de droit constitutionnel, 3ª ed., vol. 2º, 1928, págs. 274-275)."* (Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Vol. I, 3ª ed., págs. 294 a 296).

4. Consectariamente, em se tratando de pagamentos indevidos efetuados antes da entrada em vigor da LC 118/05 (09.06.2005), o prazo prescricional para o contribuinte pleitear a restituição do indébito, nos casos dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, continua observando a cognominada tese dos cinco mais cinco, desde que, na data da vigência da novel lei complementar, sobejem, no máximo, cinco anos da contagem do lapso temporal (regra que se coaduna com o disposto no artigo 2.028, do Código Civil de 2002, segundo o qual: *"Serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada."*).

5. Por outro lado, ocorrido o pagamento antecipado do tributo após a vigência da aludida norma jurídica, o *dies a quo* do prazo prescricional para a repetição/compensação é a data do recolhimento indevido.

6. ***In casu*****, a demanda foi ajuizada em 02.04.2001 (muito antes da entrada em vigor da novel lei complementar), com o objetivo obter o direito à compensação de valores indevidamente recolhidos a título tributo sujeito a lançamento por homologação, o que, nos termos dos arts. 168, I, e 150, § 4º, do CTN, revela inequívoca a inocorrência da prescrição dos valores recolhidos indevidamente a partir de 02.04.1991, porquanto tributo sujeito a lançamento por homologação, cuja prescrição opera-se 5 (cinco) anos após expirado o prazo para aquela atividade.**

7. Recurso especial provido para afastar a prescrição da ação e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para fins de analisar as demais questões pendentes. (art. 557, § 1º-A, do CPC)

Trata-se de recurso especial interposto com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, por CONSTROEM S/A CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região que, em demanda onde se discute a compensação/repetição de tributos sujeitos a lançamento por homologação, aplicou a tese da prescrição qüinqüenal a contar da data da decisão que declarou a inconstitucionalidade da exação discutida

Aponta a recorrente a ocorrência de violação aos arts 173, I e 150, § 4º CTN , pugnando pelo reconhecimento da prescrição decenal da ação, bem como dissídio jurisprudencial, além de se insurgir quanto à forma de cálculo dos juros e da incidência dos expurgos inflacionários e da taxa SELIC.

Contra-razões ofertadas pugnando pela inadmissão do recurso.

Realizado o juízo de admissibilidade positivo do apelo extremo, na instância de origem, ascenderam os autos ao E. STJ.

Relatados. Decido.

Assiste razão à recorrente.

Com efeito, a Primeira Seção deste Tribunal Superior consagrou a tese de que a extinção do crédito tributário, marco temporal do prazo qüinqüenal do direito do contribuinte pleitear restituição do indébito (artigo 168, I, do CTN) condiciona-se à homologação expressa ou tácita do pagamento antecipado (artigo 156, VII, do CTN), e não ao próprio pagamento, que configura mera antecipação *ex vi* do artigo 150, § 1º, do *Codex* Tributário.

Assim, tendo em vista que a extinção do crédito tributário, em regra, efetiva-se com a homologação tácita, que se ultima cinco anos após a ocorrência do fato jurídico tributário (artigo 150, § 4º, do CTN), o prazo prescricional para a repetição ou compensação dos tributos sujeitos a lançamento por homologação começa a fluir decorridos 05 (cinco) anos, contados a partir da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais um qüinqüênio computado desde o termo final do prazo atribuído ao Fisco para verificar o *quantum* devido a título de tributo.

À guisa de exemplo, merece transcrição a ementa do seguinte julgado oriundo da Primeira Seção:

"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. LEI Nº 7.787/89. COMPENSAÇÃO. PRESCRIÇÃO. DECADÊNCIA. TERMO INICIAL DO PRAZO. PRECEDENTES.

1. Está uniforme na 1ª Seção do STJ que, no caso de lançamento tributário por homologação e havendo silêncio do Fisco, o prazo decadencial só se inicia após decorridos 5 (cinco) anos da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais um qüinqüênio, a partir da homologação tácita do lançamento. Estando o tributo em tela sujeito a lançamento por homologação, aplicam-se a decadência e a prescrição nos moldes acima delineados.

2. Não há que se falar em prazo prescricional a contar da declaração de inconstitucionalidade pelo STF ou da Resolução do Senado. A pretensão foi formulada no prazo concebido pela jurisprudência desta Casa Julgadora como admissível, visto que a ação não está alcançada pela prescrição, nem o direito pela decadência. Aplica-se, assim, o prazo prescricional nos moldes em que pacificado pelo STJ, id est, a corrente dos cinco mais cinco.

3. A ação foi ajuizada em 16/12/1999. Valores recolhidos, a título da exação discutida, em 09/1989. Transcorreu, entre o prazo do recolhimento (contado a partir de 12/1989) e o do ingresso da ação em juízo, o prazo de 10 (dez) anos. Inexiste prescrição sem que tenha havido homologação expressa da Fazenda, atinente ao prazo de 10 (dez) anos (5 + 5), a partir de cada fato gerador da exação tributária, contados para trás, a partir do ajuizamento da ação.

4. Precedentes desta Corte Superior.

5. Embargos de divergência rejeitados, nos termos do voto." (**EREsp 435835/SC, Relator Ministro Francisco Peçanha Martins, Relator p/ Acórdão Ministro José Delgado, julgado em 24.03.2004, publicado no DJ de 04.06.2007**)

Nada obstante, em 09 de fevereiro de 2005, sobreveio a Lei Complementar 118, que, em seu artigo 3º, dispõe sobre a interpretação do inciso I do artigo 168, do CTN, *verbis*:

"Art. 3º Para efeito de interpretação do inciso I do art. 168 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, a extinção do crédito tributário ocorre, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado de que trata o § 1º do art. 150 da referida Lei."

O artigo 4º, da LC 118/2005, determina a aplicação retroativa da norma jurídica inserta no dispositivo supracitado, em conformidade com o disposto no artigo 106, I, do CTN, segundo o qual: *"A lei aplica-se a ato ou fato pretérito: I - em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados"*.

Diante da aludida inovação legislativa, a Primeira Seção reconsolidou a jurisprudência do STJ acerca da cognominada tese dos cinco mais cinco para a definição do termo *a quo* do prazo prescricional das ações de repetição/compensação de valores indevidamente recolhidos a título de tributo sujeito a lançamento por homologação, apenas no que pertine às demandas intentadas antes da entrada em vigor da Lei Complementar 118/2005 (**EREsp 327043/DF, Relator Ministro João Otávio de Noronha, julgado em 27.04.2005**).

Naquela oportunidade, proferi voto-vista, posicionando-me no sentido de que:

"... a Lei Complementar 118, de 09 de fevereiro de 2005, aplica-se, tão somente, aos fatos geradores pretéritos ainda não submetidos ao crivo judicial, pelo que o novo regramento não é retroativo mercê de interpretativo. É que toda lei interpretativa, como toda lei, não pode retroagir.Outrossim, as lições de outrora coadunam-se com as novas conquistas constitucionais, notadamente a segurança jurídica da qual é corolário a vedação à denominada "surpresa fiscal".

(...)

À míngua de prequestionamento por impossibilidade jurídica absoluta de engendrá-lo, e considerando que não há inconstitucionalidade nas leis interpretativas como decidiu em recentíssimo pronunciamento o Pretório Excelso, o preconizado na presente sugestão de decisão ao colegiado, sob o prisma institucional, deixa incólume a jurisprudência do Tribunal ao ângulo da máxima tempus regit actum, permite o prosseguimento do julgamento dos feitos de acordo com a jurisprudência reinante, sem invalidar a vontade do legislador através suscitação de incidente de inconstitucionalidade de resultado moroso e duvidoso a afrontar a efetividade da prestação jurisdicional,mantendo hígida a norma com eficácia aos fatos pretéritos ainda não sujeitos à apreciação judicial, máxime porque o artigo 106 do CTN é de constitucionalidade induvidosa até então e ensejou a edição da LC 118/2005, constitucionalmente imune de vícios.

(...)"

Entrementes, o Supremo Tribunal Federal, em sede do recurso extraordinário interposto em face do *decisum* proferido nos autos dos EREsp 644736/PE, nos quais se cuida da matéria ora em debate, considerou caracterizada a violação do princípio constitucional da reserva de plenário (artigo 97, da Constituição Federal de 1988), reputando declaratório de inconstitucionalidade o acórdão que *"afasta a incidência de norma ordinária pertinente à lide para decidi-la sobre critérios diversos alegadamente extraídos da Constituição"*.

Conseqüentemente, a Primeira Seção determinou o processamento, perante a Corte Especial, de incidente de inconstitucionalidade do artigo 4º, da LC 118/2005, na parte que determina a aplicação retroativa do disposto no artigo 3º, da mesma lei.

Na sessão de julgamento ocorrida em 06.06.2007, a Corte Especial acolheu o referido incidente, para reconhecer a inconstitucionalidade da expressão "observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional", constante do artigo 4º, segunda parte, da Lei Complementar 118/2005, *verbis*:

"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. LEI INTERPRETATIVA. PRAZO DE PRESCRIÇÃO PARA REPETIÇÃO DE INDÉBITO, NOS TRIBUTOS SUJEITOS À LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. LC 118/2005: NATUREZA MODIFICATIVA (E NÃO SIMPLESMENTE INTERPRETATIVA) DO SEU ARTIGO 3º. INCONSTITUCIONALIDADE DO SEU ART. 4º, NA PARTE QUE DETERMINA A APLICAÇÃO RETROATIVA.

1. Sobre o tema relacionado com a prescrição da ação de repetição de indébito tributário, a jurisprudência do STJ (1ª Seção) é no sentido de que, em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, o prazo de cinco anos, previsto no art. 168, do CTN, tem início, não na data do recolhimento do tributo indevido, e sim na data da homologação - expressa ou tácita - do lançamento. Segundo entende o Tribunal, para que o crédito se considere extinto, não basta o pagamento: é indispensável a homologação do lançamento, hipótese de extinção albergada pelo art. 156, VII, do CTN. Assim, somente a partir dessa homologação é que teria início o prazo previsto no art. 168, I. E, não havendo homologação expressa, o prazo para a repetição do indébito acaba sendo, na verdade, de dez anos a contar do fato gerador.

2. Esse entendimento, embora não tenha a adesão uniforme da doutrina e nem de todos os juízes, é o que legitimamente define o conteúdo e o sentido das normas que disciplinam a matéria, já que se trata do entendimento emanado do órgão do Poder Judiciário que tem a atribuição constitucional de interpretá-las.

3. O art. 3º, da LC 118/2005, a pretexto de interpretar esses mesmos enunciados, conferiu-lhes, na verdade, um sentido e um alcance diferente daquele dado pelo Judiciário. Ainda que defensável a 'interpretação' dada, não há como negar que a Lei inovou no plano normativo, pois retirou das disposições interpretadas um dos seus sentidos possíveis, justamente aquele tido como correto pelo STJ, intérprete e guardião da legislação federal.

*4. **Assim, tratando-se de preceito normativo modificativo, e não simplesmente interpretativo, o art. 3º, da LC 118/2005 só pode ter eficácia prospectiva, incidindo apenas sobre situações que venham a ocorrer a partir de sua vigência.***
5. O artigo 4º, segunda parte, da LC 118/2005, que determina aplicação retroativa do seu art. 3º, para alcançar inclusive fatos passados, ofende o princípio constitucional da autonomia e independência dos poderes (CF, art. 2º) e o da garantia do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada (CF, art. 5º, XXXVI).
6. Argüição de inconstitucionalidade acolhida." (AI nos ERESP 644736/PE, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 06.06.2007)

No voto-condutor da argüição de inconstitucionalidade, assinalou ainda o e. Ministro Relator que *"com o advento da LC 118/05, a prescrição, do ponto de vista prático, deve ser contada da seguinte forma: relativamente aos pagamentos efetuados a partir da sua vigência (que ocorreu em 09.06.05), o prazo para a repetição do indébito é de cinco a contar da data do pagamento; e relativamente aos pagamentos anteriores, a prescrição obedece ao regime previsto no sistema anterior, limitada, porém, ao prazo máximo de cinco anos a contar da vigência da lei nova"*.

Deveras, a norma inserta no artigo 3º, da lei complementar em tela, indubitavelmente, cria direito novo, não configurando lei meramente interpretativa, cuja retroação é permitida, consoante apregoa doutrina abalizada:

"Denominam-se leis interpretativas as que têm por objeto determinar, em caso de dúvida, o sentido das leis existentes, sem introduzir disposições novas. {nota: A questão da caracterização da lei interpretativa tem sido objeto de não pequenas divergências, na doutrina. Há a corrente que exige uma declaração expressa do próprio legislador (ou do órgão de que emana a norma interpretativa), afirmando ter a lei (ou a norma jurídica, que não se apresente como lei) caráter interpretativo. Tal é o entendimento da **ÂFFOLTER** *(Das intertemporale Recht, vol. 22, System des deutschen bürgerlichen Uebergangsrechts, 1903, pág. 185), julgando necessária uma Auslegungsklausel, ao qual* **GABBA**, *que cita, nesse sentido, decisão de tribunal de Parma, (...) Compreensão também de* **VESCOVI** *(Intorno alla misura dello stipendio dovuto alle maestre insegnanti nelle scuole elementari maschili, in Giurisprudenza italiana, 1904, I,I, cols. 1191, 1204) e a que adere* **DUGUIT**, *para quem nunca se deve presumir ter a lei caráter interpretativo - "os tribunais não podem reconhecer esse caráter a uma disposição legal, senão nos casos em que o legislador lho atribua expressamente" (Traité de droit constitutionnel, 3ª ed., vol. 2º, 1928, pág. 280). Com o mesmo ponto de vista, o jurista pátrio* **PAULO DE LACERDA** *concede, entretanto, que seria exagero exigir que a declaração seja inseri da no corpo da própria lei não vendo motivo para desprezá-la se lançada no preâmbulo, ou feita noutra lei.*
Encarada a questão, do ponto de vista da lei interpretativa por determinação legal, outra indagação, que se apresenta, é saber se, manifestada a explícita declaração do legislador, dando caráter interpretativo, à lei, esta se deve reputar, por isso, interpretativa, sem possibilidade de análise, por ver se reúne requisitos intrínsecos, autorizando uma tal consideração.
(...)
*... **SAVIGNY** coloca a questão nos seus precisos termos, ensinando: "trata-se unicamente de saber se o legislador fez, ou quis fazer uma lei interpretativa, e, não, se na opinião do juiz essa interpretação está conforme com a verdade" (System des heutigen romischen Rechts, vol. 8º, 1849, pág. 513). Mas, não é possível dar coerência a coisas, que são de si incoerentes, não se consegue conciliar o que é inconciliável. E, desde que a chamada interpretação autêntica é realmente incompatível com o conceito, com os requisitos da verdadeira interpretação (v., supra, a nota 55 ao n° 67), não admira que se procurem torcer as conseqüências inevitáveis, fatais de tese forçada, evitando-se-lhes os perigos. Compreende-se, pois, que muitos autores não aceitem o rigor dos efeitos da imprópria interpretação. Há quem, como* **GABBA** *(Teoria delta retroattività delle leggi, 3ª ed., vol. 1º, 1891, pág. 29), que invoca* **MAILHER DE CHASSAT** *(Traité de la rétroactivité des lois, vol. 1º, 1845, págs. 131 e 154), sendo seguido por* **LANDUCCI** *(Trattato storico-teorico-pratico di diritto civile francese ed italiano, versione ampliata del Corso di diritto civile francese, secondo il metodo dello Zachariæ, di Aubry e Rau, vol. 1º e único, 1900, pág. 675) e* **DEGNI** *(L'interpretazione della legge, 2ª ed., 1909, pág. 101), entenda que é de distinguir quando uma lei é declarada interpretativa, mas encerra, ao lado de artigos que apenas esclarecem, outros introduzido novidade, ou modificando dispositivos da lei interpretada.* **PAULO DE LACERDA** *(loc. cit.) reconhece ao juiz competência para verificar se a lei é, na verdade, interpretativa, mas somente quando ela própria afirme que o é.* **LANDUCCI** *(nota 7 à pág. 674 do vol. cit.) é de prudência manifesta: "Se o legislador declarou interpretativa uma lei, deve-se, certo, negar tal caráter somente em casos extremos, quando seja absurdo ligá-la com a lei interpretada, quando nem mesmo se possa considerar a mais errada interpretação imaginável. A lei interpretativa, pois, permanece tal, ainda que errônea, mas, se de modo insuperável, que suplante a mais aguda conciliação, contrastar com a lei interpretada, desmente a própria declaração legislativa."* Ademais, a doutrina do tema é pacífica no sentido de que: *"Pouco importa que o legislador, para cobrir o atentado ao direito, que comete, dê à sua lei o caráter interpretativo. É um ato de hipocrisia, que não pode cobrir uma violação flagrante do direito" (Traité de droit constitutionnel, 3ª ed., vol. 2º, 1928, págs. 274-275)."* (Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Vol. I, 3ª ed., págs. 294 a 296).

Consectariamente, em se tratando de pagamentos indevidos efetuados antes da entrada em vigor da LC 118/05 (09.06.2005), o prazo prescricional para o contribuinte pleitear a restituição do indébito, nos casos dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, continua observando a cognominada tese dos cinco mais cinco, desde que, na data da vigência da novel lei complementar, sobejem, no máximo, cinco anos da contagem do lapso temporal (regra que se coaduna com o disposto no artigo 2.028, do Código Civil de 2002, segundo o qual: *"Serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada."*).

Por outro lado, ocorrido o pagamento antecipado do tributo após a vigência da aludida norma jurídica, o *dies a quo* do prazo prescricional para a repetição/compensação é a data do recolhimento indevido.
***In casu*, a demanda foi ajuizada em 02.04.2001 (muito antes da entrada em vigor da novel lei complementar), com o objetivo obter o direito à compensação de valores indevidamente recolhidos a título tributo sujeito a lançamento por homologação, o que, nos termos dos arts. 168, I, e 150, § 4º, do CTN, revela inequívoca a inocorrência da prescrição dos valores recolhidos indevidamente a partir de 02.04.1991, porquanto tributo sujeito a lançamento por homologação, cuja prescrição opera-se 5 (cinco) anos após expirado o prazo para aquela atividade.**
Ante o exposto, com fulcro no §1º- A, do art. 557, do CPC, dou provimento ao presente recurso especial para afastar a prescrição da ação e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para fins de analisar as demais questões pendentes.
Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2054)

RECURSO ESPECIAL Nº 838.630 - SP (2006/0064092-3)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: LUFTRATOR COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA
ADVOGADO	: FÁBIO GUARDIA MENDES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: IVANY DOS SANTOS FERREIRA E OUTRO(S)

DECISÃO
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO/COMPENSAÇÃO. COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA. SUCESSIVAS MODIFICAÇÕES LEGISLATIVAS. LEI 8.383/91. LEI 9.430/96. LEI 10.637/02. REGIME JURÍDICO VIGENTE À ÉPOCA DA PROPOSITURA DA DEMANDA. LEGISLAÇÃO SUPERVENIENTE. INAPLICABILIDADE EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. SELIC. LEI N.º 9.250/95.PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ADMISSIBILIDADE. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA N.o 284, DO STF.
1. A compensação, posto modalidade extintiva do crédito tributário (artigo 156, do CTN), exsurge quando o sujeito passivo da obrigação tributária é, ao mesmo tempo, credor e devedor do erário público, sendo mister, para sua concretização, autorização por lei específica e créditos líquidos e certos, vencidos e vincendos, do contribuinte para com a Fazenda Pública (artigo 170, do CTN).
2. A **Lei 8.383, de 30 de dezembro de 1991**, ato normativo que, pela vez primeira, versou o instituto da compensação na seara tributária, autorizou-a apenas entre tributos da mesma espécie, sem exigir prévia autorização da Secretaria da Receita Federal (artigo 66).
3. Outrossim, a **Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996**, na Seção intitulada "Restituição e Compensação de Tributos e Contribuições", determina que a utilização dos créditos do contribuinte e a quitação de seus débitos serão efetuadas em procedimentos internos à Secretaria da Receita Federal (artigo 73, *caput*), para efeito do disposto no artigo 7º, do Decreto-Lei 2.287/86.
4. A redação original do artigo 74, da Lei 9.430/96, dispõe: *"Observado o disposto no artigo anterior, a Secretaria da Receita Federal, atendendo a requerimento do contribuinte, poderá autorizar a utilização de créditos a serem a ele restituídos ou ressarcidos para a quitação de quaisquer tributos e contribuições sob sua administração"*.
5. Consectariamente, a autorização da Secretaria da Receita Federal constituía pressuposto para a compensação pretendida pelo contribuinte, sob a égide da redação primitiva do artigo 74, da Lei 9.430/96, em se tratando de tributos sob a administração do aludido órgão público, compensáveis entre si.
6. A **Lei 10.637, de 30 de dezembro de 2002** (regime jurídico atualmente em vigor) sedimentou a desnecessidade de equivalência da espécie dos tributos compensáveis, na esteira da Lei 9.430/96, a qual não mais albergava esta limitação.
7. Em conseqüência, após o advento do referido diploma legal, tratando-se de tributos arrecadados e administrados pela Secretaria da Receita Federal, tornou-se possível a compensação tributária, independentemente do destino de suas respectivas arrecadações, mediante a entrega, pelo contribuinte, de declaração na qual constem informações acerca dos créditos utilizados e respectivos débitos compensados, termo *a quo* a partir do qual se considera extinto o crédito tributário, sob condição resolutória de sua ulterior homologação, que se deve operar no prazo de 5 (cinco) anos.
8. Deveras, com o advento da **Lei Complementar 104, de 10 de janeiro de 2001**, que acrescentou o artigo 170-A ao Código Tributário Nacional, agregou-se mais um requisito à compensação tributária a saber:
"Art. 170-A. É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial."
9. Entrementes, a Primeira Seção desta Corte consolidou o entendimento de que, em se tratando de compensação tributária, deve ser considerado o regime jurídico vigente à época do ajuizamento da demanda, não podendo ser a causa julgada à luz do direito superveniente, tendo em vista o inarredável requisito do prequestionamento, viabilizador do conhecimento do apelo extremo, ressalvando-se o direito de o contribuinte proceder à compensação dos créditos pela via administrativa, em conformidade com as normas posteriores, desde que atendidos os requisitos próprios (**EREsp 488992/MG**).
10. *In casu*, a demanda foi ajuizada em 27.07.1999, pleiteando a compensação de valores recolhidos indevidamente a título de PIS com parcelas vencidas e vincendas de tributos e/ou contribuições federais.
11. À época do ajuizamento da demanda, vigia a Lei 9.430/96, sem as alterações levadas a efeito pela Lei 10.637/02, sendo admitida a compensação entre quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, desde que atendida a exigência de prévia autorização daquele órgão em resposta a requerimento do contribuinte, que não podia efetuar a compensação *sponte sua*.
12. Nada obstante, a instância ordinária não aludiu à existência de qualquer requerimento do contribuinte protocolado na Secretaria da Receita Federal, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça o reexame dos autos a fim de verificar o atendimento ao requisito da Lei 9.430/96, ante o teor da Súmula 7/STJ.
13. Na compensação ou restituição de indébito tributário, consoante jurisprudência do E. STJ, os expurgos inflacionários devem ser aplicados, utilizando-se: a) **no mês de janeiro de 1989**, o IPC no percentual de 42,72%; b) **no mês de fevereiro de 1989**, o IPC no percentual de 10,14%; c) **no período de março de 1990 a fevereiro de 1991**, o IPC; d) **a partir de março de 1991**, vigora o INPC, a ser adotado **até dezembro de 1991**; e e) **a partir de janeiro de 1992**, a UFIR, na forma preconizada pela Lei nº 8.383/91, **até 31.12.1995**, com o advento da Lei nº 9.250/95, época em que o índice foi substituído pela taxa SELIC, que compreende taxa de juros reais e taxa de inflação a ser considerada a partir de 1º de janeiro de 1996, inacumulável com qualquer outro índice de correção monetária ou com juros de mora. (Precedentes: ERESP 478.359/SP, Corte Especial, DJ de 13.9.2004; EREsp 548.711/PE, DJ de 25/04/2007; EREsp 640.159/PE, DJ de 13.11.2006; REsp 879.747/SP, DJ de 1º.3.2007; REsp 608.556/PE, DJ de 06/02/2007).
14. Revelam-se deficientes as razões do recurso especial quando o recorrente não aponta, de forma inequívoca, os dispositivos de lei federal que considerou violados pelo acórdão recorrido fazendo incidir a Súmula 284 do STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia. "*
15. Recurso especial a que se nega seguimento (art. 557, *caput*, do CPC)

Trata-se de recurso especial interposto com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, por LUFTRATOR COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região que, em demanda onde se discute a compensação/repetição de tributos sujeitos a lançamento por homologação, limitou o direito de a recorrente efetuar a compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de PIS, com parcelas vencidas e vincendas relativas ao próprio PIS, à COFINS e a CSSL e determinou incidência exclusiva da taxa SELIC a partir de janeiro de 1996.
Aponta a recorrente a violação aos arts. 66, da Lei n.º 8.383/91, 74, da Lei n.º 9.430/96, pugnando pela possibilidade de compensar o PIS com parcelas vencidas e vincendas de tributos e/ou contribuições federais, ao art. 39, § 4º, da Lei n.º 9.250/95, pela incidência da taxa SELIC, a partir de janeiro de 1995. Ainda, insurge-se quanto aos índices de correção monetária.
Contra-razões ofertadas pugnando pela inadmissão do recurso.
Realizado o juízo de admissibilidade positivo do apelo extremo, na instância de origem, ascenderam os autos ao E. STJ.
Relatados. Decido.

DA COMPENSAÇÃO
No que pertine à compensação, não assiste razão à recorrente.

Com efeito, a compensação é uma das modalidades extintivas do crédito tributário (artigo 156, do CTN), que exsurge quando o sujeito passivo da obrigação tributária é, ao mesmo tempo, credor e devedor do sujeito ativo, sendo necessária, entretanto, sua autorização por lei específica para que a mesma se perfaça entre créditos líquidos e certos, vencidos e vincendos, do contribuinte para com a Fazenda Pública (artigo 170, do CTN).
A Lei 8.383, de 30 de dezembro de 1991, ato normativo que, pela primeira vez, tratou do instituto da compensação na seara tributária, autorizava-a apenas entre tributos da mesma espécie, sem exigir prévia autorização da Secretaria da Receita Federal, *verbis*:

"Art. 66. Nos casos de pagamento indevido ou a maior de tributos e contribuições federais, inclusive previdenciárias, mesmo quando resultante de reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória, o contribuinte poderá efetuar a compensação desse valor no recolhimento de importância correspondente a períodos subseqüentes.
§ 1° A compensação só poderá ser efetuada entre tributos e contribuições da mesma espécie.

§ 2° É facultado ao contribuinte optar pelo pedido de restituição.
§ 3° A compensação ou restituição será efetuada pelo valor do imposto ou contribuição corrigido monetariamente com base na variação da Ufir.
§ 4° O Departamento da Receita Federal e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) expedirão as instruções necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo."

Com o advento da Lei 9.069/95, as receitas patrimoniais foram incluídas entre o rol de créditos compensáveis previstos na Lei 8.383/91.
Ocorre que o artigo 7º, do Decreto-Lei 2.287/86, em sua redação original, preceituava que a Secretaria da Receita Federal, antes de proceder a restituição ou ao ressarcimento de tributos, deveria verificar se o contribuinte era devedor da Fazenda Nacional (*caput*), e, uma vez existindo débito em nome do contribuinte, o valor da restituição ou ressarcimento seria compensado, total ou parcialmente, com o valor do débito (§ 1º).
Para efeito do disposto no supracitado dispositivo, a Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na Seção intitulada "Restituição e Compensação de Tributos e Contribuições", determina que a utilização dos créditos do contribuinte e a quitação de seus débitos serão efetuadas em procedimentos internos à Secretaria da Receita Federal (artigo 73, *caput*).
A redação original do artigo 74, da Lei 9.430/96, assim dispunha:

"Art. 74. Observado o disposto no artigo anterior, a Secretaria da Receita Federal, atendendo a requerimento do contribuinte, poderá autorizar a utilização de créditos a serem a ele restituídos ou ressarcidos para a quitação de quaisquer tributos e contribuições sob sua administração."

O procedimento a ser obedecido pela Secretaria da Receita Federal para a autorização da compensação de créditos tributários com créditos do sujeito passivo decorrentes de restituição ou ressarcimento de tributos ou contribuições, restou assim disciplinada pelo Decreto 2.138, de 29 de janeiro de 1997, *verbis*:

"Art. 1° É admitida a compensação de créditos do sujeito passivo perante a Secretaria da Receita Federal, decorrentes de restituição ou ressarcimento, com seus débitos tributários relativos a quaisquer tributos ou contribuições sob administração da mesma Secretaria, ainda que não sejam da mesma espécie nem tenham a mesma destinação constitucional.
Parágrafo único. A compensação será efetuada pela Secretaria da Receita Federal, a requerimento do contribuinte ou de ofício, mediante procedimento interno, observado o disposto neste Decreto.

Art. 2° O sujeito passivo, que pleitear a restituição ou ressarcimento de tributos ou contribuições, pode requerer que a Secretaria da Receita Federal efetue a compensação do valor do seu crédito com débito de sua responsabilidade.

Art. 3° A Secretaria da Receita Federal, ao reconhecer o direito de crédito do sujeito passivo para restituição ou ressarcimento de tributo ou contribuição, mediante exames fiscais para cada caso, se verificar a existência de débito do requerente, compensará os dois valores.
Parágrafo único. Na compensação será observado o seguinte:
a) o valor bruto da restituição ou do ressarcimento será debitado à conta do tributo ou da contribuição respectiva;
b) o montante utilizado para a quitação de débitos será creditado à conta do tributo ou da contribuição devida.

Art. 4° Quando o montante da restituição ou do ressarcimento for superior ao do débito, a Secretaria da Receita Federal efetuará o pagamento da diferença ao sujeito passivo.
Parágrafo único. Caso a quantia a ser restituída ou ressarcida seja inferior aos valores dos débitos, o correspondente crédito tributário é extinto no montante eqüivalente à compensação, cabendo à Secretaria da Receita Federal adotar as providências cabíveis para a cobrança do saldo remanescente.

Art. 5° A unidade da SRF que efetuar a compensação observará o seguinte:
I - certificará:
a) no processo de restituição ou ressarcimento, qual o valor utilizado na quitação de débitos e, se for o caso, o valor do saldo a ser restituído ou ressarcido;
b) no processo de cobrança, qual o montante do crédito tributário extinto pela compensação e, sendo o caso, o valor do saldo remanescente do débito;
II - emitirá documento comprobatório de compensação, que indicará todos os dados relativos ao sujeito passivo e aos tributos e contribuições objeto da compensação necessários para o registro do crédito e do débito de que trata o parágrafo único do artigo 3°;
III - expedirá ordem bancária, na hipótese de saldo a restituir ou ressarcir, ou aviso de cobrança, no caso de saldo do débito;
IV - efetuará os ajustes necessários nos dados e informações dos controles internos do contribuinte.

Art. 6° A compensação poderá ser efetuada de ofício, nos termos do art. 7° do Decreto-Lei n° 2.287, de 23 de julho de 1986, sempre que a Secretaria da Receita Federal verificar que o titular do direito à restituição ou ao ressarcimento tem débito vencido relativo a qualquer tributo ou contribuição sob sua administração.
§ 1° A compensação de ofício será precedida de notificação ao sujeito passivo para que se manifeste sobre o procedimento, no prazo de quinze dias, sendo o seu silêncio considerado como aquiescência.
§ 2° Havendo concordância do sujeito passivo, expressa ou tácita, a Unidade da Secretaria da Receita Federal efetuará a compensação, com observância do procedimento estabelecido no art. 5°.
§ 3° No caso de discordância do sujeito passivo, a Unidade da Secretaria da Receita Federal reterá o valor da restituição ou do ressarcimento até que o débito seja liquidado.
Art. 7º O Secretário da Receita Federal baixará as normas necessárias à execução deste Decreto."

Desta sorte, sob a égide da redação primitiva do artigo 74, da Lei 9.430/96, em se tratando de tributos sob a administração da Secretaria da Receita Federal, todos compensáveis entre si, a autorização do aludido órgão público constituía pressuposto para a compensação pretendida pelo contribuinte.
Com o advento da Lei 10.637, de 30 de dezembro de 2002, o artigo 74, da Lei 9.430/96 passou a ostentar o seguinte teor:

"Art. 74. O sujeito passivo que apurar crédito, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de restituição ou de ressarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados por aquele Órgão.
§ 1º A compensação de que trata o ***caput*** *será efetuada mediante a entrega, pelo sujeito passivo, de declaração na qual constarão informações relativas aos créditos utilizados e aos respectivos débitos compensados.*
§ 2º A compensação declarada à Secretaria da Receita Federal extingue o crédito tributário, sob condição resolutória de sua ulterior homologação.
§ 3º Além das hipóteses previstas nas leis específicas de cada tributo ou contribuição, não poderão ser objeto de compensação:
I - o saldo a restituir apurado na Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física;
II - os débitos relativos a tributos e contribuições devidos no registro da Declaração de Importação.
§ 4º Os pedidos de compensação pendentes de apreciação pela autoridade administrativa serão considerados declaração de compensação, desde o seu protocolo, para os efeitos previstos neste artigo.
§ 5º A Secretaria da Receita Federal disciplinará o disposto neste artigo."

Outra inovação ao artigo 74, da Lei 9.430/96, restou inserida com a promulgação da Lei 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que, em seu artigo 17, preceitua:

"Art. 17. O art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, alterado pelo art. 49 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 74. .....
§ 3º Além das hipóteses previstas nas leis específicas de cada tributo ou contribuição, não poderão ser objeto de compensação mediante entrega, pelo sujeito passivo, da declaração referida no § 1º:
.....
III - os débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal que já tenham sido encaminhados à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição em Dívida Ativa da União;
IV - os créditos relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal com o débito consolidado no âmbito do Programa de Recuperação Fiscal - Refis, ou do parcelamento a ele alternativo; e
V - os débitos que já tenham sido objeto de compensação não homologada pela Secretaria da Receita Federal.
.....
§ 5º O prazo para homologação da compensação declarada pelo sujeito passivo será de 5 (cinco) anos, contado da data da entrega da declaração de compensação.
§ 6º A declaração de compensação constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência dos débitos indevidamente compensados.
§ 7º Não homologada a compensação, a autoridade administrativa deverá cientificar o sujeito passivo e intimá-lo a efetuar, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência do ato que não a homologou, o pagamento dos débitos indevidamente compensados.
§ 8º Não efetuado o pagamento no prazo previsto no § 7º, o débito será encaminhado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição em Dívida Ativa da União, ressalvado o disposto no § 9º.
§ 9º É facultado ao sujeito passivo, no prazo referido no § 7º, apresentar manifestação de inconformidade contra a não-homologação da compensação.
§ 10. Da decisão que julgar improcedente a manifestação de inconformidade caberá recurso ao Conselho de Contribuintes.
§ 11. A manifestação de inconformidade e o recurso de que tratam os §§ 9º e 10 obedecerão ao rito processual do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e enquadram-se no disposto no inciso III do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, relativamente ao débito objeto da compensação.
§ 12. A Secretaria da Receita Federal disciplinará o disposto neste artigo, podendo, para fins de apreciação das declarações de compensação e dos pedidos de restituição e de ressarcimento, fixar critérios de prioridade em função do valor compensado ou a ser restituído ou ressarcido e dos prazos de prescrição."

A Lei 11.051, de 29 de dezembro de 2004, introduziu as seguintes alterações na Lei 9.430/96:
"Art. 4.º O art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 74. .....
§ 3º .....
IV - o débito consolidado em qualquer modalidade de parcelamento concedido pela Secretaria da Receita Federal - SRF;
V - o débito que já tenha sido objeto de compensação não homologada, ainda que a compensação se encontre pendente de decisão definitiva na esfera administrativa; e
VI - o valor objeto de pedido de restituição ou de ressarcimento já indeferido pela autoridade competente da Secretaria da Receita Federal - SRF, ainda que o pedido se encontre pendente de decisão definitiva na esfera administrativa.
.....
§ 12. Será considerada não declarada a compensação nas hipóteses:
I - previstas no § 3º deste artigo;
II - em que o crédito:
a) seja de terceiros;
b) refira-se a "crédito-prêmio" instituído pelo art. 1º do Decreto-Lei nº 491, de 5 de março de 1969;
c) refira-se a título público;
d) seja decorrente de decisão judicial não transitada em julgado; ou
e) não se refira a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal - SRF.
§ 13. O disposto nos §§ 2º e 5º a 11 deste artigo não se aplica às hipóteses previstas no § 12 deste artigo.
§ 14. A Secretaria da Receita Federal - SRF disciplinará o disposto neste artigo, inclusive quanto à fixação de critérios de prioridade para apreciação de processos de restituição, de ressarcimento e de compensação."

Outrossim, a Lei Complementar 104, de 10 de janeiro de 2001, alterou dispositivos do Código Tributário Nacional, acrescentando-lhe o artigo 170-A, *verbis*:

"Art. 170-A. É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial."

Verifica-se que, em virtude da alteração legislativa levada a efeito pela Lei 10.637/02, não há mais que se perquirir acerca da espécie dos tributos que se pretende compensados, uma vez que a Lei de regência não mais alberga esta limitação. Desta sorte, tratando-se de tributos arrecadados e administrados pela Secretaria da Receita Federal, é possível a compensação, ainda que o destino de suas respectivas arrecadações não seja o mesmo.
Deveras, forçoso concluir que, pelo regime atual, estando os tributos sujeitos à administração da Secretaria da Receita Federal, podem ser objeto de compensação com outros tributos e contribuições arrecadados e fiscalizados por aquele Órgão, sendo exigido tão-somente a entrega, pelo contribuinte, de declaração na qual constem informações acerca dos créditos utilizados e respectivos débitos compensados, momento a partir do qual considera-se extinto o crédito tributário, sob condição resolutória de sua ulterior homologação que se deve dar no prazo de 5 (cinco) anos.
Sucede que a Primeira Seção desta Corte consolidou o entendimento de que, em se tratando de compensação tributária, deve ser considerado o regime jurídico vigente à época do ajuizamento da demanda, não podendo ser a causa julgada à luz do direito superveniente, tendo em vista o inarredável requisito do prequestionamento, viabilizador do conhecimento do apelo extremo, ressalvando-se, todavia, o direito de o contribuinte proceder à compensação dos créditos pela via administrativa, em conformidade com as normas posteriores, desde que atendidos os requisitos próprios.
O caso líder que deu ensejo à jurisprudência hodiernamente consolidada foi o julgamento dos Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 488992/MG, da relatoria do e. Ministro Teori Albino Zavascki, cuja ementa restou assim vazada:

"TRIBUTÁRIO. COMPENSAÇÃO. PIS E TRIBUTOS DE DIFERENTE ESPÉCIE. SUCESSIVOS REGIMES DE COMPENSAÇÃO. APLICAÇÃO DO DIREITO SUPERVENIENTE. INVIABILIDADE EM RAZÃO DA INCOMPATIBILIDADE COM A CAUSA DE PEDIR.
1. A compensação, modalidade excepcional de extinção do crédito tributário, foi introduzida no ordenamento pelo art. 66 da Lei 8.383/91, limitada a tributos e contribuições da mesma espécie.
2. A Lei 9.430/96 trouxe a possibilidade de compensação entre tributos de espécies distintas, a ser autorizada e realizada pela Secretaria da Receita Federal, após a análise de cada caso, a requerimento do contribuinte ou de ofício (Decreto 2.138/97), com relação aos tributos sob administração daquele órgão.
3. Essa situação somente foi modificada com a edição da Lei 10.637/02, que deu nova redação ao art. 74 da Lei 9.430/96, autorizando, para os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, a compensação de iniciativa do contribuinte, mediante entrega de declaração contendo as informações sobre os créditos e débitos utilizados, cujo efeito é o de extinguir o crédito tributário, sob condição resolutória de sua ulterior homologação.
4. Além disso, desde 10.01.2001, com o advento da Lei Complementar 104, que introduziu no Código Tributário o art. 170-A, segundo o qual "é vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial", agregou-se novo requisito para a realização da compensação tributária: a inexistência de discussão judicial sobre os créditos a serem utilizados pelo contribuinte na compensação.

5. Atualmente, portanto, a compensação será viável apenas após o trânsito em julgado da decisão, devendo ocorrer, de acordo com o regime previsto na Lei 10.637/02, isto é, (a) por iniciativa do contribuinte, (b) entre quaisquer tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, (c) mediante entrega de declaração contendo as informações sobre os créditos e débitos utilizados, cujo efeito é o de extinguir o crédito tributário, sob condição resolutória de sua ulterior homologação.
6. É inviável, na hipótese, apreciar o pedido à luz do direito superveniente, porque os novos preceitos normativos, ao mesmo tempo em que ampliaram o rol das espécies tributárias compensáveis, condicionaram a realização da compensação a outros requisitos, cuja existência não constou da causa de pedir e nem foi objeto de exame nas instâncias ordinárias.
7. Assim, tendo em vista a causa de pedir posta na inicial e o regime normativo vigente à época da postulação (1995), é de se julgar improcedente o pedido, o que não impede que a compensação seja realizada nos termos atualmente admitidos, desde que presentes os requisitos próprios.
8. Embargos de divergência rejeitados." (julgado em 26.05.2004, publicado no DJ de 07.06.2004)

Do voto-condutor do aludido *decisum*, merecem transcrição os seguintes excertos das elucidativas razões do Ministro Relator:

"3. Somente em época relativamente recente a compensação tributária foi introduzida em nosso direito, e se deu sob forma restrita. A Lei 8.383, de 30.12.91, no seu art. 66, depois alterado pela Lei 9.069, de 29.06.95, assim dispôs:
(...)
Relativamente às contribuições previdenciárias, outras limitações foram estabelecidas pelas Leis 9.032/95 e 9.129/95 (que deram nova redação ao art. 89 da Lei 8.212/91), limitações essas não apenas percentuais (§ 3o), mas também materiais (§§ 1º e 2º):

Art. 89. Somente poderá ser restituída ou compensada contribuição para a Seguridade Social arrecadada pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS na hipótese de pagamento ou recolhimento indevido.
§ 1º Admitir-se-á apenas a restituição ou a compensação de contribuição a cargo da empresa, recolhida ao INSS, que, por sua natureza, não tenha sido transferida ao custo de bem ou serviço oferecido à sociedade.
§ 2º Somente poderá ser restituído ou compensado, nas contribuições arrecadadas pelo INSS, o valor decorrente das parcelas referidas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 desta Lei.
§ 3º Em qualquer caso, a compensação não poderá ser superior a trinta por cento do valor a ser recolhido em cada competência.
§ 4º Na hipótese de recolhimento indevido, as contribuições serão restituídas ou compensadas atualizadas monetariamente.
§ 5º Observado o disposto no § 3º, o saldo remanescente em favor do contribuinte, que não comporte compensação de uma só vez, será atualizado monetariamente.
§ 6º A atualização monetária de que tratam os §§ 4º e 5º deste artigo observará os mesmos critérios utilizados na cobrança da própria contribuição.
§ 7º Não será permitida ao beneficiário a antecipação do pagamento de contribuições para efeito de recebimento de benefícios .

Até dezembro de 1996, portanto, não havia base legal para o deferimento de compensação entre valores relativos a tributos diferentes. A teor do § 1º do art. 66 da Lei 8.383/91, permitia-se a compensação entre "tributos e contribuições da mesma espécie", considerando-se que "a natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la: I - a denominação e demais características formais adotadas pela lei; II - a destinação legal do produto da sua arrecadação" (art. 4º do CTN).

Em 27.12.96, com o advento da Lei 9.430, surgiu a possibilidade de compensação de débitos e créditos originados de espécies tributárias distintas, mediante, contudo, autorização da Secretaria da Receita Federal, a requerimento do contribuinte:
(...)
O Decreto 2.138/97, que regulamentou essa forma de compensação, em pelo menos dois artigos estatuiu claramente que a compensação seria realizada pela própria Receita Federal:
(...)
Com a edição da Lei 10.637, de 30.12.2002, dando nova redação ao art. 74 da Lei 9.430/96, dispensou-se a prévia atuação da Secretaria da Receita Federal, considerando-se extinto o crédito compensado pelo contribuinte, sob condição resolutória de sua posterior homologação pela autoridade fiscal:
(...)
4. ***Diante do quadro legislativo acima traçado, e atendendo à regra geral segundo a qual a lei aplicável à compensação é a vigente na data do encontro entre os débitos e créditos, resulta que (a) até 30.12.91, não havia, em nosso sistema jurídico, a figura da compensação tributária; (b) de 30.12.91 a 27.12.96, havia autorização legal apenas para a compensação entre tributos da mesma espécie, nos termos do art. 66 da Lei 8.383/91; (c) de 27.12.96 a 30.12.02, era possível a compensação entre valores decorrentes de tributos distintos, desde que todos fossem administrados pela Secretaria da Receita Federal e que esse órgão, a requerimento do contribuinte, autorizasse previamente a compensação, consoante o estabelecido no art. 74 da Lei 9.430/96; (d) a partir de 30.12.02, com a nova redação do art. 74 da Lei 9.430/96, dada pela Lei 10.637/02, foi autorizada, para os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, a compensação de iniciativa do contribuinte, mediante entrega de declaração contendo as informações sobre os créditos e débitos utilizados, cujo efeito é o de extinguir o crédito tributário, sob condição resolutória de sua ulterior homologação; (e) as limitações percentuais trazidas pelo art. 89 da Lei 8.212/91, por expressa determinação do dispositivo, aplicam-se tão-somente às contribuições recolhidas ao INSS.***

É de se ressaltar que as inovações legislativas do art. 74 da Lei 9.430/96, em suas sucessivas redações, restringem-se aos tributos arrecadados pela Secretaria da Receita Federal, por expressa disposição desses preceitos. No que diz respeito às contribuições recolhidas ao INSS, portanto, segue vigente a sistemática do art. 66 da Lei 8.383/91 - aplicável a tributos pagos tanto à Receita Federal quanto ao INSS (caput) -, acrescida apenas da fixação de limites percentuais para a compensação, em cada competência, pelo art. 89 da Lei 8.212/91, alterado pelas Leis 9.032 e 9.129, ambas de 1995.

5. No caso concreto, o pedido formulado na inicial, datada de 07.12.1995, é para a autorização da compensação dos pagamentos indevidamente feitos ao PIS "com qualquer tributo federal" (fl. 13). Ora, à época da propositura da demanda (1995), não havia autorização legal para a realização da compensação senão entre quantias relativas ao próprio PIS, já que vigorava a sistemática da Lei 8.383/91. Sobrevieram, é certo, as modificações legislativas acima aludidas, relativas à abrangência e ao procedimento da compensação. Sobreveio também a Lei Complementar 104/2001, que introduziu no Código Tributário o art. 170-A, segundo o qual "é vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial ". Agregou-se, com isso, novo requisito para a realização da compensação tributária: a inexistência de discussão judicial sobre os créditos a serem utilizados pelo contribuinte na compensação.

Atualmente, portanto, a compensação será viável apenas após o trânsito em julgado da decisão, devendo ocorrer de acordo com o regime previsto na Lei 10.637/02, isto é, (a) por iniciativa do contribuinte, (b) entre quaisquer tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, (c) mediante entrega de declaração contendo as informações sobre os créditos e débitos utilizados, cujo efeito é o de extinguir o crédito tributário, sob condição resolutória de sua ulterior homologação. ***A aplicação do direito superveniente à espécie, porém, é impraticável, porque as leis novas, ao mesmo tempo em que ampliaram o rol das espécies tributárias compensáveis, condicionaram a realização da compensação a outros requisitos, cuja existência não constou da causa de pedir e nem foi objeto de exame nas instâncias ordinárias. Por isso mesmo, não há como julgar a causa à luz do direito novo.***

6. ***Assim, é de se manter o acórdão embargado, o que, evidentemente, não compromete o direito da autora de proceder à compensação dos créditos na conformidade com as normas supervenientes, se atender aos requisitos próprios****."*

No mesmo diapasão, confiram-se as ementas de recentes julgados oriundos da Primeira Seção:

"TRIBUTÁRIO. COMPENSAÇÃO DE TRIBUTOS DE ESPÉCIES DIFERENTES. NOVA LEGISLAÇÃO. LEIS NS. 8.383/91, 9.430/96 E 10.637/02. INAPLICABILIDADE.
1. A Seção de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que não cabe aplicar retroativamente a nova legislação para possibilitar a compensação entre tributos de espécies diferentes.
2. Embargos de divergência acolhidos." (EREsp 608734/SP, Relator Ministro João Otávio de Noronha, julgado em 23.08.2006, publicado no DJ de 18.09.2006)

"TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IPI. COMPENSAÇÃO COM OUTROS TRIBUTOS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL. LEIS NºS 8.383/1991, 9.430/1996, 10.637/2002, 10.833/2003 E 11.051/2004. DECRETO Nº 2.138/1997. INs/SRF Nºs 210/2002 E 460/2004. ENTENDIMENTO DO RELATOR PELA POSSIBILIDADE. POSIÇÃO DA 1ª SEÇÃO NO SENTIDO DE AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL NA LEI Nº 8.383/91. INAPLICABILIDADE DA LEI Nº 9.430/96. INEXISTÊNCIA DE REQUERIMENTO À SRF. PRECEDENTES.
1. A legislação que rege o instituto da compensação sofreu alterações ao longo dos anos: Leis nºs 8.383/1991, 9.430/1996, 10.637/2002 (oriunda da MP nº 66/2002), 10.833/2003 e 11.051/2004, Decreto nº 2.138/1997 e INs/SRF nºs 210/2002 e 460/2004.
2. O art. 49 da MP nº 66/02 (convertida na Lei nº 10.637/02), alterou o art. 74, §§ 1º e 2º, da Lei nº 9.430/96, o qual passou a expor: "o sujeito passivo que apurar crédito relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de restituição ou de ressarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados por aquele Órgão".
3. Regulando o citado artigo, a SRF editou a IN nº 210/2002, cujo art. 21 dispôs: "o sujeito passivo que apurar crédito relativo a tributo ou contribuição administrado pela SRF, passível de restituição ou de ressarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a quaisquer tributos ou contribuições sob administração da SRF".
4. In casu, apesar de o IPI envergar espécime diferente e natureza jurídica diversa de outros tributos, cada qual com destinações orçamentárias próprias, não há mais que se impor limites à compensação, em face da nova legislação que rege a espécie, podendo, assim, serem compensados entre si ou com quaisquer outros tributos que sejam arrecadados pela SRF.
5. Entendimento deste Relator no sentido de que, na espécie, o pedido de compensação foi formulado após a vigência da Lei nº 9.430/1996, que autorizou a compensação com quaisquer tributos e contribuições como pretende a parte autora. É possível, pois, ser realizada a compensação com tributos de espécies diferentes. Os pedidos de compensação não sofreram quaisquer alterações em face da edição da Lei nº 10.637, de 30/12/2002, visto que apenas trouxe novos, amplos e favoráveis esclarecimentos ao contribuinte para a efetivação do pleito compensatório, dantes já autorizado pela Lei nº 9.430/1996. Vastidão de precedentes recentíssimos desta Corte.
6. Posicionamento da 1ª Seção desta Corte no sentido de que a compensação tributária rege-se pela legislação vigente à época do ajuizamento da ação. Prevendo a Lei nº 9.430/96 a necessidade de requerimento à SRF para a efetuação de compensação com outros tributos, não se afigura possível a dispensa de tal requisito pelo Poder Judiciário. Precedentes. Incidência, no caso, do regime instituído pelo art. 66 da Lei nº 8.383/91.
7. Embargos de divergência conhecidos e providos." (EREsp 420027/PR, Relator Ministro José Delgado, julgado em 10.05.2006, publicado no DJ de 07.08.2006)

"PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO - COMPENSAÇÃO DE TRIBUTOS DE ESPÉCIES DIVERSAS.
1. A Primeira Seção, no julgamento do REsp 720.966/ES, concluiu que:
a) houve evolução legislativa em matéria de compensação de tributos (Leis 8.383/91, 9.430/96 e 10.637/2002);
b) na vigência da Lei 8.383/91, somente é possível a compensação de tributos e contribuições federais, inclusive previdenciárias, vincendas e da mesma espécie, nos casos de pagamento indevido ou a maior;
c) com o advento da Lei 9.430/96, o legislador permitiu que a Secretaria da Receita Federal, atendendo a requerimento do contribuinte, autorizasse a utilização de créditos a serem restituídos ou ressarcidos para a quitação de quaisquer tributos e contribuições sob sua administração;
d) a Lei 10.637/02 (que deu nova redação ao art. 74 da Lei 9.430/96), possibilitou a compensação de créditos, passíveis de restituição ou ressarcimento, com quaisquer tributos ou contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, independentemente de requerimento do contribuinte;
e) a compensação é regida pela lei vigente na data do ajuizamento da ação;
f) a ausência de prequestionamento constitui-se óbice incontornável, sendo possível ao STJ apreciar a demanda apenas à luz da legislação examinada nas instâncias ordinárias.
2. Correta a decisão que, seguindo a jurisprudência dominante, limitou a compensação de indébito do PIS com parcelas do próprio PIS, considerando não ter sido abstraído que a autora requereu administrativamente a compensação nos moldes da Lei 9.430/96 (antes da alteração ocorrida com o advento da Lei 10.637/02).
3. Agravo regimental improvido." (AgRg nos EREsp 697222/PE, Relatora Ministra Eliana Calmon, julgado em 26.04.2006, publicado no DJ de 19.06.2006)

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. COMPENSAÇÃO ENTRE TRIBUTOS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL. LEI 10.637/2002. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO ÀS LIDES ANTERIORES À SUA VIGÊNCIA.
1. "A Primeira Seção, nos EREsp 488.992/MG, publicado no DJU de 7/6/2004, p. 00156, da relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki, julgado à unanimidade, rejeitou os embargos de divergência interpostos, para declarar que, no caso concreto, deve ser observada a legislação vigente à época do ajuizamento da ação (Lei n.º 8.383/91), não podendo ser julgada a causa à luz do direito superveniente, ressalvando-se o direito da parte autora de proceder à compensação dos créditos pela via administrativa, em conformidade com as normas posteriores, desde que atendidos os requisitos próprios" (REsp 465.730/SP, Rel. Min. Denise Arruda, DJU de 21.03.05).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. A lide não pode ser julgada com base na Lei 10.637/02 - que dispensou a necessidade de requerimento perante a Secretaria da Receita Federal - se a ação, com pedido de compensação tributária, foi proposta quando vigente a Lei 9.430/96, até porque ausente o indispensável prequestionamento. Precedentes de ambas as Turmas de Direito Público e da Primeira Seção.
4. No julgamento dos embargos de divergência, é vedada a alteração das premissas de fato que lastreiam o acórdão embargado. A base empírica do julgado é insuscetível de reapreciação. A premissa firmada pela Primeira Turma por ocasião do julgamento do recurso especial - e reiterada tanto no agravo regimental como nos embargos de declaração - de que não foi apresentado requerimento perante a Secretaria da Receita Federal não pode ser modificada pela Seção ao examinar a divergência.
5. Agravo regimental improvido." (AgRg nos EREsp 642509/PE, Relator Ministro Castro Meira, julgado em 28.09.2005, publicado no DJ de 10.10.2005)

In casu, **a demanda foi ajuizada em 27.07.1999 , pleiteando a compensação de valores recolhidos indevidamente a título de PIS com parcelas vencidas e vincendas de tributos e/ou contribuições federais.**
Destarte, à época do ajuizamento da demanda, vigia a Lei 9.430/96, sem as alterações levadas a efeito pela Lei 10.637/02, sendo admitida a compensação entre quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, desde que atendida a exigência de prévia autorização daquele órgão em resposta a requerimento do contribuinte, que não podia efetuar a compensação *sponte propria.*

Impende, ainda, assinalar que a instância ordinária não aludiu à existência de qualquer requerimento do contribuinte protocolado na Secretaria da Receita Federal, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça o reexame dos autos a fim de verificar o atendimento ao requisito da Lei 9.430/96, ante o teor da Súmula 07/STJ.

DA INCIDÊNCIA DA TAXA SELIC

No que pertine à alegada afronta ao art. 39, § 4º, da Lei n.º 9.250/95, desassiste razão à recorrente, haja vista que a SELIC deve incidir a partir de 01.01.1996.

No tocante à questão da correção monetária, com inclusão dos expurgos inflacionários, restou assentado pela Corte Especial, por ocasião do julgamento dos Embargos de Divergência no Recurso Especial 478.359/SP, que devem ser aplicados os seguintes índices de correção monetária na repetição do indébito tributário: IPC, em janeiro e fevereiro de 1989, e de março/1990 a fevereiro/1991; INPC, de março a dezembro/1991; UFIR, de janeiro/1992 a dezembro/1995. A partir de janeiro de 1996, aplica-se, **exclusivamente**, a taxa SELIC, ressaltando-se que, para os meses de janeiro e fevereiro de 1989, os percentuais são, respectivamente, de 42,72% e 10,14%. O referido aresto restou assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCLUSÃO DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PEDIDO NO INÍCIO DA EXECUÇÃO, PORÉM, ANTES DA HOMOLOGAÇÃO DA CONTA LIQUIDATÓRIA. ENTENDIMENTO PACIFICADO NA CORTE ESPECIAL. APLICAÇÃO DOS ÍNDICES QUE MELHOR REFLETEM A REAL INFLAÇÃO À SUA ÉPOCA. PRECEDENTES.

1. A correção monetária não se constitui em um plus; não é uma penalidade, sendo, tão-somente, a reposição do valor real da moeda, corroído pela inflação. Portanto, independe de culpa das partes litigantes. É pacífico na jurisprudência desta Colenda Corte o entendimento segundo o qual é devida a aplicação dos índices de inflação expurgados pelos planos econômicos governamentais, como fatores de atualização monetária de débitos judiciais.

2. A respeito, este Tribunal tem adotado o princípio de que deve ser seguido, em qualquer situação, o índice que melhor reflita a realidade inflacionária do período, independentemente das determinações oficiais. Assegura-se, contudo, seguir o percentual apurado por entidade de absoluta credibilidade e que, para tanto, merecia credenciamento do Poder Público, como é o caso da Fundação IBGE. É firme a jurisprudência desta Corte que, para tal propósito, há de se aplicar o IPC, por melhor refletir a inflação à sua época.

3. EREsp nº 81583/DF, 3ª Seção, DJ de 17/02/2003, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI:

'1 - Vislumbram-se três hipóteses de adequação do instituto da correção monetária e dos expurgos inflacionários aos casos trazidos à apreciação do Poder Judiciário: (a) a aplicação destes no processo de conhecimento; (b) a incidência dos mesmos requeridos, somente quando iniciado o processo de execução do título judicial, porém, antes da homologação da conta de liquidação; e, (c) a admissão do uso dos expurgos inflacionários pleiteados após a homologação da conta de liquidação, nos denominados precatórios complementares.

2 - Na possibilidade (b), hipótese destes autos, este Tribunal tem deferido a pretensão da inclusão de tais figuras monetárias na atualização das dívidas de valor, porquanto oriundos do processo inflacionário para os quais o cidadão não concorreu para sua formação, não podendo, desta forma, suportar os efeitos de tais acontecimentos. Assim, os expurgos inflacionários nada mais são que decorrência da correção monetária, pois compõem este instituto, uma vez que se configuram como valores extirpados do cálculo da inflação, quando da apuração do índice real que corrigiria preços, títulos públicos, tributos e salários, entre outros. Ademais, é remansoso nesta Corte Superior que a correção monetária nada acrescenta, tão-somente preserva o valor da moeda aviltada pelo processo inflacionário, não constituindo um plus, mas sim um minus. Essencial, desta forma, a correta apuração desta e de seus desdobramentos.

3 - Logo, correta a r. decisão monocrática proferida pela MM. Juíza Federal da 4a. Vara de Seção Judiciária de Brasília ao admitir a inclusão dos expurgos na execução do julgado, no momento em que homologou a conta de liquidação. Precedentes da Corte Especial (EREsp nºs 163.681/RS, 189.615/DF e 98.528/DF).

4 - Embargos acolhidos para se prover o Recurso Especial interposto e, reformando o v. acórdão de origem, restabelecer o r. decisum monocrático que homologou a conta de liquidação, incluindo nela, os expurgos inflacionários pleiteados pelo autor, ora interessado.'

4. Aplicação dos índices de correção monetária da seguinte forma: a) por meio do IPC, nos períodos de janeiro e fevereiro de 1989 e março/1990 a fevereiro/1991; b) a partir da promulgação da Lei nº 8.177/91, a aplicação do INPC (até dezembro/1991); e c) só a partir de janeiro/1992, a aplicação da UFIR, nos moldes estabelecidos pela Lei nº 8.383/91. A correção monetária dos períodos que não estejam incluídos nos explicitados deverá ser procedida conforme o Manual de Cálculos da Justiça Federal.

5. Precedentes recentes desta Corte Superior.

6. Embargos de divergência não conhecidos."

(EREsp 478.359/SP, Corte Especial, Rel. Min. José Delgado, DJ de 13.9.2004)

DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS

No que pertine à insurgência quanto aos expurgos inflacionários, o presente apelo não merece prosperar haja vista que a recorrente não apontou quais dispositivos de lei federal considerou violados pelo acórdão recorrido, consoante se colhe de suas razões recursais.

Assim, estando deficientes as razões do Recurso Especial, incide, na hipótese, a Súmula 284 do Pretório Excelso: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."* É o entendimento uníssono do Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL - DISPOSIÇÕES DE NATUREZA CONSTITUCIONAL - RECURSO EXTRAORDINÁRIO NÃO INTERPOSTO - FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO - SEGUIMENTO DO RECURSO OBSTADO SUBSISTÊNCIA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO IMPUGNADA - IMP ROVIMENTo.

(..)

Incabível o recurso especial pelo fundamento da alínea "a" do permissivo constitucional, se o recorrente não indicou, com precisão e clareza, nem tampouco demonstrou quais e de que forma teriam sido violados os dispositivos de lei federal (Súmula n° 284 do STF).

(..)

Agravo improvido." (AGRESP 329.609/RS, ReI. Min. Garcia Vieira, DJ 19/11/2001)

"PROCESSUAL CIVIL. REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTo. NÃO INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DE LEI FEDERAL TIDOS COMO VIOLADOS - SÚMULA 284/STF. DIREITO LÍQUIDO E CERTO - REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICA-PROBATÓRIA - SÚMULA 7/STJ

1. *Não se conhece Recurso Especial com fundamento em alegação genérica de lei federal, sendo imprescindível que se indique os dispositivos de lei que foram violados. Incidência, no caso, da Súmula 284 do STF.*

(..)

3. *Regimental não provido."* (AGA 352.565/GO, ReI. Min. Edson Vidigal, DJ 13/08/2001)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTR UMENTo. A USÊNCIA DE P REQUESTIONAMENTO. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULAS 282 E 284 DO STF.

(..)

Inadmissível o recurso, se a fundamentação das razões recursais entremostram-se deficientes, dificultando a compreensão da controvérsia. A agravante não particularizou quais artigos do Decreto-lei n. 04.657/42 que reputa violados e a alegada violação ao art. 535, do CPC, carece de fundamentação. Incidência da Súmula 284 do STF. Agravo regimental improvido. Decisão unânime." (AGA 251.235/SP, ReI. Min. Francisco Falcão, **DJ** 27/03/2000)

Ante o exposto, com fulcro no *caput*, do art. 557, do CPC, nego seguimento ao presente recurso especial.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2055)

RECURSO ESPECIAL Nº 840.780 - MT (2006/0084373-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: PARANÁ DISTRIBUIDORA DE PEÇAS PARA AUTOS LTDA
ADVOGADO	: MARCELO ZANDONADI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADOR	: JENZ PROCHONOW JÚNIOR E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA DE DINHEIRO EM CONTA BANCÁRIA. MEDIDA EXCEPCIONAL.

1. A constrição efetivada sobre valores depositados em conta corrente bancária encontra respaldo no art. 11 da Lei nº 6.830/80, que prevê a penhora sobre dinheiro em primeiro lugar na ordem nele estabelecida.

2. O devedor que não tem bens que satisfaçam a penhora, ou incide a realização de infrutíferas tentativas de constrição de outros bens suficientes a garantir a execução, torna admissível a constrição sobre o saldo bancário da empresa.

3. O Tribunal *a quo* concluindo pela configuração da hipótese extremada, impede afastar tal premissa, porquanto essa cognição esbarra no óbice da Súmula 7/STJ. Precedentes: *(REsp 733.962/SP, DJ de 19/9/2005; REsp 755.685/SP, DJ de 05/9/2005).*

4. Recurso especial improvido.

Vistos.

Trata-se de recurso especial interposto por PARANÁ DISTRIBUIDORA DE PEÇAS PARA AUTOS LTDA, com fulcro no art. 105, III, 'a' e 'c' do permissivo constitucional, em face do acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, assim ementa:

"RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. BEM OFERTADO A PENHORA. NÃO OBSERVÂNCIA DA ORDEM DE NOMEAÇÃO ESTABELECIDA PELO ARTIGO 11, DA LEI 6.830/80 E PELO ARTIGO 655, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. REJEIÇÃO. PENHORA RECAÍDA SOBRE SALDO EM CONTA-CORRENTE. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 620, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO IMPROVIDO.

Desobedecendo a devedora a ordem de nomeação de bens à penhora, prevista no artigo 11, da Lei 6.830/80 e no artigo 655, do Código de Processo Civil, pode recair sobre a conta bancária da parte, sem ensejar afronta ao artigo 620, do Código de Processo Civil. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça".

Foram opostos embargos de declaração, que restaram rejeitados ante a ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material.

Noticiam os autos que a ora recorrente interpôs agravo de instrumento, nos autos da Execução Fiscal, em face da decisão monocrática que determinou a penhora de dinheiro na conta-corrente da executada, por meio do sistema Bacen Jud., após a recusa do bem imóvel indicado à penhora.

O Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso negou provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa supra destacada.

Em seu apelo nobre, aponta a recorrente violação aos arts. 620 e 652, ambos do CPC, bem como divergência jurisprudencial. Aduz, em síntese:

a) o bloqueio de importância em dinheiro, por meio do BACEN JUD, é medida de caráter excepcional, devendo ser deferida somente quando não existirem outros bens a serem constritos e, ainda, se demonstrado ter esgotado todos os meios para a localização de bens possíveis de constrição;

b) o acórdão não levou em consideração que a recorrente ofereceu bem a penhora e, ainda, que os valores penhorados nas contas bancárias são referentes ao capital de giro da empresa.

Foram ofertadas contra-razões ao recurso especial (fls. 175/187).

O apelo nobre recebeu o crivo de admissibilidade na instância de origem.

É o relatório.

Não assiste razão ao recorrente.

A constrição efetivada sobre valores depositados em conta corrente bancária encontra respaldo no art. 11 da Lei nº 6.830/80, que prevê a penhora sobre dinheiro em primeiro lugar na ordem nele estabelecida.

Esta Corte tem entendido, contudo, que a constrição sobre o saldo bancário da empresa exige sejam tomadas cautelas específicas discriminadas em lei. Isto porque o art. 620 do CPC consagra favor debitoris e tem aplicação quando, dentre dois ou mais atos executivos a serem praticados em desfavor do executado, o juiz deve sempre optar pelo ato menos gravoso ao devedor.

Assim, quando o devedor não tem bens que satisfaçam a penhora, ou houve a realização de infrutíferas tentativas de constrição de outros bens suficientes a garantir a execução, tem-se admitido como possível proceder-se a penhora sobre o saldo bancário da empresa, desde que fixada proporcionalmente e não se inviabilize a atividade econômica da mesma.

In casu, concluindo pela configuração da hipótese extremada, impede afastar tal premissa, porquanto essa cognição esbarra no óbice da Súmula 7/STJ

Segue este raciocínio a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL - APLICAÇÃO DO ART. 557 DO CPC - LITIGÂNCIA DE MÁ-FE NÃO CONFIGURADA - MULTA AFASTADA - EXECUÇÃO FISCAL - PENHORA EM SALDOS DE CONTA-CORRENTE - EXCEPCIONALIDADE.

1. O julgamento monocrático pelo relator encontra autorização no art. 557 do CPC, que pode negar seguimento a recurso quando: a) manifestamente inadmissível (exame preliminar de pressupostos objetivos); b) improcedente (exame da tese jurídica discutida nos autos); c) prejudicado (questão meramente processual); e d) em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do STF ou de Tribunal Superior.

2. Monocraticamente, o relator, nos termos do art. 557 do CPC, poderá prover o recurso quando a decisão recorrida estiver em confronto com súmula do próprio Tribunal ou jurisprudência dominante do STF ou de Tribunal Superior (art. 557, § 1º do CPC).

3. A decisão monocrática, confirmada por julgamento do órgão colegiado, pode chegar a exame do STJ e/ou STF, a partir das teses prequestionadas nos precedentes invocados pelo relator.

4. Não se configura litigância de má-fé a interposição de agravo regimental, com amparo no art. 557, § 1º do CPC, quando a parte tem obrigação de esgotar a instância para, somente depois, ter acesso à instância extraordinária.

5. Multa por litigância de má-fé que se afasta.

6. A penhora em saldo bancário do devedor equivale à penhora sobre o estabelecimento comercial.

7. Somente em situações excepcionais e devidamente fundamentadas, é que se admite a especial forma de constrição.

8. Tendo o Tribunal concluído pela não-configuração da hipótese extremada, afastar tal premissa esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

9. Recurso especial parcialmente provido.

*(*REsp 733.962/SP, Segunda Turma, Min. Rel. ELIANA CALMON, DJ de 19/9/2005, p. 300)

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO. LOCALIZAÇÃO DE BENS. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO BACEN. PENHORA SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DA CONTA-CORRENTE DA EMPRESA. MATÉRIA FÁTICA.

1. Não é cabível a quebra de sigilo fiscal ou bancário do executado para que a Fazenda Pública obtenha informações acerca da existência de bens do devedor inadimplente, excepcionado-se tal entendimento somente nas hipóteses de estarem esgotadas todas as tentativas de obtenção dos dados pela via extrajudicial. Precedentes: AGRESP 627.669/RS, 1ª Turma, Min. Rel. José Delgado, DJ de 27.09.2004 E RESP 256.156/MG, 2ª Turma, Min. Rel. Franciulli Netto, DJ de 30.06.2004.

2. Em observância ao consagrado princípio favor debitoris (art. 620 do CPC), tem-se admitido apenas excepcionalmente a penhora do faturamento ou das importâncias depositadas na conta-corrente da executada, desde que presentes, no caso, requisitos específicos que justifiquem a medida, quais sejam: a) realização de infrutíferas tentativas de constrição de outros bens suficientes a garantir a execução, ou, caso encontrados, sejam tais bens de difícil alienação; b) nomeação de administrador (arts. 678 e 719, caput, do CPC), ao qual incumbirá a apresentação da forma de administração e do esquema de pagamento; c) manutenção da viabilidade do próprio funcionamento da empresa.
3. É vedado o reexame de matéria fático-probatória em sede de recurso especial, a teor do que prescreve a Súmula 7 desta Corte.
4. Recurso especial não conhecido.
(REsp 755.685/SP, Primeira Turma, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ de 05/9/2005, p. 312)"

Ex positis, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de agosto de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2056)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 841.113 - SP (2006/0260687-2)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: JOSÉ ALBERTO FERREIRA
ADVOGADO	: FERNANDA FERREIRA ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ELYADIR FERREIRA BORGES E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 544 DO CPC. IMPOSTO DE RENDA. BENEFÍCIO DIFERIDO POR DESLIGAMENTO. RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO.
1. É admissível o provimento do agravo de instrumento para melhor exame da admissão do recurso especial, ao nuto do Relator.
2. Agravo de instrumento provido, determinando-se a subida do recurso especial.

Vistos.

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por JOSÉ ALBERTO FERREIRA, com fulcro no art. 544, do CPC, no intuito de ver reformada a decisão de fl. 76/77, que negou seguimento ao recurso especial pelos seguintes fundamentos: **I)** A 1ª Seção desta Corte firmou entendimento no sentido de que a não incidência do imposto de renda sobre o resgate das contribuições, vertidas a entidades de previdência provada, refere-se às parcelas recolhidas no período entre 01.01.89 e 31.12.95, desde que decorrentes de ônus anteriormente assumido pelo próprio contribuinte; e **II)** O STJ já ponderou que "*Descabe confundir resgate de contribuições recolhidas a entidade de previdência fechada com indenização recebida pela adesão a programa de incentivo à demissão voluntária de que trata a Súmula 215/STJ*".

Nas razões de agravar, o recorrente refuta a decisão agravada ao argumento de que, no caso concreto, trata-se de plano de previdência privada atípico, razão pela qual não se insere na generalidade desse segmento de mercado, muito menos se ajusta à novel orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça.

Noticiam os autos que, em sede de apelação interposta pelo ora agravante, a Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade de votos de seus integrantes, proferiu aresto recebedor da seguinte ementa (fl. 40):

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA.VERBAS. ORIUNDAS DE ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR. BENEFÍCIO DIFERIDO POR DESLIGAMENTO. VALORES ORIGINÁRIOS DO PATROCINADOR. INCIDÊNCIA.
1. a LEI Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, reguladora do Regime de Previdência Complementar, prevê a isenção do imposto de renda para as contribuições vertidas pelo empregador (patrocinador), sobre as quais não incidem tributação e contribuições de qualquer natureza (art. 69, caput e § 1º). Todavia, quando do resgate das contribuições pelo beneficiário, sujeitam-se à tributação os valores recolhidos pelo patrocinador, nos termos do art. 33 da Lei n° 9.250/95.
2. O art. 68 da Lei Complementar nº 109/01 dispõe que as contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstos nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência complementar não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes.
3.Os valores resgatados por se tratarem de benefício previdenciário não possuem caráter indenizatório, vez que, configuram acréscimos patrimonial ou aquisição de renda, e, desse modo, subsumem-se à hipótese de incidência do Imposto de Renda, nos termos do art. 43 do CTN, ainda que pagas quando de rescisão do contrato de trabalho.
4. Apelação improvida.

Irresignado, o ora agravante interpôs recurso especial, com fulcro nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, em cujas razões aponta violação ao art. 43, do CTN, sob a alegação de que o "Benefício Diferido por Desligamento" não poderia receber tratamento jurídico de simples contribuição da patrocinadora e que, em não se tratando de renda ou proventos de qualquer natureza, mas sim, de verba de caráter indenizatório, de natureza alimentar, o valor resgatado não poderia servir de base de cálculo para incidência do Imposto de Renda.

A parte ora agravada apresentou contra-razões ao apelo nobre, conforme traslado de fls. 71/74, bem como contraminuta ao presente agravo, juntada às fls. 82/84.

Brevemente relatados, decido.

Ex positis, DOU PROVIMENTO ao presente agravo de instrumento, determinando a subida do recurso especial, para melhor exame.

Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2057)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 841.146 - GO (2006/0260767-9)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: LOJAS RENNER S/A
ADVOGADO	: ANDRÉ CARVALHO ZICA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA
ADVOGADO	: VERÔNICA FERNANDES UCHÓA CONSTANTE E OUTRO(S)

DECISÃO

DIREITO ADMINISTRATIVO. FISCALIZAÇÃO. PODER DE POLÍCIA. NORMA MUNICIPAL. PROPORCIONALIDADE. RAZOABILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 535, DO CPC. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 284/STF. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF.
1. A ofensa a princípios e preceitos da Carta Magna não é passível da apreciação em sede de recurso especial.
2. É inadmissível pela alínea "a" o recurso especial em que os dispositivos de lei indicados como violados não contêm comando suficiente para infirmar os fundamentos do acórdão recorrido (Súmula 284/STF). *(Resp. nº 654223/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ. 05.10.2006).*
3. Inexiste ofensa ao art. 535 do CPC, quando o Tribunal de origem, embora sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.
4. Agravo de instrumento improvido.

Vistos, etc.

Trata-se de agravo de instrumento interposto por LOJAS RENER S/A, com fulcro no art. 544 do Código de Processo Civil, no intuito de ver reformada decisão que inadmitiu seu recurso especial, sob os seguintes fundamentos: *a)*ausência de prequestionamento; *b)* ausência de obscuridade, contrariedade ou omissão *e c)* aussência de cotejo analítico.
O acórdão recorrido ostenta a seguinte ementa:

"APELACAO CIVEL EM MANDADO DE SEGURANCA. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DIREITO AO LIVRE COMERCIO. VIGILANCIA SANITARIA. FISCALIZACAO. PODER DE POLICIA DO MUNICIPIO. COMERCIO DE OCULOS DE SOL. NORMAS DE REGENCIA.
I - NAO HA DIREITO LIQUIDO E CERTO AMPARAVEL POR MANDADO DE SEGURANCA EM CONFRONTO COM A CONSTITUICAO FEDERAL E AS LEIS INFRA-CONSTITUCIONAIS. II - O DIREITO CONSTITUCIONAL AO LIVRE COMERCIO ESTA ISENTO DE RESTRICOES INERENTES AO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA AOS ORGAOS MUNICIPAIS DE VIGILANCIA SANITARIA.
III - SOMENTE PODEM COMERCIALIZAR PRODUTOS OPTICOS, OU QUAISQUER OUTROS CUJO POSSA CAUSAR ALGUM RISCO A SAUDE HUMANA, AS EMPRESAS QUE SE ADEQUAREM AS EXIGENCIAS IMPOSTAS EM LEIS EDITADAS PELAS ENTIDADES FEDERADAS ENCARREGADAS DA TUTELA DA SAUDE PUBLICA.
IV - CARECE DE FUNDAMENTACAO LEGAL A CONDICAO IMPOSTA PELA VIGILANCIA SANITARIA A UMA SOCIEDADE ANONIMA, DO RAMO DE LOJAS DE DEPARTAMENTOS, DE SO PODER COMERCIALIZAR OCULOS DE SOL COM A PREVIA INCLUSAO, NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURIDICAS, DESTE ESPECIFICO OBJETO SOCIAL. V - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISAO UNANIME

Irresignada com o teor do v. acórdão prolatado, a agravante interpôs recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Carta Maior, sustentando violação ao art. 2º, parágrafo único, IV da Lei 9.784/99 e ao art. 535, II do CPC, bem como dissídio jurisprudencial.

Relatados, decido.

Prima facie, verifica-se que não restou configurada a violação do art. 535 do CPC.
Em seus embargos de declaração Fls 284/294, a recorrente, irresignada, buscou prequestionamento de dispositivos constitucionais e infraconstitucionais com objetivo de caracterizar a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência da vigilância sanitária do Estado de Goiás no sentido de que a ora agravante providenciasse modificações na sua estrutura física para que pudesse comercializar óculos.
Todavia verifica-se que o Tribunal de origem, especificamente às fls. 271/273, pronunciou-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos. Saliente-se, ademais, que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, como de fato ocorreu na hipótese dos autos. Neste sentido, os seguintes precedentes da Corte:

"*AÇÃO DE DEPÓSITO. BENS FUNGÍVEIS. ARMAZÉM GERAL. GUARDA E CONSERVAÇÃO. ADMISSIBILIDADE DA AÇÃO. PRISÃO CIVIL. CABIMENTO. ORIENTAÇÃO DA TURMA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROCESSO EXTINTO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. APLICAÇÃO DO § 4º DO ART. 20, CPC. EQÜIDADE. RECURSO DO BANCO PROVIDO. RECURSO DO RÉU DESACOLHIDO.*
(...)
III - Não padece de fundamentação o acórdão que examina suficientemente todos os pontos suscitados pela parte interessada em seu recurso. E não viola o art. 535-II o aresto que rejeita os embargos de declaração quando a matéria tida como omissa já foi objeto de exame no acórdão embargado.
(...)" (REsp 396.699/RS, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ 15/04/2002)

Quanto à suposta violação ao artigo 2º, parágrafo único, IV da Lei 9.784/99, dispõe o mencionado dispositivo:

"Art. 2° A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

A recorrente sustenta que a manutenção do ato coator (intimação recebida da Vigilância sanitária do Município de Goiânia segundo a qual as Lojas Renner deveriam se adaptar às normas do Decreto Executivo Municipal nº 1.588/92, que regula a Lei Municipal nº 6492/90), viola o artigo 2º, parágrafo único, IV da Lei 9.784/99, porquanto *"ainda que a letra fria da lei preveja uma fórmula estanque, a sua aplicação é profundamente malferidora da razoabilidade e da proporcionalidade de que devem guiar os agires públicos"*.

Num primeiro momento, a hipótese dos autos não se insere no campo de abrangência do referido dispositivo, sendo aplicável, por analogia, a Súmula 284/STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"*, uma vez que a referida Lei estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, consoante se extrai do art. 1º:

" Art. 1° Esta Lei estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração."

Noutro prisma, sob ângulo traçado nas razoes do recurso, a pretensão de afastamento da norma Municipal assumiria relevo de matéria constitucional, vez que demandariam transitar sobre os princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade incertos no art. 37 da Carta Magna.

O Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso especial, incumbe velar pela uniformização da aplicação da legislação federal infraconstitucional, pelo que não se conhece de tal apelo extremo quando os argumentos trazidos para a reforma do julgado do Tribunal *a quo* são de índole puramente constitucional, haja vista que se inclui na competência do Supremo Tribunal Federal, conforme art. 102, inciso III, da Carta Magna.

Ex positis, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, DF, 20 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2058)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 841.999 - PB (2006/0269737-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: MARIA DA SALETE PEREIRA
ADVOGADO	: NYEDIA NARA PEREIRA GALVÃO E OUTRO
AGRAVADO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: CAIO CESAR VIEIRA ROCHA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela MARIA DA SALETE PEREIRA, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c " da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, que versa sobre ilegalidade da assinatura básica mensal telefônica e repetição de indébito.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 14 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2059)

RECURSO ESPECIAL Nº 842.738 - RJ (2006/0081254-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: FÁTIMA MARTINS COUTO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: GRÊMIO RECREATIVO BLOCO CARNAVALESCO GARRAFAL
ADVOGADO	: EDMILSON ANTÔNIO PEREIRA E OUTRO

DECISÃO

ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA. INDENIZAÇÃO. JUROS COMPENSATÓRIOS.
1. Os juros compensatórios destinam-se a compensar o que o desapropriado deixou de ganhar com a perda antecipada do imóvel, ressarcir o impedimento do uso e gozo econômico do bem, ou o que deixou de lucrar, motivo pelo qual incidem a partir da imissão na posse do imóvel expropriado, consoante o disposto no verbete sumular n.º 69 desta Corte ("Na desapropriação direta, os juros compensatórios são devidos desde a antecipada imissão na posse e, na desapropriação indireta, a partir da efetiva ocupação do imóvel. (Precedente desta Corte: RESP 692773/MG, Min. Luiz Fux, DJ de 29.08.2005).
2. Com efeito, os juros compensatórios incidem ainda que o imóvel seja improdutivo, mas suscetível de produção.
3. Em assim sendo devem ser fixados segundo a lei vigente à data da imissão na posse do imóvel ou do apossamento administrativo.
4. Os §§ 11 e 12, do art. 62, da Constituição Federal, introduzidos pela EC n.º 32/2001, atendendo ao reclamo da segurança jurídica e da presunção de legitimidade dos atos legislativos, manteve hígidas as relações reguladas por Medida Provisória, ainda que extirpadas do cenário jurídico, *ratione materiae.*
5. Sob esse enfoque determina a Lei n.º 9.868/99, que regula o procedimento da Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o STF, em seu art. 11, § 1º, que as decisões liminares proferidas em sede de ADIN serão dotadas de efeitos *ex nunc, verbis*:
"Art. 11. Concedida a medida cautelar, o Supremo Tribunal Federal fará publicar em seção especial do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça da União a parte dispositiva da decisão, no prazo de dez dias, devendo solicitar informações à autoridade da qual tiver emanado o ato, observando-se, no que couber, o procedimento estabelecido na Seção I deste Capítulo.
§ 1º. A medida cautelar, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeitos 'ex nunc', salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe eficácia retroativa."
6. A teor do art. 11, § 1º, Lei 9868/99, a vigência da MP n.º 1.577/97, e suas reedições, permaneceram íntegras até a data da publicação da medida liminar concedida na ADIN n.º 2.332 (DJU de 13.09.2001), sustando a eficácia da expressão de "até seis por cento ao ano", constante do art. 15-A, do Decreto-lei n.º 3.365/41.
7. Consectariamente, os juros compensatórios fixados à luz do princípio *tempus regit actum*, nos termos da jurisprudência predominante do STJ, à taxa de juros de 6% (seis por cento) ao ano, prevista na MP n.º 1.577/97, e suas reedições, só se aplicam às situações ocorridas após a sua vigência.
8. Assim é que ocorrida a imissão na posse do imóvel desapropriado: **a)** em data anterior à vigência da MP n.º 1.577/97, os juros compensatórios devem ser fixados no limite de 12% (doze por cento) ao ano, nos termos da Súmula n.º 618/STF; ou **b)** após a vigência da MP n.º 1.577/97 e reedições, e em data anterior à liminar deferida na ADIN 2.332/DF, de 13.09.2001, os juros serão arbitrados no limite de 6% ao ano entre a data do apossamento ou imissão na posse até 13.09.2001. Precedentes do STJ: **ERESP 606562**, desta relatoria, publicado no DJ de 27.06.2006; **RESP 737.160/SP**, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 18.04.2006; **RESP 587.474/SC**, Rel.ª Min.ª Denise Arruda, DJ de 25.05.2006 e **RESP 789.391/RO**, Rel. Min. Teori Albino Zavaski, DJ de 02.05.2006.
9. *In casu*, ocorrida a imissão na posse do imóvel desapropriado em **08.03.1996 (fl. 38)**, após a vigência da MP n.º 1.577/97 e reedições e, em data anterior à liminar deferida na ADIN 2.332/DF, de 13.09.2001, os juros serão arbitrados no limite de 6% ao ano entre a data do apossamento ou imissão na posse até 13.09.2001.
10. O depósito prévio não inibe os juros compensatórios, porquanto visam implementar a perda antecipada da propriedade, salvo se houver coincidência entre o valor do depósito preliminar e o da sentença final. Assim, os juros compensatórios devem incidir sobre a diferença eventualmente apurada entre oitenta por cento (80%) do preço ofertado em juízo - percentual máximo passível de levantamento, nos termos do art. 33, § 2º, do Decreto-Lei 3.365/41 - e o valor do bem fixado na sentença, conforme decidido pela Corte Suprema no julgamento da aludida ADIn 2.332-2/DF, pois é essa a quantia que fica efetivamente indisponível para o expropriado. *Precedentes: (REsp 650727/TO, DJ. 03.08.2006; REsp 609188/SP, DJ. 24.10.2005; REsp 621.949/RJ, DJ. 6.9.2004).*
11. Recurso especial provido.

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto pelo MUNICÍPIO DE RIO DE JANEIRO, com fulcro no art. 105, III, 'a' e 'c', do permissivo constitucional, em face do acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, cujo aresto restou assim ementado:

Apelação cível. Ação de Desapropriação. Imóvel declarado para fins de utilidade pública. Construção da "Linha Amarela". Aplica-se a Media Provisória nº 1577/97 e suas sucessivas reedições até a Medida Provisória nº 2183-56/2001, que introduziu alterações ao Decreto Lei n.º 3.365/41. ADI nº 2332-MC. Correta incidência da correção monetária e juros sobre o principal, garantia da "Justa indenização" com sede constitucional. Juros compensatórios corretamente calculados à taxa de 12% a.a e incidência a partir da imissão na posse do imóvel (súmula 69 do STJ).Juros moratórios corrigidos, pois devidos a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte. Verba honorária reduzida para o percentual de 5%. Recurso conhecido e parcialmente provido. Confirma-se a sentença, restante, em reexame necessário.

Em seu apelo nobre, aponta o recorrente, dentre outros, violação ao art. 15-A, do Dec. 3.365/4. Pugna, em síntese pela aplicação dos juros compensatórios no percentual de 6% ao ano.
Foram ofertadas contra-razões ao apelo nobre (fls. 374/380).
O recurso especial recebeu o crivo de admissibilidade, após o provimento do agravo de instrumento interposto (CPC, art. 544).
É o relatório.
Assiste razão ao recorrente.
Os juros compensatórios destinam-se a compensar o que o desapropriado deixou de ganhar com a perda antecipada do imóvel, ressarcir o impedimento do uso e gozo econômico do bem, ou o que deixou de lucrar, motivo pelo qual incidem a partir da imissão na posse do imóvel expropriado, consoante o disposto no verbete sumular n.º 69 desta Corte:*"Na desapropriação direta, os juros compensatórios são devidos desde a antecipada imissão na posse e, na desapropriação indireta, a partir da efetiva ocupação do imóvel"*. Em assim sendo devem ser fixados segundo a lei vigente à data da imissão na posse do imóvel ou do apossamento administrativo.
Os §§ 11 e 12, do art. 62, da Constituição Federal, introduzidos pela EC n.º 32/2001, atendendo ao reclamo da segurança jurídica e da presunção de legitimidade dos atos legislativos, manteve hígidas as relações reguladas por Medida Provisória, ainda que extirpadas do cenário jurídico, *ratione materiae.*

Deveras, como é cediço, a edição de Medidas Provisórias, com força de lei, pelo chefe do Poder Executivo é uma exceção ao Princípio da Divisão de poderes consagrado constitucionalmente, que, todavia, limita-se pelo Princípio Democrático de Direito, do qual decorre o Princípio da Segurança Jurídica, o qual visa à estabilidade dos direitos subjetivos, na lição de José Afonso da Silva, *in* Curso de Direito Constitucional Positivo, Malheiros, 21ª ed., p. 431-432, *verbis:*
"(...)A temática deste número liga-se à sucessão de leis no tempo e à necessidade de assegurar o valor da segurança jurídica, especialmente no que tange à estabilidade dos direitos subjetivos. A segurança jurídica consiste no 'conjunto de condições que tornam possível às pessoas o conhecimento antecipado e reflexivo das conseqüências diretas de seus atos e de seus fatos à luz da liberdade reconhecida'. Uma importante condição da segurança jurídica está na relativa certeza de que os indivíduos têm de que as relações realizadas ob o império de uma norma devem perdurar ainda quando tal norma seja substituída.
Realmente, uma lei é feita para vigorar e produzir seus efeitos para o futuro. Seu limite temporal pode ser nela mesma demarcado ou não. Seu texto, às vezes, delimita o tempo durante o qual ele regerá a situação fática prevista. Outras vezes ela é feita para regular situação transitória, decorrida a qual perde vigência e, conseqüentemente, a eficácia.
O mais comum, contudo, é que uma lei, uma norma, só perca o vigor quando outra a revogue expressa ou tacitamente. Se a lei revogada produziu os seus efeitos em favor de um sujeito, diz-se que ela criou situação jurídica subjetiva, que poderá ser um simples interesse, um interesse legítimo, a expectativa de um direito, um direito condicionado, um direito subjetivo. Este último é garantido jurisdicionalmente, ou seja, é um direito exigível na via jurisdicional. Recebe, assim, proteção direta, pelo que seu titular fica dotado do poder de exigir uma prestação positiva ou negativa. (...)"

Por conseguinte, infere-se que a *ratio essendi* da supra referida norma constitucional visa a preservar a estabilidade das relações jurídicas e salvaguardar os diretos subjetivos, ante o primado da segurança jurídica. Deveras, soluciona a perplexidade que antes se instaurava pela não conversão das medidas provisórias em lei, conforme restou nitidamente caracterizado, pelo Prof. Hugo de Brito Machado, em aula ministrada no 4° Seminário Nacional de Direito Administrativo, realizado em São Paulo, no período de 24 a 24.11.1996, anterior à reforma, cujo texto, intitulado de "Regulamentação das Relações Jurídicas Decorrentes de Medidas Provisórias ; a questão da não-conversão em lei e a parda da eficácia; a derrogação de leis anteriores", foi publicado no Boletim de Direito Administrativo, n.° 06, de junho de 1997, *in verbis:*
"(...)O que acontece quando a medida provisória não é convertida em lei? Diz a Constituição: 'Ela perde a eficácia desde o início'.
(...)No campo da medida provisória se estabeleceu uma insegurança jurídica absoluta. Cerdônio comentava comigo a sua insatisfação diante da insegurança jurídica que o estudo da medida provisória produz; por quê? Editada a medida provisória, a gente não sabe se vai ser aprovada ou não, não sabe se deve se comportar de acordo com aquela medida provisória ou não. Mais uma vez invoco um exemplo do âmbito do Direito Tributário: temos casos de medida provisória que concedeu isenção para importação de equipamentos eletrônicos para a instalação de emissora de televisão. Os interessados importaram dentro dos 30 dias em que a medida provisória não foi convertida em lei nem foi reeditada, e a Receita Federal está autuando e cobrando os impostos correspondentes à importação, numa aplicação literal da Constituição. Diz: 'Não, perdeu a vigência, perdeu a eficácia desde a origem', então restabeleceu-se ipso facto a norma anterior que estabelece a tributação na entrada desses produtos no território nacional; está cobrando o tributo. Penso que esta não é a melhor solução exatamente porque vejo o Direito como sistema e acho que as soluções têm que ser adotadas a partir dessa visão (...)"

Não obstante, apesar de as alterações introduzidas pela EC n.º 32/2001 terem convalidado as situações jurídicas praticadas durante a vigência de Medidas Provisórias, isso não afasta a possibilidade de ser declarada a sua inconstitucionalidade.
Ainda sob o enfoque da segurança jurídica, determina a Lei n.º 9.868/99, que regula o procedimento da Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o STF, em seu art. 11, § 1º, que as decisões liminares proferidas em sede de ADIN serão dotadas de efeitos *ex nunc, verbis*:
"Art. 11. Concedida a medida cautelar, o Supremo Tribunal Federal fará publicar em seção especial do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça da União a parte dispositiva da decisão, no prazo de dez dias, devendo solicitar informações à autoridade da qual tiver emanado o ato, observando-se, no que couber, o procedimento estabelecido na Seção I deste Capítulo.
§ 1º. A medida cautelar, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeitos 'ex nunc', salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe eficácia retroativa."

Por conseguinte, a teor do art. 11, § 1º, Lei 9868/99, a vigência da MP n.º 1.577/97, e suas reedições, permaneceram íntegras até a data da publicação da medida liminar concedida na ADIN n.º 2.332 (DJU de 13.09.2001), sustando a eficácia da expressão de "até seis por cento ao ano", constante do art. 15-A, do Decreto-lei n.º 3.365/41.
Consectariamente, os juros compensatórios fixados à luz do princípio *tempus regit actum*, nos termos da jurisprudência predominante do STJ, à taxa de juros de 6% (seis por cento) ao ano, prevista na MP n.º 1.577/97, e suas reedições, só se aplicam às situações ocorridas após a sua vigência.
Assim é que ocorrida a imissão na posse do imóvel desapropriado: **a)** em data anterior à vigência da MP n.º 1.577/97, os juros compensatórios devem ser fixados no limite de 12% (doze por cento) ao ano, nos termos da Súmula n.º 618/STF; ou **b)** após a vigência da MP n.º 1.577/97 e reedições, e em data anterior à liminar deferida na ADIN 2.332/DF, de 13.09.2001, os juros serão arbitrados no limite de 6% ao ano entre a data do apossamento ou imissão na posse até 13.09.2001. Nesse sentido confiram-se, à guisa de exemplo, precedentes desta Corte, assim ementados:
"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DESAPROPRIAÇÃO. JUROS COMPENSATÓRIOS. ADIN N.° 2.332/2001. EFICÁCIA DA MP N.° 1.577/97 ATÉ A DECISÃO QUE SUSPENDEU OS EFEITOS DA EXPRESSÃO CONSTANTE DO ART. 15-A, DO DECRETO-LEI N.° 3.365/41. ACÓRDÃO DA PRIMEIRA SEÇÃO. ACOLHIMENTO DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM DECISÃO MONOCRÁTICA.
***1.** Os §§ 11 e 12, do art. 62, da Constituição Federal, introduzidos pela EC n.º 32/2001, ditados em homenagem ao primado da segurança jurídica e da presunção de legitimidade dos atos legislativos, mantém hígidas as relações reguladas por Medida Provisória, ainda que extirpadas do cenário jurídico, ratione materiae.*
***2.** Deveras, a eficácia ex nunc das medidas cautelares que sustam a eficácia das leis e medidas inconstitucionais, reforçam o postulado da segurança.*
***3.** Consectariamente, em ação expropriatória os juros compensatórios devem ser fixados à luz do princípio tempus regit actum nos termos da jurisprudência predominante do STJ, no sentido de que a taxa de 6% (seis por cento) ao ano, prevista na MP n.º 1.577/97, e suas reedições, é aplicável, tão-somente, às situações ocorridas após a sua vigência.*
***4.** A vigência da MP n.º 1.577/97, e suas reedições, permaneceu íntegra até a data da publicação da medida liminar concedida na ADIN n.º 2.332 (DJU de 13.09.2001), que suspendeu a eficácia da expressão de "até seis por cento ao ano", constante do art. 15-A, do Decreto-lei n.º 3.365/41.*
***5.** Ocorrida a imissão na posse do imóvel desapropriado, após a vigência da MP n.º 1.577/97 e em data anterior a liminar proferida na ADIN 2.332, os juros compensatórios devem ser fixados no limite de 6% (seis por cento) ao ano.*
***6.** Precedente da Primeira Seção: REsp 437577 / SP ; Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJ de 06.03.2006)*
7.** Embargos de divergência acolhidos." **(EREsp 606562, desta relatoria, DJ de 27.06.2006)

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÃO GENÉRICA. PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DESAPROPRIAÇÃO. JUROS COMPENSATÓRIOS. MP 1.577/97 E REEDIÇÕES. PRINCÍPIO DO TEMPUS REGIT ACTUM.

omissis
3. Em ação expropriatória os juros compensatórios devem ser fixados à luz do princípio tempus regit actum nos termos da jurisprudência predominante do STJ, no sentido de que a taxa de 6% (seis por cento) ao ano, prevista na MP nº 1.577/97, e suas reedições, é aplicável, tão-somente, às situações ocorridas após a sua vigência.
4. A vigência da MP nº 1.577/97, e suas reedições, permanece íntegra até a data da publicação da medida liminar concedida na ADIN nº 2.332 (DJU de 13.09.2001), que suspendeu a eficácia da expressão de "até seis por cento ao ano", constante do art. 15-A, do Decreto-Lei nº 3.365/41. Matéria pacificada na 1ª Seção no julgamento do REsp nº 437.577/SP, j. em 08.02.2006.
5. Ocorrida a imissão na posse do imóvel desapropriado, após a vigência da MP n.º 1.577/97 e em data anterior a liminar proferida na ADIN nº 2.332/DF, os juros compensatórios devem ser fixados no patamar de 6% (seis por cento) ao ano, exclusivamente no período compreendido entre 24.11.00 e 13.09.2001.
6. Recurso especial conhecido em parte e provido também em parte." ***(RESP n.º 737.160/SP, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 18.04.2006)***

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. AÇÃO DE NATUREZA REAL. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. SÚMULA 119/STJ. JUROS COMPENSATÓRIOS. INCIDÊNCIA. MP 1.577/97 E REEDIÇÕES. INAPLICABILIDADE ÀS SITUAÇÕES JÁ CONSOLIDADAS. JUROS MORATÓRIOS. PERCENTUAL APLICÁVEL. INCIDÊNCIA DOS JUROS MORATÓRIOS SOBRE OS COMPENSATÓRIOS. SÚMULA 102/STJ.
omissis
3. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da MC na ADIn 2.260/DF, ao examinar a norma contida no parágrafo único do art. 10 do Decreto-Lei 3.365/41, com a redação dada pela MP 2.027-40/2000 - "extingue-se em cinco anos o direito de propor ação de indenização por apossamento administrativo ou desapropriação indireta, bem como ação que vise a indenização por restrições decorrentes de atos do Poder Público" -, deferiu, em parte, a medida cautelar para suspender a eficácia da expressão "ação de indenização por apossamento administrativo ou desapropriação indireta, bem como", tanto é assim que a redação do mencionado preceito foi substancialmente alterada nas reedições posteriores.
4. Os juros compensatórios, na desapropriação, remuneram o capital que o expropriado deixou de receber desde a perda da posse, e não os possíveis lucros que deixou de auferir com a utilização econômica do bem expropriado.
5. A Primeira Seção desta Corte, na assentada do dia 8.2.2006, encerrou o julgamento do REsp 437.577/SP, de relatoria do eminente Ministro Castro Meira, adotando o entendimento, à luz do princípio tempus regit actum, de que: (a) as alterações promovidas pela MP 1.577/97, sucessivamente reeditada, não alcançam as situações já ocorridas ao tempo de sua vigência; (b) para as situações posteriores à vigência das referidas medidas provisórias devem prevalecer as novas regras ali definidas, até a publicação do acórdão proferido no julgamento da MC na ADIn 2.332-2/DF (13.9.2001), que suspendeu, dentre outras coisas, a eficácia da expressão "de até seis por cento ao ano", contida no art. 15-A do Decreto-Lei 3.365/41.
6. Na desapropriação direta, os juros compensatórios são devidos desde a antecipada imissão na posse e, na desapropriação indireta, a partir da efetiva ocupação do imóvel, nos exatos termos da Súmula 69/STJ. A data da imissão na posse, no caso da desapropriação direta, ou a ocupação, na indireta, deverá, portanto, ser posterior à vigência da MP 1.577/97 para que as novas regras ali definidas, em relação aos juros compensatórios, sejam aplicáveis.
7. Ajuizada a reivindicatória em julho/95 - posteriormente convertida em "ação de desapropriação indireta" -, com a ocupação efetivada em data pretérita, não deve incidir, na hipótese, o novo percentual dos juros compensatórios de que trata o art. 15-A do Decreto-Lei 3.365/41, inserido por intermédio das mencionadas medidas provisórias.
8. Afastada a aplicação das referidas MPs, incidem os juros compensatórios no patamar de doze por cento (12%) ao ano, a teor do disposto na Súmula 618/STF, assim redigida: "Na desapropriação, direta ou indireta, a taxa dos juros compensatórios é de 12% (doze por cento) ao ano."
(...) omissis
11. Recurso especial desprovido." ***(RESP 587.474/SC, Rel.ª Min.ª Denise Arruda, DJ de 25.05.2006)***

"ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO.IMÓVEL RURAL. REFORMA AGRÁRIA. JUROS COMPENSATÓRIOS. INCIDÊNCIA QUE INDEPENDE DA COMPROVAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL. ORIENTAÇÃO DOMINANTE NA 1ª SEÇÃO. TAXA DE JUROS COMPENSATÓRIOS.
omissis
3."A vigência da MP nº 1.577/97, e suas reedições, permanece íntegra até a data da publicação do julgamento proferido na medida liminar concedida na ADIN nº 2.332 (DJU de 13.09.2001), que suspendeu, com efeitos ex nunc, a eficácia da expressão 'de até seis por cento ao ano', constante do art. 15-A do Decreto-lei nº 3.365/41" (REsp 437.577, 1ª S., Min. Castro Meira).
4. Recurso especial a que se dá parcial provimento." ***(RESP n.º 789.391/RO, Rel. Min. Teori Albino Zavaski, DJ de 02.05.2006)***

In casu, ocorrida a imissão na posse do imóvel desapropriado em **08.03.1996 (fl. 38),** após a vigência da MP n.º 1.577/97 e reedições e, em data anterior à liminar deferida na ADIN 2.332/DF, de **13.09.2001**, os juros serão arbitrados no limite de 6% ao ano entre a data do apossamento ou imissão na posse até **13.09.2001**.

Finalmente, sobreleva notar, o depósito prévio não inibe os juros compensatórios, porquanto visam implementar a perda antecipada da propriedade, salvo se houver coincidência entre o valor do depósito preliminar e o da sentença final. Assim, os juros compensatórios devem incidir sobre a diferença eventualmente apurada entre oitenta por cento (80%) do preço ofertado em juízo - percentual máximo passível de levantamento, nos termos do art. 33, § 2º, do Decreto-Lei 3.365/41 - e o valor do bem fixado na sentença, conforme decidido pela Corte Suprema no julgamento da aludida ADIn 2.332-2/DF, pois é essa a quantia que fica efetivamente indisponível para o expropriado.
À guisa de exemplo os seguintes precedentes desta Corte, *verbis*:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. DESAPROPRIAÇÃO DIRETA. JUROS COMPENSATÓRIOS. BASE DE CÁLCULO. MP 1.577/97. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 114/STJ.
1. A causa determinante dos juros compensatórios é a perda da posse, e, por conseguinte, da fruição do bem, antes do pagamento da prévia e justa indenização em dinheiro. É por isso que o termo inicial de sua incidência é a imissão do expropriante na posse do imóvel. Ocorre que, com relação à parcela ofertada pelo expropriante e passível de levantamento imediato pelo expropriado (Decreto-lei 3.365/41, art. 33), não se configura o pressuposto da privação do uso da propriedade (substituída, nesse caso, pela indenização imediata), não havendo, com relação a essa parcela, justificativa para a incidência dos juros compensatórios.
2. Recurso especial provido." (REsp 621.949/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 6.9.2004)

ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL - REFORMA AGRÁRIA - INDENIZAÇÃO - DATA-BASE PARA AVALIAÇÃO - LAUDO PERICIAL - MODIFICAÇÃO - REEXAME DE PROVAS - SÚMULA 07/STJ - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.577/97 E REEDIÇÕES - VIGÊNCIA - PROCESSO EXPROPRIATÓRIO INICIADO - APLICAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - JUROS COMPENSATÓRIOS - IMÓVEL IMPRODUTIVO - IRRELEVÂNCIA - TERMO A QUO - IMISSÃO NA POSSE - SÚMULA 69/STJ - PERCENTUAL - SÚMULA 618/STF - 12% AO ANO - BASE DE CÁLCULO - DIFERENÇA ENTRE O VALOR OFERTADO INICIALMENTE E AQUELE FIXADO NA SENTENÇA - PRECEDENTES.
- O laudo adotado pelo Tribunal de origem expressa a indenização correspondente ao justo preço, porque em conformidade com os arts. 12 da Lei 8.629/93 e 12 da LC 76/93.
- Fixada, pela instância ordinária, a data em que efetivamente ocorrida a imissão na posse, torna-se incabível rediscutir a questão em sede de recurso especial sem que haja o minucioso reexame das provas produzidas nos autos.
- A jurisprudência desta Corte e do STF firmou o entendimento no sentido de que não se aplica a Medida Provisória n.º 1.577/97 e reedições às ações ajuizadas antes de sua publicação, pelo que devem incidir juros compensatórios, independente da produtividade do imóvel, desde a imissão na posse, à taxa de 12% (doze por cento) ao ano, sobre a diferença entre o valor depositado inicialmente e aquele fixado na sentença.
- Recursos especiais conhecidos mas improvidos. (REsp 650727/TO, Rel. Min. Peçanha Martins, DJ. 03.08.2006)

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS.
1. Na desapropriação direta, os juros moratórios e compensatórios devem incidir sobre a diferença resultante entre o valor da oferta inicial e montante da indenização.
2. Recurso especial provido. (REsp 609188/SP, Rel. Min. Castro Meira, DJ. 24.10.2005).

Ex positis, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial para que os juros compensatórios sejam aplicados nos moldes acima delineados. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2060)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 842.952 - SP (2006/0070679-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
EMBARGANTE	: MATALFORMING INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: FRANCISCO PINTO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: CÉSAR EDUARDO TEMER ZALAF

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL QUE AFASTOU A PRESCRIÇÃO. RETORNO DOS AUTOS PARA ANÁLISE DAS DEMAIS QUESTÕES PENDENTES.
1. O afastamento da decretação da prescrição impõe sejam os autos retornados à instância de origem para análise das demais das questões pendentes, sob pena de configurar supressão de instância. Precedentes: REsp 816.221 - SP, Relator Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, Segunda Turma, DJ de 04 de maio de 2006; AgRg no Resp 694.997 - DF, Relator Ministro FRANCIULLI NETTO, Segunda Turma, DJ de 28 de março de 2006; AgRg no Resp 584.162 - MG, Relator Ministro JOSÉ DELGADO, Primeira Turma, DJ de 13 de dezembro de 2004
2. Embargos de declaração acolhidos, para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem a fim de serem analisadas as demais questões pendentes.

Trata-se de embargos de declaração opostos por MATALFORMING INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA contra decisão monocrática, deste relator, proferida em sede de recurso especial e que restou assim ementada:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. CONTRIBUIÇÃO AO PIS
1. *A repetição de indébito ou a compensação de valores indevidamente recolhidos a título de tributo sujeito a lançamento por homologação, desde que ajuizadas até 09 de junho de 2005, subsumem-se à cognominada tese dos cinco mais cinco quanto ao termo a quo do prazo prescricional, nos termos do precedente da Primeira Seção (EREsp n.º 327.043/DF, Rel. Min. João Otávio de Noronha, julgado em 27/04/2005).*
2. *Deveras, naquela ocasião restou assente que:*
"... a Lei Complementar 118, de 09 de fevereiro de 2005, aplica-se, tão somente, aos fatos geradores pretéritos ainda não submetidos ao crivo judicial, pelo que o novo regramento não é retroativo mercê de interpretativo. É que toda lei interpretativa, como toda lei, não pode retroagir. Outrossim, as lições de outrora coadunam-se com as novas conquistas constitucionais, notadamente a segurança jurídica da qual é corolário a vedação à denominada 'surpresa fiscal'. Na lúcida percepção dos doutrinadores, 'em todas essas normas, a Constituição Federal dá uma nota de previsibilidade e de proteção de expectativas legitimamente constituídas e que, por isso mesmo, não podem ser frustradas pelo exercício da atividade estatal.' (Humberto Ávila in Sistema Constitucional Tributário, 2004, pág. 295 a 300)". (Voto-vista proferido por este relator nos autos dos EREsp n.º 327.043/DF)
3. *Conseqüentemente, o prazo prescricional para a repetição ou compensação dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, nas demandas ajuizadas até 09 de junho de 2005, começa a fluir decorridos 05 (cinco) anos, contados a partir da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais um qüinqüênio computado desde o termo final do prazo atribuído ao Fisco para verificar o quantum devido a título de tributo.*
4. *Recurso especial provido para afastar a prescrição. (art. 557, § 1º-A, do CPC)*
Sustenta a embargante, em síntese, que se revela omissa a decisão embargada haja vista que, não obstante ter afastado a prescrição, não analisou, este E. STJ, as demais matérias suscitadas em seu recurso de apelação.

Relatados. Decido.

Consoante se depreende da decisão de fls. 326/336, o recurso especial interposto pela empresa ora embargante restou provido para afastar a prescrição do direito de pleitear repetição/compensação de tributo indevidamente pago. Desta feita, em vista de o Tribunal *a quo* ter decretado a prescrição, e julgado prejudicado o exame das demais questões, o exame destas configuraria supressão de instância.
O afastamento da decretação da prescrição impõe sejam os autos retornados à instância de origem para análise das demais das questões pendentes. À guisa de exemplo, colhem-se os seguintes precedentes:

TRIBUTÁRIO - TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO - DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE PELO STF - PRAZO PRESCRICIONAL QÜINQÜENAL - TERMO INICIAL - HOMOLOGAÇÃO EXPRESSA OU TÁCITA - COMPENSAÇÃO/RESTITUIÇÃO DAS QUANTIAS RECOLHIDAS - CONSECTÁRIOS LEGAIS - TEMAS NÃO DECIDIDOS PELO TRIBUNAL "A QUO" - IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL - CF, ART. 105 , III - DEVOLUÇÃO DOS AUTOS - PRECEDENTES DA 1ª SEÇÃO.
- Nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo prescricional qüinqüenal para se pleitear sua restituição/compensação começa a fluir da homologação, expressa ou tácita, ainda que se trate de exação declarada inconstitucional pelo STF.
- Entendimento consagrado pela eg 1ª Seção no julgamento do Eresp 435.835/SC.
- No caso dos autos, tendo em vista a data do ajuizamento da ação (28.09.1999) e as datas dos recolhimentos, não há que se falar em prescrição.
- Ressalva do ponto de vista do Relator.
- Inexistindo decisão de única ou última instância sobre as demais questões suscitadas, impõe-se a devolução dos autos ao Tribunal de origem para apreciação e decisão dos temas.
-Recurso especial conhecido e parcialmente provido, determinando-se o retorno dos autos ao Tribunal "a quo". (REsp 816.221 - SP, Relator Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, Segunda Turma, DJ de 04 de maio de 2006).

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL - TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - ACÓRDÃO RECORRIDO QUE EXTINGUIU O PROCESSO COM JULGAMENTO DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO AFASTADA COM O PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO ESPECIAL - RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM.
Em vista do desfecho dado ao presente caso, no qual foi reformado o acórdão que determinou a extinção do processo com julgamento de mérito pela prescrição, deve a Corte de origem pronunciar-se acerca das demais questões de mérito.
Agravo regimental provido tão-somente para determinar sejam os autos remetidos ao egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região. (AgRg no Resp 694.997 - DF, Relator Ministro FRANCIULLI NETTO, Segunda Turma, DJ de 28 de março de 2006)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. PIS. COMPENSAÇÃO. PRESCRIÇÃO. DECADÊNCIA. TERMO INICIAL DO PRAZO. NECESSIDADE DE EXAME DOS DEMAIS ASPECTOS DOS AUTOS PELO TRIBUNAL A QUO. BAIXA.
1. *Agravo regimental contra decisão que conheceu de agravo de instrumento para dar parcial provimento ao recurso especial da parte agravada para declarar a prescrição, apenas, das parcelas anteriores a 06/1992, concedendo as demais, nos termos acima delineados, em ação objetivando a compensação dos valores recolhidos indevidamente a título de PIS.*
2. *O Tribunal a quo apenas analisou a questão da prescrição, não adentrando nos demais aspectos da apelação, devendo, após o externado na decisão agravada, assim se pronunciar.*
3 *Agravo regimental provido para determinar a baixa dos autos ao egrégio Tribunal a quo, para que o mesmo examine os demais aspectos dos autos.* (AgRg no Resp 584.162 - MG, Relator Ministro JOSÉ DELGADO, Primeira Turma, DJ de 13 de dezembro de 2004)

Ante o exposto, **acolho os presentes embargos de declaração** para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem a fim de serem analisadas as demais questões pendentes.
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 14 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2061)

RECURSO ESPECIAL Nº 843.417 - RS (2006/0115419-2)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: MARLISE FISCHER GEHRES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
INTERES.	: MUNICÍPIO DE SAPIRANGA
ADVOGADO	: INÊS GENEHR E OUTRO(S)
INTERES.	: W L S R - MENOR IMPÚBERE

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MENOR SAÚDE. DIREITO INDIVIDUAL INDISPONÍVEL. ART. 227 DA CF/88. *LEGITIMATIO AD CAUSAM DO PARQUET*. ART. 127 DA CF/88. ARTS. 7.º, 200, e 201 DO DA LEI N.º 8.069/90.
1. O Ministério Público está legitimado a defender os interesses transindividuais, quais sejam os difusos, os coletivos e os individuais homogêneos.
2. É que a Carta de 1988, ao evidenciar a importância da cidadania no controle dos atos da Administração, com a eleição dos valores imateriais do art. 37, da CF/1988 como tuteláveis judicialmente, coadjuvados por uma série de instrumentos processuais de defesa dos interesses transindividuais, criou um microssistema de tutela de interesses difusos referentes à probidade da administração pública, nele encartando-se a Ação Cautelar Inominada, Ação Popular, a Ação Civil Pública e o Mandado de Segurança Coletivo, como instrumentos concorrentes na defesa desses direitos eclipsados por cláusulas pétreas.
3. Deveras, é mister concluir que a nova ordem constitucional erigiu um autêntico 'concurso de ações' entre os instrumentos de tutela dos interesses transindividuais e, *a fortiori*, legitimou o Ministério Público para o manejo dos mesmos.
4. *Legitimatio ad causam* do Ministério Público à luz da dicção final do disposto no art. 127 da CF/1988, que o habilita a demandar em prol de interesses indisponíveis.
5. Sob esse enfoque a Carta Federal outorgou ao Ministério Público a incumbência de promover a defesa dos interesses individuais indisponíveis, podendo, para tanto, exercer outras atribuições previstas em lei, desde que compatível com sua finalidade institucional (CF/1988, arts. 127 e 129).
6. *In casu*, trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, objetivando a efetivação de internação e cirurgia urgente de menor impúbere, com 09 meses de idade, portador de obstrução intestinal, com risco de morte.
7. O direito à saúde, insculpido na Constituição Federal é direito indisponível, em função do bem comum, maior a proteger, derivado da própria força impositiva dos preceitos de ordem pública que regulam a matéria.
8. Outrossim, o art. 6.º do CPC configura a legalidade da legitimação extraordinária cognominada por Chiovenda como "substituição processual".
9. Impõe-se, ressaltar que a jurisprudência hodierna do E. STJ admite ação individual acerca de direito indisponível capitaneada pelo MP (**Precedentes**: *REsp 688052 / RS, DJ 17.08.2006; REsp 822712 / RS, DJ 17.04.2006; REsp 819010 / SP, DJ 02.05.2006*).
10. Recurso especial a que se nega seguimento.

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com fulcro no art. 105, III, alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, contra acórdão proferido em grau de apelação pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

apelação. Ação Civil Pública. tutela de direito individual indisponível da criança e do adolescente. competência do juízo da infância e juventude. Ministério Público. Legitimidade ativa. direito à saúde internação de criança em uti pediátrica. risco de vida.
1. O juízo competente para processar e julgar os feitos envolvendo direitos individuais indisponíveis da criança e do adolescente violados por omissão do Poder Público é o da Infância e Juventude, conforme prevê o art. 148, IV do ECA.
2. Por atribuição constitucional (CF, art. 127, caput) e expressa previsão legal (ECA, art. 201, V e 208, VII), o Ministério Público é parte legítima para intentar ação civil pública em favor de direito individual heterogêneo de crianças e adolescentes, como, por exemplo, o direito à saúde e à educação.
3. O direito à saúde, superdireito de matriz constitucional, há de ser assegurado, com absoluta prioridade às crianças e adolescentes e é dever do Estado (União, Estados e Municípios) como corolário do direito à vida e do princípio da dignidade da pessoa humana.
4. A premência do direito á vida, ameaçado pela ausência de vaga em UTI pediátrica, impõe imediata providência jurisdicional no sentido de obrigar o Poder Público a providenciar vaga, seja em leito do SUS, seja em leito particular.
DERAM PROVIMENTO. UNÂNIME.

Trata-se, originariamente, de Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público em favor de menor com 09 meses de idade, internado em hospital, apresentando diagnóstico de obstrução intestinal, com risco de morte, necessitando por isso ser internado e submetido à cirurgia de urgência.
O juízo singular julgou extinto o feito, concluindo pela ilegitimidade ativa do Ministério Público para a causa. Irresignado, o ora recorrido interpôs apelação, que restou provida, nos termos da ementa outrora transcrita.
Na presente irresignação especial, sustenta o Estado, em síntese, que o acórdão hostilizado violou o disposto nos arts. 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 201, V, da Lei n.º 8.069/90, ante a ilegitimidade do Ministério Público para ajuizar ação civil pública visando a tutela de direitos individuais, como, *in casu*, a internação e cirurgia de menor. Ainda, apontou a existência de dissídio jurisprudencial com julgados deste E. STJ.
O recurso especial foi admitido no Tribunal de origem.
Relatados, decido.
Preliminarmente, conheço do recurso especial pela alínea "a", do permissivo constitucional, uma vez que a matéria restou devidamente prequestionada.
Versam os autos, originariamente, acerca de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual, com pedido de tutela antecipada, objetivando a efetivação de internação e cirurgia urgente de menor, com 09 meses de idade, portador de obstrução intestinal, com risco de morte.
Com efeito, não assiste razão ao recorrente no que pertine à alegada ofensa dos artigos supostamente violados.
É de sabença que o art. 227, *caput*, da Constituição Federal de 1988, garante à criança e ao adolescente absoluta prioridade quanto à garantia do direito à saúde, senão vejamos:

"Art. 227. ***É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde,*** *à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão." (grifo nosso)*

Muito embora a matéria pareça gravitar única e exclusivamente em sede constitucional, o que retiraria a competência deste Superior Tribunal de Justiça para aferir a legitimidade da decisão recorrida no âmbito do recurso especial, a realidade é que a questão vem traçada no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90), que repetiu a garantia constitucional no afã de assegurar a efetivação do direito à saúde da criança e do adolescente, nos seguintes termos:

"Art. 7.º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência."

"Art. 11. É assegurado atendimento médico à criança e ao adolescente, através do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde."

É que a Carta de 1988, ao evidenciar a importância da cidadania no controle dos atos da administração, com a eleição dos valores imateriais do art. 37, da CF/1988 como tuteláveis judicialmente, coadjuvados por uma série de instrumentos processuais de defesa dos interesses transindividuais, criou um micro-sistema de tutela de interesses difusos referentes à probidade da administração pública, nele encartando-se a Ação Cautelar Inominada, Ação Popular, a Ação Civil Pública e o Mandado de Segurança Coletivo, como instrumentos concorrentes na defesa desses direitos eclipsados por cláusulas pétreas.
Dessarte, é mister concluir que nova ordem constitucional erigiu um autêntico 'concurso de ações' entre os instrumentos de tutela dos interesses transindividuais e, *a fortiori*, legitimou o Ministério Público para o manejo dos mesmos.
In casu, segundo a jurisprudência predominante deste Sodalício, a hipótese se amolda a interesse transindividual, indisponível, a legitimar a atuação do Ministério Público, no **interesse da saúde de outrem**. É nesse sentido os seguintes precedentes:

RECURSO ESPECIAL - PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO - CRIANÇA QUE PADECE DE NEFROPATIA DO REFLUXO - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - DIREITO INDIVIDUAL INDISPONÍVEL - LEGITIMAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO PARQUET - ART. 127 DA CF/88 - PRECEDENTES DA PRIMEIRA TURMA.
O tema objeto do presente recurso já foi enfrentado pela colenda Primeira Turma deste Tribunal e o entendimento esposado é de que o Ministério Público tem legitimidade para defesa dos direitos individuais indisponíveis, mesmo quando a ação vise à tutela de pessoa individualmente considerada (art. 127, CF/88). Nessa esteira de entendimento, na hipótese dos autos, em que a ação visa a garantir o fornecimento de medicamento necessário e de forma contínua a criança para o tratamento de nefropatia do refluxo, ***há de ser reconhecida a legitimação do Ministério Público, a fim de garantir a tutela dos direitos individuais indisponíveis à saúde e à vida.*** *Recurso especial provido, para reconhecer a legitimidade do Ministério Público, determinando-se que a ação prossiga para, após instrução regular, ser o mérito julgado. (* REsp 688052 / RS, Ministro HUMBERTO MARTINS, DJ 17.08.2006).

PROCESSO CIVIL. ***LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA AJUIZAR AÇÃO CIVIL PÚBLICA VISANDO AO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO A PESSOA IDOSA.*** *OBRIGAÇÕES DE FAZER E ENTREGAR COISA. COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. CABIMENTO, INCLUSIVE CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.*
1. ***O Ministério Público possui legitimidade para defesa dos direitos individuais indisponíveis, mesmo quando a ação vise à tutela de pessoa individualmente considerada.***
2. O artigo 127 da Constituição, que atribui ao Ministério Público a incumbência de defender interesses individuais indisponíveis, contém norma auto-aplicável, inclusive no que se refere à legitimação para atuar em juízo.
3. ***Tem natureza de interesse indisponível a tutela jurisdicional do direito à vida e à saúde de que tratam os arts. 5º, caput e 196 da Constituição, em favor de pessoa idosa que precisa fazer uso contínuo de medicamento. A legitimidade ativa, portanto, se afirma, não por se tratar de tutela de direitos individuais homogêneos, mas sim por se tratar de interesses individuais indisponíveis.***
4. É cabível, mesmo contra a Fazenda Pública, a cominação de multa diária (astreintes) como meio executivo para cumprimento de obrigação de fazer (fungível ou infungível) ou entregar coisa. Precedentes.
*5. Recurso especial a que se nega provimento. (*REsp 822712 / RS, Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ 17.04.2006).

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO A PESSOA CARENTE. LEGITIMIDADE ATIVA RECONHECIDA. ARTIGO 25, IV, "A", DA LEI 8.625/93. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.
1. Em exame recurso especial interposto pelo Ministério Público com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional contra acórdãos assim ementados:
"AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. MINISTÉRIO PÚBLICO. ILEGITIMIDADE. Direito individual cuja legitimidade ativa compete àquele que se diz necessitado. Nos termos da lei processual 'ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei' (art. 6º do Cód. de Proc. Civil). Definidas em lei, de forma taxativa, as finalidades da ação civil pública, não pode o Ministério Público pretender por meio desta medida judicial, outro objeto. Processo principal extinto sem apreciação do mérito. Agravo de instrumento prejudicado." "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Inexistência de omissão a justificar a interposição do recurso (art. 535, incs. I e II do Cód. de Proc. Civil). Prequestionamento desnecessário. Recurso que objetiva a modificação do julgado. Impropriedade. Embargos rejeitados."
2. Sustenta-se violação do artigo 25, IV, "a", da Lei 8625/93 argumentando-se que:
"A função ministerial - a legitimidade do parquet - somente estará se o interesse estiver sob a disponibilidade de seu titular. E tal não ocorre com o direito à saúde, que é objeto de proteção constitucional, afigurando-se direito indisponível. E, como tal, possível de ser tutelado pelo Ministério Público, ainda que o parquet esteja tutelando o interesse de uma única pessoa, que é o caso dos autos.
Ademais, negar legitimidade ao parquet no caso concreto, além de negar o próprio direito constitucional, é negar o desenvolvimento do direito processual vigente à pessoa humana."
3. ***Constitui função institucional e nobre do Ministério Público buscar a entrega da prestação jurisdicional para obrigar o Estado a fornecer medicamento essencial à saúde de pessoa pobre especialmente quando sofre de doença grave que se não for tratada poderá causar, prematuramente, a sua morte. Legitimidade ativa do Ministério Público para propor ação civil pública em defesa de direito indisponível, como é o direito à saúde, em benefício do hipossuficiente.***
*4. Recurso especial provido para, reconhecendo a legitimidade do Ministério Público para a presente ação, determinar o reenvio dos autos ao juízo recorrido para que este se pronuncie quanto ao mérito. (*REsp 819010 / SP, Ministro JOSÉ DELGADO, DJ 02.05.2006).

A despeito do posicionamento exarado nos julgados acima, tenho que, à luz da dicção final do art. 127 da Carta Maior, legitimado está o *Parquet*, a demandar em prol de interesses indisponíveis como o que ora se afigura. Resta assim redigido o referido dispositivo:

"Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, ***incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.****"*

Sob esse enfoque, a Carta Federal outorgou ao Ministério Público a incumbência de promover a defesa dos interesses individuais indisponíveis, podendo, para tanto, exercer outras atribuições previstas em lei, desde que compatível com sua finalidade institucional (CF/1988, arts. 127 e 129).

O direito à saúde insculpido na Constituição Federal é direito indisponível, em função do bem comum, maior a proteger, derivado da própria força impositiva dos preceitos de ordem pública que regulam a matéria.
Outrossim, a Lei n.º 8.069/90 no art. 7.º, 200 e 201, consubstanciam a autorização legal a que se refere o art. 6.º do CPC, configurando a legalidade da legitimação extraordinária cognominada por Chiovenda como "substituição processual", senão vejamos:

"Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência."

"Art. 200. As funções do Ministério Público previstas nesta Lei serão exercidas nos termos da respectiva lei orgânica."
"Art. 201. Compete ao Ministério Público:
***(...) V - promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência**, inclusive os definidos no art. 220, § 3º inciso II, da Constituição Federal;"*

Ex positis, com fulcro no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **nego seguimento** ao presente recurso especial.
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2062)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 843.904 - SP (2006/0267053-4)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: BETTAMIO VIVONE ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
ADVOGADO	: RICARDO ALEXANDRE HIDALGO PACE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ROSA METTIFOGO E OUTRO(S)

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. COFINS. SOCIEDADES CIVIS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS. ISENÇÃO. LC N.º 70/91. REVOGAÇÃO. ART. 56 DA LEI N.º 9.430/96. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE DECIDIU A CONTROVÉRSIA À LUZ DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO COLENDO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA.

1. Fundando-se o Acórdão recorrido em interpretação de matéria eminentemente constitucional, descabe a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional (Precedentes: **AgRg na MC n.º 9.757/SP**, Segunda Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJU de 22/03/2006; **REsp n.º 597.518/RS**, Segunda Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJU de 01/07/2005; **AgRg no AG n.º 570.913/PR**, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJU de 21/03/2005; e **AgRg no AG n.º 569.025/RS**, Primeira Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJU de 31/05/2004)
2. Ressalva do entendimento do Relator, em observância ao novel posicionamento do STF, intérprete maior do texto constitucional, que no julgamento da ADC n.º 01/DF, assentou que a LC n.º 70/91 possui *status* de lei ordinária, posto não se enquadrar na previsão do art. 154, inciso I, da Constituição Federal.
3. Segundo o princípio da *lex posterius derrogat priori*, consagrado no art. 2.º, § 1.º, da LICC, não padece de ilegalidade a revogação da isenção prevista no art. 6.º, II, da LC n.º 70, promovida pelo art. 56 da Lei 9.430/96, porquanto este ato normativo possui o mesmo grau hierárquico da LC n.º 70/91.
4. Não obstante, em respeito à função uniformizadora desta E. Corte, acompanho o posicionamento das Turmas de Direito Público, ressalvado o meu entendimento no sentido de que os Tribunais infraconstitucionais devem curvar-se ao C. STF, por força do art. 102, § 2.º, da Carta Magna, o qual impõe efeito vinculante às decisões definitivas de mérito proferidas em sede de Ação Declaratória de Constitucionalidade.
5. Inexiste ofensa ao art. 535 do CPC, quando o Tribunal de origem, embora sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.
6. Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

Vistos.
Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto por BETTAMIO VIVONE ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C, com fulcro no art. 544 do CPC, contra decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto, sob fundamento de a questão atinente à isenção da COFINS, prevista no art. 6º, II, da LC 70/91, restou pacificada pelo E. STJ no mesmo sentido do acórdão recorrido.

O acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região decidiu pela manutenção da isenção da COFINS às sociedades civis prestadoras de serviços, ante à impossibilidade de isenção concedida por meio de Lei Complementar ser revogada por lei ordinária.

Em sua irresignação especial, apontou a ora agravante violação aos arts. 535, do CPC, 6º, II, da LC 70/91, 56 da Lei 9.430/96, e 110, do CTN, sustentando, em síntese, que a isenção conferida pela LC nº 70/91 às sociedades civis prestadoras de serviço foi revogada pela Lei 9430/96, além de indicar dissídio jurisprudencial.

É o relatório, decido.

Com efeito, a violação do art. 535 do CPC, não restou configurada, uma vez que o Tribunal de origem, embora sucintamente, pronunciou-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos. Saliente-se, ademais, que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, como de fato ocorreu na hipótese dos autos. Neste sentido, os seguintes precedentes da Corte:

"*AÇÃO DE DEPÓSITO. BENS FUNGÍVEIS. ARMAZÉM GERAL. GUARDA E CONSERVAÇÃO. ADMISSIBILIDADE DA AÇÃO. PRISÃO CIVIL. CABIMENTO. ORIENTAÇÃO DA TURMA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROCESSO EXTINTO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. APLICAÇÃO DO § 4º DO ART. 20, CPC. EQÜIDADE. RECURSO DO BANCO PROVIDO. RECURSO DO RÉU DESACOLHIDO.*
(...)
III - Não padece de fundamentação o acórdão que examina suficientemente todos os pontos suscitados pela parte interessada em seu recurso. E não viola o art. 535-II o aresto que rejeita os embargos de declaração quando a matéria tida como omissa já foi objeto de exame no acórdão embargado.
(...)" (REsp 396.699/RS, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ 15/04/2002)

"*PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO UNA DE RELATOR. ART. 557, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INTELIGÊNCIA A SUA APLICAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. MATÉRIA DE CUNHO CONSTITUCIONAL EXAMINADA NO TRIBUNAL "A QUO".*
(...)
3. Fundamentos, nos quais se suporta a decisão impugnada, apresentam-se claros e nítidos. Não dão lugar, portanto, a obscuridades, dúvidas ou contradições. O não acatamento das argumentações contidas no recurso não implica em cerceamento de defesa, posto que ao julgador cabe apreciar a questão de acordo com
o que ele entender atinente à lide.
4. Não está obrigado o Juiz a julgar a questão posta a seu exame conforme o pleiteado pelas partes, mas, sim com o seu livre convencimento, utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável
ao caso.
(...)
9. Agravo regimental não provido." (AGA 420.383, Rel. Min. José Delgado, DJ 29/04/2002)

"*PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 464, II, DO CPC. INOCORRÊNCIA. APELAÇÃO. DECISÃO POR MAIORIA. RECURSO ESPECIAL.*
I - Os embargos de declaração possuem finalidade determinada pelo artigo 535, do CPC, e, exepcionalmente, podem conferir efeito modificativo ao julgado. Admite-se também embargos para o fim de prequestionamento (Súmula 98-STJ). Exigir que o Tribunal a quo se pronuncie sobre todos os argumentos levantados pela parte implicaria rediscussão da matéria julgada, o que não se coaduna com o fim dos embargos. Assim, não há que se falar em omissão quanto ao decisum vergastado, uma vez que, ainda que de forma sucinta, fundamentou e decidiu as questões. O Poder Judiciário, para expressar sua convicção, não precisa se pronunciar sobre todos os argumentos suscitados pelas partes.
(...)
Recurso especial não conhecido." (Resp 385.173, Rel. Min. Felix Fischer, DJ 29/04/2002)
Quanto ao mérito, no que pertine a isenção conferida pela LC nº 70/91, às sociedades civis prestadoras de serviço tenho que carece razão à agravante. Isto porque, conforme se depreende dos autos, o v. acórdão ora impugnado tratou da matéria de fundo embasando-se em fundamentos de natureza eminentemente constitucional.
Vale ressaltar, assim, que este Superior Tribunal de Justiça, em reiterados julgados, vem decidindo no sentido de que quando o acórdão recorrido decide com base em interpretação eminentemente constitucional, a via especial não pode ser aberta, posto que estar-se-ia usurpando competência declinada pela Carta Maior ao Colendo Supremo Tribunal Federal, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional. Neste sentido, vale conferir recentes precedentes, abaixo colacionados, *in verbis*:

"PROCESSO CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - MEDIDA CAUTELAR PARA DAR EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO ESPECIAL.
1. A tese jurídica em torno da infringência ao princípio da hierarquia das leis, quando há confronto entre a lei complementar e a lei ordinária, no âmbito do STJ, pacificou-se a partir do entendimento do STF, de que se tratava de tese jurídica de natureza constitucional, mesmo quando firmada com base no art. 110 do CTN.
2. A partir do alinhamento da tese, os recursos especiais que discutem a questão jurídica passaram a não ser conhecidos.
3. A posição da Segunda Turma, já sedimentada e unânime, desautoriza a preservação do especial em pendência, via cautelar, à mingua de fumus boni iuris.
4. Agravo regimental improcedente." (AgRg na MC n.º 9.757/SP, Segunda Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJU de 22/03/2006)

"TRIBUTÁRIO. COFINS. ISENÇÃO. ARESTO RECORRIDO. ENFOQUE EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. COMPENSAÇÃO. LEI Nº 10.637. IRRETROATIVIDADE. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. ISENÇÃO. SÚMULA Nº 276/STJ. SÚMULA Nº 83/STJ.
1. No que se refere à revogação da isenção contida na LC nº 70/91, verifica-se que o acórdão impugnado perfilhou tese assentada em matéria eminentemente constitucional, de competência do STF e, portanto, fora do âmbito de apreciação do recurso especial.
(...) *4. Recurso especial de Cardionuclear Cardiologia Nuclear S/C Ltda e Fazenda Nacional não conhecidos."* (REsp n.º 597.518/RS, Segunda Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJU de 01/07/2005)

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SOCIEDADES COOPERATIVAS. PIS E COFINS. ISENÇÃO. REVOGAÇÃO. MP 1.858-6/99 E REEDIÇÕES. ACÓRDÃO DECIDIDO POR FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL.
1. A controvérsia em torno da cobrança do PIS e da COFINS, em face das sociedades cooperativas, foi decidida por fundamentos de natureza eminentemente constitucional, o que a torna insuscetível de exame na via do recurso especial.
2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no AG n.º 570.913/PR, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJU de 21/03/2005)

"TRIBUTÁRIO E CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PIS E COFINS. LEI Nº 9.718/98. COOPERATIVAS. ISENÇÃO. ART. 6º DA LC Nº 70/91. REVOGAÇÃO. MP 1.858-6/99 E REEDIÇÕES. ACÓRDÃO RECORRIDO CENTRADO EM FUNDAMENTO DE ÍNDOLE EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO PELA VIA ELEITA DO ESPECIAL.
Nega-se provimento ao agravo regimental, em face das razões que sustentam a decisão recorrida, sendo certo que ***o acórdão recorrido, ao apreciar a questão acerca da inconstitucionalidade de dispositivos da Lei nº 9.718/98 e da MP nº 1.858/99, cingiu-se à interpretação de regramentos e princípios constitucionais, afastando, ipso facto, a apreciação da questão pelo colendo Superior Tribunal de Justiça, porquanto, na hipótese, faz-se obrigatória a remessa da matéria ao STF, por meio de recurso extraordinário.****"* (AgRg no AG n.º 569.025/RS, Primeira Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJU de 31/05/2004)

De toda sorte, ressalvo o meu ponto de vista em observância ao posicionamento do STF, intérprete maior do texto constitucional, que, no julgamento da ADC n.º 01/DF, assentou que a LC n.º 70/91 possui *status* de lei ordinária, posto não se enquadrar na previsão do art. 154, inciso I, da Constituição Federal.
Destaque-se trecho do referido voto proferido pelo relator da Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 01/DF, o e. Ministro Moreira Alves:

"(...)Em síntese, como salientou o Ministro Carlos Velloso, na qualidade de relator do RE 138.284, quando esta Corte reiterou o entendimento já expedido por ocasião do julgamento do RE 146.733,
'O que importa perquirir não é o fato de a União arrecadar a contribuição, mas se o produto da arrecadação é destinado ao financiamento da seguridade social (CF, art. 195, I).'
E, em se tratando da contribuição social instituída pela Lei Complementar n. 70/91, ele o é, como dispõe seu artigo 1º.
De outra parte, sendo a COFINS contribuição social instituída com base no inciso I do artigo 195 da Constituição Federal, e tendo ela natureza tributária diversa da do imposto, as alegações de que ela fere o princípio constitucional da não-cumulatividade dos impostos da União e resulta em bitributação por incidir sobre a mesma base de cálculo do PIS/PASEP só teriam sentido se se tratasse de contribuição social nova, não enquadrável no inciso I do artigo 195, hipótese em que se aplicaria o disposto no § 4º desse mesmo artigo 195 ('A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I'), que determina a observância do inciso I do artigo 154 que estabelece que a União poderá instituir 'I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição'.
Sucede, porém, que a contribuição social em causa, incidente sobre o faturamento dos empregadores, é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 195 da Carta Magna, não se podendo pretender, portanto, que a Lei Complementar n.º 70/91 tenha criado outra fonte de renda destinada a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social.
Por isso mesmo, essa contribuição poderia ser instituída por Lei ordinária. A circunstância de ter sido instituída por lei formalmente complementar - a Lei Complementar n.º 70/91 - não lhe dá, evidentemente, a natureza de contribuição social nova, a que se aplicaria o disposto no §4º do artigo 195 da Constituição, porquanto essa lei, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída - que são o objeto desta ação -, é materialmente ordinária, por não tratar, nesse particular, de matéria reservada, por texto expresso da Constituição, à lei complementar. A jurisprudência desta Corte, sob o império da Emenda Constitucional n.º 1/69 - e a Constituição atual não alterou esse sistema -, se firmou

no sentido de que só se exige lei complementar para as matérias para cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária.(...)"
Como de sabença, as contribuições sociais elencadas no art. 195, incisos I e II, da Carta Magna, de acordo com o *caput*, do mesmo dispositivo, podem ser criadas por meio de lei ordinária enquanto que, consoante o § 4.º do mesmo comando normativo, a lei que institua outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social deve ostentar caráter complementar, observada a competência residual da União, prevista no art. 154, inciso I, da Constituição Federal.
Roque Antônio Carrazza, *in* "Curso de Direito Constitucional Tributário", Malheiros, 17.ª ed, p. 214-215, leciona sobre o tema:

"(...)Por outro lado, é da essência de nosso regime republicano que as pessoas só devem pagar os tributos em cuja cobrança consentirem. Tal consentimento há que ser dado, por meio de lei ordinária, pelo Poder Legislativo, com este fito reunido, conforme a Constituição.
Inexiste o dever de pagar tributo que não tenha brotado de lei ordinária, já que somente por causa dela é que ele nasce e é exigível.
Não é por outro motivo que se tem sustentado que em nosso ordenamento jurídico vige, mais do que o princípio da legalidade tributária, o princípio da estrita legalidade. Aliás, hoje mais do que nunca, como logo veremos, juristas de tomo têm feito empenho no sentido de que os tributos só podem ser criados ou aumentados por meio de lei ordinária, exceção feita aos empréstimos compulsórios, aos impostos residuais da União e às contribuições sociais previstas no § 4º do art. 195 da CF, que demandam lei complementar para serem validamente instituídos.
Para afugentarmos, desde já, possíveis dúvidas, é bom dizermos que criar um tributo é descrever abstratamente sua hipótese de incidência, seu sujeito ativo, seu sujeito passivo, sua base de cálculo e sua alíquota. Em suma: é editar, pormenorizadamente, a norma jurídica tributária. Esta norma, por injunção do princípio da legalidade, repitamos, deve ser, no mais das vezes, veiculada por meio de lei ordinária (só as normas jurídicas dos empréstimos compulsórios, dos impostos da competência residual da União e das novas contribuições sociais, a que alude o art. 195, § 4º, da CF, devem ser veiculadas por intermédio de lei complementar).(...)"

Em conseqüência, se a lei complementar n.º 70/91 foi recepcionada com *status* materialmente ordinário, segundo o princípio da *lex posterius derogat priori*, consagrado no art. 2.º, § 1.º, da LICC, não foram violados os dispositivos legais mencionados pela parte recorrente, porquanto aquele ato normativo possui o mesmo grau hierárquico da Lei n.º 9.430/96.
Ressalte-se, por oportuno, que referida conclusão não se deve à interpretação de matéria de índole constitucional. Ao revés, tem por base a decisão do Supremo Tribunal Federal, da qual dessume-se a necessária aplicação de norma supra legal, da Lei de Introdução ao Código Civil, que regula a eficácia da lei no tempo, superada a prejudicial quanto ao tema da hierarquia legal.
Não obstante, em respeito à função uniformizadora desta E. Corte, acompanho o posicionamento das Turmas de Direito Público, ressalvado o meu entendimento no sentido de que os Tribunais infraconstitucionais devem curvar-se ao C. STF, por força do art. 102, § 2.º, da Carta Magna, o qual impõe efeito vinculante às decisões definitivas de mérito proferidas em sede de Ação Declaratória de Constitucionalidade.

Ex positis, e com respaldo no art. 34, VII, do RISTJ, **NEGO PROVIMENTO** ao Agravo de Instrumento.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2063)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 844.111 - MG (2006/0270580-8)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: FRANCISCO DE ASSIS VASCONCELOS BARROS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: METALGRÁFICA CHAPADÃO LTDA
ADVOGADO	: GUILHERME HENRIQUE BAETA DA COSTA E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 544 DO CPC. CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA. PRESUNÇÃO DE LIQUIDEZ E CERTEZA. DESCONSTITUIÇÃO.
1. É admissível o provimento do agravo de instrumento para melhor exame da admissão do recurso especial, ao nuto do Relator.
2. Agravo de instrumento provido, determinando-se a subida do recurso especial.
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo ESTADO DE MINAS GERAIS, com fulcro no art. 544 do Código de Processo Civil, no intuito de ver reformada a r. decisão, que inadmitiu seu recurso especial sob os seguintes fundamentos: *a) não assiste razão ao recorrente no que tange à violação ao art. 535, do CPC; b) a pretensão da recorrente importa análise fático-probatória.*
A agravante interpôs Recurso especial sustentando, em síntese, que a desconstituição da liquidez e certeza da dívida ativa não ocorreu nos termos previstos em lei, violando, assim, os arts. 131, 333, 334, IV e 535, todos do CPC, bem como os arts. 3º, § 1º, da LEF; art. 11, § 3º, da LC 87/96; arts. 142, 148, 204, § único, todos do CTN.
Foram apresentadas contra razões ao apelo extremo, bem como contraminuta ao presente agravo.
Brevemente relatados, decido.
Ex positis, DOU PROVIMENTO ao presente agravo de instrumento, determinando a subida do recurso especial, para melhor exame.
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2064)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 844.775 - RS (2006/0276069-5)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: EXPRESSO JAVALI S/A
ADVOGADO	: JÚLIO CÉSAR RUZZARIN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. LITISPENDÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. MULTA. SALÁRIO-EDUCAÇÃO. TAXA SELIC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 544 DO CPC. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO INFRACONSTITUCIONAL VIOLADO. SÚMULA 284 DO STF.
1. A ausência de indicação da lei federal violada revela a deficiência das razões do Recurso Especial, fazendo incidir a Súmula 284 do STF: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*"
2. Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por EXPRESSO JAVALI S/A, com fulcro no art. 544, do CPC, contra r. decisão que não admitiu seu recurso especial, sob o fundamento de que o acórdão recorrido firmou entendimento no mesmo sentido da jurisprudência desta E. Corte.
O recurso especial foi interposto em face do acórdão prolatado pelo Tribunal Regional da 4ª Região, assim ementado:

EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. LITISPENDÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. MULTA. SALÁRIO-EDUCAÇÃO. SELIC.
O mero ajuizamento de ação em que se discute a constitucionalidade da exação não tem o condão de impedir a cobrança do crédito tributário mediante ação de execução fiscal.
Não se verifica a ocorrência de litispendência entre mandado de segurança e execução fiscal, já que nesta não será proferida sentença de mérito.
Igualmente, não ocorre litispendência entre o mandado de segurança e os embargos à execução, pois é diversa a causa de pedir.
A multa é devida em razão do descumprimento da obrigação por parte do contribuinte, nos estritos percentuais da lei de regência, à época da exação, não havendo falar em confisco.
A constitucionalidade do salário-educação restou sumulada pelo STF. Súmula 732.
É legítima a incidência da taxa de juros diversa daquela estabelecida no parágrafo 1º, do artigo 161 do CTN, desde que fixada em lei. Logo aplicável a SELIC sobre o débito exeqüendo, já que tal índice está previsto na Lei nº 9.065, de 1995. Não há falar em capitalização dos juros mês a mês na SELIC a constituir anatocismo, pois a forma de acumulação da SELIC se dá mediante o somatório dos percentuais mensais, e não pela multiplicação dessas taxas de forma a caracterizar caso de anatocismo, vedado em lei (art. 167, parágrafo único, do CTN).

É o relatório.
Não merece prosperar a pretensão recursal, porquanto, a ora Agravante, nas razões do Especial, não indicou artigos de lei federal que considerasse violados, restando, assim, deficiente a fundamentação do referido apelo, incidindo, na hipótese, a Súmula 284 do Pretório Excelso: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*" É o entendimento uníssono do Superior Tribunal de Justiça:
"*PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL - DISPOSIÇÕES DE NATUREZA CONSTITUCIONAL - RECURSO EXTRAORDINÁRIO NÃO INTERPOSTO - FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO - SEGUIMENTO DO RECURSO OBSTADO - SUBSISTÊNCIA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO IMPUGNADA - IMPROVIMENTO. (...)*
Incabível o recurso especial pelo fundamento da alínea "a" do permissivo constitucional, se o recorrente não indicou, com precisão e clareza, nem tampouco demonstrou quais e de que forma teriam sido violados os dispositivos de lei federal (Súmula nº 284 do STF).
(...)
Agravo improvido."
(AGRESP 329.609/RS, Rel. Min. Garcia Vieira, DJ 19/11/2001)

"*PROCESSUAL CIVIL. REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DE LEI FEDERAL TIDOS COMO VIOLADOS - SÚMULA 284/STF. DIREITO LÍQUIDO E CERTO - REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICA-PROBATÓRIA - SÚMULA 7/STJ.*
1. Não se conhece Recurso Especial com fundamento em alegação genérica de lei federal, sendo imprescindível que se indique os dispositivos de lei que foram violados. Incidência, no caso, da Súmula 284 do STF.
(...)
3. Regimental não provido."
(AGA 352.565/GO, Rel. Min. Edson Vidigal, DJ 13/08/2001)

"*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULAS 282 E 284 DO STF.*
(...)
Inadmissível o recurso, se a fundamentação das razões recursais entremostram-se deficientes, dificultando a compreensão da controvérsia. A agravante não particularizou quais artigos do Decreto-lei n.º 4.657/42 que reputa violados e a alegada violação ao art. 535, do CPC, carece de fundamentação. Incidência da Súmula 284 do STF. Agravo regimental improvido. Decisão unânime."
(AGA 251.235/SP, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ 27/03/2000).

Ex positis, NEGO PROVIMENTO ao presente Agravo de Instrumento.
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2065)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 844.938 - MS (2006/0275716-5)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE
PROCURADOR	: ADRIANNE CRISTINA COELHO LOBO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSÉ BORGES DE BARROS
ADVOGADO	: PRISCILLA OCÁRIZ DE BARROS

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. NULIDADE. CDA. INOBSERVÂNCIA DE PROCEDIMENTO EXIGIDO NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL. MATÉRIA DE LEI LOCAL. ÓBICE. SÚMULA 280/STF. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356/STF. SÚMULA 07/STJ
1. *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada na decisão recorrida, a questão federal suscitada."* (Súmula 282/STF)
2. *"O ponto omisso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento."* (Súmula 356/STJ)
3. Decidida a controvérsia com base em lei local (Código Tributário Municipal), revela-se incabível a via recursal extraordinária para rediscussão da matéria ante a incidência da Súmula 280/STF, *verbis: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário"*.
4. O recurso especial não é servil ao exame de questões que demandam o revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, em face do óbice contido na Súmula 07/STJ: *"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"*.
5. Agravo de instrumento desprovido.

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, com fulcro no art. 544, do CPC, em face da r. decisão que inadmitiu o seu recurso especial, sob o fundamento de que a análise das pretensões do recorrente demandaria análise de matéria local. Incidência da súmula 280/STF.
O acórdão recorrido restou fundamentado nos seguintes termos:

"Apelação cível. exceção de pré-executividade à execução fiscal. Preliminar. Intempestividade. Não-ocorrência. Intimação deverá ser feita pessoalmente ao representante da Fazenda Pública. Previsão contida no art. 25, da Lei n.º 6.830/80. Mérito. Inobservância à faze de cobrança amigável. Violação ao artigo 71 do Código Tributário Municipal. Inexigibilidade do título executivo. Sentença Mantida. Recurso improvido".

Em seu apelo nobre, aponta a recorrente violação aos arts. 333, II e 334, I e III, do CPC, bem como ao art. 204, do CTN. Aduz, em síntese, que a CDA é dotada de presunção de legitimidade e certeza. Assim, incumbe a parte contrária provar que o fisco não realizou a cobrança amigável.
Brevemente relatados, decido.
O recurso não merece ser admitido.
Prima facie, verifica-se que a presente irresignação recursal não se revela merecedora de conhecimento no que pertine a alegada ofensa aos arts. 333, II e 334, I e III, do CPC, bem como ao art. 204, do CTN. Colhe-se do inteiro teor do aresto ora impugnado que os referidos dispositivos legais não foram sequer implicitamente prequestionados, pelo que revela-se intransponível o óbice ao conhecimento, neste particular, do presente apelo nobre.

É entendimento pacífico nesta Corte Superior que quando a matéria controvertida não foi apreciada pela instância originária, ainda que tenha surgido no próprio acórdão recorrido, obsta-se o conhecimento do apelo extremo.
Nesses casos imperioso que a recorrente opusesse embargos de declaração para que o tribunal *a quo* se pronunciasse sobre os dispositivos infraconstitucionais tidos por afrontados, e acaso não suprida a omissão, ingressasse com recurso especial apontando violação ao art. 535, do CPC.
Entretanto, depreende-se da análise dos autos que, não manejou a agravante os imprescindíveis embargos de declaração. Tem-se, inarredavelmente, a aplicação do disposto nas súmulas n.º 282 e 356 do STF, que têm o seguinte teor:

"282 - É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

356 - O ponto omisso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento."

Este é o posicionamento deste Superior Tribunal de Justiça, que se extrai dos seguintes julgados:

"TRABALHISTA E PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO REGIONAL. NULIDADE INEXISTENTE. AÇÃO RECLAMATÓRIA. DESPEDIDA INDIRETA NÃO CARACTERIZADA. PENA DE SUSPENSÃO APLICADA AO EMPREGADO. ANULAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. MATÉRIA DE PROVA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS NS. 282 E 356-STF, 7-STJ.
I. O prequestionamento das questões federais, ainda que surgidas no próprio acórdão recorrido, constitui pressuposto indispensável à admissibilidade do recurso especial, ao teor das Súmulas ns. 282 e 356 do C. STF, situação que alcança a pretensão de ser declarada a nulidade do acórdão estadual, sob todos os aspectos invocados pela parte.
(...) III. Recurso especial do reclamado e recurso especial adesivo do reclamante não conhecidos." (REsp n.º 33.778/RJ, Quarta Turma, Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, DJ de 01/07/2004).

"ADMINISTRATIVO. JUÍZES DO TRIBUNAL MARÍTIMO. REPRESENTAÇÃO MENSAL. LEI 8.216/91. SUPRESSÃO DO PAGAMENTO. RESTABELECIMENTO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. JULGAMENTO ULTRA PETITA. QUESTÃO SURGIDA NO PRÓPRIO ACÓRDÃO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ART. 255 DO RISTJ.
I - Não se conhece do recurso especial, por ausência de prequestionamento, no tópico referente à nulidade por julgamento ultra petita, tendo em vista que, mesmo em se tratando de questão surgida no próprio acórdão recorrido, deveria a parte provocar a sua apreciação pelo tribunal de origem opondo embargos declaratórios (Súmulas 282 e 356/STF). Precedentes.
(...)Recurso não conhecido." (REsp n.º 511.014/RJ, Quinta Turma, Rel. Min. Félix Fischer, DJ de 04/08/2003)

Ressalte-se, outrossim, que o acolhimento da pretensão da recorrente demanda a análise de matéria de lei local, uma vez que o Tribunal *a quo* decidiu pela nulidade da CDA, sob o fundamento de que a municipalidade não cumpriu procedimento exigido pela legislação tributário municipal.
Com efeito, restou assentado no acórdão recorrido que:

"No caso vertente, com a interposição da exceção de pré-executividade, revelou-se imperiosa a extinção do procedimento executório, em face da demonstração de que não houve a comprovação por parte do apelante da cobrança amigável do crédito.
(...)
"No caso vertente, resta ilustrada uma inadimissível violação à regra contida no parágrafo único, do art. 71, do Código Tributário Municipal que estabelece:
"Dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação da relação, será feita a cobrança amigável da dívida ativa, depois do que a Prefeitura encaminhará para cobrança judicial a medida que foram sendo extraídas as certidões relativas aos débitos".
(...)
Havendo o legislador municipal instituído a necessidade de uma fase intermediária entre o lançamento do crédito na dívida ativa e a sua cobrança via executiva, o descumprimento de tal imposição torna nulas as certidões da dívida ativa, tendo em vista que estas somente poderiam ter sido extraídas após cobrança amigável.
(...)
Ademais, se existe norma prevendo a 'cobrança amigável', cabe à administração cumpri-la até que haja mudanças na legislação, e não simplesmente alegar que é ilegal e inconstitucional (fls. 10/12).

Finalmente, infirmar as conclusões do Tribunal *a quo* acerca da liquidez e certeza da CDA importa sindicar matéria fático-probatória, vedada nesta via especial ante o óbice da súmula 07/STJ.

Ex positis, NEGO PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2066)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 845.539 - RS (2006/0276411-9)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: BERERICE FERREIRA LAMB E OUTRO(S)
AGRAVADO	: METARLURGICA PETER LTDA
ADVOGADO	: HENRIQUE GOMES BOABAID

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 544, § 1.º, DO CPC. TRIBUTOS DECLARADOS EM DCTF. DÉBITO DECLARADO E NÃO PAGO. AUTO-LANÇAMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO.
1. Lavrada a declaração de reconhecimento do débito, via DCTF, constituindo o crédito tributário, remanesce ao Fisco o prazo quinquenal para a propositura da ação de exigibilidade da exação reconhecida.
2. Deveras, o fato de a declaração de débito provir do contribuinte não significa preclusão administrativa para o Fisco impugnar o *quantum* desconhecido. Isto porque impõe-se distinguir a possibilidade de execução imediata pelo reconhecimento da legalidade do crédito com a situação de o Fisco concordar (homologar) a declaração unilateral do particular, prestada.
3. A única declaração unilateral constitutiva *ipso jure* do crédito tributário é a do Fisco, por força do lançamento compulsório (art. 142 do CTN que assim dispõe: *"Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível"*.
4. Prestando o contribuinte informação acerca da efetiva existência do débito, dispõe o Fisco do prazo para realizar o eventual lançamento suplementar, acaso existente saldo, prazo este decadencial, porquanto constitutivo da dívida.
5. Findo este prazo, para o qual a Fazenda dispõe de cinco anos, inaugura-se o lapso de prescrição para o ajuizamento do respectivo executivo fiscal, visando a cobrança do montante não declarado e objeto de lançamento suplementar, que também obedece ao quinquênio.
6. Assim é porque decorrido o prazo de cinco anos da data da declaração, e não havendo qualquer lançamento de ofício, considera-se que houve aquiescência tácita do Fisco com relação ao montante declarado pelo contribuinte. Conquanto disponha o Fisco de um quinquênio para efetuar lançamento do débito não declarado, somente conta com cinco anos da data da declaração para cobrar judicialmente o débito declarado em DCTF.
7. Relativamente ao valor declarado, a própria declaração de débito efetivada pelo contribuinte constitui o crédito tributário, prescindindo de ato de lançamento. Assim, podendo desde logo ser objeto de execução fiscal, tem-se que, nesta hipótese, não há se falar em decadência, porquanto já constituído o crédito, mas tão-somente em prescrição para o ajuizamento da ação executiva.
8. Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela FAZENDA NACIONAL, contra decisão, que negou seguimento ao seu recurso especial sob o fundamento de que o acórdão recorrido encontra-se em conformidade com a jurisprudência desta Corte.
O acórdão recorrido ostenta a seguinte ementa (fl. 104):

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PRAZO PRESCRICIONAL. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO POR MEIO DE DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. ARTIGO 174 DO CTN. SUMULA 106 DO STJ.
1. Em se tratando de débitos confessados pelo próprio contribuinte, por meio de obrigação acessória tendente a esse fim (DCTF, GFIP, declaração de rendimentos, ect.), dispensa-se a figura do ato formal de lançamento. Considerando que o crédito declarado pelo contribuinte pode ser exigido judicialmente desde já, não há que se falar em decadência e sim em prescrição.
2. O prazo prescricional de cinco anos para a ação de cobrança do crédito tributário (artigo 174, do CTN) a partir da data de entrega da declaração pelo contribuinte.
3. Prejudicada a análise de eventual aplicação da Sumula 106, do STJ, quando, na propositura do feito executivo, o crédito já estava prescrito.
4. Honorários fixados em 10% sobre o valor do débito executado.
5. Apelação provida.
Irresignada com o teor do v. acórdão prolatado, a ora agravante interpôs recurso especial, com fulcro no art. 105, alínea "a", da Carta Maior, sustentando violação aos arts. 150, § 4º; 173, I; e 174 do CTN. Alega, em síntese, que a entrega da DCTF não constitui o crédito definitivamente, o que ocorre apenas com a homologação tácita após cinco anos da sua apresentação, razão pela qual não teria ocorrido a prescrição.
É o relatório. Decido.
Não assiste razão à agravante.
Com efeito, cinge-se a controvérsia sobre a ocorrência da decadência ou da prescrição e seu alcance sobre o crédito tributário *in foco* sujeito a lançamento por homologação.
Compulsando os autos, verifica-se que o débito objeto da presente demanda foi declarado pelo contribuinte mediante DCTF. Nestes casos, prestando o contribuinte informação acerca da efetiva existência do débito, porém não adimplindo o crédito fazendário reconhecido, dispõe o Fisco do prazo para ajuizar o executivo fiscal, prazo este prescricional.
Findo esse prazo, para o qual a Fazenda dispõe de cinco anos, não há como ser cobrado o débito declarado e não pago.
Isso, sem prejuízo de a Fazenda, discordando do montante declarado pelo contribuinte, efetivar lançamento suplementar, no prazo de cinco anos. Efetuado esse, inaugura-se o lapso prescricional para a cobrança litigiosa do montante não declarado pelo sujeito passivo.
Assim é porque decorrido o prazo de cinco anos da data da declaração, e não havendo qualquer lançamento de ofício, considera-se que houve aquiescência tácita do Fisco com relação ao montante declarado pelo contribuinte. Conquanto disponha o Fisco de um quinquênio para efetuar lançamento do débito não declarado, somente conta com cinco anos da data da declaração para cobrar judicialmente o débito declarado em DCTF.

Com efeito, a Declaração de Contribuição de Tributos Federais - DCTF está prevista no Decreto-lei nº 2.124/84.

Dispõe o artigo 5º, §§ 1º e 2º do Decreto-Lei nº 2.124, de 13 de junho de 1984:

Art 5º O Ministro da Fazenda poderá eliminar ou instituir obrigações acessórias relativas a tributos federais administrados pela Secretaria da Receita Federal.
§ 1º O documento que formalizar o cumprimento de obrigação acessória, comunicando a existência de crédito tributário, constituirá confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência do referido crédito.
§ 2º Não pago no prazo estabelecido pela legislação o crédito, corrigido monetariamente e acrescido da multa de vinte por cento e dos juros de mora devidos, poderá ser imediatamente inscrito em dívida ativa, para efeito de cobrança executiva, observado o disposto no § 2º do artigo 7º do Decreto-lei nº 2.065, de 26 de outubro de 1983.
§ 3º Sem prejuízo das penalidades aplicáveis pela inobservância da obrigação principal, o não cumprimento da obrigação acessória na forma da legislação sujeitará o infrator à multa de que tratam os §§ 2º, 3º e 4º do artigo 11 do Decreto-lei nº 1.968, de 23 de novembro de 1982, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei nº 2.065, de 26 de outubro de 1983.

Infere-se, da interpretação deste dispositivo legal, que a Autoridade Fazendária dispõe de cinco anos para efetivar lançamento suplementar, caso discorde do montante declarado pelo contribuinte. Isso porque o fato de a declaração de débito provir do contribuinte não significa preclusão administrativa para o Fisco impugnar o *quantum* desconhecido. Há que se distinguir a possibilidade de execução imediata pelo reconhecimento da legalidade do crédito com a situação de o Fisco concordar (homologar) a declaração unilateral do particular, prestada. A única declaração unilateral constitutiva *ipso jure* do crédito tributário é a do Fisco, por força do lançamento compulsório (art. 142 do CTN que assim dispõe: *"Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível"*. Escoado o prazo decadencial sem que haja qualquer atividade fiscal, inicia-se o prazo de prescrição, este para o ajuizamento da execução fiscal, cujo objeto será o montante não declarado pelo contribuinte, e objeto de lançamento suplementar. Esta ação de execução deverá lastrear-se em CDA, expedida após regular inscrição do débito em dívida ativa. Relativamente ao valor declarado, a própria declaração de débito efetivada pelo contribuinte constitui o crédito tributário, prescindindo de ato de lançamento. Assim, podendo desde logo ser objeto de execução fiscal, tem-se que, nessa hipótese, não há se falar em decadência, porquanto já constituído o crédito, mas tão-somente em prescrição para o ajuizamento da ação executiva.

Conta-se o prazo do art. 173, I, do *Codex* Tributário, esse relativo ao direito de que dispõe o Fisco para proceder à constituição do crédito não declarado, mediante eventual lançamento de ofício, somado ao prazo do art. 174 daquele diploma legal, referente ao ajuizamento da ação de execução fiscal respectiva. Ausente qualquer lançamento suplementar, restringindo-se a cobrança ao montante confessado pelo contribuinte na DCTF, a partir da entrega desta, conta-se cinco anos, prazo esse prescricional.

Ex positis, **NEGO PROVIMENTO** ao Agravo de Instrumento.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2067)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 846.441 - SC (2006/0276393-1)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: CARBONÍFERA CRICIÚMA S/A
ADVOGADO	: EDUARDO ESPINDOLA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A ELETROBRÁS
ADVOGADO	: MARIA ESTER ANTUNES KLIN E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 544 DO CPC. HONORÁRIOS. ART. 20, §§ 3º E 4º, DO CPC. VALOR IRRISÓRIO.
1. É admissível o provimento do agravo de instrumento para melhor exame da admissão do recurso especial, ao nuto do Relator.
2. Presentes no instrumento de agravo todos elementos necessários ao julgamento do mérito do apelo extremo determina-se sua conversão em recurso especial.
3. Agravo de instrumento provido, determinando-se a sua conversão em recurso especial (art. 544, § 3º, segunda parte do CPC).

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por CARBONÍFERA CRICIÚMA S/A, com fulcro no art. 544, do CPC, contra r. decisão que não admitiu seu recurso especial, sob o fundamento de que a análise das circunstâncias previstas no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC, demanda a análise de matéria fático-probatória.
O recurso especial foi interposto em face do acórdão prolatado pelo Tribunal Regional da 4ª Região, assim ementado:

PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20, § 4º, DO CPC.
1. Em execução de sentença, a verba honorária, conforme disposto no art. 20, §4º, do CPC, deve ser arbitrada segundo apreciação eqüitativa do Magistrado, valendo-se dos critérios elencados nas alíneas a, b e c do § 3º desse artigo.
2. No caso, embora possua a causa grande valor econômico, trata-se de mero ajuizamento de execução de sentença, bastando para tanto a realização dos cálculos com base no título judicial, sequer tendo havido, até o momento, a citação da executada.
3. Aplicando-se a eqüidade, entende-se que o valor fixado na decisão atacada remunera satisfatoriamente o ilustre causídico, não havendo nenhum motivo razoável a ensejar a sua reforma.
4. Agravo de instrumento improvido.

Em seu apelo nobre, aponta a recorrente violação ao art. 20, do CPC. Aduz, em síntese, que a fixação dos honorários em R$ 15.000,00 reais são irrisórios, porquanto representam menos que 0,1% sobre o valor da execução.
É o relatório.
É cediço ser admissível o provimento do agravo de instrumento para melhor exame da admissão do recurso especial, ao nuto do Relator.
Presentes no instrumento de agravo todos elementos necessários ao julgamento do mérito do apelo extremo determina-se sua conversão em recurso especial.
Ex positis, determino a CONVERSÃO do presente agravo de instrumento em recurso especial para a apreciação da 1ª Turma desta Corte, nos termos do artigo 544, § 3º, segunda parte do CPC, que assim dispõe:

"(...) poderá ainda, se o instrumento contiver elementos necessários ao julgamento do mérito, determinar sua conversão, observando-se, daí em diante, o procedimento relativo ao recurso especial."

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2068)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 846.919 - SP (2006/0279552-4)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: STOLTHAVEN SANTOS LTDA
ADVOGADO	: FABIANA HELENA LOPES DE MACEDO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE SANTOS
PROCURADOR	: FRANCISCO DE ASSIS CORREIA E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO. FIXAÇÃO SEM OBSERVAÇÃO AOS LIMITES DO § 3.º DO ART. 20 DO CPC. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 07/STJ.
1. Os honorários advocatícios, nas ações sem condenação, devem ser fixados à luz do § 4º do CPC que dispõe, *verbis: "Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior."*
2. Consectariamente, a conjugação com o § 3º, do art. 20, do CPC, é servil para a aferição eqüitativa do juiz, consoante às alíneas *a*, *b* e *c* do dispositivo legal.
3. Pretendesse a lei que se aplicasse, na hipótese, a norma do § 3º do art. 20 do CPC, não haveria razão para a *lex specialis* consubstanciada no § 4º do mesmo dispositivo.
4. Nestes termos, nas causas sem condenação, a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC. Precedentes da Corte: *(AgRg no REsp 592430, DJ de 29/11/2004; AgRg no REsp 587499, DJ de 10/05/2004; e REsp 416154, DJ de 25/02/2004)*
5. A revisão do critério adotado pela Corte de origem, por eqüidade, para a fixação dos honorários, encontra óbice na Súmula 07 do STJ. No mesmo sentido, o entendimento sumulado do Pretório Excelso: "*Salvo limite legal, a fixação de honorários de advogado, em complemento da condenação, depende das circunstâncias da causa, não dando lugar a recurso extraordinário.*" (Súmula 389 do STF).
6. Agravo de Instrumento improvido.

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por STOLTHAVEN SANTOS LTDA, com fulcro no art. 544, do CPC, no intuito de ver reformado a r. decisão que inadmitiu seu recurso especial, sob os seguintes fundamentos:*a) a questão em torno dos honorários advocatícios incide aplicação da Súmula 07 do STJ.*
O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou provimento ao recurso interposto pela ora recorrida em aresto assim ementado:

"EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. Execução fiscal. Contribuição de melhoria discutida em mandado de segurança, com liminar. Litispendência ocorrente. Exigibilidade suspensa. Exceção procedente. Sentença confirmada nesta parte. Recurso da municipalidade parcialmente provido, apenas para redução do valor dos honorários advocatícios".

O ora recorrente interpôs o apelo nobre aduzindo violação ao art. 20, §4º, do CPC. Para tanto, sustenta que o acórdão recorrido fixou os honorários de modo irrisório, no percentual de aproximadamente 0,54% do valor da causa.
Brevemente relatados, decido.
Não merecem acolhida as pretensões do recorrente, devendo permanecer íntegra a r. decisão agravada.
Trata-se, originariamente, de embargos à execução julgados procedentes para que a execução ajuizada fosse promovida com fundamento nos cálculos elaborados pelo contador judicial.
É cediço neste Sodalício que os honorários advocatícios, nas ações sem condenação, devem ser fixados à luz do § 4º, do art. 20, do CPC que assim dispõe, *verbis:*

"Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior."

Conseqüentemente, a conjugação com o § 3º é servil para a aferição eqüitativa do juiz, consoante às alíneas *a, b* e *c* do dispositivo legal.
Acaso pretendesse a lei que se aplicasse, na hipótese, a norma do § 3º do art. 20 do CPC, não haveria razão para a *lex specialis* consubstanciada no § 4º do mesmo dispositivo.
Consequentemente, nas causas sem condenação, a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado, inclusive, como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC.
Nesse sentido, os seguintes arestos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CAUSAS EM QUE É VENCIDA A FAZENDA PÚBLICA. INAPLICABILIDADE DOS LIMITES PERCENTUAIS PREVISTOS NO § 3º DO ART. 20 DO CPC.
1. Vencida a Fazenda Pública, a norma aplicável, em matéria de fixação de honorários advocatícios, é aquela prevista no art. 20, § 4º, do CPC.
2. A remissão contida no art. 20, § 4º, do CPC, relativa aos parâmetros a serem considerados na apreciação eqüitativa do juiz, refere-se às alíneas do § 3º, e não ao seu caput.
3. Inviável reapreciar, em sede de recurso especial, a fixação dos honorários advocatícios, por demandar o reexame de matéria fática (Súmula 07/STJ).
4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp n.º 592.430/MG, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJ de 29/11/2004).

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO EM VALOR DETERMINADO.
1. 'Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.' (artigo 20, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil).
2. O percentual, o valor da condenação e os limites mínimo e máximo fixados no parágrafo 3º do artigo 20 do Código de Processo Civil, como bases obrigatórias da fixação da verba honorária, não têm função no estabelecimento dos honorários advocatícios a serem pagos pela Fazenda Pública, informados que devem ser pelo grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço e a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, a teor do que dispõe o parágrafo 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil, que não impede, por óbvio, a consideração de um valor determinado, em estando o juiz a definir a natureza e a importância da causa.
3. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp n.º 587.499/DF, Sexta Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ de 10/05/2004)

"TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA O INCRA. EXTINÇÃO PELA LEI 7.787/89. LIMITES PERCENTUAIS À COMPENSAÇÃO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
1. A análise da legislação específica leva à conclusão de que o adicional de 0,2% sobre a folha de salários, destinado ao INCRA, foi suprimido pela Lei 7.787/89. Isso porque "o art. 3º da Lei 7.787, de 1989, (...) extinguiu a contribuição instituída para o custeio do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural - Prorural, e não apenas a parte destinada ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - Funrural" (REsp 173.380/DF, 2.ª Turma, Min. Ari Pargendler, DJ em 03.05.1999).
2. Atendendo-se à regra geral de que a lei que rege a compensação é aquela vigente no momento do encontro entre débitos e créditos devem incidir os limites percentuais trazidos pelas Leis 9.032/95 e 9.129/95 sobre a compensação, realizada após a edição das leis limitadoras.
3. Quanto aos juros de moras, nas hipóteses de restituição ou compensação de tributos, a orientação prevalente no âmbito da 1ª Seção pode ser sintetizada da seguinte forma: (a) antes do advento da Lei 9.250/95, incidia a correção monetária desde o pagamento indevido até a restituição ou compensação (Súmula 162/STJ), acrescida de juros de mora a partir do trânsito em julgado (Súmula 188/STJ), nos termos do art. 167, § único, do CTN; (b) após a edição da Lei 9.250/95, aplica-se a taxa SELIC desde o recolhimento indevido, ou, se for o caso, a partir de 1º.01.1996, não podendo ser cumulada, porém, com qualquer outro índice, seja de atualização monetária, seja de juros, porque a SELIC inclui, a um só tempo, o índice de inflação do período e a taxa de juros real.
4. Vencida a Fazenda Pública, a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC.
5. Recurso especial da autora parcialmente provido.
6. Recurso especial do INSS improvido." (REsp n.º 416.154, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 25/02/2004)

Por outro lado, a revisão do critério adotado pela Corte de origem, por eqüidade, para a fixação dos honorários, encontra óbice na Súmula n.º 07 do STJ. No mesmo sentido, o entendimento sumulado do Pretório Excelso: "*Salvo limite legal, a fixação de honorários de advogado, em complemento da condenação, depende das circunstâncias da causa, não dando lugar a recurso extraordinário.*" (Súmula n.º 389 do STF).
Ex positis, NEGO PROVIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2069)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 847.478 - SP (2006/0282017-4)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: METALÚRGICA METELSON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: FABIO BOCCIA FRANCISCO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: AMÍLCAR AQUINO NAVARRO E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. ICMS. DÉBITO DECLARADO E NÃO PAGO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 282 E 356 DO STF.
1. O prequestionamento é requisito essencial à apreciação do recurso especial. Ante à sua ausência, impõe-se a aplicação da Súmula 282/STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".*
2. *"O ponto omisso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento."* (Súmula 356/STJ)
3. É entendimento pacífico nesta Corte Superior que quando a matéria controvertida não foi apreciada pela instância originária, ainda que tenha surgido no próprio acórdão recorrido, obsta-se o conhecimento do apelo extremo.
4. Agravo de instrumento desprovido.

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por METALÚRGICA METELSON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, com fulcro no art. 544, do CPC, em face da r. decisão que inadmitiu o recurso especial, sob os seguintes fundamentos:*a) ausência de prequestionamento; b) incidência da súmula 07/STJ.*
Noticiam os autos que a ora recorrente opôs embargos à execução promovida pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo.
Os embargos foram julgados improcedentes, razão pelo qual foi interposto recurso de apelação.
O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou provimento ao recurso interposto, em aresto assim ementado:

"Embargos à execução fiscal. Autolançamento. Débito declarado e não pago. Desnecessidade de processo administrativo e notificação. Presunção de liquidez e certeza do título executivo fiscal não ilidida. Multa e juros corrigidos com base legal. Honorários advocatícios fixados em 20% do valor da execução, que remuneram condignamente o labor da embargada. Não conhecida a inovação recursal consistente no fundamento jurídico da não incidência da taxa selic por configurar inadmissível supressão de instância com ofensa ao princípio da demanda e ampliação da lide em momento inoportuno. Recurso desprovido quanto ao mérito".

Em seu apelo nobre, aponta a recorrente violação aos arts. 397 e 420, do CPC. Aduz, em síntese, a necessidade de realização de perícia contábil e a necessidade de realização de processo administrativo em débito declarado e não pago em ICMS.

Brevemente relatados, decido.
Prima facie, verifica-se que a presente irresignação recursal não se revela merecedora de conhecimento no que pertine a alegada ofensa aos arts. 397 e 420, do CPC , ambos do Código de Processo Civil. Colhe-se do inteiro teor do aresto ora impugnadoque os referidos dispositivos legais não foram sequer implicitamente prequestionados, pelo que revela-se intransponível o óbice ao conhecimento, neste particular, do presente apelo nobre
É entendimento pacífico nesta Corte Superior que quando a matéria controvertida não foi apreciada pela instância originária, ainda que tenha surgido no próprio acórdão recorrido, obsta-se o conhecimento do apelo extremo.
Nesses casos imperioso que a recorrente opusesse embargos de declaração para que o tribunal *a quo* se pronunciasse sobre os dispositivos infraconstitucionais tidos por afrontados, e acaso não suprida a omissão, ingressasse com recurso especial apontando violação ao art. 535, do CPC.
Entretanto, depreende-se da análise dos autos que, não manejou a agravante os imprescindíveis embargos de declaração. Tem-se, inarredavelmente, a aplicação do disposto nas súmulas n.º 282 e 356 do STF, que têm o seguinte teor:

"282 - É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

356 - O ponto omisso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento."

Este é o posicionamento deste Superior Tribunal de Justiça, que se extrai dos seguintes julgados:

"TRABALHISTA E PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO REGIONAL. NULIDADE INEXISTENTE. AÇÃO RECLAMATÓRIA. DESPEDIDA INDIRETA NÃO CARACTERIZADA. PENA DE SUSPENSÃO APLICADA AO EMPREGADO. ANULAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. MATÉRIA DE PROVA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS NS. 282 E 356-STF, 7-STJ.
I. O prequestionamento das questões federais, ainda que surgidas no próprio acórdão recorrido, constitui pressuposto indispensável à admissibilidade do recurso especial, ao teor das Súmulas ns. 282 e 356 do C. STF, situação que alcança a pretensão de ser declarada a nulidade do acórdão estadual, sob todos os aspectos invocados pela parte.
(...) III. Recurso especial do reclamado e recurso especial adesivo do reclamante não conhecidos." (REsp n.º 33.778/RJ, Quarta Turma, Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, DJ de 01/07/2004).

"ADMINISTRATIVO. JUÍZES DO TRIBUNAL MARÍTIMO. REPRESENTAÇÃO MENSAL. LEI 8.216/91. SUPRESSÃO DO PAGAMENTO. RESTABELECIMENTO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. JULGAMENTO ULTRA PETITA. QUESTÃO SURGIDA NO PRÓPRIO ACÓRDÃO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ART. 255 DO RISTJ.
I - Não se conhece do recurso especial, por ausência de prequestionamento, no tópico referente à nulidade por julgamento ultra petita, tendo em vista que, mesmo em se tratando de questão surgida no próprio acórdão recorrido, deveria a parte provocar a sua apreciação pelo tribunal de origem opondo embargos declaratórios (Súmulas 282 e 356/STF). Precedentes.
(...)Recurso não conhecido." (REsp n.º 511.014/RJ, Quinta Turma, Rel. Min. Félix Fischer, DJ de 04/08/2003)

Ex positis, NEGO PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2070)

RECURSO ESPECIAL Nº 851.902 - RS (2006/0106089-7)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: MARCOS CORREA BAY
ADVOGADO	: JOSÉ GERALDO LOURO FIGUERAS E OUTRO
RECORRIDO	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: SIMONE ZANDONÁ LIMA E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. DISSOLUÇÃO IRREGULAR. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO PARA O SÓCIO-GERENTE. CONSTATAÇÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA N.º 07/STJ.
1. O redirecionamento da execução fiscal, e seus consectários legais, para o sócio-gerente da empresa, somente é cabível quando reste demonstrado que este agiu com excesso de poderes, infração à lei ou contra o estatuto, ou na hipótese de dissolução irregular da empresa. Precedentes: RESP n.º 738.513/SC, deste relator, DJ de 18.10.2005; REsp n.º 513.912/MG, DJ de 01/08/2005; REsp n.º 704.502/RS, DJ de 02/05/2005; EREsp n.º 422.732/RS, DJ de 09/05/2005; e AgRg nos EREsp n.º 471.107/MG, deste relator, DJ de 25/10/2004.
2. Hipótese em que as instâncias ordinárias concluíram pela ocorrência da dissolução irregular da sociedade.
3. A cognição acerca da ocorrência ou não da dissolução irregular da sociedade importa no reexame do conjunto fático-probatório da causa, o que não se admite em sede de recurso especial (Súmula nº 07/STJ). Precedentes: AgRg no Ag 706882 / SC; DJ de 05.12.2005; AgRg no Ag 704648 / RS ; DJ de 14.11.2005; AgRg no REsp n.º 643.237/AL, DJ de 08/11/2004; REsp n.º 505.633/SC, DJ de 16/08/2004; AgRg no AG n.º 570.378/PR, DJ de 09/08/2004.
5. Recurso especial a que se nega seguimento. (art. 557, *caput*, do CPC).

Vistos.

Trata-se de recurso especial interposto por MARCOS CORREA BAY, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea "a", e "c" da Constituição Federal, contra acórdão proferido em sede de Agravo de Instrumento pelo E. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que manteve decisão monocrática que, comprovada a ocorrência de dissolução irregular da sociedade, deferiu o redirecionamento da execução fiscal aos sócios-gerentes, em aresto assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL EXECUÇÃO FISCAL. EMPRESA EXECUTADA COM FALÊNCIA DECRETADA. INSUFUCIÊNCIA DE BENS PARA SALDAR A DÍVIDA. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA SOLIDÁRIA DO SÓCIO COTISTA.
No caso de falência da devedora principal, entidade societária limitada com características de sociedade de pessoas, e diante da incapacidade de saldar o débito fiscal por ela contraído, exsurge a responsabilidade solidária dos sócios pela integralidade do débito, nos termos do art. 134, VII, do CTN. A responsabilidade, nestas circunstâncias, decorre do simples fato de ser sócio, não havendo falar em necessidade de produção de prova, pelo Fisco, de atos dolosos ou de dissolução irregular da empresa. Decretada a quebra da sociedade, com ausência de recursos para o pagamento do débito fiscal, tem cabimento o redirecionamento da execução.
Cabível a citação do sócio da empresa, resguardado o benefício de ordem, com redirecionamento da execução contra ele, ainda que seu nome não conste da certidão de dívida ativa.
APELAÇÃO NÃO PROVIDA, POR MAIORIA.
VOTO VENCIDO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados para fins de prequestionamento. O acórdão restou assim ementado:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.
Mesmo para fins de prequestionamento, somente são cabíveis os embargos de declaração nas hipóteses restritas do art. 535, I e II, do C.P.C. Inexistindo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão, deve o recurso ser rejeitado, pois não é ele meio hábil para o reexame da causa.
EMBARGOS REJEITADOS.

Irresignada com os termos do v. aresto, a ora agravante interpôs recurso especial, com fulcro na alínea "a" e "c" do permissivo constitucional, em cujas razões aduz violação aos artigos 134, VI, e 135, III, CTN. Assevera que o recorrente é sócio-minoritário, jamais exerceu a administração da empresa, razão pela qual forçoso reconhecer sua ilegitimidade para figurar no pólo passivo da ação executiva, mesmo por redirecionamento desta, bem como em momento algum, no curso do processo, restou comprovada a prática de atos de gestão de sociedade de parte do mesmo.

O ora recorrido pugna nas contra-razões ao recurso especial, pelo seu não conhecimento ou desprovimento, constante às fls. 270/289.

O recurso especial recebeu o crivo de admissibilidade após o provimento de agravo de instrumento interposto.

Brevemente relatados, DECIDO.

Prequestionada a matéria federal ventilada e restando devidamente preenchidos os demais pressupostos de admissibilidade recursal, revela-se merecedor de conhecimento o presente recurso especial.

A controvérsia a ser dirimida nos presentes autos cinge-se em definir se, em **tendo sido definido pelas instâncias ordinárias a ocorrência da dissolução irregular da sociedade**, seria cabível o redirecionamento da execução fiscal ao sócio-gerente.

Dispõe o art. 135, do Código Tributário Nacional:

"Art. 135. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos: (...) III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado."

Em face do preceituado neste dispositivo, a jurisprudência desta Corte tem entendido possível o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente quando fique comprovado que este agiu com excesso de poderes, infração de lei, do contrato social ou dos estatutos.

A essas hipóteses a doutrina acrescentou o caso da dissolução irregular da sociedade. A respeito, pronunciou-se o eminente tributarista Hugo de Brito Machado:

"Com acerto decidiu o Tribunal Federal de Recursos que, deixando a sociedade de operar, sem ter havido sua regular liquidação, os sócios-gerentes, diretores e administradores respondem pelas dívidas tributárias desta. Há, nesses casos, uma presunção de que tais pessoas se apropriaram dos bens pertencentes à sociedade.
Em conclusão, a questão em exame pode ser assim resumida: (a) os sócios-gerentes, diretores e administradores de sociedades por quotas de responsabilidade limitada, ou anônimas, em princípio não são pessoalmente responsáveis pelas dívidas tributárias destas; b) em se tratando de IPI, ou de imposto de renda retido na fonte, haverá tal responsabilidade, por força da disposição expressa do Decreto-lei n. 1736/79; (c) relativamente aos demais tributos, a responsabilidade em questão só existiria quando a pessoa jurídica tenha ficado sem condições econômicas para responder pela dívida em decorrência de atos praticados com excesso de poderes ou violação da lei, do contrato ou do estatuto; (d) a liquidação irregular da sociedade gera a presunção da prática desses atos abusivos ou ilegais." (***in*** "Curso de Direito Tributário". São Paulo: Malheiros, 2002, p. 138)

No mesmo sentido tem se firmado a jurisprudência desta Corte Superior, consoante se extrai dos recentes julgados, que restaram assim ementados:

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. DISSOLUÇÃO IRREGULAR. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO PARA O SÓCIO-GERENTE. POSSIBILIDADE.
1. *É assente na Corte que o redirecionamento da execução fiscal, e seus consectários legais, para o sócio-gerente da empresa, somente é cabível quando reste demonstrado que este agiu com excesso de poderes, infração à lei ou contra o estatuto, ou na hipótese de dissolução irregular da empresa. Precedentes:* ***REsp n.º 513.912/MG****, Rel. Min. Peçanha Martins, DJ de 01/08/2005;* ***REsp n.º 704.502/RS****, Rel. Min. José Delgado, DJ de 02/05/2005;* ***EREsp n.º 422.732/RS****, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 09/05/2005; e* ***AgRg nos EREsp n.º 471.107/MG****, deste relator, DJ de 25/10/2004.*
2. In casu, consta dos autos certidão lavrada por Oficial de Justiça (fl. 47 verso), informando que, ao comparecer ao local de funcionamento da empresa executada, o mesmo foi comunicado de que esta encerrara as atividades no local a mais de ano, o que indica a dissolução irregular da sociedade, a autorizar o redirecionamento da execução.
3. *Ressalva do ponto de vista no sentido de que a ciência por parte do sócio-gerente do inadimplemento dos tributos e contribuições, mercê do recolhimento de lucros e pro labore, caracteriza, inequivocamente, ato ilícito, porquanto há conhecimento da lesão ao erário público.*
4. *Recurso especial provido, para determinar o prosseguimento da ação executória com a inclusão do sócio-gerente em seu pólo passivo."*
(RESP n.º 738.513/SC, Primeira Turma, **deste relato**r, DJ de 18.10.2005)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. SÓCIO-GERENTE. REDIRECIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 135 DO CTN. VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 591, 592, II, E 596 DO CPC, 350 DO CÓDIGO COMERCIAL, 2º DO DECRETO 3.708/19 NÃO CONFIGURADA. PREQUESTIONAMENTO AUSENTE. SÚMULA 282 STF. PRECEDENTES.
1. O redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente da empresa somente é cabível quando comprovado que ele agiu com excesso de poderes, infração à lei ou contra estatuto, ou na hipótese de dissolução irregular da empresa. *O simples inadimplemento de obrigações tributárias não caracteriza infração legal.*
2. A configuração do prequestionamento envolve a emissão de juízo decisório sobre a questão jurídica controvertida.
3. Recurso especial conhecido e parcialmente provido." (REsp n.º 513.912/MG, Segunda Turma, Rel. Min. Peçanha Martins, DJ de 01/08/2005)

"TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. SÓCIO. ADMINISTRADOR. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. LIMITES. ART. 135, III, DO CTN. SÚMULA N. 168/STJ.
1. ***'Os bens do sócio de uma pessoa jurídica comercial não respondem, em caráter solidário, por dívidas fiscais assumidas pela sociedade. A responsabilidade tributária imposta por sócio-gerente, administrador, diretor ou equivalente só se caracteriza quando há dissolução irregular da sociedade ou se comprova infração à lei praticada pelo dirigente'*** *(EREsp n. 260.107, Primeira Seção, Ministro José Delgado).*
2. 'Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal firmou-se no mesmo sentido do acórdão embargado' (Súmula n. 168/STJ).
3. Embargos de divergência não conhecidos. (EREsp n.º 422.732/RS, Primeira Seção, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 09/05/2005)

"TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA EMPRESA - REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRA OS SÓCIOS - POSSIBILIDADE -PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.
1. Cuida-se de recurso especial fundado nas alíneas 'a' e 'c' do permissivo constitucional interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL em face de acórdão (fl. 71) proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:
'AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRA SÓCIO DA EMPRESA.
A responsabilidade pessoal do sócio, gerente ou não, está condicionada à prática de atos contrários à lei ou ao contrato. E não é simplesmente objetiva, exigindo efetiva comprovação. Dessa forma, o simples débito fiscal da sociedade, como qualquer outro, não constitui só por si violação à lei. Se assim fosse, todos os credores estariam autorizados a executar bens particulares dos sócios de sociedades limitadas. Além disso, a obrigação tributária é da sociedade.
Por maioria, negaram provimento, vencida a Desa. Liselena Schifino Robles Ribeiro que provia.'

2. A jurisprudência pacífica deste Superior Tribunal de Justiça tem se firmado no sentido de que a responsabilidade do sócio-gerente, em relação às dívidas fiscais contraídas pela sociedade apenas ocorre quando aquele, no exercício da gerência ou de outro cargo na empresa, exorbitou do poder ou infringiu a lei, o contrato social ou estatuto, a teor do que dispõe o artigo 135 do Código Tributário Nacional ou, ainda, se a sociedade foi dissolvida irregularmente.
3. In casu, a execução fiscal foi originariamente dirigida à empresa denominada FIORÍSSIMO IND. COM. ESSENCIAIS ART. PRESENTES LTDA., tendo sido tomadas providências para citação da mesma mediante citação via postal, com pedido de oficiamento à Receita Federal para informar o endereço, citação via mandado de execução fiscal, todas sem êxito, havendo por fim, o oficial de justiça informado que não foi possível a citação já 'que a mesma está desativada de fato há mais de noventa dias. Deixo de realizar os demais atos por não ter encontrado bens da devedora.' (fl. 31v.).
4. A dissolução irregular da sociedade oportuniza redirecionamento da execução independente de culpa ou dolo dos sócios. Esse o entendimento adotado neste Superior Tribunal de Justiça: 'É cabível o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente quando a sociedade tiver sido dissolvida de forma irregular. Precedentes da Corte.' (AgRg no RESP 622736/RS, Ministro LUIZ FUX DJ 28.06.2004)
5. Portanto, ocorrendo a dissolução irregular, afirmativa não contestada nos autos, torna-se possibilitado o redirecionamento da execução contra os sócios, os quais poderão, oportunamente, oferecer embargos do devedor, onde argüirão toda matéria de defesa. O que não é possível é o fisco ficar sem ter a quem dirigir a cobrança do crédito fiscal em face de a sociedade não mais existir.
6. Recurso especial provido." (REsp n.º 704.502/RS, Primeira Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 02/05/2005)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO PARA O SÓCIO-GERENTE. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO VERBETE DA SÚMULA 168/STJ. DISSENSO ENTRE ACÓRDÃO QUE NÃO CONHECEU DO APELO, ANTE O ÓBICE DAS SÚMULA 282 e 356 do STF E OUTRO QUE APRECIOU O MÉRITO DO RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA NÃO CONFIGURADA.
1. ***O redirecionamento da execução fiscal, e seus consectários legais, para o sócio-gerente da empresa, somente é cabível quando reste demonstrado que este agiu com excesso de poderes, infração à lei ou contra o estatuto, ou na hipótese de dissolução irregular da empresa.*** *Precedentes jurisprudenciais desta Corte.*
2. 'Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado.' Súmula 168/STJ.
3. São inadmissíveis os Embargos de Divergência quando o acórdão embargado não conhece do recurso sob o fundamento de ausência de prequestionamento e os decisórios paradigmas conheceram do recurso e adentraram na matéria de mérito. Precedentes do STJ: ERESP 497.511/SP; ERESP 89.575/SP; EREsp. 247.250/SP e ERESP 302.341/MG.
4. Embargos de divergência liminarmente indeferidos (art. 266, § 3º, do RISTJ).
5. Agravo Regimental improvido." (AgRg nos EREsp n.º 471.107/MG, Primeira Seção, deste relator, DJ de 25/10/2004)

Ressalto, ademais, que tenho ressalvado o meu posicionamento, que, *in casu*, integra-se como diretiva do acolhimento do pedido, no sentido de que a ciência por parte do sócio-gerente do inadimplemento dos tributos e contribuições, mercê do recolhimento de lucros e *pro labore*, caracteriza, inequivocamente, ato ilícito, porquanto há conhecimento da lesão ao erário público.

Não obstante, na presente hipótese, o Tribunal *a quo* considerou que restou caracterizada a dissolução irregular da sociedade, e autorizou o redirecionamento da execução, ao passo que o recorrente sustenta que a sociedade não foi dissolvida irregularmente.

In casu, ante a necessidade de análise do conjunto fático-probatório carreado aos autos para acolher as razões recursais da recorrente, a sua cognição revela-se insindicável ao STJ, em sede de recurso especial, em razão da incidência do verbete sumular n.º 7.

Nestes sentido, os seguintes precedentes desta Corte Superior:

"*PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. ART. 135 DO CTN. DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA SOCIEDADE. ANÁLISE DE MATÉRIA DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE.*
1. ***Ao contrário do que afirma a agravante, não há, no acórdão recorrido, qualquer afirmação pela qual se permita inferir, inequivocamente, que tenha havido a alegada dissolução irregular da empresa executada, a ensejar o redirecionamento da execução fiscal.***
2. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (Súmula 7/STJ).
3. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no Ag 706882 / SC ; Primeira Turma, Rel.ª Min.ª DENISE ARRUDA, DJ de 05.12.2005)

"*TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 182/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO. SÓCIOS. RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO. SÚMULAS 7 E 83/STJ.*
1. Ante o disposto na Súmula 182/STJ, "é inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada".
2. "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo" (Súmula 211/STJ).
3. ***Inexistindo prova de que houve dissolução irregular da empresa, ou de que o representante da sociedade agiu com excesso de mandato ou infringiu lei ou o contrato social, não há que se direcionar para ele a execução.***
4. "Não se conhece de recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida" (Súmula 83/STJ).
5. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (Súmula 7/STJ).
6. Agravo regimental improvido."
(AgRg no Ag 704648 / RS ; Segunda Turma, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJ de 14.11.2005)

"TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SÓCIO-GERENTE. RESPONSABILIDADE. AUSÊNCIA DE PROVA DE INFRAÇÃO A LEI, CONTRATO SOCIAL OU ESTATUTO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N.º 07/STJ.
I - A jurisprudência desta Corte está fulcrada no sentido de que o sócio-gerente de sociedade só pode ser responsabilizado pelo não-pagamento de tributo, respondendo com o seu patrimônio, se comprovado, pelo Fisco, ter aquele agido com dolo ou culpa, com infração a lei, contrato social ou estatuto e que redunde na dissolução irregular da sociedade. Ademais, o não-pagamento de tributo, de per si, não caracteriza violação à lei.
II - Para a apreciação dos argumentos desenvolvidos no sentido da comprovação da responsabilidade do sócio-gerente, faz-se necessário, obrigatoriamente, o reexame do conjunto probatório, o que é vedado ao Superior Tribunal de Justiça, de acordo com a Súmula n.º 7, desta Corte.
III - Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp n.º 643.237/AL, Primeira Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 08/11/2004)

"PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO - RECURSO ESPECIAL - SÓCIO-GERENTE - RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA - REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL - VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC.
1. O Tribunal, para aplicar corretamente o direito à espécie na hipótese dos autos, deve examinar a situação fática, manifestando-se acerca da alegada dissolução irregular da sociedade.
2. Necessidade de exame, pelo Tribunal a quo, da prova dos autos, porque é vedado ao STJ fazê-lo em sede de recurso especial.
3. Existência de violação ao art. 535 do CPC, porque suscitada a questão da dissolução irregular desde a inicial do agravo de instrumento.
4. Recurso especial provido." (REsp n.º 505.633/SC, Segunda Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 16/08/2004)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. RESPONSABILIDADE. SÓCIO-GERENTE. LIMITES. ART. 135, III, DO CTN. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO FISCO DE VIOLAÇÃO À LEI. REEXAME DE PROVA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 07/STJ. PRECEDENTES.
1. *Agravo regimental contra decisão que desprovеu o agravo de instrumento da agravante.*
(...) 5. Demonstrado, de modo evidente, que a procedência do pedido está rigorosamente vinculada ao exame das provas depositadas nos autos. Na via Especial não há campo para se revisar entendimento de 2º grau assentado em prova, visto que a missão de tal recurso é, apenas, unificar a aplicação do direito federal, nos termos da Súmula n.º 07/STJ.
6. *Precedentes das egrégias 1ª Seção e 1ª e 2ª Turmas desta Corte Superior.*
7. *Agravo regimental não provido."* (AgRg no AG n.º 570.378/PR, Primeira Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 09/08/2004)

Ante o exposto, com fulcro no art. 557, *caput*, do CPC, nego seguimento ao recurso especial interposto.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2071)

RECURSO ESPECIAL Nº 854.129 - RS (2006/0080290-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: CONSTRUTORA SCORZA LTDA
ADVOGADO	: HILDO WOLLMANN E OUTRO
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: HUMBERTO LUIZ MACELARO E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SOLIDARIEDADE ENTRE CONSTRUTORA E SUBEMPREITEIROS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA DO DISSÍDIO.
1. As razões do recurso especial revelam-se deficientes quando o recorrente não aponta, de forma inequívoca, os motivos pelos quais considera violados os dispositivos de lei federal, fazendo incidir a Súmula 284 do STF: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*"
2. *Não pode ser conhecido pela alínea a o recurso especial em que os dispositivos de lei indicados como violados não contêm comando suficiente para infirmar os fundamentos do acórdão recorrido (Súmula 284/STF). (Resp. nº 654223/SP, DJ. 05.10.2006).*
3. A admissão do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional exige a demonstração do dissídio na forma prevista pelo RISTJ, com a demonstração analítica das circunstâncias que assemelham os casos confrontados, bem como pela juntada de certidão ou de cópia integral do acórdão paradigma, ou, ainda, a citação do repertório oficial de jurisprudência que o publicou, não bastando, para tanto, a simples transcrição das ementas dos paradigmas.
4. Recurso especial a que se nega seguimento (art. 557, *caput*, do CPC).

Vistos.

Trata-se de recurso especial interposto pela CONSTRUTORA SCORZA LTDA, com fulcro no art. 105, III, alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, em face do acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

TRIBUTÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA DE NOTIFICAÇÃO. SENTENÇA ULTRA PETITA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. EC 08/77. PRAZO DECADENCIAL. CTN. SOLIDARIEDADE. CONSTRUTORA. SUBEMPREITEIROS. TFR SÚMULA 126.
1. A sentença ultra petita deve ser corrigida de ofício, restabelecendo-se os limites da tutela jurisdicional pretendida.
2. Apesar de o STF entender que a EC 08/77, retirou a natureza tributária das contribuições previdenciárias, o prazo decadencial não restou alterado, permanecendo em cinco anos tanto antes como depois da referida Emenda Constitucional. Mesmo no período em que afastada a índole tributária das contribuições sociais, não há como ignorar o dever de constituição do crédito previdenciário sob o argumento de não ser tributo posto estar fixado em lei (Regulamento do Custeio da Previdência Social - Decreto nº 83.081/79 e Consolidação das Leis da Previdência Social - Decreto nº 89.312/84), aplicando-se o art. 173 do CTN como limitador do direito da Autarquia Previdenciária de lançar as contribuições.
3. Não é aplicável a Súmula 126 do extinto TFR quando se tratar de solidariedade entre o construtor e subempreiteiros. Em período anterior à Lei 8.212/91, somente se aplica o benefício de ordem quanto ao proprietário e o construtor e subempreiteiros. A solidariedade existente entre o construtor e os subempreiteiros não comporta benefício de ordem, nos termos do art. 124 do CTN nem com relação à constituição do crédito tributário.

Noticiam os autos que o ora recorrido interpôs recurso de apelação em face da decisão monocrática que proveu ação ordinária de anulação de débito, da ora recorrente, reconhecendo a prescrição do crédito tributário.

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região concluindo se tratar de sentença *ultra petita*, restabeleceu os limites do julgado e afastou a discussão acerca da ocorrência da prescrição no processo em tela, bem como proveu o referido apelo, entendendo pela ausência de benefício de ordem entre o construtor e subempreiteiros, nos termos do art. 124 do CTN, consoante ementa outrora transcrita.

Irresignada, a CONSTRUTORA SCORZA LTDA interpôs recurso especial apontando violação aos arts.202 e 203, ambos do CTN, bem como dissídio jurisprudencial entre o aresto objurgado e precedentes desta Corte de Justiça. Defende, em suma, que a irregular constituição do débito, porquanto, ainda que inexistente o benefício de ordem, deve o lançamento ser efetuado regularmente, levando em consideração a escrita contábil das empresas, não bastando para tanto tomar como parâmetro as faturas e notas fiscais emitidas pela empresas contratadas.

Sem contra-razões ao apelo nobre, o mesmo restou admitido na origem.

É o relatório.

Prima facie, no que se refere à alínea "c" do permissivo constitucional, da mesma forma, não merece conhecimento o especial, uma vez que a recorrente além de não comprovar, nos moldes exigidos pelo RISTJ, com a indicação do repositório oficial de jurisprudência ou a juntada de cópia integral e autenticada dos acórdãos paradigmas, também não demonstrou a divergência pretoriana alegada, vez que deixou de proceder o devido confronto analítico dos mesmos em face do acórdão ao qual pretendia ver reformado, se limitando a transcrever ementa e parte de voto paradigma. Neste sentido, os seguintes precedentes da Corte:

"TRIBUTÁRIO. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. PARCELAMENTO DO DÉBITO. ART. 138 DO CTN. MULTA MORATÓRIA. INCIDÊNCIA. SÚMULA 208/TFR. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO. AUSÊNCIA.
1. A Primeira Seção desta Corte, revendo jurisprudência em torno do parcelamento do débito, concluiu que este não equivale a pagamento e, portanto, não se trata de hipótese de denúncia espontânea, capaz de ensejar o afastamento da multa moratória. Súmula 208 do extinto TFR.
2. A mera transcrição da ementa ou de excertos de votos, por mais ilustre que o sejam, não são o bastante para caracterizar o dissídio jurisprudencial, porque, além de sua prova, é imprescindível que a recorrente evidencie a divergência, vale dizer, faça a demonstração analítica das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. *Hipótese inexistente no caso em testilha.*
3. Recurso especial improvido." (REsp n.º 703.081/CE, Segunda Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 22/08/2005)

"TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA.

1. Para o conhecimento do recurso especial fundado na alínea c do permissivo constitucional, além de juntar certidões ou cópias autenticadas dos acórdãos paradigmas, ou citar o repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que os mesmos foram publicados, é preciso mencionar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados. *A inexistência de similitude fática entre as teses cotejadas obsta o conhecimento do recurso especial com base em alegação de divergência jurisprudencial.*
2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no AG n.º 585.523/RS, Primeira Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 29/11/2004)

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO CONHECIMENTO.
1. Compete ao recorrente provar o dissídio jurisprudencial alegado por meio de certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, em que tiver sido publicada a decisão divergente.
2. No Diário da Justiça são publicadas, tão-somente, as ementas dos acórdãos. Por conseguinte, não constitui repositório oficial ou credenciado de jurisprudência. Impõe-se a juntada de certidão ou cópia integral do julgado tido como paradigma, para fins de comprovação da divergência jurisprudencial.
3. Recurso especial não conhecido." (REsp n.º 645.061/MG, Quinta Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ de 25/10/2004)

"TRIBUTÁRIO. ICMS. SUBSTITUIÇÃO PROGRESSIVA. VENDA POR PREÇO INFERIOR AO PRESUMIDO. RESTITUIÇÃO. COMPENSAÇÃO. TRANSFERÊNCIA. RECURSO ESPECIAL PELAS ALÍNEAS "A" E "C". DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO DE DIREITO LOCAL. MANDADO DE SEGURANÇA. ADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.
1. Não se conhece do recurso especial pela alínea "c" se o recorrente deixou de cumprir as formalidades exigidas pelo art. 541, parágrafo único, do Código de Ritos e 255 do RISTJ no que tange à comprovação do dissídio jurisprudencial. *Na hipótese dos autos, limitou-se a Fazenda Estadual a indicar o acórdão paradigma, sem proceder ao cotejo analítico, à indicação do repositório oficial de jurisprudência ou, mesmo, à juntada aos autos de cópia integral e autenticada do precedente invocado.*
(...)6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, improvido." (REsp n.º 442.504/SP, Segunda Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 28/06/2004)

Outrossim, no mérito, melhor sorte não assiste à recorrente.

Com efeito, restou consignado pelo acórdão recorrido que:

Mérito.
A matéria em exame refere-se à necessidade de observância de benefício de ordem com relação à responsabilidade solidária entre os prestadores de serviços, subempreiteiros, e o contratante dos serviços, construtora, no que se refere ao recolhimento das contribuições previdenciárias em período anterior à CF/88, e à Lei 8.212/91.

Sustenta a ora recorrente que o acórdão recorrido violou os arts. 202 e 203 do CTN, que assim dispõem:

Art. 202. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - o nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;
II - a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;
III - a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;
IV - a data em que foi inscrita;
V - sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.
Parágrafo único. A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha da inscrição.

Art. 203. A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior, ou o erro a eles relativo, são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Para tanto, defende a irregular constituição do débito, porquanto, ainda que inexistente o benefício de ordem, deve o lançamento ser efetuado regularmente, levando em consideração a escrita contábil das empresas, não bastando para tanto tomar como parâmetro as faturas e notas fiscais emitidas pela empresas contratadas.

Todavia, os artigos em destaque não contém comando capaz de infirmar o juízo formulado pelo acórdão recorrido, calcado no julgamento *extra petita* da sentença, bem como da solidariedade e benefício de ordem existente entre o construtor e os subempreiteiros, nos termos do art. 124 do CTN, sendo aplicável, por analogia, a Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Ademais, não pode ser conhecido pela alínea "a" o recurso especial em que os dispositivos de lei indicados como violados não contêm comando suficiente para infirmar os fundamentos do acórdão recorrido.

Nestes termos o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE COMANDO CAPAZ DE INFIRMAR O ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 284 DO STF. EXECUÇÃO FISCAL. ICMS. DESNECESSIDADE DE PROVA DO NÃO-REPASSE DO ENCARGO. ART. 166 DO CTN.
1. Não pode ser conhecido pela alínea a o recurso especial em que os dispositivos de lei indicados como violados não contêm comando suficiente para infirmar os fundamentos do acórdão recorrido (Súmula 284/STF). 2. A comprovação da ausência de repasse do encargo financeiro correspondente ao tributo, nos moldes do art. 166 do CTN e da Súmula 546/STF, somente é exigida nas hipóteses em que se pretende a compensação ou restituição de tributos. No caso concreto, não há cogitar de tal exigência, já que a pretensão da recorrida não é a de obter restituição de tributo, mas apenas de reduzir o valor que lhe são exigidos em sede de execução fiscal, mediante o abatimento da CDA do montante correspondente ao aumento da alíquota, que sustenta ser inconstitucional. 3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, improvido. (Resp. nº 654223/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ. 05.10.2006).

Com efeito, revelam-se deficientes as razões do recurso especial, uma vez que insuficientes para desconstituir o julgado.

Ex positis, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL (CPC, art. 557, *caput*).
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2072)

RECURSO ESPECIAL Nº 854.134 - RS (2006/0080284-6)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: CONSTRUTORA SCORZA LTDA
ADVOGADO	: HILDO WOLLMANN
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: HUMBERTO LUIZ MACELARO E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SOLIDARIEDADE ENTRE CONSTRUTORA E SUBEMPREITEIROS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA DO DISSÍDIO.
1. As razões do recurso especial revelam-se deficientes quando o recorrente não aponta, de forma inequívoca, os motivos pelos quais considera violados os dispositivos de lei federal, fazendo incidir a Súmula 284 do STF: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*"
2. *Não pode ser conhecido pela alínea a o recurso especial em que os dispositivos de lei indicados como violados não contêm comando suficiente para infirmar os fundamentos do acórdão recorrido (Súmula 284/STF). (Resp. nº 654223/SP, DJ. 05.10.2006).*
3. A admissão do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional exige a demonstração do dissídio na forma prevista pelo RISTJ, com a demonstração analítica das circunstâncias que assemelham os casos confrontados, bem como pela juntada de certidão ou de cópia integral do acórdão paradigma, ou, ainda, a citação do repertório oficial de jurisprudência que o publicou, não bastando, para tanto, a simples transcrição das ementas dos paradigmas.
4. Recurso especial a que se nega seguimento (art. 557, *caput*, do CPC).

Vistos.

Trata-se de recurso especial interposto pela CONSTRUTORA SCORZA LTDA, com fulcro no art. 105, III, alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, em face do acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

TRIBUTÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA DE NOTIFICAÇÃO. SENTENÇA ULTRA PETITA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. EC 08/77. PRAZO DECADENCIAL. CTN. SOLIDARIEDADE. CONSTRUTORA. SUBEMPREITEIROS. TFR SÚMULA 126.
1. A sentença ultra petita deve ser corrigida de ofício, restabelecendo-se os limites da tutela jurisdicional pretendida.
2. Apesar de o STF entender que a EC 08/77, retirou a natureza tributária das contribuições previdenciárias, o prazo decadencial não restou alterado, permanecendo em cinco anos tanto antes como depois da referida Emenda Constitucional. Mesmo no período em que afastada a índole tributária das contribuições sociais, não há como ignorar o dever de constituição do crédito previdenciário sob o argumento de não ser tributo posto estar fixado em lei (Regulamento do Custeio da Previdência Social - Decreto nº 83.081/79 e Consolidação das Leis da Previdência Social - Decreto nº 89.312/84), aplicando-se o art. 173 do CTN como limitador do direito da Autarquia Previdenciária de lançar as contribuições.
3. Não é aplicável a Súmula 126 do extinto TFR quando se tratar de solidariedade entre o construtor e subempreiteiros. Em período anterior à Lei 8.212/91, somente se aplica o benefício de ordem quanto ao proprietário e o construtor e subempreiteiros. A solidariedade existente entre o construtor e os subempreiteiros não comporta benefício de ordem, nos termos do art. 124 do CTN nem com relação à constituição do crédito tributário.

Noticiam os autos que o ora recorrido interpôs recurso de apelação em face da decisão monocrática que proveu os embargos à execução, da ora recorrente, reconhecendo a prescrição do crédito tributário.

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região concluindo se tratar de sentença *ultra petita*, restabeleceu os limites do julgado e afastou a discussão acerca da ocorrência da prescrição no processo em tela, bem como proveu o referido apelo, entendendo pela ausência de benefício de ordem entre o construtor e subempreiteiros, nos termos do art. 124 do CTN, consoante ementa outrora transcrita.

Irresignada, a CONSTRUTORA SCORZA LTDA interpôs recurso especial apontando violação aos arts.202 e 203, ambos do CTN, bem como dissídio jurisprudencial entre o aresto objurgado e precedentes desta Corte de Justiça. Defende, em suma, que a irregular constituição do débito, porquanto, ainda que inexistente o benefício de ordem, deve o lançamento ser efetuado regularmente, levando em consideração a escrita contábil das empresas, não bastando para tanto tomar como parâmetro as faturas e notas fiscais emitidas pela empresas contratadas.

Sem contra-razões ao apelo nobre, o mesmo restou admitido na origem.

É o relatório.

Prima facie, no que se refere à alínea "c" do permissivo constitucional, da mesma forma, não merece conhecimento o especial, uma vez que a recorrente além de não comprovar, nos moldes exigidos pelo RISTJ, com a indicação do repositório oficial de jurisprudência ou a juntada de cópia integral e autenticada dos acórdãos paradigmas, também não demonstrou a divergência pretoriana alegada, vez que deixou de proceder o devido confronto analítico dos mesmos em face do acórdão ao qual pretendia ver reformado, se limitando a transcrever ementa e parte de voto paradigma. Neste sentido, os seguintes precedentes da Corte:

"TRIBUTÁRIO. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. PARCELAMENTO DO DÉBITO. ART. 138 DO CTN. MULTA MORATÓRIA. INCIDÊNCIA. SÚMULA 208/TFR. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO. AUSÊNCIA.
1. A Primeira Seção desta Corte, revendo jurisprudência em torno do parcelamento do débito, concluiu que este não equivale a pagamento e, portanto, não se trata de hipótese de denúncia espontânea, capaz de ensejar o afastamento da multa moratória. Súmula 208 do extinto TFR.
2. A mera transcrição da ementa ou de excertos de votos, por mais ilustre que o sejam, não são o bastante para caracterizar o dissídio jurisprudencial, porque, além de sua prova, é imprescindível que a recorrente evidencie a divergência, vale dizer, faça a demonstração analítica das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. *Hipótese inexistente no caso em testilha.*
3. Recurso especial improvido." (REsp n.º 703.081/CE, Segunda Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 22/08/2005)

"TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA.
1. Para o conhecimento do recurso especial fundado na alínea c do permissivo constitucional, além de juntar certidões ou cópias autenticadas dos acórdãos paradigmas, ou citar o repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que os mesmos foram publicados, é preciso mencionar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados. *A inexistência de similitude fática entre as teses cotejadas obsta o conhecimento do recurso especial com base em alegação de divergência jurisprudencial.*
2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no AG n.º 585.523/RS, Primeira Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 29/11/2004)

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO CONHECIMENTO.
1. Compete ao recorrente provar o dissídio jurisprudencial alegado por meio de certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, em que tiver sido publicada a decisão divergente.
2. No Diário da Justiça são publicadas, tão-somente, as ementas dos acórdãos. Por conseguinte, não constitui repositório oficial ou credenciado de jurisprudência. Impõe-se a juntada de certidão ou cópia integral do julgado tido como paradigma, para fins de comprovação da divergência jurisprudencial.
3. Recurso especial não conhecido." (REsp n.º 645.061/MG, Quinta Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ de 25/10/2004)

"TRIBUTÁRIO. ICMS. SUBSTITUIÇÃO PROGRESSIVA. VENDA POR PREÇO INFERIOR AO PRESUMIDO. RESTITUIÇÃO. COMPENSAÇÃO. TRANSFERÊNCIA. RECURSO ESPECIAL PELAS ALÍNEAS "A" E "C". DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO DE DIREITO LOCAL. MANDADO DE SEGURANÇA. ADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.
1. Não se conhece do recurso especial pela alínea "c" se o recorrente deixou de cumprir as formalidades exigidas pelo art. 541, parágrafo único, do Código de Ritos e 255 do RISTJ no que tange à comprovação do dissídio jurisprudencial. *Na hipótese dos autos, limitou-se a Fazenda Estadual a indicar o acórdão paradigma, sem proceder ao cotejo analítico, à indicação do repositório oficial de jurisprudência ou, mesmo, à juntada aos autos de cópia integral e autenticada do precedente invocado.*
(...)6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, improvido." (REsp n.º 442.504/SP, Segunda Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 28/06/2004)

Outrossim, no mérito, melhor sorte não assiste à recorrente.

Com efeito, restou consignado pelo acórdão recorrido que:

Mérito.
A matéria em exame refere-se à necessidade de observância de benefício de ordem com relação à responsabilidade solidária entre os prestadores de serviços, subempreiteiros, e o contratante dos serviços, construtora, no que se refere ao recolhimento das contribuições previdenciárias em período anterior à CF/88, e à Lei 8.212/91.

Sustenta a ora recorrente que o acórdão recorrido violou os arts. 202 e 203 do CTN, que assim dispõem:

Art. 202. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - o nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;
II - a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;
III - a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;
IV - a data em que foi inscrita;
V - sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.
Parágrafo único. A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha da inscrição.

Art. 203. A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior, ou o erro a eles relativo, são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Para tanto, defende a irregular constituição do débito, porquanto, ainda que inexistente o benefício de ordem, deve o lançamento ser efetuado regularmente, levando em consideração a escrita contábil das empresas, não bastando para tanto tomar como parâmetro as faturas e notas fiscais emitidas pela empresas contratadas.

Todavia, os artigos em destaque não contém comando capaz de infirmar o juízo formulado pelo acórdão recorrido, calcado no julgamento *extra petita* da sentença, bem como da solidariedade e benefício de ordem existente entre o construtor e os subempreiteiros, nos termos do art. 124 do CTN, sendo aplicável, por analogia, a Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Ademais, não pode ser conhecido pela alínea "a" o recurso especial em que os dispositivos de lei indicados como violados não contêm comando suficiente para infirmar os fundamentos do acórdão recorrido.

Nestes termos o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE COMANDO CAPAZ DE INFIRMAR O ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 284 DO STF. EXECUÇÃO FISCAL. ICMS. DESNECESSIDADE DE PROVA DO NÃO-REPASSE DO ENCARGO. ART. 166 DO CTN.
1. Não pode ser conhecido pela alínea a o recurso especial em que os dispositivos de lei indicados como violados não contêm comando suficiente para infirmar os fundamentos do acórdão recorrido (Súmula 284/STF). 2. A comprovação da ausência de repasse do encargo financeiro correspondente ao tributo, nos moldes do art. 166 do CTN e da Súmula 546/STF, somente é exigida nas hipóteses em que se pretende a compensação ou restituição de tributos. No caso concreto, não há cogitar de tal exigência, já que a pretensão da recorrida não é a de obter restituição de tributo, mas apenas de reduzir o valor que lhe são exigidos em sede de execução fiscal, mediante o abatimento da CDA do montante correspondente ao aumento da alíquota, que sustenta ser inconstitucional. 3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, improvido. (Resp. nº 654223/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ. 05.10.2006).

Com efeito, revelam-se deficientes as razões do recurso especial, uma vez que insuficientes para desconstituir o julgado.

Ex positis, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL (CPC, art. 557, *caput*).
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2073)

RECURSO ESPECIAL Nº 854.135 - RS (2006/0080283-4)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: CONSTRUTORA SCORZA LTDA
ADVOGADO	: HILDO WOLLMANN
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: HUMBERTO LUIZ MACELARO E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SOLIDARIEDADE ENTRE CONSTRUTORA E SUBEMPREITEIROS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA DO DISSÍDIO.

1. As razões do recurso especial revelam-se deficientes quando o recorrente não aponta, de forma inequívoca, os motivos pelos quais considera violados os dispositivos de lei federal, fazendo incidir a Súmula 284 do STF: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*"
2. *Não pode ser conhecido pela alínea a o recurso especial em que os dispositivos de lei indicados como violados não contêm comando suficiente para infirmar os fundamentos do acórdão recorrido (Súmula 284/STF). (Resp. nº 654223/SP, DJ. 05.10.2006).*
3. A admissão do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional exige a demonstração do dissídio na forma prevista pelo RISTJ, com a demonstração analítica das circunstâncias que assemelham os casos confrontados, bem como pela juntada de certidão ou de cópia integral do acórdão paradigma, ou, ainda, a citação do repertório oficial de jurisprudência que o publicou, não bastando, para tanto, a simples transcrição das ementas dos paradigmas.
4. Recurso especial a que se nega seguimento (art. 557, *caput*, do CPC).

Vistos.

Trata-se de recurso especial interposto pela CONSTRUTORA SCORZA LTDA, com fulcro no art. 105, III, alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, em face do acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. SENTENÇA ULTRA PETITA. CORREÇÃO. SOLIDARIEDADE. CONSTRUTORA. SUBEMPREITEIROS. TFR SÚMULA 126. INAPLICABILIDADE.
1. A sentença ultra petita deve ser corrigida de ofício, restabelecendo-se os limites da tutela jurisdicional pretendida.
2. Não é aplicável a Súmula 126 do extinto TFR quando se tratar de solidariedade entre o construtor e subempreiteiros, em período anterior à Lei 8.212/91, somente se aplica o benefício de ordem quanto ao proprietário e o construtor e subempreiteiros. A solidariedade existente entre o construtor e os subempreiteiros não comporta benefício de ordem, nos termos do art. 124 do CTN.

Noticiam os autos que o ora recorrido interpôs recurso de apelação em face da decisão monocrática que proveu os embargos à execução, da ora recorrente, reconhecendo a prescrição do crédito tributário.

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região concluindo se tratar de sentença *ultra petita*, restabeleceu os limites do julgado e afastou a discussão acerca da ocorrência da prescrição no processo em tela, bem como proveu o referido apelo, entendendo pela ausência de benefício de ordem entre o construtor e subempreiteiros, nos termos do art. 124 do CTN, consoante ementa outrora transcrita.

Irresignada, a CONSTRUTORA SCORZA LTDA interpôs recurso especial apontando violação aos arts.202 e 203, ambos do CTN, bem como dissídio jurisprudencial entre o aresto objurgado e precedentes desta Corte de Justiça. Defende, em suma, que a irregular constituição do débito, porquanto, ainda que inexistente o benefício de ordem, deve o lançamento ser efetuado regularmente, levando em consideração a escrita contábil das empresas, não bastando para tanto tomar como parâmetro as faturas e notas fiscais emitidas pela empresas contratadas.

Sem contra-razões ao apelo nobre, o mesmo restou admitido na origem.

É o relatório.

Prima facie, no que se refere à alínea "c" do permissivo constitucional, da mesma forma, não merece conhecimento o especial, uma vez que a recorrente além de não comprovar, nos moldes exigidos pelo RISTJ, com a indicação do repositório oficial de jurisprudência ou a juntada de cópia integral e autenticada dos acórdãos paradigmas, também não demonstrou a divergência pretoriana alegada, vez que deixou de proceder o devido confronto analítico dos mesmos em face do acórdão ao qual pretendia ver reformado, se limitando a transcrever ementa e parte de voto paradigma. Neste sentido, os seguintes precedentes da Corte:

"TRIBUTÁRIO. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. PARCELAMENTO DO DÉBITO. ART. 138 DO CTN. MULTA MORATÓRIA. INCIDÊNCIA. SÚMULA 208/TFR. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO. AUSÊNCIA.
1. A Primeira Seção desta Corte, revendo jurisprudência em torno do parcelamento do débito, concluiu que este não equivale a pagamento e, portanto, não se trata de hipótese de denúncia espontânea, capaz de ensejar o afastamento da multa moratória. Súmula 208 do extinto TFR.
2. A mera transcrição da ementa ou de excertos de votos, por mais ilustre que o sejam, não são o bastante para caracterizar o dissídio jurisprudencial, porque, além de sua prova, é imprescindível que a recorrente evidencie a divergência, vale dizer, faça a demonstração analítica das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. *Hipótese inexistente no caso em testilha.*
3. Recurso especial improvido." (REsp n.º 703.081/CE, Segunda Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 22/08/2005)

"TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA.
1. Para o conhecimento do recurso especial fundado na alínea c do permissivo constitucional, além de juntar certidões ou cópias autenticadas dos acórdãos paradigmas, ou citar o repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que os mesmos foram publicados, é preciso mencionar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados. *A inexistência de similitude fática entre as teses cotejadas obsta o conhecimento do recurso especial com base em alegação de divergência jurisprudencial.*
2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no AG n.º 585.523/RS, Primeira Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 29/11/2004)

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO CONHECIMENTO.
1. Compete ao recorrente provar o dissídio jurisprudencial alegado por meio de certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, em que tiver sido publicada a decisão divergente.
2. No Diário da Justiça são publicadas, tão-somente, as ementas dos acórdãos. Por conseguinte, não constitui repositório oficial ou credenciado de jurisprudência. Impõe-se a juntada de certidão ou cópia integral do julgado tido como paradigma, para fins de comprovação da divergência jurisprudencial.
3. Recurso especial não conhecido." (REsp n.º 645.061/MG, Quinta Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ de 25/10/2004)

"TRIBUTÁRIO. ICMS. SUBSTITUIÇÃO PROGRESSIVA. VENDA POR PREÇO INFERIOR AO PRESUMIDO. RESTITUIÇÃO. COMPENSAÇÃO. TRANSFERÊNCIA. RECURSO ESPECIAL PELAS ALÍNEAS "A" E "C". DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO DE DIREITO LOCAL. MANDADO DE SEGURANÇA. ADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.
1. Não se conhece do recurso especial pela alínea "c" se o recorrente deixou de cumprir as formalidades exigidas pelo art. 541, parágrafo único, do Código de Ritos e 255 do RISTJ no que tange à comprovação do dissídio jurisprudencial. *Na hipótese dos autos, limitou-se a Fazenda Estadual a indicar o acórdão paradigma, sem proceder ao cotejo analítico, à indicação do repositório oficial de jurisprudência ou, mesmo, à juntada aos autos de cópia integral e autenticada do precedente invocado.*
(...)6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, improvido." (REsp n.º 442.504/SP, Segunda Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 28/06/2004)

Outrossim, no mérito, melhor sorte não assiste à recorrente.

Com efeito, restou consignado pelo acórdão recorrido que:

Mérito.
A matéria em exame refere-se à necessidade de observância de benefício de ordem com relação à responsabilidade solidária entre os prestadores de serviços, subempreiteiros, e o contratante dos serviços, construtora, no que se refere ao recolhimento das contribuições previdenciárias em período anterior à CF/88, e à Lei 8.212/91.

Sustenta a ora recorrente que o acórdão recorrido violou os arts. 202 e 203 do CTN, que assim dispõem:

Art. 202. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - o nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;
II - a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;
III - a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;
IV - a data em que foi inscrita;
V - sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.
Parágrafo único. A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha da inscrição.

Art. 203. A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior, ou o erro a eles relativo, são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Para tanto, defende a irregular constituição do débito, porquanto, ainda que inexistente o benefício de ordem, deve o lançamento ser efetuado regularmente, levando em consideração a escrita contábil das empresas, não bastando para tanto tomar como parâmetro as faturas e notas fiscais emitidas pela empresas contratadas.

Todavia, os artigos em destaque não contém comando capaz de infirmar o juízo formulado pelo acórdão recorrido, calcado no julgamento *extra petita* da sentença, bem como da solidariedade e benefício de ordem existente entre o construtor e os subempreiteiros, nos termos do art. 124 do CTN, sendo aplicável, por analogia, a Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Ademais, não pode ser conhecido pela alínea "a" o recurso especial em que os dispositivos de lei indicados como violados não contêm comando suficiente para infirmar os fundamentos do acórdão recorrido.

Nestes termos o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE COMANDO CAPAZ DE INFIRMAR O ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 284 DO STF. EXECUÇÃO FISCAL. ICMS. DESNECESSIDADE DE PROVA DO NÃO-REPASSE DO ENCARGO. ART. 166 DO CTN.
1. Não pode ser conhecido pela alínea a o recurso especial em que os dispositivos de lei indicados como violados não contêm comando suficiente para infirmar os fundamentos do acórdão recorrido (Súmula 284/STF). 2. A comprovação da ausência de repasse do encargo financeiro correspondente ao tributo, nos moldes do art. 166 do CTN e da Súmula 546/STF, somente é exigida nas hipóteses em que se pretende a compensação ou restituição de tributos. No caso concreto, não há cogitar de tal exigência, já que a pretensão da recorrida não é a de obter restituição de tributo, mas apenas de reduzir o valor que lhe são exigidos em sede de execução fiscal, mediante o abatimento da CDA do montante correspondente ao aumento da alíquota, que sustenta ser inconstitucional. 3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, improvido. (Resp. nº 654223/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ. 05.10.2006).

Com efeito, revelam-se deficientes as razões do recurso especial, uma vez que insuficientes para desconstituir o julgado.

Ex positis, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL (CPC, art. 557, *caput*).
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2074)

RECURSO ESPECIAL Nº 854.137 - RS (2006/0080282-2)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: CONSTRUTORA SCORZA LTDA
ADVOGADO	: HILDO WOLLMANN
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: HUMBERTO LUIZ MACELARO E OUTRO(S)

Idêntico ao **RECURSO ESPECIAL Nº 854134**
Índice **(2072)**

(2075)

EDcl no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 857.895 - RJ (2007/0030665-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
EMBARGANTE	: ANTÔNIO FERNANDO ROCHA
ADVOGADO	: ROGÉRIO DOS REIS DEVISATE - DEFENSOR PÚBLICO
EMBARGADO	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO E OUTRO
PROCURADOR	: JOSÉ ROBERTO WALDEMBURGO ABRUNHOSA

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de embargos de declaração opostos por ANTÔNIO FERNANDO ROCHA contra a decisão mediante a qual neguei seguimento ao agravo de instrumento em epígrafe, dada a intempestividade do recurso especial a que se visava dar trânsito e, também, a ausência de peça obrigatória, a cópia das contra-razões ao especial ou certidão que atestasse não terem sido apresentadas.
O agravante aponta contradição na decisão embargada. Nesta, segundo aduz, está consignada a intempestividade do recurso especial, mas, em seu entender contraditoriamente, nela está registrada a ausência de certidão que atestasse a intimação pessoal do Defensor Público.
Postula, portanto, que seja afastada a contradição e, de conseqüência, considerado tempestivo o recurso especial.
Relatados. Decido.
A despeito das bem lançadas razões do embargante, observa-se que a aparente contradição, em verdade, não existe.
Ocorre que o embargante, responsável pela adequada formação do agravo por instrumento, haveria de juntar certidão que demonstrasse a intimação do digno representante da Defensoria Pública e com a qual se pudesse aferir a tempestividade do recurso especial, o qual foi interposto seis meses depois da publicação do acórdão recorrido.
Consoante lançado na decisão embargada, é ponto pacífico neste Superior Tribunal de Justiça ser o agravante responsável pela regular formação do instrumento, devendo, assim, fiscalizar a apresentação das peças obrigatórias elencadas no art. 544, § 1º, do CPC, sob pena de não-conhecimento do recurso.
Não demonstrada a tempestividade do recurso especial, com os meios indicados para tanto no comando do artigo processual citado, revela-se adequada a negativa de seguimento do agravo de instrumento.
Inexistente, pois, a contradição alegada.
Posto isso, REJEITO os embargos de declaração.
Publique-se.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2076)

RECURSO ESPECIAL Nº 860.464 - SP (2006/0125629-6)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: TECHWARE SYSTEMS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADO	: JOSE ROBERTO MARCONDES E OUTRO(S)
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: AFONSO GRISI NETO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: OS MESMOS

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO/COMPENSAÇÃO. ARTIGO 3º, DA LEI COMPLEMENTAR 118/2005. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. PAGAMENTO INDEVIDO. ARTIGO 4º, DA LC 118/2005. DETERMINAÇÃO DE APLICAÇÃO RETROATIVA. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONTROLE DIFUSO.
1. O prazo prescricional das ações de compensação/repetição de indébito, do ponto de vista prático, deve ser contado da seguinte forma: relativamente aos pagamentos efetuados a partir da vigência da Lei Complementar 118/2005 (09.06.05), o prazo para se pleitear a restituição é de cinco anos a contar da data do recolhimento indevido; e relativamente aos pagamentos anteriores, a prescrição obedece ao regime previsto no sistema anterior, limitada, porém, ao prazo máximo de cinco anos a contar da vigência da novel lei complementar.
2. Isto porque a Corte Especial declarou a inconstitucionalidade da expressão "observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional", constante do artigo 4º, segunda parte, da Lei Complementar 118/2005 (**AI nos ERESP 644736/PE, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 06.06.2007**).
3. Deveras, a norma inserta no artigo 3º, da lei complementar em tela, indubitavelmente, cria direito novo, não configurando lei meramente interpretativa, cuja retroação é permitida, consoante apregoa doutrina abalizada:

"Denominam-se leis interpretativas as que têm por objeto determinar, em caso de dúvida, o sentido das leis existentes, sem introduzir disposições novas. {nota: A questão da caracterização da lei interpretativa tem sido objeto de não pequenas divergências, na doutrina. Há a corrente que exige uma declaração expressa do próprio legislador (ou do órgão de que emana a norma interpretativa), afirmando ter a lei (ou a norma jurídica, que não se apresente como lei) caráter interpretativo. Tal é o entendimento da ***AFFOLTER*** *(Das intertemporale Recht, vol. 22, System des deutschen bürgerlichen Uebergangsrechts, 1903, pág. 185), julgando necessária uma Auslegungsklausel, ao qual* ***GABBA****, que cita, nesse sentido, decisão de tribunal de Parma, (...) Compreensão também de* ***VESCOVI*** *(Intorno alla misura dello stipendio dovuto alle maestre insegnanti nelle scuole elementari maschili, in Giurisprudenza italiana, 1904, I,I, cols. 1191, 1204) e a que adere* ***DUGUIT****, para quem nunca se deve presumir ter a lei caráter interpretativo - "os tribunais não podem reconhecer esse caráter a uma disposição legal, senão nos casos em que o legislador lho atribua expressamente" (Traité de droit constitutionnel, 3ª ed., vol. 2º, 1928, pág. 280). Com o mesmo ponto de vista, o jurista pátrio* ***PAULO DE LACERDA*** *concede, entretanto, que seria exagero exigir que a declaração seja inseri da no corpo da própria lei não vendo motivo para desprezá-la se lançada no preâmbulo, ou feita noutra lei.*
Encarada a questão, do ponto de vista da lei interpretativa por determinação legal, outra indagação, que se apresenta, é saber se, manifestada a explícita declaração do legislador, dando caráter interpretativo, à lei, esta se deve reputar, por isso, interpretativa, sem possibilidade de análise, por ver se reúne requisitos intrínsecos, autorizando uma tal consideração.
(...)
*... ****SAVIGNY*** *coloca a questão nos seus precisos termos, ensinando: "trata-se unicamente de saber se o legislador fez, ou quis fazer uma lei interpretativa, e, não, se na opinião do juiz essa interpretação está conforme com a verdade" (System des heutigen romischen Rechts, vol. 8º, 1849, pág. 513). Mas, não é possível dar coerência a coisas, que são de si incoerentes, não se consegue conciliar o que é inconciliável. E, desde que a chamada interpretação autêntica é realmente incompatível com o conceito, com os requisitos da verdadeira interpretação (v., supra, a nota 55 ao n° 67), não admira que se procurem torcer as conseqüências inevitáveis, fatais de tese forçada, evitando-se-lhes os perigos. Compreende-se, pois, que muitos autores não aceitem o rigor dos efeitos da imprópria interpretação. Há quem, como* ***GABBA*** *(Teoria delta retroattività delle leggi, 3ª ed., vol. 1º, 1891, pág. 29), que invoca* ***MAILHER DE CHASSAT*** *(Traité de la rétroactivité des lois, vol. 1º, 1845, págs. 131 e 154), sendo seguido por* ***LANDUCCI*** *(Trattato storico-teorico-pratico di diritto civile francese ed italiano, versione ampliata del Corso di diritto civile francese, secondo il metodo dello Zachariæ, di Aubry e Rau, vol. 1º e único, 1900, pág. 675) e* ***DEGNI*** *(L'interpretazione della legge, 2ª ed., 1909, pág. 101), entenda que é de distinguir quando uma lei é declarada interpretativa, mas encerra, ao lado de artigos que apenas esclarecem, outros introduzido novidade, ou modificando dispositivos da lei interpretada.* ***PAULO DE LACERDA*** *(loc. cit.) reconhece ao juiz competência para verificar se a lei é, na verdade, interpretativa, mas somente quando ela própria afirme que o é.* ***LANDUCCI*** *(nota 7 à pág. 674 do vol. cit.) é de prudência manifesta: "Se o legislador declarou interpretativa uma lei, deve-se, certo, negar tal caráter somente em casos extremos, quando seja absurdo ligá-la com a lei interpretada, quando nem mesmo se possa considerar a mais errada interpretação imaginável. A lei interpretativa, pois, permanece tal, ainda que errônea, mas, se de modo insuperável, que suplante a mais aguda conciliação, contrastar com a lei interpretada, desmente a própria declaração legislativa."* Ademais, a doutrina do tema é pacífica no sentido de que: *"Pouco importa que o legislador, para cobrir o atentado ao direito, que comete, dê à sua lei o caráter interpretativo. É um ato de hipocrisia, que não pode cobrir uma violação flagrante do direito" (Traité de droit constitutionnel, 3ª ed., vol. 2º, 1928, págs. 274-275)."* (Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Vol. I, 3ª ed., págs. 294 a 296).
4. Consectariamente, em se tratando de pagamentos indevidos efetuados antes da entrada em vigor da LC 118/05 (09.06.2005), o prazo prescricional para o contribuinte pleitear a restituição do indébito, nos casos dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, continua observando a cognominada tese dos cinco mais cinco, desde que, na data da vigência da novel lei complementar, sobejem, no máximo, cinco anos da contagem do lapso temporal (regra que se coaduna com o disposto no artigo 2.028, do Código Civil de 2002, segundo o qual: *"Serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada."*).
5. Por outro lado, ocorrido o pagamento antecipado do tributo após a vigência da aludida norma jurídica, o *dies a quo* do prazo prescricional para a repetição/compensação é a data do recolhimento indevido.
6. ***In casu*****, a demanda foi ajuizada em 06.11.1997 (muito antes da entrada em vigor da novel lei complementar), com o objetivo obter o direito à compensação de valores indevidamente recolhidos a título tributo sujeito a lançamento por homologação, o que, nos termos dos arts. 168, I, e 150, § 4º, do CTN, revela inequívoca a inocorrência da prescrição dos valores recolhidos indevidamente a partir de 06.11.1987, porquanto tributo sujeito a lançamento por homologação, cuja prescrição opera-se 5 (cinco) anos após expirado o prazo para aquela atividade.**
7. Na compensação ou restituição de indébito tributário, consoante jurisprudência do E. STJ, os expurgos inflacionários devem ser aplicados, utilizando-se: a) **no mês de janeiro de 1989**, o IPC no percentual de 42,72%; b) **no mês de fevereiro de 1989**, o IPC no percentual de 10,14%; c) **no período de março de 1990 a fevereiro de 1991**, o IPC; d) **a partir de março de 1991**, vigora o INPC, a ser adotado **até dezembro de 1991**; e e) **a partir de janeiro de 1992**, a UFIR, na forma preconizada pela Lei nº 8.383/91, **até 31.12.1995**, com o advento da Lei nº 9.250/95, época em que o índice foi substituído pela taxa SELIC, que compreende taxa de juros reais e taxa de inflação a ser considerada a partir de 1º de janeiro de 1996, inacumulável com qualquer outro índice de correção monetária ou com juros de mora. (Precedentes: ERESP 478.359/SP, Corte Especial, DJ de 13.9.2004; EREsp 548.711/PE, DJ de 25/04/2007; EREsp 640.159/PE, DJ de 13.11.2006; REsp 879.747/SP, DJ de 1º.3.2007; REsp 608.556/PE, DJ de 06/02/2007).
8. Os percentuais do IPC aplicáveis aos meses de abril/90 - 44,80%; maio/1990 - 7,87% e fevereiro/91 - 21,87%, posto inclusos no pedido formulado. (Precedente: ERESP 548711/PE)
9 Os juros compensatórios não são devidos na repetição de indébito e na compensação de tributos. (Precedentes: REsp 698075 / PE, DJ de 02/08/2007; AgRg no REsp 709241 / PE , 1ª Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJ de 15/03/2007)
10. Recurso especial a que se nega seguimento (art. 557, *caput*, do CPC)

Trata-se de recurso especial interposto com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, pela FAZENDA NACIONAL contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região que, em demanda onde se discute a compensação/repetição de tributos sujeitos a lançamento por homologação, aplicou a tese da prescrição decenal e determinou que *"a atualização monetária deve ser feita segundo os índices oficiais ORTN/OTN/BTN e INPC até dezembro de 1991, UFIR a partir de janeiro de 1992 (Lei n.º 8383/91) e do IPCA-E do IBGE, mensalmente a partir de 01 de janeiro de 2001, em razão da extinção da UFIR como indexador (MP n.º1973-67, art. 29, § 3º)"*
Aponta a recorrente a violação dos arts. 156, I, 165, 168, I, do CTN, pugnando pela reconhecimento da prescrição qüinqüenal, bem como, a contrariedade aos arts. 1º, da Lei n.º 6899/81, Decreto 86.649/81, art. 15, II, §§ 1º e 2º da Lei n.º 7.730, Decreto 2.284/86, art. 5º, da Lei n.º 7.777/89 e art. 5º da Lei n.º 7.801/89, insurgindo-se contra a substituição do BTNF pelo IPC.
Realizado o juízo de admissibilidade positivo do apelo extremo, na instância de origem, ascenderam os autos ao E. STJ.
Relatados. Decido.
DA PRESCRIÇÃO DA AÇÃO DE REPETIÇÃO/COMPENSAÇÃO DO INDÉBITO.
Desiste razão à recorrente
Com efeito, a Primeira Seção deste Tribunal Superior consagrou a tese de que a extinção do crédito tributário, marco temporal do prazo qüinqüenal do direito do contribuinte pleitear restituição do indébito (artigo 168, I, do CTN) condiciona-se à homologação expressa ou tácita do pagamento antecipado (artigo 156, VII, do CTN), e não ao próprio pagamento, que configura mera antecipação *ex vi* do artigo 150, § 1º, do *Codex* Tributário.

Assim, tendo em vista que a extinção do crédito tributário, em regra, efetiva-se com a homologação tácita, que se ultima cinco anos após a ocorrência do fato jurídico tributário (artigo 150, § 4º, do CTN), o prazo prescricional para a repetição ou compensação dos tributos sujeitos a lançamento por homologação começa a fluir decorridos 05 (cinco) anos, contados a partir da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais um qüinqüênio computado desde o termo final do prazo atribuído ao Fisco para verificar o *quantum* devido a título de tributo.

À guisa de exemplo, merece transcrição a ementa do seguinte julgado oriundo da Primeira Seção:

"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. LEI Nº 7.787/89. COMPENSAÇÃO. PRESCRIÇÃO. DECADÊNCIA. TERMO INICIAL DO PRAZO. PRECEDENTES.
1. Está uniforme na 1ª Seção do STJ que, no caso de lançamento tributário por homologação e havendo silêncio do Fisco, o prazo decadencial só se inicia após decorridos 5 (cinco) anos da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais um qüinqüênio, a partir da homologação tácita do lançamento. Estando o tributo em tela sujeito a lançamento por homologação, aplicam-se a decadência e a prescrição nos moldes acima delineados.
2. Não há que se falar em prazo prescricional a contar da declaração de inconstitucionalidade pelo STF ou da Resolução do Senado. A pretensão foi formulada no prazo concebido pela jurisprudência desta Casa Julgadora como admissível, visto que a ação não está alcançada pela prescrição, nem o direito pela decadência. Aplica-se, assim, o prazo prescricional nos moldes em que pacificado pelo STJ, id est, a corrente dos cinco mais cinco.
3. A ação foi ajuizada em 16/12/1999. Valores recolhidos, a título da exação discutida, em 09/1989. Transcorreu, entre o prazo do recolhimento (contado a partir de 12/1989) e o do ingresso da ação em juízo, o prazo de 10 (dez) anos. Inexiste prescrição sem que tenha havido homologação expressa da Fazenda, atinente ao prazo de 10 (dez) anos (5 + 5), a partir de cada fato gerador da exação tributária, contados para trás, a partir do ajuizamento da ação.
4. Precedentes desta Corte Superior.
5. Embargos de divergência rejeitados, nos termos do voto." (**EREsp 435835/SC, Relator Ministro Francisco Peçanha Martins, Relator p/ Acórdão Ministro José Delgado, julgado em 24.03.2004, publicado no DJ de 04.06.2007**)

Nada obstante, em 09 de fevereiro de 2005, sobreveio a Lei Complementar 118, que, em seu artigo 3º, dispõe sobre a interpretação do inciso I do artigo 168, do CTN, *verbis*:
"Art. 3º Para efeito de interpretação do inciso I do art. 168 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, a extinção do crédito tributário ocorre, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado de que trata o § 1º do art. 150 da referida Lei."

O artigo 4º, da LC 118/2005, determina a aplicação retroativa da norma jurídica inserta no dispositivo supracitado, em conformidade com o disposto no artigo 106, I, do CTN, segundo o qual: *"A lei aplica-se a ato ou fato pretérito: I - em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados"*.

Diante da aludida inovação legislativa, a Primeira Seção reconsolidou a jurisprudência do STJ acerca da cognominada tese dos cinco mais cinco para a definição do termo *a quo* do prazo prescricional das ações de repetição/compensação de valores indevidamente recolhidos a título de tributo sujeito a lançamento por homologação, apenas no que pertine às demandas intentadas antes da entrada em vigor da Lei Complementar 118/2005 (**EREsp 327043/DF, Relator Ministro João Otávio de Noronha, julgado em 27.04.2005**).

Naquela oportunidade, proferi voto-vista, posicionando-me no sentido de que:

"... a Lei Complementar 118, de 09 de fevereiro de 2005, aplica-se, tão somente, aos fatos geradores pretéritos ainda não submetidos ao crivo judicial, pelo que o novo regramento não é retroativo mercê de interpretativo. É que toda lei interpretativa, como toda lei, não pode retroagir.Outrossim, as lições de outrora coadunam-se com as novas conquistas constitucionais, notadamente a segurança jurídica da qual é corolário a vedação à denominada "surpresa fiscal".
(...)
À míngua de prequestionamento por impossibilidade jurídica absoluta de engendrá-lo, e considerando que não há inconstitucionalidade nas leis interpretativas como decidiu em recentíssimo pronunciamento o Pretório Excelso, o preconizado na presente sugestão de decisão ao colegiado, sob o prisma institucional, deixa incólume a jurisprudência do Tribunal ao ângulo da máxima tempus regit actum, permite o prosseguimento do julgamento dos feitos de acordo com a jurisprudência reinante, sem invalidar a vontade do legislador através suscitação de incidente de inconstitucionalidade de resultado moroso e duvidoso a afrontar a efetividade da prestação jurisdicional,mantendo hígida a norma com eficácia aos fatos pretéritos ainda não sujeitos à apreciação judicial, máxime porque o artigo 106 do CTN é de constitucionalidade induvidosa até então e ensejou a edição da LC 118/2005, constitucionalmente imune de vícios.
(...)"

Entrementes, o Supremo Tribunal Federal, em sede do recurso extraordinário interposto em face do *decisum* proferido nos autos dos EREsp 644736/PE, nos quais se cuida da matéria ora em debate, considerou caracterizada a violação do princípio constitucional da reserva de plenário (artigo 97, da Constituição Federal de 1988), reputando declaratório de inconstitucionalidade o acórdão que *"afasta a incidência de norma ordinária pertinente à lide para decidi-la sobre critérios diversos alegadamente extraídos da Constituição"*.

Conseqüentemente, a Primeira Seção determinou o processamento, perante a Corte Especial, de incidente de inconstitucionalidade do artigo 4º, da LC 118/2005, na parte que determina a aplicação retroativa do disposto no artigo 3º, da mesma lei.

Na sessão de julgamento ocorrida em 06.06.2007, a Corte Especial acolheu o referido incidente, para reconhecer a inconstitucionalidade da expressão "observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional", constante do artigo 4º, segunda parte, da Lei Complementar 118/2005, *verbis*:

"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. LEI INTERPRETATIVA. PRAZO DE PRESCRIÇÃO PARA REPETIÇÃO DE INDÉBITO, NOS TRIBUTOS SUJEITOS À LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. LC 118/2005: NATUREZA MODIFICATIVA (E NÃO SIMPLESMENTE INTERPRETATIVA) DO SEU ARTIGO 3º. INCONSTITUCIONALIDADE DO SEU ART. 4º, NA PARTE QUE DETERMINA A APLICAÇÃO RETROATIVA.
1. Sobre o tema relacionado com a prescrição da ação de repetição de indébito tributário, a jurisprudência do STJ (1ª Seção) é no sentido de que, em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, o prazo de cinco anos, previsto no art. 168, do CTN, tem início, não na data do recolhimento do tributo indevido, e sim na data da homologação - expressa ou tácita - do lançamento. Segundo entende o Tribunal, para que o crédito se considere extinto, não basta o pagamento: é indispensável a homologação do lançamento, hipótese de extinção albergada pelo art. 156, VII, do CTN. Assim, somente a partir dessa homologação é que teria início o prazo previsto no art. 168, I. E, não havendo homologação expressa, o prazo para a repetição do indébito acaba sendo, na verdade, de dez anos a contar do fato gerador.
2. Esse entendimento, embora não tenha a adesão uniforme da doutrina e nem de todos os juízes, é o que legitimamente define o conteúdo e o sentido das normas que disciplinam a matéria, já que se trata do entendimento emanado do órgão do Poder Judiciário que tem a atribuição constitucional de interpretá-las.
3. O art. 3º, da LC 118/2005, a pretexto de interpretar esses mesmos enunciados, conferiu-lhes, na verdade, um sentido e um alcance diferente daquele dado pelo Judiciário. Ainda que defensável a 'interpretação' dada, não há como negar que a Lei inovou no plano normativo, pois retirou das disposições interpretadas um dos seus sentidos possíveis, justamente aquele tido como correto pelo STJ, intérprete e guardião da legislação federal.
4. ***Assim, tratando-se de preceito normativo modificativo, e não simplesmente interpretativo, o art. 3º, da LC 118/2005 só pode ter eficácia prospectiva, incidindo apenas sobre situações que venham a ocorrer a partir de sua vigência.***
5. O artigo 4º, segunda parte, da LC 118/2005, que determina aplicação retroativa do seu art. 3º, para alcançar inclusive fatos passados, ofende o princípio constitucional da autonomia e independência dos poderes (CF, art. 2º) e o da garantia do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada (CF, art. 5º, XXXVI).
6. Argüição de inconstitucionalidade acolhida." (AI nos ERESP 644736/PE, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 06.06.2007)

No voto-condutor da argüição de inconstitucionalidade, assinalou ainda o e. Ministro Relator que *"com o advento da LC 118/05, a prescrição, do ponto de vista prático, deve ser contada da seguinte forma: relativamente aos pagamentos efetuados a partir da sua vigência (que ocorreu em 09.06.05), o prazo para a repetição do indébito é de cinco a contar da data do pagamento; e relativamente aos pagamentos anteriores, a prescrição obedece ao regime previsto no sistema anterior, limitada, porém, ao prazo máximo de cinco anos a contar da vigência da lei nova"*.

Deveras, a norma inserta no artigo 3º, da lei complementar em tela, indubitavelmente, cria direito novo, não configurando lei meramente interpretativa, cuja retroação é permitida, consoante apregoa doutrina abalizada:

"Denominam-se leis interpretativas as que têm por objeto determinar, em caso de dúvida, o sentido das leis existentes, sem introduzir disposições novas. {nota: A questão da caracterização da lei interpretativa tem sido objeto de não pequenas divergências, na doutrina. Há a corrente que exige uma declaração expressa do próprio legislador (ou do órgão de que emana a norma interpretativa), afirmando ter a lei (ou a norma jurídica, que não se apresente como lei) caráter interpretativo. Tal é o entendimento da ***AFFOLTER*** *(Das intertemporale Recht, vol. 22, System des deutschen bürgerlichen Uebergangsrechts, 1903, pág. 185), julgando necessária uma Auslegungsklausel, ao qual* ***GABBA****, que cita, nesse sentido, decisão de tribunal de Parma, (...) Compreensão também de* ***VESCOVI*** *(Intorno alla misura dello stipendio dovuto alle maestre insegnanti nelle scuole elementari maschili, in Giurisprudenza italiana, 1904, I,I, cols. 1191, 1204) e a que adere* ***DUGUIT****, para quem nunca se deve presumir ter a lei caráter interpretativo - "os tribunais não podem reconhecer esse caráter a uma disposição legal, senão nos casos em que o legislador lho atribua expressamente" (Traité de droit constitutionnel, 3ª ed., vol. 2º, 1928, pág. 280). Com o mesmo ponto de vista, o jurista pátrio* ***PAULO DE LACERDA*** *concede, entretanto, que seria exagero exigir que a declaração seja inseri da no corpo da própria lei não vendo motivo para desprezá-la se lançada no preâmbulo, ou feita noutra lei.*
Encarada a questão, do ponto de vista da lei interpretativa por determinação legal, outra indagação, que se apresenta, é saber se, manifestada a explícita declaração do legislador, dando caráter interpretativo, à lei, esta se deve reputar, por isso, interpretativa, sem possibilidade de análise, por ver se reúne requisitos intrínsecos, autorizando uma tal consideração.
(...)
*... **SAVIGNY** coloca a questão nos seus precisos termos, ensinando: "trata-se unicamente de saber se o legislador fez, ou quis fazer uma lei interpretativa, e, não, se na opinião do juiz essa interpretação está conforme com a verdade" (System des heutigen romischen Rechts, vol. 8º, 1849, pág. 513). Mas, não é possível dar coerência a coisas, que são de si incoerentes, não se consegue conciliar o que é inconciliável. E, desde que a chamada interpretação autêntica é realmente incompatível com o conceito, com os requisitos da verdadeira interpretação (v., supra, a nota 55 ao n° 67), não admira que se procurem torcer as conseqüências inevitáveis, fatais de tese forçada, evitando-se-lhes os perigos. Compreende-se, pois, que muitos autores não aceitem o rigor dos efeitos da imprópria interpretação. Há quem, como* ***GABBA*** *(Teoria delta retroattività delle leggi, 3ª ed., vol. 1º, 1891, pág. 29), que invoca* ***MAILHER DE CHASSAT*** *(Traité de la rétroactivité des lois, vol. 1º, 1845, págs. 131 e 154), sendo seguido por* ***LANDUCCI*** *(Trattato storico-teorico-pratico di diritto civile francese ed italiano, versione ampliata del Corso di diritto civile francese, secondo il metodo dello Zachariæ, di Aubry e Rau, vol. 1º e único, 1900, pág. 675) e* ***DEGNI*** *(L'interpretazione della legge, 2ª ed., 1909, pág. 101), entenda que é de distinguir quando uma lei é declarada interpretativa, mas encerra, ao lado de artigos que apenas esclarecem, outros introduzido novidade, ou modificando dispositivos da lei interpretada.* ***PAULO DE LACERDA*** *(loc. cit.) reconhece ao juiz competência para verificar se a lei é, na verdade, interpretativa, mas somente quando ela própria afirme que o é.* ***LANDUCCI*** *(nota 7 à pág. 674 do vol. cit.) é de prudência manifesta: "Se o legislador declarou interpretativa uma lei, deve-se, certo, negar tal caráter somente em casos extremos, quando seja absurdo ligá-la com a lei interpretada, quando nem mesmo se possa considerar a mais errada interpretação imaginável. A lei interpretativa, pois, permanece tal, ainda que errônea, mas, se de modo insuperável, que suplante a mais aguda conciliação, contrastar com a lei interpretada, desmente a própria declaração legislativa."* Ademais, a doutrina do tema é pacífica no sentido de que: *"Pouco importa que o legislador, para cobrir o atentado ao direito, que comete, dê à sua lei o caráter interpretativo. É um ato de hipocrisia, que não pode cobrir uma violação flagrante do direito" (Traité de droit constitutionnel, 3ª ed., vol. 2º, 1928, págs. 274-275)."* (Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Vol. I, 3ª ed., págs. 294 a 296).

Consectariamente, em se tratando de pagamentos indevidos efetuados antes da entrada em vigor da LC 118/05 (09.06.2005), o prazo prescricional para o contribuinte pleitear a restituição do indébito, nos casos dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, continua observando a cognominada tese dos cinco mais cinco, desde que, na data da vigência da novel lei complementar, sobejem, no máximo, cinco anos da contagem do lapso temporal (regra que se coaduna com o disposto no artigo 2.028, do Código Civil de 2002, segundo o qual: *"Serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada."*).

Por outro lado, ocorrido o pagamento antecipado do tributo após a vigência da aludida norma jurídica, o *dies a quo* do prazo prescricional para a repetição/compensação é a data do recolhimento indevido.

In casu**, a demanda foi ajuizada em 06.11.1997 (muito antes da entrada em vigor da novel lei complementar), com o objetivo obter o direito à compensação de valores indevidamente recolhidos a título tributo sujeito a lançamento por homologação, o que, nos termos dos arts. 168, I, e 150, § 4º, do CTN, revela inequívoca a inocorrência da prescrição dos valores recolhidos indevidamente a partir de 06.11.1987, porquanto tributo sujeito a lançamento por homologação, cuja prescrição opera-se 5 (cinco) anos após expirado o prazo para aquela atividade.**

DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS.

No tocante à questão da correção monetária, com inclusão dos expurgos inflacionários, restou assentado pela Corte Especial, por ocasião do julgamento dos Embargos de Divergência no Recurso Especial 478.359/SP, que devem ser aplicados os seguintes índices de correção monetária na repetição do indébito tributário: IPC, em janeiro e fevereiro de 1989, e de março/1990 a fevereiro/1991; INPC, de março a dezembro/1991; UFIR, de janeiro/1992 a dezembro/1995. A partir de janeiro de 1996, aplica-se, **exclusivamente**, a taxa SELIC, ressaltando-se que, para os meses de janeiro e fevereiro de 1989, os percentuais são, respectivamente, de 42,72% e 10,14%. O referido aresto restou assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCLUSÃO DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PEDIDO NO INÍCIO DA EXECUÇÃO, PORÉM, ANTES DA HOMOLOGAÇÃO DA CONTA LIQUIDATÓRIA. ENTENDIMENTO PACIFICADO NA CORTE ESPECIAL. APLICAÇÃO DOS ÍNDICES QUE MELHOR REFLETEM A REAL INFLAÇÃO À SUA ÉPOCA. PRECEDENTES.

1. A correção monetária não se constitui em um plus; não é uma penalidade, sendo, tão-somente, a reposição do valor real da moeda, corroído pela inflação. Portanto, independe de culpa das partes litigantes. É pacífico na jurisprudência desta Colenda Corte o entendimento segundo o qual é devida a aplicação dos índices de inflação expurgados pelos planos econômicos governamentais, como fatores de atualização monetária de débitos judiciais.
2. A respeito, este Tribunal tem adotado o princípio de que deve ser seguido, em qualquer situação, o índice que melhor reflita a realidade inflacionária do período, independentemente das determinações oficiais. Assegura-se, contudo, seguir o percentual apurado por entidade de absoluta credibilidade e que, para tanto, merecia credenciamento do Poder Público, como é o caso da Fundação IBGE. É firme a jurisprudência desta Corte que, para tal propósito, há de se aplicar o IPC, por melhor refletir a inflação à sua época.
3. EREsp nº 81583/DF, 3ª Seção, DJ de 17/02/2003, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI:
'1 - Vislumbram-se três hipóteses de adequação do instituto da correção monetária e dos expurgos inflacionários aos casos trazidos à apreciação do Poder Judiciário: (a) a aplicação destes no processo de conhecimento; (b) a incidência dos mesmos requeridos, somente quando iniciado o processo de execução do título judicial, porém, antes da homologação da conta de liquidação; e, (c) a admissão do uso dos expurgos inflacionários pleiteados após a homologação da conta de liquidação, nos denominados precatórios complementares.
2 - Na possibilidade (b), hipótese destes autos, este Tribunal tem deferido a pretensão da inclusão de tais figuras monetárias na atualização das dívidas de valor, porquanto oriundos do processo inflacionário para os quais o cidadão não concorreu para sua formação, não podendo, desta forma, suportar os efeitos de tais acontecimentos. Assim, os expurgos inflacionários nada mais são que decorrência da correção monetária, pois compõem este instituto, uma vez que se configuram como valores extirpados do cálculo da inflação, quando da apuração do índice real que corrigiria preços, títulos públicos, tributos e salários, entre outros. Ademais, é remansoso nesta Corte Superior que a correção monetária nada acrescenta, tão-somente preserva o valor da moeda aviltada pelo processo inflacionário, não constituindo um plus, mas sim um minus. Essencial, desta forma, a correta apuração desta e de seus desdobramentos.
3 - Logo, correta a r. decisão monocrática proferida pela MM. Juíza Federal da 4a. Vara de Seção Judiciária de Brasília ao admitir a inclusão dos expurgos na execução do julgado, no momento em que homologou a conta de liquidação. Precedentes da Corte Especial (EREsp nºs 163.681/RS, 189.615/DF e 98.528/DF).
4 - Embargos acolhidos para se prover o Recurso Especial interposto e, reformando o v. acórdão de origem, restabelecer o r. decisum monocrático que homologou a conta de liquidação, incluindo nela, os expurgos inflacionários pleiteados pelo autor, ora interessado.'
4. Aplicação dos índices de correção monetária da seguinte forma: a) por meio do IPC, nos períodos de janeiro e fevereiro de 1989 e março/1990 a fevereiro/1991; b) a partir da promulgação da Lei nº 8.177/91, a aplicação do INPC (até dezembro/1991); e c) só a partir de janeiro/1992, a aplicação da UFIR, nos moldes estabelecidos pela Lei nº 8.383/91. A correção monetária dos períodos que não estejam incluídos nos explicitados deverá ser procedida conforme o Manual de Cálculos da Justiça Federal.
5. Precedentes recentes desta Corte Superior.
6. Embargos de divergência não conhecidos."
(EREsp 478.359/SP, Corte Especial, Rel. Min. José Delgado, DJ de 13.9.2004)

Confiram-se ainda, à guisa de exemplo, os recentes precedentes: EREsp 548.711/PE, DJ de 25/04/2007; EREsp 640.159/PE, DJ de 13.11.2006; REsp 879.747/SP, DJ de 1º.3.2007; REsp 608.556/PE, DJ de 06/02/2007.
Explicitam-se, outrossim, os percentuais do IPC aplicáveis aos meses de abril/90 - 44,80%; maio/1990 - 7,87% e fevereiro/91 - 21,87%, posto inclusos no pedido formulado.
Por fim, ressalte-se que, quanto ao cabimento de juros compensatórios em sede de repetição de indébito, é remansosa a jurisprudência desta Corte no sentido de sua não incidência, consoante depreende-se dos seguintes julgados:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. FINSOCIAL. PRESCRIÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. JUROS COMPENSATÓRIOS. ART. 161 DO CTN. NÃO-INCIDÊNCIA. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. SÚMULA N. 7/STJ.
1. Na hipótese de tributo sujeito a lançamento por homologação, o prazo para a propositura da ação de repetição de indébito é de 10 (dez) anos a contar do fato gerador, se a homologação for tácita (tese dos "cinco mais cinco"), e, de 5 (cinco) anos a contar da homologação, se esta for expressa. Precedente.
2. Não viola o art. 535, II, do CPC acórdão que expede motivação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia suscitada.
3. É devida a inclusão dos expurgos inflacionários na repetição de indébito, utilizando-se: a) o IPC, no período de jan/89 a jan/91; b) o INPC, de fev/91 a dez/91; e c) a Ufir, de jan/92 a dez/95.Inaplicável, por conseguinte, o IGP-M nos meses de julho e agosto/94.
4. Na repetição de indébito, com o advento da Lei n. 9.250/95, a partir de 1º/1/96, os juros passaram a ser devidos de acordo com a taxa Selic, não mais tendo aplicação o art. 161, § 1º, e art. 167, parágrafo único, do CTN.
5. Não incidem juros compensatórios na restituição ou compensação de crédito tributário. Precedentes.
6. Em face do óbice contido na Súmula n. 7 desta Corte, mostra-se inviável, em sede de recurso especial, revisar os critérios fáticos utilizados pelo julgador para o arbitramento do quantum devido a título de verba honorária.
7. Recurso especial do Instituto Nacional do Seguro Social improvido. Recurso especial de Bacardi Martini do Brasil Indústria e Comércio Ltda. conhecido em parte e provido parcialmente. (REsp 698075 / PE, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 02/08/2007)

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. COMPENSAÇÃO DE PIS COM TRIBUTOS DE OUTRAS ESPÉCIES. LEI SUPERVENIENTE. RETROAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS. AGRAVO DESPROVIDO.
1. A Primeira Seção, nos EREsp 488.992/MG, publicados no DJU de 7.6.2004, de relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki, julgados à unanimidade, rejeitou-os para declarar que, em se tratando de compensação, deve ser observada a legislação vigente à época do ajuizamento da ação, não podendo ser julgada a causa à luz do direito superveniente, ressalvando-se o direito da parte autora de proceder à compensação dos créditos pela via administrativa, em conformidade com as normas posteriores, desde que atendidos os requisitos pertinentes.
2. Quanto aos juros compensatórios, gize-se que a orientação predominante entre as Turmas da Primeira Seção é de que não devem ser aplicados em matéria de repetição de indébitos tributários (REsp 624.714/PR, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 13.9.2004; REsp 415.684/PR, 1ª Turma, Rel. Min. Garcia Vieira, DJ de 24.6.2004; REsp 584.510/PE, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 11.10.2004).
3. "Após a edição da Lei 9.250/95, aplica-se a taxa SELIC desde o recolhimento indevido, ou, se for o caso, a partir de 1º.1.1996, não podendo ser cumulada, porém, com qualquer outro índice, seja de atualização monetária, seja de juros, porque a SELIC inclui, a um só
tempo, o índice de inflação do período e a taxa de juros real" (EREsp 267.080/SC, 1ª Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 10.11.2003).
4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 709241 / PE , 1ª Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJ de 15/03/2007)

Ante o exposto, com fulcro no *caput*, do art. 557, do CPC, nego seguimento ao presente recurso especial, nos termos da fundamentação.
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2077)

RECURSO ESPECIAL Nº 861.127 - AM (2006/0135639-3)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: MASA DA AMAZÔNIA LTDA
ADVOGADO	: MARIA RITA GRADILONE SAMPAIO LUNARDELLI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: VALÉRIA SAQUES E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. LEI 9.718/98. PIS E COFINS. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. LEI COMPLEMENTAR 70/91 E LEI COMPLEMENTAR 7/70. NOVEL JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º, ARTIGO 3º, DA LEI 9.718/98.
1. A Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica, vale dizer, *"**totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas**"*.
2. Fundando-se o acórdão recorrido em interpretação de matéria eminentemente constitucional (a equiparação dos conceitos de receita bruta e faturamento a que se refere o art. 3º da Lei nº 9.718/98 não se contrapõe à disciplina do artigo 195 da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional 20/98), descabe a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.
3. Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos **Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG**, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e **n.º 346.084-6/PR**, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.
4. Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.
5. Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, segundo a qual: *"Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia."* (**RE 336134/RS**, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003).
6. *In casu*, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.
7. Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.
8. De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98 que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.
9. Recurso especial provido (CPC, artigo 557, § 1º-A).

Cuida-se de recurso especial interposto por MASA DA AMAZÔNIA, com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, no intuito de ver reformado o v. acórdão prolatado pelo Tribunal Regional da 1ª Região, que restou assim ementado:

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. PIS/PASEP. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 239. RECEPÇÃO. LEI Nº 9.718/98. PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS LEIS. FATURAMENTO. RECEITA BRUTA. BASE DE CÁLCULO. ALTERAÇÃO. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/98. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 195, INCISO I, "b". "VACATIO LEGIS. CONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL.
1. O artigo 239 da Constituição Federal de 1988, ao recepcionar o Programa de Integração Social - PIS, limitou-se a disciplinar a arrecadação e a distribuição dos recursos amealhados a esse título, deixando outros regramentos para a legislação infraconstitucional.
2. As disposições dos artigos 195, § 6º e 154, inciso I, da Constituição Federal de 1988, restringem-se à criação ou majoração de tributos novos, o que não é o caso do PIS.
3. O Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que a contribuição social denominada PIS não está inserida dentre aquelas reservadas pela Constituição Federal de 1988 à lei complementar e pode ser alterada por lei ordinária (Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1/DF).
4. É orientação consolidada na Suprema Corte que os conceitos de "faturamento" e "receita bruta" são equivalentes para efeitos fiscais (Recursos Extraordinários nºs 150.764/PE, 150.755-1/PE, 144.971-3/DF).
*5. A Lei nº 9.718/98, em face da **vacatio legis,** adquiriu eficácia plena quando já se encontrava em vigor a Emenda Constitucional nº 20/98, modificativa do artigo 195 da Constituição Federal, o que afasta a existência de sua afirmada desarmonia com a referida emenda.*
6. A Corte Especial deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região declarou a constitucionalidade dos artigos 2º, 3º, "caput", § 1º, da Lei nº 9.718/98, que alteraram a base de cálculo do PIS.

Opostos embargos de declaração pela empresa, restaram os mesmos desprovidos, uma vez que não vislumbrados os vícios apontados.

A recorrente, nas razões do especial, sustenta que o acórdão hostilizado incorreu em ofensa **ao artigos 110, do CTN**, ao considerar legal e constitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS prevista na Lei 9.718/98.

Traz ainda para confronto arestos que esposam a tese da inconstitucionalidade e ilegalidade da alteração do conceito de faturamento promovida pela Lei 9.718/98, bem como da impossibilidade da recepção do aludido diploma legal pela EC 20/98, além de se insurgir quanto ao seu direito em compensar os valores indevidamente recolhidos.

Contra o acórdão de apelação também foi interposto recurso extraordinário o qual foi admitido pela instância de origem.

Apresentadas contra-razões, nas quais se pugna pelo não conhecimento do recurso especial e, caso seja o mesmo conhecido, pelo seu desprovimento.

Realizado o juízo de admissibilidade negativo do apelo extremo, na instância de origem, foi interposto agravo de instrumento o qual restou provido para determinar a subida do recurso especial para melhor exame.

Relatados, decido.

Controvérsia que se cinge à legalidade da Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, que, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica.

Os artigos 2º e 3º, da referida lei, encontram-se assim redigidos:
"Art. 2° As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, ***serão calculadas com base no seu faturamento****, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"*

"Art. 3º ***O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.*** *(Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)*
§ 1º ***Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.***
§ 2º Para fins de determinação da base de cálculo das contribuições a que se refere o art. 2º, excluem-se da receita bruta:
I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;
II - as reversões de provisões operacionais e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita; (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
III - os valores que, computados como receita, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, observadas normas regulamentadoras expedidas pelo Poder Executivo; (Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)
IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente.
§ 3º Nas operações realizadas em mercados futuros, considera-se receita bruta o resultado positivo dos ajustes diários ocorridos no mês. (Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004)
§ 4º Nas operações de câmbio, realizadas por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, considera-se receita bruta a diferença positiva entre o preço de venda e o preço de compra da moeda estrangeira.
§ 5º Na hipótese das pessoas jurídicas referidas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, serão admitidas, para os efeitos da COFINS, as mesmas exclusões e deduções facultadas para fins de determinação da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP.
§ 6º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 7º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 8º (Vide Medidas Provisórias nºs 2158-35, de 2001
III - agrícolas, conforme ato do Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)
§ 9º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"

O STJ, em reiterados julgados, vem decidindo no sentido de que, quando o acórdão recorrido decide com base em interpretação eminentemente constitucional, a via especial não pode ser aberta, posto que estar-se-ia usurpando competência declinada pela Carta Maior ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e n.º 346.084-6/PR, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

Destaque-se, do julgamento, o seguinte excerto do voto proferido pelo e. Ministro Marco Aurélio, pertinente ao RE n.º 357950/RS:

"Procedo ao exame da problemática referente à Lei nº 9.718/98. Aqui há de se perceber o empréstimo de sentido todo próprio ao conceito de faturamento. Eis o teor da lei envolvida na espécie:

Art. 2º As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base no seu faturamento, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei.

Tivesse o legislador parado nessa disciplina, aludindo a faturamento sem dar-lhe, no campo da ficção jurídica, conotação discrepante da consagrada por doutrina e jurisprudência, tomar-se-ia o faturamento tal como veio a ser explicitado na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, ou seja, a envolver o conceito de receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviços. Respeitado estaria o Diploma Maior ao estabelecer, no inciso I do artigo 195, o cálculo da contribuição para o financiamento da seguridade social devida pelo empregador, considerado o faturamento. Em última análise, ter-se-ia a observância da ordem natural das coisas, do conceito do instituto que é o faturamento, caminhando-se para o atendimento da jurisprudência desta Corte.

Eis um panorama de precedentes do Tribunal, considerados conceitos relativos a tributos.

Ao julgar o Recurso Extraordinário nº 116.121-3/SP, o Plenário, sendo relator o ministro Octavio Gallotti, vencido no entendimento, teve oportunidade de proclamar que o imposto sobre serviços não incide sobre locação de bens porque locação de bens móveis não é simplesmente serviço. Fiquei com a redação do acórdão, conforme publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 178/1.265. Também na apreciação do Recurso Extraordinário nº 166.772-9/RS, o Plenário, em 12 de maio de 1994, reafirmou a necessidade de se atentar para o conceito consagrado dos institutos. Glosou a tentativa de se tomar, como abrangidos pela expressão "folha de salário", os pagamentos efetuados a administradores e autônomos - Revista Trimestral de Jurisprudência 156/666-692. E, ao examinar o Recurso Extraordinário nº 172.058-1/SC, o Plenário, em 30 de junho de 1995 e conforme acórdão publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 161/1.043-1.057, veio, mais uma vez, a dar eficácia aos figurinos constitucional e legal ao concluir que não se pode falar em imposto sobre renda sem que haja ocorrido acréscimo patrimonial representado pela aquisição de disponibilidade sobre a renda. No caso, teve-se presente não só a Lei Fundamental como também o artigo 110 do Código Tributário Nacional, consoante o qual a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e forma de direito privado, utilizados expressa ou implicitamente pela Constituição Federal. Então, após mencionar a jurisprudência da Corte sobre a valia dos institutos, dos vocábulos e expressões constantes dos textos constitucionais e legais e considerada a visão técnico-vernacular, volto à Lei nº 9.718/98, salientando, como retratado acima, constar do artigo 2º a referência a faturamento. No artigo 3º, deu-se enfoque todo próprio, definição singular ao instituto faturamento, olvidando-se a dualidade faturamento e receita bruta de qualquer natureza, pouco importando a origem, em si, não estar revelada pela venda de mercadorias, de mercadorias e serviços ou de serviços:
Art. 3º O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.

Não fosse o § 1º que se seguiu, ter-se-ia a observância da jurisprudência desta Corte, no que ficara explicitado, na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, a sinonímia dos vocábulos "faturamento" e "receita bruta". Todavia, o § 1º veio a definir esta última de forma toda própria:
§ 1º Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.

O passo mostrou-se demasiadamente largo, olvidando-se, por completo, não só a Lei Fundamental como também a interpretação desta já proclamada pelo Supremo Tribunal Federal. Fez-se incluir no conceito de receita bruta todo e qualquer aporte contabilizado pela empresa, pouco importando a origem, em si, e a classificação que deva ser levada em conta sob o ângulo contábil.

Em síntese, o legislador ordinário (logicamente não no sentido vulgar, mas técnico-legislativo) acabou por criar uma fonte de custeio da seguridade à margem do disposto no artigo 195, com a redação vigente à época, e sem ter presente a regra do § 4º nele contido, isto é, a necessidade de novas fontes destinadas a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social pautar-se pela regra do artigo 154, inciso I, da Constituição Federal, que é explícito quanto à exigência de lei complementar. Antecipou-se à própria Emenda Constitucional nº 20, no que, dando nova redação ao artigo 195 da Constituição Federal, versou a incidência da contribuição sobre a receita ou o faturamento. A disjuntiva "ou" bem revela que não se tem a confusão entre o gênero "receita" e a espécie "faturamento". Repita-se, antes da Emenda Constitucional nº 20/98, posterior à Lei ora em exame, a Lei nº 9.718/98, tinha-se apenas a previsão de incidência da contribuição sobre a folha de salários, o faturamento e os lucros. Com a citada emenda, passou-se não só a se ter a abrangência quanto à primeira base de incidência, folha de salários, apanhando-se de forma linear os rendimentos do trabalho pagos ou creditados a qualquer título, mesmo sem vínculo empregatício, observando-se o precedente desta Corte, como também a inserção, considerado o que surgiu como alínea "b" do inciso I do artigo 195, da base de incidência, que é a receita.

Como, então, dizer-se, a esta altura, que houve simples explicitação do que já previsto na Carta? É admitir-se a vinda à balha de emenda constitucional sem conteúdo normativo. É admitir-se que o legislador ordinário possa, até mesmo, modificar enfoque pacificado mediante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que haja atuado, à luz das balizas constitucionais, como guardião da Lei Fundamental. Descabe, também, partir para o que seria a repristinação, a constitucionalização de diploma que, ao nascer, mostrou-se em conflito com a Constituição Federal. Admita-se a inconstitucionalidade progressiva. No entanto, a constitucionalidade posterior contraria a ordem natural das coisas. A hierarquia das fontes legais, a rigidez da Carta, a revelá-la documento supremo, conduz à necessidade de as leis hierarquicamente inferiores observarem-na, sob pena de transmudá-la, com nefasta inversão de valores. Ou bem a lei surge no cenário jurídico em harmonia com a Constituição Federal, ou com ela conflita, e aí afigura-se írrita, não sendo possível o aproveitamento, considerado texto constitucional posterior e que, portanto, à época não existia. Está consagrado que o vício da constitucionalidade há de ser assinalado em face dos parâmetros maiores, dos parâmetros da Lei Fundamental existentes no momento em que aperfeiçoado o ato normativo. A constitucionalidade de certo diploma legal deve se fazer presente de acordo com a ordem jurídica em vigor, da jurisprudência, não cabendo reverter a ordem natural das coisas. Daí a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Nessa parte, provejo o recurso extraordinário e com isso acolho o pedido formulado na inicial, referente à base de cálculo da contribuição, ou seja, para que se entenda, como receita bruta ou faturamento, o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa."

Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

No particular, merece transcrição de trecho do voto proferido pelo e. Ministro Moreira Alves, na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 01/DF, *verbis*:
"(...)
Em síntese, como salientou o Ministro Carlos Velloso, na qualidade de relator do RE 138.284, quando esta Corte reiterou o entendimento já expedido por ocasião do julgamento do RE 146.733,

'O que importa perquirir não é o fato de a União arrecadar a contribuição, mas se o produto da arrecadação é destinado ao financiamento da seguridade social (CF, art. 195, I).'

E, em se tratando da contribuição social instituída pela Lei Complementar n. 70/91, ele o é, como dispõe seu artigo 1º.

De outra parte, sendo a COFINS contribuição social instituída com base no inciso I do artigo 195 da Constituição Federal, e tendo ela natureza tributária diversa da do imposto, as alegações de que ela fere o princípio constitucional da não-cumulatividade dos impostos da União e resulta em bitributação por incidir sobre a mesma base de cálculo do PIS/PASEP só teriam sentido se se tratasse de contribuição social nova, não enquadrável no inciso I do artigo 195, hipótese em que se aplicaria o disposto no § 4º desse mesmo artigo 195 ('A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I'), que determina a observância do inciso I do artigo 154 que estabelece que a União poderá instituir 'I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição'.

Sucede, porém, que a contribuição social em causa, incidente sobre o faturamento dos empregadores, é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 195 da Carta Magna, não se podendo pretender, portanto, que a Lei Complementar n.º 70/91 tenha criado outra fonte de renda destinada a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social.

Por isso mesmo, essa contribuição poderia ser instituída por Lei ordinária. A circunstância de ter sido instituída por lei formalmente complementar - a Lei Complementar n.º 70/91 - não lhe dá, evidentemente, a natureza de contribuição social nova, a que se aplicaria o disposto no § 4º do artigo 195 da Constituição, porquanto essa lei, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída - que são o objeto desta ação -, é materialmente ordinária, por não tratar, nesse particular, de matéria reservada, por texto expresso da Constituição, à lei complementar. A jurisprudência desta Corte, sob o império da Emenda Constitucional n.º 1/69 - e a Constituição atual não alterou esse sistema -, se firmou no sentido de que só se exige lei complementar para as matérias para cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária.
(...)"

Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, *verbis*:

"TRIBUTÁRIO. COFINS. ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º 9.718/98. ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RE 336134/RS, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003)

Confira-se ainda, à guisa de exemplo, recente decisão monocrática proferida pelo e. Ministro Celso de Mello, já consonante com o citado julgamento do Plenário:

"O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a controvérsia jurídica pertinente à ampliação da ***base de cálculo*** *do PIS/COFINS (RE 357.950/RS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO), declarou, "incidenter tantum", a* ***inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98,*** *por entender que a noção de* ***faturamento*** *referida no art. 195, I, da Constituição da República, na redação anterior à EC 20/98, não legitimava a incidência de tais contribuições sobre a totalidade das* ***receitas*** *auferidas pelas empresas contribuintes, advertindo, ainda, que a superveniente promulgação da EC 20/98 não teve o condão de validar legislação ordinária anterior, que se mostrava originariamente inconstitucional.*

Esta Suprema Corte, por sua vez, também em julgamento plenário (RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO), confirmou a ***validade jurídico-constitucional do art. 8º da Lei nº 9.718/98,*** *no que concerne à majoração da alíquota de 2% para 3% (****COFINS****), assinalando que esse aumento - considerada a cláusula constitucional da anterioridade mitigada (CF, art. 195, § 6º) - tornou-se exigível a partir de 1º/02/99, afastada, no entanto, para efeito de incidência da referida alíquota (3%), a* ***base de cálculo*** *ampliada resultante do já mencionado § 1º (inconstitucional) do art. 3º da Lei nº* ***9.718/98****.*

Cumpre acentuar, ainda, que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, reconheceu a plena ***constitucionalidade da compensação, de até um terço (1/3), da COFINS com a CSLL****, apenas assegurada ao contribuinte sujeito à incidência de ambas as espécies tributárias ora mencionadas, rejeitando, desse modo, a alegação de que o § 1º do art. 8º da Lei nº* ***9.718/98*** *teria importado em ofensa ao postulado da isonomia tributária, porque excluídos de tal benefício os contribuintes unicamente tributados pela* ***COFINS****:*

"TRIBUTÁRIO. ***COFINS.*** *ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º* ***9.718/98.*** *ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (****COFINS****), até um terço do 'quantum' devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela* ***COFINS,*** *a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RTJ 185/352, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - grifei)*

Cabe assinalar, finalmente, que a diretriz jurisprudencial que venho de referir, considerados os precedentes em questão, tem sido observada, no âmbito desta Suprema Corte, em reiteradas decisões proferidas na resolução de controvérsia idêntica à suscitada na presente causa (RE 301.868/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - RE 308.066/RS, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - RE 356.471/MG, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - RE 372.627/DF, Rel. Min. ELLEN GRACIE - RE 388.039/MG, Rel. Min. GILMAR MENDES - RE 413.257/RJ, Rel. Min. CEZAR PELUSO - RE 451.348/SP, Rel. Min. CARLOS BRITTO - RE 469.023/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

Sendo assim, em face das razões expostas, conheço do presente recurso extraordinário, para dar-lhe parcial provimento (CPC, art. 557, § 1º - A), em ordem a afastar, considerada a ***base de cálculo*** *do PIS/COFINS, a aplicação do § 1º do art. 3º da Lei nº* ***9.718/98,*** *observando-se, para esse efeito, o entendimento que o Plenário desta Suprema Corte proclamou no julgamento do RE 357.950/RS.*
(...)" (RE 453622/SP, publicado no DJ de 25.04.2006)

In casu, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.

Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.

De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98, que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal, restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, § 1º-A, do CPC, DOU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2078)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 861.705 - SP (2007/0014933-5)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARLY MILOCA DA CÂMARA GOUVEIA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CLEURIMAR MARIA FARIAS E OUTROS
ADVOGADO	: MARIA HELENA PURKOTE

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO. INDENIZAÇÃO ESPECIAL LIVRE, FÉRIAS VENCIDAS E RESPECTIVO TERÇO CONSTITUCIONAL. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO PARA DETERMINAR SUA CONVERSÃO EM RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO
1. Trata-se de agravo de instrumento de decisão que deixou de admitir recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em mandado de segurança visando a assegurar o recebimento de verbas pagas a título de indenização especial livre, férias vencidas e respectivo terço constitucional, sem a incidência de imposto de renda, em face de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa, por adesão a plano de demissão voluntária.
2. Entendendo necessário melhor exame da questão, dou provimento ao agravo de instrumento para determinar sua conversão em recurso especial.
Intime-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI
Relator

(2079)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 863.623 - SP (2007/0024790-5)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: SCAC - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS LTDA
ADVOGADO	: FÁBIO EDUARDO LUPATELLI
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: HERMES ARRAIS ALENCAR E OUTRO(S)

DECISÃO
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO/COMPENSAÇÃO. ARTIGO 3º, DA LEI COMPLEMENTAR 118/2005. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. PAGAMENTO INDEVIDO. ARTIGO 4º, DA LC 118/2005. DETERMINAÇÃO DE APLICAÇÃO RETROATIVA. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONTROLE DIFUSO. CORTE ESPECIAL. RESERVA DE PLENÁRIO.
1. O prazo prescricional das ações de compensação/repetição de indébito, do ponto de vista prático, deve ser contado da seguinte forma: relativamente aos pagamentos efetuados a partir da vigência da Lei Complementar 118/2005 (09.06.05), o prazo para se pleitear a restituição é de cinco anos a contar da data do recolhimento indevido; e relativamente aos pagamentos anteriores, a prescrição obedece ao regime previsto no sistema anterior, limitada, porém, ao prazo máximo de cinco anos a contar da vigência da novel lei complementar.
2. Isto porque a Corte Especial declarou a inconstitucionalidade da expressão "observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional", constante do artigo 4º, segunda parte, da Lei Complementar 118/2005 (**AI nos ERESP 644736/PE, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 06.06.2007**).
3. Deveras, a norma inserta no artigo 3º, da lei complementar em tela, indubitavelmente, cria direito novo, não configurando lei meramente interpretativa, cuja retroação é permitida, consoante apregoa doutrina abalizada:
"Denominam-se leis interpretativas as que têm por objeto determinar, em caso de dúvida, o sentido das leis existentes, sem introduzir disposições novas. {nota: A questão da caracterização da lei interpretativa tem sido objeto de não pequenas divergências, na doutrina. Há a corrente que exige uma declaração expressa do próprio legislador (ou do órgão de que emana a norma interpretativa), afirmando ter a lei (ou a norma jurídica, que não se apresente como lei) caráter interpretativo. Tal é o entendimento da ***AFFOLTER*** *(Das intertemporale Recht, vol. 22, System des deutschen bürgerlichen Uebergangsrechts, 1903, pág. 185), julgando necessária uma Auslegungsklausel, ao qual* ***GABBA****, que cita, nesse sentido, decisão de tribunal de Parma, (...) Compreensão também de* ***VESCOVI*** *(Intorno alla misura dello stipendio dovuto alle maestre insegnanti nelle scuole elementari maschili, in Giurisprudenza italiana, 1904, I,I, cols. 1191, 1204) e a que adere* ***DUGUIT****, para quem nunca se deve presumir ter a lei caráter interpretativo - "os tribunais não podem reconhecer esse caráter a uma disposição legal, senão nos casos em que o legislador lho atribua expressamente" (Traité de droit constitutionnel, 3ª ed., vol. 2º, 1928, pág. 280). Com o mesmo ponto de vista, o jurista pátrio* ***PAULO DE LACERDA*** *concede, entretanto, que seria exagero exigir que a declaração seja inseri da no corpo da própria lei não vendo motivo para desprezá-la se lançada no preâmbulo, ou feita noutra lei.*
Encarada a questão, do ponto de vista da lei interpretativa por determinação legal, outra indagação, que se apresenta, é saber se, manifestada a explícita declaração do legislador, dando caráter interpretativo, à lei, esta se deve reputar, por isso, interpretativa, sem possibilidade de análise, por ver se reúne requisitos intrínsecos, autorizando uma tal consideração.
(...)
... ***SAVIGNY*** *coloca a questão nos seus precisos termos, ensinando: "trata-se unicamente de saber se o legislador fez, ou quis fazer uma lei interpretativa, e, não, se na opinião do juiz essa interpretação está conforme com a verdade" (System des heutigen romischen Rechts, vol. 8º, 1849, pág. 513). Mas, não é possível dar coerência a coisas, que são de si incoerentes, não se consegue conciliar o que é inconciliável. E, desde que a chamada interpretação autêntica é realmente incompatível com o conceito, com os requisitos da verdadeira interpretação (v., supra, a nota 55 ao n° 67), não admira que se procurem torcer as conseqüências inevitáveis, fatais de tese forçada, evitando-se-lhes os perigos. Compreende-se, pois, que muitos autores não aceitem o rigor dos efeitos da imprópria interpretação. Há quem, como* ***GABBA*** *(Teoria delta retroattività delle leggi, 3ª ed., vol. 1º, 1891, pág. 29), que invoca* ***MAILHER DE CHASSAT*** *(Traité de la rétroactivité des lois, vol. 1º, 1845, págs. 131 e 154), sendo seguido por* ***LANDUCCI*** *(Trattato storico-teorico-pratico di diritto civile francese ed italiano, versione ampliata del Corso di diritto civile francese, secondo il metodo dello Zachariæ, di Aubry e Rau, vol. 1º e único, 1900, pág. 675) e* ***DEGNI*** *(L'interpretazione della legge, 2ª ed., 1909, pág. 101), entenda que é de distinguir quando uma lei é declarada interpretativa, mas encerra, ao lado de artigos que apenas esclarecem, outros introduzido novidade, ou modificando dispositivos da lei interpretada.* ***PAULO DE LACERDA*** *(loc. cit.) reconhece ao juiz competência para verificar se a lei é, na verdade, interpretativa, mas somente quando ela própria afirme que o é.* ***LANDUCCI*** *(nota 7 à pág. 674 do vol. cit.) é de prudência manifesta: "Se o legislador declarou interpretativa uma lei, deve-se, certo, negar tal caráter somente em casos extremos, quando seja absurdo ligá-la com a lei interpretada, quando nem mesmo se possa considerar a mais errada interpretação imaginável. A lei interpretativa, pois, permanece tal, ainda que errônea, mas, se de modo insuperável, que suplante a mais aguda conciliação, contrastar com a lei interpretada, desmente a própria declaração legislativa."* Ademais, a doutrina do tema é pacífica no sentido de que: *"Pouco importa que o legislador, para cobrir o atentado ao direito, que comete, dê à sua lei o caráter interpretativo. É um ato de hipocrisia, que não pode cobrir uma violação flagrante do direito" (Traité de droit constitutionnel, 3ª ed., vol. 2º, 1928, págs. 274-275)."* (Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Vol. I, 3ª ed., págs. 294 a 296).
4. Consectariamente, em se tratando de pagamentos indevidos efetuados antes da entrada em vigor da LC 118/05 (09.06.2005), o prazo prescricional para o contribuinte pleitear a restituição do indébito, nos casos dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, continua observando a cognominada tese dos cinco mais cinco, desde que, na data da vigência da novel lei complementar, sobejem, no máximo, cinco anos da contagem do lapso temporal (regra que se coaduna com o disposto no artigo 2.028, do Código Civil de 2002, segundo o qual: *"Serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada."*).
5. Por outro lado, ocorrido o pagamento antecipado do tributo após a vigência da aludida norma jurídica, o *dies a quo* do prazo prescricional para a repetição/compensação é a data do recolhimento indevido.
6. *In casu*, a demanda foi ajuizada em 25.01.2002 (muito antes da entrada em vigor da novel lei complementar), com o objetivo obter o direito à compensação de valores indevidamente recolhidos a título tributo sujeito a lançamento por homologação, o que, nos termos dos arts. 168, I, e 150, § 4º, do CTN, revela inequívoca a inocorrência da prescrição dos valores .recolhidos indevidamente a partir de 25.01.1992, porquanto tributo sujeito a lançamento por homologação, cuja prescrição opera-se 5 (cinco) anos após expirado o prazo para aquela atividade.
7.
8. Agravo de instrumento desprovido.

Trata-se de agravo de instrumento interposto por SCAC - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS LTDA contra decisão que inadmitiu seu recurso especial, interposto com fulcro na alínea "c", do permissivo constitucional contra acórdão proferido pelo Tribunal Tribunal Regional Federal da 3ª Região que, em demanda onde se discute a compensação/repetição de tributos sujeitos a lançamento por homologação, aplicou a tese da prescrição qüinqüenal, sob o fundamento de que o acórdão recorrido estaria em consonância com a jurisprudência do E. STJ.

Em seu recurso especial, a empresa ora agravante, apontou dissídio com o RESP n.º 476.172, pugnando para o reconhecimento de que o termo *a quo* do prazo prescricional da ação de repetição de indébito de tributo sujeito a lançamento por homologação seria a dada da declaração de inconstitucionalidade da norma instituidora da exação discutida.

Relatados. Decido.
Não assiste razão à empresa agravante.
Com efeito, a Primeira Seção deste Tribunal Superior consagrou a tese de que a extinção do crédito tributário, marco temporal do prazo qüinqüenal do direito do contribuinte pleitear restituição do indébito (artigo 168, I, do CTN) condiciona-se à homologação expressa ou tácita do pagamento antecipado (artigo 156, VII, do CTN), e não ao próprio pagamento, que configura mera antecipação *ex vi* do artigo 150, § 1º, do *Codex* Tributário.
Assim, tendo em vista que a extinção do crédito tributário, em regra, efetiva-se com a homologação tácita, que se ultima cinco anos após a ocorrência do fato jurídico tributário (artigo 150, § 4º, do CTN), o prazo prescricional para a repetição ou compensação dos tributos sujeitos a lançamento por homologação começa a fluir decorridos 05 (cinco) anos, contados a partir da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais um qüinqüênio computado desde o termo final do prazo atribuído ao Fisco para verificar o *quantum* devido a título de tributo.

À guisa de exemplo, merece transcrição a ementa do seguinte julgado oriundo da Primeira Seção:

"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. LEI Nº 7.787/89. COMPENSAÇÃO. PRESCRIÇÃO. DECADÊNCIA. TERMO INICIAL DO PRAZO. PRECEDENTES.
1. Está uniforme na 1ª Seção do STJ que, no caso de lançamento tributário por homologação e havendo silêncio do Fisco, o prazo decadencial só se inicia após decorridos 5 (cinco) anos da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais um qüinqüênio, a partir da homologação tácita do lançamento. Estando o tributo em tela sujeito a lançamento por homologação, aplicam-se a decadência e a prescrição nos moldes acima delineados.
2. Não há que se falar em prazo prescricional a contar da declaração de inconstitucionalidade pelo STF ou da Resolução do Senado. A pretensão foi formulada no prazo concebido pela jurisprudência desta Casa Julgadora como admissível, visto que a ação não está alcançada pela prescrição, nem o direito pela decadência. Aplica-se, assim, o prazo prescricional nos moldes em que pacificado pelo STJ, id est, a corrente dos cinco mais cinco.
3. A ação foi ajuizada em 16/12/1999. Valores recolhidos, a título da exação discutida, em 09/1989. Transcorreu, entre o prazo do recolhimento (contado a partir de 12/1989) e o do ingresso da ação em juízo, o prazo de 10 (dez) anos. Inexiste prescrição sem que tenha havido homologação expressa da Fazenda, atinente ao prazo de 10 (dez) anos (5 + 5), a partir de cada fato gerador da exação tributária, contados para trás, a partir do ajuizamento da ação.
4. Precedentes desta Corte Superior.
5. Embargos de divergência rejeitados, nos termos do voto." (**EREsp 435835/SC, Relator Ministro Francisco Peçanha Martins, Relator p/ Acórdão Ministro José Delgado, julgado em 24.03.2004, publicado no DJ de 04.06.2007**)

Nada obstante, em 09 de fevereiro de 2005, sobreveio a Lei Complementar 118, que, em seu artigo 3º, dispõe sobre a interpretação do inciso I do artigo 168, do CTN, *verbis*:
"Art. 3º Para efeito de interpretação do inciso I do art. 168 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, a extinção do crédito tributário ocorre, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado de que trata o § 1º do art. 150 da referida Lei."

O artigo 4º, da LC 118/2005, determina a aplicação retroativa da norma jurídica inserta no dispositivo supracitado, em conformidade com o disposto no artigo 106, I, do CTN, segundo o qual: *"A lei aplica-se a ato ou fato pretérito: I - em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados"*.

Diante da aludida inovação legislativa, a Primeira Seção reconsolidou a jurisprudência do STJ acerca da cognominada tese dos cinco mais cinco para a definição do termo *a quo* do prazo prescricional das ações de repetição/compensação de valores indevidamente recolhidos a título de tributo sujeito a lançamento por homologação, apenas no que pertine às demandas intentadas antes da entrada em vigor da Lei Complementar 118/2005 (**EREsp 327043/DF, Relator Ministro João Otávio de Noronha, julgado em 27.04.2005**).

Naquela oportunidade, proferi voto-vista, posicionando-me no sentido de que:

"... a Lei Complementar 118, de 09 de fevereiro de 2005, aplica-se, tão somente, aos fatos geradores pretéritos ainda não submetidos ao crivo judicial, pelo que o novo regramento não é retroativo mercê de interpretativo. É que toda lei interpretativa, como toda lei, não pode retroagir.Outrossim, as lições de outrora coadunam-se com as novas conquistas constitucionais, notadamente a segurança jurídica da qual é corolário a vedação à denominada "surpresa fiscal".
(...)
À míngua de prequestionamento por impossibilidade jurídica absoluta de engendrá-lo, e considerando que não há inconstitucionalidade nas leis interpretativas como decidiu em recentíssimo pronunciamento o Pretório Excelso, o preconizado na presente sugestão de decisão ao colegiado, sob o prisma institucional, deixa incólume a jurisprudência do Tribunal ao ângulo da máxima tempus regit actum, permite o prosseguimento do julgamento dos feitos de acordo com a jurisprudência reinante, sem invalidar a vontade do legislador através suscitação de incidente de inconstitucionalidade de resultado moroso e duvidoso a afrontar a efetividade da prestação jurisdicional,mantendo hígida a norma com eficácia aos fatos pretéritos ainda não sujeitos à apreciação judicial, máxime porque o artigo 106 do CTN é de constitucionalidade indubidosa até então e ensejou a edição da LC 118/2005, constitucionalmente imune de vícios.
(...)"

Entrementes, o Supremo Tribunal Federal, em sede do recurso extraordinário interposto em face do *decisum* proferido nos autos dos EREsp 644736/PE, nos quais se cuida da matéria ora em debate, considerou caracterizada a violação do princípio constitucional da reserva de plenário (artigo 97, da Constituição Federal de 1988), reputando declaratório de inconstitucionalidade o acórdão que *"afasta a incidência de norma ordinária pertinente à lide para decidi-la sobre critérios diversos alegadamente extraídos da Constituição"*.

Conseqüentemente, a Primeira Seção determinou o processamento, perante a Corte Especial, de incidente de inconstitucionalidade do artigo 4º, da LC 118/2005, na parte que determina a aplicação retroativa do disposto no artigo 3º, da mesma lei.

Na sessão de julgamento ocorrida em 06.06.2007, a Corte Especial acolheu o referido incidente, para reconhecer a inconstitucionalidade da expressão "observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional", constante do artigo 4º, segunda parte, da Lei Complementar 118/2005, *verbis*:

"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. LEI INTERPRETATIVA. PRAZO DE PRESCRIÇÃO PARA REPETIÇÃO DE INDÉBITO, NOS TRIBUTOS SUJEITOS À LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. LC 118/2005: NATUREZA MODIFICATIVA (E NÃO SIMPLESMENTE INTERPRETATIVA) DO SEU ARTIGO 3º. INCONSTITUCIONALIDADE DO SEU ART. 4º, NA PARTE QUE DETERMINA A APLICAÇÃO RETROATIVA.
1. Sobre o tema relacionado com a prescrição da ação de repetição de indébito tributário, a jurisprudência do STJ (1ª Seção) é no sentido de que, em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, o prazo de cinco anos, previsto no art. 168, do CTN, tem início, não na data do recolhimento do tributo indevido, e sim na data da homologação - expressa ou tácita - do lançamento. Segundo entende o Tribunal, para que o crédito se considere extinto, não basta o pagamento: é indispensável a homologação do lançamento, hipótese de extinção albergada pelo art. 156, VII, do CTN. Assim, somente a partir dessa homologação é que teria início o prazo previsto no art. 168, I. E, não havendo homologação expressa, o prazo para a repetição do indébito acaba sendo, na verdade, de dez anos a contar do fato gerador.
2. Esse entendimento, embora não tenha a adesão uniforme da doutrina e nem de todos os juízes, é o que legitimamente define o conteúdo e o sentido das normas que disciplinam a matéria, já que se trata do entendimento emanado do órgão do Poder Judiciário que tem a atribuição constitucional de interpretá-las.
3. O art. 3º, da LC 118/2005, a pretexto de interpretar esses mesmos enunciados, conferiu-lhes, na verdade, um sentido e um alcance diferente daquele dado pelo Judiciário. Ainda que defensável a 'interpretação' dada, não há como negar que a Lei inovou no plano normativo, pois retirou das disposições interpretadas um dos seus sentidos possíveis, justamente aquele tido como correto pelo STJ, intérprete e guardião da legislação federal.
*4. **Assim, tratando-se de preceito normativo modificativo, e não simplesmente interpretativo, o art. 3º, da LC 118/2005 só pode ter eficácia prospectiva, incidindo apenas sobre situações que venham a ocorrer a partir de sua vigência.***
5. O artigo 4º, segunda parte, da LC 118/2005, que determina aplicação retroativa do seu art. 3º, para alcançar inclusive fatos passados, ofende o princípio constitucional da autonomia e independência dos poderes (CF, art. 2º) e o da garantia do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada (CF, art. 5º, XXXVI).
6. Argüição de inconstitucionalidade acolhida." (AI nos ERESP 644736/PE, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 06.06.2007)

No voto-condutor da argüição de inconstitucionalidade, assinalou ainda o e. Ministro Relator que *"com o advento da LC 118/05, a prescrição, do ponto de vista prático, deve ser contada da seguinte forma: relativamente aos pagamentos efetuados a partir da sua vigência (que ocorreu em 09.06.05), o prazo para a repetição do indébito é de cinco a contar da data do pagamento; e relativamente aos pagamentos anteriores, a prescrição obedece ao regime previsto no sistema anterior, limitada, porém, ao prazo máximo de cinco anos a contar da vigência da lei nova"*.

Deveras, a norma inserta no artigo 3º, da lei complementar em tela, indubitavelmente, cria direito novo, não configurando lei meramente interpretativa, cuja retroação é permitida, consoante apregoa doutrina abalizada:

*"Denominam-se leis interpretativas as que têm por objeto determinar, em caso de dúvida, o sentido das leis existentes, sem introduzir disposições novas. {nota: A questão da caracterização da lei interpretativa tem sido objeto de não pequenas divergências, na doutrina. Há a corrente que exige uma declaração expressa do próprio legislador (ou do órgão de que emana a norma interpretativa), afirmando ter a lei (ou a norma jurídica, que não se apresente como lei) caráter interpretativo. Tal é o entendimento da **AFFOLTER** (Das intertemporale Recht, vol. 22, System des deutschen bürgerlichen Uebergangsrechts, 1903, pág. 185), julgando necessária uma Auslegungsklausel, ao qual **GABBA**, que cita, nesse sentido, decisão de tribunal de Parma, (...) Compreensão também de **VESCOVI** (Intorno alla misura dello stipendio dovuto alle maestre insegnanti nelle scuole elementari maschili, in Giurisprudenza italiana, 1904, I,I, cols. 1191, 1204) e a que adere **DUGUIT**, para quem nunca se deve presumir ter a lei caráter interpretativo - "os tribunais não podem reconhecer esse caráter a uma disposição legal, senão nos casos em que o legislador lho atribua expressamente" (Traité de droit constitutionnel, 3ª ed., vol. 2º, 1928, pág. 280). Com o mesmo ponto de vista, o jurista pátrio **PAULO DE LACERDA** concede, entretanto, que seria exagero exigir que a declaração seja inseri da no corpo da própria lei não vendo motivo para desprezá-la se lançada no preâmbulo, ou feita noutra lei.*
Encarada a questão, do ponto de vista da lei interpretativa por determinação legal, outra indagação, que se apresenta, é saber se, manifestada a explícita declaração do legislador, dando caráter interpretativo, à lei, esta se deve reputar, por isso, interpretativa, sem possibilidade de análise, por ver se reúne requisitos intrínsecos, autorizando uma tal consideração.
(...)
*... **SAVIGNY** coloca a questão nos seus precisos termos, ensinando: "trata-se unicamente de saber se o legislador fez, ou quis fazer uma lei interpretativa, e, não, se na opinião do juiz essa interpretação está conforme com a verdade" (System des heutigen romischen Rechts, vol. 8º, 1849, pág. 513). Mas, não é possível dar coerência a coisas, que são de si incoerentes, não se consegue conciliar o que é inconciliável. E, desde que a chamada interpretação autêntica é realmente incompatível com o conceito, com os requisitos da verdadeira interpretação (v., supra, a nota 55 ao nº 67), não admira que se procurem torcer as conseqüências inevitáveis, fatais de tese forçada, evitando-se-lhes os perigos. Compreende-se, pois, que muitos autores não aceitem o rigor dos efeitos da imprópria interpretação. Há quem, como **GABBA** (Teoria delta retroattività delle leggi, 3ª ed., vol. 1º, 1891, pág. 29), que invoca **MAILHER DE CHASSAT** (Traité de la rétroactivité des lois, vol. 1º, 1845, págs. 131 e 154), sendo seguido por **LANDUCCI** (Trattato storico-teorico-pratico di diritto civile francese ed italiano, versione ampliata del Corso di diritto civile francese, secondo il metodo dello Zachariæ, di Aubry e Rau, vol. 1º e único, 1900, pág. 675) e **DEGNI** (L'interpretazione della legge, 2ª ed., 1909, pág. 101), entenda que é de distinguir quando uma lei é declarada interpretativa, mas encerra, ao lado de artigos que apenas esclarecem, outros introduzido novidade, ou modificando dispositivos da lei interpretada. **PAULO DE LACERDA** (loc. cit.) reconhece ao juiz competência para verificar se a lei é, na verdade, interpretativa, mas somente quando ela própria afirme que o é. **LANDUCCI** (nota 7 à pág. 674 do vol. cit.) é de prudência manifesta: "Se o legislador declarou interpretativa uma lei, deve-se, certo, negar tal caráter somente em casos extremos, quando seja absurdo ligá-la com a lei interpretada, quando nem mesmo se possa considerar a mais errada interpretação imaginável. A lei interpretativa, pois, permanece tal, ainda que errônea, mas, se de modo insuperável, que suplante a mais aguda conciliação, contrastar com a lei interpretada, desmente a própria declaração legislativa."* Ademais, a doutrina do tema é pacífica no sentido de que: *"Pouco importa que o legislador, para cobrir o atentado ao direito, que comete, dê à sua lei o caráter interpretativo. É um ato de hipocrisia, que não pode cobrir uma violação flagrante do direito" (Traité de droit constitutionnel, 3ª ed., vol. 2º, 1928, págs. 274-275)."* (Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Vol. I, 3ª ed., págs. 294 a 296).

Consectariamente, em se tratando de pagamentos indevidos efetuados antes da entrada em vigor da LC 118/05 (09.06.2005), o prazo prescricional para o contribuinte pleitear a restituição do indébito, nos casos dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, continua observando a cognominada tese dos cinco mais cinco, desde que, na data da vigência da novel lei complementar, sobejem, no máximo, cinco anos da contagem do lapso temporal (regra que se coaduna com o disposto no artigo 2.028, do Código Civil de 2002, segundo o qual: *"Serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada."*).

Por outro lado, ocorrido o pagamento antecipado do tributo após a vigência da aludida norma jurídica, o *dies a quo* do prazo prescricional para a repetição/compensação é a data do recolhimento indevido.

***In casu*, a demanda foi ajuizada em 16.11.2000 (muito antes da entrada em vigor da novel lei complementar), com o objetivo obter o direito à compensação de valores indevidamente recolhidos a título tributo sujeito a lançamento por homologação, o que, nos termos dos arts. 168, I, e 150, § 4º, do CTN, revela inequívoca a ocorrência da prescrição dos valores recolhidos indevidamente em data anterior a 16.11.1990, porquanto tributo sujeito a lançamento por homologação, cuja prescrição opera-se 5 (cinco) anos após expirado o prazo para aquela atividade.**

Ante o exposto, nego provimento ao presente agravo de instrumento.
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2080)

RECURSO ESPECIAL Nº 864.027 - DF (2006/0142755-0)

RELATOR	**:**	**MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	:	MOINHO AMAZONAS LTDA
ADVOGADO	:	MARLON DE SOUZA FLÔR E OUTRO(S)
RECORRIDO	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	MARIA DIONNE DE ARAÚJO FELIPE E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. LEI 9.718/98. PIS E COFINS. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. LEI COMPLEMENTAR 70/91 E LEI COMPLEMENTAR 7/70. NOVEL JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º, ARTIGO 3º, DA LEI 9.718/98.

1. A Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica, vale dizer, *"**totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas**"*.

2. Fundando-se o acórdão recorrido em interpretação de matéria eminentemente constitucional (a equiparação dos conceitos de receita bruta e faturamento a que se refere o art. 3º da Lei nº 9.718/98 não se contrapõe à disciplina do artigo 195 da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional 20/98), descabe a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

3. Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos **Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG**, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e **n.º 346.084-6/PR**, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

4. Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

5. Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, segundo a qual: *"Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia."* (**RE 336134/RS**, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003).

6. *In casu*, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, bem como, no que se refere à ampliação de sua base de cálculo, ante o teor do artigo 110, do CTN entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.

7. Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.

8. De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98 que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

9. Recurso especial provido (CPC, artigo 557, § 1º-A).

Cuida-se de recurso especial interposto por MOINHO AMAZONAS LTDA, com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, no intuito de ver reformado o v. acórdão prolatado pelo Tribunal Regional da 1ª Região, que, deu provimento à apelação da Fazenda Nacional e à remessa oficial, nos termos da ementa a seguir transcrita:

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. PIS/PASEP. COFINS. LEI Nº 9.718/98, FATURAMENTO. RECEITA BRUTA. BASE DE CÁLCULO. ALÍQUOTA. ALTERAÇÃO. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/98. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 195, INCISO I, "b". "VACATIO LEGIS". PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE NONAGESIMAL. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. CONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL.

1. O Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que as contribuições sociais denominadas PIS/PASEP e COFINS não estão inseridas dentre aquelas reservadas pela Constituição Federal de 1988 à lei complementar e podem ser alteradas por lei ordinária (Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1/DF).

2. É orientação consolidada na Suprema Corte que os conceitos de "faturamento" e "receita bruta" são equivalentes para efeitos fiscais (Recursos Extraordinários nºs 150.764/PE, 150.755-1/PE, 144.971-3/DF).

*3. A Lei nº 9.718/98, em face da **vacatio legis,** adquiriu eficácia plena quando já se encontrava em vigor a Emenda Constitucional nº 20/98, modificativa do artigo 195 da Constituição Federal, o que afasta a existência de sua afirmada desarmonia com a referida emenda.*

4. Inexiste violação do princípio da anterioridade nonagesimal, posto que o termo inicial do referido prazo é o da primeira medida provisória convertida em lei.

5. A Corte Especial deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região declarou a constitucionalidade dos artigos 2º, 3º, "caput" e § 1º, da Lei nº 9.718/98, que respectivamente alteraram a base de cálculo do PIS/PASEP e COFINS e a alíquota da COFINS.

Opostos embargos de declaração pela empresa, restaram os mesmos desprovidos, uma vez que não vislumbrados os vícios apontados.

A recorrente, nas razões do especial, sustenta que o acórdão hostilizado incorreu em ofensa **aos artigos 110, do CTN e 2º, da LC n.º 70/91**, ao considerar legal e constitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS prevista na Lei 9.718/98.

Traz ainda para confronto arestos que esposam a tese da inconstitucionalidade e ilegalidade da alteração do conceito de faturamento promovida pela Lei 9.718/98, bem como da impossibilidade da recepção do aludido diploma legal pela EC 20/98.

Contra o acórdão de apelação também foi interposto recurso extraordinário o qual foi admitido pela instância de origem.

Apresentadas contra-razões, nas quais se pugna pelo não conhecimento do recurso especial e, caso seja o mesmo conhecido, pelo seu desprovimento.

Realizado o juízo de admissibilidade negativo do apelo extremo foi interposto agravo de instrumento o qual foi provido para determinar a subida do recuso especial para melhor exame.

Relatados, decido.

Controvérsia que se cinge à legalidade da Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, que, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica.

Os artigos 2º e 3º, da referida lei, encontram-se assim redigidos:

*"Art. 2° As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, **serão calculadas com base no seu faturamento**, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"*

*"Art. 3º **O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.** (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)*

*§ 1º **Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.***

§ 2º Para fins de determinação da base de cálculo das contribuições a que se refere o art. 2º, excluem-se da receita bruta:

I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;

II - as reversões de provisões operacionais e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita; (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)

III - os valores que, computados como receita, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, observadas normas regulamentadoras expedidas pelo Poder Executivo; (Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)

IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente.

§ 3º Nas operações realizadas em mercados futuros, considera-se receita bruta o resultado positivo dos ajustes diários ocorridos no mês. (Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004)

§ 4º Nas operações de câmbio, realizadas por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, considera-se receita bruta a diferença positiva entre o preço de venda e o preço de compra da moeda estrangeira.

§ 5º Na hipótese das pessoas jurídicas referidas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, serão admitidas, para os efeitos da COFINS, as mesmas exclusões e deduções facultadas para fins de determinação da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP.

§ 6º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)

§ 7º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)

§ 8º (Vide Medidas Provisórias nºs 2158-35, de 2001

III - agrícolas, conforme ato do Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

§ 9º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"

O STJ, em reiterados julgados, vem decidindo no sentido de que, quando o acórdão recorrido decide com base em interpretação eminentemente constitucional, a via especial não pode ser aberta, posto que estar-se-ia usurpando competência declinada pela Carta Maior ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e n.º 346.084-6/PR, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

Destaque-se, do julgamento, o seguinte excerto do voto proferido pelo e. Ministro Marco Aurélio, pertinente ao RE n.º 357950/RS:

"Procedo ao exame da problemática referente à Lei nº 9.718/98. Aqui há de se perceber o empréstimo de sentido todo próprio ao conceito de faturamento. Eis o teor da lei envolvida na espécie:

Art. 2º As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base no seu faturamento, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei.

Tivesse o legislador parado nessa disciplina, aludindo a faturamento sem dar-lhe, no campo da ficção jurídica, conotação discrepante da consagrada por doutrina e jurisprudência, tomar-se-ia o faturamento tal como veio a ser explicitado na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, ou seja, a envolver o conceito de receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviços. Respeitado estaria o Diploma Maior ao estabelecer, no inciso I do artigo 195, o cálculo da contribuição para o financiamento da seguridade social devida pelo empregador, considerado o faturamento. Em última análise, ter-se-ia a observância da ordem natural das coisas, do conceito do instituto que é o faturamento, caminhando-se para o atendimento da jurisprudência desta Corte.

Eis um panorama de precedentes do Tribunal, considerados conceitos relativos a tributos.

Ao julgar o Recurso Extraordinário nº 116.121-3/SP, o Plenário, sendo relator o ministro Octavio Gallotti, vencido no entendimento, teve oportunidade de proclamar que o imposto sobre serviços não incide sobre locação de bens porque locação de bens móveis não é simplesmente serviço. Fiquei com a redação do acórdão, conforme publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 178/1.265. Também na apreciação do Recurso Extraordinário nº 166.772-9/RS, o Plenário, em 12 de maio de 1994, reafirmou a necessidade de se atentar para o conceito consagrado dos institutos. Glosou a tentativa de se tomar, como abrangidos pela expressão "folha de salário", os pagamentos efetuados a administradores e autônomos - Revista Trimestral de Jurisprudência 156/666-692. E, ao examinar o Recurso Extraordinário nº 172.058-1/SC, o Plenário, em 30 de junho de 1995 e conforme acórdão publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 161/1.043-1.057, veio, mais uma vez, a dar eficácia aos figurinos constitucional e legal ao concluir que não se pode falar em imposto sobre renda sem que haja ocorrido acréscimo patrimonial representado pela aquisição de disponibilidade sobre a renda. No caso, teve-se presente não só a Lei Fundamental como também o artigo 110 do Código Tributário Nacional, consoante o qual a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e forma de direito privado, utilizados expressa ou implicitamente pela Constituição Federal. Então, após mencionar a jurisprudência da Corte sobre a valia dos institutos, dos vocábulos e expressões constantes dos textos constitucionais e legais e considerada a visão técnico-vernacular, volto à Lei nº 9.718/98, salientando, como retratado acima, constar do artigo 2º a referência a faturamento. No artigo 3º, deu-se enfoque todo próprio, definição singular ao instituto faturamento, olvidando-se a dualidade faturamento e receita bruta de qualquer natureza, pouco importando a origem, em si, não estar revelada pela venda de mercadorias, de mercadorias e serviços ou de serviços:

Art. 3º O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.

Não fosse o § 1º que se seguiu, ter-se-ia a observância da jurisprudência desta Corte, no que ficara explicitado, na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, a sinonímia dos vocábulos "faturamento" e "receita bruta". Todavia, o § 1º veio a definir esta última de forma toda própria:

§ 1º Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.

O passo mostrou-se demasiadamente largo, olvidando-se, por completo, não só a Lei Fundamental como também a interpretação desta já proclamada pelo Supremo Tribunal Federal. Fez-se incluir no conceito de receita bruta todo e qualquer aporte contabilizado pela empresa, pouco importando a origem, em si, e a classificação que deva ser levada em conta sob o ângulo contábil.

Em síntese, o legislador ordinário (logicamente não no sentido vulgar, mas técnico-legislativo) acabou por criar uma fonte de custeio da seguridade à margem do disposto no artigo 195, com a redação vigente à época, e sem ter presente a regra do § 4º nele contido, isto é, a necessidade de novas fontes destinadas a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social pautar-se pela regra do artigo 154, inciso I, da Constituição Federal, que é explícito quanto à exigência de lei complementar. Antecipou-se à própria Emenda Constitucional nº 20, no que, dando nova redação ao artigo 195 da Constituição Federal, versou a incidência da contribuição sobre a receita ou o faturamento. A disjuntiva "ou" bem revela que não se tem a confusão entre o gênero "receita" e a espécie "faturamento". Repita-se, antes da Emenda Constitucional nº 20/98, posterior à Lei ora em exame, a Lei nº 9.718/98, tinha-se apenas a previsão de incidência da contribuição sobre a folha de salários, o faturamento e os lucros. Com a citada emenda, passou-se não só a se ter a abrangência quanto à primeira base de incidência, folha de salários, apanhando-se de forma linear os rendimentos do trabalho pagos ou creditados a qualquer título, mesmo sem vínculo empregatício, observando-se o precedente desta Corte, como também a inserção, considerado o que surgiu como alínea "b" do inciso I do artigo 195, da base de incidência, que é a receita.

Como, então, dizer-se, a esta altura, que houve simples explicitação do que já previsto na Carta? É admitir-se a vinda à balha de emenda constitucional sem conteúdo normativo. É admitir-se que o legislador ordinário possa, até mesmo, modificar enfoque pacificado mediante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que haja atuado, à luz das balizas constitucionais, como guardião da Lei Fundamental. Descabe, também, partir para o que seria a repristinação, a constitucionalização de diploma que, ao nascer, mostrou-se em conflito com a Constituição Federal. Admita-se a inconstitucionalidade progressiva. No entanto, a constitucionalidade posterior contraria a ordem natural das coisas. A hierarquia das fontes legais, a rigidez da Carta, a revelá-la documento supremo, conduz à necessidade de as leis hierarquicamente inferiores observarem-na, sob pena de transmudá-la, com nefasta inversão de valores. Ou bem a lei surge no cenário jurídico em harmonia com a Constituição Federal, ou com ela conflita, e aí afigura-se írrita, não sendo possível o aproveitamento, considerado texto constitucional posterior e que, portanto, à época não existia. Está consagrado que o vício da constitucionalidade há de ser assinalado em face dos parâmetros maiores, dos parâmetros da Lei Fundamental existentes no momento em que aperfeiçoado o ato normativo. A constitucionalidade de certo diploma legal deve se fazer presente de acordo com a ordem jurídica em vigor, da jurisprudência, não cabendo reverter a ordem natural das coisas. Daí a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Nessa parte, provejo o recurso extraordinário e com isso acolho o pedido formulado na inicial, referente à base de cálculo da contribuição, ou seja, para que se entenda, como receita bruta ou faturamento, o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa."

Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

No particular, merece transcrição de trecho do voto proferido pelo e. Ministro Moreira Alves, na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 01/DF, *verbis*:
"(...)
Em síntese, como salientou o Ministro Carlos Velloso, na qualidade de relator do RE 138.284, quando esta Corte reiterou o entendimento já expedido por ocasião do julgamento do RE 146.733,

'O que importa perquirir não é o fato de a União arrecadar a contribuição, mas se o produto da arrecadação é destinado ao financiamento da seguridade social (CF, art. 195, I).'

E, em se tratando da contribuição social instituída pela Lei Complementar n. 70/91, ele o é, como dispõe seu artigo 1º.

De outra parte, sendo a COFINS contribuição social instituída com base no inciso I do artigo 195 da Constituição Federal, e tendo ela natureza tributária diversa da do imposto, as alegações de que ela fere o princípio constitucional da não-cumulatividade dos impostos da União e resulta em bitributação por incidir sobre a mesma base de cálculo do PIS/PASEP só teriam sentido se se tratasse de contribuição social nova, não enquadrável no inciso I do artigo 195, hipótese em que se aplicaria o disposto no § 4º desse mesmo artigo 195 ('A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I'), que determina a observância do inciso I do artigo 154 que estabelece que a União poderá instituir 'I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição'.

Sucede, porém, que a contribuição social em causa, incidente sobre o faturamento dos empregadores, é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 195 da Carta Magna, não se podendo pretender, portanto, que a Lei Complementar n.º 70/91 tenha criado outra fonte de renda destinada a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social.

Por isso mesmo, essa contribuição poderia ser instituída por Lei ordinária. A circunstância de ter sido instituída por lei formalmente complementar - a Lei Complementar n.º 70/91 - não lhe dá, evidentemente, a natureza de contribuição social nova, a que se aplicaria o disposto no § 4º do artigo 195 da Constituição, porquanto essa lei, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída - que são o objeto desta ação -, é materialmente ordinária, por não tratar, nesse particular, de matéria reservada, por texto expresso da Constituição, à lei complementar. A jurisprudência desta Corte, sob o império da Emenda Constitucional n.º 1/69 - e a Constituição atual não alterou esse sistema -, se firmou no sentido de que só se exige lei complementar para as matérias para cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária.
(...)"

Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, *verbis*:
"TRIBUTÁRIO. COFINS. ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º 9.718/98. ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RE 336134/RS, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003)

Confira-se ainda, à guisa de exemplo, recente decisão monocrática proferida pelo e. Ministro Celso de Mello, já consonante com o citado julgamento do Plenário:

*"O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a controvérsia jurídica pertinente à ampliação da **base de cálculo** do PIS/COFINS (RE 357.950/RS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO), declarou, "incidenter tantum", a **inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98,** por entender que a noção de **faturamento** referida no art. 195, I, da Constituição da República, na redação anterior à EC 20/98, não legitimava a incidência de tais contribuições sobre a totalidade das **receitas** auferidas pelas empresas contribuintes, advertindo, ainda, que a superveniente promulgação da EC 20/98 não teve o condão de validar legislação ordinária anterior, que se mostrava originariamente inconstitucional.*

*Esta Suprema Corte, por sua vez, também em julgamento plenário (RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO), confirmou a **validade jurídico-constitucional do art. 8º da Lei nº 9.718/98,** no que concerne à majoração da alíquota de 2% para 3% (**COFINS**), assinalando que esse aumento - considerada a cláusula constitucional da anterioridade mitigada (CF, art. 195, § 6º) - tornou-se exigível a partir de 1º/02/99, afastada, no entanto, para efeito de incidência da referida alíquota (3%), a **base de cálculo** ampliada resultante do já mencionado § 1º (inconstitucional) do art. 3º da Lei nº **9.718/98**.*

*Cumpre acentuar, ainda, que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, reconheceu a plena **constitucionalidade da compensação, de até um terço (1/3), da COFINS com a CSLL**, apenas assegurada ao contribuinte sujeito à incidência de ambas as espécies tributárias ora mencionadas, rejeitando, desse modo, a alegação de que o § 1º do art. 8º da Lei nº **9.718/98** teria importado em ofensa ao postulado da isonomia tributária, porque excluídos de tal benefício os contribuintes unicamente tributados pela **COFINS**:*

*"TRIBUTÁRIO. **COFINS.** ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º **9.718/98.** ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (**COFINS**), até um terço do 'quantum' devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela **COFINS,** a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RTJ 185/352, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - grifei)*

Cabe assinalar, finalmente, que a diretriz jurisprudencial que venho de referir, considerados os precedentes em questão, tem sido observada, no âmbito desta Suprema Corte, em reiteradas decisões proferidas na resolução de controvérsia idêntica à suscitada na presente causa (RE 301.868/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - RE 308.066/RS, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - RE 356.471/MG, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - RE 372.627/DF, Rel. Min. ELLEN GRACIE - RE 388.039/MG, Rel. Min. GILMAR MENDES - RE 413.257/RJ, Rel. Min. CEZAR PELUSO - RE 451.348/SP, Rel. Min. CARLOS BRITTO - RE 469.023/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

*Sendo assim, em face das razões expostas, conheço do presente recurso extraordinário, para dar-lhe parcial provimento (CPC, art. 557, § 1º - A), em ordem a afastar, considerada a **base de cálculo** do PIS/COFINS, a aplicação do § 1º do art. 3º da Lei nº **9.718/98,** observando-se, para esse efeito, o entendimento que o Plenário desta Suprema Corte proclamou no julgamento do RE 357.950/RS.*
(...)" (RE 453622/SP, publicado no DJ de 25.04.2006)

In casu, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, bem como, no que se refere à ampliação de sua base de cálculo, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.

Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.

De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98, que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal, restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, § 1º-A, do CPC, DOU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2081)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 864.586 - SP (2007/0032663-1)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: CERMARCO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA
ADVOGADO	: ISRAEL VERDELI E OUTRO
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO/COMPENSAÇÃO. ARTIGO 3º, DA LEI COMPLEMENTAR 118/2005. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. PAGAMENTO INDEVIDO. ARTIGO 4º, DA LC 118/2005. DETERMINAÇÃO DE APLICAÇÃO RETROATIVA. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONTROLE DIFUSO. CORTE ESPECIAL. RESERVA DE PLENÁRIO.

1. O prazo prescricional das ações de compensação/repetição de indébito, do ponto de vista prático, deve ser contado da seguinte forma: relativamente aos pagamentos efetuados a partir da vigência da Lei Complementar 118/2005 (09.06.05), o prazo para se pleitear a restituição é de cinco anos a contar da data do recolhimento indevido; e relativamente aos pagamentos anteriores, a prescrição obedece ao regime previsto no sistema anterior, limitada, porém, ao prazo máximo de cinco anos a contar da vigência da novel lei complementar.

2. Isto porque a Corte Especial declarou a inconstitucionalidade da expressão "observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional", constante do artigo 4º, segunda parte, da Lei Complementar 118/2005 (**AI nos ERESP 644736/PE, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 06.06.2007**).

3. Deveras, a norma inserta no artigo 3º, da lei complementar em tela, indubitavelmente, cria direito novo, não configurando lei meramente interpretativa, cuja retroação é permitida, consoante apregoa doutrina abalizada:
*"Denominam-se leis interpretativas as que têm por objeto determinar, em caso de dúvida, o sentido das leis existentes, sem introduzir disposições novas. {nota: A questão da caracterização da lei interpretativa tem sido objeto de não pequenas divergências, na doutrina. Há a corrente que exige uma declaração expressa do próprio legislador (ou do órgão de que emana a norma interpretativa), afirmando ter a lei (ou a norma jurídica, que não se apresente como lei) caráter interpretativo. Tal é o entendimento da **AFFOLTER** (Das intertemporale Recht, vol. 22, System des deutschen bürgerlichen Uebergangsrechts, 1903, pág. 185), julgando necessária uma Auslegungsklausel, ao qual **GABBA**, que cita, nesse sentido, decisão de tribunal de Parma, (...) Compreensão também de **VESCOVI** (Intorno alla misura dello stipendio dovuto alle maestre insegnanti nelle scuo-*

le elementari maschili, in Giurisprudenza italiana, 1904, I,I, cols. 1191, 1204) e a que adere ***DUGUIT****, para quem nunca se deve presumir ter a lei caráter interpretativo - "os tribunais não podem reconhecer esse caráter a uma disposição legal, senão nos casos em que o legislador lho atribua expressamente" (Traité de droit constitutionnel, 3ª ed., vol. 2º, 1928, pág. 280). Com o mesmo ponto de vista, o jurista pátrio* ***PAULO DE LACERDA*** *concede, entretanto, que seria exagero exigir que a declaração seja inseri da no corpo da própria lei não vendo motivo para desprezá-la se lançada no preâmbulo, ou feita noutra lei.*

Encarada a questão, do ponto de vista da lei interpretativa por determinação legal, outra indagação, que se apresenta, é saber se, manifestada a explícita declaração do legislador, dando caráter interpretativo, à lei, esta se deve reputar, por isso, interpretativa, sem possibilidade de análise, por ver se reúne requisitos intrínsecos, autorizando uma tal consideração.

(...)

... ***SAVIGNY*** *coloca a questão nos seus precisos termos, ensinando: "trata-se unicamente de saber se o legislador fez, ou quis fazer uma lei interpretativa, e, não, se na opinião do juiz essa interpretação está conforme com a verdade" (System des heutigen romischen Rechts, vol. 8º, 1849, pág. 513). Mas, não é possível dar coerência a coisas, que são de si incoerentes, não se consegue conciliar o que é inconciliável. E, desde que a chamada interpretação autêntica é realmente incompatível com o conceito, com os requisitos da verdadeira interpretação (v., supra, a nota 55 ao n° 67), não admira que se procurem torcer as conseqüências inevitáveis, fatais de tese forçada, evitando-se-lhes os perigos. Compreende-se, pois, que muitos autores não aceitem o rigor dos efeitos da imprópria interpretação. Há quem, como* ***GABBA*** *(Teoria delta retroattività delle leggi, 3ª ed., vol. 1º, 1891, pág. 29), que invoca* ***MAILHER DE CHASSAT*** *(Traité de la rétroactivité des lois, vol. 1º, 1845, págs. 131 e 154), sendo seguido por* ***LANDUCCI*** *(Trattato storico-teorico-pratico di diritto civile francese ed italiano, versione ampliata del Corso di diritto civile francese, secondo il metodo dello Zachariæ, di Aubry e Rau, vol. 1º e único, 1900, pág. 675) e* ***DEGNI*** *(L'interpretazione della legge, 2ª ed., 1909, pág. 101), entenda que é de distinguir quando uma lei é declarada interpretativa, mas encerra, ao lado de artigos que apenas esclarecem, outros introduzido novidade, ou modificando dispositivos da lei interpretada.* ***PAULO DE LACERDA*** *(loc. cit.) reconhece ao juiz competência para verificar se a lei é, na verdade, interpretativa, mas somente quando ela própria afirme que o é.* ***LANDUCCI*** *(nota 7 à pág. 674 do vol. cit.) é de prudência manifesta: "Se o legislador declarou interpretativa uma lei, deve-se, certo, negar tal caráter somente em casos extremos, quando seja absurdo ligá-la com a lei interpretada, quando nem mesmo se possa considerar a mais errada interpretação imaginável. A lei interpretativa, pois, permanece tal, ainda que errônea, mas, se de modo insuperável, que suplante a mais aguda conciliação, contrastar com a lei interpretada, desmente a própria declaração legislativa."* Ademais, a doutrina do tema é pacífica no sentido de que: *"Pouco importa que o legislador, para cobrir o atentado ao direito, que comete, dê à sua lei o caráter interpretativo. É um ato de hipocrisia, que não pode cobrir uma violação flagrante do direito" (Traité de droit constitutionnel, 3ª ed., vol. 2º, 1928, págs. 274-275)."* (Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Vol. I, 3ª ed., págs. 294 a 296).

4. Consectariamente, em se tratando de pagamentos indevidos efetuados antes da entrada em vigor da LC 118/05 (09.06.2005), o prazo prescricional para o contribuinte pleitear a restituição do indébito, nos casos dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, continua observando a cognominada tese dos cinco mais cinco, desde que, na data da vigência da novel lei complementar, sobejem, no máximo, cinco anos da contagem do lapso temporal (regra que se coaduna com o disposto no artigo 2.028, do Código Civil de 2002, segundo o qual: *"Serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada."*).

5. Por outro lado, ocorrido o pagamento antecipado do tributo após a vigência da aludida norma jurídica, o *dies a quo* do prazo prescricional para a repetição/compensação é a data do recolhimento indevido.

6. ***In casu*****, a demanda foi ajuizada em 14.11.2000 (muito antes da entrada em vigor da novel lei complementar), com o objetivo obter o direito à compensação de valores indevidamente recolhidos a título tributo sujeito a lançamento por homologação, o que, nos termos dos arts. 168, I, e 150, § 4º, do CTN, revela inequívoca a inocorrência da prescrição dos valores .recolhidos indevidamente a partir de 14.11.1990, porquanto tributo sujeito a lançamento por homologação, cuja prescrição opera-se 5 (cinco) anos após expirado o prazo para aquela atividade.**

7. Agravo de instrumento desprovido.

Trata-se de agravo de instrumento interposto por CERMARCO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA contra decisão que inadmitiu seu recurso especial, interposto com fulcro na alínea "c", do permissivo constitucional contra acórdão proferido pelo Tribunal Tribunal Regional Federal da 3ª Região que, em demanda onde se discute a compensação/repetição de tributos sujeitos a lançamento por homologação, aplicou a tese da prescrição qüinqüenal, sob o fundamento de que o acórdão recorrido estaria em consonância com a jurisprudência do E. STJ.

Em seu recurso especial, a empresa ora agravante, apontou dissídio com o RESP n.º 479.808, pugnando para o reconhecimento de que o termo *a quo* do prazo prescricional da ação de repetição de indébito de tributo sujeito a lançamento por homologação seria a dada da declaração de inconstitucionalidade da norma instituidora da exação discutida.

Relatados. Decido.

Não assiste razão à empresa agravante.

Com efeito, a Primeira Seção deste Tribunal Superior consagrou a tese de que a extinção do crédito tributário, marco temporal do prazo qüinqüenal do direito do contribuinte pleitear restituição do indébito (artigo 168, I, do CTN) condiciona-se à homologação expressa ou tácita do pagamento antecipado (artigo 156, VII, do CTN), e não ao próprio pagamento, que configura mera antecipação *ex vi* do artigo 150, § 1º, do *Codex* Tributário.

Assim, tendo em vista que a extinção do crédito tributário, em regra, efetiva-se com a homologação tácita, que se ultima cinco anos após a ocorrência do fato jurídico tributário (artigo 150, § 4º, do CTN), o prazo prescricional para a repetição ou compensação dos tributos sujeitos a lançamento por homologação começa a fluir decorridos 05 (cinco) anos, contados a partir da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais um qüinqüênio computado desde o termo final do prazo atribuído ao Fisco para verificar o *quantum* devido a título de tributo.

À guisa de exemplo, merece transcrição a ementa do seguinte julgado oriundo da Primeira Seção:

"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. LEI Nº 7.787/89. COMPENSAÇÃO. PRESCRIÇÃO. DECADÊNCIA. TERMO INICIAL DO PRAZO. PRECEDENTES.

1. Está uniforme na 1ª Seção do STJ que, no caso de lançamento tributário por homologação e havendo silêncio do Fisco, o prazo decadencial só se inicia após decorridos 5 (cinco) anos da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais um qüinqüênio, a partir da homologação tácita do lançamento. Estando o tributo em tela sujeito a lançamento por homologação, aplicam-se a decadência e a prescrição nos moldes acima delineados.

2. Não há que se falar em prazo prescricional a contar da declaração de inconstitucionalidade pelo STF ou da Resolução do Senado. A pretensão foi formulada no prazo concebido pela jurisprudência desta Casa Julgadora como admissível, visto que a ação não está alcançada pela prescrição, nem o direito pela decadência. Aplica-se, assim, o prazo prescricional nos moldes em que pacificado pelo STJ, id est, a corrente dos cinco mais cinco.

3. A ação foi ajuizada em 16/12/1999. Valores recolhidos, a título da exação discutida, em 09/1989. Transcorreu, entre o prazo do recolhimento (contado a partir de 12/1989) e o do ingresso da ação em juízo, o prazo de 10 (dez) anos. Inexiste prescrição sem que tenha havido homologação expressa da Fazenda, atinente ao prazo de 10 (dez) anos (5 + 5), a partir de cada fato gerador da exação tributária, contados para trás, a partir do ajuizamento da ação.

4. Precedentes desta Corte Superior.

5. Embargos de divergência rejeitados, nos termos do voto." (**EREsp 435835/SC, Relator Ministro Francisco Peçanha Martins, Relator p/ Acórdão Ministro José Delgado, julgado em 24.03.2004, publicado no DJ de 04.06.2007**)

Nada obstante, em 09 de fevereiro de 2005, sobreveio a Lei Complementar 118, que, em seu artigo 3º, dispõe sobre a interpretação do inciso I do artigo 168, do CTN, *verbis*:

"Art. 3º Para efeito de interpretação do inciso I do art. 168 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, a extinção do crédito tributário ocorre, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado de que trata o § 1º do art. 150 da referida Lei."

O artigo 4º, da LC 118/2005, determina a aplicação retroativa da norma jurídica inserta no dispositivo supracitado, em conformidade com o disposto no artigo 106, I, do CTN, segundo o qual: *"A lei aplica-se a ato ou fato pretérito: I - em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados"*.

Diante da aludida inovação legislativa, a Primeira Seção reconsolidou a jurisprudência do STJ acerca da cognominada tese dos cinco mais cinco para a definição do termo *a quo* do prazo prescricional das ações de repetição/compensação de valores indevidamente recolhidos a título de tributo sujeito a lançamento por homologação, apenas no que pertine às demandas intentadas antes da entrada em vigor da Lei Complementar 118/2005 (**EREsp 327043/DF, Relator Ministro João Otávio de Noronha, julgado em 27.04.2005**).

Naquela oportunidade, proferi voto-vista, posicionando-me no sentido de que:

"... a Lei Complementar 118, de 09 de fevereiro de 2005, aplica-se, tão somente, aos fatos geradores pretéritos ainda não submetidos ao crivo judicial, pelo que o novo regramento não é retroativo mercê de interpretativo. É que toda lei interpretativa, como toda lei, não pode retroagir.Outrossim, as lições de outrora coadunam-se com as novas conquistas constitucionais, notadamente a segurança jurídica da qual é corolário a vedação à denominada "surpresa fiscal".

(...)

À míngua de prequestionamento por impossibilidade jurídica absoluta de engendrá-lo, e considerando que não há inconstitucionalidade nas leis interpretativas como decidiu em recentíssimo pronunciamento o Pretório Excelso, o preconizado na presente sugestão de decisão ao colegiado, sob o prisma institucional, deixa incólume a jurisprudência do Tribunal ao ângulo da máxima tempus regit actum, permite o prosseguimento do julgamento dos feitos de acordo com a jurisprudência reinante, sem invalidar a vontade do legislador através suscitação de incidente de inconstitucionalidade de resultado moroso e duvidoso a afrontar a efetividade da prestação jurisdicional,mantendo hígida a norma com eficácia aos fatos pretéritos ainda não sujeitos à apreciação judicial, máxime porque o artigo 106 do CTN é de constitucionalidade indivodosa até então e ensejou a edição da LC 118/2005, constitucionalmente imune de vícios.

(...)"

Entrementes, o Supremo Tribunal Federal, em sede do recurso extraordinário interposto em face do *decisum* proferido nos autos dos EREsp 644736/PE, nos quais se cuida da matéria ora em debate, considerou caracterizada a violação do princípio constitucional da reserva de plenário (artigo 97, da Constituição Federal de 1988), reputando declaratório de inconstitucionalidade o acórdão que *"afasta a incidência de norma ordinária pertinente à lide para decidi-la sobre critérios diversos alegadamente extraídos da Constituição"*.

Conseqüentemente, a Primeira Seção determinou o processamento, perante a Corte Especial, de incidente de inconstitucionalidade do artigo 4º, da LC 118/2005, na parte que determina a aplicação retroativa do disposto no artigo 3º, da mesma lei.

Na sessão de julgamento ocorrida em 06.06.2007, a Corte Especial acolheu o referido incidente, para reconhecer a inconstitucionalidade da expressão "observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional", constante do artigo 4º, segunda parte, da Lei Complementar 118/2005, *verbis*:

"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. LEI INTERPRETATIVA. PRAZO DE PRESCRIÇÃO PARA REPETIÇÃO DE INDÉBITO, NOS TRIBUTOS SUJEITOS À LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. LC 118/2005: NATUREZA MODIFICATIVA (E NÃO SIMPLESMENTE INTERPRETATIVA) DO SEU ARTIGO 3º. INCONSTITUCIONALIDADE DO SEU ART. 4º, NA PARTE QUE DETERMINA A APLICAÇÃO RETROATIVA.

1. Sobre o tema relacionado com a prescrição da ação de repetição de indébito tributário, a jurisprudência do STJ (1ª Seção) é no sentido de que, em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, o prazo de cinco anos, previsto no art. 168, do CTN, tem início, não na data do recolhimento do tributo indevido, e sim na data da homologação - expressa ou tácita - do lançamento. Segundo entende o Tribunal, para que o crédito se considere extinto, não basta o pagamento: é indispensável a homologação do lançamento, hipótese de extinção albergada pelo art. 156, VII, do CTN. Assim, somente a partir dessa homologação é que teria início o prazo previsto no art. 168, I. E, não havendo homologação expressa, o prazo para a repetição do indébito acaba sendo, na verdade, de dez anos a contar do fato gerador.

2. Esse entendimento, embora não tenha a adesão uniforme da doutrina e nem de todos os juízes, é o que legitimamente define o conteúdo e o sentido das normas que disciplinam a matéria, já que se trata do entendimento emanado do órgão do Poder Judiciário que tem a atribuição constitucional de interpretá-las.

3. O art. 3º, da LC 118/2005, a pretexto de interpretar esses mesmos enunciados, conferiu-lhes, na verdade, um sentido e um alcance diferente daquele dado pelo Judiciário. Ainda que defensável a 'interpretação' dada, não há como negar que a Lei inovou no plano normativo, pois retirou das disposições interpretadas um dos seus sentidos possíveis, justamente aquele tido como correto pelo STJ, intérprete e guardião da legislação federal.

4. ***Assim, tratando-se de preceito normativo modificativo, e não simplesmente interpretativo, o art. 3º, da LC 118/2005 só pode ter eficácia prospectiva, incidindo apenas sobre situações que venham a ocorrer a partir de sua vigência.***

5. O artigo 4º, segunda parte, da LC 118/2005, que determina aplicação retroativa do seu art. 3º, para alcançar inclusive fatos passados, ofende o princípio constitucional da autonomia e independência dos poderes (CF, art. 2º) e o da garantia do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada (CF, art. 5º, XXXVI).

6. Argüição de inconstitucionalidade acolhida." (AI nos ERESP 644736/PE, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 06.06.2007)

No voto-condutor da argüição de inconstitucionalidade, assinalou ainda o e. Ministro Relator que *"com o advento da LC 118/05, a prescrição, do ponto de vista prático, deve ser contada da seguinte forma: relativamente aos pagamentos efetuados a partir da sua vigência (que ocorreu em 09.06.05), o prazo para a repetição do indébito é de cinco a contar da data do pagamento; e relativamente aos pagamentos anteriores, a prescrição obedece ao regime previsto no sistema anterior, limitada, porém, ao prazo máximo de cinco anos a contar da vigência da lei nova"*.

Deveras, a norma inserta no artigo 3º, da lei complementar em tela, indubitavelmente, cria direito novo, não configurando lei meramente interpretativa, cuja retroação é permitida, consoante apregoa doutrina abalizada:

"Denominam-se leis interpretativas as que têm por objeto determinar, em caso de dúvida, o sentido das leis existentes, sem introduzir disposições novas. {nota: A questão da caracterização da lei interpretativa tem sido objeto de não pequenas divergências, na doutrina. Há a corrente que exige uma declaração expressa do próprio legislador (ou do órgão de que emana a norma interpretativa), afirmando ter a lei (ou a norma jurídica, que não se apresente como lei) caráter interpretativo. Tal é o entendimento da ***AFFOLTER*** *(Das intertemporale Recht, vol. 22, System des deutschen bürgerlichen Uebergangsrechts, 1903, pág. 185), julgando necessária uma Auslegungsklausel, ao qual* ***GABBA****, que cita, nesse sentido, decisão de tribunal de Parma, (...) Compreensão também de* ***VESCOVI*** *(Intorno alla misura dello stipendio dovuto alle maestre insegnanti nelle scuole elementari maschili, in Giurisprudenza italiana, 1904, I,I, cols. 1191, 1204) e a que adere* ***DUGUIT****, para quem nunca se deve presumir ter a lei caráter interpretativo - "os tribunais não podem reconhecer esse caráter a uma disposição legal, senão nos casos em que o legislador lho atribua expressamente" (Traité de droit constitutionnel, 3ª ed., vol. 2º, 1928, pág. 280). Com o mesmo ponto de*

vista, o jurista pátrio ***PAULO DE LACERDA*** *concede, entretanto, que seria exagero exigir que a declaração seja inseri da no corpo da própria lei não vendo motivo para desprezá-la se lançada no preâmbulo, ou feita noutra lei.*

Encarada a questão, do ponto de vista da lei interpretativa por determinação legal, outra indagação, que se apresenta, é saber se, manifestada a explícita declaração do legislador, dando caráter interpretativo, à lei, esta se deve reputar, por isso, interpretativa, sem possibilidade de análise, por ver se reúne requisitos intrínsecos, autorizando uma tal consideração.

(...)

... ***SAVIGNY*** *coloca a questão nos seus precisos termos, ensinando: "trata-se unicamente de saber se o legislador fez, ou quis fazer uma lei interpretativa, e, não, se na opinião do juiz essa interpretação está conforme com a verdade" (System des heutigen romischen Rechts, vol. 8º, 1849, pág. 513). Mas, não é possível dar coerência a coisas, que são de si incoerentes, não se consegue conciliar o que é inconciliável. E, desde que a chamada interpretação autêntica é realmente incompatível com o conceito, com os requisitos da verdadeira interpretação (v., supra, a nota 55 ao n° 67), não admira que se procurem torcer as conseqüências inevitáveis, fatais de tese forçada, evitando-se-lhes os perigos. Compreende-se, pois, que muitos autores não aceitem o rigor dos efeitos da imprópria interpretação. Há quem, como* ***GABBA*** *(Teoria delta retroattività delle leggi, 3ª ed., vol. 1º, 1891, pág. 29), que invoca* ***MAILHER DE CHASSAT*** *(Traité de la rétroactivité des lois, vol. 1º, 1845, págs. 131 e 154), sendo seguido por* ***LANDUCCI*** *(Trattato storico-teorico-pratico di diritto civile francese ed italiano, versione ampliata del Corso di diritto civile francese, secondo il metodo dello Zachariæ, di Aubry e Rau, vol. 1º e único, 1900, pág. 675) e* ***DEGNI*** *(L'interpretazione della legge, 2ª ed., 1909, pág. 101), entenda que é de distinguir quando uma lei é declarada interpretativa, mas encerra, ao lado de artigos que apenas esclarecem, outros introduzido novidade, ou modificando dispositivos da lei interpretada.* ***PAULO DE LACERDA*** *(loc. cit.) reconhece ao juiz competência para verificar se a lei é, na verdade, interpretativa, mas somente quando ela própria afirme que o é.* ***LANDUCCI*** *(nota 7 à pág. 674 do vol. cit.) é de prudência manifesta: "Se o legislador declarou interpretativa uma lei, deve-se, certo, negar tal caráter somente em casos extremos, quando seja absurdo ligá-la com a lei interpretada, quando nem mesmo se possa considerar a mais errada interpretação imaginável. A lei interpretativa, pois, permanece tal, ainda que errônea, mas, se de modo insuperável, que suplante a mais aguda conciliação, contrastar com a lei interpretada, desmente a própria declaração legislativa."* Ademais, a doutrina do tema é pacífica no sentido de que: *"Pouco importa que o legislador, para cobrir o atentado ao direito, que comete, dê à sua lei o caráter interpretativo. É um ato de hipocrisia, que não pode cobrir uma violação flagrante do direito" (Traité de droit constitutionnel, 3ª ed., vol. 2º, 1928, págs. 274-275)."* (Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Vol. I, 3ª ed., págs. 294 a 296).

Consectariamente, em se tratando de pagamentos indevidos efetuados antes da entrada em vigor da LC 118/05 (09.06.2005), o prazo prescricional para o contribuinte pleitear a restituição do indébito, nos casos dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, continua observando a cognominada tese dos cinco mais cinco, desde que, na data da vigência da novel lei complementar, sobejem, no máximo, cinco anos da contagem do lapso temporal (regra que se coaduna com o disposto no artigo 2.028, do Código Civil de 2002, segundo o qual: *"Serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada."*).

Por outro lado, ocorrido o pagamento antecipado do tributo após a vigência da aludida norma jurídica, o *dies a quo* do prazo prescricional para a repetição/compensação é a data do recolhimento indevido.

In casu**, a demanda foi ajuizada em 14.11.2000 (muito antes da entrada em vigor da novel lei complementar), com o objetivo obter o direito à compensação de valores indevidamente recolhidos a título tributo sujeito a lançamento por homologação, o que, nos termos dos arts. 168, I, e 150, § 4º, do CTN, revela inequívoca a inocorrência da prescrição dos valores .recolhidos indevidamente a partir de 14.11.1990, porquanto tributo sujeito a lançamento por homologação, cuja prescrição opera-se 5 (cinco) anos após expirado o prazo para aquela atividade.**

Ante o exposto, nego provimento ao presente agravo de instrumento.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2082)

RECURSO ESPECIAL Nº 865.859 - CE (2006/0148176-9)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOÃO FERREIRA SOBRINHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAELCE - FUNDAÇÃO COELCE DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO	: CARLOS EDUARDO DE LUCENA CASTRO E OUTRO

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N.ºS 282, DO STF. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. LEI 9.718/98. PIS E COFINS. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. LEI COMPLEMENTAR 70/91 E LEI COMPLEMENTAR 7/70. NOVEL JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º, ARTIGO 3º, DA LEI 9.718/98.

1. A Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica, vale dizer, ***"totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas****".*

2. Fundando-se o acórdão recorrido em interpretação de matéria eminentemente constitucional (a equiparação dos conceitos de receita bruta e faturamento a que se refere o art. 3º da Lei nº 9.718/98 não se contrapõe à disciplina do artigo 195 da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional 20/98), descabe a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

3. Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos **Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG**, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e **n.º 346.084-6/PR**, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

4. Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

5. Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, segundo a qual: *"Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia."* (**RE 336134/RS**, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003).

6. *In casu*, insurgência especial dirige-se à aduzida legalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, bem como, no que se refere à ampliação de sua base de cálculo, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.

7. Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.

8. De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98 que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

9.. A interposição do recurso especial impõe que o dispositivo de Lei Federal tido por violado, como meio de se aferir a admissão da impugnação, tenha sido ventilado no acórdão recorrido, sob pena de padecer o recurso da imposição jurisprudencial do prequestionamento, requisito essencial à admissão do mesmo, o que atrai a incidência do enunciado n.° 282 da Súmula do STF. **Ausência de prequestionamento dos arts. 460 e 462, do CPC.**

10. Recurso especial a que se nega seguimento (art. 557,*caput*, do CPC)

Cuida-se de recurso especial interposto pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro na alínea "a", do permissivo constitucional, no intuito de ver reformado o v. acórdão prolatado pelo Tribunal Regional da 5ª Região, que restou assim ementado:

EMENTA: TRIBUTÁRIO. CONSTITUCIONAL. PIS E COFINS. LEI Nº 9.718/98. CONCEITO DE FATURAMENTO. INCONSTITUCIONALIDADE. MAJORAÇÃO DA ALÍQUOTA. POSSIBILIDADE.
- O STF reconheceu a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da lei nº 9.718/98, que definiu a base de cálculo do PIS e COFINS como sendo o faturamento correspondente à receita bruta da pessoa jurídica, independentemente do tipo de atividade exercida pela pessoa jurídica e da classificação contábil adotada para as receitas (REs 357950, 390840, 358273 e 346084).
- Mantida a majoração da alíquota da COFINS para três por cento, prevista no art. 8º da Lei nº 9.718/98.
- Apelação provida.

A recorrente, nas razões do especial, sustenta que o acórdão hostilizado incorreu em ofensa aos **arts. 2º e 3º, da Lei n.º 9.718/98,** ao considerar ilegal e inconstitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS prevista na Lei 9.718/98, bem como **aos arts. 460 e 462, do CPC** por ter proferido decisão *extra petita.*

Apresentadas contra-razões, nas quais se pugna pelo não conhecimento do recurso especial e, caso seja o mesmo conhecido, pelo seu desprovimento.

Realizado o juízo de admissibilidade positivo do apelo extremo, na instância de origem, ascenderam os autos ao E. STJ.

Relatados, decido.

Preliminarmente, os arts. 460 e 462, do CPC não foram prequestionados, sequer de forma implícita, pelo acórdão recorrido, e não foram opostos embargos de declaração com a finalidade de sanar omissão porventura existente.

Consectariamente, revela-se inarredável a incidência do verbete sumular n.° 282, do STF *verbis:*

"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."

Quanto ao mérito, a controvérsia a ser dirimida se cinge à legalidade da Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, que, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica.

Os artigos 2º e 3º, da referida lei, encontram-se assim redigidos:

"Art. 2° As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, ***serão calculadas com base no seu faturamento****, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"*

"Art. 3º ***O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.*** *(Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)*
§ 1º ***Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.***
§ 2º Para fins de determinação da base de cálculo das contribuições a que se refere o art. 2º, excluem-se da receita bruta:
I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;
II - as reversões de provisões operacionais e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita; (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
III - os valores que, computados como receita, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, observadas normas regulamentadoras expedidas pelo Poder Executivo; (Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)
IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente.
§ 3º Nas operações realizadas em mercados futuros, considera-se receita bruta o resultado positivo dos ajustes diários ocorridos no mês. (Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004)
§ 4º Nas operações de câmbio, realizadas por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, considera-se receita bruta a diferença positiva entre o preço de venda e o preço de compra da moeda estrangeira.
§ 5º Na hipótese das pessoas jurídicas referidas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, serão admitidas, para os efeitos da COFINS, as mesmas exclusões e deduções facultadas para fins de determinação da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP.
§ 6º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 7º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 8º (Vide Medidas Provisórias nºs 2158-35, de 2001
III - agrícolas, conforme ato do Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)
§ 9º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"

O STJ, em reiterados julgados, vem decidindo no sentido de que, quando o acórdão recorrido decide com base em interpretação eminentemente constitucional, a via especial não pode ser aberta, posto que estar-se-ia usurpando competência declinada pela Carta Maior ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e n.º 346.084-6/PR, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

Destaque-se, do julgamento, o seguinte excerto do voto proferido pelo e. Ministro Marco Aurélio, pertinente ao RE n.º 357950/RS:

"Procedo ao exame da problemática referente à Lei nº 9.718/98. Aqui há de se perceber o empréstimo de sentido todo próprio ao conceito de faturamento. Eis o teor da lei envolvida na espécie:
Art. 2º As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base no seu faturamento, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei.

Tivesse o legislador parado nessa disciplina, aludindo a faturamento sem dar-lhe, no campo da ficção jurídica, conotação discrepante da consagrada por doutrina e jurisprudência, tomar-se-ia o faturamento tal como veio a ser explicitado na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, ou seja, a envolver o conceito de receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviços. Respeitado estaria o Diploma Maior ao estabelecer, no inciso I do artigo 195, o cálculo da contribuição para o financiamento da seguridade social devida pelo empregador, considerado o faturamento. Em última análise, ter-se-ia a observância da ordem natural das coisas, do conceito do instituto que é o faturamento, caminhando-se para o atendimento da jurisprudência desta Corte.

Eis um panorama de precedentes do Tribunal, considerados conceitos relativos a tributos.

Ao julgar o Recurso Extraordinário nº 116.121-3/SP, o Plenário, sendo relator o ministro Octavio Gallotti, vencido no entendimento, teve oportunidade de proclamar que o imposto sobre serviços não incide sobre locação de bens porque locação de bens móveis não é simplesmente serviço. Fiquei com a redação do acórdão, conforme publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 178/1.265. Também na apreciação do Recurso Extraordinário nº 166.772-9/RS, o Plenário, em 12 de maio de 1994, reafirmou a necessidade de se atentar para o conceito consagrado dos institutos. Glosou a tentativa de se tomar, como abrangidos pela expressão "folha de salário", os pagamentos efetuados a administradores e autônomos - Revista Trimestral de Jurisprudência 156/666-692. E, ao examinar o Recurso Extraordinário nº 172.058-1/SC, o Plenário, em 30 de junho de 1995 e conforme acórdão publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 161/1.043-1.057, veio, mais uma vez, a dar eficácia aos figurinos constitucional e legal ao concluir que não se pode falar em imposto sobre renda sem que haja ocorrido acréscimo patrimonial representado pela aquisição de disponibilidade sobre a renda. No caso, teve-se presente não só a Lei Fundamental como também o artigo 110 do Código Tributário Nacional, consoante o qual a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e forma de direito privado, utilizados expressa ou implicitamente pela Constituição Federal. Então, após mencionar a jurisprudência da Corte sobre a valia dos institutos, dos vocábulos e expressões constantes dos textos constitucionais e legais e considerada a visão técnico-vernacular, volto à Lei nº 9.718/98, salientando, como retratado acima, constar do artigo 2º a referência a faturamento. No artigo 3º, deu-se enfoque todo próprio, definição singular ao instituto faturamento, olvidando-se a dualidade faturamento e receita bruta de qualquer natureza, pouco importando a origem, em si, não estar revelada pela venda de mercadorias, de mercadorias e serviços ou de serviços:
Art. 3º O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.

Não fosse o § 1º que se seguiu, ter-se-ia a observância da jurisprudência desta Corte, no que ficara explicitado, na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, a sinonímia dos vocábulos "faturamento" e "receita bruta". Todavia, o § 1º veio a definir esta última de forma toda própria:
§ 1º Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.

O passo mostrou-se demasiadamente largo, olvidando-se, por completo, não só a Lei Fundamental como também a interpretação desta já proclamada pelo Supremo Tribunal Federal. Fez-se incluir no conceito de receita bruta todo e qualquer aporte contabilizado pela empresa, pouco importando a origem, em si, e a classificação que deva ser levada em conta sob o ângulo contábil.

Em síntese, o legislador ordinário (logicamente não no sentido vulgar, mas técnico-legislativo) acabou por criar uma fonte de custeio da seguridade à margem do disposto no artigo 195, com a redação vigente à época, e sem ter presente a regra do § 4º nele contido, isto é, a necessidade de novas fontes destinadas a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social pautar-se pela regra do artigo 154, inciso I, da Constituição Federal, que é explícito quanto à exigência de lei complementar. Antecipou-se à própria Emenda Constitucional nº 20, no que, dando nova redação ao artigo 195 da Constituição Federal, versou a incidência da contribuição sobre a receita ou o faturamento. A disjuntiva "ou" bem revela que não se tem a confusão entre o gênero "receita" e a espécie "faturamento". Repita-se, antes da Emenda Constitucional nº 20/98, posterior à Lei ora em exame, a Lei nº 9.718/98, tinha-se apenas a previsão de incidência da contribuição sobre a folha de salários, o faturamento e os lucros. Com a citada emenda, passou-se não só a se ter a abrangência quanto à primeira base de incidência, folha de salários, apanhando-se de forma linear os rendimentos do trabalho pagos ou creditados a qualquer título, mesmo sem vínculo empregatício, observando-se o precedente desta Corte, como também a inserção, considerado o que surgiu como alínea "b" do inciso I do artigo 195, da base de incidência, que é a receita.

Como, então, dizer-se, a esta altura, que houve simples explicitação do que já previsto na Carta? É admitir-se a vinda à balha de emenda constitucional sem conteúdo normativo. É admitir-se que o legislador ordinário possa, até mesmo, modificar enfoque pacificado mediante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que haja atuado, à luz das balizas constitucionais, como guardião da Lei Fundamental. Descabe, também, partir para o que seria a repristinação, a constitucionalização de diploma que, ao nascer, mostrou-se em conflito com a Constituição Federal. Admita-se a inconstitucionalidade progressiva. No entanto, a constitucionalidade posterior contraria a ordem natural das coisas. A hierarquia das fontes legais, a rigidez da Carta, a revelá-la documento supremo, conduz à necessidade de as leis hierarquicamente inferiores observarem-na, sob pena de transmudá-la, com nefasta inversão de valores. Ou bem a lei surge no cenário jurídico em harmonia com a Constituição Federal, ou com ela conflita, e aí afigura-se írrita, não sendo possível o aproveitamento, considerado texto constitucional posterior e que, portanto, à época não existia. Está consagrado que o vício da constitucionalidade há de ser assinalado em face dos parâmetros maiores, dos parâmetros da Lei Fundamental existentes no momento em que aperfeiçoado o ato normativo. A constitucionalidade de certo diploma legal deve se fazer presente de acordo com a ordem jurídica em vigor, da jurisprudência, não cabendo reverter a ordem natural das coisas. Daí a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Nessa parte, provejo o recurso extraordinário e com isso acolho o pedido formulado na inicial, referente à base de cálculo da contribuição, ou seja, para que se entenda, como receita bruta ou faturamento, o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa."

Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

No particular, merece transcrição de trecho do voto proferido pelo e. Ministro Moreira Alves, na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 01/DF, *verbis*:
"(...)
Em síntese, como salientou o Ministro Carlos Velloso, na qualidade de relator do RE 138.284, quando esta Corte reiterou o entendimento já expedido por ocasião do julgamento do RE 146.733,

'O que importa perquirir não é o fato de a União arrecadar a contribuição, mas se o produto da arrecadação é destinado ao financiamento da seguridade social (CF, art. 195, I).'

E, em se tratando da contribuição social instituída pela Lei Complementar n. 70/91, ele o é, como dispõe seu artigo 1º.

De outra parte, sendo a COFINS contribuição social instituída com base no inciso I do artigo 195 da Constituição Federal, e tendo ela natureza tributária diversa da do imposto, as alegações de que ela fere o princípio constitucional da não-cumulatividade dos impostos da União e resulta em bitributação por incidir sobre a mesma base de cálculo do PIS/PASEP só teriam sentido se se tratasse de contribuição social nova, não enquadrável no inciso I do artigo 195, hipótese em que se aplicaria o disposto no § 4º desse mesmo artigo 195 ('A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I'), que determina a observância do inciso I do artigo 154 que estabelece que a União poderá instituir 'I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição'.

Sucede, porém, que a contribuição social em causa, incidente sobre o faturamento dos empregadores, é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 195 da Carta Magna, não se podendo pretender, portanto, que a Lei Complementar n.º 70/91 tenha criado outra fonte de renda destinada a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social.

Por isso mesmo, essa contribuição poderia ser instituída por Lei ordinária. A circunstância de ter sido instituída por lei formalmente complementar - a Lei Complementar n.º 70/91 - não lhe dá, evidentemente, a natureza de contribuição social nova, a que se aplicaria o disposto no § 4º do artigo 195 da Constituição, porquanto essa lei, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída - que são o objeto desta ação -, é materialmente ordinária, por não tratar, nesse particular, de matéria reservada, por texto expresso da Constituição, à lei complementar. A jurisprudência desta Corte, sob o império da Emenda Constitucional n.º 1/69 - e a Constituição atual não alterou esse sistema -, se firmou no sentido de que só se exige lei complementar para as matérias para cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária.
(...)"

Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, *verbis*:
"TRIBUTÁRIO. COFINS. ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º 9.718/98. ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RE 336134/RS, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003)

Confira-se ainda, à guisa de exemplo, recente decisão monocrática proferida pelo e. Ministro Celso de Mello, já consonante com o citado julgamento do Plenário:

*"O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a controvérsia jurídica pertinente à ampliação da **base de cálculo** do PIS/COFINS (RE 357.950/RS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO), declarou, "incidenter tantum", a **inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98,** por entender que a noção de **faturamento** referida no art. 195, I, da Constituição da República, na redação anterior à EC 20/98, não legitimava a incidência de tais contribuições sobre a totalidade das **receitas** auferidas pelas empresas contribuintes, advertindo, ainda, que a superveniente promulgação da EC 20/98 não teve o condão de validar legislação ordinária anterior, que se mostrava originariamente inconstitucional.*

*Esta Suprema Corte, por sua vez, também em julgamento plenário (RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO), confirmou a **validade jurídico-constitucional do art. 8º da Lei nº 9.718/98,** no que concerne à majoração da alíquota de 2% para 3% (**COFINS**), assinalando que esse aumento - considerada a cláusula constitucional da anterioridade mitigada (CF, art. 195, § 6º) - tornou-se exigível a partir de 1º/02/99, afastada, no entanto, para efeito de incidência da referida alíquota (3%), a **base de cálculo** ampliada resultante do já mencionado § 1º (inconstitucional) do art. 3º da Lei nº **9.718/98**.*

*Cumpre acentuar, ainda, que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, reconheceu a plena **constitucionalidade da compensação, de até um terço (1/3), da COFINS com a CSLL**, apenas assegurada ao contribuinte sujeito à incidência de ambas as espécies tributárias ora mencionadas, rejeitando, desse modo, a alegação de que o § 1º do art. 8º da Lei nº **9.718/98** teria importado em ofensa ao postulado da isonomia tributária, porque excluídos de tal benefício os contribuintes unicamente tributados pela **COFINS**:*

*"TRIBUTÁRIO. **COFINS.** ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º **9.718/98.** ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (**COFINS**), até um terço do 'quantum' devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela **COFINS,** a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RTJ 185/352, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - grifei)*

Cabe assinalar, finalmente, que a diretriz jurisprudencial que venho de referir, considerados os precedentes em questão, tem sido observada, no âmbito desta Suprema Corte, em reiteradas decisões proferidas na resolução de controvérsia idêntica à suscitada na presente causa (RE 301.868/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - RE 308.066/RS, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - RE 356.471/MG, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - RE 372.627/DF, Rel. Min. ELLEN GRACIE - RE 388.039/MG, Rel. Min. GILMAR MENDES - RE 413.257/RJ, Rel. Min. CEZAR PELUSO - RE 451.348/SP, Rel. Min. CARLOS BRITTO - RE 469.023/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

Sendo assim, em face das razões expostas, conheço do presente recurso extraordinário, para dar-lhe parcial provimento (CPC, art. 557, § 1º - A), em ordem a afastar, considerada a ***base de cálculo*** *do PIS/COFINS, a aplicação do § 1º do art. 3º da Lei nº* ***9.718/98,*** *observando-se, para esse efeito, o entendimento que o Plenário desta Suprema Corte proclamou no julgamento do RE 357.950/RS.*
(...)" (RE 453622/SP, publicado no DJ de 25.04.2006)

In casu, a insurgência especial dirige-se à aduzida legalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, bem como, no que se refere à ampliação de sua base de cálculo, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.
Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.
De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98, que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal, restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.
Ex positis, com fulcro no artigo 557, *caput*, do CPC, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2083)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 866.910 - RS (2007/0058298-7)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN - RS
PROCURADOR	: PAULO MOURA JARDIM E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOÃO MILTON LIPPSTEIN
ADVOGADO	: IVENS RIBAS
INTERES.	: ERONI DE LIMA RODRIGUES
INTERES.	: CATARINA GUARNIERI RODRIGUES

EMENTA

ADMINISTRATIVO. INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. ALIENAÇÃO DE VEÍCULO. TRADIÇÃO. AUSÊNCIA DE REGISTRO DE TRANSFERÊNCIA JUNTO AO DETRAN. AGRAVO PROVIDO PARA DETERMINAR A SUA CONVERSÃO EM RECURSO ESPECIAL PARA MELHOR EXAME.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento de decisão que deixou de admitir recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que, em demanda visando ao reconhecimento da ilegitimidade passiva do demandante e à exclusão dos pontos de sua Carteira Nacional de Habilitação decorrentes do cometimento de infrações de trânsito por terceiro adquirente do veículo, deu parcial provimento à apelação do ora recorrente, decidindo, no que importa ao presente recurso, que "não pode o demandante ser responsabilizado pelas infrações de trânsito cometidas após a tradição do bem" (fl. 13).

2. Estando presentes os requisitos de admissibilidade, deve ser provido o agravo de instrumento, determinando-se sua conversão em recurso especial, para melhor exame. Remetam-se os autos à Coordenadoria para as providências cabíveis. Intime-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI
Relator

(2084)

RECURSO ESPECIAL Nº 870.023 - RS (2006/0160226-7)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: JENIFER CASTELLAN DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: COOPERATIVA DE LÃS DE QUARAÍ LTDA
ADVOGADO	: FRANCISCO LUZARDO DA SILVA GONZALES

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. APREENSÃO DE MERCADORIAS. TEORIA DO FATO CONSUMADO. FALTA DE INTERESSE RECURSAL.

1. O interesse em recorrer é instituto ontologicamente semelhante ao interesse de agir como condição da ação e é mensurado à luz do benefício prático que o recurso pode proporcionar ao recorrente. Amaral Santos, *in "Primeiras Linhas de Direito Processual Civil"*, 4.ª ed., v. IV, n.º 697, *verbis*: *"O que justifica o recurso é o prejuízo, ou gravame, que a parte sofreu com a sentença"*.
2. *In casu*, o contexto fático delineado nos autos, qual seja, a liberação de mercadorias, mediante a concessão de tutela liminar em *mandamus*, fundada na ilegalidade do auto de infração lavrado por fiscal sanitário, conduz à indubitável impossibilidade de êxito da pretensão veiculada no presente recurso especial, notadamente porque o decurso de tempo consolida fatos jurídicos que devem ser respeitados, sob pena de causar à parte desnecessário prejuízo e afronta ao disposto no art. 462 do CPC, ante a aplicação da Teoria do fato consumado, que, *a fortiori*, esvazia o interesse de agir de recurso.
3. Recurso especial a que se nega seguimento.

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL contra Acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:
"*APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO. MANDADO DE SEGURANÇA. APREENSÃO DE MERCADORIAS.*
Ilegal a apreensão de mercadorias, sob a alegação de cancelamento do registro ao CIPOA, uma vez que, vistoriadas previamente, foram liberadas à comercialização.
RECURSO DESPROVIDO, SENTENÇA MANTIDA EM REEXAME NECESSÁRIO." (fl. 78)

Versam os autos, originariamente, mandado de segurança impetrado pela Cooperativa de Lãs de Quaraí Ltda objetivando a liberação de mercadorias apreendidas, mediante a ilegalidade da lavratura de auto de infração por fiscal sanitário.

O Juiz de Direito da Comarca de Quaraí/RS concedeu a segurança para tornar sem efeito o auto de apreensão nº 8204 emitido por fiscal sanitário.

Irresignado o Estado do Rio Grande do Sul interpôs recurso de apelação, que restou desprovido, nos termos do acórdão acima transcrito.

O Recorrente, em sede de recurso especial, sustenta, em síntese,violação ao disposto nos arts.535 e 364, do CPC.

Sem contra-razões o recurso especial foi inadmitido no Tribunal *a quo* (fl. 102/103, subindo a esta Corte por força de provimento ao **AG 752.990/ RS.**

O recorrente, em petição apresentada às fl. 107, noticia a superveniente perda de objeto do presente recurso, mormente porque *"desprovido às fls. 78/79 o apelo interposto contra a r. Decisão que determinou a liberação das mercadorias apreendidas, considerando abusivo ato do fiscal sanitário, e, uma vez que o recurso especial de fls. 93/98 não obteve condições de trânsito recursal* ***(fls. 102/103)****, resta sem efeito o auto de apreensão n 8204"*, além do fato de que o mencionado auto já fora suspenso mediante a concessão de liminar em 06.05.2003.

Relatados, decido.

Prima facie, o contexto fático delineado nos autos, qual seja, a liberação de mercadorias, mediante a concessão de tutela liminar em *mandamus*, fundada na ilegalidade do auto de infração lavrado por fiscal sanitário, conduz à indubitável impossibilidade de êxito da pretensão veiculada no presente recurso especial, notadamente porque o decurso de tempo consolida fatos jurídicos que devem ser respeitados, sob pena de causar à parte desnecessário prejuízo e afronta ao disposto no art. 462 do CPC, ante a aplicação da Teoria do fato consumado, que, *a fortiori*, esvazia o interesse de agir de recurso.

É de sabença que o interesse em recorrer é instituto ontologicamente semelhante ao interesse de agir como condição da ação, e é mensurado à luz do benefício prático que o recurso pode proporcionar ao recorrente. Amaral Santos, *in "Primeiras Linhas de Direito Processual Civil"*, 4.ª ed., v. IV, n.º 697, *verbis*: *"O que justifica o recurso é o prejuízo, ou gravame, que a parte sofreu com a sentença"*.
Ex positis, **NEGO SEGUIMENTO** ao Recurso Especial.
Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX, Relator

(2085)

RECURSO ESPECIAL Nº 872.187 - SP (2006/0166728-5)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: YOUNG E RUBICAM COMUNICAÇÕES LTDA
ADVOGADO	: JOSE ROBERTO MARCONDES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARIA CECÍLIA LEITE MOREIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. LEI 9.718/98. PIS E COFINS. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. LEI COMPLEMENTAR 70/91 E LEI COMPLEMENTAR 7/70. NOVEL JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º, ARTIGO 3º, DA LEI 9.718/98.

1. A Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica, vale dizer, ***"totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas****"*.
2. Fundando-se o acórdão recorrido em interpretação de matéria eminentemente constitucional (a equiparação dos conceitos de receita bruta e faturamento a que se refere o art. 3º da Lei nº 9.718/98 não se contrapõe à disciplina do artigo 195 da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional 20/98), descabe a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.
3. Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos **Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG**, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e **n.º 346.084-6/PR**, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.
4. Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.
5. Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, segundo a qual: *"Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia."* (**RE 336134/RS**, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003).
6. *In casu*, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.
7. Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.
8. De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98 que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.
9. Recurso especial provido, tão-somente, para reconhecer a ilegalidade da cobrança da COFINS, determinando o envio dos autos à Corte de origem para fins de analisar as demais questões pendentes. . (CPC, artigo 557, § 1º-A).

Cuida-se de recurso especial interposto por YOUNG E RUBICAM COMUNICAÇÕES LTDA , com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, no intuito de ver reformado o v. acórdão prolatado pelo Tribunal Regional da 3ª Região, que, deu provimento à apelação da Fazenda Nacional e à remessa oficial, nos termos da ementa a seguir transcrita:

RIBUTÁRIO. PIS. PRELIMINARES. REJEITADAS. MP Nº 1212 DE 28 DE NOVEMBRO DE 1995. MEDIDA PROVISÓRIA VEICULANDO MATÉRIA TRIBUTÁRIA. POSSIBILIDADE. LEI Nº 9.715/98 e 9.718/98. CONSTITUCIONALIDADE.
1- A sentença encontra-se regular, preenchendo todos os requisitos previstos no artigo 458 do Código de Processo Civil. Decisão fundamentada.
2- Direito líquido e certo comprovado. Possibilidade de autuação pela autoridade coatora.

3- Possibilidade de pleitear compensação em sede de mandado de segurança. Questão superada pelo advento da súmula 213 do Superior Tribunal de Justiça: "O mandado de segurança constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária."
4- Presente o interesse processual. Direito líquido e certo comprovado de plano.
5- Não perde a eficácia a medida provisória não apreciada pelo Congresso Nacional, mas reeditada, por meio de nova medida provisória, dentro de seu prazo de validade de trinta dias.
6- Legitimidade da instituição de tributos por medida provisória com força de lei. Precedente do Supremo Tribunal Federal.
7- No presente caso somente foram comprovados recolhimentos a partir de abril de 1996, quando a medida provisória já era perfeitamente válida.
8- Não há incompatibilidade da definição de faturamento dada pelas Leis nºs 9.715/98 e 9.718/98 com relação às normas legais precedentes, pois não houve inovação para fins fiscais.
8- Base de cálculo do Pis - Leis 9.715/98 e 9718/98 - receita bruta - constitucionalidade - artigo 150, I da CF.
9- A Lei Complementar nº 07/70, materialmente tem natureza de lei ordinária, o que não demanda a edição de lei complementar para modificá-la.
10- Rejeição das preliminares argüidas e provimento da apelação da União e remessa oficial.

A recorrente, nas razões do especial, sustenta que o acórdão hostilizado incorreu em ofensa **aos artigos 110 e 97 do CTN**, **e 3º, da Lei Complementar 07/70**, ao considerar legal e constitucional a ampliação da base de cálculo da PIS prevista na Lei 9.718/98. Ainda, aponta violação aos arts. 66, da Lei n.º 8.383/91 e 39, § 4º, da Lei n.º 9.250/95, insurgindo-se quanto à forma de compensação, incidência de juros e taxa SELIC.

Traz ainda para confronto arestos que esposam a tese da inconstitucionalidade e ilegalidade da alteração do conceito de faturamento promovida pela Lei 9.718/98, bem como da impossibilidade da recepção do aludido diploma legal pela EC 20/98, além de se insurgir quanto ao seu direito em compensar os valores indevidamente recolhidos.

Contra o acórdão de apelação também foi interposto recurso extraordinário o qual foi admitido pela instância de origem.

Apresentadas contra-razões, nas quais se pugna pelo não conhecimento do recurso especial e, caso seja o mesmo conhecido, pelo seu desprovimento.

Realizado o juízo de admissibilidade positivo do apelo extremo, na instância de origem, ascenderam os autos ao E. STJ.

Relatados, decido.

Controvérsia que se cinge à legalidade da Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, que, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica.

Os artigos 2º e 3º, da referida lei, encontram-se assim redigidos:
*"Art. 2° As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, **serão calculadas com base no seu faturamento**, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"*

*"Art. 3º **O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.** (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)*
*§ 1º **Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.***
§ 2º Para fins de determinação da base de cálculo das contribuições a que se refere o art. 2º, excluem-se da receita bruta:
I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;
II - as reversões de provisões operacionais e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita; (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
III - os valores que, computados como receita, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, observadas normas regulamentadoras expedidas pelo Poder Executivo; (Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)
IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente.
§ 3º Nas operações realizadas em mercados futuros, considera-se receita bruta o resultado positivo dos ajustes diários ocorridos no mês. (Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004)
§ 4º Nas operações de câmbio, realizadas por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, considera-se receita bruta a diferença positiva entre o preço de venda e o preço de compra da moeda estrangeira.
§ 5º Na hipótese das pessoas jurídicas referidas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, serão admitidas, para os efeitos da COFINS, as mesmas exclusões e deduções facultadas para fins de determinação da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP.
§ 6º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 7º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 8º (Vide Medidas Provisórias nºs 2158-35, de 2001
III - agrícolas, conforme ato do Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)
§ 9º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"

O STJ, em reiterados julgados, vem decidindo no sentido de que, quando o acórdão recorrido decide com base em interpretação eminentemente constitucional, a via especial não pode ser aberta, posto que estar-se-ia usurpando competência declinada pela Carta Maior ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e n.º 346.084-6/PR, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

Destaque-se, do julgamento, o seguinte excerto do voto proferido pelo e. Ministro Marco Aurélio, pertinente ao RE n.º 357950/RS:

"Procedo ao exame da problemática referente à Lei nº 9.718/98. Aqui há de se perceber o empréstimo de sentido todo próprio ao conceito de faturamento. Eis o teor da lei envolvida na espécie:
Art. 2º As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base no seu faturamento, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei.

Tivesse o legislador parado nessa disciplina, aludindo a faturamento sem dar-lhe, no campo da ficção jurídica, conotação discrepante da consagrada por doutrina e jurisprudência, tomar-se-ia o faturamento tal como veio a ser explicitado na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, ou seja, a envolver o conceito de receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviços. Respeitado estaria o Diploma Maior ao estabelecer, no inciso I do artigo 195, o cálculo da contribuição para o financiamento da seguridade social devida pelo empregador, considerado o faturamento. Em última análise, ter-se-ia a observância da ordem natural das coisas, do conceito do instituto que é o faturamento, caminhando-se para o atendimento da jurisprudência desta Corte.
Eis um panorama de precedentes do Tribunal, considerados conceitos relativos a tributos.
Ao julgar o Recurso Extraordinário nº 116.121-3/SP, o Plenário, sendo relator o ministro Octavio Gallotti, vencido no entendimento, teve oportunidade de proclamar que o imposto sobre serviços não incide sobre locação de bens porque locação de bens móveis não é simplesmente serviço. Fiquei com a redação do acórdão, conforme publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 178/1.265. Também na apreciação do Recurso Extraordinário nº 166.772-9/RS, o Plenário, em 12 de maio de 1994, reafirmou a necessidade de se atentar para o conceito consagrado dos institutos. Glosou a tentativa de se tomar, como abrangidos pela expressão "folha de salário", os pagamentos efetuados a administradores e autônomos - Revista Trimestral de Jurisprudência 156/666-692. E, ao examinar o Recurso Extraordinário nº 172.058-1/SC, o Plenário, em 30 de junho de 1995 e conforme acórdão publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 161/1.043-1.057, veio, mais uma vez, a dar eficácia aos figurinos constitucional e legal ao concluir que não se pode falar em imposto sobre renda sem que haja ocorrido acréscimo patrimonial representado pela aquisição de disponibilidade sobre a renda. No caso, teve-se presente não só a Lei Fundamental como também o artigo 110 do Código Tributário Nacional, consoante o qual a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e forma de direito privado, utilizados expressa ou implicitamente pela Constituição Federal. Então, após mencionar a jurisprudência da Corte sobre a valia dos institutos, dos vocábulos e expressões constantes dos textos constitucionais e legais e considerada a visão técnico-vernacular, volto à Lei nº 9.718/98, salientando, como retratado acima, constar do artigo 2º a referência a faturamento. No artigo 3º, deu-se enfoque todo próprio, definição singular ao instituto faturamento, olvidando-se a dualidade faturamento e receita bruta de qualquer natureza, pouco importando a origem, em si, não estar revelada pela venda de mercadorias, de mercadorias e serviços ou de serviços:
Art. 3º O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.
Não fosse o § 1º que se seguiu, ter-se-ia a observância da jurisprudência desta Corte, no que ficara explicitado, na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, a sinonímia dos vocábulos "faturamento" e "receita bruta". Todavia, o § 1º veio a definir esta última de forma toda própria:
§ 1º Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.
O passo mostrou-se demasiadamente largo, olvidando-se, por completo, não só a Lei Fundamental como também a interpretação desta já proclamada pelo Supremo Tribunal Federal. Fez-se incluir no conceito de receita bruta todo e qualquer aporte contabilizado pela empresa, pouco importando a origem, em si, e a classificação que deva ser levada em conta sob o ângulo contábil.
Em síntese, o legislador ordinário (logicamente não no sentido vulgar, mas técnico-legislativo) acabou por criar uma fonte de custeio da seguridade à margem do disposto no artigo 195, com a redação vigente à época, e sem ter presente a regra do § 4º nele contido, isto é, a necessidade de novas fontes destinadas a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social pautar-se pela regra do artigo 154, inciso I, da Constituição Federal, que é explícito quanto à exigência de lei complementar. Antecipou-se à própria Emenda Constitucional nº 20, no que, dando nova redação ao artigo 195 da Constituição Federal, versou a incidência da contribuição sobre a receita ou o faturamento. A disjuntiva "ou" bem revela que não se tem a confusão entre o gênero "receita" e a espécie "faturamento". Repita-se, antes da Emenda Constitucional nº 20/98, posterior à Lei ora em exame, a Lei nº 9.718/98, tinha-se apenas a previsão de incidência da contribuição sobre a folha de salários, o faturamento e os lucros. Com a citada emenda, passou-se não só a se ter a abrangência quanto à primeira base de incidência, folha de salários, apanhando-se de forma linear os rendimentos do trabalho pagos ou creditados a qualquer título, mesmo sem vínculo empregatício, observando-se o precedente desta Corte, como também a inserção, considerado o que surgiu como alínea "b" do inciso I do artigo 195, da base de incidência, que é a receita.
Como, então, dizer-se, a esta altura, que houve simples explicitação do que já previsto na Carta? É admitir-se a vinda à balha de emenda constitucional sem conteúdo normativo. É admitir-se que o legislador ordinário possa, até mesmo, modificar enfoque pacificado mediante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que haja atuado, à luz das balizas constitucionais, como guardião da Lei Fundamental. Descabe, também, partir para o que seria a repristinação, a constitucionalização de diploma que, ao nascer, mostrou-se em conflito com a Constituição Federal. Admita-se a inconstitucionalidade progressiva. No entanto, a constitucionalidade posterior contraria a ordem natural das coisas. A hierarquia das fontes legais, a rigidez da Carta, a revelá-la documento supremo, conduz à necessidade de as leis hierarquicamente inferiores observarem-na, sob pena de transmudá-la, com nefasta inversão de valores. Ou bem a lei surge no cenário jurídico em harmonia com a Constituição Federal, ou com ela conflita, e aí afigura-se írrita, não sendo possível o aproveitamento, considerado texto constitucional posterior e que, portanto, à época não existia. Está consagrado que o vício da constitucionalidade há de ser assinalado em face dos parâmetros maiores, dos parâmetros da Lei Fundamental existentes no momento em que aperfeiçoado o ato normativo. A constitucionalidade de certo diploma legal deve se fazer presente de acordo com a ordem jurídica em vigor, da jurisprudência, não cabendo reverter a ordem natural das coisas. Daí a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Nessa parte, provejo o recurso extraordinário e com isso acolho o pedido formulado na inicial, referente à base de cálculo da contribuição, ou seja, para que se entenda, como receita bruta ou faturamento, o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa."
Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.
No particular, merece transcrição de trecho do voto proferido pelo e. Ministro Moreira Alves, na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 01/DF, *verbis*:
"(...)
Em síntese, como salientou o Ministro Carlos Velloso, na qualidade de relator do RE 138.284, quando esta Corte reiterou o entendimento já expedido por ocasião do julgamento do RE 146.733,
'O que importa perquirir não é o fato de a União arrecadar a contribuição, mas se o produto da arrecadação é destinado ao financiamento da seguridade social (CF, art. 195, I).'
E, em se tratando da contribuição social instituída pela Lei Complementar n. 70/91, ele o é, como dispõe seu artigo 1º.
De outra parte, sendo a COFINS contribuição social instituída com base no inciso I do artigo 195 da Constituição Federal, e tendo ela natureza tributária diversa da do imposto, as alegações de que ela fere o princípio constitucional da não-cumulatividade dos impostos da União e resulta em bitributação por incidir sobre a mesma base de cálculo do PIS/PASEP só teriam sentido se se tratasse de contribuição social nova, não enquadrável no inciso I do artigo 195, hipótese em que se aplicaria o disposto no § 4º desse mesmo artigo 195 ('A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I'), que determina a observância do inciso I do artigo 154 que estabelece que a União poderá instituir 'I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição'.

Sucede, porém, que a contribuição social em causa, incidente sobre o faturamento dos empregadores, é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 195 da Carta Magna, não se podendo pretender, portanto, que a Lei Complementar n.º 70/91 tenha criado outra fonte de renda destinada a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social.
Por isso mesmo, essa contribuição poderia ser instituída por Lei ordinária. A circunstância de ter sido instituída por lei formalmente complementar - a Lei Complementar n.º 70/91 - não lhe dá, evidentemente, a natureza de contribuição social nova, a que se aplicaria o disposto no § 4º do artigo 195 da Constituição, porquanto essa lei, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída - que são o objeto desta ação -, é materialmente ordinária, por não tratar, nesse particular, de matéria reservada, por texto expresso da Constituição, à lei complementar. A jurisprudência desta Corte, sob o império da Emenda Constitucional n.º 1/69 - e a Constituição atual não alterou esse sistema -, se firmou no sentido de que só se exige lei complementar para as matérias para cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária.
(...)"
Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, *verbis*:
"TRIBUTÁRIO. COFINS. ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º 9.718/98. ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RE 336134/RS, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003)
Confira-se ainda, à guisa de exemplo, recente decisão monocrática proferida pelo e. Ministro Celso de Mello, já consonante com o citado julgamento do Plenário:
*"O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a controvérsia jurídica pertinente à ampliação da **base de cálculo** do PIS/COFINS (RE 357.950/RS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO), declarou, "incidenter tantum", a **inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98,** por entender que a noção de **faturamento** referida no art. 195, I, da Constituição da República, na redação anterior à EC 20/98, não legitimava a incidência de tais contribuições sobre a totalidade das **receitas** auferidas pelas empresas contribuintes, advertindo, ainda, que a superveniente promulgação da EC 20/98 não teve o condão de validar legislação ordinária anterior, que se mostrava originariamente inconstitucional.*
*Esta Suprema Corte, por sua vez, também em julgamento plenário (RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO), confirmou a **validade jurídico-constitucional do art. 8º da Lei nº 9.718/98,** no que concerne à majoração da alíquota de 2% para 3% (**COFINS**), assinalando que esse aumento - considerada a cláusula constitucional da anterioridade mitigada (CF, art. 195, § 6º) - tornou-se exigível a partir de 1º/02/99, afastada, no entanto, para efeito de incidência da referida alíquota (3%), a **base de cálculo** ampliada resultante do já mencionado § 1º (inconstitucional) do art. 3º da Lei nº **9.718/98**.*
*Cumpre acentuar, ainda, que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, reconheceu a plena **constitucionalidade da compensação, de até um terço (1/3), da COFINS com a CSLL**, apenas assegurada ao contribuinte sujeito à incidência de ambas as espécies tributárias ora mencionadas, rejeitando, desse modo, a alegação de que o § 1º do art. 8º da Lei nº **9.718/98** teria importado em ofensa ao postulado da isonomia tributária, porque excluídos de tal benefício os contribuintes unicamente tributados pela **COFINS**:*
*"TRIBUTÁRIO. **COFINS.** ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º **9.718/98.** ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (**COFINS**), até um terço do 'quantum' devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela **COFINS,** a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RTJ 185/352, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - grifei)*
Cabe assinalar, finalmente, que a diretriz jurisprudencial que venho de referir, considerados os precedentes em questão, tem sido observada, no âmbito desta Suprema Corte, em reiteradas decisões proferidas na resolução de controvérsia idêntica à suscitada na presente causa (RE 301.868/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - RE 308.066/RS, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - RE 356.471/MG, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - RE 372.627/DF, Rel. Min. ELLEN GRACIE - RE 388.039/MG, Rel. Min. GILMAR MENDES - RE 413.257/RJ, Rel. Min. CEZAR PELUSO - RE 451.348/SP, Rel. Min. CARLOS BRITTO - RE 469.023/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).
*Sendo assim, em face das razões expostas, conheço do presente recurso extraordinário, para dar-lhe parcial provimento (CPC, art. 557, § 1º - A), em ordem a afastar, considerada a **base de cálculo** do PIS/COFINS, a aplicação do § 1º do art. 3º da Lei nº **9.718/98,** observando-se, para esse efeito, o entendimento que o Plenário desta Suprema Corte proclamou no julgamento do RE 357.950/RS.*
(...)" (RE 453622/SP, publicado no DJ de 25.04.2006)
In casu, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.
Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.
De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98, que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal, restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.
Ex positis, com fulcro no artigo 557, § 1º-A, do CPC, DOU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL, tão-somente, para reconhecer a ilegalidade da cobrança da COFINS, determinando o envio dos autos à Corte de origem para fins de analisar as demais questões pendentes.
Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.
MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2086)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 874.192 - RN (2007/0046843-1)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CÉLIA MARIA DE ARAÚJO SANTOS E OUTRO
ADVOGADO	: MANUEL ANTÔNIO DA CUNHA E OUTRO(S)

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. ANÁLISE DO MÉRITO DA CONTROVÉRSIA. POSSIBILIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.
DECISÃO
1. Trata-se de agravo de instrumento de decisão que, na origem, não admitiu recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região que, em demanda visando à quitação de contrato com base na cláusula do Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS), negou provimento à apelação e manteve a sentença de procedência do pedido, decidindo, no que importa ao presente recurso, que (a) a proibição de quitação de dois contrato pelo FCVS somente se aplica aos contratos firmados posteriormente a 05/12/90 e (b) "as limitações impostas pela Lei 8.100/90 à cobertura do FCVS, em contratos referentes a imóveis na mesma localidade, não se aplicam aos contratos firmados antes da sua vigência" (fl. 19).
A inadmissão ao recurso especial fez-se à consideração de que (a) o entendimento esposado no acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência pacífica desta Corte e (b) no tocante à alínea *c*, aplica-se a Súmula 83/STJ. No agravo de instrumento, a agravante alega, em síntese, que a decisão agravada analisou o mérito do recurso, usurpando, assim, a competência do STJ.
2. Não assiste razão à agravante. A jurisprudência do STJ é no sentido de ser cabível, no juízo de admissibilidade do recurso especial, examinar aspectos de mérito do recurso, negando-lhe seguimento quando evidenciada a improbabilidade de seu êxito, em face do manifesto confronto com a orientação firmemente assentada nessa Corte Superior (AgRG no Ag 737.040/SP, 4ª T., Min. Jorge Scartezzini, DJ de 05/02/2007; AgRg no Ag 320.790/MG, 4ª T., Min. Massami Uyeda, DJ de 05/03/2007; AgRg no Ag 728.844/SP, 1ª T., Min. Francisco Falcão, DJ de 26/06/2006).
3. Diante do exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Intime-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.
MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI
Relator

(2087)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 874.519 - RJ (2007/0051151-1)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: MODESTO DA SILVA PINHEIRO E OUTRO
ADVOGADO	: FABIANO NEI BRAGA DA SILVEIRA JUNIOR
AGRAVADO	: AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A
ADVOGADO	: ARNÔ DE SOUZA BASTOS JUNIOR E OUTRO(S)

DECISÃO
Vistos etc.
Cuida-se de agravo de instrumento tendente a viabilizar subida a esta Corte de recurso especial interposto por MODESTO DA SILVA PINHEIRO e OUTRO, com fulcro no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que versa sobre interrupção do fornecimento de energia elétrica.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília, 20 de setembro de 2007
MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Ministro

(2088)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 874.939 - SC (2007/0061334-8)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
PROCURADOR	: DENILSON ZANON E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONVAP ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S/A
ADVOGADO	: MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI E OUTRO(S)

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. ERRO MATERIAL. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. AGRAVO PROVIDO PARA DETERMINAR A SUA CONVERSÃO EM RECURSO ESPECIAL PARA MELHOR EXAME.
DECISÃO
1. Trata-se de agravo de instrumento de decisão que deixou de admitir recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina que, em embargos à execução, negou provimento à apelação do ora recorrente, decidindo, no que importa ao presente recurso, que é possível o reconhecimento, de ofício e pelo juízo de origem, de erro material que não altera a integridade do título executivo.
2. Estando presentes os requisitos de admissibilidade, deve ser provido o agravo de instrumento, determinando-se sua conversão em recurso especial, para melhor exame. Remetam-se os autos à Coordenadoria para as providências cabíveis. Intime-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.
MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI
Relator

(2089)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 878.960 - MG (2007/0070445-8)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: PAULO VALADARES V CALDEIRA FILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: D DOS S Z (MENOR)
REPR.POR	: R Z V
ADVOGADO	: EDU HENRIQUE DIAS COSTA E OUTRO(S)

DECISÃO
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo ESTADO DE MINAS GERAIS, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra v. acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que versa sobre responsabilidade civil do Estado.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.
MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2090)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 879.011 - PB (2007/0067932-7)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EMPRESA DE TRANSPORTE MANDACARUENSE LTDA
ADVOGADO	: GEORGE LUCENA BARBOSA DE LIMA E OUTRO

DECISÃO
AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DO FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA 283 DO STF.
1. A ausência de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido, os quais são suficientes para mantê-lo, enseja o não-conhecimento do recurso, incidindo, *mutatis mutandis*, o enunciado da Súmula 283 do STF.
2. Agravo de instrumento não conhecido.

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto pela INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA com fulcro no art. 105, III, "a", do permissivo constitucional, em face do acórdão prolatado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, cujo aresto restou assim ementado:
"TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGTR. INCRA E INSS. EMPRESA DO RAMO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO. RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A TÍTULO DE PRORURAL. SENTENÇA PROLATADA NA PRIMEIRA INSTÂNCIA. PERDA DO OBJETO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO.
1. A prolação de sentença no processo que corre na Primeira Instância, antes do julgamento do mérito do Agravo de Instrumento, pode levar à perda do objeto do mesmo, uma vez que seu julgamento, a priori, não produziria mais qualquer repercussão no processo originário.
2. Quando o Juízo a quo profere a sentença, independentemente do seu conteúdo, a decisão interlocutória agravada perde seus efeitos, inexistindo, portanto, qualquer interesse-utilidade no conhecimento do recurso.
3. Se o posicionamento expresso na sentença harmoniza-se com o entendimento exposto pelo Tribunal, na apreciação da tutela recursal liminar, há de se declarar a perda do objeto do Agravo de Instrumento.
4. Agravo de Instrumento extinto" (fl.20)
Nas razões do especial, alega o agravante violação do artigo 522 do Código Civil, pois houve uma decisão interlocutória da qual cabe recurso. Sustenta que tanto a liminar, quanto a sentença a decisão que tornou definitiva a liminar são ilegais porque eximiu o agravado do pagamento da contribuição ao INCRA.
Foram oferecidas contra-razões ao apelo extremo (fls. 49), bem como, contraminuta ao presente agravo de instrumento (fls. 42).
Brevemente relatados. Decido.
Não reúne condições de admissibilidade o recurso especial.
Verifica-se que não foi impugnado o fundamento do acórdão recorrido, que trata da perda do objeto do agravo de instrumento interposto em razão de deferimento de liminar, em razão de prolação de sentença antes do julgamento do referido recurso. Assim incidente o verbete sumular n.º 283/STF, verbis:
"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".
Neste sentido, os seguintes precedentes:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE RURAL. IDADE MÍNIMA PARA A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE DO SEGURADO FALECIDO. RECURSO QUE DEIXA DE IMPUGNAR FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA Nº 283/STF.
1. Não se conhece de recurso especial, em que não se impugna o fundamento do acórdão recorrido, para prover o apelo voluntário do INSS e a remessa oficial, que, assim, permaneceu estranho à insurgência excepcional.
2. "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles." (Súmula do STF, Enunciado nº 283).
3. Recurso não conhecido.(RESP 495434/CE, 6ª Turma, Min. Hamilton Carvalhido, DJ de 13.12.2004)."
"PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - NEGATIVA DE PROVIMENTO - AGRAVO REGIMENTAL - DECISÃO AGRAVADA - TRÊS FUNDAMENTOS - VEDAÇÃO DA SÚMULA 07/STJ E AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO DISSÍDIO PRETORIANO - FUNDAMENTOS INATACADOS - SÚMULA 283/STF - DESPROVIMENTO.
1 - Tendo o Tribunal a quo se utilizado de três fundamentos, para a negativa de seguimento do recurso, quais sejam, a ausência do requisito do prequestionamento, a vedação contida na Súmula 07/STJ e a ausência de demonstração do dissídio pretoriano, e restando os dois últimos inatacados, suficientes, por si só, para a manutenção do decisum, não há como conhecer do recurso, posto que esbarra no disposto na Súmula 283 do Colendo Supremo Tribunal Federal.
2 - Precedentes (AgRg Ag 541.564/BA e 541.312/RS).
3 - Agravo Regimental conhecido, porém, desprovido. (AgRg no AG 512084 / MG, 4ª Turma, Min. Jorge Scartezzini, DJ de 08.11.2004)."
Ainda que assim não fosse, é sabido que com o julgamento em definitivo do processo por sentença, faz com que o recurso interposto contra liminar perca seu objeto, restando pois prejudicado. Nesse sentido:
"TRIBUTÁRIO. PROCESSO CIVIL. CONTRIBUIÇÃO DESTINADA AO INCRA. EMPRESA URBANA. MANDADO DE SEGURANÇA. JULGAMENTO DO MANDAMUS. PERDA DE OBJETO DO RECURSO ESPECIAL MANIFESTADO CONTRA ACÓRDÃO QUE JULGOU ***AGRAVO INTERPOSTO CONTRA O DEFERIMENTO DA LIMINAR.***
1. ***Com a prolação de sentença na ação mandamental originária, revela-se a superveniente perda de objeto do recurso utilizado contra o deferimento da liminar concedida no início da lide.***
2. Recurso especial prejudicado." (REsp 642983/CE ; Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA. DJ 14.09.2007 p. 336)
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ***ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. PERDA DE OBJETO DO RECURSO RELATIVO À MEDIDA LIMINAR.*** *PRECEDENTES. DESPROVIMENTO.*
*1. "****Perde objeto o recurso relativo à antecipação da tutela quando a sentença superveniente (a) revoga, expressa ou implicitamente, a liminar antecipatória (o que pode ocorrer com juízo de improcedência ou de extinção do processo sem julgamento de mérito), ou, (b) sendo de procedência (integral ou parcial), tem aptidão para, por si só, irradiar os mesmos efeitos da medida antecipatória. Em qualquer dessas situações, o provimento do recurso relativo à liminar não teria o condão de impedir o cumprimento da sentença superveniente"*** *(AgRg no REsp 506.887/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 7.3.2005)*
2. "As medidas liminares, editadas em juízo de mera verossimilhança, têm por finalidade ajustar provisoriamente a situação das partes envolvidas na relação jurídica litigiosa e, por isso mesmo, desempenham no processo uma função por natureza temporária. Sua eficácia se encerra com a superveniência da sentença, provimento tomado à base de cognição exauriente, apto a dar tratamento definitivo à controvérsia, atendendo ou não ao pedido ou simplesmente extinguindo o processo" (REsp 810.052/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 8.6.2006).
3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 638561/RS ; Min. DENISE ARRUDA. DJ 06.09.2007 p. 195)
Ex positis, não conheço do agravo de instrumento.
Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2091)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 879.746 - PR (2007/0052210-1)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: LABORATÓRIO OSWALDO CRUZ DE ANÁLISES CLÍNICAS DE LONDRINA S/C LTDA
ADVOGADO	: ADYR SEBASTIÃO FERREIRA E OUTRO
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE LONDRINA
ADVOGADO	: RITA DE CASSIA MAISTRO E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECOLHIMENTO DO ISS. DECRETO-LEI 406/68. LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS. ACÓRDÃO FUNDADO EM INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL E OUTRAS PROVAS. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 05 E 07 DO STJ. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211, DO STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. INOCORRÊNCIA.
1. A sociedade civil somente faz jus ao benefício previsto no art. 9º, § 3º, do DL 406/68 desde que preste serviço especializado, com responsabilidade pessoal e sem caráter empresarial (**AG 458.005-PR**, DJ de 04.08.2003, Rel. Min. Teori Zavascki; **RESP 456.658-ES**, DJ de 19.12.2003, Rel. Min. Franciulli Netto; **RESP 334.554-ES**, DJ de 11.03.2002, Rel. Min. Garcia Vieira).
2. Assentado no acórdão, que se baseou na interpretação do contrato social da empresa e em outras provas produzidas nos autos, que a mesma não faz jus ao tratamento favorecido concedido às sociedades profissionais, sem caráter empresarial, pelo referido dispositivo legal, no que se refere à tributação do ISS, a análise do recurso especial implica indispensável reexame de matéria fático-probatória, procedimento interditado no apelo excepcional ante o disposto nas Súmulas 05 e 07, do STJ.
3. Inexiste ofensa ao art. 535 do CPC, quando o tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.
4. É inviável a apreciação, em sede de Recurso Especial, de matéria sobre a qual não se pronunciou o tribunal de origem, embora opostos embargos de declaração, porquanto indispensável o requisito do prequestionamento, nos termos no enunciado n.º 211, da Súmula do STJ, *verbis*: *"Inadimissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo".*
5. A exigência do prequestionamento não é mero rigorismo formal, que pode ser afastado pelo julgador a que pretexto for. Ele consubstancia a necessidade de obediência aos limites impostos ao julgamento das questões submetidas ao E. Superior Tribunal de Justiça, cuja competência fora outorgada pela Constituição Federal, em seu art. 105.
6. Agravo de Instrumento conhecido para negar seguimento ao próprio recurso especial (art. 544, §3º c/c art. 577, *caput*, ambos do CPC).
Vistos.
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo LABORATÓRIO OSWALDO CRUZ DE ANÁLISES CLÍNICAS DE LONDRINA LTDA., com fulcro no artigo 544 e seguintes do CPC, contra decisão de fls. 477/479, que não admitiu o seu Recurso Especial, sob os seguintes fundamentos: **I)** A questão do pagamento parcial dos tributos não foi argüida em primeiro grau de jurisdição. Incidência do verbete sumular n.º 283, do STF; **II)**Não configurou a apontada ofensa ao art. 535, II, do CPC; e **III)** O aresto recorrido possui fundamento fático-probatório e o posicionamento da Turma julgadora não pode ser revisto em sede de recurso especial, em face da vedação do reexame de provas, nos termos do enunciado n.º 07, da Súmula desta Corte.
Nas razões de agravar, a recorrente refuta a decisão agravada, ao argumento de que houve violação ao artigo 535, quando o acórdão não deferiu a realização de perícia e de que não se está rediscutindo fatos ou provas, devendo ser afastada a aplicação dos verbetes mencionados no *decisum* recorrido. Assevera, outrossim, que o recurso especial foi interposto, agüindo violação ao artigo 535, do CPC, ante a configuração de cerceamento de defesa por indeferimento da prova pericial e por fim pelo fato de que o próprio acórdão reconheceu no caso dos autos o benefício da tributação fixa anual.
Noticiam os autos que a ora agravante ajuizou embargos do devedor contra o Município de Londrina, objetivando a extinção do processo, na medida em que as certidões de dívida que o instruem não se revestem de liquidez, certeza e exigibilidade e que o embargante foi executado pela Fazenda Pública Municipal em razão de não haver procedido ao pagamento do ISSQN com base na sua receita bruta anual, sendo que deveria ser tributado tendo como base o preço do serviço, fixado em um valor único por profissional membro da sociedade.
Julgada improcedente a ação, a autora interpôs recurso de apelação, tendo a Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade, negado provimento ao apelo, em aresto recebedor da seguinte ementa (fl. 404):
"EXECUÇÃO FISCAL SOBRE ISSQN. EMBARGOS IMPROCEDIDOS "A QUO". AGRAVO RETIDO CONHECIDO (ART. 523, § 1º, CPC) MAS DESPROVIDO. CERCEIO POR FALTA PERICIAL SOBRE AVENTADOS EXCESSOS À BASE DE CÁLCULO E PRESTAÇÕES PARCIAIS, NÃO CONFIGURADO. DECORRENTE PROPOSIÇÃO NULITÁRIA ÀS CDAS POR AUSENTES LIQUIDEZ E CERTEZA AFASTADAS. AJUSTE AOS ARTS. 202, CTN E 2º, § 5º, L.E.F. EMPRESA MULTIPROFISSIONALMENTE CONSTITUÍDA PARA ANÁLISES CLÍNICAS (MÉDICOS E BIOQUÍMICOS). INSERÇÃO AO ANEXO "2" DA LISTA DE SERVIÇOS ANEXA AO DEC. LEI 406/68. APROVADO PELA L.C. 56/87. PRECEDENTES. REGIME DIFERENCIADO A TRIBUTAÇÃO (ART. 9º, § 1º E 3º, D.L. 406/68 E 122-123, CTM). REQUISITOS NÃO SATISFEITOS. ART. 111, CTM.TRIBUTAÇÃO AO FATO GERADOR DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, PELO PREÇO DESTES NO PERÍODO. INSERÇÃO DE VALORES PAGOS. INOVAÇÃO RECURSAL. DOUTRINA JURISPRUDÊNCIA. APELO DESPROVIDO, NA PORÇÃO CONHECIDA."
Após a rejeição dos embargos de declaração opostos, a ora agravante, irresignada, interpôs Recurso Especial, com base no art. 105, III, "a" e "c", da Carta Maior, em cujas razões sustenta: **I)** Violação do artigo 535, do CPC, sob a alegação de que o acórdão que não acolheu os declaratórios está eivado de nulidade, na medida em que não se fundamentou o indeferimento da perícia; **II)** Violação ao art. 202, III, do Código Tributário Nacional, sob o argumento de que requereu a realização, entre outras, de prova pericial contábil, necessária para demonstrar "o pagamento *de parcelas atinentes aos tributos cobrados" (fl. 396)*.
Transacorreu *in albis* o prazo para a apresentação das contra-razões e contraminuta, conforme certidões às fls. 462 e 474.
É o relatório.
DECIDO.
Presentes as peças indispensáveis à formação do instrumento, e preenchidos os demais requisitos de admissibilidade, porquanto infirmados os fundamentos de decisão agravada, merece ser conhecido o presente agravo, pelo que passo à análise da admissibilidade do recurso especial.
A irresignação não prospera.
Primeiramente, pelo fato de não se vislumbrar contradição, omissão ou obscuridade, no acórdão recorrido, capaz de tornar nula a decisão impugnada pelo especial. Isto porque, o tribunal *a quo* apreciou presente demanda de modo suficiente, conforme se pode extrair dos excertos acima transcritos.
Assim, não merece acolhida a alegação da recorrente de que o acórdão recorrido, a despeito da oposição de embargos, não tenha se pronunciado acerca de todas as questões relevantes da demanda, e que, em conseqüência, teria violado o art. 535, do CPC. É dizer que quando o Tribunal de origem se pronuncia de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, não cabe falar em ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil.
Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão. Entendimento uníssono desta Corte:
"TRIBUTÁRIO RECURSO EM CONSULTA ADMINISTRATIVA. EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. ARTIGO 48, § 5º, DA LEI 9430/96. ALEGATIVA DE INFRINGÊNCIA AOS ARTIGOS 535, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E 151, III DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. INOCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.
1. ***Não comete infringência ao artigo 535, II, do Código de Processo Civil o acórdão que analisa todos os pontos relevantes atinentes à solução da lide posta em julgamento. O juiz, ao expor os motivos que o levaram a decidir desta ou daquela maneira, não está subordinado a fazê-lo como quem responde a um questionário jurídico, mas sim fundamentadamente.*** *Aliás, o decisório abordou explicitamente o artigo 151, III, do Código Tributário Nacional, tema da insurgência recursal.*
(...) 3. Recurso especial desprovido" (REsp n.º 600.218/RJ, Primeira Turma, Rel Min. José Delgado, DJ de 17/05/2004).
"PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO - RECURSO ESPECIAL - ALÍNEA "A" - ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 458, II, E 535, II DO CPC - INOCORRÊNCIA - TÉCNICO EM METALURGIA - NECESSIDADE DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS DE LEI FEDERAL APONTADOS.

Não há nos autos qualquer omissão, contradição ou obscuridade, pois o egrégio Tribunal de origem apreciou toda a matéria recursal devolvida. A função teleológica da decisão judicial é a de compor, precipuamente, litígios. Não é peça acadêmica ou doutrinária, tampouco destina-se a responder a argumentos, à guisa de quesitos, como se laudo pericial fora. Contenta-se o sistema com a solução da controvérsia observada a res in iudicium deducta.
(...)Recurso especial não conhecido" (REsp n.º 503.205/SC, Segunda Turma, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ de 29/03/2004)
Ainda preliminarmente, verifica-se que a questão do pagamento parcial dos tributos em questão não foi argüida em primeiro grau de jurisdição, motivo pelo qual resta ausente o requisito do prequestionamento, viabilizador do conhecimento do presente recurso especial.
Impende salientar que a exigência do prequestionamento não é mero rigorismo formal, que pode ser afastado pelo julgador a que pretexto for. Ele consubstancia a necessidade de obediência aos limites impostos ao julgamento das questões submetidas ao E. Superior Tribunal de Justiça, cuja competência fora outorgada pela Constituição Federal, em seu art. 105. Neste dispositivo não há previsão de apreciação originária por este E. Tribunal Superior de questões como as que ora se apresentam. A competência para a apreciação originária de pleitos no C. STJ está exaustivamente arrolada no mencionado dispositivo constitucional, não podendo sofrer ampliação.
Destarte, inviável a apreciação, em sede de Recurso Especial, de matéria sobre a qual não se pronunciou o tribunal de origem, embora opostos embargos de declaração, porquanto indispensável o requisito do prequestionamento, nos termos no enunciado n.º 211, da Súmula do STJ, *verbis*: *"Inadimissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo"*. Nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte Superior:
TRIBUTÁRIO. COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS. ARTIGOS 463 E 471 DO CPC. PREQUESTIONAMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AFASTAMENTO DE CONTRADIÇÃO. POSSIBILIDADE.
1. Constata-se a ausência do requisito indispensável do prequestionamento viabilizador do acesso às instâncias especiais acerca dos artigos 463 e 471 do CPC, não obstante tenha havido o protocolo de embargos declaratórios. Incide o disposto na Súmula 211 desta Corte.
2. O afastamento de contradição pela Corte regional, quando instada por meio de aclaratórios, é válida e não obriga o acolhimento do pedido do embargante.
3. Da mesma forma, não pode ser considerado julgamento fora do pedido a procedência parcial do pleito.
4. Recurso especial improvido (REsp 923177 / SP; Relator Ministro CASTRO MEIRA SEGUNDA TURMA; DJ 30.05.2007 p. 291).
PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO DISPOSITIVO SUPOSTAMENTE AFRONTADO. SÚMULA 211/STJ. EXECUÇÃO FISCAL. REQUISITOS. CDA. LIQUIDEZ E CERTEZA. REEXAME DE PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. EXCLUSÃO DE VERBAS INDEVIDAS. PROSSEGUIMENTO DO FEITO.
1. Ausente o questionamento prévio da matéria abordada no recurso especial, apesar dos embargos de declaração opostos, é inviável o conhecimento do recurso especial. Aplicação do princípio consolidado na Súmula 211 desta Corte.
2. Para se verificar a liquidez e certeza da CDA ou, ainda, a presença dos requisitos essenciais a sua validade, seria necessário reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).
3. É pacífico nesta Corte Superior o entendimento no sentido de que o excesso na cobrança expressa na CDA não macula a sua liquidez, desde que os valores possam ser revistos por simples cálculos aritméticos.
4. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 692405 / RS ; Relatora Ministra DENISE ARRUDA; PRIMEIRA TURMA; DJ 03.05.2007 p. 218).
No que concerne ao mérito, melhor sorte não assiste à recorrente.
A questão ora debatida não é nova nesta Corte Superior, cuja jurisprudência sedimentou-se no mesmo sentido do aresto impugnado, traduzindo entendimento segundo o qual a sociedade civil faz jus ao benefício previsto no art. 9º, § 3º, do DL 406/68 desde que preste serviço especializado, com responsabilidade pessoal e sem caráter empresarial. Confira-se:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. ISS. SOCIEDADE UNIPROFISSIONAL SEM CARÁTER EMPRESARIAL. TRATAMENTO PRIVILEGIADO.
***1.** Não viola o artigo 535 do CPC, nem importa negativa de prestação*
jurisdicional, o acórdão que, mesmo sem ter examinado individualmente cada um dos argumentos trazidos pelo vencido, adotou, entretanto, fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia posta.
***2.** A matéria de fato é insuscetível de reexame em recurso especial (Súmula nº 07/STJ).*
***3.** Nos termos do art. 9º, § 3º, do DL 406/68, têm direito ao tratamento privilegiado do ISS as sociedades civis uniprofissionais, que tem por objeto a prestação de serviço especializado, com responsabilidade social e sem caráter empresarial.*
***4.** Agravo regimental desprovido." (AG 458.005-PR, DJ de 04.08.2003, Rel. Min. Teori Zavascki)*

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - ISS - SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - CLÍNICA MÉDICA - CARÁTER EMPRESARIAL - NÃO COMPROVADA CARACTERIZAÇÃO COMO SOCIEDADE UNIPROFISSIONAL - RECURSO ESPECIAL - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC - INOCORRÊNCIA - DECISÃO RECORRIDA CONSENTÂNEA COM A ORIENTAÇÃO JURISDICIONAL DO STJ - CONHECIMENTO PARCIAL - IMPROVIMENTO.
Não cabe conhecer do recurso especialmente quanto à alegativa de violação a dispositivo legal não prequestionado.
Rejeitados os embargos de declaração porque já examinados os pontos essenciais para o deslinde da questão, não há como divisar violação ao artigo 535, inciso II, do CPC.
É devido o ISS pelas sociedades profissionais quando estas assumem caráter empresarial.
As sociedades civis, para terem direito ao tratamento privilegiado previsto pelo artigo 9º, § 3º do Decreto-lei n° 406/68, têm que ser constituídas exclusivamente por médicos, ter por objeto social a prestação de serviço especializado, com responsabilidade pessoal e sem caráter empresarial.
Recurso parcialmente conhecido, mas improvido." (RESP 334.554-ES, DJ de 11.03.2002, Rel. Min. Garcia Vieira)

O cerne da questão é definir se a autora, ora agravante (sociedade de médicos e bioquímicos) faz jus ao tratamento favorecido concedido às sociedades uniprofissionais, sem caráter empresarial, pelo referido dispositivo legal, no que se refere à tributação do ISS. Com efeito, o v. acórdão recorrido afirmou que (fls. 404/423):

*" **Os laboratórios de análises clínicas estão incluídos, para efeito do recolhimento do ISS, no item 2 da lista anexa ao Decreto-lei n.º 406/68, de tal modo que ficam afastados da redução prevista no § 3º, do artigo 9º daquele diploma legal, devendo tomar-se, como base de cálculo do tributo, o valor da operação (ou dos serviços)**.*
O item 1 da "lista" só alcança os médicos, como profissionais liberais, inclusive os analistas, e ,consequentemente, sociedades (compostas de profissionais da Medicina) que realizem esses serviços". Destaquei.

Desta forma, o Tribunal *a quo* definiu que a agravante caracteriza-se como sociedade empresária. A pretensão trazida no Recurso Especial, portanto, implica no indispensável reexame de matéria fático-probatória, para aferir o seu direito ao benefício trazido pelo art. 9º, § 3º, do Decreto-Lei 406/68, o que é vedado nesta via, ante o disposto nas Súmulas nº 05 e 07, do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:
SÚMULA 5/STJ: A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial.

SÚMULA 7/STJ: A pretensão de simples reexame de provas não enseja recurso especial.

Com essas considerações, conheço do agravo de instrumento, para NEGAR SEGUIMENTO ao próprio recurso especial (art. 544, §3º c.c art. 577, *caput*, ambos do CPC).

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2092)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 879.881 - RJ (2007/0066256-1)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: JOSÉ EDUARDO CAVALCANTE ALBUQUERQUE
AGRAVADO	: REDECARD S/A
ADVOGADO	: LUIZ EDUARDO DE C. GIROTTO E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE ANÁLISE DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. ISS. LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS. DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ITEM 79 DA LISTA DE SERVIÇOS ANEXA AO DL 406/68. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA.
1. Inexiste ofensa aos arts. 165, 458 e 535 do CPC, quando o tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.
2. Fundando-se o acórdão recorrido em interpretação de matéria eminentemente constitucional - constitucionalidade da incidência do ISS sobre locação de bens móveis -, descabe a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao Colendo STF, e a competência traçada para o STJ, no julgamento de recurso especial, restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.
3. Ao Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso especial, incumbe velar pela uniformização da aplicação da legislação federal infraconstitucional, pelo que não se conhece de tal apelo extremo quando os argumentos trazidos para a reforma do julgado do Tribunal *a quo* são de índole puramente constitucional, haja vista que se inclui na competência do Supremo Tribunal Federal, conforme art. 102, inciso III, da Carta Magna.
4. *In casu*, a questão debatida nos autos - incidência de ISS sobre locação de bens móveis - foi solucionada pelo Tribunal a quo à luz de princípios constitucionais, o que revela a impossibilidade de exame da questão em sede de recurso especial. Precedentes do STJ: **RESP 684021/RS**, desta relatoria, DJ de 03.03.2005 e **RESP 631547/MG**, Relator Ministro José Delgado, DJ de 15.06.2004.
5. Agravo de Instrumento desprovido.

Vistos.

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, contra decisão de fls. 309/313 que não admitiu o seu Recurso Especial, sob os seguintes fundamentos: **I)** ausência de violação aos artigos 165, 458 e 535 do CPC, porquanto não houve contradição, omissão, ou obscuridade no acórdão, que se encontra devidamente fundamentado; e **II)** o acórdão recorrido decidiu em conformidade com a jurisprudência desta Corte.

O acórdão recorrido ostenta a seguinte ementa (fl. 161):

"TRIBUTÁRIO. LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS. ISSQN. INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE DA COBRANÇA. PRECEDENTES DO STF. O REFERIDO IMPOSTO TEM COMO FATO GERADOR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NÃO PODENDO SER ESTENDIDO O CONCEITO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇO, QUE ENVOLVE OBRIGAÇÃO DE FAZER AO DE LOCAÇÃO DE BENS, QUE IMPLICA EM OBRIGAÇÃO DE DAR. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ITEM LXXIX DO ARTIGO 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 10.514/91 PELO E. ÓRGÃO ESPECIAL.REFORMA DO JULGADO."

Opostos embargos de declaração, negou-se provimento aos mesmos, conforme aresto de fls. 173/175.

Irresignada, a Municipalidade agravante interpôs recurso especial, com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, em cujas razões aduz **I)** violação aos artigos 165, 458 IIe III e 535, I e II; e **II)** violação ao Item 79 da Lista Anexa ao Decreto-Lei n.º 406/68, do Item 52 da Lista Anexa ao Decreto-Lei nº 834/69, sob o argumento de que a locação de bens móveis deve ser tributada pelo ISSQN.

Brevemente relatados, decido.

Presentes as peças indispensáveis à formação do instrumento, e preenchidos os demais requisitos de admissibilidade, porquanto infirmados os fundamentos de decisão agravada, merece ser conhecido o presente agravo, pelo que passo à análise da admissibilidade do recurso especial.
Não merecem acolhida as pretensões da recorrente, devendo ser mantido íntegro o v. acórdão ora hostilizado.

Primeiramente, pelo fato de não se vislumbrar contradição, omissão ou obscuridade, no acórdão recorrido, capaz de tornar nula a decisão impugnada pelo especial. Isto porque, o tribunal *a quo* apreciou presente demanda de modo suficiente, conforme se pode extrair dos excertos acima transcritos.
Assim, não merece acolhida a alegação da recorrente de que o acórdão recorrido, a despeito da oposição de embargos, não tenha se pronunciado acerca de todas as questões relevantes da demanda, e que, em conseqüência, teria violado os arts. 165, 458 e 535 do CPC. É dizer que quando o Tribunal de origem se pronuncia de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, não cabe falar em ofensa a esses dispositivos.
Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão. Entendimento uníssono desta Corte:

"TRIBUTÁRIO RECURSO EM CONSULTA ADMINISTRATIVA. EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. ARTIGO 48, § 5º, DA LEI 9430/96. ALEGATIVA DE INFRINGÊNCIA AOS ARTIGOS 535, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E 151, III DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. INOCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.
*1. **Não comete infringência ao artigo 535, II, do Código de Processo Civil o acórdão que analisa todos os pontos relevantes atinentes à solução da lide posta em julgamento. O juiz, ao expor os motivos que o levaram a decidir desta ou daquela maneira, não está subordinado a fazê-lo como quem responde a um questionário jurídico, mas sim fundamentadamente.** Aliás, o decisório abordou explicitamente o artigo 151, III, do Código Tributário Nacional, tema da insurgência recursal.*
(...) 3. Recurso especial desprovido" (REsp n.º 600.218/RJ, Primeira Turma, Rel Min. José Delgado, DJ de 17/05/2004).

"PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO - RECURSO ESPECIAL - ALÍNEA "A" - ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 458, II, E 535, II DO CPC - INOCORRÊNCIA - TÉCNICO EM METALURGIA - NECESSIDADE DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS DE LEI FEDERAL APONTADOS.
Não há nos autos qualquer omissão, contradição ou obscuridade, pois o egrégio Tribunal de origem apreciou toda a matéria recursal devolvida. A função teleológica da decisão judicial é a de compor, precipuamente, litígios. Não é peça acadêmica ou doutrinária, tampouco destina-se a responder a argumentos, à guisa de quesitos, como se laudo pericial fora. Contenta-se o sistema com a solução da controvérsia observada a res in iudicium deducta.
(...)Recurso especial não conhecido" (REsp n.º 503.205/SC, Segunda Turma, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ de 29/03/2004)

No que pertine ao mérito, no presente caso, a questão debatida nos autos - incidência de ISS sobre locação de bens móveis - foi solucionada pelo Tribunal *a quo* à luz de princípios constitucionais, o que revela a impossibilidade de exame da questão em sede de recurso especial.
É o que se depreende do seguinte trecho extraído do v. acórdão hostilizado (fls. 160/166) :

"As competências tributárias são outorgadas pela Constituição, e, segundo esta, os Municípios só podem exigir impostos sobre as matérias ali previstas (art. 30, III e 156, III), de modo que qualquer fato ou situação que não configure efetiva prestação de serviço no entendimento estrito da lei, não pode ser tributado pelo Município como sujeito à incidência do ISSQN, pois tem aquele sua autonomia legisferante restrita à lista taxativa de serviços da Lei Complementar 56/87, na forma do artigo 146, III da Constituição Federal".

De fato, a irresignação da agravante baseou-se, exclusivamente, em questionamentos de índole constitucional, e, como é sabido, a ofensa a princípios e preceitos da Carta Magna não é passível da apreciação em sede de recurso especial.

Com efeito, descabe ao STJ examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao colendo STF, e a competência traçada para este Tribunal, em sede de recurso especial, restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

Nessa esteira, os seguintes precedentes:
"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ISS INCIDENTE SOBRE ARRENDAMENTO MERCANTIL. ILEGALIDADE. SUSPENSÃO DA COBRANÇA. MATÉRIA CONSTITUCIONAL PRECLUSA. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. VERBETE SUMULAR N.º 126/STJ.
1. *"É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamento constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário" (Súmula n.º 126, do STJ).*
2. *In casu, a questão debatida nos autos - incidência de ISS sobre as operações de leasing - foi solucionada pelo Tribunal a quo à luz de princípios constitucionais, conforme se infere de trecho do voto-condutor do aresto hostilizado.*
3. *Recurso especial a que se nega seguimento (art. 557, caput, do CPC)."* ***(RESP 684021/RS, desta relatoria, DJ de 03.03.2005)***
"TRIBUTÁRIO. ISSQN. LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS (EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA). PRONUNCIAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ITEM 79 DA LISTA DE SERVIÇOS ANEXA AO DL 406/68. MATÉRIA CONSTITUCIONAL.
1. O Pleno do Colendo Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário 116.121/SP (Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ 25/05/2001), interposto por empresa de locação de guindastes onde se discutia a constitucionalidade da cobrança do ISS sobre a locação de bens móveis. Decidiu-se que a expressão "locação de bens móveis" constante no item 79 da lista de serviços a que se refere o DL 406/68 (redação da LC 56/87) é inconstitucional. Nas razões de decidir, frisou-se que "a terminologia constitucional do imposto sobre serviços revela o objeto da tributação. Conflita com a Lei Maior dispositivo que imponha o tributo a contrato de locação de bem móvel. Em direito, os institutos, as expressões e os vocábulos têm sentido próprios, descabendo confundir a locação de serviços com a de móveis, práticas diversas regidas pelo Código Civil, cujas definições são de observância inafastável". *(grifo nosso)*
2. *Tendo em vista o pronunciamento da Corte Maior, não é possível proceder à análise de recurso especial que discute, em sede infraconstitucional, a mesma matéria: incidência do ISSQN sobre a locação de equipamentos de segurança eletrônica (bens móveis).*
3. *Recurso especial não conhecido."* ***(RESP 631547/MG, Relator Ministro José Delgado, DJ de 15.06.2004)***

Ex positis, NEGO PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2093)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 880.492 - MG (2007/0039971-4)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: CEMI CENTRAL DE ANÁLISES CLÍNICAS MICROBIOLÓGICAS S/C LTDA
ADVOGADO	: FLÁVIO DE MENDONÇA CAMPOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE POÇOS DE CALDAS
PROCURADOR	: KÊNIA MARIA CAPOBIANCO E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. ISS. SOCIEDADE COM CARÁTER EMPRESARIAL. BENEFÍCIO PREVISTO NO ART. 9º, § 3º, DO DL 406/68. INAPLICABILIDADE. SÚMULA 07 DO STJ.
1. A sociedade civil somente faz jus ao benefício previsto no art. 9º, § 3º, do DL 406/68, desde que preste serviço especializado, com responsabilidade pessoal e sem caráter empresarial (**AgRg no Ag 772098 / PR**, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 18/12/2006; **AgRg no Ag 789778 / SC**, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ 04/12/2006; **AgRg no REsp 711877 / AL**, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 30/05/2006).
2. O conhecimento do presente inconformismo resta interditado, à luz da Súmula 07/STJ, posto haver concluído a instância *a quo*, com ampla cognição fático-probatória:
"De fato, o ponto crucial que demonstra o não enquadramento do postulante ao benefício dado pela DL 406/68 é o fato de constar em seu contrato social a prestação de serviços de laboratório, na especialidade de análises clínicas, discriminados expressamente no item 2 da lista anexa ao DL 406/68" (sic - f. 520)
Também não cumpre o requisito da alínea 'b' na medida em que a embargante tem como sócios bioquímicos, os quais não possuem habilitação em medicina, como exige a alínea 'a'."
3. Recurso Especial a que se nega seguimento.
Vistos.

Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto por CEMI - CENTRAL DE ANÁLISES CLÍNICAS MICROBIOLÓGICAS S/C LTDA., com fulcro no art. 544 do CPC, contra decisão de fls. 567/568, que negou seguimento a Recurso Especial, sob os seguintes fundamento de que o Colegiado *a quo* julgou a controvérsia diante dos elementos probatórios coligidos e rever tal posicionamento implicaria reexame dos aspectos fáticos e circunstanciais da causa, procedimento defeso na via especial, consoante enunciados n.º 7 do STJ.

Nas razões de agravar, a recorrente refuta a decisão agravada, ao argumento de que não se está rediscutindo fatos ou provas, devendo ser afastada a aplicação do verbete mencionados no *decisum* recorrido. Assevera, outrossim, que o recurso especial foi interposto com o objetivo de ser revista a conclusão jurídica dada à demanda com base nos fatos e questões já debatidos pelo acórdão e expressamente nele consignadas.

Noticiam os autos que a ora agravante ajuizou embargos à execução contra o Município de Poços de Caldas, para ver declarado o a nulidade da execução em apenso, afirmando que na forma como exercia suas atividades, assitia-lhe o direito de recolher o ISSQN com base no número de profissionais que compunham o quadro social, de acordo com a legislação pertinente.
Julgada procedente a ação, as partes interpuseram recursos de apelação, tendo a Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, por unanimidade, reformar a sentença, julgando prejudicados os recursos voluntários, em aresto recebedor da seguinte ementa (fl. 515):

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ISSQN. SOCIEDADE PROFISSIONAL. LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS. TRATAMENTO PRIVILEGIADO PREVISTO NO ART. 9º, § 3º, DO DECRETO-LEI 406/68. INAPLICABILIDADE. PRECEDENTES DO COLENDO STJ. SENTENÇA REFORMADA NO REEXAME NECESSÁRIO.
1. Na esteira do entendimento manifestado pelo colendo Superior Tribunal de Justiça, os laboratórios de análises clínicas estão incluídos, para efeito de recolhimento do ISSQN, no item 2 da lista anexa ao DL nº 406/68, não fazendo jus, deste modo, à benesse insculpida na norma prevista no art. 9º, § 3º, do Decreto-Lei nº 406/68.
2. Reforma-se a sentença, no reexame necessário e julgam-se prejudicados os recursos voluntários.

Após a rejeição dos embargos de declaração opostos, a ora agravante, irresignada, interpôs Recurso Especial, com base no art. 105, III, "a", da Carta Maior, em cujas razões sustenta violação ao art. 9º, § 3º, do Decreto-lei 406/68, sob o argumento de que presta serviços sob a forma de trabalho pessoal de seus sócios- sendo um médico e uma farmacêutica bioquimica. Aduz, outrossim, que o ISSQN deve ser calculado em relação a cada profissional habilitado, e não sobre a receita bruta. Consigna, ainda, que "*a responsabilidade pelos serviços é decorrente do próprio fato das profissões de que cuida o dispositivo serem profissões regulamentadas por lei*".

Transcorreram *in albis* os prazos para a apresentação de contra-razões e contraminuta con forme certidões às fls. 565 e 574.

É o relatório.

DECIDO.

Presentes as peças indispensáveis à formação do instrumento, e preenchidos os demais requisitos de admissibilidade, porquanto infirmados os fundamentos de decisão agravada, merece ser conhecido o presente agravo, pelo que passo à análise da admissibilidade do recurso especial.

A irresignação não prospera.
A questão ora debatida não é nova nesta Corte Superior, cuja jurisprudência sedimentou-se no mesmo sentido do aresto impugnado, traduzindo entendimento segundo o qual a sociedade civil faz jus ao benefício previsto no art. 9º, § 3º, do DL 406/68, desde que preste serviço especializado, com responsabilidade pessoal e sem caráter empresarial. Confiram-se:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 544, CPC. ART. 9º, § 3º, DECRETO-LEI 406/68. SOCIEDADES UNIPROFISSIONAIS. ENGENHEIROS. ISS. ALÍQUOTA FIXA. ACÓRDÃO FUNDADO EM INTERPRETAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL. PROVAS. APLICAÇÃO DA SÚMULAS 07/STJ. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO LEGAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF.
1. A sociedade civil faz jus ao benefício previsto no art. 9º, § 3º, do DL 406/68 desde que preste serviço especializado, com responsabilidade pessoal e sem caráter empresarial, conforme entendimento assente no STJ (AG 458.005-PR, DJ de 04.08.2003, Rel. Min. Teori Zavascki; RESP 456.658-ES, DJ de 19.12.2003, Rel. Min. Franciulli Netto; RESP 34.554-ES, DJ de 11.03.2002, Rel. Min. Garcia Vieira).
2. Assentado o acórdão, com base no contrato social da empresa, que a mesma faz jus ao tratamento favorecido concedido pelo § 3º do art. 9º do Decreto-Lei n.º 406/68 às sociedades profissionais, sem caráter empresarial, no que se fere à tributação pelo ISS, porquanto "a apelante é sociedade civil, uniprofissional, formada exclusivamente por sócios engenheiros, com vistas ao desenvolvimento de atividades de engenharia", a modificação do julgado implica reexame de matéria fático-probatória, interditado pela via do recurso especial. (Súmula 07/STJ).
3. "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida" (Súmula 83/STJ).
4. O verbete n.º 83 da Súmula desta Corte aplica-se ao recurso especial arrimado na alínea 'a' quando o acórdão recorrido se afinar à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Precedentes: AgRg no AG 507707/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ de 02.02.2004; AgRg no AG 723758/SP, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, DJ de 02.05.2006)
5. A ausência de prequestionamento dos dispositivos apontados como violados, impede o conhecimento do recurso especial. Inteligência das Súmulas 282 e 356 do C.STF.
6." É inadmissível o recurso extraordinário quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."(Súmula 282/STF).
7. Agravo Regimental a que se nega provimento. (AgRg no Ag 772098 / PR, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 18/12/2006)

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ISS. ANÁLISES CLÍNICAS. ART. 9º, § 3º, DO DECRETO-LEI N. 406/68. REEXAME DE PROVA. SÚMULA N. 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO-CONHECIMENTO. SÚMULA N. 83/STJ.
1. O STJ pacificou a jurisprudência no sentido de que o tratamento privilegiado para recolhimento do ISS, previsto no art. 9º, § 3º, do Decreto-Lei 406/68, não se aplica aos casos em que a sociedade civil presta serviços com caráter empresarial.
2. Incide a Súmula n. 7 do STJ na hipótese em que a tese versada no recurso especial reclama a análise dos elementos probatórios produzidos ao longo da demanda.
3. "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida" (Súmula n. 83 do STJ).
4. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 789778 / SC, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ 04/12/2006)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - AGRAVO REGIMENTAL - ISS - LABORATÓRIO DE ANÁLISES MÉDICAS - TRATAMENTO PRIVILEGIADO DO ART. 9º, § 3º DO DECRETO-LEI 406/68 - INAPLICABILIDADE - INCLUSÃO NO ITEM 2 DA LISTA DE SERVIÇOS ANEXA.
1. Segundo a jurisprudência dominante desta Corte, não se aplica o tratamento privilegiado previsto no art. 9º § 3º do Decreto-lei 406/68 quando a sociedade civil presta serviço com caráter empresarial, especialmente as sociedades constantes do item 2 da Lista de Serviços anexa a este Decreto-lei.
2. Confirmação da decisão que negou seguimento ao recurso especial, nos termos do art. 557 do CPC.
3. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 711877 / AL, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 30/05/2006)

Entrementes, verifica-se que a atual controvérsia cinge-se à análise e valoração de prova pericial pelo juízo *a quo*, no tocante à caracterização da natureza empresarial da sociedade recorrente.
Com efeito, consta do v. acórdão recorrido que:
"Ocorre que, conforme verificação in loco feita pela Fiscal da Prefeitura, constatou-se que "os centros cirúrgicos podem ser utilizados por outros médicos alheios à sociedade, com pagamento do material utilizado e também de taxa de utilização dos equipamentos e da sala" (sic - f. 95)
Essa abertura a outros profissionais liberais, que não compõem o quadro societário, para realização de seus serviços, mediante o pagamento de taxa, desconfigura o objeto essencial da sociedade - prestação de serviços médicos. Tal atitude (locação de espaço mediante contraprestação pecuniária) revela o caráter empresarial da autora.
Insta salientar que a recorrente não contesta os documentos juntados pelo requerido, mormente as conclusões da fiscalização municipal, conforme f. 118, item 64."

Nesse segmento, rever a qualificação da sociedade dada pelo Tribunal *a quo* - que, com ampla cognição fático-probatória, concluiu pelo não enquadramento da sociedade no art. 9º, §3º, do Decreto-Lei 406/68 -, implica o indispensável reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado nesta via, ante o disposto na Súmula nº 07, do Superior Tribunal de Justiça: "*A pretensão de simples reexame de provas não enseja recurso especial.*"

Com essas considerações, conheço do agravo de instrumento, para NEGAR SEGUIMENTO ao próprio recurso especial (art. 544, §3º c.c art. 577, *caput*, ambos do CPC).

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2094)

RECURSO ESPECIAL Nº 882.153 - SC (2006/0196343-4)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: IMOCOL INDÚSTRIA DE MÓVEIS COLONIAIS LTDA
ADVOGADO	: VIRGÍLIO CÉSAR DE MELO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ARTUR ALVES DA MOTTA E OUTRO(S)

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETOS-LEIS 491/69, 1.724/79, 1.722/79, 1.658/79 E 1.894/81. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. EXTINÇÃO DO BENEFÍCIO. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA PELA PRIMEIRA SEÇÃO. VIGÊNCIA DO ESTÍMULO FISCAL ATÉ 04 DE OUTUBRO DE 1990. RESSALVA DO ENTENDIMENTO DO RELATOR.
1. O crédito-prêmio do IPI, nas demandas que visam o seu recebimento, posto não versarem hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento decorrente da regra da não-cumulatividade estabelecida pelo texto constitucional, não obedece a regra inserta no artigo 168, do CTN, sendo-lhe aplicável o disposto no Decreto nº 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.
2. Destarte, os créditos fiscais passíveis de aproveitamento são os adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação (Precedentes das Turmas de Direito Público: **AgRg no Ag 585290/RS**, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005; **REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira,

Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005; **AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006; e **REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006).

3. Mandado de segurança impetrado por empresa fabricante e exportadora de produtos industrializados, **em 21.07.2004**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1.º, do Decreto-Lei 491/69, **dos últimos dez anos, a contar do ajuizamento da ação mandamental**, vale dizer, **desde 21.07.1994**.

4. O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.

5. Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.

6. Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice*.

7. O Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

8. É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).

9. À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).

9.1 A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.

Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.

Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria.

10. Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.

11. A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)".*

12. Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*: *"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão."* (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

13. À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)

14. Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.

15. Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.

16. A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies*" a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno";* **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

16.1. Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

16.1.1. A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes"*. (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).

16.1.2. Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).

16.1.3 Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).

16.1.4. É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.

16.1.5. Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).

16.1.6. Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.

16.1.7. Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras: basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).

16.1.8. O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).

16.1.9. Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.

16.1.10. Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).

16.1.11. A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).

16.1.12. A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.

16. 1.13. À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:

"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:
"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:
"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.
O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."
16.1.14. Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.
17. À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que: ***"1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).*** *2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação. 3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal. 4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada. 5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento."*

18. Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de o mesmo terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.
19. Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.
20. Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).
20.1. No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).
21. Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).
21.1. Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento.
21.2. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.
21.3 A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.
22. A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.
23. Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.
24. O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.
25. Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.
26. Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.
26.1. Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.
26.2. Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.
27. A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.
28. O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.
28.1. Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).
29. Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.
29.1. Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.
29.2 Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.
30. Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

31. Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, Relator Ministro Teori Albino Zavascki).

32. Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

33. Ressalva do entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**.

34. *In casu*, o *mandamus* foi impetrado, em 2004, demandando parcelas de IPI desde 1994, quando já inexistente o incentivo do crédito-prêmio, razão pela qual não merece prosperar a pretensão recursal.

35. Recurso especial a que se nega seguimento (artigo 557, *caput*, do CPC).

Vistos.

Trata-se de recurso especial interposto por IMOCOL INDÚSTRIA DE MÓVEIS COLONIAIS LTDA, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Carta Maior, no intuito de ver reformado v. acórdão prolatado pelo E. Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, sob o fundamento de o mesmo ter malferido o disposto nos arts. 1.º do Decreto-lei n.º 1.894/81, e 1.º, § 1.º, da Lei n. º 8.402/92, bem como adotado entendimento jurisprudencial diverso do esposado por outros tribunais acerca da vigência do benefício estatuído pelo art. 1.º do Decreto-lei n.º 491/69.

Noticiam os autos que a empresa, ora recorrente, fabricante e exportadora de produtos industrializados, **impetrou mandado de segurança, em 21.07.2004**, em face do Sr. Delegado da Receita Federal, objetivando, em síntese, o reconhecimento do direito líquido e certo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, em relação às operações efetuadas nos dez anos anteriores à impetração do *mandamus*, bem como o de continuar usufruindo do favor fiscal que, segundo a mesma, não teria sido extinto. Pugnou, ainda, pela utilização do crédito apurado na compensação com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal.

O juízo federal de primeiro grau denegou a segurança pretendida (r. Sentença de fls. 173/185), sob o fundamento de que a extinção do chamado "crédito-prêmio do IPI" se operou em 30 de junho de 1983.

Inconformada, a ora recorrente manejou recurso de apelação, reiterando argumentos no sentido de ser possuidora do direito de creditar-se dos valores apurados a título de crédito-prêmio do IPI nos dez anos anteriores à impetração, porquanto referido incentivo permaneceria em vigor.

A Segunda Turma do E. TRF da 4.ª Região, por unanimidade de votos dos seus integrantes, negou provimento ao apelo, em aresto que restou assim ementado:

"TRIBUTÁRIO. CRÉDITO-PRÊMIO. IPI. ART. 1.º. DL 491/69. EXTINÇÃO EM JUNHO DE 1983 PELOS DL 1.658/79 E 1.722/79.
1. O crédito-prêmio do IPI, instituído pelo art. 1.º do DL 491/69 foi reduzido gradualmente até ser extinto em junho de 1983, conforme determinou o DL 1.658/79, com a redação dada pelo DL 1.722/79. 2. Ainda que se considerasse que os DL 1.1.724/79 e 1.894/81 tivessem revogado tacitamente os DL 1.658/79 e 1.722/79, com a declaração de inconstitucionalidade daqueles, estes teriam pleno vigor, operando a extinção. 3. O DL 1.894/81 não estendeu o incentivo debatido, pois a empresa comercial exportadora já era beneficiada com o crédito-prêmio desde 1976, havendo apenar reorganização e redirecionamento do incentivo em determinada situação já parcialmente contemplada. 4. Ainda que não extinto na forma acima, com a promulgação do Código de Subsídios e Medidas Compensatória, em 1987, resultante do Acordo GATT/79, ficaram afastadas as regras de direito interno que concediam o crédito-prêmio, em função do disposto no art. 78 do CTN e art. 9.º do Acordo. 5. A Lei n.º 8.402/92 não restabeleceu, nem expressa, nem tacitamente, o crédito-prêmio - e nem poderia tê-lo feito, pois editada em cumprimento ao disposto no art. 41 ADCT e limitada pelo disposto no art. 98 do CTN. Conexos ao debate dos autos, restaram revigorados: a) ao industrial exportador, o crédito-prêmio incidente sobre os insumos empregados na industrialização; b) à empresa comercial exportadora, o crédito do IPI incidente na aquisição de produtos manufaturados destinados à exportação. O crédito-prêmio, tal como concebido pelo art. 1.º do DL 491/69 não mais subsiste. 6. O Acordo GATT/94 manteve a vedação anterior de concessão de subsídios diretos à exportação. Desta feita, ainda que de alguma forma fosse possível ter-se o incentivo restabelecido pela Lei n.º 8.402/92, um novo acordo internacional, confirmando os termos, no ponto, de acordo anterior, novamente vedou a concessão de incentivos à exportação, ficando afastada a incidência do crédito-prêmio. Foi editada norma interna - Decreto n.º 1.751/95 - regulamentando parcialmente o Acordo, que determinou o procedimento a ser adotado para a imposição de medidas compensatórias aplicáveis à concessão de subsídios em descompasso com as disposições do Acordo firmado. Seria, então, inaceitável admitir que o País editasse norma interna buscando a sanção de subsídio vedado pelo Acordo, concedido por outro signatário, e mantivesse, ele próprio, o mesmo tipo de incentivo cuja norma editada buscou sancionar. 7. Os precedentes do STF sobre a matéria referem-se à delegação havida no DL 1.724/79 e 1.894/81, nos quais discutiu-se a suspensão do incentivo mediante portaria, entre 1980 e 1981, quando ainda em vigor, pois só foi extinto em 1983. A declaração de inconstitucionalidade da delegação não restaura o crédito-prêmio para depois desta data. 8. Em síntese, o crédito-prêmio do IPI, instituído pelo art. 1.º do DL 491/69, foi extinto em 30 de junho de 1983, conforme determinaram os Decretos-Leis n.º 1.658/79 e 1.722/79, e não houve restabelecimento posterior, nem legal, nem resultante de decisão judicial."

Irresignada com o teor do v. acórdão prolatado, a empresa impetrante interpôs o recurso especial que ora se afigura. Em suas razões (fls. 313/34), sustenta a parte recorrente contrariedade a diversos dispositivos legais atinentes à matéria, com ênfase para o art. 1.º, II, do DL n.º 1.984/81 e art. 1.º, § 1.º, lei n.º 8.402/92. Entende que tal benefício não foi extinto, pelo que requer seu direito ao recebimento do benefício estatuído pelo art. 1.º do DL 491/69.

A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), ora recorrida, apresentou suas contra-razões ao apelo nobre (fls. 393/398), pugnando pelo desprovimento do mesmo e conseqüente manutenção dos termos do aresto impugnado.

Na origem, em exame de prelibação, a presente irresignação recursal recebeu crivo positivo de admissibilidade, ascendendo, assim, à esta Corte Superior.

Brevemente relatados, **DECIDO**.

Não merecem guarida as pretensões da recorrente.

A controvérsia encontra-se sintetizada na seguinte *vexata quaestio*: o crédito prêmio do IPI para a exportação de produtos manufaturados foi instituído pelo artigo 1.º, do Decreto-Lei 491/69, com clara natureza extra-fiscal de estímulo às exportações e sem qualquer determinação de prazo extintivo. Assim permanecendo por quase dez anos. Em 24 de janeiro de 1979, o Decreto-Lei 1.658 previu a gradual extinção do incentivo, cujo prazo fatal esgotar-se-ia em 30 de junho de 1979. Menos de um ano depois o Decreto-Lei 1.722, de 03 de dezembro de 1979, em seu artigo 3º, revogou expressamente o § 2° do artigo 1°, do Decreto-Lei 1.658, substituindo sua redação e alterando o cronograma de reduções do incentivo. O objetivo foi dar maior flexibilidade à sistemática de redução gradual do crédito-prêmio. Por isso: modificou-se o percentual a ser reduzido em cada ano, tudo *"de acordo com ato do Ministro de Estado da Fazenda"* (artigo 3°), o qual, conforme dispunha o artigo 1º, podia estabelecer inclusive o prazo (forma, condições e prazo, estabelecidos pelo Poder Executivo). Logo em seguida, foi promulgado o Decreto-Lei 1.724, de 07 de dezembro de 1979, que, substituindo globalmente a sistemática anterior, delegava competência ao Ministro da Fazenda para *"aumentar ou reduzir, temporária ou definitivamente, ou extinguir"* o referido credito-prêmio, atendendo à conjuntura econômica. Sobreveio, ainda, o Decreto-Lei 1.894/81 para viger em 16.01.82, o qual assegurou a ampliação da incidência subjetiva do crédito-prêmio presente no artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69 para empresas meramente comerciais, contendo também a delegação ao Poder Executivo para aumentar, reduzir, suspender ou extinguir o benefício, de acordo com a conjuntura econômica.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 180828-4, declarou incidentalmente inconstitucionais as expressões *"reduzir temporária ou definitivamente, ou extinguir"* contidas nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81, por entender que não cabe delegação de competência para qualquer membro do Poder Executivo para "reduzir", "suspender" ou "extinguir" benefício concedido por lei, o que não se aplica à autorização para "aumentar" o benefício, preservada como constitucional por essa decisão da Suprema Corte.

A questão que se coloca diz respeito à vigência ou não, após 1983, do crédito-prêmio de IPI, tendo em vista a inconstitucionalidade da delegação presente nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81.

Com efeito, o *thema iudicandum* gravita em torno da eficácia da lei no tempo, a interpretação da lei financeira-tributária e o conceito de incentivo setorial-fiscal, bem como na vontade constitucional quanto ao referido benefício fiscal.

No que pertine ao prazo prescricional, no caso *sub examine* (demanda que visa ao recebimento do crédito-prêmio do IPI), posto não versar hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento de crédito, decorrente da regra da não-cumulatividade, estabelecida pelo texto constitucional, não há que se cogitar da incidência do artigo 168, do CTN, sendo aplicável o Decreto n.º 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.

Destarte, são passíveis de aproveitamento tão-somente os créditos fiscais adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação, consoante corroboram as ementas dos seguintes julgados oriundos de ambas as Turmas de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. AQUISIÇÃO DE INSUMOS ISENTOS, NÃO-TRIBUTADOS OU TRIBUTADOS À ALÍQUOTA ZERO. CRÉDITOS ESCRITURAIS. NÃO-CUMULATIVIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL.
(...)
3. Nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é de 5 anos, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. Precedentes do STJ.
(...)
5 Agravo regimental desprovido." (**AgRg no Ag 585290/RS**, desta relatoria, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. NÃO-INCIDÊNCIA. SÚMULAS 83 E 85/STJ.
1. A prescrição dos créditos fiscais decorrentes do crédito-prêmio do IPI é qüinqüenal, a partir do ajuizamento da ação. Decidiu o acórdão que, ajuizada a ação em 08.06.93, acham-se prescritas as prestações anteriores a 1987. Precedentes da 1ª e 2ª Turmas e da 1ª Seção.
2. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação" (Súmula 85/STJ)
(...)
4. Recurso especial não conhecido." (**REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. IPI. APROVEITAMENTO DOS CRÉDITOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. MATÉRIA DE CUNHO CONSTITUCIONAL EXAMINADA NO TRIBUNAL A QUO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO NA CORTE RECORRIDA NÃO SANADA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADUÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS AUSENTES NA DECISÃO ATACADA. SÚMULA Nº 211/STJ. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. SÚMULA nº 85/STJ. PRECEDENTES.
(...)
3. As 1ª e 2ª Turmas e a 1ª Seção do STJ assentaram que, nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é qüinqüenal, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação." (Súmula nº 85/STJ). Precedentes desta Corte Superior.
(...)" (**AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º).VIGÊNCIA. PRAZO. EXTINÇÃO.
(...)
5. A 1ª Seção do STJ firmou entendimento no sentido de ser de cinco anos o prazo prescricional das ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, sendo atingidas as parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu a propositura da ação, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32. Precedentes: Resp 752.550/RS, 1ª T., Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 19.09.2005; EDcl no Resp 225.359/DF, 2ª T., Min. Castro Meira, DJ de 03.10.2005; RESP 661.300/RS, 2ª T., Min. Eliana Calmon, DJ de 20.02.2006
6. Recurso especial a que se nega provimento." (**REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006)

Doravante, impõe-se aferir se assiste razão à recorrente no que concerne à violação dos artigos 1º, do Decreto-Lei 491/69, e 1º, do Decreto-Lei 1.894/81. Isto porque, em face da declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1.724/79, os Decretos-Lei 1.722/79 e 1.894/81, ali referidos, restaram inaplicáveis. Consectariamente, por disposição expressa do Decreto-Lei 1.658, subjaz a questão do lapso final da aplicação do benefício do Decreto-Lei 491/69.

O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.

Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.

Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice*.

O Decreto-lei n° 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).

À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).

A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.

Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.

Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria."

Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.

A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)"*.

Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*:

"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão." (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)

Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.

Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.

A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies*" a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno"*; **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.

A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes"*. (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).

Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).

Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).

É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.

Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).

Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.

Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras: basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).

O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).

Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.

Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).

A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).

A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.

À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:
"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:
"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:
"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.

O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."

Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.

À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que:

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º). INCONSTITUCIONALIDADE DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA AO MINISTRO DA FAZENDA PARA ALTERAR A VIGÊNCIA DO INCENTIVO. EFICÁCIA DECLARATÓRIA E EX TUNC. MANUTENÇÃO DO PRAZO EXTINTIVO FIXADO PELOS DECRETOS-LEIS 1.658/79 E 1.722/79 (30 DE JUNHO DE 1983).

1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).

2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação.

3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal.

4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada.

5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento." (REsp 591708/RS, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ 09.08.2004)

Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de os mesmos terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.

Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.

Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).

No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).

Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).

Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.

A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.

A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.

Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.

O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.

Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.

Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.

Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.

Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.

A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.

O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.

Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).

Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.

Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.

Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.

Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, da relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki).

Nada obstante, ressalvo o entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**, consoante as razões inicialmente ventiladas.

Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

In casu, o mandado de segurança foi impetrado por empresa fabricante e exportadora de produtos industrializados, **em 21.07.2004**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1.º, do Decreto-Lei 491/69, **dos últimos dez anos, a contar do ajuizamento da ação mandamental**, vale dizer, **desde 21.07.1994**.

Desta sorte, a pretensão recursal demanda parcelas de desde 1994, quando já inexistente o benefício fiscal do crédito-prêmio, razão pela qual não merece reparo o acórdão recorrido, ainda que dissonante da novel jurisprudência quanto ao marco extintivo do incentivo fiscal.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, *caput*, do CPC, **NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL**.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2095)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 882.464 - SP (2007/0077881-8)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: FUNDESP INDUSTRIAL
ADVOGADO	: JOAO JOSE CAMPANILLO FERRAZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: LYGIA HELENA CARRAMENHA BRUCE E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ICMS. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE.SÚMULA 07/STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO, PARA, DESDE LOGO, NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento de decisão que deixou de admitir recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, em embargos à execução, negou provimento à apelação e manteve sentença de improcedência do pedido, decidindo, no que importa ao presente recurso, que, tratando-se de matéria exclusivamente de direito, não há necessidade de produção de provas, e a inexistência de perícia contábil não caracteriza cerceamento de defesa. Foram rejeitados os embargos de declaração opostos com o objetivo de sanar omissão e prequestionar os dispositivos de lei ali indicados (fls. 33-35). No recurso especial (fls. 37-49), fundado na alínea *a* do permissivo constitucional, a recorrente aponta ofensa aos seguintes dispositivos: (a) art. 535 do CPC, pois, embora tenham sido opostos embargos de declaração visando sanar erro material apontado no acórdão recorrido, o Tribunal de origem houve por bem rejeitá-los; (b) arts. 332 e 420 do CPC, alegando que possui direito à realização de perícia técnica-contábil, visto que só assim "chegar-se-ia ao valor dos créditos não computados ou aproveitados, apurando-se o real valor do ICMS devido" (fl. 44).

2. É entendimento sedimentado o de não haver omissão no acórdão que, com fundamentação suficiente, ainda que não exatamente a invocada pelas partes, decide de modo integral a controvérsia posta (EDcl no AgRg no Ag 492.969/RS, Min. Herman Benjamin, 2ª T., DJ 14.02.2007; AgRg no Ag 776.179/SP, Min. José Delgado, 1ª T., DJ 12.02.2007; REsp 523.659/MG, Min. João Otávio de Noronha, 2ª T., DJ 07.02.2007; AgRg no Ag 804.538/SP, Min. Laurita Vaz, 5ª T., DJ 05.02.2007; REsp 688.536/PA, Min. Denise Arruda, 1ª T. DJ 18.12.2006)

3. Quanto aos arts. 332 e 420 do CPC, alegando a necessidade de realização de perícia técnica-contábil, o acórdão recorrido decidiu a questão nos seguintes termos:

"Inocorrente o alegado cerceamento defensório, vês que, em se tratando de temática exclusivamente de direito, era mesmo dispensável dilação probatória" (fl. 24).

Assim, para se concluir de modo contrário ao que restou expressamente consignado no acórdão recorrido, acatando os argumentos da recorrente, seria necessário o reexame do suporte probatório dos autos, o que é vedado, na via do recurso especial, pela Súmula 07 desta Corte.

4. Pelo exposto, conheço do agravo de instrumento, para, desde logo, negar seguimento ao recurso especial.

Intime-se.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI
Relator

(2096)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 882.653 - RS (2007/0061467-4)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
PROCURADOR	: EDUARDO GOMES TEDESCO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: REGAL RECUPERADORA DE GASES LTDA
ADVOGADO	: ANA FERNANDA TARRAGO GROVERMANN E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTIGO 544 DO CPC. FALTA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 182 DO STJ. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ.

1. É inviável a análise do Agravo de Instrumento, cuja fundamentação não impugna especificamente os fundamentos da decisão agravada. Inteligência da Súmula 182 do STJ, que dispõe: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

2. Agravo de Instrumento não conhecido (art. 544, § 2º do CPC).

Vistos.

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, com fulcro no artigo 544 e seguintes do CPC, contra decisão de fls. 120/122, que não admitiu o seu Recurso Especial, sob o fundamento de que o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento firmado no STJ, no sentido de que o ISS deve ser recolhido no local da efetiva prestação de serviços, pois é nesse que se verifica o fato gerador e o prazo prescritivo se conta a partir da homologação tácita.

Em suas razões, o agravante não impugna especificamente todos os fundamentos da decisão agravada. Além de repisar a fundamentação do próprio recurso especial, no sentido de que o ISS deve ser recolhido no local de estabelecimento do prestador, por determinação do art. 12 do Decreto-Lei n.º 406/68, não infirma o fundamento, contido na decisão agravada, de que está pacificado nesta Corte que o ISS deve ser recolhido na localidade em que for prestado o serviço, visto ser este o local da ocorrência do fato gerador.

Brevemente relatados, DECIDO.

O presente Agravo de Instrumento não reúne condições de processamento. Isto porque incide à espécie a Súmula 182/STJ.

Com efeito, em sua petição (fls. 2/22), a agravante não impugna o fundamento da decisão agravada segundo o qual está pacificado nesta Corte que o ISS deve ser recolhido na localidade em que for prestado o serviço, visto ser este o local da ocorrência do fato gerador. Ao revés, reitera a argumentação do próprio apelo nobre e faz várias citações doutrinárias sobre tema.

Como de sabença, o Agravo de Instrumento interposto contra decisão denegatória do processamento de Recurso Especial, que não impugna especificamente seus fundamentos, não merece conhecimento por tratar-se de petição recursal inepta, já que ausente um dos requisitos extrínsecos de admissibilidade dos recursos que é sua regularidade formal, tese esta já pacificada no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça. Neste sentido, os seguintes arestos:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DO ART. 557, § 1º, DO CPC. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. COMBATE ESPECÍFICO. SÚMULA 182/STJ. 1. A utilização do agravo previsto no art. 557, § 1º, do CPC, deve enfrentar a fundamentação da decisão agravada, ou seja, deve demonstrar que não é caso de recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. Por isso que é inviável, quando o agravante deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada (Súmula 182). 2. Recurso especial improvido" (REsp n.º 547.732/PE, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 22/03/2004).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SÚMULA 182/STJ. - O agravo de instrumento interposto contra decisão denegatória de processamento de recurso especial que não impugna especificamente seus fundamentos, não merece conhecimento, ante o óbice imposto pela Súmula 182 do STJ, aplicada, mutatis mutandis, ao caso sub examen, conforme manso entendimento desta Corte. Agravo regimental desprovido" (AGEDAG n.º 441.450/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 23/09/2002).

"AGRAVO REGIMENTAL. FUNDAMENTAÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. REPRODUÇÃO DAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. 1. Não se conhece de Agravo de Instrumento, que não ataca especificamente os fundamentos da decisão agravada, realizando mera reprodução das razões utilizadas no Recurso Especial. 2. Recurso não conhecido" (AGA n.º 353.680/PR, Rel. Min. Edson Vidigal, DJ de 09/04/2001).

É preciosa a lição de Roberto Rosas acerca do enunciado da Súmula 182/STJ, conforme se depreende da seguinte transcrição:

"O agravo tem como finalidade desconstituir os termos do despacho agravado. Logo, só pode ser válido se impugnar os fundamentos dessa decisão, e não discutir outros aspectos da causa, como alcance do recurso especial não admitido, ou, então, simplesmente repetir os fundamentos do recurso especial, sem acrescentar as objeções ao despacho agravado." (in Direito Sumular, 10ª Ed, São Paulo, Malheiros, 2000. p.367*).*

Assim, imperiosa a aplicação da inteligência da Súmula 182 do STJ, que dispõe, *verbis*:

"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

No mesmo sentido, colacionam-se as seguintes decisões monocráticas: AG 572182/RS, datada de 04/02/2004; AG 482646/SP, de 18/11/2003; AG 556987/MG, de 25/11/2003; AG 555128/SP, datada de 10/12/2003 e AG 541061/SP, datada de 03/02/2004.

Ex positis, com fulcro no art. 544, § 2º do CPC, NÃO CONHEÇO do Agravo de Instrumento.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2097)

RECURSO ESPECIAL Nº 883.956 - SP (2006/0192432-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: EVEREST FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA
ADVOGADO	: MÁRCIA DE LOURENÇO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ELYADIR FERREIRA BORGES E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. LEI 9.718/98. PIS E COFINS. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. LEI COMPLEMENTAR 70/91 E LEI COMPLEMENTAR 7/70. NOVEL JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º, ARTIGO 3º, DA LEI 9.718/98.

1. A Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica, vale dizer, ***"totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas"***.

2. Fundando-se o acórdão recorrido em interpretação de matéria eminentemente constitucional (a equiparação dos conceitos de receita bruta e faturamento a que se refere o art. 3º da Lei nº 9.718/98 não se contrapõe à disciplina do artigo 195 da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional 20/98), descabe a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

3. Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos **Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG**, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e **n.º 346.084-6/PR**, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

4. Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei

complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.
5. Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, segundo a qual: *"Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia."* (**RE 336134/RS**, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003).
6. *In casu*, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.
7. Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.
8. De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98 que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.
9. Recurso especial provido (CPC, artigo 557, § 1º-A).

Cuida-se de recurso especial interposto por EVEREST FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA, com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, no intuito de ver reformado o v. acórdão prolatado pelo Tribunal Regional da 3ª Região, que, deu provimento à apelação da Fazenda Nacional e à remessa oficial, nos termos da ementa a seguir transcrita:
PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. LEI 9718/98. COFINS. BASE DE CÁLCULO. ALÍQUOTA. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/98. CONSTITUCIONALIDADE DA MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTA RECONHECIDA PELO EXCELSO PRETÓRIO (REX nº 336134-RS). ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE NA AMS Nº 1999.61.00.019337-6, REL. DES. CECÍLIA MARCONDES, REJEITADA PELO ÓRGÃO ESPECIAL. IMPOSIÇÃO DO "DECISUM" AOS ÓRGÃOS FRACIONÁRIOS DA CORTE. (RI, ART.176).
I. O § 1º do art. 3º da Lei 9.718/98, em conceituando a receita bruta, base de cálculo da Cofins, veio de dilargá-la, desbordando de seu fundamento de validade, posto no art. 195, I, b da CF, com a redação dada pela E.C. nº 20/98, que elege, alternativamente, a receita, ou faturamento, como base de cálculo da exação.
II. A lei tributária não pode desnaturar os institutos colhidos do direito privado (art. 110, CTN).
III. Majoração de alíquota que não fere os princípios constitucionais da tributação, conforme assentado pelo Excelso Pretório (REX nº 336134-RS, Rel. Min. Ilmar Galvão).
IV. Argüição de Inconstitucionalidade na AMS nº 1999.61.00.019337-6, Rel. Des. Cecília Marcondes, rejeitada pelo Órgão Especial em 26/06/2003, remanescendo hígida a normação impugnada, também quanto à base de cálculo (superada a questão pertinente à alíquota pelo STF, REX nº 336134-RS).
V. Ressalvado o posicionamento desta Relatora, no que tange à base de cálculo da exação, é de se aplicar à espécie o "decisum" do Órgão Especial impositivo aos órgãos fracionários, "ex-vi" do art.176 do Regimento Interno desta Corte.
VI. Apelação da União Federal e Remessa Oficial providas. Apelação da Autora improvida.

Opostos embargos de declaração pela empresa, restaram os mesmos desprovidos, uma vez que não vislumbrados os vícios apontados.

A recorrente, nas razões do especial, sustenta que o acórdão hostilizado incorreu em ofensa **ao artigo 110, do CTN**, **e à Lei Complementar 7/70**, ao considerar legal e constitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS prevista na Lei 9.718/98.

Traz ainda para confronto arestos que esposam a tese da inconstitucionalidade e ilegalidade da alteração do conceito de faturamento promovida pela Lei 9.718/98, bem como da impossibilidade da recepção do aludido diploma legal pela EC 20/98.

Contra o acórdão de apelação também foi interposto recurso extraordinário o qual foi admitido pela instância de origem.

Apresentadas contra-razões, nas quais se pugna pelo não conhecimento do recurso especial e, caso seja o mesmo conhecido, pelo seu desprovimento.

Realizado o juízo de admissibilidade negativo do apelo extremo foi interposto agravo de instrumento o qual foi provido para determinar a subida do recuso especial para melhor exame.

Relatados, decido.

Controvérsia que se cinge à legalidade da Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, que, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica.

Os artigos 2º e 3º, da referida lei, encontram-se assim redigidos:
*"Art. 2° As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, **serão calculadas com base no seu faturamento**, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"*

*"Art. 3º **O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.** (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)*
*§ 1º **Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.***
§ 2º Para fins de determinação da base de cálculo das contribuições a que se refere o art. 2º, excluem-se da receita bruta:
I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;
II - as reversões de provisões operacionais e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita; (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
III - os valores que, computados como receita, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, observadas normas regulamentadoras expedidas pelo Poder Executivo; (Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)
IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente.
§ 3º Nas operações realizadas em mercados futuros, considera-se receita bruta o resultado positivo dos ajustes diários ocorridos no mês. (Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004)
§ 4º Nas operações de câmbio, realizadas por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, considera-se receita bruta a diferença positiva entre o preço de venda e o preço de compra da moeda estrangeira.
§ 5º Na hipótese das pessoas jurídicas referidas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, serão admitidas, para os efeitos da COFINS, as mesmas exclusões e deduções facultadas para fins de determinação da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP.
§ 6º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 7º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 8º (Vide Medidas Provisórias nºs 2158-35, de 2001
III - agrícolas, conforme ato do Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)
§ 9º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"

O STJ, em reiterados julgados, vem decidindo no sentido de que, quando o acórdão recorrido decide com base em interpretação eminentemente constitucional, a via especial não pode ser aberta, posto que estar-se-ia usurpando competência declinada pela Carta Maior ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e n.º 346.084-6/PR, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

Destaque-se, do julgamento, o seguinte excerto do voto proferido pelo e. Ministro Marco Aurélio, pertinente ao RE n.º 357950/RS:

"Procedo ao exame da problemática referente à Lei nº 9.718/98. Aqui há de se perceber o empréstimo de sentido todo próprio ao conceito de faturamento. Eis o teor da lei envolvida na espécie:
Art. 2º As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base no seu faturamento, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei.

Tivesse o legislador parado nessa disciplina, aludindo a faturamento sem dar-lhe, no campo da ficção jurídica, conotação discrepante da consagrada por doutrina e jurisprudência, tomar-se-ia o faturamento tal como veio a ser explicitado na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, ou seja, a envolver o conceito de receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviços. Respeitado estaria o Diploma Maior ao estabelecer, no inciso I do artigo 195, o cálculo da contribuição para o financiamento da seguridade social devida pelo empregador, considerado o faturamento. Em última análise, ter-se-ia a observância da ordem natural das coisas, do conceito do instituto que é o faturamento, caminhando-se para o atendimento da jurisprudência desta Corte.

Eis um panorama de precedentes do Tribunal, considerados conceitos relativos a tributos.

Ao julgar o Recurso Extraordinário nº 116.121-3/SP, o Plenário, sendo relator o ministro Octavio Gallotti, vencido no entendimento, teve oportunidade de proclamar que o imposto sobre serviços não incide sobre locação de bens porque locação de bens móveis não é simplesmente serviço. Fiquei com a redação do acórdão, conforme publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 178/1.265. Também na apreciação do Recurso Extraordinário nº 166.772-9/RS, o Plenário, em 12 de maio de 1994, reafirmou a necessidade de se atentar para o conceito consagrado dos institutos. Glosou a tentativa de se tomar, como abrangidos pela expressão "folha de salário", os pagamentos efetuados a administradores e autônomos - Revista Trimestral de Jurisprudência 156/666-692. E, ao examinar o Recurso Extraordinário nº 172.058-1/SC, o Plenário, em 30 de junho de 1995 e conforme acórdão publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 161/1.043-1.057, veio, mais uma vez, a dar eficácia aos figurinos constitucional e legal ao concluir que não se pode falar em imposto sobre renda sem que haja ocorrido acréscimo patrimonial representado pela aquisição de disponibilidade sobre a renda. No caso, teve-se presente não só a Lei Fundamental como também o artigo 110 do Código Tributário Nacional, consoante o qual a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e forma de direito privado, utilizados expressa ou implicitamente pela Constituição Federal. Então, após mencionar a jurisprudência da Corte sobre a valia dos institutos, dos vocábulos e expressões constantes dos textos constitucionais e legais e considerada a visão técnico-vernacular, volto à Lei nº 9.718/98, salientando, como retratado acima, constar do artigo 2º a referência a faturamento. No artigo 3º, deu-se enfoque todo próprio, definição singular ao instituto faturamento, olvidando-se a dualidade faturamento e receita bruta de qualquer natureza, pouco importando a origem, em si, não estar revelada pela venda de mercadorias, de mercadorias e serviços ou de serviços:
Art. 3º O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.

Não fosse o § 1º que se seguiu, ter-se-ia a observância da jurisprudência desta Corte, no que ficara explicitado, na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, a sinonímia dos vocábulos "faturamento" e "receita bruta". Todavia, o § 1º veio a definir esta última de forma toda própria:
§ 1º Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.

O passo mostrou-se demasiadamente largo, olvidando-se, por completo, não só a Lei Fundamental como também a interpretação desta já proclamada pelo Supremo Tribunal Federal. Fez-se incluir no conceito de receita bruta todo e qualquer aporte contabilizado pela empresa, pouco importando a origem, em si, e a classificação que deva ser levada em conta sob o ângulo contábil.

Em síntese, o legislador ordinário (logicamente não no sentido vulgar, mas técnico-legislativo) acabou por criar uma fonte de custeio da seguridade à margem do disposto no artigo 195, com a redação vigente à época, e sem ter presente a regra do § 4º nele contido, isto é, a necessidade de novas fontes destinadas a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social pautar-se pela regra do artigo 154, inciso I, da Constituição Federal, que é explícito quanto à exigência de lei complementar. Antecipou-se à própria Emenda Constitucional nº 20, no que, dando nova redação ao artigo 195 da Constituição Federal, versou a incidência da contribuição sobre a receita ou o faturamento. A disjuntiva "ou" bem revela que não se tem a confusão entre o gênero "receita" e a espécie "faturamento". Repita-se, antes da Emenda Constitucional nº 20/98, posterior à Lei ora em exame, a Lei nº 9.718/98, tinha-se apenas a previsão de incidência da contribuição sobre a folha de salários, o faturamento e os lucros. Com a citada emenda, passou-se não só a se ter a abrangência quanto à primeira base de incidência, folha de salários, apanhando-se de forma linear os rendimentos do trabalho pagos ou creditados a qualquer título, mesmo sem vínculo empregatício, observando-se o precedente desta Corte, como também a inserção, considerado o que surgiu como alínea "b" do inciso I do artigo 195, da base de incidência, que é a receita.

Como, então, dizer-se, a esta altura, que houve simples explicitação do que já previsto na Carta? É admitir-se a vinda à balha de emenda constitucional sem conteúdo normativo. É admitir-se que o legislador ordinário possa, até mesmo, modificar enfoque pacificado mediante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que haja atuado, à luz das balizas constitucionais, como guardião da Lei Fundamental. Descabe, também, partir para o que seria a repristinação, a constitucionalização de diploma que, ao nascer, mostrou-se em conflito com a Constituição Federal. Admita-se a inconstitucionalidade progressiva. No entanto, a constitucionalidade posterior contraria a ordem natural das coisas. A hierarquia das fontes legais, a rigidez da Carta, a revelá-la documento supremo, conduz à necessidade de as

leis hierarquicamente inferiores observarem-na, sob pena de transmudá-la, com nefasta inversão de valores. Ou bem a lei surge no cenário jurídico em harmonia com a Constituição Federal, ou com ela conflita, e aí afigura-se írrita, não sendo possível o aproveitamento, considerado texto constitucional posterior e que, portanto, à época não existia. Está consagrado que o vício da constitucionalidade há de ser assinalado em face dos parâmetros maiores, dos parâmetros da Lei Fundamental existentes no momento em que aperfeiçoado o ato normativo. A constitucionalidade de certo diploma legal deve se fazer presente de acordo com a ordem jurídica em vigor, da jurisprudência, não cabendo reverter a ordem natural das coisas. Daí a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Nessa parte, provejo o recurso extraordinário e com isso acolho o pedido formulado na inicial, referente à base de cálculo da contribuição, ou seja, para que se entenda, como receita bruta ou faturamento, o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa."

Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

No particular, merece transcrição de trecho do voto proferido pelo e. Ministro Moreira Alves, na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 01/DF, *verbis*:
"(...)
Em síntese, como salientou o Ministro Carlos Velloso, na qualidade de relator do RE 138.284, quando esta Corte reiterou o entendimento já expedido por ocasião do julgamento do RE 146.733,

'O que importa perquirir não é o fato de a União arrecadar a contribuição, mas se o produto da arrecadação é destinado ao financiamento da seguridade social (CF, art. 195, I).'

E, em se tratando da contribuição social instituída pela Lei Complementar n. 70/91, ele o é, como dispõe seu artigo 1º.

De outra parte, sendo a COFINS contribuição social instituída com base no inciso I do artigo 195 da Constituição Federal, e tendo ela natureza tributária diversa da do imposto, as alegações de que ela fere o princípio constitucional da não-cumulatividade dos impostos da União e resulta em bitributação por incidir sobre a mesma base de cálculo do PIS/PASEP só teriam sentido se se tratasse de contribuição social nova, não enquadrável no inciso I do artigo 195, hipótese em que se aplicaria o disposto no § 4º desse mesmo artigo 195 ('A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I'), que determina a observância do inciso I do artigo 154 que estabelece que a União poderá instituir 'I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição'.

Sucede, porém, que a contribuição social em causa, incidente sobre o faturamento dos empregadores, é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 195 da Carta Magna, não se podendo pretender, portanto, que a Lei Complementar n.º 70/91 tenha criado outra fonte de renda destinada a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social.

Por isso mesmo, essa contribuição poderia ser instituída por Lei ordinária. A circunstância de ter sido instituída por lei formalmente complementar - a Lei Complementar n.º 70/91 - não lhe dá, evidentemente, a natureza de contribuição social nova, a que se aplicaria o disposto no § 4º do artigo 195 da Constituição, porquanto essa lei, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída - que são o objeto desta ação -, é materialmente ordinária, por não tratar, nesse particular, de matéria reservada, por texto expresso da Constituição, à lei complementar. A jurisprudência desta Corte, sob o império da Emenda Constitucional n.º 1/69 - e a Constituição atual não alterou esse sistema -, se firmou no sentido de que só se exige lei complementar para as matérias para cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária.
(...)"

Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, *verbis*:
"TRIBUTÁRIO. COFINS. ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º 9.718/98. ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RE 336134/RS, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003)

Confira-se ainda, à guisa de exemplo, recente decisão monocrática proferida pelo e. Ministro Celso de Mello, já consonante com o citado julgamento do Plenário:

*"O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a controvérsia jurídica pertinente à ampliação da **base de cálculo** do PIS/COFINS (RE 357.950/RS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO), declarou, "incidenter tantum", a **inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98,** por entender que a noção de **faturamento** referida no art. 195, I, da Constituição da República, na redação anterior à EC 20/98, não legitimava a incidência de tais contribuições sobre a totalidade das **receitas** auferidas pelas empresas contribuintes, advertindo, ainda, que a superveniente promulgação da EC 20/98 não teve o condão de validar legislação ordinária anterior, que se mostrava originariamente inconstitucional.*

*Esta Suprema Corte, por sua vez, também em julgamento plenário (RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO), confirmou a **validade jurídico-constitucional do art. 8º da Lei nº 9.718/98,** no que concerne à majoração da alíquota de 2% para 3% (**COFINS**), assinalando que esse aumento - considerada a cláusula constitucional da anterioridade mitigada (CF, art. 195, § 6º) - tornou-se exigível a partir de 1º/02/99, afastada, no entanto, para efeito de incidência da referida alíquota (3%), a **base de cálculo** ampliada resultante do já mencionado § 1º (inconstitucional) do art. 3º da Lei nº **9.718/98**.*

*Cumpre acentuar, ainda, que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, reconheceu a plena **constitucionalidade da compensação, de até um terço (1/3), da COFINS com a CSLL**, apenas assegurada ao contribuinte sujeito à incidência de ambas as espécies tributárias ora mencionadas, rejeitando, desse modo, a alegação de que o § 1º do art. 8º da Lei nº **9.718/98** teria importado em ofensa ao postulado da isonomia tributária, porque excluídos de tal benefício os contribuintes unicamente tributados pela **COFINS**:*

*"TRIBUTÁRIO. **COFINS.** ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º **9.718/98.** ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (**COFINS**), até um terço do 'quantum' devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela **COFINS,** a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RTJ 185/352, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - grifei)*

Cabe assinalar, finalmente, que a diretriz jurisprudencial que venho de referir, considerados os precedentes em questão, tem sido observada, no âmbito desta Suprema Corte, em reiteradas decisões proferidas na resolução de controvérsia idêntica à suscitada na presente causa (RE 301.868/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - RE 308.066/RS, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - RE 356.471/MG, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - RE 372.627/DF, Rel. Min. ELLEN GRACIE - RE 388.039/MG, Rel. Min. GILMAR MENDES - RE 413.257/RJ, Rel. Min. CEZAR PELUSO - RE 451.348/SP, Rel. Min. CARLOS BRITTO - RE 469.023/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

*Sendo assim, em face das razões expostas, conheço do presente recurso extraordinário, para dar-lhe parcial provimento (CPC, art. 557, § 1º - A), em ordem a afastar, considerada a **base de cálculo** do PIS/COFINS, a aplicação do § 1º do art. 3º da Lei nº **9.718/98,** observando-se, para esse efeito, o entendimento que o Plenário desta Suprema Corte proclamou no julgamento do RE 357.950/RS.*
(...)" (RE 453622/SP, publicado no DJ de 25.04.2006)
In casu, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.

Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.
De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98, que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal, restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.
Ex positis, com fulcro no artigo 557, § 1º-A, do CPC, DOU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.
MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2098)

RECURSO ESPECIAL Nº 884.452 - SP (2006/0192437-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: CERÂMICA CHIARELLI S/A
ADVOGADO	: MARCELO RIBEIRO DE ALMEIDA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PATRICIA MARA DOS SANTOS E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. LEI 9.718/98. PIS E COFINS. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. LEI COMPLEMENTAR 70/91 E LEI COMPLEMENTAR 7/70. NOVEL JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º, ARTIGO 3º, DA LEI 9.718/98.
1. A Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica, vale dizer, *"**totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas**"*.
2. Fundando-se o acórdão recorrido em interpretação de matéria eminentemente constitucional (a equiparação dos conceitos de receita bruta e faturamento a que se refere o art. 3º da Lei nº 9.718/98 não se contrapõe à disciplina do artigo 195 da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional 20/98), descabe a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.
3. Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos **Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG**, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e **n.º 346.084-6/PR**, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.
4. Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.
5. Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, segundo a qual: *"Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia."* (**RE 336134/RS**, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003).
6. *In casu*, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.
7. Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.
8. De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98 que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.
9. Recurso especial provido (CPC, artigo 557, § 1º-A).

Cuida-se de recurso especial interposto por CERÂMICA CHIARELLI S/A, com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, no intuito de ver reformado o v. acórdão prolatado pelo Tribunal Regional da 3ª Região, que, deu provimento à apelação da Fazenda Nacional e à remessa oficial, nos termos da ementa a seguir transcrita:
DIREITO CONSTITUCIONAL, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO - PIS E COFINS- LEI FEDERAL Nº 9718/98: BASE DE CÁLCULO - ALÍQUOTA - ALEGAÇÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE: IMPERTINÊNCIA.

1. Faturamento é conceito jurídico-tributário passível de definição pelo legislador ordinário, ausente expressa exigência constitucional de lei complementar.
2. A alíquota da COFINS, igualmente, se subsume à exigência de lei ordinária.
3. A Lei Complementar nº 70/91 é - tal como a LF nº 9718/98 - materialmente ordinária (STF - ADC nº 1/DF - Rel. o Ministro Moreira Alves).
4. Declaração de constitucionalidade das normas pelo Órgão Especial do TRF/3ª Região: AMS nº 1999.61.00.019337-6.
5, Apelação improvida.

Opostos embargos de declaração pela empresa, restaram os mesmos desprovidos, uma vez que não vislumbrados os vícios apontados.

A recorrente, nas razões do especial, sustenta que o acórdão hostilizado incorreu em ofensa **aos artigos 4º, 109 e110, do CTN**,, ao considerar legal e constitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS prevista na Lei 9.718/98.Ainda, aponta a violação ao art. 535, do CPC, acaso considerada não prequestionada a matéria federal suscitada.

Traz ainda para confronto arestos que esposam a tese da inconstitucionalidade e ilegalidade da alteração do conceito de faturamento promovida pela Lei 9.718/98, bem como da impossibilidade da recepção do aludido diploma legal pela EC 20/98.

Contra o acórdão de apelação também foi interposto recurso extraordinário o qual foi admitido pela instância de origem.

Apresentadas contra-razões, nas quais se pugna pelo não conhecimento do recurso especial e, caso seja o mesmo conhecido, pelo seu desprovimento.

Realizado o juízo de admissibilidade negativo do apelo extremo foi interposto agravo de instrumento o qual foi provido para determinar a subida do recuso especial para melhor exame.

Relatados, decido.

Controvérsia que se cinge à legalidade da Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, que, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica.

Os artigos 2º e 3º, da referida lei, encontram-se assim redigidos:
*"Art. 2° As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, **serão calculadas com base no seu faturamento**, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"*

*"Art. 3º **O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.** (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)*
*§ 1º **Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.***
§ 2º Para fins de determinação da base de cálculo das contribuições a que se refere o art. 2º, excluem-se da receita bruta:
I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;
II - as reversões de provisões operacionais e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita; (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
III - os valores que, computados como receita, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, observadas normas regulamentadoras expedidas pelo Poder Executivo; (Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)
IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente.
§ 3º Nas operações realizadas em mercados futuros, considera-se receita bruta o resultado positivo dos ajustes diários ocorridos no mês. (Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004)
§ 4º Nas operações de câmbio, realizadas por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, considera-se receita bruta a diferença positiva entre o preço de venda e o preço de compra da moeda estrangeira.
§ 5º Na hipótese das pessoas jurídicas referidas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, serão admitidas, para os efeitos da COFINS, as mesmas exclusões e deduções facultadas para fins de determinação da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP.
§ 6º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 7º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 8º (Vide Medidas Provisórias nºs 2158-35, de 2001
III - agrícolas, conforme ato do Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)
§ 9º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"

O STJ, em reiterados julgados, vem decidindo no sentido de que, quando o acórdão recorrido decide com base em interpretação eminentemente constitucional, a via especial não pode ser aberta, posto que estar-se-ia usurpando competência declinada pela Carta Maior ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e n.º 346.084-6/PR, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

Destaque-se, do julgamento, o seguinte excerto do voto proferido pelo e. Ministro Marco Aurélio, pertinente ao RE n.º 357950/RS:

"Procedo ao exame da problemática referente à Lei nº 9.718/98. Aqui há de se perceber o empréstimo de sentido todo próprio ao conceito de faturamento. Eis o teor da lei envolvida na espécie:
Art. 2º As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base no seu faturamento, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei.

Tivesse o legislador parado nessa disciplina, aludindo a faturamento sem dar-lhe, no campo da ficção jurídica, conotação discrepante da consagrada por doutrina e jurisprudência, tomar-se-ia o faturamento tal como veio a ser explicitado na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, ou seja, a envolver o conceito de receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviços. Respeitado estaria o Diploma Maior ao estabelecer, no inciso I do artigo 195, o cálculo da contribuição para o financiamento da seguridade social devida pelo empregador, considerado o faturamento. Em última análise, ter-se-ia a observância da ordem natural das coisas, do conceito do instituto que é o faturamento, caminhando-se para o atendimento da jurisprudência desta Corte.

Eis um panorama de precedentes do Tribunal, considerados conceitos relativos a tributos.

Ao julgar o Recurso Extraordinário nº 116.121-3/SP, o Plenário, sendo relator o ministro Octavio Gallotti, vencido no entendimento, teve oportunidade de proclamar que o imposto sobre serviços não incide sobre locação de bens porque locação de bens móveis não é simplesmente serviço. Fiquei com a redação do acórdão, conforme publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 178/1.265. Também na apreciação do Recurso Extraordinário nº 166.772-9/RS, o Plenário, em 12 de maio de 1994, reafirmou a necessidade de se atentar para o conceito consagrado dos institutos. Glosou a tentativa de se tomar, como abrangidos pela expressão "folha de salário", os pagamentos efetuados a administradores e autônomos - Revista Trimestral de Jurisprudência 156/666-692. E, ao examinar o Recurso Extraordinário nº 172.058-1/SC, o Plenário, em 30 de junho de 1995 e conforme acórdão publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 161/1.043-1.057, veio, mais uma vez, a dar eficácia aos figurinos constitucional e legal ao concluir que não se pode falar em imposto sobre renda sem que haja ocorrido acréscimo patrimonial representado pela aquisição de disponibilidade sobre a renda. No caso, teve-se presente não só a Lei Fundamental como também o artigo 110 do Código Tributário Nacional, consoante o qual a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e forma de direito privado, utilizados expressa ou implicitamente pela Constituição Federal. Então, após mencionar a jurisprudência da Corte sobre a valia dos institutos, dos vocábulos e expressões constantes dos textos constitucionais e legais e considerada a visão técnico-vernacular, volto à Lei nº 9.718/98, salientando, como retratado acima, constar do artigo 2º a referência a faturamento. No artigo 3º, deu-se enfoque todo próprio, definição singular ao instituto faturamento, olvidando-se a dualidade faturamento e receita bruta de qualquer natureza, pouco importando a origem, em si, não estar revelada pela venda de mercadorias, de mercadorias e serviços ou de serviços:
Art. 3º O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.

Não fosse o § 1º que se seguiu, ter-se-ia a observância da jurisprudência desta Corte, no que ficara explicitado, na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, a sinonímia dos vocábulos "faturamento" e "receita bruta". Todavia, o § 1º veio a definir esta última de forma toda própria:
§ 1º Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.

O passo mostrou-se demasiadamente largo, olvidando-se, por completo, não só a Lei Fundamental como também a interpretação desta já proclamada pelo Supremo Tribunal Federal. Fez-se incluir no conceito de receita bruta todo e qualquer aporte contabilizado pela empresa, pouco importando a origem, em si, e a classificação que deva ser levada em conta sob o ângulo contábil.

Em síntese, o legislador ordinário (logicamente não no sentido vulgar, mas técnico-legislativo) acabou por criar uma fonte de custeio da seguridade à margem do disposto no artigo 195, com a redação vigente à época, e sem ter presente a regra do § 4º nele contido, isto é, a necessidade de novas fontes destinadas a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social pautar-se pela regra do artigo 154, inciso I, da Constituição Federal, que é explícito quanto à exigência de lei complementar. Antecipou-se à própria Emenda Constitucional nº 20, no que, dando nova redação ao artigo 195 da Constituição Federal, versou a incidência da contribuição sobre a receita ou o faturamento. A disjuntiva "ou" bem revela que não se tem a confusão entre o gênero "receita" e a espécie "faturamento". Repita-se, antes da Emenda Constitucional nº 20/98, posterior à Lei ora em exame, a Lei nº 9.718/98, tinha-se apenas a previsão de incidência da contribuição sobre a folha de salários, o faturamento e os lucros. Com a citada emenda, passou-se não só a se ter a abrangência quanto à primeira base de incidência, folha de salários, apanhando-se de forma linear os rendimentos do trabalho pagos ou creditados a qualquer título, mesmo sem vínculo empregatício, observando-se o precedente desta Corte, como também a inserção, considerado o que surgiu como alínea "b" do inciso I do artigo 195, da base de incidência, que é a receita.

Como, então, dizer-se, a esta altura, que houve simples explicitação do que já previsto na Carta? É admitir-se a vinda à balha de emenda constitucional sem conteúdo normativo. É admitir-se que o legislador ordinário possa, até mesmo, modificar enfoque pacificado mediante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que haja atuado, à luz das balizas constitucionais, como guardião da Lei Fundamental. Descabe, também, partir para o que seria a repristinação, a constitucionalização de diploma que, ao nascer, mostrou-se em conflito com a Constituição Federal. Admita-se a inconstitucionalidade progressiva. No entanto, a constitucionalidade posterior contraria a ordem natural das coisas. A hierarquia das fontes legais, a rigidez da Carta, a revelá-la documento supremo, conduz à necessidade de as leis hierarquicamente inferiores observarem-na, sob pena de transmudá-la, com nefasta inversão de valores. Ou bem a lei surge no cenário jurídico em harmonia com a Constituição Federal, ou com ela conflita, e aí afigura-se írrita, não sendo possível o aproveitamento, considerado texto constitucional posterior e que, portanto, à época não existia. Está consagrado que o vício da constitucionalidade há de ser assinalado em face dos parâmetros maiores, dos parâmetros da Lei Fundamental existentes no momento em que aperfeiçoado o ato normativo. A constitucionalidade de certo diploma legal deve se fazer presente de acordo com a ordem jurídica em vigor, da jurisprudência, não cabendo reverter a ordem natural das coisas. Daí a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Nessa parte, provejo o recurso extraordinário e com isso acolho o pedido formulado na inicial, referente à base de cálculo da contribuição, ou seja, para que se entenda, como receita bruta ou faturamento, o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa."

Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

No particular, merece transcrição de trecho do voto proferido pelo e. Ministro Moreira Alves, na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 01/DF, *verbis*:
"(...)
Em síntese, como salientou o Ministro Carlos Velloso, na qualidade de relator do RE 138.284, quando esta Corte reiterou o entendimento já expedido por ocasião do julgamento do RE 146.733,

'O que importa perquirir não é o fato de a União arrecadar a contribuição, mas se o produto da arrecadação é destinado ao financiamento da seguridade social (CF, art. 195, I).'

E, em se tratando da contribuição social instituída pela Lei Complementar n. 70/91, ele o é, como dispõe seu artigo 1º.

De outra parte, sendo a COFINS contribuição social instituída com base no inciso I do artigo 195 da Constituição Federal, e tendo ela natureza tributária diversa da do imposto, as alegações de que ela fere o princípio constitucional da não-cumulatividade dos impostos da União e resulta em bitributação por incidir sobre a mesma base de cálculo do PIS/PASEP só teriam sentido se se tratasse de contribuição social nova, não enquadrável no inciso I do artigo 195, hipótese em que se aplicaria o disposto no § 4º desse mesmo artigo 195 ('A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I'), que determina a observância do inciso I do artigo 154 que estabelece que a União poderá instituir 'I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição'.

Sucede, porém, que a contribuição social em causa, incidente sobre o faturamento dos empregadores, é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 195 da Carta Magna, não se podendo pretender, portanto, que a Lei Complementar n.º 70/91 tenha criado outra fonte de renda destinada a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social.

Por isso mesmo, essa contribuição poderia ser instituída por Lei ordinária. A circunstância de ter sido instituída por lei formalmente complementar - a Lei Complementar n.º 70/91 - não lhe dá, evidentemente, a natureza de contribuição social nova, a que se aplicaria o disposto no § 4º do artigo 195 da Constituição, porquanto essa lei, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída - que são o objeto desta ação -, é materialmente ordinária, por não tratar, nesse particular, de matéria reservada, por texto expresso da Constituição, à lei complementar. A jurisprudência desta Corte, sob o império da Emenda Constitucional n.º 1/69 - e a Constituição atual não alterou esse sistema -, se firmou no sentido de que só se exige lei complementar para as matérias para cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária.
(...)"

Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, *verbis*:
"TRIBUTÁRIO. COFINS. ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º 9.718/98. ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RE 336134/RS, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003)

Confira-se ainda, à guisa de exemplo, recente decisão monocrática proferida pelo e. Ministro Celso de Mello, já consonante com o citado julgamento do Plenário:

*"O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a controvérsia jurídica pertinente à ampliação da **base de cálculo** do PIS/COFINS (RE 357.950/RS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO), declarou, "incidenter tantum", a **inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98,** por entender que a noção de **faturamento** referida no art. 195, I, da Constituição da República, na redação anterior à EC 20/98, não legitimava a incidência de tais contribuições sobre a totalidade das **receitas** auferidas pelas empresas contribuintes, advertindo, ainda, que a superveniente promulgação da EC 20/98 não teve o condão de validar legislação ordinária anterior, que se mostrava originariamente inconstitucional.*

*Esta Suprema Corte, por sua vez, também em julgamento plenário (RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO), confirmou a **validade jurídico-constitucional do art. 8º da Lei nº 9.718/98,** no que concerne à majoração da alíquota de 2% para 3% (**COFINS**), assinalando que esse aumento - considerada a cláusula constitucional da anterioridade mitigada (CF, art. 195, § 6º) - tornou-se exigível a partir de 1º/02/99, afastada, no entanto, para efeito de incidência da referida alíquota (3%), a **base de cálculo** ampliada resultante do já mencionado § 1º (inconstitucional) do art. 3º da Lei nº **9.718/98**.*

*Cumpre acentuar, ainda, que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, reconheceu a plena **constitucionalidade da compensação, de até um terço (1/3), da COFINS com a CSLL**, apenas assegurada ao contribuinte sujeito à incidência de ambas as espécies tributárias ora mencionadas, rejeitando, desse modo, a alegação de que o § 1º do art. 8º da Lei nº **9.718/98** teria importado em ofensa ao postulado da isonomia tributária, porque excluídos de tal benefício os contribuintes unicamente tributados pela **COFINS**:*

*"TRIBUTÁRIO. **COFINS.** ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º **9.718/98.** ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (**COFINS**), até um terço do 'quantum' devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela **COFINS,** a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RTJ 185/352, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - grifei)*

Cabe assinalar, finalmente, que a diretriz jurisprudencial que venho de referir, considerados os precedentes em questão, tem sido observada, no âmbito desta Suprema Corte, em reiteradas decisões proferidas na resolução de controvérsia idêntica à suscitada na presente causa (RE 301.868/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - RE 308.066/RS, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - RE 356.471/MG, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - RE 372.627/DF, Rel. Min. ELLEN GRACIE - RE 388.039/MG, Rel. Min. GILMAR MENDES - RE 413.257/RJ, Rel. Min. CEZAR PELUSO - RE 451.348/SP, Rel. Min. CARLOS BRITTO - RE 469.023/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

*Sendo assim, em face das razões expostas, conheço do presente recurso extraordinário, para dar-lhe parcial provimento (CPC, art. 557, § 1º - A), em ordem a afastar, considerada a **base de cálculo** do PIS/COFINS, a aplicação do § 1º do art. 3º da Lei nº **9.718/98,** observando-se, para esse efeito, o entendimento que o Plenário desta Suprema Corte proclamou no julgamento do RE 357.950/RS.*
(...)" (RE 453622/SP, publicado no DJ de 25.04.2006)

In casu, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.

Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.

De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98, que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal, restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, § 1º-A, do CPC, DOU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2099)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 885.220 - PA (2007/0081092-8)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE BELÉM
PROCURADOR	: IRLANA RITA DE CARVALHO CHAVES RODRIGUES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESCRITÓRIO FERNANDO ROCHA S/C - ADVOCACIA
ADVOGADO	: A.FERNANDO M. C. DA ROCHA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. SÚMULA 182 DO STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento de decisão que, na origem, não admitiu recurso especial porquanto o recorrente (a) deixou de apontar dispositivo de lei federal possivelmente violado, incidindo o óbice da Súmula nº 284/STJ e (b) não realizou o devido cotejo analítico do dissenso jurisprudencial.

2. As razões do agravo de instrumento não impugnaram os fundamentos da decisão agravada, limitando-se a afirmar que houve violação aos arts. 18, 30, III e 156, III, da Constituição Federal. A falta de ataque específico à decisão agravada faz incidir, por analogia, a Súmula 182/STJ.

3. Diante do exposto, não conheço do agravo de instrumento.
Intime-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI
Relator

(2100)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 885.321 - SP (2007/0095132-6)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MIRIAN GONÇALVES DILGUERIAN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: COOPERATIVA AGRÍCOLA DE COTIA - COOPERATIVA CENTRAL - EM LIQUIDAÇÃO
REPR. POR	: ROLFF MILANI DE CARVALHO - LIQUIDANTE
ADVOGADO	: SÍLVIA MARIA PINCINATO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. SÚMULA 182 DO STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento de decisão que, na origem, não admitiu recurso especial porquanto (a) os argumentos expendidos não são suficientes para infirmar a conclusão do v. aresto combatido, que contém fundamentação adequada para lhe dar respaldo" (fl.40) e (b) "não restou evidenciado qualquer maltrato a normas legais ou divergência jurisprudencial" (fl.40). No agravo de instrumento, a agravante alega, unicamente, que foram violados os arts. 23 e 26 da Lei de Falências, 29 da Lei 6.830/80, 186 e 187 do CTN.
2. As razões do agravo de instrumento limitaram-se a abordar o segundo fundamento da decisão agravada, deixando de atacar o primeiro, que é, por si só, suficiente para sustentar a inadmissibilidade do recurso especial. Desse modo, aplicável, por analogia, a Súmula 182/STJ, que estabelece a necessidade de específico ataque aos fundamentos da decisão agravada.
3. Diante do exposto, não conheço do agravo de instrumento.
Intime-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI
Relator

(2101)

RECURSO ESPECIAL Nº 886.753 - SP (2006/0176692-9)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CINTHIA YUMI MARUYAMA LEDESMA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ALL AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: FERNANDO ANTÔNIO CAVANHA GAIA E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. LEI 9.718/98. PIS E COFINS. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. LEI COMPLEMENTAR 70/91 E LEI COMPLEMENTAR 7/70. NOVEL JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º, ARTIGO 3º, DA LEI 9.718/98.
1. A Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica, vale dizer, ***"totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas"***.
2. Fundando-se o acórdão recorrido em interpretação de matéria eminentemente constitucional (a equiparação dos conceitos de receita bruta e faturamento a que se refere o art. 3º da Lei nº 9.718/98 não se contrapõe à disciplina do artigo 195 da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional 20/98), descabe a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.
3. Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos **Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG**, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e **n.º 346.084-6/PR**, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.
4. Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.
5. Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, segundo a qual: *"Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de*

ofensa ao princípio da isonomia." (**RE 336134/RS**, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003).
6. *In casu*, insurgência especial dirige-se à aduzida legalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.
7. Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.
8. De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98 que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.
9.. Recurso especial a que se nega seguimento (art. 557,*caput*, do CPC)

Cuida-se de recurso especial interposto pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, no intuito de ver reformado o v. acórdão prolatado pelo Tribunal Regional da 3ª Região, que decidiu pela ilegalidade e inconstitucionalidade da alteração da base de cálculo da COFINS provocada pela Lei n.º 9.718/98.
A recorrente, nas razões do especial, sustenta que o acórdão hostilizado incorreu em ofensa aos **arts. 2º e 3º, da Lei n.º 9.718/98 e art. 110, do CTN** ao considerar ilegal e inconstitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS prevista na Lei 9.718/98, além de apontar dissídio jurisprudencial com julgados de outros Tribunais.

Apresentadas contra-razões, nas quais se pugna pelo não conhecimento do recurso especial e, caso seja o mesmo conhecido, pelo seu desprovimento.

Realizado o juízo de admissibilidade negativo do apelo extremo, na instância de origem, ascenderam os autos ao E. STJ após provimento de agravo de instrumento que determinou a subida do recurso especial para melhor exame.

Relatados, decido.

Controvérsia que se cinge à legalidade da Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, que, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica.

Os artigos 2º e 3º, da referida lei, encontram-se assim redigidos:
"Art. 2° As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, ***serão calculadas com base no seu faturamento****, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"*
"Art. 3º ***O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.*** *(Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)*
§ 1º ***Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.***
§ 2º Para fins de determinação da base de cálculo das contribuições a que se refere o art. 2º, excluem-se da receita bruta:
I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;
II - as reversões de provisões operacionais e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita; (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
III - os valores que, computados como receita, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, observadas normas regulamentadoras expedidas pelo Poder Executivo; (Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)
IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente.
§ 3º Nas operações realizadas em mercados futuros, considera-se receita bruta o resultado positivo dos ajustes diários ocorridos no mês. (Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004)
§ 4º Nas operações de câmbio, realizadas por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, considera-se receita bruta a diferença positiva entre o preço de venda e o preço de compra da moeda estrangeira.
§ 5º Na hipótese das pessoas jurídicas referidas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, serão admitidas, para os efeitos da COFINS, as mesmas exclusões e deduções facultadas para fins de determinação da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP.
§ 6º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 7º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 8º (Vide Medidas Provisórias nºs 2158-35, de 2001
III - agrícolas, conforme ato do Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)
§ 9º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"
O STJ, em reiterados julgados, vem decidindo no sentido de que, quando o acórdão recorrido decide com base em interpretação eminentemente constitucional, a via especial não pode ser aberta, posto que estar-se-ia usurpando competência declinada pela Carta Maior ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e n.º 346.084-6/PR, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.
Destaque-se, do julgamento, o seguinte excerto do voto proferido pelo e. Ministro Marco Aurélio, pertinente ao RE n.º 357950/RS:
"Procedo ao exame da problemática referente à Lei nº 9.718/98. Aqui há de se perceber o empréstimo de sentido todo próprio ao conceito de faturamento. Eis o teor da lei envolvida na espécie:
Art. 2º As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base no seu faturamento, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei.
Tivesse o legislador parado nessa disciplina, aludindo a faturamento sem dar-lhe, no campo da ficção jurídica, conotação discrepante da consagrada por doutrina e jurisprudência, tomar-se-ia o faturamento tal como veio a ser explicitado na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, ou seja, a envolver o conceito de receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviços. Respeitado estaria o Diploma Maior ao estabelecer, no inciso I do artigo 195, o cálculo da contribuição para o financiamento da seguridade social devida pelo empregador, considerado o faturamento. Em última análise, ter-se-ia a observância da ordem natural das coisas, do conceito do instituto que é o faturamento, caminhando-se para o atendimento da jurisprudência desta Corte.
Eis um panorama de precedentes do Tribunal, considerados conceitos relativos a tributos.
Ao julgar o Recurso Extraordinário nº 116.121-3/SP, o Plenário, sendo relator o ministro Octavio Gallotti, vencido no entendimento, teve oportunidade de proclamar que o imposto sobre serviços não incide sobre locação de bens porque locação de bens móveis não é simplesmente serviço. Fiquei com a redação do acórdão, conforme publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 178/1.265. Também na apreciação do Recurso Extraordinário nº 166.772-9/RS, o Plenário, em 12 de maio de 1994, reafirmou a necessidade de se atentar para o conceito consagrado dos institutos. Glosou a tentativa de se tomar, como abrangidos pela expressão "folha de salário", os pagamentos efetuados a administradores e autônomos - Revista Trimestral de Jurisprudência 156/666-692. E, ao examinar o Recurso Extraordinário nº 172.058-1/SC, o Plenário, em 30 de junho de 1995 e conforme acórdão publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 161/1.043-1.057, veio, mais uma vez, a dar eficácia aos figurinos constitucional e legal ao concluir que não se pode falar em imposto sobre renda sem que haja ocorrido acréscimo patrimonial representado pela aquisição de disponibilidade sobre a renda. No caso, teve-se presente não só a Lei Fundamental como também o artigo 110 do Código Tributário Nacional, consoante o qual a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e forma de direito privado, utilizados expressa ou implicitamente pela Constituição Federal. Então, após mencionar a jurisprudência da Corte sobre a valia dos institutos, dos vocábulos e expressões constantes dos textos constitucionais e legais e considerada a visão técnico-vernacular, volto à Lei nº 9.718/98, salientando, como retratado acima, constar do artigo 2º a referência a faturamento. No artigo 3º, deu-se enfoque todo próprio, definição singular ao instituto faturamento, olvidando-se a dualidade faturamento e receita bruta de qualquer natureza, pouco importando a origem, em si, não estar revelada pela venda de mercadorias, de mercadorias e serviços ou de serviços:
Art. 3º O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.
Não fosse o § 1º que se seguiu, ter-se-ia a observância da jurisprudência desta Corte, no que ficara explicitado, na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, a sinonímia dos vocábulos "faturamento" e "receita bruta". Todavia, o § 1º veio a definir esta última de forma toda própria:
§ 1º Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.
O passo mostrou-se demasiadamente largo, olvidando-se, por completo, não só a Lei Fundamental como também a interpretação desta já proclamada pelo Supremo Tribunal Federal. Fez-se incluir no conceito de receita bruta todo e qualquer aporte contabilizado pela empresa, pouco importando a origem, em si, e a classificação que deva ser levada em conta sob o ângulo contábil.
Em síntese, o legislador ordinário (logicamente não no sentido vulgar, mas técnico-legislativo) acabou por criar uma fonte de custeio da seguridade à margem do disposto no artigo 195, com a redação vigente à época, e sem ter presente a regra do § 4º nele contido, isto é, a necessidade de novas fontes destinadas a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social pautar-se pela regra do artigo 154, inciso I, da Constituição Federal, que é explícito quanto à exigência de lei complementar. Antecipou-se à própria Emenda Constitucional nº 20, no que, dando nova redação ao artigo 195 da Constituição Federal, versou a incidência da contribuição sobre a receita ou o faturamento. A disjuntiva "ou" bem revela que não se tem a confusão entre o gênero "receita" e a espécie "faturamento". Repita-se, antes da Emenda Constitucional nº 20/98, posterior à Lei ora em exame, a Lei nº 9.718/98, tinha-se apenas a previsão de incidência da contribuição sobre a folha de salários, o faturamento e os lucros. Com a citada emenda, passou-se não só a se ter a abrangência quanto à primeira base de incidência, folha de salários, apanhando-se de forma linear os rendimentos do trabalho pagos ou creditados a qualquer título, mesmo sem vínculo empregatício, observando-se o precedente desta Corte, como também a inserção, considerado o que surgiu como alínea "b" do inciso I do artigo 195, da base de incidência, que é a receita.
Como, então, dizer-se, a esta altura, que houve simples explicitação do que já previsto na Carta? É admitir-se a vinda à balha de emenda constitucional sem conteúdo normativo. É admitir-se que o legislador ordinário possa, até mesmo, modificar enfoque pacificado mediante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que haja atuado, à luz das balizas constitucionais, como guardião da Lei Fundamental. Descabe, também, partir para o que seria a repristinação, a constitucionalização de diploma que, ao nascer, mostrou-se em conflito com a Constituição Federal. Admita-se a inconstitucionalidade progressiva. No entanto, a constitucionalidade posterior contraria a ordem natural das coisas. A hierarquia das fontes legais, a rigidez da Carta, a revelá-la documento supremo, conduz à necessidade de as leis hierarquicamente inferiores observarem-na, sob pena de transmudá-la, com nefasta inversão de valores. Ou bem a lei surge no cenário jurídico em harmonia com a Constituição Federal, ou com ela conflita, e aí afigura-se írrita, não sendo possível o aproveitamento, considerado texto constitucional posterior e que, portanto, à época não existia. Está consagrado que o vício da constitucionalidade há de ser assinalado em face dos parâmetros maiores, dos parâmetros da Lei Fundamental existentes no momento em que aperfeiçoado o ato normativo. A constitucionalidade de certo diploma legal deve se fazer presente de acordo com a ordem jurídica em vigor, da jurisprudência, não cabendo reverter a ordem natural das coisas. Daí a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Nessa parte, provejo o recurso extraordinário e com isso acolho o pedido formulado na inicial, referente à base de cálculo da contribuição, ou seja, para que se entenda, como receita bruta ou faturamento, o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa."
Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.
No particular, merece transcrição de trecho do voto proferido pelo e. Ministro Moreira Alves, na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 01/DF, *verbis*:
"(...)
Em síntese, como salientou o Ministro Carlos Velloso, na qualidade de relator do RE 138.284, quando esta Corte reiterou o entendimento já expedido por ocasião do julgamento do RE 146.733,
'O que importa perquirir não é o fato de a União arrecadar a contribuição, mas se o produto da arrecadação é destinado ao financiamento da seguridade social (CF, art. 195, I).'
E, em se tratando da contribuição social instituída pela Lei Complementar n. 70/91, ele o é, como dispõe seu artigo 1º.
De outra parte, sendo a COFINS contribuição social instituída com base no inciso I do artigo 195 da Constituição Federal, e tendo ela natureza tributária diversa da do imposto, as alegações de que ela fere o princípio constitucional da não-cumulatividade dos impostos da União e resulta em bitributação por incidir sobre a mesma base de cálculo do PIS/PASEP só teriam sentido se se tratasse de contribuição social nova, não enquadrável no inciso I do artigo 195, hipótese em que se aplicaria o disposto no § 4º desse mesmo artigo 195 ('A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I'), que determina a observância do inciso I do artigo 154 que estabelece que a União poderá instituir 'I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição'.
Sucede, porém, que a contribuição social em causa, incidente sobre o faturamento dos empregadores, é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 195 da Carta Magna, não se podendo pretender, portanto, que a Lei Complementar n.º 70/91 tenha criado outra fonte de renda destinada a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social.
Por isso mesmo, essa contribuição poderia ser instituída por Lei ordinária. A circunstância de ter sido instituída por lei formalmente complementar - a Lei Complementar n.º 70/91 - não lhe dá, evidentemente, a natureza de contribuição social nova, a que se aplicaria o disposto no § 4º do artigo 195 da Constituição, porquanto essa lei, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída - que são o objeto desta ação -, é materialmente ordinária, por não tratar, nesse particular, de matéria reservada, por texto expresso da Constituição, à lei complementar. A jurisprudência desta Corte, sob o império da Emenda Constitucional n.º 1/69 - e a Constituição atual não alterou esse sistema -, se firmou no sentido de que só se exige lei complementar para as matérias para cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária.

(...)"
Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, *verbis*:
"TRIBUTÁRIO. COFINS. ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º 9.718/98. ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RE 336134/RS, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003)
Confira-se ainda, à guisa de exemplo, recente decisão monocrática proferida pelo e. Ministro Celso de Mello, já consonante com o citado julgamento do Plenário:
"O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a controvérsia jurídica pertinente à ampliação da ***base de cálculo*** *do PIS/COFINS (RE 357.950/RS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO), declarou, "incidenter tantum", a* ***inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98,*** *por entender que a noção de* ***faturamento*** *referida no art. 195, I, da Constituição da República, na redação anterior à EC 20/98, não legitimava a incidência de tais contribuições sobre a totalidade das* ***receitas*** *auferidas pelas empresas contribuintes, advertindo, ainda, que a superveniente promulgação da EC 20/98 não teve o condão de validar legislação ordinária anterior, que se mostrava originariamente inconstitucional.*
Esta Suprema Corte, por sua vez, também em julgamento plenário (RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO), confirmou a ***validade jurídico-constitucional do art. 8º da Lei nº 9.718/98,*** *no que concerne à majoração da alíquota de 2% para 3% (****COFINS****), assinalando que esse aumento - considerada a cláusula constitucional da anterioridade mitigada (CF, art. 195, § 6º) - tornou-se exigível a partir de 1º/02/99, afastada, no entanto, para efeito de incidência da referida alíquota (3%), a* ***base de cálculo*** *ampliada resultante do já mencionado § 1º (inconstitucional) do art. 3º da Lei nº* ***9.718/98****.*
Cumpre acentuar, ainda, que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, reconheceu a plena ***constitucionalidade da compensação, de até um terço (1/3), da COFINS com a CSLL****, apenas assegurada ao contribuinte sujeito à incidência de ambas as espécies tributárias ora mencionadas, rejeitando, desse modo, a alegação de que o § 1º do art. 8º da Lei nº* ***9.718/98*** *teria importado em ofensa ao postulado da isonomia tributária, porque excluídos de tal benefício os contribuintes unicamente tributados pela* ***COFINS****:*
"TRIBUTÁRIO. ***COFINS.*** *ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º* ***9.718/98.*** *ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (****COFINS****), até um terço do 'quantum' devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela* ***COFINS,*** *a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RTJ 185/352, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - grifei)*
Cabe assinalar, finalmente, que a diretriz jurisprudencial que venho de referir, considerados os precedentes em questão, tem sido observada, no âmbito desta Suprema Corte, em reiteradas decisões proferidas na resolução de controvérsia idêntica à suscitada na presente causa (RE 301.868/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - RE 308.066/RS, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - RE 356.471/MG, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - RE 372.627/DF, Rel. Min. ELLEN GRACIE - RE 388.039/MG, Rel. Min. GILMAR MENDES - RE 413.257/RJ, Rel. Min. CEZAR PELUSO - RE 451.348/SP, Rel. Min. CARLOS BRITTO - RE 469.023/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).
Sendo assim, em face das razões expostas, conheço do presente recurso extraordinário, para dar-lhe parcial provimento (CPC, art. 557, § 1º - A), em ordem a afastar, considerada a ***base de cálculo*** *do PIS/COFINS, a aplicação do § 1º do art. 3º da Lei nº* ***9.718/98,*** *observando-se, para esse efeito, o entendimento que o Plenário desta Suprema Corte proclamou no julgamento do RE 357.950/RS.*
(...)" (RE 453622/SP, publicado no DJ de 25.04.2006)
In casu, a insurgência especial dirige-se à aduzida legalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.
Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.
De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98, que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal, restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.
Ex positis, com fulcro no artigo 557, *caput*, do CPC, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.
Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.
MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2102)

RECURSO ESPECIAL Nº 887.090 - RJ (2006/0170551-1)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: ELECTROVIDRO S/A
ADVOGADO	: FÁBIO LUGARI COSTA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CESAR MACIEL RODRIGUES E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. LEI 9.718/98. PIS E COFINS. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. LEI COMPLEMENTAR 70/91 E LEI COMPLEMENTAR 7/70. NOVEL JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º, ARTIGO 3º, DA LEI 9.718/98.

1. A Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica, vale dizer, ***"totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas"***.
2. Fundando-se o acórdão recorrido em interpretação de matéria eminentemente constitucional (a equiparação dos conceitos de receita bruta e faturamento a que se refere o art. 3º da Lei nº 9.718/98 não se contrapõe à disciplina do artigo 195 da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional 20/98), descabe a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.
3. Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos **Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG**, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e **n.º 346.084-6/PR**, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.
4. Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.
5. Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, segundo a qual: *"Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia."* (**RE 336134/RS**, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003).
6. *In casu*, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.
7. Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.
8. De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98 que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.
9. Recurso especial provido (CPC, artigo 557, § 1º-A).
Cuida-se de recurso especial interposto por ELECTROVIDRO S/A, com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, no intuito de ver reformado o v. acórdão prolatado pelo Tribunal Regional da 2ª Região, que, deu provimento à apelação da Fazenda Nacional e à remessa oficial, nos termos da ementa a seguir transcrita:
TRIBUTÁRIO. COFINS. LEI Nº 9.718/98. ALTERAÇÃO DE ALÍQUOTA E BASE DE CÁLCULO. CONSTITUCIONALIDADE.
- É constitucional a cobrança da COFINS com as alterações estabelecidas pela Lei nº 9.718/98 no que diz respeito à base de cálculo e alíquota, revogados os preceitos do artigo 8º da referida Lei pela Medida Provisória nº 1.858-11/99, que permitiam a compensação da COFINS com a Contribuição Social sobre o lucro.
- O artigo 195, I da Constituição Federal, em sua redação original já previa o "faturamento" dos empregadores, como base de cálculo para incidência das contribuições sociais, destinadas ao financiamento da Seguridade Social, sendo que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 150.755/PE, reconheceu a identidade de conceitos entre "faturamento" e "receita bruta".
-A Suprema Corte, ao julgar a Ação Direta de Constitucionalidade nº 1-1, já deixou assentado que a Lei Complementar nº 70/91 é materialmente ordinária, de modo que poderia ser alterada por lei ordinária (ou medida provisória), submetendo-se, no entanto, ao princípio da anterioridade nonagesimal, estabelecido no artigo 195, § 6º da Constituição Federal.
- Recurso e remessa necessária providos. Sentença reformada.
A recorrente, nas razões do especial, sustenta que o acórdão hostilizado incorreu em ofensa **ao artigos 110, do CTN**, ao considerar legal e constitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS prevista na Lei 9.718/98.
Traz ainda para confronto arestos que esposam a tese da inconstitucionalidade e ilegalidade da alteração do conceito de faturamento promovida pela Lei 9.718/98, bem como da impossibilidade da recepção do aludido diploma legal pela EC 20/98, além de se insurgir quanto ao seu direito em compensar os valores indevidamente recolhidos.
Contra o acórdão de apelação também foi interposto recurso extraordinário o qual foi admitido pela instância de origem.
Apresentadas contra-razões, nas quais se pugna pelo não conhecimento do recurso especial e, caso seja o mesmo conhecido, pelo seu desprovimento.
Realizado o juízo de admissibilidade positivo do apelo extremo, na instância de origem, ascenderam os autos ao E. STJ.
Relatados, decido.
Controvérsia que se cinge à legalidade da Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, que, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica.
Os artigos 2º e 3º, da referida lei, encontram-se assim redigidos:
"Art. 2° As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, ***serão calculadas com base no seu faturamento****, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"*
"Art. 3º ***O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.*** *(Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)*
§ 1º ***Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.***
§ 2º Para fins de determinação da base de cálculo das contribuições a que se refere o art. 2º, excluem-se da receita bruta:
I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;
II - as reversões de provisões operacionais e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita; (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
III - os valores que, computados como receita, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, observadas normas regulamentadoras expedidas pelo Poder Executivo; (Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)

IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente.
§ 3º Nas operações realizadas em mercados futuros, considera-se receita bruta o resultado positivo dos ajustes diários ocorridos no mês. (Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004)
§ 4º Nas operações de câmbio, realizadas por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, considera-se receita bruta a diferença positiva entre o preço de venda e o preço de compra da moeda estrangeira.
§ 5º Na hipótese das pessoas jurídicas referidas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, serão admitidas, para os efeitos da COFINS, as mesmas exclusões e deduções facultadas para fins de determinação da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP.
§ 6º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 7º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 8º (Vide Medidas Provisórias nºs 2158-35, de 2001
III - agrícolas, conforme ato do Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)
§ 9º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"

O STJ, em reiterados julgados, vem decidindo no sentido de que, quando o acórdão recorrido decide com base em interpretação eminentemente constitucional, a via especial não pode ser aberta, posto que estar-se-ia usurpando competência declinada pela Carta Maior ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e n.º 346.084-6/PR, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

Destaque-se, do julgamento, o seguinte excerto do voto proferido pelo e. Ministro Marco Aurélio, pertinente ao RE n.º 357950/RS:

"Procedo ao exame da problemática referente à Lei nº 9.718/98. Aqui há de se perceber o empréstimo de sentido todo próprio ao conceito de faturamento. Eis o teor da lei envolvida na espécie:
Art. 2º As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base no seu faturamento, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei.
Tivesse o legislador parado nessa disciplina, aludindo a faturamento sem dar-lhe, no campo da ficção jurídica, conotação discrepante da consagrada por doutrina e jurisprudência, tomar-se-ia o faturamento tal como veio a ser explicitado na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, ou seja, a envolver o conceito de receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviços. Respeitado estaria o Diploma Maior ao estabelecer, no inciso I do artigo 195, o cálculo da contribuição para o financiamento da seguridade social devida pelo empregador, considerado o faturamento. Em última análise, ter-se-ia a observância da ordem natural das coisas, do conceito do instituto que é o faturamento, caminhando-se para o atendimento da jurisprudência desta Corte.
Eis um panorama de precedentes do Tribunal, considerados conceitos relativos a tributos.
Ao julgar o Recurso Extraordinário nº 116.121-3/SP, o Plenário, sendo relator o ministro Octavio Gallotti, vencido no entendimento, teve oportunidade de proclamar que o imposto sobre serviços não incide sobre locação de bens porque locação de bens móveis não é simplesmente serviço. Fiquei com a redação do acórdão, conforme publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 178/1.265. Também na apreciação do Recurso Extraordinário nº 166.772-9/RS, o Plenário, em 12 de maio de 1994, reafirmou a necessidade de se atentar para o conceito consagrado dos institutos. Glosou a tentativa de se tomar, como abrangidos pela expressão "folha de salário", os pagamentos efetuados a administradores e autônomos - Revista Trimestral de Jurisprudência 156/666-692. E, ao examinar o Recurso Extraordinário nº 172.058-1/SC, o Plenário, em 30 de junho de 1995 e conforme acórdão publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 161/1.043-1.057, veio, mais uma vez, a dar eficácia aos figurinos constitucional e legal ao concluir que não se pode falar em imposto sobre renda sem que haja ocorrido acréscimo patrimonial representado pela aquisição de disponibilidade sobre a renda. No caso, teve-se presente não só a Lei Fundamental como também o artigo 110 do Código Tributário Nacional, consoante o qual a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e forma de direito privado, utilizados expressa ou implicitamente pela Constituição Federal. Então, após mencionar a jurisprudência da Corte sobre a valia dos institutos, dos vocábulos e expressões constantes dos textos constitucionais e legais e considerada a visão técnico-vernacular, volto à Lei nº 9.718/98, salientando, como retratado acima, constar do artigo 2º a referência a faturamento. No artigo 3º, deu-se enfoque todo próprio, definição singular ao instituto faturamento, olvidando-se a dualidade faturamento e receita bruta de qualquer natureza, pouco importando a origem, em si, não estar revelada pela venda de mercadorias, de mercadorias e serviços ou de serviços:
Art. 3º O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.
Não fosse o § 1º que se seguiu, ter-se-ia a observância da jurisprudência desta Corte, no que ficara explicitado, na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, a sinonímia dos vocábulos "faturamento" e "receita bruta". Todavia, o § 1º veio a definir esta última de forma toda própria:
§ 1º Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.
O passo mostrou-se demasiadamente largo, olvidando-se, por completo, não só a Lei Fundamental como também a interpretação desta já proclamada pelo Supremo Tribunal Federal. Fez-se incluir no conceito de receita bruta todo e qualquer aporte contabilizado pela empresa, pouco importando a origem, em si, e a classificação que deva ser levada em conta sob o ângulo contábil.
Em síntese, o legislador ordinário (logicamente não no sentido vulgar, mas técnico-legislativo) acabou por criar uma fonte de custeio da seguridade à margem do disposto no artigo 195, com a redação vigente à época, e sem ter presente a regra do § 4º nele contido, isto é, a necessidade de novas fontes destinadas a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social pautar-se pela regra do artigo 154, inciso I, da Constituição Federal, que é explícito quanto à exigência de lei complementar. Antecipou-se à própria Emenda Constitucional nº 20, no que, dando nova redação ao artigo 195 da Constituição Federal, versou a incidência da contribuição sobre a receita ou o faturamento. A disjuntiva "ou" bem revela que não se tem a confusão entre o gênero "receita" e a espécie "faturamento". Repita-se, antes da Emenda Constitucional nº 20/98, posterior à Lei ora em exame, a Lei nº 9.718/98, tinha-se apenas a previsão de incidência da contribuição sobre a folha de salários, o faturamento e os lucros. Com a citada emenda, passou-se não só a se ter a abrangência quanto à primeira base de incidência, folha de salários, apanhando-se de forma linear os rendimentos do trabalho pagos ou creditados a qualquer título, mesmo sem vínculo empregatício, observando-se o precedente desta Corte, como também a inserção, considerado o que surgiu como alínea "b" do inciso I do artigo 195, da base de incidência, que é a receita.
Como, então, dizer-se, a esta altura, que houve simples explicitação do que já previsto na Carta? É admitir-se a vinda à balha de emenda constitucional sem conteúdo normativo. É admitir-se que o legislador ordinário possa, até mesmo, modificar enfoque pacificado mediante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que haja atuado, à luz das balizas constitucionais, como guardião da Lei Fundamental. Descabe, também, partir para o que seria a repristinação, a constitucionalização de diploma que, ao nascer, mostrou-se em conflito com a Constituição Federal. Admita-se a inconstitucionalidade progressiva. No entanto, a constitucionalidade posterior contraria a ordem natural das coisas. A hierarquia das fontes legais, a rigidez da Carta, a revelá-la documento supremo, conduz à necessidade de as leis hierarquicamente inferiores observarem-na, sob pena de transmudá-la, com nefasta inversão de valores. Ou bem a lei surge no cenário jurídico em harmonia com a Constituição Federal, ou com ela conflita, e aí afigura-se írrita, não sendo possível o aproveitamento, considerado texto constitucional posterior e que, portanto, à época não existia. Está consagrado que o vício da constitucionalidade há de ser assinalado em face dos parâmetros maiores, dos parâmetros da Lei Fundamental existentes no momento em que aperfeiçoado o ato normativo. A constitucionalidade de certo diploma legal deve se fazer presente de acordo com a ordem jurídica em vigor, da jurisprudência, não cabendo reverter a ordem natural das coisas. Daí a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Nessa parte, provejo o recurso extraordinário e com isso acolho o pedido formulado na inicial, referente à base de cálculo da contribuição, ou seja, para que se entenda, como receita bruta ou faturamento, o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa."

Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

No particular, merece transcrição de trecho do voto proferido pelo e. Ministro Moreira Alves, na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 01/DF, *verbis*:

"(...)
Em síntese, como salientou o Ministro Carlos Velloso, na qualidade de relator do RE 138.284, quando esta Corte reiterou o entendimento já expedido por ocasião do julgamento do RE 146.733,
'O que importa perquirir não é o fato de a União arrecadar a contribuição, mas se o produto da arrecadação é destinado ao financiamento da seguridade social (CF, art. 195, I).'
E, em se tratando da contribuição social instituída pela Lei Complementar n. 70/91, ele o é, como dispõe seu artigo 1º.
De outra parte, sendo a COFINS contribuição social instituída com base no inciso I do artigo 195 da Constituição Federal, e tendo ela natureza tributária diversa da do imposto, as alegações de que ela fere o princípio constitucional da não-cumulatividade dos impostos da União e resulta em bitributação por incidir sobre a mesma base de cálculo do PIS/PASEP só teriam sentido se se tratasse de contribuição social nova, não enquadrável no inciso I do artigo 195, hipótese em que se aplicaria o disposto no § 4º desse mesmo artigo 195 ('A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I'), que determina a observância do inciso I do artigo 154 que estabelece que a União poderá instituir 'I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição'.
Sucede, porém, que a contribuição social em causa, incidente sobre o faturamento dos empregadores, é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 195 da Carta Magna, não se podendo pretender, portanto, que a Lei Complementar n.º 70/91 tenha criado outra fonte de renda destinada a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social.
Por isso mesmo, essa contribuição poderia ser instituída por Lei ordinária. A circunstância de ter sido instituída por lei formalmente complementar - a Lei Complementar n.º 70/91 - não lhe dá, evidentemente, a natureza de contribuição social nova, a que se aplicaria o disposto no § 4º do artigo 195 da Constituição, porquanto essa lei, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída - que são o objeto desta ação -, é materialmente ordinária, por não tratar, nesse particular, de matéria reservada, por texto expresso da Constituição, à lei complementar. A jurisprudência desta Corte, sob o império da Emenda Constitucional n.º 1/69 - e a Constituição atual não alterou esse sistema -, se firmou no sentido de que só se exige lei complementar para as matérias para cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária.
(...)"

Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, *verbis*:

"TRIBUTÁRIO. COFINS. ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º 9.718/98. ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RE 336134/RS, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003)

Confira-se ainda, à guisa de exemplo, recente decisão monocrática proferida pelo e. Ministro Celso de Mello, já consonante com o citado julgamento do Plenário:

*"O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a controvérsia jurídica pertinente à ampliação da **base de cálculo** do PIS/COFINS (RE 357.950/RS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO), declarou, "incidenter tantum", a **inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98,** por entender que a noção de **faturamento** referida no art. 195, I, da Constituição da República, na redação anterior à EC 20/98, não legitimava a incidência de tais contribuições sobre a totalidade das **receitas** auferidas pelas empresas contribuintes, advertindo, ainda, que a superveniente promulgação da EC 20/98 não teve o condão de validar legislação ordinária anterior, que se mostrava originariamente inconstitucional.*
*Esta Suprema Corte, por sua vez, também em julgamento plenário (RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO), confirmou a **validade jurídico-constitucional do art. 8º da Lei nº 9.718/98,** no que concerne à majoração da alíquota de 2% para 3% (**COFINS**), assinalando que esse aumento - considerada a cláusula constitucional da anterioridade mitigada (CF, art. 195, § 6º) - tornou-se exigível a partir de 1º/02/99, afastada, no entanto, para efeito de incidência da referida alíquota (3%), a **base de cálculo** ampliada resultante do já mencionado § 1º (inconstitucional) do art. 3º da Lei nº **9.718/98**.*
*Cumpre acentuar, ainda, que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, reconheceu a plena **constitucionalidade da compensação, de até um terço (1/3), da COFINS com a CSLL**, apenas assegurada ao contribuinte sujeito à incidência de ambas as espécies tributárias ora mencionadas, rejeitando, desse modo, a alegação de que o § 1º do art. 8º da Lei nº **9.718/98** teria importado em ofensa ao postulado da isonomia tributária, porque excluídos de tal benefício os contribuintes unicamente tributados pela **COFINS**:*
*"TRIBUTÁRIO. **COFINS.** ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º **9.718/98.** ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (**COFINS**), até um terço do 'quantum' devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela **COFINS,** a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RTJ 185/352, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - grifei)*
Cabe assinalar, finalmente, que a diretriz jurisprudencial que venho de referir, considerados os precedentes em questão, tem sido observada, no âmbito desta Suprema Corte, em reiteradas decisões proferidas na resolução de controvérsia idêntica à suscitada na presente causa (RE 301.868/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - RE 308.066/RS, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - RE 356.471/MG, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - RE 372.627/DF, Rel. Min. ELLEN GRACIE - RE 388.039/MG, Rel. Min. GILMAR MENDES - RE 413.257/RJ, Rel. Min. CEZAR PELUSO - RE 451.348/SP, Rel. Min. CARLOS BRITTO - RE 469.023/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

Sendo assim, em face das razões expostas, conheço do presente recurso extraordinário, para dar-lhe parcial provimento (CPC, art. 557, § 1º - A), em ordem a afastar, considerada a ***base de cálculo*** *do PIS/COFINS, a aplicação do § 1º do art. 3º da Lei nº* ***9.718/98,*** *observando-se, para esse efeito, o entendimento que o Plenário desta Suprema Corte proclamou no julgamento do RE 357.950/RS.*
(...)" (RE 453622/SP, publicado no DJ de 25.04.2006)

In casu, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.
Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.
De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98, que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal, restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.
Ex positis, com fulcro no artigo 557, § 1º-A, do CPC, DOU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2103)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 887.645 - SC (2007/0096569-1)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: SINESIO SORATO
ADVOGADO	: WALTER FRANCISCO DA SILVA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. ANÁLISE DO MÉRITO DA CONTROVÉRSIA. POSSIBILIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento de decisão que, na origem, não admitiu recurso especial contra acórdão que, em execução de sentença, negou provimento à apelação da ora recorrente por entender que a oposição de embargos à execução, em havendo parcelas incontroversas, não impossibilita a expedição do precatório a elas relativo. A inadmissão ao recurso especial fez-se à consideração de que o entendimento esposado no acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência da 1ª Seção do STJ. No agravo de instrumento, a agravante alega, em síntese, que a decisão agravada analisou o mérito do recurso, usurpando, assim, a competência do STJ.

2. Não assiste razão à agravante. A jurisprudência do STJ é no sentido de ser cabível, no juízo de admissibilidade do recurso especial, examinar aspectos de mérito do recurso, negando-lhe seguimento quando evidenciada a improbabilidade de seu êxito, em face do manifesto confronto com a orientação firmemente assentada nessa Corte Superior (AgRG no Ag 737.040/SP, 4ª T., Min. Jorge Scartezzini, DJ de 05/02/2007; AgRg no Ag 320.790/MG, 4ª T., Min. Massami Uyeda, DJ de 05/03/2007; AgRg no Ag 728.844/SP, 1ª T., Min. Francisco Falcão, DJ de 26/06/2006).

3. Diante do exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Intime-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI
Relator

(2104)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 888.334 - RS (2007/0090020-7)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: TERESINHA BORGES GONZAGA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PAULO ROBERTO VIEIRA BONILHA
ADVOGADO	: S/ REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DÉBITO INFERIOR A R$ 10.000,00. ARQUIVAMENTO SEM BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO. FLUÊNCIA DO PRAZO PRESCRICIONAL. AGRAVO PROVIDO PARA DETERMINAR A SUA CONVERSÃO EM RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

1. Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que, nos autos de execução fiscal, negou provimento à apelação da ora recorrente por entender que "o transcurso de cinco anos, contados da data do arquivamento dos autos, sem a efetiva manifestação do exeqüente no sentido de persistir na execução, caracteriza a prescrição intercorrente e autoriza a extinção do feito" (fl. 34).

2. Entendendo necessário melhor exame da matéria, dou provimento ao agravo de instrumento para determinar sua conversão em recurso especial.
À Coordenadoria para as providências cabíveis.
Intime-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI
Relator

(2105)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 889.300 - RS (2007/0083041-6)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: SOMMER CALÇADOS LTDA
ADVOGADO	: JANE CRISTINA CERQUEIRA SCHUTZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AES SUL DISTRIBUIDORA GAÚCHA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO	: ELISA GONÇALVES RIBEIRO E OUTRO(S)

EMENTA

TRIBUTÁRIO. ENERGIA ELÉTRICA. COBRANÇA DE DEMANDA DE POTÊNCIA. RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO. AGRAVO PROVIDO PARA DETERMINAR A SUA CONVERSÃO EM RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

1. Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que, em demanda objetivando a restituição de valores despendidos a título de demanda de potência, negou provimento à apelação da ora recorrente, por entender que é lícita a cobrança, uma vez que o preço da energia elétrica está baseado no consumo efetivo e no consumo potencial, mantendo, assim, sentença que julgou improcedente o pedido da autora.

2. Entendendo necessário melhor exame da matéria, dou provimento ao agravo de instrumento para determinar sua conversão em recurso especial.
À Coordenadoria para as providências cabíveis.
Intimem-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI
Relator

(2106)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 889.528 - RS (2007/0093278-4)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: AERAL ATACADO E REPRESENTAÇÕES ATUALIZADAS LTDA
ADVOGADO	: ÉDISON FREITAS DE SIQUEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARCELO COLETTO POHLMANN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Cuida-se de agravo de instrumento tendente a viabilizar subida a esta Corte de recurso especial interposto por AERAL ATACADO E REPRESENTAÇÕES ATUALIZADAS LTDA, com fulcro no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que versa sobre denúncia espontânea.
Tenho que não prospera a presente postulação, por inobservância de requisito de admissibilidade, eis que inexistente o protocolo da cópia da petição do recurso especial juntada, impossibilitando a verificação de sua tempestividade.
Cumpre ressaltar que, nos termos da jurisprudência pacífica deste Superior Tribunal de Justiça, o agravante é o responsável pela regular formação do instrumento, devendo, assim, fiscalizar a apresentação das peças obrigatórias elencadas no art. 544, § 1º, do CPC, sob pena de não conhecimento do recurso.
Ante a ausência de regularidade formal disciplinada no § 1°, do art. 544, do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo, com base no art. 38, da Lei 8.038/90, combinado com o art. 34, inciso XVIII, do RI/STJ.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2107)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 891.070 - RS (2007/0083906-5)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
AGRAVADO	: RANDON PARTICIPAÇÕES S/A
ADVOGADO	: ÉDERSON GARIN PORTO E OUTRO(S)

EMENTA

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS DA EMPRESA. VERBAS PAGAS ANTES DA EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 794/94. AGRAVO PROVIDO PARA DETERMINAR A SUA CONVERSÃO EM RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

1. Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que, em embargos a execução fiscal, deu provimento à apelação da ora recorrida por entender que a participação nos lucros não se insere no conceito de salário e, por isso, não deve sofrer tributação a título de contribuição previdenciária.

2. Entendendo necessário melhor exame da matéria, dou provimento ao agravo de instrumento para determinar sua conversão em recurso especial.
À Coordenadoria para as providências cabíveis.
Intimem-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI
Relator

(2108)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 891.514 - SP (2007/0105795-4)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: ADRIANA MURAOKA DO PRADO
ADVOGADO	: MAURO SÉRGIO RODRIGUES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO	: S/ REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 544 DO CPC. TRASLADO DE PEÇA OBRIGATÓRIA. INCOMPLETO. AUSÊNCIA DO INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO. RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA.
1. A cópia integral do acórdão proferido pelo tribunal *a quo* constitui peça essencial à formação do instrumento de agravo.
2. Compete ao agravante a correta formação do instrumento, nos termos do art. 544, § 1.º do CPC.
3. Agravo de instrumento não conhecido.

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por ADRIANA MURAOKA PRADO, com fulcro no art. 544 do CPC, no intuito de ver reformada a r. decisão de fls. 110/112, que inadmitiu seu recurso especial, interposto em lide que versa sobre ação declaratória de inexigibilidade do preço da assinatura básica mensal de telefonia, cumulada com repetição de indébito e exibição de documentos, proposta em face de TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A. TELESP.
Depreende-se da análise dos autos, que a agravante não juntou, de forma adequada, documento obrigatório quando da formação do presente instrumento, qual seja, a cópia do inteiro teor do acórdão recorrido, imprescindível à devida formação do instrumento.
Há que se esclarecer que, a agravante acostou aos presentes autos, cópia do acórdão recorrido, porém o fez de forma incompleta, porquanto ausente lauda integrante daquele julgado, qual seja a de número "7".

Não foi apresentada contraminuta ao presente agravo, pelo fato da agravada não estar devidamente representada nos autos, conforme certidão à fl. 124.

Sumariamente relatados, decido.

O presente agravo de instrumento não merece conhecimento.

Primeiramente, há que se destacar, que a legislação processual, ao dispor sobre o procedimento do agravo interposto com o escopo de dar seguimento ao recurso especial, e cujo processamento fora obstado pelo Tribunal *a quo*, preceitua, no § 1º, do art. 544, do Código de Processo Civil, no que concerne à formação do respectivo instrumento:

"§ 1º . O agravo de instrumento será instruído com as peças apresentadas pelas partes, devendo constar obrigatoriamente, sob pena de não conhecimento, cópias do ***acórdão recorrido****, da certidão da respectiva intimação, da petição de interposição do recurso denegado, das contra-razões, da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado. As cópias das peças do processo poderão ser declaradas autênticas pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal.*" (com a nova redação dada pela Lei 10.352, de 26 de dezembro de 2001)

Consoante jurisprudência assente deste Superior Tribunal de Justiça, o relatório e o voto são partes essenciais do acórdão e a ausência da sua cópia integral impede a real compreensão da controvérsia posta nos autos, consoante se depreende da leitura dos arestos abaixo colacionados:

"PROCESSUAL CIVIL. TEMPESTIVIDADE. RECURSO INTERPOSTO POR CARTA POSTADA NOS CORREIOS. FALTA DE PEÇA OBRIGATÓRIA. RELATÓRIO E VOTO.
(...)
2. ***A compreensão da controvérsia em todas as suas nuances somente pode ser atingida por meio da leitura do relatório e do voto, os quais são partes integrantes do acórdão, e peças de traslado obrigatório****.*
3. Agravo a que se nega provimento." (AGA n.º 241.020/RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 15/05/2000).

"Processual civil. Agravo de instrumento. Peça de traslado obrigatório. Recurso especial. Súmula 07/STJ.
I. - ***A cópia do acórdão recorrido referida no art. 544, § 1º, do CPC, corresponde ao inteiro teor do acórdão, isto é, relatório, voto e ementa.***
II. - "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (Súmula nº 07/STJ).
III. - Agravo regimental desprovido." (AGA n.º 564.357/RJ, Rel. Min. Antonio de Pádua Ribeiro, DJ de 03/05/2004)

O entendimento dominante nesta Corte e no Supremo Tribunal Federal é o de que compete ao agravante velar pela correta formação do instrumento de agravo. Nesta esteira, são os seguintes arestos relativos ao tema:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS. ART. 544, § 1º DO CPC. ACÓRDÃO PROFERIDO EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO. PEÇA ESSENCIAL. FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO.
1. É indispensável o traslado de todas as peças obrigatórias à formação do agravo, importando a ausência de quaisquer delas no não conhecimento do recurso, ***sendo responsabilidade do agravante zelar pela completa formação do instrumento.***
2. Consoante entendimento pacificado desta Corte, a expressão "acórdão recorrido", do § 1º, do art. 544 do CPC, refere-se também ao acórdão proferido em sede de embargos de declaração, integrativo do julgamento do recurso interposto na origem.
3. A ausência da certidão de publicação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, peça essencial para formação do agravo, impede a verificação da tempestividade do recurso especial denegado.
4. Agravo regimental improvido." (AGA n.º 489.257/MG, Rel Min. Fernando Gonçalves, DJ 10/05/2004)

Desta forma, consoante o disposto no art. 544, § 1º, já transcrito, a ausência de peças obrigatórias implica a falta de cumprimento de um dos requisitos de admissibilidade do recurso, que é a sua regularidade formal.

Ex positis, NÃO CONHEÇO do presente agravo de instrumento.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 12 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2109)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 892.111 - MG (2007/0106419-7)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: WALTER GANDI DELOGO
ADVOGADO	: JULIANA KNAIP DELOGO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE IPATINGA
ADVOGADO	: HERCÍLIA MARIA PORTELA PROCÓPIO FRIGO E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. SÚMULA 182 DO STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento de decisão que não admitiu recurso especial sob os fundamentos de que (a) não houve o devido prequestionamento da norma federal indicada e (b) a análise do pedido fatalmente levaria ao reexame da matéria fática. No agravo de instrumento, o agravante alega, unicamente, que a matéria discutida no recurso encontra-se devidamente prequestionada. No mais, reitera as razões de mérito alinhadas no recurso especial.
2. As razões do agravo de instrumento limitaram-se a abordar o primeiro fundamento da decisão agravada, deixando de atacar a questão referente à necessidade de reexame de matéria fático-probatória, argumento este por si só suficiente para sustentar a inadmissibilidade do recurso especial. Desse modo, aplicável, por analogia, a Súmula 182/STJ, que estabelece a necessidade de específico ataque aos fundamentos da decisão agravada.
3. Diante do exposto, não conheço do agravo de instrumento.
Intime-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI
Relator

(2110)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 892.376 - SP (2007/0096263-6)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DOCES SANTA FÉ LTDA
ADVOGADO	: ÉDISON FREITAS DE SIQUEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: ROSÁLIA DO CARMO LARRUBIA FLORENCE E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DOCES SANTA FÉ LTDA, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra o v. acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que versa sobre execução fiscal.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 14 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2111)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 893.230 - RJ (2007/0073750-6)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: HEMATOLOGIA CLÍNICA MACH LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: MURILO VOUZELLA DE ANDRADE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSÉ RICARDO DE LUCA RAYMUNDO E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO OPOSTO VIA "FAX". LEI Nº 9.800/1999. PERMISSIBILIDADE DE TRANSMISSÃO DE DADOS E IMAGENS TIPO "FAC-SÍMILE" OU OUTRO SIMILAR, PARA PRÁTICA DE ATOS PROCESSUAIS QUE DEPENDAM DE PETIÇÃO ESCRITA. INAPLICABILIDADE AO CASO CONCRETO. APRESENTAÇÃO DO ORIGINAL A DESTEMPO.
1. Com a edição da Lei nº 9.800, de 26 de maio de 1999, DOU de 27 de maio de 1999, permitiu-se *"às partes a utilização de sistema de transmissão de dados e imagens tipo fac-símile ou outro similar, para a prática de atos processuais que dependem de petição escrita"* (art. 1º), *"devendo os originais ser entregues em juízo, necessariamente, até cinco dias da data de seu término" (art. 2º).*
2. Protocolada a petição, via fax, em 06/08/07, o prazo para o protocolo do original findar-se-ia em 13/08/07. No entanto, o original foi apresentado a destempo, em 22/08/07.
3. Recurso a que se nega seguimento, em face da sua intempestividade.
Vistos, etc. Trata-se de agravo regimental contra decisão que negou provimento a agravo de instrumento.
O prazo para a interposição de agravo regimental é de 05 (cinco) dias (art. 258 do RISTJ).
A decisão agravada foi publicada no DJ em 01/08/07 (certidão - fl. 516). O agravo regimental em tela foi interposto, via fax, em 06/08/07 (fl. 517) , com protocolo da petição original em 22/08/07 (fl. 530). A Lei nº 9.800/99 preceitua:
Art. 1º - É permitida às partes a utilização de sistema de transmissão de dados e imagens tipo fac-símile ou outro similar, para a prática de atos processuais que dependem de petição escrita.
Art. 2º - A utilização de sistema de transmissão de dados e imagens não prejudica o cumprimento dos prazos, devendo os originais ser entregues em juízo, necessariamente, até cinco dias da data de seu término.
Parágrafo único - Nos atos não sujeitos a prazo, os originais deverão ser entregues, necessariamente, até cinco dias da data da recepção do material.
(...)
O agravante estaria albergado pela citada Lei se não fosse um obstáculo temporal. Nos termos do art. 2º suso, os originais deverão ser entregues, necessariamente, até cinco dias da data da recepção do material via fac-símile. Protocolada a petição, via fax, em 06/08/07, o prazo para o protocolo do original findar-se-ia em 13/08/07. No entanto, o original foi apresentado a destempo, em 22/08/07.
Verifica-se, assim, que o recurso apresenta-se intempestivo, o que obstaculiza seu conhecimento.
Por tais razões, NEGO seguimento ao agravo regimental.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO JOSÉ DELGADO
Relator

(2112)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 893.321 - SP (2007/0107178-3)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO	: JAYME BARBOSA LIMA NETTO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IRACEMA HERCULANO DA SILVA
ADVOGADO	: MAURO DE MACEDO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata -se de agravo de instrumento interposto por TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que versa sobre ação declaratória de inexistência de débito.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2113)

AgRg nos EDcl no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 894.971 - SP (2007/0128047-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: C AMARAL ENGENHARIA E CORRETAGEM DE SEGUROS S/C LTDA
ADVOGADO	: WESLEY DUARTE GONÇALVES SALVADOR
AGRAVADO	: UNIÃO

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. ERRO MATERIAL. SUA CORREÇÃO. MATÉRIA DE CUNHO CONSTITUCIONAL ANALISADA NA CORTE *A QUO*. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO DO ESPECIAL. QUESTÃO DECIDIDA PELO COLENDO STF.
1. Ocorrendo erro material na decisão proferida, faz-se mister a sua correção, com a prolação de novo decisório.
2. Acórdão recorrido que tem como sustentação matéria de ordem constitucional, com existência de tema dessa natureza no corpo da fundamentação do próprio recurso especial.
3. O ordenamento jurídico, ao tratar dos recursos extremos, deixou bem delineada, na Carta Magna, a impossibilidade de o recurso especial definir qualquer assunto de envergadura constitucional. A função do apelo extremo é, tão-só, garantir a autoridade da lei federal e zelar pela sua aplicação uniforme.
4. Não se conhece de recurso especial quando a decisão atacada baseou-se, como fundamento central, em matéria de cunho eminentemente constitucional.
5. O STJ, com base em julgados da Corte Suprema, tem, recentemente, de forma reiterada, decidido que a matéria referente à revogação de Lei Complementar nº 70/91 pela Lei Ordinária nº 9.430/96 é de cunho constitucional, cabendo, apenas, ao colendo STF seu exame.
6. A matéria em discussão (isenção da cobrança da COFINS para sociedades civis de profissões regulamentadas) está sob o exame do colendo STF. Em 14/03/2007, pedido de vista do eminente Min. Marco Aurélio adiou o julgamento conjunto dos RREE nºs 377457 e 381964 pelo Plenário do Pretório Excelso. Até aquele momento, **oito dos onze** eminentes Ministros que compõem a Corte (Ministra Cármen Lúcia e Ministros Ricardo Lewandowski, Joaquim Barbosa, Carlos Ayres Britto, Cezar Peluso, Celso de Mello e Sepúlveda Pertence, que acompanharam o voto do Relator, Min. Gilmar Mendes) votaram pelo desprovimento do recurso, afastando a isenção, e um (Min. Eros Grau) entendeu pelo provimento do pedido, *id est*, mantendo a isenção da COFINS.
7. Agravo regimental provido com a revogação da decisão de fl. 86, tornando-a sem efeito. Agravo de instrumento, na seqüência, por outra fundamentação, não-provido.
Vistos, etc.
A empresa epigrafada opõe agravo de instrumento para reformar decisão que inadmitiu recurso especial em face de acórdão segundo o qual a isenção da COFINS, prevista na LC nº 70/91, pode ser revogada pela Lei nº 9.430/96, por não se tratar de matéria reservada exclusivamente à lei complementar. A ementa consignou (fl. 27):
APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUTÁRIO. COFINS. LEI Nº 9.430/96. SOCIEDADES CIVIS PRESTADORAS DE SERVIÇOS. REVOGAÇÃO DE ISENÇÃO. LEGITIMIDADE.
1. Uma vez concluído que a Lei Complementar nº 70/91 é apenas formalmente complementar é de se ressaltar ser passível de revogação por lei ordinária.
2. A lei nº9.430/96, art. 56, não ofende o princípio da hierarquia das leis ao revogar a isenção da COFINS das sociedades civis, prevista no inciso II, do art.6º, da Lei Complementar nº 70/91.
3. Provimento do recurso de apelação e da remessa oficial.
Aponta ofensa ao art. 6º, II, da LC nº 70/91 e dissenso pretoriano.
O apelo extremo foi inadmitido na origem.
Dessa decisão, foi ofertado o presente agravo de instrumento, tendo o eminente Min. Presidente dele não conhecido, por não constar dos autos cópia do inteiro teor do acórdão recorrido.
Interpostos embargos de declaração, foram eles rejeitados.

Agora, apresentou a recorrente agravo regimental, no qual se afirma que o acórdão recorrido está incluso nos autos que subiram a esta Corte, dando ciência de qualquer norma ainda que não tenha sido na instrumentalidade do recurso. Trata-se de obstáculo burocrático, não havendo justificativa de negar seguimento ao recurso.
Relatados, decido.
De fato, assiste razão à recorrente. Conforme se observa dos autos, a copai do recurso excepcional encontra-se às fls. 22/27, devendo, portanto, se apreciado o recurso.
Assim, com a devida vênia, revogo a decisão de fl. 86, tornando-a sem efeito.
Passo, pois, à apreciação do recurso nos seus exatos termos.
No entanto, o agravo de instrumento não merece provimento, por ter tratado de matéria puramente constitucional.
O ordenamento jurídico, ao tratar dos recursos extremos, deixou bem delineada, na Carta Magna, a impossibilidade de o recurso especial definir qualquer assunto de envergadura constitucional. A função do apelo extremo é, tão-só, garantir a autoridade da lei federal e zelar pela sua aplicação uniforme.
Conforme se constata, o voto *a quo* discutiu, como matéria de apoio à sua convicção, a aplicação de preceitos constitucionais (arts. 154, I, 194, I, II e V, e 195, I, e § 4º, da CF/88 e princípio da hierarquia das leis - revogação de uma lei complementar por uma lei ordinária). A matéria tida por ofendida é de cunho meramente constitucional, competindo, apenas, ao augusto STF sua análise.
Ademais, este Sodalício, com base em julgados do colendo STF, tem, recentemente, de forma reiterada, decidido que a matéria referente à revogação de Lei Complementar nº 70/91 pela Lei Ordinária nº 9.430/96 é de natureza predominantemente constitucional, cabendo, tão-só, à Corte Máxima o exame.
A propósito, dentre tantos, os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no Ag nº 723707/SC, DJ de 12.02.2007 e AgRg no Ag 753753/PR, DJ de 14.12.2006, ambos deste Relator; REsp nº 769172/PR, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 09.02.2007; AgRg no REsp nº 871374/SE, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 14.12.2006; EDcl no AgRg no REsp nº 809374/SP, Relª Minª Eliana Calmon, DJ de 06.12.2006; AgRg no REsp nº 826551/SP, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 02.10.2006; AgRg no Ag nº 757540/PR, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 24.08.2006.
Por fim, registro que a matéria em discussão (isenção da cobrança da COFINS para sociedades civis de profissões regulamentadas) está sob o exame do colendo STF.
Em 14/03/2007, pedido de vista do eminente Min. Marco Aurélio adiou o julgamento conjunto dos RREE nºs 377457 e 381964 pelo Plenário do Pretório Excelso. Até aquele momento, oito dos onze eminentes Ministros que compõem a Corte (Ministra Cármen Lúcia e Ministros Ricardo Lewandowski, Joaquim Barbosa, Carlos Ayres Britto, Cezar Peluso, Celso de Mello e Sepúlveda Pertence, que acompanharam o voto do Relator, Min. Gilmar Mendes) votaram pelo desprovimento do recurso, afastando a isenção, e um (Min. Eros Grau) entendeu pelo provimento do pedido, *id est*, mantendo a isenção da COFINS.
Por tais considerações, DOU provimento ao agravo regimental para revogar a decisão de fl. 86, tornando-a sem efeito.
Agravo de instrumento, na seqüência, por outra fundamentação, não-provido.
Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

Ministro José Delgado
Relator

(2114)

RECURSO ESPECIAL Nº 897.377 - RJ (2006/0210406-5)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: STAFFORD-MILLER INDÚSTRIA LTDA
ADVOGADO	: CREUZA DE ABREU VIEIRA COELHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ROSANE BLANCO OZÓRIO BOMFIGLIO E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. LEI 9.718/98. PIS E COFINS. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. LEI COMPLEMENTAR 70/91 E LEI COMPLEMENTAR 7/70. NOVEL JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º, ARTIGO 3º, DA LEI 9.718/98.
1. A Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica, vale dizer, ***"totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas"***.
2. Fundando-se o acórdão recorrido em interpretação de matéria eminentemente constitucional (a equiparação dos conceitos de receita bruta e faturamento a que se refere o art. 3º da Lei nº 9.718/98 não se contrapõe à disciplina do artigo 195 da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional 20/98), descabe a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.
3. Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos **Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG**, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e **n.º 346.084-6/PR**, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.
4. Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.
5. Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, segundo a qual: *"Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia."* (**RE 336134/RS**, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003).
6. *In casu*, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.
7. Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.
8. De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98 que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.
9. Recurso especial provido (CPC, artigo 557, § 1º-A).

Cuida-se de recurso especial interposto por STAFFORD-MILLER INDÚSTRIA LTDA, com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, no intuito de ver reformado o v. acórdão prolatado pelo Tribunal Regional da 2ª Região, que, deu provimento à apelação da Fazenda Nacional e à remessa oficial, nos termos da ementa a seguir transcrita:
TRIBUTÁRIO. COFINS. LEI Nº 9718/98. ALTERAÇÃO DA ALÍQUOTA E DA BASE DE CÁLCULO DA COFINS E DA BASE DE CÁLCULO DO PIS POR LEI ORDINÁRIA. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA E À EQÜIDADE NO CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL.
1. É possível o aumento da alíquota instituída pela Lei Complementar nº 70/91 através de lei ordinária, in casu, a Lei nº 9718/98, não havendo que se considerar a lei complementar como veículo normativo obrigatório para tal modificação.
2. A Lei Complementar 70/91 é formalmente complementar, podendo ser alterada por lei ordinária. Precedentes do STF.
3. Inexiste qualquer vício no aumento da alíquota da COFINS, não havendo qualquer demonstração de que tenha contorno confiscatório, aniquilando a riqueza e a propriedade, ou de que afronte a capacidade contributiva da parte.
4. Ausência de inconstitucionalidade na modificação da base de cálculo da COFINS, pois a expressão faturamento admitiria diversas acepções, sendo compatível com a Constituição a atuação do legislador infraconstitucional para defini-la.
5. A situação em que o contribuinte, pelo fato de ter auferido lucro, sujeita-se à dupla tributação, recolhendo tanto a COFINS como a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), é diversa daquela em que outro contribuinte é tributado tão-somente pela COFINS, justificando-se a compensação entre as contribuições de até 1/3 (um terço) em favor daquele. Precedente do STF.
6. A alteração do § 1º art. 8º da MP 1.724/98, quando da conversão em lei (9.718), não pode ser considerada modificação estrutural da legislação.
7. Quando, através de medida provisória, for instituída a contribuição social previdenciária ou for alterado o seu regime jurídico, o prazo de 90 (noventa) dias estabelecido pelo § 6º daquele art. 195 da CF tem seu termo a quo recaindo na data da primeira edição da medida provisória e não na conversão dessa em lei.
8. A base de cálculo do PIS, prevista pela LC nº 07/70, pode ser perfeitamente alterada pelas Leis nºs 9715/98 e 9718/98, pelo fato de ser a LC nº 07/70 apenas formalmente complementar
9. Apelo da Impetrante conhecido e improvido

Opostos embargos de declaração pela empresa, restaram os mesmos desprovidos, uma vez que não vislumbrados os vícios apontados.

A recorrente, nas razões do especial, sustenta que o acórdão hostilizado incorreu em ofensa **ao artigos 110, do CTN**, ao considerar legal e constitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS prevista na Lei 9.718/98. Ainda, sustenta a ocorrência de violação ao art. 535, do CPC, acaso entenda pela ausência de prequestionamento da matéria federal suscitada.

Traz ainda para confronto arestos que esposam a tese da inconstitucionalidade e ilegalidade da alteração do conceito de faturamento promovida pela Lei 9.718/98, bem como da impossibilidade da recepção do aludido diploma legal pela EC 20/98, além de se insurgir quanto ao seu direito em compensar os valores indevidamente recolhidos.

Contra o acórdão de apelação também foi interposto recurso extraordinário o qual foi admitido pela instância de origem.

Apresentadas contra-razões, nas quais se pugna pelo não conhecimento do recurso especial e, caso seja o mesmo conhecido, pelo seu desprovimento.

Realizado o juízo de admissibilidade positivo do apelo extremo, na instância de origem, ascenderam os autos ao E. STJ.

Relatados, decido.

Controvérsia que se cinge à legalidade da Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, que, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica.

Os artigos 2º e 3º, da referida lei, encontram-se assim redigidos:
*"Art. 2º As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, **serão calculadas com base no seu faturamento**, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"*

*"Art. 3º **O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.** (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)*
*§ 1º **Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.***
§ 2º Para fins de determinação da base de cálculo das contribuições a que se refere o art. 2º, excluem-se da receita bruta:
I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;
II - as reversões de provisões operacionais e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita; (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
III - os valores que, computados como receita, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, observadas normas regulamentadoras expedidas pelo Poder Executivo; (Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)
IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente.
§ 3º Nas operações realizadas em mercados futuros, considera-se receita bruta o resultado positivo dos ajustes diários ocorridos no mês. (Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004)
§ 4º Nas operações de câmbio, realizadas por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, considera-se receita bruta a diferença positiva entre o preço de venda e o preço de compra da moeda estrangeira.
§ 5º Na hipótese das pessoas jurídicas referidas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, serão admitidas, para os efeitos da COFINS, as mesmas exclusões e deduções facultadas para fins de determinação da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP.
§ 6º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 7º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 8º (Vide Medidas Provisórias nºs 2158-35, de 2001
III - agrícolas, conforme ato do Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)
§ 9º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"

O STJ, em reiterados julgados, vem decidindo no sentido de que, quando o acórdão recorrido decide com base em interpretação eminentemente constitucional, a via especial não pode ser aberta, posto que estar-se-ia usurpando competência declinada pela Carta Maior ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e n.º 346.084-6/PR, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º**

9.718/98, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

Destaque-se, do julgamento, o seguinte excerto do voto proferido pelo e. Ministro Marco Aurélio, pertinente ao RE n.º 357950/RS:

"Procedo ao exame da problemática referente à Lei nº 9.718/98. Aqui há de se perceber o empréstimo de sentido todo próprio ao conceito de faturamento. Eis o teor da lei envolvida na espécie:
Art. 2º As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base no seu faturamento, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei.

Tivesse o legislador parado nessa disciplina, aludindo a faturamento sem dar-lhe, no campo da ficção jurídica, conotação discrepante da consagrada por doutrina e jurisprudência, tomar-se-ia o faturamento tal como veio a ser explicitado na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, ou seja, a envolver o conceito de receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviços. Respeitado estaria o Diploma Maior ao estabelecer, no inciso I do artigo 195, o cálculo da contribuição para o financiamento da seguridade social devida pelo empregador, considerado o faturamento. Em última análise, ter-se-ia a observância da ordem natural das coisas, do conceito do instituto que é o faturamento, caminhando-se para o atendimento da jurisprudência desta Corte.

Eis um panorama de precedentes do Tribunal, considerados conceitos relativos a tributos.

Ao julgar o Recurso Extraordinário nº 116.121-3/SP, o Plenário, sendo relator o ministro Octavio Gallotti, vencido no entendimento, teve oportunidade de proclamar que o imposto sobre serviços não incide sobre locação de bens porque locação de bens móveis não é simplesmente serviço. Fiquei com a redação do acórdão, conforme publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 178/1.265. Também na apreciação do Recurso Extraordinário nº 166.772-9/RS, o Plenário, em 12 de maio de 1994, reafirmou a necessidade de se atentar para o conceito consagrado dos institutos. Glosou a tentativa de se tomar, como abrangidos pela expressão "folha de salário", os pagamentos efetuados a administradores e autônomos - Revista Trimestral de Jurisprudência 156/666-692. E, ao examinar o Recurso Extraordinário nº 172.058-1/SC, o Plenário, em 30 de junho de 1995 e conforme acórdão publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 161/1.043-1.057, veio, mais uma vez, a dar eficácia aos figurinos constitucional e legal ao concluir que não se pode falar em imposto sobre renda sem que haja ocorrido acréscimo patrimonial representado pela aquisição de disponibilidade sobre a renda. No caso, teve-se presente não só a Lei Fundamental como também o artigo 110 do Código Tributário Nacional, consoante o qual a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e forma de direito privado, utilizados expressa ou implicitamente pela Constituição Federal. Então, após mencionar a jurisprudência da Corte sobre a valia dos institutos, dos vocábulos e expressões constantes dos textos constitucionais e legais e considerada a visão técnico-vernacular, volto à Lei nº 9.718/98, salientando, como retratado acima, constar do artigo 2º a referência a faturamento. No artigo 3º, deu-se enfoque todo próprio, definição singular ao instituto faturamento, olvidando-se a dualidade faturamento e receita bruta de qualquer natureza, pouco importando a origem, em si, não estar revelada pela venda de mercadorias, de mercadorias e serviços ou de serviços:
Art. 3º O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.

Não fosse o § 1º que se seguiu, ter-se-ia a observância da jurisprudência desta Corte, no que ficara explicitado, na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, a sinonímia dos vocábulos "faturamento" e "receita bruta". Todavia, o § 1º veio a definir esta última de forma toda própria:
§ 1º Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.

O passo mostrou-se demasiadamente largo, olvidando-se, por completo, não só a Lei Fundamental como também a interpretação desta já proclamada pelo Supremo Tribunal Federal. Fez-se incluir no conceito de receita bruta todo e qualquer aporte contabilizado pela empresa, pouco importando a origem, em si, e a classificação que deva ser levada em conta sob o ângulo contábil.

Em síntese, o legislador ordinário (logicamente não no sentido vulgar, mas técnico-legislativo) acabou por criar uma fonte de custeio da seguridade à margem do disposto no artigo 195, com a redação vigente à época, e sem ter presente a regra do § 4º nele contido, isto é, a necessidade de novas fontes destinadas a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social pautar-se pela regra do artigo 154, inciso I, da Constituição Federal, que é explícito quanto à exigência de lei complementar. Antecipou-se à própria Emenda Constitucional nº 20, no que, dando nova redação ao artigo 195 da Constituição Federal, versou a incidência da contribuição sobre a receita ou o faturamento. A disjuntiva "ou" bem revela que não se tem a confusão entre o gênero "receita" e a espécie "faturamento". Repita-se, antes da Emenda Constitucional nº 20/98, posterior à Lei ora em exame, a Lei nº 9.718/98, tinha-se apenas a previsão de incidência da contribuição sobre a folha de salários, o faturamento e os lucros. Com a citada emenda, passou-se não só a se ter a abrangência quanto à primeira base de incidência, folha de salários, apanhando-se de forma linear os rendimentos do trabalho pagos ou creditados a qualquer título, mesmo sem vínculo empregatício, observando-se o precedente desta Corte, como também a inserção, considerado o que surgiu como alínea "b" do inciso I do artigo 195, da base de incidência, que é a receita.

Como, então, dizer-se, a esta altura, que houve simples explicitação do que já previsto na Carta? É admitir-se a vinda à balha de emenda constitucional sem conteúdo normativo. É admitir-se que o legislador ordinário possa, até mesmo, modificar enfoque pacificado mediante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que haja atuado, à luz das balizas constitucionais, como guardião da Lei Fundamental. Descabe, também, partir para o que seria a repristinação, a constitucionalização de diploma que, ao nascer, mostrou-se em conflito com a Constituição Federal. Admita-se a inconstitucionalidade progressiva. No entanto, a constitucionalidade posterior contraria a ordem natural das coisas. A hierarquia das fontes legais, a rigidez da Carta, a revelá-la documento supremo, conduz à necessidade de as leis hierarquicamente inferiores observarem-na, sob pena de transmudá-la, com nefasta inversão de valores. Ou bem a lei surge no cenário jurídico em harmonia com a Constituição Federal, ou com ela conflita, e aí afigura-se írrita, não sendo possível o aproveitamento, considerado texto constitucional posterior e que, portanto, à época não existia. Está consagrado que o vício da constitucionalidade há de ser assinalado em face dos parâmetros maiores, dos parâmetros da Lei Fundamental existentes no momento em que aperfeiçoado o ato normativo. A constitucionalidade de certo diploma legal deve se fazer presente de acordo com a ordem jurídica em vigor, da jurisprudência, não cabendo reverter a ordem natural das coisas. Daí a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Nessa parte, provejo o recurso extraordinário e com isso acolho o pedido formulado na inicial, referente à base de cálculo da contribuição, ou seja, para que se entenda, como receita bruta ou faturamento, o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa."

Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

No particular, merece transcrição de trecho do voto proferido pelo e. Ministro Moreira Alves, na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 01/DF, *verbis*:
"(...)
Em síntese, como salientou o Ministro Carlos Velloso, na qualidade de relator do RE 138.284, quando esta Corte reiterou o entendimento já expedido por ocasião do julgamento do RE 146.733,

'O que importa perquirir não é o fato de a União arrecadar a contribuição, mas se o produto da arrecadação é destinado ao financiamento da seguridade social (CF, art. 195, I).'

E, em se tratando da contribuição social instituída pela Lei Complementar n. 70/91, ele o é, como dispõe seu artigo 1º.

De outra parte, sendo a COFINS contribuição social instituída com base no inciso I do artigo 195 da Constituição Federal, e tendo ela natureza tributária diversa da do imposto, as alegações de que ela fere o princípio constitucional da não-cumulatividade dos impostos da União e resulta em bitributação por incidir sobre a mesma base de cálculo do PIS/PASEP só teriam sentido se se tratasse de contribuição social nova, não enquadrável no inciso I do artigo 195, hipótese em que se aplicaria o disposto no § 4º desse mesmo artigo 195 ('A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I'), que determina a observância do inciso I do artigo 154 que estabelece que a União poderá instituir 'I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição'.

Sucede, porém, que a contribuição social em causa, incidente sobre o faturamento dos empregadores, é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 195 da Carta Magna, não se podendo pretender, portanto, que a Lei Complementar n.º 70/91 tenha criado outra fonte de renda destinada a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social.

Por isso mesmo, essa contribuição poderia ser instituída por Lei ordinária. A circunstância de ter sido instituída por lei formalmente complementar - a Lei Complementar n.º 70/91 - não lhe dá, evidentemente, a natureza de contribuição social nova, a que se aplicaria o disposto no § 4º do artigo 195 da Constituição, porquanto essa lei, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída - que são o objeto desta ação -, é materialmente ordinária, por não tratar, nesse particular, de matéria reservada, por texto expresso da Constituição, à lei complementar. A jurisprudência desta Corte, sob o império da Emenda Constitucional n.º 1/69 - e a Constituição atual não alterou esse sistema -, se firmou no sentido de que só se exige lei complementar para as matérias para cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária.
(...)"

Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, *verbis*:
"TRIBUTÁRIO. COFINS. ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º 9.718/98. ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RE 336134/RS, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003)

Confira-se ainda, à guisa de exemplo, recente decisão monocrática proferida pelo e. Ministro Celso de Mello, já consonante com o citado julgamento do Plenário:

*"O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a controvérsia jurídica pertinente à ampliação da **base de cálculo** do PIS/COFINS (RE 357.950/RS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO), declarou, "incidenter tantum", a **inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98,** por entender que a noção de **faturamento** referida no art. 195, I, da Constituição da República, na redação anterior à EC 20/98, não legitimava a incidência de tais contribuições sobre a totalidade das **receitas** auferidas pelas empresas contribuintes, advertindo, ainda, que a superveniente promulgação da EC 20/98 não teve o condão de validar legislação ordinária anterior, que se mostrava originariamente inconstitucional.*

*Esta Suprema Corte, por sua vez, também em julgamento plenário (RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO), confirmou a **validade jurídico-constitucional do art. 8º da Lei nº 9.718/98,** no que concerne à majoração da alíquota de 2% para 3% (**COFINS**), assinalando que esse aumento - considerada a cláusula constitucional da anterioridade mitigada (CF, art. 195, § 6º) - tornou-se exigível a partir de 1º/02/99, afastada, no entanto, para efeito de incidência da referida alíquota (3%), a **base de cálculo** ampliada resultante do já mencionado § 1º (inconstitucional) do art. 3º da Lei nº **9.718/98**.*

*Cumpre acentuar, ainda, que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, reconheceu a plena **constitucionalidade da compensação, de até um terço (1/3), da COFINS com a CSLL**, apenas assegurada ao contribuinte sujeito à incidência de ambas as espécies tributárias ora mencionadas, rejeitando, desse modo, a alegação de que o § 1º do art. 8º da Lei nº **9.718/98** teria importado em ofensa ao postulado da isonomia tributária, porque excluídos de tal benefício os contribuintes unicamente tributados pela **COFINS**:*

*"TRIBUTÁRIO. **COFINS.** ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º **9.718/98.** ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (**COFINS**), até um terço do 'quantum' devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela **COFINS,** a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RTJ 185/352, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - grifei)*

Cabe assinalar, finalmente, que a diretriz jurisprudencial que venho de referir, considerados os precedentes em questão, tem sido observada, no âmbito desta Suprema Corte, em reiteradas decisões proferidas na resolução de controvérsia idêntica à suscitada na presente causa (RE 301.868/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - RE 308.066/RS, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - RE 356.471/MG, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - RE 372.627/DF, Rel. Min. ELLEN GRACIE - RE 388.039/MG, Rel. Min. GILMAR MENDES - RE 413.257/RJ, Rel. Min. CEZAR PELUSO - RE 451.348/SP, Rel. Min. CARLOS BRITTO - RE 469.023/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

*Sendo assim, em face das razões expostas, conheço do presente recurso extraordinário, para dar-lhe parcial provimento (CPC, art. 557, § 1º - A), em ordem a afastar, considerada a **base de cálculo** do PIS/COFINS, a aplicação do § 1º do art. 3º da Lei nº **9.718/98,** observando-se, para esse efeito, o entendimento que o Plenário desta Suprema Corte proclamou no julgamento do RE 357.950/RS.*
(...)" (RE 453622/SP, publicado no DJ de 25.04.2006)

In casu, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.

Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.

De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98, que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal, restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, § 1º-A, do CPC, DOU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2115)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 899.872 - RJ (2007/0114899-9)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MARIA DE LOURDES ALMEIDA DA FONSECA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSEMAR DE PAULA BENEDITO E OUTRO
ADVOGADO	: ACCACIO MONTEIRO BARROZO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que versa sobre sistema financeiro de habitação.
A decisão agravada de fl. 632 inadmitiu o recurso especial, assinalando como óbice o enunciado sumular nº 284/STF, visto que a recorrente não demostrou a ofensa à qualquer dispositivo legal, cuja a violação respaldaria a interposição do recurso especial.
Nas razões de agravo de instrumento, a agravante infirma os fundamentos da decisão agravada pedindo a sua reforma.
Relatados. Decido.
A decisão agravada não merece reparos.
O recurso especial, quando interposto pela alínea "a" do permissivo constitucional, exige a demonstração inequívoca da ofensa ao dispositivo inquinado como violado, bem como a sua particularização, a fim de possibilitar o seu exame em conjunto com o decidido nos autos.
In casu, a agravante, em suas razões de recurso especial, não indica precisamente quais os dispositivos de lei federal que reputa violados pelo acórdão recorrido, ensejando a incidência do óbice sumular 284/STF, em face da deficiente fundamentação do recurso.
Nesse sentido, confiram-se os seguintes julgados, *verbis*:

"*ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. 11,98%. ANÁLISE DE OFENSA À DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ART. 255 DO RISTJ.*
I - ...omissis...
II - Impossibilidade de se conhecer do recurso, em face da deficiência na sua fundamentação, pois o recorrente sequer indicou o dispositivo legal que considerou violado (Súmula 284).
III - ...omissis...
IV - ...omissis...
Recurso não conhecido" (REsp nº 510.961/RJ, Relator Ministro FELIX FISCHER, DJ de 08/09/2003, p. 00361).

"*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. REVOGAÇÃO. DECRETO. EXIGIBILIDADE. CRÉDITO FISCAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS Nº 282 E Nº 356 DO STF. DEFICIÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. SÚMULA Nº 284 DO STF.*
I - ...omissis...
II - É inviável a admissibilidade de recurso especial em que a deficiência de sua fundamentação impede a compreensão da controvérsia, na medida em que a agravante deixou de indicar os artigos de lei supostamente ofendidos, a teor da Súmula nº 284 do STF.
III - Agravo regimental improvido" (AGEDAG nº 482.391/SP, de minha relatoria, DJ de 18/08/2003 p. 00164).

Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo, com fulcro no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2116)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 900.080 - SP (2007/0118624-6)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE SUZANÁPOLIS
ADVOGADO	: DEONISIO JOSÉ LAURENTI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSÉ CARLOS DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: ODEMES BORDINI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo MUNICÍPIO DE SUZANÁPOLIS, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra v. acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que versa sobre embargos à execução.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 14 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2117)

RECURSO ESPECIAL Nº 902.171 - SP (2006/0249375-6)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: VISTA LINDA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
ADVOGADO	: LUIZ EDUARDO DE CASTILHO GIROTTO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JULIANA FURTADO COSTA E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. LEI 9.718/98. PIS E COFINS. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. LEI COMPLEMENTAR 70/91 E LEI COMPLEMENTAR 7/70. NOVEL JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º, ARTIGO 3º, DA LEI 9.718/98.
1. A Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica, vale dizer, *"**totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas***".
2. Fundando-se o acórdão recorrido em interpretação de matéria eminentemente constitucional (a equiparação dos conceitos de receita bruta e faturamento a que se refere o art. 3º da Lei nº 9.718/98 não se contrapõe à disciplina do artigo 195 da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional 20/98), descabe a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.
3. Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos **Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG**, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e **n.º 346.084-6/PR**, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.
4. Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.
5. Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, segundo a qual: *"Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia."* (**RE 336134/RS**, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003).
6. *In casu*, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.
7. Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.
8. De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98 que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.
9. Recurso especial provido (CPC, artigo 557, § 1º-A).

Cuida-se de recurso especial interposto por VISTA LINDA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, no intuito de ver reformado o v. acórdão prolatado pelo Tribunal Regional da 3ª Região, que, deu provimento à apelação da Fazenda Nacional e à remessa oficial, nos termos da ementa a seguir transcrita:
TRIBUTÁRIO. CONSTITUCIONAL. PIS. BASE DE CÁLCULO. LEI Nº 9.718/98. REJEIÇÃO DA ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE PELO ÓRGÃO ESPECIAL DESTA E. CORTE. CONSTITUCIONALIDADE. INCIDÊNCIA SOBRE O FATURAMENTO ADVINDO DE OPERAÇÕES COM IMÓVEIS.
1. A contribuição para o PIS - Programa de Integração Social, instituída pela Lei Complementar nº 07/70, tem como base de cálculo o faturamento.
2. A Lei nº 9.718/98, ao alterar a sistemática de determinação do valor do PIS, definiu como faturamento a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevante o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.
3. Ressalvado meu entendimento quanto à inconstitucionalidade da alteração da base de cálculo do PIS, adoto o entendimento do C. Órgão Especial desta E. Corte que, por maioria, rejeitou o incidente de argüição de inconstitucionalidade dos arts. 3º, § 1º e 8º, da Lei nº 9.718/98 (TRF3, Órgão Especial, AMS nº 1999.61.00.019337-6, Rel. Des. Fed. Cecília Marcondes, por maioria, j. 26.06.03, DJU 19.05.04, p. 363).
4. Precedentes do E. STJ e desta Sexta Turma (STJ, 2ª Turma, REsp n.º 379.826/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, j. 01.04.03, v.u., DJU 28.04.03; TRF3, 6ª Turma, AMS n.º 93.03.030143-9, Rel. Des. Fed. Mairan Maia, j. 23.04.03, por maioria, DJU 20.06.03).
5. Incidência do PIS sobre o faturamento auferido em operações realizadas com imóveis, uma vez que os bens imóveis podem ser considerados mercadorias, em seu sentido amplo. Precedentes do Colendo STJ e desta Corte.
6. É dever de toda a sociedade participar do custeio da seguridade social e com eqüidade, como prevê o art. 194 da Carta Magna, não existindo suporte constitucional ou legal que dê guarida à pretensão da impetrante.
7. Apelação da União Federal e remessa oficial providas e apelação da impetrante improvida.

Opostos embargos de declaração pela empresa, restaram os mesmos desprovidos, uma vez que não vislumbrados os vícios apontados.

A recorrente, nas razões do especial, sustenta que o acórdão hostilizado incorreu em ofensa **ao artigo 110, do CTN**, ao considerar legal e constitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS prevista na Lei 9.718/98.

Traz ainda para confronto arestos que esposam a tese da inconstitucionalidade e ilegalidade da alteração do conceito de faturamento promovida pela Lei 9.718/98, bem como da impossibilidade da recepção do aludido diploma legal pela EC 20/98.

Contra o acórdão de apelação também foi interposto recurso extraordinário o qual foi admitido pela instância de origem.

Apresentadas contra-razões, nas quais se pugna pelo não conhecimento do recurso especial e, caso seja o mesmo conhecido, pelo seu desprovimento.

Realizado o juízo de admissibilidade negativo do apelo extremo foi interposto agravo de instrumento o qual foi provido para determinar a subida do recuso especial para melhor exame.

Relatados, decido.

Controvérsia que se cinge à legalidade da Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, que, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica.

Os artigos 2º e 3º, da referida lei, encontram-se assim redigidos:
*"Art. 2º As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, **serão calculadas com base no seu faturamento**, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"*

"Art. 3º ***O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.*** *(Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)*
§ 1º ***Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.***
§ 2º Para fins de determinação da base de cálculo das contribuições a que se refere o art. 2º, excluem-se da receita bruta:
I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;
II - as reversões de provisões operacionais e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita; (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
III - os valores que, computados como receita, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, observadas normas regulamentadoras expedidas pelo Poder Executivo; (Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)
IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente.
§ 3º Nas operações realizadas em mercados futuros, considera-se receita bruta o resultado positivo dos ajustes diários ocorridos no mês. (Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004)
§ 4º Nas operações de câmbio, realizadas por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, considera-se receita bruta a diferença positiva entre o preço de venda e o preço de compra da moeda estrangeira.
§ 5º Na hipótese das pessoas jurídicas referidas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, serão admitidas, para os efeitos da COFINS, as mesmas exclusões e deduções facultadas para fins de determinação da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP.
§ 6º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 7º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 8º (Vide Medidas Provisórias nºs 2158-35, de 2001
III - agrícolas, conforme ato do Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)
§ 9º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"

O STJ, em reiterados julgados, vem decidindo no sentido de que, quando o acórdão recorrido decide com base em interpretação eminentemente constitucional, a via especial não pode ser aberta, posto que estar-se-ia usurpando competência declinada pela Carta Maior ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e n.º 346.084-6/PR, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

Destaque-se, do julgamento, o seguinte excerto do voto proferido pelo e. Ministro Marco Aurélio, pertinente ao RE n.º 357950/RS:

"Procedo ao exame da problemática referente à Lei nº 9.718/98. Aqui há de se perceber o empréstimo de sentido todo próprio ao conceito de faturamento. Eis o teor da lei envolvida na espécie:
Art. 2º As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base no seu faturamento, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei.

Tivesse o legislador parado nessa disciplina, aludindo a faturamento sem dar-lhe, no campo da ficção jurídica, conotação discrepante da consagrada por doutrina e jurisprudência, tomar-se-ia o faturamento tal como veio a ser explicitado na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, ou seja, a envolver o conceito de receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviços. Respeitado estaria o Diploma Maior ao estabelecer, no inciso I do artigo 195, o cálculo da contribuição para o financiamento da seguridade social devida pelo empregador, considerado o faturamento. Em última análise, ter-se-ia a observância da ordem natural das coisas, do conceito do instituto que é o faturamento, caminhando-se para o atendimento da jurisprudência desta Corte.

Eis um panorama de precedentes do Tribunal, considerados conceitos relativos a tributos.

Ao julgar o Recurso Extraordinário nº 116.121-3/SP, o Plenário, sendo relator o ministro Octavio Gallotti, vencido no entendimento, teve oportunidade de proclamar que o imposto sobre serviços não incide sobre locação de bens porque locação de bens móveis não é simplesmente serviço. Fiquei com a redação do acórdão, conforme publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 178/1.265. Também na apreciação do Recurso Extraordinário nº 166.772-9/RS, o Plenário, em 12 de maio de 1994, reafirmou a necessidade de se atentar para o conceito consagrado dos institutos. Glosou a tentativa de se tomar, como abrangidos pela expressão "folha de salário", os pagamentos efetuados a administradores e autônomos - Revista Trimestral de Jurisprudência 156/666-692. E, ao examinar o Recurso Extraordinário nº 172.058-1/SC, o Plenário, em 30 de junho de 1995 e conforme acórdão publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 161/1.043-1.057, veio, mais uma vez, a dar eficácia aos figurinos constitucional e legal ao concluir que não se pode falar em imposto sobre renda sem que haja ocorrido acréscimo patrimonial representado pela aquisição de disponibilidade sobre a renda. No caso, teve-se presente não só a Lei Fundamental como também o artigo 110 do Código Tributário Nacional, consoante o qual a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e forma de direito privado, utilizados expressa ou implicitamente pela Constituição Federal. Então, após mencionar a jurisprudência da Corte sobre a valia dos institutos, dos vocábulos e expressões constantes dos textos constitucionais e legais e considerada a visão técnico-vernacular, volto à Lei nº 9.718/98, salientando, como retratado acima, constar do artigo 2º a referência a faturamento. No artigo 3º, deu-se enfoque todo próprio, definição singular ao instituto faturamento, olvidando-se a dualidade faturamento e receita bruta de qualquer natureza, pouco importando a origem, em si, não estar revelada pela venda de mercadorias, de mercadorias e serviços ou de serviços:
Art. 3º O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.

Não fosse o § 1º que se seguiu, ter-se-ia a observância da jurisprudência desta Corte, no que ficara explicitado, na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, a sinonímia dos vocábulos "faturamento" e "receita bruta". Todavia, o § 1º veio a definir esta última de forma toda própria:
§ 1º Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.

O passo mostrou-se demasiadamente largo, olvidando-se, por completo, não só a Lei Fundamental como também a interpretação desta já proclamada pelo Supremo Tribunal Federal. Fez-se incluir no conceito de receita bruta todo e qualquer aporte contabilizado pela empresa, pouco importando a origem, em si, e a classificação que deva ser levada em conta sob o ângulo contábil.

Em síntese, o legislador ordinário (logicamente não no sentido vulgar, mas técnico-legislativo) acabou por criar uma fonte de custeio da seguridade à margem do disposto no artigo 195, com a redação vigente à época, e sem ter presente a regra do § 4º nele contido, isto é, a necessidade de novas fontes destinadas a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social pautar-se pela regra do artigo 154, inciso I, da Constituição Federal, que é explícito quanto à exigência de lei complementar. Antecipou-se à própria Emenda Constitucional nº 20, no que, dando nova redação ao artigo 195 da Constituição Federal, versou a incidência da contribuição sobre a receita ou o faturamento. A disjuntiva "ou" bem revela que não se tem a confusão entre o gênero "receita" e a espécie "faturamento". Repita-se, antes da Emenda Constitucional nº 20/98, posterior à Lei ora em exame, a Lei nº 9.718/98, tinha-se apenas a previsão de incidência da contribuição sobre a folha de salários, o faturamento e os lucros. Com a citada emenda, passou-se não só a se ter a abrangência quanto à primeira base de incidência, folha de salários, apanhando-se de forma linear os rendimentos do trabalho pagos ou creditados a qualquer título, mesmo sem vínculo empregatício, observando-se o precedente desta Corte, como também a inserção, considerado o que surgiu como alínea "b" do inciso I do artigo 195, da base de incidência, que é a receita.

Como, então, dizer-se, a esta altura, que houve simples explicitação do que já previsto na Carta? É admitir-se a vinda à balha de emenda constitucional sem conteúdo normativo. É admitir-se que o legislador ordinário possa, até mesmo, modificar enfoque pacificado mediante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que haja atuado, à luz das balizas constitucionais, como guardião da Lei Fundamental. Descabe, também, partir para o que seria a repristinação, a constitucionalização de diploma que, ao nascer, mostrou-se em conflito com a Constituição Federal. Admita-se a inconstitucionalidade progressiva. No entanto, a constitucionalidade posterior contraria a ordem natural das coisas. A hierarquia das fontes legais, a rigidez da Carta, a revelá-la documento supremo, conduz à necessidade de as leis hierarquicamente inferiores observarem-na, sob pena de transmudá-la, com nefasta inversão de valores. Ou bem a lei surge no cenário jurídico em harmonia com a Constituição Federal, ou com ela conflita, e aí afigura-se írrita, não sendo possível o aproveitamento, considerado texto constitucional posterior e que, portanto, à época não existia. Está consagrado que o vício da constitucionalidade há de ser assinalado em face dos parâmetros maiores, dos parâmetros da Lei Fundamental existentes no momento em que aperfeiçoado o ato normativo. A constitucionalidade de certo diploma legal deve se fazer presente de acordo com a ordem jurídica em vigor, da jurisprudência, não cabendo reverter a ordem natural das coisas. Daí a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Nessa parte, provejo o recurso extraordinário e com isso acolho o pedido formulado na inicial, referente à base de cálculo da contribuição, ou seja, para que se entenda, como receita bruta ou faturamento, o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa."

Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

No particular, merece transcrição de trecho do voto proferido pelo e. Ministro Moreira Alves, na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 01/DF, *verbis*:
"(...)
Em síntese, como salientou o Ministro Carlos Velloso, na qualidade de relator do RE 138.284, quando esta Corte reiterou o entendimento já expedido por ocasião do julgamento do RE 146.733,

'O que importa perquirir não é o fato de a União arrecadar a contribuição, mas se o produto da arrecadação é destinado ao financiamento da seguridade social (CF, art. 195, I).'

E, em se tratando da contribuição social instituída pela Lei Complementar n. 70/91, ele o é, como dispõe seu artigo 1º.

De outra parte, sendo a COFINS contribuição social instituída com base no inciso I do artigo 195 da Constituição Federal, e tendo ela natureza tributária diversa da do imposto, as alegações de que ela fere o princípio constitucional da não-cumulatividade dos impostos da União e resulta em bitributação por incidir sobre a mesma base de cálculo do PIS/PASEP só teriam sentido se se tratasse de contribuição social nova, não enquadrável no inciso I do artigo 195, hipótese em que se aplicaria o disposto no § 4º desse mesmo artigo 195 ('A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I'), que determina a observância do inciso I do artigo 154 que estabelece que a União poderá instituir 'I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição'.

Sucede, porém, que a contribuição social em causa, incidente sobre o faturamento dos empregadores, é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 195 da Carta Magna, não se podendo pretender, portanto, que a Lei Complementar n.º 70/91 tenha criado outra fonte de renda destinada a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social.

Por isso mesmo, essa contribuição poderia ser instituída por Lei ordinária. A circunstância de ter sido instituída por lei formalmente complementar - a Lei Complementar n.º 70/91 - não lhe dá, evidentemente, a natureza de contribuição social nova, a que se aplicaria o disposto no § 4º do artigo 195 da Constituição, porquanto essa lei, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída - que são o objeto desta ação -, é materialmente ordinária, por não tratar, nesse particular, de matéria reservada, por texto expresso da Constituição, à lei complementar. A jurisprudência desta Corte, sob o império da Emenda Constitucional n.º 1/69 - e a Constituição atual não alterou esse sistema -, se firmou no sentido de que só se exige lei complementar para as matérias para cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária.
(...)"

Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, *verbis*:
"TRIBUTÁRIO. COFINS. ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º 9.718/98. ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RE 336134/RS, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003)

Confira-se ainda, à guisa de exemplo, recente decisão monocrática proferida pelo e. Ministro Celso de Mello, já consonante com o citado julgamento do Plenário:

"O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a controvérsia jurídica pertinente à ampliação da ***base de cálculo*** *do PIS/COFINS (RE 357.950/RS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO), declarou, "incidenter tantum", a* ***inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98,*** *por entender que a noção de* ***faturamento***

referida no art. 195, I, da Constituição da República, na redação anterior à EC 20/98, não legitimava a incidência de tais contribuições sobre a totalidade das ***receitas*** *auferidas pelas empresas contribuintes, advertindo, ainda, que a superveniente promulgação da EC 20/98 não teve o condão de validar legislação ordinária anterior, que se mostrava originariamente inconstitucional.*

Esta Suprema Corte, por sua vez, também em julgamento plenário (RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO), confirmou a ***validade jurídico-constitucional do art. 8º da Lei nº 9.718/98,*** *no que concerne à majoração da alíquota de 2% para 3% (****COFINS****), assinalando que esse aumento - considerada a cláusula constitucional da anterioridade mitigada (CF, art. 195, § 6º) - tornou-se exigível a partir de 1º/02/99, afastada, no entanto, para efeito de incidência da referida alíquota (3%), a* ***base de cálculo*** *ampliada resultante do já mencionado § 1º (inconstitucional) do art. 3º da Lei nº* ***9.718/98****.*

Cumpre acentuar, ainda, que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, reconheceu a plena ***constitucionalidade da compensação, de até um terço (1/3), da COFINS com a CSLL****, apenas assegurada ao contribuinte sujeito à incidência de ambas as espécies tributárias ora mencionadas, rejeitando, desse modo, a alegação de que o § 1º do art. 8º da Lei nº* ***9.718/98*** *teria importado em ofensa ao postulado da isonomia tributária, porque excluídos de tal benefício os contribuintes unicamente tributados pela* ***COFINS****:*

"TRIBUTÁRIO. ***COFINS.*** *ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º* ***9.718/98.*** *ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (****COFINS****), até um terço do 'quantum' devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela* ***COFINS,*** *a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RTJ 185/352, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - grifei)*

Cabe assinalar, finalmente, que a diretriz jurisprudencial que venho de referir, considerados os precedentes em questão, tem sido observada, no âmbito desta Suprema Corte, em reiteradas decisões proferidas na resolução de controvérsia idêntica à suscitada na presente causa (RE 301.868/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - RE 308.066/RS, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - RE 356.471/MG, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - RE 372.627/DF, Rel. Min. ELLEN GRACIE - RE 388.039/MG, Rel. Min. GILMAR MENDES - RE 413.257/RJ, Rel. Min. CEZAR PELUSO - RE 451.348/SP, Rel. Min. CARLOS BRITTO - RE 469.023/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

Sendo assim, em face das razões expostas, conheço do presente recurso extraordinário, para dar-lhe parcial provimento (CPC, art. 557, § 1º - A), em ordem a afastar, considerada a ***base de cálculo*** *do PIS/COFINS, a aplicação do § 1º do art. 3º da Lei nº* ***9.718/98,*** *observando-se, para esse efeito, o entendimento que o Plenário desta Suprema Corte proclamou no julgamento do RE 357.950/RS.*
(...)" (RE 453622/SP, publicado no DJ de 25.04.2006)

In casu, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.

Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.

De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98, que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal, restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, § 1º-A, do CPC, DOU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2118)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 902.534 - RS (2007/0147026-2)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: STROBEL PARTICIPAÇÕES S/A E OUTROS
ADVOGADO	: CLAUDIO MERTEN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por STROBEL PARTICIPAÇÕES S/A E OUTROS, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento de recurso especial fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que versou sobre expedição de precatório em nome da sociedade de advogados e incidência de imposto de renda sobre indébito restituído à empresa exeqüente.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO, Relator

(2119)

RECURSO ESPECIAL Nº 904.823 - SP (2006/0136120-2)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: ALDORO INDÚSTRIA DE PÓS E PIGMENTOS METÁLICOS LTDA
ADVOGADO	: MARCELO RIBEIRO DE ALMEIDA E OUTRO
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LÉGIA SCAFF VIANNA E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. LEI 9.718/98. PIS E COFINS. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. LEI COMPLEMENTAR 70/91 E LEI COMPLEMENTAR 7/70. NOVEL JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º, ARTIGO 3º, DA LEI 9.718/98.

1. A Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica, vale dizer, ***"totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas"***.

2. Fundando-se o acórdão recorrido em interpretação de matéria eminentemente constitucional (a equiparação dos conceitos de receita bruta e faturamento a que se refere o art. 3º da Lei nº 9.718/98 não se contrapõe à disciplina do artigo 195 da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional 20/98), descabe a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

3. Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos **Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG**, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e **n.º 346.084-6/PR**, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

4. Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

5. Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, segundo a qual: *"Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia."* (**RE 336134/RS**, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003).

6. *In casu*, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.
7. Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.
8. De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98 que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.
9. Recurso especial provido (CPC, artigo 557, § 1º-A).

Cuida-se de recurso especial interposto por ALDORO INDÚSTRIA DE PÓS E PIGMENTOS METÁLICOS LTDA, com fulcro na alínea "a" , do permissivo constitucional, no intuito de ver reformado o v. acórdão prolatado pelo Tribunal Regional da 3ª Região, que, deu provimento à apelação da Fazenda Nacional e à remessa oficial, nos termos da ementa a seguir transcrita:
"TRIBUTÁRIO. COFINS. LEI N.º 9.718/98. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. RECEITA OPERACIONAL BRUTA. DECISÃO DO ÓRGÃO ESPECIAL. ALTERAÇÃO DE ALÍQUOTA POR MEIO DE LEI ORDINÁRIA. POSSIBILIDADE.
I - Sem prejuízo do entendimento da relatora, à vista da decisão do Órgão Especial desta Corte, rejeitando a Argüição de Inconstitucionalidade da base de cálculo da COFINS, introduzida pela Lei n.º 9.718, de se acolher a constitucionalidade das novas regras, face ao efeito vinculante, previsto no Art. 176, do Regimento Interno deste Tribunal
II - Possibilidade de majoração da alíquota da COFINS, pelo artigo 8.º da Lei n.º 9718/98, porquanto, a Carta Magna, em seu artigo 146, III, 'a', dispensa lei complementar para fins de aumento de alíquota.
III - Apelação da União e remessa oficial providas. Apelação da impetrante improvida." (fl. 313)

Opostos embargos de declaração pela empresa, restaram os mesmos desprovidos, uma vez que não vislumbrados os vícios apontados.

A recorrente, nas razões do especial, sustenta que o acórdão hostilizado incorreu em ofensa **aos artigos 109 e 110, do CTN**, ao considerar legal e constitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS prevista na Lei 9.718/98. Ainda, apontou a violação ao art. 535, do CPC, acaso entender esta Corte pelo não atendimento do prequestionamento.

Contra o acórdão de apelação também foi interposto recurso extraordinário o qual foi admitido pela instância de origem.

Apresentadas contra-razões, nas quais se pugna pelo não conhecimento do recurso especial e, caso seja o mesmo conhecido, pelo seu desprovimento.

Realizado o juízo de admissibilidade negativo do apelo extremo foi interposto agravo de instrumento o qual foi provido para convertê-lo no presente recurso especial.

Relatados, decido.

Controvérsia que se cinge à legalidade da Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, que, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica.

Os artigos 2º e 3º, da referida lei, encontram-se assim redigidos:
"Art. 2º As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, ***serão calculadas com base no seu faturamento****, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"*

"Art. 3º ***O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.*** *(Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)*
§ 1º ***Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.***
§ 2º Para fins de determinação da base de cálculo das contribuições a que se refere o art. 2º, excluem-se da receita bruta:
I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;
II - as reversões de provisões operacionais e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita; (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
III - os valores que, computados como receita, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, observadas normas regulamentadoras expedidas pelo Poder Executivo; (Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)

IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente.
§ 3º Nas operações realizadas em mercados futuros, considera-se receita bruta o resultado positivo dos ajustes diários ocorridos no mês. (Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004)
§ 4º Nas operações de câmbio, realizadas por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, considera-se receita bruta a diferença positiva entre o preço de venda e o preço de compra da moeda estrangeira.
§ 5º Na hipótese das pessoas jurídicas referidas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, serão admitidas, para os efeitos da COFINS, as mesmas exclusões e deduções facultadas para fins de determinação da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP.
§ 6º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 7º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 8º (Vide Medidas Provisórias nºs 2158-35, de 2001
III - agrícolas, conforme ato do Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)
§ 9º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"

O STJ, em reiterados julgados, vem decidindo no sentido de que, quando o acórdão recorrido decide com base em interpretação eminentemente constitucional, a via especial não pode ser aberta, posto que estar-se-ia usurpando competência declinada pela Carta Maior ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e n.º 346.084-6/PR, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

Destaque-se, do julgamento, o seguinte excerto do voto proferido pelo e. Ministro Marco Aurélio, pertinente ao RE n.º 357950/RS:

"Procedo ao exame da problemática referente à Lei nº 9.718/98. Aqui há de se perceber o empréstimo de sentido todo próprio ao conceito de faturamento. Eis o teor da lei envolvida na espécie:
Art. 2º As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base no seu faturamento, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei.

Tivesse o legislador parado nessa disciplina, aludindo a faturamento sem dar-lhe, no campo da ficção jurídica, conotação discrepante da consagrada por doutrina e jurisprudência, tomar-se-ia o faturamento tal como veio a ser explicitado na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, ou seja, a envolver o conceito de receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviços. Respeitado estaria o Diploma Maior ao estabelecer, no inciso I do artigo 195, o cálculo da contribuição para o financiamento da seguridade social devida pelo empregador, considerado o faturamento. Em última análise, ter-se-ia a observância da ordem natural das coisas, do conceito do instituto que é o faturamento, caminhando-se para o atendimento da jurisprudência desta Corte.

Eis um panorama de precedentes do Tribunal, considerados conceitos relativos a tributos.

Ao julgar o Recurso Extraordinário nº 116.121-3/SP, o Plenário, sendo relator o ministro Octavio Gallotti, vencido no entendimento, teve oportunidade de proclamar que o imposto sobre serviços não incide sobre locação de bens porque locação de bens móveis não é simplesmente serviço. Fiquei com a redação do acórdão, conforme publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 178/1.265. Também na apreciação do Recurso Extraordinário nº 166.772-9/RS, o Plenário, em 12 de maio de 1994, reafirmou a necessidade de se atentar para o conceito consagrado dos institutos. Glosou a tentativa de se tomar, como abrangidos pela expressão "folha de salário", os pagamentos efetuados a administradores e autônomos - Revista Trimestral de Jurisprudência 156/666-692. E, ao examinar o Recurso Extraordinário nº 172.058-1/SC, o Plenário, em 30 de junho de 1995 e conforme acórdão publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 161/1.043-1.057, veio, mais uma vez, a dar eficácia aos figurinos constitucional e legal ao concluir que não se pode falar em imposto sobre renda sem que haja ocorrido acréscimo patrimonial representado pela aquisição de disponibilidade sobre a renda. No caso, teve-se presente não só a Lei Fundamental como também o artigo 110 do Código Tributário Nacional, consoante o qual a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e forma de direito privado, utilizados expressa ou implicitamente pela Constituição Federal. Então, após mencionar a jurisprudência da Corte sobre a valia dos institutos, dos vocábulos e expressões constantes dos textos constitucionais e legais e considerada a visão técnico-vernacular, volto à Lei nº 9.718/98, salientando, como retratado acima, constar do artigo 2º a referência a faturamento. No artigo 3º, deu-se enfoque todo próprio, definição singular ao instituto faturamento, olvidando-se a dualidade faturamento e receita bruta de qualquer natureza, pouco importando a origem, em si, não estar revelada pela venda de mercadorias, de mercadorias e serviços ou de serviços:
Art. 3º O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.

Não fosse o § 1º que se seguiu, ter-se-ia a observância da jurisprudência desta Corte, no que ficara explicitado, na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, a sinonímia dos vocábulos "faturamento" e "receita bruta". Todavia, o § 1º veio a definir esta última de forma toda própria:
§ 1º Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.

O passo mostrou-se demasiadamente largo, olvidando-se, por completo, não só a Lei Fundamental como também a interpretação desta já proclamada pelo Supremo Tribunal Federal. Fez-se incluir no conceito de receita bruta todo e qualquer aporte contabilizado pela empresa, pouco importando a origem, em si, e a classificação que deva ser levada em conta sob o ângulo contábil.

Em síntese, o legislador ordinário (logicamente não no sentido vulgar, mas técnico-legislativo) acabou por criar uma fonte de custeio da seguridade à margem do disposto no artigo 195, com a redação vigente à época, e sem ter presente a regra do § 4º nele contido, isto é, a necessidade de novas fontes destinadas a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social pautar-se pela regra do artigo 154, inciso I, da Constituição Federal, que é explícito quanto à exigência de lei complementar. Antecipou-se à própria Emenda Constitucional nº 20, no que, dando nova redação ao artigo 195 da Constituição Federal, versou a incidência da contribuição sobre a receita ou o faturamento. A disjuntiva "ou" bem revela que não se tem a confusão entre o gênero "receita" e a espécie "faturamento". Repita-se, antes da Emenda Constitucional nº 20/98, posterior à Lei ora em exame, a Lei nº 9.718/98, tinha-se apenas a previsão de incidência da contribuição sobre a folha de salários, o faturamento e os lucros. Com a citada emenda, passou-se não só a se ter a abrangência quanto à primeira base de incidência, folha de salários, apanhando-se de forma linear os rendimentos do trabalho pagos ou creditados a qualquer título, mesmo sem vínculo empregatício, observando-se o precedente desta Corte, como também a inserção, considerado o que surgiu como alínea "b" do inciso I do artigo 195, da base de incidência, que é a receita.

Como, então, dizer-se, a esta altura, que houve simples explicitação do que já previsto na Carta? É admitir-se a vinda à balha de emenda constitucional sem conteúdo normativo. É admitir-se que o legislador ordinário possa, até mesmo, modificar enfoque pacificado mediante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que haja atuado, à luz das balizas constitucionais, como guardião da Lei Fundamental. Descabe, também, partir para o que seria a repristinação, a constitucionalização de diploma que, ao nascer, mostrou-se em conflito com a Constituição Federal. Admita-se a inconstitucionalidade progressiva. No entanto, a constitucionalidade posterior contraria a ordem natural das coisas. A hierarquia das fontes legais, a rigidez da Carta, a revelá-la documento supremo, conduz à necessidade de as leis hierarquicamente inferiores observarem-na, sob pena de transmudá-la, com nefasta inversão de valores. Ou bem a lei surge no cenário jurídico em harmonia com a Constituição Federal, ou com ela conflita, e aí afigura-se írrita, não sendo possível o aproveitamento, considerado texto constitucional posterior e que, portanto, à época não existia. Está consagrado que o vício da constitucionalidade há de ser assinalado em face dos parâmetros maiores, dos parâmetros da Lei Fundamental existentes no momento em que aperfeiçoado o ato normativo. A constitucionalidade de certo diploma legal deve se fazer presente de acordo com a ordem jurídica em vigor, da jurisprudência, não cabendo reverter a ordem natural das coisas. Daí a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Nessa parte, provejo o recurso extraordinário e com isso acolho o pedido formulado na inicial, referente à base de cálculo da contribuição, ou seja, para que se entenda, como receita bruta ou faturamento, o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa."

Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

No particular, merece transcrição de trecho do voto proferido pelo e. Ministro Moreira Alves, na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 01/DF, *verbis*:
"(...)
Em síntese, como salientou o Ministro Carlos Velloso, na qualidade de relator do RE 138.284, quando esta Corte reiterou o entendimento já expedido por ocasião do julgamento do RE 146.733,

'O que importa perquirir não é o fato de a União arrecadar a contribuição, mas se o produto da arrecadação é destinado ao financiamento da seguridade social (CF, art. 195, I).'

E, em se tratando da contribuição social instituída pela Lei Complementar n. 70/91, ele o é, como dispõe seu artigo 1º.

De outra parte, sendo a COFINS contribuição social instituída com base no inciso I do artigo 195 da Constituição Federal, e tendo ela natureza tributária diversa da do imposto, as alegações de que ela fere o princípio constitucional da não-cumulatividade dos impostos da União e resulta em bitributação por incidir sobre a mesma base de cálculo do PIS/PASEP só teriam sentido se se tratasse de contribuição social nova, não enquadrável no inciso I do artigo 195, hipótese em que se aplicaria o disposto no § 4º desse mesmo artigo 195 ('A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I'), que determina a observância do inciso I do artigo 154 que estabelece que a União poderá instituir 'I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição'.

Sucede, porém, que a contribuição social em causa, incidente sobre o faturamento dos empregadores, é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 195 da Carta Magna, não se podendo pretender, portanto, que a Lei Complementar n.º 70/91 tenha criado outra fonte de renda destinada a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social.

Por isso mesmo, essa contribuição poderia ser instituída por Lei ordinária. A circunstância de ter sido instituída por lei formalmente complementar - a Lei Complementar n.º 70/91 - não lhe dá, evidentemente, a natureza de contribuição social nova, a que se aplicaria o disposto no § 4º do artigo 195 da Constituição, porquanto essa lei, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída - que são o objeto desta ação -, é materialmente ordinária, por não tratar, nesse particular, de matéria reservada, por texto expresso da Constituição, à lei complementar. A jurisprudência desta Corte, sob o império da Emenda Constitucional n.º 1/69 - e a Constituição atual não alterou esse sistema -, se firmou no sentido de que só se exige lei complementar para as matérias para cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária.
(...)"

Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, *verbis*:
"TRIBUTÁRIO. COFINS. ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º 9.718/98. ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RE 336134/RS, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003)

Confira-se ainda, à guisa de exemplo, recente decisão monocrática proferida pelo e. Ministro Celso de Mello, já consonante com o citado julgamento do Plenário:

*"O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a controvérsia jurídica pertinente à ampliação da **base de cálculo** do PIS/COFINS (RE 357.950/RS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO), declarou, "incidenter tantum", a **inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98,** por entender que a noção de **faturamento** referida no art. 195, I, da Constituição da República, na redação anterior à EC 20/98, não legitimava a incidência de tais contribuições sobre a totalidade das **receitas** auferidas pelas empresas contribuintes, advertindo, ainda, que a superveniente promulgação da EC 20/98 não teve o condão de validar legislação ordinária anterior, que se mostrava originariamente inconstitucional.*

*Esta Suprema Corte, por sua vez, também em julgamento plenário (RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO), confirmou a **validade jurídico-constitucional do art. 8º da Lei nº 9.718/98,** no que concerne à majoração da alíquota de 2% para 3% (**COFINS**), assinalando que esse aumento - considerada a cláusula constitucional da anterioridade mitigada (CF, art. 195, § 6º) - tornou-se exigível a partir de 1º/02/99, afastada, no entanto, para efeito de incidência da referida alíquota (3%), a **base de cálculo** ampliada resultante do já mencionado § 1º (inconstitucional) do art. 3º da Lei nº **9.718/98**.*

*Cumpre acentuar, ainda, que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, reconheceu a plena **constitucionalidade da compensação, de até um terço (1/3), da COFINS com a CSLL**, apenas assegurada ao contribuinte sujeito à incidência de ambas as espécies tributárias ora mencionadas, rejeitando, desse modo, a alegação de que o § 1º do art. 8º da Lei nº **9.718/98** teria importado em ofensa ao postulado da isonomia tributária, porque excluídos de tal benefício os contribuintes unicamente tributados pela **COFINS**:*

*"TRIBUTÁRIO. **COFINS.** ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º **9.718/98.** ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (**COFINS**), até um terço do 'quantum' devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela **COFINS,** a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RTJ 185/352, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - grifei)*

Cabe assinalar, finalmente, que a diretriz jurisprudencial que venho de referir, considerados os precedentes em questão, tem sido observada, no âmbito desta Suprema Corte, em reiteradas decisões proferidas na resolução de controvérsia idêntica à suscitada na presente causa (RE 301.868/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - RE 308.066/RS, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - RE 356.471/MG, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - RE 372.627/DF, Rel. Min. ELLEN GRACIE - RE 388.039/MG, Rel. Min. GILMAR MENDES - RE 413.257/RJ, Rel. Min. CEZAR PELUSO - RE 451.348/SP, Rel. Min. CARLOS BRITTO - RE 469.023/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

*Sendo assim, em face das razões expostas, conheço do presente recurso extraordinário, para dar-lhe parcial provimento (CPC, art. 557, § 1º - A), em ordem a afastar, considerada a **base de cálculo** do PIS/COFINS, a aplicação do § 1º do art. 3º da Lei nº **9.718/98,** observando-se, para esse efeito, o entendimento que o Plenário desta Suprema Corte proclamou no julgamento do RE 357.950/RS.*
(...)" (RE 453622/SP, publicado no DJ de 25.04.2006)

In casu, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.

Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.

De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98, que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal, restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, § 1º-A, do CPC, DOU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2120)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 906.061 - SP (2007/0119984-3)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: BANCO SANTANDER BANESPA S/A
ADVOGADO	: ISABELA BRAGA POMPÍLIO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BRAZUL TRANSPORTES DE VEÍCULOS S/A
ADVOGADO	: MATILDE MARIA DE SOUZA BARBOSA E OUTRO(S)

DESPACHO

Fl. 244 - Indefiro a pretensão. Sem amparo legal.
Certificar o decurso de prazo.
Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO JOSÉ DELGADO
Relator

(2121)

RECURSO ESPECIAL Nº 906.157 - SP (2006/0263246-6)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: O BORTOLETTÃO COMÉRCIO E CONFECÇÕES LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: IGOR TADEU BERRO KOSLOSKY E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ALDO CÉSAR MARTINS BRAIDO E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. LEI 9.718/98. PIS E COFINS. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. LEI COMPLEMENTAR 70/91 E LEI COMPLEMENTAR 7/70. NOVEL JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º, ARTIGO 3º, DA LEI 9.718/98.

1. A Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica, vale dizer, ***"totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas"***.

2. Fundando-se o acórdão recorrido em interpretação de matéria eminentemente constitucional (a equiparação dos conceitos de receita bruta e faturamento a que se refere o art. 3º da Lei nº 9.718/98 não se contrapõe à disciplina do artigo 195 da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional 20/98), descabe a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

3. Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos **Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG**, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e **n.º 346.084-6/PR**, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

4. Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

5. Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, segundo a qual: *"Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia."* (**RE 336134/RS**, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003).

6. *In casu*, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, bem como, no que se refere à ampliação de sua base de cálculo, ante o teor do artigo 110, do CTN entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.

7. Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.

8. De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98 que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

9. Recurso especial provido (CPC, artigo 557, § 1º-A).

Cuida-se de recurso especial interposto por O BORTOLETTÃO COMÉRCIO E CONFECÇÕES LTDA E OUTRO, com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, no intuito de ver reformado o v. acórdão prolatado pelo Tribunal Regional da 3ª Região, que, deu provimento à apelação da Fazenda Nacional e à remessa oficial, nos termos da ementa a seguir transcrita:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. COFINS. LEI 9.718/98. ALTERAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. MAJORAÇÃO DA ALÍQUOTA

1. Quando a intimação da sentença é realizada por oficial de justiça, o prazo para recorrer tem início na data da juntada do respectivo mandado aos autos. Inteligência do art. 241, II, do CPC.
2. O faturamento corresponde à totalidade das receitas advindas com as atividades principais ou acessórias que compõem a receita operacional bruta. Precedente do C. Supremo Tribunal Federal. O sentido e a extensão do conceito de faturamento preexistia à edição da EC 20/98.
3. A Lei n.º 9.718/98 buscou melhor adequar o conceito legal ao constitucional de faturamento, associando faturamento a receita.
4. A inclusão das receitas operacionais no conceito de faturamento, consoante o art. 3º da Lei n.º 9.718/98, guarda conformidade com a norma constitucional.
5. Passíveis de alteração por lei ordinária as normas veiculadas pela Lei Complementar n.º 70/91, sem que isto implique em ofensa ao princípio da hierarquia das leis, como já decidido pelo Colendo STF (Ação Direta de Constitucionalidade 1-1 DF)

Opostos embargos de declaração pela empresa, restaram os mesmos desprovidos, uma vez que não vislumbrados os vícios apontados.

A recorrente, nas razões do especial, sustenta que o acórdão hostilizado incorreu em ofensa **ao artigo 110, do CTN**, **e à Lei Complementar 7/70**, ao considerar legal e constitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS prevista na Lei 9.718/98.

Traz ainda para confronto arestos que esposam a tese da inconstitucionalidade e ilegalidade da alteração do conceito de faturamento promovida pela Lei 9.718/98, bem como da impossibilidade da recepção do aludido diploma legal pela EC 20/98.

Contra o acórdão de apelação também foi interposto recurso extraordinário o qual foi admitido pela instância de origem.

Apresentadas contra-razões, nas quais se pugna pelo não conhecimento do recurso especial e, caso seja o mesmo conhecido, pelo seu desprovimento.

Realizado o juízo de admissibilidade negativo do apelo extremo foi interposto agravo de instrumento o qual foi provido para determinar a subida do recuso especial para melhor exame.

Relatados, decido.

Controvérsia que se cinge à legalidade da Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, que, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica.

Os artigos 2º e 3º, da referida lei, encontram-se assim redigidos:
*"Art. 2° As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, **serão calculadas com base no seu faturamento**, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"*

*"Art. 3º **O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.** (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)*
*§ 1º **Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.***
§ 2º Para fins de determinação da base de cálculo das contribuições a que se refere o art. 2º, excluem-se da receita bruta:
I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;
II - as reversões de provisões operacionais e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita; (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
III - os valores que, computados como receita, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, observadas normas regulamentadoras expedidas pelo Poder Executivo; (Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)

IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente.
§ 3º Nas operações realizadas em mercados futuros, considera-se receita bruta o resultado positivo dos ajustes diários ocorridos no mês. (Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004)
§ 4º Nas operações de câmbio, realizadas por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, considera-se receita bruta a diferença positiva entre o preço de venda e o preço de compra da moeda estrangeira.
§ 5º Na hipótese das pessoas jurídicas referidas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, serão admitidas, para os efeitos da COFINS, as mesmas exclusões e deduções facultadas para fins de determinação da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP.
§ 6º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 7º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 8º (Vide Medidas Provisórias nºs 2158-35, de 2001

III - agrícolas, conforme ato do Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)
§ 9º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"

O STJ, em reiterados julgados, vem decidindo no sentido de que, quando o acórdão recorrido decide com base em interpretação eminentemente constitucional, a via especial não pode ser aberta, posto que estar-se-ia usurpando competência declinada pela Carta Maior ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e n.º 346.084-6/PR, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

Destaque-se, do julgamento, o seguinte excerto do voto proferido pelo e. Ministro Marco Aurélio, pertinente ao RE n.º 357950/RS:

"Procedo ao exame da problemática referente à Lei nº 9.718/98. Aqui há de se perceber o empréstimo de sentido todo próprio ao conceito de faturamento. Eis o teor da lei envolvida na espécie:
Art. 2º As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base no seu faturamento, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei.

Tivesse o legislador parado nessa disciplina, aludindo a faturamento sem dar-lhe, no campo da ficção jurídica, conotação discrepante da consagrada por doutrina e jurisprudência, tomar-se-ia o faturamento tal como veio a ser explicitado na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, ou seja, a envolver o conceito de receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviços. Respeitado estaria o Diploma Maior ao estabelecer, no inciso I do artigo 195, o cálculo da contribuição para o financiamento da seguridade social devida pelo empregador, considerado o faturamento. Em última análise, ter-se-ia a observância da ordem natural das coisas, do conceito do instituto que é o faturamento, caminhando-se para o atendimento da jurisprudência desta Corte.

Eis um panorama de precedentes do Tribunal, considerados conceitos relativos a tributos.

Ao julgar o Recurso Extraordinário nº 116.121-3/SP, o Plenário, sendo relator o ministro Octavio Gallotti, vencido no entendimento, teve oportunidade de proclamar que o imposto sobre serviços não incide sobre locação de bens porque locação de bens móveis não é simplesmente serviço. Fiquei com a redação do acórdão, conforme publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 178/1.265. Também na apreciação do Recurso Extraordinário nº 166.772-9/RS, o Plenário, em 12 de maio de 1994, reafirmou a necessidade de se atentar para o conceito consagrado dos institutos. Glosou a tentativa de se tomar, como abrangidos pela expressão "folha de salário", os pagamentos efetuados a administradores e autônomos - Revista Trimestral de Jurisprudência 156/666-692. E, ao examinar o Recurso Extraordinário nº 172.058-1/SC, o Plenário, em 30 de junho de 1995 e conforme acórdão publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 161/1.043-1.057, veio, mais uma vez, a dar eficácia aos figurinos constitucional e legal ao concluir que não se pode falar em imposto sobre renda sem que haja ocorrido acréscimo patrimonial representado pela aquisição de disponibilidade sobre a renda. No caso, teve-se presente não só a Lei Fundamental como também o artigo 110 do Código Tributário Nacional, consoante o qual a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e forma de direito privado, utilizados expressa ou implicitamente pela Constituição Federal. Então, após mencionar a jurisprudência da Corte sobre a valia dos institutos, dos vocábulos e expressões constantes dos textos constitucionais e legais e considerada a visão técnico-vernacular, volto à Lei nº 9.718/98, salientando, como retratado acima, constar do artigo 2º a referência a faturamento. No artigo 3º, deu-se enfoque todo próprio, definição singular ao instituto faturamento, olvidando-se a dualidade faturamento e receita bruta de qualquer natureza, pouco importando a origem, em si, não estar revelada pela venda de mercadorias, de mercadorias e serviços ou de serviços:
Art. 3º O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.

Não fosse o § 1º que se seguiu, ter-se-ia a observância da jurisprudência desta Corte, no que ficara explicitado, na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, a sinonímia dos vocábulos "faturamento" e "receita bruta". Todavia, o § 1º veio a definir esta última de forma toda própria:
§ 1º Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.

O passo mostrou-se demasiadamente largo, olvidando-se, por completo, não só a Lei Fundamental como também a interpretação desta já proclamada pelo Supremo Tribunal Federal. Fez-se incluir no conceito de receita bruta todo e qualquer aporte contabilizado pela empresa, pouco importando a origem, em si, e a classificação que deva ser levada em conta sob o ângulo contábil.

Em síntese, o legislador ordinário (logicamente não no sentido vulgar, mas técnico-legislativo) acabou por criar uma fonte de custeio da seguridade à margem do disposto no artigo 195, com a redação vigente à época, e sem ter presente a regra do § 4º nele contido, isto é, a necessidade de novas fontes destinadas a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social pautar-se pela regra do artigo 154, inciso I, da Constituição Federal, que é explícito quanto à exigência de lei complementar. Antecipou-se à própria Emenda Constitucional nº 20, no que, dando nova redação ao artigo 195 da Constituição Federal, versou a incidência da contribuição sobre a receita ou o faturamento. A disjuntiva "ou" bem revela que não se tem a confusão entre o gênero "receita" e a espécie "faturamento". Repita-se, antes da Emenda Constitucional nº 20/98, posterior à Lei ora em exame, a Lei nº 9.718/98, tinha-se apenas a previsão de incidência da contribuição sobre a folha de salários, o faturamento e os lucros. Com a citada emenda, passou-se não só a ser ter a abrangência quanto à primeira base de incidência, folha de salários, apanhando-se de forma linear os rendimentos do trabalho pagos ou creditados a qualquer título, mesmo sem vínculo empregatício, observando-se o precedente desta Corte, como também a inserção, considerado o que surgiu como alínea "b" do inciso I do artigo 195, da base de incidência, que é a receita.

Como, então, dizer-se, a esta altura, que houve simples explicitação do que já previsto na Carta? É admitir-se a vinda à balha de emenda constitucional sem conteúdo normativo. É admitir-se que o legislador ordinário possa, até mesmo, modificar enfoque pacificado mediante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que haja atuado, à luz das balizas constitucionais, como guardião da Lei Fundamental. Descabe, também, partir para o que seria a repristinação, a constitucionalização de diploma que, ao nascer, mostrou-se em conflito com a Constituição Federal. Admita-se a inconstitucionalidade progressiva. No entanto, a constitucionalidade posterior contraria a ordem natural das coisas. A hierarquia das fontes legais, a rigidez da Carta, a revelá-la documento supremo, conduz à necessidade de as leis hierarquicamente inferiores observarem-na, sob pena de transmudá-la, com nefasta inversão de valores. Ou bem a lei surge no cenário jurídico em harmonia com a Constituição Federal, ou com ela conflita, e aí afigura-se írrita, não sendo possível o aproveitamento, considerado texto constitucional posterior e que, portanto, à época não existia. Está consagrado que o vício da constitucionalidade há de ser assinalado em face dos parâmetros maiores, dos parâmetros da Lei Fundamental existentes no momento em que aperfeiçoado o ato normativo. A constitucionalidade de certo diploma legal deve se fazer presente de acordo com a ordem jurídica em vigor, da jurisprudência, não cabendo reverter a ordem natural das coisas. Daí a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Nessa parte, provejo o recurso extraordinário e com isso acolho o pedido formulado na inicial, referente à base de cálculo da contribuição, ou seja, para que se entenda, como receita bruta ou faturamento, o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa."

Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

No particular, merece transcrição de trecho do voto proferido pelo e. Ministro Moreira Alves, na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 01/DF, *verbis*:
"(...)
Em síntese, como salientou o Ministro Carlos Velloso, na qualidade de relator do RE 138.284, quando esta Corte reiterou o entendimento já expedido por ocasião do julgamento do RE 146.733,

'O que importa perquirir não é o fato de a União arrecadar a contribuição, mas se o produto da arrecadação é destinado ao financiamento da seguridade social (CF, art. 195, I).'

E, em se tratando da contribuição social instituída pela Lei Complementar n. 70/91, ele o é, como dispõe seu artigo 1º.

De outra parte, sendo a COFINS contribuição social instituída com base no inciso I do artigo 195 da Constituição Federal, e tendo ela natureza tributária diversa da do imposto, as alegações de que ela fere o princípio constitucional da não-cumulatividade dos impostos da União e resulta em bitributação por incidir sobre a mesma base de cálculo do PIS/PASEP só teriam sentido se se tratasse de contribuição social nova, não enquadrável no inciso I do artigo 195, hipótese em que se aplicaria o disposto no § 4º desse mesmo artigo 195 ('A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I'), que determina a observância do inciso I do artigo 154 que estabelece que a União poderá instituir 'I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição'.

Sucede, porém, que a contribuição social em causa, incidente sobre o faturamento dos empregadores, é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 195 da Carta Magna, não se podendo pretender, portanto, que a Lei Complementar n.º 70/91 tenha criado outra fonte de renda destinada a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social.

Por isso mesmo, essa contribuição poderia ser instituída por Lei ordinária. A circunstância de ter sido instituída por lei formalmente complementar - a Lei Complementar n.º 70/91 - não lhe dá, evidentemente, a natureza de contribuição social nova, a que se aplicaria o disposto no § 4º do artigo 195 da Constituição, porquanto essa lei, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída - que são o objeto desta ação -, é materialmente ordinária, por não tratar, nesse particular, de matéria reservada, por texto expresso da Constituição, à lei complementar. A jurisprudência desta Corte, sob o império da Emenda Constitucional n.º 1/69 - e a Constituição atual não alterou esse sistema -, se firmou no sentido de que só se exige lei complementar para as matérias para cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária.
(...)"

Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, *verbis*:
"TRIBUTÁRIO. COFINS. ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º 9.718/98. ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RE 336134/RS, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003)

Confira-se ainda, à guisa de exemplo, recente decisão monocrática proferida pelo e. Ministro Celso de Mello, já consonante com o citado julgamento do Plenário:

*"O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a controvérsia jurídica pertinente à ampliação da **base de cálculo** do PIS/COFINS (RE 357.950/RS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO), declarou, "incidenter tantum", a **inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98,** por entender que a noção de **faturamento** referida no art. 195, I, da Constituição da República, na redação anterior à EC 20/98, não legitimava a incidência de tais contribuições sobre a totalidade das **receitas** auferidas pelas empresas contribuintes, advertindo, ainda, que a superveniente promulgação da EC 20/98 não teve o condão de validar legislação ordinária anterior, que se mostrava originariamente inconstitucional.*

*Esta Suprema Corte, por sua vez, também em julgamento plenário (RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO), confirmou a **validade jurídico-constitucional do art. 8º da Lei nº 9.718/98,** no que concerne à majoração da alíquota de 2% para 3% (**COFINS**), assinalando que esse aumento - considerada a cláusula constitucional da anterioridade mitigada (CF, art. 195, § 6º) - tornou-se exigível a partir de 1º/02/99, afastada, no entanto, para efeito de incidência da referida alíquota (3%), a **base de cálculo** ampliada resultante do já mencionado § 1º (inconstitucional) do art. 3º da Lei nº **9.718/98**.*

*Cumpre acentuar, ainda, que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, reconheceu a plena **constitucionalidade da compensação, de até um terço (1/3), da COFINS com a CSLL**, apenas assegurada ao contribuinte sujeito à incidência de ambas as espécies tributárias ora mencionadas, rejeitando, desse modo, a alegação de que o § 1º do art. 8º da Lei nº **9.718/98** teria importado em ofensa ao postulado da isonomia tributária, porque excluídos de tal benefício os contribuintes unicamente tributados pela **COFINS**:*

*"TRIBUTÁRIO. **COFINS.** ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º **9.718/98.** ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (**COFINS**), até um terço do 'quantum' devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela **COFINS,** a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RTJ 185/352, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - grifei)*

Cabe assinalar, finalmente, que a diretriz jurisprudencial que venho de referir, considerados os precedentes em questão, tem sido ob servada, no âmbito desta Suprema Corte, em reiteradas decisões proferidas na resolução de controvérsia idêntica à suscitada na presente causa (RE 301.868/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - RE 308.066/RS, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - RE 356.471/MG, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - RE 372.627/DF, Rel. Min. ELLEN GRACIE - RE 388.039/MG, Rel. Min. GILMAR MENDES - RE 413.257/RJ, Rel. Min. CEZAR PELUSO - RE 451.348/SP, Rel. Min. CARLOS BRITTO - RE 469.023/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

Sendo assim, em face das razões expostas, conheço do presente recurso extraordinário, para dar-lhe parcial provimento (CPC, art. 557, § 1º - A), em ordem a afastar, considerada a ***base de cálculo*** *do PIS/COFINS, a aplicação do § 1º do art. 3º da Lei nº* ***9.718/98,*** *observando-se, para esse efeito, o entendimento que o Plenário desta Suprema Corte proclamou no julgamento do RE 357.950/RS. (...)"* (RE 453622/SP, publicado no DJ de 25.04.2006)

In casu, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, bem como, no que se refere à ampliação de sua base de cálculo, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.

Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.

De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98, que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal, restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, § 1º-A, do CPC, DOU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2122)

RECURSO ESPECIAL Nº 906.568 - PE (2006/0262329-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RAQUEL GONÇALVES MOTA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: COOPERATIVA DOS MÉDICOS ANESTESIOLOGISTAS DE PERNAMBUCO - COOPANEST/PE
ADVOGADO	: CARLOS ALBERTO AQUINO OLIVEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. PIS. COOPERATIVA DE CRÉDITO. ATOS COOPERATIVOS.

1. A base de cálculo da COFINS e do PIS restou analisada pelo Eg. STF que, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e n.º 346.084-6/PR, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, o que implicou na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.

2. No campo da exação tributária com relação às cooperativas, a aferição da incidência do tributo impõe distinguir os atos cooperativos através dos quais a entidade atinge os seus fins e os atos não cooperativos; estes extrapolantes das finalidades institucionais e geradores de tributação; diferentemente do que ocorre com os primeiros. Precedentes jurisprudenciais.

5. A cooperativa prestando serviços a seus associados, sem interesse negocial, ou fim lucrativo, goza de completa isenção, porquanto o fim da mesma não é obter lucro, mas, sim, servir aos associados.

6. Os atos cooperativos *stricto sensu* não estão sujeitos à incidência do PIS e da COFINS, porquanto o art. 79 da Lei 5.764/71 (Lei das Sociedades Cooperativas) dispõe que o ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria.

7. Não implicando o ato cooperativo em operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria, a revogação do inciso I, do art. 6°, da LC 70/91, em nada altera a não incidência da COFINS sobre os atos cooperativos. O parágrafo único, do art. 79, da Lei 5.764/71, não está revogado por ausência de qualquer antinomia legal.

8. A Lei 5.764/71, ao regular a Política Nacional do Cooperativismo, e instituir o regime jurídico das sociedades cooperativas, prescreve, em seu art. 79, que constituem 'atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais', ressalva, todavia, em seu art. 111, as operações descritas nos arts. 85, 86 e 88, do mesmo diploma, como aquelas atividades denominadas 'não cooperativas' que visam ao lucro. Dispõe a lei das cooperativas, ainda, que os resultados dessas operações com terceiros 'serão contabilizados em separado, de molde a permitir o cálculo para incidência de tributos (art. 87).

9. É princípio assente na jurisprudência que: "*Cuidando-se de discussão acerca dos atos cooperados, firmou-se orientação no sentido de que são isentos do pagamento de tributos, inclusive da Contribuição Social sobre o Lucro"*. (Min. Milton Luiz Pereira, Resp 152.546, DJU 03/09/2001, unânime)

10. A doutrina, por seu turno, é uníssona ao assentar que pelas suas características peculiares, principalmente seu papel de representante dos associados, os valores que ingressam, como os decorrentes da conversão do produto (bens ou serviços) do associado em dinheiro ou crédito nas de alienação em comum, ou os recursos dos associados a serem convertidos em bens e serviços nas de consumo (ou, neste último caso, a reconversão em moeda após o fornecimento feito ao associado), não devem ser havidos como receitas da cooperativa.

11. Incidindo o PIS e a COFINS sobre o faturamento/receita bruta, impõe-se aferir essa definição à luz do art. 110 do CTN, que veda a alteração dos conceitos do Direito Privado. Consectariamente, faturamento é o conjunto de faturas emitidas em um dado período ou, sob outro aspecto vernacular, é a soma dos contratos de venda realizados no período. Conseqüentemente, a cooperativa, posto não realizar contrato de venda, não se sujeita à incidência do PIS ou da COFINS.

12. Outrossim, a Primeira Seção, no julgamento do REsp 591298/MG, Relator para o acórdão o Ministro Castro Meira, sessão de 27 de outubro de 2004, firmou o entendimento de que os atos praticados pelas cooperativas de crédito não são passíveis de incidência tributária, uma vez que a captação de recursos e a realização de aplicações no mercado financeiro, com o intuito de oferecer assistência de crédito aos associados, constituem atos cooperativos.

13. Recurso especial da Fazenda Nacional a que se nega seguimento (CPC, artigo 557, *caput*).

Trata-se de recurso especial interposto pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro na alínea "a", do permissivo constitucional, no intuito de verem reformado acórdão proferido pelo Tribunal de Regional da 5ª Região, assim ementado:

"TRIBUTÁRIO. COFINS. COOPERATIVA DE MÉDICOS. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA. REVOGAÇÃO. NECESSIDADE DE LEI COMPLEMENTAR. ARTIGO 146, III, 'C' DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. TRIBUTAÇÃO EM RELAÇÃO APENAS AOS ATOS NÃO-COOPERADOS.
I . Conforme dispõe claramente o artigo 146, III, 'c', da Constituião Federal, o tratamento tributário do ato cooperativa deve ser levado a efeito através de lei complementar.
II. A Lei n.º 9.718/98, bem como as medidas provisórias que a regulamentaram, não podem revogar a isenção concedida às cooperativas pela Lei Complementar n.º 70/91, que neste aspecto mantém seu status formal, permitindo-se a incidência da cobrança apenas em relação aos atos da entidade que não se enquadrem no conceito veiculado pelo artigo 79, da Lei n.º 5.764/71.
III. A receita proveniente de convênios realizados pela cooperativa de médicos, com vistas a possibilitar o seu acesso aos clientes que compõem o quadro funcional das empresas convenentes, desde quando repartida entre os cooperados, não caracteriza ato negocial, razão pela qual não sofre incidência da COFINS. Precedente: RESP n.º 727.091/RJ, Rel. Min.ª Eliana Calmon, jlg. 13.09.2005, DJU 17.10.2005, pág,. 282.
IV . Apelação provida."

Opostos embargos de declaração pela Fazenda Nacional restaram os mesmos rejeitados ante a inocorrência dos vícios apontados.

A Fazenda Nacional, nas razões do especial, alega que o Tribunal violou o disposto no artigo 535, ante a negativa da devida prestação jurisdicional, a despeito da oposição de embargos de declaração. Aponta ainda como violados **os arts. 6º, I e II, da LC n.º 70/91, 56, da Lei n. º 9.430/96, 23, II, "a", da MP n.º 1.858/1999, 2º e 3º, da Lei n.º 9.718/98, 79, 85, 86, 87 e 111, da Lei n.º 5.764/1971.** Pugna pela legitimidade da exigência da contribuição para o PIS sobre a receita das sociedades cooperativas. Expende, em seu arrazoado, argumentos pela constitucionalidade da revogação do benefício fiscal às cooperativas engendrada pela MP 1858-6/99, face a natureza material ordinária que atribui a Lei Complementar 70/91. Aduziu, ainda, que a Corte de origem deveria ter feito a diferenciação quanto aos atos não-cooperados, sobre os quais incide a COFINS, e os atos cooperativos que são objeto da norma isencional.

Apresentadas contra-razões por ambas as recorrentes, nas quais se pugna pelo desprovimento dos especiais manejados pelas partes *ex adversas*.

Brevemente relatados, decido.

Preliminarmente, as questões de fundo suscitadas pela recorrente revelam-se cognoscíveis, uma vez que devidamente prequestionadas.

Deveras, a presente controvérsia demanda a análise preliminar da constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, que, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica.

Os artigos 2º e 3º, da referida lei, encontram-se assim redigidos:

"Art. 2° As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, ***serão calculadas -com base no seu faturamento****, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"*

"Art. 3º ***O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.*** *(Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)*
§ 1º ***Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.***
§ 2º Para fins de determinação da base de cálculo das contribuições a que se refere o art. 2º, excluem-se da receita bruta:
I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;
II - as reversões de provisões operacionais e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita; (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
III - os valores que, computados como receita, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, observadas normas regulamentadoras expedidas pelo Poder Executivo; (Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)
IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente.
§ 3º Nas operações realizadas em mercados futuros, considera-se receita bruta o resultado positivo dos ajustes diários ocorridos no mês. (Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004)
§ 4º Nas operações de câmbio, realizadas por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, considera-se receita bruta a diferença positiva entre o preço de venda e o preço de compra da moeda estrangeira.
§ 5º Na hipótese das pessoas jurídicas referidas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, serão admitidas, para os efeitos da COFINS, as mesmas exclusões e deduções facultadas para fins de determinação da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP.
§ 6º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 7º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 8º (Vide Medidas Provisórias nºs 2158-35, de 2001
III - agrícolas, conforme ato do Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)
§ 9º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"

A base de cálculo da COFINS e do PIS restou analisada pelo Eg. STF que, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e n.º 346.084-6/PR, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, o que implicou na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.

O cerne da presente controvérsia reside na incidência ou não do PIS sobre a receita bruta, das cooperativas de crédito, advinda da prática de atos cooperativos.

Com efeito, à luz da definição trazida pelo regime jurídico das entidades cooperativas (artigo 79, da Lei 5.764/71), os atos cooperativos são **os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais**. O parágrafo único, do aludido dispositivo legal, ressalta que **o ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria.**

Deveras, o artigo 15, da Medida Provisória 2.158-35/2001, ao determinar o recolhimento para a COFINS e PIS em relação às cooperativas, autorizou a exclusão, da base de cálculo, dos **atos cooperativos próprios**, assim considerados: **(i)** os valores repassados aos associados, decorrentes da comercialização de produto por ele entregues à cooperativa; **(ii)** as receitas de venda de bens e mercadorias a associados; **(iii)** as receitas decorrentes da prestação, aos associados, de serviços especializados aplicáveis na atividade rural, relativos a assistência técnica, extensão rural, formação profissional e assemelhadas; **(iv)** as receitas decorrentes do beneficiamento, armazenamento e industrialização de produção do associado; e **(v)** as receitas financeiras decorrentes de repasse de empréstimos rurais contraídos junto a instituições financeiras, até o limite dos encargos a estas devidos.

Nesse segmento, não há falar em tributação de atos cooperativos propriamente ditos. Aliás, esse é o entendimento sufragado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça no trato das questões inerentes às cooperativas, notadamente quanto à incidência tributária sobre os atos-fim da entidade.

Em sede pátria, a doutrina especializada não discrepa da jurisprudência e é unânime ao afirmar a necessidade de um tratamento diferenciado às sociedades cooperativas. Neste sentido, destaca o ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal e ex-Procurador Geral da República, A. Gonçalves de Oliveira, no artigo intitulado "A Cobrança do ICM das Cooperativas de Consumo e a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal", *in* Cadernos de Direito Tributário, Revista de Direito Público n° 23, págs. 228/229:

"A tributação aqui prevista, com efeito, não poderia atingir as cooperativas nos seus fornecimentos de bens e serviços aos próprios associados, pelo conceito mesmo de cooperativa, tal como definida na lei cooperativista. Assim é que se poderiam interpretar as normas do Código Tributário, Decreto-lei n° 406, Ato Complementar n° 27, ao referir-se a tributação de cooperativas, na conjunção dessas normas com a lei cooperativista e a natureza de suas operações com seus associados."

Outro não é o entendimento do ilustre Professor Carlos Ervino Gulyas, Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas e as Sociedades Cooperativas, *in* Revista de Direito Tributário n° 17, pág. 25:

"A receita originada pela venda desses bens ou serviços de associados, por sua vez, não pode constituir receita da cooperativa porque esta nada adquiriu daqueles, a quem, aliás, devem ser transferidas as vantagens da venda, mesmo que com prévia dedução dos encargos correspondentes aos gastos da prestação do serviço."

Adiante, e utilizando a doutrina de Luciano Pereira, citado por Fábio Luz Filho, o Professor Carlos Ervino, ob. cit. pág. 26, assim assentou:

"A operação é feita, na realidade, por estes, representados pela cooperativa, como simples mandatária. Assim, quando ela coloca, no mercado consumidor uma partilha de produtos, quem o faz é o próprio produtor e não ela cooperativa, que não age por conta própria, mas pelo do associado, mediante um pequeno desconto no preço da venda, que não pode ser considerado comissão mercantil porque não é lucro, pois que se destina ao custeio dos serviços da cooperativa, distribuindo-se os excessos pelos associados, na proporção das respectivas entregas de produtos. "

Finalizando sua intervenção, o Professor Gulyas conclui quanto à impossibilidade de se classificar as operações realizadas pelas cooperativas como produtoras de receitas (base de cálculo da COFINS e do PIS):

"Pelas suas características peculiares, principalmente seu papel de representante dos associados, os valores que ingressam, como os decorrentes da conversão do produto (bens ou serviços) do associado em dinheiro ou crédito nas de alienação em comum, ou os recursos dos associados a serem convertidos em bens e serviços nas de consumo (ou, neste último caso, a reconversão em moeda após o fornecimento feito ao associado), não devem ser havidos como receitas da cooperativa." **(GULYAS, Carlos Ervino. ob. cit. pág. 30)**

No mesmo sentido é a orientação do Professor Waldirio Bulgarelli que analisando os atos efetivados pelas sociedades cooperativas, não identifica os atos cooperativos como hipótese de incidência tributária descrita na legislação pátria:

"Por suas características e objetivos definidos minuciosamente pelo Direito Privado, não se ajustam às hipóteses da legislação tributária, caracterizando-se a não-incidência sobre suas operações com seus associados ." (Regime Tributário das Cooperativas - À luz da nova Lei Cooperativista n° 5.764, 16 de dezembro de 1971 - São Paulo, Editora Saraiva, 1974, pág. 40)

Forçoso, ainda, destacar a doutrina de Flávio Augusto Dumont Prado, Da Inconstitucional Exigência do PIS e da COFINS das Cooperativas de Crédito, Revista Dialética de Direito Tributário n° 58, pág. 39:

"Todavia, independentemente de se considerar como faturamento ou receita bruta a base de cálculo dessas contribuições, há que se destacar que as cooperativas, em virtude das características que lhe são peculiares, não possuem receita bruta, e tampouco faturamento, no sentido técnico que a palavra apresenta e no sentido técnico utilizado pelo constituinte para permitir a incidência de tributos, tais como os ora analisados.

Sabe-se, e quanto a isto não se tem dúvidas, que as sociedades cooperativas não tem objetivo de lucro, uma vez que são criadas única e exclusivamente para prestarem serviços aos seus associados.

Considerando que as cooperativas não visam lucro, e partindo-se do pressuposto que praticam exclusivamente atos cooperados, há que se reconhecer que o objetivo delas não é mercantil, mas sim, social, pois visam, tão somente, no caso das cooperativas de crédito, ajudar seus associados a investir e a captar recursos com uma taxa mais vantajosa. (.) Esta conclusão resta ainda mais evidente quando se analisa o art. 79 da Lei n° 5. 764/71, que define atos cooperados, haja vista que reconhece, expressamente, que ato cooperativo não implica operação de mercado, in verbis: (..)

Ora, considerando que não há negócio mercantil, como podem os resultados auferidos com a prática de atos cooperados serem considerados com base de cálculo do P1S e da COFINS, sendo que, para o direito tributário e para o direito comercial privado, para que se tenha receita bruta, é mister a existência de atos de comércio?"

De extrema felicidade o raciocínio jurídico do ilustre Professor Renato Lopes Becho, *in* Tributação das Cooperativas, Ed. Dialética, 1999, *verbis*:

"Essa base de cálculo é o ponto central para nosso estudo, como afirmado. Vale repetir que a Cofins incidirá sobre a receita bruta das vendas, de mercadorias e serviços e de serviço.

Diante desse dado, o técnico precisará, antes de qualquer providência a respeito desse tributo, averiguar se os tipos de atos cooperativos e atos não cooperativos praticados por sua cooperativa estão sujeitos à hipótese de incidência da Cofins. Essa análise provavelmente variará de acordo com o tipo de cooperativa (de consumo, de produção, de crédito, de trabalho, habitacional, etc.)

Por exemplo: tendo a Cofins por hipótese de incidência tributária o faturamento/receita bruta, temos que buscar a definição do que isso seja (lembremos que o art. 110 do CTN proíbe a manipulação de conceitos do Direito Privado). Bem, faturamento é o conjunto de faturas emitidas em um dado período, ou sob, outro giro verbal, é a soma dos contratos de venda realizados no período. Acertadamente, o artigo 2º citado, confirma, como não poderia ser diferente, essa afirmativa. Se a cooperativa não realiza contratos de venda, não haverá incidência da Cofins".

No que se refere ao "adequado tratamento tributário", importantes são as palavras do Professor Celso Ribeiro Bastos, em Comentários à Constituição do Brasil, pág. 122:

"Por adequado tratamento deve-se entender a outorga de isenções tributárias para os casos em que a cooperativa atua dentro de seus objetivos, levando-se em conta que é propósito constitucional o apoio ao cooperativismo. Tomando-se em consideração que na atividade especulativa (sic) não há o espírito de lucratividade, conjugado com o mandamento que ordena conferir um tratamento adequado, tributariamente falando, ao ato cooperativo, tudo isso parece conduzir à inevitável conclusão de que a outorga de isenções em beneficio destas entidades é a forma que melhor preenche o desiderato constitucional"

Voltando à análise da natureza do ato desenvolvido pelas sociedades cooperativas, no sentido de se demonstrar a inexistência do caráter mercantil nos mencionados atos, assim leciona o Professor Roque Carrazza (Curso de Direito Constitucional Tributário, pág. 388):

"No ato cooperativo inexistem negócio mercantil e mutação de titularidade da coisa. É que a cooperativa atua em nome, por conta e em beneficio do cooperado. (.)

Finalmente, com lei complementar ou sem ela, parece-nos evidente que as pessoas políticas devem dispensar "adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas". Entretanto, é a própria Constituição, sistematicamente interpretada e aplicada, que determina em que consiste tal tratamento tributário adequado. Esta lei complementar não poderá, V.g., considerar o 'ato cooperativo praticado pelas cooperativas', como sendo uma operação mercantil, de modo a permitir que sobre ela incida o ICMS. O legislador complementar não está mais autorizado do que o legislador ordinário das várias pessoas políticas tributantes a captar, também neste passo, o desígnio constitucional."

Neste sentido também é o entendimento do Professor Renato Lopes Becho, *in* O Lucro em Aplicações Financeiras das Cooperativas e a Recente Jurisprudência do STJ, Revista Dialética de Direito Tributário n° 41, pág. 85:

"Como vimos pelo parágrafo único do artigo citado, o legislador reconheceu e exteriorizou que os atos cooperativos não são operações mercantis, não estando, portanto, sujeitos ao ICMS. A norma do art. 79 e seu parágrafo único não é isentiva, mas declaratória da não incidência, não fazendo diferença nenhuma, em interpretação sistemática, que ela exista ou não.

Pois bem. Ser ou não operação de mercado é relevante para fins de ICMS, que tributa as operações mercantis. Essas operações não compõem, por si, a hipótese de incidência do IR. Por isso, dissemos que a norma do art. 79, e seu parágrafo único, direcionam-se ao ICMS. Tanto ela é aplicável ao IR, que o Regulamento do Imposto sobre a renda não a reproduziu. Para configuração da renda das cooperativas, importante e aplicável são os art. 85, 86, 88 e 111 da Lei n° 5.764/71.
(.)
As aplicações financeiras das cooperativas visam a proteção do patrimônio líquido dos cooperados, não visando lucro e não estando sujeitas ao Imposto sobre a renda, quer pelo princípio da estrita legalidade, quer pelo princípio da capacidade contributiva."

Mais especificamente, em relação à natureza do ato cooperativo, cabe transcrever a doutrina de Reginaldo Ferreira Lima, *in* Direito Cooperativo Tributário, Ed. Max Limonaq, pág. 56:

"O conceito de ato não cooperativo é de definição restrita, atingindo apenas a eventual atuação da sociedades junto a pessoas que tinham condições virtuais de integrar o rol de sócios, mas que não são sócios, por razão de interesse particular.

Pois bem, desde que orientada pelo interesse global dos sócios, venha a sociedade prestar serviços às pessoas que se enquadram no figurino acima, reafirmando que estes serviços constarão da agregação da atividade do não cooperado nos mesmos moldes dos associados, estará, então - e só nos fatos que se comportem nessa hipótese - praticando o ato não cooperativo, cujos resultados econômicos poderão gerar tributos desde que positivos."

Este também o entendimento do ilustre Professor Kyoishi Harada:

"Dentro da pureza do sistema cooperativista, a cooperativa de médicos não está sujeita ao 188, quer porque suas atividades não constituem serviços tributáveis, quer porque o seu estabelecimento não configura empresa a que alude o art. 8° do Dec.-lei n° 406/68, ao menos enquanto a lei complementar referida no art. 146, IlL 'c' da CF não modificar a situação jurídica vigente." (ISS e as Cooperativas de Serviços Médicos, Cadernos de Direito Tributário e Finanças Públicas. n° 4. P.59-60)

Mais uma vez, importante é a transcrição dos ensinamentos do Professor Carlos Ervino Gulyas:

"A ausência de lucro, no caso, implica insuficiência do suporte fático e, portanto, acarreta a não incidência da regra tributária, o que, aliás, ocorre sempre que qualquer pessoa jurídica não tenha apurado lucro fiscal. Resta concluir, assim que o regime tributário das cooperativas decorre naturalmente do próprio reconhecimento desse tipo societário pela ordem jurídica, o que importa dizer: não se sujeita ao tributo o resultado que provier de atos típicos, pois estes não geram lucros; ao contrário, sujeitam-se ao imposto os resultados que decorram de atividade não ligada ao objetivo principal, como as descritas nos arts. 85, 86 e 88 da Lei n° 5.764/71, bem como outros que contenham o elemento lucro. Os resultados tributáveis deverão ser apurados com apoio em escrituração contábil que apresente destaque das receitas e correspondentes custos, despesas e encargos. Desta forma, consegue-se obedecer ao princípio constitucional da isonomia no tratamento fiscal, das pessoas jurídicas, mediante imposição, a cada uma, de ônus na exata medida em que revelam sua capacidade de contribuir." (Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas e as Sociedades Cooperativas. Revista de Direito Tributário. Ano VII, Julho/Dezembro de 1983, RT, p. 263)

Ricardo Mariz de Oliveira, ilustre tributarista, sob essa ótica expõe:

"A cooperativa, que apenas presta serviços aos cooperados sem intuito de lucro para si e , portanto, não ficando com lucro gerado pelos cooperados por seu intermédio, não está no campo de incidência do imposto de renda, cujo substrato fático é a existência de acréscimo patrimonial - aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica de renda ou provento, segundo o art. 43 do CTN - sendo o contribuinte aquele que for titular dessa disponibilidade, segundo o art. 44; a cooperativa não tem acréscimo patrimonial e não tem a titularidade da disponibilidade de renda ou proventos.

O contribuinte é o cooperado, quando as sobras lhe são distribuídas, porque é ele que tem o acréscimo patrimonial, sendo ele titular da disponibilidade de renda ou provento gerada através da cooperativa: por isso a Lei n° 5.764/71 alude a 'retorno de sobras líquidas' na proporção da contribuição do cooperado para o resultado produzido em proveito comum da cooperativa." (O Certo e o Errado a Respeito da Tributação de suas Aplicações Financeiras. Revista Dialética de Direito Tributário, n° 12, p. 65, 1998.)

Vale relembrar doutrina de Reginaldo Pereira Lima, *in* Manual do Imposto sobre Serviços, Ed. Atlas, 2000:

"Como o fim da cooperativa é prestar serviços aos sócios, a disposição em questão mostra que a sociedade, como pessoa jurídica autônoma, não tem despesas e, por conseguinte, não dispõe de receita, visto que mesmo efetuando o pagamento do custo de sua estrutura administrativa, paga em nome dos cooperativados, portanto, com os recursos destes, e não a pessoa jurídica."

Analisando situação semelhante ao dos presentes autos, não-incidência da COFINS sobre atos cooperativos, assim se manifestou o Professor José Antônio Minatel:

"É possível colocar as sociedades cooperativas como contribuintes da COFINS, tendo como parâmetro, para a apuração da base de cálculo, os gastos realizados pela cooperativa com os chamados atos auxiliares?

Resposta: Não, uma vez que as sociedades cooperativas não auferem receitas quando praticam o verdadeiro ato cooperativo." (Não Incidência da COFINS na Prática do Ato Cooperativo. Revista Dialética de Direito Tributário n° 64, p. 144)

Firmados ainda na doutrina do ilustre Professor, cumpre transcrever:

"Assim, no tocante às demais cooperativas (excluídas as de consumo),permanecem em vigor:

a) a regra do art. 111 da Lei n° 5.764/71, que considera tributável pelo imposto de renda só os resultados obtidos na operações que refogem ao objeto principal do cooperativismo, porque só nessas haveria de se admitir a intenção lucrativa;

b) a regra do art. 6° da LC n° 70/91, que concede isenção da COFINS "às sociedades cooperativas que observarem o disposto na legislação específica, quanto aos atos cooperativos próprios de suas finalidades;

c) a regra prevista no § 1° do art. 2° da Medida-Provisória n° 1.623-31, publicada no DOU de 13.04.98, que continua exigindo a contribuição relativa ao PIS incidente sobre o faturamento, unicamente sobre "as receitas decorrentes de operações praticadas com não associados. " (Tributação das Sociedades Cooperativas a partir de 01.01.98. Revista Dialética de Direito Tributário n° 36, p. 67)

Outro também, não é o entendimento mantido pelo Professor Paulo César Andrade Siqueira, litteris:

"Visto o ato cooperativo adequadamente, é impossível, com as limitações constitucionais ao poder de tributar atualmente existentes, que se consigne, ao menos validam ente, tributá-lo. (...) Dessa forma, a COFINS e o PIS não poderão ser exigidos. (...) O faturamento ou a receita bruta da cooperativa, na verdade, não existem.." (Adequação Tributária dos Atos Cooperativos de Cooperativas de Trabalho. Revista Dialética de Direito Tributário. N° 60. P. 97)

No campo da exação tributária com relação às cooperativas, a aferição da incidência do tributo impõe distinguir os atos cooperativos através dos quais a entidade atinge os seus fins e os atos não cooperativos; estes extrapolantes das finalidades institucionais e geradores de tributação; diferentemente do que ocorre com os primeiros.

A cooperativa prestando serviços a seus associados, sem interesse negocial, ou fim lucrativo, goza de completa isenção, porquanto o fim da mesma não é obter lucro, mas, sim, servir aos associados.

Os atos cooperativos *stricto sensu* não estão sujeitos à incidência do PIS e da COFINS, porquanto o art. 79 da Lei 5.764/71 (Lei das Sociedades Cooperativas) dispõe que o ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria.

Não implicando o ato cooperativo em operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria, a revogação do inciso I, do art. 6°, da LC 70/91, em nada altera a não incidência da COFINS sobre os atos cooperativos. O parágrafo único, do art. 79, da Lei 5.764/71, não está revogado por ausência de qualquer antinomia legal.

A Lei 5.764/71, ao regular a Política Nacional do Cooperativismo, e instituir o regime jurídico das sociedades cooperativas, prescreve, em seu art. 79, que constituem 'atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais', ressalva, todavia, em seu art. 111, as operações descritas nos arts. 85, 86 e 88, do mesmo diploma, como aquelas atividades denominadas 'não cooperativas' que visam ao lucro. Dispõe a lei das cooperativas, ainda, que os resultados dessas operações com terceiros 'serão contabilizados em separado, de molde a permitir o cálculo para incidência de tributos (art. 87).

É princípio assente na jurisprudência que: "*Cuidando-se de discussão acerca dos atos cooperados, firmou-se orientação no sentido de que são isentos do pagamento de tributos, inclusive da Contribuição Social sobre o Lucro"*. (Min. Milton Luiz Pereira, Resp 152.546, DJU 03/09/2001, unânime).

A doutrina, por seu turno, é uníssona ao assentar que pelas suas características peculiares, principalmente seu papel de representante dos associados, os valores que ingressam, como os decorrentes da conversão do produto (bens ou serviços) do associado em dinheiro ou crédito nas de alienação em comum, ou os recursos dos associados a serem convertidos em bens e serviços nas de consumo (ou, neste último caso, a reconversão em moeda após o fornecimento feito ao associado), não devem ser havidos como receitas da cooperativa.

Incidindo o PIS e a COFINS sobre o faturamento/receita bruta, impõe-se aferir essa definição à luz do art. 110 do CTN, que veda a alteração dos conceitos do Direito Privado. Consectariamente, faturamento é o conjunto de faturas emitidas em um dado período ou, sob outro aspecto vernacular, é a soma dos contratos de venda realizados no período. Conseqüentemente, a cooperativa, posto não realizar contrato de venda, não se sujeita à incidência do PIS ou da COFINS.

Ademais, sobreleva destacar que qualquer discussão acerca da possibilidade ou não de revogação da lei complementar por lei ordinária, em razão do princípio da hierarquia das leis, ostenta nítida índole constitucional, reservada à análise da Corte Excelsa.

Recente precedente oriundo da Primeira Turma deste Sodalício corrobora o entendimento ora adotado:

"COOPERATIVA DE CRÉDITO. PIS E COFINS. ISENÇÃO SOBRE O ATO COOPERATIVO. LEI 9.718/98. CONCEITO DE RECEITA BRUTA. AMPLIAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 97 DA CF. INVIABILIDADE.
I - Buscando o financiamento da seguridade social, a Constituição previu a criação de contribuição social a cargo da empresa ou entidade a ela equiparada, sobre a receita ou o faturamento (art. 195, I, "b", da CF). A Lei Complementar nº 70/91, em face do mandamento constitucional, instituiu a COFINS a incidir sobre o faturamento mensal, assim considerado a receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviços de qualquer natureza.
II - A Lei nº 9.718/98, no artigo 3º, parágrafo 1º, definiu que o faturamento corresponde à receita bruta da pessoa jurídica e que o conceito de receita bruta é a totalidade das receitas auferidas, sendo irrelevante o tipo de atividade e classificação contábil adotada para as receitas.
III - O Supremo Tribunal Federal, em sessão de 09.11.2005, ao julgar os REs nºs 346.084/PR, 357.950/RS, 358.273/RS e 390.840/MG, considerou inconstitucional o § 1º do art. 3º da Lei 9.718/98, ao tempo em que reconheceu a constitucionalidade do artigo 8º, caput, do mesmo diploma legal. Com tal decisão restou definido que o conceito de receita bruta não poderia ter sido ampliado pelo § 1º do art. 3º da Lei 9.718/98, devendo permanecer o conceito definido pela legislação anterior (Art. 2º da LC nº 70/91), que considera como faturamento a receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviço de qualquer natureza.
IV - Verificado, por definição legal (art. 79 da Lei nº 5.764/71), que o ato cooperativo não implica em operação de mercado nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria, consigna-se que não há incidência do PIS e da COFINS sobre tais atos.
*V - **Na hipótese de cooperativas de crédito, já está assentado que toda a movimentação financeira das cooperativas de crédito, incluindo a captação de recursos, a realização de empréstimos aos cooperados bem como a efetivação de aplicações financeiras no mercado, constitui ato cooperativo, não havendo incidência do PIS e da COFINS.***
VI - É desnecessária a apreciação acerca da constitucionalidade da norma legal discutida uma vez que o STF já realizou o mencionado controle, declarando a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º do referido diploma legal. Precedentes: AgRg no REsp nº 761.326/DF, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ de 21.09.2006 e AgRg no Ag nº 757.899/SP, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 03.08.2006.
VII - Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 752036/RS, Relator Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, publicado no DJ de 01.02.2007)

Ex positis, cumprindo a função uniformizadora do STJ, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DA FAZENDA NACIONAL, com fulcro no artigo 557, *caput* , do CPC.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2123)

RECURSO ESPECIAL Nº 906.995 - SP (2006/0263280-9)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: LABORATORIO QUIMICO FARMACEUTICO BERGAMO LTDA
ADVOGADO	: JOSÉ REINALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SOLENI SÔNIA TOZZE E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. LEI 9.718/98. PIS E COFINS. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. LEI COMPLEMENTAR 70/91 E LEI COMPLEMENTAR 7/70. NOVEL JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º, ARTIGO 3º, DA LEI 9.718/98.

1. A Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica, vale dizer, *"**totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas**"*.
2. Fundando-se o acórdão recorrido em interpretação de matéria eminentemente constitucional (a equiparação dos conceitos de receita bruta e faturamento a que se refere o art. 3º da Lei nº 9.718/98 não se contrapõe à disciplina do artigo 195 da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional 20/98), descabe a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.
3. Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos **Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG**, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e **n.º 346.084-6/PR**, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.
4. Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.
5. Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, segundo a qual: *"Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia."* (**RE 336134/RS**, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003).
6. *In casu*, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.
7. Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.
8. De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98 que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.
9. Recurso especial provido (CPC, artigo 557, § 1º-A).

Cuida-se de recurso especial interposto por LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO BERGAMO LTDA, com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, no intuito de ver reformado o v. acórdão prolatado pelo Tribunal Regional da 3ª Região, que, deu provimento à apelação da Fazenda Nacional e à remessa oficial, nos termos da ementa a seguir transcrita:
CONTITUCIONAL - TRIBUTÁRIO - PIS E COFINS - LEI N.º 9.718, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998 - ALTERAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E MAJORAÇÃO DA ALÍQUOTA - CONSTITUCIONALIDADE
1. O incidente de argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.718/98 foi rejeitado pelo Órgão Especial desta Corte, de modo que
embora tenha me manifestado no sentido de que seria constitucional a majoração da alíquota do COFINS somente, há de ser respeitada a decisão do Eminente Órgão, não podendo, pois, os órgãos fracionários decidirem de maneira diversa, em respeito ao art. 97 da Carta Magna.
2. Nesse passo, não se vislumbra inconstitucionalidade na alteração da base de cálculo das contribuições sociais, bem como na majoração da alíquota do COFINS. Precedentes de outros regionais.
3.A compensação de um terço da COFINS com a CSLL não fere o princípio da isonomia tributária, tampouco o da eqüidade.
4. Apelação da impetrante não provida, apelação da União Federal e remessa oficial providas.

Opostos embargos de declaração pela empresa, restaram os mesmos desprovidos, uma vez que não vislumbrados os vícios apontados.

A recorrente, nas razões do especial, sustenta que o acórdão hostilizado incorreu em ofensa **ao artigo 110, do CTN**, ao considerar legal e constitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS prevista na Lei 9.718/98.

Traz ainda para confronto arestos que esposam a tese da inconstitucionalidade e ilegalidade da alteração do conceito de faturamento promovida pela Lei 9.718/98, bem como da impossibilidade da recepção do aludido diploma legal pela EC 20/98.

Contra o acórdão de apelação também foi interposto recurso extraordinário o qual foi admitido pela instância de origem.

Apresentadas contra-razões, nas quais se pugna pelo não conhecimento do recurso especial e, caso seja o mesmo conhecido, pelo seu desprovimento.

Realizado o juízo de admissibilidade negativo do apelo extremo foi interposto agravo de instrumento o qual foi provido para determinar a subida do recuso especial para melhor exame.

Relatados, decido.

Controvérsia que se cinge à legalidade da Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, que, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica.

Os artigos 2º e 3º, da referida lei, encontram-se assim redigidos:
*"Art. 2° As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, **serão calculadas com base no seu faturamento**, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"*

*"Art. 3º **O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.** (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)*
*§ 1º **Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.***
§ 2º Para fins de determinação da base de cálculo das contribuições a que se refere o art. 2º, excluem-se da receita bruta:
I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações

de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;
II - as reversões de provisões operacionais e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita; (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
III - os valores que, computados como receita, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, observadas normas regulamentadoras expedidas pelo Poder Executivo; (Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)
IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente.
§ 3º Nas operações realizadas em mercados futuros, considera-se receita bruta o resultado positivo dos ajustes diários ocorridos no mês. (Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004)
§ 4º Nas operações de câmbio, realizadas por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, considera-se receita bruta a diferença positiva entre o preço de venda e o preço de compra da moeda estrangeira.
§ 5º Na hipótese das pessoas jurídicas referidas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, serão admitidas, para os efeitos da COFINS, as mesmas exclusões e deduções facultadas para fins de determinação da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP.
§ 6º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 7º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 8º (Vide Medidas Provisórias nºs 2158-35, de 2001
III - agrícolas, conforme ato do Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)
§ 9º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"

O STJ, em reiterados julgados, vem decidindo no sentido de que, quando o acórdão recorrido decide com base em interpretação eminentemente constitucional, a via especial não pode ser aberta, posto que estar-se-ia usurpando competência declinada pela Carta Maior ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e n.º 346.084-6/PR, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

Destaque-se, do julgamento, o seguinte excerto do voto proferido pelo e. Ministro Marco Aurélio, pertinente ao RE n.º 357950/RS:

"Procedo ao exame da problemática referente à Lei nº 9.718/98. Aqui há de se perceber o empréstimo de sentido todo próprio ao conceito de faturamento. Eis o teor da lei envolvida na espécie:
Art. 2º As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base no seu faturamento, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei.

Tivesse o legislador parado nessa disciplina, aludindo a faturamento sem dar-lhe, no campo da ficção jurídica, conotação discrepante da consagrada por doutrina e jurisprudência, tomar-se-ia o faturamento tal como veio a ser explicitado na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, ou seja, a envolver o conceito de receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviços. Respeitado estaria o Diploma Maior ao estabelecer, no inciso I do artigo 195, o cálculo da contribuição para o financiamento da seguridade social devida pelo empregador, considerado o faturamento. Em última análise, ter-se-ia a observância da ordem natural das coisas, do conceito do instituto que é o faturamento, caminhando-se para o atendimento da jurisprudência desta Corte.

Eis um panorama de precedentes do Tribunal, considerados conceitos relativos a tributos.

Ao julgar o Recurso Extraordinário nº 116.121-3/SP, o Plenário, sendo relator o ministro Octavio Gallotti, vencido no entendimento, teve oportunidade de proclamar que o imposto sobre serviços não incide sobre locação de bens porque locação de bens móveis não é simplesmente serviço. Fiquei com a redação do acórdão, conforme publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 178/1.265. Também na apreciação do Recurso Extraordinário nº 166.772-9/RS, o Plenário, em 12 de maio de 1994, reafirmou a necessidade de se atentar para o conceito consagrado dos institutos. Glosou a tentativa de se tomar, como abrangidos pela expressão "folha de salário", os pagamentos efetuados a administradores e autônomos - Revista Trimestral de Jurisprudência 156/666-692. E, ao examinar o Recurso Extraordinário nº 172.058-1/SC, o Plenário, em 30 de junho de 1995 e conforme acórdão publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 161/1.043-1.057, veio, mais uma vez, a dar eficácia aos figurinos constitucional e legal ao concluir que não se pode falar em imposto sobre renda sem que haja ocorrido acréscimo patrimonial representado pela aquisição de disponibilidade sobre a renda. No caso, teve-se presente não só a Lei Fundamental como também o artigo 110 do Código Tributário Nacional, consoante o qual a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e forma de direito privado, utilizados expressa ou implicitamente pela Constituição Federal. Então, após mencionar a jurisprudência da Corte sobre a valia dos institutos, dos vocábulos e expressões constantes dos textos constitucionais e legais e considerada a visão técnico-vernacular, volto à Lei nº 9.718/98, salientando, como retratado acima, constar do artigo 2º a referência a faturamento. No artigo 3º, deu-se enfoque todo próprio, definição singular ao instituto faturamento, olvidando-se a dualidade faturamento e receita bruta de qualquer natureza, pouco importando a origem, em si, não estar revelada pela venda de mercadorias, de mercadorias e serviços ou de serviços:
Art. 3º O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.

Não fosse o § 1º que se seguiu, ter-se-ia a observância da jurisprudência desta Corte, no que ficara explicitado, na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, a sinonímia dos vocábulos "faturamento" e "receita bruta". Todavia, o § 1º veio a definir esta última de forma toda própria:
§ 1º Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.

O passo mostrou-se demasiadamente largo, olvidando-se, por completo, não só a Lei Fundamental como também a interpretação desta já proclamada pelo Supremo Tribunal Federal. Fez-se incluir no conceito de receita bruta todo e qualquer aporte contabilizado pela empresa, pouco importando a origem, em si, e a classificação que deva ser levada em conta sob o ângulo contábil.

Em síntese, o legislador ordinário (logicamente não no sentido vulgar, mas técnico-legislativo) acabou por criar uma fonte de custeio da seguridade à margem do disposto no artigo 195, com a redação vigente à época, e sem ter presente a regra do § 4º nele contido, isto é, a necessidade de novas fontes destinadas a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social pautar-se pela regra do artigo 154, inciso I, da Constituição Federal, que é explícito quanto à exigência de lei complementar. Antecipou-se à própria Emenda Constitucional nº 20, no que, dando nova redação ao artigo 195 da Constituição Federal, versou a incidência da contribuição sobre a receita ou o faturamento. A disjuntiva "ou" bem revela que não se tem a confusão entre o gênero "receita" e a espécie "faturamento". Repita-se, antes da Emenda Constitucional nº 20/98, posterior à Lei ora em exame, a Lei nº 9.718/98, tinha-se apenas a previsão de incidência da contribuição sobre a folha de salários, o faturamento e os lucros. Com a citada emenda, passou-se não só a se ter a abrangência quanto à primeira base de incidência, folha de salários, apanhando-se de forma linear os rendimentos do trabalho pagos ou creditados a qualquer título, mesmo sem vínculo empregatício, observando-se o precedente desta Corte, como também a inserção, considerado o que surgiu como alínea "b" do inciso I do artigo 195, da base de incidência, que é a receita.

Como, então, dizer-se, a esta altura, que houve simples explicitação do que já previsto na Carta? É admitir-se a vinda à balha de emenda constitucional sem conteúdo normativo. É admitir-se que o legislador ordinário possa, até mesmo, modificar enfoque pacificado mediante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que haja atuado, à luz das balizas constitucionais, como guardião da Lei Fundamental. Descabe, também, partir para o que seria a repristinação, a constitucionalização de diploma que, ao nascer, mostrou-se em conflito com a Constituição Federal. Admita-se a inconstitucionalidade progressiva. No entanto, a constitucionalidade posterior contraria a ordem natural das coisas. A hierarquia das fontes legais, a rigidez da Carta, a revelá-la documento supremo, conduz à necessidade de as leis hierarquicamente inferiores observarem-na, sob pena de transmudá-la, com nefasta inversão de valores. Ou bem a lei surge no cenário jurídico em harmonia com a Constituição Federal, ou com ela conflita, e aí afigura-se írrita, não sendo possível o aproveitamento, considerado texto constitucional posterior e que, portanto, à época não existia. Está consagrado que o vício da constitucionalidade há de ser assinalado em face dos parâmetros maiores, dos parâmetros da Lei Fundamental existentes no momento em que aperfeiçoado o ato normativo. A constitucionalidade de certo diploma legal deve se fazer presente de acordo com a ordem jurídica em vigor, da jurisprudência, não cabendo reverter a ordem natural das coisas. Daí a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Nessa parte, provejo o recurso extraordinário e com isso acolho o pedido formulado na inicial, referente à base de cálculo da contribuição, ou seja, para que se entenda, como receita bruta ou faturamento, o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa."

Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

No particular, merece transcrição de trecho do voto proferido pelo e. Ministro Moreira Alves, na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 01/DF, *verbis*:
"(...)
Em síntese, como salientou o Ministro Carlos Velloso, na qualidade de relator do RE 138.284, quando esta Corte reiterou o entendimento já expedido por ocasião do julgamento do RE 146.733,

'O que importa perquirir não é o fato de a União arrecadar a contribuição, mas se o produto da arrecadação é destinado ao financiamento da seguridade social (CF, art. 195, I).'

E, em se tratando da contribuição social instituída pela Lei Complementar n. 70/91, ele o é, como dispõe seu artigo 1º.

De outra parte, sendo a COFINS contribuição social instituída com base no inciso I do artigo 195 da Constituição Federal, e tendo ela natureza tributária diversa da do imposto, as alegações de que ela fere o princípio constitucional da não-cumulatividade dos impostos da União e resulta em bitributação por incidir sobre a mesma base de cálculo do PIS/PASEP só teriam sentido se se tratasse de contribuição social nova, não enquadrável no inciso I do artigo 195, hipótese em que se aplicaria o disposto no § 4º desse mesmo artigo 195 ('A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I'), que determina a observância do inciso I do artigo 154 que estabelece que a União poderá instituir 'I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição'.

Sucede, porém, que a contribuição social em causa, incidente sobre o faturamento dos empregadores, é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 195 da Carta Magna, não se podendo pretender, portanto, que a Lei Complementar n.º 70/91 tenha criado outra fonte de renda destinada a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social.

Por isso mesmo, essa contribuição poderia ser instituída por Lei ordinária. A circunstância de ter sido instituída por lei formalmente complementar - a Lei Complementar n.º 70/91 - não lhe dá, evidentemente, a natureza de contribuição social nova, a que se aplicaria o disposto no § 4º do artigo 195 da Constituição, porquanto essa lei, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída - que são o objeto desta ação -, é materialmente ordinária, por não tratar, nesse particular, de matéria reservada, por texto expresso da Constituição, à lei complementar. A jurisprudência desta Corte, sob o império da Emenda Constitucional n.º 1/69 - e a Constituição atual não alterou esse sistema -, se firmou no sentido de que só se exige lei complementar para as matérias para cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária.
(...)"

Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, *verbis*:
"TRIBUTÁRIO. COFINS. ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º 9.718/98. ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RE 336134/RS, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003)

Confira-se ainda, à guisa de exemplo, recente decisão monocrática proferida pelo e. Ministro Celso de Mello, já consonante com o citado julgamento do Plenário:

*"O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a controvérsia jurídica pertinente à ampliação da **base de cálculo** do PIS/COFINS (RE 357.950/RS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO), declarou, "incidenter tantum", a **inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98,** por entender que a noção de **faturamento** referida no art. 195, I, da Constituição da República, na redação anterior à EC 20/98, não legitimava a incidência de tais contribuições sobre a totalidade das **receitas** auferidas pelas empresas contribuintes, advertindo, ainda, que a superveniente promulgação da EC 20/98 não teve o condão de validar legislação ordinária anterior, que se mostrava originariamente inconstitucional.*

*Esta Suprema Corte, por sua vez, também em julgamento plenário (RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO), confirmou a **validade jurídico-constitucional do art. 8º da Lei nº 9.718/98,** no que concerne à majoração da alíquota de 2% para 3% (**COFINS**), assinalando que esse aumento - considerada a cláusula constitucional da anterioridade mitigada (CF, art. 195, § 6º) - tornou-se exigível a partir de 1º/02/99, afastada, no entanto, para efeito de incidência da*

referida alíquota (3%), a ***base de cálculo*** *ampliada resultante do já mencionado § 1º (inconstitucional) do art. 3º da Lei nº* ***9.718/98****.*

Cumpre acentuar, ainda, que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, reconheceu a plena ***constitucionalidade da compensação, de até um terço (1/3), da COFINS com a CSLL****, apenas assegurada ao contribuinte sujeito à incidência de ambas as espécies tributárias ora mencionadas, rejeitando, desse modo, a alegação de que o § 1º do art. 8º da Lei nº* ***9.718/98*** *teria importado em ofensa ao postulado da isonomia tributária, porque excluídos de tal benefício os contribuintes unicamente tributados pela* ***COFINS****:*

"TRIBUTÁRIO. ***COFINS.*** *ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º* ***9.718/98.*** *ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (****COFINS****), até um terço do 'quantum' devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela* ***COFINS,*** *a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RTJ 185/352, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - grifei)*

Cabe assinalar, finalmente, que a diretriz jurisprudencial que venho de referir, considerados os precedentes em questão, tem sido observada, no âmbito desta Suprema Corte, em reiteradas decisões proferidas na resolução de controvérsia idêntica à suscitada na presente causa (RE 301.868/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - RE 308.066/RS, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - RE 356.471/MG, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - RE 372.627/DF, Rel. Min. ELLEN GRACIE - RE 388.039/MG, Rel. Min. GILMAR MENDES - RE 413.257/RJ, Rel. Min. CEZAR PELUSO - RE 451.348/SP, Rel. Min. CARLOS BRITTO - RE 469.023/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

Sendo assim, em face das razões expostas, conheço do presente recurso extraordinário, para dar-lhe parcial provimento (CPC, art. 557, § 1º - A), em ordem a afastar, considerada a ***base de cálculo*** *do PIS/COFINS, a aplicação do § 1º do art. 3º da Lei nº* ***9.718/98,*** *observando-se, para esse efeito, o entendimento que o Plenário desta Suprema Corte proclamou no julgamento do RE 357.950/RS. (...)"* (RE 453622/SP, publicado no DJ de 25.04.2006)

In casu, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.

Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.

De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98, que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal, restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, § 1º-A, do CPC, DOU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.
Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2124)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 907.192 - MG (2007/0139565-3)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: SHIRLEY DANIEL DE CARVALHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NOVO NORDISK PRODUÇÃO FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	: CLÁUDIA HORTA DE QUEIROZ E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 544 DO CPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. FAZENDA PÚBLICA VENCIDA. FIXAÇÃO SEM OBSERVAÇÃO AOS LIMITES DO § 3.º DO ART. 20 DO CPC. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL.

1. Os honorários advocatícios, nas ações condenatórias em que for vencida a Fazenda Pública, devem ser fixados à luz do § 4º do CPC que dispõe, *verbis: "Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior."*
2. Conseqüentemente, a conjugação com o § 3º, do art. 20, do CPC, é servil para a aferição eqüitativa do juiz, consoante às alíneas *a*, *b* e *c* do dispositivo legal.
3. Pretendesse a lei que se aplicasse à Fazenda Pública a norma do § 3º do art. 20 do CPC, não haveria razão para a *lex specialis* consubstanciada no § 4º do mesmo dispositivo.
4. Consequentemente, vencida a Fazenda Pública, a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC.
5. Precedentes da Corte. (AgRg no REsp 592430, Rel. Min. Denise Arruda, DJ de 29/11/2004; AgRg no REsp 587499, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ de 10/05/2004; e REsp 416154, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 25/02/2004)
6. A revisão do critério adotado pela Corte de origem, por eqüidade, para a fixação dos honorários, encontra óbice na Súmula 07 do STJ. No mesmo sentido, o entendimento sumulado do Pretório Excelso: "*Salvo limite legal, a fixação de honorários de advogado, em complemento da condenação, depende das circunstâncias da causa, não dando lugar a recurso extraordinário*." (Súmula 389 do STF).
7. Agravo de instrumento a que se nega provimento.

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com fulcro no art. 544 do Código de Processo Civil, no intuito de ver reformada a r. decisão que inadmitiu seu recurso especial, sob o fundamento de que a fixação dos honorários advocatícios, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, revela decisão eqüitativa, baseada nos elementos fáticos da demanda e decorrente da discricionariedade do julgador, bem como a nova apreciação seria obstada pelo enunciado da Súmula n.º 07/STJ, por ensejar reexame fático-probatório, incabível na via especial.
Noticiam os autos que, em sede de apelação nos embargos à execução fiscal em que se pretendeu o recebimento de crédito tributário relativo ao ICMS, no valor de R$ 5.002.774,33 (cinco milhões, dois mil setecentos e setenta e quatro reais e trinta e três centavos), o Tribunal de Justiça de Minas Gerais proferiu o acórdão dando parcial provimento ao recurso, fixando os honorários advocatícios no valor de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), com base no art. 20, § 4º, do CPC, desfavorável a ora agravante. O referido aresto recebeu a seguinte ementa:
"ICMS - IMPORTAÇÃO INDIRETA - SUJEITO ATIVO - HONORÁRIOS - APLICAÇÃO DO ART. 20, § 4º, DO CPC.
1) Conforme preceito constitucional cabe ao Estado destinatário da mercadoria importada a arrecadação do ICMS, ainda que desembaraçada através de importador localizado em outro Estado da Federação. 2) Sendo o pedido julgado improcedente, os honorários serão fixados conforme dispõe o art. 20, § 4º, do CPC." (Fls. 11).
Irresignado, o agravante interpôs recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Carta Maior, sustentando a existência de violação do art. 20, § 3.º e § 4.º, do CPC, bem como a existência de divergência jurisprudencial ao caso.
Apresentada as contra-razões ao apelo nobre (fls. 62), bem como juntada a contraminuta ao presente agravo de instrumento.
Brevemente relatados, **decido.**
Não merecem acolhida as pretensões do agravante, devendo permanecer íntegra a r. decisão agravada.
Com efeito, os honorários advocatícios, nas ações condenatórias em que for vencida a Fazenda Pública, devem ser fixados à luz do § 4º, do art. 20, do CPC que assim dispõe, *verbis:*

"Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior."

Conseqüentemente, a conjugação com o § 3º é servil para a aferição eqüitativa do juiz, consoante às alíneas *a*, *b* e *c* do dispositivo legal.
Acaso pretendesse a lei que se aplicasse à Fazenda Pública a norma do § 3º do art. 20 do CPC, não haveria razão para a *lex specialis* consubstanciada no § 4º do mesmo dispositivo.
Consequentemente, vencida a Fazenda Pública, a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado, inclusive, como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC.
Nesse sentido, os seguintes arestos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CAUSAS EM QUE É VENCIDA A FAZENDA PÚBLICA. INAPLICABILIDADE DOS LIMITES PERCENTUAIS PREVISTOS NO § 3º DO ART. 20 DO CPC.
1. Vencida a Fazenda Pública, a norma aplicável, em matéria de fixação de honorários advocatícios, é aquela prevista no art. 20, § 4º, do CPC.
2. A remissão contida no art. 20, § 4º, do CPC, relativa aos parâmetros a serem considerados na apreciação eqüitativa do juiz, refere-se às alíneas do § 3º, e não ao seu caput.
3. Inviável reapreciar, em sede de recurso especial, a fixação dos honorários advocatícios, por demandar o reexame de matéria fática (Súmula 07/STJ).
4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp n.º 592.430/MG, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJ de 29/11/2004).

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO EM VALOR DETERMINADO.
1. 'Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.' (artigo 20, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil).
2. O percentual, o valor da condenação e os limites mínimo e máximo fixados no parágrafo 3º do artigo 20 do Código de Processo Civil, como bases obrigatórias da fixação da verba honorária, não têm função no estabelecimento dos honorários advocatícios a serem pagos pela Fazenda Pública, informados que devem ser pelo grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço e a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, a teor do que dispõe o parágrafo 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil, que não impede, por óbvio, a consideração de um valor determinado, em estando o juiz a definir a natureza e a importância da causa.
3. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp n.º 587.499/DF, Sexta Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ de 10/05/2004)

"TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA O INCRA. EXTINÇÃO PELA LEI 7.787/89. LIMITES PERCENTUAIS À COMPENSAÇÃO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
1. A análise da legislação específica leva à conclusão de que o adicional de 0,2% sobre a folha de salários, destinado ao INCRA, foi suprimido pela Lei 7.787/89. Isso porque "o art. 3º da Lei 7.787, de 1989, (...) extinguiu a contribuição instituída para o custeio do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural - Prorural, e não apenas a parte destinada ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - Funrural" (REsp 173.380/DF, 2.ª Turma, Min. Ari Pargendler, DJ em 03.05.1999).
2. Atendendo-se à regra geral de que a lei que rege a compensação é aquela vigente no momento do encontro entre débitos e créditos devem incidir os limites percentuais trazidos pelas Leis 9.032/95 e 9.129/95 sobre a compensação, realizada após a edição das leis limitadoras.
3. Quanto aos juros de moras, nas hipóteses de restituição ou compensação de tributos, a orientação prevalente no âmbito da 1ª Seção pode ser sintetizada da seguinte forma: (a) antes do advento da Lei 9.250/95, incidia a correção monetária desde o pagamento indevido até a restituição ou compensação (Súmula 162/STJ), acrescida de juros de mora a partir do trânsito em julgado (Súmula 188/STJ), nos termos do art. 167, § único, do CTN; (b) após a edição da Lei 9.250/95, aplica-se a taxa SELIC desde o recolhimento indevido, ou, se for o caso, a partir de 1º.01.1996, não podendo ser cumulada, porém, com qualquer outro índice, seja de atualização monetária, seja de juros, porque a SELIC inclui, a um só tempo, o índice de inflação do período e a taxa de juros real.
4. Vencida a Fazenda Pública, a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC.
5. Recurso especial da autora parcialmente provido.
6. Recurso especial do INSS improvido." (REsp n.º 416.154, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 25/02/2004)

Por outro lado, a revisão do critério adotado pela Corte de origem, por eqüidade, para a fixação dos honorários, encontra óbice na Súmula n.º 07 do STJ. No mesmo sentido, o entendimento sumulado do Pretório Excelso: "*Salvo limite legal, a fixação de honorários de advogado, em complemento da condenação, depende das circunstâncias da causa, não dando lugar a recurso extraordinário.*" (Súmula n.º 389 do STF).
Ex positis, **NEGO PROVIMENTO** ao presente agravo de instrumento.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2125)

RECURSO ESPECIAL Nº 907.477 - RJ (2006/0266086-5)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
ADVOGADO	: CARLA VALÉRIA HUERGO DE CARVALHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ROSANE BLANCO OZÓRIO BOMFIGLIO E OUTRO(S)

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETOS-LEIS 491/69, 1.724/79, 1.722/79, 1.658/79 E 1.894/81. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. EXTINÇÃO DO BENEFÍCIO. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA PELA PRIMEIRA SEÇÃO. VIGÊNCIA DO ESTÍMULO FISCAL ATÉ 04 DE OUTUBRO DE 1990. RESSALVA DO ENTENDIMENTO DO RELATOR.

1. O crédito-prêmio do IPI, nas demandas que visam o seu recebimento, posto não versarem hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento decorrente da regra da não-cumulatividade estabelecida pelo texto constitucional, não obedece a regra inserta no artigo 168, do CTN, sendo-lhe aplicável o disposto no Decreto nº 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.
2. Destarte, os créditos fiscais passíveis de aproveitamento são os adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação (Precedentes das Turmas de Direito Público: **AgRg no Ag 585290/RS**, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005; **REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005; **AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006; e **REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006).
3. Mandado de segurança impetrado por empresa exportadora de produtos industrializados, **em 14.01.2004**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, **dos últimos vinte anos, a contar do ajuizamento da ação mandamental**, vale dizer, **desde 14.01.1984**.
4. O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.
5. Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.
6. Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice.*
7. O Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:
"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."
8. É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).
9. À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).
9.1 A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:
"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.
Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.
Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria.
10. Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.
11. A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)".*
12. Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*: *"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão."* (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).
13. À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)
14. Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.
15. Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.
16. A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies*" a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno";* **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.
16.1. Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.
16.1.1. A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes"*. (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).
16.1.2. Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).
16.1.3 Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).
16.1.4. É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.
16.1.5. Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).
16.1.6. Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.
16.1.7. Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras; basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).
16.1.8. O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).
16.1.9. Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem"*.

16.1.10. Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).
16.1.11. A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).
16.1.12. A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.
16. 1.13. À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:
"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:
"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."
Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:
"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.
O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."
16.1.14. Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.
17. À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que: ***"1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).*** *2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação. 3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal. 4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada. 5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento."*
18. Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de o mesmo terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.
19. Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.
20. Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).
20.1. No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).
21. Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).
21.1. Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento.
21.2. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.
21.3 A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.
22. A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.
23. Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.
24. O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.
25. Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.
26. Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.
26.1. Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,quer como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.
26.2. Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.
27. A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.
28. O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.
28.1. Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).
29. Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.
29.1. Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.
29.2 Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado

havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos; **(xiii)** A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.

30. Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

31. Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, Relator Ministro Teori Albino Zavascki).

32. Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

33. Ressalva do entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**.

34. *In casu*, o *mandamus* foi impetrado, em 2004, demandando parcelas de IPI tanto anteriores a 04.10.1990, estas atingidas pela prescrição qüinqüenal (vez que ajuizada a demanda somente em 14.01.2004), quanto posteriores ao referido marco temporal, quando já inexistente o incentivo do crédito-prêmio, razão pela qual não merece prosperar a pretensão recursal.

35. Recurso especial a que se nega seguimento (artigo 557, *caput*, do CPC).

Vistos.

Trata-se de recurso especial interposto por INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Carta Maior, no intuito de ver reformado acórdão prolatado pelo E. Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, sob o fundamento de ter o mesmo violado o disposto no art. 1.º do Decreto-lei n.º 491/69 e no art. 1.º do Decreto-lei n.º 1.894/81, bem como por estar assentado em entendimento jurisprudencial distinto do esposado por outros tribunais acerca da questão versada nos autos.

Noticiam os autos que a empresa, ora recorrente, empresa exportadora de produtos industrializados, **impetrou mandado de segurança, em 14.01.2004**, em face do Sr. Delegado da Receita Federal, objetivando, em síntese, o reconhecimento do direito líquido e certo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, em relação às operações efetuadas nos vinte anos anteriores à impetração do *mandamus*, bem como às que vierem a se realizar doravante. Pugnou, ainda, pelo direito de proceder a compensação do citado crédito com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal.

O juízo federal de primeiro grau concedeu parcialmente a segurança pretendida para reconhecer o direito da impetrante ao creditamento de valores que lhe seriam devidos a título de crédito prêmio de IPI, devidamente atualizados e acrescidos de juros de mora, respeitado o prazo prescricional qüinqüenal (r. sentença de fls.128/135).

Inconformada com o teor do julgado, a UNIÃO (FAZENDA NACIONAL) manejou recurso de apelação, aduzindo, em síntese, que o benefício denominado "crédito-prêmio de IPI" teria sido extinto por completo em 30/06/1983, pelo que inexistente seria o direito líquido e certo pleiteado pela impetrante.

A Quarta Turma Especializada do E. TRF da 2.ª Região, por unanimidade de votos dos seus integrantes, proveu o apelo interposto, em aresto que restou assim ementado:

"TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. EXTINÇÃO EM 30.06.1983. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL.
1. O crédito-prêmio de IPI representa incentivo fiscal, instituído pelo Decreto-lei n.º 491/69 e que conferia às empresas exportadoras um crédito sobre suas vendas para o exterior, como ressarcimento de tributos pagos internamente.
2. O Decreto-Lei n.º 1.658/79 estabeleceu a redução gradual desse incentivo, até sua (completa) extinção em 30/06/1983.
3. Posteriormente, o Decreto-Lei n.º 1.722/79 modificou o Decreto-Lei n.º 1.658/79, alterando a forma de redução gradual do incentivo, contudo, mantendo a data limite de extinção em 30/06/1983.
4. É certo que o Decreto-Lei n.º 1.724/79 delegou ao Ministro de Estado da Fazenda a competência para aumentar ou reduzir, temporária ou definitivamente, ou extinguir o crédito-prêmio de IPI (art. 1.º).
5. Entretanto, no julgamento do RE n.º 186.359/RS, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do art. 1.º do Decreto-Lei n.º 1.724/79 e do art. 3.º, I, do Decreto-Lei 1.894/81, que delegaram ao Ministro da Fazenda a competência para aumentar ou reduzir, suspender ou extinguir benefício fiscal.
6. Dessa forma, à apelada cumpria pleitear (apenas) os valores referentes ao crédito-prêmio de IPI devidos a partir da suspensão do benefício, pela Portaria n.º 960/79, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, até 30/06/1983.
7. Esses valores foram atingidos pela prescrição, contida no art. 168, I, do Código Tributário Nacional, que impõe o prazo de cinco anos para o pedido de repetição de indébito tributário, em casos de 'cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido (art. 165, I, CTN); ou em virtude de 'erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento' (art. 165, II, CTN)
8. Com efeito, tendo a ação sido ajuizada em 29/10/2003, e considerando que o benefício foi extinto em 30/06/1983, restaram prescritos os valores eventualmente devidos à apelante, a título de crédito-prêmio de IPI, referentes aos anos de 1979 a 1983.
9 Recurso provido."

Irresignada com o teor do v. acórdão prolatado, a empresa impetrante interpôs o recurso especial que ora se afigura. Em suas razões (fls. 269/299), sustenta a recorrente que o acórdão atacado violou o disposto nos arts. 1.º, do Decreto-lei n.º 491/69, e 1.º, do Decreto-lei n.º 1.894/81, bem como divergiu da jurisprudência de outros tribunais no que se refere à vigência do benefício fiscal denominado "crédito-prêmio de IPI".

A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), ora recorrida, apresentou suas contra-razões ao apelo nobre (fls. 303/351), pugnando pelo desprovimento do mesmo e conseqüente manutenção dos termos do aresto impugnado.

Na origem, em exame de prelibação, a presente irresignação recursal recebeu crivo positivo de admissibilidade, ascendendo, assim, à esta Corte Superior.

Brevemente relatados, **DECIDO**.

Não merecem guarida as pretensões da recorrente.

A controvérsia encontra-se sintetizada na seguinte *vexata quaestio*: o crédito prêmio do IPI para a exportação de produtos manufaturados foi instituído pelo artigo 1.°, do Decreto-Lei 491/69, com clara natureza extra-fiscal de estímulo às exportações e sem qualquer determinação de prazo extintivo. Assim permanecendo por quase dez anos. Em 24 de janeiro de 1979, o Decreto-Lei 1.658 previu a gradual extinção do incentivo, cujo prazo fatal esgotar-se-ia em 30 de junho de 1979. Menos de um ano depois o Decreto-Lei 1.722, de 03 de dezembro de 1979, em seu artigo 3º, revogou expressamente o § 2° do artigo 1°, do Decreto-Lei 1.658, substituindo sua redação e alterando o cronograma de reduções do incentivo. O objetivo foi dar maior flexibilidade à sistemática de redução gradual do crédito-prêmio. Por isso: modificou-se o percentual a ser reduzido em cada ano, tudo *"de acordo com ato do Ministro de Estado da Fazenda"* (artigo 3°), o qual, conforme dispunha o artigo 1º, podia estabelecer inclusive o prazo (forma, condições e prazo, estabelecidos pelo Poder Executivo). Logo em seguida, foi promulgado o Decreto-Lei 1.724, de 07 de dezembro de 1979, que, substituindo globalmente a sistemática anterior, delegava competência ao Ministro da Fazenda para *"aumentar ou reduzir, temporária ou definitivamente, ou extinguir"* o referido credito-prêmio, atendendo à conjuntura econômica. Sobreveio, ainda, o Decreto-Lei 1.894/81 para viger em 16.01.82, o qual assegurou a ampliação da incidência subjetiva do crédito-prêmio presente no artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69 para empresas meramente comerciais, contendo também a delegação ao Poder Executivo para aumentar, reduzir, suspender ou extinguir o benefício, de acordo com a conjuntura econômica.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 180828-4, declarou incidentalmente inconstitucionais as expressões *"reduzir temporária ou definitivamente, ou extinguir"* contidas nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81, por entender que não cabe delegação de competência para qualquer membro do Poder Executivo para "reduzir", "suspender" ou "extinguir" benefício concedido por lei, o que não se aplica à autorização para "aumentar" o benefício, preservada como constitucional por essa decisão da Suprema Corte.

A questão que se coloca diz respeito à vigência ou não, após 1983, do crédito-prêmio de IPI, tendo em vista a inconstitucionalidade da delegação presente nos Decretos-Lei 1.724/79 e 1.894/81.

Com efeito, o *thema iudicandum* gravita em torno da eficácia da lei no tempo, a interpretação da lei financeira-tributária e o conceito de incentivo setorial-fiscal, bem como na vontade constitucional quanto ao referido benefício fiscal.

No que pertine ao prazo prescricional, no caso *sub examine* (demanda que visa ao recebimento do crédito-prêmio do IPI), posto não versar hipótese de restituição, na qual se discute pagamento indevido ou a maior, mas, antes, reconhecimento de aproveitamento de crédito, decorrente da regra da não-cumulatividade, estabelecida pelo texto constitucional, não há que se cogitar da incidência do artigo 168, do CTN, sendo aplicável o Decreto n.º 20.910/32, que estabelece o prazo prescricional de cinco anos, contados do ato ou fato que originou o crédito.

Destarte, são passíveis de aproveitamento tão-somente os créditos fiscais adquiridos nos cinco anos imediatamente anteriores ao ajuizamento da ação, consoante corroboram as ementas dos seguintes julgados oriundos de ambas as Turmas de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. AQUISIÇÃO DE INSUMOS ISENTOS, NÃO-TRIBUTADOS OU TRIBUTADOS À ALÍQUOTA ZERO. CRÉDITOS ESCRITURAIS. NÃO-CUMULATIVIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL.
(...)
3. Nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é de 5 anos, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. Precedentes do STJ.
(...)
5 Agravo regimental desprovido." (**AgRg no Ag 585290/RS**, desta relatoria, Primeira Turma, publicado no DJ de 28.02.2005)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CREDITAMENTO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. NÃO-INCIDÊNCIA. SÚMULAS 83 E 85/STJ.
1. A prescrição dos créditos fiscais decorrentes do crédito-prêmio do IPI é qüinqüenal, a partir do ajuizamento da ação. Decidiu o acórdão que, ajuizada a ação em 08.06.93, acham-se prescritas as prestações anteriores a 1987. Precedentes da 1ª e 2ª Turmas e da 1ª Seção.
2. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação" (Súmula 85/STJ)
(...)
4. Recurso especial não conhecido." (**REsp 225359/DF**, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicado no DJ de 16.05.2005)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. IPI. APROVEITAMENTO DOS CRÉDITOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. MATÉRIA DE CUNHO CONSTITUCIONAL EXAMINADA NO TRIBUNAL A QUO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO NA CORTE RECORRIDA NÃO SANADA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADUÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS AUSENTES NA DECISÃO ATACADA. SÚMULA Nº 211/STJ. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. SÚMULA nº 85/STJ. PRECEDENTES.
(...)
3. As 1ª e 2ª Turmas e a 1ª Seção do STJ assentaram que, nas ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, o prazo prescricional é qüinqüenal, sendo atingidas as parcelas anteriores à propositura da ação. "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação." (Súmula nº 85/STJ). Precedentes desta Corte Superior.
(...)" (**AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 675087/PR**, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, publicado no DJ de 20.03.2006)

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º).VIGÊNCIA. PRAZO. EXTINÇÃO.
(...)
5. A 1ª Seção do STJ firmou entendimento no sentido de ser de cinco anos o prazo prescricional das ações que visam ao recebimento do crédito-prêmio do IPI, sendo atingidas as parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu a propositura da ação, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32. Precedentes: Resp 752.550/RS, 1ª T., Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 19.09.2005; EDcl no Resp 225.359/DF, 2ª T., Min. Castro Meira, DJ de 03.10.2005; RESP 661.300/RS, 2ª T., Min. Eliana Calmon, DJ de 20.02.2006
6. Recurso especial a que se nega provimento." (**REsp 799074/RS**, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ de 17.04.2006)

Doravante, impõe-se aferir se assiste razão à recorrente no que concerne à violação dos artigos 1º, do Decreto-Lei 491/69, e 1º, do Decreto-Lei 1.894/81. Isto porque, em face da declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1.724/79, os Decretos-Lei 1.722/79 e 1.894/81, ali referidos, restaram inaplicáveis. Consectariamente, por disposição expressa do Decreto-Lei 1.658, subjaz a questão do lapso final da aplicação do benefício do Decreto-Lei 491/69.

O Supremo Tribunal Federal ao conhecer e julgar inúmeros Recursos Extraordinários acerca da causa *sub judice*, notadamente no que pertine à inconstitucionalidade das delegações ao Ministro da Fazenda para se imiscuir na subsistência do incentivo fiscal, deixou clara a natureza tributária do crédito prêmio sob alguns aspectos, bem como a sua submissão ao regime dos créditos contra a Fazenda em geral, de sorte que é heteróloga a incidência legislativa na solução das questões atinentes ao crédito prêmio do IPI, incidindo na espécie, as regras gerais do Código civil, mercê de coadjuvadas pelas regras tributárias.

Deveras, a interpretação dos institutos jurídicos obedece à regra *mater* de aproximá-los, por analogia, daqueles que com o mesmo guardam afinidades técnico-jurídicas, assim ocorrendo com os contratos atípicos, com os processos e procedimentos, com as obrigações em geral, etc.

Sob esse enfoque, forçoso ter presente, no que pertine à eficácia da lei no tempo, as regras da Lei de Introdução ao Código Civil, na parte em que se relaciona com o *thema sub judice*.

O Decreto-lei n° 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que:

"Art. 2° - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
§ 1° - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
§ 2° - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
§ 3° - Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

É assente na doutrina nacional e alienígena que: *"quando as leis especiais regulam matéria compreendida num Código ou em outra lei geral, mas contêm, sobre a mesma, disposições que não se encontram no Código ou na lei geral e que não contradizem ao novo direito, continuam em vigor, em relação a todas as disposições que devem ser consideradas como parte integrante do novo Código ou da nova lei."* (Doutrina clássica de SAREDO, *in* Trattato Delle Leggi, 1886, pág. 505; e Abrogazione Delle Leggi, nº 111, *in* Digesto Italiano, Vol. 1ª parte, 1927, pág. 134).
À igual solução chega FIORE, quando observa no caso de determinada matéria ser disciplinada por uma lei geral, havendo certas relações, atinentes à mesma espécie, reguladas por lei particular, o fato de ser publicada uma lei geral, que reja a matéria, na sua integralidade, não traz como conseqüência ab-rogação implícita da lei especial relativa a ela, quando se não apresenta incompatibilidade absoluta entre essa lei especial e a geral, ou quando a ab-rogação não resulte claramente da intenção legislativa, do objeto, do espírito ou do fim da lei geral. (Fiore, Delle Disposizioni Generali Sulla Pblicazione, Applicazione ed Interpretazione Delle Leggi, Parte 1º de II Dirito Civile Italiano Secondo La Dottrina e La Giurisprudenza, de Fiore, Brugi e outros, vol. 2º, 2ª ed., Rago, 1925, página 653 e nota 1 - reportando-se à monografia de Giuliani, em La Legge, 1867, pág. 289, e a decisões da Corte de Cassação de Turim (dezembro de 1866 e 1º de fevereiro de 1867) e da de Macerata (28 de fevereiro de 1867)).
A doutrina nacional de Eduardo Espínola, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, 3ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1999 leciona que:

"(...)A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula do Código Civil Italiano - "Lê leggi non sono abrogate Che da leggi per dichiarazione esperssa Del legislatore, o per incompatibilità delle nuove disposizioni com lê precedenti, o perche la nuova elgge l'intera matéria già regolata dalla legge anteriore" -, que se conservou, quase sem alteração de palavras, co Código de 1939.
Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior.
Se se tratar de um Código ou de uma lei orgânica, que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do parágrafo primeiro, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria."

Dessume-se de tudo quanto exposto que: **(i)** a ab-rogação da lei não se presume; **(ii)** no silêncio do legislador, deve presumir-se que a lei nova pode conciliar-se com a precedente; **(iii)** a lei especial derroga a geral, a não ser que das suas palavras, ou do seu espírito, resulte manifesta a intenção do legislador de ter querido suprimir qualquer disposição particular e dar força absoluta à lei geral: *in tolo jure generi per speciem derogatur et illud porissimum habetur, quod ad speciem derogatur et iltud potissimum habetur, quod ad ,Ipeciem directum est"* (L. 80, D. De reg. jur., L. 17); **(iv)** a disposição especial revogará a geral quando a ela ou ao seu assunto se referir, alterando-a explícita ou implicitamente, o que. conforme dissemos. é a regra geral; outrossim, deixando subentender que a lei especial, referindo-se à disposição da lei geral ou ao seu assunto, **não revogará** essa disposição, quando, em vez de alterá-la, que é o caso comum, se destina a dar força absoluta à lei geral; **(v)** a ab-rogação política das leis só estende a sua eficácia às que são absolutamente incompatíveis com o direito público do Estado; e **(vi)** um artigo de lei pode sobreviver a todo o resto de uma lei ab-rogada.
A hermenêutica e a aplicação da Lei Tributária, em face da natureza dos tributos, cujo escopo é a satisfação coletiva, impõe obediência a certas regras, no dizer do maior exegeta brasileiro que foi Carlos Maximiliano. Consoante as suas insuperáveis lições,*"(...)quando se trata de competência para decretar ônus fiscais, decide-se, na dúvida, pelo poder de tributar; quando se interpreta lei de impostos, observa-se o inverso - opina-se, de preferência, a favor do contribuinte e contra o erário. Presume-se o direito de lançar taxas; não se presume o lançamento. Entretanto não se interpreta a lei tendo em vista só a defesa do contribuinte, nem tampouco a do Tesouro apenas. O cuidado de exegeta não pode ser unilateral: deve mostrar-se equânime o hermeneuta e conciliar os interesses em momentâneo, ocasional, contrataste. Não atende somente à letra, nem se deixa dominar pela preocupação de restringir; resolve de modo que o sentido prevaleça e o fim óbvio, o transporte objetivo seja atingido. O escopo, a razão da lei, a causa, os valores jurídico-sociais.(...)"*.
Isto porque, com esteio na doutrina alienígena o exegeta enfatiza, *litteris*:

"(...) Opostas ao in dubio contra fiscum, até hoje universalmente vitorioso na jurisprudência, despontam objeções no campo da doutrina, fundadas em não ser, hoje, o tributo uma imposição arbitrária e talvez caprichosa de potentado, como outrora; porém a conseqüência do reconhecimento espontâneo de um dever para com a pátria e a sociedade feito pelos próprios contribuintes: estes, representados pelos seus eleitos, decretam o ônus para si próprios, consentem no lançamento, apóiam-no de antemão." (*In* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p. 271 com citações dos clássicos: Mantellini - Lo Stato e il Codice Civile, Vol. I, p. 233 e segs.; Benvenuo Griziotti - Principii di Politica, Diritto e Scienza delle Finanze, 1929, p. 200-206; Ezio Vanoni - Natura ed Interpretazione Delle Leggi Tributarie, 1932, p. 3-35).

À luz desses princípios informativos perenes, forçoso concluir que o Crédito-Prêmio, num país de notória situação de agravamento de suas contas públicas internas e externas, revela situação excepcional e privilegiante, as quais induzem o intérprete a ter presente que: *"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de ônus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência, e se não estender além das hipóteses figuradas no texto; jamais será inferida de fatos (...). Os privilégios financeiros do erário não se estendem a pessoas, nem a casos não contemplados no texto, mas também se não interpretam de modo que resultem diminuídas as garantias que o legislador pretendeu estabelecer em favor do fisco."* (Carlos Maximiliano, *in* Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 19ª edição, 2001, p-272)
Esse contexto teleológico-legal, impele-nos a registrar que o Crédito-Prêmio do IPI foi regulado em seus múltiplos aspectos por várias normas, algumas hígidas e outras declaradas inconstitucionais, parcialmente.
Sob o enfoque histórico, mister destacar o objetivo de cada norma no seu seguimento cronológico, tal como previsto no pórtico de cada uma delas, por isso que é incontroverso que o Decreto-Lei 491/69 **criou o benefício**; o Decreto-Lei 1685 **escalonou a sua efetivação e estabeleceu o termo *ad quem* de sua vigência**; os Decretos-Lei 1.722 e 1.724, ambos de 1979, e ainda sob a égide do Decreto-Lei 1.685, cuidaram da **alteração da efetivação do benefício fiscal setorial**; e o Decreto-Lei 1.894 **estendeu a outrem os mesmos benefícios**, muito embora, à semelhança do Decreto-Lei 1.724, tenha previsto forma de delegação de competência inconstitucional, assim declarada pelo E. STF. Consoante textual o Decreto-Lei 491/69, através do referido diploma foi **criado o estímulo à exportação dos manufaturados**. O Decreto-Lei 1.685 traz, no seu preâmbulo, a *ratio essendi* de seu surgimento, a saber: **extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º, do Decreto-Lei 491/69**; o Decreto-Lei 1.722 **altera a forma de utilização dos estímulos**; o Decreto-Lei 1.724, **a pretexto de regular os estímulos, limita-se a criar delegação considerada inconstitucional**; e o Decreto-Lei 1.894, reportando-se ao Decreto-Lei 491/69, tratando de várias matérias, limita os benefícios do Decreto-Lei 491/69 e esclarece que o produtor-vendedor somente faria jus aos benefícios do Crédito-Prêmio, conquanto, também exportador, sem prejuízo de incorrer, também na atecnia da delegação inconstitucional, assim definida tempos depois pelo E. STF.
A leitura atenta dos diplomas legais e das razões do surgimento de cada um deles, revela inequívoco que nenhuma das leis dispôs taxativamente, assim como o fez o Decreto-Lei 1.685, acerca da extinção do crédito-prêmio, prevista para 30 de junho de 1983: **(a)** Consequentemente, O Decreto-Lei 1.724/79 não revogou o Decreto-Lei 1.658/79, porque não o fez expressamente, porque com este não é incompatível e, por fim, porque não regulou inteiramente a matéria, conforme prevê o § 1º do artigo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil; **(b)** Desta forma, imperioso reconhecer-se o pleno vigor dos Decretos-Lei 1.658 e 1.722, ambos de 1979, no sentido da fixação da data da extinção do benefício em tela em **30.06.83**; **(c)** Com efeito, a única modificação introduzida pelo Decreto-Lei 1.894/81 foi o de assegurar às *"trading companies*" a fruição do benefício que anteriormente era reconhecido apenas ao produtor, independente de quem realizasse a exportação, não havendo qualquer incompatibilidade entre os Decretos-Lei 1.658/79 e 1.894/81; **(d)** Deveras, o artigo 1º, do Decreto-lei 1.894/81, apenas assegurou o direito ao aproveitamento do benefício do artigo 1º, do Decreto-lei 491/69, *"às empresas que exportarem, contra pagamento em moeda estrangeira conversível, produtos de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno";* **(e)** Em face disso, não se poderia presumir que o Decreto-Lei 1.894/81 revogou o Decreto-Lei 1.658, porque não o fez expressamente, inclusive sem referir a qualquer data de extinção, por isso que incide, *in casu*, o § 1º, do artigo 2º, da LICC; **(f)** Destarte, escapa à lógica jurídica imaginar-se que um incentivo em pleno vigor - por ocasião da edição do Decreto-Lei 1.894/81 - haveria de necessitar ser restaurado, porquanto a previsão de extinção era para 30.06.1983. Aliás, os pareceres anexados aduzem a "reafirmação" do benefício, e, só se reafirma o afirmado, e que está em vigor; **(g)** Outrossim, o Decreto-Lei 1.894/81 foi editado anteriormente a 30 de julho de 1983, data prevista para a extinção do direito ao crédito. Assim, se tal instrumento tivesse por escopo prorrogar indefinidamente a vigência do benefício fiscal, deveria tê-lo feito expressamente; e **(h)** Nada obstante, esse efeito não foi desejado pelo legislador, nem mesmo pelo Poder Executivo, quer no exercício da delegada e inconstitucional competência conferida ao Ministro da Fazenda.

Outrossim, ainda que assim não fosse, é cediço que a hermenêutica tributária obedece à regra geral contemplando a possibilidade de interpretação literal, sistêmica ou teológica e histórica. Nesta última é de extrema valia a busca de subsídios nos trabalhos de elaboração da norma, donde sobressai a exposição de motivos que levaram à edição da regra.
A interpretação histórica é de extrema valia nos conflitos aparentes de normas, porque: *"o direito não se inventa; é produto lento da evolução, adaptando ao meio; com acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para compreeender o bem."* (Trigo Loureiro, vol. I, § 46; Sutherland - Statutes and Statutory Construction, 2ª ed. Vol. II, § 462). *"O autor aparente da norma positiva apenas assimila, aproveita e consolida o que encontra no país e, em pequena parte, entre povos do mesmo grau de civilização. Consiste o Direito atual em reproduções, ora integrais, ora ligeiramente modificadas, de preceitos existentes".* (Black; Ferrara, Vol. I, p. 216-217).
Tratando-se o presente de um simples desdobramento do passado, o conhecer o passado parece indispensável para compreender o presente: daí a grande utilidade histórica do direito, para o estudo da ciência jurídica. (Saredo).
Os sistemas que melhor se adaptam ao progresso social e contribuem para o labor tranqüilo do homem, isolado ou em coletividade (Degni), deve partir de longe o estudo das fontes da legislação pátria (Coviello, Vol. I, p. 71).
É mister para o hermeneuta , a exegese, porquanto a lei aparece como o último elo de uma cadeia, como um fato intelectual e moral, cuja origem nos fará conhecer melhor o espírito e alcance do mesmo.
Na análise da eficácia da lei no tempo, sempre se presume que se não quis substituir, de todo, a norma em vigor; a revogação da lei deve ficar bem clara, verificando-se atentamente se o parlamento pretendeu reformar o Direito vigente, que circunstâncias o levaram a isto; até onde foi o propósito inovador; quais os termos e a extensão em que se afastou do dispositivo atual. - Pelo que eliminou e pelo que deixou subsistir, conclui-se o seu propósito, orienta-se o hermeneuta. (Aubry & Rau, vol. I, p. 97; Planiol, Vol. I, nº 219; Frebreguettes, Conselheiro da Corte de Cassação da França, Black; Paula Batista; Trigo de Loureiro, Vol. I, § 56, regra 20; Coelho da Rocha, Vol. I, § 45, regra 8).
Conseqüentemente, sobressai o prestígio do elemento histórico decorrente da investigação da causa geradora e da causa final da lei que conduz à descoberta do verdadeiro sentido e alcance da norma definitiva.
Disposições antigas, restabelecidas, consolidadas ou simplesmente aproveitadas em novo texto, conservam a exegese original. Pouco importa que se não reproduzam palavras: basta que fique a essência, o conteúdo, substancialmente se haja mantido o pensamento primitivo. (Sutherland, Vol. II, § 403).
O confronto de disposições vigentes com outras anteriores ou análogas, não só evidencia a continuidade, embora progressiva, de idéias e teorias pré-existentes, como também prova que essa perpetuação relativa é a regra; o contraste,a mudança radical aparecem como exceções. (Paulo, no Digesto, liv. I, tít. 3, frag. 28).
Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas. A conseqüência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho (Pacifici- Mazzoni, Ex- profo de Diereito Civil, Conselheiro da Corte de Cassação de Roma, Vol. I, p. 44-45). Se errada a exegese; protege-se o aforismo romano - ***sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*** (Paulo, Digesto, Liv. I, tít. 3, frag. 28): *"As leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecem ou completem".*
Direito anterior do qual o vigente é apenas um desdobramento, os autores designam com as expressões - Materiais Legislativos ou Trabalhos Preparatórios. Esta espécie compreende anteprojetos; os projetos e as respectivas Exposições de Motivos (Endemannn - Lehrbuch des Bürgerlichen Rechs, 8ª ed., vol. I, 1ª parte, p. 50; Ferrara Vol. I, p. 217).
A Exposição de Motivos é importante posto servir de guia da exegese dos Materiais Legislativos quando o pensamento diretor, o objetivo central, os princípios que dos mesmos ressaltam, encontram expressão no texto definitivo (Salomon - Das Problem der Rechtsbegrife, 1907, p. 75; Enneccerus, Vol. I, p. 111; Crome, Vol. I, p. 102; Ferrara, Vol. I, p. 218).
A exegese pode variar, com o tempo, e deve efetivamente mudar, mas conciliar a tradição com a realidade, conforme o método histórico-evolutivo.
À luz desse valiosíssimo elemento exegético é imune de impugnação a assertiva de que o Decreto-Lei 1.894/91 não exsurgiu com o escopo de reinstituir o crédito prêmio do IPI, senão de estendê-lo às empresas não alcançadas por aquele estímulo à exportação, bem como os demais diplomas legais surgiram com escopos diversos, aferíveis nas suas exposições de motivos a saber:

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 491/69:
"Tenho na honra de submeter À elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto-lei que visa a aperfeiçoar e a ampliar os mecanismos de estímulo à exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.658/79:
"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto-lei visando a extinguir gradativamente o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.722/79:

"Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei que altera a forma de aproveitamento de estímulos ficais à exportações, simplificando o procedimento atual, com vistas a dinamizar a exportação de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.724/79:
"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, na forma do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, ficou estabelecida a extinção gradual dos estímulos fiscais previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados."

Exposição de Motivos do Decreto-Lei nº 1.894/81:
"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados nacionais, ainda não alcançadas pelo vigente sistema de estímulos à exportação.
O projeto objetiva, portanto, criar mecanismo de incentivos à atividade de tais empresas, buscando desonerar da carga tributária os produtos de fabricação nacional, por elas adquiridos no mercado interno, e exportados contra pagamento em moeda estrangeira conversível."

Consoante esse mesmo método conclui-se que a tentativa governamental de deixar nas mãos do Ministro da Fazenda a flexibilização da concessão do benefício foi conjurada pela decisão suprema, por isso que permaneceu hígida a data de extinção do benefício.
À luz dessas considerações irretorquíveis, as conclusões da Primeira Turma, no julgamento do Recurso Especial 591708/RS, no sentido de que:

"TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETO-LEI 491/69 (ART. 1º). INCONSTITUCIONALIDADE DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA AO MINISTRO DA FAZENDA PARA ALTERAR A VIGÊNCIA DO INCENTIVO. EFICÁCIA DECLARATÓRIA E EX TUNC. MANUTENÇÃO DO PRAZO EXTINTIVO FIXADO PELOS DECRETOS-LEIS 1.658/79 E 1.722/79 (30 DE JUNHO DE 1983).
1. O art. 1º do Decreto-lei 1.658/79, modificado pelo Decreto-lei 1.722/79, fixou em 30.06.1983 a data da extinção do incentivo fiscal previsto no art. 1º do Decreto-lei 491/69 (crédito-prêmio de IPI relativos à exportação de produtos manufaturados).
2. Os Decretos-leis 1.724/79 (art. 1º) e 1.894/81 (art. 3º), conferindo ao Ministro da Fazenda delegação legislativa para alterar as condições de vigência do incentivo, poderiam, se fossem constitucionais, ter operado, implicitamente, a revogação daquele prazo fatal. Todavia, os tribunais, inclusive o STF, reconheceram e declararam a inconstitucionalidade daqueles preceitos normativos de delegação.
3. Em nosso sistema, a inconstitucionalidade acarreta a nulidade ex tunc das normas viciadas, que, em conseqüência, não estão aptas a produzir qualquer efeito jurídico legítimo, muito menos o de revogar legislação anterior. Assim, por serem inconstitucionais, o art. 1º do Decreto-lei 1.724/79 e o art. 3º do Decreto-lei 1.894/81 não revogaram os preceitos normativos dos Decretos-leis 1.658/79 e 1.722/79, ficando mantida, portanto, a data de extinção do incentivo fiscal.
4. Por outro lado, em controle de constitucionalidade, o Judiciário atua como legislador negativo, e não como legislador positivo. Não pode, assim, a pretexto de declarar a inconstitucionalidade parcial de uma norma, inovar no plano do direito positivo, permitindo que surja, com a parte remanescente da norma inconstitucional, um novo comando normativo, não previsto e nem desejado pelo legislador. Ora, o legislador jamais assegurou a vigência do crédito-prêmio do IPI por prazo indeterminado, para além de 30.06.1983. O que existiu foi apenas a possibilidade de isso vir a ocorrer, se assim o decidisse o Ministro da Fazenda, com base na delegação de competência que lhe fora atribuída. Declarando inconstitucional a outorga de tais poderes ao Ministro, é certo que a decisão do Judiciário não poderia acarretar a conseqüência de conferir ao benefício fiscal uma vigência indeterminada, não prevista e não querida pelo legislador, e não estabelecida nem mesmo pelo Ministro da Fazenda, no uso de sua inconstitucional competência delegada.
5. Finalmente, ainda que se pudesse superar a fundamentação alinhada, a vigência do benefício em questão teria, de qualquer modo, sido encerrada, na melhor das hipóteses para os beneficiários, em 05 de outubro de 1990, por força do art. 41, § 1º, do ADCT, já que o referido incentivo fiscal setorial não foi confirmado por lei superveniente. 6. Recurso especial a que se nega provimento." (REsp 591708/RS, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, publicado no DJ 09.08.2004)

Sobressai, assim, estreme de dúvidas que as Portarias Ministeriais poderiam ter alongado o prazo de fruição do benefício e até a declaração de inconstitucionalidade fixando o termo *a quo* de sua eficácia, mercê de os mesmos terem feito outros atos inferiores que compõem a expressão "legislação tributária" sem que esse fato por si só justifique a higidez jurídica do benefício fiscal setorial, tanto mais depois de conjurado, por vício formal, pelo E. STF.
Deveras, o fato de a União implementar os pagamentos antes da declaração de inconstitucionalidade difusa, nos recursos extraordinários relativos ao tema não revalida o benefício, por isso que, *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Em conseqüência, se o particular após a declaração de inconstitucionalidade tem ao seu dispor o direito de repetir o indébito, o mesmo direito exsurge para a administração, em prol do princípio isonômico de reaver o que pagou indevidamente antes da aferição da inconstitucionalidade de débitos oriundos de benefícios que se anularam pela bastardia de seus títulos formais.
Outrossim, ainda que se entrevisse no Decreto-Lei 1.824 aptidão para reinstituir benefício em plena vigência, porquanto o diploma é de 1981 e o crédito-prêmio prometido vigorar até 1983, não houve antinomia nesses diplomas por isso que, a derrogação do segundo regramento subsume-se na regra de que: *" A decisão que pronuncia a inconstitucionalidade tem caráter declaratório - e não constitutivo -, atingindo ab initio a norma eivada de vício"* (STF, RDA 181-182/119, v. tb. RDA 59/339; RTJ 98/758, 97/1369 e 91/407).
No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, visto que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe - ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos - a possibilidade de invocação de qualquer direito (STF, RTJ 146/461).
Destarte, a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão, que, fundado numa competência de rejeição deferida pelo Supremo Tribunal Federal, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme ao modelo plasmado na Carta Política, com todas as conseqüências daí decorrentes, inclusive a restauração plena de eficácia das leis e normas afetadas pelo ato declarado inconstitucional. Esse poder excepcional converte o Supremo Tribunal federal em verdadeiro legislador negativo (STF, RTJ 146/461).
Mister destacar, ainda, que declaração de inconstitucionalidade e revogação, como evidente não se confundem, a não ser pelas conseqüências fenomênico-legais, posto que tanto o diploma revogado, quanto o declarado inconstitucional são conjurados do ordenamento. Entretanto, diferentemente do sustentado nos pareceres, a declaração de inconstitucionalidade pressupõe vício que nulifica a lei *ab ovo* perdendo essa, inclusive, a aptidão de revogar.
A revogação dá-se por conveniência, constituindo, com a novel lei, outra definição jurídica.
A Lei 9.868/98 dispõe, em seu artigo 11, § 2º, que *:"A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação no sentido contrário."* A redação inequívoca indica que em nome da segurança jurídica, da supremacia da constituição, da presunção de legitimidade das leis, e da assunção da qualidade de legislador negativo que o judiciário assume no controle da constitucionalidade das leis restaura-se a eficácia da lei afetada pelo ato declarado inconstitucional.
Não obstante qualquer capitulação acerca do artigo 41, do ADCT, mister enfatizar que o crédito-prêmio é benefício setorial do segmento da exportação e não foi recepcionado pela Lei 8.402/92 que se refere ao artigo 1º, do Decreto-Lei 1.894 na parte em que esse diploma não foi declarado inconstitucional, deixando ao desabrigo o crédito prêmio *tout court*, enumerado no inciso II, sendo restritiva a exegese que entrevê favores fiscais, consoante alhures destacado.
O estágio atual da ciência jurídica vive a era do pós-positivismo, o que Norberto Bobbio denominava estado principiológico ou sistema jurídico de princípios na acepção moderna de Robert Alexy e Edward Dworkin.
Sob esse ângulo, duas questões revelam-se inarredáveis, a saber: a primeira de que à luz do princípio maior da harmonia e separação dos poderes, o Poder judiciário não atua como legislador positivo, nem mesmo na injunção, por isso que ao declarar a inconstitucionalidade das leis, o efeito imediato é o da conjuração da norma do sistema, tal como se não existisse, com eficácia *ex tunc*, salvo determinação em contrário, hoje consagrada pela Lei 9.868/99.
Destarte, o legislador constitucional através de sua força normativa e em vontade expressa realçada pela doutrina de Peter Herbele e Konrad Hesse deixou incólume de dúvidas a sua tendência na abolição desses incentivos e a razão é simples: é que na principiologia geral da ordem econômica e tributária vela-se pelo princípio da igualdade (artigo 150, II, da CF/88) sem prejuízo de a novel Constituição estatuir em letra expressa (artigo 153, II, CF/88) a possibilidade de instituir imposto sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.
Por oportuno, outra não poderia ser a vontade constitucional porquanto: **(i)** Ao final da década de 70, o Brasil sofria fortes pressões internacionais, particularmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com ameaças de retaliação por parte dos países desenvolvidos, em função dos subsídios concedidos aos exportadores e demais políticas adotadas no comércio exterior. Esta foi a principal motivação para a edição do Decreto-Lei 1.658/79, determinando a extinção gradual do "crédito-prêmio", obedecendo às diretrizes estabelecidas na chamada "Rodada Tóquio" do GATT, encerrada naquele mesmo ano; **(ii)** O Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio Legislativo nº 22, de 05/12/86 e cuja execução e cumprimento foram determinados pelo Decreto nº 93.962, de 22.01.87 traz em seu bojo uma "lista ilustrativa de subsídios à exportação", cuja adoção não era admitida, dentre os quais figura a concessão pelos governos de subsídios diretos a uma empresa ou a uma indústria em função do seu desempenho de exportação; **(iii)** A Ata Final de incorpora os resultados da "Rodada Uruguai" de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15.12.94, cuja execução e cumprimento foi determinada pelo Decreto nº 1.355 de 30.12.94 traz expressa, no art. 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias a proibição de "subsídios vinculados, de fato ou de direito, ao desempenho exportador, quer individualmente,que como parte de um conjunto de condições; **(iv)** Por conta disso o Governo Brasileiro entendeu então, nos idos de 1979 como necessário delinear um regime de extinção gradual do indigitado benefício e já em, 1979 editou o Decreto-Lei 1.658/79, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 1.722/79, ambos fixando o termo final do benefício para 30.06.1983; **(v)** Ocorre que a despeito da edição do Decreto-Lei 1.658/79 o Brasil continuou a sofrer os pesados ônus alfândegários e, em benefício dos exportadores, paradoxalmente, editou-se o Decreto-Lei 1724, delegando-se poderes ao Ministro da Fazenda para alterar o regime da concessão do benefício fosse para aumentar, reduzir ou extinguir; **(vi)** Como é cediço, tal delegação de poderes ao Ministro de Estado da Fazenda foi declara inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE 186.623-3/RS, Min. Carlos Velloso, DJ 12.04.2002 e RE 186.359-5/RS, Min. Marco Aurélio, DJ 10.05.2002); **(vii)** Aliás, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 1724 teve por objeto apenas a delegação de poderes ao titular do Ministério da Fazenda, não dispondo sobre qualquer outro aspecto do crédito-prêmio, muito menos quanto ao prazo de extinção fixado pelo Decreto-Lei 1658/79.
Nada obstante, ainda em recentíssimos diplomas legais; Medida Provisória 2.158/2001 e Lei 9.716/98 que adjuntaram modificações à Lei 1.578/77 que dispõe sobre o imposto de exportação, não há nenhuma regra sobre a subsistência do crédito-prêmio, oportunidade em que o legislador, via técnica interpretativa, considerada contemporânea à lei interpretada, poderia ter dissipado as injustas expectativas do segmento comercial, o que corrobora a ausência de vontade política na manutenção do benefício fiscal setorial.
A *fortiori*, um país que no ideário de sua nação prevê a possibilidade de tributar exportações, determina a abolição de incentivos e vela pela isonomia entre os contribuintes, não se concilia, à luz de uma interpretação sistêmica e histórica da ordem econômica tributária, inferir implicitamente uma "vontade constitucional" em liberar créditos-prêmio a, apenas, um segmento da economia nacional, sacrificada pela imposição internacional de pagamento de uma dívida externa que nulifica o atingimento dos mais elementares e nobres desígnios de uma nação.
O enfoque principiológico contrapõe-se à "suposta" segurança jurídica encartada como premissa nuclear dos inúmeros e judiciosos memoriais, porquanto preconizar um "direito imutável" é reiterar a perspectiva que anulou a escola clássica do jus-naturalismo. Assim, outra não é a razão pela qual mentes privilegiadas combatem a Súmula vinculante, algumas das quais, firmadoras dos pareceres acostados, exaltando as necessidades de adaptação constante da realidade normativa à realidade prática através da função jurisdicional.
Deveras, a jurisprudência, dita quinzenária, do crédito-prêmio revela que a Fazenda impugna o referido benefício de há muito, revelando inequívoca a vontade política de extirpação do benefício. Isto porque, se há quinze anos o STJ decide em última instância causas que tramitam pelo menos há 5 anos nas instâncias ordinárias, para levarmos em consideração o melhor trabalho estatístico do tema, da lavra do Professor Mauro Cappelletti (Acesso à Justiça, na obra conjunto com o Professor Bryan Garth da Universidade de Bloomington, isso significa que no ano de 1984, vale dizer, um ano após a extinção prevista em lei para o incentivo, iniciou-se o movimento demandante em face do objeto da lide, coincidindo com o termo *ad quem* previsto no Decreto-Lei 1.685).
Salvante o aspecto estritamente jurídico, a ciência do direito, na atualidade, convive com dois ramos destacados e que se sobressaem, a saber: a justiça econômica e a economia normativa, no dizer do John Rawls na sua célebre Teoria da Justiça.
Essa novel feição jurídica impõe que na solução das questões judiciais sejam considerados os dados econômicos das premissas e do resultado das decisões, porquanto pertencem ao campo da "justiça corretiva", diversa da "justiça distributiva" a que se referia Aristóteles.
Sob esse enfoque, os dados econômicos oficiais indicam que o país, no campo das exportações independentemente de qualquer crédito-prêmio, tem revelado performance acima de toda e qualquer expectativa a saber: **(i)** As exportações passaram de US$ 51 bilhões em 1998 para US$ 90 bilhões em 2004, representando um aumento no período de mais de 75%, o que corresponde ao crescimento médio anual de 9,9%; **(ii)** As exportações que mais cresceram foram de produtos básicos, bem como dos semi-elaborados e de manufaturados, os quais apresentaram um desempenho excepcional; **(iii)** As exportações de semi-faturados passaram de US$ 8,1 bilhões em 1998 para US$ 12,5 bilhões, revelando um crescimento de mais de 54% no período, o que corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 7,5%; **(iv)** As exportações de manufaturados, por sua vez, passaram de US$ 29,3 bilhões em 1998 para US$ 47,7 bilhões em 2004, revelando um aumento de mais de 62% no período, oque corresponde a um crescimento médio anual da ordem de 8,4%; **(v)** Esse desempenho é reflexo do ganho de competitividade dos setores exportadores, o que é comprovado pelo fato de que as exportações estão crescendo em quantidade; **(vi)** A quantidade de produtos semi-manufaturados exportados, por exemplo, cresceu em média 7,4% no período, sem prejuízo, no setor de manufaturados, a quantidade exportada cresceu mais de 10% ao ano no período; **(vii)** Analisando o ano de 2004 em relação ao ano de 2003, observamos que o desempenho do setor exportador brasileiro está ainda melhor; **(viii)** O total das exportações realizadas entre janeiro e agosto de 2004 foi de US$ 61,4 bilhões. No mesmo período de 2003, o total exportado havia sido de US$ 45,5 bilhões. Ou seja, as exportações em 2004 estão crescendo 34,8% em relação ao ano anterior; **(ix)** As exportações de semi-manufaturados entre janeiro e agosto de 2004 já atingiram o montante de US$ 8,5 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2003 havia sido de US$ 7,0 bilhões. Ou seja, em 2004,as exportações de semi-manufaturados estão crescendo 22,3%; **(x)** No setor de manufaturados o desempenho é ainda melhor. As exportações estão subindo de US$ 24,4 bilhões em 2003 para US$ 32,5 bilhões em 2004, sempre levando em consideração o acumulado no período de janeiro-agosto de cada ano. Isso significa um crescimento de 32,8%; **(xi)** Ao longo dos últimos 6 anos (1998/2004), o total exportado vem continuamente aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; **(xii)** Em 1998 o total das exportações brasileiras representavam 6,5% do PIB. Em 2003, o total das exportações no PIB alcançou 14,8%. Ou seja, o total das exportações em relação ao PIB mais do que dobrou, em pouco mais de 6 anos;

(xiii) A expectativa é de que as exportações brasileiras alcancem em 2004 em torno de 17,5% do PIB. Ou seja, em apenas um ano, as exportações incrementaram a sua participação no PIB em quase 3 pontos percentuais; **(xiv)** As exportações de semi-manufaturados em 1998 representavam 1% so PIB; em 2003 esse perceNtual passou para 2,2% havendo a expectativa de que alcance algo em torno de 2,4% do PIB em 2004; e **(xv)** As exportações de manufaturados passaram de 3,7% do PIB em 1998 para 8,0% em 2003, sendo esperado que alcance algo em torno de 9,3% em 2004. Ou seja, em 6 anos, a participação das exportações de manufaturados em relação ao PIB quase triplicou.

Por fim e atendendo aos interesses e fundamentos da República Federativa do Brasil, e à luz da proteção da dignidade da pessoa humana, erigida como um dos pilares do ideário da nação, acaso alguém merecesse prêmio nesse país seria o trabalhador brasileiro, o assalariado, alguns vivendo no limite de sua sobrevivência biológica, que ainda assim contribuem, mesmo com diminuta parcela, para que prêmios indevidos sejam concedidos, por quem usufrui de utilidades distantes das mais comezinhas necessidades sociais.

Entrementes, a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 27.06.2007, reafirmou a tese de que o crédito-prêmio do IPI, previsto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 491/69, não se aplica às vendas para o exterior realizadas após 04.10.90, seja pelo fundamento de que o referido benefício foi extinto em 30.06.83, *ex vi* do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.658/79, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.722/79, seja pelo fundamento de que foi extinto em 04.10.1990, por força do artigo 41 e § 1º, do ADCT (EREsp 738689/PR, da relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki).

Nada obstante, ressalvo o entendimento externado nos autos do **Recurso Especial 541239/DF**, julgado em 09.11.2005, pela Primeira Seção (afetação decorrente do inciso II, do artigo 14, do RISTJ), que perfilhava a tese de que **a extinção do crédito-prêmio do IPI se deu em 30.06.1983**, consoante as razões inicialmente ventiladas.

Outrossim, os efeitos prospectivos previstos no artigo 27, da Lei nº 9.868/1999, são inaplicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de usurpação da atividade legislativa, mercê de promover o rompimento da Segurança Jurídica e do Princípio da Isonomia, em confronto com os contribuintes que, calcados na presunção de legitimidade das leis, não demandaram contra o Fisco (Precedente da Excelsa Corte: Questão de Ordem no RE 353.657-5-PR). Deveras, a aplicação da "modulação temporal" é situação excepcional, somente cabível no caso da declaração de inconstitucionalidade, porquanto as decisões judiciais da natureza da pleiteada *in casu*, têm eficácia *ex nunc*.

In casu, o mandado de segurança foi impetrado por empresa exportadora de produtos industrializados, **em 14.01.2004**, objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo ao aproveitamento dos créditos de IPI referentes ao crédito-prêmio concedido às operações de exportação, previsto no art. 1º, do Decreto-Lei 491/69, **dos últimos vinte anos, a contar do ajuizamento da ação mandamental**, vale dizer, **desde 14.01.1984**.

Desta sorte, a pretensão recursal demanda parcelas de IPI tanto anteriores a 04.10.1990, estas atingidas pela prescrição qüinqüenal (vez que ajuizada a demanda somente em 14.01.2004), quanto posteriores ao referido marco temporal, quando já inexistente o benefício fiscal do crédito-prêmio, razão pela qual não merece reparo o acórdão recorrido, ainda que dissonante da novel jurisprudência quanto ao marco extintivo do incentivo fiscal.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, *caput*, do CPC, **NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL**.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2126)

RECURSO ESPECIAL Nº 907.481 - SP (2006/0262371-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: ERLU COMÉRCIO DE TECIDOS LTDA
ADVOGADO	: ROSANGELA JULIANO FERNANDES E OUTRO
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARIA CECÍLIA LEITE MOREIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO/COMPENSAÇÃO. ARTIGO 3º, DA LEI COMPLEMENTAR 118/2005. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. PAGAMENTO INDEVIDO. ARTIGO 4º, DA LC 118/2005. DETERMINAÇÃO DE APLICAÇÃO RETROATIVA. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONTROLE DIFUSO. CORTE ESPECIAL. RESERVA DE PLENÁRIO.

1. O prazo prescricional das ações de compensação/repetição de indébito, do ponto de vista prático, deve ser contado da seguinte forma: relativamente aos pagamentos efetuados a partir da vigência da Lei Complementar 118/2005 (09.06.05), o prazo para se pleitear a restituição é de cinco anos a contar da data do recolhimento indevido; e relativamente aos pagamentos anteriores, a prescrição obedece ao regime previsto no sistema anterior, limitada, porém, ao prazo máximo de cinco anos a contar da vigência da novel lei complementar.

2. Isto porque a Corte Especial declarou a inconstitucionalidade da expressão "observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional", constante do artigo 4º, segunda parte, da Lei Complementar 118/2005 (**AI nos ERESP 644736/PE, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 06.06.2007**).

3. Deveras, a norma inserta no artigo 3º, da lei complementar em tela, indubitavelmente, cria direito novo, não configurando lei meramente interpretativa, cuja retroação é permitida, consoante apregoa doutrina abalizada:

"Denominam-se leis interpretativas as que têm por objeto determinar, em caso de dúvida, o sentido das leis existentes, sem introduzir disposições novas. {nota: A questão da caracterização da lei interpretativa tem sido objeto de não pequenas divergências, na doutrina. Há a corrente que exige uma declaração expressa do próprio legislador (ou do órgão de que emana a norma interpretativa), afirmando ter a lei (ou a norma jurídica, que não se apresente como lei) caráter interpretativo. Tal é o entendimento da ***AFFOLTER*** *(Das intertemporale Recht, vol. 22, System des deutschen bürgerlichen Uebergangsrechts, 1903, pág. 185), julgando necessária uma Auslegungsklausel, ao qual* ***GABBA****, que cita, nesse sentido, decisão de tribunal de Parma, (...) Compreensão também de* ***VESCOVI*** *(Intorno alla misura dello stipendio dovuto alle maestre insegnanti nelle scuole elementari maschili, in Giurisprudenza italiana, 1904, I,I, cols. 1191, 1204) e a que adere* ***DUGUIT****, para quem nunca se deve presumir ter a lei caráter interpretativo - "os tribunais não podem reconhecer esse caráter a uma disposição legal, senão nos casos em que o legislador lho atribua expressamente" (Traité de droit constitutionnel, 3ª ed., vol. 2º, 1928, pág. 280). Com o mesmo ponto de vista, o jurista pátrio* ***PAULO DE LACERDA*** *concede, entretanto, que seria exagero exigir que a declaração seja inseri da no corpo da própria lei não vendo motivo para desprezá-la se lançada no preâmbulo, ou feita noutra lei.*

Encarada a questão, do ponto de vista da lei interpretativa por determinação legal, outra indagação, que se apresenta, é saber se, manifestada a explícita declaração do legislador, dando caráter interpretativo, à lei, esta se deve reputar, por isso, interpretativa, sem possibilidade de análise, por ver se reúne requisitos intrínsecos, autorizando uma tal consideração.

(...)

*... **SAVIGNY** coloca a questão nos seus precisos termos, ensinando: "trata-se unicamente de saber se o legislador fez, ou quis fazer uma lei interpretativa, e, não, se na opinião do juiz essa interpretação está conforme com a verdade" (System des heutigen romischen Rechts, vol. 8º, 1849, pág. 513). Mas, não é possível dar coerência a coisas, que são de si incoerentes, não se consegue conciliar o que é inconciliável. E, desde que a chamada interpretação autêntica é realmente incompatível com o conceito, com os requisitos da verdadeira interpretação (v., supra, a nota 55 ao n° 67), não admira que se procurem torcer as conseqüências inevitáveis, fatais de tese forçada, evitando-se-lhes os perigos. Compreende-se, pois, que muitos autores não aceitem o rigor dos efeitos da imprópria interpretação. Há quem, como* ***GABBA*** *(Teoria delta retroattività delle leggi, 3ª ed., vol. 1º, 1891, pág. 29), que invoca* ***MAILHER DE CHASSAT*** *(Traité de la rétroactivité des lois, vol. 1º, 1845, págs. 131 e 154), sendo seguido por* ***LANDUCCI*** *(Trattato storico-teorico-pratico di diritto civile francese ed italiano, versione ampliata del Corso di diritto civile francese, secondo il metodo dello Zachariæ, di Aubry e Rau, vol. 1º e único, 1900, pág. 675) e* ***DEGNI*** *(L'interpretazione della legge, 2ª ed., 1909, pág. 101), entenda que é de distinguir quando uma lei é declarada interpretativa, mas encerra, ao lado de artigos que apenas esclarecem, outros introduzido novidade, ou modificando dispositivos da lei interpretada.* ***PAULO DE LACERDA*** *(loc. cit.) reconhece ao juiz competência para verificar se a lei é, na verdade, interpretativa, mas somente quando ela própria afirme que o é.* ***LANDUCCI*** *(nota 7 à pág. 674 do vol. cit.) é de prudência manifesta: "Se o legislador declarou interpretativa uma lei, deve-se, certo, negar tal caráter somente em casos extremos, quando seja absurdo ligá-la com a lei interpretada, quando nem mesmo se possa considerar a mais errada interpretação imaginável. A lei interpretativa, pois, permanece tal, ainda que errônea, mas, se de modo insuperável, que suplante a mais aguda conciliação, contrastar com a lei interpretada, desmente a própria declaração legislativa."* Ademais, a doutrina do tema é pacífica no sentido de que: *"Pouco importa que o legislador, para cobrir o atentado ao direito, que comete, dê à sua lei o caráter interpretativo. É um ato de hipocrisia, que não pode cobrir uma violação flagrante do direito" (Traité de droit constitutionnel, 3ª ed., vol. 2º, 1928, págs. 274-275)."* (Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Vol. I, 3ª ed., págs. 294 a 296).

4. Consectariamente, em se tratando de pagamentos indevidos efetuados antes da entrada em vigor da LC 118/05 (09.06.2005), o prazo prescricional para o contribuinte pleitear a restituição do indébito, nos casos dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, continua observando a cognominada tese dos cinco mais cinco, desde que, na data da vigência da novel lei complementar, sobejem, no máximo, cinco anos da contagem do lapso temporal (regra que se coaduna com o disposto no artigo 2.028, do Código Civil de 2002, segundo o qual: *"Serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada."*).

5. Por outro lado, ocorrido o pagamento antecipado do tributo após a vigência da aludida norma jurídica, o *dies a quo* do prazo prescricional para a repetição/compensação é a data do recolhimento indevido.

6. *In casu*, a demanda foi ajuizada em 02.04.2001 (muito antes da entrada em vigor da novel lei complementar), com o objetivo obter o direito à compensação de valores indevidamente recolhidos a título tributo sujeito a lançamento por homologação, o que, nos termos dos arts. 168, I, e 150, § 4º, do CTN, revela inequívoca a inocorrência da prescrição dos valores recolhidos indevidamente a partir de 02.04.1991, porquanto tributo sujeito a lançamento por homologação, cuja prescrição opera-se 5 (cinco) anos após expirado o prazo para aquela atividade.

7. Recurso especial provido para afastar a prescrição da ação e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para fins de analisar as demais questões pendentes. (art. 557, § 1º-A, do CPC)

Trata-se de recurso especial interposto com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, por ERLU COMÉRCIO DE TECIDOS LTDA contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região que, em demanda onde se discute a compensação/repetição de tributos sujeitos a lançamento por homologação, aplicou a tese da prescrição qüinqüenal a contar da data da decisão que declarou a inconstitucionalidade da exação discutida

Aponta a recorrente a ocorrência de violação aos arts 142, 150, § 4º, 168, I, 174, do CTN e 9º, do Decreto n.º 2.049/83. 168, do CTN, pugnando pelo reconhecimento da prescrição decenal da ação, bem como, aos arts. 58, da Lei n.º 9.069/95, 39, § 4º, da Lei n.º 9.250/95, 66, da Lei n.º 8.383/91, no que se refere ao direito à compensação, à incidência de juros e da taxa SELIC, além de apontar dissídio jurisprudencial.

Contra-razões ofertadas pugnando pela inadmissão do recurso.

Realizado o juízo de admissibilidade positivo do apelo extremo, na instância de origem, ascenderam os autos ao E. STJ.

Relatados. Decido.

Assiste razão à recorrente.

Com efeito, a Primeira Seção deste Tribunal Superior consagrou a tese de que a extinção do crédito tributário, marco temporal do prazo qüinqüenal do direito do contribuinte pleitear restituição do indébito (artigo 168, I, do CTN) condiciona-se à homologação expressa ou tácita do pagamento antecipado (artigo 156, VII, do CTN), e não ao próprio pagamento, que configura mera antecipação *ex vi* do artigo 150, § 1º, do *Codex* Tributário.

Assim, tendo em vista que a extinção do crédito tributário, em regra, efetiva-se com a homologação tácita, que se ultima cinco anos após a ocorrência do fato jurídico tributário (artigo 150, § 4º, do CTN), o prazo prescricional para a repetição ou compensação dos tributos sujeitos a lançamento por homologação começa a fluir decorridos 05 (cinco) anos, contados a partir da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais um qüinqüênio computado desde o termo final do prazo atribuído ao Fisco para verificar o *quantum* devido a título de tributo.

À guisa de exemplo, merece transcrição a ementa do seguinte julgado oriundo da Primeira Seção:

"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. LEI Nº 7.787/89. COMPENSAÇÃO. PRESCRIÇÃO. DECADÊNCIA. TERMO INICIAL DO PRAZO. PRECEDENTES.

1. Está uniforme na 1ª Seção do STJ que, no caso de lançamento tributário por homologação e havendo silêncio do Fisco, o prazo decadencial só se inicia após decorridos 5 (cinco) anos da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais um qüinqüênio, a partir da homologação tácita do lançamento. Estando o tributo em tela sujeito a lançamento por homologação, aplicam-se a decadência e a prescrição nos moldes acima delineados.

2. Não há que se falar em prazo prescricional a contar da declaração de inconstitucionalidade pelo STF ou da Resolução do Senado. A pretensão foi formulada no prazo concebido pela jurisprudência desta Casa Julgadora como admissível, visto que a ação não está alcançada pela prescrição, nem o direito pela decadência. Aplica-se, assim, o prazo prescricional nos moldes em que pacificado pelo STJ, id est, a corrente dos cinco mais cinco.

3. A ação foi ajuizada em 16/12/1999. Valores recolhidos, a título da exação discutida, em 09/1989. Transcorreu, entre o prazo do recolhimento (contado a partir de 12/1989) e o do ingresso da ação em juízo, o prazo de 10 (dez) anos. Inexiste prescrição sem que tenha havido homologação expressa da Fazenda, atinente ao prazo de 10 (dez) anos (5 + 5), a partir de cada fato gerador da exação tributária, contados para trás, a partir do ajuizamento da ação.

4. Precedentes desta Corte Superior.

5. Embargos de divergência rejeitados, nos termos do voto." (**EREsp 435835/SC, Relator Ministro Francisco Peçanha Martins, Relator p/ Acórdão Ministro José Delgado, julgado em 24.03.2004, publicado no DJ de 04.06.2007**)

Nada obstante, em 09 de fevereiro de 2005, sobreveio a Lei Complementar 118, que, em seu artigo 3º, dispõe sobre a interpretação do inciso I do artigo 168, do CTN, *verbis*:

"Art. 3º Para efeito de interpretação do inciso I do art. 168 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, a extinção do crédito tributário ocorre, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado de que trata o § 1º do art. 150 da referida Lei."

O artigo 4º, da LC 118/2005, determina a aplicação retroativa da norma jurídica inserta no dispositivo supracitado, em conformidade com o disposto no artigo 106, I, do CTN, segundo o qual: *"A lei aplica-se a ato ou fato pretérito: I - em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados"*.

Diante da aludida inovação legislativa, a Primeira Seção reconsolidou a jurisprudência do STJ acerca da cognominada tese dos cinco mais cinco para a definição do termo *a quo* do prazo prescricional das ações de repetição/compensação de valores indevidamente recolhidos a título de tributo sujeito a lançamento por homologação, apenas no que pertine às demandas intentadas antes da entrada em vigor da Lei Complementar 118/2005 (**EREsp 327043/DF, Relator Ministro João Otávio de Noronha, julgado em 27.04.2005**).

Naquela oportunidade, proferi voto-vista, posicionando-me no sentido de que:

"... a Lei Complementar 118, de 09 de fevereiro de 2005, aplica-se, tão somente, aos fatos geradores pretéritos ainda não submetidos ao crivo judicial, pelo que o novo regramento não é retroativo mercê de interpretativo. É que toda lei interpretativa, como toda lei, não pode retroagir.Outrossim, as lições de outrora coadunam-se com as novas conquistas constitucionais, notadamente a segurança jurídica da qual é corolário a vedação à denominada "surpresa fiscal".
(...)
À míngua de prequestionamento por impossibilidade jurídica absoluta de engendrá-lo, e considerando que não há inconstitucionalidade nas leis interpretativas como decidiu em recentíssimo pronunciamento o Pretório Excelso, o preconizado na presente sugestão de decisão ao colegiado, sob o prisma institucional, deixa incólume a jurisprudência do Tribunal ao ângulo da máxima tempus regit actum, permite o prosseguimento do julgamento dos feitos de acordo com a jurisprudência reinante, sem invalidar a vontade do legislador através suscitação de incidente de inconstitucionalidade de resultado moroso e duvidoso a afrontar a efetividade da prestação jurisdicional,mantendo hígida a norma com eficácia aos fatos pretéritos ainda não sujeitos à apreciação judicial, máxime porque o artigo 106 do CTN é de constitucionalidade induvidosa até então e ensejou a edição da LC 118/2005, constitucionalmente imune de vícios.
(...)"
Entrementes, o Supremo Tribunal Federal, em sede do recurso extraordinário interposto em face do *decisum* proferido nos autos dos EREsp 644736/PE, nos quais se cuida da matéria ora em debate, considerou caracterizada a violação do princípio constitucional da reserva de plenário (artigo 97, da Constituição Federal de 1988), reputando declaratório de inconstitucionalidade o acórdão que *"afasta a incidência de norma ordinária pertinente à lide para decidi-la sobre critérios diversos alegadamente extraídos da Constituição"*.

Conseqüentemente, a Primeira Seção determinou o processamento, perante a Corte Especial, de incidente de inconstitucionalidade do artigo 4º, da LC 118/2005, na parte que determina a aplicação retroativa do disposto no artigo 3º, da mesma lei.

Na sessão de julgamento ocorrida em 06.06.2007, a Corte Especial acolheu o referido incidente, para reconhecer a inconstitucionalidade da expressão "observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional", constante do artigo 4º, segunda parte, da Lei Complementar 118/2005, *verbis*:

"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. LEI INTERPRETATIVA. PRAZO DE PRESCRIÇÃO PARA REPETIÇÃO DE INDÉBITO, NOS TRIBUTOS SUJEITOS À LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. LC 118/2005: NATUREZA MODIFICATIVA (E NÃO SIMPLESMENTE INTERPRETATIVA) DO SEU ARTIGO 3º. INCONSTITUCIONALIDADE DO SEU ART. 4º, NA PARTE QUE DETERMINA A APLICAÇÃO RETROATIVA.
1. Sobre o tema relacionado com a prescrição da ação de repetição de indébito tributário, a jurisprudência do STJ (1ª Seção) é no sentido de que, em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, o prazo de cinco anos, previsto no art. 168, do CTN, tem início, não na data do recolhimento do tributo indevido, e sim na data da homologação - expressa ou tácita - do lançamento. Segundo entende o Tribunal, para que o crédito se considere extinto, não basta o pagamento: é indispensável a homologação do lançamento, hipótese de extinção albergada pelo art. 156, VII, do CTN. Assim, somente a partir dessa homologação é que teria início o prazo previsto no art. 168, I. E, não havendo homologação expressa, o prazo para a repetição do indébito acaba sendo, na verdade, de dez anos a contar do fato gerador.
2. Esse entendimento, embora não tenha a adesão uniforme da doutrina e nem de todos os juízes, é o que legitimamente define o conteúdo e o sentido das normas que disciplinam a matéria, já que se trata do entendimento emanado do órgão do Poder Judiciário que tem a atribuição constitucional de interpretá-las.
3. O art. 3º, da LC 118/2005, a pretexto de interpretar esses mesmos enunciados, conferiu-lhes, na verdade, um sentido e um alcance diferente daquele dado pelo Judiciário. Ainda que defensável a 'interpretação' dada, não há como negar que a Lei inovou no plano normativo, pois retirou das disposições interpretadas um dos seus sentidos possíveis, justamente aquele tido como correto pelo STJ, intérprete e guardião da legislação federal.
4. ***Assim, tratando-se de preceito normativo modificativo, e não simplesmente interpretativo, o art. 3º, da LC 118/2005 só pode ter eficácia prospectiva, incidindo apenas sobre situações que venham a ocorrer a partir de sua vigência.***
5. O artigo 4º, segunda parte, da LC 118/2005, que determina aplicação retroativa do seu art. 3º, para alcançar inclusive fatos passados, ofende o princípio constitucional da autonomia e independência dos poderes (CF, art. 2º) e o da garantia do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada (CF, art. 5º, XXXVI).
6. Argüição de inconstitucionalidade acolhida." (AI nos ERESP 644736/PE, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 06.06.2007)

No voto-condutor da argüição de inconstitucionalidade, assinalou ainda o e. Ministro Relator que *"com o advento da LC 118/05, a prescrição, do ponto de vista prático, deve ser contada da seguinte forma: relativamente aos pagamentos efetuados a partir da sua vigência (que ocorreu em 09.06.05), o prazo para a repetição do indébito é de cinco a contar da data do pagamento; e relativamente aos pagamentos anteriores, a prescrição obedece ao regime previsto no sistema anterior, limitada, porém, ao prazo máximo de cinco anos a contar da vigência da lei nova"*.

Deveras, a norma inserta no artigo 3º, da lei complementar em tela, indubitavelmente, cria direito novo, não configurando lei meramente interpretativa, cuja retroação é permitida, consoante apregoa doutrina abalizada:

"Denominam-se leis interpretativas as que têm por objeto determinar, em caso de dúvida, o sentido das leis existentes, sem introduzir disposições novas. {nota: A questão da caracterização da lei interpretativa tem sido objeto de não pequenas divergências, na doutrina. Há a corrente que exige uma declaração expressa do próprio legislador (ou do órgão de que emana a norma interpretativa), afirmando ter a lei (ou a norma jurídica, que não se apresente como lei) caráter interpretativo. Tal é o entendimento da ***AFFOLTER*** *(Das intertemporale Recht, vol. 22, System des deutschen bürgerlichen Uebergangsrechts, 1903, pág. 185), julgando necessária uma Auslegungsklausel, ao qual* ***GABBA****, que cita, nesse sentido, decisão de tribunal de Parma, (...) Compreensão também de* ***VESCOVI*** *(Intorno alla misura dello stipendio dovuto alle maestre insegnanti nelle scuole elementari maschili, in Giurisprudenza italiana, 1904, I,I, cols. 1191, 1204) e a que adere* ***DUGUIT****, para quem nunca se deve presumir ter a lei caráter interpretativo - "os tribunais não podem reconhecer esse caráter a uma disposição legal, senão nos casos em que o legislador lho atribua expressamente" (Traité de droit constitutionnel, 3ª ed., vol. 2º, 1928, pág. 280). Com o mesmo ponto de vista, o jurista pátrio* ***PAULO DE LACERDA*** *concede, entretanto, que seria exagero exigir que a declaração seja inseri da no corpo da própria lei não vendo motivo para desprezá-la se lançada no preâmbulo, ou feita noutra lei.*
Encarada a questão, do ponto de vista da lei interpretativa por determinação legal, outra indagação, que se apresenta, é saber se, manifestada a explícita declaração do legislador, dando caráter interpretativo, à lei, esta se deve reputar, por isso, interpretativa, sem possibilidade de análise, por ver se reúne requisitos intrínsecos, autorizando uma tal consideração.
(...)
*... **SAVIGNY** coloca a questão nos seus precisos termos, ensinando: "trata-se unicamente de saber se o legislador fez, ou quis fazer uma lei interpretativa, e, não, se na opinião do juiz essa interpretação está conforme com a verdade" (System des heutigen romischen Rechts, vol. 8º, 1849, pág. 513). Mas, não é possível dar coerência a coisas, que são de si incoerentes, não se consegue conciliar o que é inconciliável. E, desde que a chamada interpretação autêntica é realmente incompatível com o conceito, com os requisitos da verdadeira interpretação (v., supra, a nota 55 ao n° 67), não admira que se procurem torcer as conseqüências inevitáveis, fatais de tese forçada, evitando-se-lhes os perigos. Compreende-se, pois, que muitos autores não aceitem o rigor dos efeitos da imprópria interpretação. Há quem, como* ***GABBA*** *(Teoria delta retroattività delle leggi, 3ª ed., vol. 1º, 1891, pág. 29), que invoca* ***MAILHER DE CHASSAT*** *(Traité de la rétroactivité des lois, vol. 1º, 1845, págs. 131 e 154), sendo seguido por* ***LANDUCCI*** *(Trattato storico-teorico-pratico di diritto civile francese ed italiano, versione ampliata del Corso di diritto civile francese, secondo il metodo dello Zachariæ, di Aubry e Rau, vol. 1º e único, 1900, pág. 675) e* ***DEGNI*** *(L'interpretazione della legge, 2ª ed., 1909, pág. 101), entenda que é de distinguir quando uma lei é declarada interpretativa, mas encerra, ao lado de artigos que apenas esclarecem, outros introduzido novidade, ou modificando dispositivos da lei interpretada.* ***PAULO DE LACERDA*** *(loc. cit.) reconhece ao juiz competência para verificar se a lei é, na verdade, interpretativa, mas somente quando ela própria afirme que o é.* ***LANDUCCI*** *(nota 7 à pág. 674 do vol. cit.) é de prudência manifesta: "Se o legislador declarou interpretativa uma lei, deve-se, certo, negar tal caráter somente em casos extremos, quando seja absurdo ligá-la com a lei interpretada, quando nem mesmo se possa considerar a mais errada interpretação imaginável. A lei interpretativa, pois, permanece tal, ainda que errônea, mas, se de modo insuperável, que suplante a mais aguda conciliação, contrastar com a lei interpretada, desmente a própria declaração legislativa."* Ademais, a doutrina do tema é pacífica no sentido de que: *"Pouco importa que o legislador, para cobrir o atentado ao direito, que comete, dê à sua lei o caráter interpretativo. É um ato de hipocrisia, que não pode cobrir uma violação flagrante do direito" (Traité de droit constitutionnel, 3ª ed., vol. 2º, 1928, págs. 274-275)."* (Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Vol. I, 3ª ed., págs. 294 a 296).

Consectariamente, em se tratando de pagamentos indevidos efetuados antes da entrada em vigor da LC 118/05 (09.06.2005), o prazo prescricional para o contribuinte pleitear a restituição do indébito, nos casos dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, continua observando a cognominada tese dos cinco mais cinco, desde que, na data da vigência da novel lei complementar, sobejem, no máximo, cinco anos da contagem do lapso temporal (regra que se coaduna com o disposto no artigo 2.028, do Código Civil de 2002, segundo o qual: *"Serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada."*).

Por outro lado, ocorrido o pagamento antecipado do tributo após a vigência da aludida norma jurídica, o *dies a quo* do prazo prescricional para a repetição/compensação é a data do recolhimento indevido.

In casu**, a demanda foi ajuizada em 02.04.2001 (muito antes da entrada em vigor da novel lei complementar), com o objetivo obter o direito à compensação de valores indevidamente recolhidos a título tributo sujeito a lançamento por homologação, o que, nos termos dos arts. 168, I, e 150, § 4º, do CTN, revela inequívoca a inocorrência da prescrição dos valores recolhidos indevidamente a partir de 02.04.1991, porquanto tributo sujeito a lançamento por homologação, cuja prescrição opera-se 5 (cinco) anos após expirado o prazo para aquela atividade. .**
Ante o exposto, com fulcro no §1º- A, do art. 557, do CPC, dou provimento ao presente recurso especial para afastar a prescrição da ação e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para fins de analisar as demais questões pendentes.
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2127)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 908.985 - DF (2007/0104790-8)

RELATORA	**:**	**MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	:	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA UNIR
PROCURADOR	:	CAROLINA AUGUSTA DE MENDONÇA RODRIGUES E OUTRO(S)
AGRAVADO	:	DINAMAR ATAIDES GUIMARÃES E OUTROS
ADVOGADO	:	JOSÉ ALVES PEREIRA FILHO E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. NÃO-CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO-COMPROVAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. PRECEDENTES DO STJ. DESPROVIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO.

1. Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA -UNIR, em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado (fl. 48):

"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR. PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS. CONCLUSÃO DE CURSO UNIVERSITÁRIO. NEGATIVA DE EXPEDIÇÃO DE DIPLOMAS. CURSO DA PRÓPRIA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (JI-PARANÁ). NÃO-RECONHECIMENTO PELO MEC. BOA-FÉ DOS ALUNOS. PLAUSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO.
1. *Havendo a conclusão do curso superior e a conseqüente colação de grau, não é admissível que os alunos, em face da inércia da Universidade, sejam prejudicados com a não expedição de seus diplomas, por não ter o curso sido reconhecido pelo MEC, haja vista a boa-fé e o desempenho das obrigações inerentes à atividade acadêmica, ou seja, a conclusão de todas as disciplinas exigidas para a graduação. Precedentes deste Tribunal.*
2. *Remessa oficial a que se nega provimento."*

Houve embargos declaratórios, os quais foram rejeitados pelo Tribunal de origem (fl. 57).
No recurso especial, interposto com base na alínea *a* e *c*, do permissivo constitucional, a agravante sustenta, além de divergência jurisprudencial, que o aresto recorrido negou vigência aos arts. 535, II, do Código de Processo Civil, 9º, IX, e 48, da Lei 9.394/96. Defende que, apesar da oposição de embargos de declaração, houve negativa de prestação jurisdicional. Alega, em síntese, que *"por se tratar o reconhecimento do curso de um requisito objetivo à expedição de diplomas, não há que se considerar a existência de boa-fé ou não por parte dos alunos, sob pena de ser instaurada uma situação de completa ilegalidade na educação de nível superior brasileira, em que quaisquer instituições de ensino poderiam manifestar cursos universitários de baixa qualidade fiando-se que seus alunos receberiam seus diplomas apenas em virtude de uma boa-fé presumida"* (*sic*-fl. 66). Requer o provimento do recurso especial para anular ou reformar o aresto recorrido.
O Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial, asseverando que: a) não há falar em nulidade por omissão no julgado; b) não houve prequestionamento do tema, atraindo a incidência da Súmula 211/STJ; c) a divergência jurisprudencial não foi comprovada nos termos legais.
A agravante impugnou os fundamentos da decisão agravada. No mais, reiterou as razões expendidas no recurso especial.
É o relatório.
2. A pretensão recursal não merece acolhimento.
Inicialmente, é necessário consignar que é pacífica a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que não viola o art. 535 do CPC, tampouco nega prestação jurisdicional, o acórdão que, mesmo sem ter examinado individualmente cada um dos argumentos trazidos pelo vencido, adota, entretanto, fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia, conforme ocorreu no acórdão em exame, não se podendo cogitar de sua nulidade. Nesse sentido, os seguintes julgados: AgRg no Ag 571.533/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 21.6.2004; AgRg no Ag 552.513/SP, 6ª Turma, Rel. Min. Paulo Gallotti, DJ de 17.5.2004; EDcl no AgRg no REsp 504.348/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ de 8.3.2004.

Outrossim, não houve apreciação pelo Tribunal de origem dos dispositivos legais supostamente violados, o que impossibilita o julgamento do recurso nobre nesses tópicos, por ausência de prequestionamento, conforme a dicção das Súmulas 282/STF e 211/STJ, respectivamente: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada." ; "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal* a quo.". Sobre o tema, os seguintes precedentes: AgRg no REsp 639.558/PR, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 1º.2.2005, p. 435; AgRg nos EDcl no REsp 634.565/PR, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 22.11.2004, p. 317.

Por fim, a interposição do recurso especial pela alínea *c* do permissivo constitucional exige que o recorrente cumpras as disposições previstas nos arts. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e 255, § 1º, *a*, e § 2º, do RISTJ.

Com efeito, é inviável a apreciação de recurso especial fundado em divergência jurisprudencial, quando o recorrente não logra demonstrar o suposto dissídio pretoriano por meio: a) da juntada de certidão ou de cópia autenticada do acórdão paradigma, ou, em sua falta, da declaração pelo advogado da autenticidade dessas; b) da citação de repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que o acórdão divergente foi publicado; c) do cotejo analítico, com a transcrição dos trechos dos acórdãos em que se funda a divergência, além da demonstração das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não bastando, para tanto, a mera transcrição da ementa e de trechos do voto condutor do acórdão paradigma. Nesse sentido, os seguintes precedentes: EDcl nos EREsp 626.092/RJ, 1ª Seção, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 20.2.2006; REsp 806.706/MG, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 10.4.2006*;* AgRg no Ag 637.054/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 26.9.2005*;* AgRg no Ag 756.801/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 29.6.2006; EDcl no REsp 648.833/SC, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 29.6.2006; AgRg no REsp 824.417/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 19.6.2006; REsp 363.270/PE, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ de 28.6.2004; AgRg no EREsp 324.113/MG, 1ª Seção, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ de 4.8.2003.

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.

4. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRA DENISE ARRUDA
Relatora

(2128)

RECURSO ESPECIAL Nº 909.855 - SP (2006/0272255-4)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: ELINO FORNOS INDUSTRIAIS LTDA
ADVOGADO	: ALEXANDRE DANTAS FRONZAGLIA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARCOS EXPOSITO GUEVARA E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. LEI 9.718/98. PIS E COFINS. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. LEI COMPLEMENTAR 70/91 E LEI COMPLEMENTAR 7/70. NOVEL JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º, ARTIGO 3º, DA LEI 9.718/98.

1. A Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica, vale dizer, *"**totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas**".*

2. Fundando-se o acórdão recorrido em interpretação de matéria eminentemente constitucional (a equiparação dos conceitos de receita bruta e faturamento a que se refere o art. 3º da Lei nº 9.718/98 não se contrapõe à disciplina do artigo 195 da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional 20/98), descabe a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

3. Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos **Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG**, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e **n.º 346.084-6/PR**, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

4. Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

5. Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, segundo a qual: *"Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia."* (**RE 336134/RS**, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003).

6. *In casu*, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, bem como, no que se refere à ampliação de sua base de cálculo, ante o teor do artigo 110, do CTN entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.

7. Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.

8. De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98 que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

9. Recurso especial provido (CPC, artigo 557, § 1º-A).

Cuida-se de recurso especial interposto por ELINO FORNOS INDUSTRIAIS LTDA, com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, no intuito de ver reformado o v. acórdão prolatado pelo Tribunal Regional da 3ª Região, que, deu provimento à apelação da Fazenda Nacional e à remessa oficial, nos termos da ementa a seguir transcrita:

PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. LEI 9718/98. COFINS. PIS. BASE DE CÁLCULO. ALÍQUOTA. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/98. CONSTITUCIONALIDADE DA MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTA RECONHECIDA PELO EXCELSO PRETÓRIO (REX nº 336134-RS). ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE NA AMS Nº 1999.61.00.019337-6, REL. DES. CECÍLIA MARCONDES, REJEITADA PELO ÓRGÃO ESPECIAL. IMPOSIÇÃO DO "DECISUM" AOS ÓRGÃOS FRACIONÁRIOS DA CORTE. (RI, ART.176).

I. O § 1º do art. 3º da Lei 9.718/98, em conceituando a receita bruta, base de cálculo da Cofins, veio de dilargá-la, desbordando de seu fundamento de validade, posto no art. 195, I, b da CF, com a redação dada pela E.C. nº 20/98, que elege, alternativamente, a receita, ou faturamento, como base de cálculo da exação.

II. A lei tributária não pode desnaturar os institutos colhidos do direito privado (art. 110, CTN).

III. Majoração de alíquota que não fere os princípios constitucionais da tributação, conforme assentado pelo Excelso Pretório (REX nº 336134-RS, Rel. Min. Ilmar Galvão).

IV. Argüição de Inconstitucionalidade na AMS nº 1999.61.00.019337-6, Rel. Des. Cecília Marcondes, rejeitada pelo Órgão Especial em 26/06/2003, remanescendo hígida a normação impugnada, também quanto à base de cálculo (superada a questão pertinente à alíquota pelo STF, REX nº 336134-RS).

V. Ressalvado o posicionamento desta Relatora, no que tange à base de cálculo da exação, é de se aplicar à espécie o "decisum" do Órgão Especial impositivo aos órgãos fracionários, "ex-vi" do art.176 do Regimento Interno desta Corte.

VI. Apelação da Autora improvida. Apelação da União Federal provida. Remessa Oficial não conhecida (art.475, § 2º, CPC).

Opostos embargos de declaração pela empresa, restaram os mesmos desprovidos, uma vez que não vislumbrados os vícios apontados.

A recorrente, nas razões do especial, sustenta que o acórdão hostilizado incorreu em ofensa **ao artigos 110, do CTN**, **e à Lei Complementar 7/70**, ao considerar legal e constitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS prevista na Lei 9.718/98.

Traz ainda para confronto arestos que esposam a tese da inconstitucionalidade e ilegalidade da alteração do conceito de faturamento promovida pela Lei 9.718/98, bem como da impossibilidade da recepção do aludido diploma legal pela EC 20/98.

Contra o acórdão de apelação também foi interposto recurso extraordinário o qual foi admitido pela instância de origem.

Apresentadas contra-razões, nas quais se pugna pelo não conhecimento do recurso especial e, caso seja o mesmo conhecido, pelo seu desprovimento.

Realizado o juízo de admissibilidade negativo do apelo extremo foi interposto agravo de instrumento o qual foi provido para determinar a subida do recuso especial para melhor exame.

Relatados, decido.

Controvérsia que se cinge à legalidade da Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, que, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica.

Os artigos 2º e 3º, da referida lei, encontram-se assim redigidos:

*"Art. 2° As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, **serão calculadas com base no seu faturamento**, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"*

*"Art. 3º **O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.** (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)*

*§ 1º **Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.***

§ 2º Para fins de determinação da base de cálculo das contribuições a que se refere o art. 2º, excluem-se da receita bruta:

I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;

II - as reversões de provisões operacionais e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita; (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)

III - os valores que, computados como receita, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, observadas normas regulamentadoras expedidas pelo Poder Executivo; (Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)

IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente.

§ 3º Nas operações realizadas em mercados futuros, considera-se receita bruta o resultado positivo dos ajustes diários ocorridos no mês. (Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004)

§ 4º Nas operações de câmbio, realizadas por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, considera-se receita bruta a diferença positiva entre o preço de venda e o preço de compra da moeda estrangeira.

§ 5º Na hipótese das pessoas jurídicas referidas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, serão admitidas, para os efeitos da COFINS, as mesmas exclusões e deduções facultadas para fins de determinação da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP.

§ 6º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)

§ 7º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)

§ 8º (Vide Medidas Provisórias nºs 2158-35, de 2001

III - agrícolas, conforme ato do Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

§ 9º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"

O STJ, em reiterados julgados, vem decidindo no sentido de que, quando o acórdão recorrido decide com base em interpretação eminentemente constitucional, a via especial não pode ser aberta, posto que estar-se-ia usurpando competência declinada pela Carta Maior ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e n.º 346.084-6/PR, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

Destaque-se, do julgamento, o seguinte excerto do voto proferido pelo e. Ministro Marco Aurélio, pertinente ao RE n.º 357950/RS:

"Procedo ao exame da problemática referente à Lei nº 9.718/98. Aqui há de se perceber o empréstimo de sentido todo próprio ao conceito de faturamento. Eis o teor da lei envolvida na espécie:
Art. 2º As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base no seu faturamento, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei.

Tivesse o legislador parado nessa disciplina, aludindo a faturamento sem dar-lhe, no campo da ficção jurídica, conotação discrepante da consagrada por doutrina e jurisprudência, tomar-se-ia o faturamento tal como veio a ser explicitado na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, ou seja, a envolver o conceito de receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviços. Respeitado estaria o Diploma Maior ao estabelecer, no inciso I do artigo 195, o cálculo da contribuição para o financiamento da seguridade social devida pelo empregador, considerado o faturamento. Em última análise, ter-se-ia a observância da ordem natural das coisas, do conceito do instituto que é o faturamento, caminhando-se para o atendimento da jurisprudência desta Corte.

Eis um panorama de precedentes do Tribunal, considerados conceitos relativos a tributos.

Ao julgar o Recurso Extraordinário nº 116.121-3/SP, o Plenário, sendo relator o ministro Octavio Gallotti, vencido no entendimento, teve oportunidade de proclamar que o imposto sobre serviços não incide sobre locação de bens porque locação de bens móveis não é simplesmente serviço. Fiquei com a redação do acórdão, conforme publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 178/1.265. Também na apreciação do Recurso Extraordinário nº 166.772-9/RS, o Plenário, em 12 de maio de 1994, reafirmou a necessidade de se atentar para o conceito consagrado dos institutos. Glosou a tentativa de se tomar, como abrangidos pela expressão "folha de salário", os pagamentos efetuados a administradores e autônomos - Revista Trimestral de Jurisprudência 156/666-692. E, ao examinar o Recurso Extraordinário nº 172.058-1/SC, o Plenário, em 30 de junho de 1995 e conforme acórdão publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 161/1.043-1.057, veio, mais uma vez, a dar eficácia aos figurinos constitucional e legal ao concluir que não se pode falar em imposto sobre renda sem que haja ocorrido acréscimo patrimonial representado pela aquisição de disponibilidade sobre a renda. No caso, teve-se presente não só a Lei Fundamental como também o artigo 110 do Código Tributário Nacional, consoante o qual a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e forma de direito privado, utilizados expressa ou implicitamente pela Constituição Federal. Então, após mencionar a jurisprudência da Corte sobre a valia dos institutos, dos vocábulos e expressões constantes dos textos constitucionais e legais e considerada a visão técnico-vernacular, volto à Lei nº 9.718/98, salientando, como retratado acima, constar do artigo 2º a referência a faturamento. No artigo 3º, deu-se enfoque todo próprio, definição singular ao instituto faturamento, olvidando-se a dualidade faturamento e receita bruta de qualquer natureza, pouco importando a origem, em si, não estar revelada pela venda de mercadorias, de mercadorias e serviços ou de serviços:
Art. 3º O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.

Não fosse o § 1º que se seguiu, ter-se-ia a observância da jurisprudência desta Corte, no que ficara explicitado, na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, a sinonímia dos vocábulos "faturamento" e "receita bruta". Todavia, o § 1º veio a definir esta última de forma toda própria:
§ 1º Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.

O passo mostrou-se demasiadamente largo, olvidando-se, por completo, não só a Lei Fundamental como também a interpretação desta já proclamada pelo Supremo Tribunal Federal. Fez-se incluir no conceito de receita bruta todo e qualquer aporte contabilizado pela empresa, pouco importando a origem, em si, e a classificação que deva ser levada em conta sob o ângulo contábil.

Em síntese, o legislador ordinário (logicamente não no sentido vulgar, mas técnico-legislativo) acabou por criar uma fonte de custeio da seguridade à margem do disposto no artigo 195, com a redação vigente à época, e sem ter presente a regra do § 4º nele contido, isto é, a necessidade de novas fontes destinadas a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social pautar-se pela regra do artigo 154, inciso I, da Constituição Federal, que é explícito quanto à exigência de lei complementar. Antecipou-se à própria Emenda Constitucional nº 20, no que, dando nova redação ao artigo 195 da Constituição Federal, versou a incidência da contribuição sobre a receita ou o faturamento. A disjuntiva "ou" bem revela que não se tem a confusão entre o gênero "receita" e a espécie "faturamento". Repita-se, antes da Emenda Constitucional nº 20/98, posterior à Lei ora em exame, a Lei nº 9.718/98, tinha-se apenas a previsão de incidência da contribuição sobre a folha de salários, o faturamento e os lucros. Com a citada emenda, passou-se não só a se ter a abrangência quanto à primeira base de incidência, folha de salários, apanhando-se de forma linear os rendimentos do trabalho pagos ou creditados a qualquer título, mesmo sem vínculo empregatício, observando-se o precedente desta Corte, como também a inserção, considerado o que surgiu como alínea "b" do inciso I do artigo 195, da base de incidência, que é a receita.

Como, então, dizer-se, a esta altura, que houve simples explicitação do que já previsto na Carta? É admitir-se a vinda à balha de emenda constitucional sem conteúdo normativo. É admitir-se que o legislador ordinário possa, até mesmo, modificar enfoque pacificado mediante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que haja atuado, à luz das balizas constitucionais, como guardião da Lei Fundamental. Descabe, também, partir para o que seria a repristinação, a constitucionalização de diploma que, ao nascer, mostrou-se em conflito com a Constituição Federal. Admita-se a inconstitucionalidade progressiva. No entanto, a constitucionalidade posterior contraria a ordem natural das coisas. A hierarquia das fontes legais, a rigidez da Carta, a revelá-la documento supremo, conduz à necessidade de as leis hierarquicamente inferiores observarem-na, sob pena de transmudá-la, com nefasta inversão de valores. Ou bem a lei surge no cenário jurídico em harmonia com a Constituição Federal, ou com ela conflita, e aí afigura-se írrita, não sendo possível o aproveitamento, considerado texto constitucional posterior e que, portanto, à época não existia. Está consagrado que o vício da constitucionalidade há de ser assinalado em face dos parâmetros maiores, dos parâmetros da Lei Fundamental existentes no momento em que aperfeiçoado o ato normativo. A constitucionalidade de certo diploma legal deve se fazer presente de acordo com a ordem jurídica em vigor, da jurisprudência, não cabendo reverter a ordem natural das coisas. Daí a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Nessa parte, provejo o recurso extraordinário e com isso acolho o pedido formulado na inicial, referente à base de cálculo da contribuição, ou seja, para que se entenda, como receita bruta ou faturamento, o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa."

Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

No particular, merece transcrição de trecho do voto proferido pelo e. Ministro Moreira Alves, na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 01/DF, *verbis*:
"(...)
Em síntese, como salientou o Ministro Carlos Velloso, na qualidade de relator do RE 138.284, quando esta Corte reiterou o entendimento já expedido por ocasião do julgamento do RE 146.733,

'O que importa perquirir não é o fato de a União arrecadar a contribuição, mas se o produto da arrecadação é destinado ao financiamento da seguridade social (CF, art. 195, I).'

E, em se tratando da contribuição social instituída pela Lei Complementar n. 70/91, ele o é, como dispõe seu artigo 1º.

De outra parte, sendo a COFINS contribuição social instituída com base no inciso I do artigo 195 da Constituição Federal, e tendo ela natureza tributária diversa da do imposto, as alegações de que ela fere o princípio constitucional da não-cumulatividade dos impostos da União e resulta em bitributação por incidir sobre a mesma base de cálculo do PIS/PASEP só teriam sentido se se tratasse de contribuição social nova, não enquadrável no inciso I do artigo 195, hipótese em que se aplicaria o disposto no § 4º desse mesmo artigo 195 ('A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I'), que determina a observância do inciso I do artigo 154 que estabelece que a União poderá instituir 'I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição'.

Sucede, porém, que a contribuição social em causa, incidente sobre o faturamento dos empregadores, é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 195 da Carta Magna, não se podendo pretender, portanto, que a Lei Complementar n.º 70/91 tenha criado outra fonte de renda destinada a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social.

Por isso mesmo, essa contribuição poderia ser instituída por Lei ordinária. A circunstância de ter sido instituída por lei formalmente complementar - a Lei Complementar n.º 70/91 - não lhe dá, evidentemente, a natureza de contribuição social nova, a que se aplicaria o disposto no § 4º do artigo 195 da Constituição, porquanto essa lei, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída - que são o objeto desta ação -, é materialmente ordinária, por não tratar, nesse particular, de matéria reservada, por texto expresso da Constituição, à lei complementar. A jurisprudência desta Corte, sob o império da Emenda Constitucional n.º 1/69 - e a Constituição atual não alterou esse sistema -, se firmou no sentido de que só se exige lei complementar para as matérias para cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária.
(...)"

Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, *verbis*:
"TRIBUTÁRIO. COFINS. ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º 9.718/98. ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RE 336134/RS, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003)

Confira-se ainda, à guisa de exemplo, recente decisão monocrática proferida pelo e. Ministro Celso de Mello, já consonante com o citado julgamento do Plenário:

*"O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a controvérsia jurídica pertinente à ampliação da **base de cálculo** do PIS/COFINS (RE 357.950/RS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO), declarou, "incidenter tantum", a **inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98,** por entender que a noção de **faturamento** referida no art. 195, I, da Constituição da República, na redação anterior à EC 20/98, não legitimava a incidência de tais contribuições sobre a totalidade das **receitas** auferidas pelas empresas contribuintes, advertindo, ainda, que a superveniente promulgação da EC 20/98 não teve o condão de validar legislação ordinária anterior, que se mostrava originariamente inconstitucional.*

*Esta Suprema Corte, por sua vez, também em julgamento plenário (RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO), confirmou a **validade jurídico-constitucional do art. 8º da Lei nº 9.718/98,** no que concerne à majoração da alíquota de 2% para 3% (**COFINS**), assinalando que esse aumento - considerada a cláusula constitucional da anterioridade mitigada (CF, art. 195, § 6º) - tornou-se exigível a partir de 1º/02/99, afastada, no entanto, para efeito de incidência da referida alíquota (3%), a **base de cálculo** ampliada resultante do já mencionado § 1º (inconstitucional) do art. 3º da Lei nº **9.718/98**.*

*Cumpre acentuar, ainda, que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, reconheceu a plena **constitucionalidade da compensação, de até um terço (1/3), da COFINS com a CSLL**, apenas assegurada ao contribuinte sujeito à incidência de ambas as espécies tributárias ora mencionadas, rejeitando, desse modo, a alegação de que o § 1º do art. 8º da Lei nº **9.718/98** teria importado em ofensa ao postulado da isonomia tributária, porque excluídos de tal benefício os contribuintes unicamente tributados pela **COFINS**:*

*"TRIBUTÁRIO. **COFINS.** ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º **9.718/98.** ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (**COFINS**), até um terço do 'quantum' devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela **COFINS,** a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RTJ 185/352, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - grifei)*

Cabe assinalar, finalmente, que a diretriz jurisprudencial que venho de referir, considerados os precedentes em questão, tem sido observada, no âmbito desta Suprema Corte, em reiteradas decisões proferidas na resolução de controvérsia idêntica à suscitada na presente causa (RE 301.868/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - RE 308.066/RS, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - RE 356.471/MG, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - RE 372.627/DF, Rel. Min. ELLEN GRACIE - RE 388.039/MG, Rel. Min. GILMAR MENDES - RE 413.257/RJ, Rel. Min. CEZAR PELUSO - RE 451.348/SP, Rel. Min. CARLOS BRITTO - RE 469.023/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

Sendo assim, em face das razões expostas, conheço do presente recurso extraordinário, para dar-lhe parcial provimento (CPC, art. 557, § 1º - A), em ordem a afastar, considerada a ***base de cálculo*** *do PIS/COFINS, a aplicação do § 1º do art. 3º da Lei nº* ***9.718/98,*** *observando-se, para esse efeito, o entendimento que o Plenário desta Suprema Corte proclamou no julgamento do RE 357.950/RS.*
(...)" (RE 453622/SP, publicado no DJ de 25.04.2006)

In casu, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, bem como, no que se refere à ampliação de sua base de cálculo, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.

Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.

De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98, que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal, restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, § 1º-A, do CPC, DOU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2129)

RECURSO ESPECIAL Nº 911.742 - MG (2006/0277871-4)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: TASSO ASSUNÇÃO COSTA E OUTROS
ADVOGADO	: THALES POUBEL CATTA PRETA LEAL E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: ANTÔNIO CARLOS DINIZ MURTA E OUTRO(S)
INTERES.	: HÉRCULES EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DILAÇÃO PROBATÓRIA. RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS. ARTIGO 135, INCISO III, DO CTN. LEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM*.
1. A responsabilidade de sócio, por dívida fiscal da pessoa jurídica, em decorrência da prática de ato ilícito, demanda dilação probatória.
2. A exceção de pré-executividade se mostra inadequada, quando o incidente envolve questão que necessita de produção probatória, como referente à responsabilidade solidária do sócio-gerente da empresa executada.
3. Inexiste ofensa ao art. 535, I e II, CPC, quando o Tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, cujo *decisum* revela-se devidamente fundamentado. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.
4. Recurso Especial a que se nega seguimento (art. 557, *caput*, CPC),

Trata-se de recurso especial interposto por TASSO ASSUNÇÃO COSTA e outros, com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, em face dos acórdãos prolatados, em sede de agravo de instrumento e de embargos de declaração, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, sob o fundamento de violação aos arts. 535, do CPC, 133 e 135, III, do CTN.
Noticiam os autos que os ora Recorrentes opuseram exceção de pré-executividade, sob a alegação de ilegitimidade passiva *ad causam*, porquanto,a exequente não comprovou a atuação fraudulenta dos mesmos na administração da sociedade executada, não podendo, portanto, ser imputada qualquer responsabilização pelos débitos cobrados da sociedade.

O juízo federal de primeiro grau rejeitou a exceção, fundamentando seu *decisum, verbis:*

*"**Entretanto verifico que houve parcelamento do débito conforme comprova a cópia juntada à fl. 07 dos autos, além do parcelamento ser uma confissão da dívida, houve a fiança prestada pela co-obrigada Vera Lúcia de Araújo Assunção Costa, fato que por si só enseja sua inclusão no pólo passivo da lide.***
No que concerne os outros coobrigados, observo que a exceção de pré-executividade é cabível apenas em questões de fácil detecção e que podem ser conhecidas de ofício pelo juiz, o que não contempla a questão em tela." (fls. 48) (grifou-se)

Inconformado, os recorrentes interpuseram agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, sustentando a ilegitimidade passiva, bem como jamais terem praticado qualquer ato previsto no art. 135, III, do CTN, que autorizaria o redirecionamento da execução contra si próprios.
O Tribunal *a quo* negou provimento ao agravo, em aresto assim ementado:

*"EXECUÇÃO FISCAL - SOCIEDADE COMERCIAL - INCLUSÃO DE SÓCIO GERENTE NA RELAÇÃO PROCESSUAL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO CONFIGURATIVO DA CO-RESPONSABILIDADE PREVISTA NO AT. 135 DO CTN - REJEIÇÃO - **MATÉRIA PENDENTE DE INSTRUÇÃO PROBATÓRIA** - AGRAVO DESPROVIDO - **Uma vez figurando o nome do sócio gerente na certidão de dívida ativa e deferido pedido de sua inclusão na execução promovida à sociedade, não se viabiliza o reconhecimento de sua não co-responsabilidade em exceção prévia, por constituir fato dependente de instrução probatória incompatível com o incidente.**"(fls. 78)*

Foram opostos embargos declaratórios, alegando omissão do acórdão, em decorrência da ausência de análise dos:

"(...) O v. acórdão embargado negou provimento ao agravo de instrumento interposto pelos ora embargantes, ao argumento de que a exclusão dos mesmos do pólo passivo da execução fiscal, depende de instrução probatória, omitindo (CPC, art. 535, II), no entanto, a quem compete o ônus de comprovar a prática de atos com excesso de poderes ou infração de lei." (fls. 84)

Os embargos foram rejeitados à unanimidade, por ausência dos vícios que os ensejariam, em aresto que restou assim ementado:

*"EXECUÇÃO FISCAL. SOCIEDADE. INCLUSÃO DE SÓCIO GERENTE NO PÓLO PASSIVO. EXCEÇÃO PRÉVIA, INEXISTÊNCIA DE FATO CONFIGURATIVO DA CO-RESPONSABILIDADE (ART. 135, III DO CTN). REJEIÇÃO, **MATÉRIA DEPENDENTE DE INSTRUÇÃO PROBATÓRIA,** PRÓPRIA DE EMBARGOS. AGRAVO DESPROVIDO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS." (fls. 87)*

Em sede de recurso especial reiteram os recorrentes sua ilegitimidade passiva *ad causam*, apontando violação ao artigo 535 do CPC, porquanto não esclarecido a quem, *in casu*, compete o ônus de comprovar o excesso de poderes ou infração de lei, a justificar a inclusão dos mesmos no pólo passivo da execução fiscal movida em desfavor da sociedade HÉRCULES EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, aduzindo ainda violação ao art. 135, III, do CTN, vez que não foram preenchidos os requisitos exigidos pelo dispositivo legal para o redirecionamento da execução para o sócio-gerente, quais sejam: o exercício da gerência à época dos fatos geradores, bem como a prática de ato realizado com excesso de poder ou contrário à lei ou ao estatuto, apontando divergência jurisprudencial neste sentido.
Foram apresentadas contra-razões, pugnando pelo desprovimento do recurso .
O recurso recebeu crivo positivo de admissibilidade na instância *a quo*.
Relatados, decido.
Preliminarmente, não merece conhecimento o apelo especial no tocante à violação do art. 135, do CTN, no que tange à responsabilidade dos sócios porquanto o exame dessa inferência demandaria revolvimento do contexto fático-probatório da demanda, providência inviável em sede de recurso especial, em vista do óbice contido na Súmula 07/STJ.
O acórdão dos embargos declaratórios, a seu turno, embora tenha sido o Tribunal *a quo* instado a se manifestar acerca da questão reiteradamente aduzida pelo recorrente, acerca do ônus da prova em se comprovar o ônus de comprovar o excesso de poderes ou infração de lei, refutou-a, porquanto seu convencimento foi formado sob outros fundamentos, não tendo incorrido em qualquer omissão, como se afere das razões expostas às fls. 88, *verbis*:

"(...)Por simples leitura, vê-se que todo o conteúdo do aresto versa sobre a questão suscitada, posto insistirem os embargantes, no agravo, no reconhecimento de sua ilegitimidade passiva, na execução em que se viram incluídos, por não terem praticado, como sócios gerentes da principal executada, atos capazes de os enquadrarem na previsão do art. 135,III, do CTN.
No caso, frustrado intento dos recorrente de se verem excluídos da execução na via de exceção prévia, pelo entendimento de haverem de pleiteá-lo por meio de embargos, por depender o exame do que alegam de instrução probatória mais completa, está mais do que explicitado a quem cabe o ônus da prova."

Assim, não merece acolhida a alegação do recorrente de que o acórdão objurgado, a despeito da oposição de embargos, não tenha se pronunciado acerca de todas as questões relevantes da demanda, e que, em conseqüência, tenha violado o art. 535, II, do CPC. É cediço que, quando o Tribunal de origem se pronuncia de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, não cabe falar em ofensa ao indigitado dispositivo do Código de Processo Civil.

Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão. Entendimento uníssono desta Corte:

"TRIBUTÁRIO RECURSO EM CONSULTA ADMINISTRATIVA. EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. ARTIGO 48, § 5º, DA LEI 9430/96. ALEGATIVA DE INFRINGÊNCIA AOS ARTIGOS 535, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E 151, III DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. INOCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.
*1. **Não comete infringência ao artigo 535, II, do Código de Processo Civil o acórdão que analisa todos os pontos relevantes atinentes à solução da lide posta em julgamento. O juiz, ao expor os motivos que o levaram a decidir desta ou daquela maneira, não está subordinado a fazê-lo como quem responde a um questionário jurídico, mas sim fundamentadamente.** Aliás, o decisório abordou explicitamente o artigo 151, III, do Código Tributário Nacional, tema da insurgência recursal.*
(...) 3. Recurso especial desprovido" (REsp n.º 600.218/RJ, Primeira Turma, Rel Min. José Delgado, DJ de 17/05/2004).

"PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO - RECURSO ESPECIAL - ALÍNEA "A" - ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 458, II, E 535, II DO CPC - INOCORRÊNCIA - TÉCNICO EM METALURGIA - NECESSIDADE DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS DE LEI FEDERAL APONTADOS.
Não há nos autos qualquer omissão, contradição ou obscuridade, pois o egrégio Tribunal de origem apreciou toda a matéria recursal devolvida. A função teleológica da decisão judicial é a de compor, precipuamente, litígios. Não é peça acadêmica ou doutrinária, tampouco destina-se a responder a argumentos, à guisa de quesitos, como se laudo pericial fora. Contenta-se o sistema com a solução da controvérsia observada a res in iudicium deducta.
(...)Recurso especial não conhecido" (REsp n.º 503.205/SC, Segunda Turma, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ de 29/03/2004)

Ademais, verifica-se,que se vislumbram duas situações: ou a Certidão de Dívida Ativa não traz o nome do sócio, e a execução voltada contra ele, embora admissível, demanda prova a cargo da Fazenda Pública de que incorreu ele em uma das hipóteses previstas no art. 135 do Código Tributário Nacional; ou seu nome vem impresso na CDA, na qualidade de co-obrigad**o, circunstância que inverte o ônus da prova,** uma vez que **a certidão que instrui o executivo fiscal é dotada de presunção de liquidez e certeza.**
Nesta esteira, cite-se o seguinte precedente, assim ementado:

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO. SÓCIO, CUJO NOME CONSTA NA CDA. ART. 135 DO CTN. POSSIBILIDADE.
I - No julgamento dos EREsp nº 702.232/RS, de relatoria do Min. CASTRO MEIRA, DJ de 26/09/2005, esta Corte examinou três situações relativas ao redirecionamento da execução, concluindo, no que interessa, que se o executivo é proposto contra a pessoa jurídica e o sócio, cujo nome consta da CDA, não se trata de típico redirecionamento e o ônus da prova de inexistência de infração a lei, contrato social ou estatuto compete ao sócio, uma vez que a CDA goza de presunção relativa de liqüidez e certeza, sendo este o caso em análise.
II - Agravo regimental improvido.(AgRg nos EDcl no REsp 892862/RS Relator Ministro FRANCISCO FALCÃO DJ 31.05.2007)"

Dessarte, versando a controvérsia sobre responsabilidade de sócio com nome constante na CDA, a solução repousa no exame de provas, como bem se afere da ementa de fls.78:

*"EXECUÇÃO FISCAL - SOCIEDADE COMERCIAL - INCLUSÃO DE SÓCIO GERENTE NA RELAÇÃO PROCESSUAL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO CONFIGURATIVO DA CO-RESPONSABILIDADE PREVISTA NO AT. 135 DO CTN - REJEIÇÃO - **MATÉRIA PENDENTE DE INSTRUÇÃO PROBATÓRIA** - AGRAVO DESPROVIDO - **Uma vez figurando o nome do sócio gerente na certidão de dívida ativa e deferido pedido de sua inclusão na execução promovida à sociedade, não se viabiliza o reconhecimento de sua não co-responsabilidade em exceção prévia, por constituir fato dependente de instrução probatória incompatível com o incidente.**"(fls. 78)*

Forçoso advertir, contudo, que a exceção de pré-executividade só deve ser utilizada em hipóteses especialíssimas, não sendo cabível quando o vício apontado não se refira ao título nos seus aspectos formais ou ao crédito exeqüendo. Neste sentido, tivemos oportunidade de destacar:
*Esse rol de matérias compõem o que se denomina 'exceções de pré-executividade', que 'podem ser suscitadas nos próprios autos' e, por isso, 'sem necessidade de segurança do juízo'. O que impende esclarecer é que 'não se pode promiscuir a categorização das exceções de pré-executividade', posto que isso reduziria o processo executivo destinado à rápida satisfação do credor num simulacro de execução transmudando-se em tutela cognitiva ordinária. (*in CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL, Luiz Fux, Rio de Janeiro, Forense, 2001. p. 1196)

Na esteira dessas considerações, revela-se a impossibilidade do manejo da exceção de pré-executividade *in casu*. Com efeito, a utilização da exceção, em sede de execução fiscal, em face do que dispõe o art. 16, da Lei 6.830/80, somente deve ser admitida em hipóteses restritas, quando a demonstração do equívoco do processo executivo possa ser levada a efeito de plano pelo executado, prescindindo de produção de prova. Do contrário, abre-se-lhe, apenas, a via dos embargos à execução.

pode conhecer do especial ante o óbice da Súmula 281 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada"), a qual se aplica analogicamente ao presente caso.

3. Pelo exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Intime-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007

MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI
Relator

(2131)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 912.924 - RS (2007/0124153-3)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: LEDA LUÍZA ISERHARD
ADVOGADO	: RAQUEL SILVINO GONÇALVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: RICARDO DE ASSIS BRASIL E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TELEFONIA. ASSINATURA BÁSICA MENSAL. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DA LEI N. 9.472/97. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF. ACÓRDÃO CONFRONTADO PROFERIDO PELO MESMO TRIBUNAL. SÚMULA 13 DO STJ. INCIDÊNCIA.

1. A autora, pela via do presente agravo de instrumento, pretende fazer subir recurso especial intentado contra acórdão que reconheceu legal a exigência da tarifa mensal de assinatura básica de telefonia.

2. Ausência do necessário prequestionamento. Os dispositivos legais indicados como afrontados (arts. 2º e 3º do CDC; arts. 7º, 77, 97, I e II e 145, II, do CTN e arts. 79, 80 e 103 da Lei n. 9.472/97) não foram abordados, em nenhum momento, no âmbito do voto do aresto hostilizado, decidindo a controvérsia com fulcro na relação entre a demandante e a concessionária. Incidência da Súmula 282/STF.

3. O aresto colacionado para demonstração da divergência foi proferido pela mesma Corte que prolatou o acórdão recorrido, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, o que atrai a incidência da Súmula n. 13/STJ, que estabelece: "A divergência entre julgados do mesmo tribunal não enseja recurso especial."

4. Agravo de instrumento não-provido.

Vistos, etc.

Cuida-se de agravo de instrumento manejado por Leda Luíza Iserhard contra decisão que inadmitiu, por ausência de fundamentação e de prequestionamento, o recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, nos termos da seguinte ementa (fl. 40):

APELAÇÃO CÍVEL. BRASIL TELECOM S/A. TELEFONIA. CONCESSIONÁRIA, COBRANÇA DE TARIFA BÁSICA MENSAL. LEGALIDADE. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS.

A cobrança da tarifa básica mensal pela empresa de telefonia é perfeitamente legal, porquanto amparada por legislação específica a respeito - Lei n.º 9.472/97 (Lei Geral das Telecomunicações), Resolução n.º 85/98 da ANATEL e Portarias nºs 217/97 e 226/97 do Ministério das Comunicações. Além disso, a referida tarifa nada mais é do que a contraprestação de um serviço que concretamente está sendo disponibilizado e utilizado, gerando custos para a sua manutenção. Precedentes deste Tribunal e do STJ.

APELAÇÃO DESPROVIDA. UNÂNIME. .

No recurso especial, além de apresentar dissídio jurisprudencial, apontou violação dos seguintes dispositivos legais: arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor; arts. 7º, 77, 97, I e II e 145, II, do Código Tributário Nacional e arts. 79, 80 e 103 da Lei n. 9.472/97.

Nas razões do agravo, pretende-se a reforma do acórdão que reconheceu legal a exigência da tarifa mensal de assinatura básica de telefonia, no entanto a agravante limita-se a repetir a fundamentação apresentada no recurso especial.

Relatados, decido.

O recurso especial não merece seguimento por total ausência de prequestionamento dos preceitos indicados (arts. 2º e 3º do CDC, arts. 7º, 77, 97, I e II e 145, II do CTN e arts. 79, 80 e 103 da Lei n. 9.472/97) pelo acórdão recorrido, o qual não debateu as matérias neles tratadas, decidindo a controvérsia com fulcro na relação entre a demandante e a concessionária. Incidência na hipótese da Súmula n. 282/STF.

No tocante à alínea "c", cumpre salientar que o Superior Tribunal de Justiça exige a configuração de dissídio com a jurisprudência de Tribunais diversos. Entretanto, no caso em exame, o aresto colacionado para demonstração da divergência foi proferido pela mesma Corte que prolatou o acórdão recorrido, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, o que atrai a incidência da Súmula n. 13/STJ, que estabelece: "A divergência entre julgados do mesmo tribunal não enseja recurso especial."

Ante o acima exposto, NEGO provimento ao agravo de instrumento.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 17 de agosto de 2007.

MINISTRO JOSÉ DELGADO
Relator

Sobreleva notar que a questão posta na presente demanda, por implicar exame de fatos, produção de prova e necessidade de se oportunizar o contraditório, **não trafega na via estreita da exceção de pré-executividade.** No mesmo sentido, os seguintes arestos:

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DISCUSSÃO ACERCA DA ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DOS SÓCIOS. NECESSIDADE DE EXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE PELA VIA DA EXCEÇÃO. NECESSIDADE DE EMBARGOS À EXECUÇÃO.

A exceção de pré-executividade consiste na defesa do executado, admitida pela doutrina e pela jurisprudência em situações excepcionais, sem a necessidade de segurança do juízo ou oposição de embargos do devedor.

Se a controvérsia acerca da ilegitimidade puder ser resolvida por prova inequívoca, sem necessidade de qualquer dilação, cabível será a exceção de pré-executividade.

A questão em torno da ilegitimidade passiva dos sócios, cujos nomes constam na CDA, demanda dilação probatória acerca da responsabilidade decorrente do artigo 135 do Código Tributário Nacional, em razão da presunção de liqüidez e certeza da referida certidão (art. 204 do CTN).

In casu, é imprescindível a oposição de embargos à execução para a apresentação da defesa, visto que a análise da questão depende de produção de provas.

*Recurso especial não conhecido (*REsp n.º 336.448/DF, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 30/06/2003).

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ARGÜIÇÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. EXTENSO REVOLVIMENTO DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE.

1. A possibilidade de verificação de plano, sem necessidade de dilação probatória, delimita as matérias passíveis de serem deduzidas na exceção de pré-executividade, independentemente da garantia do juízo.

2. Não se admite a argüição de ilegitimidade passiva ad causam por meio de exceção de pré-executividade quando sua verificação demandar extenso revolvimento de provas.

3. Agravo regimental desprovido (AGREsp n.º 604.257/MG, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 24/05/2004).

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. IPVA. EXECUÇÃO FISCAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CABIMENTO.

1.A teor da orientação jurisprudencial desta Corte, vem-se admitindo a argüição da exceção de pré-executividade para alegar matérias de ordem pública na ação executiva fiscal, tais como as condições da ação e os pressupostos processuais, desde que não se afigure necessário, para tanto, a dilação probatória.

2. Agravo regimental não provido" (AGA n.º 441.064/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ 03/05/2004)

Ante o exposto, acompanhando o e. Relator, **NEGO SEGUIMENTO** ao presente Recurso Especial.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2130)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 912.586 - RJ (2007/0128800-0)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: MÍRIAM CAVALCANTI DE GUSMÃO SAMPAIO TORRES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GABIMA DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: WILLIAM DESTEZ SANTOS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO EM FACE DE DECISÃO MONOCRÁTICA. EXAURIMENTO DE INSTÂNCIA. NÃO-OCORRÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento interposto em face de decisão que inadmitiu recurso especial ao fundamento de que não houve o prévio esgotamento das instâncias ordinárias, já que não houve impugnação à decisão monocrática através do agravo de que trata o § 1º do art. 557 do CPC (Súmula 281/STF). Alega o agravante, em síntese, que foram esgotadas todas as vias recursais na instância *a quo*, pois o recurso previsto no art. 557, § 1º, do CPC somente "é cabível para impugnação de decisão em que o relator nega seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante" (fl. 07).

2. Merece ser mantida a decisão agravada. Isto porque a decisão liminar deferida no mandado de segurança foi apreciada monocraticamente pelo relator, e não foi interposto agravo interno para o órgão colegiado do Tribunal de origem. Em conformidade com o princípio constitucional da colegialidade dos tribunais e com o art. 39 da Lei 8.038/90, da decisão monocrática de relator cabe recurso interno ao colegiado. Com efeito, não está na competência do STJ o controle sobre atos de relator ainda sujeitos a ataque perante o tribunal local onde tramita a demanda. Diante desse quadro, não se

(2132)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 913.292 - SC (2007/0140841-0)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RICARDO PY GOMES DA SILVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SADY PANSERA
ADVOGADO	: FABIANO FRETTA DA ROSA

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. IRPF. REPETIÇÃO DOS VALORES MEDIANTE RESTITUIÇÃO. RETIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL. ART. 333, I E II, DO CPC. AGRAVO PROVIDO PARA DETERMINAR A SUA CONVERSÃO EM RECURSO ESPECIAL PARA MELHOR EXAME.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento de decisão que deixou de admitir recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que, em embargos à execução, decidiu que "à parte autora incumbe demonstrar a incidência indevida do imposto de renda sobre as verbas discutidas e à parte ré cumpre, como prova de fato extintivo do direito alegado pela parte autora, juntar as declarações de ajuste anual para a verificação de eventual compensação ou restituição realizada (art. 333, I e II, CPC)" (fl. 20).

2. Estando presentes os requisitos de admissibilidade, deve ser provido o agravo de instrumento, determinando-se sua conversão em recurso especial, para melhor exame. Remetam-se os autos à Coordenadoria para as providências cabíveis. Intime-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI
Relator

(2133)

RECURSO ESPECIAL Nº 913.901 - SP (2006/0275930-2)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: TAMBORÉ S/A E OUTROS
ADVOGADO	: SIMONE MEIRA ROSELLINI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LIGIA SCAFF VIANNA E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. LEI 9.718/98. PIS E COFINS. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. LEI COMPLEMENTAR 70/91 E LEI COMPLEMENTAR 7/70. NOVEL JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º, ARTIGO 3º, DA LEI 9.718/98.

1. A Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica, vale dizer, ***"totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas"***.

2. Fundando-se o acórdão recorrido em interpretação de matéria eminentemente constitucional (a equiparação dos conceitos de receita bruta e faturamento a que se refere o art. 3º da Lei nº 9.718/98 não se contrapõe à disciplina do artigo 195 da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional 20/98), descabe a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

3. Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos **Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG**, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e **n.º 346.084-6/PR**, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

4. Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

5. Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, segundo a qual: *"Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia."* (**RE 336134/RS**, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003).

6. *In casu*, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.

7. Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.

8. De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98 que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

9. Recurso especial provido (CPC, artigo 557, § 1º-A).

Cuida-se de recurso especial interposto por TAMBORÉ S/A E OUTROS, com fulcro na alínea "a" , do permissivo constitucional, no intuito de ver reformado o v. acórdão prolatado pelo Tribunal Regional da 3ª Região, que, deu provimento à apelação da Fazenda Nacional e à remessa oficial, nos termos da ementa a seguir transcrita:

TRIBUTÁRIO. COFINS. LEI 9718/98. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. RECEITA OPERACIONAL BRUTA.
DECISÃO DO ÓRGÃO ESPECIAL. ALTERAÇÃO DE ALÍQUOTA POR MEIO DE LEI ORDINÁRIA. POSSIBILIDADE.
I - Sem prejuízo do entendimento da relatora, à vista da decisão do Órgão Especial desta Corte, rejeitando a Argüição de
Inconstitucionalidade da base de cálculo da COFINS, introduzida pela Lei nº 9.718/1998, de se acolher a constitucionalidade das novas regras, face ao efeito vinculante, previsto no Art. 176, do Regimento Interno deste Tribunal.
II - Possibilidade de majoração da alíquota da COFINS, pelo artigo 8º da Lei 9718/98, porquanto, a Carta Magna, em seu artigo 146,
III, "a", dispensa lei complementar para fins de aumento de alíquota.
III - Apelação e remessa oficial providas.

Opostos embargos de declaração pela empresa, restaram os mesmos desprovidos, uma vez que não vislumbrados os vícios apontados.

A recorrente, nas razões do especial, sustenta que o acórdão hostilizado incorreu em ofensa **ao artigo 110, do CTN**, ao considerar legal e constitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS prevista na Lei 9.718/98.

Contra o acórdão de apelação também foi interposto recurso extraordinário o qual foi admitido pela instância de origem.

Apresentadas contra-razões, nas quais se pugna pelo não conhecimento do recurso especial e, caso seja o mesmo conhecido, pelo seu desprovimento.

Realizado o juízo de admissibilidade negativo do apelo extremo foi interposto agravo de instrumento o qual foi provido para determinar a subida do recuso especial para melhor exame.

Relatados, decido.

Controvérsia que se cinge à legalidade da Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, que, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica.

Os artigos 2º e 3º, da referida lei, encontram-se assim redigidos:

*"Art. 2° As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, **serão calculadas com base no seu faturamento**, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"*

*"Art. 3º **O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.** (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)*
*§ 1º **Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.***
§ 2º Para fins de determinação da base de cálculo das contribuições a que se refere o art. 2º, excluem-se da receita bruta:
I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;
II - as reversões de provisões operacionais e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita; (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
III - os valores que, computados como receita, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, observadas normas regulamentadoras expedidas pelo Poder Executivo; (Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)
IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente.
§ 3º Nas operações realizadas em mercados futuros, considera-se receita bruta o resultado positivo dos ajustes diários ocorridos no mês. (Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004)
§ 4º Nas operações de câmbio, realizadas por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, considera-se receita bruta a diferença positiva entre o preço de venda e o preço de compra da moeda estrangeira.
§ 5º Na hipótese das pessoas jurídicas referidas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, serão admitidas, para os efeitos da COFINS, as mesmas exclusões e deduções facultadas para fins de determinação da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP.
§ 6º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 7º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 8º (Vide Medidas Provisórias nºs 2158-35, de 2001
III - agrícolas, conforme ato do Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)
§ 9º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"

O STJ, em reiterados julgados, vem decidindo no sentido de que, quando o acórdão recorrido decide com base em interpretação eminentemente constitucional, a via especial não pode ser aberta, posto que estar-se-ia usurpando competência declinada pela Carta Maior ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e n.º 346.084-6/PR, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

Destaque-se, do julgamento, o seguinte excerto do voto proferido pelo e. Ministro Marco Aurélio, pertinente ao RE n.º 357950/RS:

"Procedo ao exame da problemática referente à Lei nº 9.718/98. Aqui há de se perceber o empréstimo de sentido todo próprio ao conceito de faturamento. Eis o teor da lei envolvida na espécie:
Art. 2º As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base no seu faturamento, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei.

Tivesse o legislador parado nessa disciplina, aludindo a faturamento sem dar-lhe, no campo da ficção jurídica, conotação discrepante da consagrada por doutrina e jurisprudência, tomar-se-ia o faturamento tal como veio a ser explicitado na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, ou seja, a envolver o conceito de receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviços. Respeitado estaria o Diploma Maior ao estabelecer, no inciso I do artigo 195, o cálculo da contribuição para o financiamento da seguridade social devida pelo empregador, considerado o faturamento. Em última análise, ter-se-ia a observância da ordem natural das coisas, do conceito do instituto que é o faturamento, caminhando-se para o atendimento da jurisprudência desta Corte.

Eis um panorama de precedentes do Tribunal, considerados conceitos relativos a tributos.

Ao julgar o Recurso Extraordinário nº 116.121-3/SP, o Plenário, sendo relator o ministro Octavio Gallotti, vencido no entendimento, teve oportunidade de proclamar que o imposto sobre serviços não incide sobre locação de bens porque locação de bens móveis não é simplesmente serviço. Fiquei com a redação do acórdão, conforme publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 178/1.265. Também na apreciação do Recurso Extraordinário nº 166.772-9/RS, o Plenário, em 12 de maio de 1994, reafirmou a necessidade de se atentar para o conceito consagrado dos institutos. Glosou a tentativa de se tomar, como abrangidos pela expressão "folha de salário", os pagamentos efetuados a administradores e autônomos - Revista Trimestral de Jurisprudência 156/666-692. E, ao examinar o Recurso Extraordinário nº 172.058-1/SC, o Plenário, em 30 de junho de 1995 e conforme acórdão publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 161/1.043-1.057, veio, mais uma vez, a dar eficácia aos figurinos constitucional e legal ao concluir que não se pode falar em imposto sobre renda sem que haja ocorrido acréscimo patrimonial representado pela aquisição de disponibilidade sobre a renda. No caso, teve-se presente não só a Lei Fundamental como também o artigo 110 do Código Tributário Nacional, consoante o qual a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e forma de direito privado, utilizados expressa ou implicitamente pela Constituição Federal. Então, após mencionar a jurisprudência da Corte sobre a valia dos institutos, dos vocábulos e expressões constantes dos textos constitucionais e legais e considerada a visão técnico-vernacular, volto à Lei nº 9.718/98, salientando, como retratado acima, constar do artigo 2º a referência a faturamento. No artigo 3º, deu-se enfoque todo próprio, definição singular ao instituto faturamento, olvidando-se a dualidade faturamento e receita bruta de qualquer natureza, pouco importando a origem, em si, não estar revelada pela venda de mercadorias, de mercadorias e serviços ou de serviços:
Art. 3º O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.

Não fosse o § 1º que se seguiu, ter-se-ia a observância da jurisprudência desta Corte, no que ficara explicitado, na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, a sinonímia dos vocábulos "faturamento" e "receita bruta". Todavia, o § 1º veio a definir esta última de forma toda própria:
§ 1º Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.

O passo mostrou-se demasiadamente largo, olvidando-se, por completo, não só a Lei Fundamental como também a interpretação desta já proclamada pelo Supremo Tribunal Federal. Fez-se incluir no conceito de receita bruta todo e qualquer aporte contabilizado pela empresa, pouco importando a origem, em si, e a classificação que deva ser levada em conta sob o ângulo contábil.

Em síntese, o legislador ordinário (logicamente não no sentido vulgar, mas técnico-legislativo) acabou por criar uma fonte de custeio da seguridade à margem do disposto no artigo 195, com a redação vigente à época, e sem ter presente a regra do § 4º nele contido, isto é, a necessidade de novas fontes destinadas a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social pautar-se pela regra do artigo 154, inciso I, da Constituição Federal, que é explícito quanto à exigência de lei complementar. Antecipou-se à própria Emenda Constitucional nº 20, no que, dando nova redação ao artigo 195 da Constituição Federal, versou a incidência da contribuição sobre a receita ou o faturamento. A disjuntiva "ou" bem revela que não se tem a confusão entre o gênero "receita" e a espécie "faturamento". Repita-se, antes da Emenda Constitucional nº 20/98, posterior à Lei ora em exame, a Lei nº 9.718/98, tinha-se apenas a previsão de incidência da contribuição sobre a folha de salários, o faturamento e os lucros. Com a citada emenda, passou-se não só a se ter a abrangência quanto à primeira base de incidência, folha de salários, apanhando-se de forma linear os rendimentos do trabalho pagos ou creditados a qualquer título, mesmo sem vínculo empregatício, observando-se o precedente desta Corte, como também a inserção, considerado o que surgiu como alínea "b" do inciso I do artigo 195, da base de incidência, que é a receita.

Como, então, dizer-se, a esta altura, que houve simples explicitação do que já previsto na Carta? É admitir-se a vinda à balha de emenda constitucional sem conteúdo normativo. É admitir-se que o legislador ordinário possa, até mesmo, modificar enfoque pacificado mediante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que haja atuado, à luz das balizas constitucionais, como guardião da Lei Fundamental. Descabe, também, partir para o que seria a repristinação, a constitucionalização de diploma que, ao nascer, mostrou-se em conflito com a Constituição Federal. Admita-se a inconstitucionalidade progressiva. No entanto, a constitucionalidade posterior contraria a ordem natural das coisas. A hierarquia das fontes legais, a rigidez da Carta, a revelá-la documento supremo, conduz à necessidade de as leis hierarquicamente inferiores observarem-na, sob pena de transmudá-la, com nefasta inversão de valores. Ou bem a lei surge no cenário jurídico em harmonia com a Constituição Federal, ou com ela conflita, e aí afigura-se írrita, não sendo possível o aproveitamento, considerado texto constitucional posterior e que, portanto, à época não existia. Está consagrado que o vício da constitucionalidade há de ser assinalado em face dos parâmetros maiores, dos parâmetros da Lei Fundamental existentes no momento em que aperfeiçoado o ato normativo. A constitucionalidade de certo diploma legal deve se fazer presente de acordo com a ordem jurídica em vigor, da jurisprudência, não cabendo reverter a ordem natural das coisas. Daí a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Nessa parte, provejo o recurso extraordinário e com isso acolho o pedido formulado na inicial, referente à base de cálculo da contribuição, ou seja, para que se entenda, como receita bruta ou faturamento, o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa."

Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

No particular, merece transcrição de trecho do voto proferido pelo e. Ministro Moreira Alves, na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 01/DF, *verbis*:

"(...)
Em síntese, como salientou o Ministro Carlos Velloso, na qualidade de relator do RE 138.284, quando esta Corte reiterou o entendimento já expedido por ocasião do julgamento do RE 146.733,

'O que importa perquirir não é o fato de a União arrecadar a contribuição, mas se o produto da arrecadação é destinado ao financiamento da seguridade social (CF, art. 195, I).'

E, em se tratando da contribuição social instituída pela Lei Complementar n. 70/91, ele o é, como dispõe seu artigo 1º.

De outra parte, sendo a COFINS contribuição social instituída com base no inciso I do artigo 195 da Constituição Federal, e tendo ela natureza tributária diversa da do imposto, as alegações de que ela fere o princípio constitucional da não-cumulatividade dos impostos da União e resulta em bitributação por incidir sobre a mesma base de cálculo do PIS/PASEP só teriam sentido se se tratasse de contribuição social nova, não enquadrável no inciso I do artigo 195, hipótese em que se aplicaria o disposto no § 4º desse mesmo artigo 195 ('A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I'), que determina a observância do inciso I do artigo 154 que estabelece que a União poderá instituir 'I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição'.

Sucede, porém, que a contribuição social em causa, incidente sobre o faturamento dos empregadores, é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 195 da Carta Magna, não se podendo pretender, portanto, que a Lei Complementar n.º 70/91 tenha criado outra fonte de renda destinada a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social.

Por isso mesmo, essa contribuição poderia ser instituída por Lei ordinária. A circunstância de ter sido instituída por lei formalmente complementar - a Lei Complementar n.º 70/91 - não lhe dá, evidentemente, a natureza de contribuição social nova, a que se aplicaria o disposto no § 4º do artigo 195 da Constituição, porquanto essa lei, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída - que são o objeto desta ação -, é materialmente ordinária, por não tratar, nesse particular, de matéria reservada, por texto expresso da Constituição, à lei complementar. A jurisprudência desta Corte, sob o império da Emenda Constitucional n.º 1/69 - e a Constituição atual não alterou esse sistema -, se firmou no sentido de que só se exige lei complementar para as matérias para cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária.
(...)"

Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, *verbis*:
"TRIBUTÁRIO. COFINS. ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º 9.718/98. ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RE 336134/RS, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003)

Confira-se ainda, à guisa de exemplo, recente decisão monocrática proferida pelo e. Ministro Celso de Mello, já consonante com o citado julgamento do Plenário:

*"O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a controvérsia jurídica pertinente à ampliação da **base de cálculo** do PIS/COFINS (RE 357.950/RS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO), declarou, "incidenter tantum", a **inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98,** por entender que a noção de **faturamento** referida no art. 195, I, da Constituição da República, na redação anterior à EC 20/98, não legitimava a incidência de tais contribuições sobre a totalidade das **receitas** auferidas pelas empresas contribuintes, advertindo, ainda, que a superveniente promulgação da EC 20/98 não teve o condão de validar legislação ordinária anterior, que se mostrava originariamente inconstitucional.*

*Esta Suprema Corte, por sua vez, também em julgamento plenário (RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO), confirmou a **validade jurídico-constitucional do art. 8º da Lei nº 9.718/98,** no que concerne à majoração da alíquota de 2% para 3% (**COFINS**), assinalando que esse aumento - considerada a cláusula constitucional da anterioridade mitigada (CF, art. 195, § 6º) - tornou-se exigível a partir de 1º/02/99, afastada, no entanto, para efeito de incidência da referida alíquota (3%), a **base de cálculo** ampliada resultante do já mencionado § 1º (inconstitucional) do art. 3º da Lei nº **9.718/98**.*

*Cumpre acentuar, ainda, que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, reconheceu a plena **constitucionalidade da compensação, de até um terço (1/3), da COFINS com a CSLL**, apenas assegurada ao contribuinte sujeito à incidência de ambas as espécies tributárias ora mencionadas, rejeitando, desse modo, a alegação de que o § 1º do art. 8º da Lei nº **9.718/98** teria importado em ofensa ao postulado da isonomia tributária, porque excluídos de tal benefício os contribuintes unicamente tributados pela **COFINS**:*

*"TRIBUTÁRIO. **COFINS.** ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º **9.718/98.** ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (**COFINS**), até um terço do 'quantum' devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela **COFINS,** a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RTJ 185/352, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - grifei)*

Cabe assinalar, finalmente, que a diretriz jurisprudencial que venho de referir, considerados os precedentes em questão, tem sido observada, no âmbito desta Suprema Corte, em reiteradas decisões proferidas na resolução de controvérsia idêntica à suscitada na presente causa (RE 301.868/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - RE 308.066/RS, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - RE 356.471/MG, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - RE 372.627/DF, Rel. Min. ELLEN GRACIE - RE 388.039/MG, Rel. Min. GILMAR MENDES - RE 413.257/RJ, Rel. Min. CEZAR PELUSO - RE 451.348/SP, Rel. Min. CARLOS BRITTO - RE 469.023/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

*Sendo assim, em face das razões expostas, conheço do presente recurso extraordinário, para dar-lhe parcial provimento (CPC, art. 557, § 1º - A), em ordem a afastar, considerada a **base de cálculo** do PIS/COFINS, a aplicação do § 1º do art. 3º da Lei nº **9.718/98,** observando-se, para esse efeito, o entendimento que o Plenário desta Suprema Corte proclamou no julgamento do RE 357.950/RS.*
(...)" (RE 453622/SP, publicado no DJ de 25.04.2006)

In casu, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.

Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.

De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98, que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal, restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, § 1º-A, do CPC, DOU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2134)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 915.905 - PR (2007/0107383-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: SÔNIA REGINA BECKER FERREIRA
ADVOGADO	: JÚLIO ANTÔNIO SIMÃO FERREIRA
AGRAVADO	: URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S/A
INTERES.	: PAULO AFONSO SCHMIDT E OUTRO
ADVOGADO	: SIDNEY MARTINS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Cuida-se de agravo de instrumento tendente a viabilizar subida a esta Corte de recurso especial interposto por SÔNIA REGINA BECKER FERREIRA, com fulcro no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que versa sobre liberação de licenciamento de veículo.
A decisão de fls. 17/20 negou seguimento ao recurso especial, aduzindo que não há como admitir o recurso interposto, em razão da falta de exaurimento das vias recursais ordinárias, uma vez que caberia o agravo previsto no § 1º do artigo 557 do CPC.
Relatados, passo a decidir.
Tenho que não prospera a irresignação da agravante, uma vez que compartilho com o entendimento esposado na decisão agravada, no sentido de não ser cabível a interposição de recurso especial contra decisão monocrática, uma vez que caberia ainda a oposição de recurso para esgotar as instâncias ordinárias.
Com estas considerações, NEGO PROVIMENTO ao presente agravo, com base no artigo 557, "caput", do Código de Processo Civil, c/c art. 38, da Lei 8.038/90 34, XVIII, do RISTJ.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2135)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 917.640 - SP (2007/0139214-2)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: FERNANDO NETTO BOITEUX E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALTRANS TRANSPORTES DE LINHA LTDA
ADVOGADO	: SUELI APARECIDA ESCUDEIRO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela FAZENDA NACIONAL, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que versa sobre execução fiscal.
Sustenta a ora agravante, em suas razões de recurso especial, que deve ser modificado o julgado no ponto em que reduziu a multa de lançamento de ofício.
A decisão de fls. 28/29 negou seguimento ao recurso especial, assinalando como óbice ao seu trânsito o fato do acórdão recorrido encontrar-se em consonância com a jurisprudência desta Corte.
Nas razões de agravo de instrumento, o agravante infirma os fundamentos da decisão agravada pedindo a sua reforma.
Relatados. Decido.
Tenho que o apelo da agravante não merece prosperar.
Quanto à interposição do recurso especial pela alínea "c" do artigo 105 da Constituição Federal, já é firme o entendimento desta Corte, segundo o qual a simples transcrição de ementas não basta para que se configure a divergência jurisprudencial alegada, impondo-se a demonstração do dissídio com a reprodução dos segmentos assemelhados ou divergentes entre os paradigmas colacionados e o aresto hostilizado.
No presente recurso, a alegada divergência não foi demonstrada nos moldes exigidos pelo artigo 255 e parágrafos do RI/STJ, ou seja, com a transcrição dos trechos caracterizadores da divergência, com a menção das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.
Nesse sentido, confiram-se os seguintes precedentes, *verbis*:

"RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535, I, DO CPC. DESCOMPASSO ENTRE EMENTA E ACÓRDÃO. CONTRADIÇÃO. DIVERGÊNCIA. TRANSCRIÇÃO DE EMENTA.
1. A ementa não integra a decisão colegiada, prevalecendo o conteúdo desta, sendo, no caso de descompasso entre uma e outra, admissível o recurso de embargos de declaração em havendo possibilidade de prejuízo para a exata compreensão do acórdão. Precedentes do STJ.
2. Na demonstração da divergência mediante simples transcrição de ementa de acórdão, resta inviabilizada a verificação da identidade ou semelhança das hipóteses em confronto, mesmo porque "a ementa não integra a decisão colegiada".
3. Recurso não conhecido" (REsp nº 466.526/DF, Relator Ministro FERNANDO GONÇALVES, DJ de 25/08/2003, p. 00316).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL COM SÚMULA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO NOS MOLDES DO ART. 255 E PARÁGRAFOS DO RISTJ.
Para caracterização do dissídio, indispensável que se faça o cotejo analítico entre a decisão hostilizada e os acórdãos paradigmas ou enunciados sumulares invocados. A simples transcrição de ementas ou de súmula, sem que se evidencie a similitude das situações, não se presta para demonstração da divergência jurisprudencial.
Agravo regimental desprovido" (AGREsp nº 493.456/RS, Relator Ministro FELIX FISCHER, DJ de 23/06/2003, p. 00425).

Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo, com fulcro no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2136)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 918.745 - SC (2007/0132346-6)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: UNIMED DE JOINVILLE - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADO	: LEANDRO CARLO DE LIMA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR	: BÁRBARA LEBARBENCHON MOURA THOMASELLI BEZ E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ICMS. SUBIDA DOS AUTOS.
1. É admissível o provimento do Agravo de Instrumento para melhor exame da admissão do Recurso Especial, ao nuto do Relator.
2. Agravo de Instrumento provido, determinando-se a subida do Recurso Especial.

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento interposto por UNIMED DE JOINVILLE, em face do ESTADO DE SANTA CATARINA, com fulcro no art. 544 do CPC, no intuito de ver reformada a r. decisão de fl.61/62, que negou seguimento ao recurso especial, que o mesmo manejara.

O ora agravante interpôs recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea "a", da Carta Maior, alegando ofensa aos arts. 131, 165, 458, inc. II e 535, todos do Código de Processo Civil.

Foram apresentadas contra-razões ao apelo nobre, bem como contraminuta ao presente agravo, conforme fls. 55/60 e 68/74, respectivamente.

Brevemente relatados, decido.

Como de sabença, é admissível o provimento do agravo de instrumento para melhor exame da admissão do recurso especial, ao nuto do Relator.

Ex positis, **DOU PROVIMENTO** ao presente agravo de instrumento, determinando a subida do recurso especial, para melhor exame.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2137)

RECURSO ESPECIAL Nº 919.183 - SE (2007/0010749-1)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: MUNICÍPIO DE ARACAJU
PROCURADOR	: ANTÔNIO MAURÍCIO TELES MACHADO
RECORRIDO	: SERVEPORTA DAVID LTDA
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO PARA O SÓCIO-GERENTE. IMPOSSIBILIDADE.
1. O redirecionamento da execução fiscal, e seus consectários legais, para o sócio-gerente da empresa, somente é cabível quando reste demonstrado que este agiu com excesso de poderes, infração à lei ou contra o estatuto, ou na hipótese de dissolução irregular da empresa. Precedentes: RESP n.º 738.513/SC, deste relator, DJ de 18.10.2005; REsp n.º 513.912/MG, DJ de 01/08/2005; REsp n.º 704.502/RS, DJ de 02/05/2005; EREsp n.º 422.732/RS, DJ de 09/05/2005; e AgRg nos EREsp n.º 471.107/MG, deste relator, DJ de 25/10/2004.
2. Recurso especial a que se nega seguimento. (art. 557, *caput*, do CPC).

Vistos.

Trata-se de recurso especial interposto pelo MUNICÍPIO DE ARACAJU, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido em sede de Agravo de Instrumento pelo E. Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, que entendeu que o mero não pagamento do tributo não se constitui em hipótese suficiente para autorizar o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente da empresa executada.

Na presente irresignação especial, sustenta a recorrente a ocorrência de violação ao art. 135, III, do CTN, aduzindo a legitimidade do sócio-gerente para integrar o pólo passivo da execução fiscal.

Não foram apresentadas as contra-razões.

Realizado o juízo de admissibilidade positivo do apelo extremo na instância de origem ascenderam os autos ao E. STJ.

Relatados. DECIDO.

Preliminarmente, destaque-se que a matéria federal restou devidamente prequestionada e foram preenchidos os requisitos de admissibilidade do recurso especial, pelo que merece ser conhecido o presente apelo.

A controvérsia a ser dirimida nos presentes autos cinge-se em definir **se o não pagamento do tributo seria suficiente** para justificar o redirecionamento da execução fiscal ao sócio-gerente da empresa executada.

Dispõe o art. 135, do Código Tributário Nacional:

"Art. 135. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos: (...) III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado."

Em face do preceituado neste dispositivo, a jurisprudência desta Corte tem entendido possível o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente quando fique comprovado que este agiu com excesso de poderes, infração de lei, do contrato social ou dos estatutos.

A essas hipóteses a doutrina acrescentou o caso da dissolução irregular da sociedade. A respeito, pronunciou-se o eminente tributarista Hugo de Brito Machado:

"Com acerto decidiu o Tribunal Federal de Recursos que, deixando a sociedade de operar, sem ter havido sua regular liquidação, os sócios-gerentes, diretores e administradores respondem pelas dívidas tributárias desta. Há, nesses casos, uma presunção de que tais pessoas se apropriaram dos bens pertencentes à sociedade.
Em conclusão, a questão em exame pode ser assim resumida: (a) os sócios-gerentes, diretores e administradores de sociedades por quotas de responsabilidade limitada, ou anônimas, em princípio não são pessoalmente responsáveis pelas dívidas tributárias destas; b) em se tratando de IPI, ou de imposto de renda retido na fonte, haverá tal responsabilidade, por força da disposição expressa do Decreto-lei n. 1736/79; (c) relativamente aos demais tributos, a responsabilidade em questão só existiria quando a pessoa jurídica tenha ficado sem condições econômicas para responder pela dívida em decorrência de atos praticados com excesso de poderes ou violação da lei, do contrato ou do estatuto; (d) a liquidação irregular da sociedade gera a presunção da prática desses atos abusivos ou ilegais." (***in*** "Curso de Direito Tributário". São Paulo: Malheiros, 2002, p. 138)

No mesmo sentido tem se firmado a jurisprudência desta Corte Superior, consoante se extrai dos recentes julgados, que restaram assim ementados:

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. DISSOLUÇÃO IRREGULAR. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO PARA O SÓCIO-GERENTE. POSSIBILIDADE.
1. *É assente na Corte que o redirecionamento da execução fiscal, e seus consectários legais, para o sócio-gerente da empresa, somente é cabível quando reste demonstrado que este agiu com excesso de poderes, infração à lei ou contra o estatuto, ou na hipótese de dissolução irregular da empresa. Precedentes:* ***REsp n.º 513.912/MG****, Rel. Min. Peçanha Martins, DJ de 01/08/2005;* ***REsp n.º 704.502/RS****, Rel. Min. José Delgado, DJ de 02/05/2005;* ***EREsp n.º 422.732/RS****, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 09/05/2005; e* ***AgRg nos EREsp n.º 471.107/MG****, deste relator, DJ de 25/10/2004.*
2. In casu, consta dos autos certidão lavrada por Oficial de Justiça (fl. 47 verso), informando que, ao comparecer ao local de funcionamento da empresa executada, o mesmo foi comunicado de que esta encerrara as atividades no local a mais de ano, o que indica a dissolução irregular da sociedade, a autorizar o redirecionamento da execução.
3. *Ressalva do ponto de vista no sentido de que a ciência por parte do sócio-gerente do inadimplemento dos tributos e contribuições, mercê do recolhimento de lucros e pro labore, caracteriza, inequivocamente, ato ilícito, porquanto há conhecimento da lesão ao erário público.*
4. *Recurso especial provido, para determinar o prosseguimento da ação executória com a inclusão do sócio-gerente em seu pólo passivo."*
(RESP n.º 738.513/SC, Primeira Turma, **deste relato**r, DJ de 18.10.2005)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. SÓCIO-GERENTE. REDIRECIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 135 DO CTN. VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 591, 592, II, E 596 DO CPC, 350 DO CÓDIGO COMERCIAL, 2º DO DECRETO 3.708/19 NÃO CONFIGURADA. PREQUESTIONAMENTO AUSENTE. SÚMULA 282 STF. PRECEDENTES.
1. O redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente da empresa somente é cabível quando comprovado que ele agiu com excesso de poderes, infração à lei ou contra estatuto, ou na hipótese de dissolução irregular da empresa. *O simples inadimplemento de obrigações tributárias não caracteriza infração legal.*
2. A configuração do prequestionamento envolve a emissão de juízo decisório sobre a questão jurídica controvertida.
3. Recurso especial conhecido e parcialmente provido." (REsp n.º 513.912/MG, Segunda Turma, Rel. Min. Peçanha Martins, DJ de 01/08/2005)

"TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. SÓCIO. ADMINISTRADOR. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. LIMITES. ART. 135, III, DO CTN. SÚMULA N. 168/STJ.
1. ***'Os bens do sócio de uma pessoa jurídica comercial não respondem, em caráter solidário, por dívidas fiscais assumidas pela sociedade. A responsabilidade tributária imposta por sócio-gerente, administrador, diretor ou equivalente só se caracteriza quando há dissolução irregular da sociedade ou se comprova infração à lei praticada pelo dirigente'*** *(EREsp n. 260.107, Primeira Seção, Ministro José Delgado).*
2. 'Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal firmou-se no mesmo sentido do acórdão embargado' (Súmula n. 168/STJ).
3. Embargos de divergência não conhecidos. (EREsp n.º 422.732/RS, Primeira Seção, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 09/05/2005)

"TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA EMPRESA - REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRA OS SÓCIOS - POSSIBILIDADE -PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.
1. Cuida-se de recurso especial fundado nas alíneas 'a' e 'c' do permissivo constitucional interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL em face de acórdão (fl. 71) proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:
'AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRA SÓCIO DA EMPRESA.
A responsabilidade pessoal do sócio, gerente ou não, está condicionada à prática de atos contrários à lei ou ao contrato. E não é simplesmente objetiva, exigindo efetiva comprovação. Dessa forma, o simples débito fiscal da sociedade, como qualquer outro, não constitui só por si violação à lei. Se assim fosse, todos os credores estariam autorizados a executar bens particulares dos sócios de sociedades limitadas. Além disso, a obrigação tributária é da sociedade.
Por maioria, negaram provimento, vencida a Desa. Liselena Schifino Robles Ribeiro que provia.'
2. A jurisprudência pacífica deste Superior Tribunal de Justiça tem se firmado no sentido de que a responsabilidade do sócio-gerente, em relação às dívidas fiscais contraídas pela sociedade apenas ocorre quando aquele, no exercício da gerência ou de outro cargo na empresa, exorbitou do poder ou infringiu a lei, o contrato social ou estatuto, a teor do que dispõe o artigo 135 do Código Tributário Nacional ou, ainda, se a sociedade foi dissolvida irregularmente.
3. In casu, a execução fiscal foi originariamente dirigida à empresa denominada FIORÍSSIMO IND. COM. ESSENCIAIS ART. PRESENTES LTDA., tendo sido tomadas providências para citação da mesma mediante citação via postal, com pedido de oficiamento à Receita Federal para informar o endereço, citação via mandado de execução fiscal, todas sem êxito, havendo por fim, o oficial de justiça informado que não foi possível a citação já 'que a mesma está desativada de fato há mais de noventa dias. Deixo de realizar os demais atos por não ter encontrado bens da devedora.' (fl. 31v.).
4. A dissolução irregular da sociedade oportuniza redirecionamento da execução independente de culpa ou dolo dos sócios. Esse o entendimento adotado neste Superior Tribunal de Justiça: 'É cabível o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente quando a sociedade tiver sido dissolvida de forma irregular. Precedentes da Corte.' (AgRg no RESP 622736/RS, Ministro LUIZ FUX DJ 28.06.2004)
5. Portanto, ocorrendo a dissolução irregular, afirmativa não contestada nos autos, torna-se possibilitado o redirecionamento da execução contra os sócios, os quais poderão, oportunamente, oferecer embargos do devedor, onde argüirão toda matéria de defesa. O que não é possível é o fisco ficar sem ter a quem dirigir a cobrança do crédito fiscal em face de a sociedade não mais existir.
6. Recurso especial provido." (REsp n.º 704.502/RS, Primeira Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 02/05/2005)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO PARA O SÓCIO-GERENTE. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO VERBETE DA SÚMULA 168/STJ. DISSENSO ENTRE ACÓRDÃO QUE NÃO CONHECEU DO APELO, ANTE O ÓBICE DAS SÚMULA 282 e 356 do STF E OUTRO QUE APRECIOU O MÉRITO DO RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA NÃO CONFIGURADA.
1. ***O redirecionamento da execução fiscal, e seus consectários legais, para o sócio-gerente da empresa, somente é cabível quando reste demonstrado que este agiu com excesso de poderes, infração à lei ou contra o estatuto, ou na hipótese de dissolução irregular da empresa.*** *Precedentes jurisprudenciais desta Corte.*
2. 'Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado.' Súmula 168/STJ.
3. São inadmissíveis os Embargos de Divergência quando o acórdão embargado não conhece do recurso sob o fundamento de ausência de prequestionamento e os decisórios paradigmas conheceram do recurso e adentraram na matéria de mérito. Precedentes do STJ: ERESP 497.511/SP; ERESP 89.575/SP; EREsp. 247.250/SP e ERESP 302.341/MG.
4. Embargos de divergência liminarmente indeferidos (art. 266, § 3º, do RISTJ).
5. Agravo Regimental improvido." (AgRg nos EREsp n.º 471.107/MG, Primeira Seção, deste relator, DJ de 25/10/2004)

Ex positis, NEGO SEGUIMENTO ao Recurso Especial, com base no art. 557, *caput*, do CPC.
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2138)

RECURSO ESPECIAL Nº 919.271 - SP (2007/0013234-2)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - IPREM
PROCURADOR	: JOAO SCATAMBURLO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CLAUDETE OPPIDO E OUTROS
ADVOGADO	: HORÁCIO LUIZ AUGUSTO DA FONSECA

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SÚMULA N.º 188 DO STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA 7/STJ.

1.Restando nítida a natureza tributária das contribuições previdenciárias, consoante sedimentado em sede doutrinária e jurisprudencial, *"os juros moratórios, na repetição do indébito tributário, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença."* (Súmula 188/STJ).

2. Precedentes desta Corte Superior: EAG n.º 502.768/BA, DJ de 14/02/2005; REsp n.º 463.178/RJ, DJ de 17/12/2004; AgRg no REsp n.º 502.391/PE, DJ de 06/12/2004 e REsp n.º 181.755/PE, DJ de 23/11/1998

3.Destarte, a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC (Precedentes: **AgRg no AG 623.659/RJ**, DJ 06.06.2005; **AgRg no REsp 592.430/MG**, DJ 29.11.2004; **e AgRg no REsp 587.499/DF**, DJ 10.05.2004).

4. A revisão do critério adotado pela Corte de origem, por eqüidade, para a fixação dos honorários, encontra óbice na Súmula 07 do STJ. No mesmo sentido, o entendimento sumulado do Pretório Excelso: "*Salvo limite legal, a fixação de honorários de advogado, em complemento da condenação, depende das circunstâncias da causa, não dando lugar a recurso extraordinário*." (Súmula 389/STF). Precedentes da Corte: **REsp 779.524/DF**, DJ 06.04.2006; **REsp 726.442/RJ**, DJ 06.03.2006; **AgRg nos EDcl no REsp 724.092/PR**, DJ 01.02.2006.

3. Recurso especial conhecido, e nesta parte, provido parcialmente (CPC, art. 557, § 1.º-A) .

Vistos.

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - IPREM, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a"e "c", da Carta Maior, no intuito de ver reformado acórdão prolatado pelo Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL INATIVO
Contribuição Previdenciária - Isenção ante a Emenda Constitucional nº 20/98- Restituição dos valores descontados- Cabimento- Na forma do art 195, II, da Constituição Federal, e em razão da Emenda Constitucional nº 20/98, vedado era o desconto de contribuição previdenciária de servidor inativo ou de pensionista."

Irresignado, o IPREM interpôs o recurso especial que ora se apresenta aduzindo, em suma, que o entendimento esposado pelo tribunal *a quo* revela afronta ao art. 167, parágrafo único, do CTN. Pretende, assim, seja fixado o termo *a quo* dos juros dentro das balizas do disposto no verbete sumular n.º 188 desta Corte Superior, qual seja, a partir do trânsito em julgado da sentença, bem como ao parágrafo único, do art. 167 do CTN e que seja fixado os honorários em 10% sobre o valor dado à causa.

Foram apresentadas contra-razões conforme fls.343/347.

O recurso foi admitido no Tribunal *a quo*.

Brevemente relatados, decido.

Prequestionada a matéria federal ventilada, com citação expressa do artigo tido por violado e, restando devidamente preenchidos os demais pressupostos recursais, revela-se merecedor de conhecimento o presente apelo nobre.

A questão controvertida cinge-se à fixação do termo *a quo* da incidência de juros de mora na repetição de valores indevidamente recolhidos a título de contribuição previdenciária.

Assim, merecem acolhida as pretensões do recorrente. Com efeito, é nítida a natureza tributária das contribuições em comento, pelo que não há como afastar-se a aplicação da Súmula 188/STJ, cujo teor revela:

"Súmula 188 - Os juros moratórios, na repetição do indébito tributário, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença."

Neste sentido, faz-se oportuna a colação das ementas dos seguintes precedentes desta Corte Superior:

"TRIBUTÁRIO. RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS, POR REPETIÇÃO EM PECÚNIA OU POR COMPENSAÇÃO. JUROS. TERMO INICIAL: TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA OU PAGAMENTO INDEVIDO. IRRELEVÂNCIA DA CAUSA DO INDÉBITO. INCIDÊNCIA DA TAXA SELIC.
1. ***A 1ª Seção firmou entendimento no sentido de que, na restituição de tributos, seja por repetição em pecúnia, seja por compensação, (a) são devidos juros de mora a partir do trânsito em julgado, nos termos do art. 167, parágrafo único, do CTN e da Súmula 188/STJ****, sendo que (b) os juros de 1% ao mês incidem apenas sobre os valores reconhecidos em sentenças cujo trânsito em julgado ocorreu em data anterior a 1º.01.1996, porque, a partir de então, passou a ser aplicável apenas a taxa SELIC, instituída pela Lei 9.250/95, desde cada recolhimento indevido.*
2. É irrelevante, na determinação do regime aplicável à compensação ou repetição de indébito tributário, a causa jurídica do indébito. Também se considera indébito tributário o valor recolhido a título de tributo declarado inconstitucional. Também nesse caso a respectiva repetição ou compensação fica submetida, para todos os efeitos, à disciplina própria da restituição do indébito tributário.
3. O acolhimento da tese de que a declaração de inconstitucionalidade altera a natureza do indébito - que não mais seria indébito tributário, e sim indébito comum -, o que afastaria o regime de juros moratórios previsto no CTN (termo a quo do trânsito em julgado), conduziria, necessariamente, por uma questão de coerência, também à conclusão de que não se lhe aplicaria o regime do CTN para outros efeitos, como o do prazo prescricional (no caso dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, deixaria de ser de "cinco mais cinco" anos, como reconhece a Seção, passando a ser qüinqüenal, nos termos da norma geral aplicável às dívidas da Fazenda, o art. 1º do Decreto 20.910/32). O próprio direito a compensação estaria comprometido pela tese, já que somente se reconhece como compensáveis com parcelas de natureza tributária os valores referentes a indébitos tributários, e não outros, de natureza comum.
4. Embargos de divergência providos." (EAG n.º 502.768/BA, Primeira Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 14/02/2005)

"TRIBUTÁRIO. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO/VEÍCULO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. JUROS MORATÓRIOS. MOMENTO DA INCIDÊNCIA. ART. 167, PARÁGRAFO ÚNICO DO CTN. SÚMULA 188-STJ.
Consoante entendimento sumulado desta Corte, "Os juros moratórios, na repetição do indébito tributário, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença." *Recurso especial conhecido e provido".* (REsp n.º 463.178/RJ, Segunda Turma, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJ de 17/12/2004)

"TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS. JUROS.
1. "Os juros moratórios, na repetição do indébito tributário, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença." (Súmula 188/STJ).
2. Operando-se o trânsito em julgado após o advento da Lei 9.250/95,
incidem, na compensação, somente os juros equivalentes à taxa SELIC, vedada sua cumulação com qualquer outro índice, seja de juros, seja de atualização monetária.
3. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no REsp n.º 502.391/PE, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJ de 06/12/2004)

"AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL DE SUA CONTAGEM. ART. 167, § ÚNICO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. ***SÚMULA 188*** *DO STJ. RECURSO PROVIDO.*
1. Nas ações de repetição de indébito, o termo inicial dos juros moratórios se dá a partir do trânsito em julgado da sentença, e não da data do vencimento da dívida. Inteligência do art. 167, § único do Código Tributário Nacional. Entendimento já pacificado neste egrégio Sodalício conforme Súmula 188/STJ.
2. Recurso Especial a que se dá provimento." (REsp n.º 181.755/PE, Primeira Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 23/11/1998)

Destarte, a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado, inclusive, como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC.

Nesse sentido, os seguintes arestos:

PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. IPTU. TIP. TCCLP. TCDL. JUROS DE MORA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DA FAZENDA PÚBLICA. ART. 20, § 4º, DO CPC. MATÉRIA PROBATÓRIA. SÚMULA 07/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.
1. A ausência de debate, na instância recorrida, sobre a matéria versada no recurso especial atrai, por analogia, a incidência da Súmula 282 do STF.
2. Mesmo considerando que a condenação em honorários da Fazenda Pública deve ser realizada com alicerce no art. 20, § 4º, do CPC, a fixação do quantum devido será feita consoante apreciação eqüitativa do juiz, que levará em conta fatores primordialmente factuais.
3. Não está o juiz adstrito aos limites indicados no § 3º do referido artigo (mínimo de 10% e máximo de 20%), porquanto a alusão feita pelo § 4º do art. 20 do CPC é concernente às alíneas do § 3º, tão-somente, e não ao seu caput.
4. Não é cabível, em recurso especial, examinar a justiça do valor fixado a título de honorários, já que o exame das circunstâncias previstas nas mencionadas alíneas impõe, necessariamente, incursão à seara fático-probatória dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ.
5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AG 623.659/RJ, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 06.06.2005)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CAUSAS EM QUE É VENCIDA A FAZENDA PÚBLICA. INAPLICABILIDADE DOS LIMITES PERCENTUAIS PREVISTOS NO § 3º DO ART. 20 DO CPC.
1. Vencida a Fazenda Pública, a norma aplicável, em matéria de fixação de honorários advocatícios, é aquela prevista no art. 20, § 4º, do CPC.
2. A remissão contida no art. 20, § 4º, do CPC, relativa aos parâmetros a serem considerados na apreciação eqüitativa do juiz, refere-se às alíneas do § 3º, e não ao seu caput.
3. Inviável reapreciar, em sede de recurso especial, a fixação dos honorários advocatícios, por demandar o reexame de matéria fática (Súmula 07/STJ).
4. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no REsp n.º 592.430/MG, Rel. Min. Denise Arruda, DJ 29.11.2004).

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO EM VALOR DETERMINADO.
1. 'Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.' (artigo 20, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil).
2. O percentual, o valor da condenação e os limites mínimo e máximo fixados no parágrafo 3º do artigo 20 do Código de Processo Civil, como bases obrigatórias da fixação da verba honorária, não têm função no estabelecimento dos honorários advocatícios a serem pagos pela Fazenda Pública, informados que devem ser pelo grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço e a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, a teor do que dispõe o parágrafo 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil, que não impede, por óbvio, a consideração de um valor determinado, em estando o juiz a definir a natureza e a importância da causa.
3. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 587.499/DF, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ 10.05.2004)

Por outro lado, a revisão do critério adotado pela Corte de origem, por eqüidade, para a fixação dos honorários, encontra óbice na Súmula n.º 07 do STJ. No mesmo sentido, o entendimento sumulado do Pretório Excelso: "*Salvo limite legal, a fixação de honorários de advogado, em complemento da condenação, depende das circunstâncias da causa, não dando lugar a recurso extraordinário*." (Súmula n.º 389 do STF).

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - RESTITUIÇÃO - IMPOSTO DE RENDA - APOSENTADORIA COMPLEMENTAR - PREVIDÊNCIA PRIVADA (PREVI) - ISENÇÃO - LEIS 7.713/88 E 9.250/95 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - FIXAÇÃO - OBSERVÂNCIA DO CPC, ART. 20, § 4º - REEXAME DO VALOR - SÚMULA 07/STJ-PRECEDENTES
- Impõe-se observar o momento do recolhimento da contribuição para estabelecer-se a incidência ou não do Imposto de Renda sobre as verbas de complementação da aposentadoria pagas pela previdência privada.
- Recolhidas as contribuições sob a égide da Lei 7.713/88, os benefícios e resgates não sofrerão nova tributação por força do advento da Lei 9.250/95. Somente os benefícios recolhidos a partir de janeiro de 1996, termo inicial de vigência da nova lei, sofrerão a incidência do imposto.
-Tendo em vista o pedido inicial formulado pelos ora recorrentes, impõe-se o reconhecimento da não-incidência do IR apenas sobre a contribuição paga pelos participantes, na proporção de 1/3, para a formação do fundo previdenciário, sob pena de se julgar ultra petita.
- Vencida a Fazenda Pública, a fixação da verba honorária deve observar o § 4º do art 20 do CPC, que não impõe ao julgador a observância de limites percentuais mínimos e máximos e nem estabelece a base de cálculo.
- A reapreciação dos critérios fáticos que levaram as instâncias ordinárias a fixarem o percentual dos honorários advocatícios é incabível em sede de recurso especial, a teor do disposto na Súmula 07/STJ.
- Recurso especial conhecido e provido parcialmente.
(REsp 779.524/DF, Rel. Min. FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, DJ 06.04.2006)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. IPTU, TIP, TCLLP E TCLD. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. TERMO A QUO DO PRAZO PRESCRICIONAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ART. 20, § 4º, DO CPC.
1. A ausência de debate, na instância recorrida, sobre os dispositivos legais cuja violação se alega no recurso especial atrai, por analogia, a incidência da Súmula 282 do STF.
2. Em se tratando de tributos cujo lançamento se dá de ofício, como é o caso do IPTU, o prazo qüinqüenal para se pleitear a repetição do indébito tem como termo inicial a data de extinção do crédito tributário pelo pagamento. Prevalência da aplicação dos artigos 156, I, 165, I e 168, I, do CTN sobre o artigo 1º do Decreto 20.910/32. Jurisprudência pacífica nas 1ª e 2ª Turmas do STJ.
3. Conforme dispõe o art. 20, § 4º, do CPC, nas causas em que for vencida a Fazenda Pública os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, que levará em conta o grau de zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.
4. Nessas hipóteses, não está o juiz adstrito aos limites indicados no § 3º do referido artigo (mínimo de 10% e máximo de 20%), porquanto a alusão feita pelo § 4º do art. 20 do CPC é concernente às alíneas do § 3º, tão-somente, e não ao seu caput. Precedentes da Corte Especial, da 1ª Seção e das Turmas.
5. Não é cabível, em recurso especial, examinar a justiça do valor fixado a título de honorários, já que o exame das circunstâncias previstas nas alíneas do § 3º do art. 20 do CPC impõe, necessariamente, incursão à seara fático-probatória dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ e, por analogia, da Súmula 389/STF.
6. Recurso especial dos autores a que se nega provimento.
7. Recurso especial do Município não conhecido.

(REsp 726.442/RJ, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ 06.03.2006)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA DE PROVA.
1. Nas causas em que for vencida a Fazenda Pública, a norma aplicável, em matéria de fixação de honorários advocatícios, é aquela prevista no art. 20, § 4º, do CPC.
2. A remissão contida no referido dispositivo, relativa aos parâmetros a serem considerados na apreciação eqüitativa do juiz, refere-se às alíneas do § 3º, e não ao seu caput, não havendo que se adotar, obrigatoriamente, como base de cálculo, o valor da causa ou da condenação.
3. Inviável reapreciar, em sede de recurso especial, a fixação dos honorários advocatícios, por demandar o reexame de matéria fática (Súmula 7/STJ).
4. Agravo regimental desprovido.
(AgRg nos EDcl no REsp 724.092/PR, Rel. Min. DENISE ARRUDA, DJ 01.02.2006)

Ex positis, com fulcro no art. 557, § 1.º-A, do Código de Processo Civil, **CONHEÇO** do presente recurso especial, e nesta parte, dou **PARCIAL PROVIMENTO**.
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 06 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2139)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 919.332 - PR (2007/0133859-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE LONDRINA
PROCURADOR	: ANA CLAUDIA NEVES RENNO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CÍCERO ROSA DE SOUZA
ADVOGADO	: MARIA ELIZABETH JACOB

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo MUNICÍPIO DE LONDRINA, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o v. acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que versa sobre taxa de iluminação pública.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de agosto de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2140)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 920.068 - SC (2007/0102722-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: MÜLLER COMÉRCIO DO VESTUÁRIO LTDA
ADVOGADO	: JULIO GUILHERME MÜLLER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR	: LEANDRO DA SILVA ZANINI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por MÜLLER COMÉRCIO DO VESTUÁRIO LTDA, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra v. acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que versa sobre execução fiscal.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de agosto de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2141)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 920.302 - SP (2007/0167514-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MIRIAN GONÇALVES DILGUERIAN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CATIA MARCI BRIDI - MICROEMPRESA
ADVOGADO	: S/ REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o v. acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que versa sobre execução fiscal.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2142)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 920.310 - SP (2007/0135740-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: COMPANHIA BRASILEIRA DE MEIOS DE PAGAMENTO
ADVOGADO	: RODRIGO HELFSTEIN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MARGARIDA MARIA PEREIRA SOARES E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. ICMS. EXIGIBILIDADE. SUSPENSÃO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ.
1. É inviável a análise do agravo de instrumento, cuja fundamentação não impugna especificamente os fundamentos da decisão agravada. Inteligência da Súmula 182 do STJ, que dispõe: *"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."*
2. Agravo de instrumento não-conhecido (art. 544, § 2º do CPC).

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento interposto por COMPANHIA BRASILEIRA DE MEIOS DE PAGAMENTO, contra decisão que inadmitiu o recurso especial (fls. 290/291), ao fundamento de que as razões do recurso especial não são suficientes para infirmar a conclusão do acórdão recorrido, outrossim não restou evidenciada ofensa à lei federal, bem como a demonstração da divergência jurisprudencial, não estando atendidas qualquer das hipóteses das alíneas "a", "b" ou "c", inc. III, do art. 105, da Constituição Federal.

Em suas razões, a empresa agravante não impugna especificamente o fundamento da decisão agravada, limitando-se a reiterar argumentos trazidos no seu recurso especial.

Brevemente relatados, decido.

O presente agravo de instrumento não reúne condições de processamento, uma vez que incide à espécie o teor da Súmula 182/STJ, *in verbis*: *"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."*

A respeito do conteúdo dessa Súmula, Roberto Rosas ensina o seguinte:

"O agravo tem como finalidade desconstituir os termos do despacho agravado. Logo, só pode ser válido se impugnar os fundamentos dessa decisão, e não discutir outros aspectos da causa, como alcance do recurso especial não admitido, ou, então, simplesmente repetir os fundamentos do recurso especial, sem acrescentar as objeções ao despacho agravado." (*in* Direito Sumular, 10ª Ed, São Paulo, Malheiros, 2000. p.367).

Com efeito, em sua petição, a agravante não impugna especificamente o fundamento da decisão agravada, segundo os quais as razões do recurso especial não são suficientes para infirmar a conclusão do acórdão recorrido, bem como da demonstração de ofensa à lei federal, e da divergência jurisprudencial, a fim de atender as hipóteses das alíneas "a", "b" ou "c", inc. III, do art. 105, da Constituição Federal, restando incólume estes argumentos. O agravante, no caso dos autos, apenas repisou argumentações usadas no seu apelo excepcional.

O agravo de instrumento interposto contra decisão denegatória de processamento do recurso especial, que não impugna especificamente os seus fundamentos, não merece conhecimento, haja vista tratar-se de petição recursal inepta, já que ausente um dos requisitos extrínsecos de admissibilidade dos recursos, qual seja, a sua regularidade formal. Essa tese já se encontra pacificada no âmbito deste Tribunal Superior. Confiram-se os seguintes arestos:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RAZÕES IMPROCEDENTES.
1. É inviável o agravo que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada. Incide, por analogia, a Súmula 182 do STJ. Incorre nesse vício o agravo que, em face de decisão que inadmite o recurso especial com base em entendimento consolidado do STJ, não demonstra que a orientação não está pacificada.
2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no Ag 537.836/MG, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 19.04.2004, p. 159)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SÚMULA 182/STJ.
- O agravo de instrumento interposto contra decisão denegatória de processamento de recurso especial que não impugna especificamente seus fundamentos, não merece conhecimento, ante o óbice imposto pela Súmula 182 do STJ, aplicada, mutatis mutandis, *ao caso* sub examen, *conforme manso entendimento desta Corte. Agravo regimental desprovido."* (AgRg nos EDcl no Ag 441.450/SP, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 23.09.2002, p. 363)

"AGRAVO REGIMENTAL. FUNDAMENTAÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. REPRODUÇÃO DAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.
1. Não se conhece de Agravo de Instrumento, que não ataca especificamente os fundamentos da decisão agravada, realizando mera reprodução das razões utilizadas no Recurso Especial.
2. Recurso não conhecido." (AgRg no Ag 353.680/PR, 5ª Turma, Rel. Min. Edson Vidigal, DJ de 09.04.2001, p. 382)

No mesmo sentido, colacionam-se as seguintes decisões monocráticas: Ag 864.530/RJ (DJ de 03.04.2007); Ag 764.890/RS (DJ de 01.06.2006); Ag 696.623/MS (DJ de 01.09.2005); Ag 572.182/RS (DJ de 12/02/2004); e Ag 556.987/MG (DJ de 25.11.2003).

Ex positis, com fulcro no art. 544, § 2º, do CPC, **NÃO CONHEÇO** do agravo de instrumento.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2143)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 920.466 - SP (2007/0134642-8)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR.POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
AGRAVADO	: YMF PROJETOS S/C LTDA
ADVOGADO	: JOSÉ EDUARDO GIBELLO PASTORE E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata -se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra o v. acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que versa sobre contribuição Social prevista no art. 22, da Lei 8.212/91.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de agosto de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2144)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 920.477 - SP (2007/0137988-9)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: PIZZARIA E RESTAURANTE CERRO CORÁ LTDA
ADVOGADO	: CARLOS ALBERTO FARO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MILTON DEL TRONO GROSCHE E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela PIZZARIA E RESTAURANTE CERRO CORÁ LTDA, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que versou sobre embargos à execução fiscal.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 12 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2145)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 920.533 - SP (2007/0136731-8)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: IFER ESTAMPARIA E FERRAMENTARIA LTDA
ADVOGADO	: DANIEL DOS SANTOS PORTO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: CARLOS MIYAKAWA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela IFER ESTAMPARIA E FERRAMENTARIA LTDA, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que versa sobre embargos à execução fiscal.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2146)

RECURSO ESPECIAL Nº 920.963 - SP (2007/0018254-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: SUPERMERCADO BOM JESUS LTDA
ADVOGADO	: MAURÍCIO JOSÉ BARROS FERREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MIRIAM A PERES SILVA E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. LEI 9.718/98. PIS E COFINS. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. LEI COMPLEMENTAR 70/91 E LEI COMPLEMENTAR 7/70. NOVEL JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º, ARTIGO 3º, DA LEI 9.718/98.

1. A Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica, vale dizer, ***"totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas"***.

2. Fundando-se o acórdão recorrido em interpretação de matéria eminentemente constitucional (a equiparação dos conceitos de receita bruta e faturamento a que se refere o art. 3º da Lei nº 9.718/98 não se contrapõe à disciplina do artigo 195 da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional 20/98), descabe a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

3. Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos **Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG**, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e **n.º 346.084-6/PR**, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

4. Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

5. Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, segundo a qual: *"Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia."* (**RE 336134/RS**, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003).

6. *In casu*, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, bem como, no que se refere à ampliação de sua base de cálculo, ante o teor do artigo 110, do CTN entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização juris prudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.

7. Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.

8. De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98 que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

9. Recurso especial provido (CPC, artigo 557, § 1º-A).

Cuida-se de recurso especial interposto por SUPERMERCADO BOM JESUS, com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, no intuito de ver reformado o v. acórdão prolatado pelo Tribunal Regional da 3ª Região, que, deu provimento à apelação da Fazenda Nacional e à remessa oficial, nos termos da ementa a seguir transcrita:

PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. LEI 9718/98. COFINS. BASE DE CÁLCULO. ALÍQUOTA. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/98. CONSTITUCIONALIDADE DA MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTA RECONHECIDA PELO EXCELSO PRETÓRIO (REX nº 336134-RS). ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE NA AMS Nº 1999.61.00.019337-6, REL. DES. CECÍLIA MARCONDES, REJEITADA PELO ÓRGÃO ESPECIAL. IMPOSIÇÃO DO "DECISUM" AOS ÓRGÃOS FRACIONÁRIOS DA CORTE. (RI, ART.176).
I. O § 1º do art. 3º da Lei 9.718/98, em conceituando a receita bruta, base de cálculo da Cofins, veio de dilargá-la, desbordando de seu fundamento de validade, posto no art. 195, I, b da CF, com a redação dada pela E.C. nº 20/98, que elege, alternativamente, a receita, ou faturamento, como base de cálculo da exação.
II. A lei tributária não pode desnaturar os institutos colhidos do direito privado (art. 110, CTN).
III. Majoração de alíquota que não fere os princípios constitucionais da tributação, conforme assentado pelo Excelso Pretório (REX nº 336134-RS, Rel. Min. Ilmar Galvão).
IV. Argüição de Inconstitucionalidade na AMS nº 1999.61.00.019337-6, Rel. Des. Cecília Marcondes, rejeitada pelo Órgão Especial em 26/06/2003, remanescendo hígida a normação impugnada, também quanto à base de cálculo (superada a questão pertinente à alíquota pelo STF, REX nº 336134-RS).
V. Ressalvado o posicionamento desta Relatora, no que tange à base de cálculo da exação, é de se aplicar à espécie o "decisum" do Órgão Especial impositivo aos órgãos fracionários, "ex-vi" do art.176 do Regimento Interno desta Corte.
VI. Apelação da União Federal e Remessa Oficial providas. Apelação da Autora improvida.

Opostos embargos de declaração pela empresa, restaram os mesmos desprovidos, uma vez que não vislumbrados os vícios apontados.

A recorrente, nas razões do especial, sustenta que o acórdão hostilizado incorreu em ofensa **ao artigo 110, do CTN**, ao considerar legal e constitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS prevista na Lei 9.718/98.

Traz ainda para confronto arestos que esposam a tese da inconstitucionalidade e ilegalidade da alteração do conceito de faturamento promovida pela Lei 9.718/98, bem como da impossibilidade da recepção do aludido diploma legal pela EC 20/98.

Contra o acórdão de apelação também foi interposto recurso extraordinário o qual foi admitido pela instância de origem.

Apresentadas contra-razões, nas quais se pugna pelo não conhecimento do recurso especial e, caso seja o mesmo conhecido, pelo seu desprovimento.

Realizado o juízo de admissibilidade negativo do apelo extremo foi interposto agravo de instrumento o qual foi provido para determinar a subida do recuso especial para melhor exame.

Relatados, decido.

Controvérsia que se cinge à legalidade da Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, que, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica.

Os artigos 2º e 3º, da referida lei, encontram-se assim redigidos:
*"Art. 2° As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, **serão calculadas com base no seu faturamento**, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"*

*"Art. 3º **O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.** (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)*
*§ 1º **Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.***
§ 2º Para fins de determinação da base de cálculo das contribuições a que se refere o art. 2º, excluem-se da receita bruta:
I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;
II - as reversões de provisões operacionais e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita; (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
III - os valores que, computados como receita, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, observadas normas regulamentadoras expedidas pelo Poder Executivo; (Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)
IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente.
§ 3º Nas operações realizadas em mercados futuros, considera-se receita bruta o resultado positivo dos ajustes diários ocorridos no mês. (Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004)
§ 4º Nas operações de câmbio, realizadas por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, considera-se receita bruta a diferença positiva entre o preço de venda e o preço de compra da moeda estrangeira.
§ 5º Na hipótese das pessoas jurídicas referidas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, serão admitidas, para os efeitos da COFINS, as mesmas exclusões e deduções facultadas para fins de determinação da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP.
§ 6º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 7º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 8º (Vide Medidas Provisórias nºs 2158-35, de 2001
III - agrícolas, conforme ato do Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)
§ 9º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"

O STJ, em reiterados julgados, vem decidindo no sentido de que, quando o acórdão recorrido decide com base em interpretação eminentemente constitucional, a via especial não pode ser aberta, posto que estar-se-ia usurpando competência declinada pela Carta Maior ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e n.º 346.084-6/PR, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

Destaque-se, do julgamento, o seguinte excerto do voto proferido pelo e. Ministro Marco Aurélio, pertinente ao RE n.º 357950/RS:

"Procedo ao exame da problemática referente à Lei nº 9.718/98. Aqui há de se perceber o empréstimo de sentido todo próprio ao conceito de faturamento. Eis o teor da lei envolvida na espécie:
Art. 2º As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base no seu faturamento, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei.

Tivesse o legislador parado nessa disciplina, aludindo a faturamento sem dar-lhe, no campo da ficção jurídica, conotação discrepante da consagrada por doutrina e jurisprudência, tomar-se-ia o faturamento tal como veio a ser explicitado na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, ou seja, a envolver o conceito de receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviços. Respeitado estaria o Diploma Maior ao estabelecer, no inciso I do artigo 195, o cálculo da contribuição para o financiamento da seguridade social devida pelo empregador, considerado o faturamento. Em última análise, ter-se-ia a observância da ordem natural das coisas, do conceito do instituto que é o faturamento, caminhando-se para o atendimento da jurisprudência desta Corte.

Eis um panorama de precedentes do Tribunal, considerados conceitos relativos a tributos.

Ao julgar o Recurso Extraordinário nº 116.121-3/SP, o Plenário, sendo relator o ministro Octavio Gallotti, vencido no entendimento, teve oportunidade de proclamar que o imposto sobre serviços não incide sobre locação de bens porque locação de bens móveis não é simplesmente serviço. Fiquei com a redação do acórdão, conforme publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 178/1.265. Também na apreciação do Recurso Extraordinário nº 166.772-9/RS, o Plenário, em 12 de maio de 1994, reafirmou a necessidade de se atentar para o conceito consagrado dos institutos. Glosou a tentativa

de se tomar, como abrangidos pela expressão "folha de salário", os pagamentos efetuados a administradores e autônomos - Revista Trimestral de Jurisprudência 156/666-692. E, ao examinar o Recurso Extraordinário nº 172.058-1/SC, o Plenário, em 30 de junho de 1995 e conforme acórdão publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 161/1.043-1.057, veio, mais uma vez, a dar eficácia aos figurinos constitucional e legal ao concluir que não se pode falar em imposto sobre renda sem que haja ocorrido acréscimo patrimonial representado pela aquisição de disponibilidade sobre a renda. No caso, teve-se presente não só a Lei Fundamental como também o artigo 110 do Código Tributário Nacional, consoante o qual a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e forma de direito privado, utilizados expressa ou implicitamente pela Constituição Federal. Então, após mencionar a jurisprudência da Corte sobre a valia dos institutos, dos vocábulos e expressões constantes dos textos constitucionais e legais e considerada a visão técnico-vernacular, volto à Lei nº 9.718/98, salientando, como retratado acima, constar do artigo 2º a referência a faturamento. No artigo 3º, deu-se enfoque todo próprio, definição singular ao instituto faturamento, olvidando-se a dualidade faturamento e receita bruta de qualquer natureza, pouco importando a origem, em si, não estar revelada pela venda de mercadorias, de mercadorias e serviços ou de serviços:
Art. 3º O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.

Não fosse o § 1º que se seguiu, ter-se-ia a observância da jurisprudência desta Corte, no que ficara explicitado, na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, a sinonímia dos vocábulos "faturamento" e "receita bruta". Todavia, o § 1º veio a definir esta última de forma toda própria:
§ 1º Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.

O passo mostrou-se demasiadamente largo, olvidando-se, por completo, não só a Lei Fundamental como também a interpretação desta já proclamada pelo Supremo Tribunal Federal. Fez-se incluir no conceito de receita bruta todo e qualquer aporte contabilizado pela empresa, pouco importando a origem, em si, e a classificação que deva ser levada em conta sob o ângulo contábil.

Em síntese, o legislador ordinário (logicamente não no sentido vulgar, mas técnico-legislativo) acabou por criar uma fonte de custeio da seguridade à margem do disposto no artigo 195, com a redação vigente à época, e sem ter presente a regra do § 4º nele contido, isto é, a necessidade de novas fontes destinadas a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social pautar-se pela regra do artigo 154, inciso I, da Constituição Federal, que é explícito quanto à exigência de lei complementar. Antecipou-se à própria Emenda Constitucional nº 20, no que, dando nova redação ao artigo 195 da Constituição Federal, versou a incidência da contribuição sobre a receita ou o faturamento. A disjuntiva "ou" bem revela que não se tem a confusão entre o gênero "receita" e a espécie "faturamento". Repita-se, antes da Emenda Constitucional nº 20/98, posterior à Lei ora em exame, a Lei nº 9.718/98, tinha-se apenas a previsão de incidência da contribuição sobre a folha de salários, o faturamento e os lucros. Com a citada emenda, passou-se não só a se ter a abrangência quanto à primeira base de incidência, folha de salários, apanhando-se de forma linear os rendimentos do trabalho pagos ou creditados a qualquer título, mesmo sem vínculo empregatício, observando-se o precedente desta Corte, como também a inserção, considerado o que surgiu como alínea "b" do inciso I do artigo 195, da base de incidência, que é a receita.

Como, então, dizer-se, a esta altura, que houve simples explicitação do que já previsto na Carta? É admitir-se a vinda à balha de emenda constitucional sem conteúdo normativo. É admitir-se que o legislador ordinário possa, até mesmo, modificar enfoque pacificado mediante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que haja atuado, à luz das balizas constitucionais, como guardião da Lei Fundamental. Descabe, também, partir para o que seria a repristinação, a constitucionalização de diploma que, ao nascer, mostrou-se em conflito com a Constituição Federal. Admita-se a inconstitucionalidade progressiva. No entanto, a constitucionalidade posterior contraria a ordem natural das coisas. A hierarquia das fontes legais, a rigidez da Carta, a revelá-la documento supremo, conduz à necessidade de as leis hierarquicamente inferiores observarem-na, sob pena de transmudá-la, com nefasta inversão de valores. Ou bem a lei surge no cenário jurídico em harmonia com a Constituição Federal, ou com ela conflita, e aí afigura-se írrita, não sendo possível o aproveitamento, considerado texto constitucional posterior e que, portanto, à época não existia. Está consagrado que o vício da constitucionalidade há de ser assinalado em face dos parâmetros maiores, dos parâmetros da Lei Fundamental existentes no momento em que aperfeiçoado o ato normativo. A constitucionalidade de certo diploma legal deve se fazer presente de acordo com a ordem jurídica em vigor, da jurisprudência, não cabendo reverter a ordem natural das coisas. Daí a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Nessa parte, provejo o recurso extraordinário e com isso acolho o pedido formulado na inicial, referente à base de cálculo da contribuição, ou seja, para que se entenda, como receita bruta ou faturamento, o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa."

Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

No particular, merece transcrição de trecho do voto proferido pelo e. Ministro Moreira Alves, na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 01/DF, *verbis*:
"(...)
Em síntese, como salientou o Ministro Carlos Velloso, na qualidade de relator do RE 138.284, quando esta Corte reiterou o entendimento já expedido por ocasião do julgamento do RE 146.733,

'O que importa perquirir não é o fato de a União arrecadar a contribuição, mas se o produto da arrecadação é destinado ao financiamento da seguridade social (CF, art. 195, I).'

E, em se tratando da contribuição social instituída pela Lei Complementar n. 70/91, ele o é, como dispõe seu artigo 1º.

De outra parte, sendo a COFINS contribuição social instituída com base no inciso I do artigo 195 da Constituição Federal, e tendo ela natureza tributária diversa da do imposto, as alegações de que ela fere o princípio constitucional da não-cumulatividade dos impostos da União e resulta em bitributação por incidir sobre a mesma base de cálculo do PIS/PASEP só teriam sentido se se tratasse de contribuição social nova, não enquadrável no inciso I do artigo 195, hipótese em que se aplicaria o disposto no § 4º desse mesmo artigo 195 ('A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I'), que determina a observância do inciso I do artigo 154 que estabelece que a União poderá instituir 'I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição'.

Sucede, porém, que a contribuição social em causa, incidente sobre o faturamento dos empregadores, é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 195 da Carta Magna, não se podendo pretender, portanto, que a Lei Complementar n.º 70/91 tenha criado outra fonte de renda destinada a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social.

Por isso mesmo, essa contribuição poderia ser instituída por Lei ordinária. A circunstância de ter sido instituída por lei formalmente complementar - a Lei Complementar n.º 70/91 - não lhe dá, evidentemente, a natureza de contribuição social nova, a que se aplicaria o disposto no § 4º do artigo 195 da Constituição, porquanto essa lei, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída - que são o objeto desta ação -, é materialmente ordinária, por não tratar, nesse particular, de matéria reservada, por texto expresso da Constituição, à lei complementar. A jurisprudência desta Corte, sob o império da Emenda Constitucional n.º 1/69 - e a Constituição atual não alterou esse sistema -, se firmou no sentido de que só se exige lei complementar para as matérias para cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária.
(...)"

Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, *verbis*:
"TRIBUTÁRIO. COFINS. ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º 9.718/98. ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RE 336134/RS, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003)

Confira-se ainda, à guisa de exemplo, recente decisão monocrática proferida pelo e. Ministro Celso de Mello, já consonante com o citado julgamento do Plenário:

*"O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a controvérsia jurídica pertinente à ampliação da **base de cálculo** do PIS/COFINS (RE 357.950/RS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO), declarou, "incidenter tantum", a **inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98,** por entender que a noção de **faturamento** referida no art. 195, I, da Constituição da República, na redação anterior à EC 20/98, não legitimava a incidência de tais contribuições sobre a totalidade das **receitas** auferidas pelas empresas contribuintes, advertindo, ainda, que a superveniente promulgação da EC 20/98 não teve o condão de validar legislação ordinária anterior, que se mostrava originariamente inconstitucional.*

*Esta Suprema Corte, por sua vez, também em julgamento plenário (RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO), confirmou a **validade jurídico-constitucional do art. 8º da Lei nº 9.718/98,** no que concerne à majoração da alíquota de 2% para 3% (**COFINS**), assinalando que esse aumento - considerada a cláusula constitucional da anterioridade mitigada (CF, art. 195, § 6º) - tornou-se exigível a partir de 1º/02/99, afastada, no entanto, para efeito de incidência da referida alíquota (3%), a **base de cálculo** ampliada resultante do já mencionado § 1º (inconstitucional) do art. 3º da Lei nº **9.718/98**.*

*Cumpre acentuar, ainda, que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, reconheceu a plena **constitucionalidade da compensação, de até um terço (1/3), da COFINS com a CSLL**, apenas assegurada ao contribuinte sujeito à incidência de ambas as espécies tributárias ora mencionadas, rejeitando, desse modo, a alegação de que o § 1º do art. 8º da Lei nº **9.718/98** teria importado em ofensa ao postulado da isonomia tributária, porque excluídos de tal benefício os contribuintes unicamente tributados pela **COFINS**:*

*"TRIBUTÁRIO. **COFINS.** ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º **9.718/98.** ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (**COFINS**), até um terço do 'quantum' devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela **COFINS,** a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RTJ 185/352, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - grifei)*

Cabe assinalar, finalmente, que a diretriz jurisprudencial que venho de referir, considerados os precedentes em questão, tem sido observada, no âmbito desta Suprema Corte, em reiteradas decisões proferidas na resolução de controvérsia idêntica à suscitada na presente causa (RE 301.868/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - RE 308.066/RS, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - RE 356.471/MG, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - RE 372.627/DF, Rel. Min. ELLEN GRACIE - RE 388.039/MG, Rel. Min. GILMAR MENDES - RE 413.257/RJ, Rel. Min. CEZAR PELUSO - RE 451.348/SP, Rel. Min. CARLOS BRITTO - RE 469.023/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

*Sendo assim, em face das razões expostas, conheço do presente recurso extraordinário, para dar-lhe parcial provimento (CPC, art. 557, § 1º - A), em ordem a afastar, considerada a **base de cálculo** do PIS/COFINS, a aplicação do § 1º do art. 3º da Lei nº **9.718/98,** observando-se, para esse efeito, o entendimento que o Plenário desta Suprema Corte proclamou no julgamento do RE 357.950/RS.*
(...)" (RE 453622/SP, publicado no DJ de 25.04.2006)

In casu, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, bem como, no que se refere à ampliação de sua base de cálculo, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.

Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.

De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98, que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal, restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, § 1º-A, do CPC, DOU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2147)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.053 - SC (2007/0144427-5)

RELATOR	**:**	**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	:	EMPRESA MARÍTIMA E COMERCIAL LTDA
ADVOGADO	:	ROBERTO DE SOUZA GODINHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	:	MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
ADVOGADO	:	MAURO ANTÔNIO PREZOTTO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela EMPRESA MARÍTIMA E COMERCIAL LTDA., com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que versa sobre restituição de Imposto Sobre Serviços - ISS.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2148)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.246 - RS (2007/0150907-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LUIZ FERNANDO JUCÁ FILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MADEIREIRA SANTA TEREZA LTDA
ADVOGADO	: S/REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela FAZENDA NACIONAL, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que versa sobre execução fiscal.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2149)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.249 - SP (2007/0159401-5)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE INDAIATUBA
ADVOGADO	: ELISABETE CALEFFI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FRANCISCO CAVALCANTE DE LACERDA E OUTROS
ADVOGADO	: CLAUDINOR NEULEN DE OLIVEIRA LIMA

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE INDAIATUBA, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento de recurso especial fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que versou sobre denunciação à lide de empresa prestadora de serviços ação de indenização por danos materiais e morais.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO, Relator

(2150)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.271 - PR (2007/0159674-3)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: AIRTON BUENO JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PLÍNIO BARROSO DE CASTRO FILHO
ADVOGADO	: ADELCIO CERUTI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela FAZENDA NACIONAL, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra v. acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que versa sobre execução fiscal.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de agosto de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2151)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.307 - RS (2007/0161233-3)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: CLÁUDIO FERNANDO VARNIERI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RONALDO AUGUSTO ALBRECHT CALOY
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

Vistos etc.
Trata -se de agravo de instrumento interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que versa sobre execução fiscal.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2152)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.369 - SP (2007/0163368-8)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: EMILE MARGRET H NETTO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: COMPANHIA SUDAMERICANA DE VAPORES S/A
REPR.POR	: COMPANHIA LIBRA DE NAVEGAÇÃO
ADVOGADO	: ROSY NATARIO NEVES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela FAZENDA NACIONAL , com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra v. acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que versa sobre legalidade da apreensão de "containers".
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 10 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2153)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.498 - RO (2007/0142411-9)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: QUEIROZ E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	: WALTER GUSTAVO DA SILVA LEMOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DE RONDÔNIA
PROCURADOR	: LUIZ CLÁUDIO VASCONCELOS XAVIER DE CARVALHO E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. SUBIDA DOS AUTOS.
1. É admissível o provimento do Agravo de Instrumento para melhor exame da admissão do Recurso Especial, ao nuto do Relator.
2. Agravo de Instrumento provido, determinando-se a subida do Recurso Especial.
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por QUEIROZ E COMPANHIA LTDA, em face do ESTADO DE RONDÔNIA, com fulcro no art. 544 do CPC, no intuito de ver reformada a r. decisão de fl.90/91, que negou seguimento ao recurso especial, que o mesmo manejara.

O ora agravante interpôs recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Carta Maior, alegando ofensa ao art. 535, do Código de Processo Civil; juntando acórdão paradigma no sentido de que a cobrança de ICMS sobre o estoque só ocorre no caso de transitoriedade para a implantação do regime de substituição tributária.
Foram apresentadas contra-razões ao apelo nobre, bem como contraminuta ao presente agravo, conforme fls. 82/88 e 98/106, respectivamente.
Brevemente relatados, decido.

Como de sabença, é admissível o provimento do agravo de instrumento para melhor exame da admissão do recurso especial, ao nuto do Relator.

Ex positis, **DOU PROVIMENTO** ao presente agravo de instrumento, determinando a subida do recurso especial, para melhor exame.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2154)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.032 - SP (2007/0150194-9)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: RICCI E PHELIPPE ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADO	: RICARDO RICCI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ROSA METTIFOGO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por RICCI E PHELIPPE ADVOGADOS ASSOCIADOS, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que versa sobre isenção de COFINS.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2155)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.455 - PR (2007/0159665-4)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR	: CARLA MARGOT MACHADO SELEME E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ISIDORO ALVES DA COSTA E OUTRO
ADVOGADO	: MARCUS ELY SOARES DOS REIS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo ESTADO DO PARANÁ, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c " da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que versa sobre a responsabilidade civil do Estado na morte de preso.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2156)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.793 - DF (2007/0149097-5)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: MULTIFEIRA EMPREENDIMENTOS S/C LTDA
ADVOGADO	: ELVIS DEL BARCO CAMARGO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB
ADVOGADO	: ALEXIS TURAZI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A ELETROBRÁS
ADVOGADO	: CARLOS SUPLICY DE FIGUEIREDO FORBES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela MULTIFEIRA EMPREENDIMENTOS S/C LTDA, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c " da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que versa sobre compensação de crédito decorrente de empréstimo compulsório.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2157)

RECURSO ESPECIAL Nº 922.931 - SP (2007/0023600-1)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: FERROPASA FERRONORTE PARTICIPAÇÕES S/A
ADVOGADO	: LIVIA BALBINO FONSECA SILVA E OUTRO
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARCOS EXPOSITO GUEVARA E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. LEI 9.718/98. PIS E COFINS. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. LEI COMPLEMENTAR 70/91 E LEI COMPLEMENTAR 7/70. NOVEL JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º, ARTIGO 3º, DA LEI 9.718/98.

1. A Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica, vale dizer, *"**totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas**"*.

2. Fundando-se o acórdão recorrido em interpretação de matéria eminentemente constitucional (a equiparação dos conceitos de receita bruta e faturamento a que se refere o art. 3º da Lei nº 9.718/98 não se contrapõe à disciplina do artigo 195 da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional 20/98), descabe a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

3. Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos **Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG**, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e **n.º 346.084-6/PR**, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

4. Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

5. Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, segundo a qual: *"Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia."* (**RE 336134/RS**, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003).

6. *In casu*, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.

7. Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.

8. De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98 que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

9. Recurso especial provido (CPC, artigo 557, § 1º-A).

Cuida-se de recurso especial interposto por FERROPASA FERRONAORTE PARTICIPAÇÕES S/A, com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, no intuito de ver reformado o v. acórdão prolatado pelo Tribunal Regional da 3ª Região, que, deu provimento à apelação da Fazenda Nacional e à remessa oficial, nos termos da ementa a seguir transcrita:

TRIBUTÁRIO. PIS. COFINS. BASE DE CÁLCULO. FATURAMENTO. LEI 9718/98. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTA. ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. REJEIÇÃO PELO PLENÁRIO. VINCULAÇÃO DOS ÓRGÃOS FRACIONÁRIOS. REGIMENTO INTERNO ART. 176. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO.

1. No julgamento da Argüição de Inconstitucionalidade na AMS no. 1999.61.00.019337-6, em 26/06/2003, decidiu o Órgão Especial rejeitar, por maioria, a inconstitucionalidade da Lei 9718/98.
2. Ante a vinculação dos órgãos fracionários desta Corte ao decidido na argüição de inconstitucionalidade pelo Plenário (art. 176,R.I.) a questão de fundo já se encontra resolvida, no sentido de ser efetivamente devida a exação em tela.
3. Incabível a condenação em honorários advocatícios, nos termos das Súmulas 512 do E. STF e 105 do E. STJ. Custas ex lege.
4. Apelação da União e remessa oficial providas.
5. Apelação da impetrante prejudicada

Opostos embargos de declaração pela empresa, restaram os mesmos desprovidos, uma vez que não vislumbrados os vícios apontados.

A recorrente, nas razões do especial, sustenta que o acórdão hostilizado incorreu em ofensa **aos artigos 97, IV e 110, do CTN**, **e 22, § 1º, do Decreto n.º 2.397/87** ao considerar legal e constitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS prevista na Lei 9.718/98.

Traz ainda para confronto arestos que esposam a tese da inconstitucionalidade e ilegalidade da alteração do conceito de faturamento promovida pela Lei 9.718/98, bem como da impossibilidade da recepção do aludido diploma legal pela EC 20/98, além de se insurgir quanto ao seu direito em compensar os valores indevidamente recolhidos.

Contra o acórdão de apelação também foi interposto recurso extraordinário o qual foi admitido pela instância de origem.

Apresentadas contra-razões, nas quais se pugna pelo não conhecimento do recurso especial e, caso seja o mesmo conhecido, pelo seu desprovimento.

Realizado o juízo de admissibilidade positivo do apelo extremo, na instância de origem, ascenderam os autos ao E. STJ.

Relatados, decido.

Controvérsia que se cinge à legalidade da Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, que, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica.

Os artigos 2º e 3º, da referida lei, encontram-se assim redigidos:

*"Art. 2° As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, **serão calculadas com base no seu faturamento**, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"*

*"Art. 3º **O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.** (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)*
*§ 1º **Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.***
§ 2º Para fins de determinação da base de cálculo das contribuições a que se refere o art. 2º, excluem-se da receita bruta:
I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;
II - as reversões de provisões operacionais e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita; (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
III - os valores que, computados como receita, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, observadas normas regulamentadoras expedidas pelo Poder Executivo; (Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)
IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente.
§ 3º Nas operações realizadas em mercados futuros, considera-se receita bruta o resultado positivo dos ajustes diários ocorridos no mês. (Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004)
§ 4º Nas operações de câmbio, realizadas por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, considera-se receita bruta a diferença positiva entre o preço de venda e o preço de compra da moeda estrangeira.
§ 5º Na hipótese das pessoas jurídicas referidas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, serão admitidas, para os efeitos da COFINS, as mesmas exclusões e deduções facultadas para fins de determinação da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP.
§ 6º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 7º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 8º (Vide Medidas Provisórias nºs 2158-35, de 2001
III - agrícolas, conforme ato do Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)
§ 9º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"

O STJ, em reiterados julgados, vem decidindo no sentido de que, quando o acórdão recorrido decide com base em interpretação eminentemente constitucional, a via especial não pode ser aberta, posto que estar-se-ia usurpando competência declinada pela Carta Maior ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e n.º 346.084-6/PR, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

Destaque-se, do julgamento, o seguinte excerto do voto proferido pelo e. Ministro Marco Aurélio, pertinente ao RE n.º 357950/RS:

"Procedo ao exame da problemática referente à Lei nº 9.718/98. Aqui há de se perceber o empréstimo de sentido todo próprio ao conceito de faturamento. Eis o teor da lei envolvida na espécie:
Art. 2º As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base no seu faturamento, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei.

Tivesse o legislador parado nessa disciplina, aludindo a faturamento sem dar-lhe, no campo da ficção jurídica, conotação discrepante da consagrada por doutrina e jurisprudência, tomar-se-ia o faturamento tal como veio a ser explicitado na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, ou seja, a envolver o conceito de receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviços. Respeitado estaria o Diploma Maior ao estabelecer, no inciso I do artigo 195, o cálculo da contribuição para o financiamento da seguridade social devida pelo empregador, considerado o faturamento. Em última análise, ter-se-ia a observância da ordem natural das coisas, do conceito do instituto que é o faturamento, caminhando-se para o atendimento da jurisprudência desta Corte.

Eis um panorama de precedentes do Tribunal, considerados conceitos relativos a tributos.

Ao julgar o Recurso Extraordinário nº 116.121-3/SP, o Plenário, sendo relator o ministro Octavio Gallotti, vencido no entendimento, teve oportunidade de proclamar que o imposto sobre serviços não incide sobre locação de bens porque locação de bens móveis não é simplesmente serviço. Fiquei com a redação do acórdão, conforme publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 178/1.265. Também na apreciação do Recurso Extraordinário nº 166.772-9/RS, o Plenário, em 12 de maio de 1994, reafirmou a necessidade de se atentar para o conceito consagrado dos institutos. Glosou a tentativa de se tomar, como abrangidos pela expressão "folha de salário", os pagamentos efetuados a administradores e autônomos - Revista Trimestral de Jurisprudência 156/666-692. E, ao examinar o Recurso Extraordinário nº 172.058-1/SC, o Plenário, em 30 de junho de 1995 e conforme acórdão publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 161/1.043-1.057, veio, mais uma vez, a dar eficácia aos figurinos constitucional e legal ao concluir que não se pode falar em imposto sobre renda sem que haja ocorrido acréscimo patrimonial representado pela aquisição de disponibilidade sobre a renda. No caso, teve-se presente não só a Lei Fundamental como também o artigo 110 do Código Tributário Nacional, consoante o qual a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e forma de direito privado, utilizados expressa ou implicitamente pela Constituição Federal. Então, após mencionar a jurisprudência da Corte sobre a valia dos institutos, dos vocábulos e expressões constantes dos textos constitucionais e legais e considerada a visão técnico-vernacular, volto à Lei nº 9.718/98, salientando, como retratado acima, constar do artigo 2º a referência a faturamento. No artigo 3º, deu-se enfoque todo próprio, definição singular ao instituto faturamento, olvidando-se a dualidade faturamento e receita bruta de qualquer natureza, pouco importando a origem, em si, não estar revelada pela venda de mercadorias, de mercadorias e serviços ou de serviços:
Art. 3º O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.

Não fosse o § 1º que se seguiu, ter-se-ia a observância da jurisprudência desta Corte, no que ficara explicitado, na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, a sinonímia dos vocábulos "faturamento" e "receita bruta". Todavia, o § 1º veio a definir esta última de forma toda própria:
§ 1º Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.

O passo mostrou-se demasiadamente largo, olvidando-se, por completo, não só a Lei Fundamental como também a interpretação desta já proclamada pelo Supremo Tribunal Federal. Fez-se incluir no conceito de receita bruta todo e qualquer aporte contabilizado pela empresa, pouco importando a origem, em si, e a classificação que deva ser levada em conta sob o ângulo contábil.

Em síntese, o legislador ordinário (logicamente não no sentido vulgar, mas técnico-legislativo) acabou por criar uma fonte de custeio da seguridade à margem do disposto no artigo 195, com a redação vigente à época, e sem ter presente a regra do § 4º nele contido, isto é, a necessidade de novas fontes destinadas a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social pautar-se pela regra do artigo 154, inciso I, da Constituição Federal, que é explícito quanto à exigência de lei complementar. Antecipou-se à própria Emenda Constitucional nº 20, no que, dando nova redação ao artigo 195 da Constituição Federal, versou a incidência da contribuição sobre a receita ou o faturamento. A disjuntiva "ou" bem revela que não se tem a confusão entre o gênero "receita" e a espécie "faturamento". Repita-se, antes da Emenda Constitucional nº 20/98, posterior à Lei ora em exame, a Lei nº 9.718/98, tinha-se apenas a previsão de incidência da contribuição sobre a folha de salários, o faturamento e os lucros. Com a citada emenda, passou-se não só a se ter a abrangência quanto à primeira base de incidência, folha de salários, apanhando-se de forma linear os rendimentos do trabalho pagos ou creditados a qualquer título, mesmo sem vínculo empregatício, observando-se o precedente desta Corte, como também a inserção, considerado o que surgiu como alínea "b" do inciso I do artigo 195, da base de incidência, que é a receita.

Como, então, dizer-se, a esta altura, que houve simples explicitação do que já previsto na Carta? É admitir-se a vinda à balha de emenda constitucional sem conteúdo normativo. É admitir-se que o legislador ordinário possa, até mesmo, modificar enfoque pacificado mediante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que haja atuado, à luz das balizas constitucionais, como guardião da Lei Fundamental. Descabe, também, partir para o que seria a repristinação, a constitucionalização de diploma que, ao nascer, mostrou-se em conflito com a Constituição Federal. Admita-se a inconstitucionalidade progressiva. No entanto, a constitucionalidade posterior contraria a ordem natural das coisas. A hierarquia das fontes legais, a rigidez da Carta, a revelá-la documento supremo, conduz à necessidade de as leis hierarquicamente inferiores observarem-na, sob pena de transmudá-la, com nefasta inversão de valores. Ou bem a lei surge no cenário jurídico em harmonia com a Constituição Federal, ou com ela conflita, e aí afigura-se írrita, não sendo possível o aproveitamento, considerado texto constitucional posterior e que, portanto, à época não existia. Está consagrado que o vício da constitucionalidade há de ser assinalado em face dos parâmetros maiores, dos parâmetros da Lei Fundamental existentes no momento em que aperfeiçoado o ato normativo. A constitucionalidade de certo diploma legal deve se fazer presente de acordo com a ordem jurídica em vigor, da jurisprudência, não cabendo reverter a ordem natural das coisas. Daí a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Nessa parte, provejo o recurso extraordinário e com isso acolho o pedido formulado na inicial, referente à base de cálculo da contribuição, ou seja, para que se entenda, como receita bruta ou faturamento, o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa."

Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

No particular, merece transcrição de trecho do voto proferido pelo e. Ministro Moreira Alves, na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 01/DF, *verbis*:
"(...)
Em síntese, como salientou o Ministro Carlos Velloso, na qualidade de relator do RE 138.284, quando esta Corte reiterou o entendimento já expedido por ocasião do julgamento do RE 146.733,

'O que importa perquirir não é o fato de a União arrecadar a contribuição, mas se o produto da arrecadação é destinado ao financiamento da seguridade social (CF, art. 195, I).'

E, em se tratando da contribuição social instituída pela Lei Complementar n. 70/91, ele o é, como dispõe seu artigo 1º.

De outra parte, sendo a COFINS contribuição social instituída com base no inciso I do artigo 195 da Constituição Federal, e tendo ela natureza tributária diversa da do imposto, as alegações de que ela fere o princípio constitucional da não-cumulatividade dos impostos da União e resulta em bitributação por incidir sobre a mesma base de cálculo do PIS/PASEP só teriam sentido se se tratasse de contribuição social nova, não enquadrável no inciso I do artigo 195, hipótese em que se aplicaria o disposto no § 4º desse mesmo artigo 195 ('A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I'), que determina a observância do inciso I do artigo 154 que estabelece que a União poderá instituir 'I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição'.

Sucede, porém, que a contribuição social em causa, incidente sobre o faturamento dos empregadores, é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 195 da Carta Magna, não se podendo pretender, portanto, que a Lei Complementar n.º 70/91 tenha criado outra fonte de renda destinada a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social.

Por isso mesmo, essa contribuição poderia ser instituída por Lei ordinária. A circunstância de ter sido instituída por lei formalmente complementar - a Lei Complementar n.º 70/91 - não lhe dá, evidentemente, a natureza de contribuição social nova, a que se aplicaria o disposto no § 4º do artigo 195 da Constituição, porquanto essa lei, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída - que são o objeto desta ação -, é materialmente ordinária, por não tratar, nesse particular, de matéria reservada, por texto expresso da Constituição, à lei complementar. A jurisprudência desta Corte, sob o império da Emenda Constitucional n.º 1/69 - e a Constituição atual não alterou esse sistema -, se firmou no sentido de que só se exige lei complementar para as matérias para cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária.
(...)"

Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, *verbis*:
"TRIBUTÁRIO. COFINS. ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º 9.718/98. ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RE 336134/RS, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003)

Confira-se ainda, à guisa de exemplo, recente decisão monocrática proferida pelo e. Ministro Celso de Mello, já consonante com o citado julgamento do Plenário:

*"O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a controvérsia jurídica pertinente à ampliação da **base de cálculo** do PIS/COFINS (RE 357.950/RS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO), declarou, "incidenter tantum", a **inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98,** por entender que a noção de **faturamento** referida no art. 195, I, da Constituição da República, na redação anterior à EC 20/98, não legitimava a incidência de tais contribuições sobre a totalidade das **receitas** auferidas pelas empresas contribuintes, advertindo, ainda, que a superveniente promulgação da EC 20/98 não teve o condão de validar legislação ordinária anterior, que se mostrava originariamente inconstitucional.*

*Esta Suprema Corte, por sua vez, também em julgamento plenário (RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO), confirmou a **validade jurídico-constitucional do art. 8º da Lei nº 9.718/98,** no que concerne à majoração da alíquota de 2% para 3% (**COFINS**), assinalando que esse aumento - considerada a cláusula constitucional da anterioridade mitigada (CF, art. 195, § 6º) - tornou-se exigível a partir de 1º/02/99, afastada, no entanto, para efeito de incidência da referida alíquota (3%), a **base de cálculo** ampliada resultante do já mencionado § 1º (inconstitucional) do art. 3º da Lei nº **9.718/98**.*

*Cumpre acentuar, ainda, que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, reconheceu a plena **constitucionalidade da compensação, de até um terço (1/3), da COFINS com a CSLL**, apenas assegurada ao contribuinte sujeito à incidência de ambas as espécies tributárias ora mencionadas, rejeitando, desse modo, a alegação de que o § 1º do art. 8º da Lei nº **9.718/98** teria importado em ofensa ao postulado da isonomia tributária, porque excluídos de tal benefício os contribuintes unicamente tributados pela **COFINS**:*

*"TRIBUTÁRIO. **COFINS.** ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º **9.718/98.** ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (**COFINS**), até um terço do 'quantum' devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela **COFINS,** a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RTJ 185/352, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - grifei)*

Cabe assinalar, finalmente, que a diretriz jurisprudencial que venho de referir, considerados os precedentes em questão, tem sido observada, no âmbito desta Suprema Corte, em reiteradas decisões proferidas na resolução de controvérsia idêntica à suscitada na presente causa (RE 301.868/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - RE 308.066/RS, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - RE 356.471/MG, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - RE 372.627/DF, Rel. Min. ELLEN GRACIE - RE 388.039/MG, Rel. Min. GILMAR MENDES - RE 413.257/RJ, Rel. Min. CEZAR PELUSO - RE 451.348/SP, Rel. Min. CARLOS BRITTO - RE 469.023/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

*Sendo assim, em face das razões expostas, conheço do presente recurso extraordinário, para dar-lhe parcial provimento (CPC, art. 557, § 1º - A), em ordem a afastar, considerada a **base de cálculo** do PIS/COFINS, a aplicação do § 1º do art. 3º da Lei nº **9.718/98,** observando-se, para esse efeito, o entendimento que o Plenário desta Suprema Corte proclamou no julgamento do RE 357.950/RS.*
(...)" (RE 453622/SP, publicado no DJ de 25.04.2006)

In casu, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.

Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.

De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98, que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal, restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, § 1º-A, do CPC, DOU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2158)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 923.195 - RS (2007/0162617-9)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: MARLISE FISCHER GEHRES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LAURA CONCEIÇÃO BENITES PAETZOLD
ADVOGADO	: FERNANDA KNIJNIK MILMAN - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra v. acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que versa sobre fornecimento de medicamentos.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2159)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 923.267 - RS (2007/0109010-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE SANTA ROSA LTDA
ADVOGADO	: EVELISE CARLA DO NASCIMENTO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
INTERES.	: DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DAER
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE SANTA ROSA LTDA, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c " da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que versa sobre ação civil pública.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 10 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2160)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 923.282 - PR (2007/0144141-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: GERALDO JÚLIO SCHNEIDER E OUTRO
ADVOGADO	: IVO SHIZUO SOOMA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE TOLEDO
ADVOGADO	: GILSON FRANCA GOULART E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por GERALDO JÚLIO SCHNEIDER e OUTRO, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que versa sobre contrato de concessão.
A decisão de fls. 382 inadmitiu o recurso especial em razão dos seguintes óbices: a) incidência da súmula 07/STJ; b) não restou violado o art. 462 do diploma processual; c) sob o pálio da letra "c" do texto constitucional, os paradigmas apresentados conduzem ao ingresso no material cognitivo dos autos, o que é descabido em sede de recurso especial; d) aplicação da súmula 126/STJ, visto que o fundamento constitucional deveria ter sido atacado em recurso extraordinário.
Tenho que não prospera a presente postulação ante a deficiência de fundamentação do agravo de instrumento, porquanto os agravantes, em suas razões de agravo, deixaram de impugnar os fundamentos da decisão agravada, tendo infirmado fundamentos dissociados da decisão agravada.
Com isso, em razão de não terem sido infirmados os referidos fundamentos, incide, *in casu*, o óbice sumular nº 182 deste Tribunal.
A propósito do tema, colaciono os seguintes julgados desta Corte, cujas ementas restaram vazadas aos exatos termos, *litteris*:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA FUNDADA NA AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO E NA SÚMULA N. 7. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 182/STJ E 283/STF.
No presente agravo regimental, alega o recorrente que se trata de matéria de direito e não de discussão probatória. Esquece, contudo, de atacar a questão da ausência de prequestionamento da matéria pelo acórdão recorrido, fundamento suficiente para manter a decisão atacada.
Se as razões recursais estão divorciadas dos fundamentos da decisão agravada, aplica-se a Súmula n. 182 do colendo Superior Tribunal de Justiça ("É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada").
"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta e mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles" (Súmula n. 283/STF).
Agravo regimental não conhecido" (AGA n. 384.609/PR, Relator Ministro FRANCIULLI NETTO, DJ de 24/06/2002, p. 00288).

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. RAZÕES QUE NÃO ATACAM TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL ESTADUAL. IMPROVIMENTO.
1. "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada." (Súmula do STJ, Enunciado nº 182).
2. Assentada a inadmissão do recurso especial em fundamentos alternativos bastantes, mostra-se inadmissível o agravo de instrumento que deixa incólume qualquer deles.
3. Agravo regimental improvido" (AGA n. 397.288/PI, Relator Ministro HAMILTON CARVALHIDO, DJ de 25/11/2002, p. 00277).

"AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - SÚMULA 182/STJ - NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.
Tendo o agravante deixado de atacar expressamente os argumentos lançados na decisão agravada, deixando de fazer a necessária impugnação especificada dos fundamentos da decisão, é de se concluir pela inépcia da petição de interposição do Agravo no Agravo de Instrumento. Tal é a inteligência da Súmula 182 desta Corte." (AGA nº 287.620 - SP, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, DJ de 18/12/2000, p. 189).

Ante a ausência de regularidade formal disciplinada no § 1°, do art. 544, do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo, com base no art. 38, da Lei 8.038/90, combinado com o art. 34, inciso XVIII, do RISTJ.
Publique-se.
Brasília (DF), 29 de agosto de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2161)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 923.328 - RJ (2007/0146083-5)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: LAURO GAMA JÚNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNISYS BRASIL LTDA
ADVOGADO	: MANOEL FERNANDO THOMPSON MOTTA FILHO E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. ICMS. FALTA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ.

1. É inviável a análise do agravo de instrumento, cuja fundamentação não impugna especificamente os fundamentos da decisão agravada. Inteligência da Súmula 182 do STJ, que dispõe: *"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."*
2. Agravo de instrumento não-conhecido (art. 544, § 2º do CPC).

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo ESTADO DO RIO DE JANEIRO em face de UNISYS BRASIL LTDA, contra decisão que inadmitiu o recurso especial sob o fundamento de que a matéria encontra-se pacificada na jurisprudência no Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que não constitui fato gerador de ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um estabelecimento para outro do mesmo contribuinte.

Em suas razões, a agravante não impugna especificamente o fundamento da decisão agravada, limitando-se a reiterar os argumentos trazidos no seu recurso especial.

Brevemente relatados, decido.

O presente agravo de instrumento não reúne condições de processamento, uma vez que incide à espécie o teor da Súmula 182/STJ, *in verbis*: *"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."*

A respeito do conteúdo dessa Súmula, Roberto Rosas ensina o seguinte:

"O agravo tem como finalidade desconstituir os termos do despacho agravado. Logo, só pode ser válido se impugnar os fundamentos dessa decisão, e não discutir outros aspectos da causa, como alcance do recurso especial não admitido, ou, então, simplesmente repetir os fundamentos do recurso especial, sem acrescentar as objeções ao despacho agravado." (*in* Direito Sumular, 10ª Ed, São Paulo, Malheiros, 2000. p.367*)*.

Com efeito, em sua petição, a agravante não impugna especificamente os fundamentos da decisão agravada, no sentido de demonstrar que a jurisprudência do STJ não encontra-se pacificada acerca desta matéria, restando incólume os argumentos. A agravante, no caso dos autos, apenas repisou argumentações usadas no seu apelo excepcional.

O agravo de instrumento interposto contra decisão denegatória de processamento do recurso especial, que não impugna especificamente os seus fundamentos, não merece conhecimento, haja vista tratar-se de petição recursal inepta, já que ausente um dos requisitos extrínsecos de admissibilidade dos recursos, qual seja, a sua regularidade formal. Essa tese já se encontra pacificada no âmbito deste Tribunal Superior. Confiram-se os seguintes arestos:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RAZÕES IMPROCEDENTES.
1. É inviável o agravo que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada. Incide, por analogia, a Súmula 182 do STJ. Incorre nesse vício o agravo que, em face de decisão que inadmite o recurso especial com base em entendimento consolidado do STJ, não demonstra que a orientação não está pacificada.
2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no Ag 537.836/MG, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 19.04.2004, p. 159)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SÚMULA 182/STJ.
- O agravo de instrumento interposto contra decisão denegatória de processamento de recurso especial que não impugna especificamente seus fundamentos, não merece conhecimento, ante o óbice imposto pela Súmula 182 do STJ, aplicada, mutatis mutandis, *ao caso* sub examen, *conforme manso entendimento desta Corte. Agravo regimental desprovido."* (AgRg nos EDcl no Ag 441.450/SP, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 23.09.2002, p. 363)

"AGRAVO REGIMENTAL. FUNDAMENTAÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. REPRODUÇÃO DAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.
1. Não se conhece de Agravo de Instrumento, que não ataca especificamente os fundamentos da decisão agravada, realizando mera reprodução das razões utilizadas no Recurso Especial.
2. Recurso não conhecido." (AgRg no Ag 353.680/PR, 5ª Turma, Rel. Min. Edson Vidigal, DJ de 09.04.2001, p. 382)

No mesmo sentido, colacionam-se as seguintes decisões monocráticas: Ag 864.530/RJ (DJ de 03.04.2007); Ag 764.890/RS (DJ de 01.06.2006); Ag 696.623/MS (DJ de 01.09.2005); Ag 572.182/RS (DJ de 12/02/2004); e Ag 556.987/MG (DJ de 25.11.2003).

Ex positis, com fulcro no art. 544, § 2º, do CPC, **NÃO CONHEÇO** do agravo de instrumento.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2162)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 923.387 - RJ (2007/0156729-4)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: INSTITUTO BRASILEIRO DE OFTALMOLOGIA LTDA IBOL
ADVOGADO	: VOLMAR DE PAULA FREITAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE RICARDO DE LUCA RAYMUNDO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR.POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
AGRAVADO	: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE
PROCURADOR	: ADILSON BATISTA BEZERRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Cuida-se de agravo de instrumento tendente a viabilizar subida a esta Corte de recurso especial interposto pelo INSTITUTO BRASILEIRO DE OFTALMOLOGIA LTDA IBOL, com fulcro no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que versa sobre cobrança de salário-educação.
A decisão de fls. 226 negou seguimento ao recurso especial, aduzindo que não há como admitir o recurso interposto, em razão da falta de exaurimento das vias recursais ordinárias, uma vez que caberia o agravo previsto no § 1º do artigo 557 do CPC.
Relatados, passo a decidir.
Tenho que não prospera a irresignação do agravante, uma vez que compartilho com o entendimento esposado na decisão agravada, no sentido de não ser cabível a interposição de recurso especial contra decisão monocrática, uma vez que caberia ainda a oposição de recurso para esgotar as instâncias ordinárias.
Com estas considerações, NEGO PROVIMENTO ao presente agravo, com base no artigo 557, "caput", do Código de Processo Civil, c/c art. 38, da Lei 8.038/90 34, XVIII, do RISTJ.
Publique-se.
Brasília (DF), 05 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2163)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 923.633 - RS (2007/0154072-4)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: CLÍNICA CHEFE DE CIRURGIA PLÁSTICA LTDA
ADVOGADO	: CLÁUDIO KIEFFER VEIGA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PAULO AITA CACILHAS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela CLÍNICA CHEFE DE CIRURGIA PLÁSTICA LTDA, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra v. acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que versa sobre Contribuição para Seguridade Social - COFINS.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 10 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2164)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 923.913 - DF (2007/0162522-2)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MÁRCIO MENEZES DE CARVALHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ADMINISTRADORA BRASAL LTDA
ADVOGADA	: ANA CRISTINA VIEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela FAZENDA NACIONAL, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª região, que versa sobre nulidade da inscrição em dívida ativa de créditos tributários.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2165)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 924.339 - RS (2007/0154060-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: CALIENDO METALURGIA E GRAVAÇÕES LTDA
ADVOGADO	: JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: BERENICE FERREIRA LAMB E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por CALIENDO METALURGIA E GRAVAÇÕES LTDA, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal, contra o v. acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que versa sobre IPI.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2166)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 924.597 - RS (2007/0156860-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: AES SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA S/A
ADVOGADO	: EDER VIEIRA FLORES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DAVID SANTOS DE VARGAS E OUTRO
ADVOGADO	: JOSÉ CARLOS DRI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por AES SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA S/A, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra o v. acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que versa sobre fornecimento de energia elétrica.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 12 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2167)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 924.622 - RS (2007/0162243-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: CEREALISTA GIRUÁ LTDA
ADVOGADO	: GEORGES HENRIQUE LOCATELLI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: BERENICE FERREIRA LAMB E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por CEREALISTA GIRUÁ LTDA, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que versa sobre compensação tributária.
A decisão agravada de fl. 243 inadmitiu o recurso especial, assinalando como óbice o enunciado sumular nº 284/STF, visto que a recorrente não indicou com clareza os dispositivos legais violados.
Relatados. Decido.
A decisão agravada não merece reparos.
O recurso especial, quando interposto pela alínea "a" do permissivo constitucional, exige a demonstração inequívoca da ofensa ao dispositivo inquinado como violado, bem como a sua particularização, a fim de possibilitar o seu exame em conjunto com o decidido nos autos.
In casu, a agravante, em suas razões de recurso especial, não indica precisamente quais os dispositivos de lei federal que reputa violados pelo acórdão recorrido, ensejando a incidência do óbice sumular 284/STF, em face da deficiente fundamentação do recurso.
Nesse sentido, confiram-se os seguintes julgados, *verbis*:

"*ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. 11,98%. ANÁLISE DE OFENSA À DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ART. 255 DO RISTJ.*
I - ...omissis...
II - Impossibilidade de se conhecer do recurso, em face da deficiência na sua fundamentação, pois o recorrente sequer indicou o dispositivo legal que considerou violado (Súmula 284).
III - ...omissis...
IV - ...omissis...
Recurso não conhecido" (REsp nº 510.961/RJ, Relator Ministro FELIX FISCHER, DJ de 08/09/2003, p. 00361).

"*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. REVOGAÇÃO. DECRETO. EXIGIBILIDADE. CRÉDITO FISCAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS Nº 282 E Nº 356 DO STF. DEFICIÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. SÚMULA Nº 284 DO STF.*
I - ...omissis...
II - É inviável a admissibilidade de recurso especial em que a deficiência de sua fundamentação impede a compreensão da controvérsia, na medida em que a agravante deixou de indicar os artigos de lei supostamente ofendidos, a teor da Súmula nº 284 do STF.
III - Agravo regimental improvido" (AGEDAG nº 482.391/SP, de minha relatoria, DJ de 18/08/2003 p. 00164).

Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo, com fulcro no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2168)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 925.306 - RS (2007/0156374-7)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: AGRO PECUÁRIA CLARICE LTDA
ADVOGADO	: MARCELO DE FREITAS E CASTRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DOLIZETE FÁTIMA MICHELIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por AGRO PECUÁRIA CLARICE LTDA, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra v. acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que versa sobre contribuição ao PIS.
Tenho como improcedente a súplica da agravante, eis que o agravo de instrumento é manifestamente intempestivo, visto que a r. decisão agravada foi publicada em 02/04/2007 (certidão de fl. 218) e o agravo de instrumento tardiamente interposto em 16/04/2007 (fl. 02).
Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo, com fulcro no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil.
Publique-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2169)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 925.521 - SP (2007/0149475-2)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: VITOR PEDRO FORTE
ADVOGADO	: SÉRGIO SILVANO JÚNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por VITOR PEDRO FORTE, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que versa sobre desbloqueio de prontuário de permissão para dirigir.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 06 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2170)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 925.578 - RS (2007/0166481-7)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: PATRÍCIA BERNARDI DALL'ACQUA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARTA HELENA DALBOSCO
ADVOGADO	: ANA PAULA DALBOSCO E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO BASEADO EM FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS E INFRACONSTITUCIONAIS. FALTA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SÚMULA 126/STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento de decisão que deixou de admitir recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que, nos autos de demanda visando o fornecimento de medicamento à paciente, decidiu que o Estado deveria efetuar o pagamento de metade do valor necessário a aquisição do medicamento Erbitux. No recurso especial a recorrente aponta ofensa aos seguintes dispositivos: (a) art. 535, II, do CPC alegando negativa de prestação jurisdicional; (b) art. 1.566, III, do Código Civil, ao argumento de que "mão se pode obrigar o Estado a efetuar gastos astronômicos, absolutamente fora de seu orçamento, para atender um único indivíduo, cujo cônjuge teria plena condição de assistir" (fl. 90)
2. Cinge-se a controvérsia em saber se impõe-se ao Estado o fornecimento de medicamentos para tratamento à paciente que não se inclui na situação de carência. O acórdão recorrido julgou a causa sob os prismas constitucional e infraconstitucional, entendendo que (a) "o acesso à saúde, constitucionalmente universal, tornou-se artigo de luxo alcançado à porção miserável da população, ainda que o Sistema Único de Saúde seja, basicamente, financiado por todos, sendo o direito à saúde, por isso, assegurado a todos no caput do art. 196 da nossa Carta Política" (fl. 29); e (b) "da leitura dos dispositivos constitucionais, também é possível verificar que não há exigência de participação daqueles que necessitam de primordial direito, estando tão-somente prevista a participação da comunidade no atendimento à saúde pública" (fl. 30). Assim, ainda que houvesse provimento ao recurso especial, o aresto atacado permaneceria íntegro pelo seu fundamento constitucional, qual seja, o de que ao Estado deve ser imputado o dever de assistência à saúde a todos os cidadãos. Reclama-se, portanto, a interposição de recurso extraordinário para impugnar tal argumento. Não tendo sido esse interposto, não se pode conhecer do especial, a teor da Súmula 126 do STJ ("É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário").

3. Diante do exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Intime-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI
Relator

(2171)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 925.669 - SC (2007/0160796-8)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RICARDO PY GOMES DA SILVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ERVATEIRA REGINA LTDA
ADVOGADO	: SILVIO LUIZ DE COSTA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela FAZENDA NACIONAL, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o v. acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que versa sobre denúncia espontânea.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2172)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 926.097 - SP (2007/0167885-4)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FÁBIO MEIRA DA COSTA DUTRA E OUTROS
ADVOGADO	: GIL COSTA CARVALHO
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CÉLIA REGINA DE LIMA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por FÁBIO MEIRA DA COSTA DUTRA e OUTROS, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra v. acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que versa sobre multa de mora em decorrência de atraso na entrega da declaração de imposto de renda.
Tenho que não prospera a presente postulação, por inobservância de requisito de admissibilidade, eis que a cópia do acórdão proferido em sede de apelação, peça de traslado obrigatório para a formação do instrumento, encontra-se incompleta.
Ademais, encontra-se pacificado nesta Corte a necessidade de que as peças formadoras do agravo de instrumento estejam devidamente compostas.
Saliente-se que a menção no § 1º do art. 544 do CPC, "cópia do acórdão recorrido", engloba o relatório, a ementa e o voto do acórdão, razão pela qual a inexistência de qualquer uma dessas peças inviabiliza o seguimento do agravo.
Nesse sentido, destaco os seguintes julgados, *verbis:*

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO INCOMPLETO. ALEGAÇÃO DE EXTRAVIO POR MOTIVOS ALHEIOS À VONTADE DA PARTE. NÃO COMPROVAÇÃO. REJEIÇÃO.
I. O inteiro teor do acórdão recorrido é peça essencial, exigência do art. 544, § 1º, do CPC, não sendo admitida a simples alegação da parte de que a peça foi juntada.
II. A vigilância na formação do instrumento é dever da parte.
III. Embargos de declaração rejeitados." (EDcl no AgRg no AG 454.019/RJ, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, DJ de 10/11/2003, p. 194)

"AGRAVO REGIMENTAL. PEÇA OBRIGATÓRIA INCOMPLETA. DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL.
I. Não se conhece de agravo de instrumento em que está incompleto o inteiro teor de peça obrigatória prevista no art. 544, § 1º, do CPC.
II. Agravo regimental desprovido.(AgRg no AG 497.668/RJ, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, DJ 01/12/2003, p. 361)

Cumpre ressaltar que, nos termos da jurisprudência pacífica deste Superior Tribunal de Justiça, o agravante é o responsável pela regular formação do instrumento, devendo, assim, fiscalizar a apresentação das peças obrigatórias elencadas no art. 544, § 1º, do CPC, sob pena de não conhecimento do recurso.
Ante a ausência de regularidade formal disciplinada no § 1°, do art. 544, do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo, com base no art. 38, da Lei 8.038/90, combinado com o art. 34, inciso XVIII, do RISTJ.
Publique-se.
Brasília (DF), 06 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2173)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 926.287 - SP (2007/0168026-2)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: AFONSO GRISI NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MONTEJANO COMÉRCIO TÊXTEIS E AVIAMENTOS LTDA
ADVOGADO	: NILDA GOMES BATISTA ROCA BRUNO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela FAZENDA NACIONAL, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que versa sobre suspensão da execução fiscal.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO, Relator

(2174)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 926.453 - MG (2007/0172342-4)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: ELI DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: GUSTAVO GUIMARÃES HENRIQUE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FRANCISCO LEITE FERREIRA E OUTROS
ADVOGADO	: EDGARD MOREIRA DA SILVA E OUTRO(S)
INTERES.	: MUNICÍPIO DE FORMIGA
ADVOGADO	: JOSÉ NILO DE CASTRO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por ELI DE OLIVEIRA, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra v. acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que versa sobre cassação de alvará de funcionamento.
Tenho que não prospera a presente postulação, eis que o agravante não providenciou o traslado de peça tida como obrigatória para a formação do instrumento e conhecimento do recurso: a cópia da procuração outorgada ao advogado dos agravados, subscritor da petição de contra-razões ao Recurso Especial.
Saliente-se que a correta formação do instrumento constitui ônus do agravante, sendo que na procuração juntada à fl. 11, não foi outorgado poder ao referido causídico.
Cumpre ressaltar que, nos termos da jurisprudência pacífica deste Superior Tribunal de Justiça, o agravante é o responsável pela regular formação do instrumento, devendo, assim, fiscalizar a apresentação das peças obrigatórias elencadas no art. 544, § 1º, do CPC, sob pena de não conhecimento do recurso.
Ante a ausência de regularidade formal disciplinada no § 1°, do art. 544, do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo, com base no art. 38, da Lei 8.038/90, combinado com o art. 34, inciso XVIII, do RISTJ.
Publique-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2175)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 926.551 - PE (2007/0106290-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RAIMUNDO COELHO RODRIGUES
ADVOGADO	: JOAQUIM COELHO NETO

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra v. acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que dispensou tratamento a questões afeitas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e seus consectários processuais.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2176)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 926.600 - RJ (2007/0111190-3)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: VIVO S/A
ADVOGADO	: SÉLEO DE ANDRADE BARBOSA PAIVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: LUÍS PAULO FERREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ICMS. INCIDÊNCIA. CONVERSÃO AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO ESPECIAL.
1. É admissível o provimento do agravo de instrumento para melhor exame da admissão do recurso especial, ao nuto do Relator.
2. Presentes no instrumento de agravo todos elementos necessários ao julgamento do mérito do apelo extremo determina-se sua conversão em recurso especial.
3. Agravo de instrumento provido, determinando-se a sua conversão em recurso especial (art. 544, § 3.º, segunda parte do CPC).

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por VIVO S/A, em face do ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com fulcro no art. 544 do CPC, no intuito de ver reformada a r. decisão de fls.66/70, que negou seguimento ao recurso especial.
A ora agravante interpôs recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea "a", da Carta Maior, alegando ofensa aos arts. 165, 458 e 535, inc. II, todos do Código de Processo Civil.
Foram apresentadas contra-razões ao recurso especial, bem como contraminuta ao presente agravo, conforme fls. 108/117 e 455/459, respectivamente.
Brevemente relatados, decido.
Como de sabença, é admissível o provimento do agravo de instrumento para melhor exame da admissão do recurso especial, ao nuto do Relator.
Ex positis, determino a **CONVERSÃO** do presente agravo de instrumento em recurso especial para a apreciação da 1.ª Turma desta Corte, nos termos do artigo 544, § 3º, segunda parte do CPC, que assim dispõe:

"(...) poderá ainda, se o instrumento contiver elementos necessários ao julgamento do mérito, determinar sua conversão, observando-se, daí em diante, o procedimento relativo ao recurso especial."

Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2177)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 926.626 - PR (2007/0168297-7)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: LUIZ SOARES KOURY
ADVOGADO	: JANAINA BAPTISTA TENTE E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela UNIÃO, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra v. acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que versa sobre ressarcimento ao SUS - Sistema Único de Saúde.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de agosto de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2178)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 926.777 - RJ (2007/0146913-2)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: VERÔNICA PINHEIRO VIDAL E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GREIF EMBALAGENS INDUSTRIAIS DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	: HELOÍSA MARIA DE QUEIROZ TOURINHO

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO. AÇÃO DECLARATÓRIA. EXIGIBILIDADE. ICMS. FUNDO DE COMBATE À POBREZA. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO, APESAR DA OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SÚMULAS N.º 282/STF e N.º 211/STJ.
1. Inexiste ofensa ao art. 535 do CPC, quando o tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.
2. A interposição do recurso especial impõe que o dispositivo de Lei Federal tido por violado, como meio de se aferir a admissão da impugnação, tenha sido ventilado no acórdão recorrido, sob pena de padecer o recurso da imposição jurisprudencial do prequestionamento, requisito essencial à admissão do mesmo, o que atrai a incidência do enunciado n.° 282 da Súmula do STF.
3. Agravo de instrumento a que se nega provimento.

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com fulcro no art. 544 do Código de Processo Civil, no intuito de ver reformada a r. decisão de fls. 92/96, que denegou seguimento ao recurso especial interposto, sob os seguintes fundamentos: a) não há ofensa ao art. 535, II, do CPC, uma vez que os embargos não foram interpostos com a finalidade de esclarecer omissão, contradição ou obscuridade no julgado, ou mesmo prequestionamento, mas sim com efeito infringente, decorrendo o seu desprovimento; b) não há afronta ao art. 458, II, do CPC, uma vez que o acórdão recorrido encontra-se devidamente fundamento, tendo apreciado todas as questões de fato e de direito relevantes para o julgamento da causa, incidindo o teor da Súmula 284/STF.

Noticiam os autos, que a Justiça Comum de primeiro grau julgou improcedente, ação declaratória proposta por GREIF EMBALAGENS INDUSTRIAIS DO BRASIL LTDA, em face do ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Em sede de recurso de apelação, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por unanimidade, deu provimento ao recurso, asseverando, em suma, que a ora agravada tem o direito de não recolher o adicional do ICMS sobre produtos que não sejam definidos por lei complementar como supérfluos, em acórdão assim ementado (fl. 14):

"Tributário. ICMS. Adicional de alíquota de ICMS para custeio do Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais do Estado do Rio de Janeiro. Alegação de inconstitucionalidade da Lei Estadual 4056/2002 com a redação dada pela Lei Estadual 32646/2003. ADIN 2889 publicada em 13/05/2004 que decidiu pela constitucionalidade do Fundo de Combate à Pobreza no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Indiscutível a constitucionalidade da norma estadual em foco. Entretanto, o artigo 83 do ADCT, com a redação dada pela EC 42/2003, determina que a aplicação da legislação estadual pertinente neste caso somente pode ocorrer sobre produtos e serviços considerados supérfluos, por definição de lei complementar. Não pode a lei estadual criar novo tributo, fazendo incidir adicional sobre os demais produtos, não supérfluos, fora da autorização constitucional. Reconhecimento do direito da empresa apelante de não recolher o adicional sobre produtos que não sejam os definidos em lei complementar como supérfluos. Provimento do apelo."

Inconformado com o teor do v. acórdão prolatado, o ora agravante opôs embargos de declaração, ao entendimento de que o julgado embargado incorreu em omissão em relação ao artigo 103, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, mais uma vez por unanimidade de votos, rejeitou os embargos opostos, conforme acórdão assim ementado (fl. 33):

"Embargos de Declaração. Embargos de Declaração. Rejeição por não haver incidido o Acórdão embargado em qualquer das hipóteses inscritas pelo art. 535, incisos I e II do Código de Processo Civil. Rejeição dos embargos declaratórios."

O ora agravante, ainda irresignado, interpôs recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea "a", do permissivo constitucional, por ofensa ao art. 535, inciso II e 458, inciso II, ambos do Código de Processo Civil.

Foram apresentadas contra-razões ao apelo nobre, bem como contraminuta ao agravo, conforme acostado às fls.71/80 e 210/220, respectivamente.

Brevemente relatados, decido.

Não merecem prosperar as pretensões do agravante.

Prima facie, pelo fato de não se vislumbrar omissão no acórdão recorrido capaz de tornar nula a decisão impugnada pelo especial. Isto porque, o tribunal *a quo* apreciou presente demanda de modo suficiente, conforme se pode extrair do inteiro teor do v. acórdão prolatado, que encontra-se acostado às fls. 14/17 dos presente autos.
Assim, não merece acolhida a alegação do agravante de que o acórdão recorrido, a despeito da oposição de embargos, não tenha se pronunciado acerca de todas as questões relevantes da demanda, e que, em conseqüência, teria violado o art. 535, I e II, do CPC. É dizer que quando o Tribunal de origem se pronuncia de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, não cabe falar em ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil.

Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão. Entendimento uníssono desta Corte:

"TRIBUTÁRIO RECURSO EM CONSULTA ADMINISTRATIVA. EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. ARTIGO 48, § 5º, DA LEI 9430/96. ALEGATIVA DE INFRINGÊNCIA AOS ARTIGOS 535, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E 151, III DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. INOCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.
1. ***Não comete infringência ao artigo 535, II, do Código de Processo Civil o acórdão que analisa todos os pontos relevantes atinentes à solução da lide posta em julgamento. O juiz, ao expor os motivos que o levaram a decidir desta ou daquela maneira, não está subordinado a fazê-lo como quem responde a um questionário jurídico, mas sim fundamentadamente.*** *Aliás, o decisório abordou explicitamente o artigo 151, III, do Código Tributário Nacional, tema da insurgência recursal.*
(...) 3. Recurso especial desprovido" (REsp n.º 600.218/RJ, Primeira Turma, Rel Min. José Delgado, DJ de 17/05/2004).

"PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO - RECURSO ESPECIAL - ALÍNEA "A" - ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 458, II, E 535, II DO CPC - INOCORRÊNCIA - TÉCNICO EM METALURGIA - NECESSIDADE DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS DE LEI FEDERAL APONTADOS.
Não há nos autos qualquer omissão, contradição ou obscuridade, pois o egrégio Tribunal de origem apreciou toda a matéria recursal devolvida. A função teleológica da decisão judicial é a de compor, precipuamente, litígios. Não é peça acadêmica ou doutrinária, tampouco destina-se a responder a argumentos, à guisa de quesitos, como se laudo pericial fora. Contenta-se o sistema com a solução da controvérsia observada a res in iudicium deducta.
(...)Recurso especial não conhecido" (REsp n.º 503.205/SC, Segunda Turma, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ de 29/03/2004)

Outrora, o art. 458, inc. II, do Código de Processo Civil, não foi prequestionado pelo acórdão recorrido.

Impende salientar que a exigência do prequestionamento não é mero rigorismo formal, que pode ser afastado pelo julgador a que pretexto for. Ele consubstancia a necessidade de obediência aos limites impostos ao julgamento das questões submetidas ao e. Superior Tribunal de Justiça, cuja competência fora outorgada pela Constituição Federal, em seu art. 105.

No citado dispositivo não há previsão de apreciação originária por este E. Tribunal Superior de questões como a que ora se apresenta. A competência para a apreciação originária de pleitos no C. Superior Tribunal de Justiça está exaustivamente arrolada na mencionada norma constitucional, não podendo sofrer ampliação.

Como de sabença, a simples oposição de embargos de declaração, sem o efetivo debate, no tribunal de origem, acerca da matéria versada pelos dispositivos apontados pelo recorrente como malferidos, não supre a falta do requisito do prequestionamento, viabilizador da abertura da instância especial. Tem-se, inarredavelmente, a aplicação do disposto nas súmulas n.º 282/STF e n.º 211/STJ, que têm o seguinte teor:

"Súmula n.º 282/STF - É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

Súmula n.º 211/STJ - Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada no tribunal a quo."

Ex positis, NEGO PROVIMENTO ao presente agravo de instrumento.

Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2179)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 926.779 - SP (2007/0174447-6)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: REGINA TAMAMI HIROSE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INDÚSTRIA REUNIDAS SÃO JORGE S/A
ADVOGADO	: HÉLIO QUEIJA VASQUES E OUTRO(S)

EMENTA
TRIBUTÁRIO. DESEMBARAÇO ADUANEIRO. ACORDO INTERNACIONAL. PORTARIA MINISTERIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. ACÓRDÃO E RECURSO ESPECIAL COM FUNDAMENTOS DE ÍNDOLE CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento de decisão que não admitiu recurso especial interposto contra acórdão que, ao negar provimento à remessa oficial da ora agravante, entendeu que a Portaria nº 938/91, ao tributar a importação do trigo em grão, não é instrumento hábil para majorar alíquotas, pois fere acordo internacional firmado, norma hierarquicamente superior. No recurso especial, fundado na alínea *a* do permissivo constitucional, aponta a recorrente aponta violação aos seguintes dispositivos: (a) art. 96 do CTN, pois "a expressão 'legislação tributária' compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versam, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes" (fl. 168); (b) art. 98 do CTN, uma vez que "é sabido que, desde o RE 80004, passando pelo RE 109.17 e, entre outros, a ADI 1480", o ato internacional "ingressa no direito interno com paridade de lei ordinária, não se registrando superioridade hierárquica" (fl. 167) e (c) art. 100 do CTN, visto que tal dispositivo explicita quais as normas complementares à legislação tributária. Por fim, alega ofensa às Portarias n.º 73 e 938/91.

2. O recurso especial não pode ser conhecido quanto à alegada ofensa às Portarias do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento n.º 73 e 938/91. A jurisprudência assentada no STJ considera que, para efeito de cabimento de recurso especial (CF, art. 105, III), compreendem-se no conceito de lei federal os atos normativos (= de caráter geral e abstrato), produzidos por órgão da União com base em competência derivada da própria Constituição, como são as leis (complementares, ordinárias, delegadas) e as medidas provisórias, bem assim os decretos autônomos e regulamentares expedidos pelo Presidente da República. Não se incluem nesse conceito os atos normativos secundários produzidos por autoridades administrativas, tais como resoluções, circulares e portarias. Nesse sentido: REsp 742348/RS, 5ª Turma, Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ de 06.08.2007; AgRg no Ag 499252/RS, 6ª Turma, Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJ de 30.04.2007; AgRg no REsp 782705/RJ, 5ª Turma, Min. Felix Fischer, DJ de 09.10.2006; REsp 732207/RS, 5ª Turma, Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ de 06.08.2007 e REsp 640758/AL, 1ª Turma, Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 07.11.2006.

3. Não houve emissão, pelo acórdão recorrido, de juízo acerca da violação da norma inserta nos arts. 96 e 100 do CTN, razão pela qual, à falta do indispensável prequestionamento, não pode ser o recurso especial conhecido, incidindo, por analogia, a Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal: "é inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada". Com efeito, não se verifica nos autos a oposição de quaisquer embargos de declaração com o objetivo de prequestionar os dispositivos supracitados.

4. Ademais, com relação ao art. 98 do CTN, o acórdão recorrido resolveu a controvérsia com base em fundamentos eminentemente constitucionais e entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal, conforme se depreende dos seguintes excertos:

"(...) Roque Antônio Carazza, ao tratar dos princípios constitucionais tributários, manifesta-se sobre os Tratados Internacionais, cujas reflexões, em face do tema, são pertinentes
'Os tratados internacionais ocupam posição de particular relevo nos dias atuais, em que se nota a internacionalização do mundo.
Também o Brasil, como Estado livre e soberano que é, pode perfeitamente firmar contratos internacionais. O assunto ganhou maior relevância com a promulgação da Lei Suprema de 1988, que, em seu art. 5º, § 2º, coloca no rol dos direitos e garantias os decorrentes dos tratados internacionais em que o Brasil seja parte (...).
Percebemos, pois, que é inconstitucional o artigo 98 do Código Tributário Nacional quando prescreve que 'os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha.
Particularmente inaceitável, ao lume de nossa Constituição, a idéia de que os tratados 'revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha'" (fl. 156).

Assim, os tratados internacionais, em matéria tributária, não são adotados de hierarquia superior à legislação ordinária brasileira, devendo com ela se compatibilizar, desde que ratificados por Decretos Legislativos e incorporados à ordem jurídica.
Em tema de vigência de tratados, o Supremo Tribunal Federal já se manifestou (...).
Assim, a Portaria nº 938/91, ao tributar a importação do trigo em grão, sujeito à desagravação tributária estipulada pelo ACE nº 14, não se traduz em instrumento hábil para agravar as alíquotas de importação, ferindo o Acordo firmado, norma hierarquicamente superior" (fls. 156-157).

Assim, fundando-se o acórdão recorrido, quanto ao ponto de insurgência, em interpretação de matéria eminentemente constitucional, descabe a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação constitucional, pertence ao STF.

5. Vale destacar, por fim, que as próprias razões do recurso especial também possuem natureza eminentemente constitucional, como se depreende dos seguintes excertos: (I) "importante salientar que o art. 153, § 1º (c/c art. 84, IV, ambos da Carta da República), faculta ao Poder Executivo a alteração das alíquotas do imposto de importação, e não ao Presidente da República. Isto quer dizer que a delegação do Presidente da República ao Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, não encontra obstáculos na Constituição Federal, a teor do art. 25, I, do ADCT da CF/88, em interpretação a *contrario sensu*" (fl. 166) e (II) "em relação ao Ato Internacional em face ao art. 98 do CTN, é sabido que, desde o RE 80.004, passando pelo RE 109.173, e, entre outros, a ADI 1480, ingressa ao direito interno com paridade de lei ordinária, não se registrando superioridade hierárquica" (fl. 167).

6. Diante do exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Intime-se
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI
Relator

(2180)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 926.962 - BA (2007/0168380-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR.POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
AGRAVADO	: COMVEL ALIMENTOS LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: FERNANDO JOSÉ MÁXIMO MOREIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que versa sobre execução fiscal e bloqueio de ativos financeiros.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2181)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 926.985 - RJ (2007/0160940-9)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: SÔNIA REGINA DE CARVALHO MESTRE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CHEVRON BRASIL LTDA
ADVOGADO	: LEONARDO ALFRADIQUE MARTINS E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ICMS. SUBIDA DOS AUTOS.
1. É admissível o provimento do Agravo de Instrumento para melhor exame da admissão do Recurso Especial, ao nuto do Relator.
2. Agravo de Instrumento provido, determinando-se a subida do Recurso Especial.

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo ESTADO DO RIO DE JANEIRO, em face de CHEVRON BRASIL LTDA, com fulcro no art. 544 do CPC, no intuito de ver reformada a r. decisão de fl.255/258, que negou seguimento ao recurso especial, que o mesmo manejara.

O ora agravante interpôs recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea "a", da Carta Maior, alegando ofensa ao art. 106, do Código Tributário Nacional.

Foram apresentadas contra-razões ao apelo nobre, bem como contraminuta ao presente agravo, conforme fls. 246/254 e 274/288, respectivamente.

Brevemente relatados, decido.

Como de sabença, é admissível o provimento do agravo de instrumento para melhor exame da admissão do recurso especial, ao nuto do Relator.

Ex positis, **DOU PROVIMENTO** ao presente agravo de instrumento, determinando a subida do recurso especial, para melhor exame.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2182)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 926.993 - RS (2007/0159344-6)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: RODOLFO LUIZ RODRIGUES CORRÊA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: B R Z (MENOR)
REPDO	: C R Z
ADVOGADO	: LÉA BRITO KASPER - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra v. acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que versa sobre responsabilidade civil do Estado.
Tenho que não prospera a presente postulação, por inobservância de requisito de admissibilidade, eis que a cópia da decisão agravada, peça de traslado obrigatório para a formação do instrumento, encontra-se incompleta.
Cumpre ressaltar que, nos termos da jurisprudência pacífica deste Superior Tribunal de Justiça, o agravante é o responsável pela regular formação do instrumento, devendo, assim, fiscalizar a apresentação das peças obrigatórias elencadas no art. 544, § 1º, do CPC, sob pena de não conhecimento do recurso.
Ante a ausência de regularidade formal disciplinada no § 1°, do art. 544, do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo, com base no art. 38, da Lei 8.038/90, combinado com o art. 34, inciso XVIII, do RISTJ.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2183)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 927.004 - GO (2007/0160382-7)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: ESTADO DE GOIÁS
PROCURADOR	: RIVADÁVIA DE PAULA RODRIGUES JÚNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FRANCO E ALMEIDA LTDA
ADVOGADO	: LACORDAIRE GUIMARAES DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. PEÇA ILEGÍVEL. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento de decisão que deixou de admitir recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.
2. Ao agravo de instrumento devem ser juntadas as peças previstas no art. 544, § 1º, do CPC, mediante cópias legíveis. Segundo informa a própria petição do presente agravo de instrumento (fl. 15), a certidão de intimação da decisão agravada encontra-se à fl. 186 (numeração do Tribunal de origem). Ocorre que o documento que lá consta está ilegível, não sendo possível a aferição da tempestividade do recurso em questão, o que obsta seu conhecimento.
3. Diante do exposto, não conheço do agravo de instrumento.
Intime-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI
Relator

(2184)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 927.175 - SP (2007/0148296-2)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: LUIZ DUARTE DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. REQUISITOS DA TUTELA ANTECIPADA. REEXAME DE PROVA. SÚMULA Nº 07/STJ. IMPOSSIBILIDADE.
1. Agravo de instrumento oposto para reformar decisão que inadmitiu recurso especial.
2. Demonstrado, de modo evidente, que a procedência do pedido está rigorosamente vinculada ao exame das provas depositadas nos autos. A questão nodal acerca da verificação dos requisitos para a antecipação da tutela - verossimilhança das alegações e o receio de dano irreparável - tidos pela decisão *a quo* como não-demonstrados, constitui matéria de fato e não de direito, o que não se coaduna com a via estreita da súplica excepcional. Na via Especial não há campo para revisar entendimento de 2º grau assentado em prova. A função de tal recurso é, apenas, unificar a aplicação do direito federal, nos termos da Súmula nº 07/STJ.
3. Recurso não-provido.
Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento para reformar decisão que inadmitiu recurso especial intentado contra acórdão que indeferiu pedido de antecipação de tutela ante a ausência do requisito da verossimilhança da alegação, cuja ementa assentou (fl. 258):
Tutela antecipada - Requisitos - Ação Civil Pública - Ausência do requisito da verossimilhança amparada em prova inequívoca essencial à concessão da tutela - Recurso improvido.
Aduz ofensa ao art. 273 do CPC.
Relatados, decido.
O panorama formado no âmbito dos autos revela que a análise do recurso especial exige, para a formação de qualquer conclusão, que se reexamine a prova dos autos.
A questão nodal acerca da verificação dos requisitos para a antecipação da tutela - verossimilhança das alegações e o receio de dano irreparável - tidos pela decisão *a quo* como não-demonstrados, constitui matéria de fato e não de direito, o que não se coaduna com a via estreita da súplica excepcional.
Tal convicção a tenho porque a conclusão a que chegou o acórdão recorrido decorreu da análise do conjunto fático-probatório dos autos e o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame e a inversão do mencionado suporte, obstando a admissibilidade do apelo as Súmulas nºs 279/STF e 07/STJ.
De fato, torna-se inadmissível a reapreciação da prova produzida no processado, e esta se dá, diferenciando-se de sua valoração, "*quando se aprecia a conclusão que se extrai dos elementos probatórios*" (RTJ 81/964), ou quando se refere "*à força de convicção dos elementos probatórios, concretamente*" (RTJ 82/114), situação esta perfeitamente adequada ao caso, tornando inviável o recurso.
A respeito, os seguintes julgados: REsp nº 2617/SP, RSTJ 17/398, REsp nº 62020-1/SP, DJ de 20/05/1996, e REsp nº 37295-0/SP, DJ de 29/03/9194.
Na via Especial, não se pode revisar juízo de 2º grau assentado em prova. A função de tal recurso é, apenas, unificar a aplicação do direito federal, pois "*a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*" (Súmula nº 07/STJ). Inquestionável a impossibilidade do exame do processado.
Por tais razões, NEGO provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

Ministro José Delgado
Relator

(2185)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 927.239 - RS (2007/0170620-9)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: COMERCIAL DE CONFECÇÕES MELLO LTDA
ADVOGADO	: MANOEL CARVALHO VIANA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO	: LUCIANE FABBRO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por COMERCIAL DE CONFECÇÕES MELLO LTDA, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra v. acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que versa sobre execução fiscal.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2186)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 927.454 - RJ (2007/0155051-8)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORA	: CLAUDIA BRAGA DE LAFONTE BULCÃO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HOTEL SUNSET LTDA
ADVOGADO	: MAURÍCIO ALVAREZ CAMPOS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra v. acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que versa sobre Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU.
Tenho que não prospera a presente postulação, eis que o agravante não providenciou o traslado de peça tida como obrigatória para a formação do instrumento e conhecimento do recurso: a cópia da procuração outorgada ao advogado da agravada, subscritor da petição de contra-razões ao Recurso Especial.
Saliente-se que a correta formação do instrumento constitui ônus do agravante, sendo que na procuração juntada à fl. 26 não foi outorgado poder ao causídico MAURÍCIO ALVAREZ CAMPOS.
Cumpre ressaltar que, nos termos da jurisprudência pacífica deste Superior Tribunal de Justiça, o agravante é o responsável pela regular formação do instrumento, devendo, assim, fiscalizar a apresentação das peças obrigatórias elencadas no art. 544, § 1º, do CPC, sob pena de não conhecimento do recurso.
Ante a ausência de regularidade formal disciplinada no § 1° do artigo 544, do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo, com base no art. 38, da Lei 8.038/90, combinado com o art. 34, inciso XVIII, do RI/STJ.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2187)

RECURSO ESPECIAL Nº 927.684 - SP (2007/0034124-3)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: SUPERMERCADO LENHARO LTDA
ADVOGADO	: ADIRSON DE OLIVEIRA JUNIOR
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ROSA METTIFOGO E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. LEI 9.718/98. PIS E COFINS. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. LEI COMPLEMENTAR 70/91 E LEI COMPLEMENTAR 7/70. NOVEL JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º, ARTIGO 3º, DA LEI 9.718/98.
1. A Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica, vale dizer, ***"totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas"***.
2. Fundando-se o acórdão recorrido em interpretação de matéria eminentemente constitucional (a equiparação dos conceitos de receita bruta e faturamento a que se refere o art. 3º da Lei nº 9.718/98 não se contrapõe à disciplina do artigo 195 da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional 20/98), descabe a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.
3. Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos **Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG**, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e **n.º 346.084-6/PR**, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.
4. Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.
5. Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, segundo a qual: *"Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia."* (**RE 336134/RS**, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003).
6. *In casu*, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.

7. Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.
8. De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98 que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.
9. Recurso especial provido, tão-somente, para reconhecer a ilegalidade da cobrança da COFINS, determinando o envio dos autos à Corte de origem para fins de analisar as demais questões pendentes. . (CPC, artigo 557, § 1º-A).

Cuida-se de recurso especial interposto por SUPERMERCADO LENHARO LTDA, com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, no intuito de ver reformado o v. acórdão prolatado pelo Tribunal Regional da 3ª Região, que, deu provimento à apelação da Fazenda Nacional e à remessa oficial, nos termos da ementa a seguir transcrita:

TRIBUTÁRIO. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL. COFINS. LEI Nº 9718/98. AUSÊNCIA DE VÍCIO NA VEICULAÇÃO DA NOVA NORMA.
1. A pretensa modificação veiculada pela Lei nº 9.718/98, em nada afrontou o texto constitucional, considerando que o próprio Colendo Supremo Tribunal Federal à unanimidade, considerou que não há qualquer diferença, em termos fiscais, entre esses conceitos de faturamento e receita bruta.
2. Na alegação que indica inconstitucionalidade na majoração da alíquota da COFINS, e na restrição da compensação de até um terço da exação com a CSSL devido em cada período de apuração trimestral ou anual, também não se afigura nenhuma mácula a princípios constitucionais.
3. Sobre essa matéria já se pronunciou o Colendo Supremo Tribunal Federal que ao ensejo do julgamento da constitucionalidade da COFINS, na ADCON nº 1-1-DF, afirmou ser desnecessária a instituição dessa exação por via de lei complementar, e que a Lei Complementar nº 70/91 o é apenas formalmente. Fica portanto afastada a alegação de vício na veiculação da nova norma.
4. Sentença mantida.
5. Apelação da Impetrante a que se nega provimento.

A recorrente, nas razões do especial, sustenta que o acórdão hostilizado incorreu em ofensa **aos artigos 110, do CTN**, **2º, da LICC, e 2º, *caput*, da Lei Complementar 70/91**, ao considerar legal e constitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS prevista na Lei 9.718/98.

Traz ainda para confronto arestos que esposam a tese da inconstitucionalidade e ilegalidade da alteração do conceito de faturamento promovida pela Lei 9.718/98, bem como da impossibilidade da recepção do aludido diploma legal pela EC 20/98, além de se insurgir quanto ao seu direito em compensar os valores indevidamente recolhidos.

Contra o acórdão de apelação também foi interposto recurso extraordinário o qual foi admitido pela instância de origem.

Apresentadas contra-razões, nas quais se pugna pelo não conhecimento do recurso especial e, caso seja o mesmo conhecido, pelo seu desprovimento.

Realizado o juízo de admissibilidade negativo do apelo extremo foi interposto agravo de instrumento o qual foi provido para determinar a subida do recuso especial para melhor exame.

Relatados, decido.

Controvérsia que se cinge à legalidade da Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, que, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica.

Os artigos 2º e 3º, da referida lei, encontram-se assim redigidos:
*"Art. 2° As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, **serão calculadas com base no seu faturamento**, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"*

*"Art. 3º **O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.** (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)*
*§ 1º **Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.***
§ 2º Para fins de determinação da base de cálculo das contribuições a que se refere o art. 2º, excluem-se da receita bruta:
I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;
II - as reversões de provisões operacionais e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita; (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
III - os valores que, computados como receita, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, observadas normas regulamentadoras expedidas pelo Poder Executivo; (Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)
IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente.
§ 3º Nas operações realizadas em mercados futuros, considera-se receita bruta o resultado positivo dos ajustes diários ocorridos no mês. (Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004)
§ 4º Nas operações de câmbio, realizadas por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, considera-se receita bruta a diferença positiva entre o preço de venda e o preço de compra da moeda estrangeira.
§ 5º Na hipótese das pessoas jurídicas referidas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, serão admitidas, para os efeitos da COFINS, as mesmas exclusões e deduções facultadas para fins de determinação da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP.
§ 6º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 7º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 8º (Vide Medidas Provisórias nºs 2158-35, de 2001
III - agrícolas, conforme ato do Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)
§ 9º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"

O STJ, em reiterados julgados, vem decidindo no sentido de que, quando o acórdão recorrido decide com base em interpretação eminentemente constitucional, a via especial não pode ser aberta, posto que estar-se-ia usurpando competência declinada pela Carta Maior ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e n.º 346.084-6/PR, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

Destaque-se, do julgamento, o seguinte excerto do voto proferido pelo e. Ministro Marco Aurélio, pertinente ao RE n.º 357950/RS:

"Procedo ao exame da problemática referente à Lei nº 9.718/98. Aqui há de se perceber o empréstimo de sentido todo próprio ao conceito de faturamento. Eis o teor da lei envolvida na espécie:
Art. 2º As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base no seu faturamento, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei.

Tivesse o legislador parado nessa disciplina, aludindo a faturamento sem dar-lhe, no campo da ficção jurídica, conotação discrepante da consagrada por doutrina e jurisprudência, tomar-se-ia o faturamento tal como veio a ser explicitado na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, ou seja, a envolver o conceito de receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviços. Respeitado estaria o Diploma Maior ao estabelecer, no inciso I do artigo 195, o cálculo da contribuição para o financiamento da seguridade social devida pelo empregador, considerado o faturamento. Em última análise, ter-se-ia a observância da ordem natural das coisas, do conceito do instituto que é o faturamento, caminhando-se para o atendimento da jurisprudência desta Corte.

Eis um panorama de precedentes do Tribunal, considerados conceitos relativos a tributos.

Ao julgar o Recurso Extraordinário nº 116.121-3/SP, o Plenário, sendo relator o ministro Octavio Gallotti, vencido no entendimento, teve oportunidade de proclamar que o imposto sobre serviços não incide sobre locação de bens porque locação de bens móveis não é simplesmente serviço. Fiquei com a redação do acórdão, conforme publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 178/1.265. Também na apreciação do Recurso Extraordinário nº 166.772-9/RS, o Plenário, em 12 de maio de 1994, reafirmou a necessidade de se atentar para o conceito consagrado dos institutos. Glosou a tentativa de se tomar, como abrangidos pela expressão "folha de salário", os pagamentos efetuados a administradores e autônomos - Revista Trimestral de Jurisprudência 156/666-692. E, ao examinar o Recurso Extraordinário nº 172.058-1/SC, o Plenário, em 30 de junho de 1995 e conforme acórdão publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 161/1.043-1.057, veio, mais uma vez, a dar eficácia aos figurinos constitucional e legal ao concluir que não se pode falar em imposto sobre renda sem que haja ocorrido acréscimo patrimonial representado pela aquisição de disponibilidade sobre a renda. No caso, teve-se presente não só a Lei Fundamental como também o artigo 110 do Código Tributário Nacional, consoante o qual a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e forma de direito privado, utilizados expressa ou implicitamente pela Constituição Federal. Então, após mencionar a jurisprudência da Corte sobre a valia dos institutos, dos vocábulos e expressões constantes dos textos constitucionais e legais e considerada a visão técnico-vernacular, volto à Lei nº 9.718/98, salientando, como retratado acima, constar do artigo 2º a referência a faturamento. No artigo 3º, deu-se enfoque todo próprio, definição singular ao instituto faturamento, olvidando-se a dualidade faturamento e receita bruta de qualquer natureza, pouco importando a origem, em si, não estar revelada pela venda de mercadorias, de mercadorias e serviços ou de serviços:
Art. 3º O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.

Não fosse o § 1º que se seguiu, ter-se-ia a observância da jurisprudência desta Corte, no que ficara explicitado, na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, a sinonímia dos vocábulos "faturamento" e "receita bruta". Todavia, o § 1º veio a definir esta última de forma toda própria:
§ 1º Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.

O passo mostrou-se demasiadamente largo, olvidando-se, por completo, não só a Lei Fundamental como também a interpretação desta já proclamada pelo Supremo Tribunal Federal. Fez-se incluir no conceito de receita bruta todo e qualquer aporte contabilizado pela empresa, pouco importando a origem, em si, e a classificação que deva ser levada em conta sob o ângulo contábil.

Em síntese, o legislador ordinário (logicamente não no sentido vulgar, mas técnico-legislativo) acabou por criar uma fonte de custeio da seguridade à margem do disposto no artigo 195, com a redação vigente à época, e sem ter presente a regra do § 4º nele contido, isto é, a necessidade de novas fontes destinadas a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social pautar-se pela regra do artigo 154, inciso I, da Constituição Federal, que é explícito quanto à exigência de lei complementar. Antecipou-se à própria Emenda Constitucional nº 20, no que, dando nova redação ao artigo 195 da Constituição Federal, versou a incidência da contribuição sobre a receita ou o faturamento. A disjuntiva "ou" bem revela que não se tem a confusão entre o gênero "receita" e a espécie "faturamento". Repita-se, antes da Emenda Constitucional nº 20/98, posterior à Lei ora em exame, a Lei nº 9.718/98, tinha-se apenas a previsão de incidência da contribuição sobre a folha de salários, o faturamento e os lucros. Com a citada emenda, passou-se não só a se ter a abrangência quanto à primeira base de incidência, folha de salários, apanhando-se de forma linear os rendimentos do trabalho pagos ou creditados a qualquer título, mesmo sem vínculo empregatício, observando-se o precedente desta Corte, como também a inserção, considerado o que surgiu como alínea "b" do inciso I do artigo 195, da base de incidência, que é a receita.

Como, então, dizer-se, a esta altura, que houve simples explicitação do que já previsto na Carta? É admitir-se a vinda à balha de emenda constitucional sem conteúdo normativo. É admitir-se que o legislador ordinário possa, até mesmo, modificar enfoque pacificado mediante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que haja atuado, à luz das balizas constitucionais, como guardião da Lei Fundamental. Descabe, também, partir para o que seria a repristinação, a constitucionalização de diploma que, ao nascer, mostrou-se em conflito com a Constituição Federal. Admita-se a inconstitucionalidade progressiva. No entanto, a constitucionalidade posterior contraria a ordem natural das coisas. A hierarquia das fontes legais, a rigidez da Carta, a revelá-la documento supremo, conduz à necessidade de as leis hierarquicamente inferiores observarem-na, sob pena de transmudá-la, com nefasta inversão de valores. Ou bem a lei surge no cenário jurídico em harmonia com a Constituição Federal, ou com ela conflita, e aí afigura-se írrita, não sendo possível o aproveitamento, considerado texto constitucional posterior e que, portanto, à época não existia. Está consagrado que o vício da constitucionalidade há de ser assinalado em face dos parâmetros maiores, dos parâmetros da Lei Fundamental existentes no momento em que aperfeiçoado o ato normativo. A constitucionalidade de certo diploma legal deve se fazer presente de acordo com a ordem jurídica em vigor, da jurisprudência, não cabendo reverter a ordem natural das coisas. Daí a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Nessa parte, provejo o recurso extraordinário e com isso acolho o pedido formulado na inicial, referente à base de cálculo da contribuição, ou seja, para que se entenda, como receita bruta ou faturamento, o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa."

Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

No particular, merece transcrição de trecho do voto proferido pelo e. Ministro Moreira Alves, na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 01/DF, *verbis*:

"(...)
Em síntese, como salientou o Ministro Carlos Velloso, na qualidade de relator do RE 138.284, quando esta Corte reiterou o entendimento já expedido por ocasião do julgamento do RE 146.733,

'O que importa perquirir não é o fato de a União arrecadar a contribuição, mas se o produto da arrecadação é destinado ao financiamento da seguridade social (CF, art. 195, I).'

E, em se tratando da contribuição social instituída pela Lei Complementar n. 70/91, ele o é, como dispõe seu artigo 1º.

De outra parte, sendo a COFINS contribuição social instituída com base no inciso I do artigo 195 da Constituição Federal, e tendo ela natureza tributária diversa da do imposto, as alegações de que ela fere o princípio constitucional da não-cumulatividade dos impostos da União e resulta em bitributação por incidir sobre a mesma base de cálculo do PIS/PASEP só teriam sentido se se tratasse de contribuição social nova, não enquadrável no inciso I do artigo 195, hipótese em que se aplicaria o disposto no § 4º desse mesmo artigo 195 ('A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I'), que determina a observância do inciso I do artigo 154 que estabelece que a União poderá instituir 'I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição'.

Sucede, porém, que a contribuição social em causa, incidente sobre o faturamento dos empregadores, é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 195 da Carta Magna, não se podendo pretender, portanto, que a Lei Complementar n.º 70/91 tenha criado outra fonte de renda destinada a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social.

Por isso mesmo, essa contribuição poderia ser instituída por Lei ordinária. A circunstância de ter sido instituída por lei formalmente complementar - a Lei Complementar n.º 70/91 - não lhe dá, evidentemente, a natureza de contribuição social nova, a que se aplicaria o disposto no § 4º do artigo 195 da Constituição, porquanto essa lei, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída - que são o objeto desta ação -, é materialmente ordinária, por não tratar, nesse particular, de matéria reservada, por texto expresso da Constituição, à lei complementar. A jurisprudência desta Corte, sob o império da Emenda Constitucional n.º 1/69 - e a Constituição atual não alterou esse sistema -, se firmou no sentido de que só se exige lei complementar para as matérias para cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária.
(...)"

Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, *verbis*:
"TRIBUTÁRIO. COFINS. ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º 9.718/98. ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RE 336134/RS, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003)

Confira-se ainda, à guisa de exemplo, recente decisão monocrática proferida pelo e. Ministro Celso de Mello, já consonante com o citado julgamento do Plenário:

*"O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a controvérsia jurídica pertinente à ampliação da **base de cálculo** do PIS/COFINS (RE 357.950/RS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO), declarou, "incidenter tantum", a **inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98,** por entender que a noção de **faturamento** referida no art. 195, I, da Constituição da República, na redação anterior à EC 20/98, não legitimava a incidência de tais contribuições sobre a totalidade das **receitas** auferidas pelas empresas contribuintes, advertindo, ainda, que a superveniente promulgação da EC 20/98 não teve o condão de validar legislação ordinária anterior, que se mostrava originariamente inconstitucional.*

*Esta Suprema Corte, por sua vez, também em julgamento plenário (RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO), confirmou a **validade jurídico-constitucional do art. 8º da Lei nº 9.718/98,** no que concerne à majoração da alíquota de 2% para 3% **(COFINS**), assinalando que esse aumento - considerada a cláusula constitucional da anterioridade mitigada (CF, art. 195, § 6º) - tornou-se exigível a partir de 1º/02/99, afastada, no entanto, para efeito de incidência da referida alíquota (3%), a **base de cálculo** ampliada resultante do já mencionado § 1º (inconstitucional) do art. 3º da Lei nº **9.718/98**.*

*Cumpre acentuar, ainda, que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, reconheceu a plena **constitucionalidade da compensação, de até um terço (1/3), da COFINS com a CSLL**, apenas assegurada ao contribuinte sujeito à incidência de ambas as espécies tributárias ora mencionadas, rejeitando, desse modo, a alegação de que o § 1º do art. 8º da Lei nº **9.718/98** teria importado em ofensa ao postulado da isonomia tributária, porque excluídos de tal benefício os contribuintes unicamente tributados pela **COFINS**:*

*"TRIBUTÁRIO. **COFINS.** ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º **9.718/98.** ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (**COFINS**), até um terço do 'quantum' devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela **COFINS,** a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RTJ 185/352, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - grifei)*

Cabe assinalar, finalmente, que a diretriz jurisprudencial que venho de referir, considerados os precedentes em questão, tem sido observada, no âmbito desta Suprema Corte, em reiteradas decisões proferidas na resolução de controvérsia idêntica à suscitada na presente causa (RE 301.868/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - RE 308.066/RS, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - RE 356.471/MG, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - RE 372.627/DF, Rel. Min. ELLEN GRACIE - RE 388.039/MG, Rel. Min. GILMAR MENDES - RE 413.257/RJ, Rel. Min. CEZAR PELUSO - RE 451.348/SP, Rel. Min. CARLOS BRITTO - RE 469.023/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

*Sendo assim, em face das razões expostas, conheço do presente recurso extraordinário, para dar-lhe parcial provimento (CPC, art. 557, § 1º - A), em ordem a afastar, considerada a **base de cálculo** do PIS/COFINS, a aplicação do § 1º do art. 3º da Lei nº **9.718/98,** observando-se, para esse efeito, o entendimento que o Plenário desta Suprema Corte proclamou no julgamento do RE 357.950/RS.*
(...)" (RE 453622/SP, publicado no DJ de 25.04.2006)

In casu, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.

Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.

De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98, que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal, restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, § 1º-A, do CPC, DOU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL, tão-somente, para reconhecer a ilegalidade da cobrança da COFINS, determinando o envio dos autos à Corte de origem para fins de analisar as demais questões pendentes.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2188)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 927.693 - SP (2007/0167984-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL MANCHESTER PAULISTA LTDA
ADVOGADO	: LUIZ ROBERTO GOMES BUENO DE MIRANDA
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: FERNANDO NETTO BOITEUX E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL MANCHESTER PAULISTA LTDA, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "c" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que versa sobre contribuição social.
Tenho que não prospera a presente postulação, por inobservância de requisito de admissibilidade, eis que a cópia do acórdão recorrido, peça de traslado obrigatório para a formação do instrumento, encontra-se incompleta por faltar o relatório e o voto.
Ademais, encontra-se pacificado nesta Corte a necessidade de que as peças formadoras do agravo de instrumento estejam devidamente compostas.
Saliente-se que a menção no § 1º do art. 544 do CPC, "cópia do acórdão recorrido", engloba o relatório, a ementa e o voto do acórdão, razão pela qual a inexistência de qualquer uma dessas peças inviabiliza o seguimento do agravo.
Nesse sentido, destaco os seguintes julgados, *verbis:*

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO INCOMPLETO. ALEGAÇÃO DE EXTRAVIO POR MOTIVOS ALHEIOS À VONTADE DA PARTE. NÃO COMPROVAÇÃO. REJEIÇÃO.
I. O inteiro teor do acórdão recorrido é peça essencial, exigência do art. 544, § 1º, do CPC, não sendo admitida a simples alegação da parte de que a peça foi juntada.
II. A vigilância na formação do instrumento é dever da parte.
III. Embargos de declaração rejeitados." (EDcl no AgRg no AG 454.019/RJ, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, DJ de 10/11/2003, p. 194)

"AGRAVO REGIMENTAL. PEÇA OBRIGATÓRIA INCOMPLETA. DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL.
I. Não se conhece de agravo de instrumento em que está incompleto o inteiro teor de peça obrigatória prevista no art. 544, § 1º, do CPC.
II. Agravo regimental desprovido.(AgRg no AG 497.668/RJ, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, DJ 01/12/2003, p. 361)

Cumpre ressaltar que, nos termos da jurisprudência pacífica deste Superior Tribunal de Justiça, o agravante é o responsável pela regular formação do instrumento, devendo, assim, fiscalizar a apresentação das peças obrigatórias elencadas no art. 544, § 1º, do CPC, sob pena de não conhecimento do recurso.
Ante a ausência de regularidade formal disciplinada no § 1°, do art. 544, do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo, com base no art. 38, da Lei 8.038/90, combinado com o art. 34, inciso XVIII, do RISTJ.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2189)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 927.745 - SP (2007/0167942-3)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: A M A BAURU CORRETORA DE SEGUROS LTDA
ADVOGADO	: FERNANDA CABELLO DA SILVA MAGALHÃES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PAULO EDUARDO ACERBI E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. MATÉRIA DE CUNHO CONSTITUCIONAL ANALISADA NA CORTE *A QUO*. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO DO ESPECIAL. QUESTÃO DECIDIDA PELO COLENDO STF.
1. Acórdão recorrido que tem como sustentação matéria de ordem constitucional, com existência de tema dessa natureza no corpo da fundamentação do próprio recurso especial.
2. O ordenamento jurídico, ao tratar dos recursos extremos, deixou bem delineada, na Carta Magna, a impossibilidade de o recurso especial definir qualquer assunto de envergadura constitucional. A função do apelo extremo é, tão-só, garantir a autoridade da lei federal e zelar pela sua aplicação uniforme.
3. Não se conhece de recurso especial quando a decisão atacada baseou-se, como fundamento central, em matéria de cunho eminentemente constitucional.
4. O STJ, com base em julgados da Corte Suprema, tem, recentemente, de forma reiterada, decidido que a matéria referente à revogação de Lei Complementar nº 70/91 pela Lei Ordinária nº 9.430/96 é de cunho constitucional, cabendo, apenas, ao colendo STF seu exame.
5. A matéria em discussão (isenção da cobrança da COFINS para sociedades civis de profissões regulamentadas) está sob o exame do colendo STF. Em 14/03/2007, pedido de vista do eminente Min. Marco Aurélio adiou o julgamento conjunto dos RREE nºs 377457 e 381964 pelo Plenário do Pretório Excelso. Até aquele momento, **oito dos onze** eminentes Ministros que compõem a Corte (Ministra Cármen Lúcia e Ministros Ricardo Lewandowski, Joaquim Barbosa, Carlos Ayres Britto, Cezar Peluso, Celso de Mello e Sepúlveda Pertence, que acompanharam o voto do Relator, Min. Gilmar Mendes) votaram pelo desprovimento do recurso, afastando a isenção, e um (Min. Eros Grau) entendeu pelo provimento do pedido, *id est*, mantendo a isenção da COFINS.
6. Recurso não-provido.
Vistos, etc.
A empresa epigrafada opõe agravo de instrumento para reformar decisão que inadmitiu recurso especial em face de acórdão segundo o qual a isenção da COFINS, prevista na LC nº 70/91, pode ser revogada pela Lei nº 9.430/96, por não se tratar de matéria reservada exclusivamente à lei complementar. A ementa consignou (fl. 22):
TRIBUTÁRIO. COFINS. ISENÇÃO. SOCIEDADE CIVIL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS À PROFISSÃO LEGALMENTE REGULAMENTADA. LC Nº 70/91. REVOGAÇÃO PELA LEI Nº 9.430/97. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS LEIS.

1. A Lei Complementar nº 70/91 é materialmente lei ordinária, conforme precedente firmado pelo E. Supremo Tribunal Federal por ocasião do julgamento do ADC. nº 1-DF.
2. A Lei nº 9.430/96, ao revogar a isenção quanto ao recolhimento da COFINS concedida a sociedade civil de prestação de serviços relativos à profissão legalmente regulamentada, não ofende o princípio da hierarquia das Leis.
3. Apelação a que se nega provimento.
Aponta ofensa ao art. 6º, II, da LC nº 70/91 e dissenso pretoriano. Relatados, decido.
O agravo de instrumento não merece provimento.
O ordenamento jurídico, ao tratar dos recursos extremos, deixou bem delineada, na Carta Magna, a impossibilidade de o recurso especial definir qualquer assunto de envergadura constitucional. A função do apelo extremo é, tão-só, garantir a autoridade da lei federal e zelar pela sua aplicação uniforme.
Conforme se constata, o voto *a quo* discutiu, como matéria de apoio à sua convicção, a aplicação de preceitos constitucionais (princípio da hierarquia das leis - revogação de uma lei complementar por uma lei ordinária). A matéria tida por ofendida é de cunho meramente constitucional, competindo, apenas, ao augusto STF sua análise.
Ademais, este Sodalício, com base em julgados do colendo STF, tem, recentemente, de forma reiterada, decidido que a matéria referente à revogação de Lei Complementar nº 70/91 pela Lei Ordinária nº 9.430/96 é de natureza predominantemente constitucional, cabendo, tão-só, à Corte Máxima o exame.
A propósito, dentre tantos, os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no Ag nº 723707/SC, DJ de 12.02.2007 e AgRg no Ag 753753/PR, DJ de 14.12.2006, ambos deste Relator; REsp nº 769172/PR, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 09.02.2007; AgRg no REsp nº 871374/SE, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 14.12.2006; EDcl no AgRg no REsp nº 809374/SP, Relª Minª Eliana Calmon, DJ de 06.12.2006; AgRg no REsp nº 826551/SP, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 02.10.2006; AgRg no Ag nº 757540/PR, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 24.08.2006.
Por fim, registro que a matéria em discussão (isenção da cobrança da COFINS para sociedades civis de profissões regulamentadas) está sob o exame do colendo STF.
Em 14/03/2007, pedido de vista do eminente Min. Marco Aurélio adiou o julgamento conjunto dos RREE nºs 377457 e 381964 pelo Plenário do Pretório Excelso. Até aquele momento, oito dos onze eminentes Ministros que compõem a Corte (Ministra Cármen Lúcia e Ministros Ricardo Lewandowski, Joaquim Barbosa, Carlos Ayres Britto, Cezar Peluso, Celso de Mello e Sepúlveda Pertence, que acompanharam o voto do Relator, Min. Gilmar Mendes) votaram pelo desprovimento do recurso, afastando a isenção, e um (Min. Eros Grau) entendeu pelo provimento do pedido, *id est*, mantendo a isenção da COFINS.
Por tais razões, NEGO provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

Ministro José Delgado
Relator

(2190)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 927.821 - SC (2007/0157444-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: CLINIRIM CLÍNICA DO RIM E HIPERTENSÃO ARTERIAL LTDA
ADVOGADO	: GLAUCIA BUCCO DE ALMEIDA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela UNIÃO, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra o v. acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que versa sobre correção nos valores da tabela do SUS.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2191)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 927.907 - PB (2007/0159434-3)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: MARIZETE DA SILVA FIGUEIREDO
ADVOGADO	: NYEDJA NARA PEREIRA GALVÃO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: CAIO CESAR VIEIRA ROCHA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por MARIZETE DA SILVA FIGUEIREDO, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra v. acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, que versa sobre cobrança de assinatura básica mensal de serviços de telefonia.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2192)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 927.981 - RS (2007/0168840-9)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: MADEIREIRA MIGUEL FORTE S/A
ADVOGADO	: MARIA ANDREIA FERREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SIMONE ANACLETO LOPES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por MADEIREIRA MIGUEL FORTE S/A, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra v. acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que versa sobre Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2193)

RECURSO ESPECIAL Nº 928.052 - SP (2007/0033564-2)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: POLIMEC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: ANDRÉA DE TOLEDO PIERRI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MIRIAM A PERES SILVA E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. LEI 9.718/98. PIS E COFINS. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. LEI COMPLEMENTAR 70/91 E LEI COMPLEMENTAR 7/70. NOVEL JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º, ARTIGO 3º, DA LEI 9.718/98.
1. A Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica, vale dizer, ***"totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas"***.
2. Fundando-se o acórdão recorrido em interpretação de matéria eminentemente constitucional (a equiparação dos conceitos de receita bruta e faturamento a que se refere o art. 3º da Lei nº 9.718/98 não se contrapõe à disciplina do artigo 195 da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional 20/98), descabe a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.
3. Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos **Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG**, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e **n.º 346.084-6/PR**, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.
4. Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.
5. Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, segundo a qual: *"Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia."* (**RE 336134/RS**, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003).
6. *In casu*, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.
7. Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.
8. De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98 que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.
9. Recurso especial provido (CPC, artigo 557, § 1º-A).

Cuida-se de recurso especial interposto por POLIMEC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, no intuito de ver reformado o v. acórdão prolatado pelo Tribunal Regional da 3ª Região, que, deu provimento à apelação da Fazenda Nacional e à remessa oficial, nos termos da ementa a seguir transcrita:
TRIBUTÁRIO. PIS. COFINS. LEI 9718/98. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. RECEITA OPERACIONAL BRUTA.
DECISÃO DO ÓRGÃO ESPECIAL. ALTERAÇÃO DE ALÍQUOTA POR MEIO DE LEI ORDINÁRIA. POSSIBILIDADE.
I - Sem prejuízo do entendimento da relatora, à vista da decisão do Órgão Especial desta Corte, rejeitando a Argüição de Inconstitucionalidade da base de cálculo do PIS e da COFINS, introduzida pela Lei nº 9.718/1998, de se acolher a constitucionalidade das novas regras, face ao efeito vinculante, previsto no Art. 176, do Regimento Interno deste Tribunal.
II - Possibilidade de majoração da alíquota da COFINS, pelo artigo 8º da Lei 9718/98, porquanto, a Carta Magna, em seu artigo 146, III, "a", dispensa lei complementar para fins de aumento de alíquota.
III -Remessa oficial provida. Apelação da impetrante improvida.

Opostos embargos de declaração pela empresa, restaram os mesmos desprovidos, uma vez que não vislumbrados os vícios apontados.

A recorrente, nas razões do especial, sustenta que o acórdão hostilizado incorreu em ofensa **aos artigos 2º, 3º e 110, do CTN**, ao considerar legal e constitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS prevista na Lei 9.718/98.

Traz ainda para confronto arestos que esposam a tese da inconstitucionalidade e ilegalidade da alteração do conceito de faturamento promovida pela Lei 9.718/98, bem como da impossibilidade da recepção do aludido diploma legal pela EC 20/98.

Contra o acórdão de apelação também foi interposto recurso extraordinário o qual foi admitido pela instância de origem.

Apresentadas contra-razões, nas quais se pugna pelo não conhecimento do recurso especial e, caso seja o mesmo conhecido, pelo seu desprovimento.

Realizado o juízo de admissibilidade negativo do apelo extremo foi interposto agravo de instrumento o qual foi provido para determinar a subida do recuso especial para melhor exame.

Relatados, decido.

Controvérsia que se cinge à legalidade da Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, que, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica.

Os artigos 2º e 3º, da referida lei, encontram-se assim redigidos:
*"Art. 2° As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, **serão calculadas com base no seu faturamento**, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"*

"Art. 3º ***O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.*** *(Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)*
§ 1º ***Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.***
§ 2º Para fins de determinação da base de cálculo das contribuições a que se refere o art. 2º, excluem-se da receita bruta:
I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;
II - as reversões de provisões operacionais e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita; (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
III - os valores que, computados como receita, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, observadas normas regulamentadoras expedidas pelo Poder Executivo; (Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)
IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente.
§ 3º Nas operações realizadas em mercados futuros, considera-se receita bruta o resultado positivo dos ajustes diários ocorridos no mês. (Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004)
§ 4º Nas operações de câmbio, realizadas por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, considera-se receita bruta a diferença positiva entre o preço de venda e o preço de compra da moeda estrangeira.
§ 5º Na hipótese das pessoas jurídicas referidas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, serão admitidas, para os efeitos da COFINS, as mesmas exclusões e deduções facultadas para fins de determinação da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP.
§ 6º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 7º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 8º (Vide Medidas Provisórias nºs 2158-35, de 2001
III - agrícolas, conforme ato do Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)
§ 9º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"

O STJ, em reiterados julgados, vem decidindo no sentido de que, quando o acórdão recorrido decide com base em interpretação eminentemente constitucional, a via especial não pode ser aberta, posto que estar-se-ia usurpando competência declinada pela Carta Maior ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e n.º 346.084-6/PR, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

Destaque-se, do julgamento, o seguinte excerto do voto proferido pelo e. Ministro Marco Aurélio, pertinente ao RE n.º 357950/RS:

"Procedo ao exame da problemática referente à Lei nº 9.718/98. Aqui há de se perceber o empréstimo de sentido todo próprio ao conceito de faturamento. Eis o teor da lei envolvida na espécie:
Art. 2º As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base no seu faturamento, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei.

Tivesse o legislador parado nessa disciplina, aludindo a faturamento sem dar-lhe, no campo da ficção jurídica, conotação discrepante da consagrada por doutrina e jurisprudência, tomar-se-ia o faturamento tal como veio a ser explicitado na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, ou seja, a envolver o conceito de receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviços. Respeitado estaria o Diploma Maior ao estabelecer, no inciso I do artigo 195, o cálculo da contribuição para o financiamento da seguridade social devida pelo empregador, considerado o faturamento. Em última análise, ter-se-ia a observância da ordem natural das coisas, do conceito do instituto que é o faturamento, caminhando-se para o atendimento da jurisprudência desta Corte.

Eis um panorama de precedentes do Tribunal, considerados conceitos relativos a tributos.

Ao julgar o Recurso Extraordinário nº 116.121-3/SP, o Plenário, sendo relator o ministro Octavio Gallotti, vencido no entendimento, teve oportunidade de proclamar que o imposto sobre serviços não incide sobre locação de bens porque locação de bens móveis não é simplesmente serviço. Fiquei com a redação do acórdão, conforme publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 178/1.265. Também na apreciação do Recurso Extraordinário nº 166.772-9/RS, o Plenário, em 12 de maio de 1994, reafirmou a necessidade de se atentar para o conceito consagrado dos institutos. Glosou a tentativa de se tomar, como abrangidos pela expressão "folha de salário", os pagamentos efetuados a administradores e autônomos - Revista Trimestral de Jurisprudência 156/666-692. E, ao examinar o Recurso Extraordinário nº 172.058-1/SC, o Plenário, em 30 de junho de 1995 e conforme acórdão publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 161/1.043-1.057, veio, mais uma vez, a dar eficácia aos figurinos constitucional e legal ao concluir que não se pode falar em imposto sobre renda sem que haja ocorrido acréscimo patrimonial representado pela aquisição de disponibilidade sobre a renda. No caso, teve-se presente não só a Lei Fundamental como também o artigo 110 do Código Tributário Nacional, consoante o qual a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e forma de direito privado, utilizados expressa ou implicitamente pela Constituição Federal. Então, após mencionar a jurisprudência da Corte sobre a valia dos institutos, dos vocábulos e expressões constantes dos textos constitucionais e legais e considerada a visão técnico-vernacular, volto à Lei nº 9.718/98, salientando, como retratado acima, constar do artigo 2º a referência a faturamento. No artigo 3º, deu-se enfoque todo próprio, definição singular ao instituto faturamento, olvidando-se a dualidade faturamento e receita bruta de qualquer natureza, pouco importando a origem, em si, não estar revelada pela venda de mercadorias, de mercadorias e serviços ou de serviços:
Art. 3º O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.

Não fosse o § 1º que se seguiu, ter-se-ia a observância da jurisprudência desta Corte, no que ficara explicitado, na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, a sinonímia dos vocábulos "faturamento" e "receita bruta". Todavia, o § 1º veio a definir esta última de forma toda própria:
§ 1º Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.

O passo mostrou-se demasiadamente largo, olvidando-se, por completo, não só a Lei Fundamental como também a interpretação desta já proclamada pelo Supremo Tribunal Federal. Fez-se incluir no conceito de receita bruta todo e qualquer aporte contabilizado pela empresa, pouco importando a origem, em si, e a classificação que deva ser levada em conta sob o ângulo contábil.

Em síntese, o legislador ordinário (logicamente não no sentido vulgar, mas técnico-legislativo) acabou por criar uma fonte de custeio da seguridade à margem do disposto no artigo 195, com a redação vigente à época, e sem ter presente a regra do § 4º nele contido, isto é, a necessidade de novas fontes destinadas a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social pautar-se pela regra do artigo 154, inciso I, da Constituição Federal, que é explícito quanto à exigência de lei complementar. Antecipou-se à própria Emenda Constitucional nº 20, no que, dando nova redação ao artigo 195 da Constituição Federal, versou a incidência da contribuição sobre a receita ou o faturamento. A disjuntiva "ou" bem revela que não se tem a confusão entre o gênero "receita" e a espécie "faturamento". Repita-se, antes da Emenda Constitucional nº 20/98, posterior à Lei ora em exame, a Lei nº 9.718/98, tinha-se apenas a previsão de incidência da contribuição sobre a folha de salários, o faturamento e os lucros. Com a citada emenda, passou-se não só a se ter a abrangência quanto à primeira base de incidência, folha de salários, apanhando-se de forma linear os rendimentos do trabalho pagos ou creditados a qualquer título, mesmo sem vínculo empregatício, observando-se o precedente desta Corte, como também a inserção, considerado o que surgiu como alínea "b" do inciso I do artigo 195, da base de incidência, que é a receita.

Como, então, dizer-se, a esta altura, que houve simples explicitação do que já previsto na Carta? É admitir-se a vinda à balha de emenda constitucional sem conteúdo normativo. É admitir-se que o legislador ordinário possa, até mesmo, modificar enfoque pacificado mediante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que haja atuado, à luz das balizas constitucionais, como guardião da Lei Fundamental. Descabe, também, partir para o que seria a repristinação, a constitucionalização de diploma que, ao nascer, mostrou-se em conflito com a Constituição Federal. Admita-se a inconstitucionalidade progressiva. No entanto, a constitucionalidade posterior contraria a ordem natural das coisas. A hierarquia das fontes legais, a rigidez da Carta, a revelá-la documento supremo, conduz à necessidade de as leis hierarquicamente inferiores observarem-na, sob pena de transmudá-la, com nefasta inversão de valores. Ou bem a lei surge no cenário jurídico em harmonia com a Constituição Federal, ou com ela conflita, e aí afigura-se írrita, não sendo possível o aproveitamento, considerado texto constitucional posterior e que, portanto, à época não existia. Está consagrado que o vício da constitucionalidade há de ser assinalado em face dos parâmetros maiores, dos parâmetros da Lei Fundamental existentes no momento em que aperfeiçoado o ato normativo. A constitucionalidade de certo diploma legal deve se fazer presente de acordo com a ordem jurídica em vigor, da jurisprudência, não cabendo reverter a ordem natural das coisas. Daí a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Nessa parte, provejo o recurso extraordinário e com isso acolho o pedido formulado na inicial, referente à base de cálculo da contribuição, ou seja, para que se entenda, como receita bruta ou faturamento, o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa."

Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

No particular, merece transcrição de trecho do voto proferido pelo e. Ministro Moreira Alves, na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 01/DF, *verbis*:
"(...)
Em síntese, como salientou o Ministro Carlos Velloso, na qualidade de relator do RE 138.284, quando esta Corte reiterou o entendimento já expedido por ocasião do julgamento do RE 146.733,

'O que importa perquirir não é o fato de a União arrecadar a contribuição, mas se o produto da arrecadação é destinado ao financiamento da seguridade social (CF, art. 195, I).'

E, em se tratando da contribuição social instituída pela Lei Complementar n. 70/91, ele o é, como dispõe seu artigo 1º.

De outra parte, sendo a COFINS contribuição social instituída com base no inciso I do artigo 195 da Constituição Federal, e tendo ela natureza tributária diversa da do imposto, as alegações de que ela fere o princípio constitucional da não-cumulatividade dos impostos da União e resulta em bitributação por incidir sobre a mesma base de cálculo do PIS/PASEP só teriam sentido se se tratasse de contribuição social nova, não enquadrável no inciso I do artigo 195, hipótese em que se aplicaria o disposto no § 4º desse mesmo artigo 195 ('A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I'), que determina a observância do inciso I do artigo 154 que estabelece que a União poderá instituir 'I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição'.

Sucede, porém, que a contribuição social em causa, incidente sobre o faturamento dos empregadores, é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 195 da Carta Magna, não se podendo pretender, portanto, que a Lei Complementar n.º 70/91 tenha criado outra fonte de renda destinada a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social.

Por isso mesmo, essa contribuição poderia ser instituída por Lei ordinária. A circunstância de ter sido instituída por lei formalmente complementar - a Lei Complementar n.º 70/91 - não lhe dá, evidentemente, a natureza de contribuição social nova, a que se aplicaria o disposto no § 4º do artigo 195 da Constituição, porquanto essa lei, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída - que são o objeto desta ação -, é materialmente ordinária, por não tratar, nesse particular, de matéria reservada, por texto expresso da Constituição, à lei complementar. A jurisprudência desta Corte, sob o império da Emenda Constitucional n.º 1/69 - e a Constituição atual não alterou esse sistema -, se firmou no sentido de que só se exige lei complementar para as matérias para cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária.
(...)"

Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, *verbis*:
"TRIBUTÁRIO. COFINS. ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º 9.718/98. ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RE 336134/RS, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003)

Confira-se ainda, à guisa de exemplo, recente decisão monocrática proferida pelo e. Ministro Celso de Mello, já consonante com o citado julgamento do Plenário:

*"O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a controvérsia jurídica pertinente à ampliação da **base de cálculo** do PIS/COFINS (RE 357.950/RS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO), declarou, "incidenter tantum", a **inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98,** por entender que a noção de **faturamento** referida no art. 195, I, da Constituição da República, na redação anterior à EC 20/98, não legitimava a incidência de tais contribuições sobre a totalidade das **receitas** auferidas pelas empresas contribuintes, advertindo, ainda, que a superveniente promulgação da EC 20/98 não teve o condão de validar legislação ordinária anterior, que se mostrava originariamente inconstitucional.*

*Esta Suprema Corte, por sua vez, também em julgamento plenário (RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO), confirmou a **validade jurídico-constitucional do art. 8º da Lei nº 9.718/98,** no que concerne à majoração da alíquota de 2% para 3% (**COFINS**), assinalando que esse aumento - considerada a cláusula constitucional da anterioridade mitigada (CF, art. 195, § 6º) - tornou-se exigível a partir de 1º/02/99, afastada, no entanto, para efeito de incidência da referida alíquota (3%), a **base de cálculo** ampliada resultante do já mencionado § 1º (inconstitucional) do art. 3º da Lei nº **9.718/98**.*

*Cumpre acentuar, ainda, que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, reconheceu a plena **constitucionalidade da compensação, de até um terço (1/3), da COFINS com a CSLL**, apenas assegurada ao contribuinte sujeito à incidência de ambas as espécies tributárias ora mencionadas, rejeitando, desse modo, a alegação de que o § 1º do art. 8º da Lei nº **9.718/98** teria importado em ofensa ao postulado da isonomia tributária, porque excluídos de tal benefício os contribuintes unicamente tributados pela **COFINS**:*

*"TRIBUTÁRIO. **COFINS.** ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º **9.718/98.** ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (**COFINS**), até um terço do 'quantum' devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela **COFINS,** a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RTJ 185/352, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - grifei)*

Cabe assinalar, finalmente, que a diretriz jurisprudencial que venho de referir, considerados os precedentes em questão, tem sido observada, no âmbito desta Suprema Corte, em reiteradas decisões proferidas na resolução de controvérsia idêntica à suscitada na presente causa (RE 301.868/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - RE 308.066/RS, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - RE 356.471/MG, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - RE 372.627/DF, Rel. Min. ELLEN GRACIE - RE 388.039/MG, Rel. Min. GILMAR MENDES - RE 413.257/RJ, Rel. Min. CEZAR PELUSO - RE 451.348/SP, Rel. Min. CARLOS BRITTO - RE 469.023/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

*Sendo assim, em face das razões expostas, conheço do presente recurso extraordinário, para dar-lhe parcial provimento (CPC, art. 557, § 1º - A), em ordem a afastar, considerada a **base de cálculo** do PIS/COFINS, a aplicação do § 1º do art. 3º da Lei nº **9.718/98,** observando-se, para esse efeito, o entendimento que o Plenário desta Suprema Corte proclamou no julgamento do RE 357.950/RS.*
(...)" (RE 453622/SP, publicado no DJ de 25.04.2006)

In casu, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.

Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.
De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98, que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal, restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.
Ex positis, com fulcro no artigo 557, § 1º-A, do CPC, DOU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2194)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.100 - SC (2007/0141773-5)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: SÍLVIA MARIA GEVAERD
ADVOGADO	: VINÍCIUS MARCELO BORGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR	: OSMAR JOSÉ NORA E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL ADMITIDO EM PARTE PELA CORTE DE ORIGEM. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALTA DE INTERESSE RECURSAL.
1. O recurso previsto no art. 544 do CPC é incabível nos casos em que há admissão, na instância de origem, do recurso especial interposto, ainda que de forma parcial.
2. Isso porque subindo os autos a esta Corte, será possível a análise de todas as questões expostas pelo recorrente, não havendo qualquer vinculação ao que restou decidido no juízo prévio de admissibilidade.
3. Agravo de instrumento não-conhecido.

1. Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto por SÍLVIA MARIA GEVAERD em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado (fl. 278):

"ADMINISTRATIVO. EFETIVAÇÃO EM SERVENTIA EXTRA-JUDICIAL. VACÂNCIA DO CARGO OCORRIDO APÓS A VIGÊNCIA DA CF/88. OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PÚBLICO. COISA JULGADA. MATÉRIA DECIDIDA EM MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO IMPROVIDO."

Houve a oposição de embargos de declaração, os quais foram parcialmente acolhidos pelo Tribunal de origem (fl. 295).
No recurso especial, interposto com base nas alíneas *a* e *b* do permissivo constitucional, a ora agravante sustenta que o aresto recorrido negou vigência aos arts. 267, V, 301, VI, e § 3º, e 535, I e II, do Código de Processo Civil, 1º e seguintes, do Decreto 20.910/32, 1º, da Lei 9.873/99, e 54 da Lei 9.784/99. Requer o provimento do recurso especial para reconhecer *"a ocorrência da prescrição e da preclusão do direito da Administração rever o Ato nº 811, bem como, declarar nulo, de pleno direito, o Ato de invalidação nº 154, de 18 de fevereiro de 1998"* (fl. 318).
O Tribunal de origem admitiu parcialmente o recurso especial, tão-somente em relação ao art. especificamente em relação ao art. 301, V, e § 3º, do Código de Processo Civil.
A agravante impugnou os fundamentos da decisão agravada.
É o relatório.
2. Não merece amparo a irresignação.
O recurso previsto no art. 544 do Código de Processo Civil é incabível nos casos em que há admissão, na instância de origem, do recurso especial interposto, ainda que de forma parcial. Isso porque subindo os autos a esta Corte Superior, será possível a análise de todas as questões expostas pela recorrente, não havendo qualquer vinculação ao que restou decidido no juízo prévio de admissibilidade.
Dessa forma, tendo sido deferido o processamento do recurso especial, com a remessa dos autos à este Superior Tribunal de Justiça, impõe-se o não-conhecimento do presente agravo, diante da ausência de interesse recursal da parte.
Nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte Superior:

"Processo civil. Recurso especial admitido. Agravo de instrumento. Art. 544 do CPC. Não conhecimento.
- Não se conhece de agravo de instrumento interposto contra decisão que admite Recurso Especial."
(AgRg no Ag 478.447/RJ, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 24.3.2003)

"AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE ADMITIU PARCIALMENTE O RECURSO ESPECIAL.
- A admissão parcial do apelo nobre pelo Tribunal de origem não impede o exame por esta Corte de todas as questões nele veiculadas, independentemente da interposição de agravo de instrumento.
- Incidência dos verbetes ns. 292 e 528 da Súmula do Pretório Excelso.
- Agravo desprovido."
(AgRg no Ag 420.582/RS, 4ª Turma, Rel. Min. César Asfor Rocha, DJ de 28.5.2002)

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUÍZO A QUO *DE ADMISSIBILIDADE QUE, EM PARTE, INADMITIU RECURSO ESPECIAL. FALTA DE INTERESSE RECURSAL DO AGRAVANTE.*
Esta Corte tem decidido que a inadmissão parcial do recurso especial prolatada pelo juízo de admissibilidade do Tribunal de origem não autoriza o agravante a interpor agravo regimental, em face da ausência de interesse recursal.
'A admissão parcial do recurso especial no prévio juízo de admis sibilidade realizado pelo Tribunal de origem, não limita seu amplo conhecimento por este Superior Tribunal de Justiça' (AGREsp. 409.977/RS, Rel. Min. Nancy Andrighi)
Agravo regimental improvido."
(AgRg no Ag 456.942/RJ, 6ª Turma, Rel. Min. Paulo Medina, DJ de 30.6.2003)

3. Ante o exposto, o agravo de instrumento não merece ser conhecido.
4. Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRA DENISE ARRUDA
Relatora

(2195)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.145 - SP (2007/0167826-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: CLÍNICA DE PEDIATRIA E HOMEOPATIA SOUZA DIAS E CARVALHO S/C LTDA
ADVOGADO	: FABIO PALLARETTI CALCINI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: INAIÁ BRITTO DE ALMEIDA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por CLÍNICA DE PEDIATRIA E HOMEOPATIA SOUZA DIAS E CARVALHO S/C LTDA, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra o v. acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que versa sobre isenção de COFINS.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2196)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.163 - SP (2007/0167989-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: EMILIE MARGRET H NETTO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GAPLAN ADMINISTRADORA DE BENS S/C LTDA
ADVOGADO	: GABRIELA SILVA DE LEMOS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela FAZENDA NACIONAL, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra v. acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que versa sobre fixação de honorários advocatícios em face de extinção da execução fiscal.
Tenho que não prospera a presente postulação, eis que a agravante não providenciou o traslado de peça tida como obrigatória para a formação do instrumento e conhecimento do recurso: a cópia da procuração outorgada à advogada do agravado, a qual substabeleceu poderes aos subscritores da petição de contra-razões ao recurso especial.
Ademais, a juntada apenas do substabelecimento não supre a ausência da procuração, visto que aquele somente terá validade quando apresentado juntamente com o respectivo instrumento de mandato no instante de formação do agravo de instrumento, o que inocorreu nos presentes autos.
Cumpre ressaltar que, nos termos da jurisprudência pacífica deste Superior Tribunal de Justiça, o agravante é o responsável pela regular formação do instrumento, devendo, assim, fiscalizar a apresentação das peças obrigatórias elencadas no art. 544, § 1º, do CPC, sob pena de não conhecimento do recurso.
Ante a ausência de regularidade formal disciplinada no § 1° do artigo 544, do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo, com base no art. 38, da Lei 8.038/90, combinado com o art. 34, inciso XVIII, do RI/STJ.
Publique-se.
Brasília (DF), 06 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2197)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.279 - SP (2007/0162439-8)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: COMÉRCIO DE CEREAIS MUNHOZ LTDA
ADVOGADO	: GIANE M RODRIGUES DA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: NAIARA PELLIZZARO DE LORENZI CANCELLIER E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por COMÉRCIO DE CEREAIS MUNHOZ LTDA., com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que versa sobre apólices de dívida pública e prescrição.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2198)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.307 - MG (2007/0170572-9)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE OURO PRETO
ADVOGADO	: LUCIO DE SOUZA COIMBRA FILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE MARIANA
ADVOGADO	: MAURO JORGE DE PAULA BOMFIM E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo MUNICÍPIO DE OURO PRETO, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que versa sobre mandado de segurança impetrado contra ato do Secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 12 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2199)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.481 - SC (2007/0103027-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: CITIBANK LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADO	: LUIZ EDUARDO DE CASTILHO GIROTTO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE IÇARA
ADVOGADO	: JEFFERSON MÁRIO SANTANA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por CITIBANK LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial adesivo, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o v. acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que versa sobre a incidência de ISS em arrendamento mercantil.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2200)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.504 - RJ (2007/0154955-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: ALESSANDRA VIEIRA CARDOSO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA JOSÉ PINTO DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: ALFREDO JOSÉ GOMES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por TELEMAR NORTE LESTE S/A, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o v. acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que versa sobre contrato de prestação de serviço de telefonia.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2201)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.505 - SC (2007/0160627-5)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: H E W CARDIOLOGIA LTDA - EMPRESA DE PEQUENO PORTE
ADVOGADO	: MARCELO MOREIRA MONTEIRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: TERESINHA BORGES GONZAGA E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. MATÉRIA DE CUNHO CONSTITUCIONAL ANALISADA NA CORTE *A QUO*. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO DO ESPECIAL. QUESTÃO DECIDIDA PELO COLENDO STF.

1. Acórdão recorrido que tem como sustentação matéria de ordem constitucional, com existência de tema dessa natureza no corpo da fundamentação do próprio recurso especial.

2. O ordenamento jurídico, ao tratar dos recursos extremos, deixou bem delineada, na Carta Magna, a impossibilidade de o recurso especial definir qualquer assunto de envergadura constitucional. A função do apelo extremo é, tão-só, garantir a autoridade da lei federal e zelar pela sua aplicação uniforme.

3. Não se conhece de recurso especial quando a decisão atacada baseou-se, como fundamento central, em matéria de cunho eminentemente constitucional.

4. O STJ, com base em julgados da Corte Suprema, tem, recentemente, de forma reiterada, decidido que a matéria referente à revogação de Lei Complementar nº 70/91 pela Lei Ordinária nº 9.430/96 é de cunho constitucional, cabendo, apenas, ao colendo STF seu exame.

5. A matéria em discussão (isenção da cobrança da COFINS para sociedades civis de profissões regulamentadas) está sob o exame do colendo STF. Em 14/03/2007, pedido de vista do eminente Min. Marco Aurélio adiou o julgamento conjunto dos RREE nºs 377457 e 381964 pelo Plenário do Pretório Excelso. Até aquele momento, **oito dos onze** eminentes Ministros que compõem a Corte (Ministra Cármen Lúcia e Ministros Ricardo Lewandowski, Joaquim Barbosa, Carlos Ayres Britto, Cezar Peluso, Celso de Mello e Sepúlveda Pertence, que acompanharam o voto do Relator, Min. Gilmar Mendes) votaram pelo desprovimento do recurso, afastando a isenção, e um (Min. Eros Grau) entendeu pelo provimento do pedido, *id est*, mantendo a isenção da COFINS.

6. Recurso não-provido.

Vistos, etc.
A empresa epigrafada opõe agravo de instrumento para reformar decisão que inadmitiu recurso especial em face de acórdão segundo o qual a isenção da COFINS, prevista na LC nº 70/91, pode ser revogada pela Lei nº 9.430/96, por não se tratar de matéria reservada exclusivamente à lei complementar. A ementa consignou (fl. 45):
TRIBUTÁRIO. COFINS. LC N. 70/91. SOCIEDADE CIVIL. ISENÇÃO (ART. 6º, ii). REVOGAÇÃO (LEI N. 9.430/96, ART. 56).
1. Não sendo matéria reservada à lei complementar, é legítima a revogação da isenção prevista no art. 6º, II, da Lei Complementar n. 70/91, pelo art. 56 da Lei n. 9.430/96. 2. A isenção da COFINS de que trata a Súmula n. 276 do STJ refere-se ao período anterior à revogação do inciso II do art. 6º da LC n. 70/91 pelo art. 56 da Lei n. 9.430/96 (vigência em 31.03.1997).
Aponta ofensa ao art. 6º, II, da LC nº 70/91 e dissenso pretoriano. Relatados, decido.
O agravo de instrumento não merece provimento.
O ordenamento jurídico, ao tratar dos recursos extremos, deixou bem delineada, na Carta Magna, a impossibilidade de o recurso especial definir qualquer assunto de envergadura constitucional. A função do apelo extremo é, tão-só, garantir a autoridade da lei federal e zelar pela sua aplicação uniforme.
Conforme se constata, o voto *a quo* discutiu, como matéria de apoio à sua convicção, a aplicação de preceitos constitucionais (art. 195, I, e § 6º, da CF/88 e princípio da hierarquia das leis - revogação de uma lei complementar por uma lei ordinária). A matéria tida por ofendida é de cunho meramente constitucional, competindo, apenas, ao augusto STF sua análise.
Ademais, este Sodalício, com base em julgados do colendo STF, tem, recentemente, de forma reiterada, decidido que a matéria referente à revogação de Lei Complementar nº 70/91 pela Lei Ordinária nº 9.430/96 é de natureza predominantemente constitucional, cabendo, tão-só, à Corte Máxima o exame.
A propósito, dentre tantos, os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no Ag nº 723707/SC, DJ de 12.02.2007 e AgRg no Ag 753753/PR, DJ de 14.12.2006, ambos deste Relator; REsp nº 769172/PR, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 09.02.2007; AgRg no REsp nº 871374/SE, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 14.12.2006; EDcl no AgRg no REsp nº 809374/SP, Relª Minª Eliana Calmon, DJ de 06.12.2006; AgRg no REsp nº 826551/SP, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 02.10.2006; AgRg no Ag nº 757540/PR, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 24.08.2006.
Por fim, registro que a matéria em discussão (isenção da cobrança da COFINS para sociedades civis de profissões regulamentadas) está sob o exame do colendo STF.
Em 14/03/2007, pedido de vista do eminente Min. Marco Aurélio adiou o julgamento conjunto dos RREE nºs 377457 e 381964 pelo Plenário do Pretório Excelso. Até aquele momento, oito dos onze eminentes Ministros que compõem a Corte (Ministra Cármen Lúcia e Ministros Ricardo Lewandowski, Joaquim Barbosa, Carlos Ayres Britto, Cezar Peluso, Celso de Mello e Sepúlveda Pertence, que acompanharam o voto do Relator, Min. Gilmar Mendes) votaram pelo desprovimento do recurso, afastando a isenção, e um (Min. Eros Grau) entendeu pelo provimento do pedido, *id est*, mantendo a isenção da COFINS.
Por tais razões, NEGO provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

Ministro José Delgado
Relator

(2202)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.543 - RS (2007/0162257-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: BRASPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA
ADVOGADO	: GILBERTO CASSULI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO	: SIMONE ANACLETO LOPES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela BRASPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra v. acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que versa sobre ação rescisória em apelação cível onde foi reconhecido o direito à compensação dos créditos de IPI .
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2203)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.567 - RJ (2007/0161471-0)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG E OUTRO
ADVOGADO	: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ASEP
PROCURADOR	: ALEXANDRE SANTOS ARAGÃO E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. SERVIÇO CONCEDIDO DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO. REVISÃO DE TARIFA. CPMF. ALEGAÇÃO DE DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO. AGRAVO PROVIDO PARA DETERMINAR A SUA CONVERSÃO EM RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento de decisão que deixou de admitir recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em demanda visando à declaração de nulidade de deliberação administrativa de agência reguladora que estaria causando impacto negativo na receita da autora, ou, alternativamente, o afastamento dos efeitos retroativos de sua aplicação.

2. Entendendo necessário melhor exame da matéria, dou provimento ao agravo de instrumento para determinar sua conversão em recurso especial.
À Coordenadoria para as providências cabíveis.
Intime-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI
Relator

(2204)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.582 - MG (2007/0167417-9)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: LAURO JOSÉ BRACARENSE FILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ARMINDO TELES DE VASCONCELOS
ADVOGADO	: ELIANE BARRETO DOS SANTOS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por TELEMAR NORTE LESTE S/A, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que versa sobre ação de repetição de indébito e substituição de provas.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2205)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.648 - RJ (2007/0157214-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FGC CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA
ADVOGADO	: MURILO VOUZELLA DE ANDRADE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSÉ RICARDO DE LUCA RAYMUNDO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por FGC CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra o v. acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que versa sobre COFINS.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 12 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2206)

RECURSO ESPECIAL Nº 928.668 - SP (2007/0033955-6)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: COVOLAN INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA
ADVOGADO	: PEDRO WANDERLEY RONCATO E OUTRO
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LUCIANA MUGGIATI DOS SANTOS E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. LEI 9.718/98. PIS E COFINS. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. LEI COMPLEMENTAR 70/91 E LEI COMPLEMENTAR 7/70. NOVEL JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º, ARTIGO 3º, DA LEI 9.718/98.

1. A Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica, vale dizer, ***"totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas"***.

2. Fundando-se o acórdão recorrido em interpretação de matéria eminentemente constitucional (a equiparação dos conceitos de receita bruta e faturamento a que se refere o art. 3º da Lei nº 9.718/98 não se contrapõe à disciplina do artigo 195 da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional 20/98), descabe a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

3. Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos **Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG**, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e **n.º 346.084-6/PR**, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

4. Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

5. Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, segundo a qual: *"Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia."* (**RE 336134/RS**, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003).

6. *In casu*, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.

7. Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.

8. De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98 que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

9. Recurso especial provido (CPC, artigo 557, § 1º-A).

Cuida-se de recurso especial interposto por COVOLAN INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA, com fulcro na alínea "a", do permissivo constitucional, no intuito de ver reformado o v. acórdão prolatado pelo Tribunal Regional da 3ª Região, que, deu provimento à apelação da Fazenda Nacional e à remessa oficial, nos termos da ementa a seguir transcrita:

DIREITO CONSTITUCIONAL, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO - COFINS - LEI FEDERAL Nº 9718/98: BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA - ALEGAÇÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE: IMPERTINÊNCIA.

1. Faturamento, base de cálculo prevista no artigo 195, inciso I, letra "b", da Constituição Federal, é conceito jurídico-tributário passível de definição pelo legislador ordinário, ausente expressa exigência constitucional de lei complementar.

2. A alíquota da contribuição, igualmente, se subsume à exigência de lei ordinária.

3. A Lei Complementar nº 70/91 é - tal como a LF nº 9718/98 - materialmente ordinária (STF - ADC nº 1/DF - Rel. o Ministro Moreira Alves).

4. Declaração de constitucionalidade das normas pelo Órgão Especial do TRF/3ª Região: AMS nº 1999.61.00.019337-6.

*5. Apelação e remessa oficial provida*s

Opostos embargos de declaração pela empresa, restaram os mesmos desprovidos, uma vez que não vislumbrados os vícios apontados.
A recorrente, nas razões do especial, sustenta que o acórdão hostilizado incorreu em ofensa **aos artigos 9º, 97 e 110, do CTN**, **e à Lei Complementar 70/91**, ao considerar legal e constitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS prevista na Lei 9.718/98. Ainda, aponta a violação ao art. 535, do CPC, acaso considerada não prequestionada a matéria federal suscitada.
Contra o acórdão de apelação também foi interposto recurso extraordinário o qual foi admitido pela instância de origem.
Apresentadas contra-razões, nas quais se pugna pelo não conhecimento do recurso especial e, caso seja o mesmo conhecido, pelo seu desprovimento.
Realizado o juízo de admissibilidade negativo do apelo extremo foi interposto agravo de instrumento o qual foi provido para determinar a subida do recuso especial para melhor exame.
Relatados, decido.
Controvérsia que se cinge à legalidade da Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, que, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica.
Os artigos 2º e 3º, da referida lei, encontram-se assim redigidos:
"Art. 2° As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, ***serão calculadas com base no seu faturamento****, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"*

"Art. 3º ***O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.*** *(Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)*
§ 1º ***Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.***
§ 2º Para fins de determinação da base de cálculo das contribuições a que se refere o art. 2º, excluem-se da receita bruta:
I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;
II - as reversões de provisões operacionais e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita; (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
III - os valores que, computados como receita, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, observadas normas regulamentadoras expedidas pelo Poder Executivo; (Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)
IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente.
§ 3º Nas operações realizadas em mercados futuros, considera-se receita bruta o resultado positivo dos ajustes diários ocorridos no mês. (Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004)
§ 4º Nas operações de câmbio, realizadas por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, considera-se receita bruta a diferença positiva entre o preço de venda e o preço de compra da moeda estrangeira.
§ 5º Na hipótese das pessoas jurídicas referidas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, serão admitidas, para os efeitos da COFINS, as mesmas exclusões e deduções facultadas para fins de determinação da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP.
§ 6º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 7º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 8º (Vide Medidas Provisórias nºs 2158-35, de 2001
III - agrícolas, conforme ato do Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)
§ 9º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"

O STJ, em reiterados julgados, vem decidindo no sentido de que, quando o acórdão recorrido decide com base em interpretação eminentemente constitucional, a via especial não pode ser aberta, posto que estar-se-ia usurpando competência declinada pela Carta Maior ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.
Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e n.º 346.084-6/PR, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.
Destaque-se, do julgamento, o seguinte excerto do voto proferido pelo e. Ministro Marco Aurélio, pertinente ao RE n.º 357950/RS:

"Procedo ao exame da problemática referente à Lei nº 9.718/98. Aqui há de se perceber o empréstimo de sentido todo próprio ao conceito de faturamento. Eis o teor da lei envolvida na espécie:
Art. 2º As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base no seu faturamento, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei.

Tivesse o legislador parado nessa disciplina, aludindo a faturamento sem dar-lhe, no campo da ficção jurídica, conotação discrepante da consagrada por doutrina e jurisprudência, tomar-se-ia o faturamento tal como veio a ser explicitado na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, ou seja, a envolver o conceito de receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviços. Respeitado estaria o Diploma Maior ao estabelecer, no inciso I do artigo 195, o cálculo da contribuição para o financiamento da seguridade social devida pelo empregador, considerado o faturamento. Em última análise, ter-se-ia a observância da ordem natural das coisas, do conceito do instituto que é o faturamento, caminhando-se para o atendimento da jurisprudência desta Corte.

Eis um panorama de precedentes do Tribunal, considerados conceitos relativos a tributos.

Ao julgar o Recurso Extraordinário nº 116.121-3/SP, o Plenário, sendo relator o ministro Octavio Gallotti, vencido no entendimento, teve oportunidade de proclamar que o imposto sobre serviços não incide sobre locação de bens porque locação de bens móveis não é simplesmente serviço. Fiquei com a redação do acórdão, conforme publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 178/1.265. Também na apreciação do Recurso Extraordinário nº 166.772-9/RS, o Plenário, em 12 de maio de 1994, reafirmou a necessidade de se atentar para o conceito consagrado dos institutos. Glosou a tentativa de se tomar, como abrangidos pela expressão "folha de salário", os pagamentos efetuados a administradores e autônomos - Revista Trimestral de Jurisprudência 156/666-692. E, ao examinar o Recurso Extraordinário nº 172.058-1/SC, o Plenário, em 30 de junho de 1995 e conforme acórdão publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 161/1.043-1.057, veio, mais uma vez, a dar eficácia aos figurinos constitucional e legal ao concluir que não se pode falar em imposto sobre renda sem que haja ocorrido acréscimo patrimonial representado pela aquisição de disponibilidade sobre a renda. No caso, teve-se presente não só a Lei Fundamental como também o artigo 110 do Código Tributário Nacional, consoante o qual a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e forma de direito privado, utilizados expressa ou implicitamente pela Constituição Federal. Então, após mencionar a jurisprudência da Corte sobre a valia dos institutos, dos vocábulos e expressões constantes dos textos constitucionais e legais e considerada a visão técnico-vernacular, volto à Lei nº 9.718/98, salientando, como retratado acima, constar do artigo 2º a referência a faturamento. No artigo 3º, deu-se enfoque todo próprio, definição singular ao instituto faturamento, olvidando-se a dualidade faturamento e receita bruta de qualquer natureza, pouco importando a origem, em si, não estar revelada pela venda de mercadorias, de mercadorias e serviços ou de serviços:
Art. 3º O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.

Não fosse o § 1º que se seguiu, ter-se-ia a observância da jurisprudência desta Corte, no que ficara explicitado, na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, a sinonímia dos vocábulos "faturamento" e "receita bruta". Todavia, o § 1º veio a definir esta última de forma toda própria:
§ 1º Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.

O passo mostrou-se demasiadamente largo, olvidando-se, por completo, não só a Lei Fundamental como também a interpretação desta já proclamada pelo Supremo Tribunal Federal. Fez-se incluir no conceito de receita bruta todo e qualquer aporte contabilizado pela empresa, pouco importando a origem, em si, e a classificação que deva ser levada em conta sob o ângulo contábil.

Em síntese, o legislador ordinário (logicamente não no sentido vulgar, mas técnico-legislativo) acabou por criar uma fonte de custeio da seguridade à margem do disposto no artigo 195, com a redação vigente à época, e sem ter presente a regra do § 4º nele contido, isto é, a necessidade de novas fontes destinadas a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social pautar-se pela regra do artigo 154, inciso I, da Constituição Federal, que é explícito quanto à exigência de lei complementar. Antecipou-se à própria Emenda Constitucional nº 20, no que, dando nova redação ao artigo 195 da Constituição Federal, versou a incidência da contribuição sobre a receita ou o faturamento. A disjuntiva "ou" bem revela que não se tem a confusão entre o gênero "receita" e a espécie "faturamento". Repita-se, antes da Emenda Constitucional nº 20/98, posterior à Lei ora em exame, a Lei nº 9.718/98, tinha-se apenas a previsão de incidência da contribuição sobre a folha de salários, o faturamento e os lucros. Com a citada emenda, passou-se não só a se ter a abrangência quanto à primeira base de incidência, folha de salários, apanhando-se de forma linear os rendimentos do trabalho pagos ou creditados a qualquer título, mesmo sem vínculo empregatício, observando-se o precedente desta Corte, como também a inserção, considerado o que surgiu como alínea "b" do inciso I do artigo 195, da base de incidência, que é a receita.

Como, então, dizer-se, a esta altura, que houve simples explicitação do que já previsto na Carta? É admitir-se a vinda à balha de emenda constitucional sem conteúdo normativo. É admitir-se que o legislador ordinário possa, até mesmo, modificar enfoque pacificado mediante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que haja atuado, à luz das balizas constitucionais, como guardião da Lei Fundamental. Descabe, também, partir para o que seria a repristinação, a constitucionalização de diploma que, ao nascer, mostrou-se em conflito com a Constituição Federal. Admita-se a inconstitucionalidade progressiva. No entanto, a constitucionalidade posterior contraria a ordem natural das coisas. A hierarquia das fontes legais, a rigidez da Carta, a revelá-la documento supremo, conduz à necessidade de as leis hierarquicamente inferiores observarem-na, sob pena de transmudá-la, com nefasta inversão de valores. Ou bem a lei surge no cenário jurídico em harmonia com a Constituição Federal, ou com ela conflita, e aí afigura-se írrita, não sendo possível o aproveitamento, considerado texto constitucional posterior e que, portanto, à época não existia. Está consagrado que o vício da constitucionalidade há de ser assinalado em face dos parâmetros maiores, dos parâmetros da Lei Fundamental existentes no momento em que aperfeiçoado o ato normativo. A constitucionalidade de certo diploma legal deve se fazer presente de acordo com a ordem jurídica em vigor, da jurisprudência, não cabendo reverter a ordem natural das coisas. Daí a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Nessa parte, provejo o recurso extraordinário e com isso acolho o pedido formulado na inicial, referente à base de cálculo da contribuição, ou seja, para que se entenda, como receita bruta ou faturamento, o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa."

Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

No particular, merece transcrição de trecho do voto proferido pelo e. Ministro Moreira Alves, na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 01/DF, *verbis*:
"(...)
Em síntese, como salientou o Ministro Carlos Velloso, na qualidade de relator do RE 138.284, quando esta Corte reiterou o entendimento já expedido por ocasião do julgamento do RE 146.733,

'O que importa perquirir não é o fato de a União arrecadar a contribuição, mas se o produto da arrecadação é destinado ao financiamento da seguridade social (CF, art. 195, I).'

E, em se tratando da contribuição social instituída pela Lei Complementar n. 70/91, ele o é, como dispõe seu artigo 1º.

De outra parte, sendo a COFINS contribuição social instituída com base no inciso I do artigo 195 da Constituição Federal, e tendo ela natureza tributária diversa da do imposto, as alegações de que ela fere o princípio constitucional da não-cumulatividade dos impostos da União e resulta em bitributação por incidir sobre a mesma base de cálculo do PIS/PASEP só teriam sentido se se tratasse de contribuição social nova, não enquadrável no inciso I do artigo 195, hipótese em que se aplicaria o disposto no § 4º desse mesmo artigo 195 ('A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I'), que determina a observância do inciso I do artigo 154 que estabelece que a União poderá instituir 'I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição'.

Sucede, porém, que a contribuição social em causa, incidente sobre o faturamento dos empregadores, é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 195 da Carta Magna, não se podendo pretender, portanto, que a Lei Complementar n.º 70/91 tenha criado outra fonte de renda destinada a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social.

Por isso mesmo, essa contribuição poderia ser instituída por Lei ordinária. A circunstância de ter sido instituída por lei formalmente complementar - a Lei Complementar n.º 70/91 - não lhe dá, evidentemente, a natureza de contribuição social nova, a que se aplicaria o disposto no § 4º do artigo 195 da Constituição, porquanto essa lei, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída - que são o objeto desta ação -, é materialmente ordinária, por não tratar, nesse particular, de matéria reservada, por texto expresso da Constituição, à lei complementar. A jurisprudência desta Corte, sob o império da Emenda Constitucional n.º 1/69 - e a Constituição atual não alterou esse sistema -, se firmou no sentido de que só se exige lei complementar para as matérias para cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária.
(...)"

Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, *verbis*:
"TRIBUTÁRIO. COFINS. ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º 9.718/98. ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RE 336134/RS, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003)

Confira-se ainda, à guisa de exemplo, recente decisão monocrática proferida pelo e. Ministro Celso de Mello, já consonante com o citado julgamento do Plenário:

*"O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a controvérsia jurídica pertinente à ampliação da **base de cálculo** do PIS/COFINS (RE 357.950/RS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO), declarou, "incidenter tantum", a **inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98,** por entender que a noção de **faturamento** referida no art. 195, I, da Constituição da República, na redação anterior à EC 20/98, não legitimava a incidência de tais contribuições sobre a totalidade das **receitas** auferidas pelas empresas contribuintes, advertindo, ainda, que a superveniente promulgação da EC 20/98 não teve o condão de validar legislação ordinária anterior, que se mostrava originariamente inconstitucional.*

*Esta Suprema Corte, por sua vez, também em julgamento plenário (RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO), confirmou a **validade jurídico-constitucional do art. 8º da Lei nº 9.718/98,** no que concerne à majoração da alíquota de 2% para 3% (**COFINS**), assinalando que esse aumento - considerada a cláusula constitucional da anterioridade mitigada (CF, art. 195, § 6º) - tornou-se exigível a partir de 1º/02/99, afastada, no entanto, para efeito de incidência da referida alíquota (3%), a **base de cálculo** ampliada resultante do já mencionado § 1º (inconstitucional) do art. 3º da Lei nº **9.718/98**.*

*Cumpre acentuar, ainda, que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, reconheceu a plena **constitucionalidade da compensação, de até um terço (1/3), da COFINS com a CSLL**, apenas assegurada ao contribuinte sujeito à incidência de ambas as espécies tributárias ora mencionadas, rejeitando, desse modo, a alegação de que o § 1º do art. 8º da Lei nº **9.718/98** teria importado em ofensa ao postulado da isonomia tributária, porque excluídos de tal benefício os contribuintes unicamente tributados pela **COFINS**:*

*"TRIBUTÁRIO. **COFINS.** ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º **9.718/98.** ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (**COFINS**), até um terço do 'quantum' devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela **COFINS,** a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RTJ 185/352, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - grifei)*

Cabe assinalar, finalmente, que a diretriz jurisprudencial que venho de referir, considerados os precedentes em questão, tem sido observada, no âmbito desta Suprema Corte, em reiteradas decisões proferidas na resolução de controvérsia idêntica à suscitada na presente causa (RE 301.868/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - RE 308.066/RS, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - RE 356.471/MG, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - RE 372.627/DF, Rel. Min. ELLEN GRACIE - RE 388.039/MG, Rel. Min. GILMAR MENDES - RE 413.257/RJ, Rel. Min. CEZAR PELUSO - RE 451.348/SP, Rel. Min. CARLOS BRITTO - RE 469.023/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

*Sendo assim, em face das razões expostas, conheço do presente recurso extraordinário, para dar-lhe parcial provimento (CPC, art. 557, § 1º - A), em ordem a afastar, considerada a **base de cálculo** do PIS/COFINS, a aplicação do § 1º do art. 3º da Lei nº **9.718/98,** observando-se, para esse efeito, o entendimento que o Plenário desta Suprema Corte proclamou no julgamento do RE 357.950/RS.*
(...)" (RE 453622/SP, publicado no DJ de 25.04.2006)

In casu, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.
Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.
De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98, que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal, restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.
Ex positis, com fulcro no artigo 557, § 1º-A, do CPC, DOU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.
Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2207)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.670 - SP (2007/0168035-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: COMPANHIA SANTA RITA DE AUTOMÓVEIS LTDA
ADVOGADO	: MARCIO ANTONIO DA SILVA NOBRE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MARIA ANGÉLICA DEL NERY E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela COMPANHIA SANTA RITA DE AUTOMÓVEIS LTDA, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra v. acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que versa sobre Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2208)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.863 - PR (2007/0165541-4)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: HOTEL ESTÂNCIA AGUATIVA S/A
ADVOGADO	: ADIRSON DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR.POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por HOTEL ESTÂNCIA AGUATIVA S/A, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que versa sobre contribuição ao INCRA.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2209)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.913 - RJ (2007/0132471-8)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MARCELO VASCONCELLOS ROALE ANTUNES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PAULO SÉRGIO BRAGA DE SOUZA PIRES E OUTRO
ADVOGADO	: MARIA DAS GRAÇAS DE MATTOS SILVA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Cuida-se de agravo de instrumento tendente a viabilizar subida a esta Corte de recurso especial interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com fulcro no artigo 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que versa sobre reajuste de saldo devedor.
A decisão de fls. 645 negou seguimento ao recurso especial por considerá-lo deserto por falta de preparo, nos termos do artigo 511 do CPC.
Relatados, passo a decidir.
Tenho que não prospera a presente postulação, uma vez que compartilho com o entendimento da decisão agravada de inobservância de requisito de admissibilidade. A agravante não recolheu o valor referente ao porte de remessa e retorno do recurso especial no prazo legal e conseqüentemente, não providenciou o traslado do comprovante de pagamento, peça necessária à verificação do regular preparo deste.
Com efeito, o preparo deve ser comprovado no ato da interposição do recurso, e sua falta implica deserção, incidindo "in casu" a Súmula 187 do STJ.
Ante o exposto, NEGO seguimento ao recurso, com arrimo nos artigos 511 "caput" e 557 "caput" do Código de Processo Civil, 38 da Lei n.º 8.038/90, e 34, inciso XVIII, do RISTJ.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2210)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.972 - SC (2007/0136654-7)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: EVERTON PESSETTI
ADVOGADO	: VINÍCIUS MARCELO BORGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR	: OSMAR JOSÉ NORA E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL ADMITIDO EM PARTE PELA CORTE DE ORIGEM. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALTA DE INTERESSE RECURSAL.
1. O recurso previsto no art. 544 do CPC é incabível nos casos em que há admissão, na instância de origem, do recurso especial interposto, ainda que de forma parcial.
2. Isso porque subindo os autos a esta Corte, será possível a análise de todas as questões expostas pelo recorrente, não havendo qualquer vinculação ao que restou decidido no juízo prévio de admissibilidade.
3. Agravo de instrumento não-conhecido.

1. Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto por EVERTON PESSETTI em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado (fl. 292):

"ADMINISTRATIVO - EFETIVAÇÃO EM SERVENTIA EXTRAJUDICIAL -LITISPENDÊNCIA - MATÉRIA DECIDIDA EM MANDADO DE SEGURANÇA AGUARDANDO DECISÃO EM AGRAVO INTERPOSTO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO
1. O fato de se tratar de ação mandamental não impede o acolhimento da litispendência ou coisa julgada, pois o que importa, além da identidade de partes, pedido e causa de pedir, é que ambas as ações conduzam ao mesmo resultado, sendo irrelevante que os ritos sejam diversos (STJ, EDcl no AgRg no MS 8483/DF, Min. Luiz Fux). Desse modo, gera litispendência a renovação do pedido e da causa de pedir, mesmo que por fundamento diverso.
2. 'Sempre se entendeu entre nós, de conformidade com a lição dos constitucionalistas norte-americanos, que toda lei, adversa à Constituição, é absolutamente nula; não simplesmente anulável. A eiva de inconstitucionalidade a atinge no berço, fere-a ab initio. Ela não chegou a viver. Nasceu morta. Não teve, pois, nenhum único momento de validade' (Alfredo Buzaid).
'Declarada a inconstitucionalidade do art. 14 do ADCT da Constituição do Estado de Santa Catarina, a desconstituição dos atos que nele encontravam a sua causa exclusiva era necessária conseqüência, que foi levada a cabo pela mesma autoridade que os editou" (ROMS n. 10783/SC)."

Houve a oposição de embargos de declaração, os quais foram parcialmente acolhidos pelo Tribunal de origem (fl. 322).
No recurso especial, interposto com base nas alíneas *a* e *b* do permissivo constitucional, a ora agravante sustenta que o aresto recorrido negou vigência aos arts. 267, V, 301, VI, e § 3º, e 535, I e II, do Código de Processo Civil, 1º e seguintes, do Decreto 20.910/32, 1º, da Lei 9.873/99, e 54 da Lei 9.784/99. Requer o provimento do recurso especial para reconhecer *"a ocorrência da prescrição e da preclusão do direito da Administração rever o Ato nº 767/92, bem como, declarar nulo, de pleno direito, o Ato de invalidação nº 258, de 18 de fevereiro de 1998"* (fl. 345).
O Tribunal de origem admitiu parcialmente o recurso especial, tão-somente em relação ao art. especificamente em relação ao art. 301, VI, e § 3º, do Código de Processo Civil.
A agravante impugnou os fundamentos da decisão agravada.
É o relatório.
2. Não merece amparo a irresignação.
O recurso previsto no art. 544 do Código de Processo Civil é incabível nos casos em que há admissão, na instância de origem, do recurso especial interposto, ainda que de forma parcial. Isso porque subindo os autos a esta Corte Superior, será possível a análise de todas as questões expostas pela recorrente, não havendo qualquer vinculação ao que restou decidido no juízo prévio de admissibilidade.
Dessa forma, tendo sido deferido o processamento do recurso especial, com a remessa dos autos à este Superior Tribunal de Justiça, impõe-se o não-conhecimento do presente agravo, diante da ausência de interesse recursal da parte.
Nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte Superior:

"Processo civil. Recurso especial admitido. Agravo de instrumento. Art. 544 do CPC. Não conhecimento.
- Não se conhece de agravo de instrumento interposto contra decisão que admite Recurso Especial."
(AgRg no Ag 478.447/RJ, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 24.3.2003)

"AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE ADMITIU PARCIALMENTE O RECURSO ESPECIAL.
- A admissão parcial do apelo nobre pelo Tribunal de origem não impede o exame por esta Corte de todas as questões nele veiculadas, independentemente da interposição de agravo de instrumento.
- Incidência dos verbetes ns. 292 e 528 da Súmula do Pretório Excelso.
- Agravo desprovido."
(AgRg no Ag 420.582/RS, 4ª Turma, Rel. Min. César Asfor Rocha, DJ de 28.5.2002)

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUÍZO A QUO *DE ADMISSIBILIDADE QUE, EM PARTE, INADMITIU RECURSO ESPECIAL. FALTA DE INTERESSE RECURSAL DO AGRAVANTE.*
Esta Corte tem decidido que a inadmissão parcial do recurso especial prolatada pelo juízo de admissibilidade do Tribunal de origem não autoriza o agravante a interpor agravo regimental, em face da ausência de interesse recursal.
'A admissão parcial do recurso especial no prévio juízo de admissibilidade realizado pelo Tribunal de origem, não limita seu amplo conhecimento por este Superior Tribunal de Justiça' (AGREsp. 409.977/RS, Rel. Min. Nancy Andrighi)
Agravo regimental improvido."
(AgRg no Ag 456.942/RJ, 6ª Turma, Rel. Min. Paulo Medina, DJ de 30.6.2003)

3. Ante o exposto, o agravo de instrumento não merece ser conhecido.
4. Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRA DENISE ARRUDA
Relatora

(2211)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.115 - RS (2007/0172411-8)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE D
ADVOGADO	: LUIZ FERNANDO MENEZES DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CLECI OLIVEIRA MULLER
ADVOGADO	: ROGER ANTÔNIO CAVICHIOLI

DECISÃO

ADMINISTRATIVO. CORTE NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. CABIMENTO NO CASO DO ART. 6º, § 3º, II, DA LEI Nº 8.987/95. IMPOSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DO ABASTECIMENTO NA HIPÓTESE DE EXIGÊNCIA DE DÉBITO PRETÉRITO. ART. 73 E PARÁGRAFO ÚNICO DA RESOLUÇÃO ANEEL Nº 456/00. CARACTERIZAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO E AMEAÇA AO CONSUMIDOR. ART. 42 DO CDC. PRECEDENTES.
1. Agravo de instrumento interposto para reformar decisão que inadmitiu recurso especial.
2. Com relação ao fornecimento de energia elétrica, o art. 6º, § 3º, II, da Lei nº 8.987/95 dispõe que *"não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando for por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade"*. Portanto, havendo o fornecimento de energia elétrica pela concessionária, a obrigação do consumidor será a de cumprir com sua parte, isto é, o pagamento pelo referido fornecimento, sendo possível, verificando-se caso a caso, uma vez não realizada a contraprestação, o corte.
3. Hipótese dos autos que se caracteriza pela exigência de débito pretérito, não devendo, com isso, ser suspenso o fornecimento (Resolução ANEEL nº 456/2000, art. 73 e seu parágrafo único), visto que o corte de energia elétrica pressupõe o inadimplemento de conta regular, relativa ao mês do consumo, sendo inviável, pois, a suspensão do abastecimento em razão de débitos antigos, em relação aos quais existe demanda judicial ainda pendente de julgamento, devendo a companhia utilizar-se dos meios ordinários de cobrança, não se admitindo qualquer espécie de constrangimento ou ameaça ao consumidor, nos termos do art. 42 do CDC.
4. Precedentes desta Corte Superior (REsps nºs 756591/DF, DJ de 18/05/06; 772486/RS, DJ de 06/03/06; e 772781/RS, DJ de 10/1005, dentre outros).
5. Agravo não-provido.
Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento para reformar decisão que inadmitiu recurso especial em face de acórdão que entendeu pela proibição do corte no fornecimento de energia elétrica por débitos antigos. A ementa consignou (fl. 78):
AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CORTE NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO PELO RELATOR. REQUISITO PREVISTO NO ART. 557, *CAPUT*, DO CPC. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. AÇÃO VISANDO A DESCONSTITUIÇÃO DE DÉBITO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. IRREGULARIDADE NO MEDIDOR. CORTE. IMPOSSIBILIDADE. O art. 557, *caput*, do CPC exige, para a negativa de seguimento do recurso pelo Relator, que o recurso seja manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do STF, ou de Tribunal Superior. No caso concreto, restou demonstrado que o recurso de agravo de instrumento interposto pela CEEE está em confronto com jurisprudência dominante deste E. Tribunal. O fornecimento de energia elétrica é dever da União (CF, art.

21, XII, 'b'), cuja prestação pode ser delegada, mas respeitados os direitos dos usuários e a obrigação de manter serviço adequado (CF, art. 175, IV). Tratando-se, a energia elétrica, de bem essencial, o princípio é o da continuidade sendo que os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos (CDC, art. 22). O inadimplemento não autoriza o corte no fornecimento, pois tal representa exercício arbitrário das próprias razões, vedada a justiça privada pelo sistema jurídico pátrio, não podendo a credora utilizar-se da suspensão do fornecimento como meio coercitivo para o pagamento de débitos. Precedentes da Câmara. A eventual irregularidade no medidor - que autoriza o corte - não se confunde com o débito dela decorrente. Sanada a irregularidade, a suspensão no fornecimento não pode ser feita por débitos passados, especialmente se tais débitos foram lançados unilateralmente pela concessionária e estão em discussão judicial. NEGARAM PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO.

Alega-se violação do art. 6º, § 3º, II, da Lei nº 8.987/95.

Relatados, decido.

O agravo de instrumento não merece ser provido.

No AG nº 623616/RS, DJ de 06/12/2004, ao apreciar matéria idêntica à presente, registrei os seguintes fundamentos:

O despacho que inadmitiu o Especial encontra-se em perfeita harmonia com a visão deste Relator, pelo que o reproduzo como razões de decidir (fls. 304/306), litteratim:

"II - A inconformidade não reúne condições de seguimento à superior instância.

Com efeito, na forma do art. 6º § 3º, II, da Lei nº 8.987/95, "Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade".

Dessa forma, havendo o fornecimento de energia elétrica pela concessionária, a obrigação do consumidor será a de cumprir com a sua parte, ou seja, a contraprestação, isto é, o pagamento pelo fornecimento dessa energia. Por isso, uma vez não realizada a contraprestação, com o pagamento pelo fornecimento da energia elétrica, o corte seria possível.

Nesse sentido tem se manifestado o Superior Tribunal de Justiça, entendendo que a empresa concessionária pode suspender o fornecimento de energia em face de atraso no pagamento. Assim:

"ADMINISTRATIVO - ENERGIA ELÉTRICA - CORTE -FALTA DE PAGAMENTO.

É lícito à concessionária interromper o fornecimento de energia elétrica, se, após aviso prévio, o consumidor de energia elétrica permanecer inadimplente no pagamento da respectiva conta (L. 8.987/95, art. 6º, § 3º, II)." (RESP nº 363943/MG, 1ª Turma, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJU de 10/12/2003, pág. 119)

"RECURSO ESPECIAL - ALÍNEA "C" - ADMINISTRATIVO - ENERGIA ELÉTRICA -CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO - ATRASO NO PAGAMENTO - SUSPENSÃO DO SERVIÇO - POSSIBILIDADE - ARTS. 6º, § 3º, DA LEI N. 8.987/95 E 17 DA LEI N. 9.427/96.

Há expressa previsão normativa no sentido da possibilidade de suspensão do fornecimento de energia elétrica ao usuário que deixa de efetuar a contraprestação ajustada, mesmo quando se tratar de consumidor que preste serviço público.

Na hipótese vertente, verifica-se que se trata de usuário do serviço público concedido que, nos termos do r. voto condutor do acórdão objurgado, "deliberadamente vem se mantendo na inadimplência", razão bastante para a suspensão do fornecimento do bem.

Ao editar a Resolução n. 456, de 29 de novembro de 2000, a própria ANEEL, responsável pela regulamentação cio setor de energético no país, contemplou a possibilidade de suspensão do fornecimento do serviço em inúmeras hipóteses, dentre as quais o atraso no pagamento de encargos e serviços vinculados ao fornecimento de energia elétrica prestados mediante autorização do consumidor, ou pela prestação do serviço público de energia elétrica (art. 91, incisos I e II).

Recebe o usuário, se admitida a impossibilidade de suspensão do serviço, reprovável estímulo à inadimplência. Não será o Judiciário, entretanto, insensível relativamente às situações peculiares em que o usuário deixar de honrar seus compromissos financeiros em razão de sua hipossuficiência, circunstância que não se amolda ao caso em exame.

Recurso especial conhecido pela letra "c", porém não provido."

(RESP 510478/PB, 2~ Turma, rei. Mm. Franciulli Netto, DJ 08/09/03, p. 312)

A hipótese, no entanto, é de exigência de débito pretérito, estando, pois, correta, a decisão hostilizada, pois a suspensão do fornecimento de energia elétrica pressupõe o inadimplemento de conta regular, relativa ao mês do consumo, de modo que inviável o corte do abastecimento em razão de débitos antigos, em relação aos quais a companhia deve utilizar-se dos meios ordinários de cobrança.

Ademais, por se tratar de relação de consumo regida pelo Código de Defesa do Consumidor, não se pode admitir qualquer espécie de constrangimento ou ameaça ao consumidor, conforme regra expressa do art. 42 do referido diploma legal.

Pela alínea "c" do permissivo constitucional, verifica-se que não houve a demonstração da exata similitude fático-jurídica entre os acórdãos tidos por divergentes, o que se afigura indispensável para a admissão do apelo especial. Com efeito, não logrou, a postulante, demonstrar que o acórdão recorrido e os colacionados possuem as mesmas peculiaridades, a ponto de reclamarem a aplicação da mesma tese jurídica. Assim, tem-se como desatendido o disposto no parágrafo 2º do art. 255 do RI/STJ, bem como o parágrafo único do art. 541 do CPC.

III - Diante do exposto, **(NEGO SEGUIMENTO** ao recurso especial.

Corroboro as assertivas explanadas no despacho supratranscrito, não havendo possibilidade de se emitir pronunciamento modificador do julgado guerreado.

Na mesma linha foram as razões externadas quando do julgamento do AgReg no AG nº 633173/RS, DJ de 02/05/2005, *litteratim:*

(...)

Por outro lado, quanto à matéria de fundo, o despacho que inadmitiu o Especial encontra-se em perfeita harmonia com a visão deste Relator, pelo que o reproduzo como razões de decidir (fls. 100/102), litteratim:

"Na forma do art. 6º § 3º, II, da Lei nº 8.987/95, 'Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade'.

Dessa forma, havendo o fornecimento de energia elétrica pela concessionária, a obrigação do consumidor será a de cumprir com a sua parte, ou seja, a contraprestação, isto é, o pagamento pelo fornecimento dessa energia. Por isso, uma vez não realizada a contraprestação, com o pagamento pelo fornecimento da energia elétrica, o corte seria possível.

Nesse sentido tem se manifestado o Superior Tribunal de Justiça, entendendo que a empresa concessionária pode suspender o fornecimento de energia em face de atraso no pagamento. Assim:

'ADMINISTRATIVO - ENERGIA ELÉTRICA - CORTE -FALTA DE PAGAMENTO.

É lícito à concessionária interromper o fornecimento de energia elétrica, se, após aviso prévio, o consumidor de energia elétrica permanecer inadimplente no pagamento da respectiva conta (L. 8.987/95, art. 6º, § 3º, II).' (RESP nº 363943/MG, 1ª Turma, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJU de 10/12/2003, pág. 119)

'RECURSO ESPECIAL - ALÍNEA "C" - ADMINISTRATIVO - ENERGIA ELÉTRICA -CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO - ATRASO NO PAGAMENTO - SUSPENSÃO DO SERVIÇO - POSSIBILIDADE - ARTS. 6º, § 3º, DA LEI N. 8.987/95 E 17 DA LEI N. 9.427/96.

Há expressa previsão normativa no sentido da possibilidade de suspensão do fornecimento de energia elétrica ao usuário que deixa de efetuar a contraprestação ajustada, mesmo quando se tratar de consumidor que preste serviço público.

Na hipótese vertente, verifica-se que se trata de usuário do serviço público concedido que, nos termos do r. voto condutor do acórdão objurgado, "deliberadamente vem se mantendo na inadimplência", razão bastante para a suspensão do fornecimento do bem.

Ao editar a Resolução n. 456, de 29 de novembro de 2000, a própria ANEEL, responsável pela regulamentação cio setor de energético no país, contemplou a possibilidade de suspensão do fornecimento do serviço em inúmeras hipóteses, dentre as quais o atraso no pagamento de encargos e serviços vinculados ao fornecimento de energia elétrica prestados mediante autorização do consumidor, ou pela prestação do serviço público de energia elétrica (art. 91, incisos I e II).

Recebe o usuário, se admitida a impossibilidade de suspensão do serviço, reprovável estímulo à inadimplência. Não será o Judiciário, entretanto, insensível relativamente às situações peculiares em que o usuário deixar de honrar seus compromissos financeiros em razão de sua hipossuficiência, circunstância que não se amolda ao caso em exame.

Recurso especial conhecido pela letra "c", porém não provido.'

(RESP 510478/PB, 2~ Turma, rei. Mm. Franciulli Netto, DJ 08/09/03, p. 312)

A hipótese, no entanto, é de exigência de débito pretérito, estando, pois, correta, a decisão hostilizada, pois a suspensão do fornecimento de energia elétrica pressupõe o inadimplemento de conta regular, relativa ao mês do consumo, de modo que inviável o corte do abastecimento em razão de débito antigo, em relação ao qual existe demanda judicial ainda pendente de julgamento.

Pela alínea "c" do permissivo constitucional, verifica-se que não houve a demonstração da exata similitude fático-jurídica entre os acórdãos tidos por divergentes, o que se afigura indispensável para a admissão do apelo especial. Com efeito, não logrou, a postulante, demonstrar que o acórdão recorrido e os colacionados possuem as mesmas peculiaridades, a ponto de reclamarem a aplicação da mesma tese jurídica. Assim, tem-se como desatendido o disposto no parágrafo 2º do art. 255 do RI/STJ, bem como o parágrafo único do art. 541 do CPC."

Corroboro as assertivas explanadas no despacho supratranscrito, não havendo possibilidade de se emitir pronunciamento modificador do julgado guerreado.

Registre-se, por fim, tratando-se de relação de consumo regida pelo Código de Defesa do Consumidor, não se admite qualquer tipo de constrangimento ou ameaça ao consumidor, nos termos do que preceitua o art. 42 do citado diploma legal.

Os casos acima examinados são os mesmos do recurso em tela, merecendo serem aplicadas as mesmas conclusões, que ora faço.

Por fim, acresço as seguintes considerações.

A Resolução ANEEL nº 456/2000 dispõe:

Art. 72. Constatada a ocorrência de qualquer procedimento irregular cuja responsabilidade não lhe seja atribuível e que tenha provocado faturamento inferior ao correto, ou no caso de não ter havido qualquer faturamento, a concessionária adotará as seguintes providências:

(...);

IV - proceder a revisão do faturamento com base nas diferenças entre os valores efetivamente faturados e os apurados por meio de um dos critérios descritos nas alíneas abaixo, sem prejuízo do disposto nos arts. 73, 74 e 90:

(...)

Art. 73. Nos casos de revisão do faturamento, motivada por uma das hipóteses previstas no artigo anterior, a concessionária poderá cobrar o custo administrativo adicional correspondente a, no máximo, 30 % (trinta por cento) do valor líquido da fatura relativa à diferença entre os valores apurados e os efetivamente faturados.

Parágrafo único. Sem prejuízo da suspensão do fornecimento prevista no art. 90, o procedimento referido neste artigo não poderá ser aplicado sobre os faturamentos posteriores à data da constatação da irregularidade, excetuado na hipótese de auto-religação descrita no inciso II, art. 74.

(...)

Art. 90. A concessionária poderá suspender o fornecimento, de imediato, quando verificar a ocorrência de qualquer das seguintes situações:

I - utilização de procedimentos irregulares referidos no art. 72;

II - revenda ou fornecimento de energia elétrica a terceiros sem a devida autorização federal;

III - ligação clandestina ou religação à revelia; e

IV - deficiência técnica e/ou de segurança das instalações da unidade consumidora, que ofereça risco iminente de danos a pessoas ou bens, inclusive ao funcionamento do sistema elétrico da concessionária.

Art. 91. A concessionária poderá suspender o fornecimento, após prévia comunicação formal ao consumidor, nas seguintes situações:

I - atraso no pagamento da fatura relativa a prestação do serviço público de energia elétrica;

II - atraso no pagamento de encargos e serviços vinculados ao fornecimento de energia elétrica, prestados mediante autorização do consumidor;

III - atraso no pagamento dos serviços cobráveis estabelecidos no art. 109;

IV - atraso no pagamento de prejuízos causados nas instalações da concessionária, cuja responsabilidade tenha sido imputada ao consumidor, desde que vinculados à prestação do serviço público de energia elétrica;

V - descumprimento das exigências estabelecidas nos arts. 17 e 31;

VI - o consumidor deixar de cumprir exigência estabelecida com base no disposto no parágrafo único do art. 102;

VII - quando, encerrado o prazo informado pelo consumidor para o fornecimento provisório,

nos termos no art. 111, não estiver atendido o que dispõe o art. 3º, para a ligação definitiva;

VIII - impedimento ao acesso de empregados e prepostos da concessionária para fins de leitura e inspeções necessárias.

§ 1º A comunicação deverá ser por escrito, específica e de acordo com a antecedência mínima a seguir fixada:

a) 15 (quinze) dias para os casos previstos nos incisos I, II, III, IV e V;

b) 30 (trinta) dias para os casos previstos no inciso VI; e

c) 3 (três) dias para os casos previstos nos incisos VII e VIII.

§ 2º Constatada que a suspensão do fornecimento foi indevida a concessionária fica obrigada a efetuar a religação no prazo máximo de até 4 (quatro) horas, sem ônus para o consumidor.

De acordo com os dispositivos supra transcritos, em especial o art. 73 e seu parágrafo único, a hipótese dos autos se caracteriza pela exigência de débito pretérito, não devendo, com isso, ser suspenso o fornecimento, visto que o corte de energia elétrica pressupõe o inadimplemento de conta regular, relativa ao mês do consumo, sendo inviável, pois, a suspensão do abastecimento em razão de débitos antigos, em relação aos quais existe demanda judicial ainda pendente de julgamento, devendo a companhia utilizar-se dos meios ordinários de cobrança, não se admitindo qualquer espécie de constrangimento ou ameaça ao consumidor, nos termos do art. 42 do CDC.

Na linha acima discorrida, os seguintes precedentes: REsps nºs 756591/DF, DJ de 18/05/06; 772486/RS, DJ de 06/03/06; e 772781/RS, DJ de 10/1005, dentre outros.

Por tais razões, NEGO provimento ao Agravo.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO JOSÉ DELGADO
Relator

(2212)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.125 - PB (2007/0152619-6)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA CAGEPA
ADVOGADO	: IRIO DANTAS DA NÓBREGA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EDIMAR GONÇALVES CHAVES
ADVOGADO	: JOSÉ CARLOS NUNES DA SILVA E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU FALTA DE MOTIVAÇÃO NO ACÓRDÃO *A QUO*. INEXISTÊNCIA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. MENÇÃO SUPERFICIAL DE PRECEITOS LEGAIS TIDOS POR OFENDIDOS. NECESSIDADE DO REAL DISCERNIMENTO DA VIOLAÇÃO INDICADA. EMBARGOS CONSIDERADOS PROTELATÓRIOS. APLICAÇÃO DE MULTA. REEXAME DE PROVA. SÚMULA Nº 07/STJ. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO. DISSÍDIO PRETORIANO NÃO-COMPROVADO.

1. Agravo de instrumento no intuito de reformar decisão que inadmitiu recurso especial.

2. Decisão *a quo* clara e nítida, sem omissões, obscuridades, contradições ou ausência de motivação. O não-acatamento das teses do recurso não implica cerceamento de defesa. Ao juiz cabe apreciar a questão de acordo com o que entender atinente à lide. Não está obrigado a julgá-la conforme o pleiteado pelas partes, mas sim com seu livre convencimento (CPC, art. 131), usando fatos, provas, jurisprudência, aspectos atinentes ao tema e legislação que entender aplicáveis ao caso. Não obstante a oposição de embargos declaratórios, não são eles mero expediente para forçar o ingresso na instância especial, se não há vício para suprir. Não há ofensa ao art. 535, I e II, do CPC quando a matéria é abordada no aresto *a quo*.

3. É fundamental para a apreciação do recurso especial com apoio na alínea "a" do permissivo constitucional, que nas razões do apelo se rebatam os fundamentos desenvolvidos no acórdão *a quo*, e não simplesmente se afirme a ocorrência de contrariedade a determinado dispositivo legal. Vê-se que a parte recorrente apenas afirmou haver aplicação equivocada dos arts. 884 e 885 do CC, sem, contudo, demonstrar em que constaria a ofensa legal. Não-demonstração, no corpo das razões do Especial, de fundamentação acerca de que maneira foi o artigo ofendido ou negado-lhe vigência.
4. *"A simples menção de que a lei foi contrariada não é suficiente para justificar o recurso especial, pela alínea 'a' do permissivo constitucional, tem-se antes de demonstrá-la, a exemplo do que ocorre com o recurso extraordinário"* (AgReg no AG nº 22394/SP, Rel. Min. José de Jesus Filho, DJ de 02/08/1993).
5. É necessário o debate no acórdão recorrido da norma legal tida por ofendida, visto que *"a simples menção em passant dos preceitos legais apontados como violados não é suficiente para suprir a exigência do prequestionamento"* (AgReg no AG nº 356875/SP, Rel. Min. Garcia Vieira, DJ de 04/11/2002).
6. Não se conhece de recurso especial fincado no art. 105, III, "c", da CF/88 quando o alegado dissenso pretoriano não é devidamente demonstrado, nos moldes exigidos pelo art. 541, parágrafo único, do CPC, c/c o art. 255 e seus §§ do RISTJ.
7. Demonstrado, de modo evidente, que a procedência do pedido está rigorosamente vinculada ao exame das provas dos autos. A questão nodal acerca da verificação de os embargos de declaração serem ou não protelatórios, para fins de exclusão da multa aplicada, constitui matéria de fato e não de direito, o que não se coaduna com a via estreita do apelo excepcional. Na via Especial não há campo para revisar entendimento de 2º Grau assentado em prova. A função de tal recurso é, apenas, unificar a aplicação do direito federal (Súmula nº 07/STJ).
8. Recurso não-provido.
Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento oposto para reformar decisão que inadmitiu recurso especial em face de acórdão que julgou parcialmente procedente ação de repetição de indébito, condenando a recorrente a restituir em dobro os valores pagos pelo recorrido a título de taxa de esgoto. A ementa consignou (fl. 184):
AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C DANOS MORAIS - AUSÊNCIA DE REDE DE ESGOTO - COBRANÇA INDEVII)A DE TAXA - INOCORRÊNCIA DE DANOS MORAIS - PROCEDÊNCIA PARCIAL APENAS REPETIR O INDÉBITO - IRRESIGNAÇÃO COLETA INDIRETA DOS DEJETOS DE ESGOTO QUE DESÁGUAM, AO FIM, NA REDE DA CONCESSIONÁRIA - IMPOSSIBILIDADE DE REPETIÇÃO EM DOBRO DO INIDÉBITO EM VIRTUDE DE ERRO JUSTIFICÁVEL - ARGUMENTAÇÃO INFUNDADA - PEDIDO DE CONDENAÇÃO EM LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ APRESENTADO EM CONTRA-RAZÕES - INOCORRÊNCIA - DESPROVIMENTO.
- "Engendrada a cobrança em local onde o serviço sequer existia, o que assoma a figura da apropriação indevida pelo concessionário, recebendo torpe locupletamento. Nessas hipóteses, ausente o fato gerador, o que ocorreu foi enriquecimento ilícito passível de ser coibido por ação de repetição... (STJ - REsp 439.570 - DF 1ª -1T. - Rel. Min. Luiz Fux - DJU 07.04.2003-p. 238).
Nos termos do art. 333, II,do CPC, o ônus da prova incumbe ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
A empresa concessionária, mais do que ninguém, tem conhecimento acerca das avenidas em que foi feita a instalação de esgoto, não havendo como alegar a ocorrência de erro justificável na cobrança indevida.
Não há que se falar em litigância de má-fé se a parte não incorreu em nenhuma das hipóteses previstas no art. 17, do CPC.
O decisório *a quo* foi complementado por embargos declaratórios, com aplicação da multa por procrastinatórios.
Alegam-se violação dos arts. 535, I e II, e 538 do CPC, 884 e 885 do CC e 42, parágrafo único, do CDC e dissenso pretoriano.
Relatados, decido.
A priori, inexistiu ofensa ao art. 535, I e II, do CPC. A matéria enfocada foi devidamente abordada no aresto *a quo*, conforme se confere com a leitura das fundamentações desenvolvidas. A(s) questão(ões) que se diz(em) omissa(s) foi(ram) claramente fundamentada(s) e esclarecida(s) no voto *a quo*. O que aconteceu, na verdade, é que não foi a questão decidida conforme planejava a parte recorrente, mas sim com a aplicação de entendimento diverso. Enfrentaram-se todos os pontos necessários ao julgamento da causa, sendo desnecessário indicação expressa dos dispositivos que argüiu nos aclaratórios.
Os fundamentos, nos quais se suporta a decisão *a quo*, são claros e nítidos. Não dão lugar a omissões, obscuridades, dúvidas ou contradições. Caso o juiz encontre motivos suficientes para fundar a decisão, não está adstrito à resposta de todas as assertivas desenvolvidas pelas partes, nem obrigado a ater-se aos fundamentos apontados por elas ou a responder, um a um, todos os seus argumentos. Não há pontos omissos na decisão recorrida.
A matéria tratada nos autos está deveras fundamentada e motivada, com menção aos fatos contidos nos autos e legislação e jurisprudência sobre o tema.
O não-acatamento das teses do recurso não implica cerceamento de defesa. Ao juiz cabe apreciar a questão de acordo com o que entender atinente à lide. Não está obrigado a julgá-la conforme o pleiteado pelas partes, mas sim com seu livre convencimento (CPC, art. 131), usando fatos, provas, jurisprudência, aspectos atinentes ao tema e legislação que entender aplicáveis ao caso.
Destarte, não ocorreu omissão no julgado *a quo* a fazer incidir ofensa aos artigos processuais apontados, visto que, não obstante a oposição de embargos de declaração para tal fim, não se fez o saneamento almejado, mesmo não sendo necessárias a sua menção nem a sua análise.
Noutra esfera, é fundamental para a apreciação do recurso especial com apoio na alínea "a" do permissivo constitucional, que nas razões do apelo se rebatam os fundamentos desenvolvidos no acórdão *a quo*, e não simplesmente se afirme a ocorrência de contrariedade a determinado dispositivo legal. Verifica-se que a parte recorrente apenas afirmou haver aplicação equivocada dos arts. 884 e 885 do CC, sem, contudo, demonstrar em que constaria a ofensa legal.
No entanto, no corpo das razões do Especial, em nenhum momento a parte recorrente aduziu fundamentação acerca de que maneira foi tal dispositivo violado.
Esta Corte Superior entende que *"a simples menção de que a lei foi contrariada não é suficiente para justificar o recurso especial, pela alínea 'a' do permissivo constitucional, tem-se antes de demonstrá-la, a exemplo do que ocorre com o recurso extraordinário"* (AGA nº 22394/SP, Rel. Min. José de Jesus Filho, DJ de 02/08/1993).
É necessário o debate no acórdão recorrido da norma legal tida por ofendida, visto que *"a simples menção em passant dos preceitos legais apontados como violados não é suficiente para suprir a exigência do prequestionamento"* (AGA nº 356875/SP, Rel. Min. Garcia Vieira, DJ de 04/11/2002).
No AG nº 567722/SC externei os seguintes fundamentos:
"O agravo de instrumento não merece ser provido.
O r. despacho que inadmitiu o Especial encontra-se em perfeita harmonia com a visão deste Relator, pelo que o reproduzo como razões de decidir (fls. 44/45), litteratim:
"Apesar de sua constância no acórdão atacado, sequer houve debate acerca do art. 6º, § 1º, da Lei nº 6.830/80, mas sim sua simples menção, o que não implica seu prequestionamento.
Colaciona-se da Corte Superior:
"[...]
5. Configura-se o prequestionamento quando a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, com emissão de juízo de valor acerca dos respectivos dispositivos legais, interpretando-se sua aplicação ou não ao caso concreto, não bastando a simples menção a tais dispositivos. [...]" (AGREsp nº 422.156/SC, Min. Eliana Calmon, DJU de 16.06.03, p. 285).
No mesmo sentido:
"[...]
A simples menção em passant dos preceitos legais apontados como violados não é suficiente para suprir a exigência do prequestionamento. [...]" (AGA nº 356.875/SP, Min. Garcia Vieira, DJU de 04.11.02. p. 150).
Assim, no tocante à alínea "a", quanto ao art. 6º, § 1º, da Lei nº 6.830/80, o recurso não pode ser admitido, pois ausente um de seus requisitos específicos de admissibilidade, qual seja, o prequestionamento do dispositivo retromencionado (STF, Súmula 282).
Colhe-se da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:
"[...]
Em matéria de prequestionamento, é irrelevante o fato de a suposta ofensa à lei federal ter surgido na própria Corte de segundo grau. Tal requisito de admissibilidade deve ser cumprido, ainda que a questão seja de ordem pública, e que a suposta violação à legislação federal tenha surgido no próprio tribunal a quo. O que importa, em qualquer caso, é a Corte de segundo grau ter emitido juízo sobre a questão suscitada no recurso excepcional. [...]" (REsp nº 62.956/PR, Min. Adhemar Maciel, DJU de 19.10.98, p. 58).
No que pertine à alínea 'c', o recorrente não comprovou o dissídio jurisprudencial, quanto à essencialidade da juntada do processo administrativo tributário à exordial da ação de execução fiscal de acordo com o que dispõe o art. 255, § 1º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.
Isto porque, o insurgente não acostou "certidões ou cópias autenticadas dos acórdãos apontados, discordantes da interpretação de lei federal adotada pelo recorrido", nem citou o repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que os mesmos se acham publicados (alíneas 'a' e 'b' do § 1º do art. 255 do RISTJ).
Do exposto, inadmito o presente recurso".
Corroboro as assertivas explanadas no despacho supratranscrito, não havendo possibilidade de se emitir pronunciamento modificador do julgado guerreado."
Por outro lado, o panorama formado no âmbito dos autos revela que a análise do recurso especial exige, para a formação de qualquer conclusão, que se reexamine a prova dos autos.
A questão nodal acerca da verificação de os embargos de declaração serem ou não protelatórios, para fins de exclusão da multa aplicada, constitui matéria de fato e não de direito, o que não se coaduna com a via estreita da súplica excepcional.
Tal convicção a tenho porque a conclusão a que chegou o v. acórdão recorrido decorreu da análise do conjunto fático-probatório dos autos e o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame e a inversão do mencionado suporte, obstando a admissibilidade do apelo as Súmulas nºs 279/STF e 07/STJ.
De fato, torna-se inadmissível a reapreciação da prova produzida no processado, e esta se dá, diferenciando-se de sua valoração, "*quando se aprecia a conclusão que se extrai dos elementos probatórios*" (RTJ 81/964), ou quando se refere "*à força de convicção dos elementos probatórios, concretamente*" (RTJ 82/114), situação esta perfeitamente adequada ao caso, tornando inviável o recurso.
A respeito, confiram-se os seguintes julgados: REsp nº 2617/SP, RSTJ 17/398, REsp nº 62020-1/SP, DJ de 20/05/1996, e REsp nº 37295-0/SP, DJ de 29/03/9194.
Na via Especial não há campo para revisar entendimento de 2º Grau assentado em prova. A função de tal recurso é, apenas, unificar a aplicação do direito federal, nos termos da Súmula nº 07/STJ: "*a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*". Inquestionável, portanto, a impossibilidade do exame do presente processado, por infringência ao enunciado da referida Súmula.
Por fim, o dissídio jurisprudencial colacionado não resultou devidamente demonstrado. Deixaram-se de transcrever trechos das decisões que o configure, e, muito menos, mencionaram-se as circunstâncias que se identificam ou se assemelham aos casos confrontados, assim como citação de repositório oficial autorizado ou credenciado, em que se achem publicados, com o que restou descumprido requisito específico da interposição pelo art. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.
O tema decidido no acórdão *a quo* não pode ser comparado com simples trechos de decisões que enveredam pela convergência, mas que não apontam pela perfeita similitude do caso em apreço, o que não configura analogia às matérias apreciadas nos julgados apresentados como paradigmas, bastando, para tanto, compararem-se as decisões. Não há como saber se as conclusões externadas nas ementas decorrem da mesma questão abordada no acórdão recorrido.
Ausente o indispensável cotejo analítico a ensejar o exame pelo art. 105, III, "c", da CF/88.
Por tais razões, NEGO provimento ao Agravo.
Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

Ministro José Delgado
Relator

(2213)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.147 - SP (2007/0164402-7)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: EMILIE MARGRET H NETTO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: KANXA INDUSTRIAL LTDA
ADVOGADO	: ALTINO DOS ANJOS MADEIRA

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela FAZENDA NACIONAL, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o v. acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que versa sobre execução fiscal.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2214)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.241 - SP (2007/0174369-3)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: SÔNIA MARIA SARTARELLI E OUTROS
ADVOGADO	: LEONARDO ARRUDA MUNHOZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CÉLIA REGINA DE LIMA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por SÔNIA MARIA SARTARELLI e OUTROS, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que versa sobre PIS/PASEP.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 12 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2215)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.275 - SP (2007/0174463-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DJEMILE NAOMI KODAMA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TRANSPORTADORA F F LTDA
ADVOGADO	: LUIZ FERNANDO MAIA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela FAZENDA NACIONAL, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra v. acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que versa sobre contribuição ao PIS.

Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 14 de setembro de 2007

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2216)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.340 - SP (2007/0155471-2)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: ANA LÚCIA CORRÊA FREIRE PIRES DE OLIVEIRA DIAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TAM TÁXI AÉREO MARÍLIA S/A
ADVOGADO	: ALUÍSIO FLÁVIO VELOSO GRANDE E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que versa sobre ICMS.

Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2217)

RECURSO ESPECIAL Nº 929.356 - SP (2007/0042477-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: MULTIGRAIN COMÉRCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA
ADVOGADO	: JOSE ANTONIO BALIEIRO LIMA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: OSMAR JOSÉ DA SILVA E OUTRO(S)

DECISÃO

RECURSO ESPECIAL. PROVIMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. FALTA SUPERVENIENTE DE INTERESSE EM RECORRER.

1. O acolhimento pelo Pretório Excelso do Recurso Extraordinário do recorrente, acolhendo o seu pleito, implica na perda de objeto do Recurso Especial, ante falta superveniente do interesse em recorrer, cujo objetivo atendido, coincide com a pretensão deduzida no apelo especial.

2. Recurso Especial prejudicado.

Trata-se de Recurso Especial interposto por MULTIGRAIN COMÉRCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA contra acórdão proferido em sede de apelação, pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que restou assim ementado:

TRIBUTÁRIO. PIS. BASE DE CÁLCULO. FATURAMENTO. LEI 9718/98. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. REJEIÇÃO PELO PLENÁRIO. VINCULAÇÃO DOS ÓRGÃOS FRACIONÁRIOS. REGIMENTO INTERNO ART. 176.

1. No julgamento da Argüição de Inconstitucionalidade na AMS no. 1999.61.00.019337-6, em 26/06/2003, decidiu o Órgão Especial rejeitar, por maioria, a inconstitucionalidade da Lei 9718/98.

2. Ante a vinculação dos órgãos fracionários desta Corte ao decidido na argüição de inconstitucionalidade pelo Plenário (art. 176,R.I.) a questão de fundo já se encontra resolvida, no sentido de ser efetivamente devida a exação em tela.

3. Incabível a condenação em honorários advocatícios, nos termos das Súmulas 512 do E. STF e 105 do E. STJ. Custas ex lege.

4. Apelação e remessa oficial providas.

Em razão da inadmissão, pelo Tribunal *a quo*, do recurso especial, os autos foram encaminhados ao Pretório Excelso, para analisar o Recurso Extraordinário, o qual foi distribuído ao Ministro Sepúlveda Pertence, que deu provimento ao recurso interposto pela empresa, ora recorrente, nos termos da decisão de fl.228.

Assim, tendo o egrégio STF analisado a questão dos autos, por meio de decisão já trânsita em julgado (fl.236), dando provimento ao recurso da empresa, julgo prejudicado o presente Recurso Especial, ante a perda do seu objeto.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2218)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.536 - SP (2007/0163791-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: BASF S/A
ADVOGADO	: PAULO AUGUSTO GRECO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: HERMES ARRAIS ALENCAR E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.

Cuida-se de agravo de instrumento tendente a viabilizar subida a esta Corte de recurso especial interposto pela BASF S/A, com fulcro no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que versa sobre contribuições previdenciárias.

Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2219)

RECURSO ESPECIAL Nº 929.769 - SP (2007/0042480-8)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: INDÚSTRIA LITOGRÁFICA SANTIM LTDA
ADVOGADO	: MARCOS MIRANDA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RAQUEL VIEIRA MENDES E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. LEI 9.718/98. PIS E COFINS. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. LEI COMPLEMENTAR 70/91 E LEI COMPLEMENTAR 7/70. NOVEL JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º, ARTIGO 3º, DA LEI 9.718/98.

1. A Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica, vale dizer, *"**totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas***".

2. Fundando-se o acórdão recorrido em interpretação de matéria eminentemente constitucional (a equiparação dos conceitos de receita bruta e faturamento a que se refere o art. 3º da Lei nº 9.718/98 não se contrapõe à disciplina do artigo 195 da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional 20/98), descabe a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

3. Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos **Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG**, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e **n.º 346.084-6/PR**, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

4. Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

5. Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, segundo a qual: *"Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia."* (**RE 336134/RS**, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003).

6. *In casu*, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.

7. Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.

8. De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98 que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

9. Recurso especial provido, tão-somente, para reconhecer a ilegalidade da cobrança da COFINS, determinando o envio dos autos à Corte de origem para fins de analisar as demais questões pendentes. (CPC, artigo 557, § 1º-A).

Cuida-se de recurso especial interposto por INDÚSTRIA LITOGRÁFICA SANTIM LTDA, com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, no intuito de ver reformado o v. acórdão prolatado pelo Tribunal Regional da 3ª Região, que, deu provimento à apelação da Fazenda Nacional e à remessa oficial, nos termos da ementa a seguir transcrita:

TRIBUTÁRIO. COFINS. BASE DE CÁLCULO. FATURAMENTO. LEI 9718/98. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTA. ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. REJEIÇÃO PELO PLENÁRIO. VINCULAÇÃO DOS ÓRGÃOS FRACIONÁRIOS. REGIMENTO INTERNO ART. 176. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO.

1. No julgamento da Argüição de Inconstitucionalidade na AMS no. 1999.61.00.019337-6, em 26/06/2003, decidiu o Órgão Especial rejeitar, por maioria, a inconstitucionalidade da Lei 9718/98.

2. Ante a vinculação dos órgãos fracionários desta Corte ao decidido na argüição de inconstitucionalidade pelo Plenário (art. 176,R.I.) a questão de fundo já se encontra resolvida, no sentido de ser efetivamente devida a exação em tela.

3. Incabível a condenação em honorários advocatícios, nos termos das Súmulas 512 do E. STF e 105 do E. STJ. Custas ex lege.

4. Apelação da União e remessa oficial providas.

5. Apelação da impetrante prejudicada.

A recorrente, nas razões do especial, sustenta que o acórdão hostilizado incorreu em ofensa **ao artigo 110, do CTN**, **e à Lei Complementar 7/70**, ao considerar legal e constitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS prevista na Lei 9.718/98.

Traz ainda para confronto arestos que esposam a tese da inconstitucionalidade e ilegalidade da alteração do conceito de faturamento promovida pela Lei 9.718/98, bem como da impossibilidade da recepção do aludido diploma legal pela EC 20/98, além de se insurgir quanto ao seu direito em compensar os valores indevidamente recolhidos.

Contra o acórdão de apelação também foi interposto recurso extraordinário o qual foi admitido pela instância de origem.

Apresentadas contra-razões, nas quais se pugna pelo não conhecimento do recurso especial e, caso seja o mesmo conhecido, pelo seu desprovimento.

Realizado o juízo de admissibilidade negativo do apelo extremo foi interposto agravo de instrumento o qual foi provido para determinar a subida do recuso especial para melhor exame.

Relatados, decido.

Controvérsia que se cinge à legalidade da Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, que, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica.

Os artigos 2º e 3º, da referida lei, encontram-se assim redigidos:

*"Art. 2° As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, **serão calculadas com base no seu faturamento**, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"*

*"Art. 3º **O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.** (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)*

*§ 1º **Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.***

§ 2º Para fins de determinação da base de cálculo das contribuições a que se refere o art. 2º, excluem-se da receita bruta:

I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;

II - as reversões de provisões operacionais e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita; (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
III - os valores que, computados como receita, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, observadas normas regulamentadoras expedidas pelo Poder Executivo; (Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)
IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente.
§ 3º Nas operações realizadas em mercados futuros, considera-se receita bruta o resultado positivo dos ajustes diários ocorridos no mês. (Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004)
§ 4º Nas operações de câmbio, realizadas por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, considera-se receita bruta a diferença positiva entre o preço de venda e o preço de compra da moeda estrangeira.
§ 5º Na hipótese das pessoas jurídicas referidas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, serão admitidas, para os efeitos da COFINS, as mesmas exclusões e deduções facultadas para fins de determinação da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP.
§ 6º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 7º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 8º (Vide Medidas Provisórias nºs 2158-35, de 2001
III - agrícolas, conforme ato do Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)
§ 9º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"

O STJ, em reiterados julgados, vem decidindo no sentido de que, quando o acórdão recorrido decide com base em interpretação eminentemente constitucional, a via especial não pode ser aberta, posto que estar-se-ia usurpando competência declinada pela Carta Maior ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e n.º 346.084-6/PR, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

Destaque-se, do julgamento, o seguinte excerto do voto proferido pelo e. Ministro Marco Aurélio, pertinente ao RE n.º 357950/RS:

"Procedo ao exame da problemática referente à Lei nº 9.718/98. Aqui há de se perceber o empréstimo de sentido todo próprio ao conceito de faturamento. Eis o teor da lei envolvida na espécie:
Art. 2º As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base no seu faturamento, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei.

Tivesse o legislador parado nessa disciplina, aludindo a faturamento sem dar-lhe, no campo da ficção jurídica, conotação discrepante da consagrada por doutrina e jurisprudência, tomar-se-ia o faturamento tal como veio a ser explicitado na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, ou seja, a envolver o conceito de receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviços. Respeitado estaria o Diploma Maior ao estabelecer, no inciso I do artigo 195, o cálculo da contribuição para o financiamento da seguridade social devida pelo empregador, considerado o faturamento. Em última análise, ter-se-ia a observância da ordem natural das coisas, do conceito do instituto que é o faturamento, caminhando-se para o atendimento da jurisprudência desta Corte.

Eis um panorama de precedentes do Tribunal, considerados conceitos relativos a tributos.

Ao julgar o Recurso Extraordinário nº 116.121-3/SP, o Plenário, sendo relator o ministro Octavio Gallotti, vencido no entendimento, teve oportunidade de proclamar que o imposto sobre serviços não incide sobre locação de bens porque locação de bens móveis não é simplesmente serviço. Fiquei com a redação do acórdão, conforme publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 178/1.265. Também na apreciação do Recurso Extraordinário nº 166.772-9/RS, o Plenário, em 12 de maio de 1994, reafirmou a necessidade de se atentar para o conceito consagrado dos institutos. Glosou a tentativa de se tomar, como abrangidos pela expressão "folha de salário", os pagamentos efetuados a administradores e autônomos - Revista Trimestral de Jurisprudência 156/666-692. E, ao examinar o Recurso Extraordinário nº 172.058-1/SC, o Plenário, em 30 de junho de 1995 e conforme acórdão publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 161/1.043-1.057, veio, mais uma vez, a dar eficácia aos figurinos constitucional e legal ao concluir que não se pode falar em imposto sobre renda sem que haja ocorrido acréscimo patrimonial representado pela aquisição de disponibilidade sobre a renda. No caso, teve-se presente não só a Lei Fundamental como também o artigo 110 do Código Tributário Nacional, consoante o qual a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e forma de direito privado, utilizados expressa ou implicitamente pela Constituição Federal. Então, após mencionar a jurisprudência da Corte sobre a valia dos institutos, dos vocábulos e expressões constantes dos textos constitucionais e legais e considerada a visão técnico-vernacular, volto à Lei nº 9.718/98, salientando, como retratado acima, constar do artigo 2º a referência a faturamento. No artigo 3º, deu-se enfoque todo próprio, definição singular ao instituto faturamento, olvidando-se a dualidade faturamento e receita bruta de qualquer natureza, pouco importando a origem, em si, não estar revelada pela venda de mercadorias, de mercadorias e serviços ou de serviços:
Art. 3º O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.

Não fosse o § 1º que se seguiu, ter-se-ia a observância da jurisprudência desta Corte, no que ficara explicitado, na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, a sinonímia dos vocábulos "faturamento" e "receita bruta". Todavia, o § 1º veio a definir esta última de forma toda própria:
§ 1º Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.

O passo mostrou-se demasiadamente largo, olvidando-se, por completo, não só a Lei Fundamental como também a interpretação desta já proclamada pelo Supremo Tribunal Federal. Fez-se incluir no conceito de receita bruta todo e qualquer aporte contabilizado pela empresa, pouco importando a origem, em si, e a classificação que deva ser levada em conta sob o ângulo contábil.

Em síntese, o legislador ordinário (logicamente não no sentido vulgar, mas técnico-legislativo) acabou por criar uma fonte de custeio da seguridade à margem do disposto no artigo 195, com a redação vigente à época, e sem ter presente a regra do § 4º nele contido, isto é, a necessidade de novas fontes destinadas a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social pautar-se pela regra do artigo 154, inciso I, da Constituição Federal, que é explícito quanto à exigência de lei complementar. Antecipou-se à própria Emenda Constitucional nº 20, no que, dando nova redação ao artigo 195 da Constituição Federal, versou a incidência da contribuição sobre a receita ou o faturamento. A disjuntiva "ou" bem revela que não se tem a confusão entre o gênero "receita" e a espécie "faturamento". Repita-se, antes da Emenda Constitucional nº 20/98, posterior à Lei ora em exame, a Lei nº 9.718/98, tinha-se apenas a previsão de incidência da contribuição sobre a folha de salários, o faturamento e os lucros. Com a citada emenda, passou-se não só a se ter a abrangência quanto à primeira base de incidência, folha de salários, apanhando-se de forma linear os rendimentos do trabalho pagos ou creditados a qualquer título, mesmo sem vínculo empregatício, observando-se o precedente desta Corte, como também a inserção, considerado o que surgiu como alínea "b" do inciso I do artigo 195, da base de incidência, que é a receita.

Como, então, dizer-se, a esta altura, que houve simples explicitação do que já previsto na Carta? É admitir-se a vinda à balha de emenda constitucional sem conteúdo normativo. É admitir-se que o legislador ordinário possa, até mesmo, modificar enfoque pacificado mediante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que haja atuado, à luz das balizas constitucionais, como guardião da Lei Fundamental. Descabe, também, partir para o que seria a repristinação, a constitucionalização de diploma que, ao nascer, mostrou-se em conflito com a Constituição Federal. Admita-se a inconstitucionalidade progressiva. No entanto, a constitucionalidade posterior contraria a ordem natural das coisas. A hierarquia das fontes legais, a rigidez da Carta, a revelá-la documento supremo, conduz à necessidade de as leis hierarquicamente inferiores observarem-na, sob pena de transmudá-la, com nefasta inversão de valores. Ou bem a lei surge no cenário jurídico em harmonia com a Constituição Federal, ou com ela conflita, e aí afigura-se írrita, não sendo possível o aproveitamento, considerado texto constitucional posterior e que, portanto, à época não existia. Está consagrado que o vício da constitucionalidade há de ser assinalado em face dos parâmetros maiores, dos parâmetros da Lei Fundamental existentes no momento em que aperfeiçoado o ato normativo. A constitucionalidade de certo diploma legal deve se fazer presente de acordo com a ordem jurídica em vigor, da jurisprudência, não cabendo reverter a ordem natural das coisas. Daí a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Nessa parte, provejo o recurso extraordinário e com isso acolho o pedido formulado na inicial, referente à base de cálculo da contribuição, ou seja, para que se entenda, como receita bruta ou faturamento, o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa."

Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

No particular, merece transcrição de trecho do voto proferido pelo e. Ministro Moreira Alves, na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 01/DF, *verbis*:

"(...)
Em síntese, como salientou o Ministro Carlos Velloso, na qualidade de relator do RE 138.284, quando esta Corte reiterou o entendimento já expedido por ocasião do julgamento do RE 146.733,

'O que importa perquirir não é o fato de a União arrecadar a contribuição, mas se o produto da arrecadação é destinado ao financiamento da seguridade social (CF, art. 195, I).'

E, em se tratando da contribuição social instituída pela Lei Complementar n. 70/91, ele o é, como dispõe seu artigo 1º.

De outra parte, sendo a COFINS contribuição social instituída com base no inciso I do artigo 195 da Constituição Federal, e tendo ela natureza tributária diversa da do imposto, as alegações de que ela fere o princípio constitucional da não-cumulatividade dos impostos da União e resulta em bitributação por incidir sobre a mesma base de cálculo do PIS/PASEP só teriam sentido se se tratasse de contribuição social nova, não enquadrável no inciso I do artigo 195, hipótese em que se aplicaria o disposto no § 4º desse mesmo artigo 195 ('A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I'), que determina a observância do inciso I do artigo 154 que estabelece que a União poderá instituir 'I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição'.

Sucede, porém, que a contribuição social em causa, incidente sobre o faturamento dos empregadores, é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 195 da Carta Magna, não se podendo pretender, portanto, que a Lei Complementar n.º 70/91 tenha criado outra fonte de renda destinada a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social.

Por isso mesmo, essa contribuição poderia ser instituída por Lei ordinária. A circunstância de ter sido instituída por lei formalmente complementar - a Lei Complementar n.º 70/91 - não lhe dá, evidentemente, a natureza de contribuição social nova, a que se aplicaria o disposto no § 4º do artigo 195 da Constituição, porquanto essa lei, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída - que são o objeto desta ação -, é materialmente ordinária, por não tratar, nesse particular, de matéria reservada, por texto expresso da Constituição, à lei complementar. A jurisprudência desta Corte, sob o império da Emenda Constitucional n.º 1/69 - e a Constituição atual não alterou esse sistema -, se firmou no sentido de que só se exige lei complementar para as matérias para cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária.
(...)"

Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, *verbis*:
"TRIBUTÁRIO. COFINS. ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º 9.718/98. ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RE 336134/RS, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003)

Confira-se ainda, à guisa de exemplo, recente decisão monocrática proferida pelo e. Ministro Celso de Mello, já consonante com o citado julgamento do Plenário:

*"O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a controvérsia jurídica pertinente à ampliação da **base de cálculo** do PIS/COFINS (RE 357.950/RS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO), declarou, "incidenter tantum", a **inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98,** por entender que a noção de **faturamento** referida no art. 195, I, da Constituição da República, na redação anterior à EC 20/98, não legitimava a incidência de tais contribuições sobre a totalidade das **receitas** auferidas pelas empresas contribuintes, advertindo, ainda, que a superveniente promulgação da EC 20/98 não teve o condão de validar legislação ordinária anterior, que se mostrava originariamente inconstitucional.*

*Esta Suprema Corte, por sua vez, também em julgamento plenário (RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO), confirmou a **validade jurídico-constitucional do art. 8º da Lei nº 9.718/98,** no que concerne à majoração da alíquota de 2% para 3% (**COFINS**), assinalando que esse aumento - considerada a cláusula constitucional da anterioridade mitigada (CF, art. 195, § 6º) - tornou-se exigível a partir de 1º/02/99, afastada, no entanto, para efeito de incidência da referida alíquota (3%), a **base de cálculo** ampliada resultante do já mencionado § 1º (inconstitucional) do art. 3º da Lei nº **9.718/98**.*

Cumpre acentuar, ainda, que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, reconheceu a plena ***constitucionalidade da compensação, de até um terço (1/3), da COFINS com a CSLL****, apenas assegurada ao contribuinte sujeito à incidência de ambas as espécies tributárias ora mencionadas, rejeitando, desse modo, a alegação de que o § 1º do art. 8º da Lei nº* ***9.718/98*** *teria importado em ofensa ao postulado da isonomia tributária, porque excluídos de tal benefício os contribuintes unicamente tributados pela* ***COFINS****:*

"TRIBUTÁRIO. ***COFINS.*** *ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º* ***9.718/98.*** *ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (****COFINS****), até um terço do 'quantum' devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela* ***COFINS,*** *a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RTJ 185/352, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - grifei)*

Cabe assinalar, finalmente, que a diretriz jurisprudencial que venho de referir, considerados os precedentes em questão, tem sido observada, no âmbito desta Suprema Corte, em reiteradas decisões proferidas na resolução de controvérsia idêntica à suscitada na presente causa (RE 301.868/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - RE 308.066/RS, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - RE 356.471/MG, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - RE 372.627/DF, Rel. Min. ELLEN GRACIE - RE 388.039/MG, Rel. Min. GILMAR MENDES - RE 413.257/RJ, Rel. Min. CEZAR PELUSO - RE 451.348/SP, Rel. Min. CARLOS BRITTO - RE 469.023/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

Sendo assim, em face das razões expostas, conheço do presente recurso extraordinário, para dar-lhe parcial provimento (CPC, art. 557, § 1º - A), em ordem a afastar, considerada a ***base de cálculo*** *do PIS/COFINS, a aplicação do § 1º do art. 3º da Lei nº* ***9.718/98,*** *observando-se, para esse efeito, o entendimento que o Plenário desta Suprema Corte proclamou no julgamento do RE 357.950/RS.*
(...)" (RE 453622/SP, publicado no DJ de 25.04.2006)

In casu, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.

Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.

De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98, que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal, restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, § 1º-A, do CPC, DOU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL, tão-somente, para reconhecer a ilegalidade da cobrança da COFINS, determinando o envio dos autos à Corte de origem para fins de analisar as demais questões pendentes.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2220)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.808 - RS (2007/0173184-2)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: RAUL TADEU BERGMANN E OUTROS
ADVOGADO	: FELIPE KLEIN GOIDANICH E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S/A EPTC
ADVOGADO	: JANINE LUEHRING GIONGO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Cuida-se de agravo de instrumento tendente a viabilizar subida a esta Corte de recurso especial interposto por RAUL TADEU BERGMANN E OUTROS, com fulcro no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que versa sobre infração de trânsito.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2221)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.969 - RS (2007/0174374-5)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RICARDO PY GOMES DA SILVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NILZA TEREZINHA MOREIRA LEMOS
AGRAVADO	: LEMOS MOREIRA E COMPANHIA LTDA
AGRAVADO	: JOÃO VALDIR LEMOS
ADVOGADO	: S/ REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela FAZENDA NACIONAL, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que versa sobre prescrição intercorrente em sede de execução fiscal.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2222)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.161 - SP (2007/0174601-8)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CLAÚDIA AKEMI OWADA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FERTIMPORT S/A
ADVOGADO	: ARTUR RAIMUNDO CARBONE E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela FAZENDA NACIONAL, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra v. acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que versa sobre embargos à execução fiscal.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2223)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.176 - RS (2007/0155226-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: MADESA MÓVEIS LTDA
ADVOGADO	: GUILLERMO ANTÔNIO ARAÚJO GRAU E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: HOMERO SO JOBIM NETO E OUTRO(S)
INTERES.	: DELEGADO DA FAZENDA ESTADUAL DE CAXIAS DO SUL

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por MADESA MÓVEIS LTDA, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o v. acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que versa sobre ICMS.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2224)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.259 - MG (2007/0173764-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: BARROSO MUZZI BARROS GUERRA MASCARENHAS E ASSOCIADOS - ADVOCACIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL
ADVOGADO	: LILIANE NETO BARROSO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: VALÉRIA SAQUES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por BARROSO MUZZI BARROS GUERRA MASCARENHAS E ASSOCIADOS - ADVOCACIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que versa sobre isenção de COFINS.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2225)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.261 - SP (2007/0153977-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: GELL SYSTEM BRASILEIRA INDÚSTRIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA
ADVOGADO	: ADONILSON FRANCO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: ALESSANDRA ROSSINI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Cuida-se de agravo de instrumento tendente a viabilizar subida a esta Corte de recurso especial interposto por GELL SYSTEM BRASILEIRA INDÚSTRIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA., com fulcro no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, que versa sobre penhora sobre faturamento de empresa.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2226)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.270 - MG (2007/0166336-3)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG E OUTRO
PROCURADOR	: GRAZIELLE VALERIANO DE PAULA ALVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MANOEL RODRIGUES FILHO E OUTRO
ADVOGADO	: MARCOS CHAVES VIANA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG E OUTRO, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento de recurso especial fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que versa sobre contribuição previdenciária de inativos.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2227)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.272 - SP (2007/0169173-7)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: CLÁUDIA BOCARDI ALLEGRETTI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AUTO POSTO CISPER LOPES
ADVOGADO	: RITA DE CASSIA LOPES E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 544 DO CPC. TRASLADO DE PEÇA OBRIGATÓRIA. INCOMPLETO. AUSÊNCIA DO INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO. RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA.
1. A cópia integral do acórdão proferido pelo tribunal *a quo* constitui peça essencial à formação do instrumento de agravo.
2. Compete ao agravante a correta formação do instrumento, nos termos do art. 544, § 1.º do CPC.
3. Agravo de instrumento não conhecido.

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com fulcro no art. 544 do CPC, no intuito de ver reformada a r. decisão de fls. 144/145, que inadmitiu seu recurso especial, interposto em lide que versa sobre mandado de segurança preventivo interposto por AUTO POSTO CISPER LTDA.
Depreende-se da análise dos autos, que a agravante não juntou, de forma adequada, documento obrigatório quando da formação do presente instrumento, qual seja, a cópia do inteiro teor do acórdão recorrido, imprescindível à devida formação do instrumento.
Há que se esclarecer que, a agravante acostou aos presentes autos, cópia do acórdão recorrido, porém o fez de forma incompleta, porquanto ausente lauda integrante daquele julgado, qual seja a de número "3" (três).

Foi apresentada contraminuta ao presente agravo, conforme fls. 154/158.

Sumariamente relatados, decido.

O presente agravo de instrumento não merece conhecimento.

Primeiramente, há que se destacar, que a legislação processual, ao dispor sobre o procedimento do agravo interposto com o escopo de dar seguimento ao recurso especial, e cujo processamento fora obstado pelo Tribunal *a quo*, preceitua, no § 1º, do art. 544, do Código de Processo Civil, no que concerne à formação do respectivo instrumento:

"§ 1º . O agravo de instrumento será instruído com as peças apresentadas pelas partes, devendo constar obrigatoriamente, sob pena de não conhecimento, ***cópias do acórdão recorrido****, da certidão da respectiva intimação, da petição de interposição do recurso denegado, das contra-razões, da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado. As cópias das peças do processo poderão ser declaradas autênticas pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal.*" (com a nova redação dada pela Lei 10.352, de 26 de dezembro de 2001)

Consoante jurisprudência assente deste Superior Tribunal de Justiça, o relatório e o voto são partes essenciais do acórdão e a ausência da sua cópia integral impede a real compreensão da controvérsia posta nos autos, consoante se depreende da leitura dos arestos abaixo colacionados:

"PROCESSUAL CIVIL. TEMPESTIVIDADE. RECURSO INTERPOSTO POR CARTA POSTADA NOS CORREIOS. FALTA DE PEÇA OBRIGATÓRIA. RELATÓRIO E VOTO.
(...)
2. ***A compreensão da controvérsia em todas as suas nuances somente pode ser atingida por meio da leitura do relatório e do voto, os quais são partes integrantes do acórdão, e peças de traslado obrigatório****.*
3. Agravo a que se nega provimento." (AGA n.º 241.020/RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 15/05/2000).

"Processual civil. Agravo de instrumento. Peça de traslado obrigatório. Recurso especial. Súmula 07/STJ.
I. - ***A cópia do acórdão recorrido referida no art. 544, § 1º, do CPC, corresponde ao inteiro teor do acórdão, isto é, relatório, voto e ementa.***
II. - "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (Súmula nº 07/STJ).
III. - Agravo regimental desprovido." (AGA n.º 564.357/RJ, Rel. Min. Antonio de Pádua Ribeiro, DJ de 03/05/2004)

O entendimento dominante nesta Corte e no Supremo Tribunal Federal é o de que compete ao agravante velar pela correta formação do instrumento de agravo. Nesta esteira, são os seguintes arestos relativos ao tema:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS. ART. 544, § 1º DO CPC. ACÓRDÃO PROFERIDO EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO. PEÇA ESSENCIAL. FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO.
1. É indispensável o traslado de todas as peças obrigatórias à formação do agravo, importando a ausência de quaisquer delas no não conhecimento do recurso, ***sendo responsabilidade do agravante zelar pela completa formação do instrumento.***
2. Consoante entendimento pacificado desta Corte, a expressão "acórdão recorrido", do § 1º, do art. 544 do CPC, refere-se também ao acórdão proferido em sede de embargos de declaração, integrativo do julgamento do recurso interposto na origem.
3. A ausência da certidão de publicação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, peça essencial para formação do agravo, impede a verificação da tempestividade do recurso especial denegado.
4. Agravo regimental improvido." (AGA n.º 489.257/MG, Rel Min. Fernando Gonçalves, DJ 10/05/2004)

Desta forma, consoante o disposto no art. 544, § 1º, já transcrito, a ausência de peças obrigatórias implica a falta de cumprimento de um dos requisitos de admissibilidade do recurso, que é a sua regularidade formal.

Ex positis, NÃO CONHEÇO do presente agravo de instrumento.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2228)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.276 - MG (2007/0172371-5)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DE MINAS GERAIS IPSM
PROCURADOR	: ARILDO RICARDO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: THEODORO DE OLIVEIRA FILHO
ADVOGADO	: CÉSAR ROMERO DO CARMO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DE MINAS GERAIS - IPSM, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento de recurso especial fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que versa sobre desconto previdenciário sobre proventos de militar da reserva.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2229)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.286 - SP (2007/0169288-5)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE UBATUBA
PROCURADOR	: EMERSON VILELA DA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARCOS MONTANARINI E OUTROS
ADVOGADO	: RENI EFRAIM FRUDIT E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE UBATUBA, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, que versa sobre responsabilidade civil do Estado em ação de reparação de danos.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO, Relator

(2230)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.305 - SP (2007/0170581-8)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: BANCO NOSSA CAIXA S/A
ADVOGADO	: CLAUDIA NAHSSEN DE LACERDA FRANZE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: LÚCIA B DEL PICCHIA E OUTRO(S)

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ISS. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento de decisão que inadmitiu recurso especial interposto contra acórdão que, ao negar provimento a agravo de instrumento contra decisão que rejeitou exceção de pré-executividade, em execução fiscal visando à cobrança de ISSQN, decidiu que "a argumentação defensiva trazida na exceção de pré-executividade é própria de embargos do devedor, já que os documentos trazidos com ela não bastam para demonstrar o alegado pagamento" (fl. 108). No recurso especial, fundado na alínea *a* do permissivo constitucional, aponta a agravante violação aos arts. 586 e 618, I, do CPC, alegando, em síntese, que a documentação juntada comprova que efetuou todos os recolhimentos devidos, não podendo ser obrigada a pagar duas vezes pelo mesmo tributo.

2. Relativamente à suposta ofensa aos arts. 586 e 618, I, do CPC, ao argumento de que efetuou o pagamento do ISSdevido, o acórdão recorrido sustentou que "os documentos de fls. 20/ss, com os quais a agravante pretende demonstrar o alegado pagamento, não são suficientes para comprovar a inexistência do débito, ou a inexigibilidade da CDA que ampara a execução" (fl. 108). Assim, para se concluir de modo contrário ao que restou expressamente consignado no acórdão recorrido, acatando as alegações da recorrente, seria necessário o revolvimento do suporte probatório dos autos, o que é vedado na via especial pelo óbice da Súmula 07/STJ.

3. Pelo exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Intime-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI
Relator

(2231)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.347 - SP (2007/0153890-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: CARLOS MIYAKAWA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HEXION QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: MARIA HELENA LEONARDI BASTOS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Cuida-se de agravo de instrumento tendente a viabilizar subida a esta Corte de recurso especial interposto pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com fulcro no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que versa sobre honorários de advogado.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2232)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.350 - SP (2007/0170412-5)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: FRANCISCO DE ASSIS MINÉ RIBEIRO PAIVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RESTAURANTE TEMPERANÇA LTDA
ADVOGADO	: ADRIANA GUARISE E OUTRO(S)

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS. RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento de decisão que inadmitiu recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em embargos à execução.

2. Por não ter sido juntada peça considerada obrigatória (cópia da certidão de publicação do acórdão recorrido), não conheço do agravo de instrumento.
Intime-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI
Relator

(2233)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.444 - RS (2007/0163807-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: P E P COMERCIO DE CALCADOS LTDA
ADVOGADO	: ÉDISON FREITAS DE SIQUEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: LUCIANE FABBRO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por P E P COMERCIO DE CALCADOS LTDA, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o v. acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que versa sobre execução fiscal.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2234)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.464 - SP (2007/0174427-4)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: AFONSO GRISI NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ELOANA CONFECÇÕES LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: JOÃO OSMAR ANGELOTI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela FAZENDA NACIONAL, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que versa sobre penhorabilidade de imóvel residencial em execução fiscal.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO, Relator

(2235)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.486 - SP (2007/0171520-8)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARLY MILOCA DA CAMARA GOUVEIA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GUACELLI CLÍNICA RADIOLÓGICA S/C LTDA
ADVOGADO	: ION PLENS JUNIOR E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. MATÉRIA DE CUNHO CONSTITUCIONAL ANALISADA NA CORTE *A QUO*. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO.

1. Acórdão recorrido que tem como sustentação matéria de ordem constitucional, com existência de tema dessa natureza no corpo da fundamentação do próprio recurso especial.

2. O ordenamento jurídico, ao tratar dos recursos extremos, deixou bem delineada, na Carta Magna, a impossibilidade de o recurso especial definir qualquer assunto de envergadura constitucional. A função do apelo extremo é, tão-só, garantir a autoridade da lei federal e zelar pela sua aplicação uniforme.

3. Não se conhece de recurso especial quando a decisão atacada baseou-se, como fundamento central, em matéria de cunho eminentemente constitucional.

4. O STJ, com base em julgados da Corte Suprema, tem, recentemente, de forma reiterada, decidido que a matéria referente à revogação de Lei Complementar nº 70/91 pela Lei Ordinária nº 9.430/96 é de cunho constitucional, cabendo, apenas, ao colendo STF seu exame.

5. Recurso não-provido.

Vistos, etc.

A Fazenda Nacional opõe agravo de instrumento para reformar decisão que inadmitiu recurso especial em face de acórdão segundo o qual a isenção da COFINS, prevista na LC nº 70/91, não pode ser revogada pela Lei nº 9.430/96. A ementa consignou (fl. 149):

DIREITO TRIBUTÁRIO. Sociedade civil prestadora de serviços relativos à profissão regulamentada. Isenção. Aplicação do art. 6º, II, da Lei Complementar n. 70/91. Correção monetária. Juros moratórios. Verba honorária. Inversão do ônus da sucumbência.

I - As sociedades prestadoras de serviços relativos à profissão regulamentada, as quais tenham perdido o direito à isenção do imposto de renda por terem optado pela tributação real, não ficam despojadas de sua natureza de sociedade civil prestadora de serviços relativos à profissão regulamentada e, portanto, estão compreendidas no disposto no art. 6º, II, da Lei Complementar n. 70/91, ficando isentas da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

II - Cuidando-se de ação de repetição do indébito, a correção monetária incidirá desde a data em que ocorreu o indevido recolhimento do tributo (Súmula n. 162 do Egrégio STJ).

III - A teor do que reza o enunciado da Súmula n. 188 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, *"os juros moratórios, na repetição do indébito tributário, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença."*

IV - Havendo inversão do ônus da sucumbência, é razoável que o percentual da verba honorária seja fixado em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, procedimento que encontra respaldo no que dispõe o art. 20, do Código de Processo Civil.

V - Apelação a que se dá provimento.

Aduz ofensa aos arts. 6º, II, da LC nº 70/91, 1º do DL nº 2.397/87 e 176 do CTN56 da Lei nº 9.430/96.

Relatados, decido.

O agravo de instrumento não merece provimento.

O ordenamento jurídico, ao tratar dos recursos extremos, deixou bem delineada, na Carta Magna, a impossibilidade de o recurso especial definir qualquer assunto de envergadura constitucional. A função do apelo extremo é, tão-só, garantir a autoridade da lei federal e zelar pela sua aplicação uniforme.

Conforme se constata, o voto da decisão *a quo* discutiu, como matéria de apoio à sua convicção, a aplicabilidade de preceitos constitucionais.

A matéria tida por ofendida é de cunho predominante e meramente constitucional, cabendo, apenas, ao augusto STF seu exame.

Ademais, este Sodalício, com base em julgados do colendo STF, tem, recentemente, de forma reiterada, decidido que a matéria referente à revogação de Lei Complementar nº 70/91 pela Lei Ordinária nº 9.430/96 é de natureza predominantemente constitucional, cabendo apenas à Corte Suprema sua análise. A propósito, dentre tantos, os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no Ag nº 723707/SC, DJ de 12.02.2007 e AgRg no Ag 753753/PR, DJ de 14.12.2006, ambos deste Relator; REsp nº 769172/PR, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 09.02.2007; AgRg no REsp nº 871374/SE, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 14.12.2006; EDcl no AgRg no REsp nº 809374/SP, Relª Minª Eliana Calmon, DJ de 06.12.2006; AgRg no REsp nº 826551/SP, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 02.10.2006; AgRg no Ag nº 757540/PR, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 24.08.2006.

Por tais razões, NEGO provimento ao agravo de instrumento.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO JOSÉ DELGADO
Relator

(2236)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.579 - SP (2007/0173624-8)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: VALDIR SERAFIM E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FORMILINE S/A
ADVOGADO	: MARIA IZABEL CORDEIRO CORRÊA E OUTRO(S)
PARTE RÉ	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o v. acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que versa sobre desembaraço aduaneiro.

Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2237)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.679 - SP (2007/0167702-3)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: ZORA YONARA M. DOS SANTOS CARVALHO PALAZZIN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PAULO ROQUE DOS SANTOS
ADVOGADO	: DALMIR VASCONCELOS MAGALHAES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que versa sobre FGTS.

Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2238)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.686 - SC (2007/0168524-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: GOMES ARRUDA E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	: ROGÉRIO REIS OLSEN DA VEIGA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SIMONE ANACLETO LOPES E OUTRO(S)
INTERES.	: W V INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo de instrumento interposto por GOMES ARRUDA E COMPANHIA LTDA, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra o v. acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que versa sobre exceção de pré-executividade.

Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2239)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.721 - SP (2007/0167828-4)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: GALVÃO E COLBACHINI NEUROCIRURGIA LTDA
ADVOGADO	: FABIO PALLARETTI CALCINI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARCOS EXPOSITO GUEVARA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.

Cuida-se de agravo de instrumento tendente a viabilizar subida a esta Corte de recurso especial interposto por GALVÃO E COLBACHINI NEUROCIRURGIA LTDA, com fulcro no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que versa sobre COFINS.

Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2240)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.777 - SP (2007/0163370-4)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE SOROCABA
PROCURADOR	: DOMINGOS PAES VIEIRA FILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS INSANOS DE SOROCABA
ADVOGADO	: JOSÉ CARLOS PEREIRA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. SÚMULA 182 DO STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento de decisão que, na origem, não admitiu recurso especial sob os fundamentos de que (a) as razões expendidas no apelo não são suficientes para infirmar a conclusão do acórdão recorrido, que contém fundamentação adequada para lhe dar respaldo e (b) não restou evidenciado qualquer maltrato à normas legais. No agravo de instrumento, o agravante alega, unicamente, que houve prequestionamento da matéria.

2. As razões do agravo de instrumento não impugnaram os fundamentos da decisão agravada. Desse modo, aplicável, por analogia, a Súmula 182/STJ, que estabelece a necessidade de específico ataque aos fundamentos da decisão agravada.

3. Diante do exposto, não conheço do agravo de instrumento.

Intime-se.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI
Relator

(2241)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.787 - SP (2007/0174186-3)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: ZORA YONARA M. DOS SANTOS CARVALHO PALAZZIN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANTÔNIO DE ARAÚJO E OUTROS
ADVOGADO	: ROBERTO CORREIA DA SILVA GOMES CALDAS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL- CEF, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento de recurso especial fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que restou assim ementado, *verbis*:

"FGTS. AGRAVO LEGAL. CPC, ART. 557, § 1º. CISÃO DOS JUROS DE MORA. CC DE 1916, ART. 1.062. NCC, ART. 406. CITAÇÃO ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DO NOVO CÓDIGO CIVIL. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Fixou-se o entendimento nos Embargos de Declaração em Apelação Cível n. 2001.61.09.001126-5, ratificados por diversos julgados posteriores, de que não há ofensa aos princípios da irretroatividade das leis e da segurança jurídica a aplicação sucessiva do art. 1.062, do Código Civil de 1916, e, a partir de 11.01.03, do art. 406 do Código Civil de 2002, para disciplinar os juros moratórios.

2. Aplica-se a lei nova à míngua de ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada (LICC, art. 6º c. c. o art. 2.035 do NCC).

3. Incumbe ao legislador definir a taxa do art. 406 do Código Civil de 2002. Incide, atualmente, a taxa Selic instituída pela Lei n. 8.981/95.

4. Agravo desprovido." (fl. 361).

Opostos embargos de declaração, foram estes rejeitados (fl. 376).

Sustenta a recorrente que v. acórdão vergastado violou os arts. 406 do CC e 161, § 1º, do CTN, defendendo que a taxa cabível nas ações de FGTS seria a do art. 406 do CC, ou seja, a de 0,5% ao mês, não sendo aplicável, portanto, a taxa SELIC.

Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO, Relator

(2242)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.792 - SP (2007/0172753-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS
ADVOGADO	: LUIZ CARLOS LOPES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO	: ANALI PENTEADO BURATIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o v. acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que versa sobre contrato de prestação de serviço de telefonia.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2243)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.803 - SP (2007/0171514-4)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ELYADIR FERREIRA BORGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IHARABRÁS S/A INDÚSTRIAS QUÍMICAS
ADVOGADO	: EDMUR BENTO DE FIGUEIREDO JUNIOR E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela FAZENDA NACIONAL, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra v. acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que versa sobre embargos à execução fiscal.
Tenho que não prospera a presente postulação, eis que a agravante não providenciou o traslado de peça tida como obrigatória para a formação do instrumento e conhecimento do recurso: a cópia da procuração outorgada ao advogado dos agravados, o qual substabeleceu poderes ao subscritor da petição de contra-razões ao recurso especial.
Ademais, a juntada apenas do substabelecimento não supre a ausência da procuração, visto que aquele somente terá validade quando apresentado juntamente com o respectivo instrumento de mandato no instante de formação do agravo de instrumento, o que inocorreu nos presentes autos.
Cumpre ressaltar que, nos termos da jurisprudência pacífica deste Superior Tribunal de Justiça, o agravante é o responsável pela regular formação do instrumento, devendo, assim, fiscalizar a apresentação das peças obrigatórias elencadas no art. 544, § 1º, do CPC, sob pena de não conhecimento do recurso.
Ante a ausência de regularidade formal disciplinada no § 1° do artigo 544, do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo, com base no art. 38, da Lei 8.038/90, combinado com o art. 34, inciso XVIII, do RI/STJ.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2244)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.009 - RS (2007/0163213-6)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: LUZ MARINA UHRY VIEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: G DA S C
REPR. POR	: R E C
ADVOGADO	: LETÍCIA TRINDADE GASPARIN

DECISÃO

Vistos etc.
Cuida-se de agravo de instrumento tendente a viabilizar subida a esta Corte de recurso especial interposto por ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com fulcro no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que versa sobre fornecimento de medicamentos.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2245)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.041 - SP (2007/0163235-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: BERALDO E BERALDO LTDA
ADVOGADO	: LAERTE POLLI NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: CARLA PEDROZA DE ANDRADE E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Cuida-se de agravo de instrumento tendente a viabilizar subida a esta Corte de recurso especial interposto por BERALDO E BERALDO LTDA., com fulcro no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, que versa sobre ICMS.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2246)

RECURSO ESPECIAL Nº 931.138 - SP (2007/0045602-2)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: UNIQUE SERVIÇOS DE HOTELARIA E ALIMENTAÇÃO COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S/A
ADVOGADO	: LUIZ EDUARDO DE CASTILHO GIROTTO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ANDRÉA CRISTINA DE FARIAS E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. LEI 9.718/98. PIS E COFINS. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. LEI COMPLEMENTAR 70/91 E LEI COMPLEMENTAR 7/70. NOVEL JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º, ARTIGO 3º, DA LEI 9.718/98.

1. A Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica, vale dizer, ***"totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas"***.

2. Fundando-se o acórdão recorrido em interpretação de matéria eminentemente constitucional (a equiparação dos conceitos de receita bruta e faturamento a que se refere o art. 3º da Lei nº 9.718/98 não se contrapõe à disciplina do artigo 195 da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional 20/98), descabe a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

3. Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos **Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG**, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e **n.º 346.084-6/PR**, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

4. Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

5. Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, segundo a qual: *"Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia."* (**RE 336134/RS**, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003).

6. *In casu*, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.

7. Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.

8. De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98 que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

9. Recurso especial provido (CPC, artigo 557, § 1º-A).

Cuida-se de recurso especial interposto por UNIQUE SERVIÇOS DE HOTELARIA E ALIMENTAÇÃO COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA, com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, no intuito de ver reformado o v. acórdão prolatado pelo Tribunal Regional da 3ª Região, que, deu provimento à apelação da Fazenda Nacional e à remessa oficial, nos termos da ementa a seguir transcrita:

DIREITO CONSTITUCIONAL, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO - PIS E COFINS- LEI FEDERAL Nº 9718/98: BASE DE CÁLCULO - ALÍQUOTA - ALEGAÇÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE: IMPERTINÊNCIA.
1. Faturamento é conceito jurídico-tributário passível de definição pelo legislador ordinário, ausente expressa exigência constitucional de lei complementar.
2. A alíquota da COFINS, igualmente, se subsume à exigência de lei ordinária.
3. A Lei Complementar nº 70/91 é - tal como a LF nº 9718/98 - materialmente ordinária (STF - ADC nº 1/DF - Rel. o Ministro Moreira Alves).
4. Declaração de constitucionalidade das normas pelo Órgão Especial do TRF/3ª Região: AMS nº 1999.61.00.019337-6.
5. Apelação e Remessa Oficial providas.

Opostos embargos de declaração pela empresa, restaram os mesmos desprovidos, uma vez que não vislumbrados os vícios apontados.

A recorrente, nas razões do especial, sustenta que o acórdão hostilizado incorreu em ofensa **ao artigo 110, do CTN**, **e à Lei Complementar 7/70**, ao considerar legal e constitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS prevista na Lei 9.718/98.

Traz ainda para confronto arestos que esposam a tese da inconstitucionalidade e ilegalidade da alteração do conceito de faturamento promovida pela Lei 9.718/98, bem como da impossibilidade da recepção do aludido diploma legal pela EC 20/98.

Contra o acórdão de apelação também foi interposto recurso extraordinário o qual foi admitido pela instância de origem.

Apresentadas contra-razões, nas quais se pugna pelo não conhecimento do recurso especial e, caso seja o mesmo conhecido, pelo seu desprovimento.

Realizado o juízo de admissibilidade negativo do apelo extremo foi interposto agravo de instrumento o qual foi provido para determinar a subida do recuso especial para melhor exame.

Relatados, decido.

Controvérsia que se cinge à legalidade da Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, que, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica.

Os artigos 2º e 3º, da referida lei, encontram-se assim redigidos:
*"Art. 2° As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, **serão calculadas com base no seu faturamento**, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"*

*"Art. 3º **O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.** (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)*
*§ 1º **Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.***
§ 2º Para fins de determinação da base de cálculo das contribuições a que se refere o art. 2º, excluem-se da receita bruta:
I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;

II - as reversões de provisões operacionais e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita; (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
III - os valores que, computados como receita, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, observadas normas regulamentadoras expedidas pelo Poder Executivo; (Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)
IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente.
§ 3º Nas operações realizadas em mercados futuros, considera-se receita bruta o resultado positivo dos ajustes diários ocorridos no mês. (Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004)
§ 4º Nas operações de câmbio, realizadas por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, considera-se receita bruta a diferença positiva entre o preço de venda e o preço de compra da moeda estrangeira.
§ 5º Na hipótese das pessoas jurídicas referidas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, serão admitidas, para os efeitos da COFINS, as mesmas exclusões e deduções facultadas para fins de determinação da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP.
§ 6º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 7º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)
§ 8º (Vide Medidas Provisórias nºs 2158-35, de 2001
III - agrícolas, conforme ato do Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)
§ 9º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"

O STJ, em reiterados julgados, vem decidindo no sentido de que, quando o acórdão recorrido decide com base em interpretação eminentemente constitucional, a via especial não pode ser aberta, posto que estar-se-ia usurpando competência declinada pela Carta Maior ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e n.º 346.084-6/PR, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

Destaque-se, do julgamento, o seguinte excerto do voto proferido pelo e. Ministro Marco Aurélio, pertinente ao RE n.º 357950/RS:

"Procedo ao exame da problemática referente à Lei nº 9.718/98. Aqui há de se perceber o empréstimo de sentido todo próprio ao conceito de faturamento. Eis o teor da lei envolvida na espécie:
Art. 2º As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base no seu faturamento, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei.

Tivesse o legislador parado nessa disciplina, aludindo a faturamento sem dar-lhe, no campo da ficção jurídica, conotação discrepante da consagrada por doutrina e jurisprudência, tomar-se-ia o faturamento tal como veio a ser explicitado na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, ou seja, a envolver o conceito de receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviços. Respeitado estaria o Diploma Maior ao estabelecer, no inciso I do artigo 195, o cálculo da contribuição para o financiamento da seguridade social devida pelo empregador, considerado o faturamento. Em última análise, ter-se-ia a observância da ordem natural das coisas, do conceito do instituto que é o faturamento, caminhando-se para o atendimento da jurisprudência desta Corte.

Eis um panorama de precedentes do Tribunal, considerados conceitos relativos a tributos.

Ao julgar o Recurso Extraordinário nº 116.121-3/SP, o Plenário, sendo relator o ministro Octavio Gallotti, vencido no entendimento, teve oportunidade de proclamar que o imposto sobre serviços não incide sobre locação de bens porque locação de bens móveis não é simplesmente serviço. Fiquei com a redação do acórdão, conforme publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 178/1.265. Também na apreciação do Recurso Extraordinário nº 166.772-9/RS, o Plenário, em 12 de maio de 1994, reafirmou a necessidade de se atentar para o conceito consagrado dos institutos. Glosou a tentativa de se tomar, como abrangidos pela expressão "folha de salário", os pagamentos efetuados a administradores e autônomos - Revista Trimestral de Jurisprudência 156/666-692. E, ao examinar o Recurso Extraordinário nº 172.058-1/SC, o Plenário, em 30 de junho de 1995 e conforme acórdão publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 161/1.043-1.057, veio, mais uma vez, a dar eficácia aos figurinos constitucional e legal ao concluir que não se pode falar em imposto sobre renda sem que haja ocorrido acréscimo patrimonial representado pela aquisição de disponibilidade sobre a renda. No caso, teve-se presente não só a Lei Fundamental como também o artigo 110 do Código Tributário Nacional, consoante o qual a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e forma de direito privado, utilizados expressa ou implicitamente pela Constituição Federal. Então, após mencionar a jurisprudência da Corte sobre a valia dos institutos, dos vocábulos e expressões constantes dos textos constitucionais e legais e considerada a visão técnico-vernacular, volto à Lei nº 9.718/98, salientando, como retratado acima, constar do artigo 2º a referência a faturamento. No artigo 3º, deu-se enfoque todo próprio, definição singular ao instituto faturamento, olvidando-se a dualidade faturamento e receita bruta de qualquer natureza, pouco importando a origem, em si, não estar revelada pela venda de mercadorias, de mercadorias e serviços ou de serviços:
Art. 3º O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.

Não fosse o § 1º que se seguiu, ter-se-ia a observância da jurisprudência desta Corte, no que ficara explicitado, na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, a sinonímia dos vocábulos "faturamento" e "receita bruta". Todavia, o § 1º veio a definir esta última de forma toda própria:
§ 1º Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.

O passo mostrou-se demasiadamente largo, olvidando-se, por completo, não só a Lei Fundamental como também a interpretação desta já proclamada pelo Supremo Tribunal Federal. Fez-se incluir no conceito de receita bruta todo e qualquer aporte contabilizado pela empresa, pouco importando a origem, em si, e a classificação que deva ser levada em conta sob o ângulo contábil.

Em síntese, o legislador ordinário (logicamente não no sentido vulgar, mas técnico-legislativo) acabou por criar uma fonte de custeio da seguridade à margem do disposto no artigo 195, com a redação vigente à época, e sem ter presente a regra do § 4º nele contido, isto é, a necessidade de novas fontes destinadas a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social pautar-se pela regra do artigo 154, inciso I, da Constituição Federal, que é explícito quanto à exigência de lei complementar. Antecipou-se à própria Emenda Constitucional nº 20, no que, dando nova redação ao artigo 195 da Constituição Federal, versou a incidência da contribuição sobre a receita ou o faturamento. A disjuntiva "ou" bem revela que não se tem a confusão entre o gênero "receita" e a espécie "faturamento". Repita-se, antes da Emenda Constitucional nº 20/98, posterior à Lei ora em exame, a Lei nº 9.718/98, tinha-se apenas a previsão de incidência da contribuição sobre a folha de salários, o faturamento e os lucros. Com a citada emenda, passou-se não só a se ter a abrangência quanto à primeira base de incidência, folha de salários, apanhando-se de forma linear os rendimentos do trabalho pagos ou creditados a qualquer título, mesmo sem vínculo empregatício, observando-se o precedente desta Corte, como também a inserção, considerado o que surgiu como alínea "b" do inciso I do artigo 195, da base de incidência, que é a receita.

Como, então, dizer-se, a esta altura, que houve simples explicitação do que já previsto na Carta? É admitir-se a vinda à balha de emenda constitucional sem conteúdo normativo. É admitir-se que o legislador ordinário possa, até mesmo, modificar enfoque pacificado mediante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que haja atuado, à luz das balizas constitucionais, como guardião da Lei Fundamental. Descabe, também, partir para o que seria a repristinação, a constitucionalização de diploma que, ao nascer, mostrou-se em conflito com a Constituição Federal. Admita-se a inconstitucionalidade progressiva. No entanto, a constitucionalidade posterior contraria a ordem natural das coisas. A hierarquia das fontes legais, a rigidez da Carta, a revelá-la documento supremo, conduz à necessidade de as leis hierarquicamente inferiores observarem-na, sob pena de transmudá-la, com nefasta inversão de valores. Ou bem a lei surge no cenário jurídico em harmonia com a Constituição Federal, ou com ela conflita, e aí afigura-se írrita, não sendo possível o aproveitamento, considerado texto constitucional posterior e que, portanto, à época não existia. Está consagrado que o vício da constitucionalidade há de ser assinalado em face dos parâmetros maiores, dos parâmetros da Lei Fundamental existentes no momento em que aperfeiçoado o ato normativo. A constitucionalidade de certo diploma legal deve se fazer presente de acordo com a ordem jurídica em vigor, da jurisprudência, não cabendo reverter a ordem natural das coisas. Daí a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Nessa parte, provejo o recurso extraordinário e com isso acolho o pedido formulado na inicial, referente à base de cálculo da contribuição, ou seja, para que se entenda, como receita bruta ou faturamento, o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa."

Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

No particular, merece transcrição de trecho do voto proferido pelo e. Ministro Moreira Alves, na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 01/DF, *verbis*:

"(...)
Em síntese, como salientou o Ministro Carlos Velloso, na qualidade de relator do RE 138.284, quando esta Corte reiterou o entendimento já expedido por ocasião do julgamento do RE 146.733,

'O que importa perquirir não é o fato de a União arrecadar a contribuição, mas se o produto da arrecadação é destinado ao financiamento da seguridade social (CF, art. 195, I).'

E, em se tratando da contribuição social instituída pela Lei Complementar n. 70/91, ele o é, como dispõe seu artigo 1º.

De outra parte, sendo a COFINS contribuição social instituída com base no inciso I do artigo 195 da Constituição Federal, e tendo ela natureza tributária diversa da do imposto, as alegações de que ela fere o princípio constitucional da não-cumulatividade dos impostos da União e resulta em bitributação por incidir sobre a mesma base de cálculo do PIS/PASEP só teriam sentido se se tratasse de contribuição social nova, não enquadrável no inciso I do artigo 195, hipótese em que se aplicaria o disposto no § 4º desse mesmo artigo 195 ('A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I'), que determina a observância do inciso I do artigo 154 que estabelece que a União poderá instituir 'I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição'.

Sucede, porém, que a contribuição social em causa, incidente sobre o faturamento dos empregadores, é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 195 da Carta Magna, não se podendo pretender, portanto, que a Lei Complementar n.º 70/91 tenha criado outra fonte de renda destinada a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social.

Por isso mesmo, essa contribuição poderia ser instituída por Lei ordinária. A circunstância de ter sido instituída por lei formalmente complementar - a Lei Complementar n.º 70/91 - não lhe dá, evidentemente, a natureza de contribuição social nova, a que se aplicaria o disposto no § 4º do artigo 195 da Constituição, porquanto essa lei, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída - que são o objeto desta ação -, é materialmente ordinária, por não tratar, nesse particular, de matéria reservada, por texto expresso da Constituição, à lei complementar. A jurisprudência desta Corte, sob o império da Emenda Constitucional n.º 1/69 - e a Constituição atual não alterou esse sistema -, se firmou no sentido de que só se exige lei complementar para as matérias para cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária.
(...)"

Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, *verbis*:
"TRIBUTÁRIO. COFINS. ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º 9.718/98. ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RE 336134/RS, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003)

Confira-se ainda, à guisa de exemplo, recente decisão monocrática proferida pelo e. Ministro Celso de Mello, já consonante com o citado julgamento do Plenário:

*"O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a controvérsia jurídica pertinente à ampliação da **base de cálculo** do PIS/COFINS (RE 357.950/RS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO), declarou, "incidenter tantum", a **inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98,** por entender que a noção de **faturamento** referida no art. 195, I, da Constituição da República, na redação anterior à EC 20/98, não legitimava a incidência de tais contribuições sobre a totalidade das **receitas** auferidas pelas empresas contribuintes, advertindo, ainda, que a superveniente promulgação da EC 20/98 não teve o condão de validar legislação ordinária anterior, que se mostrava originariamente inconstitucional.*

*Esta Suprema Corte, por sua vez, também em julgamento plenário (RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO), confirmou a **validade jurídico-constitucional do art. 8º da Lei nº 9.718/98,** no que concerne à majoração da alíquota de 2% para 3% (**COFINS**), assinalando que esse aumento - considerada a cláusula constitucional da anterioridade mitigada (CF, art. 195, § 6º) - tornou-se exigível a partir de 1º/02/99, afastada, no entanto, para efeito de incidência da referida alíquota (3%), a **base de cálculo** ampliada resultante do já mencionado § 1º (inconstitucional) do art. 3º da Lei nº **9.718/98**.*

Cumpre acentuar, ainda, que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, reconheceu a plena ***constitucionalidade da compensação, de até um terço (1/3), da COFINS com a CSLL****, apenas assegurada ao contribuinte sujeito à incidência de ambas as espécies tributárias ora mencionadas, rejeitando, desse modo, a alegação de que o § 1º do art. 8º da Lei nº* ***9.718/98*** *teria importado em ofensa ao postulado da isonomia tributária, porque excluídos de tal benefício os contribuintes unicamente tributados pela* ***COFINS****:*

"TRIBUTÁRIO. ***COFINS.*** *ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º* ***9.718/98.*** *ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (****COFINS****), até um terço do 'quantum' devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela* ***COFINS,*** *a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RTJ 185/352, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - grifei)*

Cabe assinalar, finalmente, que a diretriz jurisprudencial que venho de referir, considerados os precedentes em questão, tem sido observada, no âmbito desta Suprema Corte, em reiteradas decisões proferidas na resolução de controvérsia idêntica à suscitada na presente causa (RE 301.868/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - RE 308.066/RS, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - RE 356.471/MG, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - RE 372.627/DF, Rel. Min. ELLEN GRACIE - RE 388.039/MG, Rel. Min. GILMAR MENDES - RE 413.257/RJ, Rel. Min. CEZAR PELUSO - RE 451.348/SP, Rel. Min. CARLOS BRITTO - RE 469.023/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

Sendo assim, em face das razões expostas, conheço do presente recurso extraordinário, para dar-lhe parcial provimento (CPC, art. 557, § 1º - A), em ordem a afastar, considerada a ***base de cálculo*** *do PIS/COFINS, a aplicação do § 1º do art. 3º da Lei nº* ***9.718/98,*** *observando-se, para esse efeito, o entendimento que o Plenário desta Suprema Corte proclamou no julgamento do RE 357.950/RS.*
(...)" (RE 453622/SP, publicado no DJ de 25.04.2006)

In casu, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.

Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.

De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98, que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal, restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, § 1º-A, do CPC, DOU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2247)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.206 - SP (2007/0174335-3)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: AFONSO GRISI NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONFECÇÕES DE ROUPAS HAEMUM LTDA
ADVOGADO	: JOÃO MIGUEL DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento tendente a viabilizar subida a esta Corte de recurso especial interposto pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que versa sobre desembaraço aduaneiro de mercadoria importada.
Nas razões de recurso especial, a recorrente aponta contrariedade ao art. 23 do Decreto-lei n.º 1.455/76. Sustenta, em síntese, ser inviável afastar a pena de perdimento dos bens no presente caso, visto que a recorrida não apresentou justificativa para deixar a mercadoria abandonada na alfândega por prazo superior a noventa dias.
Relatados. Decido.
Tenho que a pretensão não merece guarida.
Com efeito, o acórdão recorrido está em harmonia com a orientação firmada na jurisprudência desta Corte, para a qual a pena de perdimento pode ser relevada quando houver a caracterização do interesse da parte em reaver a mercadoria supostamente abandonada.
Nesse sentido, confiram-se os seguintes julgados:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. MERCADORIA IMPORTADA. PRAZO PARA DESEMBARAÇO ADUANEIRO. ART. 23 DO DL Nº 1.455/76. PAGAMENTO DE DESPESAS. PERDIMENTO DE BENS POR ABANDONO. NÃO-CARACTERIZAÇÃO. PRECEDENTES.
1. Agravo regimental contra decisão que negou provimento a agravo de instrumento.

2. Acórdão a quo segundo o qual "embora decorrido o prazo legal para o desembaraço aduaneiro de mercadoria importada, é plenamente possível ser promovido o despacho ou desembaraço, enquanto não se efetuar a venda, desde que indenizadas, previamente, as despesas realizadas".
3. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que: - "A jurisprudência desta eg. Segunda Turma firmou o entendimento de que se deve flexibilizar a pena de perdimento de bens, quando ausente o elemento danoso" (REsp nº 331548/PR, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJ de 04/05/06); - "O Direito pretoriano enquadra-se na posição de flexibilizar a pena de perdimento, quando ausente o elemento danoso. Interpretação principiológica que se reporta à razoabilidade" (REsp nº 512517/SC, Relª Minª Eliana Calmon, DJ de 19/09/05); - "Para que se decrete a pena de perdimento de bens, prevista no art. 23 do Decreto-lei 1.455/76, não basta que transcorram os 90 (dias) sem que tenha havido o desembaraço da mercadoria. É necessário que seja instaurado o processo administrativo-fiscal (art. 27 do Decreto 1.455/76) para que se verifique a intenção do agente de abandonar a mercadoria" (REsp nº 517790/CE, 2ª T., Rel. Minª Eliana Calmon, DJ de 12/09/05)
4. A pena de perdimento de bens, no caso previsto no art. 23 do DL nº 1.455/76, não se dá automaticamente, podendo ser elidida a presunção juris tantum de ter havido o abandono.
5. Não-caracterização de abandono em face do manifesto desejo, efetivamente comprovado, de desembaraçar as mercadorias em curto prazo, com os pagamentos devidos, afastando-se a imposição da declaração de sua perda. Somente é cabível a pena de perdimento, quando comprovada a vontade de abandonar a mercadoria.
6. Agravo regimental não-provido" (AgRg no Ag. n.º 849.702/SP, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 28/5/2007, p. 295).

"TRIBUTÁRIO. MERCADORIA IMPORTADA. ABANDONO. NÃO-COMPROVAÇÃO. PENA DE PERDIMENTO. INAPLICABILIDADE.
1. Para que se decrete a pena de perdimento de bens, prevista no art. 23 do Decreto-Lei n. 1.455/76, faz-se necessária a comprovação da intenção do agente de abandonar a mercadoria importada. Com efeito, o mero transcurso do prazo de 90 (noventa) dias sem que tenha havido o respectivo desembaraço da mercadoria não enseja, por si só, a aplicação da referida pena. Precedentes.
2. Recurso especial improvido" (REsp. n.º 553.027/CE, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJ de 7/2/2007, p. 278).

"PROCESSUAL E TRIBUTÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA - LIBERAÇÃO DE MERCADORIAS APREENDIDAS NA ALFÂNDEGA - PENA DE PERDIMENTO - COMPROVAÇÃO DO ÂNIMO DE ABANDONAR - NECESSIDADE.
1. Para que se decrete a pena de perdimento de bens, prevista no art. 23 do Decreto-lei 1.455/76, não basta que transcorram os 90 (dias) sem que tenha havido o desembaraço da mercadoria. É necessário que seja instaurado o processo administrativo-fiscal (art. 27 do Decreto 1.455/76) para que se verifique a intenção do agente de abandonar a mercadoria.
2. Recurso especial improvido" (REsp. n.º 517.790/CE, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJ de 12/9/2005, p. 270).

No caso, consta do acórdão recorrido que a recorrida demonstrou interesse em efetuar o embaraço aduaneiro e *"tratou de evitar a ocorrência de qualquer dano ao erário"* (fl. 127). Admitir conclusão em sentido contrário, como aquela propugnada pela recorrente, exige o reexame de prova e faz aplicável ao caso a Súmula n.º 7 deste Tribunal.
Tais as razões expendidas, com esteio no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil c/c o artigo 34, XVIII, do RISTJ e artigo 38 da Lei nº 8.038/90, NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO, Relator

(2248)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.222 - SP (2007/0165660-2)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: ROSA ELINE COSTA
ADVOGADO	: JOSÉ MARIA PAZ E OUTRO(S)

DECISÃO

ADMINISTRATIVO. DESPACHANTE ADUANEIRO. CREDENCIAMENTO. INSCRIÇÃO. LIMITAÇÃO AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL. NÃO-CABIMENTO. PRECEDENTES.
1. Agravo de instrumento contra decisão que inadmitiu recurso especial em face de acórdão que afastou restrições administrativas, impostas por portaria e ordem de serviço, ao pleno exercício da profissão de despachante aduaneiro, visto que a lei especial não exige qualificação técnica ao exercício da referida atividade.
2. O art. 5º, § 3º do DL nº 2.472/1988 admite que, além dos despachantes aduaneiros, possam ser admitidas como representantes do exportador e do importador, no desembaraço aduaneiro, outras pessoas que atendam aos requisitos fixados pelo Poder Executivo.
3. A jurisprudência desta Corte Superior e do saudoso Tribunal Federal de Recursos pacificou o entendimento no sentido de que, cumpridos os requisitos legais para habilitação de despachante aduaneiro ao exercício do cargo, é vedado à Administração formular outras exigências por intermédio de ato administrativo, extrapolando os termos de norma hierarquicamente superior.
4. Uma vez preenchidos os requisitos exigidos em lei especial, a qual não exige qualificação técnica, têm os impetrantes direito ao credenciamento (inscrição) como despachantes aduaneiros, sendo de nenhuma valia o ato administrativo que extravasa os limites legais para criar outras condições.
5. Precedentes das 1ª e 2ª Turmas do STJ e das 1ª, 2ª e 3ª Turmas do saudoso TFR.
6. Recurso não-provido.
Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento para reformar decisão que inadmitiu recurso especial em face de acórdão que afastou restrições administrativas, impostas por portaria e ordem de serviço, ao pleno exercício da profissão de despachante aduaneiro, visto que a lei especial não exige qualificação técnica ao exercício da referida atividade.
A recorrente aduz violação dos arts. 5º, § 3º, do DL nº 2.472/88, 42 e 47 do Decreto n 646/92, ao argumento de que não pode ser investido na função de Despachante Aduaneiro aquele que era tão-somente empregado de Comissária de Despachos Aduaneiros e não Ajudante de Despachante Aduaneiro.
Relatados, decido.
A polêmica gira em torno da exigência legal de qualificação técnica para o exercício da atividade de despachante aduaneiro.
A meu ver, o assunto vergastado não gera mais polêmica. É harmônica a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça a respeito do tema debatido, conforme atestam as seguintes ementas:
"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - DESPACHANTE ADUANEIRO - LIMITAÇÃO AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL - DESCABIMENTO - FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL NÃO IMPUGNADO - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 126/STJ -
PRECEDENTES EX-TFR.
- Inadmissível o recurso especial, quando a parte vencida não manifesta recurso extraordinário impugnando o fundamento constitucional do acórdão capaz de mantê-lo por si só.
- Se os impetrantes, despachantes aduaneiros, cumpriram os requisitos legais para habilitação ao exercício do cargo, à Administração é defeso formular outras exigências por meio de ato administrativo, extrapolando os termos de norma hierarquicamente superior.
- Recurso não conhecido." (REsp nº 150925/SP, 2ª Turma, Rel. Min. FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, DJ de 02/05/2000)
"ADMINISTRATIVO - AJUDANTE DE DESPACHANTE ADUANEIRO - LIMITAÇÃO AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL - DESCABIMENTO - PRECEDENTES EX-TFR.
- Se o impetrante, ajudante de despachante aduaneiro, cumpriu os requisitos legais para habilitação ao exercício do cargo, à Administração é defeso formular outras exigências por meio de ato administrativo, extrapolando os termos de norma hierarquicamente superior.
- Recurso não conhecido." (REsp nº 150858/SP, 2ª Turma, Rel. Min. FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, DJ de 02/05/2000)
"ADMINISTRATIVO - DESPACHOS ADUANEIROS - COMISSÁRIAS DE DESPACHO - CREDENCIAMENTO - DECRETO-LEI 2.472/88 (ART. 5º) - DECRETO 646/92 (ART. 45).
I - O Art. 5º, § 3º do Decreto-lei 2.472/88 admite que, além dos despachantes aduaneiros, possam ser admitidas como representantes do exportador e do importador, no desembaraço aduaneiro, outras pessoas que atendam os requisitos fixados pelo Poder Executivo.
II - As Comissárias de Despacho que vinham exercendo licitamente o despacho aduaneiro, por mais de dois anos, têm direito a inscrição no Registro de Despachantes Aduaneiros (Dec. 646/92, Art. 45)." (REsp nº 138481/SC, 1ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ de 01/02/1999)
"RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. DESPACHOS ADUANEIROS. DESPACHANTES ADUANEIROS E COMISSÁRIAS DE DESPACHO, ADMITIDOS COMO REPRESENTANTES DAS PARTES INTERESSADAS. DECRETO-LEI NUM. 2.472, DE 1988.
- Se o Decreto-Lei num. 2.472, de 1º de setembro de 1988, alterou o regime legal em matéria de designação de representante do importador e do exportador, ressalvou que, cumpridos os requisitos fixados, outras, pessoas, além dos despachantes aduaneiros, podem ser admitidos como representantes das partes.
- As alterações supervenientes, por conseguinte, não poderiam ignorar a situação regular das comissárias de despacho, credenciados para aquelas atividades, proibindo-lhes abruptamente o exercício sem lhes assegurar prévia manifestação.

- Conhecimento, pela divergência, do recurso especial, que fica desprovido." (REsp nº 138666/SC, 2ª Turma, Rel. Min. HÉLIO MOSIMANN, DJ de 01/06/1998)

"REGISTRO - DESPACHANTE ADUANEIRO - REQUISITOS.

- Atendendo ao edital de convocação da Superintendência da Receita Federal, tendo sido requerida a inscrição no registro de despachantes aduaneiros dentro do prazo estabelecido e satisfazendo todos os requisitos exigidos, atendeu o disposto no Dec. 646/92.

- Recurso improvido." (REsp nº 150526/SP, 1ª Turma, Rel. Min. GARCIA VIEIRA, DJ de 18/05/1998)

A propósito, confiram-se mais estes precedentes: REsps nºs 392454/RS, DJ de 29/03/2006; 142773/RS, DJ de 13/06/2005; 178799/SP, DJ de 09/05/2005; REsp 396449/RS, DJ de 08/04/2002; 362135/PR, DJ de 18/03/2002; AgRg no AG nº 491037/SP, DJ de 20/10/2003.

Na mesma trilha também foi a jurisprudência do saudoso e egrégio Tribunal Federal de Recursos acerca da matéria discutida, conforme ementas abaixo registradas:

"ADMINISTRATIVO. AJUDANTES DE DESPACHANTE ADUANEIRO. HABILITAÇÃO COMO DESPACHANTES. REQUISITOS LEGAIS. RESTRIÇÃO EMERGENTE DE PORTARIA INTERMINISTERIAL.

1. Uma vez preenchidos os requisitos exigidos em lei, tem os ajudantes de despachantes aduaneiros direito à habilitação como despachantes, sendo de nenhuma valia o ato administrativo que extravasa os limites legais para criar outras condições.

2. Precedentes.

3. Recurso provido." (AMS nº 106752/SP, 2ª T., Rel. Min. JESUS COSTA LIMA, DJ 22/10/1987)

"ADMINISTRATIVO. DESPACHANTE ADUANEIRO. HABILITAÇÃO.

I - Satisfazendo o candidato os requisitos elencados no parágrafo único do art. 4º, do Decreto nº 84.346/79, tem o direito líquido e certo de ser habilitado para o exercício da atividade de despachante aduaneiro.

II - Sentença concessiva de segurança confirmada." (REO nº 110522/SP, 1ª T., Rel. Min. COSTA LEITE, DJ 10/12/1987)

"DESPACHANTE ADUANEIRO - LIMITAÇÃO INDEVIDA AO PLENO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.

- Para que seja deferida a habilitação como despachante aduaneiro basta que o postulante preencha os requisitos legais (Decreto nº 84.346/79), não podendo a autoridade administrativa criar óbice onde a lei não cria, sob pena de ferir o princípio constitucional estatuído no p-23, do artigo 153, da Carta Maior." (REO nº 108326/RS, 3ª T., Rel. Min. ASSIS TOLEDO, DJ 15/10/1987)

"ADMINISTRATIVO. DESPACHANTE ADUANEIRO. HABILITAÇÃO.

I- Satisfazendo o candidato os requisitos elencados no parágrafo único, do art. 4º, do Decreto n. 84346/79, tem o direito líquido e certo de ser habilitado para o exercício da atividade de despachante aduaneiro.

II- Sentença concessiva de segurança confirmada." (REO nº 106100/RS, 1ª T., Rel. Min. COSTA LEITE, DJ 10/12/1987)

"ADMINISTRATIVO. AJUDANTE DE DESPACHANTE ADUANEIRO. EXERCÍCIO PROFISSIONAL. LIMITAÇÃO. DESCABIMENTO.

- Se os impetrantes, ajudantes de despachantes aduaneiro, cumpriram os requisitos legais para o exercício de suas atividades, à administração é defeso formular outras exigências por meio de ato administrativo.

- Sentença confirmada." (REO nº 105048/SP, 2ª T., Rel. Min. WILLIAM PATTERSON, DJ 22/10/1987)

"DESPACHANTE ADUANEIRO - EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.

- Direito de atuação em regime de despacho aduaneiro simplificado, garantido pela Lei 6.562/78.

- Sentença confirmada." (REO nº 95928/SP, 2ª T., Rel. Min. OTTO ROCHA, DJ 08/10/1987)

Esse é o posicionamento que sigo, por entender ser o mais coerente.

Por tais razões, NEGO provimento ao agravo de instrumento.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO JOSÉ DELGADO
Relator

(2249)

RECURSO ESPECIAL Nº 931.242 - RS (2007/0047443-6)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: ABRILINO FERREIRA ROMEIRO E OUTROS
ADVOGADO	: PATRICIA DE MORAES BUCHRIESER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S/A EPTC
ADVOGADO	: FÁBIO BERWANGER JULIANO E OUTRO(S)

DECISÃO

RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. PENALIDADE. PRÉVIA NOTIFICAÇÃO. AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA 127/STJ. O CÓDIGO DE TRÂNSITO IMPÔS MAIS DE UMA NOTIFICAÇÃO PARA CONSOLIDAR A MULTA. AFIRMAÇÃO DAS GARANTIAS PÉTREAS CONSTITUCIONAIS NO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. SÚMULA 312/STJ. ANULAÇÃO DE TODO O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Sumula 312/STJ:*"No processo administrativo para imposição de multa de trânsito, são necessárias as notificações da autuação e da aplicação da pena decorrente da infração".*

2. O sistema de imputação de sanção pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei n.º 9.503/97) prevê duas notificações a saber: a primeira referente ao cometimento da infração e a segunda inerente à penalidade aplicada, desde que superada a fase da defesa quanto ao cometimento, em si, do ilícito administrativo. Similitude com o processo judicial, por isso que ao imputado concede-se a garantia de defesa antes da imposição da sanção, sem prejuízo da possibilidade de revisão desta.

3. Nas infrações de trânsito, a análise da consistência do auto de infração à luz da defesa propiciada é premissa inafastável para a aplicação da penalidade e consectário da garantia da ampla defesa assegurada no inciso LV, do artigo 5º da CF, como decorrência do *due process of law* do direito anglo-norte-americano, hoje constitucionalizado na nossa Carta Maior.

4. A garantia da plena defesa implica a observância do rito, as cientificações necessárias, a oportunidade de objetar a acusação desde o seu nascedouro, a produção de provas, o acompanhamento do *iter* procedimental, bem como a utilização dos recursos cabíveis.

5. A Administração Pública, mesmo no exercício do seu poder de polícia e nas atividades *self executing* não pode impor aos administrados sanções que repercutam no seu patrimônio sem a preservação da ampla defesa, que *in casu* se opera pelas notificações apontadas no CTB.

6. Sobressai inequívoco do CTB (art. 280, *caput*) que à lavratura do auto de infração segue-se a primeira notificação *in faciem* (art. 280, VI) ou, se detectada a falta à distância, mediante comunicação documental (art. 281, parágrafo único, do CTB), ambas propiciadoras da primeira defesa, cuja previsão resta encartada no artigo 314, parágrafo único, do CTB em consonância com as Resoluções 568/80 e 829/92 (art. 2º e 1º, respectivamente, do CONTRAN).

7. Superada a fase acima e concluindo-se nesse estágio do procedimento pela imputação da sanção, nova notificação deve ser expedida para satisfação da contraprestação ao cometimento do ilícito administrativo ou oferecimento de recurso (art. 282, do CTB). Nessa última hipótese, a instância administrativa somente se encerra nos termos dos artigos 288 e 290, do CTB.

8. Revelando-se procedente a imputação da penalidade, após obedecido o devido processo legal, a autoridade administrativa recolherá, sob o pálio da legalidade a famigerada multa pretendida abocanhar açodadamente.

9. A sistemática ora entrevista coaduna-se com a jurisprudência do E. STJ e do E. STF as quais, malgrado admitam à administração anular os seus atos, impõe-lhe a obediência ao princípio do devido processo legal quando a atividade repercuta no patrimônio do administrado.

10. No mesmo sentido é a *ratio essendi* da Súmula 127, do STJ que inibe condicionar a renovação da licença de veículo ao pagamento da multa, da qual o infrator não foi notificado.

11. Recurso especial a que se nega seguimento. (Art. 557, *caput*, CPC)

Trata-se de recurso especial interposto por ABRILINO FERREIRA ROMEIRO E OUTROS , com fulcro nas alíneas "a" e "c", do inciso III, do art. 105, da Constituição Federal contra acórdão proferido em sede de apelação pela 3ª Câmara Cível do TJ/RS, assim ementado:

"apelação cível. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL e processual administrATivo. CÓDIGO BRASILEIRO DE TRÂNSITO (CTB). INFRAÇões DE TRÂNSITO. APLICAÇÃO DE PENALIDADES SEM O DEVIDO PROCESSO LEGAL (EPTC). AÇÃO CONSTITUTIVA NEGATIVA. procedência NA ORIGEM. MULTAS JÁ PAGAS PELOS AUTORES. NÃO-CONVALIDAÇÃO DO VÍCIO. MUDANÇA DE POSICIONAMENTO. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. IMPROVIMENTO EM GRAU RECURSAL.

***1.** É incabível notificação de infração de trânsito c/c notificação de penalidade aplicada sem a observância, do contraditório e da ampla defesa; em suma, sem o devido processo legal Incidência e aplicação do artigo 5.°, LV, da CF-1988, do artigo 281, § único, II, do Código Brasileiro de Trânsito (CTB). Igual incidência da Lei n.º 9.784, de 29.01.1999 (DOU 01.02.1999 - Art. 2º e 3º), que regula o processo administrativo.*

***2.** Nos termos de precedentes desta Câmara, deverá ser anulado, unicamente, o procedimento administrativo subseqüente à lavratura do auto de infração, porquanto este é peça inicial da abertura do processo administrativo.*

3.** O pagamento da multa não importa em convalidação do vício, porque o procedimento adotado é ilegal e foi declarado nulo.* ***PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. MUDANÇA DE POSICIONAMENTO.

PRELIMINARES REJEITADAS.

APELAÇÃO DOS AUTORES PROVIDA EM PARTE. NEGADO PROVIMENTO AO APELO DA EPTC."

Noticiam os autos que o ora Recorrente ajuizou ação ordinária em desfavor da EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S/A - EPTC , objetivando a anulação de penalidades que lhe foram impostas, em decorrência de 3 (três) supostas infrações de trânsito, uma vez que não lhe foi concedida oportunidade de defesa prévia, restando inobservado o devido processo legal.

O juízo de primeiro grau julgou procedente o pedido em relação aos autos AITs, para o efeito de anular, tão somente, o procedimento administrativo que deu origem aos autos de infração.

A Quarta Câmara Cível do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, por unanimidade, em acórdão outrora transcrito, deu parcial provimento à apelação. No tocante a um dos autos de infração, declarou a não-convalidação do vício em virtude do seu pagamento espontâneo; em relação aos outros dois, determinou a suspensão da autuação - e a sua anulação, conforme pleiteado na exordial - até conclusão da renovação do procedimento administrativo pelo órgão autuador.

Irresignado com o teor do v. acórdão prolatado, interpôs recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea "a", da Carta Maior, sustentando violação ao art. 281, §1º, inciso I, do Código de Trânsito Brasileiro, porquanto a negativa de oportunidade para exercício do contraditório e da ampla defesa veio a eivar de nulidade todos os procedimentos administrativos de imposição de penalidade pela prática das referidas infrações de trânsito. Em assim sendo, deveria ter o acórdão recorrido declarado a nulidade dos autos de infração e não a sua mera suspensão.

Foram apresentadas contra-razões pela EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO, que também interpôs apelo nobre, com fundamento nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, alegando violação aos arts. 280 e 28, todos do CTB. Tal apelo restou, todavia, inadmitido na instância de origem, tendo subido ao E. STJ em virtude de Agravo de Instrumento.

Resultando o juízo de admissibilidade positivo na instância de origem, ascenderam os autos do presente recurso especial ao E. STJ.

Ambas as partes interpuseram recursos extraordinários, tendo o juízo de admissibilidade *a quo* negado-lhes seguimento.

Brevemente relatados, decido.

Preliminarmente, conheço do recurso, eis que atendidos os pressupostos de admissibilidade, restando configurado o prequestionamento do dispositivo tido por violado.

Ressalta inequívoco do CTB que a autoridade de trânsito, que antes de julgar o auto de infração, seja qual for a penalidade a ser em tese aplicada, não conceder ao autuado oportunidade de defesa, viola direito líquido e certo deste, amparável por mandado de segurança. É que o atual Código Brasileiro de Trânsito (Lei 9.503/97), embora não seja específico no ponto, assim como não o era o anterior Código Nacional de Trânsito (Lei 5.106/66), reconhece esse direito, de modo implícito, ao concede-lo em outras situações, como a dos arts. 257, § 7º, e 265. Deveras, se todas são penalidades, como assenta o art. 256, não é lógico conceder direito de defesa só em relação a algumas. Ainda que assim não bastasse, forçoso reconhecer que o direito de defesa, inclusive no âmbito administrativo, vem garantido pelo art. 5º, LV da CF. Por isso, a Resolução 568/80, do CONTRAN, foi recepcionada pelo atual CTB, conforme admite o art. 314, parágrafo único, do CTB.

Aliás, nem poderia ser diferente. Isto porque dentre os princípios que se destacam no procedimento administrativo, reluz o da "**garantia de defesa**".

Preleciona a acatada doutrina de *Hely Lopes Meirelles*:

"O princípio da garantia de defesa, entre nós, está assegurado no inc. LV, do art. 5º, da CF, juntamente com a obrigatoriedade do contraditório, como decorrência do devido processo legal (CF, art. 5º, LIV), que tem origem no due process of law do Direito anglo-norte-americano.

Por garantia de defesa deve-se entender não só a observância do rito adequado como a cientificação do processo ao interessado, a oportunidade para contestar a acusação, produzir prova de seu direito, acompanhar os atos da instrução e utilizar-se dos recursos cabíveis.

Daí a justa observação de Gordillo de que: El principio constitucional de la defensa en juicio, en el debido proceso, es por supuesto aplicable en el procedimiento administrativo, y com criterio amplio, no restrictivo. O que coincide com esta advertência de Frederico Marques: "Se o poder administrativo, no exercício de suas atividades, vai criar limitações patrimoniais imediatas ao administrado, inadmissível seria que assim autuasse fora das fronteiras do due process of law. Se o contrário fosse permitido, ter-se-ia de concluir que será lícito atingir alguém em sua fazenda ou bens, sem o devido processo legal". E remata o mesmo jurista: " Isto posto, evidente se torna que a Administração Pública, ainda que exercendo seus poderes de autotutela, não tem o direito de impor aos administrados gravames e sanções que atinjam, direta ou indiretamente, seu patrimônio sem ouvi-los adequadamente, preservando-lhes o direito de defesa".

Em respaldo às ilações doutrinárias, posiciona-se a jurisprudência nos seguintes arestos: "STF, RDA 73/136, 97/110, 114/142, 118/99; TFR, RTFR 34/140; RDA 38/254; TJMG, RDP 20/245; TJSP, RDA 45/123, 54/364; RT 261/365, 321/260; 1ª TASP, RT 257/483, 260/563, 270/632, 345/352".

A conclusão pela ocorrência da dupla notificação obedece mesmo a uma análise histórico-teleológica da legislação pertinente.

Forçoso relembrar que, no vetusto CNT, estabeleciam os artigos 112 e 116 (Lei 5.108/66) que as autuações por infração de trânsito eram "julgadas" pela autoridade competente para "aplicação" de penalidade. Dessa decisão era cabível recurso, no prazo de trinta dias, à Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI), sem efeito suspensivo, e, por conseguinte, havia depósito do valor da multa, quando fosse o caso. Uma vez não julgado, por motivo de força maior, no prazo de trinta dias, a autoridade competente para fazê-lo podia, de ofício ou a pedido, agregar efeito suspensivo ao recurso. Iguais normas dispunham os arts. 112 a 116 do Regulamento, aprovado pelo Decreto 62.127/68.

Deveras, o CONTRAN, consolidando e unificando diversos regramentos administrativos, valendo-se de atribuições legais, editou a Resolução 568/80, que disciplinou, pormenorizadamente, o procedimento a respeito das autuações de trânsito, estabelecendo no art. 2º: "*Com o recebimento do Auto de Infração, o interessado poderá, no prazo de 30 dias, apresentar defesa prévia à autoridade de trânsito, antes de aplicação da penalidade."*

O CONTRAN resolveu assim dispor em virtude da constante anulação, pelos tribunais do país, das sanções por violação ao direito assegurado ao acusado de, antes do julgamento, ser-lhe concedida a oportunidade de se defender. Advirta-se que essa concessão era deferida, quando, em regra, admitia-se a dispensa de defesa nos casos de falta provada, envolvendo infrações leves, como, por exemplo, advertência verbal. Hoje, como de sabença, em face do art. 5º, LV, da CF, até para essa categoria, exige-se a concessão de defesa, quando houver anotação na ficha funcional. Com muito mais razão, portanto, quando envolver autuação no trânsito, com imposição de pena, seja ou não de natureza patrimonial.

Nesse seguimento, dispõe o artigo 280, do CTB (Lei 9.503/97) que, ocorrendo fato típico, lavrar-se-á auto de infração, contendo, dentre outros requisitos e informações, a identificação do órgão ou entidade e da autoridade, ou do agente autuador, ou do equipamento do órgão ou entidade e da autoridade, ou do agente autuador, ou do equipamento que comprovar a infração (inc. V), bem assim a assinatura do infrator, sempre que possível, valendo esta como notificação do cometimento da infração (inciso VI).

Forçoso reconhecer que persistiu a distinção entre autoridade de trânsito e agente de trânsito ou agente autuador, subsistindo as hipóteses de autuação em flagrante e à distância.

Na autuação em flagrante vale como notificação do cometimento da infração aquela realizada *in faciem*. Mas de toda sorte "o infrator é notificado do auto de infração, e não da penalidade".

Destarte, não sendo possível a autuação em flagrante, como ocorre de ordinário, máxime, por força da instalação de sistemas eletrônicos de fiscalização vulgarmente conhecidos como "pardais", o § 3º do mesmo dispositivo esclarece que o agente autuador ou agente de trânsito relata a impossibilidade no auto de infração, com os requisitos necessários ao procedimento previsto no artigo seguinte, isto é, o do art. 281.

Isto significa dizer que o rito do artigo 281 é obrigatório para todo auto de infração, independentemente de ter sido lavrado em flagrante ou à distância.

Esse dispositivo, o art. 281, por seu turno, dispõe que a autoridade de trânsito, na esfera da competência estabelecida pelo Código e dentro da sua circunscrição, julgará a consistência do auto de infração e aplicará a penalidade cabível, prevendo o parágrafo único as hipóteses de arquivamento do auto de infração a saber: (a) se considerado inconsistente ou irregular (inc.I); e (B) se, no prazo máximo de trinta dias, não for expedida a notificação da autuação (inc.II).

Do exposto conclui-se que a "aplicação da penalidade" é ato de competência privativa da autoridade de trânsito; excluída a atribuição do agente de trânsito para esse fim.

Outrossim, nada obsta que a autoridade de trânsito proceda de ofício, desde que seja para favorecer o autuado, como , v.g.: em contato com o auto de infração, verifica algum vício formal como por exemplo não estar a mesma tipificada ou não constar o local data e horário do cometimento (art.280, I e II), tornando a peça irregular, ou, ainda, constatar que já decorreu o prazo decadencial de trinta dias para notificar.

Considere-se, por fim, que, como o inc.II, do parágrafo único aduz à notificação da autuação, e não da penalidade aplicada, resta evidente que este dispositivo é específico para as situações de não-flagrante, uma vez que para as autuações em flagrante vigora o inc.VI do art. 280, que refere a assinatura do infrator, valendo esta como notificação do cometimento da infração.

À luz do que até agora se expendeu, imperioso concluir que, se não for caso de arquivamento sumário, é imprescindível a notificação do infrator antes de a autoridade de trânsito aplicar qualquer penalidade, assim como o era no regime da legislação anterior.

Todavia, a inobservância da dupla notificação exigida pelo CTB não conduz à anulação ou ao arquivamento de todo o procedimento administrativo, como pretende o Recorrente, mas apenas a partir do momento em que se efetivou o cerceamento de defesa. Permanece, portanto, incólume o auto de infração, a fim de que seja expedida a notificação aos autuados, assegurando a aplicação do devido processo legal.

Nesse sentido, o seguinte julgado:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. AUTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. APLICAÇÃO DE PENALIDADES. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO A PARTIR DA OCORRÊNCIA DO CERCEAMENTO DE DEFESA. MANUTENÇÃO, APENAS, DO AUTO DE INFRAÇÃO.

***1.** Agravo regimental contra decisão que desproveu o agravo de instrumento dos agravantes.*

***2.** O acórdão a quo entendeu pela anulação dos atos de imposição de penalidade pela prática de infração de trânsito a partir do ponto em que ocorreu o cerceamento de defesa, em virtude da inobservância, no processo administrativo, do devido processo legal, mantendo-se incólume o auto de infração de trânsito e afirmando-se a convalidação dos vícios existentes, pelo pagamento voluntário da multa.*

***3.** Tem-se por correta decisão que apenas anula o procedimento administrativo a partir do ponto em que ocorreu o cerceamento de defesa, mantendo-se incólumes os autos de infração, a fim de que se proceda à notificação dos autuados para apresentarem, em face dos princípios do contraditório e da ampla defesa, a defesa pertinente.*

***4.** Precedentes citados pelos agravantes que não se prestam para o presente caso, por tratar de matérias diversas, apesar de correlatas.*

***5.** Agravo regimental não provido."* (AGA 583.272/RS, Primeira Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ 27/09/2004)

Last, but not least, assente-se que não há na legislação vigente qualquer regra que torne incompatível com o seu regime a contestação do autuado antes do julgamento administrativo de primeiro grau. Aliás, houvesse algum dispositivo impedindo a defesa no referido estágio procedimental, esbarraria na garantia do art. 5º, LV, da CF.

Ao revés, o diploma, em duas oportunidades, afeiçoa-se ao princípio da defesa prévia. A primeira é a do art. 257, § 7º, nos casos em que a identificação do infrator não é imediata e a notificação é endereçada diretamente ao proprietário. Não sendo ele o infrator, dispõe do prazo de quinze dias, contados a partir da notificação da autuação, ou seja, daquela de que trata o art. 281, parágrafo único, II, para dizer quem é, sob pena de responder pessoalmente. Ressalta neste ponto cristalina a hipótese de defesa antes do julgamento de primeira instância . Outro exemplo é o do art. 265 que enuncia que as penalidades de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação devem ser aplicadas por decisão fundamentada da autoridade de trânsito, em processo administrativo assegurado ao infrator amplo direito de defesa.

Ora, se o Código concede o direito de defesa naquelas situações em que o procedimento não tem por objeto impor multa, não transpõe os lindes da razoabilidade entender que a garantia da defesa não se aplique aos demais casos. Aliás, entender de outro modo beira a ilogicidade posto serem todas penalidades previstas no art. 256. Como admitir defesa para algumas e para outras não?

Por outro lado, sendo a JARI um órgão recursal, como diz o próprio nome, revela-se evidente que o momento adequado para o exercício do direito de defesa é aquele que antecede o julgamento pela autoridade de trânsito. Não se pode imaginar que o legislador tenha querido dizer que o direito de defesa se opera tão-só pelo direito de recorrer.

Ressalte-se, por fim, que o cumprimento do devido processo legal, antes de conspirar contra os interesses das autoridades de trânsito legitima-lhes a atuação, evitando que, açodadamente, abocanhem valores que, da forma como obtidos, serão inexoravelmente restituídos, mais cedo ou mais tarde, pela ilegalidade como foram arrecadados.

Não obstante, nesses casos de impugnação judicial de restituição ou nulificação da multa, cai por terra o caráter exemplar da inflição das sanções, desmoralizando o poder público, e o que é pior: dando ensejo a que motoristas irresponsáveis persistam na trilha da inconseqüência, motivados, implicitamente, pela deletéria sensação de impunidade.

Neste sentido, o RESP n.° 426084/RJ, deste relator, julgado à unanimidade pela Primeira Turma do STJ e publicado no DJ de 02/12/2002, cuja ementa merece transcrição:

ADMINISTRATIVO. INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. PENALIDADE. PRÉVIA NOTIFICAÇÃO. AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA 127/STJ. O CÓDIGO DE TRÂNSITO IMPÔS MAIS DE UMA NOTIFICAÇÃO PARA CONSOLIDAR A MULTA. AFIRMAÇÃO DAS GARANTIAS PÉTREAS CONSTITUCIONAIS NO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

1. O sistema de imputação de sanção pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei n.º 9.503/97) prevê duas notificações a saber: a primeira referente ao cometimento da infração e a segunda inerente à penalidade aplicada, desde que superada a fase da defesa quanto ao cometimento, em si, do ilícito administrativo. Similitude com o processo judicial, por isso que ao imputado concede-se a garantia de defesa antes da imposição da sanção, sem prejuízo da possibilidade de revisão desta.

2. Nas infrações de trânsito, a análise da consistência do auto de infração à luz da defesa propiciada é premissa inafastável para a aplicação da penalidade e consectário da garantia da ampla defesa assegurada no inciso LV, do artigo 5º da CF, como decorrência do due process of law do direito anglo-norte-americano, hoje constitucionalizado na nossa Carta Maior.

3. A garantia da plena defesa implica a observância do rito, as cientificações necessárias, a oportunidade de objetar a acusação desde o seu nascedouro, a produção de provas, o acompanhamento do iter procedimental, bem como a utilização dos recursos cabíveis.

4. A Administração Pública, mesmo no exercício do seu poder de polícia e nas atividades self executing não pode impor aos administrados sanções que repercutam no seu patrimônio sem a preservação da ampla defesa, que in casu se opera pelas notificações apontadas no CTB.

5. Sobressai inequívoco do CTB (art. 280, caput) que à lavratura do auto de infração segue-se a primeira notificação in faciem (art. 280, VI) ou, se detectada a falta à distância, mediante comunicação documental (art. 281, parágrafo único, do CTB), ambas propiciadoras da primeira defesa, cuja previsão resta encartada no artigo 314, parágrafo único, do CTB em consonância com as Resoluções 568/80 e 829/92 (art. 2º e 1º, respectivamente, do CONTRAN).

6. Superada a fase acima e concluindo-se nesse estágio do procedimento pela imputação da sanção, nova notificação deve ser ex pedida para satisfação da contraprestação ao cometimento do ilícito administrativo ou oferecimento de recurso (art. 282, do CTB). Nessa última hipótese, a instância administrativa somente se encerra nos termos dos artigos 288 e 290, do CTB.

7. Revelando-se procedente a imputação da penalidade, após obedecido o devido processo legal, a autoridade administrativa recolherá, sob o pálio da legalidade a famigerada multa pretendida abocanhar açodadamente.

8. A sistemática ora entrevista coaduna-se com a jurisprudência do E. STJ e do E. STF as quais, malgrado admitam à administração anular os seus atos, impõe-lhe a obediência ao princípio do devido processo legal quando a atividade repercuta no patrimônio do administrado.

9. No mesmo sentido é a ratio essendi da Súmula 127, do STJ que inibe condicionar a renovação da licença de veículo ao pagamento da multa, da qual o infrator não foi notificado.

10. Recurso especial desprovido."

Ante o exposto, **NEGO SEGUIMENTO** ao recurso especial. (Art. 557, *caput*, CPC).

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2250)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.420 - SP (2007/0166243-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: DORIVAL PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO	: JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA ANDRADE

DECISÃO

ADMINISTRATIVO. DESPACHANTE ADUANEIRO. CREDENCIAMENTO. INSCRIÇÃO. LIMITAÇÃO AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL. NÃO-CABIMENTO. PRECEDENTES.

1. Agravo de instrumento contra decisão que inadmitiu recurso especial em face de acórdão que afastou restrições administrativas, impostas por portaria e ordem de serviço, ao pleno exercício da profissão de despachante aduaneiro, visto que a lei especial não exige qualificação técnica ao exercício da referida atividade.

2. O art. 5º, § 3º do DL nº 2.472/1988 admite que, além dos despachantes aduaneiros, possam ser admitidas como representantes do exportador e do importador, no desembaraço aduaneiro, outras pessoas que atendam aos requisitos fixados pelo Poder Executivo.

3. A jurisprudência desta Corte Superior e do saudoso Tribunal Federal de Recursos pacificou o entendimento no sentido de que, cumpridos os requisitos legais para habilitação de despachante aduaneiro ao exercício do cargo, é vedado à Administração formular outras exigências por intermédio de ato administrativo, extrapolando os termos de norma hierarquicamente superior.

4. Uma vez preenchidos os requisitos exigidos em lei especial, a qual não exige qualificação técnica, têm os impetrantes direito ao credenciamento (inscrição) como despachantes aduaneiros, sendo de nenhuma valia o ato administrativo que extravasa os limites legais para criar outras condições.

5. Precedentes das 1ª e 2ª Turmas do STJ e das 1ª, 2ª e 3ª Turmas do saudoso TFR.

6. Recurso não-provido.

Vistos, etc.

Cuida-se de agravo de instrumento para reformar decisão que inadmitiu recurso especial em face de acórdão que afastou restrições administrativas, impostas por portaria e ordem de serviço, ao pleno exercício da profissão de despachante aduaneiro, visto que a lei especial não exige qualificação técnica ao exercício da referida atividade.

A recorrente aduz violação dos arts. 14, 45 e 47 do Decreto n 646/92, ao argumento de que não pode ser investido na função de Despachante Aduaneiro aquele que era tão-somente empregado de Comissária de Despachos Aduaneiros e não Ajudante de Despachante Aduaneiro.

Relatados, decido.

A polêmica gira em torno da exigência legal de qualificação técnica para o exercício da atividade de despachante aduaneiro.

A meu ver, o assunto vergastado não gera mais polêmica. É harmônica a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça a respeito do tema debatido, conforme atestam as seguintes ementas:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - DESPACHANTE ADUANEIRO - LIMITAÇÃO AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL - DESCABIMENTO - FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL NÃO IMPUGNADO - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 126/STJ -

PRECEDENTES EX-TFR.

- Inadmissível o recurso especial, quando a parte vencida não manifesta recurso extraordinário impugnando o fundamento constitucional do acórdão capaz de mantê-lo por si só.

- Se os impetrantes, despachantes aduaneiros, cumpriram os requisitos legais para habilitação ao exercício do cargo, à Administração é defeso formular outras exigências por meio de ato administrativo, extrapolando os termos de norma hierarquicamente superior.

- Recurso não conhecido." (REsp nº 150925/SP, 2ª Turma, Rel. Min. FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, DJ de 02/05/2000)

"ADMINISTRATIVO - AJUDANTE DE DESPACHANTE ADUANEIRO - LIMITAÇÃO AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL - DESCABIMENTO - PRECEDENTES EX-TFR.
- Se o impetrante, ajudante de despachante aduaneiro, cumpriu os requisitos legais para habilitação ao exercício do cargo, à Administração é defeso formular outras exigências por meio de ato administrativo, extrapolando os termos de norma hierarquicamente superior.
- Recurso não conhecido." (REsp nº 150858/SP, 2ª Turma, Rel. Min. FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, DJ de 02/05/2000)
"ADMINISTRATIVO - DESPACHOS ADUANEIROS - COMISSÁRIAS DE DESPACHO - CREDENCIAMENTO - DECRETO-LEI 2.472/88 (ART. 5º) - DECRETO 646/92 (ART. 45).
I - O Art. 5º, § 3º do Decreto-lei 2.472/88 admite que, além dos despachantes aduaneiros, possam ser admitidas como representantes do exportador e do importador, no desembaraço aduaneiro, outras pessoas que atendam os requisitos fixados pelo Poder Executivo.
II - As Comissárias de Despacho que vinham exercendo licitamente o despacho aduaneiro, por mais de dois anos, têm direito a inscrição no Registro de Despachantes Aduaneiros (Dec. 646/92, Art. 45)." (REsp nº 138481/SC, 1ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ de 01/02/1999)
"RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. DESPACHOS ADUANEIROS. DESPACHANTES ADUANEIROS E COMISSÁRIAS DE DESPACHO, ADMITIDOS COMO REPRESENTANTES DAS PARTES INTERESSADAS. DECRETO-LEI NUM. 2.472, DE 1988.
- Se o Decreto-Lei num. 2.472, de 1º de setembro de 1988, alterou o regime legal em matéria de designação de representante do importador e do exportador, ressalvou que, cumpridos os requisitos fixados, outras, pessoas, além dos despachantes aduaneiros, podem ser admitidos como representantes das partes.
- As alterações supervenientes, por conseguinte, não poderiam ignorar a situação regular das comissárias de despacho, credenciados para aquelas atividades, proibindo-lhes abruptamente o exercício sem lhes assegurar prévia manifestação.
- Conhecimento, pela divergência, do recurso especial, que fica desprovido." (REsp nº 138666/SC, 2ª Turma, Rel. Min. HÉLIO MOSIMANN, DJ de 01/06/1998)
"REGISTRO - DESPACHANTE ADUANEIRO - REQUISITOS.
- Atendendo ao edital de convocação da Superintendência da Receita Federal, tendo sido requerida a inscrição no registro de despachantes aduaneiros dentro do prazo estabelecido e satisfazendo todos os requisitos exigidos, atendeu o disposto no Dec. 646/92.
- Recurso improvido." (REsp nº 150526/SP, 1ª Turma, Rel. Min. GARCIA VIEIRA, DJ de 18/05/1998)
A propósito, confiram-se mais estes precedentes: REsps nºs 392454/RS, DJ de 29/03/2006; 142773/RS, DJ de 13/06/2005; 178799/SP, DJ de 09/05/2005; REsp 396449/RS, DJ de 08/04/2002; 362135/PR, DJ de 18/03/2002; AgRg no AG nº 491037/SP, DJ de 20/10/2003.
Na mesma trilha também foi a jurisprudência do saudoso e egrégio Tribunal Federal de Recursos acerca da matéria discutida, conforme ementas abaixo registradas:
"ADMINISTRATIVO. AJUDANTES DE DESPACHANTE ADUANEIRO. HABILITAÇÃO COMO DESPACHANTES. REQUISITOS LEGAIS. RESTRIÇÃO EMERGENTE DE PORTARIA INTERMINISTERIAL.
1. Uma vez preenchidos os requisitos exigidos em lei, tem os ajudantes de despachantes aduaneiros direito à habilitação como despachantes, sendo de nenhuma valia o ato administrativo que extravasa os limites legais para criar outras condições.
2. Precedentes.
3. Recurso provido." (AMS nº 106752/SP, 2ª T., Rel. Min. JESUS COSTA LIMA, DJ 22/10/1987)
"ADMINISTRATIVO. DESPACHANTE ADUANEIRO. HABILITAÇÃO.
I - Satisfazendo o candidato os requisitos elencados no parágrafo único do art. 4º, do Decreto nº 84.346/79, tem o direito líquido e certo de ser habilitado para o exercício da atividade de despachante aduaneiro.
II - Sentença concessiva de segurança confirmada." (REO nº 110522/SP, 1ª T., Rel. Min. COSTA LEITE, DJ 10/12/1987)
"DESPACHANTE ADUANEIRO - LIMITAÇÃO INDEVIDA AO PLENO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.
- Para que seja deferida a habilitação como despachante aduaneiro basta que o postulante preencha os requisitos legais (Decreto nº 84.346/79), não podendo a autoridade administrativa criar óbice onde a lei não cria, sob pena de ferir o princípio constitucional estatuído no p-23, do artigo 153, da Carta Maior." (REO nº 108326/RS, 3ª T., Rel. Min. ASSIS TOLEDO, DJ 15/10/1987)
"ADMINISTRATIVO. DESPACHANTE ADUANEIRO. HABILITAÇÃO.
I- Satisfazendo o candidato os requisitos elencados no parágrafo único, do art. 4º, do Decreto n. 84346/79, tem o direito líquido e certo de ser habilitado para o exercício da atividade de despachante aduaneiro.
II- Sentença concessiva de segurança confirmada." (REO nº 106100/RS, 1ª T., Rel. Min. COSTA LEITE, DJ 10/12/1987)
"ADMINISTRATIVO. AJUDANTE DE DESPACHANTE ADUANEIRO. EXERCÍCIO PROFISSIONAL. LIMITAÇÃO. DESCABIMENTO.
- Se os impetrantes, ajudantes de despachantes aduaneiro, cumpriram os requisitos legais para o exercício de suas atividades, à administração é defeso formular outras exigências por meio de ato administrativo.
- Sentença confirmada." (REO nº 105048/SP, 2ª T., Rel. Min. WILLIAM PATTERSON, DJ 22/10/1987)
"DESPACHANTE ADUANEIRO - EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.
- Direito de atuação em regime de despacho aduaneiro simplificado, garantido pela Lei 6.562/78.
- Sentença confirmada." (REO nº 95928/SP, 2ª T., Rel. Min. OTTO ROCHA, DJ 08/10/1987)
Esse é o posicionamento que sigo, por entender ser o mais coerente.
Por tais razões, NEGO provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO JOSÉ DELGADO
Relator

(2251)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.486 - SP (2007/0161961-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LIGIA SCAFF VIANNA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALGODOEIRA MANCHESTER LTDA
ADVOGADO	: CARLOS ELY ELUF E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA. DESISTÊNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. CITAÇÃO EFETIVADA. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA DEVIDOS PELA PARTE EXEQÜENTE. SÚMULA Nº 153/STJ. PRECEDENTES.
1. Agravo de instrumento para reformar decisão que inadmitiu recurso especial em face de acórdão que atestou ser cabível a condenação da Fazenda Pública em honorários advocatícios quando extinta a execução fiscal, por pagamento da dívida, e já citado o executado com oposição de embargos.
2. O art. 26 da LEF (Lei nº 6.830/80) estabelece que *"se, antes da decisão de primeira instância, a inscrição de dívida ativa for, a qualquer título, cancelada, a execução será extinta, sem qualquer ônus para as partes"*.
3. No entanto, pacífico o entendimento nesta Corte Superior no sentido de que, em executivo fiscal, sendo cancelada a inscrição da dívida ativa e já tendo ocorrido a citação do devedor, mesmo sem resposta, a extinção do feito implica a condenação da Fazenda Pública ao pagamento das custas e emolumentos processuais.
4. Aplicação da Súmula nº 153/STJ: ***"A desistência da execução fiscal, após o oferecimento dos embargos, não exime o exeqüente dos encargos da sucumbência"***. Precedentes.
5. Agravo não-provido.
Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento para reformar decisão que inadmitiu recurso especial em face de acórdão que atestou ser cabível a condenação da Fazenda Pública em honorários advocatícios quando extinta a execução fiscal, por pagamento da dívida, e já citado o executado com oposição de embargos.
Aduz-se ofensa ao art. 26 da LEF. Relatados, decido.
Estabelece a Súmula nº 153, desta distinta Corte Superior, *litteratim*: ***"A desistência da execução fiscal, após o oferecimento dos embargos, não exime o exeqüente dos encargos da sucumbência."***
Como se verifica do *decisum* hostilizado, o julgamento se deu em conformidade com o enunciado acima descrito. Em face da orientação sumulada por esta colenda Casa Julgadora, exercendo a sua função uniformizadora, não ouso contrariar a jurisprudência que firmou.
Ademais, a matéria encontra-se uniforme e pacífica no seio desta Corte Superior, conforme os seguintes precedentes: REsp nº 174843/RS, 1ª Turma, Rel. Min. GARCIA VIEIRA, DJ de 21/09/1998; REsp nº 157873/MG, 2ª Turma, Rel. Min. HÉLIO MOSIMANN, DJ de 24/08/1998; REsp nº 79242/PR, 1ª Turma, Rel. Min. MILTON LUIZ PEREIRA, DJ de 21/10/1996; REsp nº 261115/RS, 2ª Turma, ementa da decisão monocrática, Relª Minª NANCY ANDRIGHI, DJ de 29/08/2000; REsp nº 117030/SC, 2ª Turma, ementa da decisão monocrática, Relª Minª NANCY ANDRIGHI, DJ de 02/05/2000.
Por tais razões, NEGO provimento ao Agravo.
Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO JOSÉ DELGADO
Relator

(2252)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.544 - SP (2007/0164424-2)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CLÁUDIA AKEMI OWADA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MECÂNICA KLAIN LTDA - MICROEMPRESA
ADVOGADO	: CARLOS BENEDITO PEREIRA DA SILVA

DECISÃO

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento tendente a viabilizar subida a esta Corte de recurso especial interposto pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que reconheceu ser incabível a fixação de qualquer outro percentual a título de verba honorária, nos embargos à execução fiscal, extintos face à adesão da recorrida ao REFIS, por incidir na espécie o Decreto-Lei 1.020/69.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao agravo de instrumento, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO, Relator

(2253)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.568 - SP (2007/0163965-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: ZORA YONARA M. DOS SANTOS CARVALHO PALAZZIN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOÃO RODRIGUES MARQUES
ADVOGADO	: ANA MARIA VOSS CAVALCANTE E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Cuida-se de agravo de instrumento tendente a viabilizar subida a esta Corte de recurso especial interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com fulcro no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que versa sobre correção monetária e juros.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2254)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.569 - SP (2007/0163987-7)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: ZORA YONARA M. DOS SANTOS CARVALHO PALAZZIN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HÉLIO ALVES JUSTO
ADVOGADO	: CARLA SOARES VICENTE E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Trata-se de agravo de instrumento tendente a viabilizar subida a esta Corte de recurso especial interposto por CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF - com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal , que restou assim ementado:

"FGTS. TAXA PROGRESSIVA DE JUROS. PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA. CONTAGEM DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO.
1. É pacífica a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de ser o prazo prescricional de 30 (trinta) anos para reclamação das diferenças tanto da correção monetária dos Planos Econômicos como da taxa progressiva de juros. Súmula n.º 210 do STJ.
2. A contagem da prescrição pode ser realizada do ajuizamento da demanda, portanto, estão prescritas as diferenças anteriores a 30 anos do ajuizamento da ação" (fl. 119).

Em suas razões de recurso especial, a agravante afirma que o acórdão recorrido violou os arts. 4.º, I a IV, da Lei n.º 5.107/66 e 1.º e § 1.º, da Lei n.º 5.958/73.
Relatados. Decido.
Tenho que o agravo não merece guarida.
Quanto à suposta ocorrência de prescrição, verifica-se que a recorrente sugere que, mesmo observando a Súmula nº 210 deste STJ, ou seja, adotando-se a tese de prescrição trintenária, esta já teria ocorrido tendo em vista que os autores pleiteavam por direito nascido quando da edição da Lei nº 5.958/73.
Ocorre que a presente ação fora ajuizada em 2004, consoante se pode colher à fl. 12 dos autos, sendo, pois, infundada a alegação da recorrente, haja vista que sendo os juros progressivos prestações de trato sucessivo, encontram-se prescritos somente as parcelas anteriores ao 30 anos da propositura da presente ação.
Acerca do assunto, destaco os seguintes precedentes:

"ADMINISTRATIVO. FGTS. PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA. SÚMULA N. 210/STJ. JUROS PROGRESSIVOS. LEI N. 5.107/66 E N. 5.958/71. DATA DE OPÇÃO. VERIFICAÇÃO. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA. PRAZO PRESCRICIONAL. TERMO A QUO. RELAÇÃO JURÍDICA DE TRATO SUCESSIVO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MEDIDA PROVISÓRIA N. 2.164-40, PUBLICADA EM 28.7.2001.
1. "A ação de cobrança das contribuições para o FGTS prescreve em trinta (30) anos" - Súmula n. 210/STJ.
2. Por ser uma relação jurídica de trato sucessivo, a prescrição ocorre tão-somente em relação às parcelas anteriores a 30 (trinta) anos da data da propositura da ação.
3. A taxa progressiva de juros contemplada na Lei n. 5.107/66 é devida aos optantes pelo FGTS, nos termos da Lei n. 5.958/73 do STJ (Súmula n. 154). Na hipótese de existir controvérsia quanto à data de opção dos autores, incidirá o óbice da Súmula n. 7 do STJ.
4. Segundo entendimento consagrado pela Primeira Seção do STJ no julgamento, em 14.2.2005, dos Embargos de Divergência no Recurso Especial n. 583.125/RS, a Medida Provisória n. 2.164-40/2001, por disciplinar normas de espécie instrumental material que criam deveres patrimoniais para as partes, não pode ser aplicada às relações processuais já instauradas.
5. No caso vertente, a ação foi proposta após 28.7.2001, data em que foi publicada a MP n. 2.164-40/2001.
6. Recurso especial parcialmente provido" (REsp nº 828001/PE, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJ de 28/06/2006, p. 258).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. FGTS. TAXA PROGRESSIVA DE JUROS. PRAZO PRESCRICIONAL. OBRIGAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. PARCELAS ANTERIORES AOS TRINTA ANOS QUE ANTECEDERAM A PROPOSITURA DA AÇÃO. EXIGIBILIDADE DAS PARCELAS POSTERIORES.
1. Acórdão que reconheceu prescrito o direito de ação, pois, no que concerne à capitalização dos juros, não prescrevem somente as parcelas anteriores aos trinta anos da propositura da ação, mas o próprio fundo de direito. Recurso especial no qual se alega violação dos arts. 2° da LICC e 4° da Lei n° 5.107/66. Argumenta-se que, por se tratar de relação de trato contínuo, o prazo prescricional se renova mensalmente, sendo atingidas tão-somente as parcelas anteriores aos 30 (trinta) anos da propositura da demanda.
2. A relação jurídica que se impõe entre a CEF e o titular da conta vinculada do FGTS, concernente ao dever de aplicar a taxa progressiva de juros na correção dos saldos daqueles que atendem aos requisitos da Lei n° 5.958/73, possui natureza continuativa, ou seja, que estende seus efeitos no tempo.
3. Nas obrigações de trato sucessivo, a violação do direito acontece, também, de forma contínua, renovando-se o prazo prescricional em cada prestação periódica não-cumprida, de modo que cada uma pode ser fulminada isoladamente pelo decurso do tempo, sem, no entanto, prejudicar as posteriores. Aplicando-se esse raciocínio à hipótese em exame, conclui-se que a prescrição atingiu tão-somente o direito de exigir o pagamento das parcelas anteriores aos trinta anos que antecederam o ajuizamento da demanda. Confira-se: REsp n° 795.392/PE, Rel. Min. Castro Meira, 2ª Turma, 20/02/2006; REsp n° 794.403/PE, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, 2ª Turma, DJ de 13/02/2006; REsp n° 793.706/PE, Rel. Min. José Delgado, 1ª Turma, DJ de 06/02/2006.
4. Recurso especial provido a fim de que se creditem as parcelas relativas aos juros progressivos, exceto as fulminadas pela prescrição trintenária" (REsp nº 832608/PE, Relator Ministro JOSÉ DELGADO, DJ de 26/06/2006, p. 129) .

No que se refere à concessão da taxa progressiva de juros, o Tribunal de origem decidiu em consonância com o entendimento estabelecido nesta Corte, de que deve ser aplicável às contas dos trabalhadores que optaram pelo FGTS, nos termos da Lei nº 5.958, de 1973, observado o artigo 4º da Lei nº 5.107, de 1966, conforme consubstanciado na Súmula nº 154/STJ.
Com efeito, infirmar as conclusões a que chegou o Tribunal *a quo* quanto à aplicação ou não da taxa de juros progressivos em virtude da data de opção ao FGTS pelo autor/recorrido, implicaria em reexame de provas, o que é vedado pelo enunciado sumular nº 07 deste STJ.
Nesse sentido, colaciono os seguintes julgados, *verbis*:

"ADMINISTRATIVO. FGTS. PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA. SÚMULA N. 210/STJ. JUROS PROGRESSIVOS. LEI N. 5.107/66 E N. 5.958/71. DATA DE OPÇÃO. VERIFICAÇÃO. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA. PRAZO PRESCRICIONAL. TERMO A QUO. RELAÇÃO JURÍDICA DE TRATO SUCESSIVO.
1. "A ação de cobrança das contribuições para o FGTS prescreve em trinta (30) anos" - Súmula n. 210/STJ.
2. Por ser uma relação jurídica de trato sucessivo, a prescrição ocorre tão-somente em relação às parcelas anteriores a 30 (trinta) anos da data da propositura da ação.
3. A taxa progressiva de juros contemplada na Lei n. 5.107/66 é devida aos optantes pelo FGTS, nos termos da Lei n. 5.958/73 do STJ (Súmula n. 154). Na hipótese de existir controvérsia quanto à data de opção dos autores, incidirá o óbice da Súmula n. 7 do STJ.
4. Recurso especial parcialmente provido" (REsp nº 790.091/PE, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJ de 23.05.2006, p. 148)

"FGTS - JUROS PROGRESSIVOS - LEIS 5.107/66, 5.705/71 E 5.958/73 - SÚMULA 154/STJ - OPÇÃO FEITA APÓS O ADVENTO DA LEI 5.958/73 - NECESSIDADE DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS.
1. A Lei 5.107, de 13/09/66, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, previu a aplicação de juros progressivos para os optantes que permanecessem na mesma empresa pelo período de tempo fixado no art. 4º da referida norma.
2. Com o advento da Lei 5.705, de 21/09/71, todos os empregados admitidos a partir da entrada em vigor da norma passaram a ter direito apenas a juros de 3% ao ano, sem a progressividade prevista inicialmente, mantido o direito adquirido daqueles que optaram na vigência da Lei 5.107/66, direito este que cessaria se o empregado mudasse de empresa.
3. A Lei 5.958, de 10/12/73 veio para estimular os empregados que poderiam ter optado pelo regime quando do advento da Lei 5.107/66 e não o fizeram. Daí a garantia da opção com efeitos retroativos a 1º/01/67 ou à data da admissão, se posterior àquela, desde que com a anuência do empregador.
4. Somente há direito aos juros progressivos se a opção foi feita na vigência da Lei 5.107/66 ou na forma da Lei 5.958/73, não bastando apenas que a opção date de período posterior a 10/12/73, sem que preenchidos os requisitos contidos na última lei.
5. Havendo controvérsia de natureza fática, aplica-se o teor da Súmula 7/STJ." (RESP 488.675, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 01.12.2003)
4. Agravos regimentais a que se nega provimento." (AgRg no REsp nº 633.717/SP, Relator Ministro LUIZ FUX, DJ de 28/03/2005, p. 201).

Ante o exposto, com esteio no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2255)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.592 - RS (2007/0150045-8)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A ELETROBRÁS
ADVOGADO	: SÉRGIO LEAL MARTINEZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MORARI PEROBELLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARROZ LTDA
ADVOGADO	: JULIANA SARMENTO CARDOSO E OUTRO(S)
INTERES.	: FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Vistos etc.
Cuida-se de agravo de instrumento tendente a viabilizar subida a esta Corte de recurso especial interposto por CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A ELETROBRÁS, com fulcro no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que versa sobre empréstimo compulsório sobre energia elétrica.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2256)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.694 - RS (2007/0164598-4)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: KÁTIA ELISABETH WAWRICK E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NEIVA MENDONÇA DUARTE
ADVOGADO	: MARGARETH SPENCER - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça daquele Estado, que analisou questão referente à possibilidade de bloqueio de valores para assegurar o fornecimento de medicamentos à paciente.
Sustenta o agravante, em suas razões de recurso especial, violação ao artigo 461, § 5º, do Código de Processo Civil, aduzindo, em síntese, que o bloqueio de contas públicas do Estado, com o intuito de possibilitar a compra de medicamentos, não encontra respaldo no artigo supra mencionado.
A decisão de fls. 31/33 inadmitiu o recurso especial, assinalando como óbice ao seu trânsito a incidência da Súmula n. 83/STJ.
Nas razões de agravo de instrumento, o agravante infirma os fundamentos da decisão agravada pedindo a sua reforma.
Relatados. Decido.
Tenho que a decisão agravada não merece reparos.
Vinha entendendo pela vedação do bloqueio de verbas públicas ante a falta de previsão legal para tal procedimento. Não sendo despiciendo lembrar que a Constituição Federal erige rito próprio para o pagamento de dívida da Fazenda Pública.
Entretanto, na sessão do dia 17 de novembro do ano de 2005, tal entendimento restou vencido, no âmbito desta Colenda Primeira Turma, quando do julgamento do REsp nº 735.378/RS, razão pela qual, curvando-me à maioria, passo a acompanhar o entendimento da possibilidade do bloqueio de valores em contas públicas para garantir o custeio de tratamento médico ou fornecimento de medicamentos indispensáveis à manutenção da saúde e da vida.
Acerca do assunto, confiram-se os seguintes precedentes, *in verbis*:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUSTEIO DE TRATAMENTO MÉDICO. MOLÉSTIA GRAVE. BLOQUEIO DE VALORES EM CONTAS PÚBLICAS. POSSIBILIDADE. ART. 461, CAPUT E § 5º DO CPC.
1. Além de prever a possibilidade de concessão da tutela específica e da tutela pelo equivalente, o CPC armou o julgador com uma série de medidas coercitivas, chamadas na lei de "medidas necessárias", que têm como escopo o de viabilizar o quanto possível o cumprimento daquelas tutelas.
2. As medidas previstas no § 5º do art. 461 do CPC foram antecedidas da expressão "tais como", o que denota o caráter não-exauriente da enumeração. Assim, o legislador deixou ao prudente arbítrio do magistrado a escolha das medidas que melhor se harmonizem às peculiaridades de cada caso concreto.
3. Precedente da 2ª Turma: "É lícito ao magistrado determinar o bloqueio de valores em contas públicas para garantir o custeio de tratamento médico indispensável, como meio de concretizar o princípio da dignidade da pessoa humana e do direito à vida e à saúde. Nessas situações, a norma contida no art. 461, § 5º, do Código de Processo Civil deve ser interpretada de acordo com esses princípios e normas constitucionais, sendo permitido, inclusive, a mitigação da impenhorabilidade dos bens públicos" (REsp 656.838/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJU de 20.06.2005).
4. Não há que se falar, dessa feita, em falta de previsão legal da medida coercitiva de bloqueio em conta do Estado.
5. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag nº 723.281/RS, Relator Ministro CASTRO MEIRA, DJ de 20/02/2006, p. 306)

"PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SUS. CUSTEIO DE TRATAMENTO MÉDICO. MOLÉSTIA GRAVE. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. BLOQUEIO DE VALORES EM CONTAS PÚBLICAS. POSSIBILIDADE. ART. 461 DO CPC.
I - A Constituição Federal excepcionou da exigência do precatório os créditos de natureza alimentícia, entre os quais incluem-se aqueles relacionados com a garantia da manutenção da vida, como os decorrentes do fornecimento de medicamentos pelo Estado.
II - É lícito ao magistrado determinar o bloqueio de valores em contas públicas para garantir o custeio de tratamento médico indispensável, como meio de concretizar o princípio da dignidade da pessoa humana e do direito à vida e à saúde. Nessas situações, a norma contida no art. 461, § 5º, do Código de Processo Civil deve ser interpretada de acordo com esses princípios e normas constitucionais, sendo permitido, inclusive, a mitigação da impenhorabilidade dos bens públicos.
III - Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, improvido" (REsp nº 656838/RS, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJ de 20/06/2005, P.219).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. FORNECIMENTO DE REMÉDIO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. DESCUMPRIMENTO. MULTA. CABIMENTO. PRAZO E VALOR DA MULTA. NECESSIDADE DE APRECIAÇÃO DO CONJUNTO PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 07/STJ. IMPOSSIBILIDADE. BLOQUEIO DE CONTAS PÚBLICAS. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. INCABIMENTO. ESCLARECIMENTOS.
1. Inocorrência de irregularidades no acórdão quando a matéria que serviu de base à oposição do recurso foi devidamente apreciada no aresto atacado, com fundamentos claros e nítidos, enfrentando as questões suscitadas ao longo da instrução, tudo em perfeita consonância com os ditames da legislação e jurisprudência consolidada. O não-acatamento das teses deduzidas no recurso não implica cerceamento de defesa. Ao julgador cumpre apreciar o tema de acordo com o que reputar atinente à lide. Não está obrigado o magistrado a julgar a questão posta a seu exame de acordo com o pleiteado pelas partes, mas, sim, com o seu livre convencimento (art. 131 do CPC), utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso. As funções dos aclaratórios são, apenas, afastar do acórdão qualquer omissão necessária à solução da lide, não permitir a obscuridade acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e conclusão.
2. Falta do necessário prequestionamento quanto ao art. 287 do CPC. Dispositivo indicado como afrontado não foi abordado, em nenhum momento, no âmbito do aresto a quo, sem que se tenham ofertado embargos declaratórios para suprir a omissão, porventura existente.
3. É pacífico nesta Corte Superior o entendimento de que é possível ao juiz, ex officio ou por meio de requerimento da parte, a fixação de multa diária cominatória (astreintes) contra a Fazenda Pública, em caso de descumprimento de obrigação de fazer.
4. Demonstrado, de modo evidente, que a procedência do pedido está rigorosamente vinculada ao exame das provas depositadas nos autos. A questão nodal acerca da verificação do prazo e do valor da multa constitui matéria de fato e não de direito, o que não se coaduna com a via estreita da súplica excepcional. Na via Especial não há campo para se revisar entendimento de 2º grau assentado em prova. A função de tal recurso é, apenas, unificar a aplicação do direito federal, conforme disposto na Súmula nº 07/STJ.
*5. O art. 461, § 5º, do CPC ao referir que o juiz poderá, de ofício ou a requerimento da parte, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, "determinar as medidas necessárias, **tais como** a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas ou cousas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial" (destaquei), apenas previu algumas medidas cabíveis na espécie, não sendo, contudo, taxativa a sua enumeração. No caso, é permitido ao julgador, à vista das circunstâncias do caso apreciado, buscar o modo mais adequado para tornar efetiva a tutela almejada, tendo em vista o fim da norma e a impossibilidade de previsão legal de todas as hipóteses fáticas. É possível, pois, em casos como o presente, o bloqueio de contas públicas.*
6. Enfrentamento de todos os pontos necessários ao julgamento da causa. Pretensão de rejulgamento da causa, o que não é permitido na via estreita dos aclaratórios.
7. Embargos parcialmente acolhidos, apenas para fins de esclarecimento" (Ag nº 645565/RS, Relator Ministro JOSÉ DELGADO, DJ de 13/06/2005, p. 178).

Destarte, estando o entendimento do Tribunal *a quo* em harmonia com o deste Pretório Superior, ocorre a incidência do enunciado sumular nº 83, deste STJ, *verbis*:

"Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida."

Tais as razões expendidas, com esteio no artigo 557, *caput***,** do Código de Processo Civil c/c o artigo 34, inciso XVIII, do RI/STJ e artigo 38 da Lei nº 8.038/90, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo.
Publique-se.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO, Relator

(2257)

RECURSO ESPECIAL Nº 931.782 - SP (2007/0048952-3)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: FRANCISCO BLANES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE METAIS LTDA
ADVOGADO	: CRISTIANO SCORVO CONCEIÇÃO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO/COMPENSAÇÃO. ARTIGO 3º, DA LEI COMPLEMENTAR 118/2005. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. PAGAMENTO INDEVIDO. ARTIGO 4º, DA LC 118/2005. DETERMINAÇÃO DE APLICAÇÃO RETROATIVA. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONTROLE DIFUSO.

1. O prazo prescricional das ações de compensação/repetição de indébito, do ponto de vista prático, deve ser contado da seguinte forma: relativamente aos pagamentos efetuados a partir da vigência da Lei Complementar 118/2005 (09.06.05), o prazo para se pleitear a restituição é de cinco anos a contar da data do recolhimento indevido; e relativamente aos pagamentos anteriores, a prescrição obedece ao regime previsto no sistema anterior, limitada, porém, ao prazo máximo de cinco anos a contar da vigência da novel lei complementar.

2. Isto porque a Corte Especial declarou a inconstitucionalidade da expressão "observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional", constante do artigo 4º, segunda parte, da Lei Complementar 118/2005 (**AI nos ERESP 644736/PE, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 06.06.2007**).

3. Deveras, a norma inserta no artigo 3º, da lei complementar em tela, indubitavelmente, cria direito novo, não configurando lei meramente interpretativa, cuja retroação é permitida, consoante apregoa doutrina abalizada:

"Denominam-se leis interpretativas as que têm por objeto determinar, em caso de dúvida, o sentido das leis existentes, sem introduzir disposições novas. {nota: A questão da caracterização da lei interpretativa tem sido objeto de não pequenas divergências, na doutrina. Há a corrente que exige uma declaração expressa do próprio legislador (ou do órgão de que emana a norma interpretativa), afirmando ter a lei (ou a norma jurídica, que não se apresente como lei) caráter interpretativo. Tal é o entendimento da ***AFFOLTER*** *(Das intertemporale Recht, vol. 22, System des deutschen bürgerlichen Uebergangsrechts, 1903, pág. 185), julgando necessária uma Auslegungsklausel, ao qual* ***GABBA****, que cita, nesse sentido, decisão de tribunal de Parma, (...) Compreensão também de* ***VESCOVI*** *(Intorno alla misura dello stipendio dovuto alle maestre insegnanti nelle scuole elementari maschili, in Giurisprudenza italiana, 1904, I,I, cols. 1191, 1204) e a que adere* ***DUGUIT****, para quem nunca se deve presumir ter a lei caráter interpretativo - "os tribunais não podem reconhecer esse caráter a uma disposição legal, senão nos casos em que o legislador lho atribua expressamente" (Traité de droit constitutionnel, 3ª ed., vol. 2º, 1928, pág. 280). Com o mesmo ponto de vista, o jurista pátrio* ***PAULO DE LACERDA*** *concede, entretanto, que seria exagero exigir que a declaração seja inseri da no corpo da própria lei não vendo motivo para desprezá-la se lançada no preâmbulo, ou feita noutra lei.*
Encarada a questão, do ponto de vista da lei interpretativa por determinação legal, outra indagação, que se apresenta, é saber se, manifestada a explícita declaração do legislador, dando caráter interpretativo, à lei, esta se deve reputar, por isso, interpretativa, sem possibilidade de análise, por ver se reúne requisitos intrínsecos, autorizando uma tal consideração.
(...)
*... ****SAVIGNY*** *coloca a questão nos seus precisos termos, ensinando: "trata-se unicamente de saber se o legislador fez, ou quis fazer uma lei interpretativa, e, não, se na opinião do juiz essa interpretação está conforme com a verdade" (System des heutigen romischen Rechts, vol. 8º, 1849, pág. 513). Mas, não é possível dar coerência a coisas, que são de si incoerentes, não se consegue conciliar o que é inconciliável. E, desde que a chamada interpretação autêntica é realmente incompatível com o conceito, com os requisitos da verdadeira interpretação (v., supra, a nota 55 ao n° 67), não admira que se procurem torcer as conseqüências inevitáveis, fatais de tese forçada, evitando-se-lhes os perigos. Compreende-se, pois, que muitos autores não aceitem o rigor dos efeitos da imprópria interpretação. Há quem, como* ***GABBA*** *(Teoria delta retroattività delle leggi, 3ª ed., vol. 1º, 1891, pág. 29), que invoca* ***MAILHER DE CHASSAT*** *(Traité de la rétroactivité des lois, vol. 1º, 1845, págs. 131 e 154), sendo seguido por* ***LANDUCCI*** *(Trattato storico-teorico-pratico di diritto civile francese ed italiano, versione ampliata del Corso di diritto civile francese, secondo il metodo dello Zachariæ, di Aubry e Rau, vol. 1º e único, 1900, pág. 675) e* ***DEGNI*** *(L'interpretazione della legge, 2ª ed., 1909, pág. 101), entenda que é de distinguir quando uma lei é declarada interpretativa, mas encerra, ao lado de artigos que apenas esclarecem, outros introduzido novidade, ou modificando dispositivos da lei interpretada.* ***PAULO DE LACERDA*** *(loc. cit.) reconhece ao juiz competência para verificar se a lei é, na verdade, interpretativa, mas somente quando ela própria afirme que o é.* ***LANDUCCI*** *(nota 7 à pág. 674 do vol. cit.) é de prudência manifesta: "Se o legislador declarou interpretativa uma lei, deve-se, certo, negar tal caráter somente em casos extremos, quando seja absurdo ligá-la com a lei interpretada, quando nem mesmo se possa considerar a mais errada interpretação imaginável. A lei interpretativa, pois, permanece tal, ainda que errônea, mas, se de modo insuperável, que suplante a mais aguda conciliação, contrastar com a lei interpretada, desmente a própria declaração legislativa."* Ademais, a doutrina do tema é pacífica no sentido de que: *"Pouco importa que o legislador, para cobrir o atentado ao direito, que comete, dê à sua lei o caráter interpretativo. É um ato de hipocrisia, que não pode cobrir uma violação flagrante do direito" (Traité de droit constitutionnel, 3ª ed., vol. 2º, 1928, págs. 274-275)."* (Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Vol. I, 3ª ed., págs. 294 a 296).

4. Consectariamente, em se tratando de pagamentos indevidos efetuados antes da entrada em vigor da LC 118/05 (09.06.2005), o prazo prescricional para o contribuinte pleitear a restituição do indébito, nos casos dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, continua observando a cognominada tese dos cinco mais cinco, desde que, na data da vigência da novel lei complementar, sobejem, no máximo, cinco anos da contagem do lapso temporal (regra que se coaduna com o disposto no artigo 2.028, do Código Civil de 2002, segundo o qual: *"Serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada."*).

5. Por outro lado, ocorrido o pagamento antecipado do tributo após a vigência da aludida norma jurídica, o *dies a quo* do prazo prescricional para a repetição/compensação é a data do recolhimento indevido.

6. *In casu*, a demanda foi ajuizada em 14.05.1996 (muito antes da entrada em vigor da novel lei complementar), com o objetivo obter o direito à compensação de valores indevidamente recolhidos a título tributo sujeito a lançamento por homologação, o que, nos termos dos arts. 168, I, e 150, § 4º, do CTN, revela inequívoca a inocorrência da prescrição dos valores recolhidos indevidamente a partir de 14.05.1986, porquanto tributo sujeito a lançamento por homologação, cuja prescrição opera-se 5 (cinco) anos após expirado o prazo para aquela atividade.

7. Na compensação ou restituição de indébito tributário, consoante jurisprudência do E. STJ, os expurgos inflacionários devem ser aplicados, utilizando-se: a) **no mês de janeiro de 1989**, o IPC no percentual de 42,72%; b) **no mês de fevereiro de 1989**, o IPC no percentual de 10,14%; c) **no período de março de 1990 a fevereiro de 1991**, o IPC; d) **a partir de março de 1991**, vigora o INPC, a ser adotado **até dezembro de 1991**; e e) **a partir de janeiro de 1992**, a UFIR, na forma preconizada pela Lei nº 8.383/91, **até 31.12.1995**, com o advento da Lei nº 9.250/95, época em que o índice foi substituído pela taxa SELIC, que compreende taxa de juros reais e taxa de inflação a ser considerada a partir de 1º de janeiro de 1996, inacumulável com qualquer outro índice de correção monetária ou com juros de mora. (Precedentes: ERESP 478.359/SP, Corte Especial, DJ de 13.9.2004; EREsp 548.711/PE, DJ de 25/04/2007; EREsp 640.159/PE, DJ de 13.11.2006; REsp 879.747/SP, DJ de 1º.3.2007; REsp 608.556/PE, DJ de 06/02/2007).

8. Os percentuais do IPC aplicáveis aos meses de abril/90 - 44,80%; maio/1990 - 7,87% e fevereiro/91 - 21,87%, posto inclusos no pedido formulado. (Precedente: ERESP 548711/PE)

9 Os juros compensatórios não são devidos na repetição de indébito e na compensação de tributos. (Precedentes: REsp 698075 / PE, DJ de 02/08/2007; AgRg no REsp 709241 / PE , 1ª Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJ de 15/03/2007)

10 Recurso especial provido. (art. 557, § 1º-A, do CPC)

Trata-se de recurso especial interposto com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, por FRANCISCO BLANES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE METAIS LTDA contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região que, em demanda onde se discute a compensação/repetição de tributos sujeitos a lançamento por homologação, aplicou a tese da prescrição qüinqüenal, decidiu acerca da incidência da taxa SELIC e da aplicação dos seguintes índices expurgados*: "de fevereiro de 1.989 a fevereiro de 1.991 - BTN (Lei n.º 7.730/89), de março de 1.991 a dezembro de 1.991 - INPC/IBGE, a partir de janeiro de 1.992 até dezembro de 1.995 - UFIR (nos termos da Lei n.º 8.383/91) e, a contar de janeiro de 1.996, por força da Lei n.º 9.250/95, aplicar-se-á, apenas, a SELIC, que embute a correção monetária e os juros."*
Aponta a recorrente a violação dos arts. 168, I, e 150,§ 4º e 156, VII do CTN, pugnando pelo reconhecimento da prescrição decenal da ação, bem como, divergência jurisprudencial no que pertine aos índices de correção monetária.
Contra-razões ofertadas pugnando pela inadmissão do recurso.
Realizado o juízo de admissibilidade positivo do apelo extremo, na instância de origem, ascenderam os autos ao E. STJ.
Relatados. Decido.

DA PRESCRIÇÃO DA AÇÃO DE REPETIÇÃO/COMPENSAÇÃO DO INDÉBITO.

Assiste razão à recorrente
Com efeito, a Primeira Seção deste Tribunal Superior consagrou a tese de que a extinção do crédito tributário, marco temporal do prazo qüinqüenal do direito do contribuinte pleitear restituição do indébito (artigo 168, I, do CTN) condiciona-se à homologação expressa ou tácita do pagamento antecipado (artigo 156, VII, do CTN), e não ao próprio pagamento, que configura mera antecipação *ex vi* do artigo 150, § 1º, do *Codex* Tributário.
Assim, tendo em vista que a extinção do crédito tributário, em regra, efetiva-se com a homologação tácita, que se ultima cinco anos após a ocorrência do fato jurídico tributário (artigo 150, § 4º, do CTN), o prazo prescricional para a repetição ou compensação dos tributos sujeitos a lançamento por homologação começa a fluir decorridos 05 (cinco) anos, contados a partir da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais um qüinqüênio computado desde o termo final do prazo atribuído ao Fisco para verificar o *quantum* devido a título de tributo.
À guisa de exemplo, merece transcrição a ementa do seguinte julgado oriundo da Primeira Seção:
"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. LEI Nº 7.787/89. COMPENSAÇÃO. PRESCRIÇÃO. DECADÊNCIA. TERMO INICIAL DO PRAZO. PRECEDENTES.
1. Está uniforme na 1ª Seção do STJ que, no caso de lançamento tributário por homologação e havendo silêncio do Fisco, o prazo decadencial só se inicia após decorridos 5 (cinco) anos da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais um qüinqüênio, a partir da homologação tácita do lançamento. Estando o tributo em tela sujeito a lançamento por homologação, aplicam-se a decadência e a prescrição nos moldes acima delineados.
2. Não há que se falar em prazo prescricional a contar da declaração de inconstitucionalidade pelo STF ou da Resolução do Senado. A pretensão foi formulada no prazo concebido pela jurisprudência desta Casa Julgadora como admissível, visto que a ação não está alcançada pela prescrição, nem o direito pela decadência. Aplica-se, assim, o prazo prescricional nos moldes em que pacificado pelo STJ, id est, a corrente dos cinco mais cinco.
3. A ação foi ajuizada em 16/12/1999. Valores recolhidos, a título da exação discutida, em 09/1989. Transcorreu, entre o prazo do recolhimento (contado a partir de 12/1989) e o do ingresso da ação em juízo, o prazo de 10 (dez) anos. Inexiste prescrição sem que tenha havido homologação expressa da Fazenda, atinente ao prazo de 10 (dez) anos (5 + 5), a partir de cada fato gerador da exação tributária, contados para trás, a partir do ajuizamento da ação.
4. Precedentes desta Corte Superior.
5. Embargos de divergência rejeitados, nos termos do voto." (**EREsp 435835/SC, Relator Ministro Francisco Peçanha Martins, Relator p/ Acórdão Ministro José Delgado, julgado em 24.03.2004, publicado no DJ de 04.06.2007**)

Nada obstante, em 09 de fevereiro de 2005, sobreveio a Lei Complementar 118, que, em seu artigo 3º, dispõe sobre a interpretação do inciso I do artigo 168, do CTN, *verbis*:
"Art. 3º Para efeito de interpretação do inciso I do art. 168 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, a extinção do crédito tributário ocorre, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado de que trata o § 1º do art. 150 da referida Lei."

O artigo 4º, da LC 118/2005, determina a aplicação retroativa da norma jurídica inserta no dispositivo supracitado, em conformidade com o disposto no artigo 106, I, do CTN, segundo o qual: *"A lei aplica-se a ato ou fato pretérito: I - em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados"*.

Diante da aludida inovação legislativa, a Primeira Seção reconsolidou a jurisprudência do STJ acerca da cognominada tese dos cinco mais cinco para a definição do termo *a quo* do prazo prescricional das ações de repetição/compensação de valores indevidamente recolhidos a título de tributo sujeito a lançamento por homologação, apenas no que pertine às demandas intentadas antes da entrada em vigor da Lei Complementar 118/2005 (**EREsp 327043/DF, Relator Ministro João Otávio de Noronha, julgado em 27.04.2005**).

Naquela oportunidade, proferi voto-vista, posicionando-me no sentido de que:

"... a Lei Complementar 118, de 09 de fevereiro de 2005, aplica-se, tão somente, aos fatos geradores pretéritos ainda não submetidos ao crivo judicial, pelo que o novo regramento não é retroativo mercê de interpretativo. É que toda lei interpretativa, como toda lei, não pode retroagir.Outrossim, as lições de outrora coadunam-se com as novas conquistas constitucionais, notadamente a segurança jurídica da qual é corolário a vedação à denominada "surpresa fiscal".
(...)
À míngua de prequestionamento por impossibilidade jurídica absoluta de engendrá-lo, e considerando que não há inconstitucionalidade nas leis interpretativas como decidiu em recentíssimo pronunciamento o Pretório Excelso, o preconizado na presente sugestão de decisão ao colegiado, sob o prisma institucional, deixa incólume a jurisprudência do Tribunal ao ângulo da máxima tempus regit actum, permite o prosseguimento do julgamento dos feitos de acordo com a jurisprudência reinante, sem invalidar a vontade do legislador através suscitação de incidente de inconstitucionalidade de resultado moroso e duvidoso a afrontar a efetividade da prestação jurisdicional,mantendo hígida a norma com eficácia aos fatos pretéritos ainda não sujeitos à apreciação judicial, máxime porque o artigo 106 do CTN é de constitucionalidade indubitável até então e ensejou a edição da LC 118/2005, constitucionalmente imune de vícios.

(...)"

Entrementes, o Supremo Tribunal Federal, em sede do recurso extraordinário interposto em face do *decisum* proferido nos autos dos EREsp 644736/PE, nos quais se cuida da matéria ora em debate, considerou caracterizada a violação do princípio constitucional da reserva de plenário (artigo 97, da Constituição Federal de 1988), reputando declaratório de inconstitucionalidade o acórdão que *"afasta a incidência de norma ordinária pertinente à lide para decidi-la sobre critérios diversos alegadamente extraídos da Constituição"*.

Conseqüentemente, a Primeira Seção determinou o processamento, perante a Corte Especial, de incidente de inconstitucionalidade do artigo 4º, da LC 118/2005, na parte que determina a aplicação retroativa do disposto no artigo 3º, da mesma lei.

Na sessão de julgamento ocorrida em 06.06.2007, a Corte Especial acolheu o referido incidente, para reconhecer a inconstitucionalidade da expressão "observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional", constante do artigo 4º, segunda parte, da Lei Complementar 118/2005, *verbis*:

"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. LEI INTERPRETATIVA. PRAZO DE PRESCRIÇÃO PARA REPETIÇÃO DE INDÉBITO, NOS TRIBUTOS SUJEITOS À LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. LC 118/2005: NATUREZA MODIFICATIVA (E NÃO SIMPLESMENTE INTERPRETATIVA) DO SEU ARTIGO 3º. INCONSTITUCIONALIDADE DO SEU ART. 4º, NA PARTE QUE DETERMINA A APLICAÇÃO RETROATIVA.
1. Sobre o tema relacionado com a prescrição da ação de repetição de indébito tributário, a jurisprudência do STJ (1ª Seção) é no sentido de que, em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, o prazo de cinco anos, previsto no art. 168, do CTN, tem início, não na data do recolhimento do tributo indevido, e sim na data da homologação - expressa ou tácita - do lançamento. Segundo entende o Tribunal, para que o crédito se considere extinto, não basta o pagamento: é indispensável a homologação do lançamento, hipótese de extinção albergada pelo art. 156, VII, do CTN. Assim, somente a partir dessa homologação é que teria início o prazo previsto no art. 168, I. E, não havendo homologação expressa, o prazo para a repetição do indébito acaba sendo, na verdade, de dez anos a contar do fato gerador.
2. Esse entendimento, embora não tenha a adesão uniforme da doutrina e nem de todos os juízes, é o que legitimamente define o conteúdo e o sentido das normas que disciplinam a matéria, já que se trata do entendimento emanado do órgão do Poder Judiciário que tem a atribuição constitucional de interpretá-las.
3. O art. 3º, da LC 118/2005, a pretexto de interpretar esses mesmos enunciados, conferiu-lhes, na verdade, um sentido e um alcance diferente daquele dado pelo Judiciário. Ainda que defensável a 'interpretação' dada, não há como negar que a Lei inovou no plano normativo, pois retirou das disposições interpretadas um dos seus sentidos possíveis, justamente aquele tido como correto pelo STJ, intérprete e guardião da legislação federal.
4. ***Assim, tratando-se de preceito normativo modificativo, e não simplesmente interpretativo, o art. 3º, da LC 118/2005 só pode ter eficácia prospectiva, incidindo apenas sobre situações que venham a ocorrer a partir de sua vigência.***
5. O artigo 4º, segunda parte, da LC 118/2005, que determina aplicação retroativa do seu art. 3º, para alcançar inclusive fatos passados, ofende o princípio constitucional da autonomia e independência dos poderes (CF, art. 2º) e o da garantia do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada (CF, art. 5º, XXXVI).
6. Argüição de inconstitucionalidade acolhida." (AI nos ERESP 644736/PE, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 06.06.2007)

No voto-condutor da argüição de inconstitucionalidade, assinalou ainda o e. Ministro Relator que *"com o advento da LC 118/05, a prescrição, do ponto de vista prático, deve ser contada da seguinte forma: relativamente aos pagamentos efetuados a partir da sua vigência (que ocorreu em 09.06.05), o prazo para a repetição do indébito é de cinco a contar da data do pagamento; e relativamente aos pagamentos anteriores, a prescrição obedece ao regime previsto no sistema anterior, limitada, porém, ao prazo máximo de cinco anos a contar da vigência da lei nova"*.

Deveras, a norma inserta no artigo 3º, da lei complementar em tela, indubitavelmente, cria direito novo, não configurando lei meramente interpretativa, cuja retroação é permitida, consoante apregoa doutrina abalizada:

"Denominam-se leis interpretativas as que têm por objeto determinar, em caso de dúvida, o sentido das leis existentes, sem introduzir disposições novas. {nota: A questão da caracterização da lei interpretativa tem sido objeto de não pequenas divergências, na doutrina. Há a corrente que exige uma declaração expressa do próprio legislador (ou do órgão de que emana a norma interpretativa), afirmando ter a lei (ou a norma jurídica, que não se apresente como lei) caráter interpretativo. Tal é o entendimento da ***AFFOLTER*** *(Das intertemporale Recht, vol. 22, System des deutschen bürgerlichen Uebergangsrechts, 1903, pág. 185), julgando necessária uma Auslegungsklausel, ao qual* ***GABBA****, que cita, nesse sentido, decisão de tribunal de Parma, (...) Compreensão também de* ***VESCOVI*** *(Intorno alla misura dello stipendio dovuto alle maestre insegnanti nelle scuole elementari maschili, in Giurisprudenza italiana, 1904, I,I, cols. 1191, 1204) e a que adere* ***DUGUIT****, para quem nunca se deve presumir ter a lei caráter interpretativo - "os tribunais não podem reconhecer esse caráter a uma disposição legal, senão nos casos em que o legislador lho atribua expressamente" (Traité de droit constitutionnel, 3ª ed., vol. 2º, 1928, pág. 280). Com o mesmo ponto de vista, o jurista pátrio* ***PAULO DE LACERDA*** *concede, entretanto, que seria exagero exigir que a declaração seja inseri da no corpo da própria lei não vendo motivo para desprezá-la se lançada no preâmbulo, ou feita noutra lei.*
Encarada a questão, do ponto de vista da lei interpretativa por determinação legal, outra indagação, que se apresenta, é saber se, manifestada a explícita declaração do legislador, dando caráter interpretativo, à lei, esta se deve reputar, por isso, interpretativa, sem possibilidade de análise, por ver se reúne requisitos intrínsecos, autorizando uma tal consideração.
(...)
... ***SAVIGNY*** *coloca a questão nos seus precisos termos, ensinando: "trata-se unicamente de saber se o legislador fez, ou quis fazer uma lei interpretativa, e, não, se na opinião do juiz essa interpretação está conforme com a verdade" (System des heutigen romischen Rechts, vol. 8º, 1849, pág. 513). Mas, não é possível dar coerência a coisas, que são de si incoerentes, não se consegue conciliar o que é inconciliável. E, desde que a chamada interpretação autêntica é realmente incompatível com o conceito, com os requisitos da verdadeira interpretação (v., supra, a nota 55 ao n° 67), não admira que se procurem torcer as conseqüências inevitáveis, fatais de tese forçada, evitando-se-lhes os perigos. Compreende-se, pois, que muitos autores não aceitem o rigor dos efeitos da imprópria interpretação. Há quem, como* ***GABBA*** *(Teoria delta retroattività delle leggi, 3ª ed., vol. 1º, 1891, pág. 29), que invoca* ***MAILHER DE CHASSAT*** *(Traité de la rétroactivité des lois, vol. 1º, 1845, págs. 131 e 154), sendo seguido por* ***LANDUCCI*** *(Trattato storico-teorico-pratico di diritto civile francese ed italiano, versione ampliata del Corso di diritto civile francese, secondo il metodo dello Zachariæ, di Aubry e Rau, vol. 1º e único, 1900, pág. 675) e* ***DEGNI*** *(L'interpretazione della legge, 2ª ed., 1909, pág. 101), entenda que é de distinguir quando uma lei é declarada interpretativa, mas encerra, ao lado de artigos que apenas esclarecem, outros introduzido novidade, ou modificando dispositivos da lei interpretada.* ***PAULO DE LACERDA*** *(loc. cit.) reconhece ao juiz competência para verificar se a lei é, na verdade, interpretativa, mas somente quando ela própria afirme que o é.* ***LANDUCCI*** *(nota 7 à pág. 674 do vol. cit.) é de prudência manifesta: "Se o legislador declarou interpretativa uma lei, deve-se, certo, negar tal caráter somente em casos extremos, quando seja absurdo ligá-la com a lei interpretada, quando nem mesmo se possa considerar a mais errada interpretação imaginável. A lei interpretativa, pois, permanece tal, ainda que errônea, mas, se de modo insuperável, que suplante a mais aguda conciliação, contrastar com a lei interpretada, desmente a própria declaração legislativa."* Ademais, a doutrina do tema é pacífica no sentido de que: *"Pouco importa que o legislador, para cobrir o atentado ao direito, que comete, dê à sua lei o caráter interpretativo. É um ato de hipocrisia, que não pode cobrir uma violação flagrante do direito" (Traité de droit constitutionnel, 3ª ed., vol. 2º, 1928, págs. 274-275)."* (Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, *in* A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, Vol. I, 3ª ed., págs. 294 a 296).

Consectariamente, em se tratando de pagamentos indevidos efetuados antes da entrada em vigor da LC 118/05 (09.06.2005), o prazo prescricional para o contribuinte pleitear a restituição do indébito, nos casos dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, continua observando a cognominada tese dos cinco mais cinco, desde que, na data da vigência da novel lei complementar, sobejem, no máximo, cinco anos da contagem do lapso temporal (regra que se coaduna com o disposto no artigo 2.028, do Código Civil de 2002, segundo o qual: *"Serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada."*).

Por outro lado, ocorrido o pagamento antecipado do tributo após a vigência da aludida norma jurídica, o *dies a quo* do prazo prescricional para a repetição/compensação é a data do recolhimento indevido.

In casu**, a demanda foi ajuizada em 14.05.1996 (muito antes da entrada em vigor da novel lei complementar), com o objetivo obter o direito à compensação de valores indevidamente recolhidos a título tributo sujeito a lançamento por homologação, o que, nos termos dos arts. 168, I, e 150, § 4º, do CTN, revela inequívoca a inocorrência da prescrição dos valores recolhidos indevidamente a partir de 14.05.1986, porquanto tributo sujeito a lançamento por homologação, cuja prescrição opera-se 5 (cinco) anos após expirado o prazo para aquela atividade.**

DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS.

No tocante à questão da correção monetária, com inclusão dos expurgos inflacionários, restou assentado pela Corte Especial, por ocasião do julgamento dos Embargos de Divergência no Recurso Especial 478.359/SP, que devem ser aplicados os seguintes índices de correção monetária na repetição do indébito tributário: IPC, em janeiro e fevereiro de 1989, e de março/1990 a fevereiro/1991; INPC, de março a dezembro/1991; UFIR, de janeiro/1992 a dezembro/1995. A partir de janeiro de 1996, aplica-se, **exclusivamente**, a taxa SELIC, ressaltando-se que, para os meses de janeiro e fevereiro de 1989, os percentuais são, respectivamente, de 42,72% e 10,14%. O referido aresto restou assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCLUSÃO DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PEDIDO NO INÍCIO DA EXECUÇÃO, PORÉM, ANTES DA HOMOLOGAÇÃO DA CONTA LIQUIDATÓRIA. ENTENDIMENTO PACIFICADO NA CORTE ESPECIAL. APLICAÇÃO DOS ÍNDICES QUE MELHOR REFLETEM A REAL INFLAÇÃO À SUA ÉPOCA. PRECEDENTES.
1. A correção monetária não se constitui em um plus; não é uma penalidade, sendo, tão-somente, a reposição do valor real da moeda, corroído pela inflação. Portanto, independe de culpa das partes litigantes. É pacífico na jurisprudência desta Colenda Corte o entendimento segundo o qual é devida a aplicação dos índices de inflação expurgados pelos planos econômicos governamentais, como fatores de atualização monetária de débitos judiciais.
2. A respeito, este Tribunal tem adotado o princípio de que deve ser seguido, em qualquer situação, o índice que melhor reflita a realidade inflacionária do período, independentemente das determinações oficiais. Assegura-se, contudo, seguir o percentual apurado por entidade de absoluta credibilidade e que, para tanto, merecia credenciamento do Poder Público, como é o caso da Fundação IBGE. É firme a jurisprudência desta Corte que, para tal propósito, há de se aplicar o IPC, por melhor refletir a inflação à sua época.
3. EREsp nº 81583/DF, 3ª Seção, DJ de 17/02/2003, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI:
'1 - Vislumbram-se três hipóteses de adequação do instituto da correção monetária e dos expurgos inflacionários aos casos trazidos à apreciação do Poder Judiciário: (a) a aplicação destes no processo de conhecimento; (b) a incidência dos mesmos requeridos, somente quando iniciado o processo de execução do título judicial, porém, antes da homologação da conta de liquidação; e, (c) a admissão do uso dos expurgos inflacionários pleiteados após a homologação da conta de liquidação, nos denominados precatórios complementares.
2 - Na possibilidade (b), hipótese destes autos, este Tribunal tem deferido a pretensão da inclusão de tais figuras monetárias na atualização das dívidas de valor, porquanto oriundos do processo inflacionário para os quais o cidadão não concorreu para sua formação, não podendo, desta forma, suportar os efeitos de tais acontecimentos. Assim, os expurgos inflacionários nada mais são que decorrência da correção monetária, pois compõem este instituto, uma vez que se configuram como valores extirpados do cálculo da inflação, quando da apuração do índice real que corrigiria preços, títulos públicos, tributos e salários, entre outros. Ademais, é remansoso nesta Corte Superior que a correção monetária nada acrescenta, tão-somente preserva o valor da moeda aviltada pelo processo inflacionário, não constituindo um plus, mas sim um minus. Essencial, desta forma, a correta apuração desta e de seus desdobramentos.
3 - Logo, correta a r. decisão monocrática proferida pela MM. Juíza Federal da 4a. Vara de Seção Judiciária de Brasília ao admitir a inclusão dos expurgos na execução do julgado, no momento em que homologou a conta de liquidação. Precedentes da Corte Especial (EREsp nºs 163.681/RS, 189.615/DF e 98.528/DF).
4 - Embargos acolhidos para se prover o Recurso Especial interposto e, reformando o v. acórdão de origem, restabelecer o r. decisum monocrático que homologou a conta de liquidação, incluindo nela, os expurgos inflacionários pleiteados pelo autor, ora interessado.'
4. Aplicação dos índices de correção monetária da seguinte forma: a) por meio do IPC, nos períodos de janeiro e fevereiro de 1989 e março/1990 a fevereiro/1991; b) a partir da promulgação da Lei nº 8.177/91, a aplicação do INPC (até dezembro/1991); e c) só a partir de janeiro/1992, a aplicação da UFIR, nos moldes estabelecidos pela Lei nº 8.383/91. A correção monetária dos períodos que não estejam incluídos nos explicitados deverá ser procedida conforme o Manual de Cálculos da Justiça Federal.
5. Precedentes recentes desta Corte Superior.
6. Embargos de divergência não conhecidos."
(EREsp 478.359/SP, Corte Especial, Rel. Min. José Delgado, DJ de 13.9.2004)

Confiram-se ainda, à guisa de exemplo, os recentes precedentes: EREsp 548.711/PE, DJ de 25/04/2007; EREsp 640.159/PE, DJ de 13.11.2006; REsp 879.747/SP, DJ de 1º.3.2007; REsp 608.556/PE, DJ de 06/02/2007.
Explicitam-se, outrossim, os percentuais do IPC aplicáveis aos meses de abril/90 - 44,80%; maio/1990 - 7,87% e fevereiro/91 - 21,87%, posto inclusos no pedido formulado.
Por fim, ressalte-se que, quanto ao cabimento de juros compensatórios em sede de repetição de indébito, é remansosa a jurisprudência desta Corte no sentido de sua não incidência, consoante depreende-se dos seguintes julgados:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. FINSOCIAL. PRESCRIÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. JUROS COMPENSATÓRIOS. ART. 161 DO CTN. NÃO-INCIDÊNCIA. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. SÚMULA N. 7/STJ.
1. Na hipótese de tributo sujeito a lançamento por homologação, o prazo para a propositura da ação de repetição de indébito é de 10 (dez) anos a contar do fato gerador, se a homologação for tácita (tese dos "cinco mais cinco"), e, de 5 (cinco) anos a contar da homologação, se esta for expressa. Precedente.
2. Não viola o art. 535, II, do CPC acórdão que expede motivação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia suscitada.
3. É devida a inclusão dos expurgos inflacionários na repetição de indébito, utilizando-se: a) o IPC, no período de jan/89 a jan/91; b) o INPC, de fev/91 a dez/91; e c) a Ufir, de jan/92 a dez/95.Inaplicável, por conseguinte, o IGP-M nos meses de julho e agosto/94.

4. Na repetição de indébito, com o advento da Lei n. 9.250/95, a partir de 1º/1/96, os juros passaram a ser devidos de acordo com a taxa Selic, não mais tendo aplicação o art. 161, § 1º, e art. 167, parágrafo único, do CTN.

5. Não incidem juros compensatórios na restituição ou compensação de crédito tributário. Precedentes.

6. Em face do óbice contido na Súmula n. 7 desta Corte, mostra-se inviável, em sede de recurso especial, revisar os critérios fáticos utilizados pelo julgador para o arbitramento do quantum devido a título de verba honorária.

7. Recurso especial do Instituto Nacional do Seguro Social improvido. Recurso especial de Bacardi Martini do Brasil Indústria e Comércio Ltda. conhecido em parte e provido parcialmente. (REsp 698075 / PE, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 02/08/2007)

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. COMPENSAÇÃO DE PIS COM TRIBUTOS DE OUTRAS ESPÉCIES. LEI SUPERVENIENTE. RETROAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A Primeira Seção, nos EREsp 488.992/MG, publicados no DJU de 7.6.2004, de relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki, julgados à unanimidade, rejeitou-os para declarar que, em se tratando de compensação, deve ser observada a legislação vigente à época do ajuizamento da ação, não podendo ser julgada a causa à luz do direito superveniente, ressalvando-se o direito da parte autora de proceder à compensação dos créditos pela via administrativa, em conformidade com as normas posteriores, desde que atendidos os requisitos pertinentes.

2. Quanto aos juros compensatórios, gize-se que a orientação predominante entre as Turmas da Primeira Seção é de que não devem ser aplicados em matéria de repetição de indébitos tributários (REsp 624.714/PR, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 13.9.2004; REsp 415.684/PR, 1ª Turma, Rel. Min. Garcia Vieira, DJ de 24.6.2004; REsp 584.510/PE, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 11.10.2004).

3. "Após a edição da Lei 9.250/95, aplica-se a taxa SELIC desde o recolhimento indevido, ou, se for o caso, a partir de 1º.1.1996, não podendo ser cumulada, porém, com qualquer outro índice, seja de atualização monetária, seja de juros, porque a SELIC inclui, a um só
tempo, o índice de inflação do período e a taxa de juros real" (EREsp 267.080/SC, 1ª Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 10.11.2003).

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 709241 / PE , 1ª Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJ de 15/03/2007)

Ante o exposto, com fulcro no § 1º-A, do art. 557, do CPC, dou provimento ao presente recurso especial, nos termos da fundamentação.
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2258)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.800 - SP (2007/0164077-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: EUREKA INDÚSTRIA DE BOTÕES LTDA
ADVOGADO	: CARLOS ROBERTO DA SILVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MÁRCIA REGINA BONAVINA RIBEIRO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Cuida-se de agravo de instrumento tendente a viabilizar subida a esta Corte de recurso especial interposto por EUREKA INDÚSTRIA DE BOTÕES LTDA, com fulcro no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que versa sobre substituição de penhora.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2259)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.863 - SP (2007/0170658-6)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: ASGA MICROELETRÔNICA S/A
ADVOGADO	: MILTON CARMO DE ASSIS JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARGARETH ANNE LEISTER E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Cuida-se de agravo de instrumento tendente a viabilizar subida a esta Corte de recurso especial interposto pela ASGA MICROELETRÔNICA S/A, com fulcro no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que versa sobre parcelamento de débito e denúncia espontânea.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2260)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.910 - SP (2007/0175277-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MIRIAM A PERES SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS ALAGOAS LTDA
ADVOGADO	: ANIBAL CASTRO DE SOUSA E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL INADMITIDO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.
1. Agravo de instrumento no intuito de reformar decisão que inadmitiu recurso especial.
2. Ausência do necessário prequestionamento. Dispositivos legais indicados como afrontados não-abordados, em momento algum, no aresto *a quo*, sem que se tenham ofertado embargos declaratórios para suprir a omissão, porventura existente.
3. Agravo não-provido.
Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento para reformar decisão que inadmitiu recurso especial intentado contra acórdão assim ementado (fl. 23):
PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. POSTERIOR ADESÃO AO REFIS. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO. EFETIVAÇÃO DA PENHORA. IMPOSSIBILIDADE. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. DESCABIMENTO.
1. A utilização dos embargos à execução como meio de defesa da executada, encontra-se prevista no artigo 16 da Lei nº 6830/80, afigurando-se adequada a via processual eleita.
2. É inconteste que a atuação da exeqüente foi inadequada, eis que requereu o prosseguimento da execução, sem atentar para a adesão da executada ao REFIS, fato superveniente que deveria ter sido devidamente considerado.
3. O ajuizamento da ação executiva ocorreu anteriormente à adesão da executada ao REFIS, pelo que, tal adesão importa apenas na suspensão da exigibilidade do crédito tributário, devendo ser suspenso o andamento suspensão do processo executivo, não havendo que se falar em extinção da execução .
4. A efetivação da penhora ocorreu bem após o início do cumprimento do parcelamento, o qual vinha sendo cumprido regularmente, conforme guias DARF's juntadas.
5. Embora a adesão ao REFIS não importe na desconstituição das penhoras realizadas anteriormente, é de se ressaltar que à época da adesão não havia sido efetivada a penhora, afigurando-se ilegal exigir tal constrição a posteriori, devendo ser parcialmente provido o recurso para desconstituir a penhora realizada indevidamente, permanecendo suspensa a execução durante a vigência e adimplemento do parcelamento.
6. Apelação parcialmente provida.
Aduz-se ofensa ao art. 3º, § 3º, da Lei nº 9.964/00. Relatados, decido.
O agravo de instrumento não merece provimento. Considere-se que o(s) dispositivo(s) legal(is) indicado(s) como afrontado(s) não foi(ram) abordado(s), como suporte da decisão, em momento algum, no âmbito do aresto *a quo*. Não se opuseram embargos de declaração para tal fim. Para tanto, basta conferir o afirmado com a tese esposada no voto atacado. Esta colenda Corte Superior já se posicionou nesta linha: AgReg no AG nº 7239/RJ, Rel. Min. José de Jesus Filho, DJ de 06/05/1991.
Falta a condição do prequestionamento para o processamento do recurso, viabilizador da instância especial. Não há se cogitar de tal requisito de admissibilidade se o *decisum* não apreciou os artigos legais tidos como violados. Esta é a posição do STF: AG nº 104153-6/SP, DJ 1º/8/85, e AG nº 148138-2, DJ 16/8/93. O conhecimento do processado pela alínea "a" está obstado pelas Súmulas 282 e 356/STF (AG nº 8.278/SP, Rel. Min. Waldemar Zveiter, e AG nº 13.210/SP, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro).
Inviável, pois, a pretensão da parte recorrente de que se realize o exame do Especial.
Por tais razões, NEGO provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO JOSÉ DELGADO
Relator

(2261)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.916 - SP (2007/0175278-1)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: VALDIR SERAFIM E OUTRO(S)
AGRAVADO	: APOCALIPSE MODA FEMININA LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: A. OLIVEIRA GOULART

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA. DESISTÊNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. CITAÇÃO EFETIVADA. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA DEVIDOS PELA PARTE EXEQÜENTE. SÚMULA Nº 153/STJ. PRECEDENTES.
1. Agravo de instrumento para reformar decisão que inadmitiu recurso especial em face de acórdão que atestou ser cabível a condenação da Fazenda Pública em honorários advocatícios quando extinta a execução fiscal, por pagamento da dívida, e já citado o executado com oposição de embargos.
2. O art. 26 da LEF (Lei nº 6.830/80) estabelece que *"se, antes da decisão de primeira instância, a inscrição de dívida ativa for, a qualquer título, cancelada, a execução será extinta, sem qualquer ônus para as partes"*.
3. No entanto, pacífico o entendimento nesta Corte Superior no sentido de que, em executivo fiscal, sendo cancelada a inscrição da dívida ativa e já tendo ocorrido a citação do devedor, mesmo sem resposta, a extinção do feito implica a condenação da Fazenda Pública ao pagamento das custas e emolumentos processuais.
4. Aplicação da Súmula nº 153/STJ: ***"A desistência da execução fiscal, após o oferecimento dos embargos, não exime o exeqüente dos encargos da sucumbência"***. Precedentes.
5. Agravo não-provido.
Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento para reformar decisão que inadmitiu recurso especial em face de acórdão que atestou ser cabível a condenação da Fazenda Pública em honorários advocatícios quando extinta a execução fiscal, por pagamento da dívida, e já citado o executado com oposição de embargos.
Aduz-se ofensa ao art. 26 da LEF. Relatados, decido.
Estabelece a Súmula nº 153, desta distinta Corte Superior, *litteratim*: ***"A desistência da execução fiscal, após o oferecimento dos embargos, não exime o exeqüente dos encargos da sucumbência."***
Como se verifica do *decisum* hostilizado, o julgamento se deu em conformidade com o enunciado acima descrito. Em face da orientação sumulada por esta colenda Casa Julgadora, exercendo a sua função uniformizadora, não ouso contrariar a jurisprudência que firmou.
Ademais, a matéria encontra-se uniforme e pacífica no seio desta Corte Superior, conforme os seguintes precedentes: REsp nº 174843/RS, 1ª Turma, Rel. Min. GARCIA VIEIRA, DJ de 21/09/1998; REsp nº 157873/MG, 2ª Turma, Rel. Min. HÉLIO MOSIMANN, DJ de 24/08/1998; REsp nº 79242/PR, 1ª Turma, Rel. Min. MILTON LUIZ PEREIRA, DJ de 21/10/1996; REsp nº 261115/RS, 2ª Turma, ementa da decisão monocrática, Relª Minª NANCY ANDRIGHI, DJ de 29/08/2000; REsp nº 117030/SC, 2ª Turma, ementa da decisão monocrática, Relª Minª NANCY ANDRIGHI, DJ de 02/05/2000.
Por tais razões, NEGO provimento ao Agravo.
Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO JOSÉ DELGADO
Relator

(2262)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.972 - SP (2007/0163345-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: BOLLHOFF SERVICE CENTER LTDA E FILIAL(IS)
ADVOGADO	: WALTER DOS SANTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
AGRAVADO	: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE
ADVOGADO	: AGUEDA APARECIDA SILVA

DECISÃO

Vistos etc.
Cuida-se de agravo de instrumento tendente a viabilizar subida a esta Corte de recurso especial interposto por BOLLHOFF SERVICE CENTER LTDA E FILIAL(IS), com fulcro no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que versa sobre salário-educação.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2263)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.081 - SP (2007/0167213-5)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ
PROCURADOR	: LUIZ CARLOS BAPTISTA DOS SANTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CCI CONSTRUÇÕES S/A
ADVOGADO	: CRISTINA ALVAREZ MARTINEZ GERONA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra v. acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que versa sobre complementação de precatório judicial.
Tenho que não prospera a presente postulação, por inobservância de requisito de admissibilidade, eis que a cópia do acórdão recorrido, peça de traslado obrigatório para a formação do instrumento, encontra-se incompleta.
Ademais, encontra-se pacificado nesta Corte a necessidade de que as peças formadoras do agravo de instrumento estejam devidamente compostas.
Saliente-se que a menção no § 1º do art. 544 do CPC, "cópia do acórdão recorrido", engloba o relatório, a ementa e o voto do acórdão, razão pela qual a inexistência de qualquer uma dessas peças inviabiliza o seguimento do agravo.
Nesse sentido, destaco os seguintes julgados, *verbis:*

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO INCOMPLETO. ALEGAÇÃO DE EXTRAVIO POR MOTIVOS ALHEIOS À VONTADE DA PARTE. NÃO COMPROVAÇÃO. REJEIÇÃO.
I. O inteiro teor do acórdão recorrido é peça essencial, exigência do art. 544, § 1º, do CPC, não sendo admitida a simples alegação da parte de que a peça foi juntada.
II. A vigilância na formação do instrumento é dever da parte.
III. Embargos de declaração rejeitados." (EDcl no AgRg no AG 454.019/RJ, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, DJ de 10/11/2003, p. 194)

"AGRAVO REGIMENTAL. PEÇA OBRIGATÓRIA INCOMPLETA. DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL.
I. Não se conhece de agravo de instrumento em que está incompleto o inteiro teor de peça obrigatória prevista no art. 544, § 1º, do CPC.
II. Agravo regimental desprovido.(AgRg no AG 497.668/RJ, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, DJ 01/12/2003, p. 361)

Cumpre ressaltar que, nos termos da jurisprudência pacífica deste Superior Tribunal de Justiça, o agravante é o responsável pela regular formação do instrumento, devendo, assim, fiscalizar a apresentação das peças obrigatórias elencadas no art. 544, § 1º, do CPC, sob pena de não conhecimento do recurso.
Ante a ausência de regularidade formal disciplinada no § 1°, do art. 544, do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo, com base no art. 38, da Lei 8.038/90, combinado com o art. 34, inciso XVIII, do RISTJ.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2264)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.323 - SC (2007/0175789-5)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LUIZ FERNANDO JUCÁ FILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ARMÍRIO OLIVEIRA DE ALMEIDA E OUTRO
ADVOGADO	: KELVIN CALSA
INTERES.	: TAGARRA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
ADVOGADO	: S/REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela FAZENDA NACIONAL, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o v. acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que versa sobre redirecionamento de execução fiscal em face de sócio gerente.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2265)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.355 - SP (2007/0167530-6)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: TOSHIMAR COMÉRCIO DE COSMÉTICOS E BIJOUTERIAS LTDA
ADVOGADO	: ROGÉRIO MAURO D'AVOLA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: VALERIA MARTINEZ DA GAMA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. SÚMULA 182 DO STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento de decisão que deixou de admitir recurso especial porquanto (a) as razões recursais não são suficientes para infirmar os fundamentos do acórdão recorrido; (b) não restou evidenciado qualquer maltrato às normas legais enunciadas ou divergência jurisprudencial, não sendo atendida qualquer das hipóteses das alíneas *a, b* ou *c* do permissivo constitucional.

2. As razões do agravo de instrumento não impugnaram os fundamentos da decisão agravada, limitando-se a afirmar que, ao fazer o juízo de admissibilidade do recurso especial, o Tribunal de origem adentrou em seu mérito, usurpando, assim, a competência do STJ, reiterando, no mais, as argumentações desenvolvidas no recurso especial. A falta de ataque específico à decisão agravada faz incidir, por analogia, a Súmula 182/STJ.

3. Diante do exposto, não conheço do agravo de instrumento.
Intime-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI
Relator

(2266)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.395 - SP (2007/0163615-2)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: SDK ELÉTRICA E ELETRÔNICA LTDA
ADVOGADO	: CLEIDEMAR REZENDE ISIDORO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: JIVAGO PETRUCCI E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. ICMS. FALTA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ.
1. É inviável a análise do agravo de instrumento, cuja fundamentação não impugna especificamente os fundamentos da decisão agravada. Inteligência da Súmula 182 do STJ, que dispõe: *"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."*
2. Agravo de instrumento não-conhecido (art. 544, § 2º do CPC).

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento interposto por SDK ELÉTRICA E ELETRÔNICA LTDA, em face da FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, contra decisão que inadmitiu o recurso especial (fls. 294/295), ao fundamento de que as razões do recurso especial não são suficientes para infirmar a conclusão do acórdão recorrido, outrossim não restou evidenciada ofensa à lei federal, bem como a demonstração da divergência jurisprudencial, não estando atendidas qualquer das hipóteses das alíneas "a", "b" ou "c", inc. III, do art. 105, da Constituição Federal.

Em suas razões, a empresa agravante não impugna especificamente o fundamento da decisão agravada, limitando-se a reiterar argumentos trazidos no seu recurso especial.

Brevemente relatados, decido.

O presente agravo de instrumento não reúne condições de processamento, uma vez que incide à espécie o teor da Súmula 182/STJ, *in verbis*: *"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."*

A respeito do conteúdo dessa Súmula, Roberto Rosas ensina o seguinte:

"O agravo tem como finalidade desconstituir os termos do despacho agravado. Logo, só pode ser válido se impugnar os fundamentos dessa decisão, e não discutir outros aspectos da causa, como alcance do recurso especial não admitido, ou, então, simplesmente repetir os fundamentos do recurso especial, sem acrescentar as objeções ao despacho agravado." (*in* Direito Sumular, 10ª Ed, São Paulo, Malheiros, 2000. p.367*).*

Com efeito, em sua petição, a agravante não impugna especificamente o fundamento da decisão agravada, segundo os quais as razões do recurso especial não são suficientes para infirmar a conclusão do acórdão recorrido, bem como da demonstração de ofensa à lei federal, e da divergência jurisprudencial, a fim de atender as hipóteses das alíneas "a", "b" ou "c", inc. III, do art. 105, da Constituição Federal, restando incólume estes argumentos. O agravante, no caso dos autos, apenas repisou argumentações usadas no seu apelo excepcional.

O agravo de instrumento interposto contra decisão denegatória de processamento do recurso especial, que não impugna especificamente os seus fundamentos, não merece conhecimento, haja vista tratar-se de petição recursal inepta, já que ausente um dos requisitos extrínsecos de admissibilidade dos recursos, qual seja, a sua regularidade formal. Essa tese já se encontra pacificada no âmbito deste Tribunal Superior. Confiram-se os seguintes arestos:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RAZÕES IMPROCEDENTES.
1. É inviável o agravo que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada. Incide, por analogia, a Súmula 182 do STJ. Incorre nesse vício o agravo que, em face de decisão que inadmite o recurso especial com base em entendimento consolidado do STJ, não demonstra que a orientação não está pacificada.
2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no Ag 537.836/MG, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 19.04.2004, p. 159)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SÚMULA 182/STJ.
- O agravo de instrumento interposto contra decisão denegatória de processamento de recurso especial que não impugna especificamente seus fundamentos, não merece conhecimento, ante o óbice imposto pela Súmula 182 do STJ, aplicada, mutatis mutandis, *ao caso* sub examen, *conforme manso entendimento desta Corte. Agravo regimental desprovido."* (AgRg nos EDcl no Ag 441.450/SP, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 23.09.2002, p. 363)

"AGRAVO REGIMENTAL. FUNDAMENTAÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. REPRODUÇÃO DAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.
1. Não se conhece de Agravo de Instrumento, que não ataca especificamente os fundamentos da decisão agravada, realizando mera reprodução das razões utilizadas no Recurso Especial.
2. Recurso não conhecido." (AgRg no Ag 353.680/PR, 5ª Turma, Rel. Min. Edson Vidigal, DJ de 09.04.2001, p. 382)

No mesmo sentido, colacionam-se as seguintes decisões monocráticas: Ag 864.530/RJ (DJ de 03.04.2007); Ag 764.890/RS (DJ de 01.06.2006); Ag 696.623/MS (DJ de 01.09.2005); Ag 572.182/RS (DJ de 12/02/2004); e Ag 556.987/MG (DJ de 25.11.2003).

Ex positis, com fulcro no art. 544, § 2º, do CPC, **NÃO CONHEÇO** do agravo de instrumento.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2267)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.462 - SP (2007/0163645-5)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A ELETROPAULO
ADVOGADO	: TATIANA SAYEGH E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ITO AVICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
ADVOGADO	: NELSON LOMBARDI E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEÇA ESSENCIAL E NECESSÁRIA INCOMPLETA À COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. AUSÊNCIA DE CÓPIA INTEGRAL DO VOTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA Nº 288/STF. ART. 544, § 1º, DO CPC. PRECEDENTES.
1. O art. 544, § 1º, do CPC enumera as peças que devem instruir, obrigatoriamente, o agravo de instrumento quando da sua interposição, sob pena de não conhecimento.
2. Nos termos da Súmula nº 288/STF, aplicável ao agravo de instrumento para subida do recurso especial, *"nega-se provimento a agravo para subida do recurso extraordinário, quando faltar no traslado o despacho agravado, a decisão recorrida, a petição do recurso extraordinário ou qualquer peça essencial à compreensão da controvérsia".*
3. Na sistemática atual, cumpre à parte o dever de apresentar, na íntegra, as peças obrigatórias e as facultativas - de natureza necessária, essencial ou útil - , quando da formação do agravo para o seu perfeito entendimento, necessárias ao fiel exame da lide.
4. Consagrado nesta Corte que no traslado das peças que instruem o agravo de instrumento devem encontrar-se as cópias integrais, visto que, estando quaisquer delas incompletas, não se poderá verificar e confrontar as assertivas desenvolvidas pelo douto magistrado *a quo* com os comandos de reforma pleiteados, assim como sobre quais dispositivos, legais ou constitucionais, basilou-se a decisão guerreada. Impossibilidade de seu conhecimento por não ter sido formado com peças essenciais para sua apreciação, *in casu*, cópia **integral** do voto do acórdão recorrido que julgou a apelação. Precedentes de todas as Turmas deste Tribunal.
5. Recurso não-conhecido.
Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial.
Relatados, decido.
A priori, verifico que o agravo não merece ser conhecido por não ter sido formado com peça essencial à sua apreciação, qual seja, cópia **integral** do voto do acórdão recorrido que julgou a apelação (fls. 710 e segs. do processo originário).

O art. 544, § 1º, do CPC enumera as peças que devem instruir, obrigatoriamente, o agravo de instrumento quando da sua interposição, sob pena de não conhecimento.
Dispõe a Súmula nº 288/STF, aplicável ao agravo de instrumento para subida do recurso especial: *"nega-se provimento a agravo para subida do recurso extraordinário, quando faltar no traslado o despacho agravado, a decisão recorrida, a petição do recurso extraordinário ou qualquer peça essencial à compreensão da controvérsia"*.
Na sistemática atual, cumpre à parte o dever de apresentar, na íntegra, as peças obrigatórias e as facultativas - de natureza necessária, essencial ou útil - , quando da formação do agravo para o seu perfeito entendimento, necessárias ao fiel exame da lide.
A respeito, a jurisprudência desta Corte é remansosa, conforme as ementas a seguir registradas:
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PETIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL INCOMPLETA.
I. Não se conhece do agravo onde a cópia da petição de interposição do recurso especial está incompleta.
II. Agravo regimental improvido. (AgRg no AG nº 558737/RS, 4ª Turma, Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, DJ de 31/05/2004)
AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSO CIVIL. CÓPIA DO RECURSO ESPECIAL INCOMPLETA. NÃO-COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA.
1. As cópias exigidas como obrigatórias no art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil devem ser apresentadas em sua integralidade, não se admitindo a apresentação de cópia incompleta, pois sua falta pode dificultar, ou mesmo impossibilitar, a exata compreensão da controvérsia.
2. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no AG nº 474548/SP, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 22/03/2004)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PETIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL INCOMPLETA.
- Encontrando-se incompleta a petição de recurso especial, o agravo de instrumento não pode ser conhecido, por deficiência na sua formação, nos termos do art. 544, § 1º, do CPC, com redação dada pela Lei 10.352/2001.
- Agravo regimental desprovido.
(AgRg no AG nº 519481/RS, 5ª Turma, Rel. Min. Felix Fischer, DJ de 28/10/2003)
AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO CULPOSO. CERCEAMENTO DE DEFESA. FORMAÇÃO DO AGRAVO. RESPONSABILIDADE DO AGRAVANTE. IMPOSSIBILIDADE DE JUNTADA POSTERIOR DA PEÇA INCOMPLETA. DECISÃO AGRAVADA. TRASLADO. NECESSIDADE.
1. Não se conhece de agravo de instrumento deficiente quanto ao traslado da íntegra da decisão agravada (Código de Processo Civil, artigo 544, parágrafo 1º). Precedentes.
2. Constitui ônus da parte instruir corretamente o agravo de instrumento, fiscalizando a sua formação e o seu processamento, sendo inviável a juntada de qualquer documento na oportunidade da interposição do agravo regimental, pois não supre a irregularidade decorrente da não adoção da providência em tempo apropriado.
3. Agravo regimental improvido.
(AgRg no AG nº 433323/RS, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ de 07/04/2003)
AGRAVO REGIMENTAL. TRASLADO INCOMPLETO. ÍNTEGRA DO ACÓRDÃO IMPUGNADO. NECESSIDADE.
- Incompleto o traslado das peças necessárias, pela falta de acórdão recorrido com sua respectiva ementa, não prospera o agravo. (AgReg no AG nº 188726/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Hélio Mosimann, DJ de 09/11/1998)
Está consagrado nesta Corte que no traslado das peças que instruem o agravo de instrumento devem encontrar-se as cópias integrais, visto que, estando quaisquer delas incompletas, não se poderá verificar e confrontar as assertivas desenvolvidas pelo douto magistrado *a quo* com os comandos de reforma pleiteados, assim como sobre quais dispositivos, legais ou constitucionais, basilou-se a decisão guerreada.
Por tais fundamentos, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO JOSÉ DELGADO
Relator

(2268)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.546 - SP (2007/0178913-6)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: JOWAL COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA FESTA LTDA
ADVOGADO	: EVANDRO ALVES DA SILVA GRILI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MARCOS NARCHE LOUZADA E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO NA CORTE *A QUO* NÃO SANADA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADUÇÃO DE OFENSA A NORMAS LEGAIS AUSENTES NA DECISÃO ATACADA. SÚMULA Nº 211/STJ. EXECUÇÃO FISCAL. JUROS DE MORA. TAXA SELIC. LEI Nº 9.250/95. TERMO *A QUO* DE SUA INCIDÊNCIA. UTILIZAÇÃO EM PERÍODOS DIVERSOS DE OUTROS ÍNDICES. PRECEDENTES.
1. Ausência do necessário prequestionamento do art. 204, parágrafo único, do CTN. Dispositivo indicado como afrontado não-abordado, em momento algum, no aresto *a quo*. Incidência da Súmula nº 211/STJ.
2. Adota-se, a partir de 1º/01/1996, o art. 39, § 4º, da Lei nº 9.250/1995, pelo que os juros devem ser calculados, após tal data, de acordo com a referida lei, que inclui, para a sua aferição, a correção monetária do período em que ela foi apurada. A aplicação dos juros, *in casu*, afasta a cumulação de qualquer índice de correção monetária a partir de sua incidência. Este fator de atualização de moeda já se encontra considerado nos cálculos fixadores da referida Taxa. Sem base legal a pretensão do Fisco de só ser seguido tal sistema de aplicação dos juros quando o contribuinte requerer administrativamente a compensação. Impossível ao intérprete acrescer ao texto legal condição nela inexistente.
3. A referida Taxa é aplicada em períodos diversos dos demais índices de correção monetária, como IPC/INPC e UFIR. Juros pela Taxa SELIC só a partir da sua instituição da Lei nº 9.250/95, ou seja, 01/01/1996. Entretanto, frise-se que não é ela cumulada com nenhum outro índice de correção monetária. Precedentes desta Corte.
4. Agravo não-provido.
Vistos, etc.
A empresa epigrafada opõe agravo de instrumento para reformar decisão que inadmitiu recurso especial intentado contra acórdão que autorizou a aplicação da Taxa SELIC em execução fiscal movida pela recorrida. A ementa registrou (fl. 39):
EMBARGOS À EXECUÇÃO - Preparo - desnecessidade - EXECUÇÃO FISCAL - Débito declarado e não pago - A dívida é líquida, certa e exigível - é desnecessária a produção de provas e o procedimento administrativo - descaracterizado o cerceamento de defesa - Taxa SELIC - Cabimento - A multa de mora tem previsão legal nos arts. 87 e 98 da Lei n. 6.374/89, pois trata-se de sanção pecuniária de caráter penal pelo inadimplemento da obrigação - Sanção pecuniária pelo descumprimento da obrigação fiscal, ou seja, o não pagamento do tributo no prazo correto, consoante o disposto no art. 161, *caput* do CTN e arts. 87 e 98 da Lei Estadual n. 6.374/89.
Recurso oficial e da Fazenda providos e improvido o da embargante.
Alega violação do art. 204, parágrafo único, do CTN e dissenso pretoriano, em face de não se ter autorizado a perícia e de não ser possível o pagamento de taxas de juros SELIC. Relatados, decido.
Inicialmente, considere-se que o dispositivo indicado como ofendido não foi abordado, como suporte da decisão, em momento algum, no aresto *a quo*. Não há que se cogitar em prequestionamento se o acórdão não apreciou as normas legais tidas como violados. Esta é a posição da Corte Suprema: AG nº 104153-6/SP, Rel. Min. Oscar Corrêa, e AG nº 148138-2, Rel. Min. Ilmar Galvão. O conhecimento do recurso pela alínea "a" está obstada pelas Súmulas nºs 282 e 356/STF. *In casu*, para ser apreciado o recurso especial, este deveria ter sido interposto alegando-se violação ao art. 535, o que aqui não foi feito. Dispõe a Súmula nº 211/STJ: ***"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal 'a quo'."***
Incidem, no caso, as Súmulas nºs 282 e 356/STF e 211/STJ.
A respeito da incidência da SELIC, tenho o seguinte posicionamento.
O acórdão examinado entendeu que devem incidir, nas parcelas do tributo submetido à execução fiscal, juros de mora equivalentes à Taxa SELIC.

Reconheço que a incidência dos juros, como acima registrado, decorre da força da Lei nº 9.250/95, afastando, assim, os efeitos do art. 167, § 1º, do CTN, sem objeção de inconstitucionalidade porque não se trata de preceito reservado à lei complementar (CF, art. 146, III). Tenho como aplicável, sem qualquer restrição, a partir de 1º de janeiro de 1996, o art. 39, § 4, da Lei nº 9.250, de 26.12.95, que assim dispõe:
Art. 39 (...)
§ 4º - A partir de 1º de janeiro de 1996, a compensação ou restituição será acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da compensação ou restituição e de 1% relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada.
A respeito, há de se considerar que a aplicação de juros com base na taxa SELIC compreende, também, a inclusão da correção monetária.
Não me sinto autorizado, com a devida vênia, a acrescer na mensagem do § 4º, do art. 39, da Lei nº 9.250/95, a exigência de que os juros calculados pela taxa SELIC só são aplicáveis quando existir prévio deferimento de autoridade administrativa.
O dispositivo em discussão, segundo o meu entendimento, contém carga imperativa no sentido de que os juros de mora incidirão a partir do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da atualização. A redação do texto legal não abre espaço para que o intérprete lhe acresça qualquer outra condição. Há, conseqüentemente, de ser aplicado de acordo com os limites expostos em seu conteúdo.
A egrégia 1ª Turma deste Sodalício já apreciou o tema *sub examine*, ao julgar, entre outros, o REsp nº 191989/RS, DJ de 15/03/1999, unânime, por mim relatado. Na mesma esteira, dentre tantos, os seguintes precedentes: REsp nº 267847/SC, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJ de 18/12/2000; AgReg no AG nº 324310/PR, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 26/03/2001; REsp nº 272351/SP, Rel. Min. Milton Luiz Pereira, DJ de 05/02/2001.
Não é demais acrescer a ementa do julgado abaixo, o qual retrata bem a questão discutida, *id est*, de que os juros da Taxa SELIC, na restituição de tributos, devem incidir a partir de 01/01/1996:
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ADMINISTRADORES, AUTÔNOMOS E AVULSOS. COMPENSAÇÃO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. JUROS DE MORA. APLICAÇÃO DA TAXA SELIC. TERMO INICIAL. LEI Nº 9.250/95.
- Estabelece o parágrafo 4º do artigo 39 da Lei nº 9.250/95 que:'A partir de 1º de janeiro de 1996, a compensação ou restituição será acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da compensação ou restituição e de 1% relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada'.
- A taxa SELIC representa a taxa de juros reais e a taxa de inflação no período considerado e não pode ser aplicada, cumulativamente, com outros índices de reajustamento.
- **Na repetição do indébito, os juros SELIC são contados a partir da data da entrada em vigor da lei que determinou a sua incidência do campo tributário (art. 39, parágrafo 4º, da lei 9.250/95)**.Precedentes jurisprudenciais.
- Recurso improvido. (destaquei)
(REsp nº 392283/RS, Rel. Min. Luiz Fux)
A referida Taxa é aplicada em períodos diversos dos demais índices de correção monetária, como IPC/INPC e UFIR.
Destarte, aplicam-se os juros pela Taxa SELIC só a partir da instituição da Lei nº 9.250/95, ou seja, 01/01/1996. Entretanto, frise-se que não é ela cumulada com nenhum outro índice de correção monetária.
Por tais razões, NEGO provimento ao agravo de instrumento para determinar a aplicação dos juros de mora pela Taxa SELIC.
Publique-se. Intime-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO JOSÉ DELGADO
Relator

(2269)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.569 - MG (2007/0150013-1)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: JOÃO LÚCIO MARTINS PINTO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FRANCISCA APOLINÁRIA DE SIQUEIRA
ADVOGADO	: GENOVEVA MARTINS DE MORAIS E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU FALTA DE MOTIVAÇÃO NO ACÓRDÃO *A QUO*. REEXAME DE PROVA. SÚMULA Nº 07/STJ. MATÉRIA DE CUNHO CONSTITUCIONAL ANALISADA NA CORTE *A QUO*. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO DO ESPECIAL.
1. Agravo de instrumento no intuito de reformar decisão que inadmitiu recurso especial.
2. Argumentos da decisão *a quo* que são claros e nítidos, sem haver omissões, obscuridades, contradições ou ausência de motivação. O não-acatamento das teses contidas no recurso não implica cerceamento de defesa. Ao julgador cabe apreciar a questão de acordo com o que entender atinente à lide. Não está obrigado a julgá-la conforme o pleiteado pelas partes, mas sim com seu livre convencimento (art. 131 do CPC), usando os fatos, provas, jurisprudência, aspectos atinentes ao tema e a legislação que entender aplicável ao caso. Não obstante a oposição de embargos declaratórios, não são eles mero expediente para forçar o ingresso na instância especial, se não há omissão a ser suprida. Inexiste ofensa ao art. 535 do CPC quando a matéria enfocada é devidamente abordada no aresto *a quo*.
3. Demonstrado, de modo evidente, que a procedência do pedido está rigorosamente vinculada ao exame das provas depositadas nos autos. Na via Especial não há campo para se revisar entendimento de 2º grau assentado em prova. A função de tal recurso é, apenas, unificar a aplicação do direito federal (Súmula nº 07/STJ).
4. Não se conhece de recurso especial quando a decisão atacada baseou-se, como fundamento central, em matéria de cunho eminentemente constitucional.
5. Recurso não-provido.
Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento par reformar decisão que inadmitiu recurso especial intentado contra acórdão assim ementado (fl. 36):
AÇÃO ORDINÁRIA - MEDICAÇÃO ESSENCIAL DE USO CONTÍNUO POR CONTA DO SUS - DIREITO À SAÚDE - NEGATIVA - ILEGALIDADE.
O direito à saúde é fundamental, conseqüente da consagração da dignidade da pessoa humana como fundamento da República do Brasil e do direito à vida; se rege pelos princípios da universalidade e da igualdade de acesso às ações e serviços de atribuição do Poder Público (art. 197, CR), através do SUS - Sistema Único de Saúde.
Assim, a negativa do fornecimento de medicação essencial, prescrita por médico especialista, constitui obstáculo causado ao mesmo, com lesão ao seu direito de acesso aos serviços de saúde e ofensa ao texto constitucional.
Alega-se violação dos arts. 333, 460 e 535 do CPC e 7º, XIII da Lei nº 8.080/90 e dissenso pretoriano. Relatados, decido.

A priori, registro que inexistiu ofensa ao art. 535 do CPC. A matéria enfocada foi devidamente abordada no aresto *a quo*, conforme se pode conferir com a leitura das fundamentações desenvolvidas. A(s) questão(ões) que se diz omissa(s) foi(ram) claramente fundamentada(s) e esclarecida(s) no voto *a quo*. O que aconteceu, na verdade, é que não foi a questão decidida conforme planejava a parte recorrente, mas sim com a aplicação de entendimento diverso. Diferentemente do afirmado, houve enfrentamento de todos os pontos necessários ao julgamento da causa, sendo desnecessário indicação expressa dos dispositivos que argüiu nos aclaratórios. Os fundamentos, nos quais se suporta a decisão *a quo*, são claros e nítidos. Não dão lugar, portanto, a omissões, obscuridades, dúvidas ou contradições.

Caso o juiz encontre motivos suficientes para fundar a decisão, não está adstrito à resposta de todas as assertivas desenvolvidas pelas partes, nem obrigado a ater-se aos fundamentos apontados por elas ou a responder, um a um, todos os seus argumentos. Não há pontos omissos na decisão recorrida. Basta verificar, com uma simples leitura do voto, que a matéria tratada nos autos está deveras fundamentada e motivada, com menção aos fatos contidos nos autos e legislação e jurisprudência sobre o tema.

O não-acatamento das teses contidas no apelo não indica cerceamento de defesa. Cabe ao julgador apreciar a questão de acordo com o que entender atinente à lide. Não está obrigado a julgá-la conforme o pleiteado pelas partes, mas sim com seu livre convencimento (art. 131 do CPC), usando os fatos, provas, jurisprudência, aspectos atinentes ao tema e a legislação que entender aplicável ao caso. O STJ decidiu que: "*A simples alegação de que a lei foi contrariada não é suficiente para justificar o recurso especial, pela letra "a" da previsão constitucional, tem-se, antes que demonstrá-la a exemplo do que ocorre com o recurso extraordinário.*" (AgReg nº 22394-7/SP, Rel. Min. José de Jesus Filho, DJ de 02/08/1993).

Por outro lado, o panorama formado no âmbito dos autos revela que a análise do recurso especial exige, para a formação de qualquer conclusão, que se reaprecie a prova dos autos, conforme se constata nas razões desenvolvidas no acórdão *a quo*.

Tal convicção a tenho porque a conclusão a que chegou o acórdão recorrido decorreu da análise do conjunto fático-probatório dos autos e o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame e a inversão do mencionado suporte, obstando a admissibilidade do apelo as Súmulas nºs 279/STF e 07/STJ.

De fato, torna-se inadmissível a reapreciação da prova produzida no processado, e esta se dá, diferenciando-se de sua valoração, "*quando se aprecia a conclusão que se extrai dos elementos probatórios*" (RTJ 81/964), ou quando se refere "*à força de convicção dos elementos probatórios, concretamente*" (RTJ 82/114), situação esta perfeitamente adequada ao caso, tornando inviável o recurso. A respeito, confiram-se os seguintes julgados: REsp nº 2617/SP, RSTJ 17/398, REsp nº 62020-1/SP, DJ de 20/05/96, REsp nº 37295-0/SP, DJ de 29/03/94, e REsp nº 88229/RS, DJ de 31/03/97. Calcada em conteúdo fático-probatório, o reenfrentamento da decisão guerreada encontra óbice intransponível para exame neste senda, conforme dispõe a Súmula nº 07/STJ.

Na via Especial, como é sabido, não há campo para se revisar entendimento de 2º grau assentado em prova. A função de tal recurso é, apenas, unificar a aplicação do direito federal, nos termos da citada Súmula, *verbis*: "***A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"***.

Por último, constata-se que o voto da decisão *a quo* discutiu, como matéria de apoio à sua convicção, a aplicação do art. 196 da CF/88. A matéria tida por ofendida é de cunho predominante e meramente constitucional, cabendo, apenas, ao augusto STF seu exame. A respeito, a posição deste distinto Tribunal, dentre tantas, agasalha a tese acima: REsp nº 741008/CE, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 06/06/2005.

Por tais razões, NEGO provimento ao agravo de instrumento.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO JOSÉ DELGADO
Relator

(2270)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.597 - SP (2007/0179834-9)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DJEMILE NAOMI KODAMA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: COBERPLAN IMPERMEABILIZAÇÃO E ISOLAÇÃO TÉRMICA LTDA
ADVOGADO	: PEDRO WANDERLEY RONCATO E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALTA DE PEÇA ESSENCIAL E NECESSÁRIA À COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. SÚMULA Nº 288/STF. ART. 544, § 1º, C/C O 525, I E II, DO CPC. PRECEDENTES.

1. Agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial intentado contra acórdão que, em ação buscando a compensação de tributo indevidamente recolhido, entendeu não caracterizada a prescrição qüinqüenal. Alegação da agravante de ocorrência do lapso prescricional.

2. O art. 525, I e II, do CPC, dispõe que: *"A petição de agravo de instrumento será instruída, (I) Obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado e, (II) facultativamente, com outras peças que o agravante entender úteis".*

3. O art. 544, § 1º, do CPC, estatui que: "*O agravo de instrumento será instruído com as peças apresentadas pelas partes, devendo constar, obrigatoriamente, sob pena de não conhecimento, cópia do acórdão recorrido, da certidão da respectiva intimação, da petição de interposição do recurso denegado, das contra-razões, da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado. As cópias das peças do processo poderão ser declaradas autênticas pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal.*"

4. Nos termos da Súmula nº 288/STF, aplicável ao agravo de instrumento para subida do recurso especial, *"nega-se provimento a agravo para subida do recurso extraordinário, quando faltar no traslado o despacho agravado, a decisão recorrida, a petição do recurso extraordinário ou qualquer peça essencial à compreensão da controvérsia".*

5. Não são só as peças acima indicadas que devem instruir o agravo de instrumento, mas todas aquelas que se façam necessárias ao fiel exame da lide.

6. Na sistemática atual, cumpre à parte o dever de apresentar as peças obrigatórias e as facultativas - de natureza necessária, essencial ou útil - , quando da formação do agravo para o seu perfeito entendimento, sob pena de não conhecimento do recurso.

7. Impossibilidade de sua apreciação, por não ter sido formado com peça essencial para sua análise, *in casu*, cópia dos DARFs que originaram a presente lide, a fim de se verificar a data dos aludidos pagamentos, para se averiguar a ocorrência, ou não, da prescrição alegada.

8. Recurso não-conhecido.

Vistos, etc.

A Fazenda Nacional opõe agravo de instrumento contra decisão que inadmitiu recurso especial intentado contra acórdão que, em ação buscando a compensação de tributo indevidamente recolhido, entendeu não caracterizada a prescrição qüinqüenal.

Nas razões recursais, a agravante aduz a ocorrência do lapso prescricional. Alegam-se, para tanto, violação de dispositivo legal e dissídio jurisprudencial. Relatados, decido.

A priori, verifico que o presente agravo não merece ser conhecido, por não ter sido formado com peça essencial à sua apreciação, qual seja, cópia dos DARFs que originaram a presente lide, a fim de se verificar a data dos aludidos pagamentos. O art. 525, I e II, do CPC dispõe:

Art. 525 - A petição de agravo de instrumento será instruída:

I -Obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.

II - facultativamente, com outras peças que o agravante entender úteis.

Estatui o art. 544, § 1º, do CPC:

Art. 544 - Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo de instrumento, no prazo de dez dias, para o Supremo Tribunal Federal ou para o Superior Tribunal de Justiça, conforme o caso.

§ 1º - O agravo de instrumento será instruído com as peças apresentadas pelas partes, devendo constar, obrigatoriamente, sob pena de não conhecimento, cópia do acórdão recorrido, da certidão da respectiva intimação, da petição de interposição do recurso denegado, das contra-razões, da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado. As cópias das peças do processo poderão ser declaradas autênticas pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

Entretanto, não são só as citadas peças que devem compor o agravo de instrumento.

Nos termos da Súmula nº 288/STF, aplicável ao agravo de instrumento para subida do recurso especial, *"nega-se provimento a agravo para subida do recurso extraordinário, quando faltar no traslado o despacho agravado, a decisão recorrida, a petição do recurso extraordinário* ***ou qualquer peça essencial à compreensão da controvérsia****".* (destaquei)

No caso concerto, para se averiguar a ocorrência, ou não, da prescrição/decadência alegada, primordial que se juntasse aos autos do agravo cópia dos DARFs que originaram a presente lide, a fim de se verificar a data dos aludidos pagamentos, o que não foi efetivado pela agravante.

Na sistemática atual, conforme acima registrado, cumpre à parte o dever de apresentar as peças obrigatórias e as facultativas - de natureza necessária, essencial ou útil - , quando da formação do agravo para o seu perfeito entendimento, sob pena de não conhecimento do recurso.

A respeito, a jurisprudência desta Corte é remansosa, conforme as ementas a seguir registradas:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. FALTA DA PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO QUE SUBSTABELECE. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO. SISTEMA INSTITUÍDO PELA LEI 9.139/95. RECURSO NÃO CONHECIDO.

I - Pelo sistema recursal instituído pela Lei 9.139/95, incumbe ao agravante o dever de instruir o agravo com as peças essenciais elencadas no art. 525, CPC, razão pela qual, em se tratando desse recurso, não mais prevalece a orientação jurisprudencial que impunha a conversão em diligência para suprimento da deficiência.

II - A ausência de alguma dessas peças essenciais afeta a regularidade formal do recurso, um dos pressupostos gerais de recorribilidade, impondo o seu não conhecimento.

III - O substabelecimento é tão-somente um meio do mandatário se fazer substituir na execução do contrato de mandato, de sorte que a ele não se agrega qualquer valor, no tocante à representação do mandatário. (REsp nº 137316/MG, 4ª Turma, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ de 15/09/1997)

AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALTA DE PEÇA ESSENCIAL. FORMAÇÃO DO AGRAVO. ÔNUS DO AGRAVANTE.

- É indispensável o traslado de todas as peças essenciais à formação do agravo.

- Recai sobre o agravante a responsabilidade de zelar pela correta formação do agravo.

- A tardia juntada de peça de traslado obrigatório não supre a sua exigência, porque operada a preclusão consumativa com o ato da interposição do recurso. (AgReg no AG nº 388903/RS, 3ª Turma, Relª Minª Nancy Andrighi, DJ de 04/03/2002)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INSTRUÇÃO. ÔNUS DO AGRAVANTE.

- É indispensável que o agravante traslade aos autos as peças necessárias à instrução do agravo de instrumento. A certidão de intimação do acórdão recorrido constitui peça obrigatória do instrumento de agravo.

- Recai no agravante a responsabilidade de zelar pela correta formação do agravo. (AgReg no AG nº 375778/SP, 3ª Turma, Relª Minª Nancy Andrighi, DJ de 27/08/2001)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO DO ART. 544, CPC. JUNTADA POSTERIOR DE PEÇAS. IMPOSSIBILIDADE.

1. Consoante entendimento desta Corte, não é cabível a juntada posterior das peças necessárias à formação do instrumento do agravo previsto no art. 544, do CPC.

2. Embargos declaratórios providos, para sanar a omissão da decisão embargada, sem, contudo, emprestar-lhes efeitos modificativos. (EDcl no AG nº 322469/RJ, 1ª Turma, deste Relator, DJ de 02/04/2001)

AGRAVO CONTRA DECISÃO DENEGATÓRIA DE RECURSO ESPECIAL. INSTRUÇÃO. CONTRA-RAZÕES (PEÇA FALTANTE).

1. É de direito escrito, assim rezando o § 1º do art. 544 do Cód. de Pr. Civil, que no agravo de instrumento há de constar, obrigatoriamente, a cópia das contra-razões ao recurso especial. Falta da referida peça.

2. Ao ver da jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal, (I) "é ônus do agravante zelar pela correta formação do instrumento, o traslado tardio de peça tida como essencial é inviável nesta superior instância" (AgRg 104.373, DJ de 02.12.96, Ministro Demócrito Reinaldo), (II) "Não estando o agravo de instrumento instruído com as peças necessárias é de rigor o seu não conhecimento" (EDcl/AgRg 294.809, DJ de 27.11.00, Ministro Pádua Ribeiro), (III) "Pelo sistema recursal instituído pela Lei 9.139/95, incumbe ao agravante o dever de instruir o agravo, obrigatoriamente, com as peças elencadas no art. 525, I, CPC, inadmitida a conversão do julgamento em diligência para complementação do traslado" (REsp 268014, DJ de 20.11.00, Ministro Sálvio de Figueiredo).

3. Lista de documentos - peça que usualmente abre os autos de agravo - não é peça de formação do instrumento. A sua substituição, por si só, não é, processualmente, suficiente para reconhecimento de que se subtraiu a cópia da resposta ao recurso especial (Pet 1.009).

4. Agravo de instrumento não conhecido pelo Relator. Agravo regimental a que a Turma negou provimento. (AgReg no AG nº 194253/MA, 3ª Turma, Rel. Min. Nilson Naves, DJ de 05/03/2001)

No mesmo sentido: REsp nº 204906/SP, 5ª Turma, Rel. Min. GILSON DIPP, DJ de 07/02/2000; AgReg no Ag nº 173384/DF, 6ª Turma, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, DJ de :22/11/1999; REsp nº 114531/SP, 5ª Turma, Rel. Min. GILSON DIPP, DJ de 08/11/1999; REsp nº 200833/PR, 2ª Turma, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, DJ de 25/10/1999; AgReg no AG nº 192975/RJ, 4ª Turma, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, DJ de 06/09/1999; AgReg no AG nº 188726/RS, 2ª Turma, Rel. Min. HÉLIO MOSIMANN, DJ de 09/11/1998.

Por tais fundamentos, não conheço do agravo.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO JOSÉ DELGADO
Relator

(2271)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.604 - RJ (2007/0178581-6)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: CLÁUDIO ALEXANDRE FERREIRA
ADVOGADO	: JACINTA MARIA R T LIMA - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS
AGRAVADO	: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DETRAN RJ
PROCURADOR	: NÉLIO JOSÉ CAMINHA LEITE E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo de instrumento interposto por CLÁUDIO ALEXANDRE FERREIRA, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o v. acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que versa sobre multa de trânsito.

Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2272)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.736 - DF (2007/0163005-2)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: ALMÉRIO IVO RODRIGUES E OUTROS
ADVOGADO	: EDUARDO DA SILVA CAVALCANTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: NILTON CÉLIO LOCATELLI E OUTRO(S)

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. IMPOSTO DE RENDA. LEIS NºS 7.713/1988 E 9.250/1995. ISENÇÃO. MP Nº 2.159-70/2001 (ORIGINÁRIA Nº 1.459/1996). PRECEDENTES.

1. O resgate das contribuições recolhidas sob a égide da Lei nº 7.713/88, anterior à Lei nº 9.250/95, não constitui aquisição de renda, já que não configura acréscimo patrimonial. Ditos valores recolhidos a título de contribuição para entidade de previdência privada, antes da edição da Lei nº 9.250/95, eram parcelas deduzidas do salário líquido dos beneficiários, que já havia sofrido tributação de imposto de renda na fonte. Daí porque a incidência de nova tributação, por ocasião do resgate, configuraria bitributação.

2. A Lei nº 9.250/95 só vale em relação aos valores de poupança resgatados concernentes ao ano de 1996, ficando livres da incidência do imposto de renda "*os valores cujo o ônus tenha sido da pessoa física, recebido por ocasião do seu desligamento do plano de previdência, correspondentes às parcelas das contribuições efetuadas no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995*", nos moldes do art. 7º da MP nº 1559-22 (hoje nº 2.159-70/01).

3. Não incide o IR sobre o resgate das contribuições recolhidas pelo contribuinte para planos de previdência privada quando o valor corresponde aos períodos anteriores à vigência do art. 33 da Lei nº 9.250/95, o qual não pode ter aplicação retroativa. O sistema adotado pelo art. 33, c/c o art. 4º, V, e 8º, II, "e", da aludida Lei deve ser preservado, por permitir o ordenamento jurídico tributário e constituir incentivo à previdência privada. Os dispositivos supra, por admitirem a dedutibilidade para o efeito ou apuração do cálculo do IR, das contribuições pagas pelos contribuintes a entidades de previdência privada, legitimam a exigência do mesmo contribuinte sujeitar-se ao imposto de renda, na fonte e na declaração, quando receber os benefícios ou por ocasião dos resgates das operações efetuadas.

4. Os recebimentos de benefícios e resgates decorrentes de recolhimentos feitos antes da Lei nº 9.250/95 não estão sujeitos ao IR, mesmo que a operação ocorra após a vigência da lei; as disposições da Lei nº 9.250/95 não se aplicam aos resgates relativos às contribuições feitas anteriormente por participantes de planos de previdência privada; aqueles que se aposentaram antes da vigência da nova Lei e que já tenham sido tributados quando do pagamento de suas contribuições estão fora da incidência do IR, em face da MP nº 1.559 (*"os valores cujo o ônus tenha sido da pessoa física, recebido por ocasião do seu desligamento do plano de previdência, correspondentes às parcelas das contribuições efetuadas no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995"*); estão fora da incidência da tributação na fonte do IR não só os valores recebidos pelos participantes até o mês de dezembro/95, bem como aqueles resgatados após tal data, desde que correspondentes às parcelas das contribuições efetuadas no período de 1º/01/89 a 31/12/95, como dispõe o art. 7º da citada MP; tal isenção há de valer mesmo para os benefícios recebidos por ele a partir do ano de 1996 em diante, visto que as importâncias pagas pela entidade de previdência privada correspondem ao resgate das contribuições feitas por ele até a data em que começou a vigorar a incidência do IR.

5. É incabível pedido para deferimento da restituição dos valores do IRRF já descontados nos pagamentos das verbas de complementação de aposentadoria percebidas em decorrência do resgate das contribuições junto à fundação de previdência privada a contar de 1º/01/1996.

6. Recurso a que se nega seguimento (art. 38 da Lei nº 8.038/90, c/c o art. 557 do CPC).

Vistos, etc.

Cuida-se de recurso especial oposto contra acórdão que reconheceu a incidência do IR sobre complementação de proventos paga por planos de previdência privada a partir de janeiro de 1996, ou seja, afastou a cobrança da exação no período de 01/01/89 a 31/12/95. A ementa consignou (fl. 31):

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. INCIDÊNCIA. LEI 9.250/95. NATUREZA DE ACRÉSCIMO PATRIMONIAL. VEDAÇÃO DA BITRIBUTAÇÃO. LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

I. O Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que a prescrição aplicável à espécie é decenal

II. O recebimento da complementação de aposentadoria e o resgate das contribuições recolhidas para entidade de previdência privada no período de 1º.01.1989 a 31.12.1995 não constituíam renda tributável pelo IRPF, por força da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei 7.713/88, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 9.250/95. Em contrapartida,as contribuições vertidas para tais planos não podiam ser deduzidas da base de cálculo do referido tributo, sendo, portanto, tributadas (q. v. *verbi gratia*: EREsp 621348/DF, STJ, Primeira Seção, DJ de 11.09.2006).

III. Apelações e remessa oficial não providas.

Alegam-se violação dos dispositivos legais apontados no Especial e dissídio jurisprudencial. Pretendem, em suma, a declaração da inexigibilidade do IR incidente sobre a complementação de aposentadoria recebida pela entidade de previdência privada também após janeiro de 1996. Relatados, decido.

De fato, os valores referentes ao resgate de poupanças formadas com as contribuições para Plano de Previdência Privada, ao menos aqueles subtraídos das remunerações dos servidores que já haviam previamente sofrido tributação do imposto de renda, não podem sofrer nova incidência. A recorrida aduz que a sobredita tributação encontra-se autorizada pela Lei nº 9.250/95, que, em seu art. 33, determina:

"Art. 33. Sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte e na declaração de ajuste anual os benefícios recebidos de entidades de previdência privada, bem como as importâncias correspondentes ao resgate das contribuições".

Ocorre que, anteriormente à edição da supracitada lei, a incidência do referido tributo já estava prevista no art. 31, I, da Lei nº 7.713/88, **in verbis:**

"Art. 31. Ficam sujeitos à tributação exclusiva na fonte, à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente à parcela correspondente às contribuições cujo o ônus não tenha sido do beneficiário:

I. as importâncias pagas ou creditadas a pessoas físicas, sob a forma de resgate, pecúlio ou renda periódica, pelas entidades de previdência privada".

Em conformidade com a legislação citada, pode-se inferir que apenas aquelas contribuições para a Previdência Privada que sofreram dedução de imposto de renda na fonte, é que são imponíveis na forma do art. 33 da Lei nº 9.250/95. Esta conclusão encontra-se corroborada pelo art. 7º da MP nº 1559-22:

"Art. 7º. Exclui-se da incidência do Imposto de Renda na fonte e na declaração de rendimentos o valor do resgate de contribuições de previdência privada, cujo ônus tenha sido da pessoa física, recebido por ocasião do seu desligamento do plano de benefícios da entidade, que corresponder às parcelas de contribuições efetuadas no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995".

In casu, como já dito, os salários dos recorrentes, estes sim, enquadrados como fontes de rendimento, já estavam sujeitos à tributação do Imposto de Renda, na forma da norma regente à época, retirando-se, assim, do rendimento líquido, o valor destinado à contribuição para a entidade de previdência privada. Os valores recebidos, quando do resgate da poupança das contribuições de previdência privada, não constituem acréscimo patrimonial para fins de incidência do imposto de renda, nos termos do art. 43 do CTN, de forma que a imposição de nova incidência tributária, nos moldes da Lei nº 9.250/95, configuraria, forçosamente, uma bitributação. A Lei nº 9.250/95 só vale em relação aos valores de poupança resgatados no ano de 1996, já que, antes de 1995, as parcelas de contribuição para a previdência privada não eram dedutíveis da base de cálculo sujeita à incidência mensal do imposto de renda. Oportuna a menção, no presente caso, de trecho do voto proferido pelo ilustre Ministro Garcia Vieira, no julgamento do REsp nº 55.697-0/CE versando matéria idêntica à agora analisada:

"O patrimônio da Caixa de Previdência dos Empregados do Banco de Desenvolvimento do Estado do Ceará-CAPEB foi constituído com as contribuições dos recorrentes, contribuições dos empregadores e rendimentos com aplicações financeiras. Ora, os rendimentos recebidos por pessoas físicas relativamente às contribuições dos participantes e dos empregadores, são isentos do imposto de renda (artigo 6º, incisos VII, letra 'b' e VIII, da Lei nº 7.713/88). De acordo com o Decreto-lei nº 2065/83, as entidades da previdência privada foram consideradas isentas do imposto de renda, ressalvando que esta isenção não se aplicava ao imposto incidente na fonte sobre os dividendos, juros e demais rendimentos de capital, recebidos pelas referidas entidades.

Mas, acontece que o TFR na Argüição de Inconstitucionalidade na Apelação Cível nº 101.394-PA, Relator Eminente Ministro Ilmar Galvão, hoje membro da Excelsa Corte, DJ de 31/10/88, declarou a inconstitucionalidade deste dispositivo legal e entendeu que as entidades de previdência privada são beneficiárias da imunidade prevista no artigo 19, inciso III, alínea 'c' da Constituição Federal anterior e art. 150, inciso VI, letra 'c' da Constituição Federal de 1988 (docs. de fls. 123/211). Era pacífico no TFR entendimento de que estas entidades privadas de previdência social fechada são beneficiárias da imunidade prevista pelos dispositivos constitucionais citados e não estão sujeitas ao imposto de renda na fonte sobre os seus rendimentos de capital. Neste sentido REO nº 135.467-SP, DJ de 31/10/88, INAC nº 101.394-PR, DJ de 31/10/88, AMS nºs 105.121-RJ, DJ de 11/10/88, 107.332-DF, DJ de 06/6/89, 110.716-RS, DJ de 17/10/88 e 122.440-SC, DJ de 04/04/89.

Este Colendo Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial nº 4960-DF, DJ de 24/02/92, reconheceu que estas entidades fechadas de previdência privada são beneficiárias da imunidade tributária, concedida pelo artigo 19, inciso III, letra 'c' da Constituição Federal anterior e artigo 150, inciso VI, alínea 'c' da vigente Constituição. No caso concreto, os recorrentes não se insurgem contra a incidência do imposto na fonte sobre os rendimentos de capital que, de resto, já foi recolhido aos cofres públicos.

De qualquer sorte, os valores distribuídos aos autores, a título de rateio do patrimônio que sobrou da extinção da citada entidade de previdência privada, ativo líquido, após o pagamento de todas as despesas e dos encargos, não podem ser considerados renda ou proventos de qualquer natureza. Não são eles produtos do capital, do trabalho ou de ambas e não representam acréscimos patrimoniais. Com o rateio, receberam os autores apenas parte do montante correspondente às contribuições por eles pagas à CAPEB e com a extinção desta, não vão receber mais a complementação de suas aposentadorias. Estabelece o artigo 43 do CTN que o imposto de renda tem como fato gerador a aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos e de acréscimos patrimoniais. Com razão o julgador singular ao acentuar em sua respeitável sentença de fls. 97/101 que:

"Renda, para tal tributação, é 'o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos' (CTN, artigo 43, I) e, às escâncaras, aquele rateio não proveio disso.

Nem equivale a proventos de qualquer natureza, quais os 'acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior' (CTN, artigo 43, II), a dizer, não compreendidos como 'produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos'.

Proventos para fins do imposto em causa, devem, portanto, sempre implicar em acréscimo patrimonial, por mim não divisado na situação dos suplicantes; ora, o 'ativo líquido encontrado após o pagamento de todas as despesas e encargos', que receberam , certamente nem mesmo representará o valor atualizado das contribuições que desembolsaram. Lucro é que rigorosamente jamais traduz a repartição do que sobrou da entidade entre os antigos participantes.

Os autores sofreram, em verdade, decréscimo patrimonial, doravante os aguardando, na aposentadoria, os aviltados e indignos proventos da previdência social comum, desfeitos os sonhos de complementá-los o ente compulsoriamente extinto, sustentado com suas suadas contribuições'."

No REsp nº 226263/PE, DJ de 28/02/2000, externei os seguintes argumentos:

"O recurso merece ser conhecido. A matéria jurídica nele abordada foi devidamente prequestionada: decidir-se a respeito da interpretação e aplicação do art. 33, da Lei 9250, de 1995. Os fundamentos desenvolvidos no minucioso voto proferido pelo culto Juiz Geraldo Apoliano, como Relator, merecem ser integralmente acolhidos. Transcrevo-os (fls. 136/138):

*"Discute-se, no presente **mandamus**, acerca do disposto no artigo 33 da Lei nº 9.250, de 1995, o qual preceitua, **in verbis**:*

"Sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte e na declaração de ajuste anual os benefícios recebidos de entidades de previdência privada, bem como as importâncias correspondentes ao resgate de contribuições."

*A incidência do IR, pela alíquota de 25% (vinte e cinco por cento), foi objeto de várias impetrações, tais como no caso em tela, em que se menciona a ocorrência de autêntico **bis in idem**.*

A tese é a de que, tendo sido o imposto já descontado na fonte, quando do recebimento dos salários, razão não haveria para que se tributasse o resgate das contribuições, simples parcelas daqueles (reporto-me aos salários) deduzidas após o recolhimento do tributo. A legislação anterior não indicava o resgate da "reserva de poupança" como hipótese de incidência do tributo, mas, por outro lado, não permita a dedução, na base de cálculo do imposto, das contribuições mensais, o que se tornou permitido com a nova Lei nº 9250/95.

Penso que a incidência do IR sobre as contribuições recolhidas anteriormente à Lei nº 9.250/95, é irrita, pelo fato de já haver incidido o imposto sobre tais contribuições, quando do recebimento dos salários. As contribuições recolhidas após a vigência da citada lei, por seu turno, foram excluídas da base de cálculo do tributo, pelo que são passíveis de incidência do "IR" ao serem resgatadas.

*De acordo com esse entendimento, foi editada, posteriormente à Lei nº 9.250/95, a Medida Provisória nº 1.459, de 1996, cujo artigo 8º preconizou, **in verbis**:*

"Exclui-se da incidência do imposto de renda na fonte e na declaração de rendimentos o valor do resgate de contribuições de previdência privada, cujo ônus tenha sido da pessoa física, recebido por ocasião de seu desligamento do plano de benefícios da entidade, que corresponder às parcelas de contribuições efetuadas no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995."

*Entendeu o douto Juiz **a quo**, todavia, ser inconstitucional a restrição imposta no artigo, ou seja, que não poderia haver incidência do imposto nem sobre as contribuições efetuadas a partir de 1996.*

Segundo o perilustre Magistrado, a restrição "contrataria o CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL - CTN, que ostenta a qualidade de lei complementar de cunho genérico, à qual cabe, no campo tributário, entre outras atribuições, delimitar o fato gerador e a base de cálculo dos tributos (art. 146, III, "a", da Constituição da República)".

De acordo com o mesmo, o Imposto de Renda, mesmo em 1996, recairia sobre o que não é renda.

*A meu ver - - **data máxima vênia** - -, não há inconstitucionalidade na incidência do tributo sobre as contribuições efetuadas a partir de 1996.*

Tal inconstitucionalidade somente se verificaria na hipótese de já haver incidido o tributo sobre as parcelas destinadas às contribuições. Neste caso, haveria dupla incidência do tributo: a primeira, quando do recebimento do salário, e a segunda, quando do resgate da contribuição. A exação incidiria aí, é bem verdade, sobre o que, deveras, não é renda.
No caso em tela, contudo, não há a dupla incidência do imposto, eis que, consoante adrede destacado, a Lei nº 9.250, de 1995, excluiu da base de cálculo do "IR", a partir de 1996, as parcelas destinadas a planos de previdência privada.
É só conferir o disposto no artigo 4º, desse ato normativo:
"Na determinação da base de cálculo sujeita à incidência mensal do Imposto sobre a Renda poderão ser deduzidas:
I a IV - 'omissis';
V - as contribuições para as entidades de previdência privada domiciliadas no País, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social";
O novel diploma - ressalte-se -, indica como hipótese de incidência o resgate, mas permite que sejam deduzidas as contribuições mensais da base de cálculo do imposto.
Depreende-se, portanto, que não se excluem da incidência do tributo as contribuições efetuadas a partir de 1996. Também não se excluem as parcelas cujo ônus não tenha sido dos Impetrantes-Apelados, as quais, no entanto, não integram a chamada "reserva de poupança", objeto do resgate.
O raciocínio trazido à balha, em nada difere da posição firmada neste Tribunal, com relação à matéria; veja-se, a propósito, a ementa de acórdão, lavrado na egrégia Primeira Turma:
"EMENTA: TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. RESGATE DE 'RESERVA DE POUPANÇA' DEVIDA PELA CONTRIBUIÇÃO PARA ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. LEI 9.250/95. NÃO PODE HAVER COBRANÇA DUAS VEZES DO IMPOSTO DE RENDA EM DECORRÊNCIA DO MESMO FATO GERADOR.
*- As contribuições realizadas à entidade de previdência privada fechada, **anteriores à edição da Lei nº 9.250/95**, sobre as quais já incidiu o imposto de renda quando do recebimento dos salários, não devem sofrer as alterações trazidas pelo disposto acima referido, evitando que o contribuinte contribua duas vezes para o imposto de renda, devido pelo mesmo fato gerador.*
- Remessa oficial improvida" (REO nº 55.698/PE, Rel. Juiz Francisco Falcão, julg. 22.8.96, pub. 13.09.96 - meus os destaques em negrito).
Esforçado nessas razões, dou parcial provimento à Apelação e à Remessa Oficial.
É como voto."
*Tenha-se em consideração que o art. 33, da Lei 9.250/95, "... faz parte do novo disciplinamento que é dado às Contribuições e Benefícios de Previdência Privada e deve ser examinado em conjunto com os arts. 4º, inc. V, e 8º, inc. II, "e", da mesma Lei. Estes últimos dispositivos, conforme já comentado no tópico próprio, admitem a dedutibilidade, para efeito de determinar a base de cálculo do imposto de renda, das contribuições feitas pelo contribuinte à entidade de previdência privada domiciliada no País. Paralelamente, o art. 33 determina que o contribuinte ficará sujeito ao imposto de renda, na fonte e na declaração, quando do recebimento dos benefícios ou por ocasião do resgate das contribuições efetuadas. Adota-se um tratamento simétrico, aplicável a esse tipo de pagamento e recebimento, que pode se constituir em importante mecanismo indutor do fortalecimento da poupança interna, de longo prazo, que só tende a trazer benefício ao País, sem que isso represente qualquer privilégio para o contribuinte." (Agenor Manzano, Eivany A. Silva, Jorge V. Rodrigues e Romeu Salaro, **in** "Reflexões sobre as Leis nºs 9.249 e 9.250, de 26.12.95", **in** RT, ano 4, nº 15 - abril-junho de 1996 - Cadernos de Direito Tributário e Finanças Públicas).*
Não há, portanto, vício de inconstitucionalidade no dispositivo em questão. O que deve ser observado é, apenas, a sua não aplicação retroativa, como bem entendeu o acórdão recorrido.
Considere-se que no período anterior à vigência do art. 33, da Lei 9.250/95, as contribuições em questão não eram dedutíveis para efeitos de determinar-se o imposto de renda a ser pago pela pessoa física. Logo, correta a interpretação de não fazer incidir o imposto de renda quando do recebimento do valor do referido benefício, pois, tal constituía, apenas, retorno do capital. Registro, por último, que, em período anterior à vigência da Lei nº 9.250/95 já me pronunciei, em sede de segundo grau, do modo seguinte (fls. 111):
"AC nº 0058345-2/95-CE, Rel. JUIZ JOSÉ AUGUSTO DELGADO (atual Ministro do Eg. STJ), DEC. UN., DJ 29.09.95, pg. 66301.
EMENTA: TRIBUTÁRIO. ISENÇÃO. IMPOSTO DE RENDA NA FONTE SOBRE A COMPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO. LEI Nº 7713/88, ART. 6º. EXCLUSÃO DA CONDENAÇÃO DA CAPEF EM CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
(...)
3. O art. 6º, da Lei nº 7713/88 é expresso ao determinar que ficam isentos do imposto de renda os benefícios recebidos de entidade previdência privada, relativo ao valor correspondente às contribuições cujo ônus tenha sido do participante, desde que os rendimentos e ganhos de capital produzidos pelo patrimônio da entidade tenham sido tributados na fonte.
4. As isenções condicionais, também conhecidas como bilaterais ou onerosas, são as que exigem uma contraprestação do beneficiário da isenção, ao passo que as incondicionais ou as chamadas isenções simples não importam qualquer ônus para os beneficiários.
5. A doutrina é assente ao consolidar que a isenção condicional é aquela que exige do beneficiário uma contraprestação em troca do condicionante, constante na lei, e que a entidade de previdência privada tenha sido tributada na fonte.
6. Apelação e remessa oficial da Fazenda Nacional improvidas" (grifei)."
De todo o exposto acima, podemos firmar as seguintes conclusões:
a) o resgate das contribuições recolhidas sob a égide da Lei nº 7713/88, anterior à Lei nº 9250/95, não constitui aquisição de renda, já que não configura acréscimo patrimonial. Salientando-se que aqui se está falando dos valores decorrentes dos ônus anteriormente assumidos pelos próprios contribuintes;
b) os valores recolhidos a título de contribuição para entidade de previdência privada, antes da edição da Lei 9.250/95, eram parcelas deduzidas do salário líquido dos beneficiários que já havia sofrido tributação de imposto de renda na fonte. Daí porque a incidência de nova tributação, por ocasião do resgate, configuraria bitributação;
c) a MP 1.559-22 - hoje nº 2.159-70/01 - excluiu da incidência do Imposto de Renda na fonte e na declaração de rendimentos, conforme redação do seu art. 7º, *"os valores de resgate das contribuições de previdência privada, cujo o ônus tenha sido da pessoa física, recebido por ocasião do seu desligamento do plano de previdência, correspondentes às parcelas das contribuições efetuadas no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995"*;
d) a Lei nº 9.250/95 só vale em relação aos valores de poupança resgatados concernentes ao ano de 1996, ficando livres da incidência do imposto de renda os valores relativos aos exercícios anteriores.
Esse é o posicionamento que sigo, por entender ser o mais coerente.
Portanto, o acórdão não merece reforma, visto que a decisão se encontra em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior (não-incidência do IR nas parcelas relativas ao resgate das contribuições recolhidas para entidade de previdência privada sob a égide da Lei nº 7.713/88, antes da vigência da Lei nº 9.250/95).
Por tais razões, NEGO seguimento ao recurso (art. 38 da Lei nº 8.038/90, c/c o art. 557 do CPC), visto que a não-incidência do IR sobre as contribuições recolhidas há de ser concedida apenas sob a égide da Lei nº 7713/88, ou seja, anterior à Lei nº 9250/95, como decidido pelo Tribunal *a quo*. Mantém-se, na íntegra, o acórdão recorrido.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO JOSÉ DELGADO - Relator

(2273)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.779 - SP (2007/0170295-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: MANUEL DOS SANTOS VIEIRA E OUTRO
ADVOGADO	: ROSANA CHIAVASSA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE BAURU
PROCURADOR	: DENISE BAPTISTA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por MANUEL DOS SANTOS VIEIRA E OUTRO, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que versa sobre indenização.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2274)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.786 - SP (2007/0174164-8)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO DO ESTADO DE SÃO PAULO E OUTROS
ADVOGADO	: JOSE ROBERTO MARCONDES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
PROCURADOR	: ANA CLAÚDIA FERREIRA PASTORE E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. MATÉRIA DE CUNHO CONSTITUCIONAL ANALISADA NA CORTE *A QUO*. REPRODUÇÃO DE DICÇÃO EXPRESSA NA CARTA MAGNA. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO DO APELO EXCEPCIONAL.
1. Agravo de instrumento para reformar decisão que inadmitiu recurso especial.
2. Não se conhece de recurso especial quando a decisão atacada baseou-se, como fundamento central, em matéria de cunho eminentemente constitucional.
3. Os dispositivos legais tido por ofendidos (arts. 77 e 78 do CTN) foram elevados à condição de matéria constitucional, por reproduzirem, a seus modos, dicção expressa de normas da CF/88 (arts. 145 e 153, § 3º, II, respectivamente). Nesse sentido, já se decidiu, dentre tantos julgados, que *"se o dispositivo tido por violado não passa de mera reprodução de norma constitucional, que o absorve totalmente, é do STF a competência exclusiva para dispor sobre a temática controvertida"* (STJ - RT 698/198). Da mesma forma quando a reprodução é parcial ou mitigada (RSTJ 55/132). Idem: AGA nº 600209/RJ, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 29/08/2005; AGA nº 562020/PR, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 31/05/2004.
4. Recurso não-provido.
Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento para reformar decisão que inadmitiu recurso especial em face de acórdão que reconheceu a constitucionalidade da Lei nº 10.165/2000, cuja ementa consignou (fl. 300):
MANDADO DE SEGURANÇA - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL (TCFA) - LEI 10.165/00 - CONSTITUCIONALIDADE.
I - A Lei 10.165/00, que instituiu a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), foi editada de modo a sanar os vícios havidos quando da instituição da Taxa de Fiscalização Ambiental (TFA) pela Lei 9.960/00, vícios estes reconhecidos pelos Tribunais, inclusive o C. STF (ADIN 2.178-8/DF).
II - A TCFA da Lei 10.165/00 foi instituída obedecendo-se aos princípios da isonomia, da proporcionalidade, da tipicidade e da segurança jurídica.
III - Sendo a preservação do meio ambiente competência comum de todos os entes federados (CF, art. 23, VI), inexiste bitributação se cada qual, exercendo sua parcela de competência, institui tributo em razão do poder de polícia exercido. Existindo a atividade fiscalizatória da União, do Estado-membro e do Município, lhes é lícito cada qual instituir taxa por conta do desempenho do poder de polícia de cada um deles.
IV - O fato gerador do tributo é o regular exercício do poder de polícia, consistente na atribuição conferida ao IBAMA de fiscalização das atividades potencialmente ou efetivamente poluidoras do meio ambiente, de modo a garantir-se a preservação e uso racional dos recursos naturais, com vistas a resguardar o interesse público. Perfeita adequação do fato gerador ao conceito de poder de polícia do artigo 78 do CTN.
V - A referência ao porte das empresas sujeitas ao recolhimento da TCFA como critério acessório para apuração do "quantum" devido não desvirtua sua base de cálculo a ponto de ter-se por instituído imposto disfarçado de taxa.. Somente haveria de se cogitar de inconstitucionalidade se a taxa fosse instituída considerando-se apenas o capital das empresas, o que não ocorre, pois o tributo
incide em função do porte da empresa e de sua atividade-fim, conjugando-se ambos os critérios para apuração do montante devido. Os critérios eleitos pelo legislador são de absoluta pertinência e atendem à razoabilidade, não havendo infringência aos artigos 154, I, e 145, § 2º, da Constituição Federal, bem como ao artigo 77 do CTN. Precedente do E. STF em caso análogo (RE 177.835-1/PE).
VI - Apelação desprovida.
Alega-se ofensa aos arts. 77 e 78 do CTN. Relatados, decido.
O Especial não merece seguimento. Os dispositivos legais tidos por ofendidos (arts. 77 e 78 do CTN) reproduzem, a seus modos, dicção expressa de normas da CF/88 (arts. 145 e 153, § 3º, II, respectivamente).
Nesse sentido, já se decidiu, dentre tantos julgados, que *"se o dispositivo tido por violado não passa de mera reprodução de norma constitucional, que o absorve totalmente, é do STF a competência exclusiva para dispor sobre a temática controvertida"* (STJ - RT 698/198). Da mesma forma quando a reprodução é parcial ou mitigada (RSTJ 55/132). Na mesma linha:
PROCESSO CIVIL. TAXA DE SERVIÇO DE SAÚDE.. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 77 E 78 DO CTN. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. DISSÍDIO PRETORIANO NÃO-COMPROVADO. OFENSA AOS ARTS. 9º, I, E 97, I E IV, DO CTN. SÚMULAS NºS 282 E 356/STF. EFETIVA PRESTAÇÃO DO PODER DE POLÍCIA. SÚMULA Nº 7/STJ.
1. A questão relativa à interpretação dos arts. 77 e 78 do CTN constitui tema de índole essencialmente constitucional, já que ambos os dispositivos reproduzem o art. 145 da Constituição Federal, razão por que não se presta a via do recurso especial para sua apreciação.
2. Não se conhece da divergência jurisprudencial quando os julgados dissidentes cuidam de situações fáticas diversas.
3. Aplicam-se os óbices previstos nas Súmulas n. 282 e 356 do STF quando as questões infraconstitucionais suscitadas não foram debatidas no acórdão recorrido, nem, a respeito, foram opostos embargos de declaração.
4. A verificação, no âmbito do recurso especial, de que houve a efetiva prestação de atividade administrativa concernente ao poder de polícia justificante da instituição de taxa atrai o óbice previsto na Súmula n. 7/STJ, já que reclama necessariamente o exame de elementos fático-probatórios coligidos ao feito.
5. Agravo regimental não-provido.
(AgRg no Ag nº 600209/RJ, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 29/08/2005)
TRIBUTÁRIO. TCFA. ARTIGOS 77 E 78 DO CTN. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. ART. 145, § 2º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
1. Os artigos 77 e 78 do CTN, reproduzem dispositivo constitucional, implicando sua interpretação a apreciação de questão constitucional, inviável em sede de Recurso Especial.
2. "É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário" Súmula 126/STJ.
3. Agravo improvido.
(AgRg no Ag nº 562020/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 31/05/2004)

Por fim, conforme se constata, o voto da decisão *a quo* discutiu, como matéria de apoio à sua convicção, a aplicação dos arts. 145, II e § 2º, 154, I, da CF/88, decidindo, ao final, pela constitucionalidade da Lei nº 10.165/2000, que instituiu a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental. A matéria tida por ofendida é de cunho predominante e meramente constitucional, cabendo, apenas, ao augusto STF seu exame. A respeito, a posição deste distinto Tribunal, dentre tantas, agasalha a tese acima: REsp nº 741008/CE, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 06/06/2005.
Por tais razões, NEGO provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

Ministro José Delgado
Relator

(2275)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.809 - SC (2007/0170176-3)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: CERÂMICA SANTA MARIA LTDA
ADVOGADO	: FELIPE LUIS ISER DE MEIRELLES
AGRAVADO	: CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A ELETROBRÁS
ADVOGADO	: GUSTAVO LEITE PEREIRA
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SIMONE ANACLETO LOPES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por CERÂMICA SANTA MARIA LTDA, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal, contra o v. acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que versa sobre empréstimo compulsório de energia elétrica.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2276)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.827 - RS (2007/0175427-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: VINÍCOLA GALIOTTO LTDA
ADVOGADO	: MARCELO DE FREITAS E CASTRO
AGRAVADO	: UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PAULO AITA CACILHAS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por VINÍCOLA GALIOTTO LTDA, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra v. acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que versa sobre majoração da alíquota da COFINS.
Tenho como improcedente a súplica da agravante, eis que o agravo de instrumento é manifestamente intempestivo, visto que a r. decisão agravada foi publicada em 11/04/2007 (certidão de fl. 208) e o agravo de instrumento tardiamente interposto em 25/04/2007 (fl. 02).
Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo, com fulcro no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2277)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.896 - RS (2007/0175292-2)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RICARDO PY GOMES DA SILVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: POLBECK FÁBRICA DE MÓVEIS LTDA
ADVOGADO	: S/ REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela FAZENDA NACIONAL, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que versa sobre redirecionamento de execução fiscal em face de sócio gerente.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2278)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.919 - DF (2007/0176150-4)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR	: GABRIEL DE BRITTO CAMPOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA GORETTI DONATO BRITO
ADVOGADO	: LUIZ CARLOS BRITO SIMÕES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo DISTRITO FEDERAL, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o v. acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça daquele Estado, que versa sobre responsabilidade civil do Estado.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2279)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.926 - SC (2007/0175300-9)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RICARDO PY GOMES DA SILVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BENEDITO KAHL E OUTROS
ADVOGADO	: MAURÍCIO PEREIRA GOMES E OUTRO(S)

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. VERBAS INDENIZATÓRIAS. NÃO-INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA. RESTITUIÇÃO VIA PRECATÓRIO. AJUSTE ANUAL DO TRIBUTO. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO PARA FINS DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PRECEDENTES.
1. O art. 333, I e II, do CPC dispõe que compete ao autor fazer prova constitutiva de seu direito e o réu, a prova dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. *In casu*, os autores fizeram prova do fato constitutivo de seu direito - a comprovação da retenção indevida de imposto de renda sobre férias, abono-assiduidade e licença-prêmio não gozados em função da necessidade do serviço, os quais constituem verbas indenizatórias, conforme já está pacificado no seio desta Casa Julgadora (Súmulas acima citadas).
2. A juntada das declarações de ajuste, para fins de verificação de eventual compensação, não estabelece fato constitutivo do direito do autor, ao contrário, perfaz fato extintivo do seu direito, cuja comprovação é única e exclusivamente da parte ré (Fazenda Nacional). Ocorrendo a incidência, na fonte, de retenção indevida do adicional de imposto de renda, não há necessidade de se comprovar que o responsável tributário recolheu a respectiva importância aos cofres públicos.
3. Não se pode afastar a pretensão da restituição via precatório, visto que o contribuinte poderá escolher a forma mais conveniente para pleitear a execução da decisão condenatória, *id est*, por meio de compensação ou restituição via precatório.
4. Precedentes desta Corte:
- *"É cediço na Corte que cabe ao contribuinte manifestar a opção de receber o respectivo crédito por meio de precatório regular ou compensação, haja vista que constituem, ambas as modalidades, formas de execução do julgado colocadas à disposição da parte quando procedente a ação (Precedentes: EREsp n.º 502.618/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 01/07/2005; RESP 232002/CE, Relator Ministro João Otávio de Noronha, Segunda Turma, DJ de 16.08.2004; REsp n.º 551.184/PR, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ de 01.12.2003). A juntada das declarações de ajuste, para fins de verificação de eventual compensação, não estabelece fato constitutivo do direito do autor, ao contrário, perfazem fato extintivo do seu direito, cuja comprovação é única e exclusivamente da parte ré (Fazenda Nacional)"* (AgReg no REsp nº 836756/SC, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 14/12/2006);
- *"Desnecessidade de comprovação pelo contribuinte de que não houve compensação dos valores indevidamente retidos na declaração anual de ajuste. Orientação sedimentada em ambas as Turmas da 1ª Seção"* (REsp nº 733104/SC, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 09/05/2005);
- *"Tratando-se de ação de repetição de indébito, a restituição deve ser feita pela regra geral, observado o art. 100 da CF/88, descabendo ao Tribunal modificar o pedido, determinando a retificação da declaração anual de ajuste"* (REsp nº 801218/SC, Relª Minª Eliana Calmon, DJ de 22/03/2006).
5. Recurso não-provido.
Vistos, etc.
A Fazenda Nacional opõe agravo de instrumento para reformar decisão que inadmitiu recurso especial intentado contra acórdão que entendeu pela não-incidência do imposto de renda sobre verbas indenizatórias não-gozadas, cabendo à recorrente a prova de eventual compensação do tributo retido na fonte no Ajuste Anual da Declaração de Rendimentos. A ementa consignou (fl. 40):
DIREITO TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. IRRF. RESTITUIÇÃO. PRECATÓRIO OU RPV. RETIFICAÇÃO DAS DECLARAÇÕES. ÔNUS DA PROVA. CPC, ART, 333, I E II. CORREÇÃO MONETÁRIA.
1. IRRF pela fonte pagadora sobre valor pago pelo contribuinte a Plano de Aposentadoria Complementar, por força de lei, não necessita de prova do fato constitutivo pelo autor (art. 333, I e II, do CPC).
2. A juntada das declarações de ajuste anual não se amolda a fato constitutivo do direito da parte autora e sim extintivo, ônus exclusivo da parte ré.
3. Não existe no CTN previsão de rito especial para a repetição de Imposto de Renda, cuja devolução deve também seguir a regra geral prevista no art. 100 da CF/88, via Precatório ou Requisição de Pequeno Valor (RPV).
4. Apresentada a conta, resta à Fazenda Nacional opor o recurso competente, nas hipóteses previstas no art. 741, I a VII, do CPC, para comprovar que já efetuou a restituiu do indébito em exercícios anteriores.
5. A correção monetária incide a partir do pagamento indevido (Súmula nº 162 do STJ), pela UFIR até 31/12/95, e após, exclusivamente pela Taxa SELIC, que engloba juros e correção monetária.
6. Apelação improvida.
Alega ofensa a dispositivos legais e dissenso pretoriano. Relatados, decido.
Doutrina Roque A. Carrazza:
Não é qualquer entrada de dinheiro nos cofres de uma pessoa (física ou jurídica) que pode ser alcançada pelo IR, mas, tão-somente, os acréscimos patrimoniais, isto é, "a aquisição de disponibilidade de riqueza nova", como averbava, com precisão, Rubens Gomes de Souza.
Tudo que não tipificar ganhos durante um período, mas simples transformação de riqueza, não se enquadra na área traçada pelo art. 153, III, da CF.
É o caso das indenizações. Nelas, não há geração de rendas ou acréscimos patrimoniais (proventos) de qualquer espécie. Não há riquezas novas disponíveis, mas reparações, em pecúnia, por perdas de direitos. (IR-Indenização-in RDT 52/90).
Noutra correlação, assim discorre o renomado autor susocitado:
Mas afinal, que significa a expressão 'renda e proventos de qualquer natureza'? Ou, por outro giro verbal: será que qualquer importância recebida, seja a que título for, pode ser alcançada pelo IR? Entendemos que não. Evidentemente o art. 153, III, da Lei Maior, não deu ao legislador ordinário da União liberdade para tributar o que lhe aprouver. Pelo contrário, conferiu-lhe, apenas, o direito de tributar a renda e os proventos de qualquer natureza, observados os princípios constitucionais que militam em favor dos contribuintes. Melhor esclarecendo, o IR só pode alcançar a aquisição de disponibilidade de riqueza nova, vale dizer, o acréscimo patrimonial experimentado durante certo período. Logo, não é qualquer entrada de dinheiro nos cofres de uma pessoa (física ou jurídica) que pode ser alcançada pelo IR, mas, tão somente, os 'acréscimos patrimoniais', isto é, 'a aquisição de disponibilidade de riqueza nova', como averbava, com precisão, Rúbens Gomes de Souza. Tudo que tipificar 'ganhos durante um período, mas simples transformação de riqueza, não se enquadra na área traçada pelo art. 153."
(...)
"Em suma, por não revelar uma 'riqueza nova' ou 'acréscimo de patrimônio', o recebimento de pecúnia, pelo servidor público, das férias e licenças-prêmios vencidas e não gozadas, por absoluta necessidade de serviço, não tem o condão de sujeitá-lo ao tributo em questão. Eventual lei federal que mande tributar tais pagamentos (decorrentes de indenização) será inconstitucional. Nem se alegue que, através do mecanismo das ficções, presunções e equiparações, o legislador federal pode transformar indenizações em rendimentos tributáveis... Em suma, lei federal alguma pode validamente 'equiparar' o recebimento de uma indenização (como, por exemplo, da indenização por férias não gozadas e licenças-prêmios vencidas e não gozadas, por necessidade de serviço) à obtenção de renda ou de provento.
O art. 333, I e II, do CPC dispõe que compete ao autor fazer prova constitutiva de seu direito e o réu, a prova dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor.
In casu, os autores fizeram prova do fato constitutivo de seu direito - a comprovação da retenção indevida de imposto de renda sobre férias, folgas, abono-assiduidade, e licença-prêmio não-gozados, os quais constituem verbas indenizatórias, conforme já está pacificado no seio desta Corte (Súmulas nºs 125 e 136, do STJ). A juntada das declarações de ajuste, para fins de verificação de eventual compensação, não estabelece fato constitutivo do direito do autor, ao contrário, perfaz fato extintivo do seu direito, cuja comprovação é única e exclusivamente da parte ré (Fazenda Nacional).
Sobre o tema, seguintes julgados:
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ARTIGO 535 DO CPC. IMPOSTO DE RENDA. DECLARAÇÃO ANUAL DE AJUSTE. JUNTADA. PRESCINDIBILIDADE. RESTITUIÇÃO VIA PRECATÓRIO. POSSIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR.
1. Improcede a assertiva segundo a qual o Tribunal de origem não fundamentou sua decisão acerca da forma de restituição do imposto indevidamente retido na fonte.
2. É prescindível a juntada da declaração anual de ajuste do Imposto de Renda pelo autor para fazer prova de eventual compensação dos valores indevidamente recolhidos.
3. O contribuinte pode optar pela restituição via precatório mesmo em se tratando de Imposto de Renda, pois a ele cabe escolher a forma mais adequada para a execução do julgado. Precedentes.
4. A falta de interesse de agir é óbice para o conhecimento do recurso especial.

5. Recurso especial conhecido em parte e provido.
(REsp nº 927609/SC, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 04/06/2007)

TRIBUTÁRIO - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - NÃO-INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA RECONHECIDA PELO TRIBUNAL A QUO - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - DEDUÇÃO DA BASE DA CÁLCULO DO IR - FACULDADE DO CONTRIBUINTE - ARTIGO 66, § 2º, DA LEI N. 8.383/91.

1. Merece reforma o acórdão a quo no que toca ao deferimento, pela Corte de origem, tão-somente da possibilidade de compensação e de retificação das declarações anuais de ajuste para dedução das quantias retidas indevidamente.
2. Uma vez julgada procedente a demanda e por se tratar a presente de "Ação de Repetição de Indébito", imperioso que se declare o direito do contribuinte à restituição das importâncias indevidamente recolhidas, nos termos do pedido, conforme apurado em liquidação de sentença, sob pena de afronta ao comando insculpido no art. 66, § 2º, da Lei n. 8.383/91.
Recurso especial provido, para reconhecer o direito do contribuinte à restituição das importâncias indevidamente recolhidas, nos termos do pedido, conforme apurado em liquidação de sentença.
(REsp nº 860833/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Humberto Martins, DJ de 12/03/2007)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA LEIS N. 7.713/88 E 9.250/95. IMPOSTO DE RENDA. RESTITUIÇÃO VIA PRECATÓRIO OU COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE. ART. 333 DO CPC. ÔNUS DA PROVA.

1. A teor do disposto nos arts. 165 do CTN e 66, § 2º, da Lei n. 8.383/91, fica facultado ao contribuinte o direito de optar pelo pedido de restituição, podendo ele escolher a compensação ou a modalidade de restituição via precatório. Precedentes.
2. Cabe ao autor o ônus da prova do fato constitutivo do direito e compete à ré constituir prova dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito reclamado.
3. Recurso especial provido.
(REsp nº 895779/PR, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 19/03/2007)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. SENTENÇA CONDENATÓRIA DO DIREITO À COMPENSAÇÃO DE INDÉBITO. REPETIÇÃO POR VIA DE PRECATÓRIO. POSSIBILIDADE. DECLARAÇÃO ANUAL DE AJUSTE. DESNECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO PELO CONTRIBUINTE. ORIENTAÇÃO SEDIMENTADA EM AMBAS AS TURMAS DA 1ª SEÇÃO.

1. A obtenção de decisão judicial favorável trânsita em julgado, proferida em ação condenatória, confere ao contribuinte a possibilidade de executar o título judicial, pretendendo o recebimento do crédito por via do precatório, ou proceder à compensação tributária.
2. Deveras, é cediço na Corte que cabe ao contribuinte manifestar a opção de receber o respectivo crédito por meio de precatório regular ou compensação, haja vista que constituem, ambas as modalidades, formas de execução do julgado colocadas à disposição da parte quando procedente a ação (Precedentes: EREsp n.º 502.618/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 01/07/2005; RESP 232002/CE, Relator Ministro João Otávio de Noronha, Segunda Turma, DJ de 16.08.2004; REsp n.º 551.184/PR, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ de 01.12.2003).
3. O art. 333, I e II, do CPC, dispõe que compete ao autor fazer prova constitutiva de seu direito e, ao réu, a prova dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. In casu, o autor fez prova do fato constitutivo de seu direito - a comprovação da retenção indevida de imposto de renda sobre férias e licença-prêmio, não gozadas em função da necessidade do serviço, os quais constituem verbas indenizatórias, conforme já está pacificado no seio desta Corte Superior (Súmulas nºs 125 e 136).
4. A juntada das declarações de ajuste, para fins de verificação de eventual compensação, não estabelece fato constitutivo do direito do autor, ao contrário, perfazem fato extintivo do seu direito, cuja comprovação é única e exclusivamente da parte ré (Fazenda Nacional).
5. Ocorrendo a incidência na fonte de retenção indevida do adicional de imposto de renda, não há necessidade de se comprovar que o responsável tributário recolheu a respectiva importância aos cofres públicos. (Precedentes: REsp 784910 / SC, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ 20/02/2006; REsp 792988 / PR, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Zavascki, DJ 19/12/2005; EDcl no REsp 722239 / SC, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 20/02/2006; REsp 747944 / PR, 1ª Turma, desta Relatoria, DJ 28/11/2005).
6. Agravo Regimental desprovido.
(AgRg no REsp nº 836756/SC, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 14/12/2006)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA SOBRE VERBAS INDENIZATÓRIAS - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - TERÇO CONSTITUCIONAL - FORMA DE DEVOLUÇÃO - RETIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO ANUAL - DESVIRTUAMENTO DO PEDIDO: IMPOSSIBILIDADE.

1. (...)
3. Sendo convertidas em pecúnia as férias não-gozadas, o respectivo terço constitucional reveste-se da mesma característica indenizatória, o que afasta a incidência do imposto de renda (art. 43 do CTN).
4. Tratando-se de ação de repetição de indébito, a restituição deve ser feita pela regra geral, observado o art. 100 da CF/88, descabendo ao Tribunal modificar o pedido, determinando a retificação da declaração anual de ajuste.
5. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, provido. (REsp nº 801218/SC, 2ª Turma, Relª Minª Eliana Calmon, DJ 22/03/2006)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. VERBAS INDENIZATÓRIAS. FÉRIAS NÃO-GOZADAS. LICENÇA-PRÊMIO E APIP. NÃO-INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA. AJUSTE ANUAL DO TRIBUTO. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO PARA FINS DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL CONFIGURADA. VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 165 DO CTN E 66 DA LEI 8.383/91. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. PRECEDENTES.

1. Ao autor compete fazer prova constitutiva de seu direito e ao réu, a prova dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor.
2. A apresentação das declarações de ajuste do imposto de renda, in casu, consiste no fato extintivo do direito dos autores, cuja comprovação é ônus da Fazenda Pública.
3. (...)
4. Recurso conhecido e parcialmente provido. (REsp nº 769364/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJ 06/03/2006)

TRIBUTÁRIO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE. FÉRIAS NÃO GOZADAS. NATUREZA INDENIZATÓRIA. NÃO-INCIDÊNCIA.

- Desnecessidade de comprovação pelo contribuinte de que não houve compensação dos valores indevidamente retidos na declaração anual de ajuste. Orientação sedimentada em ambas as Turmas da 1ª Seção.
- Recurso especial improvido. (REsp nº 733104/SC, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 09/05/2005)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. IMPOSTO DE RENDA. VERBAS INDENIZATÓRIAS. RETENÇÃO NA FONTE. COMPENSAÇÃO. ÔNUS DA PROVA.

1. Cabe ao contribuinte comprovar a ocorrência de retenção na fonte do imposto de renda incidente sobre verbas indenizatórias e à Fazenda Nacional incumbe a prova de eventual compensação do imposto de renda retido na fonte no ajuste anual da declaração de rendimentos (art. 333, I e II, CPC). Precedentes jurisprudenciais iterativos.
2. Recurso provido. (REsp nº 244972/DF, 1ª Turma, Rel. Min. Milton Luiz Pereira, DJ 25/03/2002)

TRIBUTÁRIO - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - IMPOSTO DE RENDA - PARCELAS INDENIZATÓRIAS - FÉRIAS, ABONO ASSIDUIDADE E LICENÇA-PRÊMIO - NÃO-INCIDÊNCIA - FATO CONSTITUTIVO E EXTINTIVO - ÔNUS DA PROVA - DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL CARACTERIZADO.

- O recorrente tinha o ônus de provar que houve a retenção do imposto de renda na fonte, incidente sobre suas férias, abono-assiduidade e licença-prêmio - fato constitutivo de seu direito -, e isso comprovou, mediante a juntada dos documentos pertinentes.
- À recorrida competia a prova de eventual compensação na declaração anual de rendimentos do recorrente, do imposto de renda retido na fonte - fato extintivo do direito do recorrente -, porquanto a presunção é a de que o Fisco considerou as retenções em questão devidas sobre as férias, abono-assiduidade e licenças-prêmio.
- 'Em suma, quem tem o ônus da ação tem o de afirmar e provar os fatos que servem de fundamento à relação jurídica litigiosa; quem tem o ônus da exceção tem o de afirmar e provar os fatos que servem de fundamento a ela. Assim, ao autor cumprirá sempre provar os fatos constitutivos, ao réu os impeditivos, extintivos ou modificativos' (Moacyr Amaral Santos, 'Comentários ao Código de Processo Civil', IV vol., arts. 332 a 475, 2ª ed., 1977, Forense, p. 33).
- (...)
- Recurso especial conhecido e provido. (REsp nº 313048/DF, 2ª Turma, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 11/03/2002)

Na mesma linha: REsp nº 775323/PR, 2ª Turma, Relª Minª Eliana Calmon, DJ 06/03/2006; REsp nº 221428/DF, 2ª Turma, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJ 06/11/2000; REsp nº 244927/DF, 2ª Turma, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 02/10/2000; REsp nº 229118/DF, 1ª Turma, Rel. Min. Garcia Vieira, DJ 07/02/2000; REsp nº 217383/DF, 1ª Turma, deste Relator, DJ 06/12/1999; REsp nº 91669/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Ari Pargendler, DJ 06/04/1998.
Destarte, não se pode afastar a restituição via precatório, visto que o contribuinte poderá escolher a forma mais conveniente para pleitear a execução da decisão condenatória, *id est*, por meio de compensação ou restituição via precatório.
Por tais razões, NEGO provimento ao Agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO JOSÉ DELGADO
Relator

(2280)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.977 - SP (2007/0168999-8)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: DISTV DISTRIBUIÇÃO DE SINAL DE TV S/A
ADVOGADA	: EUNYCE PORCHAT SECCO FAVERET E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARGARETH ANNE LEISTER E OUTRO(S)

EMENTA

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO DE RENDA E CSSL. PREJUÍZOS FISCAIS E BASE DE CÁLCULO NEGATIVA. LIMITAÇÃO DE 30%. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. ACÓRDÃO BASEADO EM FUNDAMENTOS DE ÍNDOLE CONSTITUCIONAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento de decisão que deixou de admitir recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que, em mandado de segurança visando assegurar a dedução integral e imediata dos prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas acumulados até 31/12/96 - para efeito de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSSL) - sem a limitação de 30% (trinta por cento) imposta pelos arts. 42 e 58 da Lei nº 8.981/95, negou provimento à apelação e manteve a sentença que denegara a ordem.
No recurso especial, fundado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, a recorrente aponta ofensa aos seguintes dispositivos: (a) art. 535, II, do CPC, pois, mesmo com a oposição de embargos de declaração, não restaram sanadas as omissões apontadas; (b) arts. 43 do CTN e 1º da Lei nº 7.689/88, ao argumento de que o art. 42 da Lei 8.981/95, com redação dada pelos arts. 12 e 15 da Lei 9.065/95, ao instituir a limitação quantitativa à compensação de prejuízos fiscais, tributou o que não é renda e alterou o fato gerador do IR, pois previu a incidência de imposto sem que houvesse a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica de renda e (c) art. 6º, § 2º, da LICC, porquanto o contribuinte adquire o direito à utilização do prejuízo fiscal quando de sua apuração e nos termos da legislação vigente no início do respectivo período-base, sendo que eventual modificação posterior ofende o direito adquirido.

2. É entendimento sedimentado o de não haver omissão no acórdão que, com fundamentação suficiente, ainda que não exatamente a invocada pelas partes, decide de modo integral a controvérsia posta (EDcl no AgRg no Ag 492.969/RS, Min. Herman Benjamin, 2ª T., DJ 14.02.2007; AgRg no Ag 776.179/SP, Min. José Delgado, 1ª T., DJ 12.02.2007; REsp 523.659/MG, Min. João Otávio de Noronha, 2ª T., DJ 07.02.2007; AgRg no Ag 804.538/SP, Min. Laurita Vaz, 5ª T., DJ 05.02.2007; REsp 688.536/PA, Min. Denise Arruda, 1ª T. DJ 18.12.2006). Pela mesma razão, relativamente a esses argumentos e fundamentos não enfrentados (como é o caso, aqui, do conteúdo das normas insertas nos arts. 43 do CTN e 6º, § 2º, da LICC), é incabível a interposição de recurso especial, à falta de prequestionamento.

3. Relativamente aos arts. 43 do CTN e 6º, § 2º, da LICC, o recurso especial não pode ser conhecido, já que sobre essas normas também não houve emissão de juízo pelo acórdão recorrido, mesmo com a oposição de embargos de declaração, aplicando-se, no caso, a orientação inserta na Súmula 211/STJ ante a falta do necessário prequestionamento. Com efeito, o acórdão recorrido não fez qualquer referência explícita ou implícita ao conteúdo dos dispositivos infraconstitucionais suscitados pelo recorrente.

4. Ademais, o recurso especial também não reúne condições de admissibilidade, pois o acórdão recorrido resolveu a controvérsia sob o enfoque de fundamentos eminentemente constitucionais, de acordo com os seguintes excertos extraídos do voto-condutor do aresto:

"Por ter sido editada inicialmente por via de medida provisória, o novo regramento tem sido acoimado de inconstitucional por violação ao princípio da legalidade tributária" (fl. 186).
"Sob a perspectiva da violação ao princípio da anterioridade, tem-se assentado que o fato relevante é simplesmente a data da formal publicação da lei ou ato normativo no órgão de imprensa oficial (STF - SS nº 1.015-8/SP, DJU de 24.4.96), razão pela qual, publicada a medida provisória que gerou a nova legislação em 31 de dezembro, não se pode cogitar de inconstitucionalidade sob tal fundamento.
Nem se alegue ofensa ao princípio da anterioridade nonagesimal, relativamente à contribuição social, visto que a boa legislação ampliou o regime de dedução do artigo 44, parágrafo único, da Lei nº 8383/91, não se tratando, portanto, de alteração lesiva ao contribuinte.
Sobre o fundamento da ofensa ao conceito constitucional e legal de lucro, é preciso salientar que os arts. 42 e 58, ambos da Lei nº 8981/95, não extinguiram o instituto da dedução, mas apenas o limitaram, sem prejuízo de sua efetivação em exercícios futuros.
A legislação precedente também instituía limitações, sem que sua constitucionalidade tenha sido discutida. Não me parece correta a assertiva de que a restrição da Lei nº 8981/95 viole a configuração constitucional dos tributos em questão porque o fato gerador, embora constitua aspecto fundamental na definição do tributo, não se isola no contexto global da imposição tributária, porque exige, imprescindivelmente, de elementos complementares para a definição de sua identidade e unidade lógico-jurídica" (fl. 187).
5. Ante o exposto, conheço do agravo de instrumento, para, desde logo, negar seguimento ao recurso especial.
Intime-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI
Relator

(2281)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.999 - SP (2007/0175459-8)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: FERNANDO NETO BOITEUX E OUTRO(S)
AGRAVADO	: COLÉGIO LACORDAIRE SANT'ANNA LTDA
ADVOGADO	: JOSÉ LUIZ MATTHES E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. INCLUSÃO NO SISTEMA "SIMPLES". REQUISITOS. REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 07/STJ.

1. Agravo de instrumento oposto para reformar decisão que inadmitiu recurso especial.

2. Demonstrado, de modo evidente, que a procedência do pedido está rigorosamente vinculada ao exame das provas depositadas nos autos. A questão nodal acerca da verificação relativa à atividade exercida pela parte recorrida constitui matéria de fato e não de direito, o que não se coaduna com a via estreita da súplica excepcional. Na via Especial não há campo para revisar entendimento de 2º grau assentado em prova. A função de tal recurso é, apenas, unificar a aplicação do direito federal, nos termos da Súmula nº 07/STJ.

3. Recurso não provido.

Vistos, etc.

Cuida-se de agravo de instrumento para reformar decisão que inadmitiu recurso especial intentado contra acórdão que apreciou demanda acerca da opção pelo SIMPLES por pessoa jurídica prestadora de serviços profissionais de ensino escolar. A ementa consignou (fl. 18):

TRIBUTÁRIO - PROCESSUAL CIVIL - SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO (CRECHES, PRÉ-ESCOLA E ENSINO FUNDAMENTAL) - LEI Nº 10.034/2000. ARTIGO 1º.- APLICABILIDADE - DIREITO SUPERVENIENTE - ART. 462 DO CPC - ART. 106, II, "c" DO CTN.

1. As microempresas e empresas de pequeno porte inseridas nas situações elencadas pelo artigo 9º da Lei nº 9.317/96 estão impedidas de optarem pelo sistema tributário simplificado - SIMPLES.

2. As pessoas jurídicas que se dedicam às atividade de creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino fundamental, ficam excluídas da restrição imposta pelo art. 9º da Lei nº 9.317/96, na precisa dicção do art. 1º da Lei nº 10.034/2000.

3. Qualquer fato superveniente que venha influenciar no direito postulado, desde que a incidência do direito novo não leve a modificação da causa de pedir, deverá ser levado em consideração pelo Juiz, de ofício ou a requerimento da parte no momento da sentença ou acórdão. Inteligência do art. 462 do CPC.

4. O art. 106, II "c", do CTN prevê a possibilidade da retroação da lei, no que se refere a ato não julgado definitivamente, sempre que a lei nova for mais benéfica ao contribuinte.

5. Apelação provida.

Alegam-se ofensa ao art. 9º, XIII, da Lei nº 9.317/96 e dissenso pretoriano.

Relatados, decido.

O panorama formado no âmbito dos autos revela que a análise do recurso especial exige, para a formação de qualquer conclusão, que se reexamine a prova dos autos.

A questão nodal acerca da verificação relativa à atividade exercida pela parte recorrida constitui matéria de fato e não de direito, o que não se coaduna com a via estreita da súplica excepcional.

Tal convicção a tenho porque a conclusão a que chegou o acórdão recorrido decorreu da análise do conjunto fático-probatório dos autos e o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame e a inversão do mencionado suporte, obstando a admissibilidade do apelo as Súmulas nºs 279/STF e 07/STJ.

De fato, torna-se inadmissível a reapreciação da prova produzida no processado, e esta se dá, diferenciando-se de sua valoração, "*quando se aprecia a conclusão que se extrai dos elementos probatórios*" (RTJ 81/964), ou quando se refere "*à força de convicção dos elementos probatórios, concretamente*" (RTJ 82/114), situação esta perfeitamente adequada ao caso, tornando inviável o recurso.

A respeito, confiram-se os seguintes julgados: REsp nº 2617/SP, RSTJ 17/398, REsp nº 62020-1/SP, DJ de 20/05/1996, e REsp nº 37295-0/SP, DJ de 29/03/9194.

Na via Especial não há campo para revisar entendimento de 2º Grau assentado em prova. A função de tal recurso é, apenas, unificar a aplicação do direito federal, nos termos da Súmula nº 07/STJ: "*a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*". Inquestionável, portanto, a impossibilidade do exame do presente processado, por infringência ao enunciado da referida Súmula.

Por tais razões, NEGO provimento ao agravo de instrumento.

Intimações necessárias. Publique-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO JOSÉ DELGADO
Relator

(2282)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933.219 - SP (2007/0161994-8)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: NAIARA PELLIZZARO DE LORENZI CANCELLIER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UGO ALVES DE ALMEIDA FILHO
ADVOGADO	: NEUSA APARECIDA MANFRIN BARBOSA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.

Cuida-se de agravo de instrumento tendente a viabilizar subida a esta Corte de recurso especial interposto pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que versa sobre inscrição no CNPJ.

Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2283)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933.338 - SP (2007/0164095-8)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: AMÉRICO PEREIRA DE FRIAS
ADVOGADO	: RUBENS LEAL SANTOS
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: CARMEN VALERIA ANNUNZIATO BARBAN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.

Cuida-se de agravo de instrumento tendente a viabilizar subida a esta Corte de recurso especial interposto por AMÉRICO PEREIRA DE FRIAS, com fulcro no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, que versa sobre taxas de limpeza pública, de conservação de vias e logradouros públicos.

Tenho que não prospera a presente postulação, por inobservância de requisito de admissibilidade, eis que o agravante não providenciou a cópia das contra-razões ao recurso especial ou a certidão que comprove não terem sido as mesmas apresentadas, peça tida como obrigatória para a formação do instrumento e conhecimento do recurso.

Ante a flagrante inobservância da regularidade procedimental inserta no § 1°, do artigo 544, do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo, com base no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2284)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933.352 - SP (2007/0178860-7)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: ELAINE MARIA DE OLIVEIRA E OUTRO
ADVOGADO	: JOSÉ ALEXANDRE BATISTA MAGINA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO	: GLAUCY PEREIRA DE MEDEIROS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo de instrumento tendente a viabilizar subida a esta Corte de recurso especial interposto por ELAINE MARIA DE OLIVEIRA E OUTRO, com fulcro no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que versa sobre prestação de serviços de telefonia e cobrança de assinatura mensal.

Tenho que a presente postulação não merece prosperar, ante a intempestividade do agravo de instrumento, tendo em vista que a intimação da decisão agravada se deu em 31/05/2007 (fl. 85) e o prazo para sua interposição findou-se em 11/06/2007.

Contudo, a agravante tão-somente interpôs o referido agravo em 13/06/2007 (fl. 02), ou seja, após o término do prazo legal.

Tais as razões expendidas, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo, com fulcro no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO, Relator

(2285)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933.650 - RS (2007/0175172-2)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: ICR CEREAIS LTDA
ADVOGADO	: JULIANA SARMENTO CARDOSO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARCELO COLETTO POHLMANN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo de instrumento interposto por ICR CEREAIS LTDA, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c " da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que versa sobre creditamento de IPI.

Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2286)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933.792 - SP (2007/0169792-6)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: SUPERMERCADO ARAÚNA JARDIM LTDA
ADVOGADO	: EVANDRO ALVES DA SILVA GRILI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: VITÓRIA AIDA ARRUDA PEREIRA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo de instrumento tendente a viabilizar subida a esta Corte de recurso especial interposto por SUPERMERCADO ARAÚNA JARDIM LTDA., com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que rejeitou exceção de pré-executividade ajuizada pelo agravante em razão de versar matéria que deveria ser discutida em embargos do devedor.

A agravante afirma que a decisão da Presidência do Tribunal de origem, que não admitiu o recurso, contém análise de mérito e, por isso, não deve prevalecer.

Relatados. Decido.

Tenho que o agravo não merece guarida.

Com efeito, apesar de o recurso fundar-se nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, suas razões não contém explicitação de qual ou quais dispositivos de tratado ou lei federal foram, no entender da agravante, contrariados pelo acórdão recorrido.

O dissídio jurisprudencial, a seu turno, não restou caracterizado nos moldes exigidos pelo art. 541, parágrafo único, do CPC, pois não se procedeu ao cotejo analítico dos casos confrontados nem à demonstração das circunstâncias que assemelhassem os casos. Ademais, não se indicaram os dispositivos de tratado ou lei federal a respeito dos quais houvesse divergência de interpretação.

Ante o exposto, com esteio no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2287)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933.799 - SP (2007/0178984-4)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: MARIA AUREOLINDA FERREIRA DE ALMEIDA
ADVOGADO	: ANGELINA MARIA MESSIAS SILVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO	: ANALI PENTEADO BURATIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo de instrumento tendente a viabilizar subida a esta Corte de recurso especial interposto por MARIA AUREOLINDA FERREIRA DE ALMEIDA, com fulcro no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que versa sobre assinatura básica mensal de telefonia.

Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao agravo de instrumento, determinando a subida do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO, Relator

(2288)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 934.646 - BA (2007/0176726-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR	: ANDRÉ MONTEIRO DO REGO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HELANDYR FERNANDES DA SILVA
ADVOGADO	: MARCOS LUIZ CARMELO BARROSO

DECISÃO

Vistos etc.
Cuida-se de agravo de instrumento tendente a viabilizar subida a esta Corte de recurso especial interposto pelo ESTADO DA BAHIA, com fulcro no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça da Bahia, que versa sobre contribuição previdenciária de inativos.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2289)

RECURSO ESPECIAL Nº 935.024 - SP (2007/0058733-3)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DJEMILE NAOMI KODAMA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MILTON LUIZ SCHWEIZER
ADVOGADO	: THOMAZ LOPES CÔRTE REAL E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO PARA O SÓCIO-GERENTE. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA.
1. O redirecionamento da execução fiscal, e seus consectários legais, para o sócio-gerente da empresa, somente é cabível quando reste demonstrado que este agiu com excesso de poderes, infração à lei ou contra o estatuto, ou na hipótese de dissolução irregular da empresa. Precedentes: RESP n.º 738.513/SC, deste relator, DJ de 18.10.2005; REsp n.º 513.912/MG, DJ de 01/08/2005; REsp n.º 704.502/RS, DJ de 02/05/2005; EREsp n.º 422.732/RS, DJ de 09/05/2005; e AgRg nos EREsp n.º 471.107/MG, deste relator, DJ de 25/10/2004.
2. Inexiste ofensa ao art. 535 do CPC, quando o Tribunal de origem, embora sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.
3. Recurso especial a que se nega seguimento. (art. 557, *caput*, do CPC).

Vistos.

Trata-se de recurso especial interposto pela Fazenda Nacional, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal e arts 541 e seguintes do Código de Processo Civil, contra acórdão proferido em sede de Agravo de Instrumento pelo E. Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, que entendeu que o mero não pagamento do tributo não se constitui em hipótese suficiente para autorizar o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente da empresa executada.

Na presente irresignação especial, sustenta a recorrente a ocorrência de violação aos arts. 4º, V e § 2º da Lei 6.830/80, 135, III, do CTN, 124 do CTN c.c. 13 da Lei 8.620/93 e ofensa ao art. 535, do CPC, aduzindo a legitimidade do sócio-gerente para integrar o pólo passivo da execução fiscal.

O ora recorrido pugna nas contra-razões ao recurso especial, pelo seu não conhecimento ou desprovimento, constante às fls. 145/158.

Realizado o juízo de admissibilidade positivo do apelo extremo na instância de origem ascenderam os autos ao E. STJ.

Relatados. DECIDO.

Com efeito, a violação do art. 535 do CPC, não restou configurada, uma vez que o Tribunal de origem, embora sucintamente, pronunciou-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos. Saliente-se, ademais, que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, como de fato ocorreu na hipótese dos autos. Neste sentido, os seguintes precedentes da Corte:

"*AÇÃO DE DEPÓSITO. BENS FUNGÍVEIS. ARMAZÉM GERAL. GUARDA E CONSERVAÇÃO. ADMISSIBILIDADE DA AÇÃO. PRISÃO CIVIL. CABIMENTO. ORIENTAÇÃO DA TURMA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROCESSO EXTINTO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. APLICAÇÃO DO § 4º DO ART. 20, CPC. EQÜIDADE. RECURSO DO BANCO PROVIDO. RECURSO DO RÉU DESACOLHIDO.*
(...)
III - Não padece de fundamentação o acórdão que examina suficientemente todos os pontos suscitados pela parte interessada em seu recurso. E não viola o art. 535-II o aresto que rejeita os embargos de declaração quando a matéria tida como omissa já foi objeto de exame no acórdão embargado.
(...)" (REsp 396.699/RS, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ 15/04/2002)

"*PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO UNA DE RELATOR. ART. 557, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INTELIGÊNCIA A SUA APLICAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. MATÉRIA DE CUNHO CONSTITUCIONAL EXAMINADA NO TRIBUNAL "A QUO".*
(...)
3. Fundamentos, nos quais se suporta a decisão impugnada, apresentam-se claros e nítidos. Não dão lugar, portanto, a obscuridades, dúvidas ou contradições. O não acatamento das argumentações contidas no recurso não implica em cerceamento de defesa, posto que ao julgador cabe apreciar a questão de acordo com o que ele entender atinente à lide.
4. Não está obrigado o Juiz a julgar a questão posta a seu exame conforme o pleiteado pelas partes, mas, sim com o seu livre convencimento, utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso.
(...)
9. Agravo regimental não provido." (AGA 420.383, Rel. Min. José Delgado, DJ 29/04/2002)

"*PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 464, II, DO CPC. INOCORRÊNCIA. APELAÇÃO. DECISÃO POR MAIORIA. RECURSO ESPECIAL.*
I - Os embargos de declaração possuem finalidade determinada pelo artigo 535, do CPC, e, exepcionalmente, podem conferir efeito modificativo ao julgado. Admite-se também embargos para o fim de prequestionamento (Súmula 98-STJ). Exigir que o Tribunal a quo se pronuncie sobre todos os argumentos levantados pela parte implicaria rediscussão da matéria julgada, o que não se coaduna com o fim dos embargos. Assim, não há que se falar em omissão quanto ao decisum vergastado, uma vez que, ainda que de forma sucinta, fundamentou e decidiu as questões. O Poder Judiciário, para expressar sua convicção, não precisa se pronunciar sobre todos os argumentos suscitados pelas partes.
(...)
Recurso especial não conhecido." (Resp 385.173, Rel. Min. Felix Fischer, DJ 29/04/2002)

No mérito, prequestionada a matéria federal ventilada e restando devidamente preenchidos os demais pressupostos de admissibilidade recursal, revela-se merecedor de conhecimento o presente recurso especial.

A controvérsia a ser dirimida nos presentes autos cinge-se em definir **se o não pagamento do tributo seria suficiente** para justificar o redirecionamento da execução fiscal ao sócio-gerente da empresa executada.

Dispõe o art. 135, do Código Tributário Nacional:

"Art. 135. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos: (...) III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado."

Em face do preceituado neste dispositivo, a jurisprudência desta Corte tem entendido possível o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente quando fique comprovado que este agiu com excesso de poderes, infração de lei, do contrato social ou dos estatutos.

A essas hipóteses a doutrina acrescentou o caso da dissolução irregular da sociedade. A respeito, pronunciou-se o eminente tributarista Hugo de Brito Machado:

"Com acerto decidiu o Tribunal Federal de Recursos que, deixando a sociedade de operar, sem ter havido sua regular liquidação, os sócios-gerentes, diretores e administradores respondem pelas dívidas tributárias desta. Há, nesses casos, uma presunção de que tais pessoas se apropriaram dos bens pertencentes à sociedade.
Em conclusão, a questão em exame pode ser assim resumida: (a) os sócios-gerentes, diretores e administradores de sociedades por quotas de responsabilidade limitada, ou anônimas, em princípio não são pessoalmente responsáveis pelas dívidas tributárias destas; b) em se tratando de IPI, ou de imposto de renda retido na fonte, haverá tal responsabilidade, por força da disposição expressa do Decreto-lei n. 1736/79; (c) relativamente aos demais tributos, a responsabilidade em questão só existiria quando a pessoa jurídica tenha ficado sem condições econômicas para responder pela dívida em decorrência de atos praticados com excesso de poderes ou violação da lei, do contrato ou do estatuto; (d) a liquidação irregular da sociedade gera a presunção da prática desses atos abusivos ou ilegais." (**in** "Curso de Direito Tributário". São Paulo: Malheiros, 2002, p. 138)

No mesmo sentido tem se firmado a jurisprudência desta Corte Superior, consoante se extrai dos recentes julgados, que restaram assim ementados:

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. DISSOLUÇÃO IRREGULAR. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO PARA O SÓCIO-GERENTE. POSSIBILIDADE.
1. *É assente na Corte que o redirecionamento da execução fiscal, e seus consectários legais, para o sócio-gerente da empresa, somente é cabível quando reste demonstrado que este agiu com excesso de poderes, infração à lei ou contra o estatuto, ou na hipótese de dissolução irregular da empresa. Precedentes:* ***REsp n.º 513.912/MG****, Rel. Min. Peçanha Martins, DJ de 01/08/2005;* ***REsp n.º 704.502/RS****, Rel. Min. José Delgado, DJ de 02/05/2005;* ***EREsp n.º 422.732/RS****, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 09/05/2005; e* ***AgRg nos EREsp n.º 471.107/MG****, deste relator, DJ de 25/10/2004.*
2. In casu, consta dos autos certidão lavrada por Oficial de Justiça (fl. 47 verso), informando que, ao comparecer ao local de funcionamento da empresa executada, o mesmo foi comunicado de que esta encerrara as atividades no local a mais de ano, o que indica a dissolução irregular da sociedade, a autorizar o redirecionamento da execução.
3. *Ressalva do ponto de vista no sentido de que a ciência por parte do sócio-gerente do inadimplemento dos tributos e contribuições, mercê do recolhimento de lucros e pro labore, caracteriza, inequivocamente, ato ilícito, porquanto há conhecimento da lesão ao erário público.*
4. *Recurso especial provido, para determinar o prosseguimento da ação executória com a inclusão do sócio-gerente em seu pólo passivo."*
(RESP n.º 738.513/SC, Primeira Turma, **deste relato**r, DJ de 18.10.2005)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. SÓCIO-GERENTE. REDIRECIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 135 DO CTN. VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 591, 592, II, E 596 DO CPC, 350 DO CÓDIGO COMERCIAL, 2º DO DECRETO 3.708/19 NÃO CONFIGURADA. PREQUESTIONAMENTO AUSENTE. SÚMULA 282 STF. PRECEDENTES.
1. O redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente da empresa somente é cabível quando comprovado que ele agiu com excesso de poderes, infração à lei ou contra estatuto, ou na hipótese de dissolução irregular da empresa. *O simples inadimplemento de obrigações tributárias não caracteriza infração legal.*
2. A configuração do prequestionamento envolve a emissão de juízo decisório sobre a questão jurídica controvertida.
3. Recurso especial conhecido e parcialmente provido." (REsp n.º 513.912/MG, Segunda Turma, Rel. Min. Peçanha Martins, DJ de 01/08/2005)

"TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. SÓCIO. ADMINISTRADOR. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. LIMITES. ART. 135, III, DO CTN. SÚMULA N. 168/STJ.
1. ***'Os bens do sócio de uma pessoa jurídica comercial não respondem, em caráter solidário, por dívidas fiscais assumidas pela sociedade. A responsabilidade tributária imposta por sócio-gerente, administrador, diretor ou equivalente só se caracteriza quando há dissolução irregular da sociedade ou se comprova infração à lei praticada pelo dirigente'*** *(EREsp n. 260.107, Primeira Seção, Ministro José Delgado).*
2. 'Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal firmou-se no mesmo sentido do acórdão embargado' (Súmula n. 168/STJ).
3. Embargos de divergência não conhecidos. (EREsp n.º 422.732/RS, Primeira Seção, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 09/05/2005)

"TRIBUTÁRIO - EXECUTIVO FISCAL - DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA EMPRESA - REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRA OS SÓCIOS - POSSIBILIDADE -PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.
1. Cuida-se de recurso especial fundado nas alíneas 'a' e 'c' do permissivo constitucional interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL em face de acórdão (fl. 71) proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:
'AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRA SÓCIO DA EMPRESA.
A responsabilidade pessoal do sócio, gerente ou não, está condicionada à prática de atos contrários à lei ou ao contrato. E não é simplesmente objetiva, exigindo efetiva comprovação. Dessa forma, o simples débito fiscal da sociedade, como qualquer outro, não constitui só por si violação à lei. Se assim fosse, todos os credores estariam autorizados a executar bens particulares dos sócios de sociedades limitadas. Além disso, a obrigação tributária é da sociedade.
Por maioria, negaram provimento, vencida a Desa. Liselena Schifino Robles Ribeiro que provia.'
2. A jurisprudência pacífica deste Superior Tribunal de Justiça tem se firmado no sentido de que a responsabilidade do sócio-gerente, em relação às dívidas fiscais contraídas pela sociedade apenas ocorre quando aquele, no exercício da gerência ou de outro cargo na empresa, exorbitou do poder ou infringiu a lei, o contrato social ou estatuto, a teor do que dispõe o artigo 135 do Código Tributário Nacional ou, ainda, se a sociedade foi dissolvida irregularmente.
3. In casu, a execução fiscal foi originariamente dirigida à empresa denominada FIORÍSSIMO IND. COM. ESSENCIAIS ART. PRESENTES LTDA., tendo sido tomadas providências para citação da mesma mediante citação via postal, com pedido de oficiamento à Receita Federal para informar o endereço, citação via mandado de execução fiscal, todas sem êxito, havendo por fim, o oficial de justiça informado que não foi possível a citação já 'que a mesma está desativada de fato há mais de noventa dias. Deixo de realizar os demais atos por não ter encontrado bens da devedora.' (fl. 31v.).
4. A dissolução irregular da sociedade oportuniza redirecionamento da execução independente de culpa ou dolo dos sócios. Esse o entendimento adotado neste Superior Tribunal de Justiça: 'É cabível o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente quando a sociedade tiver sido dissolvida de forma irregular. Precedentes da Corte.' (AgRg no RESP 622736/RS, Ministro LUIZ FUX DJ 28.06.2004)
5. Portanto, ocorrendo a dissolução irregular, afirmativa não contestada nos autos, torna-se possibilitado o redirecionamento da execução contra os sócios, os quais poderão, oportunamente, oferecer embargos do devedor, onde argüirão toda matéria de defesa. O que não é possível é o fisco ficar sem ter a quem dirigir a cobrança do crédito fiscal em face de a sociedade não mais existir.

6. Recurso especial provido." (REsp n.º 704.502/RS, Primeira Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 02/05/2005)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO PARA O SÓCIO-GERENTE. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO VERBETE DA SÚMULA 168/STJ. DISSENSO ENTRE ACÓRDÃO QUE NÃO CONHECEU DO APELO, ANTE O ÓBICE DAS SÚMULA 282 e 356 do STF E OUTRO QUE APRECIOU O MÉRITO DO RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA NÃO CONFIGURADA.

1. ***O redirecionamento da execução fiscal, e seus consectários legais, para o sócio-gerente da empresa, somente é cabível quando reste demonstrado que este agiu com excesso de poderes, infração à lei ou contra o estatuto, ou na hipótese de dissolução irregular da empresa.*** *Precedentes jurisprudenciais desta Corte.*

2. 'Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado.' Súmula 168/STJ.

3. São inadmissíveis os Embargos de Divergência quando o acórdão embargado não conhece do recurso sob o fundamento de ausência de prequestionamento e os decisórios paradigmas conheceram do recurso e adentraram na matéria de mérito. Precedentes do STJ: ERESP 497.511/SP; ERESP 89.575/SP; EREsp. 247.250/SP e ERESP 302.341/MG.

4. Embargos de divergência liminarmente indeferidos (art. 266, § 3º, do RISTJ).

5. Agravo Regimental improvido." (AgRg nos EREsp n.º 471.107/MG, Primeira Seção, deste relator, DJ de 25/10/2004)

Ante o exposto, tendo em vista a missão uniformizadora traçada para esta Colenda Corte, e ressalvado o meu entendimento, com fulcro no art. 557, *caput*, do CPC, NEGO SEGUIMENTO ao recurso especial interposto.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2290)

RECURSO ESPECIAL Nº 939.505 - RS (2007/0070912-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S/A EPTC
ADVOGADO	: JANINE LUEHRING GIONGO
RECORRIDO	: EVERTON ANDRÉ PEREIRA
ADVOGADO	: MAURÍCIO BASTIANI PASA

DECISÃO

RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. PENALIDADE. PRÉVIA NOTIFICAÇÃO. AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA 127/STJ. O CÓDIGO DE TRÂNSITO IMPÔS MAIS DE UMA NOTIFICAÇÃO PARA CONSOLIDAR A MULTA. AFIRMAÇÃO DAS GARANTIAS PÉTREAS CONSTITUCIONAIS NO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. SÚMULA 312/STJ. ANULAÇÃO DE TODO O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Sumula 312/STJ:*"No processo administrativo para imposição de multa de trânsito, são necessárias as notificações da autuação e da aplicação da pena decorrente da infração"*.

2. O sistema de imputação de sanção pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei n.º 9.503/97) prevê duas notificações a saber: a primeira referente ao cometimento da infração e a segunda inerente à penalidade aplicada, desde que superada a fase da defesa quanto ao cometimento, em si, do ilícito administrativo. Similitude com o processo judicial, por isso que ao imputado concede-se a garantia de defesa antes da imposição da sanção, sem prejuízo da possibilidade de revisão desta.

3. Nas infrações de trânsito, a análise da consistência do auto de infração à luz da defesa propiciada é premissa inafastável para a aplicação da penalidade e consectário da garantia da ampla defesa assegurada no inciso LV, do artigo 5º da CF, como decorrência do *due process of law* do direito anglo-norte-americano, hoje constitucionalizado na nossa Carta Maior.

4. A garantia da plena defesa implica a observância do rito, as cientificações necessárias, a oportunidade de objetar a acusação desde o seu nascedouro, a produção de provas, o acompanhamento do *iter* procedimental, bem como a utilização dos recursos cabíveis.

5. A Administração Pública, mesmo no exercício do seu poder de polícia e nas atividades *self executing* não pode impor aos administrados sanções que repercutam no seu patrimônio sem a preservação da ampla defesa, que *in casu* se opera pelas notificações apontadas no CTB.

6. Sobressai inequívoco do CTB (art. 280, *caput*) que à lavratura do auto de infração segue-se a primeira notificação *in faciem* (art. 280, VI) ou, se detectada a falta à distância, mediante comunicação documental (art. 281, parágrafo único, do CTB), ambas propiciadoras da primeira defesa, cuja previsão resta encartada no artigo 314, parágrafo único, do CTB em consonância com as Resoluções 568/80 e 829/92 (art. 2º e 1º, respectivamente, do CONTRAN).

7. Superada a fase acima e concluindo-se nesse estágio do procedimento pela imputação da sanção, nova notificação deve ser expedida para satisfação da contraprestação ao cometimento do ilícito administrativo ou oferecimento de recurso (art. 282, do CTB). Nessa última hipótese, a instância administrativa somente se encerra nos termos dos artigos 288 e 290, do CTB.

8. Revelando-se procedente a imputação da penalidade, após obedecido o devido processo legal, a autoridade administrativa recolherá, sob o pálio da legalidade a famigerada multa pretendida abocanhar açodadamente.

9. A sistemática ora entrevista coaduna-se com a jurisprudência do E. STJ e do E. STF as quais, malgrado admitam à administração anular os seus atos, impõe-lhe a obediência ao princípio do devido processo legal quando a atividade repercuta no patrimônio do administrado.

10. No mesmo sentido é a *ratio essendi* da Súmula 127, do STJ que inibe condicionar a renovação da licença de veículo ao pagamento da multa, da qual o infrator não foi notificado.

11. Recurso especial a que se nega seguimento. (Art. 557, *caput*, CPC)

Trata-se de recurso especial interposto por EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S/A EPTC, com fulcro na alínea "a", do inciso III, do art. 105, da Constituição Federal contra acórdão proferido em sede de apelação Cível do TJ/RS, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. MULTA DE TRÂNSITO. NÃO MERECE SER CONHECIDO O SEGUNDO APELO INTERPOSTO PELA EPTC, UMA VEZ QUE OPERADA A PRECLUSÃO CONSUMATIVA. PRELIMINARES DE INCOMPETÊNCA REJEITADAS. NÃO SE ESTÁ A DISCUTIR A CONSTITUCIONALIDADE DA LEI, MAS SIM A REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. DEFESA PRÉVIA. ARTS. 280/282 DO CTB. NECESSIDADE DE DUAS NOTIFICAÇÕES. SÚMULA 312 DO STJ. APLICAÇÃO DA DUPLA NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE JULGAMENTO DA REGULARIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO PELA AUTORIDADE DE TRÂNSITO QUE NÃO SE CONFUNDE COM O AGENTE DE TRÂNSITO. PRECEDENTES DO STJ.RESTITUIÇÃO INTEGRAL DOS VALORES PAGOS. ART. 281, § ÚNICO, ii DO CTB. PRAZO DECADENCIAL QUE começa a fluir a partir da expedição do auto de infração, não sendo possível sua convalidação, no caso de decretação da nulidade.

NÃO CONHECIDO O SEGUNDO APELO INTERPOSTO PELA EPTC.
CONHECIDO O PRIMEIRO APELO DA EPTC E IMPROVIDO.
PROVIDO O APELO DO AUTOR."

Noticiam os autos que o ora Recorrente ajuizou ação ordinária em desfavor da EVERTON ANDRÉ PEREIRA, aduz a negativo vigencia aos artigos 280 e parágrafos, 281 e incisos e 282 e parágrafos, do CTB. Alega em síntese, que o legislador não introduziu a defesa prévia no procedimento de trânsito, conforme decisão proferida pelo Senado Federal.

O juízo de primeiro grau julgouprocedente o pedido formulado na inicial, determinando a suspensão dos efeitos dos autos de infração.

A Primeira Câmara Cível do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, em acórdão outrora transcrito, não conheceu o segundo apelo interposto pela ETCP, conheceu o primeir apelo do ETCP e o tornou improvido e, tornou provido o apelo do autor.

Irresignado com o teor do v. acórdão prolatado, interpôs recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea "a", da Carta Maior, sustentando violação ao arts.280, parágrafos seguintes, 281 e 282, parágrafos seguintes, do Código de Trânsito Brasileiro, porquanto desconstituiu os próprios autos de infração e não somente o procedimento administrativo.

Foram apresentadas contra-razões pela EVERTON ANDRÉ PEREIRA, que também interpôs apelo nobre, com fundamento nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, alegando violação aos arts. 280 e 281, ambos do CTB Tal apelo restou, todavia, admitido na instância de origem.

Resultando o juízo de admissibilidade positivo na instância de origem, ascenderam os autos do presente recurso especial ao E. STJ.

Brevemente relatados, decido.

Preliminarmente, conheço do recurso, eis que atendidos os pressupostos de admissibilidade, restando configurado o prequestionamento do dispositivo tido por violado.

Ressalta inequívoco do CTB que a autoridade de trânsito, que antes de julgar o auto de infração, seja qual for a penalidade a ser em tese aplicada, não conceder ao autuado oportunidade de defesa, viola direito líquido e certo deste, amparável por mandado de segurança. É que o atual Código Brasileiro de Trânsito (Lei 9.503/97), embora não seja específico no ponto, assim como não o era o anterior Código Nacional de Trânsito (Lei 5.106/66), reconhece esse direito, de modo implícito, ao concede-lo em outras situações, como a dos arts. 257, § 7º, e 265. Deveras, se todas são penalidades, como assenta o art. 256, não é lógico conceder direito de defesa só em relação a algumas. Ainda que assim não bastasse, forçoso reconhecer que o direito de defesa, inclusive no âmbito administrativo, vem garantido pelo art. 5º, LV da CF. Por isso, a Resolução 568/80, do CONTRAN, foi recepcionada pelo atual CTB, conforme admite o art. 314, parágrafo único, do CTB.

Aliás, nem poderia ser diferente. Isto porque dentre os princípios que se destacam no procedimento administrativo, reluz o da "**garantia de defesa**".

Preleciona a acatada doutrina de *Hely Lopes Meirelles*:

"O princípio da garantia de defesa, entre nós, está assegurado no inc. LV, do art. 5º, da CF, juntamente com a obrigatoriedade do contraditório, como decorrência do devido processo legal (CF, art. 5º, LIV), que tem origem no due process of law do Direito anglo-norte-americano.

Por garantia de defesa deve-se entender não só a observância do rito adequado como a cientificação do processo ao interessado, a oportunidade para contestar a acusação, produzir prova de seu direito, acompanhar os atos da instrução e utilizar-se dos recursos cabíveis.

Daí a justa observação de Gordillo de que: El principio constitucional de la defensa en juicio, en el debido proceso, es por supuesto aplicable en el procedimiento administrativo, y com criterio amplio, no restrictivo. O que coincide com esta advertência de Frederico Marques: "Se o poder administrativo, no exercício de suas atividades, vai criar limitações patrimoniais imediatas ao administrado, inadmissível seria que assim autuasse fora das fronteiras do due process of law. Se o contrário fosse permitido, ter-se-ia de concluir que será lícito atingir alguém em sua fazenda ou bens, sem o devido processo legal". E remata o mesmo jurista: " Isto posto, evidente se torna que a Administração Pública, ainda que exercendo seus poderes de autotutela, não tem o direito de impor aos administrados gravames e sanções que atinjam, direta ou indiretamente, seu patrimônio sem ouvi-los adequadamente, preservando-lhes o direito de defesa".

Em respaldo às ilações doutrinárias, posiciona-se a jurisprudência nos seguintes arestos: "STF, RDA 73/136, 97/110, 114/142, 118/99; TFR, RTFR 34/140; RDA 38/254; TJMG, RDP 20/245; TJSP, RDA 45/123, 54/364; RT 261/365, 321/260; 1ª TASP, RT 257/483, 260/563, 270/632, 345/352".

A conclusão pela ocorrência da dupla notificação obedece mesmo a uma análise histórico-teleológica da legislação pertinente.

Forçoso relembrar que, no vetusto CNT, estabeleciam os artigos 112 e 116 (Lei 5.108/66) que as autuações por infração de trânsito eram "julgadas" pela autoridade competente para "aplicação" de penalidade. Dessa decisão era cabível recurso, no prazo de trinta dias, à Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI), sem efeito suspensivo, e, por conseguinte, havia depósito do valor da multa, quando fosse o caso. Uma vez não julgado, por motivo de força maior, no prazo de trinta dias, a autoridade competente para fazê-lo podia, de ofício ou a pedido, agregar efeito suspensivo ao recurso. Iguais normas dispunham os arts. 112 a 116 do Regulamento, aprovado pelo Decreto 62.127/68.

Deveras, o CONTRAN, consolidando e unificando diversos regramentos administrativos, valendo-se de atribuições legais, editou a Resolução 568/80, que disciplinou, pormenorizadamente, o procedimento a respeito das autuações de trânsito, estabelecendo no art. 2º: "*Com o recebimento do Auto de Infração, o interessado poderá, no prazo de 30 dias, apresentar defesa prévia à autoridade de trânsito, antes de aplicação da penalidade."*

O CONTRAN resolveu assim dispor em virtude da constante anulação, pelos tribunais do país, das sanções por violação ao direito assegurado ao acusado de, antes do julgamento, ser-lhe concedida a oportunidade de se defender. Advirta-se que essa concessão era deferida, quando, em regra, admitia-se a dispensa de defesa nos casos de falta provada, envolvendo infrações leves, como, por exemplo, advertência verbal. Hoje, como de sabença, em face do art. 5º, LV, da CF, até para essa categoria, exige-se a concessão de defesa, quando houver anotação na ficha funcional. Com muito mais razão, portanto, quando envolver autuação no trânsito, com imposição de pena, seja ou não de natureza patrimonial.

Nesse seguimento, dispõe o artigo 280, do CTB (Lei 9.503/97) que, ocorrendo fato típico, lavrar-se-á auto de infração, contendo, dentre outros requisitos e informações, a identificação do órgão ou entidade e da autoridade, ou do agente autuador, ou do equipamento do órgão ou entidade e da autoridade, ou do agente autuador, ou do equipamento que comprovar a infração (inc. V), bem assim a assinatura do infrator, sempre que possível, valendo esta como notificação do cometimento da infração (inciso VI).

Forçoso reconhecer que persistiu a distinção entre autoridade de trânsito e agente de trânsito ou agente autuador, subsistindo as hipóteses de autuação em flagrante e à distância.

Na autuação em flagrante vale como notificação do cometimento da infração aquela realizada *in faciem*. Mas de toda sorte "o infrator é notificado do auto de infração, e não da penalidade".

Destarte, não sendo possível a autuação em flagrante, como ocorre de ordinário, máxime, por força da instalação de sistemas eletrônicos de fiscalização vulgarmente conhecidos como "pardais", o § 3º do mesmo dispositivo esclarece que o agente autuador ou agente de trânsito relata a impossibilidade no auto de infração, com os requisitos necessários ao procedimento previsto no artigo seguinte, isto é, o do art. 281.

Isto significa dizer que o rito do artigo 281 é obrigatório para todo auto de infração, independentemente de ter sido lavrado em flagrante ou à distância.

Esse dispositivo, o art. 281, por seu turno, dispõe que a autoridade de trânsito, na esfera da competência estabelecida pelo Código e dentro da sua circunscrição, julgará a consistência do auto de infração e aplicará a penalidade cabível, prevendo o parágrafo único as hipóteses de arquivamento do auto de infração a saber: (a) se considerado inconsistente ou irregular (inc.I); e (B) se, no prazo máximo de trinta dias, não for expedida a notificação da autuação (inc.II).

Do exposto conclui-se que a "aplicação da penalidade" é ato de competência privativa da autoridade de trânsito; excluída a atribuição do agente de trânsito para esse fim.

Outrossim, nada obsta que a autoridade de trânsito proceda de ofício, desde que seja para favorecer o autuado, como , v.g.: em contato com o auto de infração, verifica algum vício formal como por exemplo não estar a mesma tipificada ou não constar o local data e horário do cometimento (art.280, I e II), tornando a peça irregular, ou, ainda, constatar que já decorreu o prazo decadencial de trinta dias para notificar.

Considere-se, por fim, que, como o inc.II, do parágrafo único aduz à notificação da autuação, e não da penalidade aplicada, resta evidente que este dispositivo é específico para as situações de não-flagrante, uma vez que para as autuações em flagrante vigora o inc.VI do art. 280, que refere a assinatura do infrator, valendo esta como notificação do cometimento da infração.

À luz do que até agora se expendeu, imperioso concluir que, se não for caso de arquivamento sumário, é imprescindível a notificação do infrator antes de a autoridade de trânsito aplicar qualquer penalidade, assim como o era no regime da legislação anterior.
Todavia, a inobservância da dupla notificação exigida pelo CTB não conduz à anulação ou ao arquivamento de todo o procedimento administrativo, como pretende o Recorrente, mas apenas a partir do momento em que se efetivou o cerceamento de defesa. Permanece, portanto, incólume o auto de infração, a fim de que seja expedida a notificação aos autuados, assegurando a aplicação do devido processo legal.
Nesse sentido, o seguinte julgado:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. AUTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. APLICAÇÃO DE PENALIDADES. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO A PARTIR DA OCORRÊNCIA DO CERCEAMENTO DE DEFESA. MANUTENÇÃO, APENAS, DO AUTO DE INFRAÇÃO.
***1.** Agravo regimental contra decisão que desproveu o agravo de instrumento dos agravantes.*
***2.** O acórdão a quo entendeu pela anulação dos atos de imposição de penalidade pela prática de infração de trânsito a partir do ponto em que ocorreu o cerceamento de defesa, em virtude da inobservância, no processo administrativo, do devido processo legal, mantendo-se incólume o auto de infração de trânsito e afirmando-se a convalidação dos vícios existentes, pelo pagamento voluntário da multa.*
***3.** Tem-se por correta decisão que apenas anula o procedimento administrativo a partir do ponto em que ocorreu o cerceamento de defesa, mantendo-se incólumes os autos de infração, a fim de que se proceda à notificação dos autuados para apresentarem, em face dos princípios do contraditório e da ampla defesa, a defesa pertinente.*
***4.** Precedentes citados pelos agravantes que não se prestam para o presente caso, por tratar de matérias diversas, apesar de correlatas.*
***5.** Agravo regimental não provido."* (AGA 583.272/RS, Primeira Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ 27/09/2004)
Last, but not least, assente-se que não há na legislação vigente qualquer regra que torne incompatível com o seu regime a contestação do autuado antes do julgamento administrativo de primeiro grau. Aliás, houvesse algum dispositivo impedindo a defesa no referido estágio procedimental, esbarraria na garantia do art. 5º, LV, da CF.
Ao revés, o diploma, em duas oportunidades, afeiçoa-se ao princípio da defesa prévia. A primeira é a do art. 257, § 7º, nos casos em que a identificação do infrator não é imediata e a notificação é endereçada diretamente ao proprietário. Não sendo ele o infrator, dispõe do prazo de quinze dias, contados a partir da notificação da autuação, ou seja, daquela de que trata o art. 281, parágrafo único, II, para dizer quem é, sob pena de responder pessoalmente. Ressalta neste ponto cristalina a hipótese de defesa antes do julgamento de primeira instância . Outro exemplo é o do art. 265 que enuncia que as penalidades de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação devem ser aplicadas por decisão fundamentada da autoridade de trânsito, em processo administrativo assegurado ao infrator amplo direito de defesa.
Ora, se o Código concede o direito de defesa naquelas situações em que o procedimento não tem por objeto impor multa, não transpõe os lindes da razoabilidade entender que a garantia da defesa não se aplique aos demais casos. Aliás, entender de outro modo beira a ilogicidade posto serem todas penalidades previstas no art. 256. Como admitir defesa para algumas e para outras não?
Por outro lado, sendo a JARI um órgão recursal, como diz o próprio nome, revela-se evidente que o momento adequado para o exercício do direito de defesa é aquele que antecede o julgamento pela autoridade de trânsito. Não se pode imaginar que o legislador tenha querido dizer que o direito de defesa se opera tão-só pelo direito de recorrer.
Ressalte-se, por fim, que o cumprimento do devido processo legal, antes de conspirar contra os interesses das autoridades de trânsito legitima-lhes a atuação, evitando que, açodadamente, abocanhem valores que, da forma como obtidos, serão inexoravelmente restituídos, mais cedo ou mais tarde, pela ilegalidade como foram arrecadados.
Não obstante, nesses casos de impugnação judicial de restituição ou nulificação da multa, cai por terra o caráter exemplar da inflição das sanções, desmoralizando o poder público, e o que é pior: dando ensejo a que motoristas irresponsáveis persistam na trilha da inconseqüência, motivados, implicitamente, pela deletéria sensação de impunidade.
Neste sentido, o RESP n.° 426084/RJ, deste relator, julgado à unanimidade pela Primeira Turma do STJ e publicado no DJ de 02/12/2002, cuja ementa merece transcrição:
ADMINISTRATIVO. INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. PENALIDADE. PRÉVIA NOTIFICAÇÃO. AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA 127/STJ. O CÓDIGO DE TRÂNSITO IMPÔS MAIS DE UMA NOTIFICAÇÃO PARA CONSOLIDAR A MULTA. AFIRMAÇÃO DAS GARANTIAS PÉTREAS CONSTITUCIONAIS NO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.
1. O sistema de imputação de sanção pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei n.º 9.503/97) prevê duas notificações a saber: a primeira referente ao cometimento da infração e a segunda inerente à penalidade aplicada, desde que superada a fase da defesa quanto ao cometimento, em si, do ilícito administrativo. Similitude com o processo judicial, por isso que ao imputado concede-se a garantia de defesa antes da imposição da sanção, sem prejuízo da possibilidade de revisão desta.
2. Nas infrações de trânsito, a análise da consistência do auto de infração à luz da defesa propiciada é premissa inafastável para a aplicação da penalidade e consectário da garantia da ampla defesa assegurada no inciso LV, do artigo 5º da CF, como decorrência do due process of law do direito anglo-norte-americano, hoje constitucionalizado na nossa Carta Maior.
3. A garantia da plena defesa implica a observância do rito, as cientificações necessárias, a oportunidade de objetar a acusação desde o seu nascedouro, a produção de provas, o acompanhamento do iter procedimental, bem como a utilização dos recursos cabíveis.
4. A Administração Pública, mesmo no exercício do seu poder de polícia e nas atividades self executing não pode impor aos administrados sanções que repercutam no seu patrimônio sem a preservação da ampla defesa, que in casu se opera pelas notificações apontadas no CTB.
5. Sobressai inequívoco do CTB (art. 280, caput) que à lavratura do auto de infração segue-se a primeira notificação in faciem (art. 280, VI) ou, se detectada a falta à distância, mediante comunicação documental (art. 281, parágrafo único, do CTB), ambas propiciadoras da primeira defesa, cuja previsão resta encartada no artigo 314, parágrafo único, do CTB em consonância com as Resoluções 568/80 e 829/92 (art. 2º e 1º, respectivamente, do CONTRAN).
6. Superada a fase acima e concluindo-se nesse estágio do procedimento pela imputação da sanção, nova notificação deve ser expedida para satisfação da contraprestação ao cometimento do ilícito administrativo ou oferecimento de recurso (art. 282, do CTB). Nessa última hipótese, a instância administrativa somente se encerra nos termos dos artigos 288 e 290, do CTB.
7. Revelando-se procedente a imputação da penalidade, após obedecido o devido processo legal, a autoridade administrativa recolherá, sob o pálio da legalidade a famigerada multa pretendida abocanhar açodadamente.
8. A sistemática ora entrevista coaduna-se com a jurisprudência do E. STJ e do E. STF as quais, malgrado admitam à administração anular os seus atos, impõe-lhe a obediência ao princípio do devido processo legal quando a atividade repercuta no patrimônio do administrado.
9. No mesmo sentido é a ratio essendi da Súmula 127, do STJ que inibe condicionar a renovação da licença de veículo ao pagamento da multa, da qual o infrator não foi notificado.
10. Recurso especial desprovido."

Ante o exposto, **NEGO SEGUIMENTO** ao recurso especial. (Art. 557, *caput*, CPC).

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2291)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939.912 - PR (2007/0195478-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: MAGAZINE LUÍZA S/A
ADVOGADO	: ALDO DE MATTOS SABINO JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR.POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por MAGAZINE LUÍZA S/A, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra o v. acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que versa sobre contribuição social.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 12 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2292)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939.916 - RJ (2007/0180785-8)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS CEDAE
ADVOGADO	: ISAAC MOTEL ZVEITER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO WASHINGTON LUIZ
ADVOGADO	: MARCOS FERRE COUTINHO

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU FALTA DE MOTIVAÇÃO NO ACÓRDÃO *A QUO*. REEXAME DE PROVA. SÚMULA Nº 07/STJ. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ESPECIAL.
1. Agravo de instrumento interposto para reformar decisão que inadmitiu recurso especial.
2. Decisão *a quo* clara e nítida, sem omissões, obscuridades, contradições ou ausência de motivação. O não-acatamento das teses do recurso não implica cerceamento de defesa. Ao juiz cabe apreciar a questão de acordo com o que entender atinente à lide. Não está obrigado a julgá-la conforme o pleiteado pelas partes, mas sim com seu livre convencimento, usando fatos, provas, jurisprudência, aspectos atinentes ao tema e legislação que entender aplicáveis ao caso. Não obstante a oposição de embargos declaratórios, não são eles mero expediente para forçar o ingresso na instância especial, se não há vício para suprir. Não há ofensa aos arts. 165, 458, II e III, e 535, I e II, do CPC quando a matéria é abordada no aresto *a quo*.
3. Demonstrado, de modo evidente, que a procedência do pedido está rigorosamente vinculada ao exame das provas depositadas nos autos. Na via Especial não há campo para se revisar entendimento de 2º grau assentado em prova. A função de tal recurso é, apenas, unificar a aplicação do direito federal (Súmula nº 07/STJ).
4. Recurso não-provido.
Vistos, etc.
Cuida-se de agravo de instrumento para reformar decisão que inadmitiu recurso especial intentado contra acórdão que julgou procedente pedido para determinar que as contas de água e esgoto relativas aos meses indicados na inicial sejam emitidas com base no valor médio de consumo estipulado pelo perito judicial. A ementa consignou (fl. 286):
AÇÃO ANULATÓRIA. CEDAE. EXCESSO NA COBRANÇA RELATIVA A CONTAS DE ÁGUA E ESGOTO. PROVA PERICIAL QUE FORTALECE AS ALEGAÇÕES AUTORAIS, ATESTANDO A INCOMPATIBILIDADE DOS VALORES COBRADOS. CONSUMO AFERIDO DE FORMA MANUAL. DISPARIDADE CONSTATADA ENTRE O CONSUMO ANTERIOR E O POSTERIOR AOS MESES QUESTIONADOS. MÉDIA. BASE PARA A REALIZAÇÃO CORRETA DA COBRANÇA. SENTENÇA QUE JULGA PROCEDENTE O PEDIDO. DESPROVIMENTO DO RECURSO
Aduzem-se ofensa aos arts. 165, 458, II e III, e 535, I e II, do CPC e dissenso pretoriano. Relatados, decido.
O recurso em apreço não merece provimento.
A priori, inexistiu ofensa aos artigos processuais indicados. A matéria enfocada foi devidamente abordada no aresto *a quo*, conforme se confere com a leitura das fundamentações desenvolvidas. A(s) questão(ões) que se diz(em) omissa(s) foi(ram) claramente fundamentada(s) e esclarecida(s) no voto *a quo*. O que aconteceu, na verdade, é que não foi a questão decidida conforme planejava a parte recorrente, mas sim com a aplicação de entendimento diverso. Enfrentaram-se todos os pontos necessários ao julgamento da causa, sendo desnecessário indicação expressa dos dispositivos que argüiu nos aclaratórios.
Os fundamentos, nos quais se suporta a decisão *a quo*, são claros e nítidos. Não dão lugar a omissões, obscuridades, dúvidas ou contradições. Caso o juiz encontre motivos suficientes para fundar a decisão, não está adstrito à resposta de todas as assertivas desenvolvidas pelas partes, nem obrigado a ater-se aos fundamentos apontados por elas ou a responder, um a um, todos os seus argumentos. Não há pontos omissos na decisão recorrida. A matéria tratada nos autos está deveras fundamentada e motivada, com menção aos fatos contidos nos autos e legislação e jurisprudência sobre o tema.
O não-acatamento das teses do recurso não implica cerceamento de defesa. Ao juiz cabe apreciar a questão de acordo com o que entender atinente à lide. Não está obrigado a julgá-la conforme o pleiteado pelas partes, mas sim com seu livre convencimento (CPC, art. 131), usando fatos, provas, jurisprudência, aspectos atinentes ao tema e legislação que entender aplicáveis ao caso.
O STJ decidiu que: "*A simples alegação de que a lei foi contrariada não é suficiente para justificar o recurso especial, pela letra "a" da previsão constitucional, tem-se, antes que demonstrá-la a exemplo do que ocorre com o recurso extraordinário.*" (AgReg nº 22394-7/SP, Rel. Min. José de Jesus Filho, DJ de 02/08/1993).
Por outro lado, no que atine à matéria de fundo, o panorama formado no âmbito dos autos revela que a análise do apelo exige, para a formação de qualquer conclusão, que se reaprecie a prova neles depositada, conforme se vê das razões do acórdão *a quo*. Tal convicção é porque a conclusão a que chegou o acórdão recorrido decorreu da análise do conjunto fático-probatório dos autos e o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame e a inversão do mencionado suporte, obstando a admissibilidade do apelo as Súmulas nºs 279/STF e 07/STJ.
A comprovar tal afirmação, o próprio voto condutor do acórdão objurgado asseverou que (fls. 287/288):
As razões recursais não merecem êxito. Com efeito, entende este Relator que o Magistrado sentenciante se houve com acerto ao julgar procedente o pedido autoral, em razão de ter sido a prova técnica produzida toda em favor do demandante e também considerando a revelia da parte ré.
O laudo pericial de fls. 183/205 é conclusivo no sentido de que a cobrança se deu de forma excessiva, transcreve-se:
[...]
Os Valores apresentados nas contas de maio, junho, novembro e dezembro de 2001 e março e junho de 2002, são incompatíveis com o consumo médio apurado nos meses de julho de 2002 a setembro de 2003, que é de cerca de 260,0 m3, que é o valor que deveria ter sido cobrado nos meses citados.
Ora, se a prova pericial conclui no sentido de que na época dos meses citados não havia obras ou vazamentos capazes de justificar tal excessividade no consumo, a cobrança realizada não pode ser considerada correta, eis que muito acima do normal. Ademais, deve ser ressaltado que o expert do juízo não detectou a presença de qualquer defeito no hidrômetro capaz de justificar o questionado aumento no consumo.

Frise-se, que a época dos fatos a medição era feita de forma manual e não por aparelhos, o que reforça, ainda mais, o entendimento desse Julgador no sentido do excesso no consumo medido, principalmente, ante a disparidade constatada na aferição entre os meses anteriores aos questionados e os posteriores de fls. 21, 23, 25, 26 e 29.
Convém salientar que a parte autora efetuou requerimentos às fls. 14 e 28 no sentido de que fosse realizada a aferição do hidrômetro com o fim de sanar o problema da excessividade da cobrança, sem, contudo, lograr êxito em seu intento, uma vez que as cobranças continuaram injustificadamente com valores díspares. Assim, em razão da excessividade da cobrança realizada pela parte ré, os valores das contas questionadas não são devidos e, portanto não deveriam ter sido pagos, eis que não espelham o real consumo do imóvel.
É inadmissível a reapreciação da prova produzida, e esta se dá, diferenciando-se de sua valoração, "*quando se aprecia a conclusão que se extrai dos elementos probatórios*" (RTJ 81/964), ou quando se refere "*à força de convicção dos elementos probatórios, concretamente*" (RTJ 82/114). Nesse sentido: AGA nº 376333/MG (DJ 07/03/2002), REsp nº 296032/GO (DJ 20/05/2002), AGA nº 244722/SP (DJ 18/10/1999), REsp nº 2617/SP (RSTJ 17/398) e REsp nº 62020-1/SP (DJ 20/05/96).
Na via Especial não há campo para revisar entendimento de 2º Grau assentado em prova. A função de tal recurso é, apenas, unificar a aplicação do direito federal, nos termos da Súmula nº 07/STJ: "*a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*". Inquestionável, portanto, a impossibilidade do exame do presente processado, por infringência ao enunciado da referida Súmula.
Por tais razões, amparado pela Súmula nº 07/STJ, NEGO provimento ao Agravo.
Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

Ministro José Delgado
Relator

(2293)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942.908 - PR (2007/0222142-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE LONDRINA
PROCURADOR	: THAIS FERRAZ MARTIN ROBLES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA DE LURDES BARBIERI DE VITO
ADVOGADO	: MARIA ELIZABETH JACOB

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo MUNICÍPIO DE LONDRINA, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra v. acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que versa sobre recolhimento de multa imposta com base no artigo 557 e parágrafos, do CPC.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2294)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 945.093 - PR (2007/0224915-4)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: ALBERTO RODRIGUES ALVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CECÍLIA DE MOURA OLIVEIRA
ADVOGADO	: ERALDO LACERDA JÚNIOR

DECISÃO

Vistos, etc.
A Brasil Telecom S/A, pela via do presente agravo de instrumento, pretende fazer subir recurso especial intentado contra acórdão que reconheceu ilegal a cobrança de tarifa mensal de assinatura básica de telefonia.
Os pressupostos específicos e genéricos para o conhecimento do agravo estão presentes, pelo que dou curso regular ao seu processamento.
O tema de direito discutido nos presentes autos está sendo apreciado pela Primeira Seção deste Tribunal.
Converta-se o agravo de instrumento em recurso especial com fundamento no art. 544, § 3º, do Código de Processo Civil.
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO JOSÉ DELGADO
Relator

(2295)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 945.099 - PR (2007/0224943-3)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: ALBERTO RODRIGUES ALVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALCEU FRONJA E OUTROS
ADVOGADO	: JOSÉ ALDÉRICO FERREIRA BARBIERO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela BRASIL TELECOM S/A, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que versa sobre serviço de telefonia.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2296)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 945.224 - PR (2007/0187513-2)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: ALBERTO RODRIGUES ALVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARLENE LIMA JOAQUIM E OUTROS
ADVOGADO	: MARCELO MARTINS

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela BRASIL TELECOM S/A, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial, fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra o v. acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que versa sobre contrato de prestação de serviço de telefonia.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2297)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 945.774 - PR (2007/0223938-4)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: ANA PAULA DOMINGUES DOS SANTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ADEMIR SANTOS ZAMBOTI E OUTROS
ADVOGADO	: VILMA THOMAL

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por BRASIL TELECOM S/A, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento de recurso especial fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que versou sobre assinatura básica mensal de telefonia.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2298)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 946.467 - PR (2007/0225023-5)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: ALBERTO RODRIGUES ALVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARLENE MORAIS DE OLIVEIRA CANTONI E OUTROS
ADVOGADO	: VILMA THOMAL E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por BRASIL TELECOM S/A, com o objetivo de reformar a decisão que inadmitiu o processamento de recurso especial fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que versou sobre assinatura básica mensal de telefonia.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO, Relator

(2299)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 946.783 - PR (2007/0226622-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: ALBERTO RODRIGUES ALVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CÉLIA REGINA MARTINI DE AZEVÊDO E OUTROS
ADVOGADO	: PETRUCIO GUERRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
A Brasil Telecom S/A, pela via do presente agravo de instrumento, pretende fazer subir recurso especial intentado contra acórdão que reconheceu ilegal a cobrança de tarifa mensal de assinatura básica de telefonia.
Os pressupostos específicos e genéricos para o conhecimento do agravo estão presentes, pelo que dou curso regular ao seu processamento.
O tema de direito discutido nos presentes autos está sendo apreciado pela Primeira Seção deste Tribunal.
Converta-se o agravo de instrumento em recurso especial com fundamento no art. 544, § 3º, do Código de Processo Civil.
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO JOSÉ DELGADO
Relator

(2300)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.200 - RS (2007/0231829-9)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: ELENISE PERUZZO DOS SANTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IZOLDA D'ORNELLAS NUNES
ADVOGADO	: THAÍS SCHRAMM WERUTSKY

DECISÃO

Vistos etc.
Cuida-se de agravo de instrumento tendente a viabilizar subida a esta Corte de recurso especial interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com fulcro no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que versa sobre contrato habitacional.
Para melhor exame da matéria, DOU PROVIMENTO ao presente agravo, determinando a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

(2301)

RECURSO ESPECIAL Nº 950.447 - SP (2007/0105537-6)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: THIONVILLE DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	: MAURÍCIO CÉSAR PUSCHEL E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MIRIAM A PERES SILVA E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. LEI 9.718/98. PIS E COFINS. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. LEI COMPLEMENTAR 70/91 E LEI COMPLEMENTAR 7/70. NOVEL JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º, ARTIGO 3º, DA LEI 9.718/98.
1. A Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica, vale dizer, "***totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas***".
2. Fundando-se o acórdão recorrido em interpretação de matéria eminentemente constitucional (a equiparação dos conceitos de receita bruta e faturamento a que se refere o art. 3º da Lei nº 9.718/98 não se contrapõe à disciplina do artigo 195 da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional 20/98), descabe a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.
3. Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos **Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG**, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e **n.º 346.084-6/PR**, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a in-

cidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

4. Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

5. Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, segundo a qual: *"Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia."* (**RE 336134/RS**, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003).

6. *In casu*, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.

7. Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.

8. De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98 que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

9. Recurso especial provido (CPC, artigo 557, § 1º-A).

Cuida-se de recurso especial interposto por THIONVILLE DO BRASIL LTDA, com fulcro nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, no intuito de ver reformado o v. acórdão prolatado pelo Tribunal Regional da 3ª Região, que, deu provimento à apelação da Fazenda Nacional e à remessa oficial, nos termos da ementa a seguir transcrita:

TRIBUTÁRIO. COFINS. LEI 9718/98. AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. RECEITA OPERACIONAL BRUTA. DECISÃO DO ÓRGÃO ESPECIAL. ALTERAÇÃO DE ALÍQUOTA POR MEIO DE LEI ORDINÁRIA. POSSIBILIDADE.

I - Sem prejuízo do entendimento da relatora, à vista da decisão do Órgão Especial desta Corte, rejeitando a Argüição de Inconstitucionalidade da base de cálculo da COFINS, introduzida pela Lei nº 9.718/1998, de se acolher a constitucionalidade das novas regras, face ao efeito vinculante, previsto no Art. 176, do Regimento Interno deste Tribunal.

II - Possibilidade de majoração da alíquota da COFINS, pelo artigo 8º da Lei 9718/98, porquanto, a Carta Magna, em seu artigo 146, III, "a", dispensa lei complementar para fins de aumento de alíquota..

III - Apelação e remessa oficial, tida por submetida providas.

Opostos embargos de declaração pela empresa, restaram os mesmos desprovidos, uma vez que não vislumbrados os vícios apontados.

A recorrente, nas razões do especial, sustenta que o acórdão hostilizado incorreu em ofensa **aos artigos 110, do CTN**, **e e 2º, 5º, 6º e 7º Lei Complementar 7/70**, ao considerar legal e constitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS prevista na Lei 9.718/98.

Traz ainda para confronto arestos que esposam a tese da inconstitucionalidade e ilegalidade da alteração do conceito de faturamento promovida pela Lei 9.718/98, bem como da impossibilidade da recepção do aludido diploma legal pela EC 20/98.

Contra o acórdão de apelação também foi interposto recurso extraordinário o qual foi admitido pela instância de origem.

Apresentadas contra-razões, nas quais se pugna pelo não conhecimento do recurso especial e, caso seja o mesmo conhecido, pelo seu desprovimento.

Realizado o juízo de admissibilidade negativo do apelo extremo foi interposto agravo de instrumento o qual foi provido para determinar a subida do recuso especial para melhor exame.

Relatados, decido.

Controvérsia que se cinge à legalidade da Lei nº 9.718/98, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 1.724/98, que, ao tratar das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, estendeu o conceito de faturamento, base de cálculo das aludidas exações, definindo-o como a "receita bruta" da pessoa jurídica.

Os artigos 2º e 3º, da referida lei, encontram-se assim redigidos:

*"Art. 2° As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, **serão calculadas com base no seu faturamento**, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"*

*"Art. 3º **O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.** (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)*

*§ 1º **Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.***

§ 2º Para fins de determinação da base de cálculo das contribuições a que se refere o art. 2º, excluem-se da receita bruta:

I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;

II - as reversões de provisões operacionais e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita; (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)

III - os valores que, computados como receita, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, observadas normas regulamentadoras expedidas pelo Poder Executivo; (Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)

IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente.

§ 3º Nas operações realizadas em mercados futuros, considera-se receita bruta o resultado positivo dos ajustes diários ocorridos no mês. (Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004)

§ 4º Nas operações de câmbio, realizadas por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, considera-se receita bruta a diferença positiva entre o preço de venda e o preço de compra da moeda estrangeira.

§ 5º Na hipótese das pessoas jurídicas referidas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, serão admitidas, para os efeitos da COFINS, as mesmas exclusões e deduções facultadas para fins de determinação da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP.

§ 6º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)

§ 7º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)

§ 8º (Vide Medidas Provisórias nºs 2158-35, de 2001

III - agrícolas, conforme ato do Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

§ 9º (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)"

O STJ, em reiterados julgados, vem decidindo no sentido de que, quando o acórdão recorrido decide com base em interpretação eminentemente constitucional, a via especial não pode ser aberta, posto que estar-se-ia usurpando competência declinada pela Carta Maior ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional.

Nada obstante, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária ocorrida em 09 de novembro de 2005, no julgamento dos Recursos Extraordinários n.ºs 357.950/RS, 358.273/RS, 390840/MG, todos da relatoria do Ministro Marco Aurélio, e n.º 346.084-6/PR, do Ministro Ilmar Galvão, **consolidou o entendimento da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS e à COFINS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98**, sob o fundamento de que a concepção de faturamento inserta na redação original do artigo 195, I, da Constituição Federal de 1988, não poderia ter sido alargada para autorizar a incidência tributária sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, revelando-se inócua a alegação de sua posterior convalidação pela EC 20/98, uma vez que eivado de nulidade insanável *ab origine*, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição. Na oportunidade, considerou-se que a aludida lei ordinária instituiu nova fonte destinada à manutenção da seguridade social, o que constitui matéria reservada à lei complementar, ante o teor do disposto no § 4º, artigo 195, c/c 154, I, da CF/88.

Destaque-se, do julgamento, o seguinte excerto do voto proferido pelo e. Ministro Marco Aurélio, pertinente ao RE n.º 357950/RS:

"Procedo ao exame da problemática referente à Lei nº 9.718/98. Aqui há de se perceber o empréstimo de sentido todo próprio ao conceito de faturamento. Eis o teor da lei envolvida na espécie:

Art. 2º As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base no seu faturamento, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei.

Tivesse o legislador parado nessa disciplina, aludindo a faturamento sem dar-lhe, no campo da ficção jurídica, conotação discrepante da consagrada por doutrina e jurisprudência, tomar-se-ia o faturamento tal como veio a ser explicitado na Ação Declaratória de Cons titucionalidade nº 1-1/DF, ou seja, a envolver o conceito de receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviços. Respeitado estaria o Diploma Maior ao estabelecer, no inciso I do artigo 195, o cálculo da contribuição para o financiamento da seguridade social devida pelo empregador, considerado o faturamento. Em última análise, ter-se-ia a observância da ordem natural das coisas, do conceito do instituto que é o faturamento, caminhando-se para o atendimento da jurisprudência desta Corte.

Eis um panorama de precedentes do Tribunal, considerados conceitos relativos a tributos.

Ao julgar o Recurso Extraordinário nº 116.121-3/SP, o Plenário, sendo relator o ministro Octavio Gallotti, vencido no entendimento, teve oportunidade de proclamar que o imposto sobre serviços não incide sobre locação de bens porque locação de bens móveis não é simplesmente serviço. Fiquei com a redação do acórdão, conforme publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 178/1.265. Também na apreciação do Recurso Extraordinário nº 166.772-9/RS, o Plenário, em 12 de maio de 1994, reafirmou a necessidade de se atentar para o conceito consagrado dos institutos. Glosou a tentativa de se tomar, como abrangidos pela expressão "folha de salário", os pagamentos efetuados a administradores e autônomos - Revista Trimestral de Jurisprudência 156/666-692. E, ao examinar o Recurso Extraordinário nº 172.058-1/SC, o Plenário, em 30 de junho de 1995 e conforme acórdão publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 161/1.043-1.057, veio, mais uma vez, a dar eficácia aos figurinos constitucional e legal ao concluir que não se pode falar em imposto sobre renda sem que haja ocorrido acréscimo patrimonial representado pela aquisição de disponibilidade sobre a renda. No caso, teve-se presente não só a Lei Fundamental como também o artigo 110 do Código Tributário Nacional, consoante o qual a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e forma de direito privado, utilizados expressa ou implicitamente pela Constituição Federal. Então, após mencionar a jurisprudência da Corte sobre a valia dos institutos, dos vocábulos e expressões constantes dos textos constitucionais e legais e considerada a visão técnico-vernacular, volto à Lei nº 9.718/98, salientando, como retratado acima, constar do artigo 2º a referência a faturamento. No artigo 3º, deu-se enfoque todo próprio, definição singular ao instituto faturamento, olvidando-se a dualidade faturamento e receita bruta de qualquer natureza, pouco importando a origem, em si, não estar revelada pela venda de mercadorias, de mercadorias e serviços ou de serviços:

Art. 3º O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.

Não fosse o § 1º que se seguiu, ter-se-ia a observância da jurisprudência desta Corte, no que ficara explicitado, na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1-1/DF, a sinonímia dos vocábulos "faturamento" e "receita bruta". Todavia, o § 1º veio a definir esta última de forma toda própria:

§ 1º Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.

O passo mostrou-se demasiadamente largo, olvidando-se, por completo, não só a Lei Fundamental como também a interpretação desta já proclamada pelo Supremo Tribunal Federal. Fez-se incluir no conceito de receita bruta todo e qualquer aporte contabilizado pela empresa, pouco importando a origem, em si, e a classificação que deva ser levada em conta sob o ângulo contábil.

Em síntese, o legislador ordinário (logicamente não no sentido vulgar, mas técnico-legislativo) acabou por criar uma fonte de custeio da seguridade à margem do disposto no artigo 195, com a redação vigente à época, e sem ter presente a regra do § 4º nele contido, isto é, a necessidade de novas fontes destinadas a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social pautar-se pela regra do artigo 154, inciso I, da Constituição Federal, que é explícito quanto à exigência de lei complementar. Antecipou-se à própria Emenda Constitucional nº 20, no que, dando nova redação ao artigo 195 da Constituição Federal, versou a incidência da contribuição sobre a receita ou o faturamento. A disjuntiva "ou" bem revela que não se tem a confusão entre o gênero "receita" e a espécie "faturamento". Repita-se, antes da Emenda Constitucional nº 20/98, posterior à Lei ora em exame, a Lei nº 9.718/98, tinha-se apenas a previsão de incidência da contribuição sobre a folha de salários, o faturamento e os lucros. Com a citada emenda, passou-se não só a se ter a abrangência quanto à primeira base de incidência, folha de salários, apanhando-se de forma linear os rendimentos do trabalho pagos ou creditados a qualquer título, mesmo sem vínculo empregatício, observando-se o precedente desta Corte, como também a inserção, considerado o que surgiu como alínea "b" do inciso I do artigo 195, da base de incidência, que é a receita.

Como, então, dizer-se, a esta altura, que houve simples explicitação do que já previsto na Carta? É admitir-se a vinda à balha de emenda constitucional sem conteúdo normativo. É admitir-se que o legislador ordinário possa, até mesmo, modificar enfoque pacificado mediante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que haja atuado, à luz das balizas constitucionais, como guardião da Lei Fundamental. Descabe, também, partir para o que seria a repristinação, a constitucionalização de diploma que, ao nascer, mostrou-se em conflito com a Constituição Federal. Admita-se a inconstitucionalidade progressiva. No entanto, a constitucionalidade posterior contraria a ordem natural das coisas. A hierarquia das fontes legais, a rigidez da Carta, a revelá-la documento supremo, conduz à necessidade de as

leis hierarquicamente inferiores observarem-na, sob pena de transmudá-la, com nefasta inversão de valores. Ou bem a lei surge no cenário jurídico em harmonia com a Constituição Federal, ou com ela conflita, e aí afigura-se írrita, não sendo possível o aproveitamento, considerado texto constitucional posterior e que, portanto, à época não existia. Está consagrado que o vício da constitucionalidade há de ser assinalado em face dos parâmetros maiores, dos parâmetros da Lei Fundamental existentes no momento em que aperfeiçoado o ato normativo. A constitucionalidade de certo diploma legal deve se fazer presente de acordo com a ordem jurídica em vigor, da jurisprudência, não cabendo reverter a ordem natural das coisas. Daí a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Nessa parte, provejo o recurso extraordinário e com isso acolho o pedido formulado na inicial, referente à base de cálculo da contribuição, ou seja, para que se entenda, como receita bruta ou faturamento, o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa."

Destarte, na mesma assentada, a Excelsa Corte afastou a argüição de inconstitucionalidade da Lei n.º 9.715/98, bem como do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, que majorou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, incidente sobre o faturamento, assim definido como a receita bruta decorrente da venda de mercadoria, de mercadorias e serviços ou de serviços. Outrossim, restou assentada a desnecessidade de lei complementar para a majoração da contribuição cuja instituição se fundamenta no artigo 195, I, da CF/88.

No particular, merece transcrição de trecho do voto proferido pelo e. Ministro Moreira Alves, na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 01/DF, *verbis*:
"(...)
Em síntese, como salientou o Ministro Carlos Velloso, na qualidade de relator do RE 138.284, quando esta Corte reiterou o entendimento já expedido por ocasião do julgamento do RE 146.733,

'O que importa perquirir não é o fato de a União arrecadar a contribuição, mas se o produto da arrecadação é destinado ao financiamento da seguridade social (CF, art. 195, I).'

E, em se tratando da contribuição social instituída pela Lei Complementar n. 70/91, ele o é, como dispõe seu artigo 1º.

De outra parte, sendo a COFINS contribuição social instituída com base no inciso I do artigo 195 da Constituição Federal, e tendo ela natureza tributária diversa da do imposto, as alegações de que ela fere o princípio constitucional da não-cumulatividade dos impostos da União e resulta em bitributação por incidir sobre a mesma base de cálculo do PIS/PASEP só teriam sentido se se tratasse de contribuição social nova, não enquadrável no inciso I do artigo 195, hipótese em que se aplicaria o disposto no § 4º desse mesmo artigo 195 ('A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I'), que determina a observância do inciso I do artigo 154 que estabelece que a União poderá instituir 'I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição'.

Sucede, porém, que a contribuição social em causa, incidente sobre o faturamento dos empregadores, é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 195 da Carta Magna, não se podendo pretender, portanto, que a Lei Complementar n.º 70/91 tenha criado outra fonte de renda destinada a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social.

Por isso mesmo, essa contribuição poderia ser instituída por Lei ordinária. A circunstância de ter sido instituída por lei formalmente complementar - a Lei Complementar n.º 70/91 - não lhe dá, evidentemente, a natureza de contribuição social nova, a que se aplicaria o disposto no § 4º do artigo 195 da Constituição, porquanto essa lei, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída - que são o objeto desta ação -, é materialmente ordinária, por não tratar, nesse particular, de matéria reservada, por texto expresso da Constituição, à lei complementar. A jurisprudência desta Corte, sob o império da Emenda Constitucional n.º 1/69 - e a Constituição atual não alterou esse sistema -, se firmou no sentido de que só se exige lei complementar para as matérias para cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária.
(...)"

Mister acrescentar que, na mesma sessão plenária de 09 de novembro de 2005, conheceu-se do tema referente à constitucionalidade do regime de compensação diferenciado da COFINS com a CSLL, instituído pelo § 1º, do artigo 8º, da Lei n.º 9.718/98, sendo certo que o E. STF reafirmou a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário n.º 336.134/RS, *verbis*:
"TRIBUTÁRIO. COFINS. ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º 9.718/98. ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (COFINS), até um terço do quantum devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela COFINS, a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RE 336134/RS, Relator Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, maioria, DJ de 16.05.2003)

Confira-se ainda, à guisa de exemplo, recente decisão monocrática proferida pelo e. Ministro Celso de Mello, já consonante com o citado julgamento do Plenário:

*"O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a controvérsia jurídica pertinente à ampliação da **base de cálculo** do PIS/COFINS (RE 357.950/RS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO), declarou, "incidenter tantum", a **inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98,** por entender que a noção de **faturamento** referida no art. 195, I, da Constituição da República, na redação anterior à EC 20/98, não legitimava a incidência de tais contribuições sobre a totalidade das **receitas** auferidas pelas empresas contribuintes, advertindo, ainda, que a superveniente promulgação da EC 20/98 não teve o condão de validar legislação ordinária anterior, que se mostrava originariamente inconstitucional.*

*Esta Suprema Corte, por sua vez, também em julgamento plenário (RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO), confirmou a **validade jurídico-constitucional do art. 8º da Lei nº 9.718/98,** no que concerne à majoração da alíquota de 2% para 3% (**COFINS**), assinalando que esse aumento - considerada a cláusula constitucional da anterioridade mitigada (CF, art. 195, § 6º) - tornou-se exigível a partir de 1º/02/99, afastada, no entanto, para efeito de incidência da referida alíquota (3%), a **base de cálculo** ampliada resultante do já mencionado § 1º (inconstitucional) do art. 3º da Lei nº **9.718/98**.*

*Cumpre acentuar, ainda, que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 336.134/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, reconheceu a plena **constitucionalidade da compensação, de até um terço (1/3), da COFINS com a CSLL**, apenas assegurada ao contribuinte sujeito à incidência de ambas as espécies tributárias ora mencionadas, rejeitando, desse modo, a alegação de que o § 1º do art. 8º da Lei nº **9.718/98** teria importado em ofensa ao postulado da isonomia tributária, porque excluídos de tal benefício os contribuintes unicamente tributados pela **COFINS**:*

*"TRIBUTÁRIO. **COFINS.** ART. 8.º E § 1.º DA LEI N.º **9.718/98.** ALÍQUOTA MAJORADA DE 2% PARA 3%. COMPENSAÇÃO DE ATÉ UM TERÇO COM A CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL, QUANDO O CONTRIBUINTE REGISTRAR LUCRO NO EXERCÍCIO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Por efeito da referida norma, o contribuinte sujeito a ambas as contribuições foi contemplado com uma bonificação representada pelo direito a ver abatido, no pagamento da segunda (**COFINS**), até um terço do 'quantum' devido, atenuando-se, por esse modo, a carga tributária resultante da dupla tributação. Diversidade entre tal situação e a do contribuinte tributado unicamente pela **COFINS,** a qual se revela suficiente para justificar o tratamento diferenciado, não havendo que falar, pois, de ofensa ao princípio da isonomia. Não-conhecimento do recurso." (RTJ 185/352, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - grifei)*

Cabe assinalar, finalmente, que a diretriz jurisprudencial que venho de referir, considerados os precedentes em questão, tem sido observada, no âmbito desta Suprema Corte, em reiteradas decisões proferidas na resolução de controvérsia idêntica à suscitada na presente causa (RE 301.868/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - RE 308.066/RS, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - RE 356.471/MG, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - RE 372.627/DF, Rel. Min. ELLEN GRACIE - RE 388.039/MG, Rel. Min. GILMAR MENDES - RE 413.257/RJ, Rel. Min. CEZAR PELUSO - RE 451.348/SP, Rel. Min. CARLOS BRITTO - RE 469.023/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

*Sendo assim, em face das razões expostas, conheço do presente recurso extraordinário, para dar-lhe parcial provimento (CPC, art. 557, § 1º - A), em ordem a afastar, considerada a **base de cálculo** do PIS/COFINS, a aplicação do § 1º do art. 3º da Lei nº **9.718/98,** observando-se, para esse efeito, o entendimento que o Plenário desta Suprema Corte proclamou no julgamento do RE 357.950/RS.*
(...)" (RE 453622/SP, publicado no DJ de 25.04.2006)

In casu, a insurgência especial dirige-se à aduzida ilegalidade da ampliação da base de cálculo promovida pela Lei n.º 9.718/98, ante o teor do artigo 110, do CTN, entre outros, impondo-se a submissão ao julgado da Corte Suprema, como técnica de uniformização jurisprudencial, instrumento oriundo do Sistema da *Common Law* e que tem como desígnio a consagração da Isonomia Fiscal no caso *sub examine*.

Desta sorte, o reconhecimento, pelo Pretório Excelso em sede de controle difuso, da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições destinadas ao PIS, promovida pelo § 1º, do artigo 3º, da Lei n.º 9.718/98, implica na concepção da receita bruta ou faturamento como o que decorra quer da venda de mercadorias, quer da venda de mercadorias e serviços, quer da venda de serviços, não se considerando receita bruta de natureza diversa.

De outro lado, a higidez da Lei 9.715/98, que determinou a apuração mensal do PIS com base no faturamento mensal, restou confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

Ex positis, com fulcro no artigo 557, § 1º-A, do CPC, DOU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2302)

RECURSO ESPECIAL Nº 951.017 - DF (2007/0108105-9)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: NILTON CÉLIO LOCATELLI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ANA SÍLVIA SARTI E OUTROS
ADVOGADA	: CAROLINA LOUZADA PETRARCA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. JUROS MORATÓRIOS. TAXA SELIC.

1. Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que entendeu pela não-incidência do imposto de renda sobre verbas indenizatórias recebidas pelo empregado em decorrência da rescisão imotivada do contrato de trabalho, com exceção das férias proporcionais e respectivo adicional de 1/3. Nas razões do especial, alega a recorrente, preliminarmente, contrariedade dos arts. 458, II e 535, I, ambos do CPC, por não ter o Tribunal de origem feito distinção entre o início e o final do prazo de aplicação da correção monetária, dos juros de mora e da taxa SELIC. No mérito, sustenta que a cumulação de juros de mora com a taxa SELIC violou o § 4º do art. 39 da Lei 9.250/95, que afasta a incidência de qualquer índice de juros ou de correção monetária em conjunto com a SELIC.
2. Recurso especial conhecido somente quanto às violações do art. 535, I, do CPC e do § 4º do art. 39 da Lei 9.250/95, pois não prequestionado o art. 458, II, do CPC.
3. Em relação aos arts. 458, II e 535, I, do CPC, não se configura a violação, pois a Corte de origem apreciou todos os fundamentos que se apresentam nucleares para a decisão da causa, não incorrendo em nenhum vício capaz de conduzir à anulação do julgado.
4. A taxa SELIC, estabelecida pelo art. 39, § 4º, da Lei n. 9.250/95 e adotada a partir de 1º/01/96, afasta a cumulação com juros moratórios, em razão destes estarem inclusos em sua fórmula de cálculo.
5. Acórdão proferido em harmonia com a jurisprudência desta Corte.
6. Precedentes: REsp 893.075/SP, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Segunda Turma, DJ de 16.03.2007; REsp 664.131/AL, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJ de 13.06.2005; REsp 392283/RS, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJ de 29.04.2002.
7. Recurso especial a que se nega seguimento.

DECISÃO

Vistos, etc.
Trata-se de recurso especial interposto pela União (Fazenda Nacional), com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado (fls. 206):
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. IMPOSTO DE RENDA. PRESCRIÇÃO. VERBAS INDENIZATÓRIAS. NÃO-INCIDÊNCIA.
I - O prazo para se pleitear a restituição do Imposto de Renda pago indevidamente sobre as verbas de caráter indenizatório é de 5 (cinco) anos contados da data da extinção do crédito tributário, a qual, nos casos de tributos sujeitos ao autolançamento por homologação (CTN, art. 156, VII), se dá com o decurso do prazo de cinco anos para a respectiva homologação (quando tácita), contados da ocorrência do fato gerador da obrigação (CTN, art. 150, § 4º).
II - A jurisprudência deste egrégio Tribunal cristalizou-se no sentido de que a indenização paga a título de férias e licenças-prêmio não gozadas é isenta de Imposto de Renda, razão por que não deve incidir sobre ela o tributo em questão, independentemente de a rescisão do contrato de trabalho ter-se dado em razão de aposentadoria, de adesão a Programa de Demissão Voluntária ou mesmo indenização havida no curso do pacto laboral. Precedentes desta Corte e do STJ.
III - Aplicabilidade das Súmulas 125 e 136 do STJ.
IV - Apelação dos autores parcialmente provida.
Opostos embargos declaratórios, foram esses rejeitados, à unanimidade, por acórdão que contou com a seguinte ementa (fl. 230):
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE ERRO MATERIAL. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO INFRINGENTE. IMPOSSIBILIDADE.
1. Não merecem ser acolhidos os embargos de declaração que pretendem seja atribuído efeito infringente ao julgado, fora das raras hipóteses em que isso é admissível.
2. A embargante, na verdade, não se conforma com a decisão judicial e pretende que o acórdão seja modificado mediante a revisão, nesta instância, da matéria já decidida, o que é incompatível com a natureza jurídica dos embargos de declaração.
3. Embargos de declaração rejeitados.
Nas razões do especial, alega a recorrente, preliminarmente, contrariedade dos arts. 458, II e 535, I, ambos do CPC, por não ter o Tribunal de origem feito distinção entre o início e o final do prazo de aplicação da correção monetária, dos juros de mora e da taxa SELIC.
No mérito, sustenta que a cumulação de juros de mora com a taxa SELIC violou o § 4º do art. 39 da Lei 9.250/95, que afasta a incidência de qualquer índice de juros ou de correção monetária em conjunto com a SELIC.
Foram apresentadas contra-razões (fls. 245/251). O apelo especial foi admitido na origem (fl. 254).
Relatados, decido.
Conheço do recurso especial somente quanto às violações do art. 535, I, do CPC e do § 4º do art. 39 da Lei 9.250/95, pois não devidamente prequestionado o art. 458, II, do CPC.

Os aclaratórios são admissíveis apenas nas hipóteses do art. 535, I e II, c/c a parte final do art. 536 do CPC, que tratam dos pressupostos de admissibilidade do recurso. Os embargos somente são cabíveis, apenas, quando "*houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, dúvida ou contradição*". O aresto combatido enfrentou as questões suscitadas ao longo da instrução, tudo em perfeita consonância com os ditames da legislação civil adjetiva. Os fundamentos nos quais se suporta são claros e nítidos, não dando lugar a omissões, obscuridades, dúvidas ou contradições.
Quanto ao mérito, verifica-se que o Tribunal de origem determinou a incidência da taxa SELIC de acordo com entendimento desta Corte de que a referida Taxa incide em períodos diversos dos demais índices de correção monetária, como IPC/INPC e UFIR, ao determinar que os juros de mora hão que ser aplicados no percentual de 1% (um por cento) ao mês até 31.12.1995, começando a incidir a SELIC no dia seguinte.
A taxa SELIC foi introduzida pelo art. 39, § 4º, da Lei nº 9.250, de 26.12.95, que colaciono abaixo:
Art. 39 [...]
§ 4º - A partir de 1º de janeiro de 1996, a compensação ou restituição será acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da compensação ou restituição e de 1% relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada.
Como pode ser extraído do texto legal supra, a taxa SELIC não é cumulável com juros moratórios, em razão destes estarem inclusos em sua fórmula de cálculo.
Precedentes:
TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. VERBAS INDENIZATÓRIAS. FÉRIAS PROPORCIONAIS. INDENIZAÇÃO ESPECIAL (GRATIFICAÇÃO). RESCISÃO DE CONTRATO SEM JUSTA CAUSA. INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA. TAXA SELIC. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.
1. "No que atine especificamente à incidência do desconto do IR sobre verbas auferidas, por ocasião da rescisão de contrato de trabalho, a título de 'indenização especial' (gratificações, gratificações por liberalidade e por tempo de serviço), in casu, nominada de 'indenização liberal', rendo-me à posição da egrégia 1ª Turma, que decidiu pela incidência do tributo (REsps nºs 637623/PR, DJ de 06/06/2005; 652373/RJ, DJ de 01/07/2005; 775701/SP, DJ de 07/11/2005)" (EDcl no Ag n. 687.462/SP, rel. Ministro José Delgado, DJ de 4.9.2006).
2. Os valores recebidos a título de férias vencidas - simples ou proporcionais - acrescidas do terço constitucional e de licenças prêmios não gozadas por necessidade de serviço ou mesmo por opção do empregado representam indenização, de modo que não sofrem incidência de imposto de renda.
3. Com a edição da Lei n. 9.250/95, foi estatuído, em seu art. 39, § 4º, que, a partir de 1º/1/96, a compensação ou restituição de tributos federais será acrescida de juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir da data do pagamento indevido. Desde aquela data, não mais tem aplicação o mandamento inscrito no art. 167, parágrafo único, do CTN, o qual, diante da incompatibilidade com o disposto no art. 39, § 4º, da Lei n. 9.250/95, restou derrogado.
4. Os honorários advocatícios podem ser arbitrados consoante apreciação eqüitativa do juiz.
5. Recurso especial da Fazenda Nacional provido. Recurso especial de Walter Aprigliano Filho parcialmente provido. (REsp 893.075/SP, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Segunda Turma, DJ de 16.03.2007)
TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. VERBAS INDENIZATÓRIAS. NÃO-INCIDÊNCIA. RETENÇÃO NA FONTE. RESTITUIÇÃO. PRESCRIÇÃO. TAXA SELIC.
1. A retenção do tributo pela fonte pagadora não extingue o crédito tributário, o que somente se verifica com a homologação expressa ou tácita do ajuste operado pela autoridade fiscal e a notificação ao contribuinte, seja para o pagamento da diferença do imposto apurado a maior, seja para a devolução em seu favor.
2. Extinto o crédito nos termos acima, o prazo prescricional da pretensão de restituição de Imposto de Renda Retido na Fonte é de cinco anos da notificação do ajuste (sistemática dos cinco mais cinco).
3. Inaplicabilidade da regra do artigo 4º da LC 118/2005, que ainda se acha no período de vacatio legis.
4. Os valores recebidos a título de licença-prêmio não gozada são de caráter indenizatório, não constituindo acréscimo patrimonial a ensejar a incidência do Imposto de Renda.
5. Esta Corte tem entendimento pacífico pela não-incidência do Imposto de Renda sobre o abono pecuniário de férias e os abonos-assiduidade (APIP's) convertidos em pecúnia. Precedentes.
6. Na repetição de indébito ou na compensação, com o advento da Lei nº 9.250/95, a partir de 1º.01.96, há incidência da taxa Selic a partir do recolhimento indevido.
7. A Selic é composta de taxa de juros e correção monetária, não podendo ser cumulada, a partir de sua incidência, com qualquer outro índice de atualização.
8. Recurso especial improvido. (REsp 664.131/AL, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJ de 13.06.2005)
Vejo como oportuno colacionar a ementa do REsp 392.282/RS, da relatoria do Ministro Luiz Fux, a qual retrata, de forma precisa e clara, a aplicação da taxa SELIC:
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ADMINISTRADORES, AUTÔNOMOS E AVULSOS. COMPENSAÇÃO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. JUROS DE MORA. APLICAÇÃO DA TAXA SELIC. TERMO INICIAL. LEI Nº 9.250/95.
- Estabelece o parágrafo 4º do artigo 39 da Lei nº 9.250/95 que:'A partir de 1º de janeiro de 1996, a compensação ou restituição será acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da compensação ou restituição e de 1% relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada'.
- A taxa SELIC representa a taxa de juros reais e a taxa de inflação no período considerado e não pode ser aplicada, cumulativamente, com outros índices de reajustamento.
- Na repetição do indébito, os juros SELIC são contados a partir da data da entrada em vigor da lei que determinou a sua incidência do campo tributário (art. 39, parágrafo 4º, da lei 9.250/95).Precedentes jurisprudenciais.
- *Recurso improvido."* (destaquei) (REsp 392283/RS, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJ de 29.04.2002)
Diante do exposto, com fulcro no art. 557, *caput*, do CPC, NEGO SEGUIMENTO ao presente recurso especial, em razão da decisão combatida ter sido prolatada em harmonia com o entendimento desta Corte sobre a aplicação da taxa SELIC.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 22 de agosto de 2007.

Ministro JOSÉ DELGADO
Relator

(2303)

RECURSO ESPECIAL Nº 953.122 - SC (2007/0114935-4)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: SINTRAJUSC SINDICATO DOS TRABALHADORES NO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL EM SANTA CATARINA
ADVOGADO	: LUCIANO CARVALHO DA CUNHA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: UNIÃO

DECISÃO

ADMINISTRATIVO. PIS/PASEP. CORREÇÃO MONETÁRIA DOS SALDOS DAS CONTAS INDIVIDUALIZADAS. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. IPC. PRAZO PRESCRICIONAL QÜINQÜENAL.
1. As contribuições para o fundo do PIS/PASEP têm natureza diversa do FGTS, pelo que o prazo prescricional para pleitear-se correção monetária sobre os depósitos é qüinqüenal, a teor do que dispõe o do art. 1º do Decreto 20.919/32, *verbis*:
"as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originaram.
2. Ressalva do ponto de vista deste Relator, na medida em que a correção monetária do saldo do PIS/PASEP deve obedecer o mesmo tratamento conferido ao FGTS, porquanto a primeira contribuição é servil ao favorecido com o fito de levantá-lo em situações excepcionais, bem como instituído com a mesma *ratio essendi* e tem como sujeito passivo o empregador.
3. Não obstante, em respeito à função uniformizadora desta E. Corte, acompanho o posicionamento da 1ª Turma, ressalvando o meu entendimento no sentido de que as contribuições para o fundo do PIS/PASEP devem receber o mesmo tratamento conferido ao FGTS, por força de que *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*. Precedente do STJ: **RESP 750.025/SP**, desta relatoria, DJ de 28.04.2006.
4. Recurso especial a que se nega seguimento (art. 557, caput, do CPC).

Trata-se de recurso especial interposto por SINTRAJUSC - SINDICATO DOS TRABALHADORES NO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL EM SANTA CATARINA com fulcro no art. 105, III, alínea "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado

"PRESCRIÇÃO ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. PIS/PASEP.
O prazo da prescrição nas ações em que se postula a atualização dos saldos do PIS/PASEP é de cinco anos, considerando a natureza tributária de tal contribuição."

Os recorrentes, em sede de recurso especial, sustentam, em síntese, que o acórdão hostilizado divergiu de julgado emanado da Eg. 1ª Turma do STJ, RESP 622.319/PA de minha lavra, no sentido de que o prazo prescricional, *in casu*, é de trinta anos.
O recurso especial foi admitido no Tribunal *a quo*.
Relatados, decido.
Preliminarmente conheço do recurso pela alínea "c", do permissivo constitucional, uma vez que demonstrada a divergência nos moldes exigidos pelo RISTJ.
No mérito, razão não assiste aos recorrentes.
Com efeito, a Primeira Turma desta Corte, ao julgar o RESP 424867-SC, inicialmente de minha relatoria, sedimentou-se o entendimento de que as contribuições para o PIS/PASEP têm natureza diversa do FGTS, não sendo assemelhados no que respeita ao prazo prescricional, consoante o entendimento esposado pelo Ministro JOSÉ DELGADO, relator para lavratura do acórdão. Veja-se como restou ementado o referido julgado, *verbis*:

"TRIBUTÁRIO. PIS/PASEP. AÇÃO INTENTADA PARA MODIFICAR CRITÉRIO DE CORREÇÃO MONETÁRIA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. NATUREZA JURÍDICA DE TRIBUTO.
1 - A natureza jurídica das contribuições para o PIS/PASEP é tributária, não se assemelhando, portanto, ao FGTS relativamente à contagem do prazo prescricional.
2 - Reconhecimento da prescrição qüinqüenal alegada.
3 - Recurso especial provido."

Destarte, aplica-se o prazo prescricional qüinqüenal para pleitear-se correção monetária sobre os depósitos efetuados a título de PIS/PASEP, no ditame do art. 1º do Decreto 20.919/32, que estabelece:
"as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originaram."

Nada obstante, ressalvo o meu ponto de vista, na medida em que a correção monetária do saldo do PIS/PASEP deve obedecer o mesmo tratamento conferido ao FGTS, porquanto a primeira contribuição é servil ao favorecido com o fito de levantá-lo em situações excepcionais, bem como instituído com a mesma *ratio essendi* e tem como sujeito passivo o empregador.
Aliás, a simetria do tratamento das referidas contribuições vem esposadas na Súmula 161 do E. STJ, que para efeito de competência, equiparou-as.
Assim, aplicando-se o princípio *ubi eadem ratio ibi eadem dispositio*, deve ser estendido ao PIS/PASEP tudo quanto preconizado ao FGTS, à luz do art. 239 da Constituição Federal, à luz dos objetivos das contribuições em foco, que tem como escopo gerar receita para o programa de formação do patrimônio do servidor público e do trabalhador da iniciativa privada; daí as siglas PIS e PASEP. Neste sentido, sempre presentes as lições de Carlos Maximiliano, *in* "Hermenêutica e Aplicação do Direito" (Forense, 1998, p. 208-210):
"(...)239- Coincidem a ordem jurídica e a vida do homem em comunidade; por isso, toda legislação, graças à unidade do objetivo, que é disciplinar a utilidade social, e à unidade da idéia fundamental, que é assegurar a justiça, constitui um organismo com forças latentes de adaptação e expansão, encerra o germe de uma série de normas não expressas, porém vivazes e implícitas no sistema. O mesmo princípio contido numa regra legal é logicamente estendido a outras hipóteses não previstas. Deste modo o Direito positivo regula, ora direta, ora indiretamente, todas as relações sociais presentes e futuras, visadas, ou não, pelos elaboradores dos Códigos. O elemento supletório de maior valor é a analogia, que desenvolve o espírito das disposições existentes e o aplica a relações semelhantes na essência.
Tal processo prevalece no Direito pátrio desde época remota. Sempre se entendeu incumbir aos magistrados preencher as lacunas do Direito; porque a universalidade deste é tão essencial como a usa unidade; nele deve notar-se um,a conseqüência íntima, harmonia orgânica; e tal pressuposto se funda na analogia.
Existe um dispositivo legal; surge uma dúvida não resolvida diretamente pelo texto explícito; decide o juiz orientado pela presunção de que o desenvolvimento de um preceito leve a verdadeiros corolários jurídicos, a conseqüências que tenham moral afinidade com a norma positiva; aplica ao caso novo a regra fixada para outro, semelhante àquele.
Os fatos de igual natureza devem ser regulados de modo idêntico. Ubi eadem legis ratio, ibi eadem legis dispositio; 'onde se depara razão igual à da lei, ali prevalece a disposição correspondente, da norma referida'; era o conceito básico da analogia em Roma. O uso da mesma justifica-se ainda hoje, porque atribui à hipótese nova os mesmos motivos e o mesmo fim do caso contemplado pela norma existente.
Descoberta a razão íntima, fundamental, decisiva de um dispositivo, o processo analógico transporta-lhe o efeito e a sanção a hipóteses não previstas, se nas mesmas se encontram elementos idênticos aos que condicionam a regra positiva. Há, portanto, semelhança de casos concretos e identidade de substância jurídica.
240- Funda-se a analogia, não como se pensou outrora, na vontade presumida do legislador, e, sim, no princípio de verdadeira justiça, de igualdade jurídica, o qual exige que as espécies semelhantes sejam reguladas por normas semelhantes; neste sentido aquele processo tradicional constitui genuíno elemento sociológico de Aplicação do Direito.(...)"

Não obstante, em respeito à função uniformizadora desta E. Corte, acompanho o posicionamento da 1ª Turma, ressalvando o meu entendimento no sentido de que as contribuições para o fundo do PIS/PASEP devem receber o mesmo tratamento conferido ao FGTS. Nesse sentido, julgado desta relatoria no RESP 750.025/SP, publicado no DJ de **28.04.2006**, *verbis*:

"RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL. PIS/PASEP. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. IPC. PRAZO PRESCRICIONAL QÜINQÜENAL.
***1.** As contribuições para o fundo do PIS/PASEP têm natureza diversa do FGTS, pelo que o prazo prescricional para pleitear-se correção monetária sobre os depósitos é qüinqüenal, a teor do que dispõe o do art. 1º do Decreto 20.919/32, adiante transcrito:*
as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originaram.
***2.** Ressalva do ponto de vista deste Relator, na medida em que a correção monetária do saldo do PIS/PASEP deve obedecer o mesmo tratamento conferido ao FGTS, porquanto a primeira contribuição é servil ao favorecido com o fito de levantá-lo em situações excepcionais, bem como instituído com a mesma ratio essendi e tem como sujeito passivo o empregador.*
***3.** Não obstante, em respeito à função uniformizadora desta E. Corte, acompanho o posicionamento da 1ª Turma, ressalvando o meu entendimento no sentido de que as contribuições para o fundo do PIS/PASEP devem receber o mesmo tratamento conferido ao FGTS, por força de que ubi eadem ratio ibi eadem dispositio.*
***4.** Agravo regimental desprovido."*

Ex positis, **NEGO SEGUIMENTO** ao recurso especial, com fulcro nos art. 557, *caput*, do CPC.
Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília, DF, 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2304)

RECURSO ESPECIAL Nº 956.826 - MS (2007/0124501-8)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MARIANA BUENO KUSSAMA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ALCIDES DANTAS
ADVOGADO	: PALMIRA BRITO FELICE

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O DÉCIMO-TERCEIRO SALÁRIO. DECRETO Nº 612/92. LEI FEDERAL Nº 8.212/91. CÁLCULO EM SEPARADO. LEGALIDADE APÓS EDIÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 8.612/83. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS DO STJ.
1. A Lei nº 8.620/93, em seu art. 7º, § 2º autorizou expressamente a incidência da contribuição previdenciária sobre o valor bruto do 13º salário, cuja base de cálculo será calculada em separado do salário-de-remuneração do respectivo mês de dezembro. Precedentes: *(Resp. 853409/PE, DJ. 29.08.2006; Resp. 788479/SC, DJ. 06.02.2006; Resp. 813215/SC, DJ. 17.08.2006; Resp. 757794/SC, DJ. 31.08.2006)*
2. Sob a égide da Lei 8.212/91, o E. STJ firmou o entendimento de ser ilegal o cálculo, em separado, da contribuição previdenciária sobre a gratificação natalina em relação ao salário do mês de dezembro, tese que restou superada com a edição da Lei n.º 8.620/93, que estabeleceu expressamente essa forma de cálculo em separado.
3. *In casu*, a discussão cinge-se acerca da pretensão da repetição do indébito dos valores pagos separadamente a partir de novembro de 94, quando vigente norma legal a respaldar a tributação em separado da gratificação natalina.
4. Recurso Especial do INSS provido.

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, com fulcro no art. 105, III, alíneas "a" e "c" , da Carta Magna de 1988, contra acórdão do TRF da 3ª Região por ter entendido ser ilegítima a contribuição previdenciária incidente sobre a gratificação natalina, calculada em separado da parcela previdenciária atinente ao salário de dezembro, conforme determina o § 2º do art. 7º da Lei nº 8.620/93.
A Quinta Turma do Eg. Tribunal Regional Federal da 3.ª Região proferiu aresto que restou assim ementado (fl. 133/134):

PREVIDENCIÁRIO - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A GRATIFICAÇÃO NATALINA PAGA AOS EMPREGADOS - INCIDÊNCIA DO TRIBUTO NA FORMA ESTABELECIDA PELO ART. 28, § 7º, DA LEI 8212/91, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI 8870/94, QUE REVOGOU O DISPOSTO NO ART. 7º, § 2º, DA LEI 8620/93 - REPETIÇÃO DO INDÉBITO - PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL - RECURSO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDO.
1. Estabelece o art. 28, § 7º, da Lei 8212/91, em sua redação original, que a gratificação natalina integra o salário-de-contribuição, na forma estabelecida em regulamento. Todavia, não poderia a lei deixar para o decreto regulamentar o estabelecimento da forma de cálculo, pois, desse modo, estaria transferindo ao ato administrativo tarefa que compete à lei.
2. O que se deduz do conceito de salário-de-contribuição dado pelo inc. I do art. 28 da Lei 8212/91 é que o cálculo da contribuição sobre a gratificação natalina deverá ser feito mediante o somatório dos valores percebidos no mês de dezembro de cada ano.
3. Com o advento da Lei 8620/93, ficou expresso, no § 2º do art. 7º, que a contribuição sobre o 13º salário deverá incidir sobre o valor bruto dessa gratificação, mediante aplicação, em separado, das alíquotas previstas nos arts. 20 e 22 da Lei 8212/91. Todavia, a Lei 8620/93 foi revogada pela Lei 8870/94, que alterou o disposto no § 7º do art. 28 da Lei 8212/91, estabelecendo novamente que o décimo-terceiro salário integra o salário de contribuição.
4. De tal reconhecimento decorre o direito do autora à repetição dos valores pagos a maior, os quais deverão ser apurados em fase de liquidação.
5. No caso dos autos, não obstante os valores em questão tenham sido recolhidos na vigência da Lei 8870/94, o pedido do autor não pode ser acolhido em sua totalidade, ante a ocorrência de prescrição de parte do crédito, alegada pelo INSS (vide fls. 42/49 e 106/114).
6. O prazo para pleitear a devolução ou a compensação do indébito prescreve em 05 (cinco) anos, contados da data do recolhimento até a data da postulação judicial, de modo que é de se reconhecer que os créditos constituídos anteriormente a 29/11/99 foram alcançados pela prescrição qüinqüenal, uma vez que, no presente caso, a ação foi ajuizada em 29/11/2004.
7. A correção monetária é devida desde o pagamento indevido, sem o cômputo dos índices inflacionários expurgados, adotando-se a taxa SELIC, cujo resultado considera, na sua fixação, os juros de mora e a correção monetária do período em que ela foi apurada.
8. Se cada litigante for em parte vencedor e vencido, as custas e honorários advocatícios serão recíproca e proporcionalmente distribuídos entre as partes, a teor do art. 21 do CPC. Assim, deve cada parte arcar com os honorários do respectivo patrono e com as custas, em rateio, isentando o autor de seu pagamento, tendo em vista a gratuidade da Justiça, que ora lhe concedo.
9. Recurso do autor parcialmente provido.

Irresignado, o recorrente interpôs o recurso especial que ora se apresenta, apontando dissídio jurisprudencial, bem como violação ao art.7º, § 2º, da Lei nº 8.620/93, devendo a gratificação natalina calculada em separado, para fins de contribuição previdenciária
Admitido o recurso especial (fls. 194), subiram os autos a esta Casa de Justiça.
É o relatório.

Conheço do recurso especial pela alínea "a", do permissivo constitucional, uma vez que os dispositivos, tidos por violados, foram devidamente prequestionados.

Cinge-se a controvérsia acerca da possibilidade de incidência da contribuição previdenciária sobre o 13º salário em separado do salário no mês de dezembro.

Com efeito, a Lei 8.212/91, em seu art. 28, § 7º, previu a incidência da contribuição previdenciária do empregado sobre o salário-de-contribuição mensal, assim considerada a remuneração recebida, a qualquer título, durante o mês, inclusive o décimo terceiro salário, observado o limite máximo. Nesses termos, o décimo terceiro salário era então considerado integrante da remuneração percebida pelo empregado no mês de dezembro.

Todavia, o Decreto n. 612/92 alterou substancialmente a forma de incidência do tributo, ao dispor, em seu art. 37, § 7º, que em relação ao mês de dezembro, a referida contribuição deveria ser calculada considerando a remuneração recebida no mês em separado dos valores percebidos a título de 13º salário, aplicando-se as alíquotas previstas na tabela inserta em seu art. 22.

Dispõem os mencionados dispositivos:

Lei 8.212/91, art. 28, § 7º
Art. 28. Entende-se por salário-de-contribuição:
§ 7º. O décimo terceiro salário (gratificação natalina) integra o salário-de-contribuição, exceto para o cálculo de benefício, na forma estabelecida em regulamento.

.....

Decreto nº 612/92, art. 37, § 7º
A gratificação natalina - décimo-terceiro integra o salário-de-contribuição, sendo devida a contribuição quando do pagamento ou crédito da última parcela, ou na rescisão do contrato de trabalho.
§ 7º - A contribuição de que trata o § 6º incidirá sobre o valor bruto de gratificação, sem compensação dos adiantamentos pagos, mediante aplicação, em separado, da Tabela de que trata o art. 22 e observadas as normas estabelecidas pelo INSS.

A jurisprudência da 1ª Seção assentou o entendimento de não ser concebível que o Decreto nº 612/92, regulamentando a lei 8.212/91, altere a forma de incidência do tributo, para determinar que o mesmo deva ser calculado mediante aplicação, em separado, da tabela de que trata o artigo 22 do decreto regulamentar.

Isto porque a Lei 8.212/91 não autorizou o cálculo da Contribuição em questão, mediante aplicação em separado da tabela de que trata o artigo 22 do Decreto 612/92, porquanto nesta hipótese estar-se-ia criando um específico salário-de-contribuição, extravasando-se a competência regulamentar, alterando substancialmente a base de cálculo do tributo.

Assim, a teor do disposto no § 7º do artigo 28 da Lei nº 8.212/91, é descabida e ilegal a contribuição previdenciária incidente sobre a gratificação natalina calculada mediante aplicação, em separado, da tabela relativa às alíquotas e salários-de- contribuição, conforme previsto no § 7º do artigo 37 do Decreto nº 612/92.

Nesse sentido decidiu o Egrégio STJ:

ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O 13º SALÁRIO. DECRETOS NºS 612/92 E 2173/97. LEI FEDERAL Nº 8.212/91. CÁLCULO EM SEPARADO. ILEGALIDADE. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS DO STJ.
1. A contribuição previdenciária, incide sobre o total das remunerações pagas aos empregados, inclusive a do 13º salário. Precedentes jurisprudenciais do STJ.
2. A teor do disposto no parágrafo 7º do artigo 28 da Lei 8212/91, é descabida e ilegal a contribuição previdenciária incidente sobre a gratificação natalina calculada mediante aplicação, em separado, da
tabela relativa às alíquotas e salários-de-contribuição, conforme previsto no parágrafo 7º do artigo 70 do Decreto nº 612/92.
3. Recurso Especial provido (Resp nº 573.644, desta relatoria, julgado em 03.05.2004).

PREVIDENCIÁRIO - CONTRIBUIÇÃO - DÉCIMO-TERCEIRO SALÁRIO - FORMA DE INCIDÊNCIA - LEI 8.212/91 - DECRETO 612/92 - REGIME DA LEI 8.620/93 - LEGALIDADE DA TRIBUTAÇÃO EM SEPARADO.
1. O salário contribuição incide sobre o 13º salário, no valor integral recebido pelo contribuinte.
2. Para o cálculo da incidência, soma-se o salário do mês e o do 13º salário (art. 28, § 7º, da Lei 8.212/91).
3. Repudia-se o cálculo em separado de cada parcela, preconizado no Decreto 612/92, o que deixou de existir quando a previsão legal passou a constar do art. 7º, § 2º da Lei 8.620/93. Precedente da 2ª Turma (REsp 415.604/PR).
4. Recursos especiais improvidos. (Resp nº 661935/PR, *Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 28.02.2005)*

" PREVIDENCIÁRIO - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O 13º SALÁRIO -LEI Nº 8212/91 - APLICABILIDADE - DECRETO Nº 612/92 (ARTIGO 37, PARÁGRAFO 7º) - CÁLCULO EM SEPARADO - ILEGALIDADE.
A teor do disposto no parágrafo 7º do artigo 28 da Lei nº 8212 de 1991, é descabida e ilegal a contribuição previdenciária incidente sobre a gratificação natalina calculada mediante aplicação, em separado, da tabela relativa às alíquotas e salários-de-contribuição, conforme previsto no parágrafo 7º do artigo 37 do Decreto nº 612/92." (REsp 382037/PR, DJU 15/04/2002, Ministro Relator Garcia Vieira)

Mutatis mutandis, com a edição da Lei n.º 8.620/93, a tributação em separado da gratificação natalina passou a ter determinação legal expressa, consoante se vê da redação do art. 7º, § 2º:

"Art. 7º O recolhimento da contribuição correspondente ao décimo-terceiro salário deve ser efetuado até o dia 20 de dezembro ou no dia imediatamente anterior em que haja expediente bancário.
§ 1º (...)
§ 2º A contribuição de que trata este artigo incide sobre o valor bruto do décimo-terceiro salário, mediante aplicação, em separado, das alíquotas estabelecidas nos arts. 20 e 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991."

Assim, a partir da competência de 1993, a contribuição sobre o 13º salário passou a ser calculada em separado dos valores da remuneração do mês de dezembro, por expressa determinação legal, sem que isso importe violação ao princípio da legalidade.

À guisa de exemplo, os recentes julgados dessa e. Corte Superior:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. GRATIFICAÇÃO NATALINA. EXTENSÃO DE DECRETO REGULAMENTADOR. LEI. N.º 8.212/91. DECRETO N.º 612/92. LEI N.º 8.620/93.
1. No período anterior à Lei n.º 8.620/93, o Decreto n.º 612/92 (art. 37, § 7º), ao regulamentar o art. 28, § 7º, da Lei n.º 8.212/91, extrapolou sua competência ao determinar que a contribuição incidente sobre a gratificação natalina deva ser calculada mediante aplicação, em separado, da tabela de alíquotas prevista para os salários-de-contribuição. Precedentes.
2. Entretanto, a tributação em separado da gratificação natalina passou a ser exigível, nos termos do art. 7º, § 2º da Lei n.º 8.620/93.
3. Recurso especial provido. (Resp. 853409/PE. Rel. Min. Castro Meira, DJ. 29.08.2006).

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA). LEI Nº 8.620/93. CÁLCULO EM SEPARADO. LEGALIDADE. PRECEDENTES.
***1.** Recurso especial interposto contra acórdão com posição no sentido de que, com a edição da Lei nº 8.620/93, é possível o cálculo em separado da contribuição previdenciária incidente sobre o 13º salário.*
***2**. O pleito autoral é pela busca do provimento jurisdicional para que seja reconhecida a ilegalidade da incidência da contribuição previdenciária incidente sobre a gratificação natalina (13º Salário), com cobrança em separado da parcela previdenciária atinente ao salário de dezembro, a partir do ano de 1994.*
***3**. A jurisprudência desta Corte é uníssona no sentido de que: "O Decreto nº 612/92, art. 35, § 7o, ao regulamentar o art. 28, § 7o, da Lei nº 8.212/91 extrapolou em sua competência regulamentadora ao determinar que a contribuição incidente sobre a gratificação natalina deve ser calculada mediante aplicação, em separado, da tabela relativa às alíquotas e salários-de-contribuição veiculada pelo art. 22 da mesma lei. Precedentes." (REsp nº 329123/PR, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 28/10/2003).*
***4**. A partir da edição da Lei nº 8.620/93, período em que está compreendido o pedido vestibular, foi conferida previsão legal admitindo a tributação em separado da contribuição previdenciária sobre o décimo terceiro salário.*
***5**. Precedentes: REsp nº 415604/PR, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 16/11/2004, REsp 661935/PR, Relª. Minª. Eliana Calmon, DJ de 28/02/2005, REsp 780141/SC, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 18/10/2005.*
***6.** Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, não-provido. (Resp. 788479/SC, Rel. Min. José Delgado, DJ. 06.02.2006).*

TRIBUTÁRIO. PROCESSO CIVIL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. DÉCIMO-TERCEIRO SALÁRIO. CÁLCULO EM SEPARADO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.
1. A ausência de debate, na instância recorrida, sobre a matéria versada no recurso especial atrai, por analogia, a incidência da Súmula 282/STF.
2. Segundo entendimento do STJ, era indevida, no período de vigência da Lei 8.212/91, o cálculo em separado da contribuição previdenciária sobre a gratificação natalina em relação ao salário do mês de dezembro. Todavia, a situação foi alterada com a edição da Lei n.º 8.620/93, que estabeleceu expressamente essa forma de cálculo em separado. Precedentes: EDcl no REsp 726213,1ª Turma, Min. José Delgado, DJ de 19.09.2005; REsp 572251, 2ª Turma, Min. Franciulli Netto, DJ de 13.06.2005. REsp 329123, 2ª Turma, Min. Castro Meira, DJ de 28.10.2003.
3. Assim, a contar da competência de 1993, é legítima a modalidade de cálculo da contribuição sobre o 13º salário em separado dos valores da remuneração do mês de dezembro. No particular, a Lei 8.630/93 não foi ab-rogada pelo art. 1º da Lei 8.870/94, segundo o qual o 13º salário integra o salário-de-contribuição, com exceção do cálculo de benefício. São normas que tratam de matéria diversa e que, por isso mesmo, têm sua vigência resguardada pela reserva da especialidade
4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido. (Resp. 813215/SC, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ. 17.08.2006).

TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O 13º SALÁRIO - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - SÚMULA 211 DO STJ - ARTIGO 28, § 7º, DA LEI N. 8.212/91 - FORMA DE CÁLCULO DETERMINADA PELO DECRETO N. 612/92 - ILEGALIDADE - REGIME DA LEI N. 8.620/93. LEGALIDADE DA TRIBUTAÇÃO EM SEPARADO.

Cumpre realçar que o art. 1º da Lei n. 9.528/97, tido por violado, não foi ventilado pelo v. acórdão recorrido, uma vez que a Corte a quo não emitiu juízo de valor acerca dele, pelo que não restou cumprido o requisito do prequestionamento, entendido como o necessário e indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal, o que determina a incidência da Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça.

Se a Lei n. 8.212/91 contém previsão diversa para cálculo da contribuição social incidente sobre o 13º salário, não poderia o Decreto n. 612/92, sob pena de ultrapassar as divisas do poder regulamentar, determinar a incidência em separado da contribuição previdenciária sobre a gratificação natalina, mediante a aplicação das alíquotas previstas na tabela a que se refere o artigo 22 do mencionado decreto.

No entanto, com o advento da Lei n. 8.620, de 5 de janeiro de 1993, a contribuição previdenciária incidente sobre a gratificação natalina obteve respaldo legal. É o que se extrai do § 2º do artigo 7º desse diploma legal.

Recurso especial parcialmente conhecido, mas improvido. (Resp. 757794/SC, Rel. Min. Humberto Martins, DJ. 31.08.2006).

In casu, os recorridos pretendem a repetição do indébito dos valores pagos separadamente a partir de novembro de 94, quando já existia norma legal a respaldar a tributação em separado da gratificação natalina, especificamente, o art. 7º, § 2º, da Lei n.º 8.620/93.

Ex positis, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, DF, 21 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2305)

RECURSO ESPECIAL Nº 958.843 - RJ (2007/0128191-2)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS IPANEMA LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: MURILO VOUZELLA DE ANDRADE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: TATIANA PACHCIAREK FRAJDENBERG WAJNBERG E OUTRO(S)

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. COFINS. SOCIEDADES CIVIS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS. ISENÇÃO. LC N.º 70/91. REVOGAÇÃO. ART. 56 DA LEI N.º 9.430/96. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE DECIDIU A CONTROVÉRSIA À LUZ DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO COLENDO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. O acórdão recorrido, ao versar sobre o artigo 56, da Lei 9.430/96, que revogou a isenção da COFINS prevista na Lei Complementar 70/91, fundou-se em interpretação de matéria eminentemente constitucional, não cabendo a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional (Precedentes: **AgRg na MC n.º 9.757/SP**, Segunda Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJU de 22/03/2006; **REsp n.º 597.518/RS**, Segunda Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJU de 01/07/2005; **AgRg no AG n.º 570.913/PR**, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJU de 21/03/2005; e **AgRg no AG n.º 569.025/RS**, Primeira Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJU de 31/05/2004)

2. Ressalva do entendimento do Relator, em observância ao novel posicionamento do STF, intérprete maior do texto constitucional, que no julgamento da ADC n.º 01/DF, assentou que a LC n.º 70/91 possui *status* de lei ordinária, posto não se enquadrar na previsão do art. 154, inciso I, da Constituição Federal.

3. O princípio da *lex posterius derrogat priori*, consagrado no art. 2.º, § 1.º, da LICC, comprova que não padece de ilegalidade a revogação da isenção prevista no art. 6.º, II, da LC n.º 70, promovida pelo art. 56 da Lei 9.430/96, porquanto este ato normativo possui o mesmo grau hierárquico da LC n.º 70/91.

4. Os Tribunais infraconstitucionais devem curvar-se ao Eg. STF, por força do art. 102, § 2.º, da Carta Magna, o qual impõe efeito vinculante às decisões definitivas de mérito proferidas em sede de Ação Declaratória de Constitucionalidade, por isso da ressalva do entendimento para adequar o voto à jurisprudência da Seção de Direito Público.

5. Recurso especial a que se nega seguimento.

Trata-se de recurso especial interposto pelo LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS IPANEMA LTDA E OUTRO contra acórdão proferido em sede de apelação pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região que decidiu pela constitucionalidade da revogação da COFINS, prevista no art. 6º, II, da LC n.º 70/91, pelo art. 56, da Lei n.º 9.430/96.

Alegam os recorrentes que o acórdão contrariou o disposto no art. 6º, II, da LC n.º 70/91, haja vista a impossibilidade de lei ordinária revogar isenção concedida por meio de lei complementar, matéria que, aliás, restou sumulada, pelo verbete n.º 276/STJ.

Contra-razões ofertadas pugnando pela inadmissão do recurso.

Realizado o juízo de admissibilidade positivo do apelo extremo, na instância de origem, ascenderam os autos ao E. STJ.

Relatados. Decido.

O presente recurso não merece seguimento.

Isto porque, conforme se depreende dos autos, o v. acórdão ora impugnado tratou da matéria de fundo embasando-se em fundamentos de natureza eminentemente constitucional, ao deixar consignada a constitucionalidade da revogação, promovida pelo art. 56 da Lei n.º 9.430/96, da isenção concedida às sociedades civis de prestação de serviços profissionais pelo art. 6.º, inciso II, da Lei Complementar n.º 70/91.

Vale ressaltar, assim, que este Superior Tribunal de Justiça, em reiterados julgados, vem decidindo no sentido de que quando o acórdão recorrido decide com base em interpretação eminentemente constitucional, a via especial não pode ser aberta, posto que estar-se-ia usurpando competência declinada pela Carta Maior ao Colendo Supremo Tribunal Federal, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional. Neste sentido, vale conferir recentes precedentes, abaixo colacionados, *in verbis*:

"PROCESSO CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - MEDIDA CAUTELAR PARA DAR EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO ESPECIAL.

1. A tese jurídica em torno da infringência ao princípio da hierarquia das leis, quando há confronto entre a lei complementar e a lei ordinária, no âmbito do STJ, pacificou-se a partir do entendimento do STF, de que se tratava de tese jurídica de natureza constitucional, mesmo quando firmada com base no art. 110 do CTN.

2. A partir do alinhamento da tese, os recursos especiais que discutem a questão jurídica passaram a não ser conhecidos.

3. A posição da Segunda Turma, já sedimentada e unânime, desautoriza a preservação do especial em pendência, via cautelar, à mingua de fumus boni iuris.

4. Agravo regimental improcedente." (AgRg na MC n.º 9.757/SP, Segunda Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJU de 22/03/2006)

"TRIBUTÁRIO. COFINS. ISENÇÃO. ARESTO RECORRIDO. ENFOQUE EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. COMPENSAÇÃO. LEI Nº 10.637. IRRETROATIVIDADE. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. ISENÇÃO. SÚMULA Nº 276/STJ. SÚMULA Nº 83/STJ.

1. No que se refere à revogação da isenção contida na LC nº 70/91, verifica-se que o acórdão impugnado perfilhou tese assentada em matéria eminentemente constitucional, de competência do STF e, portanto, fora do âmbito de apreciação do recurso especial.

(...) *4. Recurso especial de Cardionuclear Cardiologia Nuclear S/C Ltda e Fazenda Nacional não conhecidos."* (REsp n.º 597.518/RS, Segunda Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJU de 01/07/2005)

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SOCIEDADES COOPERATIVAS. PIS E COFINS. ISENÇÃO. REVOGAÇÃO. MP 1.858-6/99 E REEDIÇÕES. ACÓRDÃO DECIDIDO POR FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL.

1. A controvérsia em torno da cobrança do PIS e da COFINS, em face das sociedades cooperativas, foi decidida por fundamentos de natureza eminentemente constitucional, o que a torna insuscetível de exame na via do recurso especial.

2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no AG n.º 570.913/PR, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJU de 21/03/2005)

"TRIBUTÁRIO E CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PIS E COFINS. LEI Nº 9.718/98. COOPERATIVAS. ISENÇÃO. ART. 6º DA LC Nº 70/91. REVOGAÇÃO. MP 1.858-6/99 E REEDIÇÕES. ACÓRDÃO RECORRIDO CENTRADO EM FUNDAMENTO DE ÍNDOLE EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO PELA VIA ELEITA DO ESPECIAL.

Nega-se provimento ao agravo regimental, em face das razões que sustentam a decisão recorrida, sendo certo que ***o acórdão recorrido, ao apreciar a questão acerca da inconstitucionalidade de dispositivos da Lei nº 9.718/98 e da MP nº 1.858/99, cingiu-se à interpretação de regramentos e princípios constitucionais, afastando, ipso facto, a apreciação da questão pelo colendo Superior Tribunal de Justiça, porquanto, na hipótese, faz-se obrigatória a remessa da matéria ao STF, por meio de recurso extraordinário."*** (AgRg no AG n.º 569.025/RS, Primeira Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJU de 31/05/2004)

De toda sorte, ressalvo o meu ponto de vista em observância ao posicionamento do STF, intérprete maior do texto constitucional, que, no julgamento da ADC n.º 01/DF, assentou que a LC n.º 70/91 possui *status* de lei ordinária, posto não se enquadrar na previsão do art. 154, inciso I, da Constituição Federal.

Destaque-se trecho do referido voto proferido pelo relator da Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 01/DF, o e. Ministro Moreira Alves:

"(...)Em síntese, como salientou o Ministro Carlos Velloso, na qualidade de relator do RE 138.284, quando esta Corte reiterou o entendimento já expedido por ocasião do julgamento do RE 146.733,

'O que importa perquirir não é o fato de a União arrecadar a contribuição, mas se o produto da arrecadação é destinado ao financiamento da seguridade social (CF, art. 195, I).'

E, em se tratando da contribuição social instituída pela Lei Complementar n. 70/91, ele o é, como dispõe seu artigo 1º.

De outra parte, sendo a COFINS contribuição social instituída com base no inciso I do artigo 195 da Constituição Federal, e tendo ela natureza tributária diversa da do imposto, as alegações de que ela fere o princípio constitucional da não-cumulatividade dos impostos da União e resulta em bitributação por incidir sobre a mesma base de cálculo do PIS/PASEP só teriam sentido se se tratasse de contribuição social nova, não enquadrável no inciso I do artigo 195, hipótese em que se aplicaria o disposto no § 4º desse mesmo artigo 195 ('A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I'), que determina a observância do inciso I do artigo 154 que estabelece que a União poderá instituir 'I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição'.

Sucede, porém, que a contribuição social em causa, incidente sobre o faturamento dos empregadores, é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 195 da Carta Magna, não se podendo pretender, portanto, que a Lei Complementar n.º 70/91 tenha criado outra fonte de renda destinada a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social.

Por isso mesmo, essa contribuição poderia ser instituída por Lei ordinária. A circunstância de ter sido instituída por lei formalmente complementar - a Lei Complementar n.º 70/91 - não lhe dá, evidentemente, a natureza de contribuição social nova, a que se aplicaria o disposto no §4º do artigo 195 da Constituição, porquanto essa lei, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída - que são o objeto desta ação -, é materialmente ordinária, por não tratar, nesse particular, de matéria reservada, por texto expresso da Constituição, à lei complementar. A jurisprudência desta Corte, sob o império da Emenda Constitucional n.º 1/69 - e a Constituição atual não alterou esse sistema -, se firmou no sentido de que só se exige lei complementar para as matérias para cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se têm como dispositivos de lei ordinária.(...)"

Como de sabença, as contribuições sociais elencadas no art. 195, incisos I e II, da Carta Magna, de acordo com o *caput*, do mesmo dispositivo, podem ser criadas por meio de lei ordinária enquanto que, consoante o § 4.º do mesmo comando normativo, a lei que institua outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social deve ostentar caráter complementar, observada a competência residual da União, prevista no art. 154, inciso I, da Constituição Federal.

Roque Antônio Carrazza, *in* "Curso de Direito Constitucional Tributário", Malheiros, 17.ª ed, p. 214-215, leciona sobre o tema:

"(...)Por outro lado, é da essência de nosso regime republicano que as pessoas só devem pagar os tributos em cuja cobrança consentirem. Tal consentimento há que ser dado, por meio de lei ordinária, pelo Poder Legislativo, com este fito reunido, conforme a Constituição.

Inexiste o dever de pagar tributo que não tenha brotado de lei ordinária, já que somente por causa dela é que ele nasce e é exigível.

Não é por outro motivo que se tem sustentado que em nosso ordenamento jurídico vige, mais do que o princípio da legalidade tributária, o princípio da estrita legalidade. Aliás, hoje mais do que nunca, como logo veremos, juristas de tomo têm feito empenho no sentido de que os tributos só podem ser criados ou aumentados por meio de lei ordinária, exceção feita aos empréstimos compulsórios, aos impostos residuais da União e às contribuições sociais previstas no § 4º do art. 195 da CF, que demandam lei complementar para serem validamente instituídos.

Para afugentarmos, desde já, possíveis dúvidas, é bom dizermos que criar um tributo é descrever abstratamente sua hipótese de incidência, seu sujeito ativo, seu sujeito passivo, sua base de cálculo e sua alíquota. Em suma: é editar, pormenorizadamente, a norma jurídica tributária. Esta norma, por injunção do princípio da legalidade, repitamos, deve ser, no mais das vezes, veiculada por meio de lei ordinária (só as normas jurídicas dos empréstimos compulsórios, dos impostos da competência residual da União e das novas contribuições sociais, a que alude o art. 195, § 4º, da CF, devem ser veiculadas por intermédio de lei complementar).(...)"

Em conseqüência, se a lei complementar n.º 70/91 foi recepcionada com *status* materialmente ordinário, segundo o princípio da *lex posterius derogat priori*, consagrado no art. 2.º, § 1.º, da LICC, não foram violados os dispositivos legais mencionados pela parte recorrente, porquanto aquele ato normativo possui o mesmo grau hierárquico da Lei n.º 9.430/96.
Ressalte-se, por oportuno, que referida conclusão não se deve à interpretação de matéria de índole constitucional. Ao revés, tem por base a decisão do Supremo Tribunal Federal, da qual dessume-se a necessária aplicação de norma supra legal, da Lei de Introdução ao Código Civil, que regula a eficácia da lei no tempo, superada a prejudicial quanto ao tema da hierarquia legal.
Não obstante, em respeito à função uniformizadora desta E. Corte, acompanho o posicionamento das Turmas de Direito Público, ressalvado o meu entendimento no sentido de que os Tribunais infraconstitucionais devem curvar-se ao C. STF, por força do art. 102, § 2.º, da Carta Magna, o qual impõe efeito vinculante às decisões definitivas de mérito proferidas em sede de Ação Declaratória de Constitucionalidade.
Ex positis, com fulcro no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **NEGO SEGUIMENTO** ao presente recurso especial.
Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2306)

RECURSO ESPECIAL Nº 964.854 - SP (2007/0148921-4)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - IPREM
PROCURADOR	: JOÃO SCATAMBURLO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: OTÍLIA MENDES DE SOUZA E OUTROS
ADVOGADO	: VERA LUCIA PINHEIRO CARDOSO DIAS E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. JUROS DE MORA. INTELIGÊNCIA DO ART. 1ª - F, DA LEI 9.494/97. TERMO INICIAL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SÚMULA N.º 188 DO STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA 7/STJ.
1. O art. 1º-F, da Lei 9.494/97, introduzido pela MP 2.180-35 possui a seguinte redação:
Art. 1º-F *- Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano.*
Entretanto, in casu, não se trata de verbas remuneratórias, tampouco de benefício previdenciário, mas, de repetição de indébito relativo a exações de natureza tributária, como sói acontecer com as contribuições previdenciárias, recolhidas indevidamente posto incidir sobre provento de aposentadoria de servidor público estadual.
2.Restando nítida a natureza tributária das contribuições previdenciárias, consoante sedimentado em sede doutrinária e jurisprudencial, *"os juros moratórios, na repetição do indébito tributário, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença."* (Súmula 188/STJ).
3.Destarte, a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC (Precedentes: **AgRg no AG 623.659/RJ**, DJ 06.06.2005; **AgRg no REsp 592.430/MG**, DJ 29.11.2004; **e AgRg no REsp 587.499/DF**, DJ 10.05.2004).
4. A revisão do critério adotado pela Corte de origem, por eqüidade, para a fixação dos honorários, encontra óbice na Súmula 07 do STJ. No mesmo sentido, o entendimento sumulado do Pretório Excelso: "*Salvo limite legal, a fixação de honorários de advogado, em complemento da condenação, depende das circunstâncias da causa, não dando lugar a recurso extraordinário*." (Súmula 389/STF). Precedentes da Corte: **REsp 779.524/DF**, DJ 06.04.2006; **REsp 726.442/RJ**, DJ 06.03.2006; **AgRg nos EDcl no REsp 724.092/PR**, DJ 01.02.2006.
5. Precedentes desta Corte Superior: **EAG n.º 502.768/BA,** DJ de 14/02/2005; **REsp n.º 463.178/RJ,** DJ de 17/12/2004; **AgRg no REsp n.º 502.391/PE**, DJ de 06/12/2004 e **REsp n.º 181.755/PE,** DJ de 23/11/1998
6. Recurso especial conhecido, e nesta parte, provido parcialmente (CPC, art. 557, § 1.º-A) .
Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - IPREM, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a"e "c", da Carta Maior, no intuito de ver reformado acórdão prolatado pelo Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"AÇÃO ORDINÁRIA - Servidores públicos municipais aposentados- Pretensão de restituição dos valores descontados desde 15/12/98 (Emenda Constitucional nº 20) até a EC nº 41/03 - Devolução das diferenças - Considerado interposto recurso oficial - Sentença de parcial procedência modificada- Restituição das contribuições descontadas a partir de 15/12/88, observada a prescrição qüinqüenal, até a vigência da Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003 - Recurso dos autores provido. Reexame necessário e apelo do IPREM parcialmente provido."

Irresignado, o IPREM interpôs o recurso especial aduzindo, em suma, que o entendimento esposado pelo tribunal *a quo*, segundo o qual o juros moratórios devem ser de 1% ao mês a contar da citação, revela afronta ao art. 406 do Novo Código Civil c/c o art. 161 do Código Tributário Nacional, negou vigência ao art. 1º - F da Lei 9494/97, bem como ao parágrafo único, do art. 167 do CTN e que seja fixado os honorários em 10% sobre o valor dado à causa.
Não foram apresentadas contra-razões.

O recurso foi admitido no Tribunal *a quo.*

Brevemente relatados, decido.
Prequestionada a matéria federal ventilada, com citação expressa do artigo tido por violado e, restando devidamente preenchidos os demais pressupostos recursais, revela-se merecedor de conhecimento o presente apelo nobre.
O recorrente questiona a fixação do termo *a quo* da incidência de juros de mora na repetição de valores indevidamente recolhidos a título de contribuição previdenciária.
Merecem acolhida as pretensões do recorrente. Com efeito, é nítida a natureza tributária das contribuições em comento, pelo que não há como afastar-se a aplicação da Súmula 188/STJ, cujo teor revela:

"Súmula 188 - Os juros moratórios, na repetição do indébito tributário, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença."

Neste sentido, faz-se oportuna a colação das ementas dos seguintes precedentes desta Corte Superior:

"TRIBUTÁRIO. RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS, POR REPETIÇÃO EM PECÚNIA OU POR COMPENSAÇÃO. JUROS. TERMO INICIAL: TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA OU PAGAMENTO INDEVIDO. IRRELEVÂNCIA DA CAUSA DO INDÉBITO. INCIDÊNCIA DA TAXA SELIC.
1. ***A 1ª Seção firmou entendimento no sentido de que, na restituição de tributos, seja por repetição em pecúnia, seja por compensação, (a) são devidos juros de mora a partir do trânsito em julgado, nos termos do art. 167, parágrafo único, do CTN e da Súmula 188/STJ****, sendo que (b) os juros de 1% ao mês incidem apenas sobre os valores reconhecidos em sentenças cujo trânsito em julgado ocorreu em data anterior a 1º.01.1996, porque, a partir de então, passou a ser aplicável apenas a taxa SELIC, instituída pela Lei 9.250/95, desde cada recolhimento indevido.*
2. É irrelevante, na determinação do regime aplicável à compensação ou repetição de indébito tributário, a causa jurídica do indébito. Também se considera indébito tributário o valor recolhido a título de tributo declarado inconstitucional. Também nesse caso a respectiva repetição ou compensação fica submetida, para todos os efeitos, à disciplina própria da restituição do indébito tributário.
3. O acolhimento da tese de que a declaração de inconstitucionalidade altera a natureza do indébito - que não mais seria indébito tributário, e sim indébito comum -, o que afastaria o regime de juros moratórios previsto no CTN (termo a quo do trânsito em julgado), conduziria, necessariamente, por uma questão de coerência, também à conclusão de que não se lhe aplicaria o regime do CTN para outros efeitos, como o do prazo prescricional (no caso dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, deixaria de ser de "cinco mais cinco" anos, como reconhece a Seção, passando a ser qüinqüenal, nos termos da norma geral aplicável às dívidas da Fazenda, o art. 1º do Decreto 20.910/32). O próprio direito a compensação estaria comprometido pela tese, já que somente se reconhece como compensáveis com parcelas de natureza tributária os valores referentes a indébitos tributários, e não outros, de natureza comum.
4. Embargos de divergência providos." (EAG n.º 502.768/BA, Primeira Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 14/02/2005)

"TRIBUTÁRIO. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO/VEÍCULO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. JUROS MORATÓRIOS. MOMENTO DA INCIDÊNCIA. ART. 167, PARÁGRAFO ÚNICO DO CTN. SÚMULA 188-STJ.
Consoante entendimento sumulado desta Corte, "Os juros moratórios, na repetição do indébito tributário, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença." *Recurso especial conhecido e provido".* (REsp n.º 463.178/RJ, Segunda Turma, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJ de 17/12/2004)

"TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS. JUROS.
1. "Os juros moratórios, na repetição do indébito tributário, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença." (Súmula 188/STJ).
2. Operando-se o trânsito em julgado após o advento da Lei 9.250/95,
incidem, na compensação, somente os juros equivalentes à taxa SELIC, vedada sua cumulação com qualquer outro índice, seja de juros, seja de atualização monetária.
3. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no REsp n.º 502.391/PE, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJ de 06/12/2004)

"AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL DE SUA CONTAGEM. ART. 167, § ÚNICO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. ***SÚMULA 188*** *DO STJ. RECURSO PROVIDO.*
1. Nas ações de repetição de indébito, o termo inicial dos juros moratórios se dá a partir do trânsito em julgado da sentença, e não da data do vencimento da dívida. Inteligência do art. 167, § único do Código Tributário Nacional. Entendimento já pacificado neste egrégio Sodalício conforme Súmula 188/STJ.
2. Recurso Especial a que se dá provimento." (REsp n.º 181.755/PE, Primeira Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 23/11/1998)
Não prospera a alegação do recorrente de que os juros devem ser de 6 % ao ano. O art. 1º-F, da Lei 9.494/97, introduzido pela MP 2.180-35, possui a seguinte redação:

Art. 1º-F *- Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano.*
(Artigo incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 24.8.2001)

Entretanto, *in casu*, não se trata de verbas remuneratórias, tampouco de benefício previdenciário, mas, de repetição de indébito relativo a exações de natureza tributária, como sói acontecer com as contribuições previdenciárias, recolhidas indevidamente posto incidir sobre provento de aposentadoria de servidor público estadual. Nesse sentido, veja-se o recente precedente:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA. INÍCIO. ARTS. 161, § 1º, E 167, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CTN. PRECEDENTES. INAPLICAÇÃO DA MP Nº 2.180-35/01. PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS LEIS.
1. *Agravo regimental contra decisão que proveu recurso especial.*
2. *O acórdão a quo determinou a devolução da contribuição previdenciária indevidamente recolhida com juros moratórios à base de 0,5% ao mês.*
3. *Pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que no cálculo dos juros de mora, em compensação ou restituição de indébito tributário, aplica-se a taxa de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado da decisão judicial (arts. 161, § 1º, e 167, parágrafo único, do CTN).*
4. *Aplicação da Súmula nº 188/STJ (****"Os juros moratórios, na repetição do indébito, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença.")***
5. *A ação não possui natureza previdenciária, não se trata de repetição de indébito previdenciário a fazer incidir a MP nº 2.180-35/01. Matéria debatida nos autos que é pura repetição de indébito tributário, atraindo o disposto no art. 167 do CTN e a Súmula nº 188/STJ, com a incidência dos juros de mora a partir do trânsito em julgado da ação.*
6. *Não-incidência, na repetição de indébito tributário, da MP nº 2.180-35/01, que fixa juros moratórios de 6% ao ano, haja vista que o comando expresso no CTN foi determinado pela Lei nº 5.172/66, a qual possui forma de Lei Complementar. Já os juros moratórios pretendidos pelos agravantes foram estatuídos por medida provisória, que tem caráter de lei ordinária. Destarte, não se pode aceitar que uma lei de hierarquia inferior revogue dispositivo legal estabelecido por uma lei complementar.*
7. *Agravo regimental não-conhecido* (AgRg no REsp 721861 - RS, Relator Ministro JOSÉ DELGADO, Primeira Turma, DJ de 1º de julho de 2005).

Destarte, a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado, inclusive, como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC.
Nesse sentido, os seguintes arestos:

PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. IPTU. TIP. TCCLP. TCDL. JUROS DE MORA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DA FAZENDA PÚBLICA. ART. 20, § 4º, DO CPC. MATÉRIA PROBATÓRIA. SÚMULA 07/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.
1. A ausência de debate, na instância recorrida, sobre a matéria versada no recurso especial atrai, por analogia, a incidência da Súmula 282 do STF.
2. Mesmo considerando que a condenação em honorários da Fazenda Pública deve ser realizada com alicerce no art. 20, § 4º, do CPC, a fixação do quantum devido será feita consoante apreciação eqüitativa do juiz, que levará em conta fatores primordialmente factuais.
3. Não está o juiz adstrito aos limites indicados no § 3º do referido artigo (mínimo de 10% e máximo de 20%), porquanto a alusão feita pelo § 4º do art. 20 do CPC é concernente às alíneas do § 3º, tão-somente, e não ao seu caput.
4. Não é cabível, em recurso especial, examinar a justiça do valor fixado a título de honorários, já que o exame das circunstâncias previstas nas mencionadas alíneas impõe, necessariamente, incursão à seara fático-probatória dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ.
5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AG 623.659/RJ, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 06.06.2005)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CAUSAS EM QUE É VENCIDA A FAZENDA PÚBLICA. INAPLICABILIDADE DOS LIMITES PERCENTUAIS PREVISTOS NO § 3º DO ART. 20 DO CPC.
1. Vencida a Fazenda Pública, a norma aplicável, em matéria de fixação de honorários advocatícios, é aquela prevista no art. 20, § 4º, do CPC.
2. A remissão contida no art. 20, § 4º, do CPC, relativa aos parâmetros a serem considerados na apreciação eqüitativa do juiz, refere-se às alíneas do § 3º, e não ao seu caput.
3. Inviável reapreciar, em sede de recurso especial, a fixação dos honorários advocatícios, por demandar o reexame de matéria fática (Súmula 07/STJ).
4. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no REsp n.º 592.430/MG, Rel. Min. Denise Arruda, DJ 29.11.2004).

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO EM VALOR DETERMINADO.
1. 'Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.' (artigo 20, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil).
2. O percentual, o valor da condenação e os limites mínimo e máximo fixados no parágrafo 3º do artigo 20 do Código de Processo Civil, como bases obrigatórias da fixação da verba honorária, não têm função no estabelecimento dos honorários advocatícios a serem pagos pela Fazenda Pública, informados que devem ser pelo grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço e a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, a teor do que dispõe o parágrafo 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil, que não impede, por óbvio, a consideração de um valor determinado, em estando o juiz a definir a natureza e a importância da causa.
3. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 587.499/DF, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ 10.05.2004)

Por outro lado, a revisão do critério adotado pela Corte de origem, por eqüidade, para a fixação dos honorários, encontra óbice na Súmula n.º 07 do STJ. No mesmo sentido, o entendimento sumulado do Pretório Excelso: "*Salvo limite legal, a fixação de honorários de advogado, em complemento da condenação, depende das circunstâncias da causa, não dando lugar a recurso extraordinário.*" (Súmula n.º 389 do STF).
Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - RESTITUIÇÃO - IMPOSTO DE RENDA - APOSENTADORIA COMPLEMENTAR - PREVIDÊNCIA PRIVADA (PREVI) - ISENÇÃO - LEIS 7.713/88 E 9.250/95 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - FIXAÇÃO - OBSERVÂNCIA DO CPC, ART. 20, § 4º - REEXAME DO VALOR - SÚMULA 07/STJ-PRECEDENTES
- Impõe-se observar o momento do recolhimento da contribuição para estabelecer-se a incidência ou não do Imposto de Renda sobre as verbas de complementação da aposentadoria pagas pela previdência privada.
- Recolhidas as contribuições sob a égide da Lei 7.713/88, os benefícios e resgates não sofrerão nova tributação por força do advento da Lei 9.250/95. Somente os benefícios recolhidos a partir de janeiro de 1996, termo inicial de vigência da nova lei, sofrerão a incidência do imposto.
-Tendo em vista o pedido inicial formulado pelos ora recorrentes, impõe-se o reconhecimento da não-incidência do IR apenas sobre a contribuição paga pelos participantes, na proporção de 1/3, para a formação do fundo previdenciário, sob pena de se julgar ultra petita.
- Vencida a Fazenda Pública, a fixação da verba honorária deve observar o § 4º do art 20 do CPC, que não impõe ao julgador a observância de limites percentuais mínimos e máximos e nem estabelece a base de cálculo.
- A reapreciação dos critérios fáticos que levaram as instâncias ordinárias a fixarem o percentual dos honorários advocatícios é incabível em sede de recurso especial, a teor do disposto na Súmula 07/STJ.
- Recurso especial conhecido e provido parcialmente.
(REsp 779.524/DF, Rel. Min. FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, DJ 06.04.2006)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. IPTU, TIP, TCLLP E TCLD. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. TERMO A QUO DO PRAZO PRESCRICIONAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ART. 20, § 4º, DO CPC.
1. A ausência de debate, na instância recorrida, sobre os dispositivos legais cuja violação se alega no recurso especial atrai, por analogia, a incidência da Súmula 282 do STF.
2. Em se tratando de tributos cujo lançamento se dá de ofício, como é o caso do IPTU, o prazo qüinqüenal para se pleitear a repetição do indébito tem como termo inicial a data de extinção do crédito tributário pelo pagamento. Prevalência da aplicação dos artigos 156, I, 165, I e 168, I, do CTN sobre o artigo 1º do Decreto 20.910/32. Jurisprudência pacífica nas 1ª e 2ª Turmas do STJ.
3. Conforme dispõe o art. 20, § 4º, do CPC, nas causas em que for vencida a Fazenda Pública os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, que levará em conta o grau de zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.
4. Nessas hipóteses, não está o juiz adstrito aos limites indicados no § 3º do referido artigo (mínimo de 10% e máximo de 20%), porquanto a alusão feita pelo § 4º do art. 20 do CPC é concernente às alíneas do § 3º, tão-somente, e não ao seu caput. Precedentes da Corte Especial, da 1ª Seção e das Turmas.
5. Não é cabível, em recurso especial, examinar a justiça do valor fixado a título de honorários, já que o exame das circunstâncias previstas nas alíneas do § 3º do art. 20 do CPC impõe, necessariamente, incursão à seara fático-probatória dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ e, por analogia, da Súmula 389/STF.
6. Recurso especial dos autores a que se nega provimento.
7. Recurso especial do Município não conhecido.
(REsp 726.442/RJ, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ 06.03.2006)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA DE PROVA.
1. Nas causas em que for vencida a Fazenda Pública, a norma aplicável, em matéria de fixação de honorários advocatícios, é aquela prevista no art. 20, § 4º, do CPC.
2. A remissão contida no referido dispositivo, relativa aos parâmetros a serem considerados na apreciação eqüitativa do juiz, refere-se às alíneas do § 3º, e não ao seu caput, não havendo que se adotar, obrigatoriamente, como base de cálculo, o valor da causa ou da condenação.
3. Inviável reapreciar, em sede de recurso especial, a fixação dos honorários advocatícios, por demandar o reexame de matéria fática (Súmula 7/STJ).
4. Agravo regimental desprovido.
(AgRg nos EDcl no REsp 724.092/PR, Rel. Min. DENISE ARRUDA, DJ 01.02.2006)

Ex positis, com fulcro no art. 557, § 1.º-A, do Código de Processo Civil, **CONHEÇO** do presente recurso especial, e nesta parte, dou **PARCIAL PROVIMENTO**.
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 03 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2307)

RECURSO ESPECIAL Nº 965.845 - SP (2007/0154371-7)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: SUPERMERCADO SÃO ROQUE LTDA
ADVOGADO	: MARIA ELIZA ZAIA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: AFONSO GRISI NETO E OUTRO(S)

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. COMPENSAÇÃO.CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICES. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. JUROS COMPENSATÓRIOS. DESCABIMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. ART. 21 DO CPC.
1. Na compensação ou restituição de indébito tributário, consoante jurisprudência do E. STJ, os expurgos inflacionários devem ser aplicados, utilizando-se: a) **no mês de janeiro de 1989**, o IPC no percentual de 42,72%; b) **no mês de fevereiro de 1989**, o IPC no percentual de 10,14%; c) **no período de março de 1990 a fevereiro de 1991**, o IPC; d) **a partir de março de 1991**, vigora o INPC, a ser adotado **até dezembro de 1991**; e e) **a partir de janeiro de 1992**, a UFIR, na forma preconizada pela Lei nº 8.383/91, **até 31.12.1995**, com o advento da Lei nº 9.250/95, época em que o índice foi substituído pela taxa SELIC, que compreende taxa de juros reais e taxa de inflação a ser considerada a partir de 1º de janeiro de 1996, inacumulável com qualquer outro índice de correção monetária ou com juros de mora. (Precedentes: ERESP 478.359/SP, Corte Especial, DJ de 13.9.2004; EREsp 548.711/PE, DJ de 25/04/2007; EREsp 640.159/PE, DJ de 13.11.2006; REsp 879.747/SP, DJ de 1º.3.2007; REsp 608.556/PE, DJ de 06/02/2007).
2. Os percentuais do IPC aplicáveis aos meses de abril/90 - 44,80%; maio/1990 - 7,87% e fevereiro/91 - 21,87%, posto inclusos no pedido formulado. (Precedente: ERESP 548711/PE)
3. Os juros compensatórios não são devidos na repetição de indébito e na compensação de tributos. (Precedentes: REsp 698075 / PE, DJ de 02/08/2007; AgRg no REsp 709241 / PE , 1ª Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJ de 15/03/2007
4. Configurada a ocorrência de sucumbência mínima, impõe-se a aplicação do disposto no parágrafo único, do art. 21, do CPC, *in verbis: "Se um litigante decair de parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e honorários"* a ser arbitrado pelo juízo de primeiro grau que, com ampla cognição fático-probatória, deverá fixá-lo observando-se o disposto nos §§ 3º e 4º, do art. 20, do CPC.
5. Recurso especial parcialmente provido, na forma da fundamentação expendida (art. 557, § 1º-A, do CPC).

Trata-se de recurso especial interposto pelo SUPERMERCADO SÃO ROQUE LTDA, com fulcro no inciso III, alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que, em ação onde se discute a compensação de valores indevidamente recolhidos a título de tributo sujeito a lançamento por homologação afastou a incidência da SELIC, determinou a aplicação dos índices oficiais utilizados pela Receita Federal par a correção dos seus tributos e, em sede de embargos de declaração, explicitou que os honorários advocatícios foram mantidos nos termos da sentença de fls. 435/448, que entendeu pela ocorrência de sucumbência recíproca.

Aponta a empresa recorrente a existência de dissídio jurisprudencial no que pertine aos índices de correção monetária a serem utilizados uma vez que é o IPC/IBGE aquele que melhor retrata a corrosão inflacionária. Ainda, alega que o *decisum* recorrido violou o art. 39, § 4º, da Lei n.º 9.250/95, ao afastar a incidência da taxa SELIC, bem como ao art. 21, do CPC porquanto não configurada a sucumbência recíproca, mas, ao contrário a sucumbência mínima a impor a inversão dos ônus.
Contra-razões ofertadas e realizado o juízo de admissibilidade positivo do apelo extremo, na instância de origem, ascenderam os autos ao E. STJ.

É o relatório.

No tocante à questão da correção monetária, com inclusão dos expurgos inflacionários, restou assentado pela Corte Especial, por ocasião do julgamento dos Embargos de Divergência no Recurso Especial 478.359/SP, que devem ser aplicados os seguintes índices de correção monetária na repetição do indébito tributário: IPC, em janeiro e fevereiro de 1989, e de março/1990 a fevereiro/1991; INPC, de março a dezembro/1991; UFIR, de janeiro/1992 a dezembro/1995. A partir de janeiro de 1996, aplica-se, **exclusivamente**, a taxa SELIC, ressaltando-se que, para os meses de janeiro e fevereiro de 1989, os percentuais são, respectivamente, de 42,72% e 10,14%. O referido aresto restou assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCLUSÃO DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PEDIDO NO INÍCIO DA EXECUÇÃO, PORÉM, ANTES DA HOMOLOGAÇÃO DA CONTA LIQUIDATÓRIA. ENTENDIMENTO PACIFICADO NA CORTE ESPECIAL. APLICAÇÃO DOS ÍNDICES QUE MELHOR REFLETEM A REAL INFLAÇÃO À SUA ÉPOCA. PRECEDENTES.
1. A correção monetária não se constitui em um plus; não é uma penalidade, sendo, tão-somente, a reposição do valor real da moeda, corroído pela inflação. Portanto, independe de culpa das partes litigantes. É pacífico na jurisprudência desta Colenda Corte o entendimento segundo o qual é devida a aplicação dos índices de inflação expurgados pelos planos econômicos governamentais, como fatores de atualização monetária de débitos judiciais.
2. A respeito, este Tribunal tem adotado o princípio de que deve ser seguido, em qualquer situação, o índice que melhor reflita a realidade inflacionária do período, independentemente das determinações oficiais. Assegura-se, contudo, seguir o percentual apurado por entidade de absoluta credibilidade e que, para tanto, merecia credenciamento do Poder Público, como é o caso da Fundação IBGE. É firme a jurisprudência desta Corte que, para tal propósito, há de se aplicar o IPC, por melhor refletir a inflação à sua época.
3. EREsp nº 81583/DF, 3ª Seção, DJ de 17/02/2003, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI:
'1 - Vislumbram-se três hipóteses de adequação do instituto da correção monetária e dos expurgos inflacionários aos casos trazidos à apreciação do Poder Judiciário: (a) a aplicação destes no processo de conhecimento; (b) a incidência dos mesmos requeridos, somente quando iniciado o processo de execução do título judicial, porém, antes da homologação da conta de liquidação; e, (c) a admissão do uso dos expurgos inflacionários pleiteados após a homologação da conta de liquidação, nos denominados precatórios complementares.
2 - Na possibilidade (b), hipótese destes autos, este Tribunal tem deferido a pretensão da inclusão de tais figuras monetárias na atualização das dívidas de valor, porquanto oriundos do processo inflacionário para os quais o cidadão não concorreu para sua formação, não podendo, desta forma, suportar os efeitos de tais acontecimentos. Assim, os expurgos inflacionários nada mais são que decorrência da correção monetária, pois compõem este instituto, uma vez que se configuram como valores extirpados do cálculo da inflação, quando da apuração do índice real que corrigiria preços, títulos públicos, tributos e salários, entre outros. Ademais, é remansoso nesta Corte Superior que a correção monetária nada acrescenta, tão-somente preserva o valor da moeda aviltada pelo processo inflacionário, não constituindo um plus, mas sim um minus. Essencial, desta forma, a correta apuração desta e de seus desdobramentos.
3 - Logo, correta a r. decisão monocrática proferida pela MM. Juíza Federal da 4a. Vara de Seção Judiciária de Brasília ao admitir a inclusão dos expurgos na execução do julgado, no momento em que homologou a conta de liquidação. Precedentes da Corte Especial (EREsp nºs 163.681/RS, 189.615/DF e 98.528/DF).
4 - Embargos acolhidos para se prover o Recurso Especial interposto e, reformando o v. acórdão de origem, restabelecer o r. decisum monocrático que homologou a conta de liquidação, incluindo nela, os expurgos inflacionários pleiteados pelo autor, ora interessado.'
4. Aplicação dos índices de correção monetária da seguinte forma: a) por meio do IPC, nos períodos de janeiro e fevereiro de 1989 e março/1990 a fevereiro/1991; b) a partir da promulgação da Lei nº 8.177/91, a aplicação do INPC (até dezembro/1991); e c) só a partir de janeiro/1992, a aplicação da UFIR, nos moldes estabelecidos pela Lei nº 8.383/91. A correção monetária dos períodos que não estejam incluídos nos explicitados deverá ser procedida conforme o Manual de Cálculos da Justiça Federal.
5. Precedentes recentes desta Corte Superior.
6. Embargos de divergência não conhecidos."
(EREsp 478.359/SP, Corte Especial, Rel. Min. José Delgado, DJ de 13.9.2004)

Confiram-se ainda, à guisa de exemplo, os recentes precedentes: EREsp 548.711/PE, DJ de 25/04/2007; EREsp 640.159/PE, DJ de 13.11.2006; REsp 879.747/SP, DJ de 1º.3.2007; REsp 608.556/PE, DJ de 06/02/2007.
In casu, explicitam-se, outrossim, os percentuais do IPC aplicáveis aos meses de abril/90 - 44,80%; maio/1990 - 7,87% e fevereiro/91 - 21,87%, posto inclusos no pedido formulado.
Quanto ao cabimento de juros compensatórios em sede de repetição de indébito, é remansosa a jurisprudência desta Corte no sentido de sua não incidência, consoante depreende-se dos seguintes julgados:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. FINSOCIAL. PRESCRIÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. JUROS COMPENSATÓRIOS. ART. 161 DO CTN. NÃO-INCIDÊNCIA. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. SÚMULA N. 7/STJ.

1. Na hipótese de tributo sujeito a lançamento por homologação, o prazo para a propositura da ação de repetição de indébito é de 10 (dez) anos a contar do fato gerador, se a homologação for tácita (tese dos "cinco mais cinco"), e, de 5 (cinco) anos a contar da homologação, se esta for expressa. Precedente.
2. Não viola o art. 535, II, do CPC acórdão que expede motivação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia suscitada.
3. É devida a inclusão dos expurgos inflacionários na repetição de indébito, utilizando-se: a) o IPC, no período de jan/89 a jan/91; b) o INPC, de fev/91 a dez/91; e c) a Ufir, de jan/92 a dez/95.Inaplicável, por conseguinte, o IGP-M nos meses de julho e agosto/94.
4. Na repetição de indébito, com o advento da Lei n. 9.250/95, a partir de 1º/1/96, os juros passaram a ser devidos de acordo com a taxa Selic, não mais tendo aplicação o art. 161, § 1º, e art. 167, parágrafo único, do CTN.
5. Não incidem juros compensatórios na restituição ou compensação de crédito tributário. Precedentes.
6. Em face do óbice contido na Súmula n. 7 desta Corte, mostra-se inviável, em sede de recurso especial, revisar os critérios fáticos utilizados pelo julgador para o arbitramento do quantum devido a título de verba honorária.
7. Recurso especial do Instituto Nacional do Seguro Social improvido. Recurso especial de Bacardi Martini do Brasil Indústria e Comércio Ltda. conhecido em parte e provido parcialmente. (REsp 698075 / PE, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 02/08/2007)

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. COMPENSAÇÃO DE PIS COM TRIBUTOS DE OUTRAS ESPÉCIES. LEI SUPERVENIENTE. RETROAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS. AGRAVO DESPROVIDO.
1. A Primeira Seção, nos EREsp 488.992/MG, publicados no DJU de 7.6.2004, de relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki, julgados à unanimidade, rejeitou-os para declarar que, em se tratando de compensação, deve ser observada a legislação vigente à época do ajuizamento da ação, não podendo ser julgada a causa à luz do direito superveniente, ressalvando-se o direito da parte autora de proceder à compensação dos créditos pela via administrativa, em conformidade com as normas posteriores, desde que atendidos os requisitos pertinentes.
2. Quanto aos juros compensatórios, gize-se que a orientação predominante entre as Turmas da Primeira Seção é de que não devem ser aplicados em matéria de repetição de indébitos tributários (REsp 624.714/PR, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 13.9.2004; REsp 415.684/PR, 1ª Turma, Rel. Min. Garcia Vieira, DJ de 24.6.2004; REsp 584.510/PE, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 11.10.2004).
3. "Após a edição da Lei 9.250/95, aplica-se a taxa SELIC desde o recolhimento indevido, ou, se for o caso, a partir de 1º.1.1996, não podendo ser cumulada, porém, com qualquer outro índice, seja de atualização monetária, seja de juros, porque a SELIC inclui, a um só
tempo, o índice de inflação do período e a taxa de juros real" (EREsp 267.080/SC, 1ª Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 10.11.2003).
4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 709241 / PE , 1ª Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJ de 15/03/2007)

In casu, assiste razão à recorrente porquanto não há que se cogitar de sucumbência recíproca, uma vez que a recorrente obteve êxito em grande parte de sua pretensão.
Com efeito, configurada a ocorrência de sucumbência mínima, impõe-se a aplicação do disposto no parágrafo único, do art. 21, do CPC, *in verbis: "Se um litigante decair de parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e honorários"* a ser arbitrado pelo juízo de primeiro grau que, com ampla cognição fático-probatória, deverá fixá-lo observando-se o disposto nos §§ 3º e 4º, do art. 20, do CPC.
Neste sentido, os precedentes desta Corte Superior:

"PROCESSUAL CIVIL - FINSOCIAL - MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTA - INCONSTITUCIONALIDADE - SUCUMBÊNCIA MÍNIMA - HONORÁRIOS - ARTIGO 21, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC - PRECEDENTES.
- (...) omissis
- Na hipótese, há sucumbência mínima, devendo ser aplicado o parágrafo único do art. 21 da lei processual civil, respondendo a outra parte, por inteiro, pelo pagamento da verba honorária.
- Recurso especial conhecido e provido."
(RESP 249862 / SP ; Rel. Min. FRANCISCO PEÇANHA MARTINS DJ de 05/05/2004)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. SUCUMBÊNCIA NA PARTE MÍNIMA DO PEDIDO. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CPC, ART. 21, PARÁGRAFO ÚNICO. PRECEDENTES. SÚMULA 07/STJ. INAPLICAÇÃO.
1. (...) omissis
2. Esta Casa Julgadora, em diversos casos análogos, já decidiu que o litigante que sucumbiu na parte mínima do pedido não deve arcar com as despesas e honorários processuais. 3. Aplicação do parágrafo único, do art. 21, do CPC. Precedentes desta Corte Superior.
4. Afasta-se a tese de que o exame dos autos esbarraria na Súmula nº 7/STJ. Questão que é de simples aplicação da legislação pertinente e da jurisprudência seguida por este Sodalício.
5. Agravo regimental não provido."
(AGRESP 544389 / SP, Relator Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 15/12/2003)

Ex positis, com fulcro no art. 557, § 1º-A, do CPC, dou parcial provimento ao presente recurso especial, na forma da fundamentação expendida.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2308)

RECURSO ESPECIAL Nº 966.845 - PR (2007/0158806-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ANA PAULA GEHRKE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CLÓVIS MAGRINE
ADVOGADO	: EDIMAR FINATTI E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CONSIDERADA DESERTA POR FALTA DE PREPARO. INTIMAÇÃO. NECESSIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 511, §2°, DO CPC.
1. A parte que é intimada para o pagamento das custas e o faz dentro do prazo de cinco dias, não pode ter a sua apelação julgada deserta.
2. Precedentes RESP 412484/RS, DJ: 01/07/2002; RESP 361655/PR, DJ: 25/03/2002.
3. Recurso especial a que se nega seguimento.

Trata-se de recurso especial interposto pela INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fulcro no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, visando reformar o acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, cuja ementa merece ser transcrita :

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. PREQUESTIONAMENTO.
1. Os embargos declaratórios têm cabimento restrito às hipóteses versadas nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Justificam-se, pois, em havendo, no decisum reprochado, obscuridade, contradição ou omissão quanto a ponto sobre o qual deveria ter havido pronunciamento do órgão julgador, contribuindo, dessa forma, ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Porém, é de gizar-se, não prestam à rediscussão do julgado, pretensão que deve ser manifestada na via recursal adequada.
2. Embargos de declaração acolhidos para fins de prequestionamento."

Depreende-se dos autos que o INSS interpôs Embargos de Declaração alegando contrariedade ao art. 511, do CPC, uma vez que a comprovação do preparo há que ser feita antes ou concomitantemente com a protocolização do recurso, sob pena de carcterizar-se a sua deserção, mesmo que ainda não escoado o prazo recursal.

Em sede de recurso especial, alega, em síntese, a violação do art. 511, por ser evidente que a ausência de comprovação do preparo no ato da interposição do apelo configurou deserção.

Resultando o juízo de admissibilidade positivo, ascenderam os autos do recurso especial interposto.

As contra-razões foram apresentadas pugnando pelo não conhecimento do apelo nobre, ou pelo não provimento, conforme fls. 217/220.

Brevemente relatados, DECIDO.

Preliminarmente, impõe-se destacar que o dispositivo tidos por violado foi devidamente ventilados no acórdão recorrido, restando cumprido o requisito do prequestionamento, imprescindível à análise do recurso especial, pelo que dele conheço.
No mérito, alega a recorrente violação aos arts. 511, do CPC sob o fundamento da pena de deserção que foi não imposta à apelação do recorrido.

O referido dispositivo legal dispõem que:

*"**Art.** 511. No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção."*

A controvérsia dos autos cinge-se no fato do Tribunal *a quo* ter intimado o recorrido para efetuar a complementação do preparo no prazo de cinco dias (fl. 185), conforme determina o § 2º, do art. 511, do CPC, o que foi realizado com prontidão pela parte recorrida, conforme consta às fls.188/189.

O art. 511 do CPC estabelece claramente que ao interpor qualquer recurso o recorrente deverá comprovar o respectivo preparo. Contudo, a sanção à insuficiência do preparo é uma exceção à regra do preparo imediato, que não gera , em princípio, a deserção, sem que se proceda à abertura do prazo de 5 dias para a complementação do mesmo, conforme o disposto no § 2°, do referido artigo. Não sendo efetuada a complementação nesse prazo, é que deve ser aplicada a pena de deserção com a conseqüente inadmissibilidade do recurso.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

"RECURSO ESPECIAL. APELAÇÃO JULGADA DESERTA. PREPARO REALIZADO NO PRAZO LEGAL. MERO EQUÍVOCO NA INDICAÇÃO DA PARTE RECORRENTE. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO ATACADO.
(...)
Dessa forma, regularmente intimada para recolher e comprovar o recolhimento do preparo relativo ao recurso de apelação, nos termos dos artigos 511 do Código de Processo Civil e 14, inciso II, da Lei n. 9.289/96, promoveu a recorrida a juntada do comprovante dentro do prazo legal, identificando sua petição com o número do processo. O equívoco relativo ao nome da parte recorrente não pode servir de mote para a não apreciação do recurso de apelação.
Recurso especial não conhecido."
(RESP 412484/RS, Min. Rel. FRANCIULLI NETTO, DJ: 01/07/2002)

"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE SALDOS DAS CONTAS VINCULADAS AO FGTS. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO. APELAÇÃO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. DESERÇÃO POR FALTA DE PREPARO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPROVIMENTO. RECURSO ESPECIAL. PREPARO. INTIMAÇÃO. NECESSIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 14, II DA LEI 9289/96. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS.
A pena de deserção no preparo da apelação, a teor do disposto na legislação que dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus (art. 14, inciso II, da Lei 9.289/96), não será aplicada, se o recorrente não for intimado para o pagamento das custas, após decorrido o prazo de 05 (cinco) dias da intimação.
Precedentes jurisprudenciais.
Recurso provido."
(RESP 361655/PR, Min. Rel. GARCIA VIEIRA, DJ: 25/03/2002)

Conclui-se, assim, que a Lei confere tratamento diverso à falta integral do preparo no ato de interposição da ausência de complementação, sendo certo que, esta, somente acarreta a deserção após a intimação *in albis* para a implementação suplementar exigida. Esta *ratio* do §2°, do art. 511, do CPC que se aplica à novel Lei 9.289/96, posto omissa ser neste ponto.

Conseqüentemente, a parte tendo sido intimada para o pagamento das custas e o implementado dentro do prazo de cinco dias, não pode ter o seu recurso de apelação julgado deserto.

Ex positis, NEGO SEGUIMENTO ao Recurso Especial, com base no art. 557, caput, do CPC.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2309)

RECURSO ESPECIAL Nº 967.793 - SP (2007/0159007-3)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: ÉLICE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: PAULO ENRIQUE MESQUERA LOPEZ
RECORRIDO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: ALBERTO CUENCA SABIN CASAL E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO PARA O SÓCIO-GERENTE. POSSIBILIDADE. SÚMULA 7.
1. O redirecionamento da execução fiscal, e seus consectários legais, para o sócio-gerente da empresa, somente é cabível quando reste demonstrado que este agiu com excesso de poderes, infração à lei ou contra o estatuto, ou na hipótese de dissolução irregular da empresa.
2. Precedente da Corte: ERESP 174.532/PR, DJ 20/08/2001; REsp 513.555/PR, DJ 06/10/2003; REsp 511227/RS; DJ 07.11.2005; REsp 722252/RS, DJ 08.08.2005; REsp 577613/RS Relator Ministro LUIZ FUX DJ 08.11.2004.
3. *In casu*, o Tribunal *a quo* constatou que a empresa executada foi dissolvida irregularmente, por isso, conferiu aos sócios a responsabilidade solidária pelo pagamento das obrigações tributárias.
4. Consectariamente, a constatação quanto à suposta liquidação irregular da sociedade demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice no enunciado contido na Súmula 7 desta Corte.
5. O Recurso Especial não é servil ao exame de questões que demandam o revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, em face do óbice contido na Súmula 07/STJ.
6. Recurso especial a que se nega seguimento (art. 557, *caput*, do CPC).

Trata-se de recurso especial interposto por ÉLICE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, com fulcro no art. 105, III, alíneas "c", do permissivo constitucional, contra acórdão (fls. 82/87) proferido pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negou provimento a agravo de instrumento para manter o redirecionamento da execução contra os sócios da empresa executada.

Noticiam os autos, que o Estado recorrido propôs execução fiscal em desfavor da empresa ÉLICE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, a fim de cobrar débito fiscal referente à ICMS correspondente ao exercício de 1996, conforme certidão de inscrição da dívida à fl. 60.

O juízo de primeiro grau deferiu às fls. 25/28 a inclusão dos sócios, ora recorrentes, no pólo passivo da execução.

Irresignados, os requerentes interpuseram agravo de instrumento contra a referida decisão, sustentando ausência de prova de que agiram com excesso de poder ou infração à lei, nos termos do artigo 135 do CTN e que insubsistente a penhora sobre os seus bens ante a ilegitimidade passiva dos agravantes para figurarem como partes na presente ação.

O agravo restou desprovido pelo i. Relator, ao fundamento de que conforme os documentos juntados nos autos, a recorrente era sócia amplamente majoritária da empresa Infolin à época dos fatos, sendo que os seus sócios minoritários também eram membros da executada, pelo que sua condição pode ser alçada a de gerenciadora da empresa Infolin e não de mera sócia. Com isso, impõe-se aplicar ao caso os ditames do art. 135, inciso III, do Código Tributário Nacional, para que possam os bens da empresa recorrente responder pelas dívidas tributárias da empresa do qual foi sócia majoritária, no caso, a Infolin.

Inconformados, os recorrentes opuseram embargos declaratórios contra a supracitada decisão, os quais restaram assim rejeitados (fls. 73).

O ora recorrido pugna nas contra-razões ao recurso especial, pelo seu não conhecimento ou desprovimento, constante às fls. 149/155.

Realizado o juízo de admissibilidade positivo do apelo extremo, na instância de origem, ascenderam os autos ao E. STJ.

Relatados, DECIDO.

Preliminarmente, verifica-se que a matéria federal restou devidamente prequestionada motivo pelo qual merece ser conhecido o presente recurso especial.

O acórdão recorrido decidiu pela possibilidade do redirecionamento do valor executado ao sócio da empresa Élice, com fundamento no art. 135 do CTN.

Embora manifeste entendimento no sentido de que o patrimônio da empresa, bem como o de seus sócios, é responsável pelas obrigações assumidas pela sociedade, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que a responsabilidade do sócio pelas dívidas da sociedade depende da comprovação de que este agiu com infração à lei, ao regulamento ou com excesso de mandato, aí não se incluindo o simples inadimplemento de obrigações tributárias. Neste sentido, o seguinte precedente da Primeira Seção:

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. RESPONSABILIDADE DE SÓCIO-GERENTE. LIMITES. ART. 135, III, DO CTN. PRECEDENTES.
1. Os bens do sócio de uma pessoa jurídica comercial não respondem, em caráter solidário, por dívidas fiscais assumidas pela sociedade.A responsabilidade tributária imposta por sócio-gerente, administrador, diretor ou equivalente só se caracteriza quando há dissolução irregular da sociedade ou se comprova infração à lei praticada pelo dirigente.
2. Em qualquer espécie de sociedade comercial, é o patrimônio social que responde sempre e integralmente pelas dívidas sociais. Os diretores não respondem pessoalmente pelas obrigações contraídas em nome da sociedade, mas respondem para com esta e para com terceiros solidária e ilimitadamente pelo excesso de mandato e pelos atos praticados com violação do estatuto ou lei (art. 158, I e II, da Lei nº 6.404/76).
3. De acordo com o nosso ordenamento jurídico-tributário, os sócios (diretores, gerentes ou representantes da pessoa jurídica) são responsáveis, por substituição, pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes da prática de ato ou fato eivado de excesso de poderes ou com infração de lei, contrato social ou estatutos, nos termos do art. 135, III, do CTN.
4. O simples inadimplemento não caracteriza infração legal. Inexistindo prova de que se tenha agido com excesso de poderes, ou infração de contrato social ou estatutos, não há falar-se em responsabilidade tributária do ex-sócio a esse título ou a título de infração legal. Inexistência de responsabilidade tributária do ex-sócio.
5. Precedentes desta Corte Superior.
6. Embargos de Divergência rejeitados." (ERESP 174.532/PR, Rel. Min. José Delgado, DJ 20/08/2001, pág. 342)

"TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO. PRESSUPOSTOS DE VIABILIDADE.
1. Para que se viabilize o redirecionamento da execução é indispensável que a respectiva petição descreva, como causa para redirecionar, uma das situações caracterizadoras da responsabilidade subsidiária do terceiro pela dívida do executado. Pode-se admitir que a efetiva configuração da responsabilidade e a produção da respectiva prova venham compor o objeto de embargos do novo executado. O que não se admite - e enseja desde logo o indeferimento da pretensão - é que o redirecionamento tenha como causa de pedir uma situação que, nem em tese, acarreta a responsabilidade subsidiária do terceiro requerido.
2. Segundo a jurisprudência do STJ, a simples falta de pagamento do tributo e a inexistência de bens penhoráveis no patrimônio da devedora (sociedade por quotas de responsabilidade limitada) não configuram, por si sós, nem em tese, situações que acarretam a responsabilidade subsidiária dos sócios.
3. A ofensa à lei, que pode ensejar a responsabilidade do sócio, nos termos do art. 135, III, do CTN, é a que tem relação direta com a obrigação tributária objeto da execução. Não se enquadra nessa hipótese o descumprimento do dever legal do administrador de requerer a autofalência (art. 8º do Decreto-lei nº 7661/45).
4. Recurso Especial improvido." (REsp 513.555/PR, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 06/10/2003)."

In casu, o Tribunal *a quo* constatou que a empresa executada foi dissolvida irregularmente. Por isso, conferiu aos sócios a responsabilidade solidária pelo pagamento das obrigações tributárias.

Ademais, não merece reforma a decisão em razão do entendimento consolidado nesta Corte de Justiça da proibição do revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, em sede de Recurso Especial, conforme óbice contido na Súmula 07/STJ e jurisprudência que se transcreve:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. SÓCIO. REDIRECIONAMENTO. MATÉRIA DE DEFESA. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE.
1. O meio de defesa do executado são os embargos à execução,podendo, excepcionalmente, ser admitida a exceção de pré-executividade.
2. A questão da ilegitimidade passiva ad causam pode ser excepcionalmente apreciada através da exceção de pré-executividade, desde que não exija análise de provas.
3 - Recurso especial não conhecido."(REsp 511227/RS Relator Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS DJ 07.11.2005)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. SÓCIO-GERENTE. REDIRECIONAMENTO. MATÉRIA DE DEFESA. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE.
1. O meio de defesa do executado são os embargos à execução,podendo, excepcionalmente, ser admitida a exceção de pré-executividade.
2. A questão da ilegitimidade passiva ad causam pode ser excepcionalmente apreciada através da exceção de pré-executividade, desde que não exija análise de provas.
3. Recurso especial conhecido e provido." (REsp 722252/RS Relator(a) Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS DJ 08.08.2005)

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. (LEI Nº 6.830/80. ART. 16, § 3º). EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ARGÜIÇÃO DE PRESCRIÇÃO. REDIRECIONAMENTO. POSSIBILIDADE.
1. A exceção de pré-executividade é servil à suscitação de questões que devam ser conhecidas de ofício pelo juiz, como as atinentes à liquidez do título executivo, os pressupostos processuais e as condições da ação executiva.
2. O espectro das matérias suscitáveis através da exceção tem sido ampliado por força da exegese jurisprudencial mais recente, admitindo-se a argüição de prescrição e de ilegitimidade passiva do executado, desde que não demande dilação probatória (exceção secundum eventus probationis)
3. A questão da ilegitimidade passiva, condição da ação, ostenta a natureza de questão de ordem pública, conducente, quando acolhida, à extinção terminativa do processo.
4. Consectariamente, sua veiculação em exceção de pré-executividade
é admissível. Precedentes (RESP 388000 / RS; DJ DATA:18/03/2002;
Relator Min. JOSÉ DELGADO; RESP 537617 / PR; DJ DATA:08/03/2004; Relator Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI).
5. Recurso Especial provido. (REsp 577613/RS Relator Ministro LUIZ FUX DJ 08.11.2004)"

Diante do exposto, com fulcro no art. 557, *caput*, do CPC, nego seguimento ao presente recurso especial.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2310)

RECURSO ESPECIAL Nº 970.412 - SP (2007/0162876-9)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: MARCELO MELLO DA FONTE
ADVOGADO	: BENVINDA BELEM LOPES
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RAQUEL VIEIRA MENDES E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA. VERBAS PERCEBIDAS A TÍTULO DE GRATIFICAÇÃO POR LIBERALIDADE PROMOVIDO POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO. LEI N.º 7.713/88. LEI N.º 9.468/97. DECRETO N.º 3.000/99. PODER REGULAMENTAR.

1. É cediço na Corte que têm natureza indenizatória, *a fortiori* afastando a incidência do Imposto de Renda: **a)** o abono de parcela de férias não-gozadas (art. 143 da CLT), mercê da inexistência de pre visão legal, na forma da aplicação analógica da Súmulas 125/STJ, *verbis*: *"O pagamento de férias não gozadas por necessidade do serviço não está sujeito à incidência do Imposto de Renda."*, e da Súmula 136/STJ, *verbis*: *"O pagamento de licença-prêmio não gozada, por necessidade do serviço, não está sujeito ao Imposto de Renda."* (Precedentes: REsp 706.880/CE, DJ 17.10.2005; REsp 769.817/PB, DJ 03.10.2005; REsp 499.552/AL, DJ 19.09.2005; REsp 320.601/DF, DJ 30.05.2005; REsp 685.332/SP, DJ 14.02.2005; AgRg no AG 625.651/RJ, DJ 11.04.2005); b) as férias não-gozadas, indenizadas na vigência do contrato de trabalho, bem como as licenças-prêmio convertidas em pecúnia, sendo prescindível se ocorreram ou não por necessidade do serviço, nos termos da Súmula 125/STJ (Precedentes: REsp 701.415/SE, DJ 04.10.2005; AgRg no REsp 736.790/PR, DJ 15.05.2005; AgRg no AG 643.687/SP, DJ 27.06.2005); c) as férias não-gozadas, licenças-prêmio convertidas em pecúnia, irrelevante se decorreram ou não por necessidade do serviço, férias proporcionais, respectivos adicionais de 1/3 sobre as férias, todos percebidos por ocasião da extinção do contrato de trabalho, por força da previsão isencional encartada no art. 6º, V, da Lei 7.713/88 e no art. 39, XX, do RIR (aprovado pelo Decreto 3.000/99) c/c art. 146, *caput*, da CLT (Precedentes: REsp 743.214/SP, DJ 17.10.2005; AgRg no AG 672.779/SP, DJ 26.09.2005; AgRg no REsp 678.638/SP, DJ 03.10.2005; REsp 753.614/SP, DJ 26.09.2005; REsp 698.722/SP, DJ 18.04.2005; AgRg no AG 599.930/SP, DJ 07.03.2005; REsp 675.994/CE, DJ 01.08.2005; AgRg no AG 672.779/SP, DJ 26.09.2005; REsp 331.664/SP, DJ 25.04.2005).
2. Deveras, em face de sua natureza salarial, incide a referida exação: **a)** sobre o adicional de 1/3 sobre férias gozadas (Precedentes: REsp 763.086/PR, DJ 03.10.2005; REsp 663.396/CE, DJ 14.03.2005); **b)** sobre o adicional noturno (Precedente: REsp 674.392/SC, DJ 06.06.2005); **c)** sobre a complementação temporária de proventos (Precedentes: REsp 705.265/RS, DJ 26.09.2005; REsp 503.906/MT, DJ 13.09.2005); **d)** sobre o décimo-terceiro salário (Precedentes: REsp 645.536/RS, DJ 07.03.2005; EREsp 476.178/RS, DJ 28.06.2004); sobre a gratificação de produtividade (Precedente: REsp 735.866/PE, DJ 01.07.2005); **e)** sobre a gratificação por liberalidade da empresa, paga por ocasião da extinção do contrato de trabalho (Precedentes: REsp 742.848/SP, DJ 27.06.2005; REsp 644.840/SC, DJ 01.07.2005); **f)** sobre horas-extras (Precedentes: REsp 626.482/RS, DJ 23.08.2005; REsp 678.471/RS, DJ 15.08.2005; REsp 674.392/SC, DJ 06.06.2005)
3. Em se tratando de verbas indenizatórias pagas por pessoas jurídicas de direito privado, sejam estas referentes a programas de demissão voluntária ou pagas por mera liberalidade do empregador quando da rescisão unilateral do contrato de trabalho, não há falar em isenção do imposto de renda, por ausência de previsão legal nesse sentido.
4. O § 9.º do art. 39 do Decreto n.º 3.000/99 extrapolou os limites do poder regulamentar, terminando por indevidamente estender às verbas indenizatórias pagas por pessoas jurídicas de direito privado - referentes a programas de demissão voluntária - a isenção prevista na Lei n.º 9.468/97 (Precedente: AgRg no REsp n.º 883.678/SP, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJU de 29/06/2007).
5. As indenizações pagas por despedida ou rescisão de contrato de trabalho que excederem os limites garantidos por lei, independentemente de estarem previstas em dissídios coletivos ou convenções trabalhistas homologados pela Justiça do Trabalho, não se inserem entre os rendimentos isentos a que se refere o art. 6.º da Lei n.º 7.713/88, estando, assim, sujeitas à incidência do imposto de renda. (Precedente: AgRg no REsp n.º 883.678/SP, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJU de 29/06/2007)
6. *In casu*, a despeito de tudo o quanto aqui fora externado acerca da matéria, a hipótese fática dos autos é de recolhimento do imposto de renda incidente sobre valores pelo recorrido percebidos em decorrência de gratificação por liberalidade da empresa, paga por ocasião da extinção do contrato de trabalho, promovido por pessoa jurídica de direito privado. Neste particular, devida é a incidência da referida exação, pelo que revela-se merecedor de reparos o aresto ora hostilizado.
7. Recurso especial improvido.

Trata-se de recurso especial interposto por MARCELO MELO DA FONTE, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Carta Maior, no intuito de ver reformado acórdão prolatado pelo E. Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, sob o fundamento de violação ao art. 43, incisos I e II, do Código Tributário Nacional, bem como esposado entendimento distinto do que estaria sedimentado em precedente desta Corte Superior no que se refere à questão versada nos autos.
O acórdão recorrido restou assim ementado:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE A RENDA. PESSOA FÍSICA. RESILIÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO. VERBAS RESCISÓRIAS. GRATIFICAÇÃO. INCIDÊNCIA. FÉRIAS INTEGRAIS, PROPORCIONAIS E TERÇO CONSTITUCIONAL. CARÁTER INDENIZATÓRIO. NÃO-INCIDÊNCIA. SÚMULA Nº 125 DO STJ.
I - Os valores pagos por liberalidade da empresa no ato da rescisão imotivada precisam ter sua natureza jurídica devidamente analisada, isso porque a denominação dada à parcela paga na rescisão do pacto laboral é aleatoriamente adotada pelo empregador, não sendo fator determinante da natureza jurídica da verba.
II - A verba examinada como objeto deste "writ" é fruto de um acordo entre as partes, quando do término do vínculo empregatício, pelo que é lícito, a par de lógico, deduzir que o direito a referido valor somente gratifica a dispensa do empregado de sua atividade de trabalho, não se cuidando de indenização na acepção da palavra, mas de gratificação (Resp nº 765.498/SP).

III - As verbas pagas a título de indenização por férias integrais, não-gozadas por necessidade do serviço, além das férias proporcionais e o terço constitucional, não caracterizam hipótese de incidência do Imposto sobre a Renda. Inteligência da Súmula nº 125 do Superior Tribunal de Justiça.
IV - Apelação e remessa oficial parcialmente providas.

Irresignado, MARCELO MELLO DA FONTE interpôs o recurso especial que ora se apresenta, apontando como malferido o art. 43, incisos I e II, e 111, inciso II, do CTN e artigo 6º, inciso V, da Lei 7713/88. Em suas razões recursais, aduz o recorrente, em suma, que as verbas recebidas pelo empregado por ocasião de sua rescisão de contrato de trabalho em razão de demissão incentivada, revestem-se, no atual contexto histórico e econômico do país, de natureza indenizatória e não constituem acréscimo patrimonial. Aponta, ainda, a existência de dissídio pretoriano sobre a questão versada nos autos, colacionando, para tanto, arestos desta Corte Superior.
Na origem, em exame de prelibação, o presente recurso recebeu crivo positivo de admissibilidade, ascendendo, assim, à esta Corte Superior.
É o relatório.

Restando devidamente prequestionados os dispositivos legais apontados pela recorrente como malferidos e preenchidos os demais pressupostos de admissibilidade recursal, impõe-se o conhecimento do presente apelo nobre.
No mérito, *prima facie*, tenho que não merecem acolhida as pretensões do recorrente.
Deveras, é cediço nesta Corte Superior que as verbas rescisórias especiais recebidas pelo trabalhador a título de indenização por férias em pecúnia e licença-prêmio não gozada, conversão de 1/3 das férias ou ausência permitida ao trabalho não ensejam acréscimo patrimonial exatamente por seu caráter indenizatório. Disso decorre a impossibilidade da incidência do imposto de renda sobre as mesmas. Sobre este tema versam as Súmulas n.ºs 125 e 136 deste Superior Tribunal de Justiça, abaixo transcritas com os comentários do ilustre jurista Roberto Rosas (*in* "Direito Sumular", 10.ª Edição, Editora Malheiros):

"- 125. O pagamento de férias não gozadas por necessidade do serviço não está sujeito à incidência do Imposto de Renda. *O pagamento, ao empregado, das férias não gozadas, em dinheiro, por necessidade do serviço, não constitui renda, porque é pagamento como compensação pelo não-lazer.*

- 136. O pagamento de licença-prêmio não gozadas por necessidade do serviço não está sujeito à incidência do Imposto de Renda. *A licença-prêmio é estimulada como estímulo à assiduidade, decorre do trabalho, simples prêmio pela inexistência de faltas ao serviço; e não gozadas porque a administração necessitou dos serviços do beneficiário, e portanto indenização pelo não afastamento do serviço, não significa rendimento do trabalho."*

A respeito disso, ensina-nos Roque A. Carrazza:

"Não é qualquer entrada de dinheiro nos cofres de uma pessoa (física ou jurídica) que pode ser alcançada pelo IR, mas, tão-somente, os acréscimos patrimoniais, isto é, a aquisição de disponibilidade de riqueza nova.
Tudo que não tipificar ganhos durante um período, mas simples transformação de riqueza, não se enquadra na área traçada pelo art. 153, III, da CF.
É o caso das indenizações. Nelas, não há geração de rendas ou acréscimos patrimoniais (proventos) de qualquer espécie. Não há riquezas novas disponíveis, mas reparações, em pecúnia, por perdas de direitos." (IR - Indenização - in RDT 52/90).

Destarte, a natureza jurídica das verbas recebidas pelo trabalhador por férias em pecúnia, licença-prêmio não gozada e extinção do contrato de trabalho por dispensa incentivada, decidirá acerca da incidência ou não do imposto de renda. O mesmo se dá a título do adicional de 1/3 sobre férias, que, conquanto tenha natureza salarial, sujeitando-se, dessa forma, à incidência da exação, desta se exime se as férias forem vencidas e indenizadas, mesmo que na vigência do contrato de trabalho, porquanto trata-se de verba acessória.
É esse o entendimento desta Corte, consoante destacamos nos seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. REGIME TRIBUTÁRIO DAS INDENIZAÇÕES. PRECEDENTES. ***PAGAMENTOS FEITOS DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO DE TRABALHO. FÉRIAS INDENIZADAS E RESPECTIVO ADICIONAL DE 1/3.*** *LICENÇA-PRÊMIO INDENIZADA. PRAZO PARA REPETIÇÃO DO INDÉBITO. MATÉRIA PACIFICADA. ORIENTAÇÃO FIRMADA PELA 1ª SEÇÃO DO STJ, NA APRECIAÇÃO DO ERESP 435.835/SC. LC 118/2005: NATUREZA MODIFICATIVA (E NÃO SIMPLESMENTE INTERPRETATIVA) DO SEU ARTIGO 3º. INCONSTITUCIONALIDADE DO SEU ART. 4º, NA PARTE QUE DETERMINA A APLICAÇÃO RETROATIVA. ENTENDIMENTO CONSIGNADO NO VOTO DO ERESP 327.043/DF. SELIC. LEGALIDADE*
1. A ausência de debate, na instância recorrida, dos dispositivos legais cuja violação se alega no recurso especial atrai a incidência da Súmula 282 do STF.
2. O imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador, nos termos do art. 43 e seus parágrafos do CTN, os "acréscimos patrimoniais", assim entendidos os acréscimos ao patrimônio material do contribuinte.
3. O pagamento de indenização pode ou não acarretar acréscimo patrimonial, dependendo da natureza do bem jurídico a que se refere. Quando se indeniza dano efetivamente verificado no patrimônio material (= dano emergente), o pagamento em dinheiro simplesmente reconstitui a perda patrimonial ocorrida em virtude da lesão, e, portanto, não acarreta qualquer aumento no patrimônio. Todavia, ocorre acréscimo patrimonial quando a indenização (a) ultrapassar o valor do dano material verificado (= dano emergente), ou (b) se destinar a compensar o ganho que deixou de ser auferido (= lucro cessante), ou (c) se referir a dano causado a bem do patrimônio imaterial (= dano que não importou redução do patrimônio material).
4. A conversão em pecúnia da licença-prêmio e férias não gozadas não está sujeita à incidência do Imposto de Renda - Súmulas 125 e 136/STJ.
5. O pagamento feito pelo empregador a seu empregado, a título de adicional de 1/3 sobre férias indenizadas está beneficiado por isenção. Com efeito, a lei isenta de imposto de renda "a indenização (...) por despedida ou rescisão de contrato de trabalho, até o limite garantido pela lei trabalhista ou por dissídio coletivo e convenções trabalhistas homologados pela Justiça do Trabalho" (art. 39, XX do RIR, aprovado pelo Decreto 3.000/99 e art. 6º, V, da Lei 7.713/88), o que sustenta o entendimento da Súmula 125/STJ, segundo a qual o pagamento de férias não gozadas por necessidade do serviço não esta sujeito a incidência do imposto de renda.
6. A Primeira Seção consagrou entendimento no sentido de que, não havendo homologação expressa do lançamento pela autoridade fiscal, ela se dá tacitamente no final do prazo de cinco anos contados do fato gerador, que, no caso do imposto de renda retido na fonte, ocorre no final do ano-base. A partir de então, tem início o prazo de cinco anos, previsto no art. 168, I, do CTN, para o contribuinte pleitear a restituição dos valores indevidamente recolhidos.
7. O art. 3º da LC 118/2005, a pretexto de interpretar os arts. 150, § 1º, 160, I, do CTN, conferiu-lhes, na verdade, um sentido e um alcance diferente daquele dado pelo Judiciário. Ainda que defensável a "interpretação" dada, não há como negar que a Lei inovou no plano normativo, pois retirou das disposições interpretadas um dos seus sentidos possíveis, justamente aquele tido como correto pelo STJ, intérprete e guardião da legislação federal. Portanto, o art. 3º da LC 118/2005 só pode ter eficácia prospectiva, incidindo apenas sobre situações que venham a ocorrer a partir da sua vigência.
8. O artigo 4º, segunda parte, da LC 118/2005, que determina a aplicação retroativa do seu art. 3º, para alcançar inclusive fatos passados, ofende o princípio constitucional da autonomia e independência dos poderes (CF, art. 2º) e o da garantia do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada (CF, art. 5º, XXXVI). Ressalva, no particular, do ponto de vista pessoal do relator, no sentido de que cumpre ao órgão fracionário do STJ suscitar o incidente de inconstitucionalidade perante a Corte Especial, nos termos do art. 97 da CF.
9. É legítima a utilização da taxa SELIC como índice de correção monetária e de juros de mora na atualização dos créditos tributários.
10. Recurso especial desprovido." (REsp n.º 671.583/SE, Primeira Turma, Rel. Min. Teori Zavascki, DJU de 21/11/2005)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA SOBRE VERBAS INDENIZATÓRIAS - ADICIONAL DE 1/3 SOBRE FÉRIAS NÃO-GOZADAS - NÃO-INCIDÊNCIA - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - FORMA DE DEVOLUÇÃO - RETIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO ANUAL - DESVIRTUAMENTO DO PEDIDO - IMPOSSIBILIDADE.
1. ***Quando usufruídas as férias, o respectivo adicional de 1/3 tem natureza salarial, estando sujeito à tributação; contudo, se as férias não gozadas foram indenizadas, mediante a sua conversão em pecúnia, não há incidência do imposto de renda e, sendo o adicional de 1/3 um acessório, segue ele a sorte do principal, não estando, também, sujeito à referida exação.***
2. Se na inicial é formulado pedido de repetição de indébito do imposto de renda, descabe ao Tribunal modificá-lo, determinando a retificação da declaração anual e a compensação com o imposto de renda porventura devido.
3. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, provido." (REsp n.º 782.587/PR, Segunda Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJU de 20/10/2005)

"RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. NÃO-INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA NOS VALORES RECEBIDOS A TÍTULO DE LICENÇA PRÊMIO, FÉRIAS E ABONO DE FÉRIAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 83/STJ.
A impossibilidade dos recorridos de usufruir dos benefícios, criada pelo empregador ou por opção deles, titulares, gera a indenização, porque, negado o direito que deveria ser desfrutado in natura, surge o substitutivo da indenização em pecúnia. O dinheiro pago em substituição a essa recompensa não se traduz em riqueza nova, nem tampouco em acréscimo patrimonial, mas apenas recompõe o patrimônio do empregado que sofreu prejuízo por não exercitar esse direito.
O adicional de 1/3 sobre as férias, quando estas são gozadas, tem natureza salarial, estando, portanto, sujeito à tributação; contudo, quando as férias são indenizadas, sendo o adicional um acessório, segue a sorte do principal, não estando, também, sujeito à incidência do Imposto de Renda.
Não-configurada, portanto, hipótese de incidência do imposto de renda previsto no art. 43 do Código Tributário Nacional. Incidência da Súmula n. 83 deste Sodalício.
Recurso especial não-conhecido." (REsp n.º 663.396/CE, Segunda Turma, Rel. Min. Franciulli Netto, DJU de 14/03/2005)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. CORREÇÕES NECESSÁRIAS. VERBAS INDENIZATÓRIAS. FÉRIAS PROPORCIONAIS E ACRÉSCIMOS RESPECTIVOS. IMPOSTO DE RENDA. NÃO-INCIDÊNCIA. SÚMULAS NºS 125 E 136/STJ.
1. Agravo regimental contra decisão que proveu o recurso especial do particular.
2. O acórdão a quo reconheceu a incidência do imposto de renda sobre férias proporcionais com os respectivos adicionais, por possuírem natureza salarial.
3. Decisão agravada que laborou em equívoco ao apreciar questões diversas da que consta dos autos, visto que o Especial do particular pretendeu discutir a incidência do imposto de renda sobre verbas percebidas pelo trabalhador a título de férias proporcionais e seus acréscimos. No entanto, o decisum ora atacado tratou de tema diverso, qual seja, a incidência do IR sobre verbas referentes ao pagamento de férias não gozadas e seu adicional de 1/3. Correções efetivadas para a perfeita entrega da prestação jurisdicional.
4. O imposto sobre a renda tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica da renda (produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos) e de proventos de qualquer natureza (art. 43 do CTN).
5. ***A indenização especial, o 13º salário, as férias e seu adicional de 1/3 não-gozados, as férias proporcionais e os respectivos acréscimos e o abono pecuniário não-gozado não configuram acréscimo patrimonial de qualquer natureza ou renda e, portanto, não são fatos imponíveis à hipótese de incidência do IR, tipificada pelo art. 43 do CTN. A referida indenização não é renda nem proventos.***
6. Inteligência das Súmulas nºs 125 e 136/STJ.
7. Agravo regimental parcialmente provido para, apenas, corrigir a decisão agravada, mantendo-se, contudo, o provimento do recurso especial." (AgRg no REsp n.º 644.289/SP, Primeira Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ 17/12/2004)

Impende salientar, ainda, que, no que se refere à incidência de imposto de renda sobre as verbas percebidas pelo empregado quando da rescisão de seu contrato de trabalho, muito já se discutiu, nesta Corte Superior, a respeito de ser ou não devida a mesma nas hipóteses de percebimento de valores a título de indenização, seja por adesão do empregado à espécie de plano ou programa de demissão voluntária, ou mesmo nas hipóteses em que referido pagamento decorresse de mera liberalidade do empregador quando da rescisão unilateral e sem justa causa do contrato de trabalho.
O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, cuja instituição é de competência da União (CF/88, art. 153, III), tem seu fato gerador definido pelo art. 43 do Código Tributário Nacional, que assim dispõe:

"Art. 43. O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica:
I - de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;
II - de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior.
§ 1.º A incidência do imposto independe da denominação da receita ou rendimento, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção.
§ 2.º Na hipótese de receita ou de rendimento oriundos do exterior, a lei estabelecerá as condições e o momento em que se dará sua disponibilidade, para fins de incidência do imposto referido neste artigo.

A Lei n.º 7.713/88, que alterou anterior legislação do imposto de renda, dispõe, em seu art. 3.º, *verbis:*

"Art. 3º O imposto incidirá sobre o rendimento bruto, sem qualquer dedução, ressalvado o disposto nos arts. 9º a 14 desta Lei. (Vide Lei 8.023, de 12.4.90)
§ 1º Constituem rendimento bruto todo o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos, os alimentos e pensões percebidos em dinheiro, e ainda os proventos de qualquer natureza, assim também entendidos os acréscimos patrimoniais não correspondentes aos rendimentos declarados.
§ 2º Integrará o rendimento bruto, como ganho de capital, o resultado da soma dos ganhos auferidos no mês, decorrentes de alienação de bens ou direitos de qualquer natureza, considerando-se como ganho a diferença positiva entre o valor de transmissão do bem ou direito e o respectivo custo de aquisição corrigido monetariamente, observado o disposto nos arts. 15 a 22 desta Lei.
(...)
§ 4º A tributação independe da denominação dos rendimentos, títulos ou direitos, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem dos bens produtores da renda, e da forma de percepção das rendas ou proventos, bastando, para a incidência do imposto, o benefício do contribuinte por qualquer forma e a qualquer título. (...)"

No art. 6.º do diploma legal supra mencionado, fez o legislador constar o rol de hipóteses de isenção da referida exação sobre rendimentos percebidos por pessoas físicas. Dentre estas, merece destaque, em razão da matéria em debate nestes autos, aquela inserta no inciso V do referido dispositivo:

"Art. 6º ***Ficam isentos do imposto de renda*** *os seguinte rendimentos percebidos por pessoas físicas:*
(...)
V - ***a indenização e o aviso prévio pagos por despedida ou rescisão de contrato de trabalho, até o limite garantido por lei****, bem como o montante recebido pelos empregados e diretores, ou respectivos beneficiários, referente aos depósitos, juros e correção monetária creditados em contas vinculadas, nos termos da legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; (...)."*

Por seu turno, dispôs a Medida Provisória n.º 1.530/96, convertida na Lei n.º 9.468/97, que instituiu o Programa de Desligamento Voluntário de servidores civis do Poder Executivo Federal, em seu art. 14:

"Art. 14. Para fins de incidência do imposto de renda na fonte e na declaração de rendimentos, serão considerados como indenizações isentas os pagamentos efetuados ***por pessoas jurídicas de direito público a servidores públicos civis****, a título de incentivo à adesão a programas de desligamento voluntário."* (grifo nosso)

Por fim, regulamentando a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto de Renda, foi editado o Decreto n.º 3.000, de 26 de março de 1999, que assim dispõe, em seu art. 39, incisos XIX e XX:

"Art. 39. Não entrarão no cômputo do rendimento bruto:
(...)
XIX - ***o pagamento efetuado por pessoas jurídicas de direito público a servidores públicos civis, a título de incentivo à adesão a programas de desligamento voluntário*** *(Lei nº 9.468, de 10 de julho de 1997, art. 14);*
XX - a indenização e o aviso prévio pagos por despedida ou rescisão de contrato de trabalho, ***até o limite garantido pela lei trabalhista ou por dissídio coletivo e convenções trabalhistas homologados pela Justiça do Trabalho****, bem como o montante recebido pelos empregados e diretores e seus dependentes ou sucessores, referente aos depósitos, juros e correção monetária creditados em contas vinculadas, nos termos da legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei nº 7.713, de 1988, art. 6º, inciso V, e Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, art. 28); (...)."*

Versa, ainda, o § 9.º do dispositivo supra transcrito que: *"o disposto no inciso XIX é extensivo às verbas indenizatórias, pagas por pessoas jurídicas, referentes a programas de demissão voluntária"*.
Com esteio nas referidas normas é que, *ab initio*, se firmou na Corte entendimento jurisprudencial no sentido de que as verbas percebidas pelo empregado a título de indenização por adesão a plano ou programa de demissão voluntária ou incentivada não estariam sujeitas à incidência do imposto de renda. Esta é, inclusive, a literal disposição do verbete sumular n.º 215 desta Corte Superior, *verbis: "A indenização recebida pela adesão à programa de demissão voluntária não está sujeita à incidência do imposto de renda"*.
Todavia, a orientação da E. Primeira Turma desta Corte Superior acerca da questão versada, por força do julgamento do AgRg no REsp n.º 883.678/SP, de relatoria da e. Min. Denise Arruda, sofreu significativa alteração, firmando-se no sentido de que, em se tratando de verbas indenizatórias pagas por pessoas jurídicas de direito privado, sejam estas referentes a programas de demissão voluntária ou pagas por mera liberalidade do empregador quando da rescisão unilateral do contrato de trabalho, não há falar em isenção do imposto de renda, por ausência de previsão legal nesse sentido.
Na ocasião, reconheceu-se a ilegalidade do § 9.º do art. 39 do Decreto n.º 3.000/99, que extrapolando os limites do poder regulamentar, terminou por indevidamente estender às verbas indenizatórias pagas por pessoas jurídicas de direito privado - referentes a programas de demissão voluntária - a isenção prevista na Lei n.º 9.468/97. Oportuna a transcrição, neste particular, dos fundamentos do voto condutor do referido aresto, da lavra da e. Relatora do feito, Min. Denise Arruda:

"A atual Constituição Federal, em seu art. 153, prevê: 'Compete à União instituir impostos sobre: (...) III - renda e proventos de qualquer natureza;' No § 2º do referido artigo, a Carta de 1988 inova em relação às Constituições anteriores, ao determinar que o Imposto de Renda 'será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei'.
Em face do que dispõe o art. 146, III, a, da Constituição Federal, a Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 - denominada Código Tributário Nacional -, foi recepcionada com status de lei complementar, assim definindo o fato gerador do Imposto de Renda:

'Art. 43. O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica:
I - de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;
II - de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior.
§ 1º A incidência do imposto independe da denominação da receita ou do rendimento, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção. (Incluído pela Lcp 104, de 10.1.2001)
§ 2º Na hipótese de receita ou de rendimento oriundos do exterior, a lei estabelecerá as condições e o momento em que se dará sua disponibilidade, para fins de incidência do imposto referido neste artigo. (Incluído pela Lcp 104, de 10.1.2001)'

Sobreveio a Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que, no § 1º de seu art. 3º, dispõe: 'Constituem rendimento bruto todo o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos, os alimentos e pensões percebidos em dinheiro, e ainda os proventos de qualquer natureza, assim também entendidos os acréscimos patrimoniais não correspondentes aos rendimentos declarados.' O § 4º do aludido artigo complementa: 'A tributação independe da denominação dos rendimentos, títulos ou direitos, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem dos bens produtores da renda, e da forma de percepção das rendas ou proventos, bastando, para a incidência do imposto, o benefício do contribuinte por qualquer forma e a qualquer título.' Por sua vez, o art. 6º, V, estabelece que 'ficam isentos do imposto de renda (...) a indenização e o aviso prévio pagos por despedida ou rescisão de contrato de trabalho, até o limite garantido por lei, bem como o montante recebido pelos empregados e diretores, ou respectivos beneficiários, referente aos depósitos, juros e correção monetária creditados em contas vinculadas, nos termos da legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço' (grifou-se).
Posteriormente, editou-se a Medida Provisória 1.530, de 20 de novembro de 1996, que, depois de sucessivas reedições, foi convertida na Lei 9.468/97, a qual, em seu art. 14, dispõe: 'Para fins de incidência do imposto de renda na fonte e na declaração de rendimentos, serão considerados como indenizações isentas os pagamentos efetuados por pessoas jurídicas de direito público a servidores públicos civis, a título de incentivo à adesão a programas de desligamento voluntário.' (grifou-se)
Em conformidade com o art. 14 da Lei 9.468/97, está em tramitação no Congresso Nacional a Medida Provisória 2.174-28, de 24 de agosto de 2001 (originária da Medida Provisória 1.917, de 1999), cujo art. 22 prescreve: "A indenização do PDV e o incentivo da licença sem remuneração de que tratam os arts. 12 e 18 serão isentas de contribuição social para o regime próprio de previdência do servidor público e do imposto sobre a renda, e custeadas à conta das dotações orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos do órgão ou da entidade da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional a que se vincula o servidor que aderir ao PDV, suplementadas se necessário." (grifou-se)
Por fim, o Decreto 3.000, de 26 de março de 1999 - que regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto de Renda -, em seu art. 39, XIX e XX, dispõe: 'Art. 39. Não entrarão no cômputo do rendimento bruto: (...) XIX - o pagamento efetuado por pessoas jurídicas de direito público a servidores públicos civis, a título de incentivo à adesão a programas de desligamento voluntário (Lei 9.468, de 10 de julho de 1997, art. 14); XX - a indenização e o aviso prévio pagos por despedida ou rescisão de contrato de trabalho, até o limite garantido pela lei trabalhista ou por dissídio coletivo e convenções trabalhistas homologados pela Justiça do Trabalho, bem como o montante recebido pelos empregados e diretores e seus dependentes ou sucessores, referente aos depósitos, juros e correção monetária creditados em contas vinculadas, nos termos da legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei 7.713, de 1988, art. 6º, inciso V, e Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, art. 28);' O § 9º do referido artigo diz que "o disposto no inciso XIX é extensivo às verbas indenizatórias, pagas por pessoas jurídicas, referentes a programas de demissão voluntária' (grifou-se).
Como visto, as Leis 7.713/88 e 9.468/97 e a Medida Provisória 2.174-28/2001 classificam como rendimentos isentos: (a) os pagamentos efetuados por pessoas jurídicas de direito público a servidores públicos civis, a título de incentivo à adesão a programas de desligamento voluntário; (b) a indenização e o aviso prévio pagos por despedida ou rescisão de contrato de trabalho, até o limite garantido por lei, bem como o montante recebido pelos empregados e diretores, ou respectivos beneficiários, referente aos depósitos, juros e correção monetária creditados em contas vinculadas, nos termos da legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. De acordo com o art. 111 do Código Tributário Nacional, 'interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre: I - suspensão ou exclusão do crédito tributário; II - outorga de isenção". Por outro lado, o art. 176 do referido código estabelece que "a isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração' (grifou-se).
Portanto, o § 9º do art. 39 do Decreto 3.000/99 não poderia estender às verbas indenizatórias pagas por pessoas jurídicas de direito privado - referentes a programas de demissão voluntária - as isenções previstas na Lei 9.468/97 e na Medida Provisória 2.174-28/2001." (AgRg no REsp n.º 883.678/SP, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJU de 29/06/2007)

Impende salientar, finalmente, que, nesta mesma assentada, a E. Primeira Turma deste STJ, firmou entendimento no sentido de que as indenizações pagas por despedida ou rescisão de contrato de trabalho que excederem os limites garantidos por lei, independentemente de estarem previstas em dissídios coletivos ou convenções trabalhistas homologados pela Justiça do Trabalho, não se inserem entre os rendimentos isentos a que se refere o art. 6.º da Lei n.º 7.713/88, estando, assim, sujeitas à incidência do imposto de renda.
Reconheceu-se, assim, que, também no inciso XX do art. 39 do Decreto n.º 3.000/99, foram excedidos os limites do poder regulamentar, na medida em que, nos termos do dispositivo legal regulamentado *"ficam isentos do imposto de renda (...) a indenização e o aviso prévio pagos por despedida ou rescisão de contrato de trabalho, até o limite garantido por lei"* (Lei n.º 7.713/88, art. 6.º, inciso V).
In casu, a despeito de tudo o quanto aqui fora externado acerca da matéria, a hipótese fática dos autos é de recolhimento do imposto de renda incidente sobre valores pelo recorrido percebidos em decorrência de gratificação por liberalidade da empresa, paga por ocasião da extinção do contrato de trabalho, promovido por pessoa jurídica de direito privado. Neste particular, devida é a incidência da referida exação, pelo que revela-se merecedor de reparos o aresto ora hostilizado.
Ex positis, cumprindo a função uniformizadora desta Corte Superior, **NEGO PROVIMENTO** ao presente recurso especial.
É como voto.
Brasília, DF, 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2311)

RECURSO ESPECIAL Nº 970.850 - SP (2007/0165357-0)

RELATOR	**:**	**MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	:	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	VALDIR SERAFIM E OUTRO(S)
RECORRENTE	:	JOSÉ SÁLVIO DE OLIVEIRA ROCHA
ADVOGADO	:	DARCIO FRANCISCO DOS SANTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	:	OS MESMOS

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA. VERBAS PERCEBIDAS A TÍTULO DE GRATIFICAÇÃO POR LIBERALIDADE PROMOVIDO POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO. LEI N.º 7.713/88. LEI N.º 9.468/97. DECRETO N.º 3.000/99. PODER REGULAMENTAR.
1. É cediço na Corte que têm natureza indenizatória, *a fortiori* afastando a incidência do Imposto de Renda: **a)** o abono de parcela de férias não-gozadas (art. 143 da CLT), mercê da inexistência de previsão legal, na forma da aplicação analógica da Súmulas 125/STJ, *verbis*: *"O pagamento de férias não gozadas por necessidade do serviço não está sujeito à incidência do Imposto de Renda."*, e da Súmula 136/STJ, *verbis*: *"O pagamento de licença-prêmio não gozada, por necessidade do serviço, não está sujeito ao Imposto de Renda."* (Precedentes: REsp 706.880/CE, DJ 17.10.2005; REsp 769.817/PB, DJ 03.10.2005; REsp 499.552/AL, DJ 19.09.2005; REsp 320.601/DF, DJ 30.05.2005; REsp 685.332/SP, DJ 14.02.2005; AgRg no AG 625.651/RJ, DJ 11.04.2005); b) as férias não-gozadas, indenizadas na vigência do contrato de trabalho, bem como as licenças-prêmio convertidas em pecúnia, sendo prescindível se ocorreram ou não por necessidade do serviço, nos termos da Súmula 125/STJ (Precedentes: REsp 701.415/SE, DJ 04.10.2005; AgRg no REsp 736.790/PR, DJ 15.05.2005; AgRg no AG 643.687/SP, DJ 27.06.2005); c) as férias não-gozadas, licenças-prêmio convertidas em pecúnia, irrelevante se decorreram ou não por necessidade do serviço, férias proporcionais, respectivos adicionais de 1/3 sobre as férias, todos percebidos por ocasião da extinção do contrato de trabalho, por força da previsão isencional encartada no art. 6º, V, da Lei 7.713/88 e no art. 39, XX, do RIR (aprovado pelo Decreto 3.000/99) c/c art. 146, *caput*, da CLT (Precedentes: REsp 743.214/SP, DJ 17.10.2005; AgRg no AG 672.779/SP, DJ 26.09.2005; AgRg no REsp 678.638/SP, DJ 03.10.2005; REsp 753.614/SP, DJ 26.09.2005; REsp 698.722/SP, DJ 18.04.2005; AgRg no AG 599.930/SP, DJ 07.03.2005; REsp 675.994/CE, DJ 01.08.2005; AgRg no AG 672.779/SP, DJ 26.09.2005; REsp 331.664/SP, DJ 25.04.2005).
2. Deveras, em face de sua natureza salarial, incide a referida exação: **a)** sobre o adicional de 1/3 sobre férias gozadas (Precedentes: REsp 763.086/PR, DJ 03.10.2005; REsp 663.396/CE, DJ 14.03.2005); **b)** sobre o adicional noturno (Precedente: REsp 674.392/SC, DJ 06.06.2005); **c)** sobre a complementação temporária de proventos (Precedentes: REsp 705.265/RS, DJ 26.09.2005; REsp 503.906/MT, DJ 13.09.2005); **d)** sobre o décimo-terceiro salário (Precedentes: REsp 645.536/RS, DJ 07.03.2005; EREsp 476.178/RS, DJ 28.06.2004); sobre a gratificação de produtividade (Precedente: REsp 735.866/PE, DJ 01.07.2005); **e)** sobre a gratificação por liberalidade da empresa, paga por ocasião da extinção do contrato de trabalho (Precedentes: REsp 742.848/SP, DJ 27.06.2005; REsp 644.840/SC, DJ 01.07.2005); **f)** sobre horas-extras (Precedentes: REsp 626.482/RS, DJ 23.08.2005; REsp 678.471/RS, DJ 15.08.2005; REsp 674.392/SC, DJ 06.06.2005)
3. Em se tratando de verbas indenizatórias pagas por pessoas jurídicas de direito privado, sejam estas referentes a programas de demissão voluntária ou pagas por mera liberalidade do empregador quando da rescisão unilateral do contrato de trabalho, não há falar em isenção do imposto de renda, por ausência de previsão legal nesse sentido.
4. O § 9.º do art. 39 do Decreto n.º 3.000/99 extrapolou os limites do poder regulamentar, terminando por indevidamente estender às verbas indenizatórias pagas por pessoas jurídicas de direito privado - referentes a programas de demissão voluntária - a isenção prevista na Lei n.º 9.468/97 (Precedente: AgRg no REsp n.º 883.678/SP, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJU de 29/06/2007).
5. As indenizações pagas por despedida ou rescisão de contrato de trabalho que excederem os limites garantidos por lei, independentemente de estarem previstas em dissídios coletivos ou convenções trabalhistas homologados pela Justiça do Trabalho, não se inserem entre os rendimentos isentos a que se refere o art. 6.º da Lei n.º 7.713/88, estando, assim, sujeitas à incidência do imposto de renda. (Precedente: AgRg no REsp n.º 883.678/SP, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJU de 29/06/2007)
6. *In casu*, a despeito de tudo o quanto aqui fora externado acerca da matéria, a hipótese fática dos autos é de recolhimento do imposto de renda incidente sobre valores pelo recorrido percebidos em decorrência de gratificação por liberalidade da empresa, paga por ocasião da extinção do contrato de trabalho, promovido por pessoa jurídica de direito privado. Neste particular, devida é a incidência da referida exação, pelo que revela-se merecedor de reparos o aresto ora hostilizado.
7. Recursos especiais providos.

Vistos.
Tratam-se de recursos especiais interposto pela FAZENDA NACIONAL e recurso adesivo por JOSÉ SÁLVIO DE OLIVEIRA ROCHA, ambos com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Carta Maior, contra o v. acórdão prolatado pelo Eg. Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, que restou assim ementado:

TRIBUTÁRIO - IMPOSTO SOBRE A RENDA - VERBAS RECEBIDAS PELO EMPREGADO NA RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE TRABALHO - PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA - NATUREZA INDENIZATÓRIA - NÃO INCIDÊNCIA
1. O valor da causa não atingiu o piso de 60 salários, portanto a matéria não pode ser reexaminada por força da remessa oficial.
2. A Segunda Seção desta Corte uniformizou a jurisprudência acerca da matéria (AMS nº 95.03.095720-6, Relatora Desembargadora Federal Marli Ferreira, julgado em 02.09.97).
3. No mesmo sentido decidiu o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, pacificando a jurisprudência ao editar a Súmula 215.
4. As verbas indenizatórias recebidas em plano de demissão voluntária não constituem disponibilidade econômica de renda, porquanto representam tão-somente o ressarcimento ou indenização de uma situação não fruída.
5. A Súmula n.º 125 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça afasta a incidência do Imposto de Renda sobre as férias indenizadas, adicional de 1/3 sobre as férias vencidas indenizadas e respectivo adicional de 1/3.
6. As férias proporcionais e seu adicional de 1/3 sofrem a incidência do imposto de renda, uma vez que o impetrante não havia completado o seu período aquisitivo.
7. Apelação da impetrante parcialmente provida, apelação da União Federal e remessa oficial não providas.

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - REJEITADO
1. Não existe omissão no decisum, uma vez que este decidiu pela ilegalidade da incidência do imposto de renda sobre a gratificação recebida quando da rescisão do contrato de trabalho, posto que tal verba possui nítido caráter indenizatório.
2. Embargos de declaração conhecidos, mas rejeitados.

Na presente irresignação recursal, a FAZENDA NACIONAL sustenta violação do art. 43, do CTN, e 3º e 6º, V, da Lei 7.713/88 vez que a verba paga por liberalidade do empregador configurariam acréscimos patrimoniais, não tendo natureza indenizatória. Defende que não está configurada adesão à plano Programa de Demissão Voluntária, estando afastada a Súmula nº 215 do STJ.
Em recurso adesivo, JOSÉ SÁLVIO DE OLIVEIRA ROCHA, argumenta que não incide o imposto de renda sobre o valor pago a título de férias proporcionais e respectivo terço constitucional, aplicando-se a súmula 125/STJ, ao contrário do que restou consignado no acórdão.
Os recursos especiais receberam crivo positivo de admissibilidade no Tribunal a quo.

Relatados. Decido.

Restando devidamente prequestionados os dispositivos legais apontados pelos recorrentes como malferidos e preenchidos os demais pressupostos de admissibilidade recursal, impõe-se o conhecimento dos presentes apelos nobres.
No mérito, *prima facie*, tenho que merecem acolhida ambas as pretensões dos recorrentes.
Deveras, é cediço nesta Corte Superior que as verbas rescisórias especiais recebidas pelo trabalhador a título de indenização por férias em pecúnia e licença-prêmio não gozada, conversão de 1/3 das férias ou ausência permitida ao trabalho não ensejam acréscimo patrimonial exatamente por seu caráter indenizatório. Disso decorre a impossibilidade da incidência do imposto de renda sobre as mesmas. Sobre este tema versam as Súmulas n.ºs 125 e 136 deste Superior Tribunal de Justiça, abaixo transcritas com os comentários do ilustre jurista Roberto Rosas (*in* "Direito Sumular", 10.ª Edição, Editora Malheiros):

"- 125. O pagamento de férias não gozadas por necessidade do serviço não está sujeito à incidência do Imposto de Renda. *O pagamento, ao empregado, das férias não gozadas, em dinheiro, por necessidade do serviço, não constitui renda, porque é pagamento como compensação pelo não-lazer.*

- 136. O pagamento de licença-prêmio não gozadas por necessidade do serviço não está sujeito à incidência do Imposto de Renda. *A licença-prêmio é estimulada como estímulo à assiduidade, decorre do trabalho, simples prêmio pela inexistência de faltas ao serviço; e não gozadas porque a administração necessitou dos serviços do beneficiário, e portanto indenização pelo não afastamento do serviço, não significa rendimento do trabalho."*

A respeito disso, ensina-nos Roque A. Carrazza:

"Não é qualquer entrada de dinheiro nos cofres de uma pessoa (física ou jurídica) que pode ser alcançada pelo IR, mas, tão-somente, os acréscimos patrimoniais, isto é, a aquisição de disponibilidade de riqueza nova.
Tudo que não tipificar ganhos durante um período, mas simples transformação de riqueza, não se enquadra na área traçada pelo art. 153, III, da CF.
É o caso das indenizações. Nelas, não há geração de rendas ou acréscimos patrimoniais (proventos) de qualquer espécie. Não há riquezas novas disponíveis, mas reparações, em pecúnia, por perdas de direitos." (IR - Indenização - in RDT 52/90).

Destarte, a natureza jurídica das verbas recebidas pelo trabalhador por férias em pecúnia, licença-prêmio não gozada e extinção do contrato de trabalho por dispensa incentivada, decidirá acerca da incidência ou não do imposto de renda. O mesmo se dá a título do adicional de 1/3 sobre férias, que, conquanto tenha natureza salarial, sujeitando-se, dessa forma, à incidência da exação, desta se exime se as férias forem vencidas e indenizadas, mesmo que na vigência do contrato de trabalho, porquanto trata-se de verba acessória.

É esse o entendimento desta Corte, consoante destacamos nos seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. REGIME TRIBUTÁRIO DAS INDENIZAÇÕES. PRECEDENTES. ***PAGAMENTOS FEITOS DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO DE TRABALHO. FÉRIAS INDENIZADAS E RESPECTIVO ADICIONAL DE 1/3.*** *LICENÇA-PRÊMIO INDENIZADA. PRAZO PARA REPETIÇÃO DO INDÉBITO. MATÉRIA PACIFICADA. ORIENTAÇÃO FIRMADA PELA 1ª SEÇÃO DO STJ, NA APRECIAÇÃO DO ERESP 435.835/SC. LC 118/2005: NATUREZA MODIFICATIVA (E NÃO SIMPLESMENTE INTERPRETATIVA) DO SEU ARTIGO 3º. INCONSTITUCIONALIDADE DO SEU ART. 4º, NA PARTE QUE DETERMINA A APLICAÇÃO RETROATIVA. ENTENDIMENTO CONSIGNADO NO VOTO DO ERESP 327.043/DF. SELIC. LEGALIDADE*
1. A ausência de debate, na instância recorrida, dos dispositivos legais cuja violação se alega no recurso especial atrai a incidência da Súmula 282 do STF.
2. O imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador, nos termos do art. 43 e seus parágrafos do CTN, os "acréscimos patrimoniais", assim entendidos os acréscimos ao patrimônio material do contribuinte.
3. O pagamento de indenização pode ou não acarretar acréscimo patrimonial, dependendo da natureza do bem jurídico a que se refere. Quando se indeniza dano efetivamente verificado no patrimônio material (= dano emergente), o pagamento em dinheiro simplesmente reconstitui a perda patrimonial ocorrida em virtude da lesão, e, portanto, não acarreta qualquer aumento no patrimônio. Todavia, ocorre acréscimo patrimonial quando a indenização (a) ultrapassar o valor do dano material verificado (= dano emergente), ou (b) se destinar a compensar o ganho que deixou de ser auferido (= lucro cessante), ou (c) se referir a dano causado a bem do patrimônio imaterial (= dano que não importou redução do patrimônio material).
4. A conversão em pecúnia da licença-prêmio e férias não gozadas não está sujeita à incidência do Imposto de Renda - Súmulas 125 e 136/STJ.
5. O pagamento feito pelo empregador a seu empregado, a título de adicional de 1/3 sobre férias indenizadas está beneficiado por isenção. Com efeito, a lei isenta de imposto de renda "a indenização (...) por despedida ou rescisão de contrato de trabalho, até o limite garantido pela lei trabalhista ou por dissídio coletivo e convenções trabalhistas homologados pela Justiça do Trabalho" (art. 39, XX do RIR, aprovado pelo Decreto 3.000/99 e art. 6º, V, da Lei 7.713/88), o que sustenta o entendimento da Súmula 125/STJ, segundo a qual o pagamento de férias não gozadas por necessidade do serviço não esta sujeito a incidência do imposto de renda.
6. A Primeira Seção consagrou entendimento no sentido de que, não havendo homologação expressa do lançamento pela autoridade fiscal, ela se dá tacitamente no final do prazo de cinco anos contados do fato gerador, que, no caso do imposto de renda retido na fonte, ocorre no final do ano-base. A partir de então, tem início o prazo de cinco anos, previsto no art. 168, I, do CTN, para o contribuinte pleitear a restituição dos valores indevidamente recolhidos.
7. O art. 3º da LC 118/2005, a pretexto de interpretar os arts. 150, § 1º, 160, I, do CTN, conferiu-lhes, na verdade, um sentido e um alcance diferente daquele dado pelo Judiciário. Ainda que defensável a "interpretação" dada, não há como negar que a Lei inovou no plano normativo, pois retirou das disposições interpretadas um dos seus sentidos possíveis, justamente aquele tido como correto pelo STJ, intérprete e guardião da legislação federal. Portanto, o art. 3º da LC 118/2005 só pode ter eficácia prospectiva, incidindo apenas sobre situações que venham a ocorrer a partir da sua vigência.
8. O artigo 4º, segunda parte, da LC 118/2005, que determina a aplicação retroativa do seu art. 3º, para alcançar inclusive fatos passados, ofende o princípio constitucional da autonomia e independência dos poderes (CF, art. 2º) e o da garantia do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada (CF, art. 5º, XXXVI). Ressalva, no particular, do ponto de vista pessoal do relator, no sentido de que cumpre ao órgão fracionário do STJ suscitar o incidente de inconstitucionalidade perante a Corte Especial, nos termos do art. 97 da CF.
9. É legítima a utilização da taxa SELIC como índice de correção monetária e de juros de mora na atualização dos créditos tributários.
10. Recurso especial desprovido." (REsp n.º 671.583/SE, Primeira Turma, Rel. Min. Teori Zavascki, DJU de 21/11/2005)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA SOBRE VERBAS INDENIZATÓRIAS - ADICIONAL DE 1/3 SOBRE FÉRIAS NÃO-GOZADAS - NÃO-INCIDÊNCIA - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - FORMA DE DEVOLUÇÃO - RETIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO ANUAL - DESVIRTUAMENTO DO PEDIDO - IMPOSSIBILIDADE.
1. ***Quando usufruídas as férias, o respectivo adicional de 1/3 tem natureza salarial, estando sujeito à tributação; contudo, se as férias não gozadas foram indenizadas, mediante a sua conversão em pecúnia, não há incidência do imposto de renda e, sendo o adicional de 1/3 um acessório, segue ele a sorte do principal, não estando, também, sujeito à referida exação.***
2. Se na inicial é formulado pedido de repetição de indébito do imposto de renda, descabe ao Tribunal modificá-lo, determinando a retificação da declaração anual e a compensação com o imposto de renda porventura devido.
3. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, provido." (REsp n.º 782.587/PR, Segunda Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJU de 20/10/2005)

"RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. NÃO-INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA NOS VALORES RECEBIDOS A TÍTULO DE LICENÇA PRÊMIO, FÉRIAS E ABONO DE FÉRIAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 83/STJ.
A impossibilidade dos recorridos de usufruir dos benefícios, criada pelo empregador ou por opção deles, titulares, gera a indenização, porque, negado o direito que deveria ser desfrutado in natura, surge o substitutivo da indenização em pecúnia. O dinheiro pago em substituição a essa recompensa não se traduz em riqueza nova, nem tampouco em acréscimo patrimonial, mas apenas recompõe o patrimônio do empregado que sofreu prejuízo por não exercitar esse direito.
O adicional de 1/3 sobre as férias, quando estas são gozadas, tem natureza salarial, estando, portanto, sujeito à tributação; contudo, quando as férias são indenizadas, sendo o adicional um acessório, segue a sorte do principal, não estando, também, sujeito à incidência do Imposto de Renda.
Não-configurada, portanto, hipótese de incidência do imposto de renda previsto no art. 43 do Código Tributário Nacional. Incidência da Súmula n. 83 deste Sodalício.
Recurso especial não-conhecido." (REsp n.º 663.396/CE, Segunda Turma, Rel. Min. Franciulli Netto, DJU de 14/03/2005)

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. CORREÇÕES NECESSÁRIAS. VERBAS INDENIZATÓRIAS. FÉRIAS PROPORCIONAIS E ACRÉSCIMOS RESPECTIVOS. IMPOSTO DE RENDA. NÃO-INCIDÊNCIA. SÚMULAS NºS 125 E 136/STJ.
1. Agravo regimental contra decisão que proveu o recurso especial do particular.
2. O acórdão a quo reconheceu a incidência do imposto de renda sobre férias proporcionais com os respectivos adicionais, por possuírem natureza salarial.
3. Decisão agravada que laborou em equívoco ao apreciar questões diversas da que consta dos autos, visto que o Especial do particular pretendeu discutir a incidência do imposto de renda sobre verbas percebidas pelo trabalhador a título de férias proporcionais e seus acréscimos. No entanto, o decisum ora atacado tratou de tema diverso, qual seja, a incidência do IR sobre verbas referentes ao pagamento de férias não gozadas e seu adicional de 1/3. Correções efetivadas para a perfeita entrega da prestação jurisdicional.
4. O imposto sobre a renda tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica da renda (produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos) e de proventos de qualquer natureza (art. 43 do CTN).
5. ***A indenização especial, o 13º salário, as férias e seu adicional de 1/3 não-gozados, as férias proporcionais e os respectivos acréscimos e o abono pecuniário não-gozado não configuram acréscimo patrimonial de qualquer natureza ou renda e, portanto, não são fatos imponíveis à hipótese de incidência do IR, tipificada pelo art. 43 do CTN. A referida indenização não é renda nem proventos.***
6. Inteligência das Súmulas nºs 125 e 136/STJ.
7. Agravo regimental parcialmente provido para, apenas, corrigir a decisão agravada, mantendo-se, contudo, o provimento do recurso especial." (AgRg no REsp n.º 644.289/SP, Primeira Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ 17/12/2004)

Impende salientar, ainda, que, no que se refere à incidência de imposto de renda sobre as verbas percebidas pelo empregado quando da rescisão de seu contrato de trabalho, muito já se discutiu, nesta Corte Superior, a respeito de ser ou não devida a mesma nas hipóteses de percebimento de valores a título de indenização, seja por adesão do empregado à espécie de plano ou programa de demissão voluntária, ou mesmo nas hipóteses em que referido pagamento decorresse de mera liberalidade do empregador quando da rescisão unilateral e sem justa causa do contrato de trabalho.
O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, cuja instituição é de competência da União (CF/88, art. 153, III), tem seu fato gerador definido pelo art. 43 do Código Tributário Nacional, que assim dispõe:

"Art. 43. O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica:
I - de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;
II - de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior.
§ 1.º A incidência do imposto independe da denominação da receita ou rendimento, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção.
§ 2.º Na hipótese de receita ou de rendimento oriundos do exterior, a lei estabelecerá as condições e o momento em que se dará sua disponibilidade, para fins de incidência do imposto referido neste artigo.

A Lei n.º 7.713/88, que alterou anterior legislação do imposto de renda, dispõe, em seu art. 3.º, *verbis:*

"Art. 3º O imposto incidirá sobre o rendimento bruto, sem qualquer dedução, ressalvado o disposto nos arts. 9º a 14 desta Lei. (Vide Lei 8.023, de 12.4.90)
§ 1º Constituem rendimento bruto todo o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos, os alimentos e pensões percebidos em dinheiro, e ainda os proventos de qualquer natureza, assim também entendidos os acréscimos patrimoniais não correspondentes aos rendimentos declarados.

§ 2º Integrará o rendimento bruto, como ganho de capital, o resultado da soma dos ganhos auferidos no mês, decorrentes de alienação de bens ou direitos de qualquer natureza, considerando-se como ganho a diferença positiva entre o valor de transmissão do bem ou direito e o respectivo custo de aquisição corrigido monetariamente, observado o disposto nos arts. 15 a 22 desta Lei.
(...)
§ 4º A tributação independe da denominação dos rendimentos, títulos ou direitos, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem dos bens produtores da renda, e da forma de percepção das rendas ou proventos, bastando, para a incidência do imposto, o benefício do contribuinte por qualquer forma e a qualquer título. (...)"

No art. 6.º do diploma legal supra mencionado, fez o legislador constar o rol de hipóteses de isenção da referida exação sobre rendimentos percebidos por pessoas físicas. Dentre estas, merece destaque, em razão da matéria em debate nestes autos, aquela inserta no inciso V do referido dispositivo:

"Art. 6º ***Ficam isentos do imposto de renda*** *os seguinte rendimentos percebidos por pessoas físicas:*
(...)
V - ***a indenização e o aviso prévio pagos por despedida ou rescisão de contrato de trabalho, até o limite garantido por lei****, bem como o montante recebido pelos empregados e diretores, ou respectivos beneficiários, referente aos depósitos, juros e correção monetária creditados em contas vinculadas, nos termos da legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; (...)."*

Por seu turno, dispôs a Medida Provisória n.º 1.530/96, convertida na Lei n.º 9.468/97, que instituiu o Programa de Desligamento Voluntário de servidores civis do Poder Executivo Federal, em seu art. 14:

"Art. 14. Para fins de incidência do imposto de renda na fonte e na declaração de rendimentos, serão considerados como indenizações isentas os pagamentos efetuados ***por pessoas jurídicas de direito público a servidores públicos civis****, a título de incentivo à adesão a programas de desligamento voluntário."* (grifo nosso)

Por fim, regulamentando a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto de Renda, foi editado o Decreto n.º 3.000, de 26 de março de 1999, que assim dispõe, em seu art. 39, incisos XIX e XX:

"Art. 39. Não entrarão no cômputo do rendimento bruto:
(...)
XIX - ***o pagamento efetuado por pessoas jurídicas de direito público a servidores públicos civis, a título de incentivo à adesão a programas de desligamento voluntário*** *(Lei nº 9.468, de 10 de julho de 1997, art. 14);*
XX - a indenização e o aviso prévio pagos por despedida ou rescisão de contrato de trabalho, ***até o limite garantido pela lei trabalhista ou por dissídio coletivo e convenções trabalhistas homologados pela Justiça do Trabalho****, bem como o montante recebido pelos empregados e diretores e seus dependentes ou sucessores, referente aos depósitos, juros e correção monetária creditados em contas vinculadas, nos termos da legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei nº 7.713, de 1988, art. 6º, inciso V, e Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, art. 28); (...)."*

Versa, ainda, o § 9.º do dispositivo supra transcrito que: *"o disposto no inciso XIX é extensivo às verbas indenizatórias, pagas por pessoas jurídicas, referentes a programas de demissão voluntária"*.
Com esteio nas referidas normas é que, *ab initio*, se firmou na Corte entendimento jurisprudencial no sentido de que as verbas percebidas pelo empregado a título de indenização por adesão a plano ou programa de demissão voluntária ou incentivada não estariam sujeitas à incidência do imposto de renda. Esta é, inclusive, a literal disposição do verbete sumular n.º 215 desta Corte Superior, *verbis: "A indenização recebida pela adesão à programa de demissão voluntária não está sujeita à incidência do imposto de renda"*.
Todavia, a orientação da E. Primeira Turma desta Corte Superior acerca da questão versada, por força do julgamento do AgRg no REsp n.º 883.678/SP, de relatoria da e. Min. Denise Arruda, sofreu significativa alteração, firmando-se no sentido de que, em se tratando de verbas indenizatórias pagas por pessoas jurídicas de direito privado, sejam estas referentes a programas de demissão voluntária ou pagas por mera liberalidade do empregador quando da rescisão unilateral do contrato de trabalho, não há falar em isenção do imposto de renda, por ausência de previsão legal nesse sentido.
Na ocasião, reconheceu-se a ilegalidade do § 9.º do art. 39 do Decreto n.º 3.000/99, que extrapolando os limites do poder regulamentar, terminou por indevidamente estender às verbas indenizatórias pagas por pessoas jurídicas de direito privado - referentes a programas de demissão voluntária - a isenção prevista na Lei n.º 9.468/97. Oportuna a transcrição, neste particular, dos fundamentos do voto condutor do referido aresto, da lavra da e. Relatora do feito, Min. Denise Arruda:

"A atual Constituição Federal, em seu art. 153, prevê: 'Compete à União instituir impostos sobre: (...) III - renda e proventos de qualquer natureza;' No § 2º do referido artigo, a Carta de 1988 inova em relação às Constituições anteriores, ao determinar que o Imposto de Renda 'será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei'.
Em face do que dispõe o art. 146, III, a, da Constituição Federal, a Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 - denominada Código Tributário Nacional -, foi recepcionada com status de lei complementar, assim definindo o fato gerador do Imposto de Renda:
'Art. 43. O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica:
I - de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;
II - de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior.
§ 1º A incidência do imposto independe da denominação da receita ou do rendimento, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção. (Incluído pela Lcp 104, de 10.1.2001)
§ 2º Na hipótese de receita ou de rendimento oriundos do exterior, a lei estabelecerá as condições e o momento em que se dará sua disponibilidade, para fins de incidência do imposto referido neste artigo. (Incluído pela Lcp 104, de 10.1.2001)'

Sobreveio a Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que, no § 1º de seu art. 3º, dispõe: 'Constituem rendimento bruto todo o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos, os alimentos e pensões percebidos em dinheiro, e ainda os proventos de qualquer natureza, assim também entendidos os acréscimos patrimoniais não correspondentes aos rendimentos declarados.' O § 4º do aludido artigo complementa: 'A tributação independe da denominação dos rendimentos, títulos ou direitos, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem dos bens produtores da renda, e da forma de percepção das rendas ou proventos, bastando, para a incidência do imposto, o benefício do contribuinte por qualquer forma e a qualquer título.' Por sua vez, o art. 6º, V, estabelece que 'ficam isentos do imposto de renda (...) a indenização e o aviso prévio pagos por despedida ou rescisão de contrato de trabalho, até o limite garantido por lei, bem como o montante recebido pelos empregados e diretores, ou respectivos beneficiários, referente aos depósitos, juros e correção monetária creditados em contas vinculadas, nos termos da legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço' (grifou-se).
Posteriormente, editou-se a Medida Provisória 1.530, de 20 de novembro de 1996, que, depois de sucessivas reedições, foi convertida na Lei 9.468/97, a qual, em seu art. 14, dispõe: 'Para fins de incidência do imposto de renda na fonte e na declaração de rendimentos, serão considerados como indenizações isentas os pagamentos efetuados por pessoas jurídicas de direito público a servidores públicos civis, a título de incentivo à adesão a programas de desligamento voluntário.' (grifou-se)
Em conformidade com o art. 14 da Lei 9.468/97, está em tramitação no Congresso Nacional a Medida Provisória 2.174-28, de 24 de agosto de 2001 (originária da Medida Provisória 1.917, de 1999), cujo art. 22 prescreve: "A indenização do PDV e o incentivo da licença sem remuneração de que tratam os arts. 12 e 18 serão isentas de contribuição social para o regime próprio de previdência do servidor público e do imposto sobre a renda, e custeadas à conta das dotações orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos do órgão ou da entidade da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional a que se vincula o servidor que aderir ao PDV, suplementadas se necessário." (grifou-se)
Por fim, o Decreto 3.000, de 26 de março de 1999 - que regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto de Renda -, em seu art. 39, XIX e XX, dispõe: 'Art. 39. Não entrarão no cômputo do rendimento bruto: (...) XIX - o pagamento efetuado por pessoas jurídicas de direito público a servidores públicos civis, a título de incentivo à adesão a programas de desligamento voluntário (Lei 9.468, de 10 de julho de 1997, art. 14); XX - a indenização e o aviso prévio pagos por despedida ou rescisão de contrato de trabalho, até o limite garantido pela lei trabalhista ou por dissídio coletivo e convenções trabalhistas homologados pela Justiça do Trabalho, bem como o montante recebido pelos empregados e diretores e seus dependentes ou sucessores, referente aos depósitos, juros e correção monetária creditados em contas vinculadas, nos termos da legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei 7.713, de 1988, art. 6º, inciso V, e Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, art. 28);' O § 9º do referido artigo diz que "o disposto no inciso XIX é extensivo às verbas indenizatórias, pagas por pessoas jurídicas, referentes a programas de demissão voluntária' (grifou-se).
Como visto, as Leis 7.713/88 e 9.468/97 e a Medida Provisória 2.174-28/2001 classificam como rendimentos isentos: (a) os pagamentos efetuados por pessoas jurídicas de direito público a servidores públicos civis, a título de incentivo à adesão a programas de desligamento voluntário; (b) a indenização e o aviso prévio pagos por despedida ou rescisão de contrato de trabalho, até o limite garantido por lei, bem como o montante recebido pelos empregados e diretores, ou respectivos beneficiários, referente aos depósitos, juros e correção monetária creditados em contas vinculadas, nos termos da legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
De acordo com o art. 111 do Código Tributário Nacional, 'interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre: I - suspensão ou exclusão do crédito tributário; II - outorga de isenção". Por outro lado, o art. 176 do referido código estabelece que "a isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração' (grifou-se).
Portanto, o § 9º do art. 39 do Decreto 3.000/99 não poderia estender às verbas indenizatórias pagas por pessoas jurídicas de direito privado - referentes a programas de demissão voluntária - as isenções previstas na Lei 9.468/97 e na Medida Provisória 2.174-28/2001.*"*
(AgRg no REsp n.º 883.678/SP, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJU de 29/06/2007)

Impende salientar, finalmente, que, nesta mesma assentada, a E. Primeira Turma deste STJ, firmou entendimento no sentido de que as indenizações pagas por despedida ou rescisão de contrato de trabalho que excederem os limites garantidos por lei, independentemente de estarem previstas em dissídios coletivos ou convenções trabalhistas homologados pela Justiça do Trabalho, não se inserem entre os rendimentos isentos a que se refere o art. 6.º da Lei n.º 7.713/88, estando, assim, sujeitas à incidência do imposto de renda.
Reconheceu-se, assim, que, também no inciso XX do art. 39 do Decreto n.º 3.000/99, foram excedidos os limites do poder regulamentar, na medida em que, nos termos do dispositivo legal regulamentado *"ficam isentos do imposto de renda (...) a indenização e o aviso prévio pagos por despedida ou rescisão de contrato de trabalho, até o limite garantido por lei"* (Lei n.º 7.713/88, art. 6.º, inciso V).
In casu, a despeito de tudo o quanto aqui fora externado acerca da matéria, a hipótese fática dos autos é de recolhimento do imposto de renda incidente sobre valores pelo recorrido percebidos em decorrência de gratificação por liberalidade da empresa, paga por ocasião da extinção do contrato de trabalho, promovido por pessoa jurídica de direito privado. Neste particular, devida é a incidência da referida exação, pelo que revela-se merecedor de reparos o aresto ora hostilizado.

Ex positis, cumprindo a função uniformizadora desta Corte Superior, **DOU PROVIMENTO** aos recursos especiais.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília, DF, 19 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2312)

RECURSO ESPECIAL Nº 972.181 - RS (2007/0177082-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: LUIZ CLÁUDIO PORTINHO DIAS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: DOC SERVER INFORMÁTICA LTDA - MASSA FALIDA
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO
/-

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DO SÓCIO QUOTISTA. SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. DÉBITOS RELATIVOS À SEGURIDADE SOCIAL. LEI 8.620/93, ART. 13. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA PELA PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ.

1. A responsabilidade patrimonial secundária do sócio, na jurisprudência do E. STJ, funda-se na regra de que o redirecionamento da execução fiscal, e seus consectários legais, para o sócio-gerente da empresa, somente é cabível quando reste demonstrado que este agiu com excesso de poderes, infração à lei ou contra o estatuto, ou na hipótese de dissolução irregular da empresa.
2. Os débitos da sociedade para com a Seguridade Social, consoante entendimento pretérito, era o da responsabilidade solidária dos sócios, ainda que integrantes de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, em virtude do disposto em lei específica, qual seja, a Lei nº 8.620/93, segundo a qual *"o titular da firma individual e os sócios das empresas por cotas de responsabilidade limitada respondem solidariamente, com seus bens pessoais, pelos débitos junto à Seguridade Social"* (artigo 13).
3. A Lei 8.620/93, no seu artigo 13, restou inaplicado pela jurisprudência da Turma, nos seguintes termos:
"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITOS PARA COM A SEGURIDADE SOCIAL. REDIRECIONAMENTO. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO (SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LTDA). SOLIDARIEDADE. PREVISÃO PELA LEI 8.620/93, ART. 13. NECESSIDADE DE LEI COMPLEMENTAR (CF, ART. 146, 111, B). INTERPRETAÇÕES SISTEMÁTICA E TELEOLÓGICA. CTN, ARTS. 124, 11, E 135, 111. CÓDIGO CIVIL, ARTS. 1.016 E 1.052. VIOLAÇÃO AO ART. 535. INOCORRÊNCIA.
(...)
3. A solidariedade prevista no art. 124, 11, do CTN, é denominada de direito. Ela só tem validade e eficácia quando a lei que a estabelece for interpretada de acordo com os propósitos da Constituição Federal e do próprio Código Tributário Nacional.
4. Inteiramente desprovidas de validade são as disposições da Lei n° 8.620/93, ou de qualquer outra lei ordinária, que indevidamente pretenderam alargar a responsabilidade dos sócios e dirigentes das pessoas jurídicas. O art. 146, inciso III, b, da Constituição Federal, estabelece que as normas sobre responsabilidade tributária deverão se revestir obrigatoriamente de lei complementar.
5. O CTN, art. 135, III, estabelece que os sócios só respondem por dívidas tributárias quando exercerem gerência da sociedade ou qualquer outro ato de gestão vinculado ao fato gerador. O art. 13 da Lei n° 8.620/93, portanto, só pode ser aplicado quando presentes as condições do art. 135, III, do CTN, não podendo ser interpretado, exclusivamente, em combinação com o art. 124, II, do CTN.
6. O teor do art. 1.016 do Código Civil de 2002 é extensivo às Sociedades Limitadas por força do prescrito no art. 1.053, expressando hipótese em que os administradores respondem solidariamente somente por culpa quando no desempenho de suas funções, o que reforça o consignado no art. 135, III, do CTN.

7. A Lei 8.620/93, art. 13, também não se aplica às Sociedades Limitadas por encontrar-se esse tipo societário regulado pelo novo Código Civil, lei posterior, de igual hierarquia, que estabelece direito oposto ao nela estabelecido.
8. Não há como se aplicar à questão de tamanha complexidade e repercussão patrimonial, empresarial, fiscal e econômica, interpretação literal e dissociada do contexto legal no qual se insere o direito em debate. Deve-se, ao revés, buscar amparo em interpretações sistemática e teleológica, adicionando-se os comandos da Constituição Federal, do Código Tributário Nacional e do Código Civil para, por fim, alcançar-se uma resultante legal que, de forma coerente e juridicamente adequada, não desnature as Sociedades Limitadas e, mais ainda, que a bem do consumidor e da própria livre iniciativa privada (princípio constitucional) preserve os fundamentos e a natureza desse tipo societário." (REsp nº 717.717/SP, da relatoria do e. Ministro José Delgado, julgado em 28.09.2005).

4. A jurisprudência da Primeira Seção desta Corte Superior, todavia, ao concluir o julgamento do ERESP n.º 702.232/RS, da relatoria do e. Ministro Castro Meira, publicado no DJ de 26.09.2005, assentou que: a) se a execução fiscal foi ajuizada somente contra a pessoa jurídica e, após o ajuizamento, foi requerido o seu redirecionamento contra o sócio-gerente, incumbe ao Fisco a prova da ocorrência de alguns dos requisitos do art. 135, do CTN: quando reste demonstrado que este agiu com excesso de poderes, infração à lei ou contra o estatuto, ou na hipótese de dissolução irregular da empresa; b) constando o nome do sócio-gerente como co-responsável tributário na CDA cabe a ele o ônus de provar a ausência dos requisitos do art. 135 do CTN, independentemente se a ação executiva foi proposta contra a pessoa jurídica e contra o sócio ou somente contra a empresa, tendo em vista que a CDA goza de presunção relativa de liquidez e certeza, nos termos do art. 204 do CTN c/c o art. 3º da Lei n.º 6.830/80.

5. Os fundamentos de referido aresto restaram sintetizados na seguinte ementa:

"TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ART. 135 DO CTN. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO-GERENTE. EXECUÇÃO FUNDADA EM CDA QUE INDICA O NOME DO SÓCIO. REDIRECIONAMENTO. DISTINÇÃO.
1. Iniciada a execução contra a pessoa jurídica e, posteriormente, redirecionada contra o sócio-gerente, que não constava da CDA, cabe ao Fisco demonstrar a presença de um dos requisitos do art. 135 do CTN. Se a Fazenda Pública, ao propor a ação, não visualizava qualquer fato capaz de estender a responsabilidade ao sócio-gerente e, posteriormente, pretende voltar-se também contra o seu patrimônio, deverá demonstrar infração à lei, ao contrato social ou aos estatutos ou, ainda, dissolução irregular da sociedade.
2. Se a execução foi proposta contra a pessoa jurídica e contra o sócio-gerente, a este compete o ônus da prova, já que a CDA goza de presunção relativa de liquidez e certeza, nos termos do art. 204 do CTN c/c o art. 3º da Lei n.º 6.830/80.
3. Caso a execução tenha sido proposta somente contra a pessoa jurídica e havendo indicação do nome do sócio-gerente na CDA como co-responsável tributário, não se trata de típico redirecionamento. Neste caso, o ônus da prova compete igualmente ao sócio, tendo em vista a presunção relativa de liquidez e certeza que milita em favor da Certidão de Dívida Ativa.
4. Na hipótese, a execução foi proposta com base em CDA da qual constava o nome do sócio-gerente como co-responsável tributário, do que se conclui caber a ele o ônus de provar a ausência dos requisitos do art. 135 do CTN.
5. Embargos de divergência providos"

6. *In casu*, consta da CDA o nome dos sócios-gerentes da empresa como co-responsáveis pela dívida tributária motivo pelo qual, independente da demonstração da ocorrência de que os sócios agiram com excesso de poderes, infração à lei ou contra o estatuto, ou na hipótese de dissolução irregular da empresa, mister seja efetivado o redirecionamento da execução.

7. Recurso especial provido (art. 557, § 1º-A, CPC)

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"AGRAVO CONTRA DECISÃO DENEGATÓRIA DE AGRAVO DE INSTRUMENTO.

Forte no disposto no art. 557, caput, do CPC, possível ao Relator negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com Súmula ou jurisprudência dominante do respectivo tribunal ou de tribunais superiores."

Sustenta a autarquia recorrente a violação ao art. 2º, § 5º, I e IV, e 3º da Lei nº 6.830/80 c/c 202 do CTN e art. 135, III, do CTN, aduzindo, em síntese, restar presumida a responsabilidade do sócio cujo nome conste da CDA invertendo-se, portanto, o ônus da prova de que não deva ser efetivado o redirecionamento da execução.
Relatados. DECIDO.
Preliminarmente, a matéria federal restou devidamente prequestionada, bem como, demonstrado o dissídio jurisprudencial, nos moldes exigidos pelo art. 255, do RISTJ, motivo pelo qual o recurso merece ser conhecido.
Assiste razão à autarquia.
A responsabilidade patrimonial secundária do sócio, na jurisprudência do E. STJ, funda-se na regra de que o redirecionamento da execução fiscal, e seus consectários legais, para o sócio-gerente da empresa, somente é cabível quando reste demonstrado que este agiu com excesso de poderes, infração à lei ou contra o estatuto, ou na hipótese de dissolução irregular da empresa.
Em se tratando de débitos de sociedade para com a Seguridade Social, diversos julgados da Primeira Turma, inclusive desta relatoria, perfilhavam o entendimento de que, aos sócios, incumbiria a res ponsabilidade solidária, mesmo que integrantes de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, em virtude do disposto no artigo 13, da Lei nº 8.620/93, lei específica que, alterando as regras das Leis 8.212/91 e 8.213/91, assim dispôs:
"Art. 13. O titular da firma individual e os sócios das empresas por cotas de responsabilidade limitada respondem solidariamente, com seus bens pessoais, pelos débitos junto à Seguridade Social.

Parágrafo único. Os acionistas controladores, os administradores, os gerentes e os diretores respondem solidariamente e subsidiariamente, com seus bens pessoais, quanto ao inadimplemento das obrigações para com a Seguridade Social, por dolo ou culpa."

Não obstante, a Primeira Seção desta Corte, em recente sessão de julgamento, nos autos do Recurso Especial nº 717.717/SP, da relatoria do Ministro José Delgado, assentou o seguinte:
"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITOS PARA COM A SEGURIDADE SOCIAL. REDIRECIONAMENTO. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO (SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LTDA). SOLIDARIEDADE. PREVISÃO PELA LEI 8.620/93, ART. 13. NECESSIDADE DE LEI COMPLEMENTAR (CF, ART. 146, 111, B). INTERPRETAÇÕES SISTEMÁTICA E TELEOLÓGICA. CTN, ARTS. 124, 11, E 135, 111. CÓDIGO CIVIL, ARTS. 1.016 E 1.052. VIOLAÇÃO AO ART. 535. INOCORRÊNCIA.
1. Tratam os autos de agravo de instrumento movimentado pelo INSS em face de decisão proferida pelo juízo monocrático que indeferiu pedido de redirecionamento de execução fiscal ajuizada contra empresa Assistência Universal Bom Pastor. O TRF/3a Região, sob a égide do art. 135, III, do CTN, negou provimento ao agravo à luz do entendimento segundo o qual o inadimplemento do tributo não constitui infração à lei, capaz de ensejar a responsabilidade solidária dos sócios. Recurso especial interposto pela Autarquia apontando infringência dos arts. dos arts. 535, 11, do CPC, 135 e 136, do CTN, 13, caput , Lei 8.620/93 e 4°, V, da Lei 6.830/80.
2. O julgador não está obrigado a enfrentar todas as teses jurídicas deduzidas pelas partes, sendo suficiente que preste fundamentadamente a tutela jurisdicional. In casu, não obstante em sentido contrário ao pretendido pela recorrente, constata-se que a lide foi regularmente apreciada pela Corte de origem o que afasta a alegada violação da norma inserta no art. 535 do CPC.
3. A solidariedade prevista no art. 124, 11, do CTN, é denominada de direito. Ela só tem validade e eficácia quando a lei que a estabelece for interpretada de acordo com os propósitos da Constituição Federal e do próprio Código Tributário Nacional.
4. Inteiramente desprovidas de validade são as disposições da Lei n° 8.620/93, ou de qualquer outra lei ordinária, que indevidamente pretenderam alargar a responsabilidade dos sócios e dirigentes das pessoas jurídicas. O art. 146, inciso 111, b, da Constituição Federal, estabelece que as normas sobre responsabilidade tributária deverão se revestir obrigatoriamente de lei complementar.
5. O CTN, art. 135, 111, estabelece que os sócios só respondem por dívidas tributárias quando exercerem gerência da sociedade ou qualquer outro ato de gestão vinculado ao fato gerador. O art. 13 da Lei n° 8.620/93, portanto, só pode ser aplicado quando presentes as condições do art. 135, 111, do CTN, não podendo ser interpretado, exclusivamente, em combinação com o art. 124, 11, do CTN.
6. O teor do art. 1.016 do Código Civil de 2002 é extensivo às Sociedades Limitadas por força do prescrito no art. 1.053, expressando hipótese em que os administradores respondem solidariamente somente por culpa quando no desempenho de suas funções, o que reforça o consignado no art. 135, fi, do CTN.
7. A Lei 8.620/93, art. 13, também não se aplica às Sociedades Limitadas por encontrar-se esse tipo societário regulado pelo novo Código Civil, lei posterior, de igual hierarquia, que estabelece direito oposto ao nela estabelecido.
8. Não há como se aplicar à questão de tamanha complexidade e repercussão patrimonial, empresarial, fiscal e econômica, interpretação literal e dissociada do contexto legal no qual se insere o direito em debate. Deve-se, ao revés, buscar amparo em interpretações sistemática e teleológica, adicionando-se os comandos da Constituição Federal, do Código Tributário Nacional e do Código Civil para, por fim, alcançar-se uma resultante legal que, de forma coerente e juridicamente adequada, não desnature as Sociedades Limitadas e, mais ainda, que a bem do consumidor e da própria livre iniciativa privada (princípio constitucional) preserve os fundamentos e a natureza desse tipo societário.
9. Recurso especial improvido."
No voto-condutor, a matéria restou elucidada pelo e. Ministro Relator:
"O art. 13 da Lei 8.620/93 dispõe:

'art. 13. O titular da firma individual e os sócios das empresas por cotas de responsabilidade limitada respondem solidariamente, com seus bens pessoais, pelos débitos junto à Seguridade Social.
Parágrafo único. Os acionistas controladores: os administradores, os gerentes e os diretores respondem solidariamente e subsidiariamente, com seus bens pessoais, quanto ao inadimplemento das obrigações para com a Seguridade Social, por dolo ou culpa'.
O dispositivo supra-referenciado não pode ser interpretado sem o comando principiológico esculpido no art. 135, III, do CTN. Este tem força de lei complementar oriundo do art. 146, III, 'b', da CF, portanto, com caráter hierárquico superior, pelo que a norma infraconstitucional não pode descaracterizar o preceito maior naquele contido.
A respeito, registro as seguintes manifestações.
A doutrina tem apresentado, sobre a aplicação do art. 124, 11, do CTN, as conclusões que passo a alinhar:

'Quanto ao inciso II do art. 124, a disposição que prescreve a solidariedade das 'pessoas expressamente designadas por lei' pressupõe que a lei poderá determinar a existência de solidariedade entre pessoas que possam não ter interesse comum na situação que constitua o fato gerador, pois é incabível previsão legal no sentido de estipular em qual ou quais situações há o interesse comum.
Não há que se admitir que, na criação de um tributo, através da competência conferida pela Constituição Federal, seja estabelecida como devedor solidário pessoa que não tenha participado ou concorrido para a realização do fato jurídico tributário, uma vez que o legislador ordinário, por força do texto constitucional, não poderá fazer incidir a carga tributária sobre pessoa estranha ao fato previsto na norma como gerador da obrigação.
O comando desse dispositivo deve apontar para obrigação de caráter sancionatório, advinda do descumprimento de deveres, permitindo-se a identificação de devedor solidário tão-somente para esse fim, visto que nessa situação não participa da realização do fato gerador.' (Luiz Antônio Caldeira, p. 212, "Comentários ao Código Tributário Nacional", Saraiva, ob. Coletiva, 2002)

A solidariedade prevista nesse preceito é denominada de direito. Ela só tem validade e eficácia quando a lei que a estabelece for interpretada de acordo com os propósitos da Constituição Federal e do próprio Código Tributário Nacional.
O ilustre tributarista Hugo de Brito Machado, com absoluta razão a meu pensar, doutrina que:

'A responsabilidade tributária não é matéria de livre criação e alteração pelo legislador infraconstitucional. A Constituição Federal de 1988 estabelece, implícita ou explicitamente, limitações as quais a produção normativa inferior relativa ao tema está adstrita. Vejamos.
No que diz respeito ao aspecto formal, o texto constitucional é expresso em atribuir à lei complementar o trato da matéria.
Art. 146. Cabe à lei complementar:
(..)
III - estabelecer normas gerais em matéria tributária, especialmente sobre:
(...)
b) obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributárias.'

Portanto, inteiramente desprovidas de validade são as disposições da Lei n° 8.620/93, ou de qualquer outra lei ordinária, que indevidamente pretenderam alargar a responsabilidade dos sócios e dirigentes das pessoas jurídicas. Nesse sentido, aliás, é a lição de João Luís Nogueira Matias ('Responsabilidade Tributária de Sócios no Mercosul', Belo Horizonte, Mandamentos, 2001, p. 73):

'Na forma de que requer o art. 146, inciso III, b, da Constituição Federal, a legislação que estabelecer normas sobre responsabilidade tributária deverá se revestir obrigatoriamente de lei complementar.
Tal exigência, penso, é estabelecida como uma garantia do contribuinte, ante a maior dificuldade do fisco em estabelecer padrões mais amplos de responsabilidade.'

Mais adiante, lembra Hugo de Brito Machado: 'Trata-se de diretriz assaz relevante, da qual o intérprete das disposições do CTN não pode esquecer. Tendo-a sempre em mente, passemos ao exame dos arts. 134 e 135 do CTN' ('Execução Fiscal e Responsabilidade de Sócios e Diretores de Pessoas Jurídicas', p. 124, Rev. de Estudos Tributários, Síntese, vol. 83).
O mesmo autor, na linha de interpretação acima mencionada, em seu 'Curso de Direito Tributário', 23ª ed., Malheiros, p. 152, explica:

'Destaque-se desde logo que a simples condição de sócio não implica responsabilidade tributária. O que gera a responsabilidade, nos termos do art. 135, III, CTN, é a condição de administrador dos bens alheios. Por isso a lei fala em diretores, gerentes ou representantes. Não em sócios. Assim, se o sócio não é diretor, nem gerente, isto é, não pratica atos de administração da sociedade, responsabilidade não tem pelos débitos tributários.'
(...)
De outro vértice, tenho que, atualmente, a aplicação da Lei 8.620/93, art. 13, fica prejudicada também em razão do prescrito na Lei 10.406/2002 (novo Código Civil), que passou a disciplinar as Sociedades Limitadas (arts. 1.052 a 1.087). Segundo esse diploma, é específica e particular a hipótese em que se ignora a limitação de responsabilidade dos sócios que não desempenham função de gerência, circunscrevendo-se à solidariedade para a integralização do capital social:

Código Civil de 2002
'Art. 1.052. Na sociedade Ltda, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.'

Observe-se que a regra de responsabilidade ilimitada quanto aos sócios, inclusive a inscrita no Código Tributário Nacional, diz respeito ao sócio-gerente, que exerce função de direção, mas não se dirige ao sócio que não participa da administração da sociedade.

Fato a respaldar igualmente o afastamento da mencionada Lei 8.620/93 é o de que, pelo menos em tese, o quotista minoritário, de inexpressiva participação, obrigaria-se perante créditos previdenciários da mesma forma e proporção que o sócio empreendedor, diretor ou gerente da empresa.

Se a lei nova que disciplina as Sociedades Limitadas não autoriza esse procedimento, não se mostra de direito que lei anterior (Lei 8.620/93), de mesma hierarquia, prevaleça para impor tal ordem de alteração na própria constituição e natureza desse tipo societário.

A corroborar tais assertivas, o teor do art. 1.016 do mesmo Codex Civilista, disciplinador da responsabilidade no âmbito das sociedades simples, extensivo às sociedades limitadas por força do prescrito no art. 1.053, claramente expressa hipótese em que os administradores respondem solidariamente somente por culpa quando no desempenho de suas funções, o que reforça o consignado no art. 135, III, do CTN.

Com efeito, tal situação de desequilíbrio e desproporção é assinalada pela doutrina de Fábio Ulhôa Coelho, litteris:

"O segundo conjunto de exceções, examinado agora, relaciona-se à tutela dos credores que não dispõem, diante da autonomia patrimonial da sociedade limitada, de meios negociais para a preservação de seus interesses. São eles o credor fiscal, a Seguridade Social, o empregado e o titular de direito extracontratual à indenização.
O direito positivo brasileiro é bastante insatisfatório na disciplina da matéria. Em primeiro lugar, deveria dispensar aos sócios da limitada tratamentos diferentes, segundo o vínculo de interesse que os une à sociedade. Os empreendedores majoritários - quer dizer, os que interferem na gestão da empresa - deveriam responder ilimitadamente perante os credores não negociais da sociedade, mas não assim os investidores minoritários - isto é, aqueles que apenas prestam capital, e não participam, nem indiretamente, da administração dos negócios sociais'. ('Curso de Direito Comercial', vol. 2, São Paulo, Saraiva, 63 ed, 2003, p. 407)

Em realidade, não há como se aplicar à questão de tamanha complexidade e repercussão patrimonial, empresarial, fiscal e econômica, interpretação literal e dissociada do contexto legal no qual se insere o direito em debate. Deve-se, ao revés, buscar amparo em interpretações sistemática e teleológica, adicionando-se os comandos da Constituição Federal, do Código Tributário Nacional e do Código Civil para, por fim, alcançar-se uma resultante legal que, de forma coerente e juridicamente adequada, não desnature as Sociedades Limitadas e, mais ainda, que a bem do consumidor e da própria livre iniciativa privada (princípio constitucional) preserve os fundamentos e a natureza desse tipo societário.

De fato, o respeito à separação da pessoa jurídica da pessoa dos sócios que a compõem é preceito basilar que não pode e nem deve ser indevidamente violado, pena de se desconhecer as prescrições normativas que regulam, em particular, o direito empresarial.

A concessão de privilégios materiais e processuais inesgotáveis para o Fisco em detrimento dos direitos dos contribuintes não pode subsistir num ordenamento jurídico que prima pela preservação dos princípios e garantias constitucionais, merecendo limitação, senão por meio das leis ordinárias, que conflitam em premente constância, ao menos pela Constituição Pátria.

Evidencia-se, pois, diante das peculiaridades, que os preceitos legais instituidores da obrigação fiscal não comportam uma leitura isolada, necessitando que sejam cotejados com os demais comandos do nosso ordenamento jurídico a fim de que se tome viável a sua aplicação de forma mais justa e coerente.

Exponho as minhas conclusões nestes termos:

a) a responsabilidade tributária é matéria, por força do art. 146, III, "b", da Constituição Federal, reservada à lei complementar;
b) o CTN, art. 135, III, estabelece que os sócios só respondem por dívidas tributárias quando exercerem gerência da sociedade ou qualquer outro ato de gestão vinculado ao fato gerador;
c) o art. 13 da Lei n° 8.620/93 não merece ser interpretado em combinação exclusiva com o art. 124, II, do CTN, mas com adição dos comandos da Constituição Federal, do Código Tributário Nacional e do Código Civil para, por fim, alcançar-se uma resultante legal que, de forma coerente e juridicamente adequada, não desnature esse tipo societário;
d) a responsabilidade solidária criada pelo art. 13 da Lei n° 8.620/93 só pode ser aplicada quando presentes as condições do art. 135, III, do CTN, conforme precedentes jurisprudenciais deste Superior Tribunal de Justiça;
e) a Lei 8.620/93, art. 13, também não se aplica às Sociedades Limitadas por encontrar-se esse tipo societário regulado pelo novo Código Civil, lei posterior, de igual hierarquia, que estabelece direito oposto ao nela estabelecido;
f) o teor do art. 1.016 do Código Civil de 2002 é extensivo às Sociedades Limitadas por força do prescrito no art. 1.053, expressando hipótese em que os administradores respondem solidariamente somente por culpa quando no desempenho de suas funções, o que reforça o consignado no art. 135, III, do CTN."
Todavia, a Primeira Seção desta Corte Superior, concluiu, no julgamento do ERESP n.º 702.232/RS, da relatoria do e. Ministro Castro Meira, publicado no DJ de 26.09.2005, que:
a) se a execução fiscal foi ajuizada somente contra a pessoa jurídica e, após o ajuizamento, foi requerido o seu redirecionamento contra o sócio-gerente, incumbe ao Fisco a prova da ocorrência de alguns dos requisitos do art. 135, do CTN: quando reste demonstrado que este agiu com excesso de poderes, infração à lei ou contra o estatuto, ou na hipótese de dissolução irregular da empresa;
b) constando o nome do sócio-gerente como co-responsável tributário na CDA cabe a ele o ônus de provar a ausência dos requisitos do art. 135 do CTN, independentemente se a ação executiva foi proposta contra a pessoa jurídica e contra o sócio ou somente contra a empresa, tendo em vista que a CDA goza de presunção relativa de liquidez e certeza, nos termos do art. 204 do CTN c/c o art. 3º da Lei n.º 6.830/80.
Os fundamentos de referido aresto restaram sintetizados na seguinte ementa:
"TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ART. 135 DO CTN. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO-GERENTE. EXECUÇÃO FUNDADA EM CDA QUE INDICA O NOME DO SÓCIO. REDIRECIONAMENTO. DISTINÇÃO.
1. Iniciada a execução contra a pessoa jurídica e, posteriormente, redirecionada contra o sócio-gerente, que não constava da CDA, cabe ao Fisco demonstrar a presença de um dos requisitos do art. 135 do CTN. Se a Fazenda Pública, ao propor a ação, não visualizava qualquer fato capaz de estender a responsabilidade ao sócio-gerente e, posteriormente, pretende voltar-se também contra o seu patrimônio, deverá demonstrar infração à lei, ao contrato social ou aos estatutos ou, ainda, dissolução irregular da sociedade.
2. Se a execução foi proposta contra a pessoa jurídica e contra o sócio-gerente, a este compete o ônus da prova, já que a CDA goza de
presunção relativa de liquidez e certeza, nos termos do art. 204 do CTN c/c o art. 3º da Lei n.º 6.830/80.
3. Caso a execução tenha sido proposta somente contra a pessoa jurídica e havendo indicação do nome do sócio-gerente na CDA como
co-responsável tributário, não se trata de típico redirecionamento. Neste caso, o ônus da prova compete igualmente ao sócio, tendo em vista a presunção relativa de liquidez e certeza que milita em favor da Certidão de Dívida Ativa.
4. Na hipótese, a execução foi proposta com base em CDA da qual constava o nome do sócio-gerente como co-responsável tributário, do
que se conclui caber a ele o ônus de provar a ausência dos requisitos do art. 135 do CTN.
5. Embargos de divergência providos"
In casu, consta da CDA o nome dos sócios-gerentes da empresa como co-responsáveis pela dívida tributária motivo pelo qual, independente da demonstração da ocorrência de que os sócios agiram com excesso de poderes, infração à lei ou contra o estatuto, ou na hipótese de dissolução irregular da empresa, mister seja efetivado o redirecionamento da execução.
Ante o exposto, com fulcro no art. 557, § 1º-A, do CPC, dou provimento ao recurso especial.
Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

(2313)

RECURSO ESPECIAL Nº 975.096 - SC (2007/0179196-0)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO	: BÁRBARA DORNELLES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: AVANI LÍDIA DA CUNHA E OUTROS
ADVOGADO	: JONATAS RAUH PROBST E OUTRO(S)

DESPACHO

Esclareça a recorrente, no prazo de dez (10) dias, para fins de definição da competência interna desta Corte, se os contratos objeto da presente demanda possuem garantia de quitação do saldo remanescente pelo Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRA DENISE ARRUDA
Relatora

(2314)

RECURSO ESPECIAL Nº 988.939 - SP (2007/0037836-7)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: SÉRGIO WILLY NUNES DE SOUZA
ADVOGADO	: SÉRGIO IGLESIAS NUNES DE SOUZA
RECORRIDO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MARIA BEATRIZ DE BIAGI BARROS E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. MATÉRIA DE CUNHO CONSTITUCIONAL EXAMINADA NA CORTE *A QUO*. PRESSUPOSTOS INDENIZATÓRIOS. ANÁLISE DE ASPECTOS PROBANTES. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. APLICAÇÃO DE MULTA. MATÉRIAS DE PROVA. SÚMULA Nº 07/STJ. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE.
1. Recurso especial oposto contra acórdão que, em ação de indenização por danos moral e material, reconheceu a inexistência de ato culposo hábil a deflagrar a responsabilidade civil do Estado.
2. Demonstrado, de modo evidente, que a procedência do pedido está rigorosamente vinculada ao exame das provas depositadas nos autos. As questões relativas à verificação: (i) da conduta do agente causador (existência de culpa), (ii) da ausência de comprovação real do dano e do nexo causal entre ambos, (iii) se o valor estipulado para a indenização é razoável, ou não, (iv) assim como a comprovação da boa-fé ou da má-fé, a fim de excluir a multa aplicada, constituem matérias prova, sendo, pois, incompatível com a via estreita da súplica especial. Nesta via, não há campo para se revisar entendimento de 2º grau assentado em prova. A função de tal recurso é, apenas, unificar a aplicação do direito federal (Súmula nº 07/STJ).
3. Não se conhece de recurso especial quando a decisão atacada baseou-se, como fundamento central, em matéria de cunho eminentemente constitucional.
4. O critério de fixação dos honorários advocatícios enseja, da mesma forma, reexame de matéria de fato, o que é vedado nesta Instância Superior pelo citado verbete nº 07.
5. Recurso a que se nega seguimento.
Vistos, etc.
Cuida-se de recurso especial contra acórdão que, em ação de indenização por danos moral e material, reconheceu a inexistência de ato culposo hábil a deflagrar a responsabilidade civil do Estado. A ementa consignou (fls. 1.052/1.053):
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO - Erro judiciário - Ex-sócio que foi citado e mencionado na sentença de decretação da quebra da empresa como sendo sócio atual - Alegação de prejuízos materiais e morais.
1. Culpa administrativa. A culpa administrativa abrange os atos ilícitos da Administração e aqueles que se enquadram como 'falha do serviço', isto é, em que Administração não funcionou, funcionou mal ou funcionou tarde e implica em culpa subjetiva, com fundamento no art. 159 do Código Civil (redação anterior). O risco administrativo abrange os atos lícitos da Administração, em que a indenização decorre tão somente do nexo causal e do dano e implica em responsabilidade objetiva, com fundamento no art. 37, § 6° da Constituição Federal Tais formas de responsabilidade coexistem e implicam em diversa prova e em diversa forma de exoneração da responsabilidade.
2. Responsabilidade civil. Atos de policia. Atos judiciais. - Não ensejam responsabilidade civil os atos lícitos praticados pelo Estado cujo núcleo implica, por si mesmo, no sacrifício do direito de alguém, como são exemplo a prisão em flagrante, o encarceramento de quem foi condenado ou, como no caso dos autos, a declaração da falência. Inaplicação do art 37, § 6° da Constituição Federal. Os atos policiais e judiciais podem, em tese, gerar obrigação de indenizar quando evidenciada a culpa do serviço. Trata-se de responsabilidade subjetiva, que exige demonstração do dolo ou culpa, que não se insere no risco administrativo previsto no art. 37, § 6° da CF.
3. Declaração de falência. Prova da qualidade de sócio. O autor apresentou, quando citado como representante legal da requerida, certidão da Junta Comercial que o indicava como sócio (com a anotação de haver documento em fase de cadastramento) e cópia de alteração de contrato social em que transferia suas quotas a terceiro com o carimbo "Jucesp 24-7-1996". O juiz entendeu que a inexistência de prova do registro da alteração societária, ao confrontar o documento com a certidão, levava à manutenção do autor na sociedade. Hipótese de livre apreciação da prova e documentos dos autos. Sentença baseada em documento juntado pelo próprio autor. Inexistência de culpa, quanto mais culpa grave ou dolo. Exercício regular da jurisdição que não enseja responsabilidade civil do Estado. -
4. Erro em publicação da pauta. Apresentação de relatório pelo síndico. O erro na publicação da pauta, imediatamente corrigido, e a apresentação de relatório pelo síndico da falência n~ implicaram em agravamento do dano, se inserem no contexto do processo e não são eventos deflagradores da responsabilidade civil do Estado. -Sentença de improcedência. Apelo do autor desprovido.
Alega violação do art. 6º, § 3º, da LICC, 159 do CC/1916 (186 do CC/2002), 20 do DL n. 7.661/45, 17, I, II e III, e 133, I e II, do CPC, 49, II, e 56, I, da LOMAN e dissenso pretoriano.
Relatados, decido.
O recurso não merece seguimento.
A razão dessa convicção é que o panorama formado no âmbito dos autos revela que a análise do recurso especial exige, para a formação de qualquer conclusão, que se reexamine a prova dos autos.
As questões relativas à verificação: (i) da conduta do agente causador (existência de culpa), (ii) da ausência de comprovação real do dano e do nexo causal entre ambos, (iii) se o valor estipulado para a indenização é razoável, ou não, (iv) assim como a comprovação da boa-fé ou da má-fé, a fim de excluir a multa aplicada, constituem matérias prova, sendo, pois, incompatível com a via estreita da súplica especial.
Tal convicção a tenho porque a conclusão a que chegou o acórdão recorrido decorreu da análise do conjunto fático-probatório dos autos e o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame e a inversão do mencionado suporte, obstando a admissibilidade do apelo as Súmulas nºs 279/STF e 07/STJ.
De fato, torna-se inadmissível a reapreciação da prova produzida no processado, e esta se dá, diferenciando-se de sua valoração, "*quando se aprecia a conclusão que se extrai dos elementos probatórios*" (RTJ 81/964), ou quando se refere "*à força de convicção dos elementos probatórios, concretamente*" (RTJ 82/114), situação esta perfeitamente adequada ao caso, tornando inviável o recurso.
A respeito, confiram-se os seguintes julgados: REsp nº 2617/SP, RSTJ 17/398, REsp nº 62020-1/SP, DJ de 20/05/1996, e REsp nº 37295-0/SP, DJ de 29/03/9194.
Na via Especial não há campo para revisar entendimento de 2º Grau assentado em prova. A função de tal recurso é, apenas, unificar a aplicação do direito federal, nos termos da Súmula nº 07/STJ: "*a*

pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial". Inquestionável, portanto, a impossibilidade do exame do presente processado, por infringência ao enunciado da referida Súmula.
Por outro lado, constata-se que o voto da decisão *a quo* discutiu, como matéria de apoio à sua convicção, a aplicabilidade dos arts. 5º, LXXV, e 37, § 6º, da CF/88. A matéria tida por ofendida é de cunho predominante e meramente constitucional, cabendo, apenas, ao augusto STF seu exame. A respeito, a posição deste distinto Tribunal, dentre tantas, agasalha a tese acima: REsp nº 741008/CE, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 06/06/2005.
Por tais razões, NEGO seguimento ao Especial (art. 38 da Lei nº 8.038/90, c/c o art. 557 do CPC).
Intimações necessárias. Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO JOSÉ DELGADO
Relator

AUTOS COM VISTA AOS INTERESSADOS

Os processos abaixo relacionados encontram-se com Vista ao Embargado para Impugnação:

(2315)

EDcl na MEDIDA CAUTELAR nº 12953 - PE (2007/0144697-8)

RELATOR	: MIN. JOSÉ DELGADO
EMBARGANTE	: UNIÃO
EMBARGADO	: PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
ADVOGADO	: JOSÉ HENRIQUE WANDERLEY FILHO E OUTRO(S)

(2316)

EDcl no RECURSO ESPECIAL nº 933097 - PR (2007/0055284-7)

RELATOR	**: MIN. JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CÍNTIA TOCCHETTO KASPARY E OUTRO(S)
EMBARGADO	: FOQUEZATTO E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	: ÊNIO EXPEDITO FRANZONI

AUTOS COM VISTA AOS INTERESSADOS

Os processos abaixo relacionados encontram-se com Vista dos autos pelo prazo legal à recorrente - Caixa Econômica Federal:

(2317)

RECURSO ESPECIAL nº 963206 - PE (2007/0132186-3)

RELATOR	**: MIN. JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: NATANAEL LOBÃO CRUZ E OUTRO(S)
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO	: OS MESMOS

AUTOS COM VISTA AOS INTERESSADOS

Os processos abaixo relacionados encontram-se com Vista dos Autos às Partes pelo prazo legal:

(2318)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA nº 21798 - DF (2006/0079229-9)

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
RECORRENTE	: GLADSON DA ROCHA PIMENTEL
ADVOGADO	: DIXMER VALLINI NETTO E OUTRO(S)
T. ORIGEM	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
IMPETRADO	: SECRETÁRIA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
RECORRIDO	: DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR	: ROGÉRIO ANDRADE CAVALCANTI ARAUJO E OUTRO(S)

Vista ao(s) RECORRENTE(S)

(2319)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA nº 22077 - GO (2006/0118785-8)

RELATORA	: MIN. DENISE ARRUDA
RECORRENTE	: ALCOOLVERDE S/A
ADVOGADO	: JIVAGO TOMÁS DA CUNHA E OUTRO(S)
T. ORIGEM	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
IMPETRADO	: SECRETÁRIO DE FAZENDA DO ESTADO DE GOIÁS
RECORRIDO	: ESTADO DE GOIÁS
PROCURADOR	: ALBERTO ESCHER DE BRITTO GUIMARÃES E OUTRO(S)

Vista ao(s) RECORRENTE(S)

(2320)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA nº 24838 - SE (2007/0187152-1)

RELATOR	**: MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: ACRM COMERCIAL LTDA
ADVOGADO	: GUSTAVO DE ANDRADE SANTOS
RECORRIDO	: ESTADO DE SERGIPE
PROCURADOR	: CONCEIÇÃO MARIA GOMES EHL BARBOSA E OUTRO(S)

Vista ao(s) RECORRIDO(S)

(2321)

AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 921029 - SP (2007/0135648-6)

RELATORA	: MIN. DENISE ARRUDA
AGRAVANTE	: BANDEIRANTE ENERGIA S/A
ADVOGADO	: LYCURGO LEITE NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANGELO VALÉRIO DOS SANTOS
ADVOGADO	: ROBERTO SILVA
INTERES.	: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A
ADVOGADO	: BENEDICTO CELSO BENICIO E OUTRO(S)

Vista ao(s) AGRAVANTE(S)

(2322)

AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 924848 - RS (2007/0158491-6)

RELATOR	: MIN. JOSÉ DELGADO
AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: VOLNIR CARDOSO ARAGÃO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CENTRO EDUCACIONAL RENASCER
ADVOGADO	: FRANCISMARA TUMIATE

Vista ao(s) AGRAVANTE(S)

(2323)

AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 926076 - SP (2007/0159549-1)

RELATOR	**: MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: JOAQUIM CARLOS DIAS E OUTRO
ADVOGADO	: LYCURGO LEITE NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Vista ao(s) AGRAVANTE(S)

(2324)

AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 928051 - RJ (2007/0147620-0)

RELATOR	**: MIN. JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
ADVOGADO	: CÂNDIDO FERREIRA DA CUNHA LOBO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: RAUL TEIXEIRA E OUTRO(S)

Vista ao(s) AGRAVANTE(S)

(2325)

AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 931439 - AM (2007/0141204-0)

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
AGRAVANTE	: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
ADVOGADO	: CÂNDIDO FERREIRA DA CUNHA LOBO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DO AMAZONAS
PROCURADOR	: ANNA KARINA L BRASIL SALAMA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DO PARÁ
AGRAVADO	: ESTADO DO MARANHÃO
AGRAVADO	: ESTADO DO CEARÁ
AGRAVADO	: ESTADO DE RONDÔNIA
AGRAVADO	: ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADO	: S/REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Vista ao(s) AGRAVANTE(S)

(2326)

RECURSO ESPECIAL nº 974836 - SP (2007/0186865-8)

RELATOR	: MIN. JOSÉ DELGADO
RECORRENTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
ADVOGADO	: LUIZ ANTÔNIO MUNIZ MACHADO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARCO ANTÔNIO QUIRINO
ADVOGADO	: MAURÍCIO MANGINI E OUTRO(S)

Vista ao(s) RECORRENTE(S)

(2327)

RECURSO ESPECIAL nº 975274 - SP (2007/0187518-1)

RELATOR	**: MIN. JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA
ADVOGADO	: LUIZ ANTÔNIO MUNIZ MACHADO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ANTONIO SOARES DE ALMEIDA FILHO
ADVOGADO	: NILSON APARECIDO CARREIRA MONICO

Vista ao(s) RECORRENTE(S)

(2328)

RECURSO ESPECIAL nº 979480 - PB (2007/0192736-6)

RELATORA	**: MIN. DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: VIMERSON JOSÉ DE OLIVEIRA BERTO E OUTRO
ADVOGADO	: LUIZ AUGUSTO DA FRANCA CRISPIM E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ESTADO DA PARAÍBA
PROCURADOR	: IRAPUAN SOBRAL FILHO E OUTRO(S)

Vista ao(s) RECORRIDO(S)

(2329)

RECURSO ESPECIAL nº 979675 - SC (2007/0191165-0)

RELATORA	**: MIN. DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: HABITASUL CRÉDITO IMOBILIÁRIO S/A
ADVOGADO	: DANIEL BISOL E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA DE FATIMA SILVA GONCALVES E OUTRO
ADVOGADO	: VIVIANE SALDANHA PASSARI
INTERES.	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

Vista ao(s) INTERESSADO(S)

ATA DE JULGAMENTO
PRIMEIRA TURMA

Ata da 34a. Sessão Ordinária

Em 18 de setembro de 2007

PRESIDENTE : EXMO. SR. MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI

SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA	: EXMO. SR. DR. JOSÉ EDUARDO DE SANTANA

SECRETÁRIA : Bela. MARIA DO SOCORRO MELO

Às 14:00 horas, presentes os Exmos. Srs. Ministros JOSÉ DELGADO, FRANCISCO FALCÃO, LUIZ FUX e DENISE ARRUDA, foi aberta a sessão.

Lida e não impugnada, foi aprovada a ata da sessão anterior.

J U L G A M E N T O S

(2330)

AgRg na MEDIDA CAUTELAR Nº 13.188/MT (2007/0205967-7)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S/A
ADVOGADA	: ANA PAULA CAZARINI RIBAS DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALGODOEIRA PRIMAVERA LTDA

A Turma, por unanimidade, não conheceu do agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2331)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 17.760/MA (2004/0007061-5)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: SAMARONE JOSÉ LIMA MEIRELES E OUTRO(S)
T. ORIGEM	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
IMPETRADO	: JUÍZO DE DIREITO DA 3A VARA DE FAMÍLIA DE SÃO LUÍS - MA
RECORRIDO	: ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR	: JOSÉ AGNELO RODRIGUES DE ARAÚJO E OUTRO(S)
INTERES.	: JOANA FERNANDES IRINEU RODRIGUES

A Turma, por maioria, vencido o Sr. Ministro Teori Albino Zavascki, negou provimento ao recurso ordinário em mandado de segurança, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2332)

EDcl no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 18.006/MG (2004/0040039-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
EMBARGANTE	: IRACEMA MARTUSCELLI
ADVOGADO	: CARLA MÁRCIA BOTELHO RUAS E OUTRO(S)
EMBARGADO	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: HELOIZA SARAIVA DE ABREU E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, acolheu os embargos de declaração para dar provimento ao recurso ordinário em mandado de segurança, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2333)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 18.932/SP (2004/0128976-4)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: SHEILA PERRICONE E OUTRO(S)
T. ORIGEM	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO	: JUIZ DE DIREITO DA 3A VARA CÍVEL DE JUNDIAÍ - SP
INTERES.	: LUCIENE ROSA DA VEIGA

A Turma, por maioria, vencido o Sr. Ministro Teori Albino Zavascki, negou provimento ao recurso ordinário em mandado de segurança, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2334)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 20.277/MT (2005/0105654-3)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADA	: MAGDA MONTENEGRO E OUTRO(S)
T. ORIGEM	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
IMPETRADO	: GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO
RECORRIDO	: ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADOR	: ADÉRZIO RAMIRES DE MESQUITA E OUTRO(S)

Prosseguindo no julgamento, a Turma, por maioria, vencido o Sr. Ministro Teori Albino Zavascki (voto-vista), negou provimento ao recurso ordinário em mandado de segurança, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2335)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 20.582/GO (2005/0149351-8)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
REL. P/ ACÓRDÃO	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: REAL PREVIDÊNCIA E SEGUROS S/A
ADVOGADO	: JACÓ CARLOS SILVA COELHO E OUTRO(S)
T. ORIGEM	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
IMPETRADO	: SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
RECORRIDO	: ESTADO DE GOIÁS
PROCURADOR	: DANILO FARIAS BATISTA CORDEIRO E OUTRO(S)

Prosseguindo no julgamento, a Turma, por maioria, vencido o Sr. Ministro Relator, homologou o pedido de desistência do recurso ordinário em mandado de segurança, nos termos da questão de ordem suscitada pelo Sr. Ministro Luiz Fux, que lavrará o acórdão.

(2336)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 20.739/MG (2005/0159461-3)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: MÁRIO GENIVAL TOURINHO
ADVOGADO	: MÁRIO GENIVAL TOURINHO (EM CAUSA PRÓPRIA)
T. ORIGEM	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO	: CONSELHEIRO - PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO	: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO	: PLÍNIO SALGADO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso ordinário em mandado de segurança, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2337)

AgRg no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 21.212/DF (2005/0215261-8)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES DO DISTRITO FEDERAL - AOJUS/DF
ADVOGADO	: GERALDO DE ASSIS ALVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNIÃO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2338)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 22.885/DF (2006/0176415-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA - GVT E OUTRO
ADVOGADO	: GERALDO MASCARENHAS LOPES CANÇADO DINIZ E OUTRO(S)
RECORRENTE	: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS OPERADORAS CELULARES - ACEL
ADVOGADO	: LUIS JUSTINIANO DE ARANTES FERNANDES E OUTRO(S)
T. ORIGEM	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
IMPETRADO	: SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS DO DISTRITO FEDERAL E OUTRO
RECORRIDO	: DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR	: RENATA ANDRÉA CARVALHO DE MELO E OUTRO(S)

Sustentação oral: Dra. DÉBORA MORAES CERQUEIRA, pela parte recorrente: GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA - GVT e OUTRO e Dr. LUIS JUSTINIANO DE ARANTES FERNANDES, pela parte recorrente: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS OPERADORAS CELULARES - ACEL. Manifestou-se pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL o Exmo. Sr. Dr. JOSÉ EDUARDO DE SANTANA, Subprocurador-Geral da República.

Após o voto do Sr. Ministro Relator negando provimento aos recursos ordinários em mandado de segurança, no que foi acompanhado pelos Srs. Ministros Teori Albino Zavascki e Denise Arruda, pediu vista o Sr. Ministro José Delgado.

Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Luiz Fux.

(2339)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 23.049/RJ (2006/0243798-2)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: PAULO CÉSAR CORREA DE FIGUEIREDO E OUTRO
ADVOGADO	: JAQUES DOUGLAS PASSOS
T. ORIGEM	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO	: PREFEITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E OUTRO
RECORRIDO	: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: RAFAEL CARVALHO REZENDE OLIVEIRA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso ordinário em mandado de segurança, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2340)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 23.170/MG (2006/0256525-2)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: SMAR EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
ADVOGADO	: REGINA CÉLIA MELCHIORI PAGI E OUTRO(S)
T. ORIGEM	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO	: SECRETÁRIO DE FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO	: ESTADO DE MINAS GERAIS

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso ordinário em mandado de segurança, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2341)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 23.354/GO (2006/0269812-9)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: SUPERMERCADO MOREIRA LTDA
ADVOGADO	: DANIEL PUGA E OUTRO(S)
T. ORIGEM	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
IMPETRADO	: SECRETÁRIO DE FAZENDA DO ESTADO DE GOIÁS
RECORRIDO	: ESTADO DE GOIÁS
PROCURADOR	: CLAUDIA REGINA CESSEL PEREIRA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso ordinário em mandado de segurança, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2342)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 23.855/SP (2007/0065019-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MAURO PEREIRA DE SOUZA E OUTRO(S)
T. ORIGEM	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO	: DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO	: SÉRGIO JUVENTINO PEREIRA - ESPÓLIO E OUTRO
REPR. POR	: RICARDO EGBERTO PEREIRA - INVENTARIANTE
ADVOGADO	: ROBERTO ELIAS CURY E OUTRO(S)

Prosseguindo no julgamento após o voto-vista do Sr. Ministro Francisco Falcão acompanhando o voto do Sr. Ministro Relator, pediu vista o Sr. Ministro Luiz Fux. Aguardam os Srs. Ministros Teori Albino Zavascki e Denise Arruda.

(2343)

RECURSO ESPECIAL Nº 134.170/MG (1997/0037694-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: OILSON JOSÉ ZANLORENZI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FLEX-A CARIOCA INDÚSTRIA DE PLASTICOS LTDA
ADVOGADO	: DOMINGOS NOVELLI VAZ E OUTRO(S)

Após o voto do Sr. Ministro Relator negando provimento ao recurso especial, pediu vista antecipada o Sr. Ministro Teori Albino Zavascki. Aguardam os Srs. Ministros Luiz Fux, Denise Arruda e José Delgado.

(2344)

EDcl no AgRg no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 422.338/MG (2002/0035012-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: SIM - INSTITUTO DE GESTÃO FISCAL S/C E OUTRO(S)
ADVOGADO	: ANA PATRÍCIA LAFETA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: FABIOLA INES GUEDES DE CASTRO SALDANHA E OUTRO(S)
INTERES.	: TRAJETO S/C LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: ÊNIO CÉSAR GONÇALVES PIMENTA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2345)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 622.275/PR (2003/0221201-2)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: SANTA MÔNICA CLUBE DE CAMPO
ADVOGADO	: PAULO CÉZAR PEREIRA GRUBER E OUTRO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2346)

RECURSO ESPECIAL Nº 622.496/SP (2004/0011306-6)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: VALDIR SERAFIM E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CHAUKY RAHAL - ESPÓLIO

REPR. POR : VILMAR RAHAL
ADVOGADO : LUIZ ANTÔNIO ZERBETTO

A Turma, por unanimidade, não conheceu do recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2347)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 624.590/SC (2003/0219060-1)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: HANS GASTRO CLÍNICA S/C LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: ROGÉRIO REIS OLSEN DA VEIGA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DANILO THEML CARAM E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2348)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 627.241/PR (2004/0012916-3)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: PAULO RICARDO DOS SANTOS
ADVOGADO	: LUIZ MURILO KLEIN
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DANILO THEML CARAM E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2349)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 640.530/RJ (2004/0017124-1)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: COOPERATIVA DOS TRABALHADORES PROFISSIONAIS DE ASSISTÊNCIA AO ADOLESCENTE INFRATOR COOPTAI - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADO	: WILTON CARLOS SANTINO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2350)

RECURSO ESPECIAL Nº 644.207/SE (2004/0039177-9)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LAÉRCIO JOSÉ DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: ANTÔNIO JOSÉ NOVAIS GOMES

A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2351)

RECURSO ESPECIAL Nº 649.954/SP (2004/0039725-0)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: REGINA MARIA SARTORI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FACOBRÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: ANTÔNIO LUIZ BUENO BARBOSA E OUTRO

A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negou-lhe provimento, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2352)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 657.644/MG (2004/0059143-1)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
PROCURADOR	: LUIZ FERNANDO VALLADÃO NOGUEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BECKER CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO EXTERIOR LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: LEONARDO AUGUSTO DE ALMEIDA AGUIAR E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, recebeu o agravo regimental como embargos de declaração e os acolheu, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2353)

RECURSO ESPECIAL Nº 668.073/SC (2004/0081290-0)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: VERA DA SILVA SANTOS
ADVOGADO	: GABRIEL LOPES MOREIRA E OUTRO
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2354)

RECURSO ESPECIAL Nº 686.834/RS (2004/0127754-5)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: ALEXANDRE MALTCHIK - ESPÓLIO
REPR. POR	: LÉO MALTCHK - INVENTARIANTE
ADVOGADO	: ALEXANDRE SALGADO MARDER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RODRIGO PEREIRA DA SILVA FRANK E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2355)

RECURSO ESPECIAL Nº 689.963/RJ (2004/0134565-6)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: COMPANHIA USINA DO OUTEIRO
ADVOGADO	: RICARDO GOMES DE MENDONÇA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MÔNICA ROCHA VICTOR DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

"Adiado por indicação do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

(2356)

RECURSO ESPECIAL Nº 695.871/RJ (2004/0146921-9)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CESAR MACIEL RODRIGUES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CARLOS MONTEIRO NETO
ADVOGADO	: RICARDO FERREIRA PINTO HOLZMEISTER

A Turma, por unanimidade, não conheceu do recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2357)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 697.362/SP (2005/0124231-9)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MIRIAM A PERES SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LORD INDUSTRIAL LTDA
ADVOGADO	: WLADEMIR LISSO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2358)

RECURSO ESPECIAL Nº 702.514/DF (2004/0159953-3)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADORA	: SEBASTIÃO DE LUCENA SARMENTO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: VAN LEER EMBALAGENS INDUSTRIAIS DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	: DOMINGOS NOVELLI VAZ E OUTRO(S)

Após o voto do Sr. Ministro Relator negando provimento ao recurso especial, pediu vista antecipada o Sr. Ministro Teori Albino Zavascki. Aguardam os Srs. Ministros Luiz Fux, Denise Arruda e José Delgado.

(2359)

RECURSO ESPECIAL Nº 703.170/SP (2004/0161887-3)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: NAIARA PELLIZZARO DE LORENZI CANCELLIER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: APARAS VILLENA LTDA
ADVOGADO	: MARCELO DA SILVA PRADO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2360)

RECURSO ESPECIAL Nº 705.244/RS (2004/0166607-6)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: JORGE LUIZ SMANIOTTO E OUTROS
ADVOGADO	: JOÃO CONSTANTINO FILHO
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DANILO THEML CARAM E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2361)

RECURSO ESPECIAL Nº 705.248/SC (2004/0166606-4)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: EDIBA ELETRO DIESEL BATTISTELLA LTDA
ADVOGADO	: WALDIR SIQUEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DANILO THEML CARAM E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso especial e, nessa parte, deu-lhe parcial provimento, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2362)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 707.587/RS (2005/0153887-5)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: CALÇADOS BEIRA RIO S/A
ADVOGADO	: LEO EVANDRO FIGUEIREDO DOS SANTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO VESTÚARIO E CALÇADO E COMPONENTES DE IGREJINHA
ADVOGADO	: MARIA CLÁUDIA FELTEN E OUTRO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2363)

RECURSO ESPECIAL Nº 721.314/SE (2005/0016705-7)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: PASSOS E SILVA LTDA
ADVOGADO	: JOÃO BATISTA NUNES E OUTRO
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: NEYDJA MARIA DIAS DE MORAES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: OS MESMOS

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial da demandante e deu parcial provimento ao da demandada, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2364)

RECURSO ESPECIAL Nº 723.086/PE (2005/0019779-2)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: USINA BARÃO DE SUASSUNA S/A
ADVOGADO	: ANTÔNIO JOSÉ DANTAS CORRÊA RABELLO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RAQUEL TERESA MARTINS PERUCH BORGES E OUTRO(S)

Sustentação oral: Dr. ADONIAS DOS SANTOS COSTA, pela parte recorrente: USINA BARÃO DE SUASSUNA S/A.
A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2365)

RECURSO ESPECIAL Nº 736.837/PR (2005/0049804-4)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: COOPERATIVA AGRÍCOLA DE PRODUTORES DE CANA DO VALE DO IVAÍ LTDA
ADVOGADO	: JOÃO JOAQUIM MARTINELLI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ARTUR ALVES DA MOTTA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2366)

RECURSO ESPECIAL Nº 739.383/PR (2005/0054931-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: ITIMURA TÊXTIL S/A
ADVOGADO	: ALEJANDRO RUGERI MARQUES ZANONI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ARTUR ALVES DA MOTTA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2367)

RECURSO ESPECIAL Nº 741.581/SP (2005/0060070-5)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: PADARIA CONFEITARIA E MERCEARIA MODERNA LTDA
ADVOGADO	: FERNANDA CABELLO DA SILVA
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ALECSANDRO DOS SANTOS E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2368)

RECURSO ESPECIAL Nº 744.526/ES (2005/0066544-4)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: OCIDENTAL GRANITOS E MÁRMORES LTDA
ADVOGADO	: GUILHERME BASTOS NUNES BATISTA
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: LUIZ AUGUSTO DE MELLO CARVALHO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2369)

RECURSO ESPECIAL Nº 749.593/RJ (2005/0078944-8)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: SERMAGRAL SERRARIA DE MÁRMORES E GRANITOS LTDA
ADVOGADO	: EVANDRO SANTANA SONCIM E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MONICA ROCHA VICTOR DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2370)

RECURSO ESPECIAL Nº 752.401/PR (2005/0083462-5)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: JERSE DA SILVA REIS
ADVOGADO	: CAROLINE SCHNEIDER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ARTUR ALVES DA MOTTA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2371)

RECURSO ESPECIAL Nº 753.552/MG (2005/0086171-1)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: ROBERTA ESPINHA CORRÊA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: REGINA CÉLIA SANTOS ALVES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2372)

RECURSO ESPECIAL Nº 754.393/DF (2005/0087855-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA
ADVOGADO	: LUIZ EDUARDO CASTILHO GIROTTO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR	: MÁRCIO WANDERLEY DE AZEVEDO E OUTRO(S)

"Adiado por indicação do Sr. Ministro Teori Albino Zavascki."

(2373)

RECURSO ESPECIAL Nº 756.643/PB (2005/0092679-4)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA - CAGEPA
ADVOGADO	: JOHNSON GONÇALVES DE ABRANTES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INDÚSTRIA DE PRODUTOS METALÚRGICOS DO NORDESTE S/A
ADVOGADO	: VITÓRIA CABRAL RABAY E OUTRO(S)

Sustentação oral: Dr. IRIO DANTAS DA NÓBREGA, pela parte recorrente: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA - CAGEPA.
A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negou-lhe provimento, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2374)

RECURSO ESPECIAL Nº 761.662/SC (2005/0102803-1)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: REMAQ RECUPERADORA DE MÁQUINAS OESTE LTDA
ADVOGADO	: EUGÊNIO DOIN VIEIRA E OUTRO
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARCELO COLETTO POHLMANN E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2375)

RECURSO ESPECIAL Nº 764.836/SP (2005/0110965-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: EDSON MOURA
ADVOGADOS	: PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON E OUTRO JOÃO PAULO HECKER DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sustentação oral: Dr. WALTER RIBEIRO VALENTE JÚNIOR, pela parte recorrente: EDSON MOURA.
Após o voto do Sr. Ministro Relator acolhendo preliminar de extinção do processo sem julgamento do mérito, pediu vista o Sr. Ministro Francisco Falcão. Aguardam os Srs. Ministros Teori Albino Zavascki e Denise Arruda.
Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Luiz Fux.

(2376)

RECURSO ESPECIAL Nº 765.025/SC (2005/0111378-5)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: PATI NICKI CONFECÇÕES LTDA
ADVOGADO	: JOÃO JOAQUIM MARTINELLI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ARTUR ALVES MOTTA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2377)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 766.442/RS (2005/0115093-2)

REL. EDcl	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: REICHERT CALÇADOS LTDA
ADVOGADO	: CRISTOV BECKER
EMBARGADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ARTUR ALVES DA MOTTA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, acolheu os embargos de declaração, sem efeitos modificativos, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2378)

RECURSO ESPECIAL Nº 768.724/SP (2005/0122456-1)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: PAULO SALIM MALUF
ADVOGADO	: PAULO GUILHERME DE MENDONCA LOPES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MOVIMENTO DEFENDA SÃO PAULO
ADVOGADO	: MARCUS VINÍCIUS GRAMEGNA E OUTRO
INTERES.	: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: JOSÉ DE ARAÚJO NOVAES NETO E OUTRO(S)
INTERES.	: PATROPI ADMINISTRAÇÃO DE ESTACIONAMENTOS E GARAGENS LTDA
ADVOGADO	: MARIA PAULA DE MACEDO BIANCO TONDI
INTERES.	: CARLOS DE SOUZA TOLEDO
ADVOGADO	: LUÍS EDUARDO MENEZES SERRA NETTO E OUTRO
INTERES.	: CONSÓRCIO DR ENÉAS DE CARVALHO AGUIAR
REPR. POR	: LÍDER AMAFI COMERCIAL E CONSTRUTORA LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: LUIZ FELIPE MIGUEL
INTERES.	: CONSÓRCIO PRAÇA CORONEL PIRES DE ANDRADE
REPR. POR	: LÍDER H GUEDES ENGENHARIA S/A E OUTROS
ADVOGADO	: RUBENS LEITE FILHO
INTERES.	: CONSÓRCIO REPÚBLICA
REPR. POR	: CONSTRUTORA COVEG LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: NORTON A SEVERO BATISTA JUNIOR
INTERES.	: SPENCO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
ADVOGADO	: ROBERTA SILVA DE SOUZA
INTERES.	: PAULITEC CONSTRUÇÕES LTDA
ADVOGADO	: JOSÉ ANTÔNIO MIGUEL NETO
INTERES.	: CONSTRUTORA PASSARELLI LTDA
ADVOGADO	: ELIANA MARTA KINCHIN MARTINS
INTERES.	: ENGEFORM S/A CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO
ADVOGADO	: PEDRO ROMEIRO HERMETO
INTERES.	: BOCOPLAN CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: ANA PAULA MASSONETO - CURADOR ESPECIAL
INTERES.	: CLO PARTICIPAÇÕES LTDA

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2379)

RECURSO ESPECIAL Nº 769.148/CE (2005/0121470-5)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: F EVARISTO BEZERRA E COMPANHIA E OUTRO
ADVOGADO	: VERA CLÁUDIA LAZAR CARNEIRO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2380)

RECURSO ESPECIAL Nº 775.276/PR (2005/0137977-9)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: RAZ EXPORT COMERCIAL EXPORTADORA LTDA
ADVOGADO	: RODRIGO DA SILVA GRACIOSA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ARTUR ALVES DA MOTTA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2381)

RECURSO ESPECIAL Nº 780.076/AC (2005/0149191-5)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: GRAPHILASER - SERVIÇOS GRÁFICOS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
ADVOGADO	: DALMO JACOB DO AMARAL JÚNIOR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: AFONSO AUGUSTO RIBEIRO COSTA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2382)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 781.268/PB (2005/0151351-6)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
REPDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
EMBARGADO	: DIAGNOSE CLÍNICA DE ANÁLISES ESPECIALIZADAS LTDA
ADVOGADO	: ALFREDO ALEXSANDRO CABRAL LINHARES PORDEUS E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2383)

RECURSO ESPECIAL Nº 786.778/PR (2005/0167400-8)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: INDREL INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRINENSE LTDA
ADVOGADO	: ADIRSON DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ARTUR ALVES DA MOTTA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2384)

RECURSO ESPECIAL Nº 787.979/PR (2005/0170897-7)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: ODEBRECHT COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE CAFÉ LTDA
ADVOGADO	: GRACIANE VIEIRA LOURENCO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SIMONE ANACLETO LOPES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2385)

RECURSO ESPECIAL Nº 788.764/PR (2005/0170669-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: COMAVES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO	: GRACIANE VIEIRA LOURENCO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SIMONE ANACLETO LOPES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2386)

RECURSO ESPECIAL Nº 791.756/AC (2005/0178061-6)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: TERPLAN LTDA
ADVOGADO	: ISAU DA COSTA PAIVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ACRE - DERACRE
ADVOGADO	: AUGUSTO CRUZ SOUZA

A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negou-lhe provimento, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2387)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 792.250/SP (2006/0155686-5)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: VALDIR SERAFIM E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JORGE TAMAKI
ADVOGADO	: LUIZ FERNANDO GELEZOV

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2388)

RECURSO ESPECIAL Nº 793.197/SP (2005/0152402-9)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: PAULO SALIM MALUF
ADVOGADO	: PAULO GUILHERME DE MENDONCA LOPES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MOVIMENTO DEFENDA SÃO PAULO
ADVOGADO	: MARCUS VINÍCIUS GRAMEGNA
INTERES.	: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: JOSÉ DE ARAÚJO NOVAES NETO E OUTRO(S)
INTERES.	: PAULITEC CONSTRUÇÕES LTDA
ADVOGADO	: JOSÉ ANTÔNIO MIGUEL NETO E OUTRO(S)
INTERES.	: CONSTRUBASE CONSTRUTORA DE OBRAS BÁSICAS DE ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	: LUIZ FELIPE MIGUEL
INTERES.	: PATROPI ADMINISTRADORA DE ESTACIONAMENTOS E GARAGENS LTDA
ADVOGADO	: ANA LÚCIA SANTAELLA GESTAL E OUTRO(S)
INTERES.	: CARLOS DE SOUZA TOLEDO
ADVOGADO	: LUÍS EDUARDO MENEZES SERRA NETTO E OUTRO(S)
INTERES.	: CONSÓRCIO TRIANON PARK
ADVOGADO	: LUIZ FELIPE MIGUEL

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2389)

RECURSO ESPECIAL Nº 793.200/SP (2005/0152886-6)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: PAULO SALIM MALUF
ADVOGADO	: PAULO GUILHERME DE MENDONCA LOPES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ASSOCIAÇÃO CIVIL GREENPEACE
ADVOGADO	: RENATO BASTOS ROSA E OUTRO(S)
INTERES.	: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: JOSÉ DE ARAÚJO NOVAES NETO E OUTRO(S)
INTERES.	: CARLOS DE SOUZA TOLEDO
ADVOGADO	: MANOEL ALVES DOS SANTOS
INTERES.	: CONSÓRCIO TRIANON PARK
ADVOGADO	: LUIZ FELIPE MIGUEL E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2390)

RECURSO ESPECIAL Nº 797.645/DF (2005/0187446-5)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: SÓ CAR DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA
ADVOGADO	: ROGÉRIO REIS DE AVELAR
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARIA DIONNE DE ARAÚJO FELIPE E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2391)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 813.554/PE (2006/0010898-9)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: BRIFORT MINERAÇÃO E COMÉRCIO S/A
ADVOGADA	: SUZELE VELOSO DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARIA HELENA URBANO RIBEMBOIM E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2392)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 817.547/SP (2006/0210949-5)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MIRIAN KIYOKO MURAKAWA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: USINA SANTO ANTÔNIO S/A
ADVOGADO	: ROMEU BONINI E OUTRO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2393)

RECURSO ESPECIAL Nº 821.634/RJ (2006/0039305-2)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: SOCIEDADE DOS MORADORES E AMIGOS DE PEDRA DE ITAÚNA
ADVOGADO	: SÉRGIO NUSMAN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADVOGADO	: LILIANE GOES DE ANDRADE E OUTRO(S)

Sustentação oral: Dra. RENATA DO AMARAL GONÇALVES, pela parte recorrida: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE.
Após o voto do Sr. Ministro Relator conhecendo parcialmente do recurso especial e, nessa parte, dando-lhe provimento, no que foi acompanhado pelos Srs. Ministros Denise Arruda, José Delgado e Francisco Falcão, pediu vista o Sr. Ministro Luiz Fux.

(2394)

EDcl no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 822.194/CE (2006/0221860-6)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
EMBARGANTE	: COELCE - COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ
ADVOGADO	: CELSO LUIZ DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

A Turma, por unanimidade, não conheceu dos embargos de declaração, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2395)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 827.009/SP (2006/0227392-5)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RAQUEL VIEIRA MENDES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BERTIN ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA
ADVOGADO	: TIAGO LUVISON CARVALHO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2396)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 827.266/DF (2006/0054413-4)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
EMBARGANTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
EMBARGADO	: MAX DISTRIBUIDORA DE MATERIAL DE LIMPEZA LTDA
ADVOGADO	: JACQUES MAURICIO FERREIRA VELOSO DE MELO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: DISTRITO FEDERAL
INTERES.	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2397)

RECURSO ESPECIAL Nº 827.672/SC (2006/0056030-2)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: ELZA OLIVEIRA DOS SANTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ALCIONE FERREIRA
ADVOGADO	: CLAITON LUIS BORK

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2398)

EDcl no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 827.765/SP (2006/0219532-4)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARLY MILOCA DA CÂMARA GOUVEIA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: FREITAS E SPINOLA LTDA
ADVOGADO	: ANTÔNIO LUIZ TOZATTO E OUTRO

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2399)

RECURSO ESPECIAL Nº 831.274/SC (2006/0061032-6)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARCELO COLETTO POHLMANN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA EDUARDA SANTOS
ADVOGADO	: FÁBIO KOERICH RIOS E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2400)

EDcl no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 831.681/SP (2006/0242456-3)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ALEXANDRE JOUCYS E OUTRO(S)
EMBARGADO	: TELAS ARAMES E FERRAGENS SANTO AMARO LTDA
ADVOGADO	: HENRIQUE LEMOS JUNIOR E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2401)

EDcl no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 832.539/SC (2006/0246457-4)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: DELTA VEÍCULOS LTDA
ADVOGADO	: RYCHARDE FARAH E OUTRO(S)
EMBARGADO	: ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR	: ROGÉRIO DE LUCA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2402)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 834.053/PB (2006/0243368-7)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: CAIO CESAR VIEIRA ROCHA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA DAS DORES PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO	: REGINALDO DE SOUSA RIBEIRO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2403)

EDcl no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 836.508/SP (2006/0255800-9)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ALEXANDRE JUOCYS E OUTRO(S)
EMBARGADO	: IRMÃOS OLDRA E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	: MARIA HELENA LEITE RIBEIRO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2404)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 838.774/SP (2006/0248599-4)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: CENTRO DE MEDICINA CARDIOPULMONAR LTDA
ADVOGADO	: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: NAIARA PELLIZZARO DE LORENZI CANCELLIER E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator, que ressalvou o seu ponto de vista.

(2405)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 838.872/SP (2006/0261859-7)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: ANTÔNIO PIRES DE ALMEIDA
ADVOGADO	: DOUGLAS GONCALVES DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SIMONE PEREIRA DE CASTRO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2406)

RECURSO ESPECIAL Nº 839.571/RJ (2006/0085484-9)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: RENATA MARIA DIAS PEREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PAULO CÉSAR XAVIER DA COSTA E OUTROS
ADVOGADO	: MARCIONIL MUNIZ DA PAIXÃO FILHO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negou-lhe provimento, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2407)

RECURSO ESPECIAL Nº 839.816/PR (2006/0081642-9)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: CENTRO DE SAÚDE EMPRESARIAL S/C LTDA
ADVOGADO	: ALEXANDRE PELISSARI CIDADE E OUTRO
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARCELO COLETTO POHLMANN E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2408)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 840.556/AM (2006/0085196-9)

REL. EDcl	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
EMBARGANTE	: SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA
ADVOGADO	: ROGÉRIO DA SILVA VENÂNCIO PIRES E OUTRO(S)
EMBARGADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CLÁUDIA REGINA A M PEREIRA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2409)

RECURSO ESPECIAL Nº 841.173/PB (2006/0081552-1)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: COMPANHIA USINA SÃO JOÃO
ADVOGADO	: CARLOS FREDERICO NÓBREGA FARIAS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CARLOS NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2410)

RECURSO ESPECIAL Nº 841.260/MT (2006/0074316-4)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: HERALDO CÂNDIA FIGUEIREDO
ADVOGADO	: ANA LÚCIA RICARTE
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PAULO EDUARDO MAGALDI NETTO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2411)

RECURSO ESPECIAL Nº 844.093/RS (2006/0093168-1)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RODRIGO PEREIRA DA SILVA FRANK E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CENTRO DE ECOGRAFIA MISSÕES LTDA
ADVOGADO	: RICARDO JOSUÉ PUNTEL

"Adiado por indicação do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

(2412)

AgRg no AgRg no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 844.582/DF (2006/0275746-8)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: BRASÍLIA EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA
ADVOGADO	: SÉRGIO BONFIM MONTEIRO PERES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR	: MARCELO LAVOCAT GALVÃO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, não conheceu do agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2413)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 844.720/MG (2006/0093795-8)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ANDRÉ GUSTAVO BEZERRA E MOTA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MERCANTIL FONTE BOA LTDA
ADVOGADO	: DAVID GONÇALVES DE ANDRADE SILVA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2414)

RECURSO ESPECIAL Nº 845.339/TO (2006/0093791-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB
ADVOGADO	: RICARDO COELHO DE MEDEIROS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2415)

RECURSO ESPECIAL Nº 848.601/RS (2006/0106588-6)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RODRIGO PEREIRA DA SILVA FRANK E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CLÍNICA MÉDICA OFTALMOLÓGICA BLUMENAU S/S
ADVOGADO	: SHIRLEY HENN E OUTRO(S)

Adiado o julgamento por indicação do Sr. Ministro Relator.

(2416)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 849.342/RJ (2006/0284641-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: SUPERMERCADOS BIG LTDA
ADVOGADO	: JOSÉ OSWALDO CORREA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: MARIA DE LOURDES DE ALENCAR SAMPAIO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2417)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 851.962/DF (2006/0085378-7)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: IB SABBA E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	: DOMINGOS NOVELLI VAZ E OUTRO(S)
EMBARGADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: AFONSO AUGUSTO RIBEIRO COSTA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2418)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 853.416/RJ (2006/0284217-5)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: OCTET BRASIL LTDA
ADVOGADO	: CARLOS SUPLICY DE FIGUEIREDO FORBES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: GUSTAVO DO AMARAL MARTINS E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2419)

RECURSO ESPECIAL Nº 853.620/RS (2006/0134127-0)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RICARDO PY GOMES DA SILVEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARCIA TERESINHA KNORST
ADVOGADO	: JORGE NILTON XAVIER DE SOUZA

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2420)

RECURSO ESPECIAL Nº 854.271/SC (2006/0112566-8)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CÍNTIA TOCCHETTO KASPARY E OUTRO(S)
RECORRIDO	: NEI ROSE MARIA ALVES
ADVOGADO	: FÁBIO KOERICH RIOS E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2421)

RECURSO ESPECIAL Nº 855.179/RN (2006/0115486-3)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
RECORRIDO	: DESTAQUE PROPAGANDA E PROMOÇÕES LTDA
ADVOGADO	: JOSÉ MAURÍCIO DE ARAÚJO MEDEIROS

A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso especial e deu-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2422)

RECURSO ESPECIAL Nº 855.586/RS (2006/0134207-7)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LUIZ FERNANDO JUCÁ FILHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: RENATO SCHMITZ FERREIRA
ADVOGADO	: JORGE NILTON XAVIER DE SOUZA

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2423)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 856.550/MG (2007/0020301-7)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: USIMINAS MECÂNICA S/A
ADVOGADO	: RENATO F. TIEPPO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: CARLOS JOSÉ DA ROCHA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2424)

RECURSO ESPECIAL Nº 857.443/RS (2006/0133875-1)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARCELO COLETTO POHLMANN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: TOMASETTO CLÍNICA DE PEDIATRIA E ADOLESCÊNCIA LTDA
ADVOGADO	: ANA ISABEL DAL PAI TOMASETTO

"Adiado por indicação do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

(2425)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 858.179/MG (2007/0013221-6)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: HOSPITAL SÃO LUCAS LTDA
ADVOGADO	: MÚCIO RICARDO CALEIRO ACERBI
AGRAVADO	: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC
ADVOGADO	: ROBERTO FERREIRA ROSAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC
ADVOGADO	: ROBERTA ESPINHA CORRÊA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE
ADVOGADO	: PAULO RICARDO BRINCKMANN OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2426)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 858.281/SP (2007/0023846-2)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARIA CECÍLIA LEITE MOREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MONTEIRO LINARDI ENGENHARIA S/C LTDA
ADVOGADO	: S/ REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2427)

RECURSO ESPECIAL Nº 859.616/RS (2006/0124190-8)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: ALFA ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A E OUTRO
ADVOGADO	: LUIZ EDUARDO DE CASTILHO GIROTTO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO
ADVOGADO	: CLÁUDIO ROBERTO NUNES GOLGO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2428)

RECURSO ESPECIAL Nº 859.837/RJ (2006/0121571-9)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MARCOS NOGUEIRA BARCELLOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARISE DE SOUZA ROSÁRIO DIAS
ADVOGADO	: DIONYSIO ALFREDO DIAS FILHO E OUTRO

A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negou-lhe provimento, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2429)

RECURSO ESPECIAL Nº 860.681/TO (2006/0093487-6)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: ARROZ TOCANTINS LTDA
ADVOGADO	: TAÍS HELENA MIOTTO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO

A Turma, por unanimidade, não conheceu do recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2430)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 860.896/RJ (2007/0022460-3)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: FELIPE TADEU DE FREITAS TAVARES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: REGINA PROCÓPIO RODRIGUES VALE
ADVOGADO	: FABRÍCIO BARBOSA SIMÕES DA FONSECA

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2431)

RECURSO ESPECIAL Nº 861.326/MG (2006/0127997-8)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: RIMA INDUSTRIAL S/A
ADVOGADO	: MAX LANSKY E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: MAURÍCIO BHERING ANDRADE E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2432)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 861.604/MS (2006/0126572-7)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PATRÍCIA MELLO DE BRITO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: PRO DIAGNOSE LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA
ADVOGADO	: TATIANA GRECHI

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2433)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 861.629/SP (2007/0024688-0)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARIA CECÍLIA LEITE MOREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VISTATEK PRODUTOS ÓTICOS LTDA
ADVOGADO	: ALEXANDRE DANTAS FRONZAGLIA E OUTRO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2434)

RECURSO ESPECIAL Nº 864.405/AL (2006/0142945-6)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADA	: MAGDA MONTENEGRO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, não conheceu do recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2435)

RECURSO ESPECIAL Nº 864.622/PR (2006/0144706-2)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: VERA LÚCIA BICCA ANDUJAR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MESSIAS FERREIRA GONÇALVES
ADVOGADO	: ANTÔNIO PEREIRA ALBINO E OUTRO

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2436)

RECURSO ESPECIAL Nº 864.692/SC (2006/0145831-1)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: IRMÃOS FISCHER S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
ADVOGADO	: GILBERTO CASSULI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ARTUR ALVES DA MOTTA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2437)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 866.715/SP (2007/0049360-9)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: ASSOCIAÇÃO BENEDITINOS OLIVETANOS
ADVOGADO	: DIEGO DINIZ RIBEIRO E OUTRO
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: VALDIR SERAFIM E OUTRO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2438)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 868.357/SP (2007/0034184-9)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: INDÚSTRIA DE ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO BONATO LTDA
ADVOGADO	: JOSE LUIZ MATTHES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MIRIAM APARECIDA PERES SILVA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2439)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 868.518/SC (2006/0156557-3)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR	: LORENO WEISSHEIMER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CAMBORIÚ PALACE HOTEL LTDA
ADVOGADO	: IZAIAS JOAQUIM GONZAGA E OUTRO
INTERES.	: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A CELESC
ADVOGADO	: LYCURGO LEITE NETO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2440)

RECURSO ESPECIAL Nº 869.497/RS (2006/0158207-9)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: DÉCIO JALFIM
ADVOGADO	: DANIEL DEMARTINI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: RAFAEL CALETTI E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2441)

EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 869.770/RJ (2006/0159550-2)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
EMBARGANTE	: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO BARÃO DE UBÁ
ADVOGADA	: SARA REGINA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADVOGADO	: EDUARDO RODOLPHO M F DE CARVALHO

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2442)

RECURSO ESPECIAL Nº 869.843/RS (2006/0152570-3)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: KÁTIA ELISABETH WAWRICK E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
INTERES.	: MUNICÍPIO DE VERANOPLIS
ADVOGADO	: FABIANE MERCALLI

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2443)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 870.002/BA (2007/0046341-7)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE SALVADOR
PROCURADOR	: PEDRO AUGUSTO DE FREITAS GORDILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A - RFFSA - EM LIQUIDAÇÃO
REPR. POR	: EDSON RONALDO DO NASCIMENTO - LIQUIDANTE
ADVOGADO	: FREDERICO MACHADO NETO E OUTRO(S)

A Turma, por maioria, vencido o Sr. Ministro Luiz Fux, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2444)

RECURSO ESPECIAL Nº 870.720/RS (2006/0162307-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: MARLISE FISCHER GEHRES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
INTERES.	: CAROLINE CORRÊA DE SOUZA
INTERES.	: MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2445)

RECURSO ESPECIAL Nº 870.927/SC (2006/0163544-1)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: ELZA OLIVEIRA DOS SANTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: HAMILTON SCHROEDER E OUTROS
ADVOGADO	: FELISBERTO VILMAR CARDOSO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2446)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 871.825/MG (2007/0043631-9)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: NABIL EL BIZRI E OUTRO(S)
AGRAVANTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG
PROCURADOR	: CLÁUDIO JOSÉ RESENDE FONSECA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA DO NASCIMENTO DE JESUS E OUTROS
ADVOGADO	: PAULO HENRIQUE DA SILVEIRA CHAVES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento aos agravos regimentais, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2447)

AgRg no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 874.009/PE (2007/0032928-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: HIPERCARD ADMINISTRADORA DE CARTÃO DE CRÉDITO LTDA
ADVOGADO	: GLÁUCIO MANOEL DE LIMA BARBOSA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ADRIANA NOGUEIRA TIGRE COUTINHO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2448)

RECURSO ESPECIAL Nº 874.642/CE (2006/0181129-4)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARIA CLÁUDIA GONDIM CAMPELLO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: SUPERMERCADO ROCHA CARVALHO LTDA
ADVOGADO	: ANA LAURA MELO DO NASCIMENTO

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2449)

RECURSO ESPECIAL Nº 877.247/RJ (2006/0164503-3)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: ÁGUAS DO PARAÍBA S/A
ADVOGADA	: ANNA MARIA DA TRINDADE DOS REIS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CONDOMÍNIO EDIFÍCIO CÂNDIDO PORTINARI
ADVOGADO	: ANTÔNIO CARLOS ASSAD BICUDO E OUTRO

Prosseguindo no julgamento, após o voto-vista da Sra. Ministra Denise Arrruda e as reformulações de voto dos Srs. Ministros Relator e José Delgado, a Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, para anular o acórdão que julgou os embargos declaratórios, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2450)

RECURSO ESPECIAL Nº 878.817/AC (2006/0181918-7)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RECORRIDO	: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
PROCURADOR	: MARISA ROCHA CORRETO DUARTE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: NILO LEMOS BATISTA DA COSTA
ADVOGADO	: CÉLIA GOMES PESSOA

A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2451)

RECURSO ESPECIAL Nº 879.221/RS (2006/0186364-1)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: JOEL SOARES DE FREITAS E OUTROS
ADVOGADO	: RENATO AMARAL CORRÊA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RODRIGO PEREIRA DA SILVA FRANK E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2452)

AgRg nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 882.682/RJ (2006/0194623-2)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RONALDO J. SANT'ANNA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CIBRAPEL S/A INDÚSTRIA DE PAPEL E EMBALAGENS
ADVOGADO	: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2453)

RECURSO ESPECIAL Nº 882.766/RJ (2006/0189617-9)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: CITIBANK LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADO	: LUIZ EDUARDO DE CASTILHO GIROTTO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RONALDO J SANT'ANNA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, não conheceu do recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2454)

RECURSO ESPECIAL Nº 883.482/SP (2006/0192894-2)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: SUELI CRISTINA PIRES ALVES
ADVOGADO	: SUELI CRISTINA PIRES ALVES (EM CAUSA PRÓPRIA)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JULIANA FURTADO COSTA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso especial e, nessa parte, deu-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2455)

RECURSO ESPECIAL Nº 883.861/SP (2006/0195736-4)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARIA CECÍLIA LEITE MOREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARCO ANTONIO CORRÊA CINTRA
ADVOGADO	: CARLOS ROBERTO CASTIGLIONE

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2456)

RECURSO ESPECIAL Nº 885.416/RS (2006/0197111-9)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: LUZ MARINA UHRY VIEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
INTERES.	: M K A DA S

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2457)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 885.747/PR (2007/0082400-6)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LUIZ FERNANDO JUCÁ FILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EMPILHAJA PEÇAS E MANUTENÇÃO LTDA
ADVOGADO	: S/ REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2458)

AgRg no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 885.804/SP (2007/0084091-8)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: CERÂMICA INDUSTRIAL DE TAUBATÉ LTDA
ADVOGADO	: ROBERTO FERNANDES DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MIRIAN GONÇALVES DILGUERIAN E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2459)

RECURSO ESPECIAL Nº 885.817/CE (2006/0200705-1)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: THYRSO DE ARAUJO FERNADES TELLES
RECORRIDO	: JOÃO CARLOS ALBANO FERREIRA
ADVOGADO	: CLAUDETE MARQUES FERREIRA

A Turma, por unanimidade, não conheceu do recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2460)

RECURSO ESPECIAL Nº 886.132/MT (2006/0145906-6)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: AGROPECUÁRIA MONTE CRISTO LTDA
ADVOGADO	: LUIZ ANTÔNIO POSSAS DE CARVALHO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2461)

RECURSO ESPECIAL Nº 886.249/SC (2006/0196469-5)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: BAUMGARTEN GRÁFICA LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: JÚLIO CÉSAR KREPSKY E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ARTUR ALVES DA MOTTA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2462)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 886.628/DF (2007/0076794-9)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: ADEMAR DE ALCÂNTARA PERPÉTUO E OUTROS
ADVOGADO	: MARCOS ANTÔNIO ZIN ROMANO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: JOÃO CARDOSO DA SILVA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2463)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 886.954/RS (2006/0195542-1)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
EMBARGANTE	: SUPERMERCADO GUANABARA S/A E OUTROS
ADVOGADO	: JOÃO JOAQUIM MARTINELLI E OUTRO(S)
EMBARGADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MAURO TRINDADE GREQUI E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2464)

RECURSO ESPECIAL Nº 887.321/SP (2006/0203014-5)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SIMONE PEREIRA DE CASTRO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: SÉRGIO MARCOS MONTEIRO
ADVOGADO	: ROGER DIAS GOMES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso especial e, nessa parte, deu-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2465)

RECURSO ESPECIAL Nº 888.249/SP (2006/0207545-0)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ANDRÉA CRISTINA DE FARIAS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ROGÉRIO VICENTE STROPA E OUTROS
ADVOGADO	: LEILA FARES GALASSI DE OLIVEIRA E OUTRO

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2466)

RECURSO ESPECIAL Nº 890.318/SP (2006/0212994-5)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ROSA METTIFOGO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FLÁVIO PAZ VITORINO
ADVOGADO	: RENATO PRICOLI MARQUES DOURADO

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2467)

RECURSO ESPECIAL Nº 890.381/SP (2006/0208860-4)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: NAIARA PELLIZZARO DE L0RENZI CANCELLIER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ROGÉRIO VERAS CALDEIRA BASTOS
ADVOGADO	: LUIZ EDUARDO DE CASTILHO GIROTTO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2468)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 890.704/PR (2007/0095484-9)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
ADVOGADO	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GIÓCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: SILVIO LUIZ DE COSTA E OUTRO(S)
INTERES.	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2469)

RECURSO ESPECIAL Nº 890.720/SP (2006/0213644-3)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARIA CECILIA LEITE MOREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOHN SAM KOUTRAS
ADVOGADO	: CELSO LIMA JUNIOR E OUTRO(S)
INTERES.	: SHERWIN-WILLIAMS DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: MARCELO SALLES ANNUNZIATA

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2470)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 890.947/RS (2007/0085318-5)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA CEEE D
ADVOGADO	: FABIANE REUTER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PALATUS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO	: EDSON RODRIGUES DE ALMEIDA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2471)

RECURSO ESPECIAL Nº 891.967/SC (2006/0217945-9)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARCELO COLETTO POHLMANN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CENTRO CLÍNICO CONTINENTE S/C LTDA
ADVOGADO	: SANDRA MARANGONI

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2472)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 892.006/SC (2006/0218517-4)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DOLIZETE FÁTIMA MICHELIN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TERMIND TECNICA EM REPAROS E MONTAGENS INDUSTRIAIS E OUTRO
ADVOGADO	: HERMAR ESPÍNDOLA PATRIANOVA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2473)

RECURSO ESPECIAL Nº 892.729/SP (2006/0217144-1)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ROSA METTIFOGO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: DANIEL RODRIGUES BOA SORTE
ADVOGADO	: MARIA HELENA PURKOTE

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2474)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 893.352/SP (2006/0225436-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ELYADIR FERREIRA BORGES E OUTRO(S)
EMBARGADO	: AUTO PEÇAS BRASILÂNDIA LTDA
ADVOGADO	: ADIRSON DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2475)

RECURSO ESPECIAL Nº 894.629/CE (2006/0229825-0)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: SAMABRAS AGROPECUÁRIA S/A
ADVOGADO	: CLÓVIS RICARDO CALDAS DA SILVEIRA MAPURUNGA E OUTRO

A Turma, por unanimidade, não conheceu do recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2476)

RECURSO ESPECIAL Nº 896.496/SP (2006/0231948-3)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: NAIARA PELLIZZARO DE LORENZI CANCELLIER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: KÁTIA GEORGES PHILO E OUTRO
ADVOGADO	: CELSO LIMA JUNIOR

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2477)

RECURSO ESPECIAL Nº 898.007/SP (2006/0238238-6)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: NAIARA PELLIZZARO DE LORENZI CANCELLIER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ENIO ZANELLA
ADVOGADO	: MARIELZA EVANGELISTA COSSO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2478)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 898.731/RJ (2007/0125025-3)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA-COMLURB
ADVOGADO	: CLÁUDIO ROBERTO PIERUCCETTI MARQUES
AGRAVADO	: MARIA CELINA RIBEIRO DA SILVA
ADVOGADO	: ANTÔNIO JOSÉ CARNEIRO DA COSTA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2479)

RECURSO ESPECIAL Nº 899.664/AL (2006/0144532-1)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: LUNA L NUNES AVÍCOLA LTDA
ADVOGADO	: JOÃO LUÍS LOBO SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADOR	: ALUISIO LUNDGREN CORREA REGIS E OUTRO(S)

Após o voto do Sr. Ministro Relator dando provimento ao recurso especial, pediu vista o Sr. Ministro Teori Albino Zavascki. Aguardam os Srs. Ministros Denise Arruda e José Delgado.
Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

(2480)

RECURSO ESPECIAL Nº 900.698/SP (2006/0246467-5)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ROSA METTIFOGO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOSÉ ANTÔNIO CARONE
ADVOGADO	: CELSO LIMA JUNIOR E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2481)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 900.766/SP (2007/0132382-2)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: TAIDEN INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA
ADVOGADO	: DANIEL SOARES DE ARRUDA
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: CARLOS ALBERTO BITTAR FILHO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2482)

EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 901.150/SC (2006/0247535-4)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PAULO AITA CACILHAS E OUTRO(S)
EMBARGADO	: SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA SANTA ISABEL S/S LTDA
ADVOGADO	: JORGE ANDRÉ RITZMANN DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2483)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 901.733/SP (2007/0118562-8)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RAQUEL VIEIRA MENDES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ROSIMEIRE CARPI PEDROSO
ADVOGADO	: JOSÉ TARCÍSIO DE CAMARGO BACCARO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2484)

RECURSO ESPECIAL Nº 901.760/SP (2006/0245899-7)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DJEMILE NAOMI KODAMA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LUCIANO FANTIN
ADVOGADO	: CARLOS AUGUSTO FERREIRA ALVES SOBRINHO E OUTRO

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2485)

RECURSO ESPECIAL Nº 902.018/MG (2006/0246841-5)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: MRV SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	: OSCAR LUÍS DE MORAIS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO BANDEIRANTES
ADVOGADO	: RAFAEL ANTÔNIO PAULA DE ALMADA
INTERES.	: MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
PROCURADORA	: MARIA DE FÁTIMA MESQUITA DE ARAÚJO E OUTRO(S)

Sustentação oral: Assistiu ao julgamento o Dr. GUSTAVO ADOLPHO DANTAS SOUTO, pela parte recorrente: MRV SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.

A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso especial e deu-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2486)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 902.075/SP (2007/0089029-2)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: MESTRE SEGURANÇA DO TRABALHO E MATERIAIS DIDÁTICOS LTDA - MICROEMPRESA
ADVOGADO	: JOSÉ OSVALDO PEREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CLÁUDIA AKEMI OWADA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2487)

RECURSO ESPECIAL Nº 902.266/SC (2006/0251511-8)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: KARINE VOLPATO GALVANI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: OSVALDO JEREMIAS
ADVOGADO	: FABIANO FRETTA DA ROSA

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2488)

EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 903.442/SP (2006/0254272-2)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DJEMILE NAOMI KODAMA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: CASA DE CULTURA ANGLO AMERICANA DO ESTADO DE SÃO PAULO LTDA
ADVOGADO	: WALDIVIO RODRIGUES BRASIL ARAÚJO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2489)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 903.832/SP (2007/0126554-2)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: ROBERTO PIRES DA SILVA
ADVOGADO	: ECLESIASTE NOGUEIRA DOS SANTOS
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES.	: TRANSPORTES COLETIVOS LINENSE LTDA
ADVOGADO	: FERNANDO ARENALES FRANCO E OUTRO(S)
INTERES.	: MUNICÍPIO DE LINS
ADVOGADO	: LIA RAQUEL CARDOSO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2490)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 904.509/SC (2007/0108965-0)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: MÓVEIS MULLER LTDA
ADVOGADO	: RODRIGO DA SILVA GRACIOSA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SIMONE ANACLETO LOPES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2491)

EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 904.883/SP (2006/0259254-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: VALDIR SERAFIM E OUTRO(S)
EMBARGADO	: CATHYRA MÁQUINAS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADO	: RICARDO GOMES LOURENCO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2492)

AgRg nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 905.260/SP (2006/0260161-9)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: NAIARA PELLIZZARO DE L0RENZI CANCELLIER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ENGESOLOS ENGENHARIA DE SOLOS E FUNDAÇÕES LTDA
ADVOGADO	: MARIA ANDREIA FERREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2493)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 905.378/SP (2007/0080457-9)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: JOÃO CARLOS DE CARVALHO BARROS
ADVOGADO	: HEITOR DE BARROS OSTIZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
ADVOGADO	: LUIZ ANTÔNIO MUNIZ MACHADO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2494)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 905.536/SP (2006/0260749-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LÍGIA SCAFF VIANNA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: PATREZÃO SUPERMERCADOS LTDA
ADVOGADO	: ADIRSON DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2495)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 905.720/SC (2007/0152437-8)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: SIMONE DA LUZ VENÂNCIO
ADVOGADO	: VASCO SCHMITT MOREIRA DOS SANTOS
AGRAVADO	: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ UNIVALI
ADVOGADO	: LUIZ RODOLFO BÜRGER E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2496)

AgRg nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 907.840/SP (2006/0264331-1)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ALEXANDRE JUOCYS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TRANSMAZON TRANSPORTES E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: ELCIO CAIO TERENSE E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2497)

EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 908.802/SP (2006/0269409-8)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CÉLIA REGINA DE LIMA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: JOLA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
ADVOGADO	: ALICE MARA FERREIRA GONÇALVES E OUTRO

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2498)

RECURSO ESPECIAL Nº 908.998/GO (2006/0265725-8)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: ESTADO DE GOIÁS
PROCURADOR	: RENATA FERREIRA MENDONÇA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: AMÁLIA CARNEIRO
ADVOGADO	: NÉRCIO DE SOUZA

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2499)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 909.699/SP (2006/0270844-6)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: FERNANDO NETTO BOITEUX E OUTRO(S)
EMBARGADO	: MARIA ÂNGELA SALLES FAIZIBAIOFF - MICROEMPRESA
ADVOGADO	: FABRICIO HENRIQUE DE SOUZA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2500)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 909.945/SP (2006/0272753-1)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: INAIÁ BRITTO DE ALMEIDA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: SOCREL CONSTRUTORA DE REDES ELÉTRICAS E DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA
ADVOGADO	: JOSE ROBERTO MARCONDES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2501)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 910.154/SP (2006/0272520-7)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: INAIÁ BRITTO DE ALMEIDA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: ROBLES E ROBLES COMÉRCIO DE MALHAS LTDA
ADVOGADO	: HENRIQUE LEMOS JUNIOR

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2502)

AgRg nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 910.288/MT (2006/0273450-9)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
PROCURADOR	: DANILO MOURA LACERDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BRUNO ALESSIO BEDIN E CÔNJUGE
ADVOGADO	: JORGE ADEMAR DA SILVA
INTERES.	: UNIÃO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2503)

RECURSO ESPECIAL Nº 910.720/DF (2006/0273464-7)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DANIELA GALENO RODRIGUES LIMA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOSÉ LINJARDI E OUTROS
ADVOGADA	: CAROLINA LOUZADA PETRARCA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2504)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 910.743/SP (2006/0272567-3)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: JAC DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AUTOADESIVOS LTDA
ADVOGADO	: EDEMIR MARQUES DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LÍGIA SCAFF VIANNA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: OS MESMOS

A Turma, por unanimidade, rejeitou ambos os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2505)

RECURSO ESPECIAL Nº 910.967/RJ (2006/0275127-9)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARCUS ABRAHAM E OUTRO(S)
RECORRENTE	: JOSÉ HENRIQUE FERREIRA
ADVOGADO	: JOSÉ PÉRICLES COUTO ALVES E OUTRO
RECORRIDO	: OS MESMOS

A Turma, por unanimidade, negou provimento aos recursos especiais, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2506)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 911.265/SP (2006/0272495-4)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: INAIÁ BRITTO DE ALMEIDA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: AUTO PEÇAS FREDERICO LTDA
ADVOGADO	: ELIANE REGINA DANDARO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2507)

RECURSO ESPECIAL Nº 911.520/SP (2006/0277409-0)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PATRICIA MELLO DE BRITO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOSÉ MARTINS E OUTROS
ADVOGADO	: SANDRA MARIA ESTEFAM JORGE E OUTRO

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2508)

RECURSO ESPECIAL Nº 913.751/DF (2007/0015017-4)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR	: ELENAURO BATISTA DOS SANTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CRISSOTELES LOUREIRO DE OLIVEIRA FILHO
ADVOGADO	: JURACY PEREZ MAGALHÃES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2509)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 914.260/PR (2007/0150410-9)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTROS
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANDRÉ KOVACS
ADVOGADO	: JOSEMAR CAETANO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2510)

RECURSO ESPECIAL Nº 915.756/SP (2007/0005538-2)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARIA FERNANDA DE FARO SANTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LOURDES DE ALBUQUERQUE ISSIBACHI
ADVOGADO	: ALCEU CALIXTO SILVA E OUTRO

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2511)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 916.403/SP (2007/0006781-8)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: AGROENPA - INSUMOS E PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA E FILIAL(IS)
ADVOGADO	: JOSE ROBERTO MARCONDES E OUTRO
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SIMONE PEREIRA DE CASTRO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: OS MESMOS

A Turma, por unanimidade, acolheu parcialmente os embargos de declaração da empresa autora e rejeitou os da Fazenda Nacional, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2512)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 917.575/SC (2007/0009410-7)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE TUBARÃO
ADVOGADO	: CLÁUDIO ROBERTO NUNES GOLGO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CITIBANK LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A
ADVOGADO	: LUIZ EDUARDO DE CASTILHO GIROTTO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2513)

RECURSO ESPECIAL Nº 918.913/SP (2007/0011908-0)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: TECNART INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: REGIS JORGE JUNIOR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ELYADIR FERREIRA BORGES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2514)

AgRg nos EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 921.070/RJ (2007/0017573-8)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADVOGADO	: LILIANE GOES DE ANDRADE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONDOMÍNIO QUADRA DAS BRISAS
ADVOGADO	: HÉLIO TRIGO JUNIOR

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2515)

AgRg nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 922.919/SP (2007/0023836-1)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JULIANA COSTA FURTADO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SUCOBEL SUMARÉ COMERCIAL DE BEBIDAS LTDA
ADVOGADO	: ALEXANDRE DANTAS FRONZAGLIA E OUTRO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2516)

RECURSO ESPECIAL Nº 923.771/RJ (2007/0034670-1)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CÉSAR MACIEL RODRIGUES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ARIVALDO BORGES
ADVOGADO	: MARIA INÊS SOBREIRA DE AZEVEDO

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2517)

RECURSO ESPECIAL Nº 923.910/RJ (2007/0027581-1)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ANNA AZEVEDO TORRES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JADER CROCE
ADVOGADO	: LARISSA DANTAS RUIZ E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2518)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 924.155/DF (2007/0028220-7)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR	: EVALDO DE SOUZA DA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: COMERCIAL DE ALIMENTOS IRMÃOS FERREIRA LTDA
ADVOGADO	: ELVIS DEL BARCO CAMARGO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2519)

RECURSO ESPECIAL Nº 924.175/RS (2007/0026973-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: TONIOLO BUSNELLO S/A TÚNEIS TERRAPLANAGENS E PAVIMENTOS
ADVOGADO	: MARCOS EDUARDO NONDILO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MUNICÍPIO DE BARROS CASSAL
ADVOGADO	: JOSÉ LUIZ CAGLIERO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2520)

RECURSO ESPECIAL Nº 924.257/PR (2007/0028008-3)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: BANESTADO S/A PARTICIPAÇÕES ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS
ADVOGADO	: FLÁVIO ZANETTI DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2521)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 925.217/MG (2007/0031060-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: DEOLINDO GILBERTO DA SILVA
ADVOGADO	: LÍLIAN FONSECA PEREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: LAURO JOSÉ BRACARENSE FILHO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2522)

RECURSO ESPECIAL Nº 925.597/RJ (2006/0211047-5)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CÉSAR MACIEL RODRIGUES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: RICARDO JOSÉ CAMPELO PIMENTEL
ADVOGADO	: HUMBERTO PESSOA PAES PINTO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2523)

EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 925.875/RJ (2007/0032849-7)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
EMBARGANTE	: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: HERALDO MOTTA PACCA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: JOSÉ PARENTE MARTINS
ADVOGADO	: RÔMULO CAVALCANTE MOTA E OUTRO

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2524)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 926.474/RN (2007/0033230-8)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: MARCONI MEDEIROS M DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: COMPANHIA ENERGÉTICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN
ADVOGADO	: ANA CRISTINA DE MELO COSTA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2525)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 926.526/RS (2007/0034466-5)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LUIZ FERNANDO JUCÁ FILHO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: RODRICARNES COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2526)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 927.292/PR (2007/0037572-9)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CARLOS SIVERIS
ADVOGADA	: MARGARETE INES BIAZUS LEAL E OUTRO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2527)

AgRg nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 928.433/DF (2007/0040348-6)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: ALCEU JOÃO BAPTISTA FILHO E OUTROS
ADVOGADO	: CIRO CECCATTO
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: TÚLIO SOBRAL MARTINS E ROCHA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2528)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 928.687/SP (2007/0040275-5)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARIA FERNANDA DE FARO SANTOS E OUTRO(S)
EMBARGADO	: PALÁCIO DAS BORRACHAS LTDA
ADVOGADO	: ADIRSON DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2529)

RECURSO ESPECIAL Nº 928.740/MG (2007/0040279-2)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: CISCA DISTRIBUIDORA LTDA
ADVOGADA	: SABRINA TÔRRES LAGE PEIXOTO DE MELO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: AFONSO AUGUSTO RIBEIRO COSTA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2530)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 929.266/SP (2007/0041651-6)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DJEMILE NAOMI KODAMA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: IOCHPE MAXION S/A
ADVOGADO	: ROGERIO BORGES DE CASTRO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2531)

EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 929.807/RJ (2007/0042567-7)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CLÁUDIA GUERRA MEROLA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: CAFÉ PINHAL COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA
ADVOGADO	: JOSÉ OSVALDO BERGI E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2532)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 929.831/SP (2007/0044040-6)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MÁRCIA REGINA S DE SOUSA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: FRIGORÍFICO GUAPIASUINOS LTDA
ADVOGADO	: GUILHERME ANTONIO E OUTRO

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2533)

RECURSO ESPECIAL Nº 930.274/GO (2007/0046550-2)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: ÂNGELO AURÉLIO GONÇALVES PARIZ E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2534)

EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 931.044/RJ (2007/0048045-4)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: UNIMED ARAGUARI - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA
ADVOGADO	: LILIANE NETO BARROSO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR ANS
PROCURADOR	: MARCELA LAMONICA REGO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2535)

RECURSO ESPECIAL Nº 932.371/SC (2007/0049397-4)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: LDB FOMENTO COMERCIAL LTDA
ADVOGADO	: ANDRÉ LUIZ LUCHI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA - CRA/SC
ADVOGADO	: FÁBIO KOERICH RIOS E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, não conheceu do recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2536)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 933.090/PE (2007/0050052-8)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS E OUTRO(S)
EMBARGADO	: IGUEP INCORPORADORA GUEDES PEREIRA LTDA
ADVOGADO	: BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2537)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 934.905/MG (2007/0057970-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: WALTER DO CARMO BARLETTA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LIDER SOM LTDA
ADVOGADO	: CARLOS GILBERTO DE OLIVEIRA

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2538)

RECURSO ESPECIAL Nº 935.032/SP (2007/0058420-2)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: HERMANN SCHALL
ADVOGADO	: NELSON ESMERIO RAMOS E OUTRO
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: FERNANDO NETTO BOITEUX E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2539)

RECURSO ESPECIAL Nº 935.065/PR (2007/0059077-4)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: UNIMED DE LONDRINA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADO	: RAFAEL LIMA MARQUES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ CRF PR
ADVOGADO	: RODRIGO LUIZ MENEZES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2540)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 935.335/SP (2007/0063136-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ANDRÉ AUGUSTO MARTINS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE BAURU
ADVOGADO	: ANA CRISTINA FREIRE DE LIMA DIAS E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2541)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 935.508/PE (2007/0063912-6)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOÃO FERREIRA SOBRINHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DISTRIBUIDORA RIACHO DOCE LTDA
ADVOGADO	: ESTÁCIO LOBO DA SILVA GUIMARÃES NETO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2542)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 935.885/SP (2007/0065026-5)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: BRASFIO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
ADVOGADO	: EDUARDO GONZAGA OLIVEIRA DE NATAL E OUTRO
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MIRIAM A PERES SILVA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2543)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 936.550/RS (2007/0059650-9)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LUÍS ALBERTO SAAVEDRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOÃO EVANGELISTA ESTIVALET FINAMOR
ADVOGADO	: LEONARDO GONÇALVES MURARO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2544)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 936.799/RS (2007/0063845-6)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: IVETE MARIA RAZZERA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SALETE SIGNOR DOS SANTOS
ADVOGADO	: JOSÉ JOÃO DE OLIVEIRA FREITAS - DEFENSOR PÚBLICO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2545)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 936.828/RS (2007/0068190-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: BERENICE FERREIRA LAMB E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SELSUL SELEÇÃO DE PESSOAL LTDA
ADVOGADO	: LUCIANNE FREIESLEBEN BARZONI

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2546)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 937.441/MG (2007/0071837-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
PROCURADOR	: MARTIN ERICH RODACKI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GERALDO JOSÉ BONIFÁCIO COELHO
ADVOGADO	: JULIO MAGALHÃES PIRES DUARTE E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2547)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 937.461/SP (2007/0070758-9)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: AFONSO GRISI NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VEIBRÁS IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: ELLEN FALCÃO DE BARROS COBRA PELACANI E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2548)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 937.533/PE (2007/0071676-6)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: TRANSVAL SERVIÇOS GERAIS LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: RAIMUNDO DE SOUZA MEDEIROS JUNIOR E OUTRO
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RAQUEL TERESA MARTINS PERUCH E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2549)

RECURSO ESPECIAL Nº 937.629/SP (2007/0068418-2)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: DANIEL DANIELIAN
ADVOGADO	: DOMINGOS NOVELLI VAZ E OUTRO(S)
RECORRIDO	: UNIÃO

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2550)

RECURSO ESPECIAL Nº 937.865/PA (2007/0072207-6)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: VICTOR LUIZ LEITE PASTANA
ADVOGADO	: PLÍNIO PINHEIRO NETO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2551)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 938.234/RS (2007/0073322-4)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: IVETE MARIA RAZZERA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SUELY PACHECO MACHADO
REPR. POR	: FLORIANO ROSA MACHADO - CURADOR
ADVOGADO	: LUÍS CARLOS GEHRKE E OUTRO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2552)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 938.239/RS (2007/0073801-1)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: ITALIANINHO ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO	: EDUARDO BRIGIDI DE MELLO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO	: SIMONE ANACLETO LOPES E OUTRO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2553)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 938.422/PE (2007/0073226-3)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: UNILEVER BRASIL GELADOS DO NORDESTE S/A
ADVOGADO	: EDUARDO FORTUNATO BIM E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARCOS ALEXANDRE TAVARES MARQUES MENDES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2554)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 938.451/CE (2007/0073166-9)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: THALLES FIGUEIREDO SOARES DA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DOMINGOS MARQUES PEREIRA E OUTROS
ADVOGADO	: JOSÉ GLAUBERTON PONTES

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2555)

RECURSO ESPECIAL Nº 938.540/SC (2007/0069048-0)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RODRIGO PEREIRA DA SILVA FRANK E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CENTRO DE PEDIATRIA VALE DO ITAJAÍ S/S
ADVOGADO	: MARCO AURÉLIO POFFO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2556)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 938.872/AM (2007/0074987-5)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: ESTADO DO AMAZONAS
PROCURADOR	: RICARDO A. REZENDE DE JESUS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LABORATÓRIO SANTO ANTÔNIO LTDA
ADVOGADO	: CID DA VEIGA SOARES JUNIOR

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2557)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 938.915/MG (2007/0075800-4)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
PROCURADOR	: CAROLINA LEMOS DE FARIA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: WALACE CAMILO DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: JULIO MAGALHÃES PIRES DUARTE E OUTRO

A Turma, por unanimidade, não conheceu do agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2558)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 938.950/RS (2007/0075532-6)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: RIO GRANDE ENERGIA S/A
ADVOGADO	: CLÁUDIA RODRIGUES LEIRIA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ROSA MARINELLO
ADVOGADO	: TIAGO REY FARINA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2559)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 939.414/SC (2007/0078136-2)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RICARDO PY GOMES DA SILVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ROSINEI SONTAG - MICROEMPRESA
ADVOGADO	: JOÃO BATISTA GONÇALVES DE OLIVEIRA E OUTRO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2560)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 939.774/MG (2007/0072143-4)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
PROCURADOR	: IRENE VIEIRA DA CARVALHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANTÔNIO DE PÁDUA CAMPOS
ADVOGADO	: JULIO MAGALHÃES PIRES DUARTE E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2561)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 940.166/MG (2007/0075133-5)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
PROCURADOR	: JOÃO DE DEUS PEREIRA BENÍCIO DA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JAIR DE ABREU
ADVOGADO	: ROBERTO EVANGELISTA NUNES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2562)

RECURSO ESPECIAL Nº 940.759/SP (2007/0071666-5)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADORA	: JULIANA FURTADO COSTA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LINDA MARIA ELIAS ASFOUR E OUTRO
ADVOGADO	: LUÍS ROBERTO BUELONI S FERREIRA E OUTRO

A Turma, por unanimidade, afetou o julgamento do feito à egrégia Primeira Seção, nos termos da questão de ordem suscitada pelo Sr. Ministro Relator, dispensada a lavratura de acórdão.

(2563)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 941.064/SP (2007/0080487-1)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: AFONSO GRISI NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANTÔNIO HUMBERTO BORDIN
ADVOGADO	: WALKYRIA P S RIBEIRO DOS SANTOS

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2564)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 942.151/SP (2007/0084868-3)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: LOJAS ARAPUÃ S/A
ADVOGADO	: SALVADOR FERNANDO SALVIA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: DENISE FERREIRA DE OLIVEIRA CHEID E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2565)

RECURSO ESPECIAL Nº 942.878/DF (2007/0086604-9)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: WILSON RODRIGUES DE SOUZA
ADVOGADO	: ELIAS ALVES DE CARVALHO
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARCIA HENRIQUES RIBEIRO DE OLVEIRA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2566)

RECURSO ESPECIAL Nº 943.675/RS (2007/0086441-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: RODRIGO KRIEGER MARTINS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MIGUEL ADÃO MEDEIROS GUEDES
ADVOGADO	: ROMANY SOUZA DA SILVA

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2567)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 944.728/DF (2007/0093107-8)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR	: LÉO FERREIRA LEONCY E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DAVID KIYOSHI YAMAMOTO
ADVOGADO	: GABRIELA LUCAS QUEIROZ
INTERES.	: LUIZ JOSÉ DE AGUIAR PINTO E OUTRO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2568)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 944.817/RS (2007/0091894-3)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: AEROCLUBE DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO	: FABIO BRUN GOLDSCHMIDT E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2569)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 945.042/DF (2007/0086707-2)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: SINAL - SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL DO BRASIL
ADVOGADO	: ANTONIO CARLOS FANTINO DA SILVA E OUTRO
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DENISE MACIEL DE ALBUQUERQUE CABRAL E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2570)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 945.052/AM (2007/0090304-7)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A ELETRONORTE
ADVOGADO	: POLIANA DAS GRAÇAS SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SÉRGIO VERGUEIRO
ADVOGADO	: YARA DE MINGO FERREIRA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2571)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 945.365/RJ (2007/0090127-8)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: NILO GALIPE NASSER
ADVOGADO	: MÁRIO ALBERTO PUCHEU E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A ELETROBRÁS
ADVOGADO	: ANNE MARGARITA CUNHA BAPTISTA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2572)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 945.380/RJ (2007/0092953-3)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: ZENIT REALTY IMÓVEIS S/A
ADVOGADO	: FLÁVIO ZVEITER E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2573)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 945.708/SP (2007/0094784-6)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
REPDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
AGRAVADO	: DENILTON BERGAMINI E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	: EUGENIO LUCIANO PRAVATO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2574)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 945.912/SP (2007/0094454-9)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MIRIAM A PERES SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS DE PROMISSÃO
ADVOGADO	: RUBENS HARUMY KAMOI E OUTRO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2575)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 946.913/RS (2007/0094821-3)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE IBIAÇÁ
ADVOGADO	: OLIVO SANTIN E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2576)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 947.148/SP (2007/0098826-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: OZORES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
ADVOGADO	: JOSE ROBERTO MARCONDES E OUTRO
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARIA CECILIA LEITE MOREIRA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2577)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 947.267/RJ (2007/0098327-2)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: ELIANA DA COSTA LORENÇO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BARRA FOR VEÍCULOS LTDA
ADVOGADO	: ANDRÉ FURTADO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2578)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 947.357/SP (2007/0097753-3)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: ALCEU VANNUCCI E OUTROS
ADVOGADO	: WILSON LUIS DE SOUSA FOZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LUIZ PALUMBO NETO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2579)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 947.381/PR (2007/0099232-3)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTROS
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CARLOS DE DEUS
ADVOGADO	: EDWIL CALIANI

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2580)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 947.605/SP (2007/0098969-9)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: MARIA TOSHIKO MANO E OUTROS
ADVOGADO	: WILSON LUIS DE SOUSA FOZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNIÃO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2581)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 947.675/SP (2007/0097612-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
REPDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
AGRAVADO	: HOSPITAL ANA COSTA S/A
ADVOGADO	: ALUÍSIO COELHO VILLARINHO RODRIGUES E OUTRO(S)
INTERES.	: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE
PROCURADOR	: PAULO CESAR SANTOS E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2582)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 947.686/PR (2007/0099782-9)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: MARIA REGINA DE LARA LUCAS E OUTROS
ADVOGADO	: CLEUSA DE ALMEIDA

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2583)

RECURSO ESPECIAL Nº 947.717/MS (2007/0097128-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: JOÃO NATAL VENTORIN E OUTROS
ADVOGADO	: JOSÉ LOTFI CORRÊA
RECORRIDO	: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - CRF/MS
PROCURADOR	: MARCELO ALEXANDRE DA SILVA E OUTRO(S)

Após o voto do Sr. Ministro Relator dando provimento ao recurso especial, pediu vista antecipada o Sr. Ministro Teori Albino Zavascki. Aguardam os Srs. Ministros Francisco Falcão, Luiz Fux e Denise Arruda.

(2584)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 948.577/RJ (2007/0102555-2)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: NEWINCO COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA
ADVOGADO	: LINCOLN DE SOUZA CHAVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNIÃO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2585)

RECURSO ESPECIAL Nº 948.640/SP (2007/0078969-6)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: ROGERIO ALTOBELLI ANTUNES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ANTONIO MENEZES DOS SANTOS E OUTROS
ADVOGADO	: WAGNER DONEGATI

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2586)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 948.735/RJ (2007/0100115-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: TATIANA P F WAJNBERG E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARCELO GUEDES PARANHOS
ADVOGADO	: HUMBERTO PESSOA PAES PINTO E OUTRO(S)

"Adiado por indicação do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

(2587)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 949.100/SP (2007/0101847-2)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: AFONSO GRISI NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IMPERIAL MODAS LTDA
ADVOGADO	: ADIRSON DE OLIVEIRA JUNIOR

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2588)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 950.571/RJ (2007/0108538-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S/A
ADVOGADO	: FERNANDO DE AZEVEDO SILVA PERDIGÃO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VALDIR CARVALHO SILVA
ADVOGADO	: RONALD DE CASTRO FILHO E OUTRO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.
Impedido o Sr. Ministro LUIZ FUX.

(2589)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 950.643/RJ (2007/0107773-3)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADVOGADA	: RENATA DO AMARAL GONÇALVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONCEIÇÃO ALVES CARDOSO
ADVOGADO	: RÔMULO CAVALCANTE MOTA E OUTRO

A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do agravo regimental e, nessa parte, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2590)

RECURSO ESPECIAL Nº 951.459/SP (2007/0090709-9)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: LAÍS NUNES DE ABREU E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INDÚSTRIA DE DOCES MIRASSOL LTDA
ADVOGADO	: ADIRSON DE OLIVEIRA JUNIOR

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2591)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 952.429/SP (2007/0112964-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: MARIA EUGÊNIA FALCÃO LOPES
ADVOGADO	: DOUGLAS GONCALVES DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SIMONE PEREIRA DE CASTRO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2592)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 953.124/SP (2007/0114916-4)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CLÁUDIA AKEMI OWADA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FARMÁCIA E DROGARIA POPULAR DE SÃO BERNADO LTDA - MICROEMPRESA
ADVOGADO	: ADELAIDE LIMA DE SOUZA

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2593)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 953.529/RS (2007/0111314-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: BELSUL SOLVENTES LTDA
ADVOGADO	: EDUARDO ORLANDINI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: CLÓVIS SÁ BRITO PINGRET E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2594)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 953.930/MG (2007/0116663-3)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ALINE VITALIS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: POR DO SOL MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA
ADVOGADO	: AIRTON EDILSON FERREIRA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2595)

RECURSO ESPECIAL Nº 954.005/DF (2007/0116602-6)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: MANGELS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: JULIANA BURKHART RIVERO
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SEBASTIÃO DE LUCENA SARMENTO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2596)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 954.558/SC (2007/0098922-2)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: COMPANHIA HEMMER INDÚSTRIA E COMÉRCIO
ADVOGADO	: JÚLIO CÉSAR KREPSKY E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR	: CARLOS ALBERTO PRESTES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2597)

RECURSO ESPECIAL Nº 956.258/SP (2007/0123576-6)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA DE ARAÇATUBA S/C LTDA
ADVOGADO	: JORGE DE MELLO RODRIGUES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LIGIA SCAFF VIANNA E OUTRO(S)

"Adiado por indicação do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

(2598)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 956.400/SP (2007/0123290-2)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: MARIA CHRISTINA DE ALMEIDA PRADO E OUTROS
ADVOGADO	: DALMIRO FRANCISCO
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CRISTIANNE MARIA CARVALHO FORTES MILLER E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2599)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 956.760/MG (2007/0124807-3)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
PROCURADOR	: CAROLINA CARDOSO GUIMARÃES LISBOA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SIMEON KONSTANTIN PAPAZOGLU E OUTROS
ADVOGADO	: CRISTIANE SOARES BRITO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2600)

RECURSO ESPECIAL Nº 956.763/SP (2007/0124774-6)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: BRUSCHETTA E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	: ALEXANDRE DANTAS FRONZAGLIA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LIGIA SCAFF VIANNA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2601)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 957.459/RS (2007/0127156-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: X RAIOTEC LTDA S/C
ADVOGADO	: FÁBIO LUIS VALDEZ POLETTO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MAGALI THAIS RODRIGUES LEDUR E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2602)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 957.649/SP (2007/0126778-8)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE RINÓPOLIS
ADVOGADO	: GUSTAVO PEREIRA PINHEIRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ARANEGA E VENTURINI LTDA
ADVOGADO	: RAUL REINALDO MORALES CASSEBE E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2603)

RECURSO ESPECIAL Nº 957.832/PR (2007/0127442-7)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: ARIOVALDO KUNTZE E OUTROS
ADVOGADO	: JULIO ASSIS GEHLEN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RODRIGO PEREIRA DA SILVA FRANK E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2604)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 957.840/RS (2007/0126493-6)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: BERMATEX COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO TÊXTIL LTDA
ADVOGADO	: ANDRÉIA MINUZZI FACCIN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: MARCOS ANTÔNIO MIOLA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2605)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 957.928/RS (2007/0128426-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: BORTONCELLO INCORPORAÇÕES LTDA
ADVOGADO	: EDUARDO BROCK E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MAGALI THAIS RODRIGUES LEDUR E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2606)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 958.308/RS (2007/0128855-3)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: BERTOL S/A INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO
ADVOGADO	: DÁRCIO VIEIRA MARQUES E OUTRO
AGRAVADO	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: CLÁUDIO FERNANDO VARNIERI E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2607)

RECURSO ESPECIAL Nº 958.458/RS (2007/0124660-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: VERA LÚCIA BICCA ANDUJAR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOSÉ MOACIR HOLTZ MARQUES E OUTROS
ADVOGADO	: GASPAR PEDRO VIECELI E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2608)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 958.687/SP (2007/0130396-6)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: CINEMA CENTRO DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	: PAULO ROGÉRIO FERREIRA SANTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LUIZ FERNANDO HOFLING E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2609)

RECURSO ESPECIAL Nº 959.344/SP (2007/0131840-9)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DJEMILE NAOMI KODAMA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: IODATA INDUSTRIAL MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA
ADVOGADO	: IVONE CRISTINA ARIRO SEIRIO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2610)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 959.370/SP (2007/0131807-8)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: LINEU CARDOSO BRUNO E OUTROS
ADVOGADO	: WILSON LUIS DE SOUSA FOZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNIÃO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2611)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 960.139/RS (2007/0134902-9)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2612)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 960.548/RJ (2007/0135352-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: GUSTAVO DA GAMA VITAL DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: COMPANHIA DA LUZ LTDA
ADVOGADO	: ARTHUR MILITON FARINON E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, não conheceu do agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2613)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 961.922/SP (2007/0140838-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE BASTOS
ADVOGADO	: EUCLIDES PEREIRA PARDIGNO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SÔNIA MARIA LOPES
ADVOGADO	: LAURO ISHIKAWA E OUTRO(S)
INTERES.	: NEI MONTEIRO DE CAMPOS
ADVOGADO	: CARLOS VERONEZI E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2614)

RECURSO ESPECIAL Nº 962.670/SP (2007/0142747-7)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: ADRIANO COSELLI S/A COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO
ADVOGADO	: FÁBIO LUGARI COSTA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: AFONSO GRISI NETO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2615)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 964.029/SP (2007/0148563-9)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: UNILEVER BRASIL LTDA
ADVOGADO	: GRAZIELLA LACERDA CABRAL E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: VALDIR CAZULLI E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2616)

RECURSO ESPECIAL Nº 964.334/PR (2007/0146264-1)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: PLASTIBOX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALUMÍNIO LTDA
ADVOGADO	: WANIA MARIA BARBOSA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: TERESINHA BORGES GONZAGA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, não conheceu do recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2617)

RECURSO ESPECIAL Nº 965.495/SP (2007/0153506-9)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: VERA MARIA LEITE BALDACCI
ADVOGADO	: FREDERICO ALESSANDRO HIGINO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RAQUEL VIEIRA MENDES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2618)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 965.735/SP (2007/0153416-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PATRÍCIA MARA DOS SANTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INDÚSTRIA MECÂNICA LIBASIL LTDA
ADVOGADO	: PLÍNIO RANGEL PESTANA FILHO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2619)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 965.747/SP (2007/0152260-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: JOÃO LUIZ DE ARAÚJO
ADVOGADO	: RICHARDSON DE SOUZA
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: ANA BEATRIZ ALVAREZ TURCATO RIBEIRO PAIVA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2620)

RECURSO ESPECIAL Nº 966.322/RS (2007/0156156-2)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CAMILA BOFF MAGERO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LOJAS DE CONFECÇÕES DEANDE LTDA - MASSA FALIDA
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2621)

RECURSO ESPECIAL Nº 966.577/RS (2007/0157213-9)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ANA PAULA GEHRKE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CORA MARTINS ATACADISTAS E DISTRIBUIDORES LTDA - MASSA FALIDA
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2622)

RECURSO ESPECIAL Nº 966.606/SE (2007/0156644-9)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: MUNICÍPIO DE MURIBECA
ADVOGADO	: CARLOS EDUARDO REIS CLETO
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: RICARDO DUARTE DE MELO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, não conheceu do recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2623)

RECURSO ESPECIAL Nº 967.157/PR (2007/0158574-8)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: MUNICÍPIO DE LONDRINA
PROCURADOR	: SÉRGIO VERÍSSIMO DE OLIVEIRA FILHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ALECIO MONICO
ADVOGADO	: MARIA ELIZABETH JACOB

A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso especial e, nessa parte, deu-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2624)

RECURSO ESPECIAL Nº 968.041/PR (2007/0158545-7)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: IRMAOS RAFAGNIN LTDA/
ADVOGADO	: HAROLDO ALMEIDA SOLDATELI
INTERES.	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator, que ressalvou o seu ponto de vista.

(2625)

RECURSO ESPECIAL Nº 968.512/SP (2007/0159058-0)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: TECELAGEM DE FITAS ANHANGUERA LTDA
ADVOGADO	: MAURÍCIO JOSÉ BARROS FERREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: ÉRICA UEMURA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2626)

RECURSO ESPECIAL Nº 968.742/RS (2007/0165713-1)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: MARILHANE LOPES CORTEZ MEIRELLES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ILZA SEVERO DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: LUIZ RENAUD PINTO CUNHA

A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso especial e, nessa parte, deu-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2627)

RECURSO ESPECIAL Nº 968.937/RS (2007/0164990-2)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FRANCISCO GILBERTO MULLER BALESTRIN
ADVOGADO	: CARMEN LUCIA IANKOWSKI DIAS - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS
RECORRIDO	: MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
PROCURADOR	: CLÁUDIA PADARATZ E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2628)

RECURSO ESPECIAL Nº 969.222/PR (2007/0165561-6)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: MUNICÍPIO DE LONDRINA
PROCURADOR	: RITA DE CÁSSIA MAISTRO TENÓRIO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: EDISON BITTENCOURT PARENTI
ADVOGADO	: EDMUNDO PEREIRA BITTENCOURT

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2629)

RECURSO ESPECIAL Nº 969.327/PR (2007/0165475-6)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: MUNICÍPIO DE LONDRINA
PROCURADOR	: PAULO NOBUO TSUCHIYA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: WALDIR CARREIRA
ADVOGADO	: MARIA ELIZABETH JACOB

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2630)

RECURSO ESPECIAL Nº 969.414/SC (2007/0165087-8)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CAMILA BOFF MAGERO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CEREAIS CAROL LTDA E OUTROS
RECORRIDO	: ARNALDO JESUS BEZ BATTI
ADVOGADO	: WILLIAN PERES BITTENCOURTE E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2631)

RECURSO ESPECIAL Nº 969.472/PR (2007/0165461-8)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: MUNICÍPIO DE LONDRINA
PROCURADOR	: RITA DE CÁSSIA MAISTRO TENÓRIO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PEDRO JOÃO BATISTA
ADVOGADO	: MARIA ELIZABETH JACOB

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2632)

RECURSO ESPECIAL Nº 969.496/SP (2007/0164719-5)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: AFONSO GRISI NETO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: GESSI DE OLIVEIRA SANTOS
ADVOGADO	: PATRICIA CRISTINA CAVALLO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2633)

RECURSO ESPECIAL Nº 969.504/SP (2007/0164716-0)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: AFONSO GRISI NETO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOSELITO DE CASTRO LUZ
ADVOGADO	: JOSÉ ANTONIO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2634)

RECURSO ESPECIAL Nº 969.513/PR (2007/0165205-3)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: MUNICÍPIO DE LONDRINA
PROCURADOR	: PAULO NOBUO TSUCHIYA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ELIO MASSAMI ADATIHARA
ADVOGADO	: GLAUCO LUCIANO RAMOS E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2635)

RECURSO ESPECIAL Nº 970.159/MG (2007/0172337-2)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG E OUTRO
PROCURADOR	: CORNELIA TAVARES DE LANNA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOANA SOARES LIMA
ADVOGADO	: MARCOS CHAVES VIANA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2636)

RECURSO ESPECIAL Nº 970.995/RS (2007/0173047-6)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
PROCURADOR	: MARCELO CARVALHO DOS SANTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FERTIMPORT S/A
ADVOGADO	: RUY FERNANDO CARVALHO DA SILVA
INTERES.	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LISIANE ANDREIA BRUM DA SILVA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2637)

RECURSO ESPECIAL Nº 971.328/MG (2007/0175018-0)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG E OUTRO
PROCURADOR	: JOÃO AUGUSTO DE MORAES DRUMMOND E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARLI DE PAULA ROSA
ADVOGADO	: MARLI DE PAULA ROSA (EM CAUSA PRÓPRIA)

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2638)

RECURSO ESPECIAL Nº 971.827/DF (2007/0167674-5)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: APARECIDO FRANCISCO ROZA DE MORAES E OUTROS
ADVOGADO	: NATÁLIA CARNEIRO E ANDRADE
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CASTRUZ CATRAMBY COUTINHO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2639)

RECURSO ESPECIAL Nº 971.911/PR (2007/0170722-0)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: ELZA OLIVEIRA DOS SANTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: NEIVA TENUTTI BORTOLI E OUTRO
ADVOGADO	: GEONIR EDVARD FONSECA VINCENSI E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2640)

RECURSO ESPECIAL Nº 971.995/RS (2007/0177369-5)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: PAULO CÉSAR KLEIN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: IRAJA JENISCH MENDONÇA
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2641)

RECURSO ESPECIAL Nº 972.588/DF (2007/0172045-5)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: BERNARDO SANTOS TORRES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PORTOFINO DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA
ADVOGADO	: CLÁUDIA SIMONE PRAÇA PAULA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2642)

RECURSO ESPECIAL Nº 972.770/RS (2007/0171741-8)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: BRENO MARINO MARTINI DA SILVA E OUTRO
ADVOGADO	: ANDRÉA MILANI
RECORRIDO	: UNIÃO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2643)

RECURSO ESPECIAL Nº 973.136/SP (2007/0179060-9)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: PFIZER S/A
ADVOGADO	: MARCO ANTONIO FERREIRA DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DE SÃO PAULO DAEE
PROCURADOR	: JAIR GILBERTO DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, não conheceu do recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2644)

RECURSO ESPECIAL Nº 973.191/RS (2007/0177530-2)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: ELZA OLIVEIRA DOS SANTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ADAIR JOSÉ CEOLIN ANTONIAZZI E OUTROS
ADVOGADO	: DARLEI THOME KERN

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2645)

RECURSO ESPECIAL Nº 973.490/PR (2007/0178720-5)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: MONARCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
ADVOGADO	: JULIO ASSIS GEHLEN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PAULO AITA CACILHAS E OUTRO(S)

Adiado o julgamento por indicação do Sr. Ministro Relator.

(2646)

RECURSO ESPECIAL Nº 973.970/RS (2007/0183779-6)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: NADER E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	: PATRICIA DE MORAES BUCHRIESER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTES - DNIT
PROCURADOR	: CLAITON LUIS MATTOS SILVA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2647)

RECURSO ESPECIAL Nº 974.170/RS (2007/0178062-5)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECORRIDO	: M T M CONSTRUÇÕES LTDA
ADVOGADO	: LEO EVANDRO FIGUEIREDO DOS SANTOS

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator, que ressalvou o seu ponto de vista.

(2648)

RECURSO ESPECIAL Nº 974.257/RS (2007/0183301-2)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: KÁTIA ELISABETH WAWRICK E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E OUTROS

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2649)

RECURSO ESPECIAL Nº 974.599/DF (2007/0180694-9)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: BERNARDO SANTOS TORRES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ACIR LUIZ SIQUEIRA E OUTROS
ADVOGADO	: IVO EVANGELISTA DE ÁVILA

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2650)

RECURSO ESPECIAL Nº 974.771/RS (2007/0183041-1)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA CEEE
ADVOGADO	: FABIANE REUTER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ROMILDA DE ARAÚJO QUADROS
PROCURADOR	: LÉA BRITO KASPER - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator, que ressalvou o seu ponto de vista.

(2651)

RECURSO ESPECIAL Nº 975.547/PE (2007/0183258-1)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DR. JOSÉ ANACLETO FERREIRA LTDA
ADVOGADO	: GUILHERME FREIRE DE MORAES GUERRA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2652)

RECURSO ESPECIAL Nº 976.097/RS (2007/0183252-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE
ADVOGADO	: FABIANE REUTER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: EDUARDO JARDIM ALVES
ADVOGADO	: RAFAEL SCHEFFER DE MEDEIROS

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator, que ressalvou o seu ponto de vista.

(2653)

RECURSO ESPECIAL Nº 976.174/MG (2007/0184852-7)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: CRISTIANE CORTEZ GIRON
ADVOGADO	: FRANCISCO ROGERIO MOREIRA BARQUETTE
RECORRIDO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE E OUTRO(S)

Sustentação oral: Assistiu ao julgamento o Dr. SERGIO SOARES ESTILLAC GOMES, pela parte recorrida: TELEMAR NORTE LESTE S/A.

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2654)

RECURSO ESPECIAL Nº 976.179/MG (2007/0184855-2)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: JAIRO FERNANDES SCALDINI
ADVOGADO	: FRANCISCO ROGERIO MOREIRA BARQUETTE
RECORRIDO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: LAURO JOSÉ BRACARENSE FILHO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2655)

RECURSO ESPECIAL Nº 976.323/RS (2007/0186429-9)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: GISELA MARLISE WALTER E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	: ADEMAR ANTÔNIO WENDLING E OUTRO(S)
RECORRIDO	: UNIÃO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2656)

RECURSO ESPECIAL Nº 976.674/SP (2007/0183175-0)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: MASCELLA E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	: AMOS SANDRONI
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JULIANA FURTADO COSTA ARAUJO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, não conheceu do recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2657)

RECURSO ESPECIAL Nº 976.784/MG (2007/0189934-3)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: ILDA DE OLIVEIRA FIALHO
ADVOGADO	: VANESSA ILMER FIALHO PINTO
RECORRIDO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: JUTAHY MAGALHÃES NETO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2658)

RECURSO ESPECIAL Nº 977.226/SP (2007/0200552-8)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: PATRICIA DE VASCONCELOS PEREIRA OLIVEIRA
ADVOGADO	: CRISTIANE SILVA OLIVEIRA
RECORRIDO	: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CRF/SP
ADVOGADO	: SIMONE APARECIDA DELATORRE E OUTRO(S)
INTERES.	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Após o voto do Sr. Ministro Relator dando provimento ao recurso especial, pediu vista antecipada o Sr. Ministro Teori Albino Zavascki. Aguardam os Srs. Ministros Francisco Falcão, Luiz Fux e Denise Arruda.

(2659)

RECURSO ESPECIAL Nº 977.483/RS (2007/0178118-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: MARIA TEREZA BRAGA ALENCASTRO E OUTROS
ADVOGADO	: HAMILTON REY ALENCASTRO
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DOLIZETE FÁTIMA MICHELIN E OUTRO(S)

Adiado o julgamento por indicação do Sr. Ministro Relator.

Encerrou-se a sessão às 18:20 horas, tendo sido julgados 311 processos, ficando o julgamento dos demais feitos adiado para a próxima sessão.

Brasília, 18 de setembro de 2007.

MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI
Presidente da sessão

MARIA DO SOCORRO MELO
Secretária

ATA DE JULGAMENTO
PRIMEIRA TURMA

Ata da 35a. Sessão Ordinária

Em 20 de setembro de 2007

PRESIDENTE : EXMO. SR. MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI

SUBPROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA	: EXMA. SRA. DRA. DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA

SECRETÁRIA : Bela. MARIA DO SOCORRO MELO

Às 14:00 horas, presentes os Exmos. Srs. Ministros JOSÉ DELGADO, FRANCISCO FALCÃO, LUIZ FUX e DENISE ARRUDA, foi aberta a sessão.

Lida e não impugnada, foi aprovada a ata da sessão anterior.

J U L G A M E N T O S

(2660)

AgRg nos EDcl no AgRg na MEDIDA CAUTELAR Nº 12.541/PR (2007/0040414-4)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO	: GULIN PROCESSAMENTO DE DADOS E SERVIÇOS LTDA
AGRAVADO	: AUTO VIAÇÃO SANTO ANTÔNIO LTDA
AGRAVADO	: CONSTRUTORA MOGNO LTDA
AGRAVADO	: O D EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
AGRAVADO	: GUVEL IMÓVEIS LTDA
AGRAVADO	: INPAG - INDÚSTRIA PONTAGROSSENSE DE ARTES GRÁFICAS LTDA
AGRAVADO	: VIAÇÃO CAMPOS GERAIS S/A
AGRAVADO	: TRANSPORTE COLETIVO GLÓRIA LTDA
AGRAVADO	: PRINCETUR PASSAGENS E TURISMO S/A
AGRAVADO	: PRINCETUR PROCESSAMENTO DE DADOS E SERVIÇOS LTDA
AGRAVADO	: TRANSPORTADORA PRINCETUR LTDA
AGRAVADO	: GULIN RODOLOCADORA DE VEÍCULOS E TRANSPORTES LTDA
AGRAVADO	: TRANSPORTES COLETIVOS PÉROLA DO OESTE LTDA
AGRAVADO	: EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS S/A
AGRAVADO	: GULIN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S/C LTDA
AGRAVADO	: VEMAPA VEÍCULOS S/A
AGRAVADO	: AUTO VIAÇÃO REDENTOR LTDA
AGRAVADO	: MARÍLIA IMÓVEIS LTDA
AGRAVADO	: PROLEGIS ASSESSORIA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA S/C LTDA
AGRAVADO	: PATRIARCA - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA
AGRAVADO	: A P M PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA
AGRAVADO	: P B EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
ADVOGADO	: JOSE MACHADO DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, não conheceu do agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2661)

AgRg na MEDIDA CAUTELAR Nº 13.179/RJ (2007/0203620-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FABÍOLA MONTEIRO OLIVEIRA
ADVOGADO	: DANIELA HANSCH PEREIRA
AGRAVADO	: TMC TERMINAL MULTIMODAL DE COROA GRANDE SPE S/A

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2662)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 24.021/GO (2007/0097628-1)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: POSTO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS MARQUEZAN LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: DANIEL PUGA E OUTRO(S)
T. ORIGEM	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
IMPETRADO	: SECRETÁRIO DE FAZENDA DO ESTADO DE GOIÁS
RECORRIDO	: ESTADO DE GOIÁS
PROCURADOR	: ANA CLÁUDIA RIOS PIMENTEL E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso ordinário em mandado de segurança, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2663)

EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 581.339/MG (2003/0148011-5)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
EMBARGANTE	: CARDIESEL LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: AUGUSTO VILLELA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MARIA OTERLINA CARVALHO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, acolheu os embargos de declaração, sem efeitos modificativos, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2664)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 628.547/SP (2004/0017618-9)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADO	: JOSÉ MAURÍCIO CAMARGO DE LAET E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AMEROPA INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA
ADVOGADO	: PIO PEREZ PEREIRA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2665)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 638.651/DF (2004/0014347-3)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SÉRGIO MOACIR DE OLIVEIRA ESPÍNDOLA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSSAN S/A
ADVOGADO	: GUILHERME PIERUCCETTI DE LIMA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2666)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 644.748/DF (2004/0026897-0)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: CALÇADOS SÂNDALOS S/A
ADVOGADO	: PAULO JOAQUIM DE ARAÚJO E OUTRO
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: AFONSO AUGUSTO RIBEIRO COSTA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2667)

RECURSO ESPECIAL Nº 656.077/MG (2004/0057382-5)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: BRUNO RODRIGUES DE FARIA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: RENATO VELOSO E CIA LTDA
ADVOGADO	: EVANDRO LUIZ NUNES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2668)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 656.321/DF (2004/0054749-5)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA
ADVOGADO	: DIANA DE ALMEIDA RAMOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DANIEL AZEREDO ALVARENGA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2669)

RECURSO ESPECIAL Nº 656.502/SC (2004/0057039-9)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: MADEMER MADEIRAS LTDA
ADVOGADO	: JAIME LUIZ LEITE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ARTUR ALVES DA MOTTA E OUTRO(S)

"Retirado de Pauta por indicação do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

(2670)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 656.888/DF (2004/0056659-2)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: DISTRIBUIDORAS DE BEBIDAS CIDADE NOVA LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: ANTÔNIO CARLOS ROCHA PIRES DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: WAGNER PIRES DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2671)

RECURSO ESPECIAL Nº 660.800/AL (2004/0065419-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: COPERTRADING COMÉRCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO S/A
ADVOGADO	: RAFAEL NARITA DE BARROS NUNES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RAQUEL TERESA MARTINS PERUCH BORGES E OUTRO(S)

"Retirado de Pauta por indicação do(a) Sr(a). Ministro(a) FRANCISCO FALCÃO."

(2672)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 667.449/CE (2004/0082516-5)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARCOS ALEXANDRE TAVARES MARQUES MENDES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO SESC
ADVOGADO	: EDMILSON PINHEIRO JUNIOR E OUTRO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2673)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 670.834/RS (2004/0105938-0)

REL. EDcl	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: GELITA DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	: MARCIO KERCHES DE MENEZES E OUTRO(S)
EMBARGADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DOLIZETE FÁTIMA MICHELIN E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, acolheu os embargos de declaração, sem efeitos modificativos, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2674)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 675.327/PR (2004/0097390-8)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: SINDICATO RURAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND E OUTROS
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CELSO PAULO MARIANI DALL OGLIO
ADVOGADO	: ADRIANA ESPINDOLA CORREA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2675)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 677.014/RS (2004/0128187-1)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
EMBARGANTE	: TRANSPORTES FAUSTINI LTDA
ADVOGADO	: AUGUSTO FRANTZ E OUTRO(S)
EMBARGADO	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: MARIA BEATRIZ DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, acolheu os embargos de declaração, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2676)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 688.552/RS (2004/0134600-0)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
EMBARGANTE	: REJANE MARIA LEMES DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: MAGDA KOPCZYNSKI BARROS - DEFENSORA PÚBLICA E OUTRO
EMBARGADO	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: EVANDRO GENZ E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora

(2677)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 690.478/RS (2004/0137714-8)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: MOTOZZOM COMERCIO DE MOTOS E MOTORES IMPORTAÇÃO LTDA
ADVOGADO	: ÉDISON FREITAS DE SIQUEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DOLIZETE FÁTIMA MICHELIN E OUTRO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2678)

RECURSO ESPECIAL Nº 696.169/RS (2004/0148557-4)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: JOÃO VORNI DA COSTA CORREA
ADVOGADO	: RENATO AMARAL CORREA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DOLIZETE FÁTIMA MICHELIN E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2679)

RECURSO ESPECIAL Nº 696.463/SC (2004/0149720-2)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: CATIVA TÊXTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: JOÃO JOAQUIM MARTINELLI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ARTUR ALVES DA MOTTA E OUTRO(S)

"Retirado de Pauta por indicação do(a) Sr(a). Ministro(a) FRANCISCO FALCÃO."

(2680)

RECURSO ESPECIAL Nº 704.319/PR (2004/0164529-9)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: TRUTZCHELER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA
ADVOGADO	: GILDO JOSÉ MARIA SOBRINHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DOLIZETE FÁTIMA MICHELIN E OUTRO(S)

"Retirado de Pauta por indicação do(a) Sr(a). Ministro(a) FRANCISCO FALCÃO."

(2681)

RECURSO ESPECIAL Nº 704.967/SC (2004/0155268-7)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RECORRIDO	: MÁRIO JOSÉ GONZAGA PETRELLI FILHO E OUTRO
ADVOGADO	: GUILHERME SCHARF NETO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: DOMINGOS DEITOS E OUTRO
ADVOGADO	: RODRIGO ROBERTO DA SILVA

Adiado o julgamento por indicação do Sr. Ministro Relator.

(2682)

RECURSO ESPECIAL Nº 710.814/RS (2004/0176372-5)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: CALCADOS POTYIRA LTDA
ADVOGADO	: JOSÉ RICARDO IBIAS SCHÜTZ E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ARTUR ALVES DA MOTTA E OUTRO(S)

"Retirado de Pauta por indicação do(a) Sr(a). Ministro(a) FRANCISCO FALCÃO."

(2683)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 714.108/PR (2004/0181911-7)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A
ADVOGADO	: HENRIQUE GAEDE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DANIELA MARIA DE OLIVEIRA LOPES GRILLO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2684)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 714.137/PR (2004/0183070-1)

REL. EDcl	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: LAMIPINUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA
ADVOGADO	: VIRGÍLIO CÉSAR DE MELO E OUTRO
EMBARGADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LUCIO CÂNDIDO DA SILVA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, acolheu os embargos de declaração, sem efeitos modificativos, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2685)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 719.457/SC (2005/0012779-1)

REL. EDcl	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ARTUR ALVES DA MOTTA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: SIEL SOCIEDADE INDUSTRIAL EXPORTADORA LTDA
ADVOGADO	: RODRIGO S. GRACIOSA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, acolheu os embargos de declaração, sem efeitos modificativos, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2686)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 722.857/SC (2005/0020093-7)

REL. EDcl	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: CECRISA REVESTIMENTOS CERÂMICOS S/A E OUTRO(S)
ADVOGADO	: ANTONIO DE ROSA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SIMONE ANACLETO LOPES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, acolheu os embargos de declaração, sem efeitos modificativos, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2687)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 725.424/PR (2005/0024991-6)

REL. EDcl	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: MADEBIL MADEIREIRA BITURUNA LTDA
ADVOGADO	: MÁRCIO ARI VENDRUSCOLO E OUTRO
EMBARGADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ARTUR ALVES DA MOTTA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, acolheu os embargos de declaração, sem efeitos modificativos, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2688)

EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 729.223/RS (2005/0034063-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MAGALI THAIS RIDRIGUES LEDUR E OUTRO(S)
EMBARGADO	: ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO VIEIRA
ADVOGADO	: ANTONIO CLAUDEMIR WECK

A Turma, por unanimidade, acolheu os embargos de declaração, sem efeitos modificativos, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2689)

RECURSO ESPECIAL Nº 733.456/SP (2005/0043532-5)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO	: INSTITUTO DE ORIENTAÇÃO ÀS COOPERATIVAS HABITACIONAIS DE SÃO PAULO - INOCOOP/SP
ADVOGADO	: REGIANE COIMBRA MUNIZ DE GOES CAVALCANTI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MUNICÍPIO DE OSASCO
PROCURADOR	: WALDEMAR FERREIRA MARTINS DE CARVALHO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2690)

EDcl no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 738.665/PR (2006/0015468-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
EMBARGANTE	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
ADVOGADO	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S)
EMBARGADO	: ROBERTO VENTURA - ASSESSORIA ADM DE IMÓVEIS S/C LTDA
ADVOGADO	: WANIA MARIA BARBOSA DE JESUS E OUTRO(S)
INTERES.	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2691)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 739.635/SC (2005/0055157-4)

REL. EDcl	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: MALHARIA BRANDILI LTDA
ADVOGADO	: CÉLIA C GASCHO CASSULI E OUTRO(S)
EMBARGADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ARTUR ALVES DA MOTTA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, acolheu os embargos de declaração, sem efeitos modificativos, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2692)

RECURSO ESPECIAL Nº 745.363/PR (2005/0069112-7)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: OSWALDO ALFREDO CINTRA
ADVOGADO	: JOSÉ CARLOS LARANJEIRA E OUTRO
RECORRIDO	: ADEAM ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DEFESA AMBIENTAL
ADVOGADO	: ALBERTO CONTAR

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2693)

RECURSO ESPECIAL Nº 755.699/SP (2005/0090877-2)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: LÍNEA NUTRIÇÃO CIÊNCIA S/A
ADVOGADO	: BIANCA VALORI VILLAS BOAS E OUTRO
RECORRIDO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: DENISE FERREIRA DE OLIVEIRA CHEID E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2694)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 760.087/DF (2005/0099885-5)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO	: COMERCIAL DE ALIMENTOS PONTE ALTA LTDA
ADVOGADO	: ANISIO BATISTA MADUREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR	: LUÍS EDUARDO CORREIA SERRA E OUTRO(S)
INTERES.	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2695)

RECURSO ESPECIAL Nº 762.000/MG (2005/0099913-3)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: JUTAHY MAGALHÃES NETO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FRIGORÍFICO PERRELLA LTDA
ADVOGADO	: PRISCILA DE OLIVEIRA MIRANDA LEITE E OUTRO

"Adiado por indicação do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

(2696)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 763.377/RJ (2005/0106532-7)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
EMBARGANTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
EMBARGADO	: JOÃO FORTES ENGENHARIA S/A
ADVOGADOS	: ROBERTO FERREIRA ROSAS E OUTRO(S) FLÁVIO GALDINO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2697)

RECURSO ESPECIAL Nº 768.623/PR (2005/0122168-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: FAPOLPA INDÚSTRIA DE POLPA LTDA
ADVOGADO	: VIRGÍLIO CÉSAR DE MELO
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ARTUR ALVES DA MOTTA E OUTRO(S)

"Retirado de Pauta por indicação do(a) Sr(a). Ministro(a) FRANCISCO FALCÃO."

(2698)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 769.229/RN (2005/0121867-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARIA HELENA URBANO RIBEMBOIM E OUTRO(S)
EMBARGADO	: SYLVIA MARIA DANTAS FONSECA
ADVOGADO	: HERBERT ALVES MARINHO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2699)

AgRg nos EDcl no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 776.720/SP (2006/0115256-4)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
REPDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CARLOS RENATO SILVA SOUZA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: COMÉRCIO E INDÚSTRIA UNIQUIMICA LTDA
ADVOGADO	: JOSE ROBERTO MARCONDES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2700)

RECURSO ESPECIAL Nº 778.581/RS (2005/0145826-6)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: BEBIDAS FRUKI LTDA
ADVOGADO	: GLAUCO SCHUMACHER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SIMONE ANACLETO LOPES E OUTRO(S)

"Retirado de Pauta por indicação do(a) Sr(a). Ministro(a) FRANCISCO FALCÃO."

(2701)

RECURSO ESPECIAL Nº 778.936/SC (2005/0147120-2)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE DEFESA DO CONSUMIDOR - ACADECO
ADVOGADO	: IZAIAS JOAQUIM GONZAGA E OUTRO
RECORRIDO	: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS
ADVOGADO	: JOÃO BATISTA XAVIER DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MUNICÍPIO DE PONTE ALTA
ADVOGADO	: JONAS GUALBERTO SILVA SAMPAIO E OUTRO
INTERES.	: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A CELESC
ADVOGADO	: LYCURGO LEITE NETO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2702)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 779.387/CE (2005/0147937-1)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
ADVOGADO	: SUELY SOARES DE SOUSA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FRANCISCO JEREMIAS ARAÚJO VASCONCELOS
ADVOGADO	: FRANCISCA LÚCIA DE SOUSA MACIEL

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2703)

RECURSO ESPECIAL Nº 784.371/RJ (2005/0158499-3)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MANOEL FELIPE REGO BRANDAO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: SANECON - SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA
ADVOGADO	: RICARDO VOLPE MACIEL E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2704)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 785.620/DF (2006/0136592-5)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA
ADVOGADO	: MARCUS VINÍCIUS DE ALMEIDA RAMOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DISTRITO FEDERAL
PROCURADORA	: LEILA MARIA RAMOS DOURADO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2705)

RECURSO ESPECIAL Nº 787.037/SP (2005/0168175-6)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: ITAÚ TURISMO S/A - GRUPO ITAÚ
ADVOGADO	: RENATA CORONATO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ANNA CLÁUDIA LAZZARINI E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, não conheceu do recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2706)

RECURSO ESPECIAL Nº 790.708/RS (2005/0176812-4)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: IRWIN INDUSTRIAL TOOL DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	: LAÉRCIO MARCIO LANER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ARTUR ALVES DA MOTTA E OUTRO(S)

"Retirado de Pauta por indicação do(a) Sr(a). Ministro(a) FRANCISCO FALCÃO."

(2707)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 792.076/SP (2005/0168244-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: PERFECTUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESQUADRIAS EM ALUMÍNIO LTDA
ADVOGADO	: LUIZ LOUZADA DE CASTRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNIÃO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2708)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 793.455/RS (2006/0130834-4)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: LEANDRO DA CUNHA E SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOÃO ROSALVO SILVEIRA
ADVOGADO	: MÔNICA HACK COELHO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2709)

RECURSO ESPECIAL Nº 793.836/SC (2005/0181305-8)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: INLOGS LOGÍSTICA LTDA
ADVOGADO	: ANTÔNIO JOSÉ DANTAS CORRÊA RABELLO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ARTUR ALVES DA MOTTA E OUTRO(S)

"Retirado de Pauta por indicação do(a) Sr(a). Ministro(a) FRANCISCO FALCÃO."

(2710)

RECURSO ESPECIAL Nº 801.349/SC (2005/0199746-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: MÓVEIS SCHMITZ LTDA
ADVOGADO	: ANTONIO CARLOS GOEDERT E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ARTUR ALVES DA MOTTA E OUTRO(S)

"Retirado de Pauta por indicação do(a) Sr(a). Ministro(a) FRANCISCO FALCÃO."

(2711)

EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 802.266/RS (2005/0202076-3)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
EMBARGANTE	: JUNTA DE EDUCAÇÃO DA CONVENÇÃO BATISTA DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO	: LISIANI CALVANO PEREIRA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: FLAVIO SANT'ANNA XAVIER E OUTRO(S)
INTERES.	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
INTERES.	: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SENAR-AR/RS
ADVOGADO	: NESTOR FERNANDO HEIN

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2712)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 802.854/RS (2006/0178289-2)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: RADIO E TELEVISAO TAROBÁ LTDA
ADVOGADO	: ADIRSON DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

A Turma, por unanimidade, conheceu do agravo regimental para negar seguimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2713)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 806.456/SP (2005/0215069-6)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: NAIARA PELLIZZARO DE LORENZI CANCELLIER E OUTRO(S)
EMBARGADO	: PROCONTEL ELETRICIDADE E TELEFONIA LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: CARLOS LUIZ GALVÃO MOURA JUNIOR E OUTRO

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2714)

RECURSO ESPECIAL Nº 807.789/SC (2006/0001753-9)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: MÓVEIS JOR LTDA/
ADVOGADO	: AGNALDO CHAISE
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ARTUR ALVES DA MOTTA E OUTRO(S)

"Retirado de Pauta por indicação do(a) Sr(a). Ministro(a) FRANCISCO FALCÃO."

(2715)

EDcl no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 808.070/MG (2006/0185032-3)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
EMBARGANTE	: MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
PROCURADOR	: CAROLINA CARDOSO GUIMARÃES LISBOA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: GEOMAR CONSTRUÇÕES ESPECIAIS S/A
ADVOGADO	: EDUARDO VIEIRA CARNEIRO - DEFENSOR PÚBLICO E OUTROS

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2716)

AgRg nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 809.328/RJ (2006/0006865-8)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADVOGADA	: RENATA DO AMARAL GONÇALVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALMERINDA DA SILVA FERREIRA
ADVOGADO	: MARIA LEONOR FRAGOSO CARREIRA - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2717)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 810.984/PR (2006/0178905-5)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: PLANTAR COMÉRCIO DE INSUMOS LTDA
ADVOGADO	: CARLOS JOSE DAL PIVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR	: CÉSAR AUGUSTO BINDER E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2718)

EDcl no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 816.403/RS (2006/0208827-3)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
EMBARGANTE	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: SOLANGE BUENO WITT E OUTRO
EMBARGADO	: COMERCIAL ALIMENTÍCIA ZAMPROGNA LTDA
ADVOGADO	: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTRO(S)
INTERES.	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2719)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 817.487/SP (2006/0026864-9)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ROGÉRIO CANGUSSU DANTAS CACHICHI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BORAUTO PEÇAS LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: CÉLIA MARISA SANTOS E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2720)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 821.001/SP (2006/0229009-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: NORITSU DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	: JOSE ROBERTO MARCONDES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JULIANA FURTADO COSTA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2721)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 822.143/RJ (2006/0225817-3)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: EMERSON BARBOSA MACIEL E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA RITA LIMA DE JESUS
ADVOGADO	: MIRIAM G. SALMON - DEFENSORA PÚBLICA

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2722)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 822.618/RS (2006/0037939-7)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CÍNTIA LACROIX FARINA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SÉRGIO JUAREZ DUARTE FIALHO
ADVOGADO	: FABIANO ANDRIGHETTI ZAMBONI E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2723)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 825.545/RJ (2006/0180187-9)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: ANA MARIA DA SILVA BRITO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SOCIEDADE ITALIANA DE BENEFICÊNCIA E MÚTUO SOCORRO
ADVOGADO	: JOEL ESPINDOLA DA COSTA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2724)

RECURSO ESPECIAL Nº 831.648/RJ (2006/0068993-8)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A
ADVOGADO	: HENRIQUE CESAR BARAHONA RAMOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: REGINA LÚCIA DE SOUZA E OUTROS
ADVOGADO	: MARCIA MALAFAIA R DE FIGUEIREDO - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS

A Turma, por unanimidade, declinou da competência para a egrégia Segunda Seção, nos termos da questão de ordem suscitada pelo Sr. Ministro Relator, dispensada a lavratura de acórdão.

(2725)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 832.746/SP (2006/0065397-4)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SOLENI SÔNIA TOZZE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA MIMOSA S/A AGROPECUÁRIA E COMERCIAL LTDA
ADVOGADO	: MARINA MESQUITA

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2726)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 833.779/PB (2006/0247370-2)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: CAIO CESAR VIEIRA ROCHA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JÚLIA SEVERINA JESUS DE MELLO
ADVOGADO	: VALTER DE MELO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2727)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 833.988/SP (2006/0236517-2)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: USINA COLOMBO S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL
ADVOGADO	: JESUS GILBERTO MARQUESINI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: GISELE MARIE ALVES ARRUDA RAPOSO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2728)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 836.456/SC (2006/0251764-4)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: ALFA TRANSPORTES ESPECIAIS LTDA
ADVOGADO	: JOÃO JOAQUIM MARTINELLI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR	: ANA CLÁUDIA ALLET AGUIAR E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2729)

EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 837.468/SP (2006/0070904-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
EMBARGANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MÁRIO JOSÉ FERREIRA MAGALHÃES E OUTRO(S)
EMBARGADO	: CONSAVEL ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: MARCELO SCAFF PADILHA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, acolheu os embargos de declaração, sem efeitos modificativos, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2730)

RECURSO ESPECIAL Nº 838.591/PR (2006/0076481-4)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: DENILSON MANENTE PINTO
ADVOGADO	: SILVIA BEATRIZ MARTINS FERREIRA E OUTRO
RECORRIDO	: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE FURG
PROCURADOR	: ANAI TERESINHA MENDONÇA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2731)

RECURSO ESPECIAL Nº 838.981/RJ (2006/0059698-3)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: PAULO CÉSAR SILVA RODRIGUES E OUTROS
ADVOGADO	: ALFREDO JOSÉ DA SILVA NETTO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ROSANE BLANCO OZÓRIO BOMFIGLIO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2732)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 839.267/DF (2006/0263167-1)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: POLAR DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA
ADVOGADO	: DANIEL PUGA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR	: MARLON TOMAZETTE E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2733)

RECURSO ESPECIAL Nº 840.011/PR (2006/0059704-6)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
RECORRIDO	: WILSON RODRIGUES MOREIRA
ADVOGADO	: SYLVIO RAMOS JUNIOR
RECORRIDO	: MUNICÍPIO DE LONDRINA
PROCURADOR	: PAULO NOBUO TSUCHIYA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2734)

EDcl no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 840.623/SC (2006/0267564-8)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
EMBARGANTE	: CENTRO DE PATOLOGIA MÉDICA S/A LTDA
ADVOGADO	: MARCUS VINICIUS SANTANA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SIMONE ANACLETO LOPES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2735)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 840.734/SC (2006/0263430-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR	: ELUSA MARA DE MEIRELLES WOLFF CARDOSO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BALTEC HOTELARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA
ADVOGADO	: JOSÉ ROBERTO MARURI ZANELLA E OUTRO
INTERES.	: GERENTE REGIONAL DA FAZENDA ESTADUAL DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2736)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 841.066/SP (2006/0259327-1)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: FARMINCO ORGANIZAÇÃO FARMACÊUTICA LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: HALLEY HENARES NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: REGINA MARIA SARTORI E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, não conheceu do agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator, que ressalvou o seu ponto de vista.

(2737)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 841.269/SP (2006/0264107-3)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: PEPSI COLA ENGARRAFADORA LTDA
ADVOGADO	: LEONARDO DE ANDRADE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: CARLOS JOSÉ TEIXEIRA DE TOLEDO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2738)

EDcl nos EDcl no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 842.618/SP (2006/0257628-3)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE S/A
ADVOGADO	: FERNANDO ANTÔNIO CAVANHA GAIA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: NAIARA PELLIZZARO DE LORENZI CANCELLIER E OUTRO(S)

Adiado o julgamento por indicação do Sr. Ministro Relator.

(2739)

RECURSO ESPECIAL Nº 845.228/RJ (2006/0121910-4)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: DANILO CARNEIRO
ADVOGADO	: PAULO SÉRGIO DA COSTA MARTINS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: UNIÃO

Após o voto do Sr. Ministro Relator dando provimento ao recurso especial, pediu vista o Sr. Ministro Teori Albino Zavascki. Aguardam os Srs. Ministros Denise Arruda, José Delgado e Francisco Falcão.

(2740)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 849.695/SP (2006/0112946-9)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: HUMBERTO GOUVEIA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SHUJI TAKANO
ADVOGADO	: SANDRA MARIA ESTEFAM JORGE E OUTRO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2741)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 850.595/SP (2006/0107883-9)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: JOÃO BAPTISTA DE SOUZA NEGREIROS ATHAYDE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DROGA PIRES DE AMERICANA LTDA
ADVOGADO	: MARCO ANTONIO FERREIRA DE CASTILHO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2742)

EDcl no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 851.525/RJ (2006/0280812-6)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
EMBARGANTE	: SANTAMÁLIA SAÚDE S/A
ADVOGADO	: AUREANE RODRIGUES DA SILVA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR ANS
PROCURADOR	: ALEXANDRE GOMES GONÇALVES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora

(2743)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 852.151/SP (2007/0008997-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: LIAP ACESSÓRIOS E EQUIPAMENTOS LTDA
ADVOGADO	: RICARDO VENDRAMINE CAETANO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: AUREA LUCIA ANTUNES SALVATORE SCHULZ FREHSE E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2744)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 852.202/RJ (2006/0274566-6)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: VIAÇÃO MIRANTE LTDA
ADVOGADO	: MARCELO FADEL E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SANTA EUGÊNIA TRANSPORTES E TURISMO LTDA
ADVOGADO	: CARLOS GOMES DE FIGUEIREDO NETO E OUTRO(S)

"Adiado por indicação do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

(2745)

EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 853.869/SP (2006/0113660-2)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
EMBARGANTE	: ALEXANDRE DONALD KEALMAN
ADVOGADO	: MARIELZA EVANGELISTA COSSO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARIA CECÍLIA LEITE MOREIRA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, acolheu parcialmente os embargos de declaração, sem efeitos modificativos, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2746)

RECURSO ESPECIAL Nº 854.557/RS (2006/0127005-2)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: BRUNO DE CASTRO WINKLER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2747)

AgRg nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 855.098/SP (2006/0135386-8)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JÚLIO CÉSAR CASARI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IOLIS CALÇADOS LTDA
ADVOGADO	: GLAUCO MARCELO MARQUES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2748)

AgRg nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 855.129/SP (2006/0114589-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: KLEBER AUGUSTO TAGLIAFERRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PAULO FERNANDES BARREIRA E OUTRO(S)
ADVOGADO	: MARCOS DOMINGOS SOMMA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2749)

EDcl no AgRg nos EDcl no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 855.164/SC (2007/0009412-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
EMBARGANTE	: ABN AMRO ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A E OUTRO
ADVOGADO	: LUIZ EDUARDO CASTILHO GIROTTO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: MUNICÍPIO DE CRICIÚMA
ADVOGADO	: CLÁUDIO ROBERTO NUNES GOLGO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2750)

EDcl nos EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 856.431/DF (2006/0116576-8)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
EMBARGANTE	: SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO DISTRITO FEDERAL - SINDSEP/DF
ADVOGADO	: MARIA EDITH FERREIRA DE MORAIS SOUZA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARIA DIONNE DE ARAÚJO FELIPE E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, não conheceu dos embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2751)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 859.157/SP (2006/0122828-9)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CARLA CRISTINA PINTO DA SILVA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: PARANAWAL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA
ADVOGADO	: MARTIM ANTONIO SALES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2752)

RECURSO ESPECIAL Nº 859.717/RS (2006/0123106-3)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO	: JOSÉ DA ROSA FLORÊNCIO E OUTROS
ADVOGADO	: ANDRÉ LUÍS RIGO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2753)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 861.958/RS (2007/0031145-5)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: DIBENS LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTRO
ADVOGADO	: ANTONIO CHAVES ABDALLA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL
PROCURADOR	: PAULO CÉSAR MARTINI MINUZZI E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2754)

EDcl no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 862.798/RJ (2007/0031162-1)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
EMBARGANTE	: PREVINA ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
ADVOGADO	: DAGOBERTO JOSÉ STEINMEYER LIMA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR ANS
PROCURADOR	: CHRISTINA DO AMARAL BARRETO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora

(2755)

RECURSO ESPECIAL Nº 863.453/RN (2006/0142305-3)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ELENILDO BATISTA DA SILVA
ADVOGADO	: LINDOCASTRO NOGUEIRA DE MORAIS

A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso especial e, nessa parte, deu-lhe parcial provimento, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2756)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 863.799/RJ (2007/0028059-0)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR SÃO LUCAS S/A
ADVOGADO	: DAGOBERTO JOSÉ STEINMEYER LIMA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR ANS
PROCURADOR	: MARIA HELENA MAGALHÃES VALENTE E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2757)

RECURSO ESPECIAL Nº 864.417/DF (2006/0143892-4)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
RECORRIDO	: DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR	: LUÍS EDUARDO CORREIA SERRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARTINS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇAO LTDA
ADVOGADO	: PAULA DE ABREU MACHADO DERZI E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2758)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 865.471/SP (2007/0038098-8)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: BANCO NOSSA CAIXA S/A
ADVOGADO	: LUIS CLAUDIO MEGIORIN
AGRAVADO	: MARIA AUGUSTA DE CAMARGO FRANCO - ESPÓLIO
REPR. POR	: MARINA FRANCO LEAL - INVENTARIANTE
ADVOGADO	: RENATO RODRIGUES TUCUNDUVA JUNIOR E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2759)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 869.146/RJ (2006/0159099-1)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A
PROCURADOR	: LYCURGO LEITE NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NILO SÉRGIO RODRIGUES MEIRELLES
ADVOGADO	: MARIA HELENA BULCÃO - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2760)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 875.073/SP (2007/0062675-5)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: DIMAS DE MELO PIMENTA SISTEMAS DE PONTO E ACESSO LTDA
ADVOGADO	: HENRIQUE LEMOS JUNIOR
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: FABÍOLA TEIXEIRA SALZANO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2761)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 875.166/SP (2006/0175544-2)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: INAIÁ BRITTO DE ALMEIDA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: PEDRO MAKOTO KAJITA - FIRMA INDIVIDUAL
ADVOGADO	: ALESSANDRO AMBROSIO ORLANDI E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2762)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 875.535/SP (2006/0176796-4)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LÍGIA SCAFF VIANNA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CÍCERO APARECIDO DE SOUZA CAMPOS E OUTRO
ADVOGADO	: MARIA HELENA PURKOTE

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2763)

AgRg nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 875.841/SP (2006/0175848-4)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: MARCO VICENTE SIMEONI BRIZZI
ADVOGADO	: DARCIO FRANCISCO DOS SANTOS E OUTRO
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PATRÍCIA MELLO DE BRITO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2764)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 880.632/SP (2006/0188042-6)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SÉRGIO MURILO ZALONA LATORRACA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: VIKI PALAZZO CALÇADOS E CONFECÇÃO LTDA
ADVOGADO	: JOSE ABILIO LOPES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2765)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 881.283/SP (2007/0077745-3)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: NILSON BERENCHTEIN JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO DOIS IRMÃOS LTDA
ADVOGADO	: JURANDIR CARNEIRO NETO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2766)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 881.760/RS (2007/0078268-7)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
ADVOGADO	: PAULO CÉSAR MARTINI MINUZZI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: COMPANHIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADO	: CARLOS LEOPOLDO GRUBER E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2767)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 881.869/SP (2006/0189681-4)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JÚLIO CÉSAR CASARI E OUTRO(S)
EMBARGADO	: DEPÓSITO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO BIRIBA LTDA
ADVOGADO	: RICARDO VENDRAMINE CAETANO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2768)

AgRg nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 883.589/SP (2006/0192640-4)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: INAIÁ BRITTO DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AGRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: TAÍS HELENA CARNEIRO DE MIRANDA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2769)

RECURSO ESPECIAL Nº 883.690/SP (2006/0165466-3)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO	: MUNICÍPIO DE PARIQUERA - AÇU
ADVOGADO	: CAIO CÉSAR FREITAS RIBEIRO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2770)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 883.975/DF (2006/0204758-0)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: VALÉRIA SAQUES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ADALBERTO DE CARVALHO VALLE FILHO E OUTROS
ADVOGADO	: NATÁLIA CARNEIRO E ANDRADE E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2771)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 884.230/SP (2006/0195806-0)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSÉ MARCOS QUINTELLA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: TÊXTIL IRMÃOS MENEGHEL LTDA
ADVOGADO	: MAURÍCIO BELLUCCI E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2772)

AgRg nos EDcl no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 884.313/SP (2007/0072928-7)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: NILSON BERENCHTEIN JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PIRITUBA TÊXTIL S/A
ADVOGADO	: DENIS CAMARGO PASSEROTTI E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.
Impedido o Sr. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI.
Presidiu o julgamento a Sra.Ministra DENISE ARRUDA.

(2773)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 884.432/SP (2006/0198571-4)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JULIANA FURTADO COSTA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: SOCOKAISER DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA
ADVOGADO	: MIRELA CRISTINA RAMOS E OUTRO

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2774)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 884.754/SC (2007/0076569-9)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: BERENICE FERREIRA LAMB E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CPS CONPROSERV CONSULTORIA PROJETOS E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADO	: S/ REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2775)

RECURSO ESPECIAL Nº 885.018/RS (2006/0197561-6)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: CLÁUDIO FERNANDO VARNIERI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FULLER S/A
ADVOGADO	: MAURO KAERCHER E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2776)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 885.647/SP (2006/0200102-7)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: INAIÁ BRITTO DE ALMEIDA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: OSMAR DE SOUZA CARDOSO - FIRMA INDIVIDUAL
ADVOGADO	: EDMUNDO KOICHI TAKAMATSU

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2777)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 886.055/RJ (2007/0086097-3)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: SAINT CLAIR DINIS SOUTO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LAGOS COPA HOTEL LTDA
ADVOGADO	: MAURÍCIO ALVAREZ CAMPOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A
ADVOGADO	: GILBERTO AUGUSTO TRIGUEIRO VIEIRA RIBEIRO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2778)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 886.181/SP (2006/0199513-0)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARIA CECÍLIA LEITE MOREIRA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: LEITÃO E TERRASSI LTDA
ADVOGADO	: JAIME ANTÔNIO MIOTTO

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2779)

RECURSO ESPECIAL Nº 886.766/MG (2006/0175988-6)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: LIDER TÁXI AÉREO S/A
ADVOGADA	: FERNANDA GUIMARÃES HERNANDEZ E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: ANTÔNIO CARLOS DINIZ MURTA E OUTRO(S)

Sustentação oral: Assistiu ao julgamento a Dra. RENATA PAGY BONILHA, pela parte recorrente: LIDER TÁXI AÉREO S/A.
A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2780)

AgRg nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 886.807/SP (2006/0201060-8)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: CLARISSE SETYON
ADVOGADO	: DARCIO FRANCISCO DOS SANTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SOLENI SÔNIA TOZZE E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2781)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 887.241/SP (2006/0202340-8)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
EMBARGANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO	: JOSÉ RONALDO PLATINI E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	: ADIRSON DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2782)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 887.290/SP (2006/0200034-5)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PATRÍCIA MARA DOS SANOTS E OUTRO(S)
EMBARGADO	: ARTET INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: EDUARDO GONZAGA OLIVEIRA DE NATAL E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2783)

RECURSO ESPECIAL Nº 889.802/RJ (2006/0211435-3)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ROSANE BLANCO OZÓRIO BONFIGLIO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: COMPANHIA VALE DO RIO DOCE
ADVOGADO	: ANTÔNIO CARLOS GARCIA DE SOUZA E OUTRO(S)

Prosseguindo no julgamento, após o voto-vista do Sr. Ministro Luiz Fux, a Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2784)

AgRg nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 889.911/SP (2006/0208914-5)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: ANTÔNIO CARLOS ALVES DA CUNHA
ADVOGADO	: DARCIO FRANCISCO DOS SANTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARCELO MENDEL SCHEFLER E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2785)

AgRg nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 891.470/SP (2006/0214155-2)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: GILBERTO JERÔNIMO DE SOUZA
ADVOGADO	: DARCIO FRANCISCO DOS SANTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JULIANA FURTADO COSTA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2786)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 891.501/SP (2006/0214686-8)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
EMBARGANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RICARDO DA CUNHA MELLO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: SOHOVOS INDUSTRIAL LTDA
ADVOGADO	: EDWAL CASONI DE PAULA FERNANDES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2787)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 891.613/SP (2006/0216384-4)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DJEMILE NAOMI KODAMA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: JOSÉ ANÉSIO DO AMARAL E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	: ADIRSON DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2788)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 891.705/PB (2007/0090460-3)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: CAIO CESAR VIEIRA ROCHA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ROMEU ALVES DE SOUZA
ADVOGADO	: MANOEL FÉLIX NETO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2789)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 891.725/SP (2006/0218549-0)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JULIO CÉSAR CASARI E OUTRO(S)
EMBARGADO	: FERRAMENTARIA SANTIAGO LTDA
ADVOGADO	: LUIZ LOUZADA DE CASTRO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2790)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 892.777/SP (2006/0212072-6)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ANA PAULA BARBEJAT E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANDRE LAINE MARTINEZ
ADVOGADO	: JOSE LUIZ RODRIGUES

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2791)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 893.784/RS (2007/0107475-2)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: ERNANI ZANELLA
ADVOGADO	: ALEX MORAIS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2792)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 894.001/SP (2007/0085000-5)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARCELO MENDEL SCHEFLER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TOVANI BENZAQUEN COMÉRCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÕES LTDA
ADVOGADO	: S/ REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2793)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 896.178/SP (2006/0231119-7)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LÍGIA SCAFF VIANA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: CURSO INTER GRAUS S/C LTDA
ADVOGADO	: EDUARDO GONZAGA OLIVEIRA DE NATAL E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2794)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 899.540/RS (2007/0075522-5)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: CONCEPT FOOTWEAR LTDA
ADVOGADO	: ANDRÉ SPERB E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: MARISA KAMINSKI MARQUES PINTO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2795)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 900.731/PR (2006/0245153-5)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA E OUTRO
ADVOGADO	: KLAUSS DIAS KUHNEN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ADÍLIO FERREIRA TERRES
ADVOGADO	: ENÉAS JEFERSON MELNISK

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2796)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 901.523/SP (2007/0110627-3)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: VALDIR SERAFIM E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HIROYUKI MURAI E OUTROS
ADVOGADO	: LUIZ CARLOS MARTINS E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2797)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 902.917/PB (2007/0139156-1)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: COMPANHIA INDUSTRIAL DO SISAL - CISAL
ADVOGADO	: ALESSANDRO CHRISTIAN DA COSTA SILVA
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARCOS ALEXANDRE TAVARES MARQUES MENDES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2798)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 904.079/RJ (2007/0082812-3)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: ANTONIO DIAS MARTINS NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ARIQUERNE LOPES RODRIGUES E OUTRO
ADVOGADO	: HÉLIO DE CASTRO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2799)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 904.323/RS (2007/0092187-8)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: EDUARDO DORFMANN ARANOVICHJ GERSON BRANCO E COMPANHIA ADVOGADOS
ADVOGADO	: FABIO VOLNEI DOS SANTOS AMARAL E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNIÃO
AGRAVADO	: COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELÉTRICA
ADVOGADO	: CLEBER REIS DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL
PROCURADOR	: CANDICE SOUSA COSTA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNIÃO - SUCESSORA DE
–	: COMERCIALIZADORA BRASILEIRA DE ENERGIA EMERGENCIAL CBEE

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2800)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 904.634/MG (2007/0138258-6)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: MECAN INDÚSTRIA E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
ADVOGADO	: DAVID GONÇALVES DE ANDRADE SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: MARCELO PÁDUA CAVALCANTI E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, não conheceu do agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2801)

AgRg no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 905.610/SP (2006/0260862-8)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE SANTO ANDRÉ - ACISA
ADVOGADO	: DIMAS ALBERTO ALCÂNTARA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RAQUEL VIEIRA MENDES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2802)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 907.461/CE (2007/0143472-3)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: TROPICAL EDITORA LTDA
ADVOGADO	: MANUEL LUIS DA ROCHA NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: THALLES FIGUEIREDO SOARES DA SILVA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2803)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 907.684/SP (2006/0267697-4)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DJEMILE NAOMI KODAMA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: JURGEN DUSSEL
ADVOGADO	: RICARDO ESTELLES E OUTRO

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2804)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 908.194/PR (2006/0259472-5)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PAULO AITA CACILHAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VANTUIL FRISSELLI - ESPÓLIO
REPR. POR	: JOANA ARANDA FRISSELLI - INVENTARIANTE
INTERES.	: POSTO DE GASOLINA IPANEMA LTDA
ADVOGADO	: ELIANE BENINI OLIVEIRA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2805)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 908.214/RS (2007/0115962-9)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MAGALI THAIS RODRIGUES LEDUR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BEKO COMÉRCIO DE LANCHES LTDA
ADVOGADO	: S/ REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2806)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 909.014/SP (2006/0269165-1)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: TERESA MINHA GASTÃO
ADVOGADO	: JOSÉ EDUARDO QUEIROZ REGINA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2807)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 909.753/PR (2007/0152665-3)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: AVIPAL S/A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA
ADVOGADO	: JOAO JOAQUIM MARTINELLI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SIMONE ANACLETO LOPES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2808)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 912.055/SP (2006/0279086-3)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: NAIARA PELIZZARO DE LORENZI CANCELLIER
AGRAVADO	: CECILIA FRANCO MINERVINO
ADVOGADO	: LEILA MIKAIL DERATANI

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2809)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 912.120/SP (2007/0142435-8)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DJEMILE NAOMI KODAMA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO NOSSA CAIXA S/A
ADVOGADO	: IDELI APARECIDA DE AGOSTINHO RICCO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2810)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 913.747/SP (2006/0282038-8)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE IBITINGA
ADVOGADO	: WILSON LUIS DE SOUSA FOZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: HUMBERTO GOUVEIA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2811)

EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 913.779/RS (2006/0283812-8)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
EMBARGANTE	: COMÉRCIO DE BEBIDAS DALLA COSTA LTDA
ADVOGADO	: LEONARDO BARBOSA CAVALCANTI E OUTRO(S)
EMBARGADO	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: MARISA KAMINSKI MARQUES PINTO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2812)

AgRg nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 914.007/SP (2007/0000445-3)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: ROBERVAL JOSÉ MATARAZZO
ADVOGADO	: DARCIO FRANCISCO DOS SANTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ELYADIR FERREIRA BORGES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2813)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 914.197/DF (2007/0150712-7)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: VANILCIO JOSÉ CALMANETTI JÚNIOR E OUTROS
ADVOGADO	: JOSÉ PEIXOTO GUIMARÃES NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MAÍRA SILVA DA FONSECA RAMOS E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2814)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 914.640/DF (2007/0131653-9)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: FRANCISCO AURELI MARQUES SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: EDINO CÉZAR FRANZIO DE SOUZA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: SARYTA DE KÁSSIA OLIVEIRA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2815)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 915.018/RS (2007/0003064-2)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: NEREU PAULO MOHR E OUTROS
ADVOGADO	: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: CÂNDIDO INÁCIO MARTINS DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2816)

AgRg nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 915.735/SP (2007/0006967-3)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: NAIARA PELLIZZARO DE LORENZI CANCELLIER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BENEFICIADORA IRMÃOS RAMOS COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: FÁBIO GUARDIA MENDES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2817)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 915.983/SP (2007/0133989-1)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: MECÂNICA E FUNDIÇÃO IRMÃOS GAZZOLA S/A
ADVOGADO	: YOSHISHIRO MINAME E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MÁRCIA WILLIAM ESPER VEDRIN E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2818)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 916.956/SP (2007/0008359-1)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ROSA METTIFOGO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANILTON ALEXANDRE TEIXEIRA E OUTROS
ADVOGADO	: JOSÉ ALEXANDRE BATISTA MAGINA E OUTRO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2819)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 917.756/RS (2007/0009369-0)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: REJANE MARIA FELL E OUTROS
ADVOGADO	: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: EVERTON RODRIGO BEN E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2820)

AgRg nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 920.998/SC (2007/0019535-2)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
PROCURADOR	: LUCIANO RICARDO HLADCZUK E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: ÂNGELO AURÉLIO GONÇALVES PARIZ E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2821)

EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 922.560/RS (2007/0022892-2)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
EMBARGANTE	: SUZANA MARIA DUARTE PIRES E OUTROS
ADVOGADO	: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS E OUTRO(S)
EMBARGADO	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: KAREN KRISTINE MARCANTE GUERRA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2822)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 923.774/RJ (2007/0158059-4)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A
ADVOGADO	: GILSON DE ALBUQUERQUE JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PATRÍCIA MELO E SOUZA
ADVOGADO	: CRISTIANO DA COSTA DE MORAES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2823)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 925.844/RS (2007/0031740-5)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: ARNONI SCHMIDT E OUTROS
ADVOGADO	: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: KATIA DAL MORO E OUTRO(S)
INTERES.	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2824)

EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 927.520/RS (2007/0033659-9)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
EMBARGANTE	: TOP VISION CALÇADOS LTDA
ADVOGADO	: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES E OUTRO(S)
EMBARGADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2825)

RECURSO ESPECIAL Nº 927.804/MG (2007/0033775-1)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: ATENTO BRASIL S/A
ADVOGADO	: RENATO DE MAGALHÃES E OUTRO
RECORRIDO	: COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS CEMIG
ADVOGADO	: DENILSON RODRIGUES LIMA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso especial, mas negou-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2826)

RECURSO ESPECIAL Nº 932.032/RS (2007/0047386-7)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRENTE	: ENEIAS CHIMENDES ANTUNES
ADVOGADO	: CARMEM LÚCIA IANKOWSKI DIAS - DEFENSOR PÚBLICO E OUTROS
RECORRIDO	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: LUZ MARINA UHRY VIEIRA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento aos recursos especiais, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2827)

RECURSO ESPECIAL Nº 933.173/PR (2007/0050425-3)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DEYSE CRISTINA DA' ROLT E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FABIANA TUMA E CIA LTDA
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2828)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 933.196/SP (2007/0050304-1)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MIRIAM A PERES SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MAIR LOPES MENDES
ADVOGADO	: PAULO ROBERTO RODRIGUES CARVALHO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2829)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 935.391/SP (2007/0058648-5)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MIRIAM PERES SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	: HENRIQUE DE OLIVEIRA LOPES DA SILVA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2830)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 936.890/SP (2007/0069443-3)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: GUERINO SEISCENTO TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	: HAMILTON DONIZETTE RAMOS FERNANDES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE TUPÃ
PROCURADOR	: JOSÉ ROBERTO FALLEIROS E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2831)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 937.481/SP (2007/0070764-2)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: EDITORA GLOBO S/A
ADVOGADO	: DANIEL SANTOS DE MELO GUIMARÃES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CÉLIA REGINA DE LIMA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2832)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 937.896/RS (2007/0071794-2)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: RENATO DOS SANTOS GARBIN - FIRMA INDIVIDUAL E OUTRO
ADVOGADO	: ANDRÉ FRONZA
AGRAVADO	: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - CRMV/RS
ADVOGADO	: JULIANA ROCHA SCHIAFFINO E OUTRO(S)
INTERES.	: PISTÓIA E PIOVESAN LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: ANDRÉ FRONZA

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental e julgou prejudicados os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2833)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 939.073/RS (2007/0074523-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE
PROCURADOR	: JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CALCADOS GALERA LTDA
ADVOGADO	: VELTON FRANCISCO DE OLIVEIRA GOULART E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2834)

RECURSO ESPECIAL Nº 939.370/RS (2007/0073090-2)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS E OUTRO
PROCURADOR	: GISLAINE MARIA DI LEONE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ARIOVALDO SALAU PINHEIRO
ADVOGADO	: LUCIANO DIAS PERINGER E OUTRO
INTERES.	: JUIZA DE DIREITO DE 2º VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE PORTO ALEGRE

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2835)

RECURSO ESPECIAL Nº 939.720/RS (2007/0076864-4)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: VERA LÚCIA BICCA ANDUJAR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LUIZ AUGUSTO QUEIROZ
ADVOGADO	: PETER WOLFFENBUTTEL

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2836)

EDcl no RECURSOESPECIAL Nº 940.247/RS (2007/0074613-7)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CÍNTIA TOCCHETTO KASPARY E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LEZAMA E IRMÃOS LTDA
ADVOGADO	: JULIO MARTINS DE OLIVEIRA E OUTRO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2837)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 940.555/SP (2007/0077865-3)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ANDREA CRISTINA DE FARIAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: STARLUX EQUIPAMENTOS INDÚSTRIAIS LTDA
ADVOGADO	: LUIZ LOUZADA DE CASTRO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2838)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 941.305/PE (2007/0050436-6)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CRISTIANO NEUENCHWANDER LINS DE MORAIS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JURANDIR PIRES GALDINO E CIA LTDA
ADVOGADO	: LUIZ FELIPE F GUERRA DE MORAIS E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2839)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 941.807/SP (2007/0080532-6)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: NAIARA PELLIZZARO DE LORENZI CANCELLIER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LIGIA VASCONCELLOS HERNANDEZ RODRIGUES COELHO
ADVOGADO	: DANIA FIORIN LONGHI FERNANDES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2840)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 942.891/DF (2007/0086623-9)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: ENGECON ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA
ADVOGADO	: DALMO JACOB DO AMARAL JÚNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: BERNARDO SANTOS TORRES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2841)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 942.982/RS (2007/0085924-8)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORA	: KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EMIR PEREIRA DE CAMARGO
ADVOGADO	: FERNANDO POSTALI

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2842)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 943.073/MG (2007/0086689-5)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
PROCURADOR	: LEONARDO SALES DE ARAUJO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SEBASTIÃO QUIRINO BRANDÃO
ADVOGADO	: JULIO MAGALHÃES PIRES DUARTE E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2843)

RECURSO ESPECIAL Nº 943.164/SP (2007/0067034-7)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: ORLANDO PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: WALMIR AUGUSTO FONSECA
ADVOGADO	: JOSE ABILIO LOPES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2844)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 943.936/PR (2007/0090108-8)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: LUIZ ANTONIO LOPES E OUTRO
ADVOGADO	: JAMES BILL DANTAS E OUTRO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2845)

RECURSO ESPECIAL Nº 944.154/RS (2007/0082029-1)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: MARILHANE LOPES CORTEZ MEIRELLES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: NELLY THEREZINHA SILVA CARDOSO
ADVOGADO	: IGOR PALOMINO MACHADO E OUTRO
INTERES.	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: MARILHANE LOPES CORTEZ MEIRELLES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2846)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 944.350/PR (2007/0092458-1)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: ARNO KLIEMANN E OUTROS
ADVOGADO	: CÉSAR AUGUSTO GULARTE DE CARVALHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNIÃO
AGRAVADO	: BANCO CENTRAL DO BRASIL
PROCURADOR	: FRANCISCO SIQUEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: ÂNGELO AURÉLIO GONÇALVES PARIZ E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2847)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 944.796/RS (2007/0086870-4)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
REPDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: LUIZ CLÁUDIO PORTINHO DIAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: REGINA MARIA FRANCO KLOECKNER
ADVOGADO	: ADELINO GELAIN

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2848)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 945.539/PR (2007/0092674-2)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LUIZ FERNANDO JUCÁ FILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CASA DE CARNES E SUPERMERCADO JUNIOR LTDA
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2849)

RECURSO ESPECIAL Nº 945.570/SP (2007/0094481-6)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: SAFELCA S/A INDÚSTRIA DE PAPEL
ADVOGADO	: FABIO BOCCIA FRANCISCO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: DENIZE NEVES PLENS E OUTRO(S)

Retirado de pauta por indicação do Sr. Ministro Relator.

(2850)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 945.674/SP (2007/0072694-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: JUÃOSOM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA
ADVOGADO	: PAULO CÉSAR BRAGA E OUTRO
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO	: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2851)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 945.723/SP (2007/0094192-4)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: DURR DO BRASIL S/A EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS
ADVOGADO	: DIMAS LAZARINI SILVEIRA COSTA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LÍGIA SCAFF VIANNA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2852)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 945.744/SC (2007/0094765-6)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: GETÚLIO DA SILVA GODINHO E CÔNJUGE
ADVOGADO	: VANIO COELHO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2853)

RECURSO ESPECIAL Nº 945.997/RS (2007/0067871-0)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: VERA ANDÚJAR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LEODEMAR MENDES E OUTROS
ADVOGADO	: ANTÔNIO LUIZ LIMBERGER E OUTRO

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2854)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 946.509/RS (2007/0094876-7)

RELATOR	**: MINISTRO LUIZ FUX**
AGRAVANTE	: ATÍLIO ANTÔNIO KRUGER
ADVOGADO	: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: GISLAINE MARIA DI LEONE E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2855)

RECURSO ESPECIAL Nº 946.690/MG (2007/0046415-0)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: JOÃO CARDOSO DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOÃO MÁRIO DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: MARISA PEREIRA CAMPOS

A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negou-lhe provimento, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2856)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 947.097/SP (2007/0098945-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ROSA METTIFOGO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ASGA MICROELETRÔNICA S/A
ADVOGADO	: MILTON CARMO DE ASSIS JUNIOR E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2857)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 947.116/PE (2007/0099104-6)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR	: DONIZETE APARECIDO GOMES DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NEUSA OLIVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	: RICARDO TOSCANO DIAS PEREIRA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2858)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 947.176/RJ (2007/0099105-8)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: HERALDO MOTTA PACCA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LUIS FELIPE DE BARROS FREIRE E OUTROS
ADVOGADO	: LEONORA ROIZEN ALBEK OLIVEN E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2859)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 947.195/SP (2007/0098908-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: DORA HELENA DEMURI E OUTROS
ADVOGADO	: WILSON LUIS DE SOUSA FOZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JÚLIO CESAR CASARI E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2860)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 947.367/MS (2007/0095600-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CLÁUDIA AKEMI OWADA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DAHM COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA
ADVOGADO	: JAIME ANTÔNIO MIOTTO E OUTRO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2861)

RECURSO ESPECIAL Nº 947.670/SC (2007/0098040-7)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: VERA ANDÚJAR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: VICENTE DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: MARCELO DA SILVA E OUTRO

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2862)

RECURSO ESPECIAL Nº 948.277/CE (2007/0097703-9)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOÃO FERREIRA SOBRINHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FRANCISCO HELDER BARRETO DE ARRUDA
ADVOGADO	: LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso especial e deu-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2863)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 948.305/SP (2007/0097942-7)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: DANIEL COSTA PEDRO DARIO GONZALEZ E OUTROS
ADVOGADO	: MANOEL MORENO BILTGE E OUTRO(S)
AGRAVANTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO IPESP
PROCURADOR	: MÁRCIA AMINO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: OS MESMOS

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao agravo regimental do autor e negou provimento ao do IPESP, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2864)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 948.386/RS (2007/0100099-8)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: IVETE MARIA RAZZERA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FIBER JET INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FIBRA
ADVOGADO	: JOÃO FERNANDO LORSCHEITTER - SÍNDICO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2865)

RECURSO ESPECIAL Nº 948.882/RJ (2007/0101631-4)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: ALZEMIRO FLORIANO AFONSO E OUTROS
ADVOGADO	: LUCIANA DA FONSECA MANES E OUTRO
RECORRIDO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: ARMANDO BORGES DE ALMEIDA JUNIOR E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2866)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 949.141/RS (2007/0105107-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DEYSI CRISTINA DA'ROLT E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PROTIL PRÓTESE E INSTRUMENTAL LTDA
ADVOGADO	: LUIZ CARLOS BUCHAIN

"Adiado por indicação do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

(2867)

RECURSO ESPECIAL Nº 949.429/SP (2007/0100142-9)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE	: LIGIA MALUF CURI
ADVOGADO	: PAULO GUILHERME DE MENDONCA LOPES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sustentação oral: Dra. PATRÍCIA DE CASTRO RIOS, pela parte recorrente: LIGIA MALUF CURI. Manifestou-se pelo Ministério Público Federal a Exma. Sra. Dra. DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO, Subprocuradora-Geral da República.

A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2868)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 949.642/SP (2007/0105394-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: DISTRIBUIDORA DE CARNES VALE DO MOGI LTDA
ADVOGADO	: JOSE LUIZ MATTHES E OUTRO
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MARIA DA PENHA MILEO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2869)

RECURSO ESPECIAL Nº 949.871/RS (2007/0104577-2)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS E OUTRO
PROCURADOR	: KATIA DAL MORO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LEA FERRARO BIASI E OUTROS
ADVOGADO	: JOÃO PEDRO DE SOUZA DA MOTTA E OUTRO

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2870)

RECURSO ESPECIAL Nº 950.753/RS (2007/0107859-0)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: MARILHANE LOPES CORTEZ MEIRELLES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CÉLIA MARIA PINTO SILVEIRA
ADVOGADO	: SÉRGIO MACHADO CEZIMBRA E OUTRO(S)
INTERES.	: EXMA SRA DRA JUÍZA DE DIREITO 2ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA COMERCIAL DE PORTO ALEGRE

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2871)

RECURSO ESPECIAL Nº 950.809/RS (2007/0109289-9)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: RODRIGO KRIEGER MARTINS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: DALTRO CHRISPIM PEREIRA
ADVOGADO	: TACIANA PAULA DOS SANTOS BELUCO
INTERES.	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2872)

RECURSO ESPECIAL Nº 950.961/RS (2007/0109246-0)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS E OUTRO
PROCURADOR	: GISLAINE MARIA DI LEONE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIO AYRES DA SILVA
ADVOGADO	: PAULO RICARDO STRANO COELHO

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2873)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 951.100/SP (2007/0098747-7)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CRF/SP
ADVOGADO	: SIMONE APARECIDA DELATORRE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA DE LOURDES LOTTI DE SOUZA
ADVOGADO	: JOSE FERRAZ DE ARRUDA NETTO E OUTRO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2874)

RECURSO ESPECIAL Nº 951.280/SC (2007/0110994-9)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: ELZA OLIVEIRA DOS SANTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FRANCISCO FORMIGARI
ADVOGADO	: RODRIGO CARNEIRO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2875)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 951.317/RJ (2007/0110140-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: SOBREMETAL RECUPERAÇÃO DE METAIS LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: TÚLIO FREITAS DO EGITO COELHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ROSANE BLANCO OZÓRIO BOMFGLIO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2876)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 951.561/MG (2007/0110103-3)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: RAFAEL BATISTA MARQUEZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: ELAINE COURA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2877)

RECURSO ESPECIAL Nº 951.635/SP (2007/0108326-9)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: SERVGÁS DISTRIBUIDORA DA GÁS S/A
ADVOGADO	: JARBAS ANDRADE MACHIONI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: ANA CECÍLILA C NÓBREGA LOFRANO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, não conheceu do recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2878)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 951.747/MG (2006/0229537-0)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: VALÉRIA SAQUES E OUTRO(S)
EMBARGADO	: ESPLANADA AUTO PEÇAS LTDA
ADVOGADA	: SABRINA TÔRRES LAGE PEIXOTO DE MELO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2879)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 952.096/RS (2007/0112648-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DEYSI CRISTINA DA ROLT E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HILDEBRANDO SUHR
ADVOGADO	: CARLYLE POPP E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2880)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 952.414/SP (2007/0113290-6)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: ALÉA APARECIDA ROSSI E OUTROS
ADVOGADO	: WILSON LUIS DE SOUSA FOZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNIÃO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2881)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 952.549/SP (2007/0112998-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: HAMILTON CÂNDIDO
ADVOGADO	: DOUGLAS GONCALVES DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JÚLIO CÉSAR CESARI E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, não conheceu do agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2882)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 953.514/SP (2007/0113041-7)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: PAULO CORATELLA E OUTROS
ADVOGADO	: WILSON LUIS DE SOUSA FOZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNIÃO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2883)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 953.613/RS (2007/0104305-6)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: JOSÉ ALDO CAVALHEIRO LISBOA
ADVOGADO	: FABIANO DUFECH FÁVERO
AGRAVADO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: EVANDRO GARCZYNSKI E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2884)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 953.693/RS (2007/0116523-1)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: LABORATÓRIOS KLEIN LTDA
ADVOGADO	: CLADIMIR ESPINOSSA ITURRALDE
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DOLIZETE FÁTIMA MICHELIN E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2885)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 954.156/SP (2007/0113248-6)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: CAROLINA MOTA PINTO LEITE E OUTROS
ADVOGADO	: WILSON LUIS DE SOUSA FOZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ELYADIR FERREIRA BORGES E OUTRO(S)
INTERES.	: CLAUDINEI BRAZ E OUTROS
ADVOGADO	: MARIA APARECIDA DIAS PEREIRA NARBUTIS

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2886)

RECURSO ESPECIAL Nº 954.266/RS (2007/0118206-5)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL DAER/RS
PROCURADOR	: PAULO MOURA JARDIM E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MIGUEL ANTONIO PELIZAN
ADVOGADO	: ALARICO PELIZZON

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2887)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 954.382/SP (2007/0113114-8)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: UNIMED DE SOROCABA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADO	: LILIANE NETO BARROSO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2888)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 954.447/RS (2007/0116944-8)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: BETANIN INDUSTRIAL LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: JOÃO JOAQUIM MARTINELLI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RICARDO PY GOMES DA SILVEIRA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2889)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 954.586/RJ (2007/0118256-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: JOSÉ CLÁUDIO FERREIRA GOMES
ADVOGADO	: MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO CENTRAL DO BRASIL
PROCURADOR	: JOSE OSORIO LOURENCAO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONSÓRCIO NACIONAL GARAVELO E COMPANHIA - MASSA FALIDA
ADVOGADO	: ALFREDO LUIZ KUGELMAS

A Turma, por unanimidade, não conheceu do agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2890)

RECURSO ESPECIAL Nº 955.626/RS (2007/0120461-6)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: KATIA DAL MORO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CARMENZITA ESTER DOS SANTOS LUMMERTZ
ADVOGADO	: LUIZ MARCELO TASSINARI E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2891)

RECURSO ESPECIAL Nº 955.697/RS (2007/0120412-3)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: RODRIGO KRIEGER MARTINS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA IONE PITANA
ADVOGADO	: MÁRCIO SEQUEIRA DA SILVA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2892)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 956.039/PR (2007/0115752-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: JOSÉ CID CAMPÊLO FILHO
ADVOGADO	: JOSÉ RODRIGO SADE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

Após o voto do Sr. Ministro Relator negando provimento ao agravo regimental, pediu vista o Sr. Ministro Luiz Fux. Aguardam os Srs. Ministros Teori Albino Zavascki, Denise Arruda e José Delgado.

(2893)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 956.220/RJ (2007/0121226-2)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: SOCIEDADE BRASILEIRA DE INSTRUÇÃO
ADVOGADO	: JOSÉ ROBERTO WALDEMBURGO ABRUNHOSA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: MARIJA YRNEH RODRIGUES DE MOURA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2894)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 956.925/RS (2007/0124817-4)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
AGRAVANTE	: ENIO MEDEIROS RAMOS
ADVOGADO	: ACÉLIO JACOB ROEHRS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS
PROCURADOR	: ROSANIE RODRIGUES RIVERO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2895)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 957.031/SP (2007/0125989-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: CONVAL CONEXÕES E VÁLVULAS PARA INDÚSTRIA LTDA
ADVOGADO	: ALEXANDRE RAYMUNDO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MIRIAN GONÇALVES DILGUERIAN E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2896)

RECURSO ESPECIAL Nº 957.805/RS (2007/0127292-5)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: KATIA DAL MORO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ANTENOR GIACOMO BUSETTI E OUTROS
ADVOGADO	: RAFAEL MOLETA CONTE E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2897)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 958.001/DF (2007/0128866-6)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS NAS ATIVIDADES DE MEIO AMBIENTE E NOS ENTES DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA SANEAMENTO GÁS E MEIO AMBIENTE NO DISTRITO FEDERAL STIU DF
ADVOGADO	: PAULO ROBERTO ROQUE ANTONIO KHOURI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA CEB
ADVOGADO	: ANDERSON FONSECA MACHADO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ROGÉRIO VILLAS BOAS TEIXEIRA DE CARVALHO E OUTROS
ADVOGADO	: S/ REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2898)

RECURSO ESPECIAL Nº 958.220/SC (2007/0118330-5)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: VERA ANDÚJAR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ARI BORTOLOSE DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: EDSON FLAVIO CARDOSO
INTERES.	: UNIÃO

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.
Impedido o Sr. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI.
Presidiu o julgamento a Sra.Ministra DENISE ARRUDA.

(2899)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 958.401/CE (2007/0129600-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: VALDEZ ADRINE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: COMPANHIA MACHADO AGROPASTORIL S/A
ADVOGADO	: ISAC SOMBRA RODRIGUES

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2900)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 959.351/SP (2007/0132523-5)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: OSCAR DE FREITAS E OUTROS
ADVOGADO	: WILSON LUIS DE SOUSA FOZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNIÃO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2901)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 959.369/SP (2007/0132533-6)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: CLÍNICA RADIOLÓGICA CAÇAPAVA S/C LTDA
ADVOGADO	: LUIZ OTÁVIO PINHEIRO BITTECOURT E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DJEMILE NAOMI KODAMA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2902)

RECURSO ESPECIAL Nº 959.387/RJ (2007/0131635-0)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: VERA LÚCIA KIRDEIKO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: AMERICAN VIRGINIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE TABACOS LTDA
ADVOGADO	: RICARDO ALVARENGA E OUTRO(S)

Sustentação oral: Assistiu ao julgamento a Dra. ANETE MAIR MACIEL MEDEIROS, pela parte recorrida: AMERICAN VIRGINIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE TABACOS LTDA.
Após o voto da Sra Ministra Relatora negando provimento ao recurso especial, pediu vista antecipada o Sr. Ministro Luiz Fux. Aguardam os Srs. Ministros Francisco Falcão e Teori Albino Zavascki.
Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro José Delgado.

(2903)

RECURSO ESPECIAL Nº 960.124/RS (2007/0135085-5)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: ANA LAURA GONZÁLEZ POITTEVIN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: OSCAR ALDEVAR RODRIGUES MORALES
ADVOGADO	: HUGO CORREA MADRID E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2904)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 961.336/PB (2007/0138189-2)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARIA CLÁUDIA GONDIM COMPELLO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HOSPITAL ALBERT SABIN LTDA
ADVOGADO	: SÍLVIO SILVA NOGUEIRA

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2905)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 961.498/PR (2007/0138356-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: AMANSUR AZZALINE DE ANGELO E OUTROS
ADVOGADO	: ROMEU SACCANI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DEYSI CRISTINA DA'ROLT E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2906)

RECURSO ESPECIAL Nº 963.827/DF (2007/0146572-3)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DANIELA GALENO RODRIGUES LIMA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LUIZ OTÁVIO NEGRÃO PAZZINI E OUTROS
ADVOGADO	: IVO EVANGELISTA DE ÁVILA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2907)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 963.831/DF (2007/0146775-5)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: CONDIC CONSTRUTORA DIRETRIZ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: CLÁUDIA SIMONE PRAÇA PAULA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ALINE VITALIS E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2908)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 963.892/SC (2007/0148114-3)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: BANCO SAFRA S/A
ADVOGADO	: PEDRO LUCIANO MARREY JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE BRUSQUE
ADVOGADO	: GISELI DOS SANTOS BITTENCOURT E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2909)

RECURSO ESPECIAL Nº 964.408/RN (2007/0147444-3)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: ANTENOR ROBERTO SOARES DE MEDEIROS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: SIDNEY RIBEIRO DA SILVA
ADVOGADO	: JOÃO COSME DE MELO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2910)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 965.307/BA (2007/0151114-9)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO	: JOSÉ ELIOTÉRIO DA SILVA ZEDAFÓ
ADVOGADO	: TARCÍSIO VIEIRA DE CARVALHO NETO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2911)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 967.822/RS (2007/0156433-0)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: ABDO NACUR NET0
ADVOGADO	: TIAGO FERRÃO LOPES
AGRAVADO	: UNIÃO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2912)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 968.104/SC (2007/0157632-1)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RODRIGO PEREIRA DA SILVA FRANK E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VACARO IRMÃOS LTDA
ADVOGADO	: LUCILENE ZANETTI

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2913)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 968.582/SC (2007/0156285-1)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: CARRERA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA
ADVOGADO	: MARCOS GRUTZMACHER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
ADVOGADO	: MAURO ANTÔNIO PREZOTTO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2914)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 969.879/SP (2007/0157001-8)

RELATOR	**: MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE	: ELÉTRICA COMERCIAL RAMIREZ LTDA
ADVOGADO	: GERALDO MASCARENHAS LOPES CANÇADO DINIZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
REPDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2915)

RECURSO ESPECIAL Nº 970.481/SP (2007/0162787-3)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: BENNATI DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA
ADVOGADO	: FLÁVIO LUIZ TEIXEIRA JUNIOR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: LIGIA SCAFF VIANNA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, não conheceu do recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2916)

RECURSO ESPECIAL Nº 971.416/RS (2007/0175592-7)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: MÁRCIA DE SOUSA GOMES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: KLAUS MARY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA
ADVOGADO	: STEFANO DA FONSECA BARBOSA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2917)

RECURSO ESPECIAL Nº 971.999/PR (2007/0174763-5)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: MUNICÍPÍO DE LONDRINA
PROCURADOR	: CARLOS RENATO CUNHA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: DARIO ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO	: MARIA ELIZABETH JACOB

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2918)

RECURSO ESPECIAL Nº 972.233/RS (2007/0179098-6)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: MARILHANE LOPES CORTEZ MEIRELLES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ANA MARIA LORENZONI NICOLODI E OUTROS
ADVOGADO	: PAULO ROBERTO DE SOUZA

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2919)

RECURSO ESPECIAL Nº 972.465/PR (2007/0177342-0)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: CARLOS EDUARDO LOBO DA ROSA E OUTRO
ADVOGADO	: CARLOS EDUARDO LOBO DA ROSA (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTRO
RECORRIDO	: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ DER/PR
ADVOGADO	: ANTONIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ E OUTRO(S)
INTERES.	: URBASA CONSTRUTORA E URBANIZADORA S/A
ADVOGADO	: CARLOS EDUARDO LOBO DA ROSA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, não conheceu do recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2920)

RECURSO ESPECIAL Nº 973.947/SP (2007/0183736-7)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DJEMILE NAOMI KODAMA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ITAMARATI METAL QUÍMICA LTDA
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

A Turma, por unanimidade, não conheceu do recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2921)

RECURSO ESPECIAL Nº 974.062/RS (2007/0180157-0)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: ALFREDO CARLOS SIEBEL
ADVOGADO	: JANAINA SCHLINDWEIN VAZ E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: CLÁUDIO FERNANDO VARNIERI E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2922)

RECURSO ESPECIAL Nº 974.448/PR (2007/0180543-4)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: MUNICÍPIO DE LONDRINA
PROCURADOR	: ANA CLAUDIA NEVES RENNO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LUIZ CARLOS MASSOLA
ADVOGADO	: MARIA ELIZABETH JACOB

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2923)

RECURSO ESPECIAL Nº 974.600/RS (2007/0180148-0)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS E OUTRO
PROCURADOR	: GISLAINE MARIA DI LEONE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: VILMA REGINA FARRET E OUTRO
ADVOGADO	: DANIEL PETRINI DE MORAES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2924)

RECURSO ESPECIAL Nº 975.289/MG (2007/0186480-8)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG E OUTRO
PROCURADOR	: NARDELE DÉBORA CARVALHO ESQUERDO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA BERNADETE SARMENTO D'ORNELLAS
ADVOGADO	: LEONARDO DE CASTRO PEREIRA E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2925)

RECURSO ESPECIAL Nº 975.315/SP (2007/0186765-0)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ELYADIR FERREIRA BORGES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LINOFORTE IMOVEIS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2926)

RECURSO ESPECIAL Nº 975.337/SP (2007/0183822-7)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ELYADIR FERREIRA BORGES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PAPELARIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA DE CAMPINAS LTDA - MICROEMPRESA
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2927)

RECURSO ESPECIAL Nº 975.385/SP (2007/0186762-4)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ELYADIR FERREIRA BORGES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PEDRO PEREIRA SILVA
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2928)

RECURSO ESPECIAL Nº 976.012/MG (2007/0188612-6)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: ADRIANA ROSA BAPTISTA DA SILVA
ADVOGADO	: LÍLIAN FONSECA PEREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: BRENO CALDEIRA RODRIGUES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2929)

RECURSO ESPECIAL Nº 976.181/MG (2007/0184857-6)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: MARIA JOSÉ NUNES MARTINS
ADVOGADO	: LÍLIAN FONSECA PEREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: JUTAHY MAGALHÃES NETO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2930)

RECURSO ESPECIAL Nº 976.503/MG (2007/0189563-1)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: MARIA TEREZA RAMOS BAHIA
ADVOGADO	: JOSÉ GERALDO VILLELA VIEIRA DE CASTRO FERREIRA
RECORRIDO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: LAURO JOSÉ BRACARENSE FILHO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2931)

RECURSO ESPECIAL Nº 976.731/MG (2007/0187877-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: CECÍLIA APPARECIDA DE SOUZA SILVA
ADVOGADO	: LÍLIAN FONSECA PEREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: SILVIA DA COSTA PINTO RIBEIRO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2932)

RECURSO ESPECIAL Nº 976.890/MG (2007/0188680-9)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: CARLOS EDUARDO SANTANA
ADVOGADO	: LÍLIAN FONSECA PEREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: JUTAHY MAGALHÃES NETO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2933)

RECURSO ESPECIAL Nº 976.891/MG (2007/0191586-7)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: HELTON DA SILVA E OUTRO
ADVOGADO	: LEILA NUNES GONÇALVES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: LAURO JOSÉ BRACARENSE FILHO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2934)

RECURSO ESPECIAL Nº 977.114/RS (2007/0183529-5)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: KAREN KRISTINE MARCANTE GUERRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOÃO CARLOS DE CARVALHO
ADVOGADO	: DENISE BALLARDIN E OUTRO(S)
INTERES.	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2935)

RECURSO ESPECIAL Nº 977.455/RS (2007/0203218-2)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E OUTRO
PROCURADOR	: KATIA DAL MORO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: AVERALDO PEREIRA DE ALMEIDA
ADVOGADO	: ANDRÉ SONDA

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2936)

RECURSO ESPECIAL Nº 977.533/RS (2007/0179262-9)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: KATIA DAL MORO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CARMEN ANTONIA CALGARO
ADVOGADO	: SÉRGIO MACHADO CEZIMBRA E OUTRO(S)
INTERES.	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: KATIA DAL MORO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2937)

RECURSO ESPECIAL Nº 977.805/MG (2007/0192048-3)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: MAURO CÍCERO ROCHA
ADVOGADO	: LÍLIAN FONSECA PEREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: LAURO JOSÉ BRACARENSE FILHO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2938)

RECURSO ESPECIAL Nº 978.190/RS (2007/0188177-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: NATUR INDÚSTRIA DE COUROS LTDA
ADVOGADO	: SILVIO LUIZ DE COSTA E OUTRO(S)
INTERES.	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CAMILA BOFF MAGERO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator, que ressalvou o seu ponto de vista.

(2939)

RECURSO ESPECIAL Nº 978.371/MG (2007/0190172-9)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: WALLACE DA FONSECA VICENTE
ADVOGADO	: LÍLIAN FONSECA PEREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: BRENO CALDEIRA RODRIGUES E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2940)

RECURSO ESPECIAL Nº 978.476/MG (2007/0184617-6)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: FABIANA GORETTI TRESSE
ADVOGADO	: LÍDIA SANGLARD ALMEIDA
RECORRIDO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: LAURO JOSÉ BRACARENSE FILHO E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2941)

RECURSO ESPECIAL Nº 978.513/MG (2007/0184974-0)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: PAULO DE TARSO JACQUES DE CARVALHO
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2942)

RECURSO ESPECIAL Nº 978.694/MG (2007/0188860-3)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: LAURO JOSÉ BRACARENSE FILHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOSÉ ROBERTO SALVADOR
ADVOGADO	: MARCELO PÍCOLI E OUTRO(S)

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2943)

RECURSO ESPECIAL Nº 978.771/RS (2007/0188452-3)

RELATORA	**: MINISTRA DENISE ARRUDA**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: KATIA DAL MORO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: SÉRGIO ARMANDO HELMICH
ADVOGADO	: LUIZ MARCELO TASSINARI

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

(2944)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.941/PR (2007/0198037-4)

RELATOR	**: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
RECORRENTE	: MUNICÍPIO DE LONDRINA
PROCURADOR	: RONALDO GUSMÃO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOSÉ DORTH FILHO
ADVOGADO	: EDMUNDO PEREIRA BITTENCOURT

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

(2945)

RECURSO ESPECIAL Nº 982.992/PB (2007/0080975-8)

RELATOR	**: MINISTRO JOSÉ DELGADO**
RECORRENTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: LUCIANA NÓBREGA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: AUTO POSTO COMBUSTÍVEIS SANTA CLARA LTDA
ADVOGADO	: CHARLES FÉLIX LAYME

A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Encerrou-se a sessão às 15:15 horas, tendo sido julgados 265 processos, ficando o julgamento dos demais feitos adiado para a próxima sessão.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI
Presidente da sessão

MARIA DO SOCORRO MELO
Secretária

COORDENADORIA DA SEGUNDA TURMA

(2946)

MEDIDA CAUTELAR Nº 13.306 - MG (2007/0233817-9)

RELATOR	**: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
REQUERENTE	: ANA LÍVIA BESSA LEÃO
ADVOGADO	: FARLEY SOARES MENEZES
REQUERIDO	: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES

DECISÃO

Cuida-se de medida cautelar ajuizada por **Ana Lívia Bessa Leão** com o fito de agregar efeito suspensivo a recurso especial ainda pendente do juízo de admissibilidade na origem, interposto de acórdão oriundo do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que, ao julgar recurso de apelação em mandado de segurança versando sobre a transferência de dependente de servidor público federal para estabelecimento congênere de ensino superior, proveu apelo para denegar o *mandamus*, em acórdão assim ementado:

"ADMINISTRAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR. TRANSFERÊNCIA. INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO. MOTIVAÇÃO. CARGO EM COMISSÃO. DEPENDENTE. ESTABELECIMENTO CONGÊNERE DE ENSINO SUPERIOR. TRANSFERÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE.

Para que se possa impetrar o mandado de segurança, imprescindível que o direito invocado esteja revestido de liquidez e certeza, tendo em vista que o instituto não comporta fatos passíveis de dúvidas ou de futuras provas.

A possibilidade de transferência de servidor público, ou seu dependente, para estabelecimento congênere de ensino superior, nos casos de transferência do local de trabalho, é excepcionada nas hipóteses de a transferência efetivar-se para que o servidor se desloque para assumir cargo efetivo em razão de concurso público, cargo comissionado ou função de confiança, nos termos da norma do parágrafo único, da Lei n. 9.536/97."

Em defesa do *fumus boni iuris*, aduz a requerente que o pleito formulado nos autos é absolutamente legal, por se tratar, *in casu*, de transferência de uma Universidade Pública (Universidade do Vale do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM) para outra Pública (Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES), além de que a transferência de seu genitor se deu *ex-officio*, *"(...) no interesse exclusivo da Justiça Federal, pois se trata de Analista Judiciário, efetivo, servidor qualificado de carreira do Superior Tribunal Militar"* (fl. 37).

Quanto ao *fumus boni iuris*, residiria nos graves prejuízos a que estará sujeita na hipótese de ser negado o efeito suspensivo ao recurso especial interposto, na medida em que *"se encontra impedida de cursar o 6º período da Universidade Estadual de Montes Claros (...) e, de outro giro, não pode efetivar a transferência para outro educandário, já que, como dito, a Universidade se recusa a liberar a sua documentação sob o fundamento de que a decisão de 2ª instância teria efeito* ***ex tunc*** *e assim os dois semestres cursados pela Autora não teriam qualquer valor, tudo com fundamento em parecer expedido pela douta Procuradoria Jurídica daquela Instituição"* (fl. 4).

É o breve relatório. Decido.

O Superior Tribunal de Justiça tem admitido o manuseio de ação cautelar, nos termos do art. 288 do seu Regimento Interno, com vistas a obstar os efeitos de decisões impugnadas por meio de recursos desprovidos do efeito suspensivo. Trata-se, todavia, de medida de caráter restrito, só deferível nas hipóteses em que restarem cabalmente caracterizados os pressupostos específicos para sua concessão, quais sejam, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora.*

Cumpre ainda pontuar que, em se tratando de situações comprovadamente excepcionais, tem-se orientado o Superior Tribunal de Justiça no sentido admitir as cautelares da espécie mesmo antes de realizado o juízo prévio de admissibilidade na origem. Nessa linha, são os seguinte arestos da Corte, *in verbis*:

"PROCESSUAL CIVIL. MEDIDA CAUTELAR. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL AINDA NÃO ADMITIDO. EXCEPCIONALIDADE DA MEDIDA, DESDE QUE PRESENTES O FUMUS BONI IURIS E O PERICULUM IN MORA. PRECEDENTES. CAUTELAR PROCEDENTE.

I - Não obstante tenha pensamento reiterado sobre a impossibilidade de concessão de efeito suspensivo a recurso especial que ainda não tenha passado pelo juízo de admissibilidade no Tribunal de origem, cumpre destacar que esta Corte, tem admitido a sua concessão, em hipóteses excepcionais, desde de que restem configurados os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora.* Precedentes.

II - Na hipótese dos autos, vislumbra-se a existência do fumus boni iuris - ante o reiterado entendimento desta Eg. Corte no sentido de que a fiança é contrato benéfico, não sendo admitida a sua interpretação extensiva, não tendo eficácia a cláusula contratual que preveja a obrigação fidejussória até a entrega das chaves, ou que pretenda afastar a disposição do art. 1500 do Código Civil. Quanto ao periculum in mora, também plenamente visível, impondo-se, assim a procedência da cautelar, a fim de preservar o 'bem da vida', bem como evitar que o eventual provimento do recurso especial seja inócuo.

III - Medida cautelar julgada procedente" (MC n. 7369/RJ, relator Ministro Gilson Dipp, DJ de 26/9/2005).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - MEDIDA CAUTELAR PARA DAR EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL - PEDIDO DE REVISÃO DA LIMINAR RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL.

1. Em caráter excepcional, admite-se a medida cautelar para suspender a decisão judicial impugnada por recurso especial ainda não admitido.

2. Os fatos trazidos pela ora agravante não ensejam a cassação da liminar concedida na presente medida cautelar, que objetivou o cumprimento fiel da Lei 9.432/97, assegurando-se a autoridade da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

3. Agravo regimental improvido" (AgRg no AgRg na MC n. 5813/RJ, relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 21/3/2005).

No caso em exame, verifico, *prima facie*, que a situação noticiada merece enquadramento na excepcionalidade retro referida, seja em razão da plausibilidade da tese de fundo defendida no especial, retratada no caráter imperativo (*ex officio*) da transferência do genitor da autora, aliado à congeneridade das instituições de ensino envolvidas - hipótese em que a jurisprudência da Corte é uníssona reconhecer o direito à matrícula (EREsp n. 779369/PB, relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 4/12/.2006; REsp n. 688.675/RN, relator Ministro Castro Meira, DJ de 9/5/2005; REsp n. 951928/RS, relator Ministro José Delgado, DJ de 13/9/2007, entre outros) - seja em face do risco de irreversibilidade da medida questionada, o que poderia tornar inócua eventual decisão favorável a ser proferida no recurso especial.

Ante o exposto, configurados os pressupostos específicos da ação, **defiro a liminar** para assegurar à requerente o direito à matrícula no curso de odontologia ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES - o que abrange, obviamente, a regular freqüências às aulas - até o derradeiro julgamento do recurso especial interposto.

Cite-se o requerido.

Oficie-se, dando ciência do inteiro teor desta decisão, (a) ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e (b) ao Juízo de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Montes Claros (MG).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de setembro de 2007.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Relator

(2947)

RECURSO ESPECIAL Nº 403.109 - SP (2001/0183017-8)

RELATOR	**: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
RECORRENTE	: CBPO ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	: MARCELO PARONI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: NEIDE CARICCHIO
ADVOGADO	: NEIDE CARICCHIO (EM CAUSA PRÓPRIA)
INTERES.	: JACO BITTAR
ADVOGADO	: JOSÉ EDUARDO CALLEGARU LENCI
INTERES.	: LUIZ DA SILVA FREITAS JUNIOR II
INTERES.	: ANTÔNIO CARLOS DE AZEVIDO LOBÃO
ADVOGADO	: SÉRGIO LUIZ MAGRI
INTERES.	: MUNICÍPIO DE CAMPINAS
ADVOGADO	: ANTÔNIO CARIA NETO
INTERES.	: FRANCISCO DE ARI SOUTO
ADVOGADO	: MARCELO ZANETTI GODOI

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO POPULAR. ESTAGIÁRIO. VISTA DOS AUTOS EM CARTÓRIO. CIÊNCIA INEQUÍVOCA NÃO-DEMONSTRADA. INEXISTÊNCIA DE CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO. PRAZO RECURSAL.

1. Os atos praticados por estagiário de direito só são válidos quando realizados em conjunto com advogado regularmente constituído.

2. Inexistência de certidão de publicação da decisão ensejadora do apelo considerado intempestivo pelo Tribunal de origem.

3. Recurso especial provido.

DECISÃO

Interpõe CBPO Engenharia Ltda. recurso especial fundado na alínea "a" da norma autorizadora, contra julgado proferido pela Sexta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em sede de apelação. O respectivo acórdão restou assim ementado:

"Ação Popular. Contrato de cessão de crédito e transferência de créditos.

Intempestividade do apelo da CBPO.

Preliminares afastadas: Legitimidade passiva da SANASA, bem como de seus dirigentes - Ausência de vício na r. sentença por análise dos pressupostos autorizadores que fundamentaram a concessão da liminar - Caráter satisfativo que não exauriu todo o tema proposto.

Mérito: inobservância dos princípios da Administração Pública (art. 5º, I e 37, C. Federal) - Presença de lesividade ao erário.

Custas e salários periciais suportados pelos vencidos. Recursos improvidos" (fl. 2.149).

Os dois embargos declaratórios opostos por CBO Engenharia Ltda. foram rejeitados (fls. 2.164 e 2.183/2.184), estando o acórdão que julgou este último assim ementado:

"Embargos Declaratórios - Rejeição de embargos anteriores - Reconhecimento de validade de intimação a estagiária - Existência de substabelecimento que lhe outorgou todos os poderes conferidos ao advogado - O art. 3º, § 2º da Lei n. 8.906/94 outorga a estagiário 'munus' reservado ao advogado comprovada a regularidade na inscrição e prática do ato em conjunto com o causídico e sob responsabilidade deste último - Responsabilidade assumida no procuratório - Embargos rejeitados" (fl. 2.183).

Alega a recorrente violação dos arts. 234, 236, 237, 238, 239 e 535, I, do Código de Processo Civil e 3º, § 2º, da Lei n. 8.906/94, por rejeição dos embargos declaratórios, e ainda, porque o estagiário, devidamente inscrito na ordem, mesmo com autorização, não pode, isoladamente, praticar atos privativos de advogado, tais como, a intimação. Conclui pela tempestividade do recurso de apelação, devendo este ser examinado em seu mérito.

Sem contra-razões (fl. 2.205), o especial foi admitido na origem às fls. 2.219/2.221.

O parecer do Ministério Público Federal é pelo provimento do recurso especial para que os autos retornem ao Tribunal *a quo* para julgamento da apelação da recorrente (fls. 2.228/2.232).

É o relatório. Decido.

A irresignação merece prosperar em parte.

Trata-se, na espécie, de ação popular ajuizada por Neide Caricchio em desfavor de Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. (SANASA), Prefeitura Municipal de Campinas, Companhia Brasileira de Projetos e Obras (CBPO), Jacó Bittar, Francisco Ari Souto, Luiz da Silva Freitas Jr. II e Antonio Carlos de Azevedo Lobão, visando a anulação de dois contratos de cessão e transferência de créditos firmados entre os réus, ao argumento de existência de ilegalidades por violação do patrimônio público.

Concedeu-se liminar suspendendo os contratos referidos na inicial (fls. 1.258-v/1.259).

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, mantendo a sentença de primeiro grau, acolheu o pedido formulado pela autora, considerando intempestiva a apelação interposta por CBO Engenharia Ltda.

Em sede de embargos declaratórios, o Tribunal de origem, reconhecendo não constar nos autos a certidão de publicação da sentença proferida à fl. 2.030, manteve a intempestividade do apelo, tendo em vista a data da intimação da estagiária por meio de vista dos autos.

Nas razões do presente recurso, a recorrente sustenta, em preliminar, que o Tribunal de origem não se manifestou sobre todas as questões suscitadas. No mérito, aduz que é tempestivo o apelo apresentado, pois inexistente certidão de publicação da sentença proferida em sede de embargos de declaração, e inválida a ciência dos autos em cartório por estagiária não acompanhada de advogado.

Preliminarmente, a irresignação não merece prosperar quanto à alegada violação do art. 535, I, do Código de Processo Civil, pois o Tribunal de origem examinou e decidiu, fundamentadamente, todas as questões suscitadas pela parte, não havendo, assim, por que cogitar de negativa de prestação jurisdicional.

Entretanto, no mérito, razão assiste à recorrente.

Sabe-se que a retirada dos autos de cartório pelo advogado da parte constitui ato inequívoco de ciência de decisão proferida, fluindo a partir daí o prazo recursal. Nesse sentido, confiram-se os seguintes julgados: Quarta Turma, REsp n. 591.250/RS, relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 19.12.2005; Terceira Turma, Ag Rg no REsp n. 605.330/ES, relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 16.11.2004; e Quarta Turma, REsp n. 503.636/RS, relator Ministro Fernando Gonçalves, DJ de 19.4.2004.

No presente caso, entretanto, conforme consta do acórdão de fls. 2.183/2.184, os autos foram retirados do cartório por estagiária constituída nos autos (substabelecimento de fl. 1.978).

Os arts. 1º e 3º, § 2º, da Lei n. 8.906/94 estabelecem que:

"Art. 1º - São atividades privativas da advocacia:

I - a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais;

II - as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas.

Art. 3º - O exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e a denominação de advogado são privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

§ 2º - O estagiário de advocacia, regularmente inscrito, pode praticar os atos previstos no art. 1º, na forma do Regulamento Geral, em conjunto com advogado e sob responsabilidade deste."

Ademais, conforme atestam os documentos de fls. 2.073-v/2.074, o processo foi recebido pela estagiária Daniela Grassi Quartucci "para exame em balcão", não tendo sido sequer retirado do Cartório, o que demonstra o não-atendimento ao princípio da necessidade da ciência inequívoca da decisão, de tal modo que não se pode considerar como aperfeiçoada a intimação.

Saliento que "*os atos praticados por estagiário de advocacia regularmente inscrito, só são considerados válidos quando praticados em conjunto com advogado e sob a responsabilidade deste, a teor do § 2º do art. 3º da Lei n. 8.906/94*" (AgRg no REsp n. 535.927/SP, Relator Ministro Luiz Fux, DJ de 28/10/2003). Ainda nesse sentido: REsp n. 510.468/SP, de minha relatoria, DJ de 7/2/2007.

Desta feita, considerando o entendimento do STJ de que os atos praticados por estagiário de direito só são válidos quando realizados em conjunto com advogado regularmente constituído; não demonstrado, de forma inequívoca, que o advogado havia se certificado em cartório do teor da sentença; e não constando nos autos a publicação da decisão de fl. 2.030, que deu ensejo ao recurso de apelação apresentado pela ora recorrente, deve-se afastar sua intempestividade.

Ante o exposto, com fundamento no art. 38 da Lei n. 8.038/90 c/c o art. 557 do CPC, **conheço em parte do recurso especial e dou-lhe provimento**, determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem para julgamento da apelação de fls. 2.091/2.100.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Relator

(2948)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 672.237 - RJ (2005/0057499-0)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO MARTINS**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: MARCELO MELLO ALVES PEREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NEUZA PACHECO DE CARVALHO - ESPÓLIO
REPR. POR	: MARCELO DE ALMEIDA SANTOS NEVES - INVENTARIANTE
ADVOGADO	: AROLDO LIMONGE E OUTRO(S)

EMENTA

ADMINISTRATIVO - PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO - PRAZO RECURSAL - NÃO-INTERRUPÇÃO - AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

Vistos.

Cuida-se de agravo de instrumento tirado pelo INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA de decisão que obstou a subida do recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região assim ementado (fl. 134):

PROCESSUAL CIVIL - RECURSO - PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE REABERTURA DE PRAZO - INTEMPESTIVIDADE - AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA.
Agravo Interno com finalidade de descaracterizar a intempestividade do agravo de instrumento interposto, pretendendo que o prazo para sua contagem ocorra a partir da r. decisão de reconsideração, e não a partir da data da ciência interlocutória inicialmente proferida.
Pedido de reconsideração realizado, isoladamente, não tem o condão de interromper ou suspender o prazo recursal que já se iniciou para impugnação do decisum.
Negado provimento ao Agravo Interno. Mantida inalterada a r. decisão agravada.

Nas suas razões recursais, alega o agravante a violação do artigo 522 do Código de Processo Civil.

É, no essencial, o relatório.

Não merece guarida a pretensão recursal.

Observo que a controvérsia cinge-se à tempestividade do recurso de agravo de instrumento, pois o agravante apresentou pedido de reconsideração, que restou indeferido, tendo, inconformado, interposto o aludido agravo de instrumento, cujo o seguimento foi negado em virtude da sua intempestividade.

Com efeito, verifico que os recursos devem ser interpostos dentro do prazo de lei, sob pena de ocorrer preclusão temporal, impedindo-se, dentro do mesmo processo, nova discussão a respeito da decisão impugnada.

O pedido de reconsideração não tem o efeito de interrupção do prazo para interposição de outros recursos, do contrário cessaria a preclusão já efetivada, diante de seu oferecimento a destempo. Ou seja, permitir-se-ia o prolongamento do processo, mediante a utilização de outros recursos, quando a decisão impugnada já fora acobertada pelo fenômeno da preclusão.

Nesse sentido, os precedentes a seguir colacionados:

CIVIL E PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL. BEM DE MENOR. VENDA. ALVARÁ. NULO. IRREGULARIDADES. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. INTERRUPÇÃO. INEXISTENTE. APELAÇÃO. PRAZO. EXTEMPORÂNEA. DISSÍDIO. SÚMULAS N. 282 E 356/STF. RECURSO. SÚMULA N. 182/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
(AGA 724.137/MS, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, julgado em 17.4.2007, DJ 28.5.2007, p. 348)

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. INTERRUPÇÃO E/OU SUSPENSÃO DE PRAZO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.
1. Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o pedido de reconsideração não tem condão de suspender ou interromper os prazos recursais.
2. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AGA 759.322/DF, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, julgado em 19.9.2006, DJ 16.10.2006, p. 420)

PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. INTERRUPÇÃO OU SUSPENSÃO DO PRAZO RECURSAL. INOCORRÊNCIA. INTEMPESTIVIDADE. ART. 545, DO CPC. ART. 258 DO RISTJ. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.
I- Consoante entendimento deste Superior Tribunal de Justiça, o pedido de reconsideração não tem o condão de suspender ou interromper os prazos recursais. Precedentes.
II - Escoado o prazo legal para interposição do agravo interno, impõe-se não conhecê-lo, em face da ausência de requisito indispensável para sua apreciação. Precedentes.
III- Agravo interno não conhecido.
(AGA 653.139/SP, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, julgado em 23.5.2006, DJ 19.6.2006, p. 180)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EDITORA. PUBLICAÇÃO DE PEÇA TEATRAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA LIMITAÇÃO DE IDADE. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. AUTO DE INFRAÇÃO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. INTERRUPÇÃO OU SUSPENSÃO DO PRAZO RECURSAL. INOCORRÊNCIA. PRECLUSÃO VERIFICADA. PRECEDENTES.
I - É cediço que em nosso sistema recursal próprio (aplicável ao Estatuto da Criança e do Adolescente), o pedido de reconsideração não tem o condão de interromper ou suspender os prazos recursais.
II - Diante da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça Estadual nos autos da apelação interposta contra a decisão lavrada nos autos de infração, valeu-se a Editora sucumbente, exclusivamente, do pedido de reconsideração para, somente quando de seu julgamento, interpor o presente apelo extremo, o que culminou com a preclusão da matéria.
III - Precedentes: AgRg na MC nº 10.261/PR, Rel. Min. CASTRO FILHO, DJ de 26/09/2005; AgRg no Ag nº 577.594/RJ, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, DJ 25/10/2004; REsp nº 436.198/SP, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ de 24/02/2003.
IV - Recurso improvido.
(REsp 819.832/RJ, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Turma, julgado em 9.5.2006, DJ 25.5.2006, p. 191)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE JUIZ SINGULAR DETERMINANDO A PENHORA DOS BENS DOS RECORRIDOS. APRESENTAÇÃO DE PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. INTERRUPÇÃO E/OU SUSPENSÃO DE PRAZO RECURSAL. INOCORRÊNCIA. PRECLUSÃO VERIFICADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO POSTERIORMENTE INTERPOSTO. INTEMPESTIVIDADE CONFIGURADA.
I - É cediço em nosso sistema recursal pátrio que o simples pedido de reconsideração não se constitui em recurso propriamente dito nem tem o condão de suspender ou interromper os prazos recursais.
II - Diante de decisão do Juiz Singular determinando a penhora dos bens dos recorridos, valeram-se estes de mero pedido de reconsideração, o qual fora indeferido pelo Magistrado, ratificando-se a determinação anterior.
III - Nesse panorama, inafastável a conclusão de que a questão enfrentada naquela decisão restou preclusa, ante a ausência de interposição de recurso no prazo legal e, de outra parte, intempestivo o agravo de instrumento posteriormente interposto.
IV - Precedentes: AgRg no AG nº 444.370/RJ, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJ de 10/03/2003; AgRg no REsp nº 436.814/SP, Rel. Min. GARCIA VIEIRA, DJ de 18/11/2002; e AgRg no AgRg no Ag nº 225.614/MG, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJ de 30/08/1999.
V - Recurso especial PROVIDO.
(REsp 704.060/RJ, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Turma, julgado em 6.12.2005, DJ 6.3.2006, p. 197)

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSO CIVIL. DECISÃO MONOCRÁTICA. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. PRETENSÃO DE INTERRUPÇÃO OU SUSPENSÃO DO PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO CABÍVEL. DESCABIMENTO. PREPARO. NÃO EFETIVAÇÃO NO ATO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. PENA DE DESERÇÃO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA.
1. O pedido de reconsideração não interrompe ou suspende o prazo recursal. Precedentes.
2. Nos termos do art. 511 do Código de Processo Civil, o preparo deve ser feito no ato de interposição do recurso, sob pena de deserção. Precedentes.
3. A aferição da não ocorrência da litigância de má-fé, em sentido contrário ao fixado pelo acórdão recorrido, demanda o revolvimento de todo o contexto fático-probatório, providência que esbarra no óbice da súmula 7 desta Corte.
4. Agravo regimental não provido.
(AGA 577.594/RJ, Rel. Min. Fernando Gonçalves, Quarta Turma, julgado em 5.10.2004, DJ 25.10.2004, p. 357)

No mesmo sentido, ainda, as seguintes decisões: REsp 899.899/SP, deste relator, Segunda Turma, DJ 30.3.2007; Ag 837.379/BA, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 23.3.2007; REsp 642.995/SE, Rel. Min. Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 28.2.2007; Ag 791.596/RN, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Segunda Turma, DJ 21.9.2006.

Ante o exposto, com fundamento do artigo 254, I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao agravo de instrumento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Relator

(2949)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 750.665 - PB (2005/0080649-0)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: VOLKSWAGEN DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	: TÂNIA VAINSENCHER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DA PARAÍBA
PROCURADOR	: IRAPUAN SOBRAL FILHO E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - DESNECESSIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA - RECONSIDERAÇÃO DO DECISUM.

Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão que negou seguimento a recurso especial, aplicando a Súmula 7/STJ.
Inconformada, a agravante defende, em suma, que o recurso especial não demanda revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, já que a questão discutida nos autos é tão-somente de direito.

DECIDO:

Tem razão a agravante. De fato, o contexto fático dos autos encontra-se abstraído de modo convincente no acórdão recorrido, fazendo-se desnecessária nova incursão em matéria de prova para que se possa proceder ao exame da tese defendida no recurso especial.
Dessarte, exercendo o juízo de retratação facultado pelo art. 259 do RISTJ, reconsidero o *decisum* de fl. 321, tornando-o sem efeito.
Após a publicação, voltem-me os autos conclusos para apreciação do recurso especial.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRA ELIANA CALMON
Relatora

(2950)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 802.505 - GO (2005/0199581-9)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
EMBARGANTE	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: VIVANE AMARAL SOUZA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: IRECIL - IRMÃOS RASSI ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
ADVOGADO	: MARCELO ARANTES DE MELO BORGES E OUTRO(S)

DESPACHO

Ante a possibilidade de se atribuírem efeitos infringentes ao julgado, abra-se vista à embargada.
Intime-se. Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(2951)

RCDESP no RECURSO ESPECIAL Nº 807.764 - RJ (2006/0001001-3)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
RECORRENTE	: JOÃO SAITER E OUTROS
ADVOGADO	: JEFFERSON RAMOS RIBEIRO
RECORRIDO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ADRIANA DE SABOYA GOLDBERG E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL - INTEMPESTIVIDADE - PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE - INAPLICABILIDADE - INDEFERIMENTO.

Trata-se de pedido de reconsideração em face de decisão que negou seguimento ao recurso especial, haja vista que a guia do DARF não contém qualquer indicação ou especificação quanto ao processo a que se refere, ferindo a Resolução 20/2004.

DECIDO:

O pedido mostra-se inviável em face de sua manifesta intempestividade, por isso inaplicável, *in casu*, a fungibilidade recursal.
Com efeito, publicada a decisão em 05/06/2007, terça-feira (certidão de fl.265), iniciou-se o prazo do recurso na data de 06/06/2007 e se encerrou no dia 10/06/2007, domingo, prorrogado para o dia 11/06/2007, mas o fac-símile da petição somente foi protocolado no dia 18/06/2007.

Quanto à petição de fls. 285/312, interposta pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, observo que a prestação jurisdicional desta Corte não engloba tais esclarecimentos.
Com essas considerações, **INDEFIRO O PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO**.

Brasília-DF, 24 de setembro de 2007.

MINISTRA ELIANA CALMON
Relatora

(2952)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 837.325 - PB (2006/0261355-9)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: JOSÉ MATIAS PEREIRA
ADVOGADO	: JULIANNA ERIKA PESSOA DE ARAÚJO E OUTRO
AGRAVADO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: CAIO CESAR VIEIRA ROCHA E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO AGRAVADA - FUNDAMENTO INATACADO.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial.
Sustenta-se que estão presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, merecendo reforma a decisão impugnada.

DECIDO:

Não merece conhecimento o presente agravo, pois a agravante deixou de atacar objetivamente o fundamento da decisão agravada, qual seja, de que a recorrente interpôs recurso especial antes da publicação do acórdão recorrido, o que o torna intempestivo, circunstância que inviabiliza o exame do presente recurso, ante a inobservância de pressuposto recursal genérico.
Com essas considerações, **NÃO CONHEÇO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO.**

Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRA ELIANA CALMON
Relatora

(2953)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 877.053 - RS (2007/0066555-4)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO MARTINS**
AGRAVANTE	: FERNANDO SIGNORINI ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	: ÉDISON FREITAS DE SIQUEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MAGALI THAIS RODRIGUES LEDUR E OUTRO(S)

DESPACHO

Vistos.

Manifeste-se a agravada a respeito da petição protocolizada pela agravante.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Relator

(2954)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 877.060 - DF (2006/0147967-8)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: LISIE ALVES DA CUNHA CAMPANARO
ADVOGADO	: GABRIEL DE FASSIO PAULO
AGRAVADO	: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA FUB/UNB
PROCURADOR	: GLAIDSON IVAN DA SILVA COSTA E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - DARF EM DESACORDO COM A RESOLUÇÃO 20/2004 DO STJ - RECONSIDERAÇÃO DO DECISUM.

Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão que negou seguimento a recurso especial nos seguintes termos (fl. 246/247):

Analisando detidamente os autos, verifico que o presente recurso especial não merece ser admitido. E isto porque a DARF juntada aos autos (fl. 231) não contém qualquer indicação ou especificação quanto a qual processo dizem respeito.

Tal exigência está prevista na Resolução 20 de 25/11/2004, desta Corte Superior, nos seguintes termos: Art. 2º - Os valores constantes desta Tabela devem ser recolhidos na rede bancária arrecadadora, mediante preenchimento de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), adotando-se como código de receita a classificação "8021 - Porte de remessa e retorno dos autos" e anotando-se o número do processo a que se refere, juntando-se comprovante nos autos.

Com essa consideração, com fulcro no art. 557, *caput*, do CPC, **NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL**.

Sustenta a agravante que:
a) consta no DARF o nome completo da parte, bem como o nº 8021, que corresponde ao porte e remessa e retorno dos autos;
b) não há nenhum outro processo concernente à parte agravante no STJ. Assim, sendo impossível ter sido aproveitado em outro processo;
c) há consonância entre a autenticação aposta pela CEF com a data de interposição do presente recurso especial, que foi protocolado em 15.04.2005. A própria autenticação da CEF é original, o que impossibilita a utilização do referido DARF em outros processos.
Pede seja reconsiderada a decisão, julgando-se o recurso.

DECIDO:

Acerca do preparo, a Lei n. 8.038/1990, art. 41-B, dispõe que:

"Art. 41-B. As despesas do porte de remessa e retorno dos autos serão recolhidas mediante documento de arrecadação, de conformidade com instruções e tabela expedidas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça."

A Resolução 20 desta Corte Superior, de 25/11/2004, por sua vez, estabelece em seu art. 2° que:

Art. 2º - Os valores constantes desta Tabela devem ser recolhidos na rede bancária arrecadadora, mediante preenchimento de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), adotando-se como código de receita a classificação "8021 - Porte de remessa e retorno dos autos" e anotando-se o número do processo a que se refere, juntando-se comprovante nos autos.

Em razão da referida resolução é que a decisão recorrida entendeu por negar seguimento ao recurso, por não conter a guia do DARF qualquer indicação ou especificação do processo a que se refere.
A exigência, ao contrário do que possa parecer, não se constitui mero formalismo, pretendendo a norma evitar possível fraude com a utilização de DARF de outros processos, como noticiado no AG 731.446/PE, onde ficou registrado:

O Vice-Presidente do TRF da 5ª Região observou que o recurso especial havia sido interposto em 2005, enquanto que o porte de remessa e retorno foi recolhido em 2003. Nessa circunstância, concluiu que a guia juntada aos autos não dizia respeito a esse processo e afastou a pretensão da CEF de "aproveitar" o recolhimento do porte de remessa em retorno de outro feito em que teria ocorrido a desistência do recurso.
A agravante pede a revogação da pena de deserção, afirmando ter agido de boa-fé e admitindo ter procedido de forma idêntica em aproximadamente 6.000 processos. Caso não seja acolhidas as razões do agravo, pleiteia a reabertura do prazo para recolhimento do porte de remessa e retorno, invocando o princípio da boa-fé processual.

Corroborando esse entendimento, destaco os seguintes precedentes do STJ:

PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL - AGRAVO REGIMENTAL - PREPARO IRREGULAR - DESCUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO STJ 20/04 - DESERÇÃO.
1. Deve constar no DARF o número do processo a que a guia se refere, sob pena de se considerar deserto o recurso, nos termos da Resolução 20/04 do Superior Tribunal de Justiça.
2. Agravo regimental improvido.
(AgRg no REsp 801.686/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 07.08.2007, DJ 16.08.2007 p. 312)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO, RECURSO ESPECIAL. DESERÇÃO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO RECOLHIMENTO DO PREPARO. SÚMULA 187/STJ. POSTERIOR JUNTADA DE GUIA DARF DE QUE NÃO CONSTAM O NOME E O CNPJ DA RECORRENTE, NEM O NÚMERO DO PROCESSO A QUE SE REFERE. RESOLUÇÃO 20/04 DO STJ, ART. 2º. INAPTIDÃO PARA ATESTAR O INDISPENSÁVEL PREPARO.
1. "É deserto o recurso interposto para o Superior Tribunal de Justiça, quando o recorrente não recolhe, na origem, a importância das despesas de remessa e retorno dos autos" (Súmula 187/STJ).
2. De acordo com o art. 2º da Resolução 20/04 do STJ, os valores de porte de remessa e retorno dos autos "devem ser recolhidos na rede bancária arrecadadora, mediante preenchimento de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), adotando-se como código de receita a classificação '8021 - Porte de remessa e retorno dos autos' e anotando-se o número do processo a que se refere, juntando-se comprovante nos autos".
3. No caso concreto, a juntada, posterior à interposição do recurso especial, de guia DARF da qual não constam o nome e o CNPJ da recorrente, nem o número do processo, impedem que se conclua tratar-se de recolhimento relativo aos presentes autos - não logrando afastar, com isso, a pena de deserção imposta, ainda que se considere ter havido justo motivo para o pagamento a destempo.
4. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no Ag 683527/RJ, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 224)

PROCESSO CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - PORTE DE REMESSA E RETORNO - DOCUMENTO INIDÔNEO.
1. Na guia de recolhimento de porte e remessa e retorno deve constar o nome da parte ou, pelo menos, menção ao processo a que se refere, não constituindo a exigência mera formalidade, mas segurança quanto ao devido recolhimento.
2. Ainda que superado o óbice, a guia de recolhimento apresentada após a intimação no Tribunal de origem demonstra, inequivocamente, que o preparo foi efetuado a destempo.
3. Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no Ag 510.249/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 03.02.2004, DJ 12.04.2004 p. 193)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PORTE DE REMESSA E RETORNO RECOLHIDO EM DESACORDO COM A LEI N. 8.038/1990 E RESOLUÇÃO N. 12/2005, DO STJ. PENA DE DESERÇÃO. SÚMULA N. 187/STJ. DESPROVIMENTO.
I. O pagamento do porte de remessa e retorno deve ser efetuado nos moldes determinados pelo art. 41-B da Lei n. 8.038/1990, disciplinado pela Resolução n. 12/2005, vigente à época da interposição do recurso especial, não sendo dado à parte efetuar o recolhimento em guia diversa da especificada e ainda com dados errôneos.
II. "É deserto o recurso interposto para o Superior Tribunal de Justiça, quando o recorrente não recolhe, na origem, a importância das despesas de remessa e retorno dos autos" (Súmula n. 187/STJ).
III. Agravo improvido, com correção de erro material.
(AgRg no REsp 820.539/ES, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 12.09.2006, DJ 30.10.2006 p. 326)

Entretanto, a Segunda Turma, em 28/08/2007, no julgamento do AgRg REsp 877.541/SP, decidiu afastar a exigência de conter o DARF o número do processo a que se refere, com base nos seguintes fundamentos:
a) a Resolução 20/2004 não teve o intuito de criar mais um empecilho de natureza formal ao conhecimento dos recursos; não se pode dar a essa resolução dimensão que vai muito além de seus objetivos; além disso, não há possibilidade de fraude porque o original está sendo juntado ao processo (Min. Herman Benjamin);
b) ainda que não indicado o número do processo, como o valor do porte e remessa foi recolhido aos cofres do Estado, o objetivo foi cumprido (Min. João Otávio de Noronha);
c) embora relevante a resolução, é suficiente a comprovação do porte de remessa e retorno (Min. Castro Meira).
Por isso, nos termos do art. 259 do RISTJ, **RECONSIDERO A DECISÃO** de fls. 247, tornando-a sem efeito.
Após a publicação, retornem-me os autos para reexame do recurso especial.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRA ELIANA CALMON
Relatora

(2955)

RECURSO ESPECIAL Nº 882.644 - RS (2006/0196118-4)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO MARTINS**
RECORRENTE	: NERI AGOSTINHO COLE E OUTROS
ADVOGADO	: PETRUSKA LAGINSKI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BANCO CENTRAL DO BRASIL
PROCURADOR	: JOSE OSORIO LOURENCAO E OUTRO(S)

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL - SAFRA DE TRIGO DE 1987 - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - SÚMULA 211/STJ - DISSÍDIO PRETORIANO - DEMONSTRAÇÃO INADEQUADA - FALTA DE SIMILITUDE DAS HIPÓTESES DE FATO - RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO

Vistos.

Cuida-se de recurso especial de NERI AGOSTINHO COLE E OUTROS, interposto com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "*a*" e "*c*", CF/1988, em desafio a acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que julgou improcedente recurso de apelação, conforme a ementa a seguir transcrita:

INDENIZAÇÃO POR PREJUÍZOS NO EXERCÍCIO DE TRITICULTURA. BANCO CENTRAL DO BRASIL. ILEGITIMIDADE PASSIVA.
O Banco Central do Brasil, como simples executor da política financeira governamental, que apenas cumpre a obrigação legal de publicar as Resoluções que não são suas, mas do Conselho Monetário Nacional, é ilegitimado passivamente para ação que busca indenização por prejuízos no exercício de triticultura alegadamente por culpa de má aplicação de política intervencionista do Governo Federal. (Fls. 96)

Subjacente ao recurso tem-se uma ação ordinária movida pelos recorrentes em face do Banco Central do Brasil, na qual os autores alegavam haver tido prejuízos decorrentes da fixação de preço mínimo do trigo na safra de 1987. O pedido da ordinária consistia na repetição da diferença entre o preço da Saca pelo Estatuto da Terra e o fixado pelo BACEN na Resolução 1419.

A sentença indeferiu a inicial, ante a ilegitimidade do BACEN, no que foi mantida pelo TRF-4.

Os embargos declaratórios dos recorrentes foram rejeitados (fls.106).

O recurso especial dos triticultores fundamenta-se nas seguintes razões (fls.110/117):

a) Negativa de vigência: O acórdão haveria infringido os arts. 17 e 368, CPC.

b) Dissídio pretoriano: O aresto é divergente de prejulgado com estampa no RSTJ 55/132, no qual se reconheceu a responsabilidade do BACEN pelos cruzados novos bloqueados.

Sem contra-razões, a despeito da intimação regular (fls. 127).

Recurso admitido (fls.128).

O parecer da douta Procuradoria-Geral da República orientou-se no sentido de que o recurso não seja conhecido (fls. 134/135v).

É, no essencial, o relatório.

O recurso não deve ser conhecido.

Em relação à suposta negativa de vigência dos arts. 17 e 368, CPC, tenho que não houve prequestionamento.

Veja-se como foi a matéria resolvida pelo TRF-4 (fls. 93):

Compulsando os presentes autos, observo que a questão posta na lide diz respeito à legitimidade que o Banco Central do Brasil teria para figurar no pólo passivo da ação interposta por triticultor com o fito de obter indenização devido a danos causados pela política financeira adotada pela União.

Com razão o juízo a quo, *pois, de acordo com a Lei 4.595/64, cabe ao BACEN cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, e, estando o autor a questionar o teor de tais Resoluções, tal pretensão não pode ser dirigida contra aquela Autarquia, porque, quando se trata de Resolução, está-se diante de deliberação do CMN, que é representado judicialmente pela União Na verdade, o BACEN é mero executor da política financeira governamental. A Lei n° 4.829/65, em seu art. 4°, estabelece a competência exclusiva do CMN para disciplinar o crédito rural, de modo que só a ele cabe estabelecer as diretrizes e instruções relacionadas a aplicação e controle do crédito rural. E, ainda, a teor do art. 5° do aludido diploma legal, resta à autarquia apenas cumprir as determinações expedidas pelo Conselho e aplicáveis ao crédito rural.*
Saliento que as Resoluções, que estabeleceram o preço do trigo durante a safra de 1987, foram pela autarquia apenas publicadas, uma vez que esta é sua obrigação legal, mas não são suas as determinações, e sim do Conselho Monetário Nacional. Nesse sentido, o BACEN é mero órgão divulgador do Conselho Monetário Nacional - CMN.
Em outras palavras, ao BACEN não pode ser atribuída ingerência alguma sobre o disposto nas Resoluções do CMN. Assim, não há falar-se em responsabilização da autarquia, porquanto os danos alegados pelos triticultores não decorrem da sua atuação, não havendo motivo para que esta integre o pólo passivo da demanda.

É nítido que o TRF-4 louvou-se especificamente na Lei 4.595/1964, arts. 4° e 5°, relativos ao exercício da atribuição administrativo-regulatória do BACEN. Os dispositivos mencionados no recurso, a despeito dos embargos de declaração, não foram prequestionados.

Incide a Súmula 211/STJ: *Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal* a quo.

Observe-se que os recorrentes não alegaram violação ao art. 535, incisos I e II, CPC, o que inviabiliza a tese de que o Tribunal foi omisso na apreciação dos embargos com fins de prequestionamento.

No tocante ao dissídio, é igual o revés dos suplicantes.

O acórdão citado como paradigma, com publicação na RSTJ 55/132, consistente no AgRg nos EDcl no Ag 471.333/RJ, é relativo a hipótese fático-jurídica que não guarda similitude com a vertente. O objeto do paradigma é concernente à ilegitimidade passiva do BACEN nas ações inerentes à correção monetária dos valores bloqueados da poupança popular. Aqui se tem o problema dos produtores de trigo e os danos sofridos pela política econômica do Governo para os preços do setor.

A ementa do acórdão relatado pelo Min. Francisco Falcão é esclarecedora sobre a falta de simetria com o aresto recorrido, para efeitos do permissivo constitucional da alínea *c*:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CADERNETA DE POUPANÇA. BLOQUEIO DE CRUZADOS NOVOS. LEGITIMIDADE. BANCO CENTRAL. PRECLUSÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. MARÇO/90. APLICAÇÃO IPC.
I - A matéria relativa à legitimidade do Banco Central para a correção monetária dos valores bloqueados da caderneta de poupança do mês de março de 1990 transitou em julgado, conforme certidão de fls. 63, não podendo ser mais discutida neste momento, por respeito à coisa julgada.
II - De acordo com a jurisprudência desta Corte, é inequívoco que as contas de caderneta de poupança com aniversário na primeira quinzena de abril, devem ser atualizadas de acordo com o IPC de março/90.
III - Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no Ag 471333/RJ, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Turma, julgado em 13.5.2003, DJ 30.6.2003)

A falta de harmonia temática entre o aresto paradigma e o aresto recorrido torna insusceptível de controle extremo com suporte no permissivo da alínea *c*.

A esse respeito, tive a oportunidade de salientar, forte em precedentes da Segunda Turma, que:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECURSO ESPECIAL - AÇÃO ORDINÁRIA - TRIBUTÁRIO - INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE PREVIDÊNCIA PRIVADA - MATÉRIA PACIFICADA - SÚMULA 284/STF - AUSÊNCIA DE COTEJO.
1. O debate em torno da matéria deduzida no recurso faz incidir o obstáculo da Súmula 284/STF, aplicável analogicamente aos recursos especiais ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").
2. A dissociação do fundamento do recurso constitucional com o objeto da demanda implica a impossibilidade de sua cognição no STJ (Ag 819336, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ 14.2.2007).
3. A finalidade do permissivo constitucional da alínea "c" do inciso III do art. 105 é jurídico-política. Este Tribunal, quando aprecia o recurso especial, não é uma corte de justiça, no sentido específico do termo. Melhor se afeiçoa à natureza de uma corte de cassação (finalidade jurídica), a quem compete a função de agente corretivo da jurisprudência dos órgãos de segundo grau, aos quais ainda é dado o poder de reexaminar o suporte fático das lides. E, no caso especial do STJ, adere-se-lhe uma finalidade política, a saber, de evitar discrepâncias notórias quanto ao modo de aplicar o direito entre os tribunais da federação. Esse cariz uniformizador das construções pretorianas federais evita desvios hermenêuticos entre plexos jurisdicionais de diferentes estados ou regiões da União, coibindo que o direito dos súditos da República seja aplicado de forma incoerente.
4. É essencial que a parte apresente a existência do dissídio pretoriano e, além disso, exiba o necessário cotejo analítico, de molde a permitir o desempenho da função jurídico-política do STJ. Ademais, a questão relativa ao imposto de renda incidente sobre contribuições previdenciárias privadas é matéria pacífica nesta Corte (REsp 642.641/DF, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJ 30.5.2005).
Agravo regimental improvido.
(AgRg no Ag 780.621/RJ, de minha relatoria, Segunda Turma, julgado em 10.4.2007, DJ 23.4.2007)

Ante o exposto, com fundamento no art. 557, CPC, nego seguimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Relator

(2956)

RECURSO ESPECIAL Nº 887.119 - MG (2006/0148568-4)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO MARTINS**
RECORRENTE	: ESTADO DE MINAS GERAIS E OUTROS
PROCURADOR	: LUÍS ANTÔNIO PRAZERES LOPES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MILTON LEITE BANDEIRA
ADVOGADO	: BIANCA MACHADO BANDEIRA
INTERES.	: ADELINO CARVALHO LINO E OUTROS
ADVOGADO	: JOSÉ NILO DE CASTRO

EMENTA

PROCESSO CIVIL - ART. 535, II, DO CPC - OMISSÃO CONFIGURADA - QUESTÕES RELEVANTES SUSCITADAS NO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO APRECIADAS NO TRIBUNAL *A QUO* - RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E PROVIDO.

DECISÃO

Vistos.

Cuidam os autos de recurso especial, alíneas "a" e "c", em que se sustenta violação dos arts. 535, II, 46, 47, 82, III, 84, 527, IV, 234, 522, 527, 528, 331 e 538 do CPC e 6º, § 4º, da Lei n. 4.717/65, perpetrada pelo acórdão do TJMG que julgou o agravo de instrumento e os embargos declaratórios manejados pelo ora recorrente.

É patente a violação do art. 535, II, do CPC.

O acórdão que julgou o agravo de instrumento não analisou a questão sob o prisma de que as partes foram intimadas para o julgamento do agravo regimental, e não do agravo de instrumento.

Ocorre que referido agravo regimental, como se denota da leitura dos autos, apenas tratou da questão que envolve a concessão do efeito suspensivo almejado para o agravo de instrumento. Nada mais.

Muitas outras questões foram levantadas no agravo de instrumento e, tendo sido tal fato oportunamente levantado em embargos declaratórios, o Tribunal *a quo* quedou-se inerte, negando a jurisdição ao ora recorrente.

Sendo assim, em razão da violação do art. 535, II, do CPC, os autos devem retornar ao Tribunal de origem para a integração do julgado, com o exaurimento da instância.

Em razão do provimento do recurso especial com relação à violação do art. 535, II, do CPC, prejudicadas ficam as demais questões.

Ante o exposto, conheço em parte do recurso especial e dou-lhe provimento para determinar o retorno dos autos ao Tribunal *a quo* a fim de que se proceda a novo julgamento dos embargos declaratórios.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

Ministro HUMBERTO MARTINS
Relator

(2957)

RECURSO ESPECIAL Nº 888.346 - RJ (2006/0208182-2)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO MARTINS**
RECORRENTE	: CLAUDIO DA SILVA LOUREIRO
ADVOGADO	: VICENTE LORIO ARRUZZO
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: FÁBIO LUIZ MOBARAK IGLESSIA

EMENTA

EXECUÇÃO FISCAL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC - DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO - SÚMULA 284/STF - SUPOSTA OFENSA AOS ARTIGOS 1003, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CC E 13 DA LEI N. 8.620/93 - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - SÚMULA 211/STJ - ALEGAÇÕES RECURSAIS QUE DEPENDEM DE REAPRECIAÇÃO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS - SÚMULA 07/STJ - INCIDÊNCIA - RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO

Vistos.

Cuida-se de recurso especial interposto por CLAUDIO DA SILVA LOUREIRO, com fundamento na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, contra acórdão do TRF da 2ª Região, assim ementado (fl.134):

EMENTA. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO. TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ARTIGO 123, CTN.
1. Matéria já apreciada quando do julgamento do agravo de instrumento. A repetição da argumentação não enseja a reforma da decisão hostilizada. Precedentes desta Turma.
2. Nome do agravante consta na CDA, que goza de presunção de certeza e liquidez.
3. Embora a inclusão do sócio-gerente no pólo passivo da relação jurídico-processual não ateste a responsabilidade tributária, esta deve ser apurada em via própria, sendo possível a citação do sócio. Precedentes do STJ.
4. A exceção de pré-executividade presta-se a defender o executado antes da penhora se efetivar quando for possível verificar, de plano, ausência de requisitos do título executivo ou violação de regras de ordem pública, o que não é o caso.
5. A Aplicação do artigo 123, do CTN não significa falta de observância dos demais ramos do Direito.
6. Agravo improvido.

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados (fls. 146/149).

Aponta o recorrente ofensa aos artigos 1003, parágrafo único, do CC e 13 da Lei n. 8.620/93.

Apresentadas as contra-razões às fls. 170/173, sobreveio o juízo de admissibilidade positivo da instância de origem (fls. 178/179).

É, no essencial, o relatório.

DA VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC.

Primeiramente, não conheço da suposta violação do art. 535 do Código de Processo Civil, por deficiência na fundamentação.

Com efeito, o recorrente limitou-se a alegar, genericamente, ofensa ao referido dispositivo legal, sem explicitar os pontos em que foi omisso o acórdão recorrido.

Assim, aplica-se ao caso, *mutatis mutandis*, o disposto na Súmula 284/STF: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia. Assim, não conheço do recurso especial no tocante à violação do art. 535 do CPC, diante da Súmula 284/STF.*

DA OFENSA AOS ARTIGOS 1003, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CC E 13 DA LEI 8.620/93.

Verifica-se que a Corte *a quo* não analisou, sequer implicitamente os dispositivos tidos por violados. Desse modo, impõe-se o não-conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento, entendido como o necessário e indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal. Incide, no caso, o enunciado da Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis:*

Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal ***a quo****.*

É necessário que a questão tenha sido objeto de debate, com a imprescindível manifestação pelo Tribunal de origem, o qual deverá emitir juízo de valor acerca dos dispositivos legais, ao decidir pela sua aplicação ou seu afastamento em relação ao caso concreto.

Nesse sentido, confiram-se as ementas dos seguintes julgados:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. ENQUADRAMENTO. PREQUESTIONAMENTO. PROVA. SÚMULAS 7 E 211/STJ e 282, 284 E 356/STF.
1. Meras alegações genéricas são insuficientes à abertura da via especial sob o pálio do artigo 535 do CPC. Incidência da Súmula 284/STF.
2. ***A simples oposição de embargos de declaração não tem o condão de prequestionar a matéria quando o Tribunal de origem, ao rejeitá-los, deixa de proferir juízo de valor sobre os dispositivos legais.***
3. Necessidade de exame do conjunto fático-probatório para reformar o acórdão no que tange ao enquadramento sindical. Aplicação da Súmula 7/STJ.
4. Agravo regimental improvido.
(AgRg no Ag 848.350/SP, Rel. Min. Castro Meira, julgado em 24.4.2007, DJ 7.5.2007).

Direito processual civil. Recurso especial. Ação de cobrança de honorários advocatícios. Contrato de prestação de serviços profissionais. Embargos de declaração. Ausência de omissão, contradição ou obscuridade. Dissídio jurisprudencial não demonstrado. Prequestionamento. Sucumbência.
- Inviável o recurso especial quando o Tribunal Estadual decidiu fundamentadamente as questões necessárias ao deslinde da controvérsia, sem omissões, contradições, tampouco obscuridades no julgado, embora em sentido diverso do pretendido pela recorrente.
- A matéria jurídica versada nos dispositivos legais tidos por violados deve, necessariamente, ser debatida pelo Tribunal de origem.
- O dissídio jurisprudencial deve ser demonstrado nos moldes legal e regimental.
- Se uma das partes foi condenada a pagar honorários à outra, há sucumbência, sendo que a via do arbitramento determinará o valor da condenação e, por conseqüência, dos ônus sucumbenciais.
Recurso especial não conhecido.
(REsp 886.520/PR, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 27.3.2007, DJ 16.4.2007)

AUSÊNCIA DE OFENSA AO ARTIGO 535 DO CPC. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 7. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO-CONFIGURADA.
- Não há ofensa ao Art. 535 do CPC se, embora rejeitando os embargos de declaração, o acórdão recorrido examinou todas as questões pertinentes.
- Falta prequestionamento quando o dispositivo legal supostamente violado não foi discutido na formação do acórdão recorrido.
- A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.
- (...)
(AgRg no Ag 798.003/MA, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, julgado em 22.3.2007, DJ 16.4.2007)

PROCESSO CIVIL - EMBARGOS DECLARATÓRIOS - VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC - INOCORRÊNCIA - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - SÚMULA 282/STF - CONDENAÇÃO EM VALOR FIXO E/OU EM NÚMEROS DE SALÁRIOS MÍNIMOS - LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO - DESNECESSIDADE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - EXECUÇÃO - LEGITIMIDADE DA PARTE - SÚMULA 306/STJ - FRAUDE À EXECUÇÃO - SÚMULA 7 - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO-CONFIGURADA - INEXISTÊNCIA DE DISSÍDIO NOTÓRIO.
- Não há ofensa ao Art. 535 do CPC se, embora rejeitando os embargos de declaração, o acórdão recorrido examinou, motivadamente, todas as questões pertinentes. Mesmo para fins de prequestionamento, o acolhimento de embargos declaratórios pressupõe a existência de vício catalogado no Art. 535 do CPC.
- Falta prequestionamento quando o dispositivo legal supostamente violado não foi discutido na formação do acórdão recorrido.
(...)
- A ausência de indicação dos dispositivos legais tidos como vulnerados implica deficiência de fundamentação do recurso.
Incidência da Súmula 284 do STF.
(...)
(REsp 840.606/BA, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, julgado em 1º.3.2007, DJ 19.3.2007)

DA INCIDÊNCIA DA SÚMULA 07/STJ.

Ad argumentum, mesmo que prequestionado estive, não mereceria prosperar o presente recurso.

Decidiu o Tribunal de origem que: *do exame dos autos, verifica-se que na cópia da décima segunda alteração contratual da firma (fls. 81/85), consta da cláusula 'primeira - da cessão de cotas', que a retirada do seu nome da sociedade tem efeito a partir de 01.09.97., sendo que a CDA refere-se a período compreendido entre 10/91 a 03/97. As hipóteses de incidência da obrigação tributária (fato gerador) ocorreram quando o agravante ainda era sócio da sociedade* (fl. 126).

Alega o recorrente que: *resta patente que o recorrente (Sr. Cláudio da Silva loureiro), deixou de ter responsabilidade pelas dívidas da empresa, vez que o sócio admitido (Sr. José Flaviano dos Santos), conforme 12ª alteração contratual, é quem passou a ser responsável pelo ativo e passivo da sociedade* (fl. 158).

Observa-se que revisar o entendimento esposado pelo Juízo de segundo grau refoge da natureza constitucional do Superior Tribunal de Justiça, que é unificar a aplicação do direito federal e não a revisão. Essa particularidade evidencia que a análise da pretensão deduzida significa penetrar em matéria probatória**.** Na via estreita do recurso especial, esse objetivo encontra a vedação do enunciado 7 da Súmul**a** do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.

Ante o exposto, com fundamento no art. 557, *caput*, do CPC, nego seguimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Relator

(2958)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 888.508 - CE (2006/0215853-3)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: OTÁVIO GUIMARÃES PAIVA NETO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: METALGRÁFICA CEARENSE S/A - MECESA
ADVOGADO	: PEDRO ELEUTÉRIO DE ALBUQUERQUE E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE - AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO.

Trata-se de embargos de declaração opostos em face de decisão que envolve compensação de FINSOCIAL, correção monetária, juros de mora e taxa SELIC.
Alegando contradição, a embargante sustenta se indevida a aplicação do IPC como índice de correção monetária no período indicado na decisão, pois entre janeiro/89 e fevereiro/1991 o índice correto é o BTN, conforme Manual de Cálculos da Justiça Federal.
DECIDO:

Os embargos não têm como prosperar, uma vez que a embargante não articulou razões com vistas a demonstrar a contradição que diz existir no *decisum*, limitando-se a se insurgir contra a solução alvitrada.
Não há, em verdade, contradição entre as premissas da decisão, que resolveu a questão da correção monetária aplicando a jurisprudência dominante desta Corte.
Com essas considerações, rejeito os embargos.

Brasília-DF, 26 de setembro de 2007.

MINISTRA ELIANA CALMON
Relatora

(2959)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 893.148 - RJ (2007/0094942-5)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: SEN URBANIZAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA
ADVOGADO	: PAULO GUSTAVO LOUREIRO OURICURI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FUNDAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE RIOS E LAGOAS - SERLA
PROCURADOR	: MÁRIO AUGUSTO FIGUEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão que não admitiu Recurso Especial (art. 105, III, "a" e "c", da CF), no qual se alega violação dos arts. 264, 460, e 535, do CPC; do art. 55, VII, da Lei 8.666/93; e, do art. 2º, *caput*, da Lei 10.192/01, sob o fundamento de que o Tribunal de origem *"alterou o índice de correção monetária que ela apontou como correto na execução, bem como retirou da cobrança multa que estava contratualmente estipulada."* (fl. 375).
A agravante sustenta, em síntese, estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade do Recurso Especial.
Contraminuta apresentada às fls. 446-450.
É o **relatório.**

Decido.
Inicialmente, a alegada ofensa ao art. 535, do CPC, não se configura, haja vista ter o Tribunal de origem julgado integralmente a lide, solucionando a questão dita controvertida tal como lhe foi apresentada. Não é o órgão julgador obrigado a rebater um a um todos os argumentos trazidos pelas partes, visando à defesa da tese que apresentaram. Deve, apenas, enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, 2ª Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13/08/2007; e, REsp 855.073/SC, 1ª Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28/06/2007.
No tocante aos arts. 264 e 460, do CPC; e ao art. 2º, *caput*, da Lei 10.192/01; e, ao art. 55, VII, da Lei 8.666/93, o Tribunal de origem consignou que *"... Pois tais fundamentos, nego provimento ao primeiro apelo, dando provimento parcial ao segundo, com a exclusão da multa exigida sem previsão contratual."* (fl. 343). Conclui-se que o aresto recorrido está fundamentando em elementos fáticos-probatórios dos autos e no exame interpretativo de cláusulas dos contratos, cuja reapreciação é inviável no âmbito do Recurso Especial, razão pela qual incidem, na espécie, as Súmulas 5 e 7/STJ, respectivamente: *"A simples interpretação de cláusula contratual não enseja Recurso Especial"* e *"A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial"*. Conforme o julgado seguinte:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - LICITAÇÃO - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC - REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA - INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL - INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DESTE SODALÍCIO.
(...)
O Tribunal a quo, ao estabelecer solução para a controvérsia, reportou-se a suporte fático-probatório contido no feito. Ocorre que não cabe a esta Corte Superior de Justiça reexaminar matéria de prova que serviu de base para esse entendimento. Concluir de modo diferente é ignorar o óbice disposto na Súmula 7 deste Sodalício.
Na via do Especial, não é permitido revisar entendimento assentado em análise de interpretação de cláusula de contratos celebrados, conforme enuncia a Súmula 5/STJ.
Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 604793, Ministro Franciulli Netto, DJ de 21.09.06)

Quanto a alínea "c", do permissivo constitucional, a agravante não logrou êxito na demonstração da divergência jurisprudencial a viabilizar o conhecimento de seu recurso. Isso porque não foram cumpridas as exigências do art. 255, do RISTJ, que determina, em seu § 2º, que *"o recorrente deverá transcrever os trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados"*. Requisito constante também no artigo 541, parágrafo único, do CPC.
Anote-se, outrossim, que não há similitude fática entre o aresto recorrido e o paradigma. Enquanto o acórdão recorrido trata da questão de que a multa moratória, quando não estipulada, é inexigível e nem pode ser decretada pelo Juiz, o acórdão do STJ, apontado como paradigma, trata da aplicação dos fatores IGP-M e CUB, como índices de preços mais adequados para a atualização monetária. Assim, inviável o conhecimento da divergência pretoriana, ante a ausência de similitude das matérias tratadas nos arestos.
Por tudo isso, **nego provimento ao Agravo de Instrumento**.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(2960)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 900.363 - SC (2007/0130096-1)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: DELMIR BILK
ADVOGADO	: RAUL TAVARES DA CUNHA MELLO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR	: OSMAR JOSÉ NORA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão que admitiu parcialmente Recurso Especial (art. 105, III, "a" e "b".da CF) interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.
No Recurso Especial, alegou-se violação dos arts. 267, V, 301, VI, e § 3º, 535, I e II, do CPC; do art. 1º, e seguintes do Decreto 20.910/32; do art. 1º, da Lei 9.873/99; do art. 54, da Lei 9.784/99; e do art. 5º, *caput*, e incisos I, XXXV, XXXVI, XLI e LV, da CF.
O Presidente do Tribunal *a quo*, ao analisar a admissibilidade, autorizou a subida do Recurso Especial tão-somente quanto ao art. 301, VI e § 3º, do CPC. Em relação aos demais dispositivos acima citados, entendeu que a insurgência não merecia seguimento (fls. 702/703).
Discordando do "seguimento parcial", os autores interpuseram Agravo de Instrumento, pleiteando que esta Corte analise o Recurso Especial em sua totalidade.
É o **relatório.**

Decido.
Observo que, tendo sido o Recurso Especial admitido parcialmente, aplica-se à espécie, por analogia, o disposto no enunciado da Súmula 528/STF, *verbis*: *"Se a decisão contiver partes autônomas, a ad-*

missão parcial pelo presidente do tribunal a quo, *de recurso extraordinário que sobre qualquer delas se manifestar, não limitará a apreciação de todas pelo STF, independentemente de interposição de agravo de instrumento.".*
Desse modo, se o objetivo do Agravo de Instrumento é a admissão do Recurso Especial, tal propósito já foi alcançado com a decisão do Tribunal *a quo.*
Por tudo isso, **julgo prejudicado o Agravo de Instrumento, ante a perda de objeto (RI/STJ, art. 34, XI).**
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 12 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(2961)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 902.567 - SC (2007/0144504-6)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: RICARDO PY GOMES DA SILVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DIRCE MARIA DELAZERI
ADVOGADO	: ALEXANDRE LANDO PINHEIRO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que deixou de admitir Recurso Especial.
Sem contraminuta.
É o **relatório.**

Decido.
O recurso não merece prosperar porque não está instruído com um dos documentos necessários para o seu conhecimento, conforme previsão do art. 544, § 1º, do CPC, ou seja: cópia da decisão agravada.
Ressalto que a decisão juntada refere-se à interposição do REsp da outra parte. (fl. 56).
Diante do exposto, **não conheço do Agravo de Instrumento.**
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(2962)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 914.867 - PA (2007/0146945-9)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INAJÁ PECUÁRIA E AGRÍCOLA S/A
ADVOGADO	: LÍBERO LUCHESI NETO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão que não admitiu Recurso Especial (art. 105, III, "a", da CF), no qual se alegou violação dos arts. 165, 458, e 535, do CPC; dos arts. 15-A, e 15-B, do DL 3.365/41; do art. 19, da LC 76/93; e, do art. 11, §§ 1º e 2º, da Lei 9.898/99, sob o argumento de que: **a)** a base de cálculo dos juros compensatórios será a diferença apurada entre 80% do preço ofertado em juízo e o valor do bem fixado na sentença; e, **b)** a correção dos valores a serem pagos na desapropriação, deverá ser conforme o Princípio Constitucional da Justa Indenização.
O agravante sustenta, em síntese, estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade do recurso.
Contraminuta apresentada às fls. 434-460.
É o **relatório**.

Decido.
No tocante à mencionada ofensa aos artigos 165, 458, e 535, do CPC, o recurso não merece êxito, uma vez que o Tribunal local apreciou integralmente os temas pertinentes ao deslinde da controvérsia de forma clara, expressa e motivada.
Nessa esteira:

"PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - ADMISSIBILIDADE - INFUNDADA ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 165; 535, I e II; 458, II do CPC - MATÉRIA CONSTITUCIONAL - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO (SÚMULA 211/STJ).
1. Não há ofensa aos arts.165; 535, I e II; 458, II do CPC, se o acórdão recorrido resolve satisfatoriamente a questão e adota fundamentação que lhe parece adequada, suficiente à solução da controvérsia, não tendo, necessariamente, que deliberar sobre questões novas, suscitadas via embargos de declaração.
2. 'omissis'.
5. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 507331/SC, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ 04.09.2006)

Quanto à negativa de vigência dos arts. 15-A, e 15-B, do DL 3.365/41; do art. 19, da LC 76/93; e art. 11, §§ 1º e 2º, da Lei 9.898/99 , observa-se que esses dispositivos não foram objetos de análise pelo v. acórdão recorrido; ausente, portanto, o prequestionamento, que é pressuposto específico de admissibilidade do Recurso Especial. Aplicável, à espécie, a Súmula 211 desta Corte: *"Inadmissível Recurso Especial quanto à questão que, a despeito da oposição de Embargos Declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo.".*
No mais, o Tribunal de origem consignou nas razões do acórdão que (fl. 275):
"Ora, verifica-se nos termos do julgado que o INCRA, sob a roupagem de Embargos à Execução, pretende estabelecer novo contraditório para rediscutir questões já sedimentadas no processo de conhecimento, acobertadas pela autoridade da coisa julgada.
Ademais, como afirma o MPF, "tendo sido ultrapassado, na espécie, inclusive o prazo para o ajuizamento da ação rescisória, decerto que a pretensão veiculada na apelação, por esbarrar na coisa julgada material, não pode ser discutida e muito menos modificada (fl. 183)."
Com acerto decidiu o Tribunal a *quo*, porquanto é inviável proceder-se à alteração pleiteada, uma vez que configuraria violação da coisa julgada. Nessa esteira:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. EXAME PSICOTÉCNICO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DE MÉRITO DECIDIDAS NO PROCESSO DE CONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. COISA JULGADA MATERIAL. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
1. Em execução, não se admite a rediscussão de questões de mérito já decididas no curso do processo de conhecimento, porquanto já abrangidas pelo instituto da coisa julgada.
2. Hipótese em que a inexigência do exame psicotécnico foi reconhecida por sentença já transitada em julgado.
3. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 601382/PR - Relator Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA - Data do Julgamento 10/05/2007)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. LEI N. 9.250/95. TAXA SELIC. NÃO-INCIDÊNCIA. COMPENSAÇÃO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. COISA JULGADA.
1. O STJ firmou entendimento de que, nos casos de trânsito em julgado de sentenças cognitivas proferidas posteriormente à vigência da Lei n. 9.250/95, não é possível a incidência da taxa Selic.
2. Implica ofensa ao instituto da coisa julgada apreciar, em sede de embargos à execução, matéria que não tenha sido deduzida no processo de conhecimento.
3. Recurso especial provido parcialmente. (REsp 645453/DF - Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA - Data do Julgamento 08/05/2007 Data da Publicação/Fonte DJ 04.06.2007)

Diante do exposto**, nego provimento ao Agravo de Instrumento**.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 11 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(2963)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 915.658 - SC (2007/0144553-9)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: VERA LÚCIA JANDRE
ADVOGADO	: VINÍCIUS MARCELO BORGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR	: OSMAR JOSÉ NORA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão que admitiu parcialmente Recurso Especial (art. 105, III, "a" e "b", da CF) interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.
No Recurso Especial, alegou-se violação dos arts. 267, V, 301, VI, e § 3º, 535, I e II, do CPC; do art. 1º, e seguintes do Decreto 20.910/32; do art. 1º, da Lei 9.873/99; do art. 54, da Lei 9.784/99; e do art. 5º, *caput*, e incisos I, XXXV, XXXVI, XLI e LV).
O Presidente do Tribunal *a quo*, ao realizar o juízo de admissibilidade, autorizou a subida do Recurso Especial tão-somente quanto ao art. 301, VI, e § 3º, do CPC. Em relação aos demais dispositivos acima citados, entendeu que a insurgência não merecia seguimento (fls. 589/590).
Discordando do "seguimento parcial", os autores interpuseram Agravo de Instrumento, pleiteando que esta Corte analise o Recurso Especial em sua totalidade.
É o **relatório.**

Decido.
Observo que, tendo sido o Recurso Especial admitido parcialmente, aplica-se à espécie, por analogia, o disposto no enunciado da Súmula 528/STF, *verbis*: *"Se a decisão contiver partes autônomas, a admissão parcial pelo presidente do tribunal* a quo, *de recurso extraordinário que sobre qualquer delas se manifestar, não limitará a apreciação de todas pelo STF, independentemente de interposição de agravo de instrumento.".*
Desse modo, se o objetivo do Agravo de Instrumento é a admissão do Recurso Especial, tal propósito já foi alcançado com a decisão do Tribunal *a quo.*
Por tudo isso, **julgo prejudicado o Agravo de Instrumento, ante a perda de objeto (RI/ STJ, art. 34, XI).**
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 12 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(2964)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 916.525 - PR (2007/0130774-3)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
PROCURADOR	: LISIENNE DO ROCIO MELLO MARON MACHADO LIMA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A
ADVOGADO	: CLAUDIO MERTEN E OUTRO(S)

DECISÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECURSO ESPECIAL - EXECUÇÃO FISCAL - VALOR DA EXECUÇÃO INFERIOR A 50 ORTN NA DATA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO - DESCABIMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO - ART. 34 DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL - VEDADA A REAPRECIAÇÃO DE MATÉRIA FÁTICA: SÚMULA 7/STJ.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial.
No recurso especial, interposto com fulcro nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, aponta o recorrente, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 7º da Lei 8.197/91, 513 do CPC e 34 da Lei 6.830/90.
Sustenta que o art. 7º da Lei 8.197/91 revogou expressamente a Lei 6.825/80, que instituiu o valor de alçada e, assim, o art. 34 da Lei 6.830/80 passou a ser incompatível, porque criado por norma revogada. "Em relação à Lei de Execução Fiscal, portanto, operou-se a revogação tácita do artigo que previa os embargos infringentes, por força do parágrafo 1º, do art. 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil..."
Caso não se entenda que foi revogado o art. 34 da Lei 6.830/80, o aresto deve ser reformado para de igual forma ser conhecida a apelação, pois o valor de alçada deve ser obtido no momento da propositura da execução e deve ser observada a paridade entre a extinta ORTN e a UFIR, atual indexador, sem proceder à sua conversão para a moeda corrente, evitando-se, dessa forma, restringir, demasiadamente, o valor de alçada recursal.
Conclui ser equivocado o entendimento de que o atual valor de alçada equivale a R$ 280.98.
Para configurar o dissídio, colaciona julgados desta Corte.
No agravo, alega estarem presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, merecendo reforma a decisão impugnada.

DECIDO:

Atendidos os requisitos do art. 544, § 1º, do CPC quanto à formação do instrumento e estando presentes as peças obrigatórias e necessárias à compreensão da controvérsia, passo a examinar o recurso especial, com amparo no art. 544, § 3º, do CPC.
O recurso especial não merece prosperar.
A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que é incabível a interposição do recurso de apelação quando o valor da execução fiscal é inferior a 50 ORTN's, conforme os precedentes abaixo transcritos:

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. VALOR DA EXECUÇÃO INFERIOR A 50 ORTN'S. AFERIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO DE APELAÇÃO. DESCABIMENTO. ART. 34 DA LEI Nº 6.830/80.
I - Não se pode aferir, em sede de Recurso Especial, se o valor executado é inferior ou não a 50 ORTN's, pois fora estipulado com base em cálculos elaborados pela Contadoria Judicial. Incidência do óbice imposto pela súmula 7/STJ.
II - É descabida a interposição do recurso de apelação quando o valor da execução fiscal é inferior a 50 ORTN's, conforme consignado pela Corte a quo. Precedentes: AgRg no REsp nº 621967/DF, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, DJ de 05.09.2005; AgRg no Ag nº 425293/SP, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, DJ de 28.03.2005; REsp nº 411573/RS, Rel. Ministro FRANCIULLI NETTO, DJ de 06.09.2004.
III - Agravo regimental improvido.
(AgRg no REsp 829104/DF, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20.06.2006, DJ 24.08.2006 p. 111)

RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. VALOR DA EXECUÇÃO INFERIOR A 50 ORTN NA DATA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. APELAÇÃO. DESCABIMENTO. ART. 34 DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL. IMPOSSIBILIDADE DE REAPRECIAÇÃO DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. DESPROVIMENTO.
1. O art. 34 da Lei 6.830/80 estabelece que contra as sentenças de primeira instância, cuja execução seja de valor igual ou inferior a 50 ORTN, tão-somente se admite a interposição de embargos infringentes e de declaração.
2. O reexame do suporte fático-probatório da demanda é inviável em sede de recurso especial, consoante o disposto no enunciado sumular 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.".
3. Agravo regimental desprovido.
(AgRg no REsp 621.967/DF, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09.08.2005, DJ 05.09.2005 p. 221)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL - VALOR DA CAUSA INFERIOR A 50 ORTN'S - DESCABIMENTO DE APELAÇÃO. VALOR DE ALÇADA (ART. 34 DA LEI N. 6.830/80). INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.
1. Das sentenças de primeira instância proferidas em execuções de valor igual ou inferior a 50 (cinqüenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, só se admitirão embargos infringentes e de declaração (art. 34 da Lei 6.830/80).
2. Agravo regimental improvido.
(AgRg no Ag 425.293/SP, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 22.02.2005, DJ 28.03.2005 p. 234)

RECURSO ESPECIAL - ALÍNEA "A" - EXECUÇÃO FISCAL - VALOR DA CAUSA - FIXAÇÃO NO MOMENTO EM QUE DISTRIBUÍDA A AÇÃO - ULTERIOR PAGAMENTO DA QUASE TOTALIDADE DO DÉBITO FISCAL - CABIMENTO DE APELAÇÃO - VALOR DE ALÇADA (ART. 34 DA LEI N. 6.830/80).
É firme o entendimento deste Sodalício no sentido de que, "indicando os autos que o valor da causa, à época da distribuição, correspondente ao do débito fiscal, acrescido de correção monetária, juros de mora e demais encargos, era superior ao de alçada, cabível a Apelação" (REsp 197.013/RJ, Rel. Min. Milton Luiz Pereira, DJU 25.02.2002).
Dispõe o art. 34 da Lei n. 6.830/80 que "das sentenças de primeira instância proferidas em execuções de valor igual ou inferior a 50 (cinqüenta) Obrigações do Tesouro Nacional - OTN, só se admitirão embargos infringentes e de declaração".
No particular, embora o valor residual da execução represente soma de pouca expressão econômica, qual seja, 283,43 UFIRs, não se pode desprezar a circunstância de que o valor da causa originário, fixado quando da distribuição do processo, era superior ao da alçada recursal, qual seja, 50 OTNs (art. 34, caput, da Lei de Execuções Fiscais). Cabível, pois, a apelação.
Recurso especial provido para que, devolvidos os autos à Corte de origem, proceda ao exame das demais questões envolvidas na demanda.
(REsp 200.542/SP, Rel. Ministro FRANCIULLI NETTO, SEGUNDA TURMA, julgado em 24.08.2004, DJ 25.10.2004 p. 269)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO FISCAL - VALOR INFERIOR A 50 ORTN's - APELAÇÃO - DESCABIMENTO. SÚMULA 07/STJ - NÃO OBSERVÂNCIA DO ART. 255 DO RI/STJ PARA A DEMONSTRAÇÃO DO DISSÍDIO.
I - Se consignado pelo Tribunal a quo, embasado em cálculos elaborados pela Contadoria Judicial, que o valor da causa atualizado é inferior a 50 ORTN's, não há como, em sede de recurso especial, modificar tal entendimento, a teor da Súmula 07/STJ.
II - É jurisprudência pacífica neste Tribunal Superior que, nas causas de valor inferior ao teto de 50 (cinqüenta) ORTN's, os recursos cabíveis contra a sentença de primeiro grau são os embargos infringentes e declaratórios, sendo a apelação cabível apenas para as causas de valor superior ao anteriormente mencionado, não cabendo, também, remessa oficial, pois inaplicável o art. 475, II, do CPC, por ser este incompatível com o regime especial endereçado às causas de alçada.
III - A análise do recurso pela alínea "c" resta prejudicada, uma vez que não houve a demonstração analítica do dissídio, nos moldes do disposto no art. 255, do RI/STJ, e 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil.
IV - Agravo regimental improvido.
(AgRg no Ag 520.365/DF, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09.03.2004, DJ 17.05.2004 p. 122)

Especificamente sobre o valor da alçada e a sucessão de indexadores, o STJ já se manifestou no sentido de que 50 ORTN's, em janeiro/2001, equivalia a R$ 328,27 (trezentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos), como demonstra o aresto a seguir transcrito:

PROCESSO CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - ALÇADA RECURSAL (ART. 34 DA LEI 6.830/80)
1. Segundo o art. 34 da LEF, somente é cabível o recurso de apelação para as execuções fiscais de valor superior a 50 (cinqüenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN.
2. Com a extinção da ORTN, o valor de alçada deve ser encontrado a partir da interpretação da norma que extinguiu um índice e o substituiu por outro, mantendo-se a paridade das unidades de referência, sem efetuar a conversão para moeda corrente, para evitar a perda do valor aquisitivo.
3. 50 ORTN = 50 OTN = 308,50 BTN = 308,50 UFIR = R$ 328,27 (trezentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos) a partir de janeiro/2001, quando foi extinta a UFIR e desindexada a economia.
4. O valor de alçada deve ser auferido, observada a paridade com a ORTN, no momento da propositura da execução, levando em conta o valor da causa.
5. Recurso especial provido em parte.
(REsp 607.930/DF, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 06.04.2004, DJ 17.05.2004 p. 206)

Além disso, verificar se o valor da execução fiscal, quando de seu ajuizamento, é ou não superior a 50 ORTN's demanda o reexame do contexto fático-probatório dos autos, o que é vedado, a teor da Súmula 7/STJ. Trago, a título exemplificativo, os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - EXTINÇÃO - VALOR DE ALÇADA INFERIOR A 50 ORTNs - REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULA 07/STJ.
1. As Turmas que compõem a Seção de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça têm entendido, em recentes julgados, que a matéria debatida nos presentes autos escapa do âmbito de cognição do recurso especial.
2. Para aferir se o valor da ação executiva, quando de seu ajuizamento, é superior a 50 ORTNs, como para averiguar a correção dos cálculos efetuados pela Contadoria Judicial do Tribunal de origem, seria necessário o reexame do contexto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice no enunciado da Súmula 07/ STJ.
3. O acórdão impugnado entendeu - com base nos cálculos da contadoria judicial - que o valor da execução fiscal quando do seu ajuizamento era inferior ao valor de alçada previsto na Lei n. 6.830/80. Para que se conclua pela subida do recurso de apelação interposto, como pretende o agravante, é indispensável o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedado em sede de recurso especial pela Súmula 07/STJ.
Agravo regimental improvido.
(AgRg no REsp 660.899/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 08.05.2007, DJ 21.05.2007 p. 554)

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. VALOR DA EXECUÇÃO INFERIOR A 50 ORTN'S. AFERIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO DE APELAÇÃO. DESCABIMENTO. ART. 34 DA LEI Nº 6.830/80.
I - Não se pode aferir, em sede de Recurso Especial, se o valor executado é inferior ou não a 50 ORTN's, pois fora estipulado com base em cálculos elaborados pela Contadoria Judicial. Incidência do óbice imposto pela súmula 7/STJ.
II - É descabida a interposição do recurso de apelação quando o valor da execução fiscal é inferior a 50 ORTN's, conforme consignado pela Corte a quo. Precedentes: AgRg no REsp nº 621967/DF, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, DJ de 05.09.2005; AgRg no Ag nº 425293/SP, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, DJ de 28.03.2005; REsp nº 411573/RS, Rel. Ministro FRANCIULLI NETTO, DJ de 06.09.2004.
III - Agravo regimental improvido.
(AgRg no REsp 829.104/DF, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20.06.2006, DJ 24.08.2006 p. 111)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. VALOR DE ALÇADA. ART. 34 DA LEF. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. INCIDÊNCIA. RECURSO ESPECIAL NÃO-CONHECIDO.
1. Tratam os autos de agravo de instrumento interposto pelo Distrito Federal objetivando a reforma de decisão monocrática (fl. 28) em que o MM. juiz de direito, aplicando o princípio da fungibilidade recursal, recebeu a apelação como embargos infringentes, rejeitando-os. Acórdão do TJDFT mantendo a sentença que extinguiu a execução fiscal ao fundamento de que os cálculos utilizados pela contadoria judicial estavam corretos, apurando valor inferior a 50 ORTNS. Recurso especial apontando violação do art. 34 da Lei de Execuções Fiscais, em razão da incorreta utilização de correção monetária, ao invés da sucessão dos indexadores (OTN, BTN e UFIR). Sem contra-razões.
2. O acórdão impugnado solucionou a lide sob o fundamento de que os cálculos promovidos pela Contadoria Judicial estavam corretos e que o valor de alçada previsto na legislação de regência não foi atingido, de forma que, para infirmar a conclusão a que chegou o decisório reclamado, faz-se necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, impossível nas Instâncias Superiores. Incide, no caso, o verbete sumular n.º 07/STJ.
3. Recurso especial não-conhecido.
(REsp 805.323/DF, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04.05.2006, DJ 29.05.2006 p. 198)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. VALOR DE ALÇADA INFERIOR A 50 ORTNs. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ.
1. É vedado o reexame de matéria fático-probatória em sede de recurso especial (Súmula 07/STJ). Precedentes: RESP 699375/DF, 1ª Turma, Min. José Delgado, DJ de 04.04.2005; AgRg no AG 520070/DF, 2ª Turma, Min. Franciulli Netto, DJ de 05.04.2004.
2. Recurso especial não conhecido.
(REsp 752.881/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04.08.2005, DJ 22.08.2005 p. 160)

Com essas considerações, nos termos do art. 544 c/c 557 do CPC, **DOU PARCIAL PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO** para **CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL**, mas **NEGAR-LHE SEGUIMENTO**.

Brasília-DF, 26 de setembro de 2007.

MINISTRA ELIANA CALMON
Relatora

(2965)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 916.558 - SP (2007/0008094-1)

RELATORA	**:**	**MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	:	EMPRESA AUTO ÔNIBUS SILVA LTDA
ADVOGADO	:	ADIRSON DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTRO
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	:	PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - GRU EM DESACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/2005 DO STJ - RECONSIDERAÇÃO DO DECISUM.

Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão que julgou deserto o recurso especial em razão do preparo irregular, em descumprimento da Resolução STJ 12/2005.
Sustenta a agravante que efetuou corretamente o recolhimento das custas relativas ao porte de remessa e retorno, ocorrendo tão-somente uma mera irregularidade no preenchimento da Guia de Recolhimento da União, o que não acarretou prejuízo ao erário.
Requer assim, o regular processamento do recurso especial.

DECIDO:

Acerca do preparo, a Lei n. 8.038/1990, art. 41-B, dispõe que:

"Art. 41-B. As despesas do porte de remessa e retorno dos autos serão recolhidas mediante documento de arrecadação, de conformidade com instruções e tabela expedidas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça."

A Resolução 12 desta Corte Superior, de 07/06/2005, que revogou a Resolução 20/2004, por sua vez, estabelece em seu art. 2° que:

Art. 2º - Os valores constantes desta Tabela devem ser recolhidos no Banco do Brasil mediante preenchimento de Guia de Recolhimento da União (GRU), UG/Gestão 050001/00001, Código de Recolhimento "18827-1- Porte de remessa e retorno dos autos", podendo ser acessada no endereço eletrônico www.stj.gov.br, contas públicas, guia de recolhimento da união e anotando-se o número do processo a que se refere, juntando-se comprovante aos autos.

Em razão da referida resolução é que a decisão recorrida entendeu por negar seguimento ao recurso, por não conter a GRU qualquer indicação ou especificação do processo a que se refere.
A exigência, ao contrário do que possa parecer, não se constitui mero formalismo, pretendendo a norma evitar possível fraude com a utilização de DARF de outros processos, como noticiado no AG 731.446/PE, onde ficou registrado:

O Vice-Presidente do TRF da 5ª Região observou que o recurso especial havia sido interposto em 2005, enquanto que o porte de remessa e retorno foi recolhido em 2003. Nessa circunstância, concluiu que a guia juntada aos autos não dizia respeito a esse processo e afastou a pretensão da CEF de "aproveitar" o recolhimento do porte de remessa em retorno de outro feito em que teria ocorrido a desistência do recurso.
A agravante pede a revogação da pena de deserção, afirmando ter agido de boa-fé e admitindo ter procedido de forma idêntica em aproximadamente 6.000 processos. Caso não seja acolhidas as razões do agravo, pleiteia a reabertura do prazo para recolhimento do porte de remessa e retorno, invocando o princípio da boa-fé processual.

Corroborando esse entendimento, destaco os seguintes precedentes do STJ:

PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL - AGRAVO REGIMENTAL - PREPARO IRREGULAR - DESCUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO STJ 20/04 - DESERÇÃO.
1. Deve constar no DARF o número do processo a que a guia se refere, sob pena de se considerar deserto o recurso, nos termos da Resolução 20/04 do Superior Tribunal de Justiça.
2. Agravo regimental improvido.
(AgRg no REsp 801.686/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 07.08.2007, DJ 16.08.2007 p. 312)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO, RECURSO ESPECIAL. DESERÇÃO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO RECOLHIMENTO DO PREPARO. SÚMULA 187/STJ. POSTERIOR JUNTADA DE GUIA DARF DE QUE NÃO CONSTAM O NOME E O CNPJ DA RECORRENTE, NEM O NÚMERO DO PROCESSO A QUE SE REFERE. RESOLUÇÃO 20/04 DO STJ, ART. 2º. INAPTIDÃO PARA ATESTAR O INDISPENSÁVEL PREPARO.
1. "É deserto o recurso interposto para o Superior Tribunal de Justiça, quando o recorrente não recolhe, na origem, a importância das despesas de remessa e retorno dos autos" (Súmula 187/STJ).
2. De acordo com o art. 2º da Resolução 20/04 do STJ, os valores de porte de remessa e retorno dos autos "devem ser recolhidos na rede bancária arrecadadora, mediante preenchimento de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), adotando-se como código de receita a classificação '8021 - Porte de remessa e retorno dos autos' e anotando-se o número do processo a que se refere, juntando-se comprovante nos autos".
3. No caso concreto, a juntada, posterior à interposição do recurso especial, de guia DARF da qual não constam o nome e o CNPJ da recorrente, nem o número do processo, impedem que se conclua tratar-se de recolhimento relativo aos presentes autos - não logrando afastar, com isso, a pena de deserção imposta, ainda que se considere ter havido justo motivo para o pagamento a destempo.
4. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no Ag 683527/RJ, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 224)

PROCESSO CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - PORTE DE REMESSA E RETORNO - DOCUMENTO INIDÔNEO.
1. Na guia de recolhimento de porte e remessa e retorno deve constar o nome da parte ou, pelo menos, menção ao processo a que se refere, não constituindo a exigência mera formalidade, mas segurança quanto ao devido recolhimento.
2. Ainda que superado o óbice, a guia de recolhimento apresentada após a intimação no Tribunal de origem demonstra, inequivocamente, que o preparo foi efetuado a destempo.
3. Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no Ag 510.249/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 03.02.2004, DJ 12.04.2004 p. 193)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PORTE DE REMESSA E RETORNO RECOLHIDO EM DESACORDO COM A LEI N. 8.038/1990 E RESOLUÇÃO N. 12/2005, DO STJ. PENA DE DESERÇÃO. SÚMULA N. 187/STJ. DESPROVIMENTO.
I. O pagamento do porte de remessa e retorno deve ser efetuado nos moldes determinados pelo art. 41-B da Lei n. 8.038/1990, disciplinado pela Resolução n. 12/2005, vigente à época da interposição do recurso especial, não sendo dado à parte efetuar o recolhimento em guia diversa da especificada e ainda com dados errôneos.
II. "É deserto o recurso interposto para o Superior Tribunal de Justiça, quando o recorrente não recolhe, na origem, a importância das despesas de remessa e retorno dos autos" (Súmula n. 187/STJ).
III. Agravo improvido, com correção de erro material.
(AgRg no REsp 820.539/ES, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 12.09.2006, DJ 30.10.2006 p. 326)

Entretanto, a Segunda Turma, em 28/08/2007, no julgamento do AgRg REsp 877.541/SP, decidiu afastar a exigência de conter o DARF o número do processo a que se refere, com base nos seguintes fundamentos:
a) a Resolução 20/2004 não teve o intuito de criar mais um empecilho de natureza formal ao conhecimento dos recursos; não se pode dar a essa resolução dimensão que vai muito além de seus objetivos; além disso, não há possibilidade de fraude porque o original está sendo juntado ao processo (Min. Herman Benjamin);
b) ainda que não indicado o número do processo, como o valor do porte e remessa foi recolhido aos cofres do Estado, o objetivo foi cumprido (Min. João Otávio de Noronha);
c) embora relevante a resolução, é suficiente a comprovação do porte de remessa e retorno (Min. Castro Meira).
Por isso, nos termos do art. 259 do RISTJ, **RECONSIDERO A DECISÃO**, tornando-a sem efeito.
Após a publicação, retornem-me os autos para reexame do recurso especial.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRA ELIANA CALMON
Relatora

(2966)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 916.735 - RS (2007/0139150-0)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: RUY FERNANDO CARVALHO DA SILVA
ADVOGADO	: ADRIANO FERRAZ JACQUES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DETRAN
PROCURADOR	: SUZANA FORTES DE CASTRO RAUTER E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão que não admitiu Recurso Especial (art. 105, III, "a", da CF), no qual se alega violação dos arts. 535, I e II, do CPC, ante a omissão do julgado; e, do art. 267, VI, do CPC, sob o fundamento de que o DETRAN também deve compor o pólo passivo na demanda.
O Tribunal de origem deu provimento à Apelação para extinguir o feito, em acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL - INFRAÇÃO DE TRÂNSITO - PROPRIETÁRIO QUE ATINGIU MAIS DE 20 PONTOS EM SUA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO - PLEITO VISANDO A ANULAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA, BASEADO NA ERRÔNEA ATRIBUIÇÃO AO AUTOR DE PONTOS POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, PORQUANTO NÃO ENCONTRAVA-SE NA CONDUÇÃO DO VEÍCULO À HORA E DATA DAS AUTUAÇÕES - ILEGITIMIDADE PASSIVA DO DETRAN PARA DESCONSITUIÇÃO DAS PENALIDADES PELA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, PORQUANTO NÃO FOI O ÓRGÃO AUTUADOR - APLICAÇÃO DO ART. 267, VI DO CPC.
Apelo provido.
Recurso adesivo prejudicado." (Fl. 115)

Os Embargos de Declaração opostos foram rejeitados (fls. 123-126).
Contraminuta apresentada (fls. 160-162).
É o **relatório.**

Decido.
A irresignação não merece prosperar.
Inicialmente, a alegação de ofensa ao art. 535, I e II, do CPC, não se configura, haja vista ter o Tribunal de origem julgado integralmente a lide, solucionando a questão, dita controvertida, tal como lhe foi apresentada. Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes, visando à defesa da tese que apresentaram. Deve, apenas, enfrentar a controvérsia, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, 2ª Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13/08/2007; e, REsp 855.073/SC, 1ª Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28/06/2007.
Melhor sorte não assiste ao agravante no que concerne à violação do art. 267, VI, do CPC. O recorrente visa à desconstituição do processo administrativo de suspensão do direito de dirigir sob o fundamento de que lhe foi imposta pontuação decorrente de multa de trânsito cometida por terceiro, a qual somou-se a outras para originar a instauração do referido procedimento.
No entanto, a Corte local consignou que não houve irregularidade na instauração do processo de suspensão do direito de dirigir do agravante, quando este atingiu o limite de pontos na forma prevista nos arts. 259 e 261, § 1º, do CTB.
A irresignação do agravante, na verdade, ocorreu em relação à notificação de uma das multas utilizadas na contagem dos pontos. Desse modo, evidencia-se que a legitimidade passiva na demanda é, de fato, do Órgão Autuador - DAER/RS -, pois é este competente para desconstituir a multa e responder por eventual irregularidade na notificação da infração, de acordo com o art. 20, do CTB.
Por tudo isso, **nego provimento ao Agravo de Instrumento.**
Publique-se.
Intimem-se
Brasília (DF), 10 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(2967)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 917.392 - MT (2007/0122258-6)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADOR	: JENZ PROCHNOW JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ARMANDO BENEVENUTO BELLANDI
ADVOGADO	: JOSÉ GASPAR MACIEL DE LIMA

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que deixou de admitir REsp apresentado antes do julgamento dos Embargos Declaratórios na instância ordinária, sem que tenha havido posterior ratificação (fl. 161).
O Estado de Mato Grosso, ora agravante, argumenta que o acórdão proferido nos Embargos de Declaração não alterou a decisão de mérito.
Contraminuta juntada às fls. 316-174.
É o **relatório.**

Decido.
Da análise dos autos, constato que o recorrente interpôs o recurso em 28.04.2006 (fl. 184), antes do julgamento dos Embargos Declaratórios, que se deu em 18.07.2006 (fl 236).
A Corte Especial do STJ, na sessão do dia 18 de abril do corrente ano, ao apreciar o Recurso Especial 776.265/SC (acórdão publicado em 06/08/2007) decidiu que *"por não estarem esgotadas as vias ordinárias, é intempestivo o Recurso Especial interposto antes dos Embargos de Declaração, tenham sido opostos pelo próprio recorrente do Recurso Especial ou mesmo pelo recorrido."*
Logo, é inadmissível, por intempestividade, o Recurso Especial interposto anteriormente à publicação do acórdão dos Embargos de Declaração contra o aresto recorrido, salvo se o recorrente o reiterar, isso porque somente após a decisão da "última instância" ordinária é cabível a interposição do apelo extremo (art. 105, I, da CF/88).
Vê-se, por conseguinte, que o atual posicionamento dominante no STJ sobre a matéria é contrária à pretensão do recorrente. No mesmo sentido, confiram-se outros julgados deste Tribunal:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PENDÊNCIA DE JULGAMENTO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO. TRIBUTÁRIO. REFIS. LEGITIMIDADE DA EXCLUSÃO POR MEIO DO DIÁRIO OFICIAL E DA INTERNET.
1. Tratando-se de recurso especial interposto quando pendentes de julgamento embargos de declaração, é indispensável a ratificação do especial após o julgamento dos embargos, conforme orientação da Corte Especial/STJ (Informativo 317/STJ).
2. Recurso especial não-conhecido.
(REsp 868.717/DF, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21.06.2007, DJ 02.08.2007 p. 387, grifei).

"AGRAVO. RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO ANTERIOR AO JULGAMENTO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.
1. Descabe a interposição de recurso especial antes de julgados os embargos declaratórios opostos pela própria recorrente, já que não esgotada a instância ordinária, contrariada a regra do art. 105, inciso III, caput, da Constituição Federal.
2. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 767.981/RS, Rel. Ministro Carlos Alberto Menezes direito, DJ 16.04.2007 p. 186, grifei).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL ANTES DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXTEMPORANEIDADE. AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
1. O julgamento dos embargos de declaração, tenha ele, ou não, efeito modificativo, complementa e integra o acórdão recorrido, formando um todo indissociável ao qual se denomina decisão de última instância. Esta, sim, passível de recurso especial e extraordinário, nos termos dos arts. 102, inciso III, e 105, inciso III, da Constituição Federal.
2. Hipótese em que o recurso especial foi interposto antes do julgamento dos embargos de declaração sem posterior ratificação, não ocorrendo, assim, o necessário esgotamento das instâncias ordinárias.
3. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 779.717/SP, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, DJ 12.03.2007 p. 315, grifei).

Ante o exposto, **nego provimento ao Agravo de Instrumento.**
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 12 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(2968)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 920.731 - SP (2007/0140496-0)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: COMERCIAL E IMOBILIÁRIA NOVO MUNDO LTDA
ADVOGADO	: SUELI MACIEL MARINHO

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão do Tribunal *a quo* que inadmitiu Recurso Especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, "a", do permissivo constitucional, no qual se alega violação das Leis 7.730/89, 7.777/89, e da Lei 8.024/90, sob o argumento de que o entendimento adotado pelo Tribunal de origem no tocante à correção monetária contraria a legislação que prever os índices oficiais.
A agravante sustenta, em síntese, estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade do Recurso Especial.
Contraminuta não apresentada, conforme certidão (fl. 374v).
É o **relatório**.
Decido.
Não prospera a irresignação. Isso porque a agravante limita-se a alegar, genericamente, ofensa às supracitadas normas, restando inviável a delimitação da controvérsia. Incide, na espécie, por analogia, o enunciado da Súmula 284, do STF. Nessa esteira:

"PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. IR E CSSL. ART. 535 DO CPC. VIOLAÇÃO. NÃO-OCORRÊNCIA. PREJUÍZOS FISCAIS. COMPENSAÇÃO. LIMITES. LEI N. 8.981/95. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO-COMPROVAÇÃO. SÚMULA N. 83/STJ.
1. Alegação genérica de ofensa a lei federal não é suficiente para delimitar a controvérsia, sendo necessária a especificação do dispositivo legal considerado violado (Súmula n. 284 do STF).
(...)
5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não-provido." (REsp 462204/RN; Rel. Min. João Otávio de Noronha; Segunda Turma - DJ de 18/8/2006).

Por tudo isso, **nego provimento ao Agravo de Instrumento.**
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(2969)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.722 - SC (2007/0160106-0)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: MARIA CIPRIANI DA ROSA E OUTROS
ADVOGADO	: TONY LUIZ RAMOS
AGRAVADO	: CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A
ADVOGADO	: RODRIGO OTÁVIO SPIRANDELLI E OUTRO(S)

DECISÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECURSO ESPECIAL - PORTARIAS DNAEE 38 E 45/86 - MAJORAÇÃO DA TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA - CONGELAMENTO DE PREÇOS - INCIDÊNCIA SOBRE TODOS OS CONSUMIDORES (RESIDENCIAL, COMERCIAL, INDUSTRIAL OU RURAL) - DISSÍDIO CONFIGURADO.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial.
Na origem, cuida-se de ação de repetição de indébito objetivando ver reconhecida a ilegalidade das Portarias do DNAEE 38 e 45/86, que majoraram a tarifa cobrada pelo consumo de energia elétrica, no período em que foi instituído o congelamento de preços pelos Decretos-leis 2.283/86 e 2.284/86.
Julgado parcialmente procedente o pedido pelo juiz de 1º grau, foi aviada apelação, que restou assim decidida:

PROCESSUAL CIVIL.
PRAZO PRESCRICIONAL PREVISTO NO CÓDIGO CIVIL. NORMA MAIS BENÉFICA QUE A LEGISLAÇÃO CONSUMEIRISTA. PRELIMINAR PARCIALMENTE ACOLHIDA.
REPETIÇÃO DE INDÉBITO - ENERGIA ELÉTRICA - PORTARIAS 38/86 E N. 45/86 DO DNAEE - AUMENTO DAS TARIFAS DURANTE O PERÍODO DE CONGELAMENTO GERAL DE PREÇOS IMPOSTO PELOS DECRETOS-LEIS NS. 2.283/86 e 2.284/86 - CONSUMIDOR NÃO-INDUSTRIAL - DESCABIMENTO AOS CONSUMIDORES RESIDENCIAIS - RECURSO PROVIDO.
A Portaira n. 38/86 do Dnaee elevou, durante o congelamento de preços determinados pelos Decretos-Leis n. 2.283/86 e 2.284/86 (Plano Cruzado), as tarifas de energia elétrica para todas as classes de consumidores (residencial, rural e industrial). Logo após, sobreveio a Portaria n. 45/86, que restabeleceu os preços anteriormente praticados pela Portaria n. 18/86, com exceção da categoria dos industriais que continuou conforme fixado na Portaria n. 38/96, ou seja, com o aumento ilegal, pois dentro do período do congelamento.
(fl. 14)

Dessa decisão foi interposto recurso especial, com fulcro na alínea "c" do permissivo constitucional, apontando os recorrentes dissídio jurisprudencial. Colacionam julgados desta Corte, segundo os quais o congelamento das tarifas de energia elétrica atingiu a todos, independentemente da categoria (consumidor industrial, comercial, residencial ou rural).
No agravo, alega estarem presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, merecendo reforma a decisão impugnada.

DECIDO:

Atendidos os requisitos do art. 544, § 1º, do CPC quanto à formação do instrumento e estando presentes as peças obrigatórias e necessárias à compreensão da controvérsia, passo a examinar o recurso especial, com amparo no art. 544, § 3º, do CPC.
Configurado o dissídio jurisprudencial, passo a analisar o recurso.
Esta Corte tem entendido não haver qualquer diferenciação entre as categorias a serem beneficiadas com a restituição, conforme se depreende dos seguintes julgados (grifei):

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MAJORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. PORTARIAS 38 e 45/1986. DNAEE. ILEGALIDADE. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. INEXIGIBILIDADE.
I - É pacífico o entendimento desta Colenda Corte de que os aumentos de tarifa de energia elétrica determinados pelas Portarias/DNAEE nºs. 38 e 45, de 1986, são ilegais, haja vista o congelamento de preços estabelecido pelos Decretos-leis ns. 2283 e 2284, daquele mesmo ano.
II - A questão em tela dispensa o reexame do conjunto probatório, restando certo que a majoração determinada pelas Portarias nºs 38 e 45 de 1986 atingiu a todos os consumidores e não somente o industrial. Precedente: AgRg no AG nº 501400/RS, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 13/10/2003, p. 251.
III - Quanto à falta de atendimento aos requisitos do artigo 255 do RI/STJ, observa-se que o recorrente os satisfez, realizando o confronto dos acórdãos recorrido e paradigma.
IV - Agravo regimental improvido.
(AgRg no REsp 648.990/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08.03.2005, DJ 18.04.2005 p. 224)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA - PLANO CRUZADO - DECRETOS-LEIS 2.283 E 2.284, DE 1986 - PORTARIAS 38, 45 E 153, DE 1986 - CONGELAMENTO DE PREÇOS - MAJORAÇÃO - INCIDÊNCIA SOBRE TODOS OS CONSUMIDORES - NÃO INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ - DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL CONFIGURADO.
1. Não tem incidência o teor da Súmula 7/STJ, se a apreciação do recurso especial não demanda reexame do conjunto fático-probatório dos autos.
2. Deve ser conhecido o recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, se devidamente comprovado o dissídio jurisprudencial, nos termos do art. 255 do RISTJ.
3. A majoração de preços determinada pelas Portarias nºs 38 e 45/86, do DNAEE, atingiu a todos os consumidores, independente da categoria a que pertenciam. Precedentes.
4. Agravo regimental improvido.
(AgRg no REsp 613737/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 23.05.2006, DJ 28.06.2006 p. 237)
TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA. PLANO CRUZADO. DL'S NºS 2.283 E 2.284, DE 1986. PORTARIAS NºS 38 E 45, DE 1986. CONGELAMENTO DE PREÇOS. MAJORAÇÃO. INCIDÊNCIA SOBRE TODOS OS CONSUMIDORES (INDUSTRIAL, COMERCIAL, RESIDENCIAL OU RURAL). RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO. PRECEDENTES. INAPLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 07/STJ.
1. Agravo Regimental interposto contra decisão que conheceu de agravo de instrumento para dar provimento ao recurso especial das agravadas.
2. As 1ª e 2ª Turmas desta Corte Superior, no momento atual, não divergem de entendimento a respeito da situação referente ao aumento das tarifas de energia elétrica durante o período de congelamento instituído pelo Plano Cruzado.
3. Assentada está a jurisprudência das referidas Turmas de que o "congelamento instituído pelos Decretos-leis nºs 2.283 e 2.284, de 1986, só produziu efeitos enquanto vigente esse diploma legal; depois, as tarifas de energia elétrica voltaram a ser calculadas de acordo com as respectivas custas" (REsp nº 90.352/SC, rel. Min. Pádua Ribeiro, DJU de 11/11/96, - Ementa do acórdão embargado, cujo relator foi o em. Min. Ari Pargendler, REsp nº 126489).
4. No REsp nº 83.684/SP, rel. Ministro Pádua Ribeiro (DJ de 06/05/96), ficou acentuado que "a declaração de ilegalidade do reajuste das tarifas não contamina os aumentos futuros que incidam sobre aquele. Com efeito, liberados os preços, nenhum impedimento havia para que as tarifas fossem reajustadas na conformidade com os custos dos insumos, podendo, inclusive, daí por diante, incorporar os custos anteriores e, portanto, tornar eficaz o aumento decorrente das citadas portarias".
5. É devida a restituição dos valores pagos a maior, acrescidos das devidas cominações legais.
6. Precedentes desta Corte Superior.
7. Não há diferenciação no que tange a ser o consumidor industrial, comercial, residencial ou rural. O congelamento atingiu a todos, independente da categoria a que pertencia, conforme estabelecido nas Tabelas Tarifárias constantes nas Portarias DNAEE nºs 38 e 45, de 1986.
8. Afasta-se a tese de que o exame dos autos esbarraria na Súmula nº 7/STJ. Questão que é de simples aplicação da legislação pertinente e da jurisprudência seguida por este Sodalício.
9. Agravo regimental não provido.
(AgRg no Ag 501.400/RS, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04.09.2003, DJ 13.10.2003 p. 251)
TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA. PLANO CRUZADO. DECRETOS-LEIS NºS 2.283 E 2.284, DE 1986. PORTARIAS NºS 38, 45 E 153, DE 1986. CONGELAMENTO DE PREÇOS. MAJORAÇÃO. INCIDÊNCIA SOBRE TODOS OS CONSUMIDORES (INDUSTRIAL, RESIDENCIAL OU RURAL). RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL DE MESMO TRIBUNAL. SÚMULA Nº 13/STJ.
1. Agravo Regimental interposto contra decisão que, com base no art. 557, § 1º, do CPC, deu provimento parcial ao recurso especial da parte agravada.
2. As 1ª e 2ª Turmas desta Corte Superior, no momento atual, não divergem de entendimento a respeito da situação referente ao aumento das tarifas de energia elétrica durante o período de congelamento instituído pelo Plano Cruzado.
3. Assentada está a jurisprudência das referidas Turmas de que o "congelamento instituído pelos Decretos-leis nºs 2.283 e 2.284, de 1986, só produziu efeitos enquanto vigente esse diploma legal; depois, as tarifas de energia elétrica voltaram a ser calculadas de acordo com as respectivas custas" (REsp nº 90.352/SC, rel. Min. Pádua Ribeiro, DJU de 11/11/96, - Ementa do acórdão embargado, cujo relator foi o em. Min. Ari Pargendler, REsp nº 126489).
4. No REsp nº 83.684/SP, rel. Ministro Pádua Ribeiro (DJ de 06/05/96), ficou acentuado que "a declaração de ilegalidade do reajuste das tarifas não contamina os aumentos futuros que incidam sobre aquele. Com efeito, liberados os preços, nenhum impedimento havia para que as tarifas fossem reajustadas na conformidade com os custos dos insumos, podendo, inclusive, daí por diante, incorporar os custos anteriores e, portanto, tornar eficaz o aumento decorrente das citadas portarias".
5. É devida a restituição dos valores pagos a maior, acrescidos das devidas cominações legais.
6. Após o "descongelamento" dos preços, o primeiro aumento, autorizado pela Portaria DNAEE nº 153, de 26/11/86, não adveio na forma de percentual incidindo sobre o preço anterior, mas, sim, com a fixação do "KW" em valores da moeda corrente à época (cruzados novos). Em conseqüência, o reajuste ilícito restringe-se ao consumo verificado até a revogação das Portarias nºs 38 e 45, de 1986, pela Portaria nº 153/86. Sendo revogada a Portaria nº 45/86 pela de nº 153, de 27/11/86, tem-se ser a restituição circunscrita apenas ao período em que vigorou majoração. O recolhimento indevido só atinge o período de congelamento, isto é, desde a edição do DL nº 2.283/86 até a liberação dos preços.
7. Precedentes desta Corte Superior.
8. Não há diferenciação no que tange à ser o consumidor industrial, residencial ou rural. O congelamento atingiu a todos, independente da categoria a que pertença, conforme estabelecido nas Tabelas Tarifárias constantes nas Portarias DNAEE nºs 38, 45 e 153, todas de 1986.
9. Não se conhece de recurso especial fincado na alínea "c", inciso III, do art. 105, da CF/88, quando a alegada divergência jurisprudencial não é devida e convenientemente demonstrada, nos moldes em que exigida pelo parágrafo único, do artigo 541, do CPC, c/c o art. 255 e seus §§, do RISTJ. A apresentação como paradigma de julgados proferidos pelo próprio Tribunal a quo recorrido desatende o enunciado da Súmula nº 13/STJ, que estatui: "A divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja recurso especial".
10. Agravo regimental não provido.
(AgRg no REsp 443.773/RS, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01.10.2002, DJ 28.10.2002 p. 254)

Com essas considerações, nos termos do art. 544 c/c 557 do CPC, **DOU PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO** para **CONHECER DO RECURSO ESPECIAL E DAR-LHE PROVIMENTO**, determinando o retorno dos autos para que o Tribunal prossiga na análise do mérito.

Brasília-DF, 26 de setembro de 2007.

MINISTRA ELIANA CALMON
Relatora

(2970)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.744 - MG (2007/0146683-4)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
PROCURADOR	: GEÓRGIA STUART DIAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RODOVIÁRIO TRANSASSIS LTDA
ADVOGADO	: S/ REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão que deixou de admitir Recurso Especial (art. 105, III, "a", da CF) interposto em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que indeferiu o bloqueio de numerário porventura existente em contas bancárias de titularidade da agravada, mediante utilização do sistema eletrônico "BacenJud" ou expedição de Ofício ao Banco Central do Brasil, nos autos de Execução Fiscal ajuizada pelo agravante.
O Município de Belo Horizonte aduz, neste recurso, estarem preenchidos os pressupostos de admissibilidade do Especial.
Sem contraminuta.
É o **relatório.**

Decido.
Entendendo necessário melhor exame da matéria, **dou provimento ao Agravo de Instrumento, determinando sua conversão em Recurso Especial.**
Remetam-se os autos à Coordenadoria para as providências cabíveis.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(2971)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.786 - RS (2007/0160823-4)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: PONTE VECCHIO MÓVEIS LTDA
ADVOGADO	: IVANDRO ROBERTO POLIDORO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CÍNTIA TOCCHETTO KASPARY E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão do Tribunal *a quo* que inadmitiu Recurso Especial fundado no art. 105, III, alínea "c", do permissivo constitucional, sob o argumento de que tem direito de recolher os seus débitos por meio do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, com exclusão de parcelas indevidamente recolhidas.
A agravante sustenta, em síntese, estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade do Recurso Especial.
Contraminuta não apresentada, conforme certidão à fl. 193.
É o **relatório**.

Decido.
A agravante não logrou êxito na demonstração da divergência jurisprudencial a viabilizar o conhecimento de seu recurso pela alínea "c", do permissivo constitucional. Isso porque não foram cumpridas as exigências do art. 255, do RI/STJ, que determina, em seu § 2º, que *"o recorrente deverá transcrever os trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados"*. Requisito constante também no artigo 541, parágrafo único, do CPC.
Anote-se, outrossim, que não há similitude fática entre o aresto recorrido e o paradigma. Enquanto o acórdão impugnado trata da questão do reconhecimento da carência de ação por falta de interesse de agir, em face do impedimento levantado pela Fazenda Pública para sua aceitação no REFIS, os acórdãos apontados como paradigmas tratam da denúncia espontânea e a exclusão da multa punitiva. Assim, inviável o conhecimento da divergência pretoriana, ante a ausência de similitude das matérias tratadas nos arestos.
Por tudo isso, **nego provimento ao Agravo de Instrumento.**
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(2972)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.393 - SE (2007/0151877-7)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: NEIVA ZANCANELLI BOESING
ADVOGADO	: VINÍCIUS MARCELO BORGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR	: FRANCISCO GUILHERME LASKE E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão que admitiu parcialmente Recurso Especial (art. 105, III, "a" e "b", da CF) interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.
No Recurso Especial, alega violação dos arts. 267, V, 301, VI, e § 3º, 535, I e II, do CPC; do art. 1º, e seguintes do Decreto 20.910/32; do art. 1º, da Lei 9.873/99; do art. 54, da Lei 9.784/99; e do art. 5º, *caput*, I, XXXV, XXXVI, XLI e LV).
O Presidente do Tribunal *a quo*, ao realizar o juízo de admissibilidade, autorizou a subida do Recurso Especial tão-somente quanto ao art. 301, VI, e § 3º, do CPC. Em relação aos demais dispositivos acima citados, entendeu que a insurgência não merecia seguimento (fls. 790/791).
Discordando do "seguimento parcial", os autores interpuseram Agravo de Instrumento, pleiteando que esta Corte analise o Recurso Especial em sua totalidade.
É o **relatório.**

Decido.
Observo que, tendo sido o Recurso Especial admitido parcialmente, aplica-se à espécie, por analogia, o disposto no enunciado da Súmula 528/STF, *verbis*: *"Se a decisão contiver partes autônomas, a admissão parcial pelo presidente do tribunal* a quo, *de recurso extraordinário que sobre qualquer delas se manifestar, não limitará a apreciação de todas pelo STF, independentemente de interposição de agravo de instrumento."*.
Desse modo, se o objetivo do Agravo de Instrumento é a admissão do Recurso Especial, tal propósito já foi alcançado com a decisão do Tribunal *a quo.*
Por tudo isso, **julgo prejudicado o Agravo de Instrumento, ante a perda de objeto (RI/ STJ, art. 34, XI).**
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 12 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(2973)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.467 - MG (2007/0146442-2)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: MARCELO BARROSO LIMA BRITO DE CAMPOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TRIÂNGULO CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E PAVIMENTAÇÕES LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA INATACADO.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial.
Sustenta-se que estão presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, merecendo reforma a decisão impugnada.

DECIDO:

Não há como prosperar a pretensão do agravante, pois não atacou um dos fundamentos da decisão agravada, qual seja, de que não se sabe se existe conta corrente a ser bloqueada, limitando-se a defender que o art. 11 da LEF restou prequestionado. Ausente, portanto, pressuposto recursal genérico.
Com essas considerações, **NÃO CONHEÇO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO.**

Brasília-DF, 26 de setembro de 2007.

MINISTRA ELIANA CALMON
Relatora

(2974)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.475 - MG (2007/0150723-0)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG E OUTRO
PROCURADOR	: NARDELE DÉBORA CARVALHO ESQUERDO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AGDA RIBEIRO GROPPO E OUTROS
ADVOGADO	: GERALDINO EMILIO JORGELINO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão do Tribunal *a quo* que inadmitiu Recurso Especial fundado no art. 105, III, alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, no qual se alega, além da divergência jurisprudencial, violação dos arts. 535, II e 458, II, do CPC; do art. 1º-F, da Lei 9.494/97; dos arts. 167, *caput*, c/c 161, § 1º, do CTN; do art. 406, do CC; e do art. 1º, § 2º, da Lei 6.899/81, sob o argumento de que: **a)** a incidência dos juros deve ser calculada no percentual de 6%, a.a, em face da Medida Provisória 2.180-35, que deu nova redação ao art. 1º, da Lei 9.494/97; e, **b)** a correção monetária deve incidir somente à partir do ajuizamento da ação.
Os agravantes sustentam, em síntese, estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade do Recurso Especial.
Contraminuta apresentada às fls. 95-98.
É o **relatório.**

Decido.
A irresignação não logra prosperar.
No tocante à mencionada ofensa ao artigo 535, II, e 458, II, do CPC, o recurso não merece êxito, uma vez que o Tribunal *a quo* apreciou integralmente os temas pertinentes ao deslinde da controvérsia de forma clara, expressa e motivada.
Nessa esteira:
"PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - ADMISSIBILIDADE - INFUNDADA ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 165; 535, I e II; 458, II do CPC - MATÉRIA CONSTITUCIONAL - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO (SÚMULA 211/STJ).
1. Não há ofensa aos arts.165; 535, I e II; 458, II do CPC, se o acórdão recorrido resolve satisfatoriamente a questão e adota fundamentação que lhe parece adequada, suficiente à solução da controvérsia, não tendo, necessariamente, que deliberar sobre questões novas, suscitadas via embargos de declaração.
2. 'omissis'.
5. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 507331/SC, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ 04.09.2006)

Quanto aos juros moratórios, é pacífica a jurisprudência deste Tribunal que admite a incidência de juros moratórios de 1% ao mês (12% ao ano), a partir do trânsito em julgado da sentença, em Ação de Repetição do Indébito ou em compensação de valores recolhidos indevidamente a título de Contribuição Previdenciária. Dentre os vários precedentes destaco:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INATIVOS. IPSEMG. JUROS DE MORA DE 1%. NÃO-INCIDÊNCIA DO ART. 1º-F, DA LEI 9.494/97. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. INCIDÊNCIA.
I - Na restituição de contribuição previdenciária, devem ser aplicados juros de mora à taxa de 1% ao mês, de acordo com o artigo 161 do CTN, por refugir à natureza conceitual de verba remuneratória; inaplicável assim o teor do artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, incluído com a Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001. Precedentes: AgRg no REsp nº 721.861/RS, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 22/08/2005 e REsp nº 773.336/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ de 26/09/2005.
II - omissis.
III - Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 914.419/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24.04.2007, DJ 17.05.2007 p. 222).
TRIBUTÁRIO. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (IPESP). CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE PROVENTOS E PENSÕES. INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA. ART. 167 DO CTN. MEDIDA PROVISÓRIA N. 2.180-35. INAPLICABILIDADE.
1. Não incide o art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, acrescentado pela Medida Provisória n. 2.180-35/01, na restituição do indébito tributário.
2. Recurso especial improvido."
(REsp 890.204/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 24.04.2007, DJ 10.05.2007 p. 369).
"TRIBUTÁRIO - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - IPESP - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE PROVENTOS DE APOSENTADOS - INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA - ART. 167 DO CTN - SÚMULA 188/STJ - MP 2.180-35.
1. Nas ações de repetição em pecúnia ou por compensação, os juros moratórios são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença, nos termos do art. 167, parágrafo único, do CTN e da Súmula 188/STJ.
2. O Superior Tribunal de Justiça detém firme entendimento no sentido da não-incidência, na repetição de indébito tributário, da MP n. 2.180-35/01, que fixa juros moratórios de 6% ao ano; porquanto o comando expresso no Código Tributário Nacional foi determinado pela Lei n. 5.172/66, a qual possui caráter de Lei Complementar, enquanto que os juros moratórios de 6% foram estatuídos por medida provisória, que tem natureza de lei ordinária.
3. O art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, introduzido pela Medida Provisória n. 2.180-35/2001, refere-se à incidência de juros de mora em relação ao pagamento de verbas remuneratórias, incluindo-se aí os benefícios previdenciários e demais verbas de natureza alimentar. Em se tratando de restituição tributária, seja na modalidade de repetição de indébito ou de compensação, não há falar em sua aplicação, porquanto, nesses casos, são devidos juros de mora de um por cento (1%) ao mês, nos termos do Código Tributário Nacional.
4. Recurso especial provido em parte, para que os juros de mora incidam a partir do trânsito em julgado da sentença."
(REsp 902.029/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 20.03.2007, DJ 30.03.2007 p. 303).
"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. VIOLAÇÃO DO ART. 463, I, DO CPC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SERVIDOR PÚBLICO. JUROS MORATÓRIOS, A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO. LEI 9.494/97. NÃO-INCIDÊNCIA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.
1. omissis.
2. Segundo a jurisprudência desta Corte, os juros moratórios devem incidir a partir do trânsito em julgado da decisão (art. 167, parágrafo único, do CTN), nos precisos termos da Súmula 188/STJ: "Os juros moratórios, na repetição do indébito tributário, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença."
3. O art. 1º-F da Lei 9.494/97, introduzido pela Medida Provisória 2.180-35/2001, refere-se à incidência de juros moratórios em relação ao pagamento de verbas remuneratórias, incluindo-se aí os benefícios previdenciários e demais verbas de natureza alimentar. Em se tratando de restituição tributária, seja na modalidade de repetição de indébito ou de compensação, não há falar em sua aplicação, porquanto, nesses casos, são devidos juros moratórios de um por cento (1%) ao mês, nos termos do Código Tributário Nacional.
4. Recurso especial parcialmente provido." (REsp 923719-RS, Rel. Ministra Denise Arruda, DJ 11.06.2007 p. 299).
"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. ART. 535 DO CPC. ARGÜIÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. CRÉDITO DE NATUREZA ALIMENTAR. JUROS DE MORA NO PERCENTUAL DE 1% AO MÊS.
1. omissis.
2. omissis.
3. Conforme iterativa jurisprudência desta Corte, é inaplicável o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, introduzido pela MP 2.180-35/2001, nas ações que versem sobre restituição tributária, seja na modalidade de repetição de indébito ou de compensação, porquanto, nesses casos, são devidos juros de mora de 1% ao mês, nos termos do que dispõe o Código Tributário Nacional.
4. Agravo regimental improvido."
(AgRg no Ag 842.708/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 10.04.2007, DJ 20.04.2007 p. 337)
"RECURSO ESPECIAL - TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE PROVENTOS DE APOSENTADOS - INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA - ART. 167 DO CTN - SÚMULA 188/STJ - MP N. 2.180-35.
1. A controvérsia diz respeito ao percentual dos juros de mora, e da fixação do termo a quo na repetição de valores indevidamente recolhidos a título de contribuição previdenciária.
2. Nas ações de repetição em pecúnia ou por compensação, os juros moratórios são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença, nos termos do art. 167, parágrafo único, do CTN e da Súmula 188/STJ.
3. O Superior Tribunal de Justiça detém firme entendimento no sentido da não-incidência, na repetição de indébito tributário, da MP n. 2.180-35/01, que fixa juros moratórios de 6% ao ano; porquanto, o comando expresso no Código Tributário Nacional foi determinado pela Lei n. 5.172/66, que possui caráter de Lei Complementar, enquanto que os juros moratórios de 6% foram estatuídos por medida provisória, que tem natureza de lei ordinária.
4. O art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, introduzido pela Medida Provisória 2.180-35/2001, refere-se à incidência de juros de mora em relação ao pagamento de verbas remuneratórias, incluindo-se aí os benefícios previdenciários e demais verbas de natureza alimentar. Em se tratando de restituição tributária, seja na modalidade de repetição de indébito ou de compensação, não há falar em sua aplicação; porquanto, nesses casos, são devidos juros de mora de um por cento (1%) ao mês, nos termos do Código Tributário Nacional.
Recurso especial improvido." (REsp 880235/RS; Rel. Min. Humberto Martins; T2 Segunda Turma; DJ 18/12/2006 p. 356).

Com referência à Lei 6.899/81, assinale-se que esta Corte entende que a correção monetária, nos casos de repetição do indébito, deve incidir a partir da data do pagamento indevido, encontrando-se, inclusive, sumulado esse entendimento nos seguintes termos: *"Na repetição de indébito tributário, a correção monetária incide a partir do pagamento indevido"* (Súmula 162/STJ).
Diante do exposto, **nego provimento ao Agravo de Instrumento.**
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 11 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(2975)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.539 - PR (2007/0163570-0)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: TERESINHA BORGES GONZAGA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VITALINO FRANZONI
ADVOGADO	: AURIMAR JOSÉ TURRA E OUTRO(S)
INTERES.	: V F SUPERMERCADO LTDA

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão do Tribunal *a quo* que inadmitiu Recurso Especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, no qual se alega violação do art. 11, da lei 6.830/80, sob o argumento de que, muito embora tenha sido oferecido bem à penhora, não foi respeitada a ordem legal, e que deve ser redirecionado o feito para a pessoa do sócio-gerente, em face da dissolução irregular da sociedade.
A agravante sustenta, em síntese, estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade do Recurso Especial.
Contraminuta apresentada às fls. 193-199.
É o **relatório**.

Decido.
No tocante ao art. 11, da Lei 6.830/80, não prospera a irresignação. Isso porque não foi violado esse dispositivo legal, quando o Tribunal de origem consignou que as diligências no sentido de localizar bens da executada, não lograram êxito. Destarte, não havendo outro bem para assegurar a dívida, considerou os créditos decorrentes da Ação de Desapropriação como aptos à garantia do juízo. Nessa esteira:

"EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO À PENHORA DE BENS DE TERCEIRO. ORDEM LEGAL. ART. 11 DA LEF. SÚMULA N. 7/STJ.
1. A execução fiscal se processa no interesse do credor, a fim de satisfazer o débito cobrado. Outrossim, o processo executivo deve dar-se da forma menos gravosa para o executado, em nome do princípio da preservação da empresa (art. 620 do CPC).
2. A controvérsia sobre a não-aceitação pelo credor dos bens oferecidos à penhora, em sede de execução fiscal, e a observância de que o processo executivo se dê da maneira menos gravosa ao devedor requerem atividade de cognição ampla por parte do julgador, com a apreciação percuciente das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial por força da Súmula n. 7 do STJ.
3. Firmou-se no STJ o entendimento de que a ordem estabelecida nos arts. 11 da Lei n. 6.830/80 e 656 do CPC para a nomeação de bens à penhora não tem caráter rígido, devendo sua aplicação atender às circunstâncias do caso concreto, à potencialidade de satisfazer o crédito e à forma menos onerosa para o devedor.
4. Recurso especial não-conhecido." (REsp 346212/SP, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA - Data da Publicação/Fonte DJ 20.02.2006 p. 260)

Quanto ao redirecionamento, verifica-se que a agravante deixou de impugnar a decisão recorrida nesse ponto, razão pela qual deixo de conhecer do Recurso Especial nessa parte.
Dessa maneira, aplicável, por analogia, a Súmula 182/STJ, que dispõe ser "inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada". Nesse sentido: AG 812.853/RJ, 2ª Turma, Relator Ministro Castro Meira, DJ de 22/11/2006; AG 795.685/RS, 2ª Turma, Relator Ministro Humberto Martins, DJ de 14/11/2006; AgRg no AG 797.498. 2ª Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 14/11/2006.
Contudo, ressalte-se que, a qualquer tempo, a Fazenda Pública, surgindo novos bens passíveis de constrição judicial, pode requerer a substituição, nos termos do art. 15, da LEF.
Por tudo isso, **nego provimento ao Agravo de Instrumento.**
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 10 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(2976)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.988 - PR (2007/0147446-7)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
PROCURADOR	: LISIENNE DO ROCIO MELLO MARON MACHADO LIMA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A
ADVOGADO	: CLÁUDIO MERTEN E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que deixou de admitir Recurso Especial (art. 105, III, "a" e "c", da CF) em face de acórdão assim ementado:

"TRIBUTÁRIO - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - VALOR DE ALÇADA - ART. 34 DA LEI 6.830/80 - EXECUÇÃO FISCAL NA ÉPOCA DO AJUIZAMENTO DE VALOR INFERIOR AO EQUIVALENTE A 50 ORTN'S - DESCABIMENTO DE APELAÇÃO - ADMISSÍVEL SOMENTE EMBARGOS INFRINGENTES - RECURSO NÃO CONHECIDO." (fl. 100).

O Município de Paranaguá alega, nas razões do REsp, violação do art. 7º, da Lei 8.197/91; do art. 513, do CPC; e, do art. 34, da Lei 6.830/80. Argumenta que, com a edição da Lei 8.197/91, os Embargos Infringentes de que trata o art. 34, da Lei de Execução Fiscal, deixaram de existir, passando-se a aplicar a mesma sistemática dos recursos previstos no Código de Processo Civil.
Sustenta o agravante estarem preenchidos todos os requisitos de admissibilidade do recurso.
Contraminuta às fls. 209-222.
É o **relatório.**

Decido.
O STJ firmou jurisprudência no sentido de que *"é descabida a interposição do recurso de apelação quando o valor da execução fiscal é inferior a 50 ORTN's, conforme consignado pela Corte a quo. Precedentes: AgRg no REsp nº 621967/DF, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, DJ de 05.09.2005; AgRg no Ag nº 425293/SP, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, DJ de 28.03.2005; REsp nº 411573/RS, Rel. Ministro FRANCIULLI NETTO, DJ de 06.09.2004."* (AgRg no REsp 829104-DF, Rel. Ministro Francisco Falcão, DJ 24.08.2006 p. 111, grifei). Dentre outros precedentes destaco:

"PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - EXTINÇÃO - VALOR DE ALÇADA INFERIOR A 50 ORTNs - REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULA 07/STJ.
1. As Turmas que compõem a Seção de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça têm entendido, em recentes julgados, que a matéria debatida nos presentes autos escapa do âmbito de cognição do recurso especial.
2. Para aferir se o valor da ação executiva, quando de seu ajuizamento, é superior a 50 ORTNs, como para averiguar a correção dos cálculos efetuados pela Contadoria Judicial do Tribunal de origem, seria necessário o reexame do contexto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice no enunciado da Súmula 07/ STJ.
3. O acórdão impugnado entendeu - com base nos cálculos da contadoria judicial - que o valor da execução fiscal quando do seu ajuizamento era inferior ao valor de alçada previsto na Lei n. 6.830/80. Para que se conclua pela subida do recurso de apelação interposto, como pretende o agravante, é indispensável o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedado em sede de recurso especial pela Súmula 07/STJ. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 660899-DF, Rel. Ministro Humberto Martins, DJ 21.05.2007 p. 554, grifei).

"RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. VALOR DA EXECUÇÃO INFERIOR A 50 ORTN NA DATA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. APELAÇÃO. DESCABIMENTO. ART. 34 DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL. IMPOSSIBILIDADE DE REAPRECIAÇÃO DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. DESPROVIMENTO.
1. O art. 34 da Lei 6.830/80 estabelece que contra as sentenças de primeira instância, cuja execução seja de valor igual ou inferior a 50 ORTN, tão-somente se admite a interposição de embargos infringentes e de declaração.
2. O reexame do suporte fático-probatório da demanda é inviável em sede de recurso especial, consoante o disposto no enunciado sumular 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.".
3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 621.967/DF, Rel. Ministra Denise Arruda, DJ 05.09.2005 p. 221, grifei,).

"PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - EXTINÇÃO - VALOR DE ALÇADA INFERIOR A 50 ORTNs - REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULA 07/STJ.
1. As Turmas que compõem a Seção de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça têm entendido, em recentes julgados, que a matéria debatida nos presentes autos escapa do âmbito de cognição do recurso especial.
2. Para aferir se o valor da ação executiva, quando de seu ajuizamento, é superior a 50 ORTNs, como para averiguar a correção dos cálculos efetuados pela Contadoria Judicial do Tribunal de origem, seria necessário o reexame do contexto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice no enunciado da Súmula 07/ STJ.
3. O acórdão impugnado entendeu - com base nos cálculos da contadoria judicial - que o valor da execução fiscal quando do seu ajuizamento era inferior ao valor de alçada previsto na Lei n. 6.830/80. Para que se conclua pela subida do recurso de apelação interposto, como pretende o agravante, é indispensável o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedado em sede de recurso especial pela Súmula 07/STJ. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 660.899/DF, Rel. Ministro Humberto Martins, DJ 21.05.2007 p. 554, grifei,).

"PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. VALOR DA EXECUÇÃO INFERIOR A 50 ORTN'S. AFERIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO DE APELAÇÃO. DESCABIMENTO. ART. 34 DA LEI Nº 6.830/80.
I - Não se pode aferir, em sede de Recurso Especial, se o valor executado é inferior ou não a 50 ORTN's, pois fora estipulado com base em cálculos elaborados pela Contadoria Judicial. Incidência do óbice imposto pela súmula 7/STJ.
II - É descabida a interposição do recurso de apelação quando o valor da execução fiscal é inferior a 50 ORTN's, conforme consignado pela Corte a quo. Precedentes: AgRg no REsp nº 621967/DF, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, DJ de 05.09.2005; AgRg no Ag nº 425293/SP, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, DJ de 28.03.2005; REsp nº 411573/RS, Rel. Ministro FRANCIULLI NETTO, DJ de 06.09.2004.
III - Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 829.104/DF, Rel. Ministro Francisco Falcão, DJ 24.08.2006 p. 111, grifei).

Assim, estando o acórdão recorrido em sintonia com o atual entendimento deste Tribunal Superior, não se pode falar em ofensa a dispositivo infraconstitucional, tampouco cogitar de dissenso jurisprudencial, afastado este pela Súmula 83/STJ.
Diante do exposto, **nego provimento ao Agravo de Instrumento**.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 12 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(2977)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 923.149 - BA (2007/0155648-9)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE SALVADOR
PROCURADOR	: FRANCISCO BERTINO BEZERRA DE CARVALHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TRADIÇÃO S/A CRÉDITO IMOBILIÁRIO
ADVOGADO	: MIRÔNIDES VARGAS DE MOURA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que não admitiu Recurso Especial (art. 105, III, "a" e "c", da CF), no qual se alega violação do art. 2º, § 8º, da Lei 6.830/80, sob o argumento de que é possível a substituição, no curso da lide, do sujeito passivo da obrigação tributária.
O agravante aduz estarem presentes os pressupostos de admissibilidade do Recurso Especial.
Contraminuta apresentada às fls. 138-141.
É o **relatório.**

Decido.
É pacífico nesta Corte o entendimento de que não é possível a substituição do sujeito passivo indicado na CDA, pois não se trata de correção de mero erro material ou formal. Cito os julgados:

"TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. SUBSTITUIÇÃO DA CDA. ALTERAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. IMPOSSIBILIDADE.
1. "O Tribunal de origem decidiu a questão em conformidade com a orientação firmada neste Pretório no sentido de que é possível a substituição da CDA, antes da prolação da sentença, quando se tratar de correção de erro material ou formal, sendo inviável, entretanto, a alteração do título executivo para modificar o sujeito passivo da execução, não encontrando, tal providência, amparo na Lei 6.830/80" (AgRg no Ag 771.386/BA, 1ª Turma, Min. Denise Arruda, DJ de 12/12/2006). Precedentes: REsp n.º 829.455/BA, Min. Castro Meira, DJ de 07.08.2006 e AgRg no Ag 732.402/BA, 1ª Turma, Min. José Delgado, DJ de 28/04/2006.
2. Recurso especial a que se nega provimento."
(REsp 750.248/BA, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19.06.2007, DJ 29.06.2007 p. 493).

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. IPTU. CDA. SUBSTITUIÇÃO DO SUJEITO PASSIVO. SUBROGAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.
1. Afasta-se a alegada nulidade do julgado hostilizado ante a ausência de omissão.
2. Não se admite a substituição da CDA para a alteração do sujeito passivo dela constante, pois isso não se trata de erro formal ou material, mas sim de alteração do próprio lançamento. Precedente da Turma: REsp 826.927/BA, DJ de 08.05.06.
3. Recurso especial improvido."
(REsp 829.455/BA, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 27.06.2006, DJ 07.08.2006 p. 211).

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. IPTU. SUBSTITUIÇÃO DE CDA. NÃO-OCORRÊNCIA DE ERRO FORMAL OU MATERIAL. MODIFICAÇÃO DO PRÓPRIO SUJEITO PASSIVO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES.
1. Agravo regimental contra decisão negou provimento a agravo de instrumento.
2. O acórdão a quo extinguiu execução fiscal, com base no art. 267, VI, do CPC, ao entendimento de que a emenda ou substituição de certidão de dívida ativa facultada ao credor, nos termos dos arts. 203 do CTN e 2º, § 8º, da LEF, só é possível na hipótese de erro material ou formal.
3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende que é possível a substituição da CDA, em face da ocorrência de erro material ou formal, antes da prolação da sentença.
4. No entanto, in casu, não se trata de mero erro material, mas de pedido de alteração do sujeito passivo da obrigação tributária após o exeqüente reconhecer a ilegitimidade passiva acionada para figurar na lide.
5. Impossibilidade de substituição de Título Executivo quando não se tratar de mera correção de erro material ou formal e, sim, de modificação do próprio sujeito passivo, o que não possui tutela na Lei nº 6.830/80 e no CTN.
6. Agravo regimental não-provido."
(AgRg no Ag 732.402/BA, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28.04.2006, DJ 22.05.2006 p. 156).

Diante do exposto, **nego provimento ao Agravo de Instrumento.**
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 10 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(2978)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 923.395 - SP (2007/0142554-6)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: INAIÁ BRITTO DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DELFIM DA SILVA TEIXEIRA
ADVOGADO	: LILIAN MENDES BALÃO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão do Tribunal *a quo* que inadmitiu Recurso Especial fundado no art. 105, III, alínea "a", do permissivo constitucional, no qual se alega violação dos arts. 2º e 459, do CPC, sob o argumento de que ficou configurado o julgamento *extra petita,* porquanto é vedado ao julgador adentrar nas questões não ventiladas pela parte, ocorrendo prestação jurisdicional não requerida.
Sustenta a ora agravante, em síntese, estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade do Recurso Especial.
Contraminuta não apresentada conforme certidão à fl. 332v.
É o **relatório**.

Decido.
O Agravo de Instrumento não pode ser provido em relação à alínea a, do art. 105, III, da Constituição Federal. Isso porque os arts. arts. 2º e 459, do CPC não foram analisados pela instância *a quo* faltando-lhes o indispensável requisito do prequestionamento, atraindo, por analogia, o óbice da Súmula 282, do STF: *"é inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."*
Diante do exposto**, nego provimento ao Agravo de Instrumento**.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 10 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(2979)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 923.572 - MG (2007/0162180-1)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BELO HORIZONTE
ADVOGADO	: ALFREDO GOMES DE SOUZA JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
PROCURADOR	: DELZE DOS SANTOS LAUREANO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão que não admitiu Recurso Especial (art. 105, III, "c", da CF), no qual se alega divergência jurisprudencial, sob o fundamento de que é descabida a multa aplicada em face do descumprimento de notificação expedida pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado, referente ao sistema de prevenção contra incêndios no estabelecimento da agravante.
O agravante sustenta, em síntese, estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade do Recurso Especial.
Contraminuta apresentada às fls. 89-92.
É o **relatório**.

Decido.
O Agravo de Instrumento não merece prosperar.
A agravante não logrou êxito na demonstração da divergência jurisprudencial a viabilizar o conhecimento de seu recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional. Isso porque não foram cumpridas as exigências do art. 255 do RISTJ que determina, em seu § 2º, que: *"o recorrente deverá transcrever os trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados."* Requisito constante também no artigo 541, parágrafo único, do CPC.

Anote-se, outrossim, que não há similitude fática entre o aresto recorrido e o paradigma. Enquanto o aresto recorrido trata da questão em torno de que, uma vez inscrita a multa em dívida ativa, esta possui presunção de liqüidez e certeza, só elidível mediante prova inequívoca. Analisando o acórdão deste STJ, apontado como paradigma, infere-se que trata da valoração da prova ou má aplicação da mesma. Assim, inviável o conhecimento da divergência pretoriana ante a ausência de similitude das matérias tratadas nos arestos.
No mais, ressalte-se que a análise das supostas irregularidades no sistema de prevenção e combate a incêndios no estabelecimento da agravante demanda reexame de matéria de fato, não aceitável em sede de Recurso Especial, a teor da Súmula 07/STJ.
Diante do exposto, **nego provimento ao Agravo de Instrumento.**
Publique-se.
Intime-se.
Brasília (DF), 10 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(2980)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 923.756 - SP (2007/0167714-8)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: REGINA TAMAMI HIROSE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CASA DAS VASSOURAS LTDA
ADVOGADO	: JOSÉ ARTHUR ISOLDI E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão que não admitiu Recurso Especial (art. 105, III, "a", da CF), no qual se alegou violação do art. 11, "n", da Lei Delegada 04/62; do art. 9º, Portaria Superior 07/89; e, do Decreto-Lei 422/69, sob o argumento de que o fato de ter sido apurada uma série de irregularidades no mesmo auto de infração, não pode levar ao entendimento da existência de uma única infração, de forma continuada.
A agravante sustenta, em síntese, estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade do Recurso Especial.
Contraminuta não apresentada, conforme certidão de fl. 152.
É o **relatório**.

Decido.
É de se registrar que a referida ofensa ao art. 9°, da Portaria Superior 07/89, não pode ser conhecida, considerando que a violação ou negativa de vigência de Resolução, Portaria ou Instrução Normativa, não enseja a utilização da via especial, nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal.
Nessa esteira: Ag 568.121/RJ, Min. José Delgado, DJ de 31.3.2004, REsp 114.494/PR, 2ª Turma, Min. Adhemar Maciel, DJ de 13.4.1998; e REsp 65.283/RS, 4ª Turma, Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ de 18.12.1995.
Quanto ao mérito, o entendimento das Turmas que compõem a 1ª Seção desta Corte Superior é o de que a ocorrência de infrações da mesma origem, lavradas em única oportunidade, configura a continuidade do ato delitivo, o que dá ensejo à aplicação de apenas uma multa.
Trago os seguintes julgados:

"ADMINISTRATIVO - SUNAB - INFRAÇÕES MÚLTIPLAS DA MESMA ESPÉCIE - INFRAÇÃO CONTINUADA - SÚMULAS NS. 7 E 83/STJ - AGRAVO DESPROVIDO." (AG 261501 Relatora Ministra ELIANA CALMON - Data da Publicação DJ 26.11.1999)

"SUNAB. MULTA. LEI DELEGADA 4/62. AUTO DE INFRAÇÃO. INFRAÇÃO DE NATUREZA CONTINUADA. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.
1. A seqüência de várias infrações de mesma natureza, apurados em uma única autuação, é considerada como de natureza continuada e, portanto, sujeita à imposição de multa singular, a ser fixada de acordo com a gravidade da infração cometida.
2. Recurso Especial desprovido." (REsp 191991/PE - Relator Ministro JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA - Data da Publicação/Fonte DJ 22.03.1999 p. 101)

"Recurso especial. SUNAB. Infrações da mesma espécie, lavradas na mesma oportunidade. Continuidade do ato delitivo configurada. Multa única. Incidência das Súmulas 7 e 83 do STJ.
Recurso especial a que se nega seguimento." (REsp 612908 Relatora Ministra DENISE ARRUDA Data da Publicação DJ 21.02.2006)

Ademais, inverter o que foi decidido pelo Tribunal de origem demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, inviável no âmbito do Recurso Especial, razão pela qual deve ser afastada tal pretensão a teor do verbete sumular 07/STJ: *"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*"
Diante do exposto, **nego provimento ao Agravo de Instrumento.**
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 11 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(2981)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 923.770 - SP (2007/0167784-4)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: INBRAC S/A CONDUTORES ELÉTRICOS
ADVOGADO	: RENATA QUINTELA TAVARES RISSATO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CÉLIA REGINA DE LIMA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão que não admitiu Recurso Especial (art. 105, III, "c", da CF), no qual se alega divergência jurisprudencial, sob o argumento de que a taxa SELIC não pode ser aplicada nos juros de débitos tributários.
A agravante sustenta, em síntese, estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade do Recurso Especial.
Contraminuta apresentada às fls. 174-177.
É o **relatório**.

Decido.
O STJ uniformizou o entendimento de que a aplicação da taxa SELIC em débitos tributários é plenamente cabível, porquanto fundada no art. 13, da Lei 9.065/95. Nesse mesmo entendimento:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. TAXA SELIC. LEI 9.065/95. INCIDÊNCIA.
1. Os créditos tributários recolhidos extemporaneamente, cujos fatos geradores ocorreram a partir de 1º de janeiro de 1995, a teor do disposto na Lei 9.065/95, são acrescidos dos juros da taxa SELIC, operação que atende ao princípio da legalidade.
2. A jurisprudência da Primeira Seção, não obstante majoritária, é no sentido de que são devidos juros da taxa SELIC em compensação de tributos e mutatis mutandis, nos cálculos dos débitos dos contribuintes para com a Fazenda Pública.
3. Raciocínio diverso importaria tratamento anti-isonômico, porquanto a Fazenda restaria obrigada a reembolsar os contribuintes por esta taxa SELIC, ao passo que, no desembolso, os cidadãos exonerar-se-iam desse critério, gerando desequilíbrio nas receitas fazendárias.
4. Embargos de divergência acolhidos." (EREsp 265.005/PR, 1ª Seção, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 12.9.2005)

"TRIBUTÁRIO. PARCELAMENTO DE DÉBITO. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. MULTA MORATÓRIA DEVIDA. TAXA SELIC. INCIDÊNCIA.
'Omissis'.
II - Pacífica a jurisprudência deste Pretório acerca da incidência da Taxa SELIC relativamente aos débitos tributários, observando-se, ademais, o princípio da isonomia. Precedentes: REsp nº 497.908/PR, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ de 21/03/2005 e REsp nº 516.337/RJ, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 15/09/2003.
III - Nesta sede regimental, procura a agravante inovar suas razões de reforma do v. acórdão recorrido, pretendendo, caso não seja excluída a multa, a redução do percentual. Inviável o exame da questão apresentada a destempo, incidindo na hipótese o instituto da preclusão. IV - Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 792.906/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 1º.2.2007)

Diante do exposto**, nego provimento ao Agravo de Instrumento**.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 11 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(2982)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 924.951 - SP (2007/0169076-4)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: GERBER DE ANDRADE LUZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSÉ JOÃO DE ALBUQUERQUE
ADVOGADO	: ROSÂNGELA A ARAÚJO DE CARVALHO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento em face de decisão que deixou de admitir Recurso Especial interposto com fundamento na alínea *a*, da previsão constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cuja ementa é a seguinte:

"Ordinária - Apreensão de veículo que realizava transporte público de passageiros sem autorização - Procedência parcial - Impossibilidade de retenção do veículo como meio coercitivo para o pagamento de sanção pecuniária, por afronta ao direito de propriedade e ao devido processo legal - Reexame necessário e recurso voluntário da Prefeitura, único interposto, improvidos." (fl. 29)

A Municipalidade de São Paulo aponta violação do art. 2º, da Lei 6.575/78, e do art. 262, da Lei 9.503/97. Argumenta, em síntese, que *"a mera retenção do veículo, com sua posterior devolução apenas limitada a determinada importância inteiramente diversa da prevista na Lei Municipal, como previsto pelo R. Julgado atacado, se revelaria inócua para efeito de restabelecer a organização da prestação do serviço de transporte coletivo"* (fl. 52).
A inadmissão do Recurso Especial se deu sob a genérica fundamentação de que *"não restou evidenciado o maltrato às normas legais ou divergência jurisprudencial"* (fl. 55-56).
O Município, no Agravo, reitera a ocorrência de violação da legislação federal.
Contraminuta não apresentada, conforme certidão de fl. 59.
É o **relatório.**

Decido.
O recurso não merece ser admitido. Isso porque o julgado está em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça segundo a qual, no caso de retenção de veículo que realiza transporte interestadual de passageiros sem autorização, é ilegítimo condicionar sua liberação ao prévio pagamento da multa, por ausência de previsão legal. Nesse sentido:

"ADMINISTRATIVO. TRANSPORTE IRREGULAR DE PASSAGEIROS. ART. 231, VIII, DO CTB. RETENÇÃO DO VEÍCULO. LIBERAÇÃO CONDICIONADA AO PAGAMENTO DE MULTAS. IMPOSSIBILIDADE.
1. É ilegítimo o ato de autoridade que condiciona a liberação de veículo retido por realizar transporte rodoviário interestadual de passageiros, no regime de afretamento, sem a devida autorização, ao pagamento da multa. Precedentes.
2. A infração tipificada no art. 230, V, do CTB, enseja aplicação da pena de multa e a apreensão do veículo, com a conseqüente remoção ao depósito. Para a infração do art. 231, VIII (caso dos autos), a lei comina somente pena de multa, fixando como medida administrativa a retenção do veículo até que seja sanada a irregularidade que deu azo à aplicação da penalidade pecuniária.
3. Na hipótese de veículos apreendidos, o art. 262, § 2º, do CTB autoriza o agente público a condicionar a restituição ao pagamento da multa e dos encargos, previsão legal que inexiste para os veículos somente retidos.
4. Recurso especial improvido." (REsp 792555/BA; Rel. Ministro CASTRO MEIRA, T2, DJ 18.05.2006 p. 208).

"ADMINISTRATIVO. TRANSPORTE IRREGULAR DE PASSAGEIROS ART. 231, VIII, do CTB. RETENÇÃO DO VEÍCULO. LIBERAÇÃO CONDICIONADA AO PAGAMENTO DE MULTAS. IMPOSSIBILIDADE.
1. No caso de retenção de veículo em razão da constatação de transporte remunerado de pessoas sem licença, é ilegítimo o condicionamento de sua liberação ao prévio pagamento da multa, por ausência de previsão legal. Precedente: AgRg nos EDcl no REsp 622.971/RJ, Rel. Min.ª Denise Arruda, 1ª Turma, DJ de 07.11.2005.
2. Recurso especial a que se nega provimento."(REsp 797.358/BA, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, T1, DJ 13.03.2006 p. 226)

"ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. TRANSPORTE IRREGULAR DE PASSAGEIROS. ART. 231, VIII, DO CTB. MEDIDA ADMINISTRATIVA: RETENÇÃO DO VEÍCULO. LIBERAÇÃO CONDICIONADA AO PAGAMENTO DA MULTA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Tratam os autos de mandado de segurança impetrado por Andôvale Transportes Turísticos Ltda. visando a liberação de veículo apreendido por realizar transporte rodoviário interestadual de passageiros sem a devida licença, independentemente do pagamento de multa e demais despesas. Sentença concedeu parcialmente a segurança. Acórdão recorrido negou provimento às apelações interpostas por ambas as partes, entendendo ser ilegal a manutenção da retenção do veículo como forma de coerção para o pagamento de multa, mas condicionando, entretanto, a liberação deste ao reembolso das despesas do transbordo dos passageiros feito por terceiro. Recurso especial de União alegando violação dos arts. 231, VIII, do CTB, e 85, § 3º, do Decreto 2.521/98, defendendo a legalidade da apreensão e da exigência do pagamento da multa imposta como condição para liberação do veículo apreendido. Sem contra-razões.
2. Para a infração de trânsito descrita no art. 231, VIII, o CTB comina somente a pena de multa, fixando como medida administrativa a mera retenção do veículo.
3. A medida administrativa de retenção do veículo tem a finalidade de sanear uma situação irregular (art. 270 do CTB). Portanto, tão logo resolvido o impasse, deve-se restituir o veículo ao seu proprietário, independentemente do pagamento da multa aplicada. Precedentes.
4. Recurso especial não-provido.
(REsp 790288/MG, 1ª Turma, Rel. Ministro José Delgado, DJ de 5/10/2006, grifei).

No mesmo sentido, as seguintes decisões monocráticas: REsp 792840, 2ª Turma, Relator Ministro Humberto Martins, DJ de 15/5/2007; Ag 830964 Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 8/3/2007; REsp 727054, Relator Ministro Luiz Fux, DJ de 23/2/2007; Ag 812111, Relator Ministro Herman Benjamin, DJ de 19/12/2006.
Por tudo isso, **nego provimento ao Agravo de Instrumento.**
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 12 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(2983)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 925.177 - SP (2007/0168513-7)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO IPESP
PROCURADOR	: MARIA CECÍLIA MORAES MARÇAL E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EDMEA MOREIRA DE ANDRADE E OUTROS
ADVOGADO	: IZABEL AZEVEDO E OUTRO(S)

DECISÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO - FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE - SÚMULA 284/STF - COTEJO ANALÍTICO NÃO CONFIGURADO.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial.
Sustenta-se que estão presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, merecendo reforma a decisão impugnada.

DECIDO:

Não há como prosperar a pretensão do recorrente, haja vista não ter indicado com precisão quais dispositivos de lei federal teriam sido violados, estando deficiente a fundamentação do recurso neste ponto. Incide, *in casu*, o teor da Súmula 284/STF.
Ainda, não conheço do recurso pela alínea "c", por entender como não configurado o dissídio jurisprudencial apontado, vez que não logrou o recorrente comprovar a similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas, tampouco realizou o devido cotejo analítico, desatendendo, assim, às exigências dos arts. 255 do RISTJ e 541 do CPC.
Com essas considerações, nos termos do art. 544, § 2º, do CPC c/c 254, I, do RISTJ, **NEGO PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO.**

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRA ELIANA CALMON
Relatora

(2984)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 925.309 - RS (2007/0157763-4)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: LUCIANE FABBRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SCA INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA
ADVOGADO	: SILVANA MÍRIAM GIACOMINI WERNER E OUTRO(S)

DECISÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECURSO ESPECIAL - PROCESSO CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - ORDEM DE NOMEAÇÃO (ART. 11 DA LEF) - REANÁLISE DE CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS - SÚMULA 7/STJ.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial.
No recurso especial, interposto com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, aponta o recorrente violação do art. 11 da Lei 6.830/80, ao permitir o acórdão *a quo* que, em sede de execução fiscal, recaísse a penhora sobre os bens indicados pelo recorrido, placas de MDF (bem móvel - em 7º lugar na ordem de preferência), em total desacordo com a ordem estabelecida pelo referido dispositivo.
Sustenta o Estado do Rio Grande do Sul, quanto ao entendimento do acórdão recorrido de que a execução deve se dar de forma menos gravosa ao devedor, a teor do art. 620 do CPC, deve preponderar o princípio de que a execução é feita em benefício do credor, consoante dispõe o art. 612 do CPC, e assim o bem penhorado deve servir de plena garantia ao processo executivo.
Ressalta que não há nenhuma obrigação do credor de aceitar os bens indicados pelo devedor, atendida ou não a ordem legal, pois a execução tramita em seu interesse.
Cita precedentes desta Corte em seu favor.
No agravo, alega estarem presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, merecendo reforma a decisão impugnada.

DECIDO:

Atendidos os requisitos do art. 544, § 1º, do CPC quanto à formação do instrumento e estando presentes as peças obrigatórias e necessárias à compreensão da controvérsia, passo a examinar o recurso especial, com amparo no art. 544, § 3º, do CPC.
A ordem estabelecida no art. 11 da LEF, segundo a jurisprudência desta Corte é flexibilizada, diante das circunstâncias fáticas e episódicas sopesadas e avaliadas pelo julgador, como ocorreu na hipótese dos autos em que o Tribunal, avaliando a situação do bem móvel, o sétimo na ordem de indicação para penhora, nos termos da LEF, acabou por aceitá-lo, considerando que se tratava de bem passível de constrição, livre e desembaraçado de quaisquer ônus de valor suficiente para a garantia da dívida fiscal (fl. 126).
Embora deva a execução desenvolver-se da forma menos gravosa para o executado, não se admite a inviabilização ou a eternização de uma cobrança, provocada pela indevida indicação de um bem a ser dado em garantia.
As circunstâncias fáticas contidas na decisão impugnada não podem ser reanalisadas na via do recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ.
Com essas considerações, nos termos do art. 544 c/c 557 do CPC, **DOU PARCIAL PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO** para **CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL**, mas **NEGAR-LHE SEGUIMENTO**.
Brasília-DF, 26 de setembro de 2007.

MINISTRA ELIANA CALMON
Relatora

(2985)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 925.570 - PE (2007/0168931-8)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: MARIA TEIXEIRA MARANHÃO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ASTEP ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	: EDUARDO HENRIQUE VALENÇA DE FREITAS

DECISÃO

Trata-se de Agravo Regimental interposto contra decisão que não conheceu do Agravo de Instrumento diante da ausência de traslado da cópia da certidão de intimação do acórdão que julgou os Embargos de Declaração (fl. 83).
O agravante alega que *"tal certidão encontra-se às fls. 68 do processo, onde a técnica judiciária do TRF da 5ª Região assentou que o INCRA antecipou-se a sua regular intimação, tendo a mesma procedido à juntada do respectivo Recurso Especial interposto por esta autarquia"* (fl. 89).
Pleiteia a reconsideração da decisão agravada ou a submissão do recurso à Turma.
Assiste razão ao agravante.
Com efeito, a certidão de fl. 68 pode ser considerada para fins de interposição do Recurso Especial, razão pela qual reconsidero a decisão de fl. 83 e passo à análise do Agravo de Instrumento.
Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão que não admitiu Recurso Especial (art. 105, III, *a* e *c*, da CF), no qual se alegou violação do art. 6º, § 4º, da Lei 2.613/55; dos arts. 1º e 3º, do Decreto-Lei 1.146/70; e, do art. 15, II, da Lei Complementar 11/71.
O INCRA requer, em síntese, o provimento do recurso para restabelecer a exigibilidade da Contribuição arrecadada pelo INSS e destinada àquele órgão.
O agravante sustenta estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade do recurso.
Contraminuta juntada às fls. 99-117.
É o **relatório.**

Decido.
A irresignação merece prosperar.
O Tribunal *a quo*, ao julgar a lide, decidiu que a Contribuição para o INCRA (adicional de 0,2%) foi extinta pela Lei 7.787/89. Entretanto, a Primeira Seção desta Corte Superior, na esteira de precedentes do STF, firmou entendimento no sentido de que não existe óbice a que seja cobrada, de empresa urbana, a Contribuição destinada ao Instituto. Dentre os precedentes destaco:

"TRIBUTÁRIO. INCRA. CONTRIBUIÇÃO. NATUREZA. EXTINÇÃO. LEIS Nºs 7.789/89 e 8.212/91. INAPLICABILIDADE.
1. Criado pelo DL nº 1.110/70 com a missão de promover e executar a reforma agrária, a colonização e o desenvolvimento rural no País, ao Incra foi destinada, para a consecução de seus objetivos, a receita advinda da contribuição incidente sobre a folha de salários no percentual de 0,2% fixada no art. 15, II, da LC nº 11/71.
2. O Incra nunca teve a seu cargo a atribuição de serviço previdenciário, razão por que a contribuição a ele destinada não foi extinta pelas Leis nºs 7.789/89 e 8.212/91 - ambas de natureza previdenciária -, permanecendo íntegra até os dias atuais como contribuição de intervenção no domínio econômico.
3. "A Primeira Seção do STJ, na esteira de precedentes do STF, firmou entendimento no sentido de que não existe óbice a que seja cobrada, de empresa urbana, a contribuição destinada ao Incra" (REsp 864.378/CE, Rel. Min. Eliana Calmon, DJU 05.02.07).
4. Agravo regimental não provido."
(AgRg no REsp 867.720/PR, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 16.08.2007, DJ 31.08.2007 p. 227, grifei).

"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. INCRA. CONTRIBUIÇÃO. EXTINÇÃO. SÚMULA 168/STJ.
1. A contribuição ao Incra (adicional de 0,2%) não foi extinta pelas Leis 7.787/89 ou 8.212/91, permanecendo em vigor até os dias atuais (EREsp 770.451/SC, Rel. p/ acórdão Min. Castro Meira, DJU de 11.06.07).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido."
(AgRg nos EAg 813.327/PR, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08.08.2007, DJ 27.08.2007 p. 182, grifei).

"TRIBUTÁRIO. INCRA. CONTRIBUIÇÃO. NATUREZA. EXTINÇÃO. LEIS Nºs 7.789/89 e 8.212/91. INAPLICABILIDADE. RESPONSABILIDADE DO INSS PELA REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PERDA DO OBJETO.
1. Criado pelo DL nº 1.110/70 com a missão de promover e executar a reforma agrária, a colonização e o desenvolvimento rural no País, ao Incra foi destinada, para a consecução de seus objetivos, a receita advinda da contribuição incidente sobre a folha de salários no percentual de 0,2% fixada no art. 15, II, da LC nº 11/71.
2. O Incra nunca teve a seu cargo a atribuição de serviço previdenciário, razão por que a contribuição a ele destinada não foi extinta pelas Leis nºs 7.789/89 e 8.212/91 - ambas de natureza previdenciária -, permanecendo íntegra até os dias atuais como contribuição de intervenção no domínio econômico.
3. Declarada a legalidade da cobrança da contribuição destinada ao Incra, fica prejudicado o exame da violação do art. 94 da Lei nº 8.212/91.
4. Recurso especial conhecido em parte e provido."
(REsp 921.250/SC, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 17.05.2007, DJ 29.05.2007 p. 281, grifei).

"TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO DESTINADA AO INCRA. NATUREZA DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO. ENTENDIMENTO DA 1ª SEÇÃO DESTA CORTE.
1. Em exame recurso especial interposto por Ultralimpo Empreendimentos e Serviços Ltda. e Outros em face de acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região com entendimento de que o adicional de 0,2% sobre a folha de salários, destinado ao INCRA, não foi extinto a partir do advento da Lei nº 7.787/89.
2. Por ocasião do voto-vista proferido nos EREsp 770451/SC, julgado em 27/09/2006, firmei posicionamento na linha da diretriz jurisprudencial assentada há muitos anos por esta Corte, de que a contribuição do INCRA sempre teve como finalidade o financiamento de serviços destinados à previdência, à saúde e à assistência do trabalhador rural, atividades estas que, em face da Constituição Federal de 1988, estão hoje englobadas no conceito de seguridade social. Entretanto, fiquei vencido.
3. Com a ressalva do meu entendimento, curvo-me à função uniformizadora deste STJ em face da manifestação da 1ª Seção, quando do julgamento dos EREsp nº 681120/SC, da relatoria do eminente Ministro Castro Meira, de que a contribuição destinada ao INCRA tem natureza de intervenção no domínio econômico, pelo que não foi extinta pelas Leis nºs 7.789/89 e 8.212/91, legislações estas que versam sobre a ordem previdenciária.
4. Recurso especial não-provido."
(REsp 914.229/CE, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10.04.2007, DJ 10.05.2007 p. 361, grifei)

Por tudo isso, **conheço do Agravo de Instrumento para dar provimento ao Recurso Especial, nos termos do art. 544, § 3º, do CPC, julgando improcedente a demanda.** Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, com fulcro no art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(2986)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 926.536 - RS (2007/0174158-4)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LETÍCIA DOS REIS DIAS
ADVOGADO	: ELOI BÉTIO DA VEIGA MARON E OUTRO(S)
INTERES.	: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL
ADVOGADO	: S/REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão que deixou de admitir Recurso Especial (art. 105, III, "a" e "c", da CF) interposto em face de acórdão do TRF da 4ª Região, assim ementado:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO. ASSINATURA MENSAL BÁSICA. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA ANATEL OU QUAISQUER DOS ENTES ELENCADOS NO ART. 109 DA CF/88. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. ART. 557 DO CPC E ART. 37, § 1º, II, DO REGIMENTO INTERNO DESTE TRIBUNAL.
A ANATEL é parte passiva ilegítima para figurar em ações que versem sobre a cobrança da tarifa denominada "assinatura mensal" pela prestação de serviços de telefonia fixa.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que nas ações que tratam de relação de consumo entre concessionárias de telefonia e consumidores não há legitimidade passiva da União ou quaisquer dos entes elencados no art. 109 da CF/88, entre eles a ANATEL.
Precedentes daquela Corte.
Mantida decisão que negou seguimento ao recurso.
Agravo legal improvido." (fl. 123).

A Brasil Telecom S/A, nas razões do REsp, afirma que, além de divergência jurisprudência, houve violação dos arts. 19, 93, 103, 105, e 109, da Lei 9.472/97. Aduz que a ANATEL deve permanecer no pólo passivo da relação processual, porque àquela Agência Reguladora cabe estabelecer a estrutura tarifária do setor de telefonia; requer, ao final, que seja mantida a competência da Justiça Federal para julgar a lide.
A agravante entende que os requisitos processuais para admissão do recurso foram preenchidos.
Sem contraminuta.
É o **relatório.**
Decido.
Primeiramente, quanto à alegada violação dos arts. arts. 19, 93, 103, 105, e 109, da Lei 9.472/97, a tese recursal não foi objeto de valoração pelo órgão julgador, tampouco foram interpostos Embargos Declaratórios para suscitar a manifestação do juízo colegiado, portanto, o recurso não deve ser admitido, em face da ausência do devido prequestionamento, razão pela qual incidem as Súmulas 282 e 356/STF, respectivamente: *"É inadmissível o Recurso Extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada"* e *"O ponto omisso da decisão, sobre o qual não foram opostos Embargos Declaratórios, não pode ser objeto de Recurso Extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento."*
Ademais, esta Corte tem iterativamente decidido que *"no conflito gerado na relação entre as prestadoras do serviço e os consumidores, não há nenhum interesse da agência reguladora, senão um interesse prático que não a qualifica como litisconsorte necessária"* (REsp 431.606/SP, 2ª T., Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 30/09/2002). Dentre os vários precedentes destaco:
"PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. ASSINATURA BÁSICA RESIDENCIAL. INTERESSE JURÍDICO DA UNIÃO (ANATEL) NÃO CONFIGURADO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 150/STJ." (CC 81834-SP, **de minha relatoria**, DJ 31.05.2007).

"PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - CONFLITO DE COMPETÊNCIA - SERVIÇOS DE TELEFONIA - ASSINATURA BÁSICA MENSAL - AÇÃO AJUIZADA CONTRA A CONCESSIONÁRIA DE TELEFONIA PERANTE A JUSTIÇA ESTADUAL. TARIFA DE ASSINATURA BÁSICA RESIDENCIAL.
- O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do CC 47.731/TEORI, entendeu não ser possível, no âmbito do conflito de competência, examinar e decidir sobre legitimidade ativa ou passiva ad causam, excluindo ou incluindo partes na relação processual, sem o crivo das instâncias ordinárias, pois, em se tratando de competência em razão da pessoa, devem ser considerados os entes que, efetivamente, figuram na relação, e não aqueles que deveriam figurar (julgamento secumdum eventum litis) - Informativo 260/STJ.
- Na hipótese, a ação foi proposta tão-somente contra a concessionária de telefonia perante a Justiça Estadual, tendo o Juízo Federal concluído pela inexistência de interesse da ANATEL na lide. Nessas circunstâncias, cabe ao STJ apenas reconhecer a competência da Justiça Estadual. Precedentes." (AgRg no CC 53218-PB, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, DJ DJ 22.03.2007 p. 280, grifei).

"PROCESSO CIVIL - CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - SERVIÇOS DE TELEFONIA - ASSINATURA BÁSICA MENSAL - AÇÃO AJUIZADA CONTRA A CONCESSIONÁRIA DE TELEFONIA - FALTA DE INTERESSE DA ANATEL RECONHECIDA PELA JUSTIÇA FEDERAL (SÚMULA 150/STJ) - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.
1. A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do CC 47.731/DF (v. Informativo 260/STJ), firmou entendimento de ser inviável que o STJ, ao examinar conflito de competência, faça julgamento a respeito da legitimidade das partes.
2. Em se tratando de hipótese em que a ação foi proposta tão-somente contra concessionária de telefonia perante a Justiça Estadual e tendo o Juízo Federal concluído pela inexistência de interesse da ANATEL na lide, a competência é da Justiça Estadual. Precedentes.
3. Conflito de competência conhecido para declarar-se competente o Juízo Suscitado."
(CC 59121/SC, Relatora Ministra ELIANA CALMON, DJ 01.08.2006, grifei) .

Assim, estando o acórdão recorrido em sintonia com o atual entendimento deste Tribunal Superior, não se pode falar em ofensa a dispositivo infraconstitucional, tampouco cogitar de dissenso jurisprudencial, afastado este pela Súmula 83/STJ.
Diante do exposto, **nego provimento ao Agravo de Instrumento.**
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 11 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(2987)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 926.620 - SP (2007/0159450-8)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: RAQUEL DÉBORA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: APPEL DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	: ANDRÉA DE TOLEDO PIERRI E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que inadmitiu Recurso Especial (art. 105, III, "a", da CF), no qual se alega contrariedade ao art. 26, da Lei 6.830/80, sob o argumento de que, havendo desistência do executante, e conseqüente extinção do processo, são indevidos honorários advocatícios, não se aplicando a regra do art. 26 do CPC.
A agravante sustenta, em síntese, estarem preenchidos todos os requisitos de admissibilidade do Recurso Especial.
Contraminuta apresentada (fls. 40-43).
É o **relatório.**

Decido.
O recurso não merece prosperar, uma vez que é entendimento pacífico nesta Corte que "*se o executado foi obrigado a se defender, seja por meio de embargos do devedor, seja via simples petição subscrita por causídico contratado para esse fim, não pode a Fazenda Pública invocar em seu prol a regra inserta no art. 26 da Lei n. 6.830/80, para se ver liberada do pagamento das despesas processuais e da verba de patrocínio*" (EREsp 80.257/SP, 1ª Seção, Rel. Min. Adhemar Maciel, DJ de 25.2.1998). Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. OFERECIMENTO DE EMBARGOS. DESISTÊNCIA. ENCARGOS SUCUMBENCIAIS DEVIDOS PELO EXEQÜENTE. SÚMULA Nº 153/STJ.
1. Agravo regimental contra decisão que deu provimento ao recurso especial do agravado.
2. O acórdão a quo asseverou ser incabível a condenação da Fazenda Pública em honorários advocatícios quando a exeqüente requer a extinção da execução fiscal.
3. O art. 26 da Lei de Execuções Fiscais (nº 6.830/80) estabelece que "se, antes da decisão de primeira instância, a inscrição de dívida ativa for, a qualquer título, cancelada, a execução será extinta, sem qualquer ônus para as partes".
4. No entanto, pacífico o entendimento nesta Corte Superior no sentido de que, em executivo fiscal, sendo cancelada a inscrição da dívida ativa e já tendo ocorrido a citação do devedor, a extinção do feito implica a condenação da Fazenda Pública ao pagamento das custas e emolumentos processuais.
5. Aplicação da Súmula nº 153/STJ: "A desistência da execução fiscal, após o oferecimento dos embargos, não exime o exeqüente dos encargos da sucumbência". Precedentes.
6. Agravo regimental não-provido." (AgRg no REsp 830.410/SC, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20.06.2006, DJ 03.08.2006 p. 226)

Por tudo isso, **nego provimento ao Agravo de Instrumento.**
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(2988)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 926.661 - MG (2007/0160924-4)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG E OUTRO
PROCURADOR	: CLÁUDIO JOSÉ RESENDE FONSECA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EDSON BONANI E OUTROS
ADVOGADO	: MAX FELIPE ROSA JUNIOR E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão que não admitiu o Recurso Especial (art. 105, III, "a", da CF), no qual se alegou violação dos artigos 458 e 535, II, do CPC; 161, § 1º c/c 167 do CTN; 1º-F, da Lei 9.494/97 e Leis Estaduais 12.992/98 e 13404/99.
No Recurso Especial foi requerido, em síntese, a redução dos juros moratórios para 0,5% ao mês.
O agravante sustenta, em síntese, estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade do recurso.
Sem contraminuta.
É o **relatório**.

Decido.
Inicialmente, a alegada ofensa aos arts. 458 e 535 do CPC, não se configura, haja vista ter o Tribunal de origem julgado integralmente a lide, solucionando a questão dita controvertida tal como lhe foi apresentada. Não é o órgão julgador obrigado a rebater um a um todos os argumentos trazidos pelas partes, visando à defesa da tese que apresentaram. Deve, apenas, enfrentar a controvérsia observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, 2ª Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13/08/2007; e, REsp 855.073/SC, 1ª Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28/06/2007.
Quanto ao mérito é pacífica a jurisprudência do STJ de que incidem juros de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado da sentença, em ação de repetição do indébito ou de compensação dos valores recolhidos indevidamente a título de Contribuição Previdenciária. Dentre os vários precedentes destaco:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. VIOLAÇÃO DO ART. 463, I, DO CPC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SERVIDOR PÚBLICO. JUROS MORATÓRIOS, A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO. LEI 9.494/97. NÃO-INCIDÊNCIA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.
1. omissis.
2. Segundo a jurisprudência desta Corte, os juros moratórios devem incidir a partir do trânsito em julgado da decisão (art. 167, parágrafo único, do CTN), nos precisos termos da Súmula 188/STJ: "Os juros moratórios, na repetição do indébito tributário, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença."
3. O art. 1º-F da Lei 9.494/97, introduzido pela Medida Provisória 2.180-35/2001, refere-se à incidência de juros moratórios em relação ao pagamento de verbas remuneratórias, incluindo-se aí os benefícios previdenciários e demais verbas de natureza alimentar. ***Em se tratando de restituição tributária, seja na modalidade de repetição de indébito ou de compensação, não há falar em sua aplicação, porquanto, nesses casos, são devidos juros moratórios de um por cento (1%) ao mês, nos termos do Código Tributário Nacional.***
4. Recurso especial parcialmente provido." (REsp 923719-RS, Rel. Ministra Denise Arruda, DJ 11.06.2007 p. 299, grifei).

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INATIVOS. IPSEMG. JUROS DE MORA DE 1%. NÃO-INCIDÊNCIA DO ART. 1º-F, DA LEI 9.494/97. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. INCIDÊNCIA.
I - Na restituição de contribuição previdenciária, devem ser aplicados juros de mora à taxa de 1% ao mês, de acordo com o artigo 161 do CTN, por refugir à natureza conceitual de verba remuneratória; inaplicável assim o teor do artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, incluído com a Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001. Precedentes: AgRg no REsp nº 721.861/RS, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 22/08/2005 e REsp nº 773.336/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ de 26/09/2005.
II - omissis.
III - Agravo regimental improvido."
*(*AgRg no REsp 914.419/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24.04.2007, DJ 17.05.2007 p. 222, grifei).

"RECURSO ESPECIAL - TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE PROVENTOS DE APOSENTADOS - INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA - ART. 167 DO CTN - SÚMULA 188/STJ - MP N. 2.180-35.
1. A controvérsia diz respeito ao percentual dos juros de mora, e da fixação do termo a quo na repetição de valores indevidamente recolhidos a título de contribuição previdenciária.
2. Nas ações de repetição em pecúnia ou por compensação, os juros moratórios são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença, nos termos do art. 167, parágrafo único, do CTN e da Súmula 188/STJ.
3. O Superior Tribunal de Justiça detém firme entendimento no sentido da não-incidência, na repetição de indébito tributário, da MP n. 2.180-35/01, que fixa juros moratórios de 6% ao ano; porquanto, o comando expresso no Código Tributário Nacional foi determinado pela Lei n. 5.172/66, que possui caráter de Lei Complementar, enquanto que os juros moratórios de 6% foram estatuídos por medida provisória, que tem natureza de lei ordinária.
4. O art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, introduzido pela Medida Provisória 2.180-35/2001, refere-se à incidência de juros de mora em relação ao pagamento de verbas remuneratórias, incluindo-se aí os benefícios previdenciários e demais verbas de natureza alimentar. ***Em se tratando de restituição tributária, seja na modalidade de repetição de indébito ou de compensação, não há falar em sua aplicação; porquanto, nesses casos, são devidos juros de mora de um por cento (1%) ao mês, nos termos do Código Tributário Nacional.***
Recurso especial improvido." (REsp 880235/RS; Rel. Min. Humberto Martins; T2 Segunda Turma; DJ 18/12/2006 p. 356, grifei).

Assim, estando o acórdão recorrido em sintonia com o atual entendimento deste Tribunal Superior, não se pode falar em ofensa a dispositivo infraconstitucional.
Diante do exposto, **nego provimento ao Agravo de Instrumento.**
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 12 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(2989)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 926.968 - SP (2007/0169259-4)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO IPREM
PROCURADOR	: FELIPE RIGUEIRO NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AIKO KOMATSU TAKAGUI E OUTROS
ADVOGADO	: RAFAEL JONATAN MARCATTO E OUTRO(S)

EMENTA

DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. JUROS DE MORA NO PERCENTUAL DE 1% AO MÊS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.
1. Conforme iterativa jurisprudência desta Corte, é inaplicável o art. 1º-F da Lei 9.494/97, introduzido pela MP 2.180-35/2001, nas ações que versem sobre restituição tributária, seja na modalidade de repetição de indébito ou de compensação, porquanto, nesses casos, são devidos juros de mora de 1% ao mês, nos termos do que dispõe o Código Tributário Nacional.
2. A jurisprudência desta Corte adotou o entendimento de que os honorários advocatícios são passíveis de modificação na instância especial tão-somente quando se mostrarem irrisórios ou exorbitantes.
3. Não sendo desarrazoada a verba honorária, sua majoração ou redução importa, necessariamente, no revolvimento dos aspectos fáticos do caso, o que é defeso no âmbito do apelo nobre, a teor da Súmula 07/STJ.
4. "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida" (Súmula 83/STJ).
5. Agravo de instrumento não provido.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento que visa destrancar recurso especial, o qual foi manejado em face de acórdão que determinou a incidência de juros moratórios de 1% ao mês - a partir do trânsito em julgado - sobre os valores indevidamente descontados a título de contribuição previdenciária, bem como fixou a verba honorária em 10% sobre o valor da condenação.
Sustenta-se afronta ao art. 1º-F, da Lei 9.494/97; art. 20, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil - CPC.
É o relatório. Decido.
Não merece prosperar a irresignação recursal.
Conforme iterativa jurisprudência desta Corte, é inaplicável o art. 1º-F da Lei 9.494/97, introduzido pela MP 2.180-35/2001, nas ações que versem sobre restituição tributária, seja na modalidade de repetição de indébito ou de compensação, porquanto, nesses casos, são devidos juros de mora de 1% ao mês, nos termos do que dispõe o Código Tributário Nacional.
Confiram-se os seguintes precedentes desta Corte:

"RECURSO ESPECIAL - TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE PROVENTOS DE APOSENTADOS - INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA - ART. 167 DO CTN - SÚMULA 188/STJ - MP N. 2.180-35.

1. A controvérsia diz respeito ao percentual dos juros de mora, bem como à fixação do termo *a quo*, na repetição de valores indevidamente recolhidos a título de contribuição previdenciária.
2. Nas ações de repetição em pecúnia ou por compensação, os juros moratórios são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença, nos termos do art. 167, parágrafo único, do CTN e da Súmula 188/STJ.
3. O Superior Tribunal de Justiça detém firme entendimento no sentido da não-incidência, na repetição de indébito tributário, da MP nº 2.180-35/01, que fixa juros moratórios de 6% ao ano; porquanto, o comando expresso no Código Tributário Nacional foi determinado pela Lei nº 5.172/66, que possui caráter de Lei Complementar, enquanto que os juros moratórios de 6% foram estatuídos por medida provisória, que tem natureza de lei ordinária.
4. O art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, introduzido pela Medida Provisória 2.180-35/2001, refere-se à incidência de juros de mora em relação ao pagamento de verbas remuneratórias, incluindo-se aí os benefícios previdenciários e demais verbas de natureza alimentar. Em se tratando de restituição tributária, seja na modalidade de repetição de indébito ou de compensação, não há falar em sua aplicação; porquanto, nesses casos, são devidos juros de mora de um por cento ao mês, nos termos do Código Tributário Nacional.
5. Recurso especial parcialmente provido" (REsp nº 876.402/RS, Rel. Min. Humberto Martins, DJU de 07.11.06);

"RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SERVIDOR PÚBLICO. JUROS MORATÓRIOS. LEI 9.494/97. NÃO-INCIDÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO.
1. O art. 1º-F da Lei 9.494/97, introduzido pela Medida Provisória 2.180-35/2001, refere-se à incidência de juros moratórios em relação ao pagamento de verbas remuneratórias, incluindo-se aí os benefícios previdenciários e demais verbas de natureza alimentar. Em se tratando de restituição tributária, seja na modalidade de repetição de indébito ou de compensação, não há falar em sua aplicação, porquanto, nesses casos, são devidos juros de mora de um por cento (1%) ao mês, nos termos do Código Tributário Nacional.
2. Recurso especial desprovido" (REsp nº 849.934/RJ, Rel. Min. Denise Arruda, DJU de 05/10/06).

Em relação aos honorários advocatícios, a jurisprudência desta Corte adotou o entendimento de que são passíveis de modificação na instância especial tão-somente quando se mostrarem irrisórios ou exorbitantes. Não é o caso dos autos, em que a verba foi fixada em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.
Não sendo desarrazoada a verba honorária, sua redução importa, necessariamente, no revolvimento dos aspectos fáticos do caso, o que é defeso no âmbito do apelo nobre, a teor da Súmula 07/STJ:

"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

Neste sentido, os seguintes precedentes:

"PROCESSO CIVIL - HONORÁRIOS DE ADVOGADO - BASE DE CÁLCULO - POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL.
1. O STJ não pode alterar o valor dos honorários, fixados em consideração ao que se devolveu no processo, pela impossibilidade de reexaminar fatos em sede de recurso especial - Súmula 7/STJ. (Precedentes AgRg no EResp 685.976/SC, rel. Min. Felix Fischer, Corte Especial).
2. Em especialíssimas situações, a mesma Corte Especial tem afastado a Súmula 7/STJ para alterar, para mais ou para menos, o valor dos honorários, quando evidenciada na tese abstraída do recurso a condenação ínfima ou exorbitante. (Precedentes AgRg na Pet 4.408/SP, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, Corte Especial; EResp 388.597/SP, rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Corte Especial).
3. A hipótese antecedente não admite que o STJ exerça juízo de eqüidade em sede de recurso especial, como permitido pelo legislador no art. 20, § 4º, do CPC, levando em consideração as alíneas do § 3º, do mesmo artigo do CPC.
4. A fixação de honorários, com base no art. 20, § 4º, do CPC, não encontra limites nos percentuais mínimo e máximo de que fala o § 3º, art. 20, do CPC, podendo ser superior a 10% (dez por cento). (Precedentes EResp 599.796/DF, rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Seção; EResp 516.621/RN, rel. Min. Gilson Dip, Terceira Seção).
5. Quando os honorários são fixados tomando como parâmetro o juízo de eqüidade do art. 20, § 3º, alíneas 'a', 'b' e 'c', do CPC, pode o julgador estabelecer como base de cálculo o valor da causa , o valor da condenação ou, ainda, arbitrar valor fixo.
6. Recurso especial improvido" (REsp 604.049/RS, Rel. p/ Acórdão Min. Eliana Calmon, DJU de 04.12.06);

"PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL - EXECUÇÃO DE SENTENÇA - EMBARGOS DO DEVEDOR - PROCEDÊNCIA - HONORÁRIOS DEVIDOS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA - VALOR - REEXAME - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULA 07 STJ - PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL (REsp 494.377/SP).
- Salvo hipótese de valor irrisório ou exorbitante, descabe a esta eg. Corte o reexame do valor fixado a título de verba honorária, porque importaria na reapreciação dos elementos de fato influenciarem as instâncias de origem, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do disposto na Súmula 07/STJ.
- Entendimento firmado pela eg. Corte Especial (Eresp 494.377/SP).
- Recurso especial não conhecido" (REsp 433.723/RS, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJU de 13.02.06).

Aplica-se, por simetria, o teor da Súmula 83/STJ, assim redigida:

"Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

Ante o exposto, **nego provimento ao agravo de instrumento.**
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(2990)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 927.525 - MG (2007/0162777-2)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR.POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
AGRAVADO	: RAFAEL BASTOS FILHO
ADVOGADO	: S/ REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão que deixou de admitir Recurso Especial (art. 105, III, "a", da CF), no qual se alega violação do art. 185-A, do CTN, ante o argumento de não ser necessário comprovar o exaurimento das diligências com o intuito de localizar bens penhoráveis do devedor, antes de se determinar a penhora de numerários bancários por meio do sistema BACEN-JUD.
O Tribunal *a quo* entendeu que a execução deve ser realizada de forma menos gravosa à parte, sendo que a medida pleiteada pelo recorrente só poderia ser deferida após terem sido realizados todos os esforços na busca de outros bens passíveis de penhora (Fl. 49).
Sem contraminuta (fl. 73)
É o **relatório**.

Decido.
A irresignação não merece prosperar.
O Tribunal de origem deixou de admitir o Recurso Especial sob os seguintes fundamentos: **a)** o pronunciamento sobre a questão implicaria o reexame de prova, o que encontra óbice no enunciado da Súmula 07/STJ e, **b)** o aresto recorrido harmoniza-se com os acórdãos paradigmas colacionados pelo recorrente, sendo que não se conhece da divergência quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida. Aplica-se, à espécie, o enunciado da Súmula 83/STJ.
O agravante conquanto tenha atacado o primeiro dos fundamentos da decisão, deixou de atacar o segundo. Dessa forma, não há como conhecer do recurso, ante o óbice da Súmula 182/STJ. Nessa esteira:

TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - REDIRECIONAMENTO - RESPONSABILIDADE DO SÓCIO-GERENTE - ART. 135 DO CTN - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA - SÚMULA 182/STJ.
1. (...) Omissis.
2. Não merece conhecimento o agravo de instrumento que não impugna, especificamente, os fundamentos da decisão denegatória de seguimento ao recurso especial, a teor do disposto na Súmula 182 do Superior Tribunal de Justiça, a qual se aplica ao presente recurso.
3. Agravo regimental improvido.
(AgRg no Ag 782951 / RS; Rel. Min. Humberto Martins; Segunda Turma; DJ 28/02/2007 p. 211).

Por tudo isso, **não conheço do Agravo de Instrumento.**
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 12 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(2991)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.081 - PR (2007/0181975-0)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
PROCURADOR	: LISIENNE DO ROCIO MELLO MARON MACHADO LIMA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A
ADVOGADO	: JAMES MARQUES MACHADO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que deixou de admitir Recurso Especial (art. 105, III, "a" e "c", da CF) em face de acórdão, cuja ementa é a seguinte:

"AGRAVO INOMINADO. EXECUÇÃO FISCAL. APELAÇÃO A QUE SE NEGOU SEGUIMENTO. SENTENÇA RECORRÍVEL APENAS POR EMBARGOS INFRINGENTES OU DE DECLARAÇÃO, ANTE O VALOR DA CAUSA INFERIOR A 50 ORTN'S. VIGÊNCIA DO ART. 34 DA LEI 6.380/80. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.
1. O Relator negará seguimento a recurso que contrarie jurisprudência dominante do respectivo Tribunal ou de Tribunais Superiores (art. 557, § 1º, do Código de Processo Civil).
2. De acordo com o disposto no art. 34 da Lei 6.830/80, contra a sentença proferida em execução de valor igual ou inferior a 50 ORTN's só se admitirão Embargos Infringentes e de Declaração.
3. Não é possível a aplicação do princípio da fungibilidade recursal, primeiro porque a interposição de recurso diverso do previsto expressamente na lei configura erro grosseiro, segundo, por não haver dúvida objetiva quanto ao recurso cabível e, por último, porque a tempestividade do recurso incorreto é pressuposto inafastável para receber o benefício da fungibilidade." (fl. 139).

O Município de Paranaguá alega, nas razões do REsp, violação do art. 7º, da Lei 8.197/91; do art. 513, do CPC; e, do art. 34, da Lei 6.830/80. Argumenta que, com a edição da Lei 8.197/91, os Embargos Infringentes de que trata o art. 34, da Lei de Execução Fiscal, deixaram de existir, passando-se a aplicar a mesma sistemática dos recursos previstos no Código de Processo Civil. Aduz, também, *"que o valor de alçada deve ser obtido no momento da propositura da execução, e deve observar a paridade entre a extinta ORTN e a UFIR, atual indexador, sem proceder à sua conversão para a moeda corrente."* (fl. 155).
O agravante sustenta estarem preenchidos todos os requisitos de admissibilidade do recurso.
Contraminuta juntada às fls. 208-221.
É o **relatório.**

Decido.
O STJ firmou jurisprudência no sentido de que *"é descabida a interposição do recurso de apelação quando o valor da execução fiscal é inferior a 50 ORTN's, conforme consignado pela Corte a quo. Precedentes: AgRg no REsp nº 621967/DF, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, DJ de 05.09.2005; AgRg no Ag nº 425293/SP, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, DJ de 28.03.2005; REsp nº 411573/RS, Rel. Ministro FRANCIULLI NETTO, DJ de 06.09.2004."* (AgRg no REsp 829104-DF, Rel. Ministro Francisco Falcão, DJ 24.08.2006 p. 111, grifei). Dentre outros precedentes destaco:

"PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - EXTINÇÃO - VALOR DE ALÇADA INFERIOR A 50 ORTNs - REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULA 07/STJ.
1. As Turmas que compõem a Seção de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça têm entendido, em recentes julgados, que a matéria debatida nos presentes autos escapa do âmbito de cognição do recurso especial.
2. Para aferir se o valor da ação executiva, quando de seu ajuizamento, é superior a 50 ORTNs, como para averiguar a correção dos cálculos efetuados pela Contadoria Judicial do Tribunal de origem, seria necessário o reexame do contexto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice no enunciado da Súmula 07/STJ.
3. O acórdão impugnado entendeu - com base nos cálculos da contadoria judicial - que o valor da execução fiscal quando do seu ajuizamento era inferior ao valor de alçada previsto na Lei n. 6.830/80. Para que se conclua pela subida do recurso de apelação interposto, como pretende o agravante, é indispensável o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedado em sede de recurso especial pela Súmula 07/STJ. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 660899-DF, Rel. Ministro Humberto Martins, DJ 21.05.2007 p. 554, grifei).

"RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. VALOR DA EXECUÇÃO INFERIOR A 50 ORTN NA DATA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. APELAÇÃO. DESCABIMENTO. ART. 34 DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL. IMPOSSIBILIDADE DE REAPRECIAÇÃO DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. DESPROVIMENTO.
1. O art. 34 da Lei 6.830/80 estabelece que contra as sentenças de primeira instância, cuja execução seja de valor igual ou inferior a 50 ORTN, tão-somente se admite a interposição de embargos infringentes e de declaração.
2. O reexame do suporte fático-probatório da demanda é inviável em sede de recurso especial, consoante o disposto no enunciado sumular 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.".
3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 621.967/DF, Rel. Ministra Denise Arruda, DJ 05.09.2005 p. 221, grifei,).

"PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - EXTINÇÃO - VALOR DE ALÇADA INFERIOR A 50 ORTNs - REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULA 07/STJ.
1. As Turmas que compõem a Seção de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça têm entendido, em recentes julgados, que a matéria debatida nos presentes autos escapa do âmbito de cognição do recurso especial.
2. Para aferir se o valor da ação executiva, quando de seu ajuizamento, é superior a 50 ORTNs, como para averiguar a correção dos cálculos efetuados pela Contadoria Judicial do Tribunal de origem, seria necessário o reexame do contexto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice no enunciado da Súmula 07/STJ.
3. O acórdão impugnado entendeu - com base nos cálculos da contadoria judicial - que o valor da execução fiscal quando do seu ajuizamento era inferior ao valor de alçada previsto na Lei n. 6.830/80. Para que se conclua pela subida do recurso de apelação interposto, como pretende o agravante, é indispensável o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedado em sede de recurso especial pela Súmula 07/STJ.
Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 660.899/DF, Rel. Ministro Humberto Martins, DJ 21.05.2007 p. 554, grifei,).

"PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. VALOR DA EXECUÇÃO INFERIOR A 50 ORTN'S. AFERIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO DE APELAÇÃO. DESCABIMENTO. ART. 34 DA LEI Nº 6.830/80.
I - Não se pode aferir, em sede de Recurso Especial, se o valor executado é inferior ou não a 50 ORTN's, pois fora estipulado com base em cálculos elaborados pela Contadoria Judicial. Incidência do óbice imposto pela súmula 7/STJ.

II - É descabida a interposição do recurso de apelação quando o valor da execução fiscal é inferior a 50 ORTN's, conforme consignado pela Corte a quo. Precedentes: AgRg no REsp nº 621967/DF, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, DJ de 05.09.2005; AgRg no Ag nº 425293/SP, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, DJ de 28.03.2005; REsp nº 411573/RS, Rel. Ministro FRANCIULLI NETTO, DJ de 06.09.2004.
III - Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 829.104/DF, Rel. Ministro Francisco Falcão, DJ 24.08.2006 p. 111, grifei).

Assim, estando o acórdão recorrido em sintonia com o atual entendimento deste Tribunal Superior, não se pode falar em ofensa a dispositivo infraconstitucional, tampouco cogitar de dissenso jurisprudencial, afastado este pela Súmula 83/STJ.
Por tudo isso, **nego provimento ao Agravo de Instrumento**.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(2992)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.161 - SC (2007/0141893-5)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR	: ELUSA MARA DE MEIRELLES WOLFF CARDOSO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LUCIANA ADÉLIA FONTANA DE ANDRADE
ADVOGADO	: ACYR JOSÉ DA CUNHA NETO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão que não admitiu o Recurso Especial (art. 105, III, "a", da CF), no qual se alega violação do art. 13, da Lei Complementar 87/96.
O agravante sustenta, em síntese, estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade do recurso.
Contra-minuta apresenta às fls. 2267-273.
É o **relatório**.
Decido.
O recurso não merece prosperar, pelas razões a seguir expostas.
O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que o ICMS sobre transmissão de energia elétrica não pode ser calculado tomando-se por base o critério da Demanda Reservada ou Contratada, devendo incidir sobre a energia efetivamente consumida. Nessa esteira:
"PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ICMS. ENERGIA ELÉTRICA. DEMANDA RESERVADA OU CONTRATADA. APLICAÇÃO AO FATO GERADOR. IMPOSSIBILIDADE. BASE DE CÁLCULO DO ICMS. VALOR CORRESPONDENTE À ENERGIA EFETIVAMENTE UTILIZADA. PRECEDENTES.
1. (...) Omissis.
2. (...) Omissis.
3. Consoante o entendimento esposado por este Superior Tribunal de Justiça, não se admite, para efeito de cálculo de ICMS sobre transmissão de energia elétrica, o critério de Demanda Reservada ou Contratada - apura-se o ICMS sobre o "quantum" contratado ou disponibilizado, independentemente do efetivo consumo -, uma vez que esse tributo somente deve incidir sobre o valor correspondente à energia efetivamente consumida. Precedentes: REsp 647553/ES, Rel. Min. José Delgado, DJ 23.05.2005; REsp 343.952/MG, DJ 17/06/2002, Relª. Minª Eliana Calmon; REsp 222.810/MG, DJ 15/05/2000, Rel. Min. Milton Luiz Pereira.
4. O valor da operação, que é a base de cálculo lógica e típica no ICMS, como era no regime de ICM, terá de consistir, na hipótese de energia elétrica, no valor da operação de que decorrer a entrega do produto ao consumidor (Gilberto Ulhôa Canto).
5. O ICMS deve incidir sobre o valor da energia elétrica efetivamente consumida, isto é, a que for entregue ao consumidor, a que tenha saído da linha de transmissão e entrado no estabelecimento da empresa.
6. A garantia de potência e de demanda, no caso de energia elétrica, não é fato gerador do ICMS. Este só incide quando, concretamente, a energia for fornecida e utilizada, tomando-se por base de cálculo o valor pago em decorrência do consumo apurado.
7. Recurso especial do Estado de Mato Grosso parcialmente conhecido e não- provido."
(REsp 840285 / MT; Rel. Min. José Delgado; T1 Primeira Turma; DJ 16/10/2006).
Por tudo isso, **nego provimento ao Agravo de Instrumento.**
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(2993)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.164 - SP (2007/0162161-1)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: ATTILIO GIANONI NETTO
ADVOGADO	: ROGÉRIO FEOLA LENCIONI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARGARETH ANNE LEISTER E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão que deixou de admitir Recurso Especial (art. 105, III, "a" e "c", da CF) interposto em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, o qual entendeu que:
"Reveste-se de natureza patrimonial a verba recebida pelo trabalhador, paga pelo Plano de Suplementação de Aposentadoria. Não representa simples devolução de contribuições vertidas pelo beneficiário, mas reflete o resultado da administração de um fundo, formado, inicialmente, por contribuições daquele e também do patrocinador." (fl. 305).
O recorrente, nas razões do REsp, afirma que, além de divergência jurisprudencial, houve violação do art. 535, do CPC; do art. 6º, VIII, da Lei 7.713/88; dos arts. 43, 114, 116, do CTN; do art. 33, da Lei 9.250/95; do art. 6º, da LICC; do art. 5º, XXXVI, da CF; e, dos arts. 2º, 5º, da MP 222/01. Aduz que *"os benefícios recebidos da entidade de previdência privada pelo Recorrente não se enquadram no conceito de 'riqueza nova', haja vista a natureza da verba em discussão, adquirida, anteriormente, em razão de contrato de trabalho ('riqueza velha'), a evidenciar a inexistência de novo fato gerador do Imposto sobre a Renda no momento da fruição do bem poupado."* (fl. 371).
Argumenta, também, que *"as contribuições indiretas do empregado efetuadas por meio do empregador, configuravam nada mais do que contraprestação pelo trabalho do empregador e por conseqüência, integrantes de sua remuneração."* (fl. 375). Requer, assim, a isenção do Imposto de Renda sobre a parcela do empregador, quando do resgate ou recebimento do complementação da aposentadoria.
O agravante sustenta que os requisitos processuais para admissão do recurso foram preenchidos.
Contraminuta juntada às fls. 483-485.
É o **relatório**.
Decido.
Inicialmente, a alegada ofensa ao art. 535, do CPC, não se configura, haja vista ter o Tribunal de origem julgado integralmente a lide, solucionando a questão, dita controvertida, tal como lhe foi apresentada. Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes, visando à defesa da tese que apresentaram. Deve, apenas, enfrentar a controvérsia, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, 2ª Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13/08/2007; e, REsp 855.073/SC, 1ª Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28/06/2007.
Quanto ao art. 6º, da LICC, a tese recursal não foi objeto de valoração pelo órgão julgador, atraindo, assim, o enunciado da Súmula 211/STJ: *"Inadmissível Recurso Especial quanto à questão que, a despeito da oposição de Embargos Declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo."*
Mesmo que assim não fosse, a tese recursal contrariaria a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça. Vejam-se os precedentes:

"TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO DE RENDA. VERBAS RECEBIDAS DE ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. ACORDO FIRMADO ENTRE A CEF E ALGUNS EMPREGADOS PARA MIGRAÇÃO DO PLANO PREVIDENCIÁRIO ORIGINAL (PREVHAB) PARA OUTRO (FUNCEF/REB). NATUREZA INDENIZATÓRIA. INEXISTÊNCIA. VALORES RECOLHIDOS PELO EMPREGADOR NÃO ABRANGIDOS PELA ISENÇÃO FISCAL ESTABELECIDA NA LEI 7.713/88. PRECEDENTE DA PRIMEIRA SEÇÃO DESTA CORTE.
1. omissis.
2. omissis.
3. omissis.
4. Ademais, apesar dos valores em discussão terem sido pagos através de entidade de previdência privada, eles são provenientes de depósitos vertidos ao fundo exclusivamente pela empregadora (CEF), ***quantias que são normalmente sujeitas à incidência do imposto de renda, uma vez que não foram abrangidas pela isenção estabelecida no inciso VII do artigo 6º da Lei n. 7.713/88.***
5. ***A importância que é paga aos participantes de plano de previdência privada, mas que se originam de recolhimentos efetuados pelos empregadores/patrocinadores/instituidores,*** *e que assim não decorram de contribuições vertidas pelos próprios beneficiados,* ***está normalmente sujeita à incidência do imposto de renda, uma vez que não alcançada pela isenção estabelecida na Lei n. 7.713/88.*** *Precedente: Embargos de Divergência n. 628.535/RS, desta relatoria, Primeira Seção, DJ de 27/11/2006.*
6. Recurso especial não-provido."
(REsp 908.914/MG, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21.08.2007, DJ 06.09.2007 p. 215)

"TRIBUTÁRIO E PROCESSO CIVIL . IRPF. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEIS 7.713/88 (ART. 6º, VII, B) E 9.250/95 (ART. 33) E MP 2.159-70/01. INCIDÊNCIA SOBRE O BENEFÍCIO. BIS IN IDEM.
1. O recebimento da complementação de aposentadoria e o resgate das contribuições recolhidas para entidade de previdência privada no período de 1º.01.1989 a 31.12.1995 não constituíam renda tributável pelo IRPF, por força da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei 7.713/88, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 9.250/95. ***Em contrapartida, as contribuições vertidas para tais planos não podiam ser deduzidas da base de cálculo do referido tributo, sendo, portanto, tributadas.***
2. Com a edição da Lei 9.250/95, alterou-se a sistemática de incidência do IRPF, passando a ser tributado o recebimento do benefício ou o resgate das contribuições, por força do disposto no art. 33 da citada Lei, e não mais sujeitas à tributação as contribuições efetuadas pelos segurados.
3. A Medida Provisória 1.943-52, de 21.05.1996 (reeditada sob o nº 2.159-70), determinou a exclusão da base de cálculo do imposto de renda do "valor do resgate de contribuições de previdência privada, cujo ônus tenha sido da pessoa física, recebido por ocasião de seu desligamento do plano de benefícios da entidade, que corresponder às parcelas de contribuições efetuadas no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995" (art. 8º), evitando, desta forma, o bis in idem.
4. Da mesma forma, considerando-se que a complementação de aposentadoria paga pelas entidades de previdência privada é constituída, em parte, pelas contribuições efetuadas pelo beneficiado, deve ser afastada sua tributação pelo IRPF, até o limite do imposto pago sobre as contribuições vertidas no período de vigência da Lei 7.713/88.
5. Questão pacificada pela 1ª Seção no julgamento do ERESP 621348/DF, Min. Teori Albino Zavascki, DJ 12.12.2005.
6. Recurso especial a que se nega provimento."
(REsp 881.544/RJ, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16.08.2007, DJ 30.08.2007 p. 223)

"TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. VALORES PAGOS POR INSTITUIÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE A IMPORTÂNCIA QUE CORRESPONDA AO RECOLHIMENTO EFETUADO PELO PATROCINADOR/INSTITUIDOR/EMPREGADOR. LIMITAÇÃO DA ISENÇÃO FISCAL ESTABELECIDA NA LEI 7.713/88 AO VALOR REFERENTE AOS DEPÓSITOS REALIZADOS PELO PRÓPRIO PARTICIPANTE. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA AJUIZADOS PELA FAZENDA NACIONAL PROVIDOS.
1. Cuida-se de embargos de divergência apresentados pela Fazenda Nacional, sob o argumento de divergência pretoriana, no que se refere ao valor de complementação de aposentadoria pago por entidade de previdência privada que pode ser objeto de tributação pelo imposto de renda, uma vez que o acórdão embargado (pronunciado pela 2 ª Turma desta Corte) dispôs que, recolhidas as contribuições (1/3 dos participantes e 2/3 do empregador), não há como identificar diferença ou percentual para incidência de imposto, sob pena de se realizar bitributação, enquanto que o julgado paradigma (pronunciado pela 1ª Seção, nos Eresp 380.011/RS, DJ 02/05/2005, Rel. Min. Teori Zavascki), na mesma situação, aplicou entendimento diverso, segundo o qual, sendo o patrimônio das entidades fechadas de previdência privada formado, também, por contribuições recolhidas pelo patrocinador/instituidor e por resultados superavitários de suas operações (e não apenas pelas quantias recolhidas pelos participantes), se a importância que couber por rateio a cada participante for superior ao das respectivas contribuições, o excesso constitui acréscimo patrimonial e, como tal, valor tributável pelo imposto de renda.
2. Com efeito, no que se refere à tributação em imposto de renda de valores pagos por entidade de previdência privada, o atual entendimento jurisprudencial deste Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que, em razão da isenção conferida pela Lei 7.713/88 (período de 01/01/89 a 31/12/95), não há incidência desse tributo sobre o montante que corresponda ao efetivo valor que o participante depositou. De tal maneira, o favor fiscal possui como limite as contribuições realizadas pelo participante/beneficiado.
3. Todavia, a importância que é paga aos participantes, mas que se originam de recolhimentos efetuados pelos empregadores/patrocinadores/instituidores, e que assim não decorram do beneficiado, está normalmente sujeita à incidência do imposto de renda, uma vez que não alcançada pela isenção estabelecida na Lei 7.713/88. Precedentes: Resp 865.013/RN, DJ 25/09/2006, Rel. Min. Castro Meira; Eresp 621.348/DF, DJ 11/09/2006, Rel. Min. Teori Albino Zavascki; Edcl no Eresp 703.343/DF, DJ 02/10/2006, de minha relatoria.
4. Embargos de divergência providos, para o fim de que, uniformizando o tratamento legal aplicado ao tema, seja reconhecido que a isenção fiscal conferida pela Lei 7.713/88 (01/01/89 a 31/12/95) ***alcança, tão-somente, os valores pagos por instituição de previdência privada que corresponda às contribuições vertidas pelo próprio beneficiado/participante."***
(EREsp 628535/RS, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08.11.2006, DJ 27.11.2006 p. 236)

Assim, estando o acórdão recorrido em sintonia com o atual entendimento deste Tribunal Superior, não se pode falar em ofensa a dispositivo infraconstitucional, tampouco cogitar de dissenso jurisprudencial, afastado este pela Súmula 83/STJ.
Diante do exposto, **nego provimento ao Agravo de Instrumento.**
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(2994)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.272 - SP (2007/0167105-0)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: REGINA CELI PEDROTTI VESPERO FERNANDES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MAZBRA S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
ADVOGADO	: CINTHIA MACERON STEPHANI E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão que deixou de admitir Recurso Especial (art. 105, III, alínea "a", "c", da CF), no qual se alega violação do artigo 166, do Código Tributário Nacional, além de divergência jurisprudencial.
A agravante sustenta, em síntese, que a executada, não possui legitimidade ativa para pleitear a redução do ICMS de 18% para 17%, pois estaria buscando a compensação por algo que efetivamente foi pago por outro (fl. 71).

O Tribunal *a quo* decidiu que: "*não é aceitável a alegação de que, como o contribuinte de fato arcou com a majoração da alíquota, pode a Fazenda também exigi-la, ainda que declarada inconstitucional. A exigência é ilegal, independentemente de qualquer indagação a respeito de quem arcou com o ônus financeiro do tributo.*"(Fl. 57).
Contraminuta apresentada (fl. 89-92).
É o **relatório.**

Decido.
A irresignação não merece prosperar.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou jurisprudência de que se exige prova do fenômeno da repercussão tão-somente nas hipóteses de repetição de indébito ou de compensação de tributos. Logo, a redução da alíquota do ICMS, em sede de Execução Fiscal, por ter sido sua majoração de 17% para 18% considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, não implica exigência da demonstração de haver o embargante assumido o encargo ou de tê-lo transferido a terceiros.
Desse modo, não merece prosperar o recurso, uma vez que o Tribunal local dirimiu a controvérsia em perfeita harmonia com a orientação desta Corte, inexistindo ofensa à legislação apontada.
Nesse sentido:

"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - ICMS - DIREITO DECORRENTE DA INCONSTITUCIONAL MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTA DE 17% PARA 18% PELA LEI 6.556/89 - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - ART. 166 DO CTN - PROVA DA NÃO-REPERCUSSÃO - DESCABIMENTO.
1. O art. 166 do CTN se aplica unicamente nos casos de repetição de indébito, não podendo ser invocado quando a discussão em torno da legalidade do crédito tributário se dá nos embargos à execução fiscal, em que o objetivo do embargante cinge-se ao não pagamento ou à redução da quantia executada. Nesse caso, é totalmente descabida a exigência da prova do não repasse do encargo financeiro, pois não houve, ainda, pagamento do tributo executado.
2. Embargos de divergência improvido"
(EREsp 785819 / SP; Rel.Min. ELIANA CALMON, S1 - PRIMEIRA SEÇÃO, DJ 19.06.2006 p. 92)

Incide, na espécie, a Súmula 83/STJ: *"Não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.".*
Diante do exposto, **nego provimento ao Agravo de Instrumento.**
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 12 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(2995)
AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 928490 - SP (2007/0157993-3)

RELATORA	**: MIN. ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: RAPHAEL RIVALDO DE CARA
ADVOGADO	: SEBASTIÃO BOTTO DE BARROS TOJAL E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: INAIÁ BRITTO DE ALMEIDA E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECURSO ESPECIAL - FALTA DE PREQUESTIONAMENTO (SÚMULA 282/STF) - DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial.
Sustenta-se no agravo que estão presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, merecendo reforma a decisão impugnada.

DECIDO:

Observo que os dispositivos legais tidos por violados no especial, quais sejam, os arts. 121, § único, II, 134, VII e 135, III do CTN, não foram objeto de análise pela Corte de origem, o que faz incidir o óbice da Súmula 282/STF, por absoluta falta de prequestionamento. Resta, pois, prejudicado o dissídio jurisprudencial.
Com estas considerações, **NEGO PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO**, nos termos do art. 544 do CPC c/c o art. 254, I, do RISTJ.

Brasília-DF, 25 de setembro de 2007.

MINISTRA ELIANA CALMON
Relatora

(2996)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.760 - SP (2007/0168988-5)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: ERALDO PEREIRA DA COSTA
ADVOGADO	: DOMINGOS DE TORRE

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que não admitiu o Recurso Especial (art. 105, III, "a",da CF), no qual se alega violação do art.535, II, do CPC; do art. 5º, do Decreto-Lei 2.472/88; dos arts. 45, §§ 1º e 2º, e 50, do Decreto 646/92, aduzindo que o agravado não teria direito à inscrição como despachante aduaneiro, por não estar habilitado para tal mister.
A agravante sustenta, em síntese, estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade do recurso.
Contraminuta apresentada às fls. 102-105.
É o **relatório.**

Decido.
Inicialmente, a alegada ofensa ao art. 535, do CPC, não se configura, haja vista ter o Tribunal de origem julgado integralmente a lide, solucionando a questão dita controvertida tal como lhe foi apresentada. Não é o órgão julgador obrigado a rebater um a um todos os argumentos trazidos pelas partes, visando à defesa da tese que apresentaram. Deve, apenas, enfrentar a controvérsia, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, 2ª Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13/08/2007; e, REsp 855.073/SC, 1ª Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28/06/2007.
Quanto à questão de mérito, o inconformismo não deve ser acolhido, porque o Tribunal Regional Federal da 3ª Região resolveu a controvérsia em perfeita harmonia com a orientação desta Corte:

"ADMINISTRATIVO. DESPACHANTE ADUANEIRO. COMISSÁRIAS. CREDENCIAMENTO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284/STF. LIMITAÇÃO AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL. IMPOSSIBILIDADE.
1. Alegação genérica de ofensa a lei federal não é suficiente para delimitar a controvérsia, sendo necessária a especificação do dispositivo legal considerado violado (Súmula n. 284 do STF).
2. Cumpridos os requisitos legais para o exercício das atribuições de despachante aduaneiro, é vedado à Administração formular outras exigências por intermédio de ato administrativo.
3. As comissárias de despacho que vinham exercendo licitamente o desembaraço aduaneiro por mais de dois anos têm direito à inscrição no Registro de Despachantes Aduaneiros (REsp n. 138.481/SC, relator Ministro Humberto Gomes de Barros).
4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido." (REsp 392.454/PR, Relator Ministro João Otávio de Noronha, DJ de 29.03.2006).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. DESPACHANTE ADUANEIRO. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL INATACADO. JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA. SÚMULAS 83 E 126/STJ.
1. "É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário" (Súmula 126/STJ).
2. Acha-se pacificado nesta Corte que, cumpridos os requisitos legais para habilitação de despachante aduaneiro ao exercício do cargo, é vedado à Administração formular outras exigências por intermédio de ato administrativo, extrapolando os termos de norma hierarquicamente superior.
3. "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida" (Súmula 83/STJ).
4. Recurso especial não conhecido." (REsp 151.020/SP, Relator Ministro Castro Meira, DJ de 01.07.2005).
Por tudo isso, **nego provimento ao Agravo de Instrumento.**
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 11 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(2997)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.083 - PR (2007/0156504-7)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO DE ULTRA-SOM DE LONDRINA S/S LTDA
ADVOGADO	: CARLOS EDUARDO CORRÊA CRESPI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: BERENICE FERREIRA LAMB E OUTRO(S)

EMENTA

DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. COFINS. SOCIEDADE CIVIL. ISENÇÃO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.
1. O STF tem reconhecido que o conflito entre lei complementar e lei ordinária - como é o caso da alegada revogação da Lei Complementar 70/91 pela Lei 9.430/96 - possui natureza constitucional.
2. A jurisprudência desta Corte adotou o entendimento de que os honorários advocatícios são passíveis de modificação na instância especial tão-somente quando se mostrarem irrisórios ou exorbitantes.
3. Não sendo desarrazoada a verba honorária, sua majoração ou redução importa, necessariamente, no revolvimento dos aspectos fáticos do caso, o que é defeso no âmbito do apelo nobre, a teor da Súmula 07/STJ.
4. Agravo de instrumento não provido.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento que visa destrancar recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado:

"COFINS. EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS. ISENÇÃO. LEI COMPLEMENTAR Nº 70/91, ART. 6º, INC. II. REVOGAÇÃO. LEI ORDINÁRIA. POSSIBILIDADE.
1. De acordo com os ditames da Constituição Federal de 1988, a lei complementar só é exigida para a instituição de novas fontes de custeio da Social (art. 195, § 4º). No caso da COFINS, cujo fundamento de validade encontra-se no texto constitucional (art. 195, inc. I), viável a sua regulamentação por meio de lei ordinária.
2. Inexiste hierarquia entre leis ordinária e complementar. A lei complementar, submetida a '*quorum*' especial, encontra âmbito de atuação restrito, destinando-se a regular matérias expressamente discriminadas pela Constituição.
3. Assim, admitindo-se que a Lei Complementar nº 70/91 contém norma 'materialmente' ordinária, ou seja, em que não exigida a aprovação por maioria absoluta, mostra-se viável a alteração da matéria por meio de lei ordinária.
4. O art. 56 da Lei nº 9.430/96 revogou tacitamente a isenção da COFINS prevista no art. 6º, inc. II, da Lei Complementar nº 70/91.
5. Apelação improvida" (40).

Sustenta-se afronta ao art. 6º, II, da Lei Complementar 70/91; art. 1º do Decreto-Lei 2.397/87; art. 20, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil - CPC. Suscita-se, ainda, divergência jurisprudencial.
É o relatório. Decido.
Não merece prosperar a irresignação recursal.
O STF tem reconhecido que o conflito entre lei complementar e lei ordinária - como é o caso da alegada revogação da Lei Complementar 70/91 pela Lei 9.430/96 - possui natureza constitucional, sendo inviável sua análise no âmbito do recurso especial.
Destaco os seguintes precedentes do Supremo Tribunal Federal:

"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. COFINS. ISENÇÃO. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA. PRECEDENTES.
I - O conflito entre lei complementar e lei ordinária possui natureza constitucional, pelo que a sua análise pelo Superior Tribunal de Justiça configura usurpação de competência desta Corte.
II - Agravo improvido" (RE-AgR 480.145/SC, Rel. Min. Ricardo Lewandovski, DJU de 24.11.06);

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. COFINS. ISENÇÃO. POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO POR LEI ORDINÁRIA. PRECEDENTES.
I - A revogação, por lei ordinária, da isenção da COFINS, concedida pela LC 70/91 às sociedades civis de prestação de serviços profissionais, é constitucionalmente válida. Precedentes.
II - O conflito entre lei complementar e lei ordinária possui natureza constitucional.
III - Embargos de declaração convertidos em agravo regimental a que se nega provimento" (EDcl no RE 327.418/SC, Rel. Min. Ricardo Lewandovski, DJU de 24.11.06);

"EMENTA: TRIBUTÁRIO. SOCIEDADE CIVIL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS. CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS. REVOGAÇÃO DE ISENÇÃO POR LEI ORDINÁRIA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que a revogação da isenção do recolhimento da Cofins concedida pela Lei Complementar n. 70/91 por lei ordinária não afronta o princípio da hierarquia das leis" (RE-AgR 494.524/RJ, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJU de 02.02.07).

No mesmo sentido, o seguinte julgado desta Corte:

"PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. PIS E COFINS. COOPERATIVAS DE CRÉDITO. ISENÇÃO. INCOMPATIBILIDADE ENTRE LEI COMPLEMENTAR E LEI ORDINÁRIA SUPERVENIENTE. MATÉRIA DE ÍNDOLE CONSTITUCIONAL. PRECEDENTES DO STF.
1. Não viola o art. 535 do CPC, nem importa negativa de prestação jurisdicional, o acórdão que, mesmo sem ter examinado individualmente cada um dos argumentos trazidos pelo vencido, adotou, entretanto, fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia posta.
2. A controvérsia a respeito da incompatibilidade entre lei ordinária e lei complementar é de natureza constitucional, já que a invasão, por lei ordinária, da esfera de competência reservada constitucionalmente à lei complementar, acarreta a sua inconstitucionalidade, e não a sua ilegalidade. Precedentes do STF.
3. Assim, a discussão sobre a Lei Complementar nº 70/91 ser materialmente ordinária, bem como a respeito da recepção com caráter de lei complementar da Lei 5.764/71 é de índole constitucional, sendo vedada sua apreciação em recurso especial. Precedentes: RESP 825.648/RS, 1ª T., Rel. p/ o acórdão Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 01.02.2007.
4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, desprovido" (REsp 931.025/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJU de 21.06.07).

Em relação aos honorários advocatícios, a jurisprudência desta Corte adotou o entendimento de que são passíveis de modificação na instância especial tão-somente quando se mostrarem irrisórios ou exorbitantes. Não é o caso dos autos, em que a verba foi fixada em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.
Não sendo desarrazoada a verba honorária, sua redução importa, necessariamente, no revolvimento dos aspectos fáticos do caso, o que é defeso no âmbito do apelo nobre, a teor da Súmula 07/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

Neste sentido, os seguintes precedentes:

"PROCESSO CIVIL - HONORÁRIOS DE ADVOGADO - BASE DE CÁLCULO - POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL.
1. O STJ não pode alterar o valor dos honorários, fixados em consideração ao que se devolveu no processo, pela impossibilidade de reexaminar fatos em sede de recurso especial - Súmula 7/STJ. (Precedentes AgRg no EResp 685.976/SC, rel. Min. Felix Fischer, Corte Especial).
2. Em especialíssimas situações, a mesma Corte Especial tem afastado a Súmula 7/STJ para alterar, para mais ou para menos, o valor dos honorários, quando evidenciada na tese abstraída do recurso a condenação ínfima ou exorbitante. (Precedentes AgRg na Pet 4.408/SP, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, Corte Especial; EResp 388.597/SP, rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Corte Especial).
3. A hipótese antecedente não admite que o STJ exerça juízo de eqüidade em sede de recurso especial, como permitido pelo legislador no art. 20, § 4º, do CPC, levando em consideração as alíneas do § 3º, do mesmo artigo do CPC.
4. A fixação de honorários, com base no art. 20, § 4º, do CPC, não encontra limites nos percentuais mínimo e máximo de que fala o § 3º, art. 20, do CPC, podendo ser superior a 10% (dez por cento). (Precedentes EResp 599.796/DF, rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Seção; EResp 516.621/RN, rel. Min. Gilson Dip, Terceira Seção).
5. Quando os honorários são fixados tomando como parâmetro o juízo de eqüidade do art. 20, § 3º, alíneas 'a', 'b' e 'c', do CPC, pode o julgador estabelecer como base de cálculo o valor da causa , o valor da condenação ou, ainda, arbitrar valor fixo. 6. Recurso especial improvido" (REsp 604.049/RS, Rel. p/ Acórdão Min. Eliana Calmon, DJU de 04.12.06);

"PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL - EXECUÇÃO DE SENTENÇA - EMBARGOS DO DEVEDOR - PROCEDÊNCIA - HONORÁRIOS DEVIDOS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA - VALOR - REEXAME - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULA 07 STJ - PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL (REsp 494.377/SP).
- Salvo hipótese de valor irrisório ou exorbitante, descabe a esta eg. Corte o reexame do valor fixado a título de verba honorária, porque importaria na reapreciação dos elementos de fato influenciarem as instâncias de origem, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do disposto na Súmula 07/STJ.
- Entendimento firmado pela eg. Corte Especial (Eresp 494.377/SP).
- Recurso especial não conhecido" (REsp 433.723/RS, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJU de 13.02.06).

Ante o exposto, **nego provimento ao agravo de instrumento.**
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(2998)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.466 - SP (2007/0153894-8)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ
PROCURADOR	: MÔNICA M HERNANDES DE ABREU VICENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARCOS PARENTE DIAS
ADVOGADO	: ELISABETE LIRA QUELHAS MONTAÑO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 07/STJ.
1. Firmada na instância ordinária a existência de prova pré-constituída a amparar o direito líquido e certo postulado pelo autor do mandado de segurança, a modificação deste entendimento demandaria reexame fático-probatório. Aplicação da Súmula 07/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".
2. Agravo de instrumento não provido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento que visa destrancar recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado:

"AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA.
Multa eivada de vício e anulada pela sentença.
Procedimento administrativo igualmente eivado de vício.
RECURSO E REMESSA DE OFÍCIO IMPROVIDOS" (fl. 198).

Indica-se ofensa aos arts. 1º e 8º da Lei nº 1.533/51.
É o relatório. Decido.
Firmada na instância ordinária a existência de prova pré-constituída a amparar o direito líquido e certo postulado pelo autor do mandado de segurança, a modificação deste entendimento demandaria reexame fático-probatório. Por conseguinte, aplica-se a Súmula 07/STJ, que enuncia:

"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Ante o exposto, **nego provimento ao agravo de instrumento.**
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(2999)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.521 - RO (2007/0170170-2)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: SELMA FONTENELE DO NASCIMENTO E OUTROS
ADVOGADO	: MARCOS ANTÔNIO ARAÚJO DOS SANTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DE RONDÔNIA
PROCURADOR	: EVANIR ANTÔNIO DE BORBA E OUTRO(S)

DECISÃO

ADMINISTRATIVO - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO - REEXAME DE PROVA - SÚMULA 7/STJ.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial.
Sustenta-se que estão presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, merecendo reforma a decisão impugnada.

DECIDO:

Verifica-se que o recurso, da forma como apresentado, enseja o revolvimento de premissa fática adotada pelo Tribunal de origem, providência vedada em sede de especial, nos termos da Súmula 7/STJ. Com essas considerações, **NEGO PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO**, nos termos do art. 544, § 2º, do CPC.

Brasília-DF, 26 de setembro de 2007.

MINISTRA ELIANA CALMON
Relatora

(3000)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.677 - SP (2007/0153995-8)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: DJEMILE NAOMI KODAMA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RUBENS RODRIGUES E OUTRO
ADVOGADO	: LIGIA MONTEIRO NARAZZAKI E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão que deixou de admitir Recurso Especial (art. 105, III, "a", da CF), interposto em face de acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região nos termos da seguinte ementa:

"CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL DECRETO-LEI Nº 2.288/86. INCONSTITUCIONALIDADE. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. PROVA DOCUMENTAL.
Declarada a inconstitucionalidade do empréstimo compulsório instituído pelo DL nº 2.288/86 pelo C. Supremo Tribunal Federal - RE nº 121.336/ce - Rel. Min. Sepúlveda Pertence-DJ de 26.06.92, diploma legal que teve sua execução suspensa por meio da Re nº 50, de 09.10.95 do Senado Federal.
1. Há de ser considerado o termo inicial de contagem do prazo prescricional qüinqüenal, curvo-me à posição majoritária da Egrégia 2ª Seção desta Corte, e que vem sendo adotada por esta Turma, de que a contagem do prazo prescricional tem como termo "a quo" o primeiro dia do quarto ano posterior ao recolhimento da exação, "ex vi" do art. 16 do DL Nº 2.288/86, portanto finda-se em 06.10.96. Prejudicial de prescrição que se afasta.
2. A comprovação da propriedade do veículo no período de vigência do empréstimo compulsório de que se trata, é indispensável para instruir o pedido de repetição de indébito pelo critério da média nacional de consumo.
3. São documentos hábeis para tanto os originais ou cópias autenticadas do certificado de registro e licenciamento e/ou certidões, expedidos pelo DETRAN. A declaração de bens do Imposto de Renda, desde que acompanhada do respectivo recibo de entrega, assim como a guia de recolhimento do IPVS devem ser considerados documentos subsidiários (REsp nº 338.310/SP - Rel. Min. Eliana Calmon - j. Em 26.02.02).
4. Apelação da União Federal (Fazenda Nacional) e remessa parcialmente providas." (fl. 19).

A Fazenda Nacional, nas razões do REsp, alega violação dos arts. 156, I, 168, I, e 165, I, do CTN. Aduz, em síntese, que *"no caso dos tributos sujeitos ao lançamento por homologação o 'dies a quo' dos prazos de decadência e prescrição é a data do chamado 'pagamento antecipado', independentemente da ulterior homologação do lançamento, conforme se depreende-se do art. 150, º, do CTN."* (fl. 30).
A agravante sustenta que foram preenchidos os requisitos processuais para admissão do recurso.
Sem contraminuta.
É o **relatório.**

Decido.
Irretocável a decisão agravada, uma vez que o Tribunal local dirimiu a controvérsia, em perfeita sintonia com o entendimento desta Corte, o qual a propósito cito:

"RECURSO ESPECIAL - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - PRESCRIÇÃO - CINCO MAIS CINCO - PRECEDENTE DA SEÇÃO - AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
1. A Primeira Seção deste Superior Tribunal firmou entendimento de que o empréstimo compulsório sobre combustíveis é tributo sujeito a lançamento por homologação, e seu prazo decadencial só inicia quando decorridos cinco anos da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais cinco anos, a contar-se da homologação tácita do lançamento. Já o prazo prescricional inicia-se a partir da data em que foi declarada a inconstitucionalidade do diploma legal em que se fundou a citada exação.
Agravo regimental improvido."
(AgRg no REsp 854.631/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 19.04.2007, DJ 04.05.2007 p. 428, grifei).

"TRIBUTÁRIO. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. PRESCRIÇÃO. REDUÇÃO DOS VALORES DOS HONORÁRIOS. REEXAME DE CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS. SÚMULA 7/STJ.
1. Na hipótese de tributo sujeito a lançamento por homologação, o prazo para a propositura da ação de repetição de indébito é de 10 (dez) anos a contar do fato gerador, se a homologação for tácita (tese dos "cinco mais cinco"), e, de 5 (cinco) anos a contar da homologação, se esta for expressa.
2. omissis.
3. Recurso especial parcialmente conhecido e improvido."
(REsp 640.331/CE, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, DJ 08.02.2007, grifei).

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE COMBUSTÍVEIS. DECRETO-LEI N.º 2.288/86. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.
1. Versando a lide tributo sujeito a lançamento por homologação, como no caso do empréstimo compulsório sobre combustíveis, de que trata o Decreto-lei n.º 2.288/86, a prescrição da ação de repetição/compensação de valores indevidamente recolhidos deve obedecer o lapso prescricional de 05 (cinco) anos contados do término do prazo para aquela atividade vinculada, a qual, sendo tácita, também se opera num qüinqüênio.
2. O E. STJ reafirmou a cognominada tese dos 05 (cinco) mais 05 (cinco) para a definição do termo a quo do prazo prescricional, nas causas in foco, pela sua Primeira Seção no julgamento do EREsp n.º 435.835/SC, restando irrelevante para o estabelecimento do termo inicial da prescrição da ação de repetição e/ou compensação, a eventual declaração de inconstitucionalidade do tributo pelo E. STF.
3. Conseqüentemente, o prazo prescricional para a repetição ou compensação dos tributos sujeitos a lançamento por homologação começa a fluir decorridos 05 (cinco) anos, contados a partir da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais um qüinqüênio computado desde o termo final do prazo atribuído ao Fisco para verificar o quantum devido a título de tributo.
4. Embargos de divergência providos."
(EREsp 446.587/DF, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, DJ de 26/09/2005, p. 165, grifei).

Diante do exposto, **nego provimento ao Agravo de Instrumento.**
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(3001)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.034 - RJ (2007/0147990-1)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADVOGADO	: ISAAC MOTEL ZVEITER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PROMOTOS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADO	: GRACE PAES E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão que deixou de admitir Recurso Especial (art. 105, III, "a" e "c", da CF), no qual se alega violação dos arts. 165, 458, II e III, e 535, II, do CPC; dos arts. 11 e 12, do Decreto Federal 82.578/78; e, do art. 4º, da Lei 6.528/78.
No Recurso Especial, a agravante sustenta, em síntese, **a)** omissão do julgado em relação a pontos que sustenta absolutamente relevantes para a solução da controvérsia (fl. 325); **b)** nulidade do acórdão, ante a falta de fundamentação (fl. 326); **c)** negativa de aplicação de lei federal vigente; e, **d)** divergência jurisprudencial.
Os Embargos de Declaração opostos foram rejeitados (fl. 316-317).
Sem contraminuta (fl. 389).
É o **relatório.**

Decido.
A irresignação não merece prosperar.
Inicialmente, a alegada ofensa ao art. 535, do CPC, não se configura, haja vista ter o Tribunal de origem julgado integralmente a lide, solucionando a questão, dita controvertida, tal como lhe foi apresentada. Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes, visando à defesa da tese que apresentaram. Deve, apenas, enfrentar a controvérsia, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, 2ª Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13/08/2007; e, REsp 855.073/SC, 1ª Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28/06/2007.

De igual modo, no tocante à mencionada violação dos arts. 165 e 458, II e III, do CPC, o recurso não merece êxito, uma vez que o Tribunal *a quo* apreciou integralmente os temas pertinentes ao deslinde da controvérsia de forma clara, expressa e motivada. Incide, na hipótese, o enunciado da Súmula 211/STJ.
Nessa esteira:

"PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - ADMISSIBILIDADE - INFUNDADA ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 165; 535, I e II; 458, II do CPC - MATÉRIA CONSTITUCIONAL - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO (SÚMULA 211/STJ).
1. Não há ofensa aos arts.165; 535, I e II; 458, II do CPC, se o acórdão recorrido resolve satisfatoriamente a questão e adota fundamentação que lhe parece adequada, suficiente à solução da controvérsia, não tendo, necessariamente, que deliberar sobre questões novas, suscitadas via embargos de declaração.
(...)" (AgRg no REsp 507331/SC, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ 04.09.2006)
No que se refere a eventual divergência jurisprudencial a viabilizar o conhecimento do recurso pela alínea "c", do permissivo constitucional, melhor sorte não assiste à agravante, vez que não foram cumpridas as exigências do art. 255, § 2º, do RI/STJ, que determina o seguinte: *"o recorrente deverá transcrever os trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados."*. Requisito constante também no artigo 541, parágrafo único, do CPC.
Quanto à violação dos arts. 11 e 12, do Decreto Federal 82.578/78; e, do art. 4º, da Lei 6.528/78, o Tribunal de origem não analisou os dispositivos apontados como violados. Entendeu a Corte *a quo* que *"nos meses de março e abril, houve cobrança com base em consumo estimativo, e, conforme dispõe o Decreto nº 553/76, este é excepcional, necessitando da ocorrência de alguma daquelas situações ali previstas, tais como defeito no relógio medidor ou a manifesta dificuldade de acesso ao hidrômetro, o que não ocorreu no caso sub examine."* (Fl. 304). Incide, *in casu*, por analogia, o enunciado da Súmula 282, do STF.
Por tudo o exposto, **nego provimento ao Agravo de Instrumento.**
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(3002)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.047 - SP (2007/0171557-3)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AGRAVANTE	: ADEMARIO VIEIRA DE SOUZA
ADVOGADO	: LUIZ CARLOS LOPES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO	: GLAUCY PEREIRA DE MEDEIROS E OUTRO(S)

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO. ASSINATURA BÁSICA MENSAL DE TELEFONIA. ARTIGO 535 DO CPC. ARGÜIÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. COMPETÊNCIA DO STF.
1. Não merece conhecimento o recurso especial fulcrado em alegação genérica ao artigo 535 do Digesto Processual Civil. Aplicação da Súmula 284/STF.
2. "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal *a quo*" (Súmula 211/STJ).
3. Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça apreciar matéria de cunho constitucional, de competência exclusiva da Suprema Corte, nos termos do artigo 102 da Constituição Federal.
4. Agravo de instrumento não provido.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento que visa destrancar recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado:

"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO - TARIFA DE ASSINATURA MENSAL DE LINHA TELEFÔNICA FIXA - COBRANÇA - AUTORIZAÇÃO LEGAL E NO CONTRATO DE CONCESSÃO - RECURSO NÃO PROVIDO. A cobrança da tarifa básica ou da assinatura mensal decorrente da prestação do serviço de telefonia fixa está autorizada pela lei e pelo contrato de concessão. Ela remunera não só determinada quantidade de pulsos mensais, como também a permanente disponibilidade a cada usuário e com exclusividade, da linha telefônica para a realização e recebimento de ligações, além da manutenção do sistema como um todo. Sua inexigibilidade pela concessionária implicaria em inviabilização da própria prestação do serviço" (fl. 59).

Aduz-se que o aresto combatido afrontou os arts. 3º, 77 e 78 do Código Tributário Nacional; arts. 5º, II e XXXII, 93, IX, 145, II, 170, VI da Constituição Federal; art. 535 do Código de Processo Civil; arts. 46, 54, caput c/c seus §§ 3º e 4º da Lei nº 8.078/90; e a Lei nº 9.472/97.
É o relatório. Decido.
Inicialmente, no tocante ao art. 535 do CPC, cumpre ressaltar que o recorrente não apontou de modo preciso as omissões que poderiam influenciar no julgamento do presente apelo, o que impede o conhecimento do recurso especial nesta parte. Com efeito, esta Corte reconhe a impossibilidade de conhecer-se do apelo especial pela alegada violação do artigo 535 do CPC nos casos em que a argüição é genérica, por incidir a Súmula 284/STF, assim redigida:

"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

Ademais, observa-se que não houve carga decisória acerca dos os arts. 3º, 77 e 78 do Código Tributário Nacional, arts. 46, 54, caput c/c seus §§ 3º e 4º da Lei n.º 8.078/90, não sendo viável analisá-los em recurso especial, conforme o disposto no enunciado da Súmula 211/STJ, *in verbis*:

"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal *a quo*."

No que tange aos dispositivos constitucionais tidos por violados, registro a inviabilidade de sua análise na presente via, pois estar-se-ia desrespeitando a competência estabelecida no artigo 102, III, da Carta Magna.
Por fim, em relação à Lei 9.472/97, a agravante não especificou quais dispositivos da norma restaram violados, o que atrai o óbice da Súmula 284/STF.
Ante o exposto, **nego provimento ao agravo de instrumento.**
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3003)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.096 - SP (2007/0169453-0)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AGRAVANTE	: MARTINEZ E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	: RICARDO VENDRAMINE CAETANO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: DERLY BARRETO E SILVA FILHO E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. EXEGESE DE LEI LOCAL. SÚMULA 280/STF.
1. A ausência de prequestionamento impede o exame da suposta ofensa ao art. 10 da LC nº 87/96. Aplicação da Súmula 211/STJ: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal *a quo*".
2. O acolhimento da pretensão recursal demandaria a exegese de legislação estadual, procedimento cognitivo vedado na instância especial, consoante a Súmula 280/STF: "Por ofensa a direito local não cabe Recurso Extraordinário".
3. Agravo de instrumento não provido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento que visa destrancar recurso especial manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o qual denegou a segurança pleiteada pelo contribuinte por entender que a legislação paulista obstaria a restituição imediata do excedente da base de cálculo do ICMS em hipótese de venda a menor preço, sujeitando a pretensão autoral à "rigorosa verificação pela autoridade tributária, sendo de rigor a imposição de certo tempo para que a máquina administrativa seja posta em movimento" (fl. 21).
Aponta-se ofensa ao art. 10 da LC 87/96.
É o relatório. Decido.
Inicialmente, observa-se que não houve carga decisória acerca do dispositivo legal tido por violado, não sendo viável analisá-lo em recurso especial, conforme o disposto no enunciado da Súmula 211/STJ, *in verbis*: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal *a quo*".
Ademais, o acolhimento da pretensão recursal demandaria a exegese de legislação estadual, procedimento cognitivo vedado na instância especial, consoante a Súmula 280/STF: "Por ofensa a direito local não cabe Recurso Extraordinário".
Ante o exposto, **nego provimento ao agravo de instrumento.**
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3004)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.165 - SP (2007/0174166-1)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: UNILEVER BRASIL LTDA
ADVOGADO	: GRAZIELLA LACERDA CABRAL E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
AGRAVADO	: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS SEBRAE
ADVOGADO	: LENICE DICK DE CASTRO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que não admitiu Recurso Especial (art. 105, III, "a", da CF), no qual se alega violação do art. 3º, do CTN; e, dos arts. 5º, II, 111, 146, e 149, *caput*, 153, III, c/c art. 195, I, da CF, sob o argumento de que é ilegal a cobrança das Contribuições para o SEBRAE de empresas prestadoras de serviços.
A agravante sustenta, em síntese, estarem presentes os pressupostos de admissibilidade do Recurso Especial.
Contraminuta não apresentada, conforme certidão às fls. 177v.
É o **relatório.**

Decido.
Quanto ao art. 3º, do CTN, verifica-se que o Tribunal local, apesar dos Embargos de Declaração opostos pela parte, não emitiu juízo acerca da matéria, razão pela qual a questão não merece ser conhecida. Incidência da Súmula 211/STJ.
No tocante aos artigos da Constituição Federal, não logra êxito o apelo, haja vista o Recurso Especial não ser meio hábil para se analisar suposta contrariedade a dispositivos constitucionais, tarefa essa atribuída à Suprema Corte, segundo dispõe o art. 102, inc. III, da Carta Magna. Assim vem se pronunciando este eg. Tribunal:

"*PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - TESE DESENVOLVIDA EM TORNO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL - FALTA DE PREQUESTIONAMENTO.*
1. Ao Superior Tribunal de Justiça compete, em sede de recurso especial, o exame da infringência à legislação federal bem como a uniformização da interpretação que se lhe confere. Essa é a inteligência do art. 105, III, "a", "b" e "c" da CF/88.
2. O exame de matéria constitucional em sede de instância extraordinária é incumbência atribuída ao Supremo Tribunal Federal, que, nos termos do art. 102, III, da CF/88, julga as causas decididas em única ou última instância mediante recurso extraordinário.
3. (...)
4. (...)
5. Agravo regimental improvido."(AgRg no REsp 824470/RS, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ 29.06.2006).

No mais, irretocável a decisão recorrida, uma vez que a Primeira Seção desta Corte pacificou o entendimento que reconhece a legitimidade da cobrança das Contribuições Sociais das empresas prestadoras de serviços, enquadradas no plano sindical da Confederação Nacional do Comércio, conforme art. 577, da CLT.
Nesse sentido cito:

"TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÕES AO SESC E AO SENAC. PRESTADORAS DE SERVIÇOS. ALTERAÇÃO NO POSICIONAMENTO DA PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ. RESP N.º 431347/SC, UNÂNIME.
1. As empresas prestadoras de serviços estão incluídas dentre aquelas que devem recolher , a título obrigatório , contribuição para o SESC e para o SENAC, porquanto enquadradas no plano sindical da Confederação Nacional do Comércio, consoante a classificação do artigo 577 da CLT e seu anexo , recepcionados pela Constituição Federal (art. 240) e confirmada pelo seu guardião, o STF, a assimilação no organismo da Carta Maior.
2. As Contribuições referidas visam à concretizar a promessa constitucional insculpida no princípio pétreo da 'valorização do trabalho humano" encartado no artigo 170 da Carta Magna ("A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, (...)")
3. As prestadoras de serviços que auferem lucros são, inequivocamente estabelecimentos comerciais, quer por força do seu ato constitutivo, oportunidade em que elegeram o regime jurídico próprio a que pretendiam se submeter, quer em função da novel categorização desses estabelecimentos, à luz do conceito moderno de empresa.
4. O SESC e o SENAC tem como escopo contribuir para o bem estar social do empregado e a melhoria do padrão de vida do mesmo e de sua família, bem como implementar o aprimoramento moral e cívico da sociedade , beneficiando todos os seus associados, independentemente da categoria a que pertençam;
5. À luz da regra do art. 5º, da LICC - norma supralegal que informa o direito tributário, a aplicação da lei, e nesse contexto a verificação se houve sua violação passa por esse aspecto teleológico-sistêmico - impondo-se considerar que o acesso aos serviços sociais, tal como preconizado pela Constituição, é um "direito universal do trabalhador", cujo dever correspectivo é do empregador no custeio dos referidos benefícios.
6. Consectariamente, a natureza constitucional e de cunho social e protetivo do empregado, das exações sub judice, implica que o empregador contribuinte somente se exonere do tributo, quando integrado noutro serviço social, visando a evitar relegar ao desabrigo os trabalhadores do seu segmento, em desigualdade com os demais, gerando situação anti-isonômica e injusta.
7. A pretensão de exoneração dos empregadores quanto à contribuição compulsória em exame, recepcionada constitucionalmente, em benefício dos empregados, encerra arbítrio patronal, mercê de gerar privilégio abominável aos que através a via judicial pretendem dispor daquilo que pertence aos empregados, deixando à calva a ilegitimidade da pretensão deduzida.
8. Agravo Regimental improvido." (AGREsp 438.724/DF, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª Turma, unânime, DJ 17/03/2003, pág. 186) .

"TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA O SESC E SENAC. EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO NO RAMO DE ANÁLISES CLÍNICAS E ATIVIDADES CIENTÍFICAS AFINS. EXIGIBILIDADE.
1. Discute-se nos presentes autos se, empresa prestadora de serviços no ramo de análises clínicas e atividades científicas afins, está obrigada ao recolhimento de contribuições para o SESC e SENAC.

2. Consoante posicionamento jurisprudencial desta Corte, tais contribuições são devidas pelas empresas ligadas à Confederação Nacional do Comércio, cujo enquadramento é dado pelo artigo 577, da CLT, e seu quadro anexo.
3. Considerando que o serviço de análises clínicas se encontra abrangido pelo quadro da Confederação Nacional do Comércio, a empresa que o desenvolve está obrigada ao recolhimento das contribuições em epígrafe.
4. Recurso conhecido em parte, e nessa, desprovido." (REsp 499599 / RS, Relator Ministro JOSÉ DELGADO, DJ 20.10.2003).

Diante do exposto, **nego provimento ao Agravo de Instrumento.**
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(3005)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.357 - SP (2007/0164427-8)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JÚLIO CÉSAR CASARI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PALMAS DE MALLORCA SERVIÇOS DE TURISMO E HOTELARIA LTDA
ADVOGADO	: LUÍS CARLOS CIOFFI BALTRAMAVICIUS E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 182/STJ.
1. A ausência de impugnação a fundamento da decisão agravada referente à impossibilidade de proceder-se a reexame fático-probatório na instância especial obsta o conhecimento do agravo de instrumento, nos termos da Súmula 182/STJ.
2. Agravo de instrumento não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento a recurso especial sob os seguintes fundamentos:
a) a existência de remansosa jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça no mesmo sentido do acórdão guerreado;
b) a necessidade de reexame fático-probatório para que a ora agravante lograsse êxito em seu apelo, o que é vedado pela Súmula 07/STJ.

A agravante deixou de combater efetivamente um dos pontos em que se fundou a decisão agravada, a saber, a aplicação no caso vertente do óbice inscrito na Súmula 07/STJ, o que inviabiliza a apreciação do apelo extremo.
Não deve a agravante limitar-se a afirmar o desacerto da decisão agravada, mas há de confrontar os argumentos nela desenvolvidos com aqueles que entende serem os corretos. Em conseqüência, está obrigada a impugnar todos os pontos da decisão agravada.
A respeito do tema, aplica-se, por analogia, o disposto na Súmula 182/STJ:
"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada".
Nesse sentido, os seguintes precedentes:
"AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - MULTA - DEPÓSITO PRÉVIO - ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 151, III, DO CTN - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA - APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 182 DESTA CORTE SUPERIOR - PRECEDENTES.
A petição de agravo de instrumento que não impugna **todos os fundamentos** da decisão denegatória de prosseguimento de recurso especial não merece conhecimento ante o óbice imposto pela Súmula n. 182 deste egrégio Superior Tribunal de Justiça, aplicada, *mutatis mutandis*, ao caso *sub examen*, conforme pacífico entendimento desta Corte.
Agravo regimental improvido" (Ag 494.898, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 25.04.05);

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INÉPCIA. RECURSO NÃO CONHECIDO. SÚMULA 182/STJ.
1. É inepta a petição de agravo de instrumento interposto com base no art. 544 do CPC, que não impugna especificamente **todos os fundamentos** da decisão recorrida. Súmula 182/STJ.
2. Agravo de Instrumento não conhecido" (Ag 519.039/MG, Rel. Min. Luiz Fux, DJU de 1º.12.03).

Ante o exposto, **não conheço do agravo de instrumento.**
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3006)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.505 - PR (2007/0158184-6)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: ITAOCARA CONSTRUÇOES CIVIS LTDA
ADVOGADO	: ADIRSON DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

TRIBUTÁRIO - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - SÚMULA 211/STJ - CONTRIBUIÇÃO DESTINADA AO INCRA - LEI 2.613/55 (ART. 6º, § 4º) - DL 1.146/70 - LC 11/71 - NATUREZA JURÍDICA E DESTINAÇÃO CONSTITUCIONAL - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE - LEGITIMIDADE DA EXIGÊNCIA MESMO APÓS AS LEIS 8.212/91 E 8.213/91.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial.
Sustenta-se no agravo que estão presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, merecendo reforma a decisão impugnada.

DECIDO:

Atendidos os requisitos do art. 544, § 1º, do CPC quanto à formação do instrumento e estando presentes as peças obrigatórias e necessárias à compreensão da controvérsia, passo a examinar o recurso especial, com amparo no art. 544, § 3º, do CPC.
Interposto recurso especial, com fulcro nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, aponta a recorrente, além de divergência jurisprudencial, violação do art. 66 da Lei 8.383/91 e do art. 89, §§ 4° e 6°, da Lei 8.212/91, defendendo a viabilidade da compensação entre a contribuição do INCRA e os valores recolhidos a título de contribuição destinada ao INSS. Defende, ainda, a incidência de correção monetária.
Preliminarmente, verifica-se que os dispositivos indicados no especial não restaram examinados pelo Tribunal de origem, atraindo, assim, a incidência da Súmula 211/STJ. Configurado o dissídio, passo ao exame do recurso.
A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do EREsp 770.451/SC (acórdão ainda não publicado), após acirradas discussões, decidiu rever a jurisprudência sobre a matéria relativa à contribuição destinada ao INCRA.
Nesse julgamento, foi necessário analisar a natureza jurídica dessa contribuição e sua destinação constitucional e, após análise detida da legislação pertinente, concluiu-se que a exação não teria sido extinta, subsistindo até os dias atuais. Além disso, afastou-se a possibilidade de compensação dos valores indevidamente pagos a título de contribuição destinada ao INCRA com as contribuições devidas sobre a folha de salários para as demandas em que não estava mais em discussão se a exação era devida ou não.
Para melhor compreensão, transcrevo as conclusões do voto por mim proferido:
1) a referibilidade direta NÃO é elemento constitutivo das CIDE's;
2) as contribuições especiais atípicas (de intervenção no domínio econômico) são constitucionalmente destinadas a finalidades não diretamente referidas ao sujeito passivo, o qual não necessariamente é beneficiado com a atuação estatal e nem a ela dá causa (referibilidade). Esse é o traço característico que as distingue das contribuições de interesse de categorias profissionais e de categorias econômicas;
3) as CIDE's afetam toda a sociedade e obedecem ao princípio da solidariedade e da capacidade contributiva, refletindo políticas econômicas de governo. Por isso, não podem ser utilizadas como forma de atendimento ao interesse de grupos de operadores econômicos;
4) a contribuição destinada ao INCRA, desde sua concepção, caracteriza-se como **CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO**, classificada doutrinariamente como **CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL ATÍPICA** (CF/67, CF/69 e CF/88 - art. 149);
5) o INCRA herdou as atribuições da SUPRA no que diz respeito à promoção da reforma agrária e, em caráter supletivo, as medidas complementares de assistência técnica, financeira, educacional e sanitária, bem como outras de caráter administrativo;
6) a contribuição do INCRA tem finalidade específica (elemento finalístico) constitucionalmente determinada de promoção da reforma agrária e de colonização, visando atender aos princípios da função social da propriedade e a diminuição das desigualdades regionais e sociais (art. 170, III e VII, da CF/88);
7) a contribuição do INCRA não possui REFERIBILIDADE DIRETA com o sujeito passivo, por isso se distingue das contribuições de interesse das categorias profissionais e de categorias econômicas;
8) o produto da sua arrecadação destina-se especificamente aos programas e projetos vinculados à reforma agrária e suas atividades complementares. Por isso, não se enquadram no gênero Seguridade Social (Saúde, Previdência Social ou Assistência Social), sendo relevante concluir ainda que:
8.1) esse entendimento (de que a contribuição se enquadra no gênero Seguridade Social) seria incongruente com o princípio da universalidade de cobertura e de atendimento, ao se admitir que essas atividades fossem dirigidas apenas aos trabalhadores rurais assentados com exclusão de todos os demais integrantes da sociedade;
8.2) partindo-se da pseudo-premissa de que o INCRA integra a "Seguridade Social", não se compreende por que não lhe é repassada parte do respectivo orçamento para a consecução desses objetivos, em cumprimento ao art. 204 da CF/88;
9) o único ponto em comum entre o FUNRURAL e o INCRA e, por conseguinte, entre as suas contribuições de custeio, residiu no fato de que o diploma legislativo que as fixou teve origem normativa comum, mas com finalidades totalmente diversas;
10) a contribuição para o INCRA, decididamente, não tem a mesma natureza jurídica e a mesma destinação constitucional que a contribuição previdenciária sobre a folha de salários, instituída pela Lei 7.787/89 (art. 3º, I), tendo resistido à Constituição Federal de 1988 até os dias atuais, com amparo no art. 149 da Carta Magna, não tendo sido extinta pela Lei 8.212/91 ou pela Lei 8.213/91.
Com essas considerações, nos termos do art. 544 c/c 557 do CPC, **DOU PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO para CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL,** mas **NEGAR-LHE SEGUIMENTO.**
Brasília-DF, 25 de setembro de 2007.

MINISTRA ELIANA CALMON
Relatora

(3007)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.708 - SP (2007/0167821-1)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AGRAVANTE	: JACK AND JILL SCHOOL S/C LTDA
ADVOGADO	: FABIO PALLARETTI CALCINI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: INAIÁ BRITTO DE ALMEIDA E OUTRO(S)

EMENTA

TRIBUTÁRIO. SISTEMA SIMPLES DE TRIBUTAÇÃO. ESTABELECIMENTO DE ENSINO.
1. Da dicção do inciso XIII do art. 9º da Lei 9.317/96, vigente quando a recorrida manifestou a opção pelo SIMPLES, depreende-se a vedação de os estabelecimentos de ensino ingressarem no programa, uma vez que ostentam a qualidade de pessoas jurídicas prestadoras de serviços de professor.
2. Se quando em vigor a Lei 9.317/96 fosse facultado aos estabelecimentos de ensino o acesso ao sistema de pagamento simplificado, não teria sentido a Lei 10.034/2000 excetuar da restrição as pessoas jurídicas dedicadas às atividades de creche, de pré-escola e de ensino fundamental, pois certamente já estariam contempladas com o benefício fiscal.
3. Agravo de instrumento não provido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento que visa destrancar recurso especial manejado em face de acórdão que entendeu pela impossibilidade da ora agravante optar pelo SIMPLES em virtude de ser seu estabelecimento dedicado à prestação de serviços de educação e ensino.
Alega-se ofensa ao art. 9º, XIII, da Lei 9.317/96.
É o relatório. Decido.
Da dicção do inciso XIII do art. 9º da Lei 9.317/96, vigente quando a recorrida manifestou a opção pelo SIMPLES, depreende-se a vedação de os estabelecimentos de ensino ingressarem no programa, uma vez que ostentam a qualidade de pessoas jurídicas prestadoras de serviços de professor.
Ora, se quando em vigor a Lei 9.317/96 fosse facultado aos estabelecimentos de ensino o acesso sistema de pagamento simplificado, não teria sentido a Lei 10.034/2000 excetuar da restrição as pessoas jurídicas dedicadas às atividades de creche, de pré-escola e de ensino fundamental, pois certamente já estariam contempladas com o benefício fiscal.
A propósito, confira-se:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO VIOLADO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284/STF. ESTABELECIMENTO DE ENSINO. OPÇÃO PELO SIMPLES. ART. 9º, XIII, DA LEI N. 9.317/96. IMPOSSIBILIDADE.
1. A interposição de recurso especial fundado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal exige a indicação da lei federal entendida como violada e de seu respectivo dispositivo, sob pena de não-conhecimento do apelo em razão de fundamentação deficiente. Incidência da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal.
2. Os estabelecimentos particulares de ensino não podem se beneficiar da opção pelo SIMPLES em face da vedação contida no art. 9º, XIII, da Lei n. 9.317/96.
3. O art. 1º da Lei n. 10.034/2000, ao excluir expressamente da restrição ao benefício fiscal da opção pelo SIMPLES os estabelecimentos de ensino que se dediquem às atividades de creche, pré-escolas e ensino fundamental, apenas abrandou a restrição imposta pela Lei n. 9.317/96.
4. Recurso especial conhecido parcialmente e improvido" (REsp 611.471/PR, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJU 24.05.07).

Ante o exposto, **nego provimento ao agravo de instrumento.**
Publique-se. Intime-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3008)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.422 - SP (2007/0167629-0)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AGRAVANTE	: APARECIDA SUELI GONÇALVES DOS SANTOS
ADVOGADO	: ANDRÉ CASTILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: FERNANDO NETTO BOITEUX E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 182/STJ.
1. A ausência de efetiva impugnação a fundamento da decisão agravada referente à existência de pacífica jurisprudência desta Corte no mesmo sentido do acórdão recorrido obsta o conhecimento do agravo de instrumento, nos termos da Súmula 182/STJ.
2. Agravo de instrumento não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento a recurso especial sob o fundamento de que o acórdão recorrido perfilha-se a iterativa jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça.
A agravante deixou de combater efetivamente o ponto em que se fundou a decisão agravada, o que inviabiliza a apreciação do apelo extremo. Não deve a agravante limitar-se a afirmar o desacerto da decisão agravada, mas há de confrontar os argumentos nela desenvolvidos com aqueles que entende serem os corretos. Em conseqüência, está obrigada a impugnar todos os pontos da decisão agravada.
A respeito do tema, aplica-se, por analogia, o disposto na Súmula 182/STJ:

"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada".

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - MULTA - DEPÓSITO PRÉVIO - ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 151, III, DO CTN - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA - APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 182 DESTA CORTE SUPERIOR - PRECEDENTES.
A petição de agravo de instrumento que não impugna **todos os fundamentos** da decisão denegatória de prosseguimento de recurso especial não merece conhecimento ante o óbice imposto pela Súmula n. 182 deste egrégio Superior Tribunal de Justiça, aplicada, *mutatis mutandis*, ao caso *sub examen*, conforme pacífico entendimento desta Corte.
Agravo regimental improvido" (AgA 494.898, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 25.04.05);

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INÉPCIA. RECURSO NÃO CONHECIDO. SÚMULA 182/STJ.
1. É inepta a petição de agravo de instrumento interposto com base no art. 544 do CPC, que não impugna especificamente **todos os fundamentos** da decisão recorrida. Súmula 182/STJ.
2. Agravo de Instrumento não conhecido" (AG 519.039/MG, Rel. Min. Luiz Fux, DJU de 1º.12.03).

Ante o exposto, **não conheço do agravo de instrumento.**
Publique-se. Intime-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3009)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.437 - SP (2007/0164236-0)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AGRAVANTE	: SERV- ORT SERVIÇOS ORTOPÉDICOS S/C LTDA
ADVOGADO	: FERNANDA CABELLO DA SILVA MAGALHÃES
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: FERNANDO NETTO BOITEUX E OUTRO(S)

EMENTA

DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. COFINS. SOCIEDADE CIVIL. ISENÇÃO. REVOGAÇÃO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF.
1. O STF tem reconhecido que o conflito entre lei complementar e lei ordinária - como é o caso da alegada revogação da Lei Complementar 70/91 pela Lei ordinária 9.430/96 - possui natureza constitucional.
2. Agravo de instrumento não provido.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento que visa destrancar recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado:

"CONSTITUCIONAL - TRIBUTÁRIO - COFINS - LEIS Nºs 9.430/96 e 9.718/98 - REVOGAÇÃO DE ISENÇÃO - POSSIBILIDADE.
1. É legítima a revogação da isenção do recolhimento da COFINS, por sociedade civil prestadora de serviços profissionais relativos ao exercício de profissão regulamentada, *ex vi* do art. 56 da Lei nº 9.430/96, porquanto passíveis de alteração por lei ordinária as normas veiculadas por lei complementar, sem que isto implique em ofensa ao princípio da hierarquia das leis.
2. Sob o mesmo fundamento, considerando os limites do pedido e a causa de pedir expostos na inicial, improcede a alegação de inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98.
3. Precedentes do C. Supremo Tribunal Federal. Orientação adotada pela Sexta Turma desta Corte Regional" (fl. 30).

Sustenta-se afronta ao art. 6º, II, da Lei Complementar 70/91. Suscita-se, ainda, dissídio jurisprudencial.
É o relatório. Decido.
Não merece prosperar a irresignação recursal.
O STF tem reconhecido que o conflito entre lei complementar e lei ordinária - como é o caso da alegada revogação da Lei Complementar 70/91 pela Lei 9.430/96 - possui natureza constitucional, sendo inviável sua análise no âmbito do recurso especial.
Destaco precedentes do Supremo Tribunal Federal:

"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. COFINS. ISENÇÃO. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA. PRECEDENTES.
I - O conflito entre lei complementar e lei ordinária possui natureza constitucional, pelo que a sua análise pelo Superior Tribunal de Justiça configura usurpação de competência desta Corte.
II - Agravo improvido" (RE-AgR 480.145/SC, Rel. Min. Ricardo Lewandovski, DJU de 24.11.06);
"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. COFINS. ISENÇÃO. POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO POR LEI ORDINÁRIA. PRECEDENTES.
I - A revogação, por lei ordinária, da isenção da COFINS, concedida pela LC 70/91 às sociedades civis de prestação de serviços profissionais, é constitucionalmente válida. Precedentes.
II - O conflito entre lei complementar e lei ordinária possui natureza constitucional.
III - Embargos de declaração convertidos em agravo regimental a que se nega provimento" (EDcl no RE 327.418/SC, Rel. Min. Ricardo Lewandovski, DJU de 24.11.06);

"EMENTA: TRIBUTÁRIO. SOCIEDADE CIVIL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS. CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS. REVOGAÇÃO DE ISENÇÃO POR LEI ORDINÁRIA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que a revogação da isenção do recolhimento da Cofins concedida pela Lei Complementar n. 70/91 por lei ordinária não afronta o princípio da hierarquia das leis" (RE-AgR 494.524/RJ, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJU de 02.02.07).

No mesmo sentido, os seguintes julgados desta Corte:

"PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO - AGRAVO REGIMENTAL - COFINS - LC 70/91 - ISENÇÃO - REVOGAÇÃO PELA LEI 9.430/96 - DESCABIMENTO DO RECURSO ESPECIAL - ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO.
1. Apesar de o STJ ter mantido o enunciado da Súmula 276/STJ, no julgamento do AgRg no REsp 382.736/SC posteriormente concluiu-se pelo descabimento do recurso especial para rever a matéria. O STF vem entendendo que a questão não pode ser resolvida sob o prisma do princípio da hierarquia das leis, mas sim em função de a matéria ser ou não reservada ao processo de legislação complementar pela Constituição Federal de 1988, tendo, inclusive, deferido medida liminar para preservação da competência da Excelsa Corte sobre o tema (Rcl 2.620/MC/RS).
2. Impossibilidade de se conhecer de pedido alternativo, uma vez ausente o devido prequestionamento pelo Tribunal de origem. Súmula 282/STF.
3. Agravo regimental improvido" (AgRg nos EDcl no Ag 850.805/SE, Rel. Min. Eliana Calmon, DJU de 29.08.07);

"PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. PIS E COFINS. COOPERATIVAS DE CRÉDITO. ISENÇÃO. INCOMPATIBILIDADE ENTRE LEI COMPLEMENTAR E LEI ORDINÁRIA SUPERVENIENTE. MATÉRIA DE ÍNDOLE CONSTITUCIONAL. PRECEDENTES DO STF.
1. Não viola o art. 535 do CPC, nem importa negativa de prestação jurisdicional, o acórdão que, mesmo sem ter examinado individualmente cada um dos argumentos trazidos pelo vencido, adotou, entretanto, fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia posta.
2. A controvérsia a respeito da incompatibilidade entre lei ordinária e lei complementar é de natureza constitucional, já que a invasão, por lei ordinária, da esfera de competência reservada constitucionalmente à lei complementar, acarreta a sua inconstitucionalidade, e não a sua ilegalidade. Precedentes do STF.
3. Assim, a discussão sobre a Lei Complementar nº 70/91 ser materialmente ordinária, bem como a respeito da recepção com caráter de lei complementar da Lei 5.764/71 é de índole constitucional, sendo vedada sua apreciação em recurso especial. Precedentes: RESP 825.648/RS, 1ª T., Rel. p/ o acórdão Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 01.02.2007.
4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, desprovido" (REsp 931.025/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJU de 21.06.07).

Ante o exposto, **nego provimento ao agravo de instrumento.**
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3010)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.479 - RS (2007/0162472-9)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MARGIT KLIEMANN FUCHS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALEJANDRO ALVEZ E CÔNJUGE
ADVOGADO	: GUSTAVO BERNARDI E OUTRO(S)

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO. AQUISIÇÃO DE MAIS DE UM IMÓVEL. MESMA LOCALIDADE. COBERTURA DO FCVS AO SEGUNDO IMÓVEL. LEIS 8.004/90 E 8.100/90. SÚMULA 83/STJ.
1. As restrições veiculadas pelas Leis nº 8.004 e 8.100, ambas de 1990, relativas à quitação pelo FCVS de imóveis financiados na mesma localidade, não se aplicam aos contratos celebrados anteriormente à vigência desses diplomas legais.
2. A Lei nº 4.380/64, vigente no momento da celebração dos contratos, conquanto vedasse o financiamento de mais de um imóvel pelo Sistema Financeiro de Habitação, não impunha como penalidade a seu descumprimento a perda da cobertura pelo FCVS.
3. "Não se conhece de recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida" (Súmula 83/STJ).
4. Agravo de instrumento não provido.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento que visa destrancar recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado:

"CIVIL. CONTRATO DE MÚTUO. SFH. QUITAÇÃO COM COBERTURA DO FCVS. POSSIBILIDADE. EXISTÊNCIA DE DUPLO FINANCIAMENTO. CONTRATO ANTERIOR ÀS LEIS Nºs 8.004/90 E 8.100/90. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
- A existência de duplicidade de financiamento não obsta o alcance de benefícios do Estado. Inquestionável o recolhimento em favor do FCVS, cobrado do mutuário durante todo o contrato, enquadra-se a hipótese de quitação antecipada prevista na Lei 10.150/00.
- Na data do contrato de mútuo, ainda não estava em vigor norma impeditiva da liquidação do saldo devedor do financiamento da casa própria pelo FCVS, porquanto preceito instituído pelas Leis 8.004/90 e 8.100/90.
- Este Tribunal entende justo e que bem remunera o profissional, a fixação de verba honorária em 10% sobre o valor da causa.
- Prequestionamento delineado pelo exame das disposições legais pertinentes ao deslinde da causa. Precedentes do STJ e do STF" (fl. 30).

Sustenta-se afronta ao art. 5º, § 1º, da Lei 8.004/90; art. 3º, § 1º, da Lei 8.100/90.
É o relatório. Decido.
Não merece prosperar a irresignação recursal.
É cediço que as restrições veiculadas pelas Leis nº 8.004 e 8.100, ambas de 1990, relativas à quitação pelo FCVS de imóveis financiados na mesma localidade, não se aplicam aos contratos celebrados anteriormente à vigência desses diplomas legais.
Atente-se que, à época da celebração dos contratos de financiamento, vigia a Lei nº 4.380/64, não havia previsão alguma que pudesse ensejar a aplicação de penalidade concernente à cobertura do FCVS em caso de existência de duplo financiamento pelas regras do Sistema Financeiro da Habitação.
É o que se infere dos precedentes a seguir:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO - DUPLICIDADE DE FINANCIAMENTO - IMÓVEIS DE MESMA LOCALIDADE - LEIS 4.380/64 E 8.100/90 - COBERTURA PELO FCVS - QUITAÇÃO DE SALDO DEVEDOR - POSSIBILIDADE - RESPEITO AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS - PRECEDENTES DESTA CORTE - LEGITIMIDADE ATIVA: SÚMULA 282/STF.
1. Aplica-se o enunciado da Súmula 282/STF em relação à tese não prequestionada.
2. A disposição contida no art. 9º da Lei. 4.380/64 não afasta a possibilidade de quitação de um segundo imóvel financiado pelo mutuário, situado na mesma localidade, utilizando-se os recursos do FCVS, mas apenas impõe o vencimento antecipado de um dos financiamentos.
3. Além disso, esta Corte Superior, em casos análogos, tem-se posicionado pela possibilidade da manutenção da cobertura do FCVS, mesmo para aqueles mutuários que adquiriram mais de um imóvel numa mesma localidade, quando a celebração do contrato se deu anteriormente à vigência do art. 3º da Lei 8.100/90, em respeito ao princípio da irretroatividade das leis.
4. A possibilidade de quitação, pelo FCVS, de saldos devedores remanescentes de financiamentos adquiridos anteriormente a 5 de dezembro de 1990 tornou-se ainda mais evidente com a edição da Lei 10.150/2000, que a declarou expressamente.
5. Precedentes desta Corte.
6. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, improvido" (REsp 857.415/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, DJU de 02.03.2007);

"ADMINISTRATIVO. DIREITO CIVIL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO. FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS (FCVS). COBERTURA. ART. 3º DA LEI N. 8.100/90. IRRETROATIVIDADE.
1. O art. 3º da Lei n. 8.100/90, que limita a quitação de um único saldo devedor por meio do FCVS, não se aplica a contratos de financiamento celebrados em momento anterior à edição desse regramento, ou seja, antes de 5/12/1990.
2. Recurso provido" (REsp 565.461/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJU de 05.12.2006).

Observa-se que o acórdão vergastado está em harmonia com a jurisprudência pacificada nesta Corte de Justiça, incidindo o teor da Súmula 83/STJ, assim redigida:

"Não se conhece de recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

Ante o exposto, **nego provimento ao agravo de instrumento.**
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3011)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.165 - PR (2007/0175254-2)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AGRAVANTE	: MILENAR CONTABILIDADE AUDITORIA E CONSULTORIA S/S LTDA
ADVOGADO	: ERICO GERMANO HACK
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PAULO AITA CACILHAS E OUTRO(S)

EMENTA

DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. COFINS. SOCIEDADE CIVIL. ISENÇÃO. REVOGAÇÃO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF.
1. O STF tem reconhecido que o conflito entre lei complementar e lei ordinária - como é o caso da alegada revogação da Lei Complementar 70/91 pela Lei 9.430/96 - possui natureza constitucional.
2. Agravo de instrumento não provido.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento que visa destrancar recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado:

"TRIBUTÁRIO. COFINS. REVOGAÇÃO DE ISENÇÃO OUTORGADA ÀS SOCIEDADES CIVIS PRESTADORA DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS. LC Nº 70/91. LEI Nº 9.430/96.
É legítima a revogação pelo art. 56 da Lei nº 9.430/96 da isenção da Contribuição para Seguridade Social - COFINS - prevista no art. 6º, inciso, II, da Lei Complementar nº 70/91 às sociedade civis prestadoras de serviços profissionais de profissão regulamentada. As contribuições sociais para a seguridade social que incidem sobre o faturamento (COFINS), o lucro e folha de salários prescindem de lei complementar para a sua instituição. A lei ordinária pode revogar isenção concedida por lei complementar, pois a isenção não é matéria privativa de lei complementar" (fl. 110).

Sustenta-se afronta ao art. 6º, II, da Lei Complementar 70/91. Suscita-se, ainda, dissídio jurisprudencial.
É o relatório. Decido.
Não merece prosperar a irresignação recursal.
O STF tem reconhecido que o conflito entre lei complementar e lei ordinária - como é o caso da alegada revogação da Lei Complementar 70/91 pela Lei 9.430/96 - possui natureza constitucional, sendo inviável sua análise no âmbito do recurso especial.
Destaco precedentes do Supremo Tribunal Federal:

"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. COFINS. ISENÇÃO. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA. PRECEDENTES.
I - O conflito entre lei complementar e lei ordinária possui natureza constitucional, pelo que a sua análise pelo Superior Tribunal de Justiça configura usurpação de competência desta Corte.
II - Agravo improvido" (RE-AgR 480.145/SC, Rel. Min. Ricardo Lewandovski, DJU de 24.11.06);

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. COFINS. ISENÇÃO. POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO POR LEI ORDINÁRIA. PRECEDENTES.
I - A revogação, por lei ordinária, da isenção da COFINS, concedida pela LC 70/91 às sociedades civis de prestação de serviços profissionais, é constitucionalmente válida. Precedentes.
II - O conflito entre lei complementar e lei ordinária possui natureza constitucional.
III - Embargos de declaração convertidos em agravo regimental a que se nega provimento" (EDcl no RE 327.418/SC, Rel. Min. Ricardo Lewandovski, DJU de 24.11.06);

"EMENTA: TRIBUTÁRIO. SOCIEDADE CIVIL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS. CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS. REVOGAÇÃO DE ISENÇÃO POR LEI ORDINÁRIA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que a revogação da isenção do recolhimento da Cofins concedida pela Lei Complementar n. 70/91 por lei ordinária não afronta o princípio da hierarquia das leis" (RE-AgR 494.524/RJ, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJU de 02.02.07).

No mesmo sentido, os seguintes julgados desta Corte:

"PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO - AGRAVO REGIMENTAL - COFINS - LC 70/91 - ISENÇÃO - REVOGAÇÃO PELA LEI 9.430/96 - DESCABIMENTO DO RECURSO ESPECIAL - ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO.
1. Apesar de o STJ ter mantido o enunciado da Súmula 276/STJ, no julgamento do AgRg no REsp 382.736/SC posteriormente concluiu-se pelo descabimento do recurso especial para rever a matéria. O STF vem entendendo que a questão não pode ser resolvida sob o prisma do princípio da hierarquia das leis, mas sim em função de a matéria ser ou não reservada ao processo de legislação complementar pela Constituição Federal de 1988, tendo, inclusive, deferido medida liminar para preservação da competência da Excelsa Corte sobre o tema (Rcl 2.620/MC/RS).
2. Impossibilidade de se conhecer de pedido alternativo, uma vez ausente o devido prequestionamento pelo Tribunal de origem. Súmula 282/STF.
3. Agravo regimental improvido" (AgRg nos EDcl no Ag 850.805/SE, Rel. Min. Eliana Calmon, DJU de 29.08.07);

"PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. PIS E COFINS. COOPERATIVAS DE CRÉDITO. ISENÇÃO. INCOMPATIBILIDADE ENTRE LEI COMPLEMENTAR E LEI ORDINÁRIA SUPERVENIENTE. MATÉRIA DE ÍNDOLE CONSTITUCIONAL. PRECEDENTES DO STF.
1. Não viola o art. 535 do CPC, nem importa negativa de prestação jurisdicional, o acórdão que, mesmo sem ter examinado individualmente cada um dos argumentos trazidos pelo vencido, adotou, entretanto, fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia posta.
2. A controvérsia a respeito da incompatibilidade entre lei ordinária e lei complementar é de natureza constitucional, já que a invasão, por lei ordinária, da esfera de competência reservada constitucionalmente à lei complementar, acarreta a sua inconstitucionalidade, e não a sua ilegalidade. Precedentes do STF.
3. Assim, a discussão sobre a Lei Complementar nº 70/91 ser materialmente ordinária, bem como a respeito da recepção com caráter de lei complementar da Lei 5.764/71 é de índole constitucional, sendo vedada sua apreciação em recurso especial. Precedentes: RESP 825.648/RS, 1ª T., Rel. p/ o acórdão Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 01.02.2007.
4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, desprovido" (REsp 931.025/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJU de 21.06.07).

Ante o exposto, **nego provimento ao agravo de instrumento.**
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3012)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.564 - SP (2007/0179821-2)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AGRAVANTE	: RAFAEL SPADON
ADVOGADO	: JOSE LUIZ MATTHES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARCELO MENDEL SCHEFLER E OUTRO(S)

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA. VERBAS RECEBIDAS POR LIBERALIDADE DO EMPREGADOR. ARTIGO 43 DO CTN.
1. O entendimento da Seção de Direito Público desta Corte é que as verbas recebidas por liberalidade do empregador em virtude da rescisão do contrato de trabalho têm natureza remuneratória, erigindo em acréscimo patrimonial passível de tributação pelo Imposto de Renda, na forma do artigo 43 do CTN.
2. Agravo de instrumento não provido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento que visa destrancar recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado:

"CONSTITUCIONAL, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO - CONTRATO DE TRABALHO: RESCISÃO - VERBAS: NATUREZA JURÍDICA E TRIBUTAÇÃO.
1. A indenização ou gratificação por tempo de serviço, por liberalidade ou espontânea é tributável (STJ, Resp nº 765.498/SP, Ministro Teori Albino Zavascki).
2. Apelação e remessa oficial providas" (fl. 34).

Indica-se ofensa ao art. 43 do CTN e suscita-se divergência jurisprudencial.
É o relatório. Decido.
Prevaleceu na Seção de Direito Público desta Corte o entendimento de que as verbas recebidas por liberalidade do empregador em virtude da rescisão do contrato de trabalho têm natureza remuneratória, erigindo em acréscimo patrimonial passível de tributação pelo Imposto de Renda, na forma do artigo 43 do CTN.
A propósito:

"TRIBUTÁRIO - RECURSO ESPECIAL - DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA - INDENIZAÇÃO PAGA POR LIBERALIDADE DO EMPREGADOR - ART. 43 DO CTN - INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA.
1. Incide imposto de renda sobre pagamento feito ao empregado em reconhecimento dos serviços prestados a empresa. Inexistência de natureza indenizatória a afastar a exação.
2. Agravo regimental improvido" (AgREsp 886.554/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJU 29.08.07);

"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. VERBAS INDENIZATÓRIAS. GRATIFICAÇÃO ESPONTÂNEA. RESCISÃO DE CONTRATO SEM JUSTA CAUSA.
1. 'No que atine especificamente à incidência do desconto do IR sobre verbas auferidas, por ocasião da rescisão de contrato de trabalho, a título de 'indenização especial' (gratificações, gratificações por liberalidade e por tempo de serviço), *in casu*, nominada de 'indenização liberal', rendo-me à posição da egrégia 1ª Turma, que decidiu pela incidência do tributo (REsps nºs 637623/PR, DJ de 06/06/2005; 652373/RJ, DJ de 01/07/2005; 775701/SP, DJ de 07/11/2005)" (EDcl no Ag n. 687.462/SP, rel. Ministro José Delgado, DJ de 4.9.2006).
2. Recurso especial provido" (REsp 891.169/SP, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJU 16.03.07).

Ante o exposto, **nego provimento ao agravo de instrumento.**
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3013)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.580 - SP (2007/0150034-5)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AGRAVANTE	: COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP
ADVOGADO	: OSCAR LOPES DE ALENCAR JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONDOMÍNIO EDIFÍCIO PASSARELLI
ADVOGADO	: JOSE MARCELO BRAGA NASCIMENTO E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF.
1. A ausência de prequestionamento impede o exame da suposta ofensa ao art. 877 do Código Civil. Aplicação da Súmula 211/STJ: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal *a quo*".
2. Cabe ao recorrente demonstrar de modo claro e preciso a suposta violação a dispositivo legal, sob pena de aplicação da Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".
3. Agravo de instrumento não provido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento que visa destrancar recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado:

"CONDOMÍNIO COMERCIAL - RECADASTRAMENTO EM UNIDADES AUTÔNOMAS - VIGÊNCIA DO DECRETO 21.123/83 - ADMISSIBILIDADE - RECURSO PROVIDO.
O Decreto Estadual nº 21.123/83, que regulava o sistema tarifário dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto, previa a classificação em economias, sem qualquer distinção quanto à categoria dos usuários, se residencial ou se industrial, pública e comercial" (fl. 13).

Indica-se ofensa à Lei nº 6.528/98, ao art. 535 do CPC e ao art. 877 do Código Civil.
É o relatório. Decido.
Primeiramente, improcede a alegação de ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil. O aresto recorrido encontra-se suficientemente fundamentado, não se verificando qualquer das hipóteses do referido dispositivo legal.
Ademais, observa-se que não houve carga decisória acerca do art. 877 do Código Civil, não sendo viável analisá-lo em recurso especial, conforme o disposto no enunciado da Súmula 211/STJ, *in verbis*:

"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal *a quo*".
Quanto à Lei nº 6.528/98, a parte não apontou especificamente o dispositivo legal supostamente violado, o que atrai a incidência da Súmula 284/STF:
"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".
Por derradeiro, registre-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria a exegese dos Decretos Estaduais nºs 21.123/83 e 41.446/96, procedimento vedado na instância especial, a teor da Súmula 280/STF:
"Por ofensa a direito local não cabe Recurso Extraordinário".
Ante o exposto, **nego provimento ao agravo de instrumento.**
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3014)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.714 - SP (2007/0174543-7)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: NILTON SANTOS E OUTROS
ADVOGADO	: JOSÉ XAVIER MARQUES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO NOSSA CAIXA S/A
ADVOGADO	: NEI CALDERON E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que não admitiu o Recurso Especial.
Os agravantes sustentam estarem preenchidos todos os requisitos de admissibilidade do recurso.
Contraminuta juntada às fls. 91-95.
É o **relatório.**
Decido.
Observo que a decisão denegatória do REsp foi publicada em 27/04/2007 (fl. 84) e a petição do Agravo de Instrumento somente foi protocolizada em 14/05/2007 (fl. 2), portanto, fora do prazo estabelecido no art. 544, do CPC. A alegação de que nos dias 10 e 11 não houve expediente forense na Comarca da Capital em nada altera a intempestividade do recurso, pois o prazo expirou no dia 09 (nove).
Assim, por estar intempestivo, **não conheço do Agravo de Instrumento**.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(3015)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.769 - RS (2007/0175306-0)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALVORI FERREIRA
ADVOGADO	: ARLEI ANTÔNIO BATISTELLA
INTERES.	: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão que não admitiu Recurso Especial (art. 105, III, "a" e "c", da CF), no qual se alega, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 19, 93, 103, 105 e 109, da Lei 9.472/97, *"ante a necessidade de a Anatel integrar o pólo passivo da presente lide."*(Fl. 115).
Sem contraminuta (fl. 132).
É o **relatório.**

Decido.
Não assiste razão à agravante.
O STJ tem iterativamente decidido que *"no conflito gerado na relação entre as prestadoras do serviço e os consumidores, não há nenhum interesse da agência reguladora, senão um interesse prático que não a qualifica como litisconsorte necessária"* (REsp 431.606/SP, 2ª T., Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 30/09/2002).
A propósito:

"PROCESSO CIVIL - CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - SERVIÇOS DE TELEFONIA - ASSINATURA BÁSICA MENSAL - AÇÃO AJUIZADA CONTRA A CONCESSIONÁRIA DE TELEFONIA - FALTA DE INTERESSE DA ANATEL RECONHECIDA PELA JUSTIÇA FEDERAL (SÚMULA 150/STJ) - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.
1. A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do CC 47.731/DF (v. Informativo 260/STJ), firmou entendimento de ser inviável que o STJ, ao examinar conflito de competência, faça julgamento a respeito da legitimidade das partes.
2. Em se tratando de hipótese em que a ação foi proposta tão-somente contra concessionária de telefonia perante a Justiça Estadual e tendo o Juízo Federal concluído pela inexistência de interesse da ANATEL na lide, a competência é da Justiça Estadual. Precedentes.
3. Conflito de competência conhecido para declarar-se competente o Juízo Suscitado."
(CC 59121/SC, Relatora Ministra ELIANA CALMON, DJ 01.08.2006)

Incide, na espécie, a Súmula 83/STJ: *"Não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida."*
Diante do exposto, **nego provimento ao Agravo de Instrumento.**
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(3016)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.873 - RS (2007/0175295-8)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PATRÍCIA VIEIRA GABARDO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: KRATZ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
ADVOGADO	: S/ REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão que deixou de admitir Recurso Especial (art. 105, III, "a") interposto em face de acórdão do TRF da 4ª Região, cuja ementa é a seguinte:

"EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ARTIGO 40 DA LEI 6.830/80. INTERPRETAÇÃO HARMÔNICA COM O SISTEMA TRIBUTÁRIO. ARTIGO 174 DO CTN. POSSIBILIDADE DE DECRETAÇÃO EX OFFICIO, EM CASOS EXCEPCIONAIS. ENTENDIMENTO CORROBORADO PELO PARÁGRAFO 4º DO ARTIGO 40 DA LEF. ARTIGO 5º DO DECRETO-LEI Nº 1.569/77. NÃO-INCIDÊNCIA.
1. Decorridos mais de cinco anos após a suspensão da execução fiscal, sem qualquer manifestação do credor, ocorre a prescrição intercorrente.
2. O artigo 40 da Lei 6830/80 deve ser interpretado em harmonia com o sistema jurídico, que não admite que a ação para a cobrança do crédito tributário tenha prazo perpétuo. Logo, não localizado o devedor e havendo inércia do Fisco por período superior a cinco anos, é de ser declarada a prescrição intercorrente.
3. A declaração da prescrição intercorrente pelo julgador sem pedido do devedor é possível, excepcionalmente, nos casos em que a tendência do processo é ficar, por longos anos, arquivado na primeira instância, aguardando a manifestação do executado.
4. A teor do disposto no parágrafo 4º do artigo 40 da Lei nº 6.830/80, "Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato."
5. Incabível a suspensão da prescrição na forma disposta no artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/77. Tratando-se de débito exeqüendo posterior à CF/88, aplicáveis, relativamente à prescrição e à interrupção, as regras insertas no Código Tributário Nacional, a teor do disposto no artigo 146, III, "b"." (fl. 48).

A Fazenda Nacional, nas razões do REsp, afirma que houve violação do art. 535, II, do CPC, e, do art. 5º, parágrafo único, do Decreto-Lei 1.569/77.
A agravante aduz que os requisitos processuais para admissão do recurso foram preenchidos.
Sem contraminuta.
É o **relatório.**

Decido.
Inicialmente, a alegada ofensa ao art. 535, do CPC, não se configura, haja vista ter o Tribunal de origem julgado integralmente a lide, solucionando a questão, dita controvertida tal como lhe foi apresentada. Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes, visando à defesa da tese que apresentaram. Deve, apenas, enfrentar a controvérsia, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, 2ª Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13/08/2007; e, REsp 855.073/SC, 1ª Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28/06/2007.
Quanto ao mérito, a irresignação não merece prosperar, pois o Tribunal local proferiu sua decisão com base na apreciação fático-probatória da matéria, assim ressaltando:
"*Consigno, ainda, que o parágrafo 4º do artigo 40 da Lei nº 6.830/80, com a redação conferida pela Lei nº 11.051/2004, veio a corroborar o entendimento esposado no voto condutor, tornando expressa a possibilidade de o juiz decretar a prescrição intercorrente de ofício, consoante se infere da análise do preceito insculpido no referido dispositivo legal, in verbis:*
§ 4º Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato.
De se ver que, em atendimento ao aludido dispositivo legal, foi determinada, à fl. 20, a intimação da exeqüente, a qual não apresentou qualquer motivo que depusesse contra a perfectibilização da prescrição intercorrente, ou seja, que demonstrasse sua ausência de inércia*. Dessarte, perfeitamente cabível que o julgador, com o intuito de evitar a perenização dos executivo fiscal, avoque os autos para determinar a sua extinção."* (fl. 45, grifei).

Rever tal decisão encontra óbice na Súmula 07/STJ: *"A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial."* Dentre os precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. EXAME DOS PRESSUPOSTOS DE FATO. SÚMULA 07/STJ.
1. omissis.
2. omissis.
3. O exame da presença ou não dos pressupostos fáticos da prescrição e a respeito da causa da paralização do processo executivo, é matéria sujeita ao óbice da Súmula 7 do STJ.
4. Recurso especial não conhecido."
(REsp 860.525/RR, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02.08.2007, DJ 16.08.2007 p. 293, grifei).

"PROCESSUAL CIVIL. ART. 535 DO CPC. OFENSA NÃO-CONFIGURADA. INÉRCIA DE CREDORA. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INVIABILIDADE DE AFERIÇÃO. REEXAME DE PROVA. SÚMULA N. 7 DO STJ. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. ART. 730 DO CPC. CITAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ.
1. Tendo o Tribunal a quo dirimido, de forma suficiente e fundamentada, as questões expostas pela parte recorrente, não há por que cogitar de ofensa ao art. 535, II, do Código de Processo Civil.
2. É inviável, em sede de recurso especial, aferir suposta inércia da credora e ocorrência da prescrição intercorrente, quando se faz necessário o reexame dos elementos probatórios dos autos. Aplicação da Súmula n. 7 do STJ.
3. omissis.
4. Recurso especial parcialmente conhecido e não-provido."
(REsp 502.299/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 01.03.2007, DJ 19.03.2007 p. 301, grifei).

Por tudo isso, **nego provimento ao Agravo de Instrumento**.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(3017)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.911 - SP (2007/0163196-0)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: RETÍFICA LAGUNA LTDA
ADVOGADO	: LUIZ FERNANDO MAIA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MARIA AMÉLIA SANTIAGO DA SILVA MAIO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que não admitiu Recurso Especial (art. 105, III, "a", da CF), no qual foi alegada violação do art. 161, § 1º, do CTN, sob o argumento de que é inaplicável a taxa SELIC para atualização do débito tributário.
A agravante sustenta, em síntese, estarem presentes os pressupostos de admissibilidade do Recurso Especial.
Contraminuta apresentada às fls. 49-47.
É o **relatório.**

Decido.
O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que aplica-se a Taxa SELIC como índice de correção monetária e juros de mora, no Estado de São Paulo, em razão de existir lei estadual que autoriza. Nesse sentido:

"TRIBUTÁRIO - TAXA SELIC - COBRANÇA DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS - EXECUÇÃO FISCAL - POSSIBILIDADE - PRECEDENTES.
1. O parágrafo primeiro do art. 161, do CTN, na qualidade de norma supletiva, estipula a possibilidade da lei veicular outra forma de cômputo dos juros de mora diferente da estabelecida no caput do referido dispositivo.
2. Esta Corte pacificou o entendimento de ser cabível a aplicação da Taxa Selic no reajuste dos débitos fiscais dos contribuintes perante a Fazenda Estadual, desde que haja lei estadual dispondo em sentido diverso. *Precedentes: REsp 464798/RS, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, Data do Julgamento 1.3.2005, DJ 9.5.2005, e REsp 480334/MG; Rel. Min. João Otávio de Noronha, Segunda Turma, DJ 7.2.2007.*
Recurso especial provido." (REsp 871.474/SP; Segunda Turma; Rel. Min. Humberto Martins; DJ de 28/3/2007, grifei).

"TRIBUTÁRIO. ICMS. JUROS DE MORA PELA TAXA SELIC. PREVISÃO EM LEI ESTADUAL. LEGITIMIDADE.
1. No Estado de São Paulo é legítima a utilização da taxa SELIC como índice de juros de mora sobre impostos pagos em atraso, ante a existência de norma estadual nesse sentido (Lei nº 10.175/98). *Precedente: EREsp 623822/PR, 1ª Seção, Min. Teori Zavascki, DJ de 12.09.2005.*
2. Recurso especial a que se dá provimento." (REsp 889.210/SP; Primeira Turma; Rel. Min. Teori Albino Zavascki; DJ de 18/12/2006, grifei).

Por tudo isso, **nego provimento ao Agravo de Instrumento.**
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(3018)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.961 - SP (2007/0175554-7)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ROSA METTIFOGO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GLADYS LEMOS TELLES DE MENEZES
ADVOGADO	: ALESSANDRA CHÊME GUARINO

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão que não admitiu Recurso Especial (art. 105, III, "a" e "c", da CF) interposto em face de acórdão do TRF da 3ª Região, cuja ementa é a seguinte:

"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE A RENDA. INCIDÊNCIA. RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO. VERBAS INDENIZATÓRIAS. AVISO PRÉVIO. MÉDIAS DE AVISO PRÉVIO. AJUDA DE CUSTO. FÉRIAS INDENIZADAS VENCIDAS E RESPECTIVO TERÇO CONSTITUCIONAL. SÚMULA 125/STJ.
I - Não se inserem no conceito de 'renda ou proventos de qualquer natureza' as verbas recebidas a título de aviso prévio, médias de aviso prévio, ajuda de custo e férias vencidas e não gozadas por necessidade de serviço, em razão de seu caráter indenizatório. Dispensável a comprovação do indeferimento do gozo de férias por necessidade de serviço. Súmula 125 do Superior Tribunal de Justiça.
II - Remessa oficial improvida." (fl. 103).

A Fazenda Nacional, nas razões do REsp, alega que, além de divergência jurisprudencial, houve violação do art. 43, I e II, do CTN. Aduz que *"quanto às prestações que geralmente são devidas em dinheiro (férias, 13º salário, etc), a reparação do dano, que se dá através de uma recomposição 'in natura' (pagamento em dinheiro), jamais poderá ter a natureza de indenização."* (fl. 38).
A agravante entende que os pressupostos processuais para admissão do recurso foram preenchidos.
Sem contraminuta.
É o **relatório.**

Decido.
A irresignação não merece prosperar, pois esta Corte já sedimentou jurisprudência no sentido de que os valores percebidos pelo empregado a título de férias, inclusive as proporcionais, em razão da rescisão do contrato de trabalho, incluindo o adicional de 1/3, bem como licença-prêmio e abonos-assiduidade, não se submetem à incidência do Imposto de Renda. Nesse sentido, seguem os precedentes:
"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. VERBAS ACRESCIDAS ÀS OBRIGATÓRIAS. LIBERALIDADE DO EMPREGADOR. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA. ART. 43 DO CTN. FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS. ADICIONAL DE 1/3. ISENÇÃO.

I - As verbas pagas por liberalidade do empregador, quando da rescisão do contrato de trabalho, implicam em acréscimo patrimonial, porquanto não possuem natureza de indenização, ocorrendo a incidência do imposto de renda, por estar caracterizada a hipótese do art. 43 do CTN. Precedente: REsp nº 644.840/SC, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ de 01/07/2005.
*II - **A jurisprudência do STJ é no sentido de que são isentos do imposto de renda os valores percebidos a título de férias, inclusive proporcionais, em razão da rescisão do contrato de trabalho, isenção que se estende ao adicional de 1/3 devido sobre as respectivas férias.** Precedentes: REsp nº 763.086/PR, Rela. Min. ELIANA CALMON, DJ de 03/10/2005 e AgRg no Ag nº 672.779/SP, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ de 26/09/2005.*
III - Recurso especial da FAZENDA NACIONAL provido em parte. Recurso especial de RAFAEL LAGATTA provido." (REsp 872.289/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19.09.2006, DJ 16.10.2006 p. 341, grifei)

"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA. FÉRIAS VENCIDAS ACRESCIDAS DO ADICIONAL DE 1/3. NÃO INCIDÊNCIA. IMPOSTO DE RENDA. VERBAS RECEBIDAS POR LIBERALIDADE DO EMPREGADOR. APLICAÇÃO.
*1. **A pecúnia percebida a título de férias vencidas - simples ou proporcionais - acrescidas de 1/3 (um terço), abono-assiduidade e licença-prêmio não gozadas por necessidade de serviço ou mesmo por opção do servidor não é fato gerador de imposto de renda, em virtude do caráter indenizatório dos aludidos valores**.*
2. As verbas recebidas por liberalidade do empregador em virtude da rescisão do contrato de trabalho têm natureza remuneratória, representando acréscimo patrimonial passível de tributação pelo Imposto de Renda, na forma do artigo 43 do CTN (EREsp 775.701/SP, relator para o acórdão Min. Luiz Fux, DJ 1º.08.06).
3. Recurso especial parcialmente provido." (REsp 884.589/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 07.11.2006, DJ 04.12.2006 p. 290, grifei)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL.TRIBUTÁRIO. RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. VERBAS REMUNERATÓRIAS. IMPOSTO DE RENDA. "INDENIZAÇÃO ESPECIAL". NATUREZA SALARIAL. INCIDÊNCIA.
*1. É cediço na Corte que têm natureza indenizatória, a fortiori afastando a incidência do Imposto de Renda: a) o abono de parcela de férias não-gozadas (art. 143 da CLT), mercê da inexistência de previsão legal, na forma da aplicação analógica da Súmulas 125/STJ, verbis: "O pagamento de férias não gozadas por necessidade do serviço não está sujeito à incidência do Imposto de Renda.", e da Súmula 136/STJ, verbis: "O pagamento de licença-prêmio não gozada, por necessidade do serviço, não está sujeito ao Imposto de Renda." (Precedentes: REsp 706.880/CE, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 17.10.2005; REsp 769.817/PB, Rel. Min. Castro Meira, DJ 03.10.2005; REsp 499.552/AL, Rel. Min. Peçanha Martins, DJ 19.09.2005; REsp 320.601/DF, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 30.05.2005; REsp 685.332/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 14.02.2005; AgRg no AG 625.651/RJ, Rel. Min. José Delgado, DJ 11.04.2005); b) as férias não-gozadas, indenizadas na vigência do contrato de trabalho, bem como as licenças-prêmio convertidas em pecúnia, sendo prescindível se ocorreram ou não por necessidade do serviço, nos termos da Súmula 125/STJ (Precedentes: REsp 701.415/SE, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 04.10.2005; AgRg no REsp 736.790/PR, Rel. Min. José Delgado, DJ 15.05.2005; AgRg no AG 643.687/SP, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 27.06.2005); **c) as férias não-gozadas, licenças-prêmio convertidas em pecúnia, irrelevante se decorreram ou não por necessidade do serviço, férias proporcionais, respectivos adicionais de 1/3 sobre as férias, gratificação de Plano de Demissão Voluntária (PDV), todos percebidos por ocasião da extinção do contrato de trabalho**, por força da previsão isencional encartada no art. 6º, V, da Lei 7.713/88 e no art. 39, XX, do RIR (aprovado pelo Decreto 3.000/99) c/c art. 146, caput, da CLT (Precedentes: REsp 743.214/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 17.10.2005; AgRg no AG 672.779/SP, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 26.09.2005; AgRg no REsp 678.638/SP, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ 03.10.2005; REsp 753.614/SP, Rel. Min. Peçanha Martins, DJ 26.09.2005; REsp 698.722/SP, Rel. Min. Castro Meira, DJ 18.04.2005; AgRg no AG 599.930/SP, Rel. Min. Denise Arruda, DJ 07.03.2005; REsp 675.994/CE, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 01.08.2005; AgRg no AG 672.779/SP, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 26.09.2005; REsp 331.664/SP, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 25.04.2005).*
(...)
3. In casu, o pagamento feito pelo empregador a seu empregado, a título de "indenização especial", em reconhecimento por relevantes serviços prestados à empresa, não tem natureza indenizatória, sujeitando-se, assim, a incidência do Imposto de Renda.
4. Embargos de Divergência rejeitados, divergindo do E. Relator." (EREsp 775.701/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26.04.2006, DJ 01.08.2006 p. 364, grifei)

"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. AJUDA DE CUSTO. CARÁTER INDENIZATÓRIO. NÃO-INCIDÊNCIA. VERIFICAÇÃO DA HABITUALIDADE. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.
1. A doutrina e a jurisprudência entendem que a ajuda de custo, por natureza, possui caráter indenizatório e não-continuativo, por se tratar de uma retribuição dada pelo empregador ao empregado que efetua alguma despesa em favor daquele.
2. Todavia, se a ajuda de custo for paga com habitualidade, possuirá caráter salarial e, portanto, sobre ela incidirá o imposto de renda.
***3. Em momento algum se questionou sobre a habitualidade ou variação no recebimento da ajuda de custo. Não há, portanto, como averiguar se os pagamentos eram ou não constantes, ou se os valores recebidos eram variáveis de acordo com a efetiva utilização dos veículos por seus proprietários, visto que, para isso, seria essencial analisar os fatos e as provas constantes dos autos, o que é inviável nesta sede recursal, por óbice da Súmula 7/STJ**. Desse modo, adota-se, no caso, o entendimento esposado na apelação, no sentido de que a ajuda de custo possui caráter indenizatório, não incidindo sobre elas o imposto de renda.*
4. Recurso especial não-conhecido."
(REsp 501.173/SC, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15.09.2005, DJ 24.10.2005 p. 174, grifei).

Assim, estando o acórdão recorrido em sintonia com o atual entendimento deste Tribunal Superior, não se pode falar em ofensa a dispositivo infraconstitucional, tampouco cogitar de dissenso jurisprudencial, afastado este pela Súmula 83/STJ.
Diante do exposto, **nego provimento ao Agravo de Instrumento.**
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(3019)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933.665 - PE (2007/0163906-8)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AGRAVANTE	: CRISTÓVÃO SEIXAS GUEDES
ADVOGADO	: JOZENILDA SILVA DA COSTA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS
PROCURADOR	: CRISTIANO GURGEL LOPES E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 182/STJ.
1. A ausência de impugnação a fundamento da decisão agravada referente à impossibilidade de proceder-se a reexame fático-probatório na instância especial obsta o conhecimento do agravo de instrumento, nos termos da Súmula 182/STJ.
2. Agravo de instrumento não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento a recurso especial sob os seguintes fundamentos:

a) a necessidade de reexame fático-probatório para que a ora agravante lograsse êxito em seu apelo, o que é vedado pela Súmula 07/STJ;
b) o descumprimento dos requisitos necessários à admissão do apelo nobre pela divergência jurisprudencial.

A agravante deixou de combater efetivamente um dos pontos em que se fundou a decisão agravada, a saber, a aplicação no caso vertente do óbice inscrito na Súmula 07/STJ, o que inviabiliza a apreciação do apelo extremo.
Não deve a agravante limitar-se a afirmar o desacerto da decisão agravada, mas há de confrontar os argumentos nela desenvolvidos com aqueles que entende serem os corretos. Em conseqüência, está obrigada a impugnar todos os pontos da decisão agravada.
A respeito do tema, aplica-se, por analogia, o disposto na Súmula 182/STJ:

"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada".

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - MULTA - DEPÓSITO PRÉVIO - ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 151, III, DO CTN - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA - APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 182 DESTA CORTE SUPERIOR - PRECEDENTES.

A petição de agravo de instrumento que não impugna **todos os fundamentos** da decisão denegatória de prosseguimento de recurso especial não merece conhecimento ante o óbice imposto pela Súmula n. 182 deste egrégio Superior Tribunal de Justiça, aplicada, *mutatis mutandis*, ao caso *sub examen*, conforme pacífico entendimento desta Corte.
Agravo regimental improvido" (Ag 494.898, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 25.04.05);

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INÉPCIA. RECURSO NÃO CONHECIDO. SÚMULA 182/STJ.
1. É inepta a petição de agravo de instrumento interposto com base no art. 544 do CPC, que não impugna especificamente **todos os fundamentos** da decisão recorrida. Súmula 182/STJ.
2. Agravo de Instrumento não conhecido" (Ag 519.039/MG, Rel. Min. Luiz Fux, DJU de 1º.12.03).

Ante o exposto, **não conheço do agravo de instrumento.**
Publique-se. Intime-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3020)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933.707 - SC (2007/0163269-1)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AGRAVANTE	: ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR	: ROGÉRIO DE LUCA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VITOR GARBARI - MICROEMPRESA
ADVOGADO	: JAIME LUIZ LEITE E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.
1. A ausência de prequestionamento impede o exame da suposta ofensa aos arts. 398, 399, 460, 515 e 517 do CPC. Aplicação da Súmula 211/STJ.
2. Agravo de instrumento não provido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento que visa a destrancar recurso especial manejado em face de acórdão no qual se consignou que, "havendo impugnação do auto de infração na via administrativa, é imprescindível a notificação do contribuinte do julgamento final do procedimento, inclusive, para efeitos de validade da inscrição do débito em dívida ativa" (fl. 167).
Indica-se ofensa aos arts. 398, 399, 460, 515 e 517 do CPC.
É o relatório. Decido.
Observa-se que não houve carga decisória acerca dos dispositivos legais tidos por violados, não sendo viável analisá-los em recurso especial, conforme o disposto no enunciado da Súmula 211/STJ, *in verbis*:

"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal *a quo*".

Ante o exposto, **nego provimento ao agravo de instrumento.**
Publique-se. Intime-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3021)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 934.477 - SP (2007/0185096-0)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AGRAVANTE	: N F MOTTA S/A CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO
ADVOGADO	: REINALDO RINALDI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE GUARULHOS SAAE
ADVOGADO	: UMBERTO SQUILLACI JUNIOR E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF.
1. Cabe à recorrente fundamentar de modo claro e preciso a suposta ofensa a dispositivo legal, sob pena de aplicação da Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".
2. Agravo de instrumento não provido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento que visa destrancar recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado:
"DIREITO ADMINISTRATIVO - AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA - CONTRATO ADMINISTRATIVO - PAGAMENTOS - ATRASO - REAJUSTE - CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS.
Tendo os pagamentos em atraso sido efetuados com 'reajuste' e não havendo impugnação em relação aos critérios utilizados pelo SAAE, somente naqueles em que não obedecido o novo prazo se pode falar em correção monetária e juros. Recurso parcialmente provido" (fl. 07).
Sustenta-se que restaram ofendidos o art. 49 do DL nº 2.300/86, o art. 59 da Lei nº 8.666/93 e os arts. 964 e 1.062 do Código Civil.
É o relatório. Decido.
A leitura da peça recursal revela que a parte restringiu-se a citar de forma desordenada os dispositivos legais tidos por ofendidos e a defender a reforma do aresto em testilha, sem cuidar em demonstrar de forma clara e precisa as supostas infringências. A inobservância da tecnicidade exigida pela instância especial atrai a aplicação da Súmula 284/STF:
"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".
Ante o exposto, **nego provimento ao agravo de instrumento.**
Publique-se. Intime-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3022)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 934.828 - SP (2007/0186436-4)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: JOÃO CARLOS ASSEF E OUTRO
ADVOGADO	: PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SMALL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA
ADVOGADO	: ANA MARIA DOMINGUES SILVA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que deixou de admitir Recurso Especial (art. 105, III, da CF), no qual se alega violação dos arts. 592, II, e 596, do Código de Processo Civil; dos arts. 50 e 1024, do Código Civil.
Contraminuta apresentada (fls. 527-530)
É o **relatório.**

Decido.
Verifica-se que a decisão que não admitiu o Recurso Especial foi publicada em 29/05/2007 (fl. 524) e a petição do Agravo de Instrumento somente foi protocolizada em 11/06/2007 (fl. 2), portanto, após o decurso do prazo estabelecido pelo CPC, art. 544.
Assim, por estar intempestivo, **não conheço do Agravo de Instrumento**.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 12 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(3023)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935.694 - PR (2007/0136049-6)

RELATOR	**: MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE UBIRATÃ
ADVOGADO	: MARISSOL J FILLA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR	: UBIRAJARA AYRES GASPARIN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: COPEL DISTRIBUIÇÃO LTDA
ADVOGADO	: ALESSANDRO RENATO DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão que não admitiu Recurso Especial (art. 105, III, "a" e "c", da CF), no qual se alega violação do art. 535, do CPC; do art. 9º, da LC 87/96; e, do art. 121, parágrafo único, II, do CTN, sob o argumento de que, o agravante faz jus à imunidade recíproca do art. 150, VI, *a*, da CF/88, relativamente à incidência do ICMS sobre o fornecimento de energia elétrica, lançado nas notas fiscais/faturas.
O agravante sustenta, em síntese, estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade do recurso.
Contraminuta apresentada (fls. 583-601).
É o **relatório**.

Decido.
Inicialmente, a alegada ofensa ao art. 535, do CPC, não se configura, haja vista ter o Tribunal de origem julgado integralmente a lide, solucionando a questão, dita controvertida, tal como lhe foi apresentada. Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes, visando à defesa da tese que apresentaram. Deve, apenas, enfrentar a controvérsia, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, 2ª Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13/08/2007; e, REsp 855.073/SC, 1ª Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28/06/2007.
Quanto à negativa de vigência do art. 9º, da LC 87/96, observa-se que esse dispositivo não foi objeto de análise pelo v. acórdão recorrido; ausente, portanto, o prequestionamento, que é pressuposto específico de admissibilidade do Recurso Especial. Aplicável, à espécie, a Súmula 211 desta Corte: *"Inadmissível Recurso Especial quanto à questão que, a despeito da oposição de Embargos Declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo."*.
Ademais, no que concerne à alegada ofensa aos demais dispositivos legais, o Recurso Especial não merece prosperar. Isso porque o recorrente não demonstrou de forma clara e fundamentada como o aresto recorrido teria violado as legislações federais apontadas, atraindo, por analogia, o óbice da Súmula 284/STF: *"é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"*. Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - ENTIDADE FILANTRÓPICA - ISENÇÃO - ARTIGO 55 DA LEI N. 8.212/91 - FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO-DEMONSTRADA.
Na espécie, nada obstante se reconheça que o recorrente tenha apontado o dispositivo legal supostamente violado, não logrou demonstrar claramente os fundamentos pelos quais o mencionado dispositivo teria sido ofendido. Aplica-se in casu *o entendimento consagrado pela Súmula 284/STF.*
(...)
Agravo regimental improvido." (AGRESP 384192/SC, Relator Ministro HUMBERTO MARTINS, 2ª Turma, DJ 28/8/2006).

PROCESSUAL CIVIL. LOCAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ARTS. 75 DO CÓDIGO CIVIL E 515 DO CPC. PREQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. OFENSA NÃO-DEMONSTRADA. SÚMULA 284/STF. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. ERROR IN JUDICANDO. *AFERIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO-DEMONSTRADO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO.*
(...)
3. Outrossim, concernente aos indigitados arts. 75 do Código Civil e 515 do CPC, os recorrentes não lograram demonstrar em que consistiria o desacerto do acórdão recorrido, limitando-se a transcrever os artigos, sem explicar, de forma clara e precisa, os motivos pelos quais teria ocorrido ofensa à lei federal, o que torna impossível a compreensão da controvérsia, atraindo o óbice da Súmula 284/STF.
(...)
7. Recurso especial conhecido e improvido." (RESP 244.417/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, 5ª Turma, julgado DJ de 9/10/2006)

Ainda que fossem superados os óbices acima, não prosperaria a irresignação porquanto é vedado a esta Corte o exame de matéria estritamente constitucional, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal. Confira-se o julgado seguinte:

"RECURSO ESPECIAL. ICMS. IMUNIDADE SOBRE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA, TELEFONIA E BENS MÓVEIS ADQUIRIDOS POR MUNICÍPIO. MATÉRIA DECIDIDA COM ENFOQUE CONSTITUCIONAL. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PRESCRIÇÃO. CINCO MAIS CINCO.
O v. acórdão atacado analisou a questão da imunidade sobre serviços de energia elétrica, telefonia e bens móveis adquiridos pelo recorrido sob o enfoque eminentemente constitucional, à luz dos princípios constitucionais tributários, inclusive com amparo em julgados da Excelsa Corte. É comezinho que a competência do Superior Tribunal de Justiça refere-se à matéria infraconstitucional. A discussão sobre preceitos da Constituição Federal cabem à Suprema Corte. Assim, inviável o exame do pleito da recorrente, sob pena de se penetrar no exame de matéria cuja competência está afeta à Excelsa Corte, ex vi do artigo 102 da Constituição Federal.
omissis.
Recurso especial improvido." (REsp 608985/RS - Relator Ministro FRANCIULLI NETTO - SEGUNDA TURMA - Data da Publicação/Fonte DJ 01.02.2005 p. 501)

"PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - TRIBUTÁRIO - ICMS - ENERGIA ELÉTRICA - IMUNIDADE - MATÉRIA CONSTITUCIONAL - SÚMULA 126/STJ.
1. O e. Tribunal a quo, ao dirimir o feito relativo à imunidade das operações que destinam energia elétrica a outros Estados da incidência do ICMS, fundamentou-se no art. 155, § 2º, X, "b", da Constituição Federal para refutar a tese defendida pelo ora agravante.
2. Em virtude da não-interposição do competente recurso extraordinário, o fundamento constitucional autônomo, suficiente à manutenção do v. acórdão recorrido, transitou em julgado, o que inviabiliza o conhecimento do recurso especial, em virtude do óbice do enunciado n.º 126 da Súmula deste Tribunal.
3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 549292/PR - Relatora Ministra DENISE ARRUDA - PRIMEIRA TURMA Data do Julgamento 23/03/2004 - Data da Publicação/Fonte, DJ de 19.04.2004 p. 162)

Por último, o agravante não logrou êxito na demonstração da divergência jurisprudencial a viabilizar o conhecimento de seu recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional. Isso porque não foram cumpridas as exigências do art. 255 do RISTJ que determina, em seu § 2º, que *"o recorrente deverá transcrever os trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados"*. Requisito constante também no artigo 541, parágrafo único, do CPC.
Anote-se, outrossim, que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e o paradigma. Enquanto o aresto recorrido trata da questão em torno da legitimidade ativa para requerer a repetição do indébito dos valores recolhidos a maior a título de ICMS, analisando o art. 166 do CTN, o acórdão do STF, apontado como paradigma, trata da inconstitucionalidade da majoração da alíquota de 17% para 18% realizada pela Lei 6.556/89. Assim, inviável o conhecimento da divergência pretoriana ante a ausência de similitude das matérias tratadas nos arestos.
Por tudo isso, **nego provimento ao Agravo de Instrumento.**
Publique-se.
Intime-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(3024)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 939.263 - MG (2007/0186248-2)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG
PROCURADOR	: MÁRCIO ROBERTO DE SOUZA RODRIGUES E OUTRO(S)
AGRAVANTE	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: NARDELE DÉBORA CARVALHO ESQUERDO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BENEDITA CARDOSO RODRIGUES E OUTROS
ADVOGADO	: FREDERICO CARVALHO GODINHO E OUTRO(S)

EMENTA

DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. JUROS DE MORA NO PERCENTUAL DE 1% AO MÊS. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SÚMULA 83/STJ.
1. Conforme iterativa jurisprudência desta Corte, é inaplicável o art. 1º-F da Lei 9.494/97, introduzido pela MP 2.180-35/2001, nas ações que versem sobre restituição tributária, seja na modalidade de repetição de indébito ou de compensação, porquanto, nesses casos, são devidos juros de mora de 1% ao mês, nos termos do que dispõe o Código Tributário Nacional.
2. "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida" (Súmula 83/STJ).
3. Agravo de instrumento não provido.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento que visa destrancar recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado:

"AÇÃO ORDINÁRIA - CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO - REEMBOLSO DAS PARCELAS DESCONTADAS - EXAÇÃO LANÇADA APÓS A PROMULGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/98 - JUROS APLICADOS DE 12% AO ANO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - SENTENÇA CONFIRMADA 'Consoante entendimento jurisprudencial dominante, o art. 195, inciso II, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98, que dispõe pela não incidência da contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o artigo 201, aplica-se, também, aos servidores públicos inativos, ante o disposto no § 12, do art. 40, da Carta Magna, acrescentado pela mesma EC 20/98. Após a vigência da Emenda Constitucional nº 41/2003, tornou-se legítima a taxação dos servidores inativos sobre a parcela dos proventos que exceder o limite estabelecido no art. 5º, da referida emenda, conforme entendimento do Plenário do STF' (TJMG, MS n.º 1.0000.04.406658-7/000, rel. Des. Orlando Adão) ' Os juros moratórios devem ser fixados na proporção de 12% ao ano, haja vista a natureza jurídica da contribuição ora guerreada e o disposto no artigo 167 do Código Tributário Nacional'" (fl. 209).

Sustenta-se afronta aos arts. 161, 167, § 1º, do Código Tributário Nacional; art. 406 do Código Civil; art. 1º-F, da Lei 9.494/97; arts. 458, II, 535, II, do Código de Processo Civil - CPC. Suscita-se, ainda, divergência jurisprudencial.
É o relatório. Decido.
Não merece prosperar a irresignação recursal.
Primeiramente, improcede a alegação de ofensa aos artigos 458 e 535 do Código de Processo Civil. O aresto recorrido encontra-se suficientemente fundamentado, não se verificando qualquer das hipóteses do referido dispositivo legal.
Ademais, o acórdão recorrido perfilha o entendimento desta Corte Superior acerca da matéria, no sentido de que devem incidir juros de 1% ao mês nas ações que versem sobre restituição tributária, seja na modalidade repetição de indébito seja na modalidade compensação.
Confiram-se os seguintes precedentes desta Corte:

"RECURSO ESPECIAL - TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE PROVENTOS DE APOSENTADOS - INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA - ART. 167 DO CTN - SÚMULA 188/STJ - MP N. 2.180-35.
1. A controvérsia diz respeito ao percentual dos juros de mora, bem como à fixação do termo a quo, na repetição de valores indevidamente recolhidos a título de contribuição previdenciária.
2. Nas ações de repetição em pecúnia ou por compensação, os juros moratórios são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença, nos termos do art. 167, parágrafo único, do CTN e da Súmula 188/STJ.
3. O Superior Tribunal de Justiça detém firme entendimento no sentido da não-incidência, na repetição de indébito tributário, da MP nº 2.180-35/01, que fixa juros moratórios de 6% ao ano; porquanto, o comando expresso no Código Tributário Nacional foi determinado pela Lei nº 5.172/66, que possui caráter de Lei Complementar, enquanto que os juros moratórios de 6% foram estatuídos por medida provisória, que tem natureza de lei ordinária.
4. O art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, introduzido pela Medida Provisória 2.180-35/2001, refere-se à incidência de juros de mora em relação ao pagamento de verbas remuneratórias, incluindo-se aí os benefícios previdenciários e demais verbas de natureza alimentar. Em se tratando de restituição tributária, seja na modalidade de repetição de indébito ou de compensação, não há falar em sua aplicação; porquanto, nesses casos, são devidos juros de mora de um por cento ao mês, nos termos do Código Tributário Nacional.

5. Recurso especial parcialmente provido" (REsp nº 876.402/RS, Rel. Min. Humberto Martins, DJU de 07.11.06);

"RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SERVIDOR PÚBLICO. JUROS MORATÓRIOS. LEI 9.494/97. NÃO-INCIDÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO.
1. O art. 1º-F da Lei 9.494/97, introduzido pela Medida Provisória 2.180-35/2001, refere-se à incidência de juros moratórios em relação ao pagamento de verbas remuneratórias, incluindo-se aí os benefícios previdenciários e demais verbas de natureza alimentar. Em se tratando de restituição tributária, seja na modalidade de repetição de indébito ou de compensação, não há falar em sua aplicação, porquanto, nesses casos, são devidos juros de mora de um por cento (1%) ao mês, nos termos do Código Tributário Nacional.
2. Recurso especial desprovido" (REsp nº 849.934/RJ, Rel. Min. Denise Arruda, DJU de 05/10/06).

Dessarte, inviável o recurso, porquanto a tese da agravante encontra, efetivamente, óbice intransponível no enunciado da Súmula 83/STJ, que assim dispõe:

"Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

Ante o exposto, **nego provimento ao agravo de instrumento.**
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3025)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 942.215 - SP (2007/0078847-2)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: SENISEG ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S/C LTDA
ADVOGADO	: JAIME ANTÔNIO MIOTTO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL DESERTO - RECONSIDERAÇÃO DO *DECISUM* - ART. 259 DO RISTJ.

Trata-se de agravo regimental que negou seguimento ao recurso especial, por deserção, uma vez que não foi juntada aos autos a GRU, mas tão-somente o comprovante de pagamento.
Sustenta a agravante que o preparo foi devidamente pago e juntado no ato da interposição do recurso. Enfatiza, ainda, que o valor, o número do processo e o código estão corretos, constando a identificação da agravante com o CNPJ.

DECIDO:

Entendo que assiste razão à agravante.
No comprovante de recolhimento juntado aos autos, consta o número do processo na origem e a CNPJ da agravante, o que evidencia que o valor recolhido aos cofres da União refere-se à demanda em curso.
Dessa forma, exercendo o juízo de retratação facultado pelo art. 259 do RISTJ, reconsidero a decisão agravada, tornando-a sem efeito.
Após a publicação, retornem-me os autos para julgamento.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRA ELIANA CALMON
Relatora

(3026)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.916 - RS (2007/0187411-0)

RELATORA	**: MINISTRA ELIANA CALMON**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: SANDY AURÉLIO RODRIGUES PRATES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RENATO MORLOS
ADVOGADO	: NARA GORETE DE CAMPOS MELO

DECISÃO

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECURSO ESPECIAL - DANO MORAL - VALOR DA CONDENAÇÃO - SÚMULA 7/STJ - DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL - FALTA DE SIMILITUDE FÁTICA.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial.
Sustenta-se no agravo que estão presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, merecendo reforma a decisão impugnada.
Em seu recurso especial, além de dissídio jurisprudencial, a recorrente aponta violação ao art. 159 do Código Civil de 1916 e arts. 884; 944, *caput* e parágrafo único e 945, do Código Civil de 2002.

DECIDO:

Atendidos os requisitos do art. 544, § 1º, do CPC quanto à formação do instrumento e estando presentes as peças obrigatórias e necessárias à compreensão da controvérsia, passo a examinar o recurso especial, com amparo no art. 544, § 3º, do CPC.
Preliminarmente, não deve ser conhecido o recurso quanto ao dissídio, pois não foi demonstrada a similitude fática entre a hipótese tratada no aresto recorrido e no paradigma.
Ademais, observo ser cabível a aplicação da Súmula 7/STJ quanto à tese em torno da condenação do recorrente em danos morais bem como da razoabilidade do valor arbitrado a título de indenização por dano moral, eis que tais questões não podem ser revistas sem revolvimento da matéria fático-probatória dos autos.
Com essas considerações, nos termos do art. 544, § 2º, do CPC, c/c o art. 254, I, do RISTJ, NEGO PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO.

Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRA ELIANA CALMON
Relatora

(3027)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 945.062 - SP (2007/0182034-9)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: ZORA YONARA M. DOS SANTOS CARVALHO PALAZZIN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LUIZ PEDRASSOLI E OUTROS
ADVOGADO	: DALMIRO FRANCISCO E OUTRO(S)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. FGTS. TAXA PROGRESSIVA DE JUROS. PRESCRIÇÃO. SÚMULA 210/STJ. PRECEDENTE.
1. Os depósitos para o Fundo de Garantia possuem natureza de contribuição social é de trinta anos o prazo prescricional das ações, conforme entendimento consubstanciado na Súmula 210 desta Corte.
2. Não há prescrição do fundo de direito de pleitear a aplicação dos juros progressivos nos saldos das contas vinculadas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS, porquanto o prejuízo do empregado renova-se mês a mês, ante a não incidência da taxa de forma escalonada, mas tão só das parcelas vencidas antes dos trinta anos que antecederam à propositura da ação. Precedente: REsp 739.174/PE, Relator Ministro Francisco Peçanha Martins, publicado no DJU de 27.06.05.
3. Agravo de instrumento não provido.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento que visa destrancar recurso especial, o qual foi manejado em face de acórdão que, ao tratar do direito a aplicação de juros progressivos em contas do FGTS, consignou que, por serem prestações de trato sucessivo, opera-se a prescrição tão-somente das parcelas anteriores a 30 anos do ajuizamento da ação.
Alega-se ofensa ao art. 4º da Lei 5.107/66, aos arts. 1º e 2º da Lei 5.705/71 e ao art. 1º da Lei 5.958/73.
É o relatório. Decido.
Escorreito o aresto debelado ao consignar que não estão prescritas as parcelas anteriores aos trinta anos que antecederam a propositura da ação. Isto porque quando ocorre uma condenação de obrigação sucessiva, em que se renova mês a mês, a prescrição somente incide sobre os créditos constituídos antes dos trinta anos antecedentes à propositura da ação.
Neste sentido:

"FGTS. TAXA PROGRESSIVA DE JUROS. SÚMULA 154/STJ. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 210/STJ.
- É devida a taxa progressiva de juros, na forma da Lei 5.107/66, aos optantes nos termos da Lei 5.958/73. (Súmula 154/STJ).
- Consoante entendimento Sumulado desta Corte, os depósitos para o Fundo de Garantia têm natureza de contribuição social, sendo trintenário o prazo prescricional das ações correspondentes (Súmula 210/STJ).
- Tratando-se a condenação de incidência sucessiva (de renovação mensal), a prescrição atinge apenas as parcelas ou créditos constituídos antes dos trinta anos que antecederam a propositura da ação.
- Recurso especial conhecido e provido" (REsp 791.256/PE, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJU de 27.06.05).

Ante o exposto, **nego provimento ao agravo de instrumento.**
Publique-se. Intime-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3028)

RECURSO ESPECIAL Nº 946.497 - AL (2007/0015816-8)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: JOSÉ MARIA GOMES FERREIRA
ADVOGADO	: JOSÉ ARNÓBIO DAMASCENO ALVES E OUTRO
RECORRIDO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO.
1. Cabe ao recorrente demonstrar de modo claro e preciso a suposta violação a dispositivo legal, sob pena de aplicação da Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".
2. Não houve o necessário cotejo analítico para que restassem configuradas as semelhanças e dessemelhanças existentes entre os arestos, o que impede o conhecimento do apelo nobre pela alínea "c" do permissivo constitucional.
3. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. FGTS. JUROS PROGRESSIVOS. JUROS DE MORA. DEVIDOS. CUSTAS.
- O levantamento dos depósitos do FGTS, antes de mais nada, constitui direito do trabalhador (art. 7º, III, CF), sucedâneo da extinta indenização por tempo de serviço que, salvo as exceções legais, é devida nas mesmas hipóteses em que esta era devida e que a teor do art. 7º, inc. XXIX, da Constituição Federal sujeita-se ao mesmo prazo prescricional das ações que objetivam créditos patrimoniais de natureza trabalhista, sejam previstos na CLT ou em lei extravagante, como é o caso.
- Tenho que o prazo prescricional a ser aplicado na espécie é o de 5 (cinco), na vigência contratual, e 2 (dois) anos, após a rescisão sem justa causa, pois decorrente da própria Carta Magna.
- Não há incompatibilidade deste entendimento com o disposto no § 5º do art. 23 da Lei nº 8.036/90, ou na súmula 210 do STJ, que ressalvam o privilégio da prescrição trintenária para a cobrança das contribuições fundiárias. É que as ações acerca do FGTS são dúplices e distintas, conforme constitua o seu objeto a cobrança das contribuições devidas pelos contribuintes inadimplentes com a exação, ou o direito trabalhista à liberação dos depósitos, na ocorrência das hipóteses legais.
- Ressalva do entendimento pessoal.
- Seria, então, a partir de 21/09/1971, conforme a alteração da Lei nº 5705/71, que deveria, em última análise, ser fixado o termo *a quo* de contagem do prazo prescricional, pois foi a partir de então que houve a alteração da sistemática de capitalização dos juros, com a uniformização do percentual aplicável.
- *In casu*, ajuizada a ação em 09/04/2005, quando o percentual dos juros foi extinto em 21/09/71 pela Lei nº 5705, mesmo considerado o prazo de prescrição como de 30 (trinta) anos, está prescrito o direito de ação quanto a aplicação de juros progressivos.
- No tocante aos juros moratórios, por corresponderem a uma indenização pela mora do devedor no cumprimento de uma obrigação legal ou contratual, são sempre devidos a partir da citação (art. 219, CPC), independentemente de os depósitos estarem ou não à disposição do titular da conta, conforme reiterado entendimento do eg. STJ (RESP 708516/RS; RESP 711024/SC; RESP 630147/RS); não se confundem, contudo, com os juros previstos na Lei nº 8036/90, que são os capitalizáveis no reajuste das contas do FGTS segundo sistemática própria do Fundo, sendo possível o cômputo de um e de outro simultaneamente, sem que se configure 'bis in idem'. Assim, não merece acolhida a irresignação da CEF ao querer simplesmente afastar a sua incidência" (fls. 177-178).

Os subseqüentes embargos declaratórios foram rejeitados em acórdão encartado às fls. 192-196.
O recorrente busca a reforma do acórdão hostilizado para que se reconheça a inocorrência da prescrição no caso vertente, sob a alegação de que o prazo é trintenário e a obrigação em contenda é de trato sucessivo. Nesta trilha, suscita ainda divergência jurisprudencial.
Contra-razões ofertadas às fls. 235-242.
Admitido o apelo nobre, subiram os autos a esta Corte.
É o relatório. Decido.
Pela alínea "a", a parte insurgente limitou-se a citar desordenadamente diversos dispositivos legais, sem cuidar em indicar especificamente a infringência legal e demonstrá-la de forma clara e precisa, em desrespeito à tecnicidade exigida pela instância especial. Dessarte, aplica-se a Súmula 284/STF:

"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

No que concerne à divergência jurisprudencial, não houve o necessário cotejo analítico para que restassem configuradas as semelhanças e dessemelhanças existentes entre os arestos, o que impede o conhecimento do apelo nobre pela alínea "c" do permissivo constitucional.
Ante o exposto, **não conheço do recurso especial.**
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3029)

RECURSO ESPECIAL Nº 946.508 - RJ (2007/0055405-8)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: ARMANDO BORGES DE ALMEIDA JUNIOR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: NEUZA MARIA DE ALMEIDA
ADVOGADO	: WASHINGTON LUIZ FERNANDES DIAS E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. FGTS. JUROS PROGRESSIVOS. ART. 535 DO CPC. ARGÜIÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DISSÍDIO PRETORIANO. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. PRESCRIÇÃO. SÚMULA 210/STJ.

1. Não merece conhecimento o recurso especial fulcrado em alegação genérica ao artigo 535 do Digesto Processual Civil.
2. A ausência de prequestionamento impede o exame do tema da legitimidade passiva *ad causam* e da suposta ofensa aos arts. 2º e 3º do Decreto nº 73.423/74. Aplicação da Súmula 211/STJ.
3. Não houve o necessário cotejo analítico para que restassem configuradas as semelhanças e dessemelhanças existentes entre os arestos, o que impede o conhecimento do apelo nobre pela alínea "c" do permissivo constitucional.
4. "A ação de cobrança das Contribuições para o FGTS prescreve em (30) trinta anos" (Súmula 210/STJ).
5. Recurso especial conhecido em parte e não provido.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - TAXA PROGRESSIVA DE JUROS - CONTA VINCULADA AO FGTS - PRESCRIÇÃO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - NÃO CABIMENTO.
I - Os extratos das contas do FGTS não são documentos indispensáveis à propositura da ação, sendo considerados válidos outros meios que comprovem a sua titularidade.
II - Não procede a alegação de ocorrência de prescrição, na espécie. A Súmula 210, do STJ, sedimentou o entendimento no sentido de ser trintenário o prazo prescricional das ações relativas ao FGTS.
III - O termo inicial da prescrição é o momento em que a obrigação devia ser cumprida e não o foi, aplicando-se a teoria da *actio nata*. É o que se extrai do artigo 177 do Código Civil de 1916, do artigo 189 do Código Civil em vigor e do Enunciado 14 do CEJ. Precedente do STJ.
IV - Há que se ressaltar, ainda, que o § 1º do artigo 219 do CPC dispõe que 'A interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura da ação.' Assim, o momento de interrupção da prescrição é o ajuizamento da ação desde que ocorra a citação válida.
V - O direito da parte autora à aplicação da taxa progressiva de juros, em sua conta vinculada ao FGTS, surgiu na data em que efetivou sua opção pelo referido Fundo, nos termos da Lei nº 5.858/1973, ou seja, em 02.01.1995 e, como a ação foi ajuizada em 24.05.2004 (fl. 02), o foi dentro do prazo trintenário.
VI - De acordo com a 1ª Seção do STJ, no Incidente de Uniformização de Jurisprudência, no REsp nº 77.791, já foi consolidado o entendimento de que "a Lei nº 8.036/1990 estabeleceu juros de 3% ao ano sobre os depósitos efetuados nas contas vinculadas, mas, para as contas dos trabalhadores optantes, existentes à data de 22/9/71, a capitalização dos juros dos depósitos continua a ser feita na progressão de 3% a 6%" (REsp 18.660/RN, DJ 14/12/98).
VII - Da análise dos documentos trazidos aos autos verifica-se que a autora tem direito aos juros progressivos, na forma prevista pelo artigo 4.º, da Lei n.º 5.107/66, vez que, embora tenha exercido opção em 1995 (fl. 15), esta foi retroativa a 1/1/1967, nos termos da Lei 5.958 de 10/12/1973.
VIII - Quanto à verba honorária, a CEF carece de interesse recursal, eis que não houve condenação neste aspecto.
IX - Apelação conhecida e improvida" (fls. 90-91).

Os subseqüentes embargos declaratórios foram rejeitados em acórdão encartado às fls. 115-118.
De início, a recorrente levanta preliminar de ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil-CPC, haja vista que a Corte de origem teria olvidado a análise de questões essenciais ao deslinde da controvérsia.
Em seguida, indica ofensa à Lei nº 8.036/90 e ao art. 47 do CPC - defendendo a legitimidade passiva *ad causam* apenas da União e pugnando por sua exclusão da lide -, além de argüir contrariedade ao art. 1º do Decreto nº 20.910/32, visto que o prazo prescricional aplicável ao caso concreto seria de 5 (cinco) anos.
Ademais, aponta violação dos arts. 2º e 3º do Decreto nº 73.423/74 ao argumentar que a opção retroativa pelo FGTS somente "restará comprovada com a apresentação do respectivo termo de homologação" (fl. 141). Por fim, suscita divergência jurisprudencial.
Contra-razões ofertadas às fls. 152-157.
Admitido o apelo extremo, subiram os autos a esta Corte.
É o relatório. Decido.
Inicialmente, no tocante ao art. 535 do CPC, cumpre ressaltar que o recorrente não apontou de modo preciso as omissões que poderiam influenciar no julgamento do presente apelo, o que impede o conhecimento do recurso especial nesta parte. Com efeito, esta Corte tem reconhecido a impossibilidade de conhecer-se do apelo especial pela alegada violação do artigo 535 do CPC nos casos em que a argüição é genérica, por incidir a Súmula 284/STF, assim redigida:

"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Quanto ao tema da legitimidade passiva *ad causam* e aos arts. 2º e 3º do Decreto nº 73.423/74, não houve o indispensável prequestionamento, o que enseja a aplicação da Súmula 211/STJ:

"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal *a quo*".

No que concerne à divergência jurisprudencial, não houve o necessário cotejo analítico para que restassem configuradas as semelhanças e dessemelhanças existentes entre os arestos, o que impede o conhecimento do apelo nobre pela alínea "c" do permissivo constitucional.
Por fim, verifico que o recurso especial merece conhecimento no tocante ao art. 1º do Decreto nº 20.910/32. Contudo, o entendimento propugnado pela recorrente vai de encontro à jurisprudência desta Corte, cristalizada na Súmula 210/STJ:

"A ação de cobrança das Contribuições para o FGTS prescreve em (30) trinta anos".

Ante o exposto, **conheço em parte do recurso especial e nego-lhe provimento.**
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3030)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 946.915 - RJ (2007/0228747-3)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
AGRAVANTE	: VITÓRIA TRADE IMPORTERS COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ADVOGADO	: RICARDO CAVALCANTI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSE RICARDO DE LUCA RAYMUNDO E OUTRO(S)

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRESCRIÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.
1. As matérias passíveis de serem alegadas em exceção de pré-executividade não são somente as de ordem pública, mas todos os fatos modificativos ou extintivos do direito do exeqüente, como a prescrição, desde que comprovados de plano, sem necessidade de dilação probatória. Precedentes.
2. Firmada na instância ordinária a premissa de que os documentos trazidos com a exceção de pré-executividade não são capazes de afastar a liquidez e certeza do título executivo, a modificação do acórdão recorrido exige necessariamente o reexame fático-probatório. Aplicação da Súmula 07/STJ.
3. Agravo de instrumento não provido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento que visa destrancar recurso especial manejado em face de acórdão que rejeitou exceção de pré-executividade ao verificar a impossibilidade de afastar-se de plano a exigibilidade do título executivo em decorrência de suposta prescrição, visto que o exame da matéria demandaria ampla dilação probatória.
Além de suscitar divergência jurisprudencial, a parte indica ofensa ao art. 174 do CTN.
É o relatório. Decido.
A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que as matérias que prescindirem de dilação probatória podem ser argüidas por meio da exceção de pré-executividade. Afastou-se, pois, o critério fincado, exclusivamente, na possibilidade de conhecimento de ofício pelo Juiz. Assim, passou-se a admitir essa forma excepcional de defesa para acolher exceções materiais, extintivas ou modificativas do direito do exeqüente, desde que comprovadas de plano, além daquelas constantes dos autos ou trazidas com a própria exceção.
A exceção de pré-executividade, construção doutrinária e jurisprudencial que é, converteu-se, assim, em remédio jurídico de que o executado pode lançar mão sempre que pretenda infirmar a certeza, a liquidez ou a exigibilidade do título através de inequívoca prova documental, independendo seu oferecimento de prévia segurança do juízo.
A Corte Especial, no julgamento dos Embargos de Divergência no Recurso Especial 388.000/RS, assim se manifestou sobre o tema:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO. POSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA. DESNECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIO. PRECEDENTES. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.
1. É possível que em exceção de pré-executividade seja alegada a ocorrência da prescrição dos créditos excutidos, desde que a matéria tenha sido aventada pela parte, e que não haja a necessidade de dilação probatória.
2. Consoante informa a jurisprudência da Corte, essa autorização se evidencia de justiça e de direito, porquanto a adoção de juízo diverso, de não cabimento do exame de prescrição em sede de exceção pré-executividade, resulta em desnecessário e indevido ônus ao contribuinte, que será compelido ao exercício dos embargos do devedor e ao oferecimento da garantia, que muitas vezes não possui.
3. Embargos de divergências conhecidos e desprovidos" (Rel. Min. José Delgado, DJU de 28.11.05).

Anote-se que o tribunal de origem explanou entendimento sobre o cabimento da exceção de pré-executividade nesse mesmo sentido. Contudo, concluiu que não seria cabível na hipótese dos autos da seguinte forma:

"Contudo, se inviável para o magistrado apurar se ocorreu efetivamente a prescrição do débito exeqüendo, ante a necessária apuração da veracidade das informações firmadas por ambas as partes, bem como diante de controvérsia acerca de dispositivo legal a ser aplicado no caso concreto, conclui-se que não se está diante de situação que permita o seu conhecimento em sede de exceção de pré-executividade" (fl. 74).

Como se vê, entendeu que seria necessária a dilação probatória para certificar-se das alegações da recorrente, conclusão essa que não pode ser modificada nesta via especial, por exigir o reexame do contexto fático-probatório. Incidência da Súmula 7/STJ:
"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".
Ante o exposto, **nego provimento ao agravo de instrumento**.
Publique-se. Intime-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3031)

RECURSO ESPECIAL Nº 947.544 - PE (2007/0073966-4)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOSÉ AMÉRICO CARNEIRO PINTO
ADVOGADO	: LUCIMAR VILA NOVA CABRAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. FGTS. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 07/STJ. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF.
1. Firmada na instância ordinária a premissa de que a opção pelo FGTS foi efetuada sob a vigência da Lei nº 5.107/66, sendo devidos aos autores os juros progressivos, tem-se que o reconhecimento de prévio pagamento demandaria reexame fático-probatório, procedimento cognitivo vedado na órbita do especial. Aplicação da Súmula 07/STJ
2. O recorrente não indicou dispositivo legal cuja violação ensejaria o conhecimento do apelo quanto ao tema da prescrição. Aplicação da Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".
3. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela alínea "a" do permissivo constitucional contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"Administrativo e Processual Civil. FGTS. Juros progressivos.
1 - Prescrição trintenária. Termo *a quo* - quando teve acesso ao saldo.
2 - Juros progressivos devidos. Empregado admitido antes da vigência da Lei 5.705/71.
3 - Juros de mora devidos.
Apelação improvida" (fl. 60).

Primeiramente, a recorrente defende a impossibilidade jurídica do pedido deduzido pelos fundistas, porquanto aqueles que optaram pelo FGTS sob a regência da Lei nº 5.705/71 não teriam direito aos juros progressivos por expressa vedação legal, enquanto outros que ingressaram no regime em tela ainda quando vigente a Lei nº 5.107/66 já teriam recebido os valores postulados. Prossegue apontando a ocorrência de prescrição, uma vez que a presente ação foi ajuizada após o decurso de 30 (trinta) anos desde a opção pelo FGTS, não havendo que se cogitar de prescrição "mês a mês".
Sem contra-razões.
Inadmitido o recurso especial na origem, os autos subiram a esta Corte em decorrência do provimento de agravo de instrumento.
É o relatório. Decido.
Mediante a análise do substrato fático-probatório dos autos, o Tribunal *a quo* verificou que a opção pelo FGTS efetivou-se sob a égide da Lei nº 5.107/66, sendo devidos aos autores os juros progressivos. A modificação deste entendimento, mesmo para se concluir pelo prévio pagamento do montante em discussão, esbarraria no óbice insculpido na Súmula 07/STJ:

"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Quanto à prescrição, observo que a recorrente formulou sua irresignação em desatenção à tecnicidade demandada pela instância especial, pois nem sequer indicou o dispositivo legal supostamente afrontado. Aplica-se, portanto, a Súmula 284/STF:

"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Ante o exposto, **não conheço do recurso especial.**
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3032)

RECURSO ESPECIAL Nº 947.627 - PR (2007/0069483-7)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: ELZA OLIVEIRA DOS SANTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ANA PADOVANI DOS SANTOS E OUTROS
ADVOGADO	: MARCOS ROBERTO DOS SANTOS E OUTRO(S)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. FGTS. TRANSAÇÃO. PRESENÇA DO ADVOGADO. PRESCINDIBILIDADE.
1. Não há mácula legal à transação extrajudicial realizada entre a CEF e os titulares de conta do FGTS, diante da ausência do advogado destes últimos, uma vez que só se exige a presença do procurador legal quando da homologação em juízo.
2. Recurso especial provido.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO - FGTS. ACORDO EXTRAJUDICIAL PREVISTO NA LC Nº 110/01. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. Em se tratando de transação efetuada sobre direitos já reconhecidos em juízo, somente é possível a homologação judicial se requerida e firmada pelas partes e seus advogados (art. 36 do CPC), entendimento que se aplica também ao Termo de Adesão celebrado com base na LC nº 110/01.
2. Os honorários advocatícios devem ser fixados proporcionalmente à sucumbência de cada parte na demanda.
3. Em ação versando sobre a atualização monetária de contas do FGTS, ajuizada posteriormente à inserção do artigo 29 - C à Lei nº 8.036/90, descabe a fixação de honorários advocatícios" (fl. 256).

Os subseqüentes embargos declaratórios foram rejeitados em acórdão encartado às fls. 170-174.
Insurge-se a recorrente alegando que o aresto regional teria contrariado o art. 535, II, do Código de Processo Civil.
Sustenta, ainda, ter sido violado o art. 7º da Lei Complementar nº 110/01 e o art. 4º, inciso IV e § 1º, do Decreto nº 3.913/01. Argumenta que tais dispositivos permitem-lhe transacionar com os fundistas, o que afastaria a aplicação das regras gerais do Código de Processo Civil-CPC. Alega, ainda, que não seria necessária a participação de advogado da parte contrária na transação e que isso não ofenderia o Código de Ética e Disciplina da OAB. Aponta dissídio jurisprudencial sobre a matéria.
Não foram oferecidas contra-razões.
Simultaneamente interposto recurso extraordinário, ambos foram admitidos na origem, subindo os autos a este Superior Tribunal de Justiça.
É o relatório. Decido.
A recorrente não demonstrou em que consistiria a apontada omissão ao artigo 535, II, do CPC, limitando-se a sustentar genericamente que esta decorrera do não-acolhimento dos embargos declaratórios. Com efeito, não se conhece do recurso especial pela alegada violação do artigo 535 do CPC nos casos de argüição genérica, por incidir a Súmula 284/STF, assim redigida:

"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

De outra banda, prequestionada a matéria atrelada ao art. 7º da LC nº 110/01 e ao art. 4º, inciso IV e § 1º, do Decreto nº 3.913/01, conheço do recurso especial neste particular, passando a analisá-lo.
O artigo 7º da Lei Complementar nº 110/01 possui a seguinte redação: "Ao titular da conta vinculada que se encontre em litígio judicial visando ao pagamento dos complementos de atualização monetária relativos a junho de 1987, dezembro de 1988 a fevereiro de 1989, abril e maio de 1990 e fevereiro de 1991, é facultado receber, na forma do art. 4º, os créditos de que trata o art. 6º, firmando transação a ser homologada no juízo competente".
De sua literalidade, dessume-se a possibilidade de os titulares de contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS transacionarem extrajudicialmente com a Caixa Econômica Federal, a fim de terem aplicados os índices de correção monetária sobre os valores depositados em suas contas, sendo somente a homologação feita em juízo. Interpretando-se o artigo supracitado em consonância ao art. 36 do CPC, a presença dos advogados das partes é imprescindível somente na homologação, descabendo anular a transação em virtude da ausência do procurador dos ora recorridos.
Há precedentes das Primeira e Segunda Turmas agasalhando esse entendimento:

"RECURSO ESPECIAL - ALÍNEAS "A" E "C" - PROCESSUAL CIVIL - FGTS - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC - POSSIBILIDADE DE HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO PREVISTA NA LEI COMPLEMENTAR N. 110/2001, INDEPENDENTEMENTE DE ASSISTÊNCIA DO ADVOGADO.
1. Não configura afronta ao artigo 535, do CPC, a alegação genérica de ofensa a dispositivo legal sem explicitar os pontos em que foi omisso o acórdão recorrido.
2. Se o negócio jurídico da transação se encontra concluído entre as partes, impossível é a qualquer delas o arrependimento unilateral. Válido o acordo celebrado, obriga-se o juiz à sua homologação, salvo se ilícito o seu objeto, incapazes as partes ou irregular o ato, o que não ocorreu no presente caso.
3. O fundista, nos termos do artigo 7º da LC n. 110/01, pode transigir extrajudicialmente com a Caixa Econômica Federal a fim de que sejam aplicados os índices de correção monetária às suas contas. Somente a homologação é judicial e, nessa fase, faz-se necessária a presença de advogado. Precedentes do STJ.
Recurso especial conhecido parcialmente e, nessa parte, provido, para homologar as transações celebradas pela recorrente e os autores" (REsp 889.983/RS, Rel. Min. Humberto Martins, DJU 29.11.06);

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. FGTS. LEGITIMIDADE DAS TRANSAÇÕES FIRMADAS PELOS AUTORES, SEM A PARTICIPAÇÃO DE SEUS ADVOGADOS, VISANDO AO PAGAMENTO, PELA CEF, DOS COMPLEMENTOS DE CORREÇÃO MONETÁRIA DOS DEPÓSITOS FUNDIÁRIOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ALEGADA NEGATIVA DE VIGÊNCIA DO ART. 29-C DA LEI 8.036/90, ACRESCENTADO PELA MP 2.164-41, DE 27.7.2001. ART. 2º DA EMENDA CONSTITUCIONAL 32/2001.
1. Impende reconhecer a legalidade, a validade e a eficácia dos acordos extrajudiciais firmados entre os autores e a CEF, com a assinatura dos termos de adesão desses trabalhadores às condições de crédito previstas na mencionada lei complementar, devendo-se garantir a sua execução, independentemente da assistência dos advogados das partes na avença.
2. Este Tribunal Superior já firmou seu posicionamento no sentido de que, nas lides relativas ao FGTS, a Caixa Econômica Federal fica exonerada do pagamento de honorários advocatícios desde que o ajuizamento das referidas demandas tenha-se dado de acordo com o supramencionado art. 29-C da Lei 8.036/90 (introduzido pela MP 2.164-41, de 27.7.2001).
3. Recurso especial provido" (REsp 782.045/SC, Rel. Min. Denise Arruda, DJU 02.08.07).

Ante o exposto, **dou provimento ao recurso especial.**
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3033)

RECURSO ESPECIAL Nº 947.795 - PE (2007/0083464-6)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CARLINDA NUNES DOS SANTOS
ADVOGADO	: EDUARDO JOSÉ DO NASCIMENTO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. FGTS. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 07/STJ. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF.
1. Firmada na instância ordinária a premissa de que a opção pelo FGTS foi efetuada sob a vigência da Lei nº 5.107/66, sendo devidos aos autores os juros progressivos, tem-se que o reconhecimento de prévio pagamento demandaria reexame fático-probatório, procedimento cognitivo vedado na órbita do especial. Aplicação da Súmula 07/STJ
2. O recorrente não indicou dispositivo legal cuja violação ensejaria o conhecimento do apelo quanto ao tema da prescrição. Aplicação da Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".
3. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela alínea "a" do permissivo constitucional contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. FGTS. CEF. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. JUROS PROGRESSIVOS. CABIMENTO. LEI 5.107/66. JUROS DE MORA. APLICAÇÃO DO ART. 406 DO CÓDIGO CIVIL. AÇÃO AJUIZADA NA SUA VIGÊNCIA. ENUNCIADO 20 DO CJF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 29-C, DA LEI Nº. 8.036/90. NORMA ESPECIAL EM RELAÇÃO AOS ARTS. 20 E 21 DO CPC. APLICAÇÃO ÀS AÇÕES AJUIZADAS APÓS 27.07.2001.
- A jurisprudência sedimentada do eg. STJ, é no sentido de que nas causas que se discute a correção do FGTS a prescrição é trintenária (Súmula nº 210 do STJ) e o termo inicial para a contagem do prazo da prescrição deve ser o do levantamento dos depósitos, e não do seu creditamento, não importando a data do ato normativo.
- Os empregados que foram admitidos e optaram pelo FGTS na vigência da Lei nº 5.107/66, que determinava a capitalização progressiva dos juros na atualização dos saldos das contas do FGTS, antes, portanto das alterações da Lei nº 5.705, de 21.09.71, possuem direito à capitalização progressiva dos juros. Manutenção da sentença.
- Incidência dos juros moratórios, nas contas vinculadas do FGTS, à base de 1% (um por cento ao mês), para as ações ajuizadas quando em vigor o novo Código Civil, consoante o Enunciado nº 20 do CJF.
- O art. 29-C da Lei nº 8.036/90, introduzido pela MP n° 2.164-40/2001, é norma especial em relação aos arts. 20 e 21 do CPC, aplicando-se às ações ajuizadas após 27.07.2001, inclusive nas causas que não têm natureza trabalhista, movidas pelos titulares das contas vinculadas contra o FGTS, administrado pela CEF (STJ, REsp. nº. 780.988/RN, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, 1ª Turma, j. 06.10.2005, DJ. 24.10.2005, pág. 224).
- Precedentes do egrégio STJ.
- Apelação provida, em parte" (fl. 96).

Primeiramente, a recorrente defende a impossibilidade jurídica do pedido deduzido pelos fundistas, porquanto aqueles que optaram pelo FGTS sob a regência da Lei nº 5.705/71 não teriam direito aos juros progressivos por expressa vedação legal, enquanto outros que ingressaram no regime em tela ainda quando vigente a Lei nº 5.107/66 já teriam recebido os valores postulados. Prossegue apontando a ocorrência de prescrição, uma vez que a presente ação foi ajuizada após o decurso de 30 (trinta) anos desde a opção pelo FGTS, não havendo que se cogitar de prescrição "mês a mês".
Sem contra-razões.
Inadmitido o recurso especial na origem, os autos subiram a esta Corte em decorrência do provimento de agravo de instrumento.
É o relatório. Decido.
Mediante a análise do substrato fático-probatório dos autos, o Tribunal *a quo* verificou que a opção pelo FGTS efetivou-se sob a égide da Lei nº 5.107/66, sendo devidos aos autores os juros progressivos. A modificação deste entendimento, mesmo para se concluir pelo prévio pagamento do montante em discussão, esbarraria no óbice insculpido na Súmula 07/STJ:

"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Quanto à prescrição, observo que a recorrente formulou sua irresignação em desatenção à tecnicidade demandada pela instância especial, pois nem sequer indicou o dispositivo legal supostamente afrontado. Aplica-se, portanto, a Súmula 284/STF:

"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Ainda que assim não fosse, a orientação adotada pela Corte de origem perfilha-se à jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça.
Com efeito, não estão prescritas as parcelas anteriores aos trinta anos que antecederam a propositura da ação. Isto porque quando ocorre uma condenação de obrigação sucessiva, em que se renova mês a mês, a prescrição somente incide sobre os créditos constituídos antes dos trinta dos trinta anos antecedentes a propositura da ação.
Neste sentido:

"FGTS. TAXA PROGRESSIVA DE JUROS. SÚMULA 154/STJ. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 210/STJ.
- É devida a taxa progressiva de juros, na forma da Lei 5.107/66, aos optantes nos termos da Lei 5.958/73. (Súmula 154/STJ).
- Consoante entendimento Sumulado desta Corte, os depósitos para o Fundo de Garantia têm natureza de contribuição social, sendo trintenário o prazo prescricional das ações correspondentes (Súmula 210/STJ).
- Tratando-se a condenação de incidência sucessiva (de renovação mensal), a prescrição atinge apenas as parcelas ou créditos constituídos antes dos trinta anos que antecederam a propositura da ação.
- Recurso especial conhecido e provido" (REsp 791.256/PE, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJU de 27.06.05).

Ante o exposto, **não conheço do recurso especial.**
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3034)

RECURSO ESPECIAL Nº 948.045 - BA (2007/0098178-2)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: EDMIR DE OLIVEIRA MEIRA E OUTROS
ADVOGADO	: ANA PAULA MOREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: ALBERTO CAVALCANTE BRAGA E OUTRO(S)

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. FGTS. VERBA HONORÁRIA. FUNDAMENTO INATACADO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 07/STJ.
1. O recorrente não atacou efetivamente a configuração de sucumbência recíproca no caso vertente, fundamento utilizado pelo acórdão recorrido para justificar a fixação da verba honorária em 5% sobre o valor da condenação. Aplicação da Súmula 283/STF: "É inadmissível o Recurso Extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".
2. A majoração dos honorários advocatícios exigiria o revolvimento do acervo fático-probatório acostado aos autos, procedimento cognitivo obstado pela Súmula 07/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".
3. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. FGTS. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS.
É devida a correção dos saldos das contas do FGTS pela aplicação do IPC no mês de abril/90 (44,80%)" (fl. 101).

Os subseqüentes embargos declaratórios foram acolhidos em parte em acórdão sintetizado na seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FGTS. QUESTÃO RELATIVA À LEGITIMIDADE DA UNIÃO FEDERAL. OMISSÃO. HONORÁRIOS.
Existindo, no acórdão, omissão quanto à questão da legitimidade da União Federal, nas ações em que se discute a correção dos saldos de FGTS, acolhem-se os embargos de declaração, para confirmar-lhe a exclusão da lide por ilegitimidade passiva *ad causam*.
Havendo sucumbência recíproca, estão adequados os honorários de 5% sobre o valor da condenação" (fl. 115).

Opostos novos aclaratórios, também restaram acolhidos em parte em aresto resumido nestes termos:

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO.
Embargos de declaração opostos para o fim de que seja sanada omissão apontada no acórdão embargado.
Omissão verificada, o que conduz a parcial acolhida destes embargos, para declarar os fundamentos pelos quais os honorários advocatícios foram fixados no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da condenação.
Embargos de declaração parcialmente acolhidos, sem efeitos modificativos" (fl. 145).

A recorrente indica contrariedade ao art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil-CPC, postulando a reforma do acórdão para que os honorários advocatícios sejam fixados dentro do patamar estabelecido no indigitado dispositivo legal, asseverando ainda que não se aplica à Caixa Econômica Federal o disposto no § 4º do mesmo artigo. Ao final, suscita divergência jurisprudencial.
Sem contra-razões.
Admitido o apelo extremo, subiram os autos a esta Corte.
É o relatório. Decido.
Segundo a Corte de origem, a verba honorária foi arbitrada no percentual de 5% sobre o valor da condenação "por se tratar de sucumbência recíproca, além de ser causa de grande percentual de incidência no âmbito da Justiça Federal, o que faz com que constitua remuneração adequada para o tipo de controvérsia em questão" (fl. 143).
O fundamento circunscrito à ocorrência de sucumbência recíproca não foi devidamente impugnado pelo ora recorrente, o que atrai a incidência da Súmula 283/STF:

"É inadmissível o Recurso Extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

Ainda que assim não fosse, a alteração do aresto em testilha exigiria o revolvimento do acervo fático-probatório acostado aos autos, procedimento cognitivo vedado na instância especial, consoante a Súmula 07/STJ:

"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Ante o exposto, **não conheço do recurso especial.**
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3035)

RECURSO ESPECIAL Nº 950.422 - RN (2007/0041565-6)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOSÉ NAZARENO NUNES BEZERRA
ADVOGADO	: FABÍOLA DE ANDRADE BEZERRA

EMENTA

ADMINISTRATIVO. FGTS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
1. Aplica-se o artigo 29-C da Lei nº 8.036/90 às ações ajuizadas após a edição da MP nº 2.164/01.
2. Recurso especial provido.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição da República e interposto pela Caixa Econômica Federal contra acórdão prolatado em apelação pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, segundo o qual deveria subsistir a sua condenação em honorários advocatícios nos valores arbitrados pelo julgador monocrático.
Nas razões do especial, aduz, além de divergência pretoriana, a violação aos artigos 29-C da Lei nº 8.036/90 e 21 do CPC. Postula o afastamento dos ônus sucumbenciais.
Sem contra-razões, conforme atesta certidão de fl. 158.
Exercido o juízo de admissibilidade positivo do recurso especial (fl. 159), subiram os autos a esta Corte.
É o relatório. Decido.
Preenchidos os requisitos de admissibilidade recursal, passo ao exame do mérito.
A questão da fixação dos honorários advocatícios nas ações entre o FGTS e os titulares de contas vinculadas, após a vigência da MP nº 2.164-40/01, gerou diversos debates neste Tribunal, até que a Primeira Seção, no julgamento dos Embargos de Divergência no Recurso Especial 583.125/RS, DJU de 15.08.05, concluiu que o artigo 29-C da Lei nº 8.036/90 se aplica às ações ajuizadas a partir da edição da referida medida provisória.
Da leitura dos autos, constata-se que a ação que deu origem ao presente processo foi proposta após a data da publicação da MP nº 2.164-40/01, motivo pelo qual não é cabível a condenação da recorrente ao pagamento das verbas honorárias.
Ante o exposto, **dou provimento ao recurso especial**.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3036)

RECURSO ESPECIAL Nº 953.729 - PE (2007/0107233-9)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PAULO GOMES MONTENEGRO - ESPÓLIO
REPR. POR	: ALNICE CAHU CAMPELO MONTENEGRO - INVENTARIANTE
ADVOGADO	: JACINTA DE FÁTIMA COUTINHO MOURA

EMENTA

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. FGTS. TAXA PROGRESSIVA DE JUROS. SÚMULAS 154 E 07/STJ. PRESCRIÇÃO. SÚMULA 210/STJ. EFEITO REPRISTINATÓRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF.
1. Se a parte articula questões federais não ventiladas na Instância de origem, sem que tenha oposto embargos de declaração para suscitá-las, o especial não enseja conhecimento pois não está preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, a teor das Súmulas 282 e 356/STF.
2. A taxa de juros progressivos é devida nos casos em consonância com a Súmula 154/STJ. Se a controvérsia envolver a data de opção do autor ao FGTS, impõe-se a aplicação da Súmula 7/STJ.
3. Os depósitos para o Fundo de Garantia possuem natureza de contribuição social sendo de trinta anos o prazo prescricional das ações, conforme entendimento consubstanciado na Súmula 210 desta Corte.
4. Não há prescrição do fundo de direito de pleitear a aplicação dos juros progressivos nos saldos das contas vinculadas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS, porquanto o prejuízo do empregado renova-se mês a mês, ante a não-incidência da taxa de forma escalonada, mas tão só das parcelas vencidas antes dos trinta anos que antecederam à propositura da ação. (Precedente: REsp 739.174/PE, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJU de 27.06.05).
5. Recurso especial conhecido em parte e não provido.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fulcro no art. 105, inciso III, alínea "a" da Carta Maior contra acórdão prolatado em apelação pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, o qual confirmou a sentença de piso para julgar procedente o pedido veiculado pelo ora recorrido de determinar à CEF a obrigação de aplicar na sua conta fundiária os juros progressivos, acrescidos de correção monetária e juros moratório, estes a partir da citação, pouco importando se houve ou não levantamento da quantia depositada.
Nas razões do recurso especial, a ora recorrente aduz a violação das normas insertas na Lei nº 5.705/71; nos artigos 4º da Lei nº 5.705/66; 2º, § 3º da LICC; 303, 301, X do CPC e 13 da Lei nº 8.036/90.
Não foram ofertadas contra-razões, conforme certidão de fl. 85.
Exercido o juízo de admissibilidade negativo do recurso especial (fls. 86-87), sob os seguintes fundamentos: eventual direito aos juros progressivos depende de aspectos fáticos (data da opção, data da admissão, eficácia retroativa) a serem examinados caso a caso e na hipótese não restou caracterizada afronta à legislação de regência, bem como a aventada divergência pretoriana não foi demonstrada nos moldes processuais e regimentais exigidos.
Por força de provimento ao Agravo de Instrumento nº 842.967, subiram os autos a esta Corte.
É o relatório. Decido.
Inicialmente, constata-se que no tocante à alegada infringência do acórdão recorrido aos artigos 2º, § 3º da LICC (efeito repristinatório), 303 e 301, X do CPC, não houve emissão de juízo de valor, o que acarreta o não conhecimento do apelo, sob pena de burla aos enunciados das Súmulas 282 e 356/STF.
A questão relativa à taxa progressiva de juros restou pacificada por esta Corte por meio da Súmula 154, de seguinte teor:
"Os optantes pelo FGTS, nos termos da Lei nº 5.958, de 1973, têm direito à taxa progressiva de juros na forma do art. 4º da Lei nº 5.107/66".

Contudo, infirmar as conclusões a que chegou o Tribunal de origem de que a aplicação da taxa progressiva de juros depende da data da opção ao FGTS do fundista, demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado ante o disposto na Súmula 07 desta Corte.
Escorreito o aresto recorrido ao consignar que não estão prescritas as parcelas anteriores aos trinta anos que antecederam a propositura da ação. Quando ocorre uma condenação de obrigação sucessiva, em que se renova mês a mês, a prescrição somente incide sobre os créditos constituídos antes dos trinta dos trinta anos antecedentes a propositura da ação.
Neste sentido:

"FGTS. TAXA PROGRESSIVA DE JUROS. SÚMULA 154/STJ. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 210/STJ.
- É devida a taxa progressiva de juros, na forma da Lei 5.107/66, aos optantes nos termos da Lei 5.958/73. (Súmula 154/STJ).
- Consoante entendimento Sumulado desta Corte, os depósitos para o Fundo de Garantia têm natureza de contribuição social, sendo trintenário o prazo prescricional das ações correspondentes (Súmula 210/STJ).
- Tratando-se a condenação de incidência sucessiva (de renovação mensal), a prescrição atinge apenas as parcelas ou créditos constituídos antes dos trinta anos que antecederam a propositura da ação.
- Recurso especial conhecido e provido" (REsp 791.256/PE, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJU de 27.06.05).

Ante o exposto, **conheço em parte do recurso especial e nego-lhe provimento**.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3037)

RECURSO ESPECIAL Nº 955.210 - SP (2007/0112705-0)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: ROSEMARY FREIRE COSTA DE SÁ E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ALDAIR LIMA DE REZENDE E OUTROS
ADVOGADO	: JOÃO JOSÉ DE SOUZA LEITE E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUNAL *A QUO*. CÓPIA DA PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO DO AGRAVADO. NECESSIDADE. ART. 525, INCISO I, DO CPC. AUSÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL DO AGRAVADO. CERTIDÃO COMPROBATÓRIA.
1. Nos termos do art. 525, I do CPC, é imprescindível a juntada da cópia do mandado outorgado ao representante do agravado, sob pena de não-conhecimento do agravo.
2. Inexistente representação do agravado, a determinação legal encontra-se atendida pela juntada ao instrumento de certidão comprobatória da ausência de procuração. Precedentes.
3. Recurso especial provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial fundado na alínea "a" do permissivo constitucional que desafia aresto exarado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, o qual restou assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - FALTA DE PEÇAS - PROCURAÇÃO OUTORGADA - RECURSO DESPROVIDO.
1. São peças obrigatórias da petição do agravo de instrumento a cópia da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.
2. A falta de uma dessas peças acarreta no não prosseguimento do recurso.
3. Agravo regimental ao qual se nega provimento" (fl. 74).

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados em acórdão acostado às fls. 87-97.
Com base na alínea "a" do permissivo constitucional, o recorrente aponta ofensa ao art. 525, I, do Código de Processo Civil-CPC, aduzindo que a exigência legal de aparelhamento do agravo com cópia da procuração outorgada ao advogado da parte adversa é suprida pela juntada de declaração atestando a inexistência do citado instrumento de mandato nos autos da execução, sendo prescindível certidão que comprove esta circunstância no âmbito dos autos principais, relativos à ação de conhecimento.
Não houve contra-razões (fl. 113).
Negado seguimento ao recurso especial, os autos subiram a este Superior Tribunal de Justiça em decorrência do provimento de agravo de instrumento.
É o relatório. Decido.
Prequestionada a tese sobre a qual gravita o dispositivo legal tidos como violado, conheço do recurso pela alínea "a" do permissivo constitucional.
O acórdão recorrido destoa da iterativa jurisprudência desta Corte.
Na hipótese de inexistir cópia da procuração do advogado da agravada nos autos do qual o agravo é tirado, é pacífico que a parte insurgente desincumbe-se do ônus insculpido no art. 525 do Código de Processo Civil-CPC mediante juntada ao instrumento de certidão comprobatória desta circunstância.
No caso vertente, a referida certidão encontra-se encartada à fl. 21 - como expressamente reconhecido pelo Tribunal *a quo* -, o que torna imperativa a reforma do julgado.
A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DEFICIÊNCIA DE FORMAÇÃO. AUSÊNCIA DE TRASLADO DA PROCURAÇÃO DO ADVOGADO DA AGRAVADA OU DA CERTIDÃO QUE COMPROVE A SUA INEXISTÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE DILIGÊNCIA PARA SUPRIR A PEÇA FALTANTE.
1. A formação do instrumento é de responsabilidade do agravante que deve fazer constar todas as peças obrigatórias.
2. Ante a aventada inexistência de cópia da procuração do advogado da agravada, deveria o recorrente juntar certidão comprobatória desse fato.

3. Não está o agravante autorizado a promover diligências para suprir a peça faltante, ante a ocorrência da preclusão consumativa.
4. Recurso especial improvido" (REsp 838.849/SC, DJU 15.08.06);

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 525, I, DO CPC. AUSÊNCIA DE CÓPIA DA PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO DO AGRAVADO. COMPROVAÇÃO MEDIANTE CERTIDÃO. ART. 557, CAPUT, DO CPC. APLICABILIDADE.
1. Deve ser comprovada pelo agravante, mediante certidão e no ato da interposição do agravo, a ausência, nos autos principais, do instrumento procuratório outorgado ao agravado, sob pena de não-conhecimento do recurso.
2. O relator está autorizado a negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com jurisprudência dominante do próprio tribunal ou de tribunais superiores. Inteligência do art. 557, caput, do CPC.
3. Recurso especial não-provido" (REsp 461.794/SC, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJU 01.08.06).

No mesmo toar, a Primeira Turma decidiu que:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE DO AGRAVANTE. PEÇAS OBRIGATÓRIAS. PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO DO AGRAVADO. AUSÊNCIA NOS AUTOS PRINCIPAIS. COMPROVAÇÃO POR CERTIDÃO.
I - É de responsabilidade do agravante a formação do instrumento de agravo, obedecendo às exigências dispostas no artigo 525, do Código de Processo Civil.
II - A simples leitura do dispositivo legal em comento aponta para a cópia da procuração outorgada ao advogado do agravado, imprescindível à formação do agravo de instrumento. A referida peça é exigida expressamente no inciso I do artigo 525 do CPC, que elenca o rol denominado pela doutrina de "peças obrigatórias" na instrução do agravo.
III - Saliente-se que a possível ausência do instrumento procuratório do recorrido nos autos principais deve ser comprovada pelo agravante, mediante certidão, no ato da interposição do agravo.
IV - Agravo regimental improvido" (AgRg no REsp 501260, Rel. Min. Francisco Falcão, DJU de 20.10.03).

Por derradeiro, saliente-se que carece de respaldo legal a orientação da Corte de origem em compelir o agravante a diligenciar nos autos da ação de conhecimento - da qual a execução foi desmembrada - com vistas a aparelhar o instrumento com a cópia do mandato outorgado ao causídico da agravada ou certidão de sua inexistência, se este fosse o caso.
Em feitos semelhantes, confiram-se: REsp 973.697/SP, Rel. Min. José Delgado, DJU 14.09.07, e Ag 865.202/SP, Rel. Min. Denise Arruda, DJU 14.08.07.
Desta forma, devem os autos retornar à origem para o Tribunal *a quo* prossiga na análise do agravo de instrumento.
Ante o exposto, **dou provimento ao recurso especial.**
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3038)

RECURSO ESPECIAL Nº 958.045 - SC (2007/0123082-9)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: VERA LÚCIA BICCA ANDUJAR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MÁRIO DE SOUZA
ADVOGADO	: FABIANO FRETTA DA ROSA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ART. 535 DO CPC. ARGÜIÇÃO GENÉRICA. DEFICIÊNCIA RECURSAL. SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTO SUFICIENTE INATACADO. SÚMULA 283/STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL INDEMONSTRADA.
1. É impossível se conhecer do recurso especial pela alegada violação do artigo 535, inciso II, do CPC, quando a argüição é genérica. Incidência analógica da Súmula 284 do STF.
2. Não pode ser conhecido o recurso especial que não ataca fundamento apto a sustentar o juízo emitido pelo acórdão recorrido. Aplicação analógica da Súmula 283 do STF.
3. Para que reste demonstrado, o dissenso pretoriano deve alcançar as peculiaridades juridicamente relevantes ao caso e o suporte fático, no *punctum saliens*, guardando similitude com os paradigmas.
4. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que, em embargos à execução, negou provimento à apelação e ao recurso adesivo e manteve sentença que deixou de homologar termo de adesão firmado entre as partes com base na LC 110/01.
Nas razões do especial, a recorrente aduz, além do dissídio pretoriano, a violação dos artigos 535, II do CPC, 7º da Lei Complementar nº 110/01 e 4º, inciso IV e § 1º, do Decreto 3.913/01. Pugna, em síntese, pelo reconhecimento da validade e eficácia do acordo firmado entre as partes.
Sem contra-razões.
Simultaneamente interpostos recursos especial e extraordinário na origem, ambos restaram admitidos (fls. 131-132), subiram os autos a esta Corte.
É o relatório. Decido.
A recorrente não demonstrou em que consistiria a apontada omissão do artigo 535 do CPC, limitando-se a sustentar genericamente que esta decorrera do não acolhimento dos embargos declaratórios.
Não se conhece do recurso especial pela alegada violação do artigo 535 do CPC nos casos em que a argüição é genérica, por incidir a Súmula 284/STF.
O acórdão recorrido assenta sua decisão no fundamento de que a adesão ocorrera anteriormente ao ajuizamento da ação, cujo documento foi juntado aos autos somente na fase de execução de sentença, o que não teria o condão de invalidar a execução pretendida, mormente porque a sentença estaria acobertada pelo manto da coisa julgada.
Entretanto, no arrazoado, a ora recorrente não se insurge contra esse fundamento, limitando-se a defender a tese de validade do acordo firmado com o fundista.
Assim, restando inatacado o fundamento central adotado pelo acórdão recorrido, o recurso também esbarra na Súmula 283/STF.
Da mesma forma, o especial não transpõe a barreira do conhecimento no tocante à aventada dissidência pretoriana, visto a ausência de similitude fática entre os arestos tidos por dissidentes. O dissenso pretoriano, para que reste demonstrado, deve alcançar as peculiaridades juridicamente relevantes ao caso e o suporte fático, no *punctum saliens*, guardando similitude com os paradigmas. Nesse toar: AgRg no Ag 721.491/ES, DJU de 20.02.06 e RESP 302.431/CE, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJU de 20.03.06.
Ante o exposto, **não conheço do recurso especial**.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3039)

RECURSO ESPECIAL Nº 966.411 - PE (2007/0155759-0)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: ELMO SOARES DE SIQUEIRA
ADVOGADO	: LUIZ ALBERTO DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. FGTS. TAXA PROGRESSIVA DE JUROS. PRESCRIÇÃO.
1. Inexiste prescrição do fundo de direito de pleitear a aplicação dos juros progressivos nos saldos das contas vinculadas ao FGTS, porquanto o prejuízo do empregado se renova mês a mês, ante a não-incidência da taxa de forma escalonada. Só prescrevem as parcelas vencidas antes dos trinta anos que antecederam a propositura da ação.
2. A taxa de juros progressivos é devida nos casos em consonância com a Súmula 154/STJ.
3. Entendeu a Corte de origem que um dos autores "não permaneceu na mesma empresa pelo tempo mínimo legalmente exigido para que se fizesse devida a aplicação da taxa progressiva de juros em sua conta vinculada". Alterar tal posicionamento incidiria no óbice da Súmula 7/STJ.
4. Recurso especial provido em relação aos autores José Mário de Medeiros, Adelídio Cipriano da Silva, Ciro de Oliveira, Divino dos Santos Carneiro, Marcelo Manoel Dias de Macedo, Newton Olympio da Silva e Elmo Soares Siqueira. Recurso especial não conhecido quanto ao autor Cleber Valmir da Silva.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão proferido pelo Tribunal de origem que concluiu pela prescrição do fundo do direito.
Os recorrentes indicam dissídio jurisprudencial. Salientam ser obrigação de trato sucessivo, de renovação mensal. Afirmam ser "plenamente possível a aplicação dos juros progressivos nas contas fundiárias".
Houve apresentação de contra-razões às fls. 232-238.
Admitido o recurso, subiram os autos a esta Corte.
É o relatório. Decido.
Insurgem-se os recorrentes contra a prescrição quanto aos juros progressivos nas contas vinculadas ao FGTS.
É pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e desta Corte de que os depósitos para o Fundo de Garantia possuem caráter de contribuição social e o prazo prescricional das ações respectivas é trintenário, nos termos do disposto na Súmula 210/STJ.
Quando se tratar de obrigação de trato sucessivo, como é o caso dos juros progressivos, que se renova mês a mês, a prescrição somente incide sobre os créditos constituídos antes dos trinta anos antecedentes à propositura da ação. Veja-se:

"FGTS. TAXA PROGRESSIVA DE JUROS. SÚMULA 154/STJ. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 210/STJ.
- É devida a taxa progressiva de juros, na forma da Lei 5.107/66, aos optantes nos termos da Lei 5.958/73 (Súmula 154/STJ).
- Consoante entendimento Sumulado desta Corte, os depósitos para o Fundo de Garantia têm natureza de contribuição social, sendo trintenário o prazo prescricional das ações correspondentes (Súmula 210/STJ).
- Tratando-se a condenação de incidência sucessiva (de renovação mensal), a prescrição atinge apenas as parcelas ou créditos constituídos antes dos trinta anos que antecederam a propositura da ação.
- Recurso especial conhecido e provido" (REsp 739.174/PE, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJU de 27.06.05).

Inexiste prescrição do fundo de direito de pleitear a aplicação dos juros progressivos nos saldos das contas vinculadas ao FGTS, porquanto o prejuízo do empregado se renova mês a mês, ante a não-incidência da taxa de forma escalonada.
Quanto à taxa progressiva de juros, este Tribunal editou a Súmula 154, do seguinte teor:

"Os optantes pelo FGTS, nos termos da Lei nº 5.958, de 1973, têm direito à taxa progressiva de juros na forma do art. 4º da Lei nº 5.107/66".

Defendem os autores ser "plenamente possível a aplicação dos juros progressivos nas contas fundiárias".
O Tribunal de origem consignou que somente os seguintes autores preencheram os requisitos para a capitalização da taxa progressiva dos juros: José Mário de Medeiros, Adelídio Cipriano da Silva, Ciro de Oliveira, Divino dos Santos Carneiro, Marcelo Manoel Dias de Macedo, Newton Olympio da Silva e Elmo Soares Siqueira.
Relativamente ao autor Cleber Valmir da Silva, inviável alterar o que ficou consignado pelas instâncias ordinárias - de que ele "não permaneceu na mesma empresa pelo tempo mínimo legalmente exigido para que se fizesse devida a aplicação da taxa progressiva de juros em sua conta vinculada". Incide, no caso, o óbice da Súmula 7/STJ. Vale registrar ser inócuo o reconhecimento mesmo da inexistência de prescrição do fundo do direito no tocante a este autor.
Ante o exposto, **dou provimento ao recurso especial quanto aos autores José Mário de Medeiros, Adelídio Cipriano da Silva, Ciro de Oliveira, Divino dos Santos Carneiro, Marcelo Manoel Dias de Macedo, Newton Olympio da Silva e Elmo Soares Siqueira. Não conheço do recurso especial de Cleber Valmir da Silva.**
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3040)

RECURSO ESPECIAL Nº 966.710 - RS (2007/0157480-6)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: VERA LÚCIA BICCA ANDUJAR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOSÉ GARCIA REIS E OUTROS
ADVOGADO	: MARCOS ROBERTO DOS SANTOS E OUTRO(S)

EMENTA

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. APLICAÇÃO DO ARTIGO 284 DO CPC. POSSIBILIDADE.
1. Alegações genéricas quanto às prefaciais de afronta ao artigo 535 do Código de Processo Civil não bastam à abertura da via especial pela alínea "a" do permissivo constitucional, a teor da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.
2. Antes da extinção dos embargos, deve-se abrir prazo para o embargante corrigir a falha constante da exordial, inclusive para sanar a generalidade com que formulada a alegação de excesso de execução.
3. Recurso especial conhecido em parte e provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do TRF da 4ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. EMENDA À INICIAL.
Alegações genéricas opostas aos cálculos dos embargados, não é caso de emenda à inicial, pois os pontos controversos do cálculo de liquidação devem estar expostos na inicial pelo embargante." (fl. 29).

Em suas razões, a Caixa Econômica Federal-CEF alega violação dos arts. 284 e 535 do CPC. Sustenta que o Tribunal *a quo*, ao negar provimento ao seu apelo, sob o fundamento de alegação genérica de excesso à execução, deveria ter-lhe oportunizado a emenda da inicial, "abrindo-lhe a chance de corrigir defeitos que implicam, até mesmo, em dificuldades para o julgamento do mérito da ação" (fl. 34). Argumenta, ainda, que "o art. 616 do CPC possibilita ao credor a emenda da petição inicial da execução. De igual modo, deve ser dada a mesma oportunidade ao devedor quando da oposição de embargos, até porque a lei não faz distinção entre tais situações" (fls. 33-34).
Indica divergência jurisprudencial, com precedente da Primeira Turma (REsp. nº 690.638-RJ) de relatoria do Min. Luiz Fux.
Não foram apresentadas contra-razões.
Admitido o recurso pelo Tribunal *a quo*, subiram os autos a esta Corte.
É o relatório. Decido.
Não se conhece de recurso especial por violação do art. 535 do CPC se a parte não especifica o vício que inquina o aresto recorrido, limitando-se a alegações genéricas de omissão no julgado, por entender imperativo o acolhimento de embargos para fins de prequestionamento, sob pena de tornar-se insuficiente a tutela jurisdicional.

No caso, a recorrente não especificou em que consistiria o vício alegado, tendo apenas afirmado que a Corte de origem, ao rejeitar os embargos, teria incidido no vício de omissão.
A inconsistência dos fundamentos do pedido é gritante, já que nem sequer foram opostos embargos declaratórios nestes autos.
Quanto ao ponto, incide, por analogia, a Súmula 284/STF, segundo a qual "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".
Não há, portanto, qualquer omissão a ser sanada.
Já o artigo 284 do CPC foi expressamente abordado no acórdão recorrido, razão por que deve ser admitido o recurso nesta parte.
Discute-se a possibilidade de aplicação do artigo 284 do CPC com o fito de autorizar a emenda da inicial em embargos do devedor.
Todos os precedentes sobre a matéria determinam que, antes da extinção dos embargos, deve-se abrir prazo para o embargante corrigir a falha constante da exordial, inclusive para atacar especificamente o cálculo apresentado pelo exeqüente.
Nesse sentido, os seguintes julgados:

"EMENTA.
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. INDEFERIMENTO LIMINAR DA PETIÇÃO INICIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 284, DO CPC.
1. O art. 284, do CPC, prevê que *'Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos arts. 282 e 283, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de 10 (dez) dias. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.'*
2. A ausência de despacho do juiz determinando a emenda da petição inicial, indeferindo-a liminarmente ante as alegações genéricas da embargante, acarreta ofensa ao dispositivo da Lei Processual Civil apontado como vulnerado.
3. Precedentes desta Corte (ERESP nº 255.673, Rel. Min. Gilson Dipp, Terceira Seção, DJ de 10/04/2002).
4. Recurso especial provido.
(...)
VOTO
(...)
Por mais que a embargante tenha atacado os cálculos de forma genérica, não lhe foi garantida a oportunidade de informar especificamente quais pontos dos cálculos constituíam excesso, o que viola o art. 284 do CPC. Somente após o descumprimento da diligência, conforme dispõe o parágrafo único do mencionado artigo, é que a petição inicial poderá ser indeferida.(...) " (REsp 760.208/RS, Rel. Luiz Fux, DJU de 10.10.2005);

"RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PETIÇÃO INICIAL. IRREGULARIDADES SANÁVEIS. REJEIÇÃO LIMINAR. DESCABIMENTO.
1. Aplica-se aos embargos à execução o art. 284 do CPC.
2. Recurso especial a que se dá provimento" (REsp 668.738/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJU de 29.11.04).

Menciono ainda o REsp 511.057/MG, Rel. Min. Franciulli Netto, DJU de 19.12.03 e o EREsp 255.673/SP, Rel. Min. Gilson Dipp, DJU de 10.04.02.
Assim, o aresto merece reforma para possibilitar à recorrente, no prazo de dez dias, a emenda da inicial.
Ante o exposto, **conheço em parte do recurso e dou-lhe provimento.**
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3041)

RECURSO ESPECIAL Nº 966.980 - RS (2007/0157415-9)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: ALTAIR AURI MARQUES SAKIS
ADVOGADO	: RAFAEL VARGAS DOS SANTOS
RECORRIDO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: PABLO DRUM

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.
1. A ausência de prequestionamento de dispositivos legais - no caso, os artigos 467 do CPC e 842 do Código Civil - impede o conhecimento do recurso especial. Súmula 211/STJ.
2. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional e interposto contra acórdão proferido em apelação cível pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. FGTS. ADESÃO AO ACORDO PREVISTO NA LC Nº 110/01 ANTERIORMENTE AO AJUIZAMENTO DA DEMANDA. AÇÃO ANULATÓRIA.
Tendo celebrado o Termo de Adesão, com isso obrigando-se, sob as penas da lei, a não ingressar em juízo a fim de discutir os complementos de correção monetária, não poderia a parte autora ter ajuizado ação ordinária. A via própria para desconstituir a transação é a ação anulatória" (fl. 127).

Os embargos de declaração a seguir opostos foram "conhecidos tão-somente para fins de prequestionamento".
Nas razões do especial, o recorrente alega violação dos artigos 467 do Código de Processo Civil e 842 do Código Civil. Afirma que restou malferido o princípio da segurança jurídica, pois acolhido "o pedido de homologação do acordo extrajudicial, mesmo diante de uma decisão transitada em julgado". Assevera que, "havendo uma ação em andamento - lembre-se, já na fase final da execução -, a transação deveria ser homologada pelo juiz, diante da concordância das partes, assistidas por seus procuradores, o que não ocorreu". Indica dissídio jurisprudencial.
Sem contra-razões.
Simultaneamente foi interposto recurso extraordinário, admitido na origem.
Também admitido o especial, subiram os autos a esta Corte.
É o relatório. Decido.
No tocante à suposta contrariedade aos artigos 467 do CPC e 842 do Código Civil, constata-se a ausência do requisito indispensável do prequestionamento, viabilizador de acesso às instâncias especiais. Incide na espécie a Súmula 211/STJ:

"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal *a quo*".

A necessidade de prequestionamento também se verifica quando interposto o recurso pela alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, pois não se comprova a divergência sobre determinada questão se o acórdão recorrido nem mesmo debateu a matéria jurídica. Nesse sentido, o seguinte precedente:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA - INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL - AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA - INCABÍVEL A DILAÇÃO PROBATÓRIA - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO - INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ.
Para que haja o prequestionamento da matéria é necessário que a questão tenha sido objeto de debate, à luz da legislação federal indicada, com a imprescindível manifestação pelo Tribunal de origem, o qual deverá emitir um juízo de valor acerca dos dispositivos legais, ao decidir pela sua aplicação ou seu afastamento em relação à cada caso concreto.
É cediço que, 'tal como se dá no recurso fundado na letra 'a' do inciso III do art. 105 da CF/88, o especial interposto pela alínea 'c' do permissivo constitucional também deve atender à exigência do prequestionamento. Isso porque é impossível haver divergência sobre determinada questão federal se o acórdão recorrido nem sequer chegou a emitir juízo acerca da matéria jurídica. Realmente, para que haja dissídio entre tribunais é necessário que ambos tenham decidido o mesmo assunto de forma diferente. Se o tribunal recorrido não se manifestou sobre o tema tido como interpretado de forma diversa por outra Corte, não há que se falar em dissenso pretoriano. Em suma, o prequestionamento também é necessário quando o recurso especial é aviado pela alínea 'c', pois só existirá divergência jurisprudencial se o aresto recorrido solucionar uma mesma questão federal em dissonância com precedente de outra Corte' (cf. REsp n. 146.834/SP, Rel. Min. Adhemar Maciel, in DJ de 02.02.98).
.....
Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no AG 393.123/SP, Rel. Min. Franciulli Netto, DJU de 03.11.03).

Registre-se ser insuficiente que o acórdão dos embargos declaratórios afirme prequestionada a matéria sem emitir juízo quanto às normas tidas como violadas.
Ante o exposto, **não conheço do recurso especial.**
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3042)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 967.322 - RJ (2007/0156196-6)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
EMBARGANTE	: COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA-COMLURB
ADVOGADO	: JOSÉ MAURÍCIO FERREIRA MOURÃO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE
PROCURADOR	: LEONARDO MONTANHOLI DOS SANTOS E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE HIPÓTESE DO ART. 535 DO CPC.
1. Inexistência de hipótese inserta no artigo 535 do Código de Processo Civil.
2. Embargos de declaração rejeitados.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos contra decisão que não conheceu de recurso especial interposto em face de acórdão que manteve decisão de primeiro grau que nomeara fiel depositário o diretor- presidente da recorrente.
Aplicou-se a Súmula 283/STF e 284/STF, ante a falta de deficiência de fundamentação e falta de combate a fundamento do aresto de segundo grau.
A embargante sustenta que não fora devidamente justificada a aplicação dos enunciados da Suprema Corte.
É o relatório. Decido.
Observem-se os termos da decisão embargada:

"O recurso especial não merece conhecimento. A recorrente parte da premissa que não houve fundamentação da decisão agravada e que seus reclamos não foram solvidos quando da análise dos aclaratórios.
Ocorre que a decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento foi mantida pelo órgão colegiado e continha a necessária fundamentação, inclusive, admitira a possibilidade de que o depositário designado se abstivesse de aceitar o encargo.
Cabe transcrever o seguinte excerto:

"De fato, o diretor não está obrigado a aceitar o encargo de depositário, assim, a recorrente, se insatisfeita com tal determinação, deve indicar outro bem que não dependa desta exigência" (fl. 27).

Dessarte, há de se reconhecer que a recorrente valeu-se de premissa equivocada em suas razões recursais, o que importa em deficiência de fundamentação, nos termos das Súmulas 283 e 284/STF.
Ante o exposto, não conheço do recurso especial".

O *decisum* é claro em aplicar os verbetes supracitados por deficiência da peça recursal que buscava evitar que o diretor-presidente da empresa se tornasse fiel depositário em processo executivo, quando a Corte de origem não o obrigara e apenas vinculou o aceite do bem oferecido à tal circunstância.
Tal ponto não foi objeto de menção no apelo especial e não se pode admitir que, em momento ulterior - os presentes aclaratórios -, a parte venha impugná-lo.
Desse modo, não há como se apreciar um recurso especial que parte de premissa diversa da adotada quando do julgamento do agravo de instrumento em segunda instância.
Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração.**
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3043)

RECURSO ESPECIAL Nº 967.634 - PE (2007/0145250-6)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: ADILSON PLÁCIDO DE ARAÚJO
ADVOGADO	: LEÔNIDAS SIQUEIRA FILHO
RECORRIDO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. FGTS. TAXA PROGRESSIVA DE JUROS. PRESCRIÇÃO.
1. Inexiste prescrição do fundo de direito de pleitear a aplicação dos juros progressivos nos saldos das contas vinculadas ao FGTS, porquanto o prejuízo do empregado se renova mês a mês, ante a não-incidência da taxa de forma escalonada. Só prescrevem as parcelas vencidas antes dos trinta anos que antecederam a propositura da ação.
2. Necessidade de retorno dos autos à origem para que se dê prosseguimento ao feito.
3. Recurso especial provido.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão proferido em apelação cível pelo Tribunal de origem que concluiu pela prescrição do fundo do direito.
O recorrente indica dissídio jurisprudencial e afirma que "a prescrição trintenária aplicável ao caso dos autos tem natureza de trato sucessivo, somente atingindo as parcelas vencidas anteriormente aos trinta anos que precederam a data da propositura desta ação". Requer "a devolução dos autos ao juízo de primeira instância para processar e julgar o mérito da pretensão deduzida na petição inicial".
Houve apresentação de contra-razões às fls. 128-134.
Admitido o recurso, subiram os autos a esta Corte.
É o relatório. Decido.
Insurge-se o recorrente contra a prescrição quanto aos juros progressivos nas contas vinculadas ao FGTS.
É pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e desta Corte de que os depósitos para o Fundo de Garantia possuem caráter de contribuição social e o prazo prescricional das ações respectivas é trintenário, nos termos do disposto na Súmula 210/STJ.
Quando se tratar de obrigação de trato sucessivo, como é o caso dos juros progressivos, que se renova mês a mês, a prescrição somente incide sobre os créditos constituídos antes dos trinta anos antecedentes à propositura da ação. Veja-se:

"FGTS. TAXA PROGRESSIVA DE JUROS. SÚMULA 154/STJ. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 210/STJ.

- É devida a taxa progressiva de juros, na forma da Lei 5.107/66, aos optantes nos termos da Lei 5.958/73. (Súmula 154/STJ)
- Consoante entendimento Sumulado desta Corte, os depósitos para o Fundo de Garantia têm natureza de contribuição social, sendo trintenário o prazo prescricional das ações correspondentes (Súmula 210/STJ).
- Tratando-se a condenação de incidência sucessiva (de renovação mensal), a prescrição atinge apenas as parcelas ou créditos constituídos antes dos trinta anos que antecederam a propositura da ação.
- Recurso especial conhecido e provido" (REsp 739.174/PE, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJU de 27.06.05).

Inexiste prescrição do fundo de direito de pleitear a aplicação dos juros progressivos nos saldos das contas vinculadas ao FGTS, porquanto o prejuízo do empregado se renova mês a mês, ante a não-incidência da taxa de forma escalonada. Devem os autos retornar à origem para que se dê prosseguimento ao feito.
Ante o exposto, **dou provimento ao recurso especial.**
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3044)

RECURSO ESPECIAL Nº 968.176 - SP (2007/0163521-8)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: ZORA YONARA M. DOS SANTOS CARVALHO PALAZZIN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ANTONIO TEIXEIRA MIGUEL JUNIOR
ADVOGADO	: CLEITON LEAL DIAS JUNIOR E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. FGTS. TAXA PROGRESSIVA DE JUROS. PRESCRIÇÃO.
1. Inexiste prescrição do fundo de direito de pleitear a aplicação dos juros progressivos nos saldos das contas vinculadas ao FGTS, porquanto o prejuízo do empregado se renova mês a mês, ante a não-incidência da taxa de forma escalonada.
2. Só prescrevem as parcelas vencidas antes dos trinta anos que antecederam a propositura da ação.
3. Recurso especial não provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto em face de acórdão proferido pelo Tribunal de origem segundo o qual descabe cogitar de prescrição do fundo do direito em se tratando de prestações de trato sucessivo.
A recorrente afirma violação dos artigos 4º, I a IV, da Lei 5.107/66; 1º e 2º da Lei 5.107/66 e 1º da Lei 5.958/73. Requer seja "indeferido o pedido de aplicação de juros progressivos em face da prescrição do próprio fundo de direito".
Não houve apresentação de contra-razões.
Admitido o recurso, subiram os autos a esta Corte.
É o relatório. Decido.
Insurge-se a recorrente contra a prescrição quanto aos juros progressivos nas contas vinculadas ao FGTS.
É pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e desta Corte de que os depósitos para o Fundo de Garantia possuem caráter de contribuição social e o prazo prescricional das ações respectivas é trintenário, nos termos do disposto na Súmula 210/STJ.
Quando se tratar de obrigação de trato sucessivo, como é o caso dos juros progressivos, que se renova mês a mês, a prescrição somente incide sobre os créditos constituídos antes dos trinta anos antecedentes à propositura da ação. Veja-se:

"FGTS. TAXA PROGRESSIVA DE JUROS. SÚMULA 154/STJ. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 210/STJ.
- É devida a taxa progressiva de juros, na forma da Lei 5.107/66, aos optantes nos termos da Lei 5.958/73. (Súmula 154/STJ)
- Consoante entendimento Sumulado desta Corte, os depósitos para o Fundo de Garantia têm natureza de contribuição social, sendo trintenário o prazo prescricional das ações correspondentes (Súmula 210/STJ).
- Tratando-se a condenação de incidência sucessiva (de renovação mensal), a prescrição atinge apenas as parcelas ou créditos constituídos antes dos trinta anos que antecederam a propositura da ação.
- Recurso especial conhecido e provido" (REsp 739.174/PE, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJU de 27.06.05).

Inexiste prescrição do fundo de direito de pleitear a aplicação dos juros progressivos nos saldos das contas vinculadas ao FGTS, porquanto o prejuízo do empregado se renova mês a mês, ante a não-incidência da taxa de forma escalonada.
Ante o exposto, **nego provimento ao recurso especial.**
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3045)

RECURSO ESPECIAL nº 969098 - SC (2007/0164737-3)

RELATOR	**: MIN. HERMAN BENJAMIN**
RECORRENTE	: CLAUDETE SANTOS NASCIMENTO
ADVOGADO	: FERNANDO CESAR PEDREIRA ROMAGUERA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: LEONARDO DA SILVA PATZLAFF E OUTRO(S)
RECORRIDO	: TRANSCONTINENTAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E ADMINISTRAÇÃO DE CRÉDITOS LTDA
ADVOGADO	: RAFAEL CUNHA GARCIA E OUTRO(S)

Vista a Recorrida Caixa Econômica Federa

DESPACHO

Defiro, nos termos da legislação de regência, o pedido formulado pela recorrida por meio da petição protocolizada sob o número 00173662, a qual deverá ser juntada aos autos.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

(3046)

RECURSO ESPECIAL Nº 970.210 - RJ (2007/0157532-3)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MARCELO VASCONCELLOS ROALE ANTUNES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CÉZAR AUGUSTO AFFONSO DE ALMEIDA
ADVOGADO	: SIMONE MARQUES GUERRA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO RECORRIDO. FUNDAMENTOS INATACADOS. SÚMULA 283/STF.
1. O fundamento do acórdão recorrido segundo o qual a própria lei - artigo 383 do CPC - prevê ter o documento reproduzido o mesmo valor probante que o original, servindo como elemento de prova, apenas se deixar de ser impugnado restou inatacado no especial. Também não foi rechaçada a argumentação de que "a autenticação posta no verso não traz todos os dados da empresa autenticadora, tampouco elementos que permitam identificar o signatário certificante".
2. "É inadmissível o Recurso Extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles" (Súmula 283/STF).
3. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado na alínea "a" do permissivo constitucional e interposto contra acórdão proferido em apelação cível pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado:

"FGTS. TERMO DE ADESÃO PARA QUEM NÃO POSSUI AÇÃO NA JUSTIÇA. MICROFILMAGEM. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. ART. 794, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ANULAÇÃO.
- O termo de adesão assinado pelo apelante constitui acordo extrajudicial e decorre da livre vontade das partes no interesse de solucionarem o litígio.
- O apelante afirma que não assinou o termo de adesão previsto na Lei Complementar nº 110/2001, nem sacou os valores a ele atinentes.
- Embora estabeleça o art. 385 do Código de Processo Civil que o documento reproduzido tem o mesmo valor probante que o original, apenas serve como elemento de prova se, nos termos do art. 383 do mesmo diploma legal, deixar de ser impugnado. Sobretudo quando a autenticação posta no verso não traz todos os dados da empresa autenticadora, tampouco elementos que permitam identificar o signatário certificante.
- O termo de adesão em voga refere-se a pessoas que não tenham ajuizado demanda, devendo ser interpretado de forma restritiva.
- Incumbe à Caixa verificar se o signatário do acordo propôs ação judicial.
- Apelação provida" (fl. 135).

Nas razões do especial, a recorrente alega violação dos artigos 1º, § 1º, da Lei 5.433/68 e 794, II, do Código de Processo Civil. Afirma que "deve ser reconhecida a força probatória da cópia microfilmada do termo de adesão firmado pelo exeqüente, e, em conseqüência, confirmada a r. sentença que julgou extinta a execução face à transação ocorrida".
Sem contra-razões.
Os autos subiram a esta Corte em virtude de provimento dado a agravo.
É o relatório. Decido.
Ao apreciar a apelação cível, o Tribunal *a quo* deixou consignado:

"Na verdade, embora estabeleça o art. 385 do Código de Processo Civil que o documento reproduzido tem o mesmo valor probante que o original, apenas serve como elemento de prova se, nos termos do art. 383 do mesmo diploma legal, deixar de ser impugnado. Sobretudo quando a autenticação posta no verso não traz todos os dados da empresa autenticadora, tampouco elementos que permitam identificar o signatário certificante.
Por outro lado, o termo de adesão em voga refere-se a pessoas que não tenham ajuizado demanda, devendo ser interpretado de forma restritiva.
Ademais, incumbe à Caixa verificar se o signatário do acordo propôs ação judicial.
Logo, não serve de base jurídica para a extinção da execução com base no art. 794, inciso II, do Código de Processo Civil " (fls. 132-133).

Da leitura das razões do especial, dessume-se que a recorrente limitou-se a defender "a força probatória da cópia microfilmada do termo de adesão firmado pelo exeqüente", não refutando, todavia, a tese do acórdão recorrido segundo o qual a própria lei - artigo 383 do CPC - prevê ter o documento reproduzido o mesmo valor probante que o original, servindo como elemento de prova, apenas se deixar de ser impugnado. Não rechaçou também a argumentação de que "a autenticação posta no verso não traz todos os dados da empresa autenticadora, tampouco elementos que permitam identificar o signatário certificante". Os fundamentos em que se baseou o aresto atacado não foram rebatidos pela recorrente, circunstância a impedir o conhecimento do especial pelo óbice da Súmula 283/STF:

"É inadmissível o Recurso Extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."

Ante o exposto, **não conheço do recurso especial.**
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3047)

RECURSO ESPECIAL Nº 970.880 - PR (2007/0174844-3)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: ELZA OLIVEIRA DOS SANTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: APARECIDA FELICIANA DE SOUZA E OUTROS
ADVOGADO	: MARCOS ROBERTO DOS SANTOS E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSO CIVIL. ARTIGO 535 DO CPC. ALEGAÇÃO GENÉRICA. DEFICIÊNCIA RECURSAL. SÚMULA 284/STF. ADMINISTRATIVO. FGTS. CORREÇÃO MONETÁRIA DAS CONTAS VINCULADAS. VALIDADE DOS TERMOS DE ADESÃO FIRMADOS PELOS AUTORES SEM A PARTICIPAÇÃO DE SEUS ADVOGADOS.
1. É impossível se conhecer do recurso especial pela alegada violação do artigo 535, inciso II, do CPC, quando a argüição é genérica. Incidência analógica da Súmula 284 do STF.
2. A assistência de advogado não é requisito formal de validade do termo de adesão previsto na LC 110/2001. Precedentes.
3. Recurso especial conhecido em parte e provido para homologar os termos de adesão firmados entre a recorrente e os recorridos.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Carta Maior contra acórdão prolatado em apelação pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o qual entendeu que não seria possível homologar o acordo firmado entre as partes porquanto a transação não teria observado nenhuma das hipóteses do suporte fático da norma civil, mormente porque se concretizou fora dos autos e de modo particular.
Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados (fls. 112-114).
Nas razões do recurso especial, a ora recorrente aduz, além de dissídio pretoriano, a violação de normas insertas nos artigos 535 do CPC, 7º, da Lei Complementar nº 110/01; 840 do CC e 5º, inciso IV § 1º do Decreto nº 3.913/01. Alega, em síntese, que o acordo se constitui ato jurídico cuja rescisão só se admite em caso de vício de consentimento, o que não teria ocorrido na hipótese.
Não foram ofertadas contra-razões, conforme certidão de fl. 155.
Exercido o juízo de admissibilidade positivo dos recursos especial e extraordinário (fls. 156-157-verso), subiram os autos a esta Corte.
É o relatório. Decido.
Preliminarmente, constata-se que a recorrente não demonstrou em que consistiria a apontada omissão do artigo 535 do CPC, limitando-se a sustentar genericamente que esta decorrera do não acolhimento dos embargos declaratórios.
Não se conhece do recurso especial pela alegada violação do artigo 535 do CPC nos casos em que a argüição é genérica, por incidir a Súmula 284/STF.
Por outro lado, preenchidos os pressupostos de admissibilidade recursal, passo ao exame do mérito.
Esta Corte tem, em diversos julgados, firmado posicionamento de que a Lei Complementar nº 110/01 é norma especial, sobrepondo-se, dessa forma, às regras gerais relativas às transações envolvendo diferenças de correção monetária do FGTS.
Outrossim, este Tribunal Superior assentou o entendimento de que a assistência de advogado não é requisito formal de validade do termo de adesão previsto na LC 110/01.

É necessário, pois, reconhecer a legalidade, a validade e a eficácia dos pactos extrajudiciais firmados entre os autores e a CEF, com a respectiva assinatura dos termos de adesão desses trabalhadores às condições de crédito previstas naquela Lei Complementar, garantindo-se a sua execução independentemente da participação dos advogados das partes, pelo respeito ao princípio constitucional da segurança jurídica, o qual impõe que situações constituídas no âmbito da lei não sejam objeto de modificações meramente circunstanciais.
Nessa esteira, calha transcrever o trecho do voto proferido pelo Ministro Francisco Peçanha Martins, no REsp 669.963/PR, publicado no DJU de 30.05.05:

"Dessa forma, o acordo foi celebrado entre as partes com base na Lei Complementar nº 110/2001, tendo estas se manifestado pela extinção do processo com julgamento do mérito. Portanto, o negócio jurídico da transação é legal e já produziu os seus efeitos, ou seja, a devolução das diferenças de correção monetária dos saldos do FGTS.
Como bem ilustrou o Exmº Ministro Franciulli Netto, 'Se o negócio jurídico da transação já se encontra concluído entre as partes, impossível é a qualquer delas o arrependimento unilateral. Sendo válido o acordo celebrado, obriga-se o juiz à sua homologação, salvo se ilícito o seu objeto, incapazes as partes ou irregular o ato, o que não ocorreu no presente caso'".

Confiram-se, ainda, os seguintes precedentes de ambas as Turmas de Direito Público deste Tribunal:

"PROCESSUAL CIVIL. CORREÇÃO MONETÁRIA DE CONTAS VINCULADAS DO FGTS. LEI COMPLEMENTAR N. 110/01. TERMO DE ADESÃO. VALIDADE. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA.
1. Reconhecida a legalidade do acordo firmado entre as partes com a assinatura do respectivo termo de adesão do trabalhador às condições de crédito previstas na Lei Complementar n. 110/01, deve ser garantida sua execução em observância ao princípio constitucional da segurança jurídica.
2. Recurso especial provido" (REsp 879.496/BA, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJU de 27.02.07);

"RECURSO ESPECIAL - ALÍNEAS 'A' E 'C' - PROCESSUAL CIVIL - FGTS - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC - POSSIBILIDADE DE HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO PREVISTA NA LEI COMPLEMENTAR N. 110/2001, INDEPENDENTEMENTE DE ASSISTÊNCIA DO ADVOGADO.
1. Não configura afronta ao artigo 535, do CPC, a alegação genérica de ofensa a dispositivo legal sem explicitar os pontos em que foi omisso o acórdão recorrido.
2. Se o negócio jurídico da transação se encontra concluído entre as partes, impossível é a qualquer delas o arrependimento unilateral. Válido o acordo celebrado, obriga-se o juiz à sua homologação, salvo se ilícito o seu objeto, incapazes as partes ou irregular o ato, o que não ocorreu no presente caso.
3. O fundista, nos termos do artigo 7º da LC n. 110/01, pode transigir extrajudicialmente com a Caixa Econômica Federal a fim de que sejam aplicados os índices de correção monetária às suas contas. Somente a homologação é judicial e, nessa fase, faz-se necessária a presença de advogado. Precedentes do STJ. Recurso especial conhecido parcialmente e, nessa parte, provido, para homologar as transações celebradas pela recorrente e os autores" (REsp 889.983/RS, Rel. Min. Humberto Martins, DJU de 29.11.06).

Ante o exposto, **conheço em parte do recurso especial e dou-lhe provimento para homologar os termos de adesão firmados entre a recorrente e os recorridos**.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3048)

RECURSO ESPECIAL Nº 971.232 - DF (2007/0173462-1)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: JOÃO CARDOSO DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ANTÔNIO HUMBERTO MACHADO E OUTROS
ADVOGADO	: IVO EVANGELISTA DE ÁVILA

EMENTA

ADMINISTRATIVO. FGTS. EMBARGOS DO DEVEDOR. PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 741 DO CPC. VIOLAÇÃO. NÃO-OCORRÊNCIA.
1. O parágrafo único do artigo 741 do CPC não se aplica quando o título executivo judicial estiver em desconformidade com aresto do Pretório Excelso que reconheceu, sem declarar a inconstitucionalidade de norma, tão-só a inexistência de direito adquirido a determinados índices de correção monetária.
2. Recurso especial não provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto, com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, pela Caixa Econômica Federal-CEF, contra acórdão proferido em apelação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, segundo o qual: a) o cumprimento do julgado que determina a correção monetária do saldo de contas vinculadas ao FGTS encerra uma obrigação de fazer, sob o comando de uma tutela mandamental e específica, na regência dos artigos 644, *caput*, e 641, §§ 4º e 5º, do CPC, com a redação determinada pela Lei nº 10.444, de 07/05/2002, a dispensar, inclusive, a iniciativa do credor, na hipótese e; b) não há possibilidade jurídica de processo autônomo de execução por título judicial, na espécie, é de conseqüente embargos à execução, que deverão ser extintos sem julgamento do mérito, em casos tais.
Os embargos de declaração opostos pela ora recorrente foram rejeitados (fls. 130-135).
Nas razões do especial, a recorrente aponta a ofensa ao artigo 741, parágrafo único, do Código de Processo Civil-CPC, pois entende que o título executivo seria inexigível ante a sua condenação em repor índices de correção monetária considerados indevidos pelo Supremo Tribunal Federal.
Sem contra-razões, conforme atesta certidão de fl. 154.
Admitido o especial (fls. 157-158), subiram os autos a esta Corte.
Simultaneamente interposto recurso extraordinário também admitido na origem (fl. 159).
É o relatório. Decido.
Prequestionada a matéria, passo a seu exame.
Em embargos à execução de sentença para o pagamento de correção monetária de contas vinculadas ao FGTS, a Caixa Econômica Federal sustentou a inexigibilidade parcial do título, com fundamento no parágrafo único do art. 741 do CPC, acrescentado pelo artigo 10 da Medida Provisória 2.180-35/01. Assim, pediu fossem excluídos do título judicial alguns "expurgos inflacionários" porque não implementados os requisitos temporais para a aquisição do direito àqueles índices.
O Supremo Tribunal Federal excluiu, no julgamento do RE 226.855-7/DF, Rel. Min. Moreira Alves, DJU de 13.10.00, alguns índices de correção monetária, deferidos em outras instâncias, das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS. Não declarou, contudo, a inconstitucionalidade de qualquer dispositivo legal, afirmando somente que os fundistas não tinham direito adquirido a esses índices, pois foram aplicadas as leis novas que previam atualização menor.
A interpretação da regra processual no parágrafo único do artigo 741 do CPC deve ocorrer dentro dos seus estritos termos. O título executivo judicial tem assento em coisa julgada, incluída pela Constituição da República entre os direitos fundamentais (art. 5º, XXXVI). Portanto, não se afigura razoável a exclusão do título judicial de todo item que esteja em descompasso com os julgamentos proferidos pelo Supremo Tribunal Federal. Buscou a norma processual estabelecer limite à execução de título judicial apenas quando a norma legal em que fora fundamentada veio a ser declarada inconstitucional, ou em outros casos em que a decisão se mostrara destoante da orientação dada pela Suprema Corte no âmbito do controle de constitucionalidade - por exemplo, a decisão que afastou a aplicação da norma por considerá-la inconstitucional revelou-se contrária ao entendimento que veio a ser adotado pela Suprema Corte que a julgou válida.
No exame da matéria, o Ministro Teori Zawascki distinguiu três hipóteses de sentença que poderão justificar a aplicação da regra excludente: "(a) aplicaram norma inconstitucional (1ª parte do dispositivo), ou (b) aplicaram norma em situação tida por inconstitucional ou, ainda, (c) aplicaram norma com um sentido tido por inconstitucional (2ª parte do dispositivo)" (REsp 833.769/SC, DJU de 03.08.06).
Dessa maneira, como o Pretório Excelso não reconheceu a inconstitucionalidade de qualquer norma, é descabida a invalidação de parte do título judicial executado com base no paragrafo único do artigo 741 do CPC, pois o título exeqüendo não se fundamentou na aplicação de regra declarada inconstitucional pela Corte Suprema ou de interpretação reputada incompatível com a Constituição da República.
Nesse sentido, vem decidindo a Primeira Turma:AGREsp 703.539/DF, Rel. Min. Denise Arruda, DJU de 1º.06.06 e REsp 833.769/SC, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJU de 03.08.06.
Ante o exposto, **nego provimento ao recurso especial**.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3049)

RECURSO ESPECIAL Nº 971.982 - MG (2007/0169313-8)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: LAURO JOSÉ BRACARENSE FILHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: GABRIEL VIEIRA DA SILVA
ADVOGADO	: LÍLIAN FONSECA PEREIRA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. SERVIÇO DE TELEFONIA. PULSOS. FUNDAMENTO INATACADO. PREQUESTIONAMENTO.
1. Não foi infirmado o fundamento do acórdão atacado de que a empresa deveria provar que os pulsos utilizados além da franquia foram efetivamente utilizados pelo particular.
2. "É inadmissível o Recurso Extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles" (Súmula 283/STF).
3. Ausência de prequestionamento no tocante à suposta contrariedade aos artigos artigos 19, incisos VII, X, XI, XII e XIII; 103 e 214, inciso I, da Lei nº 9.472/97; 7º da Lei nº 8.078/90 e 2º, § 1º, da LICC. Incidência das Súmulas 282 e 356 do STF.
4. Não configura dissídio jurisprudencial a simples transcrição de ementas, sem o devido cotejo analítico entre os paradigmas e o aresto atacado.
5. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial fundado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição da República, interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que, por maioria, negou provimento à apelação da ora recorrente e deu parcial provimento ao apelo adesivo do recorrido, mantendo-se a sentença de primeiro grau.
Entendeu-se "que enquanto não possa exigir da prestadora de serviço de telefonia até o início de 2006, que faça a medição dos pulsos excedentes ao valor de franquia realizados pelo consumidor, tampouco é possível exigir a cobrança de tais pulsos sem a devida comprovação de sua realização" (fl. 275).
Consignou-se, ainda, com base no princípio da transparência constante do Código de Defesa do Consumidor, que a recorrente deveria "provar que os pulsos além da franquia cobrados do apelado, de fato, foram utilizados. Isto porque não há como se exigir do consumidor que se faça a prova negativa, ou seja, que demonstre que a cobrança é indevida, sob pena de chancelar a chamada 'prova diabólica'" (fl. 275).
A recorrente opôs dois embargos de declaração que restaram rejeitados às fls. 288-293 e 307-310.
Irresignada, assevera ofensa ao artigo 7º, inciso X, do Decreto nº 4.733/2003, ao argumento de que o detalhamento dos pulsos somente seria exigido a partir de janeiro de 2006 e que por isso não há em sistema de tarifação qualquer ilegalidade ou irregularidade (fls. 316-329).
Afirma, também, malferimento ao artigo 19, inciso VII, X, XI, XII e XIII; artigo 103 e 214, inciso I, da Lei nº 9.472/97; artigo 7º da Lei nº 8.078/90 e artigo 2º, § 1º, da LICC, ao argumento de que "antes de considerar o Decreto nº 4.733/03 e as normas editadas pelo Poder Concedente hierarquicamente inferiores, o v. acórdão, *data vênia*, deveria ter julgado conforme preceitos da Lei 9.472/97, para, com isso, ter reformado a sentença que condenou a Recorrente, já que constantes do bojo de lei de MESMA HIERARQUIA que a Lei 8.078/90" (fl. 333).
O recorrido apresentou contra-razões, alegando, em síntese, que devem prevalecer, no caso dos autos, as normas do Código de Defesa do Consumidor ao Decreto 4.733/97 (fls. 354-356).
Admitido o recurso especial (fls. 358-359), subiram os autos a esta Corte.
É o relatório. Passo a decidir.
O recurso especial não reúne condições de ser admitido pois não houve combate a um dos fundamentos do aresto recorrido que, por esse motivo, permaneceu incólume. Eis o ponto inatacado:
"(...) malgrado a empresa de telefonia não possa ser obrigada a detalhar as chamadas provenientes de pulsos além da franquia, porquanto procedimentos disponíveis para assinantes, desde que solicitado, somente a partir de 01.01.06, Decreto Lei nº 4.733/03, cabia-lhe provar que os pulsos além da franquia cobrados do apelado, de fato, foram utilizados. Isto porque não há como se exigir do consumidor que se faça a prova negativa, ou seja, que demonstre que a cobrança é indevida, sob pena de chancelar a chamada 'prova diabólica'" (fl. 275).
Das razões recursais, constata-se que não foi infirmado o fundamento do acórdão atacado de que a empresa deveria provar que os pulsos utilizados além da franquia foram efetivamente utilizados pelo particular.
Em face da deficiência de fundamentação recursal, deve ser aplicada a Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal , in *verbis*:
"É inadmissível o Recurso Extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".
Verifica-se, outrossim, a ausência do requisito indispensável do prequestionamento viabilizador do acesso às instâncias especiais acerca dos artigos 19, incisos VII, X, XI, XII e XIII; artigo 103 e 214, inciso I, da Lei nº 9.472/97; artigo 7º da Lei nº 8.078/90 e artigo 2º, § 1º, da LICC.
Deveriam ter sido opostos embargos de declaração para que a Corte de origem emitisse juízo de valor à luz desses dispositivos. Essa circunstância atrai a aplicação das Súmulas 282 e 356 do STF.
Por fim, não foram cumpridas as formalidades previstas nos arts. 541 do CPC e do 255 do RISTJ. A recorrente limitou-se a transcrever as ementas dos paradigmas, sem realizar o necessário cotejo analítico entre os eles e o acórdão recorrido. Nesse sentido, confiram-se os seguintes julgados: REsp 278.270/PR, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJU de 16.12.02; REsp 914.541/PR, DJU de 01.08.07; REsp 20.250/CE, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJU de 12.04.04.
Ante o exposto, **não conheço do recurso especial.**
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3050)

RECURSO ESPECIAL Nº 972.504 - SP (2007/0179292-1)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO MARTINS**
RECORRENTE	: JÚLIO CÉSAR DE JORGE
ADVOGADO	: CÉLIA ROSANA BEZERRA DIAS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: NELSON BUGANZA JUNIOR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BANCO CENTRAL DO BRASIL
ADVOGADO	: ALESSANDRA MARQUES VERRI MÉDICI E OUTRO(S)

EMENTA

ADMINISTRATIVO - ATIVOS RETIDOS - BANCO CENTRAL DO BRASIL - PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL - RESPONSABILIDADE DOS BANCOS DEPOSITÁRIOS - PERÍODO ANTERIOR À TRANSFERÊNCIA DOS VALORES PARA O BACEN - PLANO COLLOR I - LEGITIMIDADE DO BACEN ATÉ A EFETIVA TRANSFERÊNCIA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Vistos.

Cuida-se de recurso especial interposto por JÚLIO CÉSAR DE JORGE, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região que, em síntese, declarou que, para o mês de março de 1990, o Banco Central do Brasil é parte legítima para figurar no pólo passivo da ação após o advento da Lei n. 8.024/90 e que a prescrição para casos como o dos autos é qüinqüenal (fl. 242).

Contra o referido julgado foram opostos embargos de declaração, que restaram rejeitados (fl. 262).

No presente recurso especial, alega o recorrente, preliminarmente, ofensa ao art. 535, II, do CPC, porquanto, apesar da oposição dos embargos de declaração, o Tribunal de origem não se pronunciou sobre a questão da prescrição à luz do art. 177 do Código Civil de 1917.

No mérito, alega violação do art. 177 do Código Civil de 1916 e sustenta que a prescrição é vintenária. Aduz divergência jurisprudencial entre o acórdão recorrido e arestos do STJ que julgam no sentido de que *o Banco Central apenas será responsável pela correção monetária após a transferência dos saldos em cruzados novos não convertidos em cruzeiros, e as instituições financeiras depositárias enquanto não efetivada a mencionada transferência, na forma do art. 9º da Lei n. 8.024/90* (fl. 279).

Foram oferecidas contra-razões pelo BACEN (fls. 298/304), e pelo Banco do Brasil S.A. (fls. 305/312).

Admitido o recurso na origem, subiram os autos para apreciação desta Corte.

É, no essencial, o relatório.

De início, inexiste a alegada violação do art. 535 do CPC, pois a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, conforme se depreende da análise do acórdão recorrido.

Na verdade, a questão não foi decidida conforme objetivava a parte embargante, uma vez que foi aplicado entendimento diverso. É cediço, no STJ, que o juiz não fica obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações das partes, nem a ater-se aos fundamentos indicados por elas ou a responder, um a um, a todos os seus argumentos, quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar a decisão, o que de fato ocorreu.

Ressalte-se, ainda, que cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso concreto.

Nessa linha de raciocínio, confira-se o disposto no art. 131 do Código de Processo Civil:

Art. 131. O juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes; mas deverá indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento.

Em suma, nos termos de jurisprudência pacífica do STJ, *o magistrado não é obrigado a responder todas as alegações das partes se já tiver encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem é obrigado a ater-se aos fundamentos por elas indicados* (REsp 684.311/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 4.4.2006, DJ 18.4.2006, p. 191), como ocorreu na hipótese ora em apreço.

Também não procede a alegada violação do art. 177 do Código Civil de 1916, porquanto a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que o prazo prescricional, nas demandas em que se postula a correção monetária dos ativos retidos junto ao BACEN em decorrência da MP n. 168 (convertida na Lei 8.024/90), é qüinqüenal, sendo regido pelo art. 1º do Decreto n. 20.910/32, *in verbis*:

Art. 1º: As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originaram.

No mais, assiste razão ao recorrente.

Com efeito, a legitimidade do Banco Central do Brasil somente se inicia a partir da efetiva transferência dos recursos para sua responsabilidade.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que as instituições bancárias respondem pela atualização monetária dos cruzados novos das **contas de poupança com data-base até 15 de março de 1990 e no período anterior à transferência do numerário bloqueado para o Banco Central**.

Assim dispõem os arts. 6º e 9º da Lei n. 8.024/90, *in verbis*:

Art. 6º. Os saldos das cadernetas de poupança serão convertidos em cruzeiros na data do próximo crédito de rendimento, segundo a paridade estabelecida no § 2º do art. 1º, observado o limite de NCz$ 50.000,00(cinqüenta mil cruzados novos).
§ 1º. As quantias que excederem o limite fixado no "caput" deste artigo, serão convertidas a partir de 16 de setembro de 1991, em doze parcelas mensais iguais e sucessivas.
§ 2º. As quantias mencionadas no parágrafo anterior serão atualizadas monetariamente pela variação do BTN Fiscal, verificada entre a data do próximo crédito de rendimentos e a data da conversão, acrescidas de juros equivalente a 6% (seis por cento) ao ano ou fração 'pro rata'.
§ 3º. (...)

Art. 9º. Serão transferidos ao Banco Central do Brasil os saldos em cruzados novos não convertidos na forma dos arts. 5º, 6º e 7º, que serão mantidos em contas individualizadas em nome da instituição financeira depositante.

Conclui-se, portanto, que, até a transferência dos ativos bloqueados para o BACEN, a correção monetária deve ser efetuada com a utilização do IPC. Após esta data e no mês de abril de 1990, para as contas de poupança com aniversário na segunda quinzena, incide o BTNF, na forma do art. 6º, § 2º, da Lei n. 8.024/90.

A fim de melhor elucidar a questão, as palavras da Ministra Eliana Calmon, quando do julgamento do REsp 538.235/RJ:

Portanto, muito embora tenham sido bloqueados os cruzados novos superiores a NCz$ 50.000,00 pela MP 168/90, em 16/03/90, a transferência para o ***BANCO CENTRAL*** *só ocorreu a partir da próxima data de creditamento, popularmente chamada de data de aniversário ou data de vencimento de cada conta.*

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CADERNETA DE POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 168/90 E LEI Nº 8.024/90. LEGITIMIDADE PASSIVA. APLICAÇÃO DO BTNF.
1. ***A Corte Especial, no julgamento do ERESP 167.544/PE, firmou orientação no sentido de que as instituições financeiras depositárias são responsáveis pela atualização monetária dos saldos de caderneta de poupança bloqueados cujas datas de aniversário são anteriores à transferência dos saldos para o BACEN.*** *Recai sobre o BACEN a responsabilidade sobre os saldos das contas que lhe foram transferidas, com o creditamento da correção monetária havida no mês anterior já efetivado pelo banco depositário, que passaram a ser corrigidas pela autarquia a partir de abril de 1990, quando já iniciado o novo ciclo mensal.*
2. Às contas com aniversário na primeira quinzena, incide a correção integral do mês de abril de 1990, calculada pelo IPC de março, no percentual de 84,32% (Lei nº 7.730/89, art. 17, III). Em relação às contas com aniversário na segunda quinzena, assim como nos meses posteriores à transferência do numerário (abril de 1990 a fevereiro de 1991), aplica-se o BTNF como índice de correção monetária dos saldos de cruzados novos bloqueados, a teor do disposto no art. 6º, § 2º, da Lei 8.024/90 (EREsp 169.940/SC, Corte Especial).
3. Recurso do Banco Real parcialmente provido e recurso do Banco Central do Brasil provido.
(REsp 496.738/RJ, Primeira Turma, Relator Min. Teori Albino Zavascki, DJ 24.11.2003 - sem grifo no original)

PROCESSO CIVIL - AÇÃO DE COBRANÇA - ATIVOS RETIDOS - LEGITIMIDADE - PRESCRIÇÃO - MP 168/90 - LEI 8.024/90 - BTNF.
1. ***Relativamente às contas de poupança com data de aniversário anterior ao dia 15, são responsáveis pela correção monetária os bancos depositários e, relativamente ao índice de março/90, é devido o IPC.***
2. Relativamente aos saldos bloqueados das contas de poupança com data de aniversário posterior ao dia 15, é responsável pela correção monetária o BANCO CENTRAL, sendo devida a aplicação do BTNf para todo o período de bloqueio (inclusive relativamente a março/90).
3. ***A transferência dos saldos para o BACEN não se deu imediatamente após o bloqueio, mas no primeiro "aniversário" seguinte.***
4. É qüinqüenal o prazo para intentar ações em desfavor da Fazenda Pública.
5. O termo a quo do prazo prescricional inicia-se em abril de 1990, a partir do bloqueio da conta, em razão da MP 168/90.
6. Jurisprudência sedimentada no sentido da aplicação do BTNF para correção dos ativos retidos.
7. Recurso especial provido em parte.
(RESP 519.920/RJ, Segunda Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 28.10.2003 - sem grifo no original)

Em resumo, o BANCO CENTRAL deve figurar como responsável pela correção monetária dos cruzados novos bloqueados que lhe foram efetivamente transferidos.

Ante o exposto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço do recurso e dou-lhe parcial provimento para declarar a legitimidade passiva do BACEN para responder pela correção monetária referente ao mês de março de 1990, quando da vigência da MP 168/90, tão-somente a partir da efetiva transferência dos valores para seu domínio.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Relator

(3051)

RECURSO ESPECIAL Nº 973.214 - SC (2007/0177534-0)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: VERA LÚCIA ANDUJAR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: NEIDE SOARES REBELLO
ADVOGADO	: VICTOR EDUARDO GEVAERD

EMENTA

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. SÚMULA 284/STF. FGTS. CORREÇÃO MONETÁRIA DAS CONTAS VINCULADAS. VALIDADE DOS TERMOS DE ADESÃO FIRMADOS PELOS AUTORES SEM A PARTICIPAÇÃO DE SEUS ADVOGADOS. MULTA DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 538 DO CPC.
1. Alegações genéricas quanto às prefaciais de afronta ao artigo 535 do Código de Processo Civil não bastam à abertura da via especial pela alínea "a" do permissivo constitucional, a teor da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.
2. A assistência de advogado não é requisito formal de validade do termo de adesão previsto na LC 110/2001. Precedentes.
3. A Súmula 98/STJ afasta a aplicação da multa quando os embargos tiverem o objetivo de prequestionamento, o que não foi o caso.
4. Recurso especial conhecido em parte e provido, também, em parte para homologar os termos de adesão firmado entre a recorrente e a recorrida.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Carta Maior contra acórdão prolatado em apelação pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o qual entendeu que não seria possível homologar o acordo firmado entre as partes porquanto não teria validade sem a participação do procurador do interessado, ainda que homologado judicialmente.
No incidente aclaratório a recorrente foi condenada ao pagamento de multa com base no parágrafo único do artigo 538 do CPC (fls. 176-179).
Nas razões do recurso especial, a ora recorrente aponta violação dos arts. 535, II, 538 do CPC, 7º, da Lei Complementar nº 110/01, 4º, inciso IV, § 1º do Decreto nº 3.913/01 e 5º, XXXVI da Constituição da República. Alega, em síntese, que o acordo se constitui ato jurídico cuja rescisão só se admite em caso de vício de consentimento, o que não teria ocorrido na hipótese.
Não foram ofertadas contra-razões, conforme certidão de fl. 223.
Exercido o juízo de admissibilidade positivo dos recursos especial e extraordinário (fls. 224 e 225-verso), subiram os autos a esta Corte.
É o relatório. Decido.
Preenchidos os requisitos de admissibilidade recursal, passo a seu exame.
Inicialmente, o apelo extremo não reúne condições de ser admitido quanto à alegada afronta ao art. 535 do CPC. A recorrente não especificou qual seria a matéria sobre a qual o aresto recorrido teria incorrido em omissão, contradição ou obscuridade, limitando-se a alegações genéricas. Caberia à parte indicar com precisão qual o vício que se instaurou no julgado e vinculado à matéria que restou articulada nas razões dos aclaratórios a fim de que o especial ensejasse conhecimento com base nesse fundamento, sob pena de incidência analógica do óbice da Súmula 284/STF, como ocorreu na hipótese.
A pretensão veiculada pela recorrente de excluir a multa que lhe foi imposta em razão de a Corte de origem ter considerado protelatórios os embargos de declaração opostos, verifica-se que o incidente não foi oposto com fins de prequestionamento da legislação infraconstitucional, mas com o nítido intuito de rediscutir a causa (fls. 171-173). Eis o trecho dos embargos, dentre outros, no qual está expresso seu objetivo de reformar a decisão embargada:

"Diante do exposto, requer a CEF sejam os presentes admitidos e acolhidos para o fim de ser reconhecida a plena validade e eficácia do Termo de Adesão celebrado entre as partes, emprestando-se efeitos infringentes ao recurso ora veiculado, como amplamente admitido na jurisprudência em casos de alta relevância, como é o caso, o que implica no reconhecimento de violação a normas de natureza legal e constitucional" (fl. 173).

Esta Corte tem afastado a aplicação da multa do parágrafo único do art. 538 do CPC com base na Súmula 98/STJ. Embora, em casos como o vertente, em que se observa claramente que os aclaratórios manejados pela recorrente, não tiveram o objetivo de prequestionar a legislação federal, mas de rediscutir a causa, deve ser mantida a multa aplicada pelo Colegiado com base naquele comando normativo.
Por outro lado, frise-se que a Lei Complementar nº 110/01 é norma especial, sobrepondo-se, dessa forma, às regras gerais relativas às transações envolvendo diferenças de correção monetária do FGTS.
Outrossim, este Tribunal Superior assentou o entendimento de que a assistência de advogado não é requisito formal de validade do termo de adesão previsto na LC 110/01.
É necessário, pois, reconhecer a legalidade, a validade e a eficácia dos pactos extrajudiciais firmados entre os autores e a CEF, com a respectiva assinatura dos termos de adesão desses trabalhadores às condições de crédito previstas naquela Lei Complementar, garantindo-se a sua execução independentemente da participação dos advogados das partes, pelo respeito ao princípio constitucional da segurança jurídica, o qual impõe que situações constituídas no âmbito da lei não sejam objeto de modificações meramente circunstanciais.

A propósito, destaca-se o seguinte precedente: REsp 879.496/BA, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJU de 27.02.07.
Ante o exposto, **conheço em parte do recurso especial e dou-lhe provimento, também, em parte, para homologar o termo de adesão firmado entre a recorrente e a recorrida**.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3052)

RECURSO ESPECIAL Nº 974.004 - PR (2007/0186183-9)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: SOCIEDADE EVANGÉLICA BENEFICENTE DE PONTA GROSSA
ADVOGADO	: PEDRO HENRIQUE DE SOUZA HILGENBERG E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC. ARGÜIÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. TABELA DO SUS. CONVERSÃO DE CRUZEIROS REAIS PARA REAIS. SÚMULA 83/STJ.
1. Há impossibilidade de conhecer-se do recurso especial pela alegada violação do artigo 535 do CPC nos casos em que a argüição é genérica, por incidir a Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".
2. A ausência de prequestionamento impede o exame das supostas ofensas ao art. 15 da Lei nº 8.880/94, ao art. 23 da Lei nº 9.069/95, aos arts. 267 e 295 do CPC, ao art. 6º da LICC, ao art. 1º do Decreto nº 99.438/90 e aos arts. 964 e 1.009 do Código Civil. Aplicação da Súmula 211/STJ.
3. Relativamente ao artigo 1º do Decreto nº 20.910/32, não se verifica no caso a prescrição do fundo do direito, porquanto, conforme dispõe a Súmula 85/STJ, em se tratando de relação jurídica de trato sucessivo, só estarão prescritas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação.
4. A reformulação da tabela do SUS ocorrida em novembro de 1999 não representou mero reajustamento dos preços até então praticados, mas o estabelecimento de novos valores em virtude da reapreciação de todos os procedimentos. A partir da referida data, não se cogita da aplicação do percentual da defasagem relacionada à errônea conversão monetária. Precedentes.
5. Recurso especial conhecido em parte e não provido.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:
"ADMINISTRATIVO. SUS. REEMBOLSO DE SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES. CONVERSÃO EM URV'S. CRITÉRIO. ILEGALIDADE. MEDIDA PROVISÓRIA N° 542/94. LEI Nº 9.096/95. LEI Nº 8.880/90. DECRETO 99.438/90. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS MORATÓRIOS
Prescrição qüinqüenal, nos termos da Súmula 85 do STJ, não configurada.
Estabelecida pela Lei nº 9.096/95 que a paridade entre o Real e o Cruzeiro Real, a partir de 1º de julho de 1995, seria igual à paridade entre a Unidade Real de Valor - URV e o Cruzeiro Real e que, na conversão dos valores para o novo padrão monetário, a URV corresponderia a CR$ 2.750,00, descabe a adoção de critério diverso.
Ao utilizar o valor de CR$ 3.013,00 para converter as importâncias devidas aos prestadores de serviços médico-hospitalares ao SUS, por meio das Portarias 104 e 105, o Ministério da Saúde afrontou o princípio da legalidade e acarretou prejuízo na ordem de 9,56%.
A competência atribuída pelo Conselho Nacional de Saúde pelo art. 26, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.880/90 e pelo art. 1º, IV, do Decreto 99.438/90 não se sobrepõe à aplicação de normas editadas para reger o processo de conversão da moeda e disciplinar as relações contratuais em curso.
Reconhecido o direito às diferenças decorrentes dos reembolsos efetuados sem a observância do parâmetro legal.
O reajuste efetivado por meio da Portaria nº 2.777/95 apenas corrigiu a defasagem de preços que se encontravam inalterados desde julho de 1994, sem reparar as distorções ocorridas na época da conversão da moeda.
Condenação da ré limitada a novembro de 1999, quando elaborada nova tabela na qual foram reavaliados os procedimentos médicos e hospitalares e remunerados os serviços de forma individualizada, sem a adoção de percentual de reajuste uniforme, com base em preços equivocadamente convertidos em Real.
Apelação da União e remessa oficial parcialmente providas e apelação da autora desprovida" (fl. 570).
Os subseqüentes embargos declaratórios foram rejeitados em acórdão encartado às fls. 586-588.
Nas razões do especial, alega-se que a Corte de origem negou vigência ao art. 535, I e II, do Código de Processo Civil-CPC, uma vez que o aresto debelado omitiu-se acerca de questões essenciais ao deslinde do feito.
Sustenta-se que houve afronta ao art. 1º do Decreto-lei nº 20.910/32, porquanto o direito pleiteado pelo particular encontrar-se-ia prescrito; ao art. 15, da Lei nº 8.880/94 e ao art. 23 da Lei nº 9.069/95, haja vista que a inflação estaria prevista nos contratos celebrados e, portanto, inexistiria lesão a direito da ora recorrida.
Aduz-se, ainda, que o aresto em testilha malferiu os arts. 267 e 295 do CPC, o art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil-LICC, o art. 1º do Decreto nº 99.438/90 e o art. 15 da Lei nº 8.880/94. Isto porque careceria a ora recorrida de interesse em recorrer ante o cumprimento de todas as cláusulas contratadas pelas partes.
Afirma-se, também, que restaram violados os arts. 964 e 1009 do Código Civil, visto que seria forçoso compensarem-se os valores dos reajustes já concedidos, ante pretenso enriquecimento sem causa. Por derradeiro, suscita divergência jurisprudencial, colacionando acórdão que perfaria o dissídio.
Não foram ofertadas contra-razões.
Simultaneamente interposto recurso extraordinário, ambos foram inadmitidos na origem, dando azo ao manejo dos respectivos agravos de instrumento.
Provido o agravo de instrumento referente ao recurso especial, subiram os autos a este Superior Tribunal de Justiça.
É o relatório. Decido.
Inicialmente, no tocante ao art. 535 do CPC, cumpre ressaltar que o recorrente não apontou de modo preciso as omissões que poderiam influenciar no julgamento do presente apelo, o que impede o conhecimento do recurso especial nesta parte. Com efeito, esta Corte tem reconhecido a impossibilidade de conhecer-se do apelo especial pela alegada violação do artigo 535 do CPC nos casos em que a argüição é genérica, por incidir a Súmula 284/STF, assim redigida:

"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

No que pertine ao mérito recursal, dos dispositivos citados pela União como violados no acórdão recorrido, apenas o tema referente à prescrição encontra-se prequestionado.
Todos os demais dispositivos citados como violados nas razões recursais da União não merecem ser analisados, ou por referirem-se a matéria constitucional, ou por não ter o Tribunal Regional sobre eles emitido um juízo de valor, circunstância indispensável à configuração do prequestionamento. Destarte, incide o óbice da Súmula 211/STJ:

"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal *a quo*".

Como dito, o único dos temas suscitados pela União em seu apelo e que se encontra prequestionado é o referente à prescrição. De toda forma, quanto a esse ponto, não merece provimento o especial.
A União alega que teria havido prescrição do fundo do direito referente ao recebimento do reajuste da tabela do SUS decorrente da conversão da moeda (Cruzeiro Real para Real) que ocorreu em 1994. Sucede que assim não ocorreu.
A jurisprudência desta Corte é uníssona no sentido da aplicação da Súmula 85 no caso dos autos, ou seja, quando tratar-se de prestações de trato sucessivo a prescrição alcança apenas as parcelas vencidas no qüinqüênio anterior à propositura da demanda.
Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 535 DO CPC. ARGÜIÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. TABELA DO SUS. CONVERSÃO DE CRUZEIROS REAIS PARA REAIS. SÚMULA 83/STJ.
1. Há impossibilidade de conhecer-se do recurso especial pela alegada violação ao artigo 535 do CPC nos casos em que a argüição é genérica, por incidir a Súmula 284/STF, assim redigida: 'É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia'.
2. 'Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo' (Súmula 211/STJ).
3. Relativamente ao artigo 1º do Decreto nº 20.910/32, não se verifica no caso a prescrição do fundo do direito, porquanto, conforme dispõe a Súmula 85/STJ, em se tratando de relação jurídica de trato sucessivo, só estarão prescritas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação.
4. A jurisprudência desta Corte já foi pacificada no sentido de que fator de conversão da Tabela do SUS de cruzeiros reais para reais deve ser na ordem de 1 para 2.750.
5. 'Não se conhece de recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida' (Súmula 83/STJ).
6. Agravo regimental improvido." (AgA 706.715/RS, DJU 28.11.05).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIÇO MÉDICO-HOSPITALAR. CONVÊNIO COM O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. CORREÇÃO DOS SERVIÇOS TABELADOS. PLANO REAL. APLICAÇÃO DO FATOR DE CONVERSÃO FIXADO EM 2.750. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA - SÚMULA 85/STJ - VIOLAÇÃO AO ART. 535 NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS ENSEJADORES DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. PRECEDENTES.
- Embargos declaratórios não se prestam à discussão de temas novos, sequer ventilados anteriormente, no momento processual oportuno.
- Não há que se falar em nulidade do acórdão que, examinando todas as alegações suscitadas oportunamente pelas partes, decide a lide de forma contrária àquela desejada pela recorrente.
- Hipótese em que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a jurisprudência pacífica desta Corte, no sentido de que em se tratando de relação jurídica continuativa, a prescrição só atinge as prestações anteriores ao qüinqüênio do ajuizamento da ação. Incidência da Súmula 83/STJ.
- A correção dos serviços médicos-hospitalares prestados em convênios com o SUS, por ocasião do Plano Real, deve observar o fator de conversão de CR$ 2.750,00, fixado pelo Comunicado BACEN nº 4.000/94, por ser o competente para deliberar sobre a URV.
- Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo (Súmula 211/STJ).
- Agravo regimental improvido" (AgA 659.137/PR, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJU 13.06.05).

Ademais, o acórdão combatido reconheceu o direito de crédito da parte recorrida referente ao reajuste da tabela do SUS limitado ao mês de novembro de 1999, nos termos do que está pacificado por esta Corte:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS). PLANO REAL. URV. LIMITAÇÃO TEMPORAL DA CONDENAÇÃO (NOVEMBRO DE 1999). RECONHECIMENTO. PRECEDENTES DO STJ. PROVIMENTO.
1. A Primeira Seção do STJ, por ocasião do julgamento do MS 8.501/DF (DJU de 27.9.2004), entendeu que a ilegal utilização de fator de conversão diverso daquele fixado pelo BACEN não contaminou os reembolsos efetuados após os sucessivos reajustes da tabela do SUS, limitando, assim, a condenação ao pagamento de diferenças pelos serviços prestados até novembro de 1999, quando foi reformulada a tabela e fixados novos valores segundo o grau de complexidade de cada procedimento.
2. Agravo regimental provido" (AgREsp 527.013/ RS, Rel. Min. Denise Arruda, DJU 13.03.06).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ARTIGO 535 DO CPC. ARTIGOS 128 E 515 DO CPC. VIOLAÇÃO NÃO CONFIGURADA. SERVIÇOS PRESTADOS AO SUS. REMUNERAÇÃO. CONVERSÃO DE CRUZEIROS REAIS EM REAIS. LIMITAÇÃO DO RESSARCIMENTO ATÉ O MÊS DE NOVEMBRO DE 1999.
1. Descabe declarar a nulidade do acórdão quando o Tribunal de origem resolve a controvérsia de maneira sólida e fundamentada, apenas não adotando a tese do recorrente.
2. A matéria relativa à limitação do reajuste a novembro de 1999 foi devolvida ao Tribunal de origem por força da apelação interposta pela União. Não-ocorrência de violação dos artigos 128, II, e 515 do CPC.
3. A reformulação da tabela do SUS ocorrida em novembro de 1999 não representou mero reajustamento dos preços até então praticados, mas o estabelecimento de novos valores em virtude da reapreciação de todos os procedimentos. A partir da referida data, não se cogita da aplicação do percentual da defasagem relacionada à errônea conversão monetária. Precedentes.
4. Recurso especial não provido" (REsp 909.798/PR, DJU 16.08.07).

Dessa forma, dentro do pleito recursal apresentado, não há reparos a serem realizados no acórdão recorrido, também não merecendo conhecimento o mérito do recurso pela a alínea "c" do permissivo em face do óbice da Súmula 83/STJ:

"Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida."

Ante o exposto, **conheço em parte do recurso especial e nego-lhe provimento.**
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3053)

RECURSO ESPECIAL Nº 977.038 - RS (2007/0191877-2)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: ELZA OLIVEIRA DOS SANTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOÃO ANDRE RATHKE DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: JULIANA GIACOMINI E OUTRO(S)
INTERES.	: UNIÃO

EMENTA

PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. APLICAÇÃO DO ARTIGO 284 DO CPC. POSSIBILIDADE. MULTA DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 538 DO CPC.
1. Antes da extinção dos embargos, deve-se abrir prazo para o embargante corrigir a falha constante da exordial, inclusive para sanar a generalidade com que formulada a alegação de excesso de execução.
2. A Súmula 98/STJ afasta a aplicação da multa quando os embargos tiverem o objetivo de prequestionamento.
3. Recurso especial provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do TRF da 4ª Região, assim ementado:

"EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXCESSO DE EXECUÇÃO. IMPUGNAÇÃO GENÉRICA DE CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO. NOVA CONTA DA EMBARGANTE.
1. Limitando-se os embargos à alegação de existência de erros na conta do exeqüente, que teriam ocasionado excesso de execução, sem apontar onde se encontram tais erros, por si só não é suficiente para julgar incorreta a conta exeqüente.
2. Apelação provida para cassar a sentença" (fl. 146).

Na razões do especial, a Caixa Econômica Federal-CEF alega violação dos arts. 284 e 538, parágrafo único do CPC. Sustenta que o Tribunal *a quo*, ao negar provimento ao seu apelo, sob o fundamento de alegação genérica de excesso à execução, deveria ter-lhe oportunizado a emenda da inicial, abrindo-lhe a chance de corrigir defeitos que implicam, até mesmo, em dificuldades para o julgamento do mérito da ação. Argumenta, ainda, que o art. 616 do CPC possibilita ao credor a emenda da petição inicial da execução. Colaciona o REsp. nº 690.638-RJ, Rel. Min Luiz Fux a fim de demonstrar dissídio pretoriano.
Apresentadas contra-razões às fls. 180-186.
Admitido o recurso pelo Tribunal *a quo* (fl. 191), subiram os autos a esta Corte.
É o relatório. Decido.
De início, comporta destacar que a multa aplicada pelo acórdão proferido nos embargos de declaração com base no parágrafo único do CPC deve ser afastada. A CEF ao opor o incidente somente objetivou o prequestionamento da matéria à luz do artigo 284 do CPC. O aresto exarado na apelação não se pronunciou sobre o momento em que poderia ser emendada a inicial, o que apenas foi apreciado após ser suscitado pela recorrente, razão pela qual cabe afastar a multa, a teor dos ditames da Súmula 98 desta Corte.
Já o artigo 284 do CPC foi expressamente abordado no acórdão recorrido, razão porque deve ser admitido o recurso nesta parte.
Discute-se a possibilidade de aplicação do artigo 284 do CPC com o fito de autorizar a emenda da inicial em embargos do devedor.
Todos os precedentes sobre a matéria determinam que, antes da extinção dos embargos, deve-se abrir prazo para o embargante corrigir a falha constante da exordial, inclusive para atacar especificamente o cálculo apresentado pelo exeqüente.
Nesse sentido, os seguintes julgados:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. INDEFERIMENTO LIMINAR DA PETIÇÃO INICIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 284, DO CPC.
1. O art. 284, do CPC, prevê que 'Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos arts. 282 e 283, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de 10 (dez) dias. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.'
2. A ausência de despacho do juiz determinando a emenda da petição inicial, indeferindo-a liminarmente ante as alegações genéricas da embargante, acarreta ofensa ao dispositivo da Lei Processual Civil apontado como vulnerado.
3. Precedentes desta Corte (ERESP nº 255.673, Rel. Min. Gilson Dipp, Terceira Seção, DJ de 10/04/2002).
4. Recurso especial provido.
(...)
VOTO
(...)
Por mais que a embargante tenha atacado os cálculos de forma genérica, não lhe foi garantida a oportunidade de informar especificamente quais pontos dos cálculos constituíam excesso, o que viola o art. 284 do CPC. Somente após o descumprimento da diligência, conforme dispõe o parágrafo único do mencionado artigo, é que a petição inicial poderá ser indeferida.(...) " (REsp 760.208/RS, Rel. Luiz Fux, DJU de 10.10.2005);

"RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PETIÇÃO INICIAL. IRREGULARIDADES SANÁVEIS. REJEIÇÃO LIMINAR. DESCABIMENTO.
1. Aplica-se aos embargos à execução o art. 284 do CPC.
2. Recurso especial a que se dá provimento" (REsp 668.738/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJU de 29.11.04).

Assim, o aresto merece reforma para possibilitar à recorrente, no prazo de dez dias, a emenda da inicial.
Ante o exposto, **dou provimento ao recurso especial.**
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3054)

RECURSO ESPECIAL Nº 978.152 - PE (2007/0186977-0)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOÃO FERREIRA SOBRINHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: COMERCIAL TÉCNICA LTDA
ADVOGADO	: ADANEUZA LIMA FIGUEIREDO E OUTRO(S)

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. ARTS. 460, 462, 515 E 516, DO CPC E ARTS. 165, I E 168, I, DO CTN. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA. AUSÊNCIA.
1. Não se conhece do recurso especial se as matérias suscitadas não foram objeto de análise pelo Tribunal *a quo* à luz da legislação federal tida por violada, ante a falta do prequestionamento. Aplicação da Súmula 282/STF.
2. A admissão do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional deve observar as formalidades exigidas pelos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255 do RISTJ. Ausência de similitude fática entre os acórdãos.
3. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional e interposto contra acórdão proferido em apelação pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. TRIBUTÁRIO. ART. 9º DA LEI Nº 7689/88. INCONSTITUCIONALIDADE. EFICÁCIA DO DECRETO-LEI Nº 1940/82, ATÉ A VIGÊNCIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 70/91. FINSOCIAL. COFINS. COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE.
1-A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que, na hipótese de tributo sujeito a lançamento por homologação, o prazo para a propositura da ação de repetição de indébito é de 10 (dez) anos a contar do fato gerador, se a homologação for tácita (tese dos 'cinco mais cinco'), e, de 5 (cinco) anos a contar da homologação, se esta for expressa.
2-O C. STF declarou a inconstitucionalidade do art. 9º da Lei nº 7.689/88, que houvera transformado a Contribuição do FINSOCIAL em Contribuição da Seguridade Social sobre o Faturamento, bem como das Leis que aumentaram a respectiva alíquota. Reconheceu, ainda, a constitucionalidade do Decreto-lei nº 1.940/82 e estabeleceu a cobrança da exação com base nessa legislação, até o advento da Constituição Federal de 1988. Precedentes.
3-A exigência do recolhimento das Contribuições para o FINSOCIAL foi devida, nos limites referidos, até a vigência e eficácia da Lei Complementar nº 70/91, quando foi instituída a Contribuição Social sobre o Faturamento - COFINS.
4-Este Tribunal já sumulou a questão através do enunciado número 06, que assim dispõe, 'Subsiste até a vigência e eficácia da lei complementar 70/91, a cobrança do Finsocial com base no decreto-lei 1940/82, sendo inconstitucionais as alterações introduzidas, pela lei 7787/89, ressalvada a situação das empresas prestadoras de serviço.'
5- Cabível, na espécie, a compensação do que fora pago a maior a título de FINSOCIAL com parcelas da COFINS por se tratarem de tributos de mesma espécie jurídico-tributária e mesma destinação.
6-Apelação e remessa necessária improvidas" (fl. 133).

Em suas razões, a recorrente aduz violação do disposto nos arts. 460, 462, 515 e 516, todos do Código de Processo Civil e 165, I, e 168, I, ambos do Código Tributário Nacional, além de divergência jurisprudencial. Sustenta que o prazo para o ajuizamento da repetição do indébito contra a Fazenda Nacional é qüinqüenal, a teor do artigo 168, inciso I, do CTN e repele a aplicação de juros de mora nas compensações realizadas pelo contribuinte.
Não foram apresentadas contra-razões (fl. 191).
Admitido o recurso especial, subiram os autos a esta Corte.
É o relatório. Decido.
Discute-se o prazo de prescrição da ação de repetição de indébito do contribuinte que busca a compensação dos valores recolhidos indevidamente a título de Finsocial e a aplicação de expurgos inflacionários.
Quanto à alegada violação dos dispositivos federais apontados, constata-se a ausência do requisito indispensável do prequestionamento, viabilizador do acesso às instâncias especiais.
Observa-se que, quanto à prescrição, o Tribunal local fundamentou-se apenas no entendimento esposado pelo Superior Tribunal de Justiça, não emitindo juízo de valor acerca dos artigos 165 e 168 do CTN.
Nos termos da reiterada jurisprudência desta Corte, para que se tenha por prequestionada determinada matéria é necessário que a questão tenha sido objeto de debate, à luz da legislação federal indicada, com a imprescindível manifestação pelo Tribunal de origem, o qual deverá emitir um juízo de valor acerca dos dispositivos legais, ao decidir pela sua aplicação ou seu afastamento em relação à cada caso concreto.
Nem sequer foram opostos embargos de declaração a fim de obter manifestação sobre o tema, o que atrai a incidência da Súmula 282/STF.

"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."

De outro vértice, do confronto entre o acórdão recorrido e o paradigma, não se verifica a similitude fática necessária à comprovação da divergência.
O acórdão impugnado preconizou a tese decenal dos "cinco mais cinco" se a homologação do tributo for tácita e a de 5 anos a contar da homologação, se esta for expressa.
O acórdão paradigma em momento algum analisou tal particularidade.
A recorrente não comprovou as circunstâncias que identificassem ou assemelhassem os acórdãos confrontados, não atendendo, assim, aos requisitos previstos nos artigos 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e 255 do Regimento Interno desta Corte.
Também quanto à correção monetária com base na taxa Selic, não houve manifestação do Tribunal de origem, tratando-se de matéria estranha ao julgado e ensejando o óbice da falta de prequestionamento.
Ante o exposto, **não conheço do recurso especial**.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3055)

RECURSO ESPECIAL Nº 979.619 - PR (2007/0178277-1)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
PROCURADOR	: ELZA OLIVEIRA DOS SANTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ACÁCIO GODOIS E OUTROS
ADVOGADO	: APARECIDO SOARES ANDRADE E OUTRO(S)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. FGTS. CORREÇÃO MONETÁRIA DAS CONTAS VINCULADAS. VALIDADE DOS TERMOS DE ADESÃO FIRMADOS PELOS AUTORES SEM A PARTICIPAÇÃO DE SEUS ADVOGADOS.
1. A assistência de advogado não é requisito formal de validade do termo de adesão previsto na LC 110/2001. Precedentes.
2. Recurso especial provido.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Carta Maior contra acórdão prolatado em apelação pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, segundo o qual entendeu que não seria possível homologar o acordo firmado entre as partes porquanto a transação não teria observado nenhuma das hipóteses do suporte fático da norma civil.
Nas razões do recurso especial, a ora recorrente aponta violação dos arts. 7º, da Lei Complementar nº 110/01; 4º, inciso IV, § 1º do Decreto nº 3.913/01 e 5º, XXXVI da Constituição da República. Alega, em síntese, que o acordo se constitui ato jurídico cuja rescisão só se admite em caso de vício de consentimento, o que não teria ocorrido na hipótese.
Não foram ofertadas contra-razões, conforme certidão de fl. 406.
Exercido o juízo de admissibilidade positivo dos recursos especial e extraordinário (fls. 407 e 408-verso), subiram os autos a esta Corte.
É o relatório. Decido.
Preenchidos os requisitos de admissibilidade recursal, passo a seu exame.
Esta Corte tem, em diversos julgados, firmado posicionamento de que a Lei Complementar nº 110/01 é norma especial, sobrepondo-se, dessa forma, às regras gerais relativas às transações envolvendo diferenças de correção monetária do FGTS.
Outrossim, este Tribunal Superior assentou o entendimento de que a assistência de advogado não é requisito formal de validade do termo de adesão previsto na LC 110/01.
É necessário, pois, reconhecer a legalidade, a validade e a eficácia dos pactos extrajudiciais firmados entre os autores e a CEF, com a respectiva assinatura dos termos de adesão desses trabalhadores às condições de crédito previstas naquela Lei Complementar, garantindo-se a sua execução independentemente da participação dos advogados das partes, pelo respeito ao princípio constitucional da segurança jurídica, o qual impõe que situações constituídas no âmbito da lei não sejam objeto de modificações meramente circunstanciais.
Nessa esteira, calha transcrever o trecho do voto proferido pelo Ministro Francisco Peçanha Martins, no REsp 669.963/PR, publicado no DJU de 30.05.05:

"Dessa forma, o acordo foi celebrado entre as partes com base na Lei Complementar nº 110/2001, tendo estas se manifestado pela extinção do processo com julgamento do mérito. Portanto, o negócio jurídico da transação é legal e já produziu os seus efeitos, ou seja, a devolução das diferenças de correção monetária dos saldos do FGTS.
Como bem ilustrou o Exmº Ministro Franciulli Netto, 'Se o negócio jurídico da transação já se encontra concluído entre as partes, impossível é a qualquer delas o arrependimento unilateral. Sendo válido o acordo celebrado, obriga-se o juiz à sua homologação, salvo se ilícito o seu objeto, incapazes as partes ou irregular o ato, o que não ocorreu no presente caso."

Confiram-se, ainda, os seguintes precedentes de ambas as Turmas de Direito Público deste Tribunal:

"PROCESSUAL CIVIL. CORREÇÃO MONETÁRIA DE CONTAS VINCULADAS DO FGTS.LEI COMPLEMENTAR N. 110/01. TERMO DE ADESÃO. VALIDADE. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA.
1. Reconhecida a legalidade do acordo firmado entre as partes com a assinatura do respectivo termo de adesão do trabalhador às condições de crédito previstas na Lei Complementar n. 110/01, deve ser garantida sua execução em observância ao princípio constitucional da segurança jurídica.
2. Recurso especial provido" (REsp 879.496/BA, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJU de 27.02.07);

"RECURSO ESPECIAL - ALÍNEAS 'A' E 'C' - PROCESSUAL CIVIL - FGTS - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC - POSSIBILIDADE DE HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO PREVISTA NA LEI COMPLEMENTAR N. 110/2001, INDEPENDENTEMENTE DE ASSISTÊNCIA DO ADVOGADO.

1. Não configura afronta ao artigo 535, do CPC, a alegação genérica de ofensa a dispositivo legal sem explicitar os pontos em que foi omisso o acórdão recorrido.
2. Se o negócio jurídico da transação se encontra concluído entre as partes, impossível é a qualquer delas o arrependimento unilateral. Válido o acordo celebrado, obriga-se o juiz à sua homologação, salvo se ilícito o seu objeto, incapazes as partes ou irregular o ato, o que não ocorreu no presente caso.
3. O fundista, nos termos do artigo 7º da LC n. 110/01, pode transigir extrajudicialmente com a Caixa Econômica Federal a fim de que sejam aplicados os índices de correção monetária às suas contas. Somente a homologação é judicial e, nessa fase, faz-se necessária a presença de advogado. Precedentes do STJ. Recurso especial conhecido parcialmente e, nessa parte, provido, para homologar as transações celebradas pela recorrente e os autores" (REsp 889.983/RS, Rel. Min. Humberto Martins, DJU de 29.11.06)

Ante o exposto, **dou provimento ao recurso especial para homologar os termos de adesão firmados entre a recorrente e os recorridos**.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3056)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.537 - RS (2007/0191550-3)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS E OUTRO
PROCURADOR	: KATIA DAL MORO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: SUELI ROSA DA SILVA
ADVOGADO	: ROBERTA PAPPEN DA SILVA E OUTRO(S)

EMENTA

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. SÚMULA 188/STJ. PERCENTUAL. ARTIGO 1º-F DA LEI 9.494/97, ACRESCENTADO PELA MP 2.180-35/01. INAPLICABILIDADE.
1. Os juros de mora, na restituição de indébito tributário, devem incidir à taxa de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado da sentença (artigos 161, § 1º, e 167, parágrafo único, do CTN). Precedentes. Súmula 188/STJ.
2. Em repetição de indébito tributário, não se aplica o disposto no artigo 1º-F da Lei 9.494/97, acrescentado pela MP 2.180-35/01.
3. Admite-se a incidência da Taxa Selic fora da órbita da Fazenda federal, desde que exista lei local a autorizar seu uso, questão não suscitada pelas partes.
4. Recurso especial provido em parte.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional e interposto contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na parte em que consignada a incidência de juros moratórios em 1% ao mês a partir da citação.
Nas razões do especial, sustenta-se contrariedade ao artigo 1º-F da Lei 9.494/97, acrescentado pela Medida Provisória 2.180-35. Pleiteia-se a fixação dos juros legais em 6% ao ano durante todo o período. Afirma-se violado também o artigo 167, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, segundo o qual "a restituição vence juros não capitalizáveis, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar". Articula-se com o disposto na Súmula 188/STJ.
Defende-se ser hipótese de contribuição de natureza tributária e, por conseguinte, de aplicação das regras contidas no CTN.
Houve apresentação de contra-razões às fls. 216-219.
Admitido o recurso, subiram os autos a esta Corte.
É o relatório. Decido.
Preenchidos os pressupostos de admissibilidade, conheço do especial.
Cuida-se de situação em que servidor estadual aposentado propõe demanda com o objetivo de ser restituída contribuição previdenciária incidente sobre seus proventos, considerada inconstitucional. A questão em debate cinge-se ao termo inicial e ao percentual dos juros de mora.
Esta Corte tem entendimento pacificado de que tais juros, na restituição de indébito tributário, devem incidir a contar do trânsito em julgado (artigo 167, parágrafo único, do CTN).
Nesse aspecto, merece reformas o acórdão recorrido, aplicando-se a Súmula 188/STJ:

"Os juros moratórios, na repetição do indébito tributário, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença."

Por outro lado, mostra-se improcedente a pretendida redução do percentual fixado.
O artigo 1º-F da Lei 9.494/97, acrescentado pela Medida Provisória 2.180-35, tem o seguinte teor: "Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano."
Na verdade, no caso em julgamento, não se cuida de vantagens de servidores, mas de restituição de parcela indevidamente exigida dos titulares da ação: contribuição previdenciária incidente sobre seus proventos, tida como inconstitucional. Desse modo, não se opera a restrição veiculada na norma sob exame. Confiram-se os seguintes precedentes de ambas as Turmas da Seção de Direito Público desta Corte a respeito:

"TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - JUROS DE MORA - TERMO *A QUO* - ART. 1º-F DA LEI 9.494/97 (COM A REDAÇÃO DADA PELA MP 2.180/2001) - INAPLICABILIDADE.
1. Pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que, em se tratando de repetição de indébito tributário, é o trânsito em julgado da decisão o termo *a quo* dos juros de mora.
2. A regra contida no art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com a redação dada pela MP 2.180/2001) somente se aplica nas hipóteses de condenação da Fazenda Pública no pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, que não é a hipótese dos autos.
3. Recurso especial provido em parte" (REsp 809.584/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, DJU de 14.06.06).

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA. INÍCIO. ARTS. 161, § 1º, E 167, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CTN. PRECEDENTES. INAPLICAÇÃO DA MP Nº 2.180-35/01. PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS LEIS.
1. Agravo regimental contra decisão que proveu recurso especial.
2. O acórdão *a quo* determinou a devolução da contribuição previdenciária indevidamente recolhida com juros moratórios à base de 0,5% ao mês.
3. Pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que no cálculo dos juros de mora, em compensação ou restituição de indébito tributário, aplica-se a taxa de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado da decisão judicial (arts. 161, § 1º, e 167, parágrafo único, do CTN).
4. Aplicação da Súmula nº 188/STJ (*Os juros moratórios, na repetição do indébito, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença).*
5. A ação não possui natureza previdenciária, não se trata de repetição de indébito previdenciário a fazer incidir a MP nº 2.180-35/01. Matéria debatida nos autos que é pura repetição de indébito tributário, atraindo o disposto no art. 167 do CTN e a Súmula nº 188/STJ, com a incidência dos juros de mora a partir do trânsito em julgado da ação.
6. Não-incidência, na repetição de indébito tributário, da MP nº 2.180-35/01, que fixa juros moratórios de 6% ao ano, haja vista que o comando expresso no CTN foi determinado pela Lei nº 5.172/66, a qual possui forma de Lei Complementar. Já os juros moratórios pretendidos pelos agravantes foram estatuídos por medida provisória, que tem caráter de lei ordinária. Destarte, não se pode aceitar que uma lei de hierarquia inferior revogue dispositivo legal estabelecido por uma lei complementar.
7. Agravo regimental não conhecido" (AgRg no REsp 721.861/RS, Rel. Min. José Delgado, DJU de 1º.07.05).

Em resumo, o recurso especial há de ser provido em parte, apenas para determinar a incidência dos juros moratórios a partir do trânsito em julgado da sentença.
Por fim, há precedentes que admitem a incidência da Taxa Selic fora da órbita da Fazenda federal, desde que exista lei local a autorizar seu uso. Tal questão, todavia, não foi suscitada pelas partes.
Ante o exposto, **dou provimento em parte ao recurso especial.**
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3057)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.378 - SP (2007/0200090-7)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO IPESP
PROCURADOR	: MARCIA MARIA CORREA MUNARI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JESSÉ RIBEIRO
ADVOGADO	: POLIANA ASSUNÇÃO FERREIRA

EMENTA

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. SÚMULA 188/STJ.
1. Na restituição de indébito tributário, os juros de mora devem incidir a partir do trânsito em julgado da sentença (artigo 167, parágrafo único, do CTN). Súmula 188/STJ.
2. Admite-se a incidência da Taxa Selic fora da órbita da Fazenda federal, desde que exista lei local a autorizar seu uso, questão não suscitada pelas partes.
3. Recurso especial provido.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado na alínea "c" do permissivo constitucional e interposto contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na parte em que consignada a incidência de juros moratórios a contar da citação.
Nas razões do especial, o recorrente aponta dissídio jurisprudencial e requer a incidência de juros moratórios a partir do trânsito em julgado.
Não houve apresentação de contra-razões.
Admitido o recurso, subiram os autos a esta Corte.
É o relatório. Decido.
Cuida-se de situação em que servidor estadual aposentado propõe demanda com o objetivo de ser restituída contribuição previdenciária incidente sobre seus proventos, considerada inconstitucional. A questão em debate cinge-se ao termo inicial dos juros de mora.
A matéria não requer mais discussões, pois esta Corte tem entendimento pacificado de que tais juros, na restituição de indébito tributário, devem incidir a contar do trânsito em julgado (artigo 167, parágrafo único, do CTN).
A propósito do tema, este Tribunal editou a Súmula 188, que preconiza: "Os juros moratórios, na repetição do indébito tributário, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença".
Por fim, cumpre registrar haver precedentes que admitem a incidência da Taxa Selic fora da órbita da Fazenda federal, desde que exista lei local a autorizar seu uso. Tal questão, todavia, não foi suscitada pelas partes.
Ante o exposto, **dou provimento ao recurso especial**.
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

(3058)

RECURSO ESPECIAL Nº 982.530 - PE (2007/0204550-3)

RELATOR	**: MINISTRO CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MARIA CLÁUDIA GONDIM CAMPELLO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FARMÁCIA DOS POBRES LTDA
ADVOGADO	: PAULA PIERECK DE SÁ

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINAR. ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. SÚMULA 284/STF. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 45 E 46 DA LEI Nº 8.212/91. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.
1. Alegações genéricas quanto às prefaciais de afronta ao artigo 535 do Código de Processo Civil não bastam à abertura da via especial pela alínea "a" do permissivo constitucional, a teor da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.
2. "... os embargos declaratórios, mesmo para fins de prequestionamento, só serão admissíveis se a decisão embargada ostentar algum dos vícios que ensejariam o seu manejo - omissão, obscuridade ou contradição" (EDcl no MS 10.286/DF, Rel. Min. Félix Fischer).
3. Não se admite recurso especial fundado em violação dos art. 45 e 46 da Lei nº 8.212/91 quando, mesmo opostos de embargos declaratórios, a matéria não restou apreciada pelo Tribunal local. Incidência da Súmula 211/STJ.
4. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial fundado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição da República e interposto pela Fazenda Nacional contra acórdão do TRF da 5ª Região, assim ementado:
"Tributário e Processual Civil. Execução fiscal. PIS e COFINS. Exceção de pré-executividade. Ação ajuizada após o prazo qüinqüenal do art. 174 do CNT. Prescrição do crédito tributário. Precedentes. Apelo e remessa oficial improvidos." (fl. 144).

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados (fl. 157).
A Fazenda Nacional sustenta contrariedade ao art. 535 do CPC sem especificar em que consistiria o vício alegado, tendo apenas afirmado que a Corte de origem, ao rejeitar os embargos, teria incidido em omissão.
Quanto ao mérito, alega que o acórdão recorrido viola o disposto nos arts. 45 e 46 da Lei nº 8.212/91. Afirma que, no caso dos autos, não ocorreu a prescrição, pois o prazo seria decenal e não qüinqüenal como informa o acórdão vergastado.
O recorrido oferta contra-razões às fls. 174-179.
Admitido o apelo na origem, subiram os autos a esta Corte.
Relatado, decido.
Não se conhece de recurso especial por violação do art. 535 do CPC se a parte não especifica o vício que inquina o aresto recorrido, limitando-se a alegações genéricas de omissão no julgado, por entender imperativo o acolhimento dos embargos para fins de prequestionamento, sob pena de tornar-se insuficiente a tutela jurisdicional.
No caso, a recorrente não especificou em que consistiria o vício alegado, tendo apenas afirmado que a Corte de origem, ao rejeitar os embargos, teria incidido em omissão.
Os aclaratórios opostos com exclusivo propósito de prequestionamento somente devem ser acolhidos se presente algum dos vícios indicados no art. 535 do CPC. É nesse sentido a jurisprudência desta Corte, como se observa do seguinte precedente:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE.
1. Ausentes as hipóteses de omissão, obscuridade ou contradição, não há como prosperarem os embargos de declaração, tampouco imprimir-se-lhes efeitos modificativos.
2. 'Esta c. Corte já tem entendimento pacífico de que os embargos declaratórios, mesmo para fins de prequestionamento, só serão admissíveis se a decisão embargada ostentar algum dos vícios que ensejariam o seu manejo - omissão, obscuridade ou contradição' (EDcl no MS n. 10.286, Terceira Seção, Ministro Félix Fischer).
3. Embargos declaratórios rejeitados" (EDcl no MS 11.038/DF, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJU de 12.02.07).

Se no aresto recorrido não existia omissão, obscuridade ou contradição, ou pelo menos não foram esses vícios demonstrados pela recorrente no recurso especial, agiu com acerto a Corte Regional ao rejeitar os embargos. O simples fato de terem sido opostos com propósito de prequestionamento não gera direito à embargante de vê-los acolhidos.
Quanto ao ponto, incide, por analogia, a Súmula 284/STF, segundo a qual "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".
Não há, portanto, qualquer omissão a ser sanada.
Quanto ao mérito, o apelo não logra conhecimento quanto às alegações de contrariedade aos arts. 45 e 46 da Lei nº 8.212/91, em razão da efetiva ausência de prequestionamento, o que atrai a incidência da Súmula 211/STJ de seguinte teor: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*".
Para corroborar a ausência de prequestionamento, transcreve-se a seguir os seguintes fragmentos do voto condutor do acórdão recorrido:

"A sentença reconheceu a prescrição de crédito tributário relativo ao PIS e à COFINS, declarando-o extinto, nos termos do art. 156, V, CTN, haja vista que a ação executiva foi ajuizada após o prazo qüinqüenal estabelecido no art. 174, CTN, seguindo a orientação expressa em acórdãos assim ementados:
.....
Isto posto, nego provimento ao apelo e à remessa oficial.
É como voto." (fls. 144-145).

Ante o exposto, **não conheço do recurso especial.**
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Castro Meira
Relator

AUTOS COM VISTA AOS INTERESSADOS

Os processos abaixo relacionados encontram-se com Vista ao Embargado para Impugnação:

(3059)
EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL nº 460960 - SP (2002/0113566-0)

RELATOR	**: MIN. HUMBERTO MARTINS**
EMBARGANTE	: BANCO CENTRAL DO BRASIL E OUTRO
PROCURADOR	: JOSE OSORIO LOURENCAO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: ISAO OKANO
ADVOGADO	: EMÍLIO ALFREDO RIGAMONTI E OUTRO

(3060)
EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL nº 653876 - MG (2004/0057762-6)

RELATOR	**: MIN. HUMBERTO MARTINS**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: WALDEMAR CLÁUDIO DE CARVALHO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DOS PRODUTORES RURAIS DE ARAXÁ LTDA E OUTRO(S)
ADVOGADO	: LILIANE NETO BARROSO E OUTRO(S)

(3061)
EDcl no RECURSO ESPECIAL nº 657496 - RJ (2004/0069299-1)

RELATOR	**: MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
EMBARGANTE	: GILLETTE DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	: ALMIR MEIRELLES ROSA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: MÔNICA ROCHA VICTOR DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

(3062)
EDcl no RECURSO ESPECIAL nº 675323 - DF (2004/0109630-0)

RELATOR	**: MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
EMBARGANTE	: TERESINHA DE JESUS MICHEL E OUTROS
ADVOGADA	: DESIRÉE COSTA GÖSSLING VALÉRIO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: WALDEMAR CLÁUDIO DE C ARVALHO E OUTRO(S)

(3063)
EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL nº 717778 - PE (2005/0008669-0)

RELATOR	**: MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOÃO FERREIRA SOBRINHO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: JOÃO RONALDO DA ROCHA LIMA E OUTRO(S)
ADVOGADO	: WILSON FEITOSA DA SILVA E OUTRO

(3064)
EDcl no RECURSO ESPECIAL nº 717873 - PE (2005/0008298-8)

RELATOR	**: MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
EMBARGANTE	: PM PAR S/A E OUTRO
ADVOGADO	: IVO DE LIMA BARBOZA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS E OUTRO(S)

(3065)
EDcl no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 790539 - DF (2006/0145367-4)

RELATOR	**: MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
EMBARGANTE	: TRESCINCO DISTRIBUIDORA DE AUTOMÓVEIS LTDA
ADVOGADO	: JACQUELINE DE M ROSA GRAZIANI E OUTRO(S)
EMBARGADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: AFONSO AUGUSTO RIBEIRO COSTA E OUTRO(S)

(3066)
EDcl no RECURSO ESPECIAL nº 835676 - SP (2006/0072997-8)

RELATOR	**: MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: PATRÍCIA MELLO DE BRITO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: ANTÔNIO NOVAIS BRITO
ADVOGADO	: PATRICIA CRISTINA CAVALLO

(3067)
EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL nº 862403 - SP (2006/0140763-3)

RELATOR	**: MIN. HUMBERTO MARTINS**
EMBARGANTE	: COLÉGIO BATISTA DE BAURU
ADVOGADO	: EDUARDO GONZAGA OLIVEIRA DE NATAL E OUTRO
EMBARGADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JÚLIO CÉSAR CASARI E OUTRO(S)

(3068)
EDcl no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 864641 - SP (2007/0023578-4)

RELATOR	**: MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
EMBARGANTE	: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CRF/SP
ADVOGADO	: SIMONE APARECIDA DELATORRE E OUTRO(S)
EMBARGADO	: MUNICÍPIO DE NEVES PAULISTA
ADVOGADO	: MARCELO MANSANO

(3069)
EDcl nos EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL nº 866038 - RJ (2006/0150826-0)

RELATOR	**: MIN. HUMBERTO MARTINS**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: ZACHARIAS MANOEL MENDES NETO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: ADYPEL QUÍMICA LTDA
ADVOGADO	: ALEXANDER LAMOGLIA DE MACEDO

(3070)
EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL nº 870646 - SP (2006/0162371-5)

RELATOR	**: MIN. HUMBERTO MARTINS**
EMBARGANTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: HENRIQUE AUGUSTO DIAS E OUTRO(S)
EMBARGADO	: NORONHA S/A PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
ADVOGADO	: CELSO RIZZO

(3071)
EDcl no RECURSO ESPECIAL nº 879472 - SE (2006/0186916-0)

RELATOR	**: MIN. HUMBERTO MARTINS**
EMBARGANTE	: FRANCISCO BENJAMIN FONSECA DE CARVALHO E OUTRO
ADVOGADA	: JANE TEREZA VIEIRA DA FONSECA PRADO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR	: VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(S)

(3072)
EDcl no RECURSO ESPECIAL nº 902419 - RS (2006/0247295-5)

RELATOR	**: MIN. HUMBERTO MARTINS**
EMBARGANTE	: TITO LÍVIO LERMEN
ADVOGADO	: LINO JOÃO VIEIRA JUNIOR E OUTRO
EMBARGADO	: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL UFRGS
PROCURADOR	: ERNESTO CROS VALDEZ JUNIOR E OUTRO(S)

(3073)
EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL nº 910082 - SP (2006/0271797-5)

RELATOR	**: MIN. HUMBERTO MARTINS**
EMBARGANTE	: BANCO CENTRAL DO BRASIL
PROCURADOR	: JOSE OSORIO LOURENCAO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: ROSE MARIE GRECCO BADIALI E OUTRO(S)
INTERES.	: UNIÃO
INTERES.	: ANTONIO FERREIRA DE MOURA

(3074)
EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL nº 932744 - DF (2007/0053811-0)

RELATOR	**: MIN. HUMBERTO MARTINS**
EMBARGANTE	: UNIÃO
EMBARGADO	: SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL - SINDJUS/DF
ADVOGADO	: JOSÉ LUIS WAGNER E OUTRO(S)

(3075)
EDcl no RECURSO ESPECIAL nº 937210 - RJ (2007/0067240-7)

RELATOR	**: MIN. CASTRO MEIRA**
EMBARGANTE	: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE E OUTRO(S)
EMBARGADO	: EARTH INVEST ECONOMIA AUXILIAR DE RECURSOS TECNOLOGIA HABITAÇÃO LTDA
ADVOGADO	: MARCO ANTÔNIO DIAS DA MOTTA E OUTRO(S)

(3076)
EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL nº 947659 - RJ (2007/0092512-5)

RELATOR	**: MIN. HUMBERTO MARTINS**
EMBARGANTE	: SHIRLEY CURVELLO CÔRTES DOS SANTOS E OUTROS
ADVOGADO	: JEFFERSON RAMOS RIBEIRO
EMBARGADO	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: JOSÉ RICARDO DE LUCA RAYMUNDO E OUTRO(S)

(3077)
EDcl no RECURSO ESPECIAL nº 976114 - MG (2007/0182966-9)

RELATOR	**: MIN. CASTRO MEIRA**
EMBARGANTE	: SIDERÚRGIA SANTO ANTÔNIO LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: ENZO GAUZZI E OUTRO(S)
EMBARGADO	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: LUIZ HENRIQUE NOVAES ZACARIAS E OUTRO(S)

AUTOS COM VISTA AOS INTERESSADOS

Os processos abaixo relacionados encontram-se com Vista dos Autos às Partes pelo prazo legal:

(3078)
MEDIDA CAUTELAR nº 8564 - PI (2004/0097666-0)

RELATOR	**: MIN. HUMBERTO MARTINS**
REQUERENTE	: COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ - CEPISA
ADVOGADO	: ALYSSON SOUSA MOURÃO E OUTRO(S)
REQUERIDO	: ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A - AGESPISA
ADVOGADO	: ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES E OUTRO(S)

Vista ao(s) REQUERENTE(S)

(3079)
RECURSO ESPECIAL nº 868532 - PE (2006/0156799-7)

RELATOR	**: MIN. HERMAN BENJAMIN**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: OTÁVIO GUIMARÃES PAIVA NETO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: USINA CENTRAL OLHO D'ÁGUA S/A
ADVOGADO	: VIVIANE CARACIOLO ALBUQUERQUE FERREIRA E OUTRO(S)

Vista ao(s) RECORRIDO(S)

(3080)
RECURSO ESPECIAL nº 868538 - PE (2006/0156836-4)

RELATOR	**: MIN. HERMAN BENJAMIN**
RECORRENTE	: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	: OTÁVIO GUIMARÃES PAIVA NETO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: USINA CENTRAL OLHO ÒÁGUA S/A
ADVOGADO	: VIVIANE CARACIOLO ALBUQUERQUE FERREIRA E OUTRO(S)

Vista ao(s) RECORRIDO(S)

(3081)

RECURSO ESPECIAL nº 963908 - RS (2007/0148196-4)

RELATOR	**: MIN. CASTRO MEIRA**
RECORRENTE	: ANTÔNIO CARLOS SOUSA DE VASCONCELLOS
ADVOGADO	: ANDRÉ LUIZ MENDONÇA DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRENTE	: TRANSCONTINENTAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E ADMINISTRAÇÃO DE CRÉDITOS S/A
ADVOGADO	: MARTHA LEAL CORDEIRO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: OS MESMOS
INTERES.	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: LEONARDO DA SILVA PATZLAFF E OUTRO(S)
INTERES.	: AGLACYR DE SOUZA VASCONCELLOS
ADVOGADO	: ANDRÉ LUIZ MENDONÇA DA SILVA

Vista ao(s) INTERESSADO(S)

* Requerida pela Caixa Econômica Federal

(3082)

RECURSO ESPECIAL nº 967581 - RS (2007/0148327-6)

RELATORA	**: MIN. ELIANA CALMON**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: LEONARDO DA SILVA PATZLAFF E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CONSTRUTORA PRATES GALVÃO LTDA
ADVOGADO	: LUIS HENRIQUE GUARDA - SÍNDICO

Vista ao(s) RECORRENTE(S)

(3083)

RECURSO ESPECIAL nº 973317 - PR (2007/0178382-1)

RELATORA	**: MIN. ELIANA CALMON**
RECORRENTE	: BANCO BANESTADO S/A
ADVOGADO	: WALTER JOSE MATHIAS JUNIOR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: NILCE TRINDADE
ADVOGADO	: LUIZ FERNANDO MARCONDES ALBUQUERQUE
INTERES.	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: LEONARDO DA SILVA PATZLAFF E OUTRO(S)

Vista ao(s) INTERESSADO(S)

COORDENADORIA DA TERCEIRA TURMA

(3084)

MEDIDA CAUTELAR Nº 12.341 - SP (2006/0278827-8)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
REQUERENTE	: RAUL BENEDITO LOVATO
ADVOGADO	: RENATA ANDREA APARECIDA RIBEIRO DE ALVARENGA
REQUERIDO	: FERDINANDO SALERNO
ADVOGADO	: REGINA APARECIDA LARANJEIRA BAUMANN

DESPACHO

J. Sobre a presente petição e documentos, diga a Requerente. Intimem-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3085)

MEDIDA CAUTELAR Nº 13.201 - SP (2007/0207447-9)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
REQUERENTE	: DIAMANTINO PINTO DOS REIS
REQUERENTE	: MARIA ADÉLIA ROCHA DOS REIS
ADVOGADO	: LUCIANO NOGUEIRA LUCAS E OUTRO(S)
REQUERIDO	: ANDRÉ MARQUES RECACHO

DECISÃO

A decisão de relator está sujeita a agravo regimental, cujo prazo é de cinco dias. A apelação de fl. 419/440 é, portanto, recurso impróprio e não pode ser convertida em agravo regimental porque interposta fora do prazo deste.

Nego, por isso, seguimento à apelação.

Obiter dictum, a presente medida cautelar está prejudicada porque vinculada ao Recurso Especial nº 351.851, SP, já julgado.

Intimem-se.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3086)

HABEAS CORPUS Nº 92.100 - DF (2007/0236909-1)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
IMPETRANTE	: WESLEY RICARDO BENTO DA SILVA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
PACIENTE	: MARIA ATHAYDE DOS SANTOS
PACIENTE	: MARIA ROSALVA RIBEIRO CANTANHEDE
PACIENTE	: LUÍS FERNANDO SANTOS NOGUEIRA DE SÁ

DESPACHO

Defiro a medida liminar, em parte, tão somente para fixar como termo inicial da obrigação alimentar a data em que proferida a decisão que antecipou a tutela. Solicitem-se as informações. Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3087)

RECURSO ESPECIAL Nº 245.703 - SP (2000/0005305-8)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
RECORRENTE	: SAURIA BONI DE GODOY - INVENTARIANTE E OUTROS
ADVOGADO	: LUCIANO DE SOUZA PINHEIRO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADOS	: CARLOS EDUARDO COLENCI E OUTRO(S)
	MARCO ANTONIO COLENCI E OUTRO(S)

DECISÃO

Orlando Franco de Godoy ajuizou, contra Banco Itaú S/A, ação ordinária visando à concessão do benefício de alongamento da dívida rural, nos termos da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995 (fl. 02/08).

Julgada improcedente a ação (fl. 56/63), o Autor interpôs apelação, a que o Primeiro Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo, vencido o Relator, Juiz João Carlos Garcia, negou provimento, em acórdão assim ementado:

"*Declaratória. Dívida rural. Pedido de declaração de existência dos requisitos legais para seu alongamento, nos termos da Lei nº 9.138/95. Inadmissibilidade. Contrato em curso que não pode ter interferência ou alteração de suas cláusulas por lei posterior. Lei que apenas autorizou o alongamento da dívida, não determinado, expressamente, que fiavam prorrogados os prazos de vencimento. Incocorrência de violação ao princípio da isonomia ou de ofensa à Constituição Federal. Ausência de obrigatoriedade ao concedente do crédito. Ação improcedente. Recurso improvido*" (fl. 92).

Opostos embargos infringentes, foram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"*SECURITIZAÇÃO. Crédito rural. Lei nº 9.138/95. Renegociação da dívida facultada às instituições financeiras. Inexistência de obrigatoriedade. Precedente da Câmara. Embargos infringentes rejeitados*" (fl. 175).

O recurso especial alega violação do artigo 5º da Lei nº 9.135/95, bem como divergência jurisprudencial.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que é direito do devedor e não faculdade do credor o alongamento de dívidas originárias de crédito rural, obedecidas as condições estabelecidas na Lei nº 9.138/95.

Nesse sentido:

"COMERCIAL. CRÉDITO RURAL. SECURITIZAÇÃO. O alongamento das dívidas originárias de crédito rural constitui direito do devedor, desde que atendidos os requisitos previstos na Lei nº 9.138, de 1995. Agravo regimental não provido" (AgRg no AG 320.989, RS, de minha relatoria, DJ de 28.05.2001).

"CRÉDITO RURAL. SECURITIZAÇÃO. DIREITO DO DEVEDOR. REQUISITOS. PREENCHIMENTO. SÚMULAS 5 E 7. É direito do devedor e não faculdade do credor o alongamento de dívidas originárias de crédito rural, desde que preenchidos os requisitos legais" (AgRg nos EDcl no REsp nº 469.343, SP, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, DJ de 29.05.2006).

Ante o exposto, conheço do recurso especial e dou-lhe provimento para, reconhecido o direito à securitização do débito rural, anular a sentença para que outra seja proferida, decidindo se, no caso, foram satisfeitas as condições previstas no artigo 5º da Lei nº 9.138, de 1995.

Intimem-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3088)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 613.354 - MG (2004/0087249-5)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
AGRAVANTE	: MÁRIO ALBERY SOARES PERDOMO
ADVOGADO	: GLAUCI TEIXEIRA FERRAZ
AGRAVADO	: SEMENTES FÉRTIL PROD IND COM IMP E EXP LTDA
ADVOGADO	: LUIZ ANTÔNIO DOS SANTOS FALEIROS E OUTRO

DECISÃO

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça admite o desmembramento do imóvel para a constrição judicial diante das circunstâncias peculiares do caso concreto.

Sobre o assunto, confira-se o REsp nº 326.171, GO, Relator o eminente Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, assim ementado:

"*PROCESSUAL CIVIL. LEI 8.009/90. BEM DE FAMÍLIA. IMÓVEL RESIDENCIAL. DESMEMBRAMENTO. POSSIBILIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS DE CADA CASO. DOUTRINA. PRECEDENTE. RECURSO DESACOLHIDO.*

I - Como residência do casal, para fins de incidência da Lei n. 8.009/90, não se deve levar em conta somente o espaço físico ocupado pelo prédio ou casa, mas também suas adjacências. A própria lei afirma que "a impenhorabilidade compreende o imóvel sobre o qual se assentam a construção, as plantações, as benfeitorias de qualquer natureza...".

II - Admite-se, no entanto, a penhora de parte do imóvel quando possível o seu desmembramento sem descaracterizá-lo, levando em consideração, com razoabilidade, as circunstâncias e peculiaridades do caso" (DJ de 22.10.2001).

No mesmo sentido: REsp nº 139.010, SP, Relator Ministro Cesar Asfor Rocha, DJ de 20.05.2002; AgRg no REsp nº 264.578, SP, Relator Ministro Castro Filho, DJ de 01.10.2001; REsp nº 188.706, MG, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ de 13.09.1999 e Rcl nº 196, PR, Relator Ministro Waldemar Zveiter, DJ de 21.03.1994.

Aqui, o lote contíguo à residência da família, registrado com matrícula própria, é passível de penhora, tal como decidido pelo tribunal *a quo, in verbis*:

"*Verifica-se, de plano, que o imóvel penhorado está matriculado sob o nº 29.831, diverso do número de registro de matrícula da residência do agravante, qual seja o nº 9.936, como fazem prova os documentos de fl. 49/50 - TA. O bem penhorado pode ser, portanto, perfeitamente dissociado do lote no qual foi edificada a residência do agravante, não havendo que se falar em 'todo indivisível'*" (fl. 72).

Nego, por isso, provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3089)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 624.032 - SP (2004/0115950-3)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
AGRAVANTE	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADOS	: ÂNGELO AURÉLIO GONÇALVES PARIZ
	ADRIANA FARAONI FREITAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MAURÍLIO POIET E OUTROS
ADVOGADO	: PAULO CÉSAR TIOSSI

DECISÃO

Nos termos do artigo 557, § 2º, do Código de Processo Civil, quando manifestamente infundado ou inadmissível o agravo interno, poderá o agravante ser condenado a pagar ao agravado multa entre um e dez por cento do valor corrigido da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito do respectivo valor.

Na espécie, ficou demonstrado que o Banco do Brasil S/A interpôs agravo regimental manifestamente infundado contra a decisão que negou efeito suspensivo ao agravo de instrumento, o que justifica a aplicação da multa.

Nego, por isso, provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3090)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 647.205 - RJ (2004/0177984-6)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
AGRAVANTE	: REIS E ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C E OUTROS
ADVOGADO	: LUIZ GOMES DOS REIS NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: MARCELO NEUMANN M PESSOA E OUTRO(S)

DECISÃO

A pena por litigância de má-fé deixou de ser aplicada pelo tribunal *a quo* com acerto; a defesa de tese jurídica não pode ser reprimida a esse título.

Nego, por isso, provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3091)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 806.143 - SC (2005/0213966-0)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADOS	: AMIR VIEIRA SOBRINHO LINCOLN FAGUNDES E OUTROS MAGDA MONTENEGRO
AGRAVADO	: ANTÔNIO BALLESTERO GARCIA JUNIOR
ADVOGADO	: ANTÔNIO BALLESTERO GARCIA

DECISÃO

Agravo regimental interposto pelo Banco do Brasil S/A, dirigido à decisão de fl. 200, em que dei parcial provimento ao recurso especial.

DECIDO:

O banco agravante aponta a existência de preliminar de nulidade da sentença, não apreciada na decisão agravada.

O tema - efetivamente omitido - não comporta apreciação unipessoal.

Reconsidero a decisão de fl. 200.

Inclua-se o recurso especial em pauta.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3092)

RECURSO ESPECIAL Nº 839.074 - RS (2006/0083890-0)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
RECORRENTE	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADOS	: ÂNGELO AURÉLIO GONÇALVES PARIZ E OUTRO(S) LUCIANO JOSÉ GIONGO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: GLOBAL SUL CONSULTORIA ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: EDER VIEIRA FLORES

DECISÃO

1. O objeto litigioso diz respeito aos encargos exigíveis em contratos de empréstimo bancário tomados por pessoa jurídica. A esse propósito, dois períodos devem ser considerados: (a) aquele em que o débito ainda não venceu e (b) aquele em que já se esgotou o prazo para o respectivo pagamento.

No primeiro caso, os encargos normalmente exigíveis são os seguintes: juros remuneratórios e respectiva capitalização; no segundo, juros remuneratórios, juros moratórios e multa.

a) Período de gozo do empréstimo

Juros remuneratórios. Numa conjuntura de inflação mensal próxima de zero, os juros que excedam de 1% ao mês são abusivos ? Uma resposta que fosse positiva não teria racionalidade alguma, muito menos de caráter econômico. Em qualquer atividade comercial ou industrial, o preço de venda do produto não pode ser menor do que o respectivo custo. A taxa básica de juros no nosso país é, hoje, de 11,25% ao ano. Se o dinheiro emprestado pelos bancos fosse do banqueiro e se ele se desfizesse de todos os seus imóveis e instalações, despedisse os empregados e descartasse qualquer outra despesa, poderia obter - líquidos e anualmente - rendimentos aproximados da aludida taxa de 11,25% a.a. É o que está ao alcance de qualquer pessoa que tenha condições de adquirir títulos do governo vinculados à taxa Selic. Nesse contexto, como imaginar que, tendo despesas de manutenção (aluguéis, pessoal, propaganda, impostos, etc.), mais os riscos próprios da atividade e a exigência de um mínimo de lucro para suportar todos esses encargos, estivessem as instituições financeiras limitadas a emprestar por uma taxa de 12% a.a. ? Sem nenhum trabalho e despesa, os rendimentos do banqueiro seriam de 11,25% a.a. Mantendo toda a estrutura produtiva, as instituições financeiras só receberiam juros de 12% a.a. Na verdade, toda a problemática resulta do fato de que o maior tomador de empréstimos é o governo e de que ele só obtém esses empréstimos se mantiver uma taxa de juros que compense o risco de quem empresta. No plano externo, por razões assemelhadas, os juros pagos pelo país também são elevados, e ninguém desconhece isso. Agora, qualificar de abusivos os juros, que, resultantes de política governamental, são praticados cotidianamente no país, não tem o menor sentido. Nem resulta do artigo 39, incisos V e XI, nem do artigo 51, IV, do Código de Defesa do Consumidor, menos ainda da realidade econômica, em que a taxa de juros está inteiramente desvinculada da inflação. A inflação é baixa, mas o custo do dinheiro é alto, como se lê diariamente nos jornais, e não pode ser reduzido por uma penada judicial.

Capitalização de juros. Antes da Medida Provisória nº 1.963-17, de 30 de março de 2000, ratificada pela Medida Provisória nº 2.170-36, os juros só podiam ser capitalizados se expressamente contratados, proibida a periodicidade menor do que a anual. O art. 5º das Medidas Provisórias acima aludidas permitiu a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano, que continua dependente de contratação - contratação evidentemente posterior àquela Medida Provisória, prequestionada pelo tribunal *a quo* e enfocada no recurso especial.

b) Período de inadimplência

Juros remuneratórios. A base econômica do empréstimo bancário seria completamente distorcida se - findo o prazo contratual sem o respectivo resgate - cessasse a exigibilidade de sua remuneração; e não haveria estímulo para o cumprimento da prestação ajustada, se o inadimplemento e a demora no pagamento deixassem de ser punidos.

A prática bancária denominou de *comissão de permanência* as obrigações exigíveis do mutuário após o vencimento do empréstimo, mas, dependendo do contrato, a expressão pode designar ora os juros remuneratórios simplesmente, ora os juros remuneratórios + os juros moratórios, ora, finalmente, os juros remuneratórios + os juros moratórios + a multa contratual.

Quer dizer, após o vencimento, a comissão de permanência visa manter, por meio dos juros remuneratórios, a base econômica do negócio, desestimular, mediante os juros de mora, a demora no cumprimento da obrigação e reprimir o inadimplemento pela aplicação da multa contratual.

A taxa dos juros remuneratórios praticada no mercado financeiro constitui reflexo da política econômica do governo, variável segundo as circunstâncias da conjuntura. Nada mais incompatível, portanto, com a natureza dos juros remuneratórios exigíveis após o vencimento do que sua estipulação antecipada. A taxa de mercado é a única referência adequada a sua função, vale dizer, a de que, findo o prazo contratual sem o resgate do empréstimo, o custo do dinheiro seja remunerado pelos padrões da época, mantendo a equação financeira do empréstimo. O critério tem mão dupla, aproveitando ao credor e ao devedor, para que não fiquem presos a taxas de juros anormais, resultantes de momento transitório e excepcional. Os juros remuneratórios cobrados à taxa de mercado evitam que o credor se enriqueça exigindo juros contratuais superiores e impedem que o devedor se valha da própria inadimplência para reduzir seus encargos contratuais.

Não é essa, todavia, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça; para a maioria dos membros da Segunda Seção, os juros remuneratórios exigíveis após o inadimplemento não podem ser superiores àqueles vigentes no prazo contratual, isto é, só variam segundo a taxa praticada no mercado, se esta for menor do que aquela estipulada para o período de gozo do empréstimo.

Capitalização dos juros. O regime da capitalização de juros vigente no período contratual subsiste enquanto a dívida não for paga.

Juros moratórios. Os juros moratórios compensam a demora no pagamento.

Multa. A multa contratual constitui a sanção do inadimplemento.

Cumulação dos encargos. Se os juros remuneratórios constituem os rendimentos do capital, se a multa penaliza o inadimplemento do devedor e se os juros de mora castigam o pagamento feito com atraso, nada justifica que a cobrança dos juros remuneratórios exclua a exigibilidade dos demais encargos; cada um tem seu título próprio.

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 863.887, RS, consolidou entendimento no sentido de que a comissão de permanência abrange três parcelas, a saber, os juros remuneratórios, à taxa média de mercado, nunca superiores àquela contratada para o empréstimo, os juros moratórios e a multa contratual.

A questão da mora

No julgamento do REsp nº 713.329, RS, Relator p/ acórdão o Ministro Menezes Direito (sessão de 23.08.2006), a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça decidiu que não basta o ajuizamento da ação para afastar a mora do devedor; uma definição a esse respeito depende do juízo que se fizer acerca da pretensão do credor: o devedor não estará em mora se os encargos exigidos, ou parte deles, forem abusivos (*a contrario sensu*, estará em mora se esses encargos estiverem de acordo com a lei e o contrato).

Ressalvando o entendimento pessoal, a presente decisão se conformará ao pensamento da aludida maioria. Quem, por meio de embargos de declaração ou de agravo regimental se dispuser a afrontar a posição dessa maioria, será reconhecido como litigante de má-fé (CPC, art. 17, IV, V, VI e VII).

2. As razões do recurso especial atacam o acórdão proferido pelo tribunal *a quo* quanto aos seguintes tópicos: a) limitação dos juros remuneratórios; b) vedação da capitalização mensal e c) afastamento da comissão de permanência.

O acórdão recorrido, quanto à capitalização mensal, tem fundamento constitucional não atacado por recurso extraordinário (STJ - Súmula nº 126).

Fica, portanto, autorizada somente a cobrança da capitalização anual.

Nessa linha, a cobrança de encargos indevidos inibe a mora do devedor.

Ante o exposto, conheço do recurso especial e dou-lhe parcial provimento para declarar a exigibilidade dos juros remuneratórios segundo a taxa prevista no contrato e da capitalização anual. A partir do trânsito em julgado, o devedor responderá pela comissão de permanência (assim entendidos os juros remuneratórios, à taxa média de mercado, nunca superiores àquela contratada para o empréstimo + juros de mora + multa contratual).

O devedor suportará as custas processuais e pagará ao credor honorários de advogado à base de 10% dos valores que o julgado declarou exigíveis, calculados à data do ajuizamento da ação, com correção monetária.

Intimem-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3093)

RECURSO ESPECIAL Nº 858.657 - RS (2006/0123583-8)

RELATORA	**: MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE	: BANCO SANTANDER BANESPA S/A
ADVOGADO	: EDUARDO MARIOTTI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ROSA MARIA TERRA
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

EMENTA

Direito civil. Contratos bancários. Recurso especial. Busca e apreensão. Embargos de declaração. Mora.

- Rejeitam-se os embargos de declaração quando ausente omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada.

- O mero ajuizamento de ação para discutir a legalidade de cláusulas contratuais não tem o condão de descaracterizar a mora.

Recurso especial provido.

DECISÃO

Recurso especial, interposto por BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Ação: de busca e apreensão ajuizada pelo banco recorrente.

Decisão interlocutória: indeferiu a liminar de busca e apreensão sob os fundamentos de que não há prova de que a recorrida foi constituída em mora, não tendo sido notificada pessoalmente, e que os encargos cobrados são de duvidosa legalidade, o que torna incerta a mora (fl. 52).

Decisão unipessoal: negou provimento ao agravo de instrumento interposto pelo banco, com a seguinte ementa:

(fl. 66) - *"AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. AÇÃO REVISIONAL ANTERIORMENTE AJUIZADA. NOTIFICAÇÃO PESSOAL. MORA.*

- A negativa de assinatura não é suficiente para impedir o reconhecimento da ciência da devedora quanto ao objeto da notificação efetuada pelo Cartório de Títulos e Documentos, mormente se lhe foi entregue uma via do documento.

- Não se caracteriza a mora do devedor, para fins de ação de busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente, quando há incerteza quanto ao débito e seu montante em decorrência de ação revisional anteriormente ajuizada, na qual se discute a legalidade dos encargos pactuados e a repetição de valores pagos em excesso. Precedentes.

- Demais questões não suscitadas e decididas no Juízo de origem."

Acórdão: negou provimento ao agravo no agravo de instrumento, mantendo a fundamentação acima declinada (fl. 94).

Embargos de declaração: rejeitados (fl. 107).

Recurso especial: interposto sob alegação de ofensa aos arts. 535, incs. I e II, do CPC; 3º do Dec.-Lei n.º 911/69; 955, 958, 973, do CC, além de dissídio jurisprudencial. Em síntese, insurge-se o recorrente contra:

a) a negativa de prestação jurisdicional;

b) a descaracterização da mora, ao efeito de manter o recorrido na posse do bem alienado fiduciariamente.

Relatado o processo, decido.

a) Da negativa de prestação jurisdicional.

Não há a alegada violação ao art. 535 do CPC, porque o Tribunal de origem se manifestou sobre todos os temas necessários ao deslinde da questão. Não há que se confundir omissão com inconformismo do recorrente em função dos fundamentos adotados pelo acórdão.

b) Da descaracterização da mora e da ação de busca e apreensão.

Segundo entendimento desta Turma, consolidado no julgamento do REsp 607.961/RJ, por mim relatado, publicado no DJ de 1º/8/2005, o mero ajuizamento da ação para a discutir a legalidade de cláusulas contratuais, não tem o condão de descaracterizar a mora e seus consectários legais.

Forte em tais razões, CONHEÇO do recurso especial e DOU-LHE PROVIMENTO, com fulcro no art. 557, § 1º-A, do CPC para declarar que a simples discussão judicial do débito não afasta a mora do devedor e, por conseqüência, determinar a remessa dos autos ao Juízo de origem, para que a ação de busca e apreensão prossiga na esteira do devido processo legal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI, Relatora

(3094)

RECURSO ESPECIAL Nº 861.656 - RS (2006/0127961-4)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
RECORRENTE	: HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADO	: PERI FERNANDES CORREIA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOSÉ LUIS DO PRADO DONATI
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

O eminente desembargador Carlos Alberto Etcheverry julgou prejudicado o agravo de instrumento interposto por HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO contra a decisão que "*determinou a emenda da inicial para atribuir correto valor dado à causa*" (fl. 31), nos seguintes termos:

"*... reconhecida a abusividade da estipulação de juros, a* mora solvendi - *e suas conseqüências, como é evidente -, é afastada e, com isso, deixa de existir um dos pressupostos processuais da ação de busca e apreensão.*

.....

Isto posto, com fundamento no art. 267, VI, do CPC, julgo extinta a ação de busca e apreensão, resultando prejudicado o agravo de instrumento. Declaro nula, ainda, a cláusula atinente à taxa de abertura de crédito e decreto a inoponibilidade ao financiado das cláusulas negociais gerais das fls. 11-16" (fl. 31/39).

Sobreveio agravo interno, a que a Décima Terceira Câmara Cível negou provimento, excluindo, porém, a declaração de nulidade da cláusula referente à taxa de abertura de crédito (fl. 68).

Seguiu-se o presente recurso especial (fl. 85/102), que deve ser conhecido e provido. Sem a citação do réu, não há relação processual válida que autorize o reconhecimento de cláusulas abusivas no contrato ajustado entre as partes. Trata-se de matéria de mérito.

Ante o exposto, conheço do recurso especial e dou-lhe provimento para que, anulado o acórdão, os autos retornem ao tribunal *a quo* para julgamento do mérito do agravo de instrumento.

Intimem-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER, Relator

(3095)

RECURSO ESPECIAL Nº 870.803 - SC (2006/0162318-2)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
RECORRENTE	: GERHARD HORST FRITZSCHE E OUTRO
ADVOGADO	: PAULO ROBERTO DE BORBA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: SUL FABRIL S/A - MASSA FALIDA
REPR. POR	: CELSO MÁRIO ZIPF - SÍNDICO
ADVOGADO	: SUSANA PABST SALLES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LEONICE JUNCKES
ADVOGADO	: ELSA CRISTINE BEVIAN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE BLUMENAL INDAIAL GASPAR E REGIÃO E OUTRO
ADVOGADO	: EDEMILSON MARCELINO DO NASCIMENTO
INTERES.	: WR EMPREENDIMENTOS E PARTIÇIPAÇÕES LTDA

DECISÃO

Recurso especial desafia acórdão resumido, no que interessa, nesta ementa:

"APELAÇÃO CÍVEL - PRELIMINAR - SENTENÇA QUE NÃO INDICA EXPRESSAMENTE OS DISPOSITIVOS LEGAIS QUE NORTEARAM O CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO - IRRELEVÂNCIA - NECESSIDADE APENAS DE EXPOSIÇÃO DAS RAZÕES DA CONVICÇÃO - NULIDADE AFASTADA.

Não é exigido que a decisão rebata uma a uma as teses levantadas, ou mencione todos os dispositivos legais que alicerçam o convencimento, devendo, apenas, mostrar de forma clara quais os fundamentos que motivaram a convicção. Assim, não necessita o julgador dissecar dispositivo por dispositivo, concedendo-lhe ou negando-lhe vigência.

FALÊNCIA - HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS - IRREGULARIDADES NAS INTIMAÇÕES DO SÍNDICO, DO FALIDO E DOS INTERESSADOS - INOCORRÊNCIA - CREDORES DISTINTOS - CRÉDITOS COM MESMA ORIGEM - POSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO - PRELIMINARES AFASTADAS.

O desatendimento das formalidades previstas pelo legislador somente conduzirá à declaração de nulidade do ato quando a sua finalidade restar comprometida pelo vício, pois somente a atipicidade relevante dá ensejo à invalidação

Pela interpretação do art. 82 da Lei de Falências, aliado aos demais relacionados com o procedimento das habilitações, é possível concluir pela vedação de uma declaração de crédito que contém diferentes credores em diferentes créditos. Tal dedução se faz porque a presença de muitos credores tumultuaria o processamento do pedido que, por sua natureza, deve harmonizar certeza e brevidade. Contudo, não se vê qualquer óbice na junção de créditos distintos quando os mesmos são originados em ação trabalhista, na qual um é derivado do outro, porquanto não haveria qualquer espécie de desordem processual.

APELAÇÃO CÍVEL. FALÊNCIA. HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS AO SINDICATO ASSISTENTE - POSSIBILIDADE - CRÉDITO DECORRENTE DA AÇÃO TRABALHISTA - INTELIGÊNCIA DO ART. 208, § 2º DO DEC-LEI N. 7.661/45 C/C ART. 24 DA LEI N. 8.906/94.

Pela hermenêutica do art. 208, § 2º do Decreto-Lei n. 7.661/45 c/c art. 24 da Lei n. 8.906/94, a massa falida somente está excluída de pagar os honorários diretamente relacionados com a ação falimentar. Os honorários devidos em feitos anteriores serão arbitrados consoante os termos do Código de Processo Civil, sem obstáculo algum, e constituirão crédito privilegiado nos processos de falência.

APELAÇÃO CÍVEL. FALÊNCIA. HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS - CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS LEGAIS - INCIDÊNCIA.

A correção monetária nada mais é senão uma simples atualização de valores, tendo como finalidade evitar o enriquecimento indevido da parte devedora. Não se está punindo o atraso na quitação, apenas adequando antigo valor à realidade do momento. Desse modo, perfeitamente possível que os créditos habilitados em processo falimentar sejam corrigidos monetariamente até a data do seu efetivo pagamento.

Os juros nascidos anteriormente à criação da massa, ou seja, enquanto a empresa ainda estava em atividade, podem integrar o crédito a ser habilitado. Apenas aqueles advindos no transcurso da ação falimentar é que ficarão condicionados às disposições do art. 26 da Lei de Quebras.

APELAÇÃO CÍVEL. FALÊNCIA. HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS - CUSTAS PROCESSUAIS - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - POSSIBILIDADE.

Ainda que decorrente de habilitação retardatária, as partes sucumbentes devem arcar com as custas processuais, nos moldes do art. 208, § 1º da Lei de Falências."(FL. 105/106)

Embargos de declaração opostos e rejeitados à fl. 128.

O recorrente queixa-se de ofensa aos Arts. 23, 82, 98 e 208 do Decreto-lei n.º 7.661/45. Aponta divergência jurisprudencial.

Sustenta que o acórdão foi omisso quanto aos temas apontados nos embargos de modo que descabida a multa imposta pelo Tribunal local.

Alega, em resumo, que:

- dois créditos distintos não podem ser habilitados em conjunto na falência;

- o valor impugnado "está impregnado de juros pós-falência, correção monetária e eventual cláusula penal, sendo que conforme o estabelecido no artigo 26 da Lei Falimentar, não correm juros contra a massa, mesmo que estipulados, se o ativo apurado não bastar para o pagamento principal da dívida, além de só poderem ser computados até o momento da decretação da falência (...)" (fl. 141);

- as intimações do síndico e do falido devem ser feitas pessoalmente e

- não é devida a habilitação de honorários advocatícios na falência.

Contra-razões ofertadas.

DECIDO:

O Tribunal *a quo* afastou a suposta nulidade por falta de intimação pessoal e pela habilitação em conjunto dos créditos falimentares, pois não houve prejuízo para as partes. Disse que "tanto o falido quanto o síndico puderam atuar no feito sem quaisquer problemas" (fl. 111). E acrescentou:

"(...) A jurisprudência é unânime em afastar as nulidades quando se verificar que tais defeitos não prejudicaram o bom andamento do feito" (fl. 111).

O ora recorrente não atacou especificamente tal fundamento. Limitou-se a dizer, em síntese, que dois créditos distintos não podem ser habilitados em conjunto e que as intimações devem ser pessoais. Incide a Súmula 283/STF.

Quanto aos honorários advocatícios, o acórdão está em sintonia com a jurisprudência do STJ. Veja-se:

"(...) Atuando o sindicato na defesa de seus filiados em reclamação trabalhista movida contra a falida, os honorários advocatícios fixados diretamente a seu favor constituem crédito privilegiado, ex vi do art. 24 da Lei n. 8.906/94, achando-se incorreto o seu enquadramento no quadro geral de credores, como quirografário" (REsp 457.559/PASSARINHO).

Com relação à multa aplicada, o recorrente não indicou artigo de Lei ou divergência jurisprudencial, aptos a possibilitar o conhecimento do recurso especial neste ponto. Incide a Súmula 284/STF.

Por fim, não houve a comprovação da divergência jurisprudencial (notadamente quanto aos juros e correção monetária), conforme as exigências contidas nos Art. 541, parágrafo único, do CPC e Art. 255 do RISTJ.

Nego seguimento ao recurso especial.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3096)

RECURSO ESPECIAL Nº 873.218 - RJ (2006/0169884-3)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
RECORRENTE	: ANTÔNIO DE SOUZA RIBEIRO - ESPÓLIO
ADVOGADO	: LUIZ VICENTE CERNICCHIARO E OUTRO(S)
REPR. POR	: JOSÉ FERREIRA LESSA - INVENTARIANTE
ADVOGADO	: LOUIS PIERECK DE SÁ E OUTRO(S)
RECORRIDO	: HOLOPHERNES DE CASTRO - ESPÓLIO E OUTROS
REPR. POR	: HEITOR CASTRO - INVENTARIANTE E OUTROS
ADVOGADO	: NEWTON LOBO DE CARVALHO E OUTRO(S)

DESPACHO

Intime-se o advogado Leandro Salomão, por carta registrada com aviso de recebimento e, também, pelo Diário da Justiça da União, para se manifestar sobre a consulta formulada pela Coordenadoria da 3ª Turma à fl. 02 deste apenso.

Prazo: dez dias.

Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3097)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 874.706 - RS (2007/0055688-7)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: MARIA IVETE MENEZES PEREIRA E OUTRO
ADVOGADO	: FELIPE MAGALHÃES DA CUNHA E OUTRO
AGRAVADO	: CONDOMINIO NUCLEO RESIDENCIAL VILA OLIMPICA
ADVOGADO	: EVERSON MOCELIN DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

O agravo de instrumento está deficientemente instruído.

Falta procuração, ou substabelecimento, outorgando poderes ao advogado Everson M. de Oliveira, subscritor das contra-razões de recurso especial (fls. 198/203).

Não conheço do agravo.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3098)

RECURSO ESPECIAL Nº 885.141 - RN (2006/0155358-1)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
RECORRENTE	: JOSÉ FERREIRA DE LIMA
ADVOGADO	: JOSÉ MARTINS VERAS JÚNIOR
RECORRIDO	: PHILIP MORRIS BRASIL S/A
ADVOGADOS	: ALESSANDRA RODRIGUES BERNARDES OSHIRO E OUTRO(S) PATRÍCIA BORBA GOMES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: SOUZA CRUZ S/A
ADVOGADOS	: ANIZIA MARIA DE BRITTO COSTA E OUTRO(S) EDUARDO ANTONIO LUCHO FERRÃO E OUTRO(S)

DECISÃO

Recurso especial desafia acórdão assim ementado:

"CIVIL E PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS À SAÚDE E À VIDA.

- Agravo Interno que se insurge contra a aplicação do art. 557 do Código de Processo Civil ao caso dos autos, sob o argumento de ofensa aos princípios constitucionais.

- Matéria já exaustivamente analisada nesta Corte de Justiça. Recurso de Apelação Cível que se encontra em manifesto confronto com a jurisprudência dominante deste Tribunal sobre o assunto em debate. Incidência do disposto no art. 557, 'caput' do Código de Processo Civil.

- Demais razões de agravo que correspondem às razões constantes dos autos do processo, já devidamente apreciadas quando do julgamento do recurso de Apelação Cível, realizado monocraticamente, nos termos previstos no art. 557 do Código de Processo Civil, em decisão fartamente fundamentada na jurisprudência dominante desta Corte de Justiça.

- Impossibilidade de reexame meritório da causa em sede de Agravo Interno. Precedentes do STJ.

- Agravo Interno conhecido e improvido." (fl. 4.986)

O recorrente, JOSÉ FERREIRA DE LIMA, queixa-se de afronta aos Arts. 126, 127, 128, 165, 458, 460, 475, I, § 3º, 535, I e II, do CPC, 3º, 4º, 5º, 6º, § 2º, da LICC, 186, 187, 927, 931 do CC/2002, 2º, 6º, 8º, 9º, 12, 18, 16, 39 do CDC, 5º, II, V, X, 6º, 93, IX, 147, da CF/88. Aponta divergência jurisprudencial.

Alega:

1) nulidade do acórdão estadual por omissão quanto às questões levantadas nos embargos de declaração;

2) responsabilidade da empresa fabricante de cigarros pela indenização de consumidor em razão de doença resultante do fumo.

Contra-razões às fls. 5.498 a 5.515; 5.518 a 5.553.

DECIDO:

- Nulidade do acórdão recorrido:

O Tribunal estadual (fls. 4.986 a 4.993; 5.000 a 5.007) decidiu o litígio com clareza, precisão, e fundamentação adequada, suficiente e coerente para as questões pertinentes à solução da controvérsia.

Embora rejeitando os embargos de declaração opostos pelo recorrente, o acórdão estadual recorrido examinou, motivadamente, todos os temas postos ao seu crivo.

Em seus embargos (fls. 4.994 a 4.999), o recorrente sustentou o prequestionamento dos dispositivos legais de mérito que entendia por violados.

Entretanto, o acórdão embargado não examinou o mérito da apelação. Simplesmente admitiu a possibilidade de julgamento singular do recurso nos termos do Art. 557, *caput*, do CPC.

Em verdade, o recorrente pretendia indagar questões estranhas às tratadas no acórdão, hipótese que afasta o cabimento do apelo de esclarecimento.
O recurso de embargos não é o meio apropriado para a reforma da decisão, fora das hipóteses legais previstas.
O julgador não precisa responder, nem se ater a todos os argumentos levantados pelas partes, se já tiver motivos suficientes para fundamentar sua decisão.
Mesmo para fins de prequestionamento, o acolhimento de embargos declaratórios pressupõe a existência de vício catalogado no Art. 535 do CPC.
Nesta linha: EDcl nos EREsp 237.553/HUMBERTO, REsp 434.283/FUX, REsp 208.468/DEMÓCRITO, dentre muitos.
- Responsabilidade da empresa tabagista:
A questão referente a responsabilidade da empresa fabricante de cigarros em indenizar os danos à saúde sofridos pelo consumidor não foi objeto de discussão na formação do acórdão estadual recorrido.
Ressalte-se que o acórdão recorido somente discorreu sobre a possibilidade de julgamento singular da apelação quando o recurso apresentado estiver em confronto com a jurisprudência do Tribunal local.
Faltou prequestionamento.
Incidem as Súmulas 282, 356 do STF e 211 do STJ.
Em realidade, constata-se que o recorrente deixou de impugnar o único fundamento do acórdão local (possibilidade de julgamento unipessoal) e ele é suficiente para manter o julgado.
Incide, também, a Súmula 283 do STF.
Nego seguimento ao recurso especial (Art. 557, *caput*, do CPC).
Brasília - DF, 1º de junho de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3099)

RECURSO ESPECIAL Nº 885.712 - SC (2006/0200356-5)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
RECORRENTE	: BANCO RURAL S/A
ADVOGADO	: PEDRO ELIAS NETO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CRISTALLERIE STRAUSS S/A
ADVOGADO	: S/ REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

Recurso especial (alínea "c"), contra decisão que inadmitiu recurso especial, tirado de acórdão assim ementado:
"Apelação cível. Pedido de declaração judicial de falência. Protesto de terceiros. Inexistência de prova de sua regularidade. Necessidade de intimação do representante legal da requerida. Falta de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Sentença mantida. Recurso desprovido.
Para a caracterização da impontualidade da devedora em pedido de falência fulcrado no Art. 1º do Decreto-Lei n. 7.661/45, a intimação do protesto deverá recair em um de seus representantes legais, pois tal formalidade configura pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo."(fl. 174)
O banco recorrente aponta divergência jurisprudencial no sentido de que é possível a declaração de falência, utilizando-se de protesto de terceiros, chamado protesto por empréstimo.
Sem contra-razões.
DECIDO:
O Tribunal decidiu a lide em sintonia com a nossa jurisprudência, no sentido de que o pedido de falência deve ser acompanhado da certidão de protesto regular, devendo conter, pelo menos, o nome da pessoa que recebeu a intimação. Precedentes: REsp 448.627/DIREITO; REsp 211.039/DIREITO; REsp 104.069/PASSARINHO; REsp 683.230/FERNANDO GONÇALVES; REsp 208.780/CESAR ROCHA; REsp 157.637/ROSADO; REsp 172.847/BARROS MONTEIRO, este último assim ementado:
"FALÊNCIA. PROTESTO. INTIMAÇÃO FEITA AO DEVEDOR. RECEBIMENTO POR PESSOA NÃO IDENTIFICADA. IRREGULARIDADE. - Do instrumento de protesto deve constar, pelo menos, o nome da pessoa que recebeu a intimação, uma vez que somente quando identificada a pessoa intimada é que se considera que o devedor foi intimado a pagar e não o fez. - Inexistência de contrariedade ao art. 11 da Lei de Falências. Recurso especial não conhecido."

"COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PEDIDO DE FALÊNCIA. PROTESTO. CHEQUE. INTIMAÇÃO FEITA A PESSOA NÃO IDENTIFICADA. IRREGULARIDADE DO ATO. DECRETO-LEI N. 7.661/1945, ART. 11. EXEGESE. CARÊNCIA DA AÇÃO. EXTINÇÃO. CPC, ART. 267, VI.
I. Inválido é o protesto de título cuja intimação foi feita no endereço da devedora, porém a pessoa não identificada, de sorte que constituindo tal ato requisito indispensável ao pedido de quebra, o requerente é dele carecedor por falta de possibilidade jurídica, nos termos do art. 267, VI, do CPC.
II. Embargos de divergência conhecidos e providos."(EREsp 248143/PASSARINHO JUNIOR)

No caso dos autos, o acórdão recorrido é clara quando afirma "o instrumento de protesto de que não consta a indicação do nome da pessoa que recebeu a intimação não se presta para instruir pedido de falência."(fl. 177)
Nego seguimento ao recurso especial.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3100)

RECURSO ESPECIAL Nº 893.918 - RS (2006/0228616-7)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
RECORRENTE	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADOS	: ÂNGELO AURÉLIO GONÇALVES PARIZ E OUTRO(S) ALISSON DOS SANTOS CAPPELLARI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: COMERCIAL DE FERTILIZANTES LAC LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: ELEMAR ALBERTO DAL-MOLIN E OUTRO(S)

DECISÃO

1. O objeto litigioso diz respeito aos encargos exigíveis em contrato de empréstimo bancário tomado por pessoa jurídica. A esse propósito, dois períodos devem ser considerados: (a) aquele em que o débito ainda não venceu e (b) aquele em que já se esgotou o prazo para o respectivo pagamento.

No primeiro caso, os encargos normalmente exigíveis são os seguintes: juros remuneratórios e respectiva capitalização; no segundo, juros remuneratórios, juros moratórios e multa.

a) Período de gozo do empréstimo

Juros remuneratórios. Numa conjuntura de inflação mensal próxima de zero, os juros que excedam de 1% ao mês são abusivos ? Uma resposta que fosse positiva não teria racionalidade alguma, muito menos de caráter econômico. Em qualquer atividade comercial ou industrial, o preço de venda do produto não pode ser menor do que o respectivo custo. A taxa básica de juros no nosso país é, hoje, de 11,25% ao ano. Se o dinheiro emprestado pelos bancos fosse do banqueiro e se ele se desfizesse de todos os seus imóveis e instalações, despedisse os empregados e descartasse qualquer outra despesa, poderia obter - líquidos e anualmente - rendimentos aproximados da aludida taxa de 11,25% a.a. É o que está ao alcance de qualquer pessoa que tenha condições de adquirir títulos do governo vinculados à taxa Selic. Nesse contexto, como imaginar que, tendo despesas de manutenção (aluguéis, pessoal, propaganda, impostos, etc.), mais os riscos próprios da atividade e a exigência de um mínimo de lucro para suportar todos esses encargos, estivessem as instituições financeiras limitadas a emprestar por uma taxa de 12% a.a. ? Sem nenhum trabalho e despesa, os rendimentos do banqueiro seriam de 11,25% a.a. Mantendo toda a estrutura produtiva, as instituições financeiras só receberiam juros de 12% a.a. Na verdade, toda a problemática resulta do fato de que o maior tomador de empréstimos é o governo e de que ele só obtém esses empréstimos se mantiver uma taxa de juros que compense o risco de quem empresta. No plano externo, por razões assemelhadas, os juros pagos pelo país também são elevados, e ninguém desconhece isso. Agora, qualificar de abusivos os juros, que, resultantes de política governamental, são praticados cotidianamente no país, não tem o menor sentido. Nem resulta do artigo 39, incisos V e XI, nem do artigo 51, IV, do Código de Defesa do Consumidor, menos ainda da realidade econômica, em que a taxa de juros está inteiramente desvinculada da inflação. A inflação é baixa, mas o custo do dinheiro é alto, como se lê diariamente nos jornais, e não pode ser reduzido por uma penada judicial.

Capitalização de juros. Antes da Medida Provisória nº 1.963-17, de 30 de março de 2000, ratificada pela Medida Provisória nº 2.170-36, os juros só podiam ser capitalizados se expressamente contratados, proibida a periodicidade menor do que a anual. O art. 5º das Medidas Provisórias acima aludidas permitiu a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano, que continua dependente de contratação - contratação evidentemente posterior àquela Medida Provisória, prequestionada pelo tribunal *a quo* e enfocada no recurso especial.

b) Período de inadimplência

Juros remuneratórios. A base econômica do empréstimo bancário seria completamente distorcida se - findo o prazo contratual sem o respectivo resgate - cessasse a exigibilidade de sua remuneração; e não haveria estímulo para o cumprimento da prestação ajustada, se o inadimplemento e a demora no pagamento deixassem de ser punidos.

A prática bancária denominou de *comissão de permanência* as obrigações exigíveis do mutuário após o vencimento do empréstimo, mas, dependendo do contrato, a expressão pode designar ora os juros remuneratórios simplesmente, ora os juros remuneratórios + os juros moratórios, ora, finalmente, os juros remuneratórios + os juros moratórios + a multa contratual.

Quer dizer, após o vencimento, a comissão de permanência visa manter, por meio dos juros remuneratórios, a base econômica do negócio, desestimular, mediante os juros de mora, a demora no cumprimento da obrigação e reprimir o inadimplemento pela aplicação da multa contratual.

A taxa dos juros remuneratórios praticada no mercado financeiro constitui reflexo da política econômica do governo, variável segundo as circunstâncias da conjuntura. Nada mais incompatível, portanto, com a natureza dos juros remuneratórios exigíveis após o vencimento do que sua estipulação antecipada. A taxa de mercado é a única referência adequada a sua função, vale dizer, a de que, findo o prazo contratual sem o resgate do empréstimo, o custo do dinheiro seja remunerado pelos padrões da época, mantendo a equação financeira do empréstimo. O critério tem mão dupla, aproveitando ao credor e ao devedor, para que não fiquem presos a taxas de juros anormais, resultantes de momento transitório e excepcional. Os juros remuneratórios cobrados à taxa de mercado evitam que o credor se enriqueça exigindo juros contratuais superiores e impedem que o devedor se valha da própria inadimplência para reduzir seus encargos contratuais.

Não é essa, todavia, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça; para a maioria dos membros da Segunda Seção, os juros remuneratórios exigíveis após o inadimplemento não podem ser superiores àqueles vigentes no prazo contratual, isto é, só variam segundo a taxa praticada no mercado, se esta for menor do que aquela estipulada para o período de gozo do empréstimo.

Capitalização dos juros. O regime da capitalização de juros vigente no período contratual subsiste enquanto a dívida não for paga.

Juros moratórios. Os juros moratórios compensam a demora no pagamento.

Multa. A multa contratual constitui a sanção do inadimplemento.

Cumulação dos encargos. Se os juros remuneratórios constituem os rendimentos do capital, se a multa penaliza o inadimplemento do devedor e se os juros de mora castigam o pagamento feito com atraso, nada justifica que a cobrança dos juros remuneratórios exclua a exigibilidade dos demais encargos; cada um tem seu título próprio.

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 863.887, RS, consolidou entendimento no sentido de que a comissão de permanência abrange três parcelas, a saber, os juros remuneratórios, à taxa média de mercado, nunca superiores àquela contratada para o empréstimo, os juros moratórios e a multa contratual.

A questão da mora

No julgamento do REsp nº 713.329, RS, Relator p/ acórdão o Ministro Menezes Direito (sessão de 23.08.2006), a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça decidiu que não basta o ajuizamento da ação para afastar a mora do devedor; uma definição a esse respeito depende do juízo que se fizer acerca da pretensão do credor: o devedor não estará em mora se os encargos exigidos, ou parte deles, forem abusivos (*a contrario sensu*, estará em mora se esses encargos estiverem de acordo com a lei e o contrato).

Ressalvando o entendimento pessoal, a presente decisão se conformará ao pensamento da aludida maioria. Quem, por meio de embargos de declaração ou de agravo regimental se dispuser a afrontar a posição dessa maioria, será reconhecido como litigante de má-fé (CPC, art. 17, IV, V, VI e VII).

2. As razões do recurso especial atacam o acórdão proferido pelo tribunal *a quo* quanto aos seguintes tópicos: a) limitação dos juros remuneratórios; b) vedação da capitalização mensal e c) afastamento da comissão de permanência.

Quanto à comissão de permanência, o tribunal *a quo* declarou que *"não se conhece da manifestação dos apelantes no sentido de ser vedada a cobrança de comissão de permanência cumulada com juros remuneratórios, utilizada como fundamento para o afastamento daquele encargo, uma vez que não suscitada em tempo hábil"* (fl. 253), o que evidencia a falta de interesse recursal quanto ao tema.

O acórdão recorrido, quanto à capitalização mensal, tem fundamento constitucional não atacado por recurso extraordinário (STJ - Súmula nº 126).

Ante o exposto, conheço do recurso especial e dou-lhe parcial provimento para declarar a exigibilidade dos juros remuneratórios segundo a taxa prevista no contrato.

O devedor suportará as custas processuais e pagará ao credor honorários de advogado à base de 10% dos valores que o julgado declarou exigíveis, calculados à data do ajuizamento da ação, com correção monetária.

Entretanto, litigando sob o pálio da Justiça Gratuita, o devedor fica isento do pagamento das custas e honorários de advogado, mas estará sujeito a pagá-los se o credor provar que aquele perdeu a condição legal de necessitado, nos termos dos artigos 11 e 12 da Lei nº 1.060, de 1950.

Intimem-se.

Brasília, 18 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3101)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 895.163 - RS (2007/0102226-7)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ONÉLIO LUIS SOARES DOS SANTOS
ADVOGADO	: NÁDIA AHMAD OMAR ALI

DECISÃO

O tribunal *a quo* decidiu, com acerto, pela legitimidade passiva *ad causam*, que resulta da sucessão da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT pela Brasil Telecom S/A.

Ainda que seja acionista da Companhia, o autor da ação litiga contra ela em outra condição, a de parte de um contrato que diz inadimplido parcialmente. Nessa qualidade, o artigo 287, inciso II, alínea *g*, da Lei nº 6.404, de 1976, também é inaplicável à espécie, porque - repita-se - o autor não litiga como acionista.

Já o artigo 286 da Lei nº 6.404, de 1976 deixou de ser prequestionado.

A eventual indisponibilidade de ações não prejudica o pedido, porque ele será, se for o caso, compensado por perdas e danos.

Por outro lado, a jurisprudência da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que "*o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de atividade normativa de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado*" (REsp nº 470.443, RS, Relator o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 22.09.2003).

Quanto à violação do artigo 461 do Código de Processo de Civil, a Agravante não tem interesse recursal, pois o tribunal *a quo*, ao contrário do alegado, não aplicou multa com esse fundamento.

No mais, a reforma do julgado demandaria a interpretação de cláusulas contratuais, vedada no âmbito do recurso especial (STJ - Súmula nº 05).

Nego, por isso, provimento ao agravo. Intimem-se.

Brasília, 04 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER, Relator

(3102)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 896.982 - RS (2007/0100770-7)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ADRIANA TERESINHA KLAUSBERGER
ADVOGADO	: ARTUR GARRASTAZU GOMES FERREIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

O artigo 287, inciso II, alínea *g*, da Lei nº 6.404, de 1976 deixou de ser prequestionado.

A eventual indisponibilidade de ações não prejudica o pedido, porque ele será, se for o caso, compensado por perdas e danos.

No mais, conclusão diferente demandaria o reexame de provas e a interpretação das cláusulas contratuais, vedados no âmbito do recurso especial (STJ - Súmulas nº 05 e 07).

Nego, por isso, provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 04 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3103)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 901.393 - SP (2007/0134288-0)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
AGRAVANTE	: BANCO NOSSA CAIXA S/A
ADVOGADO	: NEI CALDERON E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LUIZ MÁRIO DA SILVA
ADVOGADO	: FERNANDO CELLA E OUTRO(S)

DECISÃO

Nego provimento ao agravo; os dispositivos legais ditos violados - ao contrário do alegado pelo agravante - carecem de prequestionamento. Intimem-se.

Brasília, 18 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3104)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 906.355 - SP (2007/0127063-8)

RELATORA	**: MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE	: CARLOS EDUARDO ROSA
ADVOGADO	: MOACIR ANSELMO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: MÁRCIO GANDINI CALDEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto por CARLOS EDUARDO ROSA, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.
Para melhor exame, dou provimento ao agravo e determino que subam os autos do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

(3105)

RECURSO ESPECIAL Nº 906.912 - RS (2006/0265370-0)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
RECORRENTE	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADOS	: ÂNGELO AURÉLIO GONÇALVES PARIZ E OUTRO(S) ADEMAR PEDRO SCHEFFLER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARINES FRIDA PRIZYCZYNSKI
ADVOGADO	: FRANCISCO CARLOS MARQUES BRASIL E OUTRO(S)
INTERES.	: CREDICARD S/A ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO
ADVOGADO	: CARLOS EDUARDO QUINTO E OUTRO(S)

DECISÃO

1. O objeto litigioso diz respeito aos encargos exigíveis em contrato de cartão de crédito, cujas empresas administradoras têm natureza de instituição financeira (STJ - Súmula nº 283). A esse propósito, dois períodos devem ser considerados: (a) aquele em que o pagamento mínimo ou de valor maior que não corresponda ao total do débito foi realizado, restando saldo a ser remunerado e (b) aquele em que já se esgotou o prazo para o pagamento da fatura.

No primeiro caso, os encargos normalmente exigíveis são os seguintes: correção monetária do capital, juros remuneratórios e respectiva capitalização; no segundo, a comissão de permanência (juros remuneratórios), juros moratórios e a multa.

a) Saldo depois de abatido o valor do pagamento mínimo ou de pagamento maior que não corresponda ao total do débito

Juros remuneratórios. Numa conjuntura de inflação mensal próxima de zero, os juros que excedam de 1% ao mês são abusivos ? Uma resposta que fosse positiva não teria racionalidade alguma, muito menos de caráter econômico. Em qualquer atividade comercial ou industrial, o preço de venda do produto não pode ser menor do que o respectivo custo. A taxa básica de juros no nosso país é, hoje, de 11,25% ao ano. Se o dinheiro emprestado pelos bancos fosse do banqueiro e se ele se desfizesse de todos os seus imóveis e instalações, despedisse os empregados e descartasse qualquer outra despesa, poderia obter - líquidos e anualmente - rendimentos aproximados da aludida taxa de 11,25% a.a. É o que está ao alcance de qualquer pessoa que tenha condições de adquirir títulos do governo vinculados à taxa Selic. Nesse contexto, como imaginar que, tendo despesas de manutenção (aluguéis, pessoal, propaganda, impostos, etc.), mais os riscos próprios da atividade e a exigência de um mínimo de lucro para suportar todos esses encargos, estivessem as instituições financeiras limitadas a emprestar por uma taxa de 12% a.a. ? Sem nenhum trabalho e despesa, os rendimentos do banqueiro seriam de 11,25% a.a. Mantendo toda a estrutura produtiva, as instituições financeiras só receberiam juros de 12% a.a. Na verdade, toda a problemática resulta do fato de que o maior tomador de empréstimos é o governo e de que ele só obtém esses empréstimos se mantiver uma taxa de juros que compense o risco de quem empresta. No plano externo, por razões assemelhadas, os juros pagos pelo país também são elevados, e ninguém desconhece isso. Agora, qualificar de abusivos os juros, que, resultantes de política governamental, são praticados cotidianamente no país, não tem o menor sentido. Nem resulta do artigo 39, incisos V e XI, nem do artigo 51, IV, do Código de Defesa do Consumidor, menos ainda da realidade econômica, em que a taxa de juros está inteiramente desvinculada da inflação. A inflação é baixa, mas o custo do dinheiro é alto, como se lê diariamente nos jornais, e não pode ser reduzido por uma penada judicial.

Capitalização de juros. Antes da Medida Provisória nº 1.963-17, de 30 de março de 2000, ratificada pela Medida Provisória nº 2.170-36, os juros só podiam ser capitalizados se expressamente contratados, proibida a periodicidade menor do que a anual. O art. 5º das Medidas Provisórias acima aludidas permitiu a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano, que continua dependente de contratação - contratação evidentemente posterior àquela Medida Provisória, prequestionada pelo tribunal *a quo* e enfocada no recurso especial.

b) Período de inadimplência

Juros remuneratórios. A base econômica do empréstimo bancário seria completamente distorcida se - findo o prazo contratual sem o respectivo resgate - cessasse a exigibilidade de sua remuneração; e não haveria estímulo para o cumprimento da prestação ajustada, se o inadimplemento e a demora no pagamento deixassem de ser punidos.

A prática bancária denominou de *comissão de permanência* as obrigações exigíveis do mutuário após o vencimento do empréstimo, mas, dependendo do contrato, a expressão pode designar ora os juros remuneratórios simplesmente, ora os juros remuneratórios + os juros moratórios, ora, finalmente, os juros remuneratórios + os juros moratórios + a multa contratual.

Quer dizer, após o vencimento, a comissão de permanência visa manter, por meio dos juros remuneratórios, a base econômica do negócio, desestimular, mediante os juros de mora, a demora no cumprimento da obrigação e reprimir o inadimplemento pela aplicação da multa contratual.

A taxa dos juros remuneratórios praticada no mercado financeiro constitui reflexo da política econômica do governo, variável segundo as circunstâncias da conjuntura. Nada mais incompatível, portanto, com a natureza dos juros remuneratórios exigíveis após o vencimento do que sua estipulação antecipada. A taxa de mercado é a única referência adequada a sua função, vale dizer, a de que, findo o prazo contratual sem o resgate do empréstimo, o custo do dinheiro seja remunerado pelos padrões da época, mantendo a equação financeira do empréstimo. O critério tem mão dupla, aproveitando ao credor e ao devedor, para que não fiquem presos a taxas de juros anormais, resultantes de momento transitório e excepcional. Os juros remuneratórios cobrados à taxa de mercado evitam que o credor se enriqueça exigindo juros contratuais superiores e impedem que o devedor se valha da própria inadimplência para reduzir seus encargos contratuais.

Não é essa, todavia, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça; para a maioria dos membros da Segunda Seção, os juros remuneratórios exigíveis após o inadimplemento não podem ser superiores àqueles vigentes no prazo contratual, isto é, só variam segundo a taxa praticada no mercado, se esta for menor do que aquela estipulada para o período de gozo do empréstimo.

Capitalização dos juros. O regime da capitalização de juros vigente no período contratual subsiste enquanto a dívida não for paga.

Juros moratórios. Os juros moratórios compensam a demora no pagamento.

Multa. A multa contratual constitui a sanção do inadimplemento.

Cumulação dos encargos. Se os juros remuneratórios constituem os rendimentos do capital, se a multa penaliza o inadimplemento do devedor e se os juros de mora castigam o pagamento feito com atraso, nada justifica que a cobrança dos juros remuneratórios exclua a exigibilidade dos demais encargos; cada um tem seu título próprio.

A questão da mora

No julgamento do REsp nº 713.329, RS, Relator p/ acórdão o Ministro Menezes Direito (sessão de 23.08.2006), a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça decidiu que não basta o ajuizamento da ação para afastar a mora do devedor; uma definição a esse respeito depende do juízo que se fizer acerca da pretensão do credor: o devedor não estará em mora se os encargos exigidos, ou parte deles, forem abusivos (*a contrario sensu*, estará em mora se esses encargos estiverem de acordo com a lei e o contrato).

Ressalvando o entendimento pessoal, a presente decisão se conformará ao pensamento da aludida maioria. Quem, por meio de embargos de declaração ou de agravo regimental se dispuser a afrontar a posição dessa maioria, será reconhecido como litigante de má-fé (CPC, art. 17, IV, V, VI e VII).

2. As razões do recurso especial atacam o acórdão proferido pelo tribunal *a quo* quanto aos seguintes tópicos: a) limitação dos juros remuneratórios; b) vedação da capitalização mensal; c) afastamento da comissão de permanência e d) inscrição do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes.

Sendo o contrato anterior à Medida Provisória 1.963-17, de 2000, é vedada a capitalização mensal.

Fica permitida, portanto, apenas a capitalização anual.

Quanto à comissão de permanência, o tribunal *a quo* declarou que *"o pacto* sub judice *não prevê a incidência deste encargo"* (fl. 239), premissa inalterável na via do recurso especial.

O devedor está sujeito à inscrição do respectivo nome nos cadastros de proteção ao crédito se não cumprir os requisitos mencionados no acórdão de que trata o REsp nº 527.618, RS, Relator Ministro Cesar Asfor Rocha.

Ante o exposto, conheço do recurso especial e dou-lhe parcial provimento para declarar a exigibilidade dos juros remuneratórios cobrados pelo credor e da capitalização anual e, ainda, para autorizar a inscrição do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes.

O devedor suportará as custas processuais e pagará ao credor honorários de advogado à base de 10% dos valores que o julgado declarou exigíveis, calculados à data do ajuizamento da ação, com correção monetária.

Entretanto, litigando sob o pálio da Justiça Gratuita, o devedor fica isento do pagamento das custas e honorários de advogado, mas estará sujeito a pagá-los se o credor provar que aquele perdeu a condição legal de necessitado, nos termos dos artigos 11 e 12 da Lei nº 1.060, de 1950.

Intimem-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3106)

RECURSO ESPECIAL Nº 906.986 - RS (2006/0264943-5)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
RECORRENTE	: LUIZ ADOLFO GAELZER SIGOT E CÔNJUGE
ADVOGADO	: LEANDRO HAAG E OUTRO
RECORRIDO	: HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADO	: PATRÍCIA RASIA E OUTRO(S)

DECISÃO

O objeto litigioso diz respeito aos encargos exigíveis em contrato de cartão de crédito, cujas empresas administradoras têm natureza de instituição financeira (STJ - Súmula nº 283).

As razões do recurso especial atacam o acórdão proferido pela Décima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, no que aqui interessa, assim ementado, *in verbis*:

"DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. REVISIONAL. MANDATO. ENCARGOS. JUROS. LIMITAÇÃO CONSTITUCIONAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL. NULIDADE DA SENTENÇA. CERCEAMENTO. INOCORRÊNCIA.

.....

Legalidade da cláusula-mandato. É da essência do contrato de cartão de crédito o repasse da administradora ao consumidor dos encargos inerentes à captação de recursos junto ao mercado financeiro.

Em face da revogação do § 3º do artigo 192 da Constituição Federal, não há mais de se falar em limitação constitucional de juros e capitalização mensal às instituições pertencentes ao sistema financeiro nacional. Buscando as administradoras de cartão de crédito valores junto a tais instituições, podem repassar os respectivos encargos aos consumidores inadimplentes.

Indemonstrada a cumulação da comissão de permanência com correção monetária não há que se declarar a ilegalidade de tal cláusula contratual.

Não comprovado pagamento indevido, descabe a compensação.

Preliminar rejeitada. Apelo desprovido. Unânime" (fl. 188).

Sem razão o Recorrente.

O acórdão recorrido está conformado à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Nego, por isso, seguimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3107)

RECURSO ESPECIAL Nº 912.064 - GO (2006/0276281-9)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
RECORRENTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: ANA PAULA FLEURY CURADO BROM E OUTRO(S)
RECORRIDO	: EVA DIAS SOARES
ADVOGADO	: ADILSON RAMOS E OUTRO(S)

DECISÃO

1. O objeto litigioso diz respeito aos encargos exigíveis em contrato de empréstimo bancário tomado por pessoa física. A esse propósito, dois períodos devem ser considerados: (a) aquele em que o débito ainda não venceu e (b) aquele em que já se esgotou o prazo para o respectivo pagamento.

No primeiro caso, os encargos normalmente exigíveis são os seguintes: juros remuneratórios e respectiva capitalização; no segundo, juros remuneratórios, juros moratórios e multa.

a) Período de gozo do empréstimo

Juros remuneratórios. Numa conjuntura de inflação mensal próxima de zero, os juros que excedam de 1% ao mês são abusivos ? Uma resposta que fosse positiva não teria racionalidade alguma, muito menos de caráter econômico. Em qualquer atividade comercial ou industrial, o preço de venda do produto não pode ser menor do que o respectivo custo. A taxa básica de juros no nosso país é, hoje, de 11,25% ao ano. Se o dinheiro emprestado pelos bancos fosse do banqueiro e se ele se desfizesse de todos os seus imóveis e instalações, despedisse os empregados e descartasse qualquer outra despesa, poderia obter - líquidos e anualmente - rendimentos aproximados da aludida taxa de 11,25% a.a. É o que está ao alcance de qualquer pessoa que tenha condições de adquirir títulos do governo vinculados à taxa Selic. Nesse contexto, como imaginar que, tendo despesas de manutenção (aluguéis, pessoal, propaganda, impostos, etc.), mais os riscos próprios da atividade e a exigência de um mínimo de lucro para suportar todos esses encargos, estivessem as instituições financeiras limitadas a emprestar por uma taxa de 12% a.a. ? Sem nenhum trabalho e despesa, os rendimentos do banqueiro seriam de 11,25% a.a. Mantendo toda a estrutura produtiva, as instituições financeiras só receberiam juros de 12% a.a. Na verdade, toda a problemática resulta do fato de que o maior tomador de empréstimos é o governo e de que ele só obtém esses empréstimos se mantiver uma taxa de juros que compense o risco de quem empresta. No plano externo, por razões assemelhadas, os juros pagos pelo país também são elevados, e ninguém desconhece isso. Agora, qualificar de abusivos os juros, que, resultantes de política governamental, são praticados cotidianamente no país, não tem o menor sentido. Nem resulta do artigo 39, incisos V e XI, nem do artigo 51, IV, do Código de Defesa do Consumidor, menos ainda da realidade econômica, em que a taxa de juros está inteiramente desvinculada da inflação. A inflação é baixa, mas o custo do dinheiro é alto, como se lê diariamente nos jornais, e não pode ser reduzido por uma penada judicial.

Capitalização de juros. Antes da Medida Provisória nº 1.963-17, de 30 de março de 2000, ratificada pela Medida Provisória nº 2.170-36, os juros só podiam ser capitalizados se expressamente contratados, proibida a periodicidade menor do que a anual. O art. 5º das Medidas Provisórias acima aludidas permitiu a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano, que continua dependente de contratação - contratação evidentemente posterior àquela Medida Provisória, prequestionada pelo tribunal *a quo* e enfocada no recurso especial.

b) Período de inadimplência

Juros remuneratórios. A base econômica do empréstimo bancário seria completamente distorcida se - findo o prazo contratual sem o respectivo resgate - cessasse a exigibilidade de sua remuneração; e não haveria estímulo para o cumprimento da prestação ajustada, se o inadimplemento e a demora no pagamento deixassem de ser punidos.

A prática bancária denominou de *comissão de permanência* as obrigações exigíveis do mutuário após o vencimento do empréstimo, mas, dependendo do contrato, a expressão pode designar ora os juros remuneratórios simplesmente, ora os juros remuneratórios + os juros moratórios, ora, finalmente, os juros remuneratórios + os juros moratórios + a multa contratual.

Quer dizer, após o vencimento, a comissão de permanência visa manter, por meio dos juros remuneratórios, a base econômica do negócio, desestimular, mediante os juros de mora, a demora no cumprimento da obrigação e reprimir o inadimplemento pela aplicação da multa contratual.

A taxa dos juros remuneratórios praticada no mercado financeiro constitui reflexo da política econômica do governo, variável segundo as circunstâncias da conjuntura. Nada mais incompatível, portanto, com a natureza dos juros remuneratórios exigíveis após o vencimento do que sua estipulação antecipada. A taxa de mercado é a única referência adequada a sua função, vale dizer, a de que, findo o prazo contratual sem o resgate do empréstimo, o custo do dinheiro seja remunerado pelos padrões da época, mantendo a equação financeira do empréstimo. O critério tem mão dupla, aproveitando ao credor e ao devedor, para que não fiquem presos a taxas de juros anormais, resultantes de momento transitório e excepcional. Os juros remuneratórios cobrados à taxa de mercado evitam que o credor se enriqueça exigindo juros contratuais superiores e impedem que o devedor se valha da própria inadimplência para reduzir seus encargos contratuais.

Não é essa, todavia, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça; para a maioria dos membros da Segunda Seção, os juros remuneratórios exigíveis após o inadimplemento não podem ser superiores àqueles vigentes no prazo contratual, isto é, só variam segundo a taxa praticada no mercado, se esta for menor do que aquela estipulada para o período de gozo do empréstimo.

Capitalização dos juros. O regime da capitalização de juros vigente no período contratual subsiste enquanto a dívida não for paga.

Juros moratórios. Os juros moratórios compensam a demora no pagamento.

Multa. A multa contratual constitui a sanção do inadimplemento.

Cumulação dos encargos. Se os juros remuneratórios constituem os rendimentos do capital, se a multa penaliza o inadimplemento do devedor e se os juros de mora castigam o pagamento feito com atraso, nada justifica que a cobrança dos juros remuneratórios exclua a exigibilidade dos demais encargos; cada um tem seu título próprio.

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 863.887, RS, consolidou entendimento no sentido de que a comissão de permanência abrange três parcelas, a saber, os juros remuneratórios, à taxa média de mercado, nunca superiores àquela contratada para o empréstimo, os juros moratórios e a multa contratual.

A questão da mora

No julgamento do REsp nº 713.329, RS, Relator p/ acórdão o Ministro Menezes Direito (sessão de 23.08.2006), a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça decidiu que não basta o ajuizamento da ação para afastar a mora do devedor; uma definição a esse respeito depende do juízo que se fizer acerca da pretensão do credor: o devedor não estará em mora se os encargos exigidos, ou parte deles, forem abusivos (*a contrario sensu*, estará em mora se esses encargos estiverem de acordo com a lei e o contrato).

Ressalvando o entendimento pessoal, a presente decisão se conformará ao pensamento da aludida maioria. Quem, por meio de embargos de declaração ou de agravo regimental se dispuser a afrontar a posição dessa maioria, será reconhecido como litigante de má-fé (CPC, art. 17, IV, V, VI e VII).

2. As razões do recurso especial atacam o acórdão proferido pelo tribunal *a quo* quanto aos seguintes tópicos: a) juros remuneratórios e b) comissão de permanência.

À vista da jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça, quanto juros remuneratórios, o acórdão recorrido seria reformado desde logo. Entretanto houve interposição de recurso extraordinário, admitido na origem (fl. 303/304).

Ante o exposto, conheço do recurso especial e dou-lhe provimento para, afastando o fundamento infraconstitucional do julgado, declarar a exigibilidade dos juros remuneratórios segundo a taxa prevista no contrato, bem como, após o vencimento, a exigibilidade da comissão de permanência (= juros remuneratórios à taxa média de mercado, nunca superiores àquela contratada para o empréstimo + juros de mora + multa contratual).

No julgamento do recurso extraordinário, o Supremo Tribunal Federal decidirá sobre a matéria constitucional, se for o caso.

O devedor suportará as custas processuais e pagará ao credor honorários de advogado à base de 10% dos valores que o julgado declarou exigíveis, calculados à data do ajuizamento da ação, com correção monetária.

Intimem-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3108)

EDcl no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 913.959 - SC (2007/0153596-7)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
EMBARGANTE	: MIRANDA PANINSON PEÇAS LTDA
ADVOGADO	: ALEXSANDRO KALCKMANN E OUTRO(S)
EMBARGADO	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADOS	: MAGDA MONTENEGRO MÁRCIO LUIZ AGUIAR E OUTRO(S)

DECISÃO

Embargos de declaração opostos à decisão de fls. 201/202, em que dei provimento ao recurso especial (Art. 557, § 1º-A, do CPC), para afastar a limitação dos juros remuneratórios e as disposições de ofício (utilização da TR como índice de correção monetária apenas quando for mais favorável ao consumidor em relação ao INPC-IBGE (nota de crédito de n. 97/00129-5, fl. 79); afastamento da comissão de permanência, devendo incidir o INPC desde o inadimplemento).
A embargante requer esclarecimento a respeito do restabelecimento da cobrança da comissão de permanência.
Questiona a cobrança da comissão de permanência cumulada com demais encargos moratórios, a taxa de cálculo do encargo e a existência de pactuação.
DECIDO:
Não há vício declaratório na decisão embargada, mas inconformismo por parte da ora embargante.
Ficou clara a razão do restabelecimento da cobrança da comissão de permanência.
A jurisprudência proclama que não se pode examinar o contrato para afastar eventuais abusos de ofício. Como a comissão de permanência foi afastada de ofício pelo Tribunal de origem, sua cobrança foi restabelecida nos termos em que pactuada.
Pode até não concordar a ora embargante com tal decisão, mas contradição, omissão ou obscuridade, não há.
Rejeito os embargos de declaração.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3109)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 914.984 - RJ (2007/0126218-1)

RELATORA	**: MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE	: TNL PCS S/A
ADVOGADO	: ROBERTA RIBEIRO MARTINS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GELOMASTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GELO LTDA
ADVOGADO	: OLIVIO SILVA NETO E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto por TNL PCS S/A, contra decisão que negou seguimento a Recurso Especial.
Para melhor exame, dou provimento ao agravo e determino que subam os autos do Recurso Especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 11 de setembro de 2007.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

(3110)

RECURSO ESPECIAL Nº 918.477 - CE (2007/0009442-3)

RELATORA	**: MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE	: KILVIA MARIA AGUIAR
ADVOGADO	: REBECCA AYRES DE MOURA CHAVES DE ALBUQUERQUE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BANCO ABN AMRO S/A
ADVOGADO	: RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA FILHO E OUTRO(S)

EMENTA

Processo civil. Recurso especial. Ação de compensação por danos morais. Prequestionamento. Ausência. Reexame fático-probatório. Inadmissibilidade.
- Não se conhece do recurso especial quando não preenchido o requisito do prequestionamento.
- Não se admite o reexame fático-probatório do feito em sede de recurso especial.
- A modificação do quantum fixado a título de compensação por danos morais só deve ser feita em recurso especial quando aquele seja irrisório ou exagerado. Precedentes.
Negado seguimento ao recurso especial.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por KILVIA MARIA AGUIAR, com arrimo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.
Ação: de compensação por danos morais, movida pela recorrente, em face do BANCO ABN AMRO S/A.
Sentença: julgou procedente o pedido, condenado o recorrido a pagar à recorrente a quantia de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), a título de compensação por danos morais.
Acórdão: deu provimento ao apelo do recorrido, reduzindo a condenação a ele imposta, fixando a compensação por danos morais em 50 salários-mínimos, em julgado assim ementado:

"EMENTA: BUSCA E APREENSÃO DE VEÍCULO EXTEMPORÂNEO. CASO DE DÉBITO JÁ PAGO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS(...)"(fls 176).

Recurso especial: alega violação aos arts. 927 do CC/02 e 18, § 2º, do CPC, além de dissídio jurisprudencial. Em suma, requer que seja majorado o valor da compensação pelos danos morais sofridos em razão da conduta do recorrido.

Relatado o processo, decide-se.

- Da ausência de prequestionamento.
Os arts. 927 do CC/02 e 18, § 2º, do CPC, tidos como violados, não foram apreciados pelo Tribunal de origem, da forma como apresentada em sede de recurso especial, estando ausente, portanto, o prequestionamento, requisito de admissibilidade do recurso especial. Incidem, pois, as Súmulas 282 e 356 do STF.

- Do reexame fático-probatório.
No que concerne à verificação da existência ou não de dano a ser reparado, necessário frisar, ainda, que uma eventual alteração do acórdão recorrido quanto ao ponto demandaria, inequivocamente, o reexame fático-probatório do feito, procedimento vedado ao STJ em sede de recurso especial, nos termos da Súmula n.º 07 deste Tribunal.
Destaque-se, ainda, que nas hipóteses em que as razões do recurso especial dirigem-se à irresignação dos recorrentes com o valor arbitrado a título de indenização por dano moral, o STJ tem afastado o óbice da Súmula nº 07 apenas quando o valor fixado destoa daqueles adotados em outros julgados ou revela-se irrisório ou exagerado, de modo a não atender ao espírito que norteou o legislador na redação do referido dispositivo legal - assegurar ao lesado a justa reparação pelos danos sofridos, sem, no entanto, incorrer em seu enriquecimento sem causa.
Conforme afirmado pelo i. Min. Ruy Rosado de Aguiar em Voto-vogal no Resp nº 269.407/RJ, *"(...) a intervenção do Superior Tribunal de Justiça há de se dar quando há o abuso, o absurdo: indenizações de um milhão, de dois milhões, de cinco milhões, como temos visto; não é o caso. Aqui, ficaríamos entre quinhentos, trezentos e cinqüenta, duzentos, duzentos e cinqüenta, cem reais a mais, cem salários a menos. Não é, portanto, um caso de abuso na fixação, é uma discrepância na avaliação. Temos que ponderar até que ponto o Superior Tribunal de Justiça deve interferir na fixação de um valor de dano moral, que é matéria de fato, para fazer uma composição mais ou menos adequada. Não sendo abusiva ou iníqua a opção do tribunal local, não se justificaria a intervenção deste Tribunal".*
Assim, se o arbitramento do valor da compensação por danos morais foi realizado com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, fazendo uso de sua experiência e do bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso, o STJ tem por coerente a prestação jurisdicional fornecida (RESP 259816/RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ de 27/11/2000), tal como ocorre na hipótese em exame.
- Do dissídio jurisprudencial.
Em relação ao dissídio jurisprudencial, não realizou a recorrente o cotejo analítico entre os julgados transcritos e o acórdão recorrido, de forma a demonstrar a existência de similitude fática entre as hipóteses. Com efeito, registre-se que a mera transcrição de ementas e de fragmentos de julgados não tem o condão de comprovar a efetiva existência de divergência jurisprudencial.
Dessa forma, descumprido o estipulado pelos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 2º, do RISTJ, não merece prosperar o recurso quanto ao alegado dissenso.

Forte em tais razões, NEGO SEGUIMENTO ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

(3111)

RECURSO ESPECIAL Nº 918.669 - RS (2007/0012581-9)

RELATORA	**: MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: PEDRO DIAS GUERRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ALEXSANDRO PINTO GORDIN
ADVOGADO	: VERA LUCIA MACHADO E OUTRO

EMENTA

Bancário. Recurso especial. Ação revisional. Contrato de financiamento com garantia fiduciária. Embargos de declaração. Julgamento de ofício. Taxa de juros remuneratórios.
- Rejeitam-se os embargos de declaração quando ausente omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada.
- Está firmado no STJ o entendimento segundo o qual é inviável a revisão de ofício de cláusulas consideradas abusivas em contratos que regulem relação de consumo. Ressalva pessoal.
- Nos termos da jurisprudência do STJ, não se aplica a limitação da taxa de juros remuneratórios em 12% ao ano aos contratos bancários não abrangidos por legislação específica quanto ao ponto.
Recurso especial parcialmente provido. Ônus sucumbenciais redistribuídos.

DECISÃO

Recurso especial interposto pelo BANCO ABN AMRO REAL S/A, com arrimo na alínea "a" do permissivo constitucional.
Ação: revisional de contrato de financiamento com garantia fiduciária, proposta por ALEXSANDRO PINTO GORDIN, em desfavor do recorrente.
Sentença: julgado improcedente o pedido revisional.
Acórdão: dado parcial provimento ao apelo do recorrido, com disposições de ofício, tendo a ementa o seguinte teor:
"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO GARANTIDO COM CLÁUSULA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA.
INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Sendo o crédito fornecido ao consumidor pessoa física para a sua utilização na aquisição de bens no mercado como destinatário final, o dinheiro funciona como produto, implicando o reconhecimento da instituição bancária/financeira como fornecedora para fins de aplicação do CDC, nos termos do art. 3º, parágrafo 2º, da Lei nº 8.078/90. Entendimento referendado pela Súmula 297 do STJ, de 12 de maio de 2004.
DIREITO DO CONSUMIDOR À REVISÃO CONTRATUAL. O art. 6º, inciso V, da Lei nº 8.078/90 consagrou de forma pioneira o princípio da função social dos contratos, relativizando o rigor do "Pacta Sunt Servanda" e permitindo ao consumidor a revisão do contrato em duas hipóteses: por abuso contemporâneo à contratação ou por onerosidade excessiva derivada de fato superveniente (Teoria da Imprevisão). Hipótese dos autos em que o desequilíbrio contratual já existia à época da contratação uma vez que o fornecedor inseriu unilateralmente nas cláusulas gerais do contrato de adesão obrigações claramente excessivas, a serem suportadas exclusivamente pelo consumidor.
DECLARAÇÃO DE OFÍCIO DA NULIDADE DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS. O art. 168, parágrafo único, do novo Código Civil (mera repetição do art. 145, parágrafo único da codificação revogada), permite ao Juiz declarar de ofício a nulidade de negócio jurídico que lhe tenha sido submetido a exame.
TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS. Ausente qualquer justificativa por parte do fornecedor para a imposição ao consumidor de taxa de juros excessiva como obrigação acessória em contrato de consumo, o restabelecimento do equilíbrio das obrigações exige a redução da taxa de juros remuneratórios fixada em contrato de adesão. Juros reduzidos para 12% (doze por cento) ao ano, com fundamento exclusivamente no disposto no art. 52, inciso II c/c os arts. 39, inciso V e 51, inciso IV, todos da Lei nº 8.078/90. Desnecessário examinar argumentos constitucionais sobre o tema.
CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. Sendo o contrato posterior à vigência da Medida Provisória 1.963-17, atual Medida Provisória 2170-36, vai mantida a possibilidade de capitalização dos juros remuneratórios contratados. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. Obrigação acessória que vai afastada, na esteira de jurisprudência consolidada. A correção monetária é suficiente, e mais confiável, para servir como fator de recomposição da perda do valor real da moeda, corroída pela inflação. Disposição de ofício.
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. Fixado o IGP-M/FGV como índice de correção monetária, eis que a jurisprudência indica ser o que melhor reflete a real perda inflacionária.
COBRANÇA DE TARIFA E/OU TAXA NA CONCESSÃO DO FINANCIAMENTO. ABUSIVIDADE. Encargo contratual abusivo, porque evidencia vantagem exagerada da instituição financeira, visando acobertar as despesas de financiamento inerentes à operação de outorga de crédito. Inteligência do art. 51, IV do CDC. Disposição de ofício.
IOF. ABUSIVIDADE QUANTO À FORMA DE COBRANÇA. A cobrança do tributo diluído nas prestações do financiamento se afigura como condição iníqua e desvantajosa ao consumidor (CDC, art. 51, IV). Disposição de ofício.
APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE." (fls. 176/177).

Embargos de declaração: rejeitados. (fls. 214).
Recurso especial: o Banco alega violação a dispositivos de leis federais, insurgindo-se, em síntese contra:
I) a rejeição dos embargos de declaração;
II) as disposições de ofício;
III) a limitação dos juros remuneratórios;
IV) o expurgo da comissão de permanência.

Relatado o processo, decido.

- Da rejeição dos embargos de declaração.
O TJ/RS apreciou, de forma fundamentada, as questões pertinentes para a resolução da controvérsia, embora com conclusão diversa da pretendida pelo recorrente, situação que não serve de alicerce para a interposição de embargos de declaração.
Ressalte-se que o sucesso dos embargos de declaração, mesmo quando interpostos para fins de prequestionamento, necessita de alguma das hipóteses ensejadoras previstas no art. 535 do CPC, inexistentes na espécie.

- Das disposições de ofício.
A Segunda Seção do STJ, em 08/03/2006, no julgamento do EREsp nº 702.524/RS, pacificou o entendimento das Turmas de Direito Privado deste Tribunal acerca da impossibilidade de revisão de ofício de cláusulas consideradas abusivas - e, portanto, nulas de pleno direito - em contratos que regulem uma relação de consumo (art. 51, caput e incisos, do CDC).
Considerando a função precípua do STJ de pacificação da jurisprudência nacional acerca da aplicação da legislação federal, curvo-me a esse posicionamento e acompanho o precedente, ressalvando meu posicionamento conforme as razões declinadas em voto proferido no mencionado processo.
Feitas estas considerações, devem ser decotadas do acórdão recorrido as seguintes disposições de ofício:
i) a proibição da cobrança das taxas de abertura de crédito e de emissão de boleto bancário;
ii) a alteração da incidência do IOF;
iii) a repetição do indébito;
iv) o expurgo da comissão de permanência.
Decotadas as disposições de ofício acima elencadas, passo ao exame das demais hipóteses constantes no presente recurso especial.

Da limitação dos juros remuneratórios - do dissídio jurisprudencial.
Nos termos da jurisprudência assente no STJ, não se aplica o limite da taxa de juros remuneratórios em 12% ao ano aos contratos de financiamento celebrados com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, por força da Súmula n. 596 do STF, salvo nas hipóteses excepcionadas pela legislação específica. Confiram-se a respeito os seguintes precedentes: REsp n. 286.554, Rel. Min. Castro Filho, DJ de 30.09.2002 e REsp n. 387.931, Rel. Min. César Asfor Rocha, DJ de 17.06.2002. Dessarte, nesse ponto, merece reforma o acórdão recorrido.

Da comissão de permanência.
O ponto referente à comissão de permanência foi expurgado do acórdão recorrido ante a ocorrência de julgamento de ofício. Assim, resta prejudicada a análise dessa matéria no presente recurso especial.

Forte em tais razões, CONHEÇO do recurso especial e DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO, com fulcro no artigo 557, §1.º-A, do CPC, para reformando o acórdão: a) afastar as disposições de ofício consignadas nesta decisão; b) permitir a cobrança dos juros remuneratórios no percentual pactuado no contrato.
Em razão da sucumbência recíproca, condeno as partes ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, mantenho quanto a estes o valor fixado pelo Juízo de 2º grau de jurisdição, que serão reciprocamente distribuídos, suportados na proporção de 50% pelo recorrente e de 50% pelo recorrido, devidamente compensados, conforme a Súmula 306/STJ. Suspensa a exigibilidade, em relação ao recorrido, enquanto perdurarem os efeitos da concessão do benefício da assistência judiciária gratuita.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

(3112)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 923.287 - SC (2007/0158063-4)

RELATORA	**: MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE	: MANOEL IDALINO PATRÍCIO FILHO
ADVOGADO	: ALFREDO DA SILVA JÚNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JÚLIO CÉSAR DA SILVA
ADVOGADO	: ARY PAULO DOS SANTOS

DECISÃO

Agravo de instrumento interposto pelo Manoel Idalino Patrício Filho contra decisão denegatória de seguimento a recurso especial arrimado na alínea "a" do permissivo constitucional.
Para melhor exame, dou provimento ao agravo e determino que subam os autos do recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

(3113)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 925.832 - SP (2007/0148474-3)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: COOPERATIVA HABITACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADO	: LUCIANA DE ARRUDA MIRANDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EDEVALDO NICOLI
ADVOGADO	: CARLOS GUILHERME RODRIGUES SOLANO

DECISÃO

A decisão agravada reprovou recurso especial (fls. 245/247), porque:
- inviável a apreciação de dispositivo constitucional em recurso especial;
- cláusulas estatutárias não se enquadram no conceito de Lei Federal;
- os dispositivos de lei federal apresentados no recurso especial não foram prequestionados;
- aplicam-se as Súmulas 5 e 7; e
- quanto à alínea *c*, falta semelhança entre os casos comparados.
A agravante afirma, em síntese, que:
- não alegou violação à cláusulas estatutárias, mas à Lei 5.764/71;
- não necessita análise de prova;
- foi cumprido o requisito do prequestionamento; e
- preencheu todos os requisitos de admissibilidade para demonstração da divergência.

No recurso especial, em ação de cobrança, a recorrente queixa-se de violação aos Arts. 5º, 21 e 23 da Lei 5.764/71. Aponta, também, divergência jurisprudencial.
Insurge-se contra a incidência do Código de Defesa do Consumidor ao presente caso.
DECIDO:
Os Arts. 5º, 21 e 23 da Lei 5.764/71 não foram objeto de exame na formação do acórdão recorrido. Tampouco foram opostos embargos declaratórios. Falta prequestionamento. Incidem as Súmulas 282 e 356 do STF.
A divergência jurisprudencial não está demonstrada (Art. 541, parágrafo único, do CPC). Não houve confronto analítico. Simples transcrições de ementas e trechos não bastam. Vejam-se: EAG 430.169/HUMBERTO; AgRg no AG 552.760/GONÇALVES, AgRg no AG 569.369/PÁDUA, AgRg no AG 376.957/SÁLVIO, dentre outros.
Nego provimento ao agravo.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3114)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.447 - SP (2007/0172887-8)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: IVAN ELIAS XAVIER FERREIRA E OUTROS
ADVOGADO	: FABIANA MONTEIRO PARRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOÃO ARCÂNGELO ARENA E OUTRO
ADVOGADO	: CLÓVIS GUIDO DEBIASI

DECISÃO

Agravo de instrumento, manejado por IVAN ELIAS XAVIER FERREIRA e litisconsortes, desafia decisão que abortou recurso especial (alíneas 'a' e 'c') interposto contra acórdão resumido nestas palavras: "(...) 3. Preclusa a rejeição da prescrição e ausente recurso à época, cujo prazo não se reabre por desnecessária ratificação do tema na sentença, ainda assim reconhecem-se o lapso e a renúncia tácita, na posterior oferta de valor para pagamento de obrigação.
4. Repelido o reclamo de cerceamento de defesa, mantêm-se condenação e solidariedade, mas se reduz o montante arbitrado para a honorária, nas circunstâncias do caso, com reflexo nas verbas de sucumbência.
5. Juros mensais de mora à taxa de um por cento incidem apenas depois da vigência do Código Civil de 2002 (art. 406). Antes, meio por cento." (fl. 64)
Os recorrentes, ora agravantes, apontaram ofensa aos Arts. 21, parágrafo único, 219, § 5º, e 245 do CPC e 191 do Código Civil, além de divergência jurisprudencial. Disseram, em resumo, que:
1) a prescrição deve ser apreciada de ofício e não está sujeita a preclusão;
2) a renúncia à prescrição só atinge quem renunciou;
3) o recorrente que renunciou não tinha poderes para agir em nome dos demais;
4) o mesmo critério de distribuição das custas processuais, em razão da sucumbência recíproca, deve ser utilizado para distribuir os honorários advocatícios.
Contra-razões apresentadas.
DECIDO:
A questão da apreciação de ofício da prescrição perdeu relevância com o registro, pelo Tribunal local, de que houve renúncia à prescrição já consumada.
Como defendem os recorrentes, ora agravantes, a renúncia à prescrição por um dos devedores não prejudica os demais.
Ocorre que, no caso concreto, o Tribunal paulista consignou que o devedor que fez a proposta de pagamento ao credor representava os demais. Esse fato não pode ser alterado, em recurso especial (Súmula 7).
No que diz respeito à sucumbência, o Tribunal local registrou que os honorários ficaram integralmente a cargo dos réus porque, ao estabelecer a condenação em 10%, já havia compensado a decadência proporcional.
Esse fundamento não foi atacado no recurso especial. Incide a Súmula 283/STF.
Por fim, a divergência jurisprudencial não foi corretamente demonstrada. Os recorrentes, ora agravantes, limitaram-se em transcrever parte da ementa do acórdão paradigma. Faltou confronto analítico.
Além disso, a tese defendida com base no dissídio é a de que o Tribunal estava obrigado a declarar de ofício a prescrição. Essa tese, como afirmei acima, ficou prejudicada pela declaração de que houve renúncia ao prazo prescricional consumado.
Nego provimento ao agravo de instrumento.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3115)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.819 - RJ (2007/0158071-1)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: CAIXA BENEFICENTE DOS EMPREGADOS DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL CBS
ADVOGADO	: SABRINA KINDLEIN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSÉ MARIA COELHO
ADVOGADO	: JUSSARA BORGES DE LIMA E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento enfrenta decisão que inadmitiu recurso especial em razão da falta de demonstração do dissídio jurisprudencial, aplicação das Súmulas 7 e 83.
A agravante refuta tais fundamentos e pede o processamento do recurso especial.
O acórdão recorrido está assim ementado:
"CIVIL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. DESLIGAMENTO DE ASSOCIADO. DEVOLUÇÃO DE COTAS. CORREÇÃO MONETÁRIA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. IMPOSSIBILIDADE. ÍNDICE. IPC. SÚMULA 252 DO STJ. INAPLICABILIDADE.A correção dos valores devolvidos pela desistência do associado do plano de previdência privada é uma relação obrigacional, de natureza pessoal, sendo a prescrição regida pelo art. 177 do Código Civil de 1916, ou seja, prescrição vintenária.Não devem ser aplicados os constantes da súmula 252 do STJ, já que sua aplicação é específica ao FGTS, mas o IPC, conforme entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça. Recurso parcialmente provido." (fl. 117)
Em suas razões, sustenta violação aos Arts. 75 da Lei Complementar 109/2001; 103, parágrafo único, da Lei n.º 8.613/91 e 36 da Lei n.º 6.435/77. No mérito, diz que ocorreu a prescrição quinquenal das parcelas.
Sem contra-razões.
DECIDO:
No REsp 771.638/DIREITO, a Segunda Seção uniformizou o entendimento de que a ação de cobrança relativa à diferença de expurgos inflacionários sobre a restituição de reserva de poupança de previdência privada prescreve em cinco anos contados da data do recebimento a menor dos valores.
Nesse sentido: AgRg nos EREsp 681.115/DIREITO.
Segundo consta nos autos, o desligamento do associado do plano de previdência ocorreu em 07.05.1992 (fl. 65) e a ação foi ajuizada em 08.03.2006.
Efetivamente, entre o recebimento da reserva de poupança e o ajuizamento da ação mediaram mais de cinco anos. Operou-se a prescrição.
Provejo o agravo. Dou provimento ao recurso especial (Art. 557, § 1º-A, do CPC) para julgar improcedente o pedido (CPC, Art. 269, IV).
Invertidos os ônus sucumbenciais, ressalvado o disposto no Art. 12 da Lei 1.060/50.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3116)

RECURSO ESPECIAL Nº 929.798 - SP (2007/0043208-6)

RELATORA	**: MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE	: JOSÉ TESTA FILHO E OUTRO
ADVOGADO	: ANTONIO CARLOS SANTOS DE JESUS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A
ADVOGADO	: LUIZ MAURÍCIO SOUZA SANTOS E OUTRO(S)

EMENTA

Processual civil. Recurso especial. Ação revisional. Fundamentação deficiente. Dissídio não comprovado.
- Não se conhece do recurso especial quando a deficiência da fundamentação não permite a exata compreensão da controvérsia.
- Não se admite recurso especial pelo dissídio jurisprudencial se este não for comprovado nos moldes legal e regimental.
Negado seguimento ao recurso especial.

DECISÃO

Recurso especial, interposto por JOSÉ TESTA FILHO E OUTRO, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.
Ação: revisional, movida pelos recorrentes, em face do BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A.
Sentença: julgou improcedente o pedido.
Acórdão: negou provimento ao apelo dos recorrentes, nos termos da seguinte ementa:
"Sistema Financeiro da Habitação - Financiamento habitacional - Regência pelo Plano de Equivalência Salarial por Categoria Profissional (PES/CP) e sem cobertura do Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS) - Reajustamento - Prestações - Obediência à equivalência com o índice de aumento salarial do mutuário - Revisão administrativa de cláusulas permitidas pela Lei n.º 8.100/90 (art. 2º), mas não pleiteada pelos autores - Saldo devedor - Utilização do IPC 84,32% - Legitimidade reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça - Emprego do mesmo percentual fixado para a atualização dos depósitos da caderneta de poupança(...) Ação revisional improcedente - Indeferimento implícito dos pedidos de índole cautelar - Apelação desprovida."(fls. 325).

Recurso especial: alegam violação à Lei n.º 4.380/64, além de dissídio jurisprudencial. Em suma, insurgem-se contra o critério adotado para reajuste das prestações, a aplicação da TR no saldo devedor, a suposta inversão da ordem legal da amortização da dívida e a afirmação de que o Decreto-lei n.º 70/66 seria constitucional.

Relatado o processo, decide-se.

- Da fundamentação deficiente.

Em seu recurso, os recorrentes limitaram-se a fazer menção genérica acerca de alguns dispositivos da Lei n.º 4.380/64, mencionando ainda outros artigos de lei, sem, contudo, demonstrar, de forma clara e fundamentada, de que forma o Tribunal de origem os teria violado, o que faz incidir na espécie o enunciado da Súmula n.º 284/STF, em virtude da deficiente fundamentação do recurso especial.
- Do dissídio jurisprudencial.
No que tange ao dissídio jurisprudencial, não realizaram os recorrentes o indispensável cotejo analítico entre os julgados transcritos e o acórdão recorrido, de forma a demonstrar a existência de similitude fática entre as hipóteses. Com efeito, registre-se que a mera transcrição de ementas e de fragmentos de julgados não tem o condão de comprovar a efetiva existência de divergência jurisprudencial.
Dessa forma, descumprido o estipulado pelos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 2º, do RISTJ, não merece prosperar o recurso especial no que tange ao alegado dissídio.

Forte em tais razões, NEGO SEGUIMENTO ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

(3117)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.275 - SP (2007/0171556-1)

RELATORA	**: MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE	: EXPRESS FARMÁCIA E LABORATÓRIO DE MANIPULAÇÃO LTDA
ADVOGADO	: MARCOS ANTÔNIO DE MELO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO NOSSA CAIXA S/A
ADVOGADO	: NEI CALDERON E OUTRO(S)

EMENTA

Processual civil. Agravo de instrumento. Inépcia. Impugnação da decisão agravada.
- É inepta a petição de agravo de instrumento contra decisão denegatória de seguimento de recurso especial que não impugna, especificamente, os fundamentos da decisão agravada.
Agravo de instrumento não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se do agravo de instrumento interposto por EXPRESS FARMÁCIA E LABORATÓRIO DE MANIPULAÇÃO LTDA contra decisão que inadmitiu recurso especial arrimado na alínea "a" do permissivo constitucional.
O aludido recurso não mereceu seguimento no prévio juízo de admissibilidade sob os seguintes fundamentos: i) inviável recurso especial para reexame de matéria constitucional e constante em Decreto; ii) não houve violação aos arts. 4º, III, 6º, V e 51, IV, § 1º, III, do CDC; 4º, da Lei nº 1.521/51; 166, II, 389, 406 e 591, do CC e; 161, § 1º, do CTN e; iii) incidência da Súmula 5 do STJ.
Constata-se, entretanto, a partir da análise da petição do recurso em exame, que a ora agravante furtou-se a rebater especificamente os fundamentos da decisão agravada, limitando-se, tão-somente, a tecer considerações acerca da ocorrência de prequestionamento das matérias tidas como violadas.
Assim sendo, não merece conhecimento o agravo de instrumento que não impugna, especificamente, os fundamentos da decisão denegatória de seguimento ao recurso especial, a teor do disposto na Súmula 182 do STJ, a qual se aplica ao presente recurso, conforme pacífico entendimento deste STJ.
Forte em tal razão, NÃO CONHEÇO do presente agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

(3118)

RECURSO ESPECIAL Nº 930.801 - RS (2007/0044876-5)

RELATORA	**: MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE	: BANCO BMG S/A
ADVOGADO	: ANDRÉ LUÍS SONNTAG E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ALEXSANDRA CORREA AZAMBUJA
ADVOGADO	: RENATO MULINARI E OUTRO(S)

EMENTA

Bancário. Recurso especial. Ação revisional. Contrato de financiamento com garantia fiduciária. Julgamento de ofício. Taxa de juros remuneratórios. Capitalização mensal dos juros. Comissão de permanência. Súmulas 5 e 83/STJ aplicadas. Repetição do indébito. Mora.
- Está firmado no STJ o entendimento segundo o qual é inviável a revisão de ofício de cláusulas consideradas abusivas em contratos que regulem relação de consumo. Ressalva pessoal.
- Nos termos da jurisprudência do STJ, não se aplica a limitação da taxa de juros remuneratórios em 12% ao ano aos contratos bancários não abrangidos por legislação específica quanto ao ponto.
- Inviável o recurso especial quando a decisão recorrida está em harmonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
- É admitida a incidência da comissão de permanência desde que não cumulada com juros remuneratórios, juros moratórios, correção monetária e/ou multa contratual. Precedentes.
- Não são protelatórios os embargos de declaração interpostos para fins de prequestionamento do direito tido por violado.

- A existência de abusividade dos encargos afasta a caracterização da mora.
- Inviável o recurso especial quando a deficiência na fundamentação não permitir a compreensão da natureza da controvérsia.
Recurso especial parcialmente provido. Ônus sucumbenciais redistribuídos.

DECISÃO

Recurso especial interposto pelo BANCO BMG S/A, com arrimo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.
Ação: revisional de contrato de financiamento com garantia fiduciária, proposta por ALEXSANDRA CORREA AZAMBUJA, em desfavor do recorrente.
Sentença: julgado improcedente o pedido revisional.
Acórdão: dado parcial provimento ao apelo do recorrido, com disposições de ofício, tendo a ementa o seguinte teor:
"APELAÇÃO CIVEL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO.
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICABILIDADE E ALCANCE. *Às operações de concessão de crédito e financiamento aplica-se o CODECON, visto que plenamente caracterizado o conceito de consumidor (art. 2°) e de fornecedor (art. 3°), nos exatos termos da lei consumerista, entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça ao editar a súmula nº 297. Sendo as normas de ordem pública e interesse social, cabe ao julgador a decretação de nulidade de cláusula contratual, inclusive de ofício, quando nula de pleno direito. Entendimento pacífico nesta Câmara.*
JUROS REMUNERATÓRIOS. *Considera-se abusiva e, então, nula de pleno direito, a cláusula que fixa juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, visto que acarreta onerosidade excessiva. A limitação da taxa de juros, ao invés de causar grave desequilíbrio na relação estabelecida, reintroduz, sim, no pacto, o equilíbrio, a eqüidade e a simetria das prestações.*
ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA*. O referencial deve ser o IGPM, por ser o fator que melhor repõe as perdas inflacionárias e que não contêm componente de remuneração financeira.*
CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. *A capitalização de juros é admitida somente nos casos previstos em lei, mesmo que ajustada. Por outro lado, a ausência de pactuação expressa quanto à capitalização na forma mensal (Medida Provisória nº 2.170-36/01) inviabiliza a sua incidência no caso concreto.*
COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. *Vedada sua cobrança, pois não deixa opção ao cliente - potestatividade - ficando ele submetido à vontade do credor; ofensa ao art. 51, IV, do CODECON e art. 122 do Código Civil.*
MORA DESCARACTERIZADA. *Constatada a abusividade dos valores cobrados atinentes à remuneração do capital, são inexigíveis os encargos decorrentes da mora, eventualmente incidentes, até o recálculo do débito.*
NULIDADE DE TÍTULO DADO EM GARANTIA. *Revisado o ajuste com a modificação do quantum devido, o título de crédito dado em garantia pela consumidora não reflete a verdadeira situação do ajuste, porquanto composto de parcelas ilegais e abusivas.*
CADASTRAMENTO EM ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. *A medida protetiva postulada pela parte autora para evitar o cadastramento em órgãos de restrição ao crédito é exercício regular de direito, na medida em que o valor apontado e exigido não corresponde ao devido.*
COMPENSAÇÃO / REPETIÇÃO DO INDÉBITO. *Verificada a cobrança de valores ilegais e abusivos, cabível a compensação e/ou repetição simples dos valores pagos indevidamente, sob pena de enriquecimento sem causa da instituição financeira.*
APELO CONHECIDO EM PARTE E PROVIDO, COM DISPOSIÇÃO DE OFÍCIO." (fls. 169).

Embargos de declaração: rejeitados com aplicação de multa (fls. 190).
Recurso especial: o Banco alega violação a dispositivos de leis federais, afirma a existência de dissídio jurisprudencial, insurgindo-se, em síntese contra:
I) as disposições de ofício;
II) a aplicação da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC;
III) a limitação dos juros remuneratórios;
IV) o expurgo da comissão de permanência;
V) a impossibilidade de capitalizar mensalmente os juros;
VI) a repetição do indébito;
VII) a descaracterização da mora do devedor.
Relatado o processo, decido.

Das disposições de ofício.
A Segunda Seção do STJ, em 08/03/2006, no julgamento do EREsp nº 702.524/RS, pacificou o entendimento das Turmas de Direito Privado deste Tribunal acerca da impossibilidade de revisão de ofício de cláusulas consideradas abusivas - e, portanto, nulas de pleno direito - em contratos que regulem uma relação de consumo (art. 51, caput e incisos, do CDC).
Considerando a função precípua do STJ de pacificação da jurisprudência nacional acerca da aplicação da legislação federal, curvo-me a esse posicionamento e acompanho o precedente, ressalvando meu posicionamento conforme as razões declinadas em voto proferido no mencionado processo.
Feitas estas considerações, deve ser decotada do acórdão recorrido a seguinte disposição de ofício: a *determinação do IGP-M como índice de correção monetária.*
Deixo de expurgar o ponto referente à declaração de nulidade do título de crédito vinculado ao contrato, porquanto, nas razões do recurso de apelação (fls. 118) o ora recorrido devolveu a matéria para o exame do TJ/RS.
Decotada a disposição de ofício acima elencada, passo ao exame das demais hipóteses constantes no presente recurso especial.

Da multa prevista no parágrafo único do art. 538, do CPC
Com relação à multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC, vislumbra-se ausente o caráter protelatório dos embargos de declaração, não tendo restado evidenciado o abuso do recorrente na interposição do recurso.
Conforme remansosa jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, embargos de declaração aviados com o objetivo de se prequestionar temas de futuro recurso especial, não têm caráter protelatório, pelo que se impõe o afastamento da multa imposta ao recorrente. Incidente, quanto ao ponto, a Súmula 98 do STJ.

Da limitação dos juros remuneratórios - do dissídio jurisprudencial.
Nos termos da jurisprudência assente no STJ, não se aplica o limite da taxa de juros remuneratórios em 12% ao ano aos contratos de financiamento celebrados com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, por força da Súmula n. 596 do STF, salvo nas hipóteses excepcionadas pela legislação específica. Confiram-se a respeito os seguintes precedentes: REsp n. 286.554, Rel. Min. Castro Filho, DJ de 30.09.2002 e REsp n. 387.931, Rel. Min. César Asfor Rocha, DJ de 17.06.2002. Dessarte, nesse ponto, merece reforma o acórdão recorrido.

Da comissão de permanência - do dissídio jurisprudencial.
De acordo com o entendimento pacífico do STJ, caracterizada a mora do devedor é admissível a cobrança de comissão de permanência, desde que não cumulada com: a) juros remuneratórios e/ou correção monetária, conforme decidido no REsp n. 271.214, Rel. p/ acórdão Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ:04/08/03; b) juros moratórios, a teor do entendimento adotado no REsp n. 451.233, de minha relatoria, julgado em 26.06.2003; c) com multa contratual.

Da capitalização dos juros.
O Tribunal de origem afastou a incidência da capitalização mensal de juros, asseverando:
"In casu, não há cláusula contratual que informe ao consumidor a incidência de capitalização de juros no ajuste, tampouco a sua forma (anual, semestral ou mensal). Isso porque a menção às taxas anual e mensal, evidentemente, não é suficiente para informar adequadamente o consumidor desta prática. Este é sabidamente vulnerável no mercado de consumo e, dessa forma, necessita de maiores esclarecimentos acerca da contratação.
A ausência de especificação fere o princípio da boa-fé objetiva e do direito à informação adequada, maximizado no Código de Defesa do Consumidor. Vulnerado, também, o princípio da transparência que deve reger as relações e que embasa o da boa fé.
Não é diverso o entendimento da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, que admite a capitalização mensal desde que expressamente pactuada." (fls. 175).

Assim, o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência deste Tribunal, motivo pelo qual não há que ser reformado, incidindo, na hipótese, a Súmula 83/STJ.
Ainda que superado esse óbice, a modificação dos fundamentos do acórdão implicaria em interpretar de cláusulas contratuais, situação vedada a este Tribunal de acordo com a Súmulas 5/STJ.

Da repetição/compensação do indébito.
No que tange à repetição/compensação do indébito, verifica-se que o recorrente não apontou quais artigos de lei federal teriam sido violado pelo acórdão recorrido. A fundamentação deficiente obsta a exata compreensão a controvérsia e atrai a incidência da Súmula 284/STF.

Da descaracterização da mora.
Alega o recorrente que incide a mora quando vencida a obrigação o devedor não efetua o pagamento da prestação devida.
Conforme já asseverado, o Tribunal de origem afastou a capitalização mensal de juros com fundamento na ausência de pacto acerca da cobrança deste encargo, bem com da periodicidade de sua incidência. Portanto, constatada a abusividade no período de normalidade no cumprimento do contrato e não reformado o acórdão pelo STJ, imperioso manter a descaracterização fundada na cobrança de encargo abusivo.

Forte em tais razões, CONHEÇO do recurso especial pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional e DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO, com fulcro no artigo 557, §1.º-A, do CPC para, reformando o acórdão: a) afastar a disposição de ofício consignada nesta decisão; b) permitir a cobrança dos juros remuneratórios no percentual pactuado no contrato; c) admitir a cobrança da comissão de permanência, desde que expressamente pactuada pelas partes e não cumulada com juros remuneratórios, correção monetária, multa contratual e juros moratórios, nos termo desta decisão; d) afastar a condenação do recorrente na multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC.
Em razão da sucumbência recíproca, condeno as partes ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, mantenho quanto a estes o valor fixado pelo Juízo de 2º grau de jurisdição, que serão reciprocamente distribuídos, suportados na proporção de 50% pelo recorrente e de 50% pelo recorrido, devidamente compensados, conforme a Súmula 306/STJ. Suspensa a exigibilidade, em relação ao recorrido, enquanto perdurarem os efeitos da concessão do benefício da assistência judiciária gratuita.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

(3119)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.554 - RS (2007/0155098-4)

RELATOR	**:**	**MINISTRO ARI PARGENDLER**
AGRAVANTE	:	PATRÍCIA ANTUNES DA SILVA
ADVOGADO	:	FRANK GIULIANI KRAS BORGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	:	BANCO A.J. RENNER S/A
ADVOGADO	:	CLOVIS FRAGA SANŤANNA E OUTRO(S)

DECISÃO

Dou provimento ao agravo para melhor exame do recurso especial. Proceda-se na forma do artigo 544, § 3º, do Código de Processo Civil. Intimem-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3120)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 934.027 - MS (2007/0177754-8)

RELATOR	**:**	**MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	:	WILSON FRANCISCO FERNANDES
ADVOGADO	:	ELTON LUÍS NASSER DE MELLO E OUTRO(S)
AGRAVADO	:	ASSOCIAÇÃO DAS FAMÍLIAS PARA UNIFICAÇÃO E PAZ MUNDIAL
ADVOGADO	:	DAVID MOURA DE OLINDO E OUTRO(S)

DECISÃO

O agravo não foi instruído com cópia do comprovante de recolhimento do porte de remessa e retorno do recurso especial.
Esse documento não é peça obrigatória na formação do agravo de instrumento, pois não está listado no Art. 544, § 1º, do CPC. Nesse sentido: AgRg no AG 436.345/NANCY.
Entretanto, a jurisprudência do STJ considera referida peça como essencial ao conhecimento do agravo de instrumento. Nesse sentido:
"(...) A cópia do comprovante do preparo do porte de remessa e retorno constitui peça essencial à formação do instrumento, sendo que somente com esse documento torna-se possível verificar a regularidade do recurso especial (...)" (AgRg no AgRg no AG 706.899/LAURITA)
"(...) O instrumento encontra-se incompleto, não tendo sido trasladada a cópia do comprovante de pagamento do porte de remessa e retorno do recurso especial, peça necessária à verificação do regular preparo deste (...)" (AgRg no AG 630.190/FALCÃO)
"(...) A cópia do comprovante de recolhimento das despesas relativas ao porte de remessa e retorno do Recurso Especial, a ser efetivado na origem, consoante exigência contida no caput do art. 511, do Estatuto Processual Civil, é peça essencial à formação do Agravo de Instrumento, cuja ausência obsta o seu conhecimento (...)" (AgRg no AG 589.291/MEDINA)
"(...) Não se conhece de agravo de instrumento interposto sem a comprovação do preparo, quando devido, inclusive porte de remessa e retorno do recurso especial, nos moldes do art. 511 caput do CPC (...)" (EDcl nos EDcl no AG 208.833/CASTRO MEIRA)
Ressalvo meu entendimento: a Lei não impõe ao agravante o dever de juntar peças essenciais, razão pela qual não cabe ao Judiciário fazê-lo.
Fiquei vencido nas diversas oportunidades em que a Corte Especial julgou a questão da exigência de peças essenciais na formação do agravo de instrumento. Cito, a exemplo: AgRg no AG 153.273/ZVEITER, Relator para acórdão o Min. Barros Monteiro, EREsp 449.486/DIREITO, EREsp 577.841/FERNANDO, EREsp 509.394/ELIANA, EREsp 490.731/FERNANDO, dentre outros.
Rendo-me, entretanto, ao entendimento consolidado pela maioria, para preservar a higidez de nossa jurisprudência.
Não conheço do agravo de instrumento.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS, Relator

(3121)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 934.123 - SP (2007/0175363-0)

RELATOR	**:**	**MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	:	FRANCISCO ASSIS MATTUA
ADVOGADO	:	LUIZ SALEM VARELLA E OUTRO(S)
AGRAVADO	:	TOYOTA DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	:	DIRCEU FREITAS FILHO E OUTRO(S)

DECISÃO

A decisão agravada reprovou recurso especial com base no seguinte fundamento:
- incidência da Súmula 7.
DECIDO:
O ora agravante não atacou especificamente nenhum dos fundamentos da decisão agravada.
Não há, no agravo de instrumento, argumento a afastar a incidência da Súmula 7. Incide, por simetria, a Súmula 182.
Não conheço do agravo.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3122)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 934.374 - DF (2007/0176123-7)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE
ADVOGADO	: ANTÔNIO CARLOS ROCHA PIRES DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: OSWALDO TEIXEIRA DE MELO
ADVOGADO	: WASHINGTON HROLDO MENDES DE ANDRADE E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento enfrenta decisão de fls. 258/261 que reprovou recurso especial, por:
a) ausência de ofensa aos Arts. 165, 458 e 535 do CPC; b) incidência da Súmula 7.
A agravante afirma que:
a) houve o prequestionamento dos dispositivos apontados no recurso especial;
b) houve ofensa aos Arts. 165, 458 e 535 do CPC.
O recurso especial desafia acórdão, no que interessa, assim ementado:
"1. Não se verifica a litispendência e a coisa julgada quando nenhum dos elementos objetivos da lide são coincidentes.
2. O termo '*a quo*' para a contagem do prazo prescricional, com relação ao contrato derivado de plano de saúde, conta-se da data da ciência da lesão, e não, da assinatura do termo de adesão.
3. O colendo Superior Tribunal de Justiça entende ser aplicável o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de seguro de plano de saúde, celebrados antes da vigência do CDC, porquanto são contratos de execução diferida no tempo.
4. Incidente o Código de Defesa do Consumidor, desnecessária a invocação da Lei nº 9.656/98.
5. Presentes os requisitos a justificarem a antecipação dos efeitos da tutela, para determinar à empresa prestadora de plano de saúde que arque com os dispêncios do tratamento médico do contratante, inclusive com as despesas de aquisição e implantação de 'stents' farmacológicos, deve ser confirmada a decisão favorável ao recorrido, sob os auspícios do princípio da dignidade da pessoa humana.
6. Agravo de instrumento desprovido." (fl. 175).
A recorrente, ora agravante, nas razões do recurso especial, apontou ofensa aos Arts. 165, 273, 458 e 535 do CPC. Alegou: a) omissão no acórdão recorrido; b) a ausência de verossimilhança das alegações.
Decido:
Os Arts. 165 e 458 do CPC não foram tratados pelo acórdão recorrido. Tampouco foram referidos nos embargos de declaração. Faltou prequestionamento. Incide a Súmula 211.
O Art. 535 do CPC não sofre ofensa quando o acórdão recorrido aprecia de forma precisa, completa e fundamentada as questões necessárias ao deslinde da controvérsia.
Além disso, mesmo para fins de prequestionamento, o acolhimento de embargos declaratórios pressupõe a existência de vício catalogado no Art. 535 do CPC (EDcl nos EREsp 237.553/HUMBERTO, REsp 434.283/FUX, REsp 208.468/DEMÓCRITO, dentre muitos).
A jurisprudência proclama que é inviável, em recurso especial, a análise dos requisitos autorizadores de antecipação de tutela, pois está vinculada à apreciação do conjunto das provas contidas nos autos. Incide a Súmula 7. Nesse sentido:
"A constatação dos requisitos para concessão da tutela antecipada demanda o reexame dos fatos e das provas. Incide a Súmula 7" (AgRg no Ag 591.072/HUMBERTO).
"A discussão a respeito do descumprimento da tutela antecipada esbarra na vedação da Súmula nº 07/STJ" (AgRg na MC 7.782/DIREITO).
Nego provimento ao agravo.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3123)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 934.423 - SP (2007/0167527-8)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: CEM S/A ARTIGOS DOMÉSTICOS
ADVOGADO	: PAULO MARCELO DE ARRUDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FERREIRA LEITE E WELTZER LTDA
ADVOGADO	: CELESTINO PINTO DA SILVA

DECISÃO

Agravo de instrumento enfrenta decisão que negou seguimento ao recurso especial.
A decisão agravada finca-se:
a) na impossibilidade de exame de ofensa a dispositivos constitucionais em recurso especial;
b) na "obediência do v. acórdão aos requisitos contidos no artigo 458 do Código de Processo Civil." (fl. 429);
c) na ausência de demonstração da alegada vulneração aos demais dispositivos apontados no recurso especial;
d) na aplicação da Súmula 7/STJ.
Decido:
As razões do agravo não atacam especificamente todos os fundamentos da decisão agravada.
Por simetria, incide a Súmula 182.
Não conheço do agravo.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3124)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 934.433 - RS (2007/0167361-4)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BANCO SANTANDER BRASIL S/A
ADVOGADO	: EVERTON MADEIRA GUSMÃO RUANO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CÉSAR AUGUSTO CARÚS GOULART
ADVOGADO	: EMERSON BITENHCOURTT FENSTERSEIFER

DECISÃO

Agravo de instrumento desafiando decisão de fl. 292/293, que inadmitiu recurso especial, por incidência da Súmula 7.
O agravante alega que não pretende o reexame de provas.
O recurso especial desafiou acórdão assim ementado:
"Danos morais. relação bancária.

'Falha no sistema' e cadastramento negativo indevido. Quantum majorado para 35 s.m. Apelo do autor PROVIDO.
Ilicitude; dever de indenizar. Danos morais presumíveis. Doutrina e jurisprudência. Condenação mantida. Apelo do Banco réu IMPROVIDO." (fl. 249).
Opostos embargos de declaração. Foram acolhidos para fixação de honorários.
Opostos novos embargos de declaração. Foram acolhidos para correção de erro material.
O recorrente, ora agravante, nas razões do recurso especial, apontou divergência jurisprudencial. Alegou ser exorbitante o valor fixado a título de danos morais.
Decido:
Em recurso especial somente é possível revisar a indenização por danos morais quando o valor fixado nas instâncias locais for exageradamente alto, ou baixo, a ponto de maltratar o Art. 159 do Código Beviláqua. Fora desses casos, incide a Súmula 7, a impedir o conhecimento do recurso.
A fixação da indenização por danos morais não se mostra, no caso, exorbitante.
Nego provimento ao agravo.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3125)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 934.685 - SP (2007/0178821-5)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A
ADVOGADO	: CLÁUDIA PICCOLI ALVES NUNES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSÉ LUIZ SHOUGA MENDES
ADVOGADO	: ANDRÉ FERREIRA LISBOA E OUTRO(S)

DECISÃO

O agravo não foi instruído com cópia da Guia de Recolhimento da União - GRU.
O comprovante de pagamento da guia, juntada aos autos à fl. 41, contém a indicação de um número do processo que não se refere ao dos autos.
Nossa jurisprudência diz que a guia de recolhimento do porte de remessa e retorno deve estar preenchido com, no mínimo, o número do processo a que se refere, sob pena de deserção, porque, sem tal indicação, não se permite saber se as custas do processo foram devidamente recolhidas. Confira-se:
"AGRAVO INTERNO - RECURSO ESPECIAL - PORTE REMESSA E RETORNO - INDICAÇÃO DO NÚMERO DO PROCESSO RESPECTIVO - NECESSIDADE. - O DARF de recolhimento do porte de remessa e retorno deve estar preenchido com, no mínimo, o número do processo a que se refere (Lei 8.038/1990, art. 41-B c/c Resolução 20/04 - STJ, Art. 2º), sob pena de deserção, porque, sem tal indicação, não se permite saber se as custas do processo foram devidamente recolhidas" (AgRg no Ag 831.261/HUMBERTO).
Nesse sentido: AgRg no REsp 801.686/ELIANA; AgRg no Ag 683.527/TEORI, AgRg nos EDcl no Ag 510.249/ELIANA, AgRg no REsp 820.539/PASSARINHO, AgRg no Ag 799.966/SCARTEZINNI, dentre outros.
Não conheço do agravo.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3126)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 934.949 - RO (2007/0177730-9)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A - CERON
ADVOGADO	: FÁBIO ANTÔNIO MOREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TIAGO ZANCHET ÁVILA
ADVOGADO	: EZEQUIEL CRUZ DE SOUZA E OUTRO(S)

DECISÃO

O agravo de instrumento está deficientemente instruído.
É impossível verificar a tempestividade do recurso especial, porque ilegível o carimbo de protocolo.
Nesse sentido:

"Não se conhece do agravo de instrumento na hipótese em que o carimbo de protocolo do recurso especial encontra-se ilegível, de modo a impedir a aferição da tempestividade." (AgRg no AgRg no AG 511.088/NANCY)

Com ressalva do meu entendimento, não conheço do agravo de instrumento.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3127)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935.057 - MS (2007/0164526-4)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADO	: AOTORY SOUZA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LATICÍNIO CAPRISUL LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: MOZART VILELA ANDRADE E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento desafia decisão (fls. 239/241) que inadmitiu recurso especial.
No recurso especial, em ação revisional, HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO insurge-se contra a omissão do acórdão quanto aos dispositivos legais apontados nos embargos e a vedação da inscrição em órgãos de proteção ao crédito.
DECIDO:
Inviável o exame de dispositivos constitucionais em recurso especial.
- Ofensa ao Art. 535 do CPC:
Embora rejeitando os embargos de declaração, o acórdão recorrido examinou, motivadamente, todas as questões pertinentes ao desfecho da lide.
Os embargos de declaração não se prestam para o reexame da decisão, como pretendido pelo embargante, ora agravante.
Mesmo para fins de prequestionamento, o acolhimento de embargos declaratórios pressupõe a existência de vício catalogado no Art. 535 do CPC (EDcl nos EREsp 237.553/HUMBERTO, REsp 434.283/FUX, REsp 208.468/DEMÓCRITO, dentre muitos).
O Art. 458, III, do CPC não foi objeto de exame na formação do acórdão recorrido. Incide a Súmula 211.
- Inscrição nos cadastros de proteção ao crédito:
A divergência jurisprudencial não está demonstrada com as formalidades exigidas pelo Art. 541, parágrafo único, do CPC. Não houve confronto analítico entre os paradigmas e o julgado recorrido para demonstração de semelhança entre os casos, que, na hipótese, efetivamente, não existe.
Simples transcrições de ementas e trechos não bastam. Veja-se: EAG 430.169/HUMBERTO, AgRg no Ag 552.760/GONÇALVES, AgRg no Ag 569.369/PÁDUA, AgRg no Ag 376.957/SÁLVIO, dentre outros.
Nego provimento ao agravo.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3128)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935.682 - MS (2007/0166286-0)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: AGÊNCIA DE DENSENVOLVIMENTO AGRÁRIO E EXTENSÃO RURAL DE MATO GROSSO DO SUL AGRAER
PROCURADOR	: GUSTAWO A DE LIMA TOLENTINO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RIBEIRÃO AGROPECUÁRIA LTDA
ADVOGADO	: EDSON PINHEIRO E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento enfrenta decisão de fls. 23/24 que reprovou recurso especial, por incidência da Súmula 7/STJ.
O agravante afirma que a matéria é exclusiva de direito.
O recurso especial desafia acórdão, no que interessa, assim ementado:
"Apelação cível - Ação declaratória de nulidade - Ação de retificação de registro imobiliário - Não-citação do estado e do Idaterra - Ausência de previsão na lei de registro público - Matéria de competência privativa da União - Não-aplicabilidade da lei estadual - Improvimento." (fl. 9).
A recorrente, ora agravante, alega ofensa ao Art. 20, § 4º, do CPC. Sustenta a exorbitância do valor fixado a título de honorários.
Decido:
A controvérsia a respeito da correta determinação dos honorários advocatícios constitui-se em análise de provas (Súmula 7). Confira-se:
"(...) - Impossível, em recurso especial, a revisão do valor atribuído, por equidade, à verba de sucumbência. A Súmula 7 o proíbe." (REsp 550.712/HUMBERTO).

Acrescente-se: AgRg no REsp 275.895/ELIANA; REsp 139.919/FISCHER; dentre outros.
Excepcionalmente, o STJ tem procedido à revisão dos honorários excessivos ou irrisórios, o que não é o caso dos autos
Nego provimento ao agravo.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3129)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 937.234 - SP (2007/0177855-8)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO COSESP
ADVOGADO	: PAULO SERGIO ZAGO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ARCINO LUIZ DA SILVA E OUTRO
ADVOGADO	: JOSEVAL MARTINS VIANA E OUTRO(S)
INTERES.	: FRANCISCO CANEDO DA SILVA
ADVOGADO	: S/REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

A decisão agravada reprovou recurso especial (fls. 296/297), porque:
a) não houve violação à lei federal e
b) a pretensão é de reexame de provas (Súmula 7).
A ora agravante afirma, em resumo, que:
a) a ofensa à lei federal está demonstrada e
b) não é caso de incidência da Súmula 7.
No recurso especial, queixa-se de ofensa aos Arts. 757, 765 e 766 do CC. Aponta divergência jurisprudencial. Alega, em resumo, que não é devido o pagamento de indenização, pois houve omissão de doença preexistente.
DECIDO:
Sem a exigência de exames prévios e não provada a má-fé do segurado, como no caso, é ilícita a recusa da cobertura securitária, sob a alegação de doença preexistente à contratação do seguro-saúde. Confiram-se: AgRg no Ag 653.720/NANCY; REsp 229.078/ROSADO; REsp 533.404/HUMBERTO; REsp 534.675/HUMBERTO; REsp 393.809/HUMBERTO e REsp 86.095/ROSADO.
O Tribunal *a quo*, louvado nos fatos, entendeu não caracterizada a má-fé da segurada. Rever tal entendimento desafiaria a Súmula 7.
Não houve a comprovação da divergência, conforme as exigências contidas nos Arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255 do RISTJ.
Nego provimento ao agravo.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3130)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 937.621 - SP (2007/0184905-6)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: ELZA FERRAZ DA TRINDADE
ADVOGADO	: JOSÉ WIAZOWSKI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO	: LUIZ PAULO HORTA DE SIQUEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento desafiando decisão de fls. 71/72, que inadmitiu recurso especial, por ausência de ofensa ao Art. 535 do CPC.
A agravante alega que houve ofensa ao Art. 535 do CPC.
O recurso especial desafiou acórdão recorrido assim ementado:
"Seguro obrigatório. Concessão de aposentadoria por invalidez à vítima de acidente de trânsito. Pedido de indenização decorrente de seguro obrigatório. Ausência de vinculação entre a conclusão da perícia realizada pelo INSS e aquela elaborada na ação de cobrança. Decisão judicial que não se encontra adstrita ao resultado do exame que autorizou o benefício concedido pela previdência oficial. Recurso não provido.
Seguro obrigatório. Incapacidade parcial. Laudo oficial não infirmado pelo laudo crítico. Estimativas de perda ou incapacidade na perícia divergente que apresentam percentuais elevados se considerados os parâmetros da Circular 29/91 da SUSEP, aplicável no caso dos autos. Lesões de moderada gravidade e que não autorizam a fixação da indenização em seu valor máximo. Recurso não provido." (fl. 54).
Opostos embargos de declaração. Foram rejeitados.
A recorrente, ora agravante, nas razões do recurso especial, apontou ofensa ao Art. 535 do CPC. Alegou omissão no acórdão recorrido quanto à falha técnica da perícia médica e o parecer crítico que apurou 100% de incapacidade física.
Decido:
O Art. 535 do CPC não sofre ofensa quando o acórdão recorrido aprecia de forma clara, precisa, completa e fundamentada as questões necessárias ao deslinde da controvérsia.
Acrescente-se que a leitura dos declaratórios opostos pela ora agravante demonstra o caráter infringente daquele recurso.
A isso, contudo, não se prestam os declaratórios, que são apelos de integração, não de substituição.
Nego provimento ao agravo.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3131)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 937.646 - SP (2007/0187402-1)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: S N COMÉRCIO DE MATERIAL DE SEGURANÇA LTDA
ADVOGADO	: JAYME FERRAZ JUNIOR
AGRAVADO	: BETINA INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA
ADVOGADO	: ALAN BOUSSO

DECISÃO

A Guia de Recolhimento da União - GRU, juntada aos autos à fls. 79 e 86, não contém indicação do número do processo.
Nossa jurisprudência diz que a guia de recolhimento do porte de remessa e retorno deve estar preenchido com, no mínimo, o número do processo a que se refere, sob pena de deserção, porque, sem tal indicação, não se permite saber se as custas do processo foram devidamente recolhidas. Confira-se:
"AGRAVO INTERNO - RECURSO ESPECIAL - PORTE REMESSA E RETORNO - INDICAÇÃO DO NÚMERO DO PROCESSO RESPECTIVO - NECESSIDADE.
- O DARF de recolhimento do porte de remessa e retorno deve estar preenchido com, no mínimo, o número do processo a que se refere (Lei 8.038/1990, art. 41-B c/c Resolução 20/04 - STJ, Art. 2º), sob pena de deserção, porque, sem tal indicação, não se permite saber se as custas do processo foram devidamente recolhidas" (AgRg no Ag 831.261/HUMBERTO).
Nesse sentido: AgRg no REsp 801.686/ELIANA; AgRg no Ag 683.527/TEORI, AgRg nos EDcl no Ag 510.249/ELIANA, AgRg no REsp 820.539/PASSARINHO, AgRg no Ag 799.966/SCARTEZINNI, dentre outros.
Nego seguimento ao recurso especial.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3132)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 937.846 - SP (2007/0189199-2)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BANCO DE CRÉDITO NACIONAL S/A - BCN
ADVOGADO	: NEI CALDERON E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GUGLIELMO GALLUZI
ADVOGADO	: ALEXANDRE VENTURINI E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial, tirado de acórdão assim ementado:
"Ação de cobrança. Cerceamento de defesa. Caracterização. Contrato de renegociação de dívida. Direito do Consumidor de examinar os contratos que lhe antecederam. Julgamento antecipado. Prova pericial contábil inafastável. Nulidade da sentença reconhecida. Recurso provido para este fim." (fl. 81)
Embargos de declaração opostos e rejeitados.
O recorrente queixa-se de maltrato aos Arts. 5º, XXXVI, da CF/88, 104 e 360, I, do CC. Alega que "sendo certo que o crédito declarado pelo recorrente segue os termos do contrato, não está sendo respeitado, dessa forma, o contrato sub judice, e o ato jurídico perfeito, violando, dessa forma, literal dispositivo de lei federal."(fl. 109)
Contra-razões ofertadas.
O Tribunal local reprovou o recurso especial, porque:
- não se verifica ofensa a dispositivo constitucional em recurso especial;
- incide a Súmula 211;
- aplica-se a Súmula 7.
O Agravante combate tais afirmações e pede a reforma da decisão agravada.
DECIDO:
Inviável o exame de dispositivo constitucional em recurso especial.
Os Arts. 104 e 360, I, do NCC não foram objeto de discussão no acórdão recorrido. Falta prequestionamento. Incide a Súmula 211.
Nego provimento ao agravo.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3133)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 937.912 - DF (2007/0187855-4)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: UNIMED BRASÍLIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADO	: NILSON CUNHA JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RAIMUNDO SOARES
ADVOGADO	: MÁRIO AUGUSTO DE OLIVEIRA SANTOS E OUTRO(S)

DECISÃO

A decisão agravada reprovou recurso especial (fls. 216/218), porque a matéria não foi prequestionada (Súmula 211).
DECIDO:
A ora agravante não atacou especificamente o único fundamento da decisão agravada. Limitou-se a dizer, em suma, que estão presentes os requisitos de admissibilidade e que o dissídio foi demonstrado. Incide, por simetria, a Súmula 182.
Não conheço do agravo.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3134)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 938.026 - RJ (2007/0182337-9)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: EDUARDO DE OLIVEIRA GOUVÊA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CÂNDIDA DE JESUS SIMÕES RODRIGUES
ADVOGADO	: JORGE DOS SANTOS RODRIGUES E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento desafia a decisão de fl. 330, que recebeu o recurso especial interposto apenas na forma retida.
O agravante insurge-se contra a retenção. Alega que a situação discutida nos autos é uma exceção à retenção, pois já se encontra instaurado o competente processo de execução.
DECIDO:
O acórdão atacado manteve decisão que não acolheu exceção de pré-executividade.
O regime de retenção deve ser aplicado nos casos previstos em lei, desde que seja possível à parte reiterar, posteriormente, o recurso interposto.
Nestes autos, se não forem opostos embargos à execução pelo ora agravante, não haverá possibilidade de reiteração do recurso especial. Trata-se, evidentemente, de exceção à regra do Art. 542, § 3º, do CPC.
Dou provimento ao agravo de instrumento para afastar a retenção e determinar o processamento do recurso especial interposto.
Brasília, 19 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3135)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942.046 - RS (2007/0190703-3)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CARLOS HERRMANN PENNER
ADVOGADO	: ANDRÉA MARTIMBIANCO

DECISÃO

Agravo de instrumento contra decisão que abortou recurso especial.
No recurso especial, Brasil Telecom S/A, reclama de violação aos Arts. 3º, 47, 267, VI, 467 e 468, do CPC; 1º, 12, 229, § 5º, da Lei n.º 6.404/76; 159 e 1.056, do Código Civil/1916; e 121 do Código Comercial.
Juízo negativo de admissibilidade à fl. 103.
DECIDO:
A legitimidade passiva de Brasil Telecom, sucessora de CRT, decorre de ela haver celebrado o contrato de participação financeira, com o nítido propósito de assumir obrigações:
"A legitimidade para figurar no pólo passivo da presente ação decorre de a mesma ter assumido obrigações de emitir as ações. Além disso, a responsabilidade da recorrente subscrever as ações da empresa Celular CRT S/A foi reconhecida com base na análise das cláusulas do protocolo de justificação da cisão parcial da CRT. Ultrapassar esse entendimento demandaria o reexame das provas e das cláusulas contratuais, o que não é possível nesta sede. Incidência das Súmulas 5 e 7/STJ." (REsp 473.159/BARROS MONTEIRO)
Em relação a ofensa à coisa julgada, o Tribunal de origem com base nos elementos de prova decidiu que:
"(...) Como já referido no relatório, na noticiada ação, a pretensão da parte autora era a de subscrição de diferença de ações da CRT, atual Brasil Telecom. Neste feito, busca as ações e os dividendos decorrentes da cisão desta, em que surgiu a Celular CRT, pela qual, porém, a primeira ficou responsável pelas obrigações daí decorrentes, consoante ata do referido ato societário.Portanto, diversos os pedidos e as causas de pedir, não se pode falar em repetição de ação, o que daria ensejo ao acolhimento da coisa julgada a teor do que dispõe o art. 301, § 3.º, *in fine*, do CPC." (fls. 46).
Rever esse entendimento desafia a Súmula 7.
Por fim, os Arts. 159 e 1.056, do Código Civil/1916 e 121, do Código Comercial, não foram objeto de discussão na formação do acórdão recorrido. Falta prequestionamento. Incidem as Súmulas 282 e 356/STF.
Nego provimento ao agravo.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3136)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942.211 - RS (2007/0198048-7)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VALCINO MACAGNAN E OUTROS
ADVOGADO	: LOURENÇO GASPARIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra decisão que abortou recurso especial.
No recurso especial, Brasil Telecom S/A, reclama de violação aos Arts. 474 do CPC; 186 do Código Civil; em relação à portaria n.º 1.361.
Juízo negativo de admissibilidade às fls. 82.
DECIDO:
De início, registro que a via especial não é apropriada para discussão de portarias, decretos, resoluções. Nesse sentido: REsp 514.775/GALLOTTI, REsp 214.456/VIDIGAL, REsp 548.045/FISCHER, REsp 177.447/PEÇANHA, AgRg no AG 489.031/SCARTEZZINI e REsp 36.234/SÁLVIO.
Em relação a ofensa à coisa julgada, o Tribunal de origem com base nos elementos de prova decidiu que:
"[...] Inicialmente afasto a incidência da prefacial de coisa julgada material. A eficácia da coisa julgada só atinge matéria que foi objeto de apreciação anterior. Não há preclusão do direito postulado no presente feito, pois se trata de causa de pedir distinta da constante no processo antes ajuizado pela parte autora." (fl. 39)
Rever esse entendimento desafia a Súmula 7.
Por fim, o Art. 186 não foi, sequer implicitamente, prequestionado. Tampouco foram opostos embargos de declaração. Falta prequestionamento. Incidem as Súmulas 282 e 356 ambas do STF.
Nego provimento ao agravo.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3137)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942.645 - RS (2007/0192481-7)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AMÉLIO PACE - SUCESSÃO
REPR. POR	: FIORINDA BARCELLOS PACE
ADVOGADO	: AIRTON TADEU FORBRIG E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra decisão que abortou recurso especial.
No recurso especial, Brasil Telecom S/A, reclama de violação aos Arts. aos Arts. 3º, 47, 267, VI, 269, IV, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 170, §1º, 229, § 5º e 287, II, 'g', da Lei n.º 6.404/76; 85, 115 e 117 do Código Civil/1916; e 131, I, do Código Comercial.
Juízo negativo de admissibilidade às fls. 88/89.
DECIDO:
A legitimidade passiva de Brasil Telecom, sucessora de CRT, decorre de ela haver celebrado o contrato de participação financeira, com o nítido propósito de assumir obrigações:
"A legitimidade para figurar no pólo passivo da presente ação decorre de a mesma ter assumido obrigações de emitir as ações. Além disso, a responsabilidade da recorrente subscrever as ações da empresa Celular CRT S/A foi reconhecida com base na análise das cláusulas do protocolo de justificação da cisão parcial da CRT. Ultrapassar esse entendimento demandaria o reexame das provas e das cláusulas contratuais, o que não é possível nesta sede. Incidência das Súmulas 5 e 7/STJ." (REsp 473.159/BARROS MONTEIRO)
A pretensão da autora não contraria o ordenamento. Não há impossibilidade jurídica do pedido:
"O autor que assinou o contrato de participação financeira e permanece como titular das ações, não encontra empeço no ordenamento jurídico para buscar o direito que julga ter; ausente, portanto, a alegada impossibilidade jurídica do pedido." (RESP 700.606/CASTRO FILHO)
No julgamento do REsp 822.914/RS, ocorrido em 01.06.2006, a 3ª Turma decidiu que o Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, não se aplica a demandas como a destes autos. Confira-se trecho do voto:
"O amplíssimo Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, tem aplicação quando o acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído como acionista. Nessa situação específica - em que o status das partes é determinante para a persecução do direito reclamado - é que o prazo de prescrição será trienal, independentemente do fundamento da demanda. Aqui, o autor não litiga como acionista. Litiga como contratante, em busca de reparação de ato ilícito (suposto descumprimento do contrato).
É ilegal a capitalização de ações feita pela Brasil Telecom S/A com observância do constante na Portaria 86/91 (ato normativo de natureza administrativa), devendo prevalecer o disposto no Art. 170 da Lei 6.404/76.
"Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondentes ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado." (RESP 500.236/Rel. p/ acórdão Ministro Fernando Gonçalves)
Quanto à alegação de violação aos Arts. 85, 115 e 117 do Código Civil observo que a lide foi resolvida no Tribunal de origem em decorrência de interpretação de cláusulas contratuais, notadamente das cláusulas referentes ao valor resgatável das ações e ao resgate do financiamento. Incidem as Súmulas 5 e 7.
Por fim, o Art. 131, I, do Código Comercial não foi objeto de discussão na formação do acórdão recorrido. Falta prequestionamento. Incidem as Súmulas 282 e 356/STF.
Nego provimento ao agravo.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3138)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942.686 - RS (2007/0187693-8)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: MÔNICA GOES DE ANDRADE MENDES DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANTÔNIO CARLOS SILVEIRA RODRIGUES E OUTROS
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra decisão que abortou recurso especial.
No recurso especial, Brasil Telecom S/A, reclama de violação aos Arts. aos Arts. 269, IV, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 170, §1º, 201, 202, § 1º, 229, § 5º e 287, II, 'g' da Lei n.º 6.404/76; 2º, 3º, 47 e 84, § 1º, do CDC; 85, 115 e 117 do Código Civil/1916; e 131, I, do Código Comercial.
Juízo negativo de admissibilidade às fls. 281/282.
DECIDO:
Não verifico ofensa aos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor. Tratando-se de contrato vinculado ao serviço de telefonia, com cláusula de investimento em ações, inafastável a aplicação da legislação consumerista ao caso.
A legitimidade passiva de Brasil Telecom, sucessora de CRT, decorre de ela haver celebrado o contrato de participação financeira, com o nítido propósito de assumir obrigações:
"A legitimidade para figurar no pólo passivo da presente ação decorre de a mesma ter assumido obrigações de emitir as ações. Além disso, a responsabilidade da recorrente subscrever as ações da empresa Celular CRT S/A foi reconhecida com base na análise das cláusulas do protocolo de justificação da cisão parcial da CRT. Ultrapassar esse entendimento demandaria o reexame das provas e das cláusulas contratuais, o que não é possível nesta sede. Incidência das Súmulas 5 e 7/STJ." (REsp 473.159/BARROS MONTEIRO)
A pretensão da autora não contraria o ordenamento. Não há impossibilidade jurídica do pedido:
"O autor que assinou o contrato de participação financeira e permanece como titular das ações, não encontra empeço no ordenamento jurídico para buscar o direito que julga ter; ausente, portanto, a alegada impossibilidade jurídica do pedido." (RESP 700.606/CASTRO FILHO)
No julgamento do REsp 822.914/RS, ocorrido em 01.06.2006, a 3ª Turma decidiu que o Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, não se aplica a demandas como a destes autos. Confira-se trecho do voto:
"O amplíssimo Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, tem aplicação quando o acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído como acionista. Nessa situação específica - em que o status das partes é determinante para a persecução do direito reclamado - é que o prazo de prescrição será trienal, independentemente do fundamento da demanda. Aqui, o autor não litiga como acionista. Litiga como contratante, em busca de reparação de ato ilícito (suposto descumprimento do contrato).
É ilegal a capitalização de ações feita pela Brasil Telecom S/A com observância do constante na Portaria 86/91 (ato normativo de natureza administrativa), devendo prevalecer o disposto no Art. 170 da Lei 6.404/76.
"Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondentes ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado." (RESP 500.236/Rel. p/ acórdão Ministro Fernando Gonçalves)
O STJ já decidiu que a condenação do recorrente ao pagamento dos dividendos decorre do direito reconhecido quanto à subscrição de ações.
Quanto à alegação de violação aos Arts. 85, 115 e 117 do Código Civil observo que a lide foi resolvida no Tribunal de origem em decorrência de interpretação de cláusulas contratuais, notadamente das cláusulas referentes ao valor resgatável das ações e ao resgate do financiamento. Incidem as Súmulas 5 e 7.
Por fim, os Arts. 47 e 84, § 1º, do CDC e 131, I, do Código Comercial não foram objeto de discussão na formação do acórdão recorrido. Falta prequestionamento. Incidem as Súmulas 282 e 356/STF.
Nego provimento ao agravo.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3139)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942.983 - RS (2007/0191479-3)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TÂNIA MARIA DA SILVA AZEREDO
ADVOGADO	: JOÃO ELI LOURENÇO DA SILVA JUNIOR

DECISÃO

Agravo de instrumento contra decisão que abortou recurso especial.
No recurso especial, Brasil Telecom S/A, reclama de violação aos Arts. 269, IV, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, II e 287, II, 'g' da Lei n.º 6.404/76.
Juízo negativo de admissibilidade à fl. 69.
DECIDO:
A legitimidade passiva de Brasil Telecom, sucessora de CRT, decorre de ela haver celebrado o contrato de participação financeira, com o nítido propósito de assumir obrigações:
"A legitimidade para figurar no pólo passivo da presente ação decorre de a mesma ter assumido obrigações de emitir as ações. Além disso, a responsabilidade da recorrente subscrever as ações da empresa Celular CRT S/A foi reconhecida com base na análise das cláusulas do protocolo de justificação da cisão parcial da CRT. Ultrapassar esse entendimento demandaria o reexame das provas e das cláusulas contratuais, o que não é possível nesta sede. Incidência das Súmulas 5 e 7/STJ." (REsp 473.159/BARROS MONTEIRO)
A pretensão da autora não contraria o ordenamento. Não há impossibilidade jurídica do pedido:
"O autor que assinou o contrato de participação financeira e permanece como titular das ações, não encontra empeço no ordenamento jurídico para buscar o direito que julga ter; ausente, portanto, a alegada impossibilidade jurídica do pedido." (RESP 700.606/CASTRO FILHO)
No julgamento do REsp 822.914/RS, ocorrido em 01.06.2006, a 3ª Turma decidiu que o Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, não se aplica a demandas como a destes autos. Confira-se trecho do voto:
"O amplíssimo Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, tem aplicação quando o acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído como acionista. Nessa situação específica - em que o status das partes é determinante para a persecução do direito reclamado - é que o prazo de prescrição será trienal, independentemente do fundamento da demanda. Aqui, o autor não litiga como acionista. Litiga como contratante, em busca de reparação de ato ilícito (suposto descumprimento do contrato)."
É ilegal a capitalização de ações feita pela Brasil Telecom S/A com observância do constante na Portaria 86/91 (ato normativo de natureza administrativa), devendo prevalecer o disposto no Art. 170 da Lei 6.404/76.
"Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondentes ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado." (RESP 500.236/Rel. p/ acórdão Ministro Fernando Gonçalves)
Nego provimento ao agravo.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3140)

RECURSO ESPECIAL Nº 943.012 - RS (2007/0081566-3)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
RECORRENTE	: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A - BANRISUL
ADVOGADO	: PABLO SEFFRIN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LUIZ RONALDO MENA BARRETO CONCEICAO E OUTRO
ADVOGADO	: JOÃO LUCAS PEREIRA CAMARGO

DECISÃO

O objeto litigioso diz respeito aos encargos exigíveis em contrato de empréstimo bancário tomado por pessoa jurídica.

As razões do recurso especial atacam o acórdão proferido pelo tribunal *a quo* quanto aos seguintes tópicos: a) vedação da capitalização em qualquer periodicidade; b) redução da multa moratória e c) possibilidade da compensação de valores.

O tribunal *a quo* declarou que a capitalização não foi expressamente pactuada (fl. 174 e 177), premissa inalterável na via do recurso especial.
É entendimento assente neste Tribunal que a redução da multa moratória de 10% para 2%, tal como definida na Lei nº 9.298, de 1996, é de rigor nos contratos celebrados após a sua vigência - o que ocorre no presente caso.
No mais, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça admite a compensação dos valores pagos indevidamente (AgRg no REsp nº 628.945, RS, Relator eminente Ministro Humberto Gomes de Barros, DJ de 09.08.2004).
Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.
Intimem-se.
Brasília, 18 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3141)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.070 - RS (2007/0204056-3)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JACKSON LIMA RODRIGUES
ADVOGADO	: CLÁUDIA CAMARGO GOLBSPAN E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra decisão que abortou recurso especial.
No recurso especial, Brasil Telecom S/A, reclama de violação aos Arts. 165, 269, IV, 458, II e 535 do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, II, 201, 202, § 1º e 287, II, "g"da Lei n.º 6.404/76; 85, 115 e 117 do Código Civil/1916; e 131, I, do Código Comercial.
Juízo negativo de admissibilidade às fls. 187/188.
DECIDO:
Embora rejeitando os embargos de declaração, o acórdão recorrido examinou, motivadamente, todas as questões pertinentes ao desfecho da lide.
Mesmo para fins de prequestionamento, o acolhimento de embargos declaratórios pressupõe a existência de vício catalogado no Art. 535 do CPC (EDcl nos EREsp 237.553/HUMBERTO, REsp 434.283/FUX, REsp 208.468/DEMÓCRITO, dentre muitos).
Tampouco há defeito de fundamentação ou contrariedade aos Arts. 165 e 458 do Código de Processo Civil.
A legitimidade passiva de Brasil Telecom, sucessora de CRT, decorre de ela haver celebrado o contrato de participação financeira, com o nítido propósito de assumir obrigações:
"A legitimidade para figurar no pólo passivo da presente ação decorre de a mesma ter assumido obrigações de emitir as ações. Além disso, a responsabilidade da recorrente subscrever as ações da empresa Celular CRT S/A foi reconhecida com base na análise das cláusulas do protocolo de justificação da cisão parcial da CRT. Ultrapassar esse entendimento demandaria o reexame das provas e das cláusulas contratuais, o que não é possível nesta sede. Incidência das Súmulas 5 e 7/STJ." (REsp 473.159/BARROS MONTEIRO)
A pretensão da autora não contraria o ordenamento. Não há impossibilidade jurídica do pedido:
"O autor que assinou o contrato de participação financeira e permanece como titular das ações, não encontra empeço no ordenamento jurídico para buscar o direito que julga ter; ausente, portanto, a alegada impossibilidade jurídica do pedido." (RESP 700.606/CASTRO FILHO)
No julgamento do REsp 822.914/RS, ocorrido em 01.06.2006, a 3ª Turma decidiu que o Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, não se aplica a demandas como a destes autos. Confira-se trecho do voto:
"O amplíssimo Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, tem aplicação quando o acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído como acionista. Nessa situação específica - em que o status das partes é determinante para a persecução do direito reclamado - é que o prazo de prescrição será trienal, independentemente do fundamento da demanda. Aqui, o autor não litiga como acionista. Litiga como contratante, em busca de reparação de ato ilícito (suposto descumprimento do contrato)."
É ilegal a capitalização de ações feita pela Brasil Telecom S/A com observância do constante na Portaria 86/91 (ato normativo de natureza administrativa), devendo prevalecer o disposto no Art. 170 da Lei 6.404/76.
"Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondentes ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado." (RESP 500.236/Rel. p/ acórdão Ministro Fernando Gonçalves)
O STJ já decidiu que a condenação do recorrente ao pagamento dos dividendos decorre do direito reconhecido quanto à subscrição de ações.
Quanto à alegação de violação aos Arts. 85,115 e 117 do Código Civil observo que a lide foi resolvida no Tribunal de origem em decorrência de interpretação de cláusulas contratuais, notadamente das cláusulas referentes ao valor resgatável das ações e ao resgate do financiamento. Incidem as Súmulas 5 e 7.
Por fim, o Art. 131, I, do Código Comercial não foi objeto de discussão na formação do acórdão recorrido. Falta prequestionamento. Incidem as Súmulas 282 e 356/STF.
Nego provimento ao agravo.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3142)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.113 - RS (2007/0193899-2)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VANDERLEI FERNANDES E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	: MANFREDO ERWINO MENSCH E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra decisão que abortou recurso especial.
No recurso especial, Brasil Telecom S/A, reclama de violação aos Arts. 3º, 267, VI e 474 do CPC; 1º, 12, 229, § 5º e 233, parágrafo único da Lei n.º 6.404/76; 159, do Código Civil/1916.
Juízo negativo de admissibilidade à fl. 180.
DECIDO:
A legitimidade passiva de Brasil Telecom, sucessora de CRT, decorre de ela haver celebrado o contrato de participação financeira, com o nítido propósito de assumir obrigações:
"A legitimidade para figurar no pólo passivo da presente ação decorre de a mesma ter assumido obrigações de emitir as ações. Além disso, a responsabilidade da recorrente subscrever as ações da empresa Celular CRT S/A foi reconhecida com base na análise das cláusulas do protocolo de justificação da cisão parcial da CRT. Ultrapassar esse entendimento demandaria o reexame das provas e das cláusulas contratuais, o que não é possível nesta sede. Incidência das Súmulas 5 e 7/STJ." (REsp 473.159/BARROS MONTEIRO)
Em relação a ofensa à coisa julgada, o Tribunal de origem com base nos elementos de prova decidiu que:
"Diferentemente do que alega a parte apelante, inexiste identidade de pedido e causa de pedir entre a presente ação e a que intentou a parte autora contra Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT. Naquela demanda, postulou aparte autora ações por conta da diferença da retribuição frente ao capital integralizado, em vista da variação do valor da ação no período ocorrido entre o pagamento e respectiva subscrição. Nesta, pretende lhe seja subscrita diferença de ações com base no ato que cindiu a empresa e conferiu aos então acionistas da CRT o mesmo número de ações na Celular CRT. Como a primeira retribuição foi inadequada, com a cisão a parte demandante houve um número menor de ações da Celular CRT. A identidade, assim, resume-se à natureza do objeto." (fl. 70/71).
Rever esse entendimento seria desafiar a Súmula 7.
É ilegal a capitalização de ações feita pela Brasil Telecom S/A com observância do constante na Portaria 86/91 (ato normativo de natureza administrativa), devendo prevalecer o disposto no Art. 170 da Lei 6.404/76.
"Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondentes ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado." (RESP 500.236/Rel. p/ acórdão Ministro Fernando Gonçalves)
Por fim, quanto à alegação de violação ao Art. 159, do Código Civil, observo que este não foi objeto de discussão na formação do acórdão recorrido. Falta prequestionamento. Incidem as Súmulas 282/STF e 211.
Nego provimento ao agravo.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3143)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.233 - RS (2007/0190899-0)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NECI DOS SANTOS ROSA E OUTROS
ADVOGADO	: VITELIO VALCARENGHI

DECISÃO

Agravo de instrumento contra decisão que abortou recurso especial.
No recurso especial, Brasil Telecom S/A, reclama de violação aos Arts. 170, § 1º, II e 287, II, 'g' da Lei n.º 6.404/76; 3º e 4º da Lei 7.799/89.
Juízo negativo de admissibilidade às fls. 198/199.
DECIDO:
No julgamento do REsp 822.914/RS, ocorrido em 01.06.2006, a 3ª Turma decidiu que o Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, não se aplica a demandas como a destes autos. Confira-se trecho do voto:
"O amplíssimo Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, tem aplicação quando o acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído como acionista. Nessa situação específica - em que o status das partes é determinante para a persecução do direito reclamado - é que o prazo de prescrição será trienal, independentemente do fundamento da demanda. Aqui, o autor não litiga como acionista. Litiga como contratante, em busca de reparação de ato ilícito (suposto descumprimento do contrato)."
É ilegal a capitalização de ações feita pela Brasil Telecom S/A com observância do constante na Portaria 86/91 (ato normativo de natureza administrativa), devendo prevalecer o disposto no Art. 170 da Lei 6.404/76.
"Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondentes ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado." (RESP 500.236/Rel. p/ acórdão Ministro Fernando Gonçalves)
A discussão a respeito da determinação do critério de avaliação patrimonial das ações, na verdade, importa o reexame do contrato de participação acionária, cuja correção não cabe ser examinada em sede de recurso especial, em razão do óbice da Súmula 5.
Nego provimento ao agravo.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3144)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.258 - RS (2007/0188638-9)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NOÉ GONÇALVES DE FREITAS
ADVOGADO	: BENEDITO DALBEM E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra decisão que abortou recurso especial.
O recurso especial monta-se em suposta violação aos Arts. 3º, 47, 267, VI, 269, IV, 467 e 468, do CPC; 1º, 12, 229, § 5º e 287, II, "g", da Lei 6.404/76 e 186 do Código Civil e 121 do Código Comercial.
DECIDO:
A legitimidade passiva de Brasil Telecom, sucessora de CRT, decorre de ela haver celebrado o contrato de participação financeira, com o nítido propósito de assumir obrigações:
"A legitimidade para figurar no pólo passivo da presente ação decorre de a mesma ter assumido obrigações de emitir as ações. Além disso, a responsabilidade da recorrente subscrever as ações da empresa Celular CRT S/A foi reconhecida com base na análise das cláusulas do protocolo de justificação da cisão parcial da CRT. Ultrapassar esse entendimento demandaria o reexame das provas e das cláusulas contratuais, o que não é possível nesta sede. Incidência das Súmulas 5 e 7/STJ." (REsp 473.159/BARROS MONTEIRO)
A pretensão da autora não contraria o ordenamento. Não há impossibilidade jurídica do pedido:
"O autor que assinou o contrato de participação financeira e permanece como titular das ações, não encontra empeço no ordenamento jurídico para buscar o direito que julga ter; ausente, portanto, a alegada impossibilidade jurídica do pedido." (RESP 700.606/CASTRO FILHO)
No julgamento do REsp 822.914/RS, ocorrido em 01.06.2006, a 3ª Turma decidiu que o Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, não se aplica a demandas como a destes autos. Confira-se trecho do voto:
"O amplíssimo Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, tem aplicação quando o acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído como acionista. Nessa situação específica - em que o status das partes é determinante para a persecução do direito reclamado - é que o prazo de prescrição será trienal, independentemente do fundamento da demanda. Aqui, o autor não litiga como acionista. Litiga como contratante, em busca de reparação de ato ilícito (suposto descumprimento do contrato).
Em relação a ofensa à coisa julgada, o Tribunal de origem com base nos elementos de prova decidiu que:
"Na presente demanda, nominada de "Ação de Indenização", a parte autora objetiva, unicamente, a condenação da parte ré a entregar, mediante subscrição ou aquisição no mercado, a quantidade de 17.513 ações da Celular CRT Participações S/A, ou, subsidiariamente, seja convertida a obrigação em perdas e danos (fl. 02), mais, em ambas as hipóteses, a condenação da ré ao pagamento dos dividendos correspondentes.
A outra ação já apreciada e com trânsito em julgado, trata de Ação de Complementação de Obrigação onde foi postulada a subscrição da diferença de ações da CRT e dividendos correspondentes a esta, a qual foi julgada procedente, conforme cópias juntadas às fls. 21/25.
Logo, não se evidencia o preenchimento dos requisitos inerentes à coisa julgada material previstos no art. 467 do CPC, uma vez que, sinteticamente, na exegese do art. 301 do CPC, para a configuração da coisa julgada é necessário que se repitam partes, causa de pedir e pedido. Em que pese as partes e a causa de pedir sejam as mesmas, diverso é o pedido. " (fl.51).
Rever esse entendimento desafia a Súmula 7.
Por fim, os Arts. 186 do Código Civil e 121 do Código Comercial não foram objeto de discussão na formação do acórdão recorrido. Falta prequestionamento. Incidem as Súmulas 282 e 356/STF.
Nego provimento ao agravo.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3145)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.352 - RS (2007/0196204-8)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: MÔNICA GOES DE ANDRADE MENDES DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VILMAR CADORE PILECCO
ADVOGADO	: VILSO PIAS E OUTRO(S)

DECISÃO

O tribunal *a quo* prestou jurisdição completa, não havendo omissões a sanar.

O acórdão recorrido decidiu, com acerto, pela legitimidade passiva *ad causam*, que resulta da sucessão da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT pela Brasil Telecom S/A.

A eventual indisponibilidade de ações não prejudica o pedido, porque ele será, se for o caso, compensado por perdas e danos.

A jurisprudência da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que "*o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de atividade normativa de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado*" (REsp nº 470.443, RS, Relator o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 22.09.2003).

E é esse o mesmo entendimento adotado nos acórdãos apontados como paradigma; portanto não ficou demonstrada a divergência.

Por outro lado, a Segunda Seção decidiu também que "*a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda*" (AgRg no AG nº 585.704, RS, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 29.11.2004).

No mais, conclusão diferente exigiria interpretação das cláusulas contratuais, vedada no âmbito do recurso especial (STJ - Súmula nº 05).

Nego, por isso, provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3146)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.381 - RS (2007/0194118-3)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MÁRCIA REGINA DOS SANTOS BARBOSA
ADVOGADO	: CLEUSA L TASSINARI E OUTRO(S)

DECISÃO

O tribunal *a quo* prestou jurisdição completa, não havendo omissões a sanar.

Ainda que seja acionista da Companhia, o autor da ação litiga contra ela em outra condição, a de parte de um contrato que diz inadimplido parcialmente.

Nessa qualidade, o artigo 287, inciso II, *g*, da Lei nº 6.404, de 1976, é inaplicável à espécie, porque - repita-se - o autor não litiga como acionista.

A eventual indisponibilidade de ações não prejudica o pedido, porque ele será, se for o caso, compensado por perdas e danos.

A jurisprudência da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que "*o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de atividade normativa de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado*" (REsp nº 470.443, RS, Relator o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 22.09.2003).

E é esse o mesmo entendimento adotado nos acórdãos apontados como paradigma; portanto não ficou demonstrada a divergência.

Por outro lado, a Segunda Seção decidiu também que "*a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda*" (AgRg no AG nº 585.704, RS, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 29.11.2004).

No mais, conclusão diferente exigiria interpretação das cláusulas contratuais, vedada no âmbito do recurso especial (STJ - Súmula nº 05).

Nego, por isso, provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3147)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.389 - RS (2007/0190586-0)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SOLANO SANTOS ROBIN
ADVOGADO	: ELOI BÉTIO DA VEIGA MARON E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra decisão que abortou recurso especial.
No recurso especial, Brasil Telecom S/A, reclama de violação aos Arts. 3º, 267, VI, 467 e 468, do CPC; 1º, 12, 30, 201, 202, § 1º, 229, § 5º da Lei n.º 6.404/76; 85, 115 e 117 do Código Civil/1916; e 121, I, do Código Comercial.
Juízo negativo de admissibilidade às fls. 101/102.
DECIDO:
A legitimidade passiva de Brasil Telecom, sucessora de CRT, decorre de ela haver celebrado o contrato de participação financeira, com o nítido propósito de assumir obrigações:
"A legitimidade para figurar no pólo passivo da presente ação decorre de a mesma ter assumido obrigações de emitir as ações. Além disso, a responsabilidade da recorrente subscrever as ações da empresa Celular CRT S/A foi reconhecida com base na análise das cláusulas do protocolo de justificação da cisão parcial da CRT. Ultrapassar esse entendimento demandaria o reexame das provas e das cláusulas contratuais, o que não é possível nesta sede. Incidência das Súmulas 5 e 7/STJ." (REsp 473.159/BARROS MONTEIRO)
A pretensão da autora não contraria o ordenamento. Não há impossibilidade jurídica do pedido:
"O autor que assinou o contrato de participação financeira e permanece como titular das ações, não encontra empeço no ordenamento jurídico para buscar o direito que julga ter; ausente, portanto, a alegada impossibilidade jurídica do pedido." (RESP 700.606/CASTRO FILHO)
No julgamento do REsp 822.914/RS, ocorrido em 01.06.2006, a 3ª Turma decidiu que o Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, não se aplica a demandas como a destes autos. Confira-se trecho do voto:
"O amplíssimo Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, tem aplicação quando o acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído como acionista. Nessa situação específica - em que o status das partes é determinante para a persecução do direito reclamado - é que o prazo de prescrição será trienal, independentemente do fundamento da demanda. Aqui, o autor não litiga como acionista. Litiga como contratante, em busca de reparação de ato ilícito (suposto descumprimento do contrato).
É ilegal a capitalização de ações feita pela Brasil Telecom S/A com observância do constante na Portaria 86/91 (ato normativo de natureza administrativa), devendo prevalecer o disposto no Art. 170 da Lei 6.404/76.
"Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondentes ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado." (RESP 500.236/Rel. p/ acórdão Ministro Fernando Gonçalves)
O STJ já decidiu que a condenação do recorrente ao pagamento dos dividendos decorre do direito reconhecido quanto à subscrição de ações.
Quanto à alegação de violação aos Arts. 85, 115 e 117 do Código Civil observo que a lide foi resolvida no Tribunal de origem em decorrência de interpretação de cláusulas contratuais, notadamente das cláusulas referentes ao valor resgatável das ações e ao resgate do financiamento. Incidem as Súmulas 5 e 7.
Por fim, o Art. 121, I, do Código Comercial não foram objeto de discussão na formação do acórdão recorrido. Falta prequestionamento. Incidem as Súmulas 282 e 356/STF.
Nego provimento ao agravo.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3148)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.392 - RS (2007/0190562-0)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LOTHARIO LAURO GUTHEIL
ADVOGADO	: PABLO PACHECO DOS SANTOS E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra decisão que abortou recurso especial.
O recurso especial monta-se em suposta violação aos Arts. 3º, 47, 267, VI, 467, 468 e 535, do CPC; 1º, 12, 229, § 5º e 287, II, "g", da Lei 6.404/76 e 186 do Código Civil.
DECIDO:
Embora rejeitando os embargos de declaração, o acórdão recorrido examinou, motivadamente, todas as questões pertinentes ao desfecho da lide.
Mesmo para fins de prequestionamento, o acolhimento de embargos declaratórios pressupõe a existência de vício catalogado no Art. 535 do CPC (EDcl nos EREsp 237.553/HUMBERTO, REsp 434.283/FUX, REsp 208.468/DEMÓCRITO, dentre muitos).
A legitimidade passiva de Brasil Telecom, sucessora de CRT, decorre de ela haver celebrado o contrato de participação financeira, com o nítido propósito de assumir obrigações:
"A legitimidade para figurar no pólo passivo da presente ação decorre de a mesma ter assumido obrigações de emitir as ações. Além disso, a responsabilidade da recorrente subscrever as ações da empresa Celular CRT S/A foi reconhecida com base na análise das cláusulas do protocolo de justificação da cisão parcial da CRT. Ultrapassar esse entendimento demandaria o reexame das provas e das cláusulas contratuais, o que não é possível nesta sede. Incidência das Súmulas 5 e 7/STJ." (REsp 473.159/BARROS MONTEIRO)
A pretensão da autora não contraria o ordenamento. Não há impossibilidade jurídica do pedido:
"O autor que assinou o contrato de participação financeira e permanece como titular das ações, não encontra empeço no ordenamento jurídico para buscar o direito que julga ter; ausente, portanto, a alegada impossibilidade jurídica do pedido." (RESP 700.606/CASTRO FILHO)
No julgamento do REsp 822.914/RS, ocorrido em 01.06.2006, a 3ª Turma decidiu que o Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, não se aplica a demandas como a destes autos. Confira-se trecho do voto:
"O amplíssimo Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, tem aplicação quando o acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído como acionista. Nessa situação específica - em que o status das partes é determinante para a persecução do direito reclamado - é que o prazo de prescrição será trienal, independentemente do fundamento da demanda. Aqui, o autor não litiga como acionista. Litiga como contratante, em busca de reparação de ato ilícito (suposto descumprimento do contrato).
Em relação a ofensa à coisa julgada, o Tribunal de origem com base nos elementos de prova decidiu que:
"Em relação ao pleito de entrega de ações da Celular CRT Participações S/A e respectivos dividendos, a ré não logrou comprovar a afirmação de que o autor teria reproduzido demanda anteriormente ajuizada, situando-se no plano da mera alegação. Nessa senda, resta inabalada a assertiva da réplica, no sentido de que a primeira ação concernia à diferença de títulos da CRT (cf. f. 144)." (fl.36).
Rever esse entendimento desafia a Súmula 7.
Por fim, o Art. 186 do Código Civil não foi objeto de discussão na formação do acórdão recorrido. Falta prequestionamento. Incide a Súmula 211.
Nego provimento ao agravo.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3149)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.397 - RS (2007/0197263-9)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GESSY EMILIA WEDIG
ADVOGADO	: JOSÉ PAULO WEDIG E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento enfrenta decisão que inadmitiu recurso especial.
No recurso especial, Brasil Telecom S/A, reclama de violação aos Arts. 3º, 267, VI e 269, IV do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 166, 168, 170, § 1º, II, 201, 202, § 1º, 229, § 5º, 286 e 287, II, 'g' da Lei n.º 6.404/76; 85, 115 e 117 do Código Civil/1916; e 131, I do Código Comercial.
Juízo negativo de admissibilidade às fls. 105/106.
DECIDO:
A legitimidade passiva de Brasil Telecom, sucessora de CRT, decorre de ela haver celebrado o contrato de participação financeira, com o nítido propósito de assumir obrigações:
"A legitimidade para figurar no pólo passivo da presente ação decorre de a mesma ter assumido obrigações de emitir as ações. Além disso, a responsabilidade da recorrente subscrever as ações da empresa Celular CRT S/A foi reconhecida com base na análise das cláusulas do protocolo de justificação da cisão parcial da CRT. Ultrapassar esse entendimento demandaria o reexame das provas e das cláusulas contratuais, o que não é possível nesta sede. Incidência das Súmulas 5 e 7/STJ." (REsp 473.159/BARROS MONTEIRO)
A pretensão da autora não contraria o ordenamento. Não há impossibilidade jurídica do pedido:
"O autor que assinou o contrato de participação financeira e permanece como titular das ações, não encontra empeço no ordenamento jurídico para buscar o direito que julga ter; ausente, portanto, a alegada impossibilidade jurídica do pedido." (RESP 700.606/CASTRO FILHO)
É impertinente, ainda, a alegada violação ao artigo 286 da Lei 6.404/76. A agravada não questiona decisões tomadas em Assembléias Gerais, nem pretende a anulação destas. Quer apenas o perfeito adimplemento de obrigação nascida do contrato que firmou. Nesse sentido:
"A prescrição bienal prevista no artigo 286 da Lei 6.404/76 é inaplicável ao caso porque o autor não pretende anular decisão tomada em assembléia mas busca o correto cumprimento do contrato." (AG 644.965/DIREITO)
No julgamento do REsp 822.914/RS, ocorrido em 01.06.2006, a 3ª Turma decidiu que o Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, não se aplica a demandas como a destes autos. Confira-se trecho do voto:
"O amplíssimo Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, tem aplicação quando o acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído como acionista. Nessa situação específica - em que o status das partes é determinante para a persecução do direito reclamado - é que o prazo de prescrição será trienal, independentemente do fundamento da demanda. Aqui, o autor não litiga como acionista. Litiga como contratante, em busca de reparação de ato ilícito (suposto descumprimento do contrato)."
É ilegal a capitalização de ações feita pela Brasil Telecom S/A com observância do constante na Portaria 86/91 (ato normativo de natureza administrativa), devendo prevalecer o disposto no Art. 170 da Lei 6.404/76.

"Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondentes ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado." (RESP 500.236/Rel. p/ acórdão Ministro Fernando Gonçalves)

O STJ já decidiu que a condenação do recorrente ao pagamento dos dividendos decorre do direito reconhecido quanto à subscrição de ações.

Quanto à alegação de violação aos Arts. 85,115 e 117 do Código Civil observo que a lide foi resolvida no Tribunal de origem em decorrência de interpretação de cláusulas contratuais, notadamente das cláusulas referentes ao valor resgatável das ações e ao resgate do financiamento. Incidem as Súmulas 5 e 7.

O Art. 131, I, do Código Comercial não foi objeto de discussão na formação do acórdão recorrido. Falta prequestionamento. Incidem as Súmulas 282 e 356/STF.

Nego provimento ao agravo.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3150)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.400 - RS (2007/0197047-8)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FERNANDO PEDRO BERGMANN - FIRMA INDIVIDUAL
ADVOGADO	: MÁRCIA ELISA MULLER E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra decisão que abortou recurso especial.

No recurso especial, Brasil Telecom S/A, reclama de violação aos Arts. 165, 269, IV, 458, II e 535 do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, II, 233, parágrafo único e 287, II, 'g' da Lei n.º 6.404/76**.**

Juízo negativo de admissibilidade às fls. 91/92.

DECIDO:

Embora rejeitando os embargos de declaração, o acórdão recorrido examinou, motivadamente, todas as questões pertinentes ao desfecho da lide.

Mesmo para fins de prequestionamento, o acolhimento de embargos declaratórios pressupõe a existência de vício catalogado no Art. 535 do CPC (EDcl nos EREsp 237.553/HUMBERTO, REsp 434.283/FUX, REsp 208.468/DEMÓCRITO, dentre muitos).

Tampouco há defeito de fundamentação ou contrariedade aos Arts. 165 e 458 do Código de Processo Civil.

A pretensão da autora não contraria o ordenamento. Não há impossibilidade jurídica do pedido:

"O autor que assinou o contrato de participação financeira e permanece como titular das ações, não encontra empeço no ordenamento jurídico para buscar o direito que julga ter; ausente, portanto, a alegada impossibilidade jurídica do pedido." (RESP 700.606/CASTRO FILHO)

No julgamento do REsp 822.914/RS, ocorrido em 01.06.2006, a 3ª Turma decidiu que o Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, não se aplica a demandas como a destes autos. Confira-se trecho do voto:

"O amplíssimo Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, tem aplicação quando o acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído como acionista. Nessa situação específica - em que o status das partes é determinante para a persecução do direito reclamado - é que o prazo de prescrição será trienal, independentemente do fundamento da demanda. Aqui, o autor não litiga como acionista. Litiga como contratante, em busca de reparação de ato ilícito (suposto descumprimento do contrato)."

É ilegal a capitalização de ações feita pela Brasil Telecom S/A com observância do constante na Portaria 86/91 (ato normativo de natureza administrativa), devendo prevalecer o disposto no Art. 170 da Lei 6.404/76.

"Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondentes ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado." (RESP 500.236/Rel. p/ acórdão Ministro Fernando Gonçalves)

Nego provimento ao agravo.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3151)

RECURSO ESPECIAL Nº 943.408 - RS (2007/0086033-0)

RELATORA	**: MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE	: BANCO SANTANDER BANESPA S/A
ADVOGADO	: LEONARDO OLIVEIRA SALGUEIRO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: IOMARA DE OLIVEIRA COSTA
ADVOGADO	: DAISI BONAT PEGORARO

EMENTA

Bancário. Recurso especial. Ação revisional. Contrato de abertura de crédito em conta corrente. Embargos de declaração. Capitalização mensal dos juros. Súmulas 5 e 83/STJ aplicadas. Compensação/repetição do indébito..

- Nos contratos bancários celebrados após à vigência da Medida Provisória nº 1.963-17/2000 (reeditada sob o nº 2.170/36), admite-se a capitalização mensal de juros, desde que pactuada e após sua publicação que foi em 31/03/2000.

- Inviável o recurso especial quando a decisão recorrida está em harmonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

- Em sede de recurso especial é inviável o reexame de matéria fática e a interpretação de cláusulas contratuais e estatutárias.

- Admite-se a repetição do indébito, independentemente da prova de que o pagamento tenha sido realizado por erro, com o objetivo de vedar o enriquecimento ilícito do banco em detrimento do devedor. Precedentes.

Negado seguimento ao recurso especial.

DECISÃO

Recurso especial interposto pelo BANCO SANTANDER BANESPA S/A, com arrimo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Ação: revisional de contrato de abertura de crédito em conta corrente, proposta por IOMARA DE OLIVEIRA COSTA, em desfavor do recorrente.

Sentença: julgado procedente, em parte, o pedido revisional.

Decisão monocrática:o Relator deu, em caráter liminar, parcial provimento ao apelo do Banco, tendo a ementa o seguinte teor:

"AÇÃO REVISIONAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL. INVIABILIDADE, DIANTE DA AUSÊNCIA DE PACTUAÇÃO EXPRESSA. PRECEDENTES DO STJ. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. CABIMENTO. COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE. CADASTRAMENTO EM ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. POSSIBILIDADE.
APELO DO RÉU A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO EM CARÁTER LIMINAR." (fls. 115).

Embargos de declaração: acolhidos pelo Relator para sanar erro material (fls. 124).

Acórdão: negado provimento ao agravo interno interposto pelo Banco, nos termos da seguinte ementa:

"AGRAVO INTERNO. AÇÃO REVISIONAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL. INVIABILIDADE, DIANTE DA AUSÊNCIA DE PACTUAÇÃO EXPRESSA. PRECEDENTES DO STJ. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. CABIMENTO.
AGRAVO INTERNO DESPROVIDO." (fls. 140).

Embargos de declaração: rejeitados. (fls. 156).

Recurso especial: o Bando alega violação a dispositivos de leis federais, afirma a existência de dissídio jurisprudencial, insurgindo-se, em síntese contra: I) a rejeição dos embargos de declaração; II) a impossibilidade de capitalizar mensalmente os juros; III) a repetição do indébito.

Relatado o processo, decido.

Da rejeição dos embargos de declaração .

A prestação jurisdicional dada corresponde àquela pleiteada pelas partes, encontrando-se devidamente fundamentada, sem omissão, obscuridade ou contradição, razão pela qual não merece prosperar a alegada violação ao art. 535 do CPC.

Da capitalização de juros.

O Tribunal de origem, ao julgar o agravo interno, manteve a decisão do Relator no sentido de afastar a incidência da capitalização mensal de juros, asseverando:

'Quanto à capitalização mensal, a Câmara entende pela possibilidade da capitalização na forma mensal para os pactos firmados após o advento da Medida Provisória nº 1.963-17, reeditada em 30 de março de 2.000, vigente, atualmente sob o nº 2.170-36, que autoriza a capitalização em periodicidade inferior à anual.
Todavia, a aludida Medida Provisória somente autoriza esse encargo se expressamente pactuado. Mas, em momento algum, consta autorização de soma mensal ao capital, para, a partir daí, incidir sobre o total novos juros. O que se depreende do simples cotejo do contrato de fls.61/68.
Logo, é de se presumir pela ausência de pactuação. Assim, somente poderá ser cobrada capitalização anual.
Nesse sentido, a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, in verbis' (fls. 141/142).

Este Superior Tribunal admite a cobrança da capitalização mensal de juros, autorizada pelo art. 5º, da Medida Provisória 2.170-36, desde que esse encargo tenha sido expressamente pactuado no contrato entabulado entre as partes. Precedente: Resp. 602.068/RS e Resp. 603.643/RS, ambos de relatoria do Ministro Antônio de Pádua Ribeiro.

Assim, a incidência da Súmula 83/STJ obsta a pretensão do recorrente.

Ainda que superado esse óbice, a modificação dos fundamentos do acórdão implicaria na interpretação de cláusulas contratuais, situações vedada a este Tribunal de acordo com a Súmula 5/STJ.

Da repetição/compensação do indébito.

No tange à repetição/compensação do indébito, ressalta-se que a jurisprudência assente neste STJ inclina-se no sentido da desnecessidade de prova do erro para fins de repetição do indébito nos contratos bancários, em atenção ao princípio que veda o enriquecimento ilícito do credor. Nesse sentido estão o Agravo no Agravo de Instrumento 306.841, Rel. Min. Ari Pargendler, DJ de 24.09.2001, o Recurso Especial 184.237, Rel. Min. César Asfor Rocha, DJ de 13.11.2000, e o Recurso Especial 468.268, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, DJ de 30.06.2003.

Forte em tais razões, NEGO SEGUIMENTO ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

(3152)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.439 - RS (2007/0198435-3)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NEVES BOEIRA DA SILVA
ADVOGADO	: MILTON FERNANDO DOS SANTOS E OUTRO(S)

DECISÃO

O tribunal *a quo* prestou jurisdição completa, não havendo omissões a sanar.

A jurisprudência da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que "*o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de atividade normativa de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado*" (REsp nº 470.443, RS, Relator o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 22.09.2003).

E é esse o mesmo entendimento adotado nos acórdãos apontados como paradigma; portanto não ficou demonstrada a divergência.

Por outro lado, a Segunda Seção decidiu também que "*a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda*" (AgRg no AG nº 585.704, RS, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 29.11.2004).

Nego, por isso, provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3153)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.529 - RS (2007/0207832-1)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: MÔNICA GOES DE ANDRADE MENDES DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RAFAEL TITTON
ADVOGADO	: FABIANO SCHIZZI ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

O tribunal *a quo* prestou jurisdição completa, não havendo omissões a sanar.

Ademais, decidiu, com acerto, pela legitimidade passiva *ad causam*, que resulta da sucessão da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT pela Brasil Telecom S/A.

Ainda que seja acionista da Companhia, o autor da ação litiga contra ela em outra condição, a de parte de um contrato que diz inadimplido parcialmente.

Nessa qualidade, o artigo 287, inciso II, alínea *g*, da Lei nº 6.404, de 1976, também é inaplicável à espécie, porque - repita-se - o autor não litiga como acionista.

Quanto à alegada ofensa à coisa julgada, o julgado não merece corrigenda, pois "*anteriormente a parte autora ajuizou ação visando apenas as ações que deixaram de ser subscritas quanto à CRT - Companhia Riograndense de Telecomunicações, ao passo que a presente demanda busca a subscrição das ações da Celular CRT Participações S/A*" (fl. 100).

A eventual indisponibilidade de ações não prejudica o pedido, porque ele será, se for o caso, compensado por perdas e danos.

No mais, conclusão diferente demandaria o reexame de provas e a interpretação das cláusulas contratuais, vedados no âmbito do recurso especial (STJ - Súmulas nº 05 e 07).

Nego, por isso, provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3154)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.531 - RS (2007/0203543-0)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IVONE HILARIO DA COSTA
ADVOGADO	: ARTUR GARRASTAZU GOMES FERREIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra decisão que abortou recurso especial.
No recurso especial, Brasil Telecom S/A, reclama de violação aos Arts. 1º, 6º, 11, 12, 30, 109, 166, 170, § 1º, II e 171, § 2º da Lei n.º 6.404/76; 85, 115 e 117 do Código Civil/1916; e 131, I, do Código Comercial.
Juízo negativo de admissibilidade às fls. 133/135.
DECIDO:
A pretensão da autora não contraria o ordenamento. Não há impossibilidade jurídica do pedido:
"O autor que assinou o contrato de participação financeira e permanece como titular das ações, não encontra empeço no ordenamento jurídico para buscar o direito que julga ter; ausente, portanto, a alegada impossibilidade jurídica do pedido." (RESP 700.606/CASTRO FILHO)
É ilegal a capitalização de ações feita pela Brasil Telecom S/A com observância do constante na Portaria 86/91 (ato normativo de natureza administrativa), devendo prevalecer o disposto no Art. 170 da Lei 6.404/76.
"Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondentes ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado." (RESP 500.236/Rel. p/ acórdão Ministro Fernando Gonçalves)
Quanto à alegação de violação aos Arts. 85,115 e 117 do Código Civil observo que a lide foi resolvida no Tribunal de origem em decorrência de interpretação de cláusulas contratuais, notadamente das cláusulas referentes ao valor resgatável das ações e ao resgate do financiamento. Incidem as Súmulas 5 e 7.
O Art. 131, I, do Código Comercial não foi objeto de discussão na formação do acórdão recorrido. Falta prequestionamento. Incidem as Súmulas 282 e 356/STF.
Nego provimento ao agravo.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3155)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.577 - RS (2007/0207166-4)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VANETE OLGA FAUTH
ADVOGADO	: CATIA SIMARA DA ROSA BITENCOURT E OUTRO(S)

DECISÃO

O tribunal *a quo* decidiu, com acerto, pela legitimidade passiva *ad causam*, que resulta da sucessão da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT pela Brasil Telecom S/A.
O artigo 287, inciso II, alínea *g*, da Lei nº 6.404, de 1976, deixou de ser prequestionado.

A eventual indisponibilidade de ações não prejudica o pedido, porque ele será, se for o caso, compensado por perdas e danos.
A jurisprudência da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que "*o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de atividade normativa de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado*" (REsp nº 470.443, RS, Relator o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 22.09.2003).

E é esse o mesmo entendimento adotado nos acórdãos apontados como paradigma; portanto não ficou demonstrada a divergência.

Por outro lado, a Segunda Seção decidiu também que "*a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda*" (AgRg no AG nº 585.704, RS, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 29.11.2004).

Quanto à violação do artigo 461 do Código de Processo de Civil, a Agravante não tem interesse recursal, pois o tribunal *a quo*, ao contrário do alegado, não aplicou multa com esse fundamento.

No mais, a reforma do julgado demandaria a interpretação de cláusulas contratuais, vedada no âmbito do recurso especial (STJ - Súmula nº 05).

Nego, por isso, provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3156)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.616 - RS (2007/0201951-6)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DENISE NEVES UCHA
ADVOGADO	: MÁRCIO MAZZOLA SILVA E OUTRO(S)

DECISÃO

O tribunal *a quo* prestou jurisdição completa, não havendo omissões a sanar.

O Código de Defesa do Consumidor é aplicável nesses tipos de contrato, tal qual decidiu a egrégia Terceira Turma no REsp nº 489.916, RS, Relator o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito.

Ademais, decidiu, com acerto, pela legitimidade passiva *ad causam*, que resulta da sucessão da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT pela Brasil Telecom S/A.

Ainda que seja acionista da Companhia, o autor da ação litiga contra ela em outra condição, a de parte de um contrato que diz inadimplido parcialmente.

Nessa qualidade, o artigo 287, inciso II, alínea *g*, da Lei nº 6.404, de 1976, também é inaplicável à espécie, porque - repita-se - o autor não litiga como acionista.

A eventual indisponibilidade de ações não prejudica o pedido, porque ele será, se for o caso, compensado por perdas e danos.

A jurisprudência da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que "*o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de atividade normativa de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado*" (REsp nº 470.443, RS, Relator o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 22.09.2003).

E é esse o mesmo entendimento adotado nos acórdãos apontados como paradigma; portanto não ficou demonstrada a divergência.

Por outro lado, a Segunda Seção decidiu também que "*a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda*" (AgRg no AG nº 585.704, RS, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 29.11.2004).

No mais, a reforma do julgado demandaria a interpretação de cláusulas contratuais, vedada no âmbito do recurso especial (STJ - Súmula nº 05).

Nego, por isso, provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3157)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.621 - RS (2007/0187427-2)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VEÍSA VEÍCULOS LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

O tribunal *a quo* prestou jurisdição completa, não havendo omissões a sanar.

Ademais, decidiu, com acerto, pela legitimidade passiva *ad causam*, que resulta da sucessão da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT pela Brasil Telecom S/A.

Ainda que seja acionista da Companhia, o autor da ação litiga contra ela em outra condição, a de parte de um contrato que diz inadimplido parcialmente.

Nessa qualidade, o artigo 287, inciso II, alínea *g*, da Lei nº 6.404, de 1976, também é inaplicável à espécie, porque - repita-se - o autor não litiga como acionista.

A eventual indisponibilidade de ações não prejudica o pedido, porque ele será, se for o caso, compensado por perdas e danos.

A jurisprudência da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que "*o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de atividade normativa de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado*" (REsp nº 470.443, RS, Relator o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 22.09.2003).

E é esse o mesmo entendimento adotado nos acórdãos apontados como paradigma; portanto não ficou demonstrada a divergência.

Por outro lado, a Segunda Seção decidiu também que "*a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda*" (AgRg no AG nº 585.704, RS, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 29.11.2004).

Em relação à aplicação da pena de multa em caso de descumprimento da obrigação, razão também não assiste à Agravante, posto que essa cominação se aplica a todos os provimentos jurisdicionais que imponham a uma das partes uma obrigação de fazer.

No mais, a reforma do julgado demandaria a interpretação de cláusulas contratuais, vedada no âmbito do recurso especial (STJ - Súmula nº 05).

Nego, por isso, provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3158)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.697 - RS (2007/0198492-3)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SANDRA NARA VALENTI
ADVOGADO	: MAURICIO DAL AGNOL E OUTRO(S)

DECISÃO

O tribunal *a quo* prestou jurisdição completa, não havendo omissões a sanar.

Ainda que seja acionista da Companhia, o autor da ação litiga contra ela em outra condição, a de parte de um contrato que diz inadimplido parcialmente.

Nessa qualidade, o artigo 287, inciso II, *g*, da Lei nº 6.404, de 1976, é inaplicável à espécie, porque - repita-se - o autor não litiga como acionista.

A eventual indisponibilidade de ações não prejudica o pedido, porque ele será, se for o caso, compensado por perdas e danos.

No mais, conclusão diferente exigiria interpretação das cláusulas contratuais, vedada no âmbito do recurso especial (STJ - Súmula nº 05).

Nego, por isso, provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3159)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.731 - RS (2007/0189276-3)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RAQUEL AMORIM NOWAKOWSKI
ADVOGADO	: ANA CRISTINA COSTAMILAN E OUTRO(S)

DECISÃO

O tribunal *a quo* prestou jurisdição completa, não havendo omissões a sanar.

O acórdão recorrido decidiu, com acerto, pela legitimidade passiva *ad causam*, que resulta da sucessão da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT pela Brasil Telecom S/A.

Ainda que seja acionista da Companhia, o autor da ação litiga contra ela em outra condição, a de parte de um contrato que diz inadimplido parcialmente.

Nessa qualidade, o artigo 287, inciso II, *g*, da Lei nº 6.404, de 1976, é inaplicável à espécie, porque - repita-se - o autor não litiga como acionista.

A eventual indisponibilidade de ações não prejudica o pedido, porque ele será, se for o caso, compensado por perdas e danos.

A jurisprudência da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que "*o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de atividade normativa de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado*" (REsp nº 470.443, RS, Relator o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 22.09.2003).

E é esse o mesmo entendimento adotado nos acórdãos apontados como paradigma; portanto não ficou demonstrada a divergência.

Por outro lado, a Segunda Seção decidiu também que "*a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda*" (AgRg no AG nº 585.704, RS, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 29.11.2004).

No mais, conclusão diferente exigiria interpretação das cláusulas contratuais, vedada no âmbito do recurso especial (STJ - Súmula nº 05).

Nego, por isso, provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3160)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.773 - RS (2007/0192379-2)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOÃO CAZARIN
ADVOGADO	: BERNARDO RÜCKER E OUTRO(S)

DECISÃO

O tribunal *a quo* prestou jurisdição completa, não havendo omissões a sanar.

Ainda que seja acionista da Companhia, o autor da ação litiga contra ela em outra condição, a de parte de um contrato que diz inadimplido parcialmente.

Nessa qualidade, o artigo 287, inciso II, *g*, da Lei nº 6.404, de 1976, é inaplicável à espécie, porque - repita-se - o autor não litiga como acionista.

A eventual indisponibilidade de ações não prejudica o pedido, porque ele será, se for o caso, compensado por perdas e danos.

A jurisprudência da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que "*o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de atividade normativa de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado*" (REsp nº 470.443, RS, Relator o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 22.09.2003).

E é esse o mesmo entendimento adotado nos acórdãos apontados como paradigma; portanto não ficou demonstrada a divergência.

Por outro lado, a Segunda Seção decidiu também que "*a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda*" (AgRg no AG nº 585.704, RS, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 29.11.2004).

No mais, conclusão diferente exigiria interpretação das cláusulas contratuais, vedada no âmbito do recurso especial (STJ - Súmula nº 05).

Nego, por isso, provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3161)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.781 - RS (2007/0189420-4)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ROBERTO MATHIAS VELHO HOHNE
ADVOGADO	: MAIRA HUBERT E OUTRO(S)

DECISÃO

O tribunal *a quo* prestou jurisdição completa, não havendo omissões a sanar.

A eventual indisponibilidade de ações não prejudica o pedido, porque ele será, se for o caso, compensado por perdas e danos.

A jurisprudência da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que "*o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de atividade normativa de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado*" (REsp nº 470.443, RS, Relator o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 22.09.2003).

E é esse o mesmo entendimento adotado nos acórdãos apontados como paradigma; portanto não ficou demonstrada a divergência.

Por outro lado, a Segunda Seção decidiu também que "*a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda*" (AgRg no AG nº 585.704, RS, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 29.11.2004).

No mais, conclusão diferente exigiria interpretação das cláusulas contratuais, vedada no âmbito do recurso especial (STJ - Súmula nº 05).

Nego, por isso, provimento ao agravo. Intimem-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER, Relator

(3162)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.920 - RS (2007/0199262-1)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA DE LOURDES PALUDO
ADVOGADO	: JOSÉ AUGUSTO THEISEN SCHNEIDER E OUTRO(S)

DECISÃO

O tribunal *a quo* decidiu, com acerto, pela legitimidade passiva *ad causam*, que resulta da sucessão da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT pela Brasil Telecom S/A.

A eventual indisponibilidade de ações não prejudica o pedido, porque ele será, se for o caso, compensado por perdas e danos.

A jurisprudência da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que "*o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de atividade normativa de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado*" (REsp nº 470.443, RS, Relator o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 22.09.2003).

E é esse o mesmo entendimento adotado nos acórdãos apontados como paradigma; portanto não ficou demonstrada a divergência.

Por outro lado, a Segunda Seção decidiu também que "*a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda*" (AgRg no AG nº 585.704, RS, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 29.11.2004).

Nego, por isso, provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3163)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.997 - RS (2007/0195036-0)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ÀLVARO VINÍCIUS DA SILVA MACHADO E OUTROS
ADVOGADO	: JÚLIO CÉSAR DE AZEREDO SÁ E OUTRO(S)

DECISÃO

O tribunal *a quo* prestou jurisdição completa, não havendo omissões a sanar.

O acórdão recorrido decidiu, com acerto, pela legitimidade passiva *ad causam*, que resulta da sucessão da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT pela Brasil Telecom S/A.

Ainda que seja acionista da Companhia, o autor da ação litiga contra ela em outra condição, a de parte de um contrato que diz inadimplido parcialmente.

Nessa qualidade, o artigo 287, inciso II, *g*, da Lei nº 6.404, de 1976, é inaplicável à espécie, porque - repita-se - o autor não litiga como acionista.

A eventual indisponibilidade de ações não prejudica o pedido, porque ele será, se for o caso, compensado por perdas e danos.

A jurisprudência da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que "*o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de atividade normativa de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado*" (REsp nº 470.443, RS, Relator o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 22.09.2003).

E é esse o mesmo entendimento adotado nos acórdãos apontados como paradigma; portanto não ficou demonstrada a divergência.

Por outro lado, a Segunda Seção decidiu também que "*a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda*" (AgRg no AG nº 585.704, RS, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 29.11.2004).

No mais, conclusão diferente exigiria interpretação das cláusulas contratuais, vedada no âmbito do recurso especial (STJ - Súmula nº 05).

Nego, por isso, provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3164)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.193 - RS (2007/0194348-2)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MURARO E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

O tribunal *a quo* prestou jurisdição completa, não havendo omissões a sanar.

Ademais, decidiu, com acerto, pela legitimidade passiva *ad causam*, que resulta da sucessão da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT pela Brasil Telecom S/A.

Ainda que seja acionista da Companhia, o autor da ação litiga contra ela em outra condição, a de parte de um contrato que diz inadimplido parcialmente.

Nessa qualidade, o artigo 287, inciso II, alínea *g*, da Lei nº 6.404, de 1976, também é inaplicável à espécie, porque - repita-se - o autor não litiga como acionista.

A eventual indisponibilidade de ações não prejudica o pedido, porque ele será, se for o caso, compensado por perdas e danos.

A jurisprudência da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que "*o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de atividade normativa de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado*" (REsp nº 470.443, RS, Relator o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 22.09.2003).

E é esse o mesmo entendimento adotado nos acórdãos apontados como paradigma; portanto não ficou demonstrada a divergência.

Por outro lado, a Segunda Seção decidiu também que "*a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda*" (AgRg no AG nº 585.704, RS, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 29.11.2004).

Quanto à violação do artigo 461 do Código de Processo de Civil, a Agravante não tem interesse recursal, pois o tribunal *a quo*, ao contrário do alegado, não aplicou multa com esse fundamento.

No mais, a reforma do julgado demandaria a interpretação de cláusulas contratuais, vedada no âmbito do recurso especial (STJ - Súmula nº 05).

Nego, por isso, provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3165)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.221 - RS (2007/0202277-9)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: JOÃO PAULO IBANEZ LEAL E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PEDRO MARTINS ÁVILA - ESPÓLIO
REPR. POR	: NOELI ÁVILA - INVENTARIANTE
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra decisão que abortou recurso especial.
No recurso especial, Brasil Telecom S/A, reclama de violação aos Arts. 3º, 47, 165, 267, VI, 269, IV, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, §1º, II, 286 e e 287, II, 'g' da Lei n.º 6.404/76; 85, 115 e 117 do Código Civil/1916; e 131, I, do Código Comercial.
Juízo negativo de admissibilidade às fls.380/381.
DECIDO:
Embora rejeitando os embargos de declaração, o acórdão recorrido examinou, motivadamente, todas as questões pertinentes ao desfecho da lide.
Mesmo para fins de prequestionamento, o acolhimento de embargos declaratórios pressupõe a existência de vício catalogado no Art. 535 do CPC (EDcl nos EREsp 237.553/HUMBERTO, REsp 434.283/FUX, REsp 208.468/DEMÓCRITO, dentre muitos).
Tampouco há defeito de fundamentação ou contrariedade aos Arts. 165 e 458 do Código de Processo Civil.
Não verifico ofensa aos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor. Tratando-se de contrato vinculado ao serviço de telefonia, com cláusula de investimento em ações, inafastável a aplicação da legislação consumerista ao caso.

A legitimidade passiva de Brasil Telecom, sucessora de CRT, decorre de ela haver celebrado o contrato de participação financeira, com o nítido propósito de assumir obrigações:
"A legitimidade para figurar no pólo passivo da presente ação decorre de a mesma ter assumido obrigações de emitir as ações. Além disso, a responsabilidade da recorrente subscrever as ações da empresa Celular CRT S/A foi reconhecida com base na análise das cláusulas do protocolo de justificação da cisão parcial da CRT. Ultrapassar esse entendimento demandaria o reexame das provas e das cláusulas contratuais, o que não é possível nesta sede. Incidência das Súmulas 5 e 7/STJ." (REsp 473.159/BARROS MONTEIRO)
A pretensão da autora não contraria o ordenamento. Não há impossibilidade jurídica do pedido:
"O autor que assinou o contrato de participação financeira e permanece como titular das ações, não encontra empeço no ordenamento jurídico para buscar o direito que julga ter; ausente, portanto, a alegada impossibilidade jurídica do pedido." (RESP 700.606/CASTRO FILHO)
No julgamento do REsp 822.914/RS, ocorrido em 01.06.2006, a 3ª Turma decidiu que o Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, não se aplica a demandas como a destes autos. Confira-se trecho do voto:
"O amplíssimo Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, tem aplicação quando o acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído como acionista. Nessa situação específica - em que o status das partes é determinante para a persecução do direito reclamado - é que o prazo de prescrição será trienal, independentemente do fundamento da demanda. Aqui, o autor não litiga como acionista. Litiga como contratante, em busca de reparação de ato ilícito (suposto descumprimento do contrato).
É ilegal a capitalização de ações feita pela Brasil Telecom S/A com observância do constante na Portaria 86/91 (ato normativo de natureza administrativa), devendo prevalecer o disposto no Art. 170 da Lei 6.404/76.
"Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondentes ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado." (RESP 500.236/Rel. p/ acórdão Ministro Fernando Gonçalves)
O STJ já decidiu que a condenação do recorrente ao pagamento dos dividendos decorre do direito reconhecido quanto à subscrição de ações.
Quanto à alegação de violação aos Arts. 85, 115 e 117 do Código Civil observo que a lide foi resolvida no Tribunal de origem em decorrência de interpretação de cláusulas contratuais, notadamente das cláusulas referentes ao valor resgatável das ações e ao resgate do financiamento. Incidem as Súmulas 5 e 7.
Por fim, o 131, I, do Código Comercial não foi objeto de discussão na formação do acórdão recorrido. Falta prequestionamento. Incidem as Súmulas 282 e 356/STF.
Nego provimento ao agravo.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3166)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.266 - RS (2007/0187355-3)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DELEMAR DIEHL
ADVOGADO	: ELOI BÉTIO DA VEIGA MARON E OUTRO(S)

DECISÃO

O acórdão recorrido decidiu, com acerto, pela legitimidade passiva *ad causam*, que resulta da sucessão da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT pela Brasil Telecom S/A.

Ainda que seja acionista da Companhia, o autor da ação litiga contra ela em outra condição, a de parte de um contrato que diz inadimplido parcialmente.

Nessa qualidade, o artigo 287, inciso II, *g*, da Lei nº 6.404, de 1976, é inaplicável à espécie, porque - repita-se - o autor não litiga como acionista.

Quanto à alegada ofensa à coisa julgada, o julgado não merece corrigenda, *"o pedido deduzido nesta ação é totalmente diverso do da demanda anterior"* (fl. 41).

No mais, conclusão diferente demandaria o reexame de provas e a interpretação das cláusulas contratuais, vedados no âmbito do recurso especial (STJ - Súmulas nº 05 e 07).

Nego, por isso, provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3167)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.372 - RS (2007/0191799-0)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ADÉLIA THERESINHA BIGOLIN E OUTROS
ADVOGADO	: EDUARDO HAAS E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra decisão que abortou recurso especial.
No recurso especial, Brasil Telecom S/A, reclama de violação aos Arts. 3º, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II e 535 do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, II e 287, II, 'g' da Lei n.º 6.404/76; 2º, 3º, 47 e 84, § 1º, do CDC; 85, 115 e 117 do Código Civil/1916; e 131, I, do Código Comercial.
Juízo negativo de admissibilidade às fls. 215/216.
DECIDO:
Embora rejeitando os embargos de declaração, o acórdão recorrido examinou, motivadamente, todas as questões pertinentes ao desfecho da lide.
Mesmo para fins de prequestionamento, o acolhimento de embargos declaratórios pressupõe a existência de vício catalogado no Art. 535 do CPC (EDcl nos EREsp 237.553/HUMBERTO, REsp 434.283/FUX, REsp 208.468/DEMÓCRITO, dentre muitos).
Tampouco há defeito de fundamentação ou contrariedade aos Arts. 165 e 458 do Código de Processo Civil.
Não verifico ofensa aos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor. Tratando-se de contrato vinculado ao serviço de telefonia, com cláusula de investimento em ações, inafastável a aplicação da legislação consumerista ao caso.
A legitimidade passiva de Brasil Telecom, sucessora de CRT, decorre de ela haver celebrado o contrato de participação financeira, com o nítido propósito de assumir obrigações:
"A legitimidade para figurar no pólo passivo da presente ação decorre de a mesma ter assumido obrigações de emitir as ações. Além disso, a responsabilidade da recorrente subscrever as ações da empresa Celular CRT S/A foi reconhecida com base na análise das cláusulas do protocolo de justificação da cisão parcial da CRT. Ultrapassar esse entendimento demandaria o reexame das provas e das cláusulas contratuais, o que não é possível nesta sede. Incidência das Súmulas 5 e 7/STJ." (REsp 473.159/BARROS MONTEIRO)
A pretensão da autora não contraria o ordenamento. Não há impossibilidade jurídica do pedido:
"O autor que assinou o contrato de participação financeira e permanece como titular das ações, não encontra empeço no ordenamento jurídico para buscar o direito que julga ter; ausente, portanto, a alegada impossibilidade jurídica do pedido." (RESP 700.606/CASTRO FILHO)
No julgamento do REsp 822.914/RS, ocorrido em 01.06.2006, a 3ª Turma decidiu que o Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, não se aplica a demandas como a destes autos. Confira-se trecho do voto:
"O amplíssimo Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, tem aplicação quando o acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído como acionista. Nessa situação específica - em que o status das partes é determinante para a persecução do direito reclamado - é que o prazo de prescrição será trienal, independentemente do fundamento da demanda. Aqui, o autor não litiga como acionista. Litiga como contratante, em busca de reparação de ato ilícito (suposto descumprimento do contrato)."
É ilegal a capitalização de ações feita pela Brasil Telecom S/A com observância do constante na Portaria 86/91 (ato normativo de natureza administrativa), devendo prevalecer o disposto no Art. 170 da Lei 6.404/76.
"Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondentes ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado." (RESP 500.236/Rel. p/ acórdão Ministro Fernando Gonçalves)
Quanto à alegação de violação aos Arts. 85,115 e 117 do Código Civil observo que a lide foi resolvida no Tribunal de origem em decorrência de interpretação de cláusulas contratuais, notadamente das cláusulas referentes ao valor resgatável das ações e ao resgate do financiamento. Incidem as Súmulas 5 e 7.
Por fim, o Art. 131, I, do Código Comercial não foi objeto de discussão na formação do acórdão recorrido. Falta prequestionamento. Incidem as Súmulas 282 e 356/STF.
Nego provimento ao agravo.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3168)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.373 - RS (2007/0205106-4)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DALVINO PEGORARO
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra decisão que abortou recurso especial.
No recurso especial, Brasil Telecom S/A, reclama de violação aos Arts. 165, 458, II e 535, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166 e 170, § 1º, II da Lei n.º 6.404/76; e 186, do Código Civil/2002.
Juízo negativo de admissibilidade às fls. 131/132.
DECIDO:
Embora rejeitando os embargos de declaração, o acórdão recorrido examinou, motivadamente, todas as questões pertinentes ao desfecho da lide.
Mesmo para fins de prequestionamento, o acolhimento de embargos declaratórios pressupõe a existência de vício catalogado no Art. 535 do CPC (EDcl nos EREsp 237.553/HUMBERTO, REsp 434.283/FUX, REsp 208.468/DEMÓCRITO, dentre muitos).
Tampouco há defeito de fundamentação ou contrariedade aos Arts. 165 e 458 do Código de Processo Civil.
A legitimidade passiva de Brasil Telecom, sucessora de CRT, decorre de ela haver celebrado o contrato de participação financeira, com o nítido propósito de assumir obrigações:
"A legitimidade para figurar no pólo passivo da presente ação decorre de a mesma ter assumido obrigações de emitir as ações. Além disso, a responsabilidade da recorrente subscrever as ações da empresa Celular CRT S/A foi reconhecida com base na análise das cláusulas do protocolo de justificação da cisão parcial da CRT. Ultrapassar esse entendimento demandaria o reexame das provas e das cláusulas contratuais, o que não é possível nesta sede. Incidência das Súmulas 5 e 7/STJ." (REsp 473.159/BARROS MONTEIRO)
É ilegal a capitalização de ações feita pela Brasil Telecom S/A com observância do constante na Portaria 86/91 (ato normativo de natureza administrativa), devendo prevalecer o disposto no Art. 170 da Lei 6.404/76.
"Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondentes ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado." (RESP 500.236/Rel. p/ acórdão Ministro Fernando Gonçalves)
O Art. 186, do Código Civil, não foi objeto de discussão na formação do acórdão recorrido. Falta prequestionamento. Incidem as Súmulas 282 e 356/STF.
Nego provimento ao agravo.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3169)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.380 - RS (2007/0199263-3)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JUSSARA MARIA PEREIRA DORNELES
ADVOGADO	: DIRCEU GOMES RODRIGUES

DECISÃO

O tribunal *a quo* prestou jurisdição completa, não havendo omissões a sanar.

Ainda que seja acionista da Companhia, o autor da ação litiga contra ela em outra condição, a de parte de um contrato que diz inadimplido parcialmente.

Nessa qualidade, o artigo 287, inciso II, alínea *g*, da Lei nº 6.404, de 1976, também é inaplicável à espécie, porque - repita-se - o autor não litiga como acionista.

A eventual indisponibilidade de ações não prejudica o pedido, porque ele será, se for o caso, compensado por perdas e danos.

A jurisprudência da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que "*o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de atividade normativa de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado*" (REsp nº 470.443, RS, Relator o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 22.09.2003).

E é esse o mesmo entendimento adotado nos acórdãos apontados como paradigma; portanto não ficou demonstrada a divergência.

Por outro lado, a Segunda Seção decidiu também que "*a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda*" (AgRg no AG nº 585.704, RS, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 29.11.2004).

No mais, a reforma do julgado demandaria a interpretação de cláusulas contratuais, vedada no âmbito do recurso especial (STJ - Súmula nº 05).

Nego, por isso, provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3170)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.669 - RS (2007/0191794-0)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: ADÉLIA THERESINHA BIGOLIN E OUTROS
ADVOGADO	: EDUARDO HAAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra decisão que abortou recurso especial.
No recurso especial, Brasil Telecom S/A, reclama de violação aos Arts. 3º, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II e 535 do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, II e 287, II, 'g' da Lei n.º 6.404/76; 2º, 3º, 47 e 84, § 1º, do CDC; 85, 115 e 117 do Código Civil/1916; e 131, I, do Código Comercial.
Juízo negativo de admissibilidade às fls. 569/570.
DECIDO:
Embora rejeitando os embargos de declaração, o acórdão recorrido examinou, motivadamente, todas as questões pertinentes ao desfecho da lide.
Mesmo para fins de prequestionamento, o acolhimento de embargos declaratórios pressupõe a existência de vício catalogado no Art. 535 do CPC (EDcl nos EREsp 237.553/HUMBERTO, REsp 434.283/FUX, REsp 208.468/DEMÓCRITO, dentre muitos).
Tampouco há defeito de fundamentação ou contrariedade aos Arts. 165 e 458 do Código de Processo Civil.
Não verifico ofensa aos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor. Tratando-se de contrato vinculado ao serviço de telefonia, com cláusula de investimento em ações, inafastável a aplicação da legislação consumerista ao caso.
A legitimidade passiva de Brasil Telecom, sucessora de CRT, decorre de ela haver celebrado o contrato de participação financeira, com o nítido propósito de assumir obrigações:
"A legitimidade para figurar no pólo passivo da presente ação decorre de a mesma ter assumido obrigações de emitir as ações. Além disso, a responsabilidade da recorrente subscrever as ações da empresa Celular CRT S/A foi reconhecida com base na análise das cláusulas do protocolo de justificação da cisão parcial da CRT. Ultrapassar esse entendimento demandaria o reexame das provas e das cláusulas contratuais, o que não é possível nesta sede. Incidência das Súmulas 5 e 7/STJ." (REsp 473.159/BARROS MONTEIRO)
A pretensão da autora não contraria o ordenamento. Não há impossibilidade jurídica do pedido:
"O autor que assinou o contrato de participação financeira e permanece como titular das ações, não encontra empeço no ordenamento jurídico para buscar o direito que julga ter; ausente, portanto, a alegada impossibilidade jurídica do pedido." (RESP 700.606/CASTRO FILHO)
No julgamento do REsp 822.914/RS, ocorrido em 01.06.2006, a 3ª Turma decidiu que o Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, não se aplica a demandas como a destes autos. Confira-se trecho do voto:
"O amplíssimo Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, tem aplicação quando o acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído como acionista. Nessa situação específica - em que o status das partes é determinante para a persecução do direito reclamado - é que o prazo de prescrição será trienal, independentemente do fundamento da demanda. Aqui, o autor não litiga como acionista. Litiga como contratante, em busca de reparação de ato ilícito (suposto descumprimento do contrato)."
É ilegal a capitalização de ações feita pela Brasil Telecom S/A com observância do constante na Portaria 86/91 (ato normativo de natureza administrativa), devendo prevalecer o disposto no Art. 170 da Lei 6.404/76.
"Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondentes ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado." (RESP 500.236/Rel. p/ acórdão Ministro Fernando Gonçalves)
Quanto à alegação de violação aos Arts. 85,115 e 117 do Código Civil observo que a lide foi resolvida no Tribunal de origem em decorrência de interpretação de cláusulas contratuais, notadamente das cláusulas referentes ao valor resgatável das ações e ao resgate do financiamento. Incidem as Súmulas 5 e 7.
Por fim, o 131, I, do Código Comercial não foi objeto de discussão na formação do acórdão recorrido. Falta prequestionamento. Incidem as Súmulas 282 e 356/STF.
Nego provimento ao agravo.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3171)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.799 - RS (2007/0189241-1)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: NELSON FIABANE E OUTROS
ADVOGADO	: AUGUSTINHO GERVÁSIO GÖTTEMS TELÖKEN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento desafia decisão que inadmitiu o recurso especial.
No recurso especial, Nelson Fiabane e Outros, insurgem-se contra suposta violação aos Arts. 20, §3º e 535, do CPC. Apontam dissídio jurisprudencial.
Contra-razões às fls. 250/260.
DECIDO:
Este Tribunal já pacificou o entendimento de que, na ação condenatória, cujo pedido tenha sido julgado procedente, os honorários advocatícios devem ser calculados sobre o valor da condenação, hipótese em que devem ser combinadas as regras contidas nos parágrafos 3º e 4º, do art. 20 do CPC; a exemplo, cito:
"(...) 1 - Os honorários advocatícios, quando há condenação, devem ser fixados sobre o valor da mesma e não sobre o valor da causa. Inteligência ao art. 20, parág. 3º do Código de Processo Civil. 2 - Precedentes (REsp nºs 153.355/MG e 29.756/RJ). 3 - Recurso conhecido e provido, para determinar que o percentual arbitrado à título de honorários advocatícios incida sobre o valor da condenação e não da causa."(REsp. 171.752/JORGE SCARTEZZINI); e,
"(...) Conforme reiterada jurisprudência desta Corte, na ação condenatória, cujo pedido tenha sido julgado procedente, os honorários advocatícios devem ser calculados sobre o valor da condenação, mesmo quando a parte sucumbente seja a Fazenda Pública, hipótese em que devem ser combinadas as regras contidas nos parágrafos 3º e 4º, do artigo 20, do Código de Processo Civil. Precedentes: REsp's. 245.336-SP; 170.297-MG; 171.752-PR e 146.010-SP. Recurso especial conhecido e provido, para que os honorários sejam calculados sobre o valor da condenação e não sobre o valor da causa. Mantido, contudo, o percentual já fixado." (REsp. 221.910/GILSON DIPP).
Os honorários de advogado são arbitrados em 10% sobre o valor da condenação, levando-se em consideração os preceitos do Art. 20, § 3º, do CPC, quais sejam: a) o grau de zelo do profissional; b) o lugar da prestação do serviço; c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido.
A recorrida, Brasil Telecom S/A, deverá suportar os ônus da sucumbência.
Provejo o agravo. Dou provimento ao recurso especial (CPC, art. 557) para condenar a ora recorrida no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da condenação, consideradas as circunstâncias do §3º, alíneas "a", "b" e "c", do Art. 20 do CPC.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3172)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.809 - RS (2007/0189237-1)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NELSON FIABANE E OUTROS
ADVOGADO	: AUGUSTINHO GERVÁSIO GÖTTEMS TELÖKEN E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra decisão que abortou recurso especial.
No recurso especial, Brasil Telecom S/A, reclama de violação aos Arts. aos Arts. 3º, 47, 267, VI, 269, IV, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, §1º, 229, § 5º, 286 e 287, II, 'g', da Lei n.º 6.404/76; 85, 115 e 117 do Código Civil/1916; e 131, I, do Código Comercial.
Juízo negativo de admissibilidade às fls. 147/149.
DECIDO:

A legitimidade passiva de Brasil Telecom, sucessora de CRT, decorre de ela haver celebrado o contrato de participação financeira, com o nítido propósito de assumir obrigações:
"A legitimidade para figurar no pólo passivo da presente ação decorre de a mesma ter assumido obrigações de emitir as ações. Além disso, a responsabilidade da recorrente subscrever as ações da empresa Celular CRT S/A foi reconhecida com base na análise das cláusulas do protocolo de justificação da cisão parcial da CRT. Ultrapassar esse entendimento demandaria o reexame das provas e das cláusulas contratuais, o que não é possível nesta sede. Incidência das Súmulas 5 e 7/STJ." (REsp 473.159/BARROS MONTEIRO)
A pretensão da autora não contraria o ordenamento. Não há impossibilidade jurídica do pedido:
"O autor que assinou o contrato de participação financeira e permanece como titular das ações, não encontra empeço no ordenamento jurídico para buscar o direito que julga ter; ausente, portanto, a alegada impossibilidade jurídica do pedido." (RESP 700.606/CASTRO FILHO)
É impertinente, ainda, a alegada violação ao artigo 286 da Lei 6.404/76. A agravada não questiona decisões tomadas em Assembléias Gerais, nem pretende a anulação destas. Quer apenas o perfeito adimplemento de obrigação nascida do contrato que firmou. Nesse sentido:
"A prescrição bienal prevista no artigo 286 da Lei 6.404/76 é inaplicável ao caso porque o autor não pretende anular decisão tomada em assembléia mas busca o correto cumprimento do contrato." (AG 644.965/DIREITO).
No julgamento do REsp 822.914/RS, ocorrido em 01.06.2006, a 3ª Turma decidiu que o Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, não se aplica a demandas como a destes autos. Confira-se trecho do voto:
"O amplíssimo Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, tem aplicação quando o acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído como acionista. Nessa situação específica - em que o status das partes é determinante para a persecução do direito reclamado - é que o prazo de prescrição será trienal, independentemente do fundamento da demanda. Aqui, o autor não litiga como acionista. Litiga como contratante, em busca de reparação de ato ilícito (suposto descumprimento do contrato).
É ilegal a capitalização de ações feita pela Brasil Telecom S/A com observância do constante na Portaria 86/91 (ato normativo de natureza administrativa), devendo prevalecer o disposto no Art. 170 da Lei 6.404/76.
"Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondentes ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado." (RESP 500.236/Rel. p/ acórdão Ministro Fernando Gonçalves)
Quanto à alegação de violação aos Arts. 85, 115 e 117 do Código Civil observo que a lide foi resolvida no Tribunal de origem em decorrência de interpretação de cláusulas contratuais, notadamente das cláusulas referentes ao valor resgatável das ações e ao resgate do financiamento. Incidem as Súmulas 5 e 7.
Por fim, o Art. 131, I, do Código Comercial não foi objeto de discussão na formação do acórdão recorrido. Falta prequestionamento. Incidem as Súmulas 282 e 356/STF.
Nego provimento ao agravo.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3173)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 945.438 - RS (2007/0208307-4)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: JOÃO PAULO IBANEZ LEAL E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FÁTIMA VIEIRA DA SILVA
ADVOGADO	: MAURICIO MARONNA BARRADAS E OUTRO(S)

DECISÃO

O tribunal *a quo* prestou jurisdição completa, não havendo omissões a sanar.

O acórdão recorrido decidiu, com acerto, pela legitimidade passiva *ad causam*, que resulta da sucessão da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT pela Brasil Telecom S/A.

Ainda que seja acionista da Companhia, o autor da ação litiga contra ela em outra condição, a de parte de um contrato que diz inadimplido parcialmente.

Nessa qualidade, o artigo 287, inciso II, *g*, da Lei nº 6.404, de 1976, é inaplicável à espécie, porque - repita-se - o autor não litiga como acionista.

A eventual indisponibilidade de ações não prejudica o pedido, porque ele será, se for o caso, compensado por perdas e danos.

A jurisprudência da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que "*o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de atividade normativa de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado*" (REsp nº 470.443, RS, Relator o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 22.09.2003).

E é esse o mesmo entendimento adotado nos acórdãos apontados como paradigma; portanto não ficou demonstrada a divergência.

Por outro lado, a Segunda Seção decidiu também que "*a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda*" (AgRg no AG nº 585.704, RS, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 29.11.2004).

No mais, conclusão diferente exigiria interpretação das cláusulas contratuais, vedada no âmbito do recurso especial (STJ - Súmula nº 05).

Nego, por isso, provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3174)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 945.616 - RS (2007/0224984-9)

RELATORA	**: MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE	: F S L
ADVOGADO	: LUCIANA DE MORAES CARON E OUTRO(S)
AGRAVADO	: Z J C
ADVOGADO	: MARILDA DA ROSA COUTO E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto por F S L, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

Para melhor exame, dou provimento ao agravo e determino que subam os autos do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

(3175)

RECURSO ESPECIAL Nº 945.865 - RS (2007/0094630-6)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
RECORRENTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADOS	: PAULO CÉZAR PINHEIRO CARNEIRO E OUTRO(S) CAMILA TICIANE ROSA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: GILBERTO ANTONIO MARMITT
ADVOGADO	: MAURICIO MARONNA BARRADAS

DECISÃO

O tribunal *a quo* prestou jurisdição completa, não havendo omissões a sanar.

A eventual indisponibilidade de ações não prejudica o pedido, porque ele será, se for o caso, compensado por perdas e danos.

Por outro lado, a jurisprudência da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que "*o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de atividade normativa de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado*" (REsp nº 470.443, RS, Relator o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 22.09.2003).

E é esse o mesmo entendimento adotado nos acórdãos apontados como paradigma; portanto não ficou demonstrada a divergência.

No que se refere à multa prevista no artigo 538, parágrafo único, a Súmula nº 98 do Superior Tribunal de Justiça não autoriza a sua aplicação quando os embargos de declaração têm o propósito de prequestionamento.

Ante o exposto, conheço do recurso especial e dou-lhe parcial provimento para excluir da condenação a multa prevista no artigo 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

Intimem-se.

Brasília, 04 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3176)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 945.877 - RS (2007/0206548-1)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ELOIZE MARGARETE SOUZA DUTRA
ADVOGADO	: ELOI BÉTIO DA VEIGA MARON E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra decisão que abortou recurso especial.

No recurso especial, Brasil Telecom S/A, reclama de violação aos Arts. 3º, 47, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II e 538, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 170, §1º, 229, § 5º e 287, II, 'g' da Lei n.º 6.404/76; 85, 115 e 117 do Código Civil/1916; e 131, I, do Código Comercial.

Juízo negativo de admissibilidade às fls.138/139.

DECIDO:

Embora rejeitando os embargos de declaração, o acórdão recorrido examinou, motivadamente, todas as questões pertinentes ao desfecho da lide.

Mesmo para fins de prequestionamento, o acolhimento de embargos declaratórios pressupõe a existência de vício catalogado no Art. 535 do CPC (EDcl nos EREsp 237.553/HUMBERTO, REsp 434.283/FUX, REsp 208.468/DEMÓCRITO, dentre muitos).

Tampouco há defeito de fundamentação ou contrariedade aos Arts. 165 e 458 do Código de Processo Civil.

A legitimidade passiva de Brasil Telecom, sucessora de CRT, decorre de ela haver celebrado o contrato de participação financeira, com o nítido propósito de assumir obrigações:

"A legitimidade para figurar no pólo passivo da presente ação decorre de a mesma ter assumido obrigações de emitir as ações. Além disso, a responsabilidade da recorrente subscrever as ações da empresa Celular CRT S/A foi reconhecida com base na análise das cláusulas do protocolo de justificação da cisão parcial da CRT. Ultrapassar esse entendimento demandaria o reexame das provas e das cláusulas contratuais, o que não é possível nesta sede. Incidência das Súmulas 5 e 7/STJ." (REsp 473.159/BARROS MONTEIRO)

A pretensão da autora não contraria o ordenamento. Não há impossibilidade jurídica do pedido:

"O autor que assinou o contrato de participação financeira e permanece como titular das ações, não encontra empeço no ordenamento jurídico para buscar o direito que julga ter; ausente, portanto, a alegada impossibilidade jurídica do pedido." (RESP 700.606/CASTRO FILHO)

No julgamento do REsp 822.914/RS, ocorrido em 01.06.2006, a 3ª Turma decidiu que o Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, não se aplica a demandas como a destes autos. Confira-se trecho do voto:

"O amplíssimo Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, tem aplicação quando o acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído como acionista. Nessa situação específica - em que o status das partes é determinante para a persecução do direito reclamado - é que o prazo de prescrição será trienal, independentemente do fundamento da demanda. Aqui, o autor não litiga como acionista. Litiga como contratante, em busca de reparação de ato ilícito (suposto descumprimento do contrato).

É ilegal a capitalização de ações feita pela Brasil Telecom S/A com observância do constante na Portaria 86/91 (ato normativo de natureza administrativa), devendo prevalecer o disposto no Art. 170 da Lei 6.404/76.

"Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondentes ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado." (RESP 500.236/Rel. p/ acórdão Ministro Fernando Gonçalves)

O STJ já decidiu que a condenação do recorrente ao pagamento dos dividendos decorre do direito reconhecido quanto à subscrição de ações.

Quanto à alegação de violação aos Arts. 85, 115 e 117 do Código Civil observo que a lide foi resolvida no Tribunal de origem em decorrência de interpretação de cláusulas contratuais, notadamente das cláusulas referentes ao valor resgatável das ações e ao resgate do financiamento. Incidem as Súmulas 5 e 7.

Por fim, o Art. 131, I, do Código Comercial não foram objeto de discussão na formação do acórdão recorrido. Falta prequestionamento. Incidem as Súmulas 282 e 356/STF.

Nego provimento ao agravo.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3177)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 946.107 - RS (2007/0205098-8)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TEREZINHA LOURDES BOFF BURATTI
ADVOGADO	: ROSÂNGELA FAURI

DECISÃO

Agravo de instrumento contra decisão que abortou recurso especial.

No recurso especial, Brasil Telecom S/A, reclama de violação aos Arts. 3º, 165, 267, VI, 458, II e 535, do CPC; 3º e 4º da Lei n.º 7.799/89.

Juízo negativo de admissibilidade às fls. 223/224.

DECIDO:

Embora rejeitando os embargos de declaração, o acórdão recorrido examinou, motivadamente, todas as questões pertinentes ao desfecho da lide.

Mesmo para fins de prequestionamento, o acolhimento de embargos declaratórios pressupõe a existência de vício catalogado no Art. 535 do CPC (EDcl nos EREsp 237.553/HUMBERTO, REsp 434.283/FUX, REsp 208.468/DEMÓCRITO, dentre muitos).

Tampouco há defeito de fundamentação ou contrariedade aos Arts. 165 e 458 do Código de Processo Civil.

A legitimidade passiva de Brasil Telecom, sucessora de CRT, decorre de ela haver celebrado o contrato de participação financeira, com o nítido propósito de assumir obrigações:

"A legitimidade para figurar no pólo passivo da presente ação decorre de a mesma ter assumido obrigações de emitir as ações. Além disso, a responsabilidade da recorrente subscrever as ações da empresa Celular CRT S/A foi reconhecida com base na análise das cláusulas do protocolo de justificação da cisão parcial da CRT. Ultrapassar esse entendimento demandaria o reexame das provas e das cláusulas contratuais, o que não é possível nesta sede. Incidência das Súmulas 5 e 7/STJ." (REsp 473.159/BARROS MONTEIRO)

A pretensão da autora não contraria o ordenamento. Não há impossibilidade jurídica do pedido:

"O autor que assinou o contrato de participação financeira e permanece como titular das ações, não encontra empeço no ordenamento jurídico para buscar o direito que julga ter; ausente, portanto, a alegada impossibilidade jurídica do pedido." (RESP 700.606/CASTRO FILHO)

Os Arts. 3º e 4º da Lei 7.789/89 não foram objeto de debate na formação do acórdão recorrido. Falta prequestionamento. Incidem as Súmulas 282 e 356 ambas do STF.

Nego provimento ao agravo.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3178)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 946.586 - RS (2007/0205202-5)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: MÔNICA GOES DE ANDRADE MENDES DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VALDIR CARARO
ADVOGADO	: DÉCIO LUIZ FRANZEN E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra decisão que abortou recurso especial.

No recurso especial, Brasil Telecom S/A, reclama de violação aos Arts. aos Arts. 3º, 47, 267, VI, 467, 468, do CPC; 1º, 12, 170, 201, 202, § 1º, 229, § 5º e 287, II, 'g' da Lei n.º 6.404/76; 186 do Código Civil.

Juízo negativo de admissibilidade às fls. 209/210.

DECIDO:

A legitimidade passiva de Brasil Telecom, sucessora de CRT, decorre de ela haver celebrado o contrato de participação financeira, com o nítido propósito de assumir obrigações:

"A legitimidade para figurar no pólo passivo da presente ação decorre de a mesma ter assumido obrigações de emitir as ações. Além disso, a responsabilidade da recorrente subscrever as ações da empresa Celular CRT S/A foi reconhecida com base na análise das cláusulas do protocolo de justificação da cisão parcial da CRT. Ultrapassar esse entendimento demandaria o reexame das provas e das cláusulas contratuais, o que não é possível nesta sede. Incidência das Súmulas 5 e 7/STJ." (REsp 473.159/BARROS MONTEIRO)

No julgamento do REsp 822.914/RS, ocorrido em 01.06.2006, a 3ª Turma decidiu que o Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, não se aplica a demandas como a destes autos. Confira-se trecho do voto:

"O amplíssimo Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, tem aplicação quando o acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído como acionista. Nessa situação específica - em que o status das partes é determinante para a persecução do direito reclamado - é que o prazo de prescrição será trienal, independentemente do fundamento da demanda. Aqui, o autor não litiga como acionista. Litiga como contratante, em busca de reparação de ato ilícito (suposto descumprimento do contrato).

É ilegal a capitalização de ações feita pela Brasil Telecom S/A com observância do constante na Portaria 86/91 (ato normativo de natureza administrativa), devendo prevalecer o disposto no Art. 170 da Lei 6.404/76.

"Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondentes ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado." (RESP 500.236/Rel. p/ acórdão Ministro Fernando Gonçalves)

O STJ já decidiu que a condenação do recorrente ao pagamento dos dividendos decorre do direito reconhecido quanto à subscrição de ações.

Em relação a ofensa à coisa julgada, o Tribunal de origem com base nos elementos de prova decidiu que:

"Em ação anterior a autora postulou a complementação de ações a que teria direito em relação à CRT, enquanto nesta, postula a diferença de ações em razão da criação da Celular CRT Participações S/A. Deste modo, trata-se de pedidos distintos, não configurando a ocorrência de coisa julgada." (fl.145 vº).

Rever esse entendimento desafia a Súmula 7.

Por fim, os Arts. 186 do Código Civil; 1º, 12 e 229,§ 5º, da Lei 6.404/76 não foram objeto de discussão na formação do acórdão recorrido. Falta prequestionamento. Incidem as Súmulas 282 e 356/STF.

Nego provimento ao agravo.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3179)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 946.723 - RS (2007/0226091-5)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ROSÂNGELA RENZ ORCY
ADVOGADO	: VILSO PIAS

DECISÃO

O acórdão recorrido decidiu, com acerto, pela legitimidade passiva *ad causam*, que resulta da sucessão da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT pela Brasil Telecom S/A.

Ainda que seja acionista da Companhia, o autor da ação litiga contra ela em outra condição, a de parte de um contrato que diz inadimplido parcialmente.

Nessa qualidade, o artigo 287, inciso II, *g*, da Lei nº 6.404, de 1976, é inaplicável à espécie, porque - repita-se - o autor não litiga como acionista.

A eventual indisponibilidade de ações não prejudica o pedido, porque ele será, se for o caso, compensado por perdas e danos.

A jurisprudência da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que "*o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de atividade normativa de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado*" (REsp nº 470.443, RS, Relator o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 22.09.2003).

E é esse o mesmo entendimento adotado nos acórdãos apontados como paradigma; portanto não ficou demonstrada a divergência.

Por outro lado, a Segunda Seção decidiu também que "*a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda*" (AgRg no AG nº 585.704, RS, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 29.11.2004).

No mais, conclusão diferente exigiria interpretação das cláusulas contratuais, vedada no âmbito do recurso especial (STJ - Súmula nº 05).

Nego, por isso, provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3180)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.257 - RS (2007/0219453-3)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LOURDES BASSO DA COSTA
ADVOGADO	: GEOVANI CEREZER E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra decisão que abortou recurso especial.
No recurso especial, Brasil Telecom S/A, reclama de violação aos Arts. 3º, 47, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II, 535 e 538, parágrafo único do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, II, 205, § 2º, 229, § 5º e 287, II, "g"da Lei n.º 6.404/76; 85, 115 e 117 do Código Civil/1916; e 131, I, do Código Comercial.
Juízo negativo de admissibilidade às fls. 121/122.
DECIDO:
Embora rejeitando os embargos de declaração, o acórdão recorrido examinou, motivadamente, todas as questões pertinentes ao desfecho da lide.
Mesmo para fins de prequestionamento, o acolhimento de embargos declaratórios pressupõe a existência de vício catalogado no Art. 535 do CPC (EDcl nos EREsp 237.553/HUMBERTO, REsp 434.283/FUX, REsp 208.468/DEMÓCRITO, dentre muitos).
Tampouco há defeito de fundamentação ou contrariedade aos Arts. 165 e 458 do Código de Processo Civil.
A legitimidade passiva de Brasil Telecom, sucessora de CRT, decorre de ela haver celebrado o contrato de participação financeira, com o nítido propósito de assumir obrigações:
"A legitimidade para figurar no pólo passivo da presente ação decorre de a mesma ter assumido obrigações de emitir as ações. Além disso, a responsabilidade da recorrente subscrever as ações da empresa Celular CRT S/A foi reconhecida com base na análise das cláusulas do protocolo de justificação da cisão parcial da CRT. Ultrapassar esse entendimento demandaria o reexame das provas e das cláusulas contratuais, o que não é possível nesta sede. Incidência das Súmulas 5 e 7/STJ." (REsp 473.159/BARROS MONTEIRO)
A pretensão da autora não contraria o ordenamento. Não há impossibilidade jurídica do pedido:
"O autor que assinou o contrato de participação financeira e permanece como titular das ações, não encontra empeço no ordenamento jurídico para buscar o direito que julga ter; ausente, portanto, a alegada impossibilidade jurídica do pedido." (RESP 700.606/CASTRO FILHO)
No julgamento do REsp 822.914/RS, ocorrido em 01.06.2006, a 3ª Turma decidiu que o Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, não se aplica a demandas como a destes autos. Confira-se trecho do voto:
"O amplíssimo Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, tem aplicação quando o acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído como acionista. Nessa situação específica - em que o status das partes é determinante para a persecução do direito reclamado - é que o prazo de prescrição será trienal, independentemente do fundamento da demanda. Aqui, o autor não litiga como acionista. Litiga como contratante, em busca de reparação de ato ilícito (suposto descumprimento do contrato)."
É ilegal a capitalização de ações feita pela Brasil Telecom S/A com observância do constante na Portaria 86/91 (ato normativo de natureza administrativa), devendo prevalecer o disposto no Art. 170 da Lei 6.404/76.
"Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondentes ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado." (RESP 500.236/Rel. p/ acórdão Ministro Fernando Gonçalves)
O STJ já decidiu que a condenação do recorrente ao pagamento dos dividendos decorre do direito reconhecido quanto à subscrição de ações.
Quanto à alegação de violação aos Arts. 85,115 e 117 do Código Civil observo que a lide foi resolvida no Tribunal de origem em decorrência de interpretação de cláusulas contratuais, notadamente das cláusulas referentes ao valor resgatável das ações e ao resgate do financiamento. Incidem as Súmulas 5 e 7.
Por fim, os Arts. 131, I, do Código Comercial e 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil, não foram objeto de discussão na formação do acórdão recorrido. Falta prequestionamento. Incidem as Súmulas 282 e 356/STF.
Nego provimento ao agravo.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3181)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.290 - RS (2007/0219717-1)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ROQUE PERUZZOLO
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra decisão que abortou recurso especial.
No recurso especial, Brasil Telecom S/A, reclama de violação aos Arts. aos Arts. 3º, 47, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II, 467, 468, 535, do CPC; 1º,12, 205, § 2º, 229, § 5º e 287, II, 'g', da Lei n.º 6.404/76; 186 do Código Civil e 121 do Código Comercial.
Juízo negativo de admissibilidade às fls. 132/133.
DECIDO:
Embora rejeitando os embargos de declaração, o acórdão recorrido examinou, motivadamente, todas as questões pertinentes ao desfecho da lide.
Mesmo para fins de prequestionamento, o acolhimento de embargos declaratórios pressupõe a existência de vício catalogado no Art. 535 do CPC (EDcl nos EREsp 237.553/HUMBERTO, REsp 434.283/FUX, REsp 208.468/DEMÓCRITO, dentre muitos).
Tampouco há defeito de fundamentação ou contrariedade aos Arts. 165 e 458 do Código de Processo Civil.
A legitimidade passiva de Brasil Telecom, sucessora de CRT, decorre de ela haver celebrado o contrato de participação financeira, com o nítido propósito de assumir obrigações:
"A legitimidade para figurar no pólo passivo da presente ação decorre de a mesma ter assumido obrigações de emitir as ações. Além disso, a responsabilidade da recorrente subscrever as ações da empresa Celular CRT S/A foi reconhecida com base na análise das cláusulas do protocolo de justificação da cisão parcial da CRT. Ultrapassar esse entendimento demandaria o reexame das provas e das cláusulas contratuais, o que não é possível nesta sede. Incidência das Súmulas 5 e 7/STJ." (REsp 473.159/BARROS MONTEIRO)
A pretensão da autora não contraria o ordenamento. Não há impossibilidade jurídica do pedido:
"O autor que assinou o contrato de participação financeira e permanece como titular das ações, não encontra empeço no ordenamento jurídico para buscar o direito que julga ter; ausente, portanto, a alegada impossibilidade jurídica do pedido." (RESP 700.606/CASTRO FILHO)
No julgamento do REsp 822.914/RS, ocorrido em 01.06.2006, a 3ª Turma decidiu que o Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, não se aplica a demandas como a destes autos. Confira-se trecho do voto:
"O amplíssimo Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, tem aplicação quando o acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído como acionista. Nessa situação específica - em que o status das partes é determinante para a persecução do direito reclamado - é que o prazo de prescrição será trienal, independentemente do fundamento da demanda. Aqui, o autor não litiga como acionista. Litiga como contratante, em busca de reparação de ato ilícito (suposto descumprimento do contrato).
O STJ já decidiu que a condenação do recorrente ao pagamento dos dividendos decorre do direito reconhecido quanto à subscrição de ações.
Em relação a ofensa à coisa julgada, o Tribunal de origem com base nos elementos de prova decidiu que:
"Inicialmente, afasto a preliminar de ofensa à coisa julgada tendo em vista que anteriormente a parte autora ajuizou ação visando apenas as ações que deixaram de ser subscritas quanto à CRT - Companhia Riograndense de Telecomunicações, ao passo que a presente demanda busca a subscrição das ações da Celular CRT Participações S/A, portanto, é distinta a causa de pedir entre as ações." (fl. 34).
Rever esse entendimento desafia a Súmula 7.
Por fim, os Arts. 186 do Código Civil e 121 do Código Comercial não foram objeto de discussão na formação do acórdão recorrido. Falta prequestionamento. Incidem as Súmulas 282 e 356/STF.
Nego provimento ao agravo.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3182)

RECURSO ESPECIAL Nº 947.617 - RS (2007/0082796-0)

RELATORA	**: MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: SIRLEI NEVES MENDES DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CLARICE SOSTER
ADVOGADO	: JAMIL ABDELRAZZAK ABDALA ABO ABDO E OUTRO(S)
INTERES.	: CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO	: LISIANE CÂMARA CARVALHO E OUTRO(S)

EMENTA

Direito civil e processual civil. Recurso especial. Sistema Financeiro da Habitação. Prequestionamento. Ausência. Insuficiência do depósito em ação de consignação não acarreta a improcedência. Precedentes. Honorários advocatícios. Sucumbência recíproca. Compensação. Possibilidade.
- Não se conhece do recurso especial quando ausente o requisito do prequestionamento.
- Consoante precedentes assentados nos princípios da efetividade do processo e da economia processual, o entendimento majoritário do STJ é no sentido de que a insuficiência do depósito em ação de consignação em pagamento não acarreta a total improcedência do pedido.
- Os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte. Súmula n.º 306/STJ.
Negado seguimento ao recurso especial.

DECISÃO

Recurso especial interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF com arrimo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo TRF da 4.ª Região.
Ação: de revisão contratual, movida por CLARICE SOSTER, em face da recorrente e da CAIXA SEGURADORA S/A.
Sentença: julgou o pedido parcialmente procedente.
Acórdão: deu parcial provimento ao apelo da recorrida e negou provimento ao recurso da recorrente, em julgado assim ementado:

"REVISIONAL. SFH. CONTRATO BANCÁRIO - EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO. APLICAÇÃO DA CLÁUSULA PES/CP. LIMITADOR PREVISTO NO DL Nº 2.164/84. SISTEMÁTICA DE AMORTIZAÇÃO. TR. PRÊMIO DE SEGURO. APLICAÇÃO DO PES NO SALDO DEVEDOR. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. TABELA PRICE. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DEPÓSITO JUDICIAL. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA.(...)"(fls. 218).

Recurso especial: alega violação aos arts. 82 do CC/16, 1º, 7º, 21 e 36 do Decreto-lei n.º 73/66, 972 e 974 do CC/16, 50 da Lei n.º 10.931/04, 23 da Lei n.º 8.906/94, assim como ao art 890 do CPC. Em suma, afirma não caber ao Poder Judiciário intervir na vontade contratual das partes, assevera que a procedência da ação consignatória está condicionada à verificação da suficiência dos depósitos e insurge-se, por fim, contra a compensação dos honorários advocatícios.

Relatado o processo, decide-se.

- Da ausência de prequestionamento.
Os arts. 82 do CC/16, 1º, 7º, 21 e 36 do Decreto-lei n.º 73/66 e 50 da Lei n.º 10.931/04, não foram apreciados pelo Tribunal de origem, da forma como apresentada no recurso especial, não restando preenchido, portanto, o requisito do prequestionamento, motivo pelo qual se apresenta inviável o recurso quanto a tais pontos, nos termos das Súmulas n.º 282 e 356/STF.

- Da insuficiência dos depósitos na ação consignatória.
Afirma a recorrente que o acórdão recorrido violou os arts. 890 do CPC e 972 e 974 do CC/16, porquanto mesmo reconhecendo a insuficiência dos depósitos efetuados pela recorrida, não julgou improcedente o pedido da ação consignatória movida pelos recorridos em face da recorrente.
Todavia, consoante precedentes assentados nos princípios da efetividade do processo e da economia processual, o entendimento majoritário do STJ é no sentido de que a insuficiência do depósito em ação de consignação em pagamento não acarreta a total improcedência do pedido, na medida em que a obrigação é parcialmente adimplida pelo montante consignado, acarretando a liberação parcial do devedor.
Nesse sentido: AgRg no REsp n.° 827.035/RS, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJ 19.06.2006; REsp n.° 773.686/DF, Rel. Min. Castro Filho, DJ 14.03.2006; REsp n.° 613.552/RS, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ 14.11.2005; REsp n.° 726.187/PE, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 22.08.2005; REsp n.° 242.409/PR, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ 01.08.2005; REsp n.° 599.520/TO, de minha relatoria, DJ 01.02.2005; REsp n.° 659.779/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 27.09.2004; REsp n.° 587.546/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 21.06.2004; REsp n.° 448.602/SC, Rel. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, DJ 17.2.2003; AGRG no REsp n.° 41.953/SP, Rel. Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJ 6.10.2003; REsp n.° 126.326/RJ, Rel. Ministro Barros Monteiro, DJ 22.9.2003; REsp n.° 94.425/SP, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, DJ 12.05.1997 e REsp n.° 76.486/SC, Rel. Min. Peçanha Martins, DJ 22.04.1996.

- Da compensação dos honorários advocatícios.

Nos termos da Súmula n.º 306 do STJ, os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte.
Assim, não merece prosperar a irresignação recursal quanto ao tema, nos termos da Súmula n.º 83/STJ.
Forte em tais razões, NEGO SEGUIMENTO ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 12 de setembro de 2007.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

(3183)

RECURSO ESPECIAL Nº 947.645 - RS (2007/0099618-5)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
RECORRENTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADOS	: LEANDRO VILLELA CEZIMBRA E OUTRO(S) WESLEY BATISTA DE ABREU E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LEONIDES RUBIN
ADVOGADO	: FLÁVIO SARTORI

DECISÃO

O tribunal *a quo* prestou jurisdição completa, não havendo omissões a sanar.

A eventual indisponibilidade de ações não prejudica o pedido, porque ele será, se for o caso, compensado por perdas e danos.

A jurisprudência da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que "*o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de atividade normativa de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado*" (REsp nº 470.443, RS, Relator o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 22.09.2003).

E é esse o mesmo entendimento adotado nos acórdãos apontados como paradigma; portanto não ficou demonstrada a divergência.

Por outro lado, a Segunda Seção decidiu também que "*a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda*" (AgRg no AG nº 585.704, RS, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 29.11.2004).

A oposição de embargos de declaração com o propósito de prequestionamento não autoriza as penalidades previstas nos artigos 17, 18 e 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

Ante o exposto, conheço do recurso especial e dou-lhe parcial provimento para excluir da condenação a multa aplicada no acórdão proferido nos embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília, 05 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3184)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.741 - RS (2007/0219373-7)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSÉ AUGUSTO BARTH DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: LUIZ FERNANDO GAMA DE MEDEIROS E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra decisão que abortou recurso especial.
No recurso especial, Brasil Telecom S/A, reclama de violação aos Arts. 165, 269, IV, 458, II, 461 e 535, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, §1º, 233, parágrafo único e 287, II, 'g' da Lei n.º 6.404/76.
Juízo negativo de admissibilidade às fls. 115/116.
DECIDO:
Embora rejeitando os embargos de declaração, o acórdão recorrido examinou, motivadamente, todas as questões pertinentes ao desfecho da lide.
Mesmo para fins de prequestionamento, o acolhimento de embargos declaratórios pressupõe a existência de vício catalogado no Art. 535 do CPC (EDcl nos EREsp 237.553/HUMBERTO, REsp 434.283/FUX, REsp 208.468/DEMÓCRITO, dentre muitos).
Tampouco há defeito de fundamentação ou contrariedade aos Arts. 165 e 458 do Código de Processo Civil.
A legitimidade passiva de Brasil Telecom, sucessora de CRT, decorre de ela haver celebrado o contrato de participação financeira, com o nítido propósito de assumir obrigações:
"A legitimidade para figurar no pólo passivo da presente ação decorre de a mesma ter assumido obrigações de emitir as ações. Além disso, a responsabilidade da recorrente subscrever as ações da empresa Celular CRT S/A foi reconhecida com base na análise das cláusulas do protocolo de justificação da cisão parcial da CRT. Ultrapassar esse entendimento demandaria o reexame das provas e das cláusulas contratuais, o que não é possível nesta sede. Incidência das Súmulas 5 e 7/STJ." (REsp 473.159/BARROS MONTEIRO)
A pretensão da autora não contraria o ordenamento. Não há impossibilidade jurídica do pedido:
"O autor que assinou o contrato de participação financeira e permanece como titular das ações, não encontra empeço no ordenamento jurídico para buscar o direito que julga ter; ausente, portanto, a alegada impossibilidade jurídica do pedido." (RESP 700.606/CASTRO FILHO)
No julgamento do REsp 822.914/RS, ocorrido em 01.06.2006, a 3ª Turma decidiu que o Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, não se aplica a demandas como a destes autos. Confira-se trecho do voto:
"O amplíssimo Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, tem aplicação quando o acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído como acionista. Nessa situação específica - em que o status das partes é determinante para a persecução do direito reclamado - é que o prazo de prescrição será trienal, independentemente do fundamento da demanda. Aqui, o autor não litiga como acionista. Litiga como contratante, em busca de reparação de ato ilícito (suposto descumprimento do contrato).
É ilegal a capitalização de ações feita pela Brasil Telecom S/A com observância do constante na Portaria 86/91 (ato normativo de natureza administrativa), devendo prevalecer o disposto no Art. 170 da Lei 6.404/76.
"Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondentes ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado." (RESP 500.236/Rel. p/ acórdão Ministro Fernando Gonçalves)
O STJ já decidiu que a condenação do recorrente ao pagamento dos dividendos decorre do direito reconhecido quanto à subscrição de ações.
Quanto à alegação de violação aos Arts. 85, 115 e 117 do Código Civil observo que a lide foi resolvida no Tribunal de origem em decorrência de interpretação de cláusulas contratuais, notadamente das cláusulas referentes ao valor resgatável das ações e ao resgate do financiamento. Incidem as Súmulas 5 e 7.
Por fim, o Art. 131, I, do Código Comercial não foram objeto de discussão na formação do acórdão recorrido. Falta prequestionamento. Incidem as Súmulas 282 e 356/STF.
Nego provimento ao agravo.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3185)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.743 - RS (2007/0219623-7)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JORGE TADEU FRANCO
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra decisão que abortou recurso especial.
No recurso especial, Brasil Telecom S/A, reclama de violação aos Arts. 3º, 47, 165, 267, VI, 458, II, 467 e 468, do CPC; 1º, 12, 229, § 5º, 287, II, "g", da Lei n.º 6.404/76; 159 do Código Civil/1916.
Juízo negativo de admissibilidade às fls. 104/105.
DECIDO:
Não há defeito de fundamentação ou contrariedade aos Arts. 165 e 458 do Código de Processo Civil.
A legitimidade passiva de Brasil Telecom, sucessora de CRT, decorre de ela haver celebrado o contrato de participação financeira, com o nítido propósito de assumir obrigações:
"A legitimidade para figurar no pólo passivo da presente ação decorre de a mesma ter assumido obrigações de emitir as ações. Além disso, a responsabilidade da recorrente subscrever as ações da empresa Celular CRT S/A foi reconhecida com base na análise das cláusulas do protocolo de justificação da cisão parcial da CRT. Ultrapassar esse entendimento demandaria o reexame das provas e das cláusulas contratuais, o que não é possível nesta sede. Incidência das Súmulas 5 e 7/STJ." (REsp 473.159/BARROS MONTEIRO)
No julgamento do REsp 822.914/RS, ocorrido em 01.06.2006, a 3ª Turma decidiu que o Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, não se aplica a demandas como a destes autos. Confira-se trecho do voto:
"O amplíssimo Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, tem aplicação quando o acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído como acionista. Nessa situação específica - em que o status das partes é determinante para a persecução do direito reclamado - é que o prazo de prescrição será trienal, independentemente do fundamento da demanda. Aqui, o autor não litiga como acionista. Litiga como contratante, em busca de reparação de ato ilícito (suposto descumprimento do contrato).
Nas razões do recurso especial, a recorrente restringiu sua argumentação à defender a ofensa à coisa julgada.
O Tribunal de origem, sobre o tema, assim decidiu:
"Movida a ação de indenização anteriormente, restou a Brasil Telecom S/A condenada à subscrição das ações faltantes à parte autora, em face do mau cumprimento do contrato de participação financeira celebrado entre as partes. Ocorre que em momento posterior à subscrição, deu-se a cisão da CRT, conforme Fato Relevante publicado, constituindo-se a Companhia Celular CRT Participações S/A com o mesmo número de ações ordinária e preferenciais em que se constituía o capital da CRT, recebendo os acionistas desta sociedade ações da Celular em quantidade, espécie e classe idênticas às que possuíam na Companhia cindida.
Portanto, com a declaração judicial veiculada na demanda anteriormente ajuizada no sentido do mau cumprimento do avençado relativamente à subscrição de ações da CRT, determinando-se a subscrição de ações da Brasil Telecom S/A, corolário lógico é a emissão das respectivas ações relativamente à Celular CRT Participações S/A, incidindo no caso os efeitos da decisão anteriormente proferida, sendo descabida a alegação de que estaria a parte autora pretendendo dar eficácia retroativa à declaração. Nada mais é, como alhures mencionado, do que função positiva da coisa julgada." (fl. 44).
A recorrente furtou-se a impugnar os fundamentos do acórdão recorrido, que por si só mantêm a conclusão do julgado. Incide a Súmula 283/STF.
O Art. 159 do Código Civil de 1916, 11º, 12 e 229, §5º, da Lei 6.404/76 não foram objeto de discussão e debate na instância precedente. Faltou o prequestionamento. Incidem as Súmulas 282 e 356/STF.
Nego provimento ao agravo.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3186)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.755 - RS (2007/0219384-0)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALMERINDO PEREIRA MACHADO
ADVOGADO	: ANA LÍDIA ROCHA DE MENEZES COSTA E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra decisão que abortou recurso especial.
No recurso especial, Brasil Telecom S/A, reclama de violação aos Arts. 165, 269, IV, 458, II e 535, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, §1º, 233 e 287, II, 'g' da Lei n.º 6.404/76.
Juízo negativo de admissibilidade às fls. 104/105.
DECIDO:
Embora rejeitando os embargos de declaração, o acórdão recorrido examinou, motivadamente, todas as questões pertinentes ao desfecho da lide.
Mesmo para fins de prequestionamento, o acolhimento de embargos declaratórios pressupõe a existência de vício catalogado no Art. 535 do CPC (EDcl nos EREsp 237.553/HUMBERTO, REsp 434.283/FUX, REsp 208.468/DEMÓCRITO, dentre muitos).
Tampouco há defeito de fundamentação ou contrariedade aos Arts. 165 e 458 do Código de Processo Civil.
Não verifico ofensa aos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor. Tratando-se de contrato vinculado ao serviço de telefonia, com cláusula de investimento em ações, inafastável a aplicação da legislação consumerista ao caso.
A legitimidade passiva de Brasil Telecom, sucessora de CRT, decorre de ela haver celebrado o contrato de participação financeira, com o nítido propósito de assumir obrigações:
"A legitimidade para figurar no pólo passivo da presente ação decorre de a mesma ter assumido obrigações de emitir as ações. Além disso, a responsabilidade da recorrente subscrever as ações da empresa Celular CRT S/A foi reconhecida com base na análise das cláusulas do protocolo de justificação da cisão parcial da CRT. Ultrapassar esse entendimento demandaria o reexame das provas e das cláusulas contratuais, o que não é possível nesta sede. Incidência das Súmulas 5 e 7/STJ." (REsp 473.159/BARROS MONTEIRO)
A pretensão da autora não contraria o ordenamento. Não há impossibilidade jurídica do pedido:
"O autor que assinou o contrato de participação financeira e permanece como titular das ações, não encontra empeço no ordenamento jurídico para buscar o direito que julga ter; ausente, portanto, a alegada impossibilidade jurídica do pedido." (RESP 700.606/CASTRO FILHO)
No julgamento do REsp 822.914/RS, ocorrido em 01.06.2006, a 3ª Turma decidiu que o Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, não se aplica a demandas como a destes autos. Confira-se trecho do voto:
"O amplíssimo Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, tem aplicação quando o acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído como acionista. Nessa situação específica - em que o status das partes é determinante para a persecução do direito reclamado - é que o prazo de prescrição será trienal, independentemente do fundamento da demanda. Aqui, o autor não litiga como acionista. Litiga como contratante, em busca de reparação de ato ilícito (suposto descumprimento do contrato).
É ilegal a capitalização de ações feita pela Brasil Telecom S/A com observância do constante na Portaria 86/91 (ato normativo de natureza administrativa), devendo prevalecer o disposto no Art. 170 da Lei 6.404/76.
"Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondentes ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado." (RESP 500.236/Rel. p/ acórdão Ministro Fernando Gonçalves)
Nego provimento ao agravo.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3187)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 947.756 - RS (2007/0219435-5)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EMBRASMAQUI MÁQUINAS E EMPILHADEIRAS LTDA
ADVOGADO	: JOEL ÁVILA RODRIGUES E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra decisão que abortou recurso especial.
No recurso especial, Brasil Telecom S/A, reclama de violação aos Arts. 165, 269, IV, 458, II e 535 do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, II, 233, parágrafo único e 287, II, 'g' da Lei n.º 6.404/76**.**
Juízo negativo de admissibilidade às fls. 98/99.
DECIDO:
Embora rejeitando os embargos de declaração, o acórdão recorrido examinou, motivadamente, todas as questões pertinentes ao desfecho da lide.
Mesmo para fins de prequestionamento, o acolhimento de embargos declaratórios pressupõe a existência de vício catalogado no Art. 535 do CPC (EDcl nos EREsp 237.553/HUMBERTO, REsp 434.283/FUX, REsp 208.468/DEMÓCRITO, dentre muitos).
Tampouco há defeito de fundamentação ou contrariedade aos Arts. 165 e 458 do Código de Processo Civil.
A legitimidade passiva de Brasil Telecom, sucessora de CRT, decorre de ela haver celebrado o contrato de participação financeira, com o nítido propósito de assumir obrigações:
"A legitimidade para figurar no pólo passivo da presente ação decorre de a mesma ter assumido obrigações de emitir as ações. Além disso, a responsabilidade da recorrente subscrever as ações da empresa Celular CRT S/A foi reconhecida com base na análise das cláusulas do protocolo de justificação da cisão parcial da CRT. Ultrapassar esse entendimento demandaria o reexame das provas e das cláusulas contratuais, o que não é possível nesta sede. Incidência das Súmulas 5 e 7/STJ." (REsp 473.159/BARROS MONTEIRO)
A pretensão da autora não contraria o ordenamento. Não há impossibilidade jurídica do pedido:
"O autor que assinou o contrato de participação financeira e permanece como titular das ações, não encontra empeço no ordenamento jurídico para buscar o direito que julga ter; ausente, portanto, a alegada impossibilidade jurídica do pedido." (RESP 700.606/CASTRO FILHO)
No julgamento do REsp 822.914/RS, ocorrido em 01.06.2006, a 3ª Turma decidiu que o Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, não se aplica a demandas como a destes autos. Confira-se trecho do voto:
"O amplíssimo Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, tem aplicação quando o acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído como acionista. Nessa situação específica - em que o status das partes é determinante para a persecução do direito reclamado - é que o prazo de prescrição será trienal, independentemente do fundamento da demanda. Aqui, o autor não litiga como acionista. Litiga como contratante, em busca de reparação de ato ilícito (suposto descumprimento do contrato)."
É ilegal a capitalização de ações feita pela Brasil Telecom S/A com observância do constante na Portaria 86/91 (ato normativo de natureza administrativa), devendo prevalecer o disposto no Art. 170 da Lei 6.404/76.
"Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondentes ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado." (RESP 500.236/Rel. p/ acórdão Ministro Fernando Gonçalves)
Nego provimento ao agravo.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3188)

RECURSO ESPECIAL Nº 956.656 - RS (2007/0123268-4)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
RECORRENTE	: UNICARD BANCO MÚLTIPLO S/A
ADVOGADOS	: GUSTAVO CÉSAR DE SOUZA MOURÃO E OUTRO(S) MARIA LUÍSA MAGGIONI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: KURT EGON KELLER
ADVOGADO	: MARCIA RÚBIA DOS SANTOS FEIJÓ E OUTRO(S)

DECISÃO

1. O objeto litigioso diz respeito aos encargos exigíveis em contrato de cartão de crédito, cujas empresas administradoras têm natureza de instituição financeira (STJ - Súmula nº 283). A esse propósito, dois períodos devem ser considerados: (a) aquele em que o pagamento mínimo ou de valor maior que não corresponda ao total do débito foi realizado, restando saldo a ser remunerado e (b) aquele em que já se esgotou o prazo para o pagamento da fatura.

No primeiro caso, os encargos normalmente exigíveis são os seguintes: correção monetária do capital, juros remuneratórios e respectiva capitalização; no segundo, a comissão de permanência (juros remuneratórios), juros moratórios e a multa.

a) Saldo depois de abatido o valor do pagamento mínimo ou de pagamento maior que não corresponda ao total do débito

Juros remuneratórios. Numa conjuntura de inflação mensal próxima de zero, os juros que excedam de 1% ao mês são abusivos ? Uma resposta que fosse positiva não teria racionalidade alguma, muito menos de caráter econômico. Em qualquer atividade comercial ou industrial, o preço de venda do produto não pode ser menor do que o respectivo custo. A taxa básica de juros no nosso país é, hoje, de 11,25% ao ano. Se o dinheiro emprestado pelos bancos fosse do banqueiro e se ele se desfizesse de todos os seus imóveis e instalações, despedisse os empregados e descartasse qualquer outra despesa, poderia obter - líquidos e anualmente - rendimentos aproximados da aludida taxa de 11,25% a.a. É o que está ao alcance de qualquer pessoa que tenha condições de adquirir títulos do governo vinculados à taxa Selic. Nesse contexto, como imaginar que, tendo despesas de manutenção (aluguéis, pessoal, propaganda, impostos, etc.), mais os riscos próprios da atividade e a exigência de um mínimo de lucro para suportar todos esses encargos, estivessem as instituições financeiras limitadas a emprestar por uma taxa de 12% a.a. ? Sem nenhum trabalho e despesa, os rendimentos do banqueiro seriam de 11,25% a.a. Mantendo toda a estrutura produtiva, as instituições financeiras só receberiam juros de 12% a.a. Na verdade, toda a problemática resulta do fato de que o maior tomador de empréstimos é o governo e de que ele só obtém esses empréstimos se mantiver uma taxa de juros que compense o risco de quem empresta. No plano externo, por razões assemelhadas, os juros pagos pelo país também são elevados, e ninguém desconhece isso. Agora, qualificar de abusivos os juros, que, resultantes de política governamental, são praticados cotidianamente no país, não tem o menor sentido. Nem resulta do artigo 39, incisos V e XI, nem do artigo 51, IV, do Código de Defesa do Consumidor, menos ainda da realidade econômica, em que a taxa de juros está inteiramente desvinculada da inflação. A inflação é baixa, mas o custo do dinheiro é alto, como se lê diariamente nos jornais, e não pode ser reduzido por uma penada judicial.

Capitalização de juros. Antes da Medida Provisória nº 1.963-17, de 30 de março de 2000, ratificada pela Medida Provisória nº 2.170-36, os juros só podiam ser capitalizados se expressamente contratados, proibida a periodicidade menor do que a anual. O art. 5º das Medidas Provisórias acima aludidas permitiu a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano, que continua dependente de contratação - contratação evidentemente posterior àquela Medida Provisória, prequestionada pelo tribunal *a quo* e enfocada no recurso especial.

b) Período de inadimplência

Juros remuneratórios. A base econômica do empréstimo bancário seria completamente distorcida se - findo o prazo contratual sem o respectivo resgate - cessasse a exigibilidade de sua remuneração; e não haveria estímulo para o cumprimento da prestação ajustada, se o inadimplemento e a demora no pagamento deixassem de ser punidos.

A prática bancária denominou de *comissão de permanência* as obrigações exigíveis do mutuário após o vencimento do empréstimo, mas, dependendo do contrato, a expressão pode designar ora os juros remuneratórios simplesmente, ora os juros remuneratórios + os juros moratórios, ora, finalmente, os juros remuneratórios + os juros moratórios + a multa contratual.

Quer dizer, após o vencimento, a comissão de permanência visa manter, por meio dos juros remuneratórios, a base econômica do negócio, desestimular, mediante os juros de mora, a demora no cumprimento da obrigação e reprimir o inadimplemento pela aplicação da multa contratual.

A taxa dos juros remuneratórios praticada no mercado financeiro constitui reflexo da política econômica do governo, variável segundo as circunstâncias da conjuntura. Nada mais incompatível, portanto, com a natureza dos juros remuneratórios exigíveis após o vencimento do que sua estipulação antecipada. A taxa de mercado é a única referência adequada a sua função, vale dizer, a de que, findo o prazo contratual sem o resgate do empréstimo, o custo do dinheiro seja remunerado pelos padrões da época, mantendo a equação financeira do empréstimo. O critério tem mão dupla, aproveitando ao credor e ao devedor, para que não fiquem presos a taxas de juros anormais, resultantes de momento transitório e excepcional. Os juros remuneratórios cobrados à taxa de mercado evitam que o credor se enriqueça exigindo juros contratuais superiores e impedem que o devedor se valha da própria inadimplência para reduzir seus encargos contratuais.

Não é essa, todavia, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça; para a maioria dos membros da Segunda Seção, os juros remuneratórios exigíveis após o inadimplemento não podem ser superiores àqueles vigentes no prazo contratual, isto é, só variam segundo a taxa praticada no mercado, se esta for menor do que aquela estipulada para o período de gozo do empréstimo.

Capitalização dos juros. O regime da capitalização de juros vigente no período contratual subsiste enquanto a dívida não for paga.

Juros moratórios. Os juros moratórios compensam a demora no pagamento.

Multa. A multa contratual constitui a sanção do inadimplemento.

Cumulação dos encargos. Se os juros remuneratórios constituem os rendimentos do capital, se a multa penaliza o inadimplemento do devedor e se os juros de mora castigam o pagamento feito com atraso, nada justifica que a cobrança dos juros remuneratórios exclua a exigibilidade dos demais encargos; cada um tem seu título próprio.

A questão da mora

No julgamento do REsp nº 713.329, RS, Relator p/ acórdão o Ministro Menezes Direito (sessão de 23.08.2006), a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça decidiu que não basta o ajuizamento da ação para afastar a mora do devedor; uma definição a esse respeito depende do juízo que se fizer acerca da pretensão do credor: o devedor não estará em mora se os encargos exigidos, ou parte deles, forem abusivos (*a contrario sensu*, estará em mora se esses encargos estiverem de acordo com a lei e o contrato).

Ressalvando o entendimento pessoal, a presente decisão se conformará ao pensamento da aludida maioria. Quem, por meio de embargos de declaração ou de agravo regimental se dispuser a afrontar a posição dessa maioria, será reconhecido como litigante de má-fé (CPC, art. 17, IV, V, VI e VII).

2. As razões do recurso especial atacam o acórdão proferido pelo tribunal *a quo* quanto aos seguintes tópicos: a) limitação dos juros remuneratórios; b) afastamento da comissão de permanência e c) inscrição do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes.

O devedor está sujeito à inscrição do respectivo nome nos cadastros de proteção ao crédito se não cumprir os requisitos mencionados no acórdão de que trata o REsp nº 527.618, RS, Relator Ministro Cesar Asfor Rocha.

Ante o exposto, conheço do recurso especial e dou-lhe provimento para declarar a exigibilidade dos juros remuneratórios cobrados pelo credor, bem como, após o vencimento, a exigibilidade da comissão de permanência (= juros remuneratórios à taxa média de mercado, nunca superiores àquela contratada para o empréstimo + juros de mora + multa contratual) e, ainda, para autorizar a inscrição do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes.

O devedor suportará as custas processuais e pagará ao credor honorários de advogado à base de 10% dos valores que o julgado declarou exigíveis, calculados à data do ajuizamento da ação, com correção monetária.

Intimem-se.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3189)

RECURSO ESPECIAL Nº 958.697 - SC (2007/0129815-7)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
RECORRENTE	: GERHARD HORST FRITZSCHE E OUTRO
ADVOGADO	: JORGE LUIZ DE BORBA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LURDES ANA SERPA E OUTRO
ADVOGADO	: JUSSARA GOMES DA ROCHA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CELSO MÁRIO ZIPF
ADVOGADO	: SUSANA PABST SALLES E OUTRO(S)
INTERES.	: SUL FABRIL S/A - MASSA FALIDA
REPR. POR	: CELSO MÁRIO ZIPF - SÍNDICO
ADVOGADO	: HAROLDO PABST E OUTRO(S)

DECISÃO

Recurso especial desafia acórdão resumido, no que interessa, nesta ementa:
"FALÊNCIA - HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS - IRREGULARIDADES NAS INTIMAÇÕES DO SÍNDICO, DO FALIDO E DOS INTERESSADOS - INOCORRÊNCIA - CREDORES DISTINTOS - CRÉDITOS COM MESMA ORIGEM - POSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO - PRELIMINARES AFASTADAS.
O desatendimento das formalidades previstas pelo legislador somente conduzirá à declaração de nulidade do ato quando a sua finalidade restar comprometida pelo vício, pois somente a atipicidade relevante dá ensejo à invalidação
Pela interpretação do art. 82 da Lei de Falências, aliado aos demais relacionados com o procedimento das habilitações, é possível concluir pela vedação de uma declaração de crédito que contém diferentes credores em diferentes créditos. Tal dedução se faz porque a presença de muitos credores tumultuaria o processamento do pedido que, por sua natureza, deve harmonizar certeza e brevidade. Contudo, não se vê qualquer óbice na junção de créditos distintos quando os mesmos são originados em ação trabalhista, na qual um é derivado do outro, porquanto não haveria qualquer espécie de desordem processual.
HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS AO SINDICATO ASSISTENTE - POSSIBILIDADE - CRÉDITO DECORRENTE DA AÇÃO TRABALHISTA - INTELIGÊNCIA DO ART. 208, § 2º DO DEC-LEI N. 7.661/45 C/C ART. 24 DA LEI N. 8.906/94. RECURSO IMPROVIDO.
Pela hermenêutica do art. 208, § 2º do Decreto-Lei n. 7.661/45 c/c art. 24 da Lei n. 8.906/94, a massa falida somente está excluída de pagar os honorários diretamente relacionados com a ação falimentar. Os honorários devidos em feitos anteriores serão arbitrados consoante os termos do Código de Processo Civil, sem obstáculo algum, e constituirão crédito privilegiado nos processos de falência.
HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS - CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS LEGAIS - INCIDÊNCIA.
A correção monetária nada mais é senão uma simples atualização de valores, tendo como finalidade evitar o enriquecimento indevido da parte devedora. Não se está punindo o atraso na quitação, apenas adequando antigo valor à realidade do momento. Desse modo, perfeitamente possível que os créditos habilitados em processo falimentar sejam corrigidos monetariamente até a data do seu efetivo pagamento.

Os juros nascidos anteriormente à criação da massa, ou seja, enquanto a empresa ainda estava em atividade, podem integrar o crédito a ser habilitado. Apenas aqueles advindos no transcurso da ação falimentar é que ficarão condicionados às disposições do art. 26 da Lei de Quebras.
HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS - CUSTAS PROCESSUAIS - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - POSSIBILIDADE.
Ainda que decorrente de habilitação retardatária, as partes sucumbentes devem arcar com as custas processuais, nos moldes do art. 208, § 1º da Lei de Falências.
CUSTAS PROCESSUAIS - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - ISENÇÃO - ART. 12 DA LEI N. 1.060/50.
Àqueles que têm deferido o benefício da assistência judiciária gratuita ficam provisoriamente isentos do pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, de acordo com o disposto no art. 12 da Lei n. 1.060/50" (fls. 100/101).
O recorrente queixa-se de ofensa aos Arts. 23, 82, 98 e 208 do Decreto-lei n.º 7.661/45. Aponta divergência jurisprudencial.
- dois créditos distintos não podem ser habilitados em conjunto na falência;
- correção monetária e juros são indevidos contra massa falida;
- as intimações do síndico e do falido devem ser feitas pessoalmente e
- não é devida a habilitação de honorários advocatícios na falência.
Contra-razões às fls. 132/137.
DECIDO:
O Tribunal *a quo* afastou a suposta nulidade por falta de intimação pessoal e pela habilitação em conjunto dos créditos falimentares, pois não houve prejuízo para as partes. Disse que "tanto o falido quanto o síndico puderam atuar no feito sem quaisquer problemas" (fl. 104). E acrescentou:
"(...) A jurisprudência é unânime em afastar as nulidades quando se verificar que tais defeitos não prejudicaram o bom andamento do feito" (fl. 105).
O ora recorrente não atacou especificamente tal fundamento. Limitou-se a dizer, em síntese, que dois créditos distintos não podem ser habilitados em conjunto e que as intimações devem ser pessoais. Incide a Súmula 283/STF.
Quanto aos honorários advocatícios, o acórdão está em sintonia com a jurisprudência do STJ. Veja-se:
"(...) Atuando o sindicato na defesa de seus filiados em reclamação trabalhista movida contra a falida, os honorários advocatícios fixados diretamente a seu favor constituem crédito privilegiado, ex vi do art. 24 da Lei n. 8.906/94, achando-se incorreto o seu enquadramento no quadro geral de credores, como quirografário" (REsp 457.559/PASSARINHO).
Por fim, não houve a comprovação da divergência jurisprudencial (notadamente quanto aos juros e correção monetária), conforme as exigências contidas nos Art. 541, parágrafo único, do CPC e Art. 255 do RISTJ.
Nego seguimento ao recurso especial.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3190)

RECURSO ESPECIAL Nº 966.613 - RS (2007/0153265-8)

RELATORA	**: MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE	: ERGO S/A CONSTRUÇÃO E MONTAGEM
ADVOGADO	: AYRTON LIMA FREITAS
RECORRIDO	: FRANCISCO MUNIZ DA SILVA
ADVOGADO	: MARIA ALZIRA CARPES ACHILLES E OUTRO(S)

EMENTA

Processual Civil. Recurso especial. Liquidação de sentença. Embargos de declaração. Ausência de omissão, contradição ou obscuridade. Ausência de prequestionamento. Falta de impugnação específica.
- *Rejeitam-se os embargos de declaração quando ausente omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada*
- *Inviável o recurso especial quando os dispositivos legais tidos como violados não foram objeto de discussão no Tribunal de origem, ou se subsiste, sem impugnação, fundamento apresentado no acórdão recorrido que se mostra suficiente para a manutenção das suas conclusões.*
Negado seguimento ao recurso especial.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial, interposto por ERGO S/A CONSTRUÇÃO E MONTAGEM, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional.
Ação: liquidação de sentença, movida por FRANCISCO MUNIZ DA SILVA, em face da recorrente.
Decisão: não recebeu o apelo interposto pela recorrente contra a decisão proferida na liquidação de sentença.
Acórdão: negou provimento ao agravo de instrumento da recorrente, nos termos da seguinte ementa:
"LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. DECISÃO PROFERIDA APÓS A ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 11.232/05. RECURSO CABÍVEL. AGRAVO DE INSTRUMENTO.
Tendo em vista que a decisão que julgou a liquidação de sentença foi proferida após a entrada em vigor da Lei nº 11.232/2005, que tem aplicação imediata (art. 1.211 do CPC), cabível a interposição de agravo de instrumento, e não apelação, em face do disposto no art. 475-H do CPC.
Agravo de instrumento desprovido."(fls. 140).
Recurso especial: alega violação aos arts. 286 e 535 do CPC. Além de afirmar que houve negativa de prestação jurisdicional, assevera a recorrente que o recurso cabível contra a decisão proferida na liquidação de sentença seria o de apelação e não agravo de instrumento.
Relatado o processo, decide-se.

- Da rejeição dos embargos de declaração.
A prestação jurisdicional dada pelo TJ/RS no feito corresponde àquela pleiteada pelas partes, encontrando-se devidamente fundamentada, sem omissão, obscuridade ou contradição, razão pela qual não merece prosperar a alegada violação ao art. 535 do CPC.

- Do fundamento inatacado e da ausência de prequestionamento.
O art. 286 do CPC não foi analisado pelo Tribunal de origem, da forma como apresentada no presente recurso, restando ausente, pois, o prequestionamento, que constitui requisito de admissibilidade do recurso especial. (Súmula 211/STJ).
Ainda que superado o aludido óbice sumular, melhor sorte não socorre a recorrente, isto porque o TJ/RS, ao firmar seu entendimento acerca de qual seria o recurso cabível na espécie, calcou-se na interpretação dos arts. 475-H e 1.211 do CPC, que sequer foram alvo de irresignação por parte da recorrente.
Dessa forma, deve incidir na espécie a Súmula 283/STF, em razão da falta de impugnação de fundamentos suficientes para manutenção do acórdão recorrido.

Forte em tais razões, NEGO SEGUIMENTO ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

(3191)

RECURSO ESPECIAL Nº 966.834 - SC (2007/0157606-6)

RELATORA	**: MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE	: ARIVONIL ALVES MOREIRA E OUTRO
ADVOGADO	: ALESSANDRO SCHENKEL FORNARI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S/A
ADVOGADO	: DANIELA DE LARA PRAZERES E OUTRO(S)

EMENTA

Civil. Recurso especial. Ação de reparação por danos morais. Fundamentação deficiente. Dissídio jurisprudencial. Ausência de demostração. Súmula 83 do STJ.
- Inviável o recurso especial, quando a deficiência na fundamentação não permite que se compreenda a natureza da alegada contrariedade a dispositivo de lei.
- Para comprovação do dissídio jurisprudencial faz-se necessário o cotejo analítico entre os julgados tidos como divergentes, bem como, a demonstração da similitude fática.
- Inviável o recurso especial quando a decisão recorrida está em harmonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
Negado seguimento ao recurso especial.

DECISÃO

Recurso especial interposto por ARIVONIL ALVES MOREIRA E OUTRO, arrimado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.
Ação: de reparação por danos morais, proposta pelos recorrentes em desfavor de ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S/A, em virtude de publicação indevida de imagens.
Sentença: julgou improcedente o pedido.
Acórdão: negou provimento à apelação interposta pelos recorrentes, com a seguinte ementa:

"(...) A utilização indevida de imagem, embora reprovável, só acarretra indenização por danos morais quando tiver fins comerciais e houver ofensa à personalidade." (FLS. 145)

Recurso especial: alegam os recorrentes violação aos arts. 186 e 944, do CC, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta que *"o dano moral é presumido, não dependendo de comprovação ..."* (fls. 176).
Relatado o processo, decide-se.

- Da fundamentação deficiente
Quanto aos argumentos expendidos pelos recorrentes para a demonstração da viabilidade do recurso especial, no que tange à possível contrariedade aos arts. 186 e 944, do CC, fato é não restou patente como teria o acórdão recorrido negado vigência a esses dispositivos legais, o que faz atrair para a questão, o óbice da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, *verbis: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".*

- Do dissídio Jurisprudencial
No que concerne ao dissídio jurisprudencial, não cuidou o recorrente de demonstrá-lo nos termos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 2º, do RISTJ. Com efeito, não restou evidenciada a similitude fática entre o acórdão recorrido e os arestos alçados a paradigma.

- Da incidência da Súmula 83 do STJ
Ainda que superados os óbices da Súmula 284 do STF e da ausência de demonstração do dissídio jurisprudencial, verifica-se que o entendimento adotado pelo TJ/SC converge com a jurisprudência do STJ, no sentido de que a utilização indevida de imagem não configura, por si só, dano moral. Nesse sentido o seguinte precedente:
"Direito civil. Recurso especial. Ação de indenização por danos materiais e morais. Uso indevido da imagem. Peculiaridades evidenciadas. Elemento psicológico. Veiculação restrita da imagem.
- Para imputar o dever de compensar danos morais pelo uso indevido da imagem com fins lucrativos é necessário analisar as circunstâncias particulares que envolveram a captação e exposição da imagem.
(...)
Recurso especial conhecido e improvido."
(REsp 622872/RS, de minha relatoria, TERCEIRA TURMA, julgado em 14.06.2005, DJ 01.08.2005 p. 446)

Incide, portanto, o óbice da Súmula 83 do STJ.

Forte em tais razões, NEGO SEGUIMENTO ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

(3192)

RECURSO ESPECIAL Nº 972.051 - MG (2007/0177417-5)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
RECORRENTE	: JANICE VIEIRA ROMANO DANTAS
ADVOGADO	: BELMAR AZZE RAMOS - CURADOR ESPECIAL
RECORRIDO	: BANCO BANDEIRANTES S/A
ADVOGADOS	: THIAGO LUIZ BLUNDI STURZENEGGER TARCISO MOREIRA DE SOUZA E OUTRO(S)

DECISÃO

Recurso especial (alíneas "a" e "c") desafia acórdão, no que interessa, assim fundamentado:
"Percebe-se que, apesar de não ter sido a Defensoria Pública intimada pessoalmente mediante a entrega dos autos com vista, como assim alega o embargante, o conteúdo decisório do acórdão não restou comprometido. A falta de formalidade alegada não tem o condão de gerar nulidade dos atos processuais, a partir da designação do julgamento de apelação. Decretar a nulidade dos autos posteriores à designação da sessão só traria prejuízos consideráveis ao processo tendo em vista o desrespeito aos princípios da economia e da celeridade processual. Unge salientar que, a despeito de não ter havido intimação pessoal, houve intimação via Diário do Judiciário." (fl. 136)
A recorrente alega ofensa ao Art. 155, 165, 245, 247, 248, 458 e 535 do CPC; à Lei 1.060/50; à LC 80/94 e Lei Complementar Estadual 65/03. Aponta, também, divergência jurisprudencial.
Queixa-se de negativa de prestação jurisdicional.
Sustenta, em síntese:
a) necessidade de intimação pessoal do defensor público;
b) existência de prejuízo à parte; e
c) violação aos princípios da ampla defesa e contraditório.
Contra-razões não apresentadas (certidão à fl. 184).
DECIDO:
O defensor público deve ser intimado pessoalmente de todos os atos do processo sob pena de nulidade. Confira-se:
"RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - DEFENSORIA PÚBLICA - INTIMAÇÃO PESSOAL - OBRIGATORIEDADE - AUSÊNCIA - PREJUÍZO À DEFESA - RECURSO PROVIDO.
1 - A teor da jurisprudência desta Corte, o Defensor Público deve ser intimado pessoalmente de todos os atos do processo, sob pena de nulidade." (REsp 808.411/SCARTEZZINI);

"PROCESSUAL CIVIL. DEFENSORIA PÚBLICA. INTIMAÇÃO PESSOAL. NORMA COGENTE. AUSÊNCIA. PREJUÍZO. DEFESA. EXISTÊNCIA.
1 - A intimação pessoal do defensor público, conforme o art. 5º, § 5º da Lei nº 1.060/50, é norma de ordem cogente, devendo, por isso mesmo ser obedecida, sob pena de nulidade, notadamente na espécie onde a falta gera prejuízo para a defesa do réu (recorrente)." (REsp 558.897/FERNANDO GONÇALVES); e

"DEFENSORIA PÚBLICA. INTIMAÇÃO PESSOAL. OBRIGATORIEDADE.
- O Defensor Público deve ser intimado pessoalmente de todos os atos do processo, sob pena de nulidade." (REsp 442.435/BARROS MONTEIRO)
Dou provimento ao recurso especial (Art. 557, § 1º-A, do CPC), para anular o julgamento da apelação (acórdão de fls. 109 e 111/122) e determinar a prévia intimação pessoal, com vista dos autos da Defensoria Pública.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3193)

RECURSO ESPECIAL Nº 975.433 - RS (2007/0180708-6)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
RECORRENTE	: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO	: GEOVANA PALERMO CARPES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: EVERTON FERREIRA SARAIVA
ADVOGADO	: ANA MARIA MOREIRA MARQUES

DECISÃO

1. O objeto litigioso diz respeito aos encargos exigíveis em contrato de empréstimo bancário tomado por pessoa física. A esse propósito, dois períodos devem ser considerados: (a) aquele em que o débito ainda não venceu e (b) aquele em que já se esgotou o prazo para o respectivo pagamento.

No primeiro caso, os encargos normalmente exigíveis são os seguintes: juros remuneratórios e respectiva capitalização; no segundo, juros remuneratórios, juros moratórios e multa.

a) Período de gozo do empréstimo

Juros remuneratórios. Numa conjuntura de inflação mensal próxima de zero, os juros que excedam de 1% ao mês são abusivos ? Uma resposta que fosse positiva não teria racionalidade alguma, muito menos de caráter econômico. Em qualquer atividade comercial ou industrial, o preço de venda do produto não pode ser menor do que o respectivo custo. A taxa básica de juros no nosso país é, hoje, de 11,25% ao ano. Se o dinheiro emprestado pelos bancos fosse do banqueiro e se ele se desfizesse de todos os seus imóveis e instalações, despedisse os empregados e descartasse qualquer outra despesa, poderia obter - líquidos e anualmente - rendimentos aproximados da aludida taxa de 11,25% a.a. É o que está ao alcance de qualquer pessoa que tenha condições de adquirir títulos do governo vinculados à taxa Selic. Nesse contexto, como imaginar que, tendo despesas de manutenção (aluguéis, pessoal, propaganda, impostos, etc.), mais os riscos próprios da atividade e a exigência de um mínimo de lucro para suportar todos esses encargos, estivessem as instituições financeiras limitadas a emprestar por uma taxa de 12% a.a. ? Sem nenhum trabalho e despesa, os rendimentos do banqueiro seriam de 11,25% a.a. Mantendo toda a estrutura produtiva, as instituições financeiras só receberiam juros de 12% a.a. Na verdade, toda a problemática resulta do fato de que o maior tomador de empréstimos é o governo e de que ele só obtém esses empréstimos se mantiver uma taxa de juros que compense o risco de quem empresta. No plano externo, por razões assemelhadas, os juros pagos pelo país também são elevados, e ninguém desconhece isso. Agora, qualificar de abusivos os juros, que, resultantes de política governamental, são praticados cotidianamente no país, não tem o menor sentido. Nem resulta do artigo 39, incisos V e XI, nem do artigo 51, IV, do Código de Defesa do Consumidor, menos ainda da realidade econômica, em que a taxa de juros está inteiramente desvinculada da inflação. A inflação é baixa, mas o custo do dinheiro é alto, como se lê diariamente nos jornais, e não pode ser reduzido por uma penada judicial.

Capitalização de juros. Antes da Medida Provisória nº 1.963-17, de 30 de março de 2000, ratificada pela Medida Provisória nº 2.170-36, os juros só podiam ser capitalizados se expressamente contratados, proibida a periodicidade menor do que a anual. O art. 5º das Medidas Provisórias acima aludidas permitiu a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano, que continua dependente de contratação - contratação evidentemente posterior àquela Medida Provisória, prequestionada pelo tribunal *a quo* e enfocada no recurso especial.

b) Período de inadimplência

Juros remuneratórios. A base econômica do empréstimo bancário seria completamente distorcida se - findo o prazo contratual sem o respectivo resgate - cessasse a exigibilidade de sua remuneração; e não haveria estímulo para o cumprimento da prestação ajustada, se o inadimplemento e a demora no pagamento deixassem de ser punidos.

A prática bancária denominou de *comissão de permanência* as obrigações exigíveis do mutuário após o vencimento do empréstimo, mas, dependendo do contrato, a expressão pode designar ora os juros remuneratórios simplesmente, ora os juros remuneratórios + os juros moratórios, ora, finalmente, os juros remuneratórios + os juros moratórios + a multa contratual.

Quer dizer, após o vencimento, a comissão de permanência visa manter, por meio dos juros remuneratórios, a base econômica do negócio, desestimular, mediante os juros de mora, a demora no cumprimento da obrigação e reprimir o inadimplemento pela aplicação da multa contratual.

A taxa dos juros remuneratórios praticada no mercado financeiro constitui reflexo da política econômica do governo, variável segundo as circunstâncias da conjuntura. Nada mais incompatível, portanto, com a natureza dos juros remuneratórios exigíveis após o vencimento do que sua estipulação antecipada. A taxa de mercado é a única referência adequada a sua função, vale dizer, a de que, findo o prazo contratual sem o resgate do empréstimo, o custo do dinheiro seja remunerado pelos padrões da época, mantendo a equação financeira do empréstimo. O critério tem mão dupla, aproveitando ao credor e ao devedor, para que não fiquem presos a taxas de juros anormais, resultantes de momento transitório e excepcional. Os juros remuneratórios cobrados à taxa de mercado evitam que o credor se enriqueça exigindo juros contratuais superiores e impedem que o devedor se valha da própria inadimplência para reduzir seus encargos contratuais.

Não é essa, todavia, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça; para a maioria dos membros da Segunda Seção, os juros remuneratórios exigíveis após o inadimplemento não podem ser superiores àqueles vigentes no prazo contratual, isto é, só variam segundo a taxa praticada no mercado, se esta for menor do que aquela estipulada para o período de gozo do empréstimo.

Capitalização dos juros. O regime da capitalização de juros vigente no período contratual subsiste enquanto a dívida não for paga.

Juros moratórios. Os juros moratórios compensam a demora no pagamento.

Multa. A multa contratual constitui a sanção do inadimplemento.

Cumulação dos encargos. Se os juros remuneratórios constituem os rendimentos do capital, se a multa penaliza o inadimplemento do devedor e se os juros de mora castigam o pagamento feito com atraso, nada justifica que a cobrança dos juros remuneratórios exclua a exigibilidade dos demais encargos; cada um tem seu título próprio.

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 863.887, RS, consolidou entendimento no sentido de que a comissão de permanência abrange três parcelas, a saber, os juros remuneratórios, à taxa média de mercado, nunca superiores àquela contratada para o empréstimo, os juros moratórios e a multa contratual.

A questão da mora

No julgamento do REsp nº 713.329, RS, Relator p/ acórdão o Ministro Menezes Direito (sessão de 23.08.2006), a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça decidiu que não basta o ajuizamento da ação para afastar a mora do devedor; uma definição a esse respeito depende do juízo que se fizer acerca da pretensão do credor: o devedor não estará em mora se os encargos exigidos, ou parte deles, forem abusivos (*a contrario sensu*, estará em mora se esses encargos estiverem de acordo com a lei e o contrato).

Ressalvando o entendimento pessoal, a presente decisão se conformará ao pensamento da aludida maioria. Quem, por meio de embargos de declaração ou de agravo regimental se dispuser a afrontar a posição dessa maioria, será reconhecido como litigante de má-fé (CPC, art. 17, IV, V, VI e VII).

2. As razões do recurso especial atacam o acórdão proferido pelo tribunal *a quo* quanto aos seguintes tópicos: a) limitação dos juros remuneratórios; b) vedação da capitalização em qualquer periodicidade; c) afastamento da comissão de permanência; d) inexigibilidade dos encargos moratórios; e) possibilidade da repetição do indébito; f) inscrição do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes e g) disposições de ofício: alteração na base de cálculo da multa contratual, nulidade das Tarifas de Abertura de Crédito e de Emissão de Carnê e abusividade na forma de cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF.

A alteração, de ofício, da sentença contraria o artigo 515 do Código de Processo Civil (REsp nº 541.153, RS, Relator o Ministro Cesar Asfor Rocha, DJ de 14.09.2005).

O devedor está sujeito à inscrição do respectivo nome nos cadastros de proteção ao crédito se não cumprir os requisitos mencionados no acórdão de que trata o REsp nº 527.618, RS, Relator Ministro Cesar Asfor Rocha.

O tribunal *a quo* declarou que a capitalização de juros não foi expressamente pactuada (fl. 308v.), premissa inalterável na via do recurso especial - prejudicado o recurso extraordinário de fl. 385/394.

A cobrança de encargos indevidos (v.g. a capitalização) inibe a mora do devedor.

O reconhecimento da exigibilidade da maior parte dos encargos contratuais prejudica a questão da repetição do indébito.

Ante o exposto, conheço do recurso especial e dou-lhe parcial provimento para excluir as disposições de ofício do acórdão proferido na apelação, para declarar a exigibilidade dos juros remuneratórios segundo a taxa prevista no contrato e, ainda, para autorizar a inscrição do nome do devedor nos cadastro de inadimplentes. A partir do trânsito em julgado, o devedor responderá pela comissão de permanência (assim entendidos os juros remuneratórios, à taxa média de mercado, nunca superiores àquela contratada para o empréstimo + juros de mora + multa contratual).

O devedor suportará as custas processuais e pagará ao credor honorários de advogado à base de 10% dos valores que o julgado declarou exigíveis, calculados à data do ajuizamento da ação, com correção monetária.

Entretanto, litigando sob o pálio da Justiça Gratuita, o devedor fica isento do pagamento das custas e honorários de advogado, mas estará sujeito a pagá-los se o credor provar que aquele perdeu a condição legal de necessitado, nos termos dos artigos 11 e 12 da Lei nº 1.060, de 1950.

Intimem-se.

Brasília, 18 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3194)

RECURSO ESPECIAL Nº 977.064 - MG (2007/0190294-2)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
RECORRENTE	: UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADVOGADO	: IVAN JUNQUEIRA RIBEIRO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FRANKLIN NOGUEIRA FERREIRA
ADVOGADO	: FRANKLIN WILLIAM SCORALICK FERREIRA

DECISÃO

No recurso especial, em ação de repetição de indébito, UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A insurge-se contra a omissão do acórdão quanto aos dispositivos legais apontados nos embargos e a vedação da capitalização mensal de juros.

DECIDO:

- Ofensa ao Art. 535 do CPC:

Embora rejeitando os embargos de declaração, o acórdão recorrido examinou, motivadamente, todas as questões pertinentes ao desfecho da lide.

Mesmo para fins de prequestionamento, o acolhimento de embargos declaratórios pressupõe a existência de vício catalogado no Art. 535 do CPC (EDcl nos EREsp 237.553/HUMBERTO, REsp 434.283/FUX, REsp 208.468/DEMÓCRITO, dentre muitos).

- Capitalização dos juros:

Nos contratos bancários celebrados a partir de 31.03.2000, data da publicação da MP 1.963-17, atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2001, incide a capitalização mensal, desde que pactuada (REsp 603.643/PÁDUA e REsp 629.487/GONÇALVES).

O Tribunal de origem louvou-se nas provas e concluiu pela divergência entre os valores cobrados e os efetivamente contratados, confira-se trecho do acórdão:

"Portanto, tendo o laudo pericial apresentado concluído pela existência de diferenças entre os valores cobrados e os efetivamente contratados pelos autores justamente na questão dos juros capitalizados, não se pode negar que houve indevida cobrança destes valores pelo apelante.

Cumpre ressaltar, ademais, que o caso dos autos não importa em qualquer hipótese legal na qual é permitida a capitalização de juros. Destaque-se que, por outro lado, que não está sendo realizada revisão contratual na espécie , pois não serão alteradas quaisquer condições do ajuste existente entre as partes. Apenas estão sendo adequadas as cobranças aos valores efetivamente contratados e também aos parâmetros legais, tudo com base na perícia realizada" (fl. 230/231)

Ultrapassar essa conclusão seria desafiar a Súmula 7.

Nego seguimento ao recurso especial (Art. 557, §1º-A do CPC).

Brasília (DF), 24 de agosto de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3195)

RECURSO ESPECIAL Nº 978.578 - SP (2007/0194216-8)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
RECORRENTE	: ESTORIL TRANSPORTES LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: MARIA LÚCIA BRAZ SOARES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADOS	: ÂNGELO AURÉLIO GONÇALVES PARIZ E OUTRO(S) ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de embargos do devedor à execução fundada em nota de crédito comercial, nos quais a instância ordinária declarou exigíveis a taxa de juros pactuada e a comissão de permanência.

A cédula de crédito comercial tem regime especial, na forma do Decreto-lei 413, de 1969. Nela, os juros remuneratórios estão limitados à taxa de 12% ao ano, vedada a cobrança de comissão de permanência.

Ante o exposto, conheço do recurso especial e dou-lhe provimento para limitar os juros à taxa de 12% ao ano e afastar a cobrança da comissão de permanência.

Intimem-se.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3196)

RECURSO ESPECIAL Nº 979.193 - PR (2007/0206894-3)

RELATORA	**: MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: KARINE VOLPATO GALVANI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LUCIA MARIA COIMBRA CRUZZULINI
ADVOGADO	: FABIANO FREITAS MINARDI E OUTRO(S)

EMENTA

Processual civil. Recurso especial. Execução de título judicial. Prequestionamento. Ausência. Dissídio não comprovado. Fundamentação deficiente.

- A ausência de prequestionamento dos dispositivos legais tidos por violados, inviabiliza a apreciação de recurso especial arrimado na alínea "a" do permissivo constitucional.

- O conhecimento do recurso especial pela alínea "c" pressupõe divergência de interpretação de lei federal.

- Não se conhece do recurso especial deficientemente fundamentado.

Recurso especial ao qual é negado seguimento.

DECISÃO

Recurso especial interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Ação: execução de título executivo judicial (sentença proferida em sede de ação civil pública), movida por LUCIA MARIA COIMBRA CURZZULINI.

Sentença: o i. Juiz declarou extinta a execução, com fundamento no art. 794, inc. I, do CPC.
Acórdão: conferiu provimento ao agravo retido e ao apelo interpostos pela recorrida, nos termos da seguinte ementa:

(fl. 132) - *"PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. AGRAVO RETIDO. HONORÁRIOS. DEPÓSITO JUDICIAL. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA ATÉ O LEVANTAMENTO DO VALOR. TÍTULO EXECUTIVO. CRITÉRIOS.*
1. O depósito judicial prévio à oposição de embargos à execução é pressuposto processual de sua admissibilidade e não tem, por si só, o condão de interromper a incidência de correção monetária e juros pertinentes determinados no título executivo judicial.
2. A mora do devedor se estende até o momento em que se der o cumprimento efetivo e total da obrigação judicial, com o que se terá a satisfação do crédito e, via de conseqüência, a extinção da execução. Destarte, tenho que a correção monetária e os juros de mora devem ser computados em todo o período no qual o credor vier a ficar privado da satisfação integral do crédito a que faz jus, nos termos do título executivo judicial. Precedentes desta Corte.
3. É matéria pacificada nesta Eg. 3ª Turma Julgadora, que a correção monetária das parcelas deve ser elaborada utilizando-se os seguintes indexadores: de jul./64 a fev./86, utilizar a ORTN; de mar./91 a 14/01/89, utilizar a OTN; de 15/01/89 a fev./91, utilizar o BTN; de mar./91 a jun./94, utilizar o INPC/IBGE, por ser o indexador que melhor reflete a real inflação ocorrida no período, e por tratar-se de índice apurados por órgão oficial; de jul./94 a jul./95, utilizar o IPC-r, porque estabelecido como referencial para fins de correção monetária (Lei nº 8.880/94, art. 20, § 6º, art. 27 da Lei nº 9.069/95); a partir daí, por haver sido extinto, volta a incidir o INPC/IBGE pelas mesmas razões antes declinadas. Tal critério é especificado porque qualquer sistematização de indexadores que coexistem na economia brasileira não pode acarretar o comprometimento da essência da decisão judicial, no que pertine à integralidade da recomposição patrimonial, pois a correção monetária ou atualização de débito não constitui um plus, mas simples estabelecimento do valor real do débito.
4. Agravo retido e apelação conhecidos e providos."

Embargos de declaração: rejeitados (fl. 143).
Recurso especial: interposto sob aparente alegação de ofensa ao art. 334 do CC/02 e dissídio jurisprudencial, ao argumento de que é indevido o pagamento da verba complementar tal qual requerido pela credora.

Relatado o processo, decido.

a) Do prequestionamento e do dissídio jurisprudencial.
A matéria jurídica versada no art. 334 do CC/02 não foi apreciada no acórdão recorrido, o que obsta a abertura do debate ante o óbice da Súmula 211/STJ.
Saliente-se que, a despeito da interposição de embargos declaratórios, a recorrente não alegou, nas razões do recurso especial, violação ao art. 535 do CPC, a fim de viabilizar discussão acerca de eventual omissão no julgado.
Ausente o prequestionamento da tese jurídica defendida pela recorrente, inviável também a análise do dissídio jurisprudencial, porquanto o recurso especial fundamentado na alínea "c" do permissivo constitucional pressupõe divergência interpretativa da lei federal.

b) Da fundamentação deficiente.
Ainda que se pudesse transpor o óbice da Súmula 211/STJ, melhor sorte não alcançaria a recorrente, porquanto, a despeito de mencionar e tecer considerações acerca do art. 334 do CC/02, não alegou efetiva violação ao referido dispositivo legal, o que faz incidir a Súmula 284/STF.

Forte em tais razões, NEGO SEGUIMENTO ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

(3197)

RECURSO ESPECIAL Nº 979.251 - RS (2007/0191458-0)

RELATOR	**: MINISTRO ARI PARGENDLER**
RECORRENTE	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: MÁRCIA PEREIRA DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: RUDIMAR MENDES LEAL - MICROEMPRESA
ADVOGADO	: ADILSON OBINO DE ABREU E OUTRO(S)

DECISÃO

1. O objeto litigioso diz respeito aos encargos exigíveis em contrato de empréstimo bancário tomado por pessoa jurídica. A esse propósito, dois períodos devem ser considerados: (a) aquele em que o débito ainda não venceu e (b) aquele em que já se esgotou o prazo para o respectivo pagamento.

No primeiro caso, os encargos normalmente exigíveis são os seguintes: juros remuneratórios e respectiva capitalização; no segundo, juros remuneratórios, juros moratórios e multa.

a) Período de gozo do empréstimo

Juros remuneratórios. Numa conjuntura de inflação mensal próxima de zero, os juros que excedam de 1% ao mês são abusivos ? Uma resposta que fosse positiva não teria racionalidade alguma, muito menos de caráter econômico. Em qualquer atividade comercial ou industrial, o preço de venda do produto não pode ser menor do que o respectivo custo. A taxa básica de juros no nosso país é, hoje, de 11,25% ao ano. Se o dinheiro emprestado pelos bancos fosse do banqueiro e se ele se desfizesse de todos os seus imóveis e instalações, despedisse os empregados e descartasse qualquer outra despesa, poderia obter - líquidos e anualmente - rendimentos aproximados da aludida taxa de 11,25% a.a. É o que está ao alcance de qualquer pessoa que tenha condições de adquirir títulos do governo vinculados à taxa Selic. Nesse contexto, como imaginar que, tendo despesas de manutenção (aluguéis, pessoal, propaganda, impostos, etc.), mais os riscos próprios da atividade e a exigência de um mínimo de lucro para suportar todos esses encargos, estivessem as instituições financeiras limitadas a emprestar por uma taxa de 12% a.a. ? Sem nenhum trabalho e despesa, os rendimentos do banqueiro seriam de 11,25% a.a. Mantendo toda a estrutura produtiva, as instituições financeiras só receberiam juros de 12% a.a. Na verdade, toda a problemática resulta do fato de que o maior tomador de empréstimos é o governo e de que ele só obtém esses empréstimos se mantiver uma taxa de juros que compense o risco de quem empresta. No plano externo, por razões assemelhadas, os juros pagos pelo país também são elevados, e ninguém desconhece isso. Agora, qualificar de abusivos os juros, que, resultantes de política governamental, são praticados cotidianamente no país, não tem o menor sentido. Nem resulta do artigo 39, incisos V e XI, nem do artigo 51, IV, do Código de Defesa do Consumidor, menos ainda da realidade econômica, em que a taxa de juros está inteiramente desvinculada da inflação. A inflação é baixa, mas o custo do dinheiro é alto, como se lê diariamente nos jornais, e não pode ser reduzido por uma penada judicial.

Capitalização de juros. Antes da Medida Provisória nº 1.963-17, de 30 de março de 2000, ratificada pela Medida Provisória nº 2.170-36, os juros só podiam ser capitalizados se expressamente contratados, proibida a periodicidade menor do que a anual. O art. 5º das Medidas Provisórias acima aludidas permitiu a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano, que continua dependente de contratação - contratação evidentemente posterior àquela Medida Provisória, prequestionada pelo tribunal *a quo* e enfocada no recurso especial.

b) Período de inadimplência

Juros remuneratórios. A base econômica do empréstimo bancário seria completamente distorcida se - findo o prazo contratual sem o respectivo resgate - cessasse a exigibilidade de sua remuneração; e não haveria estímulo para o cumprimento da prestação ajustada, se o inadimplemento e a demora no pagamento deixassem de ser punidos.

A prática bancária denominou de *comissão de permanência* as obrigações exigíveis do mutuário após o vencimento do empréstimo, mas, dependendo do contrato, a expressão pode designar ora os juros remuneratórios simplesmente, ora os juros remuneratórios + os juros moratórios, ora, finalmente, os juros remuneratórios + os juros moratórios + a multa contratual.

Quer dizer, após o vencimento, a comissão de permanência visa manter, por meio dos juros remuneratórios, a base econômica do negócio, desestimular, mediante os juros de mora, a demora no cumprimento da obrigação e reprimir o inadimplemento pela aplicação da multa contratual.

A taxa dos juros remuneratórios praticada no mercado financeiro constitui reflexo da política econômica do governo, variável segundo as circunstâncias da conjuntura. Nada mais incompatível, portanto, com a natureza dos juros remuneratórios exigíveis após o vencimento do que sua estipulação antecipada. A taxa de mercado é a única referência adequada a sua função, vale dizer, a de que, findo o prazo contratual sem o resgate do empréstimo, o custo do dinheiro seja remunerado pelos padrões da época, mantendo a equação financeira do empréstimo. O critério tem mão dupla, aproveitando ao credor e ao devedor, para que não fiquem presos a taxas de juros anormais, resultantes de momento transitório e excepcional. Os juros remuneratórios cobrados à taxa de mercado evitam que o credor se enriqueça exigindo juros contratuais superiores e impedem que o devedor se valha da própria inadimplência para reduzir seus encargos contratuais.

Não é essa, todavia, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça; para a maioria dos membros da Segunda Seção, os juros remuneratórios exigíveis após o inadimplemento não podem ser superiores àqueles vigentes no prazo contratual, isto é, só variam segundo a taxa praticada no mercado, se esta for menor do que aquela estipulada para o período de gozo do empréstimo.

Capitalização dos juros. O regime da capitalização de juros vigente no período contratual subsiste enquanto a dívida não for paga.

Juros moratórios. Os juros moratórios compensam a demora no pagamento.

Multa. A multa contratual constitui a sanção do inadimplemento.

Cumulação dos encargos. Se os juros remuneratórios constituem os rendimentos do capital, se a multa penaliza o inadimplemento do devedor e se os juros de mora castigam o pagamento feito com atraso, nada justifica que a cobrança dos juros remuneratórios exclua a exigibilidade dos demais encargos; cada um tem seu título próprio.

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 863.887, RS, consolidou entendimento no sentido de que a comissão de permanência abrange três parcelas, a saber, os juros remuneratórios, à taxa média de mercado, nunca superiores àquela contratada para o empréstimo, os juros moratórios e a multa contratual.

A questão da mora

No julgamento do REsp nº 713.329, RS, Relator p/ acórdão o Ministro Menezes Direito (sessão de 23.08.2006), a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça decidiu que não basta o ajuizamento da ação para afastar a mora do devedor; uma definição a esse respeito depende do juízo que se fizer acerca da pretensão do credor: o devedor não estará em mora se os encargos exigidos, ou parte deles, forem abusivos (*a contrario sensu*, estará em mora se esses encargos estiverem de acordo com a lei e o contrato).

Ressalvando o entendimento pessoal, a presente decisão se conformará ao pensamento da aludida maioria. Quem, por meio de embargos de declaração ou de agravo regimental se dispuser a afrontar a posição dessa maioria, será reconhecido como litigante de má-fé (CPC, art. 17, IV, V, VI e VII).

2. As razões do recurso especial atacam o acórdão proferido pelo tribunal *a quo* quanto aos seguintes tópicos: a) limitação dos juros remuneratórios; b) vedação da capitalização mensal; c) afastamento da comissão de permanência; d) nulidade da cobrança de tarifa na concessão do financiamento e e) abusividade na forma de cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras.

O recurso especial, quanto à nulidade da cobrança de tarifa na concessão do financiamento e à abusividade na forma de cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, está deficientemente fundamentado, já que deixou de alegar violação à lei federal ou divergência jurisprudencial.

Ademais, apesar de tais encargos terem sido julgados abusivos de ofício, o recorrente deixou de alegar violação ao artigo 515, do Código de Processo Civil.

Quanto à capitalização mensal, melhor sorte não assiste ao recorrente, pois o artigo 5º da Medida Provisória nº 2.170-36 carece de prequestionamento.

A cobrança de encargos indevidos (v.g. a capitalização mensal, a tarifa na concessão do financiamento e a cobrança parcelada do IOF) inibe a mora do devedor.

Para a repetição dos valores pagos indevidamente, não há necessidade da prova do erro.

Ante o exposto, conheço do recurso especial e dou-lhe parcial provimento para declarar a exigibilidade dos juros remuneratórios segundo a taxa prevista no contrato e da capitalização anual. A partir do trânsito em julgado, o devedor responderá pela comissão de permanência (assim entendidos os juros remuneratórios, à taxa média de mercado, nunca superiores àquela contratada para o empréstimo + juros de mora + multa contratual).
O devedor suportará as custas processuais e pagará ao credor honorários de advogado à base de 10% dos valores que o julgado declarou exigíveis, calculados à data do ajuizamento da ação, com correção monetária.

Intimem-se.

Brasília, 19 de setembro de 2007.

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator

(3198)

RECURSO ESPECIAL Nº 979.470 - RS (2007/0191473-2)

RELATORA	**: MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE	: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A - BANRISUL
ADVOGADO	: FERNANDA NIEDERAUER PILLA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: METALÚRGICA GIORDANI LTDA - MICROEMPRESA
ADVOGADO	: GIANCARLO DE CARVALHO E OUTRO(S)

EMENTA

Bancário. Recurso especial. Ação revisional. Contratos de abertura de crédito em conta corrente. Taxa de juros remuneratórios. Limitação. Impossibilidade. Compensação/repetição do indébito. Súmula 83 do STJ.
- Nos termos da jurisprudência do STJ, não se aplica a limitação da taxa de juros remuneratórios em 12% ao ano aos contratos bancários não abrangidos por legislação específica quanto ao ponto.
- Admite-se a repetição do indébito, independentemente da prova de que o pagamento tenha sido realizado por erro, com o objetivo de vedar o enriquecimento ilícito do banco em detrimento do devedor. Precedentes.
- Inviável o recurso especial quando a decisão recorrida está em harmonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
Recurso especial parcialmente provido. Ônus da sucumbência redistribuídos.

DECISÃO

Recurso especial interposto pelo BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A - BANRISUL, com arrimo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.
Ação: revisional de contrato garantido por alienação fiduciária, interposta por METALÚRGICA GIORDANI LTDA - ME em desfavor do recorrente.
Sentença: julgado parcialmente procedente o pedido revisional.

Acórdão: negou provimento ao apelo do recorrente, tendo a ementa o seguinte teor:
"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL GARANTIDA POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA.
POSSIBILIDADE DE REVISÃO E APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.
Cabível a revisão do contrato como forma de expunção das disposições contrárias à lei. A atividade bancária e financeira está sujeita às regras do Código de Defesa do Consumidor, como expresso no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.078/90. E sua aplicabilidade, inclusive, estende-se à pessoa jurídica, nos termos dos arts. 3º, § 2º, e 29 daquele diploma legal.
NULIDADE DE CLÁUSULAS ABUSIVAS. POSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DE OFÍCIO.
Por serem de ordem pública e interesse social as normas de proteção e defesa do consumidor, possível a declaração de ofício da nulidade das cláusulas eivadas de abusividade, independentemente de recurso do consumidor.
JUROS REMUNERATÓRIOS.
É de ser mantido o decreto de nulidade da previsão contratual acerca dos juros, por caracterizar a excessiva onerosidade do contrato, permitindo que o consumidor ocupe posição nítida e exageradamente desvantajosa. Índice corretamente reduzido para 12% ao ano, por incidência da regra geral advinda da combinação dos artigos 591 e 406 do Código Civil vigente, e 161, § 1º, do Código Tributário Nacional.
ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.
Reduzidos os juros remuneratórios, adota-se o IGP-M, por melhor refletir a desvalorização da moeda.
CAPITALIZAÇÃO (ANATOCISMO). VEDAÇÃO DE OFÍCIO.
A capitalização mensal dos juros, mesmo quando expressamente convencionada, em contratos como o presente, não é admitida, porquanto o artigo 591 do atual Código Civil permite, como regra geral, apenas a capitalização anual dos juros. Mas, em se tratando de mera permissão legal, a capitalização anual depende de pactuação nesse sentido, ausente na espécie, motivo pelo qual, in casu, vai vedada a incidência de juros sobre juros em qualquer periodicidade.
JUROS MORATÓRIOS.
Os juros moratórios devem respeitar o percentual máximo de 1% ao mês, consoante disposição do artigo 406 no Código Civil Brasileiro, o qual incide sobre o pacto avençado, considerando a data da contratação.
COMISSÃO DE PERMANÊNCIA.
Por tratar-se de encargo flagrantemente potestativo, não pode persistir a cobrança de comissão de permanência, a uma taxa variável, mesmo que não cumulada com a correção monetária.
MORA DESCARACTERIZADA DE OFÍCIO.
Sendo expurgados encargos indevidos da dívida, o apelante não estava em mora e os encargos moratórios, por isso, não são devidos.
COMPENSAÇÃO/ REPETIÇÃO DE INDÉBITO.
Diante das ilegalidades na estipulação dos encargos contratuais, não há falar em voluntariedade no pagamento, nem exigir a prova do erro para a repetição do indébito.
APELO DESPROVIDO. DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO." (fls. 117/117-v)

Recurso especial: o Banco alega violação aos arts. 122, 184, 406 do CC/02, ao art. 4º, IX, da Lei nº 4.595/64, além de dissídio jurisprudencial. Insurge-se, em síntese contra a limitação dos juros remuneratórios e a repetição do indébito.
Relatado o processo, decido.

- Da limitação dos juros remuneratórios
Não se aplica o limite da taxa de juros remuneratórios de 12% ao ano aos contratos celebrados com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, por força da Súmula 596, do STF, salvo nas hipóteses excepcionadas pela legislação específica. Precedentes: Recurso Especial 286.554, Rel. Min. Castro Filho, DJ de 30.09.2002 e Recurso Especial 387.931, Rel. Min. César Asfor Rocha, DJ de 17/06/2002.
Eventual limitação dos juros com base no CDC dependeria da comprovação da abusividade na situação concreta examinada pelo TJRS, porquanto não se mostra abusiva a cláusula simplesmente por fixar taxas de juros superiores a 12% ao ano. Nesse sentido, destaquem-se os Recursos Especiais 407.097/RS e 420.111/RS, Rel. para acórdão Min. Ari Pargendler, 2ª Seção, DJ de 29/09/2003 e 06/10/2003, respectivamente.
Portanto, merece reforma o acórdão recorrido nesse particular.

- Da repetição/compensação do indébito
No que tange à repetição/compensação do indébito, ressalta-se que a jurisprudência assente neste STJ inclina-se no sentido da desnecessidade de prova do erro para fins de repetição do indébito nos contratos bancários, em atenção ao princípio que veda o enriquecimento ilícito do credor.
Nesse sentido estão o Agravo no Agravo de Instrumento 306.841, Rel. Min. Ari Pargendler, DJ de 24.09.2001, o Recurso Especial 184.237, Rel. Min. César Asfor Rocha, DJ de 13.11.2000, e o Recurso Especial 468.268, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, DJ de 30.06.2003.

Forte em tais razões, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e NESTA PARTE, DOU-LHE PROVIMENTO para afastar a limitação dos juros remuneratórios em 12% ao ano, nos termos referidos.
Em razão da sucumbência recíproca, condeno as partes ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, quanto a estes mantendo o valor fixado pelo Juízo de 2º grau, que serão reciprocamente distribuídos, suportados na proporção de 80% pelo recorrente e 20% pelo recorrido, devidamente compensados, conforme a Súmula 306 do STJ.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

(3199)

RECURSO ESPECIAL Nº 979.547 - SC (2007/0176976-2)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
RECORRENTE	: JUAN LUIS AGUIRRE PEÑA E OUTRO
ADVOGADO	: GESLANI DE FÁTIMA DARIVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: DILVO CESAR TEIXEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO
Recurso especial (alíneas "a" e "c") enfrenta acórdão assim ementado:
"CONSIGNATÓRIA. SFH. CONTRATO BANCÁRIO - EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO. TABELA PRICE. APLICAÇÃO DO PES NO SALDO DEVEDOR. SEGURO.- Inviável, pois, desconsiderando-se a disciplina prevista no contrato, determinar-se que o saldo devedor seja reajustado pelas mesmas regras dos reajustes dos encargos mensais.- O STJ já tem entendimento que a Tabela Price é legal quando pactuada em contratos do SFH.- O prêmio do seguro, tratando-se de contratos vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação, por ser fixado na legislação pertinente, não pode ser além nem aquém, de tal sorte que a comparação com valores de mercado é impertinente." (fl. 393)
O recorrente, em suas razões, alega o seguinte:
a) violação ao Art. 6º, "e", da Lei 4.380/64 no que se refere à limitação dos juros remuneratórios;
b) ofensa ao Art. 6º, "c", da Lei 4.380/64 quanto à forma de amortização do saldo devedor;
c) inaplicável a Tabela Price em razão da capitalização dos juros;
d) a Taxa Referencial (TR) não pode ser utilizada como índice de correção do saldo devedor;
e) violação as regras do seguro habitacional.
Sem contra-razões, subiram os autos.
DECIDO:
Juros - Limitação:
Sobre a interpretação do Art. 6º, *e*, da Lei 4.380/64, a Segunda Seção entende que:
"(....)2. O referido dispositivo não estabelece limitação da taxa de juros, apenas dispõe sobre as condições para a aplicação do reajuste previsto no artigo 5º da mesma Lei" (ERESP 415588/SC-Menezes Direito, DJ de 01/12/2003).
Do voto condutor dos Embargos de Divergência, extraio:
"(...) o *'dispositivo aplicado pelo acórdão recorrido, art. 6º, e), da Lei nº 4.380/64, refere-se, especificamente, ao reajustamento previsto no artigo anterior, que disciplina a correção monetária dos contratos imobiliários. Dispõe que a previsão de 'reajustamento das prestações mensais de amortização e juros com a conseqüente correção do valor da dívida toda vez que o salário mínimo for alterado' (art. 5º), somente se aplica aos contratos que satisfaçam as condições estabelecidas no art. 6º, dentre elas a de que o imóvel não tenha área total de construção superior a 100 m², o valor da transação não ultrapasse 200 vezes o maior salário mínimo vigente no país e que os juros convencionais não excedam a 10% ao ano. Fica claro, portanto, que o dispositivo não trata da limitação de juros para os contratos, mas, sim, de condições para que seja aplicado o disposto no artigo anterior. E, no caso, o imóvel negociado, segundo o contrato (fls. 26), tem área superior a 100m²".*
- Critério de Amortização do saldo devedor:
Na linha da jurisprudência deste Superior Tribunal, não é ilegal o critério de amortização do saldo devedor mediante a aplicação da correção monetária e juros para, em seguida, proceder ao abatimento da prestação mensal do contrato de mútuo para aquisição de imóvel pelo Sistema Financeira da Habitação.
A propósito, confira-se:
"O sistema de prévio reajuste e posterior amortização do saldo devedor não fere a comutatividade das obrigações pactuadas no ajuste, uma vez que, de um lado, deve o capital emprestado ser remunerado pelo exato prazo em que ficou à disposição do mutuário, e, de outro, restou convencionado no contrato que a primeira parcela será paga apenas no mês seguinte ao do empréstimo do capital"(REsps. 427.329 e 479.039/NANCY).
Tabela PRICE - Anatocismo:
A respeito do tema, o STJ assentou:
"A existência, ou não, de capitalização de juros no sistema de amortização contábil operado no contrato firmado entre recorrente e recorrido (tabela price), constitui questão de fato, insuscetível de ser analisada em sede de recurso especial (Súmula 7), conforme o entendimento firmado no Resp 410775/PR, Rel. Min. Menezes Direito, Rel. p/ ac. Min. Nancy Andrighi, julgado pela Terceira Turma em 23/03/04" (REsp 506.702-PR/Nancy Andrighi).
No mesmo sentido, lembro ainda: REsp. 747767 e AgRg no Ag. 697649/FERNANDO GONÇALVES, AgRg no REsp. 781005/PARGENDLER, REsp. 584370/PEÇANHA, AgRg no REsp. 490898/SCARTEZZINI e REsp. 562720/TEORI.
TR como índice de correção do saldo devedor:
A Taxa Referencial, prevista no contrato ou ainda, pactuada a correção pelo mesmo indexador da caderneta de poupança, pode ser utilizada como índice de correção monetária do saldo devedor em contrato de financiamento imobiliário Nesse sentido lembro:
"Taxa Referencial. Adoção como indexador, desde que pactuada a correção monetária em conformidade com a remuneração das cadernetas de poupança" (REsp 229.590/SP-Eduardo Ribeiro, Terceira Turma, DJ de 21/08/2000).
Vejam-se, ainda: REsp 419.053/ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, REsp 302.501/ROSADO, REsp 493.354/DIREITO, AGREsp 579.431/ALDIR PASSARINHO e AG 784834/NANCY.
- Do seguro habitacional:
Quanto as prestações do seguro contratado, o Tribunal Regional de origem assim decidiu:
"[...] Como se vê, não se trata, unicamente, de seguro de vida, ou de seguro contra invalidez permanente ou de seguro contra danos físicos no imóvel, mas de todos esses infortúnios conjugados, reclamando, naturalmente, um prêmio compatível com a cobertura prevista para um contrato de longo prazo. Inexistindo prova de que o agente financeiro tenha descumprindo os parâmetros legais, não merece reparo a sentença, também, nesse tópico." (fl. 389)
Rever este entendimento demandaria o reexame de provas. Incidem as Súmulas 5 e 7.
Nego seguimento ao recurso especial (Art. 557, §1º-A do CPC).
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3200)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.322 - SC (2007/0200105-6)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
RECORRENTE	: NYLSA VIEIRA STIMAMIGLIO
ADVOGADO	: RAFAEL AMARAL BORBA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ARI LEMOS DE CAMARGO
ADVOGADO	: VIVALDINO MUNIZ DOS SANTOS

DECISÃO
Recurso especial desafia acórdão resumido, no que interessa, nesta ementa:
"AÇÃO DE VENDA DE BEM EM CONDOMÍNIO. IMÓVEL RECEBIDO EM HERANÇA PELO AUTOR, PELA RÉ E POR TERCEIROS. CONCORDÂNCIA DE TODOS OS HERDEIROS QUANTO A ALIENAÇÃO DO BEM, COM EXCEÇÃO UNICAMENTE DA RÉ. ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO EXTRA PETITA. DECISÃO QUE GUARDA CO-RELAÇÃO COM O PEDIDO INICIAL. NÃO ACOLHIMENTO DA PRELIMINAR. DEMANDA INTENTADA POR UM DOS HERDEIROS. ASSERTIVA DE QUE O PÓLO ATIVO DEVE SER COMPOSTO POR TODOS OS HERDEIROS. JUNTADA DE PROCURAÇÃO PELOS DEMAIS HERDEIROS, OUTORGADA AO MESMO PATRONO DO AUTOR, COM O FIM ESPECÍFICO DE AJUIZAMENTO DA PRESENTE DEMANDA. POSTERIOR MANIFESTAÇÃO NA RÉPLICA, FIRMADA PELO MENCIONADO CAUSÍDICO, DANDO CONTA DA ANUÊNCIA COM A ALIENAÇÃO DO IMÓVEL. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AOS DEMAIS HERDEIROS. PREJUÍZO, ADEMAIS, QUE SOMENTE POR ELES PODERIA SER SUSCITADO. PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO POR IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. PEDIDO JURIDICAMENTE POSSÍVEL. NÃO ACEITAÇÃO DA PREFACIAL. MÉRITO. NECESSIDADE DE ALIENAÇÃO DO IMÓVEL. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 1.320 E 1.322 DO CÓDIGO CIVIL. IMÓVEL QUE, DADAS SUAS CARACTERÍSTICAS, NÃO COMPORTA DIVISÃO. NECESSIDADE DE ALIENAÇÃO JUDICIAL E DIVISÃO DO PRODUTO DA VENDA PROPORCIONALMENTE AOS QUINHÕES ENTRE OS CONDÔMINOS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR FIXADO DE FORMA EXCESSIVA. NECESSIDADE DE MINORAÇÃO" (fl. 148).
A recorrente queixa-se de ofensa aos Arts. 128 e 460 do CPC e 87 do CC. Aponta divergência jurisprudencial. Alega, em resumo, que:
- a sentença julgou além dos pedidos deduzidos na inicial;
- "através de simples análise na peça vestibular é possível vislumbrar que o recorrido traz alhures um único pedido certo e determinado, qual seja, a procedência da ação para que a recorrente fosse forçada a vender o imóvel fruto do inventário" (fl. 174);
- "se o objeto da ação era de forçar a recorrente a vender o bem imóvel, não poderia o juiz, em hipótese alguma, ter decidido em favor da alienação judicial" (fl. 175); e
- "a divisão do imóvel é perfeitamente possível de ser realizada, uma vez que não alteraria de forma alguma a substância do bem, não traria uma diminuição considerável no preço de mercado, nem tampouco traria prejuízo ao uso a que se destina (...)" (fl. 177).
Sem contra-razões.
DECIDO:
Quanto aos Arts. 128 e 460 do CPC, o Tribunal de origem registrou "não ter havido qualquer prejuízo à defesa da apelante, haja vista que pôde se insurgir no decorrer da demanda contra os termos da inicial, justificando a sua não aceitação para a venda do imóvel" (fl. 152).
A ora recorrente não atacou especificamente tal fundamento. Incide a Súmula 283/STF.
O Tribunal *a quo*, louvado nas provas, entendeu que "dadas as particularidades do imóvel em questão, infere-se não ser possível a sua divisão, isso porque não se poderia simplesmente dividir o terreno em outros imóveis menores, sob pena de desvalorização considerável do bem" (fl. 157). E acrescentou:
"(...) Outrossim, percebe-se que os condôminos que ficassem com as faixas de área sobre as quais encontra-se edificada a casa de alvenaria, claramente sairiam favorecidos, situação que, de mesma sorte, impede a divisão do terreno e imóveis menores.
Salienta-se, em tempo, tampouco merecer guarida a hipótese levantada no recurso de apelação, qual seja, divisão do imóvel de modo que fique a apelante com o domínio da faixa de área que conduz à garagem de sua residência, localizada ao lado do imóvel controvertido.

Aqui, tirante a conclusão de que o imóvel, na realidade, trata-se de bem indivisível, sobressai-se o fato de não se poder afirmar que o quinhão que lhe compete corresponde, em valor, exatamente à faixa utilizada para acessar a garagem de sua casa, em vista do que, igualmente, torna-se inviável a pretensão de demarcação do terreno em quinhões individuais" (fls. 157/158).
Os argumentos da ora recorrente - notadamente de que "a divisão do imóvel é perfeitamente possível de ser realizada, uma vez que não alteraria de forma alguma a substância do bem, não traria uma diminuição considerável no preço de mercado, nem tampouco traria prejuízo ao uso a que se destina (...)" (fl. 177) - esbarram na Súmula 7.
Nego seguimento ao recurso especial.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3201)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.544 - DF (2007/0211856-3)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
RECORRENTE	: IVOR ANTÔNIO MENEGOTTO E OUTRO
ADVOGADO	: EVANDRO LUÍS CASTELLO BRANCO PERTENCE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO BRASÍLIA RÁDIO CENTER
ADVOGADO	: RAUL FREITAS PIRES DE SABOIA E OUTRO(S)

DECISÃO

Recurso especial (alíneas "a" e "c") tirado de acórdão assim ementado:
" (...) 1- A teor do disposto nos Arts. 4º, parág. único, e 12 da Lei 4.591/64, a obrigação relativa às despesas condominiais é *propter rem*, porque se destina à própria conservação da coisa. A divida acompanha o bem sendo inconteste que o arrematante responde pelas despesas condominiais pendentes à época da aquisição derivada (arrematação);
2- Não ficou evidenciado que o autor teria permanecido inerte na espreita de um devedor solvente. Muito pelo contrário, os documentos acostados aos autos, evidenciam que o condomínio vem, há muito, tentando receber os valores cobradores. Tanto é verdade que ajuízou, sem sucesso, ação de cobrança contra a empresa Casas da Banha e requereu a reserva do seu crédito no processo falimentar. Inaplicável, pois, ao caso a Teoria da *Suppresio/Surrectio.*
3- Merece acolhida a pretensão da parte vitoriosa na demanda quanto à revisão da verba honorária fixada, observando-se o disposto no Art. 20, §3º, do CPC, pois se trata de sentença condenatória. Assim, tendo em vista o grau de zelo do seu patrono e o trabalho técnico desenvolvido, a quantia fixada na sentença recorrida mostra-se inadequada. Impende ser estabelecida em percentual sobre o valor da condenação."(fl. 443)
Embargos de declaração opostos e rejeitados.
O recorrente alega que o acórdão recorrido ofendeu aos seguintes dispostivos:
a) Art. 538 do CPC, ao aplicar a multa nele prevista;
b) Art. "535, II, do CPC, (1) ao deixar de se pronunciar sobre o erro de fato apontado nos primeiros e nos segundos embargos declaratórios; e (2) ao deixar de explicitar as razões que motivaram a não aplicação analógica do Art. 130, pará.. único, do CTN" (fl. 555);
3) Art. 486 do CPC ao afirmar que ordem judicial ilegal não opera efeitos no mundo jurídico;
4) Arts. 7º, §2º, e 23 da antiga Lei de Falências;
5) Art. 130 do CTN, ao deixar de aplicar a disciplina prevista nesse dispositivo por meio de analogia (LICC, Art. 4º), e
6) Art. 4º, pará. único, da Lei 4.591/64 e Art. 591 do CPC, ao decidir que o patrimônio dos recorrentes - e não o valor do bem por eles arrematado é o limite da responsabilidade do adquirente do bem, ou seja, ao não estabelecer, como limite da responsabilidade patrimonial dos recorrentes pelas despesas condominiais pendentes de pagamento à época do leilão, o valor dos próprios imóveis, descontado o preço pado na arrematação.
Acosta, ainda, divergência jurisprudencial.
Contra-razões ofertadas.
DECIDO:
Embora rejeitando os embargos de declaração, o acórdão recorrido examinou, motivadamente, todas as questões pertinentes ao desfecho da lide.
Mesmo para fins de prequestionamento, o acolhimento de embargos declaratórios pressupõe a existência de vício catalogado no Art. 535 do CPC (EDcl nos EREsp 237.553/HUMBERTO, REsp 434.283/FUX, REsp 208.468/DEMÓCRITO, dentre muitos).
A multa do Art. 538 do CPC foi devidamente aplicada.
A reiteração de argumentos, sem qualquer base em algum dos vícios do Art. 535 do CPC, denota manifesta intenção de protelar a solução da lide. Ademais, não havia intenção de prequestionar, o que afasta a aplicação da Súmula 98.
O Art. 486 do CPC não foi prequestionado. Incide a Súmula 211/STJ.
Discute-se no recurso especial a responsabilidade pelo pagamento das cotas condominiais em atraso.
As despesas de condomínio constituem obrigação *propter rem*, como afirmado no acórdão recorrido.
Tais despesas, são de responsabilidade do proprietário, que tem posterior ação de regresso contra o ex-mutuário. Veja-se, a propósito:
"(...) I - Em se tratando de obrigação propter rem, a ação de cobrança de despesas de condomínio deve ser ajuizada, em princípio, contra o proprietário identificado no registro imobiliário.
II - Em relação à legitimidade passiva na ação que visa cobrar as despesas de condomínio, a jurisprudência desta Corte orienta-se pela possibilidade de o credor optar por aqueles que tenham vínculo jurídico com o imóvel, como é o caso do credor que adjudicou o imóvel, ressalvando a ação regressiva, dada a prevalência do interesse da coletividade. (...)". REsp 426.861/SÁLVIO;
No mesmo sentido: Resp. 712.661/NANCY, REsp 536.005/BARROS MONTEIRO, REsp 771.610/SCARTEZZINI, REsp 659.584/PASSARINHO, dentre outros.
Quanto à possibilidade de cobrança ao antigo credor, o Tribunal local foi claro ao afirmar que "em momento algum restou evidenciado que o autor teria permanecido inerte na espreita de um devedor solvente. Muito pelo contrário, os documentos acostados aos autos, evidenciam que o condomínio vem, há muito, tentando receber os documentos ora cobrados. Tanto é verdade que ajuizou, sem sucesso, ação de cobrança contra a empresa Casas da Banha e requereu a reserva do seu crédito no processo falimentar (fl. 222)"
Rever tal ponto, a fim de caracterizar a inércia do autor, seria desafiar a Súmula 7.
Por outro lado, o acórdão recorrido fundamentou seu entendimento no sentido de que:
"não foram os réus surpreendidos com a cobrança logo após a arrematação ou mesmo faltando poucos dias para a o transcurso do prazo prescricional. Ora, lembre-se uma vez mais que o edital de leilão expedido pelo juízo da 2º Vara Empresarial de Falências de Concordatas do Rio de Janeiro (fl. 230) já advertia os interessados na compra dos imóveis de que constava ação sumária requerida pelo Condomínio do Ed. Brasília Rádio Center contra a empresa Casas da Banha."(fl. 464).
Contudo, tal ponto, não consta das razões recursais. Incide a Súmula 283/STF.
Nego seguimento ao recurso especial.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3202)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.588 - RS (2007/0201741-9)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
RECORRENTE	: BANCO A J RENNER S/A
ADVOGADO	: CLOVIS FRAGA SANTANNA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JANDIRA FRANCISCA ANDRADE DA CUNHA
ADVOGADO	: MARHSAL GUILHERME BRANDINI

DECISÃO

No recurso especial, em ação revisional, o BANCO A J RENNER S/A insurge-se contra a limitação dos juros remuneratórios, a repetição de indébito/compensação, a apreciação de ofício do contrato, a vedação da capitalização mensal e da cobrança de comissão de permanência.
DECIDO:
- Juros remuneratórios:
Os juros remuneratórios cobrados pelas instituições financeiras não sofrem as limitações da Lei da Usura. Incide a Súmula 596 do STF.
A limitação dos juros remuneratórios pela incidência do CDC depende da comprovação do abuso, verificada caso a caso, que não se caracteriza pelo simples fato de os juros serem pactuados em percentual superior a 12% ao ano.
Nesse sentido: REsp 407.097/PARGENDLER, REsp 788.045/CASTRO FILHO e REsp 420.111/PARGENDLER.
- Apreciação *ex officio* / Capitalização dos juros / Comissão de permanência / Repetição de indébito/compensação:
A divergência jurisprudencial não está demonstrada com as formalidades exigidas pelo Art. 541, parágrafo único, do CPC. Não houve confronto analítico entre os paradigmas e o julgado recorrido para demonstração de semelhança entre os casos, que, na hipótese, efetivamente, não existe. Simples transcrições de ementas e trechos não bastam. Veja-se: EAG 430.169/HUMBERTO, AgRg no Ag 552.760/GONÇALVES, AgRg no Ag 569.369/PÁDUA, AgRg no Ag 376.957/SÁLVIO, dentre outros.
Dou parcial provimento ao recurso especial (Art. 557, § 1º-A, do CPC) para afastar a limitação dos juros remuneratórios.
Honorários e despesas proporcionais (Art. 21 do CPC) a serem apurados em processo de liquidação. Mantido o valor dos honorários advocatícios arbitrados na instância precedente. Ressalvado o disposto no Art. 12 da Lei 1.060/50.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3203)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.652 - RS (2007/0201675-0)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
RECORRENTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: LUCIANA MEDEIROS BOTTA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: GASTÃO PINTO PACHE DE FARIA
ADVOGADO	: ANA MARIA DE FARIAS COSTA E OUTRO(S)

DECISÃO

No recurso especial, em ação revisional, o BANCO ABN AMRO REAL S/A insurge-se contra a limitação dos juros remuneratórios, a manutenção na posse do bem, a vedação da capitalização mensal, da comissão de permanência, da inscrição em órgãos de proteção ao crédito e da cobrança do IOF.
DECIDO:
- Juros remuneratórios:
Os juros remuneratórios cobrados pelas instituições financeiras não sofrem as limitações da Lei da Usura. Incide a Súmula 596 do STF.
A limitação dos juros remuneratórios pela incidência do CDC depende da comprovação do abuso, verificada caso a caso, que não se caracteriza pelo simples fato de os juros serem pactuados em percentual superior a 12% ao ano.
Nesse sentido: REsp 407.097/PARGENDLER, REsp 788.045/CASTRO FILHO e REsp 420.111/PARGENDLER.
- Capitalização dos juros:
Nos contratos bancários celebrados a partir de 31.03.2000, data da publicação da MP 1.963-17, atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2001, incide a capitalização mensal, desde que pactuada (REsp 603.643/PÁDUA e REsp 629.487/GONÇALVES).
Entretanto, o Tribunal de origem verificou que não houve expressa pactuação estabelecendo a capitalização mensal. Confira-se da fundamentação do acórdão recorrido:
"*In casu*, não há cláusula contratual que informe ao consumidor a incidência de capitalização de juros no ajuste, tampouco a sua forma (anual, semestral ou mensal). Isso porque a menção às taxas anual e mensal, evidentemente, não é suficiente para informar adequadamente o consumidor desta prática. Este é sabidamente vulnerável no mercado de consumo e, dessa forma, necessita de maiores esclarecimentos acerca da contratação." (fl. 141).
Rever tal conclusão seria desafiar a Súmula 7.
- Comissão de permanência:
"Não é potestativa a cláusula contratual que prevê a comissão de permanência, calculada pela taxa média de mercado apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa do contrato" (Súmula 294).
No entanto, impossível sua cumulação com juros remuneratórios, correção monetária (Súmulas 30 e 296), juros moratórios ou multa contratual (AgRg no REsp 712.801/DIREITO e AgRg no REsp 706.368/NANCY).
Verifica-se que o contrato (fl. 16-v) prevê cumulação.
"A comissão de permanência, uma vez aplicada, leva ao afastamento dos encargos moratórios previstos no Código Civil" (AgRg no REsp 706.368/NANCY).
- Repetição de indébito/Inscrição nos cadastros de proteção ao crédito/Manutenção na posse do bem:
A divergência jurisprudencial não está demonstrada com as formalidades exigidas pelo Art. 541, parágrafo único, do CPC. Não houve confronto analítico entre os paradigmas e o julgado recorrido para demonstração de semelhança entre os casos, que, na hipótese, efetivamente, não existe. Simples transcrições de ementas e trechos não bastam. Veja-se: EAG 430.169/HUMBERTO, AgRg no Ag 552.760/GONÇALVES, AgRg no Ag 569.369/PÁDUA, AgRg no Ag 376.957/SÁLVIO, dentre outros.
- Cobrança do IOF:
Por fim, a questão referente à cobrança do IOF não foi objeto de discussão na formação do acórdão recorrido. Falta prequestionamento. Incidem as Súmulas 282 e 356/STF.
Dou parcial provimento ao recurso especial (Art. 557, § 1º-A, do CPC), para afastar a limitação dos juros remuneratórios e permitir a cobrança da comissão de permanência, calculada pela taxa média de mercado apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa do contrato, não cumulada com juros remuneratórios, correção monetária, juros moratórios e multa contratual.
Honorários e despesas proporcionais (Art. 21 do CPC) a serem apurados em processo de liquidação. Mantido o valor dos honorários advocatícios arbitrados na instância precedente. Ressalvado o disposto no Art. 12 da Lei 1.060/50.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3204)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.832 - RS (2007/0201716-5)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
RECORRENTE	: UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADVOGADO	: ÁLVARO LUIZ DA SILVEIRA SCHREINER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: EVANDRO MACHADO PINTO - MICROEMPRESA E OUTRO
ADVOGADO	: ALESSANDRA WAENGERTNER

DECISÃO

No recurso especial, em ação revisional, o UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A insurge-se contra a vedação da capitalização mensal de juros.
DECIDO:
A divergência jurisprudencial não está demonstrada com as formalidades exigidas pelo Art. 541, parágrafo único, do CPC. Não houve confronto analítico entre os paradigmas e o julgado recorrido para demonstração de semelhança entre os casos, que, na hipótese, efetivamente, não existe. Simples transcrições de ementas e trechos não bastam. Veja-se: EAG 430.169/HUMBERTO, AgRg no Ag 552.760/GONÇALVES, AgRg no Ag 569.369/PÁDUA, AgRg no Ag 376.957/SÁLVIO, dentre outros.
Nego seguimento ao recurso especial.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3205)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.967 - RS (2007/0203143-8)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
RECORRENTE	: UNICARD BANCO MÚLTIPLO S/A
ADVOGADO	: JEFFERSON ANTÔNIO ERPEN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: OSÓRIO ANTÔNIO CARDOSO DA ROCHA
ADVOGADO	: JULIO LEONARDO DE OLIVEIRA

DECISÃO

No recurso especial, em ação revisional, o UNICARD BANCO MÚLTIPLO S/A insurge-se contra a omissão do acórdão quanto aos dispositivos legais apontados nos embargos e a limitação dos juros remuneratórios.

DECIDO:

- Ofensa ao Art. 535 do CPC:

Embora rejeitando os embargos de declaração, o acórdão recorrido examinou, motivadamente, todas as questões pertinentes ao desfecho da lide.

Mesmo para fins de prequestionamento, o acolhimento de embargos declaratórios pressupõe a existência de vício catalogado no Art. 535 do CPC (EDcl nos EREsp 237.553/HUMBERTO, REsp 434.283/FUX, REsp 208.468/DEMÓCRITO, dentre muitos).

- Juros remuneratórios:

Os juros remuneratórios cobrados pelas instituições financeiras não sofrem as limitações da Lei da Usura. Incide a Súmula 596 do STF.

A limitação dos juros remuneratórios pela incidência do CDC depende da comprovação do abuso, verificada caso a caso, que não se caracteriza pelo simples fato de os juros serem pactuados em percentual superior a 12% ao ano.

Nesse sentido: REsp 407.097/PARGENDLER, REsp 788.045/CASTRO FILHO e REsp 420.111/PARGENDLER.

Dou provimento ao recurso especial para afastar a limitação dos juros remuneratórios.

Honorários e despesas proporcionais (Art. 21 do CPC) a serem apurados em processo de liquidação. Mantido o valor dos honorários advocatícios arbitrados na instância precedente. Ressalvado o disposto no Art. 12 da Lei 1.060/50.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3206)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.996 - RS (2007/0201337-6)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
RECORRENTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ROLY PEDRO BRAGHINI
ADVOGADO	: ELISABETE HERCÍLIA PADILHA E OUTRO(S)

DECISÃO

Recurso especial (alíneas "a" e "c") desafia acórdão assim ementado:

"SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. BRASIL TELECOM S.A. JULGAMENTO LIMINAR. ART. 285-A, CPC. SOLUÇÃO DE MÉRITO NA APELAÇÃO. PRESCRIÇÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. IMPOSSIBILDIADE JURÍDICA DO PEDIDO. COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. VALOR DA AÇÃO NA DATA DO APORTE FINANCEIRO. AÇÕES DA CELULAR CRT S.A. DIVIDENDOS. Sentença de improcedência com base no art. 285-A, CPC. Possibilidade de exame direto do mérito em segundo grau. Princípios do contraditório e ampla defesa respeitados. Ausência de nulidade. Matéria de fato sem controversão. Prescrição inocorrente. Uniformização da jurisprudência. Ação pessoal. Art. 177, CCB/16 e 205, NCCB. Legitimação passiva. Pedido possível. O valor patrimonial das ações da CRT, para fins de subscrição em favor de seu acionista, da data do aporte financeiro (valor patrimonial da ação definido na última assembléia pelos acionistas antes da contratação). Contrato de adesão. Interpretação. Precedentes. Responsabilidade da Brasil Telecom S.A. pelos direitos e obrigações assentados no ato de cisão parcial da Companhia. Art. 233, § 1°, Lei nº6.404/76. Condenação a subscrever, inclusive, ações da Celular CRT Participações S.A. Dividendos devidos como corolário das ações. Repelidas as preliminares, deram provimento." (fl. 162).

Embargos de declaração opostos e rejeitados, com aplicação de multa.

A recorrente, em suas razões, alega violação aos Arts. 165, 458, II, 535, II e 538, parágrafo único do CPC; 170, § 1º, II e 287, II, 'g' da Lei n.º 6.404/76; 3º e 4º da Lei 7.799/89.

Após contra-razões o recurso foi admitido na origem.

DECIDO:

Embora rejeitando os embargos de declaração, o acórdão recorrido examinou, motivadamente, todas as questões pertinentes ao desfecho da lide.

Mesmo para fins de prequestionamento, o acolhimento de embargos declaratórios pressupõe a existência de vício catalogado no Art. 535 do CPC (EDcl nos EREsp 237.553/HUMBERTO, REsp 434.283/FUX, REsp 208.468/DEMÓCRITO, dentre muitos).

Tampouco há defeito de fundamentação ou contrariedade aos Arts. 165 e 458 do Código de Processo Civil.

A multa do Art. 538 do CPC foi devidamente aplicada. De fato o objetivo dos embargos declaratórios opostos era, nitidamente, adiar a solução da lide.

No julgamento do REsp 822.914/RS, ocorrido em 01.06.2006, a 3ª Turma decidiu que o Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, não se aplica a demandas como a destes autos. Confira-se trecho do voto:

"O amplíssimo Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, tem aplicação quando o acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído como acionista. Nessa situação específica - em que o status das partes é determinante para a persecução do direito reclamado - é que o prazo de prescrição será trienal, independentemente do fundamento da demanda. Aqui, o autor não litiga como acionista. Litiga como contratante, em busca de reparação de ato ilícito (suposto descumprimento do contrato)."

É ilegal a capitalização de ações feita pela Brasil Telecom S/A com observância do constante na Portaria 86/91 (ato normativo de natureza administrativa), devendo prevalecer o disposto no Art. 170 da Lei 6.404/76.

"Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondentes ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado." (RESP 500.236/Rel. p/ acórdão Ministro Fernando Gonçalves)

A discussão a respeito da determinação do critério de avaliação patrimonial das ações, na verdade, importa o reexame do contrato de participação acionária, cuja correção não cabe ser examinada em sede de recurso especial, em razão do óbice da Súmula 5.

Dou parcial provimento ao recurso especial (Art. 557, § 1º-A, do CPC), tão-somente para reduzir a multa prevista no Art. 538 do CPC de 10% (dez por cento) para 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

(3207)

RECURSO ESPECIAL Nº 987.530 - AM (2007/0217267-0)

RELATOR	**: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**
RECORRENTE	: BANCO DA AMAZÔNIA S/A - BASA
ADVOGADO	: JONATHAN ANDRADE MOREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ERMÍNIO TOSATO
ADVOGADO	: AUGUSTO COSTA JÚNIOR

DECISÃO

Recurso especial (alíneas "a" e "c") desafia acórdão, no que interessa, assim ementado:

"(...) Os danos decorrentes de aplicação em fundo de investimento de risco não autorizada pelo correntista, devem ser suportados pela instituição financeira Apelante.

(...)

- Dano moral deve ser fixado com base nas peculiaridades do caso, na função didática da condenação e em conformidade com o entendimento do STJ, que tem reduzido consideravelmente os valores arbitrados nas instâncias anteriores. Redução do *quantum* indenizatório. (...)" (fls. 273/274)

Embargos de declaração opostos e rejeitados.

O recorrente alega ofensa aos Arts. 5º, X, da CF; 186, 927 e 944 do CCB/2.002. Aponta, também, divergência jurisprudencial.

Sustenta, em síntese, que:

a) a responsabilidade pelos investimentos em aplicações financeiras é do próprio investidor, que assume o risco;

b) os requisitos para sua responsabilização não foram preenchidos; e

c) não é responsável por qualquer dano.

Requer, subsidiariamente, a redução do valor indenizatório.

Contra-razões às fls. 351/364.

DECIDO:

Inviável o exame de dispositivo constitucional em recurso especial.

O Tribunal de origem louvou-se nas provas para concluir pela presença dos requisitos que autorizam a condenação da instituição financeira. Retira-se o seguinte trecho da fundamentação do acórdão recorrido:

"Deve o Apelante, portanto, suportar os prejuízos efetivamente experimentados pelo Apelado, pois havendo dano e estabelecido o nexo causal, nasce o dever de indenizar, o que efetivamente foi confirmado nos autos pela robusta prova colacionada." (fls. 280/281)

Rever esta conclusão seria desafiar a Súmula 7.

O STJ firmou orientação que em recurso especial somente é possível revisar a indenização por danos morais quando o valor fixado nas instâncias locais for exageradamente alto, ou baixo, a ponto de maltratar o Art. 159 do Código Beviláqua. Fora desses casos, incide a Súmula 7, a impedir o conhecimento do recurso.

A indenização deve ter conteúdo didático, de modo a coibir reincidência do causador do dano sem enriquecer a vítima. Eis a jurisprudência: AgRg no Ag 477.631/DIREITO; AgRg no Ag 455.412/CASTRO; REsp 556.200/CESAR; REsp 287.816/BARROS MONTEIRO; EREsp 439.956/DIREITO.

A fixação da indenização pelo Tribunal *a quo* não se mostra, no caso, exorbitante.

Nego seguimento ao recurso especial.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS
Relator

COORDENADORIA DA QUARTA TURMA

(3208)

MEDIDA CAUTELAR Nº 13.316 - SP (2007/0235381-8)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
REQUERENTE	: NOVO CRUZEIRO S/A
ADVOGADA	: FERNANDO BRANDÃO WHITAKER E OUTRO(S)
REQUERIDO	: ANTÔNIO RESENDE PENIDO

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de medida cautelar com o intuito de atribuir efeito suspensivo ao Recurso Especial n. 963.511/SP, de relatoria do Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, enquanto aguarda atribuição ao sucessor de S. Exa., interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que improveu agravo de instrumento contra decisão deferitória de tutela antecipada para reintegração de posse e venda de sacas de café, relativas a ação de rescisão contratual de arrendamento rural, porém determinando que o produto da comercialização seja depositado em conta do juízo.

Alega a requerente que experimentou vultosos prejuízos e que o montante arrecadado com a negociação do café está sendo utilizado para restabelecer a capacidade produtiva da fazenda objeto da avença, prejudicada por negligência do requerido.

Acrescenta que interpôs recurso especial após a rejeição dos aclaratórios, com assertiva de que foram violados os arts. 128, 293, 459, 460 e 535 do CPC, eis que a ordem de depósito não foi aventada na inicial.

Aduz que o **fumus boni iuris** reside nos dispositivos legais, acima, bem como no flagrante julgamento **extra petita** promovido pelo TJSP, e o perigo da demora cinge-se à intimação para depósito da importância até o dia 24.09.2007.

Por fim, ressalta que sofrerá dano grave e de difícil reparação, bem como que ao especial deve-se garantir resultado útil.

Primeiramente, necessário consignar que a negativa de provimento do agravo de instrumento na instância **a quo** consubstancia verdadeiro provimento parcial, pois ao pedido de restituição dos valores (fl. 20), atendeu a Corte com o depósito em juízo, que se compreende no contexto da demanda, não amplia o pedido, mas o restringe, e atende ao preceito de que quem pede mais, pode receber uma parte da pretensão.

De outro lado, o agravo de instrumento ataca decisão deferitória de tutela antecipada, anteriormente ainda à oportunização do contraditório e à instrução processual portanto, que não pode ser examinada no STJ sem que se promova a avaliação dos elementos fáticos e contratuais dos autos.

Não cabe, ademais, análise de matéria de índole constitucional nesta instância.

Em adição, nenhum argumento infirma o fundamento do aresto estadual, que baseou-se no art. 125, I, da Lei Instrumental para promover a igualdade das partes (fl. 684 do REsp n. 963.511/SP).

Por fim, não se vislumbra prejuízo ao recurso especial ou ao processo principal, posto que os danos, conforme a narrativa, já foram cometidos, cabendo ao requerido, na hipótese de sucesso a final, arcar também com os lucros cessantes enquanto permaneceu na posse do bem e em relação às safras futuras, conforme pedido na ação indenizatória, a ser apurados na instrução processual ou em liquidação de sentença (fls. 118/119 do REsp n. 963.511/SP).

Assim, encontrando-se o feito em fase anterior, a meu sentir não se encontram materializados, em conjunto, os pressupostos indispensáveis à presente medida, **cuja inicial de pronto indefiro**.

Publique-se.

Arquive-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3209)

HABEAS CORPUS Nº 92.070 - SP (2007/0236374-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
IMPETRANTE	: MÁRCIO GUIMARÃES
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: R M M

DECISÃO

Vistos.

Márcio Guimarães impetra "Habeas Corpus" preventivo em favor do paciente, com pedido liminar, objetivando afastar a ameaça de prisão, consubstanciada em acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que denegou anterior HC n. 481513.4/5-00, contra o decreto de prisão exarado pelo Juízo de Direito da 5ª Vara Cível de São Vicente-SP, nos autos de execução de alimentos (Processo n. 780/2003), cujos valores remontariam o período de abril a outubro de 2002 e fevereiro de 2003 (fl. 69).

Em princípio, antevejo a alegada coação ilegal a justificar a concessão do **writ**. Dessome-se que a execução refere-se a parcelas vencidas em períodos pretéritos, o que revela a discordância entre as decisões e a Súmula n. 309/STJ:

"O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que vencerem no curso do processo."

Ante o exposto, defiro a medida liminar, em parte, para que, mediante o prévio pagamento da pensão alimentícia relativa aos últimos três meses da citação na execução, bem como das parcelas vencidas durante o trâmite do processo aludido, afastar a ameaça que pesa sobre o paciente, determinando a sua imediata comunicação à autoridade impetrada e ao juízo de primeiro grau, para que seja cumprida a presente decisão.
Solicitem-se informações.
Dê-se, após, vista ao douto Ministério Público Federal.
Publique-se.
Brasília (DF), 27 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3210)

RECURSO ESPECIAL Nº 228.636 - RS (1999/0078714-5)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
RECORRENTE	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: PATRÍCIA NETTO LEÃO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FREDERICO GUILHERME MADOERIN
ADVOGADO	: VALDIR ANTONIO FERRARI

DESPACHO

Visto.
Diga o autor, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, sobre seu interesse no prosseguimento do feito.
Publique-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3211)

RECURSO ESPECIAL Nº 292.398 - RS (2000/0132110-2)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
RECORRENTE	: BACKHAUS PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS LTDA
ADVOGADO	: DARCIO VIEIRA MARQUES
RECORRIDO	: HÉRCULES S/C DE PARTICIPAÇÕES LTDA - EM LIQUIDAÇÃO E OUTRO
ADVOGADO	: EDUARDO ANTONIO LUCHO FERRÃO E OUTRO

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. ALEGADA OFENSA AO ART. 330, I, DO CPC. FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ENUNCIADO SUMULAR Nº 126/STJ. AFIRMADA CONTRARIEDADE AO ART. 515, §1º, DO CPC. PREQUESTIONAMENTO. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 458 E 459, DO CPC. SENTENÇA QUE OPTOU POR UMA DAS VERSÕES TRAZIDAS AO CONHECIMENTO DO MAGISTRADO. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO

Visto.
1. Cuida-se de recurso especial interposto por BACKHAUS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, contra acórdão proferido pela Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do RIo Grande do Sul, que manteve a sentença que julgara procedente os embargos, desconstituindo a penhora realizada e julgando extinta a execução.
Contra o *decisum* foram opostos embargos de declaração, ao final desacolhidos (fls. 80/82).
Sustenta o recorrente, a par de divergência jurisprudencial, ofensa aos artigos 330, inciso I, 458, 459 e 515, §1º, todos do Código de Processo Civil.
Prazo para contra-razões transcorrido *in albis* (fl. 106).
Recurso especial admitido no Tribunal de origem (fls. 117/121).
É o breve relatório. Decido.
2. No tocante ao julgamento antecipado da lide e, por conseguinte, da alegada contrariedade ao artigo 330, I, do CPC, não merece prosperar o apelo excepcional, porquanto assente o acórdão objurgado em fundamentos constitucional (artigo 5º, LV) e infraconstitucional (art. 330, I, do CPC), sem que tenha manejado a recorrente recurso extraordinário; incide, pois, na espécie, o enunciado sumular nº 126 deste STJ ("é inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário").
3. Também não comporta conhecimento o recurso relativamente à alegada ofensa ao artigo 515, §1º, do Código de Processo Civil, visto que ausente o necessário prequestionamento da matéria, atraindo, *mutatis mutandis*, o enunciado nº 284 do col. STF ("é inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada").
4. Por fim, não há falar em violação dos artigos 458 e 459 da Lei de Ritos, na medida em que, como registrado no voto condutor do acórdão proferido, o juízo monocrático "não deixou de resolver as questões que as partes lhe submeteram", mas "apenas inclinou-se por uma das teses trazidas à sua apreciação"; pois, "ao julgar procedentes os embargos, a decisão de primeiro grau não deixou de pronunciar-se sobre todos os documentos da causa, pois reconheceu que a nulidade dos atos de alterações societárias contaminou a confissão de dívida e a emissão das notas promissórias" (fl. 71).
5. Dessarte, nos termos do artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **NEGO SEGUIMENTO** ao recurso especial.
Publique-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3212)

RECURSO ESPECIAL Nº 299.580 - ES (2001/0003499-3)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
RECORRENTE	: BANCO ECONÔMICO S/A
ADVOGADO	: FABIANO DE CHRISTO DEPES TALLON E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ELZA SUISSO REIS
ADVOGADO	: EDSON PEREIRA RAMANAUSKAS

DESPACHO

Visto.
Diga o autor, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, sobre seu interesse no prosseguimento do feito.
Publique-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3213)

RECURSO ESPECIAL Nº 302.753 - PR (2001/0013362-2)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
RECORRENTE	: PLASTICOS DO PARANÁ LTDA
ADVOGADO	: RAFAEL RAMON E OUTRO
RECORRIDO	: HSA SISTEMAS ASSESSORIA E GESTAO EMPRESARIAL S/C LTDA
ADVOGADO	: DENIS NORTON RABY

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. CIVIL. DIREITOS REAIS. POSSE NÃO DEMONSTRADA. ENUNCIADO SUMULAR Nº 7/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. ENUNCIADO SUMULAR Nº 98/STJ. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA EXTENSÃO, PROVIDO.

DECISÃO

Visto.
1. Cuida-se de recurso especial interposto por PLÁSTICOS DO PARANÁ LTDA, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, contra acórdão que, em sede de agravo de instrumento, manteve a decisão que negara a suspensão da ação monitória.
Contra o *decisum* foram opostos embargos de declaração, ao final rejeitados (fls. 527/529).
Sustenta a recorrente, a par de divergência jurisprudencial, negativa de vigência aos artigos 580, par. único, 1.046, *caput* e §1º, e 1.051, todos do Código de Processo Civil.
Contra-razões às fls. 556/572.
Recurso especial admitido no Tribunal de origem (fls. 574/575).
É o breve relatório. Decido.
2. Primeiramente, visto que consignado, expressamente, no acórdão guerreado, que a recorrente não demonstrou o exercício de qualquer dos poderes inerentes ao domínio, a desconstituição de tal conclusão demandaria exercício de atividade incompatível com a via recursal eleitas, nos termos do enunciado sumular nº 7 deste Superior Tribunal de Justiça ("a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").
3. Doutra parte, manifestados os declaratórios com claro propósito de prequestionamento, não há de incidir a multa prevista no parágrafo único do artigo 538 do CPC, nos termos do enunciado nº 98 da Súmula desta Corte Superior ("embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório").
4. Dessarte, nos termos do artigo 557, §1º-A, do Código de Processo Civil, **CONHEÇO PARCIALMENTE** do recurso especial e, na extensão, **LHE DOU PROVIMENTO**, para afastar a multa imposta com arrimo no par. único do art. 538 do CPC.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3214)

RECURSO ESPECIAL Nº 309.754 - MG (2001/0029358-1)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
RECORRENTE	: JOSÉ DE SOUZA LIMA E OUTRO
ADVOGADO	: JOSÉ DE SOUZA LIMA (EM CAUSA PRÓPRIA)
RECORRIDO	: JUSCELI EVANGELISTA ALVES
ADVOGADO	: WENCESLAU LOPES E OUTRO

DESPACHO

Visto.
Diga o autor, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, sobre seu interesse no prosseguimento do feito.
Publique-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3215)

RECURSO ESPECIAL Nº 373.634 - RS (2001/0127218-7)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
RECORRENTE	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: PATRÍCIA NETTO LEÃO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: EDGAR ARNS E OUTROS
ADVOGADO	: ANA MARIA JORGENS SARTORI E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo BANCO DO BRASIL S/A com fundamento nas letras "a" e "c" do permissivo constitucional contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul impondo: (a) a limitação dos juros remuneratórios em 12% ao ano, (b) a fixação dos juros de mora em 1% ao ano, (c) a capitalização mensal dos juros e (d) a substituição da TR pela variação do preço dos produtos agrícolas como critério de correção monetária.
Aduz o recorrente violação aos arts. 21 e 515 e 535 do CPC; 4º da Lei 4.595/64; 51, IV, do Código de Defesa do Consumidor; 82, 115, 928 do Código Civil; 1º, 2º, 6º, 10 e 11 da Lei nº 8.177/91; bem como divergência jurisprudencial.
Merece parcial acolhida o recurso.
De início, no tocante às cédulas de crédito rural, esta Corte tem entendimento assente no sentido de que, omitindo-se o Conselho Monetário Nacional em fixar as taxas de juros aplicáveis, incide a limitação de 12% ao ano prevista no Decreto n° 22.626/33. A propósito: REsp 178.269/RS, REsp 392.581/RS e REsp 500.000/RS.
Por outro lado, conforme iterativa jurisprudência desta Corte, "*o preço do produto não serve como indexador no financiamento rural, sendo, por outro lado, lícito o pacto de vinculação da correção monetária ao critério de atualização dos depósitos em caderneta de poupança*" (REsp n° 160.796/RS)
Nesse contexto, pactuada a correção monetária vinculada à variação da caderneta de poupança, tem-se por pactuada a TR (REsp nº 168.202/RS), incidindo, na espécie, a súmula 295/STJ: *"A Taxa Referencial (TR) é indexador válido para contratos posteriores à Lei 8.177/91, desde que pactuada"*.
Por fim, o dissenso deve ser comprovado por certidão, cópia autenticada ou citação do repositório de jurisprudência oficial ou credenciado, em que publicada a decisão divergente, com indicação da respectiva fonte, providência a que se furtou o recorrente.
Ante o exposto, conheço do recurso em parte e nesta extensão lhe dou parcial provimento para fixar a TR como índice de correção monetária.
Prejudicada a análise de violação aos arts. 515 e 535 do CPC.
Custas e honorários de advogado, observado quanto a estes o ***quantum*** fixado na origem, na proporção em que vencidas as partes, compensando-se na forma da lei (art. 21 do CPC - Resp 330.848/PR).
Publicar.
Brasília, 21 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3216)

RECURSO ESPECIAL Nº 431.161 - SP (2002/0048513-0)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
RECORRENTE	: DARCÍULA DE NAILDE RONCADA TEIXEIRA
ADVOGADO	: PAULO RENATO F. NASCIMENTO
RECORRIDO	: COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO COSESP
ADVOGADO	: LÚCIA APARECIDA ÁLVARES KOTAIT

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. SEGURO. ATRASO NO PAGAMENTO DO PREMIO. SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DO CONTRATO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

DECISÃO

Visto.
1. Cuida-se de recurso especial interposto por DARCÍULA DE NAILDE RONCADA TEIXEIRA, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo extinto Primeiro Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo, que reformou a sentença primeva, entendendo improcedente o pedido indenizatório, em conseqüência de atraso no pagamento da parcela do seguro.
Embargos de declaração opostos e, ao final, rejeitados (fls. 227/228).
Sustenta a recorrente, a par de divergência jurisprudencial, ofensa aos artigos 1.432, 14.450 e 1.458, todos do Código Civil de 1916.
Contra-razões às fls. 287/301.
Recurso especial admitido no Tribunal de origem (fls. 303/304).
É o breve relatório. Decido.
2. A matéria não comporta divergências nesta Corte de Justiça:

"RECURSO ESPECIAL - CIVIL - CONTRATO DE SEGURO DE VIDA - ATRASO NO PAGAMENTO DE UMA ÚNICA PARCELA - CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DO SEGURO - IMPOSSIBILIDADE.
1 - Consoante entendimento desta Corte, "O simples atraso no pagamento de uma das parcelas do prêmio não se equipara ao inadimplemento total da obrigação do segurado e, assim, não confere à seguradora o direito de descumprir sua obrigação principal" (REsp 293722 / SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, DJ 28.05.2001).
2 - Recurso não conhecido." (**REsp 814.127/PR**, 4ª Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ de 5/2/2007);

"SEGURO DE VIDA. ATRASO NO PAGAMENTO. AUSÊNCIA DE INTERPELAÇÃO.
- Normalmente, para que se caracterize mora no pagamento de prestações relativas ao prêmio é necessária a interpelação do segurado. Mero atraso não basta para desconstituir a relação contratual.

- A cláusula de cancelamento do seguro sem prévia notificação deixa de se abusiva, se o segurado permanece em mora há mais de 15 (quinze) meses.
- Em homenagem à boa-fé e à lógica do razoável, atraso superior a um ano não pode ser qualificado como "mero atraso no pagamento de prestação do prêmio do seguro" (REsp 316.552/PASSARINHO, grifei). A ausência de interpelação por parte da seguradora não assegura, no caso, o direito à indenização securitária." (**REsp 842.408/RS**, 3ª Turma, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJ de 4/12/2006);

"Direito civil e processual civil. Agravo no agravo de instrumento. Embargos à execução. Contrato de seguro. Atraso de pagamento de prestação. Ausência de interpelação do segurado. Impossibilidade de cancelamento da cobertura.
- É necessária a interpelação do segurado para que se caracterize mora no pagamento de prestações relativas ao prêmio. O mero atraso no adimplemento de prestações não basta para a desconstituição da relação contratual.Precedentes.
Agravo no agravo de instrumento não provido." (**AgRg no Ag 753.652/RS**, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 5/6/2006);

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREQUESTIONAMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. SEGURO. ATRASO NO PAGAMENTO DO PREMIO. CARACTERIZACÃO. MORA. SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE PRÉVIA INTERPELAÇÃO.
1. É inadmissível o recurso especial quando a questão federal suscitada não foi debatida no acórdão recorrido, ainda que opostos os embargos de declaração. Ausência de prequestionamento (Súmulas 282 do STF e 211 do STJ).
2. É nula a cláusula contratual que prevê o cancelamento automático da apólice securitária pelo mero atraso no pagamento, sendo indispensável prévia interpelação do segurado, porquanto não caracterizada, por si só, a mora. Precedentes.
3. Agravo regimental improvido." (**AgRg no Ag 721.420/GO**, 4ª Turma, Rel. Min. Barros Monteiro, DJ de 3/4/2006).

3. Dessarte, nos termos do artigo 557, §1º-A, **CONHEÇO** e **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial, para restabelecer a sentença primeva.
Publique-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3217)

RECURSO ESPECIAL Nº 435.030 - SP (2002/0055082-9)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: ARNALDO RUSSO
ADVOGADO	: JOSÉ GILBERTO CORVINO ROCHA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: NELCIO RUSSO E CÔNJUGE
ADVOGADO	: FLÁVIO SCHEGERIN RIBEIRO E OUTRO

DESPACHO

Vistos.
Junte-se a petição nº 133.606/2007.
Em face da inexistência de procuração nos autos da ilustre subscritora do pedido de renúncia, fica o mesmo prejudicado.
Publique-se.
Brasília (DF), 03 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3218)

RECURSO ESPECIAL Nº 469.828 - RS (2002/0119826-5)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: PATRÍCIA NETTO LEÃO E OUTRO
RECORRIDO	: CALÇADOS ANE LTDA - MASSA FALIDA
ADVOGADO	: VLADIMIR VOLKART

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão prolatado pelo Colendo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que declarou a prioridade no pagamento dos créditos trabalhistas em detrimento dos valores a restituir oriundos de contrato de câmbio, nos autos do processo falimentar da recorrida.
Quanto à assertiva de violação ao art. 535 do CPC, sem razão o recorrente, haja vista que enfrentadas todas as questões levantadas pela parte, porém em sentido contrário ao almejado.
No mérito, o recurso deve prosperar. A jurisprudência desta Corte sedimentou-se no entendimento de que o pedido de restituição fundado no art. 75, § 3º, da Lei n. 4.728/65, deve ser satisfeito antes do pagamento dos créditos trabalhistas (Súmula n. 307/STJ).
Pelo exposto, conheço do recurso e dou-lhe parcial provimento (art. 557, § 1º A, do CPC).
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3219)

RECURSO ESPECIAL Nº 471.437 - DF (2002/0124709-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO DE BRASÍLIA S/A - BRB
ADVOGADA	: LILIANE FERREIRA PORFIRIO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CONDOMÍNIO DO BLOCO "D" DA SCLN 114
ADVOGADO	: ABRAHÃO RAMOS DA SILVA

DECISÃO

Vistos.
Pretende o recorrente o recebimento de valor representado por duplicata descontada no estabelecimento bancário, ao fundamento de que não pode sofrer os reflexos da desconstituição judicial do título, em ação ordinária movida pelo Condomínio do Bloco "D" da SCLN 414 contra Qualitas Serviços Técnicos Ltda., pelo que não poderia ser extinta a cobrança que promoveu ao mesmo condomínio, ora em execução.
O recurso não merece prosperar.
De um lado, não se identifica vício algum no aresto objurgado, simples decisão contrária ao interesse da parte.
De outro lado, o recebimento do título em desconto atrai para o banco o risco pela higidez da cártula que recebe da sacadora, de sorte que se o título é desconstituído, pelos vícios formais e intrínsecos apontados pelo Tribunal de Justiça, resta-lhe, apenas, dela reclamar o ressarcimento. E a relação jurídica necessária a tanto é, apenas, entre a sacada e a sacadora.
Quanto à alegação contida na longa petição do especial, no sentido de que a Qualitas teria, efetivamente, prestado serviços ao condomínio, é questão estranha aos autos, e nem poderia, à obviedade, ser apreciada pelo STJ, ante os óbices das Súmulas n. 5 e 7.
Ante o exposto, nos termos do art. 34, inciso XVIII, do RISTJ, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3220)

RECURSO ESPECIAL Nº 480.669 - RS (2002/0143564-6)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: CRISTINA SCHEER AZAMBUJA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: SAMARINA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA - MASSA FALIDA
REPR. POR	: VLADIMIR VOLKART - SÍNDICO
ADVOGADO	: VLADIMIR VOLKART

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão prolatado pelo Colendo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que declarou a prioridade no pagamento dos créditos trabalhistas em detrimento dos valores a restituir oriundos de contrato de câmbio, nos autos do processo falimentar da recorrida.
Quanto à assertiva de violação ao art. 535 do CPC, sem razão o recorrente, haja vista que enfrentadas todas as questões levantadas pela parte, porém em sentido contrário ao almejado.
No mérito, o recurso deve prosperar. A jurisprudência desta Corte sedimentou-se no entendimento de que o pedido de restituição fundado no art. 75, § 3º, da Lei n. 4.728/65, deve ser satisfeito antes do pagamento dos créditos trabalhistas (Súmula n. 307/STJ).
Pelo exposto, conheço do recurso e dou-lhe parcial provimento (art. 557, § 1º A, do CPC).
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3221)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 540.239 - RS (2003/0060814-5)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: GILBERTO EIFLER MORAES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSÉ FRANCISCO TEIXEIRA PINTO
ADVOGADO	: ODILON NUNES DA SILVA JUNIOR E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto pelo BANCO DO BRASIL S/A contra decisão assim vazada:

"Cuida-se de recurso especial, com fundamento nas alíneas "a" e "c", do art. 105, III, da Constituição Federal, interposto pelo BANCO DO BRASIL S/A, contra v. acórdão proferido pela Décima Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que negou provimento aos apelos ali interpostos.
Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados.
No presente recurso alega a recorrente, em suas razões, em síntese, ofensa ao art. 535, II, do CPC; ao art. 4º, IX, da Lei n° 4.595/64; ao Decreto n° 22.626/33; aos arts. 928 e 1.262 do CC/16, além de divergência jurisprudencial.
Contra-razões às fls. 439/460.
O recurso foi admitido às fls. 462/465.
É o relatório.
Passo a decidir.
No que diz respeito à alegada ofensa ao Decreto n° 22.626/33, verifico que, em suas razões recursais, o recorrente sequer indicou as regras infraconstitucionais que teriam sido ofendidas, impedindo, com isso, o conhecimento do presente recurso, neste ponto. É, pois, caso de incidência da Súmula 284, do STF: "É inadmissível recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."
Em relação aos dispositivos de lei tidos por violados e à alegada divergência jurisprudencial, satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, inclusive no que tange ao prequestionamento, conheço do recurso e passo a examiná-lo.
Inexiste ofensa ao art. 535 CPC se o E. Tribunal a quo, fundamentadamente, apreciou a controvérsia, inexistindo qualquer omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada. De outro vértice, é desnecessário a manifestação explícita da Corte de origem acerca das normas que envolvem a matéria debatida, uma vez que, para satisfação do prequestionamento, basta a implícita discussão da matéria impugnada no apelo excepcional.
Quanto ao CDC (Código de Defesa do Consumidor), esta Corte tem entendido que é aplicável às instituições financeiras. Incidência da Súmula 297 do STJ.
A legislação consumerista, aplicável à espécie, permite que ao se cumprir a prestação jurisdicional em ação revisional de contrato bancário, manifeste-se o magistrado acerca da existência de eventuais cláusulas abusivas, o que acaba por relativizar o princípio do pacta sunt servanda.
Aos juros remuneratórios, conforme orientação da Segunda Seção desta Corte, não incide a limitação a 12% ao ano, prevista no Decreto nº 22.626/33, salvo hipóteses legais específicas, estando as instituições financeiras, integrantes do Sistema Financeiro Nacional, sob a égide da Lei nº 4.595/64. Desta forma, cabe ao Conselho Monetário Nacional limitar tais encargos, aplicando-se o Enunciado Sumular 596/STF.
Ressalte-se, ademais, que este entendimento não foi alterado após a vigência do CDC, cujas normas também se aplicam aos contratos firmados por instituições bancárias. Deveras, a fim de se harmonizarem referidos diplomas legais, aquele órgão julgador consagrou a manutenção dos juros no percentual avençado pelas partes, desde que não reste sobejamente demonstrada a exorbitância do encargo (v.g. AgRg REsp nº 590.573/SC, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, DJU 25.05.2004).
Por outro lado, a autorização do Conselho Monetário Nacional para a livre contratação dos juros remuneratórios só se faz necessária em hipóteses específicas, decorrentes de expressa exigência legal, tais como nas cédulas de crédito rural, industrial ou comercial. Assim, dispensada a prova de prévia autorização do CMN para fixar a taxa de juros além do patamar legal no caso em concreto (v.g. AgRg nos EDcl no Resp 492.936/RS, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, DJ 22.11.2004).
Assim, merece reparos o v. acórdão que limitou o juros remuneratórios em 12% a.a..
No tocante à capitalização mensal de juros (anatocismo), o entendimento prevalecente nesta Corte era no sentido de que esta somente seria admitida em casos específicos, previstos em lei (cédulas de crédito rural, comercial e industrial), conforme enunciado sumular n° 93/STJ.
Com a edição da MP 2.170, de 31.03.2000, passou-se a admitir a capitalização mensal aos contratos firmados posteriormente à sua entrada em vigor, desde que houvesse previsão contratual.
Verificando-se, in casu, que o recorrente não traz fundamentação suficiente para ultrapassar a jurisprudência antiga deste Tribunal e adotada pelo v. acórdão recorrido. Assim, há de ser permitida, apenas, a incidência de capitalização na periodicidade anual.
Quanto à comissão de permanência, é lícita a sua cobrança após o vencimento da dívida. A comissão deve observar a taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil. Não pode, entretanto, ser cumulada com a correção monetária nem com os juros remuneratórios. Incidência das Súmulas 30, 294 e 296 do STJ. Consoante entendimento recente desta Seção, a cobrança da comissão de permanência também não pode coligir com os encargos decorrentes da mora, como os juros moratórios e a multa contratual (c.f. AgRg no REsp n° 712.801/RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ 04.05.2005). Assim, diante da previsão no contrato em tela de juros de mora e multa contratual caso haja atraso no pagamento, correto, neste particular, o v. acórdão recorrido.
Por tais fundamentos, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço do recurso, nos termos acima expostos, e lhe dou parcial provimento para validar o juros remuneratórios contratados.
Custas e honorários reciprocamente suportados pelas partes, na proporção de 40% pelo recorrente e 60% pelo recorrido, mantido o valor fixado na r. sentença, permitindo-se a compensação nos termos da lei." (fls. 488/490)

Sustenta o agravante a possibilidade de incidência da comissão de permanência no período de mora, desde que não cumulada com os encargos moratórios.
A irresignação merece acolhida.
Com efeito, conforme entendimento pacificado desta Corte, a comissão de permanência é devida para o período de inadimplência, não podendo ser cumulada com correção monetária (súmula 30/STJ), juros remuneratórios, moratórios e multa contratual (AGREsp 712.801/RS), calculada pela taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, tendo como limite máximo a taxa do contrato (Súmula 294/STJ).

Ante o exposto, reconsidero a decisão agravada para autorizar a incidência da comissão de permanência, nos moldes preconizados por esta Corte.
Custas e honorários de advogado, observado quanto a estes o percentual/***quantum*** fixado na origem, na proporção em que vencidas as partes, compensando-se na forma da lei (art. 21 do CPC - Resp 330.848/PR), ressalvada a concessão do benefício da justiça gratuita.
Publicar.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3222)

RECURSO ESPECIAL Nº 546.430 - GO (2003/0086892-5)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: LUIZ ALMEIDA RESENDE E OUTROS
ADVOGADO	: FABIANA SAVINI BERNARDES PIRES DE ALMEIDA RESENDE
RECORRIDO	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: LINO ALBERTO DE CASTRO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Homologo, para que produza os efeitos de direito, a desistência deste recurso, formalizada pelos recorrentes (fl. 307), em razão de haver as partes celebrado acordo de vontades, com a expressa concordância do recorrido (fl. 305), com fundamento nos artigos 34, inciso IX, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, e 501 do Código de Processo Civil.
P.I.
Brasília, 08 de setembro de 2007.

Ministro MASSAMI UYEDA
Relator

(3223)

RECURSO ESPECIAL Nº 577.106 - SC (2003/0149965-8)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: IDA BEDENDO ROSSI
ADVOGADO	: JOSÉ CARLOS ROSSI

DESPACHO

Visto.
Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.
Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3224)

EDcl no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 604.462 - RS (2004/0059234-0)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
EMBARGANTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: ANDRÉ VIDIGAL DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: MÁRIO ESTEVO
ADVOGADO	: IVANDRO ROBERTO POLIDORO

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AGRAVO DE INSTRUMENTO - CONTRATOS BANCÁRIOS - AÇÃO REVISIONAL - JUROS REMUNERATÓRIOS - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - OMISSÃO - EXISTÊNCIA - SUPRIMENTO - NECESSIDADE - EMBARGOS ACOLHIDOS.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos pelo BANCO ITAÚ S/A, em face do r. *decisum* de fls. 194/197, da lavra desta Relatoria, em sede de agravo de instrumento que conferiu parcial provimento a recurso especial, conforme assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - CONTRATO BANCÁRIO - MÚTUO - JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE - INCURSÃO NO MÉRITO - POSSIBILIDADE - APLICAÇÃO DO CDC - VALIDADE - SÚMULA 297 DO STJ - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - LICITUDE DE SUA COBRANÇA - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS - LEGALIDADE DE INCIDÊNCIA NOS CONTRATOS FIRMADOS APÓS A EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.170, DE 31.03.2000 - CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - REQUISITOS - REEXAME DE PROVAS - IMPOSSIBILIDADE - APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ - RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO, PARA FIM DE PERMITIR A COBRANÇA DE COMISSÃO DE PERMANÊNCIA, OBSERVADAS AS TAXAS DE JUROS MÉDIAS DO MERCADO, AFASTANDO-SE A CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS." (DJ de 11.10.2006)

Alega o ora embargante que a decisão mostra-se contraditória e omissa, porquanto, em relação aos juros remuneratórios e à comissão de permanência, o conteúdo do dispositivo não condiz com a fundamentação (fls. 200/202).
É o relatório.
Os embargos merecem acolhimento.
Com efeito.
No presente caso, a decisão ora embargada realmente se ressente de omissões relativas aos juros remuneratórios e à comissão de permanência.
No tocante aos juros remuneratórios, apesar da fundamentação do o r. *decisum* ter afastado a sua limitação em 12% ao ano, tal entendimento não constou da parte dispositiva da decisão embargada, que restou omissa, no ponto.
Já em relação à comissão de permanência, a decisão embargada manifestou-se no sentido de sua admissibilidade, observando-se a taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa de juros prevista para o período da normalidade, não podendo, entretanto, ser cumulada com a correção monetária nem com os juros remuneratórios, nos termos das Súmulas 30, 294 e 296 do STJ. Contudo, não constou da referida decisão que, presente a incidência de quaisquer desses encargos após a caracterização da mora, devem esses ser afastados, mantendo-se tão-somente a comissão de permanência (cfr: AgRgAg no REsp. n.º 805.874/RS, relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJ de 19.6.2006 e AgREsp. n.º 828290/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, DJ de 26.6.2006), o que torna, inclusive, prejudicada a análise de quaisquer desses encargos.
Acolhem-se, pois, os embargos, para sanar as omissões apontadas, de modo que a parte dispositiva da decisão embargada deverá ficar assim conformada:

"Assim sendo, amparado no artigo 557, § 1º - A, do Código de Processo Civil, dá-se parcial provimento ao recurso especial, para validar os juros remuneratórios contratados e permitir a cobrança da comissão de permanência, à taxa média de mercado, limitada à taxa do contrato prevista para o período da normalidade, não cumulada com os juros remuneratórios, a multa contratual, os juros de mora e a correção monetária."

Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3225)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 618.565 - RS (2003/0235249-6)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: BANCO SANTANDER BANESPA S/A
ADVOGADO	: ISABELA BRAGA POMPÍLIO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IRONDINA NEVES SANTOS
ADVOGADO	: CARMEM TALITA BRANDÃO YOUNG

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - INEXISTÊNCIA - REPETIÇÃO DO INDÉBITO - POSSIBILIDADE - PROVA DO ERRO - DESNECESSIDADE - RECONSIDERAÇÃO PARCIAL - NECESSIDADE - AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo regimental interposto pelo BANCO SANTANDER BANESPA S/A em face de decisão monocrática, de lavra do eminente Ministro BARROS MONTEIRO, que assim decidiu, no que importa à controvérsia:

"1. Cuida-se de ação revisional proposta por Irondina Neves Santos contra 'Banco Santander Meridional S/A', objetivando rever contrato de abertura de crédito em conta corrente firmado entre as partes.
(...)
2.1. A matéria referente ao art. 460 do CPC não foi apreciada pelo v. aresto recorrido, inexistindo o prequestionamento, o que convoca a incidência da súmula nº 282 do STF. (...)
(...)
2.4. Todavia quanto à repetição do indébito tem razão a autora. A jurisprudência iterativa das Terceira e Quarta Turmas do STJ orienta-se no sentido de admitir a repetição e a compensação do indébito, no entanto, de forma simples, caso seja verificada a cobrança de encargos ilegais, a fim de ser evitado o enriquecimento sem causa do credor, independentemente da comprovação de erro no pagamento (confiram-se, exemplificadamente, os julgamentos proferidos nos REsp's 422.321/RS, Relator Ministro Aldir Passarinho Junior; 184.237-RS, Relator Ministro Cesar Asfor Rocha; 176.459-RS, Relator Ministro Ruy Rosado de Aguiar; 205.990-RS, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira; e 168.020-RS, por mim relatado).
(...)
3. Ante o exposto, nos termos do § 1º-A do art. 557 do CPC, com a nova redação dada pela Lei 9.756, de 17.12.98, dou provimento ao recurso da autora para permitir a repetição do indébito, caso seja verificada, na forma simples, e dou provimento ao recurso do réu para admitir a cobrança dos juros remuneratórios na forma acima disposta.
(...)"

Busca a agravante a reforma do r. *decisum*, sustentando, em síntese, que a decisão ora agravada, além de ter deixado de apreciar o recurso especial relativamente à indicação de afronta ao art. 535, II, do CPC, entendeu indevidamente que o art. 460 do CPC não foi prequestionado. Pleiteia, ademais, seja analisada a incidência *"dos artigos 460 do CPC e 965 do CC"* (fl. 402).
É o relatório.
Atendendo à melhor análise da matéria, é de se reconsiderar, nos termos do art. 557, § 1º, do CPC, a decisão ora hostilizada na parte referente à inexistência de prequestionamento do art. 460 do CPC e à dita violação do art. 535, II, do CPC.
Com efeito.
Inicialmente, oportuno salientar que, no recurso especial, o ora agravante, entre outras alegações, afirmou que o acórdão hostilizado infringiu o art. 535, I e II, do CPC, bem como os arts. 460 do CPC e 965 do CC. Asseverou que, à luz destes dois últimos dispositivos, não pode ser deferido o pedido de repetição de indébito, sob pena de se admitir a existência de sentença condicional e de se autorizar a devolução de valores independentemente da prova de erro.
No tocante à dita desatenção do art. 535, I e II, do CPC, verifica-se que, *in casu*, o Tribunal *a quo* analisou todos os temas relevantes suscitados pelas parte, embora o resultado não tenha sido favorável ao ora agravante. Na realidade, o órgão julgador não é obrigado a se manifestar sobre todos os pontos alegados pelas partes, mas somente sobre aqueles que entender necessários para o julgamento do feito, de acordo com seu livre convencimento fundamentado (CPC, art. 131), utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso (nesse sentido: STJ, AgRg no Ag nº 638.361/PB, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, v.u., j. 03/03/2005, DJ 19/12/2005; STJ, AgRg no REsp nº 705.187/SC, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, v.u., j. 15/09/2005, DJ 26/09/2005). Assim, resultado diferente do pretendido pela parte não implica, necessariamente, omissão ou ofensa à legislação infraconstitucional.
Em referência à apontada vulneração dos arts. 460 do CPC e 965 do CC/1916, assinala-se que este eg. Tribunal já decidiu pela admissão da repetição do indébito independentemente da prova de que o pagamento tenha sido realizado por erro, com o objetivo de vedar o enriquecimento ilícito do banco em detrimento do devedor, nos termos da Súmula n. 322, *in verbis*: *"Para a repetição de indébito, nos contratos de abertura de crédito em conta-corrente, não se exige a prova do erro"*. Bem de ver, ainda, que, reconhecida a ocorrência de cobrança de encargos abusivos (como na espécie, em que se afastou a capitalização mensal dos juros), é de autorizar-se a devolução dos valores indevidamente pagos (AgRg no REsp 941.694/RS, 4ª Turma, Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, DJ 13.08.2007). Não há, pois, *in casu*, sentença condicional, ao contrário do que defende o ora recorrente.
Assim, reconsiderando-se parte da decisão ora agravada, dá-se parcial provimento ao agravo regimental para assentar que não houve afronta aos arts. 460, 535, I e II, do CPC e 965 do CC/1916.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 21 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3226)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 625.498 - RS (2004/0082699-6)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: ADEMAR PEDRO SCHEFFLER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANA MARIA JORGENS SARTORI
ADVOGADO	: ANA MARIA JORGENS SARTORI E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo BANCO DO BRASIL S/A contra decisão do 3º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letras "a" e "c" da Constituição Federal contra acórdão daquele Pretório, integrado pelo proferido em sede de embargos declaratórios, cuja ementa tem a seguinte dicção:
"APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA PRETENDIDOS PELO PROCURADOR DA PARTE VENCEDORA. POSTERIOR TRANSAÇÃO SEM A PRESENÇA DO ADVOGADO. PRELIMINAR DE INEXIGIBILIDADE DOS TÍTULOS, ILEGITIMIDADE PASSIVA DO EXECUTADO E QUESTÃO PREJUDICIAL DE SUSPENSÃO DO FEITO AFASTADAS. EXCESSO DE EXECUÇÃO. JUROS DE MORA. Não há que se falar em inexigibilidade de título em relação às sentenças onde estabelecida sucumbência do executado, quando da transação posterior não participou o advogado beneficiado pelas sentenças. Art. 24, § 4º, do EA. Eventual ação, dos ex-constituintes da embargada contra o Banco, visando anular a cláusula que estabeleceu a responsabilidade dos primeiros em relação a honorários de sucumbência, em nada afeta o direito da embargada. Excesso de execução em parte presente, devidos juros de mora mas desde a citação no processo de execução e no percentual da lei civil. Honorários de sucumbência arbitrados considerando o valor da causa. Sucumbência redimensionada. Apelo parcialmente provido e recurso adesivo provido. " (fls. 143)

Aduz o agravante violação aos arts. 20, 158, 269, III, 458, II, 535 e 584, III, do Código de Processo Civil e ao art. 24, parágrafo 4º, da Lei nº 8906/94.
A irresignação não merece prosperar.
De início, não se vislumbra violação aos arts. 458 e 535 do CPC, porquanto as questões submetidas ao Tribunal de origem foram suficiente e adequadamente delineadas, com abordagem integral do tema e fundamentação compatível.
Nesse contexto, impende ressaltar, em companhia da tradicional doutrina e do maciço entendimento pretoriano, que o julgado apenas se apresenta como omisso quando, sem analisar as questões colocadas sob apreciação judicial, ou mesmo promovendo o necessário debate, deixa, entretanto, num caso ou no outro, de ministrar a solução reclamada, o que não ocorre na espécie.
Diz, a propósito, o insigne BARBOSA MOREIRA:

"Há omissão quando o tribunal deixa de apreciar questões relevantes para o julgamento, suscitadas pelas partes ou examináveis de ofício ..., ou quando deixa de pronunciar-se acerca de algum tópico de matéria submetida à sua deliberação ...".

No mérito, o julgado recorrido está em perfeita harmonia com a jurisprudência do STJ sobre o tema. A propósito:

"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PROCESSUAL CIVIL. TRANSAÇÃO. HONORÁRIOS. INAPLICABILIDADE DO ART. 26, § 2º, DO CPC. INCIDÊNCIA DOS ARTS. 23 E 24, § 4º, DA LEI N.º 8.906/94.
1. Os honorários constituem parcela autônoma do decisum, *não havendo espaço para as partes transacionarem nessa extensão, sem que o advogado tenha expressamente consentido para tal acordo.*
2. Inviável a pretensão de se afastar direito dos causídicos, seja porque estes sequer participaram do acordo, seja porque os honorários advocatícios se configuram como parcela autônoma, insuscetível de transação apenas pelos litigantes. (...) " (EREsp 542.166/SC, Min. Rel. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJ 15.09.2006)

Nego provimento ao agravo.
Publicar.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3227)

RECURSO ESPECIAL Nº 633.994 - RS (2004/0027740-1)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: LINO ALBERTO DE CASTRO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA ALICE GABBI BUGNOTTO
ADVOGADO	: MARCELO WEIGERT FERREIRA E OUTRO

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE - APLICAÇÃO DO CDC AOS CONTRATOS BANCÁRIOS - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 297 DA SÚMULA/STJ - LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS - INADMISSIBILIDADE - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - LICITUDE NA COBRANÇA, NÃO CUMULADA COM OS DEMAIS ENCARGOS DA MORA, CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS REMUNERATÓRIOS E LIMITADA À TAXA DE JUROS PREVISTA NO CONTRATO PARA O PERÍODO DA NORMALIDADE - RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo BANCO BRADESCO S/A (art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal) em que se alega ofensa aos artigos 3º, 4º, VI, IX, 8º e 9º da Lei nº 4.595/64; 956 do Código Civil de 1916; 7º do Código de Defesa do Consumidor; 1º da Lei n. 8.392/91; e aos enunciados ns. 30 da Súmula/STJ e 596 da Súmula/STF, além de dissídio jurisprudencial.
Verifica-se, da análise dos autos, que a ação revisional de contrato de abertura de crédito ajuizada pela recorrida em face do recorrente restou julgada procedente em primeiro grau de jurisdição (fls. 115/125). Interpostos recursos de apelação por ambas as partes, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul conferiu-lhes parcial provimento (fls. 203/219).
Busca o recorrente a reforma do *decisum*, insurgindo-se, em síntese, contra a aplicação do CDC aos contratos bancários, a limitação dos juros remuneratórios à taxa Selic e o afastamento da comissão de permanência (fls. 225/251).
A recorrida não apresentou contra-razões (fl. 254), recebendo o recurso juízo positivo de admissibilidade do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (fls. 256/259).
É o relatório.
O recurso especial merece parcial provimento.
Com efeito.
No tocante à aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos contratos bancários, já está pacificado o entendimento desta Corte, nos termos da Súmula 297/STJ, *in verbis: "O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras."* Nesse sentido, já se decidiu:

"PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL - AGRAVO REGIMENTAL - CONTRATO BANCÁRIO - ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE - VIOLAÇÃO AO ART. 965, CC - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - SÚMULA 356/STF - APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC) AOS CONTRATOS DE MÚTUO - SÚMULA 297/STJ - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS - CONTRATO ANTERIOR À EDIÇÃO DA MP 2.170-36 - IMPOSSIBILIDADE - DESPROVIMENTO. (...) 2 - Esta Corte já pacificou o entendimento no sentido da aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor aos contratos de mútuo (Súmula 297/STJ). Precedentes (AgRg REsp 630.957/RS e REsp 505.152/RS). (...) 4 - Agravo Regimental desprovido." (*ut* AgRg no Ag 511316 / SE, relator Ministro JORGE SCARTEZZINI, DJU DE 11.10.2005).

Em referência aos juros remuneratórios, a Segunda Seção deste egrégio Superior Tribunal entende que não incide a limitação a 12% ao ano, prevista no Decreto nº 22.626/33, salvo hipóteses legais específicas, visto que as instituições financeiras, integrantes do Sistema Financeiro Nacional, são regidas pela Lei nº 4.595/64. Nota-se que cabe ao Conselho Monetário Nacional limitar tais encargos, aplicando-se a Súmula nº 596 do STF. Veja-se, mais, que este entendimento não foi alterado após a vigência do Código de Defesa do Consumidor, cujas normas também se aplicam aos contratos firmados por instituições bancárias. E a fim de se harmonizarem os referidos diplomas legais, aquele Órgão Julgador consagrou a manutenção dos juros no percentual avençado pelas partes, desde que não reste sobejamente demonstrada a exorbitância do encargo (v.g. AgRg REsp nº 590.573/SC, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, DJU 25.05.2004).
Ademais, a autorização do Conselho Monetário Nacional para a livre contratação dos juros remuneratórios só se faz necessária em hipóteses específicas, decorrentes de expressa exigência legal, tais como nas cédulas de crédito rural, industrial ou comercial. Assim, resta dispensada a prova de prévia autorização do CMN para fixar a taxa de juros além do patamar legal no caso em concreto (v.g. AgRg nos EDcl no Resp 492.936/RS, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 22.11.2004).
Constata-se, outrossim, que é assente neste colegiado o entendimento no sentido de que a Taxa Selic não representa a taxa média praticada pelo mercado, sendo, portanto, inviável sua utilização como parâmetro de limitação de juros remuneratórios. Nesse sentido: REsp. n.º 865.977/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, DJ de 3.10.2006, AgRgREsp. n.º 815.395/RS, relator Ministro Aldir Passarinho Junior, DJ de 19.6.2006 e REsp. n.º 835.879/RS, relator Ministro Cesar Asfor Rocha, DJ de 27.9.2006.
Relativamente à comissão de permanência, o entendimento predominante nesta Turma é no sentido de ser lícita a sua cobrança após o vencimento da dívida. A comissão deve observar a taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa de juros prevista para o período da normalidade, não podendo, entretanto, ser cumulada com a correção monetária nem com os juros remuneratórios, nos termos das Súmulas 30, 294 e 296 do STJ. De acordo com entendimento desta Seção, ainda, a cobrança da comissão de permanência não pode coligir com os encargos decorrentes da mora, como os juros moratórios e a multa contratual (c.f. AgRg no REsp n° 712.801/RS, Rel. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 04.05.2005).
Presente a incidência de quaisquer desses encargos após a caracterização da mora, devem ser afastados, mantendo-se tão-somente a comissão de permanência (cfr: AgRgAg no REsp. n.º 805.874/RS, relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJ de 19.6.2006 e AgREsp. n.º 828290/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, DJ de 26.6.2006), o que torna, inclusive, prejudicada a análise de quaisquer desses encargos.
Assim sendo, amparado no artigo 557, § 1º - A, do Código de Processo Civil, dá-se parcial provimento ao recurso especial, para validar os juros remuneratórios contratados e permitir a cobrança da comissão de permanência, à taxa média de mercado, limitada à taxa do contrato prevista para o período da normalidade, não cumulada com os juros remuneratórios, a multa contratual, os juros de mora e a correção monetária.
Em razão da sucumbência recíproca, as partes arcarão com as custas e os honorários advocatícios**,** na proporção de 10% pelo recorrente e 90% pela recorrida, estes últimos nos moldes fixados no v. acórdão recorrido, admitindo-se a compensação, nos termos da lei. Por ser a recorrida beneficiária da assistência judiciária gratuita, fica suspensa a exigibilidade das custas judiciais e dos honorários advocatícios, nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/50.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3228)

EDcl nos EDcl no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 656.335 - RJ (2005/0017241-0)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
EMBARGANTE	: AMILTON AMÉRICO DE GODOY E OUTRO(S)
ADVOGADOS	: ANDRÉ PERUZZOLO E OUTRO(S) RICARDO PORTUGAL GOUVÊA
EMBARGADO	: FUNDAÇÃO PREVIDENCIÁRIA IBM
ADVOGADO	: SALVADOR CÍCERO VELLOSO PINTO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: IBM BRASIL INDÚSTRIA MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADO	: ADRIANA BRAGANCA DIAS DA SILVA E OUTRO(S)

DESPACHO

Vistos.
Intimem-se as embargadas para, querendo, apresentarem impugnação no prazo de cinco dias (EDcl nos EDcl nos EDcl nos EREsp 172.082/DF, 3ª Seção, Min. Rel. Hamilton Carvalhido, DJ 04.08.2003; REsp nº 296.836/RJ, 4ª Turma, Min. Rel. Sálvio Figueiredo Teixeira, DJ 07.05.2001).
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 19 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3229)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 661.320 - RJ (2005/0031021-0)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: JOSÉ FLAKSBERG E OUTRO
ADVOGADO	: CELSO SEGAL E OUTRO
AGRAVADO	: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO JARDIM TIJUCA
ADVOGADO	: PAULO CÉSAR DE ARAÚJO SOUZA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por JOSÉ FLAKSBERG e outro contra decisão do Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro indeferindo o processamento de recursos especiais com fundamento no art. 105, inciso III, letras "a" e "c" da Constituição Federal, manejado frente a acórdãos assim ementados:
"AGRAVO REGIMENTAL - INSURGÊNCIA EM FACE DA DECISÃO DA RELATORIA QUE CONVERTEU O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA PARA DIRIMIR CONTROVÉRSIA SOBRE CUMPRIMENTO DA TRANSAÇÃO - SUPORTE NO ARTIGO 130 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - DESPROVIMENTO DO AGRAVO" (fls. 129)

"AGRAVO - CONTROVÉRSIA SOBRE CUMPRIMENTO DE ACORDO - VISTORIA REALIZADA EM SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO PARA VERIFICAR O CORRETO CUMPRIMENTO DA TRANSAÇÃO - FATOS NOVOS QUE NÃO INTEGRAM O AJUSTE E DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS - DIVERGÊNCIA QUE NÃO TEM SEDE NA EXECUÇÃO EM CURSO - EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO PELO CUMPRIMENTO DO ACORDO - PROVIMENTO DO AGRAVO" (fls. 144)

Aduzem os agravantes violação aos artigos 183 do Código de Processo Civil e 22, §1º, "a", "b" e "e" da Lei nº 4.591/64, bem como dissídio jurisprudencial..
A irresignação não merece prosperar.
Com efeito, a matéria relativa ao art. 22, §1º, "a", "b" e "e" da Lei 4.591/64 não foi objeto de decisão por parte do acórdão recorrido, ressentindo-se, pois, o recurso especial, neste particular, do necessário prequestionamento, o que faz incidir a censura das súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.
Ademais, consoante entendimento desta Corte, é possível o juiz determinar as provas necessárias à instrução do processo ainda que ausente requerimento da parte, não havendo que se falar em preclusão.
A propósito:

"PROVA. DISPENSA PELAS PARTES. DILAÇÃO PROBATÓRIA DETERMINADA PELA 2ª INSTÂNCIA. ADMISSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PRECLUSÃO.
- Em matéria de cunho probatório, não há preclusão para o Juiz. Precedentes do STJ.
Recurso especial não conhecido." (REsp 262978/MG, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, DJ 30.06.2003)

Por fim, malgrado a tese de dissídio jurisprudencial, há necessidade, diante das normas legais regentes da matéria (art. 541, parágrafo único, do CPC c/c art. 255 do RISTJ), de confronto, que não se satisfaz com a simples transcrição de ementas, entre trechos do acórdão recorrido e das decisões apontadas como divergentes, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. Ausente a demonstração analítica do dissenso, incide a censura da súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.
Nego provimento ao agravo.
Publicar.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3230)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 669.137 - SP (2005/0050227-3)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: CNEC ENGENHARIA S/A
ADVOGADO	: FERNANDA CHUEIRI WEINGRILL E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LILEAN JIBRAN HSIEH E OUTROS
ADVOGADO	: RODRIGO TUBINO VELOSO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por CNEC ENGENHARIA S/A contra decisão do Vice-Presidente do extinto Segundo Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a", da Constituição Federal, manejado frente a acórdão assim ementado:

"Ação acidentária do trabalho pelo direito comum, ajuizada pela esposa e filhos dos falecido, contra empregadora. Sinistro (naufrágio) ocorrido em 1984. Recebimento de seguro de vida pela viúva. Empresa requerida que alega inépcia da exordial e carência da ação (falta de interesse processual e ilegitimidade passiva). Afastamento. Indeferimento do pleito de denunciação da lide. Insurgência acionada. Correta a decisão de rejeição das preliminares e indeferimento da intervenção de terceiro.
Agravo da ré improvido.". (fl. 802)

Aduz a recorrente violação aos arts. 3º, 70, III, 267, VI, e 283 do Código de Processo Civil.
A irresignação não merece acolhida.
De início, impende ressaltar que o Tribunal local, ao dirimir a controvérsia, destaca que a petição inicial foi devidamente instruída com os documentos pertinentes, que o recebimento de seguro de vida, decorrente de disposição contratual, não é empecilho para a propositura de ação indenizatória, frisando que inexiste controvérsia quanto ao percebimento do seguro, no qual se investiga possível ilícito civil da empregadora, bem como que a ora recorrente é legitimada passiva para responder em razão do vínculo empregatício que mantinha com o falecido no momento do infortúnio. Rever tais conclusões demandaria revolvimento do conjunto fático-probatório, providência vedada em sede especial, ante o óbice contido na Súmula 7/STJ.

De interesse salientar que esta Corte já se posicionou no sentido da possibilidade de juntada de documentos em oportunidade posterior ao ajuizamento da inicial, desde que estes não sejam indispensáveis à propositura da ação (RESP 497742/SE; RESP 431716/; RESP 156245/RS e RESP 4163/RJ).
Ademais, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento desta Corte, no sentido de que, contendo a exordial os elementos necessários a demonstrar a pretensão do autor, não há falar em inépcia da inicial.
A propósito:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE OFENSA AO ARTIGO 535 DO CPC. INÉPCIA. PETIÇÃO INICIAL. DESCRIÇÃO SUFICIENTE DOS FATOS. DOCUMENTOS DESVINCULADOS COM A NARRAÇÃO DOS FATOS. SÚMULA 7. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. INTERESSE PROCESSUAL.
- Não há ofensa ao Art. 535 do CPC se, embora rejeitando os embargos de declaração, o acórdão recorrido examinou todas as questões pertinentes.
- Não é inepta a petição inicial que descreve os fatos, o pedido e seus fundamentos, possibilitando a defesa.
- "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial." (súmula 7) - Independentemente do fornecimento de extratos bancários e da prova de prévio pedido de esclarecimento, se há dúvida quanto à correção dos valores lançados na conta, há interesse processual na ação de prestação de contas." (AgRg no Ag 792.320/SP, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ 30.04.2007)

Outrossim, no que concerne à suscitada afronta ao artigo 70, III, do CPC, não se prescinde do revolvimento do acervo fático-probatório e das cláusulas contratuais, visto que o Tribunal de origem conclui não haver demonstração da obrigação do denunciado de indenizar o denunciante de eventuais prejuízos decorrentes da possível procedência do pedido inicial, atraindo, deste modo, a vedação prescrita pelas súmulas 05 e 07/STJ.
Por oportuno, trago à colação o aresto a seguir transcrito:

Direito civil e processual civil. Recurso especial. Ação de indenização por danos materiais. Lesões corporais irreversíveis. Incapacidade laborativa parcial e permanente. Embargos de declaração. Ausência de omissões. Princípio da identidade física do juiz. Inépcia da inicial não configurada. Cerceamento de defesa. Inexistência. Julgamento diverso ou além do pedido não caracterizado. Denunciação da lide. Improcedência mantida. Responsabilidade civil solidária. Culpa concorrente. Reexame de fatos e provas. Prequestionamento ausente. Dissídio jurisprudencial não comprovado.
- Omissis.
- É admissível, em ação de indenização, sob o rito ordinário, a complementação da instrução no curso processual, desde que a outra parte tenha condições de se manifestar a respeito de todos os documentos trazidos ao processo, não se configurando, desse modo, a pretensa inépcia da inicial.
- omissis.
- Não comporta denunciação da lide a hipótese em que o denunciante pretende eximir-se da responsabilidade pelo evento danoso, fazendo-a recair sob terceiro, além de imperar o delineamento fático dado ao processo pelo acórdão impugnado, ao concluir pela improcedência da denunciação, após detida análise das provas apresentadas pelas partes, notadamente, das cláusulas contratuais estabelecidas entre denunciante e denunciada.
- Inviável a análise do recurso especial na parte em que ausente o prequestionamento, assim como na parte em que não demonstrado o dissídio jurisprudencial nos moldes legal e regimental.
Recurso especial não conhecido.
(REsp 721743/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJ 02.10.2006)

Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publicar.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3231)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 674.744 - MT (2005/0064659-8)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: ANÍBAL COSTA ÁGUAS
ADVOGADO	: SAMANTHA ALBINI E OUTRO
AGRAVADO	: DANTE GAZOLI CONSELVAN E OUTRO
ADVOGADO	: MAURO ANTONIO STUANI E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por ANÍBAL COSTA ÁGUAS em face de decisão do Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, indeferitória do processamento de recurso especial fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão daquele Pretório, assim ementado:

"PROTESTO CONTRA ALIENAÇÃO DE BENS - AVERBAÇÃO - ANOTAÇÃO DE INDISPONIBILIDADE DOS BENS - IMPOSSIBILIDADE - DECISÃO MANTIDA - AGRAVO IMPROVIDO
A expedição de edital par conhecimento de terceiros e a averbação de protesto contra alienação de bens, encontra-se inserida dentro do poder geral de cautela do juiz (art. 798, CPC), porém, não pode a cautelar impedir a realização de negócio, pois a anotação tem o condão de preservar litígios e prejuízos de eventuais adquirentes." (fl. 249)

Alega violação aos arts. 535, II, e 798 do Código Processo Civil.
A irresignação não merece ser provida.
De início, não se vislumbra violação ao art. 535 do CPC, porquanto as questões submetidas ao Tribunal de origem foram suficiente e adequadamente delineadas, com abordagem integral do tema e fundamentação compatível.
Nesse contexto, impende ressaltar, em companhia da tradicional doutrina e do maciço entendimento pretoriano, que o julgado apenas se apresenta como omisso quando, sem analisar as questões colocadas sob apreciação judicial, ou mesmo promovendo o necessário debate, deixa, entretanto, num caso ou no outro, de ministrar a solução reclamada, o que não ocorre na espécie.
Diz, a propósito, o insigne BARBOSA MOREIRA:

"Há omissão quando o tribunal deixa de apreciar questões relevantes para o julgamento, suscitadas pelas partes ou examináveis de ofício ..., ou quando deixa de pronunciar-se acerca de algum tópico de matéria submetida à sua deliberação ...".

Em relação ao art. 798 do CPC, o entendimento do tribunal de origem é consoante ao desta Corte no sentido de que a averbação de protesto contra a alienação de bem justifica-se pela necessidade de dar conhecimento do protesto a terceiros.
A propósito:

"PROTESTO CONTRA ALIENAÇÃO DE BENS. AVERBAÇÃO NO REGISTRO IMOBILIÁRIO. ADMISSIBILIDADE. PODER GERAL DE CAUTELA DO JUIZ.
- "A averbação, no Cartório de Registro de Imóveis, de protesto contra alienação de bem, está dentro do poder geral de cautela do juiz (art. 798, CPC) e se justifica pela necessidade de dar conhecimento do protesto a terceiros, prevenindo litígios e prejuízos para eventuais adquirentes." (REsp nº 146.942-SP).
*Recurso especial conhecido, ao qual se nega provimento". (*REsp 440837/RS, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, DJ 16.12.2002)

"CIVIL. PROTESTO JUDICIAL. AVERBAÇÃO NO REGISTRO DE IMÓVEIS. POSSIBILIDADE. PODER GERAL DE CAUTELA.
1 - A averbação no cartório de registro de imóveis, de protesto judicial, contra alienação de bens, insere-se no poder geral de cautela do juiz, justificando-se pela necessidade de levar a terceiros o conhecimento do ato, prevenindo litígios e prejuízos de eventuais adquirentes.
*2 - Recurso improvido." (*RMS 14184/RS, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, DJ 28.04.2003)
Nego provimento ao agravo de instrumento.
Publicar.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3232)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 676.371 - SP (2005/0068450-4)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: PRISCILLA MARIA BASSETO AVALLONE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SONIA MARILDA FINANCI TROVÓ
ADVOGADO	: LAÉRCIO PEREIRA DA SILVA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por BANCO ITAÚ S/A contra decisão do Presidente do extinto Primeiro Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a", da Constituição Federal, manejado frente a acórdão, integrado pelo proferido em sede de embargos de declaração, assim ementado:
"CONEXÃO - Ação declaratória de nulidade de contrato de abertura de crédito em conta corrente c/c pedido de indenização por danos morais. - Conta aberta por falsário - existência de outra demanda proposta pelo marido da autora em trâmite por outro Juízo - Demandas com o mesmo pedido e causa de pedir - Identidade de partes que não constitui requisitos para o reconhecimento da conexão (CPC, art. 103) - Conexão, no caso, reconhecida. - Reunião dos processos determinada - decisão reformada nesse ponto.
DENUNCIAÇÃO DA LIDE - Ação declaratório de nulidade de contrato - Conta corrente aberta por falsário - Vítimas consideradas consumidores por equiparação legal (CODECON, arts. 3º, § 2º, 17 e 29) - Situação que caracteriza típico evento danoso decorrentes de acidente de consumo, configurando defeito relativo à prestação dos serviços (CODECON, art. 14) - Denunciação da lide do gerente do banco descabida (CODECON, Parág. Único dos arts. 13 e 88) - Admissão desta que ensejaria retardamento no processo para a vítima do acidente de consumo e introdução de questão nhova e alheia ao mesmo - Indeferimento da denunciação da lide mantido - recurso provido em parte." (fls. 344)
Sustenta o recorrente violação aos arts. 165, e 535, II, do Código do Processo Civil, bem como aos arts. 70, III, e 88 do Código de Defesa do Consumidor.
A irresignação não merece acolhida.
De início, não se vislumbra violação aos arts. 165 e 535, II, do CPC, porquanto as questões submetidas ao Tribunal de origem foram suficiente e adequadamente delineadas, com abordagem integral do tema e fundamentação compatível.
Nesse contexto, impende ressaltar, em companhia da tradicional doutrina e do maciço entendimento pretoriano, que o julgado apenas se apresenta como omisso quando, sem analisar as questões colocadas sob apreciação judicial, ou mesmo promovendo o necessário debate, deixa, entretanto, num caso ou no outro, de ministrar a solução reclamada, o que não ocorre na espécie.
Diz, a propósito, o insigne BARBOSA MOREIRA:

"Há omissão quando o tribunal deixa de apreciar questões relevantes para o julgamento, suscitadas pelas partes ou examináveis de ofício ..., ou quando deixa de pronunciar-se acerca de algum tópico de matéria submetida à sua deliberação ...".
Ademais, o aresto recorrido ao asseverar que a relação *sub judice* é resguardada pela legislação consumerista, o que inviabiliza a denunciação da lide, não destoa da orientação jurisprudencial desta Corte.
Confira-se:

"CIVIL E PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 182/STJ. DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. DENUNCIAÇÃO À LIDE. IMPOSSIBILIDADE. ART. 88 DO CDC. SÚMULA N. 7/STJ.
1. É inviável o agravo de instrumento previsto no artigo 545 do Código de Processo Civil, quando inatacados os fundamentos da decisão agravada. Súmula 182/STJ.
2. Caracterizado o negócio como compra e venda pelas instâncias ordinárias, o que não pode ser revisto em sede especial, ao teor da Súmula n. 7 do STJ, trata-se de relação de consumo, protegida pelo Código de Defesa do Consumidor, descabendo a denunciação à lide (art. 88 do CDC). Precedente.
3. Agravo desprovido."
(AgRg no Ag 777.155/DF, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, Quarta Turma, DJ 11.12.2006)

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. DENUNCIAÇÃO À LIDE. IMPOSSIBILIDADE. ART. 88 DO CDC.
1. Em se tratando de relação de consumo, protegida pelo Código de Defesa do Consumidor, descabe a denunciação da lide (art. 88 do CDC). Precedente da Quarta Turma - RESP 660.113/RJ.
2. Recurso especial não conhecido."
(REsp 782.919/SP, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, Quarta Turma, DJ 01.02.2006)

Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publicar.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3233)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 677.543 - RS (2005/0071745-2)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: BANCO A J RENNER S/A
ADVOGADO	: MARITANIA ROSSET E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANGELITA VIEIRA DA CRUZ
ADVOGADO	: MARIA ANGÉLICA CORRÊA DA SILVA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por BANCO A J RENNER S/A contra decisão do Primeiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letras "a" e "c" da Constituição Federal, manejado frente a acórdão daquele Pretório.
O agravo não merece conhecimento.
Com efeito, falta-lhe o requisito da regularidade formal, porquanto não foram impugnadas, de forma específica, as bases da decisão agravada.
O recurso foi inadmitido ao fundamento, no que concerne à mora, da incidência da súmula 83/STJ, ressaltando que o acórdão recorrido não contempla a revisão das clausulas contratuais atinentes a interesses remuneratórios e outros encargos.
O agravante, por sua vez, limita-se a repisar as razões expendidas no especial, deixando de refutar de forma específica os fundamentos sobre os quais se assentou a decisão agravada, atraindo o óbice imposto pela súmula 182 desta Corte, ***verbis***:

"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publicar.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3234)

RECURSO ESPECIAL Nº 678.935 - PR (2004/0100900-6)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: SCHEILA CAMARGO COELHO TOSIN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LUIZ ANTÔNIO DAL PAI
ADVOGADA	: ANA ELIETE BECKER MACARINI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em ação de rito ordinário para revisão de contrato de mútuo hipotecário, afastou a aplicação da TR na correção monetária do saldo devedor; determinou a incidência do CDC; e considerou válida a amortização das prestações do mútuo antes da incidência da correção monetária e dos juros sobre o saldo devedor.

Preliminarmente, incidentes as Súmulas n. 282 e 356 do E. STF à tese da atualização do saldo devedor pelo IPC, por ausência de prequestionamento.
No tocante à aplicação do CDC ao contrato sob exame, precedentes do STJ vêm admitindo sua incidência. Contudo, assim se dará apenas aos contratos posteriores à sua vigência, o que no caso inocorre (4ª Turma, AgR-AG n. 465.114/DF, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, unânime, DJU de 31.03.2003; 3ª Turma, REsp n. 390.276/PR, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, unânime, DJU de 28.10.2002).
Com respeito à TR, tem-se que o contrato avençado entre as partes trata de mútuo hipotecário, onde foi ajustada, conforme infere-se expressamente do aresto impugnado, a indexação mensal do saldo devedor pela variação da poupança, que traz a Taxa Referencial como indexador eleito pela Lei n. 8.177/1991. Neste caso, não há ilegalidade na convenção aludida, nem a jurisprudência deste Sodalício é contrária à adoção da TR em negócios jurídicos obrigacionais de natureza privatista. Aliás, os artigos 11 e 18, § 2º, do referido diploma legal até prevêem a atualização da TR e TRD nas operações do mercado financeiro. Nesse sentido: 4ª Turma, REsp n. 260.636/PR, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, unânime, DJU de 26.08.2002; 2ª Seção, REsp n. 552.487/MS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, unânime, DJU de 06.09.2004.
No que se refere ao sistema de amortização do saldo devedor, este Tribunal tem sufragado a exegese de que a prática do prévio reajuste e posterior amortização do saldo devedor está de acordo com a legislação em vigor e não fere o equilíbrio contratual (1ª Turma, REsp n. 601.445-SE, Rel. Min. Teori Zavascki, unânime, DJU de 13.09.2004; 3ª Turma, REsp n. 604.784-RJ, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, unânime, DJU de 04.10.2004; REsp n. 427.329-SC, Rel. Min. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 09.06.2003).
Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço em parte do recurso e dou-lhe parcial provimento, para que sejam observados a TR e a forma de amortização do saldo devedor contratada, inaplicável o CDC. Em face da sucumbência recíproca, pagará o recorrido 70% (setenta por cento) das despesas processuais, arcando a instituição financeira com o restante, e verba honorária de R$ 1.000,00 (mil reais) exclusivamente em favor do recorrente, já considerado o êxito obtido e a compensação.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3235)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 679.037 - RS (2005/0076046-3)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: FRANCISCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA STOCKINGER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CLAUDIO CESAR DAMIAN
ADVOGADO	: CARLOS ARTIDORIO ALLEGRETTI E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo BANCO ITAÚ S/A contra decisão do Terceiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a" da Constituição Federal, manejado frente a acórdão assim ementado:

"SPC e afins. Antecipação de tutela para o efeito de, em demanda de revisão de contrato bancário, impedir inscrição do nome dos devedores nos cadastros de inadimplentes. Ainda que se possa fazer reservas quanto à forma adotada pelo julgador, antecipação de tutela, a ordem de não inscrição do nome do devedor nos cadastros de maus pagadores pode ser tida dentro do poder cautelar geral do juiz, mormente se considerando os danos decorrentes dessa inscrição, antes que realizado o acertamento do débito questionado. Decisão que se mantém em face de seu conteúdo eminentemente cautelar. Agravo improvido".(fl. 23)

Sustenta o recorrente violação aos arts. 42 e 43 do Código de Defesa do Consumidor.
Merece acolhida o recurso.
Com efeito, na linha do entendimento firmado pela Segunda Seção, somente fica impedida a inclusão dos nomes dos devedores em cadastros de proteção ao crédito se implementadas, concomitantemente, as seguintes condições: (a) o ajuizamento de ação, pelo devedor, contestando a existência parcial ou integral do débito, (b) a efetiva demonstração de que a contestação da cobrança indevida funda-se na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça e (c) que, sendo a contestação apenas de parte do débito, deposite o valor referente à parte tida por incontroversa, ou preste caução idônea, ao prudente arbítrio do magistrado, requisitos, ***in casu***, não demonstrados nos autos.
A propósito, o precedente da Segunda Seção que firmou entendimento acerca da aludida matéria:

"CIVIL. SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. REGISTRO NO ROL DE DEVEDORES. HIPÓTESES DE IMPEDIMENTO.
A recente orientação da Segunda Seção desta Corte acerca dos juros remuneratórios e da comissão de permanência (REsp's ns. 271.214-RS, 407.097-RS, 420.111-RS), e a relativa freqüência com que devedores de quantias elevadas buscam, abusivamente, impedir o registro de seus nomes nos cadastros restritivos de crédito só e só por terem ajuizado ação revisional de seus débitos, sem nada pagar ou depositar, recomendam que esse impedimento deva ser aplicado com cautela, segundo o prudente exame do juiz, atendendo-se às peculiaridades de cada caso.
Para tanto, deve-se ter, necessária e concomitantemente, a presença desses três elementos: a) que haja ação proposta pelo devedor contestando a existência integral ou parcial do débito; b) que haja efetiva demonstração de que a contestação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça; c) que, sendo a contestação apenas de parte do débito, deposite o valor referente à parte tida por incontroversa, ou preste caução idônea, ao prudente arbítrio do magistrado.
O Código de Defesa do Consumidor veio amparar o hipossuficiente, em defesa dos seus direitos, não servindo, contudo, de escudo para a perpetuação de dívidas.
Recurso conhecido pelo dissídio, mas improvido." (RESP 527618/RS, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, Segunda Seção, DJU de 24.11.2003)

Ante o exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, ***ut*** art. 544, § 3º, primeira parte, do Código de Processo Civil. Custas e honorários de advogado, observado quanto a estes o percentual/***quantum*** fixado na origem, pelos recorridos.
Publicar.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3236)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 680.587 - GO (2005/0079966-0)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: EDSON BRAZ DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: RENATO MENDONÇA SANTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CARGILL AGRÍCOLA S/A
ADVOGADO	: ADILIO EVANGELISTA CARNEIRO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por EDSON BRAZ DE OLIVEIRA em face de decisão do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, indeferitória do processamento de recurso especial fundado nas alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão, integrado pelo proferido em embargos de declaração, assim sintetizado:

"APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE SOJA. AÇÃO REVISIONAL. NULIDADE DA SENTENÇA NÃO CONFIGURADA. VARIAÇÃO DE PREÇO. FATO PREVISÍVEL.
1- Se a sentença adota tese que se opõe frontalmente à revisão do negócio jurídico, torna-se despiciendo o exame exauriente dos vários dispositivos legais que servem de fundamentação da ação, fato que foi impropriamente reclamado pelos embargantes como sendo omissão do julgamento.
2- As variações de preço no comércio de produtos como a soja, que se sujeitam à cotação das bolsas de mercado futuro, constituem acontecimentos naturais, plenamente conhecidos, porque decorrem da lei da oferta e da procura e podem beneficiar ou prejudicar tanto comprador como o vendedor, não justificando a alteração da decisão judicial do pacto que firmaram, com base no art. 478, do Código Civil."(fl. 150/151)

Alega negativa de vigência dos arts. 113, 157, 317, 421, 422, 423, 424, 478, 479 e 480 do Código Civil, bem como do art. 535 do Código de Processo Civil.
A irresignação não merece ser acolhida.
De início, não se vislumbra violação do art. 535 do CPC, porquanto as questões submetidas ao Tribunal de origem foram suficiente e adequadamente delineadas, com abordagem integral do tema e fundamentação compatível.
Nesse contexto, impende ressaltar, em companhia da tradicional doutrina e do maciço entendimento pretoriano, que o julgado apenas se apresenta como omisso quando, sem analisar as questões colocadas sob apreciação judicial, ou mesmo promovendo o necessário debate, deixa, entretanto, num caso ou no outro, de ministrar a solução reclamada, o que não ocorre na espécie.
Diz, a propósito, o insigne BARBOSA MOREIRA:
"Há omissão quando o tribunal deixa de apreciar questões relevantes para o julgamento, suscitadas pelas partes ou examináveis de ofício ..., ou quando deixa de pronunciar-se acerca de algum tópico de matéria submetida à sua deliberação ...".
Quanto aos demais dispositivos de lei federal apontados como violados, extrai-se das razões do recurso especial que o recorrente, a pretexto de negativa de vigência, pretende, na verdade, o reexame dos elementos fático-probatórios dos autos e nova exegese dos termos do avençado entre as partes, pois o julgado recorrido, ao dirimir a controvérsia, assevera que a alteração do preço da soja no mercado, não constitui fato imprevisível, hábil a justificar a alteração judicial do contrato. Logo, a análise da insurgência esbarra no óbice imposto pelas súmulas 5 e 7/STJ (*cf. REsp 762624/GO, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ de 29.11.2005)*
Ante o exposto, nego provimento.
Publicar.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3237)

RECURSO ESPECIAL Nº 693.144 - PR (2004/0130197-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: WALTER CORDEIRO DOS SANTOS
ADVOGADO	: ANDRESSA JARLETTI GONÇALVES DE OLIVEIRA E OUTRO

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em ação de rito ordinário para revisão de contrato de mútuo hipotecário, com execução conexa, negou a aplicação da capitalização dos juros e da Tabela **Price** que a contempla, e considerou válida a amortização das prestações do mútuo antes da incidência da correção monetária e dos juros sobre o saldo devedor.
Preliminarmente, quanto à assertiva de violação ao art. 535 do CPC, sem razão o recorrente, haja vista que enfrentadas todas as questões levantadas pela parte, porém em sentido contrário ao almejado (fl. 242).
No tocante à capitalização, a pretensão recursal esbarra no óbice da Súmula n. 121 do STF e na Lei de Usura, quanto à impossibilidade da capitalização dos juros em contratos que tais, ainda que expressamente pactuada (4ª Turma, REsp n. 219.281/PR, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, unânime, DJU de 16.11.1999; REsp n. 218.841/RS, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, unânime, DJU de 13.08.2001; REsp n. 467.439/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 28.04.2003; 3ª Turma, REsp n. 493.422/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 20.10.2003). **In casu**, deslindar as conclusões do aresto estadual, no sentido de que há capitalização quando da aplicação da Tabela Price, importa em revolver o conjunto probatório no qual se fundou a decisão, de impossível reexame no âmbito do recurso especial (Súmula n. 7 desta Corte). Nesse sentido: 4ª Turma, AgR-AG n. 635.946-DF, Rel. Min. Fernando Gonçalves, unânime, DJU de 11/04/2005; 3ª Turma, AgR-AgR-REsp n. 656.551-RS, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, unânime, DJU de 02.05.2005.
No que se refere ao sistema de amortização do saldo devedor, este Tribunal tem sufragado a exegese de que a prática do prévio reajuste e posterior amortização do saldo devedor está de acordo com a legislação em vigor e não fere o equilíbrio contratual (1ª Turma, REsp n. 601.445-SE, Rel. Min. Teori Zavascki, unânime, DJU de 13.09.2004; 3ª Turma, REsp n. 604.784-RJ, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, unânime, DJU de 04.10.2004; REsp n. 427.329-SC, Rel. Min. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 09.06.2003).
Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço do recurso e dou-lhe parcial provimento, para declarar legítima a forma de amortização do saldo devedor contratada, conforme acima mencionado. Custas recursais pelo recorrido.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3238)

RECURSO ESPECIAL Nº 693.718 - PR (2004/0143748-5)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: FLAVIO QUEIROZ RODRIGUES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ROSANA CADAMURO DA SILVA
ADVOGADO	: ORLANDO ANZOATEGUI JUNIOR
INTERES.	: UNIÃO

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em ação de rito ordinário para revisão de contrato de mútuo hipotecário, limitou os juros remuneratórios em 10% ao ano; adequou a forma de amortização dos juros pela Tabela **Price**, para excluir a amortização negativa.
Preliminarmente, não conheço da insurgência atinente à existência, ou não, de amortização negativa do saldo devedor, uma vez que essa matéria está atrelada à utilização do Sistema Francês de Amortização, o Sistema Price, que por sua vez foi decidida pelo v. acórdão recorrido, **in casu**, com base na prova dos autos. Assim, revolver tal entendimento demandaria reexame do conjunto fático-probatório, o que é terminantemente vedado pelas Súmulas n. 5 e 7 desta Corte (REsp n. 630.309/PR, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJU de 25.4.2007; REsp n. 756.973/RS, Rel. Min. Castro Filho, DJU de 16.4.2007; REsp n. 601.403/SC, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJU de 7.11.2005).
Quanto aos juros remuneratórios, a Egrégia Segunda Seção, por meio do EREsp n. 415.588/SC, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, unânime, DJU de 01.12.2003, tornou induvidosa a exegese de que o art. 6º, "e", da Lei n. 4.380/1964, não limitou em 10% os juros remuneratórios incidentes sobre os contratos como o ora apreciado, devendo prevalecer aqueles estipulados entre as partes.

No tocante à capitalização, a pretensão recursal esbarra no óbice da Súmula n. 121 do STF e na Lei de Usura, quanto à impossibilidade da capitalização dos juros em contratos que tais, ainda que expressamente pactuada (4ª Turma, REsp n. 219.281/PR, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, unânime, DJU de 16.11.1999; REsp n. 218.841/RS, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, unânime, DJU de 13.08.2001; REsp n. 467.439/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 28.04.2003; 3ª Turma, REsp n. 493.422/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 20.10.2003).
Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço do recurso e dou-lhe parcial provimento, para que sejam observados os juros remuneratórios, como pactuados. Em face da sucumbência recíproca, pagará a recorrida 70% (setenta por cento) das despesas processuais, arcando a instituição financeira com o restante, e verba honorária de R$ 1.000,00 (mil reais) exclusivamente em favor da recorrente, já considerado o êxito obtido e a compensação.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3239)

RECURSO ESPECIAL Nº 695.647 - RS (2004/0148019-3)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO	: FERNANDO SANTOS ARENHART E OUTRO(S)
RECORRIDO	: EVANDRO AGUIAR BITTENCOURT
ADVOGADO	: HERMÍNIO PORTO CARDONA

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - JUROS REMUNERATÓRIOS - LIMITAÇÃO EM 12% AO ANO - INADMISSIBILIDADE - MORA - CONSTITUIÇÃO *EX RE* - INADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO - PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO E RESTAURAÇÃO DA LIMINAR DEFERIDA - NECESSIDADE - RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pela BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, em que se alega violação dos artigos 3º e 4º, IX, da Lei nº 4.595/64; e 3º, § 2º, do Decreto-Lei nº 911/69, bem como dissídio jurisprudencial.
Verifica-se, da análise dos autos, que o pedido liminar em ação de busca e apreensão ajuizada pela recorrente em face de EVANDRO AGUIAR BITTENCOURT foi deferido em primeiro grau de jurisdição (fl. 18). Interposto agravo de instrumento pelo financiado, o e. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, em decisão monocrática, conferiu-lhe provimento, para, de ofício, descaracterizar a mora em virtude do reconhecimento da abusividade do juros remuneratórios e extinguir o processo sem julgamento do mérito (fls. 27/32). Contraposto o agravo interno, o Tribunal de origem negou-lhe provimento (fls. 77/85).
No presente apelo nobre, busca a recorrente a reforma do v. acórdão, sustentando, em síntese, a licitude dos juros remuneratórios contratados. Pugna pelo reconhecimento da caracterização da mora em decorrência do inadimplemento incontroverso e da sua devida comprovação. Aponta a existência de divergência jurisprudencial atinente à matéria suscitada (fls. 90/122).
O recorrido não apresentou contra-razões (fl. 123).
A Terceira Vice-Presidência do e. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul prolatou juízo de admissibilidade positivo às fls. 125/126.
É o relatório.
A irresignação merece prosperar.
Com efeito.
Assinala-se, inicialmente, que, em referência aos juros remuneratórios, a Segunda Seção deste egrégio Superior Tribunal entende que não incide a limitação a 12% ao ano, prevista no Decreto nº 22.626/33, salvo hipóteses legais específicas, visto que as instituições financeiras, integrantes do Sistema Financeiro Nacional, são regidas pela Lei nº 4.595/64. Nota-se que cabe ao Conselho Monetário Nacional limitar tais encargos, aplicando-se a Súmula nº 596 do STF.
Veja-se, mais, que este entendimento não foi alterado após a vigência do Código de Defesa do Consumidor, cujas normas também se aplicam aos contratos firmados por instituições bancárias. E a fim de se harmonizarem os referidos diplomas legais, aquele Órgão Julgador consagrou a manutenção dos juros no percentual avençado pelas partes, desde que não reste sobejamente demonstrada a exorbitância do encargo (v.g. AgRg REsp nº 590.573/SC, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, DJU 25.05.2004).
Ademais, a autorização do Conselho Monetário Nacional para a livre contratação dos juros remuneratórios só se faz necessária em hipóteses específicas, decorrentes de expressa exigência legal, tais como nas cédulas de crédito rural, industrial ou comercial. Assim, resta dispensada a prova de prévia autorização do CMN para fixar a taxa de juros além do patamar legal no caso em concreto (v.g. AgRg nos EDcl no Resp 492.936/RS, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 22.11.2004).
Anota-se, por oportuno, ainda, que, de acordo com a jurisprudência pacífica desta Corte, na ação de busca e apreensão, cujo objeto é contrato de financiamento com garantia fiduciária, a mora constitui-se *ex re* nas hipóteses do art. 2.º, § 2.º, do Decreto-Lei n.º 911/69, ou seja, uma vez não paga a prestação no vencimento, já se configura a mora do devedor.
Confira-se, nesse sentido, o seguinte precedente:

"Direito civil e processual civil. Recurso especial. Busca e apreensão. Alienação fiduciária. Caracterização da mora. Precedentes. Comprovação da Mora. Validade da notificação. Requisito para concessão de liminar. - [...] [...] a jurisprudência da 2.ª Seção do STJ é pacífica no sentido de que na alienação fiduciária a mora constitui-se 'ex re', isto é, decorre automaticamente do vencimento do prazo para pagamento, por isso não cabe qualquer inquirição a respeito do montante ou origem da dívida para a aferição da configuração da mora. - Na alienação fiduciária, comprova-se a mora do devedor pelo protesto do titulo, se houver, ou pela notificação extrajudicial feita por intermédio do Cartório de Títulos e Documentos, que é considerada válida se entregue no endereço do domicílio do devedor, ainda que não seja entregue pessoalmente a ele. - A busca e apreensão deve ser concedida liminarmente se comprovada a mora do devedor fiduciante. Recurso especial provido." (ut REsp 810.717/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, DJ 04.09.2006)

Dessa forma, comprovada a mora do devedor fiduciante mediante a notificação deste e constatada a incontroversa inadimplência das prestações avençadas (fl. 18), tem-se por preenchidos os requisitos necessários para a concessão da liminar de busca e apreensão.
Assim sendo, amparado no artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dá-se provimento ao recurso especial, para validar os juros remuneratórios contratados e restaurar a liminar de busca e apreensão concedida, determinando-se a remessa dos autos à Vara de origem para o regular prosseguimento da ação de busca e apreensão.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3240)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 701.292 - PE (2005/0135806-8)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CARLOS ROBERTO DO CARMELO SANTOS BARREIROS
ADVOGADO	: MARIA CATARINA BARRETO DE ALMEIDA VASCONCELOS E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. SFH. MEDIDA CAUTELAR. PRETENDIDA REVISÃO DE SEUS PRESSUPOSTOS. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVA - PRECEDENTES DO STJ. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. SOBRESTAMENTO. POSSIBILIDADE. DISCUSSÃO DA DÍVIDA. ENUNCIADO 83 DA SÚMULA DESTA CORTE. AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, contra decisão denegatória de admissibilidade de recurso especial fulcrado nas alíneas "a" e "c", do inciso III, do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, cuja ementa ora se transcreve:
"PROCESSUAL CIVIL. CAUTELAR. SFH. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL.
É admissível a suspensão da execução extrajudicial de imóvel financiado pelo SFH, enquanto pendente de julgamento ação de revisão dos critérios de reajuste das prestações do contrato de mútuo habitacional. Jurisprudência do e. STJ.
A discussão judicial sobre o montante do débito é suficiente para impedir a inscrição em órgão de restrição ao crédito. Jurisprudência do STJ." (fl. 16)
Sustenta a instituição bancária, nas razões do recurso especial, a inexistência dos requisitos autorizadores para concessão da medida cautelar, bem como que o Tribunal de origem, ao consignar entendimento no sentido de que basta a discussão judicial da dívida para impedir o credor de proceder à execução extrajudicial do contrato habitacional, dissentiu da jurisprudência deste Sodalício, em afronta ao disposto no artigo 798 do CPC.
É o sucinto relatório.
Decido.
2. Com efeito, não se sustém a pretensão de reexame, nesta instância especial, da presença dos requisitos autorizadores da concessão de antecipação de tutela, pois, consoante jurisprudência desta Corte, "os conceitos de prova inequívoca e verossimilhança da alegação, a teor do disposto no art. 273 do Código de Processo Civil estão particular e essencialmente ligados ao conjunto fático-probatório, cujo exame é vedado em sede de especial, a teor da súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça" (REsp 605.720-PR, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ de 01.02.2006).
In casu, verifica-se que o entendimento esposado pelo e. Tribunal de origem acerca da presença do fumus boni iuris e do periculum in mora baseou-se na análise das provas produzidas nos autos e rever tal entendimento, demandaria revolvimento de matéria probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do disposto na Súmula 07/STJ, assim redigida, in verbis: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."
Nesse sentido:
"ADMINISTRATIVO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. ANÁLISE DE SEUS PRESSUPOSTOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 07/STJ. 1. Se a matéria, objeto da súplica especial, referente à impossibilidade de concessão de tutela antecipada de caráter satisfativo, não foi especificamente enfrentada pelo Tribunal de origem, o recurso não pode ser conhecido, dada a ausência de prequestionamento (súmulas 282 e 356/STF). 2. Inviável o pronunciamento da Corte acerca do acerto de decisão concessiva de tutela antecipatória, não prosperando a argumentação atinente ao malferimento do art. 273 do CPC, porquanto os conceitos de "prova inequívoca", "verossimilhança", etc, estão intrinsecamente ligados ao conjunto fático dos autos, incidindo a censura do verbete a súmula 07/STJ. 3. Recurso especial não conhecido." (RESP 463.106/RS, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 24/02/2003)

****

"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA. RECONVENÇÃO. CONEXÃO CARACTERIZADA. INTELIGÊNCIA DO ART. 315 DO CPC. PEDIDO RECONVENCIONAL DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REQUISITOS DO ART. 273. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. INCIDÊNCIA DO VERBETE Nº 7 DA SÚMULA DESTA CORTE. - Nos termos do art. 315 do CPC, é cabível ao réu reconvir ao autor, quando caracterizada a conexão entre a ação principal e a reconvenção. - A constatação da presença ou não dos requisitos inerentes ao instituto da tutela antecipada é tarefa que, pelas peculiaridades da espécie, não se viabiliza em sede de recurso especial, por demandar o reexame de matéria fática (Súmula n. 7/STJ). - Recurso especial não conhecido." (Resp 431.100/SP, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJ 19.12.02)
3. Ademais, esta Corte Superior consolidou posicionamento no sentido da possibilidade de sobrestamento da execução extrajudicial do contrato habitacional após o ajuizamento de ação na qual se discute o valor do débito referente ao empréstimo pactuado.
Confira-se:
"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO (SFH) - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL - SUSPENSÃO - POSSIBILIDADE - PRESENÇA DOS REQUISITOS DA AÇÃO CAUTELAR - SÚMULA 07/STJ - INSCRIÇÃO EM ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - INADMISSIBILIDADE - RECURSO DESPROVIDO. 1 - Esta Superior Corte de Justiça tem entendimento assente no sentido de que a execução extrajudicial fundada em contrato de mútuo imobiliário, regido pelo Sistema Financeiro da Habitação, ainda que encontre previsão no Decreto-Lei 70/66, pode ser suspensa pela via da medida cautelar, como é o caso *sub examen*. 2 - Outrossim, segundo a Jurisprudência desta Corte, é plenamente plausível a suspensão da execução extrajudicial quando se discute em Juízo os débitos oriundos das prestações do SFH, cabendo ressaltar que, *in casu*, as instâncias ordinárias entenderam restar configurado o *fumus boni iuris*, de sorte que rever tal posicionamento implicaria em reexame do acervo fático-probatório, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor da Súmula 07/STJ. 3 - Conforme orientação da Segunda Seção deste Tribunal Superior, nas ações revisionais de cláusulas contratuais, cabe a concessão de liminar ou tutela antecipada para impedir o registro de inadimplentes nos cadastros de proteção ao crédito, caso o devedor demonstre, efetivamente, que a contestação da dívida se funda em bom direito, bem como deposite o valor correspondente à parte reconhecida do débito, ou preste caução idônea, ao prudente arbítrio do Magistrado. 4 - Agravo Regimental desprovido." (AgRg no REsp 552956 / PE, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ de 7/11/2005)

Dessarte, não merece prosperar o recurso especial, pois o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência remansosa desta Corte Superior de Justiça, aplicando-se, à espécie, o enunciado da Súmula 83 deste Sodalício, *in verbis*: "não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida."
4. Ante o exposto, com fulcro no art. 34, VII, do RISTJ, NEGO PROVIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA,Relator

(3241)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 708.065 - RS (2005/0153805-4)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: SULE ELETRODOMÉSTICOS S/A
ADVOGADO	: VANDERLEI LUIS WILDNER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: GILBERTO EIFLER MORAES E OUTRO(S)
INTERES.	: ÁUREO DO CARMO
INTERES.	: FUNDIÇÃO MARX LTDA
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por SULE ELETRODOMÉSTICOS S/A contra decisão do Terceiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a", da Constituição Federal, manejado frente a acórdão, integrado pelo proferido em sede de embargos de declaração, assim ementado:

"RECONHECIMENTO DA ILEGITIMIDADE PASSIVA DECRETADA.
Reconhecida a ilegitimidade passiva do Banco, frente à existência de endosso mandato, impõe-se, como conseqüência da ilegitimidade e de sua exclusão da lide, a condenação da autora nas verbas da sucumbência.
Apelo improvido e adesivo provido" (fls. 110)

Aduz a recorrente violação aos arts. 333, 535, I e II, do CPC, bem como aos arts. 13 e 18 do Decreto-Lei 57.663/66.

A irresignação merece acolhida.
De início, não se vislumbra violação ao art. 535 do CPC, porquanto as questões submetidas ao Tribunal de origem foram suficiente e adequadamente delineadas, com abordagem integral do tema e fundamentação compatível.
Nesse contexto, impende ressaltar, em companhia da tradicional doutrina e do maciço entendimento pretoriano, que o julgado apenas se apresenta como omisso quando, sem analisar as questões colocadas sob apreciação judicial, ou mesmo promovendo o necessário debate, deixa, entretanto, num caso ou no outro, de ministrar a solução reclamada, o que não ocorre na espécie.
Diz, a propósito, o insigne BARBOSA MOREIRA:
"Há omissão quando o tribunal deixa de apreciar questões relevantes para o julgamento, suscitadas pelas partes ou examináveis de ofício ..., ou quando deixa de pronunciar-se acerca de algum tópico de matéria submetida à sua deliberação ...".

De outro lado, colhe-se dos autos que a instituição financeira, tendo recebido - por endosso-mandato - duplicata sem causa subjacente, enviou o título a protesto.
Em casos análogos, esta Corte tem decidido que a instituição financeira apenas teria legitimidade passiva para responder à ação de sustação ou cancelamento de protesto caso houvesse sido advertida previamente sobre a falta de higidez da cobrança e, ainda assim, nela prosseguisse.
A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PROTESTO. ENDOSSO-MANDATO. DANO MORAL. NÃO COMUNICAÇÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO BANCO ENDOSSATÁRIO.
I - Não é possível, em sede de agravo regimental, apreciar violação a artigos da Constituição Federal.
II - No endosso-mandato, só responde o endossatário pelo protesto quando o fez, a despeito de advertido da irregularidade havida, seja pela falta de higidez, seja pelo seu devido pagamento. Precedentes do STJ.
III - Agravo regimental não provido." (AgRg no Ag 791.193/SP, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, Quarta Turma, DJ de 18.12.2006)

"AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE ARGUMENTOS CAPAZES DE INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ENDOSSO-MANDATO. MANDATÁRIO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CAMBIAL. ILEGITIMIDADE.
1. Não merece provimento recurso carente de argumentos capazes de desconstituir a decisão agravada.
2. O endosso-mandato não transfere ao mandatário a propriedade do título endossado ou do crédito por ele representado.
3. O endossatário-mandatário que, sem exceder os poderes recebidos, encaminha o título a protesto por ordem do mandante não tem legitimidade para responder à ação de sustação ou cancelamento de protesto.
4. O endossatário-mandatário não tem legitimidade para figurar no pólo passivo de ação declaratória de inexistência de relação cambial movida pelo sacado contra o sacador/endossante." (AgRg no REsp 830.481/MG, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, Terceira Turma, DJ de 18.12.2006)

"DUPLICATA. NEGÓCIO JURÍDICO SUBJACENTE. INEXISTÊNCIA. PROTESTO. ENDOSSO-MANDATO. RESPONSABILIDADE DO BANCO ENDOSSATÁRIO.
- No endosso-mandato, somente responde o banco endossatário pelo protesto indevido de duplicata quando comprovada a sua negligência por ato próprio. Não lhe é exigível averiguar previamente a causa da duplicata.
Recurso especial conhecido e provido." (REsp 541.477/RS, Rel. Min. BARROS MONTEIRO, Quarta Turma, DJ de 19.12.2005)

Na hipótese vertente, não consta no acórdão que o banco endossatário tenha sido advertido sobre tal questão antecipadamente, do que decorre sua patente ilegitimidade passiva ***ad causam***.
Ademais, o acórdão recorrido, ao concluir pela ocorrência de endosso-mandato, o faz com base nos elementos de convicção dos autos. Rever tal posicionamento demandaria revolvimento do conjunto fático-probatório, providência vedada em sede especial, ante o óbice contido na Súmula 7/STJ.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publicar.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3242)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 711.717 - SE (2005/0159996-6)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: INSTITUTO ENERGIPE DE SEGURIDADE SOCIAL - INERGUS
ADVOGADO	: VALMIR MACEDO DE ARAÚJO
AGRAVADO	: ANTÔNIO GENÁRIO DE FREITAS E OUTROS
ADVOGADO	: LUCIANO ANDRADE PINHEIRO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo Instituto Energipe de Seguridade Social - Inergus contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, no qual se alega negativa de vigência aos arts. 535, do Código de Processo Civil, 6º, § 1º, da LICC, 42 da Lei nº 6.435/77, 31, § 2º, inc. VII, do Decreto nº 81.240/79, e 5º, inc. XXXVI e 195, § 5º, ambos da Constituição Federal.
O acórdão recorrido restou assim ementado (fl. 673):

"Apelação Cível. Entidade de Previdência Privada - Beneficiários - Relação submetida às regras do Código de Defesa do Consumidor - Precedentes - Regulamento - Anulação de Cláusula - Devolução das Contribuições - Correção Monetária - Observância dos índices que reflitam a real desvalorização da Moeda. Índice de Preço ao Consumidor. Exclusão dos Expurgos inflacionários. Recurso conhecido e provido parcialmente."

Inicialmente, cumpre salientar que a via especial, destinada à uniformização do direito federal, não se presta à análise de possível violação a dispositivos da Constituição Federal.
Com referência à prescrição, com razão o recorrente, em face do disposto na Súmula n. 291/STJ:

"A ação de cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria pela previdência privada prescreve em cinco anos.'

Contudo, o início da contagem do prazo deve levar em consideração a data da restituição das contribuições feita aos ex-empregados, quando, então, surgiu o seu direito de postularem as diferenças em face do recebimento a menor do que o efetivamente devido. Como a data do pagamento deu-se no ano de 1994 (fl. 358) e a ação foi ajuizada em 2002, ocorreu o lapso prescricional. Nesse sentido:
"CIVIL E PROCESSUAL. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. DESLIGAMENTO DO EMPREGADO. DEVOLUÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES. AÇÃO QUE POSTULA DIFERENÇAS. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. INOCORRÊNCIA. LEIS NS. 6.435/77, 8.213/91. LC N. 109/2001. CC, ART. 177. TERMO INICIAL.
I. A prescrição das ações que discutem direitos advindos de Previdência Complementar é de cinco anos e não vintenária, sendo inaplicável à espécie o art. 177 do Código Civil.
II. Inobstante o reconhecimento da aplicabilidade do prazo mais breve, a sua fluição, no caso dos autos, se dá a partir da data da restituição das contribuições feitas à ex-empregada, quando, então, surgiu o seu direito de postular as diferenças em face do recebimento a menor do que o efetivamente devido.
III. Ajuizada a ação em lapso inferior a cinco anos a contar daquele termo, é de ser afastada a prejudicial.
IV. Recurso especial conhecido e improvido."
(REsp n. 466.693/PR, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJU de 22/09/2003)

A 2ª Seção no REsp n. 771.638/MG, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJU de 12.12.2005, assim entende:

"Previdência privada. Recebimento a menor da restituição. Expurgos inflacionários. Súmula nº 291 da Corte.
1. O recebimento a menor da restituição da reserva de poupança pleiteada pelos participantes, em virtude da diferença relativa aos expurgos inflacionários, prescreve em cinco anos.
2. Recurso especial conhecido e provido."

Ante o exposto, conforme o § 3º do art. 544, do CPC, converto o agravo de instrumento em recurso especial, e lhe dou provimento, para reconhecer a prescrição. Custas e verba honorária pelos recorridos, conforme sentença (fl. 581).
Publique-se.
Brasília (DF), 10 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR,Relator

(3243)

RECURSO ESPECIAL Nº 712.202 - DF (2004/0181075-6)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: FUNTERRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA DA TERRACAP
ADVOGADO	: JOSÉ LUÍS XIMENES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LÚCIO ROBERTO LOPES E OUTROS
ADVOGADO	: VICTOR MENDONÇA NEIVA E OUTRO

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - PREVIDÊNCIA PRIVADA - RESTITUIÇÃO DE VALORES REFERENTES A CONTRIBUIÇÕES PAGAS À ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - NÃO OCORRÊNCIA - FUNDAMENTO NÃO ATACADO - APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA 283/STF - RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pela FUNTERRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA DA TERRACAP, com supedâneo no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado:

"PREVIDÊNCIA PRIVADA. ESTIPULAÇÃO DE PRAZO DE CARÊNCIA PARA A DEVOLUÇÃO DAS PARCELAS. ILEGALIDADE. A estipulação de cláusula que prevê prazo de carência para a devolução das quotas pessoais em plano de previdência privada viola frontalmente o Código de Defesa do Consumidor, à medida que subtrai da parte hipossuficiente o direito de efetivamente reaver quantias pagas."

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.
Sustenta a recorrente, em síntese, violação do artigo 535, II, do Código de Processo Civil, por negativa de prestação jurisdicional, bem como do artigo 42, V, da Lei nº 6.435/77, ante a impossibilidade de restituição das contribuições pessoais dos autores sem que tenha havido o rompimento do vínculo empregatício com a empresa patrocinadora.
Os recorridos não apresentaram contra-razões, conforme certificado à fl. 162.
É o relatório.
O inconformismo não merece prosperar.
Com efeito.
Inicialmente, observa-se, da análise dos autos, que não há se alegar, como quer a recorrente, negativa de prestação jurisdicional.
In casu, embora o resultado não lhe tenha sido favorável, o Tribunal *a quo* decidiu a causa de forma objetiva e fundamentada, sendo certo que o órgão julgador não é obrigado a se manifestar sobre todos os pontos alegados pelas partes, mas somente sobre aqueles que entender necessários para o julgamento do feito, de acordo com seu livre convencimento motivado (CPC, art. 131), utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso (nesse sentido: STJ, AgRg no Ag nº 638.361/PB, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, v.u., j. 03/03/2005, DJ 19/12/2005; STJ, AgRg no REsp nº 705.187/SC, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, v.u., j. 15/09/2005, DJ 26/09/2005).
Assim, resultado diferente do pretendido pela parte não implica, necessariamente, omissão ou ofensa à legislação infraconstitucional.
Quanto ao tema de fundo, os elementos existentes nos autos dão conta de que o acórdão recorrido, na ação de cobrança das contribuições pessoais vertidas ao fundo de reserva de poupança da ré, ora recorrente, decidiu que a previsão estatutária que condiciona o resgate das parcelas ao rompimento do contrato de trabalho "*viola frontalmente o Código de Defesa do Consumidor, à medida que subtrai do consumidor o direito de efetivamente reaver quantias pagas, de forma a se estabelecer a nulidade desta cláusula, pois é notoriamente desfavorável à parte hipossuficiente nesta relação*."
Nas razões do especial, constata-se que esse fundamento, suficiente, por si só, para manter a conclusão do julgado, não foi impugnado, de forma específica, atraindo a aplicação, por analogia, do óbice da Súmula 283/STF, assim redigida: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles*".
Assim sendo, nega-se seguimento ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 18 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3244)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 713.978 - RS (2005/0169643-8)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO	: JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SÉRGIO RENATO SOUZA MILLETO
ADVOGADO	: NORBERTO BARUFFALDI E OUTRO

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE- - INCURSÃO NO MÉRITO - POSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA - APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA Nº 182/STJ - RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL contra decisão que negou seguimento a recurso especial.
Busca a agravante a reforma do r. *decisum*, sustentando, em síntese, que o Tribunal *a quo* não poderia adentrar no mérito do recurso especial, por ocasião do juízo de admissibilidade, alegando, ainda, contrariedade à lei federal. (fls. 2/6)
O recurso foi contraminutado às fls. 208/213.
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito.
Inicialmente, oportuno ressaltar ser pacífico, nesta Corte, o entendimento "*de que no juízo de admissibilidade é possível e, muitas vezes, necessário apreciar o mérito do recurso especial*" (AgRg nos EDcl no Ag n.º 500.191/RS, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ de 22.8.2005).
A decisão ora agravada negou seguimento ao recurso especial, no que interessa, pela incidência das Súmulas 5 e 7/STJ.
Verifica-se que o agravo de instrumento em exame esbarra em óbice formal intransponível, qual seja, a ausência de impugnação específica de tal fundamento, porquanto a ora agravante ocupou-se, tão-somente, de discorrer acerca da necessidade de chamamento do patrocinador ao processo, questão de fundo deduzida nas razões do recurso especial.
Oportuno deixar assente, na espécie, que a parte, ao recorrer, deve buscar demonstrar o desacerto da decisão contra a qual se insurge, refutando todos os óbices por ela levantados, sob pena de vê-la mantida.
Somente se for desconstituído o provimento jurisdicional recorrido é que os demais temas concernentes ao mérito da controvérsia poderão ser apreciados.
Assim sendo, incide o óbice previsto na Súmula n. 182 desta Corte, aplicada analogicamente ao caso em espécie, *in verbis*: "*É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada*".
Nesse sentido, assim já se decidiu:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. IRREGULARIDADE FORMAL. SÚMULA Nº 182/STJ. APLICAÇÃO ANALÓGICA.

1. Não merece trânsito o agravo de instrumento, por falta do requisito da regularidade formal, quando o agravante não ataca, de forma específica, as bases da decisão agravada (Tribunal de origem), limitando-se a repisar as razões deduzidas no recurso especial. Aplicação analógica da súmula 182-STJ.
2. Agravo regimental não provido." (EDcl no Ag 569492/RS, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJU de 12/9/2005).

Ainda, nesse sentido: AgRg no AG 827481, Relator Ministro Humberto Gomes de Barros, DJU de 7/5/2007; AgRg no RESP 879876, Relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJU de 7/5/2007; e AgRg no AG 121242, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU 7/4/1997.
Não se conhece, portanto, do agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3245)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 719.138 - RS (2005/0183415-1)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI
ADVOGADO	: FABRÍCIO ZIR BOTHOMÉ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VERA ELENIR COSTA PROBST
ADVOGADO	: ELTON ALTAIR COSTA E OUTRO

EMENTA
AGRAVO DE INSTRUMENTO - REVISÃO CONTRATUAL - MÚTUO HABITACIONAL - ARTS. 333, I, DO CPC, 4º, ALÍNEA "A" E § 1º, 34 E 36 DA LEI N. 6.435/77 - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - APLICAÇÃO DA SÚMULA N.º 211 DO STJ - PREVIDÊNCIA PRIVADA - RELAÇÃO DE CONSUMO - APLICAÇÃO DO CDC - ART. 358, III, DO CPC - ENTENDIMENTO OBTIDO DA ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO - REEXAME DE PROVAS - IMPOSSIBILIDADE - APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ - RECURSO IMPROVIDO.

DECISÃO
Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado no artigo 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, no qual alegou-se violação dos artigos 333, I, 358, III, do CPC, 4º, alínea "a" e § 1º, 34 e 36 da Lei n.º 6.435/77, bem como divergência jurisprudencial.
Busca a agravante a reforma da r. decisão, sustentando, em síntese, que a matéria controvertida foi devidamente prequestionada. Aduz, ainda, que não pretende o reexame de provas. Por fim, alega que demonstrou a existência de dissídio pretoriano.
A agravada não apresentou contraminuta, conforme certidão à fl. 528.
É o relatório.
O recurso não merece ser provido.
Com efeito.
Os elementos constantes dos autos dão conta de que o Tribunal de origem, em sede de agravo de instrumento, confirmou a decisão proferida pelo r. Juízo de Direito, nos autos da ação revisional de contrato de mútuo habitacional, no tocante à aplicação do Código de Defesa do Consumidor ao caso em discussão, em aresto assim ementado:
"AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL COM GARANTIA HIPOTECÁRIA. RELAÇÃO DE CONSUMO FACE MÚTUO. POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DO DESCONTO EM FOLHA. FINANCIAMENTO COM JUROS PRIVILEGIADOS. DECURSO DE MAIS DE DEZ ANOS DOS DESCONTOS. AUSÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA A AUTORIZAR A CONCESSÃO DE TUTELA ANTECIPADA.
Tratando-se de escritura de compra e venda de imóvel com pacto adjeto de hipoteca, no qual a Previ figura como credora hipotecária, presente relação de consumo, não é possível a cessação dos descontos em folha das prestações porque foi a forma avençada pelas partes, prevendo a escritura juros privilegiados à agravada, que não comprovou a abusividade na cobrança das prestações.
Ademais, tratando-se de contrato de longa duração, já tendo a mutuária pago as prestações mediante desconto por cerca de dez anos, ausentes os requisitos previstos no art. 273 do CPC, para a concessão da tutela antecipada.
Agravos internos desprovidos." (fl. 41)

Inicialmente, veja-se que, apesar da oposição de embargos declaratórios pela agravante, a matéria relativa aos artigos 333, I, do CPC, 4º, alínea "a" e § 1º, 34 e 36 da Lei n.º 6.435/77, tidos por violados, não foi objeto de debate pelo v. acórdão recorrido, e, dessa forma, ausente está o necessário prequestionamento, incidindo, na espécie, o teor da Súmula n.º 211 do STJ, *in verbis*: "*Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal 'a quo'*".
Na realidade, caberia à ora agravante a interposição do recurso especial também fundamentado em algum dos incisos do artigo 535 do Código de Processo Civil ou em outra norma que censure a negativa de prestação jurisdicional, providência não adotada na espécie.
Ademais, anote-se que esta Corte tem entendimento assente no sentido da aplicação das normas do Código de Defesa do Consumidor aos contratos firmados entre as entidades de previdência privada e os seus participantes.
Nesse sentido:
"PREVIDÊNCIA PRIVADA. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICABILIDADE. CENTRUS. PRESTAÇÃO DE CONTAS AOS FILIADOS. CABIMENTO. I - As regras do Código de Defesa do Consumidor são aplicáveis à relação jurídica existente entre as entidades de previdência privada e os seus participantes. II - Os filiados de plano de benefício prestado por entidade de previdência privada podem exigir a prestação de contas a fim de proceder à apuração dos valores pagos, mormente quando houver discrepância entre os cálculos apresentados. Recurso especial não conhecido." (RESP 600.744/DF, Relator Ministro Castro Filho, DJ 24.5.2004)
"PREVIDÊNCIA PRIVADA. RESCISÃO DO CONTRATO. DEVOLUÇÃO DAS PARCELAS PAGAS. APLICAÇÃO DO CDC. - [...] - Firme a jurisprudência do STJ ao afirmar que as entidades de previdência privada estão sujeitas às normas de proteção do consumidor". (AgRg no REsp 833.447/SE, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, julgado em 24.8.2006, DJ 11.9.2006, p. 282)

Assim, inafastável, *in casu*, a incidência do enunciado 83 da Súmula desta Corte, aplicável, também, aos recursos especiais interpostos pela alínea "a" do permissivo constitucional, segundo iterativa jurisprudência deste Tribunal (AgRgAg n.º 653.123/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, DJ de 18.4.2005).
Quanto à matéria constante do artigo 358, III, do CPC, ficou consignado no acórdão recorrido: "*Concernentemente à obrigatoriedade de entrega de documentos comuns, independentemente da relação de consumo, estaria a demandada obrigada a entregá-los, tratando-se de documentos comuns às partes, nos termos do que dispõe o artigo 358, III, do CPC, inadmitida a recusa por parte da agravante, não tendo esta comprovado que não possui os documentos, ou mesmo que entregou cópias à requerente, conforme permite o art. 357 do mesmo diploma legal. Diante disto, tratando-se de documentos indispensáveis ao desenlace da ação, presente o interesse da demandante, sendo conveniente ressaltar que os documentos podem ser solicitados independentemente da existência ou não de processo tramitando, tendo a autora interesse na exibição dos documentos*" (fl. 45).
Bem de ver, na espécie, que o entendimento assim esposado pelo Tribunal de origem baseou-se na análise do conjunto probatório carreado aos autos e rever tal entendimento, obviamente, demandaria revolvimento dessas provas, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do disposto na Súmula 7/STJ, assim redigida: "*A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*".
Nega-se, portanto, provimento ao recurso.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3246)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 720.967 - RS (2005/0189087-2)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: BANCO SANTANDER BANESPA S/A
ADVOGADO	: EVERTON MADEIRA GUSMÃO RUANO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA HELENA AMARAL BARTH
ADVOGADO	: MARCOS VINICIUS DA ROSA ROSSI E OUTRO

EMENTA
AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA - CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE E DE CHEQUE-ESPECIAL - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS - DISSENSO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO - AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA - RECURSO IMPROVIDO.

DECISÃO
Cuida-se de agravo de instrumento interposto pelo BANCO SANTANDER BANESPA S/A contra decisão denegatória de admissibilidade de recurso especial (art. 105, III, alínea "c", da Constituição Federal) em que se alega a ocorrência de divergência jurisprudencial.
Busca o agravante a reforma do r. *decisum*, sustentando, em síntese, que, conforme jurisprudência pacífica desta Corte, a capitalização mensal dos juros é admitida nos contratos de mútuo bancário, celebrados a partir de 31 de março de 2000. Insurge-se contra a obstrução do recurso especial *"no que se refere à ausência de pactuação expressa da capitalização mensal, porquanto tal discussão não restou travada no juízo 'a quo'"* (*ut* fls. 02/04).
O recurso não foi contraminutado (fl. 171).
É o relatório.
O inconformismo do agravante não merece prosperar.
Com efeito.
Bem de ver, na espécie, que o recorrente, de fato, não logrou êxito em demonstrar o dissenso jurisprudencial alegado, porquanto os julgados colacionados como paradigmas não se amoldam ao caso sob comento, em que o Tribunal de origem expressamente assenta a inexistência de pactuação acerca da capitalização mensal dos juros. Não atendidos, por conseguinte, o parágrafo único do artigo 541 do CPC c.c § 2º do artigo 255 do Regimento Interno deste c. Tribunal Superior.
Nesse sentido, é iterativo o entendimento esposado nesta c. Corte, que assim já se manifestou:
"RECURSO ESPECIAL. [...]. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. 1. [...] 2. [...] 3. [...] 4. Divergência jurisprudencial não comprovada. A recorrente não comprovou o alegado dissídio interpretativo nos moldes que exigem o § único do art. 541, do CPC, e o artigo 255, § 2°, do Regimento Interno desta Corte. Os arestos paradigmas apontados, [...], não guardam a similitude fática necessária à ocorrência do dissídio, não havendo, também, a devida indicação das fontes oficiais onde foram publicados. 5. Recurso não conhecido." (REsp 662111/ RN; Relator Ministro JORGE SCARTEZZINI, DJ 06.12.2004 p. 336)".

Oportuno, aliás, anotar que, em referência à capitalização mensal de juros, o entendimento prevalecente nesta Corte era no sentido de sua admissão somente em casos previstos em lei específica (cédulas de crédito rural, comercial e industrial), conforme a Súmula n° 93/STJ. Com a edição da MP n.º 1.963-17/2000, de 31 de março de 2000 (atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2001), passou-se a admitir a capitalização mensal nos contratos bancários firmados posteriormente à sua entrada em vigor, desde que pactuada.
Verifica-se que, *in casu*, afirmou o aresto *a quo* que o contrato em discussão não prevê expressamente a possibilidade de capitalização mensal de juros, consoante se depreende do seguinte excerto:
"Conforme se verifica no contrato das fls. 10-12, este fora firmado em 15/07/2002, estando ausente qualquer previsão de incidência capitalizada dos juros em periodicidade inferior a um ano, ao menos de forma expressa no instrumento contratual. Assim, mesmo que seja o pacto posterior à primeira edição da MP 2.170-36, como não há previsão expressa no contrato pela capitalização dos juros remuneratórios diversa da anual, mostra-se inviável o reconhecimento de sua aplicabilidade"
Deve-se, por conseguinte, manter-se sua proibição.
Note-se que, no ponto, conferir entendimento diverso ao do acórdão recorrido demandaria, inequivocamente, o reexame de matéria fático-probatória e interpretação de cláusulas contratuais, providência, entretanto, vedada pelos enunciados 5 e 7/STJ, *in verbis:*
"A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial."
"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."
Nesse sentido, esta a. Corte já decidiu:
"PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO CONTRATUAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DOS ENUNCIADOS Nº 5 E 7 DA SÚMULA DESTA CORTE. [...] 1. A jurisprudência desta Corte Superior consolidou posicionamento no sentido de que, nos contratos firmados por instituições financeiras posteriormente à edição da MP 1.963-17, de 31/3/2000, é possível a incidência de capitalização mensal dos juros, desde que expressamente pactuada. 2. O d. Tribunal de origem, após detida análise do material fático-probatório constante dos autos, concluiu pela inexistência de pactuação da capitalização mensal dos juros remuneratórios. Dessarte, a pretendida reforma do aresto encontra óbice nos Enunciados nº 5 e 7 da Súmula desta Corte Superior. 3. [...]" (AgRgAg REsp. n.º 783.678/RS, relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJ de 30.10.2006)."

Assim sendo, nega-se provimento ao presente agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3247)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 721.443 - RJ (2005/0190556-0)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: JESSE BAPTISTA DA MOTTA
ADVOGADO	: GUARACY MARTINS BASTOS E OUTRO
AGRAVADO	: UNIBANCO AIG SEGUROS S/A
ADVOGADO	: BENEDITO CARLOS PEREIRA DA SILVA E OUTRO(S)

EMENTA
AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. DANO MORAL. NÃO CABIMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

DECISÃO
1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão denegatória de recurso especial formulado com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, cuja ementa ora se transcreve (fl. 157):
"SUMÁRIO - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA FATAL - OCORRÊNCIA DO EVENTO ANTERIOR A ADVENTO DA LEI Nº 8.441/92 QUE MODIFICOU A LEI Nº 6.194/74 - REJEIÇÃO DE PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM* - ALEGAÇÃO DE TER EFETUADO O PAGAMENTO - APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE PAGAMENTO PRODUZIDO UNILATERALMENTE COM RECEBIMENTO POR TERCEIRO - REJEIÇÃO DA PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO ANTE A FALTA DE INTERESSE DE AGIR - INEXISTÊNCIA DE QUITAÇÃO - RECUSA DE PAGAMENTO - RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA - INCABÍVEL NA ESPÉCIE A CONDENAÇÃO EM DANO MORAL - SUBORDINAÇÃO DAS SEGURADORAS AS NORMAS E DIRETRIZES FIXADAS PELO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS / CNPS - FIXAÇÃO DA SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - JUROS DE 0,5% AO MÊS, PASSANDO A 1% AO MÊS APÓS A VIGÊNCIA DO NOVO CÓDIGO CIVIL, A CONTAR DA CITAÇÃO - PROVIMENTO PARCIAL DO APELO"
Em recurso especial, postulam os recorrente o reconhecimento da existência de dano moral além da aplicação da sucumbência mínima .
Em síntese, é o relatório.

2. A irresignação não merece prosperar.
Em verdade, quanto a ocorrência de dano moral oriundo do mero descumprimento de obrigação contratual, esta Eg. Corte já se pronunciou no seguinte sentido:
"Direito civil e processo civil. Recurso especial. Ação de cobrança de complementação de valor da indenização de seguro obrigatório. DPVAT. Danos morais. Inadimplemento contratual. Inviabilidade do pleito. - **O mero dissabor ocasionado por inadimplemento contratual, ao não pagar a seguradora o valor total previsto em lei, não configura, em regra, ato lesivo a ensejar a reparação de danos morais.** Precedentes. - Deve, contudo, ser condenada a seguradora a complementar o valor da indenização concernente ao seguro obrigatório, nos termos em que dispõe o art. 3º, alínea "a", da Lei n.º 6.194/74, como estabeleceu o Juízo de origem. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 723.729/RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJ 30.10.2006)
3. Quadra salientar que os ônus sucumbenciais foram distribuídos aplicando-se a sucumbência recíproca (artigo 21 do Código de Processo Civil). Todavia, entende o agravante que na verdade haveria apenas a sucumbência mínima, artigo 21, parágrafo único do Código de Processo Civil, o que determinaria ao agravado suportar integralmente os ônus sucumbenciais.
Ocorre que, tendo o agravante sucumbido em relação ao pedido de condenação em danos morais, não se pode considerar que houve decaimento mínimo da agravada, o que determina não a sucumbência mínima, mas a sucumbência recíproca, aplicando-se o artigo 21, *caput*, do Código de Processo Civil.
A jurisprudência anotada por THEOTÔNIO NEGRÃO não discrepa a respeito, dando conta de que "ocorre a sucumbência recíproca, com aplicação do art. 21 do CPC, quando a sentença causa ao mesmo tempo gravame aos interesses opostos das partes; quando o interesse de uma não é inteiramente atendido, há sucumbência parcial, incidindo o art. 20 (RJTJESP 131/357)" ("Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor", ed. Saraiva, São Paulo, 2004, nota 3a ao art. 21 do CPC, p. 139).
Oportuno trazer à colação o seguinte julgado:
"PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. Quando o pedido compreende itens distintos (ressarcimento de danos materiais; indenização por danos morais), e o acórdão dá pela procedência de um só, a sucumbência é recíproca, implicando a compensação dos honorários de advogado. Recurso especial conhecido e provido." (REsp n. 151.871/RS, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, TERCEIRA TURMA, julgado em 25.12.2006, DJ 19.3.2007).
4. Diante do exposto, com fundamento no artigo 34, VII do RISTJ, conheço do agravo de instrumento, mas nego provimento ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.
MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3248)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 723.424 - RJ (2005/0194705-9)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADO	: OCTAMYR JOSÉ TELLES DE ANDRADE JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ADIR GARCIA E OUTRO
ADVOGADO	: GUARACY MARTINS BASTOS E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDENIZAÇÃO DANOS MORAIS. SEGURO OBRIGATÓRIO. APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO AGRAVANTE. REVISÃO DO *QUANTUM*. RAZOABILIDADE. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento tirado de decisão que negou seguimento a recurso especial interposto com fundamento na alínea "a", do inciso III, do artigo 105, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, cuja ementa ora se transcreve:
"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DPVAT. SEGURO OBRIGATÓRIO. INCIDÊNCIA DAS LEIS NºS 6194/74 E 8441/92. DANO MORAL. JUROS. SUCUMBÊNCIA.
A indenização com base no chamado seguro obrigatório - DPVAT pode ser cobrada de qualquer seguradora que opere no complexo mesmo que o acidente tenha ocorrido antes da formação do consórcio e, ainda na vigência da Lei n. 6.194/74, artigo 7º cuja redação foi alterada pela Lei nº 8441/92.
O art. 3º, alínea "a" da Lei nº 6194/74 que dispõe sobre o valor da indenização - seguro obrigatório - em caso de morte, não pode ser revogado pela Resolução CNSP nº 35/2000 da SUSEP, que é norma hierarquicamente inferior. Não pode simples resolução reduzir o valor da indenização que deve corresponder ao equivalente a 40 (quarenta) salários mínimos.
A lei n. 6194/74, publicada em 19/12/74, é uma decorrência da socialização do risco integral. A sua edição deu azo a uma espécie de seguro social, onde o segurado é, a princípio, indeterminado e o proprietário do veículo é estipulante em favor de terceiro.
Inexiste razão para a fixação de juros em 6% ao ano, norma inserta no Código já revogado, se a ação foi proposta sob a égide do Novo Código Civil, pelo que os juros devem observar o art. 406 do aludido Código combinado com a norma do art. 161, § 1º do CTN. Observando que a recusa da segurada foi injustificada, devem os mesmos contar do evento danoso e não da citação, aplicando-se, para tanto, o verbete n. 54 da súmula do STJ, por se tratar de relação extracontratual, já que inexistente vínculo entre a Seguradora e a vítima do acidente.
Aquele que enfrenta aborrecimentos e constrangimentos no recebimento do seguro obrigatório faz jus à reparação dos danos morais.
IMPROVIMENTO DO PRIMEIRO APELO E PROVIMENTO DO SEGUNDO. (fl. 40/41)

Desse desate foram opostos embargos de declaração os quais foram desacolhidos. A insurgência especial é no sentido de que o acórdão recorrido, ao conceder indenização por danos morais ao recorrente, negou vigência aos arts. 186, 188, I, 402, 403 e 927 do Código Civil. Pugna por tornar incabível a indenização, bem como se este for o entendimento desta Corte, requer a redução do *quantum* indenizatório.
É o relatório.
Decido.
2. Não merece prosperar o inconformismo recursal.
A questão versada nesse recurso diz respeito à condenação do ora recorrente, ao pagamento de seguro obrigatório e indenização por danos morais ao recorridos, pais de vítima fatal de acidente automobilístico.
3. Inicialmente, cumpre destacar que o Tribunal *a quo* ao reconhecer o dever de indenizar, constatou a conduta ilícita do recorrente, e fixou o respectivo valor a título de indenização por danos morais, procedendo com amparo nos elementos de convicção dos autos.
Dessa forma, para o acolhimento da tese do recorrente, relativo à inexistência de ato ilícito, seria imprescindível exceder os fundamentos colacionados no acórdão vergastado e adentrar no exame das provas, o que é vedado em sede de recurso especial a teor do Enunciado nº 7 da Súmula desta Casa.
Transcrevo, a seguir, excertos do aresto recorrido:
"A ocorrência do evento restou definitivamente provada com a juntada dos documentos necessários.
(...)
Foi feita a prova do evento e do dano e não se perquire culpa, sendo certo que os Autores entregaram a Ré cópia dos documentos comprobatórios do acidente, do dano, e do registro policial.
A nova redação do art. 7º da citada Lei garante aos Autores o pagamento da verba indenizatória, posto que a hipótese tanto pode ser de seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido e, até mesmo, pelo fato de o veículo não ter sido identificado." (fl. 43/45)

4. No que diz respeito à pretensão de diminuir o valor da indenização por danos morais, arbitrados em R$ 30.000,00 (trinta mil reais) para cada autor, também não há como se acolher, vez que a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o *quantum* definido pela Corte de origem somente pode ser alterado em sede de recurso especial quando absurdamente excessivo ou irrisório, o que não ocorre na espécie.
Nesse sentido:
"(...) Por fim, consoante entendimento pacificado desta Corte, o valor da indenização por dano moral só pode ser alterado na instância especial quando ínfimo ou exagerado, o que não ocorre no caso em tela. Com efeito, a quantia fixada pelo Tribunal *a quo* a título de danos morais (R$ 30.000- trinta mil reais), atendendo as peculiaridades do caso, não escapa à razoabilidade, nem se distancia do bom senso e dos critérios recomendados pela doutrina e jurisprudência, devendo, por isso, ser prestigiado o aresto hostilizado." (Ag 762.438/RJ, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ de 14.08.2007)

Nesse contexto, definir o valor da indenização implicaria reexaminar os fatos e provas que orientaram o Tribunal *a quo*, o que é, como exaustivamente demonstrado, vedado nos termos do enunciado n.º 7 da Súmula desta Corte Superior.
Nesse sentido, impende colacionar trecho do voto do e. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, *verbis*:
"Não conheço do recurso, porque, como tenho dito outras vezes, a intervenção do Superior Tribunal de Justiça há de se dar quando há o abuso, o absurdo: indenizações de um milhão, de dois milhões, de cinco milhões, como temos visto; não é o caso. Aqui, ficaríamos entre quinhentos, trezentos e cinqüenta, duzentos, duzentos e cinqüenta, cem reais a mais, cem salários a menos. Não é, portanto, um caso de abuso na fixação, é uma discrepância na avaliação. Temos de ponderar até que ponto o Superior Tribunal de Justiça deve interferir na definição de um valor de dano moral, que é matéria de fato, para fazer uma composição mais ou menos adequada. Não sendo abusiva ou iníqua a opção do Tribunal local, não se justificaria a intervenção deste Tribunal. Se não for assim, teremos de enfrentar todas as avaliações de dano moral feitas no país, porque em todas elas poderemos encontrar uma disparidade de 10%, 20%, e essa não é a nossa função" (Resp 269.407, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, Rel. p/ Acórdão Min. Ruy Rosado de Aguiar, Quarta Turma, DJ 19.03.01).
A corroborar tal entendimento, oportuno colacionar os seguintes precedentes:
"AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANO MORAL. PUBLICAÇÃO JORNALÍSTICA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. REVISÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM FINS DE PREQUESTIONAMENTO. AFASTAMENTO DA MULTA. I - Não há que se falar em omissão ou ausência de fundamentação, não constando do acórdão embargado os defeitos contidos no artigo 535 do Código de Processo Civil, quando a decisão embargada resolve a questão de forma objetiva e fundamentada, apenas adotando tese diferente da pretendida pela embargante. II - Nos processos de reparação de danos morais decorrente de notícia publicada em jornal, a avaliação quanto à responsabilidade pelo ocorrido não pode ser dissociada da análise das peculiaridades de cada caso concreto, cujo reexame não se mostra consentâneo com a natureza excepcional da via eleita, dada a impossibilidade de serem reexaminadas no especial as questões fático-probatórias em que assentada a conclusão do acórdão, a teor do que dispõe o enunciado 7 da Súmula deste Tribunal. III - Em consonância com o enunciado 98 da Súmula desta Corte, não é cabível a imposição da multa do artigo 538 do Código de Processo Civil, quando os embargos de declaração possuem caráter prequestionador. Recurso parcialmente provido." (Resp 649.674, Terceira Turma, Rel. Min. Castro Filho, DJ 26.06.06)

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO. DANO MORAL. IMPRENSA. VALOR INDENIZATÓRIO. EXCESSO. INEXISTÊNCIA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. RESPONSABILIDADE DO JORNALISTA. SÚMULA 221. DECADÊNCIA. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 83/STJ. DESPROVIMENTO. I. A revisão do montante indenizatório do dano moral depende do reexame do conjunto fático-probatório dos autos (Súmula 7/STJ), somente sendo viável no âmbito do Superior Tribunal de Justiça quando fixado em valores abusivos ou irrisórios, o que não se configura na hipótese em apreço. II. "São civilmente responsáveis pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação pela imprensa, tanto o autor do escrito quanto o proprietário do veículo de divulgação." (Súmula 221/STJ) III. Quanto ao tema do prazo decadencial, incide a Súmula 83/STJ, vez que já se encontra pacificado o entendimento de que não se aplica aquele estabelecido pela Lei de Imprensa. IV. Agravo desprovido." (AgRg no AG 684.923, Quarta Turma, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJ 17.10.05)

"INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. OFENSA EM PANFLETO. CAMPANHA ELEITORAL. 1. O Superior Tribunal de Justiça pode e deve intervir para modificar o valor da indenização por danos morais tão-somente quando caracterizado um despropósito, uma exorbitância ou quando insignificante a importância arbitrada. 2. Hipótese em que as ofensas lançadas contra o autor não prejudicaram a sua carreira política e permaneceram confinadas ao panfleto da campanha eleitoral, sem comprovada influência no resultado das eleições para prefeito. Valor fixado para a indenização mantido. 3. Recurso especial não conhecido, por maioria." (Resp 575.696, Terceira Turma, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, Rel. p/ Acórdão Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 16.05.05)

5. Diante do exposto, com fundamento no artigo 34, VII do RISTJ, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.
MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3249)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 724.089 - DF (2005/0195346-9)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: ROSILENE MARIA DE CAMARGOS
ADVOGADO	: HEBERT DA SILVA TAVARES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: ANDRÉ VIDIGAL DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ENCOL S/A ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA - MASSA FALIDA
REPR. POR	: SÉRVIO TÚLIO CAETANO DA COSTA - SÍNDICO
ADVOGADO	: WAISMAN AUGUSTO RIOS E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por ROSILENE MARIA DE CAMARGOS contra decisão do Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letras "a" e "c" da Constituição Federal.
O agravo não merece conhecimento.
Com efeito, falta-lhe o requisito da regularidade formal, porquanto não impugnadas, de forma específica, as bases da decisão agravada.
O recurso foi inadmitido pelos seguintes fundamentos: (a) ausência de interesse recursal; (b) incidência da súmula 284/STF, ante flagrante deficiência recursal e (c) não configuração do pretendido dissídio jurisprudencial.
A agravante, por sua vez, nada menciona acerca do primeiro fundamento, limitando-se, no mais, a repisar as razões do especial.
Dessa forma, incide, na espécie, o verbete da súmula 182 desta Corte, ***verbis***:

"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Não conheço do agravo.
Publicar.
Brasília, 24 de setembro de 2007.
MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3250)

RECURSO ESPECIAL Nº 724.671 - PR (2005/0023548-4)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: FLAVIO QUEIROZ RODRIGUES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: GILBERTO FERNANDO BARRICHELO E OUTRO
ADVOGADO	: MIGUEL CAVALI MIRANDA E OUTRO

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em ação de rito ordinário para revisão de contrato de mútuo hipotecário, afastou a aplicação da TR na correção monetária do saldo devedor, e considerou incidente o Código de Defesa do consumidor.

Preliminarmente, cumpre salientar que a via especial não comporta a análise de resoluções, portarias, circulares e demais atos normativos de hierarquia inferior à do Decreto. Desse modo, não há como conhecer de contrariedade reflexa do art. 993 do antigo Código Civil, decorrente de inobservância de resoluções.
No tocante à aplicação do CDC ao contrato sob exame, precedentes do STJ vêm admitindo sua incidência. Contudo, assim se dará apenas aos contratos posteriores à sua vigência, o que no caso inocorre (4ª Turma, AgR-AG n. 465.114/DF, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, unânime, DJU de 31.03.2003; 3ª Turma, REsp n. 390.276/PR, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, unânime, DJU de 28.10.2002).
Com respeito à TR, tem-se que o contrato avençado entre as partes trata de mútuo hipotecário, onde foi ajustada, conforme infere-se expressamente do aresto impugnado, a indexação mensal do saldo devedor pela variação da poupança, que traz a Taxa Referencial como indexador eleito pela Lei n. 8.177/1991. Neste caso, não há ilegalidade na convenção aludida, nem a jurisprudência deste Sodalício é contrária à adoção da TR em negócios jurídicos obrigacionais de natureza privatista. Aliás, os artigos 11 e 18, § 2º, do referido diploma legal até prevêem a atualização da TR e TRD nas operações do mercado financeiro. Nesse sentido: 4ª Turma, REsp n. 260.636/PR, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, unânime, DJU de 26.08.2002; 2ª Seção, REsp n. 552.487/MS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, unânime, DJU de 06.09.2004.
Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço em parte do recurso e dou-lhe parcial provimento, para que seja observada a TR como indexador monetário do saldo devedor, e afastar a aplicação do CDC. Em face da sucumbência recíproca, pagarão os recorridos 70% (setenta por cento) das despesas processuais, arcando a instituição financeira com o restante, e verba honorária de R$ 1.000,00 (mil reais) exclusivamente em favor da recorrente, já considerado o êxito obtido e a compensação.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3251)

RECURSO ESPECIAL Nº 728.989 - RS (2005/0033259-9)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: GILBERTO EIFLER MORAES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ELIANE BORGES
ADVOGADO	: FLÁVIO BENVEGNÚ JÚNIOR

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE E DE CHEQUE-ESPECIAL - OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO - INOCORRÊNCIA - LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS - INADMISSIBILIDADE NA ESPÉCIE - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS - CONTRATO FIRMADO APÓS A EDIÇÃO DA MP Nº 1.963-17/2000 (atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2001) - COBRANÇA - POSSIBILIDADE - INSCRIÇÃO DEVIDA DO NOME DA CORRENTISTA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - REVOGAÇÃO DA LIMINAR - NECESSIDADE - PEDIDO RECONVENCIONAL - ADMISSIBILIDADE - CONEXÃO VERIFICADA - RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo BANCO DO BRASIL S/A, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, em que se alega violação dos artigos 535, II, do Código de Processo Civil; 4º, IX, da Lei n. 4.595/64; 51, § 1º, III, do Código de Defesa do Consumidor; e 5º da Medida Provisória nº 2.170-36/01, bem como dissídio jurisprudencial.
Verifica-se, da análise dos autos, que a ação revisional de contratos de abertura de crédito em conta-corrente e de cheque-especial proposta por ELIANE BORGES foi julgada parcialmente procedente e a ação reconvencional inversamente proposta restou julgada procedente, em primeiro grau de jurisdição (fls. 108/117). Interposto recurso de apelação pela correntista, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul conferiu-lhe parcial provimento, para *limitar os juros remuneratórios em 12% ao ano, autorizar a restituição dos valores pagos a maior, de forma simples, manter a proibição da instituição financeira de inscrever o nome da demandante nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, e, ainda, julgar o banco carecedor da ação reconvencional* (fls. 142/154). *Decisum* que remanesceu inalterado ante o desacolhimento dos embargos de declaração opostos (fls. 163/165).
No presente apelo nobre, busca o recorrente a reforma do v. acórdão, sustentando, preliminarmente, negativa de prestação jurisdicional. No mérito, insurge-se no que diz respeito à limitação dos juros remuneratórios, à vedação da capitalização mensal dos juros e à vedação da inclusão do nome da correntista nos órgãos de proteção ao crédito. Pugna, também, pela procedência do pedido reconvencional. Aponta a existência de dissenso jurisprudencial acerca da matéria suscitada (fls. 170/192).
A recorrida não apresentou contra-razões (fl. 193).
A Terceira Vice-Presidência do e. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul proferiu juízo de admissibilidade positivo às fls. 194/195.
É o relatório.
A irresignação merece prosperar.
Com efeito.
Inicialmente, observa-se, da análise dos autos, que não há se alegar, como quer o recorrente, negativa de prestação jurisdicional. *In casu*, embora o resultado não tenha sido favorável ao ora recorrente, o Tribunal *a quo* analisou todos os temas relevantes suscitados pelas partes.
É certo que o órgão julgador não é obrigado a se manifestar sobre todos os pontos alegados pelas partes, mas somente sobre aqueles que entender necessários para o julgamento do feito, de acordo com seu livre convencimento fundamentado (CPC, art. 131), utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso (nesse sentido: STJ, AgRg no Ag nº 638.361/PB, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, v.u., j. 03/03/2005, DJ 19/12/2005; STJ, AgRg no REsp nº 705.187/SC, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, v.u., j. 15/09/2005, DJ 26/09/2005).
Assim, resultado diferente do pretendido pela parte não implica, necessariamente, omissão ou ofensa à legislação infraconstitucional.
Em referência aos juros remuneratórios, a Segunda Seção deste egrégio Superior Tribunal entende que não incide a limitação a 12% ao ano, prevista no Decreto nº 22.626/33, salvo hipóteses legais específicas, visto que as instituições financeiras, integrantes do Sistema Financeiro Nacional, são regidas pela Lei nº 4.595/64. Nota-se que cabe ao Conselho Monetário Nacional limitar tais encargos, aplicando-se a Súmula nº 596 do STF. Veja-se, mais, que este entendimento não foi alterado após a vigência do Código de Defesa do Consumidor, cujas normas também se aplicam aos contratos firmados por instituições bancárias. E a fim de se harmonizarem os referidos diplomas legais, aquele Órgão Julgador consagrou a manutenção dos juros no percentual avençado pelas partes, desde que não reste sobejamente demonstrada a exorbitância do encargo (v.g. AgRg REsp nº 590.573/SC, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, DJU 25.05.2004).
Ademais, a autorização do Conselho Monetário Nacional para a livre contratação dos juros remuneratórios só se faz necessária em hipóteses específicas, decorrentes de expressa exigência legal, tais como nas cédulas de crédito rural, industrial ou comercial. Assim, resta dispensada a prova de prévia autorização do CMN para fixar a taxa de juros além do patamar legal no caso em concreto (v.g. AgRg nos EDcl no Resp 492.936/RS, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 22.11.2004).
Em relação à capitalização mensal de juros, o entendimento prevalecente nesta Corte era no sentido de que esta somente seria admitida em casos específicos, previstos em lei (cédulas de crédito rural, comercial e industrial), conforme a Súmula n° 93/STJ. Com a edição da MP 1.963-17/2000, de 31 de março de 2000 (atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2001), passou-se a admitir capitalização mensal aos contratos firmados posteriormente à sua entrada em vigor, desde que houvesse previsão contratual. Verificando-se, *in casu*, o preenchimento dessa condição (*ut* 44/46 e 67/74), há de ser permitida a sua incidência.
Afere-se, também, a impossibilidade de se manter os efeitos da tutela anteriormente concedida no sentido de impedir a inclusão do nome da devedora nos órgãos de proteção ao crédito. Note-se, pois, que a compreensão atual deste colendo Superior Tribunal de Justiça, baseado em recente julgamento efetuado pela Segunda Seção (REsp. n.º 527.618-RS, relator Ministro César Asfor Rocha) é de que:

"o pedido em procedimento judicial que busca o cancelamento ou a abstenção da inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito (SPC, CADIN, SERASA e outros) deve ser deferido com cautela, ao prudente arbítrio do juiz, sendo indispensável a existência de prova inequívoca ou da verossimilhança do direito alegado, ou ainda, da fumaça do bom direito, consubstanciados na presença concomitante de três elementos: a) a existência de ação proposta pelo devedor, contestando a existência integral ou parcial do débito; b) a efetiva demonstração de que a cobrança indevida se funda em jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça; c) o depósito do valor referente à parte incontroversa do débito ou que seja prestada caução idônea".

Os elementos constantes dos autos não demonstram a presença concomitante dos mencionados requisitos autorizadores do cancelamento dos registros, pois não há notícia de que tenha havido o depósito, ou que tenha sido prestada caução idônea da parte incontroversa do débito, o que possibilita a pretendida inclusão (cfr: REsp 880230/RS, relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 6.10.2006; Ag n.º 790.510/RS, relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJ de 27.9.2006 e REsp. n.º 825.701/RS, relator Ministro Cesar Asfor Rocha, DJ de 5.5.2006).
Por fim, no tocante ao pedido reconvencional, é assente nesta Corte o entendimento no sentido de se admitir a reconvenção na ação de revisão de contrato bancário, pois manifesta é a conexão existente entre estas ações, merecendo, por conseguinte, ser julgado parcialmente procedente o pedido formulado pela instituição financeira recorrente, sendo que o crédito inicialmente apontado deve obedecer aos limites e condições verificados quando do trânsito em julgado da ação revisional.
Nesse sentido, esta a. Corte já decidiu:

"PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL. RECONVENÇÃO PARA COBRANÇA DA DÍVIDA PELO CREDOR. POSSIBILIDADE. CONEXÃO. CPC, ART. 315. I. Possível a reconvenção, pelo credor, para a cobrança da dívida, no bojo de ação declaratória de nulidade de cláusula contratual movida pelo devedor, em face da conexão existente entre as causas. II. Recurso especial conhecido e provido" (REsp nº 310.110/RJ, Relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJ de 18/11/02).

Assim sendo, amparado no artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dá-se provimento ao recurso especial, para validar juros remuneratórios contratados, admitir a capitalização destes, nos moldes pactuados, possibilitar ao credor a pretendida inclusão do nome da correntista nos órgãos de proteção ao crédito e julgar parcialmente procedente o pleito reconvencional, nos moldes delimitados na revisional.
Em razão da sucumbência recíproca, condena-se as partes ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, mantido quanto a estes o valor fixado no acórdão, que deverá ser reciprocamente suportado na proporção de 10% pelo recorrente e 90% pela recorrida, admitindo-se a compensação nos termos da lei. Por ser a recorrida beneficiária da assistência judiciária gratuita (fl. 13), fica suspensa a exigibilidade das custas judiciais e dos honorários advocatícios, nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/50.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3252)

RECURSO ESPECIAL Nº 743.499 - GO (2005/0064446-5)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADOS	: CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO E OUTRO(S) DANIELA VIEIRA ROCHA BASTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JANDIRA DE FÁTIMA TEIXEIRA
ADVOGADO	: PAULO GUSTAVO PEDREIRA E SOUSA E OUTRO

DECISÃO

Vistos, etc.
Homologo, para que produza os efeitos de direito, a composição amigável celebrada entre as partes (fls. 558/560), e, em conseqüência, julgo extinto o processo, com fundamento no artigo 269, incisos III e V, do Código de Processo Civil.
Nos termos da composição amigável, a recorrida arcará com o pagamento das custas finais e cada parte suportará o pagamento dos honorários advocatícios de seus respectivos advogados.
Homologo, outrossim, para que produza os efeitos de direito, a renúncia de ambas as partes ao seu direito de recorrer desta decisão e determino que seja certificado, de imediato, o trânsito em julgado.
Expeçam-se os respectivos mandados de levantamento, em favor do recorrente e da recorrida, do *quantum* depositado em Juízo, conforme discriminado na composição amigável (itens 4 e 7, letras "a" e "b").
P.I.
Brasília, 08 de setembro de 2007.

Ministro MASSAMI UYEDA
Relator

(3253)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 746.178 - DF (2006/0030772-0)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: JOSÉ LUIZ DOS SANTOS E OUTROS
ADVOGADO	: LUÍS ANTÔNIO CASTAGNA MAIA E OUTRO
AGRAVADO	: FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
ADVOGADO	: LUIZ ANTÔNIO MUNIZ MACHADO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por JOSÉ LUIZ DOS SANTOS e outros contra decisão do Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letras "a" e "c", da Constituição Federal, manejado frente a acórdão daquele Pretório, integrado pelo proferido em sede de embargos de declaração, assim ementado:

"CIVIL E PROCESSO CIVIL. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO REJEITADA. PROVIDÊNCIA PRIVADA. FUNCEF. REAJUSTE DE BENEFÍCIOS. PRELIMINAR REJEITADA.
1. Os apelantes atacaram efetivamente os argumentos da r. sentença de 1º grau, dando as razões de fato e de direito, pelas quais entendem deva ser reformada a sentença recorrida. Preencheram os requisitos de admissibilidade do recurso constantes do artigo 514 do Código de
2. Os associados da FUNCEF, em observância ao princípio do pacta sunt servanda, fundando na legislação vigente na época do contrato, não tem direito a revisão dos benefícios pelo INPC ou qualquer outro índice oficial, mas na mesma data e na mesma proporção dos reajustes dos vencimentos do pessoal da ativa.
3. A observância das regras pactuadas constitui-se em condição básica para a preservação da continuidade e viabilidade do próprio negócio jurídico celebrado.
4. De acordo com § 4º, art. 20, CPC, o julgador tem liberdade para estimar os honorários da forma que entender justa. Não merece reforma verba de sucumbência fixada "mediante apreciação eqüitativa do juiz", se respeitados os parâmetros das letras a e c , do parágrafo 3º, do mesmo artigo 20.
5. Recurso Conhecido e Improvido." (fls. 812)
Sustentam os recorrentes a existência de redução ilegal de seus benefícios de suplementação de aposentadoria, ao argumento de ter a recorrida se apropriado dos reajustes praticados pelo INSS, bem como que estes deveriam ter sido corrigidos de acordo com a variação do INPC. Afirmam, ainda, não ter sido observada a regra de reajuste anual, pois as entidades privadas devem seguir o regime de capitalização, para a manutenção do valor real dos benefícios.
A irresignação não merece acolhida.

Com efeito, os recorrentes não indicam, de forma clara e precisa, qual ou quais dispositivos infraconstitucionais considerados violados pelo acórdão recorrido, limitando-se a aduzir violação genérica, o que, como é cediço, não dá ensejo ao conhecimento do recurso pela alínea "a" do permissivo constitucional, ante a flagrante deficiência recursal (súmula 284/STF).
Ademais, malgrado a tese de dissídio jurisprudencial, há necessidade, diante das normas legais regentes da matéria (art. 541, parágrafo único, do CPC c/c art. 255 do RISTJ), de confronto, que não se satisfaz com a simples transcrição de ementas, entre trechos do acórdão recorrido e das decisões apontadas como divergentes, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. Ausente a demonstração analítica do dissenso, incide a censura da súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.
Nego provimento ao agravo.
Publicar.
Brasília, 21 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3254)

EDcl no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 748.538 - RJ (2006/0036705-3)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
EMBARGANTE	: ELIOMAR DE SOUZA COELHO
ADVOGADO	: JOÃO TANCREDO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: CREDICARD BANCO S/A
ADVOGADO	: CARLA THOMAZ KRIEGER MOURA E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por ELIOMAR DE SOUZA COELHO em face de decisão assim vazada:

"O agravo de instrumento é intempestivo. Com efeito, publicada a decisão agravada, em 21/12/2005 (fls. 182), o recurso foi recebido no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em 17/01/2006 (fls. 02), após escoado o prazo para sua interposição, que é de dez dias, nos termos do art. 544 do Código de Processo Civil.
É importante salientar que, após a edição da Emenda Constitucional nº 45, de 31 de dezembro de 2004, a qual incluiu o inciso XII, ao artigo 93 da Constituição Federal, a atividade jurisdicional é ininterrupta, restando vedadas as férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau (AgRg no Resp nº 765.368/MA).
Nego provimento ao agravo." (fls. 215)

Sustenta o embargante a existência de contradição no julgado, porquanto *"Embora o Egrégio Tribunal* ***a quo*** *não estivesse em recesso, somente os prazos encontravam-se, no Estado do Rio de Janeiro, suspensos de 20/12/05 até 06/01/2006, inclusive, por força do § 2º do art. 230 da Lei 4.634/2005 e do Aviso conjunto do TJRJ nº 08 de 07/11/2005, os quais encontram-se acima transcritos."* (fls. 229)
A irresignação não merece acolhida.
Com efeito, inexiste omissão, obscuridade ou contradição no julgado, pois da simples leitura dos fundamentos da decisão verifica-se que a questão foi devidamente apreciada e julgada.
Impende salientar que conforme posicionamento desta Corte, cabe ao recorrente, quando da interposição do agravo de instrumento, a comprovação da inocorrência de expediente forense no Tribunal de origem, sob pena de preclusão.
Na verdade, o que pretende o embargante são os efeitos modificativos do julgado, desiderato impossível de alcançar pela via recursal eleita.
Rejeito os embargos.
Publicar.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3255)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 753.656 - DF (2006/0046261-7)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: LUNALVA RAMOS DE MELO MANZI
ADVOGADO	: RUI GUIMARÃES DE DAVID E OUTRO
AGRAVADO	: VERA CRUZ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
ADVOGADO	: MARIA ALÉSSIA CORDEIRO VALADARES BONTEMPO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por LUNALVA RAMOS DE MELO MANZI contra decisão do Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letras "a" e "c" da Constituição Federal, manejado frente a acórdão daquele Pretório assim ementado:

"EMBARGOS INFRINGENTES. SEGURADORA. INDENIZAÇÃO. PAGAMENTO. RECUSA. INCAPACIDADE. CONTROVÉRSIA. DANOS MORAIS.
I - A negativa da seguradora ao pagamento da cobertura securitária não pode ser considerada, por si só, como geradora de dor, sofrimento, desespero ou grave angústia. Ademais, era controvertida a extensão da invalidez, pois enquanto a embargante sustentava que estava incapacitada total e permanentemente para exercer qualquer atividade remunerada, a perícia médica da seguradora considerou-a apenas parcialmente inválida, caso em que a indenização não seria devida. A hipótese, portanto, reclamava a intervenção judicial para dirimir a controvérsia e dar a cada um o que realmente lhe seria devido.
II - Negou-se provimento, por maioria." (fls. 170)

Alega violação ao art. 6º, IV, VI, VII e VIII, do CDC. Aponta dissídio jurisprudencial.
O recurso não merece acolhida.
De início, a matéria relativa ao art. 6º, IV, VI, VII e VIII, do CDC não foi objeto de decisão por parte do acórdão recorrido, ressentindo-se o recurso especial, neste particular, do necessário prequestionamento, o que faz incidir a censura das súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.
Ademais, verificar a ocorrência de culpa/ato ilícito para se concluir pela existência de danos morais demanda incursão na seara fático-probatória delineada nos autos, providência vedada em sede de recurso especial, ***ut*** súmula n.º 07/STJ. A configuração do dissídio esbarra no mesmo óbice sumular.
Nego provimento.
Publicar.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3256)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 755.455 - RS (2005/0090189-0)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADVOGADO	: LUCIANO CORRÊA GOMES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LISIANE FATIMA BIANCHI BRAGA E OUTRO
ADVOGADO	: REGINA DOROTI DOS SANTOS CAVION

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. PERÍODO DE INADIMPLÊNCIA. PREVALÊNCIA DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA SOBRE OS DEMAIS ENCARGOS MORATÓRIOS. POSSIBILIDADE. DECISÃO RECONSIDERADA.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo regimental, interposto pelo Unibanco União de Bancos Brasileiros S/A, contra decisão monocrática, cuja ementa ora se transcreve:
"RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. APLICABILIDADE DO CDC. JUROS REMUNERATÓRIOS E MORATÓRIOS. LIMITAÇÃO AFASTADA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. CUMULAÇÃO COM OUTROS ENCARGOS MORATÓRIOS. IMPOSSIBILIDADE. TERMO INICIAL DA MORA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO E COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE. INSCRIÇÃO DO NOME DO DEVEDOR NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS. POSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, PARCIALMENTE PROVIDO. "
Requer a instituição credora a reforma do *decisum* agravado, a fim de que seja declarada possibilidade da cobrança isolada da comissão de permanência ou a incidência de juros remuneratórios no período de inadimplência.
É o relatório.
2. A decisão agravada merece ser reconsiderada.
Em linha de princípio, no que toca ao pedido de prevalência da comissão de permanência sobre os demais encargos moratórios, merece retificação a decisão monocrática.
Com efeito, esta Corte já se manifestou, reiteradamente, no sentido de que a comissão de permanência é admitida durante o período de inadimplemento contratual, não podendo, contudo, ser cumulada com a correção monetária (Súmula 30/STJ), com os juros remuneratórios (Súmula 296/STJ) e moratórios, nem com a multa contratual; todavia, aquele encargo deverá observar a taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual fixado no contrato (Súmula 294/STJ).
Busca-se, com o presente recurso, a incidência da comissão de permanência de forma não cumulada com os encargos moratórios, pelo que se afasta a incidência desses, eventualmente previstos para o período de inadimplência, admitindo-se a cobrança da comissão de permanência apenas de forma isolada.
3. Diante do exposto, reconsidero da decisão agravada, para permitir a cobrança isolada da comissão de permanência, durante o período de mora.
Em razão do decaimento mínimo do Banco recorrente, determino a inversão dos ônus da sucumbência, condenando o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, nos valores fixados pelo Tribunal de origem.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3257)

RECURSO ESPECIAL Nº 758.820 - PR (2005/0097264-8)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO BANESTADO S/A
ADVOGADO	: WALTER JOSE MATHIAS JUNIOR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ADRIANA DE AQUINO
ADVOGADO	: MARI KAKAWA E OUTRO

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em ação de rito ordinário para revisão de contrato de mútuo hipotecário, negou a aplicação da capitalização dos juros e da Tabela **Price** que a contempla, e considerou válida a amortização das prestações do mútuo antes da incidência da correção monetária e dos juros sobre o saldo devedor.
Preliminarmente, quanto à assertiva de violação ao art. 535 do CPC, sem razão o recorrente, haja vista que enfrentadas todas as questões levantadas pela parte, porém em sentido contrário ao almejado (fl. 242).
No tocante à capitalização, a pretensão recursal esbarra no óbice da Súmula n. 121 do STF e na Lei de Usura, quanto à impossibilidade da capitalização dos juros em contratos que tais, ainda que expressamente pactuada (4ª Turma, REsp n. 219.281/PR, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, unânime, DJU de 16.11.1999; REsp n. 218.841/RS, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, unânime, DJU de 13.08.2001; REsp n. 467.439/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 28.04.2003; 3ª Turma, REsp n. 493.422/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 20.10.2003). **In casu**, deslindar as conclusões do aresto estadual, no sentido de que há capitalização quando da aplicação da Tabela Price, importa em revolver o conjunto probatório no qual se fundou a decisão, de impossível reexame no âmbito do recurso especial (Súmula n. 7 desta Corte). Nesse sentido: 4ª Turma, AgR-AG n. 635.946-DF, Rel. Min. Fernando Gonçalves, unânime, DJU de 11/04/2005; 3ª Turma, AgR-AgR-REsp n. 656.551-RS, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, unânime, DJU de 02.05.2005.
No que se refere ao sistema de amortização do saldo devedor, este Tribunal tem sufragado a exegese de que a prática do prévio reajuste e posterior amortização do saldo devedor está de acordo com a legislação em vigor e não fere o equilíbrio contratual (1ª Turma, REsp n. 601.445-SE, Rel. Min. Teori Zavascki, unânime, DJU de 13.09.2004; 3ª Turma, REsp n. 604.784-RJ, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, unânime, DJU de 04.10.2004; REsp n. 427.329-SC, Rel. Min. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 09.06.2003).
Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço do recurso e dou-lhe parcial provimento, para declarar legítima a forma de amortização do saldo devedor contratada, conforme acima mencionado. Custas recursais pela recorrida.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3258)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 770.658 - SP (2006/0095198-9)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - BANESPA
ADVOGADO	: ISABELA BRAGA POMPÍLIO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARILENE TEODORO SAPIA
ADVOGADO	: WILSON DONIZETI LIBERATI

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado pelo Banco do Estado de São Paulo S/A - BANESPA contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento na alínea "a", inciso III, art. 105, da Constituição Federal, em que se aponta violação aos arts. 159 e 1062 do CC/1916, 186, 421 e 422 do CC, 20 do CPC e 46 do CDC, sob o fundamento de que a agravada tinha consciência que poderia vir a sofrer descontos em sua conta-corrente; que a recorrida autorizou o desconto em sua conta-corrente, pela cláusula 14ª do contrato; que não se trata de penhora de vencimentos, mas sim desconto em folha de pagamento de empréstimo pessoal livremente pactuado entre as partes; que o valor fixado a título de dano moral está excessivo; que o trabalho do patrono da agravada não foi dispendioso, pois a mesma é beneficiária da justiça gratuita, devendo, portanto, os honorários ser reduzidos para 10% sobre o valor atualizado da causa e que os juros de mora devem ser limitados a 6% ao ano, a contar da citação.
O acórdão recorrido recebeu a seguinte ementa (fl. 151):

"DANOS MORAIS - APROPRIAÇÃO INDÉBITA PELA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA DE SALÁRIO DO CORRENTISTA PARA LIQUIDAÇÃO DE PENDÊNCIAS FINANCEIRAS - ATO ILÍCITO - IMPENHORABILIDADE DE SALÁRIOS - CLÁUSULA CONTRATUAL DE CHEQUE ESPECIAL QUE NÃO AUTORIZAVA A TRANSFERÊNCIA FEITA PELO BANCO - INDENIZAÇÃO DEVIDA - RECURSO PROVIDO."

Pela fundamentação do acórdão recorrido, o agravante só estaria autorizado, pelo contrato, a apropriar-se de numerário depositado em conta-corrente da agência 0076, e não em outra conta da mesma instituição, com agência diversa, como ocorreu no presente caso, junto à agência 0033. Assim, entendeu o julgador ter havido ilícito extracontratual, pela apropriação de salário, bem como ilícito contratual, em desrespeito à cláusula 14ª do contrato.
O valor da indenização, por dano moral, foi fixado pela corte local em dez vezes o valor da transferência, que foi de R$ 1.207,00 (hum mil duzentos e sete reais).
Não procede o argumento da agravante de ser o presente caso de desconto autorizado em folha de pagamento, uma vez que conforme a sentença, fls. 118, resta claro ter sido feita a apropriação de salário da autora para cobrir dívida de cheque especial, em outra conta-corrente. Não se trata, portanto, de cláusula que autoriza o desconto, na folha de pagamento do empregado ou servidor, da prestação de empréstimo contratado.
No que pertine à discussão em torno da cláusula contratual, e que a agravada sabia da possibilidade da apropriação do numerário, aplicam-se as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.
Em relação aos honorários, o reexame de seu percentual encontra, da mesma forma, a incidência da Súmula n. 7 desta Corte.

Os juros de mora fixados em 1% ao mês não se mostram abusivos, estando o entendimento do acórdão recorrido em consonância com o STJ. Aplica-se, assim, a Súmula n. 83 desta corte.
No entanto, razão assiste à parte em relação ao **quantum** arbitrado a título de dano moral, pois R$ 12.700,00 (doze mil e setecentos reais) é um valor excessivo para as circunstâncias do presente caso.
Ante o exposto, conforme o § 3º do art. 544 do CPC, converto o agravo de instrumento em recurso especial, e lhe dou parcial provimento, para reduzir o valor da indenização para R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
Publique-se.
Brasília (DF), 12 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3259)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 771.544 - PR (2006/0080468-8)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: MARLI DA SILVEIRA PEREIRA
ADVOGADO	: MARCOS ANTÔNIO DE OLIVEIRA LEANDRO E OUTRO
AGRAVADO	: DAVID MANDOTTI
ADVOGADO	: LYSIAS ELIAS DA SILVA FILHO E OUTRO

DECISÃO

Consoante se depreende da leitura das peças que integram o instrumento, dele não consta a cópia da contra-razões ao recurso denegado, tampouco qualquer certidão do Tribunal ***a quo*** atestando a não apresentação da referida peça, restando, pois, desatendido o disposto no art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil.
Não conheço do agravo.
Publicar.
Brasília, 21 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3260)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 771.639 - PR (2006/0104764-9)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: RENIL DO PRADO GOMES DE ALMEIDA
ADVOGADO	: RAFAEL M ROCHA LOURES E OUTRO
AGRAVADO	: RENATO GAÚCHO
ADVOGADO	: ROGERIA FAGUNDES DOTTI DORIA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. UTILIZAÇÃO DE IMAGEM SEM AUTORIZAÇÃO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. REEXAME DE PROVA. VEDAÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ E SÚMULA 284/STF. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento interposto por RENIL DO PRADO GOMES DE ALMEIDA, contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, fulcrado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:
"APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. PUBLICAÇÃO DE HISTÓRIA REAL. CRIME BRUTAL. FATO PÚBLICO NA COMUNIDADE. ÂNIMO DE NARRAR. AUSÊNCIA DE ABUSIVIDADE NA NARRATIVA. LESÃO À HONRA, DIGNIDADE E IMAGEM NÃO CONFIGURADA. PRECEDENTES. RECURSO NÃO PROVIDO." (fls. 56)

O agravante, nas razões do recurso especial, pugna pelo reconhecimento do cabimento de danos morais em razão da utilização indevida de sua imagem em obra literária, além da divulgação de seu nome real.
O recurso especial não foi admitido pelo Tribunal *a quo* sob o fundamento de incidência das súmulas 7/STJ e a súmula 284/STF.
É o sucinto relatório.
Decido.
2. Primeiramente, o recurso especial não merece prosperar por qualquer dos dispositivos alegados do permissivo constitucional.
No tocante à alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, impende salientar que o recurso especial não merece prosperar. Com efeito, o especial é um recurso de fundamentação vinculada, no qual o efeito devolutivo se opera tão-somente nos termos do que foi impugnado. Há de se ter sob mira que a ausência de indicação expressa dos dispositivos legais tidos por vulnerados não permite verificar se a legislação federal infraconstitucional restou, ou não, malferida.
Dessa forma, é de rigor a incidência do verbete n.º 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia*".
Nesta esteira os seguintes precedentes:
"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL FUNDADO EM VIOLAÇÃO DE LEI FEDERAL. FALTA DE ESPECIFICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS POR VENTURA VIOLADOS. DEFICIÊNCIA RECURSAL. SÚMULA 284-STF. 1 - A falta de indicação do dispositivo legal tido por violado inviabiliza a abertura da via especial (súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal). 2 - Agravo regimental improvido." (AG 546.509/RJ, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 30.08.2004)
"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. FALTA DE INDICAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. - Não comporta conhecimento recurso especial interposto sem a indicação precisa do dispositivo infraconstitucional que se reputa contrariado. - Incidência do enunciado n. 284 da Súmula do STF. - Agravo regimental desprovido." (AG 35.753/SP, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJ 22.11.93).

3. No tocante à alínea "c" do permissivo constitucional, cumpre destacar que o Tribunal *a quo* não reconheceu o dever de indenizar do ora agravado por entender que sua conduta não fora ilícita quando da utilização da imagem do ora agravante em obra literária, bem como a utilização do seu nome real, posto que se trata de fato público e notório, tendo sua decisão amparo nos elementos de convicção dos autos, senão vejamos:
"O apelante confirma que tal delito teve enorme repercussão por toda a sociedade, ou seja, que o crime adquiriu publicidade e notoriedade (fls. 152/160 e 195/211). Dessa forma, afasto de pronto a alegação de que era necessária a autorização do apelante para a reprodução da crônica envolvendo o delito por ele praticado, eis que não se trata de direito autoral e a história é de conhecimento público." (fls. 58)
"Em contrapartida, o direito de liberdade do pensamento deve ser sopesado, caso a caso, em face do direito à imagem e à honra (art. 5º, IV, IX e X, da CF). No caso dos autos, a narrativa da história (fls. 149/165, do livro) não se mostra ofensiva ou mesmo tendenciosa a ponto de causar lesão à honra e à imagem do apelante, além daquela já causada por seu próprio ato. Não há no texto nenhum juízo subjetivo do apelado depreciando a imagem do apelante, ou abusivamente incitando a um maior grau de comoção, ou ainda, utilizando-se maliciosamente da história com o fito de detratar a honra do apelante e dificultar-lhe a convivência social." (fls. 58)

Assim, para acolhimento da tese do agravante, relativo à existência de ato ilícito indenizável, seria imprescindível exceder os fundamentos no acórdão vergastado e adentrar no exame das provas. Todavia, é entendimento pacificado nesta Corte de Justiça a impossibilidade da referida prática em sede de recurso especial.
Desse modo, não há como modificar o *decisum* recorrido, pois na verdade, o que pretende a parte ora agravante é valer-se dos dispositivos infraconstitucionais tidos como violados, para revolver matéria fático-probatória, o que é vedado pelo Enunciado 7 da Súmula desta Casa.
Nesse sentido, transcrevo:
"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. NULIDADE DO ACÓRDÃO RECORRIDO. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 458 E 535 DO CPC. OMISSÃO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INEXISTÊNCIA. SERASA. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO. ATO ILÍCITO. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. 1 - Não se verifica a suscitada violação aos arts. 458, II, e 535, I e II, do CPC, porquanto as questões submetidas ao Tribunal de origem foram suficiente e adequadamente delineadas, com abordagem integral do tema. 2 - Aferir a existência de provas suficientes para embasar condenação por danos morais, demanda revolvimento do conjunto fático-probatório delineado pelas instâncias ordinárias, providência vedada em recurso especial. Incidência da súmula 7-STJ. 3 - Agravo regimental não provido." (AgRg no Ag 696.719/DF, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 06.10.2005, DJ 24.10.2005.)

4. Dessarte, com fundamento no artigo 34, inciso VII, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo de instrumento, mas nego provimento ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3261)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 776.098 - RJ (2006/0113184-0)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS CBTU
ADVOGADO	: DONES MANUEL DE FREITAS NUNES DA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VALMIR AQUINO DE SOUZA
ADVOGADO	: JOÃO TANCREDO E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DO DEVEDOR. RECURSO QUE NÃO ATACA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA, LIMITANDO-SE A MENCIONAR QUE O RECURSO PREENCHE OS REQUISITOS DE CONHECIMENTO. SÚMULA 182 DO STJ, APLICADA POR ANALOGIA. RECURSO IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto por COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS CBTU, contra decisão denegatória de admissibilidade de recurso especial fulcrado na alínea "a", do inciso III, do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, cuja ementa ora se transcreve:
"Embargos do devedor, opostos à execução fundada em título judicial, sob o fundamento de excesso. Juízo não garantido pela penhora. Hipótese em que os embargos não deveriam ter sido admitidos, mas já que o foram, a improcedência dos mesmo se impõe. Verba honorária corretamente fixada pela sentença."(fl. 34)
Afirma-se que o acórdão recorrido negou vigência aos artigos 20,§4º; 741, inciso V; 743, incisos I e III, todos do Código de Processo Civil.
Contra-razões às fls. 51/56.
É o relatório.
Decido.
2. A irresignação não merece prosperar.
A decisão atacada negou seguimento ao recurso especial por incidência da Súmula 7 do STJ quanto à fixação dos honorários advocatícios e violação dos artigos 741 e 743 do Código de Processo Civil (fls. 78/59).
No presente recurso, a agravante menciona que os artigos 741 e 743, ambos do Código de Processo Civil encontram-se devidamente prequestionados, sem, contudo, investir contra os fundamentos do *decisum* que não conferiu trânsito ao especial.
In casu, aplicável, por analogia, o Enunciado 182 desta Corte:
"**Súmula 82/STJ**: É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

3. Do mesmo modo, a agravante não refuta a incidência da Súmula 7/STJ quanto ao conhecimento da insurgência referente aos honorários advocatícios, limitando-se a mencionar que "*(...) não há motivação legal para que seja inadmitido o recurso especial, tendo em vista que foi devidamente interposto pela ora agravante, em cumprimento a determinação legal, bem como resta claro que se amoldou as exigências para o devido processamento.*"(fl. 05)
4. Do exposto, fundado no art. 34, VII, do Regimento Interno do STJ, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3262)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 779.523 - RJ (2006/0113595-6)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: EDENIR VAZ PEREIRA
ADVOGADO	: GUARACY MARTINS BASTOS E OUTRO
AGRAVADO	: UNIBANCO AIG SEGUROS S/A
ADVOGADO	: MARCIA SHEENY DE ASSIS E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REAPRECIAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO VERBETE Nº 7 DA SÚMULA DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE, E NA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão denegatória de recurso especial formulado com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, cuja ementa ora se transcreve:
"AGRAVO INTERNO. Decisão do relator que, com base no art. 557, §1º-A do CPC, deu parcial provimento a recurso de apelação em manifesto confronto com jurisprudência dominante. As teses da parte autora, renovadas no agravo, são aquelas examinadas na decisão agravada à luz de inúmeros procedentes do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça estadual, em matéria de seguro obrigatório de danos pessoais (DPVAT): não ha dano moral indenizável por inadimplemento da seguradora e, vencidos os autores nessa pretensão, configura-se a sucumbência recíproca definida no art. 21, *caput*, do CPC. Agravo a que se nega provimento"
Em recurso especial, postulam os recorrente o reconhecimento da sucumbência mínima e a majoração do valor fixado a título de honorários de sucumbência, por violação do artigo 20, §4º do Código de Processo Civil.
Em síntese, é o relatório.
2. A irresignação não merece prosperar.
Em verdade, este Superior Tribunal de Justiça, possui remansosa jurisprudência no sentido de que os honorários advocatícios podem ser revistos quanto fixado em valor ínfimo, capaz de aviltar a nobreza do trabalho desenvolvido pelo patrono ou quando em valor excessivo.
As demais hipóteses, por demandarem o revolvimento do substrato fático-probatório dos autos, importariam em ultrapassar os estreitos limites eleitos pelo legislador constitucional de atuação do recurso especial, o que encontra óbice no enunciado nº 07 da súmula desta Corte, verbis: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.", precipuamente diante da necessidade de nova valoração dos critérios utilizados para a fixação.
Neste sentido, oportuno trazer à colação o seguinte precedente:
"PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - DANOS MORAIS - DEVOLUÇÃO INDEVIDA DE CHEQUE COM SUFICIENTE PROVISÃO DE FUNDOS - ARBITRAMENTO PELO TRIBUNAL A QUO - VALOR RAZOÁVEL - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - REVISÃO - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULA 07/STJ. 1 - Não sendo constatado valor ínfimo na fixação, pelas instâncias ordinárias, do montante indenizatório do dano moral (R$ 3.500,00) em razão do constrangimento causado pela "venda casada" e pela devolução indevida de dois cheques, inviável sua revisão por esta Corte. 2 - Por outro lado, estando o valor arbitrado a título de honorários advocatícios dentro dos percentuais fixados em lei, a sua alteração, nesta seara, encontra óbice na Súmula 07/STJ (reexame de provas). 3 - Recurso não conhecido. (REsp 771.827/RJ, Rel. Min. Jorge Scartezzini, Quarta Turma,DJ 01.02.2006)"
3. Quanto ao reconhecimento da sucumbência mínima, importa ressaltar, que um dos pedidos formulados pelo recorrente, segundo o próprio acórdão recorrido, consistiu em pedido de indenização por danos morais decorrentes do não cumprimento, a contento, das obrigações decorrentes do seguro obrigatório.

Tal pedido, julgado improcedente pelo Tribunal *a quo* ensejou a incidência do instituto da sucumbência recíproca, porquanto parte considerável da pretensão deduzida em juízo não foi acolhida.
Neste sentido, oportuno colacionar o seguinte precedente:
"Processual civil. Sucumbência recíproca. Alegação de decaimento de parte mínima do pedido. I - Havendo sucumbência recíproca, onde cada parte decaiu de parcelas consideráveis de seus pedidos, não se justifica a aplicação do parágrafo único do art. 21 do CPC. II - Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 628.946/RS, Rel. Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, Terceira Turma, DJ 30.08.2004)
4. Diante do exposto, com fundamento no artigo 557, *caput* do Código de Processo Civil, conheço do agravo de instrumento para conhecer, em parte do recurso especial e na extensão, lhe negar provimento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3263)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 779.925 - SP (2006/0112162-8)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MONTE BRANCO
ADVOGADO	: DANIEL CABECA TENÓRIO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RUBENS RACY
ADVOGADO	: ALDAIRES ALVES DA SILVA E OUTRO(S)

DECISÃO

Dou provimento, para melhor exame.
Subam os autos do recurso especial.
Publicar.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES
Relator

(3264)

RECURSO ESPECIAL Nº 780.682 - RS (2005/0151025-6)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
RECORRENTE	: CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE PORTO ALEGRE CDL
ADVOGADO	: ALEXSANDRO DA SILVA LINCK E OUTRO(S)
RECORRIDO	: SANDRA CHAVES CORREA
ADVOGADO	: JÚLIO CESAR MIGNONE

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. NOME INSCRITO NO SERASA. ARTIGO 43, §§ 1º E 5º DO CDC. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. PRAZO DECORRIDO NO DECURSO DA AÇÃO. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA EXTENSÃO, PROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto pela CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE PORTO ALEGRE CDL, com fulcro no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:
"BANDO DE DADOS DE CONSUMO. REGISTRO. PRESCRIÇÃO. PENDÊNCIA BANCÁRIA': SÚMULA 13. 3 ANOS DECORRIDOS DESDE O ÚLTIMO REGISTRO NEGATIVO. CHEQUES: PRAZO DE 6 MESES ULTRAPASSADO. CANCELAMENTO QUE SE IMPÕE. PRECEDENTES. Apelo provido." (fl. 76)
Contra este desate, a recorrente opôs embargos de declaração, os quais foram desacolhidos (fls. 86/89)
Seguiu-se a interposição do recurso especial, no sentido de suscitar, preliminarmente, a violação do artigo 535 do Código de Processo Civil. No mérito, sustenta violação do artigo 43, §§ 1º e 5º, da Lei 8.078/90.
Requer o reconhecimento da legalidade dos atos praticados quanto à permanência das anotações do recorrido no cadastro dos inadimplentes pelo prazo de cinco anos.
Não foram apresentadas as contra-razões (fl. 136). Recurso admitido na origem (fls. 137/138).
É o relatório. Decido.
2. Primeiramente, quadra assinalar que o acórdão embargado não possuía vício a ser sanado por meio de embargos de declaração. Em verdade, o aresto não padecia de omissão, contradição ou obscuridade, uma vez que o Tribunal *a quo* se manifestou acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia, tal como lhe fora posta e submetida.
Os embargos interpostos, em verdade, sutilmente se propuseram a rediscutir questões apreciadas no v. acórdão; não caberia, todavia, redecidir, nessa trilha, quando é da índole do recurso apenas reexprimir, no dizer peculiar de PONTES DE MIRANDA, que a jurisprudência consagra, arredando, sistematicamente, embargos declaratórios, com feição, mesmo dissimulada, de infringentes (R.J.T.J.E.S.P. 98/ 377, 99/345, 115/206; R.T.J. 121/260).
Sempre vale reprisar PIMENTA BUENO, ao anotar que, nesta modalidade recursal, "não se pode pedir correção, alteração ou mudança alguma, nem modificação que aumente ou diminua o julgamento; e só sim e unicamente o esclarecimento do que foi decidido, ou da dúvida em que se labora. Eles pressupõem que na declaração haja uniformidade de decisões e não inovação, porque declarar não é por certo reformar, adicionar, corrigir ou estabelecer disposição nova" (R.J.T.J.E.S.P. 92/328).
Ademais, o julgador não precisa responder, nem se ater a todos os argumentos levantados pelas partes, se já tiver motivos suficientes para fundamentar sua decisão; não houve, pois, violação ao artigo 535, da Lei de Ritos, quando a Corte de origem apreciou a questão de maneira fundamentada, embora não adotando a tese da recorrente.
Nessa parte, pois, o recurso não se faz cognoscível.
3. A questão cinge-se em torno do prazo de permanência da inscrição do nome do devedor nos cadastros de proteção ao crédito.
Verifica-se que os autos cuidam de ação declaratória, objetivando o cancelamento dos registros negativos anotados em seu nome no banco de dados do recorrente, por títulos já atingidos pela prescrição no campo executório.
A redação do art. 43, § 1º, do Código Consumerista, direciona ao entendimento de que o registro nos órgãos de controle cadastral não tem vinculação alguma com a prescrição relativa à espécie de ação.
Portanto, se a via executiva não puder mais ser exercida, porém remanescendo o direito à cobrança do débito por outro meio processual, não existe impedimento à manutenção do nome do inadimplente no SERASA pelo período qüinqüenal; ressaltando que a prescrição é da ação de cobrança, desvinculada da ação cambial.
Nesse sentido a jurisprudência do STJ, 2ª Seção, REsp n. 472.203/RS. *Verbis*:
"NOME INSCRITO NA SERASA. PRAZO DE PRESCRIÇÃO. CDC. NÃO INCIDÊNCIA. PRECEDENTES.
- A prescrição a que se refere o Art. 43, § 5º do Código de Defesa do Consumidor é o da ação de cobrança e não o da ação executiva. Em homenagem ao § 1º do Art. 43 as informações restritivas de crédito devem cessar após o quinto ano do registro."(REsp 472203/RS, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23.06.2004, DJ 29.11.2004 p. 220)
Todavia, conforme se infere da sentença primeva (fls. 48/49), no curso do processo, completou-se os cinco anos previstos em lei. Dessarte, em face do princípio da causalidade, nas causas em que não haja vencedor ou vencido, a fixação dos honorários deve observar quem deu causa à instauração do processo. Imperativo é o reconhecimento de que à autora deve suportar os ônus sucumbenciais.
3. Pelo exposto, com fundamento no artigo 557, §1º-A, do Código de Processo Civil, conheço parcialmente do recurso especial, dando-lhe provimento para restabelecer a sentença primeva.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3265)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 781.717 - SP (2006/0106475-1)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO COSESP
ADVOGADO	: BIANCA SCONZA PORTO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NILSON DOS SANTOS DUARTE
ADVOGADO	: ALCIR POLICARPO DE SOUZA

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - SUPERVENIÊNCIA DE EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO PELA SATISFAÇÃO DA OBRIGAÇÃO - INCIDÊNCIA DO ART. 34, XI, RISTJ - PERDA DO OBJETO.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento, interposto por COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - COSESP, com objetivo de reformar r. decisão monocrática proferida pela Corte de origem que inadmitiu recurso especial apresentado com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição da República, contra v. acórdão oriundo do colendo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido nos autos da ação declaratória cumulada com obrigação de fazer.
2. O ilustre Desembargador Presidente da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo encaminhou, por meio do Ofício nº 353/07, protocolizado nesta Corte sob o nº 109.258/2007, informação do Juízo da Sexta Vara Cível do Foro Central de São Paulo - SP, dando conta da prolação de sentença julgando extinta a execução, nos termos do artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil (fls. 51/52).
A superveniência da extinção da execução pela satisfação da obrigação tem a virtude de incidir no presente recurso, de maneira a torná-lo prejudicado, pela perda de seu objeto, à luz do que dispõe o artigo 34, inciso, XI, do regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.
3. Diante do exposto, julgo PREJUDICADO o agravo.
Com o decurso do prazo específico e observadas as formalidades legais, baixem os autos ao egrégio Tribunal de origem.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3266)

EDcl no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 786.741 - MG (2006/0134004-5)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
EMBARGANTE	: M I I E OUTRO(S)
ADVOGADO	: CLAUDILENE APARECIDA DA SILVA E OUTRO
EMBARGADO	: H N F
ADVOGADO	: JOSÉ MASSAD

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. ALÍNEA "C". EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

DECISÃO

1. Trata-se de embargos de declaração interpostos contra decisão singular do subscritor desta que houve por bem negar provimento a agravo de instrumento, tendo em vista que a matéria agitada no recurso especial não restou devidamente prequestionada. Para melhor evidenciar o desfecho dado, permita-se reproduzir a ementa do julgado embargado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. FAMÍLIA. EXONERAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS 282 E 356/STF. AGRAVO IMPROVIDO."

Ponderam os embargantes, contudo, que não merece subsistir o desfecho dado à controvérsia e alegam que a decisão combatida não se posicionou acerca da pretensa divergência jurisprudencial.
É o sucinto relatório.
2. A pretensão recursal não merece acolhimento.
Não se sustém o argumento de que a questão da ausência de prequestionamento, em relação a divergência jurisprudencial não foi apreciada, uma vez que, o recurso especial não merece ser conhecido, em razão de os julgados colacionados não se coadunarem com o que foi decidido pelo Tribunal de origem. Com efeito, a matéria versada nos arestos paradigmas não foi objeto de exame pelo Tribunal a quo, carecendo, de igual, do requisito do prequestionamento, que também se faz necessário na alínea "c" do artigo 105 da Constituição Federal.
Nesse sentido:
"tal como se dá no recurso fundado na letra 'a' do inciso III do art. 105 da CF/88, o especial interposto pela alínea 'a' do inciso III do art. 105 da CF/88, o especial interposto pela alínea 'c' do permissivo constitucional também deve atender à exigência do prequestionamento. Isso porque é impossível haver divergência sobre determinada questão federal se o acórdão recorrido sequer chegou a emitir juízo acerca da matéria jurídica. Realmente, para que haja dissídio entre tribunais é necessária que ambos tenham decidido o mesmo assunto de forma diferente. Se o tribunal recorrido não se manifestou sobre o tema tido como interpretado de forma diversa por outra Corte, não há que se falr em dissenso pretoriano. Em suma, o prequestionamento também é necessário quando o recurso especial é aviado pela alínea 'c',pois só existirá divergência jurisprudencial se o aresto recorrido solucionar uma mesma questão federal em dissonância com precedente de outra Corte" (cf. Resp. 146.834-SP, Rel. Ministro Adhemar Maciel, DJ 02.02.98)"

3 Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3267)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 789.350 - RJ (2006/0141160-6)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO JOSÁ MARIA VIEIRA
ADVOGADO	: NIZAR DA SILVA PINHEIRO
AGRAVADO	: RÁDIO DIFUSOROA BOAS NOVAS LTDA
ADVOGADO	: ADHEMAR GUIMARÃES

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. CONFIRMADO. *QUANTUM* RAZOÁVEL. SÚMULA 07 DO STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento contra decisão denegatória, interposto pelo CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO JOSÉ MARIA VIEIRA, com fulcro no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

"CONDOMÍNIO. LOCATÁRIA. ASSEMBLÉIA. VOTOS POR PROCURAÇÃO. REJEIÇÃO DAS PROCURAÇÕES POR ALEGAÇÃO DE INADIMPLEMENTO. PAGAMENTO ANTERIOR, POR CHEQUE. AUSÊNCIA DE PROVA DE INADIMPLEMENTO. CONFIGURAÇÃO DE DANOS MORAIS. APELAÇÃO. LIMITES DA LIDE. CONHECIMENTO PARCIAL DO RECURSO. De se conhecer parcialmente recurso de apelação que apresenta questões diversas daquelas que constituem o pedido inicial. A alteração do pedido no curso do processo, sem concordância expressa do réu após decurso do prazo de resposta, não se constitui matéria apta a ser conhecida. Danos morais. Age com evidente impropriedade o condomínio que recusa procurações à conta de inadimplência não comprovada. Demais disso, a partir do momento em que tal situação fica consignada em ata de assembléia, tal se constitui mácula à reputação da autora, ainda que não proprietária do imóvel locado. Pessoa jurídica pode sofrer dano moral. Conhecimento parcial do recurso e provimento também parcial do mesmo." (fls. 17)

A espécie versa sobre pedido de anulação de assembléia condominial, cumulado com danos morais, onde no dia da realização da assembléia o agravado devia cinco meses de condomínio. Para ter direito a voto, o agravado fez parte do pagamento, o qual foi retido pelo síndico. A agravante alega que outro motivo para a não participação do agravado na assembléia, seria que os votos desconsiderados, o foram legalmente, tendo em vista que os votos foram dados por procuração a uma pessoa que, por ser membro do Conselho Consultivo, estava impedida de votar. A r. sentença monocrática deferiu parcialmente o pedido, decretando a anulação da assembléia, restando indeferido o pedido de danos morais.

O acórdão recorrido reformou parcialmente a r. sentença, para inclusão dos danos morais, sendo a fixação do mesmo no montante de R$5.000,00 e condenando o apelante em custas processuais e honorários advocatícios na base de 10% do valor da condenação.

Insurgente, o agravante requer que seja reformado o V. acórdão, no sentido de afastar a condenação por danos morais ou, que se assim não entender esta Corte, seja reduzido o valor da condenação.

É o relatório.

Decido.

2. Cumpre destacar que o Tribunal *a quo* ao reconhecer o dever de indenizar, constatou o constrangimento indevido sofrido pelo agravado, e fixou o respectivo valor a título de indenização pelo danos causados, procedendo com amparo nos elementos de convicção dos autos, conforme se depreende do v. acórdão recorrido, fls. 19:
"Irrelevante a mora anterior, portanto, desde que previamente à realização da referida assembléia tivesse a mesma sido purgada."

" E neste ponto, o representante legal do Condomínio disse que tal havia ocorrido."

" Consta da inicial e das razões de recurso que a causa do agravo ao bom nome da recorrente foi a não admissão de votos por procuração, em assembléia anteriormente realizada, sob o argumento de que os votantes eram inadimplentes."

" Tal situação, como demonstram os autos, não foi confirmada, em verdade, referidos condôminos, que haviam outorgado procuração, tinham apresentados pagamentos tempestivos."

"Com efeito, ainda que com a anulação da assembléia anterior, refazimento da mesma e obtenção, nesta segunda rodada de votações do mesmo resultado anterior, modificando-se apenas o número dos votos computados, em contrapartida não se pode negar que uma situação de constrangimento se estabeleceu, á conta do argumento incorreto usado para não recepção das referidas procurações."

"Mais ainda, a Apelante ficou realmente tachada de inadimplente, a se utilizar de procurações que foram rejeitadas sob o argumento, não comprovado em tempo hábil, da falta de pagamento."

(...) "Houve um constrangimento indevido, daí que e com a devida venia ao culto prolator da sentença monocrática, me parece a hipótese é, sim, de danos morais."
Para o acolhimento da tese do recorrente, relativo à inexistência de ato ilícito, seria imprescindível exceder os fundamentos colacionados no acórdão vergastado e adentrar no exame das provas. Todavia, é entendimento pacificado nesta Corte de Justiça a impossibilidade de referida prática em sede de recurso especial. Desse modo, não há como modificar o *decisum* recorrido, pois na verdade, o que pretende a parte ora agravante é valer-se dos dispositivos infraconstitucionais tidos como violados, para revolver matéria fático-probatória, o que é vedado pelo Enunciado 7 da Súmula desta Casa.

3. Lado outro, consoante jurisprudência remansosa deste Sodalício, "'não há falar em prova de dano moral, mas, sim, na prova do fato que gerou a dor, o sofrimento, sentimentos íntimos que o ensejam', para gerar o dever de indenizar". (AgRg no Ag 701915/SP, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJ 21.11.2005); de outra parte, mediante especificação do ato produtor, "a exigência de prova de dano moral se satisfaz com a demonstração da existência de inscrição indevida no cadastro da SERASA." (AgRg no REsp 762267/RS, Rel. Min. CASTRO FILHO, DJ 15.05.2006)". Nesse sentido, a doutrina assinala: "o dano moral, salvo casos especiais, como o do inadimplemento contratual, por exemplo, em que se faz mister a prova da perturbação na esfera anímica do lesado, dispensa prova em concreto, pois se passa no interior da personalidade e existe in re ipsa." ("Responsabilidade Civil", Carlos Alberto Gonçalves, ed. Saraiva, São Paulo, 2005, p. 570).

4. No que toca a pretensão de diminuir o valor da indenização, vale salientar que a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o *quantum* definido pela Corte de origem somente pode ser alterado em sede de recurso especial quando absurdamente excessivo ou irrisório, o que não ocorre na espécie, em que o valor fixado, a saber, R$ 5.000,00 (cinco mil reais), é razoável. Em verdade, definir o valor da indenização implica reexaminar os fatos e provas que orientaram o Tribunal *a quo*, o que também esbarra nos termos do enunciado n.º 7 da Súmula desta Corte Superior.

Nesse sentido, impende colacionar trecho do voto do e. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, verbis:

"Não conheço do recurso, porque, como tenho dito outras vezes, a intervenção do Superior Tribunal de Justiça há de se dar quando há o abuso, o absurdo: indenizações de um milhão, de dois milhões, de cinco milhões, como temos visto; não é o caso. Aqui, ficaríamos entre quinhentos, trezentos e cinqüenta, duzentos, duzentos e cinqüenta, cem reais a mais, cem salários a menos. Não é, portanto, um caso de abuso na fixação, é uma discrepância na avaliação. Temos de ponderar até que ponto o Superior Tribunal de Justiça deve interferir na definição de um valor de dano moral, que é matéria de fato, para fazer uma composição mais ou menos adequada. Não sendo abusiva ou iníqua a opção do Tribunal local, não se justificaria a intervenção deste Tribunal. Se não for assim, teremos de enfrentar todas as avaliações de dano moral feitas no país, porque em todas elas poderemos encontrar uma disparidade de 10%, 20%, e essa não é a nossa função" (Resp 269.407, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, Rel. p/ Acórdão Min. Ruy Rosado de Aguiar, Quarta Turma, DJ 19.03.01).

5. Pelo exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3268)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 792.307 - MS (2006/0129157-3)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VALDEMAR BANDEIRA
ADVOGADO	: MOZART VILELA ANDRADE

DESPACHO

Diante da comunicação do Vice-Presidente do TJMS - fls. 445 - baixem os autos. Publicar.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3269)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 792.502 - GO (2006/0127396-7)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: MINERVINO FRANCISCO DE OLIVEIRA E OUTRO
ADVOGADO	: MINERVINO FRANCISCO DE OLIVEIRA (EM CAUSA PRÓPRIA)
AGRAVADO	: MARIA TEIXEIRA MENDES E OUTRO
ADVOGADO	: JOSÉ HONORATO PINHEIRO

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por MINERVINO FRANCISCO DE OLIVEIRA e outro contra decisão do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letras "a" e "c" da Constituição Federal, manejado frente a acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. INVENTÁRIO. ART. 1031 DO CPC. SEGUIMENTO NEGADO. AGRAVO INTERNO. IMPROVIMENTO.
O terceiro interessado submete-se aos mesmos prazos destinados às partes e, sendo assim, deve interpor recurso no prazo de lei. Desenvolvendo-se o inventário sob o rito do artigo 1031 do CPC o terceiro interessado não é parte nos autos, não sendo causa de nulidade a ausência de sua intimação, mormente se as questões de alta indagação referentes a alguns bens estão sendo discutidas em embargos de terceiro. Assim, não há que se desconstituir a decisão já transitada em julgado que adjudicou bens à única herdeira com a ressalva de possíveis direitos de terceiros prejudicados." (fls. 31/32)

Aduzem os recorrentes violação aos arts. 237, I, 332, 506, II, e 1.031 do Código de Processo Civil, bem como dissídio jurisprudencial.
A irresignação não merece acolhida.
De início, ressente-se o recurso especial do devido prequestionamento no que tange às matérias relativas aos dispositivos legais tidos por violados, efetivamente não debatidas pelo Tribunal ***a quo***, atraindo a censura das súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal. Impende ressaltar que o art. 1.031 do CPC, muito embora tenha sido expressamente mencionado nas razões do acórdão recorrido, não restou prequestionado sob o enfoque dado pelos recorrentes.
Ademais, consoante entendimento desta Corte, ainda que a questão federal surja no julgamento do acórdão recorrido, indispensável a oposição de embargos declaratórios, providência não adotada na espécie.
A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. MÚTUO. SFH. PREQUESTIONAMENTO. FALTA. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. UNIÃO. LITISCONSORTE PASSIVA. AFASTAMENTO. PRODUÇÃO DE PROVA. PERÍCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. REEXAME FÁTICO. SÚMULA 7/STJ. JUROS REMUNERATÓRIOS. CAPITALIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES.
1 - Ressente-se o recurso especial do devido prequestionamento no que tange às matérias relativas aos artigos tidos como violados, efetivamente não debatidas pelo Tribunal a quo, sob o enfoque dado pela recorrente, o que faz incidir a censura das súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal. Ademais, consoante entendimento desta Corte, ainda que a questão federal surja no julgamento do acórdão recorrido, indispensável a oposição de embargos declaratórios, providência não adotada na espécie.
2 - Omissis.
3 - Omissis.
4 - Omissis.
5 - Recurso especial não conhecido." (RESP 719.259/CE, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, Quarta Turma, DJ de 22.08.2005)

De outro lado, malgrado a tese de dissídio jurisprudencial, há necessidade, diante das normas legais regentes da matéria (art. 541, parágrafo único do CPC c/c o art. 255 do RISTJ), de confronto, que não se satisfaz com a simples transcrição de ementas, devendo ser mencionadas as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. Na espécie, ausente a demonstração analítica do dissenso, incide o óbice da súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.
Outrossim, "*a falta de prequestionamento inviabiliza o recurso especial também pela alínea "c" do permissivo constitucional, diante da impossibilidade de se configurar o dissídio jurisprudencial, pois não há como se demonstrar a similitude das circunstâncias fáticas e do direito aplicado.*" (AgRg no Ag 754.211/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, Segunda Turma, DJ de 28.06.2006)
Por fim, para que se infirmassem as conclusões do acórdão recorrido no sentido da regularidade do recolhimento do imposto de transmissão, seria necessária a incursão na seara fático-probatória constante dos autos, providência vedada em sede especial, a teor da súmula 07/STJ.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publicar.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3270)

EDcl no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 792.583 - SC (2006/0145161-7)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
EMBARGANTE	: BANESTADO LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADOS	: ANDRÉ VIDIGAL DE OLIVEIRA E OUTRO(S) FERNANDA DIAS MARRA E OUTRO(S) NESTOR LODETTI E OUTRO(S)
EMBARGADO	: LAMPAUTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA
ADVOGADO	: ANTÔNIO CARLOS FACIOLI CHEDID E OUTRO(S)

DECISÃO

Versa a espécie acerca de embargos de declaração no agravo de instrumento opostos por *BANESTADO LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL* contra decisão vazada nos seguintes termos:
"Trata-se de agravo de instrumento interposto por BANESTADO LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL contra decisão do Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a" da Constituição Federal, manejado frente a acórdão daquele Pretório, integrado por decisão monocrática do relator do feito proferida em sede de embargos de declaração.
O agravo não merece prosperar, porquanto a matéria discutida não foi decidida definitivamente no Tribunal ***a quo****, tendo em vista que, contra a decisão impugnada, caberia o recurso de agravo interno. Desta forma, ainda que proferida por membro de Tribunal, não pode ser considerada de última instância, não se enquadrando, assim, no permissivo constitucional do recurso especial.*
A propósito:

"PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ESGOTAMENTO DE INSTÂNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO COLEGIADO (ART. 537 DO CPC). CABIMENTO DE AGRAVO INTERNO. SÚMULA 281/STF.
I. Conforme reiterados precedentes desta Corte, cabível o recurso especial contra decisão de única ou última instância, não revestindo-se deste requisito a decisão de relator que nega seguimento a embargos de declaração, quando a competência para julgar os aclaratórios pertence ao órgão colegiado (art. 537 do CPC) e ainda cabível a interposição do agravo do art. 557, § 2º, da lei instrumental civil.
II. 'É inadmissível o recurso extraordinário quando couber, na justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada.' - Súmula n. 281 do STF.
III. Agravo desprovido." (AGA 465.420/PR, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, DJ 15.09.2003).

Nego provimento ao agravo." (fls. 161)

Sustenta o embargante, em síntese, a caracterização de omissão posto que inobservada sua argüição de violação ao art. 537 do CPC, sendo inviável "*exigir-se do recorrente que esgotasse a instância ordinária ante a ilegalidade praticada no julgamento dos embargos de declaração*" (fls. 170).
A irresignação não merece acolhida.
Com efeito, inexiste omissão, obscuridade ou contradição no julgado, pois da simples leitura dos fundamentos da decisão verifica-se que a questão foi devidamente apreciada e julgada.
Na verdade, o que pretende o embargante são os efeitos modificativos do julgado, desiderato impossível de alcançar pela via recursal eleita.
Rejeito os embargos.
Publicar.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3271)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 796.860 - RJ (2006/0129613-3)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: BARBARA REGINA DA SILVA
ADVOGADO	: GUARACY MARTINS BASTOS E OUTRO
AGRAVADO	: SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S/A
ADVOGADO	: LUIZ PAULO BARBOSA DA CONCEIÇÃO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por BARBARA REGINA DA SILVA contra decisão do Terceiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letras "a" e "c" da Constituição Federal, manejado frente a acórdão, integrado pelo proferido em sede de embargos de declaração, assim ementado:

"RESPONSABILIDADE CIVIL - ACIDENTE FERROVIÁRIO - SUBSTITUIÇÃO DE TESTEMUNHA - PRECLUSÃO - BENEFICIÁRIA DO ACIDENTADO - CONVÍVIO CONCUBINÁRIO NÃO COMPROVADO.
Vedada a substituição de testemunha por decisão proferida em sede de agravo de instrumento transitada em julgado, opera-se a preclusão.
É indispensável a prova do convívio da vítima de acidente ferroviário com a beneficiária para se pleitear indenização correspondente, o que não se concretiza com, apenas, o depoimento de uma testemunha intempestivamente arrolada.
Recurso improvido." (fls. 355)

Aduz a recorrente violação aos arts. 468 e ss. do Código de Processo Civil, bem como dissídio jurisprudencial.
A irresignação não merece acolhida.
Com efeito, o acórdão recorrido, ao reconhecer não comprovada a condição de companheira da agravante relativamente à vítima do acidente ferroviário, o faz com base nos elementos de convicção dos autos. Neste contexto, sua reforma demandaria reexame de provas, providência vedada em sede especial, ante o óbice contido na Súmula 07/STJ.
Nego provimento ao agravo.
Publicar.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3272)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 798.579 - SP (2006/0160799-0)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: CABESP CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADO	: LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANTONIO AUGUSTO DE SOUZA BARBEIRO
ADVOGADO	: KAREN RINDEIKA SEOLIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por CABESP - CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO - em face de decisão do Presidente da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letras "a" e "c" da Constituição Federal.
O agravo não merece conhecimento.
Com efeito, falta-lhe o requisito da regularidade formal, porquanto não impugnadas, de forma específica, as bases da decisão agravada. O recurso foi inadmitido pelos seguintes fundamentos: (a) impossibilidade de conhecimento de matéria de índole constitucional por esta Corte, (b) ausência do necessário prequestionamento (súmulas 282 e 356/STF), (c) necessidade de interpretação de cláusula contratual para análise da controvérsia, providência vedada em sede especial, ***ut*** súmula 05/STJ, bem como (d) ausência de configuração do pretendido dissídio jurisprudencial.
A agravante, por sua vez, nada dispõe acerca de tais fundamentos, limitando-se a repisar as razões expendidas no especial, o que atrai a incidência, na espécie, do verbete da súmula 182 desta Corte, ***verbis:***

"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Não conheço do agravo.
Publicar.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3273)

PET no RECURSO ESPECIAL Nº 799.017 - RS (2005/0193092-7)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
REQUERENTE	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADOS	: ANA DIVA TELES RAMOS EHRICH E OUTRO(S) GILBERTO EIFLER MORAES E OUTRO(S)
REQUERIDO	: METALÚRGICA BISOGNIN LTDA
ADVOGADO	: MARCOS ROBERTO FORCHEZATO E OUTRO

EMENTA

PETIÇÃO - DISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO NO MOMENTO PROCESSUAL OPORTUNO - PRECLUSÃO - OCORRÊNCIA - PEDIDO INDEFERIDO.

DECISÃO

Em petição de fl. 869, o BANCO DO BRASIL S/A, com base no art. 463, I, do CPC, requer a retificação de pretenso erro material constante da decisão monocrática de fls. 853/855. Aduz que, em vez de ter carreado os ônus de sucumbência integralmente ao autor da ação (a saber, o ora requerente), o referido *decisum* deveria ter reconhecido como sucumbente a ora requerida.
É o relatório.
Verifica-se que, ao contrário do sustentado pelo ora requerente, inexiste qualquer erro material na aludida decisão monocrática. Na verdade, o ora requerente objetiva alterar o entendimento firmado no referido decisório singular a respeito da distribuição dos ônus de sucumbência, pretensão essa que deveria ter sido veiculada em momento processual oportuno.
Assim, não tendo sido apresentado esse inconformismo nas razões do agravo regimental interposto em desfavor da supramencionada decisão monocrática, fica inviável discutir tal tema na presente etapa processual ante a ocorrência de preclusão (REsp 873.034/RJ, 1ª Turma, Min. Rel. Teori Albino Zavascki, DJ 08.02.2007; REsp 36.385/SP, 4ª Turma, Min. Rel. Aldir Passarinho Júnior, DJ 12.12.2005).
Indefere-se, pois, o pedido.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3274)

RECURSO ESPECIAL Nº 800.558 - SP (2005/0197313-5)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: LINO ALBERTO DE CASTRO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARCOS ANTÔNIO GOUVEIA E OUTRO
ADVOGADO	: CHRISTIANO NEVES DE CASTILHO E OUTRO

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - CONCESSÃO DE LIMINAR- VEDAÇÃO DA INCLUSÃO DO NOME DOS CORRENTISTAS NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - IMPOSSIBILIDADE - Inobservância, na espécie, do entendimento pacificado pela Segunda Seção desta Corte no sentido de que é necessário para tal desiderato, o depósito do valor referente à parte incontroversa do débito ou que seja prestada caução idônea e a efetiva demonstração de que a cobrança indevida se funda em jurisprudência consolidada do STF e STJ - RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo BANCO BRADESCO S/A , com fundamento no art. 105, III, "c", da Constituição Federal, em que se alega existência de dissenso jurisprudencial acerca da concessão da liminar que obsta a inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito.
Verifica-se, da análise dos autos, que, nos autos da ação revisional de contrato de abertura de crédito em conta-corrente e de outros a este vinculado, ajuizada por MARCOS ANTÔNIO GOUVEIA E OUTRO em face do recorrente, o r. Juízo de Direito *a quo*, ao considerar que, *se a parte pretende a discussão do débito em Juízo, ainda que não haja prova inequívoca para determinar, desde logo, a proibição de restrição ao crédito de acordo com documentos oferecidos, é certo que eventual restrição poderá lhe causar abalo de crédito de difícil reparação*, deferiu a liminar pleiteada no sentido de obstar a inclusão do nome dos correntistas no cadastro de inadimplentes (fl. 46). Deste *decisum*, a instituição financeira interpôs agravo de instrumento, ao qual o egrégio Tribunal de origem negou provimento (fl. 93).
Busca o recorrente a reforma do *decisum*, insurgindo-se, em síntese, contra a vedação de inscrição do nome dos devedores em cadastro de inadimplentes, tendo em conta o não preenchimento dos requisitos que a jurisprudência desta Corte entende serem necessários para o deferimento da tutela sob comento (fls. 96/101).
Os recorridos não apresentaram contra-razões (fl. 110).
A Presidência da Seção de Direito Privado do e. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferiu juízo de admissibilidade positivo à fl. 111.
É o relatório.
O recurso especial merece provimento.
Com efeito.
Verifica-se da análise acurada dos autos, que o eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ao manter a decisão do juiz de primeira instância, adotou posicionamento dissonante do desta a. Corte, em uniformização jurisprudencial, no sentido de não observar os requisitos necessários à concessão da tutela para obstar a inclusão do nome dos devedores nos órgãos de proteção ao crédito.
Veja-se que a compreensão atual deste colendo Superior Tribunal de Justiça, baseado em recente julgamento efetuado pela Segunda Seção (REsp. n.º 527.618-RS, relator Ministro César Asfor Rocha) é de que: *"o pedido em procedimento judicial que busca o cancelamento ou a abstenção da inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito (SPC, CADIN, SERASA e outros) deve ser deferido com cautela, ao prudente arbítrio do juiz, sendo indispensável a existência de prova inequívoca ou da verossimilhança do direito alegado, ou ainda, da fumaça do bom direito, consubstanciados na presença concomitante de três elementos: a) a existência de ação proposta pelo devedor, contestando a existência integral ou parcial do débito; b) a efetiva demonstração de que a cobrança indevida se funda em jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça; c) o depósito do valor referente à parte incontroversa do débito ou que seja prestada caução idônea"*.
Os elementos constantes dos autos não demonstram a presença concomitante dos mencionados requisitos autorizadores do cancelamento dos registros, pois não há, nos autos, demonstração dos depósitos, ou da prestação de caução idônea da parte incontroversa do débito.
Assim sendo, com amparo no art. 557, § 1º-A, do CPC, dá-se provimento ao recurso especial, para revogar a liminar anteriormente concedida, possibilitando-se ao credor a inclusão do nome dos correntistas no cadastro de inadimplentes.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3275)

RECURSO ESPECIAL Nº 801.616 - RS (2005/0200189-3)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: BANCO DO BRASIL S/A E OUTRO
ADVOGADO	: NELSON BUGANZA JUNIOR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CARLA VANZELOTTI
ADVOGADO	: ALEXANDRE OLIVEIRA SOARES DA SILVA

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE E DE CHEQUE-ESPECIAL - LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS - INADMISSIBILIDADE NA ESPÉCIE - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS - CONTRATOS FIRMADOS APÓS A EDIÇÃO DA MP Nº 1.963-17/2000 (atualmente reeditada sob o n. 2.170-36/2001) - COBRANÇA - POSSIBILIDADE - REPETIÇÃO DO INDÉBITO E COMPENSAÇÃO DE VALORES - POSSIBILIDADE - PROVA DO ERRO - DESNECESSIDADE - RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo BANCO DO BRASIL S/A E OUTRO, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, em que se alega violação dos artigos 4º, IX, da Lei nº 4.595/64; e 5º da Medida Provisória nº 2.170-36/2001, bem como dissídio jurisprudencial.
Verifica-se, da análise dos autos, que a ação revisional de contratos de abertura de crédito em conta-corrente e de cheque-especial proposta por CARLA VANZELOTTI foi julgada parcialmente procedente, para fixar os juros remuneratórios em 12% ao ano, vedar a capitalização mensal dos juros, excluir a cobrança da comissão de permanência e adotar o IGP-M como indexador da correção monetária, e o pedido reconvencional inversamente proposto foi julgado improcedente, em primeiro grau de jurisdição (fls. 100/109). Interpostos os recursos de apelação por ambas as partes, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul conferiu-lhes parcial provimento, para limitar os juros remuneratórios à taxa Selic, admitir a capitalização dos juros em periodicidade anual, possibilitar a repetição do indébito, na forma simples, julgar procedente o pleito reconvencional, observando-se, contudo, as alterações perpetradas na revisional (fls. 158/163).
No presente apelo nobre, buscam os recorrentes a reforma do v. acórdão, insurgindo-se, em síntese, no que diz respeito à limitação dos juros remuneratórios, à vedação da capitalização mensal dos juros e à admissão da compensação de valores e da repetição do indébito. Apontam a existência de dissenso jurisprudencial acerca da matéria suscitada (fls. 168/188).
A recorrida apresentou contra-razões às fls. 194/208.
A Terceira Vice-Presidência do e. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul proferiu juízo de admissibilidade positivo às fls. 210/211.
É o relatório.
A irresignação merece prosperar em parte.
Com efeito.
Assinala-se, inicialmente, que, em referência aos juros remuneratórios, a Segunda Seção deste egrégio Superior Tribunal entende que não incide a limitação a 12% ao ano, prevista no Decreto nº 22.626/33, salvo hipóteses legais específicas, visto que as instituições financeiras, integrantes do Sistema Financeiro Nacional, são regidas pela Lei nº 4.595/64. Nota-se que cabe ao Conselho Monetário Nacional limitar tais encargos, aplicando-se a Súmula nº 596 do STF. Veja-se, mais, que este entendimento não foi alterado após a vigência do Código de Defesa do Consumidor, cujas normas também se aplicam aos contratos firmados por instituições bancárias. E a fim de se harmonizarem os referidos diplomas legais, aquele Órgão Julgador consagrou a manutenção dos juros no percentual avençado pelas partes, desde que não reste sobejamente demonstrada a exorbitância do encargo (v.g. AgRg REsp nº 590.573/SC, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, DJU 25.05.2004).
Ademais, a autorização do Conselho Monetário Nacional para a livre contratação dos juros remuneratórios só se faz necessária em hipóteses específicas, decorrentes de expressa exigência legal, tais como nas cédulas de crédito rural, industrial ou comercial. Assim, resta dispensada a prova de prévia autorização do CMN para fixar a taxa de juros além do patamar legal no caso em concreto (v.g. AgRg nos EDcl no Resp 492.936/RS, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 22.11.2004).
Constata-se, outrossim, que é assente neste colegiado o entendimento no sentido de que a Taxa Selic não representa a taxa média praticada pelo mercado, sendo, portanto, inviável sua utilização como parâmetro de limitação de juros remuneratórios. Nesse sentido: REsp. n.º 865.977/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, DJ de 3.10.2006, AgRgREsp. n.º 815.395/RS, relator Ministro Aldir Passarinho Junior, DJ de 19.6.2006 e REsp. n.º 835.879/RS, relator Ministro Cesar Asfor Rocha, DJ de 27.9.2006.
Em relação à capitalização mensal de juros, o entendimento prevalecente nesta Corte era no sentido de que esta somente seria admitida em casos específicos, previstos em lei (cédulas de crédito rural, comercial e industrial), conforme a Súmula n° 93/STJ. Com a edição da MP 1.963-17/2000, de 31 de março de 2000 (atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2001), passou-se a admitir a capitalização

mensal aos contratos firmados posteriormente à sua entrada em vigor, desde que houvesse previsão contratual. Verificando-se, *in casu*, o preenchimento destas condições (*ut* fls. 46/49), há de ser permitida sua incidência.
Relativamente à compensação de valores e à repetição do indébito, afere-se que o Tribunal de origem adotou entendimento convergente ao posicionamento pacífico desta a. Corte, no sentido de se admitir a compensação de valores e, mesmo, a repetição de indébito na hipótese de restar verificado o pagamento indevido, com o desiderato de evitar o enriquecimento ilícito, independentemente da comprovação do erro.
Nesse sentido, esta a. Corte já decidiu:

"Agravo no recurso especial. Revisão de contrato de financiamento. Possibilidade de revisão contratual. Aplicação do CDC. Comissão de permanência. Repetição do indébito. - (...). - Admite-se a repetição do indébito, independentemente da prova de que o pagamento tenha sido realizado por erro, com o objetivo de vedar o enriquecimento ilícito do banco em detrimento do devedor. Precedentes. Agravo no recurso especial improvido." (AgRg no REsp 807052/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJ 15.05.2006)

Assim sendo, amparado no artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dá-se parcial provimento ao recurso especial, para validar juros remuneratórios contratados e admitir a capitalização destes, nos moldes pactuados.
Em razão da sucumbência recíproca na revisional, condena-se as partes ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, mantido quanto a estes o valor fixado no acórdão, que deverá ser reciprocamente suportado na proporção de 10% pelos recorrentes e 90% pela recorrida, admitindo-se a compensação nos termos da lei.
Por ser a recorrida beneficiária da assistência judiciária gratuita (fl. 30), fica suspensa a exigibilidade das custas judiciais e dos honorários advocatícios, nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/50.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3276)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 804.615 - RS (2006/0150704-6)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
REPR. POR	: I O R DA S E OUTRO
ADVOGADO	: KÁTIA MANDELLI BAUER
AGRAVADO	: J DE F (MENOR)
REPR. POR	: S M R DE F
ADVOGADO	: MARGARETH SPENCER - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROCESSUAL CIVIL - REGISTRO DE PROTOCOLO DA PETIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL ILEGÍVEL - IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DA TEMPESTIVIDADE RECURSAL - RECURSO IMPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto por I O R DA S E OUTRO contra decisão que negou seguimento a recurso especial.
É o relatório.
O recurso não merece ser provido. Com efeito.
In casu, compulsando-se os autos, constata-se que o protocolo da petição de recurso especial está ilegível, de tal forma que impede a aferição da tempestividade recursal.
Consoante entendimento pacificado nesta Corte, a tempestividade do recurso é aferida considerando-se a data de protocolo registrada na petição. Nesse sentido: AgRg no Ag 764952/SP, Relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJU de 4/9/2006; AgRg no Ag 868916/GO, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, Quarta Turma, DJU 4/6/2007; AgRg nos EDcl no Ag 816042 /DF, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Terceira Turma, DJU 13/8/2007.
Oportuno deixar assente que cabe à parte agravante a correta formação do instrumento de agravo, não podendo eventuais vícios assim ocorridos serem sanados nesta Instância especial.
Nega-se, portanto, provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3277)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 804.644 - PR (2006/0176303-8)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: PATRÍCIA REIS ODENATH PENHA
ADVOGADO	: WILSON LOPES DA CONCEICAO
AGRAVADO	: LOUDES DOS REIS
ADVOGADO	: SEBASTIÃO SERRA ZANETTE

DECISÃO

Consoante se depreende da leitura dos autos, deles consta somente a petição de interposição do agravo de instrumento transmitida via fax, ausentes as peças exigidas no art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil para conhecimento do agravo.

Art. 544. Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo de instrumento, no prazo de 10 (dez) dias, para o Supremo Tribunal Federal ou para o Superior Tribunal de Justiça, conforme o caso.

§ 1º O agravo de instrumento será instruído com as peças apresentadas pelas partes, devendo constar obrigatoriamente, sob pena de não conhecimento, cópias do acórdão recorrido, da certidão da respectiva intimação, da petição de interposição do recurso denegado, das contra-razões, da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado. As cópias das peças do processo poderão ser declaradas autênticas pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

Não conheço do agravo.
Publicar.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3278)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 806.032 - GO (2006/0180225-8)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADO	: MARIA THEREZA PACHECO ALENCASTRO VEIGA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: N C DA S C (MENOR)
REPR. POR	: J C DA S
ADVOGADO	: VALDECI FRANCISCO DE SOUZA

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DO FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA - APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA Nº 182/STJ - RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS contra decisão que negou seguimento a recurso especial.
Busca a agravante a reforma do r. *decisum*, sustentando, em síntese, que a matéria está prequestionada e que o documento apresentado pela ora agravada, exeqüente, não se reveste dos requisitos necessários para ser exeqüível. Requer, ainda, caso não seja aceito o prequestionamento implícito, seja determinado o retorno dos autos para apreciação dos embargos declaratórios, opostos com a finalidade de se obter o prequestionamento explícito do dispositivo legal dito por violado. Por fim, postula a exclusão da multa aplicada em sede de embargos de declaração (fls. 2/19).
O recurso foi contraminutado às fls. 280/291.
Parecer do Ministério Público Federal pelo não conhecimento do agravo por incidir na espécie a Súmula 284/STF (fls. 297/298).
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito.
A decisão ora agravada negou seguimento ao recurso especial, ante o óbice da Súmula 284/STF, uma vez que "*a recorrente não indica o inciso ou incisos do artigo 585 do Código de Processo Civil que, a seu ver, foram contrariados pelo acórdão recorrido.*" (fl. 270).
Verifica-se que o agravo de instrumento em exame esbarra em óbice formal intransponível, qual seja, a ausência de impugnação específica de tal fundamento, porquanto a ora agravante ocupou-se, tão-somente, em reiterar a tese já defendida nas razões do recurso especial, sem nada aduzir acerca da incidência da Súmula 284/STF.
Oportuno deixar assente, na espécie, que a parte, ao recorrer, deve buscar demonstrar o desacerto da decisão contra a qual se insurge, refutando todos os óbices por ela levantados, sob pena de vê-la mantida.
Somente se desconstituir o provimento jurisdicional recorrido é que os demais temas concernentes ao mérito da controvérsia poderão ser apreciados.
Assim sendo, incide o óbice previsto na Súmula n. 182 desta Corte, aplicada analogicamente ao caso em espécie, *in verbis*: "*É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada*".
Nesse sentido, assim já se decidiu:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. IRREGULARIDADE FORMAL. SÚMULA Nº 182/STJ. APLICAÇÃO ANALÓGICA.
1. Não merece trânsito o agravo de instrumento, por falta do requisito da regularidade formal, quando o agravante não ataca, de forma específica, as bases da decisão agravada (Tribunal de origem), limitando-se a repisar as razões deduzidas no recurso especial. Aplicação analógica da súmula 182-STJ.
2. Agravo regimental não provido." (EDcl no Ag 569492/RS, Relator Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, DJU 12/9/2005).

Ainda, nesse sentido: AgRg no AG 827481, Relator Ministro Humberto Gomes de Barros, DJU de 7/5/2007; AgRg no RESP 879876, Relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJU de 7/5/2007; e AgRg no AG 121242, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU 7/4/1997.
Não se conhece, portanto, do agravo de instrumento.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3279)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 806.386 - RS (2006/0190489-3)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: SIMONE KLITZKE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LAURO PRIEBE E OUTRO
ADVOGADO	: ILSE PLAUTZ E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SFH. APLICAÇÃO DO PLANO DE EQUIVALÊNCIA SALARIAL (PES) PARA ATUALIZAÇÃO DAS PRESTAÇÕES. CORREÇÃO DO SALDO DEVEDOR PELA TAXA REFERENCIAL - TR. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela CAIXA OCONÔMICA FEDERAL - CEF, contra decisão denegatória de admissibilidade de recurso especial fulcrado nas alíneas " a" e "c", do inciso III, do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional da 4ª Região.

Sobreveio recurso especial, no sentido de sustentar que o único critério de reajuste do saldo devedor e das prestações que encerrariam em equilíbrio contratual seria o plano de equivalência salarial. Alega, portanto, ilegalidade da aplicação do índice TR como indexador para correção do saldo devedor em financiamentos do Sistema Financeiro Habitacional. Colaciona arestos com entendimento divergente.

É o sucinto relatório.

Decido.

2. Primeiramente, a respeito do tema, esta Corte Superior de Justiça pacificou entendimento no sentido de que o Plano de Equivalência Salarial - PES somente se aplica para o cálculo das prestações mensais a serem pagas pelo mutuário, sendo incabível a sua utilização como índice de correção monetária do saldo devedor, o qual deverá ser atualizado segundo o indexador pactuado, em obediência às regras do Sistema Financeiro de Habitação.

Nesse sentido, confiram-se os seguintes precedentes:

"SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. PLANO DE EQUIVALÊNCIA SALARIAL. SALDO DEVEDOR. ATUALIZAÇÃO. I - O Plano de Equivalência Salarial não constitui índice de correção monetária, mas regra para cálculo das prestações a serem pagas pelo mutuário, tendo em conta o seu salário. II - A atualização do saldo devedor dos contratos, mesmo regidos pelo Plano de Equivalência Salarial, segue as regras de atualização próprias do Sistema Financeiro de Habitação. III - Recurso especial conhecido, mas desprovido." (REsp nº 495.019/DF, Rel. p/ acórdão Min. Antônio de Pádua Ribeiro)

"CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. CONTRATO DE MÚTUO. SALDO DEVEDOR. REAJUSTE. CORREÇÃO MONETÁRIA. PES. INADMISSIBILIDADE. ADOÇÃO DO CRITÉRIO CONTRATUAL. VARIAÇÃO DA POUPANÇA.. LEGITIMIDADE. TR. ADMISSIBILIDADE. SISTEMA DE PRÉVIO REAJUSTE E POSTERIOR AMORTIZAÇÃO. I. A aplicação do PES refere-se às prestações do financiamento e não ao reajuste do saldo devedor do mútuo vinculado ao SFH, que é legitimamente atualizado de acordo com o índice de reajuste da poupança, quando assim contratado (REsp n. 495.019/DF, Rel. para acórdão Min. Antônio de Pádua Ribeiro, 2ª Seção, por maioria, DJU de 06.6.2005). II. Ausência de vedação legal para utilização da TR como indexador do saldo devedor do contrato, desde que seja o índice que remunera a caderneta de poupança livremente pactuado. Precedentes. III . Agravo desprovido. (AgRg no Ag 735.224/RS, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, j. 19/10/2006, DJ 04.12.2006, p. 323)

"PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL - AGRAVO REGIMENTAL - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO (SFH) - PLANO DE EQUIVALÊNCIA SALARIAL (PES) - ATUALIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR - IMPOSSIBILIDADE - ÍNDICE DE REAJUSTE DO SALDO DEVEDOR - TAXA REFERENCIAL (TR) - POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO ANTES DO ADVENTO DA LEI 8.177/91 - JUROS REMUNERATÓRIOS - ART. 6º, DA LEI 4.380/64 - NÃO LIMITAÇÃO A 10% AO ANO - DESPROVIMENTO. 1 - A questão relativa à impossibilidade de aplicação do Plano de Equivalência Salarial como índice de atualização do saldo devedor encontra-se atualmente pacificada no âmbito da Primeira e Segunda Seção desta Corte. Precedentes. 2 - No concernente à aplicação da Taxa Referencial (TR), esta Corte Superior de Uniformização Infraconstitucional firmou entendimento no sentido de ser possível sua utilização, a partir da edição da Lei 8.177/91, na atualização do saldo devedor de contrato vinculado ao Sistema Financeiro da Habitação, ainda que o contrato seja anterior à citada lei, desde que pactuado o mesmo índice aplicável à caderneta de poupança. Precedentes. 3 - Conforme entendimento pacificado pela 2ª Seção desta Corte, o art. 6º, alínea "e", da Lei 4.380/64, não estabelece limitação da taxa de juros, mas apenas dispõe sobre as condições para a aplicação do reajustamento previsto no art. 5º da mesma lei (c.f. EREsp 415.588-SC). Precedentes. 4 - Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 796.494/SC, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, Quarta Turma, j. 12/09/2006, DJ 20.11.2006, p. 336)

3. Assim, conforme já demonstrado pelos precedentes acima transcritos, esta Corte Superior firmou entendimento no sentido de ser possível a utilização da TR na atualização do saldo devedor de contrato vinculado ao Sistema Financeiro da Habitação, desde que prevista ou, ainda, quando pactuada no mesmo índice aplicável à caderneta de poupança.

Nesse sentido, confiram-se os seguintes julgados:

"RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO TR. CABIMENTO PARA A CORREÇÃO DO SALDO DEVEDOR. PRECEDENTES DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. I - Entende a jurisprudência desta Corte ser possível a incidência da TR como índice de correção monetária do saldo devedor, se assim previsto em contrato de financiamento vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação. II - Não há como se conhecer do recurso especial quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida (Súmula 83/STJ). Recurso especial a que se nega seguimento." (REsp 608945/RS, Rel. Min. CASTRO FILHO, DJ 19.09.2006)

"AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE ARGUMENTOS CAPAZES DE INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. - Não merece provimento recurso carente de argumentos capazes de desconstituir a decisão agravada. SALDO SFH. CORREÇÃO MONETÁRIA DO SALDO DEVEDOR E DAS PRESTAÇÕES. TR. POSSIBILIDADE. - Prevista no contrato ou ainda, pactuada a correção pelo mesmo indexador da caderneta de poupança, é possível a utilização da Taxa Referencial, como índice de atualização do saldo devedor, em contrato de financiamento imobiliário." (AgRg nos EDcl no Ag 741542/DF, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ 12.06.2006)

4. Diante do exposto, com fundamento no artigo 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo, mas nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA
Relator

(3280)

RECURSO ESPECIAL Nº 808.353 - RS (2006/0003955-3)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: BANCO SANTANDER BANESPA S/A
ADVOGADO	: EDUARDO MACHADO DE ASSIS BERNI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: WALTER CARLOS WEBER
ADVOGADO	: JOSÉ LUIZ PRADELLA ACHE

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - INTIMAÇÃO DA SENTENÇA - PUBLICAÇÃO - AUSÊNCIA DO NOME DO ADVOGADO SUBSTABELECIDO - EXISTÊNCIA DE PEDIDO EXPRESSO - PUBLICAÇÃO IRREGULAR - NULIDADE - RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, em que se alega violação dos artigos 535, II, do Código de Processo Civil; 460 e 1.062 do Código Civil, bem como dissídio jurisprudencial quanto à eficácia de publicação de sentença em desconformidade com requerimento expresso da parte.
Verifica-se, da análise dos autos, que a ação de cobrança de complementação de aposentadoria proposta por WALTER CARLOS WEBER em face do recorrente e do INSTITUTO ASSISTENCIAL SULBANCO - IAS, teve o pedido julgado procedente pelo r. Juízo de primeiro grau.
Interposta apelação pelo autor, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul deu provimento ao recurso, nos termos da ementa a seguir:
"APELAÇÃO CÍVEL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. A teor do disposto no art. 406 do Código Civil vigente, incidem juros à razão de 1% ao mês, nas ações previdenciárias que têm caráter alimentar. Verba honorária majorada, observados os critérios do artigo 20, § 3º, do Código de Processo Civil. APELAÇÃO PROVIDA."

Contra esse r. *decisum*, o Banco Santander opôs embargos de declaração, que foram rejeitados, e, especificamente no tocante à preliminar de nulidade da intimação, à consideração de que, *in casu*, o embargante "*encontra-se representado por mais de um procurador, sendo que foi devidamente intimado através deles, não se encontrando em nenhum momento desassistido de representação processual por advogados que constituíra*."
No presente apelo nobre, busca o recorrente a reforma do v. acórdão, alegando, preliminarmente, negativa de prestação jurisdicional e nulidade da intimação. No mérito, insurge-se quanto ao percentual dos juros de mora.
O recorrido apresentou contra-razões às fls. 254/259.
É o relatório.
A irresignação merece prosperar.
Com efeito.
A despeito de ter sido requerido na contestação, que as intimações fossem realizadas "com exclusividade" na pessoa do Dr. Roberto Carneiro da Cunha, com juntada de substabelecimento (fl. 102), a publicação da sentença ocorreu em nome de outros advogados substabelecidos, o que levou o banco demandado, ora recorrente, a perder o prazo para interposição do recurso de apelação.
Não obstante a referida nulidade ter sido questionada, por intermédio de embargos de declaração, foram eles rejeitados, ante a ausência de demonstração do prejuízo.
Ao assim decidir, o Tribunal estadual dissentiu da orientação jurisprudencial desta Corte, firme no sentido de que, havendo requerimento expresso, a falta de intimação do advogado substabelecido importa nulidade do julgamento, por ofensa ao art. 236, § 1º, do Código de Processo Civil, porquanto, ainda que sejam vários os advogados substabelecidos, a indicação específica para que as intimações sejam dirigidas a um deles, tem por finalidade restringir a esse procurador o acompanhamento do processo.
É o que se infere do seguinte julgado:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTEMPESTIVIDADE. INTIMAÇÃO. VALIDADE. I. É intempestivo o agravo regimental interposto quatorze dias após a intimação. II. Havendo mais de um advogado constituído nos autos, válida a intimação efetuada em nome de um deles, se o substabelecimento foi feito com reserva de poderes e não constou pedido expresso para que a publicação fosse exclusivamente direcionada a um patrono específico. Precedentes. III. Agravo não conhecido." (AgRg no Ag 472.440/MG, Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, DJ de 15.9.2003);

"PROCESSO CIVIL. INTIMAÇÃO. PROCURADOR SUBSTABELECIDO. A intimação dos atos judiciais deve recair na pessoa do procurador substabelecido sempre que houver requerimento expresso nesse sentido, nada importando que a nota de expediente já tenha sido encaminhada à Imprensa Oficial; comunicada, depois disso, mas antes da publicação da nota de expediente, a constituição de novo procurador, a intimação é nula se feita na pessoa do anterior. Recurso especial conhecido e provido." (REsp 490.832/MG, Rel. Min. Ari Pargendler, DJ de 02.6.2003).

Confiram-se, ainda: REsp 604.798/CE, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 19.6.2006; REsp 480.226/SP, Relª. p/ Ac. Minª. Nancy Andrighi, DJ de 10.4.2006; REsp 144.325/DF, Rel. Min. Paulo Gallotti, DJ de 03.9.2001.
Assim sendo, ante a notoriedade do dissídio, autorizado pelo art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço-se do recurso, pela divergência, e dá-se-lhe provimento, para decretar a nulidade da intimação do recorrente acerca do julgamento da sentença, determinando que outra seja realizada com observância do que foi requerido expressamente na contestação. Em conseqüência, torna-se sem efeito o acórdão da apelação, bem como dos embargos de declaração.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 17 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3281)

RECURSO ESPECIAL Nº 808.374 - RS (2006/0006695-4)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: SABEMI PREVIDÊNCIA PRIVADA
ADVOGADO	: HOMERO BELLINI JUNIOR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: TÂNIA GUARDA LARA
ADVOGADO	: ROSANE MITIDIERI OCHOA E OUTRO

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - ENTIDADE ABERTA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - JUROS REMUNERATÓRIOS - LIMITAÇÃO - INEXISTÊNCIA - INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO 596/STF - PRECEDENTES DO STJ - DESCONTO DE PRESTAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO - POSSIBILIDADE - REPETIÇÃO DO INDÉBITO E COMPENSAÇÃO - POSSIBILIDADE - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pela SABEMI PREVIDÊNCIA PRIVADA, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, em que se alega violação dos artigos 4º, IX, e 18, § 1º, da Lei nº 4.595/64; 29 da Lei nº 8.177/91; 18, II, do Decreto nº 3.297/99; 5º da MP nº 2.170-36-2 e 965 do Código Civil, bem como dissídio jurisprudencial.
Verifica-se, da análise dos autos, que o pedido da ação revisional de contrato de mútuo proposta por TÂNIA GUARDA LARA foi julgado parcialmente procedente, apenas para excluir, do débito em aberto, a comissão de permanência, e tornar definitiva a liminar que deferiu a suspensão dos descontos na folha de pagamento da autora (fls. 127/130). Interpostos recursos de apelação por ambas as partes, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul proveu, em parte, apenas o recurso da autora (fls. 163/178), para limitar os juros remuneratórios em 12% ao ano, afastar a capitalização mensal, e permitir a restituição simples dos valores pagos a maior. Foi julgada prejudicada a insurgência no tocante à comissão de permanência, visto que essa providência restou expressamente determinada pela sentença apelada, não havendo insurgência da ré quanto ao ponto. *Decisum* que remanesceu inalterado ante a rejeição do embargos de declaração opostos (fls. 185/186).
No presente apelo nobre, busca o recorrente a reforma do v. acórdão, insurgindo-se no que diz respeito à limitação dos juros remuneratórios, à suspensão do desconto em folha de pagamento, bem como à possibilidade de compensação/repetição do indébito. Aponta a existência de dissenso jurisprudencial acerca da matéria suscitada (fls. 190/210).
A recorrida não apresentou contra-razões (fl. 236).
É o relatório.
A irresignação merece prosperar em parte.
Com efeito.
O entendimento da Segunda Seção desta Corte pacificou-se no sentido de que as entidades abertas de previdência privada subsumem-se no conceito de instituição financeira, razão pela qual podem cobrar juros superiores a 12% ao ano, nos termos da Lei n. 4.595/64 e da Súmula 596/STF.
Nesse sentido, assim já se decidiu:
"Entidades abertas de previdência privada. Lei Complementar n. 109/01. Operações financeiras. 1. Nos termos da Lei Complementar n. 109/01, as entidades abertas de previdência privada podem realizar operações financeiras com os assistidos, com o que não se pode fugir do regime aplicado às instituições financeiras, prevalecendo a taxa de juros pactuada. 2. Embargos de divergência conhecidos e providos" (EREsp. n. 679.865/RS, relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 4.12.2006).
Pacificou-se, ainda, que a abusividade dos juros remuneratórios deve ser verificada caso a caso, por meio do exame dos diversos componentes do custo final do dinheiro emprestado, o que deve ser feito pelas Instâncias ordinárias, sendo inviável o acolhimento da tese de onerosidade excessiva apenas em razão da estabilidade econômica do país (cfr: AgRgAgREsp. n.º 694.031/RS, relator Ministro Cesar Asfor Rocha, DJ de 6.6.2005).
Sedimentada, também, a jurisprudência deste Tribunal, no sentido da validade do desconto em folha em empréstimos bancários, o qual não pode ser suprimido por vontade unilateral do devedor, visto que da essência da avença celebrada em condições de juros e prazo vantajosos para o mutuário.
Sobre o tema, o seguinte precedente:

"Direito Civil. Agravo no recurso especial. Desconto em folha. Súmula 83/STJ. - A 2ª Seção do STJ já pacificou o entendimento no sentido da validade do desconto em folha em empréstimos bancários (REsp nº 728.563/RS). Agravo no recurso especial não provido." (ut AgRg no REsp 690967 / RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, DJ de 28.11.2005)

Por fim, afere-se que o Tribunal de origem adotou entendimento convergente ao posicionamento pacífico desta a. Corte, no sentido de se admitir a compensação de valores e a repetição de indébito na hipótese de restar verificado o pagamento indevido, com o desiderato de evitar o enriquecimento ilícito, independentemente da comprovação do erro.
Nesse sentido, o seguinte precedente:
"Agravo no recurso especial. Revisão de contrato de financiamento. Possibilidade de revisão contratual. Aplicação do CDC. Comissão de permanência. Repetição do indébito. - (...). - Admite-se a repetição do indébito, independentemente da prova de que o pagamento tenha sido realizado por erro, com o objetivo de vedar o enriquecimento ilícito do banco em detrimento do devedor. Precedentes. Agravo no recurso especial improvido." (AgRg no REsp 807052/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJ 15.05.2006)

Assim sendo, autorizado pelo art. 557, § 1º-A, do CPC, dá-se parcial provimento ao recurso especial, para permitir a cobrança dos juros remuneratórios no percentual pactuado, bem como o desconto da prestação em folha de pagamento.
Em razão da sucumbência recíproca, as custas e os honorários serão suportados pelas partes, na proporção de 60% pela recorrente e 40% pela recorrida, mantendo-se o valor da verba honorária fixada pelo acórdão recorrido, admitida a compensação, nos termos da lei.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3282)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 808.808 - RJ (2006/0174034-3)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: CARMÉLIA BELINHO PEREIRA E OUTRO
ADVOGADA	: ALESSANDRA LIMA DE SOUZA ALVES E OUTRO
AGRAVADO	: ARMANDO FERREIRA GONÇALVES PEREIRA - ESPÓLIO
REPR.POR	: ROSA DA GLORIA GONÇALVES PEREIRA - INVENTARIANTE
ADVOGADO	: ANTÔNIO BARROSO FERNANDES

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. CÓPIAS DA DECISÃO AGRAVADA, DA CERTIDÃO DE SUA INTIMAÇÃO E DA PROCURAÇÃO DO AGRAVANTE CONTIDAS NOS AUTOS. REFORMULAÇÃO DA DECISÃO. IRREGULARIDADE NO RECOLHIMENTO DE CUSTAS JUDICIAIS. PRAZO PARA SANAR VÍCIO ESTIPULADO PELO TRIBUNAL *A QUO*. REGULARIZAÇÃO FORA DO PRAZO. RECURSO ESPECIAL DESERTO. RECURSO NÃO CONHECIDO. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO PARA NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo regimental interposto por CARMÉLIA BELINHO PEREIRA E OUTRO, contra r. decisão monocrática, de fls. 416/417, que não conheceu do agravo de instrumento, assim ementada:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇAS ESSENCIAIS. AUSÊNCIA DA PROCURAÇÃO DO AGRAVANTE, DO ACÓRDÃO DA DECISÃO AGRAVADA E DE SUA CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO. ÔNUS DO AGRAVANTE INCUMPRIDO. SÚMULA 288 DO STF. AGRAVO NÃO CONHECIDO. "
Sustenta a agravante que as peças tidas como faltantes se encontram nos autos. Pugna pela reconsideração da decisão, pelo conhecimento e pelo provimento do recurso.
É o breve relatório.
Decido.
2. Com razão o agravante no que tange a presença das peças tidas como faltantes pela decisão monocrática ora hostilizada.
Nesse contexto, reformo a decisão combatida quanto a esse ponto, porquanto não restaram ausentes na instrução do presente agravo de instrumento a procuração do agravante, a decisão agravada e a sua certidão de publicação.
Assim, passo a análise do agravo de instrumento.

3. Mesmo que superado tal óbice, o recurso especial não merece ser conhecido.
A decisão agravada considerou deserto o recurso especial, uma vez que, após intimado o ora agravante para regularização do preparo, este recolheu as custas judiciais fora do prazo estipulado.
O agravante tenta justificar o ocorrido afirmando que o comando processual fora devidamente cumprido, "ainda intempestivo por 1(um) dia." (fl.07)
Ainda, alega que "não é razoável, nem tampouco proporcional, as Agravantes terem seu imóvel turbado ou esbulhado, pelo recolhimento do valor de R$ 6,90 (seis reais e noventa centavos), um dia após, o último dia estipulado na publicação." (fl.11)
O efetivo pagamento das custas judicias no momento de interposição do Recurso Especial e sua respectiva juntada para tal comprovação se fazia essencial para que o agravo fosse considerado devidamente instruído, ainda que não tidos como peças obrigatórias exigidas no art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil, com redação dada pela Lei 10.352/2001. É o que preleciona o Enunciado nº 187 do STJ, *verbis*:
"É deserto o recurso interposto para o Superior Tribunal de Justiça, quando o recorrente não recolhe, na origem, a importância das despesas de remessa e de retorno dos autos.".
O preparo do recurso consiste na efetuação, por parte do recorrente, do pagamento dos encargos financeiros que dizem respeito ao recurso interposto, e que englobam: as custas do processamento do recurso nos tribunais, e os portes de remessa e retorno dos autos ou do instrumento, no caso de agravo nesta modalidade.
Assim proclama a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DAS GUIAS DE PREPARO NO ATO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. INOBSERVÂNCIA DO ART. 511 DO CPC. DESERÇÃO. 1. A comprovação do preparo deve ser feita no ato de interposição do recurso, conforme determina o art. 511 do Código de Processo Civil - CPC, sob pena de preclusão, não se afigurando possível a comprovação posterior, ainda que o pagamento das custas tenha ocorrido dentro do prazo recursal. 2. Recurso especial improvido" (REsp n° 733.681/DF, Segunda Turma, Relator o Ministro Castro Meira, DJ de 12/9/05). "Agravo de instrumento. Preparo no recurso especial. Guia de pagamento. Preclusão. - É deserto o recurso interposto para o Superior Tribunal de Justiça quando o recorrente não recolhe devidamente, na origem, a importância das despesas de remessa e retorno dos autos. - A tardia juntada do comprovante de pagamento do porte de remessa e retorno não supre a sua exigência, porque operada a preclusão consumativa com o ato da interposição do recurso. - Recai sobre o recorrente a responsabilidade de zelar pela correta formação do recurso. - Não tendo os agravantes trazido argumentos capazes de ilidir os fundamentos da decisão agravada, é de se negar provimento ao agravo. Agravo no agravo de instrumento não provido" (AgRgAg nº 656.173, Terceira Turma, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, DJ de 10/10/05).
"APELAÇÃO. PREPARO. DESERÇÃO. PRAZO PARA RECOLHIMENTO DAS CUSTAS. - Nos termos do disposto no art. 511 do CPC (com a redação dada pela Lei n. 8.950/94), o preparo deve ser comprovado simultaneamente com a interposição do recurso. Precedente da egrégia Corte Especial. Recurso especial conhecido e Provido" (REsp n° 677.660/AM, Quarta Turma, Relator o Ministro Barros Monteiro, DJ de 7/11/05).
Assim, não tendo o agravante regularizado o preparo no prazo fixado, não há como ser conhecido o presente recurso.
4. Ante o exposto, reconsidero da decisão agravada, para conhecer do agravo de instrumento e, assim, julga-lo improvido.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 11 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3283)

RECURSO ESPECIAL Nº 812.010 - RS (2006/0016350-3)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL
PROCURADOR	: ROBERTO DE SOUZA MOSCOSO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ELIEZEMIR RODRIGUES DUARTE
ADVOGADO	: ROGERIO CALAFATI MOYSES E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - PREVIDÊNCIA PRIVADA - RESTITUIÇÃO DE VALORES REFERENTES A CONTRIBUIÇÕES PAGAS À ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL - SÚMULA 291/STJ - RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pela FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, no qual alegou violação dos artigos 75 da LC n. 109/2001, 178, § 10, II, do Código Civil de 1916 e 103 da Lei n. 8.213/91, bem como divergência jurisprudencial.
Sustenta a recorrente, em síntese, que, ao contrário do que afirmou o acórdão recorrido, a prescrição para o ajuizamento da ação ordinária de cobrança de diferenças de correção monetária sobre valores resgatados por antigos associados não é vintenária, mas qüinqüenal, nos termos da jurisprudência desta Corte.
O recorrido apresentou contra-razões às fls. 279/287.
É o relatório.
O inconformismo merece prosperar.
Com efeito.
Os elementos existentes nos autos dão conta de que o acórdão recorrido, na ação ordinária de correção monetária incidente sobre a devolução de contribuições pessoais para plano de previdência privada proposta em face da FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL, decidiu, no que interessa, que o prazo prescricional segue as regras do Código Civil, sendo, portanto, vintenário.
Veja-se que este Tribunal entende ser qüinqüenal a prescrição relativa ao recebimento de diferenças no montante devido aos beneficiários de previdência privada.
Esse entendimento restou cristalizado na Súmula n. 291 do STJ, *in verbis*: *"A ação de cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria pela previdência privada prescreve em cinco anos."*
Note-se, todavia, que o início da contagem do prazo deve levar em consideração a data da restituição das contribuições feitas ao ex-empregado, pois é a partir desse marco que surge o direito de postular as diferenças em face do recebimento a menor do que o efetivamente devido.
In casu, os elementos existentes nos autos demonstram que o recorrido recebeu a reserva de poupança em 23.11.1995, razão pela qual está prescrito o direito de reclamar eventuais diferenças de correção monetária, visto que a demanda somente foi ajuizada em 26.8.2003.
Confira-se, sobre o tema, o seguinte julgado desta Corte:
"CIVIL E PROCESSUAL. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. DESLIGAMENTO DO EMPREGADO. DEVOLUÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES. AÇÃO QUE POSTULA DIFERENÇAS. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. INOCORRÊNCIA. LEIS NS. 6.435/77, 8.213/91. LC N. 109/2001. CC, ART. 177. TERMO INICIAL. I. A prescrição das ações que discutem direitos advindos de Previdência Complementar é de cinco anos e não vintenária, sendo inaplicável à espécie o art. 177 do Código Civil. II. Inobstante o reconhecimento da aplicabilidade do prazo mais breve, a sua fluição, no caso dos autos, se dá a partir da data da restituição das contribuições feitas à ex-empregada, quando, então, surgiu o seu direito de postular as diferenças em face do recebimento a menor do que o efetivamente devido. III. Ajuizada a ação em lapso inferior a cinco anos a contar daquele termo, é de ser afastada a prejudicial. IV. Recurso especial conhecido e improvido" (REsp. n. 466.693/PR, relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJ de 22.09.2003).

Assim sendo, autorizado pelo art. 557, § 1º-A, do CPC, dá-se provimento ao recurso especial, para reconhecer a ocorrência da prescrição qüinqüenal, julgando-se improcedente o pedido, nos termos do art. 269, IV, do CPC.
O recorrido arcará com as custas e os honorários advocatícios, este últimos fixados em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se, todavia, o disposto no art. 12 da Lei n. 1.060/50.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 04 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
RELATOR

(3284)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 814.119 - SE (2006/0201249-9)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: SUDAMERIS ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A
ADVOGADO	: ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA BEZERRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSÉ GILSON BISPO
ADVOGADO	: LUIZ HAMILTON SANTANA DE OLIVEIRA E OUTRO

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Sudameris Arrendamento Mercantil S/A contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no qual se alega negativa de vigência aos arts. 4º, inc. IX, da Lei n. 4.595/1964, 2º, § 3º da Lei de Introdução ao Código Civil, 4º das Medidas Provisórias n. 1820/99 e 1925-6/00, 1.262 do Código Civil, 1º ao 7º do Decreto-lei n. 22.262/1933, 1º da Resolução n. 1.064/1985, 27, § 5º, da Lei n. 9.069/1995, 7º da Lei n. 6.099/1974 e 192, § 3º, da Constituição Federal e à Súmula n. 596 do Supremo Tribunal Federal, bem como divergência jurisprudencial.
O acórdão recorrido restou assim ementado (fl. 238):

"AGRAVO REGIMENTAL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL - MÉRITO - APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR AOS CONTRATOS BANCÁRIOS - A TAXA DE MERCADO É AQUELA FORNECIDA PELO BANCO CENTRAL. SOMENTE É ADMISSÍVEL A CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS NOS CONTRATOS EM QUE ESTA FOR EXPRESSAMENTE PREVISTA - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME."

Inicialmente, cumpre salientar que a via especial, destinada à uniformização do direito federal, não se presta à análise de possível violação a dispositivos da Constituição Federal.
Da mesma forma, é inviável a admissão do recurso especial interposto com fulcro em violação de súmula, fundamento não previsto no art. 105 da Constituição Federal, pelo que aplicável a Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.
Sem razão o recorrente quanto à aplicação do CDC. De fato, no mérito, reconheça-se a submissão das instituições financeiras aos princípios e regras do CDC, conforme, é claro, cada situação, de acordo com o entendimento do STJ cristalizado na Súmula n. 297, ou seja, "O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras".
Por outro lado, vale ressaltar, que nas razões do recurso especial, o recorrente faz menção aos dispositivos tidos como violados de forma um tanto quanto genérica, não precisando, detalhadamente, em que pontos se deram as ofensas, o que impede a admissão do apelo nobre, pelo óbice da já mencionada Súmula n. 284.
Ainda que assim não fosse, no que toca à questão da capitalização de juros, o acórdão recorrido consignou expressamente inexistir respectiva previsão contratual (fl. 242). Rever tal posicionamento implica, reflexamente, interpretação de cláusulas contratuais e reexame da matéria fática, esbarrando no óbice das Súmulas 5 e 7 do STJ.
No entanto, no que diz respeito aos juros remuneratórios, observo que o Tribunal estadual, ao negar provimento ao recurso do banco recorrente, entendendo que eles devem ser aplicados de acordo com a taxa média de mercado, divergiu da jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça.
De fato, posicionou-se esta Corte, quanto à limitação dos juros remuneratórios, no rumo de que com o advento da Lei n. 4.595/1964, diploma que disciplina de forma especial o Sistema Financeiro Nacional e suas instituições, restou afastada a incidência da Lei de Usura, tendo ficado delegado ao Conselho Monetário Nacional poderes normativos para limitar as referidas taxas.
Portanto, as limitações impostas pelo Decreto n. 22.626/1933 não se aplicam às taxas de juros cobradas pelas instituições bancárias ou financeiras em seus negócios jurídicos, cujas balizas encontram-se no contrato e regras de mercado, salvo as exceções legais (v.g. crédito rural, industrial e comercial). A propósito, aplicável a Súmula n. 596/STF. Precedentes: 3ª Turma, REsp n. 176.322/RS, Rel. Min. Waldemar Zveiter, unânime, DJU de 19.04.1999; 4ª Turma, REsp n. 189.426/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 15.03.1999; e 4ª Turma, REsp n. 164.935/RS, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, unânime, DJU de 21.09.1998.

Por outro lado, ainda que aplicável às instituições bancárias a Lei n. 8.078/1990, a Segunda Seção desta Corte, em 12.03.2003, no julgamento do REsp n. 407.097/RS, Relator para acórdão Ministro Ari Pargendler, sedimentou o entendimento de que o pacto referente à taxa de juros só pode ser alterado se reconhecida sua abusividade em cada hipótese, desinfluente para tal fim a estabilidade inflacionária no período, e imprestável o patamar de 12% ao ano, já que sequer a taxa média de mercado, que não é potestativa, se considera excessiva, para efeitos de validade da avença.
Ante o exposto, nos termos do art. 544, § 3º, do Código de Processo Civil, conheço do agravo e dou parcial provimento ao recurso especial para que sejam observados os juros remuneratórios como pactuados, mantidos os ônus sucumbenciais.
Publique-se.
Brasília (DF), 10 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3285)

RECURSO ESPECIAL Nº 816.188 - RS (2006/0024542-4)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - BANESPA
ADVOGADO	: EDUARDO MACHADO DE ASSIS BERNI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CARLOS ROBERTO LIMA PAGANELLA E OUTRO
ADVOGADO	: LUÍS DAGOBERTO PAGANELLA E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL DE MÚTUO HABITACIONAL - CARTEIRA HIPOTECÁRIA - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - INOCORRÊNCIA - FUNDAMENTAÇÃO SUCINTA - VALIDADE - AUSÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA - LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JUIZ - UTILIZAÇÃO DA TR COMO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA - JULGAMENTO *EXTRA PETITA* - INOCORRÊNCIA - FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO ATACADO - AMORTIZAÇÃO NEGATIVA E TABELA *PRICE* - QUESTÃO FÁTICO-PROBATÓRIA - INCIDÊNCIA DOS ENUNCIADOS 5 E 7/STJ - POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO DE VALORES E DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO DE FORMA SIMPLES - PRECEDENTES - ARTIGOS 955 E 958 DO CÓDIGO CIVIL/1916 - FALTA DE PREQUESTIONAMENTO - DISCUSSÃO ACERCA DO MONTANTE DAS PRESTAÇÕES - PROPOSITURA DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL - IMPOSSIBILIDADE - TÍTULO ILÍQUIDO - AUSÊNCIA DE LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS - PRECEDENTES DESTE STJ - LEGALIDADE DO CRITÉRIO DE AMORTIZAÇÃO QUE PREVÊ A CORREÇÃO DO SALDO DEVEDOR ANTES DA AMORTIZAÇÃO DECORRENTE DA PRESTAÇÃO MENSAL - INSCRIÇÃO DO NOME DOS MUTUÁRIOS EM SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS EXIGIDOS, NOTADAMENTE O DEPÓSITO DAS PARCELAS INCONTROVERSAS OU A PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO IDÔNEA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - BANESPA, com fulcro no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que, nos autos da ação revisional de contrato de mútuo habitacional, ajuizada por CARLOS ROBERTO LIMA PAGANELLA E OUTRO, decidiu, no que interessa, nos termos da seguinte ementa:

"SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL. TABELA PRICE. JUROS COMPENSATÓRIOS. INDEXADOR. POUPANÇA. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. COMPENSAÇÃO. FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO.

Possibilidade de revisão e adequação do contrato, estabelecendo o equilíbrio nas relações negociais existentes entre as partes, dentro daqueles parâmetros que confere o Estado de Direito e a função precípua do Poder Judiciário.

PRIMEIRO APELO.

1. Os juros remuneratórios quando estipulados em patamar igual ou inferior a 12% ao ano.

2. O índice de correção monetária da caderneta de poupança é a TR cumulada com juros de 0,5%, assim, deve permanecer somente a variação do indexador na forma simples.

3. A repetição de indébito independe da prova do erro, aplicando-se o art. 965 do CC quando o 'solvens' paga o que sabe não dever. Valores pagos a maior devem ser compensados com o saldo devedor.

4. Mantidos os efeitos da tutela concedida antecipadamente.

SEGUNDO APELO.

AGRAVO RETIDO IMPROVIDO.

1. A repetição de indébito independe da prova do erro, aplicando-se o art. 965 do CC quando o 'solvens' paga o que sabe não dever. Valores pagos a maior devem ser compensados com o saldo devedor.

2. Afasta-se a incidência iníqua da TABELA 'PRICE', adotando-se o método de cálculo de juros simples, com o intuito de evitar o anatocismo e a progressão geométrica e exponencial dos juros.

3. Redistribuição dos ônus da sucumbência.

PRIMEIRA APELAÇÃO IMPROVIDA E SEGUNDA PARCIALMENTE PROVIDA." (fl. 264)

O recorrente sustenta, em síntese, que: [1] houve negativa de prestação jurisdicional; [2] ocorreu julgamento *extra petita*, pois os mutuários somente requereram a substituição da TR pelo IGP-M, nada postulando quanto ao afastamento de suposta taxa de 0,5% cobrada em cumulação com a TR; [3] o acórdão recorrido alterou a fórmula de correção do saldo devedor e afastou a Tabela *Price* sem a indicação de qualquer dispositivo legal, violando os arts. 165 e 458, II, do CPC; [4] verificou-se o cerceamento de defesa, em afronta aos arts. 131 e 333, I, do CPC, uma vez que era indispensável a realização de prova pericial para se concluir que a Tabela *Price* foi desvirtuada; [5] os juros pactuados devem ser mantidos; [6] o sistema de amortização da Tabela *Price* não contempla anatocismo; [7] é possível corrigir o saldo devedor do contrato com a utilização dos índices de remuneração da poupança - TR mais 0,5% ao mês; [8] ao imputar a mora ao credor, o aresto impugnado violou os arts. 955 e 958 do Código Civil de 1916; [9] é impossível a repetição de indébito sem a prova do erro, bem como não incide, na espécie, o instituto da compensação; [10] é cabível a inclusão do nome dos mutuários devedores em órgãos de proteção ao crédito; e [11] deve-se considerar válido o título emitido em garantia do cumprimento do contrato, sendo possível o seu protesto.

Os recorridos apresentaram contra-razões às fls. 415/427.

É o relatório.

A irresignação merece prosperar, em parte.

Com efeito.

Inicialmente, quanto à negativa de prestação jurisdicional, *in casu*, o Tribunal *a quo* analisou todos os temas relevantes suscitados pelas partes, embora o resultado não tenha sido favorável ao ora recorrente.

Na realidade, o órgão julgador não é obrigado a se manifestar sobre todos os pontos alegados pelas partes, mas somente sobre aqueles que entender necessários para o julgamento do feito, de acordo com seu livre convencimento fundamentado (CPC, art. 131), utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso (nesse sentido: STJ, AgRg no Ag nº 638.361/PB, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, v.u., j. 3.3.2005, DJ 19.12.2005; STJ, AgRg no REsp nº 705.187/SC, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, v.u., j. 15.9.2005, DJ 26.9.2005).

Assim, resultado diferente do pretendido pela parte não implica, necessariamente, omissão ou ofensa à legislação infraconstitucional.

Também não padece o r. *decisum* de nulidade decorrente de ausência de fundamentação, na realidade, há, isto sim, fundamentação sucinta, a qual é possível do ponto de vista legal e amplamente consagrada no âmbito da jurisprudência, conforme se extrai dos seguintes precedentes:

"Não é nula a decisão que, a despeito de sucinta, contém a necessária fundamentação." (STJ, REsp 248.750/MG, Rel. Min. Barros Monteiro, Quarta Turma, v.u., j. 4.11.2004, DJ 1º.2.2005, pág. 563)

"A fundamentação sucinta, que exponha os motivos que ensejaram a conclusão alcançada, não inquina a decisão de nulidade, ao contrário do que sucede com a decisão desmotivada." (STJ, REsp 235.978/SP, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, Quarta Turma, v.u., j. 7.11.2000, DJ 11.12.2000, pág. 209, LEXSTJ 141/178)

Da mesma forma, não restou configurado o alegado cerceamento de defesa. Hão de ser levados em consideração o princípio da livre admissibilidade da prova e do livre convencimento do juiz, que, nos termos do artigo 130 do Código de Processo Civil, permitem ao julgador determinar as provas que entender necessárias à instrução do processo, bem como o indeferimento das que considerar inúteis ou protelatórias. Assim, não há falar em cerceamento de defesa, por ausência de produção de prova, uma vez que a decisão vergastada procedeu à devida análise dos fatos e a sua adequação ao direito. Além disso, rever os fundamentos, que levaram a tal entendimento, demandaria reapreciação do conjunto probatório, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Não se verifica, ainda, a ocorrência de julgamento *extra petita*, pois consta, da petição inicial (fl. 13), a insurgência dos mutuários no tocante à cobrança repetida de juros na correção do saldo devedor, uma vez que a atualização dos depósitos de poupança levaria em conta mais 0,5% ao mês de juros, fato que foi reconhecido pelo Tribunal *a quo*.

Quanto à alegação de que é possível corrigir o saldo devedor do contrato com a utilização dos índices de remuneração da poupança - TR mais 0,5% ao mês, o Tribunal de origem assim consignou, a respeito: "*Esses juros de 0,5% adicionados ao saldo a cada mês também incidem sobre os anteriores juros de 0,5% que foram incorporados ao saldo no mês anterior e assim sucessivamente a cada mês. Resta caracterizada a computação de juros sobre juros.*" (fl. 269). Anote-se que tal fundamento, suficiente à manutenção do acórdão recorrido, não foi impugnado nas razões de recurso especial, atraindo, à espécie, o óbice do enunciado 283 da Súmula do STF.

No concernente à existência de amortização negativa ou capitalização de juros pela utilização da Tabela *Price*, já decidiu este Superior Tribunal de Justiça que a questão não pode ser revista na via eleita, uma vez que implicaria reexame de material fático-probatório e interpretação de cláusula contratual, o que impõe a incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ.

A propósito, confira-se o seguimento precedente:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. DEFICIÊNCIA RECURSAL. ALÍNEA 'A' DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. SÚMULA 284/STF. MÚTUO HIPOTECÁRIO. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. TR. POSSIBILIDADE. TABELA PRICE I. CAPITALIZAÇÃO. SÚMULA 07/STJ. 1 - É deficiente a fundamentação recursal se, arrimada em violação de lei federal, não indica o recorrente, clara e precisamente, qual ou quais os dispositivos infraconstitucionais teriam sido vulnerados pelo julgado de origem. 2 - A taxa referencial pode ser utilizada como índice de correção monetária nos contratos de mútuo hipotecário, desde que haja pactuação. 3 - Aferir a existência de capitalização de juros com a aplicação do sistema conhecido como 'Tabela Price' é providência que não prescinde do revolvimento do conjunto fático probatório. Incidência da súmula 07/STJ. 4 - Recurso especial conhecido em parte (letra 'c') e, nesta extensão, parcialmente provido." (REsp. n.º 747.767/PR, relator Ministro Fernando Gonçalves, DJ de 1º.2.2006)

No tocante à compensação de valores e à repetição do indébito, este Tribunal já decidiu pela sua admissão, independentemente da prova de que o pagamento tenha sido realizado por erro; todavia, tão-somente, em sua forma simples (REsp. n.º 630.985/RS, relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 8.5.2006; Ag n.º 732.562/RS, relator Ministro Jorge Scartezzini, DJ de 22.3.2006 e REsp. n.º 873.775/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, DJ de 19.9.2006).

Quanto à mora, veja-se que as questões relativas aos dispositivos tidos por violados não foram objeto de debate ou deliberação pelo Tribunal de origem, restando ausente, assim, o requisito indispensável do prequestionamento da matéria. Incidem, à espécie, os enunciados 282 e 356 da Súmula do STF.

Sem razão, ainda, o recorrente quando afirma que a propositura de qualquer ação não inibe o credor de promover a execução extrajudicial do título executivo. A Segunda Seção desta Corte, no julgamento do EREsp nº 462.629/RS, Relator o Ministro Ari Pargendler, decidiu que a *"execução extrajudicial, tal como prevista no Decreto-Lei nº 70, de 1966, pressupõe crédito hipotecário incontroverso, sendo imprestável para cobrar prestações cujo montante está sob discussão judicial"* (DJ de 9.11.2005).

No mais, com razão o recorrente.

Já decidiu esta Corte que, tratando-se, especificamente, de contratos de mútuo hipotecário não regidos pelo Sistema Financeiro da Habitação, como no caso concreto, admite-se a pactuação de juros remuneratórios acima de 12% ao ano. Nesse sentido:

"Direito civil e processual civil. Contrato de financiamento imobiliário. Carteira hipotecária. Juros remuneratórios. Capitalização mensal de juros. Taxa referencial. Incidência. CDC. Incidência. Compensação. Prequestionamento. Ausência. Ação de consignação em pagamento. Revisão de cláusulas contratuais. Possibilidade.

- Em contrato de financiamento imobiliário firmado sob o regime da carteira hipotecária, não incide a limitação de juros remuneratórios prevista na Lei de Usura.

- É vedada a capitalização mensal de juros em contrato de financiamento imobiliário.

- Em regra, admite-se a incidência da taxa referencial como critério de atualização do saldo devedor em contrato de financiamento imobiliário.

- É de consumo a relação jurídica estabelecida entre o agente financiador e o mutuário adquirente do imóvel.

- É inadmissível o recurso especial na parte que em não houve o prequestionamento do direito tido por violado.

- Na ação de consignação em pagamento, é possível ampla discussão sobre o débito e o seu valor, inclusive com a interpretação da validade e alcance das cláusulas contratuais. Precedentes.

- Recurso especial a que se dá parcial provimento."

(REsp 436.842/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJ 14.5.2007, p. 279). E, ainda: REsp 268.707/RS, relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ 12.11.2001 e REsp 267.337/SP, relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 4.6.2001.

No tocante ao momento de correção do saldo devedor, a orientação deste Tribunal firmou-se no sentido da legalidade do critério que prevê a incidência da correção monetária e juros sobre o saldo devedor antes da amortização decorrente do pagamento da prestação mensal do contrato.

Veja-se, nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AMORTIZAÇÃO. FORMA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DOBRO. IMPOSSIBILIDADE. 1 - É legítimo o critério de amortização do saldo devedor, aplicando a correção monetária e os juros para, em seguida, abater a prestação mensal paga. 2 - A jurisprudência iterativa da Terceira e Quarta Turma orienta-se no sentido de admitir, em tese, a repetição do indébito, ficando relegado às instâncias ordinárias o cálculo do montante, a ser apurado, se houver, mas sempre na forma simples. 3 - Agravo regimental não provido." (AgRgREsp 675.973/RS, rel. Ministro Fernando Gonçalves, DJ 26.9.2006). E, ainda: REsp 670.802/DF, rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, DJ 14.3.2005; e REsp 227.294/SP, rel. Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJ 14.8.2006.

Com relação à possibilidade de inscrição do nome dos mutuários em cadastros de inadimplentes, o acórdão recorrido dissentiu da orientação desta Corte sobre a matéria, que, após inicial divergência, evoluiu para concluir que o só fato de haver discussão do débito em juízo não constitui obstáculo ao registro em cadastros de inadimplentes, sendo necessário, ainda, o preenchimento de outros requisitos, a saber: a) a efetiva demonstração de que a contestação da cobrança se funda na aparência do bom direito e na jurisprudência consolidada do STF ou do STJ; e b) o depósito ou a prestação de caução do valor referente à parte incontroversa do débito.

A propósito, cita-se o seguinte precedente:

"CAUTELAR. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. SUSPENSÃO. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. CABIMENTO. VERIFICAÇÃO. REQUISITOS. SÚMULA 7/STJ. VEDAÇÃO. INSCRIÇÃO. MUTUÁRIOS. CADASTRO DE INADIMPLENTES. POSSIBILIDADE. I - Conforme entendimento pacificado, a ação cautelar é meio hábil para suspensão da execução extrajudicial dos imóveis adquiridos pelo Sistema Financeiro da Habitação, sendo que, no caso, aferir a presença dos requisitos autorizadores da medida importa reexame de matéria fática, vedado pela Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça. II - É cabível a concessão de medida cautelar para impedir a inscrição do nome dos mutuários em cadastro de inadimplentes quando: a) existir ação questionando integral ou parcialmente o débito principal; b) o devedor estiver depositando o valor da parcela que entende devido; c) houver demonstração da plausibilidade jurídica da tese invocada ou fundar-se esta em jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal. Recurso não conhecido." (REsp 725.761/PE, relator Ministro Castro Filho, DJ de 26.9.2005)

In casu, a inexistência do depósito ou de caução idônea é suficiente para afastar a possibilidade de concessão da medida pleiteada.

Assim sendo, amparado no art. 557, § 1º-A, do CPC, dá-se parcial provimento ao recurso, para: i) admitir a cobrança dos juros remuneratórios nos termos pactuados; ii) determinar que o saldo devedor seja corrigido antes da amortização decorrente da prestação mensal; e iii) afastar a proibição de cadastramento do nome dos devedores nos órgãos de proteção ao crédito.

Em razão da sucumbência recíproca, as partes arcarão com as custas e os honorários advocatícios, na proporção de 20% pelo recorrente e 80% pelos recorridos, estes últimos nos moldes fixados na r. sentença, admitindo-se a compensação, nos termos da lei.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3286)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 817.036 - MA (2006/0191680-0)

RELATOR	**:**	**MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	:	CARACAS VILELA E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	:	IVALDECI ROLIM DE MENDONÇA JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	:	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A - BANRISUL
ADVOGADO	:	FREDERICO FEITOSA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSO CIVIL - EMBARGOS INFRINGENTES - ADMISSÃO - POSTERIOR DESISTÊNCIA - INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL CONTRA PARTE UNÂNIME, APÓS A HOMOLOGAÇÃO DA DESISTÊNCIA - DESNECESSIDADE - EFEITOS DA DESISTÊNCIA QUE SE OPERAM DESDE LOGO E PRESCINDEM DE HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL - RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO - AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Agravo de instrumento, interposto por Caracas Vilela e Cia. Ltda. com o escopo de reformar decisão que obstou a caminhada de recurso especial apresentado com espeque no artigo 105, inciso III, letra "a", da Constituição da República. O acórdão impugnado encontra-se fundado na seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. 1º APELO. PROTESTO INDEVIDO. DANO MORAL COM RESULTADOS PRESUMIDOS. DESNECESSIDADE DE PROVAS QUANTO AO PREJUÍZO E SUA EXGTENSÃO. OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR CONFIGURADA. RECURSO IMPROVIDO.

O protesto de título cuja indicação ocorrera após seu regular pagamento gera dano moral indenizável, uma vez que caracterizado o protesto indevido da cártula.

Apelo improvido. Unanimidade"(fl. 31).

Contra esse desate foram opostos embargos de declaração (cf. fls. 41/49 e 58/64), com o fim de que fossem extirpadas do julgado omissões e contradições que estariam a residir, notadamente em vista de o mérito ter sido decidido de modo uníssono, o mesmo não ocorrendo em relação à preliminar de ilegitimidade passiva da entidade bancária que, registrada desarmonia entre os julgadores, evidenciou-se que a matéria foi decidida por maioria de votos. Com a juntada do voto divergente, observa-se que a Corte de origem houve por bem rejeitar os declaratórios *suso* referidos (cf. fls. 67/69).
Desse desate, foram opostos embargos infringentes com o fito de que prevalecesse o modo de julgar destoante, que reconheceu a legitimidade passiva do Banco do Estado do Maranhão (cf. fls. 76/84).
Admitidos os sobreditos embargos infringentes (cf. fl. 98), em seguida veio a lume petição postulando a desistência do recurso em comento (cf. fl. 99).
Veio à balha o prefalado recurso especial fincado na afronta ao artigo 264 do Código Civil, tendo em vista que *"sendo solidária a forma de pagamento da dívida estabelecida na sentença de primeiro grau (e não reformada pelo Tribunal de Justiça para reduzir o valor da indenização por excessividade), com a exclusão de um dos co-devedores - como aconteceu com o reconhecimento da ilegitimidade passiva do BEM -, o co-devedor remanescente fica obrigado à dívida toda"* (fl. 105).
Ao efetivar o juízo de admissibilidade, foi negado seguimento ao recurso especial ancorado no fundamento de que a impugnação foi apresentada contra parte unânime do julgado recorrido, de modo que *"a interposição dos embargos infringentes contra a parte não unânime do acórdão não acarreta interrupção de prazo para eventual impugnação da parte unânime"* (fl. 112). Com o fito de reforçar o fundamento aduzido colheu precedente desta Corte Superior de Justiça.
Irresignado com esse desfecho o recorrente apresentou embargos declaratórios assegurando que o citado precedente não estaria adequado à situação dos autos, tendo em conta que naquele caso os infringentes foram tidos por manifestamente inadmissíveis, enquanto que, no particular, os embargos foram admitidos por decisão da Senhora Desembargadora Relatora (cf. fls. 115/119). Por sua vez, a Presidência da Corte *a quo* manteve o *decisum* e rejeitou os embargos de declaração (cf. fls. 128/129).
Aflorou, pois, agravo de instrumento, o qual, após apresentada contraminuta, subiram os autos para este Sodalício.
É o relatório.
2. Antes de penetrar no busílis da *quaestio iuris*, cumpre perquirir acerca da cronologia que ensejou o inconformismo ora apresentado.
Emerge que o desfecho do apelo apreciado pelo Tribunal de origem foi publicado em 23 de fevereiro de 2005 (cf. fl. 40). Opostos embargos de declaração em 28 daquele mês e ano, o acórdão os apreciou foi publicado em 05 de maio de 2005 (cf. fl. 57). Novos embargos foram opostos em 16 de maio de 2005 (cf. fl. 58), em vista de a publicação do acórdão embargado ter ocorrido numa sexta-feira (cf. fl. 57). Publicado o resultado do julgamento em 08 de agosto do ano mencionado, foram opostos embargos infringentes em 17 daquele mês e ano, ou seja, dentro do lapso temporal previsto no artigo 508 do Estatuto Processual Civil, advindo, pois, a impugnação da parte embargada (cf. fls. 76 e 88).
Com a admissão dos embargos infringentes em 02 de dezembro de 2005 (cf. fl. 98), sobreleva reiterar que foi apresentada petição de desistência do recurso em 12 de dezembro de 2005 (fl. 99), a qual foi devidamente homologada por decisão publicada em 10 de março de 2006 (cf. fl. 100).
O recurso especial, por seu turno, foi interposto em 09 de janeiro de 2006 (cf. fl. 102).
Como é de fácil inferência, a petição de desistência dos embargos infringentes precedeu à interposição do recurso especial. Essa advertência se faz mister, diante da necessidade de eliminar qualquer afronta ao princípio da unirrecorribilidade.
É cediço, também que a apresentação da petição de desistência de recurso não permite posterior retratação, posto cuidar de ato unilateral em que a chancela do Judiciário possui natureza meramente declaratória e os efeitos se operam tão-logo se formalize a manifestação de vontade da parte recorrente. Esse raciocínio, aliás, pode ser colhido do disposto no artigo 158 do Código de Processo Civil, ao dispor que *"os atos das partes, consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, produzem imediatamente a constituição, a modificação ou a extinção de direitos processuais"*.
Acerca da desistência do recurso, doutrina Barbosa Moreira que *"o órgão judicial, tomando conhecimento da desistência do recurso e verificando-lhe a regularidade, simplesmente declarará extinto o procedimento recursal ..."* (cf. "Comentários ao Código de Processo Civil", 11ª edição revista e atualizada, Forense Editora, volume V - arts. 476 e 565, Rio de Janeiro, 2003, p. 332/333). Em outro passo, adverte que *"a desnecessidade da homologação não significa exclusão de* toda e qualquer *atuação do juiz (ou tribunal). É óbvio que este há de conhecer do ato e exercer sobre ele o normal controle dos atos processuais em geral. A diferença em relação às hipóteses de ato dependente de homologação reside em que, nestas, o pronunciamento judicial tem natureza* constitutiva, *acrescenta algo de novo, e é ele que desencadeia a produção dos efeitos, ao passo que, aqui, toda a eficácia remonta à desistência, cabendo tão-só ao juiz ou ao tribunal apurar se a manifestação de vontade foi regular e - através de pronunciamento meramente* declaratório - *certificar os efeitos* já operados" (ob. cit. p. 333).
Esse modo de pensar se harmoniza com precedentes desta Corte Superior de Justiça, podendo ser lembrado, entre outros, o pronunciamento do saudoso Ministro Franciulli Netto, ao elucidar que *"a desistência do recurso interposto produz efeitos desde logo e prescinde de homologação, bastando, para tanto, um pronunciamento judicial declaratório desses efeitos que provêm de ato unilateral da parte recorrente. Se pode inferir, assim, que, em face dos efeitos que exsurgem da desistência do recurso, não há espaço para posterior retratação"* (RSTJ 186/189).
Nesse caminhar, traçando um paralelo entre o ensinamento doutrinário, a posição jurisprudencial e a situação que aflora dos autos, percebe-se que no momento em que houve a desistência dos embargos infringentes interpostos contra a parte não unânime do acórdão, caberia à parte recorrente, dentro do lapso de 15 (quinze) dias, apresentar recurso especial para a reforma do ponto unânime do julgado.
Assim, pois, admitidos os embargos infringentes em 02 de dezembro de 2005 (cf. fl. 98) e apresentada petição de desistência do recurso em 12 de dezembro de 2005 - segunda-feira - (fl. 99), a partir daí começou a fluir o prazo para interposição de recurso especial, que se findou 15 (quinze) dias após. Entrementes, a interposição do recurso especial somente em 09 de janeiro de 2006 (cf. fl. 102), evidencia nítida intempestividade do recurso.
3. Pelo que precede, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3287)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 817.906 - SC (2006/0210678-1)

RELATOR	**:**	**MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	:	ALBERTO VIEIRA VENTURA
ADVOGADO	:	ALBERTO VIEIRA VENTURA (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTRO
AGRAVADO	:	UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADVOGADOS	:	PAULO GUILHERME PFAU E OUTRO(S) THIAGO LUIZ BLUNDI STURZENEGGER

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - AFASTAMENTO DA MORA E DA INADIMPLÊNCIA - FALTA DE PREQUESTIONAMENTO - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL A RESPEITO DA SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA, DO VALOR DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, DA LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS E DA POSSIBILIDADE DA COBRANÇA CUMULADA DE ENCARGOS NO PERÍODO DA INADIMPLÊNCIA - AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E O PARADIGMA - AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto por ALBERTO VIEIRA VENTURA contra decisão denegatória de admissibilidade de recurso especial (art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal) em que se alega ofensa aos artigos 145, V, 963 do CC/1916 e 51, IV e VIII, do CDC, além de dissídio jurisprudencial.
Busca o agravante a reforma do r. *decisum*, sustentando, em síntese, ter havido o devido prequestionamento dos dispositivos tidos por violados. Aduz, ademais, inexistir deficiência de fundamentação no recurso especial *"no que tange ao art. 51, VIII, do CDC"* (fl. 05). Afirma, ainda, que o dissídio jurisprudencial foi devidamente comprovado.
O recurso foi contraminutado às fls. 237/247.
É o relatório.
A celeuma instaurada no recurso especial relativamente à alínea *a* do permissivo constitucional centra-se na alegação de que os arts. 145, V, 963 do CC/1916 e 51, IV e VIII, do CDC foram violados quando o Tribunal de origem deixou de afastar a mora e a inadimplência apesar de ter reconhecido a existência de encargos abusivos. Aliás, sobre essa questão, também se sustentou a existência de divergência jurisprudencial. No que diz respeito à parte do apelo nobre concernente à existência de dissídio jurisprudencial, controverte-se sobre as seguintes questões: *i)* a possibilidade de cumulação dos encargos de inadimplência para o período compreendido entre o vencimento do contrato *sub judice* e a data de 31.12.1998; *ii)* a limitação da taxa de juros remuneratórios; *iii)* a existência de sucumbência mínima; *iv)* a necessidade de majoração do *quantum* fixado a título de honorários advocatícios.
O presente agravo de instrumento não merece prosperar.
Com efeito.
Inicialmente, no tocante ao tema atinente à inexistência de mora e de inadimplência, trazido sob a indicação de ocorrência de divergência jurisprudencial e de afronta aos arts. 145, V, 963, do CC/1916 e 51, IV e VIII, do CDC, verifica-se que essa matéria não foi objeto de debate pelo v. aresto impugnado. Oportuno deixar assente que, para suscitar o prequestionamento da referida questão, competia ao agravante opor os competentes embargos de declaração e, caso estes fossem rejeitados, indicar, no recurso especial, contrariedade ao art. 535 do CPC ou a outro comando normativo que censure a negativa de prestação jurisdicional, providências essas não constatadas na espécie.
Assim, ausente o indispensável prequestionamento viabilizador do apelo nobre, é de rigor a incidência do disposto nas súmulas ns. 282 e 356 do STF, *in verbis*:
"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."
"O ponto omisso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento."

Em referência à apontada divergência jurisprudencial a propósito da impossibilidade de cumulação dos encargos incidentes no interstício compreendido entre a data de vencimento da avença ora em revisão e a de 31.12.1998, impende ressaltar que o acórdão paradigma entendeu pela impossibilidade de cobrança de comissão de permanência concomitantemente com *"juros remuneratórios, juros moratórios, correção monetária e multa contratual"* (fl. 69), situação diversa da controvertida no acórdão recorrido. De fato, no aresto ora hostilizado, não se invocou a incidência da cobrança da comissão de permanência simultaneamente com a dos encargos da inadimplência no período supracitado (qual seja, do vencimento do contrato *sub judice* até 31.12.1998). Na verdade, o Tribunal de origem assentou que a cobrança da comissão de permanência seria devida, desde que fosse calculada à taxa média de mercado, condição essa impossível de ser atendida para o interstício compreendido entre o vencimento da avença *sub oculi* e a data de 31.12.1998 em razão do fato de as taxas médias de mercado, segundo a Circular n. 2.957/99 do BACEN, somente estarem *"disponíveis a partir de 01.01.99"* (fl. 29). Com base nessa constatação, o Tribunal de origem determinou que, para o lapso temporal supracitado, a comissão de permanência deveria ser afastada em favor da incidência dos *"juros remuneratórios de 12% a.a., em conjunto com (...) juros moratórios (...) correção monetária (...) além da multa contratual"* (fl. 29). Como se vê, o acórdão recorrido amparou-se em situação fática distinta daquela sobre a qual se apoiou o aresto paradigma.
Dessa forma, ausente a identidade fática entre os casos confrontados, inviável, nesse ponto, o conhecimento do recurso especial pela alínea *c* do permissivo constitucional. Por oportuno, assim já se decidiu:

"Processual civil. Agravo no Agravo de Instrumento. (...) Dissídio não comprovado.
(...)
- Inviável o recurso especial pela alínea 'c' quando não comprovada a similitude fática entre os arestos trazidos à colação.
Agravo não provido." (AgRg no Ag 867.464/SP, 3ª Turma, Rel. Ministra Nancy Andrighi, DJ 27.08.2007)

Semelhantemente, no que tange ao dissídio jurisprudencial concernente à limitação dos juros remuneratórios, falta similitude fática entre os casos confrontados. Enquanto, no acórdão paradigma, assentou-se que a aferição da exorbitância dos juros remuneratórios deve ser efetuada, *"caso a caso, à vista de taxa que comprovadamente discrepe, de modo substancial, da média do mercado na praça de empréstimo, salvo se justificada pelo risco da operação"* (fl. 79), tem-se, no acórdão recorrido, hipótese fática distinta, consistente no tese de que, no período de 29.01.1991 a 25.06.1991, é inviável a limitação dos juros remuneratórios em razão de as taxas médias de mercado, apuradas pelo BACEN, só estarem disponíveis a partir de 01.01.1999 (data muito posterior às retromencionadas).
Outrossim, quanto ao dissídio pretoriano relativo à existência de sucumbência mínima e à necessidade de majoração do valor arbitrado a título de honorários advocatícios, inexiste identidade fática entre os casos trazidos à colação. É que, no acórdão paradigma, aplicou-se o comando do art. 21, parágrafo único, do CPC em caso de complementação de aposentadoria, ao passo que, no acórdão recorrido, o impasse orbita em torno de revisão de contrato bancário. Ademais, no acórdão paradigma, a parte vencedora sucumbiu apenas no respeitante à definição do termo inicial para a incidência dos juros de mora, o que distancia do caso *sub judice*, em que o ora agravante foi vencido em mais de uma questão (*v.g.*, manutenção da taxa de juros remuneratórios pactuada *"nos contratos com vigência anterior à 1999"* (fl. 29), admissão parcial da comissão de permanência, etc). Assinala-se, ainda, que no aresto paradigma não há qualquer referência ao *quantum* devido a título de honorários advocatícios.
Nega-se, pois, provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3288)

EDcl no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 822.473 - MG (2006/0222370-3)

RELATOR	**:**	**MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
EMBARGANTE	:	UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADVOGADOS	:	CAMILA OLIVEIRA MAGALHÃES LEAL E OUTRO(S) GUSTAVO BARATELLA DE TOLEDO E OUTRO(S) RICARDO LUIZ BLUNDI STURZENEGGER E OUTRO(S)
EMBARGADO	:	WALTER DIAS DA COSTA
ADVOGADO	:	JÔNATAS DE FRANCO QUINTÃO E OUTRO

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A em face de decisão assim vazada:

"Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão denegatória de admissibilidade de recurso especial (art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal), objetivando a análise, por esta Corte, de afronta aos artigos 128 do CPC, 2º e 3º, do Decreto-lei 911/69, além de divergência jurisprudencial.

Quanto à alínea "c", do permissivo constitucional, esta Corte tem decidido que, a teor do artigo 255 e parágrafos do RISTJ, para a comprovação e apreciação do dissídio pretoriano, devem ser mencionadas as circunstâncias que identificam os casos confrontados, bem como juntadas cópias integrais de tais julgados ou, ainda, citado repositório oficial de jurisprudência.
In casu, verifico que o dissenso pretoriano não restou demonstrado por meio do cotejo analítico, com transcrição de trechos dos acórdãos recorrido e paradigma, que exponham a similitude fática entre os casos confrontados e a diferente interpretação da lei.
No que pertine à alínea "a", a jurisprudência desta Corte tem recepcionado a possibilidade de discussão sobre a legalidade de cláusulas contratuais como matéria de defesa na ação de busca e apreensão (REsp 267758/MG, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJ 22.06.2005; REsp nº329.389/RS, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, DJ de 04.03.2002).
Por tais fundamentos, nego provimento ao agravo, nos termos do artigo 34, incisos VII e XVIII, do RISTJ."

Alega contradição na decisão, porquanto refere tema estranho ao recurso, não impugnado pelas partes.
Os embargos não merecem acolhida.
Não há contradição na decisão, que levou em conta a tese do ora embargante constante à fl. 85. De qualquer modo, acrescento que os dispositivos apontados como violados não foram examinados no acórdão recorrido, o que faz incidir a censura das súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal, e aplicam-se à hipótese as súmulas 283 e 284/STF no tocante ao fundamento do acórdão recorrido de que "*tendo ocorrido acordo, quanto às parcelas devidas, ainda que já em curso a demanda objetivando a busca e apreensão do bem dado em garantia, não poderá ser o devedor impedido de usufruir a posse do bem, sem que lhe tenha sido oportunizado o cumprimento do acordo.*"
Rejeito os aclaratórios.
Publicar.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES
Relator

(3289)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 822.662 - SP (2006/0213479-9)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: SEBASTIÃO GIRONI
ADVOGADO	: HENRIQUE FURQUIM PAIVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO NOSSA CAIXA S/A
ADVOGADO	: IZABEL CRISTINA RAMOS DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Sebastião Gironi contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no qual se alega, além de divergência jurisprudencial, negativa de vigência aos arts. 4º, alínea "b", § 3º, da Lei n. 1.521/51, 4º, inc. IX, da Lei n. 4.595/64, 1º do Decreto n. 22.626/33, 51, incs. IV e X, e 52, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor, 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, 406 do Código Civil atual, 115 e 120 do Código Civil de 1916.
O acórdão recorrido restou assim ementado, **verbis** (fl. 125):

"JUROS - Mútuo bancário - Anatocismo - Defesa abstrata, sem apontá-lo minimamente - Laudo pericial, ademais, não impugnado em sua substância - Recurso não provido.
JUROS - Remuneratórios - Inexistência de limitação (Súmulas 596 e 648 do Supremo Tribunal Federal) ou incompatibilidade com o Código do Consumidor (Súmula 297 do Superior Tribunal de Justiça) - Recurso não provido.
MULTA CONTRATUAL - Moratória - Estipulação em dez por cento - Legalidade - Negócio anterior à Lei n° 9.298/96 - Exigência, ademais, de percentual inferior, em conformidade com o art. 52, § 1°, da Lei n° 8.078/90 - Recurso não provido.
SUCUMBÊNCIA - Distribuição - Redução do **quantum** em mais de dez por cento - Decaimento mínimo (Código de Processo Civil, art. 21. parágrafo único) - Inadmissibilidade - Derrota, entretanto, não substancial, considerando o objeto da lide, não se justificando a reciprocidade nem o pagamento integral do perito, ainda que o **ex adverso** seja beneficiário da gratuidade - Honorários advocatícios em doze por cento, substituida a fixação **initio litis** e responsabilidade por 1/8 da remuneração do perito - Recurso parcialmente provido."

A insurgência não merece prosperar.
De fato, a questão da taxa de juros já se encontra pacificada nesta Corte, sendo certo que aos contratos de arrendamento mercantil não se aplica a limitação dos juros em 12% ao ano, prevista no Decreto n. 22.626/33. Anote-se:
"PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. SÚMULA N. 207-STJ. INAPLICABILIDADE. JUROS REMUNERATÓRIOS. CORREÇÃO DAS PARCELAS. VARIAÇÃO CAMBIAL. DÓLAR NORTE-AMERICANO. ORIGEM EXTERNA DO CAPITAL. COMPROVAÇÃO. DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS. REDIMENSIONAMENTO NECESSÁRIO SEMPRE QUE HOUVER MUDANÇA NA SUCUMBÊNCIA. TEMAS PACIFICADOS PELA 2ª SEÇÃO.
I - **omissis**
II - **omissis**
III. Não incide a limitação de juros de 12% ao ano prevista na Lei de Usura aos contratos bancários de **leasing**, sequer considerada excessivamente onerosa a taxa média do mercado. Precedente uniformizador da 2ª Seção do STJ, posicionamento já informado no despacho agravado.
IV - **omissis**
V - **omissis**
VI. Agravo regimental improvido."
(4ª Turma, AgR-REsp n. 872.027/RS, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, unânime, DJU de 05.03.2007)
No tocante à capitalização e à comissão de permanência, concluiu a Turma julgadora pelo seu não reconhecimento (fl. 127) . Ultrapassar esse entendimento demandaria o reexame de provas, o que é vedado nesta sede. Incidência da Súmula n. 7/STJ.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 10 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3290)

RECURSO ESPECIAL Nº 826.531 - DF (2006/0052388-7)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - BANESPA
ADVOGADO	: ANDRÉ LUIZ BUNDCHEN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: OFÉLIA APARECIDA DE FIGUEIREDO
ADVOGADO	: RONALD WANDERLEY MIGNONE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ENCOL S/A ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA - MASSA FALIDA
ADVOGADO	: OLVANIR ANDRADE DE CARVALHO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão prolatado pelo Colendo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que reconheceu a ineficácia de hipoteca estabelecida entre a construtora e a instituição financeira, mutuante do empreendimento imobiliário, aquela sobre imóvel objeto de compra e venda avençada com a adquirente-autora.
Preliminarmente, quanto à assertiva de violação ao art. 535 do CPC, sem razão o recorrente, haja vista que enfrentadas todas as questões levantadas pela parte, porém em sentido contrário ao almejado. De igual modo, no tocante ao **quantum** da condenação na verba advocatícia, desde que não haja majoração ou depreciação excessivas, inadmissível o reexame dos critérios utilizados, em face do óbice da Súmula n. 7/STJ
No mérito recurso é inadmissível. O entendimento firmado no STJ cristalizou-se no mesmo sentido do acórdão recorrido, com a edição do verbete n. 308 da Súmula do STJ.
Pelo exposto, nos termos do art. 557, **caput**, do CPC, nego seguimento ao recurso.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3291)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 827.319 - PR (2006/0219710-5)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: CLÁUDIO KRAUSE E OUTROS
ADVOGADO	: ÉDINA BEATRIZ GRUNOW RICKLI
AGRAVADO	: BANCO BANESTADO S/A
ADVOGADO	: JOSÉ ELI SALAMACHA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Cláudio Krause e outros contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no qual se alega negativa de vigência aos arts. 1º, § 1º, incs. III, IV, V e VI, da Resolução n. 2.471/88, 1º, § 1º, inc. V, e 4º, da Resolução n. 2.666/99, 5º, inc. XXVI, da Constituição Federal, e 649, inc. VI, do Código de Processo Civil, bem como divergência jurisprudencial.
O acórdão recorrido restou assim ementado, **litteris** (fls. 144/145):

"EXECUÇÃO SOBRE CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA E HIPOTECÁRIA. EMBARGOS IMPROCEDIDOS. ABRANGÊNCIA DA DÍVIDA RURAL AO ART. 1º, RESOL. 2.730/2000, BACEN, PRELIMINAR COLOCADA RECURSALMENTE A TÍTULO CONFIGURAR EXTINTIVA CONDIÇÃO ACIONÁRIA. QUESTÃO ENTRETANTO, DE ORDEM MERITÓRIA, NÃO ANTECIPADA À SEDE PRÓPRIA DOS EMBARGOS. NÃO CONHECIMENTO. IMPENHORABILIDADE DO IMÓVEL LEVANTADA À RAZÃO FAMILIAR. VOLUNTÁRIA ONERAÇÃO HIPOTECÁRIA. EXCEÇÃO PREVISTA AO ART. 3º, V, LEI 8.009/90, TAMBÉM AFETANDO AO EVOCADO ART. 649, X, CPC, TRADUZINDO EXPRESSÃO AO ART. 5º, XXXVI, C.F., PARA IMÓVEL RURAL. PRECEDENTES. ATUAÇÃO AO ART. 655, § 2º, CPC. RENOVAÇÃO COMPULSÓRIA E AUTOMÁTICA DOS CONTRATOS COM A LEI 9.138/95 E RESOL. 2238/96 E 2433/97. REPETIÇÃO TEXTUAL AO VESTIBULAR FERIMENTO. NÃO CONHECIMENTO (ARTS. 514, II E 515, CPC). EXCERTOS DOUTRINÁRIOS E JURISPRUDENCIAIS. TEMA ALIÁS, CORRETAMENTE DEFINIDO A SENTENÇA ASSINALANDO PRECEDENTE SECURITIZAÇÃO/ALONGAMENTO. EXCESSO DE EXECUÇÃO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA AO LUME CUMULADA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. QUESTÃO NESTE PRISMA INOVADA. CORREÇÃO MONETÁRIA ESSENCIAL (SÚMULA 16, STJ). MULTAS NÃO ESPECIFICADAS EM GENÉRICA REFERÊNCIA, ENTRETANTO NÃO COMPUTADAS AO DEMONSTRATIVO (ART. 614, II, CPC). JUROS, TAMBÉM DE RIGOR, CRITICADOS À ÉGIDE DO ENTÃO ART. 192, § 3º, C.F. QUESTÃO BEM EXAMINADA À SENTENÇA. DESPROVIMENTO NA PORÇÃO CONHECIDA."

A insurgência não merece prosperar.
Inicialmente, cumpre destacar ser inviável a admissão do recurso especial interposto com fulcro em dispositivo constitucional, fundamento não previsto no art. 105 da Constituição Federal, pelo que aplicável a Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.
Também não é permitida a análise de violação à Resolução, pois não se trata de lei federal. Nesse sentido:

"ADMINISTRATIVO. CONCEITO DE "LEI FEDERAL" PARA FINS DO ART. 105, III, DA CF. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. DUPLO FINANCIAMENTO. COBERTURA DO SALDO RESIDUAL PELO FCVS. INEXISTÊNCIA DE VEDAÇÃO LEGAL À ÉPOCA DA CELEBRAÇÃO DOS CONTRATOS DE MÚTUO HIPOTECÁRIO.
1. A jurisprudência assentada no STJ considera que, para efeito de cabimento de recurso especial (CF, art. 105, III), compreendem-se no conceito de lei federal os atos normativos (= de caráter geral e abstrato), produzidos por órgão da União com base em competência derivada da própria Constituição, como são as leis (complementares, ordinárias, delegadas) e as medidas provisórias, bem assim os decretos autônomos e regulamentares expedidos pelo Presidente da República (Emb.Decl. no Resp 663.562, 2ª Turma, Min. Castro Meira, DJ de 07.11.05). **Não se incluem nesse conceito os atos normativos secundários produzidos por autoridades administrativas, tais como resoluções, circulares e portarias (Resp 88.396, 4ª Turma, Min. Sálvio de Figueiredo, DJ de 13.08.96; AgRg no Ag 573.274, 2ª Turma, Min. Franciulli Netto, DJ de 21.02.05), instruções normativas (Resp 352.963, 2ª Turma, Min. Castro Meira, DJ de 18.04.05), atos declaratórios da SRF (Resp 784.378, 1ª Turma, Min. José Delgado, DJ de 05.12.05), ou provimentos da OAB (AgRg no Ag 21.337, 1ª Turma, Min. Garcia Vieira, DJ de 03.08.92)**.
2. Somente após as alterações introduzidas pela Lei 10.150/2000, estabeleceu-se que, no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, o descumprimento do preceito legal que veda a duplicidade financiamento dá ensejo à perda da cobertura do saldo devedor residual pelo FCVS de um dos financiamentos.
3. Não se pode estender ao mutuário, que obteve duplo financiamento pelo Sistema Financeiro de Habitação em data anterior à edição da Lei 10.150/2000, penalidade pelo descumprimento das obrigações assumidas que não aquelas avençadas no contrato firmado e na legislação então em vigor. Diante disso, tem-se por inaplicável a norma superveniente, restritiva da concessão do benefício à quitação de um único contrato de financiamento pelo FCVS. Precedentes: REsp 815.226/AM, 1º T., Min. José Delgado, DJ de 02.05.2006; AGREsp 611.325/AM, 2º T., Min. Franciulli Netto, DJ de 06.03.2006.
4. Recurso especial a que se nega provimento." (grifo nosso)
(1ª Turma, REsp 837859/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, unânime, DJ de 03.08.2006)

- -

- - - - - - - - - - - - "RECURSO ESPECIAL. CONSÓRCIO. CARTA DE CRÉDITO. ACORDO NACIONAL PARA REDUÇÃO DOS PREÇOS DOS VEÍCULOS EM 22%. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MULTA. DOCUMENTOS NOVOS APRESENTADOS EM MEMORIAL. ART. 398 DO CPC. CONTRARIEDADE A PORTARIA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA E CIRCULAR DO BACEN.
1. NÃO SENDO PROCRASTINATÓRIOS OS EMBARGOS, MAS BUSCANDO TÃO-SOMENTE PREQUESTIONAR NULIDADE SUPOSTAMENTE OCORRIDA NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO, NÃO SE PODE APLICAR A MULTA DE 1% PREVISTA NO PARAGRAFO ÚNICO DO ART. 538 DO CPC (SUM. 98/STJ).
2. EM SE TRATANDO DE MATÉRIA, EXCLUSIVAMENTE, DE DIREITO E NÃO TENDO A DOCUMENTAÇÃO NOVA ACOSTADA AOS MEMORIAIS INFLUENCIADO O RESULTADO DO JULGAMENTO DA APELAÇÃO, NÃO HA FALAR EM PREJUÍZO OU NULIDADE POR DESRESPEITO AO ART. 398 DO CPC.
3. **EVENTUAL CONTRARIEDADE AS PORTARIAS MINISTERIAIS, CIRCULARES, MEMORANDOS-CIRCULARES, RESOLUÇÕES, INSTRUÇÕES NORMATIVAS E OUTRAS DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS SEMELHANTES NÃO ENSEJA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL, POR-QUE NÃO INSERIDAS NO CONCEITO DE LEI FEDERAL PARA O EXAME DE ADMISSIBILIDADE PELA ALÍNEA A)**.
4. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO PARCIALMENTE E, NESSA PARTE, PROVIDO." (grifo nosso)
(3ª Turma, REsp 58283/RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, unânime, DJ de 10.03.1997)

Ademais, no que tange especificamente ao art. 649, VI, do CPC, este Tribunal Superior tem se posicionado em sentido contrário à pretensão recursal. Confiram-se:
"Impenhorabilidade. Trator. Art. 649, VI, do Código de Processo Civil. Precedente da Terceira Turma.

1. Assentou a Terceira Turma que nos casos do art. 649, VI, do Código de Processo Civil, a indicação do bem à penhora, feita pelo próprio devedor, na cédula de crédito rural, afasta a impenhorabilidade.
2. Recurso especial conhecido e provido."
(3ª Turma, REsp n. 591.390/RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, unânime, DJU de 07.03.2005, p. 244)
- -
"EXECUÇÃO - BEM NOMEADO À PENHORA PELO PRÓPRIO DEVEDOR - RENÚNCIA - IMPENHORABILIDADE - ARTIGO 649 DO CPC.
I - Os bens inalienáveis são absolutamente impenhoráveis e não podem ser nomeados à penhora pelo devedor, pelo fato de se encontrarem fora do comércio e, portanto, serem indisponíveis.
Nas demais hipóteses do artigo 649 do Código de Processo Civil, o devedor perde o benefício se nomeou o bem à penhora ou deixou de alegar a impenhorabilidade na primeira oportunidade que teve para falar nos autos, ou nos embargos à execução, em razão do poder de dispor de seu patrimônio.
II - A exegese, todavia, não se aplica ao caso de penhora de bem de família (artigo 70 do Código Civil anterior e 1.715 do atual, e Lei n.º 8.009/90), pois, na hipótese, a proteção legal não tem por alvo o devedor, mas a entidade familiar, que goza de amparo especial da Carta Magna.
III - Tratando-se de questão controvertida, a interposição dos recursos cabíveis por parte dos executados, com o objetivo de fazer prevalecer a tese que melhor atende aos seus interesses, não constitui ato atentatório à dignidade da justiça. Inaplicável, portanto, a multa imposta pelo acórdão recorrido com base no artigo 600 do Código de Processo Civil.
Recurso especial parcialmente provido, apenas para excluir a multa imposta aos recorrentes."
(3ª Turma, REsp n. 351.932/SP, Rel. p/ acórdão Min. Castro Filho, DJU de 09.12.2003, p. 278)
No que diz respeito à divergência jurisprudencial, o agravante descumpriu as exigências dos arts. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e 255 do RISTJ, quando não demonstrou claramente a semelhança entre o acórdão recorrido e as decisões trazidas como paradigmas, não comportando trânsito o apelo nobre.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 10 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3292)

RECURSO ESPECIAL Nº 827.675 - MG (2006/0054732-9)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL - REFER
ADVOGADO	: TASSO BATALHA BARROCA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LUIZ CARLOS LOPES FERREIRA
ADVOGADO	: HALSSIL MARIA E SILVA

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - PREVIDÊNCIA PRIVADA - RESTITUIÇÃO DE VALORES REFERENTES A CONTRIBUIÇÕES PAGAS À ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL, NÃO OCORRÊNCIA *IN CASU* - SÚMULA 291/STJ - RECURSO IMPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pela FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL - REFER, com fulcro no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que, nos autos da ação de cobrança de correção monetária incidente sobre a devolução de contribuições pessoais pagas a plano de previdência privada, decidiu que a obrigação é de natureza pessoal, sujeita, portanto, ao prazo prescricional de vinte anos.

Sustenta a recorrente, em síntese, que a prescrição, *in casu*, não é vintenária, mas qüinqüenal.
O recorrido não apresentou contra-razões.
É o relatório.
A irresignação não merece acolhida.
Com efeito.
Ao confirmar a sentença, reconhecendo a aplicação da prescrição vintenária ao caso, o acórdão recorrido contrariou a jurisprudência desta Corte sobre a matéria, que entende ser qüinqüenal o referido lapso prescricional.
Nesse sentido, assim já restou decidido:

"PREVIDÊNCIA PRIVADA. DESLIGAMENTO. DEVOLUÇÃO. DIFERENÇAS. PRESCRIÇÃO. PRAZO. CINCO ANOS. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. 1. É de cinco anos o prazo de prescrição para cobrar eventuais diferenças no montante devolvido ao beneficiário de previdência privada, em virtude de seu desligamento do plano. 2. O termo inicial para a contagem do prazo prescricional é aquele em que devolvidos os montantes aos autores, pois dali surgiu o direito de acionar a ré por alguma diferença havida ('actio nata'). 3. Prescrição reconhecida relativamente a um dos autores. 4. 'A restituição das parcelas pagas a plano de previdência privada deve ser objeto de correção plena, por índice que recomponha a efetiva desvalorização da moeda.' (súmula 289/STJ). 5. A Segunda Seção tem entendimento assente no sentido de que, no cálculo da correção monetária dos valores resgatados pelos associados a plano de previdência privada, quando do seu desligamento, incluem-se os denominados 'expurgos inflacionários', ainda que o estatuto da entidade disponha de forma diversa. 6. Recurso conhecido em parte e, nessa extensão, provido" (REsp. n. 750.039/MG, relator Ministro Fernando Gonçalves, DJ de 26.9.2005).

Esse entendimento restou cristalizado na Súmula n. 291 do STJ, *in verbis*: *"A ação de cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria pela previdência privada prescreve em cinco anos."*
Note-se, todavia, que o início da contagem do prazo deve levar em consideração a data da restituição das contribuições feitas ao ex-empregado, pois é a partir desse marco que surge o direito de postular eventuais diferenças, em face do recebimento a menor do que o efetivamente devido.
In casu, os elementos existentes nos autos demonstram que o recorrido recebeu a reserva de poupança em 1998 (fl. 101), razão pela qual, na data da propositura da demanda, qual seja, 30.07.2002, não se encontrava prescrito o direito de reclamar eventuais diferenças de correção monetária.
Assim sendo, nega-se provimento ao recurso.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3293)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 827.845 - PR (2006/0205524-1)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: LAERTES LOURENÇO DA SILVA E OUTRO
ADVOGADO	: JEFERSON ALESSANDRO TEIXEIRA TRINDADE E OUTRO
AGRAVADO	: ERNESTO HERBERT LOEWEN E OUTRO
ADVOGADO	: MANOEL DINIZ NETO

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Laertes Lourenço da Silva e outro contra decisão que negou seguimento a recurso especial, interposto pela alínea "a", do permissivo Constitucional, no qual se alega violação aos artigos 535, 38, 128, 267, § 1º, 397, 473, 665, 681, 686, 714, 746, do Código de Processo Civil, 43, 58, 59, do revogado Código Civil, 884 e 886, do Código Civil.
O acórdão recorrido restou assim ementado (fl. 367/369):

"EMBARGOS À ADJUDICAÇÃO - AGRAVO RETIDO INTERPOSTO CONTRA A DECISÃO QUE INDEFERIU A APRESENTAÇÃO DE NOVA PERÍCIA TÉCNICA AOS AUTOS - REJEIÇÃO - INOCORRÊNCIA DE AFRONTA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA - NULIDADE DE PENHORA E AVALIAÇÃO - QUESTÕES QUE DEVERIAM TER SIDO ARGÜIDAS POR OCASIÃO DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO - PRECLUSÃO - ADJUDICAÇÃO POR PREÇO VIL E DESATUALIZADO - INOCORRÊNCIA - BEM PENHORADO ADJUDICADO PELO VALOR DA AVALIAÇÃO, NÃO HAVENDO NENHUM PEDIDO TEMPESTIVO DE REAVALIAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO - PERÍCIA JUDICIAL QUE INDICA QUE A ADJUDICAÇÃO NÃO SE DEU POR PREÇO VIL, NÃO HAVENDO OS EMBARGANTES LOGRADO COMPROVAR A ALEGADA DESPROPORÇÃO DE VALORES - EMBARGOS JULGADOS IMPROCEDENTES - AGRAVO RETIDO E APELAÇÃO CÍVEL DESPROVIDOS.
'Sendo o Juiz o destinatário da prova, consoante a regra do art. 130 da lei adjetiva, somente a ele cumpre aferir sobre a necessidade ou não de sua realização, e seria impertinente, diante disso, que o Tribunal o substituísse nesse julgamento'. (TAPR - Ac. 14277 - 1ª C. Cível - Rel. Ronald Schulman - j: 21/08/01).
'Nos embargos dos art. 741 e 745 discutem-se as questões anteriores à penhora, ou a própria penhora; nos do art. 746 só as questões posteriores a ela. De forma que toda a matéria anterior preclui nos embargos do devedor, e não pode ser reaberta nem apenas alegada nos embargos à arrematação ou à adjudicação' (FADEL, S.S. 'Código de processo civil comentado'. Atualizado por J.E.Carreira Alvim. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003. pág. 929).
A avaliação primeira e oficial do imóvel, no valor de R$ 25.500,00 em agosto/96 não discrepa daquela outra feita em abril/99 (perícia) de R$ 38.700,00. Afinal, já se haviam passado dois anos e sete meses, e por óbvio nesse intervalo de tempo o valor do imóvel sofrera natural elevação. Observe-se que a diferença entre os valores, considerada a equalização pelo salário mínimo, é de cerca de 30% (trinta por cento), a ser diluída em quase três anos, ou 10% (dez por cento) ao ano, o que se mostra bastante razoável."

Não merece acolhida o inconformismo.
Nenhuma omissão, contradição ou obscuridade há no acórdão recorrido. Os agravantes meramente estão inconformados com a decisão adotada. Ademais, não está o juízo compelido a se manifestar sobre todas as teses das partes, senão aquelas imprescindíveis à solução da controvérsia. Confira-se:

"PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - NEGATIVA DE PROVIMENTO - AGRAVO REGIMENTAL - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ART. 535, CPC - OMISSÃO INEXISTENTE - OFENSA AOS ARTS. 165 E 458, II E III, CPC - INEXISTÊNCIA - CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO CONDICIONADA AO RECEBIMENTO DE INDENIZAÇÃO - REVISÃO POR ESTA CORTE - REEXAME DOS FATOS DA CAUSA - SÚMULA 7/STJ - DESPROVIMENTO.
1 - Não se verificou a suposta violação ao art. 535, CPC, porquanto as questões submetidas ao Tribunal de origem foram suficiente e adequadamente tratadas. Outrossim, inexistiu ofensa aos arts. 165 e 458, II, e III, do mesmo diploma legal, tendo em vista que o órgão julgador não está obrigado a se manifestar sobre todos os argumentos colacionados pelas partes para expressar o seu convencimento, bastando, para tanto, pronunciar-se de forma geral sobre as questões pertinentes para a formação de sua convicção.
2 - Segundo o v. acórdão hostilizado, as partes, ao convencionarem os honorários, condicionaram o cumprimento da obrigação ao recebimento de indenização. Assim, apenas com a efetivação do pagamento da indenização, poderia o recorrente pleitear o direito, que, até então, é uma expectativa. Desconstituir tal fundamentação demandaria, inegavelmente, o reexame do conteúdo fático-probatório dos autos, o que é vedado face à incidência da Súmula 07/STJ.
3 - Agravo regimental desprovido."
(AgRg no Ag 619.312/MG, Rel. Min. Jorge Scartezzini, Quarta Turma, Unânime, DJ 08.05.2006 p. 217)

Quanto ao indeferimento de juntada de novos documentos aos autos, já decidiu esta Corte que as instâncias ordinárias são soberanas no juízo acerca da necessidade de dilação probatória, de maneira que o seu reexame na via eleita encontra o óbice de que aponta o enunciado n. 7, da Súmula desta Casa. A saber:

"PROCESSUAL CIVIL. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO REGIMENTAL E EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONTRA DECISÃO DE RELATOR. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INEXISTENTE. PROVAS. SÚMULA N. 7 DO STJ. FALÊNCIA. PROTESTO FORMALIZADO IRREGULARMENTE. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE OU SINGULARIDADE DOS RECURSOS INOBSERVADO. DESPROVIMENTO.
I. No caso, não tem cabimento a interposição simultânea de agravo regimental e de embargos de declaratórios, pois desafia mais de um pronunciamento judicial contra a mesma decisão. Inobservância do princípio da unirrecorribilidade ou singularidade dos recursos.
II. Incide a Súmula n. 7 do STJ quanto à necessidade ou não de dilação probatória tomada pelas instâncias ordinárias.
III. Agravo regimental improvido e embargos de declaração não conhecidos."
(AgRg no Ag 659.196/MG, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, Unânime, DJ 03.04.2006 p. 354)

Alegam os recorrentes, ainda, que houve nulidade da penhora, por, dentre outros argumentos, ausência de adequada descrição dos bens no auto de penhora. Não obstante, os embargos à adjudicação opostos pelos agravantes não têm o condão de reavivar discussão que deveria, se não o foi, ter sido feita em sede de embargos do devedor, a qual se encontra, portanto, preclusa. Para melhor exame:

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS À ARREMATAÇÃO. FORMALIDADES DA PENHORA. INVIABILIDADE. ART. 746, CPC. IMPENHORABILIDADE ABSOLUTA. BEM DE FAMÍLIA. LEI N. 8.009/90. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. EXAME DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. INSTÂNCIA ESPECIAL. NECESSIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. RECURSO DESACOLHIDO.
I - Os embargos à arrematação não se prestam ao exame de irregularidades da penhora levada a efeito na execução, salvo se se tratar de impenhorabilidade absoluta, que pode ser alegada em qualquer momento nas instâncias ordinárias por ser matéria de ordem pública.
II - Na instância especial, a apreciação de nulidade absoluta, como a impenhorabilidade do bem de família, depende de prequestionamento."
(REsp 327.593/MG, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, Quarta Turma, Unânime, DJ 24.02.2003 p. 238)

Por fim, quanto à assertiva de preço vil na adjudicação do imóvel penhorado, não só consignou o aresto vergastado que "o pedido de avaliação em sede de embargos à adjudicação constitui matéria preclusa, porquanto já tratada e decidida no devido momento através do Agravo de Instrumento interposto ante esta Corte Recursal" (fl. 380), invocando a norma contida no artigo 473, do Código de Processo Civil, como a questão esbarra igualmente na impossibilidade do reexame dos fatos da causa nesta Instância Superior. A saber:

"PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - NEGATIVA DE PROVIMENTO - AGRAVO REGIMENTAL - EMBARGOS - ARREMATAÇÃO - PREÇO VIL - NÃO COMPROVAÇÃO DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL - AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA - DESPROVIMENTO.
1 - Esta Corte, reiteradamente, tem decidido que, a teor do art. 255 e parágrafos, do RISTJ, para a comprovação e apreciação da divergência jurisprudencial, devem ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, bem como juntadas cópias integrais de tais julgados ou, ainda, citado repositório oficial de jurisprudência. **In casu**, a agravante não logrou demonstrar a similitude fática dos casos, porquanto o aresto trazido à colação não firmou posição antagônica sobre os mesmos fatos e questões jurídicas deduzidos no acórdão agravado. Desta forma, não restou demonstrado o aventado dissídio jurisprudencial.
2 - Ademais, infirmar o posicionamento adotado pelo Tribunal **a quo**, ao afastar a vileza do preço da arrematação, implicaria, necessariamente, o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é defeso nesta fase recursal, a teor do enunciado sumular nº 7, deste STJ. Precedente.
3 - Agravo regimental desprovido."
(AgRg no Ag 733.862/RS, Rel. Min. Jorge Scartezzini, Quarta Turma, Unânime, DJ 18.09.2006 p. 326)

Ademais, as questões sobre a nulidade da constrição e preço vil ainda esbarram, reflexamente, na Súmula n. 7 do STJ.
Ante o exposto, nego provimento ao presente agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3294)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 828.000 - RJ (2006/0211686-6)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: DÉLIO ALBUQUERQUE PAIVA
ADVOGADO	: DÉLIO ALBUQUERQUE PAIVA (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTRO
AGRAVADO	: NELSON HALIM KAMEL
ADVOGADO	: NELSON HALIM KAMEL (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTRO

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Délio Albuquerque Paiva contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, aplicando a Súmula n. 400 do STF, ressaltando não ser possível a interposição de agravo regimental contra decisão colegiada.
De fato, conforme se extrai dos autos, a parte agravante interpôs agravo regimental contra acórdão que julgou recurso de apelação, publicado em 09/01/2006 (cf. fl. 72), tendo sido este desprovido em função do seu não cabimento.
Vale ressaltar que o recurso de agravo regimental, quando não acolhido, não tem o condão de suspender o prazo para interposição do recurso cabível, no caso, o recurso especial.
Sendo assim, publicado o acórdão recorrido em 09/01/2006, e tendo sido protocolizado o apelo nobre somente em 09/05/2006 (fl. 16), este encontra-se intempestivo.
Ante o exposto, não conheço do agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 06 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3295)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 828.029 - RJ (2006/0241984-6)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS CBTU
ADVOGADO	: MARCELO OLIVEIRA ROCHA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FRANCISCO LUCIANO DA CONCEIÇÃO
ADVOGADO	: MILTON CESAR PARAISO E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DO DEVEDOR. RECURSO QUE NÃO ATACA O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA, LIMITANDO-SE A MENCIONAR QUE A MATÉRIA FOI PREQUESTIONADA. SÚMULA 182 DO STJ, APLICADA POR ANALOGIA. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 21 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. RECURSO IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto por COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS CBTU, contra decisão denegatória de admissibilidade de recurso especial fulcrado na alínea "a", do inciso III, do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, cuja ementa ora se transcreve:

"Direito Processual Civil. Art. 557 da Lei Processual. Recurso manifestamente improcedente, ou seja, que evidentemente não terá sucesso. Execução. Embargos. Acolhimento parcial para fixar corretamente o montante de juros e correção monetária. Sentença correta. Acolhimento do valor calculado pelo perito quando da liquidação do valor do salário mínimo, conforme condenado na sentença. O valor dos juros está correto no cálculo do perito, pois a partir de 11 de janeiro de 2003, os juros legais passaram a ser de 1% ao mês, conforme o art. 406 do Novo Código Civil. Desprovimento do recurso."(fl. 51)

Afirma-se que o acórdão recorrido negou vigência aos artigos 21, 741, inciso V, 743, incisos I e III, todos do Código de Processo Civil.
Contra-razões às fls. 68/71.
É o relatório. Decido.
2. A irresignação não merece prosperar.
A decisão atacada negou seguimento ao recurso especial por dois motivos: incidência da Súmula 7 do STJ quanto à fixação dos honorários advocatícios e da Súmula 400 do STF no que toca aos artigos 741 e 743 do Código de Processo Civil (fls. 74/75).
No presente recurso, a agravante menciona que os artigos 741 e 743, ambos do Código de Processo Civil encontram-se devidamente prequestionados, sem, contudo, investir contra os fundamentos do *decisum* que não conferiu trânsito ao especial.
In casu, aplicável, por analogia, o Enunciado 182 desta Corte:
"**Súmula 82/STJ**: É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."
3. Lado outro, não merece ser conhecido o presente recurso especial, no que se refere à alegada violação do artigo 21 do Código de Processo Civil. Ressalte-se, em linha de princípio, que o referido artigo não foi prequestionado. Em verdade, conquanto não seja exigida a menção expressa ao dispositivo legal, far-se-ia mister que o Tribunal de origem tivesse se manifestado acerca da questão federal apontada no recurso especial; na espécie dos autos, é de fácil constatação que o acórdão recorrido não decidiu a questão, deixando de emitir juízo de valor sobre ela. É o que dispõe o enunciado n.º 282 da Súmula do Supremo Tribunal Federal: **"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".**
Impende salientar, ainda, que, se o recorrente entendesse que o acórdão recorrido fora omisso, deveria ter interposto embargos de declaração, para que o Tribunal *a quo* se manifestasse sobre a questão.
4. Do exposto, fundado no art. 34, VII, do Regimento Interno do STJ, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3296)

RECURSO ESPECIAL Nº 829.244 - RS (2006/0056553-0)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
RECORRENTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MIGUEL ANIBAL COMACHIO
ADVOGADO	: DENISE TEREZINHA ACCADROLLI

DESPACHO

1. Trata-se de recurso em que se discute matéria referente à tarifa básica ou cobrança de pulsos decorrente de prestação de serviço de telefonia.
2. Às fls. 133, há despacho da Ministra Eliana Calmon, determinando a redistribuição do feito por entender ser da Segunda Seção a competência para apreciar "demanda em que se discute contrato de prestação de serviço de telefonia fixa, instaurado entre pessoas de Direito Privado (a companhia telefônica e o consumidor), não estando presente no pólo passivo a ANATEL".
3. A Corte Especial, conforme salientado pela Ministra Eliana Calmon, havia se pronunciado, em 23/11/2006, no julgamento do Conflito de Competência nº 56215/DF, acerca da competência da Segunda Seção para a apreciação de matéria referente à ação revisional de contrato de prestação de serviço de telefonia fixa entre pessoas de direito privado. Contudo, segundo recentes pronunciamentos da Corte Especial deste Sodalício, revendo a posição até então adotada, a matéria veiculada no presente recurso especial se insere no bojo da competência interna da colenda Primeira Seção (cf. AG nº 845.784-DF, REsps. nºs 917.960 e 920.187).
4. Há de se considerar, ainda, que a recorrente, nas razões de seu recurso defende justamente o chamamento ao processo da agência reguladora dos serviços de telefonia - ANATEL, e a competência da Justiça Federal para apreciação do feito, o que envolve, portanto, decisão acerca da integração no pólo passivo da lide de pessoa jurídica de direito público, atraindo, então, a competência da Primeira Seção.
5. Pelo que precede e com arrimo no artigo 4º da Instrução Normativa n. 06/2000, os presentes autos devem ser encaminhados à redistribuição, uma vez que a matéria tratada no recurso em epígrafe não se amolda à competência desta Segunda Seção (art. 9º, § 2º, I a XII, RISTJ), ante a competência de uma das Turmas que compõem a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3297)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 830.304 - RS (2006/0231704-6)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: ANDRE MARCOLINO MALLMANN NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RENATO CERVEIRA SCHERTEL
ADVOGADO	: ADILSON MACHADO E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO.CONTRATO BANCÁRIO. CDC. APLICABILIDADE. TABELA *PRICE*. AFERIÇÃO DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. SÚMULA 07/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento, interposto por BANCO ITAÚ S/A , com fulcro no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, manejando em face do acórdão proferido pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que restou assim ementado, no que interessa:

"APELAÇÃO CÍVEL. SFH. MÚTUO HABITACIONAL. REVISÃO. QUITAÇÃO. CDC. PES/SP. AUTÔNOMO. TABELA PRICE. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. CORREÇÃO MONETÁRIA. TR. REAJUSTES. SALÁRIO MÍNIMO. AMORTIZAÇÃO. SEGURO. CES. DL/70.DEPÓSITO DAS PARCELAS." (fls. 17)

O agravante, nas razões do especial, aponta violação dos artigos 4º e 5º da LICC e dissídio jurisprudencial relativo à aplicação da tabela *Price*.
É o sucinto relatório.
2. Inicialmente não há que se falar em inaplicabilidade do CDC à espécie, Segundo a orientação assentada nesta Corte, há relação de consumo entre o agente financeiro do Sistema Financeiro Habitacional, que concede empréstimo para aquisição de casa própria, e o mutuário, razão pela qual se aplica o Código de Defesa do Consumidor, em casos como o presente.
Sobre o tema, confiram-se: AgRg 478.167-DF, DJ 22.4.2003; AG 538990/RS, Rel. Min. Salvio de Figueiredo, 4º Turma, DJ de 14/5/2004; Resp 436.815/DF, Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, DJ de 28/10/02; Resp 493.354/MG, Rel. Min. Menezes Direito, 3º Turma, DJ de 17/11/2003.
3. Ainda se assim não fosse, no tocante à tabela *Price*, alega o recorrente que sua utilização não implica capitalização de juros; a respeito do tema, este Superior Tribunal, reiteradamente, tem se manifestado pela inviabilidade, em sede de recurso especial, da verificação da existência da capitalização de juros no sistema de amortização da tabela *Price*, por depender do reexame de conteúdo fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.
Nesse sentido:
"PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O RITO ORDINÁRIO. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO VINCULADO À AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PELO SFH. TABELA PRICE. EXISTÊNCIA DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. QUESTÃO DE FATO. A existência, ou não, de capitalização de juros no sistema de amortização conhecido como Tabela Price, constitui questão de fato, a ser solucionada a partir da interpretação das cláusulas contratuais e/ou provas documentais e periciais, quando pertinentes ao caso. Recurso especial não conhecido. (Resp 410775/PR, Rel. Min. Menezes Direito, Rel. p/ ac. Min. Nancy Andrighi, julgado pela Terceira Turma em 23/03/04).
4. No que toca à compensação do indébito, o recurso não merece conhecimento, uma vez que o recorrente não indicou os dispositivos de lei tidos por violados, limitando-se a sustentar a inviabilidade da medida.
5. Diante do exposto, com fundamento no artigo 34, VII, do RISTJ, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3298)

RECURSO ESPECIAL Nº 831.310 - RS (2006/0065115-7)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: COMPANHIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADO	: ROMILA MAROSO BRAMRAITER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: EDUARDO CRISTIANO FREITAS TREPTE
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em agravo de instrumento contra decisão que alterou de **ex officio** o valor da causa em ação de reintegração de posse de bem objeto de arrendamento mercantil, de ofício, descaracterizou o **leasing** para financiamento, entendeu que os juros remuneratórios são abusivos, desnaturou a mora pela cobrança de encargos indevidos, vedou a exigibilidade da comissão de permanência, proibiu o desconto da tarifa de contração, com o conseqüente decreto de carência de ação.
Preliminarmente, quanto à assertiva de violação ao art. 535 do CPC, sem razão a recorrente, haja vista que enfrentadas todas as questões levantadas pela parte, porém em sentido contrário ao almejado.
Ainda **ab initio**, ao determinar a improcedência da ação reintegratória a D. Câmara julgadora não incorreu em julgamento **extra petita**. É que o sistema processual autoriza o órgão **ad quem** pronunciar-se sobre as "questões de ordem pública". Como a existência da mora é requisito imprescindível para a efetivação da reintegração de posse, pode e deve o Tribunal pronunciar-se sobre a existência da mesma, independentemente de pedido da parte contrária, com arrimo no art. 267, IV a VI, e § 3º, da Lei Instrumental Civil, sem que se configure o julgamento **extra**, **ultra**, ou **infra petita** (REsp n. 481.913/SC, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJU de 30.06.2003). Portanto, quanto ao particular, não há nulidade no acórdão.
No mérito, contudo, tal impropriedade ocorreu quando do enfrentamento de ofício pelo aresto estadual das questões relativas à descaracterização do contrato de **leasing**, à nulidade da estipulação dos juros remuneratórios, à exclusão da comissão de permanência, à descaracterização da mora pela cobrança de encargos abusivos e à vedação de cobrança da tarifa de contratação (REsp n. 42.995/MG e REsp n. 541.153/RS), restando que ficam excluídas do acórdão **a quo**.
Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço em parte do recurso e, nessa parte, dou-lhe parcial provimento, para excluir a apreciação de ofício dos encargos contratuais, afastada a descaracterização da mora e a carência de ação, devendo os autos retornar à instância de origem para apreciação do mérito do agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3299)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 836.638 - SP (2006/0257050-2)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: J U UNGARO AGRO PASTORIL LTDA
ADVOGADO	: JOSÉ LUIZ BASÍLIO E OUTRO
AGRAVADO	: M R DA S (MENOR)
REPR. POR	: G R DA S
ADVOGADO	: ACÁCIO RIBEIRO AMADO JUNIOR

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRABALHO. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. TERMO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA. MOMENTO DA FIXAÇÃO DO VALOR DEVIDO A TÍTULO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento tirado de decisão que inadmitiu recurso especial, interposto com fulcro na alínea "c", inciso III, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em ementa assim redigida:

"APELAÇÃO CÍVEL - Embargos à Execução. Responsabilidade Civil. Juros e correção monetária devidos. Inexistência de irregularidade na penhora. Sentença mantida."

Sustenta a agravante que o entendimento adotado pelo acórdão recorrido foi no sentido de que a indenização fixada a título de dano moral deve ser corrigida monetariamente a partir da data do evento danoso, tomando por base a Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça. Aduz que, de acordo com a Jurisprudência desta Corte, o termo inicial da correção deve se dar no momento da prolação da sentença, que fixou os danos morais, porquanto somente a partir daí o valor da condenação deixou de ser mera estimativa e passou a ser certo. Colaciona acórdãos divergentes.

É o breve relatório.

Decido.

2. O inconformismo manifestado merece acolhimento.

Consolidou-se esta Corte Superior no sentido de que se inicia a incidência da correção monetária a partir do momento em que o valor é arbitrado, tornando-se preciso, nos termos das ementas adiante reproduzidas:

"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 535, II, DO CPC. INOCORRÊNCIA. DEVOLUÇÃO INDEVIDA DE CHEQUES. INDENIZAÇÃO. DANO MATERIAL. DANO MORAL. REDUÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS MORATÓRIOS. [...] 5. Tratando-se, in casu. de responsabilidade contratual, os juros moratórios incidem a partir da citação, conforme precedentes desta Corte. 6. *Esta Corte consolidou o entendimento segundo o qual, nas indenizações por dano moral, o termo a quo para a incidência da correção monetária é a data em que foi arbitrado o valor. Precedentes.* 7. Recurso parcialmente conhecido e, nesta parte, provido." (Resp 684.643, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ 12.09.05) - Grifo nosso

"RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO INDEVIDA DE CORRENTISTA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. O valor arbitrado a título de danos morais pelo Tribunal a quo não se revela exagerado ou desproporcional às peculiaridades da espécie, não justificando a excepcional intervenção desta Corte para rever o quantum indenizatório. *A "correção monetária em casos de responsabilidade civil tem o seu termo inicial na data do evento danoso. Todavia, em se tratando de dano moral o termo inicial é, logicamente, a data em que o valor foi fixado"* (REsp n. 66.647/SP, relatado pelo eminente Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 03/02/1997). Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido." (Resp 625.339, Quarta Turma, Rel. Min. César Asfor Rocha, DJ 04.10.04) - Grifo nosso

2. Diante do exposto, conheço do agravo de instrumento e dou provimento ao recurso especial para que se considere a sentença como marco inaugural da contagem da correção monetária.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3300)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 836.665 - SP (2006/0248672-8)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: CARLOS ALBERTO SILVERIO
ADVOGADO	: ROBERTO DIAS VIANNA DE LIMA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS CBTU
ADVOGADO	: NEI CALDERON E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de agravo regimental no agravo de instrumento interposto por CARLOS ALBERTO SILVERIO contra decisão assim vazada:

"Trata-se de agravo de instrumento interposto por CARLOS ALBERTO SILVERIO em face de decisão do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letras "a" e "c" da Constituição Federal, manejado frente a acórdão assim ementado:

"RESPONSABILIDADE CIVIL - Culpa exclusiva da vítima não comprovada - Responsabilidade objetiva da ré - Dever de indenizar pelos danos morais e materiais sofridos - Recurso improvido.

RESPONSABILIDADE CIVIL - Acidente de trem - Prescrição qüinqüenal das verbas indenizatórias - Inadmissibilidade - Aplicação do art. 177 do CC de 1916, vigente à época do fato - Recurso improvido.

RESPONSABILIDADE CIVIL - Acidente ferroviário - Queda de composição, com comportamento parcial da capacidade laboral da vítima - Despesas médicas indenizáveis - Condenação mantida.

RESPONSABILIDADE CIVIL - Cumulação de dano estético e moral - Inadmissibilidade - Ou o dano estético está compreendido no dano moral ou importará em dano material - Recurso provido neste aspecto, com redução da indenização a esse título." (fls. 104-105)

Aduz o agravante violação ao artigo 21 do Decreto 2.681/12 e dissídio jurisprudencial.

A irresignação não merece prosperar.

De início, a matéria relativa ao dispositivo tido por violado não foi objeto de decisão por parte do acórdão recorrido, ressentindo-se, pois, o recurso especial, neste particular, do necessário prequestionamento, o que faz incidir a censura das súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

Ademais, malgrado a tese de dissídio jurisprudencial, há necessidade, diante das normas legais regentes da matéria (art. 541, parágrafo único, do CPC c/c art. 255 do RISTJ), de confronto, que não se satisfaz com a simples transcrição de ementas, entre trechos do acórdão recorrido e das decisões apontadas como divergentes, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. Ausente a demonstração analítica do dissenso, incide a censura da súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

Nego provimento ao agravo.

Publicar." (fls. 174)

O agravo regimental é intempestivo.

Com efeito, publicada a decisão agravada em 15 de agosto de 2007, consoante noticia a certidão de fls. 175, o recurso em comento deveria ter sido protocolado nesta Corte até o dia 20 de agosto de 2007, porquanto o prazo para sua interposição é de cinco dias, nos termos do art. 258 do RISTJ.

Na espécie, conforme se colhe às fls. 177, a peça recursal foi protocolada em 22 de agosto após o prazo de cinco dias.

Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.

Publicar.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3301)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 839.539 - MG (2006/0232875-0)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: I V F DE M
ADVOGADO	: RODRIGO DA CUNHA PEREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: G G J E OUTROS
ADVOGADO	: WANDER PAULO BRASIL PINTO
AGRAVADO	: M P J
REPR. POR	: M L G P
ADVOGADO	: LÁSARO CÂNDIDO DA CUNHA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por I V F DE M contra decisão do Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letras "a" e "c" da Constituição Federal, manejado frente a acórdão daquele Pretório.

O agravo não merece conhecimento.

Com efeito, falta-lhe o requisito da regularidade formal, porquanto não impugnadas, de forma específica, as bases da decisão agravada. O recurso foi inadmitido por carecer de razão a sustentação de maltrato ao art. 535 do CPC; pela necessidade de reexame do conjunto probatório dos autos para solução da controvérsia, providência vedada em sede especial (súmula 7/STJ); pela impossibilidade de conhecimento de matéria de índole constitucional por esta Corte; por ausência de prequestionamento, bem como pela falta de configuração do dissídio jurisprudencial.

A agravante, por sua vez, refuta apenas os dois primeiros fundamentos, o que atrai a incidência, na espécie, do verbete da súmula 182 desta Corte, ***verbis***:

"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Não conheço do agravo.

Publicar.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3302)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 843.184 - SE (2006/0272297-1)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: ANA CLARINDA DE SOUZA RIBEIRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IRENIO RODRIGUES BRAZ
ADVOGADO	: S/ REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF contra decisão do Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a" da Constituição Federal, manejado frente a acórdão assim ementado:

"PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. SFH. ARREMATAÇÃO PELO PRÓPRIO CREDOR. EXONERAÇÃO DO DEVEDOR PELO DÉBITO REMANESCENTE. APLICAÇÃO DO ART. 7º DA LEI Nº 5.741/71.

- A arrematação pelo credor, no caso de imóvel contraído pelo Sistema Financeiro de Habitação, também é uma forma de pagamento e pode ser equiparada a adjudicação, conforme dispõe o art. 7º da Lei 5.741/71 que exonera o devedor pelo débito remanescente, tendo em vista que, neste caso, o credor recebe de volta o objeto contratual.

- Apelação improvida." (fl. 16)

Aduz a recorrente violação ao art. 32, § 2º, do Decreto-Lei nº 70/66.

A irresignação não merece acolhida.

Com efeito, o acórdão recorrido, ao afastar o Decreto-Lei nº 70/66 aplicando a Lei 5.741/71, que exonera o devedor do débito remanescente, por se tratar de imóvel contraído pelo Sistema Financeiro de Habilitação, encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte acerca do particular.

A propósito:

"EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA - SFH - ARREMATAÇÃO DO IMÓVEL PELO CREDOR - PREÇO INFERIOR AO DA DÍVIDA - EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO - APLICAÇÃO DO ART. 7º DA LEI 5.741/71.

1. Tratando-se de execução hipotecária, envolvendo imóvel vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação, a adjudicação se fará pelo valor do saldo devedor pois, havendo dispositivo específico, constante de lei especial, afasta-se a aplicação subsidiária do CPC.

2. Prevaleceu na Primeira Turma desta Corte entendimento unânime quanto à aplicação do art. 7º da Lei 5.741/71 aos contratos vinculados ao SFH, independentemente do procedimento adotado para a sua execução.

3. Recurso especial improvido." (REsp 605.456/MG, Rel. Min. ELIANA CALMON, Segunda Turma, DJ de 19.09.2005)

"ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. FINANCIAMENTO HABITACIONAL. SFH.

ADJUDICAÇÃO DO IMÓVEL OBJETO DO FINANCIAMENTO. QUITAÇÃO DO DÉBITO.

EXONERAÇÃO DA OBRIGAÇÃO (ART. 7º DA LEI Nº 5.741/71).

1. Ação de execução em que a CEF, após adjudicar imóvel objeto do financiamento pelo SFH, pleiteia o pagamento do saldo devedor remanescente. Sentença e acórdão que julgam o pedido improcedente sob o fundamento de que, à vista do disposto no art. 7° da Lei n° 5.741/71, a adjudicação do imóvel pelo credor implica a exoneração do devedor da obrigação de pagar o restante da dívida." Recurso especial que alega violação do art. 10 da Lei n° 5.741/71 ao pálio do argumento de que a execução, no caso concreto, não se deu em função da falta de pagamento das prestações vencidas, mas em decorrência de descumprimento contratual, o que afasta, por si só, a incidência do rito previsto na referida lei. Requer seja provido o recurso a fim de que prossiga a execução do saldo remanescente do débito.

2. Deve prevalecer entendimento de que, no âmbito do SFH, independentemente do procedimento de execução adotado (questão de natureza processual), o art. 7º da Lei 5.741/71, norma de direito material, confere expressamente a extinção da obrigação do devedor nos casos de adjudicação do imóvel pelo exeqüente, não havendo que se falar, nestes casos, em posterior cobrança de saldo remanescente.

3. Precedentes: REsp n° 605357/MG, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 02/05/2005 e REsp n° 605.456/MG, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ de 19/09/2005.

4. Recurso especial não provido." (REsp 542459/PR, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, Primeira Turma, DJ de 02.10.2006)

"Recurso especial. Sistema Financeiro da Habitação. Art. 7° da Lei n° 5.741/71.

1. O art. 7° da Lei n° 5.741/71 aplica-se ao caso de execução por inadimplemento contratual ainda que tenha sido a execução proposta com base no Código de Processo Civil, tratando-se de imóvel sob o regime do Sistema Financeiro da Habitação, sendo norma de direito não apenas processual, porquanto desconstitui a obrigação na hipótese estabelecida no dispositivo. No caso, o imóvel foi levado a leilão e retirado da propriedade da devedora, levantando o credor a importância obtida.

2. Recurso especial não conhecido." (REsp 573946/PR, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, Terceira Turma, DJ de 25.04.2005)

Nego provimento ao agravo.

Publicar.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3303)

RECURSO ESPECIAL Nº 843.313 - PR (2006/0090829-5)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
RECORRENTE	: BANESTADO S/A CRÉDITO IMOBILIÁRIO
ADVOGADO	: MOACI MENDES LEITE E OUTRO
RECORRIDO	: FRANCISCA MARIA DE FRANÇA E OUTRO
ADVOGADO	: MARCO ANTÔNIO BRANDALIZE E OUTRO(S)

DESPACHO

Na petição protocolada sob nº 180094, exarou-se o seguinte despacho: "Homologo a desistência do recurso nº Resp 843313/PR." Brasília, 26/09/2007. Ministro Fernando Gonçalves. Relator
Brasília, 26 de setembro de 2007.

(3304)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 844.958 - MG (2006/0275954-1)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: SECULUS CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S/A
ADVOGADO	: CRISTIANO SILVA COLEPICOLO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALCIONE PEREIRA SANTOS
ADVOGADO	: ANTÔNIO SILVINO LEONARDO MARQUES DA SILVA

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE RESTRIÇÃO DE CRÉDITO. DANO MORAL. *QUANTUM* INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. SÚMULA 07 DO STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso especial, formulado com fundamento nas alínea "c" do inciso III, do artigo 105 da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em ação de indenização por danos morais decorrentes de inscrição indevida do nome da agravante junto ao SPC.
Em recurso especial, postula o recorrente pela redução do *quantum* fixado à título de reparação por danos morais.
Em síntese, é o relatório.
Decido.
2. Inicialmente, quadra assinalar que a jurisprudência deste Superior tribunal de justiça é firme no sentido de evidente exagero ou manifesta irrisão na fixação, pelas instâncias ordinárias, viola aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sendo possível, assim, a revisão da aludida quantificação.
Nesse sentido:

"CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INSCRIÇÃO NO SERASA. DANO MORAL. RESSARCIMENTO. VALOR. REDUÇÃO. I. A indenização por dano moral deve ser fixada de modo razoável, evitando-se excesso que cause enriquecimento sem causa, por sua incompatibilidade com a lesão sofrida. II. Recurso especial conhecido e parcialmente provido." (RESP 754806/SP, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, DJ 26.06.2006)

No presente caso, o valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais) atribuído pelo tribunal de origem a título de reparação por danos morais é razoável, incidindo, pois, o verbete sumular nº 07 para readequar valor indenizatório que não se mostra irrisório ou manifestamente exagerado.
Nesse sentido, impende colacionar trecho do voto do e. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, *verbis*:
"Não conheço do recurso, porque, como tenho dito outras vezes, a intervenção do Superior Tribunal de Justiça há de se dar quando há o abuso, o absurdo: indenizações de um milhão, de dois milhões, de cinco milhões, como temos visto; não é o caso. Aqui, ficaríamos entre quinhentos, trezentos e cinqüenta, duzentos, duzentos e cinqüenta, cem reais a mais, cem salários a menos. Não é, portanto, um caso de abuso na fixação, é uma discrepância na avaliação. Temos de ponderar até que ponto o Superior Tribunal de Justiça deve interferir na definição de um valor de dano moral, que é matéria de fato, para fazer uma composição mais ou menos adequada. Não sendo abusiva ou iníqua a opção do Tribunal local, não se justificaria a intervenção deste Tribunal. Se não for assim, teremos de enfrentar todas as avaliações de dano moral feitas no país, porque em todas elas poderemos encontrar uma disparidade de 10%, 20%, e essa não é a nossa função" (Resp 269.407, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, Rel. p/ Acórdão Min. Ruy Rosado de Aguiar, Quarta Turma, DJ 19.03.01).
3. Diante do exposto, com fundamento no artigo 34, VII do RISTJ, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3305)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 853.150 - RS (2006/0283071-6)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S/A - FINASA
ADVOGADO	: LUIZ AUGUSTO DE VASCONCELLOS ROCHA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GERSON LUIZ DE FIGUEIREDO MICHELS
ADVOGADO	: CARMEM TALITA BRANDÃO YOUNG E OUTRO
INTERES.	: BANCO INDUSTRIAL COMERCIAL S A
ADVOGADO	: ROBERTO ITTE SOEIRO DE SOUZA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Banco Mercantil de São Paulo S/A - FINASA contra decisão que negou seguimento a recurso especial, interposto pelas alíneas "a" e "c", do permissivo Constitucional, no qual se alega violação aos artigos 43, §§ 1º e 2º, do Código de Defesa do Consumidor, 160, do revogado Código Civil, e 188, do Código Civil, além do dissídio jurisprudencial.
O acórdão recorrido restou assim ementado (fl. 37):
"APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE EMITENTES DE CHEQUES SEM FUNDOS - CCF. CÁRTULAS DEVOLVIDAS POR INSUFICIÊNCIA DE PROVISÃO DE FUNDOS. CONTAS-CORRENTES ENCERRADAS. DEVER DE INDENIZAR. CULPA CONCORRENTE. CARACTERIZAÇÃO.
Compete à instituição bancária, sob pena de defeituosa prestação do serviço, o dever de examinar seus registros, antes do desconto, e mesmo devolução da cártula, para averiguar os dados desta junto ao cadastro do cliente, providenciando a conferência da assinatura do correntista e, sobretudo, diligenciando acerca da existência da conta-corrente no momento da compensação do cheque. Hipótese em que restou indubitável a prática do ato ilícito pelos requeridos, que, descurando da mínima cautela de consulta a seus sistemas, inscreveram o nome do autor junto ao CCF, ante a devolução de cheques, sob o incorreto motivo de insuficiência de fundos, pertinentes a contas-correntes, há muitos anos, encerradas**.** Dever das instituições bancárias de reparar o dano extrapatrimonial que, na espécie, colore a figura de dano moral puro. Verba indenizatória fixada à razão de R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), para cada um dos réus, mormente em face da culpa concorrente do requerente, evidenciada na displicência de manter consigo talonários de cheques de contas já encerradas, sem inutilizá-los. Juízo de improcedência reformado."

Não merece acolhida a irresignação.
No tocante ao artigo 43, § 2º, da Lei Consumerista, consignou-se no acórdão reprimido que "despiciendas quaisquer digressões acerca da ocorrência, ou não, no caso sob exame, de infringência ao disposto no art. 43, § 2º do CDC, bem como a respeito das falsificações grosseiras das firmas apostas nos inquinados títulos, por configurada, quanto aos tópicos, inovação recursal, haja vista a inexistência de pretérita veiculação, pelo requerente, das questões" (fl. 45). Tal argumento, de que a questão não havia sido ventilada anteriormente, não foi infirmado pelo recorrente, fazendo incidir os enunciados n. 182, da Súmula desta Corte, por analogia, e 284, do Excelso Pretório.
Quanto aos demais dispositivos, nenhum deles foi objeto de debate no aresto vergastado. Com isso, aplicam-se à espécie os enunciados n. 282 e 356, da Súmula do Supremo Tribunal Federal, dada a ausência do especial requisito do prequestionamento, inclusive acerca do alegado dissenso pretoriano. A saber:

"CIVIL E PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL. CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. MEDIDAS PROVISÓRIAS N. 2.160 E 2.170/2001. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356-STF E 211-STJ. JULGAMENTO MONOCRÁTICO AMPARADO EM SÚMULA DO STF. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. VEDAÇÃO. SÚMULA N. 121-STF. TEMAS PACIFICADOS. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. MULTA, ART. 557, § 2º, DO CPC.
I. As questões federais não enfrentadas pelo Tribunal estadual recebem o óbice das Súmulas n. 282 e 356 do C. STF e 211-STJ, que se aplicam inclusive à divergência jurisprudencial alegada, não podendo, por falta de prequestionamento, ser debatidas no âmbito do recurso especial.
II. Não ocorre violação ao direito do jurisdicionado quando o relator proferir decisão monocrática nos termos das Súmulas ou da jurisprudência dominante do STF e STJ, conforme expressamente autorizado pelo art. 557 do Código de Processo Civil.
III. Ainda que expressamente pactuada, é vedada a capitalização mensal dos juros em contrato de mútuo, somente admitida nos casos previstos em lei. Incidência do art. 4º do Decreto n. 22.626/33 e da Súmula n. 121-STF.
IV. Sendo manifestamente improcedente e procrastinatório o agravo, é de se aplicar a multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC, de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de novos recursos sujeita ao prévio recolhimento da penalidade imposta."
(AgRg no REsp 798055/GO, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, Unânime, DJ 17.04.2006 p. 205)

Ante o exposto, nego provimento ao presente agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 03 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3306)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 853.176 - RS (2006/0280088-8)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: COMPANHIA DOSUL DE ABASTECIMENTO - MASSA FALIDA
REPR. POR	: JOÃO FERNANDO LORSCHEITTER - SÍNDICO
ADVOGADO	: JOSÉ CARLOS FAGONI BARROS E OUTRO
AGRAVADO	: COMPREBEM COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	: MIGUEL TOSTES DE ALENCAR E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por COMPANHIA DOSUL DE ABASTECIMENTO - MASSA FALIDA contra decisão do Terceiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letras "a" e "c" da Constituição Federal, manejado frente a acórdão daquele Pretório, integrado pelo proferido em embargos de declaração, assim ementado:

"AÇÃO RESCISÓRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. PRINCÍPIO DA EQÜIDADE.
A decisão atinente aos honorários advocatícios decorre da solução do litígio e se equipara ao juízo sobre o mérito da causa, imperativo, pois, conhecer da ação, porquanto atendidos seus requisitos.
Constatado, no caso concreto, a presença de violação de lei, quando deveria ter sido aplicado o § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil, e não, o § 3º do referido dispositivo legal, pois a decisão foi de improcedência, importando, dessa forma, na procedência da rescisória.
A verba honorária deve atender ao princípio da equidade, sendo observado o grau de zelo profissional, o local de prestação do serviço, a natureza e a dificuldade da causa.
AÇÃO RESCISÓRIA CONHECIDA, AFASTADAS AS PRELIMINARES, E JULGADA PROCEDENTE, POR MAIORIA." (fls. 309)

Manejados embargos infringentes, estes restaram desacolhidos, tendo a ementa do acórdão a seguinte redação:

"EMBARGOS INFRINGENTES. PROCESSUAL CIVIL. PREPARO REALIZADO UM DIA APÓS A INTERPOSIÇÃO. ART. 326 DO REGIMENTO INTERNO. DESERÇÃO AFASTADA.
Prevendo o Regimento Interno deste Tribunal que o preparo dos embargos infringentes pode ser efetuado até dez dias contados da publicação do despacho que recebeu o recurso, não se há de aplicar a pena de deserção quando a embargante efetua o recolhimento das custas respectivas um dia após a interposição da irresignação. Jurisprudência reiterada do STJ a respeito que considera que a parte recorrente não pode ser induzida em erro relativamente ao descompasso existente entre o texto primitivo do art. 326 do Regimento Interno desta Corte e o disposto no art. 511 do CPC.
AÇÃO RESCISÓRIA. CARÊNCIA DE AÇÃO. INEXISTÊNCIA.
Em razão de o provimento acerca de honorários ser um efeito condenatório da sentença, é capaz de ser acobertado pela autoridade da coisa julgada, de modo que enseja ação rescisória, nos termos do art. 485 do CPC. Precedentes. Inexistência de carência de ação.
HONORÁRIOS. APRECIAÇÃO EQÜITATIVA DO JUIZ. REDUÇÃO.
Em ação anulatória de ato judicial julgada improcedente, os honorários advocatícios devem ser fixados á luz do princípio da apreciação eqüitativa do juiz, ex vi do art. 20, § 4º, do CPC, haja vista a inexistência de condenação. Constatada a violação de lei alegada, uma vez que os honorários foram fixados com base no § 3º do mesmo dispositivo, impõe-se a procedência da ação rescisória. Redução dos honorários fixados em primeiro grau e confirmados no acórdão rescindendo. Cabimento, como forma de melhor se observar os parâmetros subjetivo e objetivo para o arbitramento de tal verba.
PRELIMINAR CONTRA-RECURSAL REJEITADA.
EMBARGOS INFRINGENTES DESACOLHIDOS." (fls. 500)

Sustenta a agravante violação aos arts. 267, VI, 283, 295, VI, 467, 469, I, II e III e 485, V, do Código de Processo Civil e dissídio jurisprudencial.
A irresignação não merece acolhida.
De início, no que respeita à impossibilidade da questão versando sobre honorários ser objeto de ação rescisória, por não ser alcançada pela autoridade da coisa julgada, esta Corte já se manifestou no mesmo sentido da decisão recorrida, com o que a interpretação dada pelo Tribunal de origem aos arts. 267, VI, 467, 469, I, II e III, do Código de Processo Civil se mostra razoável.
A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. ART. 485, V, DO CPC. VIOLAÇÃO LITERAL DE LEI. OCORRÊNCIA. VERBA HONORÁRIA FIXADA EM DESOBEDIÊNCIA AO CRITÉRIO DE EQÜIDADE PREVISTO NO ART. 20, § 4º, DO CPC. CONDENAÇÃO EXORBITANTE E DESPROPORCIONAL. PRECEDENTES DA CORTE ESPECIAL E DE AMBAS AS TURMAS QUE COMPÕEM A 1ª SEÇÃO.
1. Cuidam os autos de ação rescisória ajuizada pelo INSS visando desconstituir acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região que acolheu pedido de majoração de honorários advocatícios para 5% (cinco por cento) resultando a verba honorária em importância superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). A demanda originária versou sobre o alcance da imunidade tributária às entidades beneficentes de assistência social no tocante ao pagamento de contribuição previdenciária a teor da constitucionalidade das alterações promovidas pela Lei nº 9.732/98 sobre a Lei nº 8.212/91 que teve, por fim, a aplicação do entendimento pacífico do STF acerca do tema.

À exordial, a Autarquia Previdenciária alegou que ocorreu no acórdão rescindendo error in judicando na aplicação do § 3º do art. 20 do CPC, dado que à espécie deveria ser observada a regra do § 4º do citado dispositivo processual, fato que resultou na fixação de honorários desproporcionais ao trabalho desenvolvido pelo causídico.
O TRF da 4ª Região (fls. 163/189), por maioria, rejeitou as preliminares suscitadas e julgou improcedente a ação rescisória, por entender: a) restaram preenchidos os pressupostos objetivos da condição da ação; b) afastar a aplicação da Súmula nº 343/STF em face da ausência de controvérsia nos Tribunais sobre a questão em debate; c) o acórdão rescindendo interpretou de forma eqüitativa e adequada o art. 20, § 4º, do CPC. Inconformados, o INSS (fls. 192/223) e o Ministério Público Federal (fls. 225/238), além de divergência jurisprudencial, apontam negativa de vigência dos artigos 20, § 3º, "a", "b" e "c" e 4º e 485, V, do CPC. Sustentam os recorrentes que o valor da verba honorária seria excessivo e desproporcional, considerando-se a natureza do processo originário, o tempo despendido e o trabalho realizado pelo patrono da causa, fatores que não foram apreciados quando da prolação do julgado, de modo que restou caracterizada a literal violação de lei a ensejar a procedência da rescisória. Contra-razões (fls. 256/271), pugnando pela mantença do julgado combatido, ao entendimento de que: a) a violação do art. 20, § 4º, do CPC não se operou pelo simples fato de que a decisão rescindenda foi fundada exclusivamente na interpretação desse dispositivo; b) a pretensão recursal è rediscutir matéria fática apreciada no julgado combatido; c) o pleito vai de encontro à consolidada jurisprudência desta Corte; d) a ação rescisória com base no art. 485, V, do CPC, não pode ser acolhida se no decisum rescindendo não se detectar contrariedade flagrante é evidente a literalidade da lei, sob pena de transformá-la em recurso ordinário. Parecer do Ministério Público Federal (fls. 283/290) opinando, em preliminar, pelo conhecimento do recurso e, no mérito, o seu provimento.
2. Afasta-se a aplicação do Enunciado nº 343/STF, dado que a matéria rescindenda não detém entendimento divergente no âmbito dos Tribunais pátrios.
3. A jurisprudência desta Corte, em hipóteses excepcionais, quando manifestamente evidenciado que o arbitramento da verba honorária se fez de modo irrisório ou exorbitante, tem entendido tratar-se de questão de direito e não fática, repelindo a aplicação da Súmula nº 07/STJ.
4. Há violação literal de lei, à luz do disposto no art. 485, V, do CPC, quando o acórdão rescindendo, ao majorar a verba honorária fixada na sentença, para 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, o fez de maneira superficial sem efetivamente atentar ao critério de eqüidade exigido pelo art. 20, § 4º, do CPC, fato que ocasionou o arbitramento da verba em valor superior a RS 1.118.566, 42, (atualizados até 11/03/2005 - fl. 164).
5. No julgado que pretende a rescisão foi apreciada matéria com entendimento consolidado no âmbito do egrégio Supremo Tribunal Federal firmado no julgamento da ADIn nº 2.028-5/DF, Rel. Min. Moreira Alves. De um exame superficial da lide originária, nota-se que a tese de direito discutida não teve grande complexidade jurídica, com trâmite processual absolutamente tranqüilo e célere.
6. Recursos especiais do INSS e do Ministério Público Federal providos. Verba honorária fixada na demanda originária em R$ 50.000, 00 (cinqüenta mil reais).
(REsp 845910/RS, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, DJ 23.11.2006)

Por outro lado, no que concerne à afirmação de que os honorários constituem matéria de fato e, assim, não se incluem no mérito da ação, é preciso ressaltar que não se confunde questão de fato com questão de mérito. Por exemplo, numa ação em que se discute indenização por dano material decorrente de acidente de veículo, afirmando o Tribunal de origem a culpa do condutor do veículo A, esta Corte não pode decidir de modo diverso, por se tratar de questão fática, soberanamente delineada pelas instâncias ordinárias. Isso não significa, entretanto, que a questão da culpa pelo acidente esteja dissociada do mérito da demanda.
De toda forma, este Superior Tribunal de Justiça passou a examinar a questão dos honorários advocatícios quando arbitrados em valores exorbitantes ou irrisórios, sob o entendimento de que a fixação além dos parâmetros da razoabilidade constitui matéria de direito e não de fato, pois afasta-se do juízo de eqüidade preconizado na lei processual.
A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO § 4º DO ART. 20, DO CPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS COM EXCESSO. NOVA AFERIÇÃO NO ÂMBITO DO STJ. POSSIBILIDADE, SEM INFRINGÊNCIA DA SÚMULA 07/STJ.
1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em hipóteses excepcionais, quando manifestamente evidenciado que o arbitramento da verba honorária se fez de modo irrisório ou excessivo, tem entendido cuidar-se de questão de direito e não de matéria fática, não incidindo, portanto, o óbice previsto na Súmula nº 07/STJ. Precedentes: Resp 502.152 - RS, Relatora Ministra DENISE ARRUDA, Primeira Turma, DJ de 24 de abril de 2006; AgRg no REsp 709.319 - CE, desta relatoria, Primeira Turma, DJ de 28 de abril de 2006; EREsp 494.377 - SP, Relator Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, Corte Especial, DJ de 1º de julho de 2005) 2. In casu, o Tribunal a quo, ao extinguir executivo fiscal por força de oposição de exceção de pré-executividade, fixou os honorários advocatícios em 5% sobre o valor da causa, que, à época da distribuição da execução fiscal, atingia o montante de R$ 2.681.302,28 (dois milhões, seiscentos e oitenta e um mil, trezentos e dois reais e vinte oito centavos), totalizando a quantia de R$ 134.065,11 (cento e trinta e quatro mil, sessenta e cinco reais e onze centavos), sem o acréscimo dos consectários legais.
3. Deveras, a fixação dos honorários advocatícios no montante de R$ 134.065,11 (cento e trinta e quatro mil, sessenta e cinco reais e onze centavos) revela-se excessiva.
4. Recurso Especial parcialmente provido.
(REsp 766.505/SC, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJ 09.10.2006)

"Processo civil. Honorários advocatícios. Revisão no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. Possibilidade nas hipóteses de fixação, pelo Tribunal de origem, em valor ínfimo ou exagerado.
Precedentes da Corte Especial.
- É possível a revisão, no STJ, do valor arbitrado pelo Tribunal de origem a título de honorários advocatícios, com fundamento no art. 20, §4º, em hipóteses excepcionais, em que a quantia tenha sido fixada em valor ínfimo ou exagerado (Corte Especial, EREsp nº 494.377/SP).
- Hipótese em que, pelo julgamento de improcedência do pedido formulado em uma ação de depósito visando a entrega de bens de valor equivalente a R$ 998.242,74, foram fixados honorários advocatícios no montante de apenas R$ 5.000,00.
Recurso especial conhecido e provido.
(REsp 678.642/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJ 29.05.2006)

Quanto à inexistência de violação a literal dispositivo de lei, na espécie, assim se manifestou o Min. JOSÉ DELGADO sobre questão similar quando do julgamento do Resp 845910, acima citado:

"Com efeito, o julgado rescindendo, apesar de aplicar o art. 20, § 4º, do CPC, não respeitou o critério de eqüidade exigido pelo comando normativo nele inserido, quando modificou o valor da verba honorária arbitrada em 1º Grau, majorando para 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa. Nesse sentido, é notória e flagrante a violação literal do art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil a ensejar a procedência da rescisória fundada no art. 485, V, do CPC."

Impende destacar, por oportuno que, mesmo arbitrada sobre o valor da causa, a verba de patrocínio não pode estar divorciada do critério de eqüidade previsto no art. 20, § 4º, do Estatuto Processual.
Nesse sentido:

"RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA JULGADA IMPROCEDENTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS EM 20% SOBRE O VALOR DA CAUSA. VIOLAÇÃO DO ART. 20, § 4º, DO CPC.
A verba honorária, fixada "consoante apreciação eqüitativa do juiz" (art. 20, § 4º/CPC), por decorrer de ato discricionário do magistrado, deve traduzir-se num valor que não fira a chamada lógica do razoável, pois em nome da eqüidade não se pode baratear a sucumbência, nem elevá-la a patamares pinaculares.
Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido."
(REsp 651282/RS, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, DJ 02.04.2007)

De outra parte, não cabe a esta Corte rever o posicionamento do Tribunal de origem no sentido de que presentes os documentos necessários para o deslinde da controvérsia, pois indispensável o revolvimento da matéria fático-probatória.
De toda forma, ainda que tida por insuficientemente instruída a inicial da rescisória , o procedimento pertinente seria a abertura de prazo para apresentação dos mesmos e não a extinção do processo por inépcia da inicial como pretende a recorrente.
Nesses termos:
"Direito processual civil. Recurso especial. Ação rescisória de sentença de procedência de pedido de investigação de paternidade cumulado com alimentos. Pedido rescisório com base em documento novo (art. 485, inc. VII, do CPC). Falta de documentos indispensáveis à propositura da ação rescisória. Extinção do processo, sem resolução do mérito. Impossibilidade sem que antes seja propiciado ao autor a abertura de prazo para suprir a falha.
- Ação rescisória de sentença de procedência de pedido investigatório de paternidade cumulado com alimentos, com fundamento no art. 485, inc. VII, do CPC, proposta sem a juntada de documentos indispensáveis à propositura da ação, impõe ao julgador que oportunize ao autor o suprimento da falha.
- Assim, nos termos do art. 284 do CPC, a extinção do processo em decorrência de não preencher a petição inicial os requisitos exigidos nos arts. 282 e 283 do CPC, somente é viável após a abertura de prazo para que o autor a emende ou a complete, e este não cumpra a diligência. Precedentes.
Recurso especial provido."
(REsp 846.227/MS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJ 18.06.2007)

Por fim, malgrado a tese de dissídio jurisprudencial, há necessidade, diante das normas legais regentes da matéria (art. 541, parágrafo único, do CPC c/c art. 255 do RISTJ), de confronto, que não se satisfaz com a simples transcrição de ementas, entre trechos do acórdão recorrido e das decisões apontadas como divergentes, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. Ausente a demonstração analítica do dissenso, incide a censura da súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publicar.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3307)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 853.418 - SP (2006/0279099-0)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: PAULO FRATESCHI
ADVOGADO	: FÁTIMA CRISTINA PIRES MIRANDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADO	: MAURÍCIO JOSEPH ABADI E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por PAULO FRATESCHI contra decisão do Presidente da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letras "a" e "c", da Constituição Federal, manejado frente a acórdão, integrado pelo proferido em embargos de declaração, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL - Preliminar ao recurso - Julgamento antecipado da lide - Cerceamento de defesa - Inocorrência - Questão de direito e prova dos autos suficientes para permitir o julgamento do feito, sem necessidade de produção de prova pericial ou testemunhal - Preliminar rejeitada.
DANO MORAL - Imprensa - Editoriais de jornais de grande circulação pertencentes ao réu - Alegadas ofensas à honra do autor, presidente do diretório estadual de partido do governo da Prefeitura Municipal de São Paulo - Inocorrência - Menção ao fato de o irmão de autor haver assessorado empresas contratadas na licitação para o serviço de limpeza urbana como exemplo de atividades irregulares da administração municipal - Editorial com caráter informativo e crítico - Descaracterização da natureza ofensiva - Sentença mantida - Negado provimento ao recurso". (fls. 203)

Alega violação aos arts. 130 e 330, I, do Código de Processo Civil e aos arts. 49, incisos I e II, § 2º, e 53 da Lei nº 5.250/67.
Aponta dissídio jurisprudencial sobre cerceamento de defesa.
A irresignação não merece prosperar.
A matéria relativa ao art. 53 da Lei nº 5.250/67 não foi objeto de decisão por parte do acórdão recorrido, ressentindo-se o recurso especial, neste particular, do necessário prequestionamento, o que faz incidir a censura das súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.
No tocante aos arts. 130 e 330, I, do Código de Processo Civil, extrai-se das razões do recurso especial que o recorrente, a pretexto de negativa de vigência, pretende, na verdade, o reexame de prova, pois o julgado ao entender que deveria ser antecipado o julgamento da lide por ser suficiente a prova trazida com a exordial o faz com base nos elementos fático-probatórios dos autos, o que atrai a incidência da súmula 7 desta Corte.
Da mesma forma, quanto ao art. 49, incisos I e II, §2º, da Lei 5.250/67, a reforma do entendimento de não ter restado configurado dano moral exigiria a análise do contexto fático-probatório.
Nego provimento ao agravo.
Publicar.
Brasília, 21 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3308)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 853.797 - BA (2006/0278494-6)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: DILTON ALVES DE SANTANA
ADVOGADOS	: PAULO SÉRGIO HILÁRIO VAZ E OUTRO(S) ADRIANO SOARES BRANQUINHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TRANSAUTER AGROPECUÁRIA LTDA
ADVOGADO	: HÉLIO SANTOS MENEZES JUNIOR E OUTRO(S)

DECISÃO

Dou provimento ao agravo. Suba o recurso especial para melhor exame.
Publicar.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3309)

RECURSO ESPECIAL Nº 857.253 - SC (2006/0132903-2)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A
ADVOGADO	: ELIZABETH CÁSSIA MASSOCCO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CLARI MARIA AGOSTINI
ADVOGADO	: ÊNIO EXPEDITO FRANZONI E OUTRO

DECISÃO

Vistos, etc.
Homologo, para que produza os efeitos de direito, o acordo de vontades celebrado entre as partes (fls. 381/382), e, em conseqüência, julgo extinto o processo, com fundamento no artigo 269, incisos III e V, do Código de Processo Civil.
Nos termos da avença, as custas processuais finais e outras despesas processuais porventura existentes, inclusive verba honorária do perito judicial, deste e dos demais processos que envolvem o recorrente e a recorrida, serão pagos integralmente pela recorrida.

Igualmente nos termos da composição amigável, arcará a recorrida com o pagamento da verba honorária devida ao seu advogado, bem como aos procuradores do recorrente (itens 1.3 e 1.4).
Outrossim, homologo, para que produza os efeitos de direito, a renúncia de ambas as partes ao seu direito de recorrer desta decisão, bem como a renúncia da recorrida ao direito em que se funda a ação e a qualquer medida judicial que tenha por objeto discutir as cláusulas do contrato objeto deste recurso e de outros contratos firmados entre as partes, na agência de São Miguel do Oeste, SC.
P.I.
Brasília, 08 de setembro de 2007.

Ministro MASSAMI UYEDA
Relator

(3310)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 857.967 - MS (2006/0121216-8)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
EMBARGANTE	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: LINO ALBERTO DE CASTRO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: RAMÃO AQUINO AMARILA DE SOUZA
ADVOGADO	: MARIA DO SOCORRO C FREITAS

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos pelo BANCO BRADESCO S/A em face de decisão assim vazada:

"Cuida-se de recurso especial, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do art. 105, III, da Constituição Federal de 1988, interposto pelo BANCO BRADESCO S/A contra o v. acórdão proferido pela Colenda Terceira Turma Cível do E. Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, que, por maioria, negou provimento à apelação do ora recorrente, nos termos da ementa de fls. 277.
No presente recurso, alega o recorrente, em suas razões, ofensa ao art. 4º, IX º da Lei n° 4.595/64, além de divergência jurisprudencial.
Contra-razões às fls. 350/354.
Inadmitido o recurso especial, os autos subiram por força de agravo de instrumento provido.
É o relatório.
Passo a decidir.
Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, inclusive no que tange ao prequestionamento, passo a examinar o recurso.
Quanto à comissão de permanência, é lícita a sua cobrança após o vencimento da dívida. A comissão deve observar a taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual avençado entre as partes. Não pode, entretanto, ser cumulada com a correção monetária nem com os juros remuneratórios. Incidência das Súmulas 30, 294 e 296 do STJ. Também não pode a comissão de permanência ser cumulada com os encargos decorrentes da mora, como os juros moratórios e a multa contratual, consoante restou pacificada a matéria em recente julgamento (AgRg no REsp 712.801/RS Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ 04.05.2005). No caso concreto, conforme restou assentado pelas instâncias ordinárias, ocorreu a sua cumulação com a multa contratual e juros moratórios, impondo-se a manutenção do v. acórdão recorrido neste ponto.
No que diz respeito aos juros remuneratórios, conforme orientação da Segunda Seção desta Corte, não incide a limitação a 12% ao ano, prevista no Decreto nº 26.626/33, salvo hipóteses legais específicas, estando as instituições financeiras, integrantes do Sistema Financeiro Nacional, sob a égide da Lei nº 4.595/64. Desta forma, cabe ao Conselho Monetário Nacional limitar tais encargos, aplicando-se o Enunciado Sumular 596/STF.
Ressalte-se, ademais, que este entendimento não foi alterado após a vigência do CDC, cujas normas também se aplicam aos contratos firmados por instituições bancárias. Deveras, a fim de se harmonizarem referidos diplomas legais, aquele órgão julgador consagrou a manutenção dos juros no percentual avençado pelas partes, desde que não reste sobejamente demonstrada a exorbitância do encargo (v.g. AgRg no REsp nº 590.573/SC, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, DJ 25.05.2004).
Por outro lado, a autorização do Conselho Monetário Nacional para a livre contratação dos juros remuneratórios só se faz necessária em hipóteses específicas, decorrentes de expressa exigência legal, tais como nas cédulas de crédito rural, industrial ou comercial. Assim, resta dispensada a prova de prévia autorização do CMN para fixar a taxa de juros além do patamar legal no caso em concreto (v.g. AgRg no EDcl no Resp 492.936/RS, Rel. Min. ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, DJ 22.11.2004). Destarte, merece reparos o v. acórdão que limitou o juros remuneratórios em 12% a.a..
Por tais fundamentos, nos termos do art. 557, § 1º - A, do CPC, com redação dada pela Lei 9.756/98, conheço do recurso e lhe dou parcial provimento para afastar a limitação da taxa de juros remuneratórios imposta pelo Tribunal a quo.
Custas e honorários reciprocamente suportados pelas partes, na proporção de 70% pelo recorrente e 30% pelo recorrido, mantido o valor fixado na r. sentença, permitindo-se a compensação, nos termos da lei e da Súmula nº 306/STJ." (fls. 401/403)

Aduz o embargante padecer o julgado de contradição, sustentando a possibilidade de incidência da comissão de permanência no período de mora, desde que não cumulada com os encargos moratórios. Requer, ainda, o redimensionamento dos ônus sucumbenciais, ante o provimento do recurso especial.
A irresignação merece parcial acolhida.
Com efeito, a comissão de permanência é devida para o período de inadimplência, não podendo ser cumulada com correção monetária (Súmula 30/STJ), juros remuneratórios, moratórios e multa contratual (AGREsp 712.801/RS), calculada pela taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, tendo como limite máximo a taxa do contrato (Súmula 294/STJ).
De outro lado, em sede de especial, notadamente em demandas nas quais se verifica a ocorrência de sucumbência recíproca, aferir percentuais e valores da condenação para concluir ou não pela inversão do ônus sucumbencial, ou para determinar a ocorrência de sucumbência mínima do pedido, são intentos que demandam incursão na seara fático-probatória, vedada pela súmula 07/STJ.
Nesse contexto, fica reservado às instâncias ordinárias, competentes para avaliar o reflexo do deferimento parcial dos pedidos no resultado concreto da demanda, definir o montante da sucumbência.
Ante o exposto, acolho os embargos declaratórios para reconhecer a possibilidade de incidência da comissão de permanência, nos moldes preconizados por esta Corte, e determinar que as custas e verba honorária, observada quanto à última o percentual/***quantum*** arbitrado na origem, sejam fixadas na proporção em que vencidas as partes, compensando-se na forma da lei (art. 21 do Código de Processo Civil - Resp 330.848/PR), ressalvado o benefício da assistência jurídica gratuita.
Publicar.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3311)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 866.946 - RS (2006/0148473-8)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: UNICARD BANCO MÚLTIPLO S/A
ADVOGADOS	: LUCIANO CORRÊA GOMES E OUTRO(S) RICARDO LUIZ BLUNDI STURZENEGGER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CERÂMICA APARECIDA LTDA
ADVOGADO	: DELANO MIGUEL MACHRY

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por UNICARD BANCO MÚLTIPLO S/A contra decisão assim vazada:

"Cuida-se de recurso especial, com fundamento nas alíneas "a" e "c", do art. 105, III, da Constituição Federal, interposto pelo UNICARD BANCO MÚLTIPLO S/A contra v. acórdão proferido pela Egrégia Décima Nona Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que negou provimento ao seu apelo, bem como deu parcial provimento ao recurso adesivo interposto pelo ora recorrido, nos termos da ementa de fls. 303.
No presente recurso, sustenta o ora recorrente violação ao art. 4º, VI e IX da Lei nº 4.595/64, além de divergência jurisprudencial acerca da limitação dos juros remuneratórios, capitalização mensal e ao expurgo da comissão de permanência.
Contra-razões às fls. 449/468.
Recurso admitido às fls. 472/473.
É o relatório.
Passo a decidir.
Um vez satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, inclusive no que tange ao prequestionamento, passo a examinar o presente recurso.
Esta Corte, no que se refere aos juros remuneratórios, firmou-se no sentido de que, com a edição da Lei 4.595/64, não se aplicam as limitações fixadas pelo Decreto 22.626/33, de 12% ao ano, aos contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (Súmula 596 do STF), salvo nas hipóteses de legislação específica (v.g. Resp 436.191/RS, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, DJ 24.03.2003; Resp 436.214/RS, Rel. Min. BARROS MONTEIRO, DJ 18.12.2002 e Resp 324.813/RS, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ 25.03.2002).
Ressalte-se, ademais, que este entendimento não foi alterado após a vigência do CDC, cujas normas, como visto, também se aplicam aos contratos firmados por instituições bancárias. Deveras, a fim de se harmonizarem referidos diplomas legais, aquele órgão julgador consagrou a manutenção dos juros no percentual avençado pelas partes, desde que não reste sobejamente demonstrada a exorbitância do encargo.
Quanto à autorização do Conselho Monetário Nacional para a livre contratação dos juros compensatórios, esta só se faz necessária em hipóteses específicas, decorrentes de expressa exigência legal, tais como nas cédulas de crédito rural, industrial ou comercial. Assim, resta dispensada a prova de prévia autorização do CMN para fixar a taxa de juros além do patamar legal no caso em concreto (v.g. AgRg nos EDcl no Resp 492.936/RS, Rel. Min. ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, DJ 22.11.2004; Resp 555.224/RS, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ 30.08.2004 e AgRg no Resp 575.961/RS, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, DJ 02.08.2004). Destarte, merece reparos o v. acórdão que limitou o juros remuneratórios à taxa Selic.
Quanto à capitalização mensal de juros (anatocismo), o entendimento prevalecente nesta Corte era no sentido de que esta somente seria admitida em casos específicos, previstos em lei (cédulas de crédito rural, comercial e industrial), conforme enunciado sumular n° 93/STJ.
Com a edição da MP 2.170, de 31.03.2000, passou-se a admitir a capitalização mensal aos contratos firmados posteriormente à sua entrada em vigor, desde que houvesse previsão contratual.
Verificando-se, in casu, que o recorrente não traz fundamentação suficiente para ultrapassar a jurisprudência antiga deste Tribunal, há de ser permitida, apenas, a sua incidência na periodicidade anual.
No que tange à comissão de permanência, é lícita a sua cobrança após o vencimento da dívida. A comissão deve observar a taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual avençado entre as partes. Não pode, entretanto, ser cumulada com a correção monetária nem com os juros remuneratórios. Incidência das Súmulas 30, 294 e 296 do STJ. Consoante entendimento recente desta Seção, a cobrança da comissão de permanência também não pode coligir com os encargos decorrentes da mora, como os juros moratórios e a multa contratual (AgRg no REsp 712.801/RS Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ 04.05.2005). Desta forma, uma vez pactuados encargos moratórios no contrato em comento, incabível a incidência do referido encargo.
Por tais fundamentos, nos termos do art. 557 do CPC, com redação dada pela Lei 9.756/98, conheço do recurso e lhe dou parcial provimento para afastar a limitação da taxa de juros remuneratórios fixada pelo Tribunal a quo.
Custas e honorários reciprocamente suportados pelas partes, na proporção de 70% pelo recorrente e 30% pela recorrida, permitindo-se a compensação, nos termos da lei e da Súmula nº 306/STJ, mantido o valor fixado no v. acórdão. " (fls. 545/547)

Sustenta o recorrente a possibilidade de incidência dos juros remuneratórios no período de mora, uma vez indeferida a cobrança da comissão de permanência.
Assiste razão ao agravante.
Com efeito, no julgamento do Resp. 402.483/RS restou confirmada, pela Segunda Seção do STJ, a possibilidade de cumulação dos juros remuneratórios com os moratórios, após o vencimento do contrato, à taxa média de mercado, até o limite do percentual contratado, diante da diversidade da natureza de ambos. Inteligência da Súmula 296/STJ.

Ante o exposto, reconsidero a decisão agravada para consignar a possibilidade de incidência dos juros remuneratórios no período de mora, à taxa média de mercado, até o limite do percentual contratado.
Custas e honorários de advogado, observado quanto a estes o percentual/***quantum*** fixado na origem, na proporção em que vencidas as partes, compensando-se na forma da lei (art. 21 do CPC - Resp 330.848/PR).
Publicar.
Brasília, 21 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3312)

RECURSO ESPECIAL Nº 868.863 - RS (2006/0154105-8)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: LINO ALBERTO DE CASTRO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PICCOLI REPRESENTAÇÕES COMÉRCIO INDÚSTRIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ADVOGADO	: VANDERLEI LUÍS WILDNER E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS - HIPÓTESE EM QUE NÃO HOUVE O EXAURIMENTO DAS VIAS ORDINÁRIAS - SÚMULA N. 281 DO STF - APLICABILIDADE - ESCÓLIO JURISPRUDENCIAL NESSE SENTIDO - RECURSO IMPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo BANCO BRADESCO S/A, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, em que se alega violação dos artigos 535, II, do Código de Processo Civil; 4º, IX, da Lei n. 4.595/64; 51, § 1º, III, do Código de Defesa do Consumidor; e 5º da Medida Provisória nº 2.170-36/01, bem como dissídio jurisprudencial.
Verifica-se, da análise dos autos, que o pedido da ação revisional de contrato de conta-corrente e financiamento - capital de giro - proposta por PICOLLI REPRESENTAÇÕES COMÉRCIO INDÚSTRIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA foi julgado parcialmente procedente, em primeiro grau de jurisdição, para limitar os juros remuneratórios em 12% ao ano, vedar a capitalização destes em periodicidade inferior à anual, fixar a multa moratória em 2%, afastar a comissão de permanência, e impor o limite de 1% ao mês para os juros moratórios (fls. 89/93). Interposto recurso de apelação pela instituição financeira, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul negou-lhe provimento (fls. 147/159). *Decisum* que remanesceu inalterado ante a rejeição dos embargos de declaração opostos (fls. 171/172).
No presente apelo nobre, busca o recorrente a reforma do v. acórdão, sustentando, preliminarmente, negativa de prestação jurisdicional. No mérito, insurge-se no que diz respeito à limitação dos juros remuneratórios, à vedação da capitalização dos juros e à exclusão da comissão de permanência. Aponta a existência de dissenso jurisprudencial acerca da matéria suscitada (fls. 176/203).
A recorrida apresentou contra-razões (fl. 215/232).
É o relatório.
A irresignação não merece prosperar.
Com efeito.

Constata-se, examinando os autos, que o recurso especial foi interposto contra decisão monocrática que negou seguimento ao recurso de embargos de declaração (fls. 171/172), hipótese em que não houve o exaurimento das instâncias. Aplica-se, desse modo, o enunciado 281 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, por analogia, *in verbis: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada"*.
Neste sentido, assim já se decidiu:
"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. APELAÇÃO JULGADA POR DECISÃO MONOCRÁTICA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. JULGAMENTO POR ÓRGÃO COLEGIADO. AUSÊNCIA DE EXAURIMENTO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. SÚMULA N. 281/STF. PRECEDENTES.
1. Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar em recurso especial as causas decididas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal. Assim, constitui pressuposto de admissibilidade do apelo excepcional o esgotamento dos recursos cabíveis na instância ordinária (Súmula n. 281/STF).
2. Apreciada a apelação em decisão monocrática, seria indispensável submetê-la ao colegiado, por meio do agravo previsto no art. 557, § 1º, do Código de Processo Civil, mostrando-se insuficiente a oposição de embargos declaratórios. Precedentes.
3. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag n. 753.855/RN, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJU 3/8/2006)

Nega-se, portanto, seguimento ao recurso.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3313)

RECURSO ESPECIAL Nº 873.377 - RN (2006/0169899-3)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
RECORRENTE	: VIAÇÃO NORDESTE LTDA
ADVOGADO	: JANSENIO ALVES ARAÚJO DE OLIVEIRA
RECORRIDO	: MARIA OZIMAR DANTAS
ADVOGADO	: IVANILDE LIMA DE HOLANDA SILVA E OUTRO

EMENTA

DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. AMPUTAÇÃO DA MÃO ESQUERDA. DANO MORAL. REDUÇÃO DO *QUANTUM*. INCIDÊNCIA DO VERBETE Nº 7 DA SÚMULA DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, cuja ementa ora se transcreve (fl. 98):
"CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS ESTÉTICO E MORAL. CONSTATAÇÃO DE AMPUTAÇÃO DE MEMBRO. LESÃO DE NATUREZA GRAVE. DANOS MORAIS CONFIGURADOS.
I. Acordo extra-judicial, cuja quantia paga a título de indenização, atendeu apenas aos danos materiais;
II. Inconcebível que a irrisória quantia paga pelo apelante, atendesse ao dano estético e conseqüente dano moral causado à apelada.
III. Recurso conhecido e improvido."
Em recurso especial postula a redução do valor fixado a título de reparação por danos morais (107 a 123).
Em síntese, é o relatório.
2. O recurso especial não merece ser conhecido.
Inicialmente, quadra assinalar, que a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que evidente exagero ou manifesta irrisão na fixação do dano moral, pelas instâncias ordinárias, viola os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sendo possível, assim, a revisão da aludida quantificação.
Nesse sentido:
"CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INSCRIÇÃO NO SERASA. DANO MORAL. RESSARCIMENTO. VALOR. REDUÇÃO. I. A indenização por dano moral deve ser fixada de modo razoável, evitando-se excesso que cause enriquecimento sem causa, por sua incompatibilidade com a lesão sofrida. II. Recurso especial conhecido e parcialmente provido." (RESP 754806/SP, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, DJ 26.06.2006 - grifos nossos)
No presente caso, o Tribunal atribuiu a título de reparação por danos morais, o valor equivalente a 100 (cem) salários mínimos, consideradas as peculiaridades da espécie, inclusive a gravidade da lesão, amputação de parte do membro superior esquerdo. Incide, pois, o verbete sumular nº 07 para readequar valor indenizatório que não se mostra irrisório ou manifestamente exagerado.
Nesse sentido, impende colacionar trecho do voto do e. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, *verbis:*
"Não conheço do recurso, porque, como tenho dito outras vezes, a intervenção do Superior Tribunal de Justiça há de se dar quando há o abuso, o absurdo: indenizações de um milhão, de dois milhões, de cinco milhões, como temos visto; não é o caso. Aqui, ficaríamos entre quinhentos, trezentos e cinqüenta, duzentos, duzentos e cinqüenta, cem reais a mais, cem salários a menos. Não é, portanto, um caso de abuso na fixação, é uma discrepância na avaliação. Temos de ponderar até que ponto o Superior Tribunal de Justiça deve interferir na definição de um valor de dano moral, que é matéria de fato, para fazer uma composição mais ou menos adequada. Não sendo abusiva ou iníqua a opção do Tribunal local, não se justificaria a intervenção deste Tribunal. Se não for assim, teremos de enfrentar todas as avaliações de dano moral feitas no país, porque em todas elas poderemos encontrar uma disparidade de 10%, 20%, e essa não é a nossa função" (Resp 269.407, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, Rel. p/ Acórdão Min. Ruy Rosado de Aguiar, Quarta Turma, DJ 19.03.01).
3. Diante do exposto, com fundamento no artigo 557, *caput* do Código de Processo Civil, não conheço do recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3314)

RECURSO ESPECIAL Nº 874.277 - RS (2006/0172789-0)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: BANCO FINASA S/A
ADVOGADOS	: MARLENE CHIARADIA E OUTRO(S) MIRIAM KRAMER GUEDES E OUTRO
RECORRIDO	: VANESSA DE ARAUJO MILLIS
ADVOGADO	: TATIANE COIMBRA BURILLE

DECISÃO

Vistos, etc.
Homologo, para que produza os efeitos de direito, a desistência deste recurso, formalizada pelo recorrente, com a concordância da recorrida (fl. 169), com fundamento nos artigos 34, inciso IX, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, e 501 do Código de Processo Civil.
Outrossim, homologo, para que produza os efeitos de direito, a renúncia de ambas as partes ao seu direito de recorrer desta decisão (fl. 169), e determino que seja certificado, de imediato, o trânsito em julgado, e remetidos os autos ao egrégio Tribunal de origem.
P.I.
Brasília, 08 de setembro de 2007.

Ministro MASSAMI UYEDA
Relator

(3315)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 874.860 - SP (2007/0043027-0)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: NEWTON NARA PRADO E OUTRO
ADVOGADO	: GIULIANO MARCUCCI COSTA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GUINNESS UDV BRASIL LTDA
ADVOGADO	: NOEMIA MARIA DE LACERDA SCHUTZ E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA DE VAGA DE GARAGEM. MATRÍCULA AUTÔNOMA. BEM DE FAMÍLIA. LEI 8.009/90. PENHORABILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:
"Execução de Título Extrajudicial. Embargos do devedor - bem de família - penhora de vagas de garagem objeto de matrículas autônomas - admissibilidade - a proteção da Lei Federal 8.009/90 recai sobre o imóvel residencial que é destinado à moradia da família, não alcançando as vagas de garagem quando estas tiverem tratamento jurídico de unidades autônomas - recurso a que se nega provimento." (fl.13)

Seguiu-se a interposição do recurso especial, no qual se sustenta, preliminarmente, que o acórdão *a quo* violou a Lei Federal 8.009/90, sob o fundamento de que a vaga de garagem está ligada a apartamento residencial destinado à moradia familiar, não podendo, assim, ser penhorado, por estar acobertado pela proteção que se dá ao bem de família. Acena, ainda, com dissídio jurisprudencial.
É o relatório.
Decido.
1. De início, o recurso especial não merece prosperar por qualquer dos dispositivos alegados do permissivo constitucional.
No tocante à alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, impende salientar que o recurso especial não merece prosperar. Com efeito, o especial é um recurso de fundamentação vinculada, no qual o efeito devolutivo se opera tão-somente nos termos do que foi impugnado. Há de se ter sob mira que a ausência de indicação expressa dos dispositivos legais tidos por vulnerados não permite verificar se a legislação federal infraconstitucional restou, ou não, malferida.
Dessa forma, é de rigor a incidência do verbete n.º 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal: **"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".**
Nesta esteira os seguintes precedentes:
"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL FUNDADO EM VIOLAÇÃO DE LEI FEDERAL. FALTA DE ESPECIFICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS PORVENTURA VIOLADOS. DEFICIÊNCIA RECURSAL. SÚMULA 284-STF. 1 - A falta de indicação do dispositivo legal tido por violado inviabiliza a abertura da via especial (súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal). 2 - Agravo regimental improvido." (AG 546.509/RJ, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 30.08.2004)
"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. FALTA DE INDICAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. - Não comporta conhecimento recurso especial interposto sem a indicação precisa do dispositivo infraconstitucional que se reputa contrariado. - Incidência do enunciado n. 284 da Súmula do STF. - Agravo regimental desprovido." (AG 35.753/SP, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJ 22.11.93).

No que pertine ao cabimento do recurso pela alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Carta Magna, esta Corte tem decidido que, a teor do art. 255 e parágrafos do RISTJ, para comprovação e apreciação do dissídio jurisprudencial devem ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, bem como juntadas cópias integrais de tais julgados ou, ainda, citado repositório oficial de jurisprudência. Tais requisitos, *in casu*, não foram observados, uma vez que ausente a citação do repositório oficial, autorizado ou credenciado e inexistente a juntada dos acórdãos tidos por paradigmas. Cabe salientar ser incabível a simples referência ao Diário da Justiça (REsp 363.270/PE, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, DJ 28.06.2004; EAREsp 510.688/DF, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ 01.03.2004; REsp 151.008/PE, Rel. Min. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, DJ 24.02.2003). Ademais, ausente o indispensável cotejo analítico entre o v. acórdão recorrido e os acórdãos tidos por paradigmas. Por tais razões, não restou comprovado qualquer dissídio pretoriano.
2. Importante notar, ainda, que o acórdão hostilizado resolveu bem a questão trazida à baila, pois o box de estacionamento não está protegido pela impenhorabilidade assegurada na Lei 8.009/90, vez que a lei resguarda apenas o imóvel residencial do devedor e de sua família, nele não se incluindo o espaço destinado ao estacionamento. Além disso, uma vez identificado o box de estacionamento como unidade autônoma em relação à residência do devedor, tendo inclusive matrícula própria, não há restrição para que seja penhorado.
Nesse sentido, assim já decidiu este Tribunal Superior:
"CIVIL E PROCESSUAL. EXECUÇÃO. BEM DE FAMÍLIA. VAGA DE GARAGEM EM CONDOMÍNIO VERTICAL, COM MATRÍCULA PRÓPRIA. IMPENHORABILIDADE AFASTADA. LEI N. 8.009/90, ART. 1º. EXEGESE. I. O entendimento pacificado na 2ª Seção do STJ é no sentido de que pode ser objeto de penhora a vaga de garagem que possua inscrição própria no Registro de Imóveis, portanto diversa do apartamento onde residem os executados, apenas este considerado como bem de família e protegido pela Lei n. 8.009/90. II. Recurso especial não conhecido." (4ª Turma, REsp n. 582.044/RS, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, unânime, DJU de 29.03.2004)

"PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA DE BENS. BOXE PARA ESTACIONAMENTO. INAPLICABILIDADE DA LEI N. 8.009, DE 1990. O BOXE PARA ESTACIONAMENTO, QUANDO INDIVIDUADO COMO UNIDADE AUTÔNOMA NO REGISTRO DE IMÓVEIS (LEI N. 4.591/64, ART. 2., PARÁGRAFOS 1. E 2.), NÃO E ACESSÓRIO DA MORADIA PARA OS EFEITOS DO ARTIGO 1. DA LEI N. 8.009, DE 1990, SUJEITANDO-SE A PENHORA. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO." (2ª Turma, REsp n. 32.284/RS, Rel. Min. Ari Pargendler, unânime, DJU de 17.06.1996)

"EXECUÇÃO - PENHORA - BOXE DE ESTACIONAMENTO - PENHORABILIDADE. - O boxe de estacionamento, identificado como unidade autônoma em relação à residência do devedor, tendo, inclusive, matrícula própria no registro de imóveis, não se enquadra na hipótese prevista no art. 1º da Lei nº 8.009/90, sendo, portanto, penhorável. - Recurso desprovido." (5ª Turma, REsp n. 205.898/SP, Rel. Min. Felix Fischer, unânime, DJU de 01.07.1999)

3. Ante o exposto, com base no artigo, 34, VII e XVII, do RISTJ, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3316)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 875.556 - MS (2006/0174985-3)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: LUCIA REGINA ALVES PEREIRA
ADVOGADO	: JADER EVARISTO TONELLI PEIXER
AGRAVADO	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL - PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL SUBSCRITO POR ADVOGADO SUBSTABELECIDO DE FORMA IRREGULAR - SUBSTABELECENTE NÃO CONSTITUÍDO NOS AUTOS - SÚMULA N. 115/STJ - INCIDÊNCIA - RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO HOSTILIZADA - NECESSIDADE - AGRAVO PROVIDO.
1. À luz da Súmula n. 115/STJ, deve ser tido por inexistente o recurso subscrito por advogado que foi substabelecido por quem não fora devidamente constituído nos autos, inadmitida a regularização da representação posteriormente à interposição da irresignação.
2. Agravo regimental provido para se negar seguimento ao recurso especial.

DECISÃO

Cuida-se de agravo regimental interposto por LUCIA REGINA ALVES PEREIRA em face de decisão monocrática, de lavra desta Relatoria, que assim decidiu:

"RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO BANCÁRIO E AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO CONEXA - JUROS REMUNERATÓRIOS - LIMITAÇÃO EM 12% AO ANO - INADMISSIBILIDADE - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS - CONTRATOS FIRMADOS APÓS A EDIÇÃO DA MP Nº 1.963-17, DE 30 DE MARÇO DE 2000 (reeditada pela MP Nº 2.170-36/2001) - PRÉVIA PACTUAÇÃO - COBRANÇA - POSSIBILIDADE - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - LICITUDE NA COBRANÇA, NÃO CUMULADA COM OS DEMAIS ENCARGOS DA MORA, CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS REMUNERATÓRIOS - RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO."

Busca a agravante a reforma do r. *decisum*, sustentando, em síntese, que, como indigitado nas contra-razões do recurso especial, o causídico subscritor do apelo nobre não foi devidamente constituído. Aduz, ademais, que não foi interposto recurso extraordinário para infirmar os fundamentos constitucionais do acórdão recorrido relativamente às questões da limitação dos juros remuneratórios e da capitalização destes, o que atrairia os óbices contidos nas Súmulas ns. 126/STJ e 283/STF. Assevera, ainda, remanescerem fundamentos inatacados no aresto hostilizado consistentes na limitação dos juros remuneratórios pelo prisma do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor. Pleiteia, outrossim, a limitação dos juros remuneratórios, bem como a vedação da capitalização destes em periodicidade inferior à anual. Afirma, também, que o recurso especial não poderia ter sido conhecido relativamente ao tema da capitalização dos juros em razão da Súmula n. 283/STF. Assere, de resto, que, no que tange à comissão de permanência, o apelo excepcional não preencheu os requisitos de admissibilidade concernentes ao prequestionamento e à demonstração do dissídio jurisprudencial. Finalmente, pugna pelo afastamento da comissão de permanência.
É o relatório.
Atendendo-se à melhor análise da matéria, é de se reconsiderar a decisão ora hostilizada nos termos do art. 557, § 1º, do CPC.
Com efeito.
À luz da Súmula n. 115/STJ, deve ser tido por inexistente o recurso subscrito por advogado que foi substabelecido por quem não fora devidamente constituído nos autos, inadmitida a regularização da representação posteriormente à interposição da irresignação. Nesse sentido, confira-se:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 545 DO CPC. INEXISTÊNCIA. ADVOGADOS SEM PROCURAÇÃO. OPORTUNIDADE DE REGULARIZAÇÃO NA VIA ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. ADVOGADO QUE NÃO SUBSCREVEU O RECURSO. INTIMAÇÃO. JURISPRUDÊNCIA DA CORTE ESPECIAL. (...)
1. É inadmissível Agravo de Instrumento subscrito por advogados sem procuração nos autos. A ausência do instrumento de mandato deve ser sanada na instância ordinária, sendo estranha tal prática à via especial. Precedentes desta Corte: AgRg no AG 632.282/RJ, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 18.04.2005; AgRg no AG 491.959/SP, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 29.09.2003; AGRESP 381.307/RS, Rel. Min. Denise Arruda, DJ 24/05/2004; AGA 545.335/SP, Rel. Min. Gilson Dipp, DJ 29/03/2004; AGA 421.905/PR, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ 29/03/2004.
2. A irregularidade da representação processual atrai a incidência da Súmula nº 115 desta Corte, verbis*: 'Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos', verbete que se aplica quando há substabelecimento, hipótese em que cumpre ao patrono a juntada da procuração originária para aferir-se da legalidade da transmissão dos poderes.* Ubi eaden ratio ibi eaden dispositio*.*
3. Embora o art. 13 do Código Adjetivo Civil autorize o saneamento da deficiência da irregularidade de representação, o mesmo não ocorre em se tratando de recurso especial, tendo em vista que o Tribunal a quo *já esgotou sua função jurisdicional, inviabilizando, assim, novas diligências.*
4. A Col. Corte Especial concluiu pela impossibilidade de intimação do advogado que não subscreveu o recurso para sanar a irregularidade (AgRg no AG n.º 660.368/SP, julgado em 16.08.2006).
(...)
6. Agravo Regimental desprovido."
(AgRg no Ag 723.809/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 09.11.2006). E, ainda: AgRg no AgRg no Ag 638.428/RJ, 2ª Turma, Rel. Min. Humberto Martins, DJ 24.11.2006; AgRg nos EDcl no Ag 677.388/MG, 4ª Turma, Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, DJ 07.11.2005; AgRg no AgRg no Ag 797.543/SP, 3ª Turma, Rel. Ministra Nancy Andrighi, DJ 02.04.2007.

Na espécie, o patrono signatário do recurso especial, o Dr. Marco André Honda Flores, foi substabelecido à fl. 241 pela "Espinola e Gusmão Advogados Associados S/C", sociedade de advogados essa que não fora devidamente constituída nos autos pelo banco ora agravado. Dessa forma, ante a irregularidade da cadeia de poderes, inviável o conhecimento do recurso especial.
Assim, reconsiderando-se a decisão ora agravada, dá-se provimento ao agravo regimental para se negar seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 18 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3317)

RECURSO ESPECIAL Nº 876.690 - RS (2006/0178392-9)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: CARLOS FELIPE KOMOROWSKI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LUIZ ANTONIO MARIOTTO E OUTRO
ADVOGADO	: DOUGLAS ROGÉRIO LEITE E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL - MÚTUO HABITACIONAL - SFH - ARTS. 5º DA LICC E 993 DO CÓDIGO CIVIL/1916 - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - AMORTIZAÇÃO NEGATIVA E TABELA *PRICE* - QUESTÃO FÁTICO-PROBATÓRIA - INCIDÊNCIA DOS ENUNCIADOS 5 E 7/STJ - INADMISSIBILIDADE DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS, EM QUALQUER PERIODICIDADE - NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que, nos autos da ação revisional de contrato de financiamento habitacional, ajuizada por LUIZ ANTONIO MARIOTTO E OUTRO, decidiu, no que interessa, que: i) o CDC é aplicável aos contratos de mútuo habitacional; ii) a correção monetária dos débitos segundo a variação da TR, respeitada sua natureza jurídica e mesmo de forma retroativa desde fevereiro/91, mostra-se mais benéfica ao contribuinte do que o INPC; iii) a organização do fluxo de pagamento constante, nos moldes do Sistema Francês de Amortização, concebe a cotação de juros compostos, o que é vedado legalmente, merecendo ser reprimida, ainda que expressamente avençada, uma vez que constitui convenção abusiva; e iv) as regras da Tabela *Price* devem ser adaptadas aos ditames legais - juros simples, preservando-se ao máximo possível os termos da pactuação.
A recorrente sustenta, em síntese, que o sistema de amortização da Tabela *Price* não contempla anatocismo. Alega ser possível a capitalização anual dos juros. Afirma, por fim, que os artigos 5º da LICC e 993 do Código Civil de 1916 foram igualmente violados.
Os recorridos apresentaram contra-razões às fls. 377/387.
É o relatório.
A irresignação não merece prosperar.
Com efeito.
Inicialmente, quanto à alegada violação dos artigos 5º da LICC e 993 do Código Civil de 1916, o recurso especial não deve ser conhecido, uma vez que a matéria contida nesses dispositivos de lei não foi objeto de exame em nenhum momento pelo Tribunal *a quo*, e sequer foram opostos embargos de declaração para lhe provocar a apreciação, faltando, assim, o indispensável prequestionamento viabilizador do acesso a esta Instância. Incidem, na espécie, as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.
No concernente à existência de amortização negativa ou capitalização de juros pela utilização da Tabela *Price*, já decidiu este Superior Tribunal de Justiça que a questão não pode ser revista na via eleita, uma vez que implicaria reexame de material fático-probatório e interpretação de cláusula contratual, o que encontra óbice nos enunciados 5 e 7 da Súmula desta Corte.
Nesse sentido, assim já se decidiu:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. DEFICIÊNCIA RECURSAL. ALÍNEA 'A' DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. SÚMULA 284/STF. MÚTUO HIPOTECÁRIO. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. TR. POSSIBILIDADE. TABELA PRICE I. CAPITALIZAÇÃO. SÚMULA 07/STJ. 1 - É deficiente a fundamentação recursal se, arrimada em violação de lei federal, não indica o recorrente, clara e precisamente, qual ou quais os dispositivos infraconstitucionais teriam sido vulnerados pelo julgado de origem. 2 - A taxa referencial pode ser utilizada como índice de correção monetária nos contratos de mútuo hipotecário, desde que haja pactuação. 3 - Aferir a existência de capitalização de juros com a aplicação do sistema conhecido como 'Tabela Price' é providência que não prescinde do revolvimento do conjunto fático probatório. Incidência da súmula 07/STJ. 4 - Recurso especial conhecido em parte (letra 'c') e, nesta extensão, parcialmente provido."
(REsp 747.767/PR, rel. Ministro Fernando Gonçalves, DJ 1º.2.2006)

Veja-se, ainda, que, quanto à capitalização de juros, é entendimento pacífico nesta Corte a impossibilidade de sua cobrança nos contratos vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação em qualquer periodicidade.
A propósito, assim já se pronunciou este Tribunal:

"Agravo regimental. Recurso especial. Ação revisional. SFH. Capitalização. 1. A recorrente, com o presente regimental, na verdade, repete as alegações de seu recurso especial, deixando de enfrentar especificamente os fundamentos da decisão agravada. 2. Não é admitida capitalização, em qualquer periodicidade, nos contratos vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação. 3. Agravo regimental desprovido."
(AgRgREsp 475.151/PR, rel. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 21.2.2005)

Assim sendo, amparado no art. 557 do CPC, nega-se seguimento ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3318)

RECURSO ESPECIAL Nº 876.700 - RS (2006/0178397-8)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: CARLOS FELIPE KOMOROWSKI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LUIZ ANTONIO MARIOTTO
ADVOGADO	: DOUGLAS ROGÉRIO LEITE E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - MÚTUO HABITACIONAL - SFH - ARTS. 5º DA LICC E 993 DO CÓDIGO CIVIL/1916 - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - AMORTIZAÇÃO NEGATIVA E TABELA *PRICE* - QUESTÃO FÁTICO-PROBATÓRIA - INCIDÊNCIA DOS ENUNCIADOS 5 E 7/STJ - INADMISSIBILIDADE DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS, EM QUALQUER PERIODICIDADE - NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que, nos autos da ação consignação em pagamento de prestações de financiamento habitacional, ajuizada por LUIZ ANTONIO MARIOTTO, decidiu, no que interessa, que: i) o CDC é aplicável aos contratos de mútuo habitacional; ii) a correção monetária dos débitos segundo a variação da TR, respeitada sua natureza jurídica e mesmo de forma retroativa desde fevereiro/91, mostra-se mais benéfica ao contribuinte do que o INPC; iii) a organização do fluxo de pagamento constante, nos moldes do Sistema Francês de Amortização, concebe a cotação de juros compostos, o que é vedado legalmente, merecendo ser reprimida, ainda que expressamente avençada, uma vez que constitui convenção abusiva; e iv) as regras da Tabela *Price* devem ser adaptadas aos ditames legais - juros simples, preservando-se ao máximo possível os termos da pactuação.
A recorrente sustenta, em síntese, que o sistema de amortização da Tabela *Price* não contempla anatocismo. Alega ser possível a capitalização anual dos juros. Afirma, por fim, que os artigos 5º da LICC e 993 do Código Civil de 1916 foram igualmente violados.
O recorrido apresentou contra-razões às fls. 275/285.
É o relatório.
A irresignação não merece prosperar.
Com efeito.
Inicialmente, quanto à alegada violação dos artigos 5º da LICC e 993 do Código Civil de 1916, o recurso especial não deve ser conhecido, uma vez que a matéria contida nesses dispositivos de lei não foi objeto de exame em nenhum momento pelo Tribunal *a quo*, e sequer foram opostos embargos de declaração para lhe provocar a apreciação, faltando, assim, o indispensável prequestionamento viabilizador do acesso a esta Instância. Incidem, na espécie, as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.
No concernente à existência de amortização negativa ou capitalização de juros pela utilização da Tabela *Price*, já decidiu este Superior Tribunal de Justiça que a questão não pode ser revista na via eleita, uma vez que implicaria reexame de material fático-probatório e interpretação de cláusula contratual, o que encontra óbice nos enunciados 5 e 7 da Súmula desta Corte.
Nesse sentido, assim já se decidiu:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. DEFICIÊNCIA RECURSAL. ALÍNEA 'A' DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. SÚMULA 284/STF. MÚTUO HIPOTECÁRIO. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. TR. POSSIBILIDADE. TABELA PRICE I. CAPITALIZAÇÃO. SÚMULA 07/STJ. 1 - É deficiente a fundamentação recursal se, arrimada em violação de lei federal, não indica o recorrente, clara e precisamente, qual ou quais os dispositivos infraconstitucionais teriam sido vulnerados pelo julgado de origem. 2 - A taxa referencial pode ser utilizada como índice de correção monetária nos contratos de mútuo hipotecário, desde que haja pactuação. 3 - Aferir a existência de capitalização de juros com a aplicação do sistema conhecido como 'Tabela Price' é providência que não prescinde do revolvimento do conjunto fático probatório. Incidência da súmula 07/STJ. 4 - Recurso especial conhecido em parte (letra 'c') e, nesta extensão, parcialmente provido."
(REsp 747.767/PR, rel. Ministro Fernando Gonçalves, DJ 1º.2.2006)

Veja-se, ainda, que, quanto à capitalização de juros, é entendimento pacífico nesta Corte a impossibilidade de sua cobrança nos contratos vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação em qualquer periodicidade.
A propósito, assim já se pronunciou este Tribunal:

"Agravo regimental. Recurso especial. Ação revisional. SFH. Capitalização. 1. A recorrente, com o presente regimental, na verdade, repete as alegações de seu recurso especial, deixando de enfrentar especificamente os fundamentos da decisão agravada. 2. Não é admitida capitalização, em qualquer periodicidade, nos contratos vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação. 3. Agravo regimental desprovido."
(AgRgREsp 475.151/PR, rel. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 21.2.2005)

Assim sendo, amparado no art. 557 do CPC, nega-se seguimento ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3319)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 877.541 - RJ (2007/0049137-2)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: DARCI CASEMIRO RODRIGUES
ADVOGADO	: GUARACY MARTINS BASTOS E OUTRO
AGRAVADO	: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS CBTU
ADVOGADO	: MARCELO OLIVEIRA ROCHA E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO. PRETENSÃO DE REEXAME PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto por DARCI CASEMIRO RODRIGUES, contra decisão denegatória de admissibilidade de recurso especial fulcrado nas alíneas "a" e "c", do inciso III, do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, cuja ementa ora se transcreve:

"AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ALEGADA QUEDA DO INTERIOR DE COMPOSIÇÃO FÉRREA. ACIDENTE OCORRIDO EM 1985, CONDIÇÃO DE PINGENTE RELATADA NO REGISTRO POLICIAL QUE NÃO RESTOU ILIDIDA PELA PARTE AUTORA. Caberia à Autora ter produzido provas aptas a ilidir a presunção de veracidade do Registro Policial, comprovando os fatos alegados na inicial no que se refere à condição regular de passageiro da vítima e da queda do interior da composição que supostamente trafegava com portas abertas no horário do rush. Depoimentos das testemunhas da Autora considerados suspeitos peloJuiz, havendo contradição marcante quanto ao horário do acidente. Divergência de data também entre o Registro de Ocorrência e o atestado de óbito da vitima. Falta de comprovação de que os fatos teriam ocorrido conforme narrado na petição inicial. Só mesmo o Juiz, presente ao ato e frente a frente com o depoente, observando-lhe não só o que fala, mas como fala e como se conduz, é o único capaz de avaliar a firmeza do que é dito e a veracidade do que é afirmado. A determinação de envio de peças ao Ministério Público, constitui dever legal do Juiz ante a verificação de falso testemunho, silêncio ou ocultação da verdade sobre os fatos perguntados. Desprovimento do recurso." (fls. 291/292)

Contra este desate, a recorrente opôs embargos de declaração, os quais foram desacolhidos. (fls. 308/313)

Seguiu-se a interposição de recurso especial, no sentido de sustentar a violação dos artigos 333, incisos I e II, do Código de Processo Civil. No mérito, aduz que o acórdão recorrido malferiu os artigos 17 do Decreto-Lei n.º 2.681/12; 948, incisos I e II, do Código Civil.

Alega-se que "(...) *cumpre informar que durante toda a demanda foi debatida insistentemente a questão da inexistência de culpa a vítima, bem como a questão do registro de Ocorrência Policial ter presunção relativa, e também a desconsideração por parte do magistrado do relato das testemunhas como a dinâmica dos fatos, assim sendo, presente é o prequestionamento da matéria.*" (fl. 318)

Afirma que as instâncias ordinárias basearam-se, tão-somente, no Boletim de Ocorrência, desconsiderando a prova testemunhal. Assevera que a vítima não trafegava como "pingente", mas era passageiro regular. Conclui que a queda da composição ferroviária deu-se em razão da porta encontrar-se aberta.

Contra-razões às fls. 408/414.

Recurso especial inadmitido na origem (fls. 416/419)

É o sucinto relatório.

Decido.

2. Cuida-se de ação indenizatória ajuizada por DARCI CASEMIRO RODRIGUES contra COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS CBTU, em razão da morte de filho da autora quando viajava em composição férrea da empresa ré.

Cumpre destacar que o Tribunal *a quo* ao reconhecer a inexistência do dever de indenizar, procedeu com amparo nos elementos de convicção dos autos.

Busca a autora desconstituir a conclusão soberana do Tribunal de origem, na qual inexiste comprovação de a vítima era passageira da composição férrea. Lado outro, há divergência de relatos que culminaram com a remessa dos autos para o Ministério Público, por suposto crime de falso testemunho.

É imperioso afastar a pretensão, de forma que o acolhimento da tese da recorrente demandaria revisão do conjunto fático-probatório delimitado pelas instâncias de origem, o que esbarra na óbice do enunciado n.º 7, da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Por oportuno, leia-se excerto do acórdão combatido:

"A sentença ora recorrida foi de improcedência, tendo o sentenciante considerado que a prova testemunhal produzida pela autora não se harmonizou com o registro de Ocorrência policial, que relata a condição de pingente da vítima e horários diverso do acidente.

De certo, como alegado pela Apelante, o registro policial goza de presunção relativa de veracidade quanto ao seu conteúdo pois, no caso dos autos, o policial transcreveu o que lhe foi comunicado pelo agente de segurança da Apelada.

O registro relata que a vítima viajava como pingente e que teria batido com a cabeça em um poste, caindo no leito da via férrea, morrendo a seguir.

Portanto, em princípio, tem-se como verdadeiro o fato registrado e, neste diapasão, não estaria a Ré obrigada a reparar qualquer dano, oriundo unicamente da conduta imprudente da própria vítima.

Neste sentido, caberia à Autora ter produzido provas aptas a ilidir a presunção de veracidade do Registro de Ocorrência, comprovando os fatos alegados na inicial no que se refere à condição regular de passageiro da vítima e da queda do interior da composição que supostamente trafegava com portas abertas.

As testemunhas trazidas pela Autora, que foram substituídas pois arroladas na inicial não foram localizadas, relataram como tendo ocorrido o acidente no início da manhã, enquanto o R.O informa ter acontecido ao final da noite, observando o Juiz que naquele horário (22:00 h.) as composições trafegam vazias, não sendo horário do *rush*, como afirmado na inicial.

Acresce-se que o sentenciamento considerou o depoimento, considerando que as testemunhas alteraram, no seu depoimento, a verdade dos fatos visando beneficiar a Autora e, neste ponto, só mesmo o Juiz, presente ao ato e frente a frente com o depoente, observando-se não só o que fala, mas como fala e como se conduzem é o único capaz de avaliar a firmeza do que é dito e a veracidade do que é afirmado.

Outra questão considerada importante pelo Juiz é que do atestado de óbito consta ter o falecimento acontecido em 19/12/85 às 22:00h. e no R.O. há informação de ter sido em 17/12/85 às 22:10h., circunstância que ao cotejo com os depoimentos não socorre a Autora, pois há contradição entre os documentos apresentados e, sob tal aspecto, não há como prevalecer o alegado na inicial." (fl. 295)

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3320)

RECURSO ESPECIAL Nº 878.768 - RS (2006/0183310-8)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: TEREZINHA ANA PAPPEN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ANDRÉIA ASSUNTA SODER FAIRON
ADVOGADO	: ENIO REHBEIN E OUTRO

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE - LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS - INADMISSIBILIDADE - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS - PRÉVIA PACTUAÇÃO - COBRANÇA - POSSIBILIDADE NOS CONTRATOS FIRMADOS APÓS A EDIÇÃO DA MP Nº 1.963-17, DE 30 DE MARÇO DE 2000 (reeditada pela MP Nº 2.170-36/2001) - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - LICITUDE NA COBRANÇA, NÃO CUMULADA COM OS DEMAIS ENCARGOS DA MORA, CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS REMUNERATÓRIOS E LIMITADA À TAXA DE JUROS PREVISTA NO CONTRATO PARA O PERÍODO DA NORMALIDADE - RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A (art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal) em que se alega ofensa aos artigos 4º, IX, da Lei nº 4.595/64 e 5º da MP nº 2.170/2001.

Verifica-se, da análise dos autos, que a ação revisional de contrato de abertura de crédito ajuizada pela recorrida em face do recorrente restou julgada improcedente em primeiro grau de jurisdição (fls. 113/120). Interposto recurso de apelação pela ora recorrida, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul conferiu-lhe parcial provimento (fls. 150/154).

Busca o recorrente a reforma do *decisum*, insurgindo-se, em síntese, contra a limitação dos juros remuneratórios a 12% ao ano, o afastamento da comissão de permanência e da capitalização mensal dos juros (fls. 158/172).

A recorrida não apresentou contra-razões (fl. 173), recebendo o recurso juízo positivo de admissibilidade do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (fls. 174/175).

É o relatório.

O recurso especial merece parcial provimento.

Com efeito.

Em referência aos juros remuneratórios, a Segunda Seção deste egrégio Superior Tribunal entende que não incide a limitação a 12% ao ano, prevista no Decreto nº 22.626/33, salvo hipóteses legais específicas, visto que as instituições financeiras, integrantes do Sistema Financeiro Nacional, são regidas pela Lei nº 4.595/64. Nota-se que cabe ao Conselho Monetário Nacional limitar tais encargos, aplicando-se a Súmula nº 596 do STF. Veja-se, mais, que este entendimento não foi alterado após a vigência do Código de Defesa do Consumidor, cujas normas também se aplicam aos contratos firmados por instituições bancárias. E a fim de se harmonizarem os referidos diplomas legais, aquele Órgão Julgador consagrou a manutenção dos juros no percentual avençado pelas partes, desde que não reste sobejamente demonstrada a exorbitância do encargo (v.g. AgRg REsp nº 590.573/SC, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, DJU 25.05.2004).

Ademais, a autorização do Conselho Monetário Nacional para a livre contratação dos juros remuneratórios só se faz necessária em hipóteses específicas, decorrentes de expressa exigência legal, tais como nas cédulas de crédito rural, industrial ou comercial. Assim, resta dispensada a prova de prévia autorização do CMN para fixar a taxa de juros além do patamar legal no caso em concreto (v.g. AgRg nos EDcl no Resp 492.936/RS, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 22.11.2004).

Em relação à capitalização mensal de juros, o entendimento prevalecente nesta Corte era no sentido de que esta somente seria admitida em casos específicos, previstos em lei (cédulas de crédito rural, comercial e industrial), conforme a Súmula n° 93/STJ. Com a edição da Medida Provisória nº 1.963-17, de 30 de março de 2000 (reeditada pela Medida Provisória nº 2.170-36/2001), passou-se a admitir a capitalização mensal aos contratos firmados posteriormente à sua entrada em vigor, desde que haja previsão contratual.

Relativamente à comissão de permanência, o entendimento predominante nesta Turma é no sentido de ser lícita a sua cobrança após o vencimento da dívida. A comissão deve observar a taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa de juros prevista para o período da normalidade, não podendo, entretanto, ser cumulada com a correção monetária nem com os juros remuneratórios, nos termos das Súmulas 30, 294 e 296 do STJ. De acordo com entendimento desta Seção, ainda, a cobrança da comissão de permanência não pode coligir com os encargos decorrentes da mora, como os juros moratórios e a multa contratual (c.f. AgRg no REsp n° 712.801/RS, Rel. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 04.05.2005).

Presente a incidência de quaisquer desses encargos após a caracterização da mora, devem ser afastados, mantendo-se tão-somente a comissão de permanência (cfr: AgRgAg no REsp. n.º 805.874/RS, relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJ de 19.6.2006 e AgREsp. n.º 828290/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, DJ de 26.6.2006), o que torna, inclusive, prejudicada a análise de quaisquer desses encargos.

Assim sendo, amparado no artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dá-se parcial provimento ao recurso especial, para validar os juros remuneratórios contratados, admitir a capitalização mensal dos juros remuneratórios nos contratos firmados após 30 de março de 2000 e permitir a cobrança da comissão de permanência, à taxa média de mercado, limitada à taxa do contrato prevista para o período da normalidade, não cumulada com os juros remuneratórios, a multa contratual, os juros de mora e a correção monetária.

Em razão da sucumbência recíproca, as partes arcarão com as custas e os honorários advocatícios**,** na proporção de 10% pelo recorrente e 90% pela recorrida, estes últimos nos moldes fixados no v. acórdão recorrido, admitindo-se a compensação, nos termos da lei. Por ser a recorrida beneficiária da assistência judiciária gratuita (fl. 23), fica suspensa a exigibilidade das custas judiciais e dos honorários advocatícios, nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/50.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3321)

RECURSO ESPECIAL Nº 878.861 - GO (2006/0182713-9)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
RECORRENTE	: BB LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADO	: GILBERTO EIFLER MORAES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LUIZA MIRIAM ALVARENGA ALVES DE MOURA
ADVOGADO	: PEDRO MÁRCIO MUNDIM DE SIQUEIRA E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL CONFIGURADO. CULPA. INDENIZAÇÃO DEVIDA. *QUANTUM* RAZOÁVEL. SÚMULA N. 83/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CARATER PROTELATÓRIO. NÃO VERIFICAÇÃO. MULTA. AFASTAMENTO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NO PONTO, PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de recurso especial, interposto por BB LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL, fulcrado na alínea "a" do inciso III, do art. 105 da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Goiás, assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL. DECISÃO DO RELATOR. PRERROGATIVA CONFERIDA PELA LEI PROCESSUAL CIVIL. PREQUESTIONAMENTO. 1. A jurisprudência do Tribunal Estadual hábil a ensejar a negativa de seguimento ao recurso, nos termos do artigo 557, há de convergir com o entendimento assente do Superior Tribunal de Justiça. 2. O preqüestionamento necessário ao ingresso nas instâncias especial e extraordinária não exige que o acórdão recorrido mencione expressamente os artigos indicados pelas partes, sendo certo que a exigência refere-se ao conteúdo e não à forma.

Agravo conhecido e desprovido." (fl. 236)

Sustenta o recorrente violação dos artigos 535, 538, 557, caput, 273, §3º, 238, 302 e 333, I do CPC e artigos 186, 927 e 944 do Código Civil, sustentando a exclusão de sua responsabilidade no evento danoso, bem como a redução do *quantum* indenizatório.

É o sucinto relatório.

Decido.

2. Primeiramente, quadra assinalar que o acórdão embargado não possui nenhum vício a ser sanado por meio de embargos de declaração. Em verdade, o aresto não padecia de nenhuma omissão, contradição ou obscuridade, uma vez que o Tribunal *a quo* se manifestou acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia, tal como lhe fora posta e submetida.
Os embargos interpostos, em verdade, sutilmente se aprestavam a rediscutir questões já apreciadas no acórdão; não caberia, todavia, redecidir, nessa trilha, quando é da índole desse recurso apenas reexprimir, no dizer peculiar de PONTES DE MIRANDA, que a jurisprudência consagra, arredando, sistematicamente, embargos declaratórios, com feição, mesmo dissimulada, de infringentes (R.T.J. 121/260). Sempre vale reprisar PIMENTA BUENO, ao anotar que, nesta modalidade recursal, "não se pode pedir correção, alteração ou mudança alguma, nem modificação que aumente ou diminua o julgamento; e só sim e unicamente o esclarecimento do que foi decidido, ou da dúvida em que se labora. Eles pressupõem que na declaração haja uniformidade de decisões e não inovação, porque declarar não é por certo reformar, adicionar, corrigir ou estabelecer disposição nova".
Com efeito, o julgador não precisa responder, nem se ater a todos os argumentos levantados pelas partes, se já tiver motivos suficientes para fundamentar sua decisão. Não há, pois, violação ao artigo 535, da Lei de Ritos, quando a Corte de origem aprecia a questão de maneira fundamentada, apenas não adotando a tese da recorrente.
3. Verifica-se, ainda, que a oposição dos aclaratórios se deu com o objetivo de prequestionar as matérias constitucionais e infraconstitucionais neles elencadas, não havendo falar em caráter protelatório do recurso.
Tal entendimento, encontra amparo no enunciado da Súmula 98 deste Superior Tribunal de Justiça, verbis: "Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório."

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. DESCABIMENTO. APOSENTADORIA POR IDADE. ATIVIDADE URBANA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA N.º 07/STJ. 1. A teor da Súmula n.º 98 do STJ, "embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não tem caráter protelatório." 2. Tendo o Tribunal a quo apreciado, com a devida clareza, toda a matéria relevante para a apreciação e julgamento do recurso, não há falar em violação ao art. 535 do Código de Processo Civil. 3. [...] 4. [...] 5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido." (REsp 543.740/SP, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 16.02.2004).
4. Quanto a alegada afronta ao artigo 557 do aludido codex, impõe-se considerar, que a norma legal instituiu a possibilidade de, por decisão monocrática, o relator deixar de admitir recurso, entre outras hipóteses, quando manifestamente improcedente, ou contrário à súmula ou entendimento já pacificado pela jurisprudência daquele Tribunal, ou de Cortes Superiores, rendendo homenagem à economia e celeridade processuais.
Entende-se pela aplicação do aludido artigo, quando a quaestio juris já foi iterativamente ventilada na jurisprudência, que se manifesta de maneira predominante sobre o tema, tal qual verificado na espécie, restando manifesto que a Corte de origem atuou em conformidade com o dispositivo processual.
5. Cumpre destacar que o Tribunal *a quo* ao reconhecer o dever de indenizar, constatou a conduta ilícita do ora agravante, e fixou o respectivo valor a título de indenização por danos morais, procedendo com amparo nos elementos de convicção dos autos, conforme se depreende do v. acórdão recorrido, fls. 216/217:
"Ora, ao contrário do que afirma o recorrente, consoante o relato da sentença proferida nos autos da ação revisional (autos nº 1376/200 - fls. 21/31), o juiz de primeira instância, liminarmente, concedeu a antecipação da tutela pleiteada na peça inicial, a fim de que a instituição financeira requerida se abstivesse de apontar o nome da autora/apelada nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, medida que, conforme documentação acostada aos autos, não restou devidamente cumprida, porquanto o nome da autora continuou negativado junto ao cadastro de inadimplentes.
Dessa forma, inevitável a conclusão de que injusta a indigitada inscrição do nome da apelada nos cadastros do Serasa e do Serviço de Proteção Crédito (SPC), porque indevida e abusiva, restando evidenciados, portanto, todos os elementos da obrigação de indenizar, porquanto o abalo de crédito sofrido causou evidente ofensa à sua honra."
Para o acolhimento da tese do recorrente, relativo à inexistência de ato ilícito, seria imprescindível exceder os fundamentos colacionados no acórdão vergastado e adentrar no exame das provas. Todavia, é entendimento pacificado nesta Corte de Justiça a impossibilidade de referida prática em sede de recurso especial.
Desse modo, não há como modificar o *decisum* recorrido, pois na verdade, o que pretende a parte ora agravante é valer-se dos dispositivos infraconstitucionais tidos como violados, para revolver matéria fático-probatória, o que é vedado pelo Enunciado 7 da Súmula desta Casa.
Nesse sentido, transcrevo:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. NULIDADE DO ACÓRDÃO RECORRIDO. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 458 E 535 DO CPC. OMISSÃO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INEXISTÊNCIA. SERASA. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO. ATO ILÍCITO. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7/STJ.
1 - Não se verifica a suscitada violação aos arts. 458, II, e 535, I e II, do CPC, porquanto as questões submetidas ao Tribunal de origem foram suficiente e adequadamente delineadas, com abordagem integral do tema.
2 - **Aferir a existência de provas suficientes para embasar condenação por danos morais, demanda revolvimento do conjunto fático-probatório delineado pelas instâncias ordinárias, providência vedada em recurso especial. Incidência da súmula 7-STJ.**
3 - Agravo regimental não provido." (AgRg no Ag 696.719/DF, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 06.10.2005, DJ 24.10.2005. Grifei)

Impende destacar que o entendimento deste Tribunal inclina-se no sentido de que nas hipóteses de inscrição indevida do nome de pretensos devedores no cadastro de proteção ao crédito o prejuízo é presumido. *Verbis*:

"RESPONSABILIDADE CIVIL. INCLUSÃO DO DEVEDOR NO SERASA. ALEGAÇÃO DE FALTA DE PROVA DA CULPA E DO DANO MORAL SOFRIDO. SÚMULA 07/STJ. DANO PRESUMIDO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PADRÃO DE RAZOABILIDADE. REDUÇÃO DESCABIMENTO.
I - A argumentação deduzida pelo recorrente, voltada para a ausência de comprovação da sua culpa, bem como do dano moral sofrido, está relacionada às circunstâncias fáticas da causa, cujo reexame é vedado em sede de especial, a teor do enunciado da Súmula 07 desta Corte.
II - Em casos que tais, faz-se desnecessária a prova do prejuízo, que é presumido, uma vez que o dano moral decorre da própria inclusão indevida do nome do autor no cadastro de inadimplentes.
III - Fixado o valor da indenização dentro de padrões de razoabilidade, faz-se desnecessária a intervenção deste Superior Tribunal, devendo prevalecer os critérios adotados nas instâncias de origem.
Agravo a que se nega provimento." (AgRg no AG nº 470.538/SC, rel. Min. CASTRO FILHO, DJU de 24/11/2003)
6. No que toca a pretensão de diminuir o valor da indenização, vale salientar que a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o *quantum* definido pela Corte de origem somente pode ser alterado em sede de recurso especial quando absurdamente excessivo ou irrisório, o que não ocorre na espécie. Em verdade, definir o valor da indenização implica reexaminar os fatos e provas que orientaram o Tribunal *a quo*, o que é vedado nos termos do enunciado n.º 7 da Súmula desta Corte Superior.
Nesse sentido, impende colacionar trecho do voto do e. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, *verbis:*

"Não conheço do recurso, porque, como tenho dito outras vezes, a intervenção do Superior Tribunal de Justiça há de se dar quando há o abuso, o absurdo: indenizações de um milhão, de dois milhões, de cinco milhões, como temos visto; não é o caso. Aqui, ficaríamos entre quinhentos, trezentos e cinqüenta, duzentos, duzentos e cinqüenta, cem reais a mais, cem salários a menos. Não é, portanto, um caso de abuso na fixação, é uma discrepância na avaliação. Temos de ponderar até que ponto o Superior Tribunal de Justiça deve interferir na definição de um valor de dano moral, que é matéria de fato, para fazer uma composição mais ou menos adequada. Não sendo abusiva ou iníqua a opção do Tribunal local, não se justificaria a intervenção deste Tribunal. Se não for assim, teremos de enfrentar todas as avaliações de dano moral feitas no país, porque em todas elas poderemos encontrar uma disparidade de 10%, 20%, e essa não é a nossa função" (Resp 269.407, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, Rel. p/ Acórdão Min. Ruy Rosado de Aguiar, Quarta Turma, DJ 19.03.01).

A corroborar tal entendimento, oportuno colacionar os seguintes precedentes:

"AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANO MORAL. PUBLICAÇÃO JORNALÍSTICA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. REVISÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM FINS DE PREQUESTIONAMENTO. AFASTAMENTO DA MULTA.
I - Não há que se falar em omissão ou ausência de fundamentação, não constando do acórdão embargado os defeitos contidos no artigo 535 do Código de Processo Civil, quando a decisão embargada resolve a questão de forma objetiva e fundamentada, apenas adotando tese diferente da pretendida pela embargante.
II - Nos processos de reparação de danos morais decorrente de notícia publicada em jornal, a avaliação quanto à responsabilidade pelo ocorrido não pode ser dissociada da análise das peculiaridades de cada caso concreto, cujo reexame não se mostra consentâneo com a natureza excepcional da via eleita, dada a impossibilidade de serem reexaminadas no especial as questões fático-probatórias em que assentada a conclusão do acórdão, a teor do que dispõe o enunciado 7 da Súmula deste Tribunal. III - Em consonância com o enunciado 98 da Súmula desta Corte, não é cabível a imposição da multa do artigo 538 do Código de Processo Civil, quando os embargos de declaração possuem caráter prequestionador. Recurso parcialmente provido." (Resp 649.674, Terceira Turma, Rel. Min. Castro Filho, DJ 26.06.06).

"CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE RESSARCIMENTO. LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO. SAQUE INDEVIDO EM CADERNETA DE POUPANÇA. DANO MATERIAL. DIVERGÊNCIA DE ASSINATURAS. RESPONSABILIDADE CARACTERIZADA. SÚMULA N. 7-STJ. I. Carentes de prequestionamento os dispositivos legais elencados e indemonstrado o dissídio jurisprudencial, não tem trânsito o recurso especial. **II. Ademais, configurado o dano material pelo saque indevido na conta de poupança, mediante guia de retirada que contém assinatura diversa, responde civilmente a recorrente pela negligência de seu ato, assim reconhecida pelas instâncias ordinárias.** III. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" - (Súmula n. 7 do STJ). IV. Recurso especial não conhecido." (RESP 734.069/PB, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, DJ 22.05.2006).

7. Dessarte, conheço em parte do recurso especial e, no ponto, dou-lhe parcial provimento, para afastar a imposição da multa.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA,Relator

(3322)

RECURSO ESPECIAL Nº 879.484 - DF (2006/0185343-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: OLGA AUGUSTA DE SOUZA PINTO E OUTROS
ADVOGADO	: SEBASTIÃO MORAES DA CUNHA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
ADVOGADO	: LUIZ ANTÔNIO MUNIZ MACHADO E OUTRO(S)

DESPACHO

Recurso especial interposto por OLGA AUGUSTA DE SOUZA PINTO E OUTROS contra acórdão proferido pelo TJ/DF.
Consulta-me o Relator, i. Min. Aldir Passarinho Junior, a respeito de minha eventual prevenção.
Em face do prévio julgamento do Ag nº 809.488/DF, e nos termos do art. 71 do RISTJ, aceito a prevenção.
À redistribuição.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Ministra

(3323)

PET no AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 880045 - DF (2007/0060245-5)

RELATOR	**: MIN. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
REQUERENTE	: GENY ROCHA DE BRITO E OUTROS
ADVOGADO	: CARLA SOARES VICENTE E OUTRO(S)
REQUERIDO	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: S/ REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DESPACHO

J. Defiro, com vista por cinco dias.
Brasília (DF), 13 de agosto de 2007.

SYLVIA DE CARVALHO BULCÃO VIANNA
Oficial-de-Gabinete
Port. nº 01 DJ 08/02/07

(3324)

AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 880045 - DF (2007/0060245-5)

RELATOR	**: MIN. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: GENY ROCHA DE BRITO E OUTROS
ADVOGADO	: CARLA SOARES VICENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: GILBERTO EIFLER MORAES E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL. RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento, interposto por GENY ROCHA DE BRITO E OUTROS , tirado de decisão que negou seguimento ao recurso especial, com fulcro no artigo 105, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal, manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, cuja ementa, no que se interessa, ora se transcreve:
"AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO DO RELATOR QUE NEGA SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO EM CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. BANCO DO BRASIL. CONTRATO DE TRABALHO. cOMPETÊNCIA(...)" (fl. 18)
Sustenta o agravante a competência da justiça comum estadual para processar e julgar a demanda.
É o relatório.
2. Decido.
O entendimento firmado pelo v. acórdão recorrido destoa da jurisprudência desta Corte, quanto à competência da Justiça Estadual para processamento e julgamento das demandas propostas contra as entidades de previdência privada fechadas ou abertas que objetivam a complementação de aposentadoria, consoante se infere dos seguintes julgados, que cito dentre outros:
"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. JUSTIÇA COMUM. PRECEDENTES. Há reiterada jurisprudência nesta Corte no sentido de que, em se tratando de reivindicação pertinente à previdência privada, como no caso de complementação de aposentadoria, é competente a Justiça Estadual. Conflito conhecido, declarando-se competente juízo suscitado." (CC 38.221-MG, rel. o em. Ministro Castro Filho, DJ 06.10.03).

"Conflito de competência. Justiça do Trabalho. Justiça Federal. Complementação de aposentadoria. Previdência privada. Precedentes da Corte. 1. Extrai-se da inicial que os autores formularam pedido de complementação de aposentadoria, cuja pretensão, no caso, envolve, tão-somente, a interpretação e aplicação do contrato de previdência privada. Em casos como o presente, a jurisprudência desta Corte já está pacificada no sentido de afastar a competência do Juízo Trabalhista, determinando que o processamento e julgamento do feito ocorra no Juízo Estadual. Artigo 202, § 2º, da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 20, de 1998. 2. Não existe razão para que o pleito seja processado e julgado perante a Justiça do Trabalho. No caso em apreço, a Reclamação também foi dirigida contra a Caixa Econômica Federal - CEF e o Juiz Federal, ao declarar sua incompetência, não excluiu da ação a referida Empresa Pública Federal, razão por que o julgamento deve prosseguir no Juízo Federal. 3. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo Federal da 39ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro." (CC 36.071-RJ, Rel. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 29.09.03).

Dessarte, merece prosperar o recurso especial, pois o acórdão recorrido está em dissonância com a jurisprudência remansosa desta Corte Superior de Justiça.

3. Pelo exposto, com fulcro no art. 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial para declarar a competência da Justiça Comum Estadual.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3325)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 883.173 - RS (2007/0072931-5)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: A I P S J (MENOR) E OUTRO
ADVOGADO	: RAFAEL BICCA MACHADO
REPR.POR	: R H M S
ADVOGADO	: RAFAEL BICCA MACHADO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALIANCA DO BRASIL CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO	: REGIS BIGOLIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento interposto por A I P S J e outro contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no qual se alega negativa de vigência aos arts. 1.454 e 1.456 do Código Civil, bem como divergência jurisprudencial.

O acórdão recorrido restou assim ementado, **litteris** (fl. 17):

"Apelação Cível. Seguros. Seguro de vida. Acidente de trânsito. Embriaguez do segurado. Agravamento do risco comprovado. De acordo com o art. 1.454 do Código Civil de 1916, então vigente, o segurado abster-se-á de tudo quanto possa aumentar os riscos, sob pena de perder o direito à cobertura securitária. Sentença mantida. Apelo desprovido."

Assiste razão ao recorrente.

Com efeito, esta Corte tem entendimento de que a desobrigação da seguradora há de ser referendada, em casos como tais, quando devidamente comprovado que o estado de embriaguez do segurado contribuiu decisivamente para a ocorrência do acidente, não sendo suficiente a mera constatação da ingestão de álcool. Nesse sentido:

"DIREITO CIVIL. CONTRATO DE SEGURO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. EMBRIAGUEZ DO SEGURADO. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE NÃO CONFIGURADA.

A embriaguez do segurado, por si só, não enseja a exclusão da responsabilidade da seguradora prevista no contrato, mas a pena da perda da cobertura está condicionada à efetiva constatação de que o agravamento de risco foi condição determinante na existência do sinistro.

Recurso especial conhecido e provido."

(REsp 599985/SC, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, DJ 02.08.2004 p. 411)

- "DIREITO CIVIL. SEGURO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. TERCEIRO CONDUTOR. EMBRIAGUEZ. AGRAVAMENTO DO RISCO.

Firme o entendimento desta Corte de que o agravamento do risco ensejador da perda do direito ao seguro deve ser imputado à conduta direta da própria segurada.

Recurso especial conhecido e provido."

(REsp 578290/PR, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, DJ 14.06.2004 p. 236)

- -

"CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. COLISÃO. ESTADO DE EMBRIAGUEZ DO SEGURADO. AUMENTO DO RISCO. EXCLUDENTE DE COBERTURA NÃO CONFIGURADA. CC, ART. 1.454.

I. Para a configuração da hipótese de exclusão da cobertura securitária prevista no art. 1.454 da lei substantiva civil, exige-se que o segurado tenha diretamente agido de forma a aumentar o risco, o que não ocorre meramente pelo fato de ter sido constatado haver ingerido dose etílica superior à admitida pela legislação do trânsito, sem que tenha a ré, cuja atividade se direciona exatamente para a cobertura de eventos incertos, demonstrado, concretamente, que sem o estado mórbido o sinistro inocorreria.

II. Precedentes do STJ.

III. Recurso conhecido e provido."

(REsp 341372/MG, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJ 31.03.2003 p. 227)

- -

"DIREITO CIVIL. SEGURO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. EMBRIAGUEZ. AGRAVAMENTO DO RISCO. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE CONDUTA DIRETA E CULPOSA DO PRÓPRIO SEGURADO. ART. 1.454, CÓDIGO CIVIL. PRECEDENTES. RESTABELECIMENTO DA SENTENÇA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

- Na linha da orientação firmada por este Tribunal, a culpa exclusiva do condutor do veículo segurado na ocorrência de acidente de trânsito, por dirigir embriagado, não é causa de perda do direito ao seguro, por não configurar agravamento do risco, previsto no art. 1.454 do Código Civil, que deve ser imputado à conduta direta do próprio segurado."

(REsp 223119/MG, Rel. Min. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, DJ 25.10.1999 p. 94)

Nada no acórdão recorrido dá conta do agravamento do risco face à situação em tela por parte da segurada, o que torna não excludente a obrigação da seguradora.

Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º, do Código de Processo Civil, conheço do presente agravo para dar provimento ao recurso especial com o fim de determinar que o Tribunal **a quo** prossiga na apreciação das demais questões suscitadas no processo.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3326)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 884.789 - RS (2007/0071629-7)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: ANDRÉ MENDES DE OLIVEIRA - MICROEMPRESA
ADVOGADO	: PAULO RICARDO RODRIGUES SANTI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO PANAMERICANO S/A
ADVOGADO	: ALEXANDRE FUCHS DAS NEVES E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA - APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA Nº 182/STJ - RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto ANDRÉ MENDES DE OLIVEIRA - MICROEMPRESA contra decisão que negou seguimento a recurso especial.

Busca o agravante a reforma do r. *decisum*, sustentando, em síntese, a mesma tese apresentada nas razões do recurso especial (fls. 2/4).

O agravado não apresentou contraminuta (fl. 207).

É o relatório.

O recurso não merece ser conhecido.

Com efeito.

A decisão ora agravada negou seguimento ao recurso especial, por entender que a matéria versada no acórdão recorrido está no mesmo sentido da jurisprudência desta Corte.

Verifica-se que o agravo de instrumento em exame esbarra em óbice formal intransponível, qual seja, a ausência de impugnação específica de tal fundamento, porquanto o ora agravante ocupou-se, tão-somente, de reiterar a tese já defendida nas razões do apelo especial.

Oportuno deixar assente, na espécie, que a parte, ao recorrer, deve buscar demonstrar o desacerto da decisão contra a qual se insurge, refutando todos os óbices por ela levantados, sob pena de vê-la mantida.

Somente se desconstituir o provimento jurisdicional recorrido é que os demais temas concernentes ao mérito da controvérsia poderão ser apreciados.

Assim sendo, incide o óbice previsto na Súmula n. 182 desta Corte, aplicada analogicamente ao caso em espécie, *in verbis*: "*É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada*".

Nesse sentido, assim já se decidiu:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. IRREGULARIDADE FORMAL. SÚMULA Nº 182/STJ. APLICAÇÃO ANALÓGICA.

1. Não merece trânsito o agravo de instrumento, por falta do requisito da regularidade formal, quando o agravante não ataca, de forma específica, as bases da decisão agravada (Tribunal de origem), limitando-se a repisar as razões deduzidas no recurso especial. Aplicação analógica da súmula 182-STJ.

2. Agravo regimental não provido." (EDcl no Ag 569492/RS, Relator Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, DJU 12/9/2005).

Ainda, nesse sentido: AgRg no AG 827481, Relator Ministro Humberto Gomes de Barros, DJU de 7/5/2007; AgRg no RESP 879876, Relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJU de 7/5/2007; e AgRg no AG 121242, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU 7/4/1997.

Não se conhece, portanto, do agravo de instrumento.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3327)

EDcl no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 885.624 - RJ (2007/0086359-8)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
EMBARGANTE	: MARIA THEREZA PARANHOS DE MACEDO
ADVOGADO	: JÚLIO MATUCH DE CARVALHO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: ANDRÉ MAIA TELES DE SOUSA
ADVOGADO	: ROBERTO ROSEIRO DI FAZIO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.

Maria Thereza Paranhos de Macedo opõe embargos declaratórios contra decisão de fls. 112/113, que deu provimento ao agravo de instrumento interposto por André Maia Teles Souza.

Os embargos declaratórios são intempestivos.

A decisão embargada foi publicada em 24.08.2007 (sexta-feira), tendo sido protocolizado o recurso, via fac-símile, no dia 31/08/2007, dentro do prazo. No dia 1º.09.2007 teve início a contagem do prazo de cinco dias para a apresentação dos originais, findando em 05/09/2007 (quarta-feira), sendo que o protocolo ocorreu, intempestivamente, em 06/09/2007 (fl. 124).

Esclareço que o interregno estipulado para apresentação da petição original é contínuo, tratando-se de simples prorrogação, razão por que não é suspenso aos sábados e domingos ou feriados e que a protocolização do recurso, ainda que não esgotado o prazo, faz com que o interregno para apresentação dos originais principie no dia imediatamente seguinte, por força do princípio da preclusão consumativa. Nesse sentido, os seguintes precedentes, inclusive da e. Corte Especial:

"PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS VIA FAC-SÍMILE - LEI N. 9.800/99 - ENTREGA DOS ORIGINAIS - PRAZO CONTÍNUO - NÃO-INTERRUPÇÃO - INÍCIO DO PRAZO A PARTIR DA APRESENTAÇÃO DO FAX - PRECEDENTES - DESPROVIMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL.

1. A decisão agravada, ao não conhecer dos embargos de declaração, sufragou o entendimento uniforme desta Corte Superior no sentido de que o prazo para a apresentação da versão original do documento transmitido via fac-símile é contínuo, não se interrompendo nos sábados, domingos ou feriados. Exegese do artigo 2º da Lei n. 9.800/99.

2. Ademais, segundo a jurisprudência deste Sodalício, em razão do princípio da preclusão consumativa, o prazo para a prática dos atos processuais não se soma ao prazo previsto na Lei nº 9.800/99. Assim, com o recebimento do recurso oferecido via fac-símile, encerra-se o prazo recursal, passando imediatamente a ter início o prazo para a entrega da petição original enviada eletronicamente.

3. Precedentes desta Corte Superior.

4. Agravo regimental desprovido."

(1ª Seção, AgRg-ED-ED-MS n. 8.350/DF, Rela. Mina. Denise Arruda, unânime, DJU de 07.03.2005)

- -

"PROCESSUAL CIVIL. APRESENTAÇÃO DE RECURSO EM FAC-SIMILE ANTES DO TÉRMINO DO QÜINQÜÍDIO LEGAL. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. FLUIÇÃO, À PARTIR DAQUELE ATO, DO PRAZO SUBSEQÜENTE PARA A APRESENTAÇÃO DA VIA ORIGINAL. LEI N. 9.800/99, ART. 2º. INTEMPESTIVIDADE.

I. A interposição do recurso tem por efeito encerrar o prazo para a prática do ato, ainda que a parte se tenha antecipado, protocolizando-o antes do termo legal - princípio da preclusão consumativa adotado pela jurisprudência assente do STJ.

II. Destarte, se o fac-simile chega aos autos antes do qüinqüídio previsto no art. 557, § 1º, do CPC, é do dia subseqüente, em face da incidência do aludido princípio, que se inicia o segundo lapso de cinco dias, previsto no art. 2º da Lei n. 9.800/99, para a apresentação da via original do agravo, no caso oferecido intempestivamente.

III. Agravo não conhecido."

(4ª Turma, Ag-REsp n. 466.260/RS, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, unânime, DJU de 10.11.2003)

- -

"Agravo regimental. Recurso especial não admitido.

1. A petição original do anterior agravo regimental foi apresentada nesta Corte a destempo, fora do qüinqüídio legal previsto no artigo 2º da Lei n. 9.800/99, que permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais. O prazo estipulado no referido artigo é contínuo, tratando-se de simples prorrogação para a apresentação do original da petição, razão por que não é suspenso aos sábados, domingos ou feriados.

2. A contagem do prazo do agravo de instrumento dirigido a esta Corte (artigo 544 do Código de Processo Civil) é feita com base no protocolo da petição na Secretaria do Tribunal de origem e não no protocolo dos Correios.

3. Não sendo suspenso aos sábados, domingos ou feriados o prazo previsto no artigo 2º da Lei n. 9.800/99, e verificando-se a tempestividade do recurso, no presente caso, com base no protocolo da petição na Secretaria, desconsiderando-se a data da postagem nos correios, não se mostra pertinente a alegação de que o feriado de carnaval teria acarretado a apresentação intempestiva do recurso, protocolado, inequivocamente, na Secretaria desta Corte a destempo.

4. Agravo regimental desprovido."

(3ª Turma, AgRg-AgRg-AG n 477.271/RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, unânime, DJU de 23.06.2003)

- -

"PROCESSO CIVIL. PRAZO. FAX. LEI N. 9.800/1999. EXEGESE. ENTREGA DOS ORIGINAIS. PRAZO CONTÍNUO. FERIADOS. NÃO-INTERRUPÇÃO. PRECEDENTE DA TURMA. DOUTRINA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

- Na linha da orientação desta Turma, o prazo de cinco dias, previsto na parte final do art. 2º da Lei n. 9.800/1999, para a apresentação da peça original, não constitui um prazo novo, mas mera prorrogação do primeiro, o qual é contínuo, não se interrompendo nos feriados."

(4ª Turma, AgRg-Ag n. 456.945/AL, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, unânime, DJU de 29.09.2003)

- -

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO LIMINARMENTE AOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. INTERPOSIÇÃO VIA FAX. INTEMPESTIVIDADE. ORIGINAIS PROTOCOLIZADOS A DESTEMPO. ART. 2º DA LEI 9.800/99. PRAZO CONTÍNUO. PRECEDENTES. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

I - Considera-se intempestivo o agravo interno interposto via fax, quando o original do recurso restar protocolizado após o decurso do prazo legal, a teor do disposto no art. 2º da Lei 9.800/99. Ademais, consoante entendimento desta Corte, o prazo referido no artigo em comento é contínuo, tratando-se de simples prorrogação para a apresentação do original. Precedentes.

II - Agravo interno não conhecido."

(Corte Especial, AgRg-Pet n. 1.816/RJ, Rel. Min. Gilson Dipp, unânime, DJU de 20.10.2003)

- -

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO VIA FAC-SÍMILE. ORIGINAL. INTEMPESTIVIDADE. LEI N. 9.800/99. ART. 2º.

I. O agravo regimental é intempestivo se interposto via fax e a petição original é protocolizada após o transcurso do prazo assinalado no art. 2º da Lei n. 9.800/99.

II. O prazo previsto no artigo 2º da Lei n. 9.800/99 é contínuo, tratando-se de simples prorrogação para a apresentação do original da petição recursal, razão pela qual não é suspenso aos sábados, domingos ou feriados. Precedente da Corte Especial.

III. Agravo regimental improvido."

(4ª Turma, AgRg-Ag n. 576.896/RS, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, unânime, DJU de 18.10.2004)

Ante o exposto, não conheço dos embargos declaratórios.

Publique-se.

Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3328)

RECURSO ESPECIAL Nº 885.703 - PR (2006/0146176-4)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
RECORRENTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: WALTER JOSE MATHIAS JUNIOR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: EDER JOSÉ PALUCH E CÔNJUGE
ADVOGADO	: JOSE PAULO DAMACENO PEREIRA

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC. TABELA PRICE. AFERIÇÃO DA EXISTÊNCIA DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 07/STJ. JUROS REMUNERATÓRIOS. ART. 6°, "E" DA LEI Nº 4.380/64. NÃO LIMITAÇÃO EM 10% A.A. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA EXTENSÃO, PROVIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de recurso especial interposto por BANCO ITAÚ S/A, com fulcro nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, cuja ementa ora se transcreve:

"APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO E AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - CONTRATO DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL (SFH) - FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO - INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - INADMISSIBILIDADE DA CAPITALIZAÇÃO DE JUROS - DESCABIMENTO DA DEVOLUÇÃO EM DOBRO - DESCABIMENTO DA DEVOLUÇÃO EM DOBRO - POSSIBILIDADE DE DEVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS."

Sustenta o recorrente violação aos artigos 333, I, e 535 do Código de Processo Civil, 4º do Decreto 22.262/33, e artigo 6º, "e" da Lei 4.380/64, além de divergência jurisprudencial, pugnando, em síntese, pelo manutenção dos juros remuneratórios no patamar pactuado, bem como pelo reconhecimento da inexistência de capitalização de juros na utilização da Tabela *price*.

É o breve relatório.

2. Primeiramente, quanto à violação ao art. 535 do CPC, quadra assinalar que o acórdão recorrido não possui nenhum vício a ser sanado por meio de embargos de declaração. Em verdade, o aresto não padece de nenhuma omissão, contradição ou obscuridade, tendo em vista que o Tribunal a quo se manifestou acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia.

3. No tocante à tabela Price, alega o recorrente que sua utilização não implica capitalização de juros; a respeito do tema, este Superior Tribunal, reiteradamente, tem se manifestado pela inviabilidade, em sede de recurso especial, da verificação da existência da capitalização de juros no sistema de amortização da tabela Price, por requerer o reexame de conteúdo fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ. Nesse sentido:

"PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O RITO ORDINÁRIO. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO VINCULADO À AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PELO SFH. TABELA PRICE. EXISTÊNCIA DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. QUESTÃO DE FATO. A existência, ou não, de capitalização de juros no sistema de amortização conhecido como Tabela Price, constitui questão de fato, a ser solucionada a partir da interpretação das cláusulas contratuais e/ou provas documentais e periciais, quando pertinentes ao caso. Recurso especial não conhecido. (Resp 410775/PR, Rel. Min. Menezes Direito, Rel. p/ ac. Min. Nancy Andrighi, julgado pela Terceira Turma em 23/03/04).

4. Por outro lado, prospera o pleito de afastamento da limitação dos juros remuneratórios em 10% ao ano. A eg. Segunda Seção desta Corte Superior, quando do julgamento do EREsp nº 415.588/SC, da relatoria do em. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, firmou posicionamento no sentido de que o artigo 6º, alínea "e", da Lei nº 4.380/64, não estabelece a limitação da taxa de juros, apenas dispõe sobre as condições para a aplicação do reajuste previsto no artigo 5º da mesma lei; provocando, dessarte, a incidência do Enunciado nº 596 da Súmula do eg. Supremo Tribunal Federal. Colha-se, a propósito, o seguinte precedente:

"ADMINISTRATIVO. SFH. CONTRATO DE MÚTUO. DISCUSSÃO JUDICIAL DO DÉBITO. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. ART. 585, § 1º, DO CPC. AFASTAMENTO DO PES. AFRONTA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. CONTRATO DE SEGURO. ALTERAÇÃO DO VALOR DO PRÊMIO FALTA DE PREQUESTIONAMENTO.LIMITAÇÃO DOS JUROS. ART. 6°, "E", DA LEI Nº 4.380/64. 1. A matéria inserta nos arts. 585, § 1º, do CPC, 6º, § 1º, da LICC, 586 do Código Civil/02 e 14 da Lei nº 4.380/64, não foi objeto de prequestionamento, o que atrai o óbice das Súmulas 282 e 356/STF. 2. O art. 6°, "e", da Lei nº 4.380/64 não estabeleceu taxa máxima de juros para o Sistema Financeiro de Habitação, mas, apenas, uma condição para que seja aplicado o art. 5° do mesmo diploma legal. Precedentes. 3. Recurso especial conhecido em parte e provido." (REsp 807964/PE, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJ 29.08.2006)

Corroboram esse entendimento outras decisões de semelhante teor: AgRg no Ag 764333/RS, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ 16.10.2006; AgRg no REsp 650849/MT, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJ 09.10.2006; e AgRg no REsp 647925/RS, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJ 11.09.2006.

5. Diante do exposto, com fulcro no art. 557, §1º-A, do CPC, conheço parcialmente o presente recurso especial e, nesta extensão, lhe dou provimento, para admitir a cobrança dos juros remuneratórios no patamar pactuado.

Custas e honorários advocatícios, observado quanto a estes o percentual fixado na origem, na proporção em que vencidas as partes, compensando-se na forma da lei e apurados em liquidação, salvo a hipótese prevista na Lei nº 1.060/50.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3329)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 886.095 - RS (2007/0062926-7)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: A CIACORP ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA
ADVOGADO	: FERNANDO SMITH FILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: WALTER MEUCCI NIQUE
ADVOGADO	: CRISTIANO HEINECK SCHMITT E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO - SUSPENSÃO DE PRAZO NA CORTE *A QUO* NÃO COMPROVADA - RECURSO IMPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela A CIACORP ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA contra decisão que negou seguimento a recurso especial com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.

É o relatório.

O recurso não merece ser provido.

Com efeito.

In casu, o recurso especial foi interposto a destempo, uma vez que a intimação do acórdão recorrido deu-se em 21/9/2006, conforme certidão de fl. 69, e, anotando-se os termos inicial e final do lapso temporal recursal, quais sejam, 22/9/2006 e 6/10/2006, respectivamente, conclui-se pela intempestividade do recurso, pois apenas foi protocolado em 23/10/2006.

Constata-se, igualmente, que não há, nos autos, certidão oficial expedida pela Corte de origem ou outro documento idôneo que comprove a não ocorrência de expediente forense nos termos inicial ou final de interposição do recurso.

Nega-se, portanto, provimento ao agravo de instrumento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3330)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 886.290 - SP (2007/0067231-8)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: M DOS A S DE O
ADVOGADO	: HÉLIO ULPIANO DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: A F - ESPÓLIO
REPR.POR	: M S F - INVENTARIANTE
ADVOGADO	: ZUMA GASPAR NASTRI ANTUNES E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA - APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA Nº 182/STJ - RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto por M DOS A S DE O contra decisão que negou seguimento a recurso especial.

Busca a ora agravante a reforma do r. *decisum*, sustentando, em síntese, que as provas testemunhais realizadas nos autos demonstram a existência de união estável entre ela e o *de cujus*.

O agravado não apresentou contraminuta.

É o relatório.

O recurso não merece ser conhecido.

Com efeito.

A decisão ora agravada negou seguimento ao recurso especial, em razão da falta de particularização a respeito da forma como o dispositivo legal apontado teria sido violado pelo acórdão recorrido, atraindo, desta forma, o óbice da Súmula 284/STF.

Verifica-se que o agravo de instrumento em exame esbarra em óbice formal intransponível, qual seja, a ausência de impugnação específica de tal fundamento, porquanto a ora agravante ocupou-se, tão-somente, de reiterar a tese já defendida nas razões do recurso especial.

Oportuno deixar assente, na espécie, que a parte, ao recorrer, deve buscar demonstrar o desacerto da decisão contra a qual se insurge, refutando todos os óbices por ela levantados, sob pena de vê-la mantida.

Somente se desconstituir o provimento jurisdicional recorrido é que os demais temas concernentes ao mérito da controvérsia poderão ser apreciados.

Assim sendo, incide o óbice previsto na Súmula n. 182 desta Corte, aplicada analogicamente ao caso em espécie, *in verbis*: "*É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada*".

Nesse sentido, assim já se decidiu:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. IRREGULARIDADE FORMAL. SÚMULA Nº 182/STJ. APLICAÇÃO ANALÓGICA.

1. Não merece trânsito o agravo de instrumento, por falta do requisito da regularidade formal, quando o agravante não ataca, de forma específica, as bases da decisão agravada (Tribunal de origem), limitando-se a repisar as razões deduzidas no recurso especial. Aplicação analógica da súmula 182-STJ.

2. Agravo regimental não provido." (EDcl no Ag 569492/RS, Relator Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, DJU 12/9/2005).

Ainda, nesse sentido: AgRg no AG 827481, Relator Ministro Humberto Gomes de Barros, DJU de 7/5/2007; AgRg no RESP 879876, Relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJU de 7/5/2007; e AgRg no AG 121242, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU 7/4/1997.

Não se conhece, portanto, do agravo de instrumento.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3331)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 886.432 - SP (2007/0066230-9)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: CÍCERO ALVES SIMÃO DA SILVA E OUTRO
ADVOGADO	: JORSON CARLOS DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IMOBILIÁRIA TRABULSI LTDA
ADVOGADO	: IGOR FERREIRA DE ALENCAR E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROCESSUAL CIVIL - OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - INOCORRÊNCIA - COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA - REVISÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL - REQUISITOS PARA CONCESSÃO - ENTENDIMENTO OBTIDO DA ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO - NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS - IMPOSSIBILIDADE NA INSTÂNCIA ESPECIAL - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO DA SÚMULA Nº 7/STJ - RECURSO IMPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto por CÍCERO ALVES SIMÃO DA SILVA E OUTRO contra decisão que negou seguimento a recurso especial (artigo 105, III, alínea "a", da Constituição Federal) em que se alega ofensa aos artigos 333 e 535 do CPC.
Buscam os ora agravantes a reforma do r. *decisum*, sustentando, em síntese, que requereram desde a instrução do processo a produção da prova pericial, negada pelo Juízo singular. Alegam, ainda, que o v. acórdão recorrido deixou de se manifestar sobre questão relevante da lide.
O recurso foi contraminutado às fls. 74/76.
É o relatório.
O recurso não merece provimento.
Com efeito.
Quanto à negativa de prestação jurisdicional pela infringência ao art. 535 do CPC, *in casu*, o Tribunal *a quo* analisou todos os temas relevantes suscitados pelas partes, embora o resultado não tenha sido favorável aos ora recorrentes.
Na realidade, o órgão julgador não é obrigado a se manifestar sobre todos os pontos alegados pelas partes, mas somente sobre aqueles que entender necessários para o julgamento do feito, de acordo com seu livre convencimento fundamentado (CPC, art. 131), utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso (nesse sentido: AgRg no Ag nº 638.361/PB, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJU 19/12/2005; STJ, AgRg no REsp nº 705.187/SC, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJU 26/9/2005). Assim, resultado diferente do pretendido pela parte não implica, necessariamente, omissão ou ofensa à legislação infraconstitucional.
Em relação à alegada ofensa ao art. 333 do CPC, assim se pronunciou o Tribunal *a quo*:

"Simples cálculos unilaterais apresentados pelos apelantes, à vista da resistência ofertada pela apelada, que insistiu na legalidade da cobrança, não bastavam a dar suporte às alegações contidas na inicial, sendo que era imprescindível, como visto, a realização da prova pericial contábil, não produzida por desinteresse dos autores, razão pela qual devem arcar com o ônus decorrente dessa omissão (artigo 333, inciso I, do Código de Processo Civil)." (fl. 31).

Bem de ver, na espécie, que o entendimento assim esposado pelo Tribunal de origem baseou-se na análise do conjunto probatório carreado aos autos. Assim, rever tal entendimento, obviamente, demandaria revolvimento dessas provas, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do disposto na Súmula 7/STJ, assim redigida: *"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"*.
Nesse sentido, já se decidiu:

"DIREITO CIVIL. AÇÃO DE "RESCISÃO" DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL POR CULPA DO VENDEDOR. VIOLAÇÃO CONTRATUAL NÃO OCORRENTE NA APRECIAÇÃO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. REEXAME DA QUESTÃO EM RECURSO ESPECIAL. SÚMULAS 5 E 7. IMPOSSIBILIDADE DA SENTENÇA DEFERIR AOS AUTORES TUTELA DIVERSA DA PLEITEADA NA INICIAL. PREJUDICIALIDADE DOS PEDIDOS SUCESSIVOS CONCERNENTES À DEVOLUÇÃO AOS AUTORES DAS PARCELAS PAGAS EM FACE DA IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE RESOLUÇÃO DO CONTRATO. RECURSO DESACOLHIDO.
I - A resolução judicial do contrato de compra e venda de imóvel, por culpa do vendedor, pressupõe a demonstração pelos compradores da violação de cláusulas do ajuste pela parte tida por responsável.
II - Tendo as instâncias ordinárias, com base na análise do conjunto fático-probatório, afirmado que as alegações dos autores não encontram respaldo nos documentos juntados aos autos, e provada, por outro lado, a atuação regular da vendedora, não há como desconstituir-se esse entendimento em sede de recurso especial, em razão dos enunciados nº 5 e 7 da súmula deste Tribunal.
III - Dos fatos narrados na inicial e comprovados no curso do processo, extraíram as instâncias ordinárias a inocorrência de causa que justifique a rescisão do contrato firmado entre as partes.
IV - Inacolhido o pedido de resolução do contrato, posto inocorrido o inadimplemento da ré, restaram prejudicados os pedidos de devolução aos autores das quantias já pagas ou de indenização por perdas e danos.
V - A alteração judicial das cláusulas abusivas inseridas no contrato, embora admitida pelas instâncias ordinárias a sua existência, não poderia ser operada no feito em exame, à míngua de pedido dos autores nesse sentido, não podendo o julgador deferir aos autores tutela diversa daquela que foi demandada." (REsp 201.061/RN, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, Quarta Turma, DJU 25/9/2000)

Nega-se, portanto, provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3332)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 886.699 - SC (2007/0076450-3)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO	: BÁRBARA SILVA MAESTRI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSÉ DO NASCIMENTO E OUTROS
ADVOGADO	: JONATAS RAUH PROBST

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AUSÊNCIA DE PEÇA OBRIGATÓRIA ELENCADA NO ARTIGO 544, § 1º, DO CPC - RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela CAIXA SEGURADORA S/A contra decisão que negou seguimento a recurso especial.
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito.
Compulsando-se os autos, verifica-se a ausência da cópia de peça obrigatória, qual seja, as contra-razões do recurso especial ou certidão de sua não apresentação.
Nos termos do artigo 544, § 1º, do Código de Processo Civil, a ausência ou incompletude de cópia da peça indicada nesse dispositivo impede o conhecimento do recurso.
Oportuno deixar assente que cabe à parte agravante a correta formação do instrumento, sendo de sua responsabilidade a juntada de todas as peças obrigatórias, assim como das necessárias à compreensão da controvérsia. Nesse sentido, confiram-se os seguintes precedentes: AgRg no Ag 825641/SC, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJU 26/4/2007, pág. 224; AgRg no Ag 845425/RN, Relatora Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJU 17/5/2007, pág. 230.
Não se conhece, portanto, do agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3333)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 887.159 - SP (2007/0060284-7)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: MARCOS E JARDIM LTDA
ADVOGADO	: MARCOS ALVES BRENGA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANA LÚCIA PACOLA DE SOUZA
ADVOGADO	: SANDRO MARCONDES RANGEL E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. JULGAMENTO DE OFÍCIO. AFASTAMENTO. DANO MORAL VERIFICADO NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 7 DA SÚMULA DO STJ. REVISÃO DO VALOR ARBITRADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. MANIFESTA IRRISÃO OU EXAGERO. NÃO VERIFICAÇÃO. OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto por MARCOS E JARDIM LTDA, contra decisão que houve por bem negar seguimento ao recurso especial fulcrado na alínea "a", do inciso III, do artigo 105, da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:
"SENTENÇA - Julgamento antecipado da lide - Tumulto processual que não causou prejuízo ao apelante - Nulidade por cerceamento de defesa - Não ocorrência - Preliminar afastada. RESPONSABILIDADE CIVIL - Indenização - Danos morais - Inscrição do nome da autora em órgão de restrição ao crédito de parcela quitada - Valor elevado da condenação - Ação procedente - Recurso parcialmente provido." (fls. 63)

Pugna pelo reconhecimento da violação do artigo 515, *caput*, do Código de Processo Civil, em razão do julgamento *extra petita* realizado pelo Tribunal de origem no tocante aos honorários advocatícios, os quais foram aumentados, sem a interposição de recurso da parte autora nesse sentido.
Ademais, pleiteia o agravante pela diminuição do valor da condenação em indenização por danos morais para duas vezes o valor da restrição (2 x R$ 77, 60).

É o relatório.
Decido.
2. Em relação ao exame *ex officio*, impende ressaltar que em virtude do efeito devolutivo recursal, a teor do art. 515, do Codex Processual Civil, os temas submissos à apreciação e ao julgamento são restritos, em segundo grau, na medida em que tenham sido suscitados e discutidos no processo, exceto quanto aos cognoscíveis de ofício.
Com efeito, incide em julgamento extra petita o enfrentamento pelo órgão julgador de questões referentes a direito patrimonial, inexistindo pedido ou recurso nesse sentido.
"RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. DESCARACTERIZAÇÃO. EXAME DE OFÍCIO. JUROS REMUNERATÓRIOS.CAPITALIZAÇÃO MENSAL. - Descaracterização do contrato. Incidência do verbete n. 293 da Súmula/STJ. - Exame de ofício de cláusulas contratuais pelo Tribunal de origem. Impossibilidade, por ofensa ao art. 515 do CPC. Princípio "tantum devolutum quantum appelattum." Precedentes. - Não estando as instituições financeiras sujeitas à limitação da Lei de Usura, a abusividade da pactuação dos juros remuneratórios deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovação do desequilíbrio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o só fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionária no período (REsp's ns. 271.214/RS, 407.097/RS e 420.111/RS). - Capitalização mensal. Inadmissibilidade na hipótese. - Recurso parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido."

Compulsando os autos, verifica-se a existência de disposições realizadas de ofício pelo Tribunal de origem em relação aos honorários advocatícios, devendo, portanto, em homenagem ao princípio *tantum devolutum quantum appelatum*, serem arredadas, de forma a se restabelecer o percentual disposto na sentença.
3. No que toca à pretensão da recorrente em reduzir o valor da indenização fixada a título de danos morais, vale salientar que a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o *quantum* definido pela Corte de origem somente pode ser alterado em sede de recurso especial quando absurdamente excessivo ou irrisório, o que não ocorre na espécie, em que o valor fixado, a saber, R$ 1.164,00 (hum mil cento e sessenta e quatro reais), e juros moratórios de 0,5% ao mês a partir da inscrição (30.12.1997), é razoável.
Em verdade, definir o valor da indenização implica reexaminar os fatos e provas que orientaram o Tribunal *a quo*, o que é vedado nos termos do Enunciado n.º 7, da Súmula desta Corte Superior.
Nesse sentido, impende colacionar trecho do voto do e. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, *verbis:*
"Não conheço do recurso, porque, como tenho dito outras vezes, a intervenção do Superior Tribunal de Justiça há de se dar quando há o abuso, o absurdo: indenizações de um milhão, de dois milhões, de cinco milhões, como temos visto; não é o caso. Aqui, ficaríamos entre quinhentos, trezentos e cinqüenta, duzentos, duzentos e cinqüenta, cem reais a mais, cem salários a menos. Não é, portanto, um caso de abuso na fixação, é uma discrepância na avaliação. Temos de ponderar até que ponto o Superior Tribunal de Justiça deve interferir na definição de um valor de dano moral, que é matéria de fato, para fazer uma composição mais ou menos adequada. Não sendo abusiva ou iníqua a opção do Tribunal local, não se justificaria a intervenção deste Tribunal. Se não for assim, teremos de enfrentar todas as avaliações de dano moral feitas no país, porque em todas elas poderemos encontrar uma disparidade de 10%, 20%, e essa não é a nossa função" (Resp 269.407, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, Rel. p/ Acórdão Min. Ruy Rosado de Aguiar, Quarta Turma, DJ 19.03.01).
Nesse sentido, transcrevo:
"Direito civil e processo civil. Recurso especial. Ação de indenização por danos morais. Embargos de declaração. Ausência de omissão, contradição ou obscuridade. Alegação de ofensa a Resolução do Banco Central. Ato ilícito. Configuração. Cancelamento do limite de crédito em contrato de conta-corrente. Abusividade. Reexame de provas. Valor arbitrado a título de danos morais. [...]- Não é possível modificação da conclusão do acórdão no sentido da ocorrência do ato ilícito, ante a impossibilidade do reexame do acervo fático-probatório dos autos em sede de recurso especial. - O valor da indenização por dano moral só está sujeito a controle pelo STJ quando se mostrar irrisório ou excessivo em razão das circunstâncias que levaram à sua aplicação. Recurso não-conhecido." (REsp 621.577/RO, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJ 23.08.2004)

4. Pelo exposto, com fulcro no art. 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo de instrumento e dou parcial provimento ao recurso especial, para afastar as disposições proferidas de ofício, restabelecendo o disposto na sentença no tocante ao percentual fixado a título de custas e honorários advocatícios na proporção em que vencidas as partes.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3334)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 887.206 - SP (2007/0088111-8)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: VALBERTE CAXIAS DO NASCIMENTO
ADVOGADO	: ALEXANDRE LONGO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MÁXIMA PROMOTORA DE VENDAS LTDA
ADVOGADO	: IGNEZ LUCIA SALDIVA TESSA E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AUSÊNCIA DE PEÇA OBRIGATÓRIA ELENCADA NO ARTIGO 544, § 1º, DO CPC - RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto por VALBERTE CAXIAS DO NASCIMENTO contra decisão que negou seguimento a recurso especial.
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito.
Compulsando-se os autos, verifica-se a ausência da cópia de peça obrigatória, qual seja, a procuração outorgada ao advogado da parte agravada.
Nos termos do artigo 544, § 1º, do Código de Processo Civil, a ausência ou incompletude de cópia da peça indicada nesse dispositivo impede o conhecimento do recurso.
Oportuno deixar assente que cabe à parte agravante a correta formação do instrumento, sendo de sua responsabilidade a juntada de todas as peças obrigatórias, assim como das necessárias à compreensão da controvérsia. Nesse sentido, confiram-se os seguintes precedentes: AgRg no Ag 825641/SC, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJU 26/4/2007, pág. 224; AgRg no Ag 845425/RN, Relatora Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJU 17/5/2007, pág. 230.
Não se conhece, portanto, do agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3335)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 887.599 - RS (2006/0202785-3)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
EMBARGANTE	: ANTÔNIO CARLOS PONTES BORGES E OUTRO
ADVOGADO	: ANTONIO CARLOS PONTES BORGES E OUTRO(S)
EMBARGADO	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: GILBERTO EIFLER MORAES E OUTRO(S)

DESPACHO

Vistos.
Intime-se o embargado para, querendo, apresentar impugnação no prazo de cinco dias (EDcl nos EDcl nos EDcl nos EREsp 172.082/DF, 3ª Seção, Min. Rel. Hamilton Carvalhido, DJ 04.08.2003; REsp nº 296.836/RJ, 4ª Turma, Min. Rel. Sálvio Figueiredo Teixeira, DJ 07.05.2001).
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 21 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3336)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 887.605 - MG (2007/0082015-3)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: JOAQUIM DONIZETI CREPALDI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HÉLIO DIAS
ADVOGADO	: CARLOS SÉRGIO DE MELO CORNWALL

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE - INCURSÃO NO MÉRITO - POSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DO FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA - APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA Nº 182/STJ - RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pelo BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A contra decisão que negou seguimento a recurso especial.
Busca o agravante a reforma do r. *decisum*, sustentando, em síntese, que "*a decisão agravada precipitou-se em adiantar o juízo de mérito sobre os fundamentos apontados no recurso especial*" e que "*a inadmissão se mostra indevida, cerceando o direito de defesa do agravante (...)*" (fls. 2/6).
O recurso foi não contraminutado (fl. 106).
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito.
Inicialmente, afasta-se a alegação de que o egrégio Tribunal *a quo* invadiu a competência do STJ, em razão de a jurisprudência desta Corte Superior ter pacificado o entendimento de ser possível à Instância originária adentrar o mérito do recurso especial quando da prolação do juízo de admissibilidade, na medida em que tal exame envolve o próprio mérito da controvérsia, em face dos pressupostos constitucionais previstos na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal (nesse sentido: AgRg nos EDcl no Ag 521808/MG, Relatora Ministra Nancy Andrighi, DJU 3/5/2004, pág. 152; AgRg no Ag 206618/MG, Relator Ministro Waldemar Zveiter, Terceira Turma, DJU 5/3/2001, pág. 155).
A decisão ora agravada negou seguimento ao recurso especial, sob o fundamento de que compete ao juízo de admissibilidade, em casos de fixação do *quantum* indenizatório, ponderar acerca das circunstâncias fáticas que o determinaram e, "*não admitir o recurso especial se for caso de matéria fático probatória*" (fls. 99/100).
Verifica-se que o agravo de instrumento em exame esbarra em óbice formal intransponível, qual seja, a ausência de impugnação específica de tal fundamento, porquanto o ora agravante ocupou-se, tão-somente, em sustentar que o juízo prévio de admissibilidade usurpou a competência do Superior Tribunal de Justiça e aduzir a ocorrência do cerceamento de defesa ao negar seguimento ao apelo extremo, sem nada considerar acerca da Súmula 7/STJ.
Oportuno deixar assente, na espécie, que a parte, ao recorrer, deve buscar demonstrar o desacerto da decisão contra a qual se insurge, refutando todos os óbices por ela levantados, sob pena de vê-la mantida.
Somente se desconstituir o provimento jurisdicional recorrido é que os demais temas concernentes ao mérito da controvérsia poderão ser apreciados.
Assim sendo, incide o óbice previsto na Súmula n. 182 desta Corte, aplicada analogicamente ao caso em espécie, *in verbis*: "*É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada*".
Nesse sentido, assim já se decidiu:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. IRREGULARIDADE FORMAL. SÚMULA Nº 182/STJ. APLICAÇÃO ANALÓGICA.
1. Não merece trânsito o agravo de instrumento, por falta do requisito da regularidade formal, quando o agravante não ataca, de forma específica, as bases da decisão agravada (Tribunal de origem), limitando-se a repisar as razões deduzidas no recurso especial. Aplicação analógica da súmula 182-STJ.
2. Agravo regimental não provido." (EDcl no Ag 569492/RS, Relator Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, DJU 12/9/2005).

Ainda, nesse sentido: AgRg no AG 827481, Relator Ministro Humberto Gomes de Barros, DJU de 7/5/2007; AgRg no RESP 879876, Relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJU de 7/5/2007; e AgRg no AG 121242, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU 7/4/1997.
Não se conhece, portanto, do agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3337)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 887.699 - RJ (2007/0065055-6)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: MÚLTIPLA MÍDIA LTDA
ADVOGADO	: PRYSCILA NUNES RIBEIRO
AGRAVADO	: PAULO FERNANDO FEIJÓ TORRES
ADVOGADO	: MANOEL JOSÉ DO REGO BARROS E OUTRO(S)

DESPACHO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento, endereçado ao colendo Supremo Tribunal Federal, interposto contra decisão denegatória de recurso extraordinário.
Portanto, cancele-se a autuação, remetendo-se os autos àquele Sodalício.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3338)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 888.541 - RJ (2007/0065455-9)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MARCELO VASCONCELLOS ROALE ANTUNES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RUY DA SILVA THORPE
ADVOGADO	: ALEXANDRE DE BARROS HERBSTER

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE MÚTUO. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. APLICAÇÃO DA TAXA REFERENCIAL COMO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. POSSIBILIDADE. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento interposto por CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com fulcro na alínea "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que, em ação revisional de contrato de mútuo regido pelo Sistema Financeiro de Habitação, deu parcial provimento ao apelo, mantendo o índice de reajuste do saldo devedor, pela atualização do INPC e aplicando o sistema de amortização pela tabela *price*.
Nas razões do especial, sustenta o recorrente divergência jurisprudencial no tocante ao critério de atualização do saldo devedor.
É o breve relatório.
2. Decido.
No que toca ao índice de reajuste, assiste razão o recorrente, uma vez que esta Corte Superior firmou entendimento no sentido de ser possível a utilização da TR na atualização do saldo devedor de contrato vinculado ao Sistema Financeiro da Habitação, desde que prevista no contrato vinculado ao Sistema Financeiro da Habitação, ou, ainda, quando pactuada no mesmo índice aplicável à caderneta de poupança.
Nesse sentido, confiram-se os seguintes julgados:
"RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO TR. CABIMENTO PARA A CORREÇÃO DO SALDO DEVEDOR. PRECEDENTES DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. I - Entende a jurisprudência desta Corte ser possível a incidência da TR como índice de correção monetária do saldo devedor, se assim previsto em contrato de financiamento vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação. II - Não há como se conhecer do recurso especial quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida (Súmula 83/STJ). Recurso especial a que se nega seguimento." (REsp 608945/RS, Rel. Min. CASTRO FILHO, DJ 19.09.2006)

"AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE ARGUMENTOS CAPAZES DE INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. - Não merece provimento recurso carente de argumentos capazes de desconstituir a decisão agravada. SALDO SFH. CORREÇÃO MONETÁRIA DO SALDO DEVEDOR E DAS PRESTAÇÕES. TR. POSSIBILIDADE. - Prevista no contrato ou ainda, pactuada a correção pelo mesmo indexador da caderneta de poupança, é possível a utilização da Taxa Referencial, como índice de atualização do saldo devedor, em contrato de financiamento imobiliário." (AgRg nos EDcl no Ag 741542/DF, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ 12.06.2006)

3. Diante do exposto, conheço do agravo de instrumento e dou provimento ao recurso especial, para permitir a utilização da TR como índice de atualização monetária do saldo devedor.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3339)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 889.475 - PR (2007/0090996-8)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: VOLKSWAGEN LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADO	: ANDRESSA GOMES DE CAMPOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VILMAR GARBIN
ADVOGADO	: LUIZ GONZAGA GUEDES MARTINS

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - *LEASING* - REAJUSTE - CLÁUSULA DE VARIAÇÃO CAMBIAL ATRELADA AO DÓLAR - CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO EXTERIOR - ALEGAÇÃO DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL - ARTS. 541, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC, E 255, § 2º, DO RISTJ - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA SUSCITADA - RECURSO IMPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela VOLKSWAGEN LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal.
A agravante sustenta, em síntese, que não é nula a cláusula que prevê a utilização da variação cambial como forma de reajuste nos contratos de arrendamento mercantil, sem que haja comprovação da captação de recursos no exterior destinados à aquisição do bem objeto do contrato e que a substituição da variação cambial pelo INPC é decisão diametralmente oposta à posição do Superior Tribunal de Justiça (fls. 2/13).
O recurso não foi contraminutado (fl.142).
É o relatório.
O inconformismo não merece prosperar.
Com efeito.
Da análise do apelo especial, constata-se que o alegado dissídio jurisprudencial não foi demonstrado nos moldes exigidos pelos artigos 541, parágrafo único, do CPC; e 255, § 2º, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça.
Anota-se, na espécie, que o conhecimento do recurso especial pela divergência exige a transcrição dos trechos dos acórdãos impugnado e paradigma, evidenciando-se, de forma clara e objetiva, o suposto dissídio jurisprudencial, não sendo suficiente a simples transcrição de ementas ou votos, sem a exposição das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

Nega-se, portanto, provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3340)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 890.710 - SP (2007/0095972-5)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: BANCO SANTANDER BRASIL S/A
ADVOGADO	: ERIKA DA COSTA LIMA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CÍCERO DONIZETE TAGLIARO - FIRMA INDIVIDUAL
ADVOGADO	: ADAUTO RODRIGUES E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA - APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA Nº 182/STJ - RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pelo BANCO SANTANDER BRASIL S/A contra decisão que negou seguimento a recurso especial.
Busca o agravante a reforma do r. *decisum*, sustentando, em síntese, ser indevida a sua condenação por danos morais "*uma vez que o fato dito lesivo ocorreu por culpa exclusiva do recorrido, que deu ensejo à inadimplência.*" (fls. 2/10).
O recurso não foi contraminutado (fl. 123).
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito.
A decisão ora agravada negou seguimento ao recurso especial, por não sido demonstrada a ofensa aos dispositivos legais elencados nas razões recursais; ante o óbice da Súmula 7/STJ e pela não demonstração da divergência jurisprudencial (fls. 265/266).
Verifica-se que o agravo de instrumento em exame esbarra em óbice formal intransponível, qual seja, a ausência de impugnação específica de tais fundamentos, porquanto o ora agravante ocupou-se, tão-somente, em reiterar a tese já defendida nas razões do recurso especial.

Oportuno deixar assente, na espécie, que a parte, ao recorrer, deve buscar demonstrar o desacerto da decisão contra a qual se insurge, refutando todos os óbices por ela levantados, sob pena de vê-la mantida.
Somente se desconstituir o provimento jurisdicional recorrido é que os demais temas concernentes ao mérito da controvérsia poderão ser apreciados.
Assim sendo, incide o óbice previsto na Súmula n. 182 desta Corte, aplicada analogicamente ao caso em espécie, *in verbis*: "*É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada*".
Nesse sentido, assim já se decidiu:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. IRREGULARIDADE FORMAL. SÚMULA Nº 182/STJ. APLICAÇÃO ANALÓGICA.
1. Não merece trânsito o agravo de instrumento, por falta do requisito da regularidade formal, quando o agravante não ataca, de forma específica, as bases da decisão agravada (Tribunal de origem), limitando-se a repisar as razões deduzidas no recurso especial. Aplicação analógica da súmula 182-STJ.
2. Agravo regimental não provido." (EDcl no Ag 569492/RS, Relator Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, DJU 12/9/2005).

Ainda, nesse sentido: AgRg no AG 827481, Relator Ministro Humberto Gomes de Barros, DJU de 7/5/2007; AgRg no RESP 879876, Relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJU de 7/5/2007; e AgRg no AG 121242, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU 7/4/1997.
Não se conhece, portanto, do agravo de instrumento.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3341)

RECURSO ESPECIAL Nº 890.756 - SP (2006/0214239-6)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: INSTITUTO PORTUS DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
RECORRIDO	: ADEMAR JOSÉ E OUTRO
ADVOGADO	: CARLA SOARES VICENTE E OUTRO

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - PREVIDÊNCIA PRIVADA - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - ANÁLISE DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL - IMPOSSIBILIDADE - USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA ATRIBUÍDA AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO PORTUS DE SEGURIDADE SOCIAL, com fulcro no artigo 105, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:
"APELAÇÃO - complementação de aposentadoria - previdência privada - aplicação do fator de redução previsto no Decreto nº 81.240/78 - norma não recepcionada pela Constituição Federal de 1988 - Recurso provido."

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.
Sustenta o recorrente, em síntese, que o v. acórdão recorrido deu ao artigo 31 do Decreto nº 81.240/78 interpretação diversa da que foi dada pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ao decidir questão idêntica, o que configura dissídio jurisprudencial.
Os recorridos apresentaram contra-razões às fls. 471/486.
É o relatório.
O recurso não merece acolhida.
Com efeito.
A controvérsia recebeu por parte do colegiado estadual a seguinte solução:
"Os apelantes requerem seja corrigido o valor da suplementação da aposentadoria, sendo esta paga integralmente, sem aplicação do fator de redução previsto no Decreto nº 81.240/78, o qual sustenta que não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988.
A questão é saber se o Decreto nº 81.240/78 foi ou não recepcionado pela Carta Magna. E a resposta é que não foi recepcionado, pois mesmo o plano de previdência privada não pode estar dissociado das regras gerais que regem a previdência pública, que pretende complementar."
Em sede de recurso especial, a competência deste Tribunal Superior se limita a interpretar e uniformizar o direito infraconstitucional federal, a teor do disposto no art. 105, inciso III, da Constituição Federal. Nesses termos, tendo a questão sido dirimida com base em fundamento constitucional, descabe seu exame nessa sede, sob pena de usurpação da competência atribuída ao augusto Supremo Tribunal Federal (nesse sentido: STJ, AgRg no REsp nº 783.629/GO, Rel. Min. Jorge Scartezzini, Quarta Turma, v.u., j. 3.8.2006, DJ 11.9.2006, pág. 305; AgRg no REsp nº 842.029/GO, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, v.u., j. 3.8.2006, DJ 4.9.2006, pág. 288).
Assim sendo, nega-se seguimento ao recurso.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 19 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3342)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 891.498 - SP (2007/0093675-1)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: CLINICARD ASSISTÊNCIA MÉDICA S/A
ADVOGADO	: ELENITA DE SOUZA RIBEIRO RODRIGUES LIMA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANA BARRIVIERA DE JESUS
ADVOGADO	: JEAN F CHAGAS E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROCESSUAL CIVIL - ARTIGO 544, *CAPUT*, DO CPC - AGRAVO DE INSTRUMENTO INTEMPESTIVO - SUSPENSÃO DE PRAZO NA CORTE *A QUO* NÃO COMPROVADA - RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela CLINICARD ASSISTÊNCIA MÉDICA S/A contra decisão que negou seguimento a recurso especial.
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito.
O prazo para interposição do recurso previsto no art. 544, *caput*, do CPC é de 10 (dez) dias.
In casu, o agravo de instrumento foi interposto a destempo, uma vez que a intimação da decisão *a quo* que negou seguimento ao recurso especial deu-se em 15/1/2007, conforme certidão de fl. 145, e, anotando-se os termos inicial e final do lapso temporal recursal, quais sejam, 16/1/2007 e 25/1/2007, respectivamente, conclui-se pela intempestividade do recurso, pois apenas foi protocolado em 26/1/2007.
Constata-se, igualmente, que não há, nos autos, certidão oficial expedida pela Corte de origem ou outro documento idôneo que comprove a não ocorrência de expediente forense nos termos inicial ou final de interposição do recurso.
Assim, não se conhece do agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3343)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 892.855 - SP (2007/0107787-1)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: ANDERSON GERALDO DA CRUZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LEONÍCIO ENGRÁCIO DA SILVA
ADVOGADO	: JUAREZ SCAVONE BEZERRA DE MENEZES

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. COEFICIENTE DE EQUIPARAÇÃO SALARIAL. POSSIBILIDADE. PREVISÃO CONTRATUAL. TABELA *PRICE*. ANÁLISE DE EVENTUAL CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07 STJ. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, PROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial fulcrado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Sustenta o agravante nas razões do recurso especial a viabilidade da cobrança do CES e inexistência de capitalização na adoção da Tabela *Price*.
É o sucinto relatório.
Decido.
2. Conforme o posicionamento adotado por esta Corte o Coeficiente de Equiparação Salarial só pode ser exigido quando previsto contratualmente, o que ocorre no caso concreto, pelo que se depreende do v. acórdão recorrido, fls. 79.
Nesse sentido, observe-se recente julgado desta Corte Superior:
"SFH - Sistema Financeiro da Habitação. CES - Coeficiente de Equiparação Salarial. Precedentes. 1. Não havendo previsão contratual não há como determinar a aplicação do CES - Coeficiente de Equiparação Salarial, presente a circunstância de ser o contrato anterior à lei que o criou. 2. Recurso especial não conhecido." (REsp 703.907/SP, 3ª Turma, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 27/11/2006).
3. No tocante à tabela Price, alega o recorrente que sua utilização não implica capitalização de juros; a respeito do tema, este Superior Tribunal, reiteradamente, tem se manifestado pela inviabilidade, em sede de recurso especial, da verificação da existência da capitalização de juros no sistema de amortização da tabela Price, por depender do reexame de conteúdo fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.
Nesse sentido:

"PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O RITO ORDINÁRIO. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO VINCULADO À AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PELO SFH. TABELA PRICE. EXISTÊNCIA DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. QUESTÃO DE FATO. A existência, ou não, de capitalização de juros no sistema de amortização conhecido como Tabela Price, constitui questão de fato, a ser solucionada a partir da interpretação das cláusulas contratuais e/ou provas documentais e periciais, quando pertinentes ao caso. Recurso especial não conhecido. (Resp 410775/PR, Rel. Min. Menezes Direito, Rel. p/ ac. Min. Nancy Andrighi, julgado pela Terceira Turma em 23/03/04).

4. Pelo exposto, com fundamento no artigo 557, §1º-A, do Código de Processo Civil, conheço do agravo de instrumento, para conhecer parcialmente do recurso especial e, na extensão, dar-lhe provimento para afastar a exclusão do CES.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA,Relator

(3344)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 893.761 - PR (2007/0089907-0)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: JEFERSON ROBERTO STANGE
ADVOGADO	: MARCO ANTONIO FAGUNDES CUNHA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: WALTER JOSE MATHIAS JUNIOR E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA APÓS A SUA ATUALIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE MÁ-FÉ PARA O RESSARCIMENTO SER EM DOBRO.TR. LEGALIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento interposto por JEFERSON ROBERTO STANGE contra decisão de inadmissão de recurso especial fulcrado nas alíneas "a" e "c" do art. 105, III, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Paraná, cuja ementa ora se transcreve, no que interessa:

"APELAÇÃO 1. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. CARTEIRA HIPOTECÁRIA. SEGURO HABITACIONAL. "VENDA CASADA". NÃO CONFIGURAÇÃO. ESTRITO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL. ATUALIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR ANTES DA AMORTIZAÇÃO DAS PARCELAS PAGAS. IMPOSIÇÃO DE MULTA DIÁRIA (ASTREINTES) PARA O CASO DE DESCUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO JUDICIAL DE READEQUAÇÃO DA DÍVIDA. IMPOSSIBILIDADE." (fl. 13)

Aduz o agravante, nas razões do recurso especial, que o acórdão recorrido violou o art. 5º, §1º da Lei 4.380/64, 6º, alínea "c" da Lei nº 4.380/64 e o art. 42 da Lei nº 8.078/90.
O E. Tribunal *a quo* inadmitiu o recurso sob o fundamento de incidências das Súmulas 83/STJ e 284/STF e não comprovação do dissídio.
É o breve relatório.
Decido.
2. A insurgência não merece guarida, uma vez correto o juízo de admissibilidade realizado na origem.
3. Embora esta Corte tenha firmado posicionamento no sentido de que os contratos de financiamento imobiliário são amparados pelo CDC, não merece prosperar a irresignação com relação à forma de amortização da dívida. Esta Corte já assentou entendimento no sentido da legalidade do critério de amortização do saldo devedor mediante a aplicação de correção monetária e de juros, procedendo, em seguida, ao abatimento da prestação mensal do contrato de mútuo para aquisição de imóvel pelo Sistema Financeira da Habitação.
A propósito, colhem-se os seguintes precedentes:
"O sistema de prévio reajuste e posterior amortização do saldo devedor não fere a comutatividade das obrigações pactuadas no ajuste, uma vez que, de um lado, deve o capital emprestado ser remunerado pelo exato prazo em que ficou à disposição do mutuário, e, de outro, restou convencionado no contrato que a primeira parcela será paga apenas no mês seguinte ao do empréstimo do capital" (REsps. 427.329 e 479.039/Rel Min. Nancy Andrighi).

"CIVIL E PROCESSUAL. SFH. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE MÚTUO HIPOTECÁRIO. SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR PACTUADA. ADMISSIBILIDADE. ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. VERBA HONORÁRIA. COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE. CPC, ART. 21. I. No que se refere ao sistema de amortização do saldo devedor, esta Corte tem sufragado a exegese de que a prática do prévio reajuste e posterior amortização do saldo devedor está de acordo com a legislação em vigor e não fere o equilíbrio contratual. II. Quando ocorrer sucumbência parcial na ação, impõem-se a distribuição e compensação de forma recíproca e proporcional dos honorários advocatícios, nos termos do art. 21, caput, da lei processual. III. Agravo improvido" (AgRgREsp nº 826.276/MS, Quarta Turma, Relator o Ministro Aldir Passarinho Junior, DJ de 21/8/06).

4. Não merece guarida a insurgência, no que toca à necessidade de devolução em dobro dos valores pagos a maior pelo mutuário, uma vez que a jurisprudência deste Tribunal é assente no sentido de que tal determinação só é cabível em caso de demonstrada má-fé, o que não foi comprovado na espécie.
Nesse sentido, vêm à colação precedentes jurisprudenciais, tais como:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - CONTRATO BANCÁRIO - AÇÃO REVISIONAL - COMPENSAÇÃO - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - INSTITUTOS DISTINTOS - INTERESSE RECURSAL - CONFIGURAÇÃO - RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES - DESPROVIMENTO. (...) 3 - Por fim, cumpre asseverar que esta Corte Superiorjá se posicionou na vertente de ser possível tanto a compensação de créditos quanto a devolução da quantia paga indevidamente, em obediência ao princípio que veda o

enriquecimento ilícito, de sorte que as mesmas deverão ser operadas de forma simples - e não em dobro -, ante a falta de comprovação da má-fé da instituição financeira. (...)". (AgRg no REsp n° 538.154/RS, Rel. Min. Jorge Scartezzini, 4ª Turma, DJ de 15/08/2005)

"ADMINISTRATIVO. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. REVISÃO E REAJUSTE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. PEC/CP. SALDO DEVEDOR. ATUALIZAÇÃO. ABRIL DE 1990. PRÉVIO AJUSTE E POSTERIOR AMORTIZAÇÃO. TAXA DE COBRANÇA E ADMINISTRAÇÃO. CONTRATO ACESSÓRIO DE SEGURO. CAPITALIZAÇÃO ANUAL DE JUROS. (...) 6. A condenação ao pagamento da repetição do indébito em dobro somente tem aplicação nos casos de comprovada má-fé daquele que logrou receber a quantia indevida. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido." (REsp n° 647.838/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, 2ª Turma, DJ de 06/06/2005)

5. Esta Corte Superior firmou entendimento no sentido de ser possível a utilização da TR na atualização do saldo devedor de contrato vinculado ao Sistema Financeiro da Habitação, ainda que firmado anteriormente ao advento da Lei 8.177/91, desde que pactuado o mesmo índice aplicável à caderneta de poupança.

Nesse sentido, confiram-se os seguintes julgados:

"SFH. PRESTAÇÃO. VANTAGENS PESSOAIS. CARÁTER PERMANENTE. INCLUSÃO. REAJUSTE. SALDO DEVEDOR. PLANO DE EQUIVALÊNCIA SALARIAL. NÃO CABIMENTO. INCIDÊNCIA DA TR. CONTRATO ANTERIOR A 1991. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. (...) II - Não há qualquer ilegalidade na correção monetária do saldo devedor de contrato vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação pelo mesmo índice aplicável ao reajuste das cadernetas de poupança, porque cabível o PES apenas para reajustamento das prestações. III - Não é vedada a utilização da TR, como índice de correção monetária do saldo devedor de contrato vinculado ao SFH, firmado anteriormente à vigência da Lei n. 8.177/91, se há previsão contratual de utilização do mesmo índice aplicável à caderneta de poupança. IV - Recurso especial não conhecido." (REsp 418.116/SC, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ de 11.4.2005);

"RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. MÚTUO. SALDO DEVEDOR. CORREÇÃO MONETÁRIA. TR. ADMISSIBILIDADE. ERRO MATERIAL. CONTRATO ANTERIOR À LEI N. 8.177/91. I. Ausência de vedação legal para utilização da TR como indexador do contrato sob exame, ainda que anterior à Lei n. 8.177/91, desde que seja o índice que remunera a caderneta de poupança, critério este avençado. Precedentes. II. Embargos parcialmente acolhidos para sanar erro material, quanto à data do contrato, sem efeito modificativo." (EDcl no REsp 535.673/SP, Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, DJ de 30.5.2005).

6. No que toca à Taxa de Seguro, o recurso não merece conhecimento, uma vez que o recorrente não indicou os dispositivos de lei tidos por violados, limitando-se a sustentar a abusividade de sua contratação.

7. Diante do exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA,Relator

(3345)

RECURSO ESPECIAL Nº 893.933 - RS (2006/0225119-0)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
RECORRENTE	: HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADO	: PATRÍCIA RASIA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: SIRLENE MATOS DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: IRINEU PEDRO MUHL E OUTRO

DESPACHO

Na petição protocolada sob nº 179810, exarou-se o seguinte despacho: "Homologo a desistência do recurso nº Resp 893933/RS." Brasília, 26/09/2007. Ministro Fernando Gonçalves. Relator

Brasília, 26 de setembro de 2007.

(3346)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 894.939 - SP (2007/0117681-9)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: MARIA RIBEIRO SOARES DE SOUZA
ADVOGADO	: EDNA APARECIDA DE SOUSA
AGRAVADO	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: CLARISSA RODRIGUES ALVES E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO - SUSPENSÃO DE PRAZO NA CORTE *A QUO* NÃO COMPROVADA - RECURSO IMPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto por MARIA RIBEIRO SOARES DE SOUZA contra decisão que negou seguimento a recurso especial com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.

É o relatório.

O recurso não merece ser provido.

Com efeito.

In casu, o recurso especial foi interposto a destempo, uma vez que a intimação do acórdão recorrido deu-se em 23/8/2006, conforme certidão de fl. 101, e, anotando-se os termos inicial e final do lapso temporal recursal, quais sejam, 24/8/2006 e 8/9/2006, respectivamente, conclui-se pela intempestividade do recurso, pois apenas foi protocolado em 11/9/2006.

Constata-se, igualmente, que não há, nos autos, certidão oficial expedida pela Corte de origem ou outro documento idôneo que comprove a não ocorrência de expediente forense nos termos inicial ou final de interposição do recurso.

Nega-se, portanto, provimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3347)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 896.117 - SP (2007/0131632-5)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: LINO ALBERTO DE CASTRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JÚLIO CÉSAR BARBOSA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: CÉSAR DO AMARAL

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AUSÊNCIA DE PEÇA OBRIGATÓRIA ELENCADA NO ARTIGO 544, § 1º, DO CPC - RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pelo BANCO BRADESCO S/A contra decisão que negou seguimento a recurso especial.

É o relatório.

O recurso não merece ser conhecido.

Com efeito.

Compulsando-se os autos, verifica-se a ausência da cópia de peça obrigatória, qual seja, a procuração que conferiu poderes ao patrono do agravado.

Nos termos do artigo 544, § 1º, do Código de Processo Civil, a ausência ou incompletude de cópia da peça indicada nesse dispositivo impede o conhecimento do recurso.

Sobre o tema, assim já se pronunciou esta Corte:

"*PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO OUTORGADA A ADVOGADO DO AGRAVADO OU DE CERTIDÃO COMPROVANDO SUA INEXISTÊNCIA. PROTOCOLO. CARIMBO ILEGÍVEL. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL.*

1. A cópia da procuração outorgada ao advogado do agravado é peça essencial à formação do instrumento de agravo, nos termos do artigo 544, § 1º, do Código de Processo Civil.

2. Não constando dos autos principais a referida peça, deve o agravante juntar certidão comprobatória de sua ausência, sob pena de não conhecimento do recurso.

(...)

4. Agravo regimental improvido." (AgRg nos EDcl no AG 555.491/SP, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJU 5/9/2005)

Oportuno deixar assente que cabe à parte agravante a correta formação do instrumento, sendo de sua responsabilidade a juntada de todas as peças obrigatórias, assim como das necessárias à compreensão da controvérsia. Nesse sentido, confiram-se os seguintes precedentes: AgRg no Ag 825641/SC, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJU 26/4/2007, pág. 224; AgRg no Ag 845425/RN, Relatora Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJU 17/5/2007, pág. 230.

Não se conhece, portanto, do agravo de instrumento.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3348)

RECURSO ESPECIAL Nº 896.507 - SP (2006/0221327-4)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: GILBERTO EIFLER MORAES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: KATUTOSSI KIKUDOME E CÔNJUGE
ADVOGADO	: PEDRO HIROCHI TOYOTA

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - CONTRATO BANCÁRIO - CADERNETA DE POUPANÇA - "PLANO COLLOR" - AÇÃO DE COBRANÇA - CORREÇÃO MONETÁRIA - MARÇO DE 1990 - BANCO DO BRASIL - LEGITIMIDADE PASSIVA - PRECEDENTES - RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo BANCO DO BRASIL S/A com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal de 1988, em que se alega negativa de vigência aos arts. 6º, 7º e 9º da Lei n. 8.024/90, além de dissídio jurisprudencial.

Observa-se, da análise dos autos, que os recorridos ajuizaram ação de cobrança em face do recorrente, tendo por objeto o pagamento das diferenças de correção monetária em caderneta de poupança no período denominado "Plano Collor". Em primeiro grau, a ação restou julgada procedente (fls. 215/217). Interposto recurso de apelação, o e. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou-lhe provimento (fls. 326/328).

Busca o recorrente a reforma do r. *decisum*, sustentando, em síntese, a ilegitimidade passiva do Banco do Brasil para responder sobre eventuais diferenças de correção monetária decorrentes da implantação do "Plano Collor", sendo legitimado o Banco Central do Brasil, por ser titular do depósito do dinheiro bloqueado das cadernetas de poupança (fls. 331/342).

Os recorridos apresentaram contra-razões (fls. 379/389), recebendo o recurso juízo positivo de admissibilidade do e. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (fls. 398/399).

É o relatório.

O recurso especial não merece seguimento.

Com efeito.

Na realidade, quanto à legitimidade passiva *ad causam* da instituição financeira, o entendimento do Tribunal *a quo* coaduna-se com a jurisprudência do STJ, no sentido de que o Banco do Brasil detém legitimidade passiva nas causas cujo objeto é a diferença entre índice de correção monetária para remunerar o saldo de poupança na vigência do mencionado plano econômico, antes da transferência do montante para o Banco Central do Brasil.

Isso deve-se ao fato de que a Medida Provisória nº 168/90, posteriormente convertida na Lei nº 8.024/90, ao estabelecer que a transferência dos cruzados bloqueados se daria na data do próximo crédito de rendimento, a ocorrer no mês de abril de 1990, permite concluir que tais recursos ainda se encontravam depositados perante as instituições financeiras no mês de março do mesmo ano. A propósito, o seguinte precedente:

"PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL - AGRAVO REGIMENTAL - CONTRATO BANCÁRIO - CADERNETA DE POUPANÇA - BANCO CENTRAL DO BRASIL - PLANO COLLOR - LEGITIMIDADE PASSIVA 'AD CAUSAM' - ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA - MP 168/90 - LEI 8.024/90 - DESPROVIMENTO.

1 - Esta Corte Superior de Uniformização Infraconstitucional firmou entendimento no sentido de que, no caso específico do Plano Collor, o Banco do Brasil detém legitimidade passiva nas causas cujo objeto é a diferença entre índice de correção monetária para remunerar o saldo de poupança na vigência do mencionado plano econômico, antes da transferência do montante para o Banco Central do Brasil.

2 - É que a Medida Provisória nº 168/90, posteriormente convertida na Lei nº 8.024/90, ao estabelecer que a transferência dos cruzados bloqueados se daria na data do próximo crédito de rendimento, a ocorrer no mês de abril de 1990, permite concluir que tais recursos ainda se encontravam depositados perante as instituições financeiras no mês de março do mesmo ano. Precedente.

3 - Agravo regimental desprovido." (*ut* AgRg no REsp 537723 / PB, relator MINISTRO JORGE SCARTEZZINI, DJ DE 08.05.2006)

Assim sendo, nega-se seguimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3349)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 896.760 - RS (2007/0110112-2)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: FERNANDO RENNER TORELLY
ADVOGADO	: ALINE SANTOS FAGUNDES DA CRUZ
AGRAVADO	: UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADVOGADOS	: FÁBIO MARIANTE MINCARONE E OUTRO(S)
	LUCIANO CORRÊA GOMES

DESPACHO

Vistos.

Fls. 91/93, 99 e 101: intime-se pessoalmente.

P.I.

Brasília, 08 de setembro de 2007.

Ministro MASSAMI UYEDA
Relator

(3350)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 897.553 - RS (2007/0096554-1)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: KARINE VOLPATO GALVANI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PAULO HENRIQUE WAPLER E OUTRO
ADVOGADO	: BETINA MARC E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SFH. JUROS REMUNERATÓRIOS. ART. 6°, "E" DA LEI Nº 4.380/64. NÃO LIMITAÇÃO EM 10% A.A. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto por CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, contra decisão denegatória de admissibilidade de recurso especial fulcrado na alínea "a", do inciso III, do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, cuja ementa ora se transcreve:

"SFH. REVISÃO DE CONTRATO DE MÚTUO HABITACIONAL.

Revisa-se o contrato de mútuo habitacional quando suas cláusulas implicam violação às normas legais." (fl. 105)

Sobreveio recurso especial, no sentido de sustentar a violação dos artigos 6º, letra "E", da Lei 4.380/64.
Insurge-se contra a limitação dos juros remuneratórios.
É o sucinto relatório.
Decido.
2. Quanto a limitação dos juros remuneratórios a 10% ao ano, a eg. Segunda Seção desta Corte Superior, quando do julgamento do EREsp nº 415.588/SC, da relatoria do em. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, firmou posicionamento no sentido de que o artigo 6º, alínea "e", da Lei nº 4.380/64, não estabelece a limitação da taxa de juros, apenas dispõe sobre as condições para a aplicação do reajuste previsto no artigo 5º da mesma lei; provocando, dessarte, a incidência do Enunciado nº 596 da Súmula do eg. Supremo Tribunal Federal.
Colha-se, a propósito, o seguinte precedente:

"ADMINISTRATIVO. SFH. CONTRATO DE MÚTUO. DISCUSSÃO JUDICIAL DO DÉBITO. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. ART. 585, § 1º, DO CPC. AFASTAMENTO DO PES. AFRONTA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. CONTRATO DE SEGURO. ALTERAÇÃO DO VALOR DO PRÊMIO FALTA DE PREQUESTIONAMENTO.LIMITAÇÃO DOS JUROS. ART. 6°, "E", DA LEI Nº 4.380/64. 1. A matéria inserta nos arts. 585, § 1º, do CPC, 6º, § 1º, da LICC, 586 do Código Civil/02 e 14 da Lei nº 4.380/64, não foi objeto de prequestionamento, o que atrai o óbice das Súmulas 282 e 356/STF. 2. O art. 6°, "e", da Lei nº 4.380/64 não estabeleceu taxa máxima de juros para o Sistema Financeiro de Habitação, mas, apenas, uma condição para que seja aplicado o art. 5° do mesmo diploma legal. Precedentes. 3. Recurso especial conhecido em parte e provido." (REsp 807964/PE, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJ 29.08.2006)

Corroboram esse entendimento outras decisões de semelhante teor: AgRg no Ag 764333/RS, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ 16.10.2006; AgRg no REsp 650849/MT, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJ 09.10.2006; e AgRg no REsp 647925/RS, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJ 11.09.2006.
Dessa forma, deve o julgado recorrido sofrer reforma, para que persista a incidência dos juros remuneratórios, nos termos da taxa pactuada, sem a pretendida redução.
3. Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo de instrumento para conhecer do recurso especial e lhe dar provimento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA , Relator

(3351)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 898.485 - RJ (2007/0122107-1)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: LUZIA MARIA DA SILVA
ADVOGADO	: ALEXANDRA DE SOUZA NIGRI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARY ANNE ANDRADE RAMALHO
ADVOGADO	: ALBERICO DE BRITO MONTENEGRO NETO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS. AUSÊNCIA DA CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. ÔNUS DO AGRAVANTE INCUMPRIDO. SÚMULA 288 DO STF. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que não admitiu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" da Constituição Federal.
É o breve relatório.
2. Compulsando os autos, verifica-se que o agravo de instrumento não foi devidamente instruído, uma vez que não fora trasladada a certidão de publicação da decisão agravada, peça obrigatória exigidas no artigo 544, §1º do Código de Processo Civil.
É o que preleciona o Enunciado nº 288 da Súmula do Supremo Tribunal Federal: "**Nega-se provimento a agravo para subida de recurso extraordinário, quando faltar no traslado o despacho agravado, a decisão recorrida, a petição de recurso extraordinário ou qualquer peça essencial à compreensão da controvérsia.**"
Assim proclama a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça: "EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - PEÇAS OBRIGATÓRIAS E NECESSÁRIAS PARA A FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO - ART. 525 DO CPC.
1. O Código de Processo Civil indica, no inciso I do art. 525, os documentos indispensáveis à formação do agravo de instrumento, sendo coercitiva sua juntada, sob pena de não-conhecimento do recurso. São as peças obrigatórias.
2. Relativamente às peças necessárias, mencionadas no inciso II do mesmo artigo, a Corte Especial, no EREsp 449.486/PR, firmou entendimento de que não é possível que o relator converta o julgamento em diligência para facultar à parte a complementação do instrumento, pois cabe a ela o dever de fazê-lo no momento a interposição do recurso.
3. Embargos de divergência conhecido, mas desprovido." (EREsp 509.394-RS, Corte Especial, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 18/8/2004, DJ de 04/04/2005).
3. Diante do exposto, com fundamento no artigo 34, VII, do RISTJ, não conheço do agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA ,Relator

(3352)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 898.543 - RS (2007/0129353-6)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A - BANRISUL
ADVOGADO	: ALI MUSTAFA ATYEH E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EDISON DUTRA
ADVOGADO	: ALEXANDRE OLIVEIRA SOARES DA SILVA

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROCESSUAL CIVIL - INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL ANTES DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AUSÊNCIA DE REITERAÇÃO POSTERIOR - INTEMPESTIVIDADE EVIDENCIADA - RECURSO IMPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pelo BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A - BANRISUL contra decisão que negou seguimento a recurso especial com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal.
É o relatório.
O agravo não merece ser provido.
Com efeito.
Compulsando-se os autos, observa-se que o apelo especial foi interposto extemporaneamente em 6/10/2006 (fl. 150), enquanto o acórdão dos embargos declaratórios, que integra o acórdão recorrido, proferido pelo Tribunal *a quo*, foi publicado no dia 20/11/2006 (fl. 148).
Esta Corte firmou jurisprudência no sentido de que é extemporâneo o recurso interposto antes da publicação da decisão a que se opõe, salvo se houver reiteração posterior, o que, na espécie, não se verificou.
Nesse sentido, assim já se decidiu:

"PROCESSO CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - RESPONSABILIDADE CIVIL - INTERPOSIÇÃO ANTERIOR AO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - EXTEMPORANEIDADE - REITERAÇÃO - INOCORRÊNCIA.
1 - Conforme entendimento desta Corte, é extemporâneo o recurso especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, em face de sua natureza integrativa do acórdão que lhe deu origem, salvo se houver reiteração posterior.
2 - In casu, o segundo recurso especial interposto pela recorrente não se trata de reiteração, porquanto os argumentos nele esposados são novos.
3 - Agravo regimental desprovido." (AgRg no AG 801574/RJ, Relator Ministro Jorge Scartezzini, Quarta Turma, DJ de 5/2/2007. pág. 252).

Corroboram esse entendimento os seguintes julgados: AgRg no REsp 811696/RJ, Relatora Ministra Nancy Andrighi, 3ª Turma, v.u., j. 19/9/2006, DJ 2/10/2006, pág. 278; AgRg no Ag 647312/RJ, Relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, 3ª Turma, v.u., j. 18/10/2005, DJ 1º/2/2006, pág. 534; e, AgRg no Ag 643825/MG, Relator Ministro Castro Filho, 3ª Turma, v.u., j. 29/11/2005, DJ 19.12.2005, pág 399, entre outros.
Assim sendo, nega-se provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3353)

RECURSO ESPECIAL Nº 898.911 - PR (2006/0240538-9)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO BANESTADO S/A
ADVOGADO	: JOSE ELI SALAMACHA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: NEI RODRIGUES CHAVES
ADVOGADO	: LUIZ ROGÉRIO MORO

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em ação de rito ordinário c/c com consignação em pagamento, referente à contrato de mútuo hipotecário, limitou os juros remuneratórios em 10% ao ano; e negou a aplicação da capitalização dos juros e da Tabela **Price** que a contempla.
Quanto aos juros remuneratórios, a Egrégia Segunda Seção, por meio do EREsp n. 415.588/SC, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, unânime, DJU de 01.12.2003, tornou induvidosa a exegese de que o art. 6º, "e", da Lei n. 4.380/1964, não limitou em 10% os juros remuneratórios incidentes sobre os contratos como o ora apreciado, devendo prevalecer aqueles estipulados entre as partes.
No tocante à capitalização, a pretensão recursal esbarra no óbice da Súmula n. 121 do STF e na Lei de Usura, quanto à impossibilidade da capitalização dos juros em contratos que tais, ainda que expressamente pactuada (4ª Turma, REsp n. 219.281/PR, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, unânime, DJU de 16.11.1999; REsp n. 218.841/RS, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, unânime, DJU de 13.08.2001; REsp n. 467.439/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 28.04.2003; 3ª Turma, REsp n. 493.422/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 20.10.2003). **In casu**, deslindar as conclusões do aresto estadual, no sentido de que há capitalização quando da aplicação da Tabela **Price**, importa em revolver o conjunto probatório no qual se fundou a decisão, de impossível reexame no âmbito do recurso especial (Súmula n. 7 desta Corte). Nesse sentido: 4ª Turma, AgR-AG n. 635.946-DF, Rel. Min. Fernando Gonçalves, unânime, DJU de 11/04/2005; 3ª Turma, AgR-AgR-REsp n. 656.551-RS, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, unânime, DJU de 02.05.2005.
Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço do recurso e dou-lhe parcial provimento, para que sejam observados os juros remuneratórios como pactuados. Mantida a sucumbência como fixada na sentença **a quo**.
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3354)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 898.953 - RJ (2007/0121967-5)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS CBTU
ADVOGADO	: MARCELO OLIVEIRA ROCHA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DANIEL TRINDADE MOREIRA
ADVOGADO	: MILTON CESAR PARAISO E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROCESSUAL CIVIL - REGISTRO DE PROTOCOLO DA PETIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL ILEGÍVEL - IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DA TEMPESTIVIDADE RECURSAL - RECURSO IMPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS CBTU contra decisão que negou seguimento a recurso especial.
É o relatório.
O recurso não merece ser provido.
Com efeito.
In casu, compulsando-se os autos, constata-se que o protocolo da petição de recurso especial está ilegível, de tal forma que impede a aferição da tempestividade recursal.
Consoante entendimento pacificado nesta Corte, a tempestividade do recurso é aferida considerando-se a data de protocolo registrada na petição. Nesse sentido, confiram-se os seguintes precedentes: AgRg no Ag 764952/SP, Relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJU de 4/9/2006; AgRg no Ag 868916/GO, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, Quarta Turma, DJU 4/6/2007; AgRg nos EDcl no Ag 816042 /DF, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Terceira Turma, DJU 13/8/2007.
Oportuno deixar assente que cabe à parte agravante a correta formação do instrumento de agravo, não podendo eventuais vícios assim ocorridos serem sanados nesta Instância especial.
Nega-se, portanto, provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3355)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 899.028 - RS (2007/0122292-9)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: METROVIAS S/A CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS
ADVOGADO	: MÁRCIA ELISA DOS SANTOS FRIZZO DE MELLO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ELEONOR CONCEIÇÃO SILVEIRA DA ROSA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA)
ADVOGADO	: CARLOS ALBERTO COSTA

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Metrovias S/A Concessionária de Rodovias em face de decisão que inadmitiu o seguimento de recurso especial, interposto pela alínea "a", de dispositivo constitucional, em que se alega violação aos arts. 535, II, do CPC, 12 da Lei n. 1533/51 e 3º, 8º e 52 da Lei n. 9099/95, em face de acórdão do seguinte teor (fl. 46):

"RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO EM FACE DA DECISÃO DA TURMA EM MANDADO DE SEGURANÇA. Recurso que não se conhece por ausente, na sistemática do JEC, a previsão de recurso da decisão das Turmas Recursais."

Incabível o recurso especial em face de ter sido a decisão proferida por órgão de segundo grau dos juizados especiais. Aplica-se, assim, a Súmula n. 203 desta Corte.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3356)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 899.686 - RJ (2007/0123815-3)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: C E A MODAS LTDA
ADVOGADO	: DANIELA DA SILVA FRANCO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANTÔNIO CARLOS TOLEDO
ADVOGADO	: LUCIANA GUAPIASSU CHAMORRO

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO - SUSPENSÃO DE PRAZO NA CORTE *A QUO* NÃO COMPROVADA - RECURSO IMPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto por C E A MODAS LTDA contra decisão que negou seguimento a recurso especial com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.
É o relatório.
O recurso não merece ser provido.
Com efeito.
In casu, o recurso especial foi interposto a destempo, uma vez que a intimação do acórdão recorrido deu-se em 2/9/2005, conforme certidão de fl. 248, e, anotando-se os termos inicial e final do lapso temporal recursal, quais sejam, 5/9/2005 e 19/9/2005, respectivamente, conclui-se pela intempestividade do recurso, pois apenas foi protocolado em 20/9/2005.
Constata-se, igualmente, que não há, nos autos, certidão oficial expedida pela Corte de origem ou outro documento idôneo que comprove a não ocorrência de expediente forense nos termos inicial ou final de interposição do recurso.
Nega-se, portanto, provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3357)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 900.067 - RS (2006/0245016-9)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
EMBARGANTE	: AIRTON OLIVEIRA DA SILVA
ADVOGADO	: LUCIANA DE MORAES CARON E OUTRO(S)
EMBARGADO	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADOS	: ANA MARIA LONGARAY E OUTRO(S)
	ORIVAL GRAHL E OUTRO(S)

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL - INEXISTÊNCIA - EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por AIRTON OLIVEIRA DA SILVA em face de decisão monocrática, de lavra desta Relatoria, que assim decidiu, no que importa à controvérsia:

"Em razão da sucumbência recíproca, as partes arcarão com as custas e os honorários advocatícios, na proporção de 10% pelo recorrente e 90% pelo recorrido, estes últimos nos moldes fixados no v. acórdão recorrido, admitindo-se a compensação, nos termos da lei."

O embargante sustenta que a decisão ora embargada foi omissa a respeito da existência de assistência judiciária gratuita deferida na primeira instância. Aduz, ademais, que tal benesse *"impede (...) a compensação dos honorários advocatícios"* (fl. 241).
É o relatório.
Os embargos declaratórios não comportam acolhimento.
Com efeito.
Os aclaratórios objetivam eliminar do decisório embargado eventuais omissões, contradições, obscuridades ou erros materiais, vícios inexistentes na espécie. De fato, ao contrário do sustentado pelo embargante, o pedido de assistência judiciária gratuita foi indeferido pelo juízo sentenciante (fls. 33 e 106), fato que esvazia o exame da questão da compensação dos honorários.
Rejeitam-se, pois, os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3358)

EDcl no AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 900294 - SP (2007/0081344-1)

RELATOR	**: MIN. ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
EMBARGANTE	: SÉRGIO DE MENDONÇA RAMOS DOS SANTOS E OUTRO
ADVOGADO	: DAVID DOS REIS VIEIRA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - BANESPA
ADVOGADO	: ROGÉRIO ALVES RODRIGUES E OUTRO(S)

DECISÃO

Sérgio de Mendonça Ramos dos Santos e outro opõem embargos de declaração em face da seguinte decisão de fls. 282/283:
"Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Banco do Estado de São Paulo S/A - BANESPA contra decisão que negou seguimento a recurso especial, interposto pelas alíneas 'a' e 'c' do permissivo Constitucional, no qual se alega violação aos artigos 335 do Código de Processo Civil e 6º, 'c', da Lei 4.380/64, além do dissídio jurisprudencial.
O acórdão recorrido restou assim ementado (fl. 193):
*'SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. CDC. TABELA **PRICE**. SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. Existindo relação de consumo entre as partes, em contrato firmado após a edição da Lei nº 8.078/90, possível a aplicação do Código de Defesa do Consumidor. A atualização do saldo devedor, como previu a norma legal, deve ser efetuada após realizada a operação de amortização da dívida, nos termos da Lei nº 4.380/64, art. 6º, alínea 'c'. A tabela **price** implica em ilegal capitalização dos juros. Se ilegal, deve ser expurgada do contrato. Apelo provido.'*
Com razão a instituição financeira.
A insurgência é contra julgado que deu pela ilicitude da amortização após a aplicação dos consectários contratuais, como juros remuneratórios e correção monetária.
Não obstante, o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que nenhuma ilicitude há nessa operação, não ferindo a comutatividade contratual, mesmo porque a primeira prestação é paga após certo prazo desde a concessão do empréstimo. A saber:
'AGRAVO REGIMENTAL. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. CRITÉRIO DE AMORTIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR. PRÉVIA ATUALIZAÇÃO. LEGALIDADE.
É lícito o critério de amortização do saldo devedor mediante a aplicação da correção monetária e juros para, em seguida, abater-se do débito o valor da prestação mensal do contrato de mútuo para aquisição de imóvel pelo SFH.
Agravo improvido.'
(4ª Turma, AgR-REsp n. 899.943/DF, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, DJU de 04.06.2007)
\- -
'SFH. Agravo no agravo de instrumento. Recurso especial. Contrato de mútuo hipotecário. Critério de amortização do saldo devedor. Incidência da TR.
- O critério de prévia atualização do saldo devedor e posterior amortização não fere a comutatividade das obrigações pactuadas no ajuste, uma vez que a primeira prestação é paga um mês após o empréstimo do capital, o qual corresponde ao saldo devedor. Precedentes.
- Nos contratos anteriores à Lei nº 8.177/91, que prevejam o reajuste do saldo devedor pelo mesmo índice utilizado para as cadernetas de poupança, possível é a aplicação da TR, a partir da data em que entrou em vigor aquele diploma legal. Precedentes.
Agravo não provido.'
(3ª Turma, AgR-AG n. 844.440/SP, Relatora Ministra Nancy Andrighi, DJU de 29.06.2007)
Ante o exposto, atento ao artigo 544, § 3º, do Código de Processo Civil, conheço do presente agravo e dou provimento ao recurso especial, com o fim de permitir o reajuste do saldo devedor do financiamento para posterior amortização. Dada a total improcedência da demanda, com o resultado deste julgamento, arcarão os agravados com as custas e honorários de advogado, estes fixados em R$ 2.000,00 (dois mil reais), nos termos do artigo 20, § 4º, da Lei Adjetiva."
O inconformismo, entretanto, não pode ser conhecido.
Conforme certidão de fl. 284, a intimação do julgado embargado ocorreu aos 24 (vinte e quatro) dias (sexta-feira) do mês de agosto do corrente ano e, não obstante a oposição do recurso no dia 31 (trinta e um) seguinte, via fac-símile, somente deram entrada os originais dos embargos declaratórios na secretaria desta Corte em 10 (dez) de setembro de 2.007 (dois mil e sete), extemporaneamente, visto que além do qüinqüídio legal, nos termos do artigo 2º, da Lei 9.800/99, que não se interrompe ou suspende por ocasião de feriados ou finais-de-semana, no entendimento deste Superior Sodalício. A saber:
"PROCESSO CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - INTERPOSIÇÃO DE RECURSO VIA FAX - ORIGINAL INTEMPESTIVO - LEI Nº. 9.800/99 - PRINCÍPIO DA CONSUMAÇÃO - DESPROVIMENTO.
1 - É entendimento da Quarta Turma que o prazo de cinco dias, previsto no artigo 2º da Lei 9.800/99, é contínuo, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados, começando a fluir sua contagem do dia seguinte à protocolização do fax
2 - Agravo regimental desprovido."
(AgR-ED-AG n. 711.478/RS, Rel. Min. Jorge Scartezzini, 4ª Turma, unânime, DJU de 08.05.2006, p. 222)
Ante o exposto, não conheço dos presentes embargos declaratórios.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3359)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 901.385 - DF (2007/0105805-4)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: CECILIA KIMAID VALENTE E OUTRO
ADVOGADO	: HEBERT DA SILVA TAVARES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MARTA BUFÁIÇAL ROSA COBUCCI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Cecília Kimaid Valente e outro contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no qual se alega negativa de vigência aos arts. 985, inc. II, do Código Civil de 1916, 4º, inc. I, e 6º, incs. IV e V, da Lei n. 8.078/1990, bem como divergência jurisprudencial.
Com efeito, o acolhimento da pretensão recursal demandaria, necessariamente, a interpretação das cláusulas contratuais e o reexame de matéria de fato, tarefas, contudo, vedadas em sede de recurso especial, ao teor dos enunciados sumulares ns. 5 e 7 desta Corte.
Ante o exposto, nego provimento ao recurso.
Publique-se.
Brasília (DF), 03 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3360)

RECURSO ESPECIAL Nº 901.660 - RS (2006/0248968-2)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADOS	: ROBERTO DE SOUZA MOSCOSO
	JULIA CRISTINA SILVA DOS SANTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LOURDES MARIA FERRONATTO WAZLAWOVSKY
ADVOGADO	: MARCELO MULLER DE ALMEIDA E OUTRO

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - PREVIDÊNCIA PRIVADA - RESTITUIÇÃO DE VALORES REFERENTES A CONTRIBUIÇÕES PAGAS À ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL - SÚMULA 291/STJ - RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pela FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, no qual se alegou violação dos arts. 5º, *caput* e inc. II, e 202, *caput*, da CF; 178, § 10, II, do Código Civil de 1916; 515, *caput* e § 1º, e 535, II, do CPC; 1º, 2º, 22, 34, 36, 37, 40, 42, 81 da Lei n. 6.435/77; 4º e 31, VII e VIII e § 2º, do Decreto n. 81.240/78, que regulamentou a Lei n. 6.435/77, e 75 da LC n. 109/2001, além de dissídio jurisprudencial.
Sustenta a recorrente, em síntese, que, ao contrário do que afirmou o acórdão recorrido, a prescrição para o ajuizamento da ação de cobrança de diferenças de correção monetária sobre valores resgatados por antigos associados não é vintenária, mas qüinqüenal.
A recorrida apresentou contra-razões às fls. 258/263.
É o relatório.
A irresignação merece prosperar.
Com efeito.
Veja-se que, *in casu*, o Tribunal *a quo* reformou a r. sentença que reconheceu a prescrição qüinqüenal, nos autos da ação de cobrança de diferenças de correção monetária sobre valores resgatados por beneficiário de previdência privada, contrariando a jurisprudência desta Corte, que entende ser qüinqüenal a referida prescrição.
Nesse sentido, assim já restou decidido:

"PREVIDÊNCIA PRIVADA. DESLIGAMENTO. DEVOLUÇÃO. DIFERENÇAS. PRESCRIÇÃO. PRAZO. CINCO ANOS. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. 1. É de cinco anos o prazo de prescrição para cobrar eventuais diferenças no montante devolvido ao beneficiário de previdência privada, em virtude de seu desligamento do plano. 2. O termo inicial para a contagem do prazo prescricional é aquele em que devolvidos os montantes aos autores, pois dali surgiu o direito de acionar a ré por alguma diferença havida ('actio nata'). 3. Prescrição reconhecida relativamente a um dos autores. 4. 'A restituição das parcelas pagas a plano de previdência privada deve ser objeto de correção plena, por índice que recomponha a efetiva desvalorização da moeda.' (súmula 289/STJ). 5. A Segunda Seção tem entendimento assente no sentido de que, no cálculo da correção monetária dos valores resgatados pelos associados a plano de previdência privada, quando do seu desligamento, incluem-se os denominados 'expurgos inflacionários', ainda que o estatuto da entidade disponha de forma diversa. 6. Recurso conhecido em parte e, nessa extensão, provido" (REsp. n. 750.039/MG, relator Ministro Fernando Gonçalves, DJ de 26.9.2005).

Esse entendimento restou cristalizado na Súmula n. 291 do STJ, *in verbis*: *"A ação de cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria pela previdência privada prescreve em cinco anos."*

Note-se, todavia, que o início da contagem do prazo deve levar em consideração a data da restituição das contribuições feitas ao ex-empregado, pois é a partir desse marco que surge o direito de postular eventuais diferenças, em face do recebimento a menor do que o efetivamente devido.
In casu, os elementos existentes nos autos demonstram que a recorrida recebeu a reserva de poupança em 02.1.1996, razão pela qual, na data da propositura da demanda, qual seja, 20.12.2004, encontrava-se prescrito o direito de reclamar eventuais diferenças de correção monetária.
Assim sendo, autorizado pelo art. 557, § 1º-A, do CPC, dá-se provimento ao recurso especial, para restabelecer a r. sentença, inclusive no tocante aos ônus sucumbenciais.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 04 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
RELATOR

(3361)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 902.992 - SP (2007/0124040-9)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - BANESPA
ADVOGADO	: CINTIA APARECIDA DAL ROVERE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MILTON DA SILVA MARINHO
ADVOGADO	: CINTIA MARIA TRAD PASTORI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado pelo Banco do Estado de São Paulo S/A - BANESPA contra decisão que inadmitiu recurso especial.
Não consta dos autos a cópia da procuração que outorga poderes ao Dr. Maurício Matias de Caldas, advogado substabelecente à fl. 33, o que torna impossível aferir a regularidade da representação (art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil).
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 05 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3362)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 903.235 - SP (2007/0109804-1)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: ISAAC FINGUERMANN
ADVOGADO	: LUIZ GIL FINGUERMAN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: CELSO EDUARDO NAHSSEN E OUTRO(S)
INTERES.	: EVA GIL FINGUERMANN

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO. AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que não admitiu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.
Alega o recorrente que, em razão de força maior, que seria o trânsito de São Paulo, ficou impossibilitado de protocolar o recurso a tempo.
É o breve relatório.
Decido.
2. O recurso de agravo não pode prosperar, uma vez interposto o recurso especial fora do prazo.
Colhe-se dos autos que o acórdão embargado que julgou a apelação cível foi publicado em 23 de outubro de 2006, tendo sido o recurso especial protocolizado em 08 de novembro de 2006, após esgotado o prazo de 15 dias previsto no artigo 508 do Código de Processo Civil, que se findou em 08 de novembro de 2006 (fl. 42).
3. Diante do exposto, com fundamento no artigo 34, VII, do RISTJ, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3363)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 903.745 - RS (2006/0251506-6)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
EMBARGANTE	: ANDRÉ LUIS DA CUNHA PORTO
ADVOGADO	: MATEUS FETTER DE ALMEIDA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO	: DIOGO STIEVEN FLECK E OUTRO(S)

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. JUROS REMUNERATÓRIOS ANUAIS ACIMA DA TAXA MÉDIA DE MERCADO. ABUSIVIDADE NÃO CONFIGURADA. CONTRADIÇÃO. INOCORRÊNCIA. EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

1. Trata-se de embargos declaratórios opostos por ANDRÉ LUIS DA CUNHA PORTO, contra decisão monocrática de fls. 335/337, por mim proferida, que validou os juros remuneratórios pactuados.
Sustenta o embargante que a v. *decisum* apresenta contradição, na medida em que, embora afirme que a redução dos juros remuneratórios é cabível tão somente nas hipóteses em que o percentual pactuado é discrepante das taxas praticadas no mercado, assim não procedeu no presente caso, não obstante ter o acórdão asseverado expressamente a abusividade dos juros cobrados.
Dessa forma, requer o acolhimento dos presentes embargos, para que seja suprida a alegada contradição no tocante aos juros remuneratórios.
É o relatório.
Decido.
2. Não se vislumbra contradição na decisão embargada.
De fato, firmou-se entendimento, neste Superior Tribunal de Justiça, de que a demonstração cabal da abusividade dos juros remuneratórios, apurada com base na taxa média de mercado, permite a sua redução.
A propósito, oportuno trazer a baila os seguintes julgados desta Corte, que, entendendo abusiva a taxa dos juros praticada, acolheram os respectivos pedidos de redução, nos termos a seguir transcritos:

"RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. TAXA PACTUADA EM 55% A.M. ANTES DO PLANO REAL. ABUSIVIDADE. REDUÇÃO À TAXA DE MERCADO PARA O PERÍODO POSTERIOR. PRECEDENTES.
- Reconhecida, na origem, a abusividade da cobrança da taxa de juros remuneratórios de 55% ao mês no período posterior ao Plano Real, os juros não ficam limitados em 12% ao ano, mas à taxa média de mercado, segundo a espécie da operação, apurada pelo Banco Central do Brasil. Precedentes.
- Recurso conhecido e provido." (REsp 591.484/RS, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 24.10.2006, DJ 11.12.2006, p. 362)

"AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATOS BANCÁRIOS: CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE E CONTRATO DE CHEQUE VERDE DENOMINADO "CITICRÉDITO". AÇÃO DE COBRANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CAPITALIZAÇÃO. PRECEDENTES DA CORTE.
1. Já traçou esta Corte que os juros em contratos da espécie não estão limitados a 12% ao ano, sendo certo que não se pode dizer abusiva a taxa de juros só com base na estabilidade econômica do país, desconsiderando todos os demais aspectos que compõem o sistema financeiro e os diversos componentes do custo final do dinheiro emprestado, tais como o custo de captação, a taxa de risco, os custos administrativos e tributários e, finalmente, o lucro do banco. Com efeito, a limitação da taxa de juros em face da suposta abusividade somente se justificaria diante de uma demonstração cabal da excessividade do lucro da intermediação financeira (REsp nº 271.214/RS, de que fui Relator para o acórdão, DJ de 4/8/03; REsp nº 407.097/RS, que Relator para o acórdão o Ministro Ari Pargendler, DJ de 29/9/03). Todavia, a fixação de juros mensais de 63% ao mês em contrato de abertura de crédito em conta-corrente, datado de fevereiro de 1994, configura evidente abuso, impondo-se, no caso, a aplicação do princípio agasalhado pela Súmula nº 296 da Corte. (...)
5. Recursos especiais conhecidos e providos, em parte." (REsp 612.876/RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 07.06.2005, DJ 12.09.2005, p. 321)

No caso concreto, foi prevista a taxa de juros de 94,39% ao ano, conforme consignado no acórdão estadual às fls. 236, de forma que não há o que se falar em abusividade, vez que o percentual utilizado como parâmetro por este Tribunal para a redução da taxa praticada excede em muito o valor ora pactuado, atingindo, inclusive, percentuais mensais próximos à taxa média praticada pelo mercado.
3. Por tais fundamentos, não havendo contradição a ser sanada, rejeito os embargos declaratórios.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3364)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 904.318 - RJ (2007/0086500-3)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: COLORTEL S/A SISTEMAS ELETRÔNICOS
ADVOGADO	: NELSON EDSON LAVRA MOÇO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO BEL LEME
ADVOGADO	: LEONARDO MIGUEL SAAD E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AUSÊNCIA DE PEÇA OBRIGATÓRIA ELENCADA NO ARTIGO 544, § 1º, DO CPC - RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela COLORTEL S/A SISTEMAS ELETRÔNICOS contra decisão que negou seguimento a recurso especial.
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito.
Compulsando-se os autos, verifica-se a ausência de cópia da peça obrigatória, qual seja, o acórdão dos embargos de declaração opostos e a respectiva certidão de intimação, sendo esta necessária para aferição da tempestividade recursal.
Nos termos do artigo 544, § 1º, do Código de Processo Civil, a ausência ou incompletude de cópia da peça indicada nesse dispositivo impede o conhecimento do recurso.
Cumpre ressaltar que a expressão *acórdão recorrido* compreende, também, o acórdão que julgou os embargos de declaração, porquanto integram o acórdão da apelação, constituindo-se, por conseguinte, peça obrigatória à instrução do agravo. Nesse sentido, assim já se decidiu:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE CÓPIA DO ACÓRDÃO PROFERIDO NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS INTERPOSTOS NO TRIBUNAL A QUO. I. Não se conhece do agravo de instrumento onde não consta o acórdão proferido nos embargos declaratórios, que integram o aresto recorrido, peça obrigatória prevista no art. 544, § 1º, do CPC. II. Precedentes. III. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no Ag n.º 536.591/MS, Quarta Turma, relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJ de 9.2.2004)

Oportuno deixar assente que cabe à parte agravante a correta formação do instrumento, sendo de sua responsabilidade a juntada de todas as peças obrigatórias, assim como das necessárias à compreensão da controvérsia. Nesse sentido, confiram-se os seguintes precedentes: AgRg no Ag 825641/SC, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJU 26/4/2007, pág. 224; AgRg no Ag 845425/RN, Relatora Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJU 17/5/2007, pág. 230.
Não se conhece, portanto, do agravo de instrumento.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3365)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 904.322 - RJ (2007/0086502-7)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO BEL LEME
ADVOGADO	: LEONARDO MIGUEL SAAD E OUTRO(S)
AGRAVADO	: COLORTEL S/A SISTEMAS ELETRÔNICOS
ADVOGADO	: NELSON EDSON LAVRA MOÇO E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA - APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA Nº 182/STJ - RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pelo CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO BEL LEME contra decisão que negou seguimento a recurso especial.
Busca o agravante a reforma do r. *decisum*, sustentando, em síntese, que o recurso especial preenche todos os requisitos de admissibilidade, impondo-se o seu conhecimento (fls. 2/6).
O recurso foi contraminutado às fls. 954/955.
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito.
A decisão ora agravada negou seguimento ao recurso especial, pela incidência da Súmula 400/STF, uma vez que "*carece de razoabilidade o fundamento calcado na alegação de violação aos artigos mencionados*" e ante o óbice da Súmula 7/STJ, porque "*o exame das razões de recurso revela que a parte recorrente pretende, por via transversa, debater em sede especial matéria de fato discutida na causa e decidida com base nas provas dos autos.*" (fls.946/948).
Verifica-se que o agravo de instrumento em exame esbarra em óbice formal intransponível, qual seja, a ausência de impugnação específica de tais fundamentos, porquanto o ora agravante ocupou-se, tão-somente, em sustentar que o recurso especial preenche todos os requisitos de admissibilidade, impondo-se o seu conhecimento.
Oportuno deixar assente, na espécie, que a parte, ao recorrer, deve buscar demonstrar o desacerto da decisão contra a qual se insurge, refutando todos os óbices por ela levantados, sob pena de vê-la mantida.
Somente se desconstituir o provimento jurisdicional recorrido é que os demais temas concernentes ao mérito da controvérsia poderão ser apreciados.
Assim sendo, incide o óbice previsto na Súmula n. 182 desta Corte, aplicada analogicamente ao caso em espécie, *in verbis*: "*É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada*".
Nesse sentido, assim já se decidiu:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. IRREGULARIDADE FORMAL. SÚMULA Nº 182/STJ. APLICAÇÃO ANALÓGICA.
1. Não merece trânsito o agravo de instrumento, por falta do requisito da regularidade formal, quando o agravante não ataca, de forma específica, as bases da decisão agravada (Tribunal de origem), limitando-se a repisar as razões deduzidas no recurso especial. Aplicação analógica da súmula 182-STJ.
2. Agravo regimental não provido." (EDcl no Ag 569492/RS, Relator Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, DJU 12/9/2005).

Ainda, nesse sentido: AgRg no AG 827481, Relator Ministro Humberto Gomes de Barros, DJU de 7/5/2007; AgRg no RESP 879876, Relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJU de 7/5/2007; e AgRg no AG 121242, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU 7/4/1997.
Não se conhece, portanto, do agravo de instrumento.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3366)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 905.151 - SP (2007/0147616-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - BANESPA
ADVOGADO	: REGINA HITOMI NEBUYA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: REINALDO DOS SANTOS TRINDADE
ADVOGADO	: ALEXANDRE ROBERTO GAMBERA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado pelo Banco do Estado de São Paulo S/A - BANESPA contra decisão que inadmitiu recurso especial.
O acórdão recorrido veio a ser publicado em 06.09.2006 (fl. 67), e o recurso especial foi protocolizado no Tribunal no dia 25.09.2006 (fl. 69), quando já ultrapassado o prazo legal de quinze dias, sendo, portanto, intempestivo.
Ressalto que não há notícia nos autos de ocorrência de feriado local, paralisações ou interrupção do expediente que inviabilizasse o protocolo do recurso no dia 22.09.2006, termo final do prazo, o que, se for o caso, deveria, obrigatoriamente, já constar do instrumento de agravo, sob pena de preclusão.
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 06 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3367)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 905.593 - SP (2007/0127210-4)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: ULYSSES RODRIGUES DE FREITAS E OUTRO
ADVOGADO	: GUILHERME DOMINGUES DE CASTRO REIS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO SANTANDER BANESPA S/A
ADVOGADO	: PATRICIA VALERIANO DOS SANTOS E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. APLICAÇÃO DA TR NO CONTRATOS POSTERIORES À LEI Nº 8.177/91. LEGALIDADE. TABELA PRICE. AFERIÇÃO DA EXISTÊNCIA DE CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo ULYSSES RODRIGUES DE FREITAS E OUTRO, contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"FINANCIAMENTO BANCÁRIO - Carteira hipotecária - Pretendida repetição do indébito, fundada na suposta irregularidade dos reajustes feitos - Inadmissibilidade - Ausência de irregularidade e ilegitimidade na avença - Encargos calculados em conformidade com o contrato - Improcedência bem decretada - Apelo não provido. " (fl.232)

Contra esse desate, interpôs o recorrente embargos declaratórios, os quais foram rejeitados. Seguiu-se a interposição do recurso especial, no qual se afirma a inaplicabilidade da Tabela Price e da TR..
É o sucinto relatório.
2. Decido.
3. No que toca ao índice de reajuste, esta Corte Superior firmou entendimento no sentido de ser possível a utilização da TR na atualização do saldo devedor de contrato vinculado ao Sistema Financeiro da Habitação, desde que prevista ou, ainda, quando pactuada no mesmo índice aplicável à caderneta de poupança.
Nesse sentido, confiram-se os seguintes julgados:

"RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO TR. CABIMENTO PARA A CORREÇÃO DO SALDO DEVEDOR. PRECEDENTES DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. I - Entende a jurisprudência desta Corte ser possível a incidência da TR como índice de correção monetária do saldo devedor, se assim previsto em contrato de financiamento vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação. II - Não há como se conhecer do recurso especial quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida (Súmula 83/STJ). Recurso especial a que se nega seguimento." (REsp 608945/RS, Rel. Min. CASTRO FILHO, DJ 19.09.2006)

"AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE ARGUMENTOS CAPAZES DE INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. - Não merece provimento recurso carente de argumentos capazes de desconstituir a decisão agravada. SALDO SFH. CORREÇÃO MONETÁRIA DO SALDO DEVEDOR E DAS PRESTAÇÕES. TR. POSSIBILIDADE. - Prevista no contrato ou ainda, pactuada a correção pelo mesmo indexador da caderneta de poupança, é possível a utilização da Taxa Referencial, como índice de atualização do saldo devedor, em contrato de financiamento imobiliário." (AgRg nos EDcl no Ag 741542/DF, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ 12.06.2006)

4. No tocante à tabela Price, alega o recorrente que sua utilização implica capitalização de juros; a respeito do tema, este Superior Tribunal, reiteradamente, tem se manifestado pela inviabilidade, em sede de recurso especial, da verificação da existência da capitalização de juros no sistema de amortização da tabela Price, por depender do reexame de conteúdo fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

"PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O RITO ORDINÁRIO. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO VINCULADO À AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PELO SFH. TABELA PRICE. EXISTÊNCIA DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. QUESTÃO DE FATO. A existência, ou não, de capitalização de juros no sistema de amortização conhecido como Tabela Price, constitui questão de fato, a ser solucionada a partir da interpretação das cláusulas contratuais e/ou provas documentais e periciais, quando pertinentes ao caso. Recurso especial não conhecido. (Resp 410775/PR, Rel. Min. Menezes Direito, Rel. p/ ac. Min. Nancy Andrighi, julgado pela Terceira Turma em 23/03/04).

5. Pelo exposto, com fulcro no art. 34, VII, do RISTJ, NEGO PROVIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator.

(3368)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 905.668 - RJ (2007/0123838-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BANCO SANTANDER BRASIL S/A
ADVOGADO	: MÁRCIO ALEXANDRE AGUIAR MADUREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EMYGDIO MARCUS DE MACEDO CARLOS
ADVOGADO	: ARTUR RODRIGUES ARRUDA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Dou provimento ao agravo. Suba o recurso especial para melhor exame.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3369)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 906.541 - RJ (2007/0136503-2)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: SIX CESAR'S LTDA
ADVOGADO	: ANDRÉ LUIZ ANET E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PRISCILA MARTINS ALVES CARNEIRO
ADVOGADO	: SUELI MARTINS HARGREAVES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Six Cesar's Ltda contra decisão que inadmitiu recurso especial.
Estão incompletos os traslados do recurso especial e das suas contrarazões juntados aos autos. A cópia mencionada no art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil, deve corresponder ao inteiro teor do original. A falta de páginas impossibilita a exata compreensão da controvérsia, tornando deficiente a instrução processual.
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3370)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 906.661 - RJ (2007/0125361-4)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: FERNANDO SUEVO E OUTROS
ADVOGADO	: MARIA THEREZA MENGE E SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MARCELO VASCONCELLOS ROALE ANTUNES E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. SFH. MEDIDA CAUTELAR. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. SOBRESTAMENTO. DISCUSSÃO DA DÍVIDA. AUSÊNCIA DE DEPÓSITO. RECURSO IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto por FERNANDO SUEVO E OUTROS, contra decisão denegatória de admissibilidade de recurso especial fulcrado nas alíneas "a" e "c", do inciso III, do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, cuja ementa ora se transcreve:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. CONTRATO DE MÚTUO HABITACIONAL. LEI 10.931/04. PROVIMENTO DO RECURSO.
Insurge-se a Agravante contra a decisão proferida pelo MM Juízo a quo que, nos autos dação ordinária que lhe ajuizaram os Agravados, deferiu o pedido de antecipação de tutela para determinar que a Agravante suspenda, até decisão posterior, qualquer pagamento das prestações mensais vencidas a partir de janeiro de 2004 e vincendas, como ainda se abstenha de inscrever o nome dos autores nos cadastros restritivos de crédito, e não deflagre qualquer procedimento de execução extrajudicial do débito em questão, com base do Decreto-Lei 70/66.
Reconhecido que a Lei 10.931/04 ao regulamentar a questão relativa a mútuo habitacional firmado sob a égide do Sistema Financeiro da Habitação, estabeleceu, em seu art. 50, §2º, que, somente o depósito da diferença entre o valor cobrado pela instituição bancária e valor incontroverso, pode afastar a execução extrajudicial.
Recurso provido." Fl. 101
Sustentam os recorrentes, nas razões do recurso especial, que a discussão judicial da dívida impede o credor de proceder à execução extrajudicial do contrato habitacional. Invoca arestos divergentes.
Contra-razões apresentadas, vieram os autos a esta Corte Superior.
É o sucinto relatório.
Decido.
2. Esta Corte Superior consolidou posicionamento no sentido da possibilidade de sobrestamento da execução extrajudicial do contrato habitacional após o ajuizamento de ação na qual se discute o valor do débito referente ao empréstimo pactuado. Confira-se:
"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO (SFH) - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL - SUSPENSÃO - POSSIBILIDADE - PRESENÇA DOS REQUISITOS DA AÇÃO CAUTELAR - SÚMULA 07/STJ - INSCRIÇÃO EM ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - INADMISSIBILIDADE - RECURSO DESPROVIDO. 1 - Esta Superior Corte de Justiça tem entendimento assente no sentido de que a execução extrajudicial fundada em contrato de mútuo imobiliário, regido pelo Sistema Financeiro da Habitação, ainda que encontre previsão no Decreto-Lei 70/66, pode ser suspensa pela via da medida cautelar, como é o caso *sub examen*. 2 - Outrossim, segundo a Jurisprudência desta Corte, é plenamente plausível a suspensão da execução extrajudicial quando se discute em Juízo os débitos oriundos das prestações do SFH, cabendo ressaltar que, *in casu*, as instâncias ordinárias entenderam restar configurado o *fumus boni iuris*, de sorte que rever tal posicionamento implicaria em reexame do acervo fático-probatório, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor da Súmula 07/STJ. 3 - **Conforme orientação da Segunda Seção deste Tribunal Superior, nas ações revisionais de cláusulas contratuais, cabe a concessão de liminar ou tutela antecipada para impedir o registro de inadimplentes nos cadastros de proteção ao crédito, caso o devedor demonstre, efetivamente, que a contestação da dívida se funda em bom direito, bem como deposite o valor correspondente à parte reconhecida do débito, ou preste caução idônea, ao prudente arbítrio do Magistrado.** 4 - Agravo Regimental desprovido." (AgRg no REsp 552956 / PE, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ de 7/11/2005 - grifos nossos)

"I - PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO PROFERIDA EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. CONTRATO DE MÚTUO VINCULADO AO SFH. CAUTELAR. MEIO IDÔNEO PARA COMPELIR O AGENTE FINANCEIRO A RECEBER AS PRESTAÇÕES AVENÇADAS E AFASTAR A MORA E, APÓS, NA AÇÃO PRINCIPAL, DISCUTIR-SE A LEGALIDADE DOS AUMENTOS DAS PRESTAÇÕES. "É a cautelar meio hábil a compelir a CEF a receber em suas agências os valores correspondentes às prestações mensais da casa própria, de acordo com o Plano de Equivalência Salarial, para depois, na ação principal, discutir-se a legalidade dos aumentos das referidas prestações. Recurso improvido" (REsp 178.688-SP/Garcia). II - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. SUSPENSÃO ENQUANTO SE DISCUTE JUDICIALMENTE DÉBITO RELATIVO ÀS PRESTAÇÕES. "- Pacificou-se o entendimento nesta Corte no sentido de que, havendo ação em juízo para discutir o débito relativo às prestações do SFH, fica suspensa a execução extrajudicial, não podendo ocorrer a inscrição do nome dos devedores nos órgãos de proteção ao crédito" (REsp 532.384/Peçanha)." (AgRg no REsp 630090 / SE, Terceira Turma, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJ de 4/10/2004)

Todavia, conforme consta no acórdão recorrido às. fl. 100, os recorrentes sequer depositaram os valores incontroversos, não perfazendo os requisitos necessários para a suspensão da execução extrajudicial.
3. Ante o exposto, com fulcro no art. 34, VII, do RISTJ, NEGO PROVIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3371)

RECURSO ESPECIAL Nº 907.361 - RS (2006/0265101-0)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI
ADVOGADO	: FABRÍCIO ZIR BOTHOMÉ E OUTRO(S)
RECORRIDO	: SILVIA KOENIG DE FREITAS
ADVOGADO	: ELISA MÁRA SOARES DE SOUZA

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - PREVIDÊNCIA PRIVADA - RESTITUIÇÃO DE VALORES REFERENTES A CONTRIBUIÇÕES PAGAS À ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL - SÚMULA 291/STJ - MULTA AFASTADA - SÚMULA 98/STJ - RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pela CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, no qual alegou violação dos artigos 17, VII, 18, *caput*, e 535, I e II, do Código de Processo Civil; 42, V, da Lei n. 6.435/77; 31, § 2º, do Decreto n. 81.240/78; 18, § 3º, 19 e 75 da LC n. 109/01; 178, § 10, II, do Código Civil de 1916 e 103 da Lei n. 8.213/01, bem como divergência jurisprudencial.

Sustenta a recorrente, em síntese, que, ao contrário do que afirmou o acórdão recorrido, a prescrição para o ajuizamento da ação de cobrança de diferenças de correção monetária sobre valores resgatados por antigos associados não é vintenária, mas qüinqüenal, nos termos da jurisprudência desta Corte. Alega, ainda, que foi equivocada a decisão recorrida ao lhe condenar ao pagamento de multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC.

A recorrida apresentou contra-razões às fls. 589/604.

É o relatório.

O inconformismo merece prosperar.

Com efeito.

Os elementos existentes nos autos dão conta de que o acórdão recorrido, na ação de cobrança de correção monetária incidente sobre a devolução de contribuições pessoais para plano de previdência privada proposta em face da CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI, decidiu, no que interessa, que o prazo prescricional segue as regras do Código Civil, sendo, portanto, vintenário.

Veja-se que este Tribunal entende ser qüinqüenal a prescrição relativa ao recebimento de diferenças no montante devido aos beneficiários de previdência privada.

Esse entendimento restou cristalizado na Súmula n. 291 do STJ, in verbis: *"A ação de cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria pela previdência privada prescreve em cinco anos."*

Note-se, todavia, que o início da contagem do prazo deve levar em consideração a data da restituição das contribuições feitas ao ex-empregado, pois é a partir desse marco que surge o direito de postular as diferenças em face do recebimento a menor do que o efetivamente devido.

In casu, os elementos existentes nos autos demonstram que a recorrida recebeu a reserva de poupança em 03.08.1995 (fls. 276/279), razão pela qual está prescrito o direito de reclamar eventuais diferenças de correção monetária, visto que a demanda somente foi ajuizada em 25.11.2004.

Confira-se, sobre o tema, o seguinte julgado desta Corte:

"CIVIL E PROCESSUAL. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. DESLIGAMENTO DO EMPREGADO. DEVOLUÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES. AÇÃO QUE POSTULA DIFERENÇAS. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. INOCORRÊNCIA. LEIS NS. 6.435/77, 8.213/91. LC N. 109/2001. CC, ART. 177. TERMO INICIAL. I. A prescrição das ações que discutem direitos advindos de Previdência Complementar é de cinco anos e não vintenária, sendo inaplicável à espécie o art. 177 do Código Civil. II. Inobstante o reconhecimento da aplicabilidade do prazo mais breve, a sua fluição, no caso dos autos, se dá a partir da data da restituição das contribuições feitas à ex-empregada, quando, então, surgiu o seu direito de postular as diferenças em face do recebimento a menor do que o efetivamente devido. III. Ajuizada a ação em lapso inferior a cinco anos a contar daquele termo, é de ser afastada a prejudicial. IV. Recurso especial conhecido e improvido" (REsp. n. 466.693/PR, relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJ de 22.09.2003).

Em relação à multa estabelecida pelo Tribunal *a quo* com fundamento no art. 538, parágrafo único, do CPC, argumenta a recorrente que o aresto teria deixado de considerar o propósito de prequestionamento dos embargos de declaração.

Com razão a ora recorrente, pois, embora tenham sido rejeitados os embargos de declaração, constata-se que realmente foram opostos com a finalidade de prequestionamento explícito dos dispositivos legais. Assim, deve ser observado o disposto no enunciado 98 da Súmula desta Corte, *in verbis: "Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório"*.

Assim sendo, autorizado pelo art. 557, § 1º-A, do CPC, dá-se provimento ao recurso especial, com o propósito de afastar a multa imposta por ocasião do julgamento dos embargos de declaração, nos termos do enunciado 98/STJ e para reconhecer a ocorrência da prescrição qüinqüenal, julgando-se improcedente o pedido, nos termos do art. 269, IV, do CPC.

A recorrida arcará com as custas e os honorários advocatícios, estes últimos fixados em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se, se for o caso, o disposto no art. 12 da Lei n. 1.060/50.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
RELATOR

(3372)

RECURSO ESPECIAL Nº 907.566 - RS (2006/0265231-0)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: FUNDAÇÃO BRTPREV
ADVOGADO	: LUIZ ANTÔNIO MUNIZ MACHADO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CARLOS ODON CAMARGO MOTTA
ADVOGADO	: ANITA TORMEN E OUTRO

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - PREVIDÊNCIA PRIVADA - RESTITUIÇÃO DE VALORES REFERENTES A CONTRIBUIÇÕES PAGAS À ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - NÃO OCORRÊNCIA - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL - PRECEDENTES - PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL, NÃO OCORRÊNCIA *IN CASU* - SÚMULA 291/STJ - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - INCIDÊNCIA DO IPC - SÚMULA 289/STJ. NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pela FUNDAÇÃO BRTPREV, com fulcro no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"Apelação. Previdência privada. Fundação dos Empregados da Companhia Riograndense de Telecomunicações. As contribuições da reserva de poupança devem ser restituídas com aplicação de correção monetária plena e não em atendimento às disposições do Estatuto da Fundação ou qualquer outro índice estabelecido aleatoriamente pela demandada. O antigo associado faz jus à devolução integral das contribuições por ele efetuadas. Correção plena a teor da Súmula nº 289 do STJ. Prescrição qüinqüenal rejeitada. Em se tratando de matéria de previdência privada e não de relação de emprego, impõe-se a competência da Justiça Comum. A Emenda Constitucional nº 45 em nada alterou a competência da Justiça comum, mantendo-se o feito nesta Justiça estadual. No caso concreto, o juiz concedeu, de ofício, a incidência de juros remuneratórios desde o início, o que não cabe, motivo pelo qual essa rubrica é expurgada da condenação. Recurso provido em parte."

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Sustenta a recorrente, em síntese, violação dos artigos 535, II, 113 e 269, IV, do Código de Processo Civil; 42, V, da Lei nº 6.435/77; 31, VIII, § 2º, do Decreto nº 81.240/78; 103 e 125 da Lei nº 8.213/91; 239 do Decreto-Lei nº 611/92; 14, III, 16, § 2º, 18, § 3º, 19 e 75 da Lei Complementar nº 109/2001; 114 e 178, § 10, II, do Código Civil de 1916, bem como do artigo 10 da Lei nº 9.364/96, sob a alegação de negativa de prestação jurisdicional, e de ser a Justiça do Trabalho competente para o julgamento da causa. Argumenta, ainda, que a prescrição aplicável ao caso é qüinqüenal, devendo ser observadas as regras estatutárias no cálculo da atualização monetária das parcelas a serem restituídas, em substituição à incidência dos expurgos inflacionários.

O recorrido não apresentou contra-razões.

É o relatório.

Com efeito.

A irresignação não merece prosperar.

Inicialmente, observa-se, da análise dos autos, que não há se alegar, como quer a recorrente, negativa de prestação jurisdicional.

In casu, embora o resultado não lhe tenha sido favorável, o Tribunal *a quo* decidiu a causa de forma objetiva e fundamentada, sendo certo que o Órgão julgador não é obrigado a se manifestar sobre todos os pontos alegados pelas partes, mas somente sobre aqueles que entender necessários para o julgamento do feito, de acordo com seu livre convencimento motivado (CPC, art. 131), utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso (nesse sentido: STJ, AgRg no Ag nº 638.361/PB, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, v.u., j. 03/03/2005, DJ 19/12/2005; STJ, AgRg no REsp nº 705.187/SC, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, v.u., j. 15/09/2005, DJ 26/09/2005).

Assim, resultado diferente do pretendido pela parte não implica, necessariamente, omissão ou ofensa à legislação infraconstitucional.

A Segunda Seção desta Corte, apreciando casos análogos, decidiu ser competente a Justiça comum para apreciar causas referentes a pacto associativo firmado com instituição de previdência privada, que tem natureza eminentemente civil, afastando, assim, a competência da Justiça do Trabalho.

Nesse sentido, o seguinte julgado:

"CIVIL E PROCESSUAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. JUSTIÇA ESTADUAL. COMPETÊNCIA. EMENDA CONSTITUCIONAL N. 45/2004. PRETENSÃO DE COMPETÊNCIA PELA JUSTIÇA DO TRABALHO. INCABÍVEL. DEMANDA QUE NÃO TRATA DE RELAÇÃO TRABALHISTA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS NS. 282 E 356 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO" (AgRgAg n. 782.075/RS, relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJ de 23.4.2007).

E, ainda: AgRg no Ag n. 788.928/RS, relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 12.3.2007; AgRg no Ag n. 788.286/RS, relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJ de 4.12.2006; REsp. n. 918.889/RS, relator Ministro Cesar Asfor Rocha, DJ de 25.4.2007 e CC 77.426/SC, de minha relatoria, DJ de 17.4.2007.

Veja-se, ainda, que este Tribunal entende ser qüinqüenal a prescrição relativa à cobrança de diferenças de correção monetária no caso de restituição de contribuições efetuadas a fundo de reserva de poupança.

Nesse sentido, assim já restou decidido:

"PREVIDÊNCIA PRIVADA. DESLIGAMENTO. DEVOLUÇÃO. DIFERENÇAS. PRESCRIÇÃO. PRAZO. CINCO ANOS. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. 1. É de cinco anos o prazo de prescrição para cobrar eventuais diferenças no montante devolvido ao beneficiário de previdência privada, em virtude de seu desligamento do plano. 2. O termo inicial para a contagem do prazo prescricional é aquele em que devolvidos os montantes aos autores, pois dali surgiu o direito de acionar a ré por alguma diferença havida ('actio nata'). 3. Prescrição reconhecida relativamente a um dos autores. 4. 'A restituição das parcelas pagas a plano de previdência privada deve ser objeto de correção plena, por índice que recomponha a efetiva desvalorização da moeda.' (súmula 289/STJ). 5. A Segunda Seção tem entendimento assente no sentido de que, no cálculo da correção monetária dos valores resgatados pelos associados a plano de previdência privada, quando do seu desligamento, incluem-se os denominados 'expurgos inflacionários', ainda que o estatuto da entidade disponha de forma diversa. 6. Recurso conhecido em parte e, nessa extensão, provido" (REsp. n. 750.039/MG, relator Ministro Fernando Gonçalves, DJ de 26.9.2005).

Esse entendimento restou cristalizado na Súmula n. 291 do STJ, *in verbis*: *"A ação de cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria pela previdência privada prescreve em cinco anos."*

Note-se, todavia, que o início da contagem do prazo deve levar em consideração a data da restituição das contribuições feitas ao ex-empregado, pois é a partir desse marco que surge o direito de postular as diferenças em face do recebimento a menor do que o efetivamente devido.

No caso dos autos, restou incontroverso que a rescisão contratual ocorreu em 10.11.2000 (fl. 84), e a ação foi ajuizada em 18.2.2005. Inocorrente, assim, o transcurso do lapso prescricional.

Por fim, no tocante ao malferimento dos arts. 42, V, da Lei n. 6.435/77 e 31, VIII e § 2º, do Decreto n. 81.240/77, o v. acórdão recorrido, ao determinar o pagamento dos expurgos inflacionários, não dissentiu da orientação desta Corte sobre a matéria, conforme se colhe do seguinte julgado:

"CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL - REJEIÇÃO - AGRAVO REGIMENTAL - PREVIDÊNCIA PRIVADA - RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES - CORREÇÃO MONETÁRIA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - CORRETA APURAÇÃO - DESPROVIMENTO. 1 - Os expurgos inflacionários nada mais são que decorrência da correção monetária, pois compõem este instituto, configurando-se como valores extirpados do cálculo da inflação, quando da apuração do índice real que corrigiria preços, títulos públicos, tributos e salários, entre outros. É remansoso nesta Corte Superior que a correção monetária nada acrescenta e tão-somente preserva o valor da moeda aviltada pelo processo inflacionário, não constituindo um plus, mas sim um minus, tendo-se por legítima e necessária a sua correta apuração. 2 - É pacífico o entendimento, na Augusta Segunda Seção, no sentido de que, no cálculo da correção monetária dos valores resgatados pelos associados a plano de previdência privada, quando do seu desligamento, incluem-se os denominados 'expurgos inflacionários', ainda que o estatuto da entidade disponha de forma diversa (cf. EREsp 297.194/DF). 3 - Precedentes da Terceira e Quarta Turmas (REsp nºs 537.115/BA e 403.732/DF). 4 - Agravo regimental conhecido, porém, desprovido." (AgRg nos EDcl no REsp n. 340962/DF, 4ª Turma, Min. Rel. Jorge Scartezzini, DJ 27/9/2004).

A propósito, foi editada a Súmula n. 289/STJ , que assim dispõe: *"A restituição das parcelas pagas a plano de previdência privada deve ser objeto de correção plena, por índice que recomponha a efetiva desvalorização da moeda."*

Bem de ver ser inafastável, no ponto, a incidência do enunciado 83 da Súmula desta Corte, aplicável, também, aos recursos especiais interpostos pela alínea "a" do permissivo constitucional, segundo iterativa jurisprudência deste Tribunal (AgRgAg n.º 653.123/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, DJ de 18.4.2005).

Nega-se, portanto, seguimento ao recurso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 19 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3373)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 907.588 - RS (2007/0121517-8)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TANIA SANTINI
ADVOGADO	: ADEMIR ANTONIO SIMON DE MATOS E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROCESSUAL CIVIL - CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA EM EMPRESA DE TELEFONIA - JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE - INCURSÃO NO MÉRITO - POSSIBILIDADE - REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA E INTERPRETAÇÃO DE CONTRATO - IMPOSSIBILIDADE, NA ESPÉCIE - APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ - SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES - VALOR DA AÇÃO APURADO NO BALANÇO FINAL DO EXERCÍCIO SOCIAL IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO ANO DA REALIZAÇÃO DO CONTRATO - PRESCRIÇÃO TRIENAL - INOCORRÊNCIA - APLICAÇÃO DO ART. 177, CC/1916 OU DO ART. 205, CC/2002 - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83 DO STJ - RECURSO IMPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela BRASIL TELECOM S/A em face de r. decisão do e. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que negou seguimento a recurso especial aviado com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, no qual se alegou violação dos artigos 165, 267, 269, IV, 458, II, 535 do Código de Processo Civil, 85, 115, 117 do Código Civil de 1916, 131, I, do Código Comercial, bem como dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 168, 170, § 1º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404/76.
Sustenta a ora agravante, em síntese, que o juízo de admissibilidade não pode apreciar o mérito do recurso especial. Afirma, também, existir violação da legislação societária. Aduz, por fim, a não incidência dos enunciados 5 e 7 da Súmula/STJ.
O recurso foi contraminutado às fls. 122/128.
É o relatório.
O inconformismo recursal não merece provimento.
Com efeito.
Os elementos existentes nos autos dão conta de que se trata de ação proposta contra a ora agravante, BRASIL TELECOM S/A, incorporadora da CRT, objetivando a complementação de ações a que teria direito a ora agravada, em razão de contrato de participação financeira.
Inicialmente, oportuno ressaltar ser pacífico, nesta Corte, o entendimento *"de que no juízo de admissibilidade é possível e, muitas vezes, necessário apreciar o mérito do Recurso Especial"* (AgRg nos EDcl no Ag n.º 500.191/RS, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ de 22.8.2005).
Em relação aos arts. 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 168, 170, § 1º, da Lei das Sociedades Anônimas, que, em síntese, versam sobre a responsabilidade dos acionistas e os requisitos para modificação do capital social com conseqüente alteração do valor das ações, constata-se que as razões recursais, em confronto com a fundamentação do acórdão recorrido, prendem-se a uma perspectiva de reexame de matéria de fato e interpretação de contrato, o que se revela impossível no âmbito do recurso especial, a teor dos enunciados 5 e 7 da Súmula desta Corte.
Ressalte-se que o entendimento perfilhado pelo acórdão recorrido sobre a possibilidade jurídica do pedido, bem como sobre o direito da autora de haver a subscrição das referidas ações ou a indenização respectiva, está em harmonia com a jurisprudência desta Corte sobre a matéria, que já decidiu, inclusive, que o valor patrimonial da ação a ser considerado deve ser aquele vigente ao tempo da integralização do capital, e não o definido em posterior balanço.
Assim já se decidiu:

"RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO. QUANTIDADE MENOR. AÇÕES. DIREITO. RECEBIMENTO. DIFERENÇA. 1. Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado. 2. Recurso especial conhecido em parte e, nesta extensão, provido para determinar a complementação da quantidade de ações a que os recorrentes não excluídos da lide teriam direito." (REsp. n.º 500.236/RS, relator para acórdão o Ministro Fernando Gonçalves, DJ de 1º.12.2002).

Registre-se, também, ter sido afirmado, por ocasião desse julgamento, que: *"(...) não cabe a esta Corte analisar o impacto a ser causado pelo cumprimento da obrigação, mas tão-somente determiná-la (...)"*, ficando estabelecido, ainda, que compete à empresa, por sua assembléia, decidir a melhor forma de cumprimento do julgado, se mediante subscrição de ações ou por indenização.
No tocante à prescrição, já decidiu esta Corte, em precedentes análogos, ser ela vintenária nos casos em que incide a hipótese do art. 177 do Código Civil/1916 e decenal naqueles em que se aplica o art. 205 do Código Civil/2002, pois a ação é de natureza pessoal e objetiva o cumprimento de obrigação contratual, não cuidando de pedido de anulação de deliberação tomada em assembléia geral.
Nesse sentido, assim já se pronunciou este colegiado:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. SOCIEDADE ANÔNIMA AÇÃO DE SUBSCRITOR DE AÇÕES NÃO ENTREGUES. DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES SUBSCRITAS. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 287, II, "G", DA LEI 6.404/76. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PRETENSÃO DE ACIONISTA. NATUREZA PESSOAL DA PRETENSÃO. PRESCRIÇÃO DE ACORDO COM O CÓDIGO CIVIL.
- Como a prescrição é a perda da pretensão por ausência de seu exercício pelo titular, em determinado lapso de tempo; para se verificar se houve ou não prescrição é necessário constatar se nasceu ou não a pretensão respectiva, porquanto o prazo prescricional só começa a fluir no momento em que nasce a pretensão.
- Nos termos do art. 287, II, "g", da Lei n.º 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), com a redação dada pela Lei n.º 10.303/2001, a prescrição para o acionista mover ação contra a companhia ocorre em 3 (três) anos.
- A pessoa que subscreveu ações de uma sociedade anônima, mas não recebeu a quantidade devida de ações, não é acionista da companhia em relação às ações não recebidas e, por isso mesmo, ainda não tem qualquer direito de acionista em relação à companhia por conta das referidas ações. - O direito à complementação de ações subscritas decorrentes de instrumento contratual firmado com sociedade anônima é de natureza pessoal e, conseqüentemente, a respectiva pretensão prescreve nos prazos previstos nos arts. 177 do Código Civil/1916 (20 anos) e 205 do atual Código Civil (10 anos). Recurso especial conhecido e provido." (REsp 829.835/RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJU de 21/8/2006)

Por fim, bem de ver ser inafastável, *in casu*, a incidência do enunciado 83 da Súmula desta Corte, aplicável, também, aos recursos especiais interpostos pela alínea "a" do permissivo constitucional, segundo iterativa jurisprudência deste Tribunal, *in verbis:*

"Agravo no agravo de instrumento. Súmula nº 83/STJ. (...). Também se aplica o Enunciado nº 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça quando o recurso especial tiver fundamento na alínea 'a' do permissivo constitucional. - Nega-se provimento a agravo de instrumento quando o acórdão tido por violado adotou tese idêntica ao posicionamento do STJ. Agravo no agravo de instrumento não provido." (AgRgAg n.º 653.123/RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 18.4.2005)

Nega-se, portanto, provimento ao agravo.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3374)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 907.958 - RS (2007/0129669-2)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: ADÃO NATAL BACIN E OUTROS
ADVOGADO	: ALONSO MACHADO LOPES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA
ADVOGADO	: ROGÉRIO V VIANA E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - INCOMPLETUDE DE PEÇA OBRIGATÓRIA ELENCADA NO ARTIGO 544, § 1º, DO CPC - RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto por ADÃO NATAL BACIN E OUTROS contra decisão que negou seguimento a recurso especial.
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito.
Compulsando-se os autos, verifica-se a incompletude de cópia da peça obrigatória, qual seja, o inteiro teor da decisão agravada.
Nos termos do artigo 544, § 1º, do Código de Processo Civil, a ausência ou incompletude de cópia da peça indicada nesse dispositivo impede o conhecimento do recurso.
Oportuno deixar assente que cabe à parte agravante a correta formação do instrumento, sendo de sua responsabilidade a juntada de todas as peças obrigatórias, assim como das necessárias à compreensão da controvérsia. Nesse sentido, confiram-se os seguintes precedentes: AgRg no Ag 825641/SC, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJU 26/4/2007, pág. 224; AgRg no Ag 845425/RN, Relatora Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJU 17/5/2007, pág. 230.
Não se conhece, portanto, do agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3375)

RECURSO ESPECIAL Nº 908.103 - RS (2006/0267145-5)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: KARINE VOLPATO GALVANI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA CELEDONIA BENAVIDES GALLO DE MELLO E OUTRO
ADVOGADO	: MARCELO MENESES BORBA E OUTRO

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE NULIDADE DE PROCESSO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL - MÚTUO HABITACIONAL - LEGITIMIDADE ATIVA DO CESSIONÁRIO - "CONTRATO DE GAVETA" - PRECEDENTES DESTE STJ - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO 83/STJ - NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com fulcro no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que, nos autos da ação de nulidade de processo executivo extra-judicial, ajuizada por MARIA CELEDONIA BENAVIDES GALLO DE MELLO E OUTRO, decidiu, no que interessa, nos termos da ementa abaixo transcrita:
"ADMINISTRATIVO. CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. LEGITIMIDADE ATIVA DO CESSIONÁRIO - 'GAVETEIRO' Detém o cessionário legitimidade ativa para postular em nome próprio a revisão judicial das cláusulas de contrato de mútuo firmado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, não importando a data em que foi celebrada a transferência, uma vez que de referidos negócios jurídicos decorrem direitos aos cessionários, que não podem ficar à margem de qualquer regulamentação." (fl. 266)
Em seu apelo excepcional, a CEF alega violação dos arts. 1º, parágrafo único, da Lei n.º 8.004/90 e 20 da Lei n.º 10.150/2000, bem como divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese, que a ilegitimidade passiva dos recorridos é inequívoca, à mingua de intervenção e aceitação da recorrente relativamente ao contrato celebrado com o mutuário original.
Os recorridos não apresentaram contra-razões (certidão à fl. 216).
É o relatório.
A irresignação não merece prosperar.
Com efeito.
Veja-se que, no tocante à legitimidade ativa dos ora recorridos para pleitear a revisão do contrato, em razão da transferência do financiamento sem o consentimento do agente financeiro, por meio do chamado "contrato de gaveta", o Tribunal *a quo* não divergiu da orientação desta Corte, consoante demonstra o precedente abaixo transcrito:
*"Contrato de gaveta**.** Recurso do agente financeiro. 1. Não fere nenhum dispositivo legal o reconhecimento da legitimidade ativa do cessionário para pedir a regularização do chamado contrato de gaveta**,** no caso, julgado improcedente. 2. Recurso especial não conhecido."* (REsp. n.º 591.089/MG, relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 1º.2.2005)

E, ainda: AgRg no REsp. n.º 712.315/PR, relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJ de 19.6.2006; REsp. n.º 753.098/RS, relator Ministro Fernando Gonçalves, DJ de 3.10.2005 e REsp. n.º 660.358/RS, relator Ministro Jorge Scartezzini, DJ de 13.9.2006.
Bem de ver ser inafastável, *in casu*, a incidência do enunciado 83 da Súmula desta Corte, aplicável, também, aos recursos especiais interpostos pela alínea "a", segundo iterativa jurisprudência deste Tribunal (AgRgAg n.º 653.123/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, DJ de 18.4.2005).
Assim sendo, amparado no art. 557 do CPC, nega-se seguimento ao recurso.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3376)

RECURSO ESPECIAL Nº 908.104 - RS (2006/0267147-9)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: KARINE VOLPATO GALVANI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA CELEDONIA BENAVIDES GALLO DE MELLO E OUTRO
ADVOGADO	: RICARDO PAIVA BORBA E OUTRO

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CAUTELAR - MÚTUO HABITACIONAL - LEGITIMIDADE ATIVA DO CESSIONÁRIO - "CONTRATO DE GAVETA" - PRECEDENTES DESTE STJ - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO 83/STJ - NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com fulcro no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que, nos autos da ação cautelar inominada, ajuizada por MARIA CELEDONIA BENAVIDES GALLO DE MELLO E OUTRO, decidiu, no que interessa, nos termos da ementa abaixo transcrita:
"AÇÃO CAUTELAR. SFH. CONTRATO DE GAVETA. LEGITIMIDADE DOS CESSIONÁRIOS. SUSTAÇÃO DE ORDEM DE IMISSÃO NA POSSE. PRESENTES OS REQUISITOS DA AÇÃO CAUTELAR.
1. Detém o cessionário legitimidade ativa para postular em nome próprio a revisão judicial das cláusulas de contrato de mútuo firmado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, não importando a data em que foi celebrada a transferência, uma vez que de referidos negócios jurídicos decorrem direitos aos cessionários, que não podem ficar à margem de qualquer regulamentação.
2. A ação de imissão na posse deveria ter sido ajuizada contra os apelados, uma vez que a transferência do imóvel foi devidamente por eles registrada no RI. No entretanto, a CEF optou por ajuizá-la tão-somente contra os mutuários originários, tendo os ora recorridos tido ciência daquela demanda somente quando receberam a ordem de desocupação. Ao depois, também deve ser considerado que os apelados ajuizaram ação de nulidade do procedimento extrajudicial, a qual foi julgada procedente, tendo o juízo 'a quo' declarado a nulidade da execução hipotecária e da conseqüente arrematação. Presentes, portanto, a verossimilhança das alegações e o perigo na demora, razão pela qual deve ser mantida a sentença de procedência." (fl. 266)

Em seu apelo excepcional, a CEF alega violação dos arts. 1º, parágrafo único, da Lei n.º 8.004/90 e 20 da Lei n.º 10.150/2000, bem como divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese, que a ilegitimidade passiva dos recorridos é inequívoca, à mingua de intervenção e aceitação da recorrente relativamente ao contrato celebrado com o mutuário original.
Os recorridos não apresentaram contra-razões (certidão à fl. 192).
É o relatório.
A irresignação não merece prosperar.
Com efeito.
Veja-se que, no tocante à legitimidade ativa dos ora recorridos para pleitear a revisão do contrato, em razão da transferência do financiamento sem o consentimento do agente financeiro, por meio do chamado "contrato de gaveta", o Tribunal *a quo* não divergiu da orientação desta Corte, consoante demonstra o precedente abaixo transcrito:

"Contrato de gaveta. Recurso do agente financeiro. 1. Não fere nenhum dispositivo legal o reconhecimento da legitimidade ativa do cessionário para pedir a regularização do chamado contrato de gaveta, no caso, julgado improcedente. 2. Recurso especial não conhecido." (REsp. n.º 591.089/MG, relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 1º.2.2005)

E, ainda: AgRg no REsp. n.º 712.315/PR, relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJ de 19.6.2006; REsp. n.º 753.098/RS, relator Ministro Fernando Gonçalves, DJ de 3.10.2005 e REsp. n.º 660.358/RS, relator Ministro Jorge Scartezzini, DJ de 13.9.2006.

Bem de ver ser inafastável, *in casu*, a incidência do enunciado 83 da Súmula desta Corte, aplicável, também, aos recursos especiais interpostos pela alínea "a", segundo iterativa jurisprudência deste Tribunal (AgRgAg n.º 653.123/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, DJ de 18.4.2005).

Assim sendo, amparado no art. 557 do CPC, nega-se seguimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3377)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 908.485 - RS (2007/0121493-0)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SIRLEI SOARES MARCARINI
ADVOGADO	: ERALDO LACERDA JUNIOR

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA EM PLANO DE EXPANSÃO DE REDE DE TELEFONIA - AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES - BRASIL TELECOM S/A - LEGITIMIDADE PASSIVA - PRECEDENTES - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - INOCORRÊNCIA - FUNDAMENTAÇÃO SUCINTA - VALIDADE - REEXAME DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS - IMPOSSIBILIDADE - ÓBICE DO ENUNCIADO 5 DA SÚMULA/ STJ - PRESCRIÇÃO - INOCORRÊNCIA - APLICAÇÃO DA REGRA PREVISTA NO CÓDIGO CIVIL - VALOR DA AÇÃO APURADO NO BALANÇO FINAL DO EXERCÍCIO SOCIAL IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO ANO DA REALIZAÇÃO DO CONTRATO - ENTENDIMENTO COADUNA-SE COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ - APLICAÇÃO DA SÚMULA 83/STJ - AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela BRASIL TELECOM S/A contra decisão denegatória de admissibilidade de recurso especial (art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal) em que se alega ofensa aos artigos 3º, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II, e 535 do Código de Processo Civil, 1º, 6º, 11, 12, 30, 170, § 1º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404/76, 85, 115 e 117 do Código Civil e 131, I, do Código Comercial.

Busca a agravante a reforma do r. *decisum*, sustentando, em síntese, ilegitimidade *ad causam* para figurar no pólo passivo da demanda, negativa de prestação jurisdicional pelo Tribunal *a quo*, tendo em conta a ocorrência de omissão e a ausência de fundamentação no acórdão recorrido. Insurge-se, ainda, contra o fundamento da decisão agravada que obsta o seguimento do apelo nobre pelos enunciados 5 e 83 da Súmula/STJ. Outrossim, alega que o prazo prescricional para o acionista propor ação contra a companhia é de 3 anos.

A agravada não apresentou contraminuta (*ut* certidão fl. 114).

É o relatório.

O recurso não merece provimento.

Com efeito.

Inicialmente, no tocante à legitimidade passiva da ora agravante para responder pela emissão de ações em nome da Celular CRT Participações S.A., não subsiste a alegada violação dos artigos supracitados, uma vez que esse é o entendimento desse eg. Superior Tribunal, conforme os seguintes julgados: REsp n. 505.486/RS, relator o em. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, DJ de 8/10/2003 e Ag n. 509.306/RS, relator o em. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 7/8/2003.

Quanto à negativa de prestação jurisdicional, *in casu*, o Tribunal *a quo* analisou todos os temas relevantes suscitados pelas partes, embora o resultado não tenha sido favorável à ora agravante.

Na realidade, o órgão julgador não é obrigado a se manifestar sobre todos os pontos alegados pelas partes, mas somente sobre aqueles que entender necessários para o julgamento do feito, de acordo com seu livre convencimento fundamentado (CPC, art. 131), utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso (nesse sentido: STJ, AgRg no Ag nº 638.361/PB, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, v.u., j. 03/03/2005, DJ 19/12/2005; STJ, AgRg no REsp nº 705.187/SC, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, v.u., j. 15/09/2005, DJ 26/09/2005).

Assim, resultado diferente do pretendido pela parte não implica, necessariamente, omissão ou ofensa à legislação infraconstitucional.

Da mesma forma, não padece o r. *decisum* de nulidade decorrente de ausência de fundamentação, na realidade, há, isto sim, fundamentação sucinta, a qual é possível do ponto de vista legal e amplamente consagrada no âmbito da jurisprudência, conforme se extrai dos seguintes precedentes:

"Não é nula a decisão que, a despeito de sucinta, contém a necessária fundamentação." (STJ, REsp nº 248750/MG, Rel. Min. Barros Monteiro, Quarta Turma, v.u., j. 04/11/2004, DJ 1º/02/2005, pág. 563)."

Em relação aos artigos da Lei das Sociedades Anônimas e dos Códigos Civil e Comercial, que, em síntese, versam sobre os requisitos para a modificação e aumento do capital social com conseqüente alteração do valor das ações, a reserva de capital, a cisão da companhia, as modalidades do ato jurídico e a interpretação dos contratos, respectivamente, constata-se que as razões recursais prendem-se a uma perspectiva de reexame de matéria de fato e interpretação de contrato, o que se revela impossível no âmbito do recurso especial, sendo aplicável, *in casu*, os enunciados 5 e 7 da Súmula/STJ.

Nessa esteira, assim já se decidiu:

" Ademais, não há que se falar em violação dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, 201, 202, e 229, § 5º da Lei nº 6.404/76, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a quaestio acerca da emissão de ações baseado nos elementos fático-probatórios dos autos. Desse modo, a pretendida revisão do decisum encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça." (Ag 870514/RS, Relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJ 2/5/2007)

Em relação à prescrição, já decidiu esta Corte, em precedentes análogos, ser ela vintenária nos casos em que incide a hipótese do art. 177 do Código Civil/1916 e decenal naqueles em que se aplica o art. 205 do Código Civil/2002, pois a ação é de natureza pessoal e objetiva o cumprimento de obrigação contratual, não cuidando de pedido de anulação de deliberação tomada em assembléia geral.

Assim já se pronunciou este colegiado:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. SOCIEDADE ANÔNIMA AÇÃO DE SUBSCRITOR DE AÇÕES NÃO ENTREGUES. DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES SUBSCRITAS. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 287, II, "G", DA LEI 6.404/76. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PRETENSÃO DE ACIONISTA. NATUREZA PESSOAL DA PRETENSÃO. PRESCRIÇÃO DE ACORDO COM O CÓDIGO CIVIL.

- (...)

- Nos termos do art. 287, II, "g", da Lei n.º 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), com a redação dada pela Lei n.º 10.303/2001, a prescrição para o acionista mover ação contra a companhia ocorre em 3 (três) anos.

- (...)

- O direito à complementação de ações subscritas decorrentes de instrumento contratual firmado com sociedade anônima é de natureza pessoal e, conseqüentemente, a respectiva pretensão prescreve nos prazos previstos nos arts. 177 do Código Civil/1916 (20 anos) e 205 do atual Código Civil (10 anos). Recurso especial conhecido e provido." (REsp 829.835/RS, Relatora Ministra Nancy Andrighi, DJU de 21/8/2006).

No mais, o entendimento esposado pelo Tribunal *a quo* coaduna-se com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que, na ação em que se busca a complementação da subscrição de ações oriundas de contrato de participação financeira, a empresa de telefonia deve subscrever as ações faltantes em favor da parte autora pelo valor da ação na data da integralização, considerando o valor patrimonial da ação apurado no balanço ao final do exercício social imediatamente anterior ao ano da realização do contrato.

Nesse sentido, já se manifestou esta egrégia Corte de uniformização jurisprudencial:

"RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO. QUANTIDADE MENOR. AÇÕES. DIREITO. RECEBIMENTO. DIFERENÇA.

1. Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.

2. (...)(Resp n. 500.236/RS, relator para acórdão Ministro Fernando Gonçalves, DJ de 1º/12/2002)".

Incide, pois, o teor da Súmula 83/STJ, *in verbis*: *"Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"*.

Nega-se, portanto, provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3378)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 908.523 - RS (2007/0122816-8)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HELIA ROSWITHA SIMON
ADVOGADO	: PAULO HENRIQUE MODENA HILLER

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA EM PLANO DE EXPANSÃO DE REDE DE TELEFONIA - AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES - BRASIL TELECOM S/A - LEGITIMIDADE PASSIVA - PRECEDENTES - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - INOCORRÊNCIA - FUNDAMENTAÇÃO SUCINTA - VALIDADE - AFASTAMENTO DA MULTA IMPOSTA COM FULCRO NO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC - ENUNCIADO 98 DA SÚMULA/ STJ - REEXAME DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS - IMPOSSIBILIDADE - ÓBICE DO ENUNCIADO N. 5 DA SÚMULA/ STJ - APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - POSSIBILIDADE - PRESCRIÇÃO - INOCORRÊNCIA - APLICAÇÃO DA REGRA PREVISTA NO CÓDIGO CIVIL - VALOR DA AÇÃO APURADO NO BALANÇO FINAL DO EXERCÍCIO SOCIAL IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO ANO DA REALIZAÇÃO DO CONTRATO - ENTENDIMENTO COADUNA-SE COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ - APLICAÇÃO DA SÚMULA 83/STJ - RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO, NOS TERMOS DO § 3º DO ART. 544 DO CPC.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela BRASIL TELECOM S/A contra decisão denegatória de admissibilidade de recurso especial (art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal) em que se alega ofensa aos artigos 3º, 165, 267, VI, 269, IV, 458, 535 e 538 do Código de Processo Civil, 1º, 6º, 11, 12, 30, 170, § 1º, II, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404/76, 85, 115, 117 do Código Civil e 131, I, do Código Comercial, 2º, 3º, 47 e 84, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor.

Busca a agravante a reforma do r. *decisum*, sustentando, em síntese, ilegitimidade *ad causam* para figurar no pólo passivo da demanda, negativa de prestação jurisdicional pelo Tribunal *a quo*, tendo em conta a ocorrência de omissão e a ausência de fundamentação no acórdão recorrido. Insurge-se, ainda, contra a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, contra os critérios utilizados para a determinação do valor patrimonial da ação e contra o fundamento da decisão agravada que obsta o seguimento do apelo nobre pelo enunciado 5 da Súmula/STJ. Outrossim, alega que a multa aplicada nos termos do art. 538 do CPC, pelo Tribunal *a quo*, deve ser afastada e que o prazo prescricional para o acionista propor ação contra a companhia é de 3 anos.

A agravada apresentou contraminuta às fls. 143/163.

É o relatório.

O recurso merece prosperar, em parte.

Com efeito.

Inicialmente, no tocante à legitimidade passiva da ora agravante para responder pela emissão de ações em nome da Celular CRT Participações S.A., não subsiste a alegada violação dos artigos supracitados, uma vez que esse é o entendimento desse eg. Superior Tribunal, conforme os seguintes julgados: REsp n. 505.486/RS, relator o em. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, DJ de 8/10/2003 e Ag n. 509.306/RS, relator o em. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 7/8/2003.

Quanto à negativa de prestação jurisdicional, *in casu*, o Tribunal *a quo* analisou todos os temas relevantes suscitados pelas partes, embora o resultado não tenha sido favorável à ora agravante.

Na realidade, o órgão julgador não é obrigado a se manifestar sobre todos os pontos alegados pelas partes, mas somente sobre aqueles que entender necessários para o julgamento do feito, de acordo com seu livre convencimento fundamentado (CPC, art. 131), utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso (nesse sentido: STJ, AgRg no Ag nº 638.361/PB, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, v.u., j. 03/03/2005, DJ 19/12/2005; STJ, AgRg no REsp nº 705.187/SC, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, v.u., j. 15/09/2005, DJ 26/09/2005).

Assim, resultado diferente do pretendido pela parte não implica, necessariamente, omissão ou ofensa à legislação infraconstitucional.

Da mesma forma, não padece o r. *decisum* de nulidade decorrente de ausência de fundamentação, na realidade, há, isto sim, fundamentação sucinta, a qual é possível do ponto de vista legal e amplamente consagrada no âmbito da jurisprudência, conforme se extrai do seguinte precedente:

"Não é nula a decisão que, a despeito de sucinta, contém a necessária fundamentação." (STJ, REsp nº 248750/MG, Rel. Min. Barros Monteiro, Quarta Turma, v.u., j. 04/11/2004, DJ 1º/02/2005, pág. 563)."

No tocante à multa estabelecida pelo Tribunal *a quo* com fundamento no art. 538, parágrafo único, do CPC, argumenta a recorrente que o aresto teria deixado de considerar o propósito de prequestionamento dos embargos de declaração.

Com razão a ora agravante, pois, embora tenham sido rejeitados os embargos de declaração, constata-se que realmente foram opostos com a finalidade de prequestionamento explícito dos dispositivos legais, merecendo prosperar, portanto, neste ponto, as alegações da agravante com respaldo no enunciado 98 da Súmula desta Corte, *in verbis: "Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório"*.

Em relação aos artigos da Lei das Sociedades Anônimas, dos Códigos Civil e Comercial, que, em síntese, versam sobre os requisitos para a modificação e aumento do capital social com conseqüente alteração do valor das ações, as modalidades do ato jurídico e a interpretação dos contratos, respectivamente, constata-se que as razões recursais prendem-se a uma perspectiva de reexame de matéria de fato e interpretação de contrato, tal entendimento não se altera em sede de recurso especial, sendo aplicável, *in casu*, os enunciados 5 e 7 da Súmula/STJ, *in verbis:*

Nesse sentido, assim já se pronunciou este eg. Superior Tribunal de Justiça:

" Ademais, não há que se falar em violação dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, 201, 202, e 229, § 5º da Lei nº 6.404/76, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a quaestio acerca da emissão de ações baseado nos elementos fático-probatórios dos autos. Desse modo, a pretendida revisão do decisum encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça." (Ag 870514/RS, Relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJ 2/5/2007)

No que concerne à legislação consumerista, mostra-se adequada a aplicação do Código de Defesa do Consumidor no contrato em análise, visto que, acobertada pela relação societária, há clara relação de consumo na espécie, conforme se extrai do seguinte precedente:

"RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COLETIVA CONSUMERISTA. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. PRETENSÃO À RETRIBUIÇÃO ACIONÁRIA. RELAÇÃO DE CONSUMO CONFIGURADA. DEMANDA JURIDICAMENTE POSSÍVEL. APLICAÇÃO DO CDC. - Acionistas minoritários da Brasil Telecom, adquirentes em condomínio de assinaturas telefônicas, buscam a devida retribuição em ações da Companhia, além da indenização do valor Equivalente às ações sonegadas, acrescido de danos emergentes e lucros cessantes. - Esta Corte entende que o Código de Defesa do Consumidor incide na relação jurídica posta a exame, porquanto, não basta que o consumidor esteja rotulado de sócio e formalmente anexado a uma Sociedade Anônima para que seja afastado o vínculo de consumo. - Além da presença de interesse coletivo existe, na hipótese, a prestação de serviços consistente na administração de recursos de terceiros, a evidenciar a relação de consumo encoberta pela relação societária. Recurso Especial conhecido e provido." (REsp 600784 / RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, DJ de 16/6/2005)

Em relação à prescrição, já decidiu esta Corte, em precedentes análogos, ser ela vintenária nos casos em que incide a hipótese do art. 177 do Código Civil/1916 e decenal naqueles em que se aplica o art. 205 do Código Civil/2002, pois a ação é de natureza pessoal e objetiva o cumprimento de obrigação contratual, não cuidando de pedido de anulação de deliberação tomada em assembléia geral.

A propósito, assim já se decidiu:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. SOCIEDADE ANÔNIMA AÇÃO DE SUBSCRITOR DE AÇÕES NÃO ENTREGUES. DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES SUBSCRITAS. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 287, II, "G", DA LEI 6.404/76. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PRETENSÃO DE ACIONISTA. NATUREZA PESSOAL DA PRETENSÃO. PRESCRIÇÃO DE ACORDO COM O CÓDIGO CIVIL.
- (...)
- Nos termos do art. 287, II, "g", da Lei n.º 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), com a redação dada pela Lei n.º 10.303/2001, a prescrição para o acionista mover ação contra a companhia ocorre em 3 (três) anos.
- (...)
- O direito à complementação de ações subscritas decorrentes de instrumento contratual firmado com sociedade anônima é de natureza pessoal e, conseqüentemente, a respectiva pretensão prescreve nos prazos previstos nos arts. 177 do Código Civil/1916 (20 anos) e 205 do atual Código Civil (10 anos). Recurso especial conhecido e provido." (REsp 829.835/RS, Relatora Ministra Nancy Andrighi, DJU de 21/8/2006).

No mais, o entendimento esposado pelo Tribunal *a quo* coaduna-se com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que, na ação em que se busca a complementação da subscrição de ações oriundas de contrato de participação financeira, a empresa de telefonia deve subscrever as ações faltantes em favor da parte autora pelo valor da ação na data da integralização, considerando o valor patrimonial da ação apurado no balanço ao final do exercício social imediatamente anterior ao ano da realização do contrato.
Nessa esteira, já se manifestou a jurisprudência desta egrégia Corte de uniformização jurisprudencial:

"RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO. QUANTIDADE MENOR. AÇÕES. DIREITO. RECEBIMENTO. DIFERENÇA.
1. Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
2. (...)(Resp n. 500.236/RS, relator para acórdão Ministro Fernando Gonçalves, DJ de 1º/12/2002)".
Incide, pois, o teor da Súmula 83/STJ, *in verbis*: *"Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"*.

Assim sendo, amparado no § 3º do artigo 544 do Código de Processo Civil, dá-se parcial provimento ao recurso especial, apenas com o propósito de afastar a multa imposta com fulcro no art. 538, parágrafo único, do CPC.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3379)

RECURSO ESPECIAL Nº 908.620 - PR (2006/0268357-3)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADO	: JANDER LUIS CATARIN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: METALKI INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA
ADVOGADO	: MÁRCIA REGINA DOS SANTOS MACHADO E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS - DEMONSTRAÇÃO NO CASO CONCRETO - ENTENDIMENTO OBTIDO DA ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO E DA INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS - INCIDÊNCIA DOS ENUNCIADOS NS. 5 E 7 DA SÚMULA/STJ - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - LICITUDE NA COBRANÇA, NÃO CUMULADA COM OS DEMAIS ENCARGOS DA MORA, CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS REMUNERATÓRIOS E LIMITADA À TAXA DE JUROS PREVISTA NO CONTRATO PARA O PERÍODO DA NORMALIDADE - REPETIÇÃO DO INDÉBITO - PROVA DO PAGAMENTO EM ERRO - DESNECESSIDADE - RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO (art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal) em que se alega ofensa ao artigo 333, I, do Código de Processo Civil, além de dissídio jurisprudencial.
Verifica-se, da análise dos autos, que a ação revisional de contrato de abertura de crédito ajuizada pela recorrida em face do recorrente restou julgada parcialmente procedente em primeiro grau de jurisdição (fls. 147/160). Interposto recurso de apelação pela instituição financeira, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná conferiu-lhe parcial provimento (fls. 262/286).
Busca o recorrente a reforma do *decisum*, insurgindo-se, em síntese, contra o reconhecimento da existência de capitalização de juros, o afastamento da comissão de permanência, bem como em face da possibilidade de repetição do indébito e da compensação de valores (fls. 289/305).
A recorrida apresentou contra-razões (fls. 331/346), recebendo o recurso juízo positivo de admissibilidade do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (fl. 349).
É o relatório.
O recurso especial merece parcial provimento.
Com efeito.
No tocante à existência da capitalização dos juros remuneratórios, o Tribunal *a quo*, ao sopesar os elementos constantes dos autos, assim manifestou-se:

"A ré apelante alega que a capitalização não existiu, porém, como se trata de abertura de crédito em conta-corrente, a capitalização é facilmente percebida, pois os juros são calculados sobre o saldo devedor e lançados na conta, passando a fazer parte do saldo devedor, sobre o qual incidem os juros no período seguinte. Assim, a capitalização existiu". (fl. 273)

Na realidade, o entendimento assentado no v. acórdão recorrido não se altera em sede de recurso especial, porque obtido pela análise do contrato celebrado entre as partes e do conjunto probatório, portanto, impossível sua reapreciação pela via eleita, sendo aplicáveis as Súmulas nºs 5 e 7 desta Corte, *in verbis: "Súmula nº 5: "A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial", Súmula nº 7: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"."*
Relativamente à comissão de permanência, o entendimento predominante nesta Turma é no sentido de ser lícita a sua cobrança após o vencimento da dívida. A comissão deve observar a taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa de juros prevista para o período da normalidade, não podendo, entretanto, ser cumulada com a correção monetária nem com os juros remuneratórios, nos termos das Súmulas 30, 294 e 296 do STJ. De acordo com entendimento desta Seção, ainda, a cobrança da comissão de permanência não pode coligir com os encargos decorrentes da mora, como os juros moratórios e a multa contratual (c.f. AgRg no REsp n° 712.801/RS, Rel. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 04.05.2005).
Presente a incidência de quaisquer desses encargos após a caracterização da mora, devem ser afastados, mantendo-se tão-somente a comissão de permanência (cfr: AgRgAg no REsp. n.º 805.874/RS, relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJ de 19.6.2006 e AgREsp. n.º 828290/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, DJ de 26.6.2006), o que torna, inclusive, prejudicada a análise de quaisquer desses encargos.
Por fim, em relação à repetição do indébito, o entendimento do Tribunal *a quo* encontra-se em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que já se pronunciou no sentido de admitir-se a repetição do indébito independentemente da prova de que o pagamento tenha sido efetuado em erro, visando, sobretudo, evitar o enriquecimento ilícito da instituição financeira, em detrimento do contratante, nos termos da Súmula nº 322, *in verbis: "Para a repetição do indébito, nos contratos de abertura de crédito em conta-corrente, não se exige a prova do erro."*

Assim sendo, amparado no artigo 557, § 1º - A, do Código de Processo Civil, dá-se parcial provimento ao recurso especial, para permitir a cobrança da comissão de permanência, à taxa média de mercado, limitada à taxa do contrato prevista para o período da normalidade, não cumulada com os juros remuneratórios, a multa contratual, os juros de mora e a correção monetária.
Em razão da sucumbência recíproca, as partes arcarão com as custas e os honorários advocatícios**,** na proporção de 20% pelo recorrente e 80% pelo recorrido, estes últimos nos moldes fixados no v. acórdão recorrido, admitindo-se a compensação, nos termos da lei.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3380)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 908.805 - RS (2007/0105100-8)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: VENETO RADIODIFUSÃO LTDA
ADVOGADO	: VANDERLEI LUIS WILDNER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - BANESPA
ADVOGADO	: EVERTON MADEIRA GUSMÃO RUANO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por VENETO RADIODIFUSÃO LTDA contra decisão do Terceiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a" da Constituição Federal.
O agravo não merece conhecimento.
Com efeito, falta-lhe o requisito da regularidade formal, porquanto não impugnadas, de forma específica, as bases da decisão agravada.
O recurso foi inadmitido pelos seguintes fundamentos: (a) ausência do necessário prequestionamento (súmula 211/STJ) e (b) consonância do acórdão recorrido com o entendimento desta Corte acerca da matéria (súmula 83/STJ).
A agravante, por sua vez, nada menciona acerca de tais fundamentos, limitando-se a tecer uma síntese da demanda e a aduzir que a decisão agravada adentra indevidamente o mérito do especial.
Dessa forma, incide, na espécie, o verbete da súmula 182 desta Corte, ***verbis***:

"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Não conheço do agravo.
Publicar.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3381)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 909.126 - RS (2007/0153788-6)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE PORTO ALEGRE CDL
ADVOGADO	: VICENTE TEIXEIRA SMITH E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ADÃO SADI DA SILVEIRA
ADVOGADO	: MARCO AURÉLIO ARMILIATO

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre - CDL contra decisão que negou seguimento a recurso especial, interposto pelas alíneas "a" e "c", do permissivo Constitucional, no qual se alega violação aos artigos 535, 267, VI, do Código de Processo Civil, 944 e 945, do Código Civil, além do dissídio jurisprudencial.
O acórdão recorrido restou assim ementado (fl. 114):

"APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA. DANO MORAL. '**QUANTUM**' INDENIZATÓRIO. AGRAVO RETIDO.
1. Não tendo sido requerida expressamente pela parte a apreciação do agravo retido, é caso de não conhecê-lo, conforme dispõe o artigo 523, § 1°, do CPC.
2. O órgão que administra e mantém os cadastros de proteção ao crédito têm legitimidade para responder à demanda em que se questiona o descumprimento do artigo 43, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor. Logo, ainda que originalmente os débitos tenham sido registrados junto ao Banco Central, a ré, por óbvio, é parte passiva legítima para responder à demanda em que pretende a exclusão de tais informações de seu banco de dados.
3. A inscrição do nome do devedor em cadastro de inadimplentes, sem a prévia comunicação de que trata o art. 43, § 2º, do CDC, ocasiona-lhe danos morais a serem indenizados, consoante pacífica jurisprudência do STJ.
4. O '**quantum**' indenizatório deve ser arbitrado em patamar que ofereça compensação ao lesado, para atenuar o sofrimento havido, e inflija sanção ao causador do dano, visando a coibir a reiteração da prática de atos lesivos à personalidade de outrem.
5. Apenas a falta de comunicação prévia não tem o condão de cancelar os registros nos cadastros protetivos de crédito, porquanto a legitimidade da dívida não está sendo discutida.
À unanimidade, não conhecido o agravo retido e rejeitada a preliminar. Por maioria, provido, em parte, o apelo do autor."
Parcial razão assiste à agravante.
Nenhuma omissão, contradição ou obscuridade há no aresto enfrentado, tendo decidido meramente contrário aos interesses da recorrente.
Observe-se que não está o juízo compelido a se manifestar sobre todas as teses desenvolvidas pelas partes, senão aquelas imprescindíveis à solução da lide. Confira-se:
"PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - NEGATIVA DE PROVIMENTO - AGRAVO REGIMENTAL - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ART. 535, CPC - OMISSÃO INEXISTENTE - OFENSA AOS ARTS. 165 E 458, II E III, CPC - INEXISTÊNCIA - CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO CONDICIONADA AO RECEBIMENTO DE INDENIZAÇÃO - REVISÃO POR ESTA CORTE - REEXAME DOS FATOS DA CAUSA - SÚMULA 7/STJ - DESPROVIMENTO.

1 - Não se verificou a suposta violação ao art. 535, CPC, porquanto as questões submetidas ao Tribunal de origem foram suficiente e adequadamente tratadas. Outrossim, inexistiu ofensa aos arts. 165 e 458, II, e III, do mesmo diploma legal, tendo em vista que o órgão julgador não está obrigado a se manifestar sobre todos os argumentos colacionados pelas partes para expressar o seu convencimento, bastando, para tanto, pronunciar-se de forma geral sobre as questões pertinentes para a formação de sua convicção.
2 - Segundo o v. acórdão hostilizado, as partes, ao convencionarem os honorários, condicionaram o cumprimento da obrigação ao recebimento de indenização. Assim, apenas com a efetivação do pagamento da indenização, poderia o recorrente pleitear o direito, que, até então, é uma expectativa. Desconstituir tal fundamentação demandaria, inegavelmente, o reexame do conteúdo fático-probatório dos autos, o que é vedado face à incidência da Súmula 07/STJ.
3 - Agravo regimental desprovido."
(4ª Turma, AgRg no Ag n. 619.312/MG, Rel. Min. Jorge Scartezzini, unânime, DJU de 08.05.2006)

Quanto à alegação de ilegitimidade da recorrente, já decidiu esta Corte que a responsabilidade da comunicação ao consumidor acerca da inscrição de seus dados em registro de proteção ao crédito é da entidade cadastral que atende à solicitação do credor. A saber:

"CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CADASTRO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DÉBITO. EXISTÊNCIA. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7-STJ. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. RESPONSABILIDADE. BANCO DE DADOS OU ENTIDADE CADASTRAL.
I. 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial' - Súmula n. 7-STJ.
II. A legitimidade para responder por dano moral resultante da ausência da comunicação prevista no art. 42, § 3º, do CDC, pertence ao banco de dados ou à entidade cadastral a quem compete, concretamente, proceder à negativação que lhe é solicitada pelo credor. Precedentes do STJ.
III. Recurso especial não conhecido."
(4ª Turma, REsp n. 818.218/MG, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, unânime, DJU de 14.05.2007)

De outro lado, no que tange à indenização, colhe-se da apelação do recorrido que embora "alguns detalhes acerca do negócio jurídico que originou o apontamento sejam pertinentes" (fl. 95), ausente a comunicação do registro. Destarte, embora a existência do débito no momento da inscrição não afaste o dever de indenizar pela ausência de comunicação, tenho que se afigura excessivo o valor fixado, merecendo parcial provimento o inconformismo. Confira-se:

"Dano moral. Inscrição na SERASA. Art. 43, § 2º, do Código de Processo Civil.
1. Reconhecida que a inscrição foi feita quando existente a inadimplência, mas sem a comunicação do art. 43, § 2º, do Código de Processo Civil, merece prestígio o especial que impugna o valor exorbitante fixado para a indenização.
2. Recurso especial conhecido e provido."
(REsp 556211/AM, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Terceira Turma, Unânime, DJ 11.10.2004 p. 316)

Ante o exposto, atento ao artigo 544, § 3º, do Código de Processo Civil, conheço do presente agravo e dou parcial provimento ao recurso especial, com o fim de reduzir a indenização por dano moral, fixando-a em R$ 1.000,00 (mil reais), permitida a repetição do registro, observando-se as disposições legais. Custas e honorários advocatícios pelo agravante, estes em R$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 20, parágrafo 4º, do CPC.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3382)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 909.625 - SP (2007/0119041-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP
ADVOGADO	: LUIZ OTAVIO BOAVENTURA PACIFICO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RAMON CONSTANTINO OLIVEIRA VARELA
ADVOGADO	: MARIA LUIZA DE OLIVEIRA CUSTÓDIO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela Telecomunicações de São Paulo S/A Telesp contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no qual se alega negativa de vigência aos arts. 215 e 219, § 3º, do Código de Processo Civil, 12, inc. VI, e 944, **caput**, do Código Civil, bem como divergência jurisprudencial.
O acórdão recorrido restou assim ementado, **litteris** (fl. 21):

"NULIDADE DA CITAÇÃO - Citação recebida por funcionário de uma das agências da ré-Aplicação da teoria da aparência - Citação válida e revelia caracterizada.
ACIDENTE DE TRÂNSITO - Acidente causado por fiação que caiu do poste para atingir a área de passagem dos veículos - Autor atingido pelo fio quando conduzia a sua moto - Responsabilidade objetiva da ré e presunção de veracidade dos fatos em razão da revelia - Sentença de procedência mantida, mas reduzida a indenização pelos danos morais para cinqüenta salários mínimos - Rendimentos do autor não demonstrados - lucros cessantes indevidos - Recurso da ré parcialmente provido, mas negado provimento ao recurso adesivo interposto pelo autor."

A insurgência não merece prosperar.
De fato, a apreciação das razões trazidas na petição do recurso especial, implica, necessariamente, o reexame de matéria fático-probatória constante dos autos, impossível na via estreita do recurso especial, ao teor do disposto na Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.
Por outro lado, o valor do dano moral fixado pelo sentença e mantido pelo acórdão não se mostra abusivo, e, conseqüentemente, não merece a intervenção do STJ.
Quanto à divergência jurisprudencial, a agravante descumpriu as exigências dos arts. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e 255 do RISTJ, quando não demonstrou claramente a semelhança entre o acórdão recorrido e as decisões trazidas como paradigmas, não comportando trânsito o apelo nobre.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 10 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3383)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 910.001 - RS (2007/0100506-5)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOEL ANAPIO DE OLIVEIRA FORTUNATO
ADVOGADO	: VILSO PIAS

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Brasil Telecom S/A contra decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 3º, 47, 165, 267, VI, 458, II, 467, 468 e 535 do CPC e 1º, 12, 229, § 5º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Não procede a afirmação de coisa julgada feita pela agravante, pois não há identidade entre as ações por ela mencionadas, já que seus pedidos são distintos. A certeza sobre essa questão somente é possível com o cotejo entre as ações que os julgaram, mas a agravante não trouxe aos autos a cópia do julgado que induziria a coisa julgada. Incide, na hipótese, o enunciado da súmula 288/STF.
Nem há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3384)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 910.456 - SP (2007/0156796-5)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: MARIA APARECIDA MOURA MARTINS E OUTRO
ADVOGADO	: WLADIMIR VALLER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: NELSON BUGANZA JUNIOR E OUTRO(S)
INTERES.	: ROSA OLÍVIA GENGHINI E OUTROS
ADVOGADO	: NAZÁRIO GUIRAO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado pela Maria Aparecida Moura Martins e outro contra decisão que inadmitiu recurso especial.
A cópia do acórdão recorrido, mencionado no art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil, deve ser juntado aos autos na sua integralidade, ou seja, deverá conter o relatório, o voto e a ementa. Sendo a sentença adotada como parte do relatório, obrigatório é o seu traslado, na medida em que a falta de tal documento torna impossível a exata compreensão da controvérsia. Nesse sentido: AgRg no AG n. 308.560/SP, 3ª Turma, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 06.11.2000.
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3385)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 910.511 - MG (2007/0151745-2)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BENEDICTO MESTIERI
ADVOGADO	: LUIZ EDUARDO ANDRADE MESTIERI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: ANTONIO JONAS MADRUGA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Benedicto Mestieri contra decisão que inadmitiu recurso especial.
A cópia do acórdão recorrido, mencionado no art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil, deve ser juntado aos autos na sua integralidade, ou seja, deverá conter o relatório, o voto e a ementa. Sendo a sentença adotada como parte do relatório, obrigatório é o seu traslado, na medida em que a falta de tal documento torna impossível a exata compreensão da controvérsia. Nesse sentido: AgRg no AG n. 308.560/SP, 3ª Turma, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 06.11.2000.
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 10 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3386)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 912.154 - RS (2007/0137206-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FERRAGEM GERAL LTDA
ADVOGADO	: LUIZ CARLOS FINK
INTERES.	: CELULAR CRT S A

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 3º, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II, e 535 do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117, do Código Civil; ao inciso I, do artigo 131, do Código Comercial e aos arts. 2º, e 3º do Código de Defesa do Consumidor, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que, mesmo não examinando os dispositivos legais levantados nos embargos de declaração, dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.

Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa da agravada, uma vez que legítima para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Infrutífera a alegação de prescrição inserta no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976 (redação dada pela Lei n. 10.303/2001), pois não se trata de direito societário, mas pessoal, porquanto não está o postulante na condição de acionista. Nesse sentido: (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
No que se refere à aplicação do direito consumerista, já decidiu esta Colenda Corte, na assentada de 13.8.2003 da 2ª Seção, por unanimidade, no julgamento do REsp n. 470.443/RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, que o contrato de participação financeira, por envolver o fornecimento de serviço de telefonia, embutido no investimento remuneratório das ações subscritas, está sob o manto da lei especial do consumidor, DJU de 22.9.2003.
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3387)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 912.760 - SP (2007/0126866-1)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: MARIA OSIONE FERREIRA NUNES E OUTRO
ADVOGADO	: MARCO ANTONIO PAULO
AGRAVADO	: AMAURÍ VAZ DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: LUIZ PAULO ARIAS E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO ENQUANTO PENDENTES DE JULGAMENTO OS EMBARGOS INFRINGENTES. INTEMPESTIVIDADE. ART. 498 DO CPC. AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento, interposto por MARIA OSIONI FERREIRA NUNES E ALBERTINA FERREIRA NUNES, contra decisão do e. Desembargador Presidente do e. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negou seguimento ao recurso especial fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal.
É o relatório.
Decido.
2. Importante notar qua a interposição do recurso especial (fls. 31) ocorreu na mesma data da interposição dos embargos infringentes (fls.21), qual seja, 15 de setembro de 2006. Dessa forma, não como se conhecer do recurso especial, em razão da sua interposição ter ocorrido em data anterior à publicação do acórdão dos embargos infringentes.
Com efeito, prescreve o art. 498 do CPC que, existindo acórdão parcialmente unânime e parcialmente por maioria de votos, e opostos os infringentes, "o prazo para recurso extraordinário ou recurso especial, relativamente ao julgamento unânime, **ficará sobrestado até a intimação da decisão nos embargos**". (grifo nosso)
In casu, o agravante apresentou o recurso especial em 15.09.2006, enquanto pendentes de julgamento os embargos infringentes, cujo acórdão somente foi publicado em 18.12.2006, o que revela a intempestividade do especial.
Nesse sentido:
"AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO EXAURIMENTO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. Nos termos do art. 498 do CPC, com a redação conferida pela Lei n. 10.352/2001, é prematura a interposição de recurso especial antes do julgamento dos embargos infringentes, momento em que ainda não esgotada a instância ordinária. Subsistente o fundamento do decisório agravado, nega-se provimento ao agravo." (AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 641.118 - RJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJ 21.03.2005)

3. Confira-se, a respeito, o entendimento de Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery:
"**6. Interposição de RE e/ou REsp da parte unânime. Termo inicial do prazo.** O *dies a quo* do prazo para interpor-se RE e/ou REsp da parte unânime do acórdão recorrido é o dia da intimação do acórdão que julgou os EI. Deve aguardar-se o julgamento dos EI e, com a intimação do acórdão que os julgou, inicia-se o prazo para a interposição (se cabíveis) dos RE e/ou REsp, de toda a matéria julgada na instância ordinária (...)
8. Não interposição de EI. Quando não se interpuser EI contra o acórdão que contiver parte unânime, esse acórdão pode ser, em tese, impugnável por RE e/ou REsp (...). Contudo, o prazo para interposição dos RE e/ou REsp conta-se a partir do trânsito em julgado do acórdão que poderia ter sido impugnado por EI. As partes têm de aguardar quinze dias para saber se houve ou não interposição de EI. Somente depois de decorrido esse prazo e, verificada a não interposição de EI, é que começará a contar o prazo para a interposição dos RE e/ou REsp." (*in* Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante, RT, São Paulo, 2006, pg. 715)

4. Do exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3388)

RECURSO ESPECIAL Nº 912.879 - RN (2006/0279031-0)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: UNIDAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA
ADVOGADO	: JOSÉ WILTON FERREIRA
RECORRIDO	: MAX PEREIRA PINTO DE SOUZA E OUTROS
ADVOGADO	: PAULO DE MEDEIROS FERNANDES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos, etc.
Homologo, para que produza os efeitos de direito, a desistência deste recurso, formalizada pela recorrente (fl. 574), com fundamento nos artigos 34, inciso IX, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, e 501 do Código de Processo Civil.
P.I.
Brasília, 08 de setembro de 2007.

Ministro MASSAMI UYEDA
Relator

(3389)

RECURSO ESPECIAL Nº 913.549 - RS (2006/0284496-7)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: GILBERTO EIFLER MORAES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CARMELA CAROLINA COVELLO
ADVOGADO	: LUÍS GUSTAVO SCHWENGBER

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - INOCORRÊNCIA - LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS - INADMISSIBILIDADE - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS - PRÉVIA PACTUAÇÃO - COBRANÇA - POSSIBILIDADE NOS CONTRATOS FIRMADOS APÓS A EDIÇÃO DA MP Nº 1.963-17, DE 30 DE MARÇO DE 2000 (reeditada pela MP Nº 2.170-36/2001) RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo BANCO DO BRASIL S/A (art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal) em que se alega ofensa aos artigos 458, II, e 535, II, do Código de Processo Civil; 4º, IX, da Lei n. 4.595/64; 5º da Medida Provisória n. 2.170-36/2001; aos enunciados ns. 294 e 296/STJ e 596/STF; e à resolução n. 1.064/85 do CMN, além de dissídio jurisprudencial.
Verifica-se, da análise dos autos, que a ação revisional de contrato de abertura de crédito ajuizada pela recorrida em face do recorrente restou julgada improcedente em primeiro grau de jurisdição (fls. 192/198). Interposto recurso de apelação pela ora recorrida, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul conferiu-lhe parcial provimento (fls. 533/539). Opostos embargos de declaração, foram eles desacolhidos (fls. 553/561).
Busca o recorrente a reforma do *decisum*, alegando, preliminarmente, negativa de prestação jurisdicional. Insurge-se, em síntese, contra a limitação dos juros remuneratórios à taxa Selic e o afastamento da capitalização mensal dos juros (fls. 566/585).
A recorrida apresentou contra-razões (fls. 595/600), recebendo o recurso juízo positivo de admissibilidade do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (fls. 602/603).
É o relatório.
O recurso especial merece provimento.
Com efeito.
Inicialmente, observa-se, da análise dos autos, que não há se alegar, como quer o recorrente, negativa de prestação jurisdicional. *In casu*, embora o resultado não tenha sido favorável ao ora recorrente, o Tribunal *a quo* analisou todos os temas relevantes suscitados pelas partes.
Na realidade, o órgão julgador não é obrigado a se manifestar sobre todos os pontos alegados pelas partes, mas somente sobre aqueles que entender necessários para o julgamento do feito, de acordo com seu livre convencimento fundamentado (CPC, art. 131), utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso (nesse sentido: STJ, AgRg no Ag nº 638.361/PB, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, v.u., j. 03/03/2005, DJ 19/12/2005; STJ, AgRg no REsp nº 705.187/SC, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, v.u., j. 15/09/2005, DJ 26/09/2005).
Assim, resultado diferente do pretendido pela parte não implica, necessariamente, omissão ou ofensa à legislação infraconstitucional.
Em referência aos juros remuneratórios, a Segunda Seção deste egrégio Superior Tribunal entende que não incide a limitação a 12% ao ano, prevista no Decreto nº 22.626/33, salvo hipóteses legais específicas, visto que as instituições financeiras, integrantes do Sistema Financeiro Nacional, são regidas pela Lei nº 4.595/64. Nota-se que cabe ao Conselho Monetário Nacional limitar tais encargos, aplicando-se a Súmula nº 596 do STF. Veja-se, mais, que este entendimento não foi alterado após a vigência do Código de Defesa do Consumidor, cujas normas também se aplicam aos contratos firmados por instituições bancárias. E a fim de se harmonizarem os referidos diplomas legais, aquele Órgão Julgador consagrou a manutenção dos juros no percentual avençado pelas partes, desde que não reste sobejamente demonstrada a exorbitância do encargo (v.g. AgRg REsp nº 590.573/SC, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, DJU 25.05.2004).
Ademais, a autorização do Conselho Monetário Nacional para a livre contratação dos juros remuneratórios só se faz necessária em hipóteses específicas, decorrentes de expressa exigência legal, tais como nas cédulas de crédito rural, industrial ou comercial. Assim, resta dispensada a prova de prévia autorização do CMN para fixar a taxa de juros além do patamar legal no caso em concreto (v.g. AgRg nos EDcl no Resp 492.936/RS, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 22.11.2004).
Constata-se, outrossim, que é assente neste colegiado o entendimento no sentido de que a Taxa Selic não representa a taxa média praticada pelo mercado, sendo, portanto, inviável sua utilização como parâmetro de limitação de juros remuneratórios. Nesse sentido: REsp. n.º 865.977/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, DJ de 3.10.2006, AgRgREsp. n.º 815.395/RS, relator Ministro Aldir Passarinho Junior, DJ de 19.6.2006 e REsp. n.º 835.879/RS, relator Ministro Cesar Asfor Rocha, DJ de 27.9.2006.
Em relação à capitalização mensal de juros, o entendimento prevalecente nesta Corte era no sentido de que esta somente seria admitida em casos específicos, previstos em lei (cédulas de crédito rural, comercial e industrial), conforme a Súmula n° 93/STJ. Com a edição da Medida Provisória nº 1.963-17, de 30 de março de 2000 (reeditada pela Medida Provisória nº 2.170-36/2001), passou-se a admitir a capitalização mensal aos contratos firmados posteriormente à sua entrada em vigor, desde que haja previsão contratual.
Assim sendo, amparado no artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dá-se provimento ao recurso especial, para validar os juros remuneratórios contratados e admitir a capitalização mensal dos juros remuneratórios nos contratos firmados após 30 de março de 2000, invertidos os ônus sucumbenciais.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3390)

RECURSO ESPECIAL Nº 913.638 - RS (2007/0000542-6)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI
ADVOGADO	: FABRÍCIO ZIR BOTHOMÉ E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PAULO GARAGORRI LAGO
ADVOGADO	: ELISA MÁRA SOARES DE SOUZA E OUTRO

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - PREVIDÊNCIA PRIVADA - RESTITUIÇÃO DE VALORES REFERENTES A CONTRIBUIÇÕES PAGAS À ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL - SÚMULA 291/STJ - RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pela CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, no qual alegou violação dos artigos 2º, 128, 460 e 535, II, do Código de Processo Civil; 42, V, da Lei n. 6.435/77; 31, § 2º, do Decreto n. 81.240/78; 18, § 3º, 19 e 75 da LC n. 109/01 e 103 da Lei n. 8.213/01 , bem como divergência jurisprudencial.
Sustenta a recorrente, em síntese, que, ao contrário do que afirmou o acórdão recorrido, a prescrição para o ajuizamento da ação de cobrança de diferenças de correção monetária sobre valores resgatados por antigos associados não é vintenária, mas qüinqüenal, nos termos da jurisprudência desta Corte.

O recorrido apresentou contra-razões às fls. 587/602.
É o relatório.
O inconformismo merece prosperar.
Com efeito.
Os elementos existentes nos autos dão conta de que o acórdão recorrido, na ação de cobrança de correção monetária incidente sobre a devolução de contribuições pessoais para plano de previdência privada proposta em face da CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI, decidiu, no que interessa, que o prazo prescricional segue as regras do Código Civil, sendo, portanto, vintenário.
Veja-se que este Tribunal entende ser qüinqüenal a prescrição relativa ao recebimento de diferenças no montante devido aos beneficiários de previdência privada.
Esse entendimento restou cristalizado na Súmula n. 291 do STJ, *in verbis*: *"A ação de cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria pela previdência privada prescreve em cinco anos."*
Note-se, todavia, que o início da contagem do prazo deve levar em consideração a data da restituição das contribuições feitas ao ex-empregado, pois é a partir desse marco que surge o direito de postular as diferenças em face do recebimento a menor do que o efetivamente devido.
In casu, os elementos existentes nos autos demonstram que o recorrido recebeu a reserva de poupança em 10.08.1995 (fls. 184/187) , razão pela qual está prescrito o direito de reclamar eventuais diferenças de correção monetária, visto que a demanda somente foi ajuizada em 20.10.2004. Confira-se, sobre o tema, o seguinte julgado desta Corte:
"CIVIL E PROCESSUAL. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. DESLIGAMENTO DO EMPREGADO. DEVOLUÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES. AÇÃO QUE POSTULA DIFERENÇAS. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. INOCORRÊNCIA. LEIS NS. 6.435/77, 8.213/91. LC N. 109/2001. CC, ART. 177. TERMO INICIAL. I. A prescrição das ações que discutem direitos advindos de Previdência Complementar é de cinco anos e não vintenária, sendo inaplicável à espécie o art. 177 do Código Civil. II. Inobstante o reconhecimento da aplicabilidade do prazo mais breve, a sua fluição, no caso dos autos, se dá a partir da data da restituição das contribuições feitas à ex-empregada, quando, então, surgiu o seu direito de postular as diferenças em face do recebimento a menor do que o efetivamente devido. III. Ajuizada a ação em lapso inferior a cinco anos a contar daquele termo, é de ser afastada a prejudicial. IV. Recurso especial conhecido e improvido"
(REsp. 466.693/PR, rel. Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJ de 22.09.2003).

Assim sendo, autorizado pelo art. 557, § 1º-A, do CPC, dá-se provimento ao recurso especial, para reconhecer a ocorrência da prescrição qüinqüenal, julgando-se improcedente o pedido, nos termos do art. 269, IV, do CPC.
O recorrido arcará com as custas e os honorários advocatícios, este últimos fixados em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se, todavia, o disposto no art. 12 da Lei n. 1.060/50.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 06 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
RELATOR

(3391)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 913.806 - RS (2007/0092327-9)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SIMONE GUIDOLIN
ADVOGADO	: ADIS PERTILE

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 165, 267, VI, 269, IV, e 458, II, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 168, 170, § 1º, 286 e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117 do Código Civil e 131, I, do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Não procede também a alegação de prescrição prevista no art. 286 da Lei n. 6.404/1976, pois a presente ação não objetiva a anulação de deliberação da assembléia e sim a diferença de subscrição de ações. Da mesma forma, infrutífera a argüição da prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa da parte agravada, uma vez que legítima para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3392)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 914.262 - SP (2007/0148251-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: OSIRIS CIRILO DINIZ
ADVOGADO	: LUIZ DE SOUZA
AGRAVADO	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: ELVIO HISPAGNOL E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Osiris Cirilo Diniz contra decisão que negou seguimento a recurso especial, interposto pela alínea "a", do permissivo Constitucional, no qual se alega violação aos artigos 535, do Código de Processo Civil, 1º, 6º, V, 51, IV, §§ 1º e 3º, do Código de Defesa do Consumidor, 1º, 6º, da Lei de Introdução ao Código Civil, e 5º, do Decreto 22.626/33, além do dissídio jurisprudencial.
O acórdão recorrido restou assim ementado (fl. 94):

"Ação de revisão de contrato e de saldo devedor - Contrato de financiamento imobiliário, com garantia hipotecária - Existência de cláusula contratual expressa autorizando a atualização das prestações pelo mesmo índice utilizado para o reajuste dos depósitos em caderneta de poupança - Possibilidade de utilização da TR como índice de atualização monetária - Legalidade da capitalização dos juros, reconhecida - Prevalência das cláusulas e condições, livremente, pactuadas pelas partes, no contrato - Cerceamento de defesa não configurado - Nulidade da sentença afastada - Ação julgada improcedente - Recurso não provido."

Parcial razão assiste ao agravante.
Com efeito, dentre as questões discutidas uma delas diz respeito à capitalização dos juros remuneratórios. Esta Corte admite a cobrança dos juros compensatórios na forma capitalizada em certos e determinados casos, mormente no tocante à data da assinatura da avença.
Nesses termos, não obstante alegar o recorrente que o contrato foi firmado anteriormente à Medida Provisória 1.963-17/00, mesmo em embargos de declaração, pelo que seria esta inaplicável, permaneceu silente a instância derradeira acerca dessa questão fática, à qual não é dado a esta Corte o reexame. Destarte, reputo violado o artigo 535, do Código de Processo Civil, em virtude da omissão apontada.
Ante ao exposto, atento ao artigo 544, § 3º, do Código de Processo Civil, conheço do presente agravo e dou parcial provimento ao próprio recurso especial, para o fim de cassar o acórdão proferido em embargos de declaração e determinar que outro seja confeccionado, nos termos da fundamentação supra. Prejudicadas as demais questões.
Publique-se.
Brasília (DF), 03 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3393)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 915.095 - GO (2007/0098548-2)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE GOIÁS - PREBEG
ADVOGADO	: JOSÉ MARTINS FERREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IVANETE CAMPOS DA SILVA
ADVOGADO	: VALDECY DIAS SOARES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Estado de Goiás - PREBEG contra decisão que negou seguimento a recurso especial, interposto pela alínea "a", do permissivo Constitucional, no qual se alega violação aos artigos 535, 557, do Código de Processo Civil, 42, V, da Lei 6.435/77, 20, 31, § 2º, do Decreto 81.240/78, 103, da Lei 8.213/91, e 103, da Lei Complementa 75.
O acórdão recorrido restou assim ementado (fls. 91/92):

"AGRAVO - CPC, ARTIGO 557, § 1º NEGATIVA DE SEGUIMENTO A RECURSO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. I - Perfeitamente aplicável ao caso concreto o artigo 557, caput do código de processo civil, que permite ao relator julgar monocraticamente, evitando assim o inchaço na pauta e imprimindo celeridade aos feitos. II - De natureza civil a contribuição complementar de previdência privada, cuja obrigatoriedade decorre da vontade dos particulares, de onde resulta o caráter pessoal do direito invocado, aplicando-se a prescrição vintenária. III - A correção monetária incide livre de expurgos, pois ao contrário, resultaria em recomposição não integral do patrimônio do credor, proporcionando, em contrapartida, o enriquecimento sem causa do devedor. IV - Limitando-se a agravante a reiterar razões já examinadas na decisão monocrática que negou seguimento ao apelo, e de se manter o ato, máxime se não demonstrado fato novo a embasar a pretensão recursal. Precedentes. V - Agravo improvido."

A irresignação não merece acolhida.
Nenhuma omissão, contradição ou obscuridade há no aresto vergastado, tendo decidido meramente contrário aos interesses do agravante. Consigne-se, ademais, que o juízo não está compelido a se manifestar sobre todas as teses defendidas pelas partes, senão sobre aquelas indispensáveis à solução da controvérsia. Nesse sentido, confira-se:

"PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - NEGATIVA DE PROVIMENTO - AGRAVO REGIMENTAL - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ART. 535, CPC - OMISSÃO INEXISTENTE - OFENSA AOS ARTS. 165 E 458, II E III, CPC - INEXISTÊNCIA - CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO CONDICIONADA AO RECEBIMENTO DE INDENIZAÇÃO - REVISÃO POR ESTA CORTE - REEXAME DOS FATOS DA CAUSA - SÚMULA 7/STJ - DESPROVIMENTO.
1 - Não se verificou a suposta violação ao art. 535, CPC, porquanto as questões submetidas ao Tribunal de origem foram suficiente e adequadamente tratadas. Outrossim, inexistiu ofensa aos arts. 165 e 458, II, e III, do mesmo diploma legal, tendo em vista que o órgão julgador não está obrigado a se manifestar sobre todos os argumentos colacionados pelas partes para expressar o seu convencimento, bastando, para tanto, pronunciar-se de forma geral sobre as questões pertinentes para a formação de sua convicção.
2 - Segundo o v. acórdão hostilizado, as partes, ao convencionarem os honorários, condicionaram o cumprimento da obrigação ao recebimento de indenização. Assim, apenas com a efetivação do pagamento da indenização, poderia o recorrente pleitear o direito, que, até então, é uma expectativa. Desconstituir tal fundamentação demandaria, inegavelmente, o reexame do conteúdo fático-probatório dos autos, o que é vedado face à incidência da Súmula 07/STJ.
3 - Agravo regimental desprovido."
(AgRg no Ag 619312/MG, Rel. Min. Jorge Scartezzini, Quarta Turma, Unânime, DJ 08.05.2006 p. 217)

Quanto à alegação de violação ao artigo 557, do Diploma Processual, a confirmação da decisão pelo órgão colegiado competente afasta eventual mácula que possa ter havido no provimento judicial monocrático. Veja-se:

"PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. APLICAÇÃO DO ART. 557 DO CPC. POSSIBILIDADE. TUTELA ANTECIPADA. MEIOS DE COERÇÃO AO DEVEDOR (CPC, ARTS. 273, §3º E 461, §5º). FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELO ESTADO. BLOQUEIO DE VERBAS PÚBLICAS. CONFLITO ENTRE A URGÊNCIA NA AQUISIÇÃO DO MEDICAMENTO E O SISTEMA DE PAGAMENTO DAS CONDENAÇÕES JUDICIAIS PELA FAZENDA. PREVALÊNCIA DA ESSENCIALIDADE DO DIREITO À SAÚDE SOBRE OS INTERESSES FINANCEIROS DO ESTADO.
1. É pressuposto de admissibilidade do recurso especial a adequada indicação da questão controvertida, com informações sobre o modo como teria ocorrido a violação aos dispositivos de lei federal (Súmula 284/STF).
2. O caput do art. 557 do CPC autoriza o relator a negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

3. Não ofende o art. 557, caput, do CPC, portanto, a decisão monocrática de relator que nega seguimento a recurso com base no confronto com a jurisprudência dominante do Tribunal. Eventual questão da nulidade da decisão monocrática fica superada com a reapreciação do recurso pelo órgão colegiado, na via de agravo regimental.
3. É cabível, inclusive contra a Fazenda Pública, a aplicação de multa diária (astreintes) como meio coercitivo para impor o cumprimento de medida antecipatória ou de sentença definitiva de obrigação de fazer ou entregar coisa, nos termos dos artigos 461 e 461A do CPC. Precedentes.
4. Em se tratando da Fazenda Pública, qualquer obrigação de pagar quantia, ainda que decorrente da conversão de obrigação de fazer ou de entregar coisa, está sujeita a rito próprio (CPC, art. 730 do CPC e CF, art. 100 da CF), que não prevê, salvo excepcionalmente (v.g., desrespeito à ordem de pagamento dos precatórios judiciários), a possibilidade de execução direta por expropriação mediante seqüestro de dinheiro ou de qualquer outro bem público, que são impenhoráveis.
5. Todavia, em situações de inconciliável conflito entre o direito fundamental à saúde e o regime de impenhorabilidade dos bens públicos, prevalece o primeiro sobre o segundo. Sendo urgente e impostergável a aquisição do medicamento, sob pena de grave comprometimento da saúde do demandante, não se pode ter por ilegítima, ante a omissão do agente estatal responsável, a determinação judicial do bloqueio de verbas públicas como meio de efetivação do direito prevalente.
6. Recurso especial a que se nega provimento."
(REsp 824406/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, Unânime, DJ 18.05.2006 p. 204)

No que toca ao artigo 31, § 2º, do Decreto 81.240/78, nenhum argumento colacionou a agravante em torno da alegada violação, sequer referindo-se no pedido sobre o tema de que trata o dispositivo indicado, senão quanto à defendida prescrição, pelo qual não é possível a exata compreensão da causa, incidindo o enunciado n. 284, da Súmula do Excelso Pretório. Nesse sentido, confira-se:

"AGRAVO. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO N. 284/STF. RECURSO DESPROVIDO.
I - Não logrando o agravante trazer argumentos hábeis a ensejar a modificação da decisão impugnada, fica ela mantida por seus próprios fundamentos.
II - Não apontadas razões a demonstrar violação da legislação federal, impedindo a exata compreensão da controvérsia, incide o enunciado n. 284 da súmula/STF.
III - Cabe ao recorrente manifestar embargos declaratórios para suprir eventual omissão quanto a matéria não apreciada no recurso especial."(AgRg no REsp 328373/SP, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, Quarta Turma, Unânime, DJ 18.02.2002 p. 457)

No mais, a insurgência é contra aresto que concluiu pela "aplicação do prazo prescricional vintenário" (fl. 64) em ação contra a entidade de previdência complementar e determinou que os "resíduos inflacionários, decorrentes de planos econômicos devem ser incorporados aos depósitos, sob pena de locupletamento ilícito" (fl. 67).
No que pertine à defendida prescrição, a despeito do entendimento adotado pela instância derradeira não estar em consonância com a jurisprudência deste Superior Sodalício, tenho que, aplicando-se o direito à espécie, o interessa da autora, ora agravada, não encontrou a prescrição.
Narram os autos que a recorrida desligou-se do do Banco do Estado de Goiás em setembro de 2.002 (fl. 15), sendo certo que a sentença foi prolatada em março de 2.006 (fl. 20). Destarte, a prescrição qüinqüenal, que tem como termo inicial o momento do recebimento a menor dos valores devidos, não havia ocorrido, haja vista que nada nos autos indica ter a agravada recebido qualquer verba por parte da entidade recorrente antes do seu desemprego.
Por fim, no que concerne à correção monetária, é Sumulada a orientação jurisprudencial desta Corte no sentido de que os valores a serem devolvidos pela segurada devem ser objeto de correção plena, afastando-se quaisquer disposições estatutárias em contrário. Sobre ambas as questões, confira-se:

"PREVIDÊNCIA PRIVADA. DESLIGAMENTO. DEVOLUÇÃO. DIFERENÇAS. PRESCRIÇÃO. PRAZO. CINCO ANOS. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA.
1. É de cinco anos o prazo de prescrição para cobrar eventuais diferenças no montante devolvido ao beneficiário de previdência privada, em virtude de seu desligamento do plano.
2. O termo inicial para a contagem do prazo prescricional é aquele em que devolvidos os montantes aos autores, pois dali surgiu o direito de acionar a ré por alguma diferença havida (actio nata).
3. Prescrição reconhecida relativamente a um dos autores.
4. "A restituição das parcelas pagas a plano de previdência privada deve ser objeto de correção plena, por índice que recomponha a efetiva desvalorização da moeda." (súmula 289/STJ).
5. A Segunda Seção tem entendimento assente no sentido de que, no cálculo da correção monetária dos valores resgatados pelos associados a plano de previdência privada, quando do seu desligamento, incluem-se os denominados "expurgos inflacionários", ainda que o estatuto da entidade disponha de forma diversa.
6. Recurso conhecido em parte e, nessa extensão, provido."
(REsp 750039/MG, Rel. Min. Fernando Gonçalves, Quarta Turma, Unânime, DJ 26.09.2005 p. 403)

Ante o exposto, nego provimento ao presente agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3394)

RECURSO ESPECIAL Nº 915.282 - RS (2007/0004726-7)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: BANCO BMG S/A
ADVOGADO	: ANDRÉ LUÍS SONNTAG E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CRISTINA LEITE DO AMARAL
ADVOGADO	: LARRI DOS SANTOS FEULA E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS - PRÉVIA PACTUAÇÃO - COBRANÇA - POSSIBILIDADE NOS CONTRATOS FIRMADOS APÓS A EDIÇÃO DA MP Nº 1.963-17, DE 30 DE MARÇO DE 2000 (reeditada pela MP Nº 2.170-36/2001) - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - LICITUDE NA COBRANÇA, NÃO CUMULADA COM OS DEMAIS ENCARGOS DA MORA, CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS REMUNERATÓRIOS E LIMITADA À TAXA DE JUROS PREVISTA NO CONTRATO PARA O PERÍODO DA NORMALIDADE - REPETIÇÃO DO INDÉBITO - PROVA DO PAGAMENTO EM ERRO - DESNECESSIDADE - RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo BANCO BMG S/A (art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal) em que se alega ofensa aos artigos 5º da Medida Provisória n. 2.170-36/2001; 10, IX e X, da Lei n. 4.595/64; 368 e 877 do Código Civil; aos enunciados ns. 30, 294 e 296 da Súmula/STJ e 596 da Súmula/STF; e às resoluções ns. 1.129 e 1.572 do Bacen, além de dissídio jurisprudencial.
Verifica-se, da análise dos autos, que a ação revisional de contrato de cartão de crédito ajuizada pela recorrida em face do recorrente restou julgada parcialmente procedente em primeiro grau de jurisdição (fls. 166/171). Interpostos recursos de apelação por ambas as partes, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul conferiu parcial provimento ao recurso da mutuária e negou provimento ao apelo da instituição financeira (fls. 221/227).
Busca o recorrente a reforma do *decisum*, insurgindo-se, em síntese, contra o afastamento da capitalização mensal dos juros e da comissão de permanência, e a possibilidade de repetição do indébito e compensação de valores (fls. 238/251).
A recorrida não apresentou contra-razões (fl. 258), recebendo o recurso juízo positivo de admissibilidade do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (fls. 259/261).
É o relatório.
O recurso especial merece parcial provimento.
Com efeito.
Em relação à capitalização mensal de juros, o entendimento prevalecente nesta Corte era no sentido de que esta somente seria admitida em casos específicos, previstos em lei (cédulas de crédito rural, comercial e industrial), conforme a Súmula n° 93/STJ. Com a edição da Medida Provisória nº 1.963-17, de 30 de março de 2000 (reeditada pela Medida Provisória nº 2.170-36/2001), passou-se a admitir a capitalização mensal aos contratos firmados posteriormente à sua entrada em vigor, desde que haja previsão contratual.
Relativamente à comissão de permanência, o entendimento predominante nesta Turma é no sentido de ser lícita a sua cobrança após o vencimento da dívida. A comissão deve observar a taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa de juros prevista para o período da normalidade, não podendo, entretanto, ser cumulada com a correção monetária nem com os juros remuneratórios, nos termos das Súmulas 30, 294 e 296 do STJ. De acordo com entendimento desta Seção, ainda, a cobrança da comissão de permanência não pode coligir com os encargos decorrentes da mora, como os juros moratórios e a multa contratual (c.f. AgRg no REsp n° 712.801/RS, Rel. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 04.05.2005).

Presente a incidência de quaisquer desses encargos após a caracterização da mora, devem ser afastados, mantendo-se tão-somente a comissão de permanência (cfr: AgRgAg no REsp. n.º 805.874/RS, relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJ de 19.6.2006 e AgREsp. n.º 828290/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, DJ de 26.6.2006), o que torna, inclusive, prejudicada a análise de quaisquer desses encargos.
Por fim, relativamente à repetição do indébito, o entendimento do Tribunal *a quo* encontra-se em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que já se pronunciou no sentido de admitir-se a repetição do indébito independentemente da prova de que o pagamento tenha sido efetuado em erro, visando, sobretudo, evitar o enriquecimento ilícito da instituição financeira, em detrimento do contratante, nos termos da Súmula nº 322, *in verbis: "Para a repetição do indébito, nos contratos de abertura de crédito em conta-corrente, não se exige a prova do erro"*.
Assim sendo, amparado no artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dá-se parcial provimento ao recurso especial, para admitir a capitalização mensal dos juros remuneratórios nos contratos firmados após 30 de março de 2000 e permitir a cobrança da comissão de permanência, à taxa média de mercado, limitada à taxa do contrato prevista para o período da normalidade, não cumulada com os juros remuneratórios, a multa contratual, os juros de mora e a correção monetária.
Em razão da sucumbência recíproca, as partes arcarão com as custas e os honorários advocatícios**,** na proporção de 10% pelo recorrente e 90% pela recorrida, estes últimos nos moldes fixados no v. acórdão recorrido, admitindo-se a compensação, nos termos da lei. Por ser a recorrida beneficiária da assistência judiciária gratuita (fl. 171v), fica suspensa a exigibilidade das custas judiciais e dos honorários advocatícios, nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/50.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3395)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 915.512 - SP (2007/0139981-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: EVANGELISTA RODRIGUES
ADVOGADO	: ELIAS CARDOSO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: NELSON BUGANZA JUNIOR E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Evangelista Rodrigues contra decisão que inadmitiu recurso especial.
Está correta a decisão agravada. O recurso especial é manifestamente incabível, vez que foi interposto de decisão monocrática, a qual não se enquadra no permissivo constitucional, que tem como um dos pressupostos para a sua utilização o exaurimento das vias ordinárias. Nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: AgRg no AG n. 177.954/RN, Rel. Min. Waldemar Zveiter, 3ª Turma, DJ de 08.03.2000; REsp n. 90.499/PE, Rel. Min. Vicente Leal, 6ª Turma, DJ de 09.12.1997; AgRg no AG n. 168.017/RS, Rel. Min. Fernando Gonçalves, 6ª Turma, DJ de 06.04.1998 e AgRg no AG n. 403.944/RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, DJ de 29.10.2001.
Diante do exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3396)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 915.957 - SP (2007/0153336-5)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: TRANSPORTADORA AL LTDA
ADVOGADO	: CARLOS HENRIQUE R COSTA
AGRAVADO	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: ANA DIVA TELES RAMOS EHRICH E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROCESSUAL CIVIL - INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL ANTES DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AUSÊNCIA DE REITERAÇÃO POSTERIOR - INTEMPESTIVIDADE EVIDENCIADA - RECURSO IMPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela TRANSPORTADORA AL LTDA contra decisão que negou seguimento a recurso especial com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.
É o relatório.
O agravo não merece ser provido.
Com efeito.
Compulsando-se os autos, observa-se que o apelo especial foi interposto extemporaneamente em 15/9/2006 (fl. 133), enquanto o acórdão dos embargos declaratórios, que integra o acórdão recorrido, proferido pelo Tribunal *a quo*, foi publicado no dia 26/9/2006 (fl. 119).
Esta Corte firmou jurisprudência no sentido de que é extemporâneo o recurso interposto antes da publicação da decisão a que se opõe, salvo se houver reiteração posterior, o que, na espécie, não se verificou.
Nesse sentido, assim já se decidiu:

"PROCESSO CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - RESPONSABILIDADE CIVIL - INTERPOSIÇÃO ANTERIOR AO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - EXTEMPORANEIDADE - REITERAÇÃO - INOCORRÊNCIA.
1 - Conforme entendimento desta Corte, é extemporâneo o recurso especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, em face de sua natureza integrativa do acórdão que lhe deu origem, salvo se houver reiteração posterior.
2 - In casu, o segundo recurso especial interposto pela recorrente não se trata de reiteração, porquanto os argumentos nele esposados são novos.
3 - Agravo regimental desprovido." (AgRg no AG 801574/RJ, Relator Ministro Jorge Scartezzini, Quarta Turma, DJ de 5/2/2007. pág. 252).

Corroboram esse entendimento os seguintes julgados: AgRg no REsp 811696/RJ, Relatora Ministra Nancy Andrighi, 3ª Turma, v.u., j. 19/9/2006, DJ 2/10/2006, pág. 278; AgRg no Ag 647312/RJ, Relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, 3ª Turma, v.u., j. 18/10/2005, DJ 1º/2/2006, pág. 534; e, AgRg no Ag 643825/MG, Relator Ministro Castro Filho, 3ª Turma, v.u., j. 29/11/2005, DJ 19.12.2005, pág 399, entre outros.
Assim sendo, nega-se provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3397)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 916.248 - RS (2007/0117281-6)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: OLMIRO DE LIMA JAIME
ADVOGADO	: MAURÍCIO WORTMANN MARQUES

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROCESSUAL CIVIL - CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA EM EMPRESA DE TELEFONIA - JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE - INCURSÃO NO MÉRITO - POSSIBILIDADE - REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA E INTERPRETAÇÃO DE CONTRATO - IMPOSSIBILIDADE, NA ESPÉCIE - APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ - SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES - VALOR DA AÇÃO APURADO NO BALANÇO FINAL DO EXERCÍCIO SOCIAL IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO ANO DA REALIZAÇÃO DO CONTRATO - PRESCRIÇÃO TRIENAL - INOCORRÊNCIA - APLICAÇÃO DO ART. 177, CC/1916 OU DO ART. 205, CC/2002 - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83 DO STJ - RECURSO IMPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela BRASIL TELECOM S/A em face de r. decisão do e. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que negou seguimento a recurso especial aviado com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, no qual se alegou violação dos artigos 3º, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II, 535 do Código de Processo Civil, do Código Comercial, bem como dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167,, 168, 170, § 1º, II, 201, 202, § 1º, 229, 5º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404/76.
Sustenta a ora agravante, em síntese, que o juízo de admissibilidade não pode apreciar o mérito do recurso especial. Afirma, também, existir violação da legislação societária. Aduz, por fim, a não incidência dos enunciados 5 da Súmula/STJ.
O recurso foi contraminutado às fls. 123/133.
É o relatório.
O inconformismo recursal não merece provimento.
Com efeito.
Os elementos existentes nos autos dão conta de que se trata de ação proposta contra a ora agravante, BRASIL TELECOM S/A, incorporadora da CRT, objetivando a complementação de ações a que teria direito o ora agravado, em razão de contrato de participação financeira.
Inicialmente, oportuno ressaltar ser pacífico, nesta Corte, o entendimento *"de que no juízo de admissibilidade é possível e, muitas vezes, necessário apreciar o mérito do Recurso Especial"* (AgRg nos EDcl no Ag n.º 500.191/RS, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ de 22.8.2005).
Em relação aos arts. 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, II, 201, 202, § 1º, 229, 5º, da Lei das Sociedades Anônimas, que, em síntese, versam sobre os requisitos para modificação do capital social com conseqüente alteração do valor das ações, constata-se que as razões recursais, em confronto com a fundamentação do acórdão recorrido, prendem-se a uma perspectiva de reexame de matéria de fato e interpretação de contrato, o que se revela impossível no âmbito do recurso especial, a teor dos enunciados 5 e 7 da Súmula desta Corte.
Ressalte-se que o entendimento perfilhado pelo acórdão recorrido sobre a possibilidade jurídica do pedido, bem como sobre o direito do autor de haver a subscrição das referidas ações ou a indenização respectiva, está em harmonia com a jurisprudência desta Corte sobre a matéria, que já decidiu, inclusive, que o valor patrimonial da ação a ser considerado deve ser aquele vigente ao tempo da integralização do capital, e não o definido em posterior balanço.
Assim já se decidiu:

"RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO. QUANTIDADE MENOR. AÇÕES. DIREITO. RECEBIMENTO. DIFERENÇA. 1. Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado. 2. Recurso especial conhecido em parte e, nesta extensão, provido para determinar a complementação da quantidade de ações a que os recorrentes não excluídos da lide teriam direito." (REsp. n.º 500.236/RS, relator para acórdão o Ministro Fernando Gonçalves, DJ de 1º.12.2002).

Registre-se, também, ter sido afirmado, por ocasião desse julgamento, que: *"(...) não cabe a esta Corte analisar o impacto a ser causado pelo cumprimento da obrigação, mas tão-somente determiná-la (...)"*, ficando estabelecido, ainda, que compete à empresa, por sua assembléia, decidir a melhor forma de cumprimento do julgado, se mediante subscrição de ações ou por indenização.
No tocante à prescrição, já decidiu esta Corte, em precedentes análogos, ser ela vintenária nos casos em que incide a hipótese do art. 177 do Código Civil/1916 e decenal naqueles em que se aplica o art. 205 do Código Civil/2002, pois a ação é de natureza pessoal e objetiva o cumprimento de obrigação contratual, não cuidando de pedido de anulação de deliberação tomada em assembléia geral.
Nesse sentido, assim já se pronunciou este colegiado:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. SOCIEDADE ANÔNIMA AÇÃO DE SUBSCRITOR DE AÇÕES NÃO ENTREGUES. DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES SUBSCRITAS. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 287, II, "G", DA LEI 6.404/76. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PRETENSÃO DE ACIONISTA. NATUREZA PESSOAL DA PRETENSÃO. PRESCRIÇÃO DE ACORDO COM O CÓDIGO CIVIL.
- Como a prescrição é a perda da pretensão por ausência de seu exercício pelo titular, em determinado lapso de tempo; para se verificar se houve ou não prescrição é necessário constatar se nasceu ou não a pretensão respectiva, porquanto o prazo prescricional só começa a fluir no momento em que nasce a pretensão.
- Nos termos do art. 287, II, "g", da Lei n.º 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), com a redação dada pela Lei n.º 10.303/2001, a prescrição para o acionista mover ação contra a companhia ocorre em 3 (três) anos.
- A pessoa que subscreveu ações de uma sociedade anônima, mas não recebeu a quantidade devida de ações, não é acionista da companhia em relação às ações não recebidas e, por isso mesmo, ainda não tem qualquer direito de acionista em relação à companhia por conta das referidas ações. - O direito à complementação de ações subscritas decorrentes de instrumento contratual firmado com sociedade anônima é de natureza pessoal e, conseqüentemente, a respectiva pretensão prescreve nos prazos previstos nos arts. 177 do Código Civil/1916 (20 anos) e 205 do atual Código Civil (10 anos). Recurso especial conhecido e provido." (REsp 829.835/RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJU de 21/8/2006)

Por fim, bem de ver ser inafastável, *in casu*, a incidência do enunciado 83 da Súmula desta Corte, aplicável, também, aos recursos especiais interpostos pela alínea "a" do permissivo constitucional, segundo iterativa jurisprudência deste Tribunal, *in verbis:*

"Agravo no agravo de instrumento. Súmula nº 83/STJ. (...). Também se aplica o Enunciado nº 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça quando o recurso especial tiver fundamento na alínea 'a' do permissivo constitucional. - Nega-se provimento a agravo de instrumento quando o acórdão tido por violado adotou tese idêntica ao posicionamento do STJ. Agravo no agravo de instrumento não provido." (AgRgAg n.º 653.123/RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 18.4.2005)

Nega-se, portanto, provimento ao agravo.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3398)

RECURSO ESPECIAL Nº 916.676 - RS (2007/0006816-9)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI
ADVOGADO	: FABRÍCIO ZIR BOTHOMÉ
RECORRIDO	: SÉRGIO LUIZ BERTUOL
ADVOGADO	: ELISA MÁRA SOARES DE SOUZA

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - PREVIDÊNCIA PRIVADA - RESTITUIÇÃO DE VALORES REFERENTES A CONTRIBUIÇÕES PAGAS À ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL - SÚMULA 291/STJ - MULTA AFASTADA - SÚMULA 98/STJ - RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pela CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, no qual alegou violação dos artigos 2º, 17, VII, 18, *caput*, § 2º, 128, 269, IV, 460 e 535, I e II, do Código de Processo Civil; 42, V, da Lei n. 6.435/77; 31, § 2º, do Decreto n. 81.240/78; 18, § 3º, 19 e 75 da LC n. 109/01 e 103 da Lei n. 8.213/01, bem como divergência jurisprudencial.
Sustenta a recorrente, em síntese, que, ao contrário do que afirmou o acórdão recorrido, a prescrição para o ajuizamento da ação de cobrança de diferenças de correção monetária sobre valores resgatados por antigos associados é qüinqüenal, nos termos da jurisprudência desta Corte. Alega, ainda, que foi equivocada a decisão recorrida ao lhe condenar ao pagamento de multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC.
O recorrido apresentou contra-razões às fls. 778/795.
É o relatório.
O inconformismo merece prosperar.
Com efeito.
Os elementos existentes nos autos dão conta de que o acórdão recorrido, na ação de cobrança de correção monetária incidente sobre a devolução de contribuições pessoais para plano de previdência privada proposta em face da CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI, decidiu, no que interessa, que o prazo prescricional segue as regras do Código Civil, sendo de dez anos.
Veja-se que este Tribunal entende ser qüinqüenal a prescrição relativa ao recebimento de diferenças no montante devido aos beneficiários de previdência privada.
Esse entendimento restou cristalizado na Súmula n. 291 do STJ, *in verbis*: *"A ação de cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria pela previdência privada prescreve em cinco anos."*
Note-se, todavia, que o início da contagem do prazo deve levar em consideração a data da restituição das contribuições feitas ao ex-empregado, pois é a partir desse marco que surge o direito de postular as diferenças em face do recebimento a menor do que o efetivamente devido.
In casu, os elementos existentes nos autos demonstram que o recorrido recebeu a reserva de poupança em dezembro de 1997 (fl. 551 verso), razão pela qual está prescrito o direito de reclamar eventuais diferenças de correção monetária, visto que a demanda somente foi ajuizada em 14.04.2005.
Confira-se, sobre o tema, o seguinte julgado desta Corte:
"CIVIL E PROCESSUAL. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. DESLIGAMENTO DO EMPREGADO. DEVOLUÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES. AÇÃO QUE POSTULA DIFERENÇAS. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. INOCORRÊNCIA. LEIS NS. 6.435/77, 8.213/91. LC N. 109/2001. CC, ART. 177. TERMO INICIAL. I. A prescrição das ações que discutem direitos advindos de Previdência Complementar é de cinco anos e não vintenária, sendo inaplicável à espécie o art. 177 do Código Civil. II. Inobstante o reconhecimento da aplicabilidade do prazo mais breve, a sua fluição, no caso dos autos, se dá a partir da data da restituição das contribuições feitas à ex-empregada, quando, então, surgiu o seu direito de postular as diferenças em face do recebimento a menor do que o efetivamente devido. III. Ajuizada a ação em lapso inferior a cinco anos a contar daquele termo, é de ser afastada a prejudicial. IV. Recurso especial conhecido e improvido" (REsp. n. 466.693/PR, relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJ de 22.09.2003).

Em relação à multa estabelecida pelo Tribunal *a quo* com fundamento no art. 538, parágrafo único, do CPC, argumenta a recorrente que o aresto teria deixado de considerar o propósito de prequestionamento dos embargos de declaração.
Com razão a ora recorrente, pois, embora tenham sido rejeitados os embargos de declaração, constata-se que realmente foram opostos com a finalidade de prequestionamento explícito dos dispositivos legais. Assim, deve ser observado o disposto no enunciado 98 da Súmula desta Corte, *in verbis: "Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório"*.
Assim sendo, autorizado pelo art. 557, § 1º-A, do CPC, dá-se provimento ao recurso especial, com o propósito de afastar a multa imposta por ocasião do julgamento dos embargos de declaração, nos termos do enunciado 98/STJ e para reconhecer a ocorrência da prescrição qüinqüenal, julgando-se improcedente o pedido, nos termos do art. 269, IV, do CPC.
O recorrido arcará com as custas e os honorários advocatícios, estes últimos fixados em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se, se for o caso, o disposto no art. 12 da Lei n. 1.060/50.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 06 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
RELATOR

(3399)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 917.537 - RS (2007/0124811-3)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GILMAR CAPRA E OUTROS
ADVOGADO	: LUCIANE REGINA MADUREIRA E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA EM PLANO DE EXPANSÃO DE REDE DE TELEFONIA - AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES - BRASIL TELECOM S/A - LEGITIMIDADE PASSIVA - PRECEDENTES - REEXAME DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS - IMPOSSIBILIDADE - ÓBICE DO ENUNCIADO 5 DA SÚMULA/ STJ - APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - POSSIBILIDADE - PRESCRIÇÃO - INOCORRÊNCIA - APLICAÇÃO DA REGRA PREVISTA NO CÓDIGO CIVIL - VALOR DA AÇÃO APURADO NO BALANÇO FINAL DO EXERCÍCIO SOCIAL IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO ANO DA REALIZAÇÃO DO CONTRATO - ENTENDIMENTO COADUNA-SE COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ - APLICAÇÃO DA SÚMULA 83/STJ - AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela BRASIL TELECOM S/A contra decisão denegatória de admissibilidade de recurso especial (art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal) em que se alega ofensa aos artigos 3º, 267, VI, e 269, IV, do Código de Processo Civil, 1º, 6º, 11, 12, 30, 170, § 1º, II, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404/76, 85, 115 e 117 do Código Civil, 131, I, do Código Comercial, 2º, 3º, 47 e 84, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor. Busca a agravante a reforma do r. *decisum*, sustentando, em síntese, ilegitimidade *ad causam* para figurar no pólo passivo da demanda. Insurge-se, ainda, contra os critérios utilizados para a determinação do valor patrimonial da ação e contra a aplicação do Código de Defesa do Consumidor. Outrossim, alega que o prazo prescricional para o acionista propor ação contra a companhia é de 3 anos.
Os agravados apresentaram contraminuta às fls. 117/124.
É o relatório.
O recurso não merece provimento.
Com efeito.
Inicialmente, em relação à legitimidade passiva da ora agravante para responder pela emissão de ações em nome da Celular CRT Participações S.A., não subsiste a alegada violação dos artigos supracitados, uma vez que esse é o entendimento desse eg. Superior Tribunal, conforme os seguintes julgados: REsp n. 505.486/RS, relator o em. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, DJ de 8/10/2003 e Ag n. 509.306/RS, relator o em. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 7/8/2003.
Em relação aos artigos da Lei das Sociedades Anônimas, dos Códigos Civil e Comercial, que, em síntese, versam sobre os requisitos para a modificação e aumento do capital social com conseqüente alteração do valor das ações, as modalidades do ato jurídico e a interpretação dos contratos, respectivamente, constata-se que as razões recursais prendem-se a uma perspectiva de reexame de matéria de fato e interpretação de contrato, o que se revela impossível no âmbito do recurso especial, sendo aplicável, *in casu*, os enunciados 5 e 7 da Súmula/STJ.
Assim já se pronunciou este eg. Superior Tribunal de Justiça:
" Ademais, não há que se falar em violação dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, 201, 202, e 229, § 5º da Lei nº 6.404/76, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a quaestio acerca da emissão de ações baseado nos elementos fático-probatórios dos autos. Desse modo, a pretendida revisão do decisum encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça." (Ag 870514/RS, Relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJ 2/5/2007)

No que concerne à legislação consumerista, mostra-se adequada a aplicação do Código de Defesa do Consumidor no contrato em análise, visto que, acobertada pela relação societária, há clara relação de consumo na espécie, conforme se extrai do seguinte precedente:

"RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COLETIVA CONSUMERISTA. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. PRETENSÃO À RETRIBUIÇÃO ACIONÁRIA. RELAÇÃO DE CONSUMO CONFIGURADA. DEMANDA JURIDICAMENTE POSSÍVEL. APLICAÇÃO DO CDC. - Acionistas minoritários da Brasil Telecom, adquirentes em condomínio de assinaturas telefônicas, buscam a devida retribuição em ações da Companhia, além da indenização do valor Equivalente às ações sonegadas, acrescido de danos emergentes e lucros cessantes. - Esta Corte entende que o Código de Defesa do Consumidor incide na relação jurídica posta a exame, porquanto, não basta que o consumidor esteja rotulado de sócio e formalmente anexado a uma Sociedade Anônima para que seja afastado o vínculo de consumo. - Além da presença de interesse coletivo existe, na hipótese, a prestação de serviços consistente na administração de recursos de terceiros, a evidenciar a relação de consumo encoberta pela relação societária. Recurso Especial conhecido e provido." (REsp 600784 / RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, DJ de 16/6/2005)

Quanto à prescrição, já decidiu esta Corte, em precedentes análogos, ser ela vintenária nos casos em que incide a hipótese do art. 177 do Código Civil/1916 e decenal naqueles em que se aplica o art. 205 do Código Civil/2002, pois a ação é de natureza pessoal e objetiva o cumprimento de obrigação contratual, não cuidando de pedido de anulação de deliberação tomada em assembléia geral.
Nesse sentido, assim já se pronunciou este colegiado:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. SOCIEDADE ANÔNIMA AÇÃO DE SUBSCRITOR DE AÇÕES NÃO ENTREGUES. DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES SUBSCRITAS. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 287, II, "G", DA LEI 6.404/76. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PRETENSÃO DE ACIONISTA. NATUREZA PESSOAL DA PRETENSÃO. PRESCRIÇÃO DE ACORDO COM O CÓDIGO CIVIL.
- (...)
- Nos termos do art. 287, II, "g", da Lei n.º 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), com a redação dada pela Lei n.º 10.303/2001, a prescrição para o acionista mover ação contra a companhia ocorre em 3 (três) anos.
- (...)
- O direito à complementação de ações subscritas decorrentes de instrumento contratual firmado com sociedade anônima é de natureza pessoal e, conseqüentemente, a respectiva pretensão prescreve nos prazos previstos nos arts. 177 do Código Civil/1916 (20 anos) e 205 do atual Código Civil (10 anos). Recurso especial conhecido e provido." (REsp 829.835/RS, Relatora Ministra Nancy Andrighi, DJU de 21/8/2006).

No mais, o entendimento esposado pelo Tribunal *a quo* coaduna-se com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que, na ação em que se busca a complementação da subscrição de ações oriundas de contrato de participação financeira, a empresa de telefonia deve subscrever as ações faltantes em favor da parte autora pelo valor da ação na data da integralização, considerando o valor patrimonial da ação apurado no balanço ao final do exercício social imediatamente anterior ao ano da realização do contrato.
Nessa esteira, já se manifestou a jurisprudência desta egrégia Corte de uniformização jurisprudencial:

"RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO. QUANTIDADE MENOR. AÇÕES. DIREITO. RECEBIMENTO. DIFERENÇA.
1. Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
2. (...)(Resp n. 500.236/RS, relator para acórdão Ministro Fernando Gonçalves, DJ de 1º/12/2002)".
Incide, pois, o teor da Súmula 83/STJ, *in verbis*: *"Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"*.

Nega-se, portanto, provimento ao agravo.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3400)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 917.813 - RS (2007/0136773-5)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA CEEE
ADVOGADO	: FABIANE REUTER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DAVI RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO	: FÁBIO CANALLI BORGES E OUTRO(S)
INTERES.	: RIO GRANDE ENERGIA S/A
ADVOGADO	: LUÍS RENATO FERREIRA DA SILVA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela Companhia Estadual de Energia Elétrica CEEE contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no qual se alega violação aos arts. 165, 283, 333, inc. I, 357, 458, incs. II e III, 515, § 1º, e 535, inc. II, todos do CPC, 233, parágrafo único, da Lei n. 6.404/76, e 5º, incs. XXXIV, LIV e LV, da Constituição Federal, bem como divergência jurisprudencial.
O acórdão recorrido restou assim ementado, **litteris** (fl. 52):

"APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. LEGITIMIDADE PASSIVA DA CEEE. CONTRATO DE FINANCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DE REDE DE ELETRIFICAÇÃO RURAL.
I - Tratando-se de contrato firmado anteriormente à própria existência da concessionária RGE, é de se reconhecer a sua ilegitimidade para figurar no pólo passivo da demanda. Tendo a CEEE firmado o contrato com o autor, deve responsabilizar-se pela exibição do instrumento.
II - Demonstrada a plausabilidade da relação jurídica existente entre as partes, não cabe a recusa de exibição de documento comum a elas - art. 358, III, do CPC.
RECURSO PROVIDO."

A insurgência não merece prosperar.
Inicialmente, cumpre salientar que a via especial, destinada à uniformização do direito federal, não se presta a análise de possível violação à dispositivos da Constituição Federal.
Não fora isso, não houve violação aos arts. 165, 458 e 535 do Código de Processo Civil. O Tribunal **a quo** pronunciou-se motivadamente sobre as questões postas a debate. A negativa de prestação jurisdicional só se configura quando, na apreciação do recurso, o Tribunal insiste em se omitir sobre questão que deveria ser decidida e não foi, o que não corresponde à hipótese dos autos. Ademais, não há que se confundir decisão contrária ao interesse da parte com a falta de pronunciamento do órgão julgador.
Por outro lado, da análise do acórdão recorrido, observa-se que a Câmara Julgadora, ao determinar a legitimidade passiva da Companhia Estadual de Energia Elétrica para a ação de exibição de documentos, levou em consideração matéria de fato, qual seja, a data em que o contrato foi celebrado entre as partes (anterior à data do processo de privatização parcial da estatal) e a responsabilidade pela guarda dos documentos.
Assim, o acolhimento da pretensão recursal demandaria, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, bem como de cláusulas contratuais do contrato de cisão, o que é vedado em sede de recurso especial, ao teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.
Também no tocante ao art. 333, I , e 357 da Lei Adjetiva Civil, a verificação do alegado encontra óbice no enunciado sumular n. 7 desta Corte. É que ao julgar procedente a ação de exibição de documentos, os julgadores entenderam que "deve-se creditar verossimilhança à alegação de que houve contratação. Vale destacar que a CEEE não afirma, estreme de dúvidas, a negativa da contratação. Adota postura vacilante, tentando remeter ao autor o ônus de provar a relação jurídica que os vincula" (fl. 56). E acrescentaram que "o autor objetivou com a ação cautelar exatamente a exibição do documento, razão porque não seria lícito exigir-se dele a apresentação da prova irrefutável" (fls. 56/57).
A agravante também descumpriu as exigências dos arts. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e 255 do RISTJ quando não demonstrou claramente a semelhança entre o acórdão recorrido e as decisões trazidas como paradigma, não comportando trânsito o apelo nobre.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 03 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3401)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 917.831 - RS (2007/0137061-0)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: SANDRO SBIGIGO
ADVOGADO	: NORA LAVÍNIA CAMPOS CRUZ - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS
AGRAVADO	: COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE RESTINGA SECA LTDA COODERES
ADVOGADO	: FERNANDO CIRINEU DA SILVA NARDON E OUTRO(S)

EMENTA

DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. INEXISTÊNCIA DE CONDUTA ILÍCITA. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento, interposto por SANDRO SBIGIGO , tirado de decisão que negou seguimento ao recurso especial, fulcrado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que negou provimento à apelação, reconhecendo como lícita a conduta da agravada, diante do que não se configurou dano moral.
A agravante, nas razões do especial, funda sua irresignação na violação dos arts. 186 e 927 do Código Civil vigente, pugnando pela condenação por danos morais, decorrentes de sua exclusão arbitrária do quadro da recorrida.
É o sucinto relatório.
2. Inconsistente o reclamo.
Inicialmente, cumpre destacar que o Tribunal *a quo* ao não reconhecer como ilícita a conduta da agravada, assim o fez com amparo nos elementos de convicção dos autos.
Dessa forma, para o acolhimento da tese do recorrente, relativo à existência de ato ilícito, a ensejar indenização por danos morais, seria imprescindível exceder os fundamentos colacionados no acórdão vergastado e adentrar no exame das provas, o que é vedado em sede de recurso especial a teor do Enunciado nº 7 da Súmula desta Casa.
Nesse sentido, transcrevo:
"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO. SEGURO SAÚDE. DEMORA NO FORNECIMENTO DE TRASLADO. MORTE DO MENOR. CULPA CONCORRENTE. MATÉRIA DE PROVA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO NOS MOLDES LEGAIS.
I - Em âmbito de recurso especial não há campo para se revisar entendimento assentado em provas, conforme está sedimentado no enunciado 7 da Súmula desta Corte.
II - Só se conhece do recurso especial pela alínea c, se o dissídio jurisprudencial estiver comprovado nos moldes exigidos pelos artigos 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e 255, parágrafos 1º e 2º, do Regimento Interno desta Corte, com a descrição da similitude fática e os pontos divergentes das decisões.
Recurso especial não conhecido" (REsp 539.736/SP, Relator para o acórdão Ministro Castro Filho, Terceira Turma, julgado em 22.82006, DJ de 23.10.2006).
3. Ante o exposto, com fulcro no art. 34, VII, do RISTJ, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3402)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 918.328 - SP (2007/0135693-1)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV
ADVOGADO	: BRUNO HENRIQUE GONÇALVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSÉ DE JORGE
ADVOGADO	: VALTER COSTA DE OLIVEIRA

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento manifestado pela Companhia Brasileira de Bebidas em face de decisão que inadmitiu recurso especial, interposto com fundamento nas alíneas "a" e "c" do art. 105, III, da Constituição Federal.

Aponta a recorrente ofensa aos arts.131, 165, 333, 332, 458 e 535 do Código de Processo Civil, violação aos arts. 6º, VIII e 26, I, do Código de Defesa do Consumidor, além de divergência jurisprudencial no tocante ao valor da indenização por danos morais, em questão representada nas seguintes ementas (fls. 130 e 153):

"INDENIZAÇÃO FUNDADA EM DANO MATERIAL E MORAL - Cerveja exposta a venda contendo material em suspensão, constituído por poupa de insetos - Produto submetido a perícia realizada pelo Instituto Adolfo Lutz - Comprovação de se tratar de mercadoria imprópria para o consumo - Ação julgada procedente - Recurso improvido.

JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - Alegado cerceamento de defesa - Recipiente contendo cerveja - Comprovação pericial de ser imprópria para o consumo por conter poupas de insetos - Pretensão a que a perícia fosse realizada também no estabelecimento fabril - Desnecessidade - Cerceamento não caracterizado - Preliminar rejeitada."

- -

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - EXISTÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO EM RELAÇÃO A PONTO SOBRE O QUAL DEVIA PRONUNCIAR-SE O ACÓRDÃO AUSÊNCIA DOS VÍCIOS APONTADOS - EMBARGOS REJEITADOS.

Se o acórdão embargado não se ressente de obscuridade, contradição ou omissão em relação a ponto sobre o qual devia pronunciar-se, impõe-se a rejeição dos embargos de declaração."

Não percebo no acórdão embargado os vícios do art. 535 do CPC, mas tão somente decisão adversa à almejada pela agravante.

Descabida a alegação de ausência de fundamentação da decisão proferida pela Câmara Julgadora que pronunciou-se motivadamente sobre as questões postas à debate.

O tribunal de origem, após a análise nas provas apresentadas, decidiu pela procedência do pedido de indenização. Assim, rever a questão da inexistência de prejuízo moral implicaria reexame do conjunto fático probatório dos autos, o que é inadmissível, ante o enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.

Entretanto, no que se refere ao **quantum** arbitrado a título de indenização, tenho que o mesmo deve ser revisto por esta Corte, porque excessivo. Restou comprovado que o recorrente adquiriu cerveja imprópria para o consumo, o que gerou sem dúvida, uma situação de desconforto e dissabor para o recorrido, mas que não ocasionou maiores danos à sua saúde, notadamente porque o defeito no produto era de fácil constatação, percebível a olho nu, o que impediu o consumo do líquido. Inclusive, ficou consignado no decisum que a perícia foi realizado na amostra entregue em embalagem original, fechada e inviolada.

Ante o exposto, caracterizado excesso no arbitramento pelas instâncias ordinárias, conheço do agravo e dou parcial provimento ao recurso especial, para fixar o valor do dano moral em R$2.000,00 (dois mil reais), atualizável a partir desta data.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3403)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 918.990 - SP (2007/0152639-8)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: JOANA FIGUEIREDO CAVALCANTE E OUTRO
ADVOGADO	: FERNANDO EDUARDO ORLANDO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA
ADVOGADO	: MARCOS ALBERTO SANŤANNA BITELLI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento manifestado pela Joana Figueiredo Cavalcante e outro contra decisão que inadmitiu recurso especial.

O acórdão recorrido veio a ser publicado em 28.09.2006 (fl. 195), e o recurso especial foi protocolizado no Tribunal no dia 16.10.2006 (fl. 197), quando já ultrapassado o prazo legal de quinze dias, sendo, portanto, intempestivo.

Ressalto que não há notícia nos autos de ocorrência de feriado local, paralisações ou interrupção do expediente que inviabilizasse o protocolo do recurso no dia 13.10.2006, termo final do prazo, o que, se for o caso, deveria, obrigatoriamente, já constar do instrumento de agravo, sob pena de preclusão.

Pelo exposto, não conheço do agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 06 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3404)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 919.232 - RS (2007/0168721-0)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VALMOR JOSÉ TONIAL
ADVOGADO	: MAURICIO DAL AGNOL E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROCESSUAL CIVIL - CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA EM EMPRESA DE TELEFONIA - JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE - INCURSÃO NO MÉRITO - POSSIBILIDADE - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - INOCORRÊNCIA - REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA E INTERPRETAÇÃO DE CONTRATO - IMPOSSIBILIDADE, NA ESPÉCIE - APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ - SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES - VALOR DA AÇÃO APURADO NO BALANÇO FINAL DO EXERCÍCIO SOCIAL IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO ANO DA REALIZAÇÃO DO CONTRATO - PRESCRIÇÃO TRIENAL - INOCORRÊNCIA - APLICAÇÃO DO ART. 177, CC/1916 OU DO ART. 205, CC/2002 - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83 DO STJ - RECURSO IMPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela BRASIL TELECOM S/A em face de r. decisão do e. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que negou seguimento a recurso especial aviado com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, no qual se alegou violação dos artigos 3º, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II, 535 do Código de Processo Civil, 85, 115, 117 do Código Civil de 1916, 131, I, do Código Comercial, bem como dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 170, § 1º, 201, 202, § 1º, 229, § 5º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404/76.

Sustenta a ora agravante, em síntese, que o juízo de admissibilidade não pode apreciar o mérito do recurso especial. Insurge-se contra o r. *decisum*, alegando, ainda, negativa de prestação jurisdicional pelo Tribunal *a quo*, tendo em vista omissões e deficiência na fundamentação do v. acórdão recorrido. Afirma, também, existir violação da legislação societária. Aduz, por fim, a não incidência dos enunciados 5 e 7 da Súmula/STJ.

O recurso foi contraminutado às fls. 147/154.

É o relatório.

O inconformismo recursal não merece provimento.

Com efeito.

Os elementos existentes nos autos dão conta de que se trata de ação proposta contra a ora agravante, BRASIL TELECOM S/A, incorporadora da CRT, objetivando a complementação de ações a que teria direito o ora agravado, em razão de contrato de participação financeira.

Inicialmente, oportuno ressaltar ser pacífico, nesta Corte, o entendimento *"de que no juízo de admissibilidade é possível e, muitas vezes, necessário apreciar o mérito do Recurso Especial"* (AgRg nos EDcl no Ag n.º 500.191/RS, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ de 22.8.2005).

Observa-se, da análise dos autos, que não há se alegar, como quer a agravante, negativa de prestação jurisdicional.

In casu, o Tribunal *a quo* analisou todos os temas relevantes suscitados pelas partes, embora o resultado não tenha sido favorável à ora agravante.

Na realidade, o Órgão julgador não é obrigado a se manifestar sobre todos os pontos alegados pelas partes, mas somente sobre aqueles que entender necessários para o julgamento do feito, de acordo com seu livre convencimento fundamentado (CPC, art. 131), utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso (nesse sentido: STJ, AgRg no Ag nº 638.361/PB, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, v.u., j. 03/03/2005, DJ 19/12/2005; STJ, AgRg no REsp nº 705.187/SC, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, v.u., j. 15/09/2005, DJ 26/09/2005).

Assim, resultado diferente do pretendido pela parte não implica, necessariamente, omissão ou ofensa à legislação infraconstitucional.

Em relação aos arts. 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 170, § 1º, 201, 202, § 1º, 229, § 5º, da Lei das Sociedades Anônimas, que, em síntese, versam sobre a responsabilidade dos acionistas e os requisitos para modificação do capital social com conseqüente alteração do valor das ações, constata-se que as razões recursais, em confronto com a fundamentação do acórdão recorrido, prendem-se a uma perspectiva de reexame de matéria de fato e interpretação de contrato, o que se revela impossível no âmbito do recurso especial, a teor dos enunciados 5 e 7 da Súmula desta Corte.

Ressalte-se que o entendimento perfilhado pelo acórdão recorrido sobre a possibilidade jurídica do pedido, bem como sobre o direito do autor de haver a subscrição das referidas ações ou a indenização respectiva, está em harmonia com a jurisprudência desta Corte sobre a matéria, que já decidiu, inclusive, que o valor patrimonial da ação a ser considerado deve ser aquele vigente ao tempo da integralização do capital, e não o definido em posterior balanço.

Assim já se decidiu:

"RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO. QUANTIDADE MENOR. AÇÕES. DIREITO. RECEBIMENTO. DIFERENÇA. 1. Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado. 2. Recurso especial conhecido em parte e, nesta extensão, provido para determinar a complementação da quantidade de ações a que os recorrentes não excluídos da lide teriam direito." (REsp. n.º 500.236/RS, relator para acórdão o Ministro Fernando Gonçalves, DJ de 1º.12.2002).

Registre-se, também, ter sido afirmado, por ocasião desse julgamento, que: *"(...) não cabe a esta Corte analisar o impacto a ser causado pelo cumprimento da obrigação, mas tão-somente determiná-la (...)"*, ficando estabelecido, ainda, que compete à empresa, por sua assembléia, decidir a melhor forma de cumprimento do julgado, se mediante subscrição de ações ou por indenização.

No tocante à prescrição, já decidiu esta Corte, em precedentes análogos, ser ela vintenária nos casos em que incide a hipótese do art. 177 do Código Civil/1916 e decenal naqueles em que se aplica o art. 205 do Código Civil/2002, pois a ação é de natureza pessoal e objetiva o cumprimento de obrigação contratual, não cuidando de pedido de anulação de deliberação tomada em assembléia geral.

Nesse sentido, assim já se pronunciou este colegiado:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. SOCIEDADE ANÔNIMA AÇÃO DE SUBSCRITOR DE AÇÕES NÃO ENTREGUES. DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES SUBSCRITAS. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 287, II, "G", DA LEI 6.404/76. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PRETENSÃO DE ACIONISTA. NATUREZA PESSOAL DA PRETENSÃO. PRESCRIÇÃO DE ACORDO COM O CÓDIGO CIVIL.

- Como a prescrição é a perda da pretensão por ausência de seu exercício pelo titular, em determinado lapso de tempo; para se verificar se houve ou não prescrição é necessário constatar se nasceu ou não a pretensão respectiva, porquanto o prazo prescricional só começa a fluir no momento em que nasce a pretensão.

- Nos termos do art. 287, II, "g", da Lei n.º 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), com a redação dada pela Lei n.º 10.303/2001, a prescrição para o acionista mover ação contra a companhia ocorre em 3 (três) anos.

- A pessoa que subscreveu ações de uma sociedade anônima, mas não recebeu a quantidade devida de ações, não é acionista da companhia em relação às ações não recebidas e, por isso mesmo, ainda não tem qualquer direito de acionista em relação à companhia por conta das referidas ações. - O direito à complementação de ações subscritas decorrentes de instrumento contratual firmado com sociedade anônima é de natureza pessoal e, conseqüentemente, a respectiva pretensão prescreve nos prazos previstos nos arts. 177 do Código Civil/1916 (20 anos) e 205 do atual Código Civil (10 anos). Recurso especial conhecido e provido." (REsp 829.835/RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJU de 21/8/2006)

Por fim, bem de ver ser inafastável, *in casu*, a incidência do enunciado 83 da Súmula desta Corte, aplicável, também, aos recursos especiais interpostos pela alínea "a" do permissivo constitucional, segundo iterativa jurisprudência deste Tribunal, *in verbis:*

"Agravo no agravo de instrumento. Súmula nº 83/STJ. (...). Também se aplica o Enunciado nº 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça quando o recurso especial tiver fundamento na alínea 'a' do permissivo constitucional. - Nega-se provimento a agravo de instrumento quando o acórdão tido por violado adotou tese idêntica ao posicionamento do STJ. Agravo no agravo de instrumento não provido." (AgRgAg n.º 653.123/RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 18.4.2005)

Nega-se, portanto, provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3405)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 919.277 - RJ (2007/0157117-8)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: ANDRÉ PEREIRA BEZERRA
ADVOGADO	: ANTÔNIO AUGUSTO DE SOUZA MALLET
AGRAVADO	: UNIÃO DE LOJAS LEADER LTDA
ADVOGADO	: SÉRGIO COELHO E SILVA PEREIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento manifestado por André Pereira Bezerra contra decisão que inadmitiu recurso especial.

O acórdão que julgou o agravo inominado veio a ser publicado em 05.02.2007 (fl. 86), e o recurso especial foi protocolizado no Tribunal no dia 22.02.2007 (fl.87), quando já ultrapassado o prazo legal de quinze dias, sendo, portanto, intempestivo.

Ressalto que não há notícia nos autos de ocorrência de feriado local, paralisações ou interrupção do expediente que inviabilizasse o protocolo do recurso no dia 21.02.2007, termo final do prazo, o que, se for o caso, deveria, obrigatoriamente, já constar do instrumento de agravo, sob pena de preclusão.

Pelo exposto, não conheço do agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3406)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 919.326 - RS (2007/0167671-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: POMPÍLIO AMARAL DA SILVA
ADVOGADO	: ALEX MORAIS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Dou provimento ao recurso, subam os autos para melhor exame.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3407)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 919.344 - RS (2007/0163632-9)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LÚCIO JOSÉ BACKES
ADVOGADO	: PABLO PACHECO DOS SANTOS E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROCESSUAL CIVIL - CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA EM EMPRESA DE TELEFONIA - JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE - INCURSÃO NO MÉRITO - POSSIBILIDADE - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - INOCORRÊNCIA - REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA E INTERPRETAÇÃO DE CONTRATO - IMPOSSIBILIDADE, NA ESPÉCIE - APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ - SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES - VALOR DA AÇÃO APURADO NO BALANÇO FINAL DO EXERCÍCIO SOCIAL IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO ANO DA REALIZAÇÃO DO CONTRATO - PRESCRIÇÃO TRIENAL - INOCORRÊNCIA - APLICAÇÃO DO ART. 177, CC/1916 OU DO ART. 205, CC/2002 - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83 DO STJ - RECURSO IMPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela BRASIL TELECOM S/A em face de r. decisão do e. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que negou seguimento a recurso especial aviado com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, no qual se alegou violação dos artigos 3º, 47, 165, 267, VI, 458, II, 467, 468, 535 do Código de Processo Civil, 85, 115, 117 do Código Civil de 1916, 131, I, do Código Comercial, bem como dos artigos 1º, 12, 229, § 1º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404/76.
Sustenta a ora agravante, em síntese, que o juízo de admissibilidade não pode apreciar o mérito do recurso especial. Insurge-se contra o r. *decisum*, alegando, ainda, negativa de prestação jurisdicional pelo Tribunal *a quo*, tendo em vista omissões e deficiência na fundamentação do v. acórdão recorrido. Afirma, também, existir violação da legislação societária. Aduz, por fim, a não incidência dos enunciados 5 e 7 da Súmula/STJ.
O recurso foi contraminutado às fls. 116/123.
É o relatório.
O inconformismo recursal não merece provimento.
Com efeito.
Os elementos existentes nos autos dão conta de que se trata de ação proposta contra a ora agravante, BRASIL TELECOM S/A, incorporadora da CRT, objetivando a complementação de ações a que teria direito o ora agravado, em razão de contrato de participação financeira.
Inicialmente, oportuno ressaltar ser pacífico, nesta Corte, o entendimento *"de que no juízo de admissibilidade é possível e, muitas vezes, necessário apreciar o mérito do Recurso Especial"* (AgRg nos EDcl no Ag n.º 500.191/RS, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ de 22.8.2005).
Observa-se, da análise dos autos, que não há se alegar, como quer a agravante, negativa de prestação jurisdicional.
In casu, o Tribunal *a quo* analisou todos os temas relevantes suscitados pelas partes, embora o resultado não tenha sido favorável à ora agravante.
Na realidade, o Órgão julgador não é obrigado a se manifestar sobre todos os pontos alegados pelas partes, mas somente sobre aqueles que entender necessários para o julgamento do feito, de acordo com seu livre convencimento fundamentado (CPC, art. 131), utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso (nesse sentido: STJ, AgRg no Ag nº 638.361/PB, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, v.u., j. 03/03/2005, DJ 19/12/2005; STJ, AgRg no REsp nº 705.187/SC, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, v.u., j. 15/09/2005, DJ 26/09/2005).
Assim, resultado diferente do pretendido pela parte não implica, necessariamente, omissão ou ofensa à legislação infraconstitucional.
Em relação aos arts. 1º, 12, 229, § 1º, da Lei das Sociedades Anônimas, que, em síntese, versam sobre os requisitos para modificação do capital social com conseqüente alteração do valor das ações, constata-se que as razões recursais, em confronto com a fundamentação do acórdão recorrido, prendem-se a uma perspectiva de reexame de matéria de fato e interpretação de contrato, o que se revela impossível no âmbito do recurso especial, a teor dos enunciados 5 e 7 da Súmula desta Corte.
Ressalte-se que o entendimento perfilhado pelo acórdão recorrido sobre a possibilidade jurídica do pedido, bem como sobre o direito do autor de haver a subscrição das referidas ações ou a indenização respectiva, está em harmonia com a jurisprudência desta Corte sobre a matéria, que já decidiu, inclusive, que o valor patrimonial da ação a ser considerado deve ser aquele vigente ao tempo da integralização do capital, e não o definido em posterior balanço.
Assim já se decidiu:
"RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO. QUANTIDADE MENOR. AÇÕES. DIREITO. RECEBIMENTO. DIFERENÇA. 1. Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado. 2. Recurso especial conhecido em parte e, nesta extensão, provido para determinar a complementação da quantidade de ações a que os recorrentes não excluídos da lide teriam direito." (REsp. n.º 500.236/RS, relator para acórdão o Ministro Fernando Gonçalves, DJ de 1º.12.2002).
Registre-se, também, ter sido afirmado, por ocasião desse julgamento, que: *"(...) não cabe a esta Corte analisar o impacto a ser causado pelo cumprimento da obrigação, mas tão-somente determiná-la (...)"*, ficando estabelecido, ainda, que compete à empresa, por sua assembléia, decidir a melhor forma de cumprimento do julgado, se mediante subscrição de ações ou por indenização.
No tocante à prescrição, já decidiu esta Corte, em precedentes análogos, ser ela vintenária nos casos em que incide a hipótese do art. 177 do Código Civil/1916 e decenal naqueles em que se aplica o art. 205 do Código Civil/2002, pois a ação é de natureza pessoal e objetiva o cumprimento de obrigação contratual, não cuidando de pedido de anulação de deliberação tomada em assembléia geral.
Nesse sentido, assim já se pronunciou este colegiado:
"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. SOCIEDADE ANÔNIMA AÇÃO DE SUBSCRITOR DE AÇÕES NÃO ENTREGUES. DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES SUBSCRITAS. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 287, II, "G", DA LEI 6.404/76. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PRETENSÃO DE ACIONISTA. NATUREZA PESSOAL DA PRETENSÃO. PRESCRIÇÃO DE ACORDO COM O CÓDIGO CIVIL.
- Como a prescrição é a perda da pretensão por ausência de seu exercício pelo titular, em determinado lapso de tempo; para se verificar se houve ou não prescrição é necessário constatar se nasceu ou não a pretensão respectiva, porquanto o prazo prescricional só começa a fluir no momento em que nasce a pretensão.
- Nos termos do art. 287, II, "g", da Lei n.º 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), com a redação dada pela Lei n.º 10.303/2001, a prescrição para o acionista mover ação contra a companhia ocorre em 3 (três) anos.
- A pessoa que subscreveu ações de uma sociedade anônima, mas não recebeu a quantidade devida de ações, não é acionista da companhia em relação às ações não recebidas e, por isso mesmo, ainda não tem qualquer direito de acionista em relação à companhia por conta das referidas ações. - O direito à complementação de ações subscritas decorrentes de instrumento contratual firmado com sociedade anônima é de natureza pessoal e, conseqüentemente, a respectiva pretensão prescreve nos prazos previstos nos arts. 177 do Código Civil/1916 (20 anos) e 205 do atual Código Civil (10 anos). Recurso especial conhecido e provido." (REsp 829.835/RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJU de 21/8/2006)

Por fim, bem de ver ser inafastável, *in casu*, a incidência do enunciado 83 da Súmula desta Corte, aplicável, também, aos recursos especiais interpostos pela alínea "a" do permissivo constitucional, segundo iterativa jurisprudência deste Tribunal, *in verbis:*
"Agravo no agravo de instrumento. Súmula nº 83/STJ. (...). Também se aplica o Enunciado nº 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça quando o recurso especial tiver fundamento na alínea 'a' do permissivo constitucional. - Nega-se provimento a agravo de instrumento quando o acórdão tido por violado adotou tese idêntica ao posicionamento do STJ. Agravo no agravo de instrumento não provido." (AgRgAg n.º 653.123/RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 18.4.2005)

Nega-se, portanto, provimento ao agravo.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3408)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 919.977 - RS (2007/0137705-0)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA CEEE
ADVOGADO	: MÁRCIA REGINA LAMEIRA HENNEMANN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SEVERO MUNIZ FILHO
ADVOGADO	: CLEVERSON DALMOLIN E OUTRO(S)
INTERES.	: RIO GRANDE ENERGIA S/A

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE - contra decisão do Primeiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a" da Constituição Federal, manejado frente a acórdão assim ementado:
"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRA DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. CEEE E RGE.
A privatização parcial da CEEE não retira sua legitimidade para figurar no pólo passivo da demanda, tendo em vista que ocorreu em data posterior ao contrato de financiamento.
Prescrição. Segundo o disposto no art. 177 do CCB, é vintenária, por se tratar de direito de crédito.
Adiantamento pelo usuário de capital necessário à construção da obra. Devolução pelo valor histórico, quatro anos após a sua conclusão, caracteriza enriquecimento ilícito. A correção monetária nada mais é do que reposição do valor da moeda corroída.
RECURSO DO AUTOR PROVIDO, RECURSO DA CEEE DESPROVIDO, POR UNÂNIMIDADE. RECURSO DA RGE PROVIDO, POR MAIORIA." (fls.124)

Sustenta a recorrente violação aos arts. 178, § 10, II, e 265 do Código Civil e ao art. 2º do Decreto-Lei 4.597/42
A irresignação não merece prosperar.
A matéria relativa ao art. 265 do CC não foi objeto de decisão por parte do acórdão recorrido, ressentindo-se o recurso especial, neste particular, do necessário prequestionamento, o que faz incidir a censura das súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.
Ademais, verifica-se que o Tribunal ***a quo***, ao reconhecer a recorrente como parte legítima para figurar na presente demanda, o faz com base na avença firmada entre as partes e nas provas produzidas nos autos. Destarte, a revisão do julgado demandaria interpretação de cláusulas contratuais e reexame do conjunto fático-probatório soberanamente delineado nas instâncias ordinárias, providências vedadas em sede especial, ***ut*** súmulas 5 e 7/STJ.
O acórdão recorrido, ao afastar a incidência da prescrição qüinqüenal para o presente caso, o faz em conformidade com o entendimento desta Corte sobre a matéria, no sentido de que é aplicável a prescrição vintenária para as sociedades de economia mista.
A propósito:
"Agravo regimental. Recurso especial não admitido. Ação de cobrança. Instalação de rede de energia elétrica. Prescrição.
1. A jurisprudência da Corte está assentada no sentido de que o prazo prescricional para ações movidas contra sociedade de economia mista concessionária de serviço público é vintenário e não qüinqüenal.
2. Agravo regimental desprovido." (AgRg no RESP 585657/RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO DJ 01.07.2004)
"CIVIL E PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL. FINANCIAMENTO DE OBRA DESTINADA AO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. CLÁUSULA CONTRATUAL. PRESCRIÇÃO. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. PRAZO VINTENÁRIO. PRECEDENTES.
I. O prazo prescricional da ação pessoal contra sociedade de economia mista é vintenário, não se beneficiando a empresa da prescrição qüinqüenal prevista no Decreto n. 20.910/32.
II. Agravo regimental improvido." (AgRg no AG 545.205/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJ 29.03.2004)
Nego provimento ao agravo.
Publicar.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3409)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 919.998 - MG (2007/0130453-5)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: ANTÔNIO VITÓRIO MARTINS
ADVOGADO	: MOZART PINTO DE SOUZA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ADITIVE MINAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO	: ANTÔNIO MARCOS COLOMBAROLI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Antônio Vitório Martins contra decisão que negou seguimento a recurso especial, interposto pelas alíneas "a" e "c", do permissivo Constitucional, no qual se alega violação aos artigos 165, 458, II, 535, 131, 401, 333, I, do Código de Processo Civil, 227, 987, 999, 1.031, do Código Civil, 934, 935, 940, 945, do vetusto Código Civil, e 429, do Código Comercial, além do dissídio jurisprudencial.
O acórdão recorrido restou assim ementado (fl. 190):

"AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO - NOTAS PROMISSÓRIAS - PAGAMENTO - PROVA TESTEMUNHAL E DOCUMENTAL - COMPROVAÇÃO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ARBITRAMENTO - SENTENÇA MANTIDA.
- Comprovando a devedora o correto pagamento do valor estampado em notas promissórias emitidas, deve ser declarada a inexigibilidade da dívida constante dos títulos, apesar de não terem sido restituídos à emitente.
- Nos termos do parágrafo quarto do artigo 20 do Código de Processo Civil, não havendo condenação no procedimento que se discute, os honorários advocatícios devidos ao patrono da parte vencedora serão arbitrados de acordo com apreciação eqüitativa do julgador, atendidas as normas das alíneas 'a', 'b', e 'c', do parágrafo anterior, obedecendo a esses parâmetros fixação de seu quantum à base de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, devidamente atualizado e com juros de mora."

Não merece acolhida o inconformismo.

Nenhuma omissão, contradição ou obscuridade há no aresto fustigado, tendo decidido meramente contrário aos interesses do agravante. Note-se que não está o juízo forçado a tecer considerações sobre todas as teses desenvolvidas pelas partes, senão sobre aquelas essenciais à solução da controvérsia. Nesse sentido:

"PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - NEGATIVA DE PROVIMENTO - AGRAVO REGIMENTAL - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ART. 535, CPC - OMISSÃO INEXISTENTE - OFENSA AOS ARTS. 165 E 458, II E III, CPC - INEXISTÊNCIA - CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO CONDICIONADA AO RECEBIMENTO DE INDENIZAÇÃO - REVISÃO POR ESTA CORTE - REEXAME DOS FATOS DA CAUSA - SÚMULA 7/STJ - DESPROVIMENTO.
1 - Não se verificou a suposta violação ao art. 535, CPC, porquanto as questões submetidas ao Tribunal de origem foram suficiente e adequadamente tratadas. Outrossim, inexistiu ofensa aos arts. 165 e 458, II, e III, do mesmo diploma legal, tendo em vista que o órgão julgador não está obrigado a se manifestar sobre todos os argumentos colacionados pelas partes para expressar o seu convencimento, bastando, para tanto, pronunciar-se de forma geral sobre as questões pertinentes para a formação de sua convicção.
2 - Segundo o v. acórdão hostilizado, as partes, ao convencionarem os honorários, condicionaram o cumprimento da obrigação ao recebimento de indenização. Assim, apenas com a efetivação do pagamento da indenização, poderia o recorrente pleitear o direito, que, até então, é uma expectativa. Desconstituir tal fundamentação demandaria, inegavelmente, o reexame do conteúdo fático-probatório dos autos, o que é vedado face à incidência da Súmula 07/STJ.
3 - Agravo regimental desprovido."
(AgRg no Ag 619312/MG, Rel. Min. Jorge Scartezzini, Quarta Turma, Unânime, DJ 08.05.2006 p. 217)

Afasta-se, pois, a alegada violação aos artigos 165, 458, II, 535, da Lei Adjetiva.
A controvérsia, no mais, é quanto à procedência de pedido em ação declaratória de inexistência de débito, consistente este de duas notas promissórias totalizando o valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), confirmada, entretanto, pelo Tribunal recorrido.
No julgamento primevo, consignou-se que "tem-se que o autor pagou ao réu a quantia total de R$ 83.530,53 (oitenta e três mil e quinhentos e trinta reais e vinte e seis centavo), valor bem superior ao constante nas notas promissórias, apto, portanto, a cobrir o principal e os juros pactuados pelas partes" (fl. 109).
Quanto à alegação de exclusiva prova testemunhal, diz-se nos autos "que o documento de fl. 29 (...) demonstra o efetivo pagamento (...) o que afasta o pedido de aplicação do artigo 401 do Código de Processo civil, por não ser exclusivamente testemunhal a demonstração dos fatos exordialmente alegados" (fl. 194).
Infirmar, pois, as conclusões alcançadas pelas instâncias ordinárias demanda inegável incursão no conteúdo fático-probatório da lide, ao que não se presta a via eleita, a teor do apontado no enunciado n. 7, da Súmula desta Corte.
Ante o exposto, nego provimento ao presente agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3410)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 920.200 - PR (2007/0157971-8)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: AMILTON LUIZ FERREIRA
ADVOGADO	: ADYR SEBASTIÃO FERREIRA
AGRAVADO	: THE FIRST NATIONAL BANK OF BOSTON S/A
ADVOGADO	: MIGUEL ANTÔNIO SLOWICK E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRATO BANCÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONFISSÃO DE DÍVIDA. SÚMULA 300/STJ. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. INFRINGÊNCIA AOS ARTIGOS 14, I E II, 17, II E VI, 18, DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. VIOLAÇÃO À ENUNCIADO SUMULAR. NÃO CABIMENTO DE RECURSO ESPECIAL. MULTA DO ARTIGO 538 DO CPC. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 98/STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO, PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento tirado de decisão denegatória de recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, sintetizado na seguinte ementa:
"AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE -- CONFISSÃO DE DÍVIDA ORIUNDA DE CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE - EXECUTIVIDADE - ART. 585, II, CPC - SÚMULA 300 STJ - EMBARGOS DECLARAÇÃO - REDISCUSSÃO MATÉRIA - CARÁTER PROTELATÓRIO - FIXAÇÃO MULTA - ART. 538, PAR. ÚNICO DO CPC - DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO." (fls. 181)
O agravante, nas razões do especial, aponta violação dos artigos 14, I e II, 17, II e VI, 18, 535 e 538.
Argumenta, em suma, não ser o caso de imposição da multa nos embargos declaratórios e que, ao caso dos autos, não se aplica a enunciado nº 300, mas sim o de nº 233 desta Corte.
É o sucinto relatório.
2. Primeiramente, quadra assinalar que o acórdão embargado não possui nenhum vício a ser sanado por meio de embargos de declaração. Em verdade, o aresto não padecia de nenhuma omissão, contradição ou obscuridade, uma vez que o Tribunal *a quo* se manifestou acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia, tal como lhe fora posta e submetida.
Os embargos interpostos, em verdade, sutilmente se aprestavam a rediscutir questões já apreciadas no acórdão; não caberia, todavia, redecidir, nessa trilha, quando é da índole desse recurso apenas reexprimir, no dizer peculiar de PONTES DE MIRANDA, que a jurisprudência consagra, arredando, sistematicamente, embargos declaratórios, com feição, mesmo dissimulada, de infringentes (R.T.J. 121/260). Sempre vale reprisar PIMENTA BUENO, ao anotar que, nesta modalidade recursal, "não se pode pedir correção, alteração ou mudança alguma, nem modificação que aumente ou diminua o julgamento; e só sim e unicamente o esclarecimento do que foi decidido, ou da dúvida em que se labora. Eles pressupõem que na declaração haja uniformidade de decisões e não inovação, porque declarar não é por certo reformar, adicionar, corrigir ou estabelecer disposição nova".
Com efeito, o julgador não precisa responder, nem se ater a todos os argumentos levantados pelas partes, se já tiver motivos suficientes para fundamentar sua decisão. Não há, pois, violação ao artigo 535, da Lei de Ritos, quando a Corte de origem aprecia a questão de maneira fundamentada, apenas não adotando a tese da recorrente.
3. De outra parte, quadra assinalar, tal qual detectado pela decisão obstativa do recurso especial, que as questões jurídicas versadas a partir dos artigos 14, I e II, 17, II e VI, 18, do CPC, não foram apreciadas pelo Tribunal de origem; não houve emissão de juízo quanto às indigitadas normas legais, o que impede o conhecimento do recurso a tal respeito, por ausência de prequestionamento, nos termos da Súmula 282 do STF.
4. Correta a decisão agravada, igualmente, quando afirmou ser inviável a insurgência que se ampara na suposta violação de enunciado sumular de Tribunal, sendo certo que o recurso especial somente é cabível nas restritas situações elencadas nas alíneas do inciso III, do art. 105, da Constituição Federal.
5. Todavia, sob outro ângulo, merece acolhida a irresignação.
Insurge-se o agravante, por meio de seu recurso especial, contra a cominação da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC, em face do caráter protelatório que o Juízo de primeira instância, bem como o Tribunal de origem haviam detectado nos embargos declaratórios opostos à sentença e ao acórdão, respectivamente.
A norma legal sob enfoque traz a seguinte redação:
"Art. 538. Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes. (Redação dada pela Lei nº 8.950, de 13.12.1994) Parágrafo único. Quando manifestamente protelatórios os embargos, o juiz ou o tribunal, declarando que o são, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente de 1% (um por cento) sobre o valor da causa. Na reiteração de embargos protelatórios, a multa é elevada a até 10% (dez por cento), ficando condicionada a interposição de qualquer outro recurso ao depósito do valor respectivo.(Redação dada pela Lei nº 8.950, de 13.12.1994) - grifamos".
Esta Corte Superior cristalizou, por meio da Súmula n. 98, o entendimento que é descabida a multa prevista no parágrafo único do art. 538 do CPC quando previsível o intuito de prequestionamento e ausente o interesse em procrastinar o andamento do feito, ainda que não configurada nenhuma das hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, litteris: "Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório".
Com efeito, a multa prevista no art. 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil deve ser aplicada com temperamentos, pelo que afasto a multa imposta pelo Tribunal *a quo* quando do julgamento dos embargos declaratórios.
Nesse sentido está consolidada a jurisprudência deste Sodalício:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. MULTA. INTUITO PROTELATÓRIO. NÃO CONFIGURADO. SANÇÃO PROCESSUAL. DESCABIMENTO. - Nos termos do enunciado n. 98 da Súmula desta Corte, os "embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório." - Agravo improvido. (AgRg no Ag 520.468/SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 02.09.2004, DJ 16.11.2004 p. 285)"

6. Ante o exposto, nos termos do art. 544, § 3º, do Código de Processo Civil, conheço do agravo de instrumento, para dar parcial provimento ao recurso especial, tão-somente para afastar a multa aplicada no julgamento dos embargos de declaração opostos, tanto na primeira instância quanto no Tribunal *a quo*.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3411)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 920.360 - SP (2007/0139107-9)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: CONDOMÍNIO EDIFÍCIO LYDIA MIGLIANO GONÇALVES
ADVOGADO	: EUZEBIO INIGO FUNES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JACIR GOMES
ADVOGADO	: CINTIA TIEMI HASHINOMOTO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado pelo Condomínio Edifício Lydia Migliano Gonçalves contra decisão que inadmitiu recurso especial.
Está incompleto o traslado do recurso especial juntado aos autos. A cópia mencionada no art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil, deve corresponder ao inteiro teor do original. A falta de páginas impossibilita a exata compreensão da controvérsia, tornando deficiente a instrução processual.
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3412)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 920.489 - SP (2007/0139438-8)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: ROSANE FREIBERGER MIRANDA E OUTROS
ADVOGADO	: CEZAR AUGUSTO CASSALI MIRANA
AGRAVADO	: JAQUES ROSA FELIX
ADVOGADO	: EDUARDO GEORGE DA COSTA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por ROSANE FREIBERGER MIRANDA e outros contra decisão do Presidente da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letras "a" e "c", da Constituição Federal, manejado frente a acórdão, integrado pelo proferido em embargos de declaração, daquele Pretório.
O agravo não merece conhecimento.
Com efeito, falta-lhe o requisito da regularidade formal, porquanto não foram impugnadas, de forma específica, as bases da decisão agravada.
O recurso foi inadmitido por deficiência de fundamentação (súmula 284/STF) e necessidade de reexame do contexto fático-probatório para reformar o acórdão recorrido (súmula 7/STJ).
Os agravantes, por sua vez, não refutam tais fundamentos, o que atrai a incidência, na espécie, da súmula nº 182 desta Corte:
"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3413)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 920.890 - MG (2007/0136741-9)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: FUNDAÇÃO ITAUBANCO
ADVOGADO	: THOMAZ BARBOSA S MARTINS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FABIO ROQUE NOGUEIRA
ADVOGADO	: CLÁUDIO LOTT CARVALHO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado pela Fundação Itaúbanco contra decisão que inadmitiu recurso especial, interposto pela alínea "a", do permissivo constitucional, no qual se alega negativa de vigência aos arts. 42, IV e V, da Lei n. 6435/77 e 31, §§ 1º e 2º do Decreto 81.240/78, em questão exposta nesta ementa (fl. 344):

"PREVIDÊNCIA PRIVADA. DESLIGAMENTO DE ASSOCIADO. RESGATE DA RESERVA DE POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. DIFERENÇA DEVIDA.
Os expurgos inflacionários nada mais são que decorrência da correção monetária, pois compõem este instituto, configurando-se como valores extirpados do cálculo da inflação quando da apuração do índice real que corrigiria preços, títulos públicos, tributos e salários, entre outros. E como a correção monetária nada acrescenta ao valor original, servindo apenas para manter o poder aquisitivo da moeda, não pode a entidade de previdência privada ignorar os verdadeiros índices inflacionários na atualização da chamada 'reserva de poupança'."

Quanto à correção do numerário desembolsado pelo beneficiário, incide a Súmula n. 289/STJ:
"A restituição das parcelas pagas a plano de previdência privada deve ser objeto de correção plena, por índice que recomponha a efetiva desvalorização da moeda."

Nesse sentido, aplica-se a Súmula n. 83 desta Corte, de acordo com o precedente citados na decisão agravada. Confira ainda os precedentes (4ª Turma, AGA 547840 - DF, DJ de 17.05.04 e 4ª Turma, REsp n. 187192 - DF, DJ de 07.05.01).
No que pertine às alegações sobre o percentual de retenção consoante o Estatuto, a questão não foi objetivamente enfrentada pelo aresto objurgado, pelo que ausente o prequestionamento (Súmula n. 211 do STJ).
Ademais, também recai a discussão no óbice das Súmulas n. 5 e 7 do STJ.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 03 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3414)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 920.955 - GO (2007/0135727-0)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: MARIA DOS ANJOS BARBOSA NOGUEIRA
ADVOGADO	: DIVINO PEREIRA MACHADO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO VOLKSWAGEN S.A.
ADVOGADO	: AUTRAN ALENCAR ROCHA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por MARIA DOS ANJOS BARBOSA NOGUEIRA contra decisão do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letras "a" e "c", da Constituição Federal, manejado frente a acórdão daquele Pretório.
O agravo não merece conhecimento.
Com efeito, falta-lhe o requisito da regularidade formal, porquanto não foram impugnadas, de forma específica, as bases da decisão agravada.
O recurso foi inadmitido por não cabimento de recurso especial fundamentado em violação a súmula ou resolução; falta de prequestionamento de alguns dos dispositivos apontados como afrontados e incidência da súmula 596/STF.
A agravante, por sua vez, não refuta o primeiro e o terceiro fundamentos, o que atrai a incidência, na espécie, da súmula nº 182 desta Corte:
"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3415)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 920.963 - PR (2007/0137065-8)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: RENATO CÉSAR GUERRA
ADVOGADO	: MARCO ANTONIO GONCALVES VALLE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CREDICARD S/A ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO
ADVOGADO	: HENOCH GREGÓRIO BUSCARIOL E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DANO MORAL CONFIGURADO. CULPA. INDENIZAÇÃO DEVIDA. *QUANTUM* RAZOÁVEL. SÚMULA N. 83/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento, interposto por RENATO CÉSAR GUERRA, em face de decisão que negou seguimento ao recurso especial, fulcrado na alínea "c", do inciso III, do art. 105 da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:
"APELAÇÃO CÍVEL. DANO MORAL. INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE RESTRIÇÃO DE CRÉDITO. QUANTUM DA INDENIZAÇÃO. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO. ANÁLISE DO CASO CONCRETO. MANUTENÇÃO DO VALOR FIXADO PELO JUIZ SINGULAR. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Na fixação do valor da indenização por dano moral deve-se aferir, no caso concreto: as circunstâncias em que se deu o fato lesivo, a culpabilidade da parte ofensora, a repercussão do fato na esfera pessoal do ofendido, a condição econômica das partes, entre outros fatores.
2. Deve ser mantido o valor arbitrado pelo Juízo singular se atendidos os parâmetros acima, e se outros critérios - como a mera multiplicação do valor da inscrição ou percentual do faturamento da empresa ofensora - se mostrarem totalmente aleatórios e ocasionarem enriquecimento sem causa, deturpando a finalidade da reparação por dano moral." (fl. 67)

A recorrente, nas razões do especial, funda sua irresignação em divergência jurisprudencial, sustentando a majoração do *quantum* indenizatório.
É o sucinto relatório.
Decido.
2. Não assiste razão ao agravante.
3. No que toca a pretensão de aumentar o valor da indenização, vale salientar que a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o *quantum* definido pela Corte de origem somente pode ser alterado em sede de recurso especial quando absurdamente excessivo ou irrisório, o que não ocorre na espécie, em que o valor fixado, a saber, R$ 5.000,00 (cinco mil reais), é razoável. Em verdade, definir o valor da indenização implica reexaminar os fatos e provas que orientaram o Tribunal *a quo*, o que é vedado nos termos do enunciado n.º 7 da Súmula desta Corte Superior.
Nesse sentido, impende colacionar trecho do voto do e. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, *verbis:*

"Não conheço do recurso, porque, como tenho dito outras vezes, a intervenção do Superior Tribunal de Justiça há de se dar quando há o abuso, o absurdo: indenizações de um milhão, de dois milhões, de cinco milhões, como temos visto; não é o caso. Aqui, ficaríamos entre quinhentos, trezentos e cinqüenta, duzentos, duzentos e cinqüenta, cem reais a mais, cem salários a menos. Não é, portanto, um caso de abuso na fixação, é uma discrepância na avaliação. Temos de ponderar até que ponto o Superior Tribunal de Justiça deve interferir na definição de um valor de dano moral, que é matéria de fato, para fazer uma composição mais ou menos adequada. Não sendo abusiva ou iníqua a opção do Tribunal local, não se justificaria a intervenção deste Tribunal. Se não for assim, teremos de enfrentar todas as avaliações de dano moral feitas no país, porque em todas elas poderemos encontrar uma disparidade de 10%, 20%, e essa não é a nossa função" (Resp 269.407, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, Rel. p/ Acórdão Min. Ruy Rosado de Aguiar, Quarta Turma, DJ 19.03.01).

A corroborar tal entendimento, oportuno colacionar os seguintes precedentes:

"AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANO MORAL. PUBLICAÇÃO JORNALÍSTICA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. REVISÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM FINS DE PREQUESTIONAMENTO. AFASTAMENTO DA MULTA.
I - Não há que se falar em omissão ou ausência de fundamentação, não constando do acórdão embargado os defeitos contidos no artigo 535 do Código de Processo Civil, quando a decisão embargada resolve a questão de forma objetiva e fundamentada, apenas adotando tese diferente da pretendida pela embargante.
II - Nos processos de reparação de danos morais decorrente de notícia publicada em jornal, a avaliação quanto à responsabilidade pelo ocorrido não pode ser dissociada da análise das peculiaridades de cada caso concreto, cujo reexame não se mostra consentâneo com a natureza excepcional da via eleita, dada a impossibilidade de serem reexaminadas no especial as questões fático-probatórias em que assentada a conclusão do acórdão, a teor do que dispõe o enunciado 7 da Súmula deste Tribunal. III - Em consonância com o enunciado 98 da Súmula desta Corte, não é cabível a imposição da multa do artigo 538 do Código de Processo Civil, quando os embargos de declaração possuem caráter prequestionador. Recurso parcialmente provido." (Resp 649.674, Terceira Turma, Rel. Min. Castro Filho, DJ 26.06.06).

"CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE RESSARCIMENTO. LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO. SAQUE INDEVIDO EM CADERNETA DE POUPANÇA. DANO MATERIAL. DIVERGÊNCIA DE ASSINATURAS. RESPONSABILIDADE CARACTERIZADA. SÚMULA N. 7-STJ. I. Carentes de prequestionamento os dispositivos legais elencados e indemonstrado o dissídio jurisprudencial, não tem trânsito o recurso especial. **II. Ademais, configurado o dano material pelo saque indevido na conta de poupança, mediante guia de retirada que contém assinatura diversa, responde civilmente a recorrente pela negligência de seu ato, assim reconhecida pelas instâncias ordinárias.** III. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" - (Súmula n. 7 do STJ). IV. Recurso especial não conhecido." (RESP 734.069/PB, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, DJ 22.05.2006).

4. Pelo exposto, com fundamento no artigo 34, inciso VII, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3416)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.049 - SE (2007/0137064-6)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: MARCUS VINÍCIUS SANTA RITA FREIRE SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LUIZ ALBERTO TELES PRADO
ADVOGADO	: MÁRCIO CAVALHEIRO ALVES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Dou provimento ao agravo. Suba o recurso especial para melhor exame.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3417)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.063 - RS (2007/0113940-9)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: A M DA R X
ADVOGADO	: JOSÉ ANTÔNIO ROSA DA SILVA
AGRAVADO	: C N DO C
ADVOGADO	: ROBERTO GAZZOLLA

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por A. M. da R. X. e outros contra decisão que inadmitiu recurso especial.
Está defeituoso o traslado do acórdão recorrido juntado aos autos, o que impossibilita a exata compreensão da controvérsia.
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 11 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3418)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.097 - RS (2007/0111778-5)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BANCO PANAMERICANO S/A
ADVOGADO	: VALQUIRIA BELMENI STEFFENS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DIEZON RAUTER
ADVOGADO	: GILSON JOSÉ POPIOLEKI DOS SANTOS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Banco Panamericano S/A contra decisão que inadmitiu recurso especial.
Não consta dos autos procuração ou substabelecimento que outorga poderes à Dra. Valquiria Belmeni Steffens, advogada subscritora do agravo de instrumento, o que torna impossível aferir a regularidade da representação (art. 544, § 1º, do CPC).
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 11 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3419)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.120 - RJ (2007/0136797-4)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: CJF DE VIGILÂNCIA LTDA
ADVOGADO	: FABIANA BELFORT VILLELA DE ANDRADE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: NELSON BUGANZA JUNIOR E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por CJF de Vigilância Ltda contra decisão que inadmitiu recurso especial, interposto pela alínea "a" do permissivo constitucional, em que se aponta ofensa aos arts. 535 e 538 do CPC.

O acórdão restou assim ementado (fl. 24):
"RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRATUAL. INDENIZATÓRIA. BANCO. ROUBO EM AGÊNCIA. EMPRESA DE VIGILÂNCIA. PREPOSTO. NEGLIGÊNCIA E IMPRUDÊNCIA EVIDENCIADAS. DANO PATRIMONIAL. DEVER DE REPARAR.
No que tange ao primeiro apelo, temos que o empregado da Demandada, deixou o interior da Agência às 05:55 h., ingressando no hall dos caixas eletrônicos com o fito de apanhar um jornal que ah estava, não percebendo que ali já se encontrava infiltrado um meliante, sendo, assim, rendido.
Esta foi a causa adequada para a eclosão do evento lesivo, não podendo as falhas apontadas nos dispositivos de segurança da agência servir de escudo para que escape ao dever de indenizar, já que desde agosto de .1998 tinha pleno conhecimento dos pontos vulneráveis do local, sendo certo que posteriormente não lhe passou despercebida a falta de câmeras de segurança e o desligamento do alarme por força das obras feitas no local. Se anuiu em continuar a prestar os serviços contratados, mesmo diante de tão periclitante situação, assumiu, sem sombra de dúvidas, o risco do negócio.
No que tange ao segando Apelo, realmente necessário se faz um pequeno reparo no dispositivo da sentença para que o percentual dos honorários advocaticios incidam sobre o valor da condenação, em homenagem à norma contida no §3 ° do art. 20 da Lei de Ritos.
Primeiro recurso improvido.Adesivo provido, nos termos do voto do Desembargador Relator."
Inexiste ofensa ao art. 535 do CPC, pois ausente omissão, contradição ou obscuridade no acórdão recorrido.
Também quanto ao art. 538 do CPC, tendo o tribunal entendido ser o recurso totalmente protelatório e, como o acórdão da apelação trouxe fundamentação suficiente ao caso, desnecessária a intervenção do STJ nesse aspecto.
Quanto às demais razões recursais, aplica-se a Súmula n. 7 desta Corte.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3420)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.253 - RJ (2007/0145627-9)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: LOSANGO PROMOTORA DE VENDAS LTDA.
ADVOGADO	: FREDERICO GARCIA DINIZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EDVALDO MIGUEL FERREIRA
ADVOGADO	: ERNANI DE AZEVEDO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Losango Promotora de Vendas Ltda. contra decisão que inadmitiu recurso especial.
A cópia do acórdão recorrido, mencionado no art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil, deve ser juntado aos autos na sua integralidade, ou seja, deverá conter o relatório, o voto e a ementa. Sendo a sentença adotada como parte do relatório, obrigatório é o seu traslado, na medida em que a falta de tal documento torna impossível a exata compreensão da controvérsia. Nesse sentido: AgRg no AG n. 308.560/SP, 3ª Turma, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 06.11.2000.
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 12 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3421)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.260 - RS (2007/0160926-8)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: DIASSOM DIAGNÓSTICO POR ULTRASSOM LTDA
ADVOGADO	: MARJANA BIRCKE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GENERAL ELETRIC DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: JAMIL MICHEL HADDAD E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Diassom Diagnóstico por Ultrassom Ltda contra decisão que inadmitiu o seguimento do recurso especial, interposto pelas alíneas "a" e "c", do inciso III, do art. 105 da Constituição Federal, no qual se alega violação ao art. 558 do CPC.
O acórdão restou assim ementado (fl. 107):

"AGRAVO REGIMENTAL. APELAÇÃO. EFEITOS. REUNIÃO DE PROCESSOS POR CONEXÃO E JULGAMENTO SIMULTÂNEO. CISÃO.
Julgamento monocrático que deu parcial provimento a agravo de instrumento, de decisão que recebeu apenas no efeito devolutivo a apelação interposta contra sentença que julgou improcedentes ação de rescisão contratual e embargos à execução. Quando há cumulação de ações, ou reunião de processos por conexão, com julgamento simultâneo, é possível cindir a apelação para definir seus efeitos. Caso em que num ponto o efeito é duplo e nos demais só devolutivo. Precedentes inclusive do STJ.
Negado provimento ao recurso."

Não há que se falar em ofensa ao art. 558 do CPC, estando correta a decisão agravada, uma vez que "quanto à concessão do efeito suspensivo, em matéria de ameaça de lesão de difícil reparação e relevante fundamentação a autorizar a concessão do efeito suspensivo pretendido pelo recorrente predomina a prudente discrição do magistrado, nos termos referidos no próprio dispositivo legal. Trata-se, portanto, de faculdade conferida ao desembargador relator" (fl. 142-verso).
Com efeito, "em regra, a apelação de sentença que confirma a antecipação dos efeitos da tutela deve ser recebida no apenas efeito devolutivo (art. 520, VII, do CPC), excepcionadas as hipóteses do art. 558 do CPC. 4. Hipótese dos autos em que o Tribunal reconheceu a relevância da fundamentação e a possibilidade de lesão grave e de difícil reparação a ensejar o recebimento do apelo também no efeito suspensivo, adotando entendimento compatível com a jurisprudência do STJ no que diz respeito a validade dos Títulos da Dívida Pública do início do século" (2ª Turma, REsp 791515 / GO, Rel. Min. Eliana Calmon, unânime, DJ 16.08.2007).
A propósito:

"TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DE DEVEDOR. APELAÇÃO PENDENTE. EFEITO SUSPENSIVO. EXCEPCIONALIDADE. SÚMULA 7/STJ.
1. É definitiva a execução fiscal após o julgamento dos embargos de devedor, ainda que pendente apelação, que deve ser recebida apenas no efeito devolutivo.
2. 'Contudo, após a edição da Lei 9.139, de 30.11.95, que deu nova redação ao artigo 558, parágrafo único, do CPC, restou prevista a possibilidade de, a requerimento da parte interessada e mediante a comprovação de que o prosseguimento da execução provocaria lesão grave e de difícil reparação, ser concedido efeito suspensivo ao recurso de apelação até o pronunciamento definitivo do órgão julgador' (REsp 351.772/SC, Rel. Min. Garcia Vieira, DJU de 18.03.02)
3. A Corte de origem aferiu a necessidade de concessão de efeito suspensivo. A revisão de tal premissa demandaria reexame probatório, o que é vedado a teor da Súmula 7/STJ.
4. Agravo regimental não provido."
(2ª Turma, AgRg no REsp 918502 / RJ, Rel. Min. CASTRO MEIRA, unânime, DJ 01.08.2007)
Aplica-se, assim, a Súmula n. 7 do STJ.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3422)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.395 - RS (2007/0113862-6)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: H V A
ADVOGADO	: MARIA LUIZA ARANHA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: A M DA C O E OUTRO
ADVOGADO	: EVELISE BASTOS DE BRAGA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado contra decisão que inadmitiu recurso especial, no qual é apontada negativa de vigência as art. 1.699, do Código Civil, em face de acórdão assim ementado (fl. 77):

"AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECURSO. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PENHORA DE PARTE DOS SALÁRIOS DO EXECUTADO. INEXISTÊNCIA DE BENS PASSÍVEIS DE PENHORA. DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO. POSSIBILIDADE LEGAL. 1. Não possuindo o devedor bens passíveis de constrição, possível é a penhora de parte dos seus proventos para garantir o pagamento da dívida de alimentos, até que a dívida seja integralmente solvida, operando-se a execução nos moldes do que dispõe o art. 734 do CPC. 2. Com isso, resta garantido o adimplemento da obrigação alimentar, solvendo a pendência, e o alimentante não fica privado do seu próprio sustento (art. 732, parágrafo único, CPC). Recurso desprovido."

O dispositivo apontado como violado não foi objeto do julgado e nem foi alvo de embargos declaratórios para suprir eventual omissão. Incidem, pois, na espécie, as Súmulas ns. 282 e 356 do STF.
Para que haja o prequestionamento, é imprescindível que o Tribunal **a quo** se pronuncie objetivamente sobre a tese articulada pelo recorrente, exercendo juízo de valor sobre a norma indicada, examinando sua aplicação ou não ao caso concreto.
Ademais, o exame da matéria esbarra necessariamente no óbice da Súmula n. 7 desta Corte.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3423)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.421 - SP (2007/0161729-4)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: CONSÓRCIO NACIONAL HONDA LTDA
ADVOGADO	: NELSON PASCHOALOTTO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MIRIAM CARLA DE SOUSA
ADVOGADO	: WANDER SÍGOLI

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Consórcio Nacional Honda Ltda. contra decisão que inadmitiu recurso especial.
Está incompleto o traslado do acórdão recorrido juntado aos autos. A cópia mencionada no art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil, deve corresponder ao inteiro teor do original. A falta de páginas impossibilita a exata compreensão da controvérsia, tornando deficiente a instrução processual.
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3424)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.476 - GO (2007/0150846-5)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: DANILO DI REZENDE BERNARDES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LUIZ BENTO DO NASCIMENTO
ADVOGADO	: ROBERTA NAVES GOMES

DECISÃO

Vistos.
Dou provimento ao agravo. Suba o recurso especial para melhor exame.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3425)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.550 - GO (2007/0143250-1)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: ADRIANA GUEDES DE SÁ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARCOS JOSÉ DE SOUSA
ADVOGADO	: RODRIGO RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Dou provimento ao agravo. Suba o recurso especial para melhor exame.
Publique-se.
Brasília (DF), 12 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3426)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.653 - RS (2007/0167721-3)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: JEFFERSON GUSTAVO CAMPOS DE GODOY E OUTRO
ADVOGADO	: LUIZ FERNANDO SCHERER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VEJA ENGENHARIA ADMINISTRADORA E INCORPORADORA DE IMÓVEIS LTDA
ADVOGADO	: ANDRÉ SCHILD BRANCO DE ARAÚJO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por JEFFERSON GUSTAVO CAMPOS DE GODOY e outro contra decisão do Terceiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "c", da Constituição Federal, manejado frente a acórdão daquele Pretório.
O agravo não merece conhecimento.
Com efeito, falta-lhe o requisito da regularidade formal, porquanto não foram impugnadas, de forma específica, as bases da decisão agravada.
O recurso foi inadmitido por ausência de indicação do permissivo constitucional autorizador de interposição de recurso especial; necessidade de reexame do contexto fático-probatório (súmula 7/stj); imperiosidade de interpretação de cláusulas contratuais (súmula 5/stj) e falta de prequestionamento.
Os agravantes, por sua vez, não refutam o primeiro, o terceiro e o quarto fundamento, o que atrai a incidência, na espécie, da súmula nº 182 desta Corte:
"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3427)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.686 - SP (2007/0150477-7)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: ITAÚ SEGUROS S/A
ADVOGADO	: THAÍS LOPES DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EXPRESSO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
ADVOGADO	: LEVI SALLES GIACOVONI E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por ITAÚ SEGUROS S/A contra decisão do Presidente da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letras "a" e "c", da Constituição Federal, manejado frente a acórdão daquele Pretório.
O agravo não merece conhecimento.
Com efeito, falta-lhe o requisito da regularidade formal, porquanto não foram impugnadas, de forma específica, as bases da decisão agravada.
O recurso foi inadmitido por consonância de entendimento do acórdão recorrido com o desta Corte (Súmula 83/STJ).
O agravante, por sua vez, não refuta tal fundamento, o que atrai a incidência, na espécie, da súmula nº 182 desta Corte:
"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3428)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.990 - RS (2007/0166787-2)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: TATIANA BENDER CARPENA DE MENEZES DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANA MARIA MACAGNAN
ADVOGADO	: ALTEMIR CANTÚ E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. PRELIMINARES DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA RECORRENTE REJEITADAS. PRESCRIÇÃO TRIENAL. INOCORRÊNCIA. EMISSÃO DE AÇÕES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Desse desate, a Brasil Telecom opôs embargos de declaração, que restaram desacolhidos. Seguiu-se a interposição do recurso especial, no qual a agravante alega violação dos artigos 3º, 47, 267, 269, IV, 458, II e 535, todos do CPC; dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, 229 e 287, II, g, da Lei nº 6.404/76.

É o sucinto relatório.

Decido.

2. Primeiramente, quanto à violação do art. 535 do CPC, quadra assinalar que o acórdão recorrido não possui nenhum vício a ser sanado por meio de embargos de declaração. Em verdade, o aresto não padece de nenhuma omissão, contradição ou obscuridade, tendo em vista que o Tribunal *a quo* se manifestou acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia.

3. Da mesma forma, quanto a suposta ofensa aos artigos 3º, 47 e 267, VI, todos do CPC, não há como acolher a preliminar de ilegitimidade passiva da recorrente, uma vez que, ao suceder a Companhia Riograndense de Telecomunicações, a Brasil Telecom se tornou parte legítima para atuar no pólo passivo da lide, devendo responder pelas obrigações assumidas no contrato de participação financeira firmado entre a CRT e a autora.

A propósito, outro não é o entendimento deste Tribunal, *in verbis*:

"No que pertine à ilegitimidade passiva da ora recorrente, resta assente a absoluta insubsistência da alegação, porquanto a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT, criada pela Lei Estadual nº 4.073/60 sob a forma de sociedade anônima de economia mista, foi sucedida em todas as suas obrigações pela ora recorrente, que adquiriu, em conjunto com a Brasil Telecom Participações S/A, lote de ações que lhe conferiu o controle da antiga companhia telefônica." (REsp nº 537146/RS, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ de 14.08.2006)

4. Noutro giro, não vislumbro contrariedade aos arts. 165 e 458, II, ambos do CPC, pois fundamentar a sentença significa indicar de forma lógica as razões pelas quais se deve à lide determinada solução. Além do que, prescindível que o magistrado responda a todos os argumentos apresentados pelas partes, bem como seja adotado a tese da recorrente.

5. Com relação à ocorrência da prescrição trienal, o cerne da controvérsia instaurada se situa na natureza da relação litigiosa, sendo esta eminentemente obrigacional, uma vez que a presente ação se funda no inadimplemento contratual, consubstanciado no não recebimento das ações pela parte autora. Ora, em demandas como a dos autos, a relação apresenta cunho de direito obrigacional, ainda não societário, pois, na medida em que a recorrida ainda não goza do status de acionista, visto não ter havido a subscrição das ações da empresa em seu nome.

Dessa forma, mostra-se impróprio adotar o prazo prescricional do art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, porquanto sua aplicação deve ser reservada a quando o já acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído naquela qualidade, situação não identificável com a espécie em exame.

6. Por fim, não se entende por vulnerados os artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º e 229, da Lei nº 6.404/76, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a *quaestio* acerca da emissão de ações baseado na análise de cláusulas contratuais, isto é, por meio de exame de elementos probatórios dos autos.

Desse modo, a pretendida revisão do *decisum* encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça.

7. Ante o exposto, com base no artigo 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo de instrumento para conhecer, em parte, do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3429)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.014 - RJ (2007/0137812-3)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: MARLOY REVISTAS E JORNAIS LTDA
ADVOGADO	: LUIZ FERNANDO VIVEIROS DE CASTRO KELLER
AGRAVADO	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento manifestado contra decisão que não admitiu recurso especial, em que se aponta ofensa aos arts. 1º. 5º, 6º, 14 e 57, do CDC, bem como dissídio pretoriano, em questão resumida nesta ementa (fl. 306):

"RESPONSABILIDADE CIVIL - Saques em conta corrente, mediante utilização de cartão magnético, jamais solicitado e recebido, segundo a autora - Ação ordinária objetivando a restituição em dobro dos valores sacados e indenização por danos morais - Sentença de procedência parcial, que se reforma, uma vez que a própria juntada dos extratos bancários pela autora, aliada à prova oral, demonstram o envio e uso do cartão pela correntista, sendo que este somente poderia ser efetuado através do conhecimento da senha sigilosa que é pessoal e intransferível."

Não merece prosperar a irresignação.

Inobstante a oposição de embargos declaratórios, as normas apontadas como violadas não foram objeto de apreciação e manifestação específica pelo acórdão recorrido, restando ausente o prequestionamento. Incide a Súmula 211 do STJ.

De todo modo, a análise das alegações veiculadas nas razões do recurso especial recaem no reexame de matéria fática da lide, esbarrando na Súmula 7 do STJ.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3430)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.035 - GO (2007/0142684-7)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: CID PÁDUA AGUIRRE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IROILTON RODRIGUES DOS SANTOS
ADVOGADO	: RODRIGO DOS SANTOS RODRIGUES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento manifestado contra decisão que não admitiu recurso especial, no qual se alega ofensa aos arts. 333, 535 do CPC; 5º da Medida Provisória nº 2.170/2001; 4º, IX, da Lei nº 4.595/64, bem como dissídio pretoriano, em questão exposta nesta ementa (fls. 147/148):

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL C/C CLÁUSULAS CONTRATUAIS. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - FORMA DE COBRANÇA - SENTENÇA **ULTRA PETITA** NESTE PONTO. TABELA **PRICE.** CAPITALIZAÇÃO DE JUROS COM PERIODICIDADE INFERIOR A UM ANO. INSUFICIÊNCIA DOS DEPÓSITOS - EXCLUSÃO/NÃO INCLUSÃO DO NOME DO DEVEDOR EM ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO - DECISÃO INSUBSISTENTE. APLICAÇÃO DO ART. 21, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC.

1 - Inexistindo pedido para alterar a forma de cobrança, pura e simples, da comissão de permanência, revela-se indevida a deliberação judicial neste ponto (sentença **ultra petita**).

2 - É inegável que a tabela **price** 13 resulta em capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano, o que somente se admite nos casos expressos em lei.

3 - Desde 31/03/2000, quando foi publicada a MP nº 1.963-17 (art. 5º), reeditada por diversas vezes até se chegar à MP nº 2.170-36, de 23/08/2001, é possível, em se tratando de operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano, se expressamente pactuada.

4 - Sendo reconhecida a insuficiência dos depósitos consignados, é certo que sua complementação ulterior não tem o condão de ratificar a decisão que determinou, liminarmente, a exclusão/não inclusão do nome do devedor em órgãos de restrição ao crédito.

5 - Decaindo um litigante em parte mínima dos pedidos, aplicável o art. 21, parágrafo único, do CPC."

APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA.

A irresignação não merece prosperar.

Não se observa a alegada ofensa ao art. 535 do CPC, mas tão-somente decisão fundamentada em sentido contrário à pretensão reformatória.

De início, cumpre salientar que esta Corte já consolidou seu entendimento no sentido de que a discussão acerca da existência de capitalização na chamada Tabela **Price** impõe reexame da matéria fática, esbarrando na Súmula 7 do STJ.

Ademais, no que toca à capitalização dos juros, o acórdão recorrido consignou expressamente inexistir respectiva previsão contratual (fl. 144). Rever tal posicionamento implica, reflexamente, interpretação de cláusulas contratuais e revisão do conjunto fático-probatório dos autos, esbarrando no óbice das Súmulas 5 e 7 do STJ.

Pelo exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3431)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.165 - SP (2007/0169879-5)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: TELESP CELULAR S/A
ADVOGADO	: LUCIANA PONTES DE MENDONÇA IKEDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ARTHUR DE ARRUDA CAMPOS
ADVOGADO	: MIGUEL TEDDE NETTO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por TELESP CELULAR S/A contra decisão do Presidente da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "c", da Constituição Federal, manejado frente a acórdão, integrado pelo proferido em embargos de declaração, assim ementado:

"1. Prestação de serviços - Telefonia - Inclusão indevida do nome do autor em cadastros de inadimplentes de serviço de proteção ao crédito - Indenização por dano moral - Solidariedade entre as có-réus - Admissibilidade - Verba fixada em R$ 10.000,00 - Razoabilidade - Pretendida majoração - Inadmissibilidade.

2. Indenização - Dano moral reclamado - também do Serasa - Pretensão fundada no arquivamento de informações sobre o autor em seus cadastros - Expressa previsão contratual - Dados, ademais, transmitidos pela empresa credora, sendo dela o ônus de promover a exclusão do nome do devedor em órgão de proteção ao crédito - Insuficiência para a determinação do dever de indenizar - Recurso do SERASA provido para julgar improcedente a ação em relação a ele.

3. Ação de indenização por danos morais - Condenação em montante inferior ao postulado na inicial - Sucumbência total e não parcial ou recíproca - Orientação da Súmula 326 do STJ".

Pela via do dissídio jurisprudencial, pugna a recorrente a redução do valor da verba arbitrada a título de danos morais.

A irresignação não merece acolhida.

A recorrente insurgiu-se sobre fixação do *quantum* indenizatório somente quando da interposição do recurso especial, ou seja, poderia ter impugnado tal assunto na primeira oportunidade que teve após a sentença - a apelação - mas quedou-se silente, exsurgindo, clara, conformação com o julgado e restando configurada a preclusão.

Ainda que assim não fosse, malgrado a tese de dissídio jurisprudencial, há necessidade, diante das normas legais regentes da matéria (art. 541, parágrafo único, do CPC c/c art. 255 do RISTJ), de confronto, que não se satisfaz com a simples transcrição de ementas, entre trechos do acórdão recorrido e das decisões apontadas como divergentes, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. Ausente a demonstração analítica do dissenso, incide a censura da súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

Acrescente-se que, para demonstrar a divergência pretoriana, foi utilizado como paradigma acórdão do mesmo tribunal prolator do aresto ora recorrido, o que atrai a incidência da súmula 13 desta Corte.

Nego provimento ao agravo.

Publicar.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3432)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.177 - DF (2007/0157985-6)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: PAULO AMAURI DE OLIVEIRA MELLO
ADVOGADO	: SEBASTIÃO MORAES DA CUNHA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: JOAO BATISTA BASSANI GUIDORIZZI E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROCESSUAL CIVIL - REGISTRO DE PROTOCOLO DA PETIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL ILEGÍVEL - IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DA TEMPESTIVIDADE RECURSAL - RECURSO IMPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto por PAULO AMAURI DE OLIVEIRA MELLO contra decisão que negou seguimento a recurso especial.

É o relatório.

O recurso não merece ser provido.

Com efeito.

In casu, compulsando-se os autos, constata-se que o protocolo da petição de recurso especial está absolutamente ilegível, de tal forma que impede a aferição da tempestividade recursal.

Consoante entendimento pacificado nesta Corte, a tempestividade do recurso é aferida considerando-se a data de protocolo registrada na petição. Nesse sentido, confiram-se os seguintes precedentes: AgRg no Ag 764952/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJU de 4/9/2006; AgRg no Ag 868916/GO, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, Quarta Turma, DJU 4/6/2007; AgRg nos EDcl no Ag 816042 /DF, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Terceira Turma, DJU 13/8/2007.

Oportuno deixar assente que cabe à parte agravante a correta formação do instrumento de agravo, não podendo eventuais vícios assim ocorridos serem sanados nesta Instância especial.

Nega-se, portanto, provimento ao agravo de instrumento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3433)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.285 - MG (2007/0140473-3)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: CLÁUDIO FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO	: JOSÉ AUGUSTO LOPES NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PATRIMÓVEL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA S/A
ADVOGADO	: ROBERTO ALGRANTI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RJZ ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO	: FLORENCE MILEIB BURGOS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Cláudio Ferreira da Silva contra decisão que negou seguimento a recurso especial, interposto pela alínea "a", do permissivo Constitucional, no qual se alega violação aos artigos 6º, 37, §§ 1º e 3º, 48, 52, do Código de Processo Civil, 13, 23 e 14, § 1º, do Decreto 2.181/97.
O acórdão recorrido restou assim ementado (fl. 31):

"APELAÇÃO - SENTENÇA - ILEGITIMIDADE DA TERCEIRA RÉ - CDC - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DE TODOS OS QUE ATUAM NA CADEIA DE FORNECIMENTO - LEGITIMIDADE RECONHECIDA - INTERESSE DE AGIR PRESENTE. ANÚNCIO DE VENDA DE IMÓVEL - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO -ESPECIFICAÇÃO DA UNIDADE VALORADA - PUBLICIDADE QUE NÃO SE MOSTRA ABUSIVA NEM ENGANOSA - IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS. A responsabilidade de todos aqueles que intervêm na cadeia de fornecimento de produto, por disparidade em relação à mensagem publicitária, é solidária, como estabelece o caput do art. 18, do CDC.Verificando-se que, em todos os anúncios, consta o logotipo da terceira ré, com o consentimento desta, conclui-se que, diante do consumidor, tal empresa se afigure como uma das responsáveis pelo empreendimento anunciado, de modo que apresenta, sim, legitimidade para ocupar o pólo passivo deste feito.Áplicando-se a teoria da aparência, observa-se que, tendo permitido a inclusão de seu nome na mensagem publicitária, a corretora criou oportunidade para que, observando-o, o potencial consumidor tivesse a fundada impressão de que também ela estava diretamente envolvida no lançamento e na negociação do empreendimento. Sendo a terceira requerida, em tese, responsável solidária por eventuais disparidades entre o anúncio e o negócio efetivamente disponibilizado ao autor, não há dúvida de que, vendo frustrada sua tentativa de adquirir o bem almejado pelo preço publicado, tinha o autor necessidade de recorrer ao Poder Judiciário, para ter sua pretensão apreciada. O simples fato de a mencionada empresa não ser proprietária dos apartamentos não é suficiente para impedir sua condenação, se for o caso, ainda que, para cumpri-la, fosse obrigada a adquirir um apartamento, para, depois, buscar ressarcimento junto às construtoras e incorporadoras. Constatando-se que os anúncios acostados aos autos, devidamente conjugados, permitiam ao consumidor verificar o preço total das unidades anunciadas, muito superior ao que o autor pretendia pagar, evidenciase que não foi ele vítima de publicidade enganosa ou abusiva, mormente porque pretendia adquirir apartamento muito mais valorizado por preço inferior ao dos mais baratos."
Não merece acolhida o inconformismo.
A insurgência do agravante é contra julgado que não reconheceu direito a indenização por danos morais e negou-lhe o pedido de obrigação de fazer aforado contra as agravadas, sob o fundamento de que houve "propaganda enganosa" (fl. 51) na divulgação do imóvel anunciado.
A questão, entretanto, não ultrapassa o óbice apontado no verbete n. 7, da Súmula desta Corte, visto estar consignado no aresto vergastado que, "no caso específico do autor, os anúncios apresentados, devidamente conjugados, não se mostraram enganosos ou abusivos", e que "se o requerente confiou poder comprar tal apartamento por apenas 110 parcelas de R$ 1.200,00, foi por total desatenção na análise das mensagens publicitárias, que não eram hábeis a gerar no homem médio a expectativa de realização de tal negócio" (fl. 48).
Infirmar, pois, tais conclusões ensejam investigação do conteúdo fático-probatório da lide, obstado na via eleita, a teor do enunciado citado. Confira-se:

"Agravo regimental. Recurso especial não admitido. Indenização. Inscrição no SPC. Súmulas nºs 05 e 07/STJ.
1. O posicionamento do Tribunal decorreu da análise do contrato celebrado entre as partes, bem como do conjunto probatório dos autos, considerando que não houve conduta ilícita da ré ao determinar a inscrição no cadastro de inadimplentes em razão da falta de pagamento das mensalidades do curso. Consta do acórdão que houve, na verdade, o descumprimento do contrato por parte do autor, que deixou de comunicar a sua desistência do curso conforme previsão contratual expressa. Também considerou o acórdão que não restou comprovada a alegação de propaganda enganosa. Não se verifica, assim, qualquer ofensa aos dispositivos do Código de Defesa do Consumidor, ensejando a pretensão recursal o reexame de provas e a análise de cláusulas contratuais, atraindo a incidência das Súmulas nºs 05 e 07/STJ.
2. Agravo regimental desprovido."
(AgRg no Ag 555171/RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Terceira Turma, Unânime, DJ 02.08.2004 p. 379)

Ante o exposto, nego provimento ao presente agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 14 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3434)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.299 - RJ (2007/0146692-3)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: JOSÉ ALVES RODRIGUES
ADVOGADO	: GUARACY MARTINS BASTOS
AGRAVADO	: SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S/A
ADVOGADO	: WALTER AUGUSTO CARDOSO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por José Alves Rodrigues contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, manifestado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.
Da análise da petição de fls. 02/05, observa-se que o agravante não impugnou os fundamentos da decisão agravada, mostrando-se inadmissível o agravo que não se insurge contra todos eles.
In casu, as razões do agravo deixaram de rebater a apontada incidência da Súmula n. 7 do STJ, incidindo na hipótese, por analogia, o princípio cristalizado no enunciado n. 182 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, **verbis**:
"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."
Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. INDEFERIMENTO LIMINAR. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTOS. ATAQUE. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA 182.
- É inviável o agravo do Art. 545 do CPC que deixa de atacar todos os fundamentos da decisão agravada (Súmula 182)."
(AgR-EREsp n. 297.116/MA, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, 2ª Seção, unânime, DJU de 28.03.2005)

Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3435)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.374 - RJ (2007/0140840-8)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: ALMIR CORDEIRO DE MELO E OUTRO
ADVOGADO	: CAMILA V DA S SANTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MARCELO VASCONCELLOS ROALE ANTUNES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Almir Cordeiro de Melo e outro contra decisão que negou seguimento a recurso especial, interposto pela "a", do permissivo Constitucional, no qual se alega violação ao artigo 273, do Código de Processo Civil, e inconstitucionalidade do Decreto-Lei 70/66.
O acórdão recorrido restou assim ementado (fl. 35):

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. SFH. DECRETO-LEI Nº 70/66. CONSTITUCIONALIDADE. INSCRIÇÃO. REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. AUSENTES.
I. A constitucionalidade do Decreto-Lei nº 70/66, que disciplina a execução extrajudicial, incluindo o leilão extrajudicial, já foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, em inúmeros julgados.
II. Para proceder-se ao depósito nos autos da ação ordinária, o mutuário deve considerar o valor que o credor entende correto, ao contrário da consignatória, onde o devedor deposita o valor que entende correto. Entendimento este corroborado pelo artigo 50 da Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004.
III. Ressalte-se, ainda, que não restou demonstrado, no presente recurso o desrespeito da CEF em relação à avença ajustada, ao passo que o Agravante encontra-se inadimplente
IV. Por derradeiro, comungo do entendimento, reiteradamente, adotado por esta Egrégia Corte, de que o deferimento da medida pleiteada se insere no poder geral de cautela do juiz que, à vista dos elementos constantes do processo que, pode melhor avaliar a presença dos requisitos necessários à concessão; e, conseqüentemente, que a liminar, em casos como o ora em exame, só é acolhível quando o juiz dá à lei uma interpretação teratológica, fora da razoabilidade jurídica, ou quando o ato se apresenta manifestamente abusivo, o que inocorre, na hipótese.
V. Agravo de Instrumento conhecido e desprovido."

Não merece acolhida o inconformismo.
A verificação dos requisitos ensejadores da antecipação dos efeitos da tutela não podem ser reexaminados na via escolhida, porquanto esbarra no óbice do enunciado n. 7, da Súmula desta Corte. Confira-se:

"PROCESSUAL CIVIL. ACIDENTE. TRANSPORTE RODOVIÁRIO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA INDEFERIDA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.
1. Quanto à ausência dos requisitos autorizadores da medida que antecipa os efeitos da tutela, não poderia este Superior Tribunal infirmar as conclusões anteriormente alcançadas, sob pena de violação ao contido no enunciado sumular n. 7
2. Agravo regimental não provido."
(AgRg no Ag 786650/SP, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, Quarta Turma, Unânime, DJ 28.05.2007 p. 351)

Quanto à alegada inconstitucionalidade do citado Decreto-Lei, já firmou orientação o Pretório Excelso afastando a tese defendida. Nesse sentido:

"PROCESSO CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO - DECRETO-LEI N.º 70/66 - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL - NÃO COMPROVAÇÃO - FALTA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA - SÚMULA 182/STJ - DESPROVIMENTO.
1 - O Decreto-lei n.º 70/66 já teve sua inconstitucionalidade definitivamente rejeitada pelo Supremo Tribunal Federal em inúmeros julgados, que firmaram o entendimento de que a citada legislação não viola o princípio da inafastabilidade da jurisdição e nem mesmo o do devido processo legal.
2 - Ademais, os agravantes não procederam ao cotejo analítico entre as decisões tidas como discrepantes, de forma a demonstrar a identidade fática entre o v. acórdão recorrido e o julgado paradigma e a interpretação contrária. Assim, não merece trânsito o recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional.
3 - "É inviável o agravo de art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada". Incidência da Súmula n. 182/STJ.
4 - Agravo regimental desprovido."
(AgRg no Ag 759142/RS, Rel. Min. Jorge Scartezzini, Quarta Turma, Unânime, DJ 20.11.2006 p. 323)

Ademais, a questão seria melhor debatida naquela Corte Suprema, e não neste Superior Sodalício, nos termos dos artigos 102, III e 105, III, da Constituição da República.
Ante o exposto, nego provimento ao presente agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 12 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3436)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.423 - RS (2007/0173381-3)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LEONI ANTÔNIO NOVAES DO AMARAL
ADVOGADO	: SOLANGE RAQUEL HAACK DE CASTRO

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 165, 269, IV, 458, II, e 535 do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 168, 170, § 1º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117 do Código Civil e 131, I, do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Infrutífera a argüição da prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).

Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa da parte agravada, uma vez que legítima para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:
"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.

- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3437)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.424 - SP (2007/0145452-6)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: FIDELCINO LOPES BARBOSA E CÔNJUGE
ADVOGADO	: JOSÉ XAVIER MARQUES
AGRAVADO	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: RENATA GARCIA VIZZA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Fidelcino Lopes Barbosa e cônjuge contra decisão que negou seguimento a recurso especial, interposto pelas alíneas "a" e "c", do permissivo Constitucional, no qual se alega violação aos artigos 9º, do Decreto-Lei 2.164/84, 10, do Decreto-Lei 2.284/86, e 25, da Lei 8.692/93, além do dissídio jurisprudencial.
O acórdão recorrido restou assim ementado (fl. 79):
"FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. Ação revisional. Sistema Financeiro de Habitação. 1. Contrato prevendo Plano de Comprometimento de Renda - PCR Admissibilidade. Atualização do saldo devedor pelos mesmos índices aplicados nas contas das cadernetas de poupança e, por conseqüência, pela variação da TR (Taxa Referencial). Possibilidade. Inexistência, ademais, de capitalização por se tratar de fator de atualização monetária. Precedentes do STJ. 2. Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS). Contrato celebrado sem sua previsão. Admissibilidade, pois restou simplesmente afastada a cobertura pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais, em face do advento da Lei 8.692, de 28.07.1993, que reduziu os financiamentos para a aquisição da casa própria a dois planos: o Plano de Comprometimento de Renda - PCR, e o Plano de Equivalência Salarial - PES. 3. Juros. Contrato típico de Sistema Financeiro da Habitação após a Lei n° 8.692/1993. Percentual de 12%. Admissibilidade. 'Nos financiamentos concedidos aos adquirentes da casa própria, celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, a taxa efetiva de juros será de, no máximo, doze por cento ao ano'. 4. Mesmo nos contratos de adesão é reservado ao contratante um mínimo de discricionariedade na aceitação do pacto, pois as cláusulas que lhe são da substância podem ser discutidas e alteradas no ato da contratação. Modalidade contratual prevista no C.D.C. Ação improcedente. Recurso improvido."
Não merece acolhida o inconformismo.
Os recorrentes não logram êxito em demonstrar a apontada violação.
Quanto aos dispositivos indicados dos Decretos-Lei de 1.984 e 1.986, consignou-se na sentença que o Plano de Equivalência Salarial é "totalmente estranho ao contrato" (fl. 31), ao que não é dado o reexame na via eleita, a teor dos enunciado n. 5 e 7, da Súmula desta Corte.
No que pertine à limitação dos juros remuneratórios, diz o artigo 25, da Lei 8.692/93, **verbis**:
"Art. 25. Nos financiamentos concedidos aos adquirentes da casa própria, celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, a taxa efetiva de juros será de, no máximo, doze por cento ao ano, observado o disposto no parágrafo único do art. 2º".
Não obstante, consta no aresto fustigado que há estipulação contratual "de juros efetivos de 11,999% a.a." (fl. 84).
Destarte, incide sobre todas as questões o verbete n. 284, da Súmula do Pretório Excelso.
Por fim, no que toca ao alegado dissenso pretoriano, a simples transcrição de excertos do acórdão paradigma, sem que se proceda ao denominado cotejo analítico, pelo qual se identificam as circunstâncias de fato e de direito em que se assemelham este ao aresto recorrido, é insuficiente à sua demonstração, em atendimento ao insculpido nos artigos 541, § único, do CPC, e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.
Ante ao exposto, nego provimento ao presente agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 12 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3438)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.443 - PR (2007/0152670-5)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO	: DIEGO RUBENS GOTTARDI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GILMAR NUNES
ADVOGADO	: ACYR DE GERONE

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado contra decisão que não admitiu recurso especial, em que se aponta dissídio pretoriano e ofensa aos arts. 902, I, do CPC e 4º do Decreto-lei nº 911/69, em questão resumida nesta ementa (fls. 118/119):
"AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPÓSITO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. BEM ALIENADO NÃO LOCALIZADO. PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR FIDUCIÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. EXPRESSÃO 'EQUIVALENTE EM DINHEIRO' DO ART. 904 DO CPC. INTERPRETAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.
1. Em casos de alienação fiduciária em que houve a conversão da busca e apreensão em depósito, revela-se impossível a prisão civil do depositário, pois se trata de depósito atípico e não do depósito tradicional disciplinado no Código de Processo Civil.
2. A norma estabelecida no artigo 904 do CPC há que ser interpretada no sentido de que a expressão 'equivalente em dinheiro' corresponda ao valor da coisa ou do débito, prevalecendo o montante que derive em menor onerosidade ao devedor."
A insurgência não merece prosperar, pois irrepreensível a decisão agravada.
A orientação da 2ª Seção desta Corte Superior firmou-se no sentido de que pela expressão "equivalente em dinheiro", há que se entender o valor de mercado do bem ou, se menor, o saldo devedor apurado, consoante a interpretação mais favorável ao devedor dada no julgamento do REsp n. 239.739/PR, rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, in DJU de 08.04.2002. No mesmo sentido:
"PROCESSUAL CIVIL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. DESAPARECIMENTO DO BEM POR MOTIVO DE FURTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONVERSÃO EM DEPÓSITO. PROSSEGUIMENTO PARA EXECUÇÃO DO EQUIVALENTE EM DINHEIRO AO BEM DESAPARECIDO. CPC, ART. 906.
I. A jurisprudência da 2ª Seção do STJ consolidou-se no sentido de que em caso de desaparecimento do bem alienado fiduciariamente, é lícito ao credor, após a transformação da ação de busca e apreensão em depósito, prosseguir nos próprios autos com a cobrança da dívida representada pelo 'equivalente em dinheiro' ao automóvel financiado, assim entendido o menor entre o seu valor de mercado e o débito apurado.
II. Recurso especial conhecido e parcialmente provido."
(REsp 439932/SP, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJ 08.09.2003 p. 335)
- -
"AÇÃO DE DEPÓSITO. EQUIVALENTE EM DINHEIRO. ALCANCE. VALOR DA COISA.
- Segundo assentou a eg. Segunda Seção, a expressão 'equivalente em dinheiro' refere-se ao valor da coisa, salvo se o débito for menor, hipótese em que este prevalece por ser o menos oneroso ao devedor.
Recurso especial não conhecido."
(REsp 164961/SP, Rel. Min. BARROS MONTEIRO, DJ 10.03.2003 p. 219)
Incide, no caso, o óbice da Súmula 83 do STJ.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3439)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.711 - RS (2007/0133399-3)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE PORTO ALEGRE CDL
ADVOGADO	: CRISTINA GARRAFIEL DE CARVALHO WOLTMANN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AUGUSTO MIGUEL DOS SANTOS NUNES
ADVOGADO	: MARCO AURÉLIO ARMILIATO

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre contra decisão que não admitiu recurso especial, em que se aponta violação aos arts. 267, VI e 535, do CPC e ofensa ao art. 43, § 2º, do CDC, em questão resumida nas seguintes ementas (fls.119 e 128):
"APELAÇÃO CÍVEL. CANCELAMENTO DE REGISTROS EM CADASTRO DE INADIMPLÊNCIA. COMUNICAÇÃO PRÉVIA. ARTIGO 43, § 2º, DA LEI N.º 8.078/90.
Conforme entendimento do STJ em matéria similar, não é necessária a comprovação, pelo requerido, do recebimento do aviso prévio pelo devedor. É obrigatória, apenas, a prova do envio da correspondência que dá ciência do registro em cadastro de proteção ao crédito, pelo órgão responsável. Prova robusta de acordo com a determinação legal, pois ausente qualquer especificação de forma. Assim, diante da não comprovação do envio da comunicação prévia, inafastável a procedência da demanda.
DERAM PROVIMENTO AO APELO."
- -
"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. Não incidindo qualquer das hipóteses dentre as elencadas no artigo 535 do Código de Processo Civil e restando evidente que a medida objetivava novo julgamento do recurso, não cabem Embargos de Declaração.
EMBARGOS DESACOLHIDOS."
Inicialmente, anoto que não se verifica a pretendida ofensa ao art. 535 do CPC, porquanto as questões trazidas à baila pela recorrente foram todas apreciadas pelo v. acórdão atacado, naquilo que à Turma Julgadora pareceu pertinente à apreciação do recurso, com análise e avaliação dos elementos de convicção carreados para os autos.
Quanto à legitimidade da agravante, a revisão do julgado, no presente caso, esbarra necessariamente no óbice da Súmula n. 7 do STJ, tendo em vista que a Câmara Julgadora concluiu, em razão dos fatos e provas constantes dos autos, que a recorrente contribuiu para a falha no sistema de informações e pela deficiente notificação do recorrido.
Deve-se ressaltar que a responsabilidade do órgão cadastral na comunicação prévia da inscrição difere da responsabilidade da entidade credora que promove o envio de dados para o ato de inscrição em si.
Por fim, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que a notificação ao devedor sobre a inscrição de seu nome em cadastro de inadimplentes é indispensável e sua falta gera o cancelamento do registro, conforme se depreende do REsp nº 693.273, DF, Relator o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, **in verbis**:
"Inscrição em cadastro negativo. Ausência de comunicação. Precedentes da Corte.
1. A inscrição feita em cadastro negativo sem a devida comunicação, prevista no art. 42, § 3º, do Código de Defesa do Consumidor, dá ensejo à indenização por dano moral, cancelado o registro feito em desobediência ao que dispõe a lei especial de regência.
2. Recurso especial conhecido e provido, em parte" (DJ de 26.09.2005).
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 14 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3440)

RECURSO ESPECIAL Nº 922.719 - RS (2007/0024468-2)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: RAIMUNDO KLEBER XAVIER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: IRANI BORGES DA SILVA
ADVOGADO	: JOSÉ FELIPE GARCIA PIRES

DECISÃO

Vistos.
Homologo o pedido de desistência formulado pelo recorrente à fl. 261.
Publique-se.
Dê-se baixa à origem.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3441)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.778 - RJ (2007/0134480-1)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: FERNANDO PAULO RIBEIRO MOSTARDEIRO E OUTRO
ADVOGADO	: AUGUSTO VICENTE DE OLIVEIRA NOBRE
AGRAVADO	: SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE
ADVOGADO	: JASON DE MEDEIROS SILVA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Fernando Paulo Ribeiro Mostardeiro e outro contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, em que se aponta violação aos arts. 5º, inciso X, da Constituição Federal, 6º, inciso VI e 51, incisos IV e X e§ 1º, incisos I e III, do Código de Defesa do Consumidor, além de dissídio jurisprudencial, em questão descrita nesta ementa (fl. 16):
"SEGURO SAÚDE. REVISÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. RELAÇÃO DE CONSUMO. REAJUSTE UNILATERAL E ABUSIVO DE 47,10%, EM PREJUÍZO DO CONSUMIDOR. INEXISTÊNCIA DE PROVAS DE SEU CABIMENTO. ELEVAÇÃO PROMOVIDA SEM AUTORIZAÇÃO DA ANS, CUJOS PERCENTUAIS JÁ SUPERAM OS ÍNDICES DE INFLAÇÃO DO PERÍODO. POSSIBILIDADE DE LIMITAÇÃO DOS PERCENTUAIS DE REAJUSTE ÀQUELES REFERENDADOS PELA ANS. AUSÊNCIA DE EFEITO VINCULANTE DA CAUSA À LIMINAR DEFERIDA PELO STF NA ADIN N.º 1.931-8/DF. NECESSIDADE DE SE CRIAR PARÂMETRO MAIS RAZOÁVEL À PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR. NEGÓCIO DE TRATO SUCESSIVO, EM RELAÇÃO AO QUAL INEXISTE ATO JURÍDICO PERFEITO QUANTO AOS REAJUSTES POSTERIORES À LEI N.º 9.656/98. DANO MORAL. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE DANO A DIREITO DA PERSONALIDADE DOS AUTORES. RATIFICAÇÃO INTEGRAL DO JULGADO. DESPROVIMENTO DO RECURSO."
Inconformam-se os recorrentes com a improcedência do pedido de condenação da agravada em danos morais decorrentes do reajustamento abusivo efetuado pela Sul América Companhia de Seguro de Saúde no contrato entabulado entre as partes.

Inicialmente, anoto que a via especial, destinada à uniformização do direito federal, não se presta à análise de possível violação a dispositivos da Constituição federal.
No mérito, entendeu o Tribunal **a quo** pela inexistência de dano moral indenizável.
Assim, a questão posta em juízo depende de reexame dos elementos probatórios do processo, de que se valeu a Câmara julgadora para decidir a contenda. Incide na espécie a Súmula n. 7 /STJ.
De outro lado, esta Corte já decidiu não ter cabimento a indenização por danos morais em razão de descumprimento de contrato. Nesse sentido, anote-se: REsp nº 636.002/RJ, Quarta Turma, Relator o Ministro Cesar Asfor Rocha, DJ de 4/10/04; REsp nº 202.564/RJ, Quarta Turma, Relator o Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ de 2/8/01; REsp nº 338.162/MG, Quarta Turma, Relator o Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ de 18/2/02; e REsp nº 201.414/PA, Terceira Turma, Relator originário o Ministro Waldemar Zveiter e Relator para acórdão o Ministro Ari Pargendler, DJ de 5/2/01.
Por fim, quanto ao alegado dissídio jurisprudencial, não houve, no recurso especial manejado, a demonstração analítica da divergência jurisprudencial nos termos exigidos pelo § 2º do art. 255 do Regimento Interno, deste Superior Tribunal de Justiça.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3442)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.935 - PR (2007/0146037-8)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA
ADVOGADO	: GUSTAVO DE ALMEIDA FLESSAK E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANA PAULA ARAÚJO BARBOSA
ADVOGADO	: ALZIRO DA MOTTA SANTOS FILHO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado contra decisão que inadmitiu recurso especial, no qual é apontada ofensa aos arts. 527, V, 926 e 927 do Código de Processo Civil, em face de acórdão assim ementado (fl. 142):
"AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE COM PEDIDO LIMINAR - CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO PARA MANTER A POSSE DA AGRAVANTE - PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES PARA CONCESSÃO DA MEDIDA - NECESSIDADE DE INSTRUÇÃO PROBATÓRIA E ANÁLISE DOS CONTRATOS NO JUÍZO SINGULAR - LIMINAR MANTIDA ATÉ FINAL JULGAMENTO DA AÇÃO. RECURSO PROVIDO - POR UNANIMIDADE."
Os dispositivos apontados como violados não foram objeto do julgado e nem foram alvo de embargos declaratórios para suprir eventual omissão. Incidem, pois, na espécie, as Súmulas n. 282 e 356 do STF.
Para que haja o prequestionamento, é imprescindível que o Tribunal **a quo** se pronuncie objetivamente sobre a tese articulada pelo recorrente, exercendo juízo de valor sobre a norma indicada, examinando sua aplicação ou não ao caso concreto.
Ademais, o exame da matéria esbarra necessariamente no óbice da Súmula n. 7 desta Corte.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR, Relator

(3443)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.966 - SP (2007/0144698-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: TARRAF CONSTRUTORA LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: FÁBIO MARQUES DOS SANTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VITÓRIA LOPES DE VUILLOT
ADVOGADO	: GABER LOPES

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado contra decisão que inadmitiu recurso especial, no qual é apontada ofensa aos arts. 21 do Código de Processo Civil e aos arts. 159, 1.059, caput e 1553, do Código Civil anterior, em face de acórdão assim ementado (fl. 37):
"Defeito de construção - Agravo retido improvido -Desnecessidade de complementação da prova pericial, ainda mais com quebra de piso de unidade autônoma -Cerceamento de defesa não configurado - Prescrição não ocorrida - Prazo de vinte anos para ação de indenização decorrente de defeito de construção - Súmula 194 do STJ - Prova pericial clara ao apontar defeitos de impermeabilização na construção do edifício - Dano moral caracterizado - Redução, entretanto, do valor fixado - Juros de mora devidos na forma do artigo 406 do Código Civil/2002 - Improvido o agravo retido, dá-se provimento em parte ao recurso dos réus, improvida a apelação da autora."

Os dispositivos apontados como violados não foram objeto do julgado e nem houve embargos de declaração para suprir eventual omissão. Incidem, pois, na espécie, as Súmulas n. 282 e 356 do STF.
Por outro lado, o exame da matéria esbarra necessariamente no óbice da Súmula n. 7 desta Corte e o valor do dano moral, já reduzido para trinta e cinco mil reais mostra-se razoável, não se revelando, na espécie, exorbitante a ponto de demandar a excepcional intervenção do STJ a respeito.
No que pertine ao art. 21, da Lei Processual, razão também não assiste ao recorrente. A par da incidência da S.282/STF na espécie, desimportante para a fixação da sucumbência o fato da autora ter pedido uma condenação em danos morais em valor maior que o que foi deferido. É que o montante inicialmente pedido, a título de danos morais, é meramente estimativo, não estando o magistrado a ele vinculado. Nesse sentido a Súmula 326/STJ, **verbis**:
"Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca."
Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3444)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 923.059 - RJ (2007/0157263-3)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BANCO ITAÚ S/A E OUTRO
ADVOGADO	: DANIELE LOPES BASTOS
AGRAVADO	: ANDERSON ANTÔNIO DA SILVA
ADVOGADO	: SÔNIA DURVAULT - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL CONFIGURADO. CULPA. INDENIZAÇÃO DEVIDA. *QUANTUM* RAZOÁVEL. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. DANOS MATERIAIS: SUCUMBÊNCIA. AGRAVO PROVIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NO PONTO, PROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto pelo BANCO ITAÚ S/A E OUTRO, contra decisão denegatória de admissibilidade de recurso especial fulcrado na alínea "a", do inciso III, do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, cuja ementa ora se transcreve:
"Indenização. Dano Moral. Contrato de conta corrente bancária. Comprovando-se que ocorreu erro na prestação do serviço bancário, ensejando o débito não autorizado na conta corrente do Autor, caracterizado está o prejuízo do usuário, o que acarreta a responsabilidade do fornecedor, de indenizar os danos causados, por força do disposto no artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078/90), responsabilidade essa que somente pode ser elidida se o fornecedor provar que inexiste o defeito ou a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, prova que não foi feita na presente hipótese, eis que não resultou demonstrada a alegação de que o Autor autorizou o débito.Conduta que ocasionou muito mais do que um mero aborrecimento, eis que o Apelado viu-se desamparado ante o descontrole em sua conta causado pela incúria dos Réus, o que gerou, sem qualquer dúvida, sofrimento caracterizador do dano moral indenizável.Conhecimento e provimento parcial da Apelação." (fl. 128)

Seguiu-se a interposição de recurso especial, no sentido de sustentar a violação dos artigos 186 e 188, inciso I, e 944 do Código Civil; 21 e 333, inciso I, do Código de Processo Civil; 14, §3º, II, do Código de Defesa do Consumidor.
Argumenta que o contrato prevê expressamente que, na hipótese de inadimplência, o ora recorrente possa possa proceder o débito da fatura em conta corrente do valor integral ou parcial.
Aduz que o fato não enseja reparação por danos morais, pois trata-se de mero dissabor.
Pugna pela redução do valor indenizatório, por violação do artigo 944 do Código Civil.
Diz-se, por fim, que o acórdão recorrido malferiu o artigo 21 do Código de Processo Civil, ao não determinar a sucumbência recíproca.
Contra-razões às fls. 158/159.
Recurso especial inadmitido na origem. (fls. 162/163)
É o sucinto relatório.
Decido.
2. Cumpre destacar que o Tribunal *a quo* ao reconhecer o dever de indenizar, constatou a conduta ilícita do ora agravante, e fixou o respectivo valor a título de indenização por danos morais, procedendo com amparo nos elementos de convicção dos autos.
Leia-se excerto do acórdão combatido:
"_Não obstante tenham os Apelados admitido admitido que procederam oa débito na conta corrente do Apelante junto ao BANCO ITAÚ, alegaram que o mesmo se deu com base na citada cláusula contratual mediante autorização expressa do Autor, a qual, todavia, por persistir em fato impeditivo da pretensão autoral, caberia ser comprovada na forma do disposto no artigo 333, II do CPC, ônus do qual não se desincumbiram os Réus, por não acostarem os autos o documento assinado pelo Apelante." (fl. 131 - grifos nossos)
Para o acolhimento da tese do recorrente, relativo à inexistência de ato ilícito, seria imprescindível exceder os fundamentos colacionados no acórdão vergastado e adentrar no exame das provas. Todavia, é entendimento pacificado nesta Corte de Justiça a impossibilidade de referida prática em sede de recurso especial. Desse modo, não há como modificar o decisum recorrido, pois na verdade, o que pretende a parte ora agravante é valer-se dos dispositivos infraconstitucionais tidos como violados, para revolver matéria fático-probatória, o que é vedado pelo Enunciado 7 da Súmula desta Casa.
3. Lado outro, consoante jurisprudência remansosa deste Sodalício, "'não há falar em prova de dano moral, mas, sim, na prova do fato que gerou a dor, o sofrimento, sentimentos íntimos que o ensejam', para gerar o dever de indenizar". (AgRg no Ag 701915/SP, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJ 21.11.2005); de outra parte, mediante especificação do ato produtor, "a exigência de prova de dano moral se satisfaz com a demonstração da existência de inscrição indevida no cadastro da SERASA." (AgRg no REsp 762267/RS, Rel. Min. CASTRO FILHO, DJ 15.05.2006)". Nesse sentido, a doutrina assinala: "o dano moral, salvo casos especiais, como o do inadimplemento contratual, por exemplo, em que se faz mister a prova da perturbação na esfera anímica do lesado, dispensa prova em concreto, pois se passa no interior da personalidade e existe in re ipsa." ("Responsabilidade Civil", Carlos Alberto Gonçalves, ed. Saraiva, São Paulo, 2005, p. 570).
4. No que toca a pretensão de diminuir o valor da indenização, vale salientar que a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o *quantum* definido pela Corte de origem somente pode ser alterado em sede de recurso especial quando absurdamente excessivo ou irrisório, o que não ocorre na espécie, em que o valor fixado, a saber, R$ 8.750,00 (oito mil, setecentos e cinqüenta reais), é razoável. Em verdade, definir o valor da indenização implica reexaminar os fatos e provas que orientaram o Tribunal *a quo*, o que é vedado nos termos do enunciado n.º 7 da Súmula desta Corte Superior.
Nesse sentido, impende colacionar trecho do voto do e. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, *verbis:*
"Não conheço do recurso, porque, como tenho dito outras vezes, a intervenção do Superior Tribunal de Justiça há de se dar quando há o abuso, o absurdo: indenizações de um milhão, de dois milhões, de cinco milhões, como temos visto; não é o caso. Aqui, ficaríamos entre quinhentos, trezentos e cinqüenta, duzentos, duzentos e cinqüenta, cem reais a mais, cem salários a menos. Não é, portanto, um caso de abuso na fixação, é uma discrepância na avaliação. Temos de ponderar até que ponto o Superior Tribunal de Justiça deve interferir na definição de um valor de dano moral, que é matéria de fato, para fazer uma composição mais ou menos adequada. Não sendo abusiva ou iníqua a opção do Tribunal local, não se justificaria a intervenção deste Tribunal. Se não for assim, teremos de enfrentar todas as avaliações de dano moral feitas no país, porque em todas elas poderemos encontrar uma disparidade de 10%, 20%, e essa não é a nossa função" (Resp 269.407, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, Rel. p/ Acórdão Min. Ruy Rosado de Aguiar, Quarta Turma, DJ 19.03.01).
A corroborar tal entendimento, oportuno colacionar os seguintes precedentes:
"AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANO MORAL. PUBLICAÇÃO JORNALÍSTICA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. REVISÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM FINS DE PREQUESTIONAMENTO. AFASTAMENTO DA MULTA.
I - Não há que se falar em omissão ou ausência de fundamentação, não constando do acórdão embargado os defeitos contidos no artigo 535 do Código de Processo Civil, quando a decisão embargada resolve a questão de forma objetiva e fundamentada, apenas adotando tese diferente da pretendida pela embargante.
II - Nos processos de reparação de danos morais decorrente de notícia publicada em jornal, a avaliação quanto à responsabilidade pelo ocorrido não pode ser dissociada da análise das peculiaridades de cada caso concreto, cujo reexame não se mostra consentâneo com a natureza excepcional da via eleita, dada a impossibilidade de serem reexaminadas no especial as questões fático-probatórias em que assentada a conclusão do acórdão, a teor do que dispõe o enunciado 7 da Súmula deste Tribunal. III - Em consonância com o enunciado 98 da Súmula desta Corte, não é cabível a imposição da multa do artigo 538 do Código de Processo Civil, quando os embargos de declaração possuem caráter prequestionador. Recurso parcialmente provido." (Resp 649.674, Terceira Turma, Rel. Min. Castro Filho, DJ 26.06.06).
"CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE RESSARCIMENTO. LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO. SAQUE INDEVIDO EM CADERNETA DE POUPANÇA. DANO MATERIAL. DIVERGÊNCIA DE ASSINATURAS. RESPONSABILIDADE CARACTERIZADA. SÚMULA N. 7-STJ. I. Carentes de prequestionamento os dispositivos legais elencados e indemonstrado o dissídio jurisprudencial, não tem trânsito o recurso especial. **II. Ademais, configurado o dano material pelo saque indevido na conta de poupança, mediante guia de retirada que contém assinatura diversa, responde civilmente a recorrente pela negligência de seu ato, assim reconhecida pelas instâncias ordinárias.** III. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" - (Súmula n. 7 do STJ). IV. Recurso especial não conhecido." (RESP 734.069/PB, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, DJ 22.05.2006).
5. Por outro lado, com razão a insurgência no tocante à sucumbência recíproca.
Ocorre que, tendo o agravado sucumbido em relação ao pedido de danos materiais, não se pode considerar que houve decaimento mínimo do agravante, o que determina não a sucumbência mínima, mas a sucumbência recíproca, aplicando-se o artigo 21, *caput*, do Código de Processo Civil.
A jurisprudência anotada por THEOTÔNIO NEGRÃO não discrepa a respeito, dando conta de que "ocorre a sucumbência recíproca, com aplicação do art. 21 do CPC, quando a sentença causa ao mesmo tempo gravame aos interesses opostos das partes; quando o interesse de uma não é inteiramente atendido, há sucumbência parcial, incidindo o art. 20 (RJTJESP 131/357)" ("Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor", ed. Saraiva, São Paulo, 2004, nota 3a ao art. 21 do CPC, p. 139).

Oportuno trazer à colação o seguinte julgado:
"PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.
Quando o pedido compreende itens distintos (ressarcimento de danos materiais; indenização por danos morais), e o acórdão dá pela procedência de um só, a sucumbência é recíproca, implicando a compensação dos honorários de advogado. Recurso especial conhecido e provido." (REsp n. 151.871/RS, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, TERCEIRA TURMA, julgado em 25.12.2006, DJ 19.3.2007).
Dessarte, reconhecida a ocorrência de sucumbência recíproca, impõe-se a distribuição entre os litigantes, das despesas processuais e dos honorários advocatícios, na proporção em que ficaram vencidos, os últimos compensando-se na forma da lei (art. 21, do CPC) e apurados em liquidação.
6. Ante o exposto, com fulcro no art. 34, VII, do RISTJ, **DOU PROVIMENTO** ao agravo de instrumento para conhecer em parte do recurso especial, dando-lhe provimento. O recorrente arcará com 80% e o recorrido com 20% das custas e honorários advocatícios, mantido, quanto a estes, o valor arbitrado em segunda instância, corrigido desde então e permitida a compensação; *in casu*, se suspende a exigibilidade dos ônus por parte do recorrido, por contar com os benefícios da assistência judiciária gratuita.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.
MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3445)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 923.198 - RS (2007/0114397-4)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
AGRAVANTE	: ELVÍDIO SACILOTTO MINUZZI E OUTROS
ADVOGADO	: SEBASTIÃO VENTURA PEREIRA DA PAIXÃO JÚNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO	: FELIPE DO CANTO ZAGO E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AUSÊNCIA DE PEÇA OBRIGATÓRIA ELENCADA NO ARTIGO 544, § 1º, DO CPC - RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto por ELVÍDIO SACILOTTO MINUZZI E OUTROS contra decisão que negou seguimento a recurso especial.
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito.
Compulsando-se os autos, verifica-se a ausência de cópia de peça obrigatória, qual seja, a procuração que conferiu poderes ao patrono da agravada, que subscreveu as contra-razões ao apelo nobre, bem como a contraminuta do presente agravo.
Nos termos do artigo 544, § 1º, do Código de Processo Civil, a ausência ou incompletude de cópia da peça indicada nesse dispositivo impede o conhecimento do recurso.
Sobre o tema, assim já se pronunciou esta Corte:
"PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO OUTORGADA A ADVOGADO DO AGRAVADO OU DE CERTIDÃO COMPROVANDO SUA INEXISTÊNCIA. PROTOCOLO. CARIMBO ILEGÍVEL. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL.
1. A cópia da procuração outorgada ao advogado do agravado é peça essencial à formação do instrumento de agravo, nos termos do artigo 544, § 1º, do Código de Processo Civil.
2. Não constando dos autos principais a referida peça, deve o agravante juntar certidão comprobatória de sua ausência, sob pena de não conhecimento do recurso.
(...)
4. Agravo regimental improvido." (AgRg nos EDcl no AG 555.491/SP, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJU de 5/9/2005)
Oportuno deixar assente que cabe à parte agravante a correta formação do instrumento, sendo de sua responsabilidade a juntada de todas as peças obrigatórias, assim como das necessárias à compreensão da controvérsia. Nesse sentido, confiram-se os seguintes precedentes: AgRg no Ag 825641/SC, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJU 26/4/2007, pág. 224; AgRg no Ag 845425/RN, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJU 17/5/2007, pág. 230.
Não se conhece, portanto, do agravo de instrumento.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 14 de setembro de 2007.
MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3446)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 923.215 - RS (2007/0113999-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BANCO PANAMERICANO S/A
ADVOGADO	: VALQUIRIA BELMENI STEFFENS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MÁRCIO RODRIGO DE ALMEIDA
ADVOGADO	: JAMIL ABDELRAZZAK ABDALA ABO ABDO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Dou provimento ao agravo. Suba o recurso especial para melhor exame.
Publique-se
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.
MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3447)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 923.219 - RS (2007/0114829-2)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA CEEE
ADVOGADO	: IURE CASAGRANDE DE LISBOA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GUIDO TESSMER
ADVOGADO	: MARILEI FISCHER

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado pela Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE contra decisão que inadmitiu recurso especial, interposto pela alínea "a" , no qual se aponta violação aos arts. 283 e 333, I, do CPC; 1º, do Decreto-Lei n. 20.910/32 e 2 º, do Decreto-Lei n. 4.597/42, 1º, da Lei n.6.423/77, 142 do Decreto nº 41.019/57 e 1.062, do Código Civil/1916, em questão exposta na seguinte ementa (fl. 122):
"AÇÃO DE COBRANÇA. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. FINANCIAMENTO PELO USUÁRIO DA CONSTRUÇÃO DE OBRA DE EXTENSÃO DA REDE EM ATENDIMENTO AOS SEUS INTERESSES. RELAÇÃO DE CONSUMO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. AÇÃO PESSOAL. PRAZO PRESCRICIONAL VINTENÁRIO. INVALIDADE DE CLÁUSULA QUE PREVÊ DEVOLUÇÃO DA QUANTIA MUTUADA PELO VALOR HISTÓRICO.
Consagrada pela jurisprudência a tese de que a incidência da correção monetária não se trata de penalidade, representando mera recomposição do valor pelo decurso do tempo, não há que se impedir o valor alcançado devidamente corrigido, a teor dos artigos 115 do Código Civil e 51 da Lei nº 8078/90.
APELAÇÃO DESPROVIDA."
O agravo não merece prosperar.
Inicialmente, anoto ser possível ao juízo prévio de admissibilidade adentrar o mérito do recurso, na medida em que o exame às ofensas legais envolve o próprio mérito da controvérsia.
Cumpre salientar que irrepreensível a decisão agravada ao aplicar a Súmula n. 282 do STF ao caso, uma vez que resta ausente o prequestionamento dos dispositivos apontados como violados.
De todo modo, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência do STJ com relação à prescrição. Com efeito, esta Corte já firmou seu entendimento, no sentido de ser vintenária. Anote-se: AgR-AG n. 500.695/RS, Terceira Turma, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJU de 03.5.04; AgR-AG n. 545.205/RS, Quarta Turma, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJU de 29.3.04 e AgR-AG n. 476.643/RS, Terceira Turma, Rel. Min. Ari Pargendler, DJU de 15.12.03. Descabe, portanto, a irresignação.
Da mesma forma, quanto à correção monetária, "esta Corte tem firmado posicionamento no sentido de ser ilegal a cláusula que prevê a restituição, sem correção monetária, do valor financiado para construção de rede elétrica" (AgR-AG n. 500.695/RS, Terceira Turma, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJU de 03.5.04). Ainda nesse sentido: AgR-AG n. 589.202/RS, Terceira Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJU de 05.4.04 e AgR-AG n. 499.567/RS, Terceira Turma, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJU de 22.3.04.
Aplicável, portanto, a Súmula n. 83/STJ, vez que o acórdão recorrido se alinha com a jurisprudência desta Corte Superior.
Ademais, incidente na espécie os enunciados 5 e 7 da Súmula do STJ.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.
MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3448)

RECURSO ESPECIAL Nº 923.548 - RS (2007/0025805-1)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: ARNALDO PAULUS - ESPÓLIO
REPR.POR	: DIRCE ANTONIA EIDT E OUTROS
ADVOGADO	: AUGUSTINHO GERVÁSIO GÖTTEMS TELÖKEN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: TATIANA TISSOT BRITO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do Colendo TJRS que, julgando ação de exibição de documentos, extinguiu o processo sem julgamento do mérito, em face da ausência de interesse de agir.
Alega a recorrente, em termos sucintos, negativa de vigência aos arts. 31, § 1°, e 100 da Lei n. 6.404/1976, 358, 461, e 844, II, do CPC, além de divergência jurisprudencial. Sustenta que: não cabe recusa em exibir os documentos, quando se tratarem de documentos comuns às partes; é cabível e necessário o procedimento cautelar de exibição, porquanto a ré, em suas contestações, alega sempre a inépcia da inicial nas ações de cobrança de diferença de subscrições, quando desacompanhada dessas peças; e, finalmente, com a recusa, deve-se presumir aceitos como verdadeiros os fatos afirmados pela requerente, assegurado, ainda, a execução na forma mandamental.
A irresignação não merece prosperar.
Observe-se, de início, que quanto aos arts. 358, 461 e 844, II, do CPC, não foram objeto de debate pelo acórdão recorrido, nem tampouco foram opostos embargos de declaração, incidindo, na espécie, as Súmulas 282 e 356 ambas do STF.
Na hipótese, verifica-se que o Tribunal estadual julgou extinto o processo, acolhendo a preliminar de interesse de agir, uma vez que, apesar de comprovar o encaminhamento de pedido administrativo à requerida, a autora deixou de comprovar o pagamento da taxa de serviço na forma do § 1°, do artigo 100, da Lei n. 6.404/1976.
A autora, por sua vez, sustenta que é cabível e necessário o procedimento cautelar preparatório para obrigar a requerida a exibir documentos comuns às partes.
Portanto, deixou a autora de atacar, especificamente, o fundamento do acórdão recorrido, suficiente para manter o julgado, qual seja, a falta de interesse de agir pela não comprovação de pagamento do serviço requerido administrativamente, circunstância que atrai o óbice da Súmula n. 283 do STF, por analogia.
De igual forma, o dissídio jurisprudencial não foi demonstrado nos moldes exigidos pelo art. 255 do RISTJ, seja porque os trechos colacionados apresentam situações fático-jurídicas diferentes do acórdão recorrido, seja porque não houve a realização do confronto analítico.
Por fim, ainda incidente, reflexamente, a Súmula n. 7 do STJ.
Pelo exposto, nos termos do art. 557, **caput**, do CPC, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.
MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3449)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 923.712 - SP (2007/0153316-3)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: ANDRÉ MARTINS JUNQUEIRA E OUTRO
ADVOGADO	: MÁRCIO MELLO CASADO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO CREFISUL S/A
ADVOGADO	: ROGÉRIO DA COSTA MANSO BANDEIRA DE MELLO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por André Martins Junqueira e outro contra decisão que inadmitiu recurso especial.
O acórdão que julgou os embargos declaratórios veio a ser publicado em 24.08.2006 (fl. 596), e o recurso especial foi protocolizado no Tribunal no dia 11.09.2006 (fl. 598), quando já ultrapassado o prazo legal de quinze dias, sendo, portanto, intempestivo.
Ressalto que não há notícia nos autos de ocorrência de feriado local, paralisações ou interrupção do expediente que inviabilizasse o protocolo do recurso no dia 08.09.2006, termo final do prazo, o que, se for o caso, deveria, obrigatoriamente, já constar do instrumento de agravo, sob pena de preclusão.
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.
MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3450)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 923.867 - RJ (2007/0162700-3)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: JOSÉ MARIA DOMINGOS
ADVOGADO	: VICENTE CORNÉLIO DE SOUZA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CAIXA BENEFICENTE DOS EMPREGADOS DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CBS
ADVOGADO	: RITA DE CASSIA CONCEIÇÃO DOS PRAZERES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado contra decisão que não admitiu recurso especial, interposto pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, em questão exposta nesta ementa (fl. 91): "PREVIDÊNCIA PRIVADA. DESLIGAMENTO. DEVOLUÇÃO. DIFERENÇAS. CORREÇÃO MONETÁRIA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. ART. 103, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N.º 8.213/91. ENUNCIADO N.º 291 DA SÚMULA DO STJ. APESAR DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL, JÁ É PACIFICADO NO STJ O ENTENDIMENTO DE QUE, CONQUANTO O DIREITO À RESTITUIÇÃO DAS PARCELAS PAGAS SEJA IMPRESCRITÍVEL, POR SE TRATAR DE RESERVA DE POUPANÇA, AS EVENTUAIS DIFERENÇAS DAS PARCELAS RECEBIDAS, INCLUSIVE AS DECORRENTES DA CORREÇÃO MONETÁRIA APLICADA, PRESCREVEM EM CINCO ANOS, CONFORME ENTENDIMENTO CONSAGRADO NO ENUNCIADO N.º 291 DE SUA SÚMULA. COMO O TERMO INICIAL PARA A CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL SE DEU EM OUTUBRO DE 1992, QUANDO DEVOLVIDOS OS MONTANTES AO AUTOR, DALI SURGIU O DIREITO DE ACIONAR A RÉ PELAS DIFERENÇAS APURADAS, NADA MAIS RESTANDO SENÃO RATIFICAR INTEGRALMENTE O JULGADO, EIS QUE O AJUIZAMENTO DA PRESENTE AÇÃO APENAS SE DEU EM 13/12/05. DESPROVIMENTO DO RECURSO."

Não merece prosperar a irresignação.
Irrepreensível a decisão agravada, pois o acórdão recorrido se alinha com o posicionamento desta Corte Superior, consagrado no verbete sumular nº 291 do STJ. Incide, portanto, a Súmula 83/STJ, também aplicável aos recursos interpostos pela alínea "a" do permissivo constitucional.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.
MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3451)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 923.990 - RS (2007/0124509-2)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN
ADVOGADO	: GIORGIO OSÓRIO NEVES
AGRAVADO	: EVERALDO OSMARI
ADVOGADO	: DÍTMAR STRAHL

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Companhia Riograndense de Saneamento CORSAN contra decisão que inadmitiu recurso especial.
Está incompleto o traslado da decisão agravada juntado aos autos. A cópia mencionada no art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil, deve corresponder ao inteiro teor do original. A falta de páginas impossibilita a exata compreensão da controvérsia, tornando deficiente a instrução processual.
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.
MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3452)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 924.074 - SP (2007/0156905-1)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS
ADVOGADO	: NEI CALDERON E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOÃO CARLOS DA CRUZ
ADVOGADO	: MARIA ELISA FERREIRA DO VALLE E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO. COISA JULGADA. RECURSO COM FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. ENUNCIADO N.º 284 DO STF. RAZOABILIDADE DO VALOR FIXADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU, contra decisão denegatória de admissibilidade de recurso especial fulcrado na alínea "a", do inciso III, do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cuja ementa ora se transcreve:
"DANO MORAL - Indenização - Pedido formulado por vítima de acidente ocorrido em data anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988 - Indenização por dano material já concedida em ação ajuizada anteriormente, com fixação de pensão mensal e condenação da CBTU no pagamento do tratamento e colocação de prótese - Admissibilidade - Hipótese em que, a circunstância já ter sido concedida , em outro processo de reparação por danos materiais, não impede o pleito ora formulado - Doutrina e Jurisprudência - Indenização devida - Ação procedente - Redução, porém, do valor para o correspondente a 50 salários mínimos - Condenação na verba honorária mantida - Recurso da ré provido em parte para esse fim."(fl. 60)
A agravante opôs embargos declaratórios ao acórdão, ao final rejeitados.
Inconformada, a empresa recorrente apresentou recurso especial, suscitando violação do artigo 267 do CPC, por ofensa à coisa julgada, além de divergência jurisprudencial quanto a indenização fixada em cinqüenta salários mínimos a título de danos morais, argumento que esse valor destoa dos parâmetros adotados por este Superior Tribunal de Justiça.
É o sucinto relatório.
2. De início, com relação à alegada ofensa à coisa julgada, a partida qual se reputa violado o artigo 267 do CPC, verifica-se que a agravante não cuidou de expor os motivos pelos quais o v. acórdão teria violado o referido dispositivo impugnado, não sendo suficiente a mera alegação genérica, sob pena do inconformismo ser considerado deficiente, quanto à sua fundamentação.
A jurisprudência desta Corte Superior é uníssona ao afirmar que as razões do recurso especial devem exprimir, com transparência e objetividade, os motivos pelos quais a parte recorrente visa a reforma do acórdão.
Na espécie, entretanto, a deficiência na fundamentação e na especificação das razões do recorrente não permitem a exata compreensão da controvérsia. Diante disso, incide o verbete sumular nº 284 do excelso Supremo Tribunal Federal, *verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".
3. Quando assim não fora, o acórdão recorrido, no ponto, está em harmonia com a jurisprudência desta Corte.
A título ilustrativo, confira-se o seguinte precedente:
"Processo civil. Ação de indenização por dano material e moral em acidente automobilístico. Falecimento da esposa e mãe dos autores, e também do filho e irmão destes. Julgamento de procedência do pedido.
Existência de processo anterior discutindo o mesmo acidente, extinto por homologação de conciliação. Alegação de ofensa à coisa julgada.
Inexistência. Alegação de decisão extra petita no que diz respeito à reparação pelo dano moral decorrente do falecimento do menor, no acidente. Reconhecimento.
- A ação proposta anteriormente, extinta por homologação de conciliação, discutia apenas a reparação pelo dano material decorrente do acidente automobilístico que vitimou a esposa de um dos autores, e mãe dos demais, e, respectivamente, o filho e irmão dos mesmos.
- Assim, o deferimento de reparação do dano moral decorrente do mesmo fato não é impedido pela coisa julgada formada no primeiro processo.
- A alegação de que há quitação geral em instrumentos de transação não pode ser acolhida porque tais instrumentos foram firmados anos antes da conciliação homologada, e o acórdão recorrido não se pronunciou sobre eles, mas exclusivamente sobre a conciliação.
- O pedido de reparação por dano moral é feito de maneira genérica na petição inicial, de modo que tem de ser interpretado com base na causa de pedir. Nela, os autores ponderam exclusivamente sobre a dor decorrente do falecimento da esposa e mãe dos autores, sem dizer nenhuma palavra a respeito da dor decorrente do falecimento do menor. Nessas circunstâncias, é de se reconhecer extra petita a decisão que defere reparação pelo dano moral decorrente da perda de ambas as vítimas do acidente automobilístico. O pedido foi feito apenas em relação a uma delas.
- A demora na propositura da ação judicial não pode implicar a diminuição da reparação pelo dano moral. Não são raras as vezes em que o sofrimento decorrente de um fato de tamanha gravidade como a morte de um ente querido é tão profundo que retira a capacidade do ser humano de reagir. Assim, a demora pode significar, não um sintoma de que o abalo não foi profundo, mas exatamente o contrário.
Além disso, é natural que, com o tempo, o abalo psíquico se reduza.
A indenização, todavia, tem de se reportar à época dos fatos.
Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.
(REsp 686.139/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05.09.2006, DJ 13.11.2006 p. 249, g.n.)
4. No que diz respeito à pretensão de diminuir o valor da indenização por danos morais, arbitrados em cinqüenta salários mínimos, também não há como se acolher, vez que a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o *quantum* definido pela Corte de origem somente pode ser alterado em sede de recurso especial quando absurdamente excessivo ou irrisório, o que não ocorre na espécie. Nesse contexto, definir o valor da indenização implicaria reexaminar os fatos e provas que orientaram o Tribunal a quo, o que é vedado nos termos do enunciado n.º 7 da Súmula desta Corte Superior.
5. Ante o exposto, com fulcro no art. 34, VII, do RISTJ, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.
MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3453)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 924.103 - SP (2007/0162068-6)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: MITSUI MARINE E KIOEI FIRE SEGUROS S/A
ADVOGADO	: GLÁUCIO DIAS ARAÚJO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PEDRO GOMES DOS SANTOS JÚNIOR
ADVOGADO	: RICARDO DURANTE LOPES

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Mitsui Sumitomo Seguros S/A contra decisão que inadmitiu recurso especial.
Está incompleto o traslado do recurso especial juntado aos autos. A cópia mencionada no art. 544, § 1º , do Código de Processo Civil, deve corresponder ao inteiro teor do original. A falta de páginas impossibilita a exata compreensão da controvérsia, tornando deficiente a instrução processual.
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.
MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3454)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 924.162 - SP (2007/0148436-3)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BANCO DE CRÉDITO NACIONAL S/A - BCN
ADVOGADO	: CESAR IBRAHIM DAVID E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAUSTO CONSENTINO E OUTRO
ADVOGADO	: FAUSTO CONSENTINO (EM CAUSA PRÓPRIA)

DECISÃO

Vistos.
Dou provimento ao agravo. Suba o recurso especial para melhor exame.
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.
MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3455)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 924.239 - GO (2007/0150924-8)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: LINO ALBERTO DE CASTRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ITAMAR RODRIGUES NETO
ADVOGADO	: MÁRCIO E. PINHEIRO PIMENTA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Dou provimento ao agravo. Suba o recurso especial para melhor exame.
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.
MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3456)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 924.525 - RS (2007/0160999-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: LUIZ FERNANDO SCHERER PUCHULU
AGRAVADO	: DANIELA LAS CASAS DUARTE
ADVOGADO	: RODRIGO ADAIME DUARTE E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundado na alínea "c" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão que vedou a cumulação da comissão de permanência com juros moratórios e multa contratual.
Sustenta o recorrente que a jurisprudência desta Corte não impede a cumulação da cobrança da comissão de permanência com os demais encargos moratórios, como a multa e os juros.
Sem razão o banco recorrente. É que o aresto recorrido encontra-se em consonância com a moderna jurisprudência da Corte sobre a questão.
O entendimento deste Tribunal, quanto à comissão de permanência, firmou-se no sentido de que ela pode ser deferida de acordo com a Súmula n. 294 do STJ, desde que sem cumulação com juros remuneratórios e moratórios, multa e correção monetária (2ª Seção, AgRg no REsp n. 706.368/RS, Relatora Ministra Nancy Andrighi, unânime, julgado em 27.04.2005).
Aplica-se, assim, o óbice da Súmula n. 83 do STJ.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.
MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3457)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 924.598 - RJ (2007/0159013-7)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A
ADVOGADO	: MARCOS GUIMARÃES BAIÃO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CARLOS ORLANDO SOARES FONTANA
ADVOGADO	: WANDERLEY CALAZAN ALVARENGA

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. CORTE DE ENERGIA ELÉTRICA. PROCEDIMENTO INADEQUADO. AUSÊNCIA DE VULNERAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. DANO MORAL CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 7 DA SÚMULA DO STJ. *QUANTUM* RAZOÁVEL. AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto por AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A, contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, fulcrado na alínea "a", do inciso III, do art. 105, da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:
"RESPONSABILIDADE CIVIL DO FORNECEDOR. CORTE DE ENERGIA ELÉTRICA. FATURA QUITADA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS [...]." (fl. 22)
Opostos aclaratórios, restaram rejeitados. Seguiu-se a interposição do recurso especial, suscitando, preliminarmente, a ofensa dos arts. 458, II, e 535, II, do CPC. No mérito, sustenta que o Tribunal de origem, ao vedar a produção de provas e concluir pelo dever da recorrente de indenizar o autor por danos morais, sem que tenha sido comprovado os fatos constitutivos de seu direito, além do que fixar o montante em valor exorbitante, qual, R$ 10.000,00 (dez mil reais), violou os arts. 332, 333, I e II, e 343, do CPC; e 402, 403 e 884, do CCB/2002.
Sem contra-razões, vieram os autos a esta Corte Superior de Justiça.
É o relatório.

2. Quadra assinalar que o acórdão embargado não possuía nenhum vício a ser sanado por meio de embargos de declaração; em verdade, o aresto não padecia de nenhuma omissão, contradição ou obscuridade, uma vez que o Tribunal a quo se manifestou acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia, tais como lhe foram postas e submetidas. Os embargos interpostos, em verdade, sutilmente se aprestaram a rediscutir questões já apreciadas no acórdão; não caberia, todavia, redecidir, nessa trilha, quando é da índole desse recurso apenas reexprimir, no dizer peculiar de PONTES DE MIRANDA, que a jurisprudência consagra, arredando, sistematicamente, embargos declaratórios, com feição, mesmo dissimulada, de infringentes (R.T.J. 121/260). Sempre vale reprisar PIMENTA BUENO, ao anotar que, nesta modalidade recursal, "não se pode pedir correção, alteração ou mudança alguma, nem modificação que aumente ou diminua o julgamento; e só sim e unicamente o esclarecimento do que foi decidido, ou da dúvida em que se labora. Eles pressupõem que na declaração haja uniformidade de decisões e não inovação, porque declarar não é por certo reformar, adicionar, corrigir ou estabelecer disposição nova". Com efeito, o julgador não precisa responder, nem se ater a todos os argumentos levantados pelas partes, se já tiver motivos suficientes para fundamentar sua decisão. Não há, pois, violação ao artigo 535, da Lei de Ritos, quando a Corte de origem aprecia a questão de maneira fundamentada, apenas não adotando a tese da recorrente.

3. Insubsistente, ainda, a alegação de ausência de fundamentação, apoiada na vulneração do art. 458 do Código de Processo Civil, quando o órgão fracionário, embora de forma sucinta, se pronunciou de forma clara e suficiente sobre tal questão, como posta nos autos; de mais a mais, o magistrado não está obrigado a rechaçar, um a um, os argumentos expendidos pela parte, quando os fundamentos utilizados já tenham sido suficientes para formar sua convicção e decidir.

4. No que diz respeito à alegação de ofensa aos artigos 332, 333, I e II, e 343, do CPC, cuja propalada inobservância foi adversa à insurgente, uma vez reconhecida a ocorrência dos danos morais, determinantes do ressarcimento deferido pelo acórdão guerreado, não cabe a este Superior Tribunal de Justiça reexaminar as razões de fato, que conduziram a Corte de origem a tal deslinde, sob risco de estar usurpando a competência das instâncias ordinárias, a quem compete amplo juízo de cognição da lide, diante do quadro fático por elas detectado, à luz do acervo probatório colhido.

Com efeito, não serve o recurso especial à reapreciação do contexto fático-probatório já firmado, por se tratar de recurso de estrito direito, com devolutividade limitada, que visa precipuamente à preservação da legislação federal infraconstitucional. De fato, na espécie, o Tribunal *a quo* detectou, lastreado na prova dos autos, o elemento subjetivo, consistente em violação de direito ou em prejuízo mediante dolo ou culpa, para a composição do que produziu o gravame, ou seja, do dano moral, conforme se verifica do voto condutor do aresto local, cujo excerto ora se transcreve:

"Nesse diapasão, quitadas as faturas, praticou o fornecedor conduta arbitrária e ilegítima ao interromper o fornecimento de energia elétrica do estabelecimento empresarial do consumidor, evidenciando-se flagrante desrespeito à Lei 8987/95 e Lei 8078/90, em que pese, ainda, tentativa de comprovação da quitação do débito ao preposto do fornecedor e por ele desconsiderado no momento do corte de energia. Por isso, presentes os elementos essenciais ensejadores da responsabilidade civil objetiva do fornecedor: o defeito na prestação de serviços - corte de luz no estabelecimento empresarial e o dano injusto causado à vítima inocente, impõe-se a obrigação de indenizar, nos moldes do art. 14, do CPDC e art. 5º, V e X, da CRFB/88." (fl. 23)

Verifica-se, portanto, que, para o acolhimento da tese da recorrente, relativa à inexistência de ato ilícito, seria imprescindível exceder os fundamentos colacionados no acórdão vergastado e adentrar no exame das provas, sendo, porém, entendimento pacificado nesta Corte de Justiça, o de impossibilidade de referida prática em sede de recurso especial, por incidir na espécie o Enunciado nº 7 da Súmula deste STJ.

Ademais, não logra prosperar a alegação de que necessária seria a produção de novas provas, porquanto restou consignado pelo Tribunal de origem que: "o réu não se exonerou do ônus probatório imposto pelo art. 330, II, do Código de Processo Civil, por não demonstrar fato idôneo a ensejar a licitude da interrupção de energia elétrica, na forma do art. 6º, § 3º, da Lei 8987/95, uma vez que, conforme fls. 09/11 dos autos, o autor encontrava-se em dia com o pagamento de suas contas, sendo que o prévio aviso de corte se referia à loja contígua a sua, evidenciando erro grosseiro" (fl. 23); desse modo, fundado na legislação em vigor e no Código de Defesa do Consumidor, aplicável à espécie, verificou suficiente ao deslinde da controvérsia a prova trazida aos autos pelo autor, dando conta de que fora cortada a luz de seu estabelecimento comercial, não obstante estarem quitadas as faturas junto ao fornecedor de energia elétrica.

5. No que toca à pretensão de diminuir o valor da indenização, vale salientar que a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o *quantum* definido pela Corte de origem somente pode ser alterado em sede de recurso especial quando absurdamente excessivo ou irrisório, o que não ocorre na espécie, em que o valor fixado, a saber, R$ 10.000,00 (trinta mil reais), é razoável, tendo em vista a situação tratada nos autos.

Em verdade, definir o valor da indenização implica reexaminar os fatos e provas que orientaram o Tribunal a quo, o que é vedado nos termos do enunciado n.º 7 da Súmula desta Corte Superior. Nesse sentido, impende colacionar trecho do voto do e. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, *verbis*:

"Não conheço do recurso, porque, como tenho dito outras vezes, a intervenção do Superior Tribunal de Justiça há de se dar quando há o abuso, o absurdo: indenizações de um milhão, de dois milhões, de cinco milhões, como temos visto; não é o caso. Aqui, ficaríamos entre quinhentos, trezentos e cinqüenta, duzentos, duzentos e cinqüenta, cem reais a mais, cem salários a menos. Não é, portanto, um caso de abuso na fixação, é uma discrepância na avaliação. Temos de ponderar até que ponto o Superior Tribunal de Justiça deve interferir na definição de um valor de dano moral, que é matéria de fato, para fazer uma composição mais ou menos adequada. Não sendo abusiva ou iníqua a opção do Tribunal local, não se justificaria a intervenção deste Tribunal. Se não for assim, teremos de enfrentar todas as avaliações de dano moral feitas no país, porque em todas elas poderemos encontrar uma disparidade de 10%, 20%, e essa não é a nossa função" (Resp 269.407, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, Rel. p/ Acórdão Min. Ruy Rosado de Aguiar, Quarta Turma, DJ 19.03.01).

6. Do exposto, com fundamento no artigo 34, VII, do RISTJ, nego provimento ao agravo de instrumento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3458)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 924.615 - RS (2007/0159243-6)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A - BANRISUL
ADVOGADO	: ELÓI CONTINI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MERCEDES LONGHI PANIZZI E OUTROS
ADVOGADO	: CÉSAR GABARDO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, manifestado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Da análise da petição de fls. 03/16, observa-se que o agravante não impugnou os fundamentos da decisão agravada, mostrando-se inadmissível o agravo que não se insurge contra todos eles.

In casu, as razões do agravo deixaram de rebater a apontada incidência das Súmulas 7, 83 e 211 do STJ, incidindo na hipótese, por analogia, o princípio cristalizado no enunciado n. 182 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, **verbis**:

"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. INDEFERIMENTO LIMINAR. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTOS. ATAQUE. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA 182.

- É inviável o agravo do Art. 545 do CPC que deixa de atacar todos os fundamentos da decisão agravada (Súmula 182)."

(AgR-EREsp n. 297.116/MA, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, 2ª Seção, unânime, DJU de 28.03.2005)

Pelo exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3459)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 924.830 - RJ (2007/0157150-9)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA MAIA E CÔNJUGE
ADVOGADO	: IÊDA JULIATTI DE CARVALHO
AGRAVADO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: SÔNIA LÚCIA DOS SANTOS LOPES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Paulo Roberto de Oliveira Maia e cônjuge contra decisão que inadmitiu recurso especial.

A decisão agravada veio a ser publicada em 11.04.2007 (fl. 141.), e o agravo de instrumento foi interposto no Tribunal no dia 24.04.2007 (fl. 02), quando já ultrapassado o decêndio legal, sendo, portanto, intempestivo.

Ressalto que não há notícia nos autos de ocorrência de feriado local, paralisações ou interrupção do expediente que inviabilizasse o protocolo do recurso no dia 23.04.2007, termo final do prazo legal de 10 dias, o que, se for o caso, deveria, obrigatoriamente, já constar do instrumento de agravo, sob pena de preclusão.

Pelo exposto, não conheço do agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 05 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3460)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 924.977 - RS (2007/0100688-4)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RAUL TORRES DE BEM JÚNIOR
ADVOGADO	: JULIO CARLOS BLOIS VAZ E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento interposto decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 165, 269, IV, 458, II e 535 do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 168, 170, § 1º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117, do Código Civil e ao inciso I, do artigo 131, do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira.

O recurso especial é inviável.

Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que, mesmo não examinando os dispositivos legais levantados nos embargos de declaração, dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante.

Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.

Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.

Infrutífera a alegação de prescrição inserta no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976 (redação dada pela Lei n. 10.303/2001), pois não se trata de direito societário, mas pessoal, porquanto não está o postulante na condição de acionista. Nesse sentido: (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).

Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa do agravado, uma vez que legítimo para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).

Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.

Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.

- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.

- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.

Agravo regimental improvido."

(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Pelo exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3461)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 924.983 - RS (2007/0157838-9)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: COMETA ADMINISTRAÇÕES E EXPORTAÇÕES LTDA
ADVOGADO	: LUCIANA EIFLER DE CASTRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONDOMÍNIO EDIFÍCIO CHAVES E ALMEIDA
ADVOGADO	: MARIA DO CARMO JATAHY E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Cometa Administrações e Exportações LTDA contra decisão que inadmitiu recurso especial.

Não constam dos autos a copia do acórdão que julgou os embargos declaratórios e a respectiva certidão de publicação, peças obrigatórias para a formação do instrumento e, quanto a última, indispensável para se aferir a tempestividade do recurso especial.

Pelo exposto, não conheço do agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3462)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 925.492 - SP (2007/0159407-6)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: KASSIM MOHAMED AMINE BEYDOUN
ADVOGADO	: JOCELINO FACIOLI JUNIOR
AGRAVADO	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: NELSON BUGANZA JUNIOR E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por KASSIM MOHAMED AMINE BEYDOUN contra decisão do Presidente da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letras "a" e "c" da Constituição Federal, manejado frente a acórdão daquele Pretório.

O agravo não merece conhecimento.

Com efeito, falta-lhe o requisito da regularidade formal, porquanto não foram impugnadas, de forma específica, as bases da decisão agravada.

O recurso foi inadmitido por impossibilidade de reexame de matéria probatória (súmula 07/STJ), deficiência na fundamentação recursal (súmula 284/STF), bem como por ausência de demonstração do dissídio jurisprudencial.

O agravante, por sua vez, deixa de refutar o primeiro fundamento, o que atrai a incidência, na espécie, da súmula nº 182 desta Corte:

"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Não conheço do agravo.

Publicar.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3463)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 925.680 - RJ (2007/0141760-9)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: PAULO ROBERTO LEMOS RAMALHO E CÔNJUGE
ADVOGADO	: ELIEL SANTOS JACINTHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Paulo Roberto Lemos Ramalho e cônjuge contra decisão que negou seguimento a recurso especial, interposto pela alínea "a", do permissivo Constitucional, no qual se alega violação ao artigo 50, § 4º, da Lei 10.931/04.

O acórdão recorrido restou assim ementado (fl. 148):

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SFH. REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL. ART. 50, DA LEI Nº 10.931/04. SFH. DEPÓSITO VALOR CONTROVERTIDO.

- Após a edição da Lei nº 10.931/2004, as questões relativas a discussões sobre empréstimos destinados à aquisição da casa própria devem observar as normas processuais que aquele diploma legal inseriu.

- A nova situação instalada pela Lei nº 10.931/2004 impõe que a petição inicial observe, necessariamente, o disposto em seu artigo 50, devendo o autor discriminar as obrigações contratuais que pretende controverter e quantificar o valor incontroverso, sob pena de inépcia da exordial. Ademais, afigura-se necessário assegurar a continuidade do pagamento, no tempo e modo contratados, do valor inconcusso das prestações (§ 1º, do artigo 50), bem como efetuar o depósito integral dos valores cobrados pelo agente financeiro (valor controvertido), conforme dispõe o parágrafo 2º, do referido artigo 50, exigência que somente poderá ser dispensada diante da existência de relevante razão de direito e risco de dano irreparável ao autor, conforme prevê o parágrafo 4º, do mesmo artigo.

- Hipótese em que a análise da argumentação expendida pelos autores, ora agravantes, bem como do conjunto probatório carreado aos autos, não revela a existência de relevante razão de direito, tampouco evidencia a possibilidade de dano irreparável, de forma a autorizar a dispensa do depósito de que trata o §2º. do art. 50 da Lei 10.931/2004.

- Agravo de Instrumento improvido."

Não merece acolhida o inconformismo.

Dizem os recorrentes que há possibilidade da suspensão da exigibilidade da dívida, ainda que dispensado o depósito dos valores devidos, porquanto "o descumprimento do contrato pela CEF, debatido na ação judicial de origem, caracteriza a relevante razão de direito" e "o procedimento de execução extrajudicial, disciplinado pelo Decreto-lei 70/66, revela o receio de dano irreparável" (fl. 156).

O dispositivo apontado como violado diz, **verbis**:

Art. 50. Nas ações judiciais que tenham por objeto obrigação decorrente de empréstimo, financiamento ou alienação imobiliários, o autor deverá discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, quantificando o valor incontroverso, sob pena de inépcia.

§ 1o O valor incontroverso deverá continuar sendo pago no tempo e modo contratados.

§ 2o A exigibilidade do valor controvertido poderá ser suspensa mediante depósito do montante correspondente, no tempo e modo contratados.

§ 3o Em havendo concordância do réu, o autor poderá efetuar o depósito de que trata o § 2o deste artigo, com remuneração e atualização nas mesmas condições aplicadas ao contrato:

I - na própria instituição financeira credora, oficial ou não; ou

II - em instituição financeira indicada pelo credor, oficial ou não, desde que estes tenham pactuado nesse sentido.

§ 4o **O juiz poderá dispensar o depósito de que trata o § 2o em caso de relevante razão de direito e risco de dano irreparável ao autor, por decisão fundamentada na qual serão detalhadas as razões jurídicas e fáticas da ilegitimidade da cobrança no caso concreto.**

§ 5o É vedada a suspensão liminar da exigibilidade da obrigação principal sob a alegação de compensação com valores pagos a maior, sem o depósito do valor integral desta.

No caso vertente, concluiu o aresto fustigado que "a análise da argumentação expendida pelos autores, ora agravantes, bem como do conjunto probatório carreado aos autos, não revela existência de relevante razão de direito, tampouco evidencia a possibilidade de dano irreparável" (fls. 146/147). Verificar, entrementes, o decantado "risco de dano irreparável", a ponto de infirmar as conclusões alcançadas pela instância **a quo**, demanda inegável incursão no conteúdo fático da lide, o que não é dado a esta Corte, a teor do enunciado n. 7, da Súmula deste Superior Sodalício.

Ademais, já reconhecida a constitucionalidade do Decreto-Lei 70/66, portanto legítima a exigibilidade da dívida, desde que observadas rigorosamente suas disposições, do que o contrário não se colhe dos autos. Para melhor exame, confira-se:

"CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA EXTRAJUDICIAL. DECRETO-LEI N. 70/66. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. UNIÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. NOTIFICAÇÃO PESSOAL INEXISTENTE. EDITAL. INVALIDADE. ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO.

I. Pacífica na jurisprudência desta Corte a orientação de que a União não está legitimada passivamente para as causas referentes aos mútuos vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação. Precedentes.

II. Embora tenha se reconhecido na jurisprudência pátria a constitucionalidade do Decreto-lei n. 70/66, está ela subsumida ao rigoroso atendimento de suas exigências pelo agente financeiro, já que, na verdade, ele se substitui ao próprio juízo na condução da execução. Assim, embora legítima, no processo judicial, a citação ou intimação editalícia, no extrajudicial não, porquanto no primeiro, ela só é feita após criteriosa análise, pelo órgão julgador, dos fatos que levam à convicção do desconhecimento do paradeiro dos réus e da impossibilidade de serem encontrados por outras diligências, além das já realizadas, enquanto na segunda situação, não; fica, tudo, ao arbítrio, justamente da parte adversa, daí as suas naturais limitações na condução da execução extrajudicial.

III. Precedentes do STJ.

IV. Recurso especial não conhecido."

(REsp 636848/AL, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, Unânime, DJ 27.11.2006 p. 288)

Ante o exposto, nego provimento ao presente agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 14 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3464)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 925.834 - RS (2007/0100460-1)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NILZA SANTINA DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: JULIANA DE FREITAS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência ao art. 741, II do Código de Ritos, em acórdão que guarda a seguinte ementa (fl. 211):

"DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. Excesso.

Valor patrimonial da ação vigente na data da integralização é aquele constante na tabela de evolução das ações da Companhia, cujo valor, para o período do investimento dos exeqüentes, era de R$ 0,057504. Regularidade dos cálculos apresentados. Excesso de execução não verificado.

Apelação desprovida. Unânime."

A súplica especial não merece acolhida.

Com efeito, o Tribunal ao afastar a inexigibilidade do título o fez nos seguintes termos:

"A decisão transitada em julgado, de lavra do e. STJ estabeleceu o seguinte:

Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A (sucessora da CRT) e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização (...).

(...)

Na hipótese dos autos, as integralizações ocorreram nos meses de novembro e dezembro de 1994. Nessa situação o valor patrimonial da ação a ser considerado é o vigente à época da contratação, que segundo tabela de evolução das ações da companhia, comumente juntada em feitos dessa natureza, é de R$ 0,057504, exatamente o valor utilizado pelos exeqüentes, não se havendo de cogitar em excesso de execução" (fls. 212/213).

Ademais, andou bem a decisão primeva ao consignar que: "... o cálculo elaborado pela Embargada no feito executivo observou os ditames do **decisum**, levando em consideração na data da integralização, o valor efetivamente pago e o valor patrimonial auditado e aprovado em Assembléia Geral de Acionistas..." (fl. 177).

Assim, o acórdão recursado não merece reforma. Com efeito, está em conformidade com a decisão do STJ exarada no Recurso Especial n. 784.111/RS, juntada às fls. 115/116 dos presente autos, transitada em julgado em 08.11.2005 (fl. 117), que determinou o recebimento da quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 05 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3465)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 925.887 - SP (2007/0171516-8)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: GILSON PINTO PALMAS E CÔNJUGE
ADVOGADO	: MARIA DE LOURDES CORRÊA GUIMARÃES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: ELVIO HISPAGNOL E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Gilson Pinto Palmas e cônjuge contra decisão que negou seguimento a recurso especial, interposto pela alínea "c", do permissivo Constitucional, no qual se alega dissenso pretoriano.

O acórdão recorrido restou assim ementado (fl. 61):

"Financiamento imobiliário - Revisão do contrato -Incidência da TR - Método de amortização do saldo devedor - Ilegalidades não verificadas - Negado provimento ao recurso."

Não merece acolhida o inconformismo.

Alegam os recorrentes a inaplicabilidade da TR (Taxa Referencial) para a correção monetária do saldo devedor do financiamento imobiliário, ao argumento de que o contrato foi entabulado anteriormente à edição da Lei 8.177/91, e de que há previsão para o reajuste das prestações pelo plano de equivalência salarial.

No presente caso, as "partes firmaram o contrato em 24.08.1989", consignado igualmente no aresto fustigado que o saldo devedor, "consoante o contrato, é reajustado pelo índice da caderneta de poupança" (fl. 62).

Não obstante, a orientação jurisprudencial desta Casa é no sentido de que, havendo previsão contratual, como no caso vertente, possível a utilização da TR após o advento da Lei 8.177/91, ainda que o contrato tenha sido firmado anteriormente a sua vigência. A saber:

"PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - NEGATIVA DE PROVIMENTO - AGRAVO REGIMENTAL - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO (SFH) - ÍNDICE DE REAJUSTE DO SALDO DEVEDOR - TAXA REFERENCIAL (TR) - POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO ANTES DO ADVENTO DA LEI 8.177/91 - "TABELA **PRICE**" - CAPITALIZAÇÃO DE JUROS - SÚMULAS 05 E 07 DO STJ - DESPROVIMENTO.

1 - Quanto à aplicação da Taxa Referencial (TR), esta Corte Superior de Uniformização Infraconstitucional firmou entendimento no sentido de ser possível sua utilização, ainda que o contrato seja anterior à citada lei, na atualização do saldo devedor de contrato vinculado ao Sistema Financeiro da Habitação, desde que pactuado o mesmo índice aplicável à caderneta de poupança. Sendo assim, ainda que o contrato tenha sido firmado antes da edição da Lei 8.177/91, inexiste óbice à utilização da TR como indexador do saldo devedor após a sua vigência. Precedentes.

2 - Esta Superior Corte de Justiça tem, reiteradamente, pregado que, para se entender pela inexistência de capitalização de juros no sistema de amortização francês do saldo devedor (Tabela **Price**), necessitar-se-ia revolver cláusulas contratuais, bem como o acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pelas Súmulas 05 e 07 desta Corte. Demais disso, tal questão está afeta a princípios de matemática financeira, não configurando, assim, matéria de direito. Precedente.

3 - Agravo regimental desprovido."

(AgRg no Ag 779800/DF, Rel. Min. Jorge Scartezzini, Quarta Turma, Unânime, DJ 20.11.2006 p. 328)

Quanto ao PES, o instituto é adequado ao reajustamento das prestações, não do saldo devedor, que foi legitimamente atrelado ao índice aplicável às cadernetas de poupança. Nesse sentido, confira-se:

"CIVIL E PROCESSUAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. CONTRATO DE MÚTUO. RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. SALDO DEVEDOR. CORREÇÃO MONETÁRIA. PES. INADMISSIBILIDADE. ADOÇÃO DO CRITÉRIO CONTRATUAL. VARIAÇÃO DA POUPANÇA. LEGITIMIDADE. TR. ADMISSIBILIDADE.

I. As questões federais não enfrentadas pelo Tribunal estadual recebem o óbice das Súmulas n. 282 e 356 do C. STF, não podendo, por falta de prequestionamento, ser debatidas no âmbito do recurso especial.

II. A aplicação do PES refere-se às prestações do financiamento e não ao reajuste do saldo devedor do mútuo vinculado ao SFH, que é legitimamente atualizado de acordo com o índice de reajuste da poupança, quando assim contratado (REsp n. 495.019/DF, Rel. para acórdão Min. Antônio de Pádua Ribeiro, 2ª Seção, por maioria, DJU de 06.06.2005).

III. Ausência de vedação legal para utilização da TR como indexador do saldo devedor do contrato sob exame, desde que seja o índice que remunera a caderneta de poupança livremente pactuado.

IV. Agravo desprovido."

(AgRg no REsp 896959/RS, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, Unânime, DJ 20.08.2007 p. 293)

Ante o exposto, nego provimento ao presente agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3466)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 926.025 - RS (2007/0144317-6)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: ANTÔNIO JOSÉ STEFANI E OUTRO
ADVOGADO	: JOÃO CARLOS NERVO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO	: ROBERTO DE SOUZA MOSCOSO E OUTRO(S)
INTERES.	: ANELITA TOMAZELI LESZCZINSKI E OUTROS

DECISÃO

Consoante se depreende da leitura das peças que integram o instrumento, dele não consta a cópia da certidão de publicação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, o que impede a verificação da tempestividade do recurso especial restando, pois, desatendido o disposto no art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil.
Não conheço do agravo.
Publicar.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3467)

RECURSO ESPECIAL Nº 926.245 - PR (2007/0032803-2)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL - REFER
ADVOGADO	: JOAQUIM MARTINELLI E OUTRO
RECORRIDO	: SIDENEI KOPICKI
ADVOGADO	: SILVANA MENDES HELMES

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - PREVIDÊNCIA PRIVADA - RESTITUIÇÃO DE VALORES REFERENTES A CONTRIBUIÇÕES PAGAS À ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL - SÚMULA 291/STJ - RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pela FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL REFER, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, no qual alegou violação dos artigos 178, § 10, II, do Código Civil de 1916, 75 da LC n. 109/01 e 103 da Lei n. 8.213/91, bem como divergência jurisprudencial.
Sustenta a recorrente, em síntese, que, ao contrário do que afirmou o acórdão recorrido, a prescrição para o ajuizamento da ação de cobrança de diferenças de correção monetária sobre valores resgatados por antigos associados não é vintenária, mas qüinqüenal, nos termos da jurisprudência desta Corte.
O recorrido não apresentou contra-razões (fl. 161).
É o relatório.
O inconformismo merece prosperar.
Com efeito.
Os elementos existentes nos autos dão conta de que o acórdão recorrido, na ação de cobrança de correção monetária incidente sobre a devolução de contribuições pessoais para plano de previdência privada proposta em face da FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL REFER, decidiu, no que interessa, que o prazo prescricional segue as regras do Código Civil, sendo, portanto, vintenário.
Veja-se que este Tribunal entende ser qüinqüenal a prescrição relativa ao recebimento de diferenças no montante devido aos beneficiários de previdência privada.
Esse entendimento restou cristalizado na Súmula n. 291 do STJ, *in verbis*: *"A ação de cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria pela previdência privada prescreve em cinco anos."*
Note-se, todavia, que o início da contagem do prazo deve levar em consideração a data da restituição das contribuições feitas ao ex-empregado, pois é a partir desse marco que surge o direito de postular as diferenças em face do recebimento a menor do que o efetivamente devido.
In casu, os elementos existentes nos autos demonstram que o recorrido recebeu a reserva de poupança em 06.03.1996, razão pela qual está prescrito o direito de reclamar eventuais diferenças de correção monetária, visto que a demanda somente foi ajuizada em 27.7.2005. Confira-se, sobre o tema, o seguinte julgado desta Corte: *"CIVIL E PROCESSUAL. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. DESLIGAMENTO DO EMPREGADO. DEVOLUÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES. AÇÃO QUE POSTULA DIFERENÇAS. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. INOCORRÊNCIA. LEIS NS. 6.435/77, 8.213/91. LC N. 109/2001. CC, ART. 177. TERMO INICIAL. I. A prescrição das ações que discutem direitos advindos de Previdência Complementar é de cinco anos e não vintenária, sendo inaplicável à espécie o art. 177 do Código Civil. II. Inobstante o reconhecimento da aplicabilidade do prazo mais breve, a sua fluição, no caso dos autos, se dá a partir da data da restituição das contribuições feitas à ex-empregada, quando, então, surgiu o seu direito de postular as diferenças em face do recebimento a menor do que o efetivamente devido. III. Ajuizada a ação em lapso inferior a cinco anos a contar daquele termo, é de ser afastada a prejudicial. IV. Recurso especial conhecido e improvido"* (REsp. n. 466.693/PR, relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJ de 22.09.2003).
Assim sendo, autorizado pelo art. 557, § 1º-A, do CPC, dá-se provimento ao recurso especial, para reconhecer a ocorrência da prescrição qüinqüenal, julgando-se improcedente o pedido, nos termos do art. 269, IV, do CPC.
O recorrido arcará com as custas e os honorários advocatícios, este últimos fixados em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se, todavia, o disposto no art. 12 da Lei n. 1.060/50.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 05 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
RELATOR

(3468)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 926.689 - RS (2007/0153822-8)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IRNO ANTÔNIO BRESCIANI
ADVOGADO	: EDUARDO HAAS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Brasil Telecom S/A contra decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 165, 458, II, e 535 do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 168, 170, § 1º, 205, § 2º, 233 e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e ao inciso I, do artigo 131, do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Infrutífera a alegação de prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa do agravado, uma vez que legítimo para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

No que tange ao pagamento de dividendos, ou à indenização pelo seu valor, a Quarta Turma, quando do julgamento do REsp n. 500.236 (Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, por maioria, DJU de 01.12.03), chegou ao entendimento de que "...não cabe a esta Corte analisar o impacto a ser causado pelo cumprimento da obrigação, mas tão-somente determiná-lo, conforme ressaltado pelo Ministro Carlos Alberto Menezes Direito".
Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3469)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 926.825 - MG (2007/0170682-8)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: JOSÉ EVANGELISTA SOUZA E OUTROS
ADVOGADO	: JOSÉ NUNES FILHO - DEFENSOR DATIVO
AGRAVADO	: LUIZA TEIXEIRA RAYMUNDO
ADVOGADO	: CARLOS CEOLIN PICININ

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por JOSÉ EVANGELISTA SOUZA e outros contra decisão do Terceiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a", da Constituição Federal, manejado frente a acórdão daquele Pretório.
O agravo não merece conhecimento.
Com efeito, falta-lhe o requisito da regularidade formal, porquanto não foram impugnadas, de forma específica, as bases da decisão agravada.
O recurso foi inadmitido por deficiência de fundamentação (súmula 284/STF) e por falta de prequestionamento.
Os agravantes deixam de refutar estes fundamentos, o que atrai a incidência, na espécie, da súmula nº 182 desta Corte:
"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília, 21 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3470)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 926.830 - MT (2007/0148675-1)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: COOPERATIVA DOS PRODUTORES DO CENTRO OESTE LTDA - COOPROCENTRO
ADVOGADO	: SALVADOR POMPEU DE BARROS FILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: JORGE ELIAS NEHME E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Cooperativa dos Produtores do Centro Oeste LTDA - COOPROCENTRO contra decisão que negou seguimento a recurso especial, interposto pela alínea "a", do permissivo Constitucional, no qual se alega violação ao artigo 184, do Código de Processo Civil.
O acórdão recorrido restou assim ementado (fl. 115):

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - APELAÇÃO CÍVEL -INTEMPESTIVIDADE - INOBSERVÂNCIA DO PRAZO PRESCRITO NOS ARTIGOS 536 DO CPC E 255 DO RITJ-MT - REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE - RECURSO NÃO CONHECIDO.
Os embargos declaratórios devem ser opostos em cinco (05) dias da publicação do acórdão, inteligência dos artigos 536 do CPC e 255 do RITJ-MT.
Não observado tal prazo, tem-se por ausente requisito objetivo de sua admissibilidade, inviabilizando o seu conhecimento pelo órgão julgador."

Não merece acolhida o inconformismo.
Recorre a cooperativa contra acórdão não conheceu os embargos de declaração propostos dada sua intempestividade.
Consignou-se naquele aresto que a intimação do acórdão embargado ocorreu aos 19 de dezembro de 2.006, com a circulação do Diário da Justiça do dia anterior. Em razão do recesso forense entre os dias 20 (vinte) de dezembro e 06 (seis) de janeiro, recaindo este dia no sábado, iniciou-se o prazo recursal na segunda-feira seguinte, dia 08 (oito) e encerrando-se sexta-feira, dia 12 (doze) de janeiro de 2.007. "Todavia, o embargante protocolizou a peça recursal somente no dia 15/01/2007" (fl. 118), já transcorrido, pois, o qüinqüídio legal, pelo que extemporâneos os embargos, como já decidiu esta Corte

"AGRAVO REGIMENTAL. PRAZO RECURSAL. FÉRIAS FORENSES. SUSPENSÃO. CPC, ART. 179. INAPLICABILIDADE. FERIADO. CPC, ART. 184, § 1º.
- As férias e o "recesso" forense suspendem os prazos, ao contrário dos feriados que apenas os prorrogam.
- Suspenso o prazo recursal, a contagem recomeça no primeiro dia útil seguinte ao término das férias forenses.
- Os feriados não alteram a contagem do prazo quando não coincidirem com o dia do início ou fim do prazo para recurso."
(AgRg no Ag 481013/RS, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, Unânime, DJ 29.11.2004 p. 317)

Não se confunde, entrementes, a publicação do ato que se deseja impugnar antes do início das férias forenses, caso presente, com aquela que ocorre durante o curso do recesso, hipótese última diversa da dos autos, em que intimação se dará no primeiro dia útil seguinte, iniciando-se a contagem no dia útil posterior.
Ante o exposto, nego provimento ao presente agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3471)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 926.921 - RJ (2007/0102999-6)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: SIDERAL UNION S/A E OUTRO
ADVOGADO	: JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA SOARES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INVESTIK EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
ADVOGADO	: MARCO ANTONIO FERREIRA WEBLER E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Sideral Union S/A e outro contra decisão que inadmitiu recurso especial, interposto pelas alíneas "a" e "c", do permissivo Constitucional, no qual se aponta negativa de vigência aos arts. 241 e 535, do CPC e 1133 do CC, e dissídio, sob o fundamento de ser possível a interposição de agravo de instrumento contra decisão que deferiu a liminar e chamou o feito à ordem.
O acórdão restou assim ementado (fl. 46):

"Embargos de Declaração.
Pretensão de modificar o julgado.
Alegação de omissão não verificada.
Inexistência das hipóteses do art. 535 do CPC.
Não é possível o reexame de matéria já decidida.
Rejeição dos embargos."

Pretendem os recorrentes discutir sobre o prazo para a interposição do agravo de instrumento, no entanto, não juntaram aos autos as decisões que dizem ter impugnado, quais sejam, uma que concedeu a liminar, de fls. 43; e outra, de fls. 53, que chama o feito à ordem. Diante disso, o agravo de instrumento não foi bem instruído para o debate da controvérsia trazida aos autos.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 06 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3472)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 926.937 - RS (2007/0170214-2)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: AGRO INDUSTRIAL LAZZERI LTDA
ADVOGADO	: FÁBIO CANALLI BORGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, por incidir, na espécie, a Súmula n. 322 do Supremo Tribunal Federal.
Das razões do inconformismo, verifica-se que a parte agravante não infirmou os fundamentos da decisão agravada, limitando-se a repisar os argumentos do recurso especial.
Dessa forma, o agravo não merece ser conhecido, pois, incide na hipótese o óbice do enunciado sumular n.º 182 do Superior Tribunal de Justiça, que prevê:

"É inviável o agravo do art. 545 do Código de Processo Civil que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada".

Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 04 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3473)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 927.741 - RS (2007/0170473-2)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: ÉNIO ROBERTO BRANDAO PACHECO
ADVOGADO	: ARTUR GARRASTAZU GOMES FERREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CREDICARD BANCO S/A
ADVOGADO	: FERNANDA TOAZZA CHECHI E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por ÊNIO ROBERTO BRANDÃO PACHECO contra decisão do 3º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a", da Constituição Federal, manejado frente a acórdão assim sintetizado:

"Ação de revisão de contrato de cartão de crédito. Juros e cláusulas análogas.
Os juros remuneratórios e as cláusulas análogas dos contratos de cartão de crédito (juros remuneratórios, regime de capitalização dos juros cobrados, correção monetária e comissão de permanência) resolvem-se de conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, perfilhada pela ação da jurisprudência da Vigésima Câmara Cível.
Confirmadas as principais cláusulas contratuais e verificada a existência de dívida, justifica-se a inscrição do nome do devedor em sistema de proteção ao crédito." (fls. 156)

Alega violação ao art. 535 do Código de Processo Civil; aos arts. 1º e 4º do Decreto 22.626/76 e ao art. 4º, IX, da Lei nº 4.595/65. Pede a exclusão do seu nome de cadastro restritivo de crédito.
A irresignação não merece prosperar.
De início, não se vislumbra violação ao art. 535 do CPC, porquanto as questões submetidas ao Tribunal de origem foram suficiente e adequadamente delineadas, com abordagem integral do tema e fundamentação compatível.
Nesse contexto, impende ressaltar, em companhia da tradicional doutrina e do maciço entendimento pretoriano, que o julgado apenas se apresenta como omisso quando, sem analisar as questões colocadas sob apreciação judicial, ou mesmo promovendo o necessário debate, deixa, entretanto, num caso ou no outro, de ministrar a solução reclamada, o que não ocorre na espécie.
Diz, a propósito, o insigne BARBOSA MOREIRA:

"Há omissão quando o tribunal deixa de apreciar questões relevantes para o julgamento, suscitadas pelas partes ou examináveis de ofício ..., ou quando deixa de pronunciar-se acerca de algum tópico de matéria submetida à sua deliberação ...".

Sobre o pedido de exclusão do nome do cadastro de inadimplentes, o recorrente não indica, clara e precisamente, qual ou quais dispositivos infraconstitucionais considerados violados pelo acórdão recorrido, limitando-se a aduzir violação genérica, o que, como é cediço, não dá ensejo ao conhecimento do recurso pela alínea "a" do permissivo constitucional, ante a flagrante deficiência recursal (súmula 284/STF).
De acordo com o enunciado da súmula 297/STJ, a Segunda Seção desta Corte entende ser aplicável o Código de Defesa do Consumidor aos contratos bancários, pois entre clientes e instituições financeiras existe relação de consumo.
Quanto aos juros remuneratórios, a Segunda Seção desta Corte (Resp 407.097/RS) pacificou o entendimento no sentido de que, com a edição da Lei 4.595/64, não se aplica a limitação de 12% ao ano aos contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, ***ut*** súmula 596/STF, salvo nas hipóteses previstas em legislação específica.
Sobre a capitalização de juros, restou resolvido, quando do julgamento do Recurso Especial 602.068/RS, ser cabível em periodicidade mensal para os contratos celebrados a partir de 31 de março de 2000 - data da primitiva publicação do art. 5º da MP nº 1.963-17/2000, atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2001-, desde que pactuada, como ocorre no caso em apreço.
A comissão de permanência, por sua vez, é devida para o período de inadimplência, não podendo ser cumulada com correção monetária (súmula 30/STJ), juros remuneratórios, moratórios e multa contratual (AGREsp 712.801/RS), calculada pela taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, tendo como limite máximo a taxa do contrato (Súmula 294/STJ).
Nego provimento ao agravo.
Publicar.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3474)

RECURSO ESPECIAL Nº 927.746 - PR (2007/0039035-4)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL - REFER
ADVOGADO	: JOAQUIM MARTINELLI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: AGOSTINHO TULLIO
ADVOGADO	: SILVANA MENDES HELMES E OUTRO

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - PREVIDÊNCIA PRIVADA - RESTITUIÇÃO DE VALORES REFERENTES A CONTRIBUIÇÕES PAGAS À ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL - SÚMULA 291/STJ - RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pela FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL REFER, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, no qual alegou violação dos artigos 178, § 10, II, do Código Civil de 1916, 14, III, e 75 da LC n. 109/01 e 103 da Lei n. 8.213/91, bem como divergência jurisprudencial.
Sustenta a recorrente, em síntese, que, ao contrário do que afirmou o acórdão recorrido, a prescrição para o ajuizamento da ação de cobrança de diferenças de correção monetária sobre valores resgatados por antigos associados não é vintenária, mas qüinqüenal, nos termos da jurisprudência desta Corte.
O recorrido não apresentou contra-razões (fl. 212).
É o relatório.
O inconformismo merece prosperar.
Com efeito.
Os elementos existentes nos autos dão conta de que o acórdão recorrido, na ação de cobrança de correção monetária incidente sobre a devolução de contribuições pessoais para plano de previdência privada proposta em face da FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL REFER, decidiu, no que interessa, que o prazo prescricional segue as regras do Código Civil, sendo, portanto, vintenário.
Veja-se que este Tribunal entende ser qüinqüenal a prescrição relativa ao recebimento de diferenças no montante devido aos beneficiários de previdência privada.
Esse entendimento restou cristalizado na Súmula n. 291 do STJ, in verbis: *"A ação de cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria pela previdência privada prescreve em cinco anos."*
Note-se, todavia, que o início da contagem do prazo deve levar em consideração a data da restituição das contribuições feitas ao ex-empregado, pois é a partir desse marco que surge o direito de postular as diferenças em face do recebimento a menor do que o efetivamente devido.
In casu, os elementos existentes nos autos demonstram que o recorrido solicitou o cancelamento de sua inscrição do plano previdenciário em 06.01.1995, razão pela qual está prescrito o direito de reclamar eventuais diferenças de correção monetária, visto que a demanda somente foi ajuizada em 05.12.2003. Confira-se, sobre o tema, o seguinte julgado desta Corte:
"CIVIL E PROCESSUAL. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. DESLIGAMENTO DO EMPREGADO. DEVOLUÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES. AÇÃO QUE POSTULA DIFERENÇAS. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. INOCORRÊNCIA. LEIS NS. 6.435/77, 8.213/91. LC N. 109/2001. CC, ART. 177. TERMO INICIAL. I. A prescrição das ações que discutem direitos advindos de Previdência Complementar é de cinco anos e não vintenária, sendo inaplicável à espécie o art. 177 do Código Civil. II. Inobstante o reconhecimento da aplicabilidade do prazo mais breve, a sua fluição, no caso dos autos, se dá a partir da data da restituição das contribuições feitas à ex-empregada, quando, então, surgiu o seu direito de postular as diferenças em face do recebimento a menor do que o efetivamente devido. III. Ajuizada a ação em lapso inferior a cinco anos a contar daquele termo, é de ser afastada a prejudicial. IV. Recurso especial conhecido e improvido" (REsp. n. 466.693/PR, relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJ de 22.09.2003).

Assim sendo, autorizado pelo art. 557, § 1º-A, do CPC, dá-se provimento ao recurso especial, para reconhecer a ocorrência da prescrição qüinqüenal, julgando-se improcedente o pedido, nos termos do art. 269, IV, do CPC.
O recorrido arcará com as custas e os honorários advocatícios, este últimos fixados em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se, todavia, o disposto no art. 12 da Lei n. 1.060/50.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 05 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
RELATOR

(3475)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 927.763 - RS (2007/0166146-8)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: TEK ARTEFATOS DE COURO LTDA
ADVOGADO	: ROGÉRIO LEITE RIHAN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CHIES E SILVA LTDA - MICROEMPRESA
ADVOGADO	: SANDRA DA SILVA PINTO

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROTESTO INDEVIDO DE TÍTULO. DANO MORAL CONFIGURADO. CULPA. INDENIZAÇÃO DEVIDA. *QUANTUM* RAZOÁVEL. SÚMULA N. 83/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento, interposto por TEK ARTEFATOS DE COURO LTDA, em face de decisão que negou seguimento ao recurso especial, fulcrado nas alíneas "a" e "c", do inciso III, do art. 105 da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:
"DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. DECLARATÓRIA. Presença dos requisitos autorizadores da reparação do dano moral em face dos títulos indevidamente protestados, tendo ocorrido a devolução da mercadoria. Comprovação do dano, assim como presente a ilicitude na conduta da ré. Observados os critérios objetivos recomendados pela doutrina e pela jurisprudência e as características do caso em exame, mostra-se adequado o quantum indenizatório fixado na sentença que deverá ser pago pela demandada. AMBOS OS APELOS DESPROVIDOS." (fl. 138)

O embate provém de ação declaratória de inexistência de obrigação cambial cumulada com indenização por danos morais ajuizada contra a ré-agravante, com acolhimento dos pedidos, para o fim de ser declarada a inexistência dos títulos, impondo-se à ré o pagamento de R$4.096,20, a título de indenização por danos morais.

Contra esse desate, autora e ré apelaram - ambas sem sucesso- a primeira se insurgindo contra o valor arbitrado e pleiteando a majoração do montante e a segunda, sustentando a inexistência da obrigação de indenizar; que o alegado prejuízo teria que ser efetivamente comprovado; e que a condenação a título de danos morais é desproporcional.
A agravante opôs embargos declaratórios ao acórdão, ao final rejeitado.
Seguiu-se a interposição de recurso especial, aduzindo violação dos artigos 186 do Código Civil e 333, I, do CPC, defendendo, em síntese, a inexistência de dano moral e a redução do valor arbitrado a título de danos morais, com esteio, ainda, em divergência jurisprudencial.
É o sucinto relatório.
2. Não assiste razão ao agravante.
3. Quadra assinalar que o Tribunal *a quo*, ao reconhecer o dever de indenizar, confirmou a conduta ilícita da recorrente e fixou o respectivo valor a título de indenização por danos morais, procedendo com amparo nos elementos de convicção dos autos.
Para o acolhimento da tese da recorrente, relativa à inexistência de ato ilícito, seria imprescindível, tal qual detectado pela decisão agrava, exceder os fundamentos colacionados no acórdão vergastado e adentrar no exame das provas, sendo entendimento pacificado nesta Corte de Justiça o da impossibilidade de referida prática, em sede de recurso especial; ademais "a concepção atual da doutrina orienta-se no sentido de que a responsabilização do agente causador do dano moral opera-se por força do simples fato da violação (*damnum in re ipsa*). Verificado o evento danoso, surge a necessidade da reparação, não havendo que se cogitar da prova do prejuízo, se presentes os pressupostos legais para que haja a responsabilidade civil (nexo de causalidade e culpa)" (STJ, 4ª Turma, REsp 23.575-DF, rel. Ministro CÉSAR ASFOR ROCHA, 9.6.97, R.S.T.J. 98/270); ou ainda, "nos termos da jurisprudência da Turma, em se tratando de indenização decorrente da inscrição irregular no cadastro de inadimplentes, a exigência de prova de dano moral (extrapatrimonial) se satisfaz com a demonstração da existência da inscrição irregular' nesse cadastro" (STJ, 4ª Turma, REsp 165.7727, rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, 16.6.98, R.S.T.J. 115/370).

Desse modo, não há como modificar o *decisum* recorrido no ponto.
Merece destaque precedente desta Quarta Turma, bastante assemelhado à espécie sob exame:
"PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS. OCORRÊNCIA. INDENIZAÇÃO. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO SISBACEN APÓS PAGAMENTO INTEGRAL DO FINANCIAMENTO. COMPROVAÇÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO. 1. No pleito em questão, as instâncias ordinárias reconheceram, com base no conjunto fático-probatório trazido aos autos, a ilicitude da conduta do banco-recorrente, bem como comprovado a ocorrência dos danos morais: "A negativação de nome do devedor no SIS/BACEN após quitação integral da dívida é ilícita e indevida, acarretando, portanto, a reparação pelos danos morais dela decorrentes. Verifica-se nos documentos de fls.38/51, que fora quitado o financiamento da compra do bem, cujo pagamento se deu em 36 prestações, devidamente cumpridas, seja por boleto, ou por depósito judicial. Ademais, observa-se à fl.31 que foi expedido pela Requerida o respectivo recibo de compra e venda em nome do comprador do bem, datado em 17 de julho de 2002. Não merece qualquer guarida a alegação de ausência de culpa da Requerida ao cadastrar o nome da autora no SIS/BACEN, pois o débito já estava solvido quando da inscrição (Acórdão, fls. 220, 225/227). 2. Rever tais conclusões demandaria reexame de fatos e provas. Incidência da Súmula 07 desta Corte. 3. Divergência jurisprudencial não comprovada, nos termos dos arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ, e 541, § único, do CPC. No caso vertente, os arestos apresentados como paradigmas pelo recorrente não apresentam similitude fática com a hipótese dos autos. 4. O valor indenizatório dos danos morais foi fixado pelo Tribunal em R$8.000,00 (oito mil reais), não sendo, este ponto, objeto de contestação no presente recurso. 5. Recurso não conhecido." (REsp 874231/SE, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 06.02.2007, DJ 26.02.2007 p. 611)

4. No que toca a pretensão de reduzir o valor da indenização, vale salientar que a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o *quantum* definido pela Corte de origem somente pode ser alterado em sede de recurso especial quando absurdamente excessivo ou irrisório, o que não ocorre na espécie, em que o valor fixado, a saber, R$4.096,20, mostra-se razoável. Em verdade, definir o valor da indenização implica reexaminar os fatos e provas que orientaram o Tribunal *a quo*, o que é vedado nos termos do enunciado n.º 7 da Súmula desta Corte Superior.
Nesse sentido, impende colacionar trecho do voto do e. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, *verbis:*

"Não conheço do recurso, porque, como tenho dito outras vezes, a intervenção do Superior Tribunal de Justiça há de se dar quando há o abuso, o absurdo: indenizações de um milhão, de dois milhões, de cinco milhões, como temos visto; não é o caso. Aqui, ficaríamos entre quinhentos, trezentos e cinqüenta, duzentos, duzentos e cinqüenta, cem reais a mais, cem salários a menos. Não é, portanto, um caso de abuso na fixação, é uma discrepância na avaliação. Temos de ponderar até que ponto o Superior Tribunal de Justiça deve interferir na definição de um valor de dano moral, que é matéria de fato, para fazer uma composição mais ou menos adequada. Não sendo abusiva ou iníqua a opção do Tribunal local, não se justificaria a intervenção deste Tribunal. Se não for assim, teremos de enfrentar todas as avaliações de dano moral feitas no país, porque em todas elas poderemos encontrar uma disparidade de 10%, 20%, e essa não é a nossa função" (Resp 269.407, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, Rel. p/ Acórdão Min. Ruy Rosado de Aguiar, Quarta Turma, DJ 19.03.01).

A corroborar tal entendimento, oportuno colacionar os seguintes precedentes:

"AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANO MORAL. PUBLICAÇÃO JORNALÍSTICA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. REVISÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM FINS DE PREQUESTIONAMENTO. AFASTAMENTO DA MULTA.
I - Não há que se falar em omissão ou ausência de fundamentação, não constando do acórdão embargado os defeitos contidos no artigo 535 do Código de Processo Civil, quando a decisão embargada resolve a questão de forma objetiva e fundamentada, apenas adotando tese diferente da pretendida pela embargante.
II - Nos processos de reparação de danos morais decorrente de notícia publicada em jornal, a avaliação quanto à responsabilidade pelo ocorrido não pode ser dissociada da análise das peculiaridades de cada caso concreto, cujo reexame não se mostra consentâneo com a natureza excepcional da via eleita, dada a impossibilidade de serem reexaminadas no especial as questões fático-probatórias em que assentada a conclusão do acórdão, a teor do que dispõe o enunciado 7 da Súmula deste Tribunal. III - Em consonância com o enunciado 98 da Súmula desta Corte, não é cabível a imposição da multa do artigo 538 do Código de Processo Civil, quando os embargos de declaração possuem caráter prequestionador. Recurso parcialmente provido." (Resp 649.674, Terceira Turma, Rel. Min. Castro Filho, DJ 26.06.06).

"CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE RESSARCIMENTO. LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO. SAQUE INDEVIDO EM CADERNETA DE POUPANÇA. DANO MATERIAL. DIVERGÊNCIA DE ASSINATURAS. RESPONSABILIDADE CARACTERIZADA. SÚMULA N. 7-STJ. I. Carentes de prequestionamento os dispositivos legais elencados e indemonstrado o dissídio jurisprudencial, não tem trânsito o recurso especial. **II. Ademais, configurado o dano material pelo saque indevido na conta de poupança, mediante guia de retirada que contém assinatura diversa, responde civilmente a recorrente pela negligência de seu ato, assim reconhecida pelas instâncias ordinárias.** III. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" - (Súmula n. 7 do STJ). IV. Recurso especial não conhecido." (RESP 734.069/PB, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, DJ 22.05.2006).

5. Pelo exposto, com fundamento no artigo 34, inciso VII, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, NEGO PROVIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3476)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 927.898 - RS (2007/0169962-0)

RELATOR	:	**MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	:	FLAVIO AUGUSTO PINHEIRO GRAZIUSO
ADVOGADO	:	DARCI NORTE REBELO JR E OUTRO(S)
AGRAVADO	:	SOK WON LEE
ADVOGADO	:	MARÍLIA COIMBRA KLEIN
AGRAVADO	:	CASENCO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA
ADVOGADO	:	SÉRGIO INÁCIO COELHO SILVA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Flávio Augusto Pinheiro Graziuso contra decisão que inadmitiu recurso especial, interposto pela alínea "a", do permissivo Constitucional, no qual se aponta negativa de vigência aos arts. 1418 do CC, 15 do DL 58, 267, IV, 290 e 466-B do CPC, sob o fundamento de que não é parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda; que é pessoa estranha à promessa de compra e venda e que não poderia ser julgada procedente uma adjudicação compulsória contra pessoa que não faz parte do contrato.
O acórdão restou assim ementado (fls. 245):

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER JURIDICAMENTE INFUNGÍVEL (SENTENÇA COM EFICÁCIA DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA). PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. ARTS. 639 e 641 (REVOGADOS) x 466-A E 466-B (ATUAIS) DO CPC. EMPREITADA.
A legitimidade passiva para a ação de obrigação de fazer (outorga da escritura pública de compra e venda de imóvel x sentença com eficácia própria junto ao registro de imóveis), prevista nos arts. 639 e 641 do CPC, então vigente, ou arts. 466-A e 466-B, conforme redação atual, decorre da condição de proprietário.
Caso em que o réu firmou contrato de promessa de compra e venda e contrato de construção por empreitada com a empresa-ré, sendo ajustado como preço para a empreitada contratada a transferência da titularidade do imóvel que foi prometido para o autor, podendo ela ceder, alienar ou transferir os direitos decorrentes do contrato de compra e venda celebrado.
In casu, verifica-se que a empresa cumpriu com sua obrigação contratual de conclusão da obra contratada, a tornar procedente o pedido do autor, afastando, outrossim, a tese do réu pessoa física.
Sucumbência de ambos os réus, considerando a solidariedade passiva.
Reconhecimento de duas parcelas a serem pagas antes da expedição da carta de adjudicação.
DERAM PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO DA RÉ E NEGARAM À DO CO-RÉU."

As razões recursais exigem o revolvimento do quadro fático-probatório, aplicando-se, portanto, a Súmula n. 7 do STJ.
Quanto ao art. 290 do CC, incide a Súmula n. 211 do STJ.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 03 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3477)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.140 - SP (2007/0155060-7)

RELATOR	:	**MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	:	ILSON DA ROSA PEREIRA E OUTROS
ADVOGADO	:	VANDERLEI BUENO PEREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	:	BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - BANESPA
ADVOGADO	:	JOSÉ ANTÔNIO FRIGINI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Ilson da Rosa Pereira e outros contra decisão que inadmitiu o seguimento do recurso especial, interposto pelas alíneas "a" e "c", do inciso III, do art. 105 da Constituição Federal, no qual se alega violação aos arts. 515 e 535, II, do CPC, e dissídio, sob o fundamento de que nada foi mencionado sobre a aplicabilidade da TR no presente caso e que a TR não serve como fator de correção monetária.
O acórdão restou assim ementado (fl. 128):

"Contrato - Abertura de crédito rotativo em conta-corrente - Contabilização diversa da efetuada em contrato de cheque especial celebrado entre as partes e que não embasa o feito, controlado por meio de lançamentos em conta de depósito de livre movimentação - Utilização do crédito escriturada em conta de empréstimo não movimentável, de registro interno do banco - Multa moratória, comissão de permanência e juros capitalizados - Cobrança não verificada - Juros contratuais e moratórios - Exigibilidade reconhecida - Súmulas 596 e 648 do Supremo Tribunal Federal - Correção monetária - Taxa Referencial (TR) - Adoção após o vencimento do contrato - Cabimento - índice utilizado na composição da Tabela Prática deste Tribunal - Embargos à monitória improcedentes - Apelação do banco provida, prejudicado o apelo dos réus."

Inexiste ofensa aos dispositivos de lei apontados pela parte, pois o acórdão recorrido não traz os vícios de omissão, contradição ou obscuridade.
Ademais, o tribunal local decidiu em consonância com o entendimento do STJ no sentido de que "é válida a aplicação da TR como indexador da correção monetária, para contratos posteriores à Lei 8.177/91, desde que pactuada, nos termos da Súmula 295/STJ, o que restou evidenciado pelo v. acórdão recorrido. Precedentes " (4ª Turma, AgRg no REsp 480460 / RS, Rel. Min. Jorge Scartezzini, unânime, DJ 05.02.2007).
No presente caso, o contrato de abertura de crédito rotativo foi celebrado em 29 de outubro de 2004.
Aplica-se, portanto, a Súmula n. 83 do STJ.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 12 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3478)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.916 - GO (2007/0167856-3)

RELATOR	:	**MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	:	TÊXTIL FIGUEIREDO CHAVES LTDA E OUTROS
ADVOGADO	:	MÁRIO FERNANDO CAMOZZI E OUTRO(S)
AGRAVADO	:	BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A
ADVOGADO	:	REINALDO SIQUEIRA BARRETO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Têxtil Figueiredo Chaves Ltda e outros contra decisão que inadmitiu o seguimento do recurso especial, interposto pela alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, no qual se alega violação aos arts. 104, 166, IV, V e VII e 169, do CC/02 e 535, II, do CPC, sob o fundamento de que na renovação sucessiva de contratos de abertura de crédito houve a prática de capitalização mensal dos juros; que o título não apresenta lisura e liquidez.
O acórdão restou assim ementado (fl. 86):

"EMENTA: **Apelação Cível. Prequestionamento. Impossibilidade**. Conforme reiterado posicionamento deste Sodalício, dentre as funções do judiciário não se encontra cumulada a de órgão consultivo,

ficando sem respaldo as assertivas dos apelantes quanto à negativa de vigência e/ou a má aplicação das matérias ventiladas.
2. **Apelação Cível. Execução forçada. Nota promissória vinculada a contrato de empréstimo mediante abertura de crédito. Título líqüido, certo e exigível**. O contrato de empréstimo mediante abertura de crédito é título líqüido, certo e exigível, uma vez que possui valor certo, data para pagamento, assinatura dos contratados e de duas testemunhas sendo, ainda, garantido por nota promissória. O contrato de empréstimo não se confunde com o contrato de abertura de crédito em conta corrente não reconhecido como título executivo.
1º Apelo provido. 2º recurso julgado prejudicado. Sentença reformada para determinar o prosseguimento da ação de execução."

Inexiste ofensa ao art. 535 do CPC, pois o acórdão não apresenta os vícios de omissão, contradição ou obscuridade.
A fundamentação do acórdão recorrido é de que "a nota promissória que capeia a pretensão do credor constitui título líqüido, certo e exigível, mesmo porque os apelados não negam que receberam os valores exigidos advindos do contrato ao qual livremente aderiram" (fl. 84). Assim, quanto a esse aspecto, as razões recursais encontram o óbice da Súmula n. 7 do STJ.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3479)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.300 - SC (2007/0172116-2)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: BANCO PANAMERICANO S/A
ADVOGADO	: ADRIANO MUNIZ REBELLO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DANIEL SILVA TORRES
ADVOGADO	: JORGE IVONEI DE BARROS E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por BANCO PANAMERICANO S/A contra decisão do 3º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letras "a" e "c" da Constituição Federal, manejado frente a acórdão daquele Pretório.
O agravo não merece conhecimento.
Com efeito, falta-lhe o requisito da regularidade formal, porquanto não foram impugnadas, de forma específica, as bases da decisão agravada.
O recurso foi inadmitido por deficiência na fundamentação recursal (súmula 284/STF), ante a inexistência de especificação dos artigos do Código de Defesa do Consumidor que teriam sido violados, bem como pela ausência de indicação do dispositivo de lei sobre o qual existe divergência jurisprudencial.
O agravante, por sua vez, limita-se a pleitear a reforma da decisão agravada, o que atrai a incidência, na espécie, da súmula nº 182 desta Corte:

"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Não conheço do agravo.
Publicar.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3480)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.485 - SP (2007/0171566-2)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: LUIZ CARLOS FERREIRA
ADVOGADO	: LUIZ CARLOS FERREIRA (EM CAUSA PRÓPRIA)
AGRAVADO	: LUIZ AFONSO SCHREITER
ADVOGADO	: MARIA MADALENA WAGNER HADDAD

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Luiz Carlos Ferreira contra decisão que inadmitiu o seguimento do recurso especial, interposto pelas alíneas "a" e "c", do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, no qual se alega violação aos arts. 2º, 4º, 5º, 6º e 7º da Lei n. 1060/1950, 165, III, 458 e 535, II, do CPC e 5º, XXXIV, da Constituição Federal, e dissídio, sob o fundamento de que
O acórdão restou assim ementado (fl. 191):

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. Honorários advocatícios. Ação de cobrança. Arbitramento judicial. Perícia. Depósito de honorários. Pedido de justiça gratuita formulado pelo autor. Abordagem intercorrente. Prova da incapacidade econômico-financeira, a que não basta juntar declaração de pobreza. Incidente próprio. Inteligência do art. 6º, da Lei n. 1.060/50. Recurso do autor. Desprovimento."

Incabível, em sede de recurso especial, a apontada negativa de vigência a dispositivo da Constituição Federal.
Verifica-se no acórdão embargado que inexistem os vícios do art. 535 do CPC, mas decisão motivada contrária aos interesses do agravante.
Da mesma forma, não há afronta aos arts. 165 e 458, do CPC, estando o acórdão formado pelos requisitos essenciais a uma sentença, e com ampla fundamentação.
Quanto aos demais artigos de lei, aplica-se a Súmula n. 7 do STJ, o que afasta também o dissídio apresentado.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR, Relator

(3481)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.632 - RJ (2007/0153962-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A
ADVOGADO	: ELIAS GAZAL ROCHA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOELMA SILVA DO AMARAL
ADVOGADO	: CLAUDIA REGINA ALMEIDA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado Ampla Energia e Serviços S/A contra decisão que inadmitiu recurso especial, interposto pela alínea "a", do inciso III, do art. 105, da Constituição Federal, no qual se alega negativa de vigência aos arts. 458, II, 535, II, 333, I 334, IV, do CPC, 7º, 14 e 21 do CDC, 2º, §§ 1º e 2º, da LICC e 1º, 6º, 29 e 31 da Lei n. 8.987/95.
O acórdão restou assim ementado (fl. 14):

"CIVIL. RITO ORDINÁRIO. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E DE NULIDADE DE TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA, FIRMADO EM RAZÃO DA AMEAÇA DE CORTE NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. COBRANÇA DE MULTA E CONSUMO NÃO FATURADO, POR ALEGADA FRAUDE NO MEDIDOR INSTALADO NA RESIDÊNCIA DA RÉ. TERMO DE OCORRÊNCIA E RESPONSABILIDADE ASSINADO PELA VIZINHA DA AUTORA. CONDUTA FRAUDULENTA NÃO COMPROVADA, TENDO EM VISTA A RETIRADA DO MEDIDOR DE CONSUMO DA RESIDÊNCIA DA RÉ, PREJUDICANDO A PROVA PERICIAL DESIGNADA, IMPRESCINDÍVEL PARA A COMPROVAÇÃO DA ALEGADA FRAUDE. INEXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS EM RAZÃO DE COBRANÇA INDEVIDA. DESPROVIMENTO DOS RECURSOS."

Inexiste ofensa aos arts. 458 e 535 do CPC, por trazer o acórdão os requisitos essenciais à formação de uma sentença, bem como estar ausente de omissão, contradição ou obscuridade.
Em relação aos demais dispositivos de lei, aplica-se a Súmula n. 7 do STJ.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3482)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.691 - GO (2007/0155507-5)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: AMBROSINA ALVES PIRES
ADVOGADO	: VALDIR DE ARAÚJO CÉSAR
AGRAVADO	: FRANCISCO FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO	: GERALDO DOS REIS OLIVEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Ambrosina Alves Pires contra decisão que inadmitiu o seguimento do recurso especial, interposto pela alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, no qual se alega violação aos arts. 897, 898, § 1º e 901 do CC e 458, II, 535, II, 658 e 794, I, do CPC, sob o fundamento de que o acórdão recorrido, à luz da prova do pagamento efetuado ao recorrido, deixou de declarar quitada a dívida exeqüenda; que sem a existência do aval, entendeu que o pagamento que a recorrida efetuara teria se destinado à quitação da cártula e que determinou que a penhora do imóvel localizado em outra comarca fosse realizada no foro da execução e não via de precatória ao juízo competente para a realização do ato constritivo.
O acórdão restou assim ementado (fl. 127):

"APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS A EXECUÇÃO. PENHORA POR TERMO NOS AUTOS. CARTA PRECATÓRIA - DESNECESSIDADE. 1 - Uma vez não efetuada nomeação válida pelo devedor e tendo o credor apresentado a certidão de matrícula do imóvel que pretende seja penhorado, desnecessária se apresenta a expedição de precatória para a efetivação da penhora, que pode ser feita por simples termo nos autos, nos termos da lei processual civil. 2 - Não comprovando a embargante a alegada quitação do título executivo, a improcedência dos embargos é medida que se impõe. APELO CONHECIDO E IMPROVIDO."

Inexiste no acórdão recorrido os vícios do art. 535 do CPC, mas decisão motivada contrária aos interesses da agravante.
Da mesma forma, não há afronta ao art. 458 do CPC, estando o acórdão formado pelos requisitos essenciais a uma sentença, e com ampla fundamentação.
Quanto aos demais dispositivos de lei, fundamentado no acórdão que "não é o título de fl. 22 que constitui objeto da execução que ora se debate. A cártula exeqüenda é aquela de fl. 06 dos autos da execução, na qual consta a assinatura da embargante como avalista" (fls. 139/140), e que "não restou reconhecido como incontroverso o fato de ter sido quitada a dívida objeto da execução por qualquer dos meios alegados, sendo a alegação da embargante em tal sentido, apenas uma tentativa de rediscutir matéria já suficientemente decidida" (fl. 140). Aplica-se, nesse sentido, a Súmula n. 7 do STJ.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3483)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.717 - RS (2007/0172601-3)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE PORTO ALEGRE CDL
ADVOGADO	: LEONARDO CANEDO DO NASCIMENTO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ADRIANA BITTENCOURT RABELLO
ADVOGADO	: SÉRGIO MOACIR DE OLIVEIRA CRUZ E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre - CDL contra decisão que inadmitiu o seguimento do recurso especial, interposto pela alínea "a", do inciso III, do art. 105 da Constituição Federal, no qual se alega violação aos arts. 62 a 69, do CPC, sob o fundamento de que não foi aberto prazo para a recorrente oferecer contestação após o indeferimento da nomeação à autoria; que houve cerceamento de defesa, devendo todo o processo ser anulado e que não poderia o juiz ter julgado antecipadamente a lide no momento em que não foi possibilitada a aceitação do incidente de nomeação à autoria.
O acórdão restou assim ementado (fl. 81):

"AÇÃO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO CUMULADA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. LEGITIMIDADE PASSIVA. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA.
O Serviço de Proteção ao Crédito possui abrangência Nacional e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre faz parte de um sistema integrado de informações, razão por que é parte legítima para figurar no pólo passivo de demanda, através da qual a parte autora postula, tão-somente o cancelamento do cadastro.
A prévia comunicação a que alude o artigo 43, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor tem por finalidade permitir que a pessoa sob o risco de inscrição possa exigir a correção de eventual inexatidão nos dados apontados. Hipótese em que a ré não logrou êxito em comprovar a notificação do inscrito para proporcionar-lhe direito de defesa.
PRELIMINAR REJEITADA.
APELO PROVIDO."

Pela narrativa dos autos, a recorrente apresentou o incidente de nomeação à autoria, tendo sido tal pedido indeferido pelo juiz, e posteriormente, não foi aberto novo prazo para a contestação, mas sim houve o julgamento antecipado da lide.
Pela sentença de fls. 39/40, fundamentou o magistrado **a quo** que "rejeita-se a nomeação à autoria por ausente qualquer das hipóteses previstas pelos arts. 62 e 63 do CPC, afigurando-se caso de ilegitimidade de parte, que pode ser declarada de ofício e a qualquer tempo pelo juiz" (fls. 39/39-v).
Na verdade, a alegação da recorrente de que quem deveria manifestar-se primeiro quanto ao incidente é a parte agravada não procede, pois conforme o art. 64 do CPC, caso o pedido seja deferido pelo juiz é que ocorrerá a suspensão do processo para ouvir o autor no prazo de cinco dias. No entanto, no presente caso, o pedido foi indeferido pelo magistrado.
Por outro lado, razão assiste à agravante em relação à abertura de prazo para a sua defesa, conforme precedente desta corte:

"Nomeação à autoria: indeferimento pelo Juiz. Reabertura de prazo para a defesa. Precedentes da Corte.
1. Pode o Juiz, se considerar que não estão presentes os pressupostos dos artigos 62 e 63 do Código de Processo Civil, indeferir o pedido de nomeação à autoria, mas, em tal caso, respeitando o sistema acolhido pelo art. 67 do mesmo Código, deve assinar ao nomeante novo prazo para contestar.
2. Recurso especial conhecido e provido."
(3ª Turma, REsp 257091 / RO, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, unânime, DJ 08.04.2002)

Ante o exposto, conforme o § 3º do art. 544 do CPC, converto o agravo de instrumento em recurso especial e lhe dou provimento, para anular os acórdãos proferidos às fls. 81/85 e 97/99 e determinar que os autos retornem à origem, para que seja analisado novamente o incidente de nomeação à autoria e, caso indeferido, seja aberto prazo para a contestação da recorrente.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3484)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.738 - MG (2007/0170413-7)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: COMERCIAL DE PISCINAS LTDA
ADVOGADO	: MÚCIO RICARDO CALEIRO ACERBI
AGRAVADO	: HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO E OUTRO
ADVOGADO	: HELOÍSA PRATES DRUMOND E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Comercial de Piscinas Ltda contra decisão que inadmitiu recurso especial, interposto pela alínea "c", do inciso III, do art. 105, da Constituição Federal, sob o fundamento de ser o banco endossatário parte legítima passiva para figurar no feito, pois devia a instituição financeira certificar-se sobre a presença dos requisitos formais de validade da cártula.
O acórdão restou assim ementado (fl. 79):

"APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE NULIDADE DE TÍTULO CAMBIAL CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - BANCO - ENDOSSO-MANDATO - ILEGITIMIDADE PASSIVA - **QUANTUM** INDENIZATÓRIO - MAJORAÇÃO. O endosso-mandato não transfere a propriedade do título ao endossatário, de sorte que, em regra, este não tem legitimidade para figurar no pólo passivo da ação que tem por objeto a anulação do título e indenização por danos morais resultante de protesto indevido. Este Tribunal, a exemplo de várias outras Cortes brasileiras, tem primado pela razoabilidade na fixação dos valores das indenizações. É preciso ter sempre em mente, que a indenização por danos morais deve alcançar valor tal, que sirva de exemplo para o réu, sendo ineficaz, para tal fim, o arbitramento de quantia excessivamente baixa ou simbólica, mas, por outro lado, nunca deve ser fonte de enriquecimento para o autor, servindo-lhe apenas como compensação da ofensa sofrida."

O acórdão decidiu em consonância com o entendimento do STJ, aplicando-se ao caso a Súmula n. 83.

Cito o seguinte precedente:

"COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. DUPLICATA. AÇÃO DE ANULAÇÃO. ENDOSSO-MANDATO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO ENDOSSATÁRIO. LITISCONSÓRCIO INEXISTENTE.
I. Como o endosso-mandato de duplicata não transfere a propriedade da cambial ao banco endossatário, indevida sua inclusão na lide como litisconsorte passivo do endossante, em demanda em que se postula exclusivamente a anulação de título sem aceite e sem causa jurídica.
II. Precedentes.
III. Recurso especial conhecido e provido."
(4ª Turma, REsp n. 38879 - MG, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, unânime, DJ de 16.09.2002)

Só seria o banco agravado responsável caso tivesse sido advertido previamente sobre a falta de higidez da cobrança e, mesmo assim, nela prosseguisse.
A propósito:

"AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. PROTESTO INDEVIDO DE DUPLICATA PAGA NO VENCIMENTO. BANCO ENDOSSATÁRIO. ENDOSSO-MANDATO. CIÊNCIA DO PAGAMENTO. LEGITIMIDADE PASSIVA.
O banco endossatário, ainda que por endosso-mandato, que, advertido do pagamento da duplicata, leva o título a protesto, tem legitimidade passiva para ação de indenização pelo dano experimentado pela sacada, relativamente aos efeitos do ato indevido.
Recurso especial não conhecido."
(4ª Turma, REsp n. 285732 - MG, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, unânime, DJ de 12.05.2003)

No presente caso, "o caderno probatório revela que o banco apelado agiu como mero mandatário da endossante, ficando evidente que não houve a transferência da titularidade do título, sendo este a ele repassado, através de endosso-mandato. Portanto, ausente a prova de que o recorrido extrapolou os limites do mandato e, restando demonstrado que a remessa dos títulos a protesto deu-se em nome da endossante, deve ser reconhecida a carência de ação da requerente, por ilegitimidade passiva **ad causam**, em relação ao requerido HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo". (fl. 84).
Nesse aspecto, razão não assiste ao recorrente.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3485)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.931 - SP (2007/0171327-4)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: PAULO ROBERTO DOS SANTOS
ADVOGADO	: NOEL SEBASTIÃO EDWIRGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONSTRUTORA ISSA GEORGES ISSA DAOUD - MICROEMPRESA
ADVOGADO	: CLAUDIO CANDIDO LEMES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Paulo Roberto dos Santos contra decisão que inadmitiu recurso especial, interposto pelas alíneas "a" e "c", do inciso III, do art. 105, da Constituição Federal, no qual se aponta ofensa aos arts. 339 e 522 do CPC, 7º, 8º e 12, da Lei n. 1060/50, 198, § único e 199 da Lei n. 5.172/66, 5º, X e XII, da CF e às Portarias SMR 002/05 e SRF 580/01, e dissídio, sob o fundamento de não ter sido aberto o prazo de 48 horas para que o recorrente pudesse manifestar-se quanto ao não desaparecimento dos requisitos essenciais à mantença da concessão dos benefícios da justiça gratuita.
O acórdão restou assim ementado (fls. 49):

"ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - Deferimento - Observância do disposto no artigo 4º da Lei 1060/50 - Constitui ônus da parte contrária à assistida pelo Estado a prova da suficiência de recursos par ao custeio do processo - Recurso improvido."

Não se admite a apontada negativa de vigência à Instrução Normativa, pois não se trata de lei federal. Nesse sentido:

"ADMINISTRATIVO. CONCEITO DE "LEI FEDERAL" PARA FINS DO ART. 105, III, DA CF. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. DUPLO FINANCIAMENTO. COBERTURA DO SALDO RESIDUAL PELO FCVS. INEXISTÊNCIA DE VEDAÇÃO LEGAL À ÉPOCA DA CELEBRAÇÃO DOS CONTRATOS DE MÚTUO HIPOTECÁRIO.
1. A jurisprudência assentada no STJ considera que, para efeito de cabimento de recurso especial (CF, art. 105, III), compreendem-se no conceito de lei federal os atos normativos (= de caráter geral e abstrato), produzidos por órgão da União com base em competência derivada da própria Constituição, como são as leis (complementares, ordinárias, delegadas) e as medidas provisórias, bem assim os decretos autônomos e regulamentares expedidos pelo Presidente da República (Emb.Decl. no Resp 663.562, 2ª Turma, Min. Castro Meira, DJ de 07.11.05). **Não se incluem nesse conceito os atos normativos secundários produzidos por autoridades administrativas, tais como resoluções, circulares e portarias (Resp 88.396, 4ª Turma, Min. Sálvio de Figueiredo, DJ de 13.08.96; AgRg no Ag 573.274, 2ª Turma, Min. Franciulli Netto, DJ de 21.02.05), instruções normativas (Resp 352.963, 2ª Turma, Min. Castro Meira, DJ de 18.04.05), atos declaratórios da SRF (Resp 784.378, 1ª Turma, Min. José Delgado, DJ de 05.12.05), ou provimentos da OAB (AgRg no Ag 21.337, 1ª Turma, Min. Garcia Vieira, DJ de 03.08.92)**.
2. Somente após as alterações introduzidas pela Lei 10.150/2000, estabeleceu-se que, no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, o descumprimento do preceito legal que veda a duplicidade financiamento dá ensejo à perda da cobertura do saldo devedor residual pelo FCVS de um dos financiamentos.
3. Não se pode estender ao mutuário, que obteve duplo financiamento pelo Sistema Financeiro de Habitação em data anterior à edição da Lei 10.150/2000, penalidade pelo descumprimento das obrigações assumidas que não aquelas avençadas no contrato firmado e na legislação então em vigor. Diante disso, tem-se por inaplicável a norma superveniente, restritiva da concessão do benefício à quitação de um único contrato de financiamento pelo FCVS. Precedentes: REsp 815.226/AM, 1º T., Min. José Delgado, DJ de 02.05.2006; AGREsp 611.325/AM, 2ª T., Min. Franciulli Netto, DJ de 06.03.2006.
4. Recurso especial a que se nega provimento" (grifo nosso)
(1ª Turma, REsp 837859/ RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, unânime, DJU de 03.08.2006)

- -

- - - - - - - - - - - - "RECURSO ESPECIAL. CONSÓRCIO. CARTA DE CRÉDITO. ACORDO NACIONAL PARA REDUÇÃO DOS PREÇOS DOS VEÍCULOS EM 22%. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MULTA. DOCUMENTOS NOVOS APRESENTADOS EM MEMORIAL. ART. 398 DO CPC. CONTRARIEDADE À PORTARIA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA E CIRCULAR DO BACEN.
1. NÃO SENDO PROCRASTINATÓRIOS OS EMBARGOS, MAS BUSCANDO TÃO-SOMENTE PREQUESTIONAR NULIDADE SUPOSTAMENTE OCORRIDA NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO, NÃO SE PODE APLICAR A MULTA DE 1% PREVISTA NO PARAGRAFO ÚNICO DO ART. 538 DO CPC (SÚM. 98/STJ).
2. EM SE TRATANDO DE MATÉRIA, EXCLUSIVAMENTE, DE DIREITO E NÃO TENDO A DOCUMENTAÇÃO NOVA ACOSTADA AOS MEMORIAIS INFLUENCIADO O RESULTADO DO JULGAMENTO DA APELAÇÃO, NÃO HÁ FALAR EM PREJUÍZO OU NULIDADE POR DESRESPEITO AO ART. 398 DO CPC.
3. **EVENTUAL CONTRARIEDADE ÀS PORTARIAS MINISTERIAIS, CIRCULARES, MEMORANDOS-CIRCULARES, RESOLUÇÕES, INSTRUÇÕES NORMATIVAS E OUTRAS DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS SEMELHANTES NÃO ENSEJA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL, PORQUE NÃO INSERIDAS NO CONCEITO DE LEI FEDERAL PARA O EXAME DE ADMISSIBILIDADE PELA ALÍNEA A)**.
4. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO PARCIALMENTE E, NESSA PARTE, PROVIDO."
(3ª Turma, REsp 58283/RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, unânime, DJU de 10.03.1997)

Por outro lado, descabida a apontada ofensa aos arts. 339 e 522 do CPC, haja vista que, pela fundamentação do acórdão estadual, no julgamento do agravo regimental, o recorrente não formou o instrumento de forma adequada, com o documento necessário à demonstração de que ainda fazia jus ao benefício da gratuidade de justiça e que "sem o conhecimento do aludido documento não é possível, em juízo perfeito, chegar-se à conclusão de ter o prolator da decisão copiada a fls. 62 agido com erro ou acerto" (fl. 111).
Também quanto à alegação de sigilo fiscal, não procede a irresignação, pois para provar as suas razões deveria o agravante ter apresentado o documento necessário, já que a decisão havia revogado o seu benefício.
No que pertine aos arts. 7º, 8º e 12, da Lei n. 1060/50, 198, § único e 199 da Lei n. 5.172/66, aplica-se a Súmula n. 7 desta Corte.
Quanto ao dissídio, não foi apresentado de forma adequada, com a transcrição dos acórdãos recorrido e paradigma e o cotejo analítico entre os mesmos, não atendendo, dessa forma, o art. 541, § único, do CPC e art. 255, §§ 1º e 2º do RISTJ.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3486)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.938 - RS (2007/0170337-8)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: LUIS FILIPE DE AZEVEDO PONZI
ADVOGADO	: DONOVAN DO NASCIMENTO
AGRAVADO	: ANAIR ALZIRA DA SILVA
ADVOGADO	: ROGÉRIO GOLDANI DOSSO

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Luis Filipe de Azevedo Ponzi contra decisão que inadmitiu recurso especial, interposto pela alínea "a", do inciso III, do art. 105, da Constituição Federal, no qual se aponta negativa de vigência aos arts. 47, 467, 468, 472, 473, 535 e 915, § 3º, do CPC, sob o fundamento de que a recorrida contratou os serviços advocatícios de outro patrono que, posteriormente, substabeleceu ao recorrente; que há litisconsórcio passivo necessário; que apesar de retirar o valor objeto do alvará, o repassou com recibo ao substabelecido.
O acórdão restou assim ementado (fl. 114):

"AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. MANDATO. RÉU REVEL. PRAZO RECURSAL.
Contra o réu revel correm os prazos independente de intimação, nos termos do art. 322 do CPC. Precedentes do STJ e Súmula 12 do TJRS. Apelação intempestiva.
NÃO CONHECERAM DO RECURSO."

Inexiste ofensa ao art. 535 do CPC, pois ausente omissão, contradição ou obscuridade no acórdão recorrido. Pelo contrário, o tribunal estadual acolheu os embargos de declaração, considerando tempestiva a apelação, por não ser o recorrente revel, no entanto, julgou o seu mérito improcedente, com ampla fundamentação e os requisitos necessários à formação de uma sentença.
Na verdade, pretende o recorrente que a sua tese de litisconsórcio passivo seja aceita, no entanto, já havendo uma decisão judicial reconhecendo a ilegitimidade passiva do advogado substabelecente, é claro que a presente ação de prestação de contas não pode novamente ser endereçada ao mesmo. Assim, inexiste ofensa ao art. 47 do CPC, pretendendo o recorrente tão-somente o reexame do que já foi decidido.
Quanto aos demais dispositivos legais, aplica-se a Súmula n. 7 do STJ, uma vez que "tendo o advogado patrocinado os interesses da autora, inclusive com a retirada de valores por meio de alvará, resta inequívoco o dever do advogado em prestar contas ao seu constituinte" (fl. 130).
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3487)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.981 - RS (2007/0154661-0)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA CEEE
ADVOGADO	: CAIO FLÁVIO DUARTE BARBOSA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ADEMAR ARMINDO ERIHGMANN
ADVOGADO	: ROSEMARI HOFMEISTER E OUTRO(S)
INTERES.	: AES SUL DISTRIBUIDORA GAUCHA DE ENERGIA S/A

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CIVIL E PROCESSO CIVIL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE REDE ELÉTRICA. CEEE. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. VIOLAÇÃO DO ART. 233, DA LEI Nº 6.404/76. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. LEGITIMIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento, interposto pela COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE, tirado de decisão que negou seguimento ao recurso especial, fulcrado na alíneas "a" e "c", do inciso III, do art. 105, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (fl. 521)

A agravante, nas razões do especial, sustenta violação dos artigos 165, 458, 515 e 535 do CPC e 233 da Lei n. 6.404/76; Aduz, ademais, a sua ilegitimidade passiva *ad causam.*
É o sucinto relatório.
2. Inconsistente o reclamo.
Quanto à alegada violação ao art. 535 do Código de Processo Civil, melhor sorte não assiste ao recorrente. Quadra assinalar que o acórdão embargado não possuía vício a ser sanado por meio de embargos de declaração. Em verdade, o aresto não padecia de omissão, contradição ou obscuridade, uma vez que o Tribunal *a quo* se manifestou acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia, tal como lhe fora posta e submetida.
Os embargos interpostos, em verdade, sutilmente se propuseram a rediscutir questões apreciadas no v. acórdão; não caberia, todavia, redecidir, nessa trilha, quando é da índole do recurso apenas reexprimir, no dizer peculiar de PONTES DE MIRANDA, que a jurisprudência consagra, arredando, sistematicamente, embargos declaratórios, com feição, mesmo dissimulada, de infringentes (R.J.T.J.E.S.P. 98/ 377, 99/345, 115/206; R.T.J. 121/260).
Sempre vale reprisar PIMENTA BUENO, ao anotar que, nesta modalidade recursal, "não se pode pedir correção, alteração ou mudança alguma, nem modificação que aumente ou diminua o julgamento; e só sim e unicamente o esclarecimento do que foi decidido, ou da dúvida em que se labora. Eles pressupõem que na declaração haja uniformidade de decisões e não inovação, porque declarar não é por certo reformar, adicionar, corrigir ou estabelecer disposição nova" (R.J.T.J.E.S.P. 92/328).
Ademais, o julgador não precisa responder, nem se ater a todos os argumentos levantados pelas partes, se já tiver motivos suficientes para fundamentar sua decisão; não houve, pois, violação aos artigos da Lei de Ritos, quando a Corte de origem apreciou a questão de maneira fundamentada, embora não adotando a tese da recorrente. Nessa parte, pois, o recurso também não se faz cognoscível.
3. Quanto a alegada ilegitimidade da agravante, cumpre consignar que o Tribunal *a quo*, com base nas provas produzidas nos autos, reconheceu a legitimidade da Companhia Estadual de Energia Elétrica para figurar no pólo passivo desta e de outras ações de igual natureza, conforme se depreende do seguinte excerto tirado do acórdão recorrido, *verbis:*
"[...]Ainda que não se trate na espécie de relação comercial, em verdade cumpre à CEEE a guarda e conservação dos dados contábeis acerca dos valores que ingressaram em seu patrimônio, na medida em que o projeto de eletrificação rural resultou elaborado em suas dependências, recebendo os respectivos valores. Portanto, mesmo que não disponha do contrato, inegável que os dados contábeis podem ser examinados e oferecidos à parte requerente, não existindo esquiva legal ou contratual para deixar de oferecer tais elementos a partir dos livros e escriturações obrigatórias e que lhe incumbem.
Afigura-se legitimada passivamente para a presente ação exibitória. " (fl. 314)
Dessa feita, para que seja revisto o posicionamento empossado na instância ordinária é imprescindível o reexame do conjunto fático probatório, o que encontra óbice no Enunciado nº 7 da Súmula deste Sodalício: "**A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial**".
Demais disso redundaria em atividade preponderantemente interpretativa do disposto em cláusulas contratuais, a atrair, desse modo, na espécie, a incidência da Súmula nº 5/STJ, *verbis*: "**A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial**".
4. Diante do exposto, com fulcro no art. 34, VII, do RISTJ, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3488)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.117 - RS (2007/0172440-9)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE PORTO ALEGRE - CD
ADVOGADO	: ADRIA WENNEKER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ROBERTO FIGUEIREDO RIBEIRO
ADVOGADO	: MARCELO DE JESUS E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE PORTO ALEGRE - CD contra decisão do 3º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letras "a" e "c" da Constituição Federal, manejado frente a acórdão daquele Pretório.
O agravo não merece conhecimento.
Com efeito, falta-lhe o requisito da regularidade formal, porquanto não foram impugnadas, de forma específica, as bases da decisão agravada.
O recurso foi inadmitido por falta de prequestionamento (súmula 211/STJ e 282/STF), impossibilidade de análise de divergência entre julgados do mesmo Tribunal (súmula 13/STJ), ausência de violação ao art. 535 do CPC, consonância do acórdão recorrido com o entendimento preconizado por esta Corte (súmula 83/STJ), bem como por inviabilidade de reexame de matéria probatória (súmula 07/STJ).
A agravante, por sua vez, deixa de refutar os dois primeiros fundamentos, o que atrai a incidência, na espécie, da súmula nº 182 desta Corte:
"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Não conheço do agravo.
Publicar.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3489)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.145 - RS (2007/0173475-8)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS DEAN LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: LUIZ CARLOS BRANCO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RENO DEBASTIANI
ADVOGADO	: ADÃO SAULO DA ROCHA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS DEAN LTDA e outros contra decisão do Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a", da Constituição Federal, manejado frente a acórdão daquele Pretório.
O agravo não merece conhecimento.
Com efeito, falta-lhe o requisito da regularidade formal, porquanto não impugnadas, de forma específica, as bases da decisão agravada.
O recurso foi inadmitido por falta de prequestionamento; pela necessidade de reexame do conjunto probatório dos autos para solução da controvérsia, providência vedada em sede especial (súmula 7/STJ), bem como por estar, o acórdão recorrido, em consonância com a jurisprudência desta Corte.
A agravante, por sua vez, deixa de refutar o último fundamento, o que atrai a incidência, na espécie, do verbete da súmula 182 desta Corte, ***verbis***:
"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Não conheço do agravo.
Publicar.
Brasília, 19 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3490)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.252 - SP (2007/0155184-4)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: JOSÉ PAULO CATHARINO E OUTRO
ADVOGADO	: JULIO CESAR CONRADO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO AMÉRICA DO SUL S/A
ADVOGADO	: PAULO EDUARDO DIAS DE CARVALHO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por JOÃO PAULO CATHARINO e outro contra decisão do Presidente da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letras "a" e "c", da Constituição Federal, manejado frente a acórdão, integrado pelo proferido em embargos de declaração, daquele Pretório.
O agravo não merece conhecimento.
Com efeito, falta-lhe o requisito da regularidade formal, porquanto não foram impugnadas, de forma específica, as bases da decisão agravada.
O recurso foi inadmitido por deficiência de fundamentação do recurso especial (súmula 284/STF) e necessidade de interpretação de cláusulas contratuais para reformar o acórdão recorrido (súmula 5/STJ).
Os agravantes, por sua vez, não refutam tais fundamentos, o que atrai a incidência, na espécie, da súmula nº 182 desta Corte:
"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3491)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.256 - SP (2007/0165762-4)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: SAVOY HOTÉIS E TURISMO LTDA
ADVOGADO	: RUBENS SIMÕES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS ECT
ADVOGADO	: RAIMUNDA MONICA MAGNO ARAUJO BONAGURA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Savoy Hotéis e Turismo Ltda. contra decisão que inadmitiu recurso especial, interposto pela alínea "a", do inciso III, do art. 105, da Constituição Federal, no qual se aponta negativa de vigência ao artigos 572 do CPC, sob o fundamento de que a edícula levantada na divisa entre os terrenos e que guarda o gerador da recorrida desrespeita norma administrativa e que deve haver distância razoável para erguer qualquer construção em um terreno.
O acórdão restou assim ementado (fl. 54):

"AÇÃO DE REPARAÇÃO DE OBRA E RESSARCIMENTO DE DANOS.
I - Comprovados fatos de infiltração de água e sua causa em conduta do réu com conseqüências lesivas no imóvel da autora.
II - Recurso desprovido."

O art. 572 do CPC não está prequestionado, e a recorrente n ão opôs o recurso de embargos de declaração para sanar uma eventual omissão. Aplicam-se, portanto, as Súmulas n. 282 e 356 do STF.
Ademais, pela fundamentação do acórdão recorrido, restaram provadas diversas irregularidades na obra feita pelo réu, conforme fls. 51/53. Incide, dessa forma, a Súmula n. 7 do STJ.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR, Relator

(3492)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.315 - RS (2007/0163907-0)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA BRUGNARA
ADVOGADO	: FÁBIO GUSTAVO BIZ

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por BRASIL TELECOM S/A contra decisão do 3º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a" da Constituição Federal, manejado frente a acórdão daquele Pretório.
O agravo não merece conhecimento.
Com efeito, falta-lhe o requisito da regularidade formal, porquanto não foram impugnadas, de forma específica, as bases da decisão agravada.
O recurso foi inadmitido por consonância do acórdão recorrido com o entendimento preconizado por esta Corte, ausência de violação aos arts. 165, 458 e 535 do CPC, inviabilidade de interpretação de cláusulas contratuais (súmula nº 05/STJ), bem como por impossibilidade de reexame de matéria probatória (súmula nº 07/STJ).
A agravante, por sua vez, deixa de refutar o primeiro fundamento, o que atrai a incidência, na espécie, da súmula nº 182 desta Corte:
"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Não conheço do agravo.
Publicar.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3493)

RECURSO ESPECIAL Nº 930.477 - RS (2007/0043389-3)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: LEANDRO PINTO DE AZEVEDO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: NEUZA DA ROCHA E OUTRO
ADVOGADO	: OSCAR IVAN PRUX E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do Colendo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, nos autos de processo de rito ordinário, onde considerada imprescritível a ação em que se busca a restituição dos valores em depósito em conta popular (Lei n. 2.313/54), acrescidos de juros e correção monetária.
Preliminarmente, cumpre salientar que a via especial não comporta a análise de resoluções, portarias, circulares e demais atos normativos de hierarquia inferior a do Decreto. De igual modo, incidentes as Súmulas n. 282 e 356 do E. STF à alegada violação dos art. 8º da Lei n. 4.595/64, por ausência de prequestionamento.
A respeito da prescrição, esta Corte tem entendido que a ação para buscar a restituição dos depósitos em contas populares, instituídos pela Lei n. 2.313/54, é imprescritível: REsp n. 857.628-PR, Rel. Min. Castro Filho, DJU de 12.09.2006; REsp n. 876.752-RS, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJU de 27.10.2006.
Ante o exposto, nego seguimento ao recurso (art. 557, **caput**, do CPC).
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3494)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.590 - SC (2007/0187233-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: REGINA MARIA FACCA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NILZA CARDOSO MACHADO
ADVOGADO	: BELONIR ZATA ZILI

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado contra decisão que não admitiu recurso especial, em que se aponta ofensa aos arts. 6º, V, e 51, IV, do CDC; 5º da medida provisória nº 2.170/2001, bem como dissídio pretoriano, em questão exposta nesta ementa (fl. 45/46):

"APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA COM CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO E TUTELA ANTECIPADA - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO - REDUÇÃO DA TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS CONTRATADOS POR SER SUPERIOR A MÉDIA DO MERCADO (SÚMULA 296 STJ - CIRCULAR 2.957 DO BACEN).
COMISSÃO DE PERMANÊNCIA LEGALIDADE - IMPOSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO COM CORREÇÃO MONETÁRIA, JUROS REMUNERATÓRIOS, JUROS MORATÓRIOS E MULTA CONTRATUAL (SÚMULA 294 DO STJ).
Admite-se a contratação da comissão de permanência para o período da inadimplência, desde que não cumulada com correção monetária (STJ 30), juros remuneratórios, juros moratórios e multa contratual.
CAPITALIZAÇÃO DE JUROS - AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL - IMPOSSIBILIDADE (SÚMULA 121 DO STF).
A capitalização de juros, no sistema normativo pá-trio, somente se faz admissível em existindo diploma legal específico que a legitima. Nos contratos de abertura de créditos rotativos ou fixos, incide a proibição constante na Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal, tornando-se inadmissível a capitalização de juros.
TAXA REFERENCIAL (TR) - ÍNDICE LEGAL PARA CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE QUE PACTUADA - AUSÊNCIA DE PACTUAçãO EXPRESSA - MANUTENÇÃO DA APLICAçãO DO INPC COMO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA - ART. 1º DO PROVIMENTO Nº 13/95 DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA.
Para que a Taxa Referencial seja o índice utilizado para corrigir o capital, é requisito fundamental que referida taxa seja pactuada livremente entre os contratantes.
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - APLICABILIDADE AOS CONTRATOS BANCÁRIOS (SÚMULA 297/STJ).
Firmes são os posicionamentos da doutrina e dos tribunais no sentido da aplicabilidade das disposições do Código de Defesa do Consumidor aos contratos celebrados com as instituições financeiras.
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
Havendo sucumbência recíproca, os honorários devem ser fixados na proporção em que cada parte foi vencida.
RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO."

De início, no que toca à alegação de ofensa ao art. 5º da medida provisória nº 2.170/2001, cumpre salientar que a referida norma não foi objeto de apreciação e manifestação pelo acórdão recorrido, restando ausente o prequestionamento, tal como bem observou a decisão agravada. Incidem as Súmulas 282 e 356 do STF, irrepreensivelmente aplicadas.
De outro modo, quanto à limitação dos juros remuneratórios, posicionou-se esta Corte no rumo de que com o advento da Lei n. 4.595/1964, diploma que disciplina de forma especial o Sistema Financeiro Nacional e suas instituições, restou afastada a incidência da Lei de Usura, tendo ficado delegado ao Conselho Monetário Nacional poderes normativos para limitar as referidas taxas, salvo as exceções legais. A propósito, aplicável a Súmula n. 596/STF.
Assim, ainda que aplicável a Lei n. 8.078/1990, a Segunda Seção desta Corte (REsp n. 407.097/RS), sedimentou o entendimento de que o pacto referente à taxa de juros só pode ser alterado se reconhecida sua abusividade em cada hipótese, desinfluente para tal fim a estabilidade inflacionária no período, e imprestável o patamar de 12% ao ano, já que sequer a taxa média de mercado, que não é potestativa, se considera excessiva, para efeitos de validade da avença.
Diante do exposto, com amparo no art. 544, § 3º, do CPC, conheço do agravo e dou parcial provimento ao recurso especial para afastar o limite de juros estabelecido pelo acórdão recorrido, devendo ser aplicado aquele previsto no contrato.
Publique-se.
Brasília (DF), 04 de setembro de 2007

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3495)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.684 - RS (2007/0172470-1)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADO	: MARIA ALEXANDRA BURG OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JAIR BAPTISTA PORTO
ADVOGADO	: LARRI DOS SANTOS FEULA

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO contra decisão do Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letras "a" e "c" da Constituição Federal, manejado frente a acórdão daquele Pretório, integrado pelo proferido em sede de embargos infringentes.
Alega violação ao art. 4º, IX, da Lei 4595/64 quanto aos juros remuneratórios.
A irresignação não merece acolhida.
Com efeito, o julgado do Tribunal de origem tem fundamentos constitucional e infraconstitucional, capazes, cada um, por si só, para mantê-lo, e a parte não interpôs recurso extraordinário, como ressaltado na decisão agravada. Incidente, "in casu", a Súmula 126 do STJ, do seguinte teor: "É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário."
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publicar.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES
Relator

(3496)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.774 - RS (2007/0163554-6)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA GESSI DE OLIVEIRA E OUTROS
ADVOGADO	: LOURENÇO GASPARIN

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 165, 458, II, e 535 do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 170, § 1º, 233, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e 131 do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Infrutífera a argüição da prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.8.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa da parte agravada, uma vez que legítima para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3497)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.879 - RS (2007/0164615-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LONY KOWALSKI WACHHOLZ
ADVOGADO	: FÁBIO MARCELO WACHHOLZ

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Brasil Telecom S/A contra decisão que inadmitiu recurso especial.
A cópia da petição do recurso especial, juntada aos autos, encontra-se desprovida de carimbo de protocolo, o que inviabiliza a verificação do requisito da tempestividade recursal. Nesse sentido: AgRg no AG n. 189.861/PR, DJ de 03.04.2000.
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3498)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.095 - PR (2007/0194760-2)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: LINO ALBERTO DE CASTRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EMÍLIA POINA IBBA
ADVOGADO	: JULIANO CÉSAR IBA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado contra decisão que não admitiu recurso especial, em que se alega ofensa aos arts. 286 e 535 do CPC; 26 do CDC, bem como dissídio pretoriano, em questão exposta nesta ementa (fls. 54/55):

"Apelação Cível. Prestação de Contas. Primeira Fase. Inépcia da petição inicial. Apresentação de documentos. Desnecessidade. Falta de interesse de agir. Pedido genérico. Envio periódico de extratos. Prazo de 48 horas para a prestação de contas. Impossibilidade de dilação. Inteligência do § 2º, do art. 915 do CPC. Litigância de má-fé. Inocorrência. Recurso desprovido.
1 - Não possui o autor a obrigação de juntar à petição inicial toda a documentação relativa à prestação de contas que pleiteia, bastando comprovação da relação jurídica entre as partes.
2 - Analisando os argumentos da inicial, não se pode acolher a alegação de que o pedido formulado seria genérico, pois a autora bem declinou todos os pontos que quer ver esclarecidos, devendo ser afastada a preliminar de falta de interesse de agir.
3 - Possui o correntista o direito de requerer a prestação de contas independentemente do envio periódico de extratos pela instituição financeira, os quais possuem caráter meramente informativo.
4 - O prazo de 48 horas para a prestação de contas tem previsão expressa no §2º, do art.915 do CPC.
5 - O apelante não praticou qualquer dos fatos aludidos nos incisos do artigo 17 do Código de Processo Civil. Apenas fez uso dos recursos previstos em lei, não havendo qualquer fundamento para a condenação por litigância de má-fé."

Não merece prosperar a insurgência.
Não houve ofensa ao art. 535 do CPC, mas tão-somente decisão fundamentada em sentido contrário ao da pretensão reformatória.
A apontada divergência jurisprudencial não foi demonstrada nos moldes legais e regimentais.
Ademais, o exame das alegações recursais, tais como postas no recurso, impõe, reflexamente, incontornável incursão na matéria fática dos autos, o que esbarra na Súmula 7 do STJ.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3499)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.616 - RS (2007/0192685-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: NORMÉLIO DEPPE E CÔNJUGE
ADVOGADO	: JOSÉ ALFREDO REIS DA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MARCELO AUGUSTO MEZACASA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Normélio Deppe e cônjuge contra decisão que inadmitiu recurso especial.

Não constam dos autos a cópia do acórdão recorrido e a respectiva certidão de publicação, peças obrigatórias para a formação do instrumento, nos termos do art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil.
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 11 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3500)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.006 - SC (2007/0165844-4)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO	: VALTER FISCHBORN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA CLEMES VARGAS
ADVOGADO	: JONATAS RAUH PROBST

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Caixa Seguradora S/A contra decisão que negou seguimento a recurso especial, interposto pela alínea "c", do permissivo Constitucional, no qual se alega dissenso pretoriano.
O acórdão recorrido restou assim ementado (fl. 80):

"PROCESSUAL CIVIL. SEGURO. AÇÃO AJUIZADA CONTRA CAIXA SEGURADORA, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO. AJUSTE INDEPENDENTE DA RELAÇÃO MUTUÁRIA EXISTENTE ENTRE SEGURADO E A CEF, EMPRESA PÚBLICA FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL.
Não obstante o contrato de seguro haver sido celebrado em razão de mútuo realizado entre segurado e empresa pública federal, o fato de a seguradora ser pessoa jurídica de direito privado determina a competência da Justiça Estadual para processar e julgar as ações judiciais relativas ao ajuste securitário."

Com razão a seguradora.
O agente financeiro é solidariamente responsável por defeitos surgidos na obra de que foi financiador. Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AQUISIÇÃO DE UNIDADE HABITACIONAL MEDIANTE FINANCIAMENTO (SFH). VÍCIOS DA CONSTRUÇÃO. LEGITIMIDADE DE PARTE DO AGENTE FINANCEIRO. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO E DE FINANCIAMENTO. INTERDEPENDÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ.
1. O agente financeiro é parte legítima na ação de resolução contratual proposta por mutuários em virtude de vícios constatados no edifício, dada a inequívoca interdependência entre os contratos de construção e de financiamento (cf. RESP 331.340/DF, Quarta Turma, Rel. Min. BARROS MONTEIRO, DJ de 14.03.2005).
2. A obra iniciada mediante financiamento do Sistema Financeiro da Habitação acarreta a solidariedade do agente financeiro pela respectiva solidez e segurança. Precedentes.
3. Incidência, na espécie, da súmula 83/STJ.
4. Agravo regimental não provido."
(AgRg no Ag 683809/SC, Rel. Min. Fernando Gonçalves, Quarta Turma, Unânime, DJ 05.09.2005 p. 428)

"Responsabilidade civil. Agente financeiro. Defeitos na obra financiada. Precedente da Corte.
1. Como já decidiu esta Terceira Turma, a 'obra iniciada mediante financiamento do Sistema Financeiro da Habitação acarreta a solidariedade do agente financeiro pela respectiva solidez e segurança' (REsp nº 51.169/RS, Relator o Ministro Ari Pargendler, DJ de 28/2/2000).
2. Recurso especial não conhecido."
(REsp 647372/SC, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Terceira Turma, Unânime, DJ 16.08.2004 p. 260)

Ante o exposto, atento ao artigo 544, § 3º, do Código de Processo Civil, conheço do presente agravo para dar provimento ao próprio recurso especial, com o fim de determinar a remessa dos autos originais à vara da justiça federal competente para julgamento da causa.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3501)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.018 - SC (2007/0168951-0)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: PAULO GUILHERME PFAU E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TISCOSKI E FREITAS LTDA
ADVOGADO	: ANDREO ADRIANE TAVARES

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CIVIL. CONTRATO BANCÁRIO. AÇÃO REVISIONAL.COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. CUMULAÇÃO COM OS DEMAIS ENCARGOS MORATÓRIOS. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, cuja ementa ora se transcreve:
"AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL - ART.557, §1º, DO CPC - AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL - CONTRATO DE FINANCIAMENTO - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - IMPOSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO COM OS DEMAIS ENCARGOS MORATÓRIOS - DEPÓSITO INCIDENTAL - CABIMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA ACERTA - REQUISITOS DO ART. 557, CAPUT, E §1º-A, DO CPC RESPEITADOS - DESPROVIMENTO. FL. 194
Embargos de declaração desprovido. Sustenta o agravante, nas razões do recurso especial violação do art. 535, II do CPC, artigos 104, 122, 174 e 175 do CC e 6º, §1º da LICC. Aduz a viabilidade da cobrança da comissão de permanência cumulada com os demais encargos moratórios, bem como a cobrança da multa contratual nos termos pactuados.
O Tribunal *a quo* inadmitiu o apelo extremo sob o fundamento de incidência da Súmula 284 do STF.
É o sucinto relatório.

Decido.
2. O inconformismo não merece acolhida.
3. De início, verifica-se que a matéria relacionada aos dispositivos legais tidos por vulnerados foi, efetivamente, enfrentada pelo acórdão recorrido e o dissídio encontra-se comprovado, de modo que o recurso especial reúne condições de admissibilidade, desta forma passo a examiná-lo.
4.Quadra assinalar que o acórdão embargado não possui nenhum vício a ser sanado por meio de embargos de declaração. Em verdade, o aresto não padecia de nenhuma omissão, contradição ou obscuridade, uma vez que o Tribunal *a quo* se manifestou acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia, tal como lhe fora posta e submetida.
Os embargos interpostos, em verdade, sutilmente se aprestavam a rediscutir questões já apreciadas no acórdão; não caberia, todavia, redecidir, nessa trilha, quando é da índole desse recurso apenas reexprimir, no dizer peculiar de PONTES DE MIRANDA, que a jurisprudência consagra, arredando, sistematicamente, embargos declaratórios, com feição, mesmo dissimulada, de infringentes (R.T.J. 121/260). Sempre vale reprisar PIMENTA BUENO, ao anotar que, nesta modalidade recursal, "não se pode pedir correção, alteração ou mudança alguma, nem modificação que aumente ou diminua o julgamento; e só sim e unicamente o esclarecimento do que foi decidido, ou da dúvida em que se labora. Eles pressupõem que na declaração haja uniformidade de decisões e não inovação, porque declarar não é por certo reformar, adicionar, corrigir ou estabelecer disposição nova".
Com efeito, o julgador não precisa responder, nem se ater a todos os argumentos levantados pelas partes, se já tiver motivos suficientes para fundamentar sua decisão. Não há, pois, violação ao artigo 535, da Lei de Ritos, quando a Corte de origem aprecia a questão de maneira fundamentada, apenas não adotando a tese da recorrente.
5. Referente à cobrança da comissão de permanência, verifica-se que a decisão vergastada, ao afastar a possibilidade de cobrança daquele encargo cumulada com os demais encargos moratórios, procedeu em harmonia com a jurisprudência deste egrégio Sodalício, pelo que se aplica à espécie o disposto na Súmula nº 83/STJ, verbis: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".
Com efeito, esta Corte já se manifestou, reiteradamente, no sentido de que a comissão de permanência é admitida durante o período de inadimplemento contratual, não podendo, contudo, ser cumulada com a correção monetária (Súmula 30/STJ), com os juros remuneratórios (Súmula 296/STJ) e moratórios, nem com a multa contratual; todavia, aquele encargo deverá observar a taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual fixado no contrato (Súmula 294/STJ). Corroboram esse entendimento as seguintes decisões de semelhante teor: REsp 839033/RS, Rel. Min. CASTRO FILHO, DJ 02.08.2006; AgRg no REsp 726.567/RS, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, DJ 29.05.2006; e REsp 793703/RS, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ 29.11.2005.
6. Prejudicada a análise das alegações quanto à multa contratual.
7. Diante do exposto, com fulcro no art. 544, § 3º, do CPC, conheço do agravo de instrumento, para negar provimento ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA,Relator

(3502)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.097 - RS (2007/0172329-5)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: SCHNEIDER AUTO PEÇAS LTDA
ADVOGADO	: LAÉRCIO ROQUE TOLFO VIERA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOICE MAGALI BRUSTOLIN E OUTRO
ADVOGADO	: JOÃO EDUARDO BORCHARTT ANCHIETA

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por SCHNEIDER AUTO PEÇAS LTDA contra decisão do 3º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letras "a" e "c" da Constituição Federal, manejado frente a acórdão daquele Pretório.
O agravo não merece conhecimento.
Com efeito, falta-lhe o requisito da regularidade formal, porquanto não foram impugnadas, de forma específica, as bases da decisão agravada.
O recurso foi inadmitido por consonância do acórdão recorrido com o entendimento preconizado por esta Corte (súmula 83/STJ), existência no julgado recorrido de fundamento suficiente à sua manutenção (súmula 283/STF), falta de prequestionamento (súmula 211/STJ), ausência de demonstração do dissídio jurisprudencial, bem como por impossibilidade de reexame de matéria probatória (súmula nº 07/STJ).
A agravante, por sua vez, deixa de refutar os dois primeiros fundamentos, o que atrai a incidência, na espécie, da súmula nº 182 desta Corte:

"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Não conheço do agravo.
Publicar.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3503)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.140 - SP (2007/0147276-3)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: MANESCO RAMIRES PEREZ AZEVEDO MARQUES ADVOCACIA
ADVOGADO	: ADALBERTO PIMENTEL DINIZ DE SOUZA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ABD ELCARIM DIB
ADVOGADO	: RODRIGO PROSPERO GENTIL LEITE

DESPACHO

Na petição protocolada sob nº 145653, exarou-se o seguinte despacho: "Homologo a desistência do recurso Ag 932140/SP." Brasília, 20/09/2007. Ministro Fernando Gonçalves, Relator.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

(3504)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.189 - SP (2007/0179819-6)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: CARLOS BORGES CANO
ADVOGADO	: WALFRIDO JORGE WARDE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HENRI IBRAHIM KARAM
ADVOGADO	: LUIZ CARLOS DAMASCENO E SOUZA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Carlos Borges Cano contra decisão que inadmitiu recurso especial, interposto pelas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, no qual se alega negativa de vigência aos arts. 5º, XXXV, XXXVI e LV, da CF, 333, I, do CPC e 1º, 32, 33, 34, 47, 52, 53 e 59 da Lei n. 7357/85, e dissídio.
O acórdão restou ementado à fl. 79.
Juntou o recorrente a cópia do acórdão que julgou os embargos de declaração, fls. 94/96, no entanto, não trouxe aos autos a certidão de publicação do mesmo, impossibilitando, assim, a aferição da tempestividade do recurso especial.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3505)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.227 - MG (2007/0154481-6)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: NILZA DE LOURDES AGUIAR CAMPOS E OUTROS
ADVOGADO	: RENAN KFURI LOPES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA NOLASCO
ADVOGADO	: MAIRA DE MELO TEIXEIRA
AGRAVADO	: CONSÓRCIO NACIONAL LIDERAUTO LTDA - MASSA FALIDA
ADVOGADO	: SÉRGIO MOURÃO CORRÊA LIMA - SÍNDICO

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Nilza de Lourdes Aguiar Campos e outros contra decisão que inadmitiu recurso especial, interposto pelas alíneas "a" e "c", do inciso III, do art. 105, da Constituição Federal.

O recurso especial foi interposto em face de decisão monocrática, não havendo, portanto, o esgotamento da instância ordinária. Deveria a parte ter provocado o tribunal por meio da interposição do agravo regimental.
Não procede o argumento do agravo de instrumento de que os embargos de declaração seriam suficientes para sanar a omissão, pois imprescindível a prolação de acórdão para que seja manejado o recurso especial.
Ante o exposto, não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3506)

AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 932240 - RS (2007/0175252-9)

RELATOR	**: MIN. ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: IVAR PAULO HARTMANN
ADVOGADO	: ANA PAULA PACHECO
AGRAVADO	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: LINO ALBERTO DE CASTRO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Ivar Paulo Hartmann contra decisão que inadmitiu recurso especial.
Está incompleto o traslado do acórdão recorrido juntado aos autos. A cópia mencionada no art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil, deve corresponder ao inteiro teor do original. A falta de páginas impossibilita a exata compreensão da controvérsia, tornando deficiente a instrução processual.
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3507)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.413 - GO (2007/0167864-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: MÁRCIO MESSIAS CUNHA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INÁCIO FERREIRA E FILHOS LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: ISMAEL DA SILVA BIZUCA

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado pelo Banco Itaú S/A contra decisão que inadmitiu recurso especial, interposto pelas alíneas "a" e "c", do inciso III, do art. 105, da Constituição Federal, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 248, 249, 250 e 535, II, do CPC e dissídio.
O acórdão restou assim ementado (fl. 86):

"AÇÃO DE EXECUÇÃO. PRAÇA. NULIDADE. VÍCIO. VALOR. LANÇO. RESTITUIÇÃO AO ARREMATANTE.
1 - SE A HASTA PÚBLICA FOI DECLARADA NULA E SEM NENHUM EFEITO, TODOS OS ATOS SUBSEQUENTES E QUE DELA DEPENDAM, TAMBÉM SERÃO INVÁLIDOS, TENDO EM VISTA QUE TAL NULIDADE RESTITUI TODAS AS SITUAÇÕES POSTERIORES AO **STATUS QUO ANTE**.
2 - CORRETA É A DECISÃO QUE DETERMINA A DEVOLUÇÃO DO VALOR DO LANÇO AO ARREMATANTE, CUJA IMPORTÂNCIA FOI LEVANTADA PELO EXEQUENTE.
AGRAVO CONHECIDO E IMPROVIDO."

Inexiste ofensa ao art. 535 do CPC, pois ausente omissão, contradição ou obscuridade no acórdão recorrido.
Descabidos os argumentos da parte, pois "se a hasta pública foi declarada nula, conseqüentemente, todos os atos subseqüentes e que dela dependam, também serão inválidos, tendo em vista que tal nulidade restitui todas as situações posteriores ao **status quo ante**" (fl. 93).
Aplica-se, ainda, a Súmula n. 7 do STJ.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3508)

AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 932451 - SC (2007/0195120-7)

RELATOR	**: MIN. FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADOS	: ROBERVAL NASCIMENTO PIRES E OUTRO(S)
	: BÁRBARA DORNELLES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANILTON ORLANDINO MARTINS E OUTROS
ADVOGADO	: ANDRUS DA SILVA E OUTRO(S)

DESPACHO

Na petição protocolada sob nº 176667, exarou-se o seguinte despacho: "J. O tema versado no AG 932451 se relaciona com o seguro habitacional, cujas despesas são suportadas também pelo FCVS. Deste modo, em princípio, a competência para o processo e julgamento do recurso é de uma das Turmas integrantes da 1ª Seção. Redistribuir. Publicar." Brasília, 24/09/2007. Ministro Fernando Gonçalves. Relator

Brasília, 25 de setembro de 2007.

(3509)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.452 - RS (2007/0168990-1)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA CEEE
ADVOGADO	: IURE CASAGRANDE DE LISBOA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ASSAIR PEREIRA DA ROSA E OUTROS
ADVOGADO	: CONRADO ERNANI BENTO NETO

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE - contra decisão do Terceiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a", da Constituição Federal, manejado frente a acórdão assim sintetizado:
"CEEE. FINANCIAMENTO DE REDE ELÉTRICA RURAL. CONTRATO DE ADESÃO. DEVOLUÇÃO DO VALOR HISTÓRICO APÓS O DECURSO DO PRAZO DE QUATRO ANOS. LOCUPLETAMENTO INJUSTIFICADO.
1. Tratando-se de demanda ajuizada com fulcro no direito pessoal, em que postulam os autores o cumprimento da obrigação entabulada entre as partes através do financiamento de obra de eletrificação rural, o prazo prescricional aplicável à espécie, nos termos do art. 177 do Código Civil de 1916, é de vinte anos.
2. Tem a parte contratante o direito de se ver ressarcida do valor investido no financiamento da rede elétrica rural, acrescido de correção monetária, desde a data do efetivo desembolso, e de juros moratórios, a partir da citação.
3. Considerando que a citação operou-se já na vigência do Novo Código Civil, os juros moratórios são devidos na razão de 12% ao ano.
Apelo improvido." (fls. 132)
Sustenta a recorrente violação ao art. 1º do Decreto 20.910/32; ao art. 2º do Decreto-Lei nº 4.597/42; ao art. 4º da Lei nº 9.494/97; ao art. 333, I, do Código de Processo Civil; ao art. 82 do Código Civil; ao art. 142 do Decreto nº 41.019/57 e ao art. 1º da Lei 6.423/77.
A irresignação não merece prosperar.
De início, as matérias relativas ao art. 142 do Decreto nº 41.019/57, ao art. 4º da Lei nº 9.494/97 e ao art. 82 do Código Civil não foram objeto de decisão por parte do acórdão recorrido, ressentindo-se o recurso especial, neste particular, do necessário prequestionamento, o que faz incidir a censura das súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.
Extrai-se das razões do recurso especial que o recorrente, a pretexto de negativa de vigência, pretende, na verdade, o reexame de prova, pois o julgado ao reconhecer ter o autor trazido aos autos documentos suficientes para demonstrar o negócio jurídico em análise, o fez com base nos elementos fático-probatórios dos autos, o que atrai a incidência da súmula 7 desta Corte.
Consoante entendimento assente nesta Corte, é aplicável, às ações pessoais contra sociedade de economia mista, a prescrição vintenária.
A propósito:
"Agravo regimental. Recurso especial não admitido. Ação de cobrança. Instalação de rede de energia elétrica. Prescrição.
1. A jurisprudência da Corte está assentada no sentido de que o prazo prescricional para ações movidas contra sociedade de economia mista concessionária de serviço público é vintenário e não qüinqüenal.
2. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 585657/RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO DJ 01.07.2004)

"CIVIL E PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL. FINANCIAMENTO DE OBRA DESTINADA AO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. CLÁUSULA CONTRATUAL. PRESCRIÇÃO. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. PRAZO VINTENÁRIO. PRECEDENTES.
I. O prazo prescricional da ação pessoal contra sociedade de economia mista é vintenário, não se beneficiando a empresa da prescrição qüinqüenal prevista no Decreto n. 20.910/32.
II. Agravo regimental improvido." (AgRg no AG 545.205/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJ 29.03.2004)
Ademais, iterativos julgados desta Corte reconhecem a abusividade de cláusula contratual que determina a exclusão da correção monetária na restituição de financiamento destinado à construção de rede de energia elétrica.
Nesse sentido, os seguintes precedentes:
"DIREITO CIVIL. FINANCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DE REDE ELÉTRICA. CLÁUSULA QUE AFASTA A ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. ABUSIVIDADE.
A correção monetária não é um plus que se acrescenta, mas um minus que se evita. Outra motivação não tem e em nada mais importa senão mera manutenção do valor aquisitivo da moeda, que se impõe por razões econômicas, morais e jurídicas.
Revela-se abusiva a cláusula contratual que determina a inobservância da atualização monetária na devolução de financiamento destinado à construção de rede elétrica.
Recurso especial não conhecido." (RESP 506.823/RS, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, DJ 14.06.2004)
"Agravo regimental. Recurso especial não admitido. Processo Civil. Financiamento. Instalação de rede de energia elétrica. Devolução de valores. Prescrição.
1. O entendimento da Corte firmou-se no sentido de que aplicável o prazo prescricional vintenário às ações movidas contra sociedade de economia mista concessionária de serviço público.
2. Esta Corte tem firmado posicionamento no sentido de ser ilegal a cláusula que prevê a restituição, sem correção monetária, do valor financiado para construção de rede elétrica.
3. O acórdão recorrido está devidamente fundamentado, não se cogitando de omissão ou negativa de prestação jurisdicional.
4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no AG 562.694/RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ 02.08.2004)

"PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO PARA INSTALAÇÃO DE REDE ELÉTRICA. DEVOLUÇÃO DO VALOR SEM CORREÇÃO MONETÁRIA. CLÁUSULA CONTRATUAL ABUSIVA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. INAPLICABILIDADE DO DECRETO-LEI 20.210/32.
1. Constitui disposição leonina a cláusula de contrato de adesão, a qual dispõe sobre a restituição, sem correção monetária, do valor financiado para construção de rede de eletrificação rural, posto acarretar o enriquecimento sem causa da concessionária de serviço público. Precedentes jurisprudenciais.
2. A prescrição qüinqüenal não atinge as sociedades de economia mista, concessionárias de serviço público, que se sujeitam ao lapso vintenário. Precedentes jurisprudenciais.
3. As sociedades de economia mista têm inequívoca natureza jurídica de direito privado, aplicando-se-lhes a prescrição vintenária atribuída às ações pessoais, consoante o disposto no art. 177 do Código Civil.
4. Incidência da súmula 39 desta Corte.
5. Agravo regimental desprovido." (AgRg no RESP 616.057/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, DJ 31.05.2004)

Nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.
MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3510)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.465 - RS (2007/0161697-9)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: RUI JOSÉ FRITZEN
ADVOGADO	: VANDERLEI JOSÉ BOBROWSKI
AGRAVADO	: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A - BANRISUL
ADVOGADO	: S/ REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Rui José Fritzen contra decisão que inadmitiu recurso especial, interposto pelas alíneas "a" e "c", do inciso III, do art. 105, da Constituição Federal, no qual se alega negativa de vigência ao art. 4º da Lei n. 1060/50, e dissídio, sob o fundamento de que não possui condições de suportar as despesas processuais.
O acórdão restou assim ementado (fl. 17):

"AGRAVO INTERNO. INTERPOSIÇÃO EM FACE DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO, DE PLANO, AO AGRAVO DE INSTRUMENTO, POR MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE, COM FULCRO NO ART. 557, **CAPUT**, DO CPC. PLEITO DE CONCESSÃO DE AJG FORMULADO SOMENTE NA FASE RECURSAL. AUSÊNCIA DE PROVA DA ALTERAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA PARTE, NO CURSO DO PROCESSO DE CONHECIMENTO. MERA REITERAÇÃO DE ARGUMENTOS JÁ ANTES EXPOSTOS. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO."

As razões recursais exigem o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, aplicando-se, portanto, a Súmula n. 7 do STJ.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3511)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.501 - RJ (2007/0173702-0)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: TAMPEX ACESSÓRIOS PARA BANHEIROS LTDA
ADVOGADO	: SEBASTIÃO PASCHOAL E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOTA E JOTA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
ADVOGADO	: AVILLA SANTOS FILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: MARCOS JAIMOVICK HOMSANI E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DANOS MORAIS. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. VERBETE N.º 7 DA SÚMULA DO STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial, interposto por TAMPEX ACESSÓRIOS PARA BANHEIROS LTDA, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, em face de acórdão do E. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA E CAUTELAR. PROTESTO INDEVIDO DE TÍTULO APÓS O PAGAMENTO.

Inexistência do protesto. Título retirado pelo Apelante antes da efetivação, ao perceber o equívoco(...)" (fls. 74).

A recorrente sustenta que o aponte e protesto do título deve ensejar a indenização por danos morais.

É o relatório.

DECIDO.

2. Em relação aos danos morais sofridos, verifica-se que as instâncias ordinárias, com base no conjunto fático-probatório trazido aos autos, reconheceram a licitude da conduta do recorrente, entendendo, afastando a ocorrência dos danos morais, como se verifica no voto condutor do aresto recorrido, *verbis:*

"Na realidade, pelo que consta no documento de fls. 110, o protesto não chegou a ser efetivado, não se compreendendo a afirmação da sentença monocrática de que os réus "não tiveram a necessária cautela no sentido de verificar-se quanto ao pagamento do débito

A simples remessa do título ao protesto, e comprovado o equívoco com a sua retirada, não configura evidentemente em dano moral a ser composto"(fl. 75)

Assim, a pretensão do recorrente de rever tais conclusões, relativas à ocorrência ou não do dano moral, demandaria o reexame de fatos e provas analisados nas instâncias ordinárias, procedimento incabível nesta via do especial, consoante o enunciado sumular nº 07 desta Corte.

Nesse sentido:

"Tendo o acórdão recorrido concluído pela existência de culpa do réu, o exame das questões postas pelo recorrente implicaria o revolvimento da matéria fático-probatória, procedimento inadimissível em âmbito de especial, nos termos da Súmula 07 desta Corte" (REsp. 510.483/MG, Rel. Min. CASTRO FILHO, DJU de 20.09.2004).

"PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS. OCORRÊNCIA. INDENIZAÇÃO. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO SISBACEN APÓS PAGAMENTO INTEGRAL DO FINANCIAMENTO. COMPROVAÇÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO.

1. **No pleito em questão, as instâncias ordinárias reconheceram, com base no conjunto fático-probatório trazido aos autos, a ilicitude da conduta do banco-recorrente, bem como comprovado a ocorrência dos danos morais:** "A negativação de nome do devedor no SIS/BACEN após quitação integral da dívida é ilícita e indevida, acarretando, portanto, a reparação pelos danos morais dela decorrentes. Verifica-se nos documentos de fls.38/51, que fora quitado o financiamento da compra do bem, cujo pagamento se deu em 36 prestações, devidamente cumpridas, seja por boleto, ou por depósito judicial. Ademais, observa-se à fl.31 que foi expedido pela Requerida o respectivo recibo de compra e venda em nome do comprador do bem, datado em 17 de julho de 2002. Não merece qualquer guarida a alegação de ausência de culpa da Requerida ao cadastrar o nome da autora no SIS/BACEN, pois o débito já estava solvido quando da inscrição (Acórdão, fls. 220, 225/227).

2. **Rever tais conclusões demandaria reexame de fatos e provas. Incidência da Súmula 07 desta Corte.** (...)

5. Recurso não conhecido." (REsp 874231 / SE, Ministro JORGE SCARTEZZINI, DJ 26.02.2007 - grifei).

3. Diante do exposto, com fundamento no artigo 557, *caput* e § 1º-A, do CPC, NEGO provimento ao agravo de instrumento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3512)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.637 - SP (2007/0150052-3)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: MARCO ANTÔNIO DE SOUSA
ADVOGADO	: FÁBIO APARECIDO GASPAROTO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO PANAMERICANO S/A
ADVOGADO	: ADRIANE DE FÁTIMA LINO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Marco Antônio de Sousa contra decisão que inadmitiu recurso especial, interposto pela alínea "a", do inciso III, do art. 105, da Constituição Federal, no qual se alega ofensa aos artigos 26, 267, § 4º, do CPC e 22, da Lei n. 8.906/94, sob o fundamento de que apesar da lide ter sido extinta, todos os atos processuais foram praticados; que o patrono do réu trabalhou nestes autos por três anos ou mais e que não é verdadeira a assertiva de que o banco desconhecia a doença do réu, pois o laudo da perícia afirma ser o recorrente portador de esquizofrenia há mais de dez anos.

O acórdão restou assim ementado (fl. 73):

"ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BUSCA E APREENSÃO . LIMINAR DEFERIDA. VEÍCULO NÃO LOCALIZADO. CONVERSÃO EM DEPÓSITO. DESISTÊNCIA. HOMOLOGAÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACOLHIMENTO. APELAÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO."

Com efeito, o entendimento da instância ordinária, soberana no exame das provas e dos fatos, foi de que, ao tempo da propositura da ação, o autor desconhecia a doença do réu, devendo, portanto, cada parte arcar com os honorários de seu patrono. Em fase dessa peculiaridade, motivo principal para a formação de entendimento do tribunal estadual, aplica-se a Súmula n. 7 do STJ.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3513)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.749 - SC (2007/0173331-9)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO	: BÁRBARA SILVA MAESTRI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TÂNIA REGINA ALVES COSTA E OUTROS
ADVOGADO	: JONATAS RAUH PROBST

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO OBRIGATÓRIO. CONTRATO DE MÚTUO HABITACIONAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. CEF. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE. RECURSO IMPROVIDO.

DECISÃO

1.Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA. SEGURO HABITACIONAL. AGENTE FINANCEIRO. LITISCONSÓRCIO. INEXISTÊNCIA. RECURSO PROVIDO.

Se a relação de direito material deflui de contrato de seguro habitacional, o agente financeiro não é solidariamente responsável por qualquer indenização, pois apesar de o contrato de seguro ser celebrado pela CEF, a sentença a ser proferida dando procedência ou não ao pedido dos agravantes em nada afetará o seu patrimônio jurídico." (fl. 128)

Em recurso especial, o recorrente alega violação do artigo 47 do Código de Processo Civil e dos enunciados nºs 150 e 327 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça. Aponta divergência jurisprudencial. Requer, em síntese, seja reconhecida a obrigatoriedade da legitimidade passiva da Caixa Econômica Federal e a conseqüente competência da Justiça Federal para processar a ação.

É o relatório.

Decido.

2. Prefacialmente, no que toca à alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, o *decisum* agravado não merece reparos, uma vez que, para comprovação do alegado dissídio, é insuficiente a transcrição de ementas de julgados de outros tribunais, sem o necessário cotejo analítico dos acórdãos, com indicação das circunstâncias que identifiquem as semelhanças entres os arestos recorrido e paradigmas, nos termos do parágrafo único do artigo 541 do Código de Processo Civil e dos parágrafos do artigo 255 do Regimento Interno do STJ.

3. Incabíveis, de igual modo, as alegações de violação dos enunciados nºs 150 e 327 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, por não estarem previstas nas alíneas do artigo 105, inciso III, da Carta Magna, que definem as hipóteses de cabimento do recurso especial.

4. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que somente é necessária a formação de litisconsórcio passivo necessário com a Caixa Econômica Federal, quando houver possibilidade de comprometimento do FCVS. Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO - CONTRATO COM COBERTURA DO FCVS - INAPLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

1. Teses não prequestionadas sobre as quais incide o óbice da Súmula 282/STF.

2. Firmou a Segunda Seção do STJ entendimento no sentido de que o CDC é aplicável aos contratos regidos pelo Sistema Financeiro da Habitação e, conseqüentemente, também aplicáveis aos contratos de mútuo as regras do CDC que autorizam a inversão do ônus da prova em favor do hipossuficiente.

3. Entretanto, também firmado entendimento pela Corte Especial do STJ de que a natureza jurídica do contrato de financiamento do SFH fica na dependência da vinculação ao Fundo de Compensação de Variação Salarial - FCVS.

4. Se o contrato está vinculado ao FCVS, é ele um contrato administrativo, sendo a CEF, como sucessora do SFH, legitimada a responder às demandas em que se questiona sobre tais avenças. A natureza jurídica de contrato administrativo justifica a competência da Seção de Direito Público desta Corte e, nas instâncias de origem, a competência da Justiça Federal, pela presença da CEF na lide.

5. Não havendo vinculação do contrato de financiamento do FCVS, tem-se um contrato civil com a só presença do agente financeiro. Os litígios oriundos de tais contratos são examinados, no STJ, pelas Turmas que compõem a Seção de Direito Privado e, nas instâncias de origem, pela Justiça Estadual.

6. Sistemática de julgamento que também traz reflexos sobre o conjunto de normas que irá incidir sobre ambos os tipos de contrato, sendo esse aspecto também um traço diferenciador entre eles.

7. Nos contratos regidos pelo FCVS, cujo saldo devedor é suportado por fundo público gerido pela CEF, incidem as normas do direito administrativo pertinentes, com exclusão das normas de direito privado.

8. Ao contrário, nos contratos sem a cobertura do FCVS, a natureza privada atrai a incidência das normas civilistas e do Código de Defesa do Consumidor.

9. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido." (REsp 637302/MT, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ 28.06.2006)

In casu, o acórdão combatido consignou que a sentença em nada afetará o patrimônio jurídico da CEF:

"A presente ação de responsabilidade obrigacional, na qual os agravantes buscam a indenização por danos apresentados nos imóveis, tem por objeto o contrato de seguro, não havendo vinculação com o contrato de financiamento realizado pelo agente financeiro.

Logo, descabida a inclusão na lide da Caixa Econômica Federal pois, conforme manifestou-se a Excelentíssima Desembargadora Substituta Marli Mosimann Vargas, ao apreciar o pedido de efeito suspensivo (fl. 141), apesar de o contrato de seguro ser celebrado pela CEF, a sentença a ser proferida dando procedência ou não ao pedido dos agravantes em nada afetará o patrimônio jurídico da Caixa Econômica Federal." (fl. 130)

Inexistindo interesse da Caixa Econômica Federal, a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário, a competência é da Justiça Estadual.

4. Diante do exposto, com fundamento no artigo 34, VII, do RISTJ, nego provimento ao agravo de instrumento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3514)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.839 - SP (2007/0150041-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: CREDICARD S/A ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO
ADVOGADO	: CLEUZA ANNA COBEIN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ARGEO DA COSTA
ADVOGADO	: HELENA MARIA RABELLO

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Credicard S/A Administradora de Cartões de Crédito contra decisão que inadmitiu recurso especial, interposto pelas alíneas "a" e "c", do inciso III, do art. 105, da Constituição Federal, no qual se alega ofensa aos arts. 178, § 10, III, do CC/1916 (art. 206, § 3º, do CC/02), e dissídio, sob o fundamento de que os juros cobrados pela recorrente não decorrem de aplicação financeira, não decorrem de capital aplicado para gerar fruto civil e não são pagáveis em períodos maiores de 1 anos, mas sim decorrem do atraso no pagamento de fatura de cartão de crédito, ou seja, capital emprestado; que a prescrição deve ser interpretada de forma restritiva e que não se pode aplicar o art. 205 do CC/02 para a dívida principal e, ao mesmo tempo, aplicar o art. 178 do CC/1916 para os juros remuneratórios.

O acórdão restou ementado às fls. 108:

"Cartão de crédito. Ação ajuizada antes da vigência do CC/2002. Prazo pescricional a ser observado é o do CC/1916. Pretensão de receber acessórios da dívida. Prescrição em 5 (cinco) anos (art. 178, § 10 do CC/1916).

Recurso improvido. Análise de ofício da prescrição e da contradição do julgado. Sentença corrigida, de ofício."

Pela fundamentação do acórdão recorrido, a ação foi ajuizada quando ainda não estava em vigor o atual Código Civil, devendo o prazo prescricional ser o do código antigo, qual seja, vintenário, mas que os acessórios da dívida estão prescritos, conforme art. 178, § 10, III, do CC/1916, pois o prazo seria de cinco anos.

Inexiste ofensa ao dispositivo de lei apontado pela parte, haja vista que o acórdão decidiu em consonância com o entendimento do STJ. No presente caso, que trata de cobrança de dívida de cartão de crédito, os juros remuneratórios são considerados acessórios da dívida, aplicando-se, de fato, o art. 178 do CC/1916, pois pela "jurisprudência desta Corte, 'os juros remuneratórios de conta de poupança, incidentes mensalmente e capitalizados, agregam-se ao capital, assim como a correção monetária, perdendo, pois, a natureza de acessórios, fazendo concluir, em conseqüência, que a prescrição não é a de cinco anos, prevista no artigo 178, § 10, III, do Código Civil de 1916 (cinco anos), mas a vintenária' (REsp 707.151/SP, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, DJ de 01/08/2005)" (4ª Turma, REsp n. 774612 - SP, Rel. Min. Jorge Scartezzini, unânime, DJU de 29/05/2006).

Quanto ao dissídio, não foi apresentado de forma adequada, com a transcrição dos acórdãos recorrido e paradigma e o cotejo analítico entre os mesmos, pois não basta a simples transcrição de ementa. Não atendidos, dessa forma, os arts. 541, § único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º do RISTJ.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3515)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933.120 - SP (2007/0169771-2)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: IVAN CARLOS PETIAN
ADVOGADO	: MARCELO MARCOS ARMELLINI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANESPREV FUNDO BANESPA DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO	: FENICIA DE VITIS SILVA E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. VIOLAÇÃO A PRECEITOS CONSTITUCIONAIS. INADMISSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto por IVAN CARLOS PETIAN, contra decisão que inadmitiu recurso especial fulcrado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, cuja ementa ora se transcreve:

"PREVIDENCIA PRIVADA - AUTOR QUE SOLICITA O CANCELAMENTO DO SEU PLANO E PEDE O RESGATE DAS QUANTIAS POR ELE CONTRIBUÍDAS - APOSENTADORIA DO INSS SÓ CONCEDIDA APÓS O CANCELAMENTO - INADMISSIBILIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO - RECURSO IMPROVIDO." (Fl.08)

Sustenta o agravante nas razões de recurso especial a viabilidade da complementação proporcional equivalente a 70,27% do salário da ativa, na forma como dispõe os artigos 5º, XXXVI e 7º da Constituição Federal, bem como o artigo 31, I da LC 109/2001.
O E. Tribunal a quo inadmitiu o apelo extremo sob o fundamento de que os argumentos expendidos são insuficientes para infirmar a conclusão do v. aresto combatido.
É o breve relatório. Decido.
2. A insurgência não merece guarida, uma vez correto o juízo de admissibilidade realizado na origem.
Inicialmente, tem-se por inadmissível a insurgência no que toca a apontada violação a preceitos constitucionais, por não ser matéria afeita a discussão em sede de recurso especial.
Quanto ao mais, ainda que se tenha por apontada a insurgência quanto ao artigo 31, I da LC 109/2001, verifica-se da leitura do recurso especial que o recorrente não especificou em que consistiria a alegada afronta, se limitando a afirmar a possibilidade da complementação de sua aposentadoria. *In casu*, torna-se inviável o exame do apelo extremo, em face da deficiência na fundamentação, que não obedece os ditames do art. 542 da Lei dos Ritos e pelo que se aplica o enunciado sumular n. 284/STF, in verbis: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".
Aplicável, à espécie, o seguinte precedente:
Nesse sentido:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284/STF. 1. A alegação genérica de ofensa a lei federal não é suficiente para delimitar a controvérsia, sendo necessária a especificação do dispositivo considerado violado, conforme disposto na Súmula n. 284 do STF. 2. "A divergência entre julgados do mesmo tribunal não enseja recurso especial" (Súmula n. 13 do STJ). 3. Agravo regimental a que se nega provimento".AgRg no Ag 607908 MG; 2ª Turma, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJ 27.09.2005, grifo nosso).
3. Dessarte, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA,Relator

(3516)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933.327 - SP (2007/0166083-8)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: PLATINUM LTDA
ADVOGADO	: NELSON HANADA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CENTRO COMERCIAL AUTOMOTIVO MEMORIAL LTDA - MICROEMPRESA
ADVOGADO	: DJALMA POLA

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por PLATINUM LTDA contra decisão do Presidente da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a" da Constituição Federal, manejado frente a acórdão daquele Pretório.
O agravo não merece conhecimento.
Com efeito, falta-lhe o requisito da regularidade formal, porquanto não foram impugnadas, de forma específica, as bases da decisão agravada.
O recurso foi inadmitido por deficiência na fundamentação recursal, bem como por impossibilidade de reexame de matéria probatória (súmula 07/STJ).
A agravante, por sua vez, refuta apenas o primeiro fundamento, o que atrai a incidência, na espécie, da súmula nº 182 desta Corte:

"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Não conheço do agravo.
Publicar.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3517)

RECURSO ESPECIAL Nº 933.678 - SE (2007/0053267-6)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
RECORRENTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: PAULO JOSE DOS SANTOS JUNIOR E OUTRO
RECORRIDO	: IDELMAR DOS SANTOS OLIVEIRA
ADVOGADO	: ANA CRISTINA CARLOS SARMENTO MENESES

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL E DIREITO PRIVADO. CONTRATO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS REMUNERATÓRIOS. SÚMULA 07. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. ADMISSÃO DESDE QUE NÃO CUMULADA COM OUTROS ENCARGOS. CARACTERIZAÇÃO DA CUMULATIVIDADE. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO, E NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de recurso especial interposto pelo BANCO ITAÚ S/A, com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, que deu parcial provimento ao apelo do recorrente.
Insurge-se contra o afastamento da comissão de permanência e a ilicitude da capitalização mensal.
Com contra-razões (fls. 186/194).
Recurso especial admitido às fls. 196.
É o breve relatório.
Decido.
2. Quanto ao cabimento do recurso especial, no pertinente aos dispositivos legais tidos por vulnerados, satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, inclusive no que tange ao prequestionamento, passo a examinar o recurso.
3. Inicialmente, no tocante à capitalização mensal de juros, o entendimento prevalecente no STJ era no sentido de que somente seria admitida em casos específicos, previstos em lei, conforme Enunciado da Súmula 93/STJ. Todavia, com a edição da MP nº 1.963-17/2000, atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2001, a eg. Segunda Seção deste Tribunal passou a admitir a capitalização mensal nos contratos firmados posteriormente à sua entrada em vigor, desde que houvesse previsão contratual.
Contudo, as instâncias ordinárias entenderam que a capitalização não foi pactuada no contrato, o que impossibilita, nesta esfera recursal extraordinária a verificação de tais requisitos, sob pena de afrontar o disposto nos enunciados sumulares nºs 5 e 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.
Nesse sentido:
"PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - CONTRATO BANCÁRIO - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS - REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA - INCIDÊNCIA - SÚMULAS N. 05 E 07 DO STJ - DECISÃO MANTIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - DESPROVIMENTO. 1 - Esta Corte já firmou o entendimento de que, nos contratos firmados por instituições financeiras, posteriormente à edição da MP 1.963-17/2000, de 31/3/2000, é possível a incidência de capitalização mensal dos juros, desde que expressamente pactuada. Portanto, para sua cobrança, é necessário estar evidenciado que o contrato fora firmado após 31/3/2000 e que o referido encargo tenha sido expressamente pactuado. 2 - No caso, não restou demonstrada a previsão contratual acerca da capitalização. Ademais, se a instância ordinária não se manifestou sobre a existência do pacto, a verificação de tal aspecto nesta Corte importaria, necessariamente, no reexame de prova e dos termos do contrato. Incidência das Súmulas n. 5 e 7/STJ. Precedentes. 3 - Não há que se falar em redistribuição do ônus sucumbencial, tendo em vista que a decisão restou mantida em todos os seus termos. Irretocável a partilha fixada. 4 - Agravo Regimental desprovido." (AgRg no REsp 763503/RS, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJ 13.02.2006)

4. No concernente à cobrança da comissão de permanência, verifica-se que a decisão vergastada, ao afastar aquele encargo e manter a incidência da correção monetária e juros, procedeu em harmonia com a jurisprudência deste egrégio Sodalício, pelo que se aplica à espécie o disposto na Súmula nº 83/STJ, in verbis: "*Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida*"
Com efeito, conforme decidido pela 2ª Seção desta Corte, no julgamento do AgRg nº 706.368/RS, Ministra Nancy Andrighi, a comissão de permanência é admitida durante o período de inadimplemento contratual, não podendo, contudo, ser cumulada com a correção monetária (Súmula 30/STJ), com os juros remuneratórios (Súmula 296/STJ) e moratórios, nem com a multa contratual; contudo, aquele encargo deverá observar a taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual fixado no contrato (Súmula 294/STJ).
Nesse sentido:
"CONTRATO BANCÁRIO. TAXA DE JUROS. LIMITAÇÃO. ABUSIVIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. COBRANÇA. ADMISSIBILIDADE. I - Embora incidente o diploma consumerista nos contratos bancários, os juros pactuados em limite superior a 12% ao ano não são considerados abusivos, exceto quando comprovado que discrepantes em relação à taxa de mercado, após vencida a obrigação. II - Vencido o prazo para pagamento da dívida, admite-se a cobrança de comissão de permanência. A taxa, porém, será a média do mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, desde que limitada ao percentual do contrato, não se permitindo cumulação com juros remuneratórios ou moratórios, correção monetária ou multa contratual. Recurso especial parcialmente provido." (REsp 828648/RS, Rel. Min. CASTRO FILHO, DJ 23.06.2006)

5. Diante do exposto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, conheço parcialmente do recurso especial, e na extensão, lhe nego provimento.
Custas e honorários advocatícios, observado quanto a estes o percentual fixado na origem, na proporção em que vencidas as partes, compensando-se na forma da lei (art. 21 do CPC) e apurados em liquidação. *In casu*, suspende-se a exigibilidade dos ônus sucumbenciais por cinco anos, nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/50**,** por ser o autor beneficiário da assistência judiciária.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3518)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935.854 - RS (2007/0187715-2)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARLI TERESINHA SITA SCALCON
ADVOGADO	: CARLOS EDUARDO FRANÇA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por BRASIL TELECOM S/A contra decisão do Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a", da Constituição Federal, manejado frente a acórdão daquele Pretório.
O agravo não merece conhecimento.
Com efeito, falta-lhe o requisito da regularidade formal, porquanto não impugnadas, de forma específica, as bases da decisão agravada.
O recurso foi inadmitido pela necessidade de análise de cláusulas contratuais e reexame do conjunto probatório dos autos para solução da controvérsia, providências vedadas em sede especial (súmulas 5 e 7/STJ); porque irreconhecível a alegada negativa de prestação jurisdicional, bem como por estar, o acórdão recorrido, em consonância com a jurisprudência desta Corte no tocante à prescrição e à subscrição de ações.
A agravante, por sua vez, refuta apenas o primeiro fundamento, o que atrai a incidência, na espécie, do verbete da súmula 182 desta Corte, *verbis*:

"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Não conheço do agravo.
Publicar.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3519)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 937.749 - RS (2007/0188885-4)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LIBERIO ROESSLER
ADVOGADO	: PABLO PACHECO DOS SANTOS E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por BRASIL TELECOM S/A contra decisão do 3º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a" da Constituição Federal, manejado frente a acórdão daquele Pretório.
O agravo não merece conhecimento.
Com efeito, falta-lhe o requisito da regularidade formal, porquanto não foram impugnadas, de forma específica, as bases da decisão agravada.
O recurso foi inadmitido por consonância do acórdão recorrido com o entendimento preconizado por esta Corte, inviabilidade de interpretação de cláusulas contratuais (súmula nº 05/STJ), bem como por impossibilidade de reexame de matéria probatória (súmula nº 07/STJ).

A agravante, por sua vez, deixa de refutar o primeiro fundamento, o que atrai a incidência, na espécie, da súmula nº 182 desta Corte:

"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Não conheço do agravo.
Publicar.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3520)

RECURSO ESPECIAL Nº 938.907 - PR (2007/0071642-6)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL - REFER
ADVOGADO	: SABRINA KINDLEIN
RECORRIDO	: ROBERTO FELIPE
ADVOGADO	: JOSÉ CARLOS DO CARMO

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - PREVIDÊNCIA PRIVADA - RESTITUIÇÃO DE VALORES REFERENTES A CONTRIBUIÇÕES PAGAS À ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL, OCORRÊNCIA *IN CASU* - SÚMULA 291/STJ - RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pela FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL - REFER, com fulcro no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que, nos autos da ação de cobrança de correção monetária incidente sobre a devolução de contribuições pessoais pagas a plano de previdência privada, decidiu que a obrigação é de natureza pessoal, sujeita, portanto, ao prazo prescricional de dez anos, previsto no artigo 205 c/c com o artigo 2.028 do Código Civil em vigor, bem como que a atualização das parcelas a serem restituídas deve ser plena, sob pena de proporcionar enriquecimento ilícito.

Alega a recorrente, em síntese, violação dos artigos 178, § 10, II, do Código Civil de 1916; 75 da Lei Complementar nº 109/01, e 103, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91, além de dissídio jurisprudencial, à consideração de que, *in casu*, a prescrição não é decenal, mas qüinqüenal. Sustenta, ainda, que a atualização monetária das parcelas a serem restituídas deve ser realizada com base nas regras do Estatuto, afastando-se a incidência dos expurgos inflacionários.

.

O recorrido não apresentou contra-razões.
É o relatório.
O recurso merece ser provido.
Ao confirmar a sentença, reconhecendo a aplicação da prescrição decenal ao caso, o acórdão recorrido contrariou a jurisprudência desta Corte sobre a matéria, que entende ser qüinqüenal o referido lapso prescricional.
Nesse sentido, assim já restou decidido:

"PREVIDÊNCIA PRIVADA. DESLIGAMENTO. DEVOLUÇÃO. DIFERENÇAS. PRESCRIÇÃO. PRAZO. CINCO ANOS. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. 1. É de cinco anos o prazo de prescrição para cobrar eventuais diferenças no montante devolvido ao beneficiário de previdência privada, em virtude de seu desligamento do plano. 2. O termo inicial para a contagem do prazo prescricional é aquele em que devolvidos os montantes aos autores, pois dali surgiu o direito de acionar a ré por alguma diferença havida ('actio nata'). 3. Prescrição reconhecida relativamente a um dos autores. 4. 'A restituição das parcelas pagas a plano de previdência privada deve ser objeto de correção plena, por índice que recomponha a efetiva desvalorização da moeda.' (súmula 289/STJ). 5. A Segunda Seção tem entendimento assente no sentido de que, no cálculo da correção monetária dos valores resgatados pelos associados a plano de previdência privada, quando do seu desligamento, incluem-se os denominados 'expurgos inflacionários', ainda que o estatuto da entidade disponha de forma diversa. 6. Recurso conhecido em parte e, nessa extensão, provido" (REsp. n. 750.039/MG, relator Ministro Fernando Gonçalves, DJ de 26.9.2005).

Esse entendimento restou cristalizado na Súmula n. 291 do STJ, in verbis: *"A ação de cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria pela previdência privada prescreve em cinco anos."*
Note-se, todavia, que o início da contagem do prazo deve levar em consideração a data da restituição das contribuições feitas ao ex-empregado, pois é a partir desse marco que surge o direito de postular eventuais diferenças, em face do recebimento a menor do que o efetivamente devido.
In casu, os elementos existentes nos autos demonstram que o recorrido recebeu a reserva de poupança em 13.6.1997 (conforme consignado no v. aresto hostilizado), razão pela qual, na data da propositura da demanda, qual seja, 25.6.2004, encontrava-se prescrito o direito de reclamar eventuais diferenças de correção monetária.
No mérito, a discussão em torno do pagamento dos expurgos inflacionários restou prejudicada.
Assim sendo, autorizado pelo art. 557, § 1º-A, do CPC, dá-se provimento ao recurso especial, para reconhecer a ocorrência da prescrição qüinqüenal, julgando-se improcedente o pedido, nos termos do art. 269, IV, do CPC. O recorrido arcará com as custas e oshonorários advocatícios, estes últimos fixados em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se, todavia, o disposto no art. 12 da Lei n. 1.060/50.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3521)

RECURSO ESPECIAL Nº 939.822 - SC (2007/0074827-1)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELOS
ADVOGADO	: MAURO VIEGAS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: NESTERLI GARCIA ALVES
ADVOGADO	: ADEILDE ALVES LIMA

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - PREVIDÊNCIA PRIVADA - RESTITUIÇÃO DE VALORES REFERENTES A CONTRIBUIÇÕES PAGAS À ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL, OCORRÊNCIA *IN CASU* - SÚMULA 291/STJ - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pela FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELOS, com fulcro no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que, nos autos da ação de cobrança de correção monetária incidente sobre a devolução de contribuições pessoais pagas a plano de previdência privada, decidiu que a obrigação é de natureza pessoal, sujeita, portanto, ao prazo prescricional de vinte anos, previsto no artigo 177 do Código Civil de 1916.

Sustenta a recorrente, em síntese, que a prescrição, *in casu*, não é vintenária, mas qüinqüenal.
A recorrida apresentou contra-razões às fls. 295/300.
É o relatório.
A irresignação merece prosperar.
Com efeito.
Ao confirmar a sentença, mantendo a aplicação da prescrição vintenária ao caso, o v. acórdão recorrido contrariou a jurisprudência desta Corte sobre a matéria, que entende ser qüinqüenal o referido lapso prescricional.
Nesse sentido, assim já restou decidido:

"PREVIDÊNCIA PRIVADA. DESLIGAMENTO. DEVOLUÇÃO. DIFERENÇAS. PRESCRIÇÃO. PRAZO. CINCO ANOS. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. 1. É de cinco anos o prazo de prescrição para cobrar eventuais diferenças no montante devolvido ao beneficiário de previdência privada, em virtude de seu desligamento do plano. 2. O termo inicial para a contagem do prazo prescricional é aquele em que devolvidos os montantes aos autores, pois dali surgiu o direito de acionar a ré por alguma diferença havida ('actio nata'). 3. Prescrição reconhecida relativamente a um dos autores. 4. 'A restituição das parcelas pagas a plano de previdência privada deve ser objeto de correção plena, por índice que recomponha a efetiva desvalorização da moeda.' (súmula 289/STJ). 5. A Segunda Seção tem entendimento assente no sentido de que, no cálculo da correção monetária dos valores resgatados pelos associados a plano de previdência privada, quando do seu desligamento, incluem-se os denominados 'expurgos inflacionários', ainda que o estatuto da entidade disponha de forma diversa. 6. Recurso conhecido em parte e, nessa extensão, provido" (REsp. n. 750.039/MG, relator Ministro Fernando Gonçalves, DJ de 26.9.2005).

Esse entendimento restou cristalizado na Súmula n. 291 do STJ, *in verbis*: *"A ação de cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria pela previdência privada prescreve em cinco anos."*
Note-se, todavia, que o início da contagem do prazo deve levar em consideração a data da restituição das contribuições feitas ao ex-empregado, pois é a partir desse marco que surge o direito de postular eventuais diferenças, em face do recebimento a menor do que o efetivamente devido.
In casu, os elementos existentes nos autos demonstram que a recorrida recebeu as reservas de poupança em 11.9.1995 (fls. 31/33), razão pela qual, na data da propositura da demanda, qual seja, 22.3.2001, encontrava-se prescrito o direito de reclamar eventuais diferenças de correção monetária.
Assim sendo, autorizado pelo art. 557, § 1º-A, do CPC, dá-se parcial provimento ao recurso especial, para reconhecer a ocorrência da prescrição qüinqüenal, julgando-se improcedente o pedido, nos termos do art. 269, IV, do CPC. A recorrida arcará com 1/3 (um terço) das custas e honorários advocatícios, estes últimos fixados em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se, todavia, se for o caso, o disposto no art. 12 da Lei n. 1.060/50.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3522)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 940.043 - RJ (2007/0209379-1)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: DILMAR ZIMMERMANN PINTA
ADVOGADO	: MÁRCIA DE OLIVEIRA MEIRA
AGRAVADO	: CREMILDA CHRIST CARDOZO
ADVOGADO	: EDIMAR BIZERRA DA CRUZ
AGRAVADO	: CLAUDIA SIHMAN
ADVOGADO	: SÉRGIO SENDER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MARINGA
ADVOGADO	: MARIA DA GRAÇA GONÇALVES HENRIQUES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Dilmar Zimmermann Pinta contra decisão que inadmitiu recurso especial.
Não consta dos autos a cópia da procuração outorgada por um dos agravados, Condomínio do Edifício Maringá, peça obrigatória para a formação do instrumento, nos termos do artigo 544, § 1º do CPC.
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 06 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3523)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 940.155 - RS (2007/0215342-3)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ITACIRO PANIZ
ADVOGADO	: PEDRO SERAFIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 165, 269, IV e 458, II, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 168, 170, § 1º, 201, 202, § 1º, 229, § 5º, 286 e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117 do Código Civil de 1916 e 131, I, do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Não procede também a alegação de prescrição prevista no art. 286 da Lei n. 6.404/1976, pois a presente ação não objetiva a anulação de deliberação da assembléia e sim a diferença de subscrição de ações. Da mesma forma, infrutífera a argüição da prescrição inserta no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa da parte agravada, uma vez que legítima para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.

- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

No que tange ao pagamento de dividendos, ou à indenização pelo seu valor, a Quarta Turma, quando do julgamento do REsp n. 500.236 (Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, por maioria, DJU de 01.12.03), chegou ao entendimento de que "...não cabe a esta Corte analisar o impacto a ser causado pelo cumprimento da obrigação, mas tão-somente determiná-lo, conforme ressaltado pelo Ministro Carlos Alberto Menezes Direito".
Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3524)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 941.354 - RS (2007/0198183-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IVONE RODRIGUES LOSS E OUTROS
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por contra decisão que inadmitiu recurso especial.
Está incompleto o traslado do acórdão recorrido juntado aos autos. A cópia mencionada no art. 544, § 1º , do Código de Processo Civil, deve corresponder ao inteiro teor do original. A falta de páginas impossibilita a exata compreensão da controvérsia, tornando deficiente a instrução processual.
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3525)

RECURSO ESPECIAL Nº 941.365 - PR (2007/0080378-4)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: FERNANDA FORTUNATO MAFRA PARUCKER E SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: VALDIXON DA SILVA XAVIER E OUTRO
ADVOGADO	: ARTUR HERACLIO GOMES NETO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial manifestado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
Preliminarmente, o recurso é inadmissível. A petição recursal foi subscrita por advogadas sem procuração nos autos. Dessa forma, incidente o óbice do verbete n. 115 da Súmula do STJ.
Pelo exposto, nego seguimento ao recurso (art. 557, **caput**, do CPC).
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3526)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 941.395 - RS (2007/0201917-3)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOVINO BIN E OUTROS
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por BRASIL TELECOM S/A contra decisão do 3º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a" da Constituição Federal, manejado frente a acórdão daquele Pretório.
O agravo não merece conhecimento.
Com efeito, falta-lhe o requisito da regularidade formal, porquanto não foram impugnadas, de forma específica, as bases da decisão agravada.
O recurso foi inadmitido por consonância do acórdão recorrido com o entendimento preconizado por esta Corte, ausência de violação aos arts. 165, 458 e 535 do CPC, inviabilidade de interpretação de cláusulas contratuais (súmula nº 05/STJ), bem como por impossibilidade de reexame de matéria probatória (súmula nº 07/STJ).
A agravante, por sua vez, deixa de refutar o primeiro fundamento, o que atrai a incidência, na espécie, da súmula nº 182 desta Corte:

"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Não conheço do agravo.
Publicar.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3527)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 941.986 - RS (2007/0195877-1)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ERICO JUNG
ADVOGADO	: ELOI BÉTIO DA VEIGA MARON

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 3º, 47, 267, VI, e 269, IV, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 170, § 1º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117 do Código Civil e 131, I, do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Infrutífera a alegação de prescrição inserta no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976 (redação dada pela Lei n. 10.303/2001), pois não se trata de direito societário, mas pessoal, porquanto não está o postulante na condição de acionista. Nesse sentido: (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa da parte agravada, uma vez que legítima para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:
"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3528)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 941.999 - RS (2007/0189795-4)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LEOCIR ANTÔNIO CARNIEL
ADVOGADO	: MAURICIO DAL AGNOL E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega violação aos arts. 3º, 47, 267, VI, 467, 468 e 535 do CPC; 1º, 12, 170, § 1º, 229, § 5º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404/1976 e 186 do Código Civil, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Não procede a afirmação de coisa julgada feita pela agravante, pois não há identidade entre as ações por ela mencionadas, já que seus pedidos são distintos. A certeza sobre essa questão somente é possível com o cotejo entre as ações que os julgaram, mas a agravante não trouxe aos autos a cópia do julgado que induziria a coisa julgada. Incide, na hipótese, o enunciado da súmula 288/STF.
Nem há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Não procede a alegação de prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, julgado em 17.10.2006).
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa da parte agravada, uma vez que legítima para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3529)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942.000 - RS (2007/0189801-7)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SALEZIO PACHECO - ESPÓLIO
ADVOGADO	: MAURICIO DAL AGNOL E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. PRELIMINAR DE COISA JULGADA REJEITADA. PRESCRIÇÃO TRIENAL. INOCORRÊNCIA. EMISSÃO DE AÇÕES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, cuja ementa ora se transcreve:

"APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES.
LEGITIMIDADE PASSIVA À CAUSA DA BRASIL TELECOM. Se o contrato de participação financeira foi celebrado entre o promitente-assinante e a CRT, sucedida pela Brasil Telecom, é incontestável ser a empresa ré a titular do interesse que se opõe ao afirmado na pretensão da parte autora, razão por que possui legitimidade para figurar no pólo passivo da relação processual.
LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA BRASIL TELECOM EM FACE DAS AÇÕES DA CELULAR CRT PARTICIPAÇÕES. Incumbe à Brasil Telecom arcar com eventual indenização decorrente de ações da Celular CRT Participações S.A., em face da empresa demandada ter deixado de subscrevê-las, já que inexistente ressalva em contrário no negócio jurídico de cisão.
OFENSA à COISA JULGADA. INOCORRÊNCIA. Não tendo havido qualquer pedido relativo às ações da empresa Celular CRT Participações S.A. na ação transitada em julgado, não há falar em ofensa à coisa julgada na presente demanda. Pedidos distintos.
PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. No caso concreto, tratando-se de ação pessoal, inaplicável o disposto nos artigos 286 e 287, inciso II, letra "g", da Lei nº 6.404/76. Afastamento da prescrição trienal nas ações contra a Brasil Telecom em recente julgamento de incidente de uniformização da jurisprudência, realizado perante a Quinta Turma desta Corte, tendo sido adotada a prescrição ordinária.
MÉRITO. DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. VIABILIDADE. PRECEDENTES DESTA CÂMARA. REITERADA JURISPRUDÊNCIA DO E. STJ.
O entendimento firmado na Segunda Seção do C. STJ é o de que o adquirente de linha telefônica, em razão de contrato de participação financeira celebrado com a Brasil Telecom S.A., sucessora da CRT, tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial da ação na data da integralização do capital. Da mesma forma, são devidos os dividendos que deixaram de ser pagos à parte autora. Precedentes desta Câmara.
A utilização da maior cotação já obtida pelas ações da Celular CRT Celular no mercado mobiliário vai afastada.
APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. " (fls.42)

Seguiu-se a interposição do recurso especial, no qual o ora agravante sustentou que o acórdão a quo infringiu os artigos 267, V, 467, 468 e 474, todos do CPC; os artigos 229, § 5º e 287, II, "g", da Lei nº 6.404/76; e o artigo 159 do Código Civil.
É o sucinto relatório.
Decido.
2. Primeiramente, não há que se falar em ofensa aos artigos 267, V, 467, 468, 471 e 474 da Lei de Ritos. É cediço que a identidade de três elementos: partes, pedido e causa de pedir dá ensejo a coisa julgada.
No entanto, *in casu*, conquanto coincidentes as partes e a causa de pedir, constata-se que não restou demonstrada a igualdade de pedidos. Ocorre que, na primeira demanda, visava a autora à complementação da subscrição de ações que não haviam sido emitidas pela CRT, enquanto, no presente caso, pretende a percepção dos dividendos relativos às ações que lhe foram subscritas quando do julgamento da demanda anterior.
Dessa forma, diante da inexistência de identidade entre as ações, não há como se acolher a preliminar de coisa julgada.
3. Em relação à ocorrência da prescrição trienal, o cerne da controvérsia instaurada se situa na natureza da relação litigiosa, sendo esta eminentemente obrigacional, uma vez que a presente ação se funda no inadimplemento contratual, consubstanciado no não recebimento das ações pela parte autora. Ora, em demandas como a dos autos, a relação apresenta cunho de direito obrigacional, ainda não societário, pois, na medida em que a recorrida ainda não goza do status de acionista, visto não ter havido a subscrição das ações da empresa em seu nome.
Dessa forma, mostra-se impróprio adotar o prazo prescricional do art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, porquanto sua aplicação deve ser reservada a quando o já acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído naquela qualidade, situação não identificável na espécie em exame.
4. E, por fim, não há que se falar em vulneração do artigo 229, § 5º da Lei nº 6.404/76 e do artigo 159 do Código Civil, tendo em vista que o Tribunal de origem decidiu a *quaestio* acerca da emissão de ações baseado na análise de cláusulas contratuais, isto é, através do exame de material probatório.
Desse modo, a pretendida revisão do *decisum* encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça.
5. Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo de instrumento para conhecer, em parte, do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3530)

RECURSO ESPECIAL Nº 942.017 - DF (2007/0059216-3)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: POSTALIS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS
ADVOGADO	: MARCIO OLIVEIRA BRANDAO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARCOS LOPES VIANA E OUTROS
ADVOGADO	: CAMILO SPINDOLA SILVA E OUTRO

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - PREVIDÊNCIA PRIVADA - RESTITUIÇÃO DE VALORES REFERENTES A CONTRIBUIÇÕES PAGAS À ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - SÚMULA 291/STJ- JUROS DE MORA - FUNDAMENTO NÃO ATACADO - APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA 283/STF - NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo POSTALIS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, com fulcro no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que, nos autos da ação de cobrança de correção monetária incidente sobre a devolução de contribuições pessoais pagas a plano de previdência privada, decidiu que a atualização das parcelas a serem restituídas deve ser plena, sob pena de proporcionar enriquecimento ilícito, incidindo sobre o *quantum* devido juros de mora a partir da citação.

Alega a recorrente, em síntese, violação dos artigos 31, 35, 40, § 1º, 42, IV e V, § 1º, e 43 da Lei nº 6.435/77; 12, 28, 34, alíneas "a" e "b", parágrafo único, do Decreto nº 81.240/78, à consideração de que a atualização monetária das parcelas a serem restituídas deve ser realizada com base nas regras do Estatuto, afastando-se a incidência dos expurgos inflacionários. Requer, ainda, a exclusão da condenação aos juros de mora.
.
Os recorridos apresentaram contra-razões às fls. 805/818.
É o relatório.
A irresignação não merece prosperar.
Verifica-se que o colegiado *a quo*, ao determinar a correção dos valores a serem restituídos por índice que reflita a real desvalorização da moeda no período, não dissentiu da orientação desta Corte sobre a matéria, conforme se colhe do seguinte julgado:

"CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL - REJEIÇÃO - AGRAVO REGIMENTAL - PREVIDÊNCIA PRIVADA - RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES - CORREÇÃO MONETÁRIA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - CORRETA APURAÇÃO - DESPROVIMENTO. 1 - Os expurgos inflacionários nada mais são que decorrência da correção monetária, pois compõem este instituto, configurando-se como valores extirpados do cálculo da inflação, quando da apuração do índice real que corrigiria preços, títulos públicos, tributos e salários, entre outros. É remansoso nesta Corte Superior que a correção monetária nada acrescenta e tão-somente preserva o valor da moeda aviltada pelo processo inflacionário, não constituindo um plus, mas sim um minus, tendo-se por legítima e necessária a sua correta apuração. 2 - É pacífico o entendimento, na Augusta Segunda Seção, no sentido de que, no cálculo da correção monetária dos valores resgatados pelos associados a plano de previdência privada, quando do seu desligamento, incluem-se os denominados 'expurgos inflacionários', ainda que o estatuto da entidade disponha de forma diversa (cf. EREsp 297.194/DF). 3 - Precedentes da Terceira e Quarta Turmas (REsp nºs 537.115/BA e 403.732/DF). 4 - Agravo regimental conhecido, porém, desprovido.' (AgRg nos EDcl no REsp n. 340962/DF, 4ª Turma, Min. Rel. Jorge Scartezzini, DJ 27/9/2004).*"*
A propósito, foi editada a Súmula n. 289/STJ, que assim dispõe: *"A restituição das parcelas pagas a plano de previdência privada deve ser objeto de correção plena, por índice que recomponha a efetiva desvalorização da moeda."*
Quanto aos juros moratórios, consignou o colegiado *a quo* que, "*uma vez necessário o ajuizamento de ação judicial para ver satisfeito algum direito, os juros de mora, fixados à taxa legal, são inafastáveis, consoante dispõe o art. 407 do Código Civil. E o seu termo inicial é a citação justamente porque a mora se constituiu com a interpelação judicial*."
Constata-se que esse fundamento, suficiente, por si só, para manter a conclusão do julgado, não foi impugnado, de forma específica, nas razões do especial, atraindo a aplicação, por analogia, do óbice da Súmula 283/STF, assim redigida: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles*".
Assim sendo, nega-se seguimento ao recurso.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3531)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942.026 - RS (2007/0203730-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TANIA REGINA GOMES MARQUES
ADVOGADO	: TÂNIA RAQUEL PEDRAZZI VALENTINI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega violação aos arts. 3º, 47, 267, VI, e 269, IV, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 170, § 1º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117, do Código Civil e 131, I, do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Infrutífera a alegação de prescrição inserta no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976 (redação dada pela Lei n. 10.303/2001), pois não se trata de direito societário, mas pessoal, porquanto não está o postulante na condição de acionista. Nesse sentido: (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa do agravado, uma vez que legítimo para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:
"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 14 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3532)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942.081 - RS (2007/0189547-7)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JANAINA VIDOR CAMARA
ADVOGADO	: MANFREDO ERWINO MENSCH

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega violação aos artigos 3º, 47, 267, VI, 269, IV, 467 e 468 do CPC; 1º, 12, 201, 202, § 1º, 229, § 5º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 159 e 1056 do Código Civil de 1916 e 121 do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.

Não procede a afirmação de coisa julgada feita pela agravante, pois não há identidade entre as ações por ela mencionadas, já que seus pedidos são distintos. A certeza sobre essa questão somente é possível com o cotejo entre as ações que os julgaram, mas a agravante não trouxe aos autos a cópia do julgado que induziria a coisa julgada. Incide, na hipótese, o enunciado da Súmula 288/STF.
Nem há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Infrutífera a alegação de prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, julgado em 17.10.2006).
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:
"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

No que tange ao pagamento de dividendos, ou à indenização pelo seu valor, a Quarta Turma, quando do julgamento do REsp n. 500.236 (Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, por maioria, DJU de 01.12.2003), chegou ao entendimento de que "...não cabe a esta Corte analisar o impacto a ser causado pelo cumprimento da obrigação, mas tão-somente determiná-lo, conforme ressaltado pelo Ministro Carlos Alberto Menezes Direito".
Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 14 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3533)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942.086 - RS (2007/0198030-1)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RUTH GEREMIA
ADVOGADO	: MATEUS PEREIRA SOARES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega violação aos artigos 3º, 47, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II, e 535 do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, 201, 202, § 1º, 229, § 5º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115, e 117 do Código Civil de 1916 e 131, I, do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que, mesmo não examinando os dispositivos legais levantados nos embargos de declaração, dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Infrutífera a argüição da prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa da parte agravada, uma vez que legítima para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

No que tange ao pagamento de dividendos, ou à indenização pelo seu valor, a Quarta Turma, quando do julgamento do REsp n. 500.236 (Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, por maioria, DJU de 01.12.03), chegou ao entendimento de que "...não cabe a esta Corte analisar o impacto a ser causado pelo cumprimento da obrigação, mas tão-somente determiná-lo, conforme ressaltado pelo Ministro Carlos Alberto Menezes Direito".
Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 14 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3534)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942.088 - RS (2007/0199610-6)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: WAGNER BOTELHO NEMITZ
ADVOGADO	: MARIA CRISTINA BEUX

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por BRASIL TELECOM S/A contra decisão do 3º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a" da Constituição Federal, manejado frente a acórdão daquele Pretório.
O agravo não merece conhecimento.
Com efeito, falta-lhe o requisito da regularidade formal, porquanto não foram impugnadas, de forma específica, as bases da decisão agravada.
O recurso foi inadmitido por consonância do acórdão recorrido com o entendimento preconizado por esta Corte, ausência de violação ao art. 461 do CPC, inviabilidade de interpretação de cláusulas contratuais (súmula nº 05/STJ), bem como por impossibilidade de reexame de matéria probatória (súmula nº 07/STJ).
A agravante, por sua vez, deixa de refutar o primeiro fundamento, o que atrai a incidência, na espécie, da súmula nº 182 desta Corte:

"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Não conheço do agravo.
Publicar.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3535)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942.092 - RS (2007/0202239-9)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: MÔNICA GOES DE ANDRADE MENDES DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VERA MACHADO PEREIRA
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Brasil Telecom S/A contra decisão que inadmitiu recurso especial.
Está incompleto o traslado do recurso especial juntado aos autos. A cópia mencionada no art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil, deve corresponder ao inteiro teor do original. A falta de páginas torna deficiente a instrução processual.
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3536)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942.093 - RS (2007/0194046-4)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IARA TERESINHA CANDIA CANUTO
ADVOGADO	: JOÃO DARZONE DE MELO RODRIGUES JUNIOR E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Brasil Telecom S/A contra decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 165, 458, II e 535 do CPC; 170, § 1º da Lei n. 6.404/76 e 3° e 4° da Lei 7.799/89, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira.
O recurso não merece prosperar.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que, mesmo não examinando os dispositivos legais levantados nos embargos de declaração, dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante. Ademais, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte.
Em relação à obrigação de complementação de ações, no julgamento do Resp n. 453.805/RS, feito pela Egrégia 2ª Seção deste Tribunal, foi decidido que em contrato de participação financeira firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
No que diz respeito ao valor patrimonial da ação tomado como divisor para estimar a quantidade de ações a complementar à agravada, a orientação jurisprudencial é no sentido de que tal matéria pressupõe o reexame do contrato firmado entre as partes, vedado a esta Corte Superior, a teor da Súmula n° 5/STJ. Precedentes: AgRg EDcl AG 489.216/RS, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJU de 18.10.2004 e AgRg no Ag 603.118/RS, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ 06.12.2004.
Quanto à aplicabilidade da Lei 7.799/89 ao caso, discussão pertinente na hipótese de ser lacunoso o contrato, há que se dizer que ela se limita a fins tributários. Com efeito, essa lei cria ficção legal que dificilmente seria capaz de identificar o real valor do patrimônio da empresa. Se for omisso o contrato quanto ao critério para identificar o valor patrimonial da ação, cabe ao Tribunal local adotar aquele que entender mais consentâneo com o caso concreto, seja por balanço anual, por balancete mensal, ou por eventual balanço de determinação. Invadir essa seara implicaria revolver matéria fática, o que esbarra no enunciado sumular n° 7/STJ.
Ademais, para que não paire dúvida sobre a questão, não há que se falar de correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(AgRg no AG n. 585.704-RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3537)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942.116 - RS (2007/0199704-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LALU'S CALÇADOS LTDA
ADVOGADO	: BERNARDO RÜCKER E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 165, 269, IV, 458, II, e 535 do CPC e 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, 233, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Da mesma forma, infrutífera a argüição da prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa da parte agravada, uma vez que legítima para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3538)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942.136 - RS (2007/0190696-9)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CLÓVIS SCHFFEL
ADVOGADO	: WOLNEI SANTOS MARCHIORO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Brasil Telecom S/A contra decisão que inadmitiu recurso especial.
Está incompleto o traslado do recurso especial juntado aos autos, faltando a folha nº 8, considerada a numeração da peça. A cópia mencionada no art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil, deve corresponder ao inteiro teor do original. A falta de páginas impossibilita a exata compreensão da controvérsia, tornando deficiente a instrução processual.
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3539)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942.213 - RS (2007/0198055-2)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GENEIDE MARIA FANTI
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por BRASIL TELECOM S/A contra decisão do Terceiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a" da Constituição Federal, manejado frente a acórdão assim ementado:

"OBRIGAÇÕES - DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO ORDINÁRIA - BRASIL TELECOM/CRT - CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA - DEMANDA VISANDO À COMPLENTAÇÃO DE TÍTULOS SUBSCRITOS. - EXTINÇÃO DO FEITO SUPERADA, FULCRO NO ARTIGO 515, § 3º, DO CPC. - Prefaciais rejeitas - Exceção de prescrição rejeitada - Inocorrência de coisa julgada - Exegese de cláusula contratual - Interpretação em favor do aderente do contrato de adesão, na forma do CDC - Cláusula mandato - Alcance do ato administrativo - Incidência do princípio da boa-fé objetiva - Adimplemento incompleto - Repelidas as preliminares - Deram provimento ao recurso da parte demandante." (fls. 31)

Aduz a recorrente violação aos arts. 1º, 12, 170, § 1º, II, 229, § 5º, e 287, II, "g", da Lei 6.404/76; aos arts. 159 e 1056 do Código Civil; ao art. 121 do Código Comercial; aos arts. 2º, 3º e 84, do Código de Defesa do Consumidor; bem como aos arts. 3º, 17, VII, 18, *caput*, § 2º, 47, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II, 461, 467, 468, 535 e 538 do Código de Processo Civil.
A irresignação não merece acolhida.
De início, não se vislumbra violação aos arts. 165, 458, II, e 535 do Estatuto Processual, porquanto as questões submetidas ao Tribunal de origem foram suficiente e adequadamente delineadas, com abordagem integral do tema e fundamentação compatível.
Nesse contexto, impende ressaltar, em companhia da tradicional doutrina e do maciço entendimento pretoriano, que o julgado apenas se apresenta como omisso quando, sem analisar as questões colocadas sob apreciação judicial, ou mesmo promovendo o necessário debate, deixa, entretanto, num caso ou no outro, de ministrar a solução reclamada, o que não ocorre na espécie.
Diz, a propósito, o insigne BARBOSA MOREIRA:
"Há omissão quando o tribunal deixa de apreciar questões relevantes para o julgamento, suscitadas pelas partes ou examináveis de ofício ..., ou quando deixa de pronunciar-se acerca de algum tópico de matéria submetida à sua deliberação ...".

Em conseqüência, não há razão para afastar a multa protelatória do parágrafo único do art. 538 do Código de Processo Civil.
No tocante à eventual infringência aos artigos 17 e 18 do Código de Processo Civil, também não merece acolhida a irresignação da agravante, porquanto, para análise da violação relativa à condenação por litigância de má-fé, seria necessário o reexame de aspectos fáticos, soberanamente decididos pelas instâncias ordinárias, vedado em sede de recurso especial, ***ut*** súmula 7/STJ.
Nesse sentido:
"PROCESSUAL CIVIL. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INTENÇÃO DE ATRAVANCAR O ANDAMENTO DO PROCESSO. DOLO. AFERIÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7-STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.
*1 - Dizer da existência ou não do elemento subjetivo, apto a caracterizar atitude prejudicial à parte **ex adversa** (litigância de má-fé), demanda inegável valoração de aspectos fático-probatórios, não condizentes com a via eleita, conforme preceitua o verbete sumular nº 7-STJ.*
2 - Malgrado a tese de dissídio jurisprudencial, há necessidade, diante das normas legais regentes da matéria (art. 541, parágrafo único do CPC c/c o art. 255 do RISTJ), de confronto, que não se satisfaz com a simples transcrição de ementas, entre trechos do acórdão recorrido e das decisões apontadas como divergentes, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. Ausente a demonstração analítica do dissenso, incide o óbice da súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.
3 - Recurso especial não conhecido." (REsp n.º 325.999/RS, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, DJ de 22.04.2002)

De outro lado, esta Corte firmou entendimento no sentido da não aplicação da prescrição prevista no art. 287, II, "g" da Lei 6.404/76, introduzida pela Lei 10.303/2001, porquanto trata-se de direito obrigacional decorrente de contrato de participação financeira e não societário. Desta forma, incide, na espécie, a prescrição prevista no art. 177 do Código Civil/1916 e nos arts. 205 e 2.028 do Código Civil/2002.
Confira-se:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. SOCIEDADE ANÔNIMA AÇÃO DE SUBSCRITOR DE AÇÕES NÃO ENTREGUES. DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES SUBSCRITAS. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 287, II, "G", DA LEI 6.404/76. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PRETENSÃO DE ACIONISTA. NATUREZA PESSOAL DA PRETENSÃO. PRESCRIÇÃO DE ACORDO COM O CÓDIGO CIVIL.
- Como a prescrição é a perda da pretensão por ausência de seu exercício pelo titular, em determinado lapso de tempo; para se verificar se houve ou não prescrição é necessário constatar se nasceu ou não a pretensão respectiva, porquanto o prazo prescricional só começa a fluir no momento em que nasce a pretensão.
- Nos termos do art. 287, II, "g", da Lei n.º 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), com a redação dada pela Lei n.º 10.303/2001, a prescrição para o acionista mover ação contra a companhia ocorre em 3 (três) anos.
- A pessoa que subscreveu ações de uma sociedade anônima, mas não recebeu a quantidade devida de ações, não é acionista da companhia em relação às ações não recebidas e, por isso mesmo, ainda não tem qualquer direito de acionista em relação à companhia por conta das referidas ações.
- O direito à complementação de ações subscritas decorrentes de instrumento contratual firmado com sociedade anônima é de natureza pessoal e, conseqüentemente, a respectiva pretensão prescreve nos prazos previstos nos arts. 177 do Código Civil/1916 (20 anos) e 205 do atual Código Civil (10 anos). Recurso especial conhecido e provido." (REsp 829835/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJ de 21.08.2006)

No tocante à multa diária (astreintes), verifica-se que o provimento intitulado de indenizatório de ações é, na verdade, uma obrigação de fazer, no sentido de subscrever um determinado número daqueles valores mobiliários, não havendo, portanto, qualquer irregularidade na imposição da multa ainda no processo de conhecimento.
A propósito:

"Contrato de participação financeira. CRT. Brasil Telecom. Precedentes da Corte.
1. A Segunda Seção já assentou que em casos como o presente, o "contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de atividade normativa de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado" (REsp n° 470.443/RS, de minha relatoria. DJ de 22/9/03; REsp n° 489.916/RS, de minha relatoria, DJ de 20/10/03; REsp n° 469.410/RS, de minha relatoria, DJ de 6/10/03; REsp n° 460.278/RS, de minha relatoria, DJ de 6/10/03).
2. Não existe qualquer violação de dispositivo de lei federal com a imposição da multa cominatória para o cumprimento da obrigação no processo de conhecimento, sendo impertinente a alegação de que somente poderia ser imposta quando da execução.
3. Não existe a prescrição da Lei das Sociedades por Ações quando não se trata de anulação de ato de assembléia geral.
4. Recurso especial não conhecido." (REsp 615.181/RS, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ de 11.10.2004)

Por fim, no tocante aos demais dispositivos apontados como afrontados, verifica-se que a análise da irresignação esbarra no óbice das súmulas 5 e 7 desta Corte, porquanto a controvérsia foi decidida com expressa interpretação do ato de cisão parcial da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT - bem como do contrato de participação financeira firmado entre as partes.
Ademais, especificamente quanto ao tema da coisa julgada, incidente também o veto da súmula 288/STF.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publicar.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3540)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942.319 - RS (2007/0203913-0)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: MÔNICA GOES DE ANDRADE MENDES DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IVANI MERLO E OUTRO
ADVOGADO	: CLAITON ROLL

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. PRELIMINARES DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA RECORRENTE REJEITADAS. PRESCRIÇÃO BIENAL E TRIENAL. INOCORRÊNCIA. EMISSÃO DE AÇÕES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.
Nas razões do especial, sustenta a agravante, preliminarmente, que o acórdão recorrido infringiu os arts. 3º, 165, 267, VI, 269, IV e 458, II, todos do CPC. No mérito, a ora agravante alegou a violação dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, 229, § 5º, 286, 201 e 202, § 1º e 287, II, "g", todos da Lei nº 6.404/76, dos artigos 85, 115 e 117 do Código Civil e do artigo 131, I, do Código Comercial.
É o sucinto relatório.

Decido.
2. Primeiramente, não vislumbro ofensa aos arts. 165 e 458, II, ambos do CPC, pois fundamentar a sentença significa indicar de forma lógica as razões pelas quais se deve à lide determinada solução. Além do que, prescindível que o magistrado responda a todos os argumentos apresentados pelas partes, bem como seja adotado a tese da recorrente.
3. Da mesma forma, quanto a suposta infringência aos artigos 3º e 267, VI, ambos do CPC, não há como acolher a preliminar de ilegitimidade passiva da recorrente, uma vez que, ao suceder a Companhia Riograndense de Telecomunicações, a Brasil Telecom se tornou parte legítima para atuar no pólo passivo da lide devendo responder pelas obrigações assumidas no contrato de participação financeira firmado entre a CRT e a autora. A propósito, outro não é o entendimento deste Tribunal, *in verbis*:
"No que pertine à ilegitimidade passiva da ora recorrente, resta assente a absoluta insubsistência da alegação, porquanto a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT, criada pela Lei Estadual nº 4.073/60 sob a forma de sociedade anônima de economia mista, foi sucedida em todas as suas obrigações pela ora recorrente, que adquiriu, em conjunto com a Brasil Telecom Participações S/A, lote de ações que lhe conferiu o controle da antiga companhia telefônica." (REsp nº 537146/RS, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ de 14.08.2006)

4. No tocante à alegada infringência aos arts. 168 e 286, da Lei n° 6.404/76, no que diz respeito à prescrição bienal, não é possível constatar qualquer anulação de deliberação tomada em assembléia geral. Ao contrário do alegado, a presente ação visa apenas o cumprimento de uma obrigação contratual, cujo prazo prescricional é de vinte anos.
5. Também não há que se falar em vulneração da alínea "g" do inciso II do artigo 287 da Lei nº 6.404/76.
O cerne da controvérsia instaurada se situa na natureza da relação litigiosa, sendo esta eminentemente obrigacional, uma vez que a presente ação se funda no inadimplemento contratual, consubstanciado no não recebimento das ações pela parte autora. Ora, em demandas como a dos autos, a relação apresenta cunho de direito obrigacional, ainda não societário, pois, na medida em que a recorrida ainda não goza do status de acionista, visto não ter havido a subscrição das ações da empresa em seu nome.
Dessa forma, mostra-se impróprio adotar o prazo prescricional do art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, porquanto sua aplicação deve ser reservada a quando o já acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído naquela qualidade, situação não identificável com a espécie em exame.
6. No que tange à quantidade de ações recebidas pela acionista, o *decisum* vergastado acha-se em perfeita consonância com a jurisprudência desta Casa, no sentido de que o promitente-assinante tem direito a receber a quantidade de ações com base no valor patrimonial verificado na data da integralização.
Nesse sentido, colacionam-se os seguintes precedentes:
"RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO. QUANTIDADE MENOR. AÇÕES. DIREITO. RECEBIMENTO. DIFERENÇA. 1. Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado. 2. Recurso especial conhecido em parte e, nesta extensão, provido para determinar a complementação da quantidade de ações a que os recorrentes não excluídos da lide teriam direito." (REsp 500236/RS, Rel. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Rel. p/ Acórdão Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, julgado em 07.10.2003, DJ 01.12.2003 p. 361)

"PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO DECIDIDO EM CONFORMIDADE COM A REITERADA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. BRASIL TELECOM. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÕES DE AÇÕES. CORREÇÃO MONETÁRIA. VALOR PATRIMONIAL. DATA DA INTEGRALIZAÇÃO. - O entendimento firmado na Segunda Seção é de que o recebimento da quantidade de ações deve ocorrer com base no valor patrimonial na data da integralização do capital. - Para a determinação do critério de avaliação patrimonial dessas ações importaria o exame do contrato, cuja correção não cabe ser examinada em sede de recurso especial. Incidência da Súmula 5. - Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 559.186/RS, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, DJ 20.09.2004).

7. Ademais, não merece prosperar a insurgência especial no que tange à alegada ofensa aos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 229, § 5º, 201 e 202, § 1º, todos da Lei nº 6.404/76, aos artigos 85, 115 e 117 do CC e ao artigo 131, I, do Código Comercial, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a *quaestio* acerca da emissão de ações baseado nos elementos fático-probatórios dos autos.
Desse modo, a pretendida revisão do *decisum* encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça.
8. Ante o exposto, com base no artigo 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo de instrumento para conhecer, em parte, do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3541)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942.638 - RS (2007/0193740-3)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: OSCAR JOSE GIARETTA E OUTROS
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. PRELIMINARES DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA RECORRENTE REJEITADAS. PRESCRIÇÃO TRIENAL. INOCORRÊNCIA. EMISSÃO DE AÇÕES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.
Desse desate, a Brasil Telecom opôs embargos de declaração, que restaram desacolhidos. Seguiu-se a interposição do recurso especial, no qual a agravante alega violação dos artigos 3º, 47, 267, VI, 165, 269, IV, 458, II e 535, todos do CPC; dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, 229, § 5º e 287, II, "g", da Lei nº 6.404/76; dos artigos 85, 115 e 117 do Código Civil e do artigo 131, I, do Código Comercial.
É o sucinto relatório.
Decido.
2. Primeiramente, quanto à violação do art. 535 do CPC, quadra assinalar que o acórdão recorrido não possui nenhum vício a ser sanado por meio de embargos de declaração. Em verdade, o aresto não padece de nenhuma omissão, contradição ou obscuridade, tendo em vista que o Tribunal *a quo* se manifestou acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia.
3. Da mesma forma, quanto a suposta ofensa aos artigos 3º, 47 e 267, VI, todos do CPC, não há como acolher a preliminar de ilegitimidade passiva da recorrente, uma vez que, ao suceder a Companhia Riograndense de Telecomunicações, a Brasil Telecom se tornou parte legítima para atuar no pólo passivo da lide, devendo responder pelas obrigações assumidas no contrato de participação financeira firmado entre a CRT e a autora. A propósito, outro não é o entendimento deste Tribunal, *in verbis*:
"No que pertine à ilegitimidade passiva da ora recorrente, resta assente a absoluta insubsistência da alegação, porquanto a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT, criada pela Lei Estadual nº 4.073/60 sob a forma de sociedade anônima de economia mista, foi sucedida em todas as suas obrigações pela ora recorrente, que adquiriu, em conjunto com a Brasil Telecom Participações S/A, lote de ações que lhe conferiu o controle da antiga companhia telefônica." (REsp nº 537146/RS, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ de 14.08.2006)
4. Noutro giro, não vislumbro contrariedade aos arts. 165 e 458, II, ambos do CPC, pois fundamentar a sentença significa indicar de forma lógica as razões pelas quais se deve à lide determinada solução. Além do que, prescindível que o magistrado responda a todos os argumentos apresentados pelas partes, bem como seja adotado a tese da recorrente.
5. Com relação à ocorrência da prescrição trienal, o cerne da controvérsia instaurada se situa na natureza da relação litigiosa, sendo esta eminentemente obrigacional, uma vez que a presente ação se funda no inadimplemento contratual, consubstanciado no não recebimento das ações pela parte autora. Ora, em demandas como a dos autos, a relação apresenta cunho de direito obrigacional, ainda não societário, pois, na medida em que a recorrida ainda não goza do status de acionista, visto não ter havido a subscrição das ações da empresa em seu nome.
Dessa forma, mostra-se impróprio adotar o prazo prescricional do art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, porquanto sua aplicação deve ser reservada a quando o já acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído naquela qualidade, situação não identificável com a espécie em exame.
6. Por fim, não se entende por vulnerados os artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º e 229, § 5º, da Lei nº 6.404/76, dos artigos 85, 115 e 117 do CC e do artigo 131, I, do Código Comercial, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a *quaestio* acerca da emissão de ações baseado na análise de cláusulas contratuais, isto é, por meio de exame de elementos probatórios dos autos.
Desse modo, a pretendida revisão do *decisum* encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça.
7. Ante o exposto, com base no artigo 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo de instrumento para conhecer, em parte, do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3542)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942.651 - RS (2007/0190986-2)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CLEUZA TEREZINHA NOGUEIRA MULLER E OUTROS
ADVOGADO	: MAURICIO MARONNA BARRADAS

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Brasil Telecom S/A contra decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 3º, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II, e 535 do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, 229, § 5º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117, do Código Civil e ao inciso I, do artigo 131, do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Infrutífera a alegação de prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa do agravado, uma vez que legítimo para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3543)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942.652 - RS (2007/0189246-0)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EDMILSON VLADEMIR FERRON
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por BRASIL TELECOM S/A contra decisão do Terceiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a", da Constituição Federal, manejado frente a acórdão, assim ementado:

"Ação ordinária movida contra BRASIL TELECOM S/A, buscando subscrição ou indenização de diferença de ações da CELULAR CRT Participações S/A, em vista da cisão das empresas.
Preliminar de ofensa à coisa julgada, ilegitimidade passiva e prescrição. Desacolhimento.
Subscrevendo a CRT número de ações menor a que teriam direito os acionistas quando da retribuição pela integralização financeira, responde a empresa pela subscrição ou indenização no equivalente a diferença das ações da CELULAR CRT se houvesse o correto pagamento ao tempo da cisão da Companhia. Direito à dobra acionária. Reconhecido o direito à complementação acionária, daí decorre o direito à indenização referente aos dividendos distribuídos no período. Juros sobre o Capital Próprio. Não conhecimento. Apelação conhecida em parte e improvida." (fls. 36)

Aduz a recorrente violação aos artigos 1º, 12, 229, § 5º, e 287, II, "g", da Lei 6.404/76; 159 e 1.056 do Código Civil de 1916; 121 do Código Comercial e aos 3º, 47, 267, VI, 269, IV, 467 e 468 do Código de Processo Civil.
A irresignação não merece acolhida.
Com efeito, esta Corte firmou entendimento no sentido do não cabimento, em casos como o dos autos, do prazo previsto no art. 287, II, "g" da Lei nº 6.404/76, introduzido pela Lei nº 10.303/2001, porquanto trata-se de direito obrigacional decorrente de contrato de participação financeira e não societário. Desta forma, incide, na espécie, a prescrição prevista no art. 177 do Código Civil de 1916 e nos arts. 205 e 2.028 do Código Civil de 2002.
A propósito:
"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. SOCIEDADE ANÔNIMA AÇÃO DE SUBSCRITOR DE AÇÕES NÃO ENTREGUES. DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES SUBSCRITAS. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 287, II, "G", DA LEI 6.404/76. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PRETENSÃO DE ACIONISTA.
NATUREZA PESSOAL DA PRETENSÃO. PRESCRIÇÃO DE ACORDO COM O CÓDIGO CIVIL.
- Como a prescrição é a perda da pretensão por ausência de seu exercício pelo titular, em determinado lapso de tempo; para se verificar se houve ou não prescrição é necessário constatar se nasceu ou não a pretensão respectiva, porquanto o prazo prescricional só começa a fluir no momento em que nasce a pretensão.
- Nos termos do art. 287, II, "g", da Lei n.º 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), com a redação dada pela Lei n.º 10.303/2001, a prescrição para o acionista mover ação contra a companhia ocorre em 3 (três) anos.
- A pessoa que subscreveu ações de uma sociedade anônima, mas não recebeu a quantidade devida de ações, não é acionista da companhia em relação às ações não recebidas e, por isso mesmo, ainda não tem qualquer direito de acionista em relação à companhia por conta das referidas ações.
- O direito à complementação de ações subscritas decorrentes de instrumento contratual firmado com sociedade anônima é de natureza pessoal e, conseqüentemente, a respectiva pretensão prescreve nos prazos previstos nos arts. 177 do Código Civil/1916 (20 anos) e 205 do atual Código Civil (10 anos).
Recurso especial conhecido e provido." (REsp 829835/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJ 21.08.2006)

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL. BRASIL TELECOM S/A. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. PRESCRIÇÃO. ART. 287 "G". NÃO OCORRÊNCIA. NATUREZA PESSOAL. RECURSO PROVIDO.
1. Nas demandas que envolvem a complementação de subscrição de ações, a relação tem cunho de direito obrigacional, e não societário, pois visa o cumprimento do contrato, de cuja satisfação decorreria a efetiva subscrição.
2. Inaplicabilidade do art. 287, "g", da Lei 6.404/76. Prazo prescricional regido pelo art. 205 do CC, sendo o lapso temporal decenal, contado da vigência da nova lei civil.
3. Recurso especial não conhecido." (REsp 855484/RS, Rel. Min. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, DJ 13.11.2006)

Ademais, no tocante à legitimidade, coisa julgada, indenização e ações verifica-se que a análise da irresignação esbarra no óbice das súmulas 5 e 7 desta Corte, porquanto a controvérsia foi decidida com expressa interpretação do ato de cisão parcial da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT -, bem como do contrato de participação financeira firmado entre as partes.
Ademais, especificamente quanto ao tema da coisa julgada, incidente também o veto da súmula 288/STF.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publicar.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3544)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942.975 - RJ (2007/0196195-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: UNIMED PETRÓPOLIS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADO	: ANTÔNIO SALVADOR B. DOS REIS MONIZ DE ARAGÃO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALCINDA CAROLINA MARQUES CORREA - ESPÓLIO E OUTRO
ADVOGADO	: JOÃO RICARDO AYRES DA MOTTA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Unimed Petrópolis - Cooperativa de Trabalho Médico contra decisão que inadmitiu recurso especial.
Estão incompletos os traslados do recurso especial e da decisão agravada juntados aos autos. As cópias mencionadas no art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil, devem corresponder ao inteiro teor dos originais. A falta de páginas impossibilita a exata compreensão da controvérsia, tornando deficiente a instrução processual.
Além disso, a decisão agravada veio a ser publicada em 29.05.2007 (fl. 170) e o agravo de instrumento foi interposto no Tribunal no dia 11.06.2007 (fl. 02), quando já ultrapassado o decêndio legal, sendo, portanto, intempestivo.
Ressalto que a simples alegação de ocorrência de feriado local, paralisações ou interrupção do expediente, como justa causa para a interposição do recurso fora do prazo legal, não supre a falta de documento comprobatório da tempestividade recursal, que deveria, obrigatoriamente, já constar do instrumento de agravo, sob pena de preclusão.
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3545)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942.995 - RS (2007/0190780-5)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RENATO HOLMER FIORI
ADVOGADO	: MATEUS PEREIRA SOARES E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por BRASIL TELECOM S/A contra decisão do Terceiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letras "a" e "c" da Constituição Federal, manejado frente a acórdão, integrado pelo proferido em sede de embargos de declaração, assim ementado:

"BRASIL TELECOM S/A. PRESCRIÇÃO SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. DIFERENÇAS. INDENIZAÇÃO.
I - PRESCRIÇÃO *- Não prospera, visto que a parte autora pretende haver diferença de subscrição de ações que entende devida. Prescrição inocorrente. Sentença desconstituída.*
APLICABILIDADE DO ART. 515, § 3º, DO CDC, JULGAMENTO DE MÉRITO.
II - SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES *- Tendo em vista que o pedido é de condenação em valores, a Companhia-ré deve pagar o valor equivalente ao das ações que deveriam ter sido atribuídas, pela quantia e na data em que efetivado o pagamento, deduzidas as ações já conferidas, segundo valor patrimonial apurado no último balanço anterior à contratação.*
III - AÇÕES. CELULAR CRT PARTICIPAÇÕES - *É da responsabilidade da BRASIL TELECOM, sucessora da CRT, responder pela complementação acionária, inclusive, em relação às ações da nova Companhia, na mesma quantidade e classe.*
IV - DIVIDENDOS - *Cabível a condenação ao valor dos dividendos que teriam gerado as ações caso tivessem sido subscritas no momento oportuno. incidência de juros e correção monetária.*
REJEITARAM A PRESCRIÇÃO, DESCONSTITUÍRAM A SENTENÇA E JULGARAM PROCEDENTE A AÇÃO. *(fls. 65)*

Aduz a recorrente violação aos artigos 170, § 1º, e 287, II, "g", da Lei 6.404/76; 165, 458, II, e 535 do Código de Processo Civil; 3º e 4º da lei 7799/89, além de dissídio jurisprudencial.
A irresignação não merece acolhida.
De início, não se vislumbra violação aos arts. 165, 458 e 535 do Estatuto Processual, porquanto as questões submetidas ao Tribunal de origem foram suficiente e adequadamente delineadas, com abordagem integral do tema e fundamentação compatível.
Nesse contexto, impende ressaltar, em companhia da tradicional doutrina e do maciço entendimento pretoriano, que o julgado apenas se apresenta como omisso quando, sem analisar as questões colocadas sob apreciação judicial, ou mesmo promovendo o necessário debate, deixa, entretanto, num caso ou no outro, de ministrar a solução reclamada, o que não ocorre na espécie.
Diz, a propósito, o insigne BARBOSA MOREIRA:
"Há omissão quando o tribunal deixa de apreciar questões relevantes para o julgamento, suscitadas pelas partes ou examináveis de ofício ..., ou quando deixa de pronunciar-se acerca de algum tópico de matéria submetida à sua deliberação ...".
Quanto à prescrição, esta Corte firmou entendimento no sentido do não cabimento, em casos como o dos autos, do prazo previsto no art. 287, II, "g" da Lei nº 6.404/76, introduzido pela Lei nº 10.303/2001, porquanto trata-se de direito obrigacional decorrente de contrato de participação financeira e não societário. Desta forma, incide, na espécie, a prescrição prevista no art. 177 do Código Civil de 1916 e nos arts. 205 e 2.028 do Código Civil de 2002.
A propósito:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. SOCIEDADE ANÔNIMA AÇÃO DE SUBSCRITOR DE AÇÕES NÃO ENTREGUES. DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES SUBSCRITAS. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 287, II, "G", DA LEI 6.404/76. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PRETENSÃO DE ACIONISTA.
NATUREZA PESSOAL DA PRETENSÃO. PRESCRIÇÃO DE ACORDO COM O CÓDIGO CIVIL.
- Como a prescrição é a perda da pretensão por ausência de seu exercício pelo titular, em determinado lapso de tempo; para se verificar se houve ou não prescrição é necessário constatar se nasceu ou não a pretensão respectiva, porquanto o prazo prescricional só começa a fluir no momento em que nasce a pretensão.
- Nos termos do art. 287, II, "g", da Lei n.º 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), com a redação dada pela Lei n.º 10.303/2001, a prescrição para o acionista mover ação contra a companhia ocorre em 3 (três) anos.
- A pessoa que subscreveu ações de uma sociedade anônima, mas não recebeu a quantidade devida de ações, não é acionista da companhia em relação às ações não recebidas e, por isso mesmo, ainda não tem qualquer direito de acionista em relação à companhia por conta das referidas ações.
- O direito à complementação de ações subscritas decorrentes de instrumento contratual firmado com sociedade anônima é de natureza pessoal e, conseqüentemente, a respectiva pretensão prescreve nos prazos previstos nos arts. 177 do Código Civil/1916 (20 anos) e 205 do atual Código Civil (10 anos).
Recurso especial conhecido e provido." (REsp 829835/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJ 21.08.2006)

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL. BRASIL TELECOM S/A. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. PRESCRIÇÃO. ART. 287 "G". NÃO OCORRÊNCIA. NATUREZA PESSOAL. RECURSO PROVIDO.
1. Nas demandas que envolvem a complementação de subscrição de ações, a relação tem cunho de direito obrigacional, e não societário, pois visa o cumprimento do contrato, de cuja satisfação decorreria a efetiva subscrição.
2. Inaplicabilidade do art. 287, "g", da Lei 6.404/76. Prazo prescricional regido pelo art. 205 do CC, sendo o lapso temporal decenal, contado da vigência da nova lei civil.
3. Recurso especial não conhecido." (REsp 855484/RS, Rel. Min. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, DJ 13.11.2006)

De outro lado, o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao seu valor patrimonial na data da integralização, apurado no balanço patrimonial imediatamente anterior, consoante entendimento assente nesta Corte.
Nesse sentido:

"CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA - SERVIÇO DE TELEFONIA - SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES - RECEBIMENTO DA DIFERENÇA - MOMENTO DA INCIDÊNCIA DO CÁLCULO A SER REALIZADO (DATA DA INTEGRALIZAÇÃO DO PAGAMENTO) - EXEGESE.
I - O montante de capital investido dever ser examinado pelo valor da ação apurado no balanço patrimonial anterior, a despeito da existência de ato de natureza administrativa dispondo em sentido diverso, sob pena de o investidor sofrer severo prejuízo, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
II - RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO." (REsp 872.710/RS, Rel. Min. MASSAMI UYEDA, DJ de 18.12.2006)

Mesmo porque é aplicável o CDC à espécie (AgRg no Resp 768.641/RS).
Por fim, no que pertine aos demais dispositivos legais tidos por malferidos, verifica-se que a análise da irresignação esbarra no óbice das súmulas 5 e 7 desta Corte, porquanto a controvérsia foi decidida com expressa interpretação do ato de cisão parcial da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT -, bem como do contrato de participação financeira firmado entre as partes.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publicar.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3546)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942.999 - RS (2007/0189157-5)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RIELSON DARVEL GONÇALVES DE LIMA - ESPÓLIO
REPR. POR	: IZAURA ELI LEMOS DA SILVA - INVENTARIANTE
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Brasil Telecom S/A contra decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 3º, 47, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II, e 535 do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, 229, § 5º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117, do Código Civil e ao inciso I, do artigo 131, do Código

Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que, dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Infrutífera a alegação de prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa do agravado, uma vez que legítimo para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3547)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.004 - RS (2007/0192616-6)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ADELAR HUGO HOFSTAETTER
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega violação aos artigos 3º, 47, 267, VI, 269, IV, 467 e 468 do CPC; 1º, 12, 229, § 5º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 159 e 1.056 do Código Civil de 1916 e 121 do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Não procede a afirmação de coisa julgada feita pela agravante, pois não há identidade entre as ações por ela mencionadas, já que seus pedidos são distintos. A certeza sobre essa questão somente é possível com o cotejo entre as ações que os julgaram, mas a agravante não trouxe aos autos a cópia do julgado que induziria a coisa julgada. Incide, na hipótese, o enunciado da súmula 288/STF.
Infrutífera a alegação de prescrição inserta no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976 (redação dada pela Lei n. 10.303/2001), pois não se trata de direito societário, mas pessoal, porquanto não está o postulante na condição de acionista. Nesse sentido: (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Nem há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:
"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3548)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.091 - RS (2007/0204105-5)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LUIZ CARLOS DA ROSA
ADVOGADO	: DOMINGOS MIGUEL DE CRUZEIRO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por BRASIL TELECOM S/A contra decisão do Terceiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a" da Constituição Federal, manejado frente a acórdão assim ementado:

"CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. DIFERENÇA DAS AÇÕES DA CRT. BRASIL TELECOM.
Preliminares.
. Ilegitimidade passiva: Brasil Telecom responde pela diferença de Ações da CRT, pois é a sucessora desta em todas suas obrigações, inclusive nas diferenças decorrentes da Celular CRT.
. Prescrição: Não há falar de prescrição do art. 286 (bienal) ou do art. 287, II, 'g' (trienal) da Lei 6.404/76 conforme já pacificado no STJ e no IUJ nº 70013792072, apreciado pelo 5º Grupo Cível desta Corte.
. Impossibilidade jurídica do pedido: A preliminar de impossibilidade jurídica do pedido, envolvendo os arts. 6º, 12 e 30 da Lei 6.404/76, confunde-se com o mérito da pretensão.
Mérito.
. Diferença de Ações: Adesão ao plano de participação acionária na vigência das Portarias 1.361/76, 881/90 e 86/91, os acionistas fazem jus à diferença das ações correspondente ao valor da data da integralização de capital e o da em que foi efetuada a subscrição. A fixação de tal critério não pode ficar ao alvedrio da empresa ou de atividade normativa de natureza administrativa.
. Valor Patrimonial: Deve ser apurado mediante liquidação por arbitramento com participação de perito especializado em valores mobiliários, pois as alterações do valor patrimonial da ação não têm qualquer relação com os índices oficiais da correção monetária.
. Celular CRT: Em virtude dos termos da cisão, há direito do autor à indenização em valor equivalente ao mesmo número de ações da Celular CRT Participações S/A.
. Fixação de prazo de 180 dias para o cumprimento da decisão, a contar do trânsito em julgado, pena de multa diária de R$ 100,00.
. Entendimentos pacificados no STJ.
Desacolheram as preliminares e deram parcial provimento ao recurso.Unânime." (fls. 41)

Aduz a recorrente violação aos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 170, § 1º, II, e 287, II, "g", da Lei 6.404/76; 85, 115 e 117 do Código Civil; 131, I, do Código Comercial; 3º, 267, VI, 269, IV, 461 e 644 do Código de Processo Civil e 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.
A irresignação não merece acolhida.
Com efeito, esta Corte firmou entendimento no sentido da não aplicação da prescrição prevista no art. 287, II, "g" da Lei 6.404/76, introduzida pela Lei 10.303/2001, porquanto trata-se de direito obrigacional decorrente de contrato de participação financeira e não societário. Desta forma, incide, na espécie, a prescrição prevista no art. 177 do Código Civil/1916 e nos arts. 205 e 2.028 do Código Civil/2002.
A propósito:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. SOCIEDADE ANÔNIMA AÇÃO DE SUBSCRITOR DE AÇÕES NÃO ENTREGUES. DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES SUBSCRITAS. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 287, II, "G", DA LEI 6.404/76. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PRETENSÃO DE ACIONISTA. NATUREZA PESSOAL DA PRETENSÃO. PRESCRIÇÃO DE ACORDO COM O CÓDIGO CIVIL.
- Como a prescrição é a perda da pretensão por ausência de seu exercício pelo titular, em determinado lapso de tempo; para se verificar se houve ou não prescrição é necessário constatar se nasceu ou não a pretensão respectiva, porquanto o prazo prescricional só começa a fluir no momento em que nasce a pretensão.
- Nos termos do art. 287, II, "g", da Lei n.º 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), com a redação dada pela Lei n.º 10.303/2001, a prescrição para o acionista mover ação contra a companhia ocorre em 3 (três) anos.
- A pessoa que subscreveu ações de uma sociedade anônima, mas não recebeu a quantidade devida de ações, não é acionista da companhia em relação às ações não recebidas e, por isso mesmo, ainda não tem qualquer direito de acionista em relação à companhia por conta das referidas ações.
- O direito à complementação de ações subscritas decorrentes de instrumento contratual firmado com sociedade anônima é de natureza pessoal e, conseqüentemente, a respectiva pretensão prescreve nos prazos previstos nos arts. 177 do Código Civil/1916 (20 anos) e 205 do atual Código Civil (10 anos).
Recurso especial conhecido e provido." (REsp 829835/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJ de 21.08.2006)

Ademais, o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao seu valor patrimonial na data da integralização, apurado no balanço patrimonial imediatamente anterior, consoante entendimento assente nesta Corte.
Nesse sentido:

"CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA - SERVIÇO DE TELEFONIA - SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES - RECEBIMENTO DA DIFERENÇA - MOMENTO DA INCIDÊNCIA DO CÁLCULO A SER REALIZADO (DATA DA INTEGRALIZAÇÃO DO PAGAMENTO) - EXEGESE.
I - O montante de capital investido dever ser examinado pelo valor da ação apurado no balanço patrimonial anterior, a despeito da existência de ato de natureza administrativa dispondo em sentido diverso, sob pena de o investidor sofrer severo prejuízo, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
II - RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO." (REsp 872.710/RS, Rel. Min. MASSAMI UYEDA, DJ de 18.12.2006)

Mesmo porque é aplicável o CDC à espécie (AgRg no Resp 768.641/RS).
Por fim, no que pertine aos demais dispositivos tidos por malferidos, verifica-se que a análise da irresignação esbarra no óbice das súmulas 5 e 7 desta Corte, porquanto a controvérsia foi decidida com expressa interpretação do ato de cisão parcial da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT - bem como do contrato de participação financeira firmado entre as partes.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publicar.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3549)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.111 - RS (2007/0191039-7)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RONI VALTER SCHUBERT E OUTROS
ADVOGADO	: PABLO PACHECO DOS SANTOS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega violação aos artigos 165, 269, IV, 458, II, e 535 do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 168, 170, § 1º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117, do Código Civil e ao inciso I, do artigo 131, do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.

Infrutífera a alegação de prescrição inserta no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976 (redação dada pela Lei n. 10.303/2001), pois não se trata de direito societário, mas pessoal, porquanto não está o postulante na condição de acionista. Nesse sentido: (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa do agravado, uma vez que legítimo para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:
"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3550)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.137 - RS (2007/0192409-4)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ADÃO DOMINGOS
ADVOGADO	: LUCIANO REIS FERREIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega violação aos artigos 171, § 2º, da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 159 e 1.056 do Código Civil de 1916 e ao art. 121 do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira.
A irresignação não merece prosperar.
Com efeito, em relação ao art. 171 da mencionada lei, o acórdão recursado, por considerar a impossibilidade de subscrição das ações em razão de não ter sido contratada, determinou a indenização quanto aos valores pagos pelo agravado, corrigidos monetariamente, sob o fundamento de enriquecimento sem causa. Com efeito, incide, na espécie, o teor da Súmula n. 283 do STF, vez que mencionado fundamento, suficiente para manutenção do aresto, não foi atacado no apelo especial.
Por fim, tenho como correta a decisão agravada, quanto aos demais artigos tidos por violados, uma vez que deles não cuidou o aresto recorrido. Incide, no caso, o teor da Súmula n. 282 do STF.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3551)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.138 - RS (2007/0208304-9)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LEOCIR LERIN E OUTRO
ADVOGADO	: RODRIGO TONIAL E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por BRASIL TELECOM S/A contra decisão do 3º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a" da Constituição Federal, manejado frente a acórdão daquele Pretório.
O agravo não merece conhecimento.
Com efeito, falta-lhe o requisito da regularidade formal, porquanto não foram impugnadas, de forma específica, as bases da decisão agravada.
O recurso foi inadmitido por impossibilidade de verificação de ofensa à norma constitucional em sede de recurso especial, ausência de prequestionamento (súmula 211/STJ), bem como por ser cabível apelação de sentença proferida no julgamento de embargos à execução em trâmite anteriormente à publicação da Lei nº 11.232/05.
A agravante, por sua vez, deixa de refutar o primeiro fundamento, o que atrai a incidência, na espécie, da súmula nº 182 desta Corte:

"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Não conheço do agravo.
Publicar.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3552)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.201 - RS (2007/0192656-0)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CLÁUDIO RODRIGUES NIEDNER - ESPÓLIO
REPR. POR	: NORCI RODRIGUES NIEDNER - INVENTARIANTE
ADVOGADO	: EDSON PADILHA E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. PRELIMINARES DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA RECORRENTE REJEITADAS. PRESCRIÇÃO TRIENAL. INOCORRÊNCIA. EMISSÃO DE AÇÕES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INCIDÊNCIA. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.
Contra esse desate, opôs a BRASIL TELECOM embargos de declaração, os quais foram desacolhidos. Seguiu-se a interposição do recurso especial, no qual a agravante alega violação dos artigos 3º, 267, VI, 165, 269, IV, 458, II e 535, todos do CPC, dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, 201, 202 e 287, II, "g", da Lei nº 6.404/76, dos artigos 85, 115 e 117 do Código Civil, dos artigos 2º, 3º e 84, do CDC e do artigo 131, I, do Código Comercial.
É o sucinto relatório.
Decido.
2. Primeiramente, quanto à violação do art. 535 do CPC, quadra assinalar que o acórdão recorrido não possui nenhum vício a ser sanado por meio de embargos de declaração. Em verdade, o aresto não padece de nenhuma omissão, contradição ou obscuridade, tendo em vista que o Tribunal *a quo* se manifestou acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia.
3. Da mesma forma, quanto a suposta ofensa aos artigos 3º e 267, VI, ambos do CPC, não há como acolher a preliminar de ilegitimidade passiva da recorrente, uma vez que, ao suceder a Companhia Riograndense de Telecomunicações, a Brasil Telecom se tornou parte legítima para atuar no pólo passivo da lide, devendo responder pelas obrigações assumidas no contrato de participação financeira firmado entre a CRT e a autora. A propósito, outro não é o entendimento deste Tribunal, *in verbis*:
"No que pertine à ilegitimidade passiva da ora recorrente, resta assente a absoluta insubsistência da alegação, porquanto a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT, criada pela Lei Estadual nº 4.073/60 sob a forma de sociedade anônima de economia mista, foi sucedida em todas as suas obrigações pela ora recorrente, que adquiriu, em conjunto com a Brasil Telecom Participações S/A, lote de ações que lhe conferiu o controle da antiga companhia telefônica." (REsp nº 537146/RS, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ de 14.08.2006)
4. Noutro giro, não vislumbro contrariedade aos arts. 165 e 458, II, ambos do CPC, pois fundamentar a sentença significa indicar de forma lógica as razões pelas quais se deve à lide determinada solução. Além do que, prescindível que o magistrado responda a todos os argumentos apresentados pelas partes, bem como seja adotado a tese da recorrente.
5. Com relação à ocorrência da prescrição trienal, o cerne da controvérsia instaurada se situa na natureza da relação litigiosa, sendo esta eminentemente obrigacional, uma vez que a presente ação se funda no inadimplemento contratual, consubstanciado no não recebimento das ações pela parte autora. Ora, em demandas como a dos autos, a relação apresenta cunho de direito obrigacional, ainda não societário, pois, na medida em que a recorrida ainda não goza do status de acionista, visto não ter havido a subscrição das ações da empresa em seu nome.
Dessa forma, mostra-se impróprio adotar o prazo prescricional do art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, porquanto sua aplicação deve ser reservada a quando o já acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído naquela qualidade, situação não identificável com a espécie em exame.
6. No que tange à quantidade de ações recebidas pela acionista, o *decisum* vergastado acha-se em perfeita consonância com a jurisprudência desta Casa, no sentido de que o promitente-assinante tem direito a receber a quantidade de ações com base no valor patrimonial verificado na data da integralização.
Nesse sentido, colacionam-se os seguintes precedentes:
"RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO. QUANTIDADE MENOR. AÇÕES. DIREITO. RECEBIMENTO. DIFERENÇA. 1. Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado. 2. Recurso especial conhecido em parte e, nesta extensão, provido para determinar a complementação da quantidade de ações a que os recorrentes não excluídos da lide teriam direito." (REsp 500236/RS, Rel. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Rel. p/ Acórdão Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, julgado em 07.10.2003, DJ 01.12.2003 p. 361)

"PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO DECIDIDO EM CONFORMIDADE COM A REITERADA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. BRASIL TELECOM. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÕES DE AÇÕES. CORREÇÃO MONETÁRIA. VALOR PATRIMONIAL. DATA DA INTEGRALIZAÇÃO. - O entendimento firmado na Segunda Seção é de que o recebimento da quantidade de ações deve ocorrer com base no valor patrimonial na data da integralização do capital. - Para a determinação do critério de avaliação patrimonial dessas ações importaria o exame do contrato, cuja correção não cabe ser examinada em sede de recurso especial. Incidência da Súmula 5. - Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 559.186/RS, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, DJ 20.09.2004).

7. Ademais, não se entende por vulnerados os artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 201 e 202, todos da Lei nº 6.404/76, os artigos 85, 115 e 117 do CC e o artigo 131, I, do Código Comercial, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a *quaestio* acerca da emissão de ações baseado na análise de cláusulas contratuais, isto é, por meio de exame de elementos probatórios dos autos.
Desse modo, a pretendida revisão do *decisum* encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça.
8. Por fim, não merece guarida a insurgência especial quanto aos artigos 2º, 3º e 84, § 1º, do CDC, uma vez que esta Corte Superior de Justiça já cristalizou entendimento no sentido de que "*o Código de Defesa do Consumidor incide na relação objeto deste feito, porque o contrato é para aquisição de linha telefônica, com a prestação dos serviços correspondentes, com o que está presente a relação de consumo entre o adquirente da linha telefônica e a empresa prestadora de serviços, considerando que a origem é mesmo o contrato dito de participação financeira.*"(REsp. nº 473.704/ RS, Terceira Turma, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 01.12.2003)

9. Ante o exposto, com base no artigo 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo de instrumento para conhecer, em parte, do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3553)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.202 - RS (2007/0198671-6)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSÉ DARCI CARPES DA SILVA
ADVOGADO	: ALEX MORAIS E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE DE AÇÕES. EMISSÃO DE AÇÕES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, cuja ementa ora se transcreve:

"APELAÇÃO CÍVEL. direito privado não especificado. ação de adimplemento contratual. pedido de devolução do valor investido. pct - PLANTA COMUNITÁRIA de telefonia. ausência de previsão legal ou contratual DE retribuição em ações. doação do acervo à companhia telefônica. abusividade.
- Preliminar de ilegitimidade passiva afastada.
- Contratação realizada pelo sistema PCT - Planta Comunitária de Telefonia, instituído pela Portaria n.º 117, de 13/08/1991, que propiciou às comunidades a implantação e/ou expansão das redes telefônicas por dois regimes. Um, por iniciativa das concessionárias, dispondo que os valores pagos pelos interessados seriam retribuídos em ações. E outro, por iniciativa das comunidades, mediante contratação direta de fornecedores credenciados, num empreendimento de natureza privada, que não envolvia retribuição em ações, como no caso.

- Exigência contratual de realização do investimento para a implantação do sistema de telefonia e posterior doação do respectivo acervo. Acolhido o pleito de restituição dos valores investidos a fim de se evitar o enriquecimento indevido da ré, em afronta ao ordenamento jurídico e ao princípio da boa-fé contratual. A controvérsia, assim, se resolve pelas disposições do Código de Defesa do Consumidor, que declara a nulidade das cláusulas contratuais que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada (CDC, art. 51, inc. IV).
Preliminares afastadas. Apelo desprovido. " (fls. 40)

Seguiu-se a interposição do recurso especial, no qual a agravante alega violação dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167 e 168 da Lei nº 6.404/76 e da Portaria 610/94.

É o sucinto relatório.
Decido.
2. Não há que se falar em ofensa aos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166 e 170 da Lei nº 6.404/76 e ao artigo 159 do Código Civil, nem em ofensa a portaria suscitada, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a *quaestio* acerca da emissão de ações baseado na análise de cláusulas contratuais, isto é, por meio de exame de elementos fático-probatórios dos autos.
Desse modo, a pretendida revisão do *decisum* encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça.
3. Ante o exposto, com base no artigo 34, VII, do RISTJ, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, relator.

(3554)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.213 - RS (2007/0199326-3)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AMAURI CÉSAR MOTTER
ADVOGADO	: ANDRÉ FRIEDRICH DORNELES E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO REJEITADA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PRESCRIÇÃO TRIENAL. INOCORRÊNCIA. EMISSÃO DE AÇÕES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. DATA DA INTEGRALIZAÇÃO. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.
Seguiu-se a interposição do recurso especial, no qual a agravante alega violação dos artigos 165, 269, IV, 458, II e 535, todos do CPC, dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 168, 170, § 1º, 201, 202, § 1º, 286 e 287, II, "g", da Lei nº 6.404/76, dos artigos 85, 115 e 117 do Código Civil e do artigo 131, I, do Código Comercial.
É o sucinto relatório.
Decido.
2. Primeiramente, não vislumbro qualquer transgressão dos arts. 165 e 458, II, ambos do CPC, pois fundamentar a sentença significa indicar de forma lógica as razões pelas quais se deve à lide determinada solução. Além do que, prescindível que o magistrado responda a todos os argumentos apresentados pelas partes, bem como seja adotado a tese da recorrente.
3. Quanto ao artigo 535, do Código de Processo Civil e aos artigos 30, 168 e 286, todos da Lei nº 6.404/76, verifica-se que a agravante não cuidou de expor os motivos pelos quais o v. acórdão teria violado o referido dispositivo impugnado, não sendo suficiente a mera alegação genérica, sob pena do inconformismo ser considerado deficiente, quanto à sua fundamentação.
A jurisprudência desta Corte Superior é uníssona ao afirmar que as razões do recurso especial devem exprimir, com transparência e objetividade, os motivos pelos quais a parte recorrente visa a reforma do acórdão. Na hipótese, entretanto, a deficiência na fundamentação e na especificação das razões do recorrente não permitem a exata compreensão da controvérsia. Diante disso, incide o verbete sumular nº 284 do excelso Supremo Tribunal Federal, *verbis*: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia*".
4. Com relação à ocorrência da prescrição trienal, o cerne da controvérsia instaurada se situa na natureza da relação litigiosa, sendo esta eminentemente obrigacional, uma vez que a presente ação se funda no inadimplemento contratual, consubstanciado no não recebimento das ações pela parte autora. Ora, em demandas como a dos autos, a relação apresenta cunho de direito obrigacional, ainda não societário, pois, na medida em que a recorrida ainda não goza do status de acionista, visto não ter havido a subscrição das ações da empresa em seu nome.
Dessa forma, mostra-se impróprio adotar o prazo prescricional do art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, porquanto sua aplicação deve ser reservada a quando o já acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído naquela qualidade, situação não identificável com a espécie em exame.
5. Melhor sorte também não assiste à recorrente em relação à quantidade de ações recebidas pela acionista.
Esta Corte Superior de Justiça já se encontra pacificada no sentido de que o promitente-assinante tem direito a receber a quantidade de ações com base no valor patrimonial verificado na data da integralização.
Nesse sentido, colacionam-se os seguintes precedentes:
"RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO. QUANTIDADE MENOR. AÇÕES. DIREITO. RECEBIMENTO. DIFERENÇA. 1. Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado. 2. Recurso especial conhecido em parte e, nesta extensão, provido para determinar a complementação da quantidade de ações a que os recorrentes não excluídos da lide teriam direito." (REsp 500236/RS, Rel. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Rel. p/ Acórdão Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, julgado em 07.10.2003, DJ 01.12.2003 p. 361)

"PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO DECIDIDO EM CONFORMIDADE COM A REITERADA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. BRASIL TELECOM. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÕES DE AÇÕES. CORREÇÃO MONETÁRIA. VALOR PATRIMONIAL. DATA DA INTEGRALIZAÇÃO. - O entendimento firmado na Segunda Seção é de que o recebimento da quantidade de ações deve ocorrer com base no valor patrimonial na data da integralização do capital. - Para a determinação do critério de avaliação patrimonial dessas ações importaria o exame do contrato, cuja correção não cabe ser examinada em sede de recurso especial. Incidência da Súmula 5. - Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 559.186/RS, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, DJ 20.09.2004).
6. Por fim, não se entende por vulnerados os artigos 1º, 6º, 11, 12, 166, 201, 202, § 1º e 229, § 5º, todos da Lei nº 6.404/76, dos artigos 85, 115 e 117 do CC e do artigo 131, I, do Código Comercial, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a *quaestio* acerca da emissão de ações baseado na análise de cláusulas contratuais, isto é, por meio de exame de elementos probatórios dos autos.
Desse modo, a pretendida revisão do *decisum* encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça.
7. Ante o exposto, com base no artigo 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo de instrumento para conhecer, em parte, do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3555)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.268 - RS (2007/0198008-3)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LURDES ZARO
ADVOGADO	: MANFREDO ERWINO MENSCH E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Brasil Telecom S/A contra decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 3º, 165, 267, VI, 458, II, 474 e 535 do CPC e 1º, 12, 205, § 2º, 229, § 5º, e 233 da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Não procede a afirmação de coisa julgada feita pela agravante, pois não há identidade entre as ações por ela mencionadas, já que seus pedidos são distintos. A certeza sobre essa questão somente é possível com o cotejo entre as ações que os julgaram, mas a agravante não trouxe aos autos a cópia do julgado que induziria a coisa julgada. Incide, na hipótese, o enunciado da súmula 288/STF.
Nem há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

No que tange ao pagamento de dividendos, ou à indenização pelo seu valor, a Quarta Turma, quando do julgamento do REsp n. 500.236 (Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, por maioria, DJU de 01.12.2003), chegou ao entendimento de que "...não cabe a esta Corte analisar o impacto a ser causado pelo cumprimento da obrigação, mas tão-somente determiná-lo, conforme ressaltado pelo Ministro Carlos Alberto Menezes Direito".
Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3556)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.302 - RS (2007/0199214-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ENIO WEBER
ADVOGADO	: MANFREDO ERWINO MENSCH E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Brasil Telecom S/A contra decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 165, 269, IV, 458, II, 467, 468 e 535 do CPC; 201, 202, § 1º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e 159 do Código Civil de 1916, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Não procede a afirmação de coisa julgada feita pela agravante, pois não há identidade entre as ações por ela mencionadas, já que seus pedidos são distintos. A certeza sobre essa questão somente é possível com o cotejo entre as ações que os julgaram, mas a agravante não trouxe aos autos a cópia do julgado que induziria a coisa julgada. Incide, na hipótese, o enunciado da súmula 288/STF.
Infrutífera a alegação de prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, julgado em 17.10.2006).
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3557)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.307 - RS (2007/0200906-3)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GENI ODETE BAGGIO
ADVOGADO	: ERALDO LACERDA JÚNIOR E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. PRELIMINARES DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA RECORRENTE REJEITADAS. PRESCRIÇÃO TRIENAL. INOCORRÊNCIA. EMISSÃO DE AÇÕES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, cuja ementa ora se transcreve:

"BRASIL TELECOM. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA E DIREITO DE USO DE TERMINAL TELEFÔNICO. PRETENSÃO À COMPLEMENTAÇÃO DO NÚMERO DE AÇÕES. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO FEITO COM JULGAMENTO DO MÉRITO, DESCONSTITUÍDA. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA.
É inaplicável o prazo prescricional previsto no artigo 287, inciso II, alínea "g" da Lei n. 6.404/76, pois se a obrigação da Companhia subscrever ações em favor do contratante preexiste à sua condição de acionista, a pretensão à complementação de ações evidentemente não se pode qualificar para fins de reger prazo prescricional, como ação de acionista.
POSSIBILIDADE DE ENFRENTAMENTO DAS DEMAIS QUESTÕES DE MÉRITO, NOS TERMOS DO § 2º, DO ART. 515, DO CPC. PROCEDÊNCIA. PRELIMINARES ARGÜIDAS EM CONTRA-RAZÕES REJEITADAS.
IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. Pedido perfeitamente viável, ausente vedação expressa no ordenamento jurídico.
ILEGITIMIDADE PASSIVA. Firmado o contrato com a CRT, sucedida pela Brasil Telecom, presente a legitimidade da Companhia para responder à ação que visa cumprimento do pacto. Irrelevante o argumento de que é vedado à Companhia negociar com suas próprias ações.
ILEGITIMIDADE PASSIVA EM FACE DAS AÇÕES DA CELULAR CRT. É da Brasil Telecom a legitimidade para responder aos pedidos relativos à indenização das ações da Celular CRT Participações, geradas quando da cisão da companhia.
MÉRITO. Independentemente da época em que assinado o contrato de participação financeira, condição para habilitação ao serviço de telefonia, procede a pretensão de emissão complementar das ações vinculadas à linha telefônica. Capitalização que deveria ter sido efetuada com base no valor patrimonial da ação vigente na data da integralização. Jurisprudência uniformizada no Superior Tribunal de Justiça. Outrossim, é de ser condenada a ré Brasil Telecom S/A ao pagamento de indenização pelas ações da Celular CRT Participações S/A em valor equivalente ao mesmo número de ações da companhia cindida, em virtude da cisão patrimonial ocorrida no ano de 1999, quando cada um dos acionistas da empresa cindida passou a receber a mesma quantia acionária na companhia cindenda.
SENTENÇA DESCONSTITUÍDA. AFASTADAS AS PRELIMINARES DE MÉRITO. RECURSO PROVIDO. UNANIME." (fl. 53)

Desse desate, a Brasil Telecom opôs embargos de declaração, os quais restaram desacolhidos. Nas razões de seu recurso especial, alega a agravante, preliminarmente, que o acórdão recorrido infringiu os artigos 3º, 47, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II e 535, todos do CPC. No mérito, a ora agravante alegou a violação dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 170, § 1º, 229, § 5º e 287, II, "g" todos da Lei nº 6.404/76, dos artigos 85, 115 e 117 do Código Civil, do artigo 131, I, do Código Comercial.

É o sucinto relatório.

Decido.

2. Primeiramente, quanto à violação ao art. 535 do CPC, quadra assinalar que o acórdão recorrido não possui nenhum vício a ser sanado por meio de embargos de declaração. Em verdade, o aresto não padece de nenhuma omissão, contradição ou obscuridade, tendo em vista que o Tribunal *a quo* se manifestou acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia.

3. Noutro giro, não há violação aos arts. 165 e 458, II, ambos do CPC, pois fundamentar a sentença significa indicar de forma lógica as razões pelas quais se deve à lide determinada solução. Além do que, prescindível que o magistrado responda a todos os argumentos apresentados pelas partes, bem como seja adotado a tese da recorrente.

4. Da mesma forma, quanto a suposta violação dos artigos 3º, 47 e 267, IV, todos do CPC, não há como acolher a preliminar de ilegitimidade passiva da recorrente, uma vez que, ao suceder a Companhia Riograndense de Telecomunicações, a Brasil Telecom se tornou parte legítima para atuar no pólo passivo da lide, devendo responder pelas obrigações assumidas no contrato de participação financeira firmado entre a CRT e a autora. A propósito, outro não é o entendimento deste Tribunal, *verbis*:

"No que pertine à ilegitimidade passiva da ora recorrente, resta assente a absoluta insubsistência da alegação, porquanto a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT, criada pela Lei Estadual nº 4.073/60 sob a forma de sociedade anônima de economia mista, foi sucedida em todas as suas obrigações pela ora recorrente, que adquiriu, em conjunto com a Brasil Telecom Participações S/A, lote de ações que lhe conferiu o controle da antiga companhia telefônica." (REsp nº 537146/RS, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ de 14.08.2006)

5. Também não há que se falar em violação da alínea "g" do inciso II do artigo 287 da Lei nº 6.404/76.

O cerne da controvérsia instaurada se situa na natureza da relação litigiosa, sendo esta eminentemente obrigacional, uma vez que a presente ação se funda no inadimplemento contratual, consubstanciado no não recebimento das ações pela parte autora. Ora, em demandas como a dos autos, a relação apresenta cunho de direito obrigacional, ainda não societário, pois, na medida em que a recorrida ainda não goza do status de acionista, visto não ter havido a subscrição das ações da empresa em seu nome.

Dessa forma, mostra-se impróprio adotar o prazo prescricional do art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, porquanto sua aplicação deve ser reservada a quando o já acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído naquela qualidade, situação não identificável com a espécie em exame.

6. Ademais, não há que se falar em violação dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 170, § 1º, 229, § 5º da Lei nº 6.404/76, aos arts. 85, 115, e 117 do CC e 131, I, do Código Comercial, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a *quaestio* acerca da emissão de ações baseado nos elementos fático-probatórios dos autos.

Desse modo, a pretendida revisão do *decisum* encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça.

7. Ante o exposto, com base no artigo 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo de instrumento para conhecer, em parte, do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3558)

AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 943310 - RS (2007/0221572-0)

RELATOR	**: MIN. ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: ATIVOS S/A COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS
ADVOGADO	: MELISSA CRISTINA REIS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NOEMIA ROSA BANGEMANN
ADVOGADO	: JORGE RICARDO DECKER E OUTRO(S)
INTERES.	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: NELSON BUGANZA JUNIOR E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Ativos S/A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundado nas alíneas "a" e "c" do art. 105, III, da Constituição Federal, no qual é alegada ofensa aos arts. 14, IV , 17, VI e 472 do CPC, 290, 295 e 944, do CCB, além de dissídio jurisprudencial, em questão descrita nas seguintes ementas (fls. 252 e 276):

APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO DO NOME DA AUTORA EM CADASTROS DE INADIMPLENTES.
I - É válida a cessão de crédito entre as partes que o transacionaram mas ineficaz em relação ao devedor não notificado, consoante o artigo 290 do Código Civil.
II - Inviável a pretensão de cancelar o registro em cadastros de inadimplentes na presente ação, enquanto pendente a ação revisional com pedido de antecipação de tutela para o mesmo fim, pena de se estabelecer decisões conflitantes.
III - A cessão de crédito efetivada após a decisão judicial proibitiva de inscrição do nome do devedor em órgãos de restrição ao crédito não afasta o dever do cessionário e do cedente de respeitar a autoridade da decisão judicial de que tinham conhecimento, ou deveriam ter, sendo responsáveis solidariamente pelos danos causados.
IV - É o Banco do Brasil, o cedente, parte passiva legítima.
V - É desnecessária a comprovação do dano moral em se tratando de dano **in re ipsa**, consoante os precedentes da Corte e do STJ.
VI - Quantificação do dano moral que, no caso concreto, considerou o estreito lapso temporal em que disponibilizado o nome da autora em cadastros de inadimplentes. Fixação da verba indenizatória em 10 salários mínimos nacionais.
APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. UNÂNIME.

- -

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM DANOS MORAIS. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. RECURSO MANIFESTAMENTE INFUNDADO, PORQUE DISSOCIADO DA DISCUSSÃO TRAVADA NO PROCESSO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ CARACTERIZADA.
Não se acolhem embargos de declaração quando não configuradas quaisquer das hipóteses previstas no artigo 535 do CPC, o que seria indispensável, ainda que para fins de prequestionamento. No caso dos autos, a embargante traz razões flagrantemente destituídas de fundamento, porque tangenciam a discussão travada nos autos (art. 14, III, do CPC). Litigância de má-fé caracterizada (artigo 17, VI, do CPC). Aplicação de multa.
DESACOLHERAM OS EMBARGOS. CONDENARAM A EMBARGANTE AO PAGAMENTO DE MULTA DE 20% SOBRE O VALOR DA CAUSA NOS TERMOS DO ARTIGO 14, § ÚNICO, DO CPC, BEM COMO AO PAGAMENTO DE MULTA DE 1% SOBRE O VALOR DA CAUSA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, NOS TERMOS DO ARTIGO 18, **CAPUT** E § 2º, DO CPC. UNÂNIME."

Não merece reparos a decisão agravada.

Com efeito, a verificação do alegado requer a reapreciação das provas dos autos, inviável nesta instância especial. É que a Câmara Julgadora, com base nos elementos fáticos apresentados, concluiu pela ausência de comprovação da notificação da cessão do crédito entabulada entre as rés, a presença do nexo de causalidade entre a conduta da ré Ativos S.A e a indevida inscrição do nome da devedora nos cadastro de maus pagadores.

Da mesma forma, desconstituir a condenação em litigância de má-fé, no caso dos autos, enseja inegável incursão no contexto fático da lide, o que é vedado a esta Corte, a teor do verbete n. 7, da Súmula deste Superior Sodalício. Para exame, confira-se:

"CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. DEPÓSITO DAS COTAS CONDOMINIAIS APÓS A PROLAÇÃO DA SENTENÇA, EM SEGUNDA INSTÂNCIA. PERDA DE OBJETO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ.
- Julgada improcedente a ação, resta sem objeto o intento de continuar o depósito das cotas condominiais após a subida dos autos à Segunda Instância.
- Litigância de má-fé aplicada em face das sucessivas e infundadas pretensões formuladas pelo recorrente no curso da lide. Incidência do verbete sumular nº 7-STJ. Recurso julgado prejudicado, em parte, e não conhecido."
(4ª Turma, REsp 258834/RJ, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJ de 01.07.2004)

Quanto ao dissídio jurisprudencial, o recurso também não merece prosperar ante a falta de similitude fática entre os arestos confrontados.

Por fim, o valor do dano moral fixado pelo acórdão não se mostra abusivo e, em conseqüência, não merece a intervenção do STJ.

Pelo exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3559)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.342 - RS (2007/0203787-8)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BONA JUNG REPRESENTAÇÕES LTDA
ADVOGADO	: ALTEMIR CANTÚ

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega violação aos artigos 3º, 47, 267, VI, e 269, IV, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 170, § 1º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117, do Código Civil e ao inciso I, do artigo 131, do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira.

Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.

Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.

Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.

Infrutífera a alegação de prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).

Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa do agravado, uma vez que legítimo para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).

Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.

Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE

AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3560)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.350 - RS (2007/0208349-1)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AIRTON ALTMAYER DOS SANTOS
ADVOGADO	: OINARA SALETE SOARES E OUTRO(S)
INTERES.	: CELULAR CRT PARTICIPACÕES S/A

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega violação aos artigos 3º, 165, 267, VI, 458, II, e 535 do CPC; 170, § 1º da Lei n. 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e 3° e 4° da Lei n. 7.799/1989, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira.
O recurso especial não prospera.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que, mesmo não examinando os dispositivos legais levantados nos embargos de declaração, dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante.
Em relação à obrigação de complementação de ações, no julgamento do Resp n. 453.805/RS, feito pela Egrégia 2ª Seção deste Tribunal, foi decidido que em contrato de participação financeira firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
No que diz respeito ao valor patrimonial da ação tomado como divisor para estimar a quantidade de ações a complementar à agravada, a orientação jurisprudencial é no sentido de que tal matéria pressupõe o reexame do contrato firmado entre as partes, vedado a esta Corte Superior, a teor da Súmula n. 5/STJ. Precedentes: 3ª Turma, AgRg nos EDcl no Ag n. 489.216/RS, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, unânime, DJU de 18.10.2004 e 4ª Turma, AgRg no Ag n. 603.118/RS, Rel. Min. Jorge Scartezzini, unânime, DJU de 06.12.2004.
Quanto à aplicabilidade da Lei n. 7.799/1989 ao caso, discussão pertinente na hipótese de ser lacunoso o contrato, há que se dizer que ela se limita a fins tributários. Com efeito, essa lei cria ficção legal que dificilmente seria capaz de identificar o real valor do patrimônio da empresa. Se for omisso o contrato quanto ao critério para identificar o valor patrimonial da ação, cabe ao Tribunal local adotar aquele que entender mais consentâneo com o caso concreto, seja por balanço anual, por balancete mensal, ou por eventual balanço de determinação. Invadir essa seara implicaria revolver matéria fática, o que esbarra no enunciado sumular n. 7/STJ.
Por fim, para que não paire dúvida sobre a questão, não há que se falar de correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3561)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.360 - RS (2007/0192135-5)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALTEMIR ELISEO SAIBEL
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Brasil Telecom S/A contra decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 3º, 47, 165, 267, VI, 269, IV, 467 e 468 do CPC; 1º, 12, 229, § 5º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 159 e 1.056 do Código Civil e 121 do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Não procede a afirmação de coisa julgada feita pela agravante, pois não há identidade entre as ações por ela mencionadas, já que seus pedidos são distintos. A certeza sobre essa questão somente é possível com o cotejo entre as ações que os julgaram, mas a agravante não trouxe aos autos a cópia do julgado que induziria a coisa julgada. Incide, na hipótese, o enunciado da súmula 288/STF.
Nem há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Não procede a alegação de prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, julgado em 17.10.2006).
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3562)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.377 - RS (2007/0199362-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: MÔNICA GOES DE ANDRADE MENDES DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DELVINO RINALDI
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Brasil Telecom S/A contra decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 3º, 47, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II, 467, 468 e 535 do CPC; 1º, 12, 229, § 5º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e 186 do Código Civil, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Não procede a afirmação de coisa julgada feita pela agravante, pois não há identidade entre as ações por ela mencionadas, já que seus pedidos são distintos. A certeza sobre essa questão somente é possível com o cotejo entre as ações que os julgaram, mas a agravante não trouxe aos autos a cópia do julgado que induziria a coisa julgada. Incide, na hipótese, o enunciado da súmula 288/STF.
Nem há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Infrutífera a argüição da prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3563)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.401 - RS (2007/0197890-5)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CARLOS ALBERTO MENDES DOS SANTOS
ADVOGADO	: MELISSA DE AZEVEDO E SOUZA MARIATH E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por BRASIL TELECOM S/A contra decisão do Terceiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a", da Constituição Federal contra acórdão daquele Pretório, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DA CRT.
1. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. INOCORRÊNCIA. CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. Hipótese em que a providência pretendida no que concerne às ações da requerida, não é vedada pelo ordenamento jurídica. Outrossim, quanto à diferença de ações da Celular CRT o pleito é de entrega de ações ou, subsidiariamente, condenação ao pagamento do equivalente pecuniário.
2. ILEGITIMIDADE ATIVA. DESCARACTERIZAÇÃO. O contratante não perde legitimidade para pleitear a complementação pelo simples fato de já ter alienado os títulos recebidos. Precedentes do STJ e da Câmara.
3. ILEGITIMIDADE PASSIVA. NÃO VERIFICAÇÃO. A demandada, sucessora da CRT por incorporação, responde pelo integral cumprimento do contrato, inclusive quanto às obrigações de qualquer natureza referentes a atos praticados ou fatos geradores ocorridos até a data da efetivação da cisão parcial da CRT. Conclusão que implica a indenização aos investidores que deixaram de perceber ações referentes à Celular CRT Participações S/A, em número igual ao concernente à ações da CRT. Precedentes do STJ.
4. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. Hipótese em que a causa de pedir é o adimplemento defeituoso do contrato de participação financeira. Situação em que a parte autora não litiga na condição de acionista. Inaplicabilidade do lapso trienal disposto no art. 287, II, 'g', da Lei nº 6.404/76. Precedentes da Câmara e da 5ª Turma Cível desta Corte.

5. DEMANDA VISANDO À COMPLEMENTAÇÃO DE DIFERENÇA ACIONÁRIA. PROCEDÊNCIA Caso em que a demandada, ao cumprir determinação iníqua de ato administrativo, praticou grave violação a dever decorrente da boa-fé objetiva, emitindo em nome do investidor menos ações do que eram devidas.
6. CRITÉRIO PARA RETRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO. Cálculo deve levar em consideração o valor patrimonial da ação aprovado na assembléia anterior ao investimento. Precedentes do STJ e da Câmara.
RECURSO PROVIDO." (fls. 34/34v)

Aduz a recorrente violação aos arts. 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 168, 170, § 1º, 233, e 287, II, "g", da Lei 6.404/76; ao art. 186 do Código Civil, bem como aos arts. 165, 269, IV, 458, II, 461 e 535 do Código de Processo Civil.
A irresignação não merece acolhida.
De início, não se vislumbra violação aos arts. 165, 458, II e 535 do CPC, porquanto as questões submetidas ao Tribunal de origem foram suficiente e adequadamente delineadas, com abordagem integral do tema e fundamentação compatível.
Noutro norte, esta Corte firmou entendimento no sentido da não aplicação da prescrição prevista no art. 287, II, "g" da Lei 6.404/76, introduzida pela Lei 10.303/2001, porquanto trata-se de direito obrigacional decorrente de contrato de participação financeira e não societário. Desta forma, incide, na espécie, a prescrição prevista no art. 177 do Código Civil/1916 e nos arts. 205 e 2.028 do Código Civil/2002.
A propósito:
"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. SOCIEDADE ANÔNIMA AÇÃO DE SUBSCRITOR DE AÇÕES NÃO ENTREGUES. DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES SUBSCRITAS. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 287, II, "G", DA LEI 6.404/76. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PRETENSÃO DE ACIONISTA. NATUREZA PESSOAL DA PRETENSÃO. PRESCRIÇÃO DE ACORDO COM O CÓDIGO CIVIL.
- Como a prescrição é a perda da pretensão por ausência de seu exercício pelo titular, em determinado lapso de tempo; para se verificar se houve ou não prescrição é necessário constatar se nasceu ou não a pretensão respectiva, porquanto o prazo prescricional só começa a fluir no momento em que nasce a pretensão.
- Nos termos do art. 287, II, "g", da Lei n.º 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), com a redação dada pela Lei n.º 10.303/2001, a prescrição para o acionista mover ação contra a companhia ocorre em 3 (três) anos.
- A pessoa que subscreveu ações de uma sociedade anônima, mas não recebeu a quantidade devida de ações, não é acionista da companhia em relação às ações não recebidas e, por isso mesmo, ainda não tem qualquer direito de acionista em relação à companhia por conta das referidas ações.
- O direito à complementação de ações subscritas decorrentes de instrumento contratual firmado com sociedade anônima é de natureza pessoal e, conseqüentemente, a respectiva pretensão prescreve nos prazos previstos nos arts. 177 do Código Civil/1916 (20 anos) e 205 do atual Código Civil (10 anos).
Recurso especial conhecido e provido." (REsp 829.835/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJ de 21.08.2006)

No tocante à multa diária (*astreintes*), constata-se que o Tribunal de origem limita-se a aplicá-la nos termos do art. 461 do CPC, não havendo debate ou mesmo decisão sobre a sua possibilidade. A multa foi simplesmente imposta. O especial, neste particular, ressente-se do necessário prequestionamento (súmulas 282 e 356 do STF). Ainda que assim não fosse, o provimento intitulado de indenizatório de ações é, na verdade, uma obrigação de fazer, no sentido de subscrever um determinado número daqueles valores mobiliários, não havendo, portanto, qualquer irregularidade na imposição da multa ainda no processo de conhecimento.
Confira-se:
"Contrato de participação financeira. CRT. Brasil Telecom. Precedentes da Corte.
1. A Segunda Seção já assentou que em casos como o presente, o "contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de atividade normativa de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado" (REsp n° 470.443/RS, de minha relatoria. DJ de 22/9/03; REsp n° 489.916/RS, de minha relatoria, DJ de 20/10/03; REsp n° 469.410/RS, de minha relatoria, DJ de 6/10/03; REsp n° 460.278/RS, de minha relatoria, DJ de 6/10/03).
2. Não existe qualquer violação de dispositivo de lei federal com a imposição da multa cominatória para o cumprimento da obrigação no processo de conhecimento, sendo impertinente a alegação de que somente poderia ser imposta quando da execução.
3. Não existe a prescrição da Lei das Sociedades por Ações quando não se trata de anulação de ato de assembléia geral.
4. Recurso especial não conhecido. (REsp 615181/RS, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ 11.10.2004)

Ademais, o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao seu valor patrimonial na data da integralização, apurado no balanço patrimonial imediatamente anterior, consoante entendimento assente nesta Corte.
Nesse sentido:

"CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA - SERVIÇO DE TELEFONIA - SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES - RECEBIMENTO DA DIFERENÇA - MOMENTO DA INCIDÊNCIA DO CÁLCULO A SER REALIZADO (DATA DA INTEGRALIZAÇÃO DO PAGAMENTO) - EXEGESE.
I - O montante de capital investido dever ser examinado pelo valor da ação apurado no balanço patrimonial anterior, a despeito da existência de ato de natureza administrativa dispondo em sentido diverso, sob pena de o investidor sofrer severo prejuízo, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
II - RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO." (REsp 872.710/RS, Rel. Min. MASSAMI UYEDA, DJ de 18.12.2006)

Por fim, no tocante aos demais dispositivos tidos por violados, verifica-se que a análise da irresignação esbarra no óbice das súmulas 5 e 7 desta Corte, porquanto a controvérsia foi decidida com expressa interpretação do ato de cisão parcial da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT - bem como do contrato de participação financeira firmado entre as partes.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publicar.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3564)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.442 - RS (2007/0198657-5)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SEARTA DO BRASIL REPRESENTAÇÕES LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: PAULO LAERTE MELO ZOCCOLI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos arts. 165, 269, IV, 458, II, e 535 do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 170, § 1º, 205, § 2º, 233 e 287, II, "g" da Lei n. 6.404/1976 e 186 do Código Civil, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido e violação aos artigos 6º, 12, 170, § 1º, da Lei n. 6.404/1976, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Infrutífera a alegação de prescrição inserta no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976 (redação dada pela Lei n. 10.303/2001), pois não se trata de direito societário, mas pessoal, porquanto não está o postulante na condição de acionista. Nesse sentido: (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
No mérito, esclareço que a Segunda Seção (REsp n. 470.443/RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, unânime, DJU de 22.09.2003) já decidiu que, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

No que tange ao pagamento de dividendos, ou à indenização pelo seu valor, a Quarta Turma, quando do julgamento do REsp n. 500.236 (Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, por maioria, DJU de 01.12.2003), chegou ao entendimento de que "...não cabe a esta Corte analisar o impacto a ser causado pelo cumprimento da obrigação, mas tão-somente determiná-lo, conforme ressaltado pelo Ministro Carlos Alberto Menezes Direito".
Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3565)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.468 - RS (2007/0196162-1)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAMAL FÁBRICA DE ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA - MICROEMPRESA
ADVOGADO	: ALTEMIR CANTÚ

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por BRASIL TELECOM S/A contra decisão do Terceiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a", da Constituição Federal, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA.
PRELIMINARES de pedido juridicamente impossível, ilegitimidade passiva e prescrição afastadas.
COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. Na melhor interpretação do contrato de adesão há de ser favorável ao aderente cláusula que refere a subscrição das ações, observado o valor da ação no momento da integralização do capital. Entendimento consolidado no colendo STJ. Precedentes.
CISÃO DA CRT. DOBRA ACIONÁRIA. Acolhida a pretensão de complementação de ações junto à telefonia móvel decorrente (1) do reconhecimento de um número maior de ações na telefonia fixa, após a cisão das empresas, porque acolhido o pedido de subscrição de ações e (2) do estabelecimento na Assembléia Geral nº 115, que atribui aos acionistas da sociedade cindida a mesma quantidade de ações da CELULAR CRT Participações S/A.
Devidos os DIVIDENDOS correspondentes às ações da CRT indenizadas. Observância da cotação da ação quando do pagamento. Sucumbência redimensionada.
PRELIMINARES DESACOLHIDAS. APELO DA RÉ IMPROVIDO. APELO DA AUTORA PROVIDO." (fls. 42)

Aduz a recorrente violação aos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 170, § 1º, II, e 287, II, "g", da Lei 6.404/76; 3º, 47, 267, VI, e 269, IV, do Código de Processo Civil; 85, 115 e 117 do Código Civil e 131, I, do Código Comercial.
A irresignação não merece acolhida.
Com efeito, no que toca à prescrição, esta Corte firmou entendimento no sentido do não cabimento, em casos como o dos autos, do prazo previsto no art. 287, II, "g" da Lei nº 6.404/76, introduzido pela Lei nº 10.303/2001, porquanto trata-se de direito obrigacional decorrente de contrato de participação financeira e não societário. Desta forma, incide, na espécie, a prescrição prevista no art. 177 do Código Civil de 1916 e nos arts. 205 e 2.028 do Código Civil de 2002.
A propósito:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. SOCIEDADE ANÔNIMA AÇÃO DE SUBSCRITOR DE AÇÕES NÃO ENTREGUES. DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES SUBSCRITAS. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 287, II, "G", DA LEI 6.404/76. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PRETENSÃO DE ACIONISTA.
NATUREZA PESSOAL DA PRETENSÃO. PRESCRIÇÃO DE ACORDO COM O CÓDIGO CIVIL.
- Como a prescrição é a perda da pretensão por ausência de seu exercício pelo titular, em determinado lapso de tempo; para se verificar se houve ou não prescrição é necessário constatar se nasceu ou não a pretensão respectiva, porquanto o prazo prescricional só começa a fluir no momento em que nasce a pretensão.
- Nos termos do art. 287, II, "g", da Lei n.º 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), com a redação dada pela Lei n.º 10.303/2001, a prescrição para o acionista mover ação contra a companhia ocorre em 3 (três) anos.
- A pessoa que subscreveu ações de uma sociedade anônima, mas não recebeu a quantidade devida de ações, não é acionista da companhia em relação às ações não recebidas e, por isso mesmo, ainda não tem qualquer direito de acionista em relação à companhia por conta das referidas ações.
- O direito à complementação de ações subscritas decorrentes de instrumento contratual firmado com sociedade anônima é de natureza pessoal e, conseqüentemente, a respectiva pretensão prescreve nos prazos previstos nos arts. 177 do Código Civil/1916 (20 anos) e 205 do atual Código Civil (10 anos).
Recurso especial conhecido e provido." (REsp 829835/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJ 21.08.2006)

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL. BRASIL TELECOM S/A. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. PRESCRIÇÃO. ART. 287 "G". NÃO OCORRÊNCIA. NATUREZA PESSOAL. RECURSO PROVIDO.

1. Nas demandas que envolvem a complementação de subscrição de ações, a relação tem cunho de direito obrigacional, e não societário, pois visa o cumprimento do contrato, de cuja satisfação decorreria a efetiva subscrição.
2. Inaplicabilidade do art. 287, "g", da Lei 6.404/76. Prazo prescricional regido pelo art. 205 do CC, sendo o lapso temporal decenal, contado da vigência da nova lei civil.
3. Recurso especial não conhecido." (REsp 855484/RS, Rel. Min. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, DJ 13.11.2006)

Em relação ao valor patrimonial, o acórdão recorrido, ao entender que o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao seu valor patrimonial na data da integralização, apurado no balanço imediatamente anterior, encontra-se em consonância com o entendimento desta Corte.
Confira-se:

CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA - SERVIÇO DE TELEFONIA - SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES - RECEBIMENTO DA DIFERENÇA - MOMENTO DA INCIDÊNCIA DO CÁLCULO A SER REALIZADO (DATA DA INTEGRALIZAÇÃO DO PAGAMENTO) - EXEGESE.
I - O montante de capital investido deve ser examinado pelo valor da ação apurado no balanço patrimonial anterior, a despeito da existência de ato de natureza administrativa dispondo em sentido diverso, sob pena de o investidor sofrer severo prejuízo, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
II - RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.
(REsp 872.710/RS, Rel. Min. MASSAMI UYEDA, Quarta Turma, DJ 18.12.2006)

Ainda a esse respeito, merece ser transcrito trecho do voto condutor do acórdão exarado no REsp 854.947/RS, Rel. Min. MASSAMI UYEDA, Quarta Turma, DJ 18.12.2006:

" O entendimento adotado pela col. Décima Primeira Cível do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul está em consonância com a jurisprudência pacificada deste Tribunal Superior, no sentido de o montante investido dever ser dividido pelo valor patrimonial de cada ação na data da integralização do pagamento, vale dizer, conforme o valor da ação apurado no balanço patrimonial anterior, a despeito da existência de ato de natureza administrativa dispondo em sentido diverso, sob pena de sofrer severo prejuízo, em detrimento do valor efetivamente integralizado (nesse sentido: STJ, REsp n. 470443/RS, Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Segunda Seção, v.u., j. 13/8/2003, DJ 22/9/2003, pág. 256; AgRg no Ag n. 478.394/RS, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, v.u., j. 29/6/2004, DJ 18/10/2004, pág. 283; AgRg no REsp n. 500059/RS, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, Quarta Turma, v.u., j. 6/4/2004, DJ 13/9/2004, pág. 245)".

Por fim, no que pertine aos demais dispositivos legais tidos por malferidos, verifica-se que a análise da irresignação esbarra no óbice das súmulas 5 e 7 desta Corte, porquanto a controvérsia foi decidida com expressa interpretação do ato de cisão parcial da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT -, bem como do contrato de participação financeira firmado entre as partes.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publicar.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3566)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.473 - RS (2007/0206963-7)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VALDAIR DA SILVA AGUIAR
ADVOGADO	: FÁBIO CANALLI BORGES E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por BRASIL TELECOM S/A contra decisão do Terceiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a", da Constituição Federal, manejado frente a acórdão, integrado pelo proferido em sede de embargos de declaração, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. BRASIL TELECOM S/A SUCESSORA DA CRT. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. INDENIZAÇÃO INERENTE A NÃO SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DA CELULAR CRT. PEDIDO DE COMPLEMENTAÇÃO.
PRELIMINARES:
AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. INOCORRÊNCIA. Transitada em julgado, ainda que no transcorrer da lide, a sentença que reconheceu o direito à diferença de ações da CRT, patente o interesse processual do autor em buscar a diferença de ações da Celular CRT Participações e os dividendos relativos às diferenças acionárias. Preliminar desacolhida.
LEGITIMIDADE PASSIVA. A demandada, responsável pela subscrição de ações pretendida, está bem situada no pólo passivo da relação processual, inclusive com relação ao pedido de indenização das ações da empresa Celular CRT Participações, considerando-se os termos do Protocolo de Cisão e Justificação. Condições da ação positivadas.
PREJUDICIAL DE MÉRITO. PRESCRIÇÃO. ALÍNEA "G" DO INCISO II DO ART. 287 DA LEI N.° 6.404/76. Não se configura, no caso concreto, a prescrição fundada na alínea "g" do inciso II do art. 287 da Lei das Sociedades Anônimas, uma vez que referida norma legal é repelida pela jurisprudência, por afrontar o princípio constitucional da isonomia e não especificar o termo inicial da contagem do prazo prescricional. Matéria já apreciada e afastada pela 5ª Turma de Julgamento desta Corte, em julgamento de incidente de uniformização de jurisprudência.
MÉRITO: CELULAR CRT S/A. Diante dos termos consignados na Ata n° 115 da Assembléia Geral Extraordinária da CRT, a parte autora faz jus ao recebimento de indenização pela integralidade do montante acionário em igualdade com aquele que possui junto à atual Brasil Telecom sucessora da Companhia Riograndense de Telecomunicações.
DIVIDENDOS. Adequada a condenação da demandada ao pagamento dos dividendos relativos às ações a serem indenizadas, diante do acolhimento da pretensão quanto à complementação acionária. Precedentes jurisprudenciais. DIFERENÇA DE AÇÕES. QUANTIDADE. APURAÇÃO EM SEDE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR SE APRESENTAR MAIS ADEQUADA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO DOS AUTOS.
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Tratando-se de sentença condenatória, incide o § 3° do art. 20 do CPC, que determinada a fixação dos honorários advocatícios da parte vencedora em percentual da condenação, limitado ao intervalo de 10% e 20%, de acordo com as diretrizes do referido dispositivo legal.
PREQUESTIONAMENTO. Desnecessária a manifestação expressa do julgador sobre cada um dos dispositivos legais indicados pela parte, bastando que a decisão solva integralmente e de forma fundamentada a matéria controvertida.
DESACOLHIDAS AS PRELIMINARES E PARCIALMENTE PROVIDO O APELO DO AUTOR. UNÂNIME." (fls. 40/41)

Aduz a recorrente violação aos arts. 1º, 12, 229, § 5º, e 287, II, "g", da Lei 6.404/76; ao art. 186 do Código Civil; ao art. 121 do Código Comercial, bem como aos arts. 3º, 47, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II, 467, 468 e 535 do Código de Processo Civil.
A irresignação não merece acolhida.
De início, não se vislumbra violação aos arts. 165, 458, II, e 535 do CPC, porquanto as questões submetidas ao Tribunal de origem foram suficiente e adequadamente delineadas, com abordagem integral do tema e fundamentação compatível.
Nesse contexto, impende ressaltar, em companhia da tradicional doutrina e do maciço entendimento pretoriano, que o julgado apenas se apresenta como omisso quando, sem analisar as questões colocadas sob apreciação judicial, ou mesmo promovendo o necessário debate, deixa, entretanto, num caso ou no outro, de ministrar a solução reclamada, o que não ocorre na espécie.
Diz, a propósito, o insigne BARBOSA MOREIRA:

"Há omissão quando o tribunal deixa de apreciar questões relevantes para o julgamento, suscitadas pelas partes ou examináveis de ofício ..., ou quando deixa de pronunciar-se acerca de algum tópico de matéria submetida à sua deliberação ...".

De outro lado, esta Corte firmou entendimento no sentido da não aplicação da prescrição prevista no art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, introduzida pela Lei 10.303/2001, porquanto trata-se de direito obrigacional decorrente de contrato de participação financeira e não societário. Desta forma, incide, na espécie, a prescrição prevista no art. 177 do Código Civil/1916 e nos arts. 205 e 2.028 do Código Civil/2002.
A propósito:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. SOCIEDADE ANÔNIMA AÇÃO DE SUBSCRITOR DE AÇÕES NÃO ENTREGUES. DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES SUBSCRITAS. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 287, II, "G", DA LEI 6.404/76. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PRETENSÃO DE ACIONISTA. NATUREZA PESSOAL DA PRETENSÃO. PRESCRIÇÃO DE ACORDO COM O CÓDIGO CIVIL.
- Como a prescrição é a perda da pretensão por ausência de seu exercício pelo titular, em determinado lapso de tempo; para se verificar se houve ou não prescrição é necessário constatar se nasceu ou não a pretensão respectiva, porquanto o prazo prescricional só começa a fluir no momento em que nasce a pretensão.
- Nos termos do art. 287, II, "g", da Lei n.° 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), com a redação dada pela Lei n.° 10.303/2001, a prescrição para o acionista mover ação contra a companhia ocorre em 3 (três) anos.
- A pessoa que subscreveu ações de uma sociedade anônima, mas não recebeu a quantidade devida de ações, não é acionista da companhia em relação às ações não recebidas e, por isso mesmo, ainda não tem qualquer direito de acionista em relação à companhia por conta das referidas ações.
- O direito à complementação de ações subscritas decorrentes de instrumento contratual firmado com sociedade anônima é de natureza pessoal e, conseqüentemente, a respectiva pretensão prescreve nos prazos previstos nos arts. 177 do Código Civil/1916 (20 anos) e 205 do atual Código Civil (10 anos).
Recurso especial conhecido e provido." (REsp 829835/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJ de 21.08.2006)

Por fim, no tocante à legitimidade passiva, coisa julgada, culpa da agravante, ações e respectivos dividendos, verifica-se que a análise da irresignação esbarra nos óbices das súmulas 5 e 7 desta Corte, porquanto a controvérsia foi decidida com expressa interpretação do ato de cisão parcial da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT - bem como do contrato de participação financeira firmado entre as partes.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publicar.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3567)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.479 - RS (2007/0192717-6)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: MÔNICA GOES DE ANDRADE MENDES DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANA AURORA ILHA LINK
ADVOGADO	: JÚLIO CÉSAR DOVIZINSKI E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. PRELIMINARES DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA RECORRENTE REJEITADAS. PRESCRIÇÃO TRIENAL. INOCORRÊNCIA. EMISSÃO DE AÇÕES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, cuja ementa ora se transcreve:
"BRASIL TELECOM. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA E DIREITO DE USO DE TERMINAL TELEFÔNICO. PRETENSÃO À COMPLEMENTAÇÃO DO NÚMERO DE AÇÕES. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. PRELIMINARES REJEITADAS.
IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. Pedido perfeitamente viável, ausente vedação expressa no ordenamento jurídico.
ILEGITIMIDADE PASSIVA EM FACE DAS AÇÕES DA CELULAR CRT. É da Brasil Telecom a legitimidade para responder aos pedidos relativos à indenização das ações da Celular CRT Participações, geradas quando da cisão da companhia.
ILEGITIMIDADE PASSIVA. Firmado o contrato com a CRT, sucedida pela Brasil Telecom, presente a legitimidade da Companhia para responder à ação que visa cumprimento do pacto. Irrelevante o argumento de que é vedado à Companhia negociar com suas próprias ações.
prescrição. INOCORRÊNCIA.
É inaplicável o prazo prescricional previsto no artigo 287, inciso II, alínea "g" da Lei n. 6.404/76, pois se a obrigação da Companhia subscrever ações em favor do contratante preexiste à sua condição de acionista, a pretensão à complementação de ações evidentemente não se pode qualificar para fins de reger prazo prescricional, como ação de acionista.
MÉRITO. Independentemente da época em que assinado o contrato de participação financeira, condição para habilitação ao serviço de telefonia, procede a pretensão de emissão complementar das ações vinculadas à linha telefônica. Capitalização que deveria ter sido efetuada com base no valor patrimonial da ação vigente na data da integralização. Jurisprudência uniformizada no Superior Tribunal de Justiça. Outrossim, é de ser condenada a ré Brasil Telecom S/A ao pagamento de indenização pelas ações da Celular CRT Participações S/A em valor equivalente ao mesmo número de ações da companhia cindida, em virtude da cisão patrimonial ocorrida no ano de 1999, quando cada um dos acionistas da empresa cindida passou a receber a mesma quantia acionária na companhia cindenda.
PRELIMINARES REJEITADAS. RECURSO PROVIDO. UNANIME." (fl. 177)

Desse desate, a Brasil Telecom opôs embargos de declaração, os quais restaram desacolhidos. Nas razões de seu recurso especial, alega a agravante, preliminarmente, que o acórdão recorrido infringiu os artigos 3º, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II, e 535 todos do CPC. No mérito, a ora agravante alegou a violação dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, 201, 202, § 1º, 229, § 5º e 287, II, "g" todos da Lei nº 6.404/76.
É o sucinto relatório.
Decido.
2. Primeiramente, quanto à violação ao art. 535 do CPC, quadra assinalar que o acórdão recorrido não possui nenhum vício a ser sanado por meio de embargos de declaração. Em verdade, o aresto não padece de nenhuma omissão, contradição ou obscuridade, tendo em vista que o Tribunal *a quo* se manifestou acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia.
3. Noutro giro, não há violação aos arts. 165 e 458, II, ambos do CPC, pois fundamentar a sentença significa indicar de forma lógica as razões pelas quais se deve à lide determinada solução. Além do que, prescindível que o magistrado responda a todos os argumentos apresentados pelas partes, bem como seja adotado a tese da recorrente.
4. Da mesma forma, quanto a suposta violação dos artigos 3º e 267, IV, todos do CPC, não há como acolher a preliminar de ilegitimidade passiva da recorrente, uma vez que, ao suceder a Companhia Riograndense de Telecomunicações, a Brasil Telecom se tornou parte legítima para atuar no pólo passivo da lide, devendo responder pelas obrigações assumidas no contrato de participação financeira firmado entre a CRT e a autora. A propósito, outro não é o entendimento deste Tribunal, *verbis*:
"No que pertine à ilegitimidade passiva da ora recorrente, resta assente a absoluta insubsistência da alegação, porquanto a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT, criada pela Lei Estadual nº 4.073/60 sob a forma de sociedade anônima de economia mista, foi sucedida em todas as suas obrigações pela ora recorrente, que adquiriu, em conjunto com a Brasil Telecom Participações S/A, lote de ações que lhe conferiu o controle da antiga companhia telefônica."

(REsp nº 537146/RS, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ de 14.08.2006)

5. Também não há que se falar em violação da alínea "g" do inciso II do artigo 287 da Lei nº 6.404/76.
O cerne da controvérsia instaurada se situa na natureza da relação litigiosa, sendo esta eminentemente obrigacional, uma vez que a presente ação se funda no inadimplemento contratual, consubstanciado no não recebimento das ações pela parte autora. Ora, em demandas como a dos autos, a relação apresenta cunho de direito obrigacional, ainda não societário, pois, na medida em que a recorrida ainda não goza do status de acionista, visto não ter havido a subscrição das ações da empresa em seu nome.
Dessa forma, mostra-se impróprio adotar o prazo prescricional do art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, porquanto sua aplicação deve ser reservada a quando o já acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído naquela qualidade, situação não identificável com a espécie em exame.
6. Ademais, não há que se falar em violação dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, 201, 202, § 1º e 229, § 5º da Lei nº 6.404/76, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a *quaestio* acerca da emissão de ações baseado nos elementos fático-probatórios dos autos.
Desse modo, a pretendida revisão do *decisum* encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça.
7. Ante o exposto, com base no artigo 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo de instrumento para conhecer, em parte, do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3568)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.481 - RS (2007/0197423-1)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LUIZ CARLOS FORTES
ADVOGADO	: ADRIANA TOLFO DE OLIVEIRA

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por BRASIL TELECOM S/A contra decisão do Terceiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a" da Constituição Federal, manejado frente a acórdão, integrado pelo proferido em sede de embargos de declaração, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. PEDIDO DE COMPLEMENTAÇÃO DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. ACOLHIMENTO. INCIDÊNCIA DO ART. 170 DA LEI Nº 6.404/76. PRECEDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE DA BRASIL TELECOM S/A PARA RESPONDER POR INDENIZAÇÃO EM VALOR CORRESPONDENTE ÀS AÇÕES DA CELULAR CRT DEVIDAS. PRELIMINARES REJEITADAS. APELO IMPROVIDO." (fls. 45)

Aduz a recorrente violação aos arts. 1º, 6º, 11, 12, 30, 170, § 1º, II, e 287, II, "g", da Lei 6.404/76; aos arts. 85, 115 e 117 do Código Civil; aos arts. 2º, 3º, 47 e 84, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor; ao art. 131, I, do Código Comercial, bem como aos arts. 3º, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II, e 535 do Código de Processo Civil.
A irresignação não merece acolhida.
De início, não se vislumbra violação aos arts. 165, 458, II, e 535 do CPC, porquanto as questões submetidas ao Tribunal de origem foram suficiente e adequadamente delineadas, com abordagem integral do tema e fundamentação compatível.
Nesse contexto, impende ressaltar, em companhia da tradicional doutrina e do maciço entendimento pretoriano, que o julgado apenas se apresenta como omisso quando, sem analisar as questões colocadas sob apreciação judicial, ou mesmo promovendo o necessário debate, deixa, entretanto, num caso ou no outro, de ministrar a solução reclamada, o que não ocorre na espécie.
Diz, a propósito, o insigne BARBOSA MOREIRA:

"Há omissão quando o tribunal deixa de apreciar questões relevantes para o julgamento, suscitadas pelas partes ou examináveis de ofício ..., ou quando deixa de pronunciar-se acerca de algum tópico de matéria submetida à sua deliberação ...".

Noutro norte, esta Corte firmou entendimento no sentido da não aplicação da prescrição prevista no art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, introduzida pela Lei 10.303/2001, porquanto trata-se de direito obrigacional decorrente de contrato de participação financeira e não societário. Desta forma, incide, na espécie, a prescrição prevista no art. 177 do Código Civil/1916 e nos arts. 205 e 2.028 do Código Civil/2002.
A propósito:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. SOCIEDADE ANÔNIMA AÇÃO DE SUBSCRITOR DE AÇÕES NÃO ENTREGUES. DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES SUBSCRITAS. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 287, II, "G", DA LEI 6.404/76. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PRETENSÃO DE ACIONISTA. NATUREZA PESSOAL DA PRETENSÃO. PRESCRIÇÃO DE ACORDO COM O CÓDIGO CIVIL.
- Como a prescrição é a perda da pretensão por ausência de seu exercício pelo titular, em determinado lapso de tempo; para se verificar se houve ou não prescrição é necessário constatar se nasceu ou não a pretensão respectiva, porquanto o prazo prescricional só começa a fluir no momento em que nasce a pretensão.
- Nos termos do art. 287, II, "g", da Lei n.º 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), com a redação dada pela Lei n.º 10.303/2001, a prescrição para o acionista mover ação contra a companhia ocorre em 3 (três) anos.
- A pessoa que subscreveu ações de uma sociedade anônima, mas não recebeu a quantidade devida de ações, não é acionista da companhia em relação às ações não recebidas e, por isso mesmo, ainda não tem qualquer direito de acionista em relação à companhia por conta das referidas ações.
- O direito à complementação de ações subscritas decorrentes de instrumento contratual firmado com sociedade anônima é de natureza pessoal e, conseqüentemente, a respectiva pretensão prescreve nos prazos previstos nos arts. 177 do Código Civil/1916 (20 anos) e 205 do atual Código Civil (10 anos).
Recurso especial conhecido e provido." (REsp 829835/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJ de 21.08.2006)

Ademais, o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao seu valor patrimonial na data da integralização, apurado no balanço patrimonial imediatamente anterior, consoante entendimento assente nesta Corte.
Nesse sentido:

"CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA - SERVIÇO DE TELEFONIA - SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES - RECEBIMENTO DA DIFERENÇA - MOMENTO DA INCIDÊNCIA DO CÁLCULO A SER REALIZADO (DATA DA INTEGRALIZAÇÃO DO PAGAMENTO) - EXEGESE.
I - O montante de capital investido dever ser examinado pelo valor da ação apurado no balanço patrimonial anterior, a despeito da existência de ato de natureza administrativa dispondo em sentido diverso, sob pena de o investidor sofrer severo prejuízo, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
II - RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO." (REsp 872.710/RS, Rel. Min. MASSAMI UYEDA, DJ de 18.12.2006)

Mesmo porque é aplicável o CDC à espécie (AgRg no Resp 768.641/RS).
Por fim, no tocante à legitimidade passiva e às ações, verifica-se que a análise da irresignação esbarra nos óbices das súmulas 5 e 7 desta Corte, porquanto a controvérsia foi decidida com expressa interpretação do ato de cisão parcial da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT - bem como do contrato de participação financeira firmado entre as partes.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publicar.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3569)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.490 - RS (2007/0202247-6)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JARI DE SOUZA COSTA E OUTROS
ADVOGADO	: MANFREDO ERWINO MENSCH E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 269, IV, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 170, § 1º, 201, 202, § 1º, 229, § 5º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117, do Código Civil; ao inciso I, do artigo 131, do Código Comercial e aos arts. 2º, 3º, 47 e 84, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação ao artigo do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa da agravada, uma vez que legítima para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
No que tange ao pagamento de dividendos, ou à indenização pelo seu valor, a Quarta Turma, quando do julgamento do REsp n. 500.236 (Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, por maioria, DJU de 01.12.2003), chegou ao entendimento de que "...não cabe a esta Corte analisar o impacto a ser causado pelo cumprimento da obrigação, mas tão-somente determiná-lo, conforme ressaltado pelo Ministro Carlos Alberto Menezes Direito".
Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Não procede a alegação de prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, julgado em 17.10.2006).
No que se refere à aplicação do direito consumerista, já decidiu esta Colenda Corte, na assentada de 13.8.2003 da 2ª Seção, por unanimidade, no julgamento do REsp n. 470.443/RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, que o contrato de participação financeira, por envolver o fornecimento de serviço de telefonia, embutido no investimento remuneratório das ações subscritas, está sob o manto da lei especial do consumidor, DJU de 22.9.2003.
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3570)

RECURSO ESPECIAL Nº 943.495 - SP (2007/0080128-3)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: HASPA HABITAÇÃO SÃO PAULO IMOBILIÁRIA S/A
ADVOGADO	: JOSÉ OSONAN JORGE MEIRELES
RECORRIDO	: JOSÉ RICARDO PEREIRA PEDROSA E CÔNJUGE
ADVOGADO	: DAVID DOS REIS VIEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do Colendo TJSP que, em ação de rescisão contratual e reintegração de posse, entendeu ser cabível recurso de apelação contra decisão que indefere o benefício da assistência judiciária gratuita.
O v. Acórdão restou assim ementado:
"Agravo contra decisão que concedeu justiça gratuita aos réus - Inconformismo - Liminar parcial para suspender justiça gratuita - Cabimento de apelação das decisões proferidas em conseqüência da Lei 1.060/50 - art. 17 - Constitui erro grosseiro a interposição de agravo, em vez de apelação - Recurso não conhecido." (fl. 119)

Sustenta a recorrente, em síntese, negativa de vigência aos artigos 4°, 6° e 17 da Lei n. 1.060/1950; 38, 513 e 522 do CPC; 5°, LXXIV, da Constituição Federal; além de divergência jurisprudencial com arestos de outro Tribunal.
A pretensão merece prosperar.
Na hipótese sob julgamento, entendeu o acórdão recorrido que o recurso cabível contra a decisão que indeferiu, nos autos da ação principal, o benefício da assistência judiciária gratuita, é a apelação.
Nos termos da jurisprudência desta colenda Corte, se o indeferimento da assistência judiciária gratuita não é proferido em incidente autônomo, mas no curso da ação principal, cabível o agravo de instrumento e não a apelação.
A propósito, confiram-se os seguintes precedentes:
"ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. INDEFERIMENTO NOS AUTOS PRINCIPAIS DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. RECURSO CABÍVEL. PRECEDENTES.
O agravo de instrumento é o recurso cabível contra a decisão que indefere o pedido de assistência judiciária nos autos principais.
Subsistentes os fundamentos do decisório agravado, nega-se provimento ao agravo."

(AgRg-REsp n. 156.791/DF, 4ª Turma, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, unânime, DJ de 29.10.2001);

"PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. DEFERIMENTO. AUTOS PRINCIPAIS. RECURSO CABÍVEL. AGRAVO DE INSTRUMENTO.
1. A concessão ou não, de plano, de pedido de assistência judiciária, nos autos principais, desafia a interposição de agravo de instrumento e não apelação. Violação ao art. 17, da Lei nº1.060/50 não acolhida. Precedentes.
2. Recurso especial não conhecido." (REsp n. 195.084/PA, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, DJ de 12.04.1999);

"ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. RECURSO CABÍVEL..
1. Já assentou a Corte que da decisão proferida nos autos principais indeferindo o pedido de assistência judiciária cabível é o agravo de instrumento, incidente a regra do art. 17 da lei especial de regência quando feito o pedido em autos apartados.
2. Tratando o paradigma de revogação do benefício em audiência, conjuntamente com a sentença, é evidente que se não pode dele utilizar a Corte para cobrir o recurso pela alínea "c".
3. Recurso especial não conhecido." (REsp n. 148.608/SP, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ de 03.11.1998);

"PROCESSO CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. DECISÃO DENEGATÓRIA. RECURSO CABÍVEL. ARTS. 6. E 17 DA LEI 1.060/50. PRECEDENTES. RECURSO DESACOLHIDO.
- Processado nos próprios autos principais, por erro grosseiro e intencional atribuível ao próprio requerente, pedido de assistência judiciária formulado quando já em curso a causa, a decisão que de plano o denega desafia recurso de agravo de instrumento." (RESP n. 27.034/MG, Rel. Min. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, DJ 15.03.1993);

"RESP - PROCESSUAL CIVIL - GRATUIDADE DE JUSTIÇA - INDEFERIMENTO - RECURSO CABÍVEL - Embora esta Corte venha se manifestando no sentido de ser adequado o recurso de apelação nos casos de gratuidade de justiça, há que se ressalvar as hipóteses das decisões sobre o tema nos autos da própria ação. As decisões, nestes casos, são de natureza interlocutória, cabível, portanto, agravo de instrumento." (REsp n. 174.298/RJ, Rel. Min. VICENTE CERNICCIARO, DJ de 09.11.98).

Pelo exposto, conheço do recurso e dou-lhe provimento, para anular o acórdão recorrido, devendo os autos retornarem ao Tribunal de origem a fim de que este aprecie a questão suscitada, como entender de direito.
Publique-se.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3571)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.513 - RS (2007/0203549-1)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ROSILEI BERNADETE CRESTANI
ADVOGADO	: VILSO PIAS

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega violação aos artigos 3º, 47, 267, VI, 269, IV, 461, 467 e 468 do CPC; 1º, 12, 229, § 5º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 159 e 1.056 do Código Civil de 1916 e 121 do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Não procede a afirmação de coisa julgada feita pela agravante, pois não há identidade entre as ações por ela mencionadas, já que seus pedidos são distintos. A certeza sobre essa questão somente é possível com o cotejo entre as ações que os julgaram, mas a agravante não trouxe aos autos a cópia do julgado que induziria a coisa julgada. Incide, na hipótese, o enunciado da súmula 288/STF.
Infrutífera a alegação de prescrição inserta no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976 (redação dada pela Lei n. 10.303/2001), pois não se trata de direito societário, mas pessoal, porquanto não está o postulante na condição de acionista. Nesse sentido: (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Nem há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:
"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
No entanto, em que pese esta Corte admitir a cominação de multa às hipóteses de descumprimento de mandamento judicial, não pode, tal provimento jurisdicional, malferir os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, nem tampouco ensejar enriquecimento injustificado da parte beneficiada. Nessas hipóteses, legítima é intervenção desta Corte para adequá-la aos princípios suscitados. Nesse sentido:
"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL. EXCESSO. REDUÇÃO.
A multa pelo descumprimento de decisão judicial não pode ensejar o enriquecimento sem causa da parte a quem favorece, como no caso, devendo ser reduzida a patamares razoáveis. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido."
(4ª Turma, REsp n. 793.491/RN, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, Unânime, DJU de 06.11.2006)
Ante o exposto, com espeque no artigo 544, § 3º, do Código de Ritos, conheço do agravo e dou provimento ao próprio recurso especial, somente com o fim de reduzir a multa fixada para R$ 50,00 (cinqüenta reais) ao dia.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3572)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.528 - RS (2007/0205881-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: WASHINGTON JOSÉ DE MELLO WELTER E OUTROS
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Brasil Telecom S/A contra decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 3º, 47, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II, e 535 do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, 229, § 5º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117, do Código Civil e ao inciso I, do artigo 131, do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Infrutífera a alegação de prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa do agravado, uma vez que legítimo para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3573)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.536 - RS (2007/0207226-9)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: REMI CRISTIANO RODRIGUES
ADVOGADO	: SUELI KÁTIA NEHME DE AZEVEDO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 3º, 267, VI, e 269, IV, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 168, 170, § 1º, 201, 202, § 1º, 229, § 5º, 286 e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117 do Código Civil de 1916 e 131, I, do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Não procede também a alegação de prescrição prevista no art. 286 da Lei n. 6.404/1976, pois a presente ação não objetiva a anulação de deliberação da assembléia e sim a diferença de subscrição de ações. Da mesma forma, infrutífera a argüição da prescrição inserta no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa da parte agravada, uma vez que legítima para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

No que tange ao pagamento de dividendos, ou à indenização pelo seu valor, a Quarta Turma, quando do julgamento do REsp n. 500.236 (Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, por maioria, DJU de 01.12.03), chegou ao entendimento de que "...não cabe a esta Corte analisar o impacto a ser causado pelo cumprimento da obrigação, mas tão-somente determiná-lo, conforme ressaltado pelo Ministro Carlos Alberto Menezes Direito".
Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3574)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.540 - RS (2007/0197647-7)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA CONCEIÇÃO KOWALSKI
ADVOGADO	: CAMILA DOS SANTOS ALT E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. PRELIMINARES DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO REJEITADA. PRESCRIÇÃO TRIENAL. INOCORRÊNCIA. EMISSÃO DE AÇÕES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, cuja ementa ora se transcreve:

"APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. CRT - BRASIL TELECOM. PRELIMINARES. ILEGITIMIDADE PASSIVA. A Brasil Telecom, como sucessora da CRT, é parte legítima para responder pelas obrigações remanescentes desta. RESPONSABILIDADE DA CRT PELOS ATOS PRATICADOS ATÉ A DATA DA EFETIVAÇÃO DA CISÃO PARCIAL EM 29.01.1999. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. Há possibilidade jurídica do pedido com base no direito civil e versando sobre conteúdo obrigacional. MÉRITO. PRESCRIÇÃO. AFASTADA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. As ações faltantes devem ser subscritas pela demandada, com o fim de restabelecer o equilíbrio contratual. AÇÕES EM NOME DA CELULAR CRT PARTICIPAÇÕES S.A. Não podendo a ré emitir ações em nome da Celular CRT Participações S.A., possível a condenação ao pagamento de indenização correspondente ao número de ações que deveria ter subscrito. DIVIDENDOS. Devidos. AFASTARAM AS PRELIMINARES E DERAM PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO." (fls.30)

Desse desate, a Brasil Telecom opôs embargos de declaração, os quais restaram desacolhidos. Nas razões de seu recurso especial, alega a agravante, preliminarmente, que o acórdão recorrido infringiu os artigos 165, 269, IV, 458, II e 535, todos do CPC. No mérito, a ora agravante alegou a violação dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º e 287, II, "g" todos da Lei nº 6.404/76.
É o sucinto relatório.
Decido.
2. Primeiramente, quanto à violação ao art. 535 do CPC, quadra assinalar que o acórdão recorrido não possui nenhum vício a ser sanado por meio de embargos de declaração. Em verdade, o aresto não padece de nenhuma omissão, contradição ou obscuridade, tendo em vista que o Tribunal *a quo* se manifestou acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia.
3. Noutro giro, não há violação aos arts. 165 e 458, II, ambos do CPC, pois fundamentar a sentença significa indicar de forma lógica as razões pelas quais se deve à lide determinada solução. Além do que, prescindível que o magistrado responda a todos os argumentos apresentados pelas partes, bem como seja adotado a tese da recorrente.

4. Também não há que se falar em violação da alínea "g" do inciso II do artigo 287 da Lei nº 6.404/76.
O cerne da controvérsia instaurada se situa na natureza da relação litigiosa, sendo esta eminentemente obrigacional, uma vez que a presente ação se funda no inadimplemento contratual, consubstanciado no não recebimento das ações pela parte autora. Ora, em demandas como a dos autos, a relação apresenta cunho de direito obrigacional, ainda não societário, pois, na medida em que a recorrida ainda não goza do status de acionista, visto não ter havido a subscrição das ações da empresa em seu nome.
Dessa forma, mostra-se impróprio adotar o prazo prescricional do art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, porquanto sua aplicação deve ser reservada a quando o já acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído naquela qualidade, situação não identificável com a espécie em exame.
5. Ademais, não há que se falar em violação dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168 e 170, § 1º da Lei nº 6.404/7, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a *quaestio* acerca da emissão de ações baseado nos elementos fático-probatórios dos autos.
Desse modo, a pretendida revisão do *decisum* encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça.
6. Ante o exposto, com base no artigo 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo de instrumento para conhecer, em parte, do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3575)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.545 - RS (2007/0196271-9)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GORGE RENATO DA SILVEIRA BITENCURT
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Brasil Telecom S/A contra decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 3º, 47, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II, 467, 468 e 535 do CPC; 1º, 12, 229, § 5º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e 159 do Código Civil, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Não procede a afirmação de coisa julgada feita pela agravante, pois não há identidade entre as ações por ela mencionadas, já que seus pedidos são distintos. A certeza sobre essa questão somente é possível com o cotejo entre as ações que os julgaram, mas a agravante não trouxe aos autos a cópia do julgado que induziria a coisa julgada. Incide, na hipótese, o enunciado da súmula 288/STF.
Infrutífera a alegação de prescrição inserta no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976 (redação dada pela Lei n. 10.303/2001), pois não se trata de direito societário, mas pessoal, porquanto não está o postulante na condição de acionista. Nesse sentido: (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Nem há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3576)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.546 - RS (2007/0203266-3)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ROZANE ZASTAWNI SOBUCKI
ADVOGADO	: JULIANE RIGO SCHNEIDER E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial.
Está incompleto o traslado da petição do recurso especial juntado aos autos (fls. 38/55), uma vez que a cópia referida no art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil, tem que corresponder ao seu inteiro teor. A falta de página em qualquer das peças nele elencadas torna deficiente a instrução processual.
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3577)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.549 - RS (2007/0203265-1)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ROBERTO VARGAS VIVIAN E OUTROS
ADVOGADO	: LÚCIA HELENA DOMINGUES DE QUADRO OLIVEIRA

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 3º, 47, 165, 267, VI, 269, IV, e 458, II, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, 205, § 2º, 229, § 5º, 286 e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117 do Código Civil de 1916 e 131, I, do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Não procede também a alegação de prescrição prevista no art. 286 da Lei n. 6.404/1976, pois a presente ação não objetiva a anulação de deliberação da assembléia e sim a diferença de subscrição de ações.
Da mesma forma, infrutífera a argüição da prescrição inserta no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.8.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa da parte agravada, uma vez que legítima para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.

- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

No que tange ao pagamento de dividendos, ou à indenização pelo seu valor, a Quarta Turma, quando do julgamento do REsp n. 500.236 (Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, por maioria, DJU de 01.12.03), chegou ao entendimento de que "...não cabe a esta Corte analisar o impacto a ser causado pelo cumprimento da obrigação, mas tão-somente determiná-lo, conforme ressaltado pelo Ministro Carlos Alberto Menezes Direito".
Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3578)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.571 - RS (2007/0208381-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LORENA FACCIN
ADVOGADO	: CATIA SIMARA DA ROSA BITENCOURT E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 165, 269, IV, 458, II, e 535 do CPC e 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, 233, parágrafo único, 286 e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Não procede também a alegação de prescrição prevista no art. 286 da Lei n. 6.404/1976, pois a presente ação não objetiva a anulação de deliberação da assembléia e sim a diferença de subscrição de ações.
Da mesma forma, infrutífera a argüição da prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa da parte agravada, uma vez que legítima para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3579)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.594 - RS (2007/0194327-9)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: REJANE TROJAHN
ADVOGADO	: ELIANA LUZARDO RIGOL E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 3º, 267, VI, e 269, IV, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 170, § 1º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117, do Código Civil; ao inciso I, do artigo 131, do Código Comercial e aos arts. 2º, 3º, 47 e 84, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa da agravada, uma vez que legítima para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Não procede a alegação de prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, julgado em 17.10.2006).
No que se refere à aplicação do direito consumerista, já decidiu esta Colenda Corte, na assentada de 13.8.2003 da 2ª Seção, por unanimidade, no julgamento do REsp n. 470.443/RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, que o contrato de participação financeira, por envolver o fornecimento de serviço de telefonia, embutido no investimento remuneratório das ações subscritas, está sob o manto da lei especial do consumidor, DJU de 22.9.2003.
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3580)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.597 - RS (2007/0196267-9)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IEDA NICHELE DOS SANTOS
ADVOGADO	: PAULO SIDNEI DE CASTILHOS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 165, 269, IV e 458, II, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 168, 170, § 1º, 201, 202, § 1º, 229, § 5º, 286 e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117 do Código Civil de 1916 e 131, I, do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Não procede também a alegação de prescrição prevista no art. 286 da Lei n. 6.404/1976, pois a presente ação não objetiva a anulação de deliberação da assembléia e sim a diferença de subscrição de ações.
Da mesma forma, infrutífera a argüição da prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa da parte agravada, uma vez que legítima para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

No que tange ao pagamento de dividendos, ou à indenização pelo seu valor, a Quarta Turma, quando do julgamento do REsp n. 500.236 (Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, por maioria, DJU de 01.12.03), chegou ao entendimento de que "...não cabe a esta Corte analisar o impacto a ser causado pelo cumprimento da obrigação, mas tão-somente determiná-lo, conforme ressaltado pelo Ministro Carlos Alberto Menezes Direito".

Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3581)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.600 - RS (2007/0208335-3)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSEFINA SANTA MARIA VIEIRA
ADVOGADO	: JÚLIO CÉSAR DOVIZINSKI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos arts. 165, 269, IV, 458, II, e 535 do CPC e 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, e 287, II, "g" da Lei n. 6.404/1976, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira.
Cabe observar, de início, que no exame de admissibilidade é lícito ao Tribunal recorrido ingressar no mérito recursal, eis que tal serve para a identificação ou não das ofensas à lei suscitadas pela parte.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido e violação aos artigos 6º, 12, 170, § 1º, da Lei n. 6.404/1976, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Infrutífera a argüição da prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a exibição de documentos que comprovem inadimplemento parcial do contrato de participação financeira, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
No mérito, esclareço que a Segunda Seção (REsp n. 470.443/RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, unânime, DJU de 22.09.2003) já decidiu que, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3582)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.617 - RS (2007/0196362-8)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARA ROSANE DE SOUZA FRANCKI CALDIERARO E OUTROS
ADVOGADO	: MANFREDO ERWINO MENSCH E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega violação aos artigos 3º, 47, 267, VI, 269, IV, 467 e 468 do CPC; 1º, 12, 201, 202, § 1º, 229, § 5º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 159 e 1056 do Código Civil de 1916 e 121 do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Não procede a afirmação de coisa julgada feita pela agravante, pois não há identidade entre as ações por ela mencionadas, já que seus pedidos são distintos. A certeza sobre essa questão somente é possível com o cotejo entre as ações que os julgaram, mas a agravante não trouxe aos autos a cópia do julgado que induziria a coisa julgada. Incide, na hipótese, o enunciado da Súmula 288/STF.
Nem há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Não procede a alegação de prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, julgado em 17.10.2006).
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:
"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

No que tange ao pagamento de dividendos, ou à indenização pelo seu valor, a Quarta Turma, quando do julgamento do REsp n. 500.236 (Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, por maioria, DJU de 01.12.2003), chegou ao entendimento de que "...não cabe a esta Corte analisar o impacto a ser causado pelo cumprimento da obrigação, mas tão-somente determiná-lo, conforme ressaltado pelo Ministro Carlos Alberto Menezes Direito".
Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3583)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.619 - RS (2007/0208234-3)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TALIOTTO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Brasil Telecom S/A contra decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 3º, 47, 165, 267, VI, 458, II, 467 e 468 do CPC; 1º, 12, 229, § 5º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e 186 do Código Civil, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Não procede a afirmação de coisa julgada feita pela agravante, pois não há identidade entre as ações por ela mencionadas, já que seus pedidos são distintos. A certeza sobre essa questão somente é possível com o cotejo entre as ações que os julgaram, mas a agravante não trouxe aos autos a cópia do julgado que induziria a coisa julgada. Incide, na hipótese, o enunciado da súmula 288/STF.
Nem há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Infrutífera a argüição prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, julgado em 17.10.2006).
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3584)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.649 - RS (2007/0202221-3)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PAULO SILVA LOPES
ADVOGADO	: TÂNIA LOPES PEREIRA E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO REJEITADA. PRESCRIÇÃO TRIENAL. INOCORRÊNCIA. EMISSÃO DE AÇÕES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. DATA DA INTEGRALIZAÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 83 DO STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA AFASTADA. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.
Desse desate, a Brasil Telecom opôs embargos de declaração, que restaram improvidos. Seguiu-se a interposição do recurso especial, no qual se sustenta, preliminarmente, que o acórdão *a quo* infringiu os artigos 165, 458, II e 535, II, todos do Código de Processo Civil, os artigos 170, § 1º, II e 287, II, "g" ambos da Lei nº 6.404/76 e os artigos 3º e 4º da Lei 7.799/89.
É o sucinto relatório.
Decido.
2. Primeiramente, quanto à violação do art. 535 do CPC, quadra assinalar que o acórdão recorrido não possui qualquer vício a ser sanado por meio de embargos de declaração. Em verdade, o aresto não padece de qualquer omissão, contradição ou obscuridade, tendo em vista que o Tribunal *a quo* se manifestou acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia.
3. Noutro giro, não há que se falar em ofensa dos arts. 165 e 458, II, ambos do CPC, pois fundamentar a sentença significa indicar de forma lógica as razões pelas quais se deve à lide determinada solução. Além do que, prescindível que o magistrado responda a todos os argumentos apresentados pelas partes, bem como seja adotado a tese da recorrente.

4. Com relação à ocorrência da prescrição trienal, o cerne da controvérsia instaurada se situa na natureza da relação litigiosa, sendo esta eminentemente obrigacional, uma vez que a presente ação se funda no inadimplemento contratual, consubstanciado no não recebimento das ações pela parte autora. Ora, em demandas como a dos autos, a relação apresenta cunho de direito obrigacional, ainda não societário, pois, na medida em que a recorrida ainda não goza do status de acionista, visto não ter havido a subscrição das ações da empresa em seu nome.
Dessa forma, mostra-se impróprio adotar o prazo prescricional do artigo 287, II, "g", da Lei nº 6.404/76, porquanto sua aplicação deve ser reservada a quanto o já acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído naquela qualidade, situação não identificável com a espécie em exame.
5. Ademais, não há que se falar em violação dos artigos 170, § 1º, II, da Lei nº 6.404/76, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a *quaestio* acerca da emissão de ações baseado nos elementos fático-probatórios dos autos.
Desse modo, a pretendida revisão do *decisum* encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça.
6. No tocante à quantidade de ações recebidas pela acionista, a pretensão da recorrente encontra óbice no enunciado nº 83 da Súmula deste Tribunal, tendo em vista que o *decisum* vergastado acha-se em perfeita consonância com a jurisprudência desta Casa, no sentido de que o promitente-assinante tem direito a receber a quantidade de ações com base no valor patrimonial verificado na data da integralização.
Nesse sentido, colacionam-se os seguintes precedentes:
"RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO. QUANTIDADE MENOR. AÇÕES. DIREITO. RECEBIMENTO. DIFERENÇA. 1. Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado. 2. Recurso especial conhecido em parte e, nesta extensão, provido para determinar a complementação da quantidade de ações a que os recorrentes não excluídos da lide teriam direito." (REsp 500236/RS, Rel. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Rel. p/ Acórdão Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, julgado em 07.10.2003, DJ 01.12.2003 p. 361)

"PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO DECIDIDO EM CONFORMIDADE COM A REITERADA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. BRASIL TELECOM. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÕES DE AÇÕES. CORREÇÃO MONETÁRIA. VALOR PATRIMONIAL. DATA DA INTEGRALIZAÇÃO. - O entendimento firmado na Segunda Seção é de que o recebimento da quantidade de ações deve ocorrer com base no valor patrimonial na data da integralização do capital. - Para a determinação do critério de avaliação patrimonial dessas ações importaria o exame do contrato, cuja correção não cabe ser examinada em sede de recurso especial. Incidência da Súmula 5. - Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 559.186/RS, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, DJ 20.09.2004).

7. Por fim, não há que se falar em violação dos arts. 3º e 4º da Lei nº 7.799/89, uma vez que esta Corte Superior de Justiça já se encontra pacificada no sentido de que "**a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.**" (AgRg no Ag n. 585.704/RS, Segunda Seção, Rel. Min. Barros Monteiro, DJU de 29.11.2004).
8. Ante o exposto, com base no artigo 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer, em parte, do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3585)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.660 - RS (2007/0187537-1)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GILBERTO RISSARDI E OUTROS
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO REJEITADA. EMISSÃO DE AÇÕES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. DATA DA INTEGRALIZAÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 83 DO STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA AFASTADA. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, cuja ementa ora se transcreve:
"APELAÇÃO CÍVEL. COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DA CRT.
1. ILEGITIMIDADE PASSIVA. NÃO VERIFICAÇÃO. A demandada, sucessora da CRT por incorporação, responde pelo integral cumprimento do contrato, inclusive quanto às obrigações de qualquer natureza referentes a atos praticados ou fatos geradores ocorridos até a data da efetivação da cisão parcial da CRT. Conclusão que implica a aquisição no mercado e entrega das ações referentes à Celular CRT Participações S/A, em número igual ao concernente às ações da CRT. Precedentes do STJ.
2. DEMANDA VISANDO À COMPLEMENTAÇÃO DE DIFERENÇA ACIONÁRIA. PROCEDÊNCIA. Caso em que a demandada, ao cumprir determinação iníqua de ato administrativo, praticou grave violação a dever decorrente da boa-fé objetiva, emitindo em nome do investidor menos ações do que eram devidas.
3. CRITÉRIO PARA RETRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO. Cálculo deve levar em consideração o valor patrimonial da ação aprovado na assembléia anterior ao investimento. Precedentes do STJ e da Câmara.
RECURSO PROVIDO." (fl. 86)

Desse desate, a Brasil Telecom opôs embargos de declaração, que restaram desacolhidos. Seguiu-se a interposição do recurso especial, no qual se sustenta, preliminarmente, que o acórdão *a quo* infringiu os artigos 165, 458, II e 535, II do Código de Processo Civil, o artigo 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76, os artigos 3º e 4º da Lei 7.799/89, e o parágrafo único do artigo 541 do CPC c/c § 2º do artigo 255 do RISTJ.
É o sucinto relatório.
Decido.
2. Primeiramente, quanto à violação ao art. 535, II do CPC, quadra assinalar que o acórdão recorrido não possui nenhum vício a ser sanado por meio de embargos de declaração. Em verdade, o aresto não padece de nenhuma omissão, contradição ou obscuridade, tendo em vista que o Tribunal *a quo* se manifestou acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia.
3. Noutro giro, não há violação aos arts. 165 e 458, II, ambos do CPC, pois fundamentar a sentença significa indicar de forma lógica as razões pelas quais se deve à lide determinada solução. Além do que, prescindível que o magistrado responda a todos os argumentos apresentados pelas partes, bem como seja adotado a tese da recorrente.
4. Ademais, não há que se falar em violação dos artigos 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a *quaestio* acerca da emissão de ações baseado nos elementos fático-probatórios dos autos.
Desse modo, a pretendida revisão do *decisum* encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça.
5. Não atendidos, por conseguinte, o parágrafo único do artigo 541 do CPC c.c § 2º do artigo 255 do Regimento Interno deste c. Tribunal Superior.
Neste sentido, é recorrente o entendimento esposado nesta c. Corte, que assim já se manifestou:
"RECURSO ESPECIAL. [...]. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. 1. [...] 2. [...] 3. [...] 4. Divergência jurisprudencial não comprovada. A recorrente não comprovou o alegado dissídio interpretativo nos moldes que exigem o § único do art. 541, do CPC, e o artigo 255, § 2°, do Regimento Interno desta Corte. Os arestos paradigmas apontados, [...], não guardam a similitude fática necessária à ocorrência do dissídio, não havendo, também, a devida indicação das fontes oficiais onde foram publicados. 5. Recurso não conhecido." (REsp 662111 / RN ; RECURSO ESPECIAL 2004/0067928-6 Relator(a) Ministro JORGE SCARTEZZINI (1113) Órgão Julgador T4 - QUARTA TURMA Data do Julgamento 21/09/2004 Data da Publicação/Fonte DJ 06.12.2004 p. 336)".

6. No que tange à quantidade de ações recebidas pela acionista, a pretensão da recorrente encontra óbice no enunciado nº 83 da Súmula deste Tribunal, tendo em vista que o *decisum* vergastado acha-se em perfeita consonância com a jurisprudência desta Casa, no sentido de que o promitente-assinante tem direito a receber a quantidade de ações com base no valor patrimonial verificado na data da integralização.
Nesse sentido, colacionam-se os seguintes precedentes:
"RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO. QUANTIDADE MENOR. AÇÕES. DIREITO. RECEBIMENTO. DIFERENÇA. 1. Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado. 2. Recurso especial conhecido em parte e, nesta extensão, provido para determinar a complementação da quantidade de ações a que os recorrentes não excluídos da lide teriam direito." (REsp 500236/RS, Rel. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Rel. p/ Acórdão Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, julgado em 07.10.2003, DJ 01.12.2003 p. 361)

"PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO DECIDIDO EM CONFORMIDADE COM A REITERADA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. BRASIL TELECOM. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÕES DE AÇÕES. CORREÇÃO MONETÁRIA. VALOR PATRIMONIAL. DATA DA INTEGRALIZAÇÃO. - O entendimento firmado na Segunda Seção é de que o recebimento da quantidade de ações deve ocorrer com base no valor patrimonial na data da integralização do capital. - Para a determinação do critério de avaliação patrimonial dessas ações importaria o exame do contrato, cuja correção não cabe ser examinada em sede de recurso especial. Incidência da Súmula 5. - Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 559.186/RS, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, DJ 20.09.2004).

7. Também não há que se falar em violação dos arts. 3º e 4º da Lei nº 7.799/89, uma vez que esta Corte Superior de Justiça já se encontra pacificada no sentido de que "**a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.**" (AgRg no Ag n. 585.704/RS, Segunda Seção, Rel. Min. Barros Monteiro, DJU de 29.11.2004).
8. Ante o exposto, com base no artigo 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo de instrumento para conhecer, em parte, do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3586)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.701 - RS (2007/0190690-8)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOAL ADONAI DUARTE MACHADO
ADVOGADO	: RICARDO RAPOPORT

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO REJEITADA. PRESCRIÇÃO TRIENAL. INOCORRÊNCIA. EMISSÃO DE AÇÕES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. DATA DA INTEGRALIZAÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 83 DO STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA AFASTADA. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, cuja ementa ora se transcreve:
"APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE OBRIGAÇÃO. CRT. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. MÉRITO: PRESCRIÇÃO. DIFERENÇA DE AÇÕES. DIVIDENDOS. INDENIZAÇÃO. LEGITIMIDADE PASSIVA. Há legitimidade passiva da Brasil Telecom, decorrente de contrato firmado entre o consumidor e a empresa CRT, sucedida nas obrigações por aquela. Aplicam-se os mesmos princípios, reconhecendo a obrigação daquela empresa indenizar quantidade de ações que faria jus junto a Celular CRT Participações, em decorrência da cisão existente. Questão enfrentada com o mérito. PRESCRIÇÃO. ART. 287, INCISO II, ALÍNEA "G", DA LEI 6.404/76. A prescrição de que trata o aludido diploma legal se destina ao acionista que demanda questões de natureza societária. Para a ação que originou o recurso em exame, de natureza obrigacional, versando sobre pedido de indenização por descumprimento de contrato, o prazo de prescrição está regulado na lei civil ordinária. Precedentes. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. DIFERENÇA. DIVIDENDOS. INDENIZAÇÃO. Não obstante a época da contratação, tem o autor direito a receber o número de ações correspondente à divisão do montante por ele integralizado pelo valor unitário da ação vigente na mesma data, bem como aos dividendos que ditas ações teriam gerado acaso subscritas em tal época. Em sede de execução, ante a impossibilidade de adimplemento, possível a conversão da obrigação de fazer em perdas e danos, levando-se em conta o valor de mercado da diferença acionária. Jurisprudência uniformizada no Superior Tribunal de Justiça. INDENIZAÇÃO DAS AÇÕES DA CELULAR CRT PARTICIPAÇÕES. Em face dos termos da cisão levada a efeito, faz jus a parte-autora, cujo direito à complementação das ações foi reconhecido, ao recebimento de indenização em valor equivalente ao mesmo número de ações da Celular CRT Participações S/A, acrescidos dos respectivos dividendos. CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE O VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. Descabe a incidência de correção monetária sobre o valor patrimonial da ação a ser observado no cálculo para verificação da quantidade de ações a serem emitidas em favor da parte-autora. Precedentes STJ. Sucumbência mantida. REJEITADA A PRELIMINAR E DESPROVIDA A APELAÇÃO DA RÉ. PROVIDO O RECURSO DO AUTOR." (fls. 113)

Desse desate, a Brasil Telecom opôs embargos de declaração, que restaram desacolhidos. Seguiu-se a interposição do recurso especial, no qual se sustenta, preliminarmente, que o acórdão *a quo* infringiu os artigos 165, 458, II e 535, II, todos do Código de Processo Civil, os artigos 170, § 1º, II e 287, II, "g" ambos da Lei nº 6.404/76 e os artigos 3º e 4º da Lei 7.799/89.
É o sucinto relatório.
Decido.
2. Primeiramente, quanto à violação do art. 535 do CPC, quadra assinalar que o acórdão recorrido não possui qualquer vício a ser sanado por meio de embargos de declaração. Em verdade, o aresto não padece de qualquer omissão, contradição ou obscuridade, tendo em vista que o Tribunal *a quo* se manifestou acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia.
3. Noutro giro, não há que se falar em ofensa dos arts. 165 e 458, II, ambos do CPC, pois fundamentar a sentença significa indicar de forma lógica as razões pelas quais se deve à lide determinada solução. Além do que, prescindível que o magistrado responda a todos os argumentos apresentados pelas partes, bem como seja adotado a tese da recorrente.
4. Com relação à ocorrência da prescrição trienal, o cerne da controvérsia instaurada se situa na natureza da relação litigiosa, sendo esta eminentemente obrigacional, uma vez que a presente ação se funda no inadimplemento contratual, consubstanciado no não recebimento das ações pela parte autora. Ora, em demandas como a dos autos, a relação apresenta cunho de direito obrigacional, ainda não societário, pois, na medida em que a recorrida ainda não goza do status de acionista, visto não ter havido a subscrição das ações da empresa em seu nome.
Dessa forma, mostra-se impróprio adotar o prazo prescricional do artigo 287, II, "g", da Lei nº 6.404/76, porquanto sua aplicação deve ser reservada a quanto o já acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído naquela qualidade, situação não identificável com a espécie em exame.
5. Ademais, não há que se falar em violação dos artigos 170, § 1º, II, da Lei nº 6.404/76, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a *quaestio* acerca da emissão de ações baseado nos elementos fático-probatórios dos autos.
Desse modo, a pretendida revisão do *decisum* encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça.
6. No tocante à quantidade de ações recebidas pela acionista, a pretensão da recorrente encontra óbice no enunciado nº 83 da Súmula deste Tribunal, tendo em vista que o *decisum* vergastado acha-se em perfeita consonância com a jurisprudência desta Casa, no sentido de que o promitente-assinante tem direito a receber a quantidade de ações com base no valor patrimonial verificado na data da integralização.
Nesse sentido, colacionam-se os seguintes precedentes:
"RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO. QUANTIDADE MENOR. AÇÕES. DIREITO. RECEBIMENTO. DIFERENÇA. 1. Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado. 2. Recurso especial conhecido em parte e, nesta extensão, provido para determinar a complementação da quantidade de ações a que os recorrentes não excluídos da lide teriam direito." (REsp 500236/RS, Rel. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Rel. p/ Acórdão Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, julgado em 07.10.2003, DJ 01.12.2003 p. 361)

"PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO DECIDIDO EM CONFORMIDADE COM A REITERADA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. BRASIL TELECOM. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÕES DE AÇÕES. CORREÇÃO MONETÁRIA. VALOR PATRIMONIAL. DATA DA INTEGRALIZAÇÃO. - O entendimento firmado na Segunda Seção é de que o recebimento da quantidade de ações deve ocorrer com base no valor patrimonial na data da integralização do capital. - Para a determinação do critério de avaliação patrimonial dessas ações importaria o exame do contrato, cuja correção não cabe ser examinada em sede de recurso especial. Incidência da Súmula 5. - Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 559.186/RS, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, DJ 20.09.2004).

7. Por fim, não há que se falar em violação dos arts. 3º e 4º da Lei nº 7.799/89, uma vez que esta Corte Superior de Justiça já se encontra pacificada no sentido de que "**a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.**" (AgRg no Ag n. 585.704/RS, Segunda Seção, Rel. Min. Barros Monteiro, DJU de 29.11.2004).
8. Ante o exposto, com base no artigo 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer, em parte, do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3587)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.717 - RS (2007/0187658-3)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA LÚCIA MACHADO DA ROSA
ADVOGADO	: ANDRÉA MARTIMBIANCO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 267, VI, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 168, 170, § 1º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117, do Código Civil e ao inciso I, do artigo 131, do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira.
O recurso especial é inviável.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Infrutífera a alegação de prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa do agravado, uma vez que legítimo para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3588)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.752 - RS (2007/0189628-5)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INGMAR OHLWEILER
ADVOGADO	: OSWALDO TADEU MATOS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira.
O recurso especial é inviável.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Infrutífera a argüição da prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa da parte agravada, uma vez que legítima para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3589)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.778 - RS (2007/0195952-9)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RUI DAMBROS
ADVOGADO	: ALÉCIO SARTURI CARGNIN E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO REJEITADA. EMISSÃO DE AÇÕES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. DATA DA INTEGRALIZAÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 83 DO STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA AFASTADA. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, cuja ementa ora se transcreve:
"APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. AÇÕES DA CRT.
NÃO-CONHECIMENTO DE PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA PARA RESPONDER POR AÇÕES DA CELULAR CRT PARTICIPAÇÕES S.A.
AFASTAMENTO DA EXTINÇÃO DO PROCESSO PELO ACOLHIMENTO DA PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO DO art. 287, inc. II, alínea "g", da Lei n° 6.404/76.
AQUISIÇÃO EM 1990. DESCUMPRIMENTO. INDENIZAÇÃO PELA DIFERENÇA DE AÇÕES DA CRT.
(...)
PRELIMINAR NÃO-CONHECIDA.
APELAÇÃO PROVIDA." (fl. 219)

Desse desate, a Brasil Telecom opôs embargos de declaração, que restaram desacolhidos. Seguiu-se a interposição do recurso especial, no qual se sustenta, preliminarmente, que o acórdão *a quo* infringiu os artigos 165, 458, II e 535, II do Código de Processo Civil, o artigo 170, § 1º, II e 287, II, "g" da Lei nº 6.404/76, os artigos 3º e 4º da Lei 7.799/89, e o parágrafo único do artigo 541 do CPC c/c § 2º do artigo 255 do RISTJ.
É o sucinto relatório.

Decido.
2. Primeiramente, quanto à violação ao art. 535, II do CPC, quadra assinalar que o acórdão recorrido não possui nenhum vício a ser sanado por meio de embargos de declaração. Em verdade, o aresto não padece de nenhuma omissão, contradição ou obscuridade, tendo em vista que o Tribunal *a quo* se manifestou acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia.
3. Noutro giro, não há violação aos arts. 165 e 458, II, ambos do CPC, pois fundamentar a sentença significa indicar de forma lógica as razões pelas quais se deve à lide determinada solução. Além do que, prescindível que o magistrado responda a todos os argumentos apresentados pelas partes, bem como seja adotado a tese da recorrente.
4. Também não há que se falar em violação da alínea "g" do inciso II do artigo 287 da Lei nº 6.404/76.
O cerne da controvérsia instaurada se situa na natureza da relação litigiosa, sendo esta eminentemente obrigacional, uma vez que a presente ação se funda no inadimplemento contratual, consubstanciado no não recebimento das ações pela parte autora. Ora, em demandas como a dos autos, a relação apresenta cunho de direito obrigacional, ainda não societário, pois, na medida em que a recorrida ainda não goza do status de acionista, visto não ter havido a subscrição das ações da empresa em seu nome.
Dessa forma, mostra-se impróprio adotar o prazo prescricional do art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, porquanto sua aplicação deve ser reservada a quando o já acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído naquela qualidade, situação não identificável com a espécie em exame.
5. Ademais, não há que se falar em violação dos artigos 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a *quaestio* acerca da emissão de ações baseado nos elementos fático-probatórios dos autos.
Desse modo, a pretendida revisão do *decisum* encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça.
6. Não atendidos, por conseguinte, o parágrafo único do artigo 541 do CPC c.c § 2º do artigo 255 do Regimento Interno deste c. Tribunal Superior.
Neste sentido, é recorrente o entendimento esposado nesta c. Corte, que assim já se manifestou:
"RECURSO ESPECIAL. [...]. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. 1. [...] 2. [...] 3. [...] 4. Divergência jurisprudencial não comprovada. A recorrente não comprovou o alegado dissídio interpretativo nos moldes que exigem o § único do art. 541, do CPC, e o artigo 255, § 2°, do Regimento Interno desta Corte. Os arestos paradigmas apontados, [...], não guardam a similitude fática necessária à ocorrência do dissídio, não havendo, também, a devida indicação das fontes oficiais onde foram publicados. 5. Recurso não conhecido." (REsp 662111 / RN ; RECURSO ESPECIAL 2004/0067928-6 Relator(a) Ministro JORGE SCARTEZZINI (1113) Órgão Julgador T4 - QUARTA TURMA Data do Julgamento 21/09/2004 Data da Publicação/Fonte DJ 06.12.2004 p. 336)".

7. No que tange à quantidade de ações recebidas pela acionista, a pretensão da recorrente encontra óbice no enunciado nº 83 da Súmula deste Tribunal, tendo em vista que o *decisum* vergastado acha-se em perfeita consonância com a jurisprudência desta Casa, no sentido de que o promitente-assinante tem direito a receber a quantidade de ações com base no valor patrimonial verificado na data da integralização.
Nesse sentido, colacionam-se os seguintes precedentes:
"RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO. QUANTIDADE MENOR. AÇÕES. DIREITO. RECEBIMENTO. DIFERENÇA. 1. Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado. 2. Recurso especial conhecido em parte e, nesta extensão, provido para determinar a complementação da quantidade de ações a que os recorrentes não excluídos da lide teriam direito." (REsp 500236/RS, Rel. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Rel. p/ Acórdão Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, julgado em 07.10.2003, DJ 01.12.2003 p. 361)

"PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO DECIDIDO EM CONFORMIDADE COM A REITERADA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. BRASIL TELECOM. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÕES DE AÇÕES. CORREÇÃO MONETÁRIA. VALOR PATRIMONIAL. DATA DA INTEGRALIZAÇÃO. - O entendimento firmado na Segunda Seção é de que o recebimento da quantidade de ações deve ocorrer com base no valor patrimonial na data da integralização do capital. - Para a determinação do critério de avaliação patrimonial dessas ações importaria o exame do contrato, cuja correção não cabe ser examinada em sede de recurso especial. Incidência da Súmula 5. - Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 559.186/RS, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, DJ 20.09.2004).

8. Também não há que se falar em violação dos arts. 3º e 4º da Lei nº 7.799/89, uma vez que esta Corte Superior de Justiça já se encontra pacificada no sentido de que "**a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.**" (AgRg no Ag n. 585.704/RS, Segunda Seção, Rel. Min. Barros Monteiro, DJU de 29.11.2004).
9. Ante o exposto, com base no artigo 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo de instrumento para conhecer, em parte, do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3590)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.791 - RS (2007/0204255-8)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: MÔNICA GOES DE ANDRADE MENDES DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CARLOS MÁRIO LIMA DE SOUZA
ADVOGADO	: MÁRCIO MAZZOLA SILVA E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. PRELIMINARES DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA RECORRENTE REJEITADAS. PRESCRIÇÃO BIENAL E TRIENAL. INOCORRÊNCIA. EMISSÃO DE AÇÕES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, cuja ementa ora se transcreve:
"CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. AQUISIÇÃO DE AÇÕES. AÇÃO PROPOSTA POR ACIONISTA QUE PRETENDE DIFERENÇA DE AÇÕES A QUE TERIA DIREITO.
PRELIMINARES DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO E ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADAS. PRESCRIÇÃO DESCARACTERIZADA.
SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. RECEBIMENTO. DIFERENÇA. POSSIBILIDADE. ORIENTAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.
POSSÍVEL, INDEPENDENTE DA PORTARIA DE REGÊNCIA DO CONTRATO, O DIREITO DO CONTRATANTE DE RECEBER A DIFERENÇA DE AÇÕES EM IMPORTÂNCIA CORRESPONDENTE AO VALOR PATRIMONIAL NA DATA DA INTEGRALIZAÇÃO (DATA DA PACTUAÇÃO), DEFINIDO EM ASSEMBLÉIA.
CORREÇÃO MONETÁRIA. VALOR PATRIMONIAL. DATA DA INTEGRALIZAÇÃO. PRECEDENTES.
CELULAR CRT PARTICIPAÇÕES S/A.
RESPONSABILIDADE DA CRT PELOS ATOS PRATICADOS ATÉ A DATA DA EFETIVAÇÃO DA CISÃO PARCIAL EM 29.01.1999.
NÃO PODENDO A RÉ EMITIR AÇÕES EM NOME DA CELULAR CRT PARTICIPAÇÕES S.A., POSSÍVEL A CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE AO NÚMERO DE AÇÕES QUE DEVERIA TER SUBSCRITO
EM DECORRÊNCIA CABÍVEL O PAGAMENTO DOS DIVIDENDOS DECORRENTE DO INCOMPLETO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO RELACIONADA AS AÇÕES DA BRASIL TELECOM S/A E INDENIZAÇÃO QUANTO AS AÇÕES DA CELULAR CRT S/A.
APELOS PARCIALMENTE PROVIDOS. UNÂNIME." (fl. 192)

Nas razões do especial, sustenta a agravante, preliminarmente, que o acórdão recorrido infringiu os arts. 3º, 165, 267, VI, 269, IV e 458, II, todos do CPC. No mérito, a ora agravante alegou a violação dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 168, 170, § 1º, 201 e 202, § 1º, 229, § 5º, 286, e 287, II, "g", todos da Lei nº 6.404/76, dos artigos 85, 115 e 117 do Código Civil e do artigo 131, I, do Código Comercial.
É o sucinto relatório.
Decido.
2. Não há violação aos arts. 165 e 458, II, ambos do CPC, pois fundamentar a sentença significa indicar de forma lógica as razões pelas quais se deve à lide determinada solução. Além do que, prescindível que o magistrado responda a todos os argumentos apresentados pelas partes, bem como seja adotado a tese da recorrente.
3. Da mesma forma, quanto a suposta violação dos artigos 3º e 267, IV, ambos do CPC, não há como acolher a preliminar de ilegitimidade passiva da recorrente, uma vez que, ao suceder a Companhia Riograndense de Telecomunicações, a Brasil Telecom se tornou parte legítima para atuar no pólo passivo da lide, devendo responder pelas obrigações assumidas no contrato de participação financeira firmado entre a CRT e a autora. A propósito, outro não é o entendimento deste Tribunal, *verbis*:
"No que pertine à ilegitimidade passiva da ora recorrente, resta assente a absoluta insubsistência da alegação, porquanto a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT, criada pela Lei Estadual nº 4.073/60 sob a forma de sociedade anônima de economia mista, foi sucedida em todas as suas obrigações pela ora recorrente, que adquiriu, em conjunto com a Brasil Telecom Participações S/A, lote de ações que lhe conferiu o controle da antiga companhia telefônica." (REsp nº 537146/RS, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ de 14.08.2006)

4. No tocante à alegada violação dos arts. 168 e 286, da Lei n° 6.404/76, no que diz respeito à prescrição bienal, não é possível constatar qualquer intenção de anulação de deliberação tomada em assembléia geral. Ao contrário do alegado, a presente ação visa apenas o cumprimento de uma obrigação contratual, qual seja, a subscrição de ações, cujo prazo prescricional é o relativo às ações pessoais, nos termos do disposto no artigo 177, do CC.
5. Também não há que se falar em violação da alínea "g" do inciso II do artigo 287 da Lei nº 6.404/76.
O cerne da controvérsia instaurada se situa na natureza da relação litigiosa, sendo esta eminentemente obrigacional, uma vez que a presente ação se funda no inadimplemento contratual, consubstanciado no não recebimento das ações pela parte autora. Ora, em demandas como a dos autos, a relação apresenta cunho de direito obrigacional, ainda não societário, pois, na medida em que a recorrida ainda não goza do status de acionista, visto não ter havido a subscrição das ações da empresa em seu nome.
Dessa forma, mostra-se impróprio adotar o prazo prescricional do art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, porquanto sua aplicação deve ser reservada a quando o já acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído naquela qualidade, situação não identificável com a espécie em exame.
6. Ademais, não há que se falar em violação dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 170, § 1º, 201, 202, 229, § 5º da Lei nº 6.404/76, aos arts. 85, 115, e 117 do CC e 131, I, do Código Comercial, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a *quaestio* acerca da emissão de ações baseado nos elementos fático-probatórios dos autos.
Desse modo, a pretendida revisão do *decisum* encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça.
7. Ante o exposto, com base no artigo 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo de instrumento para conhecer, em parte, do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3591)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.801 - RS (2007/0187663-5)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: MÔNICA GOES DE ANDRADE MENDES DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PAULO RICARDO CARVALHO AGUIAR
ADVOGADO	: FABIANA ESPOSITO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 3º, 165, 267, VI, 269, IV e 458, II, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 168, 170, § 1º, 201, 202, § 1º, 286 e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117 do Código Civil de 1916 e 131, I, do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Não procede também a alegação de prescrição prevista no art. 286 da Lei n. 6.404/1976, pois a presente ação não objetiva a anulação de deliberação da assembléia e sim a diferença de subscrição de ações. Da mesma forma, infrutífera a argüição da prescrição inserta no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa da parte agravada, uma vez que legítima para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.

Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

No que tange ao pagamento de dividendos, ou à indenização pelo seu valor, a Quarta Turma, quando do julgamento do REsp n. 500.236 (Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, por maioria, DJU de 01.12.03), chegou ao entendimento de que "...não cabe a esta Corte analisar o impacto a ser causado pelo cumprimento da obrigação, mas tão-somente determiná-lo, conforme ressaltado pelo Ministro Carlos Alberto Menezes Direito".
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3592)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.809 - RS (2007/0201690-3)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NIARA SOUZA BITENCOURT
ADVOGADO	: DIETER C POTTER E OUTRO(S)
INTERES.	: CELULAR CRT PARTICIPAÇÕES S/A
ADVOGADO	: RODRIGO AZEVEDO PEREIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 3º, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II, e 535 do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 170, § 1º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117, do Código Civil; ao inciso I, do artigo 131, do Código Comercial e aos arts. 2º, 3º, 47 e 84, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que, mesmo não examinando os dispositivos legais levantados nos embargos de declaração, dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa da agravada, uma vez que legítima para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Não procede a alegação de prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, julgado em 17.10.2006).
No que se refere à aplicação do direito consumerista, já decidiu esta Colenda Corte, na assentada de 13.8.2003 da 2ª Seção, por unanimidade, no julgamento do REsp n. 470.443/RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, que o contrato de participação financeira, por envolver o fornecimento de serviço de telefonia, embutido no investimento remuneratório das ações subscritas, está sob o manto da lei especial do consumidor, DJU de 22.9.2003.
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3593)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.817 - RS (2007/0199614-3)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS
ADVOGADO	: AUGUSTINHO GERVÁSIO GÖTTEMS TELÖKEN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega violação aos artigos 3º, 165, 267, VI, 458, II, e 535 do CPC; 170, § 1º da Lei n. 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e 3° e 4° da Lei n. 7.799/1989, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira.
O recurso especial não prospera.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que, mesmo não examinando os dispositivos legais levantados nos embargos de declaração, dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante.
Em relação à obrigação de complementação de ações, no julgamento do Resp n. 453.805/RS, feito pela Egrégia 2ª Seção deste Tribunal, foi decidido que em contrato de participação financeira firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
No que diz respeito ao valor patrimonial da ação tomado como divisor para estimar a quantidade de ações a complementar à agravada, a orientação jurisprudencial é no sentido de que tal matéria pressupõe o reexame do contrato firmado entre as partes, vedado a esta Corte Superior, a teor da Súmula n. 5/STJ. Precedentes: 3ª Turma, AgRg nos EDcl no Ag n. 489.216/RS, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, unânime, DJU de 18.10.2004 e 4ª Turma, AgRg no Ag n. 603.118/RS, Rel. Min. Jorge Scartezzini, unânime, DJU de 06.12.2004.
Quanto à aplicabilidade da Lei n. 7.799/1989 ao caso, discussão pertinente na hipótese de ser lacunoso o contrato, há que se dizer que ela se limita a fins tributários. Com efeito, essa lei cria ficção legal que dificilmente seria capaz de identificar o real valor do patrimônio da empresa. Se for omisso o contrato quanto ao critério para identificar o valor patrimonial da ação, cabe ao Tribunal local adotar aquele que entender mais consentâneo com o caso concreto, seja por balanço anual, por balancete mensal, ou por eventual balanço de determinação. Invadir essa seara implicaria revolver matéria fática, o que esbarra no enunciado sumular n. 7/STJ.
Por fim, para que não paire dúvida sobre a questão, não há que se falar de correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3594)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.819 - RS (2007/0205186-1)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CLEUSA MARIA DA SILVA RAMOS
ADVOGADO	: VALQUÍRIA PAGANELLA PINZON E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por BRASIL TELECOM S/A contra decisão do Terceiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letras "a" e "c", da Constituição Federal, manejado frente a acórdão, integrado pelo proferido em sede de embargos de declaração, assim ementado:
"AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE OBRIGAÇÃO. BRASIL TELECOM S/A. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA.
Não prospera a alegada ilegitimidade passiva da Brasil Telecom S/A, sendo certo que se o contrato de participação financeira foi firmado pela ex-CRT, somente a ela toca o interesse de contraposição ao pedido inicial. Assim também quanto ao pedido de indenização do valor das ações referentes à CELULAR CRT quando da cisão também há legitimidade ad causam da Brasil Telecom para responder pela subscrição das referidas ações.
No mérito, consoante entendimento pacificado no STJ, em tais contratos, o adquirente de linha telefônica tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização. Ademais, trata-se de contrato de adesão, em que impera a interpretação mais favorável ao aderente, sob pena de severo prejuízo.
POR UNANIMIDADE, REJEITARAM A PRELIMINAR, DERAM PROVIMENTO À APELAÇÃO DA PARTE AUTORA E NEGARAM PROVIMENTO A APELAÇÃO DA RÉ." (fls. 99)
Aduz a recorrente violação ao art. 170, § 1º, II, e 287, II, "g", da Lei 6.404/76; aos arts. 3º e 4º da Lei 7.799/89 e aos arts. 165, 458, II, e 535 do Código de Processo Civil, bem como aponta dissídio jurisprudencial.
A irresignação não merece acolhida.
De início, não se vislumbra violação aos arts. 165, 458, II, e 535 do CPC, porquanto as questões submetidas ao Tribunal de origem foram suficiente e adequadamente delineadas, com abordagem integral do tema e fundamentação compatível.
Nesse contexto, impende ressaltar, em companhia da tradicional doutrina e do maciço entendimento pretoriano, que o julgado apenas se apresenta como omisso quando, sem analisar as questões colocadas sob apreciação judicial, ou mesmo promovendo o necessário debate, deixa, entretanto, num caso ou no outro, de ministrar a solução reclamada, o que não ocorre na espécie.
Diz, a propósito, o insigne BARBOSA MOREIRA:
"Há omissão quando o tribunal deixa de apreciar questões relevantes para o julgamento, suscitadas pelas partes ou examináveis de ofício ..., ou quando deixa de pronunciar-se acerca de algum tópico de matéria submetida à sua deliberação ...".
A matéria relativa ao art. 287, II, "g", da Lei nº 6.404/76 não foi objeto de decisão por parte do acórdão recorrido, ressentindo-se o recurso especial, neste particular, do necessário prequestionamento, o que faz incidir a censura das súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.
De outro lado, o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao seu valor patrimonial na data da integralização, apurado no balanço patrimonial imediatamente anterior, consoante entendimento assente nesta Corte.
Nesse sentido:
"CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA - SERVIÇO DE TELEFONIA - SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES - RECEBIMENTO DA DIFERENÇA - MOMENTO DA INCIDÊNCIA DO CÁLCULO A SER REALIZADO (DATA DA INTEGRALIZAÇÃO DO PAGAMENTO) - EXEGESE.
I - O montante de capital investido dever ser examinado pelo valor da ação apurado no balanço patrimonial anterior, a despeito da existência de ato de natureza administrativa dispondo em sentido diverso, sob pena de o investidor sofrer severo prejuízo, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
II - RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO." (REsp 872.710/RS, Rel. Min. MASSAMI UYEDA, DJ de 18.12.2006)

Nego provimento ao agravo.
Publicar.
Brasília, 19 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3595)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.820 - RS (2007/0199643-4)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MIRTES DE ROSANE DE MORAES
ADVOGADO	: CÁSSIO ALEXANDRE FERRUGEM

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 3º, 267, VI, e 269, IV, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 168, 170, § 1º, 201, 202, § 1º, 229, § 5º, 286 e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117 do Código Civil e 131, I, do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Não procede também a alegação de prescrição prevista no art. 286 da Lei n. 6.404/1976, pois a presente ação não objetiva a anulação de deliberação da assembléia e sim a diferença de subscrição de ações.
Da mesma forma, infrutífera a argüição da prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa da parte agravada, uma vez que legítima para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

No que tange ao pagamento de dividendos, ou à indenização pelo seu valor, a Quarta Turma, quando do julgamento do REsp n. 500.236 (Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, por maioria, DJU de 01.12.03), chegou ao entendimento de que "...não cabe a esta Corte analisar o impacto a ser causado pelo cumprimento da obrigação, mas tão-somente determiná-lo, conforme ressaltado pelo Ministro Carlos Alberto Menezes Direito".
Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.

Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3596)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.826 - RS (2007/0203009-7)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ADEMAR DILKIN
ADVOGADO	: CLÁUDIA MARA PEREIRA ORCI

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos arts. 165, 269, IV, 458, II, e 535 do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, 233 e 287, II, "g" da Lei n. 6.404/1976 e 186 do Código Civil, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido e violação aos artigos 6º, 12, 170, § 1º, da Lei n. 6.404/1976, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Infrutífera a alegação de prescrição inserta no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976 (redação dada pela Lei n. 10.303/2001), pois não se trata de direito societário, mas pessoal, porquanto não está o postulante na condição de acionista. Nesse sentido: (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
No mérito, esclareço que a Segunda Seção (REsp n. 470.443/RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, unânime, DJU de 22.09.2003) já decidiu que, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3597)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.841 - RS (2007/0199488-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FRANCISCO INÁCIO MARQUES DE MELLO
ADVOGADO	: HEDY DOMINGOS GUERRIERI

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega violação aos artigos 171, § 2º, da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 159 e 1.056 do Código Civil de 1916 e ao art. 121 do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira.
A irresignação não merece prosperar.
Com efeito, em relação ao art. 171 da mencionada lei, o acórdão recursado, por considerar a impossibilidade de subscrição das ações em razão de não ter sido contratada, determinou a indenização quanto aos valores pagos pelo agravado, corrigidos monetariamente, sob o fundamento de enriquecimento sem causa. Com efeito, incide, na espécie, o teor da Súmula n. 283 do STF, vez que mencionado fundamento, suficiente para manutenção do aresto, não foi atacado no apelo especial.
Por fim, tenho como irreprochável a decisão agravada, quanto aos demais artigos tidos por violados, uma vez que deles não cuidou o aresto recorrido. Incide, no caso, o teor da Súmula n. 282 do STF.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3598)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.842 - RS (2007/0193975-1)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NELSON SIMONETTI
ADVOGADO	: MARCOS ANTÔNIO FACCIO

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recursos especiais, **o primeiro (fls. 63/95), por ser prematuro e o segundo (fls. 102/134), em razão de não atender ao princípio da unicidade ou singularidade dos recursos.**
O recurso não prospera. Com efeito, além de irreprochável a decisão recursada, observa-se que na petição de fls. 03/14, a ora agravante não impugnou os mencionados fundamentos, mostrando-se, pois, inadmissível o agravo de instrumento.
Incide na hipótese, por analogia, o princípio cristalizado no enunciado n. 182 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, **verbis**:
"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.".
Nesse sentido:
"AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. INDEFERIMENTO LIMINAR. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTOS. ATAQUE. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA 182.
- É inviável o agravo do Art. 545 do CPC que deixa de atacar todos os fundamentos da decisão agravada (Súmula 182)."
(AgR-EREsp n. 297.116-MA, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, 2ª Seção, unânime, DJU de 28.03.2005)
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3599)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.844 - RS (2007/0202080-0)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANA MIRANDA DA SILVA
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

O recurso especial foi recebido no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul em 23.11.2006 (fls. 75), interposto antes do julgamento dos embargos de declaração da parte contrária, ocorrido em 17.01.2007 (fls. 72).
Não houve posterior reiteração.
Desta forma, é extemporâneo o recurso especial protocolado antes de esgotada a via jurisdicional.
A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO ANTES DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMTEMPESTIVIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO
1. É extemporâneo o recurso especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, salvo se houver reiteração posterior, porquanto o prazo para recorrer só começa a fluir após a publicação do acórdão integrativo.
2. Agravo regimental improvido.
(AgRg no Ag 580.648/RS, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Quarta Turma, DJ 29.06.2007)

"PROCESSO CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - TEMPESTIVIDADE - INTERPOSIÇÃO ANTES DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PRECEDENTES - FUNDAMENTOS INCAPAZES DE AFASTAR A DECISÃO AGRAVADA.
1 - É extemporâneo o recurso especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, salvo se houver reiteração posterior, porquanto o prazo para recorrer só começa a fluir após a publicação do acórdão integrativo. Precedentes.
2 - Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 815.977/PA, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, Quarta Turma, DJ 26.02.2007)

Não conheço do agravo.
Publicar.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3600)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.854 - RS (2007/0189203-1)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: MÔNICA GOES DE ANDRADE MENDES DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JÚLIO DA ROSA FLORES
ADVOGADO	: ALTEMIR CANTÚ

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega violação aos artigos 3º, 165, 267, VI, 269, IV, e 458, II, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 168, 170, § 1º, 201, 202, § 1º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115, e 117 do Código Civil de 1916 e 131, I, do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.

O recurso especial é inviável.

Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante.

Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.

Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.

Infrutífera a argüição da prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).

Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa da parte agravada, uma vez que legítima para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).

Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.

Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.

- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.

- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.

Agravo regimental improvido."

(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

No que tange ao pagamento de dividendos, ou à indenização pelo seu valor, a Quarta Turma, quando do julgamento do REsp n. 500.236 (Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, por maioria, DJU de 01.12.03), chegou ao entendimento de que "...não cabe a esta Corte analisar o impacto a ser causado pelo cumprimento da obrigação, mas tão-somente determiná-lo, conforme ressaltado pelo Ministro Carlos Alberto Menezes Direito".

Pelo exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3601)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.856 - RS (2007/0190736-1)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANTONIO CARLOS BERTANI E OUTROS
ADVOGADO	: MAURICIO DAL AGNOL E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO REJEITADA. EMISSÃO DE AÇÕES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. DATA DA INTEGRALIZAÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 83 DO STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA AFASTADA. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, cuja ementa ora se transcreve:

"APELAÇÕES CÍVEIS. COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DA CRT.

1. ILEGITIMIDADE ATIVA. CARACTERIZAÇÃO, RELATIVAMENTE AOS AUTORES ARNO, CARLOS ALBERTO, CLEONICE E FLÁVIA, QUE SÃO CESSIONÁRIOS DAS AÇÕES. NÃO COMPROVAÇÃO DE QUE HOUVE VERDADEIRA SUCESSÃO NA POSIÇÃO CONTRATUAL. SEGUNDO PRECEDENTES DO STJ E DA CÂMARA, A LEGITIMIDADE, EM TAIS CASOS, É DO CEDENTE.

2. ILEGITIMIDADE PASSIVA. NÃO VERIFICAÇÃO. A DEMANDADA, SUCESSORA, POR INCORPORAÇÃO, DA CRT, RESPONDE PELO INTEGRAL CUMPRIMENTO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO ÀS OBRIGAÇÕES DE QUALQUER NATUREZA REFERENTES A ATOS PRATICADOS OU FATOS GERADORES OCORRIDOS ATÉ A DATA DA EFETIVAÇÃO DA CISÃO PARCIAL DA CRT. CONCLUSÃO QUE IMPLICA A INDENIZAÇÃO AOS INVESTIDORES QUE DEIXARAM DE PERCEBER AÇÕES REFERENTES À CELULAR CRT PARTICIPAÇÕES S/A, EM NÚMERO IGUAL AO CONCERNENTE ÀS AÇÕES DA CRT. PRECEDENTES DO STJ.

3. CRITÉRIO PARA RETRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO EM AÇÕES. CÁLCULO DEVE LEVAR EM CONSIDERAÇÃO O VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO NA DATA DO INVESTIMENTO. PRECEDENTES DO STJ E DA CÂMARA.

RECURSOS DESPROVIDOS. " (fl. 143)

Desse desate, a Brasil Telecom opôs embargos de declaração, que restaram desacolhidos. Seguiu-se a interposição do recurso especial, no qual se sustenta, preliminarmente, que o acórdão *a quo* infringiu os artigos 165, 458, II e 535, II, do Código de Processo Civil, os artigos 170, § 1º, II e 287, II, "g" ambos da Lei nº 6.404/76, os artigos 3º e 4º da Lei 7.799/89, e o parágrafo único do artigo 541 do CPC c/c § 2º do artigo 255 do RISTJ.

É o sucinto relatório.

Decido.

2. Primeiramente, quanto à violação ao art. 535 do CPC, quadra assinalar que o acórdão recorrido não possui nenhum vício a ser sanado por meio de embargos de declaração. Em verdade, o aresto não padece de nenhuma omissão, contradição ou obscuridade, tendo em vista que o Tribunal *a quo* se manifestou acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia.

3. Noutro giro, não há violação aos arts. 165 e 458, II, ambos do CPC, pois fundamentar a sentença significa indicar de forma lógica as razões pelas quais se deve à lide determinada solução. Além do que, prescindível que o magistrado responda a todos os argumentos apresentados pelas partes, bem como seja adotado a tese da recorrente.

4. Ademais, não há que se falar em violação dos artigos 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a *quaestio* acerca da emissão de ações baseado nos elementos fático-probatórios dos autos.

Desse modo, a pretendida revisão do *decisum* encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça.

5. Não atendidos, por conseguinte, o parágrafo único do artigo 541 do CPC c.c § 2º do artigo 255 do Regimento Interno deste c. Tribunal Superior.

Neste sentido, é recorrente o entendimento esposado nesta c. Corte, que assim já se manifestou:

"RECURSO ESPECIAL. [...]. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. 1. [...] 2. [...] 3. [...] 4. Divergência jurisprudencial não comprovada. A recorrente não comprovou o alegado dissídio interpretativo nos moldes que exigem o § único do art. 541, do CPC, e o artigo 255, § 2°, do Regimento Interno desta Corte. Os arestos paradigmas apontados, [...], não guardam a similitude fática necessária à ocorrência do dissídio, não havendo, também, a devida indicação das fontes oficiais onde foram publicados. 5. Recurso não conhecido." (REsp 662111 / RN ; RECURSO ESPECIAL 2004/0067928-6 Relator(a) Ministro JORGE SCARTEZZINI (1113) Órgão Julgador T4 - QUARTA TURMA Data do Julgamento 21/09/2004 Data da Publicação/Fonte DJ 06.12.2004 p. 336)".

6. No que tange à quantidade de ações recebidas pela acionista, a pretensão da recorrente encontra óbice no enunciado nº 83 da Súmula deste Tribunal, tendo em vista que o *decisum* vergastado acha-se em perfeita consonância com a jurisprudência desta Casa, no sentido de que o promitente-assinante tem direito a receber a quantidade de ações com base no valor patrimonial verificado na data da integralização.

Nesse sentido, colacionam-se os seguintes precedentes:

"RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO. QUANTIDADE MENOR. AÇÕES. DIREITO. RECEBIMENTO. DIFERENÇA. 1. Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado. 2. Recurso especial conhecido em parte e, nesta extensão, provido para determinar a complementação da quantidade de ações a que os recorrentes não excluídos da lide teriam direito." (REsp 500236/RS, Rel. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Rel. p/ Acórdão Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, julgado em 07.10.2003, DJ 01.12.2003 p. 361)

"PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO DECIDIDO EM CONFORMIDADE COM A REITERADA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. BRASIL TELECOM. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÕES DE AÇÕES. CORREÇÃO MONETÁRIA. VALOR PATRIMONIAL. DATA DA INTEGRALIZAÇÃO. - O entendimento firmado na Segunda Seção é de que o recebimento da quantidade de ações deve ocorrer com base no valor patrimonial na data da integralização do capital. - Para a determinação do critério de avaliação patrimonial dessas ações importaria o exame do contrato, cuja correção não cabe ser examinada em sede de recurso especial. Incidência da Súmula 5. - Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 559.186/RS, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, DJ 20.09.2004).

7. Também não há que se falar em violação dos arts. 3º e 4º da Lei nº 7.799/89, uma vez que esta Corte Superior de Justiça já se encontra pacificada no sentido de que "**a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.**" (AgRg no Ag n. 585.704/RS, Segunda Seção, Rel. Min. Barros Monteiro, DJU de 29.11.2004).

8. Ante o exposto, com base no artigo 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo de instrumento para conhecer, em parte, do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3602)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.859 - RS (2007/0194466-9)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IRMÃOS CAPELLI LTDA
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. PRELIMINAR DE COISA JULGADA REJEITADA. PRESCRIÇÃO TRIENAL. INOCORRÊNCIA. EMISSÃO DE AÇÕES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, cuja ementa ora se transcreve:

"APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. LEGITIMIDADE PASSIVA À CAUSA DA BRASIL TELECOM. Se o contrato de participação financeira foi celebrado entre o promitente-assinante e a CRT, sucedida pela Brasil Telecom, é incontestável ser a empresa ré a titular do interesse que se opõe ao afirmado na pretensão da parte autora, razão por que possui legitimidade para figurar no pólo passivo da relação processual. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA BRASIL TELECOM EM FACE DAS AÇÕES DA CELULAR CRT PARTICIPAÇÕES. Incumbe à Brasil Telecom arcar com eventual indenização decorrente de ações da Celular CRT Participações S.A., em face da empresa demandada ter deixado de subscrevê-las, já que inexistente ressalva em contrário no negócio jurídico de cisão. OFENSA À COISA JULGADA. INOCORRÊNCIA. Não tendo havido qualquer pedido relativo às ações da empresa Celular CRT Participações S.A. na ação transitada em julgado, não há falar em ofensa à coisa julgada na presente demanda. Pedidos distintos. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. No caso concreto, tratando-se de ação pessoal, inaplicável o disposto nos artigos 286 e 287, inciso II, letra "g", da Lei nº 6.404/76. Afastamento da prescrição trienal nas ações contra a Brasil Telecom em recente julgamento de incidente de uniformização da jurisprudência, realizado perante a Quinta Turma desta Corte, tendo sido adotada a prescrição ordinária. MÉRITO. DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. VIABILIDADE. PRECEDENTES DESTA CÂMARA. REITERADA JURISPRUDÊNCIA DO E. STJ. O entendimento firmado na Segunda Seção do C. STJ é o de que o adquirente de linha telefônica, em razão de contrato de participação financeira celebrado com a Brasil Telecom S.A., su-

cessora da CRT, tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial da ação na data da integralização do capital. Da mesma forma, são devidos os dividendos que deixaram de ser pagos à parte autora. Precedentes desta Câmara. A utilização da maior cotação já obtida pelas ações da Celular CRT Celular no mercado mobiliário vai afastada. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE." (fls.43)

Seguiu-se a interposição do recurso especial, no qual o ora agravante sustentou que o acórdão a quo infringiu os artigos 267, V, 467, 468 e 474, todos do CPC; os artigos 229, § 5º e 287, II, "g", da Lei nº 6.404/76; e o artigo 159 do Código Civil.
É o sucinto relatório.
Decido.
2. Primeiramente, não há que se falar em ofensa aos artigos 267, V, 467, 468, 471 e 474 da Lei de Ritos. É cediço que a identidade de três elementos: partes, pedido e causa de pedir dá ensejo a coisa julgada.
No entanto, *in casu*, conquanto coincidentes as partes e a causa de pedir, constata-se que não restou demonstrada a igualdade de pedidos. Ocorre que, na primeira demanda, visava a autora à complementação da subscrição de ações que não haviam sido emitidas pela CRT, enquanto, no presente caso, pretende a percepção dos dividendos relativos às ações que lhe foram subscritas quando do julgamento da demanda anterior.
Dessa forma, diante da inexistência de identidade entre as ações, não há como se acolher a preliminar de coisa julgada.
3. Em relação à ocorrência da prescrição trienal, o cerne da controvérsia instaurada se situa na natureza da relação litigiosa, sendo esta eminentemente obrigacional, uma vez que a presente ação se funda no inadimplemento contratual, consubstanciado no não recebimento das ações pela parte autora. Ora, em demandas como a dos autos, a relação apresenta cunho de direito obrigacional, ainda não societário, pois, na medida em que a recorrida ainda não goza do status de acionista, visto não ter havido a subscrição das ações da empresa em seu nome.
Dessa forma, mostra-se impróprio adotar o prazo prescricional do art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, porquanto sua aplicação deve ser reservada a quando o já acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído naquela qualidade, situação não identificável na espécie em exame.
4. E, por fim, não há que se falar em vulneração do artigo 229, § 5º da Lei nº 6.404/76 e do artigo 159 do Código Civil, tendo em vista que o Tribunal de origem decidiu a *quaestio* acerca da emissão de ações baseado na análise de cláusulas contratuais, isto é, através do exame de material probatório.
Desse modo, a pretendida revisão do *decisum* encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça.
5. Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo de instrumento para conhecer, em parte, do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3603)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.862 - RS (2007/0208303-7)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PASCOAL DOMINGOS GUIDO E OUTROS
ADVOGADO	: MANFREDO ERWINO MENSCH E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega violação aos artigos 3º, 165, 267, VI, 458, II, e 535 do CPC; 170, § 1º da Lei n. 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e 3° e 4° da Lei n. 7.799/1989, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira.
O recurso especial não prospera.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que, mesmo não examinando os dispositivos legais levantados nos embargos de declaração, dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante.
Em relação à obrigação de complementação de ações, no julgamento do Resp n. 453.805/RS, feito pela Egrégia 2ª Seção deste Tribunal, foi decidido que em contrato de participação financeira firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
No que diz respeito ao valor patrimonial da ação tomado como divisor para estimar a quantidade de ações a complementar à agravada, a orientação jurisprudencial é no sentido de que tal matéria pressupõe o reexame do contrato firmado entre as partes, vedado a esta Corte Superior, a teor da Súmula n. 5/STJ. Precedentes: 3ª Turma, AgRg nos EDcl no Ag n. 489.216/RS, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, unânime, DJU de 18.10.2004 e 4ª Turma, AgRg no Ag n. 603.118/RS, Rel. Min. Jorge Scartezzini, unânime, DJU de 06.12.2004.
Quanto à aplicabilidade da Lei n. 7.799/1989 ao caso, discussão pertinente na hipótese de ser lacunoso o contrato, há que se dizer que ela se limita a fins tributários. Com efeito, essa lei cria ficção legal que dificilmente seria capaz de identificar o real valor do patrimônio da empresa. Se for omisso o contrato quanto ao critério para identificar o valor patrimonial da ação, cabe ao Tribunal local adotar aquele que entender mais consentâneo com o caso concreto, seja por balanço anual, por balancete mensal, ou por eventual balanço de determinação. Invadir essa seara implicaria revolver matéria fática, o que esbarra no enunciado sumular n. 7/STJ.
Por fim, para que não paire dúvida sobre a questão, não há que se falar de correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3604)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.881 - RS (2007/0190685-6)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JACI DOMINGOS SBARDELOTTO
ADVOGADO	: DIEGO BERNARDI LEMOS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 3º, 267, VI e 269, IV, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 168, 170, § 1º, 201, 202, § 1º, 229, § 5º, 286 e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117 do Código Civil de 1916 e 131, I, do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Não procede também a alegação de prescrição prevista no art. 286 da Lei n. 6.404/1976, pois a presente ação não objetiva a anulação de deliberação da assembléia e sim a diferença de subscrição de ações. Da mesma forma, infrutífera a argüição da prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa da parte agravada, uma vez que legítima para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

No que tange ao pagamento de dividendos, ou à indenização pelo seu valor, a Quarta Turma, quando do julgamento do REsp n. 500.236 (Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, por maioria, DJU de 01.12.03), chegou ao entendimento de que "...não cabe a esta Corte analisar o impacto a ser causado pelo cumprimento da obrigação, mas tão-somente determiná-lo, conforme ressaltado pelo Ministro Carlos Alberto Menezes Direito".
Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3605)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.894 - RS (2007/0203751-4)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LUÍS RENAN DA SILVA MARTINS
ADVOGADO	: NARA ALMEIDA GULES

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega violação aos artigos 165, 269, IV, 458, II, e 535 do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117, do Código Civil e ao inciso I, do artigo 131, do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Infrutífera a alegação de prescrição inserta no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976 (redação dada pela Lei n. 10.303/2001), pois não se trata de direito societário, mas pessoal, porquanto não está o postulante na condição de acionista. Nesse sentido: (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa do agravado, uma vez que legítimo para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:
"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.

- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3606)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.931 - RS (2007/0187415-8)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ELTON MARCONI DE LIMA ABRAMOWICZ
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por BRASIL TELECOM S/A contra decisão do Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a", da Constituição Federal, manejado frente a acórdão daquele Pretório.
O agravo não merece conhecimento.
Com efeito, falta-lhe o requisito da regularidade formal, porquanto não impugnadas, de forma específica, as bases da decisão agravada.
O recurso foi inadmitido pela necessidade de análise de cláusulas contratuais e reexame do conjunto probatório dos autos para solução da controvérsia, providências vedadas em sede especial (súmulas 5 e 7/STJ); porque irreconhecível a alegada negativa de prestação jurisdicional, bem como por estar, o acórdão recorrido, em consonância com a jurisprudência desta Corte no tocante à prescrição e à subscrição de ações.
A agravante, por sua vez, não refuta este último fundamento, o que atrai a incidência, na espécie, do verbete da súmula 182 desta Corte, *verbis*:

"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Não conheço do agravo.
Publicar.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3607)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.956 - RS (2007/0199436-2)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ISABEL CRISTINA BARATIERI ADAMCZYK
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Brasil Telecom S/A contra decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 3º, 47, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II, 467 e 468 do CPC; 1º, 12, 229, § 5º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 159 e 1.056 do Código Civil e 121 do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Não procede a afirmação de coisa julgada feita pela agravante, pois não há identidade entre as ações por ela mencionadas, já que seus pedidos são distintos. A certeza sobre essa questão somente é possível com o cotejo entre as ações que os julgaram, mas a agravante não trouxe aos autos a cópia do julgado que induziria a coisa julgada. Incide, na hipótese, o enunciado da súmula 288/STF.
Nem há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:
"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Infrutífera a argüição da prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3608)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.958 - RS (2007/0193202-2)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GILBERTO DE LIMA
ADVOGADO	: VILSO PIAS E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535, DO CPC. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO REJEITADA. PRESCRIÇÃO TRIENAL. INOCORRÊNCIA. EMISSÃO DE AÇÕES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, cuja ementa ora se transcreve:
"APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES.
POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO RECONHECIDA. A pretensão para subscrição de diferenças de ações da CRT em favor do promitente-assinante consiste num pedido que, em abstrato, está regulado pelo direito objetivo. Assim, o pedido formulado pela parte autora não se caracteriza como juridicamente impossível.
LEGITIMIDADE PASSIVA À CAUSA DA BRASIL TELECOM. Se o contrato de participação financeira foi celebrado entre o promitente-assinante e a CRT, sucedida pela Brasil Telecom, é incontestável ser a empresa ré a titular do interesse que se opõe ao afirmado na pretensão da parte autora, razão por que possui legitimidade para figurar no pólo passivo da relação processual.
LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA BRASIL TELECOM EM FACE DAS AÇÕES DA CELULAR CRT PARTICIPAÇÕES. Incumbe à Brasil Telecom arcar com eventual indenização decorrente de ações da Celular CRT Participações S.A., em face da empresa demandada ter deixado de subscrevê-las, já que inexistente ressalva em contrário no negócio jurídico de cisão.
PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. No caso concreto, tratando-se de ação pessoal, inaplicável o disposto no artigo 287, inciso II, letra "g", da Lei nº 6.404/76. Afastamento da prescrição trienal nas ações contra a Brasil Telecom em recente julgamento de incidente de uniformização da jurisprudência, realizado perante a Quinta Turma desta Corte, tendo sido adotada a prescrição ordinária.
MÉRITO. DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. VIABILIDADE. PRECEDENTES DESTA CÂMARA. REITERADA JURISPRUDÊNCIA DO E. STJ.
O entendimento firmado na Segunda Seção do C. STJ é o de que o adquirente de linha telefônica, em razão de contrato de participação financeira celebrado com a Brasil Telecom S.A., sucessora da CRT, tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial da ação na data da integralização do capital. Da mesma forma, são devidos os dividendos que deixaram de ser pagos à parte autora. Precedentes desta Câmara.
PROVIDO EM PARTE O APELO DA PARTE AUTORA, IMPROVIDO O RECURSO DA PARTE RÉ." (fl. 36)
Seguiu-se a interposição do recurso especial, no qual a agravante alega violação dos artigos 165, 269, IV, 458, II e 535 todos do Código de Processo Civil, dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, 233, § único, e 287, II, g, da Lei nº 6.404/76.
É o sucinto relatório.
Decido.
2. Primeiramente, quanto à violação ao art. 535 do CPC, quadra assinalar que o acórdão recorrido não possui nenhum vício a ser sanado por meio de embargos de declaração. Em verdade, o aresto não padece de nenhuma omissão, contradição ou obscuridade, tendo em vista que o Tribunal *a quo* se manifestou acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia.
3. Noutro giro, não há violação aos arts. 165 e 458, II, ambos do CPC, pois fundamentar a sentença significa indicar de forma lógica as razões pelas quais se deve à lide determinada solução. Além do que, prescindível que o magistrado responda a todos os argumentos apresentados pelas partes, bem como seja adotado a tese da recorrente.
4. Também não há que se falar em violação da alínea "g" do inciso II do artigo 287 da Lei nº 6.404/76.
O cerne da controvérsia instaurada se situa na natureza da relação litigiosa, sendo esta eminentemente obrigacional, uma vez que a presente ação se funda no inadimplemento contratual, consubstanciado no não recebimento das ações pela parte autora. Ora, em demandas como a dos autos, a relação apresenta cunho de direito obrigacional, ainda não societário, pois, na medida em que a recorrida ainda não goza do status de acionista, visto não ter havido a subscrição das ações da empresa em seu nome.
Dessa forma, mostra-se impróprio adotar o prazo prescricional do art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, porquanto sua aplicação deve ser reservada a quando o já acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído naquela qualidade, situação não identificável com a espécie em exame.
5. Ademais, não há que se falar em violação dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, 233, § único, da Lei nº 6.404/76, aos arts. 85, 115, e 117 do CC e 131, I, do Código Comercial, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a *quaestio* acerca da emissão de ações baseado nos elementos fático-probatórios dos autos.
Desse modo, a pretendida revisão do *decisum* encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça.
6. Ante o exposto, com base no artigo 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo de instrumento para conhecer, em parte, do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3609)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 943.977 - RS (2007/0195896-1)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RUSSILENA CHARAO SARTOR
ADVOGADO	: ELOI BÉTIO DA VEIGA MARON E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Brasil Telecom S/A contra decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 3º, 47, 267, VI, e 269, IV, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 168, 170, § 1º, 229, § 5º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117, do Código Civil e ao inciso I, do artigo 131, do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que, dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Infrutífera a alegação de prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa do agravado, uma vez que legítimo para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).

Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3610)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.002 - RS (2007/0198470-8)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSEFINA RADAELLI ANTÔNIO
ADVOGADO	: UBIRATAN COSTA VIEIRA E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. PRESCRIÇÃO TRIENAL. INOCORRÊNCIA. EMISSÃO DE AÇÕES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, cuja ementa ora se transcreve:
"AÇÃO ORDINÁRIA. CRT. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. ADIMPLEMENTO CONTRATUAL DEFEITUOSO. Incidência da Portaria 1.361/76. CONTRATO DE 1990.
Ilegitimidade passiva. Tendo sido a CRT quem pactuou com o promitente-comprador, responde sua sucessora pelas conseqüências e o alcance do negócio jurídico realizado.
Ilegitimidade passiva em face das ações da telefonia celular. Observado o que dispõe o "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da CRT com a Constituição da Celular CRT Participações S/A", a legitimada para figurar no pólo passivo é a Brasil Telecom S/A, a qual responde pelas conseqüências do negócio jurídico realizado.
Impossibilidade jurídica do pedido. Não-configuração, vez que as ações são lançadas no mercado pela própria empresa e inexiste norma no ordenamento jurídico que, em tese, vede o pedido formulado na inicial.
Inocorrência da prescrição trienal. Os direitos postulados regem-se pelas regras estabelecidas pelo Código Civil.
Portaria 1.361/76. No caso concreto, impõe-se a complementação de ações em face da subscrição defeituosa. Na espécie, afigura-se o enriquecimento sem causa da companhia. Contrato de adesão. Interpretação favorável ao aderente. Ausência de regra quanto à variação do valor unitário da ação. Princípio da boa-fé.
Necessidade de aplicação de correção monetária nas demonstrações financeiras. Descabe o pleito de aplicação da correção monetária, uma vez que o valor unitário da ação era estabelecido, em média, a cada ano, quando da publicação de novo balanço, conforme legislação vigente à época da contratação celebrada entre as partes.
Pedido de indenização em relação às ações da telefonia celular. A questão encontra supedâneo na operação de cisão parcial da CRT, em face do disposto na AGE nº 115 e no 'Protocolo de Justificação de Cisão Parcial da CRT'. Cumpre à companhia indenizar a parte autora, considerando-se o valor correspondente ao número de ações da telefonia celular que deveria ter sido subscrito, atendida a primeira cotação em bolsa de valores após a cisão, momento em que violado o direito da parte.
Pedido de indenização. Dividendos. Em razão da conduta indevida da companhia, plausível o pleito indenizatório a respeito das bonificações, desde a data em que deveria ter havido o pagamento, considerando-se a diferença de ações.
AFASTADAS AS PRELIMINARES.
APELO DESPROVIDO." (fl. 53)

Nas razões de seu recurso especial, alega a agravante, preliminarmente, que o acórdão recorrido infringiu o artigo 269, IV do CPC. No mérito, a ora agravante alegou a violação dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, e 287, II, "g" todos da Lei nº 6.404/76.
É o sucinto relatório.
Decido.
2. Não há que se falar em violação da alínea "g" do inciso II do artigo 287 da Lei nº 6.404/76.
O cerne da controvérsia instaurada se situa na natureza da relação litigiosa, sendo esta eminentemente obrigacional, uma vez que a presente ação se funda no inadimplemento contratual, consubstanciado no não recebimento das ações pela parte autora. Ora, em demandas como a dos autos, a relação apresenta cunho de direito obrigacional, ainda não societário, pois, na medida em que a recorrida ainda não goza do status de acionista, visto não ter havido a subscrição das ações da empresa em seu nome.
Dessa forma, mostra-se impróprio adotar o prazo prescricional do art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, porquanto sua aplicação deve ser reservada a quando o já acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído naquela qualidade, situação não identificável com a espécie em exame.
3. Ademais, não há que se falar em violação dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1ºda Lei nº 6.404/76, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a *quaestio* acerca da emissão de ações baseado nos elementos fático-probatórios dos autos.
Desse modo, a pretendida revisão do *decisum* encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça.
4. Ante o exposto, com base no artigo 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo de instrumento para conhecer, em parte, do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3611)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.005 - RS (2007/0190614-8)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LUIZ ALBERTO NERVIS
ADVOGADO	: MANFREDO ERWINO MENSCH E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Brasil Telecom S/A contra decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 3º, 165, 267, VI, 458, II, 474, 535 e 538 do CPC; 1º, 12, 205, § 2º, 229, § 5º, 233 e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e 186 do Código Civil, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Entretanto, quanto ao art. 538, parágrafo único, da Lei Adjetiva Civil, assiste razão à recorrente, posto que a presente espécie enquadra-se no disposto no enunciado sumular 98/STJ. Afastado, assim, o caráter protelatório dos embargos de declaração.
Não procede a afirmação de coisa julgada feita pela agravante, pois não há identidade entre as ações por ela mencionadas, já que seus pedidos são distintos. A certeza sobre essa questão somente é possível com o cotejo entre as ações que os julgaram, mas a agravante não trouxe aos autos a cópia do julgado que induziria a coisa julgada. Incide, na hipótese, o enunciado da súmula 288/STF.
Nem há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

No que tange ao pagamento de dividendos, ou à indenização pelo seu valor, a Quarta Turma, quando do julgamento do REsp n. 500.236 (Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, por maioria, DJU de 01.12.2003), chegou ao entendimento de que "...não cabe a esta Corte analisar o impacto a ser causado pelo cumprimento da obrigação, mas tão-somente determiná-lo, conforme ressaltado pelo Ministro Carlos Alberto Menezes Direito".
Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Infrutífera a argüição da prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Pelo exposto, acolho parcialmente o agravo para conhecer, em parte, do próprio recurso especial, pela violação do art. 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil, apenas para afastar a multa aplicada.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3612)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.008 - RS (2007/0193825-9)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DAURECY DE OLIVEIRA INDA
ADVOGADO	: RAFAEL GUTIERREZ MACHADO

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE DE AÇÕES. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. PRESCRIÇÃO TRIENAL. INOCORRÊNCIA. EMISSÃO DE AÇÕES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, cuja ementa ora se transcreve:

"Apelação cível. Brasil Telecom. Direito privado não especificado. Complementação de ações.
1. Não há falar em impossibilidade jurídica do pedido de emissão de ações. O ordenamento jurídico não impede o prejudicado de pleitear o cumprimento integral de avença, mormente em face de hipótese de prejuízo, nem veda a lei a emissão complementar de ações.
2. Na qualidade de sucessora por incorporação, é a Brasil Telecom S.A, na causa em que busca a parte a diferença das ações não emitidas no devido tempo pela então CRT, legítima para responder à demanda, responsabilizando-se, inclusive, pela diferença das que tinha direito em decorrência da dobra acionária resultante da criação da Celular CRT Participações S.A.
3. Inaplicável a prescrição do artigo 287, II, 'g', ambos da Lei nº 6.404/76. Tratando-se de ação de natureza pessoal, vintenário é o seu cômputo, considerado o dies a quo aquele em que o acionista tomou conhecimento da lesão ao seu direito, no caso, o de lhe ter sido emitido número menor de ações do que o devido.
4. As ações devem ser subscritas pelo valor da data da integralização do capital, pena de prejuízos ao acionista. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. Verificando-se, no caso concreto, que assim não ocorreu, impõe-se a complementação das ações. No caso de impossibilidade de subscrição de ações, resolve-se a questão pela via legal do artigo 633, parte final, do Código de Processo Civil.
5. Condenada a Companhia a complementar o número de ações, tem o acionista, por efeito, o direito de receber os eventuais dividendos que das faltantes resultaram, pena de se acolher o locupletamento indevido.
PREFACIAIS REJEITADAS. APELO IMPROVIDO. UNÂNIME. " (fl.39)

Seguiu-se a interposição do recurso especial, no qual a agravante alega violação dos artigos 3º, 47 e 267, do Código de Processo Civil, dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 170, § 1º, e 287, II, "g", da Lei nº 6.404/76, dos artigos 85, 115 e 117 do Código Civil e 131 do Código Comercial.
É o sucinto relatório.
Decido.
2. Primeiramente, quanto a suposta ofensa aos artigos 3º, 47 e 267, IV, todos do CPC, não há como acolher a preliminar de ilegitimidade passiva da recorrente, uma vez que, ao suceder a Companhia Riograndense de Telecomunicações, a Brasil Telecom se tornou parte legítima para atuar no pólo passivo da lide, devendo responder pelas obrigações assumidas no contrato de participação financeira firmado entre a CRT e a autora. A propósito, outro não é o entendimento deste Tribunal, *in verbis*:

"No que pertine à ilegitimidade passiva da ora recorrente, resta assente a absoluta insubsistência da alegação, porquanto a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT, criada pela Lei Estadual nº 4.073/60 sob a forma de sociedade anônima de economia mista, foi sucedida em todas as suas obrigações pela ora recorrente, que adquiriu, em conjunto com a Brasil Telecom Participações S/A, lote de ações que lhe conferiu o controle da antiga companhia telefônica." (REsp nº 537146/RS, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ de 14.08.2006).

3. Ainda, com relação à ocorrência da prescrição trienal, o cerne da controvérsia instaurada se situa na natureza da relação litigiosa, sendo esta eminentemente obrigacional, uma vez que a presente ação se funda no inadimplemento contratual, consubstanciado no não recebimento das ações pela parte autora. Ora, em demandas como a dos autos, a relação apresenta cunho de direito obrigacional, ainda não societário, pois, na medida em que a recorrida ainda não goza do status de acionista, visto não ter havido a subscrição das ações da empresa em seu nome.

Dessa forma, mostra-se impróprio adotar o prazo prescricional do art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, porquanto sua aplicação deve ser reservada a quando o já acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído naquela qualidade, situação não identificável com a espécie em exame.

4. Por fim, não há que se falar em transgressão dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º da Lei nº 6.404/76 e dos artigos 85, 115 e 117 do Código Civil e 131 do Código Comercial, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a *quaestio* acerca da emissão de ações baseado na análise de cláusulas contratuais, isto é, por meio de exame de elementos fático-probatórios dos autos.

Desse modo, a pretendida revisão do *decisum* encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça.

5. Ante o exposto, com base no artigo 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo de instrumento para conhecer, em parte, do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA
Relator

(3613)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.011 - RS (2007/0190629-8)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: WILSON FONSECA MENDES
ADVOGADO	: TICIANA MARTINS DE SOUZA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos arts. 165, 269, IV, 458, II, e 535 do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 170, § 1º, 233 e 287, II, "g" da Lei n. 6.404/1976 e 186 do Código Civil, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.

Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante.

Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.

Com relação à impossibilidade jurídica do pedido e violação aos artigos 6º, 12, 170, § 1º, da Lei n. 6.404/1976, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.

Infrutífera a alegação de prescrição inserta no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976 (redação dada pela Lei n. 10.303/2001), pois não se trata de direito societário, mas pessoal, porquanto não está o postulante na condição de acionista. Nesse sentido: (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.8.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).

No mérito, esclareço que a Segunda Seção (REsp n. 470.443/RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, unânime, DJU de 22.9.2003) já decidiu que, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.

Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.

- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.

- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.

Agravo regimental improvido."

(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.

Pelo exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3614)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.013 - RS (2007/0197910-6)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ZILA RODRIGUES ADOLPHO - ESPÓLIO
REPR. POR	: VALÉRIA RODRIGUES ADOLPHO - INVENTARIANTE
ADVOGADO	: ANA GRACIEMA GONCALVES PEREIRA E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. PRELIMINARES DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA RECORRENTE REJEITADAS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. PRESCRIÇÃO TRIENAL. INOCORRÊNCIA. EMISSÃO DE AÇÕES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, cuja ementa ora se transcreve:

"APELAÇÃO CÍVEL. BRASIL TELECOM S/A. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. PRELIMINARES DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO E ILEGITIMIDADE PASSIVA, REJEITADAS. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA.

1. Impossibilidade jurídica do pedido, afastada, porquanto busca o autor o reconhecimento de um direito que lhe foi sonegado no momento da subscrição da participação acionária.

2. A empresa demandada, sucessora da CRT, é parte legítima para responder a demanda na medida em que nos atos de incorporação assumiu direitos e obrigações da incorporada.

3. Prescrição trienal, previsão do art. 287, II, 'g', da Lei das Sociedades Anônimas afastada. Decisão majoritária da 5ª Turma desta Corte. Uniformização de jurisprudência.

4. O adquirente de linha telefônica tem direito a receber a quantidade de ações correspondentes ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de grave prejuízo.

5. Dividendos que são devidos, relativamente ao número de ações que não foram emitidas na época própria.

8. A capitalização do investimento deve ocorrer no momento da integralização, pelo valor patrimonial da ação correspondente ao último balanço antes da subscrição.

PRELIMINARES REJEITADAS.

APELAÇÃO DA RÉ DESPROVIDA.

APELAÇÃO DA AUTORA PROVIDA." (fl. 39)

Desse desate, a Brasil Telecom opôs embargos de declaração, os quais restaram desacolhidos. Nas razões de seu recurso especial, alega a agravante, preliminarmente, que o acórdão recorrido infringiu os artigos 3º, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II e 535 todos do CPC. No mérito, a ora agravante alegou a violação dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 170, § 1º, e 287, II, "g" todos da Lei nº 6.404/76, dos artigos 85, 115 e 117 do Código Civil, do artigo 131, I, do Código Comercial e dos artigos 2º, 3º 47, e 84, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor.

É o sucinto relatório.

Decido.

2. Primeiramente, quanto à violação ao art. 535 do CPC, quadra assinalar que o acórdão recorrido não possui nenhum vício a ser sanado por meio de embargos de declaração. Em verdade, o aresto não padece de nenhuma omissão, contradição ou obscuridade, tendo em vista que o Tribunal *a quo* se manifestou acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia.

3. Noutro giro, não há violação aos arts. 165 e 458, II, ambos do CPC, pois fundamentar a sentença significa indicar de forma lógica as razões pelas quais se deve à lide determinada solução. Além do que, prescindível que o magistrado responda a todos os argumentos apresentados pelas partes, bem como seja adotado a tese da recorrente.

4. Da mesma forma, quanto a suposta violação dos artigos 3º e 267, IV, ambos do CPC, não há como acolher a preliminar de ilegitimidade passiva da recorrente, uma vez que, ao suceder a Companhia Riograndense de Telecomunicações, a Brasil Telecom se tornou parte legítima para atuar no pólo passivo da lide, devendo responder pelas obrigações assumidas no contrato de participação financeira firmado entre a CRT e a autora. A propósito, outro não é o entendimento deste Tribunal, *verbis*:

"No que pertine à ilegitimidade passiva da ora recorrente, resta assente a absoluta insubsistência da alegação, porquanto a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT, criada pela Lei Estadual nº 4.073/60 sob a forma de sociedade anônima de economia mista, foi sucedida em todas as suas obrigações pela ora recorrente, que adquiriu, em conjunto com a Brasil Telecom Participações S/A, lote de ações que lhe conferiu o controle da antiga companhia telefônica." (REsp nº 537146/RS, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ de 14.08.2006)

5. Quanto à apontada ofensa aos arts. 2º, 3°, 47 e 84, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor, não merece êxito a pretensão da agravante no recurso especial, ante a ausência de prequestionamento no Tribunal *a quo* dos dispositivos tidos por violados.

Como é cediço, o recurso especial somente se viabilizaria mediante o prévio debate da matéria controvertida pela instância de origem. Incide, portanto, o enunciado n. 282 da Súmula do STF, *verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."

6. Também não há que se falar em violação da alínea "g" do inciso II do artigo 287 da Lei nº 6.404/76.

O cerne da controvérsia instaurada se situa na natureza da relação litigiosa, sendo esta eminentemente obrigacional, uma vez que a presente ação se funda no inadimplemento contratual, consubstanciado no não recebimento das ações pela parte autora. Ora, em demandas como a dos autos, a relação apresenta cunho de direito obrigacional, ainda não societário, pois, na medida em que a recorrida ainda não goza do status de acionista, visto não ter havido a subscrição das ações da empresa em seu nome.

Dessa forma, mostra-se impróprio adotar o prazo prescricional do art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, porquanto sua aplicação deve ser reservada a quando o já acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído naquela qualidade, situação não identificável com a espécie em exame.

7. Ademais, não há que se falar em violação dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 170, § 1º, da Lei nº 6.404/76, aos arts. 85, 115, e 117 do CC e 131, I, do Código Comercial, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a *quaestio* acerca da emissão de ações baseado nos elementos fático-probatórios dos autos.

Desse modo, a pretendida revisão do *decisum* encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça.

8. Ante o exposto, com base no artigo 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo de instrumento para conhecer, em parte, do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3615)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.025 - RS (2007/0208313-8)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: MÔNICA GOES DE ANDRADE MENDES DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EDILSON ALVES DE BARBOSA
ADVOGADO	: MARIA CRISTINA BEUX

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO REJEITADA. PRESCRIÇÃO TRIENAL. INOCORRÊNCIA. EMISSÃO DE AÇÕES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. DATA DA INTEGRALIZAÇÃO. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Seguiu-se a interposição do recurso especial, no qual a agravante alega violação dos artigos 165, 269, IV e 458, II, todos do CPC, dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, 201, 202, § 1º e 287, II, "g", da Lei nº 6.404/76, dos artigos 85, 115 e 117 do Código Civil e do artigo 131, I, do Código Comercial.

É o sucinto relatório.

Decido.

2. Primeiramente, não vislumbro qualquer transgressão dos arts. 165 e 458, II, ambos do CPC, pois fundamentar a sentença significa indicar de forma lógica as razões pelas quais se deve à lide determinada solução. Além do que, prescindível que o magistrado responda a todos os argumentos apresentados pelas partes, bem como seja adotado a tese da recorrente.

3. Com relação à ocorrência da prescrição trienal, o cerne da controvérsia instaurada se situa na natureza da relação litigiosa, sendo esta eminentemente obrigacional, uma vez que a presente ação se funda no inadimplemento contratual, consubstanciado no não rece-

bimento das ações pela parte autora. Ora, em demandas como a dos autos, a relação apresenta cunho de direito obrigacional, ainda não societário, pois, na medida em que a recorrida ainda não goza do status de acionista, visto não ter havido a subscrição das ações da empresa em seu nome.
Dessa forma, mostra-se impróprio adotar o prazo prescricional do art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, porquanto sua aplicação deve ser reservada a quando o já acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído naquela qualidade, situação não identificável com a espécie em exame.
4. Melhor sorte também não assiste à recorrente em relação à quantidade de ações recebidas pela acionista.
Esta Corte Superior de Justiça já se encontra pacificada no sentido de que o promitente-assinante tem direito a receber a quantidade de ações com base no valor patrimonial verificado na data da integralização.
Nesse sentido, colacionam-se os seguintes precedentes:
"RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO. QUANTIDADE MENOR. AÇÕES. DIREITO. RECEBIMENTO. DIFERENÇA. 1. Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado. 2. Recurso especial conhecido em parte e, nesta extensão, provido para determinar a complementação da quantidade de ações a que os recorrentes não excluídos da lide teriam direito." (REsp 500236/RS, Rel. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Rel. p/ Acórdão Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, julgado em 07.10.2003, DJ 01.12.2003 p. 361)

"PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO DECIDIDO EM CONFORMIDADE COM A REITERADA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. BRASIL TELECOM. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÕES DE AÇÕES. CORREÇÃO MONETÁRIA. VALOR PATRIMONIAL. DATA DA INTEGRALIZAÇÃO. - O entendimento firmado na Segunda Seção é de que o recebimento da quantidade de ações deve ocorrer com base no valor patrimonial na data da integralização do capital. - Para a determinação do critério de avaliação patrimonial dessas ações importaria o exame do contrato, cuja correção não cabe ser examinada em sede de recurso especial. Incidência da Súmula 5. - Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 559.186/RS, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, DJ 20.09.2004).
5. Por fim, não se entende por vulnerados os artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 201 e 202, § 1º, todos da Lei nº 6.404/76; os artigos 85, 115 e 117 do CC e o artigo 131, I, do Código Comercial, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a *quaestio* acerca da emissão de ações baseado na análise de cláusulas contratuais, isto é, por meio de exame de elementos probatórios dos autos.
Desse modo, a pretendida revisão do *decisum* encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça.
6. Ante o exposto, com base no artigo 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo de instrumento para conhecer, em parte, do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.
MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3616)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.026 - RS (2007/0204471-9)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega violação aos artigos 267, V, 467, 468, 471 e 474 do CPC; 229, § 5º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e 159 do Código Civil de 1916, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Não procede a afirmação de coisa julgada feita pela agravante, pois não há identidade entre as ações por ela mencionadas, já que seus pedidos são distintos. A certeza sobre essa questão somente é possível com o cotejo entre as ações que os julgaram, mas a agravante não trouxe aos autos a cópia do julgado que induziria a coisa julgada. Incide, na hipótese, o enunciado da Súmula 288/STF.
Infrutífera a alegação de prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, julgado em 17.10.2006).
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:
"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)
Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.
MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3617)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.040 - RS (2007/0206967-4)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AFFONSO GIONGO NETO
ADVOGADO	: KARINA BREITENBACH NASSIF AZEN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Brasil Telecom S/A contra decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 3º, 47, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II, 467, 468 e 535 do CPC; 1º, 12, 229, § 5º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e 186 do Código Civil, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Não procede a afirmação de coisa julgada feita pela agravante, pois não há identidade entre as ações por ela mencionadas, já que seus pedidos são distintos. A certeza sobre essa questão somente é possível com o cotejo entre as ações que os julgaram, mas a agravante não trouxe aos autos a cópia do julgado que induziria a coisa julgada. Incide, na hipótese, o enunciado da súmula 288/STF.
Nem há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:
"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)
Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Infrutífera a argüição da prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.
MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3618)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.080 - RS (2007/0199232-9)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: MÔNICA GOES DE ANDRADE MENDES DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: OSMAR PEDRO ACCO E OUTROS
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 3º, 47, 267, VI e 269, IV, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, 205, § 2º, 229, § 5º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117 do Código Civil de 1916 e 131, I, do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Infrutífera a argüição da prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa da parte agravada, uma vez que legítima para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

No que tange ao pagamento de dividendos, ou à indenização pelo seu valor, a Quarta Turma, quando do julgamento do REsp n. 500.236 (Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, por maioria, DJU de 01.12.03), chegou ao entendimento de que "...não cabe a esta Corte analisar o impacto a ser causado pelo cumprimento da obrigação, mas tão-somente determiná-lo, conforme ressaltado pelo Ministro Carlos Alberto Menezes Direito".

Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3619)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.096 - RS (2007/0187661-1)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LUÍS ALVES DE BARROS
ADVOGADO	: DENISE SCHMIDT BASTOS E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por BRASIL TELECOM S/A contra decisão do 3º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a", da Constituição Federal, manejado frente a acórdão, integrado pelo proferido em sede de embargos de declaração, assim ementado:
"AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL. COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DA CRT.
1. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. INOCORRÊNCIA. CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. Hipótese em que a providência pretendida não é vedada pelo ordenamento jurídico.
2. ILEGITIMIDADE ATIVA. DESCARACTERIZAÇÃO. O contratante não perde legitimidade para pleitear a complementação pelo simples fato de já ter alienado os títulos recebidos. Precedentes do STJ e da Câmara.
3. ILEGITIMIDADE PASSIVA. NÃO VERIFICAÇÃO. A demandada, sucessora da CRT por incorporação, responde pelo integral cumprimento do contrato.
4. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. Hipótese em que não incide o disposto no art. 206, § 3º, V, do CC/2002. Lições de doutrina.
5. DEMANDA VISANDO À COMPLEMENTAÇÃO DE DIFERENÇA ACIONÁRIA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. Caso em que a demandada, ao cumprir determinação iníqua de ato administrativo, praticou grave violação a dever decorrente da boa-fé objetiva, emitindo em nome do investidor menos ações do que eram devidas. Decaimento em parte mínima, quanto ao período das cotações para cálculo de indenização concernente aos títulos da Celular CRT.
6. CRITÉRIO PARA RETRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO. Deve-se levar em consideração o valor patrimonial da ação aprovado na assembléia anterior ao investimento.
RECURSO DESPROVIDO." (fls. 78)
Aduz a recorrente violação aos arts. 1º, 6º, 11, 12, 30, 170, § 1º, da Lei nº 6.404/76; aos arts. 165, 458, II e 535 do Código de Processo Civil; aos arts. 85, 115 e 117 do Código Civil e ao art. 131, I, do Código Comercial.
A irresignação não merece prosperar.
De início, não se vislumbra violação aos arts. 165, 458 e 535 do Estatuto Processual, porquanto as questões submetidas ao Tribunal de origem foram suficiente e adequadamente delineadas, com abordagem integral do tema e fundamentação compatível.
Nesse contexto, impende ressaltar, em companhia da tradicional doutrina e do maciço entendimento pretoriano, que o julgado apenas se apresenta como omisso quando, sem analisar as questões colocadas sob apreciação judicial, ou mesmo promovendo o necessário debate, deixa, entretanto, num caso ou no outro, de ministrar a solução reclamada, o que não ocorre na espécie.
Diz, a propósito, o insigne BARBOSA MOREIRA:
"Há omissão quando o tribunal deixa de apreciar questões relevantes para o julgamento, suscitadas pelas partes ou examináveis de ofício ..., ou quando deixa de pronunciar-se acerca de algum tópico de matéria submetida à sua deliberação ...".
Ademais, esta Corte firmou entendimento no sentido de que o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao seu valor patrimonial na data da integralização, apurado no balanço patrimonial imediatamente anterior.
Nesse sentido:
"CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA - SERVIÇO DE TELEFONIA - SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES - RECEBIMENTO DA DIFERENÇA - MOMENTO DA INCIDÊNCIA DO CÁLCULO A SER REALIZADO (DATA DA INTEGRALIZAÇÃO DO PAGAMENTO) - EXEGESE.
I - O montante de capital investido dever ser examinado pelo valor da ação apurado no balanço patrimonial anterior, a despeito da existência de ato de natureza administrativa dispondo em sentido diverso, sob pena de o investidor sofrer severo prejuízo, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
II - RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO." (REsp 872.710/RS, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, DJ 18.12.2006)

Nego provimento ao agravo.
Publicar.
Brasília, 19 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3620)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.105 - RS (2007/0189318-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LORYS TOMEDI
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos arts. 165, 269, IV, 458, II, e 535 do CPC e 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, 233 e 287, II, "g" da Lei n. 6.404/1976, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido e violação aos artigos 6º, 12, 170, § 1º, da Lei n. 6.404/1976, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Infrutífera a alegação de prescrição inserta no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976 (redação dada pela Lei n. 10.303/2001), pois não se trata de direito societário, mas pessoal, porquanto não está o postulante na condição de acionista. Nesse sentido: (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
No mérito, esclareço que a Segunda Seção (REsp n. 470.443/RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, unânime, DJU de 22.09.2003) já decidiu que, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3621)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.107 - RS (2007/0183990-8)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IVELIZE RICHTER ROLIM DE MOURA
ADVOGADO	: MANFREDO ERWINO MENSCH E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Brasil Telecom S/A contra decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 3º, 47, 165, 267, VI, 467 e 468 do CPC; 1º, 12, 229, § 5º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e 186 do Código Civil, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Não procede a afirmação de coisa julgada feita pela agravante, pois não há identidade entre as ações por ela mencionadas, já que seus pedidos são distintos. A certeza sobre essa questão somente é possível com o cotejo entre as ações que os julgaram, mas a agravante não trouxe aos autos a cópia do julgado que induziria a coisa julgada. Incide, na hipótese, o enunciado da súmula 288/STF.
Nem há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Infrutífera a argüição da prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3622)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.115 - RS (2007/0193488-7)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: MÔNICA GOES DE ANDRADE MENDES DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PEDRO HONÓRIO DA SILVEIRA
ADVOGADO	: IVAN PAROLIN FILHO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 3º, 165, 267, VI, 269, IV, e 458, II, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 168, 170, § 1º, 201, 202, § 1º, 229, § 5º, 286 e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117 do Código Civil e 131, I, do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Não procede também a alegação de prescrição prevista no art. 286 da Lei n. 6.404/1976, pois a presente ação não objetiva a anulação de deliberação da assembléia e sim a diferença de subscrição de ações. Da mesma forma, infrutífera a argüição da prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa da parte agravada, uma vez que legítima para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).

Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

No que tange ao pagamento de dividendos, ou à indenização pelo seu valor, a Quarta Turma, quando do julgamento do REsp n. 500.236 (Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, por maioria, DJU de 01.12.03), chegou ao entendimento de que "...não cabe a esta Corte analisar o impacto a ser causado pelo cumprimento da obrigação, mas tão-somente determiná-lo, conforme ressaltado pelo Ministro Carlos Alberto Menezes Direito".
Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.

Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3623)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.121 - RS (2007/0198155-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: STELA MARIA HERTZ LOPES
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega violação aos artigos 3º, 47, 267, VI, 269, IV, 467 e 468 do CPC; 1º, 12, 201, 202, § 1º, 229, § 5º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e 159 e 1056 do Código Civil de 1916, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Não procede a afirmação de coisa julgada feita pela agravante, pois não há identidade entre as ações por ela mencionadas, já que seus pedidos são distintos. A certeza sobre essa questão somente é possível com o cotejo entre as ações que os julgaram, mas a agravante não trouxe aos autos a cópia do julgado que induziria a coisa julgada. Incide, na hipótese, o enunciado da Súmula 288/STF.
Nem há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Infrutífera a alegação de prescrição inserta no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976 (redação dada pela Lei n. 10.303/2001), pois não se trata de direito societário, mas pessoal, porquanto não está o postulante na condição de acionista. Nesse sentido: (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:
"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

No que tange ao pagamento de dividendos, ou à indenização pelo seu valor, a Quarta Turma, quando do julgamento do REsp n. 500.236 (Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, por maioria, DJU de 01.12.2003), chegou ao entendimento de que "...não cabe a esta Corte analisar o impacto a ser causado pelo cumprimento da obrigação, mas tão-somente determiná-lo, conforme ressaltado pelo Ministro Carlos Alberto Menezes Direito".
Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3624)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.131 - RS (2007/0199276-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RENATA MARIA MOURÃO
ADVOGADO	: CATIA SIMARA DA ROSA BITENCOURT E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos arts. 165, 269, IV, 458, II, e 535 do CPC e 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, 233 e 287, II, "g" da Lei n. 6.404/1976, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido e violação aos artigos 6º, 12, 170, § 1º, da Lei n. 6.404/1976, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Infrutífera a alegação de prescrição inserta no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976 (redação dada pela Lei n. 10.303/2001), pois não se trata de direito societário, mas pessoal, porquanto não está o postulante na condição de acionista. Nesse sentido: (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
No mérito, esclareço que a Segunda Seção (REsp n. 470.443/RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, unânime, DJU de 22.09.2003) já decidiu que, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3625)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.148 - RS (2007/0203737-3)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: MÔNICA GOES DE ANDRADE MENDES DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IGNEZ ZEN E OUTROS
ADVOGADO	: MANFREDO ERWINO MENSCH E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. PRELIMINARES DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA RECORRENTE REJEITADAS. PRESCRIÇÃO TRIENAL. INOCORRÊNCIA. EMISSÃO DE AÇÕES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. MULTA DO ART. 461, DO CPC. CABIMENTO. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, cuja ementa ora se transcreve:
"CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. DIFERENÇA DAS AÇÕES DA CRT. BRASIL TELECOM.
PRELIMINARES.
Impossibilidade jurídica: A preliminar de impossibilidade jurídica confunde-se com o mérito, razão pela qual serão apreciados conjuntamente.
Ilegitimidade passiva: Brasil Telecom responde pela diferença de Ações da CRT, pois é a sucessora desta em todas suas obrigações, inclusive nas diferenças decorrentes da Celular CRT.
Prescrição: Não há falar de prescrição do art. 286 (bienal) ou do art. 287, II, "g" (trienal) da Lei 6.404/76 conforme já pacificado no STJ e no IUJ nº 70013792072, apreciado pelo 5º Grupo Cível desta Corte.
MÉRITO.
Diferença de Ações: Adesão ao plano de participação acionária na vigência das Portarias 1.361/76, 881/90 e 86/91, os acionistas fazem jus à diferença das ações correspondente ao valor da data da integralização de capital e o da em que foi efetuada a subscrição. A fixação de tal critério não pode ficar ao alvedrio da empresa ou de atividade normativa de natureza administrativa.
Valor Patrimonial: Deve ser apurado mediante liquidação por arbitramento com participação de perito especializado em valores mobiliários, pois as alterações do valor patrimonial da ação não têm qualquer relação com os índices oficiais da correção monetária.
Celular CRT: Em virtude dos termos da cisão, há direito dos autores à indenização em valor equivalente ao mesmo número de ações da Celular CRT Participações S/A.
Fixação de prazo de 180 dias para o cumprimento da decisão, a contar do trânsito em julgado, pena de multa diária de R$ 100,00.
Entendimentos pacificados no STJ.
Desacolheram as preliminares e deram parcial provimento ao recurso. Unânime. " (fl. 166)

Desse desate, a Brasil Telecom opôs embargos de declaração, os quais restaram desacolhidos. Nas razões de seu recurso especial, alega a agravante, preliminarmente, que o acórdão recorrido infringiu os artigos 3º, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II, 535 e 461 todos do CPC. No mérito, a ora agravante alegou a violação dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, 201, 202, § 1º, 229, § 5º e 287, II, "g" todos da Lei nº 6.404/76, dos artigos 85, 115 e 117 do Código Civil, do artigo 131, I, do Código Comercial.
É o sucinto relatório.
Decido.
2. Primeiramente, quanto à violação ao art. 535 do CPC, quadra assinalar que o acórdão recorrido não possui nenhum vício a ser sanado por meio de embargos de declaração. Em verdade, o aresto não padece de nenhuma omissão, contradição ou obscuridade, tendo em vista que o Tribunal *a quo* se manifestou acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia.
3. Noutro giro, não há violação aos arts. 165 e 458, II, ambos do CPC, pois fundamentar a sentença significa indicar de forma lógica as razões pelas quais se deve à lide determinada solução. Além do que, prescindível que o magistrado responda a todos os argumentos apresentados pelas partes, bem como seja adotado a tese da recorrente.
4. Da mesma forma, quanto a suposta violação dos artigos 3º e 267, IV, ambos do CPC, não há como acolher a preliminar de ilegitimidade passiva da recorrente, uma vez que, ao suceder a Companhia Riograndense de Telecomunicações, a Brasil Telecom se tornou parte legítima para atuar no pólo passivo da lide, devendo responder pelas obrigações assumidas no contrato de participação financeira firmado entre a CRT e a autora. A propósito, outro não é o entendimento deste Tribunal, *verbis*:

"No que pertine à ilegitimidade passiva da ora recorrente, resta assente a absoluta insubsistência da alegação, porquanto a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT, criada pela Lei Estadual nº 4.073/60 sob a forma de sociedade anônima de economia mista, foi sucedida em todas as suas obrigações pela ora recorrente, que adquiriu, em conjunto com a Brasil Telecom Participações S/A, lote de ações que lhe conferiu o controle da antiga companhia telefônica." (REsp nº 537146/RS, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ de 14.08.2006)

5. Também não há que se falar em violação da alínea "g" do inciso II do artigo 287 da Lei nº 6.404/76.
O cerne da controvérsia instaurada se situa na natureza da relação litigiosa, sendo esta eminentemente obrigacional, uma vez que a presente ação se funda no inadimplemento contratual, consubstanciado no não recebimento das ações pela parte autora. Ora, em demandas como a dos autos, a relação apresenta cunho de direito obrigacional, ainda não societário, pois, na medida em que a recorrida ainda não goza do status de acionista, visto não ter havido a subscrição das ações da empresa em seu nome.
Dessa forma, mostra-se impróprio adotar o prazo prescricional do art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, porquanto sua aplicação deve ser reservada a quando o já acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído naquela qualidade, situação não identificável com a espécie em exame.
6. Ademais, não há que se falar em violação dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, 201, 202, 229, § 5º da Lei nº 6.404/76, aos arts. 85, 115, e 117 do CC e 131, I, do Código Comercial, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a *quaestio* acerca da emissão de ações baseado nos elementos fático-probatórios dos autos.
Desse modo, a pretendida revisão do *decisum* encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça.
7. Não há que se falar em violação do art. 461, § 4º, do CPC, uma vez que o Superior Tribunal de Justiça já cristalizou entendimento no sentido de que, nas obrigações de fazer, é permitido ao juiz impor multa cominatória ao devedor, seja de ofício ou a requerimento da parte. Nesse sentido já decidiu o Ministro Humberto Gomes de Barros nos autos do agravo de instrumento nº 787.590/RS publicado em 31.08.2006, *verbis*:
"Multa diária: O art. 461, § 4º, do CPC, autoriza o magistrado a impor multa diária para que seja efetivada a obrigação de fazer estabelecida no pronunciamento judicial, sem necessidade de procedimento autônomo de execução. Precedentes: RESP 521.184/ Humberto, RESP 692.323/Eliana."
8. Ante o exposto, com base no artigo 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo de instrumento para conhecer, em parte, do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3626)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.182 - RS (2007/0198592-1)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: MÔNICA GOES DE ANDRADE MENDES DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CALÇADOS MORASSUTTI LTDA
ADVOGADO	: ANA LÍDIA ROCHA DE MENEZES COSTA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 3º, 165, 267, VI, 269, IV, e 458, II, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 168, 170, § 1º, 201, 202, § 1º, 286 e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117 do Código Civil de 1916 e 131, I, do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Não procede também a alegação de prescrição prevista no art. 286 da Lei n. 6.404/1976, pois a presente ação não objetiva a anulação de deliberação da assembléia e sim a diferença de subscrição de ações.
Da mesma forma, infrutífera a argüição da prescrição inserta no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa da parte agravada, uma vez que legítima para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

No que tange ao pagamento de dividendos, ou à indenização pelo seu valor, a Quarta Turma, quando do julgamento do REsp n. 500.236 (Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, por maioria, DJU de 01.12.03), chegou ao entendimento de que "...não cabe a esta Corte analisar o impacto a ser causado pelo cumprimento da obrigação, mas tão-somente determiná-lo, conforme ressaltado pelo Ministro Carlos Alberto Menezes Direito".

Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3627)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.186 - RS (2007/0203447-0)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOÃO ANTÔNIO FRANCO DE ALMEIDA E OUTROS
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE DE AÇÕES. RELAÇÃO LITIGIOSA DE NATUREZA PESSOAL. PRESCRIÇÃO TRIENAL. ART. 287, II, "G". NÃO OCORRÊNCIA. EMISSÃO DE AÇÕES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento, tirado de decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que, em ação de exibição de documento, afastou a prescrição alegada.
Em seu recurso especial, argumenta a Brasil Telecom que a Corte de origem violou o art. 287, inciso II, letra "g", da Lei das Sociedades Anônimas, introduzido pela Lei nº 10.303/2002, de modo que a demanda ajuizada deve ser extinta, com apreciação do mérito, para que seja reconhecida a prescrição, nos termos do art. 269, IV, do Código de Processo Civil. Alega, ademais, violação dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, §1º, da lei nº 6.404/76.
É o sucinto relatório.
Decido.
2. Em relação à ocorrência da prescrição trienal, o cerne da controvérsia instaurada se situa na natureza da relação litigiosa, sendo esta eminentemente obrigacional, uma vez que a presente ação se funda no inadimplemento contratual, consubstanciado no não recebimento das ações pela parte autora. Ora, em demandas como a dos autos, a relação apresenta cunho de direito obrigacional, ainda não societário, pois, na medida em que o recorrido ainda não goza do *status* de acionista, visto não ter havido a subscrição das ações da empresa em seu nome. Dessa forma, mostra-se impróprio adotar o prazo prescricional do art. 287, "g", da Lei 6.404/76, uma vez que sua aplicação deve ser reservada a quando o já acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído naquela qualidade, situação não identificável com a espécie em exame.
A propósito, colaciona-se o seguinte julgado:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL. BRASIL TELECOM S/A. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. PRESCRIÇÃO. ART. 287 "G". NÃO OCORRÊNCIA. NATUREZA PESSOAL. RECURSO PROVIDO. 1. O Tribunal *a quo* enfrentou fundamentadamente todos os pontos devolvidos ao seu conhecimento e indispensáveis para o deslinde da controvérsia. Artigo 535 do Código de Processo Civil não vulnerado. 2. Em demandas que envolvem a subscrição de ações, a relação tem cunho de direito obrigacional, e não societário, pois visa o cumprimento do contrato, de cuja satisfação decorreria a efetiva subscrição. 3. Inaplicabilidade do art. 287, "g", da Lei 6.404/76. Prazo prescricional regido pelo art. 205 do CC, sendo o lapso temporal decenal, contado da vigência da nova lei civil . 4. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido." (REsp nº 876.295/RS, Quarta Turma, de minha relatoria, julgado em 21.09.2006, aguardando publicação)

Vale ressaltar, ainda, que a eg. Segunda Seção desta Corte já manifestou entendimento parelho, ao analisar o art. 286 da referida lei, pronunciando que a ação que objetiva a subscrição de ações não visa a anulação de decisões tomadas pela Assembléia Geral, tratando-se de ação de natureza pessoal e dando ensejo à prescrição, conforme disposto no art. 177 do Código Civil de 1916. Nesse sentido:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO. PRESCRIÇÃO. ART. 27 DO CDC. INAPLICABILIDADE. 1. (...).. 2. (...). 3. Nos casos em que se discute a diferença de subscrição de ações em contrato de participação financeira, a regra prescricional aplicável é a relativa às ações pessoais, nos termos do art. 177, do CCB. Embargos declaratórios recebidos como agravo regimental e improvido."(EdclAg n. 578.703/RS, relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 10.4.2004).

Também, é válido destacar o julgamento do REsp 822.914/RS, em 01.06.2006, quando a eg. Terceira Turma deste Sodalício decidiu pela inaplicabilidade do Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76. Confira-se trecho do voto:

"O amplíssimo Art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, tem aplicação quando o acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído como acionista. Nessa situação específica - em que o status das partes é determinante para a persecução do direito reclamado - é que o prazo de prescrição será trienal, independentemente do fundamento da demanda. Aqui, o autor não litiga como acionista. Litiga como contratante, em busca de reparação de ato ilícito (suposto descumprimento do contrato)."

3. Ademais, não há que se falar em violação dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, da Lei nº 6.404/76, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a *quaestio* acerca da emissão de ações baseado nos elementos fático-probatórios dos autos.
Desse modo, a pretendida revisão do *decisum* encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça.
4. Ante o exposto, com base no artigo 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo, mas nego provimento ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA
Relator

(3628)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.323 - RS (2007/0206708-4)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TRADEFFORT REPRESENTAÇÕES LTDA
ADVOGADO	: HILDA RAMOS PEREIRA COELHO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 3º, 267, VI e 269, IV, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 168, 170, § 1º, 201, 202, § 1º, 229, § 5º, 286 e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117 do Código Civil de 1916 e 131, I, do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Não procede também a alegação de prescrição prevista no art. 286 da Lei n. 6.404/1976, pois a presente ação não objetiva a anulação de deliberação da assembléia e sim a diferença de subscrição de ações.

Da mesma forma, infrutífera a argüição da prescrição inserta no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa da parte agravada, uma vez que legítima para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

No que tange ao pagamento de dividendos, ou à indenização pelo seu valor, a Quarta Turma, quando do julgamento do REsp n. 500.236 (Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, por maioria, DJU de 01.12.03), chegou ao entendimento de que "...não cabe a esta Corte analisar o impacto a ser causado pelo cumprimento da obrigação, mas tão-somente determiná-lo, conforme ressaltado pelo Ministro Carlos Alberto Menezes Direito".
Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3629)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.351 - RS (2007/0195955-4)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CARLOS BARBOSA
ADVOGADO	: LUCIANA ALVARES DE CASTRO E SOUSA E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. PRELIMINARES DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA RECORRENTE REJEITADAS. PRESCRIÇÃO TRIENAL. INOCORRÊNCIA. EMISSÃO DE AÇÕES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.
Seguiu-se a interposição do recurso especial, no qual a agravante alega violação dos artigos 3º, 47, 267, VI, 165, 269, IV, 458, II e 535, todos do CPC; dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, 201, 202, § 1º, 229, § 5º e 287, II, "g", da Lei nº 6.404/76; dos artigos 85, 115 e 117 do Código Civil e do artigo 131, I, do Código Comercial.
É o sucinto relatório.
Decido.
2. Primeiramente, quanto à violação do art. 535 do CPC, quadra assinalar que o acórdão recorrido não possui nenhum vício a ser sanado por meio de embargos de declaração. Em verdade, o aresto não padece de nenhuma omissão, contradição ou obscuridade, tendo em vista que o Tribunal *a quo* se manifestou acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia.
3. Da mesma forma, quanto a suposta ofensa aos artigos 3º, 47 e 267, VI, todos do CPC, não há como acolher a preliminar de ilegitimidade passiva da recorrente, uma vez que, ao suceder a Companhia Riograndense de Telecomunicações, a Brasil Telecom se tornou parte legítima para atuar no pólo passivo da lide, devendo responder pelas obrigações assumidas no contrato de participação financeira firmado entre a CRT e a autora. A propósito, outro não é o entendimento deste Tribunal, *in verbis*:
"No que pertine à ilegitimidade passiva da ora recorrente, resta assente a absoluta insubsistência da alegação, porquanto a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT, criada pela Lei Estadual nº 4.073/60 sob a forma de sociedade anônima de economia mista, foi sucedida em todas as suas obrigações pela ora recorrente, que adquiriu, em conjunto com a Brasil Telecom Participações S/A, lote de ações que lhe conferiu o controle da antiga companhia telefônica." (REsp nº 537146/RS, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ de 14.08.2006)

4. Noutro giro, não vislumbro contrariedade aos arts. 165 e 458, II, ambos do CPC, pois fundamentar a sentença significa indicar de forma lógica as razões pelas quais se deve à lide determinada solução. Além do que, prescindível que o magistrado responda a todos os argumentos apresentados pelas partes, bem como seja adotado a tese da recorrente.
5. Com relação à ocorrência da prescrição trienal, o cerne da controvérsia instaurada se situa na natureza da relação litigiosa, sendo esta eminentemente obrigacional, uma vez que a presente ação se funda no inadimplemento contratual, consubstanciado no não recebimento das ações pela parte autora. Ora, em demandas como a dos autos, a relação apresenta cunho de direito obrigacional, ainda não societário, pois, na medida em que a recorrida ainda não goza do status de acionista, visto não ter havido a subscrição das ações da empresa em seu nome.
Dessa forma, mostra-se impróprio adotar o prazo prescricional do art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, porquanto sua aplicação deve ser reservada a quando o já acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído naquela qualidade, situação não identificável com a espécie em exame.
6. Por fim, não se entende por vulnerados os artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, 201, 202, § 1º e 229, § 5º, da Lei nº 6.404/76, dos artigos 85, 115 e 117 do CC e do artigo 131, I, do Código Comercial, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a *quaestio* acerca da emissão de ações baseado na análise de cláusulas contratuais, isto é, por meio de exame de elementos probatórios dos autos.
Desse modo, a pretendida revisão do *decisum* encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça.
7. Ante o exposto, com base no artigo 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo de instrumento para conhecer, em parte, do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3630)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.400 - RS (2007/0202552-2)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: TATIANA BENDER CARPENA DE MENEZES DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: AMERICO OTTONI E OUTROS
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535, DO CPC. PRELIMINARES DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA RECORRENTE REJEITADAS. PRESCRIÇÃO TRIENAL. INOCORRÊNCIA. EMISSÃO DE AÇÕES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, cuja ementa ora se transcreve:
"AÇÃO ORDINÁRIA. CRT. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. ADIMPLEMENTO CONTRATUAL DEFEITUOSO. INCIDÊNCIA DA PORTARIA 86/91. CONTRATOS DE 1993. Ilegitimidade passiva. Tendo sido a CRT quem pactuou com o promitente-comprador, responde sua sucessora pelas conseqüências e o alcance do negócio jurídico realizado. Ilegitimidade passiva em face das ações da telefonia celular. Observado o que dispõe o "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da CRT com a Constituição da Celular CRT Participações S/A", a legitimada para figurar no pólo passivo é a Brasil Telecom S/A, a qual responde pelas conseqüências do negócio jurídico realizado. Impossibilidade jurídica do pedido. Não-configuração, vez que as ações são lançadas no mercado pela própria empresa e inexiste norma no ordenamento jurídico que, em tese, vede o pedido formulado na inicial. Inocorrência da prescrição trienal. Os direitos postulados regem-se pelas regras estabelecidas pelo Código Civil. Portaria 086/91. No caso concreto, impõe-se a complementação de ações em face da subscrição defeituosa. Na espécie, afigura-se o enriquecimento sem causa da companhia. Contrato de adesão. Interpretação favorável ao aderente. Ausência de regra quanto à variação do valor unitário da ação. Princípio da boa-fé. Necessidade de aplicação de correção monetária nas demonstrações financeiras. Descabe o pleito de aplicação da correção monetária, uma vez que o valor unitário da ação era estabelecido, em média, a cada ano, quando da publicação de novo balanço, conforme legislação vigente à época da contratação celebrada entre as partes. Pedido de indenização em relação às ações da telefonia celular. A questão encontra supedâneo na operação de cisão parcial da CRT, em face do disposto na AGE nº 115 e no "Protocolo de Justificação de Cisão Parcial da CRT". Cumpre à companhia indenizar a parte autora, considerando-se o valor correspondente ao número de ações da telefonia celular que deveria ter sido subscrito, atendida a primeira cotação em bolsa de valores após a cisão, momento em que violado o direito da parte. Pedido de indenização. Dividendos. Em razão da conduta indevida da companhia, plausível o pleito indenizatório a respeito das bonificações, desde a data em que deveria ter havido o pagamento, considerando-se a diferença de ações. AFASTADAS AS PRELIMINARES. APELAÇÃO DA PARTE AUTORA PROVIDA." (fls. 337)

Desse desate, a Brasil Telecom opôs embargos de declaração, que foram desacolhidos. Seguiu-se a interposição do recurso especial, no qual se sustenta, preliminarmente, que o acórdão recorrido infringiu os artigos 3º, 47, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II e 535, II, todos do Código de Processo Civil. No mérito, a ora agravante alegou a violação dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168 e 287, II, "g", todos da Lei nº 6.404/76.
É o sucinto relatório.
Decido.
2. Primeiramente, quanto à violação do art. 535, II do CPC, quadra assinalar que o acórdão recorrido não possui qualquer vício a ser sanado por meio de embargos de declaração. Em verdade, o aresto não padece de qualquer omissão, contradição ou obscuridade, tendo em vista que o Tribunal *a quo* se manifestou acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia.
3. Noutro giro, não vislumbro ofensa aos arts. 165 e 458, II, ambos do CPC, pois fundamentar a sentença significa indicar de forma lógica as razões pelas quais se deve à lide determinada solução. Além do que, prescindível que o magistrado responda a todos os argumentos apresentados pelas partes, bem como seja adotado a tese da recorrente.
4. Da mesma forma, quanto a suposta transgressão dos artigos 3º, 47 e 267, VI, todos do CPC, não há como acolher a preliminar de ilegitimidade passiva da recorrente, uma vez que, ao suceder a Companhia Riograndense de Telecomunicações, a Brasil Telecom se tornou parte legítima para atuar no pólo passivo da lide, devendo responder pelas obrigações assumidas no contrato de participação financeira firmado entre a CRT e a autora. A propósito, outro não é o entendimento deste Tribunal, *verbis*:
"No que pertine à ilegitimidade passiva da ora recorrente, resta assente a absoluta insubsistência da alegação, porquanto a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT, criada pela Lei Estadual nº 4.073/60 sob a forma de sociedade anônima de economia mista, foi sucedida em todas as suas obrigações pela ora recorrente, que adquiriu, em conjunto com a Brasil Telecom Participações S/A, lote de ações que lhe conferiu o controle da antiga companhia telefônica." (REsp nº 537146/RS, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ de 14.08.2006)

5. Também não há que se falar em contrariedade à alínea "g" do inciso II do artigo 287 da Lei nº 6.404/76.
O cerne da controvérsia instaurada se situa na natureza da relação litigiosa, sendo esta eminentemente obrigacional, uma vez que a presente ação se funda no inadimplemento contratual, consubstanciado no não recebimento das ações pela parte autora. Ora, em demandas como a dos autos, a relação apresenta cunho de direito obrigacional, ainda não societário, pois, na medida em que a recorrida ainda não goza do status de acionista, visto não ter havido a subscrição das ações da empresa em seu nome.
Dessa forma, mostra-se impróprio adotar o prazo prescricional do art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, porquanto sua aplicação deve ser reservada a quando o já acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído naquela qualidade, situação não identificável com a espécie em exame.
6. E, por fim, não há que se falar em violação do artigo 269, IV, do CPC, dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167 e 168, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a *quaestio* acerca da emissão de ações baseado nos elementos fático-probatórios dos autos.
Desse modo, a pretendida revisão do *decisum* encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça.
7. Ante o exposto, com base no artigo 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo de instrumento para conhecer, em parte, do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3631)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.405 - RS (2007/0199188-6)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SÉRGIO LOURENCO DE FRAGA E OUTROS
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos arts. 165, 269, IV, 458, II, e 535 do CPC e 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167,

168, 170, § 1º, 233 e 287, II, "g" da Lei n. 6.404/1976 e 186 do Código Civil, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira cumulado com pedido de indenização.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido e violação aos artigos 6º, 12, 170, § 1º, da Lei n. 6.404/1976, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Infrutífera a alegação de prescrição inserta no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976 (redação dada pela Lei n. 10.303/2001), pois não se trata de direito societário, mas pessoal, porquanto não está o postulante na condição de acionista. Nesse sentido: (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
No mérito, esclareço que a Segunda Seção (REsp n. 470.443/RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, unânime, DJU de 22.09.2003) já decidiu que, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Quanto à ilegitimidade passiva da agravante para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3632)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.420 - RS (2007/0196256-6)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: JOÃO PAULO IBANEZ LEAL E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SIPPEL G ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por BRASIL TELECOM S/A contra decisão do Terceiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a", da Constituição Federal, manejado frente a acórdão, integrado pelo proferido em sede de embargos de declaração, assim ementado:

"Ação ordinária movida contra BRASIL TELECOM S/A, buscando subscrição ou indenização de diferença de ações da CELULAR CRT Participações S/A, em vista da cisão das empresas.
Decreto de extinção do feito, por impossibilidade jurídica do pedido. Levantamento.
Preliminares de ofensa à coisa julgada, ilegitimidade passiva e prescrição. Desacolhimento.
Subscrevendo a CRT número de ações menor a que teriam direito os acionistas quando da retribuição pela integralização financeira, responde a empresa pela subscrição ou indenização no equivalente a diferença das ações da CELULAR CRT se houvesse o correto pagamento ao tempo da cisão da Companhia. Direito à dobra acionária.
Reconhecido o direito à complementação acionária, daí decorre o direito à indenização referente ao dividendos distribuídos do período.
Juros sobre o capital próprio. Descabimento.
Apelação provida em parte." (fls. 241)

Aduz a recorrente violação aos artigos 1º, 12, 229, § 5º, e 287, II, "g", da Lei 6.404/76; 159 do Código Civil de 1916 e aos artigos 3º, 47, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II, 467, 468 e 535 do Código de Processo Civil.
A irresignação não merece acolhida.
De início, não se vislumbra violação aos arts. 165, 458 e 535 do Estatuto Processual, porquanto as questões submetidas ao Tribunal de origem foram suficiente e adequadamente delineadas, com abordagem integral do tema e fundamentação compatível.
Nesse contexto, impende ressaltar, em companhia da tradicional doutrina e do maciço entendimento pretoriano, que o julgado apenas se apresenta como omisso quando, sem analisar as questões colocadas sob apreciação judicial, ou mesmo promovendo o necessário debate, deixa, entretanto, num caso ou no outro, de ministrar a solução reclamada, o que não ocorre na espécie.
Diz, a propósito, o insigne BARBOSA MOREIRA:
"Há omissão quando o tribunal deixa de apreciar questões relevantes para o julgamento, suscitadas pelas partes ou examináveis de ofício ..., ou quando deixa de pronunciar-se acerca de algum tópico de matéria submetida à sua deliberação ...".
Quanto à prescrição, esta Corte firmou entendimento no sentido do não cabimento, em casos como o dos autos, do prazo previsto no art. 287, II, "g" da Lei nº 6.404/76, introduzido pela Lei nº 10.303/2001, porquanto trata-se de direito obrigacional decorrente de contrato de participação financeira e não societário. Desta forma, incide, na espécie, a prescrição prevista no art. 177 do Código Civil de 1916 e nos arts. 205 e 2.028 do Código Civil de 2002.
A propósito:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. SOCIEDADE ANÔNIMA AÇÃO DE SUBSCRITOR DE AÇÕES NÃO ENTREGUES. DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES SUBSCRITAS. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 287, II, "G", DA LEI 6.404/76. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PRETENSÃO DE ACIONISTA.
NATUREZA PESSOAL DA PRETENSÃO. PRESCRIÇÃO DE ACORDO COM O CÓDIGO CIVIL.
- Como a prescrição é a perda da pretensão por ausência de seu exercício pelo titular, em determinado lapso de tempo; para se verificar se houve ou não prescrição é necessário constatar se nasceu ou não a pretensão respectiva, porquanto o prazo prescricional só começa a fluir no momento em que nasce a pretensão.
- Nos termos do art. 287, II, "g", da Lei n.º 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), com a redação dada pela Lei n.º 10.303/2001, a prescrição para o acionista mover ação contra a companhia ocorre em 3 (três) anos.
- A pessoa que subscreveu ações de uma sociedade anônima, mas não recebeu a quantidade devida de ações, não é acionista da companhia em relação às ações não recebidas e, por isso mesmo, ainda não tem qualquer direito de acionista em relação à companhia por conta das referidas ações.
- O direito à complementação de ações subscritas decorrentes de instrumento contratual firmado com sociedade anônima é de natureza pessoal e, conseqüentemente, a respectiva pretensão prescreve nos prazos previstos nos arts. 177 do Código Civil/1916 (20 anos) e 205 do atual Código Civil (10 anos).
Recurso especial conhecido e provido." (REsp 829835/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJ 21.08.2006)

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL. BRASIL TELECOM S/A. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. PRESCRIÇÃO. ART. 287 "G". NÃO OCORRÊNCIA. NATUREZA PESSOAL. RECURSO PROVIDO.
1. Nas demandas que envolvem a complementação de subscrição de ações, a relação tem cunho de direito obrigacional, e não societário, pois visa o cumprimento do contrato, de cuja satisfação decorreria a efetiva subscrição.
2. Inaplicabilidade do art. 287, "g", da Lei 6.404/76. Prazo prescricional regido pelo art. 205 do CC, sendo o lapso temporal decenal, contado da vigência da nova lei civil.
3. Recurso especial não conhecido." (REsp 855484/RS, Rel. Min. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, DJ 13.11.2006)

Por fim, no tocante à legitimidade, coisa julgada, indenização e ações verifica-se que a análise da irresignação esbarra no óbice das súmulas 5 e 7 desta Corte, porquanto a controvérsia foi decidida com expressa interpretação do ato de cisão parcial da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT -, bem como do contrato de participação financeira firmado entre as partes.
Ademais, especificamente quanto ao tema da coisa julgada, incidente também o veto da súmula 288/STF.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publicar.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3633)

RECURSO ESPECIAL Nº 944.434 - PR (2007/0090219-9)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: SIRLEI NEVES MENDES DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRENTE	: HUGO CELSO MESCOLIN
ADVOGADO	: LUCIOLA LOPES CORREA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: OS MESMOS

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. SFH. TABELA PRICE. AFERIÇÃO DA EXISTÊNCIA DE CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. VEDADA EM QUALQUER PERIODICIDADE. RECURSO IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de recursos especiais interpostos por CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF e HUGO CELSO MESCOLIN , com fundamento na alínea "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, cuja ementa ora se transcreve no que interessa.
REVISIONAL. SFH. APLICAÇÃO DO CDC. LIMITAÇÃO DOS JUROS - CONTRATO ANTERIOR À LEI Nº 8.629/93 TABELA PRICE. INCIDÊNCIA DO PES. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. Fls. 438
Sustenta a instituição financeira a violação do artigo 82 do CC, 933 do CC, artigo 4º, IX e 9º da Lei 4.595/64 e no 4º do Decreto nº 22.626/1933. Aduz que a utilização da tabela Price não contempla capitalização de juros, que a amortização dos juros deve preceder a do capital, a viabilidade de capitalização de juros, a possibilidade de inclusão, no reajuste das prestações, das vantagens e gratificações de carater pessoal.
Aduz o autor a ilegalidade da Tabela Price, por comportar capitalização de juros.
É o breve relatório. Decido.
2. No tocante à tabela Price, alega a instituição financeira que sua utilização não implica capitalização de juros; a respeito do tema, este Superior Tribunal, reiteradamente, tem se manifestado pela inviabilidade, em sede de recurso especial, da verificação da existência da capitalização de juros no sistema de amortização da tabela Price, por depender do reexame de conteúdo fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ. Desta forma, não conhecidos, no ponto, ambos os recursos.

Nesse sentido:

"PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O RITO ORDINÁRIO. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO VINCULADO À AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PELO SFH. TABELA PRICE. EXISTÊNCIA DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. QUESTÃO DE FATO. A existência, ou não, de capitalização de juros no sistema de amortização conhecido como Tabela Price, constitui questão de fato, a ser solucionada a partir da interpretação das cláusulas contratuais e/ou provas documentais e periciais, quando pertinentes ao caso. Recurso especial não conhecido. (Resp 410775/PR, Rel. Min. Menezes Direito, Rel. p/ ac. Min. Nancy Andrighi, julgado pela Terceira Turma em 23/03/04).
3. Por outro lado, é iterativa a jurisprudência desta Corte no sentido da impossibilidade de capitalização de juros, em qualquer periodicidade, nos contratos de mútuo bancário vinculado ao Sistema Financeiro Habitacional, mesmo que haja previsão contratual expressa; tal entendimento se dá porquanto inexistente previsão legal, incidindo, pois, o enunciado sumular 121/STF.

A propósito, observem-se:

"Direito civil. Agravo no recurso especial. Ação de conhecimento sob o rito ordinário. Contrato de financiamento imobiliário. Sistema Financeiro da Habitação. PES. Capitalização de juros. - O contrato de empréstimo bancário vinculado ao SFH não admite pacto de capitalização de juros, em qualquer periodicidade. Agravo no recurso especial desprovido." (AgRg no REsp 622550 / RN, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ 01.07.2004)

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. MÚTUO HIPOTECÁRIO. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. VEDAÇÃO. SÚMULA N. 121-STF. TEMA PACIFICADO. RECURSO MANIFESTAMENTE INADIMISSÍVEL E INFUNDADO. MULTA. ART. 557, § 2º, DO CPC. I. Nos contratos de mútuo hipotecário é vedada a capitalização mensal dos juros, somente admitida nos casos previstos em lei, hipótese diversa dos autos. Incidência do art. 4º do Decreto n. 22.626/33 e da Súmula n. 121-STF. II. Agravo improvido." (AgRg no REsp 575750 / RN, Rel. Min. Aldir Passarinho, DJ 09.08.2004)

4. No que toca à limitação dos juros remuneratórios, a eg. Segunda Seção desta Corte Superior, quando do julgamento do EREsp nº 415.588/SC, da relatoria do em. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, firmou posicionamento no sentido de que o artigo 6º, alínea "e", da Lei nº 4.380/64, não estabelece a limitação da taxa de juros, apenas dispõe sobre as condições para a aplicação do reajuste previsto no artigo 5º da mesma lei; provocando, dessarte, a incidência do Enunciado nº 596 da Súmula do eg. Supremo Tribunal Federal.

Colha-se, a propósito, o seguinte precedente:

"ADMINISTRATIVO. SFH. CONTRATO DE MÚTUO. DISCUSSÃO JUDICIAL DO DÉBITO. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. ART. 585, § 1º, DO CPC. AFASTAMENTO DO PES. AFRONTA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. CONTRATO DE SEGURO. ALTERAÇÃO DO VALOR DO PRÊMIO FALTA DE PREQUESTIONAMENTO.LIMITAÇÃO DOS JUROS. ART. 6°, "E", DA LEI Nº 4.380/64. 1. A matéria inserta nos arts. 585, § 1º, do CPC, 6º, § 1º, da LICC, 586 do Código Civil/02 e 14 da Lei nº 4.380/64, não foi objeto de prequestionamento, o que atrai o óbice das Súmulas 282 e 356/STF. 2. O art. 6°, "e", da Lei nº 4.380/64 não estabeleceu taxa máxima de juros para o Sistema Financeiro de Habitação, mas, apenas, uma condição para que seja aplicado o art. 5° do mesmo diploma legal. Precedentes. 3. Recurso especial conhecido em parte e provido." (REsp 807964/PE, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJ 29.08.2006)

Corroboram esse entendimento outras decisões de semelhante teor: AgRg no Ag 764333/RS, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ 16.10.2006; AgRg no REsp 650849/MT, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJ 09.10.2006; e AgRg no REsp 647925/RS, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJ 11.09.2006.
5. Com relação à forma de amortização da dívida, bem como quanto à possibilidade de inclusão das vantagens pessoais incorporadas, na verificação da equivalência para a fixação do reajuste da prestação, verifica-se ausente o necessário prequestionamento, em verdade, conquanto não seja exigida a menção expressa ao dispositivo legal, far-se-ia mister que o Tribunal de origem tivesse se manifestado acerca da questão federal apontada no recurso especial; na espécie dos autos, é de fácil constatação que o acórdão recorrido não decidiu a questão, deixando de emitir juízo de valor sobre ela. É o que dispõe o enunciado n.º 282 da Súmula do Supremo Tribunal Federal: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".
Impende salientar, ainda, que, se o recorrente entendesse que o acórdão recorrido fora omisso, deveria ter interposto embargos de declaração, para que o Tribunal a quo se manifestasse sobre a questão.
6. Isso posto, conheço em parte do recurso especial da Caixa Econômica federal, e no ponto, dou-lhe parcial provimento para afastar a limitação dos juros remuneratórios e não conheço do recurso de Hugo Celso Mescolin.
Custas e honorários advocatícios, observado quanto a estes o percentual fixado na origem, na proporção em que vencidas as partes, compensando-se na forma da lei (art. 21 do CPC) e apurados em liquidação.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3634)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.477 - RS (2007/0195880-0)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ERNESTO ROSSI
ADVOGADO	: JOÃO LUIZ DA SILVA DAS NEVES

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO REJEITADA. EMISSÃO DE AÇÕES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. DATA DA INTEGRALIZAÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 83 DO STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA AFASTADA. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, cuja ementa ora se transcreve:
"CRT. SUBSCRIÇÃO DA DIFERENÇA DE AÇÕES.
I - CRITÉRIO. A conversão do valor do contrato em valores mobiliários deveria ser feita no momento da integralização do capital. Matéria pacificada na Câmara. Precedentes do STJ.
II - CONSEQÜÊNCIA. Viável a pretensão de subscrição complementar de ações, dada a irregularidade do procedimento.
Apelo provido por decisão monocrática do Relator." (fl. 64)

Desse desate, a Brasil Telecom opôs embargos de declaração, que restaram desacolhidos. Seguiu-se a interposição do recurso especial, no qual se sustenta, preliminarmente, que o acórdão *a quo* infringiu os artigos 165, 458, II e 535 do Código de Processo Civil, o artigo 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76, os artigos 3º e 4º da Lei 7.799/89, e o parágrafo único do artigo 541 do CPC c/c § 2º do artigo 255 do RISTJ.
É o sucinto relatório.
Decido.
2. Primeiramente, quanto à violação ao art. 535 do CPC, quadra assinalar que o acórdão recorrido não possui nenhum vício a ser sanado por meio de embargos de declaração. Em verdade, o aresto não padece de nenhuma omissão, contradição ou obscuridade, tendo em vista que o Tribunal *a quo* se manifestou acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia.
3. Noutro giro, não há violação aos arts. 165 e 458, II, ambos do CPC, pois fundamentar a sentença significa indicar de forma lógica as razões pelas quais se deve à lide determinada solução. Além do que, prescindível que o magistrado responda a todos os argumentos apresentados pelas partes, bem como seja adotado a tese da recorrente.
4. Ademais, não há que se falar em violação dos artigos 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a *quaestio* acerca da emissão de ações baseado nos elementos fático-probatórios dos autos.
Desse modo, a pretendida revisão do *decisum* encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça.
5. Não atendidos, por conseguinte, o parágrafo único do artigo 541 do CPC c.c § 2º do artigo 255 do Regimento Interno deste c. Tribunal Superior.
Neste sentido, é recorrente o entendimento esposado nesta c. Corte, que assim já se manifestou:
"RECURSO ESPECIAL. [...]. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. 1. [...] 2. [...] 3. [...] 4. Divergência jurisprudencial não comprovada. A recorrente não comprovou o alegado dissídio interpretativo nos moldes que exigem o § único do art. 541, do CPC, e o artigo 255, § 2°, do Regimento Interno desta Corte. Os arestos paradigmas apontados, [...], não guardam a similitude fática necessária à ocorrência do dissídio, não havendo, também, a devida indicação das fontes oficiais onde foram publicados. 5. Recurso não conhecido." (REsp 662111 / RN ; RECURSO ESPECIAL 2004/0067928-6 Relator(a) Ministro JORGE SCARTEZZINI (1113) Órgão Julgador T4 - QUARTA TURMA Data do Julgamento 21/09/2004 Data da Publicação/Fonte DJ 06.12.2004 p. 336)".

6. No que tange à quantidade de ações recebidas pela acionista, a pretensão da recorrente encontra óbice no enunciado nº 83 da Súmula deste Tribunal, tendo em vista que o *decisum* vergastado acha-se em perfeita consonância com a jurisprudência desta Casa, no sentido de que o promitente-assinante tem direito a receber a quantidade de ações com base no valor patrimonial verificado na data da integralização.
Nesse sentido, colacionam-se os seguintes precedentes:
"RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO. QUANTIDADE MENOR. AÇÕES. DIREITO. RECEBIMENTO. DIFERENÇA. 1. Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado. 2. Recurso especial conhecido em parte e, nesta extensão, provido para determinar a complementação da quantidade de ações a que os recorrentes não excluídos da lide teriam direito." (REsp 500236/RS, Rel. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Rel. p/ Acórdão Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, julgado em 07.10.2003, DJ 01.12.2003 p. 361)

"PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO DECIDIDO EM CONFORMIDADE COM A REITERADA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. BRASIL TELECOM. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÕES DE AÇÕES. CORREÇÃO MONETÁRIA. VALOR PATRIMONIAL. DATA DA INTEGRALIZAÇÃO. - O entendimento firmado na Segunda Seção é de que o recebimento da quantidade de ações deve ocorrer com base no valor patrimonial na data da integralização do capital. - Para a determinação do critério de avaliação patrimonial dessas ações importaria o exame do contrato, cuja correção não cabe ser examinada em sede de recurso especial. Incidência da Súmula 5. - Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 559.186/RS, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, DJ 20.09.2004).

7. Também não há que se falar em violação dos arts. 3º e 4º da Lei nº 7.799/89, uma vez que esta Corte Superior de Justiça já se encontra pacificada no sentido de que "**a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.**" (AgRg no Ag n. 585.704/RS, Segunda Seção, Rel. Min. Barros Monteiro, DJU de 29.11.2004).
8. Ante o exposto, com base no artigo 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo de instrumento para conhecer, em parte, do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3635)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.507 - RS (2007/0185839-5)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LUIZ POSSANI E OUTROS
ADVOGADO	: MANFREDO ERWINO MENSCH E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por BRASIL TELECOM S/A contra decisão do 3º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a", da Constituição Federal, manejado frente a acórdão assim ementado:

"EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. AÇÕES DA BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO A SER UTILIZADO PARA O CÁLCULO DA SUBSCRIÇÃO RESTANTE É AQUELE DETERMINADO PELA ASSEMBLÉIA NO PERÍODO RESPECTIVO A INTEGRALIZAÇÃO PELO ACIONISTA. CRITÉRIO DE LEGALIDADE. EXISTÊNCIA DO DÉBITO EXEQUENDO SE NA DEMANDA DE CONHECIMENTO RESTOU DETERMINADO QUE DEVERIA SER UTILIZADO O VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO NA DATA DA INTEGRALIZAÇÃO.
APELO DESPROVIDO. UNÂNIME. "(fls. 208)

Aduz a recorrente violação aos arts. 618, II, e 741, II, do Código de Processo Civil.
A irresignação não merece acolhida. Com efeito, o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao seu valor patrimonial na data da integralização, apurado no balanço patrimonial imediatamente anterior, consoante entendimento assente nesta Corte. Nesse sentido:

"CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA - SERVIÇO DE TELEFONIA - SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES - RECEBIMENTO DA DIFERENÇA - MOMENTO DA INCIDÊNCIA DO CÁLCULO A SER REALIZADO (DATA DA INTEGRALIZAÇÃO DO PAGAMENTO) - EXEGESE.
I - O montante de capital investido dever ser examinado pelo valor da ação apurado no balanço patrimonial anterior, a despeito da existência de ato de natureza administrativa dispondo em sentido diverso, sob pena de o investidor sofrer severo prejuízo, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
II - RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO." (REsp 872.710/RS, Rel. Min. MASSAMI UYEDA, DJ de 18.12.2006)

Outrossim, se o Tribunal de origem concluiu pelo acerto da forma de cálculo das ações o fez com esteio no acervo fático-probatório dos autos, cujo reexame é vedado em sede especial, *ut* súmula nº 07 desta Corte.
Nego provimento ao agravo.
Publicar.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3636)

RECURSO ESPECIAL Nº 944.553 - MG (2007/0085931-3)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
RECORRENTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: BERNARDO ANANIAS JUNQUEIRA FERRAZ E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOEL SAMPAIO MARTINS
ADVOGADO	: ELIANE MARIA BRAGA DORTA

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO PRIVADO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS REMUNERATÓRIOS. NECESSIDADE DE PREVISÃO CONTRATUAL E DE CONVENÇÃO ENTRE AS PARTES FIRMADA APÓS A EDIÇÃO DA MP 1.963-17 E SUAS REEDIÇÕES. CABIMENTO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO PARA VALIDAR A CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS REMUNERATÓRIOS.

DECISÃO

1. Trata-se de recurso especial interposto por BANCO PANAMERICANO S/A, com fulcro nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que, por maioria de votos, deu parcial provimento ao apelo do ora recorrido, nos termos da ementa adiante transcrita (fls. 197/198):
"EMENTA: AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO - CONTRATO DE CONTA CORRENTE-CHEQUE ESPECIAL-CONTRATO DE ADESÃO - COBRANÇA DE JUROS - ONEROSIDADE EXCESSIVA - POSSIBILIDADE DE REVISÃO COM BASE NO CDC, CÓDIGO CIVIL E CONSTITUIÇÃO FEDERAL - FIXAÇÃO ABUSIVA DA TAXA DE JUROS - PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE - CAPITALIZAÇÃO MENSAL - IMPOSSIBILIDADE.
- Aplicam-se aos contratos bancários celebrados entre as partes os princípios e as regras constitucionais, bem como princípios e regras do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil.
- É possível a revisão do contrato com relação aos juros cobrados, quando se revelar excessiva a onerosidade das taxas praticadas, com base nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
- Considera-se abusiva a taxa de juros cobradas de 178,19%, ao ano, razão pela qual deve ser reduzida ao patamar de 15% ao ano acima da taxa fixada pelo Banco Central do Brasil, através do COPOM(SELIC)
- É ilícita a capitalização mensal de juros, autorizando-se apenas a anual.
V. v.1: Afigura-se mais razoável aplicar aos particulares a mesma taxa de juros praticada em relação ao Poder Público em seus contratos, qual seja, a taxa SELIC, que, além de não ser abusiva em relação ao contratante, remunera de forma mais adequada o custo operacional da atividade bancária.
O art. 4º do Decreto n. 22.626/33, que veda a incidência de juros sobre juros, não foi revogado pela Lei n. 4.595/64. Portanto, não se admite a capitalização de juros fora das Cédulas de Crédito Comercial, Rural e Industrial, mesmo assim, quando expressamente estabelecida a possibilidade na avença contratual. (Desembargador Dárcio Lopardi Mendes)
V. v.2: As disposições do Decreto nº 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas pelas instituições públicas ou privadas, que integram o sistema financeiro nacional. Inteligência de súmula nº 596 do STF; - Não é recomendável a utilização da taxa SELIC; (Sistemas Especial de Liquidação e de Custódia) para limitação de juros previstos em contratos bancários, uma vez que tal referencial não possui definição em lei, e, na esteira de julgado do STJ, "a Taxa Selic ora tem a conotação de juros moratórios, ora de remuneratórios, a par de neutralizar os efeitos da inflação, constituindo-se em correção monetária por vias oblíquas..." (STJ - Resp. 217018-PR, Segunda Turma - rel. Min. Franciulli Netto, j. 24.09.2002, DJ 24.3.2003, p. 167) (Desembargador Renato Martins Jacob).".

Interpostos embargos infringentes, estes foram parcialmente providos (fls. 284/297).
Sustenta o recorrente que o acórdão recorrido violou o disposto no artigo 28, § 1º, da Lei nº 10.931/2004, e no artigo 5º, da Medida Provisória nº 2.170-36/2001, bem como divergiu de julgados no que se refere à capitalização mensal dos juros remuneratórios.
Contra-razões às fls. 329/336).
Recurso especial admitido às fls. 338/340.
É o breve relatório.
Decido.
2. No que se refere à admissibilidade do recurso especial, em relação aos dissídios jurisprudenciais e dispositivos legais pretendidos por violados, satisfeitos os pressupostos, inclusive no que tange ao prequestionamento, passo a examinar o recurso.
3. Quanto à capitalização mensal de juros, o entendimento prevalecente no STJ era no sentido de que somente seria admitida em casos específicos, previstos em lei, conforme Enunciado da Súmula 93/STJ (cédulas de crédito rural, comercial e industrial).
Todavia, com a edição da MP nº 1.963-17/2000, atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2001, a eg. Segunda Seção deste Tribunal passou a admitir a capitalização mensal nos contratos firmados posteriormente à sua entrada em vigor, desde que houvesse previsão contratual, *verbis*:
"AGRAVO INTERNO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. CONTRATO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. CONTRATO POSTERIOR À EDIÇÃO DA MP 2.170/2000. POSSIBILIDADE. A egrégia Segunda Seção desta Corte pacificou entendimento no sentido da possibilidade de capitalização mensal de juros nos contratos celebrados em data posterior à publicação da MP 1.963-17/2000, atualmente reeditada sob o n° 2.170/36, desde que pactuada. Precedentes. Agravo a que se nega provimento." (AgRg nos EREsp 691257/RS, Rel. Min. CASTRO FILHO, SEGUNDA SEÇÃO, DJ 29.06.2006)
In casu, o contrato sob exame foi firmado posteriormente às normas referidas e contém disposição contratual neste sentido, conforme apurado pelas instâncias ordinárias. Desta forma, legítima a capitalização mensal dos juros remuneratórios, como pactuada.
6. Diante do exposto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, conheço do recurso e lhe dou provimento para validar a capitalização mensal dos juros remuneratórios.
Custas e honorários advocatícios a serem suportados pela ora recorrida na proporção de sua sucumbência, observado o percentual fixado no v. acórdão recorrido, admitida a compensação, na forma da Súmula 306/STJ e da lei (art. 21 do CPC), restando, ainda, suspensa a exigibilidade dos ônus sucumbenciais da parte autora por cinco anos, nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/50, por ser beneficiária da assistência judiciária gratuita.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3637)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.667 - RS (2007/0204215-4)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ZELPI OTTO
ADVOGADO	: MAURÍCIO WORTMANN MARQUES E OUTRO(S)
INTERES.	: CELULAR CRT S/A
ADVOGADO	: FELIPE FRANCISCO BALLVÉ ALICE E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega violação aos artigos 3º, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II, e 535 do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 168, 170, § 1º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117, do Código Civil e ao inciso I, do artigo 131, do Código Comercial, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Infrutífera a alegação de prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 13.11.2006).
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa do agravado, uma vez que legítimo para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:
"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3638)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.727 - RS (2007/0191513-5)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VOLMAR BOSCARDIN
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por BRASIL TELECOM S/A contra decisão do 3º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a", da Constituição Federal, manejado frente a acórdão, integrado pelo proferido em sede de embargos de declaração, assim ementado:
"AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CRT. CELULAR CRT. COISA JULGADA. FUNÇÃO POSITIVA. ART. 467 DO CPC.
Tendo a parte autora logrado sucesso em demanda anteriormente ajuizada no sentido de ver a parte demandada (Brasil Telecom S/A) condenada a subscrever a diferença de ações que teria direito em face do mau cumprimento de contrato de participação financeira firmando com a CRT, decorre daí a procedência de seu pleito no tocante à indenização das ações da Celular CRT Participações S/A, em face dos termos da cisão levada a efeito, cuidando-se a espécie de função positiva da coisa julgada. Precedentes jurisprudenciais.
APELO PROVIDO." (fls. 42)

Aduz a recorrente violação aos arts. 1º, 12, 229, § 5º, e 287, II, "g", da Lei nº 6.404/76; aos arts. 3º, 47, 267, VI, 269, IV, 458, II, 467, 468 e 535 do Código de Processo Civil; aos arts. 159 e 1.056 do Código Civil e ao art. 71 do Código Comercial.
A irresignação não merece prosperar.
De início, não se vislumbra violação aos arts. 458 e 535 do Estatuto Processual, porquanto as questões submetidas ao Tribunal de origem foram suficiente e adequadamente delineadas, com abordagem integral do tema e fundamentação compatível.
Nesse contexto, impende ressaltar, em companhia da tradicional doutrina e do maciço entendimento pretoriano, que o julgado apenas se apresenta como omisso quando, sem analisar as questões colocadas sob apreciação judicial, ou mesmo promovendo o necessário debate, deixa, entretanto, num caso ou no outro, de ministrar a solução reclamada, o que não ocorre na espécie.
Diz, a propósito, o insigne BARBOSA MOREIRA:
"Há omissão quando o tribunal deixa de apreciar questões relevantes para o julgamento, suscitadas pelas partes ou examináveis de ofício ..., ou quando deixa de pronunciar-se acerca de algum tópico de matéria submetida à sua deliberação ...".
As matérias relativas aos arts. 159 e 1.056 do Código Civil não foram objeto de decisão por parte do acórdão recorrido, ressentindo-se o recurso especial, neste particular, do necessário prequestionamento, o que faz incidir a censura das súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.
Quanto à prescrição, esta Corte firmou entendimento no sentido do não cabimento, em casos como o dos autos, do prazo previsto no art. 287, II, "g" da Lei nº 6.404/76, introduzido pela Lei nº 10.303/2001, porquanto trata-se de direito obrigacional decorrente de contrato de participação financeira e não societário. Desta forma, incide, na espécie, a prescrição prevista no art. 177 do Código Civil de 1916 e nos arts. 205 e 2.028 do Código Civil de 2002.
A propósito:
"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. SOCIEDADE ANÔNIMA AÇÃO DE SUBSCRITOR DE AÇÕES NÃO ENTREGUES. DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES SUBSCRITAS. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 287, II, "G", DA LEI 6.404/76. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PRETENSÃO DE ACIONISTA. NATUREZA PESSOAL DA PRETENSÃO. PRESCRIÇÃO DE ACORDO COM O CÓDIGO CIVIL.
- Como a prescrição é a perda da pretensão por ausência de seu exercício pelo titular, em determinado lapso de tempo; para se verificar se houve ou não prescrição é necessário constatar se nasceu ou não a pretensão respectiva, porquanto o prazo prescricional só começa a fluir no momento em que nasce a pretensão.
- Nos termos do art. 287, II, "g", da Lei n.º 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), com a redação dada pela Lei n.º 10.303/2001, a prescrição para o acionista mover ação contra a companhia ocorre em 3 (três) anos.
- A pessoa que subscreveu ações de uma sociedade anônima, mas não recebeu a quantidade devida de ações, não é acionista da companhia em relação às ações não recebidas e, por isso mesmo, ainda não tem qualquer direito de acionista em relação à companhia por conta das referidas ações.
- O direito à complementação de ações subscritas decorrentes de instrumento contratual firmado com sociedade anônima é de natureza pessoal e, conseqüentemente, a respectiva pretensão prescreve nos prazos previstos nos arts. 177 do Código Civil/1916 (20 anos) e 205 do atual Código Civil (10 anos).
Recurso especial conhecido e provido." (REsp 829835/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJ 21.08.2006)
"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL. BRASIL TELECOM S/A. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. PRESCRIÇÃO. ART. 287 "G". NÃO OCORRÊNCIA. NATUREZA PESSOAL. RECURSO PROVIDO.
1. Nas demandas que envolvem a complementação de subscrição de ações, a relação tem cunho de direito obrigacional, e não societário, pois visa o cumprimento do contrato, de cuja satisfação decorreria a efetiva subscrição.
2. Inaplicabilidade do art. 287, "g", da Lei 6.404/76. Prazo prescricional regido pelo art. 205 do CC, sendo o lapso temporal decenal, contado da vigência da nova lei civil.
3. Recurso especial não conhecido." (REsp 855484/RS, Rel. Min. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, DJ 13.11.2006)

Esta Corte firmou entendimento no sentido de que o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao seu valor patrimonial na data da integralização, apurado no balanço patrimonial imediatamente anterior.
Nesse sentido:
"CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA - SERVIÇO DE TELEFONIA - SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES - RECEBIMENTO DA DIFERENÇA - MOMENTO DA INCIDÊNCIA DO CÁLCULO A SER REALIZADO (DATA DA INTEGRALIZAÇÃO DO PAGAMENTO) - EXEGESE.
I - O montante de capital investido dever ser examinado pelo valor da ação apurado no balanço patrimonial anterior, a despeito da existência de ato de natureza administrativa dispondo em sentido diverso, sob pena de o investidor sofrer severo prejuízo, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
II - RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO." (REsp 872.710/RS, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, DJ 18.12.2006)

No tocante à coisa julgada e à legitimidade, verifica-se que a análise da irresignação esbarra nos óbices das súmulas 5 e 7 desta Corte, porquanto a controvérsia foi decidida com expressa interpretação do ato de cisão parcial da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT -, bem como do contrato de participação financeira firmado entre as partes.
Ademais, especificamente quanto ao tema da coisa julgada, incidente também o veto da súmula 288/STF.
Nego provimento ao agravo.
Publicar.
Brasília, 19 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3639)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.748 - RS (2007/0192502-0)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: JOÃO PAULO IBANEZ LEAL E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MINI-MERCADO FARIAS LTDA
ADVOGADO	: LEANDRO JOSÉ ROCHA DE MORAES

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. PRELIMINARES DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA RECORRENTE REJEITADAS. PRESCRIÇÃO TRIENAL. INOCORRÊNCIA. EMISSÃO DE AÇÕES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, cuja ementa ora se transcreve:

"DIREITO PRIVADO NÃO-ESPECIFICADO. AÇÃO ORDINÁRIA. BRASIL TELECOM S/A. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DESACOLHIDA. PRESCRIÇÃO NÃO-CONFIGURADA. PRETENSÃO DE RETRIBUIÇÃO ACIONÁRIA. ACOLHIMENTO DA POSTULAÇÃO, EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRU-

DÊNCIA DO EGRÉGIO STJ. OBSERVÂNCIA DO VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO QUANDO DA DATA DA INTEGRALIZAÇÃO. INDENIZAÇÃO QUE RESPONDE A DEMANDADA EM FACE DA NÃO-SUBSCRIÇÃO DAS AÇÕES DA COMPANHIA CRIADA EM FUNÇÃO DA CISÃO HAVIDA, BEM COMO DOS RESPECTIVOS DIVIDENDOS. DERAM PROVIMENTO AO APELO." (fls. 251)

Desse desate, a Brasil Telecom opôs embargos de declaração, os quais restaram desacolhidos. Nas razões de seu recurso especial, alega a agravante, preliminarmente, que o acórdão recorrido infringiu os artigos 3º, 47, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II e 535, todos do CPC. No mérito, a ora agravante alegou a violação dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º e 287, II, "g" todos da Lei nº 6.404/76.
É o sucinto relatório.
Decido.
2. Primeiramente, quanto à violação ao art. 535 do CPC, quadra assinalar que o acórdão recorrido não possui nenhum vício a ser sanado por meio de embargos de declaração. Em verdade, o aresto não padece de nenhuma omissão, contradição ou obscuridade, tendo em vista que o Tribunal *a quo* se manifestou acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia.
3. Noutro giro, não há violação aos arts. 165 e 458, II, ambos do CPC, pois fundamentar a sentença significa indicar de forma lógica as razões pelas quais se deve à lide determinada solução. Além do que, prescindível que o magistrado responda a todos os argumentos apresentados pelas partes, bem como seja adotado a tese da recorrente.
4. Da mesma forma, quanto a suposta violação dos artigos 3º, 47 e 267, IV, todos do CPC, não há como acolher a preliminar de ilegitimidade passiva da recorrente, uma vez que, ao suceder a Companhia Riograndense de Telecomunicações, a Brasil Telecom se tornou parte legítima para atuar no pólo passivo da lide, devendo responder pelas obrigações assumidas no contrato de participação financeira firmado entre a CRT e a autora. A propósito, outro não é o entendimento deste Tribunal, *verbis*:
"No que pertine à ilegitimidade passiva da ora recorrente, resta assente a absoluta insubsistência da alegação, porquanto a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT, criada pela Lei Estadual nº 4.073/60 sob a forma de sociedade anônima de economia mista, foi sucedida em todas as suas obrigações pela ora recorrente, que adquiriu, em conjunto com a Brasil Telecom Participações S/A, lote de ações que lhe conferiu o controle da antiga companhia telefônica." (REsp nº 537146/RS, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ de 14.08.2006)

5. Também não há que se falar em violação da alínea "g" do inciso II do artigo 287 da Lei nº 6.404/76.
O cerne da controvérsia instaurada se situa na natureza da relação litigiosa, sendo esta eminentemente obrigacional, uma vez que a presente ação se funda no inadimplemento contratual, consubstanciado no não recebimento das ações pela parte autora. Ora, em demandas como a dos autos, a relação apresenta cunho de direito obrigacional, ainda não societário, pois, na medida em que a recorrida ainda não goza do status de acionista, visto não ter havido a subscrição das ações da empresa em seu nome.
Dessa forma, mostra-se impróprio adotar o prazo prescricional do art. 287, II, "g", da Lei 6.404/76, porquanto sua aplicação deve ser reservada a quando o já acionista demanda contra a companhia buscando a satisfação de direito ou a exoneração do dever contraído naquela qualidade, situação não identificável com a espécie em exame.
6. Ademais, não há que se falar em violação dos artigos 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168 e 170, § 1º da Lei nº 6.404/76, aos arts. 85, 115, e 117 do CC e 131, I, do Código Comercial, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a *quaestio* acerca da emissão de ações baseado nos elementos fático-probatórios dos autos.
Desse modo, a pretendida revisão do *decisum* encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça.
7. Ante o exposto, com base no artigo 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo de instrumento para conhecer, em parte, do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3640)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.783 - RS (2007/0203994-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: JOÃO PAULO IBANEZ LEAL E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EDEMAR LUIZ RODRIGUES E OUTROS
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso especial, no qual se alega negativa de vigência aos artigos 3º, 47, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II, e 535 do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 167, 168, 170, § 1º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em ação visando à complementação de ações decorrentes de contrato de participação financeira.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que, mesmo não examinando os dispositivos legais levantados nos embargos de declaração, dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da agravante.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei nº 6.404/76, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Com relação à impossibilidade jurídica do pedido, o argumento não procede. É que busca a parte autora, tão somente, o restabelecimento de seu patrimônio, possivelmente desfalcado em função de a empresa não ter adimplido os termos da avença. O pedido é, pois, possível.
Não procede a alegação de prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, julgado em 17.10.2006).
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa da agravada, uma vez que legítima para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS).
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(AgRg no AG n. 585.704-RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3641)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.882 - RS (2007/0208322-7)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FRANCESCO COLOMBO
ADVOGADO	: FRANCESCO COLOMBO FILHO E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÃO. INDEFERIMENTO DE PROVA PERICIAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 333, I DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 07 DO STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo de instrumento interposto por Brasil Telecom S/A, sucessora por incorporação da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT, contra decisão que negou seguimento ao seu recurso especial, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, em que alega ofensa ao art. 333, I, do CPC.
É o relatório.
Decido.
2. Não merece prosperar o inconformismo.
O tema inserto no art. 333, I, do CPC, não foi objeto de exame no acórdão recorrido e sequer foram opostos embargos de declaração para suprir tal omissão, ressentido-se, dessarte, do necessário prequestionamento, incidindo, à espécie, os enunciados 282 e 356, da Súmula do Supremo Tribunal Federal.
3. No que tange à necessidade de prova pericial para o deslinde da controvérsia acerca correção monetária a incidir sobre o valor patrimonial da ação, o acolhimento da pretensão recursal demandaria necessariamente o reexame do conjunto fático-probatório da causa, tarefa, como cediço, inexeqüível na via eleita, a teor do enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.
4. Diante do exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3642)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.906 - RS (2007/0190613-6)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
AGRAVANTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MAFALDA MARIA BOCCHESE FACCIOLI
ADVOGADO	: MÁRCIA VIDI BONORINO

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO DE DE AÇÕES. PRELIMINARES DE COISA JULGADA E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA RECORRENTE REJEITADAS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fulcrado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, cuja ementa ora se transcreve:
"APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS Á EXECUÇÃO. INVIABILIDADE DE ATRIBUIÇÃO DO DUPLO EFEITO. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. COISA JULGADA MATERIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. AFASTADA A TESE DE NULIDADE DA EXECUÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO. SENTENÇA MANTIDA. POR UNANIMIDADE, NEGARAM PROVIMENTO AO APELO." (fl. 178)
Contra esse desate, opôs a BRASIL TELECOM embargos de declaração, os quais foram desacolhidos. Seguiu-se a interposição do recurso especial, no sentido de sustentar, que o acórdão *a quo* infringiu os artigos 267, 467 e 741, V, todos do CPC;
É o sucinto relatório.
Decido.
2. Não há que se falar em ofensa ao artigo 467 da Lei de Ritos. É cediço que a identidade dos três elementos referentes às partes, pedido e causa de pedir dá ensejo a coisa julgada.
No entanto, *in casu*, conquanto coincidentes as partes e a causa de pedir, constata-se que não restou demonstrada a igualdade de pedidos . Ocorre que, na primeira demanda, visava a autora à complementação da subscrição de ações que não haviam sido emitidas pela CRT, enquanto, no presente caso, pretende a percepção dos dividendos relativos às ações que lhe foram subscritas quando do julgamento da demanda anterior.
Dessa forma, diante da inexistência de identidade entre as ações, não há como se acolher a preliminar de coisa julgada
3. Quanto a suposta violação do artigo 267 do CPC, não há como acolher a preliminar de ilegitimidade passiva da recorrente, uma vez que, ao suceder a Companhia Riograndense de Telecomunicações, a Brasil Telecom se tornou parte legítima para atuar no pólo passivo da lide, devendo responder pelas obrigações assumidas no contrato de participação financeira firmado entre a CRT e a autora. A propósito, outro não é o entendimento deste Tribunal, *verbis*:
"No que pertine à ilegitimidade passiva da ora recorrente, resta assente a absoluta insubsistência da alegação, porquanto a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT, criada pela Lei Estadual nº 4.073/60 sob a forma de sociedade anônima de economia mista, foi sucedida em todas as suas obrigações pela ora recorrente, que adquiriu, em conjunto com a Brasil Telecom Participações S/A, lote de ações que lhe conferiu o controle da antiga companhia telefônica." (REsp nº 537146/RS, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ de 14.08.2006)

4. Não há que se falar em violação do art. 741, V, do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem entendeu ter se caracterizado ato atentatório a dignidade da justiça por parte da agravante e decidiu a quaestio acerca da emissão de ações baseado nos elementos fático-probatórios dos autos. Assim, para se infirmar as conclusões a que chegou o v. acórdão a quo, seria necessário o reexame de todo o arcabouço fático-probatório contido nos autos, o que se torna inviável nesta via eleita, conforme o disposto nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça.
Nesse sentido, confira-se os seguintes precedentes:
CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. SAQUES IRREGULARES EFETUADOS EM CONTA CORRENTE. DANOS MATERIAIS RECONHECIDOS. DANOS MORAIS. OCORRÊNCIA. VALOR INDENIZATÓRIO DEVIDO. FIXAÇÃO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DOS ELEMENTOS PROBATÓRIOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. 1. (omissis); 2. (omissis); 3. (omissis) 4. A pretensão do recorrente no sentido de que seja reconhecida a litigância de má-fé implicaria o revolvimento de elementos probatórios analisados nas instâncias ordinárias, e sobre os quais o Tribunal a quo fundamentou sua decisão. Incidência da Súmula 07, desta Corte. 5. Recurso parcialmente conhecido e, nesta parte, provido. (REsp 797.689/MT, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 15.08.2006, DJ 11.09.2006 p. 305)

AGRAVO REGIMENTAL. FAMÍLIA. SOCIEDADE DE FATO. DISSOLUÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. SÚMULA 07 - MULTA DO ART. 538 DO CPC. EMBARGOS PROTELATÓRIOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO E DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. - Para afastar multa aplicada por litigância de má-fé o STJ teria de revolver a prova, em desafio à Súmula 7. - Falta prequestionamento se o dispositivo legal supostamente violado não foi discutido na formação do acórdão recorrido. - É inadmissível o recurso especial quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia. - Não merece provimento recurso carente de argumentos capazes de desconstituir a decisão agravada. (AgRg no REsp 782.223/RS, Rel.

Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, TERCEIRA TURMA, julgado em 06.04.2006, DJ 08.05.2006 p. 212)

5. Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, VII, do RISTJ, conheço do agravo de instrumento para conhecer, em parte, do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3643)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 945.017 - PR (2007/0224852-4)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
AGRAVANTE	: ROBERTO DE OLIVEIRA BRAGA E OUTRO
ADVOGADO	: ROBERTA BOTELHO BITTENCOURT E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ITAMAR WOLNEI GOEDERT E OUTRO
ADVOGADO	: CAROLINA ANTUNES VILLANOVA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Roberto de Oliveira Braga e outro contra decisão que inadmitiu recurso especial.
Está incompleto o traslado das contra-razões ao recurso especial juntado aos autos, faltando a folha nº 6, considerada a numeração da peça. A cópia mencionada no art. 544, § 1º , do Código de Processo Civil, deve corresponder ao inteiro teor do original. A falta de páginas impossibilita a exata compreensão da controvérsia, tornando deficiente a instrução processual.
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3644)

RECURSO ESPECIAL Nº 945.120 - RS (2007/0094664-6)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: LEANDRO VILLELA CEZIMBRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOAO RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO	: AUGUSTINHO GERVÁSIO GÖTTEMS TELÖKEN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do Colendo TJRS que, em ação de cobrança, julgou procedente pedido de subscrição suplementar de ações decorrentes de contrato de participação financeira firmado com a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT; e aplicou multa por embargos protelatórios.
Preliminarmente, quanto à assertiva de violação aos arts. 165, 458 e 535 do CPC, sem respaldo o inconformismo, haja vista que enfrentadas todas as questões levantadas pela parte, porém em sentido contrário ao almejado. Indevida, contudo, a aplicação da multa, com espeque na Súmula n. 98/STJ.
No mérito, sem razão a recorrente. "Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A (sucessora da CRT) e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado" (REsp n. 500.236-RS, Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, 4ª Turma, por maioria, DJU de 01.12.2003; REsp n. 470.433-RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, 2ª Seção, unânime, DJU de 22/09/2003).
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido." (AgRg no AG n. 585.704-RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Pelo exposto, conheço em parte do recurso, e nessa parte, dou-lhe parcial provimento, apenas para afastar a aplicação da multa, com espeque na Súmula n. 98/STJ (art. 557, § 1º-A, do CPC).
Publique-se.
Brasília, 11 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3645)

RECURSO ESPECIAL Nº 945.325 - RS (2007/0093676-3)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: SUZANA GARCIA MACHADO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PAULO RONI BORGES DE VARGAS
ADVOGADO	: GIANCARLO RODRIGUES DE SOUZA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do Colendo TJRS que, em ação de cobrança, julgou procedente pedido de subscrição suplementar de ações decorrentes de contrato de participação financeira firmado com a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT.
Sustenta a recorrente, em termos sucintos, negativa de vigência aos artigos 3º, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II, 535 e 538, parágrafo único, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 170, § 1º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117, do Código Civil; ao inciso I, do artigo 131, do Código Comercial e aos arts. 2º, 3º, 47 e 84, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que, mesmo não examinando os dispositivos legais levantados nos embargos de declaração, dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da recorrente.
Entretanto, quanto ao art. 538, parágrafo único, da Lei Adjetiva Civil, assiste razão à recorrente, posto que a presente espécie enquadra-se no disposto no enunciado sumular 98/STJ. Afastado, assim, o caráter protelatório dos embargos de declaração.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Não procede a alegação de prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, julgado em 17.10.2006).
No que se refere à aplicação do direito consumerista, já decidiu esta Colenda Corte, na assentada de 13.8.2003 da 2ª Seção, por unanimidade, no julgamento do REsp n. 470.443/RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, que o contrato de participação financeira, por envolver o fornecimento de serviço de telefonia, embutido no investimento remuneratório das ações subscritas, está sob o manto da lei especial do consumidor, DJU de 22.9.2003.
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Quanto à ilegitimidade passiva da recorrente para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.

Pelo exposto, conheço em parte do recurso, e nessa parte, dou-lhe parcial provimento, apenas para afastar a aplicação da multa, com espeque na Súmula n. 98/STJ (art. 557, § 1°-A, do CPC).
Publique-se.
Brasília, 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3646)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 945.414 - RS (2007/0195515-8)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: JAIME ADÃO LENHARD
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por JAIME ADÃO LENHARD contra decisão do Terceiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letras "a" e "c" da Constituição Federal.
O agravo não merece conhecimento.
Com efeito, falta-lhe o requisito da regularidade formal, porquanto não impugnadas, de forma específica, as bases da decisão agravada.
O recurso foi inadmitido pelos seguintes fundamentos: (a) ausência de violação ao art. 535 do CPC, (b) necessidade de reexame do acervo fático-probatório e cláusulas contratuais, atraindo a incidência das sumulas 05 e 07/STJ, (c) desatenção ao requisito do prequestionamento, e (d) aplicação da súmula 83/STJ, posto que a orientação desta Corte se firmou no sentido da decisão recorrida.
O agravante, por sua vez, limita-se a refutar o primeiro e o último fundamentos, ressaltando a caracterização de dissenso jurisprudencial, permanecendo silente quanto aos demais, o que atrai a incidência, na espécie, do verbete sumular 182 desta Corte, ***verbis***:

"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Não conheço do agravo.
Publicar.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3647)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 946.920 - RJ (2007/0223533-2)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
AGRAVANTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MARIA DE LOURDES ALMEIDA DA FONSECA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SÉRGIO PEÇANHA DE CARVALHO
REPR. POR	: MARIA VICTORIA PEÇANHA DE CARVALHO
ADVOGADO	: ACCACIO MONTEIRO BARROZO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF contra decisão do Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região indeferindo o processamento de recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, letras "a" e "c" da Constituição Federal, manejado frente a acórdão daquele Pretório.
O agravo não merece conhecimento.
Com efeito, falta-lhe o requisito da regularidade formal, porquanto não foram impugnadas, de forma específica, as bases da decisão agravada.
O recurso foi inadmitido pelos seguintes fundamentos: necessidade de reexame do conjunto fático-probatório para o deslinde da controvérsia (súmula 7/STJ); ausência do cotejo analítico imprescindível à demonstração do dissídio jurisprudencial alegado; impossibilidade de interpretação de cláusula contratual em sede especial (súmula 5/STJ); não cabimento de recurso especial sob a alegação de violação da Resolução do Banco Central.
A agravante, por sua vez, deixa de refutar estes fundamentos, limitando-se a renegar o juízo de admissibilidade realizado, o que atrai a incidência, na espécie, da súmula nº 182 desta Corte:

"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Não conheço do agravo.
Publicar.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

(3648)

RECURSO ESPECIAL Nº 947.205 - MG (2007/0098923-4)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: FUNDAÇÃO ITAUBANCO
ADVOGADO	: THOMAZ BARBOSA S MARTINS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ANA LÚCIA DA SILVA BILA DE MIRANDA PEREIRA E OUTROS
ADVOGADO	: RANDOLFO DINIZ NETO E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - PREVIDÊNCIA PRIVADA - RESTITUIÇÃO DE VALORES REFERENTES A CONTRIBUIÇÕES PAGAS À ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - INCIDÊNCIA DO IPC - SÚMULA 289/STJ - PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL - RECONHECIMENTO - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pela FUNDAÇÃO ITAUBANCO, com fulcro no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que, nos autos da ação de cobrança de correção monetária incidente sobre a devolução de contribuições pessoais pagas a plano de previdência privada, decidiu que a obrigação é de natureza pessoal, sujeita, portanto, ao prazo prescricional de vinte anos (artigo 178, § 10, II, do Código Civil de 1916) ou de dez anos (artigo 205 do Código Civil em vigor), dependendo da situação pessoal de cada autor, bem como que a atualização das parcelas a serem restituídas deve ser plena, sob pena de proporcionar enriquecimento ilícito.

Sustenta a recorrente, em síntese, violação dos artigos 178, § 10, II, do Código Civil de 1916; 103, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91; 42, IV e V, da Lei nº 6.435/77; 31, VIII, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 81.240/78, além de dissídio jurisprudencial, à consideração de que a prescrição, *in casu*, é qüinqüenal, devendo ser observadas as regras do Estatuto na atualização monetária das parcelas a serem restituídas, afastando-se a incidência dos expurgos inflacionários.

Os recorridos apresentaram contra-razões às fls. 556/562.
É o relatório.
A irresignação merece acolhida, em parte.
Com efeito.
No tocante ao malferimento dos arts. 42, V, da Lei n. 6.435/77 e 31, VIII e § 2º, do Decreto n. 81.240/78, a conclusão adotada pelo v. acórdão recorrido reflete o entendimento desta Corte sobre a matéria, sedimentado pela Súmula 289/STJ, que assim dispõe: *"A restituição das parcelas pagas a plano de previdência privada deve ser objeto de correção plena, por índice que recomponha a efetiva desvalorização da moeda."*
Ademais, veja-se que este Tribunal entende ser qüinqüenal a prescrição relativa ao recebimento de diferenças no montante devido aos beneficiários de previdência privada. Nesse sentido, a dicção da Súmula 291/STJ, *in verbis*: *"A ação de cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria pela previdência privada prescreve em cinco anos."*
Note-se, todavia, que o início da contagem do prazo deve levar em consideração a data da restituição das contribuições feitas ao ex-empregado, pois é a partir desse marco que surge o direito de postular eventuais diferenças, em face do recebimento a menor do que o efetivamente devido.
In casu, constata-se que o colegiado estadual não procedeu ao exame da situação individual de cada um dos ora recorridos. Dessa forma, reconhecido que o prazo prescricional na espécie é de 5 anos a contar do efetivo recebimento das parcelas restituídas, com base no artigo 557, § 1º-A, do CPC, dá-se parcial provimento ao recurso especial, para o fim de determinar a aplicação do lustro prescricional à hipótese, mantendo-se, porém, caso não se constate a ocorrência de prescrição, a forma de atualização monetária prevista pelas Instâncias ordinárias. Quanto à distribuição dos ônus de sucumbência, deve ser ela realizada pela r. Corte *a quo*, após a verificação da prescrição.
Retornem os autos ao Tribunal de origem para as providências acima descritas.
Publique-se.Intimem-se.
Brasília, 21 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3649)

RECURSO ESPECIAL Nº 947.781 - CE (2007/0086532-0)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: RODRIGO CAHU BELTRÃO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOSÉ VICENTE BEZERRA NETO E OUTRO
ADVOGADO	: RONALD ARAGÃO XAVIER

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL - MÚTUO HABITACIONAL - SFH - ARTS. 6º, § 1º, DA LICC, 332 DO CPC E 586 DO CC/2002 - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - AMORTIZAÇÃO NEGATIVA E TABELA *PRICE* - MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA - INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS - IMPOSSIBILIDADE - INCIDÊNCIA DOS ENUNCIADOS 5 E 7/STJ - UTILIZAÇÃO DA TR COMO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA - POSSIBILIDADE - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com fulcro no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que, nos autos da ação revisional de mútuo habitacional ajuizada por JOSÉ VICENTE BEZERRA NETO E OUTRO, decidiu, no que interessa, nos termos da seguinte ementa:

"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO - SFH. PLANO DE EQUIVALÊNCIA SALARIAL POR CATEGORIA PROFISSIONAL - PES/CP. LEGITIMIDADE PASSIVA DA CAIXA. ATUALIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR. TAXA REFERENCIAL. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. ANATOCISMO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA.
- A cessão de crédito imobiliário é ato cuja validade depende da observância à solenidade exigida pela MP 2196/2001, circunstância que não restou demonstrada nos autos, assim como não está comprovada a necessária anuência do mutuário à sub-rogação contratual. Ilegitimidade da EMGEA para figurar no pólo passivo da demanda, o qual deve continuar sendo ocupado exclusivamente pela CAIXA.
- A utilização da Taxa Referencial - TR como parâmetro para atualização do saldo devedor só é admissível para os contratos firmados após a vigência da Lei 8.177/91 e desde que expressamente prevista no acordo. Súmula 295 do STJ: A Taxa Referencial (TR) é indexador válido para contratos posteriores à Lei n. 8.177/91, desde que pactuada. No caso em exame, sendo o contrato de mútuo anterior à data de vigência da referida Lei, aplica-se o IPC/INPC como índice de atualização monetária.
- É assegurado aos mutuários vinculados ao PES/CP o direito ao pagamento de prestação mensal em valor que mantenha a relação prestação/renda verificada no início do contrato.
- Impossibilidade de capitalização de juros no âmbito do SFH por inexistir legislação autorizadora. Inteligência das súmulas 121 do STF e 93 do STJ.
- Tendo sucumbido a parte autora em parte mínima do pedido formulado na inicial, correta é a condenação da instituição financeira no pagamento de honorários advocatícios. Inteligência do art. 21, parágrafo único, do CPC.
- Apelação provida, em parte." (fl. 185)

A recorrente sustenta, em síntese, que a revisão judicial do contrato feriu o ato jurídico perfeito, bem como que o princípio do *pacta sunt servanda* restou malferido. Afirma, ainda, a legalidade do sistema de amortização denominado Tabela *Price*, que não importaria capitalização de juros. Defende, por fim, a atualização do saldo devedor pela TR.
Os recorridos não apresentaram contra-razões, conforme certidão à fl. 261.
É o relatório.
A irresignação merece prosperar, em parte.
Com efeito.
Inicialmente, veja-se que os temas referentes à violação do ato jurídico perfeito, ao cerceamento de defesa e à conceituação do contrato de mútuo (arts. 6º da LICC, 332 do Código de Processo Civil e 586 do Código Civil) não foram objeto de discussão no acórdão recorrido. Inafastáveis, assim, os enunciados 282 e 356/STF.
Note-se, ademais, que a revisão contratual feita pelas Instâncias Ordinárias objetivou adequar a cobrança das prestações e a atualização do saldo devedor aos ditames legais próprios considerados aplicáveis à relação jurídica existente entre as partes, principalmente no intuito de se evitar a capitalização de juros, inexistindo, assim, qualquer ofensa ao princípio *pacta sunt servanda*.
No concernente à existência de amortização negativa ou capitalização de juros pela utilização da Tabela *Price*, já decidiu este Superior Tribunal de Justiça que a questão não pode ser revista na via eleita, uma vez que implicaria reexame de material fático-probatório e interpretação de cláusula contratual, o que impõe a incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ.
A propósito, confira-se o seguimento precedente:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. DEFICIÊNCIA RECURSAL. ALÍNEA 'A' DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. SÚMULA 284/STF. MÚTUO HIPOTECÁRIO. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. TR. POSSIBILIDADE. TABELA PRICE I. CAPITALIZAÇÃO. SÚMULA 07/STJ. 1 - É deficiente a fundamentação recursal se, arrimada em violação de lei federal, não indica o recorrente, clara e precisamente, qual ou quais os dispositivos infraconstitucionais teriam sido vulnerados pelo julgado de origem. 2 - A taxa referencial pode ser utilizada como índice de correção monetária nos contratos de mútuo hipotecário, desde que haja pactuação. 3 - Aferir a existência de capitalização de juros com a aplicação do sistema conhecido como 'Tabela Price' é providência que não prescinde do revolvimento do conjunto fático probatório. Incidência da súmula 07/STJ. 4 - Recurso especial conhecido em parte (letra 'c') e, nesta extensão, parcialmente provido." (REsp. n.º 747.767/PR, relator Ministro Fernando Gonçalves, DJ de 1º.2.2006)

No mais, com razão a recorrente.
Esta Corte já decidiu ser possível a utilização da Taxa Referencial como índice de correção monetária nos contratos de financiamento imobiliário em que prevista a atualização do saldo devedor pelos mesmos índices da caderneta de poupança, como no caso, ainda que o contrato seja anterior à Lei n.º 8.177/91.
Nesse sentido, assim já se pronunciou este Tribunal:

"CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. CONTRATO DE MÚTUO. SALDO DEVEDOR. REAJUSTE. IPC DE MARÇO/90 (84,32%). APLICAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. PES. INADMISSIBILIDADE. ADOÇÃO DO CRITÉRIO CONTRATUAL. VARIAÇÃO DA POUPANÇA.. LEGITIMIDADE. TR. ADMISSIBILIDADE. SISTEMA DE PRÉVIO REAJUSTE E POSTERIOR AMORTIZAÇÃO. I. (...). II. A aplicação do PES refere-se às prestações do financiamento e não ao reajuste do saldo devedor do mútuo vinculado ao SFH, que é legitimamente atualizado de acordo com o índice de reajuste da poupança, quando assim contratado (REsp n. 495.019/DF, Rel. para acórdão Min. Antônio de Pádua Ribeiro, 2ª Seção, por maioria, DJU de 06/06/2005). III. Ausência de vedação legal para utilização da TR como indexador do saldo devedor do contrato sob exame, desde que seja o índice que remunera a caderneta de poupança livremente pactuado. Precedentes. IV. Agravo desprovido." (AgRgREsp. n.º 820.397/DF, relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJ de 8.5.2006)

Assim sendo, amparado no art. 557, § 1º-A, do CPC, dá-se parcial provimento ao recurso, para admitir o uso da TR como índice de correção monetária do saldo devedor do financiamento, mantendo-se a sucumbência fixada pelas Instâncias Ordinárias.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3650)

RECURSO ESPECIAL Nº 947.880 - RS (2007/0099761-5)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: PAULO ROBERTO RIBEIRO DA SILVA
ADVOGADO	: AUGUSTINHO GERVÁSIO GÖTTEMS TELÖKEN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do Colendo TJRS que, julgando ação de exibição de documentos, extinguiu o processo sem julgamento do mérito, em face da ausência de interesse de agir.
Alega a recorrente, em termos sucintos, negativa de vigência aos arts. 31, § 1°, e 100 da Lei n. 6.404/1976, 358, 461, e 844, II, do CPC, além de divergência jurisprudencial. Sustenta que: não cabe recusa em exibir os documentos, quando se tratarem de documentos comuns às partes; é cabível e necessário o procedimento cautelar de exibição, porquanto a ré, em suas contestações, alega sempre a inépcia da inicial nas ações de cobrança de diferença de subscrições, quando desacompanhada dessas peças; e, finalmente, com a recusa, deve-se presumir aceitos como verdadeiros os fatos afirmados pela requerente, assegurado, ainda, a execução na forma mandamental.
A irresignação não merece prosperar.
Observe-se, de início, que quanto aos arts. 358, 461 e 844, II, do CPC, não foram objeto de debate pelo acórdão recorrido, nem tampouco foram opostos embargos de declaração, incidindo, na espécie, as Súmulas 282 e 356 ambas do STF.
Na hipótese, verifica-se que o Tribunal estadual julgou extinto o processo, acolhendo a preliminar de interesse de agir, uma vez que, apesar de comprovar o encaminhamento de pedido administrativo à requerida, a autora deixou de comprovar o pagamento da taxa de serviço na forma do § 1°, do artigo 100, da Lei n. 6.404/1976.
A autora, por sua vez, sustenta que é cabível e necessário o procedimento cautelar preparatório para obrigar a requerida a exibir documentos comuns às partes.
Portanto, deixou a autora de atacar, especificamente, o fundamento do acórdão recorrido, suficiente para manter o julgado, qual seja, a falta de interesse de agir pela não comprovação de pagamento do serviço requerido administrativamente, circunstância que atrai o óbice da Súmula n. 283 do STF, por analogia.
De igual forma, o dissídio jurisprudencial não foi demonstrado nos moldes exigidos pelo art. 255 do RISTJ, seja porque os trechos colacionados apresentam situações fático-jurídicas diferentes do acórdão recorrido, seja porque não houve a realização do confronto analítico.
Por fim, ainda incidente, reflexamente, a Súmula n. 7 do STJ.
Pelo exposto, nos termos do art. 557, **caput**, do CPC, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3651)

RECURSO ESPECIAL Nº 948.100 - RS (2007/0099770-4)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: CIBELE FERNANDES ALVES ARAÚJO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: GELSON ANTÔNIO FARRUTH DE ABREU
ADVOGADO	: ALTEMIR CANTÚ E OUTRO

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do Colendo TJRS que, em ação de cobrança, julgou procedente pedido de subscrição suplementar de ações decorrentes de contrato de participação financeira firmado com a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT.
Sustenta a recorrente, em termos sucintos, negativa de vigência aos artigos 3º, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II, 535 e 538, parágrafo único, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 170, § 1º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117, do Código Civil; ao inciso I, do artigo 131, do Código Comercial e aos arts. 2º, 3º, 47 e 84, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que, mesmo não examinando os dispositivos legais levantados nos embargos de declaração, dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da recorrente.
Entretanto, quanto ao art. 538, parágrafo único, da Lei Adjetiva Civil, assiste razão à recorrente, posto que a presente espécie enquadra-se no disposto no enunciado sumular 98/STJ. Afastado, assim, o caráter protelatório dos embargos de declaração.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.

Não procede a alegação de prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, julgado em 17.10.2006).
No que se refere à aplicação do direito consumerista, já decidiu esta Colenda Corte, na assentada de 13.8.2003 da 2ª Seção, por unanimidade, no julgamento do REsp n. 470.443/RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, que o contrato de participação financeira, por envolver o fornecimento de serviço de telefonia, embutido no investimento remuneratório das ações subscritas, está sob o manto da lei especial do consumidor, DJU de 22.9.2003.
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Quanto à ilegitimidade passiva da recorrente para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, conheço em parte do recurso, e nessa parte, dou-lhe parcial provimento, apenas para afastar a aplicação da multa, com espeque na Súmula n. 98/STJ (art. 557, § 1°-A, do CPC).
Publique-se.
Brasília, 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3652)

RECURSO ESPECIAL Nº 949.172 - RS (2007/0102177-5)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: FABIANA DA FONTOURA PORTUGAL E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LILIANAN ANTONIA FERRARESE TAVARES
ADVOGADO	: FABIANO S ZANIN

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do Colendo TJRS que, em ação de cobrança, julgou procedente pedido de subscrição suplementar de ações decorrentes de contrato de participação financeira firmado com a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT.
Sustenta a recorrente, em termos sucintos, negativa de vigência aos artigos 3º, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II, 535 e 538, parágrafo único, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 170, § 1º, 201, 202, § 1°, 229, § 5°, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117, do Código Civil; ao inciso I, do artigo 131, do Código Comercial e aos arts. 2º, 3º, 47 e 84, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que, mesmo não examinando os dispositivos legais levantados nos embargos de declaração, dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da recorrente.
Entretanto, quanto ao art. 538, parágrafo único, da Lei Adjetiva Civil, assiste razão à recorrente, posto que a presente espécie enquadra-se no disposto no enunciado sumular 98/STJ. Afastado, assim, o caráter protelatório dos embargos de declaração.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Não há razão também em relação à ilegitimidade ativa da recorrida, uma vez que legítima para figurar no pólo ativo de ação em que se discute o contrato de participação financeira, mesmo após a transferência das ações a terceiro (2ª Seção, REsp n. 453.805/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, unânime, DJU de 10.02.2003).
Não procede a alegação de prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, julgado em 17.10.2006).
No que se refere à aplicação do direito consumerista, já decidiu esta Colenda Corte, na assentada de 13.8.2003 da 2ª Seção, por unanimidade, no julgamento do REsp n. 470.443/RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, que o contrato de participação financeira, por envolver o fornecimento de serviço de telefonia, embutido no investimento remuneratório das ações subscritas, está sob o manto da lei especial do consumidor, DJU de 22.9.2003.
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

No que tange ao pagamento de dividendos, ou à indenização pelo seu valor, a Quarta Turma, quando do julgamento do REsp n. 500.236 (Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, por maioria, DJU de 01.12.03), chegou ao entendimento de que "...não cabe a esta Corte analisar o impacto a ser causado pelo cumprimento da obrigação, mas tão-somente determiná-lo, conforme ressaltado pelo Ministro Carlos Alberto Menezes Direito".
Quanto à ilegitimidade passiva da recorrente para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, conheço em parte do recurso, e nessa parte, dou-lhe parcial provimento, apenas para afastar a aplicação da multa, com espeque na Súmula n. 98/STJ (art. 557, § 1°-A, do CPC).
Publique-se.
Brasília, 14 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3653)

RECURSO ESPECIAL Nº 951.118 - RS (2007/0073675-9)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: SIMONE KLITZKE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CELIO LUIZ SCHMIDT E OUTRO
ADVOGADO	: MAGALI HELENA FLOCKE HACK E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial no qual se discute a possibilidade de levantamento do FGTS para pagamento de financiamento imobiliário não regido pelas regras do Sistema Financeiro de Habitação.
Nos termos do art. 9º, § 1º, inciso IX, do Regimento Interno desta Corte, a competência para o julgamento do presente recurso é da egrégia Primeira Seção, sendo indicada, pois, a redistribuição do feito a um dos seus eminentes integrantes.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3654)

RECURSO ESPECIAL Nº 953.300 - CE (2007/0097258-1)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: RODRIGO CAHU BELTRÃO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: HOLONEIDA NOBRE DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: FRANCISCO WALBERTO FERNANDES MAGALHÃES E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL - MÚTUO HABITACIONAL - SFH - CERCEAMENTO DE DEFESA - INEXISTÊNCIA - IMPOSSIBILIDADE DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS, EM QUALQUER PERIODICIDADE - UTILIZAÇÃO DA TR COMO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA - POSSIBILIDADE - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com fulcro no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que, nos autos da ação revisional de mútuo habitacional ajuizada por HOLONEIDA NOBRE DE OLIVEIRA, decidiu, no que interessa, que: [1] não houve julgamento *extra petita*, não havendo que se falar em nulidade da sentença; [2] havendo nos autos elementos suficientes ao convencimento do julgador, desnecessária a produção de prova pericial, máxime quando se trata de questão eminentemente de direito; [3] a utilização da Taxa Referencial - TR como parâmetro para atualização do saldo devedor só é admissível para os contratos firmados após a vigência da Lei 8.177/91 e desde que expressamente prevista no acordo; [4] a atualização dos encargos mensais deverá respeitar o Plano de Equivalência Salarial fixado no contrato; [5] nos contratos firmados no âmbito do SFH os juros devem obedecer ao pactuado, não podendo, no entanto, ultrapassar os limites de 10% a.a. e 12% a.a., para os acordos realizados durante a vigência das Leis 4.380/64 e 8.692/93, respectivamente; e [6] é impossível a capitalização de juros no âmbito do SFH por inexistir legislação autorizadora.
A recorrente sustenta, em síntese, ser indispensável a prova pericial para a verificação de eventual irregularidade do cumprimento do contrato. Defende, ainda, a atualização do saldo devedor pela TR. Afirma, por fim, ser cabível e legal a capitalização de juros.
A recorrida não apresentou contra-razões (certidão à fl. 231).
É o relatório.
A irresignação merece prosperar, em parte.
Com efeito.
Inicialmente, não se verifica o mencionado cerceamento do direito de defesa, na exegese conferida pelo acórdão recorrido, que salientou ser somente de direito a matéria discutida no processo, razão pela qual era totalmente dispensável a produção de prova pericial. Rever tal conclusão, consoante jurisprudência desta Corte, encontra óbice no enunciado 7/STJ, *in verbis*: *"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"*.
Nesse sentido, assim já se decidiu:

"RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - JULGAMENTO ANTECIPADO - PROVA PRODUZIDA - SÚMULA 07/STJ - ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA - FALSIDADE DE ASSINATURA - ÔNUS DA PROVA - ART. 389, II, DO CPC - INTIMAÇÃO DO JULGAMENTO ANTECIPADO - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - SÚMULA 211/STJ - RECURSO NÃO CONHECIDO. 1 -(...) 2 -(...) 3 - Inexiste cerceamento de defesa se há o indeferimento de pedido de produção de prova e o conseqüente julgamento antecipado da lide, quando o magistrado constata nos autos a existência de provas suficientes para o seu convencimento. Além disso, 'se o acórdão recorrido confirma o julgamento antecipado da lide porque a prova produzida se mostra suficiente, a admissibilidade do especial encontra empeço na Súmula 7/STJ' (AgRg no Ag 677417 / MG, Ministro BARROS MONTEIRO, DJ 19.12.2005). 4 - Recurso não conhecido." (REsp 785.807/PB, relator Ministro Jorge Scartezzini, DJ de 10.4.2006). No mesmo sentido: REsp 588.523/SP, relator Ministro Fernando Gonçalves, DJ de 10.10.2005.

Veja-se, ainda, que a capitalização de juros, em qualquer periodicidade, é proibida em contratos dessa espécie, ainda que expressamente avençada, conforme orientação deste Tribunal Superior. A respeito: REsp 436.842/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, DJ de 14.5.2007; REsp 192.809/SP, relator Ministro Aldir Passarinho Junior, DJ de 6.3.2006.
No mais, com razão a recorrente.
Esta Corte já decidiu ser possível a utilização da Taxa Referencial como índice de correção monetária nos contratos de financiamento imobiliário em que prevista a atualização do saldo devedor pelos mesmos índices da caderneta de poupança, como no caso, ainda que o contrato seja anterior à Lei n.º 8.177/91.
Nesse sentido, assim já se pronunciou este Tribunal:

"CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. CONTRATO DE MÚTUO. SALDO DEVEDOR. REAJUSTE. IPC DE MARÇO/90 (84,32%). APLICAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. PES. INADMISSIBILIDADE. ADOÇÃO DO CRITÉRIO CONTRATUAL. VARIAÇÃO DA POUPANÇA.. LEGITIMIDADE. TR. ADMISSIBILIDADE. SISTEMA DE PRÉVIO REAJUSTE E POSTERIOR AMORTIZAÇÃO. I. (...). II. A aplicação do PES refere-se às prestações do financiamento e não ao reajuste do saldo devedor do mútuo vinculado ao SFH, que é legitimamente atualizado de acordo com o índice de reajuste da poupança, quando assim contratado (REsp n. 495.019/DF, Rel. para acórdão Min. Antônio de Pádua Ribeiro, 2ª Seção, por maioria, DJU de 06/06/2005). III. Ausência de vedação legal para utilização da TR como indexador do saldo devedor do contrato sob exame, desde que seja o índice que remunera a caderneta de poupança livremente pactuado. Precedentes. IV. Agravo desprovido." (AgRgREsp. n.º 820.397/DF, rel. Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJ de 8.5.2006)

Assim sendo, amparado no art. 557, § 1º-A, do CPC, dá-se parcial provimento ao recurso, para admitir o uso da TR como índice de correção monetária do saldo devedor do financiamento, mantendo-se a sucumbência fixada pelas Instâncias Ordinárias.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3655)

RECURSO ESPECIAL Nº 956.335 - RS (2007/0123892-5)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: ADELMIRO PEREIRA DE ALMEIDA
ADVOGADO	: PAULO RICARDO STRANO COELHO
RECORRIDO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDSON LUIZ RODRIGUES DA SILVA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do Colendo TJRS que, julgando ação de exibição de documentos, extinguiu o processo sem julgamento do mérito, em face da ausência de interesse de agir.
Inicialmente, quanto à assertiva de violação ao art. 535 do CPC, sem razão o recorrente, haja vista que enfrentadas todas as questões levantadas pela parte, porém em sentido contrário ao almejado.
Outrossim, para firmar a ausência de interesse processual, o aresto recorrido amparou-se no art. 100, § 1º da Lei n. 6.404/76, que permite expressamente a cobrança da taxa de serviço para o fornecimento da documentação buscada pelo recorrente. Tal argumento não foi atacado nas razões recursais, circunstância que atrai o óbice da Súmula n. 283 do STF.
A controvérsia, por igual, recai, reflexamente, no óbice da Súmula n. 7 do STJ.
Pelo exposto, nos termos do art. 557, **caput**, do CPC, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Brasília, 19 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR, Relator

(3656)

RECURSO ESPECIAL Nº 957.054 - SC (2007/0125428-1)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL - REFER
ADVOGADO	: MARCIA RODRIGUES DOS SANTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CLÓVIS DA SILVA
ADVOGADO	: ANTÔNIO CÉZAR NASSIF

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - PREVIDÊNCIA PRIVADA - RESTITUIÇÃO DE VALORES REFERENTES A CONTRIBUIÇÕES PAGAS À ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL, OCORRÊNCIA *IN CASU* - SÚMULA 291/STJ - RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pela FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL - REFER, com fulcro no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado:
"EMBARGOS INFRINGENTES - FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL (REFER) - AÇÃO DE COBRANÇA DE VALORES PAGOS AO PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - DISCUSSÃO RELATIVA AO PRAZO PRESCRICIONAL - VOTOS VENCEDORES QUE APLICAVAM A PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA E VENCIDO A QÜINQÜENAL - INAPLICABILIDADE DESTA AO PRESENTE CASO - NECESSIDADE DE PREVALÊNCIA DOS VOTOS VENCEDORES - OBSERVÂNCIA DO ART. 177 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 - RECURSO IMPROVIDO.
-A cobrança, em decorrência do rompimento da relação empregatícia, de diferenças na devolução das importâncias contribuídas para a formação do fundo de reserva de poupança, visando à complementação de aposentadoria, caracteriza-se como relação jurídica obrigacional de natureza pessoal. Por conseguinte, o prazo prescricional aplicável à espécie é o vintenário (art. 177, do CC/1916), com observância do art. 2.028, do Novo Código Civil."

Sustenta a recorrente, em síntese, violação dos artigos 178, § 10, II, do Código Civil de 1916; 14, III, e 75 da Lei Complementar nº 109/2001, bem como 103, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91, à consideração de que a prescrição, *in casu*, não é vintenária, mas qüinqüenal. Aponta, ainda, divergência jurisprudencial quanto à incidência dos expurgos inflacionários.
O recorrido não apresentou contra-razões.
É o relatório.
O recurso merece ser provido.
Com efeito.
Ao reformar a sentença, para reconhecer a aplicação da prescrição vintenária ao caso, o acórdão recorrido contrariou a jurisprudência desta Corte sobre a matéria, que entende ser qüinqüenal o referido lapso prescricional.
Nesse sentido, assim já restou decidido:
"PREVIDÊNCIA PRIVADA. DESLIGAMENTO. DEVOLUÇÃO. DIFERENÇAS. PRESCRIÇÃO. PRAZO. CINCO ANOS. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. 1. É de cinco anos o prazo de prescrição para cobrar eventuais diferenças no montante devolvido ao beneficiário de previdência privada, em virtude de seu desligamento do plano. 2. O termo inicial para a contagem do prazo prescricional é aquele em que devolvidos os montantes aos autores, pois dali surgiu o direito de acionar a ré por alguma diferença havida ('actio nata'). 3. Prescrição reconhecida relativamente a um dos autores. 4. 'A restituição das parcelas pagas a plano de previdência privada deve ser objeto de correção plena, por índice que recomponha a efetiva desvalorização da moeda.' (súmula 289/STJ). 5. A Segunda Seção tem entendimento assente no sentido de que, no cálculo da correção monetária dos valores resgatados pelos associados a plano de previdência privada, quando do seu desligamento, incluem-se os denominados 'expurgos inflacionários', ainda que o estatuto da entidade disponha de forma diversa. 6. Recurso conhecido em parte e, nessa extensão, provido" (REsp. n. 750.039/MG, relator Ministro Fernando Gonçalves, DJ de 26.9.2005).

Esse entendimento restou cristalizado na Súmula n. 291 do STJ, *in verbis*: *"A ação de cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria pela previdência privada prescreve em cinco anos."*
Note-se, todavia, que o início da contagem do prazo deve levar em consideração a data da restituição das contribuições feitas ao ex-empregado, pois é a partir desse marco que surge o direito de postular eventuais diferenças, em face do recebimento a menor do que o efetivamente devido.
In casu, os elementos existentes nos autos demonstram que o recorrido recebeu a reserva de poupança em 1997 (fl. 8 da petição inicial), razão pela qual, na data da propositura da demanda, qual seja, 19.12.2003, encontrava-se prescrito o direito de reclamar eventuais diferenças de correção monetária.
No mérito, a discussão em torno do pagamento dos expurgos inflacionários restou prejudicada.
Assim sendo, autorizado pelo art. 557, § 1º-A, do CPC, dá-se provimento ao recurso especial, para reconhecer a ocorrência da prescrição qüinqüenal, julgando-se improcedente o pedido, nos termos do art. 269, IV, do CPC. O recorrido arcará com as custas e os honorários advocatícios, estes últimos fixados em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se, se for o caso, o disposto no art. 12 da Lei n. 1.060/50.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 19 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3657)

RECURSO ESPECIAL Nº 958.071 - SC (2007/0128127-7)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: SIRLEI NEVES MENDES DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: TÊXTIL BERTUNHA DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	: JADER PAULO MARIN

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. CIVIL. CONTRATO BANCÁRIO. AÇÃO REVISIONAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. CUMULAÇÃO COM OS DEMAIS ENCARGOS MORATÓRIOS. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de recurso especial interposto por CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição da República, contra acórdão assim ementado, no que interessa:
"ADMINISTRATIVO. CIVIL. CÉDULA DE CRÉDITO INDUSTRIAL LIMITAÇÃO DA TAXA DE JUROS. ART. 182, §3º DA CF. INAPLICABILIDADE. CAPITALIZAÇÃO." (fls. 375)

O recorrente alega, em síntese, violação aos artigos 5º da MP nº 1.963-17/2000 e artigo 4º, IX da Lei 4.595/64 e 919 do CC.
Sustenta a viabilidade da capitalização mensal de juros, a cobrança de comissão de permanência e sua cumulação com os demais encargos moratórios. Aduz dissídio jurisprudencial.
É o relatório.
Decido.
2. Em relação à capitalização mensal de juros, verifica-se ausente o interesse recursal uma vez consignada na instância ordinária a sua viabilidade, como pretende o recorrente.
3. Em linha de princípio, no que toca à cobrança da comissão de permanência, verifica-se que a decisão vergastada, procedeu em harmonia com a jurisprudência deste egrégio Sodalício.
Com efeito, esta Corte já se manifestou, reiteradamente, no sentido de que a comissão de permanência é admitida durante o período de inadimplemento contratual, não podendo, contudo, ser cumulada com a correção monetária (Súmula 30/STJ), com os juros remuneratórios (Súmula 296/STJ) e moratórios, nem com a multa contratual; todavia, aquele encargo deverá observar a taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual fixado no contrato (Súmula 294/STJ).
Corroboram esse entendimento as seguintes decisões de semelhante teor: REsp 839033/RS, Rel. Min. CASTRO FILHO, DJ 02.08.2006; AgRg no REsp 726.567/RS, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, DJ 29.05.2006; e REsp 793703/RS, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ 29.11.2005.
4. Por conseguinte, prejudicadas as demais alegações.
5. Diante do exposto, nego provimento ao recurso.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA,Relator

(3658)

RECURSO ESPECIAL Nº 959.249 - MG (2007/0132263-4)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
RECORRENTE	: COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE RAUL SOARES LTDA - CREDIRAS
ADVOGADO	: DALTON CUNHA MELLO JÚNIOR E OUTRO(S)
RECORRENTE	: SEBASTIÃO GERALDO DA ROCHA E OUTROS
ADVOGADO	: ELIZETE FORTES DA CUNHA
RECORRIDO	: OS MESMOS

EMENTA

RECURSOS ESPECIAIS. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E PRIVADO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DE REPOSITÓRIO E DA JUNTADA DO ACÓRDÃO PARADIGMA. DISSENSOS NÃO CARACTERIZADOS. CABIMENTO DO RECURSO PELA ALÍNEA "A". FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL. NÃO CONHECIMENTO DO PRIMEIRO RECURSO QUANTO À INCIDÊNCIA DO CDC. SEGUNDO RECURSO INTEGRALMENTE EXAMINADO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PELO V. ACÓRDÃO RECORRIDO. ESCORREITA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. COMPETÊNCIA DO CMN PARA FIXAR A TAXA, SOB PENA DE LIMITAÇÃO A 12% ANUAIS. INÉRCIA QUE ACARRETA A SUA RESTRIÇÃO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 93/STJ. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. DISCIPLINA ESPECÍFICA. AFASTAMENTO DO ENCARGO. PRECEDENTES. TAXA DE JUROS DE LONGO PRAZO. CABIMENTO. SÚMULA Nº 288/STJ. PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO E SEGUNDO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, PROVIDO PARA VALIDAR A TJLP.

DECISÃO

1. Cuida-se de dois recursos especiais, o primeiro interposto por SEBASTIÃO GERALDO DA ROCHA e OUTROS, com fulcro nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional; o segundo manejado pela COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE RAUL SOARES LTDA - CREDIRAS, com esteio nos citados permissivos constitucionais, ambos contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que deu parcial provimento a ambos os apelos, nos termos da ementa adiante transcrita (fls. 278/298):
"PROCESSUAL CIVIL - AÇÕES DE EXECUÇÃO, EMBARGOS DE DEVEDOR, REVISIONAL DE CONTRATO, CAUTELAR INOMINADA, IMPUGNAÇÃO A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - CÉDULA DE CRÉDITO RURAL PIGNORATÍCIA - CÓDIGO DEFESA DO CONSUMIDOR - INAPLICABILIDADE - LEI Nº 1.060/50 - REQUISITOS - DEMONSTRAÇÃO - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - INDEFERIMENTO - CERCEAMENTO DE DEFESA - INOCORRÊNCIA - PENHORA - BENS DADOS EM GARANTIA CEDULAR - JUROS REMUNERATÓRIOS E MORATÓRIOS - LIMITAÇÃO - MULTA MORATÓRIA - PERCENTUAL CONTRATADO - MANUTENÇÃO - CAPITALIZAÇÃO - POSSIBILIDADE - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - LEGALIDADE - TJLP - SUBSTITUIÇÃO PELO INPC - CAUTELAR INOMINADA - SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO - IMPOSSIBILIDADE.
A cédula de crédito rural, por sua própria natureza, destina-se a fomentar a produção agrícola, o que obsta a aplicação da Lei 8.078/90, por não se vislumbrar qualquer relação de consumo, sendo regida por norma própria, Decreto-lei nº 167 de 14/2/1967, não se aplicando o Código de Defesa do Consumidor.
Segundo dicção da Súmula 93, editada pelo colendo Superior Tribunal de Justiça, não há vedação para a capitalização de juros nas cédulas de crédito rural, comercial e industrial, desde que expressamente contratada.
Não se impõe a redução da multa contratual para 2% no contrato de cédula rural porque o Decreto-lei 167/67, devidamente recepcionado pela Constituição Federal de 1988, que rege o referido financiamento, prevê a multa de 10%, tal como estabelecido no contrato firmado pelas partes.
O processo de execução somente pode ser suspenso se houver ocorrência de uma das hipóteses de que trata o art. 791 do CPC, dentre as quais não está o ajuizamento de ação revisional de contrato, devendo ainda ser considerado o disposto no art. 585, § 1º, do CPC.
Em conformidade com o Decreto-lei nº 167 de 14/2/1967, os juros moratórios devem ser fixados no percentual de 1% (um por cento) ao ano e os remuneratórios em 12% (doze por cento).".
Opostos embargos de declaração por ambas as partes, foram eles rejeitados (fls. 314/318).
Sustentam os primeiros recorrentes que o acórdão recorrido violou o disposto no art. 5º, do Decreto-lei nº 167/67 e o Decreto nº 22.626/33, bem como divergiu de julgados no tocante à taxa de juros remuneratórios.
Aduz a segunda recorrente que o acórdão recorrido violou o disposto no art. 5º, do Decreto-lei nº 167/67, no art. 4º, VI e IX, da Lei nº 4.595/64, no artigo 535, I e II, do Código de Processo Civil e nos artigos 1º, 2º e 3º, da Lei nº 9.365/96, bem como divergiu de julgados no tocante à taxa de juros e à aplicabilidade da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP.

Contra-razões oferecidas somente pela segunda recorrente (fls. 298/309).
Recursos especiais admitidos às fls. 313/316.
É o breve relatório.
Decido.
2. Preliminarmente, no que pertine ao cabimento do primeiro recurso pela alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Carta Magna, esta Corte tem decidido que, a teor do art. 255 e parágrafos do RISTJ, para comprovação e apreciação do dissídio jurisprudencial devem ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, bem como juntadas cópias integrais de tais julgados ou, ainda, citado repositório oficial de jurisprudência. Tais requisitos, *in casu*, não foram observados, uma vez que ausente a citação do repositório oficial, autorizado ou credenciado e inexistente a juntada dos acórdãos tidos por paradigmas. Cabe salientar ser incabível a simples referência ao Diário da Justiça (REsp 363.270/PE, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, DJ 28.06.2004; EAREsp 510.688/DF, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ 01.03.2004; REsp 151.008/PE, Rel. Min. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, DJ 24.02.2003). Ademais, ausente o indispensável cotejo analítico entre o v. acórdão recorrido e os acórdãos tidos por paradigmas. Por tais razões, não restou comprovado qualquer dissídio pretoriano.
Ainda em relação ao recurso de fls. 322/328, o seu cabimento com base na alínea "a" do permissivo constitucional, no que tange à alegada afronta ao Decreto nº 22.626/33, os recorrentes não indicaram qualquer dispositivo tido por violado, incorrendo, *in casu*, em inequívoca deficiência na fundamentação do recurso, o que atrai a aplicação da Súmula 284 do Pretório Excelso. Esta mesma deficiência - falta de indicação de dispositivo legal -, também se verifica quanto à pretendida aplicação do CDC ao caso em espeque para o fim de reduzir a multa moratória. Nesta esteira os seguintes precedentes:
"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL FUNDADO EM VIOLAÇÃO DE LEI FEDERAL. FALTA DE ESPECIFICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS PORVENTURA VIOLADOS. DEFICIÊNCIA RECURSAL. SÚMULA 284-STF. 1 - A falta de indicação do dispositivo legal tido por violado inviabiliza a abertura da via especial (súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal). 2 - Agravo regimental improvido." (AG 546.509/RJ, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 30.08.2004)

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. FALTA DE INDICAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. - Não comporta conhecimento recurso especial interposto sem a indicação precisa do dispositivo infraconstitucional que se reputa contrariado. - Incidência do enunciado n. 284 da Súmula do STF. - Agravo regimental desprovido." (AG 35.753/SP, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJ 22.11.93).
Em relação às demais matérias e dispositivo legal pretendido por violado, satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, inclusive no que tange ao prequestionamento, passo a examinar o recurso.
No pertinente ao segundo recurso especial, uma vez preenchidos os pressupostos de admissibilidade, passo a examiná-lo em sua integralidade.
3. No que concerne à apontada omissão do Tribunal *a quo*, infere-se dos autos que o v. acórdão recorrido não padece do vício apontado. É que a decisão deve observar determinados requisitos, especialmente a fundamentação, ou seja, com destaque à efetiva análise das questões fáticas e jurídicas suscitadas pelas partes e realmente relevantes ao deslinde da controvérsia.
Desta feita, a *contrario sensu*, conclui-se que o juiz, para corretamente motivar suas decisões, não precisa se manifestar exaustivamente sobre todos os pontos argüidos pelas partes, caso sejam impertinentes ou irrelevantes à formação de sua convicção, na medida em que incapazes de determinar o julgamento da causa em sentido diverso. Admite-se, portanto, a fundamentação sucinta, desde que suficiente à segura resolução da lide, ou seja, desenvolvida consoante a livre convicção do magistrado e em atenção aos elementos peculiares ao caso concreto.
Ora, *in casu*, não há que se falar em nulidade por falta de motivação, mas, ao contrário, há fundamentação suficiente, caracterizando a entrega da prestação jurisdicional requerida, embora em oposição aos interesses da segunda recorrente.
4. No que se refere aos juros remuneratórios, esta Corte Especial já sedimentou o entendimento de que o artigo 5º do Decreto-lei nº 167/67, ao estabelecer a competência do Conselho Monetário Nacional para fixar a taxa de juros e ante a sua inércia em fazê-lo, incide a limitação de 12% ao ano prevista no artigo 1º do Decreto nº 22.626/33, afastada, no caso particular, a aplicação da Súmula nº 596/STF (v.g. AgRg no AgRg no REsp nº 714.940/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, DJ 26.09.2005; Resp nº 603.929/RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ 22.08.2005 e AgRg no REsp 526.805/RS, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ 18.10.2004).
5. Em relação à capitalização de juros na periodicidade mensal, frise-se que a Egrégia Segunda Seção já sedimentou, com esteio no art. 5º do Decreto-lei nº 167/67, o entendimento no sentido de admitir a sua cobrança, desde que pactuada, nas cédulas de crédito rural, a teor da Súmula 93/STJ.
6. Não obstante a possibilidade da cobrança da comissão de permanência em contratos bancários em geral, nas cédulas de crédito rural, em face da disciplina específica do artigo 5º, § único do Decreto-lei nº 167/67, não é cabível tal encargo, mas apenas os juros remuneratórios, acrescidos de 1% (um por cento), no caso de inadimplemento (v.g. Resp 299.435/MT, Rel. Min. BARROS MONTEIRO, DJ 13.12.2004 e AgRg no Resp 494.235/MS, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ 07.06.2004).
7. Quanto à Taxa de Juros de Longo Prazo, resta cristalizado o entendimento no âmbito desta Corte Superior no sentido de admitir a sua utilização como indexador de correção monetária nos contratos bancários, a teor do Enunciado Sumular nº 288/STJ.
8. Diante do exposto, com fundamento no art. 557, *caput* e § 1º-A, do CPC, não conheço do recurso de fls. 322/328 e conheço parcialmente do recurso de fls. 330/345 e, nessa extensão, lhe dou provimento para validar a Taxa de Juros de Longo Prazo.
Custas e honorários advocatícios a serem suportados pelos primeiros recorrentes na proporção de sua sucumbência, observado o percentual fixado na r. sentença, admitida a compensação, na forma da Súmula 306/STJ e da lei (art. 21 do CPC), a serem apurados em sede de liquidação, suspensa a exigibilidade do crédito diante da concessão da assistência judiciária gratuita.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3659)

RECURSO ESPECIAL Nº 959.315 - MG (2007/0132283-6)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
RECORRENTE	: SEBASTIÃO GERALDO DA ROCHA E OUTROS
ADVOGADO	: ELIZETE FORTES DA CUNHA
RECORRIDO	: COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE RAUL SOARES LTDA - CREDIRAS
ADVOGADO	: MARIA RACHEL DE OLIVEIRA BARBOSA E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E PRIVADO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DE REPOSITÓRIO, BEM COMO INEXISTENTE A JUNTADA DO ACÓRDÃO PARADIGMA. DISSENSOS NÃO CARACTERIZADOS. CABIMENTO DO RECURSO PELA ALÍNEA "A" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL. NÃO CONHECIMENTO QUANTO À INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR AO CASO EM DESATE. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. COMPETÊNCIA DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL PARA FIXAR A TAXA DE JUROS, SOB PENA DE LIMITAÇÃO A 12% AO ANO. INÉRCIA DO CMN QUE ACARRETA A SUA RESTRIÇÃO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 93/STJ. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. DISCIPLINA ESPECÍFICA. AFASTAMENTO DO ENCARGO. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de recurso especial interposto por SEBASTIÃO GERALDO DA ROCHA e OUTROS, com fulcro nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que, à unanimidade, deu parcial provimento aos apelos de ambas as partes e ao recurso adesivo, nos termos da ementa adiante transcrita (fls. 151/171):
"PROCESSUAL CIVIL - AÇÕES DE EXECUÇÃO, EMBARGOS DE DEVEDOR, REVISIONAL DE CONTRATO, CAUTELAR INOMINADA, IMPUGNAÇÃO A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - CÉDULA DE CRÉDITO RURAL PIGNORATÍCIA - CÓDIGO DEFESA DO CONSUMIDOR - INAPLICABILIDADE - LEI Nº 1.060/50 - REQUISITOS - DEMONSTRAÇÃO - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - INDEFERIMENTO - CERCEAMENTO DE DEFESA - INOCORRÊNCIA - PENHORA - BENS DADOS EM GARANTIA CEDULAR - JUROS REMUNERATÓRIOS E MORATÓRIOS - LIMITAÇÃO - MULTA MORATÓRIA - PERCENTUAL CONTRATADO - MANUTENÇÃO - CAPITALIZAÇÃO - POSSIBILIDADE - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - LEGALIDADE - TJLP - SUBSTITUIÇÃO PELO INPC - CAUTELAR INOMINADA - SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO - IMPOSSIBILIDADE.
A cédula de crédito rural, por sua própria natureza, destina-se a fomentar a produção agrícola, o que obsta a aplicação da Lei 8.078/90, por não se vislumbrar qualquer relação de consumo, sendo regida por norma própria, Decreto-lei nº 167 de 14/2/1967, não se aplicando o Código de Defesa do Consumidor.
Segundo dicção da Súmula 93, editada pelo colendo Superior Tribunal de Justiça, não há vedação para a capitalização de juros nas cédulas de crédito rural, comercial e industrial, desde que expressamente contratada.
Não se impõe a redução da multa contratual para 2% no contrato de cédula rural porque o Decreto-lei 167/67, devidamente recepcionado pela Constituição Federal de 1988, que rege o referido financiamento, prevê a multa de 10%, tal como estabelecido no contrato firmado pelas partes.
O processo de execução somente pode ser suspenso se houver ocorrência de uma das hipóteses de que trata o art. 791 do CPC, dentre as quais não está o ajuizamento de ação revisional de contrato, devendo ainda ser considerado o disposto no art. 585, § 1º, do CPC.
Em conformidade com o Decreto-lei nº 167 de 14/2/1967, os juros moratórios devem ser fixados no percentual de 1% (um por cento) ao ano e os remuneratórios em 12% (doze por cento).".
Opostos embargos de declaração por ambas as partes, foram eles rejeitados (fls. 185/189).
Sustentam os recorrentes que o acórdão recorrido violou o disposto no art. 5º, do Decreto-lei nº 167/67 e o Decreto nº 22.626/33, bem como divergiu de julgados no tocante à taxa de juros remuneratórios.
Contra-razões às fls. 203/214.
Recurso especial admitido às fls. 216/218.
É o breve relatório.
Decido.
2. Preliminarmente, no que pertine ao cabimento do recurso pela alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Carta Magna, esta Corte tem decidido que, a teor do art. 255 e parágrafos do RISTJ, para comprovação e apreciação do dissídio jurisprudencial devem ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, bem como juntadas cópias integrais de tais julgados ou, ainda, citado repositório oficial de jurisprudência. Tais requisitos, *in casu*, não foram observados, uma vez que ausente a citação do repositório oficial, autorizado ou credenciado e inexistente a juntada dos acórdãos tidos por paradigmas. Cabe salientar ser incabível a simples referência ao Diário da Justiça (REsp 363.270/PE, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, DJ 28.06.2004; EAREsp 510.688/DF, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ 01.03.2004; REsp 151.008/PE, Rel. Min. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, DJ 24.02.2003; AEREsp 46071/SP, Rel Min. CESAR ASFOR ROCHA, DJ 27.04.98). Ademais, ausente o indispensável cotejo analítico entre o v. acórdão recorrido e os acórdãos tidos por paradigmas. Por tais razões, não restou comprovado qualquer dissídio pretoriano.
Já quanto ao cabimento do recurso com base na alínea "a" do permissivo constitucional, no que tange à alegada afronta ao Decreto nº 22.626/33, o recorrente não indicou qualquer dispositivo tido por violado, incorrendo, *in casu*, em inequívoca deficiência na fundamentação do recurso, o que atrai a aplicação da Súmula 284 do Pretório Excelso. Esta mesma deficiência - falta de indicação de dispositivo legal tido por vulnerado -, também se verifica quanto à pretendida aplicação do Código de Defesa do Consumidor ao caso em espeque para o fim de reduzir a multa moratória celebrada entre as partes. Nesta esteira os seguintes precedentes:
"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL FUNDADO EM VIOLAÇÃO DE LEI FEDERAL. FALTA DE ESPECIFICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS PORVENTURA VIOLADOS. DEFICIÊNCIA RECURSAL. SÚMULA 284-STF. 1 - A falta de indicação do dispositivo legal tido por violado inviabiliza a abertura da via especial (súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal). 2 - Agravo regimental improvido." (AG 546.509/RJ, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 30.08.2004)

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. FALTA DE INDICAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. - Não comporta conhecimento recurso especial interposto sem a indicação precisa do dispositivo infraconstitucional que se reputa contrariado. - Incidência do enunciado n. 284 da Súmula do STF. - Agravo regimental desprovido." (AG 35.753/SP, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJ 22.11.93).
Em relação às demais matérias e dispositivo legal pretendido por violado, satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, inclusive no que tange ao prequestionamento, passo a examinar o recurso.
3. No que se refere aos juros remuneratórios, esta Corte Especial já sedimentou o entendimento de que o artigo 5º do Decreto-lei nº 167/67, ao estabelecer a competência do Conselho Monetário Nacional para fixar a taxa de juros e ante a sua inércia em fazê-lo, incide a limitação de 12% ao ano prevista no artigo 1º do Decreto nº 22.626/33, afastada, no caso particular, a aplicação da Súmula nº 596/STF (v.g. AgRg no AgRg no REsp nº 714.940/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, DJ 26.09.2005; Resp nº 603.929/RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ 22.08.2005 e AgRg no REsp 526.805/RS, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ 18.10.2004).
4. Em relação à capitalização de juros na periodicidade mensal, frise-se que a Egrégia Segunda Seção já sedimentou, com esteio no art. 5º do Decreto-lei nº 167/67, o entendimento no sentido de admitir a sua cobrança, desde que pactuada, nas cédulas de crédito rural, a teor da Súmula 93/STJ.
5. Não obstante a possibilidade da cobrança da comissão de permanência em contratos bancários em geral, nas cédulas de crédito rural, em face da disciplina específica do artigo 5º, § único do Decreto-lei nº 167/67, não é cabível tal encargo, mas apenas os juros remuneratórios, acrescidos de 1% (um por cento), no caso de inadimplemento (v.g. Resp 299.435/MT, Rel. Min. BARROS MONTEIRO, DJ 13.12.2004 e AgRg no Resp 494.235/MS, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ 07.06.2004).
6. Diante do exposto, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, não conheço do recurso.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3660)

RECURSO ESPECIAL Nº 959.342 - MG (2007/0132259-4)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
RECORRENTE	: COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE RAUL SOARES LTDA - CREDIRAS
ADVOGADO	: GUSTAVO CASTRO LAVORATO DA ROCHA E OUTRO(S)
RECORRENTE	: SEBASTIÃO GERALDO DA ROCHA E OUTROS
ADVOGADO	: ELIZETE FORTES DA CUNHA
RECORRIDO	: OS MESMOS

EMENTA

RECURSOS ESPECIAIS. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E PRIVADO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DE REPOSITÓRIO E DA JUNTADA DO ACÓRDÃO PARADIGMA. DISSENSOS NÃO CARACTERIZADOS. CABIMEN-

TO DO RECURSO PELA ALÍNEA "A". FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL. NÃO CONHECIMENTO DO PRIMEIRO RECURSO QUANTO À INCIDÊNCIA DO CDC. SEGUNDO RECURSO INTEGRALMENTE EXAMINADO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PELO V. ACÓRDÃO RECORRIDO. ESCORREITA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NULIDADE PARCIAL DO ACÓRDÃO. AFASTAMENTO DA ALEGAÇÃO. JUROS REMUNERATÓRIOS. COMPETÊNCIA DO CMN PARA FIXAR A TAXA, SOB PENA DE LIMITAÇÃO A 12% ANUAIS. INÉRCIA QUE ACARRETA A SUA RESTRIÇÃO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 93/STJ. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. DISCIPLINA ESPECÍFICA. AFASTAMENTO DO ENCARGO. PRECEDENTES. TAXA DE JUROS DE LONGO PRAZO. CABIMENTO. SÚMULA Nº 288/STJ. PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO E SEGUNDO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, PROVIDO PARA VALIDAR A TJLP.

DECISÃO

1. Cuida-se de dois recursos especiais, o primeiro interposto por SEBASTIÃO GERALDO DA ROCHA e OUTROS, com fulcro nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional; o segundo manejado pela COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE RAUL SOARES LTDA - CREDIRAS, com esteio nos citados permissivos constitucionais, ambos contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que deu parcial provimento a ambos os apelos, nos termos da ementa adiante transcrita (fls. 237/257):

"PROCESSUAL CIVIL - AÇÕES DE EXECUÇÃO, EMBARGOS DE DEVEDOR, REVISIONAL DE CONTRATO, CAUTELAR INOMINADA, IMPUGNAÇÃO A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - CÉDULA DE CRÉDITO RURAL PIGNORATÍCIA - CÓDIGO DEFESA DO CONSUMIDOR - INAPLICABILIDADE - LEI Nº 1.060/50 - REQUISITOS - DEMONSTRAÇÃO - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - INDEFERIMENTO - CERCEAMENTO DE DEFESA - INOCORRÊNCIA - PENHORA - BENS DADOS EM GARANTIA CEDULAR - JUROS REMUNERATÓRIOS E MORATÓRIOS - LIMITAÇÃO - MULTA MORATÓRIA - PERCENTUAL CONTRATADO - MANUTENÇÃO - CAPITALIZAÇÃO - POSSIBILIDADE - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - LEGALIDADE - TJLP - SUBSTITUIÇÃO PELO INPC - CAUTELAR INOMINADA - SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO - IMPOSSIBILIDADE.

A cédula de crédito rural, por sua própria natureza, destina-se a fomentar a produção agrícola, o que obsta a aplicação da Lei 8.078/90, por não se vislumbrar qualquer relação de consumo, sendo regida por norma própria, Decreto-lei nº 167 de 14/2/1967, não se aplicando o Código de Defesa do Consumidor.

Segundo dicção da Súmula 93, editada pelo colendo Superior Tribunal de Justiça, não há vedação para a capitalização de juros nas cédulas de crédito rural, comercial e industrial, desde que expressamente contratada.

Não se impõe a redução da multa contratual para 2% no contrato de cédula rural porque o Decreto-lei 167/67, devidamente recepcionado pela Constituição Federal de 1988, que rege o referido financiamento, prevê a multa de 10%, tal como estabelecido no contrato firmado pelas partes.

O processo de execução somente pode ser suspenso se houver ocorrência de uma das hipóteses de que trata o art. 791 do CPC, dentre as quais não está o ajuizamento de ação revisional de contrato, devendo ainda ser considerado o disposto no art. 585, § 1º, do CPC.

Em conformidade com o Decreto-lei nº 167 de 14/2/1967, os juros moratórios devem ser fixados no percentual de 1% (um por cento) ao ano e os remuneratórios em 12% (doze por cento).".

Opostos embargos de declaração por ambas as partes, foram eles rejeitados (fls. 275/280).

Sustentam os primeiros recorrentes que o acórdão recorrido violou o disposto no art. 5º, do Decreto-lei nº 167/67 e o Decreto nº 22.626/33, bem como divergiu de julgados no tocante à taxa de juros remuneratórios.

Aduz a segunda recorrente que o acórdão recorrido violou o disposto no art. 5º, do Decreto-lei nº 167/67, no art. 4º, VI e IX, da Lei nº 4.595/64, nos artigos 105, 243 e 535, I e II, do Código de Processo Civil e nos artigos 1º, 2º e 3º, da Lei nº 9.365/96, bem como divergiu de julgados no tocante à taxa de juros e à aplicabilidade da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP.

Contra-razões oferecidas somente pela segunda recorrente (fls. 346/357).

Recursos especiais admitidos às fls. 361/364.

É o breve relatório.

Decido.

2. Preliminarmente, no que pertine ao cabimento do primeiro recurso pela alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Carta Magna, esta Corte tem decidido que, a teor do art. 255 e parágrafos do RISTJ, para comprovação e apreciação do dissídio jurisprudencial devem ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, bem como juntadas cópias integrais de tais julgados ou, ainda, citado repositório oficial de jurisprudência. Tais requisitos, *in casu*, não foram observados, uma vez que ausente a citação do repositório oficial, autorizado ou credenciado e inexistente a juntada dos acórdãos tidos por paradigmas. Cabe salientar ser incabível a simples referência ao Diário da Justiça (REsp 363.270/PE, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, DJ 28.06.2004; EAREsp 510.688/DF, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ 01.03.2004; REsp 151.008/PE, Rel. Min. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, DJ 24.02.2003). Ademais, ausente o indispensável cotejo analítico entre o v. acórdão recorrido e os acórdãos tidos por paradigmas. Por tais razões, não restou comprovado qualquer dissídio pretoriano.

Ainda em relação ao recurso de fls. 284/290, o seu cabimento com base na alínea "a" do permissivo constitucional, no que tange à alegada afronta ao Decreto nº 22.626/33, os recorrentes não indicaram qualquer dispositivo tido por violado, incorrendo, *in casu*, em inequívoca deficiência na fundamentação do recurso, o que atrai a aplicação da Súmula 284 do Pretório Excelso. Esta mesma deficiência - falta de indicação de dispositivo legal -, também se verifica quanto à pretendida aplicação do CDC ao caso em espeque para o fim de reduzir a multa moratória. Nesta esteira os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL FUNDADO EM VIOLAÇÃO DE LEI FEDERAL. FALTA DE ESPECIFICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS PORVENTURA VIOLADOS. DEFICIÊNCIA RECURSAL. SÚMULA 284-STF. 1 - A falta de indicação do dispositivo legal tido por violado inviabiliza a abertura da via especial (súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal). 2 - Agravo regimental improvido." (AG 546.509/RJ, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 30.08.2004)

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. FALTA DE INDICAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. - Não comporta conhecimento recurso especial interposto sem a indicação precisa do dispositivo infraconstitucional que se reputa contrariado. - Incidência do enunciado n. 284 da Súmula do STF. - Agravo regimental desprovido." (AG 35.753/SP, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJ 22.11.93).

Em relação às demais matérias e dispositivo legal pretendido por violado, satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, inclusive no que tange ao prequestionamento, passo a examinar o recurso.

No pertinente ao segundo recurso especial, uma vez preenchidos os pressupostos de admissibilidade, passo a examiná-lo em sua integralidade.

3. No que concerne à apontada omissão do Tribunal *a quo*, infere-se dos autos que o v. acórdão recorrido não padece do vício apontado. É que a decisão deve observar determinados requisitos, especialmente a fundamentação, ou seja, com destaque à efetiva análise das questões fáticas e jurídicas suscitadas pelas partes e realmente relevantes ao deslinde da controvérsia.

Desta feita, a *contrario sensu*, conclui-se que o juiz, para corretamente motivar suas decisões, não precisa se manifestar exaustivamente sobre todos os pontos argüidos pelas partes, caso sejam impertinentes ou irrelevantes à formação de sua convicção, na medida em que incapazes de determinar o julgamento da causa em sentido diverso. Admite-se, portanto, a fundamentação sucinta, desde que suficiente à segura resolução da lide, ou seja, desenvolvida consoante a livre convicção do magistrado e em atenção aos elementos peculiares ao caso concreto.

Ora, *in casu*, não há que se falar em nulidade por falta de motivação, mas, ao contrário, há fundamentação suficiente, caracterizando a entrega da prestação jurisdicional requerida, embora em oposição aos interesses da segunda recorrente.

4. No que se refere à alegada nulidade parcial do v. acórdão recorrido, decorrente do fato de que, não obstante a existência de três processos executivos, cada um deles devidamente embargado, apenas dois dos embargos à execução encontravam-se apensados, tem-se que não merece prosperar esta alegação.

O simples fato do processo seguir sem os respectivos embargos à execução não acarreta a nulidade do v. acórdão recorrido, não sendo razoável supor-se que o Tribunal *a quo* pudesse entender pela inexistência dos embargos à execução apenas por tal razão, até mesmo porque a r. sentença e vários outros atos processuais fizeram expressa menção àquela ação.

Ademais, se porventura a Corte de origem considerasse necessários os faltantes embargos à execução, poderia ter determinado o seu apensamento; ao deixar de fazê-lo, julgou que já reunia elementos suficientes para proferir decisão judicial.

Cumpre destacar que a hipótese de que outro órgão fracionário possa prolatar decisão conflitante com o v. acórdão recorrido não merece ser acolhida, eis que os embargos à execução não apensados exigem, para o seu exame, o acompanhamento do correspondente processo principal, mas a recíproca não é verdadeira.

De fato, os embargos à execução não podem ser remetidos ao juízo de segundo grau desacompanhados do processo principal, mas este pode seguir sem aqueles, ainda mais em caso envolvendo questões intimamente ligadas, nos precisos termos do trecho adiante transcrito, extraído do v. acórdão de fls. 240/241, que rejeitou os embargos de declaração de ambas as partes:

"Com fundamento em petição de f. 286/295, a embargante sustenta preliminarmente, nulidade parcial do julgamento, ao argumento de que apesar de existirem 03 (três) processos de execução, apenas se encontram apensados 02 (dois) embargos, dando ensejo à conclusão de que a execução da Cédula de Crédito Rural nº 02/00188 não teria sido embargada, mas apenas objeto da ação revisional de contrato de nº 2.0000.00.490577-1/000.

Referida irresignação não merece guarida, pois por ocasião da elaboração do voto deixei consignado às f. 254 que analisei todas os recursos conjuntamente, uma vez que as matérias constantes referentes às irresignações das partes são intimamente ligadas, porquanto provenientes da discussão dos encargos previstos nas cédulas de crédito rural pignoratícia.

Assim, todas as questões suscitadas envolvendo o contrato entabulado entre as partes foram analisadas, sendo que, o fato de haverem apenas dois embargos de devedor apensados não acarreta a nulidade parcial do acórdão, afinal, a matéria de todos os embargos são intimamente ligadas, porquanto oriunda dos termos pactuados na Cédula de Crédito Rural Pignaratícia.".

Desta feita, resta afastada a alegação de nulidade parcial do v. acórdão recorrido, pelas razões já expostas.

5. No que se refere aos juros remuneratórios, esta Corte Especial já sedimentou o entendimento de que o artigo 5º do Decreto-lei nº 167/67, ao estabelecer a competência do Conselho Monetário Nacional para fixar a taxa de juros e ante a sua inércia em fazê-lo, incide a limitação de 12% ao ano prevista no artigo 1º do Decreto nº 22.626/33, afastada, no caso particular, a aplicação da Súmula nº 596/STF (v.g. AgRg no AgRg no REsp nº 714.940/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, DJ 26.09.2005; Resp nº 603.929/RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ 22.08.2005 e AgRg no REsp 526.805/RS, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ 18.10.2004).

6. Em relação à capitalização de juros na periodicidade mensal, frise-se que a Egrégia Segunda Seção já sedimentou, com esteio no art. 5º do Decreto-lei nº 167/67, o entendimento no sentido de admitir a sua cobrança, desde que pactuada, nas cédulas de crédito rural, a teor da Súmula 93/STJ.

7. Não obstante a possibilidade da cobrança da comissão de permanência em contratos bancários em geral, nas cédulas de crédito rural, em face da disciplina específica do artigo 5º, § único do Decreto-lei nº 167/67, não é cabível tal encargo, mas apenas os juros remuneratórios, acrescidos de 1% (um por cento), no caso de inadimplemento (v.g. Resp 299.435/MT, Rel. Min. BARROS MONTEIRO, DJ 13.12.2004 e AgRg no Resp 494.235/MS, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ 07.06.2004).

8. Quanto à Taxa de Juros de Longo Prazo, resta cristalizado o entendimento no âmbito desta Corte Superior no sentido de admitir a sua utilização como indexador de correção monetária nos contratos bancários, a teor do Enunciado Sumular nº 288/STJ.

9. Diante do exposto, com fundamento no art. 557, *caput* e § 1º-A, do CPC, não conheço do recurso de fls. 284/290 e conheço parcialmente do recurso de fls. 292/310 e, nessa extensão, lhe dou provimento para validar a Taxa de Juros de Longo Prazo.

Custas e honorários advocatícios a serem suportados pelos primeiros recorrentes na proporção de sua sucumbência, observado o percentual fixado na r. sentença, admitida a compensação, na forma da Súmula 306/STJ e da lei (art. 21 do CPC), a serem apurados em sede de liquidação, suspensa a exigibilidade do crédito diante da concessão da assistência judiciária gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3661)

RECURSO ESPECIAL Nº 959.452 - PB (2007/0132735-6)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
RECORRENTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: HUGO RIBEIRO BRAGA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA CELESTE ALVES PEREIRA
ADVOGADO	: WILLAMS GLADSTONE LEÃO

DESPACHO

1. Trata-se de recurso em que se discute matéria referente à tarifa básica ou cobrança de pulsos decorrente de prestação de serviço de telefonia.

2. O tema em comento, segundo recente pronunciamento da Corte Especial deste Sodalício, se insere no bojo da competência interna da colenda Primeira Seção (cf. AG nº 845.784-DF, REsps. nºs 917.960 e 920.187).

É que, em verdade, a competência das Seções que integram este Superior Tribunal de Justiça *"é fixada em função da relação jurídica litigiosa"* (art. 9º - RISTJ).

Assim, os presentes autos devem ser encaminhados à redistribuição, uma vez que a matéria tratada no recurso em epígrafe não se amolda à competência desta Segunda Seção (art. 9º, § 2º, I a XII, RISTJ), ante a competência de uma das Turmas que compõem a colenda Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça.

Pelo que precede, com arrimo no artigo 4º da Instrução Normativa n. 06/2000, faz-se mister que os autos sejam encaminhados para redistribuição a um dos doutos integrantes da colenda Primeira Seção deste egrégio Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3662)

RECURSO ESPECIAL Nº 959.498 - PB (2007/0132716-6)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
RECORRENTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: LUCIANA NÓBREGA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA DA LUZ COSTA PESSOA
ADVOGADO	: JULIANNA ERIKA PESSOA DE ARAÚJO E OUTRO(S)

DESPACHO

1. Trata-se de recurso em que se discute matéria referente à tarifa básica ou cobrança de pulsos decorrente de prestação de serviço de telefonia.

2. O tema em comento, segundo recente pronunciamento da Corte Especial deste Sodalício, se insere no bojo da competência interna da colenda Primeira Seção (cf. AG nº 845.784-DF, REsps. nºs 917.960 e 920.187).

É que, em verdade, a competência das Seções que integram este Superior Tribunal de Justiça *"é fixada em função da relação jurídica litigiosa"* (art. 9º - RISTJ).

Assim, os presentes autos devem ser encaminhados à redistribuição, uma vez que a matéria tratada no recurso em epígrafe não se amolda à competência desta Segunda Seção (art. 9º, § 2º, I a XII, RISTJ),

ante a competência de uma das Turmas que compõem a colenda Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça.
Pelo que precede, com arrimo no artigo 4º da Instrução Normativa n. 06/2000, faz-se mister que os autos sejam encaminhados para redistribuição a um dos doutos integrantes da colenda Primeira Seção deste egrégio Superior Tribunal de Justiça.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3663)

RECURSO ESPECIAL Nº 960.206 - RS (2007/0134516-4)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: LEANDRO VARGAS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MANOEL JAIR DOS SANTOS
ADVOGADO	: FÁBIO DORNELLES DA ROSA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do Colendo TJRS que, em ação de cobrança, julgou procedente pedido de subscrição suplementar de ações decorrentes de contrato de participação financeira firmado com a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT; e aplicou multa por embargos protelatórios.
Preliminarmente, quanto à assertiva de violação aos arts. 165, 458, II, e 535, do CPC, sem respaldo o inconformismo, haja vista que enfrentadas todas as questões levantadas pela parte, porém em sentido contrário ao almejado.
Entretanto, quanto ao art. 538, parágrafo único, da Lei Adjetiva Civil, assiste razão à recorrente, posto que a presente espécie enquadra-se no disposto no enunciado sumular 98/STJ. Afastado, assim, o caráter protelatório dos embargos de declaração.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 12 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Não procede a alegação de prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, julgado em 17.10.2006).
Em relação ao pedido de subscrição complementar das ações, "consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A (sucessora da CRT) e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado" (REsp n. 500.236-RS, Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, 4ª Turma, por maioria, DJU de 01.12.2003; REsp n. 470.433-RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, 2ª Seção, unânime, DJU de 22/09/2003).
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:
"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Pelo exposto, conheço em parte do recurso, e nessa parte, dou-lhe parcial provimento, apenas para afastar a aplicação da multa, com espeque na Súmula n. 98/STJ (art. 557, § 1°-A, do CPC).
Publique-se.
Brasília, 11 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3664)

RECURSO ESPECIAL Nº 960.892 - PR (2007/0138561-9)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: EMERSON DE MELLO E OUTRO
ADVOGADO	: RENATO JOSE BORGERT E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: FLAVIO WARUMBY LINS E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - NÃO COMPROVAÇÃO DO RECOLHIMENTO DO PREPARO - INADMISSIBILIDADE DO APELO NOBRE - APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 187/STJ - NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por EMERSON DE MELLO E OUTRO, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, nos autos da ação de manutenção de posse ajuizada pelo ora recorrente.
O inconformismo não merece prosperar.
Com efeito.
Analisando-se os requisitos de admissibilidade do recurso especial, constata-se que este foi interposto, sem a comprovação do recolhimento da importância do porte de remessa e retorno, conforme certidão à fl. 246, com ofensa ao art. 511, *caput*, do CPC.
Incide, dessa forma, a Súmula n. 187 desta Corte Superior: "*É deserto o recurso interposto para o Superior Tribunal de Justiça, quando o recorrente não recolhe, na origem, a importância das despesas de remessa e retorno dos autos.*"
Assim sendo, amparado no art. 557 do CPC, nega-se seguimento ao recurso.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3665)

RECURSO ESPECIAL Nº 961.447 - MG (2007/0139412-5)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MINAS GERAIS - PREVIMINAS
ADVOGADO	: HANNAN DELVAN BECHAALANI MANSOUR VIEIRA ARAUJO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ABÍLIO DUPIN HENRIQUES E OUTROS
ADVOGADO	: JULIANA DAVILA DE SOUZA RAMOS

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - PREVIDÊNCIA PRIVADA - RESTITUIÇÃO DE VALORES REFERENTES A CONTRIBUIÇÕES PAGAS À ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL, OCORRÊNCIA *IN CASU* - SÚMULA 291/STJ - RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pela FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MINAS GERAIS - PREVIMINAS, com fulcro no artigo 105, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:
"AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA - CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO - RESERVA DE POUPANÇA CORRIGIDA - PRESCRIÇÃO - ART. 177 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 - CÓDIGO CIVIL DE 2002 - ART. 205 - NÃO OCORRÊNCIA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL PRIVADA - POSSIBILIDADE - SÚMULA 289 DO STJ.
A prescrição do direito de cobrar a diferença de correção monetária dque deveria incidir sobre a reserva dos associados da Previminas - Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais segue a regra geral contida no caput do art. 177 do Código Civil de 1916 de prescrição vintenária das ações pessoais, e não ao disposto em seu art. 178, § 10, inciso II, reduzido para dez anos pelo art. 205 do CC/2002, aplicável ao caso em análise, tedo em vista a disposição do art. 2.028 deste Diploma Legal.
Segundo orientação do Colendo STJ, contida na Súmula 289, 'A restituição das parcelas pagas a plano de previdência privada deve ser objeto de correção plena, por índice que recomponha a efetiva desvalorização da moeda.'"

Alegando divergência jurisprudencial, sustenta a recorrente que a prescrição, *in casu*, não é vintenária, mas qüinqüenal, bem como que a atualização monetária das parcelas a serem restituídas deve ser realizada com base nas regras do Estatuto, afastando-se a incidência dos expurgos inflacionários.
Os recorridos apresentaram contra-razões às fls. 432/435.
É o relatório.
O recurso merece ser provido.
Com efeito.
Ao confirmar a sentença, aplicando a prescrição vintenária ao caso, o acórdão recorrido contrariou a jurisprudência desta Corte sobre a matéria, que entende ser qüinqüenal o referido lapso prescricional.
Nesse sentido, assim já restou decidido:

"PREVIDÊNCIA PRIVADA. DESLIGAMENTO. DEVOLUÇÃO. DIFERENÇAS. PRESCRIÇÃO. PRAZO. CINCO ANOS. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. 1. É de cinco anos o prazo de prescrição para cobrar eventuais diferenças no montante devolvido ao beneficiário de previdência privada, em virtude de seu desligamento do plano. 2. O termo inicial para a contagem do prazo prescricional é aquele em que devolvidos os montantes aos autores, pois dali surgiu o direito de acionar a ré por alguma diferença havida ('actio nata'). 3. Prescrição reconhecida relativamente a um dos autores. 4. 'A restituição das parcelas pagas a plano de previdência privada deve ser objeto de correção plena, por índice que recomponha a efetiva desvalorização da moeda.' (súmula 289/STJ). 5. A Segunda Seção tem entendimento assente no sentido de que, no cálculo da correção monetária dos valores resgatados pelos associados a plano de previdência privada, quando do seu desligamento, incluem-se os denominados 'expurgos inflacionários', ainda que o estatuto da entidade disponha de forma diversa. 6. Recurso conhecido em parte e, nessa extensão, provido" (REsp. n. 750.039/MG, relator Ministro Fernando Gonçalves, DJ de 26.9.2005).

Esse entendimento restou cristalizado na Súmula n. 291 do STJ, *in verbis*: *"A ação de cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria pela previdência privada prescreve em cinco anos."*
Note-se, todavia, que o início da contagem do prazo deve levar em consideração a data da restituição das contribuições feitas ao ex-empregado, pois é a partir desse marco que surge o direito de postular eventuais diferenças, em face do recebimento a menor do que o efetivamente devido.
In casu, os elementos existentes nos autos demonstram que os recorridos receberam a reserva de poupança em 1991 (fl. 372 do v. acórdão da apelação), razão pela qual, na data da propositura da demanda, qual seja, 17.5.2004, encontrava-se prescrito o direito de reclamar eventuais diferenças de correção monetária.
No mérito, a discussão em torno do pagamento dos expurgos inflacionários restou prejudicada.
Assim sendo, autorizado pelo art. 557, § 1º-A, do CPC, dá-se provimento ao recurso especial, para reconhecer a ocorrência da prescrição qüinqüenal, julgando-se improcedente o pedido, nos termos do art. 269, IV, do CPC. Os recorridos arcarão com as custas e os honorários advocatícios, estes últimos fixados em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se, se for o caso, o disposto no art. 12 da Lei n. 1.060/50.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 19 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3666)

RECURSO ESPECIAL Nº 962.098 - RS (2007/0142726-3)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: FABIANA DA FONTOURA PORTUGAL E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JORGE SOUZA GOMES
ADVOGADO	: PABLO PACHECO DOS SANTOS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do Colendo TJRS que, em ação de cobrança, julgou procedente pedido de subscrição suplementar de ações decorrentes de contrato de participação financeira firmado com a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT; e aplicou multa por embargos protelatórios.
Sustenta a recorrente, em termos sucintos, negativa de vigência aos artigos 3º, 47, 165, 267, VI, 458, II, 467, 468, 535 e 538, parágrafo único, do CPC; 1º, 12, 229, § 5º, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; e 186 do Código Civil de 1916.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que, mesmo não examinando os dispositivos legais levantados nos embargos de declaração, dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da recorrente.
Entretanto, quanto ao art. 538, parágrafo único, da Lei Adjetiva Civil, assiste razão à recorrente, posto que a presente espécie enquadra-se no disposto no enunciado sumular 98/STJ. Afastado, assim, o caráter protelatório dos embargos de declaração.
Não procede a afirmação de coisa julgada feita pela recorrente, pois não há identidade entre as ações por ela mencionadas, já que seus pedidos são distintos. A certeza sobre essa questão somente é possível com o cotejo entre as ações que os julgaram, mas a recorrente não trouxe aos autos a cópia do julgado que induziria a coisa julgada. Incide, na hipótese, o enunciado da súmula 288/STF.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Não procede a alegação de prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, julgado em 17.10.2006).
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:
"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.

- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

No que tange ao pagamento de dividendos, ou à indenização pelo seu valor, a Quarta Turma, quando do julgamento do REsp n. 500.236 (Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, por maioria, DJU de 01.12.03), chegou ao entendimento de que "...não cabe a esta Corte analisar o impacto a ser causado pelo cumprimento da obrigação, mas tão-somente determiná-lo, conforme ressaltado pelo Ministro Carlos Alberto Menezes Direito".
Quanto à ilegitimidade passiva da recorrente para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, conheço em parte do recurso, e nessa parte, dou-lhe parcial provimento, apenas para afastar a aplicação da multa, com espeque na Súmula n. 98/STJ (art. 557, § 1°-A, do CPC).
Publique-se.
Brasília, 11 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3667)

RECURSO ESPECIAL Nº 962.674 - RS (2007/0143617-3)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: DARIO PEDRO WILGES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: RENALTO NUNES
ADVOGADO	: JOÃO BATISTA COMPARSI NETO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do Colendo TJRS que, em ação de cobrança, julgou procedente pedido de subscrição suplementar de ações decorrentes de contrato de participação financeira firmado com a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT.
Sustenta a recorrente, em termos sucintos, negativa de vigência aos artigos 3º, 165, 267, VI, 269, IV, 458, II, 535 e 538, parágrafo único, do CPC; 1º, 6º, 11, 12, 30, 170, § 1º, 201, 202, § 1°, e 287, II, "g", da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 85, 115 e 117, do Código Civil; ao inciso I, do artigo 131, do Código Comercial e aos arts. 2º, 3º, 47 e 84, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor.
O recurso especial é inviável.
Inexiste violação aos artigos do Código de Processo Civil. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem que, mesmo não examinando os dispositivos legais levantados nos embargos de declaração, dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma adversa aos interesses da recorrente.
Entretanto, quanto ao art. 538, parágrafo único, da Lei Adjetiva Civil, assiste razão à recorrente, posto que a presente espécie enquadra-se no disposto no enunciado sumular 98/STJ. Afastado, assim, o caráter protelatório dos embargos de declaração.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 11 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Não procede a alegação de prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, julgado em 17.10.2006).
No que se refere à aplicação do direito consumerista, já decidiu esta Colenda Corte, na assentada de 13.8.2003 da 2ª Seção, por unanimidade, no julgamento do REsp n. 470.443/RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, que o contrato de participação financeira, por envolver o fornecimento de serviço de telefonia, embutido no investimento remuneratório das ações subscritas, está sob o manto da lei especial do consumidor, DJU de 22.9.2003.
Em relação ao mérito, nesse mesmo julgamento foi decidido que em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado.
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

No que tange ao pagamento de dividendos, ou à indenização pelo seu valor, a Quarta Turma, quando do julgamento do REsp n. 500.236 (Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, por maioria, DJU de 01.12.03), chegou ao entendimento de que "...não cabe a esta Corte analisar o impacto a ser causado pelo cumprimento da obrigação, mas tão-somente determiná-lo, conforme ressaltado pelo Ministro Carlos Alberto Menezes Direito".
Quanto à ilegitimidade passiva da recorrente para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, conheço em parte do recurso, e nessa parte, dou-lhe parcial provimento, apenas para afastar a aplicação da multa, com espeque na Súmula n. 98/STJ (art. 557, § 1°-A, do CPC).
Publique-se.
Brasília, 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3668)

RECURSO ESPECIAL Nº 964.847 - RS (2007/0151369-9)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
RECORRENTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARTA REJANE BARBOSA
ADVOGADO	: ELISABETE HERCÍLIA PADILHA E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 165, 458 E 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. VALOR PATRIMONIAL. DATA DA INTEGRALIZAÇÃO. MULTA DO ARTIGO 538, PARÁGRAFO ÚNICO AFASTADA. RECURSO CONHECIDO EM PARTE, E NA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a" e "c" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em demanda que envolve contrato de participação financeira (fl. 166).
Em recurso especial, sustenta a violação dos artigos 165, 458, II e 538, parágrafo único, todos do CPC; artigos 3º e 267, IV do Código de Processo Civil e artigo 1º, 12, 229 § 5º da Lei 6.404/76.
Em síntese, é o relatório.
2. O recurso especial não prospera.
Primeiramente, quanto à violação ao art. 535 do CPC, quadra assinalar que o acórdão recorrido não possui nenhum vício a ser sanado por meio de embargos de declaração. Em verdade, o aresto não padece de nenhuma omissão, contradição ou obscuridade, tendo em vista que o Tribunal *a quo* se manifestou acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia.
3. Noutro giro, não há violação aos arts. 165 e 458, II, ambos do CPC, pois fundamentar a sentença significa indicar de forma lógica as razões pelas quais se deve à lide determinada solução. Além do que, prescindível que o magistrado responda a todos os argumentos apresentados pelas partes, bem como seja adotado a tese da recorrente.
4. Da mesma forma, não há como acolher a ilegitimidade passiva da recorrente, uma vez que, ao suceder a Companhia Riograndense de Telecomunicações, a Brasil Telecom se tornou parte legítima para atuar no pólo passivo da lide, devendo responder pelas obrigações assumidas no contrato de participação financeira firmado entre a CRT e a autora. A propósito, outro não é o entendimento deste Tribunal, *verbis*:
"No que pertine à ilegitimidade passiva da ora recorrente, resta assente a absoluta insubsistência da alegação, porquanto a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT, criada pela Lei Estadual nº 4.073/60 sob a forma de sociedade anônima de economia mista, foi sucedida em todas as suas obrigações pela ora recorrente, que adquiriu, em conjunto com a Brasil Telecom Participações S/A, lote de ações que lhe conferiu o controle da antiga companhia telefônica." (REsp nº 537146/RS, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ de 14.08.2006)
5. Ademais, não há que se falar em violação dos artigos 1º, 12, 229, § 5º da Lei nº 6.404/76, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a *quaestio* acerca da emissão de ações baseado nos elementos fático-probatórios dos autos.
Desse modo, a pretendida revisão do *decisum* encontra óbice nos enunciados nºs 5 e 7 desta Corte Superior de Justiça.
6. No que tange à quantidade de ações recebidas pelo acionista a jurisprudência desta Casa é remansosa no sentido de que o promitente-assinante tem direito a receber a quantidade de ações com base no valor patrimonial verificado na data da integralização.
Nesse sentido, colacionam-se os seguintes precedentes:
"RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO. QUANTIDADE MENOR. AÇÕES. DIREITO. RECEBIMENTO. DIFERENÇA. 1. Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado. 2. Recurso especial conhecido em parte e, nesta extensão, provido para determinar a complementação da quantidade de ações a que os recorrentes não excluídos da lide teriam direito." (REsp 500236/RS, Rel. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Rel. p/ Acórdão Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, julgado em 07.10.2003, DJ 01.12.2003 p. 361)
****
"PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO DECIDIDO EM CONFORMIDADE COM A REITERADA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. BRASIL TELECOM. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÕES DE AÇÕES. CORREÇÃO MONETÁRIA. VALOR PATRIMONIAL. DATA DA INTEGRALIZAÇÃO. - O entendimento firmado na Segunda Seção é de que o recebimento da quantidade de ações deve ocorrer com base no valor patrimonial na data da integralização do capital. - Para a determinação do critério de avaliação patrimonial dessas ações importaria o exame do contrato, cuja correção não cabe ser examinada em sede de recurso especial. Incidência da Súmula 5. - Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 559.186/RS, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, DJ 20.09.2004).
7. Diante do exposto, com fundamento no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil, conheço em parte do recurso especial e, na extensão, lhe nego provimento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3669)

RECURSO ESPECIAL Nº 968.953 - ES (2007/0165420-2)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS	: LINO ALBERTO DE CASTRO OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CONFECÇÕES MOCINHA LTDA
ADVOGADO	: JOÃO WALTER ARREBOLA

DESPACHO

Vistos.
Fl. 560/561: Indefiro os pedidos, porquanto faltou a aposição da assinatura dos advogados que pretendem sua inclusão no feito.
P.I.
Brasília, 19 de setembro de 2007.

Ministro MASSAMI UYEDA
Relator

(3670)

RECURSO ESPECIAL Nº 969.693 - RS (2007/0171074-9)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
RECORRENTE	: DALTRO ANTÔNIO MENDONÇA SOUZA
ADVOGADO	: VALMIR DE FREITAS SILVEIRA
RECORRIDO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MARCELO AUGUSTO MEZACASA E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. SFH. AÇÃO REVISIONAL. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO E INSCRIÇÃO NOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. VEDAÇÃO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial, interposto por DALTRO ANTÔNIO MENDONÇA SOUZA, com fulcro no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo E. Tribunal Regional Federal da 4ª Região, cuja ementa ora se transcreve:
"AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO CIVIL. AÇÃO REVISIONAL DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTE E SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL" (fl. 63)
Aduzem os recorrentes, em suma, que o acórdão recorrido divergiu do entendimento deste STJ, diante da possibilidade de o mutuário depositar as prestações pela quantia que entendem devida, a fim de vedar a execução extrajudicial da dívida e a inclusão do nome dos mutuários nos cadastros de proteção ao crédito.
É o relatório.
2. Preliminarmente, no que pertine ao cabimento do recurso pela alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Carta Magna, esta Corte tem decidido que, a teor do art. 255 e parágrafos do RISTJ, para comprovação e apreciação do dissídio jurisprudencial devem ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, bem como juntadas cópias integrais de tais julgados ou, ainda, citado repositório oficial de jurisprudência. Tais requisitos, in casu, não foram observados, uma vez que ausente o indispensável cotejo analítico entre o v. acórdão recorrido e os julgados tidos por paradigmas. Por tais razões, nenhum dos dissídios pretorianos restou comprovado.

Já quanto ao cabimento do recurso com base na alínea "a" do permissivo constitucional, no que tange ao índice de correção monetária, não indicou qualquer dispositivo tido por violado, incorrendo, in casu, em inequívoca deficiência na fundamentação do recurso, o que atrai a aplicação da Súmula 284 do Pretório Excelso.
Nesta esteira os seguintes precedentes:
"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL FUNDADO EM VIOLAÇÃO DE LEI FEDERAL. FALTA DE ESPECIFICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS PORVENTURA VIOLADOS. DEFICIÊNCIA RECURSAL. SÚMULA 284-STF. 1 - A falta de indicação do dispositivo legal tido por violado inviabiliza a abertura da via especial (súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal). 2 - Agravo regimental improvido." (AG 546.509/RJ, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 30.08.2004)
"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. FALTA DE INDICAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. - Não comporta conhecimento recurso especial interposto sem a indicação precisa do dispositivo infraconstitucional que se reputa contrariado. - Incidência do enunciado n. 284 da Súmula do STF. - Agravo regimental desprovido." (AG 35.753/SP, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJ 22.11.93).
3. Diante do exposto, com fundamento no artigo 557, *caput*, do CPC, não conheço do recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3671)

RECURSO ESPECIAL Nº 969.824 - PB (2007/0157626-8)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
RECORRENTE	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	: LUCIANA NÓBREGA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: IVONETE MONTEIRO DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: LUIS CARLOS ANDRADE

DESPACHO

1. Trata-se de recurso em que se discute matéria referente à tarifa básica ou cobrança de pulsos decorrente de prestação de serviço de telefonia.
2. O tema em comento, segundo recente pronunciamento da Corte Especial deste Sodalício, se insere no bojo da competência interna da colenda Primeira Seção (cf. AG nº 845.784-DF, REsps. nºs 917.960 e 920.187).
É que, em verdade, a competência das Seções que integram este Superior Tribunal de Justiça *"é fixada em função da relação jurídica litigiosa"* (art. 9º - RISTJ).
Assim, os presentes autos devem ser encaminhados à redistribuição, uma vez que a matéria tratada no recurso em epígrafe não se amolda à competência desta Segunda Seção (art. 9º, § 2º, I a XII, RISTJ), ante a competência de uma das Turmas que compõem a colenda Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça.
Pelo que precede, com arrimo no artigo 4º da Instrução Normativa n. 06/2000, faz-se mister que os autos sejam encaminhados para redistribuição a um dos doutos integrantes da colenda Primeira Seção deste egrégio Superior Tribunal de Justiça.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3672)

RECURSO ESPECIAL Nº 970.051 - SC (2007/0169223-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: EDSON ACIR TERRES E OUTRO
ADVOGADO	: LUIZ EUZÉBIO MALISKA
RECORRIDO	: PEDRO ROVER BERTELLI
ADVOGADO	: JOSÉ JURACY DOS SANTOS

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão prolatado pelo colendo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, nos autos de ação de rito ordinário onde filho e cônjuge pleiteiam indenização por danos materiais e morais, estes decorrentes do óbito do pai que prestava serviço ao réu.
Desde quando o STF, em sessão realizada em 29.06.2005, nos autos do Conflito de Competência n. 7.204/MG, decidiu que a partir da modificação introduzida no art. 114, VI, da Constituição Federal, promovida pela Emenda Constitucional n. 45, de 31.12.2004, as demandas que versem sobre indenização por danos morais em virtude de acidente de trabalho ou doença profissional cabem à Justiça do Trabalho. Tal posicionamento foi seguido pelo STJ com o julgamento do CC n. 51.712/SP (2ª Seção, Rel. Min. Barros Monteiro, por maioria, DJU de 14.09.2005); desde que, na data de edição da EC n. 45, os processos ainda não estivessem sentenciados.
Contudo, é irrelevante a prolação de sentença para dirimir a qual juízo caberá o julgamento da ação, porque o caso dos autos não se enquadra na hipótese acima.
É que o pleito deduzido nos autos não guarda relação com a relação laboral havida entre empregadora e empregado, mas direito próprio dos autores, consistente no ressarcimento pelo abalo material e moral pela perda do pai.
Assemelha-se, portanto, ao precedente da e. 2ª Seção no CC n. 54.210/RO, cuja ementa é a seguinte:
*"**Conflito de competência. Acidente do Trabalho. Morte do empregado. Ação de indenização proposta pela esposa e pelo filho do falecido**.*
1. Compete à Justiça comum processar e julgar ação de indenização proposta pela mulher e pelo filho de trabalhador que morre em decorrência de acidente do trabalho. É que, neste caso, a demanda tem natureza exclusivamente civil, e não há direitos pleiteados pelo trabalhador ou, tampouco, por pessoas na condição de herdeiros ou sucessores destes direitos. Os autores postulam direitos próprios, ausente relação de trabalho entre estes e o réu.
2. Conflito conhecido para declarar a competência da Justiça comum."
(Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, por maioria, DJU de 12.12.2005)
Ante o exposto, conheço e dou provimento ao recurso, nos termos acima, devendo o Tribunal de origem dar continuidade ao julgamento da apelação, superado o tema da competência.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3673)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 970.230 - RS (2007/0162129-2)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
EMBARGANTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: ZAIRO FRANCISCO CASTALDELL0 E OUTRO(S)
EMBARGADO	: FABIANO TEODORO DA SILVA
ADVOGADO	: JOÃO PAULO DE ANDRADE DIAS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de embargos declaratórios opostos contra decisão monocrática que deu provimento ao recurso especial da instituição financeira, determinando a exclusão dos temas enfrentados de ofício pelo Tribunal **a quo** e a observância dos juros remuneratórios pactuados.
Alega o embargante que a decisão foi omissa quanto ao julgamento de ofício dos temas da capitalização dos juros, descaracterização da mora e compensação/repetição do indébito.
Não há, todavia, qualquer omissão a ser sanada. Os temas aos quais a embargante se refere foram analisados pela Corte estadual em razão da aplicação do art. 515, § 3º, do CPC (fl. 199), constando expressamente das razões da peça exordial (fls. 13, 16 e 17, respectivamente), não havendo que se falar, portanto, em julgamento **extra petita** ou **ex officio**.
Pelo exposto, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se.
Brasília, 11 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR, Relator

(3674)

RECURSO ESPECIAL Nº 971.041 - RS (2007/0166500-6)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
RECORRENTE	: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO	: EDUARDO BORGES DE FREITAS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: OSCAR OLINTO MACHADO DA ROCHA
ADVOGADO	: ALEXANDRE HEUSER

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. DISPOSIÇÕES ANALISADAS DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO AFASTADA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. CONTRATO POSTERIOR À MP Nº 1.963-17/2000. POSSIBILIDADE. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. CUMULAÇÃO COM OUTROS ENCARGOS. IMPOSSIBILIDADE. INSCRIÇÃO DO NOME DO DEVEDOR EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. POSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial, interposto por BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do E. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.
Aduz o recorrente, em suma, a) a nulidade das disposições tomadas de ofício; b) a legalidade da taxa de juros remuneratórios contratada; c) a validade da capitalização mensal dos juros; d) a incidência da comissão de permanência; e) a caracterização da mora do devedor; f) a impossibilidade da repetição do indébito; g) a possibilidade da inscrição do recorrido nos cadastros de proteção ao crédito h) a impossibilidade de manter a posse do bem com o recorrido.
É o relatório.
2. Em relação ao exame *ex officio*, impende ressaltar que em virtude do efeito devolutivo recursal, a teor do art. 515, do *Codex* Processual Civil, os temas submissos à apreciação e ao julgamento são restritos, em segundo grau, na medida em que tenham sido suscitados e discutidos no processo, exceto quanto aos cognoscíveis de ofício.
Com efeito, incide em julgamento *extra petita* o enfrentamento pelo órgão julgador de questões referentes a direito patrimonial, inexistindo pedido ou recurso nesse sentido, conforme entendimento pacificado, quando do julgamento do REsp 541.153/RS, em 08.06.2005, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, *verbis:*
"RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. DESCARACTERIZAÇÃO. EXAME DE OFÍCIO. JUROS REMUNERATÓRIOS.CAPITALIZAÇÃO MENSAL.
- Descaracterização do contrato. Incidência do verbete n. 293 da Súmula/STJ.
- Exame de ofício de cláusulas contratuais pelo Tribunal de origem. Impossibilidade, por ofensa ao art. 515 do CPC. Princípio "tantum devolutum quantum appelattum." Precedentes.
- Não estando as instituições financeiras sujeitas à limitação da Lei de Usura, a abusividade da pactuação dos juros remuneratórios deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovação do desequilíbrio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o só fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionária no período (REsp's ns. 271.214/RS, 407.097/RS e 420.111/RS).
- Capitalização mensal. Inadmissibilidade na hipótese.
- Recurso parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido."

Compulsando estes autos, verifica-se a existência de disposições realizadas de ofício pelo Tribunal de origem que, em homenagem ao princípio *tantum devolutum quantum appellatum*, devem ser arredadas.
3. Quanto à limitação dos juros remuneratórios, esta Corte é uníssona no entender que com o advento da Lei 4.595/1964, restou afastada a incidência do Decreto nº 22.626/33 (Lei de Usura), ficando delegado ao Conselho Monetário Nacional poder normativo para limitar as referidas taxas, salvo as exceções legais, aplicando-se à espécie o Enunciado da Súmula nº 596/STF.
Importa consignar, ainda, que apesar da Lei Consumerista incidir nos contratos bancários, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, no REsp 407.097/RS, publicado no DJ 29.09.2003, proclamou que a alteração da taxa de juros pactuada depende da demonstração cabal da sua abusividade, em relação à taxa média de no mercado, o que não ocorre no caso vertente.
Neste sentido:
"PROCESSO CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - CONTRATO BANCÁRIO - JUROS REMUNERATÓRIOS - LIMITAÇÃO - CDC - APLICABILIDADE - LEI N.º 4.595/64 - LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS - PERIODICIDADE ANUAL - DESPROVIMENTO. 1 - I - A egrégia Segunda Seção decidiu, no julgamento do Recurso Especial n.º 407.097/RS, que o fato de as taxas de juros excederem o limite de 12% ao ano, por si só, não implica abusividade, sendo permitida a sua redução, tão somente, quando comprovado que discrepantes os juros pactuados em relação à taxa de mercado, enquanto em mora o devedor. 2 - Assim, embora assente o entendimento neste Superior Tribunal no sentido da aplicabilidade das disposições do Código de Defesa do Consumidor aos contratos bancários, no que se refere à taxa de juros, preponderam a Lei 4.595/64 e a Súmula 596/STF. 3 - No que tange à capitalização dos juros, observo que o agravante não trouxe fundamentação suficiente para infirmar as conclusões da r. decisão agravada, de forma que deve ser mantida a sua periodicidade anual. 4 - Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 682638/MG, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJ 19.12.2005)

Corroboram esse entendimento outras decisões de semelhante teor: REsp 850238/RS, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJ 01.08.2006; REsp 842636/RS Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ 30.06.2006; e REsp 828839/RS, Rel. Min. CASTRO FILHO,DJ 28.06.2006.
4. No que concerne à capitalização mensal de juros, o entendimento prevalecente no STJ era no sentido de que somente seria admitida em casos específicos, previstos em lei, conforme Enunciado da Súmula 93/STJ. Todavia, com a edição da MP nº 1.963-17/2000, atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2001, a eg. Segunda Seção deste Tribunal passou a admitir a capitalização mensal nos contratos firmados posteriormente à sua entrada em vigor, desde que houvesse previsão contratual, o que não ocorre na espécie.
Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. CONTRATO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. CONTRATO POSTERIOR À EDIÇÃO DA MP 2.170/2000. POSSIBILIDADE. A egrégia Segunda Seção desta Corte pacificou entendimento no sentido da possibilidade de capitalização mensal de juros nos contratos celebrados em data posterior à publicação da MP 1.963-17/2000, atualmente reeditada sob o n° 2.170/36, desde que pactuada. Precedentes. Agravo a que se nega provimento." (AgRg nos EREsp 691257/RS, Rel. Min. CASTRO FILHO, SEGUNDA SEÇÃO, DJ 29.06.2006)
5. No que toca à cobrança da comissão de permanência, verifica-se que esta deve ser afastada, diante da incidência da correção monetária, da multa e dos juros moratórios, consoante a jurisprudência deste egrégio Sodalício, pelo que se aplica à espécie o disposto na Súmula nº 83/STJ, verbis: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".
Com efeito, esta Corte já se manifestou, reiteradamente, no sentido de que a comissão de permanência é admitida durante o período de inadimplemento contratual, não podendo, contudo, ser cumulada com a correção monetária (Súmula 30/STJ), com os juros remuneratórios (Súmula 296/STJ) e moratórios, nem com a multa contratual; todavia, aquele encargo deverá observar a taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual fixado no contrato (Súmula 294/STJ).
Corroboram esse entendimento as seguintes decisões de semelhante teor: REsp 839033/RS, Rel. Min. CASTRO FILHO, DJ 02.08.2006; AgRg no REsp 726.567/RS, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, DJ 29.05.2006; e REsp 793703/RS, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ 29.11.2005.

Ainda se assim não fosse, o afastamento da comissão de permanência visa evitar flagrante *bis in idem*; caso contrário, haveria a cumulação daquela parcela com os demais encargos moratórios, posto que estes foram admitidos pelo Tribunal *a quo*, em decisão transitada em julgado, na medida em que não foi interposto recurso a esse respeito. Nesse sentido: REsp 862179/RS, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJ 18.08.2006.
6. A jurisprudência deste Sodalício Superior é assente no sentido de que a compensação de valores e a repetição de indébito são cabíveis sempre que verificado o pagamento indevido, em repúdio ao enriquecimento ilícito de quem o receber, independentemente da comprovação do erro.
Nesse sentido:

"Agravo no recurso especial. Revisão de contrato de financiamento. Possibilidade de revisão contratual. Aplicação do CDC. Comissão de permanência. Repetição do indébito. - (...). - Admite-se a repetição do indébito, independentemente da prova de que o pagamento tenha sido realizado por erro, com o objetivo de vedar o enriquecimento ilícito do banco em detrimento do devedor. Precedentes. Agravo no recurso especial improvido." (AgRg no REsp 807052/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJ 15.05.2006)

De igual forma são os precedentes: REsp 842700/RS, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ 30.06.2006; REsp 837226/RS, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ 30.06.2006; e REsp 837759/RS, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJ 30.06.2006.
7. Por outro lado, é imperioso ressaltar que a descaracterização da mora pelo Tribunal *a quo*, em virtude da abusividade das cláusulas avençadas no contrato, não merece guarida, porquanto tais encargos são devidos pelo contratante, uma vez não verificada a abusividade das disposições pactuadas.
8. Quanto à inscrição do nome do devedor em órgãos de proteção ao crédito, a simples discussão judicial da dívida não é suficiente para obstaculizar ou remover a negativação nos bancos de dados. Para tanto, é necessária a presença concomitante dos seguintes requisitos: a) que haja ação proposta pelo devedor contestando a existência integral ou parcial do débito; b) que haja efetiva demonstração de que a contestação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito; c) que, sendo a contestação apenas de parte do débito, deposite o valor referente à parte tida por incontroversa, ou preste caução idônea, ao prudente arbítrio do magistrado. (REsp n. 527.618, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, julgado em 22/11/2003)
No particular, não restou verificado nos autos que o recorrido cumpriu todos os requisitos supracitados; dessarte, autorizada está a inscrição de seu nome em órgãos de proteção ao crédito.
9. Quanto à manutenção da posse do bem, vale salientar que o recurso especial não merece ser conhecido, porquanto o recorrente não indicou dispositivo de lei federal que entende ter sido violado nem tampouco comprovou o dissídio jurisprudencial.
10. Diante do exposto, com fundamento no artigo 557, *caput* e § 1º-A, do Código de Processo Civil, conheço, em parte, do recurso especial e, nesta extensão, dou-lhe parcial provimento, para arredar as disposições analisadas de ofício, afastar a limitação à taxa de juros remuneratórios, admitindo a taxa pactuada até o vencimento do contrato e para autorizar a inscrição do nome do devedor nos cadastros de proteção ao crédito.
Custas e honorários advocatícios, observado quanto a estes o percentual fixado na origem, na proporção em que vencidas as partes, compensando-se na forma da lei (art. 21 do CPC) e apurados em liquidação.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3675)

RECURSO ESPECIAL Nº 972.251 - PR (2007/0170754-7)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: VOLNIR CARDOSO ARAGÃO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: TEREZINHA RAMOS
ADVOGADO	: ISABEL CRISTINA REZENDE YAMASHITA

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CADERNETA DE POUPANÇA - DIFERENÇA DE RENDIMENTOS EM JUNHO/87 E JANEIRO/89 - EXTENSÃO DA SENTENÇA EXECUTADA. Os juros remuneratórios concedidos pela sentença executada devem incidir, tão-somente, nos períodos compreendidos no pedido. RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, no qual alegou violação dos arts. 1º, parágrafo único, do Decreto n.º 86.649/81, que regulamentou a Lei n.º 6.899/81, e 468 do Código de Processo Civil.
Discute-se, em resumo, a extensão do provimento jurisdicional exarado nos autos da ação civil pública proposta pela Associação Paranaense de Defesa do Consumidor - APADECO, que objetivara a condenação da instituição financeira recorrente ao pagamento da diferença apurada entre o efetivamente creditado e o legalmente devido nas contas de poupança dos consumidores, nos meses de junho/87 e de janeiro/89.
O acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região determinou a incidência dos juros remuneratórios, mensalmente, desde a data que deveriam ter sido pagos até o efetivo adimplemento da obrigação.
Sustenta a CEF, em síntese, que devem ser excluídos do crédito executado os juros remuneratórios sobre os valores depositados nas contas de caderneta de poupança que excederem os meses contemplados na r. sentença exeqüenda.
A recorrida não apresentou contra-razões, conforme certidão à fl. 126.
É o relatório.
A irresignação merece prosperar.
Veja-se que, não obstante o art. 1º, parágrafo único, do Decreto n.º 86.649/81, que regulamentou a Lei n.º 6.899/81, não ter relação com a questão discutida, constata-se o malferimento do art. 468 do CPC, que diz respeito aos limites da coisa julgada.
Com efeito.
A questão encontra-se pacificada no âmbito da eg. Segunda Seção desta Corte, que, por ocasião do julgamento do REsp. n.º 815.831/PR, interpretando o comando da sentença exeqüenda, definiu que a condenação na ação civil pública, atendo-se aos limites do pedido, deferiu as diferenças de remuneração das cadernetas de poupança nos meses de junho/87 e de janeiro /89, determinando a incidência de juros remuneratórios relativos a tal período, tão-somente. Nesse sentido, confira-se o voto do em. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, acolhido pela maioria, *in verbis*:
"Os juros remuneratórios foram situados em dois meses, porque integram a remuneração de cada mês, e não a totalidade dos meses. Se a reclamação foi com referência a esses dois meses apenas, o pedido de juros remuneratórios e de correção monetária deve confinar-se a esses dois meses, porque não houve pedido, nem a sentença deferiu, para todo o período; ela deferiu com relação aos meses de junho de 1987 e janeiro de 1989. Então, na minha concepção, se os juros remuneratórios integram a remuneração da caderneta de poupança ao lado da correção monetária, ou seja, a caderneta de poupança rende juros remuneratórios mais correção monetária, e se a sentença determinou que se pagasse a correção monetária e os juros remuneratórios referentes a dois meses, não posso pôr esses juros remuneratórios além daquele período que foi determinado pela sentença" (DJ de 12.2.2007).

O aresto restou assim ementado:

"Ação civil pública. Caderneta de poupança. Diferenças. Execução de sentença. Juros remuneratórios. 1. Não há como incluir na execução juros remuneratórios em relação a todo o período objeto de cobrança, tendo em vista que a sentença executada, com trânsito em julgado, deferiu a incidência daqueles, apenas, nos dois meses em que houve remuneração menor que a devida nas cadernetas de poupança, isto é, em junho de 1987 e em janeiro de 1989. 2. Recurso especial conhecido e provido."

Assim sendo, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conhece-se do recurso e dá-se-lhe provimento para determinar a incidência dos juros remuneratórios apenas nos meses de junho/87 e de janeiro/89, como definido na r. sentença exeqüenda.
Condena-se a recorrente ao pagamento dos honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor da condenação, correspondente à execução e respectivos embargos, já efetuada a devida compensação, pelo decaimento de parte dos pedidos.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 04 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
RELATOR

(3676)

RECURSO ESPECIAL Nº 972.728 - RS (2007/0182435-3)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
RECORRENTE	: BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A
ADVOGADO	: EVERTON MADEIRA GUSMÃO RUANO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: VILMAR AJALA
ADVOGADO	: TATIANE GAVIÃO CAMARGO

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO PRIVADO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS REMUNERATÓRIOS. NECESSIDADE DE PREVISÃO CONTRATUAL E DE CONVENÇÃO ENTRE AS PARTES FIRMADA APÓS A EDIÇÃO DA MP 1.963-17 E SUAS REEDIÇÕES. DESCARACTERIZAÇÃO PELO JUÍZO *A QUO*. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. ADMISSÃO DESDE QUE NÃO CUMULADA COM ALGUNS ENCARGOS, OBSERVADA A TAXA MÉDIA DOS JUROS DE MERCADO, LIMITADA AO PATAMAR AVENÇADO ENTRE AS PARTES. CUMULATIVIDADE. MANUTENÇÃO DO V. ACÓRDÃO RECORRIDO. COMPENSAÇÃO DE VALORES E REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CABIMENTO NA FORMA SIMPLES. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de recurso especial interposto por BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A, com fulcro na alínea "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que deu parcial provimento ao seu apelo, nos termos da ementa adiante transcrita (fl. 99):
"APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. 1. ADMISSIBILIDADE DA REVISÃO CONTRATUAL E possibilidade de aplicação do cdc AOS CONTRATOS BANCÁRIOS. A presença de onerosidade excessiva em desfavor de um dos contratantes autoriza, em tese, a revisão dos contratos. Entendimento pacificado pelo STJ (Súmula 297) no sentido de garantir a aplicação do CDC às relações bancárias. 2. juros remuneratórios. inviabilidade da limitação pretendida. Em atenção aos recentes precedentes do STJ, a limitação da taxa de juros remuneratórios só será admitida quando comprovada a injustificada disparidade entre a taxa contratada e aquelas usualmente praticadas no mercado financeiro. Abusividade não verificada, no caso concreto. 3. AFASTAMENTO DA CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS, admitida anualmente. Admite-se a capitalização mensal dos juros apenas nos casos autorizados por lei. Não sendo esta a hipótese dos autos, ainda que possível a aplicabilidade ao caso, da Medida Provisória n. 2170-36/2000, que permite a capitalização mensal dos juros, é de ser afastada tal cobrança diante da ausência de pactuação a respeito. Assim, resta admitida, no entanto, somente pela peridiocidade anual. Inteligência do Decreto n. 22.626/33. 4. MORA CARACTERIZADA PELO INADIMPLEMENTO. 5. Comissão de permanência. Pacificado no STJ (Súmula 294) o entendimento acerca da validade da cobrança de comissão de permanência, desde que previamente pactuado tal encargo. 6. COMPENSAÇÃO E repetição do indébito. ADMISSIBILIDADE. Possível a repetição do indébito e a compensação de valores, independente da ocorrência de erro ou dolo do credor. Vedação do enriquecimento sem causa. Precedentes desta Câmara e do STJ. 7. PROTESTO E INSCRIÇÃO DO NOME DO DEVEDOR NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. A vedação ao encaminhamento do nome do devedor aos órgãos de proteção ao crédito está condicionada a que fique demonstrada a verossimilhança das alegações, embasada em precedentes dos Tribunais Superiores, e ao depósito da quantia incontroversa, pairando sobre a dívida impugnação parcial. Requisitos não demonstrados. Inscrição e protesto viabilizados.
POR UNANIMIDADE, DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.".
Sustenta o recorrente que o acórdão recorrido divergiu de julgados no tocante à capitalização mensal dos juros remuneratórios, à cobrança de comissão de permanência e à compensação/repetição de indébito.
Sem contra-razões (fl. 122).
Recurso especial admitido às fls. 123/124.
É o breve relatório.
Decido.
2. Preliminarmente, no pertinente aos dispositivos legais, satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, inclusive no que tange ao prequestionamento, passo a examinar o recurso.
3. Quanto à capitalização mensal de juros, o entendimento prevalecente no STJ era no sentido de que somente seria admitida em casos específicos, previstos em lei, conforme Enunciado da Súmula 93/STJ. Todavia, com a edição da MP nº 1.963-17/2000, atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2001, a eg. Segunda Seção deste Tribunal passou a admitir a capitalização mensal nos contratos firmados posteriormente à sua entrada em vigor, desde que houvesse previsão contratual.
Contudo, as instâncias ordinárias se manifestaram no sentido de que ausente a previsão contratual de capitalização mensal de juros remuneratórios, o que impossibilita, nesta esfera recursal extraordinária a verificação de tal requisito, sob pena de afrontar o disposto nos enunciados nºs 5 e 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.
Nesse sentido:
"PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - CONTRATO BANCÁRIO - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS - REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA - INCIDÊNCIA - SÚMULAS N. 05 E 07 DO STJ - DECISÃO MANTIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - DESPROVIMENTO. 1 - Esta Corte já firmou o entendimento de que, nos contratos firmados por instituições financeiras, posteriormente à edição da MP 1.963-17/2000, de 31/3/2000, é possível a incidência de capitalização mensal dos juros, desde que expressamente pactuada. Portanto, para sua cobrança, é necessário estar evidenciado que o contrato fora firmado após 31/3/2000 e que o referido encargo tenha sido expressamente pactuado. 2 - No caso, não restou demonstrada a previsão contratual acerca da capitalização. Ademais, se a instância ordinária não se manifestou sobre a existência do pacto, a verificação de tal aspecto nesta Corte importaria, necessariamente, no reexame de prova e dos termos do contrato. Incidência das Súmulas n. 5 e 7/STJ. Precedentes. 3 - Não há que se falar em redistribuição do ônus sucumbencial, tendo em vista que a decisão restou mantida em todos os seus termos. Irretocável a partilha fixada. 4 - Agravo Regimental desprovido." (AgRg no REsp 763503/RS, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJ 13.02.2006)
4. Conforme decidido pela 2ª Seção desta Corte, no julgamento do AgRg nº 706.368/RS, Ministra Nancy Andrighi, a comissão de permanência é admitida durante o período de inadimplemento contratual, não podendo, contudo, ser cumulada com a correção monetária (Súmula 30/STJ), com os juros remuneratórios (Súmula 296/STJ) e moratórios, nem com a multa contratual; contudo, aquele encargo deverá observar a taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual fixado no contrato (Súmula 294/STJ).
Nesse sentido:
"CONTRATO BANCÁRIO. TAXA DE JUROS. LIMITAÇÃO. ABUSIVIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. COBRANÇA. ADMISSIBILIDADE. I - Embora incidente o diploma consumerista nos contratos bancários, os juros pactuados em limite superior a 12% ao ano não são considerados abusivos, exceto quando comprovado que discrepantes em relação à taxa de mercado, após vencida a obrigação. II - Vencido o prazo para pagamento da dívida, admite-se a cobrança de comissão de permanência. A taxa, porém, será a média do mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, desde que limitada ao percentual do contrato, não se permitindo cumulação com juros remuneratórios ou moratórios, correção monetária ou multa contratual. Recurso especial parcialmente provido." (REsp 828648/RS, Rel. Min. CASTRO FILHO, DJ 23.06.2006)

In casu, o v. acórdão recorrido autorizou a cobrança da comissão de permanência, desde que afastados os mencionados encargos. Desta forma, a teor da jurisprudência citada, impende-se a manutenção do *decisum* objurgado neste particular.
5. A jurisprudência deste Sodalício Superior é assente no sentido de que a compensação de valores e a repetição de indébito são cabíveis sempre que verificado o pagamento indevido, em repúdio ao enriquecimento ilícito de quem o receber, independentemente da comprovação do erro.
Nesse sentido:
"Agravo no recurso especial. Revisão de contrato de financiamento. Possibilidade de revisão contratual. Aplicação do CDC. Comissão de permanência. Repetição do indébito. - (...). - Admite-se a repetição do indébito, independentemente da prova de que o pagamento tenha sido realizado por erro, com o objetivo de vedar o enriquecimento ilícito do banco em detrimento do devedor. Precedentes. Agravo no recurso especial improvido." (AgRg no REsp 807052/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJ 15.05.2006)
De igual forma são os precedentes: REsp 842700/RS, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJ 30.06.2006; REsp 837226/RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 30.06.2006; e REsp 837759/RS, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJ 30.06.2006.
6. Diante do exposto, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, não conheço do recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3677)

RECURSO ESPECIAL Nº 972.937 - RS (2007/0176229-6)

RELATOR	**: MINISTRO ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**
RECORRENTE	: BANCO DIBENS S/A
ADVOGADO	: THIAGO LUIZ BLUNDI STURZENEGGER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: SIMONE GONÇALVES DA SILVA
ADVOGADO	: NÁDIA MARIA KOCH ABDO E OUTRO(S)

DESPACHO

J. Vista pelo prazo legal.
Brasília, 10 de setembro de 2007

Ministro Antônio de Pádua Ribeiro
Relator

(3678)

RECURSO ESPECIAL Nº 973.158 - RS (2007/0173886-3)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: LEANDRO VILLELA CEZIMBRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PAULO CÉSAR DE ESPÍNDOLA
ADVOGADO	: JÚLIO CÉSAR DOVIZINSKI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do Colendo TJRS que, em ação de cobrança, julgou procedente pedido de subscrição suplementar de ações decorrentes de contrato de participação financeira firmado com a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT; e aplicou multa por embargos protelatórios.
Preliminarmente, quanto à assertiva de violação aos arts. 165, 458 e 535 do CPC, sem respaldo o inconformismo, haja vista que enfrentadas todas as questões levantadas pela parte, porém em sentido contrário ao almejado. Indevida, contudo, a aplicação da multa, com espeque na Súmula n. 98/STJ.
No mérito, sem razão a recorrente. "Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A (sucessora da CRT) e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado" (REsp n. 500.236-RS, Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, 4ª Turma, por maioria, DJU de 01.12.2003; REsp n. 470.433-RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, 2ª Seção, unânime, DJU de 22/09/2003).
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:

"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido." (AgRg no AG n. 585.704-RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Pelo exposto, conheço em parte do recurso, e nessa parte, dou-lhe parcial provimento, apenas para afastar a aplicação da multa, com espeque na Súmula n. 98/STJ (art. 557, § 1º-A, do CPC).
Publique-se.
Brasília, 10 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3679)

RECURSO ESPECIAL Nº 974.124 - RS (2007/0167085-9)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: ADEMIR BASTOS
ADVOGADO	: PAULO HENRIQUE MODENA HILLER
RECORRIDO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EVERLYN INGELORE KOHLER E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do Colendo TJRS que, em ação de cobrança, julgou procedente pedido de subscrição suplementar de ações decorrentes de contrato de participação financeira firmado com a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT.
O recurso especial não comporta seguimento, porquanto a interposição não satisfaz a exigência quanto ao prazo estabelecido pelo art. 508 do CPC.
Com efeito, o acórdão recorrido foi publicado em 01.02.2007 (quinta-feira) (f. 179). Iniciando-se no dia útil imediato a contagem (02.02.2007 - sexta-feira), exauriu-se o prazo de quinze dias em 16.02.2007 (sexta-feira). A petição do recurso, porém, somente foi protocolizada no dia 21.02.2007 (f. 229), sendo, dessa forma, manifestamente intempestiva a insurgência.
Ressalte-se, ainda, que o recurso especial interposto pela BRASIL TELECOM S/A, ora recorrida, não admitido na origem por outros fundamentos, foi protocolizado no dia 16.02.2007, o que demonstra mesmo a incúria por parte do recorrente.
Pelo exposto, nego seguimento ao recurso.
Publique-se.
Brasília, 06 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3680)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 974.195 - SP (2007/0180425-8)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
EMBARGANTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: CASSIO MARTINS CAMARGO PENTEADO JUNIOR E OUTRO(S)
EMBARGADO	: JOSÉ GUSTAVO FEDEL E OUTRO
ADVOGADO	: APOLLO DE CARVALHO SAMPAIO

DECISÃO

Vistos.
Tratam-se de embargos de declaração contra decisão de fl. 196.
Preliminarmente, o recurso é inadmissível. A petição recursal foi subscrita por advogado sem procuração nos autos (cf. certidão de fl. 204). Dessa forma, incidente o óbice do verbete n. 115 da Súmula do STJ.
Ante o exposto, não conheço do recurso.
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3681)

RECURSO ESPECIAL Nº 974.461 - RS (2007/0182907-5)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: ANDRÉ LESINA GIORDANO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARCELO DUARTE
ADVOGADO	: LARRI DOS SANTOS FEULA

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - MORA *DEBENDI* INOCORRÊNCIA - IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO - NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo BANCO ITAÚ S/A, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, em que se alega violação dos arts. 2º, 128, 460, 512 e 515 do Código de Processo Civil, 51, IV, e 52 do Código de Defesa do Consumidor, 4º, IX, e 9º da Lei n. 4.595/64, 2º, § 2º, e 3º do Decreto-Lei n. 911/69, 394, 395, 397, 406, 407 e 591 do Código Civil e 5º da MP 2.170-36/01, bem como dissídio jurisprudencial.
Verifica-se, da análise dos autos, que a ação de busca e apreensão proposta pelo recorrente em face de MARCELO DUARTE, tendo por objeto contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária, teve o pedido julgado procedente pelo r. Juízo de primeiro grau.
Interposta apelação pelo recorrido, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, em julgamento conjunto com apelação interposta na ação revisional conexa, conferiu parcial provimento ao recurso, com disposições de ofício, nos termos da ementa a seguir:
"APELAÇÕES CÍVEIS. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÕES REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO E DE BUSCA E APREENSÃO. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICABILIDADE. Cabível a revisão dos contratos como forma de expunção das disposições contrárias à lei. As atividades bancária e financeira estão sujeitas às regras do Código de Defesa do Consumidor, como expresso no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.078/90. NULIDADE DE CLÁUSULAS ABUSIVAS. POSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DE OFÍCIO. Por serem de ordem pública e interesse social as normas de proteção e defesa do consumidor, possível a declaração de ofício da nulidade das cláusulas eivadas de abusividade. JUROS REMUNERATÓRIOS. É de ser declarada a nulidade da previsão contratual acerca dos juros, por caracterizar a excessiva onerosidade do contrato, permitindo que o consumidor ocupe posição nítida e exageradamente desvantajosa. Índice reduzido para 12% ao ano, por incidência da regra geral advinda da combinação dos artigos 591 e 406 do Código Civil vigente, e 161, § 1º, do Código Tributário Nacional. ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. Reduzidos os juros remuneratórios e ausente qualquer fator de atualização monetária no contrato sub iudice, adota-se o IGP-M, por melhor refletir a desvalorização da moeda. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS (ANATOCISMO). A capitalização mensal dos juros, mesmo quando expressamente convencionada, em contratos como o presente, não é admitida, porquanto o artigo 591 do atual Código Civil permite, como regra geral, apenas a capitalização anual dos juros. Mas, em se tratando de mera permissão legal, a capitalização anual depende de pactuação nesse sentido, ausente na espécie, motivo pelo qual, in casu, vai vedada a incidência de juros sobre juros em qualquer periodicidade. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. DISPOSIÇÃO DE OFÍCIO. Por tratar-se de encargo flagrantemente potestativo, não pode persistir a cobrança de comissão de permanência, a uma taxa variável, mesmo que não cumulada com a correção monetária. Disposição de ofício. JUROS MORATÓRIOS. Os juros moratórios devem respeitar o percentual máximo de 1% ao mês, consoante disposição do artigo 406 no Código Civil Brasileiro, o qual incide sobre o pacto avençado, considerando a data da contratação. MULTA MORATÓRIA. DISPOSIÇÃO DE OFÍCIO. Se incorrer em mora o devedor, a multa deve ficar limitada a 2% do valor da(s) parcela(s) efetivamente em atraso, por firmado o contrato após a vigência da Lei nº 9298/96. Disposição de ofício. TARIFAS DE ANÁLISE DE CRÉDITO E DE COBRANÇA POR EMISSÃO DE BOLETO BANCÁRIO. DISPOSIÇÃO DE OFÍCIO. A cobrança de tais tarifas é nitidamente abusiva, devendo ser suportada pela instituição financeira, por corresponder a ônus da sua atividade econômica, não se tratando de serviço prestado em prol do mutuário-consumidor. Disposição de ofício. MORA DESCARACTERIZADA. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO DE BUSCA A APREENSÃO. Sendo expurgados encargos indevidos da dívida, o mutuário não estava em mora e os encargos moratórios, por isso, não são devidos, impondo-se a improcedência da ação de busca e apreensão. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. Diante das ilegalidades na estipulação dos encargos contratuais, não há falar em voluntariedade no pagamento, nem exigir a prova do erro para a repetição do indébito, que se dará mediante prévia compensação. CAMBIAL. NULIDADE. Composto o débito por parcelas ilegais e abusivas, é de ser declarada a nulidade da cambial vinculada ao contrato firmado entre as partes. LIBERAÇÃO DO GRAVAME. Justamente em razão da dúvida acerca da existência de débito ou de seu quantum, não é possível determinar a liberação do veículo, o que se posterga à fase posterior, em liquidação de sentença. TUTELA ANTECIPADA. Mantida em função da dúvida acerca do débito, enquanto pendente ação revisional. APELAÇÕES PARCIALMENTE PROVIDAS, COM DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO."

No presente apelo nobre, busca o recorrente a reforma do v. acórdão, insurgindo-se no que diz respeito: *i)* ao julgamento com disposições de ofício; *ii)* à limitação dos juros remuneratórios; *iii)* à vedação da capitalização destes; *iv)* à exclusão da comissão de permanência; *v)* à descaracterização da mora; e *vi)* à improcedência da busca e apreensão.
O recorrido apresentou contra-razões às fls. 85/88.
É o relatório.
A irresignação não merece prosperar.
Com efeito.
Inicialmente, cumpre consignar que no julgamento do recurso especial n. 972,385/RS, interposto pelo recorrente na ação revisional conexa à presente busca e apreensão, foi proferida decisão negando conferindo parcial provimento ao recurso, nos seguintes termos:
"Com relação à alegada ofensa aos arts. 2º, 128, 460, 512 e 515 do CPC, o entendimento mais recente desta egrégia Corte é no sentido da impossibilidade do reconhecimento, de ofício, de nulidade de cláusulas contratuais consideradas abusivas, sendo, para tanto, necessário o pedido expresso da parte interessada. Nesse sentido, anota-se o seguinte precedente:
"Não é possível ao Tribunal de origem reconhecer, de ofício, a nulidade de cláusulas consideradas abusivas, em contratos regulados pelo Código de Defesa do Consumidor. Para tanto, é necessário a interposição de recurso pela parte interessada. Precedente. Recurso conhecido e parcialmente provido." (REsp 612470 / RS, Rel. Ministra Nancy Andrighi, DJ 30.06.2006)

Assinala-se, ainda, que, nos termos do artigo 515 do CPC, excetuando-se as matérias de ordem pública, examináveis de ofício, o recurso de apelação devolve para o Órgão ad quem a matéria impugnada, que se restringe aos limites dessa impugnação.
Afere-se, na espécie, ter o Órgão prolator da decisão recorrida proferido julgamento extra petita, porquanto enfrentou questões atinentes a direito patrimonial, que não constituíram objeto de insurgência.
Dessa forma, devem ser afastadas as disposições ex officio relativas à exclusão da comissão de permanência, à base de cálculo da multa e à exclusão das tarifas de análise de crédito e de emissão de carnê.
No tocante aos juros remuneratórios, a Segunda Seção deste egrégio Superior Tribunal entende que não incide a limitação a 12% ao ano, prevista no Decreto nº 22.626/33, salvo hipóteses legais específicas, visto que as instituições financeiras, integrantes do Sistema Financeiro Nacional, são regidas pela Lei nº 4.595/64. Nota-se que cabe ao Conselho Monetário Nacional limitar tais encargos, aplicando-se a Súmula nº 596 do STF. Veja-se, mais, que este entendimento não foi alterado após a vigência do Código de Defesa do Consumidor, cujas normas também se aplicam aos contratos firmados por instituições bancárias. E a fim de se harmonizarem os referidos diplomas legais, aquele Órgão Julgador consagrou a manutenção dos juros no percentual avençado pelas partes, desde que não reste sobejamente demonstrada a exorbitância do encargo (v.g. AgRg REsp nº 590.573/SC, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, DJU 25.05.2004).
Ademais, a autorização do Conselho Monetário Nacional para a livre contratação dos juros remuneratórios só se faz necessária em hipóteses específicas, decorrentes de expressa exigência legal, tais como nas cédulas de crédito rural, industrial ou comercial. Assim, resta dispensada a prova de prévia autorização do CMN para fixar a taxa de juros além do patamar legal no caso em concreto (v.g. AgRg nos EDcl no Resp 492.936/RS, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 22.11.2004).
No que tange à capitalização mensal de juros, o entendimento prevalecente nesta Corte era no sentido de que esta somente seria admitida em casos específicos, previstos em lei (cédulas de crédito rural, comercial e industrial), conforme a Súmula nº 93/STJ. Com a edição da MP 1.963-17, de 30.03.2000 (atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2000), passou-se a admitir a capitalização mensal nos contratos firmados posteriormente à sua entrada em vigor, desde que houvesse previsão contratual.
Verifica-se, in casu, que o aresto recorrido afirmou que o contrato em discussão não prevê expressamente a possibilidade de capitalização de juros, razão pela qual deve ser mantida a proibição. Saliente-se, outrossim, que a revisão desta conclusão do acórdão impugnado demandaria o reexame de matéria fática e a interpretação de cláusulas contratuais, providências vedadas em sede de recurso especial, a teor dos enunciados 5 e 7/STJ.
Nesse sentido, assim já se decidiu:
"1. A jurisprudência desta Corte Superior consolidou posicionamento no sentido de que, nos contratos firmados por instituições financeiras posteriormente à edição da MP 1.963-17, de 31/3/2000, é possível a incidência de capitalização mensal dos juros, desde que expressamente pactuada. 2. O d. Tribunal de origem, após detida análise do material fático-probatório constante dos autos, concluiu pela inexistência de pactuação da capitalização mensal dos juros remuneratórios. Dessarte, a pretendida reforma do aresto encontra óbice nos Enunciados nº 5 e 7 da Súmula desta Corte Superior. (...)" (AgRgAg REsp. n.º 783.678/RS, relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJ de 30.10.2006).
A insurgência manifestada com relação à descaracterização da mora 'debendi' e conseqüente improcedência da busca e apreensão será objeto de análise no julgamento do REsp n. 974.461/RS, interposto pelo recorrente nos autos daquele processo.
Assim sendo, amparado no artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dá-se parcial provimento ao recurso especial para: i) afastar as disposições de ofício do Tribunal a quo acima elencadas; e ii) afastar a limitação dos juros remuneratórios.
(...)"

Quanto à questão da mora, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de sua descaracterização no caso de cobrança de encargos ilegais no período da normalidade, como ocorre nos presentes autos, em que se concluiu pela ilegalidade da capitalização mensal dos juros. Confira-se o seguinte precedente:
"CONTRATO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. - É permitida a capitalização mensal de juros nos contratos bancários celebrados a partir de 31.03.2000 (MP 1.963-17, atual MP nº 2.170-36), desde que pactuada. MORA. CARACTERIZAÇÃO. ENCARGOS LEGAIS. - A descaracterização da mora ocorre com a cobrança de encargos ilegais. não ocorrência. (AgRg no REsp 796541 / RS, relator Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ 9.10.2006)."
Dessa forma, deve ser mantida a conclusão do acórdão recorrido pela improcedência do pedido formulado na ação de busca e apreensão, tendo em vista que o fundamento que motivou tal decisão, a descaracterização da mora *debendi* pela cobrança de encargos ilegais, permanece incólume.
Assim sendo, amparado no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil, nega-se seguimento ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3682)

RECURSO ESPECIAL Nº 974.493 - RS (2007/0182946-7)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO E OUTRO
ADVOGADO	: CAROLINA BACELLAR DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: GELSON LUIS NICOLINI
ADVOGADO	: RAFAEL SPINELLO SILVEIRA

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL - CONTRATO DE MÚTUO BANCÁRIO - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS - CONTRATO FIRMADO POSTERIORMENTE À EDIÇÃO DA MP Nº 1.963-17/2000 - COBRANÇA - POSSIBILIDADE - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA, JUROS MORATÓRIOS E MORA *DEBENDI* - RECURSO DEFICIENTEMENTE FUNDAMENTADO - RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO E OUTRO, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, em que se alega violação dos artigos 406 do Código Civil e 5º da MP 2.170-36/01, bem como dissídio jurisprudencial.
Verifica-se, da análise dos autos, que a ação revisional proposta por GELSON LUIS NICOLINI em face dos recorrentes, tendo por objeto contrato de mútuo bancário, teve o pedido julgado improcedente pelo r. Juízo de primeiro grau.
Interposta apelação pelo recorrido, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul conferiu parcial provimento ao recurso, nos termos da ementa a seguir:
"AÇÃO DECLARATÓRIA DE REVISÃO. APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIO JURÍDICO BANCÁRIO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO. APLICAÇÃO DO CDC: Resta prejudicado o pedido, pois já reconhecida a sua aplicação pela sentença. JUROS REMUNERATÓRIOS: Impossível a limitação, pois às instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional não se aplicam as limitações da Lei de Usura. Precedentes STJ. CAPITALIZAÇÃO: A capitalização de juros em periodicidade inferior à anual somente é admitida quando houver lei que a permita, sendo afastada a aplicabilidade da MP 2.170. Precedentes do STF. CORREÇÃO MONETÁRIA: Na ausência de previsão contratual específica, adota-se o IGP-M. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA: A cobrança de comissão de permanência somente é abusiva quando incidir de forma cumulada com juros remuneratórios e moratórios, multa moratória e correção monetária. Súmula 296 do STJ. MORA: Havendo a exigência de encargos ilegais, não há constituição em mora do devedor. REPETIÇÃO DE INDÉBITO/RECÁLCULO DO DÉBITO: Após o recálculo do débito, a repetição de indébito se dá de forma simples. Súmula nº 322 do STJ. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO: Além da fumaça do bom direito devem concorrer os seguintes requisitos: a) a existência de ação; b) a demonstração de que a cobrança indevida se funda em jurisprudência consolidada do STF ou do STJ; c) o depósito da parte incontroversa ou caução idônea. Entendimento predominante do STJ. PROTESTO DE TÍTULOS: A ausência de amparo legal impede a avaliação da liminar envolvendo a proibição de circulação e/ou aponte de título de crédito referentes ao contrato, não havendo como proibir o credor de levar a protesto títulos vinculados ao contrato em questão, modo genérico e preventivo. Deram parcial provimento à apelação. Unânime."

No presente apelo nobre, busca o recorrente a reforma do v. acórdão, insurgindo-se no que diz respeito: *i)* à vedação da capitalização mensal dos juros; *ii)* à exclusão da comissão de permanência; *iii)* à limitação dos juros moratórios; e *iv)* à descaracterização da mora.
O recorrido não apresentou contra-razões, conforme certidão à fl. 134.
É o relatório.
A irresignação merece prosperar em parte.
Com efeito.
No que tange à capitalização mensal de juros, o entendimento prevalecente nesta Corte era no sentido de que esta somente seria admitida em casos específicos, previstos em lei (cédulas de crédito rural, comercial e industrial), conforme a Súmula n° 93/STJ. Com a edição da MP 1.963-17, de 30.03.2000 (atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2000), passou-se a admitir a capitalização mensal nos contratos firmados posteriormente à sua entrada em vigor, desde que houvesse previsão contratual. Verificando-se, *in casu*, o preenchimento dessas condições, há de ser permitida a sua incidência.
No concernente à comissão de permanência, aos juros moratórios e à mora, ressente-se o recurso especial de fundamentação adequada, pois as suas razões não demonstram qualquer violação ou divergência na interpretação das normas infraconstitucionais. Segundo jurisprudência dominante nesta Corte, *"revelam-se deficientes as razões do recurso especial quando o recorrente não aponta, de forma inequívoca, os motivos pelos quais considera violados os dispositivos de lei federal, fazendo incidir a Súmula 284 do STF: É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."* (AGRESP 774.481/PR, Relator Ministro Luiz Fux, DJ 08.06.2006).
Assim sendo, amparado no artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dá-se parcial provimento ao recurso especial apenas para admitir a capitalização mensal dos juros.
Em razão da sucumbência recíproca, condena-se as partes ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, mantido quanto a estes o valor total fixado no acórdão, que deverá ser reciprocamente suportado na proporção de 20% pelos recorrentes e 80% pelo recorrido, admitindo-se a compensação nos termos da lei.
Por ser o recorrido beneficiário da assistência judiciária gratuita (fl. 20), fica suspensa a exigibilidade das custas judiciais e dos honorários advocatícios, nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/50.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3683)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 974.609 - MG (2007/0183503-2)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
EMBARGANTE	: ANTÔNIO CARLOS CAETANO
ADVOGADO	: VICENTE FLÁVIO MACEDO RIBEIRO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A - BANRISUL
ADVOGADO	: JOSÉ FERNANDO DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de embargos de declaração opostos à decisão de fls. 187/189, no tocante à omissão quanto ao ônus da sucumbência.
Com razão o recorrente. Em razão da procedência parcial do pedido, custas e verba honorária pelo réu, esta fixada em 15% sobre o valor da condenação.
Embargos acolhidos.
Publique-se.
Brasília (DF), 12 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3684)

RECURSO ESPECIAL Nº 975.488 - SC (2007/0187239-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: REGINA MARIA FACCA DOS SANTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: NILZA CARDOSO MACHADO
ADVOGADO	: BELONIR ZATA ZILI

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em ação cautelar incidental, proibiu a inscrição nos cadastros de devedores.
Com razão o recorrente sobre o cadastro de inadimplentes. A orientação mais recente da E. 2ª Seção (REsp n. 527.618/RS) não admite que a simples discussão judicial da dívida possa obstaculizar ou remover a negativação nos bancos de dados, exceto quando efetivamente demonstrado o reflexo positivo da ação no valor devido, com amparo na jurisprudência dominante desta Corte ou do C. STF, e depositada ou caucionada a parte incontroversa, se apenas parcial o desacordo. No caso dos autos, não foram atendidos integralmente esses pressupostos.
Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço do recurso e, dou-lhe provimento, para que seja permitida a inscrição nos cadastros de inadimplentes. Invertida a sucumbência imposta no acórdão **a quo** (fl. 90), ônus suspensos em função da justiça gratuita (fl. 19).
Publique-se.
Brasília (DF), 04 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3685)

RECURSO ESPECIAL Nº 975.875 - RS (2007/0183344-1)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: PAULO LUIZ SALAMI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARILDA BEATRIZ SALAMON
ADVOGADO	: PABLO PACHECO DOS SANTOS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do Colendo TJRS que, em ação de cobrança, julgou procedente pedido de subscrição suplementar de ações decorrentes de contrato de participação financeira firmado com a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT; e aplicou multa por embargos protelatórios.
Preliminarmente, quanto à assertiva de violação aos arts. 165, 458, II, e 535, do CPC, sem respaldo o inconformismo, haja vista que enfrentadas todas as questões levantadas pela parte, porém em sentido contrário ao almejado.
Entretanto, quanto ao art. 538, parágrafo único, da Lei Adjetiva Civil, assiste razão à recorrente, posto que a presente espécie enquadra-se no disposto no enunciado sumular 98/STJ. Afastado, assim, o caráter protelatório dos embargos de declaração.
Não há que se falar em ilegitimidade da ré com apoio nos artigos 1° e 12 da Lei n. 6.404/1976, pois tendo sido firmado o contrato de participação financeira com a parte autora, a empresa tem legitimidade para responder por eventuais diferenças pleiteadas. Assim, a legitimidade decorre do direito da parte autora de ver reconhecida a existência de eventual diferença na subscrição de ações entre o que foi pactuado e o que foi efetivamente subscrito.
Não procede a alegação de prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescri-

cional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, julgado em 17.10.2006).
No mérito, sem razão a recorrente. "Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A (sucessora da CRT) e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado" (REsp n. 500.236-RS, Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, 4ª Turma, por maioria, DJU de 01.12.2003; REsp n. 470.433-RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, 2ª Seção, unânime, DJU de 22/09/2003).
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:
"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

No que tange ao pagamento de dividendos, ou à indenização pelo seu valor, a Quarta Turma, quando do julgamento do REsp n. 500.236 (Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, por maioria, DJU de 01.12.03), chegou ao entendimento de que "...não cabe a esta Corte analisar o impacto a ser causado pelo cumprimento da obrigação, mas tão-somente determiná-lo, conforme ressaltado pelo Ministro Carlos Alberto Menezes Direito".
Quanto à ilegitimidade passiva da recorrente para responder pela indenização por ações não subscritas da Celular CRT Participações S/A, a questão depende de reexame do contrato, o que não enseja recurso especial, ante a Súmula 05 desta Corte.
Pelo exposto, conheço em parte do recurso, e nessa parte, dou-lhe parcial provimento, apenas para afastar a aplicação da multa, com espeque na Súmula n. 98/STJ (art. 557, § 1°-A, do CPC).
Publique-se.
Brasília, 05 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3686)

RECURSO ESPECIAL Nº 976.921 - RS (2007/0185323-2)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO PANAMERICANO S/A
ADVOGADO	: VALQUIRIA BELMENI STEFFENS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PEDRO VICTORIANO MURO ESPIGA
ADVOGADO	: EUNICE CÉZAR

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em ações de busca e apreensão convertida em depósito e revisional, limitou em 12% ao ano a incidência dos juros remuneratórios previstos em contrato de mútuo com alienação fiduciária em garantia, com fundamento no CDC; e de ofício, proibiu a capitalização dos juros em qualquer periodicidade; excluiu a cláusula instituidora da comissão de permanência; e alterou a base de cálculo da multa moratória.
Verifica-se, preliminarmente, que restou consignado no voto condutor da apelação cível, à fl. 108v., que a capitalização mensal dos juros pode ocorrer desde que previamente pactuada, mas o contrato discutido não prevê expressamente a cobrança do encargo na forma pretendida, motivo pelo qual foi afastada a aplicação da Medida Provisória n. 2.170-36/2001 (1.963-17/2000).
A conclusão do Tribunal revisor, foi obtida pela análise do conteúdo fático e contratual dos autos, que se situa fora da esfera de atuação desta Corte, nos termos das Súmulas n. 5 e 7-STJ.
Ainda **ab initio**, não prospera a irresignação concernente à caracterização da mora, apenas **en passant** mencionada à fl. 130, pois as razões recursais não trazem qualquer dispositivo legal violado ou acórdão divergente, esbarrando o inconformismo, assim, na Súmula n. 284-STF.
Além disso, inadmissível o recurso quanto ao tema dos juros moratórios, em virtude da ausência de interesse recursal, pois o acórdão atendeu o pleito do recorrente, conforme se verifica à fl. 109v.
No mérito, incidiu verdadeiramente em julgamento **extra petita** o enfrentamento de ofício pelo aresto estadual da questão relativa ao afastamento da capitalização anual dos juros; exclusão da cláusula instituidora da comissão de permanência; e alteração da base de cálculo da multa moratória (REsp n. 42.995/MG e REsp n. 541.153/RS), restando que ficam excluídas do acórdão **a quo**, motivo pelo qual não serão abordadas a seguir.
Quanto à limitação dos juros remuneratórios, posicionou-se esta Corte no rumo de que com o advento da Lei n. 4.595/1964, diploma que disciplina de forma especial o Sistema Financeiro Nacional e suas instituições, restou afastada a incidência da Lei de Usura, tendo ficado delegado ao Conselho Monetário Nacional poderes normativos para limitar as referidas taxas, salvo as exceções legais. A propósito, aplicável a Súmula n. 596/STF.
Por outro lado, ainda que aplicável a Lei n. 8.078/1990, a Segunda Seção desta Corte (REsp n. 407.097/RS), sedimentou o entendimento de que o pacto referente à taxa de juros só pode ser alterado se reconhecida sua abusividade em cada hipótese, desinfluente para tal fim a estabilidade inflacionária no período, e imprestável o patamar de 12% ao ano, já que sequer a taxa média de mercado, **que não é potestativa**, se considera excessiva, para efeitos de validade da avença.
Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço em parte do recurso e, nessa parte, dou-lhe provimento, para que, excluídos os temas enfrentados de ofício, sejam observados os juros remuneratórios como pactuados. Em face da sucumbência recíproca, pagará o recorrido 70% (setenta por cento) das despesas processuais, arcando a instituição financeira com o restante, e verba honorária de R$ 1.000,00 (mil reais) exclusivamente em favor do recorrente, já considerado o êxito obtido e a compensação, ônus suspensos em função da justiça gratuita.
Publique-se.
Brasília (DF), 14 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3687)

RECURSO ESPECIAL Nº 977.295 - GO (2007/0187505-5)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
RECORRENTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: DANILO DI REZENDE BERNARDES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOÃO PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO	: JOSÉ NIERO

EMENTA

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. BANCÁRIO. VIOLAÇÃO DO ART. 535, DO CPC. INOCORRÊNCIA. LIMITAÇÃO JUROS REMUNERATÓRIOS. POSSIBILIDADE. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. NÃO INCIDÊNCIA. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E, NA EXTENSÃO, PARCIALMENTE PROVIDO. PROVIDO.

DECISÃO

1. Trata-se de recurso especial, interposto por BANCO ABN AMRO REAL S/A, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado do Goiás, que julgou apelação, nos autos de ação revisional de contrato bancário.
O recorrente alega violação dos artigos 128, 460 e 535, II, do Código de Processo Civil, 4º, IX, 9º e 10, VI, da Lei nº 4.595/64, 1º da Lei n. 8.392/91 e do artigo 5º da Medida Provisória nº 2.170-36, além de divergência jurisprudencial.
Requer, em síntese, o afastamento da limitação dos juros remuneratórios e a capitalização mensal destes.
É o relatório. Decido.
2. Inicialmente, Primeiramente, quadra assinalar que o acórdão embargado não possui nenhum vício a ser sanado por meio de embargos de declaração, afigurando-se insubsistente, de igual modo, o alegado vício de fundamentação. Em verdade, o aresto não padecia de nenhuma omissão, contradição ou obscuridade, uma vez que o Tribunal *a quo* se manifestou acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia, tal como lhe fora posta e submetida.
Os embargos interpostos, em verdade, sutilmente se aprestavam a rediscutir questões apreciadas no v. acórdão; não caberia, todavia, redecidir, nessa trilha, quando é da índole do recurso apenas reexprimir, no dizer peculiar de PONTES DE MIRANDA, que a jurisprudência consagra, arredando, sistematicamente, embargos declaratórios, com feição, mesmo dissimulada, de infringentes (R.J.T.J.E.S.P. 98/ 377, 99/345, 115/206; R.T.J. 121/260). Sempre vale reprisar PIMENTA BUENO, ao anotar que, nesta modalidade recursal, "não se pode pedir correção, alteração ou mudança alguma, nem modificação que aumente ou diminua o julgamento; e só sim e unicamente o esclarecimento do que foi decidido, ou da dúvida em que se labora. Eles pressupõem que na declaração haja uniformidade de decisões e não inovação, porque declarar não é por certo reformar, adicionar, corrigir ou estabelecer disposição nova" (R.J.T.J.E.S.P. 92/328).
Com efeito, o julgador não precisa responder, nem se ater a todos os argumentos levantados pelas partes, se já tiver motivos suficientes para fundamentar sua decisão. Não há, pois, violação ao artigo 535, da Lei de Ritos, quando a Corte de origem aprecia a questão de maneira fundamentada, apenas não adotando a tese da recorrente.
3. Quanto à limitação dos juros remuneratórios, esta Corte é uníssona no entender que com o advento da Lei 4.595/1964, restou afastada a incidência do Decreto nº 22.626/33 (Lei de Usura), ficando delegado ao Conselho Monetário Nacional poder normativo para limitar as referidas taxas, salvo as exceções legais, aplicando-se à espécie o Enunciado da Súmula nº 596/STF.
Importa consignar, ainda, que apesar da Lei Consumerista incidir nos contratos bancários, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, no REsp 407.097/RS, publicado no DJ 29.09.2003, proclamou que a alteração da taxa de juros pactuada depende da demonstração cabal da sua abusividade, em relação à taxa média de no mercado, o que não ocorre no caso vertente.
Neste sentido:
"PROCESSO CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - CONTRATO BANCÁRIO - JUROS REMUNERATÓRIOS - LIMITAÇÃO - CDC - APLICABILIDADE - LEI N.º 4.595/64 - LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS - PERIODICIDADE ANUAL - DESPROVIMENTO. 1 - I - A egrégia Segunda Seção decidiu, no julgamento do Recurso Especial n.º 407.097/RS, que o fato de as taxas de juros excederem o limite de 12% ao ano, por si só, não implica abusividade, sendo permitida a sua redução, tão somente, quando comprovado que discrepantes os juros pactuados em relação à taxa de mercado, enquanto em mora o devedor. 2 - Assim, embora assente o entendimento neste Superior Tribunal no sentido da aplicabilidade das disposições do Código de Defesa do Consumidor aos contratos bancários, no que se refere à taxa de juros, preponderam a Lei 4.595/64 e a Súmula 596/STF. 3 - No que tange à capitalização dos juros, observo que o agravante não trouxe fundamentação suficiente para infirmar as conclusões da r. decisão agravada, de forma que deve ser mantida a sua periodicidade anual. 4 - Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 682638/MG, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJ 19.12.2005).

Corroboram esse entendimento outras decisões de semelhante teor: REsp 850238/RS, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJ 01.08.2006; REsp 842636/RS Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ 30.06.2006; e REsp 828839/RS, Rel. Min. CASTRO FILHO,DJ 28.06.2006.
4. O entendimento prevalecente no STJ em relação à capitalização mensal de juros era no sentido de que somente seria admitida em casos específicos, previstos em lei, conforme Enunciado da Súmula 93/STJ. Todavia, com a edição da MP nº 1.963-17/2000, atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2001, a eg. Segunda Seção deste Tribunal passou a admitir a capitalização mensal nos contratos firmados posteriormente à sua entrada em vigor, desde que houvesse previsão contratual.
In casu, o contrato sob exame foi firmado posteriormente às normas referidas, todavia, ausente expressa previsão contratual. Desta forma, ilegítima a capitalização mensal dos juros remuneratórios.
5. Pelo exposto, com fundamento no artigo 557, §1º-A, do Código de Processo Civil, conheço em parte do recurso especial, dando-lhe parcial provimento para afastar a limitação dos juros remuneratórios, admitindo a taxa pactuada até o vencimento do contrato.
Custas e honorários advocatícios, observado quanto a estes o fixado na origem, na proporção em que vencidas as partes, compensando-se na forma da lei (art. 21 do CPC) e apurados em liquidação. *In casu*, suspende-se a exigibilidade dos ônus sucumbenciais por cinco anos, nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/50**,** por ser o autor beneficiário da assistência judiciária.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3688)

RECURSO ESPECIAL Nº 977.578 - RS (2007/0179240-3)

RELATOR	**: MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**
RECORRENTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: FRANCISCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA STOCKINGER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PAULO ROBERTO BERTAGNOLLI
ADVOGADO	: MARCO MORSCH

EMENTA

CIVIL. CONTRATO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. POSSIBILIDADE APENAS EM RELAÇÃO AOS CONTRATOS FIRMADOS APÓS A MP N.º 2.170/2000. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial, interposto por Banco Itaú S/A, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do E. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:
"NEGÓCIO JURÍDICO BANCÁRIO. AÇÃO REVISIONAL.
APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR À ESPÉCIE (art. 3º, § 2º, e Súmula nº 297 do STJ).
TAXA DE JUROS.
Juros compensatórios mantidos, conforme pactuados.
CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS.
Capitalização anual dos juros (Súmula nº 121 do STF, art. 4º do Decreto nº 22.626/33 e precedentes desta Corte e do STJ).
Apelação provida parcialmente. " (fl. 183).
Aduz o recorrente, em suma, que é legítima a capitalização mensal do juros; para isso, sustenta violação dos arts. 4º da Lei nº 4.595/64 e 5º da Medida Provisória nº 2.170-36.
É o relatório.
2. De início, no tocante à capitalização mensal de juros, o entendimento prevalecente no STJ era no sentido de que somente seria admitida em casos específicos, previstos em lei, conforme Enunciado da Súmula 93/STJ. Todavia, com a edição da MP nº 1.963-17/2000, atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2001, a eg. Segunda Seção deste Tribunal passou a admitir a capitalização mensal nos contratos firmados posteriormente à sua entrada em vigor, desde que houvesse previsão contratual, *verbis*:

"AGRAVO INTERNO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. CONTRATO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. CONTRATO POSTERIOR À EDIÇÃO DA MP 2.170/2000. POSSIBILIDADE. A egrégia Segunda Seção desta Corte pacificou entendimento no sentido da possibilidade de capitalização mensal de juros nos contratos celebrados em data posterior à publicação da MP

1.963-17/2000, atualmente reeditada sob o n° 2.170/36, desde que pactuada. Precedentes. Agravo a que se nega provimento." (AgRg nos EREsp 691257/RS, Rel. Min. CASTRO FILHO, SEGUNDA SEÇÃO, DJ 29.06.2006)

In casu, o contrato sob exame foi firmado anteriormente às normas referidas. Desta forma, ilegítima a capitalização mensal dos juros remuneratórios.
3. Pelo exposto, com fundamento no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil, nego provimento ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Relator

(3689)

RECURSO ESPECIAL Nº 977.582 - RS (2007/0191275-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: CAMILA TICIANE ROSA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LAURO ZENKER
ADVOGADO	: CARLOS HENRIQUE DIAS BRASIL E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do Colendo TJRS que, em ação de cobrança, julgou procedente pedido de subscrição suplementar de ações decorrentes de contrato de participação financeira firmado com a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT; e aplicou multa por embargos protelatórios.
Preliminarmente, quanto à assertiva de violação aos arts. 165, 458, II, e 535, do CPC, sem respaldo o inconformismo, haja vista que enfrentadas todas as questões levantadas pela parte, porém em sentido contrário ao almejado.
Entretanto, quanto ao art. 538, parágrafo único, da Lei Adjetiva Civil, assiste razão à recorrente, posto que a presente espécie enquadra-se no disposto no enunciado sumular 98/STJ. Afastado, assim, o caráter protelatório dos embargos de declaração.
Não procede a alegação de prescrição, pois a jurisprudência desta colenda Corte já se firmou no sentido de que, o direito à complementação de ações subscritas decorrentes de contrato firmado com sociedade anônima é de natureza pessoal e, conseqüentemente, a respectiva pretensão prescreve no prazo previsto no artigo 177 do Código Civil revogado, atual artigo 205 do Novo Código Civil.
A propósito, confiram-se os seguintes precedentes de ambas as Turmas que compõem a egrégia Segunda Seção deste Tribunal Superior:
"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL. BRASIL TELECOM S/A. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. PRESCRIÇÃO. ART. 287 "G". NÃO OCORRÊNCIA. NATUREZA PESSOAL. RECURSO PROVIDO.
1. Nas demandas que envolvem a complementação de subscrição de ações, a relação tem cunho de direito obrigacional, e não societário, pois visa o cumprimento do contrato, de cuja satisfação decorreria a efetiva subscrição.
2. Inaplicabilidade do art. 287, 'g', da Lei 6.404/76. Prazo prescricional regido pelo art. 205 do CC, sendo o lapso temporal decenal, contado da vigência da nova lei civil.
3. Recurso especial não conhecido."
(REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, 4ª Turma, unânime, DJU de 13.12.2006)
- -
"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. SOCIEDADE ANÔNIMA AÇÃO DE SUBSCRITOR DE AÇÕES NÃO ENTREGUES. DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES SUBSCRITAS. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 287, II, "G", DA LEI 6.404/76. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PRETENSÃO DE ACIONISTA. NATUREZA PESSOAL DA PRETENSÃO. PRESCRIÇÃO DE ACORDO COM O CÓDIGO CIVIL.
- Como a prescrição é a perda da pretensão por ausência de seu exercício pelo titular, em determinado lapso de tempo; para se verificar se houve ou não prescrição é necessário constatar se nasceu ou não a pretensão respectiva, porquanto o prazo prescricional só começa a fluir no momento em que nasce a pretensão.
- Nos termos do art. 287, II, 'g', da Lei n.º 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), com a redação dada pela Lei n.º 10.303/2001, a prescrição para o acionista mover ação contra a companhia ocorre em 3 (três) anos.
- A pessoa que subscreveu ações de uma sociedade anônima, mas não recebeu a quantidade devida de ações, não é acionista da companhia em relação às ações não recebidas e, por isso mesmo, ainda não tem qualquer direito de acionista em relação à companhia por conta das referidas ações.
- *O direito à complementação de ações subscritas decorrentes de instrumento contratual firmado com sociedade anônima é de natureza pessoal e, conseqüentemente, a respectiva pretensão prescreve nos prazos previstos nos arts. 177 do Código Civil/1916 (20 anos) e 205 do atual Código Civil (10 anos).*
Recurso especial conhecido e provido."
(REsp n. 829.835/RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, unânime, DJU de 21.08.2006).

No mérito, sem razão a recorrente. "Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A (sucessora da CRT) e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado" (REsp n. 500.236-RS, Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, 4ª Turma, por maioria, DJU de 01.12.2003; REsp n. 470.433-RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, 2ª Seção, unânime, DJU de 22/09/2003).
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:
"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Pelo exposto, conheço em parte do recurso, e nessa parte, dou-lhe parcial provimento, apenas para afastar a aplicação da multa, com espeque na Súmula n. 98/STJ (art. 557, § 1°-A, do CPC).
Publique-se.
Brasília, 10 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3690)

RECURSO ESPECIAL Nº 977.606 - RS (2007/0191482-1)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A
ADVOGADO	: PERI FERNANDES CORREIA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CALÇADOS UKA LTDA - MICROEMPRESA
ADVOGADO	: GASPAR DA CUNHA PRATES

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em ação revisional, limitou em 12% ao ano a incidência dos juros remuneratórios previstos em contratos de abertura de crédito em conta corrente e desconto de cheque; afastou a cobrança da comissão de permanência e da capitalização por ausência de pacto, bem como permitiu a repetição e a compensação do indébito.
Ainda **ab initio**, inadmissível o recurso quanto à cobrança da comissão de permanência e da capitalização mensal dos juros, haja vista o entendimento de que não houve pacto. Demover este fundamento do aresto estadual demandaria reexame de cláusula contratual de impossível tentame por meio do recurso especial (Súmula n.5/STJ).
Ressalte-se que a cobrança da parcela só é possível quando há avença, não se tratando de fato notório.
No mérito, quanto à limitação dos juros remuneratórios, posicionou-se esta Corte no rumo de que com o advento da Lei n. 4.595/1964, diploma que disciplina de forma especial o Sistema Financeiro Nacional e suas instituições, restou afastada a incidência da Lei de Usura, tendo ficado delegado ao Conselho Monetário Nacional poderes normativos para limitar as referidas taxas, salvo as exceções legais. A propósito, aplicável a Súmula n. 596/STF.
Por outro lado, a 2ª Seção, no julgamento do REsp n. 715.894/PR (Rel. Mina. Nancy Andrighi, por maioria, julg. em 26.04.2006) entendeu que a ausência do percentual contratado, contraposta pela inequívoca incidência de juros remuneratórios nos contratos, autoriza a aplicação da taxa média de mercado para operações da espécie, à época da firmatura do ajuste.
Acerca da compensação/repetição do indébito, firmou-se nesta Corte que ela é possível, de forma simples, não em dobro, se verificada a cobrança de encargos ilegais, tendo em vista o princípio que veda o enriquecimento sem causa do credor, independente da comprovação do erro no pagamento, pela complexidade do contrato em discussão, no qual são inseridos valores sem que haja propriamente voluntariedade do devedor para tanto (REsp n. 184.237/RS e REsp n. 200.267/RS).
Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço em parte do recurso e, nessa parte, dou-lhe parcial provimento, para que sejam considerados os juros remuneratórios, até o efetivo pagamento (Súmula n. 296-STJ), mesmo que em valor variável, pela taxa média do mercado, estabelecida pelo Banco Central do Brasil, nos termos da Circular da Diretoria n. 2.957, de 28 de dezembro de 1999. Em face da sucumbência recíproca, pagará a recorrida 70% (setenta por cento) das despesas processuais, arcando a instituição financeira com o restante, e verba honorária de R$ 1.000,00 (mil reais) exclusivamente em favor do recorrente, já considerado o êxito obtido e a compensação, ônus suspensos em função da justiça gratuita.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3691)

RECURSO ESPECIAL Nº 977.881 - RS (2007/0191281-3)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: FARROUPILHA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA
ADVOGADO	: LAUDIR GÜLDEN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CLARICE KROEFF BERGESCH
ADVOGADO	: HELENA RIBAS SANTOS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em ação revisional de contrato de consórcio, descaracterizou a mora em virtude da cobrança de encargos indevidos, manteve os juros moratórios em 12% ao ano, reduziu o valor da taxa de administração para 10% e admitiu a compensação/repetição do indébito.
Alega a recorrente, em termos sucintos, negativa de vigência ao art. 515 do CPC, além de divergência jurisprudencial com arestos desta Corte. Sustenta a impossibilidade de revisão de ofício, em sede de apelação, de cláusulas consideradas abusivas em contratos que regulem uma relação de consumo, sob pena de ferir o princípio do **tantum devolutum quantum appelatum**.
Tenho que o recurso não merece prosperar.
Com efeito, apesar da jurisprudência da egrégia Segunda Seção deste Tribunal Superior acerca da impossibilidade de revisão de ofício de cláusulas contratuais consideradas abusivas (EREsp n. 702.524/RS, Rel. para acórdão Min. Humberto Gomes de Barros, DJ 9/10/2006), verifica-se, na hipótese vertente, que o acordão recorrido não incidiu em julgamento **extra petita**, pois não existem disposições de ofício, haja vista que todas as questões foram impugnadas no recurso de apelação, como por exemplo, juros moratórios, taxa de administração e compensação/repetição do indébito (fls. 177/185).
Pelo exposto, nego seguimento ao recurso especial (art. 557, **caput**, do CPC).
Publique-se.
Brasília, 19 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR, Relator

(3692)

RECURSO ESPECIAL Nº 977.885 - RS (2007/0191320-4)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: BANCO A J RENNER S/A
ADVOGADO	: MARCIO CARDOSO DE AVILA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ELMO HOLTZ STRELOW
ADVOGADO	: MAURO TRÁPAGA TEIXEIRA

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL E AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO CONEXA - CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS - INADMISSIBILIDADE NA ESPÉCIE - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS - CONTRATO FIRMADO POSTERIORMENTE À EDIÇÃO DA MP Nº 1.963-17/2000 - COBRANÇA - POSSIBILIDADE - LIMITAÇÃO DOS JUROS MORATÓRIOS - AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL - REPETIÇÃO DO INDÉBITO - PROVA DO ERRO - DESNECESSIDADE - RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo BANCO A J RENNER S/A, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, em que se alega violação dos artigos 965 do Código Civil de 1916, 51, IV, do Código de Defesa do Consumidor, 4º, IX, da Lei n. 4.595/64 e 5º da MP 2.170-36/01, bem como dissídio jurisprudencial.
Verifica-se, da análise dos autos, que a ação revisional proposta por ELMO HOLTZ STRELOW em face do recorrente, tendo por objeto contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária, teve o pedido julgado procedente pelo r. Juízo de primeiro grau. A ação de busca e apreensão inversamente proposta, por sua vez, foi julgada extinta sem exame do mérito.
Interposta apelação pelo recorrente, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul negou provimento ao recurso, com disposições de ofício, nos termos da ementa a seguir:
"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE MÚTUO GARANTIDO POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. INCIDÊNCIA DO CDC. No contrato de mútuo garantido por alienação fiduciária, é certa a incidência do Código de Defesa do Consumidor, como prevê o seu art. 3º, § 2º, assim como do art. 166 do Código Civil, que autorizam a sua revisão. JUROS REMUNERATÓRIOS. Não merecem manutenção os juros remuneratórios pactuados em taxa superior a 12% ao ano, conforme limitação constante no Decreto 22.626/33, no CDC, e diante de ausência de prova de que o financiador tenha autorização do CMN para praticar taxas superiores. CAPITALIZAÇÃO. Inexistindo previsão legal, é incabível a capitalização mensal de juros em contrato de mútuo garantido por alienação fiduciária, devendo incidir a anual, de acordo com art. 591 do Código Civil, conforme determinado pela sentença. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. É impossível a cobrança de comissão de permanência, mesmo que não seja de forma cumulada com correção monetária, de percentual superior à taxa do contrato (Súmula 294 do STJ), assim como não é cabível a sua incidência cumulada com juros moratórios e multa. BUSCA E APREENSÃO. A exigência de encargos ilegais e/ou abusivos afasta a mora, cuja conseqüência é a improcedência da ação de busca e

apreensão. DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO. É cabível, ao Julgador, de ofício, o reconhecimento de nulidade de cláusula contratual considerada abusiva, por se tratar de nulidade de pleno direito, nos termos do CDC. MULTA. A multa contratual incide no percentual de 2% sobre o valor da parcela inadimplida. Disposição de ofício. MORA E ENCARGOS MORATÓRIOS. Evidenciadas ilegalidades/abusividades na avença, impõe-se o afastamento da mora, assim como a incidência de seus encargos (juros moratórios e multa). Disposição de ofício. TARIFA/TAXA PARA COBRANÇA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS PELA CONCESSÃO DO FINANCIAMENTO. A tarifa/taxa para cobrança de despesas administrativas pela concessão do financiamento é nula de pleno direito, por ofensa aos arts. 46, primeira parte, e 51, inc. IV, do CDC. Disposição de ofício. FORMA DE COBRANÇA DO IOF. A cobrança do tributo diluído nas prestações do financiamento se afigura como condição iníqua e desvantajosa ao consumidor (CDC, art. 51, IV). Disposição de ofício. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. Admite-se a repetição do indébito, de forma simples, de valores pagos em virtude de cláusulas ilegais, em razão do princípio que veda o enriquecimento injustificado do credor. Disposição de ofício. COMPENSAÇÃO DE VALORES. É possível a compensação de valores quando se trata de ação revisional, depois de liquidada a sentença. Disposição de ofício. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. Diante da procedência do pedido revisional, deve ser mantida a medida acautelatória do direito da parte autora, concedida em sede de antecipação de tutela, como a proibição de inclusão do seu nome em órgãos de proteção ao crédito, desde que depositados, mensalmente, na data do vencimento de cada parcela, os valores entendidos como devidos, observados o valor principal, juros de 12% ao ano e variação pelo IGP-M. De outro lado, vai revogada a manutenção na posse do bem objeto do contrato, visto que não depositados os valores aos quais foi condicionada. Disposição de ofício. Apelação desprovida."

No presente apelo nobre, busca o recorrente a reforma do v. acórdão, insurgindo-se no que diz respeito: *i)* à limitação dos juros remuneratórios; *ii)* à vedação da capitalização destes; *iii)* à limitação dos juros moratórios; e *iv)* à repetição do indébito.
O recorrido não apresentou contra-razões, conforme certidão à fl. 140.
É o relatório.
A irresignação merece prosperar em parte.
Com efeito.
No tocante aos juros remuneratórios, a Segunda Seção deste egrégio Superior Tribunal entende que não incide a limitação a 12% ao ano, prevista no Decreto nº 22.626/33, salvo hipóteses legais específicas, visto que as instituições financeiras, integrantes do Sistema Financeiro Nacional, são regidas pela Lei nº 4.595/64. Nota-se que cabe ao Conselho Monetário Nacional limitar tais encargos, aplicando-se a Súmula nº 596 do STF. Veja-se, mais, que este entendimento não foi alterado após a vigência do Código de Defesa do Consumidor, cujas normas também se aplicam aos contratos firmados por instituições bancárias. E a fim de se harmonizarem os referidos diplomas legais, aquele Órgão Julgador consagrou a manutenção dos juros no percentual avençado pelas partes, desde que não reste sobejamente demonstrada a exorbitância do encargo (v.g. AgRg REsp nº 590.573/SC, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, DJU 25.05.2004).
Ademais, a autorização do Conselho Monetário Nacional para a livre contratação dos juros remuneratórios só se faz necessária em hipóteses específicas, decorrentes de expressa exigência legal, tais como nas cédulas de crédito rural, industrial ou comercial. Assim, resta dispensada a prova de prévia autorização do CMN para fixar a taxa de juros além do patamar legal no caso em concreto (v.g. AgRg nos EDcl no Resp 492.936/RS, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 22.11.2004).
No que tange à capitalização mensal de juros, o entendimento prevalecente nesta Corte era no sentido de que esta somente seria admitida em casos específicos, previstos em lei (cédulas de crédito rural, comercial e industrial), conforme a Súmula n° 93/STJ. Com a edição da MP 1.963-17, de 30.03.2000 (atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2000), passou-se a admitir a capitalização mensal nos contratos firmados posteriormente à sua entrada em vigor, desde que houvesse previsão contratual. Verificando-se, *in casu*, o preenchimento dessas condições, há de ser permitida a sua incidência.
Quanto à limitação dos juros moratórios, carece de interesse recursal o recorrente, visto que a conclusão do acórdão recorrido a respeito de tal matéria foi favorável à sua pretensão, impondo-se o não conhecimento do recurso no ponto.
Por fim, em relação à repetição do indébito, este eg. Tribunal já decidiu pela sua admissão independentemente da prova de que o pagamento tenha sido realizado por erro, com o objetivo de vedar o enriquecimento ilícito do banco em detrimento do contratante, nos termos da Súmula n. 322, *in verbis*: *"Para a repetição de indébito, nos contratos de abertura de crédito em conta-corrente, não se exige a prova do erro"*.
Assim sendo, amparado no artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dá-se parcial provimento ao recurso especial para: *i)* afastar a limitação dos juros remuneratórios; e *ii)* admitir a capitalização mensal destes.
Em razão da sucumbência recíproca, condena-se as partes ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, mantido quanto a estes o valor fixado na sentença, que deverá ser reciprocamente suportado na proporção de 50% para cada parte, admitindo-se a compensação nos termos da lei.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3693)

RECURSO ESPECIAL Nº 977.934 - RS (2007/0205515-6)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: FRANCISCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA STOCKINGER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BREMM REPRESENTAÇÕES TURÍSTICAS LTDA
ADVOGADO	: REGINA DA SILVA LUZ E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL - CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS - COBRANÇA - IMPOSSIBILIDADE - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - VEDADA A CUMULAÇÃO COM JUROS REMUNERATÓRIOS, CORREÇÃO MONETÁRIA OU ENCARGOS DA MORA E LIMITADA À TAXA DE JUROS PREVISTA NO CONTRATO PARA O PERÍODO DA NORMALIDADE - REPETIÇÃO DO INDÉBITO - PROVA DO ERRO - DESNECESSIDADE - NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo BANCO ITAÚ S/A, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, em que se alega violação dos artigos 4º, VI e IX, da Lei n. 4.595/64, 42 e 52 do Código de Defesa do Consumidor, 591, 876 e 877 do Código Civil e 5º da MP 1.963-17/2000, bem como dissídio jurisprudencial.
Verifica-se, da análise dos autos, que a ação revisional proposta por BREMM REPRESENTAÇÕES TURÍSTICAS LTDA em face do recorrente, tendo por objeto contrato de abertura de crédito em conta-corrente, teve o pedido julgado procedente pelo r. Juízo de primeiro grau.
Interposta apelação pelo recorrente, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul conferiu parcial provimento ao recurso, nos termos da ementa a seguir:
"Ação de revisão. Contratos Bancários. Incidência da legislação infraconstitucional e de precedentes do Superior Tribunal de Justiça que determinam a legalidade dos encargos contratuais. A capitalização dos juros é anual. A comissão de permanência é devida, no inadimplemento, de forma não cumulada. Sucumbência redimensionada. Apelação provida, em parte."

No presente apelo nobre, busca o recorrente a reforma do v. acórdão, insurgindo-se no que diz respeito: *i)* à vedação da capitalização mensal dos juros; *ii)* à proibição da cobrança da comissão de permanência cumulada com os demais encargos moratórios; e *iii)* à repetição do indébito.
A recorrida apresentou contra-razões às fls. 336/347.
É o relatório.
A irresignação não merece prosperar.
Com efeito.
No que tange à capitalização mensal de juros, o entendimento prevalecente nesta Corte era no sentido de que esta somente seria admitida em casos específicos, previstos em lei (cédulas de crédito rural, comercial e industrial), conforme a Súmula n° 93/STJ. Com a edição da MP 1.963-17, de 30.03.2000 (atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2000), passou-se a admitir a capitalização mensal nos contratos firmados posteriormente à sua entrada em vigor, desde que houvesse previsão contratual.
Verificando-se, *in casu*, o não preenchimento dessa condição, tendo em vista que o contrato firmado pelas partes é datado de 05/03/2000, deve ser mantida a decisão que permitiu sua incidência na periodicidade anual, de acordo com a jurisprudência anterior (cfr: Resp. n.º 590.563/RS, relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJ de 20.3.2006 e AgRg no REsp. n.º 682.704/RS, relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 7.11.2005).
No concernente à comissão de permanência, o entendimento adotado pelo acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência deste Tribunal, no sentido de ser lícita a sua cobrança após o vencimento da dívida. A comissão deve observar a taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa de juros prevista para o período da normalidade. Não pode, entretanto, ser cumulada com a correção monetária nem com os juros remuneratórios, nos termos das Súmulas 30, 294 e 296 do STJ. De acordo com entendimento desta Seção, ainda, a cobrança da comissão de permanência não pode coligir com os encargos decorrentes da mora, como os juros moratórios e a multa contratual (c.f. AgRg no REsp n° 712.801/RS, Rel. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 04.05.2005).
Assim já decidiu a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

"(...) Segundo o posicionamento consolidado pela eg. Segunda Seção desta Corte Superior, é possível a cobrança da comissão de permanência, desde que não cumulada com juros remuneratórios, correção monetária e/ou juros e multa moratórios. 6. A simples discussão judicial da dívida não é suficiente para obstaculizar ou remover a inscrição do nome do devedor em órgãos de proteção ao crédito. 7. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 791.172/RS, relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJ 22.08.2006).

Por fim, quanto à repetição do indébito, este eg. Tribunal já decidiu pela sua admissão, em havendo saldo em favor do autor da ação revisional, independentemente da prova de que o pagamento tenha sido realizado por erro, com o objetivo de vedar o enriquecimento ilícito do banco em detrimento do contratante, nos termos da Súmula n. 322, *in verbis*: *"Para a repetição de indébito, nos contratos de abertura de crédito em conta-corrente, não se exige a prova do erro"*.
Assim sendo, nos termos do art. 557, *caput*, do CPC, nega-se seguimento ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3694)

RECURSO ESPECIAL Nº 977.998 - RS (2007/0181619-8)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO	: GEOVANA PALERMO CARPES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JEAN LAMARTINE DOS SANTOS
ADVOGADO	: CARLOS HENRIQUE DA SILVA REY E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - MORA *DEBENDI* - COMPROVAÇÃO DA MORA DO DEVEDOR FIDUCIÁRIO - ANOTAÇÃO DO REGISTRO EM CARTÓRIO E NO ÓRGÃO DE TRÂNSITO - DESNECESSIDADE - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO - RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pela BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, em que se alega violação dos artigos 394 e 397 do Código Civil e 2º, § 2º, do Decreto-Lei n. 911/69, bem como dissídio jurisprudencial.
Verifica-se, da análise dos autos, que a ação de busca e apreensão proposta pela recorrente em face de JEAN LAMARTINE DOS SANTOS, tendo por objeto contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária, teve o pedido julgado procedente pelo r. Juízo de primeiro grau.
Interposta apelação pelo recorrido, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul conferiu parcial provimento ao recurso, nos termos da ementa a seguir:
"Apelação cível. Alienação fiduciária. Ação de busca e apreensão de veículo automotor. Veículo registrado em nome de terceiro. Ausência de prova de transferência do bem à lojista/concessionária que constou como vendedora no contrato de financiamento ou ao próprio requerido. Ausência dos pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, extinto sem resolução de mérito. Apelação parcialmente provida."

No presente apelo nobre, busca o recorrente a reforma do v. acórdão, insurgindo-se no que diz respeito à extinção da busca e apreensão. Alega que os registros em cartório e no órgão de trânsito do pacto de alienação fiduciária não são requisitos de validade do negócio jurídico.
O recorrido apresentou contra-razões às fls. 152/153.
É o relatório.
A irresignação merece prosperar.
Com efeito.
No tocante à necessidade da anotação da alienação fiduciária no órgão de trânsito e do registro do contrato em cartório, constata-se que o v. acórdão recorrido encontra-se em dissonância com o entendimento pacífico desta Corte, firmado no sentido de que tais registros são imprescindíveis apenas para tutelar a boa-fé de terceiros, sendo desnecessários em se tratando de ação entre as partes contratantes.
Nesse sentido, esta augusta Corte assim já decidiu:
"ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. MORA DO DEVEDOR. COMPROVAÇÃO. ANOTAÇÃO NO CERTIFICADO DE REGISTRO DO VEÍCULO. (...). - A anotação da alienação fiduciária no Certificado de Registro do veículo faz-se imprescindível apenas para tutelar a boa-fé de terceiros adquirentes. (...)" (REsp 327.215/DF, Rel. Ministro Barros Monteiro, DJ 04.03.2002)

"Ação de busca e apreensão. Alienação fiduciária. Registro em Cartório e no órgão de trânsito. Precedentes da Corte. 1. Como já assentado na jurisprudência da Corte, a 'anotação da alienação fiduciária no Certificado de Registro do veículo faz-se imprescindível apenas para tutelar a boa-fé de terceiros'.(...)" (REsp 214679/SP, Rel. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 10.04.2000)

Dessa forma, deve ser restabelecida a r. sentença que julgou procedente o pedido da ação de busca e apreensão.
Assim sendo, amparado no artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dá-se provimento ao recurso especial para restabelecer a r. Sentença de fls. 85/89.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3695)

RECURSO ESPECIAL nº 978003 - RS (2007/0181616-2)

RELATOR	**: MIN. MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADVOGADOS	: THIAGO LUIZ BLUNDI STURZENEGGER E OUTRO(S)
	: DANIEL SANTOS BORIN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ELEONEI VELASCO BARCELLOS
ADVOGADO	: TATIANE COIMBRA BURILLE

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL - CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS - INADMISSIBILIDADE NA ESPÉCIE - CAPITA-

LIZAÇÃO MENSAL DE JUROS - COBRANÇA - IMPOSSIBILIDADE - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - LICITUDE NA COBRANÇA, DESDE QUE NÃO CUMULADA COM JUROS REMUNERATÓRIOS, CORREÇÃO MONETÁRIA OU ENCARGOS DA MORA - RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, em que se alega violação dos artigos 4º, IX, e 9º da Lei n. 4.595/64 e 5º da MP 2.170-36/01, bem como dissídio jurisprudencial.

Verifica-se, da análise dos autos, que a ação revisional proposta por ELEONEI VELASCO BARCELLOS em face do recorrente, tendo por objeto contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária, teve o pedido julgado parcialmente procedente pelo r. Juízo de primeiro grau.

Interpostos apelos pelas partes, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul negou provimento ao recurso do recorrente e conferiu provimento à apelação do recorrido, com disposições de ofício, nos termos da ementa a seguir:

"APELAÇÃO CIVEL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. APLICAÇÃO DO ART. 359 DO CPC. AUSÊNCIA DE CONTRATO - Intimada a instituição financeira a trazer aos autos cópia do instrumento contratual e não o tendo feito, com a sanção expressa de incidência do art. 359, fazem-se presentes os pressupostos para a incidência da norma sancionatória processual, presumindo-se a veracidade de alegações trazidas na inicial. Interpretação orientada ao acesso à justiça e ao controle do abuso do direito de defesa. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICABILIDADE E ALCANCE. Às operações de concessão de crédito e financiamento aplica-se o CODECON, visto que plenamente caracterizado o conceito de consumidor (art. 2°) e de fornecedor (art. 3°), nos exatos termos da lei consumerista, entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça ao editar a súmula n. 297. Sendo as normas de ordem pública e interesse social, cabe ao julgador a decretação de nulidade de cláusula contratual, inclusive de ofício, quando nula de pleno direito. Entendimento pacífico nesta Câmara. JUROS REMUNERATÓRIOS. Considera-se abusiva e, então, nula de pleno direito, a cláusula que fixa juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, visto que acarreta onerosidade excessiva. A limitação da taxa de juros, ao invés de causar grave desequilíbrio na relação estabelecida, reintroduz, sim, no pacto, o equilíbrio, a eqüidade e a simetria das prestações. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. A capitalização de juros é admitida somente nos casos previstos em lei, mesmo que ajustada. Por outro lado, a ausência de pactuação expressa quanto à capitalização na forma mensal (Medida Provisória n. 2.170-36/01) inviabiliza a sua incidência no caso concreto. MULTA MORATÓRIA. A multa moratória deve respeitar o percentual de 2%, após a fixação pela Lei nº 9298/96, que deu redação ao §1° do art. 52 do CODECON. Já prevista neste patamar no contrato. Incide somente sobre o valor das parcelas em atraso. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. Vedada sua cobrança, pois não deixa opção ao cliente - potestatividade - ficando ele submetido à vontade do credor; ofensa ao art. 51, IV, do CODECON e art. 122 do Código Civil. MORA DESCARACTERIZADA. Constatada a abusividade dos valores cobrados atinentes à remuneração do capital, são inexigíveis os encargos decorrentes da mora, eventualmente incidentes, até o recálculo do débito. TAXA DE ABERTURA DE CRÉDITO E TAXA DE EMISSÃO DE CARNÊ. Constata-se a ilegalidade de tais cobranças, pois, imposta ao consumidor, ficando o mesmo vulnerável a cobranças abusivas e excessivas que vão de encontro à lei de proteção consumerista. APELAÇÃO DO RÉU IMPROVIDA. APELAÇÃO DO AUTOR PROVIDA COM DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO."

No presente apelo nobre, busca o recorrente a reforma do v. acórdão, insurgindo-se no que diz respeito: *i)* à limitação dos juros remuneratórios; *ii)* à vedação da capitalização destes; e *iii)* à exclusão da comissão de permanência.

O recorrido não apresentou contra-razões, conforme certidão à fl. 141.

É o relatório.

A irresignação merece prosperar em parte.

Com efeito.

No tocante aos juros remuneratórios, a Segunda Seção deste egrégio Superior Tribunal entende que não incide a limitação a 12% ao ano, prevista no Decreto nº 22.626/33, salvo hipóteses legais específicas, visto que as instituições financeiras, integrantes do Sistema Financeiro Nacional, são regidas pela Lei nº 4.595/64. Nota-se que cabe ao Conselho Monetário Nacional limitar tais encargos, aplicando-se a Súmula nº 596 do STF. Veja-se, mais, que este entendimento não foi alterado após a vigência do Código de Defesa do Consumidor, cujas normas também se aplicam aos contratos firmados por instituições bancárias. E a fim de se harmonizarem os referidos diplomas legais, aquele Órgão Julgador consagrou a manutenção dos juros no percentual avençado pelas partes, desde que não reste sobejamente demonstrada a exorbitância do encargo (v.g. AgRg REsp nº 590.573/SC, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, DJU 25.05.2004).

Ademais, a autorização do Conselho Monetário Nacional para a livre contratação dos juros remuneratórios só se faz necessária em hipóteses específicas, decorrentes de expressa exigência legal, tais como nas cédulas de crédito rural, industrial ou comercial. Assim, resta dispensada a prova de prévia autorização do CMN para fixar a taxa de juros além do patamar legal no caso em concreto (v.g. AgRg nos EDcl no Resp 492.936/RS, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 22.11.2004).

No que tange à capitalização mensal de juros, o entendimento prevalecente nesta Corte era no sentido de que esta somente seria admitida em casos específicos, previstos em lei (cédulas de crédito rural, comercial e industrial), conforme a Súmula n° 93/STJ. Com a edição da MP 1.963-17, de 30.03.2000 (atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2000), passou-se a admitir a capitalização mensal nos contratos firmados posteriormente à sua entrada em vigor, desde que houvesse previsão contratual.

Verifica-se, *in casu*, que o aresto recorrido afirmou que o contrato em discussão não prevê expressamente a possibilidade de capitalização de juros, razão pela qual deve ser mantida a proibição. Saliente-se, outrossim, que a revisão desta conclusão do acórdão impugnado demandaria o reexame de matéria fática e a interpretação de cláusulas contratuais, providências vedadas em sede de recurso especial, a teor dos enunciados 5 e 7/STJ.

Nesse sentido, assim já se decidiu:

"1. A jurisprudência desta Corte Superior consolidou posicionamento no sentido de que, nos contratos firmados por instituições financeiras posteriormente à edição da MP 1.963-17, de 31/3/2000, é possível a incidência de capitalização mensal dos juros, desde que expressamente pactuada. 2. O d. Tribunal de origem, após detida análise do material fático-probatório constante dos autos, concluiu pela inexistência de pactuação da capitalização mensal dos juros remuneratórios. Dessarte, a pretendida reforma do aresto encontra óbice nos Enunciados nº 5 e 7 da Súmula desta Corte Superior. (...)" (AgRgAg REsp. n.º 783.678/RS, relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJ de 30.10.2006).

No concernente à comissão de permanência, o entendimento predominante neste Tribunal é no sentido de ser lícita a sua cobrança após o vencimento da dívida. A comissão deve observar a taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa de juros contratada para o período da normalidade. Não pode, entretanto, ser cumulada com a correção monetária nem com os juros remuneratórios, nos termos das Súmulas 30, 294 e 296 do STJ. De acordo com entendimento desta Seção, ainda, a cobrança da comissão de permanência não pode coligir com os encargos decorrentes da mora, como os juros moratórios e a multa contratual (c.f. AgRg no REsp n° 712.801/RS, Rel. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 04.05.2005 e AgRg no REsp 791.172/RS, Rel. Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJ 22.08.2006).

Presente a incidência de quaisquer desses encargos após a caracterização da mora, devem ser afastados, mantendo-se tão-somente a comissão de permanência (*ut* AgRgAg no REsp n.º 805.874/RS, relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJ de 19.6.2006 e AgREsp n.º 828.290/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, DJ de 26.6.2006).

Assim sendo, amparado no artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dá-se parcial provimento ao recurso especial para: *i)* afastar a limitação dos juros remuneratórios; e *ii)* permitir a cobrança de comissão de permanência, à taxa média de mercado, limitada à taxa do contrato, não cumulada com juros remuneratórios, correção monetária, juros moratórios e multa moratória.

Em razão da sucumbência recíproca, condena-se as partes ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, mantido quanto a estes o valor fixado no acórdão, que deverá ser reciprocamente suportado na proporção de 30% pelo recorrente e 70% pelo recorrido, admitindo-se a compensação nos termos da lei.

Por ser o recorrido beneficiário da assistência judiciária gratuita (fl. 26), fica suspensa a exigibilidade das custas judiciais e dos honorários advocatícios, nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/50.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3696)

RECURSO ESPECIAL nº 978105 - RS (2007/0188316-9)

RELATOR	**: MIN. MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: ANA DIVA TELES RAMOS EHRICH E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FONTES DO BACOPARI LTDA
ADVOGADO	: LAURO ANSCHAU

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL - CÉDULA DE CRÉDITO INDUSTRIAL GARANTIDA POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - ACÓRDÃO RECORRIDO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - INOCORRÊNCIA - NULIDADE DE CLÁUSULAS ABUSIVAS - DECLARAÇÃO DE OFÍCIO - IMPOSSIBILIDADE - UTILIZAÇÃO DA TJLP COMO ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA - POSSIBILIDADE - RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo BANCO DO BRASIL S/A E OUTRO, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, em que se alega violação dos artigos 128, 460, 512, 515 e 535 do Código de Processo Civil, 145, I, 355, 401, 959 e 973 do Código Civil e 2º e 3º do Decreto-Lei n. 911/69, bem como dissídio jurisprudencial.

Verifica-se, da análise dos autos, que a ação revisional proposta FONTES DO BACOPARI LTDA em face do recorrente, tendo por objeto cédula de crédito industrial garantida por alienação fiduciária, teve o pedido julgado parcialmente procedente pelo r. Juízo de primeiro grau.

Interpostos apelos pelas partes, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul negou provimento ao recurso do recorrente e conferiu provimento à apelação da recorrida, com disposições de ofício, nos termos da ementa a seguir:

"APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO REVISIONAL DE CÉDULA DE CRÉDITO INDUSTRIAL GARANTIDA POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA E ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO. MULTA. A multa contratual incide no percentual de 2% sobre o valor da parcela inadimplida. Disposição de ofício. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. É impossível a cobrança de comissão de permanência, mesmo que não seja de forma cumulada com correção monetária, de percentual superior à taxa do contrato (Súmula 294 do STJ), assim como não é cabível a sua incidência cumulada com juros moratórios e multa. CORREÇÃO MONETÁRIA. Não tendo sido pactuada a TR, deve ser admitido o IGP-M como índice de correção monetária, conforme determinado pela sentença, por ser aquele que melhor reflete a desvalorização da moeda no período (Súmula n. 295 do STJ). ÔNUS SUCUMBENCIAIS. Diante da sucumbência recíproca, os ônus sucumbenciais devem ser suportados por ambas as partes, na proporção do decaimento de cada uma. DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO. É cabível, ao Julgador, de ofício, o reconhecimento de nulidade de cláusula contratual considerada abusiva, por se tratar de nulidade de pleno direito, nos termos do CDC. JUROS REMUNERATÓRIOS. Não merecem manutenção os juros remuneratórios pactuados em taxa superior a 12% ao ano, conforme limitação constante no Decreto 22.626/33, no CDC, e diante de ausência de prova de que o financiador tenha autorização do CMN para praticar taxas superiores. Disposição de ofício. AFASTAMENTO DA MORA E DE SEUS ENCARGOS. Evidenciadas ilegalidades/abusividades na avença, impõe-se o afastamento da mora, assim como a incidência de seus encargos (juros moratórios e multa). Disposição de ofício. TARIFA/TAXA PARA COBRANÇA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS PELA CONCESSÃO DO FINANCIAMENTO. A tarifa/taxa para cobrança de despesas administrativas pela concessão do financiamento é nula de pleno direito, por ofensa aos arts. 46, primeira parte, e 51, inc. IV, do CDC. Disposição de ofício. COMPENSAÇÃO DE VALORES. É possível a compensação de valores quando se trata de ação revisional, depois de liquidada a sentença. Disposição de ofício. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. Descabimento da repetição de indébito de ofício. MEDIDA ACAUTELATÓRIA DO DIREITO DA PARTE AUTORA. Diante da parcial procedência do pedido revisional, deve ser mantida a medida acautelatória da parte autora, concedida em sede de antecipação de tutela, como a proibição de inclusão do seu nome em órgãos de proteção ao crédito, desde que depositados, mensalmente, na data do vencimento de cada parcela, os valores entendidos como devidos, observados o valor principal, juros de 12% ao ano e variação pelo IGP-M. Primeira apelação desprovida. Segunda apelação parcialmente provida."

No presente apelo nobre, busca o recorrente a reforma do v. acórdão, insurgindo-se no que diz respeito: *i)* à negativa de prestação jurisdicional; *ii)* ao julgamento com disposições de ofício; *iii)* à descaracterização da mora; e *iv)* à substituição da TJLP pelo IGP-M, como índice de atualização monetária.

A recorrida não apresentou contra-razões, conforme certidão à fl. 180.

É o relatório.

A irresignação merece prosperar.

Com efeito.

Inicialmente, não se verifica a alegada omissão, porquanto todas as questões fundamentais ao deslinde da controvérsia foram apreciadas naquilo que pareceu relevante à Turma Julgadora *a quo*. Nota-se, do teor da petição de embargos declaratórios, o intuito meramente infringente do recurso, na tentativa de obter pronunciamento favorável à tese afastada pelo Tribunal. Oportuno deixar assente que não caracteriza omissão ou falta de fundamentação a mera decisão contrária ao interesse da parte.

Outrossim, cumpre consignar que, mesmo para fins de prequestionamento, é imprescindível que existam os vícios elencados no art. 535 do Código de Processo Civil, pois os embargos declaratórios não são a via adequada para forçar o Tribunal a se pronunciar sobre a questão sob a ótica que o embargante entende correta. Assim, não há como se pretender a reforma do *decisum* recorrido, sob a alegação de violação do art. 535 do CPC, se o acórdão tiver bem delineado as questões a ele submetidas.

Com relação à alegada ofensa aos arts. 128, 460, 512 e 515 do CPC, o entendimento mais recente desta egrégia Corte é no sentido da impossibilidade do reconhecimento, de ofício, de nulidade de cláusulas contratuais consideradas abusivas, sendo, para tanto, necessário o pedido expresso da parte interessada. Nesse sentido, anota-se o seguinte precedente:

"Não é possível ao Tribunal de origem reconhecer, de ofício, a nulidade de cláusulas consideradas abusivas, em contratos regulados pelo Código de Defesa do Consumidor. Para tanto, é necessário a interposição de recurso pela parte interessada. Precedente. Recurso conhecido e parcialmente provido." (REsp 612470 / RS, Rel. Ministra Nancy Andrighi, DJ 30.06.2006)

Assinala-se, ainda, que, nos termos do artigo 515 do CPC, excetuando-se as matérias de ordem pública, examináveis de ofício, o recurso de apelação devolve para o Órgão *ad quem* a matéria impugnada, que se restringe aos limites dessa impugnação.

Afere-se, na espécie, ter o Órgão prolator da decisão recorrida proferido julgamento *extra petita*, porquanto enfrentou questões atinentes a direito patrimonial, que não constituíram objeto de insurgência.

Dessa forma, devem ser afastadas as disposições *ex officio* relativas à limitação dos juros remuneratórios, à base de cálculo da multa, à descaracterização da mora e à exclusão da tarifa ou taxa na concessão do financiamento.

Relativamente à atualização do empréstimo, com razão o banco credor, pois não constitui ilegalidade a adoção da TJLP, prevista no contrato, como índice de atualização monetária, bem como a sua cobrança concomitantemente com os juros remuneratórios, conforme o entendimento pacificado por meio do enunciado 288 da Súmula desta Corte, *in verbis*: *"A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pode ser utilizada como indexador de correção monetária nos contratos bancários."*
Assim sendo, amparado no artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dá-se provimento ao recurso especial para permitir a cobrança concomitante dos juros remuneratórios pactuados e da correção monetária pela TJLP.
Assim sendo, amparado no artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dá-se provimento ao recurso especial para: *i)* afastar as disposições de ofício do Tribunal *a quo* acima elencadas; e *ii)* permitir a correção monetária pela TJLP.
Em razão da sucumbência recíproca, condena-se as partes ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, mantido quanto a estes o valor fixado na sentença, que deverá ser reciprocamente suportado na proporção de 20% pelo recorrentes e 80% pela recorrida, admitindo-se a compensação nos termos da lei.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3697)

RECURSO ESPECIAL Nº 978.191 - RS (2007/0185475-9)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO	: GEOVANA PALERMO CARPES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: DEROCI RICARDO DA SILVA MOACIR
ADVOGADO	: ECINELE PENTEADO BOEIRA

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL - CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - NULIDADE DE CLÁUSULAS ABUSIVAS - DECLARAÇÃO DE OFÍCIO - IMPOSSIBILIDADE - LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS - INADMISSIBILIDADE NA ESPÉCIE - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS - COBRANÇA - IMPOSSIBILIDADE - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - LICITUDE NA COBRANÇA, DESDE QUE NÃO CUMULADA COM JUROS REMUNERATÓRIOS, CORREÇÃO MONETÁRIA OU ENCARGOS DA MORA - MANUTENÇÃO DO DEVEDOR NA POSSE DO BEM FINANCIADO - IMPOSSIBILIDADE - INCLUSÃO DO NOME DO DEVEDOR EM CADASTROS DE INADIMPLENTES - LEGALIDADE - RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pela BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, em que se alega violação dos artigos 515 do Código de Processo Civil, 4º, IX, e 9º da Lei n. 4.595/64, 394, 397 e 877 do Código Civil e 5º da MP 2.170-36/01, bem como dissídio jurisprudencial.
Verifica-se, da análise dos autos, que a ação revisional proposta por DEROCI RICARDO DA SILVA MOACIR em face da recorrente, tendo por objeto contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária, teve o pedido julgado improcedente pelo r. Juízo de primeiro grau.
Interposta apelação pelo recorrido, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul conferiu provimento ao recurso, com disposições de ofício, nos termos da ementa a seguir:
"APELAÇÃO CIVEL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO REVISIONAL DE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICABILIDADE E ALCANCE. Às operações de concessão de crédito e financiamento aplica-se o CODECON, visto que plenamente caracterizado o conceito de consumidor (art. 2°) e de fornecedor (art. 3°), nos exatos termos da lei consumerista, entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça ao editar a súmula nº 297. Sendo as normas de ordem pública e interesse social, cabe ao julgador a decretação de nulidade de cláusula contratual, inclusive de ofício, quando nula de pleno direito. Entendimento pacífico nesta Câmara. JUROS REMUNERATÓRIOS. Considera-se abusiva e, então, nula de pleno direito, a cláusula que fixa juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, visto que acarreta onerosidade excessiva. A limitação da taxa de juros, ao invés de causar grave desequilíbrio na relação estabelecida, reintroduz, sim, no pacto, o equilíbrio, a eqüidade e a simetria das prestações. ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. O referencial deve ser o IGPM, por ser o fator que melhor repõe as perdas inflacionárias e que não contém componente de remuneração financeira. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. A capitalização de juros é admitida somente nos casos previstos em lei, mesmo que ajustada. Por outro lado, a ausência de pactuação expressa quanto à capitalização na forma mensal (Lei n. 10.931/04) inviabiliza a sua incidência no caso concreto. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. Vedada sua cobrança, pois não deixa opção ao cliente - potestatividade - ficando ele submetido à vontade do credor; ofensa ao art. 51, IV, do CODECON e art. 122 do Código Civil. MORA DESCARACTERIZADA. Constatada a abusividade dos valores cobrados atinentes à remuneração do capital, são inexigíveis os encargos decorrentes da mora, eventualmente incidentes, até o recálculo do débito. TAXA DE ABERTURA DE CRÉDITO E TAXA DE EMISSÃO DE CARNÊ. Constata-se a ilegalidade de tais cobranças, pois, imposta ao consumidor, ficando o mesmo vulnerável a cobranças abusivas e excessivas que vão de encontro à lei de proteção consumerista. COMPENSAÇÃO / REPETIÇÃO DO INDÉBITO. Verificada a cobrança de valores ilegais e abusivos, cabível a compensação e/ou repetição simples dos valores pagos indevidamente, sob pena de enriquecimento sem causa da instituição financeira. NULIDADE DE TÍTULO DADO EM GARANTIA. Revisado o ajuste com a modificação do quantum devido, o título de crédito dado em garantia pela consumidora não reflete a verdadeira situação do ajuste, porquanto composto de parcelas ilegais e abusivas. CADASTRAMENTO EM ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. A medida protetiva postulada pela parte autora para evitar o cadastramento em órgãos de restrição ao crédito é exercício regular de direito, na medida em que o valor apontado e exigido não corresponde ao devido. MANUTENÇÃO DE POSSE. Da mesma forma, a posse deve ser mantida, uma vez que não restou caracterizada a mora. APELO PROVIDO COM DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO."

No presente apelo nobre, busca a recorrente a reforma do v. acórdão, insurgindo-se no que diz respeito: *i)* ao julgamento com disposições de ofício; *ii)* à limitação dos juros remuneratórios; *iii)* à vedação da capitalização destes; *iv)* à exclusão da comissão de permanência; *v)* à descaracterização da mora; *vi)* à manutenção do devedor na posse do bem; *vii)* à proibição de inscrição do nome do devedor nos cadastros de proteção ao crédito; e *viii)* à repetição do indébito.
O recorrido não apresentou contra-razões, conforme certidão à fl. 188.
É o relatório.
A irresignação merece prosperar em parte.
Com efeito.
Com relação à alegada ofensa ao art. 515 do CPC, o entendimento mais recente desta egrégia Corte é no sentido da impossibilidade do reconhecimento, de ofício, de nulidade de cláusulas contratuais consideradas abusivas, sendo, para tanto, necessário o pedido expresso da parte interessada. Nesse sentido, anota-se o seguinte precedente:
"Não é possível ao Tribunal de origem reconhecer, de ofício, a nulidade de cláusulas consideradas abusivas, em contratos regulados pelo Código de Defesa do Consumidor. Para tanto, é necessário a interposição de recurso pela parte interessada. Precedente. Recurso conhecido e parcialmente provido." (REsp 612470 / RS, Rel. Ministra Nancy Andrighi, DJ 30.06.2006)

Assinala-se, ainda, que, nos termos do artigo 515 do CPC, excetuando-se as matérias de ordem pública, examináveis de ofício, o recurso de apelação devolve para o Órgão *ad quem* a matéria impugnada, que se restringe aos limites dessa impugnação.
Afere-se, na espécie, ter o Órgão prolator da decisão recorrida proferido julgamento *extra petita*, porquanto enfrentou questões atinentes a direito patrimonial, que não constituíram objeto de insurgência.
Dessa forma, devem ser afastadas as disposições *ex officio* relativas à vedação da capitalização dos juros em qualquer periodicidade, à descaracterização da mora, à repetição do indébito e à exclusão das taxas de abertura de crédito e de emissão de carnê.
No tocante aos juros remuneratórios, a Segunda Seção deste egrégio Superior Tribunal entende que não incide a limitação a 12% ao ano, prevista no Decreto nº 22.626/33, salvo hipóteses legais específicas, visto que as instituições financeiras, integrantes do Sistema Financeiro Nacional, são regidas pela Lei nº 4.595/64. Nota-se que cabe ao Conselho Monetário Nacional limitar tais encargos, aplicando-se a Súmula nº 596 do STF. Veja-se, mais, que este entendimento não foi alterado após a vigência do Código de Defesa do Consumidor, cujas normas também se aplicam aos contratos firmados por instituições bancárias. E a fim de se harmonizarem os referidos diplomas legais, aquele Órgão Julgador consagrou a manutenção dos juros no percentual avençado pelas partes, desde que não reste sobejamente demonstrada a exorbitância do encargo (v.g. AgRg REsp nº 590.573/SC, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, DJU 25.05.2004).
Ademais, a autorização do Conselho Monetário Nacional para a livre contratação dos juros remuneratórios só se faz necessária em hipóteses específicas, decorrentes de expressa exigência legal, tais como nas cédulas de crédito rural, industrial ou comercial. Assim, resta dispensada a prova de prévia autorização do CMN para fixar a taxa de juros além do patamar legal no caso em concreto (v.g. AgRg nos EDcl no Resp 492.936/RS, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 22.11.2004).
No que tange à capitalização mensal de juros, o entendimento prevalecente nesta Corte era no sentido de que esta somente seria admitida em casos específicos, previstos em lei (cédulas de crédito rural, comercial e industrial), conforme a Súmula n° 93/STJ. Com a edição da MP 1.963-17, de 30.03.2000 (atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2000), passou-se a admitir a capitalização mensal nos contratos firmados posteriormente à sua entrada em vigor, desde que houvesse previsão contratual.
Verifica-se, *in casu*, que o aresto recorrido afirmou que o contrato em discussão não prevê expressamente a possibilidade de capitalização de juros, razão pela qual deve ser mantida a proibição. Saliente-se, outrossim, que a revisão desta conclusão do acórdão impugnado demandaria o reexame de matéria fática e a interpretação de cláusulas contratuais, providências vedadas em sede de recurso especial, a teor dos enunciados 5 e 7/STJ.
Nesse sentido, assim já se decidiu:
"1. A jurisprudência desta Corte Superior consolidou posicionamento no sentido de que, nos contratos firmados por instituições financeiras posteriormente à edição da MP 1.963-17, de 31/3/2000, é possível a incidência de capitalização mensal dos juros, desde que expressamente pactuada. 2. O d. Tribunal de origem, após detida análise do material fático-probatório constante dos autos, concluiu pela inexistência de pactuação da capitalização mensal dos juros remuneratórios. Dessarte, a pretendida reforma do aresto encontra óbice nos Enunciados nº 5 e 7 da Súmula desta Corte Superior. (...)" (AgRgAg REsp. n.º 783.678/RS, relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJ de 30.10.2006).

No concernente à comissão de permanência, o entendimento predominante neste Tribunal é no sentido de ser lícita a sua cobrança após o vencimento da dívida. A comissão deve observar a taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa de juros contratada para o período da normalidade. Não pode, entretanto, ser cumulada com a correção monetária nem com os juros remuneratórios, nos termos das Súmulas 30, 294 e 296 do STJ. De acordo com entendimento desta Seção, ainda, a cobrança da comissão de permanência não pode coligir com os encargos decorrentes da mora, como os juros moratórios e a multa contratual (c.f. AgRg no REsp n° 712.801/RS, Rel. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 04.05.2005 e AgRg no REsp 791.172/RS, Rel. Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJ 22.08.2006).
Presente a incidência de quaisquer desses encargos após a caracterização da mora, devem ser afastados, mantendo-se tão-somente a comissão de permanência (*ut* AgRgAg no REsp n.º 805.874/RS, relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJ de 19.6.2006 e AgREsp n.º 828.290/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, DJ de 26.6.2006).
Em relação à manutenção do devedor na posse do bem, a Quarta Turma desta a. Corte, por ocasião do julgamento do AgRg no Resp 831.780/RS, relatado pelo em. Min. Aldir Passarinho Junior, DJ 14.08.06, deixou assente o entendimento de que tal discussão refoge, inequivocamente, dos limites da ação revisional, recebendo o julgado, no que interessa, a seguinte ementa:
"A manutenção do devedor na posse do bem não pode persistir. A uma, porque refoge dos limites da ação revisional discussão possessória. A duas, mesmo considerando que a instituição financeira não logrou demonstrar a legalidade de todos os encargos cobrados, decaiu em menor parte de sua pretensão, cabendo ao devedor efetuar o pagamento do débito remanescente junto à instituição financeira. Assim, não há falar-se em manutenção do bem na posse do devedor, podendo a mesma ser requerida em ação própria pelo credor. [...]"

Portanto, não pode ser a credora impedida de tomar as medidas judiciais que entender cabíveis.
No tocante à legalidade da inclusão do nome do devedor nos cadastros restritivos de crédito, veja-se que o entendimento atual deste colendo Superior Tribunal de Justiça, baseado em recente julgamento efetuado pela Segunda Seção (REsp. n.º 527.618-RS, relator Ministro César Asfor Rocha), é o de que:
"o pedido em procedimento judicial que busca o cancelamento ou a abstenção da inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito (SPC, CADIN, SERASA e outros) deve ser deferido com cautela, ao prudente arbítrio do juiz, sendo indispensável a existência de prova inequívoca ou da verossimilhança do direito alegado, ou ainda, da fumaça do bom direito, consubstanciados na presença concomitante de três elementos: a) a existência de ação proposta pelo devedor, contestando a existência integral ou parcial do débito; b) a efetiva demonstração de que a cobrança indevida se funda em jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça; c) o depósito do valor referente à parte incontroversa do débito ou que seja prestada caução idônea".

Os elementos constantes dos autos não demonstram a presença concomitante dos mencionados requisitos autorizadores do cancelamento dos registros. Sendo o inadimplemento do recorrido incontroverso, legítima é a inclusão do seu nome em cadastros de inadimplentes.
Assim sendo, amparado no artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dá-se parcial provimento ao recurso especial para: *i)* afastar as disposições de ofício do Tribunal *a quo* acima elencadas; *ii)* afastar a limitação dos juros remuneratórios; *iii)* permitir a cobrança de comissão de permanência, à taxa média de mercado, limitada à taxa do contrato, não cumulada com juros remuneratórios, correção monetária, juros moratórios e multa moratória; *iv)* afastar a disposição do acórdão referente à manutenção do devedor na posse do bem; e *v)* permitir a inclusão do nome do recorrido nos cadastros de inadimplentes.
Em razão da sucumbência recíproca, condena-se as partes ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, mantido quanto a estes o valor fixado no acórdão, que deverá ser reciprocamente suportado na proporção de 30% pela recorrente e 70% pelo recorrido, admitindo-se a compensação nos termos da lei.
Por ser o recorrido beneficiário da assistência judiciária gratuita (fl. 24), fica suspensa a exigibilidade das custas judiciais e dos honorários advocatícios, nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/50.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3698)

RECURSO ESPECIAL Nº 978.467 - RS (2007/0181455-8)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: LUIZ FERNANDO SCHERER PUCHULU E OUTRO(S)
RECORRIDO	: WRB COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
ADVOGADO	: LUCIANE CARLETTO

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL - CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS E TAXA DE COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - MATÉRIA PRECLUSA - NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo BANCO ITAÚ S/A, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, em que se alega violação dos artigos 4º, IX, e 9º da Lei n. 4.595/64, bem como dissídio jurisprudencial.
Verifica-se, da análise dos autos, que a ação revisional proposta por WRB COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA em face do recorrente, tendo por objeto contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária, teve o pedido julgado parcialmente procedente pelo r. Juízo de primeiro grau, para limitar a taxa de juros remuneratórios à taxa Selic acrescida de 6% ao ano e para afastar os encargos moratórios, mantendo apenas a comissão de permanência, limitada à taxa de juros estabelecida.
Interposta apelação pela recorrida, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul negou provimento ao recurso, nos termos da ementa a seguir:
"APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIO JURÍDICO BANCÁRIO. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO. JUROS REMUNERATÓRIOS. Ausência de cobrança abusiva, diante do panorama econômico, conforme orientação atual do STJ. Juros conforme a sentença para evitar reformatio in pejus. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. Incidência de comissão de permanência no contrato, limitada ao percentual de encargos pactuados para o período de normalidade contratual; não sendo admissível, entretanto, sua cumulação com correção monetária, juros remuneratórios, nem com multa ou juros moratórios. NEGARAM PROVIMENTO AO APELO. UNÂNIME."

No presente apelo nobre, busca o recorrente a reforma do v. acórdão, insurgindo-se no que diz respeito à limitação da taxa de juros remuneratórios e da taxa de comissão de permanência.
O recorrido não apresentou contra-razões, conforme certidão à fl. 237.
É o relatório.
A irresignação não merece prosperar.
Com efeito.
No que tange aos juros remuneratórios e à comissão de permanência, veja-se que o aresto objurgado, analisando a matéria devolvida em sede de apelação exclusiva da recorrida, manteve o disposto na sentença, que havia limitado esses encargos à Taxa Selic acrescida de 6% ao ano. Desta feita, impende reconhecer a inviabilidade do pleito recursal, pois, em razão da ausência de impugnação da sentença por parte do ora recorrente, operou-se a preclusão.
Assim sendo, nos termos do art. 557, *caput*, do CPC, nega-se seguimento ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3699)

RECURSO ESPECIAL Nº 978.804 - MG (2007/0190361-2)

RELATOR	:	**MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	:	TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO	:	BRUNO TOLEDO GUIMARÃES ANDRADE E OUTRO(S)
RECORRIDO	:	DALVA SILVA DUARTE E OUTRO
ADVOGADO	:	DALVA SILVA DUARTE (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTRO
INTERES.	:	WILMA DE SOUZA GUIMARÃES E OUTROS

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial contra acórdão do Colendo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que não conheceu do agravo interno em virtude da ausência de procuração válida outorgada ao advogado subscritor da peça recursal.
Com razão a recorrente. O órgão julgador deveria dar oportunidade à recorrente para a devida regularização do instrumento procuratório, nos moldes dos artigos 13 e 37 do CPC. É que, pela conjugação dos referidos artigos, entende-se incorreto, nas instâncias ordinárias, considerar inexistente ato processual pela existência de irregularidade na representação processual sem que antes seja oportunizada à parte.
Nesse sentido:
"PROCESSUAL CIVIL. REPRESENTAÇÃO. MANDATO. IRREGULARIDADE. SUPRIMENTO. OPORTUNIDADE. INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. CPC, ART. 13. RECURSO PROVIDO.
I - Nas instâncias ordinárias não se reputa inexistente o ato praticado pelo advogado da parte que não exibe o instrumento de mandato, devendo o juiz ou o relator no tribunal ensejar a parte suprir a irregularidade.
II - O atual Código de Processo Civil prestigia o sistema que se orienta no sentido de aproveitar ao máximo os atos processuais, regularizando sempre que possível as nulidades sanáveis."
(4ª Turma, REsp n. 66.600-GO, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ de 11.12.1995)
- "RECURSO ESPECIAL - ALÍNEA 'A' - PROCESSO CIVIL - ADVOGADO DO INSS - AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO NOS AUTOS - INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO - PRAZO PARA JUNTADA - EXEGESE DA REGRA DO ARTIGO 13 DO CPC - PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL DO STJ.
'Verificada a ausência da procuração outorgada ao subscritor do recurso de Apelação, cabe ao Relator abrir prazo razoável para que seja sanada a omissão. Aplicação do CPC, art. 13, aos dois graus da instância ordinária' (EREsp 74.101/MG, Corte Especial, Relator Min. Edson Vidigal, DJU 14.10.2002).
Afasta-se a interpretação restritiva do mencionado artigo, segundo a qual somente poderia ser aberto prazo para regularização de procuração já existente nos autos, e não para sua juntada.
Recurso especial provido."
(2ª Turma, REsp n. 247593-SP, Rel. Min. Franciulli Netto, unânime, DJ 20.09.2004)
- -
"PROCESSO CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - ADVOGADO SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS - IRREGULARIDADE - VÍCIO SANÁVEL NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS - ARTS. 13 E 37, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - - DESPROVIMENTO.
1 - A ausência de procuração constitui vício sanável nas instâncias ordinárias, devendo o juiz ou o relator, no tribunal, antes de qualquer providência, oportunizar à parte suprir a irregularidade da representação. Aplicação dos arts. 13 e 37, do Código de Processo Civil.
2 - Precedentes (REsp nºs 594.426/RS e 220.847/SP, dentre outros).
3 - Agravo Regimental desprovido."
(4ª Turma, AgRg no Ag n. 631914-SC, Rel. Min. Jorge Scartezzini, unânime, DJ 01.08.2005)
- -
"RECURSO ESPECIAL - AUSÊNCIA DE ASSINATURA DA PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO NA INSTÂNCIA ORDINÁRIA - RECURSO APÓCRIFO - ART. 13 DO CPC.
1. A aplicação do art. 13 do Código de Processo Civil é restrita às instâncias ordinárias.
2. A assinatura é requisito de admissibilidade em qualquer ato processual de natureza escrita, cuja ausência torna inexistente o ato, tal como ocorre com o recurso subscrito por advogado que não possui procuração nos autos.
3. O recurso sem assinatura do advogado não é inexistente nas instâncias ordinárias, devendo o magistrado, à luz do art. 13 do CPC, propiciar à parte a oportunidade de sanar o vício de representação. Entendimento diverso só se dá na instância especial.
Recurso especial provido."
(2ª Turma, Resp n. 873.979-RS, Rel. Min. Humberto Martins, unânime, DJ 07.11.2006)

Ante o exposto, com fulcro no art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço e dou provimento ao recurso especial, para anular o acórdão do agravo interno, determinando seja oportunizada à parte recorrente suprir a irregularidade da representação e, uma vez sanada tal irregularidade, seja reapreciado o recurso, como entender de direito.
Publique-se.
Brasília (DF), 14 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3700)

RECURSO ESPECIAL Nº 978.992 - RS (2007/0186171-4)

RELATOR	:	**MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	:	BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO	:	DENISE CABREIRA GOLAMBIESKI E OUTRO(S)
RECORRIDO	:	AM SERVIÇOS PORTARIA E ZELADORIA LTDA
ADVOGADO	:	CLÁUDIO GOELLNER

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL - CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - NULIDADE DE CLÁUSULAS ABUSIVAS - DECLARAÇÃO DE OFÍCIO - IMPOSSIBILIDADE - LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS - INADMISSIBILIDADE NA ESPÉCIE - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS - CONTRATO FIRMADO POSTERIORMENTE À EDIÇÃO DA MP Nº 1.963-17/2000 - COBRANÇA - POSSIBILIDADE - RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pela BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, em que se alega violação dos artigos 515 do Código de Processo Civil, 4º, IX, e 9º da Lei n. 4.595/64 e 5º da MP 1.963-17/2000, bem como dissídio jurisprudencial.
Verifica-se, da análise dos autos, que a ação revisional proposta por AM SERVIÇOS PORTARIA E ZELADORIA LTDA em face da recorrente, tendo por objeto contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária, teve o pedido julgado parcialmente procedente pelo r. Juízo de primeiro grau.
Interposta apelação pela recorrente, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul conferiu parcial provimento ao recurso, com disposições de ofício, nos termos da ementa a seguir:
"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO GARANTIDO POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. No contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária, é certa a incidência do Código de Defesa do Consumidor, como prevê o seu art. 3º, § 2º, assim como do art. 166 do Código Civil, que autorizam a sua revisão. CAPITALIZAÇÃO. Inexistindo previsão legal, é incabível a capitalização mensal de juros em contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária, devendo incidir a anual, de acordo com art. 591 do Código Civil. CARÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. Carece de interesse recursal a ré/apelante ao insurgir-se contra a manutenção da antecipação de tutela, visto que restou revogada pela julgadora a quo por não ter sido comprovada a regularidade dos depósitos determinados quando do seu deferimento, e ao defender a regularidade da Ação de Busca e Apreensão, pois esta matéria não foi apreciada pela sentença, impondo-se o não-conhecimento do recurso nos pontos. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Ainda que singelo o trabalho do procurador da parte, os seus honorários devem retribuí-lo com dignidade. PREQUESTIONAMENTO. Na linha decisória do acórdão, não há falar em negativa de vigência a qualquer dispositivo legal. DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO. É cabível, ao Julgador, de ofício, o reconhecimento de nulidade de cláusula contratual considerada abusiva, por se tratar de nulidade de pleno direito, nos termos do CDC. JUROS REMUNERATÓRIOS. Embora a sentença tenha limitado os juros remuneratórios pela Taxa Selic, tenho que não merece manutenção a taxa superior a 12% ao ano, conforme limitação constante no Decreto 22.626/33, no CDC, e diante de ausência de prova de que o financiador tenha autorização do CMN para praticar taxas superiores. Disposição de ofício. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. É impossível a cobrança de comissão de permanência, mesmo que não seja de forma cumulada com correção monetária, de percentual superior à taxa do contrato (Súmula 294 do STJ), assim como não é cabível a sua incidência cumulada com juros moratórios e multa. Disposição de ofício. MULTA. A multa contratual incide no percentual de 2% sobre o valor da parcela inadimplida. Disposição de ofício. TARIFA/TAXA PARA COBRANÇA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS PELA CONCESSÃO DO FINANCIAMENTO. A tarifa/taxa para cobrança de despesas administrativas pela concessão do financiamento é nula de pleno direito, por ofensa aos arts. 46, primeira parte, e 51, inc. IV, do CDC. Disposição de ofício. Apelação parcialmente conhecida e, nesta parte, parcialmente provida."

No presente apelo nobre, busca a recorrente a reforma do v. acórdão, insurgindo-se no que diz respeito: *i)* ao julgamento com disposições de ofício; *ii)* à limitação dos juros remuneratórios; *iii)* à vedação da capitalização mensal destes; *iv)* à exclusão da comissão de permanência; e *v)* à base de cálculo da multa moratória.
A recorrida não apresentou contra-razões, conforme certidão à fl. 308.
É o relatório.
A irresignação merece prosperar.
Com efeito.
Com relação à alegada ofensa ao art. 515 do CPC, o entendimento mais recente desta egrégia Corte é no sentido da impossibilidade do reconhecimento, de ofício, de nulidade de cláusulas contratuais consideradas abusivas, sendo, para tanto, necessário o pedido expresso da parte interessada. Nesse sentido, anota-se o seguinte precedente:
"Não é possível ao Tribunal de origem reconhecer, de ofício, a nulidade de cláusulas consideradas abusivas, em contratos regulados pelo Código de Defesa do Consumidor. Para tanto, é necessário a interposição de recurso pela parte interessada. Precedente. Recurso conhecido e parcialmente provido." (REsp 612470 / RS, Rel. Ministra Nancy Andrighi, DJ 30.06.2006)

Assinala-se, ainda, que, nos termos do artigo 515 do CPC, excetuando-se as matérias de ordem pública, examináveis de ofício, o recurso de apelação devolve para o Órgão *ad quem* a matéria impugnada, que se restringe aos limites dessa impugnação.
Afere-se, na espécie, ter o Órgão prolator da decisão recorrida proferido julgamento *extra petita*, porquanto enfrentou questões atinentes a direito patrimonial, que não constituíram objeto de insurgência.
Dessa forma, devem ser afastadas as disposições *ex officio* relativas à limitação dos juros remuneratórios em 12% ao ano, ao afastamento da comissão de permanência, à base de cálculo da multa e à exclusão da taxa na concessão do financiamento.
No tocante aos juros remuneratórios, a Segunda Seção deste egrégio Superior Tribunal entende que não incide a limitação a 12% ao ano, prevista no Decreto nº 22.626/33, salvo hipóteses legais específicas, visto que as instituições financeiras, integrantes do Sistema Financeiro Nacional, são regidas pela Lei nº 4.595/64. Nota-se que cabe ao Conselho Monetário Nacional limitar tais encargos, aplicando-se a Súmula nº 596 do STF. Veja-se, mais, que este entendimento não foi alterado após a vigência do Código de Defesa do Consumidor, cujas normas também se aplicam aos contratos firmados por instituições bancárias. E a fim de se harmonizarem os referidos diplomas legais, aquele Órgão Julgador consagrou a manutenção dos juros no percentual avençado pelas partes, desde que não reste sobejamente demonstrada a exorbitância do encargo (v.g. AgRg REsp nº 590.573/SC, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, DJU 25.05.2004).
Ademais, a autorização do Conselho Monetário Nacional para a livre contratação dos juros remuneratórios só se faz necessária em hipóteses específicas, decorrentes de expressa exigência legal, tais como nas cédulas de crédito rural, industrial ou comercial. Assim, resta dispensada a prova de prévia autorização do CMN para fixar a taxa de juros além do patamar legal no caso em concreto (v.g. AgRg nos EDcl no Resp 492.936/RS, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 22.11.2004).
Saliente-se, outrossim, que é assente neste colegiado o entendimento no sentido de que a Taxa Selic não representa a taxa média praticada pelo mercado, sendo, portanto, inviável sua utilização como parâmetro de limitação de juros remuneratórios. Nesse sentido: REsp. n.º 865.977/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, DJ de 3.10.2006, AgRgREsp. n.º 815.395/RS, relator Ministro Aldir Passarinho Junior, DJ de 19.6.2006 e REsp. n.º 835.879/RS, relator Ministro Cesar Asfor Rocha, DJ de 27.9.2006.
No que tange à capitalização mensal de juros, o entendimento prevalecente nesta Corte era no sentido de que esta somente seria admitida em casos específicos, previstos em lei (cédulas de crédito rural, comercial e industrial), conforme a Súmula n° 93/STJ. Com a edição da MP 1.963-17, de 30.03.2000 (atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2000), passou-se a admitir a capitalização mensal nos contratos firmados posteriormente à sua entrada em vigor, desde que houvesse previsão contratual. Verificando-se, *in casu*, o preenchimento dessas condições há de ser permitida a sua incidência.

Assim sendo, amparado no artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dá-se provimento ao recurso especial para: *i)* afastar as disposições de ofício do Tribunal *a quo* acima elencadas; *ii)* afastar a limitação dos juros remuneratórios; e *iii)* admitir a capitalização mensal destes, invertidos os ônus sucumbenciais.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3701)

RECURSO ESPECIAL Nº 979.242 - RS (2007/0195395-9)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO ITAUCRED FINANCIAMENTO S/A
ADVOGADO	: FRANCISCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA STOCKINGER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: TRANSPORTADORA KEITEL LTDA E OUTRO
ADVOGADO	: ELTON ALTAIR COSTA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em ação revisional, limitou em 12% ao ano a incidência dos juros remuneratórios previstos em contratos de abertura de crédito em conta-corrente e de confissão de dívida; excluiu a cláusula instituidora da comissão de permanência; afastou a capitalização mensal dos juros; e admitiu a compensação/repetição simples do indébito.
Preliminarmente, incidentes as Súmulas n. 282 e 356 do E. STF quanto à tese de julgamento extra petita em relação à forma de cobrança do IOF, por ausência de prequestionamento.
Quanto à limitação dos juros remuneratórios, posicionou-se esta Corte no rumo de que com o advento da Lei n. 4.595/1964, diploma que disciplina de forma especial o Sistema Financeiro Nacional e suas instituições, restou afastada a incidência da Lei de Usura, tendo ficado delegado ao Conselho Monetário Nacional poderes normativos para limitar as referidas taxas, salvo as exceções legais. A propósito, aplicável a Súmula n. 596/STF.
Por outro lado, ainda que aplicável a Lei n. 8.078/1990, a Segunda Seção desta Corte (REsp n. 407.097/RS), sedimentou o entendimento de que o pacto referente à taxa de juros só pode ser alterado se reconhecida sua abusividade em cada hipótese, desinfluente para tal fim a estabilidade inflacionária no período, e imprestável o patamar de 12% ao ano, já que sequer a taxa média de mercado, **que não é potestativa**, se considera excessiva, para efeitos de validade da avença.
Referentemente à comissão de permanência, firmou-se o entendimento de que ela pode ser deferida de acordo com a Súmula n. 294 deste Tribunal, desde que sem cumulação com juros remuneratórios e moratórios, multa e correção monetária (2ª Seção, AgR-REsp n. 706.368/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, unânime, DJU de 08.08.2005). Assim se procedeu, para evitar-se **bis in idem**, porque aquela parcela possui a mesma natureza destes encargos. Todavia, na hipótese dos autos, o acórdão **a quo** constatou a presença dos juros moratórios e da multa para o período de inadimplência (fl. 158) e, nesta parte, há o trânsito em julgado da decisão, porque não existe recurso a respeito, de sorte que impossível, assim, a concessão da comissão de permanência buscada pelo banco recorrente, sob pena de operar-se **reformatio in pejus,** caso excluídos os demais consectários moratórios.
Com relação à capitalização, a 2ª Seção, ao apreciar o REsp n. 602.068/RS, entendeu que somente nos contratos firmados após 31.03.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17, revigorada pela MP n. 2.170-36, em vigência graças ao art. 2º da Emenda Constitucional n. 32/2001, é admissível a capitalização dos juros em período inferior a um ano. **In casu**, o contrato sob exame foi firmado anteriormente às normas referenciadas. Dessa forma, a pretensão recursal esbarra no óbice da Súmula n. 121 do STF e na Lei de Usura, quanto à impossibilidade da capitalização mensal dos juros em contratos que tais, ainda que expressamente pactuada (REsp n. 219.281/PR), eis que impossível uma lei nova repristinar cláusula que, quando celebrada, era nula à luz das disposições então vigentes.
Acerca da compensação/repetição do indébito, firmou-se nesta Corte que ela é possível, de forma simples, não em dobro, se verificada a cobrança de encargos ilegais, tendo em vista o princípio que veda o enriquecimento sem causa do credor, independente da comprovação do erro no pagamento, pela complexidade do contrato em discussão, no qual são inseridos valores sem que haja propriamente voluntariedade do devedor para tanto (REsp n. 184.237/RS e REsp n. 200.267/RS).
Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço em parte do recurso e, nessa parte, dou-lhe parcial provimento, para que sejam observados os juros remuneratórios, como pactuados, excluído o IGP-M acrescido de ofício para a fase de adimplência. Os juros remuneratórios, no período da inadimplência, serão calculados conforme a Súmula n. 296-STJ. Em face da sucumbência recíproca, pagarão os recorridos 70% (setenta por cento) das despesas processuais, arcando a instituição financeira com o restante, e verba honorária de R$ 1.000,00 (mil reais) exclusivamente em favor do recorrente, já considerado o êxito obtido e a compensação.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3702)

RECURSO ESPECIAL Nº 979.295 - RS (2007/0194908-8)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: BANCO PANAMERICANO S/A
ADVOGADO	: VALQUIRIA BELMENI STEFFENS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ROSÂNGELA DA SILVA
ADVOGADO	: MAURÍCIO ESPÍNDOLA CARMONA

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL - CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - NULIDADE DE CLÁUSULAS ABUSIVAS - DECLARAÇÃO DE OFÍCIO - IMPOSSIBILIDADE - LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS - INADMISSIBILIDADE NA ESPÉCIE - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS - COBRANÇA - IMPOSSIBILIDADE - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - LICITUDE NA COBRANÇA, DESDE QUE NÃO CUMULADA COM JUROS REMUNERATÓRIOS, CORREÇÃO MONETÁRIA OU ENCARGOS DA MORA - RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo BANCO PANAMERICANO S/A, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, em que se alega violação dos artigos 512 e 515 do Código de Processo Civil, 4º, IX, da Lei n. 4.595/64, 51, 406 do Código Civil e 5º da MP 2.170-36/01, bem como dissídio jurisprudencial.
Verifica-se, da análise dos autos, que a ação revisional proposta por ROSÂNGELA DA SILVA em face do recorrente, tendo por objeto contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária, teve o pedido julgado improcedente pelo r. Juízo de primeiro grau.
Interposta apelação pela recorrida, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul conferiu provimento ao recurso, com disposições de ofício, nos termos da ementa a seguir:
"APELAÇÃO CIVEL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICABILIDADE E ALCANCE. Às operações de concessão de crédito e financiamento aplica-se o CODECON, visto que plenamente caracterizado o conceito de consumidor (art. 2°) e de fornecedor (art. 3°), nos exatos termos da lei consumerista, entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça ao editar a súmula nº 297. Sendo as normas de ordem pública e interesse social, cabe ao julgador a decretação de nulidade de cláusula contratual, inclusive de ofício, quando nula de pleno direito. Entendimento pacífico nesta Câmara. JUROS REMUNERATÓRIOS. Considera-se abusiva e, então, nula de pleno direito, a cláusula que fixa juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, visto que acarreta onerosidade excessiva. A limitação da taxa de juros, ao invés de causar grave desequilíbrio na relação estabelecida, reintroduz, sim, no pacto, o equilíbrio, a eqüidade e a simetria das prestações. ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. O referencial comumente utilizado por esta Corte é o IGPM. Todavia, adota-se no presente caso o INPC, como requerido pelo apelante, pois índice que também reflete adequadamente a desvalorização da moeda. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. A capitalização de juros é admitida somente nos casos previstos em lei, mesmo que ajustada. Por outro lado, a ausência de pactuação expressa quanto à capitalização na forma mensal (Medida Provisória nº 2.170-36/01) inviabiliza a sua incidência no caso concreto. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. Vedada sua cobrança, pois não deixa opção ao cliente - potestatividade - ficando ele submetido à vontade do credor; ofensa ao art. 51, IV, do CODECON e art. 122 do Código Civil. MORA DESCARACTERIZADA. Constatada a abusividade dos valores cobrados atinentes à remuneração do capital, são inexigíveis os encargos decorrentes da mora, eventualmente incidentes, até o recálculo do débito. TAXA DE ABERTURA DE CRÉDITO E TAXA DE EMISSÃO DE CARNÊ. Constata-se a ilegalidade de tais cobranças, pois, imposta ao consumidor, ficando o mesmo vulnerável a cobranças abusivas e excessivas que vão de encontro à lei de proteção consumerista. COMPENSAÇÃO / REPETIÇÃO DO INDÉBITO. Verificada a cobrança de valores ilegais e abusivos, cabível a compensação e/ou repetição simples dos valores pagos indevidamente, sob pena de enriquecimento sem causa da instituição financeira. APELAÇÃO PROVIDA, COM DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO."

No presente apelo nobre, busca o recorrente a reforma do v. acórdão, insurgindo-se no que diz respeito: *i)* ao julgamento com disposições de ofício; *ii)* à limitação dos juros remuneratórios; *iii)* à vedação da capitalização destes; e *iv)* à exclusão da comissão de permanência.
A recorrida não apresentou contra-razões, conforme certidão à fl. 235.
É o relatório.
A irresignação merece prosperar em parte.
Com efeito.
Com relação à alegada ofensa aos arts. 512 e 515 do CPC, o entendimento mais recente desta egrégia Corte é no sentido da impossibilidade do reconhecimento, de ofício, de nulidade de cláusulas contratuais consideradas abusivas, sendo, para tanto, necessário o pedido expresso da parte interessada. Nesse sentido, anota-se o seguinte precedente:
"Não é possível ao Tribunal de origem reconhecer, de ofício, a nulidade de cláusulas consideradas abusivas, em contratos regulados pelo Código de Defesa do Consumidor. Para tanto, é necessário a interposição de recurso pela parte interessada. Precedente. Recurso conhecido e parcialmente provido." (REsp 612470 / RS, Rel. Ministra Nancy Andrighi, DJ 30.06.2006)
Assinala-se, ainda, que, nos termos do artigo 515 do CPC, excetuando-se as matérias de ordem pública, examináveis de ofício, o recurso de apelação devolve para o Órgão *ad quem* a matéria impugnada, que se restringe aos limites dessa impugnação.
Afere-se, na espécie, ter o Órgão prolator da decisão recorrida proferido julgamento *extra petita*, porquanto enfrentou questões atinentes a direito patrimonial, que não constituíram objeto de insurgência.
Dessa forma, devem ser afastadas as disposições *ex officio* relativas à descaracterização da mora, à atualização monetária e à exclusão das taxas de abertura de crédito e de emissão de carnê.
No tocante aos juros remuneratórios, a Segunda Seção deste egrégio Superior Tribunal entende que não incide a limitação a 12% ao ano, prevista no Decreto nº 22.626/33, salvo hipóteses legais específicas, visto que as instituições financeiras, integrantes do Sistema Financeiro Nacional, são regidas pela Lei nº 4.595/64. Nota-se que cabe ao Conselho Monetário Nacional limitar tais encargos, aplicando-se a Súmula nº 596 do STF. Veja-se, mais, que este entendimento não foi alterado após a vigência do Código de Defesa do Consumidor, cujas normas também se aplicam aos contratos firmados por instituições bancárias. E a fim de se harmonizarem os referidos diplomas legais, aquele Órgão Julgador consagrou a manutenção dos juros no percentual avençado pelas partes, desde que não reste sobejamente demonstrada a exorbitância do encargo (v.g. AgRg REsp nº 590.573/SC, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, DJU 25.05.2004).
Ademais, a autorização do Conselho Monetário Nacional para a livre contratação dos juros remuneratórios só se faz necessária em hipóteses específicas, decorrentes de expressa exigência legal, tais como nas cédulas de crédito rural, industrial ou comercial. Assim, resta dispensada a prova de prévia autorização do CMN para fixar a taxa de juros além do patamar legal no caso em concreto (v.g. AgRg nos EDcl no Resp 492.936/RS, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 22.11.2004).
No que tange à capitalização mensal de juros, o entendimento prevalecente nesta Corte era no sentido de que esta somente seria admitida em casos específicos, previstos em lei (cédulas de crédito rural, comercial e industrial), conforme a Súmula n° 93/STJ. Com a edição da MP 1.963-17, de 30.03.2000 (atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2000), passou-se a admitir a capitalização mensal nos contratos firmados posteriormente à sua entrada em vigor, desde que houvesse previsão contratual.
Verifica-se, *in casu*, que o aresto recorrido afirmou que o contrato em discussão não prevê expressamente a possibilidade de capitalização de juros, razão pela qual deve ser mantida a proibição. Saliente-se, outrossim, que a revisão desta conclusão do acórdão impugnado demandaria o reexame de matéria fática e a interpretação de cláusulas contratuais, providências vedadas em sede de recurso especial, a teor dos enunciados 5 e 7/STJ.
Nesse sentido, assim já se decidiu:
"1. A jurisprudência desta Corte Superior consolidou posicionamento no sentido de que, nos contratos firmados por instituições financeiras posteriormente à edição da MP 1.963-17, de 31/3/2000, é possível a incidência de capitalização mensal dos juros, desde que expressamente pactuada. 2. O d. Tribunal de origem, após detida análise do material fático-probatório constante dos autos, concluiu pela inexistência de pactuação da capitalização mensal dos juros remuneratórios. Dessarte, a pretendida reforma do aresto encontra óbice nos Enunciados nº 5 e 7 da Súmula desta Corte Superior. (...)" (AgRgAg REsp. n.º 783.678/RS, relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJ de 30.10.2006).

No concernente à comissão de permanência, o entendimento predominante neste Tribunal é no sentido de ser lícita a sua cobrança após o vencimento da dívida. A comissão deve observar a taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa de juros contratada para o período da normalidade. Não pode, entretanto, ser cumulada com a correção monetária nem com os juros remuneratórios, nos termos das Súmulas 30, 294 e 296 do STJ. De acordo com entendimento desta Seção, ainda, a cobrança da comissão de permanência não pode coligir com os encargos decorrentes da mora, como os juros moratórios e a multa contratual (c.f. AgRg no REsp n° 712.801/RS, Rel. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 04.05.2005 e AgRg no REsp 791.172/RS, Rel. Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJ 22.08.2006).
Presente a incidência de quaisquer desses encargos após a caracterização da mora, devem ser afastados, mantendo-se tão-somente a comissão de permanência (*ut* AgRgAg no REsp n.º 805.874/RS, relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJ de 19.6.2006 e AgREsp n.º 828.290/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, DJ de 26.6.2006).
Assim sendo, amparado no artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dá-se parcial provimento ao recurso especial para: *i)* afastar as disposições de ofício do Tribunal *a quo* acima elencadas; *ii)* afastar a limitação dos juros remuneratórios; e *iii)* permitir a cobrança de comissão de permanência, à taxa média de mercado, limitada à taxa do contrato, não cumulada com juros remuneratórios, correção monetária, juros moratórios e multa moratória.
Em razão da sucumbência recíproca, condena-se as partes ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, mantido quanto a estes o valor fixado no acórdão, que deverá ser reciprocamente suportado na proporção de 30% pelo recorrente e 70% pela recorrida, admitindo-se a compensação nos termos da lei.
Por ser a recorrida beneficiária da assistência judiciária gratuita (fl. 36-v.), fica suspensa a exigibilidade das custas judiciais e dos honorários advocatícios, nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/50.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3703)

RECURSO ESPECIAL Nº 979.385 - MS (2007/0193887-8)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO GENERAL MOTORS S/A
ADVOGADO	: FLÁVIO JACÓ CHEKERDEMIAN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CARMEN DONATTO
ADVOGADO	: JOÃO CARLOS SCAFF

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em ação revisional, limitou em 12% ao ano a incidência dos juros remuneratórios previstos em contrato de mútuo.

Quanto à limitação dos juros remuneratórios, posicionou-se esta Corte no rumo de que com o advento da Lei n. 4.595/1964, diploma que disciplina de forma especial o Sistema Financeiro Nacional e suas instituições, restou afastada a incidência da Lei de Usura, tendo ficado delegado ao Conselho Monetário Nacional poderes normativos para limitar as referidas taxas, salvo as exceções legais. A propósito, aplicável a Súmula n. 596/STF.

Por outro lado, ainda que aplicável a Lei n. 8.078/1990, a Segunda Seção desta Corte (REsp n. 407.097/RS), sedimentou o entendimento de que o pacto referente à taxa de juros só pode ser alterado se reconhecida sua abusividade em cada hipótese, desinfluente para tal fim a estabilidade inflacionária no período, e imprestável o patamar de 12% ao ano, já que sequer a taxa média de mercado, **que não é potestativa**, se considera excessiva, para efeitos de validade da avença.

Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço do recurso e dou-lhe provimento, para que sejam observados os juros remuneratórios, como pactuados, , excluído o IGP-M acrescido de ofício para a fase de adimplência. Os juros remuneratórios, no período da inadimplência, serão calculados conforme a Súmula n. 296-STJ. Em face da sucumbência recíproca, pagará a recorrida 70% (setenta por cento) das despesas processuais, arcando a instituição financeira com o restante, e verba honorária de R$ 1.000,00 (mil reais) exclusivamente em favor do recorrente, já considerado o êxito obtido e a compensação, ônus suspensos em função da justiça gratuita.

Publique-se.

Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3704)

RECURSO ESPECIAL Nº 979.392 - PR (2007/0185574-5)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MARGIT KLIEMANN FUCHS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ANTONIO APARICIO BORDIGNON E OUTROS
ADVOGADO	: LIDSON JOSE TOMASS

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão prolatado pelo Colendo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que considerou legítima a incidência de juros remuneratórios sobre o valor devido em execução promovida por correntistas, em virtude da procedência de ação civil pública movida pela Associação Paranaense de Defesa do Consumidor - APADECO.

O recurso merece provimento.

A Segunda Seção, no julgamento do REsp n. 815.831-PR, relator para acórdão o eminente Min. Carlos Alberto Menezes Direito, em 27/09/2006, pacificou o tema, no sentido de que, circunscrevendo-se o pedido e a decisão exeqüenda sobre diferenças de correção monetária aplicáveis em caderneta de poupança, acrescidas dos juros remuneratórios dos meses de junho/87 e janeiro/89, sem contemplar aplicação de juros remuneratórios sobre a diferença apurada mês a mês e de forma capitalizada, inviável é a sua inclusão posterior nos cálculos da execução.

Pelo exposto, conheço e dou provimento ao recurso, para excluir os juros remuneratórios sobre o montante da dívida nos termos acima (art. 557, § 1º-A, do CPC). Em face da sucumbência recíproca, verba honorária fixada em 5% sobre o valor do débito em favor dos autores, considerando-se tanto a execução, quanto os embargos, atendidas a proporcionalidade e a compensação.

Publique-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR, Relator

(3705)

RECURSO ESPECIAL Nº 979.526 - RS (2007/0191374-6)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: SINOSSERRA CONSÓRCIOS LTDA
ADVOGADO	: JORGE LUÍS FRAGA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: EVERTON LUIS MENEZES DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: GABRIEL OCTACÍLIO BOHN EDLER E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, julgando ações revisional e de busca e apreensão, limitou em 10% ao ano a taxa de administração prevista em contrato de consórcio, com fundamento no CDC; descaracterizou a mora em virtude da cobrança de encargos indevidos; reduziu a base de cálculo da multa contratual e os juros de mora para 1% ao ano; e admitiu a compensação/repetição simples do indébito.

Incidiu verdadeiramente em julgamento **extra petita** o enfrentamento de ofício pelo aresto estadual das questões relativas à taxa de administração, à multa contratual, aos juros de mora e à compensação/repetição do indébito (REsp n. 42.995/MG e REsp n. 541.153/RS), restando que ficam excluídas do acórdão **a quo**, motivo pelo qual não serão abordadas a seguir.

Nessa perspectiva, mantida a higidez das cláusulas afastadas de ofício pela Corte estadual, remanesce caracterizada a mora, restando inalterado o pressuposto de que a recorrida não vem honrando as obrigações advindas do contrato.

Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço do recurso e dou-lhe provimento para restabelecer a sentença.

Publique-se.

Brasília, 19 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR, Relator

(3706)

RECURSO ESPECIAL Nº 979.636 - RS (2007/0186108-0)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO	: GEOVANA PALERMO CARPES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FERNANDO ESPINOSA DE VASCONCELOS
ADVOGADO	: AMANDA IRIGOYEN CORRÊA DA SILVA E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL - CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - NULIDADE DE CLÁUSULAS ABUSIVAS - DECLARAÇÃO DE OFÍCIO - IMPOSSIBILIDADE - LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS - INADMISSIBILIDADE NA ESPÉCIE - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS - COBRANÇA - IMPOSSIBILIDADE - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - LICITUDE NA COBRANÇA, DESDE QUE NÃO CUMULADA COM JUROS REMUNERATÓRIOS, CORREÇÃO MONETÁRIA OU ENCARGOS DA MORA - MANUTENÇÃO DO DEVEDOR NA POSSE DO BEM FINANCIADO - IMPOSSIBILIDADE - INCLUSÃO DO NOME DO DEVEDOR EM CADASTROS DE INADIMPLENTES - LEGALIDADE - RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pela BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, em que se alega violação dos artigos 515 do Código de Processo Civil, 4º, IX, e 9º da Lei n. 4.595/64, 394, 397 e 877 do Código Civil e 5º da MP 2.170-36/01, bem como dissídio jurisprudencial.

Verifica-se, da análise dos autos, que a ação revisional proposta por FERNANDO ESPINOSA DE VASCONCELOS em face da recorrente, tendo por objeto contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária, teve o pedido julgado procedente pelo r. Juízo de primeiro grau.

Interposta apelação pela recorrente, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul negou provimento ao recurso, com disposições de ofício, nos termos da ementa a seguir:

"AGRAVO RETIDO E APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL GARANTIDA POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. AGRAVO RETIDO. PROIBIÇÃO DE INSCRIÇÃO DO NOME DO DEVEDOR EM ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO, AUTORIZAÇÃO PARA DEPÓSITOS DOS VALORES ENTENDIDOS COMO DEVIDOS E MANUTENÇÃO DA POSSE DO BEM. Encontrando-se sub iudice a relação contratual, por ocasião de ação de revisão de contrato, é cabível a proibição de inscrição do nome do apelante em cadastros de inadimplentes. Conclusão nº 11 do CETJRS. Pelas mesmas razões, nada obsta a realização de depósitos, pelo devedor, nos valores que entende devidos, sem fins liberatórios, mantendo o devedor na posse do bem, objeto do contrato. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICABILIDADE. Cabível a revisão dos contratos como forma de expunção das disposições contrárias à lei. As atividades bancária e financeira estão sujeitas às regras do Código de Defesa do Consumidor, como expresso no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.078/90. NULIDADE DE CLÁUSULAS ABUSIVAS. POSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DE OFÍCIO. Por serem de ordem pública e interesse social as normas de proteção e defesa do consumidor, possível a declaração de ofício da nulidade das cláusulas eivadas de abusividade. JUROS REMUNERATÓRIOS. É de ser mantido o decreto de nulidade da previsão contratual acerca dos juros, por caracterizar a excessiva onerosidade do contrato, permitindo que o consumidor ocupe posição nítida e exageradamente desvantajosa. Índice corretamente reduzido para 12% ao ano, por incidência da regra geral advinda da combinação dos artigos 591 e 406 do Código Civil vigente, e 161, § 1º, do Código Tributário Nacional. ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. Reduzidos os juros remuneratórios e ausente qualquer fator de atualização monetária no contrato sub iudice, adota-se o IGP-M, por melhor refletir a desvalorização da moeda. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. DISPOSIÇÃO DE OFÍCIO. Muito embora o contrato objeto da análise esteja sob a regência da Lei n. 10.931/04, que permite a capitalização de juros, esta deve estar pactuada (artigo 28, §1º, I). Tal pactuação, portanto, deve restar claramente definida, o que não ocorre no caso concreto: não há cláusula determinante de capitalização de juros, e tampouco da periodicidade da sua incidência. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. Por tratar-se de encargo flagrantemente potestativo, não pode persistir a cobrança de comissão de permanência, a uma taxa variável, mesmo que não cumulada com a correção monetária. JUROS MORATÓRIOS. Não tendo sido pactuada a incidência de juros moratórios e afirmando o Banco que não os exige, é de ser provido o apelo para afastar o provimento sentencial a respeito, permanecendo vedada a incidência do referido encargo. MULTA MORATÓRIA. DISPOSIÇÃO DE OFÍCIO. Se incorrer em mora o devedor, a multa deve ficar limitada a 2% do valor da(s) parcela(s) efetivamente em atraso, por firmado o contrato após a vigência da Lei nº 9298/96. TARIFAS DE ABERTURA DE CRÉDITO E DE COBRANÇA POR EMISSÃO DE BOLETO BANCÁRIO. AFASTAMENTO DE OFÍCIO. A cobrança de tais tarifas é nitidamente abusiva, devendo ser suportada pela instituição financeira, por corresponder a ônus da sua atividade econômica, não se tratando de serviço prestado em prol do mutuário-consumidor. MORA DESCARACTERIZADA. DISPOSIÇÃO DE OFÍCIO. Sendo expurgados encargos indevidos da dívida, o mutuário não estava em mora e os encargos moratórios, por isso, não são devidos. COMPENSAÇÃO E REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DISPOSIÇÃO DE OFÍCIO. Diante das ilegalidades na estipulação dos encargos contratuais, não há falar em voluntariedade no pagamento, nem exigir a prova do erro para a repetição do indébito, que se dará mediante prévia compensação. SUCUMBÊNCIA. Redefinida, majorados os honorários advocatícios do procurador da parte autora, de ofício. AGRAVO RETIDO DESPROVIDO. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO."

No presente apelo nobre, busca a recorrente a reforma do v. acórdão, insurgindo-se no que diz respeito: *i)* ao julgamento com disposições de ofício; *ii)* à limitação dos juros remuneratórios; *iii)* à vedação da capitalização destes; *iv)* à exclusão da comissão de permanência; *v)* à descaracterização da mora; *vi)* à manutenção do devedor na posse do bem; *vii)* à proibição de inscrição do nome do devedor nos cadastros de proteção ao crédito; e *viii)* à repetição do indébito.

O recorrido não apresentou contra-razões, conforme certidão à fl. 234.

É o relatório.

A irresignação merece prosperar em parte.

Com efeito.

Com relação à alegada ofensa ao art. 515 do CPC, o entendimento mais recente desta egrégia Corte é no sentido da impossibilidade do reconhecimento, de ofício, de nulidade de cláusulas contratuais consideradas abusivas, sendo, para tanto, necessário o pedido expresso da parte interessada. Nesse sentido, anota-se o seguinte precedente:

"Não é possível ao Tribunal de origem reconhecer, de ofício, a nulidade de cláusulas consideradas abusivas, em contratos regulados pelo Código de Defesa do Consumidor. Para tanto, é necessário a interposição de recurso pela parte interessada. Precedente. Recurso conhecido e parcialmente provido." (REsp 612470 / RS, Rel. Ministra Nancy Andrighi, DJ 30.06.2006)

Assinala-se, ainda, que, nos termos do artigo 515 do CPC, excetuando-se as matérias de ordem pública, examináveis de ofício, o recurso de apelação devolve para o Órgão *ad quem* a matéria impugnada, que se restringe aos limites dessa impugnação.

Afere-se, na espécie, ter o Órgão prolator da decisão recorrida proferido julgamento *extra petita*, porquanto enfrentou questões atinentes a direito patrimonial, que não constituíram objeto de insurgência.

Dessa forma, devem ser afastadas as disposições *ex officio* relativas à vedação da capitalização dos juros em qualquer periodicidade, à descaracterização da mora, à repetição do indébito e à exclusão das tarifas de abertura de crédito e de emissão de carnê.

No tocante aos juros remuneratórios, a Segunda Seção deste egrégio Superior Tribunal entende que não incide a limitação a 12% ao ano, prevista no Decreto nº 22.626/33, salvo hipóteses legais específicas, visto que as instituições financeiras, integrantes do Sistema Financeiro Nacional, são regidas pela Lei nº 4.595/64. Nota-se que cabe ao Conselho Monetário Nacional limitar tais encargos, aplicando-se a Súmula nº 596 do STF. Veja-se, mais, que este entendimento não foi alterado após a vigência do Código de Defesa do Consumidor, cujas normas também se aplicam aos contratos firmados por instituições bancárias. E a fim de se harmonizarem os referidos diplomas legais, aquele Órgão Julgador consagrou a manutenção dos juros no percentual avençado pelas partes, desde que não reste sobejamente demonstrada a exorbitância do encargo (v.g. AgRg REsp nº 590.573/SC, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, DJU 25.05.2004).

Ademais, a autorização do Conselho Monetário Nacional para a livre contratação dos juros remuneratórios só se faz necessária em hipóteses específicas, decorrentes de expressa exigência legal, tais como nas cédulas de crédito rural, industrial ou comercial. Assim, resta dispensada a prova de prévia autorização do CMN para fixar a taxa de juros além do patamar legal no caso em concreto (v.g. AgRg nos EDcl no Resp 492.936/RS, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 22.11.2004).

No que tange à capitalização mensal de juros, o entendimento prevalecente nesta Corte era no sentido de que esta somente seria admitida em casos específicos, previstos em lei (cédulas de crédito rural, comercial e industrial), conforme a Súmula n° 93/STJ. Com a edição da MP 1.963-17, de 30.03.2000 (atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2000), passou-se a admitir a capitalização mensal nos contratos firmados posteriormente à sua entrada em vigor, desde que houvesse previsão contratual.

Verifica-se, *in casu*, que o aresto recorrido afirmou que o contrato em discussão não prevê expressamente a possibilidade de capitalização de juros, razão pela qual deve ser mantida a proibição. Saliente-se, outrossim, que a revisão desta conclusão do acórdão impugnado demandaria o reexame de matéria fática e a interpretação de cláusulas contratuais, providências vedadas em sede de recurso especial, a teor dos enunciados 5 e 7/STJ.
Nesse sentido, assim já se decidiu:
"1. A jurisprudência desta Corte Superior consolidou posicionamento no sentido de que, nos contratos firmados por instituições financeiras posteriormente à edição da MP 1.963-17, de 31/3/2000, é possível a incidência de capitalização mensal dos juros, desde que expressamente pactuada. 2. O d. Tribunal de origem, após detida análise do material fático-probatório constante dos autos, concluiu pela inexistência de pactuação da capitalização mensal dos juros remuneratórios. Dessarte, a pretendida reforma do aresto encontra óbice nos Enunciados nº 5 e 7 da Súmula desta Corte Superior. (...)" (AgRgAg REsp. n.º 783.678/RS, relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJ de 30.10.2006).

No concernente à comissão de permanência, o entendimento predominante neste Tribunal é no sentido de ser lícita a sua cobrança após o vencimento da dívida. A comissão deve observar a taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa de juros contratada para o período da normalidade. Não pode, entretanto, ser cumulada com a correção monetária nem com os juros remuneratórios, nos termos das Súmulas 30, 294 e 296 do STJ. De acordo com entendimento desta Seção, ainda, a cobrança da comissão de permanência não pode coligir com os encargos decorrentes da mora, como os juros moratórios e a multa contratual (c.f. AgRg no REsp n° 712.801/RS, Rel. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 04.05.2005 e AgRg no REsp 791.172/RS, Rel. Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJ 22.08.2006).
Presente a incidência de quaisquer desses encargos após a caracterização da mora, devem ser afastados, mantendo-se tão-somente a comissão de permanência (*ut* AgRgAg no REsp n.º 805.874/RS, relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJ de 19.6.2006 e AgREsp n.º 828.290/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, DJ de 26.6.2006).
Em relação à manutenção do devedor na posse do bem, a Quarta Turma desta a. Corte, por ocasião do julgamento do AgRg no Resp 831.780/RS, relatado pelo em. Min. Aldir Passarinho Junior, DJ 14.08.06, deixou assente o entendimento de que tal discussão refoge, inequivocamente, dos limites da ação revisional, recebendo o julgado, no que interessa, a seguinte ementa:
"A manutenção do devedor na posse do bem não pode persistir. A uma, porque refoge dos limites da ação revisional discussão possessória. A duas, mesmo considerando que a instituição financeira não logrou demonstrar a legalidade de todos os encargos cobrados, decaiu em menor parte de sua pretensão, cabendo ao devedor efetuar o pagamento do débito remanescente junto à instituição financeira. Assim, não há falar-se em manutenção do bem na posse do devedor, podendo a mesma ser requerida em ação própria pelo credor. [...]"

Portanto, não pode ser a credora impedida de tomar as medidas judiciais que entender cabíveis.
No tocante à legalidade da inclusão do nome do devedor nos cadastros restritivos de crédito, veja-se que o entendimento atual deste colendo Superior Tribunal de Justiça, baseado em recente julgamento efetuado pela Segunda Seção (REsp. n.º 527.618-RS, relator Ministro César Asfor Rocha), é o de que:
"o pedido em procedimento judicial que busca o cancelamento ou a abstenção da inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito (SPC, CADIN, SERASA e outros) deve ser deferido com cautela, ao prudente arbítrio do juiz, sendo indispensável a existência de prova inequívoca ou da verossimilhança do direito alegado, ou ainda, da fumaça do bom direito, consubstanciados na presença concomitante de três elementos: a) a existência de ação proposta pelo devedor, contestando a existência integral ou parcial do débito; b) a efetiva demonstração de que a cobrança indevida se funda em jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça; c) o depósito do valor referente à parte incontroversa do débito ou que seja prestada caução idônea".

Os elementos constantes dos autos não demonstram a presença concomitante dos mencionados requisitos autorizadores do cancelamento dos registros. Sendo o inadimplemento do recorrido incontroverso, legítima é a inclusão do seu nome em cadastros de inadimplentes.
Assim sendo, amparado no artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dá-se parcial provimento ao recurso especial para: *i)* afastar as disposições de ofício do Tribunal *a quo* acima elencadas; *ii)* afastar a limitação dos juros remuneratórios; *iii)* permitir a cobrança de comissão de permanência, à taxa média de mercado, limitada à taxa do contrato, não cumulada com juros remuneratórios, correção monetária, juros moratórios e multa moratória; *iv)* afastar a disposição do acórdão referente à manutenção do devedor na posse do bem; e *v)* permitir a inclusão do nome do recorrido nos cadastros de inadimplentes.
Em razão da sucumbência recíproca, condena-se as partes ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, mantido quanto a estes o valor fixado no acórdão, que deverá ser reciprocamente suportado na proporção de 30% pela recorrente e 70% pelo recorrido, admitindo-se a compensação nos termos da lei.
Por ser o recorrido beneficiário da assistência judiciária gratuita (fl. 19), fica suspensa a exigibilidade das custas judiciais e dos honorários advocatícios, nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/50.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3707)

RECURSO ESPECIAL Nº 979.641 - RS (2007/0191442-8)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: BANCO SIMPLES S/A
ADVOGADO	: ANDRÉ LUÍS SONNTAG E OUTRO(S)
RECORRIDO	: DELMAR SEVERO RODRIGUES
ADVOGADO	: RITA DE CÁSSIA DA SILVA

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL - CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS - COBRANÇA - IMPOSSIBILIDADE - REPETIÇÃO DO INDÉBITO - POSSIBILIDADE - PROVA DO ERRO - DESNECESSIDADE - NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo BANCO SIMPLES S/A, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, em que se alega violação dos artigos 591 e 877 do Código Civil e 5º da MP 2.170-36/01, bem como dissídio jurisprudencial.
Verifica-se, da análise dos autos, que a ação revisional proposta por DELMAR SEVERO RODRIGUES em face do recorrente, tendo por objeto contrato de cartão de crédito, teve o pedido julgado parcialmente procedente pelo r. Juízo de primeiro grau.
Interpostos apelos pelas partes, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul conferiu parcial provimento ao recurso do recorrente e provimento total à apelação do recorrido, nos termos da ementa a seguir:
"APELAÇÃO CÍVEL. CARTÃO DE CRÉDITO. REVISIONAL. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICABILIDADE. JUROS REMUNERATÓRIOS. Sumulado posicionamento do STJ, no sentido de que as administradoras de cartão de crédito são instituições financeiras, incabível a limitação dos juros remuneratórios por ela cobrados em 12% ao ano, por não se aplicar as restrições determinadas pelo Decreto nº 22.626/33, tendo em vista a Lei nº 4.595/64. CAPITALIZAÇÃO. Só é admitida a capitalização mensal de juros nos contratos firmados após à vigência Medida Provisória nº 1.963-17/2000, reeditada sob o nº 2.170-36 de 23.08.2001, desde que haja previsão contratual. Não pactuada, permite-se somente a capitalização anual. COMPENSAÇÃO. Possível a compensação de valores pagos à maior. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. Admitida a repetição simples. DERAM PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO DO RÉU E PROVERAM O APELO DO AUTOR."

No presente apelo nobre, busca o recorrente a reforma do v. acórdão, insurgindo-se no que diz respeito: *i)* à vedação da capitalização mensal dos juros; e *ii)* à repetição do indébito.
O recorrido não apresentou contra-razões, conforme certidão à fl. 362.
É o relatório.
A irresignação não merece prosperar.
Com efeito.
No que tange à capitalização mensal de juros, o entendimento prevalecente nesta Corte era no sentido de que esta somente seria admitida em casos específicos, previstos em lei (cédulas de crédito rural, comercial e industrial), conforme a Súmula n° 93/STJ. Com a edição da MP 1.963-17, de 30.03.2000 (atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2000), passou-se a admitir a capitalização mensal nos contratos firmados posteriormente à sua entrada em vigor, desde que houvesse previsão contratual.
Verifica-se, *in casu*, que o aresto recorrido afirmou que o contrato em discussão não prevê expressamente a possibilidade de capitalização de juros, razão pela qual deve ser mantida a proibição. Saliente-se, outrossim, que a revisão desta conclusão do acórdão impugnado demandaria o reexame de matéria fática e a interpretação de cláusulas contratuais, providências vedadas em sede de recurso especial, a teor dos enunciados 5 e 7/STJ.
Nesse sentido, assim já se decidiu:
"1. A jurisprudência desta Corte Superior consolidou posicionamento no sentido de que, nos contratos firmados por instituições financeiras posteriormente à edição da MP 1.963-17, de 31/3/2000, é possível a incidência de capitalização mensal dos juros, desde que expressamente pactuada. 2. O d. Tribunal de origem, após detida análise do material fático-probatório constante dos autos, concluiu pela inexistência de pactuação da capitalização mensal dos juros remuneratórios. Dessarte, a pretendida reforma do aresto encontra óbice nos Enunciados nº 5 e 7 da Súmula desta Corte Superior. (...)" (AgRgAg REsp. n.º 783.678/RS, relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJ de 30.10.2006).

No tocante à relação à repetição do indébito, este eg. Tribunal já decidiu pela sua admissão independentemente da prova de que o pagamento tenha sido realizado por erro, com o objetivo de vedar o enriquecimento ilícito do banco em detrimento do contratante, nos termos da Súmula n. 322, *in verbis*: *"Para a repetição de indébito, nos contratos de abertura de crédito em conta-corrente, não se exige a prova do erro"*.
Assim sendo, nos termos do art. 557, *caput*, do CPC, nega-se seguimento ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3708)

RECURSO ESPECIAL Nº 979.694 - RJ (2007/0195392-3)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: MARCO AURÉLIO DUARTE DOS SANTOS
ADVOGADO	: JOSÉ GUILHERME SOUTO PEREIRA
RECORRIDO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: MARCELO V ROALE ANTUNES E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do colendo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, nos autos de agravo de instrumento, onde se discute tutela antecipada em contrato de mútuo hipotecário.
Preliminarmente, inadmissível o recurso haja vista que permaneceu inatacado o principal fundamento do aresto federal, no sentido de que inexistente a plausibilidade do pedido, em razão da incidência do art. 50, § 2º, da Lei n. 10.931/2004. Dessa forma, aplicável, por analogia, a Súmula n. 283 do STF. De qualquer modo, a verificação dos pressupostos autorizadores da concessão antecipada da tutela demanda o revolvimento de questões fáticas, vedado, nesta Casa, a teor do enunciado n. 7.
Ante o exposto, nego seguimento ao recurso.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3709)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.080 - PR (2007/0191372-2)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: ILDETE FREITAS IRALA
ADVOGADO	: JOSIANE ROLIM DE MOURA E OUTRO(S)
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: ELENISE PERUZZO DOS SANTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: OS MESMOS

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recursos especiais interpostos contra acórdão que, em ação de rito ordinário para revisão de contrato de mútuo hipotecário, permitiu a incidência do Coeficiente de Equiparação Salarial - CES; adequou a forma de amortização dos juros pela Tabela **Price**, para excluir a amortização negativa; considerou válida a incidência da correção monetária e dos juros sobre o saldo devedor antes da amortização das prestações do mútuo; e admitiu a repetição simples do indébito.
Preliminarmente, incidentes as Súmulas n. 282 e 356 do E. STF à alegada violação dos arts. 5º da LICC e 993 CC/2002, por ausência de prequestionamento.
Ainda **ab initio**, não conheço da insurgência atinente à existência, ou não, de amortização negativa do saldo devedor, uma vez que essa matéria está atrelada à utilização do Sistema Francês de Amortização, o Sistema **Price**, que por sua vez foi decidida pelo v. acórdão recorrido, **in casu**, com base na prova dos autos. Assim, revolver tal entendimento demandaria reexame do conjunto fático-probatório, o que é terminantemente vedado pelas Súmulas n. 5 e 7 desta Corte (REsp n. 630.309/PR, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJU de 25.4.2007; REsp n. 756.973/RS, Rel. Min. Castro Filho, DJU de 16.4.2007; REsp n. 601.403/SC, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJU de 7.11.2005).
Além disso, no que tange à alegada cobrança do Coeficiente de Equiparação Salarial - CES, observo que a discussão sobre a existência da cláusula e sua interpretação está reservada à soberania das instâncias ordinárias e, por conseqüência, refoge da competência do STJ (Súmula n. 5).
No mérito, quanto ao sistema de amortização do saldo devedor, este Tribunal tem sufragado a exegese de que a prática do prévio reajuste e posterior amortização do saldo devedor está de acordo com a legislação em vigor e não fere o equilíbrio contratual (1ª Turma, REsp n. 601.445-SE, Rel. Min. Teori Zavascki, unânime, DJU de 13.09.2004; 3ª Turma, REsp n. 604.784-RJ, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, unânime, DJU de 04.10.2004; REsp n. 427.329-SC, Rel. Min. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 09.06.2003).
Acerca da compensação/repetição do indébito, firmou-se que ela é possível, de forma simples, não em dobro, se verificada a cobrança de encargos ilegais, tendo em vista o princípio que veda o enriquecimento sem causa do credor, independente da comprovação do erro no pagamento, pela complexidade do contrato em discussão, no qual são inseridos valores sem que haja propriamente voluntariedade do devedor para tanto (REsp n. 184.237/RS e REsp n. 200.267/RS).
Pelo exposto, nos termos do art. 557, **caput**, do CPC, nego seguimento aos recursos especiais.
Publique-se.
Brasília, 14 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR, Relator

(3710)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.135 - RS (2007/0197328-2)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A
ADVOGADO	: EVERTON MADEIRA GUSMÃO RUANO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: GOTTERT COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
ADVOGADO	: VANDERLEI POMPEO DE MATTOS E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em agravo de instrumento contra decisão deferitória de tutela antecipada em revisional de contrato de financiamento, manteve a devedora na posse do bem e proibiu a inscrição nos cadastros de devedores, com imposição de multa diária, em caso de descumprimento da decisão.

Primeiramente, com razão o recorrente sobre o cadastro de inadimplentes. A orientação mais recente da E. 2ª Seção (REsp n. 527.618/RS) não admite que a simples discussão judicial da dívida possa obstaculizar ou remover a negativação nos bancos de dados, exceto quando efetivamente demonstrado o reflexo positivo da ação no valor devido, com amparo na jurisprudência dominante desta Corte ou do C. STF, e depositada ou caucionada a parte incontroversa, se apenas parcial o desacordo. No caso dos autos, não foram atendidos integralmente esses pressupostos.

Por fim, relativamente à manutenção de posse, inalterado o pressuposto de que a agravada não vem honrando as obrigações advindas do contrato, incorrendo em **mora solvendi**, não há espaço para deferir-lhe tutela antecipada nesse sentido. Precedentes: 4ª Turma, AgR-REsp n. 718.744/RS, Rel. Min. Fernando Gonçalves, unânime, DJU de 23.05.2005; e AgR-REsp n. 795.117/RS, Rel. Min. Jorge Scartezzini, unânime, DJU de 10.04.2006.

Prejudicada a análise da imposição da multa diária, na medida em que legítima a inscrição nos cadastros de inadimplentes.

Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço do recurso e dou-lhe provimento para que seja permitida a inscrição nos cadastros de inadimplentes. Descabida, ainda, a manutenção da devedora na posse do bem. Despesas processuais pela recorrida.

Publique-se.

Brasília (DF), 14 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3711)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.144 - RS (2007/0196749-1)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO	: MARCELO NICOLAIEWSKI SANT'ANNA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PRIMA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA E OUTROS
ADVOGADO	: ODILON NUNES DA SILVA JUNIOR

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em ação revisional de contratos de abertura de crédito em conta corrente e mútuos, afastou a capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual e admitiu a compensação/repetição simples do indébito.

Preliminarmente, quanto à assertiva de violação ao art. 535 do CPC, sem razão o recorrente, haja vista que enfrentadas todas as questões levantadas pela parte, porém em sentido contrário ao almejado.

No mérito, com relação à capitalização, a 2ª Seção, ao apreciar o REsp n. 602.068/RS, entendeu que somente nos contratos firmados após 31.03.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17, revigorada pela MP n. 2.170-36, em vigência graças ao art. 2º da Emenda Constitucional n. 32/2001, é admissível a capitalização dos juros em período inferior a um ano. **In casu**, os contratos sob exame foram firmados posteriormente às normas referenciadas, com exceção do contrato de abertura de crédito em conta corrente n. 20/00514-8. Dessa forma, legítima a capitalização dos juros remuneratórios, como pactuada.

Acerca da compensação/repetição do indébito, firmou-se que ela é possível, de forma simples, não em dobro, se verificada a cobrança de encargos ilegais, tendo em vista o princípio que veda o enriquecimento sem causa do credor, independente da comprovação do erro no pagamento, pela complexidade do contrato em discussão, no qual são inseridos valores sem que haja propriamente voluntariedade do devedor para tanto (REsp n. 184.237/RS e REsp n. 200.267/RS).

Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço em parte do recurso e, nessa parte, dou-lhe parcial provimento, para que seja observada a capitalização, como pactuada, excepcionado o contrato de abertura de crédito em conta corrente n. 20/00514-8. Em face da sucumbência recíproca, pagarão os recorridos 70% (setenta por cento) das despesas processuais, arcando a instituição financeira com o restante, e verba honorária de R$ 1.000,00 (mil reais) exclusivamente em favor do recorrente, já considerado o êxito obtido e a compensação.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3712)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.204 - RS (2007/0196745-4)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: DENISE CABREIRA GOLAMBIESKI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LIRIS TERESINHA ALBINO
ADVOGADO	: LARRI DOS SANTOS FEULA E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL - CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - NULIDADE DE CLÁUSULAS ABUSIVAS - DECLARAÇÃO DE OFÍCIO - IMPOSSIBILIDADE - LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS - INADMISSIBILIDADE NA ESPÉCIE - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS - CONTRATO FIRMADO POSTERIORMENTE À EDIÇÃO DA MP Nº 1.963-17/2000 - COBRANÇA - POSSIBILIDADE - REPETIÇÃO DO INDÉBITO - POSSIBILIDADE - PROVA DO ERRO - DESNECESSIDADE - RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo BANCO ITAÚ S/A, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, em que se alega violação dos artigos 515 do Código de Processo Civil; 3º, 4º, VI e IX, 9º e 10 da Lei n. 4.595/64; 51, IV, do Código de Defesa do Consumidor; e 5º da MP 1.963-17/2000, bem como dissídio jurisprudencial.

Verifica-se, da análise dos autos, que a ação revisional proposta por LIRIS TERESINHA ALBINO em face do recorrente, tendo por objeto contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária, teve o pedido julgado parcialmente procedente pelo r. Juízo de primeiro grau.

Interpostos apelos pelas partes, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul não conheceu do recurso da recorrida e conferiu parcial provimento à apelação do recorrente, com disposições de ofício, nos termos da ementa a seguir:

"Apelações cíveis. Ação revisional de contrato bancário. Aplicabilidade do CDC. Afastamento da comissão de permanência, entre outras razões por já prevista a cobrança de juros moratórios e multa contratual. Compensação. De ofício, limitados os juros remuneratórios a 12% ao ano, em face da excessiva onerosidade dos pactuados, que ultrapassam, inclusive, a taxa média praticada pelo mercado quando da celebração do contrato. Nulidade da cláusula contratual atinente à 'tarifa bancária'. Multa moratória incidente sobre o valor da parcela inadimplida."

No presente apelo nobre, busca o recorrente a reforma do v. acórdão, insurgindo-se no que diz respeito: *i)* ao julgamento com disposições de ofício; *ii)* à limitação dos juros remuneratórios; *iii)* à vedação da capitalização mensal destes; *iv)* à base de cálculo da multa; e *v)* à repetição do indébito.

A recorrida apresentou contra-razões às fls. 382/384.

É o relatório.

A irresignação merece prosperar em parte.

Com efeito.

Com relação à alegada ofensa ao art. 515 do CPC, o entendimento mais recente desta egrégia Corte é no sentido da impossibilidade do reconhecimento, de ofício, de nulidade de cláusulas contratuais consideradas abusivas, sendo, para tanto, necessário o pedido expresso da parte interessada. Nesse sentido, anota-se o seguinte precedente:

"Não é possível ao Tribunal de origem reconhecer, de ofício, a nulidade de cláusulas consideradas abusivas, em contratos regulados pelo Código de Defesa do Consumidor. Para tanto, é necessário a interposição de recurso pela parte interessada. Precedente. Recurso conhecido e parcialmente provido." (REsp 612470 / RS, Rel. Ministra Nancy Andrighi, DJ 30.06.2006)

Assinala-se, ainda, que, nos termos do artigo 515 do CPC, excetuando-se as matérias de ordem pública, examináveis de ofício, o recurso de apelação devolve para o Órgão *ad quem* a matéria impugnada, que se restringe aos limites dessa impugnação.

Afere-se, na espécie, ter o Órgão prolator da decisão recorrida proferido julgamento *extra petita*, porquanto enfrentou questões atinentes a direito patrimonial, que não constituíram objeto de insurgência.

Dessa forma, devem ser afastadas as disposições *ex officio* relativas à limitação dos juros remuneratórios em 12% ao ano, à base de cálculo da multa e à exclusão da tarifa bancária.

No tocante aos juros remuneratórios, a Segunda Seção deste egrégio Superior Tribunal entende que não incide a limitação a 12% ao ano, prevista no Decreto nº 22.626/33, salvo hipóteses legais específicas, visto que as instituições financeiras, integrantes do Sistema Financeiro Nacional, são regidas pela Lei nº 4.595/64. Nota-se que cabe ao Conselho Monetário Nacional limitar tais encargos, aplicando-se a Súmula nº 596 do STF. Veja-se, mais, que este entendimento não foi alterado após a vigência do Código de Defesa do Consumidor, cujas normas também se aplicam aos contratos firmados por instituições bancárias. E a fim de se harmonizarem os referidos diplomas legais, aquele Órgão Julgador consagrou a manutenção dos juros no percentual avençado pelas partes, desde que não reste sobejamente demonstrada a exorbitância do encargo (v.g. AgRg REsp nº 590.573/SC, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, DJU 25.05.2004).

Ademais, a autorização do Conselho Monetário Nacional para a livre contratação dos juros remuneratórios só se faz necessária em hipóteses específicas, decorrentes de expressa exigência legal, tais como nas cédulas de crédito rural, industrial ou comercial. Assim, resta dispensada a prova de prévia autorização do CMN para fixar a taxa de juros além do patamar legal no caso em concreto (v.g. AgRg nos EDcl no Resp 492.936/RS, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 22.11.2004).

Saliente-se, outrossim, que é assente neste colegiado o entendimento no sentido de que a Taxa Selic não representa a taxa média praticada pelo mercado, sendo, portanto, inviável sua utilização como parâmetro de limitação de juros remuneratórios. Nesse sentido: REsp. n.º 865.977/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, DJ de 3.10.2006, AgRgREsp. n.º 815.395/RS, relator Ministro Aldir Passarinho Junior, DJ de 19.6.2006 e REsp. n.º 835.879/RS, relator Ministro Cesar Asfor Rocha, DJ de 27.9.2006.

No que tange à capitalização mensal de juros, o entendimento prevalecente nesta Corte era no sentido de que esta somente seria admitida em casos específicos, previstos em lei (cédulas de crédito rural, comercial e industrial), conforme a Súmula n° 93/STJ. Com a edição da MP 1.963-17, de 30.03.2000 (atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2000), passou-se a admitir a capitalização mensal nos contratos firmados posteriormente à sua entrada em vigor, desde que houvesse previsão contratual. Verificando-se, *in casu*, o preenchimento dessas condições, há de ser permitida a sua incidência.

Por fim, em relação à repetição do indébito, este eg. Tribunal já decidiu pela sua admissão independentemente da prova de que o pagamento tenha sido realizado por erro, com o objetivo de vedar o enriquecimento ilícito do banco em detrimento do contratante, nos termos da Súmula n. 322, *in verbis*: *"Para a repetição de indébito, nos contratos de abertura de crédito em conta-corrente, não se exige a prova do erro"*.

Assim sendo, amparado no artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dá-se parcial provimento ao recurso especial para: *i)* afastar as disposições de ofício do Tribunal *a quo* acima elencadas; *ii)* afastar a limitação dos juros remuneratórios; e *iii)* admitir a capitalização mensal destes.

Em razão da sucumbência, condena-se a recorrida ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes fixados em R$ 800,00 (oitocentos reais), ficando suspensa a exigibilidade, nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/50, em razão do deferimento do pedido de assistência judiciária gratuita (fl. 32).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3713)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.240 - RS (2007/0194426-5)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: LOPES E FARIAS ADVOGADOS
ADVOGADO	: DEMIAN SEGATTO DA COSTA
RECORRIDO	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO FREIRE FERNANDES

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de recurso especial interposto por LOPES E FARIAS ADVOGADOS contra acórdão do Colendo TJRS que, em ação cautelar de exibição de documentos proposta em desfavor da BRASIL TELECOM S/A, com o escopo de obter dados sobre contrato de participação financeira, julgou procedente o pedido, condenando a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em R$ 200,00 (duzentos reais).

Alegam os recorrentes, em termos sucintos, negativa de vigência ao art. 20, § 3°, do CPC, na medida que os honorários advocatícios devem ser fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. Pedem, portanto, a majoração da verba honorária.

A irresignação não merece prosperar.

Com efeito, o acórdão hostilizado decidiu em consonância com a jurisprudência desta Corte, que é assente no sentido de que a ação cautelar de exibição de documentos não dispensa os ônus da sucumbência, em razão do princípio da causalidade.

A propósito, confiram-se os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. LITIGIOSIDADE. PROCEDÊNCIA. SUCUMBÊNCIA DEVIDA. CONCLUSÃO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS DE QUE A RÉ DEU CAUSA À DEMANDA, POR NÃO HAVER ATENDIDO A PEDIDO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. MATÉRIA DE FATO. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7-STJ. INCIDÊNCIA.

I. Possuindo natureza contenciosa a ação cautelar de exibição de documentos, julgada ela procedente dá ensejo à condenação da parte vencida na verba honorária sucumbencial, pela aplicação do princípio da causalidade.

II. Precedentes do STJ.

III. 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial' - Súmula n. 7-STJ.

IV. Recurso especial não conhecido."

(REsp 533.866/RS, DJ de 31.05.2004, de que fui relator)

- -

"Ação cautelar de exibição de documentos. Ônus da sucumbência. Precedentes da Corte.

1. Tratando-se de ação e não de mero incidente, a cautelar do art. 844 do Código de Processo Civil não dispensa os ônus da sucumbência.

2. Recurso especial conhecido e provido."

(REsp 168.280/MG, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 10.05.1999)

- -

"PROCESSUAL CIVIL. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. OFENSA AO ART. 535. INOCORRÊNCIA. ÂMBITO DE DEVOLUÇÃO DA APELAÇÃO.

1. É cabível a fixação de honorários advocatícios na medida cautelar de exibição de documentos, eis que se trata de ação e não de mero incidente.

2.O princípio da sucumbência, adotado pelo art. 20, do CPC, encontra-se contido no princípio da causalidade, segundo o qual aquele que deu causa à instauração do processo deve arcar com as despesas

dele decorrentes. Assim, se a medida cautelar foi proposta em razão da recusa do recorrente em fornecer cópia dos documentos requeridos em juízo, a ele incumbem os ônus sucumbenciais.
3. Não se configura a violação ao art. 535, do CPC, quando o Tribunal tenha se manifestado, mesmo que sucintamente, sobre a matéria suscitada.
4. A apelação devolve à instância ad quem o conhecimento da matéria discutida nos autos, ainda que não decidida na sentença.
5. Recurso desprovido."
(REsp 316.388/MG, Rel. Min. José Delgado, DJ de 10.09.2001);
- -
"Processual civil. Ação cautelar. Exibição de documentos. Ônus da sucumbência. Incidência. Precedentes da Corte.
Agravo regimental desprovido."
(AGREsp n. 453.114/RS, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ de 12.05.2003).

Contudo, no que diz respeito ao pedido de majoração dos honorários, o acolhimento da pretensão recursal demandaria necessariamente o reexame do conjunto fático-probatório da causa, o que é vedado pela via eleita do recurso especial, ao teor do enunciado n. 7 da Súmula desta Corte, até porque, à primeira vista, sabe-se tratar de causa simples, repetitiva e padronizadas as peças.
Pelo exposto, nos termos do art. 557, **caput**, do CPC, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3714)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.406 - PR (2007/0195207-6)

RELATOR	: **MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: ELENISE PERUZZO DOS SANTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOSÉ JAMUR
ADVOGADO	: CAROLINE LEAL NOGUEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão prolatado pelo Colendo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que considerou legítima a incidência de juros remuneratórios sobre o valor devido em execução promovida por correntista, em virtude da procedência de ação civil pública movida pela Associação Paranaense de Defesa do Consumidor - APADECO.
A Segunda Seção, no julgamento do REsp n. 815.831-PR, relator para acórdão o eminente Min. Carlos Alberto Menezes Direito, em 27/09/2006, pacificou o tema, no sentido de que, circunscrevendo-se o pedido e a decisão exeqüenda sobre diferenças de correção monetária aplicáveis em caderneta de poupança, acrescidas dos juros remuneratórios dos meses de junho/87 e janeiro/89, sem contemplar aplicação de juros remuneratórios sobre a diferença apurada mês a mês e de forma capitalizada, inviável é a sua inclusão posterior nos cálculos da execução.
Com relação à fixação dúplice dos honorários, tanto na execução, quanto nos embargos, a lei não impede que assim se dê, ou de forma englobada, haja vista a autonomia entre os processos (REsp n. 550.373/SP, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJU de 09.02.2005; REsp n. 236.734/AL, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJU de 14.03.2005; AgRg no Ag n. 204.707/SP, Rel. Min. Waldemar Zveiter, DJU de 17.04.2000; EREsp n. 81.755/SC, Rel Min. Waldemar Zveiter, DJU de 02.04.2001).
Pelo exposto, conheço e dou parcial provimento ao recurso, para excluir os juros remuneratórios sobre o montante da dívida nos termos acima (art. 557, § 1º-A, do CPC). Em face da sucumbência recíproca, verba honorária fixada em 5% sobre o valor do débito em favor do credor, considerando-se tanto a execução, quanto os embargos, atendidas a proporcionalidade e a compensação.
Publique-se.
Brasília (DF), 14 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3715)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.440 - RS (2007/0191376-0)

RELATOR	: **MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: ANTONIO CLICÉRIO HOFFMANN E OUTRO
ADVOGADO	: FÁBIO STEFANI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: CARLOS FELIPE KOMOROWSKI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em ação de rito ordinário para revisão de contrato de mútuo hipotecário, adequou a forma de amortização dos juros pela Tabela **Price**, para excluir a amortização negativa.
Incidentes as Súmulas n. 282 e 356 do E. STF à alegada violação dos arts. 39, I, 46 e 51, VIII, XIII, do CDC, por ausência de prequestionamento.
Outrossim, não conheço da insurgência atinente à legalidade da utilização do Sistema Francês de Amortização, o Sistema **Price**, que foi firmada pelo v. acórdão recorrido, **in casu**, com base na prova dos autos. Assim, revolver tal entendimento demandaria reexame do conjunto fático-probatório, o que é terminantemente vedado pelas Súmulas n. 5 e 7 desta Corte (REsp n. 630.309/PR, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJU de 25.4.2007; REsp n. 756.973/RS, Rel. Min. Castro Filho, DJU de 16.4.2007; REsp n. 601.403/SC, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJU de 7.11.2005).
Pelo exposto, nos termos do art. 557, **caput**, do CPC, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Brasília, 13 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR, Relator

(3716)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.588 - MS (2007/0198546-4)

RELATOR	: **MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO	: NILZA RAMOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: GRAEFF E BORGES LTDA - MICROEMPRESA
ADVOGADO	: HERMENEGILDO VIEIRA DA SILVA

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em ação monitória contraposta por embargos, limitou em 12% ao ano a incidência dos juros remuneratórios previstos em contrato de abertura de crédito, com fundamento no CDC e na Constituição Federal; excluiu a cláusula instituidora da comissão de permanência; descaracterizou a mora em virtude da cobrança de encargos indevidos; e reduziu a multa moratória para 2%.
Preliminarmente, não encontra passagem a pretensão relativa à correção monetária pela TR, pois restaram inatacados os fundamentos constitucionais utilizados pelo Tribunal **a quo** para vedar a sua cobrança, o que atrai a incidência da Súmula n. 126 do STJ, ante a não-interposição de recurso extraordinário sob esse fundamento.
No mérito, reconheça-se a submissão das instituições financeiras aos princípios e regras do CDC, conforme, é claro, cada situação, e a possibilidade de revisão do contrato**,** de acordo com o entendimento do STJ cristalizado na Súmula n. 297.
Quanto à limitação dos juros remuneratórios, satisfeita a exigência da Súmula n. 126-STJ, posicionou-se esta Corte no rumo de que com o advento da Lei n. 4.595/1964, diploma que disciplina de forma especial o Sistema Financeiro Nacional e suas instituições, restou afastada a incidência da Lei de Usura, tendo ficado delegado ao Conselho Monetário Nacional poderes normativos para limitar as referidas taxas, salvo as exceções legais. A propósito, aplicável a Súmula n. 596/STF.
Por outro lado, ainda que aplicável a Lei n. 8.078/1990, a Segunda Seção desta Corte (REsp n. 407.097/RS), sedimentou o entendimento de que o pacto referente à taxa de juros só pode ser alterado se reconhecida sua abusividade em cada hipótese, desinfluente para tal fim a estabilidade inflacionária no período, e imprestável o patamar de 12% ao ano, já que sequer a taxa média de mercado, **que não é potestativa**, se considera excessiva, para efeitos de validade da avença.
Referentemente à comissão de permanência, firmou-se o entendimento de que ela pode ser deferida de acordo com a Súmula n. 294 deste Tribunal, desde que sem cumulação com juros remuneratórios e moratórios, multa e correção monetária (2ª Seção, AgR-REsp n. 706.368/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, unânime, DJU de 08.08.2005). Assim se procedeu, para evitar-se **bis in idem**, porque aquela parcela possui a mesma natureza destes encargos. Todavia, na hipótese dos autos, o acórdão **a quo** constatou a presença da multa para o período de inadimplência, e, nessa parte, há o trânsito em julgado da decisão, porque não existe recurso a respeito, de sorte que impossível, assim, a concessão da comissão de permanência buscada pelo banco recorrente, sob pena de operar-se **reformatio in pejus**, caso excluídos os demais consectários moratórios.
Relativamente à redução da multa para 2%, como definida na Lei n. 9.298, de 01.08.1996, que no particular alterou o CDC, tal somente é possível para os contratos celebrados após sua vigência (REsp n. 188.434/RS). Na espécie, o contrato foi firmado depois da entrada em vigor da citada legislação, fazendo jus à mencionada benesse.
Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço em parte do recurso e, nessa parte, dou-lhe parcial provimento, para que sejam observados os juros remuneratórios, como pactuados, os quais, no período da inadimplência, serão calculados conforme a Súmula n. 296-STJ. Em face da sucumbência recíproca, pagará a recorrida 70% (setenta por cento) das despesas processuais, arcando a instituição financeira com o restante, e verba honorária de R$ 1.000,00 (mil reais) exclusivamente em favor do recorrente, já considerado o êxito obtido e a compensação.
Publique-se.
Brasília, 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR, Relator

(3717)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.596 - RS (2007/0196466-3)

RELATOR	: **MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO FIAT S/A
ADVOGADO	: MARLENE CHIARADIA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARCUS CARDOSO PANSANI
ADVOGADO	: JANAÍNA APARECIDA GOMES BECK

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, julgando ação revisional, limitou em 12% ao ano a incidência dos juros remuneratórios previstos em contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária, com fundamento no CDC; excluiu a cláusula instituidora da comissão de permanência; e afastou a capitalização mensal dos juros.
Preliminarmente, cumpre salientar que a via especial não comporta a análise de resoluções, portarias, circulares e demais atos normativos de hierarquia inferior à do Decreto, nem é a sede apropriada para discussão de matéria de índole constitucional, que está reservada à exclusiva competência do Egrégio Supremo Tribunal Federal, desde que deduzida por meio de recurso próprio.
Ainda **ab initio**, não prospera a irresignação concernente à compensação/repetição do indébito, pois as razões recursais não trazem qualquer dispositivo legal violado ou acórdão divergente, esbarrando o inconformismo, assim, na Súmula n. 284-STF.
No mérito, reconheça-se a submissão das instituições financeiras aos princípios e regras do CDC, conforme, é claro, cada situação, e a possibilidade de revisão do contrato, de acordo com o entendimento do STJ cristalizado na Súmula n. 297.
Quanto à limitação dos juros remuneratórios, posicionou-se esta Corte no rumo de que com o advento da Lei n. 4.595/1964, diploma que disciplina de forma especial o Sistema Financeiro Nacional e suas instituições, restou afastada a incidência da Lei de Usura, tendo ficado delegado ao Conselho Monetário Nacional poderes normativos para limitar as referidas taxas, salvo as exceções legais. A propósito, aplicável a Súmula n. 596/STF.
Por outro lado, ainda que aplicável a Lei n. 8.078/1990, a Segunda Seção desta Corte (REsp n. 407.097/RS), sedimentou o entendimento de que o pacto referente à taxa de juros só pode ser alterado se reconhecida sua abusividade em cada hipótese, desinfluente para tal fim a estabilidade inflacionária no período, e imprestável o patamar de 12% ao ano, já que sequer a taxa média de mercado, **que não é potestativa**, se considera excessiva, para efeitos de validade da avença.
Com relação à capitalização mensal dos juros, a pretensão recursal de incluí-la no cálculo do débito esbarra no óbice da Súmula n. 121 do STF e na Lei de Usura, que a vedam em contratos que tais, em qualquer periodicidade, ainda que expressamente pactuada (REsp n. 219.281/PR)**.**
Referentemente à comissão de permanência, firmou-se o entendimento de que ela pode ser deferida de acordo com a Súmula n. 294 deste Tribunal, desde que sem cumulação com juros remuneratórios e moratórios, multa e correção monetária (2ª Seção, AgR-REsp n. 706.368/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, unânime, DJU de 08.08.2005). Assim se procedeu, para evitar-se **bis in idem**, porque aquela parcela possui a mesma natureza destes encargos. Todavia, na hipótese dos autos, o acórdão **a quo** constatou a presença dos juros moratórios e da multa para o período de inadimplência (fl. 77) e, nessa parte, há o trânsito em julgado da decisão, porque não existe recurso a respeito, de sorte que impossível, assim, a concessão da comissão de permanência buscada pelo banco recorrente, sob pena de operar-se **reformatio in pejus,** caso excluídos os demais consectários moratórios.
Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço em parte do recurso e, nessa parte, dou-lhe parcial provimento, para que sejam observados os juros remuneratórios, como pactuados, os quais, no período da inadimplência, serão calculados conforme a Súmula n. 296-STJ. Em face da sucumbência recíproca, pagará o recorrido 70% (setenta por cento) das despesas processuais, arcando a instituição financeira com o restante, e verba honorária de R$ 1.000,00 (mil reais) exclusivamente em favor do recorrente, já considerado o êxito obtido e a compensação, ônus suspensos em função da justiça gratuita.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR, Relator

(3718)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.868 - DF (2007/0199356-6)

RELATOR	: **MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: CREDICARD BANCO S/A
ADVOGADOS	: RODRIGO BADARÓ ALMEIDA DE CASTRO E OUTRO(S)
	JORGE JAEGER AMARANTE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA ETERNA DO PRADO
ADVOGADO	: SEBASTIÃO MORAES DA CUNHA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em ação revisional, limitou em 12% ao ano a incidência dos juros remuneratórios previstos em contrato de cartão de crédito.
Preliminarmente, quanto à assertiva de violação ao art. 535 do CPC, sem razão o recorrente, haja vista que enfrentadas todas as questões levantadas pela parte, porém em sentido contrário ao almejado.
Ainda **ab initio**, incidentes as Súmulas n. 282 e 356 do E. STF quanto à questão da comissão de permanência, por ausência de prequestionamento.

Além disso, com relação à cláusula-mandato, o recurso não tem como ser conhecido, tendo em vista que restou inatacado o fundamento do aresto **a quo**, que amparou-se no art. 51 do CDC para o deslinde da questão, bastante por si só para manter o julgado, não havendo como alterá-lo, incidindo na espécie a Súmula n. 283 do STF.
No mérito, quanto à limitação dos juros remuneratórios, posicionou-se esta Corte no rumo de que com o advento da Lei n. 4.595/1964, diploma que disciplina de forma especial o Sistema Financeiro Nacional e suas instituições, restou afastada a incidência da Lei de Usura, tendo ficado delegado ao Conselho Monetário Nacional poderes normativos para limitar as referidas taxas, salvo as exceções legais. A propósito, aplicável a Súmula n. 596/STF.
Por outro lado, ainda que aplicável a Lei n. 8.078/1990, a Segunda Seção desta Corte (REsp n. 407.097/RS), sedimentou o entendimento de que o pacto referente à taxa de juros só pode ser alterado se reconhecida sua abusividade em cada hipótese, desinfluente para tal fim a estabilidade inflacionária no período, e imprestável o patamar de 12% ao ano, já que sequer a taxa média de mercado, **que não é potestativa**, se considera excessiva, para efeitos de validade da avença.
Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço em parte do recurso e, nessa parte, dou-lhe provimento, para que sejam considerados os juros remuneratórios como pactuados. Em face da sucumbência recíproca, pagará a recorrida 70% (setenta por cento) das despesas processuais, arcando a instituição financeira com o restante, e verba honorária de R$ 1.000,00 (mil reais) exclusivamente em favor da recorrente, já considerado o êxito obtido e a compensação.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3719)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.896 - MS (2007/0194053-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO SAFRA S/A
ADVOGADO	: WELTON MACHADO TEODORO
RECORRIDO	: REGINALDO JOÃO BACHA
ADVOGADO	: WILSON VIEIRA LOUBET

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em ação revisional, limitou em 12% ao ano a incidência dos juros remuneratórios previstos em contrato de abertura de crédito, com fundamento na Lei de Usura e na Constituição Federal; excluiu a cláusula instituidora da comissão de permanência; e afastou a capitalização mensal dos juros.
Preliminarmente, incidentes as Súmulas n. 282 e 356 do E. STF à alegada violação dos arts. 104 do novel Código Civil, Decreto-Lei n. 4.657/42 e Medida Provisória n. 2.170-36/2001, por ausência de prequestionamento. Ressalte-se que a referida Medida Provisória foi apreciada apenas no voto vencido (fl. 381), circunstância que não atende ao requisito do prequestionamento, conforme entendimento consubstanciado na Súmula n. 320-STJ.
Além disso, não conheço do recurso quanto às questões relativas à substituição dos índices contratados pelo IGP-M e repetição do indébito, por não ter cumprido o recorrente o disposto nos arts. 541 do Código de Processo Civil e 255 do RISTJ, eis que não foram indicados quais dispositivos legais malferidos, nem apresentada divergência jurisprudencial específica da abordagem do acórdão recorrido.
No mérito, quanto à limitação dos juros remuneratórios, cumprido o requisito ínsito da Súmula n. 126/STJ, posicionou-se esta Corte no rumo de que com o advento da Lei n. 4.595/1964, diploma que disciplina de forma especial o Sistema Financeiro Nacional e suas instituições, restou afastada a incidência da Lei de Usura, tendo ficado delegado ao Conselho Monetário Nacional poderes normativos para limitar as referidas taxas, salvo as exceções legais. A propósito, aplicável a Súmula n. 596/STF.
Por outro lado, ainda que aplicável a Lei n. 8.078/1990, a Segunda Seção desta Corte (REsp n. 407.097/RS), sedimentou o entendimento de que o pacto referente à taxa de juros só pode ser alterado se reconhecida sua abusividade em cada hipótese, desinfluente para tal fim a estabilidade inflacionária no período, e imprestável o patamar de 12% ao ano, já que sequer a taxa média de mercado, **que não é potestativa**, se considera excessiva, para efeitos de validade da avença.
Referentemente à comissão de permanência, firmou-se o entendimento de que ela pode ser deferida de acordo com a Súmula n. 294 deste Tribunal, desde que sem cumulação com juros remuneratórios e moratórios, multa e correção monetária (2ª Seção, AgR-REsp n. 706.368/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, unânime, DJU de 08.08.2005). Assim se procedeu, para evitar-se **bis in idem**, porque aquela parcela possui a mesma natureza destes encargos. Todavia, na hipótese dos autos, o acórdão **a quo** constatou a presença dos juros moratórios para o período de inadimplência (fl. 388) e, nesta parte, há o trânsito em julgado da decisão, porque não existe recurso a respeito, de sorte que impossível, assim, a concessão da comissão de permanência buscada pelo banco recorrente, sob pena de operar-se **reformatio in pejus,** caso excluídos os demais consectários moratórios.
Com relação à capitalização mensal dos juros, a pretensão recursal de incluí-la no cálculo do débito esbarra no óbice da Súmula n. 121 do STF e na Lei de Usura, que a vedam em contratos que tais, ainda que expressamente pactuada (REsp n. 219.281/PR).
Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço em parte do recurso e, nessa parte, dou-lhe parcial provimento, para que sejam observados os juros remuneratórios como pactuados. Os juros remuneratórios, no período da inadimplência, serão calculados conforme a Súmula n. 296-STJ. Em face da sucumbência recíproca, pagará o recorrido 70% (setenta por cento) das despesas processuais, arcando a instituição financeira com o restante, e verba honorária de R$ 1.000,00 (mil reais) exclusivamente em favor do recorrente, já considerado o êxito obtido e a compensação.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3720)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.997 - RS (2007/0200938-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO PANAMERICANO S/A
ADVOGADO	: VALQUIRIA BELMENI STEFFENS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ELIANA DA SILVA MARQUES
ADVOGADO	: LARRI DOS SANTOS FEULA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em ação revisional, limitou em 12% ao ano a incidência dos juros remuneratórios previstos em contrato de mútuo com alienação fiduciária em garantia, com fundamento no CDC.
Preliminarmente, incidentes as Súmulas n. 282 e 356 do E. STF quanto à questão da comissão de permanência, por ausência de prequestionamento.
Ainda **ab initio**, não prospera a irresignação concernente à compensação de valores, apenas **en passant** mencionada à fl. 124, pois as razões recursais não trazem qualquer dispositivo legal violado ou acórdão divergente, esbarrando o inconformismo, assim, na Súmula n. 284-STF.
Quanto à limitação dos juros remuneratórios, posicionou-se esta Corte no rumo de que com o advento da Lei n. 4.595/1964, diploma que disciplina de forma especial o Sistema Financeiro Nacional e suas instituições, restou afastada a incidência da Lei de Usura, tendo ficado delegado ao Conselho Monetário Nacional poderes normativos para limitar as referidas taxas, salvo as exceções legais. A propósito, aplicável a Súmula n. 596/STF.
Por outro lado, ainda que aplicável a Lei n. 8.078/1990, a Segunda Seção desta Corte (REsp n. 407.097/RS), sedimentou o entendimento de que o pacto referente à taxa de juros só pode ser alterado se reconhecida sua abusividade em cada hipótese, desinfluente para tal fim a estabilidade inflacionária no período, e imprestável o patamar de 12% ao ano, já que sequer a taxa média de mercado, **que não é potestativa**, se considera excessiva, para efeitos de validade da avença.
Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço em parte do recurso e, nessa parte, dou-lhe provimento, para que sejam observados os juros remuneratórios como pactuados. Em face da sucumbência recíproca, pagará a recorrida 70% (setenta por cento) das despesas processuais, arcando a instituição financeira com o restante, e verba honorária de R$ 1.000,00 (mil reais) exclusivamente em favor do recorrente, já considerado o êxito obtido e a compensação, ônus suspensos em função da justiça gratuita.
Publique-se.
Brasília (DF), 14 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3721)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.016 - SP (2007/0200462-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: NOÉCIO MAIA LARANJEIRA E JOSUÉ ALVES RIBEIRO CHAGAS ADVOGADOS
ADVOGADO	: NOECIO MAIA LARANJEIRA
RECORRIDO	: ALCOA ALUMÍNIO S/A
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em ação de cobrança, indeferiu o pedido de assistência judiciária gratuita em razão da ausência de prova da necessidade.
O Superior Tribunal de Justiça já firmou o entendimento de que a pessoa jurídica pode ser beneficiária da justiça gratuita, e não se excluiu dessas hipóteses a natureza, se com ou sem fins lucrativos. O importante é que a todos é dado o acesso à Justiça, e se, eventualmente, a incapacidade financeira concretamente reconhecida constituir um obstáculo, a gratuidade há de ser concedida, independentemente de ser a beneficiária pessoa física ou jurídica, bem assim da natureza desta última em razão do seu objetivo social, se com ou sem fins lucrativos. Apenas que também exige a jurisprudência que haja a efetiva demonstração do estado de necessidade, não bastando para as pessoas jurídicas a mera alegação nesse sentido (Corte Especial, EREsp n. 388.045/RS, Rel. Min. Gilson Dipp, DJU de 22.09.2003; Corte Especial, EREsp n. 321.997/MG, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJU de 16.08.2004; 4ª Turma, REsp n. 556.081/SP, minha relatoria, DJU de 28.03.2005).
No caso dos autos, o e. Tribunal **a quo** analisou o pedido da gratuidade sob o enfoque das provas apresentadas pela ora recorrente, ao entendimento de que não comprovada a necessidade do benefício. Dessa forma, impossível no âmbito do especial demover o conjunto probatório para chegar a conclusão favorável à recorrente (Súmula n. 7).
Pelo exposto, nego seguimento ao recurso.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3722)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.288 - MS (2007/0197008-6)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: SÍLVIO DE JESUS GARCIA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ALVIDO JOSÉ HERMANN
ADVOGADO	: LUIZ EPELBAUM E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em ação revisional, limitou em 12% ao ano a incidência dos juros remuneratórios previstos em contrato de abertura de crédito, com fundamento no CDC, na Lei de Usura e na Constituição Federal; e excluiu a cláusula instituidora da comissão de permanência.
Quanto à limitação dos juros remuneratórios, cumprido o requisito ínsito da Súmula n. 126/STJ, posicionou-se esta Corte no rumo de que com o advento da Lei n. 4.595/1964, diploma que disciplina de forma especial o Sistema Financeiro Nacional e suas instituições, restou afastada a incidência da Lei de Usura, tendo ficado delegado ao Conselho Monetário Nacional poderes normativos para limitar as referidas taxas, salvo as exceções legais. A propósito, aplicável a Súmula n. 596/STF.
Por outro lado, ainda que aplicável a Lei n. 8.078/1990, a Segunda Seção desta Corte (REsp n. 407.097/RS), sedimentou o entendimento de que o pacto referente à taxa de juros só pode ser alterado se reconhecida sua abusividade em cada hipótese, desinfluente para tal fim a estabilidade inflacionária no período, e imprestável o patamar de 12% ao ano, já que sequer a taxa média de mercado, **que não é potestativa**, se considera excessiva, para efeitos de validade da avença.
Referentemente à comissão de permanência, firmou-se o entendimento de que ela pode ser deferida de acordo com a Súmula n. 294 deste Tribunal, desde que sem cumulação com juros remuneratórios e moratórios, multa e correção monetária (2ª Seção, AgR-REsp n. 706.368/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, unânime, DJU de 08.08.2005). Assim se procedeu, para evitar-se **bis in idem**, porque aquela parcela possui a mesma natureza destes encargos. Todavia, na hipótese dos autos, a sentença **a quo** constatou a presença dos juros moratórios para o período de inadimplência (fl. 515) e, nesta parte, há o trânsito em julgado da decisão, porque não existe recurso a respeito, de sorte que impossível, assim, a concessão da comissão de permanência buscada pelo banco recorrente, sob pena de operar-se **reformatio in pejus,** caso excluídos os demais consectários moratórios.
Diante do provimento parcial do apelo especial e conseqüente redimensionamento dos ônus sucumbenciais, resta prejudicada a insurgência atinente à ilegitimidade para pleitear a majoração dos honorários, distribuição dos ônus de sucumbência e valor exacerbado dos honorários advocatícios.
Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço do recurso e, dou-lhe parcial provimento, para que sejam observados os juros remuneratórios como pactuados. Os juros remuneratórios, no período da inadimplência, serão calculados conforme a Súmula n. 296-STJ. Em face da sucumbência recíproca, pagará o recorrido 70% (setenta por cento) das despesas processuais, arcando a instituição financeira com o restante, e verba honorária de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) exclusivamente em favor do recorrente, já considerado o êxito obtido e a compensação.
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3723)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.350 - RS (2007/0200637-3)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO	: MÁRCIA PEREIRA DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: GEOVANE JARDEL DUTRA DE PAULA
ADVOGADO	: ANTONIO ALBERTO GOMES GORGEN E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em ação de busca e apreensão, limitou em 12% ao ano a incidência dos juros remuneratórios previstos em contrato de mútuo com alienação fiduciária em garantia, firmado anteriormente à vigência do novel Código Civil, com fundamento na Lei n. 8.078/1990, cuja disciplina entendeu aplicável à espécie; excluiu a cláusula instituidora da comissão de permanência; vedou a capitalização; reduziu os juros mo-

ratórios; descaracterizou a mora em virtude da cobrança de encargos indevidos, julgando improcedente a ação de busca e apreensão.
Preliminarmente, não encontra passagem a pretensão de ver liberada a capitalização mensal de juros, vedada pelo Tribunal de origem sob o fundamento de que a matéria versada na Medida Provisória n. 2.170-36 não se reveste do caráter de relevância e urgência previsto no art. 62 da Carta Magna, sendo, portanto inconstitucional, bem como em virtude da suspensão de sua eficácia, diante da decisão exarada nos autos da ADIN n. 2316 (fl. 91). Isso porque restaram inatacados os fundamentos constitucionais do aresto **a quo**, o que atrai a incidência da Súmula n. 126 do STJ, ante a não-interposição de recurso extraordinário.
No mérito, reconheça-se a submissão das instituições financeiras aos princípios e regras do CDC, conforme, é claro, cada situação, e a possibilidade de revisão do contrato, de acordo com o entendimento do STJ cristalizado na Súmula n. 297.
Quanto à limitação dos juros remuneratórios, posicionou-se esta Corte no rumo de que com o advento da Lei n. 4.595/1964, diploma que disciplina de forma especial o Sistema Financeiro Nacional e suas instituições, restou afastada a incidência da Lei de Usura, tendo ficado delegado ao Conselho Monetário Nacional poderes normativos para limitar as referidas taxas, salvo as exceções legais. A propósito, aplicável a Súmula n. 596/STF.
Por outro lado, ainda que aplicável a Lei n. 8.078/1990, a Segunda Seção desta Corte (REsp n. 407.097/RS), sedimentou o entendimento de que o pacto referente à taxa de juros só pode ser alterado se reconhecida sua abusividade em cada hipótese, desinfluente para tal fim a estabilidade inflacionária no período, e imprestável o patamar de 12% ao ano, já que sequer a taxa média de mercado, **que não é potestativa**, se considera excessiva, para efeitos de validade da avença.
Referentemente à comissão de permanência, firmou-se o entendimento de que ela pode ser deferida de acordo com a Súmula n. 294 deste Tribunal, desde que sem cumulação com juros remuneratórios e moratórios, multa e correção monetária (2ª Seção, AgR-REsp n. 706.368/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, unânime, DJU de 08.08.2005). Assim se procedeu, para evitar-se **bis in idem**, porque aquela parcela possui a mesma natureza destes encargos. Todavia, na hipótese dos autos, o acórdão **a quo** constatou a presença dos juros moratórios para o período de inadimplência (fl. 92-v) e, nesta parte, há o trânsito em julgado da decisão, porque não existe recurso a respeito, de sorte que impossível, assim, a concessão da comissão de permanência buscada pelo banco recorrente, sob pena de operar-se **reformatio in pejus,** caso excluídos os demais consectários moratórios.
No que pertine à configuração da mora como requisito para ensejar a ação de busca e apreensão, também não colhe o recurso. Adoto o atual posicionamento da e. 2ª Seção, que considera que a cobrança do crédito com acréscimos indevidos, como por exemplo, a capitalização mensal dos juros, por exclusiva iniciativa do credor, não tem o condão de constituir o devedor em mora, porque dificultado o pagamento, causando a impontualidade da qual ainda se beneficiaria com a aplicação da cláusula penal (EREsp n. 163.884/RS). Acresçam-se, no particular, o AgR-REsp n. 423.266/RS, o REsp 231.319/RS, e o AgR-AG n. 334.371/RS. Ressalvo meu ponto de vista, por ter que a multa moratória deveria ser cobrada proporcionalmente ao **quantum** efetivamente devido.
Sobre os juros moratórios, não incluídos no precedente pacificador acima, a 2ª Seção (REsp n. 402.483/RS) decidiu que não podem ser pactuados além do limite de 12% ao ano, previsto na Lei de Usura, enquanto que seu piso obedeceria à prescrição legal do art. 1.062 do Código Civil revogado, como ocorrente no caso em tela, restando mantido o percentual contratado, que se adequa à faixa admitida pelo posicionamento jurisprudencial mais moderno.
Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço em parte do recurso e, nessa parte, dou-lhe parcial provimento, para que sejam observados os juros remuneratórios e moratórios, como pactuados. Os juros remuneratórios, no período da inadimplência, serão calculados conforme a Súmula n. 296-STJ. Em face da sucumbência recíproca, pagará o recorrido 70% (setenta por cento) das despesas processuais, arcando a instituição financeira com o restante, e verba honorária de R$ 1.000,00 (mil reais) exclusivamente em favor do recorrente, já considerado o êxito obtido e a compensação, ônus suspensos em função da justiça gratuita (fl. 64-v).
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3724)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.386 - RS (2007/0201377-0)

RELATOR	**: MINISTRO MASSAMI UYEDA**
RECORRENTE	: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO	: DENISE CABREIRA GOLAMBIESKI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LAURI ALOISIO KERBER
ADVOGADO	: RAFAEL OSVALDO DE AZEVEDO LOPES E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL - CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - NULIDADE DE CLÁUSULAS ABUSIVAS - DECLARAÇÃO DE OFÍCIO - IMPOSSIBILIDADE - RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pela BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, em que se alega violação dos artigos 515 do Código de Processo Civil, 3º, 4º, VI e IX, 9º e 10 da Lei n. 4.595/64, 394, 395 e 406 do Código Civil e 42 e 43 do Código de Defesa do Consumidor, bem como dissídio jurisprudencial.
Verifica-se, da análise dos autos, que a ação revisional proposta por LAURI ALOISIO KERBER em face da recorrente, tendo por objeto contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária, teve o pedido julgado parcialmente procedente pelo r. Juízo de primeiro grau para afastar a capitalização mensal dos juros, permitida a anual, excluir a comissão de permanência, determinar que a multa incida à taxa de 2% sobre o valor da parcela vencida e autorizar a compensação.
Interposta apelação pela recorrente, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul conferiu parcial provimento ao recurso, com disposições de ofício, nos termos da ementa a seguir:
"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO GARANTIDA POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. APRECIAÇÃO DO AGRAVO RETIDO. Resta prejudicado o pedido de conhecimento e provimento do agravo retido diante da inexistência do recurso nos autos. CAPITALIZAÇÃO. A capitalização de juros é permitida na forma pactuada nos contratos de cédula de crédito bancário, de acordo com a Lei nº 10.931/2004. PREQUESTIONAMENTO. Na linha decisória do acórdão, não há falar em negativa de vigência a qualquer dispositivo legal. DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO. É cabível, ao Julgador, de ofício, o reconhecimento de nulidade de cláusula contratual considerada abusiva, por se tratar de nulidade de pleno direito, nos termos do CDC. JUROS REMUNERATÓRIOS. Não merecem manutenção os juros remuneratórios pactuados em taxa superior a 12% ao ano, conforme limitação constante no Decreto 22.626/33, no CDC, e diante de ausência de prova de que o financiador tenha autorização do CMN para praticar taxas superiores. Disposição de ofício. MORA. Evidenciadas ilegalidades/abusividades na avença, impõe-se o afastamento da mora, Disposição de ofício. TARIFA/TAXA PARA COBRANÇA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS PELA CONCESSÃO DO FINANCIAMENTO. A tarifa/taxa para cobrança de despesas administrativas pela concessão do financiamento é nula de pleno direito, por ofensa aos arts. 46, primeira parte, e 51, inc. IV, do CDC. Disposição de ofício. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. Admite-se a repetição do indébito, de forma simples, de valores pagos em virtude de cláusulas ilegais, em razão do princípio que veda o enriquecimento injustificado do credor. Disposição de ofício. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. Diante da parcial procedência do pedido revisional, devem ser deferidas as medidas acautelatórias do direito da parte autora, como a proibição de inclusão do seu nome em órgãos de proteção ao crédito e de manutenção na posse do bem objeto do contrato, desde que depositados, mensalmente, na data do vencimento de cada parcela, os valores entendidos como devidos, observados o valor principal, juros de 12% ao ano e variação pelo IGP-M. Disposição de ofício. Agravo retido prejudicado. Apelação parcialmente provida."

No presente apelo nobre, busca a recorrente a reforma do v. acórdão, insurgindo-se no que diz respeito: *i)* ao julgamento com disposições de ofício; *ii)* à limitação dos juros remuneratórios; *iii)* à descaracterização da mora; *iv)* à manutenção do devedor na posse do bem; *v)* à vedação da inscrição do nome do recorrido nos cadastros de proteção ao crédito; e *vi)* à repetição do indébito.
O recorrido não apresentou contra-razões, conforme certidão à fl. 249.
É o relatório.
A irresignação merece prosperar.
Com efeito.
Com relação à alegada ofensa ao art. 515 do CPC, o entendimento mais recente desta egrégia Corte é no sentido da impossibilidade do reconhecimento, de ofício, de nulidade de cláusulas contratuais consideradas abusivas, sendo, para tanto, necessário o pedido expresso da parte interessada. Nesse sentido, anota-se o seguinte precedente:
"Não é possível ao Tribunal de origem reconhecer, de ofício, a nulidade de cláusulas consideradas abusivas, em contratos regulados pelo Código de Defesa do Consumidor. Para tanto, é necessário a interposição de recurso pela parte interessada. Precedente. Recurso conhecido e parcialmente provido." (REsp 612470 / RS, Rel. Ministra Nancy Andrighi, DJ 30.06.2006)

Assinala-se, ainda, que, nos termos do artigo 515 do CPC, excetuando-se as matérias de ordem pública, examináveis de ofício, o recurso de apelação devolve para o Órgão *ad quem* a matéria impugnada, que se restringe aos limites dessa impugnação.
Afere-se, na espécie, ter o Órgão prolator da decisão recorrida proferido julgamento *extra petita*, porquanto enfrentou questões atinentes a direito patrimonial, que não constituíram objeto de insurgência.
Dessa forma, devem ser afastadas as disposições *ex officio* relativas à limitação dos juros remuneratórios, à descaracterização da mora, à concessão da antecipação da tutela, à repetição do indébito e à exclusão da tarifa ou taxa na concessão do financiamento.
Assim sendo, amparado no artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dá-se provimento ao recurso especial para afastar as disposições de ofício do Tribunal *a quo* acima elencadas.
Em razão da sucumbência recíproca, condena-se as partes ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, mantido quanto a estes o valor fixado na sentença, que deverá ser reciprocamente suportado na proporção de 10% pela recorrente e 90% pelo recorrido, admitindo-se a compensação nos termos da lei.
Por ser o recorrido beneficiário da assistência judiciária gratuita (fl. 16), fica suspensa a exigibilidade das custas judiciais e dos honorários advocatícios, nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/50.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO MASSAMI UYEDA
Relator

(3725)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.427 - RS (2007/0201316-2)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO PANAMERICANO S/A
ADVOGADO	: VALQUIRIA BELMENI STEFFENS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JANE RAQUEL BEHLING FERNANDES
ADVOGADO	: CARLOS DUARTE JÚNIOR E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em ação revisional, limitou em 12% ao ano a incidência dos juros remuneratórios previstos em contrato de mútuo com alienação fiduciária em garantia; e excluiu a cláusula instituidora da comissão de permanência.
Preliminarmente, não prospera a irresignação concernente às disposições de ofício e repetição do indébito, apenas **en passant** mencionados à fl. 195, pois as razões recursais não trazem qualquer dispositivo legal violado ou acórdão divergente, esbarrando o inconformismo, assim, na Súmula n. 284-STF.
No mérito, quanto à limitação dos juros remuneratórios, posicionou-se esta Corte no rumo de que com o advento da Lei n. 4.595/1964, diploma que disciplina de forma especial o Sistema Financeiro Nacional e suas instituições, restou afastada a incidência da Lei de Usura, tendo ficado delegado ao Conselho Monetário Nacional poderes normativos para limitar as referidas taxas, salvo as exceções legais. A propósito, aplicável a Súmula n. 596/STF.
Por outro lado, ainda que aplicável a Lei n. 8.078/1990, a Segunda Seção desta Corte (REsp n. 407.097/RS), sedimentou o entendimento de que o pacto referente à taxa de juros só pode ser alterado se reconhecida sua abusividade em cada hipótese, desinfluente para tal fim a estabilidade inflacionária no período, e imprestável o patamar de 12% ao ano, já que sequer a taxa média de mercado, **que não é potestativa**, se considera excessiva, para efeitos de validade da avença.
Referentemente à comissão de permanência, firmou-se o entendimento de que ela pode ser deferida de acordo com a Súmula n. 294 deste Tribunal, desde que sem cumulação com juros remuneratórios e moratórios, multa e correção monetária (2ª Seção, AgR-REsp n. 706.368/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, unânime, DJU de 08.08.2005). Assim se procedeu, para evitar-se **bis in idem**, porque aquela parcela possui a mesma natureza destes encargos. Todavia, na hipótese dos autos, a sentença **a quo** constatou a presença dos juros moratórios e da multa para o período de inadimplência (fl. 111) e, nesta parte, há o trânsito em julgado da decisão, porque não existe recurso a respeito, de sorte que impossível, assim, a concessão da comissão de permanência buscada pelo banco recorrente, sob pena de operar-se **reformatio in pejus,** caso excluídos os demais consectários moratórios.
Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço em parte do recurso e, nessa parte, dou-lhe parcial provimento, para que sejam observados os juros remuneratórios como pactuados. Os juros remuneratórios, no período da inadimplência, serão calculados conforme a Súmula n. 296-STJ. Em face da sucumbência recíproca, pagará a recorrida 70% (setenta por cento) das despesas processuais, arcando a instituição financeira com o restante, e verba honorária de R$ 1.000,00 (mil reais) exclusivamente em favor do recorrente, já considerado o êxito obtido e a compensação, ônus suspensos em função da justiça gratuita.
Publique-se.
Brasília (DF), 14 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3726)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.434 - RS (2007/0201327-5)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO PANAMERICANO S/A
ADVOGADO	: VALQUIRIA BELMENI STEFFENS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: SILVANA MARIA SANTANA DA SILVA
ADVOGADO	: DANIEL DA SILVA ACUNHA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em ação revisional, limitou em 12% ao ano a incidência dos juros remuneratórios previstos em contrato de mútuo com alienação fiduciária em garantia, com fundamento no CDC; excluiu a cláusula instituidora da comissão de permanência; e de ofício, adotou o IGP-M como índice de correção monetária; descaracterizou a mora; declarou nula a cláusula de emissão de título de crédito; afastou a tarifa de emissão de boleto bancário e a tarifa de abertura de crédito; e proibiu o protesto dos títulos de crédito.

Preliminarmente, inadmissível o recurso quanto ao tema dos juros moratórios, em virtude da ausência de interesse recursal, pois o acórdão atendeu o pleito do recorrente, conforme se verifica à fl. 128v.
Ainda **ab initio**, não encontra passagem a temática relativa à inexistência da capitalização dos juros, pois a conclusão do Tribunal revisor, que a excluiu integralmente, foi obtida pela análise do conteúdo fático e contratual dos autos, que se situa fora da esfera de atuação desta Corte, nos termos das Súmulas n. 5 e 7-STJ.
Além disso, cumpre salientar que a via especial não comporta a análise de matéria decidida também por fundamento constitucional, como a inaplicabilidade da Medida Provisória 2.170-36/2001, por ausência de relevância e urgência, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, quando o recorrente, como na hipótese, não tenha interposto recurso endereçado ao E. STF, fazendo incidir a Súmula n. 126-STJ.
No mérito, incidiu verdadeiramente em julgamento **extra petita** o enfrentamento de ofício pelo aresto estadual da questão relativa à descaracterização da mora; declaração de nulidade da cláusula de emissão de título de crédito; afastamento da tarifa de emissão de boleto bancário e da tarifa de abertura de crédito; e proibição do protesto dos títulos de crédito (REsp n. 42.995/MG e REsp n. 541.153/RS), restando que ficam excluídos do acórdão **a quo**, motivo pelo qual não serão abordados a seguir. Contudo, não houve julgamento de ofício da questão referente à aplicação do IGP-M, uma vez que suscitado o pronunciamento pelo recurso de apelação, conforme se verifica à fl. 105.
Quanto à limitação dos juros remuneratórios, posicionou-se esta Corte no rumo de que com o advento da Lei n. 4.595/1964, diploma que disciplina de forma especial o Sistema Financeiro Nacional e suas instituições, restou afastada a incidência da Lei de Usura, tendo ficado delegado ao Conselho Monetário Nacional poderes normativos para limitar as referidas taxas, salvo as exceções legais. A propósito, aplicável a Súmula n. 596/STF.
Por outro lado, ainda que aplicável a Lei n. 8.078/1990, a Segunda Seção desta Corte (REsp n. 407.097/RS), sedimentou o entendimento de que o pacto referente à taxa de juros só pode ser alterado se reconhecida sua abusividade em cada hipótese, desinfluente para tal fim a estabilidade inflacionária no período, e imprestável o patamar de 12% ao ano, já que sequer a taxa média de mercado, **que não é potestativa**, se considera excessiva, para efeitos de validade da avença.
Referentemente à comissão de permanência, firmou-se o entendimento de que ela pode ser deferida de acordo com a Súmula n. 294 deste Tribunal, desde que sem cumulação com juros remuneratórios e moratórios, multa e correção monetária (2ª Seção, AgR-REsp n. 706.368/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, unânime, DJU de 08.08.2005). Assim se procedeu, para evitar-se **bis in idem**, porque aquela parcela possui a mesma natureza destes encargos. Todavia, na hipótese dos autos, o acórdão **a quo** constatou a presença dos juros moratórios e da multa para o período de inadimplência (fl. 128v.) e, nesta parte, há o trânsito em julgado da decisão, porque não existe recurso a respeito, de sorte que impossível, assim, a concessão da comissão de permanência buscada pelo banco recorrente, sob pena de operar-se **reformatio in pejus,** caso excluídos os demais consectários moratórios.
Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço em parte do recurso e, nessa parte, dou-lhe parcial provimento, para que, excluídos os temas enfrentados de ofício, sejam observados os juros remuneratórios como pactuados. Os juros remuneratórios, no período da inadimplência, serão calculados conforme a Súmula n. 296-STJ. Em face da sucumbência recíproca, pagará a recorrida 70% (setenta por cento) das despesas processuais, arcando a instituição financeira com o restante, e verba honorária de R$ 1.000,00 (mil reais) exclusivamente em favor do recorrente, já considerado o êxito obtido e a compensação, ônus suspensos em função da justiça gratuita.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3727)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.640 - RS (2007/0201011-9)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO PANAMERICANO S/A
ADVOGADO	: VALQUIRIA BELMENI STEFFENS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: IANE VERENISE SIMON
ADVOGADO	: GABRIEL DINIZ DA COSTA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em ação revisional, limitou em 12% ao ano a incidência dos juros remuneratórios previstos em contrato de mútuo com alienação fiduciária em garantia, com fundamento no CDC; e de ofício, excluiu a cláusula instituidora da comissão de permanência; alterou a base de cálculo da multa moratória; e decretou a nulidade das taxas de abertura de crédito e de cadastro.
Preliminarmente, inadmissível o recurso quanto à cobrança da capitalização dos juros, haja vista o entendimento de que não houve pacto em qualquer periodicidade. Demover este fundamento do aresto estadual demandaria reexame de cláusula contratual de impossível tentame por meio do recurso especial (Súmula n.5/STJ). Ressalte-se que a cobrança da parcela só é possível quando há avença, não se tratando de fato notório.
Ainda **ab initio**, não prospera a irresignação concernente à caracterização da mora e repetição do indébito, apenas **en passant** mencionadas à fl. 194, pois as razões recursais não trazem qualquer dispositivo legal violado ou acórdão divergente, esbarrando o inconformismo, assim, na Súmula n. 284-STF.
Além disso, inadmissível o recurso quanto ao tema dos juros moratórios, em virtude da ausência de interesse recursal, pois o acórdão atendeu o pleito do recorrente, conforme se verifica à fl. 175.
No mérito, incidiu verdadeiramente em julgamento **extra petita** o enfrentamento de ofício pelo aresto estadual da questão relativa à exclusão da cláusula instituidora da comissão de permanência; alteração da base de cálculo da multa moratória; e decretação de nulidade das taxas de abertura de crédito e de cadastro (REsp n. 42.995/MG e REsp n. 541.153/RS), restando que ficam excluídas do acórdão **a quo**, motivo pelo qual não serão abordadas a seguir.
Quanto à limitação dos juros remuneratórios, posicionou-se esta Corte no rumo de que com o advento da Lei n. 4.595/1964, diploma que disciplina de forma especial o Sistema Financeiro Nacional e suas instituições, restou afastada a incidência da Lei de Usura, tendo ficado delegado ao Conselho Monetário Nacional poderes normativos para limitar as referidas taxas, salvo as exceções legais. A propósito, aplicável a Súmula n. 596/STF.
Por outro lado, ainda que aplicável a Lei n. 8.078/1990, a Segunda Seção desta Corte (REsp n. 407.097/RS), sedimentou o entendimento de que o pacto referente à taxa de juros só pode ser alterado se reconhecida sua abusividade em cada hipótese, desinfluente para tal fim a estabilidade inflacionária no período, e imprestável o patamar de 12% ao ano, já que sequer a taxa média de mercado, **que não é potestativa**, se considera excessiva, para efeitos de validade da avença.
Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço em parte do recurso e, nessa parte, dou-lhe provimento, para que, excluídos os temas enfrentados de ofício, sejam observados os juros remuneratórios como pactuados. Em face da sucumbência recíproca, pagará a recorrida 70% (setenta por cento) das despesas processuais, arcando a instituição financeira com o restante, e verba honorária de R$ 1.000,00 (mil reais) exclusivamente em favor do recorrente, já considerado o êxito obtido e a compensação, ônus suspensos em função da justiça gratuita.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3728)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.651 - GO (2007/0200553-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO GENERAL MOTORS S/A
ADVOGADO	: ALUIZIO NEY DE MAGALHÃES AYRES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ROLDÃO VIEIRA DA SILVA
ADVOGADO	: RUBENS ALVES DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em ação revisional, limitou em 12% ao ano a incidência dos juros remuneratórios previstos em contrato de mútuo, com fundamento na Lei de Usura e na Constituição Federal; excluiu a cláusula instituidora da comissão de permanência; e afastou a capitalização dos juros.
Preliminarmente, quanto à assertiva de violação ao art. 535 do CPC, sem razão o recorrente, haja vista que enfrentadas todas as questões levantadas pela parte, porém em sentido contrário ao almejado.
Ainda **ab initio**, cumpre salientar que a via especial não é a sede apropriada para discussão de matéria de índole constitucional, que está reservada à exclusiva competência do Egrégio Supremo Tribunal Federal, desde que deduzida por meio de recurso próprio.
Além disso, não encontra passagem a pretensão de auferir a capitalização mensal dos juros com base na Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (2.170-36/2001), por ausência de prequestionamento. Incidentes as Súmulas n. 282 e 356 do E. STF.
No mérito, quanto à limitação dos juros remuneratórios, cumprido o requisito ínsito da Súmula n. 126/STJ, posicionou-se esta Corte no rumo de que com o advento da Lei n. 4.595/1964, diploma que disciplina de forma especial o Sistema Financeiro Nacional e suas instituições, restou afastada a incidência da Lei de Usura, tendo ficado delegado ao Conselho Monetário Nacional poderes normativos para limitar as referidas taxas, salvo as exceções legais. A propósito, aplicável a Súmula n. 596/STF.
Por outro lado, ainda que aplicável a Lei n. 8.078/1990, a Segunda Seção desta Corte (REsp n. 407.097/RS), sedimentou o entendimento de que o pacto referente à taxa de juros só pode ser alterado se reconhecida sua abusividade em cada hipótese, desinfluente para tal fim a estabilidade inflacionária no período, e imprestável o patamar de 12% ao ano, já que sequer a taxa média de mercado, **que não é potestativa**, se considera excessiva, para efeitos de validade da avença.
Referentemente à comissão de permanência, firmou-se o entendimento de que ela pode ser deferida de acordo com a Súmula n. 294 deste Tribunal, desde que sem cumulação com juros remuneratórios e moratórios, multa e correção monetária (2ª Seção, AgR-REsp n. 706.368/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, unânime, DJU de 08.08.2005). Assim se procedeu, para evitar-se **bis in idem**, porque aquela parcela possui a mesma natureza destes encargos. Todavia, na hipótese dos autos, a sentença **a quo** constatou a presença da multa para o período de inadimplência (fl. 116) e, nesta parte, há o trânsito em julgado da decisão, porque não existe recurso a respeito, de sorte que impossível, assim, a concessão da comissão de permanência buscada pelo banco recorrente, sob pena de operar-se **reformatio in pejus,** caso excluídos os demais consectários moratórios.
Com relação à capitalização mensal dos juros, a pretensão recursal de incluí-la no cálculo do débito esbarra no óbice da Súmula n. 121 do STF e na Lei de Usura, que a vedam em contratos que tais, em qualquer periodicidade, ainda que expressamente pactuada (REsp n. 219.281/PR).
Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço em parte do recurso e, nessa parte, dou-lhe parcial provimento, para que sejam observados os juros remuneratórios como pactuados. Os juros remuneratórios, no período da inadimplência, serão calculados conforme a Súmula n. 296-STJ. Em face da sucumbência recíproca, pagará o recorrido 70% (setenta por cento) das despesas processuais, arcando a instituição financeira com o restante, e verba honorária de R$ 1.000,00 (mil reais) exclusivamente em favor do recorrente, já considerado o êxito obtido e a compensação.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3729)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.796 - RS (2007/0203233-5)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A - BANRISUL
ADVOGADO	: TANISE SCHMIDT E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BAYARD DA ROSA LEITE DUARTE
ADVOGADO	: LEONORA REITENBACH DAVI E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em embargos à execução, de contrato de abertura de crédito, permitiu a capitalização anual dos juros.
Com relação à capitalização, cumprido o requisito ínsito da Súmula n. 126/STJ, a 2ª Seção, ao apreciar o REsp n. 602.068/RS, entendeu que somente nos contratos firmados após 31.03.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17, revigorada pela MP n. 2.170-36, em vigência graças ao art. 2º da Emenda Constitucional n. 32/2001, é admissível a capitalização dos juros em período inferior a um ano. **In casu**, o contrato sob exame foi firmado posteriormente às normas referenciadas. Dessa forma, legítima a capitalização dos juros remuneratórios, como pactuada.
Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço do recurso e, dou-lhe provimento, para que seja observada a capitalização dos juros como pactuada. Em face da sucumbência mínima do recorrente, pagará o recorrido a integralidade das despesas processuais e verba honorária de R$ 1.000,00 (mil reais).
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3730)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.876 - RS (2007/0203128-5)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: FINANSINOS S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO	: RICARDO DA CRUZ FRANCK
RECORRIDO	: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
ADVOGADO	: JAMIL ABDELRAZZAK ABDALA ABO ABDO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em ação revisional, limitou em 12% ao ano a incidência dos juros remuneratórios previstos em contrato de mútuo com alienação fiduciária em garantia, com fundamento no CDC; e excluiu a cláusula instituidora da comissão de permanência.
Verifica-se, preliminarmente, que restou consignado no voto condutor da apelação cível, à fl. 91, que a capitalização mensal dos juros pode ocorrer desde que previamente pactuada, mas o contrato discutido não prevê expressamente a cobrança do encargo na forma pretendida, motivo pelo qual foi afastada a aplicação da Medida Provisória n. 2.170-36/2001 (1.963-17/2000).
A conclusão do Tribunal revisor, foi obtida pela análise do conteúdo fático e contratual dos autos, que se situa fora da esfera de atuação desta Corte, nos termos das Súmulas n. 5 e 7-STJ.
No mérito, quanto à limitação dos juros remuneratórios, posicionou-se esta Corte no rumo de que com o advento da Lei n. 4.595/1964, diploma que disciplina de forma especial o Sistema Financeiro Nacional e suas instituições, restou afastada a incidência da Lei de Usura, tendo ficado delegado ao Conselho Monetário Nacional poderes normativos para limitar as referidas taxas, salvo as exceções legais. A propósito, aplicável a Súmula n. 596/STF.
Por outro lado, ainda que aplicável a Lei n. 8.078/1990, a Segunda Seção desta Corte (REsp n. 407.097/RS), sedimentou o entendimento de que o pacto referente à taxa de juros só pode ser alterado se reconhecida sua abusividade em cada hipótese, desinfluente para tal fim a estabilidade inflacionária no período, e imprestável o patamar

de 12% ao ano, já que sequer a taxa média de mercado, **que não é potestativa**, se considera excessiva, para efeitos de validade da avença.
Referentemente à comissão de permanência, firmou-se o entendimento de que ela pode ser deferida de acordo com a Súmula n. 294 deste Tribunal, desde que sem cumulação com juros remuneratórios e moratórios, multa e correção monetária (2ª Seção, AgR-REsp n. 706.368/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, unânime, DJU de 08.08.2005). Assim se procedeu, para evitar-se **bis in idem**, porque aquela parcela possui a mesma natureza destes encargos. Todavia, na hipótese dos autos, o acórdão **a quo** constatou a presença da multa para o período de inadimplência (fl. 92) e, nesta parte, há o trânsito em julgado da decisão, porque não existe recurso a respeito, de sorte que impossível, assim, a concessão da comissão de permanência buscada pelo banco recorrente, sob pena de operar-se **reformatio in pejus,** caso excluídos os demais consectários moratórios.
Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço em parte do recurso e, nessa parte, dou-lhe parcial provimento, para que sejam observados os juros remuneratórios como pactuados. Os juros remuneratórios, no período da inadimplência, serão calculados conforme a Súmula n. 296-STJ. Em face da sucumbência recíproca, pagará o recorrido 70% (setenta por cento) das despesas processuais, arcando a instituição financeira com o restante, e verba honorária de R$ 1.000,00 (mil reais) exclusivamente em favor do recorrente, já considerado o êxito obtido e a compensação, ônus suspensos em função da justiça gratuita.
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3731)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.884 - RS (2007/0202734-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO A J RENNER S/A
ADVOGADO	: JONATHAN LOIANE DE LEMOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ROMULO JARDEL ARNOLD
ADVOGADO	: GABRIEL DINIZ DA COSTA

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em ação revisional, limitou em 12% ao ano a incidência dos juros remuneratórios previstos em contrato de mútuo com alienação fiduciária em garantia, com fundamento no CDC; afastou as taxas de abertura de crédito e de emissão de boleto bancário; descaracterizou a mora em virtude da cobrança de encargos indevidos; e afastou a capitalização dos juros.
No mérito, incidiu verdadeiramente em julgamento **extra petita** o enfrentamento de ofício pelo aresto estadual da questão relativa ao afastamento das taxas de abertura de crédito e de emissão de boleto bancário; e descaracterização da mora em virtude da cobrança de encargos indevidos (REsp n. 42.995/MG e REsp n. 541.153/RS), restando que ficam excluídos do acórdão **a quo**, motivo pelo qual não serão abordados a seguir. Contudo, não houve julgamento **extra petita** da questão referente à capitalização dos juros, uma vez que suscitado o pronunciamento pelo recurso de apelação, conforme se verifica à fl. 135.
Quanto à limitação dos juros remuneratórios, posicionou-se esta Corte no rumo de que com o advento da Lei n. 4.595/1964, diploma que disciplina de forma especial o Sistema Financeiro Nacional e suas instituições, restou afastada a incidência da Lei de Usura, tendo ficado delegado ao Conselho Monetário Nacional poderes normativos para limitar as referidas taxas, salvo as exceções legais. A propósito, aplicável a Súmula n. 596/STF.
Por outro lado, ainda que aplicável a Lei n. 8.078/1990, a Segunda Seção desta Corte (REsp n. 407.097/RS), sedimentou o entendimento de que o pacto referente à taxa de juros só pode ser alterado se reconhecida sua abusividade em cada hipótese, desinfluente para tal fim a estabilidade inflacionária no período, e imprestável o patamar de 12% ao ano, já que sequer a taxa média de mercado, **que não é potestativa**, se considera excessiva, para efeitos de validade da avença.
Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço do recurso e, dou-lhe parcial provimento, para que, excluídos os temas enfrentados de ofício, sejam observados os juros remuneratórios como pactuados. Em face da sucumbência recíproca, pagará o recorrido 70% (setenta por cento) das despesas processuais, arcando a instituição financeira com o restante, e verba honorária de R$ 1.000,00 (mil reais) exclusivamente em favor do recorrente, já considerado o êxito obtido e a compensação, ônus suspensos em função da justiça gratuita.
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3732)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.917 - RS (2007/0203106-0)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO GMAC S/A
ADVOGADO	: GUSTAVO ROCHA FERNANDES GONÇALVES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ANTÔNIO MARCELO PACHECO DE SOUZA
ADVOGADO	: RAFAEL CORTE MELLO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em ação revisional, limitou em 12% ao ano a incidência dos juros remuneratórios previstos em contrato de crédito bancário com alienação fiduciária em garantia; excluiu a cláusula instituidora da comissão de permanência; descaracterizou a mora; e afastou a taxa de cadastro.
Primeiramente, não conheço da insurgência acerca da capitalização mensal dos juros, uma vez que o acórdão objurgado entendeu pela sua inaplicabilidade a teor do art. 591 do novo Código Civil, fundamento esse inatacado pelo recorrente, o que atrai a incidência da Súmula n. 283 do STF.
No mérito, incidiu verdadeiramente em julgamento **extra petita** o enfrentamento de ofício pelo aresto estadual da questão relativa à descaracterização da mora; e afastamento da taxa de cadastro (REsp n. 42.995/MG e REsp n. 541.153/RS), restando que ficam excluídas do acórdão **a quo**, motivo pelo qual não serão abordadas a seguir.
Quanto à limitação dos juros remuneratórios, posicionou-se esta Corte no rumo de que com o advento da Lei n. 4.595/1964, diploma que disciplina de forma especial o Sistema Financeiro Nacional e suas instituições, restou afastada a incidência da Lei de Usura, tendo ficado delegado ao Conselho Monetário Nacional poderes normativos para limitar as referidas taxas, salvo as exceções legais. A propósito, aplicável a Súmula n. 596/STF.
Por outro lado, ainda que aplicável a Lei n. 8.078/1990, a Segunda Seção desta Corte (REsp n. 407.097/RS), sedimentou o entendimento de que o pacto referente à taxa de juros só pode ser alterado se reconhecida sua abusividade em cada hipótese, desinfluente para tal fim a estabilidade inflacionária no período, e imprestável o patamar de 12% ao ano, já que sequer a taxa média de mercado, **que não é potestativa**, se considera excessiva, para efeitos de validade da avença.
Referentemente à comissão de permanência, firmou-se o entendimento de que ela pode ser deferida de acordo com a Súmula n. 294 deste Tribunal, desde que sem cumulação com juros remuneratórios e moratórios, multa e correção monetária (2ª Seção, AgR-REsp n. 706.368/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, unânime, DJU de 08.08.2005). Assim se procedeu, para evitar-se **bis in idem**, porque aquela parcela possui a mesma natureza destes encargos. Todavia, na hipótese dos autos, o acórdão **a quo** constatou a presença da multa para o período de inadimplência (fl. 99) e, nesta parte, há o trânsito em julgado da decisão, porque não existe recurso a respeito, de sorte que impossível, assim, a concessão da comissão de permanência buscada pelo banco recorrente, sob pena de operar-se **reformatio in pejus,** caso excluídos os demais consectários moratórios.
Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço em parte do recurso e, nessa parte, dou-lhe parcial provimento, para que, excluídos os temas enfrentados de ofício, sejam observados os juros remuneratórios como pactuados. Os juros remuneratórios, no período da inadimplência, serão calculados conforme a Súmula n. 296-STJ. Em face da sucumbência recíproca, pagará o recorrido 70% (setenta por cento) das despesas processuais, arcando a instituição financeira com o restante, e verba honorária de R$ 1.000,00 (mil reais) exclusivamente em favor do recorrente, já considerado o êxito obtido e a compensação, ônus suspensos em função da justiça gratuita.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3733)

RECURSO ESPECIAL Nº 982.550 - MG (2007/0203357-2)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: SANDRA CRISTINA RICCI
ADVOGADO	: JOAO GOMES PESSOA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO	: ROBERTO ALVES NUNES FILHO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial contra acórdão que, julgando ação revisional, extinguiu o processo sem julgamento de mérito, entendendo que o ajuizamento da demanda em local diverso do foro do domicílio do devedor fere o princípio constitucional do Juiz Natural.
Primeiramente, incidentes as Súmulas n. 282 e 356 do E. STF à alegada violação dos arts. 81, 82, 83 e 91 do CDC, por ausência de prequestionamento.
Quanto à insurgência acerca do foro apropriado para o processamento da ação, verifico que o acórdão objurgado analisou o tema sob a ótica eminentemente constitucional, discussão reservada, portanto, à exclusiva competência do Supremo Tribunal Federal, desde que deduzida por meio de recurso próprio.
Pelo exposto, nos termos do art. 557, **caput**, do CPC, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Brasília, 13 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR, Relator

(3734)

RECURSO ESPECIAL Nº 983.043 - RS (2007/0205505-5)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO	: EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ULISSES RODRIGUES DA COSTA
ADVOGADO	: EUGÊNIO L V GRANDÓ E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do Colendo TJRS que, em ação de cobrança, julgou procedente pedido de subscrição suplementar de ações decorrentes de contrato de participação financeira firmado com a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT; e aplicou multa por embargos protelatórios.
Preliminarmente, quanto à assertiva de violação aos arts. 165, 458, II, e 535, do CPC, sem respaldo o inconformismo, haja vista que enfrentadas todas as questões levantadas pela parte, porém em sentido contrário ao almejado.
Entretanto, quanto ao art. 538, parágrafo único, da Lei Adjetiva Civil, assiste razão à recorrente, posto que a presente espécie enquadra-se no disposto no enunciado sumular 98/STJ. Afastado, assim, o caráter protelatório dos embargos de declaração.
Não procede a alegação de prescrição prevista no art. 287, inciso II, alínea "g", da Lei n. 6.404/1976, pois não se trata de direito societário, mas pessoal, vez que na presente ação a parte autora pretende apenas a complementação de ações do contrato de participação financeira parcialmente inadimplido, caso em que o prazo prescricional é regido pelas normas do Código Civil (3ª Turma, REsp n. 829.835/RS, Rela. Mina. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 21.08.2006; 4ª Turma, REsp n. 855.484/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, julgado em 17.10.2006).
Em relação ao pedido de subscrição complementar das ações, "consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A (sucessora da CRT) e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado" (REsp n. 500.236-RS, Rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves, 4ª Turma, por maioria, DJU de 01.12.2003; REsp n. 470.433-RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, 2ª Seção, unânime, DJU de 22/09/2003).
Ademais, não há que se tratar sobre correção monetária do valor patrimonial da ação, conforme já apreciado pela 2ª Seção:
"DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA. CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO.
- A questão relativa à correção monetária do valor patrimonial da ação constitui inovação introduzida pela ora agravante, tendo em vista que referida matéria não foi trazida anteriormente e, por isso, não examinada pelas instâncias ordinárias, escapando, portanto, à apreciação desta Corte.
- De toda forma, a atualização monetária do investimento nada tem a ver com a fixação do valor patrimonial da ação, apurado com base em critérios totalmente distintos. Inexistência de relação entre o valor patrimonial da ação e a variação do poder aquisitivo da moeda.
Agravo regimental improvido."
(2ª Seção, AgRg no Ag n. 585.704/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 29.11.2004)

Pelo exposto, conheço em parte do recurso, e nessa parte, dou-lhe parcial provimento, apenas para afastar a aplicação da multa, com espeque na Súmula n. 98/STJ (art. 557, § 1°-A, do CPC).
Publique-se.
Brasília, 13 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3735)

RECURSO ESPECIAL Nº 985.805 - RS (2007/0212797-8)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: FINANCEIRA ALFA S A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO	: CLÁUDIO SCHAUN DE BITTENCOURT E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOÃO BATISTA PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	: LEANDRO RAUPP TIETBOHL E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em ação revisional, limitou em 12% ao ano a incidência dos juros remuneratórios previstos em contrato de mútuo; afastou a capitalização dos juros; admitiu a compensação/repetição simples do indébito; e de ofício: excluiu a cláusula instituidora da comissão de permanência; descaracterizou a mora em virtude da cobrança de encargos indevidos; reduziu a multa moratória; rechaçou a cobrança da taxa de abertura de crédito e de emissão de boleto bancário.
Preliminarmente, incidentes as Súmulas n. 282 e 356 do E. STF às teses de inscrição em cadastro restritivo de crédito e da manutenção de posse do veículo, por ausência de prequestionamento. De igual

modo, verifica-se que restou consignado no voto condutor da apelação cível, que o contrato discutido não prevê expressamente a cobrança do encargo na forma pretendida, motivo pelo qual foi afastada a aplicação da Medida Provisória n. 2.170-36/2001 (1.963-17/2000). A conclusão do Tribunal revisor, foi obtida pela análise do conteúdo fático e contratual dos autos, que se situa fora da esfera de atuação desta Corte, nos termos das Súmulas n. 5 e 7-STJ.

Preliminarmente, quanto à assertiva de violação ao art. 535 do CPC, sem razão o recorrente, haja vista que enfrentadas todas as questões levantadas pela parte, porém em sentido contrário ao almejado.

No mérito, incidiu verdadeiramente em julgamento **extra petita** o enfrentamento de ofício pelo aresto estadual das questões relativas à exclusão da cláusula instituidora da comissão de permanência; descaracterização da mora em virtude da cobrança de encargos indevidos; redução a multa moratória; da cobrança da taxa de abertura de crédito e de emissão de boleto bancário (REsp n. 42.995/MG e REsp n. 541.153/RS), restando que ficam excluídas do acórdão **a quo**, motivo pelo qual não serão abordadas a seguir.

Quanto à limitação dos juros remuneratórios, posicionou-se esta Corte no rumo de que com o advento da Lei n. 4.595/1964, diploma que disciplina de forma especial o Sistema Financeiro Nacional e suas instituições, restou afastada a incidência da Lei de Usura, tendo ficado delegado ao Conselho Monetário Nacional poderes normativos para limitar as referidas taxas, salvo as exceções legais. A propósito, aplicável a Súmula n. 596/STF.

Por outro lado, ainda que aplicável a Lei n. 8.078/1990, a Segunda Seção desta Corte (REsp n. 407.097/RS), sedimentou o entendimento de que o pacto referente à taxa de juros só pode ser alterado se reconhecida sua abusividade em cada hipótese, desinfluente para tal fim a estabilidade inflacionária no período, e imprestável o patamar de 12% ao ano, já que sequer a taxa média de mercado, **que não é potestativa**, se considera excessiva, para efeitos de validade da avença.

Ademais, aquela mesma 2ª Seção, no julgamento do REsp n. 680.237/RS (Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, unânime, DJU de 15.03.2006), **entendeu que mesmo para os contratos firmados após 11.01.2003**, **caso dos autos, vigoram os juros remuneratórios livremente pactuados, porquanto regidos por norma especial e equiparada a lei complementar (Lei n. 4.595/1964), que prevalece sobre o novo Código Civil, de caráter genérico, restando mantida a aplicabilidade da Súmula n. 596-STF**. O acórdão recebeu a seguinte ementa:

"COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATOS DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE E DE EMPRÉSTIMO PESSOAL. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS N. 282 E 356/STF. JUROS. LIMITAÇÃO (12% AA). LEI DE USURA (DECRETO N. 22.626/1933). NÃO INCIDÊNCIA. APLICAÇÃO DA LEI N. 4.595/1964. DISCIPLINAMENTO LEGISLATIVO POSTERIOR. SÚMULA N. 596-STF. INEXISTÊNCIA DE ONEROSIDADE EXCESSIVA. CONTRATO BANCÁRIO FIRMADO POSTERIORMENTE À VIGÊNCIA NO NOVO CÓDIGO CIVIL. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. CABIMENTO. CC, ARTS. 591 E 406.

I. Carente de prequestionamento tema objeto do inconformismo, a admissibilidade do recurso especial, no particular, encontra óbice nas Súmulas n. 282 e 356 do STF.

II. Inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do novo Código Civil.

III. Outrossim, não incide, igualmente, a limitação de juros remuneratórios em 12% ao ano prevista na Lei de Usura aos contratos de abertura de crédito.

IV. Admite-se a repetição do indébito de valores pagos em virtude de cláusulas ilegais, em razão do princípio que veda o enriquecimento injustificado do credor.

V. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, parcialmente provido."

Acerca da compensação/repetição do indébito, firmou-se nesta Corte que ela é possível, de forma simples, não em dobro, se verificada a cobrança de encargos ilegais, tendo em vista o princípio que veda o enriquecimento sem causa do credor, independente da comprovação do erro no pagamento, pela complexidade do contrato em discussão, no qual são inseridos valores sem que haja propriamente voluntariedade do devedor para tanto (REsp n. 184.237/RS e REsp n. 200.267/RS).

Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço em parte do recurso e, nessa parte, dou-lhe parcial provimento, para que, excluídos os temas enfrentados de ofício acima mencionado, sejam observados os juros remuneratórios, como pactuados, excluído o IGP-M acrescido de ofício para a fase de adimplência. Em face da sucumbência recíproca, pagará o recorrido 70% (setenta por cento) das despesas processuais, arcando a instituição financeira com o restante, e verba honorária de R$ 1.000,00 (mil reais) exclusivamente em favor do recorrente, já considerado o êxito obtido e a compensação, ônus suspensos em função da justiça gratuita.

Publique-se.

Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3736)

RECURSO ESPECIAL Nº 985.807 - RS (2007/0213128-1)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADO	: MARIA ALEXANDRA BURG OLIVEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ROSANGELA GRASSI
ADVOGADO	: JAMIL ABDELRAZZAK ABDALA ABO ABDO E OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão que, em ação revisional, limitou em 12% ao ano a incidência dos juros remuneratórios previstos em contrato de mútuo com alienação fiduciária em garantia, com fundamento no CDC; excluiu a cláusula instituidora da comissão de permanência; afastou a capitalização dos juros; descaracterizou a mora em virtude da cobrança de encargos indevidos; e vedou o protesto do título de crédito vínculado ao contrato.

Quanto à limitação dos juros remuneratórios, posicionou-se esta Corte no rumo de que com o advento da Lei n. 4.595/1964, diploma que disciplina de forma especial o Sistema Financeiro Nacional e suas instituições, restou afastada a incidência da Lei de Usura, tendo ficado delegado ao Conselho Monetário Nacional poderes normativos para limitar as referidas taxas, salvo as exceções legais. A propósito, aplicável a Súmula n. 596/STF.

Por outro lado, ainda que aplicável a Lei n. 8.078/1990, a Segunda Seção desta Corte (REsp n. 407.097/RS), sedimentou o entendimento de que o pacto referente à taxa de juros só pode ser alterado se reconhecida sua abusividade em cada hipótese, desinfluente para tal fim a estabilidade inflacionária no período, e imprestável o patamar de 12% ao ano, já que sequer a taxa média de mercado, **que não é potestativa**, se considera excessiva, para efeitos de validade da avença.

Referentemente à comissão de permanência, firmou-se o entendimento de que ela pode ser deferida de acordo com a Súmula n. 294 deste Tribunal, desde que sem cumulação com juros remuneratórios e moratórios, multa e correção monetária (2ª Seção, AgR-REsp n. 706.368/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, unânime, DJU de 08.08.2005). Assim se procedeu, para evitar-se **bis in idem**, porque aquela parcela possui a mesma natureza destes encargos. Todavia, na hipótese dos autos, o acórdão **a quo** constatou a presença dos juros moratórios e da multa para o período de inadimplência (fl. 164) e, nesta parte, há o trânsito em julgado da decisão, porque não existe recurso a respeito, de sorte que impossível, assim, a concessão da comissão de permanência buscada pelo banco recorrente, sob pena de operar-se **reformatio in pejus,** caso excluídos os demais consectários moratórios.

Com relação à capitalização, cumprido o requisito ínsito da Súmula n. 126/STJ, a 2ª Seção, ao apreciar o REsp n. 602.068/RS, entendeu que somente nos contratos firmados após 31.03.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17, revigorada pela MP n. 2.170-36, em vigência graças ao art. 2º da Emenda Constitucional n. 32/2001, é admissível a capitalização dos juros em período inferior a um ano. **In casu**, o contrato sob exame foi firmado posteriormente às normas referenciadas. Dessa forma, legítima a capitalização dos juros remuneratórios, como pactuada.

No que pertine à configuração da mora, não colhe o recurso. Adoto o atual posicionamento da e. 2ª Seção, que considera que a cobrança do crédito com acréscimos indevidos, como por exemplo, as taxas de abertura de crédito e de emissão de boleto, por exclusiva iniciativa do credor, não tem o condão de constituir o devedor em mora, porque dificultado o pagamento, causando a impontualidade da qual ainda se beneficiaria com a aplicação da cláusula penal (EREsp n. 163.884/RS). Acresçam-se, no particular, o AgR-REsp n. 423.266/RS, o REsp 231.319/RS, e o AgR-AG n. 334.371/RS. Ressalvo meu ponto de vista, por ter que a multa moratória deveria ser cobrada proporcionalmente ao **quantum** efetivamente devido.

Em relação à vedação do protesto do título de crédito vinculado ao contrato enquanto pendente ação revisional, procede a irresignação do recorrente. O acórdão estadual encontra-se em desacordo com a jurisprudência desta Corte, como revelam os seguintes precedentes: 4ª Turma, REsp n. 433.909/SP, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, unânime, DJU de 16.12.2002; 4ª Turma, REsp n. 300.078/RJ, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 15.10.2001; 3ª Turma, AgRg-MC n. 5.134/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, unânime, DJU de 28.10.2002.

Pelo exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, conheço do recurso e, dou-lhe parcial provimento, para que sejam observados os juros remuneratórios e a capitalização, como pactuados, permitido o protesto do título de crédito vinculado ao contrato. Os juros remuneratórios, no período da inadimplência, serão calculados conforme a Súmula n. 296-STJ. Em face da sucumbência recíproca, pagará a recorrida 70% (setenta por cento) das despesas processuais, arcando a instituição financeira com o restante, e verba honorária de R$ 1.000,00 (mil reais) exclusivamente em favor do recorrente, já considerado o êxito obtido e a compensação, ônus suspensos em função da justiça gratuita.

Publique-se.

Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3737)

RECURSO ESPECIAL Nº 988.604 - RS (2007/0218918-2)

RELATOR	**: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR**
RECORRENTE	: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO	: SABRINA CHAGAS PINTO CHIES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FLORANDINO DA COSTA
ADVOGADO	: LARRI DOS SANTOS FEULA

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de recurso especial manifestado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Com razão o recorrido, em óbice levantado nas contra-razões recursais. O inconformismo é inadmissível. A ausência de autenticação das cópias dos substabelecimentos à advogada subscritora do recurso especial (fls. 148, 189 e 200), constitui irregularidade formal, a impedir o trâmite do recurso especial.

Neste sentido, os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. PROCURAÇÃO. CÓPIA NÃO AUTENTICADA. SÚMULA N. 115/STJ.

1. A regular representação deve ser provada até a interposição do recurso especial, salvo quando requerida posterior juntada da procuração, que não é o caso destes autos.

2. A cópia da procuração desprovida de autenticação configura irregularidade de representação. Incidência da Súmula n. 115/STJ.

3. Agravo regimental improvido."

(3ª Turma, AgR-AG n. 282.241-RS, Relator Min. Carlos Alberto Menezes Direito, unânime, DJU de 05.06.2000)

- -

"PROCESSUAL CIVIL. CÓPIA DE PROCURAÇÃO NÃO AUTENTICADA.

- A procuração por cópia sem a devida autenticação acarreta irregularidade da representação, devendo, portanto, ser desconsiderada.

- Incidência da súmula 115/STJ.

- Precedentes.

- Recurso não conhecido."

(5ª Turma, REsp n. 172.913-SP, Relator Min. Felix Fischer, unânime, DJU de 05.10.1998)

- -

"PROCESSUAL CIVIL. CÓPIA DE PROCURAÇÃO NÃO AUTENTICADA POR ESCRIVÃO: INUTILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO NÃO CONHECIDO.

I - A regularidade da representação processual deve ser demonstrada através do instrumento de mandato original ou de fotocópia autenticada da procuração. Mera cópia da procuração não conferida por escrivão não serve para comprovar a regularidade da representação processual.

II - Precedentes do STJ: Ag n. 43.636/GO - AgRg e RMS n. 6.206/CE.

III - Recurso especial não conhecido."

(2ª Turma, REsp n. 140.820/RS, Rel. Min. Adhemar Maciel, unânime, DJU de 24.08.1998)

Pelo exposto, nos termos do art. 557, **caput**, do CPC, aplicando a Súmula n. 115 desta Corte, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Relator

(3738)

RECURSO ESPECIAL Nº 989.282 - MS (2005/0194581-2)

RELATOR	**: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**
RECORRENTE	: SAFRA LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADO	: SAMUEL CARVALHO JUNIOR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ZORTÉA TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	: ROBERTO WISOSKI AMARANTE E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por SAFRA LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL com fundamento no art. 105, inciso III, letra "a" da Constituição Federal, manejado frente a acórdão que impõe: (a) a limitação dos juros remuneratórios em 12% ao ano, (b) a impossibilidade da capitalização de juros, (c) a vedação da cobrança de comissão de permanência, (d) a substituição da TR pelo IGPM como critério de correção monetária e (e) a redução da multa contratual de 10% para 2%.

Aduz o recorrente violação ao art. 6º, §§ 1º e 2º, do Decreto-Lei 4.657/42; ao art. 104 do Código Civil; ao art. 4º, VI e IX, da Lei 4.595/64 e aos arts. 15, 16 e 17 da Lei 8.177/91. Insurge-se tão-somente contra a limitação dos juros, a vedação da cobrança da comissão de permanência e a substituição da TR pelo IGPM.

A irresignação merece parcial acolhida.

Quanto aos juros remuneratórios, a Segunda Seção desta Corte (Resp 407.097/RS) pacificou o entendimento no sentido de que, com a edição da Lei 4.595/64, não se aplica a limitação de 12% ao ano aos contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, ***ut*** súmula 596/STF, salvo nas hipóteses previstas em legislação específica.

A comissão de permanência, por sua vez, é devida para o período de inadimplência, não podendo ser cumulada com correção monetária (súmula 30/STJ), juros remuneratórios, moratórios e multa contratual (AGREsp 712.801/RS), calculada pela taxa média dos juros de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, tendo como limite máximo a taxa do contrato (Súmula 294/STJ).
Por fim, a TR, ***in casu***, não tem previsão contratual como correção monetária e, por conseguinte, não é devida, conforme decidido pela Segunda Seção (Resp 271214/RS).
Ante o exposto, nos termos do art. 557 do CPC, conheço do recurso especial e lhe dou parcial provimento para afastar a limitação dos juros remuneratórios de 12% ao ano e firmar a incidência da comissão de permanência nos moldes preconizados.
Custas e honorários de advogado, observado quanto a estes o ***quantum*** fixado na origem, na proporção em que vencidas as partes, compensando-se na forma da lei (art. 21 do CPC - Resp 330.848/PR).
Publicar.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, Relator

COORDENADORIA DA QUINTA TURMA

(3739)

MEDIDA CAUTELAR Nº 12.852 - RJ (2007/0119039-4)

RELATOR	**: MINISTRO FELIX FISCHER**
REQUERENTE	: LUIZ ANTÔNIO LIMA ABREU
ADVOGADO	: CLOVIS SAHIONE E OUTRO(S)
REQUERIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de medida cautelar, com pedido de liminar, proposta por LUIZ ANTÔNIO LIMA ABREU, objetivando conferir efeito suspensivo a agravo de instrumento interposto em face de r. decisão que negou seguimento ao recurso especial, interposto com fulcro no art.105, inciso III, alínea **a,** da **Lex Fundamentalis,** contra v. acórdão prolatado pelo e. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
A liminar foi denegada.
O requerido apresentou contestação.
A douta Subprocuradoria-Geral da República se manifestou pelo indeferimendo do pleito.
É o breve relatório.
O agravo de instrumento a que se pretendia conferir efeito suspensivo, registrado nesta Corte sob o nº 884.700/RJ, já foi apreciado, tendo-lhe sido negado conhecimento por meio de decisão publicada no DJ de 25/09/2007.
Com efeito, examinado o feito principal, no caso, o agravo de instrumento, resta prejudicado o feito acessório, na espécie, a referida medida cautelar.
Diante dessas considerações, tenho por prejudicada a presente cautelar. Por conseguinte, extingo o feito com fundamento no art. 808, III, c/c o art. 267, IV, ambos do CPC e no art. 38 da Lei nº 8.038/90.
P. e I.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FELIX FISCHER
Relator

(3740)

MEDIDA CAUTELAR Nº 13.301 - RN (2007/0233036-3)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
REQUERENTE	: JOSÉ ENEAS MONTENEGRO DUTRA
ADVOGADO	: RAIMUNDO BEVENUTO DA SILVA E OUTRO(S)
REQUERIDO	: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE UFRN

DECISÃO

Trata-se de medida cautelar, com pedido de liminar, proposta por JOSÉ ENEAS MONTENEGRO DUTRA, em que visa atribuir efeito suspensivo a recurso especial - interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região - em relação ao qual não foi exercido o juízo de admissibilidade na origem.
O requerente, Professor de 3º Grau, do Quadro de Pessoal da Universidade do Rio Grande do Norte, pretende, em essência, por meio da tutela ora requerida, manter-se removido do Departamento de Ciências Exatas e Aplicadas do Centro Regional de Ensino do Seridó, com sede em Caicó/RN, para o *Campus* Central, situado em Natal/RN.
É pacífico o entendimento segundo o qual, enquanto não realizado o primeiro juízo de admissibilidade, compete ao Tribunal *a quo* apreciar pedido de medida cautelar ou de atribuição de efeito suspensivo a recursos extraordinário e especial. Nesse sentido:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conceder medida cautelar para dar efeito suspensivo a recurso extraordinário que ainda não foi objeto de juízo de admissibilidade na origem. (Súmula 634/STF)

Cabe ao Presidente do Tribunal de origem decidir o pedido de medida cautelar em recurso extraordinário ainda pendente do seu juízo de admissibilidade. (Súmula 635/STF)

É oportuno registrar que tão-somente em casos excepcionalíssimos, em que seja demonstrado iminente perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, admite-se a apreciação de liminar para conceder efeito suspensivo a recurso especial em relação ao qual não foi exercido o prévio juízo de admissibilidade. Nesse sentido: MC 7.983/PE, Rel. Min. HÉLIO MOSIMANN, Segunda Turma, DJ de 25/5/1998, p. 76.
No caso em exame, não verifico a indispensável urgência, hábil a ensejar a concessão de tutela pretendida no Superior Tribunal de Justiça. O pedido de efeito suspensivo pode ser formulado e apreciado, sem iminente prejuízo ao requerente, no Tribunal de origem.
Ante o exposto, **indefiro liminarmente** a presente medida cautelar, com fundamento nos arts. 34, XVIII, e 288 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.
Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3741)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA nº 16831 - SP (2003/0130811-6)

RELATOR	**: MIN. ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: NEY ALBERTO VIANA CARDOSO E OUTROS
ADVOGADO	: MARIA CRISTINA LEITE TAPAJOS E OUTRO
T. ORIGEM	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO	: MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
RECORRIDO	: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
ADVOGADO	: ANDRÉA RASCOVSKI E OUTRO
RECORRIDO	: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ADVOGADO	: LAURA DE ALMEIDA LEITE LIMA

DESPACHO

O pedido de manutenção da MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO e da CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO na qualidade de recorridas será apreciado oportunamente, quando do julgamento do recurso ordinário.
Cumpra-se o despacho de fl. 325. Proceda-se à inclusão da MUNICIPALIDADE DE SÃO PAULO na condição de parte recorrida.
Abra-se, novamente, vista ao Ministério Público Federal.
Intimem-se. Cumpra-se.
Brasília (DF), 11 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3742)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 20.365 - SP (2005/0120844-5)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
T. ORIGEM	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO	: JUÍZA DE DIREITO DA 2A VARA CRIMINAL DE AVARÉ - SP
RECORRIDO	: JOSÉ CARLOS PINHEIRO
ADVOGADO	: LEONARDO GONÇALVES RUFFO - PROCURADORIA DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança no qual pretende o recorrente a reforma do acórdão de fl. 73, assim ementado:

Mandado de segurança - Suspensão do processo - Lei n° 9271/96 - Produção antecipada de prova oral. Postulação genérica - Não caracterização por ausência de demonstração do "periculum in mora" - Direito líquido e certo - Inexistência - Segurança denegada.

A decisão de primeiro grau que gerou a ação mandamental é do seguinte teor (fl. 50):

Nos termos do artigo 366 do CPP suspendo o trâmite processual e o curso do prazo prescricional. (...) Quanto ao pedido de antecipação da prova pleiteado pelo Dr. Promotor de Justiça, INDEFIRO, eis que não são consideradas urgentes, e em face do disposto no artigo 366 do referido Codex.

Em síntese, a antecipação da prova testemunhal se justificaria, "pois, com o passar do tempo, poderá perder-se ou sair seriamente prejudicada", conforme motivou o órgão do Ministério Público, ao requerer tal medida (fl. 49).
Correto o acórdão recorrido.
Com efeito, o juiz "pode", portanto, a ele é facultado, determinar a antecipação das provas consideradas urgentes. É o que prescreve o art. 366 do CPP. No caso, a decisão indeferitória não foi ilegal, sequer abusiva. O só fato do prejuízo, em tese, resultante do passar do tempo, que poderia prejudicar a memória quanto aos fatos, não é, por si só, suficiente para justificar aludida antecipação. Concretamente, caso a caso, compete ao respectivo magistrado avaliar a sua pertinência ou não. Fosse absoluta tal motivação, seria imperativa a antecipação das colheitas das provas testemunhais, em todos os processos nos quais ocorressem suspensões de seus andamentos, resultantes do referido dispositivo processual.
Como se sabe, a regra é o não-cabimento de mandado de segurança contra decisão judicial - arts. 5º, II, da Lei 1.533/51 e Súmula 268/STF; excepcionalmente, sendo a decisão manifestamente ilegal, abusiva, teratológica, e inexistindo a perspectiva de recurso ou correição para pleitear a sua reversão, admite-se o manejo da ação de pedir segurança. No caso, a decisão que indeferiu a antecipação da tomada da prova testemunhal, além de estar em consonância com a norma de regência - art. 366/CPP -, nada contém de teratologia, a justificar a utilização do *mandamus*.
Por tais razões, com base no art. 557, *caput*, do CPC, **nego seguimento** ao presente recurso.
Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3743)

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 21.076 - SP (2007/0069153-0)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: LUIZ GUSTAVO BARTH (PRESO)
ADVOGADO	: CESARE MONEGO
RECORRIDO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Nada a prover quanto à petição de fls. 241/243.
O pedido de desconstituição da prisão preventiva, objeto do presente recurso ordinário, será examinado, oportunamente, pelo órgão colegiado competente (5ª Turma do STJ).
De mais a mais, não vislumbro, ao menos em exame perfunctório, ilegalidade no ato Juízo de 1º grau ao restabelecer a prisão preventiva do recorrente após a decisão liminar (HC 63.467/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, que autorizava sua liberdade - a título precário -), restar sem efeitos diante do julgamento, em definitivo, do *writ*, em 16/2/07.
Intimem-se.
Após, voltem-me conclusos para julgamento.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3744)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 24.456 - MT (2007/0149431-1)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE	: SIPROTAF - SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE TRIBUTAÇÃO ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO ESTADUAL DE MATO GROSSO
ADVOGADO	: RENATO BISSE CABRAL E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADOR	: ALEXANDRE APOLONIO CALLEJAS E OUTRO(S)

DESPACHO

1. Trata-se de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, fundamentado na alínea *b* do art. 105, II da Constituição Federal e alínea *a* do inciso II do art. 539 do Código de Processo Civil, interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Mato Grosso.
2. Em face das alegações preliminares de mérito, apostas nas contrarazões (fls. 384/391), pelas quais se informa que o pleito guerreado neste *writ* foi atendido pela edição da Lei do Estado de Mato Grosso 8.617/06, manifestem-se os recorrentes, em 10 (dez) dias, acerca do interesse no prosseguimento do feito.
3. Publique-se.
4. Intimações.

Brasília/DF, 24 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3745)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 24.462 - MT (2007/0151059-3)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE	: WILSON AMIZO
ADVOGADO	: MARCIA ADELHEID NANI
RECORRIDO	: ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADOR	: ALEXANDRE APOLÔNIO CALLEJAS E OUTRO(S)

DECISÃO

1. Trata-se de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, fundamentado na alínea *b* do art. 105, II da Constituição Federal. O ora recorrente se insurge contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, que denegou a segurança pleiteada, sob a argumentação de ausência de ato abusivo ou ilegal na atividade da Administração Pública que verificou erro no pagamento dos proventos dos servidores e excluiu o adicional de final de carreira, com fundamento no art. 2º da Lei Complementar do Estado do Mato Grosso 79/2000 e no poder de revisão dos próprios atos, ementada nos seguintes termos:
MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL - SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO - DECADÊNCIA - INEXISTÊNCIA - ILEGITIMIDADE PASSIVA - NÃO OCORRÊNCIA - ADICIONAL DE FINAL DE CARREIRA AGREGADO AO VALOR DO SUBSÍDIO - MANUTENÇÃO DO VALOR DO PAGAMENTO DO BENEFÍCIO - ERRO DA ADMINISTRAÇÃO - ATO REVISTO DE OFÍCIO - NÃO-CONFIGURAÇÃO DE DIREITO ADQUIRIDO - 1ª PARTE DA SÚMULA N. 473 DO STF - ORDEM DENEGADA.

Há legitimidade do Governador para figurar no pólo passivo do mandamus, porquanto é o responsável pelos atos de seus auxiliares - Secretários de Estado, mormente quando se trata de pedido inserto no âmbito da política salarial dos servidos públicos estaduais.
"O prazo decadencial para impetração do mandado de segurança renova-se a cada ato lesivo que envolva prestações de trato sucessivo" (RTFR 121/370).
Verificado o erro no pagamento dos proventos dos servidores, a exclusão do adicional de final de carreira, procedida pela Administração Pública com alicerce no seu poder de revisão dos próprios atos, não constitui ato ilegal se tal benefício foi agregado ao cálculo do subsídio (1ª parte da Súmula n. 473 do STF).
2. Sustenta o recorrente que, desde sua aposentadoria, recebeu a gratificação de final de carreira incorporada ao subsídio, ainda que a forma de pagamento da mencionada verba restasse discriminada fora do subsídio (verba da gratificação adicionada diretamente ao subsídio). Ou seja, a gratificação, apesar de não englobada no subsídio, seria direito subjetivo do recorrente, agregado à sua remuneração.
3. Foram apresentadas as contra-razões às fls. 276/289, no qual a recorrida alega, em preliminar, a decadência do direito de requerer o Mandado de Segurança, com fundamento no art. 18 da Lei Federal 1.533/51 e precedentes do STJ e, no mérito, a manutenção dos termos do acórdão recorrido.
4. O Ministério Público Federal manifestou-se nos autos às fls. 302/305, pelo conhecimento do recurso e, no mérito, por seu desprovimento. É o relatório.
5. Descabe falar em decadência do direito de requerer o mandado de segurança. O prazo decadencial para a impetração do *writ* renova-se com a negativa do Poder Público, que configura ato lesivo, conforme se observa na jurisprudência desta Corte:
ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. SUPRESSÃO DE PARCELA REMUNERATÓRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. PRAZO PARA IMPETRAÇÃO. DECADÊNCIA. ART. 18 DA LEI 1.533/51. INOCORRÊNCIA. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. PRECEDENTES.
Nas obrigações de trato sucessivo, o prazo de 120 dias para impetração do mandamus se renova periodicamente, não havendo que se falar em decadência do direito de impetração. Recurso desprovido. (REsp. 497.726/PB, Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, DJU 08.11.2004).

6. Dest'arte, o recurso merece ser conhecido, mas, no mérito, razão não assiste ao recorrente.
7. Restou comprovado nos autos que a Lei Complementar 79/2000 do Mato Grosso, que regula a carreira do recorrente, ao instituir o subsídio fixado em parcela única, vetou a possibilidade de novas gratificações, estipulando-se a remuneração pelo subsídio, adicionado ao complemento constitucional. Verifica-se no seu art. 2º:
Art. 2º-Os integrantes do Grupo TAF - Tributação, Arrecadação e Fiscalização, da Secretaria de Estado da Fazenda, passam a ser remunerados através do subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de prêmio, verba de representação fixa ou variável, produtividade ou qualquer outra espécie remuneratória.
Parágrafo único. O subsídio de que trata o caput deste artigo é o somatório de todas as verbas remuneratórias e demais vantagens pecuniárias atualmente percebidas pelos integrantes do Grupo TAF.
8. Com isso, houve uma fusão dos vencimentos no subsídio, e a gratificação de final de carreira que continuou sendo paga ao servidor público aposentado até junho de 2005 foi fruto de inobservância da Administração Pública aos termos da norma jurídica. Por isso, a retirada da dita gratificação não significou a irredutibilidade de vencimentos, respeitando-se a Constituição Federal. Inclusive, o STJ afirmou seu entendimento neste caminho:
ADMINISTRATIVO - RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA - SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL INATIVA - SUPRESSÃO DE VANTAGENS - INEXISTÊNCIA - FUSÃO DA REMUNERAÇÃO - PARCELA ÚNICA (SUBSÍDIO) - ART. 18, § 2º, DA LEI 7.446/01 - IRREDUTIBILIDADE DE PROVENTOS OBSERVADA - AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.
1-Não há que se falar na supressão de vantagens dos proventos da recorrente se as mesmas estão sendo percebidas em parcela única, nos termos do art. 18, § 2º, da Lei Estadual 7.446/01. Desta forma, não restou demonstrado nos autos qualquer redução no valor dos referidos proventos, não havendo como sustentar violação ao Princípio da Irredutibilidade de Vencimentos. Ademais, inexiste direito adquirido à forma de calcular remuneração. Ausência de liquidez e certeza a amparar a pretensão.
2-Outrossim, não tendo o Órgão a quo apreciado parte da matéria impugnada nas razões recursais, é defeso ao Colegiado ad quem, ou seja, esta Corte Superior, a análise desta parte, sob pena de supressão de instância (cf. ROMS 12.314/RJ).
3-Recurso conhecido, porém, desprovido. (RMS 15.727/MT, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJU 19.12.2003).
9. Assim, o pagamento da gratificação de final de carreira até 2005 foi um erro da Administração Pública, que revendo seu ato eivado de ilegalidade, corretamente, o anulou. Não por isso há de se invocar o direito adquirido sobre a gratificação paga indevidamente, afinal um direito não pode fundar-se em ato viciado. A revisão do pagamento da gratificação tem alicerce na Súmula 473 do STF. Esse é o entendimento que se verifica no RMS 16.172/MT, de Relatoria da Ministra LAURITA VAZ (DJ 20.06.2005). Além disso, não há que se confundir direito adquirido ao *quantum* remuneratório, com o regime jurídico de composição dos vencimentos, pois, como se verifica, o regime de gratificação, por expressa disposição legal, não perdurou e tampouco poderia tornar-se direito adquirido.
10. A propósito, colaciona-se:
RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES MILITARES ESTADUAIS. REDUÇÃO DE PROVENTOS. NÃO COMPROVAÇÃO. NOVO REGIME DE REMUNERAÇÃO. LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL 71/2000. IMPLANTAÇÃO DE SUBSÍDIO. IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. DIREITO ADQUIRIDO AUSÊNCIA.
I - Conforme jurisprudência do colendo Supremo Tribunal Federal, o servidor público tem direito adquirido ao quantum remuneratório, mas não ao regime jurídico de composição dos vencimentos.
II - Falta de comprovação de que o regime da Lei Complementar Estadual 71/2000, com a conseqüente supressão de parcelas anteriormente incorporada nos proventos do impetrante, causou-lhe prejuízos. Precedentes.
Recurso desprovido. (RMS 16.739/MT, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJU 31.05.2004).
11. No mesmo sentido, a seguinte decisão monocrática: RMS 18.969/MT, Rel. Min. NILSON NAVES, DJ 28.02.2007.
12. Diante disso, amparado no art. 557 do CPC, nega-se seguimento ao Recurso Ordinário.
13. Publique-se.
14. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 24 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3746)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 24.541 - SP (2007/0158918-2)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE	: ASSEF JORGE CURY
ADVOGADO	: LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: NOELI BUENO DE SOUZA
ADVOGADO	: JOÃO BATISTA PERCHE BASSI

DECISÃO

1. ASSEF JORGE CURY impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar contra ato da Juíza de Direito da Vara Única do Foro Distrital de Colina, consubstanciado em sentença concessiva de segurança em outro *writ*, impetrado por NOELI BUENO DE SOUZA, através do qual o ora impetrante foi afastado das funções de vereador.
2. Sustenta o impetrante que, não tendo sido cientificado da existência do mencionado *writ*, apesar de estar na condição de terceiro interessado, estaria caracterizada a nulidade do ato judicial e a possibilidade de irreparabilidade do dano, em face de seu afastamento do cargo para o qual havia sido eleito.
3. A Quinta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, entretanto, indeferiu a inicial e extinguiu o processo sem julgamento do mérito, em acórdão assim ementado:
DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA ORIGINÁRIO. WRIT ANTERIOR. SENTENÇA. INICIAL. INDEFERIMENTO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO.MANDAMUS. VIA INADEQUADA.
Contra sentença que denega segurança, cabe recurso de apelação, de sorte que a via utilizada pelo impetrante é inadequada, o que autoriza indeferimento da inicial deste writ. O autor esqueceu-se de que, por força de imperativo legal, descabe uso de mandado de segurança de decisão judicial quando haja recurso previsto nas leis processuais, não lhe sendo lícito, portanto, se utilizar das vias estreitas do mandamus em lugar do recurso cabível à espécie, ainda que, na condição de litisconsorte passivo necessário e, assim, de terceiro prejudicado, não tenha sido notificado e intimado para, em querendo, integrar a lide, já que tão logo ciente desse veredicto desfavorável cabia-lhe, a qualquer momento, recorrer e aforar neste E. Sodalício com Mandado de Segurança Originário, com fim específico de obter efeito suspensivo no seu apelo - Inteligência da Lei 1.533, de 31.12.1951, arts. 8º, caput e seu parágrafo único e 12, caput, CPC, arts. 267, inciso I e 295, inciso V e da Súmula 267 do STF. Petição inicial indeferida, decretada a extinção do processo sem julgamento de mérito.
4. O impetrante interpôs, então, o presente Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, fundamentado na alínea *b* do art. 105, II da Constituição Federal, ao entendimento de que, tendo sido atingido por decisão judicial e não sendo parte no processo, estaria autorizado a impetrar Mandado de Segurança, na dicção da Súmula 202/STJ.
5. O parecer ministerial é pelo desprovimento do recurso.
6. Era o que havia de relevante para relatar. Passo a decidir.
7. A súplica merece prosperar.
8. O recorrente não foi parte no *writ* impetrado por NOELI BUENO DE SOUZA, sequer cientificado da existência do processo na qualidade de terceiro interessado, o que afasta a aplicação da Súmula 267/STF. Como já decidido por esta Corte (RMS 4.315/PE, Rel. Min. BARROS MONTEIRO, DJU 05.09.94), *o princípio de que o Mandado de Segurança não pode ser utilizado como sucedâneo recursal aplica-se entre as partes, não incidindo quando se tratar de segurança impetrada por terceiro, com o objetivo de impedir lesão a direito seu provocada por decisão judicial.*
9. De outro turno, tem incidência, na hipótese, a Súmula 202/STJ, consoante a qual *a impetração de segurança por terceiro, contra ato judicial, não se condiciona à interposição de recurso.*
10. A propósito, colaciona-se:
PROCESSUAL CIVIL. PENHORA SOBRE CONTA-CORRENTE DE TERCEIRO PREJUDICADO. IMPOSSIBILIDADE. INOBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. OFERECIMENTO DE EMBARGOS DE TERCEIRO. IMPRESCINDIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 202/STJ, IN CASU.
(...).
2. Inexiste amparo legal ao bloqueio da conta-corrente de órgão público para pagamento de dívida de empresa privada junto a Município, como ocorrente, neste caso, não tendo o DENACRE feito parte da relação processual, sendo impróprio, ademais, o argumento de que não opôs embargos de terceiro. A impetração de segurança por terceiro, contra ato judicial, não se condiciona à interposição de recurso. Eis o teor da Súmula 202/STJ, a afastar a compreensão de que haveria o Recorrente de se utilizar de tal instrumento processual, visando a atacar a decisão judicial de penhora.
(...).
5. Recurso Ordinário provido. (RMS 17.386/AC, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, DJU 20.03.2006).

2 2 2

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA UTILIZADO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. PECULIARIDADE: MANEJO POR TERCEIRO INTERESSADO. POSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 202/STJ.
1. O recurso de terceiro prejudicado, previsto no art. 499 do CPC, é entendido pela doutrina e pela jurisprudência como sendo uma faculdade.
2. A jurisprudência do STJ, consolidada na Súmula 202, reforça o argumento acima: A impetração de segurança por terceiro, contra ato judicial, não se condiciona à interposição de recurso.
3. Recurso Ordinário provido. (RMS 18.218/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJU 20.10.2006).
11. Nesse sentido, as decisões proferidas no RMS 19.797/MG, rel. Min. GILSON DIPP, DJU 27.04.2007 e RMS 24.067/SP, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJU 17.08.2007, para citar apenas alguns dos mais recentes julgados.
12. Diante do exposto, com amparo no art. 557, § 1º-A do CPC, dá-se provimento ao Recurso Ordinário para cassar o acórdão recorrido e determinar que o Tribunal *a quo* prossiga no exame do Mandado de Segurança.
13. Publique-se.
14. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3747)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA nº 25055 - RJ (2007/0212361-1)

RELATOR	**: MIN. ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: LUIZ GONZAGA VIANA
ADVOGADO	: ALESSANDRA JUNQUEIRA DE SOUZA DA COSTA
RECORRIDO	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: JANAÍNA MARIA LOPA VALLADO E OUTRO(S)

DESPACHO

Dê-se vista dos autos ao recorrido, por 10 dias.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3748)

HABEAS CORPUS Nº 43.698 - MS (2005/0069664-6)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
IMPETRANTE	: LUIZ DO AMARAL E OUTRO
IMPETRADO	: SEGUNDA TURMA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE	: ANTÔNIO VIEIRA DA SILVA (PRESO)
PACIENTE	: EDSON JOSÉ PEREIRA (PRESO)
PACIENTE	: JOÃO BATISTA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ANTÔNIO VIEIRA DA SILVA, EDSON JOSÉ PEREIRA E JOÃO BATISTA, presos preventivamente e acusados da prática do delito previsto no art. 319, *caput*, c/c o art. 29, ambos do Código Penal.
Insurgem-se os impetrantes contra acórdão proferido pela Segunda Turma Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul que denegou a ordem ali impetrada (HC 2005.004.206-5), objetivando a desconstituição de decreto de prisão preventiva em desfavor dos pacientes, por ausência de fundamentação, bem como pela incompetência do Juízo de Direito da Vara Criminal de Ponta Porã para processar e julgar crime militar impróprio.
Sustentam, em síntese, ausência de fundamentação para a constrição cautelar dos pacientes e incompetência do Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Ponta Porã para processar e julgar crime militar impróprio. Aduzem que os pacientes são tecnicamente primários, possuem ótimos antecedentes, condutas ilibadas, bem como residência e empregos definidos.
Requerem, assim, o deferimento de medida liminar para determinar a expedição de alvará de soltura em favor dos pacientes e, no mérito, a sua confirmação.
O pedido formulado em sede de cognição sumária foi por mim indeferido (fls. 92/93). Naquela oportunidade, solicitadas informações à autoridade apontada como coatora, foram elas prestadas às fls. 114/125.

Requerida reconsideração da decisão liminar (fls. 95/96 e 102/103), o pedido foi indeferido (fls. 111/112).
O Ministério Público Federal, em parecer exarado pelo Subprocurador-Geral da República SAMIR HADDAD, opinou pela denegação da ordem.
Em contato telefônico com o Juízo Criminal da Comarca de Ponta Porã/MS, foi informado a esta Corte que os autos do processo foram encaminhados à Auditoria Militar em 16/5/05.
Ademais, na Auditoria Militar, a servidora Vera informou que os autos encontram-se arquivados desde 6/2/07 (Processo nº 001.05.101808-0), data do trânsito em julgado da condenação dos pacientes, conforme andamento processual encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça:

Nesse diapasão, o Conselho Permanente de Justiça (fl. 672), após analisar as provas dos autos, julgou parcialmente procedente a denúncia para o fim de condenar os denunciados: EDSON JOSÉ PEREIRA, Sd. PM, nascido aos 03.09.69, natural de Bataguaçu, MS, filho de Pedro José Pereira e Maria Luiza dos Reis Pereira, domiciliado no 3º Pelotão de Aral Moreira, MS, fora denunciado pelo Ministério Público Estadual Militar pela prática do delito capitulado no artigo 305 (concussão) c.c. artigo 70, II, "g" (abuso de poder), todos do Código Penal Militar. JOÃO BATISTA, Sd. PM, nascido aos 23.06.59, natural de Paraíso do Norte, PR, filho de Braz Pires e Conceição Justina Pires, domiciliado no 4º BPM de Aral Moreira, MS, fora denunciado pelo Ministério Público Estadual Militar pela prática do delito capitulado no artigo 305 (concussão) e artigo 223 (ameaça) c.c. artigo 70, II, "g" (abuso de poder), todos do Código Penal Militar. ANTONIO VIEIRA DA SILVA, nascido aos 01.05.63, natural de Dourados, MS, filho de João José da Silva e Lina Vieira da Silva, domiciliado no 3º Pelotão de Aral Moreira, MS, fora denunciado pelo Ministério Público Estadual Militar pela prática do delito capitulado no artigo 305 (concussão) c.c. artigo 70, II, "g" (abuso de poder), todos do Código Penal Militar. Vejamos: Por maioria (3X2) julgou procedente a denúncia para condenar João Batista, Edson José Pereira e Antonio Vieira da Silva por infração ao artigo 305 (concussão) do CPM, reconhecendo ainda a circunstância agravante descrita na letra "g" do inciso II do art. 70 do CPM; Por maioria (3x2) julgou procedente a denúncia para condenar João Batista por infração ao art. 223 (ameaça) do CPM, reconhecendo ainda a circunstância agravante prevista na letra "g" do inciso II do art. 70 do CPM, absolvendo os demais acusados em relação a esta imputação. Em razão da condenação, considerando as circunstâncias descritas no artigo 69 do CPM, as respectivas penas foram fixadas nos seguintes moldes: Para o condenado João Batista: em relação ao crime de concussão: a pena base foi fixada em (3) três anos de reclusão, aumentada em 1/6 ante o reconhecimento da circunstância agravante, totalizando (3) três anos e (6) seis meses de reclusão. Para o crime de ameaça: a pena base foi fixada em (3) três meses de detenção, aumentada em 1/6 ante o reconhecimento da circunstância agravante, totalizando (4) quatro meses e (15) quinze dias de detenção. Por força do artigo 79 do CPM, unifica-se as penas para fixar a reprimenda em (3) três anos, (8) oito meses e (7) sete dias de reclusão. Para os condenados Edson José Pereira e Antonio Vieira da Silva a pena base para o delito de concussão foi fixada em (2) dois anos e (6) seis meses, aumentada em 1/6 ante o reconhecimento da circunstância agravante totalizando em (3) três anos, (1) um mês de reclusão ...

Acrescento que foi negado provimento ao recurso de apelação interposto pelos pacientes contra essa sentença condenatória, conforme informações obtidas no *site* do Tribunal *a quo* (www.tj.ms.gov.br).
É o relatório.
O presente *writ* encontra-se prejudicado.
De fato, com a superveniência de decisão remetendo os autos à Justiça Militar e havendo sentença condenatória, transitada em julgado, resta sem objeto a presente ordem de *habeas corpus* impetrada com o objetivo de revogar a prisão cautelar dos pacientes e declarar a incompetência do Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Ponta Porã para processar e julgar crime militar impróprio.
Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno desta Corte, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.
Intime-se.
Sem recurso, arquivem-se os autos.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3749)

HABEAS CORPUS Nº 45.736 - SP (2005/0114781-8)

RELATORA	**: MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE	: JOSÉ BERALDO E OUTRO
IMPETRADO	: SEXTA CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: ANDRÉ LUÍS DE SOUZA GONÇALVES (PRESO)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de petição (protocolo n.º 176771) na qual o Impetrante busca o cumprimento da decisão desta Quinta Turma, nos autos do presente *habeas corpus*, *"expedindo alvará de soltura para o paciente"* (fl. 281).
Relatei. Decido.
Informa o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Poá, no Estado de São Paulo que, após a juntada do inteiro teor do acórdão proferido no HC n.º 45.736, da minha relatoria, atendeu a determinação desta Corte Superior e expediu alvará de soltura em favor do Paciente (cf. fl. 274).
Nesse contexto, julgo prejudicado o pedido.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

(3750)

HABEAS CORPUS Nº 46.707 - SP (2005/0130798-5)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
IMPETRANTE	: JOÃO CÉSAR BARBIERI BEDRAN DE CASTRO - PROCURADORIA DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
IMPETRADO	: CÂMARA ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: T A S M

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de menor infrator, a quem foi aplicada a medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade pelo prazo de 4 (quatro) meses, durante 4 (quatro) horas semanais.
Insurge-se o impetrante contra acórdão proferido pela Câmara Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negou provimento ao recurso interposto pela defesa (Agravo de Instrumento nº 117.868-0/9-00) contra decisão Juízo de Direito do Departamento de Execuções da Infância e Juventude da Comarca de São Paulo/SP que não acolheu pedido de extinção do respectivo processo em reconhecimento à prescrição da pretensão punitiva, determinando a internação do adolescente com base no art. 122, III, do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.
Sustenta, em síntese, que a decisão impugnada expôs o paciente a constrangimento ilegal, quando ratificou a determinação de sua internação por descumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, uma vez que não mais caberia ao Estado a execução da tal decisão, já que o instituto da prescrição, previsto no Código Penal, já teria atingido o fato descrito na respectiva representação.
Isso porque o adolescente está sem cumprir a referida medida que lhe foi inicialmente imposta pelo menos desde 20/11/02, data do último relatório, e com a conjugação do disposto nos arts. 109, VI, e 115, do Código Penal, verifica-se que a prescrição, na hipótese em exame, ocorreu em 20/11/03.
Requer, assim, a concessão de liminar e, no mérito, a sua confirmação para que a internação-sanção não seja aplicada ao paciente, por estar prescrita a medida de prestação de serviço à comunidade.
O pedido formulado em sede de cognição sumária foi por mim indeferido. Naquela oportunidade, solicitadas informações à autoridade apontada como coatora, foram elas prestadas (fls. 47/90).
O Ministério Público Federal, em parecer exarado pela Subprocuradora-Geral da República SANDRA CUREAU, opinou pela concessão da ordem (fls. 92/98).
Solicitadas novas informações (fl. 100), em virtude da anulação da sentença por esta Corte nos autos do HC 45.569/SP, o Juízo de origem informou que ao paciente foi aplicada remissão.
É o relatório.
Tenho que a ordem encontra-se prejudicada.
Conforme informações prestadas pelo Tribunal *a quo*, ao paciente foi concedida remissão, a qual, nos termos do art. 127 do ECA, não implica reconhecimento ou comprovação da responsabilidade e não prevalece para efeito de antecedentes.
Ainda, segundo o dispositivo em comento, a remissão não pode incluir a colocação em regime de semiliberdade ou de internação.
Assim, sendo concedida a remissão, a qual não pode implicar a colocação em regime de internação, resta sem objeto a presente ordem de *habeas corpus* impetrada com o objetivo de impedir que ao paciente fosse aplicada a internação-sanção.
Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno desta Corte, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.
Intime-se.
Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3751)

HABEAS CORPUS nº 67943 - MG (2006/0220985-8)

RELATORA	**: MIN. JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)**
IMPETRANTE	: ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO E OUTROS
IMPETRADO	: QUARTA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A REGIÃO
PACIENTE	: NORBERTO MÂNICA (PRESO)

DESPACHO

Reconheço a prevenção, posto que o Ministro Gilson Dipp foi Relator e seus processos nos foram atribuídos.
Assim, proceda-se à devida atribuição e anotações de praxe.
Concedo a vista pleiteada às f. 2244/2245.
Após, venham os autos imediatamente conclusos.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)
Relatora

(3752)

DESIS no HABEAS CORPUS Nº 70.081 - SP (2006/0248351-0)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
IMPETRANTE	: ANDREI RODRIGO DE OLIVEIRA SILVA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: ANDREI RODRIGO DE OLIVEIRA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Homologo o pedido de desistência formulado pelo impetrante (fl. 158), com fulcro no art. 34, inciso IX, do Regimento Interno deste Tribunal.
Ante o exposto, **julgo extinto** o processo.
Intimem-se.
Cientifique-se o Ministério Público Federal.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3753)

DESIS no HABEAS CORPUS Nº 74.676 - AM (2007/0008806-2)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
IMPETRANTE	: DÉLIO LINS E SILVA E OUTROS
IMPETRADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A REGIÃO
PACIENTE	: AFONSO LOBO MORAES
PACIENTE	: SUELY ROSALINDA ALEIXO LOBO

DECISÃO

Homologo o pedido de desistência formulado pelo impetrante/agravante (fl. 155), com fulcro no art. 34, inciso IX, do Regimento Interno deste Tribunal.
Ante o exposto, **julgo extinto** o processo.
Intimem-se.
Cientifique-se o Ministério Público Federal.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3754)

HABEAS CORPUS Nº 79.963 - DF (2007/0068182-3)

RELATOR	**: MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE	: ADALBERTO COELHO DOS SANTOS E OUTRO
ADVOGADO	: SÉRGIO HABIB - DEFENSOR PÚBLICO DA UNIÃO
IMPETRADO	: NÃO INDICADO
PACIENTE	: ADALBERTO COELHO DOS SANTOS (PRESO)
PACIENTE	: MARIA ROSILEDA MENDES (PRESA)

DECISÃO

A incompetência desta Corte para o apreço deste **writ** se percebe de plano, uma vez este deveria ter sido impetrado perante a autoridade hierarquicamente superior àquela de onde provém o alegado constrangimento ilegal.
Intimada, a Defensoria Pública da União (fl.18) indicou como autoridades coatoras o Juízo da 3º Vara Criminal de Altamira/PA e a 8ª Vara de Execuções Penais de Belém/PA.
Assim, falece competência ao Superior Tribunal de Justiça, a teor do art. 105, I, "c", da Constituição Federal, para julgar **habeas corpus** impetrado diretamente nesta Corte Superior contra ato de Juiz de primeiro grau.
Nesse sentido, à título ilustrativo:

*"PROCESSO PENAL. **HABEAS CORPUS**. QUEBRA DE SIGILO TELEFÔNICO. ATO DE JUIZ DE PRIMEIRO GRAU. COMPETÊNCIA.*
*Falece competência ao Superior Tribunal de Justiça, a teor do art. 105, I, "c", da Constituição Federal, para julgar **habeas corpus** impetrado diretamente nesta Corte Superior contra ato de Juiz de primeiro grau.*
***Writ** não conhecido".*
(HC 41666/DF, 5ª Turma, de **minha relatoria**, DJ de 30/05/2005).

Diante do exposto, exsurgindo-se a incompetência desta Corte, a teor do disposto no art. 105 da Carta Magna, **não conheço do writ** (RISTJ, art. 34, XVIII).
Remetam-se os autos ao e. Tribunal **a quo**.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FELIX FISCHER
Relator

(3755)

HABEAS CORPUS Nº 83.939 - MS (2007/0125101-2)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
IMPETRANTE	: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ADVOGADO	: FÁTIMA MARIA DE OLIVEIRA - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE	: PAULO SÉRGIO BOGARIM DE OLIVEIRA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de PAULO SÉRGIO BOGARIM DE OLIVEIRA, contra acórdão proferido pela Segunda Turma Criminal do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, o qual concedeu a ordem para afastar o óbice à progressão de regime do paciente.
Sustenta a impetrante que "pretende discutir somente a fixação do prazo da nova lei (2/5) para que o paciente possa ter direito a progredir de regime" (fl. 3).
Alega, ainda, que as modificações impostas pela Lei 11.464/07 ao art. 2º da Lei 8.072/90 acabam "definitivamente com o regime fechado (art. 2º, § 1º), e estabelecem novos prazos para a progressão de regime em se tratando dos crimes a que se refere (§ 2º)" (fl. 4). Assim, "as novas regras quanto ao tempo de cumprimento de pena para a progressão constituem-se em *novatio legis in pejus*, sendo vedada, por óbvio, sua aplicação aos fatos anteriores (como o do caso em debate), na forma do art. 5º, XL, da Constituição Federal (fl. 6).
Requer, por esses motivos, liminarmente, a suspensão dos efeitos do acórdão impugnado até o julgamento final deste *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para reformar parte do acórdão que estabelece o prazo de cálculo (2/5) para a progressão de regime, modificando-o para 1/6, estabelecido pela Lei 8.072/90.
O pedido formulado em sede de cognição sumária for por mim indeferido (fls. 47/48).
Informações dispensadas.
O Ministério Público Federal, por meio de parecer exarado pelo Subprocurador-Geal da República EUGÊNIO JOSÉ GUILHERME DE ARAGÃO, opinou pelo não-conhecimento da ordem (fls. 57/59).
Passo a decidir.
Não obstante as razões deduzidas na petição inicial, não vejo como dar seguimento ao presente *writ*, sob pena de supressão de instância.
Apesar das alegações da impetrante, no acórdão atacado não houve pronunciamento acerca do requisito objetivo a ser observado para que o paciente possa progredir de regime prisional, uma vez que apenas se limitou a afastar o óbice do art. 2º, § 1º, da Lei 8.072/90, deixando ao juízo executório a aferição da presença dos requisitos para a obtenção do benefício (fls. 38/39).
Com efeito, a questão referente ao preenchimento dos requisitos à progressão de regime não foi objeto de exame pelo Tribunal *a quo*, sob o argumento de que o pedido deveria ter sido efetuado em primeira instância**,** razão pela qual também não pode ser analisada por esta Corte de Justiça.
Assim, diante do disposto no art. 105, inciso I, letra *c*, da Constituição Federal, flagrante é a incompetência do Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar originariamente este *habeas corpus*, tendo em vista que a questão suscitada pelo impetrante sequer foi submetida à apreciação da Corte de origem. Nesse sentido: AGRHC 36.705/SP, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ de 13/9/04; HC 41.759/RJ, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ 29/8/05, dentre outros.
Ante o exposto, com base no art. 210 do RISTJ, c/c 38 da Lei 8.038/90, **indefiro** liminarmente a petição inicial deste *writ*.
Intime-se.
Cientifique-se o Ministério Público Federal.
Sem recurso, arquivem-se os autos.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3756)

HABEAS CORPUS Nº 85.010 - SP (2007/0137421-0)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
IMPETRANTE	: ANTONIO G MARUCA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: ROBERSON FULGÊNCIO LUIZ (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ROBERSON FULGÊNCIO LUIZ, preso em flagrante e denunciado pela prática do delito tipificado no art. 157, § 2º, II e II, do Código Penal.
Insurge-se o impetrante contra decisão proferida pela 10ª Câmara Criminal do 5º Grupo da Seção Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que denegou a ordem originariamente impetrada (HC 01019417.3/0-0000-000), por meio do qual pleiteava o direito do paciente de apelar em liberdade.
Sustenta que inexistem razões que autorizem a custódia preventiva do paciente, pois "ausente ato judicial com fundamentação substancial, escorado em elementos concretos e reais que se ajustem aos pressupostos abstratos - juridicamente definidos em sede legal - autorizadores da decretação dessa modalidade de tutela cautelar penal" (fl. 11).
Requer, em sede liminar, o deferimento da ordem para que seja revogada a decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória do paciente, com a conseqüente expedição alvará de soltura. No mérito, a concessão definitiva da ordem.
O pedido formulado em sede de cognição sumária foi por mim indeferido (fl. 281). Petição postulando reconsideração da decisão liminar à fl. 284, indeferido o pedido à fls. 542.
Dispensadas novas informações.
O Ministério Público Federal, por meio de parecer exarado pelo Subprocurador-Geral da República MOACIR MENDES SOUSA, opinou pela prejudicialidade do *writ* (fls. 545/549).
Passo a decidir.
O recurso perdeu seu objeto.
Conforme relatado, pugna o impetrante a fim de que seja concedida a ordem para revogar a custódia cautelar. Todavia, a discussão acerca da fundamentação da prisão preventiva, na hipótese, encontra-se prejudicada, uma vez que, conforme histórico de movimentação de processo acostado aos autos às fls. 550/552, foi preferida sentença condenatória, em 6/6/07 (Ação Penal 650.01.2006.006790-4). Da decisão, condenando o réu à pena de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial fechado, e 13 dias-multa, houve recurso da defesa, mas sem direito a recorrer em liberdade.
Com efeito, "Em razão da superveniência do decreto condenatório, resta sobrepujado o constrangimento ilegal consubstanciado no excesso de prazo do encerramento da instrução criminal, por decorrer a prisão de outro título legal" (HC 42.371/MS, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ de 1º/8/05).
Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno deste Tribunal, julgo **prejudicado** o presente *writ*.
Intime-se.
Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.
Sem recurso, arquivem-se os autos.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3757)

HABEAS CORPUS Nº 85.888 - SP (2007/0149760-7)

RELATOR	**: MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE	: ALEXANDRE AUGUSTO FERREIRA DUTRA - DEFENSOR PÚBLICO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: JOSIVALDO FARIAS DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em favor de JOSIVALDO FARIAS DA SILVA, atacando v. acórdão prolatado pela c. Sexta Câmara do Terceiro Grupo da Seção Criminal do e. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na apelação criminal nº 00966431.3/2.
Retratam os autos que o paciente foi condenado, como incurso nas sanções do art. 12, **caput**, da Lei nº 6.368/76, à pena de **03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão**, em regime integralmente fechado, e ao pagamento de 58 (cinqüenta e oito) dias-multa.
Irresignada, a defesa apelou. O e. Tribunal **a quo**, à unanimidade, negou provimento ao recurso defensivo.
Nas razões do presente **writ**, sustenta o impetrante a inconstitucionalidade do disposto no art. 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/90, por conseguinte, busca afastar o óbice legal à progressão de regime.
Liminar deferida à fl. 14.
Informações prestadas às fls. 21/22.
A douta Subprocuradoria-Geral da República, às fls. 46/47, se manifestou pela concessão da ordem.
É o breve relatório.
Decido.
Com efeito, não mais subsiste o questionamento acerca da obrigatoriedade de os condenados pela prática de crimes hediondos ou a eles equiparados cumprirem a pena privativa de liberdade integralmente no regime fechado. Ocorre que, em **23/02/2006**, o Plenário do **Pretório Excelso** finalizou o julgamento do **HC nº 82.959/SP**, proferindo decisão no sentido de, por maioria, declarar a **inconstitucionalidade** do § 1º do art. 2º da Lei nº 8.072/90, para afastar o óbice previsto no mencionado dispositivo, sem prejuízo da apreciação, caso a caso, pelo magistrado competente, dos demais requisitos pertinentes ao reconhecimento da possibilidade de progressão.
Confira-se, a respeito, o constante do **Informativo nº 417 do STF**, **verbis**:

*"Em conclusão de julgamento, o Tribunal, por maioria, deferiu pedido de **habeas corpus** e declarou, **incidenter tantum**, a inconstitucionalidade do § 1º do art. 2º da Lei 8.072/90, que veda a possibilidade de progressão do regime de cumprimento da pena nos crimes hediondos definidos no art. 1º do mesmo diploma legal - v. Informativos 315, 334 e 372. Inicialmente, o Tribunal resolveu restringir a análise da matéria à progressão de regime, tendo em conta o pedido formulado. Quanto a esse ponto, entendeu-se que a vedação de progressão de regime prevista na norma impugnada afronta o direito à individualização da pena (CF, art. 5º, LXVI), já que, ao não permitir que se considerem as particularidades de cada pessoa, a sua capacidade de reintegração social e os esforços aplicados com vistas à ressocialização, acaba tornando inócua a garantia constitucional. Ressaltou-se, também, que o dispositivo impugnado apresenta incoerência, porquanto impede a progressividade, mas admite o livramento condicional após o cumprimento de dois terços da pena (Lei 8.072/90, art. 5º). Considerou-se, ademais, ter havido derrogação tácita do § 1º do art. 2º da Lei 8.072/90 pela Lei 9.455/97, que dispõe sobre os crimes de tortura, haja vista ser norma mais benéfica, já que permite, pelo § 7º do seu art. 1º, a progressividade do regime de cumprimento da pena. Vencidos os Ministros Carlos Velloso, Joaquim Barbosa, Ellen Gracie, Celso de Mello e Nelson Jobim, que indeferiam a ordem, mantendo a orientação até então fixada pela Corte no sentido da constitucionalidade da norma atacada. O Tribunal, por unanimidade, explicitou que a declaração incidental de inconstitucionalidade do preceito legal em questão não gerará conseqüências jurídicas com relação às penas já extintas nesta data, já que a decisão plenária envolve, unicamente, o afastamento do óbice representado pela norma ora declarada inconstitucional, sem prejuízo da apreciação, caso a caso, pelo magistrado competente, dos demais requisitos pertinentes ao reconhecimento da possibilidade de progressão. HC 82959/SP, rel. Min. Marco Aurélio, 23.02.2006. (HC-82959)".*

In casu, constata-se que o paciente foi condenado por crime equiparado a hediondo, restando consignado no r. **decisum** condenatório que a pena deveria ser cumprida integralmente no regime fechado, em contrariedade portanto com o entendimento agora prevalecente no Supremo Tribunal Federal.
Tendo em vista o julgamento do HC 86.224/DF, em que o Min. Cezar Peluso suscitou questão de ordem em favor de se poder monocraticamente decidir pelo afastamento do óbice contido no art. 2º, § 1º, da Lei 8.072/90, confira-se, a respeito, o constante do **Informativo nº 418 do STF**, **verbis**:

"A Turma deferiu habeas corpus impetrado em favor de condenada pela prática, em concurso de agentes, de tráfico ilícito de entorpecentes (Lei 6.368/76, artigos 12 e 18, III) para fixar o regime inicialmente fechado de cumprimento da reprimenda imposta à paciente, com a ressalva de que a efetivação da pretendida progressão dependerá do preenchimento dos requisitos objetivos e subjetivos que a referida lei prevê, cujo exame cabe ao juízo da execução. Aplicou-se, ao caso, a orientação firmada pelo Plenário no julgamento do HC 82959/SP (acórdão pendente de publicação), no sentido da inconstitucionalidade do art. 2º, § 1º, da Lei 8.072/90, que veda a possibilidade de progressão do regime de cumprimento da pena nos crimes hediondos definidos no art. 1º da mesma Lei. Em questão de ordem suscitada pelo Min. Cezar Peluso, decidiu-se, ainda, que, em casos similares, quando se cuidar exclusivamente da declaração de inconstitucionalidade do § 1º do art. 2º da aludida Lei 8.072/90, a concessão da ordem poderá fazer-se por decisão individual do relator. Vencido, no ponto, o Min. Marco Aurélio, por entender incabível a utilização analógica do art. 557 do CPC em habeas corpus. HC 86224/DF, rel. Min. Carlos Britto, 7.3.2006. (HC-86224)."

Diante dessas considerações e ressalvado o entendimento pessoal deste relator, concedo a ordem tão-somente para afastar o óbice previsto no art. 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/90, devendo o Juízo das Execuções analisar os demais requisitos para a concessão da progressão de regime, como entender de direito.
P. I.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FELIX FISCHER
Relator

(3758)

HABEAS CORPUS Nº 86.157 - SC (2007/0153010-8)

RELATORA	**: MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE	: ISAAC MATOS PEREIRA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE	: SÉRGIO LUIZ GUIRALDELLI (PRESO)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de pedido de reconsideração da a decisão que indeferiu o pedido de liminar em *habeas corpus* impetrado em favor de SÉRGIO LUIZ GUIRALDELLI, por intermédio da petição n.º 139962/2007.
Repisando seus argumentos, o Impetrante defende constrangimento ilegal na custódia cautelar do ora Paciente, em razão do excesso de prazo para a realização de julgamento pelo Tribunal do Júri - decorrente da anulação do primeiro julgamento - e, também, da ausência de motivação quanto à manutenção do cárcere provisório, pelo acórdão ora impugnado.
Relatei. Decido.
O Paciente foi preso, primeiramente, por prisão temporária, convertida em prisão preventiva em abril de 2003. Em janeiro de 2004, o acusado foi colocado em liberdade por força de decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, vindo a ser novamente preso em setembro de 2004, em razão da sentença condenatória - posteriormente declarada nula em sede de apelação -, que lhe negou o direito de apelar em liberdade.
Nesse contexto, vê-se que o Paciente está preso provisoriamente há mais de três anos, e deverá, agora, aguardar que toda a instrução probatória seja refeita no rito processual do Tribunal do Júri.
Assim, o constrangimento ilegal está evidenciado, à vista do excesso de prazo no julgamento do Paciente, ferindo, pois, o princípio da razoabilidade, bem como o direito inerente à dignidade humana, a ponto de ensejar o relaxamento da custódia cautelar.
Nesse sentido:
"CRIMINAL. HC. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. EXCESSO DE PRAZO. EXAME TOXICOLÓGICO. DILIGÊNCIA QUE SE PROLONGA POR MAIS DE UM ANO. INCIDENTES NÃO ATRIBUÍVEIS AO RÉU. DEMORA ÚNICA E EXCLUSIVA DO ESTADO-JUIZ. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE QUE MILITA EM FAVOR DO PACIENTE. ILEGALIDADE DA MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. VIOLAÇÃO AO ART. 312 DO CPP. ARGUMENTO PREJUDICADO. ORDEM CONCEDIDA.

I. Hipótese na qual o paciente aguarda preso há mais de 01 ano para ser submetido a exame de dependência química.
II. Não obstante ter a defesa requerido a instauração do incidente, o excessivo atraso na realização da perícia não pode ser imputada ao acusado, sendo certo que a mora processual é atribuível exclusivamente ao Estado-Juiz.
III. O princípio da razoabilidade, que nesta Corte tem sido utilizado para afastar a existência de constrangimento ilegal em feitos complexos, no presente caso milita a favor do réu.
IV. Deve ser cassado o acórdão recorrido e determinada a soltura do paciente, se por outro motivo não estiver preso, permanecendo em liberdade provisória mediante condições a serem estabelecidas pelo Juízo de primeiro grau.
V Alegações acerca da ilegalidade da manutenção da custódia cautelar em virtude da suposta violação ao art. 312 do CPP prejudicadas.
VI . Ordem concedida, nos termos do voto do Relator." (HC 62824/RJ, 5ª Turma, Rel. Min. GILSON DIPP, DJ de 18/12/2006.)

"CRIMINAL. RHC. INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL. INTERNAÇÃO. EXCESSO DE PRAZO. AUSÊNCIA DE LAUDO PERICIAL. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE QUE MILITA A FAVOR DO RÉU. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. RECURSO PROVIDO.
I. Hipótese em que o paciente foi encaminhado a hospital judiciário para realização de exame psiquiátrico, pois apresentou sinais de perturbação mental, restando internado há mais de 1 ano.
II. Alegação de excesso de prazo dada a demora na conclusão do incidente de insanidade não requerido pela Defesa, não havendo notícia da realização da perícia médica.
III. Princípio da razoabilidade, na espécie, milita em favor do réu.
IV. Constrangimento ilegal configurado, impondo a expedição de alvará de soltura em favor do paciente, se não estiver preso por outro motivo, mediante as condições estabelecidas pelo Juízo monocrático.
V. Recurso provido, nos termos do voto do Relator" (RHC 18844/BA, 5ª Turma, Rel. Min. GILSON DIPP, DJ de 19/06/2006.)

Ante o exposto, DEFIRO O PEDIDO LIMINAR para, reconhecendo o exacerbado excesso de prazo no julgamento do Paciente, determinar a expedição de alvará de soltura, se por outro motivo não estiver preso.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

(3759)

HABEAS CORPUS Nº 86.297 - SP (2007/0154834-0)

RELATORA	**: MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE	: LUÍS MARCELO MENDONÇA BERNARDES - DEFENSOR PÚBLICO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: ÂNGELA APARECIDA FRANCISCO (PRESA)

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CRIME HEDIONDO. PROGRESSÃO DE REGIME. ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE. SUPERVENIENTE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PROGRESSÃO PARA O SEMI-ABERTO. PERDA DO OBJETO.
1. Constatada a superveniente concessão do benefício de progressão para o regime semi-aberto à ora Paciente, resta esvaído o objeto da presente impetração, que visava afastar o óbice previsto na Lei dos Crimes Hediondos.
2. *Habeas corpus* julgado prejudicado.

DECISÃO

Vistos, etc.
Trata-se de **habeas corpus**, com pedido de concessão de liminar, impetrado em favor de ÂNGELA APARECIDA FRANCISCO, condenada por crime equiparado a hediondo (tráfico de entorpecentes), contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que manteve a condenação no regime prisional integralmente fechado.
O Impetrante alega, em suma, que a vedação à progressão de regime é uma violação ao princípio da individualização da pena e, com o advento da Lei n.º 11.464/07, essa vedação "*perdeu por completo qualquer fundamentação, uma vez que o parágrafo primeiro da chamada lei dos crimes hediondos estabelece agora que esses crimes e seus equiparados terão pena iniciada em regime fechado*" (fl. 04).
Requer, assim, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para afastar o óbice à progressão de regime de cumprimento da pena.
O pedido de liminar foi deferido nos termos da decisão de fl. 38.
As judiciosas informações foram prestadas às fls. 45/65, com a juntada de peças processuais pertinentes à instrução do feito.
O Ministério Público Federal manifestou-se à fl. 67, opinando pela prejudicialidade da ordem, pela perda de seu objeto.
Relatei. Decido.
Segundo informações trazidas aos autos pelo ilustre Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a ora Paciente encontra-se cumprindo pena em regime semi-aberto desde o dia 26 de setembro de 2006 (fl. 65).
Em sendo assim, a presente impetração perdeu seu objeto, uma vez que objetivava afastar o óbice à progressão de regime de cumprimento da pena.
Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o presente *habeas corpus*.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

(3760)

HABEAS CORPUS Nº 86.454 - SP (2007/0156886-2)

RELATORA	**: MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE	: MÁRCIO ROBERTO CAMPOS
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: CÉSAR BARROS DA SILVA

DECISÃO

Vistos, etc.
Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de CÉSAR BARROS DA SILVA, contra acórdão proferido, em sede de apelação criminal, pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
Infere-se dos autos que o Paciente foi condenado, em primeiro grau, por tentativa do crime de roubo qualificado, à pena de 04 (quatro) anos, 01 (um) mês e 23 (vinte e três) dias de reclusão, em regime inicial fechado.
Em sede de apelação, o Tribunal *a quo* deu parcial provimento ao recurso defensivo, para reduzir as reprimendas para 02 (dois) anos e 08 (oito) meses de reclusão, mantida, no mais, a sentença condenatória.
Insurge-se o Impetrante contra o regime prisional fixado pelo crime de tentativa de roubo qualificado, pleiteando a sua modificação para o inicial aberto. Alega a existência de constrangimento ilegal, na medida em que a gravidade do delito foi o único fundamento para a imposição do regime mais gravoso.
O ilustre Ministro Presidente, entendendo estar deficiente a instrução do *writ*, solicitou informações pormenorizadas, para só empós apreciar o pedido liminar (fl. 27).
As judiciosas informações foram prestadas pela Autoridade Coatora às fls. 32/52, com a juntada de peças processuais pertinentes à instrução do feito.
Relatei. Decido.
A questão posta em debate tem sido apreciada por repetidas vezes nesta Corte Superior, que tem firmado sua jurisprudência segundo a tese esposada na impetração.
No mesmo diapasão tem sido os reiterados julgados do Supremo Tribunal Federal, cuja jurisprudência está, inclusive, espelhada nos verbetes sumulares n.os 718 e 719. No caso dos autos, verifica-se, de plano, o constrangimento ilegal, na medida em que o regime mais gravoso, no caso o fechado, foi estabelecido em face da gravidade abstrata do delito, malgrado tenha sido a pena-base fixada no mínimo legal, com o reconhecimento das circunstâncias judiciais favoráveis ao réu.
Nesse contexto, demonstrada a plausibilidade do direito argüido, bem como o prejuízo na mantença da ilegalidade por mais tempo, DEFIRO o pedido de liminar para determinar a fixação do regime inicial aberto para o cumprimento da condenação em tela, mediante condições provisórias a serem estabelecidas pelo juízo das Execuções Penais.
Oficie-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
Após, ouça-se o Ministério Público Federal.
Publique-se.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

(3761)

HABEAS CORPUS Nº 87.391 - SP (2007/0170921-5)

RELATORA	**: MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE	: LUIS CARLOS ALVES
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: LUIS CARLOS ALVES (PRESO)

DECISÃO

Vistos, etc.
Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor próprio por LUIS CARLOS ALVES, preso e condenado à pena de 12 anos de reclusão, em regime integral fechado, pela prática do crime de homicídio qualificado, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que lhe indeferiu o pedido de progressão de regime prisional.
O Impetrante/Paciente alega, em suma, a inconstitucionalidade do regime prisional integralmente fechado, disposto no art. 2.º, § 1.º, da Leis dos Crimes Hediondos. Requer, pois, liminarmente e no mérito, que seja afastado o óbice que impede a progressão de regime prisional.
Diante da deficiente instrução dos autos, a Presidência desta Corte Superior solicitou informações à autoridade coatora para, após, analisar o pedido liminar.
As judiciosas informações foram prestadas às fls. 27/77, com a juntada de peças pertinentes à instrução do feito.
Relatei. Decido.
Informa o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, no dia 08 de maio de 2007, concedeu parcialmente a ordem originária para, cassando a decisão do Juízo das Execuções, determinar que outra fosse proferida, nos termos da Lei n.º 11.464/07. Outrossim, julgou prejudicado o agravo em execução interposto, porque cassou a decisão combatida.
Em que pese a parcial perda de objeto do presente *habeas corpus*, após a leitura dos autos, observo, em juízo de cognição sumária, que se encontra presente, na hipótese, o requisito autorizativo da plausibilidade jurídica do pedido.
Com efeito, a exigência do cumprimento de dois quintos (2/5) da pena imposta, como requisito objetivo para a progressão de regime aos condenados pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes, trazida pela Lei n.º 11.464/07, por ser evidentemente mais gravosa, não pode retroagir para prejudicar o réu.
Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar para seja garantido ao Paciente o direito à Progressão de Regime de Pena com base no requisito objetivo anterior, equivalente a 1/6 (um sexto) da pena, ficando a aferição dos requisitos objetivos e subjetivos da progressão de regime a cargo do Juízo das Execuções Penais.
Oficie-se, com urgência, ao Desembargador-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, comunicando-lhe o inteiro teor da presente decisão, a qual deverá ser encaminhada por intermédio do Tribunal ao respectivo Juízo das Execuções Penais, para as providências cabíveis.
Ouça-se o Ministério Público Federal.
Publique-se.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

(3762)

HABEAS CORPUS Nº 88.270 - SP (2007/0180498-0)

RELATORA	**: MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE	: ALEXANDRE ORSI NETTO - DEFENSOR PÚBLICO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: FRANCISCO PEREIRA DA SILVA NETO

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de FRANCISCO PEREIRA DA SILVA NETO, condenado pela prática de crime hediondo, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que concedeu a ordem no *writ* impetrado originariamente, "*para declarar nula a decisão que indeferiu o pedido de progressão, para que outra seja proferida, em conseqüência da promulgação da Lei n.º 11.464/07, ratificando-se a liminar anteriormente concedida*." (fl. 50)
O Impetrante requer, com a impetração ora em tela, liminarmente e no mérito, que seja julgado "*procedente a pretensão impetrada no presente writ, afastando a aplicação retroativa da Lei 11.464/07, para que o juízo a quo exija como requisito objetivo para a progressão de regime do paciente o cumprimento de 1/6 de sua reprimenda penal*." (fls. 17/18).
É o relatório. Decido.
Após a leitura dos autos, observo, em juízo de cognição sumária, que o pedido liminarmente formulado merece ser concedido, porquanto se encontra presente, na hipótese, o requisito autorizativo da plausibilidade jurídica do pedido.
Com efeito, a exigência do cumprimento de dois quintos (2/5) da pena imposta, como requisito objetivo para a progressão de regime aos condenados pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes, trazida pela Lei n.º 11.464/07, por ser evidentemente mais gravosa, não pode retroagir para prejudicar o réu.
Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar, apenas, para que seja adotado como critério objetivo aquele previsto no artigo 112, da Lei de Execuções Penais, com a ressalva de que caberá ao Juízo de Execução examinar se está presente o pressuposto subjetivo para o deferimento da progressão.
Oficie-se, com urgência, ao Desembargador-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e ao Juízo da Vara das Execuções Criminais de Sorocaba/SP, comunicando-lhes o inteiro teor da presente decisão, para as providências cabíveis.
Por estarem os autos devidamente instruídos, dispenso as informações da autoridade impetrada.
Após, ouça-se o Ministério Público Federal.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

(3763)

HABEAS CORPUS Nº 89.373 - SP (2007/0200676-5)

RELATOR	**: MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE	: ALEXANDRE RODRIGUES CARDOSO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: ALEXANDRE RODRIGUES CARDOSO (PRESO)

DECISÃO

Os autos não retratam a excepcional hipótese de juízo provisório antecipado acerca do pedido, uma vez que **não suficientemente instruídos**. Dessa maneira, a **quaestio** trazida à baila na exordial do **writ** não vislumbra o pretenso quadro claro e adequado à concessão da

liminar, não sendo constatado, de plano, o **fumus boni iuris** do pedido, pois **não há, sequer, cópia da r. decisão tida como ilegal. Denego, pois, a pretensão liminar**.
Solicitem-se, **com urgência e via telex**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade tida como coatora.
Após, vista à douta Subprocuradoria-Geral da República.
P. e I.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO FELIX FISCHER
Relator

(3764)

HABEAS CORPUS Nº 89.483 - SP (2007/0202738-8)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
IMPETRANTE	: CLÁUDIO ANTÔNIO ROCHA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: JOÃO ISMÉRIO RIBEIRO

DECISÃO
DEFERIMENTO DE LIMINAR
REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES
OUVIDA DO MPF

1. Por meio da petição de fls. 132, o impetrante requer a reapreciação do pedido de liminar, indeferido às fls. 132, para obstar o cumprimento do mandado de prisão expedido em desfavor do ora paciente, condenado à pena de 1 ano e 9 meses de reclusão, em regime inicial semi-aberto, por infração ao disposto no art. 39 da Lei 9.605/98 (cortar árvores em área de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente).
2. Assevera que o Tribunal *a quo* não permitiu a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, à consideração de ser o paciente reincidente, quando, na verdade, tal não ocorre, porquanto, para a majoração da pena sob esse fundamento, a lei de proteção ao meio ambiente exige que a reincidência seja específica em crimes de natureza ambiental, afastando a reincidência genérica.
3. A concessão de tutela de eficácia imediata em *Habeas Corpus* constitui medida de extrema excepcionalidade, somente admitida nos casos em que demonstradas de forma manifesta a necessidade e a urgência da ordem liminar, bem como o abuso de poder ou a ilegalidade do ato impugnado; no caso concreto, em exame perfunctório da questão, revela-se plausível a tese sustentada na presente impetração, razão pela qual acolho o pedido de reconsideração, *para suspender o mandado de prisão expedido contra o paciente*, até o julgamento final deste *writ* pela douta 5a. Turma deste Tribunal.
4. Solicitem-se informações à douta autoridade coatora, com a máxima urgência, especialmente sobre a existência de condenação anterior do paciente por crime ambiental; após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal, para o parecer de estilo.
5. Publique-se.
6. Intimações necessárias.
Brasília/DF, 26 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3765)

DESIS no HABEAS CORPUS Nº 89.618 - PR (2007/0204973-3)

RELATOR	**: MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE	: LEONARDO LOBO DE ANDRADE DE VIANNA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE	: ELSON LUIZ DA LUZ (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido de liminar, impetrado em benefício de ELSON LUIZ DA LUZ, contra r. decisão do M.M. Desembargador do e. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que indeferiu o pedido de liminar.
Nos termos da Petição nº 168385, protocolada nesta Corte em 05/09/2007, requer o impetrante a desistência do presente **mandamus**, oportunidade em que noticia que houve o julgamento do mérito no **writ** impetrado perante o e. Tribunal **a quo**.
Desse modo, em razão da ausência de interesse processual por parte do impetrante, homologo, com fundamento no art. 34, IX, do RISTJ, o pedido de desistência.
P. e I.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FELIX FISCHER
Relator

(3766)

HABEAS CORPUS Nº 89.878 - SP (2007/0208077-6)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
IMPETRANTE	: ROSEMARY ALMEIDA DE FARIAS FERREIRA E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: DANIEL DE CASTRO SIMÕES (PRESO)

DECISÃO
HABEAS CORPUS PREJUDICADO

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. LIBERDADE PROVISÓRIA. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA. PERDA DE OBJETO.
1. O pedido de liberdade provisória resta prejudicado, em face do encerramento da instrução criminal, com a superveniente prolação de sentença condenatória.
2. Habeas Corpus prejudicado.

1. Cuida-se de *Habeas Corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de DANIEL DE CASTRO SIMÕES, acusado da prática de tráfico de entorpecentes, objetivando a concessão de liberdade provisória ao paciente, tendo em vista o excesso de prazo para a formação da culpa.
2. As informações prestadas pela douta autoridade apontada como coatora, às fls. 97/137, dão conta de que, em sentença proferida aos 24 de agosto de 2007, nos autos da Ação Panal 050.06.072791-8, oriunda da Quinta Vara Criminal Central da Comarca de São Paulo, o paciente foi condenado à pena de 05 anos e 04 meses de reclusão e ao pagamento de 88 dias-multa, no mínimo legal, por infração ao art. 12, *caput*, c/c art. 18, II, ambos da Lei 6.368/76, devendo iniciar o cumprimento da reprimenda corporal no regime prisional fechado, tendo sido negado seu direito de apelar em liberdade, nos termos dos arts. 1º e 2º da Lei 11.464/07.
3. Dest'arte, por entender que o provimento a ser concedido ao final deste julgamento, em nada alteraria a situação do paciente, restando, por isto mesmo, sem utilidade, extingo o *writ* em apreço, sem julgamento de mérito.
4. Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XI do Regimento Interno desta Corte, julgo prejudicado o presente *Habeas Corpus*.
5. Publique-se.
6. Intimações necessárias.
Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3767)

HABEAS CORPUS Nº 91.368 - PE (2007/0226827-5)

RELATORA	**: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)**
IMPETRANTE	: ANTONIO NABOR AREIAS BULHÕES E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE	: NEWTON DE MIRANDA SALES

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração de liminar em *habeas corpus* impetrado em benefício de **NEWTON DE MIRANDA SALES**, por meio de procurador legalmente habilitado, no qual alegou suportar ilegal coação exercida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, pois, não obstante o acórdão prolatado em sede de recurso em sentido estrito ter sido anulado por este Superior Tribunal de Justiça, outra decisão não foi proferida, mas apenas foi determinado o prosseguimento do feito com seu julgamento perante o Tribunal do Júri.
O impetrante requereu o imediato sobrestamento do feito, tendo em vista que a sessão plenária foi designada para o dia 26 de setembro próximo.
Indeferida a liminar, o impetrante pleiteou a reconsideração da decisão, ao argumento de que o acolhimento da medida de urgência se faz necessário para resguardar a autoridade da decisão proferida por esta Corte nos autos do HC 24.850/PE, que teria anulado por inteiro a decisão proferida pelo Tribunal *a quo*.
Melhor reexaminando a matéria, entendo ser prudente o acolhimento da pleiteada medida de urgência, eis que eventual concessão da ordem impetrada pela Turma julgadora demandaria a anulação do julgamento do paciente perante o Tribunal do Júri, o que se pode evitar.
Diante do exposto, acolhendo excepcionalmente o pedido de reconsideração formulado pelo impetrante, defiro a medida liminar para sobrestar o julgamento do paciente a ser realizado perante o Tribunal do Júri até o julgamento do presente *writ*.
Comunique-se urgentemente, tendo em vista que a sessão plenária foi designada para amanhã.
Prestadas as informações, dê-se imediata vista à Subprocuradoria-Geral da República.
Em seguida, retornem os autos imediatamente conclusos.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)
Relatora

(3768)

HABEAS CORPUS Nº 91.431 - RJ (2007/0228900-3)

RELATOR	**: MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE	: ANTONIO CARLOS BARANDIER E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE	: DENISE DA CHAGA BRAZ

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em favor de DENISE DA CHAGA BRAZ, contra v. acórdão prolatado pelo e. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
Alegam os impetrantes a nulidade do r. **decisum** proferido pelo e. Tribunal **a quo** que reformou a decisão de impronúncia e, assim, determinou a submissão da paciente a julgamento pelo Tribunal do Júri.
A análise dos autos, nos limites da cognição **in limine**, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não restando configurado, de plano, a flagrante ilegalidade, devendo a **quaestio**, portanto, ser apreciada pelo Colegiado. Ademais, a complexidade da causa não permite sua solução neste mero juízo de prelibação.
Denego, pois, a liminar.
Solicitem-se, **com urgência e via telex**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade tida por coatora.
Após, vista à douta Subprocuradoria-Geral da República.
P. e I.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO FELIX FISCHER
Relator

(3769)

HABEAS CORPUS Nº 91.433 - GO (2007/0229086-5)

RELATOR	**: MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE	: FRANCILDO DE LIMA MORAIS
ADVOGADO	: ORISSON AUGUSTO COSTA E SILVA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE	: FRANCILDO DE LIMA MORAIS (PRESO)

DECISÃO

1. Os autos não versam sobre hipótese que admite a pretendida valoração antecipada da matéria, pois, pela análise da **quaestio** trazida à baila na exordial, verifica-se que o **habeas corpus** investe contra denegação de liminar. De fato, ressalvadas hipóteses excepcionais, felizmente raras, descabe o instrumento heróico em situação como a presente, sob pena de ensejar supressão de instância.
Assim o entendimento do Pretório Excelso: HCPR 80.288/RJ, Rel. Min. **Carlos Velloso**, DJU de 02/08/2000; HCQO 76.347/MS, **1ª Turma**, Rel. Min. **Moreira Alves**, DJU de 08/05/98; **STF,** HC 79.748/RJ, **2ª Turma**, Rel. Min. **Celso de Mello**, DJU de 23/06/2000.
Da mesma forma, nesta Corte: HC 43606/PB, **6ª Turma**, Rel. Min. **Hélio Quaglia Barbosa**, DJU de 12.09.2005; HC 42832/ES, **5ª Turma**, Rel. Min. **Gilson Dipp**, DJU de 29.08.2005; HC 26272/SP; **6ª Turma**, Rel. Min. **Hamilton Carvalhido**, DJU de 11.04.2005; HC 38440/SP; **5ª Turma**, de **minha relatoria**, DJU de 14.03.2005.
A matéria, inclusive, já se encontra sumulada: *"Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar"* **(Súmula nº 691/STF)**.
2. **Denego, pois, a pretensão liminar**.
3. Solicitem-se, **com urgência e via telex**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade tida por coatora.
4. Após, vista à douta Subprocuradoria-Geral da República.
P. e I.

Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO FELIX FISCHER
Relator

(3770)

HABEAS CORPUS Nº 91.434 - RJ (2007/0229118-0)

RELATORA	**: MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE	: ANTONIO PEDRO DA SILVA MACHADO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE	: DONATI CANNA CALERI

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de *Habeas Corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de DONATI CANNA CALERI, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
Consta dos autos que o ora Paciente foi condenado, como incurso no art. 129, § 1.º, inciso II, do Código Penal, à pena de 01 ano e 02 meses de reclusão, em regime aberto, substituída por duas restritivas de direito, consistentes em prestação pecuniária e prestação de serviços à comunidade por igual prazo.
No presente *writ*, alega o Impetrante, em suma, a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal. Aduz, para tanto, que *"considerando-se que entre o trânsito em julgado para a acusação (02.09.2001) e o trânsito em julgado para a defesa (28.05.2007) transcorreu mais de quatro anos, sem interrupção da prescrição pelo cumprimento da pena, não há dúvida que se operou a prescrição da pretensão punitiva antes da última data"* (fl. 09), e que *"A interrupção da prescrição pelo início da execução da pena só ocorre com o início da efetiva aplicação da pena (art.117, V, do Código Penal), o que ainda não ocorreu no caso em exame e, como dito, não poderia a 29 Vara Criminal ter remetido os autos à VEP antes do trânsito em julgado. O próprio Código de Processo Penal no art. 699, caput, há muito impõe que a execução da pena só se inicie após transcorrer, por completo, o trânsito em julgado"* (fl. 14).
Sustenta, por derradeiro, que a *"pena pecuniária aplicada ao Paciente, conforme consta na sentença penal constitui-se em dívida de valor, cujo titular do direito não o Ministério Público, mas a pessoa que a sentença considerou ofendida e assistiu ao Parquet na acusação"* (fl. 15).

Requer, assim, a concessão de liminar para *"suspender os efeitos da decisão denegatória da ordem proferida pela 8.ª Câmara Criminal do TJRJ, inclusive da execução da pena junto à VEP/RJ"* (fl. 16) e, no mérito, a confirmação da liminar, sendo, outrossim, declarada a prescrição da pretensão punitiva, ocorrida entre 02.09.2001 e 02.09.2005, bem como a ilegalidade da instauração da execução penal antes do trânsito em julgado para a defesa.
É o breve relatório inicial.
Decido.
Não estão presentes os pressupostos da medida urgente requerida, porquanto o pedido deduzido é inteiramente satisfativo, demandando a análise do próprio mérito da impetração, inviável em juízo de cognição perfunctória e prelibatória.
Reserva-se, portanto, ao Colegiado, em momento oportuno, o pronunciamento definitivo acerca do mérito, depois de colhida a manifestação ministerial.
Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.
Requisitem-se as informações do Tribunal de origem.
Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

(3771)

HABEAS CORPUS Nº 91.453 - SP (2007/0229598-0)

RELATORA	**: MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE	: ELEONORA NANNI LUCENTI - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: JOSÉ RIBAMAR SILVA COSTA

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JOSÉ RIBAMAR SILVA COSTA, preso e condenado à pena de 03 anos de reclusão, em regime integral fechado, pela prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes, contra acórdão proferido, em sede de apelação criminal, pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
O Impetrante defende no presente *writ* a inconstitucionalidade do óbice imposto pelo art. 1º, § 2º, da Lei n. 8.072/90. Afirma que o Paciente é primário e de bons antecedentes, portanto, faz *jus* à diminuição da pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei n.º 11.343/06, ao regime inicial aberto de cumprimento de pena e a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.
Requer, assim, liminarmente, que a reprimenda seja atenuada e substituída por pena restritiva de direitos, sendo fixando o regime inicial aberto para seu cumprimento, bem como a concessão do direito à progressão.
Relatei.
Decido.
De início, ressalte-se que se observa da acurada leitura dos autos que o Tribunal *a quo* afastou, no julgamento da Apelação Criminal n.º 983.748-3/3, a vedação à progressão de regime, fixando o regime inicialmente fechado para o cumprimento da pena, mantida no mais a sentença. Desse modo, prejudicada está a análise do pedido neste ponto.
Por fim, quanto aos pedidos de atenuação da pena, fixação de regime inicial aberto e de substituição por pena restritiva de direitos, tenho que a análise dos pleitos requer um exame mais aprofundado, razão pela qual deve ser apreciado pelo órgão colegiado, no momento oportuno.
Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.
Solicite-se informações pormenorizadas à autoridade impetrada, sobretudo cópia da sentença condenatória e da folha de antecedentes do Paciente.
Após, ouça-se o Ministério Público Federal.
Publique-se.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

(3772)

HABEAS CORPUS Nº 91.488 - MS (2007/0229961-8)

RELATOR	**: MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE	: DANIEL RODRIGUES BENITES
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE	: VALDEMAR ORTEGA PENAYO (PRESO)

DECISÃO

Os autos não retratam a excepcional hipótese de juízo provisório antecipado acerca do pedido, uma vez que análise perfunctória da **quaestio** trazida à baila na exordial do **writ** não vislumbra o pretenso quadro claro e adequado à concessão da liminar, não sendo constatado de plano, o **fumus boni iuris** do pedido.
Ademais, o pedido tem caráter eminentemente satisfativo, devendo ser oportunamente analisado pelo Colegiado, após devida instrução dos autos.
Assim sendo, **denego a liminar**.
Solicitem-se, com urgência e via telex, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade tida por coatora.
Após, vista à douta Subprocuradoria-Geral da República.
P. e I.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO FELIX FISCHER
Relator

(3773)

HABEAS CORPUS Nº 91.525 - SP (2007/0230270-0)

RELATORA	**: MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE	: CLOVIS ALBERTO VOLPE FILHO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: ALEXANDRE FERREIRA DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de *Habeas Corpus*, com pedido de liminar, impetrado por CLÓVIS ALBERTO VOLPE FILHO em favor de ALEXANDRE FERREIRA DA SILVA, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
Narra o Impetrante que foi o Paciente condenado como incurso nos arts. 121, § 2º, inciso IV, e 121, § 2, inciso IV, c/c 14, inciso II, todos do Código Penal, à pena de 16 (dezesseis) anos de reclusão em regime integralmente fechado.
Entendendo pelo cumprimento do requisito objetivo temporal, formulou ao Juízo das execuções pedido de progressão para o regime prisional semi-aberto, o qual foi negado sob os seguintes fundamentos, *in verbis:*
"Inicialmente, a controvérsia a respeito da inconstitucionalidade ou não do § 1º do art. 2º da lei de Crimes Hediondos (Lei n. 8.072/90), vem suscitando grandes discussões. Este Juízo inclusive possui precedentes no sentido de ser constitucional dito diploma legal.
Contudo, nova orientação foi firmada pelo Plenário do Egrégio Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do Habeas Corpus n. 82959-7/SP em 23 de fevereiro de 2006.
[...].
Diante deste panorama, o aplicador da lei, ciente da existência de significativo precedente do Plenário da Corte, deve pelo menos considerar os reflexos de eventual entendimento diverso.
Assim, diante do que foi exposto, ao menos por ora, dou por superada a alegação de inconstitucionalidade do § 1º do art. 2º da Lei de Crimes Hediondos (Lei n. 8.072/90), invocando o precedente do Supremo Tribunal Federal, no Habeas Corpus n. 82959-7/SP.
Entretanto, admitida a progressão, há mais um óbice a ser transporto, qual seja, a inexistência legislativa de lapso mínimo para a progressão para crimes dessa natureza.
[...].
Logo, parece legítimo entender que para fins de progressão dos condenados por crimes hediondos, se exija, ao menos, o cumprimento do dobro do tempo estabelecido para os condenados por crimes comuns, ou seja, um terço da pena.
Dentro desse raciocínio, estar-se-á dando o mesmo tratamento que a lei prevê para o livramento condicional, guardadas as mesmas proporções, até porque lá o benefício é mais amplo e o lapso maior, e respeitada estará a regra do artigo 112 da LEP que exige, o cumprimento de 'ao menos um sexto da pena', e não de exatos um sexto da pena.
Dessa forma, superada a alegação de inconstitucionalidade da Lei 8.072/90 e fixados esses parâmetros, passo a análise do mérito do pedido.
O pedido é improcedente.
O sentenciado não preenche o requisito objetivo, pois não cumpriu mais de 1/3 de sua pena.
Posto isso, INDEFIRO o pedido de PROGRESSÃO ao REGIME SEMI-ABERTO, formulado pelo sentenciado ALEXANDRE FERREIRA DA SILVA." (fls. 31/35)

Inconformado, impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça paulista, alegando, em suma, constrangimento ilegal tendo em vista a inconstitucionalidade do dispositivo legal que fixa o regime integralmente fechado e que faz *jus* ao regime semi-aberto por preencher todos os requisitos legais para sua progressão.
O Tribunal *a quo* concedeu parcialmente a ordem, para "*reconhecer o direito à progressão de regime para os condenados por crime hediondo e determinar que se forme novo apenso do benefício e seja proferia nova decisão sobre o pleito, nos termos da Lei de Crimes Hediondos, alterada pela Lei Federal nº 11.464, de 2007.*"
Na presente ordem, alega que "*para efeitos de progressão de regime, o cumprimento do requisito objetivo para sua concessão dever atender o disposto no artigo 112 da Lei de Execução Penal, em sua redação original, ou seja, cumprimento de 1/6 da pena, por força da aplicação do princípio da irretroatividade da* lex gravior." (fl. 05).
Requer, liminarmente e no mérito, seja concedida ao Paciente a progressão para o regime semi-aberto.
É o relatório.
Decido.
Após a leitura dos autos, observo, em juízo de cognição sumária, que o pedido liminarmente formulado merece ser concedido, porquanto se encontra presente, na hipótese, o requisito autorizativo da plausibilidade jurídica do pedido.
Com efeito, a exigência do cumprimento de dois quintos (2/5) da pena imposta, como requisito objetivo para a progressão de regime aos condenados pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes, trazida pela Lei n.º 11.464/07, por ser evidentemente mais gravosa, não pode retroagir para prejudicar o réu.
Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar, apenas, para que seja adotado como critério objetivo aquele previsto no artigo 112, da Lei de Execuções Penais, com a ressalva de que caberá ao Juízo de Execução examinar se está presente o pressuposto subjetivo para o deferimento da progressão.
Oficie-se, com urgência, ao Desembargador-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e ao Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Assis/SP, comunicando-lhes o inteiro teor da presente decisão, para as providências cabíveis.
Por estarem os autos devidamente instruídos, dispenso as informações da autoridade impetrada.
Após, ouça-se o Ministério Público Federal.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

(3774)

HABEAS CORPUS Nº 91.542 - SP (2007/0230901-3)

RELATORA	**: MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE	: WILSOMAR SOUSA SILVA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: WASHINGTON LUIS BARBOSA

DECISÃO

Vistos, etc.
Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de WASHINGTON LUIS BARBOSA, preso e condenado pela prática do crime de homicídio qualificado, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, em sede de apelação, manteve o regime integral fechado imposto pela sentença monocrática.
O Impetrante alega, em suma, a inconstitucionalidade do regime prisional integralmente fechado, disposto no art. 2.º, § 1.º, da Leis dos Crimes Hediondos. Requer, pois, liminarmente e no mérito, que seja afastado o óbice que impede a progressão de regime prisional.
Relatei. Decido.
A celeuma, relativa à inconstitucionalidade ou não do regime integralmente fechado previsto no art. 2.º, § 1.º, da Lei n.º 8.072/90, foi apreciada e solucionada, em sede de controle de constitucionalidade difuso, pelo Supremo Tribunal Federal.
Assim, afastou-se a proibição legal quanto à impossibilidade de progressão carcerária aos apenados pela prática de crimes hediondos, tendo sido, todavia, ressalvado que caberá ao juízo da execução penal analisar os pedidos de progressão considerando o comportamento de cada condenado e o preenchimento dos requisitos necessários.
Ademais, recentemente, com a publicação da Lei n.º 11.464/07, restou, de vez, afastado do ordenamento jurídico, pelo legislador ordinário, o regime integralmente fechado antes imposto aos condenados por crimes hediondos, assegurando-lhes a progressividade do regime prisional de cumprimento de pena.
Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar para afastar o óbice contido no dispositivo da sentença condenatória e do acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* que negaram ao Paciente o direito à eventual progressão carcerária, ficando a aferição dos requisitos objetivos e subjetivos da progressão de regime a cargo do Juízo das Execuções Penais.
Oficie-se, com urgência, ao Desembargador-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, comunicando-lhe o inteiro teor da presente decisão, a qual deverá ser encaminhada por intermédio do Tribunal ao respectivo Juízo das Execuções Penais, para as providências cabíveis.
Estando os autos devidamente instruídos, dispenso as informações da autoridade impetrada.
Ouça-se o Ministério Público Federal.
Publique-se.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

(3775)

HABEAS CORPUS Nº 91.567 - SP (2007/0231615-4)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
IMPETRANTE	: MÁRCIA VIEIRA LIMA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: ROBSON REIS LIMA (PRESO)

DECISÃO
DENEGAÇÃO DE LIMINAR
REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES
OUVIDA DO MPF

1. A concessão de tutela de eficácia imediata (liminar) em *Habeas Corpus* constitui medida de extrema excepcionalidade, somente admitida nos casos em que demonstrada de forma manifesta a necessidade e urgência da ordem, bem como o abuso de poder ou ilegalidade do ato impugnado.
2. Na hipótese vertente, tais circunstâncias não restaram evidenciadas de plano, razão pela qual INDEFIRO, por agora, o pedido de provimento emergencial postulado.

3. Solicitem-se informações à douta autoridade apontada como coatora, com a máxima urgência; abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal, para o parecer de estilo; após, voltem-me conclusos para a eventual reapreciação do pedido de tutela imediata, se for o caso.
4. Publique-se; intimações necessárias.
Brasília/DF, 19 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3776)

HABEAS CORPUS Nº 91.568 - GO (2007/0231643-3)

RELATOR	**: MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE	: WELLINGTON DE JESUS FERREIRA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE	: GILVAN SOCORRO CARNEIRO SOARES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em benefício de GILVAN SOCORRO CARNEIRO SOARES, em face de v. acórdão proferido pelo e. Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, que, por votação unânime, não conheceu do pedido de revisão criminal.
Afirma o impetrante, em síntese, que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal consubstanciado em vícios na denúncia e sustenta negativa de autoria.
Decido.
A análise dos autos, nos limites da cognição **in limine**, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não restando configurado, de plano, a flagrante ilegalidade, devendo a **quaestio**, portanto, ser apreciada pelo Colegiado.
Denego, pois, a liminar.
Solicitem-se, **com urgência e via telex**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade tida por coatora.
Após, vista à douta Subprocuradoria-Geral da República.
P. e I.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO FELIX FISCHER
Relator

(3777)

HABEAS CORPUS Nº 91.578 - SP (2007/0232068-2)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
IMPETRANTE	: HELEN KOMATSU - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: CUSTÓDIO FERREIRA DO NASCIMENTO

DECISÃO
DENEGAÇÃO DE LIMINAR
REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES
OUVIDA DO MPF

1. A concessão de tutela de eficácia imediata (liminar) em *Habeas Corpus* constitui medida de extrema excepcionalidade, somente admitida nos casos em que demonstrada de forma manifesta a necessidade e urgência da ordem, bem como o abuso de poder ou ilegalidade do ato impugnado.
2. Na hipótese vertente, tais circunstâncias não restaram evidenciadas de plano, razão pela qual INDEFIRO, por agora, o pedido de provimento emergencial postulado.
3. Solicitem-se informações à douta autoridade apontada como coatora, com a máxima urgência; abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal, para o parecer de estilo; após, voltem-me conclusos para a eventual reapreciação do pedido de tutela imediata, se for o caso.
4. Publique-se; intimações necessárias.
Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3778)

HABEAS CORPUS Nº 91.599 - SP (2007/0232116-2)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
IMPETRANTE	: GABRIEL MACHADO MAGLIO - DEFENSOR PÚBLICO E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: AGNALDO FERREIRA DE CARVALHO

DECISÃO
DENEGAÇÃO DE LIMINAR
REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES
OUVIDA DO MPF

1. A concessão de tutela de eficácia imediata (liminar) em *Habeas Corpus* constitui medida de extrema excepcionalidade, somente admitida nos casos em que demonstrada de forma manifesta a necessidade e urgência da ordem, bem como o abuso de poder ou ilegalidade do ato impugnado.
2. Na hipótese vertente, tais circunstâncias não restaram evidenciadas de plano, razão pela qual INDEFIRO, por agora, o pedido de provimento emergencial postulado.
3. Solicitem-se informações à douta autoridade apontada como coatora, com a máxima urgência; abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal, para o parecer de estilo; após, voltem-me conclusos para a eventual reapreciação do pedido de tutela imediata, se for o caso.
4. Publique-se; intimações necessárias.
Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3779)

HABEAS CORPUS Nº 91.600 - SP (2007/0232118-6)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
IMPETRANTE	: PATRÍCIA SIMEONATO - DEFENSORA PÚBLICA E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: LUCIANA APARECIDA CANOVA (PRESA)

DECISÃO
DENEGAÇÃO DE LIMINAR
REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES
OUVIDA DO MPF

1. A concessão de tutela de eficácia imediata (liminar) em *Habeas Corpus* constitui medida de extrema excepcionalidade, somente admitida nos casos em que demonstrada de forma manifesta a necessidade e urgência da ordem, bem como o abuso de poder ou ilegalidade do ato impugnado.
2. Na hipótese vertente, tais circunstâncias não restaram evidenciadas de plano, razão pela qual INDEFIRO, por agora, o pedido de provimento emergencial postulado.
3. Solicitem-se informações à douta autoridade apontada como coatora, com a máxima urgência; abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal, para o parecer de estilo; após, voltem-me conclusos para a eventual reapreciação do pedido de tutela imediata, se for o caso.
4. Publique-se; intimações necessárias.
Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3780)

HABEAS CORPUS Nº 91.605 - SP (2007/0232123-8)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
IMPETRANTE	: JAMAL CHOKR - DEFENSOR PÚBLICO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: ANTONIO ALMEIDA SALES

DECISÃO
DENEGAÇÃO DE LIMINAR
REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES
OUVIDA DO MPF

1. A concessão de tutela de eficácia imediata (liminar) em *Habeas Corpus* constitui medida de extrema excepcionalidade, somente admitida nos casos em que demonstrada de forma manifesta a necessidade e urgência da ordem, bem como o abuso de poder ou ilegalidade do ato impugnado.
2. Na hipótese vertente, tais circunstâncias não restaram evidenciadas de plano, razão pela qual INDEFIRO, por agora, o pedido de provimento emergencial postulado.
3. Solicitem-se informações à douta autoridade apontada como coatora, com a máxima urgência; abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal, para o parecer de estilo; após, voltem-me conclusos para a eventual reapreciação do pedido de tutela imediata, se for o caso.
4. Publique-se; intimações necessárias.
Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3781)

HABEAS CORPUS Nº 91.618 - SP (2007/0232171-9)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
IMPETRANTE	: ROBSON LUIZ SILVA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: ROBSON LUIZ SILVA (PRESO)

DECISÃO
DENEGAÇÃO DE LIMINAR
REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES
OUVIDA DO MPF

1. A concessão de tutela de eficácia imediata (liminar) em *Habeas Corpus* constitui medida de extrema excepcionalidade, somente admitida nos casos em que demonstrada de forma manifesta a necessidade e urgência da ordem, bem como o abuso de poder ou ilegalidade do ato impugnado.
2. Na hipótese vertente, tais circunstâncias não restaram evidenciadas de plano, razão pela qual INDEFIRO, por agora, o pedido de provimento emergencial postulado.
3. Solicitem-se informações à douta autoridade apontada como coatora, com a máxima urgência; abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal, para o parecer de estilo; após, voltem-me conclusos para a eventual reapreciação do pedido de tutela imediata, se for o caso.
4. Publique-se; intimações necessárias.
Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3782)

HABEAS CORPUS Nº 91.623 - MG (2007/0232178-1)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
IMPETRANTE	: WILTON MARINHO DOS SANTOS
ADVOGADO	: WILLIAM RICCALDONE ABREU - DEFENSOR PÚBLICO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE	: WILTON MARINHO DOS SANTOS

DECISÃO
DENEGAÇÃO DE LIMINAR
REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES
OUVIDA DO MPF

1. A concessão de tutela de eficácia imediata (liminar) em *Habeas Corpus* constitui medida de extrema excepcionalidade, somente admitida nos casos em que demonstrada de forma manifesta a necessidade e urgência da ordem, bem como o abuso de poder ou ilegalidade do ato impugnado.
2. Na hipótese vertente, tais circunstâncias não restaram evidenciadas de plano, razão pela qual INDEFIRO, por agora, o pedido de provimento emergencial postulado.
3. Solicitem-se informações à douta autoridade apontada como coatora, com a máxima urgência; abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal, para o parecer de estilo; após, voltem-me conclusos para a eventual reapreciação do pedido de tutela imediata, se for o caso.
4. Publique-se; intimações necessárias.
Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3783)

HABEAS CORPUS Nº 91.638 - SP (2007/0232199-5)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
IMPETRANTE	: ANDERSON APARECIDO DANIEL
IMPETRADO	: JUIZ DE DIREITO DA VARA DISTRITAL DE EMBU GUAÇU - ITAPECERICA DA SERRA - SP
PACIENTE	: ANDERSON APARECIDO DANIEL (PRESO)

DECISÃO
NÃO CONHECIMENTO DO
PEDIDO DE *HABEAS CORPUS*

1. Cuida-se de *Habeas Corpus*, impetrado em causa própria por ANDERSON APARECIDO DANIEL, com o fito de possibilitar ao ora paciente, denunciado como incurso no artigo 121, *caput*, do CPB (homicídio), a concessão do benefício da liberdade provisória.
2. De início, cumpre destacar que a competência para o julgamento de *Habeas Corpus* pelo Superior Tribunal de Justiça se restringe às hipóteses do artigo 105, I, c da Constituição Federal, não possuindo, por conseguinte, competência quando a autoridade coatora é Juiz de direito.

3. Logo, tendo em vista que não há notícia de qualquer impetração ou recurso em segunda instância em nome do Paciente, inviável o conhecimento deste *mandamus* por este Corte, levando-se em conta que o presente pedido ataca ato de Juiz de primeiro grau.
4. Confiram-se, por oportuno, os seguintes precedentes: HC 53.234/PE, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, 6T, DJU 30.10.2006 e HC 70.115/PR, Rel. Min. GILSON DIPP, 5T, DJU 29.3.2007.
5. Diante do exposto, com base no artigo 34, inciso XVIII do RSTJ, não conheço do presente *Habeas Corpus* .
6. Remetam-se os autos ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, órgão competente para a apreciação do pedido.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3784)

HABEAS CORPUS Nº 91.643 - RS (2007/0232299-3)

RELATOR	**: MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE	: DÉLIO LINS E SILVA E OUTROS
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE	: NARDO ALCEU FERNANDES MARQUES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Nardo Alceu Fernandes Marques**, apontando-se como autoridade coatora o e. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.
Requer-se, liminarmente, seja recolhido o mandado de prisão expedido, tendo em vista a ausência de trânsito em julgado da condenação, já que pendentes de apreciação os embargos de declaração interpostos pela defesa.
É o breve relato.
Decido.
Vislumbro na espécie o **fumus boni iuris** do pedido, tendo em vista que não esgotada a instância ordinária, já que opostos embargos declaratórios, bem como o **periculum in mora** (expedição de mandado de prisão), razão pela qual **concedo a liminar** a fim de que o ora paciente aguarde em liberdade o exaurimento da instância ordinária, desde que não surja outro motivo que justifique a segregação cautelar.
Nesse sentido, os seguintes precedentes: **do Pretório Excelso**: **HC 75.983/SP**, Rel. p/ acórdão, Min. **Nelson Jobim**, DJU de 16/12/97; **HC 73186/SP**, Rel. Min. **Néri da Silveira**, DJU de 29/03/96. **Desta Corte**: **HC 11.215/MG**, Rel. Min. **Fernando Gonçalves**, DJU de 28/02/2000 e **HC 31967/RS**, Rel. Min. **Hamilton Carvalhido**, DJU de 02/08/2004.
Solicitem-se, com urgência e via telex, informações atualizadas e pormenorizadas junto ao e. Tribunal **a quo**, acerca do alegado na inicial do **writ.**
Após, vista à douta Subprocuradoria-Geral da República.
Comunique-se com urgência.
P. e I.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FELIX FISCHER
Relator

(3785)

HABEAS CORPUS Nº 91.647 - GO (2007/0232306-8)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
IMPETRANTE	: JOSÉ FRANCISCO SANTANA NETO E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE	: MARCOS BISPO BARRETO (PRESO)

DECISÃO
INDEFERIMENTO LIMINAR
DO PEDIDO DE *HABEAS CORPUS*
(ART. 210 DO RISTJ E 38 DA LEI 8.038/90)

1. Trata-se de *Habeas Corpus*, impetrado em favor de MARCOS BISPO BARRETO, contra ato de Desembargador do egrégio Tribunal Justiça do Estado de Goiás, que indeferiu liminar em *writ* ali impetrado.
2. Infere-se dos autos que o ora paciente, acusado da prática da conduta descrita no art. 121, § 2ª, II e IV c/c o art. 14, II, ambos do CPB, (tentativa de homicídio qualificado), teve contra si decretada prisão preventiva pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Goiânia, em virtude de não ter comparecido para se defender, apesar de citado por edital, vindo, posteriormente, a ser preso em Camaçari/BA.
3. Aduzem os impetrantes que, apesar de o Juízo de primeira instância ter solicitado o recambiamento do réu para estabelecimento prisional situado em Aparecida de Goiânia/GO, o mesmo continuou acautelado na Cadeia Pública de Camaçari/BA, em virtude da carência de recursos e pessoal especializado para efetuar transporte de presos.
4. Afirmam que, em razão disso, não foi oportunizada ao paciente, a participação na audiência de oitiva de testemunhas de acusação, apesar de seu defensor ter requerido a sua presença, configurando, portanto, cerceamento de defesa.
5. Irresignada, a defesa impetrou *Habeas Corpus* perante o Tribunal *a quo*, pleiteando a revogação da prisão processual, sob o argumento de nulidade de todos os atos processuais, diante da inoperância do Estado em não possibilitar o acompanhamento pessoal do processo pelo paciente.
6. O pleito inicial do *writ* foi indeferido, razão pela qual o impetrante ingressou com a presente ordem, repisando os argumentos já expostos na origem.
7. Este o breve relato dos fatos.
8. Nos termos da orientação já pacificada por este Tribunal Superior, não é cabível impetração de *Habeas Corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo nos casos de flagrante ilegalidade ou abuso de poder na decisão denegatória da tutela de eficácia imediata, sob pena de supressão de instância. A propósito, confiram-se os seguintes precedentes: HC 63.950/PR, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJU 12.03.2007 e HC 65.643/RS, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJU 18.12.2006.
9. Outro não é o entendimento firmado no enunciado sumular 691 do Pretório Excelso, nestes termos*: Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de Habeas Corpus contra decisão do relator que, em Habeas Corpus requerido a Tribunal Superior, indefere a liminar.*
10. Tem-se, pois, que o exame por esta Corte da presente controvérsia, acarretaria supressão de instância, uma vez que não restou evidenciada, na hipótese vertente, a flagrante ilegalidade do ato coator.
11. Ante o exposto, com supedâneo nos arts. 210 do RISTJ e 38 da Lei 8.038/90, *indefiro liminarmente o presente Habeas Corpus.*
12. Publique-se; intimações necessárias.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3786)

HABEAS CORPUS Nº 91.654 - SP (2007/0232769-1)

RELATORA	**: MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE	: JOÃO COSTA GOMES E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: DURVALINO AFONSO RIBEIRO (PRESO)

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, substitutivo de recurso ordinário, impetrado em favor de DURVALINO AFONSO RIBEIRO, preso cautelarmente desde 19/12/2006 e condenado, à pena de 07 (sete) anos e 06 (seis) meses de reclusão, pela prática do crime de receptação qualificada, em continuidade delitiva, contra acórdão proferido, em sede de *writ* originário, pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
O Impetrante alega, em suma, que não estão presentes, na hipótese, os requisitos autorizativos da prisão cautelar do Paciente, decretada durante a instrução criminal e mantida em sede de sentença penal condenatória. Requer, assim, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja concedido ao Paciente o benefício do apelo em liberdade.
Relatei. Decido.
Em juízo de cognição sumária, não vislumbro, de plano, o *fumus boni iuris* do pedido urgente que, frise-se, confunde-se com o próprio mérito da impetração, cuja análise competirá ao órgão colegiado, no momento oportuno.
Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.
Estando os autos devidamente instruídos, dispenso as informações da Autoridade Impetrada.
Ouça-se o Ministério Público Federal.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

(3787)

HABEAS CORPUS Nº 91.656 - SP (2007/0232796-9)

RELATORA	**: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)**
IMPETRANTE	: ADRIANA ROCHA TORQUETE E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: LÚCIO RICARDO NUNES

DECISÃO

Trata-se de pedido de liminar em *habeas corpus* impetrado em benefício de **LÚCIO RICARDO NUNES**, por meio de procurador legalmente habilitado, no qual alegou suportar ilegal coação exercida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em virtude da decisão que manteve sua condenação por crime contra o patrimônio no regime fechado, não obstante fazer jus em iniciar seu cumprimento do regime aberto ou, quando muito, no semi-aberto.
O impetrante requereu a imediata expedição de contramandado de prisão em favor do paciente, pois se encontra na iminência de ser preso.
Examinei a documentação juntada, bem como os pedidos feitos na inicial, e não me convenci, de plano, sem as devidas informações, sobre a ocorrência da alegada coação, por não vislumbrar inequivocamente, como demanda o eventual deferimento de medida liminar, qualquer mácula ou falta de fundamentação na decisão que negou provimento ao seu apelo, mantendo o regime fechado para o início do cumprimento de sua reprimenda.
Diante do exposto, indefiro a liminar.
Requisitem-se informações ao Tribunal *a quo* a respeito dos motivos que o levaram a manter o regime fechado para o início do cumprimento da pena imposta ao paciente.
Em seguida, dê-se vista à Subprocuradoria-Geral da República.
Logo após, retornem os autos imediatamente conclusos.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)
Relatora

(3788)

HABEAS CORPUS Nº 91.659 - MG (2007/0232853-8)

RELATORA	**: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)**
IMPETRANTE	: DALMO PIRES BASTOS JUNIOR
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE	: GERALDO MAGELA TEIXEIRA DE AGUIAR (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de pedido de liminar em *habeas corpus* substitutivo de recurso ordinário impetrado em benefício de **GERALDO MAGELA TEIXEIRA DE AGUIAR**, por meio de procurador legalmente habilitado, no qual alegou suportar ilegal coação exercida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em virtude da manutenção de sua constrição cautelar na decisão de pronúncia, pois, não obstante ter permanecido preso durante todo o transcorrer do processo, os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal se encontram ausentes do caso concreto.
O impetrante requereu a imediata expedição de alvará de soltura em prol do paciente.
Examinei a documentação juntada, bem como os pedidos feitos na inicial, e não me convenci, de plano, sem as devidas informações, sobre a ocorrência da alegada coação, por não vislumbrar inequivocamente, como demanda o eventual deferimento de medida liminar, qualquer mácula na decisão que recomendou o réu na prisão em que se encontrava, até mesmo porque respondeu preso durante todo o decorrer do processo.
Diante do exposto, indefiro a liminar.
Requisitem-se informações ao Tribunal *a quo* a respeito dos motivos que o levaram a manter a custódia cautelar do paciente.
Depois de prestadas, dê-se vista à Subprocuradoria-Geral da República.
Em seguida, retornem os autos imediatamente conclusos.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)
Relatora

(3789)

HABEAS CORPUS Nº 91.662 - SP (2007/0232874-1)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
IMPETRANTE	: FERNANDA DE MATOS LIMA MADRID
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: ERIVALDO ALVES DE OLIVEIRA (PRESO)

DECISÃO

A pretensão deduzida em sede de liminar confunde-se com o mérito desta impetração, inviabilizando seu deferimento, sob pena de contrariar entendimento deste Superior Tribunal, no sentido de que: "... a provisão cautelar não se presta à apreciação da questão de mérito do *writ*, por implicar em exame prematuro da matéria de fundo da ação de *habeas corpus*, de competência da turma julgadora, que não pode ser apreciada nos limites da cognição sumária do Relator. Por outras palavras, no *writ* não cabe medida satisfativa antecipada" (HC 17.579/RS, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, DJ de 9/8/2001).
Com efeito, o pedido formulado em sede de cognição sumária não pode ser deferido por relator quando a pretensão implica a antecipação da prestação jurisdicional de mérito, tendo em vista que a liminar em sede de *habeas corpus*, de competência originária de tribunal, como qualquer outra medida cautelar, deve restringir-se à garantia da eficácia da decisão final a ser proferida pelo órgão competente para o julgamento, quando, evidentemente, fizerem-se presentes, simultaneamente, a plausibilidade jurídica do pedido e o risco de lesão grave ou de difícil reparação.
De mais a mais, ante a deficiente instrução do *writ*, inviável é a verificação da existência de constrangimento ilegal nesse momento processual, razão pela qual **indefiro** o pedido liminar.
Intimem-se.
Solicitem-se informações pormenorizadas à autoridade apontada como coatora, com cópia do acórdão atacado (HC 1.098.952.3/9).
Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.
Oportunamente, voltem-me conclusos.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3790)

HABEAS CORPUS Nº 91.664 - SP (2007/0232882-9)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
IMPETRANTE	: JOSÉ LEONARDO LACERDA DA ROCHA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: ALEXANDRE RODRIGUES (PRESO)

DECISÃO

A pretensão deduzida em sede de liminar confunde-se com o mérito desta impetração, inviabilizando seu deferimento, sob pena de contrariar entendimento deste Superior Tribunal, no sentido de que: "... a provisão cautelar não se presta à apreciação da questão de mérito do *writ*, por implicar em exame prematuro da matéria de fundo da ação de *habeas corpus*, de competência da turma julgadora, que não pode ser apreciada nos limites da cognição sumária do Relator. Por outras palavras, no *writ* não cabe medida satisfativa antecipada" (HC 17.579/RS, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, DJ de 9/8/2001).
Com efeito, o pedido formulado em sede de cognição sumária não pode ser deferido por relator quando a pretensão implica a antecipação da prestação jurisdicional de mérito, tendo em vista que a liminar em sede de *habeas corpus*, de competência originária de tribunal, como qualquer outra medida cautelar, deve restringir-se à garantia da eficácia da decisão final a ser proferida pelo órgão competente para o julgamento, quando, evidentemente, fizerem-se presentes, simultaneamente, a plausibilidade jurídica do pedido e o risco de lesão grave ou de difícil reparação.
De mais a mais, ante a deficiente instrução do *writ*, inviável é a verificação da existência de constrangimento ilegal nesse momento processual, razão pela qual **indefiro** o pedido liminar.
Intimem-se.
Solicitem-se informações pormenorizadas à autoridade apontada como coatora, esclarecendo a atual situação do paciente, bem como se já restou proferida nova decisão pelo Juízo da Execução, conforme determinado no acórdão atacado (fl. 18).

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.
Oportunamente, voltem-me conclusos.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3791)

HABEAS CORPUS Nº 91.667 - RJ (2007/0232923-3)

RELATOR	**: MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE	: FERNANDO GIL COUTINHO CARDOSO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE	: JOCELY REGINALDO DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em favor de JOCELY REGINALDO DA SILVA, contra v. acórdão prolatado pelo e. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
Aduz o impetrante a ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar imposta ao paciente.
Os autos não retratam a excepcional hipótese de juízo provisório antecipado acerca do pedido, uma vez que **não suficientemente instruídos**. Dessa maneira, a **quaestio** trazida à baila na exordial do **writ** não vislumbra o pretenso quadro claro e adequado à concessão da liminar, não sendo constatado, de plano, o **fumus boni iuris** do pedido, pois **não há, sequer, cópia da r. decisão que decretou a prisão preventiva do paciente.**
Denego, pois, a pretensão liminar.
Solicitem-se, **com urgência e via telex**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade tida como coatora.
Após, vista à douta Subprocuradoria-Geral da República.
P. e I.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO FELIX FISCHER
Relator

(3792)

HABEAS CORPUS Nº 91.671 - PE (2007/0232946-0)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
IMPETRANTE	: VALDEMAR LOURENÇO LOPES
ADVOGADO	: SABRINA BAPTISTELLA DE ASSIS MOURA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE	: VALDEMAR LOURENÇO LOPES (PRESO)

DECISÃO

A pretensão deduzida em sede de liminar confunde-se com o mérito desta impetração, inviabilizando seu deferimento, sob pena de contrariar entendimento deste Superior Tribunal, no sentido de que: "... a provisão cautelar não se presta à apreciação da questão de mérito do *writ*, por implicar em exame prematuro da matéria de fundo da ação de *habeas corpus*, de competência da turma julgadora, que não pode ser apreciada nos limites da cognição sumária do Relator. Por outras palavras, no *writ* não cabe medida satisfativa antecipada" (HC 17.579/RS, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, DJ de 9/8/2001).
Com efeito, o pedido formulado em sede de cognição sumária não pode ser deferido por relator quando a pretensão implica a antecipação da prestação jurisdicional de mérito, tendo em vista que a liminar em sede de *habeas corpus*, de competência originária de tribunal, como qualquer outra medida cautelar, deve restringir-se à garantia da eficácia da decisão final a ser proferida pelo órgão competente para o julgamento, quando, evidentemente, fizerem-se presentes, simultaneamente, a plausibilidade jurídica do pedido e o risco de lesão grave ou de difícil reparação.
De mais a mais, ante a deficiente instrução do *writ*, inviável é a verificação da existência de constrangimento ilegal nesse momento processual, razão pela qual **indefiro** o pedido liminar.
Intimem-se.
Solicitem-se informações pormenorizadas à autoridade apontada como coatora, com cópia do acórdão atacado (HC 149532-7).
Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.
Oportunamente, voltem-me conclusos.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3793)

HABEAS CORPUS Nº 91.676 - MG (2007/0232987-6)

RELATOR	**: MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE	: ILTON DE OLIVEIRA CAMPOS
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE	: DIELL MARCOS VALADARES RIBEIRO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em benefício de DIELL MARCOS VALADARES RIBEIRO, preso em flagrante pela prática, em tese, do crime previsto no art. 33 da Lei nº 11.340/06, apontado-se como autoridade coatora o e. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
Sustenta o impetrante, em síntese, que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal consubstanciado no indeferimento dos pedidos de relaxamento da prisão em flagrante e de liberdade provisória.
Decido.
Os autos não retratam a excepcional hipótese de juízo provisório antecipado acerca do pedido, uma vez que **não suficientemente instruídos**. Dessa maneira, a **quaestio** trazida à baila na exordial do **writ** não vislumbra o pretenso quadro claro e adequado à concessão da liminar, não sendo constatado, de plano, o **fumus boni iuris** do pedido, pois **não há, sequer, cópia da r. decisão tida como ilegal. Denego, pois, a pretensão liminar**.
Solicitem-se, **com urgência e via telex**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade tida como coatora.
Após, vista à douta Subprocuradoria-Geral da República.
P. e I.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO FELIX FISCHER
Relator

(3794)

HABEAS CORPUS Nº 91.690 - SP (2007/0233076-7)

RELATORA	**: MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE	: WELLINTON FERREIRA PAIVA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: WELLINTON FERREIRA PAIVA (PRESO)

DECISÃO

Vistos, etc.
Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor próprio por WELLINTON FERREIRA PAIVA, preso e condenado pela pelo crime de tentativa de latrocínio, à pena de 10 anos de reclusão, sem apontar autoridade coatora.
O Impetrante/Paciente alega, em suma, que possui *"todos os requisitos objetivos e subjetivos e ainda já cumpriu muito mais que o lapso exigido pela Lei de Execução Penal"* (fl. 03). Defende, ainda, a inconstitucionalidade do regime prisional integralmente fechado, disposto no art. 2.º, § 1.º, da Leis dos Crimes Hediondos.
Todavia, junta acórdão de revisão criminal prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, deferindo parcialmente a revisão criminal, estabeleceu o regime inicialmente fechado para o cumprimento de sua pena.
Requer, assim, liminarmente e no mérito, a progressão de regime prisional.
Relatei. Decido.
Dessume-se da confusa inicial que o Impetrante/Paciente insurge-se contra decisão do Juízo das Execuções que lhe denegou a progressão para o regime semi-aberto.
Ademais, na hipótese, observa-se da acurada leitura dos autos que o *writ* foi deficitariamente instruído, pois não foram colacionadas as peças processuais imprescindíveis à compreensão da controvérsia.
Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.
Solicitem-se as informações ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
Após, ouça-se o Ministério Público Federal.
Publique-se.
Brasília, 21 de setembro de 2007.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

(3795)

HABEAS CORPUS Nº 91.694 - RS (2007/0233119-5)

RELATOR	**: MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE	: DORVALINO TIZATTO
IMPETRADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A REGIÃO
PACIENTE	: PAULO ROBERTO LISBOA TRICHES

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado contra decisão proferida pelo e. Tribunal Regional Federal da 4ª Região, denegatório de **writ** em favor PAULO ROBERTO LISBOA TRICHES, denunciado pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 1º, I, II, IV e V c/c 11 e 12, todos da Lei nº 8.137/90 e art. 293, V, e 171, §3º, ambos do CP.
Sustenta o impetrante, em suma, que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal consubstanciado no indeferimento de diligências na fase do art. 499 do CPP.
Decido.
Os autos não retratam a excepcional hipótese de juízo provisório antecipado acerca do pedido, uma vez que a análise perfunctória da **quaestio** trazida à baila na exordial do **writ** não vislumbra o pretenso quadro claro e adequado à concessão da liminar, não sendo constatado de plano, o **fumus boni iuris** do pedido, devendo a **quaestio**, portanto, ser apreciada pelo Colegiado.
Denego, pois, a pretensão liminar.
Solicitem-se, **com urgência e via telex**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade tida como coatora.
Após, vista à douta Subprocuradoria-Geral da República.
P. e I.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO FELIX FISCHER
Relator

(3796)

HABEAS CORPUS Nº 91.695 - SP (2007/0233122-3)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
IMPETRANTE	: CAIO CESAR MARCOLINO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: FABIANO DOS ANJOS DE SOUZA (PRESO)

DECISÃO
DENEGAÇÃO DE LIMINAR
OUVIDA DO MPF

1. A concessão de tutela de eficácia imediata (liminar) em *Habeas Corpus* constitui medida de extrema excepcionalidade, somente admitida nos casos em que demonstrada de forma manifesta a necessidade e urgência da ordem, bem como o abuso de poder ou ilegalidade do ato impugnado.
2. Na hipótese vertente, tais circunstâncias não restaram evidenciadas de plano, razão pela qual INDEFIRO, por agora, o pedido de provimento emergencial postulado.
3. Informações dispensáveis; abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal, para o parecer de estilo; após, voltem-me conclusos para a eventual reapreciação do pedido de tutela imediata, se for o caso.
4. Publique-se; intimações necessárias.
Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3797)

HABEAS CORPUS Nº 91.696 - DF (2007/0233133-6)

RELATOR	**: MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE	: MARCUS PEREIRA PIO
ADVOGADO	: NEVIO CAMPOS SALGADO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
PACIENTE	: MARCUS PEREIRA PIO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em favor de MARCUS PEREIRA PIO, contra v. acórdão prolatado pelo e. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.
Busca o impetrante seja conferido efeito suspensivo ao agravo de instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao apelo raro interposto na origem.
Os autos não retratam a excepcional hipótese de juízo provisório antecipado acerca do pedido, uma vez que **não suficientemente instruídos**. Dessa maneira, a **quaestio** trazida à baila na exordial do **writ** não vislumbra o pretenso quadro claro e adequado à concessão da liminar, não sendo constatado, de plano, o **fumus boni iuris** do pedido, pois **não há, sequer, cópia da r. decisão referente ao juízo de admissibilidade do recurso especial.**
Denego, pois, a pretensão liminar.
Solicitem-se, **com urgência e via telex**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade tida como coatora.
Após, vista à douta Subprocuradoria-Geral da República.
P. e I.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO FELIX FISCHER
Relator

(3798)

HABEAS CORPUS Nº 91.703 - MG (2007/0233184-2)

RELATORA	**: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)**
IMPETRANTE	: EDUARDO BELLI PEREIRA DE SOUZA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE	: FELIPE AZEVEDO ALVES FURTUOSO

DECISÃO

Trata-se de pedido de liminar em *habeas corpus* impetrado em benefício de **FELIPE AZEVEDO ALVES FURTUOSO**, por meio de procurador legalmente habilitado, no qual alegou suportar ilegal coação exercida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em virtude da decisão que manteve sua custódia cautelar, não obstante a ausência dos requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal no caso concreto. Acrescentou ser primário e possuidor de bons antecedentes.
O impetrante requereu a imediata expedição de alvará de soltura em prol do paciente.
Examinei os pedidos feitos na inicial e, em razão da parca documentação juntada, eis que nem mesmo cópia do acórdão prolatado pelo Tribunal *a quo* consta nos autos, não vislumbro meios de deferir a pleiteada medida de urgência.
Diante do exposto, indefiro a liminar.
Requisitem-se as informações ao Tribunal *a quo* a respeito dos motivos que o levaram a manter a custódia cautelar do paciente.
Depois de prestadas, dê-se vista à Subprocuradoria-Geral da República.
Em seguida, retornem os autos imediatamente conclusos.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)
Relatora

(3799)

HABEAS CORPUS Nº 91.727 - MS (2007/0233954-5)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
IMPETRANTE	: MANOEL CUNHA LACERDA
IMPETRADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO
PACIENTE	: ALDO JOSÉ MARQUES BRANDÃO (PRESO)

DECISÃO

A concessão de liminar, em *habeas corpus*, constitui medida excepcional, pois somente pode ser deferida pelo relator quando demonstrada, de forma inequívoca, flagrante ilegalidade na decisão impugnada, circunstância não evidenciada, de plano, na presente hipótese.

De mais a mais, não vislumbro, ao menos em exame perfunctório, a plausibilidade jurídica do pedido a autorizar a concessão da pretensão deduzida em sede de cognição sumária.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de liminar.

Intime-se.

Devidamente instruídos, dispenso novas informações.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Após, voltem-me conclusos para julgamento pela 5ª Turma do STJ.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3800)

HABEAS CORPUS Nº 91.733 - SP (2007/0234110-6)

RELATOR	**: MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE	: ROBERTO PODVAL E OUTROS
IMPETRADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO
PACIENTE	: NOJAN BEDROUD

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em benefício de NOJAN BEDROUD, denunciado como incurso nas sanções do art. 288 do Código Penal e do art. 1º, incisos V e VII, da Lei nº 9.613/98, em face de r. decisão que indeferiu o pedido de medida liminar anteriormente pleiteado nos autos do **writ** nº 2007.03.00.088924-0 impetrado perante o e. Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Nas razões do presente **mandamus** argumentam os impetrantes que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal, porquanto, segundo alegam, *"Não obstante ter a denúncia sido oferecida e recebida contra nove acusados, tendo sido irrogadas exatamente as mesmas condutas a todos eles,* ***somente os réus estrangeiros tiveram contra si a medida cautelar decretada****. Assim, a despeito do magistrado, a fim de justificar sua decisão, ter invocado todas as hipóteses constantes do art. 312 do Código de Processo Penal, o que se pode perceber, na realidade,* ***é que o decreto prisional fundou-se, exclusivamente, na nacionalidade do paciente, evidenciando nítida violação ao princípio constitucional da igualdade.****"* (fl. 04).

Requerem, assim, a concessão da medida liminar *"expedindo-se, com urgência, contra-mandado de prisão, a fim de que o paciente não seja recolhido preso até decisão de mérito."* (fl. 22).

Feito esse breve relato, passo a decidir a cerca do pedido liminar.

Os autos não versam sobre hipótese que admite a pretendida valoração antecipada da matéria, pois, pela análise da **quaestio** trazida à baila na exordial, verifica-se que o **habeas corpus** investe contra denegação de liminar. De fato, ressalvadas hipóteses excepcionais, felizmente raras, descabe o instrumento heróico em situação como a presente, sob pena de ensejar supressão de instância.

Assim o entendimento do Pretório Excelso: HC 91.882/PR, **Segunda Turm**a, Rel. **Min. Cézar Peluso**, DJU de 21/09/2007; HC 91.194/SP, **Primeira Turma**, Rel. **Min. Ricardo Lewandowski**, DJU de 06/09/2007; HC 89.970/RO, **Primeira Turma**, Relª. **Minª. Carmén Lúcia**, DJU de 22/06/2007.

Da mesma forma, nesta Corte: HC 43606/PB, **6ª Turma**, Rel. Min. **Hélio Quaglia Barbosa**, DJU de 12.09.2005; HC 42832/ES, **5ª Turma**, Rel. Min. **Gilson Dipp**, DJU de 29.08.2005; HC 26272/SP; **6ª Turma**, Rel. Min. **Hamilton Carvalhido**, DJU de 11.04.2005; HC 38440/SP; **5ª Turma**, de **minha relatoria**, DJU de 14.03.2005.

A matéria, inclusive, já se encontra sumulada: *"Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar"* **(Súmula nº 691/STF)**.

Denego, pois, a pretensão liminar.

Solicitem-se, **com urgência e via telex**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade tida por coatora.

Após, vista à douta Subprocuradoria-Geral da República.

P. e I.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO FELIX FISCHER
Relator

(3801)

HABEAS CORPUS Nº 91.737 - SC (2007/0234139-4)

RELATORA	**: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)**
IMPETRANTE	: PAULO ROBERTO PONTES DUARTE E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE	: ELÍDIO DE ARAÚJO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de pedido de liminar em *habeas corpus* impetrado pelos advogados Paulo Roberto Pontes e Edgard Faria Moura em favor de ELÍDIO DE ARAÚJO em face do Tribunal de Justiça de Santa Catarina que indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva (f. 18/22) e negou provimento ao recurso em sentido estrito (f. 10/14).

Segundo os Impetrantes, o ora Paciente foi denunciado como incurso nas sanções do artigo 121, *caput*, c/c artigo 14, II, todos do Código Penal, e se encontra preso desde o dia 18 de dezembro de 2006 sem que estejam presentes os requisitos essenciais para a custódia cautelar.

Aduziram, ainda, que Elídio é primário, possui bons antecedentes, família constituída e residência fixa, devendo, portanto, prevalecer o princípio constitucional de não culpabilidade, principalmente porque, ao final, o Conselho de Sentença reconhecerá sua inocência.

Pugnaram pela concessão da ordem, expedindo-se, liminarmente, o alvará de soltura, ante o evidente excesso de prazo, pois até o momento da impetração não havia sentença penal condenatória, e, ao final, que seja mantida a decisão, permitindo ao Paciente que responda o processo em liberdade.

Relatados, decido.

Examinei o documentos juntados, bem como os pedidos feitos na inicial, e não me convenci, sem as devidas informações, sobre a ocorrência da alegada coação, por não vislumbrar, de plano, que a decisão guerreada contenha fundamentação inidônea ou equivocada, fazendo-se necessários, portanto, maiores esclarecimentos à autoridade apontada como coatora a respeito dos motivos que a levaram a manter a constrição preventiva.

Além do mais, o pedido possui natureza inteiramente satisfativa e se confunde com a própria análise do mérito da impetração, sendo, portanto, incompatível com o juízo antecipado e superficial.

Portanto, considero prudente reservar ao Colegiado o pronunciamento definitivo, no momento apropriado.

Ante tais fundamentos, indefiro o pedido de liminar.

Requisitem-se as informações de praxe.

Após, dê-se vista à Subprocuradoria-Geral da República.

Em seguida, retornem os autos imediatamente conclusos.

Publiquem-se, intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)
Relatora

(3802)

HABEAS CORPUS Nº 91.748 - SP (2007/0234180-2)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
IMPETRANTE	: PATRÍCIA TAKESAKI MIYAJI - DEFENSORA PÚBLICA E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: HERALDO APARECIDO RODRIGUES (PRESO)

DECISÃO

A pretensão deduzida em sede de liminar confunde-se com o mérito desta impetração, inviabilizando seu deferimento, sob pena de contrariar entendimento deste Superior Tribunal, no sentido de que: "... a provisão cautelar não se presta à apreciação da questão de mérito do *writ*, por implicar em exame prematuro da matéria de fundo da ação de *habeas corpus*, de competência da turma julgadora, que não pode ser apreciada nos limites da cognição sumária do Relator. Por outras palavras, no *writ* não cabe medida satisfativa antecipada" (HC 17.579/RS, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, DJ de 9/8/2001).

Com efeito, o pedido formulado em sede de cognição sumária não pode ser deferido por relator quando a pretensão implica a antecipação da prestação jurisdicional de mérito, tendo em vista que a liminar em sede de *habeas corpus*, de competência originária de tribunal, como qualquer outra medida cautelar, deve restringir-se à garantia da eficácia da decisão final a ser proferida pelo órgão competente para o julgamento, quando, evidentemente, fizerem-se presentes, simultaneamente, a plausibilidade jurídica do pedido e o risco de lesão grave ou de difícil reparação.

De mais a mais, não vislumbro, ao menos em exame perfunctório, a plausibilidade jurídica do pedido a autorizar a concessão da pretensão deduzida em sede de cognição sumária, por isso este STJ tem admitido a necessidade de realização de exames criminológicos quando solicitada pelo Juízo.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de liminar.

Intime-se.

Devidamente instruídos, dispenso novas informações.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Após, voltem-me conclusos para julgamento.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3803)

HABEAS CORPUS Nº 91.788 - SP (2007/0234432-6)

RELATORA	**: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)**
IMPETRANTE	: CÉSAR AUGUSTO MOREIRA
IMPETRADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO
PACIENTE	: RICARDO JOSÉ GUIMARÃES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de pedido de liminar em *habeas corpus* substitutivo de recurso ordinário impetrado em benefício de **RICARDO JOSÉ GUIMARÃES**, por meio de procurador legalmente habilitado, no qual alegou suportar ilegal coação exercida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região em virtude da manutenção de sua irregular transferência para o presídio federal de Catanduvas - PR, pois a defesa não foi sequer ouvida acerca desse ato. Acrescentou que vem sendo mantido no regime disciplinar diferenciado, não obstante a ausência de seus requisitos legais. Também argüiu que, com a complacência do Juiz de 1º Grau e do Promotor de Justiça, vem sendo torturado pela autoridade policial. Disse, ainda, que é ex-policial civil, motivo pelo qual sua custódia não pode se dar em presídio comum, ante a possibilidade de ser agredido por outros detentos.

O impetrante requereu o imediato retorno do paciente para a Penitenciária II de Tremembé - SP, de onde fora transferido para Catanduvas - PR.

Examinei a documentação juntada, bem como os pedidos feitos na inicial, e não me convenci, de plano, sem as devidas informações, sobre a ocorrência da alegada coação, por não vislumbrar cabal e inequivocamente, como demanda eventual deferimento de medida liminar, a procedência das alegações contidas na impetração, além de que nem mesmo cópia da decisão ora impugnada foi juntada aos autos, assim como do acórdão prolatado pelo Tribunal *a quo*, mas tão-somente a publicação de seu resultado.

Diante do exposto, indefiro a liminar.

Requisitem-se informações ao Tribunal *a quo* a respeito das razões que o levaram a manter a transferência do paciente, oportunidade em que deverá juntar cópias do acórdão prolatado e da decisão que determinou a aludida transferência.

Depois de prestadas, dê-se vista à Subprocuradoria-Geral da República.

Em seguida, retornem os autos imediatamente conclusos.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)
Relatora

(3804)

HABEAS CORPUS Nº 91.790 - SP (2007/0234434-0)

RELATORA	**: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)**
IMPETRANTE	: VALDINEI LOPES DOS SANTOS
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: MATEUS HENRIQUE LAURÊNIO GOMES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de pedido de liminar em *habeas corpus* substitutivo de recurso ordinário impetrado em benefício de **MATEUS HENRIQUE LAURÊNIO GOMES**, por meio de procurador legalmente habilitado, no qual alegou suportar ilegal coação exercida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em virtude de sua manutenção cautelar no cárcere, eis que o indeferimento da liberdade provisória careceu da necessária fundamentação com base nos fatos concretos. Argüiu, também, excesso de prazo na instrução criminal.

O impetrante requereu a imediata expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

Examinei a documentação juntada, bem como os pedidos feitos na inicial, e não me convenci, de plano, sem as devidas informações, sobre a ocorrência da alegada coação, por não vislumbrar cabal e inequivocamente, como demanda eventual deferimento de medida liminar, qualquer mácula ou falta de fundamentação no acórdão que manteve a prisão provisória do paciente, além de não haver como se saber se a defesa concorreu eventualmente para a aludida demora.

Diante do exposto, indefiro a liminar.

Requisitem-se informações ao Tribunal *a quo* a respeito das razões que o levaram a manter o paciente preso cautelarmente, bem como sobre o andamento processual da ação penal contra ele movida.

Depois de prestadas, dê-se vista à Subprocuradoria-Geral da República.

Em seguida, retornem os autos imediatamente conclusos.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)
Relatora

(3805)

HABEAS CORPUS Nº 91.791 - MS (2007/0234435-1)

RELATORA	**: MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE	: CARLOS ODENER BRAGA FREIRE
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE	: EDVALDO APARECIDO BATISTA MACHADO (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PETIÇÃO INICIAL APÓCRIFA. NÃO-CONHECIMENTO. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.
1. Muito embora o *habeas corpus* constitua instrumento que pode ser impetrado por qualquer pessoa do povo, independentemente de procuração, não se afigura admissível a ausência de assinatura na petição inicial do Impetrante ou de alguém a seu rogo. Precedentes.
2. Petição liminarmente indeferida.

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de EDVALDO APARECIDO BATISTA MACHADO, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul Goiás, que denegou a impetração originária.
O Impetrante alega, no presente *writ*, fazer jus o Paciente à progressão de regime.
Relatei. Decido.
O *writ* não merece ser conhecido.
Infere-se dos autos que a petição inicial não atende ao requisito previsto no artigo 654, § 1.º, alínea *c*, do Código de Processo Penal, por se encontrar apócrifa, carecendo, pois, da assinatura do Impetrante.
Com efeito, não obstante o *habeas corpus* possa ser impetrado por qualquer pessoa do povo, independentemente de procuração, **é inadmissível a petição que não contenha a assinatura do Impetrante ou de alguém a seu rogo**.
Nesse sentido, confiram-se:
*"*HABEAS CORPUS. *PETIÇÃO INICIAL APÓCRIFA. NÃO CONHECIMENTO. PRECEDENTES DO STJ.*
1. Muito embora o habeas corpus possa ser impetrado por qualquer pessoa do povo, independentemente de procuração, não se afigura admissível a ausência de assinatura, na petição inicial, do Impetrante ou de alguém a seu rogo. Precedentes.
2. Writ *não conhecido."* (HC 35314/BA, Quinta Turma, de minha relatoria, DJ de 13/12/2004.)

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. *ART. 14 DA LEI Nº 6.368/76. PRISÃO EM FLAGRANTE. EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO CRIMINAL. PETIÇÃO APÓCRIFA.*
Não se pode conhecer do habeas corpus, em face da ausência de assinatura do impetrante na petição inicial (Precedentes).
Writ *não conhecido."* (HC 26.499/RJ, Quinta Turma, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ de 26/05/2003.)

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial, consoante o disposto no art. 210 do Regimento Interno desta Corte.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

(3806)

HABEAS CORPUS Nº 91.805 - PE (2007/0234747-0)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
IMPETRANTE	: ZÉLIA MONTEIRO ZANCHI
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE	: EDSON DE FRANÇA ALENCAR (PRESO)

DECISÃO
DENEGAÇÃO DE LIMINAR
OUVIDA DO MPF

1. A concessão de tutela de eficácia imediata (liminar) em *Habeas Corpus* constitui medida de extrema excepcionalidade, somente admitida nos casos em que demonstrada de forma manifesta a necessidade e urgência da ordem, bem como o abuso de poder ou ilegalidade do ato impugnado.
2. Na hipótese vertente, tais circunstâncias não restaram evidenciadas de plano, razão pela qual INDEFIRO, por agora, o pedido de provimento emergencial postulado.
3. Informações dispensáveis; abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal, para o parecer de estilo; após, voltem-me conclusos para a eventual reapreciação do pedido de tutela imediata, se for o caso.
4. Publique-se; intimações necessárias.
Brasília/DF, 24 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3807)

HABEAS CORPUS Nº 91.849 - MG (2007/0235175-8)

RELATORA	**: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)**
IMPETRANTE	: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO	: SILVANA LOURENÇO LOBO - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE	: BRUNO BENEVENUTO MELO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de pedido de liminar em *habeas corpus* impetrado em favor de **BRUNO BENEVENUTO MELO**, no qual alegou suportar ilegal coação exercida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em virtude da decisão que cassou a prisão domiciliar concedida em 1ª Instância, fundada no não-preenchimento dos requisitos do artigo 117 da Lei de Execução Penal. Argüiu que foi condenado em regime inicial aberto e, ante a inexistência de casa do albergado na Comarca em que cumpre sua pena, faz jus em aguardar sua vaga em prisão domiciliar.
O impetrante requereu a imediata cassação da decisão que cassou a prisão domiciliar do paciente.
Examinei a documentação juntada, bem como os pedidos feitos na inicial, e vejo que devo conceder a liminar requerida, pois, nos termos do disposto no artigo 93 da Lei de Execução Penal, o paciente está a sofrer perigo de lesão irreparável em sua liberdade de "ir e vir".
Desta forma, concedo liminarmente a ordem impetrada para reconhecer, até o julgamento final do presente *writ*, que o paciente faz jus em aguardar o surgimento de vagas em casa do albergado em prisão domiciliar, devendo ser suspensa a decisão proferida pelo Egrégio Tribunal *a quo* que cassou o benefício concedido precária e clausuladamente pelo culto Juiz da Execução Penal da Comarca de Belo Horizonte - MG.
Comunique-se urgentemente.
Estando o presente feito suficientemente instruído, dispenso as informações, determinando que seja dada imediata vista à Subprocuradoria-Geral da República.
Em seguida, retornem os autos imediatamente conclusos.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)
Relatora

(3808)

HABEAS CORPUS Nº 91.862 - SP (2007/0235246-5)

RELATORA	**: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)**
IMPETRANTE	: ROBSON SILVA FERREIRA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: BRUNO LIMA SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de pedido de liminar em *habeas corpus* impetrado em benefício de **BRUNO LIMA SANTOS**, por meio de procurador legalmente habilitado, no qual alegou suportar ilegal coação exercida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em virtude do acórdão que manteve o regime integralmente fechado para o cumprimento de sua pena, não obstante a declaração de sua inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.
O impetrante requereu o imediato afastamento do óbice para a futura progressão do regime de cumprimento da pena imposta ao paciente.
Examinei a documentação juntada, bem como os pedidos feitos na inicial, e vejo que devo conceder a liminar requerida, pois, nos termos da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do HC 82.959, bem como em razão do inciso XL do artigo 5º da Constituição da República e da edição da Lei 11.464/2007, o paciente está a sofrer perigo de lesão irreparável em sua liberdade de "ir e vir".
Desta forma, concedo liminarmente a ordem impetrada para afastar, até o julgamento final do presente *writ*, o óbice legal à possibilidade de progressão do regime de cumprimento da pena privativa de liberdade do paciente, devendo o Juízo de 1º Grau examinar se ele satisfez os demais requisitos necessários para a obtenção da almejada progressão.
Comunique-se imediatamente.
Tendo em vista estar o presente *writ* suficientemente instruído, tratando-se unicamente de questão de direito, dispenso as informações do Tribunal *a quo*.
Assim, dê-se imediata vista à Subprocuradoria-Geral da República.
Em seguida, retornem os autos imediatamente conclusos.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)
Relatora

(3809)

RECURSO ESPECIAL nº 577183 - CE (2003/0134752-2)

RELATORA	**: MIN. LAURITA VAZ**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: ANTÔNIO HELIO GUEDES DE LIMA
ADVOGADO	: DAISY MARIA MONTENEGRO MACEDO

DESPACHO

Por intermédio da petição n.º 170020/2007, o Recorrido ANTÔNIO HÉLIO GUEDES DE LIMA alega o reconhecimento do seu pedido pela Administração Pública Federal e pugna pela extinção do feito com julgamento do mérito, na forma do artigo 269, V, do Código de Processo Civil.
Diante disso, intime-se a União para que se manifeste a respeito do pedido formulado na mencionada petição.
Publique-se. Intime-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

(3810)

RECURSO ESPECIAL Nº 594.013 - SP (2003/0158050-3)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: ROMA SACCON DELLA TORRE E OUTROS
ADVOGADO	: REGINA QUERCETTI COLERATO CORRÊA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: UNIÃO
ADVOGADO	: SIMONE MARIA BATALHA E OUTRO(S)
INTERES.	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: SANDRA YURI NANBA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso especial julgado pelo acórdão de fls. 1.967/1.974, publicado no Diário da Justiça em 28/7/04 (fl. 1.975).
Com a edição da MP 353/07, que dispõe sobre o término do processo de liquidação e a extinção da RFFSA, a UNIÃO, na qualidade de sua sucessora, foi intimada a requerer o que fosse de direito (fl. 1.997), tendo requerido apenas o aguardo da conversão da referida medida provisória em lei, o que ocorreu em maio desse ano (Lei 11.483/07).
Ante o exposto, **encaminhem-se** os autos à Coordenadoria da Quinta Turma, para que seja certificado o trânsito em julgado do acórdão de fls. 1.989/1.993, e para que sejam tomadas as demais providências de praxe.
Intimem-se. Cumpra-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3811)

RECURSO ESPECIAL Nº 738.241 - PR (2005/0052830-5)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: GIULIANNA PINTO BARBOSA E OUTROS
ADVOGADO	: ROGÉRIO LEONARDO TRINKEL

DESPACHO

A recorrida ILUIR RALDI requer, à fl. 231, a desistência da ação ordinária, condicionada à sua remoção imediata da Delegacia da Polícia Federal de Paranaguá para a sede da Superintendência da Polícia Federal do Paraná.
O presente requerimento não comporta homologação. Com efeito, a desistência não admite a imposição de condição por sua própria natureza.
Intime-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3812)

RECURSO ESPECIAL Nº 765.878 - PR (2005/0113720-3)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: HELY ARAÚJO
ADVOGADO	: MARGARETH ZANARDINI
RECORRIDO	: ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR	: JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por HELY ARAÚJO, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná assim ementado (fl. 287):

DIREITO ADMINISTRATIVO - EXCLUSÃO DO REDUTOR SALARIAL - AÇÃO INDIVIDUAL DO FILIADO TRANSITADA EM JULGADO - CANCELAMENTO DE DÍVIDA INSCRITA EM PRECATÓRIO REQUISITÓRIO, REFERENTE AOS ATRASADOS - TRANSAÇÃO CELEBRADA ENTRE O ESTADO DO PARANÁ E O SINDICATO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA E A ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA - SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL - LEGITIMIDADE - RENÚNCIA DAS VERBAS EM ATRASO - TRANSAÇÃO QUE ATINGE OS DIREITOS DO AGRAVANTE - APROVAÇÃO EM ASSEMBLÉIA GERAL DA CATEGORIA - COISA JULGADA - TEORIA DO CONGLOBAMENTO - PREVALECE O INTERESSE COLETIVO SOBRE O INDIVIDUAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECURSO IMPROVIDO.

No acórdão objeto do recurso especial, o Tribunal de origem negou provimento a agravo de instrumento interposto pelo recorrente, delegado aposentado da Polícia Civil, de decisão que, em virtude de transação celebrada pelo sindicato da categoria, do qual é filiado, e o Estado do Paraná, cancelou precatório expedido em execução de sentença proferida em ação individual que lhe concedeu o direito à restituição dos valores descontados, a título de redutor, sobre as vantagens pessoais e relativas à natureza e ao local do trabalho, entre 1989 e à entrada em vigor da Lei Estadual 9.937/92.
Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados pelo acórdão de fls. 318/322.
Sustenta a parte recorrente ofensa aos arts. 38, 125, I e III, 128, 141, I e II, 267, V e VIII, e § 4º, 462, 467, 471, I e 485 do CPC.
O ESTADO DO PARANÁ não apresentou contra-razões (fls. 366/376).
O recurso não foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 398/400), tendo subido ao Superior Tribunal de Justiça por força de decisão proferida no AG 466.500/PR.
É o relatório.
A teor da pacífica e numerosa jurisprudência, para a abertura da via especial, requer-se o prequestionamento, ainda que implícito, da matéria infraconstitucional. A exigência tem como desiderato principal

impedir a condução ao Superior Tribunal de Justiça de questões federais não debatidas no Tribunal de origem. Nesse sentido: AgRg no AG 570.461/RJ, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ de 14/6/04.
Na hipótese, verifico que, não obstante tenha a parte recorrente oposto embargos declaratórios visando o prequestionamento dos dispositivos de lei tidos por violados, a matéria não foi discutida no Tribunal de origem, sendo o caso de incidência do disposto na Súmula 211/STJ, que assim prescreve: "Inadmissível o recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal *a quo*". Nesse sentido: AgRg no REsp 741.099/RS, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ 18/12/06.
Ante o exposto, nos termos do art. 557, caput, do CPC, **nego seguimento** ao recurso especial.
Intimem-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3813)

RECURSO ESPECIAL Nº 776.614 - RS (2005/0140897-8)

RELATORA	**: MINISTRA LAURITA VAZ**
RECORRENTE	: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL UFRGS
PROCURADOR	: RENATO DE CASTRO MOREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: THENIZA MARQUES DE MORAES E OUTRO
ADVOGADO	: GRACE BORTOLUZZI E OUTRO(S)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. 3,17% COMPENSAÇÃO. AUSÊNCIA DE DETERMINAÇÃO NA SENTENÇA EXEQÜENDA. APRECIAÇÃO EM SEDE DE EMBARGOS À EXECUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de recurso especial interposto pela UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição Federal, em face de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, que restou ementada, nos seguintes termos, *litteris*:
"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTE DE 28,86%. INADEQUAÇÃO DO RITO. CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR. PROFESSOR DA UFRGS. COMPENSAÇÃO DE REAJUSTES.
1. Considerando que a apelante não invocou a tese de inadequação do rito previsto no art.604 do Código de Processo Civil, despicienda a apreciação desta pelo Juízo ad quem.
2. A fim de não ofender a decisão transitada em julgado da ação ordinária e, conseqüentemente, o disposto nos artigos 467, 469 e 474 do Código de Processo Civil e art. 5º, inc. XXXVI da Constituição Federal, o único reajuste a ser descontado do percentual de 28,86% é o concedido pela Lei nº 9.367/96 (conversão da MP nº 1.474-29, originária da MP nº 531/94), conforme decidiu o juízo a quo.
3. Rejeição da preliminar. Apelação improvida." (fl. 161)
Alega a Recorrente, nas razões do especial, violação aos arts. 467, 469 e 474 do Código de Processo Civil e 964 e 1009 do Código Civil de 1916, aduzindo, em suma, *"*[...] *o recebimento de valores por conta dos mesmos reajustes conferidos na sentença exeqüenda deve ser levado à compensação, sob pena de enriquecimento sem causa da parte que dela se beneficia."* (fl. 183)
É o relatório.
Decido.
O acórdão recorrido encontra-se fundamentado nos seguintes termos, *in verbis*:
"[...]
Em sessão realizada em 15/04/1999, esta Turma negou provimento à remessa oficial, sendo então observado pela i. relatora, Juíza Luíza Dias Cassales, que a Turma firmara entendimento no sentido de que as compensações de reajustes porventura concedidos seriam feitas na forma estabelecida pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal nos Embargos Declaratórios interpostos em Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 22307-7/DF, ou seja, mediante aplicação das Leis n] 8.622/93 e 8.627/93, ressaltando que, apesar disso, em face da ausência de recurso voluntário, e tendo em vista que a compensação determinada pela r. sentença era mais favorável para a Universidade, tornou-se impossível a reforma da decisão, por força da remessa oficial, sob pena de ***reformatio in pejus*** *(fls.109-112).*
Portanto, a fim de não ofender a decisão transitada em julgado da ação ordinária e, conseqüentemente, o disposto nos artigos 467, 469 e 474 do Código de Processo Civil e art. 5º, inc. XXXVI da Constituição Federal, entendo que o único reajuste a ser descontado do percentual de 28,86% é o concedido pela Lei nº 9.367/96 (conversão da MP nº 1.474-29, originária da MP nº 531/94), conforme decidiu o juízo a quo.*"* (fl. 159 verso)
Com efeito, verifica-se que o Tribunal de origem decidiu a *quaestio* de acordo com o entendimento firmado por esta Corte Superior de Justiça, no sentido de que não tendo sido fixada na sentença exeqüenda a compensação do reajuste de 3,17%, tal questão não poderia ser apreciada em sede de embargos à execução, sob pena de ofensa à coisa julgada.
A propósito, confira-se o seguinte julgado, *in verbis*:
"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. RESÍDUO DE 3,17%. LIMITAÇÃO. MP 2.225-45/01. REDISCUSSÃO DA LIDE. IMPOSSIBILIDADE. OFENSA À COISA JULGADA. PRECEDENTE. EMBARGOS REJEITADOS.
1. Em observância à estabilidade das relações jurídicas, todas as questões que as partes poderiam suscitar no processo de conhecimento têm-se como deduzidas e decididas, com a superveniência do trânsito em julgado da sentença, o que se denomina efeito preclusivo da coisa julgada. Inteligência dos arts. 467, 468 e 474 do CPC.
2. O Superior Tribunal de Justiça, nos autos do MS 6.982/DF (Rel. Min. Fontes de Alencar), reconheceu aos filiados da impetrante o direito ao resíduo de 3,17% (três vírgula dezessete por cento) sobre seus vencimentos, sem determinar nenhuma compensação ou estabelecer limites, em acórdão transitado em julgado em 23/8/02.
3. Desse modo, o argumento da União de que nada seria devido - em razão do pagamento da Gratificação de Desempenho e Produtividade, a partir de 1995, e do disposto na MP 2.225-45/01, que estendeu o resíduo em tela aos servidores públicos do Poder Executivo - poderia ter sido deduzido e decidido no processo de conhecimento. Não cabe, em sede de embargos à execução, rediscutir a lide, mediante argumentos de caráter estritamente meritório, sob pena de ofensa à coisa julgada.
4. Embargos à execução rejeitados." (EmbExeMS 6982/DF, 3.ª Seção, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJ de 16/04/2007.)
Ante o exposto, com fulcro no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

(3814)

PET no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 789.582 - MG (2006/0158977-2)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
REQUERENTE	: CELINA APARECIDA DE SOUZA E SILVA
ADVOGADO	: ANTÔNIO DE PAULA OLIVEIRA E OUTRO(S)
REQUERIDO	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: ANA CRISTINA SETTE BICALHO GOULART E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por CELINA APARECIDA DE SOUZA E SILVA contra o acórdão de fls. 126/130, cuja ementa restou assim publicada (fl. 130):

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. IRREGULARIDADE NA INTIMAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO INTEMPESTIVO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO.
1. Válida é intimação de decisão monocrática proferida nesta Corte feita em nome do advogado substabelecido, tendo em vista que não foi requerido que nas publicações subseqüentes ao substabelecimento constassem os nomes dos advogados substabelecentes, dos substabelecidos ou de ambos.
2. Hipótese em que não se conhece do agravo regimental, porquanto interposto fora do prazo de 5 (cinco) dias previsto no art. 545 do CPC.
3. Agravo regimental não conhecido.

No acórdão objeto do presente incidente, por entender ausente vício na intimação do procurador da suscitante, foi negado provimento a agravo regimental interposto do despacho de fl. 111, que indeferiu pedido de republicação da decisão de fls. 93/94, que, por sua vez, negou provimento ao agravo de instrumento.
A suscitante alega que a irregularidade na publicação da decisão impugnada trouxe prejuízos à sua defesa, impedindo seus procuradores de acompanhar o trâmite do feito de maneira adequada. Sustenta, ainda, que o entendimento adotado diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
É o relatório.
O incidente não merece ser conhecido.
Com efeito, conforme previsto no art. 476, parágrafo único, do CPC, o incidente de uniformização de jurisprudência possui caráter preventivo, e não corretivo, pelo que a parte deve suscitá-lo nas razões de seu recurso especial ou até o julgamento do recurso, pelo que o pedido formulado é extemporâneo. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PIS E COFINS. RECEITAS TRANSFERIDAS PARA OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS. UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE NA VIA DO AGRAVO REGIMENTAL. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INCOMPETÊNCIA DO STJ.
1. A pretensão da agravante traduz-se em pedido de uniformização de jurisprudência, o qual não poderá ser conhecido em face da extemporaneidade do pedido, que deveria ser formulado nas razões ou contra-razões do recurso especial ou antes de julgado o recurso, e da impropriedade do meio adotado. Precedentes.
2. O argumento de que a separação entre os poderes da República não admite a delegação por lei ordinária a "órgão subalterno da Administração Pública, para disciplinar matéria que o próprio Constituinte colocou expressamente sob reserva de lei, como é o caso [autos], por força do art. 150, I, e 146, III, da CF/88" é de índole constitucional, o que obstaculiza sua análise por esta Corte (art. 105, III, da CF/88).
3. Agravo regimental não-conhecido. (AgRg no REsp 512.155/SC, Rel. Min. DENISE ARRUDA, DJ 24/10/05)

Ademais, "a suscitação do incidente de uniformização de jurisprudência em nosso sistema constitui faculdade, não vinculando o juiz, sem embargo do estímulo e do prestígio que se deve dar a esse louvável e belo instituto." (REsp 3.835/PR, Quarta Turma, Rel. Min. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, DJ 29/10/90)
Ante o exposto, **não conheço** do pedido de uniformização de jurisprudência suscitado.
Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3815)

RECURSO ESPECIAL Nº 801.195 - MG (2005/0199316-5)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: JOSÉ VICENTE GOULART
ADVOGADO	: ALLAN HELBER DE OLIVEIRA E OUTRO
RECORRIDO	: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
REPR. POR	: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por JOÃO VICENTE GOULART, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal.
Insurge-se o recorrente contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que, ao fundamento da ausência dos requisitos autorizadores, manteve decisão que indeferiu pedido de antecipação dos efeitos da tutela.
Os embargos de declaração foram rejeitados (fls. 104/108).
O recorrente alega, em suas razões de recurso especial, contrariedade ao art. 535, II, do CPC, pois o acórdão que apreciou os aclaratórios não supriu as omissões suscitadas.
Contra-razões às fls. 120/125.
O recurso especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 127).
É o relatório.
Verifico dos autos que o recorrente, ao alegar ofensa ao art. 535 do CPC, não demonstrou efetivamente em que teria consistido a omissão. Com efeito, atrai a incidência do óbice da Súmula 284/STF o recurso que apresenta fundamentação genérica e deficiente, bem como alegação de ofensa ao art. 535 do CPC desacompanhada de argumento que demonstre em que ponto o acórdão embargado permaneceu omisso. Nesse sentido:
RECURSO ESPECIAL - FGTS - PRESCRIÇÃO - TERMO A QUO - TAXA PROGRESSIVA DE JUROS - JUROS DE MORA - VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. 1. Entendendo a parte que houve omissão no acórdão recorrido, cabe a ela, no recurso especial, alegar ofensa ao art. 535 do CPC, demonstrando, objetivamente, a imprescindibilidade da manifestação sobre a matéria impugnada e em que consistiria o vício apontado. Não o fazendo, incide nas disposições da Súmula 284/STF, pois não basta a alegação genérica de violação a dispositivo da Lei Processual.
.....
3. Recurso especial parcialmente conhecido e, no mérito, provido em parte. (REsp 834.200/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, Segunda Turma, DJ 25/9/06)

Ante o exposto, com fundamento no art. 557, *caput*, do CPC, **nego seguimento** ao recurso especial.
Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3816)

RECURSO ESPECIAL Nº 801.210 - DF (2005/0199588-1)

RELATOR	**: MINISTRO FELIX FISCHER**
RECORRENTE	: ÉRICO SOUZA FERREIRA
ADVOGADO	: ELVIS DEL BARCO CAMARGO E OUTRO
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por **Érico Souza Ferreira**, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas **a** e **c**, da Constituição da República, em face de v. acórdão proferido pela c. 3ª Turma do e. Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que denegou o **habeas corpus** nº 2004.01.00.054499-6/DF.
Alega-se que o r. **decisum** negou vigência ao artigo 648, inciso VII, do CPP e aos artigos 107 e 109, inciso IV, do CP, bem como divergiu da jurisprudência desta Corte. Sustenta-se, em síntese, que ocorreu a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva quanto aos delitos previstos no art. 50 da Lei nº 6.766/79 e no art. 20 da Lei nº 4.947/66. Aduz-se, ademais, que tais delitos estariam absorvidos pelo crime de estelionato, em decorrência do princípio da consunção, o que levaria à incompetência da Justiça Federal, uma vez que esse último delito não seria praticado em detrimento de bens, serviços ou interesse da União.
Contra-razões ofertadas.
Admitido o recurso na origem, subiram os autos a esta Corte.
A douta Subprocuradoria-Geral da República se manifestou pelo não conhecimento do apelo nobre.
É o relatório.
Decido.
O presente recurso especial não reúne condições de ser conhecido, uma vez que incabível.
Em face de acórdão denegatório de **habeas corpus** impetrado perante Tribunal Regional Federal, é cabível recurso ordinário, **ex vi** do art. 105, inciso II, alínea **a**, da Constituição Federal.

Trata-se, assim, de erro grosseiro, já que não há qualquer dúvida acerca do recurso cabível na espécie, uma vez que a sua definição decorre de texto constitucional expresso. Ademais, verifico que, na hipótese, o recorrente não se ateve ao prazo para a interposição do recurso correto (cinco dias - art. 30 da Lei nº 8.038/90). Por tais razões, é inviável a aplicação do princípio da fungibilidade recursal.
Na mesma linha, merecem destaque os seguintes precedentes desta Corte:

"RECURSO ESPECIAL. PENAL. SENTENÇA CONDENATÓRIA TRANSITADA EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO. RECURSO DA DEFESA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. OCORRÊNCIA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.
1. Decaindo o impetrante em parte do pedido formulado ao Tribunal de origem, em sede de ***habeas corpus****, é cabível a interposição de recurso ordinário, constituindo erro inescusável o manejo de recurso especial.*
(...)."
(REsp 537973/RS, **6ª Turma**, Rel. Ministro **Paulo Gallotti**, DJ 09/10/2006)

*"****HABEAS CORPUS****. DIREITO PROCESSUAL PENAL. ERRO GROSSEIRO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. INAPLICABILIDADE.*
1. O erro grosseiro, que se caracteriza com a interposição de recurso especial pelo ordinário, adequado à impugnação da denegatória de ***habeas corpus****, impede a invocação do princípio da fungibilidade.*
2. Ordem denegada."
(HC 33361/SP, **6ª Turma**, Rel. Ministro **Hamilton Carvalhido**, DJ 01/02/2005)

"PROCESSO PENAL - ***HABEAS CORPUS*** *DENEGADO PELO TRIBUNAL* ***A QUO*** *- CABIMENTO DE RECURSO ORDINÁRIO (ART. 105, II, "A", DA CF) - INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL - ERRO GROSSEIRO - INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE - NÃO CONHECIMENTO - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - PRISÃO CIVIL - DESCABIMENTO - ENTENDIMENTO SOLIDIFICADO DESTE COLEGIADO SUPERIOR - ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*
1 - Considera-se erro grosseiro e inescusável, não se aplicando ao caso o princípio da fungibilidade, já que os prazos recursais são diversos, a interposição de Recurso Especial contra decisão denegatória de ***Habeas Corpus****. Cabível, na espécie, o Recurso Ordinário, nos termos do art. 105, II, "a", da Constituição Federal.*
(...)."
(RHC 16436/SP, **5ª Turma**, Rel. Ministro **Jorge Scartezzini**, DJ 08/11/2004)

"PROCESSUAL PENAL E CONSTITUCIONAL. ACÓRDÃO DENEGATÓRIO DE ***WRIT*** *ORIGINÁRIO. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL. ERRO GROSSEIRO. NÃO CONHECIMENTO. CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO. PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA NEGADO, DE FORMA SINGELA, COM FULCRO APENAS NO ART. 2.º, INC. II, DA LEI N.º 8.072/90. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. PRECEDENTES DO STJ. CONCESSÃO DE OFÍCIO.*
1. Considera-se erro grosseiro e inescusável a interposição de recurso especial no lugar de recurso ordinário constitucionalmente previsto, razão pela qual, não há como conhecer do inconformismo.
Precedentes.
(...)."
(RHC 15803/SC, **5ª Turma**, Rel. Ministra **Laurita Vaz**, DJ 07/06/2004)

"CONSTITUCIONAL. ACÓRDÃO ESTADUAL QUE DENEGA A ORDEM DE ***HABEAS CORPUS****. CABIMENTO DE RECURSO ORDINÁRIO. ART. 102, II, "A", CONSTITUIÇÃO. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL. ERRO GROSSEIRO E INESCUSÁVEL. ORIENTAÇÃO DO TRIBUNAL. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. PRISÃO CIVIL. DESCABIMENTO. NOVO ENTENDIMENTO DA CORTE ESPECIAL. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*
I - Considera-se serôdio o recurso ordinário em habeas corpus interposto além dos cinco(5) dias previstos no art. 30 da Lei nº 8.038/90, que somente foi alterado pelo atual art. 508, CPC, com a redação que a este deu a Lei nº 8.953/94, em relação ao processo civil.
II - Nos termos da jurisprudência deste Tribunal, considera-se erro grosseiro e inescusável a interposição de recurso especial no lugar de recurso ordinário.
(...)."
(RHC 9331/PR, **4ª Turma**, Rel. Ministro **Sálvio de Figueiredo Teixeira**, DJ 20/03/2000)

Por outro lado, não há como conceder **habeas corpus** de ofício, uma vez que não se vislumbra flagrante ilegalidade.
No que tange à alegação de ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, observa-se que o e. Tribunal **a quo** decidiu acertadamente, asseverando que, conforme consta da denúncia, os fatos se iniciaram em 1997. A impetração, por sua vez, não apresentou qualquer elemento documental probatório que corroborasse a alegação de que os fatos delitivos teriam se encerrado no ano de 1991.
Quanto à competência da Justiça Federal, a matéria já foi decidida pela 3ª Seção desta Corte, apreciando ações penais referentes ao ora recorrente nos Conflitos de Competência nº 35.535/DF e nº 36.139/DF. Assim, a matéria, quanto ao caso concreto, já foi decidida e não pode mais ser reapreciada pelo Superior Tribunal de Justiça. Veja-se:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PENAL. DISPOSIÇÃO DE COISA ALHEIA COMO PRÓPRIA. ESBULHO DE ÁREA DA UNIÃO. LOTEAMENTO E ALIENAÇÃO CLANDESTINOS. PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.
1. Constatado que o imóvel ilegalmente parcelado é da União e sabendo-se que os delitos de alienação de coisa alheia como própria e esbulho de bem da União absorvem o delito de loteamento clandestino, deve ser fixada a competência na Justiça Federal.
2. Conflito de competência conhecido para declarar a competência para processar e julgar o feito o Juízo Federal da 10ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, o suscitante."
(CC 35535/DF, **3ª Seção**, Rel. Ministro **Hélio Quaglia Barbosa**, DJ 20/09/2004)

"PENAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PARCELAMENTO IRREGULAR DO SOLO URBANO. ESBULHO DE TERRA. FRAUDE CONTRA A UNIÃO. COLÔNIA AGRÍCOLA VICENTE PIRES (TAGUATINGA/DF). LESÃO AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.
1 - Consoante recente entendimento da Eg. Terceira Seção, compete à Justiça Federal o processo e julgamento dos feitos relativos à prática, em tese, dos crimes previstos no art. 171, I, do Código Penal (fraude mediante alienação de coisa alheia como própria), no art. 20 da Lei nº 4.947/66 (esbulho de área pertencente à União) e no art. 50, I, parágrafo único, da Lei nº 6.766/79 (loteamento e alienação clandestinos, sem registro imobiliário e nos demais órgãos competentes), na Colônia Agrícola Vicente Pires (Taguatinga/DF), pois devidamente demonstrada a lesão direta ao patrimônio da União Federal.
2 - Conflito conhecido para declarar competente o Juízo Federal da 10ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, o suscitante."
(CC 36.139/DF, **3ª Seção**, Rel. Ministro **Fernando Gonçalves**, DJ 16/12/2002)

Ante o exposto, com fulcro no art. 38 da Lei nº 8.038/90, nego seguimento ao recurso especial.
Retire-se de pauta.
P. e I.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FELIX FISCHER
Relator

(3817)

RECURSO ESPECIAL Nº 801.712 - RJ (2005/0200320-8)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: MARLENE IGLESIAS TEIXEIRA E OUTROS
ADVOGADO	: MARCO ANTÔNIO NOEL GALLICCHIO E OUTRO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela UNIÃO, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região assim ementado (fl. 121):

ADMINISTRATIVO - GRATIFICAÇÃO DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - PROFESSORAS DE 1º E 2º GRAUS - REGIME DE TRABALHO DE 40 HORAS SEMANAIS - BENEFÍCIO CONCEDIDO APENAS AOS PROFISSIONAIS EM ATIVIDADE - CABIMENTO DE SUA EXTENSÃO ÀQUELES QUE SE ENCONTRAVAM INATIVOS À ÉPOCA DE SUA CONCESSÃO.
- Trata-se de apelação cível em face de sentença que que julgou procedente o pedido, nos autos de ação ordinária em que, as autoras, condição de professoras de 1º e 2º graus, inativas, lotadas no Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, objetivavam a extensão do pagamento da gratificação de dedicação exclusiva concedida aos servidores em atividade, que porventura se encontravam submetidos a idêntico regime.
- As autoras, quando ainda em atividade, desempenharam funções de magistério com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais. Tal situação, a toda evidência, seria hábil a demonstrar que, ainda que não fosse consignado o epíteto "dedicação exclusiva", a carga horária de tal regime não lhes possibilitaria um restante de tempo razoável para que pudessem exercer outras atividades.
- Recurso e remessa necessária improvidos.

No acórdão objeto do recurso especial, o Tribunal de origem manteve sentença que julgou procedente ação na qual os recorridos, professores aposentados do Instituto Nacional de Educação dos Surdos - INES, buscam o pagamento da gratificação de dedicação exclusiva, nos moldes em que vem sendo feito com os professores em atividade.
A parte recorrente sustenta ofensa aos arts. 16 da Lei 7.596/87 e 7º do Decreto 94.664/87.
MARLENE IGLESIAS TEIXEIRA e OUTROS apresentaram contra-razões (fls. 161/170).
O recurso especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 172).
É o relatório.
Inicialmente, cumpre salientar que, a teor da pacífica e numerosa jurisprudência, para a abertura da via especial, requer-se o prequestionamento, ainda que implícito, da matéria infraconstitucional. A exigência tem como desiderato principal impedir a condução ao Superior Tribunal de Justiça de questões federais não debatidas no Tribunal de origem. Nesse sentido: AgRg no AG 570.461/RJ, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ de 14/6/04.
Na hipótese, verifico que a matéria de que tratam os dispositivos legais tidos por violados não foi debatida no acórdão impugnado, e a parte recorrente não opôs embargos de declaração para sanar a omissão, o que atrai o óbice das Súmulas 282 e 356/STF.
Ademais, mesmo que fosse superado o óbice acima, a análise da questão referente ao preenchimento dos requisitos previstos em lei para a concessão da gratificação de dedicação exclusiva demandaria reexame de matéria fática, o que é vedado em recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ. Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PROFESSOR. DEDICAÇÃO EXCLUSIVA. DECRETO 94.664/87.
1. O preenchimento dos requisitos dispostos em lei para concessão da Dedicação Exclusiva é matéria fática, incide, portanto, a Súmula 07 desta Corte.
2. Não se discute no Especial matéria não tratada pelo Tribunal de origem, ausente o prequestionamento.
3. Recurso não conhecido. (REsp 285.115/PR, Rel. Min. EDSON VIDIGAL, Quinta Turma, DJ 5/3/01)

Ante o exposto, com fundamento no art. 557, *caput*, do CPC, **nego seguimento** ao recurso especial.
Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3818)

RECURSO ESPECIAL Nº 802.026 - RS (2005/0201290-3)

RELATORA	**: MINISTRA LAURITA VAZ**
RECORRENTE	: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS UFPEL
PROCURADOR	: RUI MAGALHAES PISCITELLI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ADAISI GARCEZ BARRETO
ADVOGADO	: NOEMIA GÓMEZ REIS E OUTRO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. PORTARIA. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO GENÉRICA À LEI. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. REAJUSTE DE 28,86%. EXECUÇÃO. DIFERENÇAS ENTRE O PERCENTUAL EFETIVAMENTE RECEBIDO E O ÍNDICE DE 28,86%. CABIMENTO. PRECEDENTES DA TERCEIRA SEÇÃO. VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 07 DESTA CORTE. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO

Vistos etc.
Trata-se de Recurso Especial interposto pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, ementado nos seguintes termos, *litteris*:
"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO. COISA JULGADA.
1. Por força da MP n° 2180-35, de 24/08/2001, sucessivamente reeditada, na execução contra a Fazenda Pública o prazo a que se refere o art. 730 do CPC é de trinta dias.
2. Configurada a coisa julgada formal, a sentença não pode ser modificada dentro do processo." (fl. 134)
Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados.
Nas razões do especial, alega a Recorrente, em suma, que o Tribunal *a quo* contrariou a Portaria MARE n.º 2.179/98; o Decreto n.º 2.693/98, a Medida Provisória n.º 1.704/98, o art. 6.º da Lei n.° 8.622/93 e os arts. 1.°, 2.° e 3.° da Lei n.° 8.627/93, uma vez que *"*[...] *jamais, a sentença excluiu a compensação em relação às leis nr. 8.622/93 e 8.627/93, aliás, ainda que o houvesse, o art. 741, parágrafo único do CPC permite que, em embargos à execução, argua-se a inexigibilidade de título judicial que esteja em confronto com a Carta Maior ou com decisões do Egrégio STF."* (fl. 165)
É o relatório. Decido.
De início, não merece prosperar o inconformismo no tocante à suposta contrariedade à Portaria MARE n.º 2.179/98, uma vez que o mencionado ato normativo não se enquadra no conceito de lei federal para a finalidade prevista no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Carta Magna.
A propósito, veja-se o seguinte julgado:
"PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. REAJUSTE DE 28,86%. SERVIDORES NOMEADOS APÓS 1993. LEGITIMIDADE. EXCESSO DE EXECUÇÃO. PORTARIA. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME. ANÁLISE FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS. ART. 20, §§ 3º E 4º.
Violação ao art. 535 do CPC não caracterizada.
Os servidores que ingressaram no serviço público federal após 1993 têm legitimidade para pleitear o reajuste de 28,86%, porquanto esse reajuste refere-se ao vencimento da categoria.
Atos normativos internos, como a Portaria MARE nº 2.179/98, não se amoldam ao conceito de lei federal a que se refere a alínea "a" do permissivo constitucional*.*
Falece competência ao STJ para descer ao estudo fático-probatório em recurso especial.
A verba honorária fixada nas hipóteses do § 4º do art. 20 do CPC permite maior liberdade ao julgador do que o § 3º do mesmo artigo.
Recurso desprovido." (REsp 541.625/RS, 5.ª Turma, Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, DJ de 08/11/2004; sem grifo no original.)
Ademais, cumpre salientar que a ausência de particularização do artigo de lei supostamente violado - *in casu* o Decreto n.º 2.693/98 e a Medida Provisória n.º 1.704/98 - inviabiliza a compreensão da irresignação recursal, sendo deficiente a fundamentação do apelo raro, em conformidade com o enunciado n.º 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.
Nesse entendimento, confira-se o seguinte julgado desta Corte:
"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284-STF. VIOLAÇÃO GENÉRICA. CONTRATOS BANCÁRIOS. REVISÃO. POSSIBILIDADE. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ERRO.
1. A falta de particularização dos dispositivos legais tidos por violados inviabiliza a abertura da via especial, incidindo o óbice da súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.
2. A Segunda Seção desta Corte pacificou o entendimento no sentido da possibilidade de revisão de todos os contratos firmados com a Instituição Financeira, desde a origem (súmula nº 286/STJ.)

3. A jurisprudência iterativa da Terceira e Quarta Turma orienta-se no sentido de admitir, nas demandas revisionais de contrato de mútuo bancário, a repetição de indébito, na forma simples, independentemente da prova do erro, ficando relegado às instâncias ordinárias o cálculo do montante, a ser apurado, se houver.
4. Agravo regimental não provido." (AgRg no REsp 546.446/RS, 4.ª Turma, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, DJ de 02/05/2005.)
De outra parte, a Lei n.º 8.627/93, que especificou os critérios para o reposicionamento de servidores públicos federais civis e militares, teve como conseqüência um reajuste da remuneração em patamares diversos para determinadas categorias do funcionalismo público.
Diante dessa diferenciação de reajustes, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RMS n.º 22.307/DF, sufragou o entendimento no sentido de que as Leis n.ºs 8.622/93 e 8.627/93 instituíram uma revisão geral de remuneração, nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição Federal, no patamar médio de 28,86%, razão pela qual deveria ser estendido a todos os servidores públicos federais, tanto civis como militares.
A Suprema Corte decidiu, ainda, que, como algumas categorias já haviam sido beneficiadas com reajustes da Lei n.º 8.627/93, esses aumentos deveriam ser compensados em sede de execução, com o índice de 28,86%.
Dessa forma, tanto os servidores públicos civis como os militares, que perceberam reajustes inferiores a 28,86%, têm direito à diferença entre esse percentual, considerado como revisão geral de remuneração, e o reajuste efetivamente percebido, em razão da Lei n.º 8.627/93.
Essa questão já foi, inclusive, objeto de apreciação pela Terceira Seção desta Corte Superior de Justiça, que, à unanimidade, no julgamento do EREsp 550.296/MG, de minha relatoria, corroborou o entendimento acima mencionado. Confiram-se, por oportuno, os seguintes precedentes:
"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. REAJUSTE. LEIS N.OS 8.622/93 E 8.627/93. DIREITO ÀS DIFERENÇAS ENTRE O ÍNDICE DE 28,86% E O PERCENTUAL JÁ RECEBIDO. PRECEDENTES DAS TURMAS QUE COMPÕEM A 3ª SEÇÃO.
1. O reajuste concedido pelas Leis n.º 8.622/93 e 8.627/93, no percentual médio de 28,86%, tem natureza jurídica de índice geral de revisão vencimentos e soldos do funcionalismo público, consoante entendimento firmado pelo colendo Supremo Tribunal Federal (RMS 22.307-7/DF). Nesse contexto, os servidores públicos militares, que foram contemplados com reajustes inferiores, têm direito às diferenças entre estes e o índice geral de 28,86%, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia, previsto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal. Precedentes das Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte.
2. Embargos conhecidos, porém, rejeitados." (EREsp 550.296/MG, 3.ª Seção, de minha relatoria, DJ de 01/02/2005.)
"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO. VENCIMENTOS. REAJUSTE. LEIS NºS 8.622/93 E 8.627/93. REVISÃO GERAL DE REMUNERAÇÃO.
I - Conforme entendimento firmado no colendo STF (RMS 22.307/DF), o reajuste previsto nas Leis n°s 8.622 e 8.627/93 constituiu-se em revisão geral de remuneração, devendo ser estendido aos servidores civis (art. 37, X, da CF). Todavia, como determinadas categorias já foram beneficiadas pelo aumento, deve ser feita a devida compensação na fase de execução do julgado.
II - Desse modo, aqueles militares que foram contemplados com reajustes inferiores ao de 28,86% fazem jus, a contar de 1993, à complementação desse percentual, consistente na diferença entre os índices efetivamente percebidos em virtude da adequação de soldos, postos e graduações, levada a efeito pela Lei nº 8.627/93, e o índice de 28,86%.

Agravo regimental desprovido." (AgRg no AG 556.860/RS, 5.ª Turma, Rel. Min. FÉLIX FISCHER, DJ de 31/05/2004.)
"AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. MILITAR. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. 28,86%. SÚMULA 83 DO STJ.
Os servidores públicos militares têm direito à percepção da diferença entre o aumento de vencimentos no percentual de 28,86% e o inferior reajuste específico concedido nos termos da Lei nº 8.627/93. Precedentes.
Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg AG 545.613/RS, 6.ª Turma, Rel. Min. PAULO MEDINA, DJ de 05/04/2004.)
No caso *sub examine*, o Tribunal *a quo*, soberano na análise da matéria fático-probatória, entendeu:
"Desta forma, a fim de respeitar os exatos termos da coisa julgada formal, as compensações que deverão ser realizadas serão com base nos índices conferidos por força da Lei nº 9367/97, e não das leis nºs 8622/93 e 8629/93, estando a merecer reforma a sentença no ponto." (fl. 131v.)
Desse modo, para verificação da ocorrência da coisa julgada e alteração da decisão do Tribunal *a quo*, no caso dos autos, seria necessário o reexame do conjunto fático probatório, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 07 desta Corte.
Nesse sentido:
"PROCESSUAL CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. LEGITIMIDADE PASSIVA DA UNIÃO. VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA. REEXAME DE PROVA. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO DE LEI FEDERAL.
I - É pacífica a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a União não tem legitimidade para ser ré nas ações propostas por mutuários do Sistema Financeiro da Habitação, visto que a ela não foram transferidos os direitos e obrigações do BNH, mas tão-somente à CEF.
II - A verificação da existência ou da inexistência de violação da coisa julgada implica, necessariamente, o reexame de prova, o que é inviável em sede de recurso especial. Incidência na espécie da Súmula n. 7/STJ.
III - A alegação genérica de ofensa a dispositivo de lei federal não é suficiente para delimitar a controvérsia, sendo necessária a especificação do diploma legal considerado violado, conforme disposto na Súmula n. 284 do STF.
IV - Recurso especial parcialmente conhecido e não-provido." (REsp 186.007/PE, 2.ª Turma, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJ de 25/04/2005.)
"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. COISA JULGADA. REEXAME DE PROVA. REAJUSTE DE BENEFÍCIOS. SALÁRIO-MÍNIMO DE REFERÊNCIA. DL 2.351/87. SALÁRIO-MÍNIMO. ART. 58/ADCT.
I - Impossibilidade de se conhecer do recurso, no tópico em que se alega ofensa à coisa julgada, por ensejar o vedado reexame de prova. (Súmula 07/STJ.)
II - Os benefícios previdenciários devem ser corrigidos pelo salário-mínimo de referência durante a vigência do DL 2.351/87, até março de 1989, a partir de quando passa a incidir o art. 58 ADCT, e os valores então devem ser atualizados pelo salário-mínimo. (Precedentes.)
Recurso parcialmente provido." (REsp 352.812/RJ, 5.ª Turma, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ de 18/03/2002.)
Ante o exposto, com arrimo no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

(3819)

RECURSO ESPECIAL Nº 802.074 - RJ (2005/0144501-3)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: MARIA LAURA MAZZETI ATHAYDE
ADVOGADO	: RONALDO EDUARDO CRAMER VEIGA E OUTRO
RECORRIDO	: ELAZIR DE BARROS FONTOURA
ADVOGADO	: WALTER BRAUN E OUTRO

DESPACHO

Trata-se de recurso especial manifestado por MARIA LAURA MAZZETI ATHAYDE com base no art. 105, III, "a", da Constituição Federal.
Insurge-se a recorrente contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que confirmou a sentença que, por sua vez, julgara procedente em parte o pedido formulado na ação ordinária proposta em seu desfavor por ELAZIR DE BARROS FONTOURA, visando a cobrança de aluguéis pelo uso exclusivo do imóvel de propriedade de ambas, na medida de seu respectivo quinhão, correspondente a 50%.
Verifica-se, assim, que a lide não envolve contrato de locação, mas sim pedido de indenização pelo uso exclusivo de imóvel em condomínio.
Destarte, a matéria posta em debate é da competência da Segunda Seção desta Corte, nos termos do art. 9º, § 2º, XII, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, encaminhem-se os autos à Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos para que sejam redistribuídos.
Cumpra-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3820)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 806.484 - RS (2006/0153503-0)

RELATORA	**: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)**
AGRAVANTE	: EVERTON LUÍS BICCA NOGUEZ (PRESO)
ADVOGADO	: IORD PEREIRA SILVA
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por EVERTON LUIS BICCA NOGUEZ contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, alínea "a", do permissivo constitucional.
Alega-se, no especial, violação aos artigos 5º, inciso XII, da Constituição Federal, e 1º da Lei 9.296/96.
Contraminuta às fls. 155/156.
É o breve relatório.
A decisão agravada, afastando a possibilidade de exame dos dispositivos constitucionais, negou seguimento ao especial por aplicação da Súmula 7/STJ. Tal fundamento, entretanto, não foi objeto de impugnação pelo recorrente, que, ao contrario, o ratificou, conforme ficou expresso, às fls. 10/11, *verbis*:
Mesmo parecendo enfadonho, as alegações fático-probatórias, são imprescindíveis, pois, não basta apenas citar a Lei, faz-se necessário o estudo minudente dos acontecimentos para a exata compreensão da controvérsia, pressuposto básico para a admissibilidade do permissivo constitucional.
Como bem ressaltou o nobre Desembargador, na folha 5962. - "Na verdade, não há como se examinar as alegações sem adentrar no contexto fático da causa".

Incide, portanto, a Súmula 182 desta Corte, que assim dispõe:

É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.

Com efeito, a demonstração do desacerto da decisão recorrida constitui ônus incontornável da parte recorrente, que deve refutar todos os óbices por ela levantados, sob pena de o *decisum* ser mantido.
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)
Relatora

(3821)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 806.542 - SP (2006/0180850-0)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
AGRAVANTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO	: JOSÉ LUIZ GALLO
ADVOGADO	: LAURINDO NOVAES NETTO

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL de decisão que inadmitiu recurso especial.
Verifica-se dos autos que não foi juntada a cópia completa da decisão agravada que inadmitiu o recurso especial, peça indispensável à formação do instrumento, a teor do art. 544, § 1º, do CPC.
Ademais, não foi juntada a cópia da procuração que outorgou poderes ao advogado do agravado, peça indispensável à formação do instrumento.
Como cediço, é "dever e responsabilidade do agravante o traslado e a fiscalização de todas as peças para a instrução do agravo" (AG 447.277/MS, Rel. Min. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, DJ de 6/11/02).
Pelo exposto, **não conheço** do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3822)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 806.560 - RS (2006/0178369-9)

RELATORA	**: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)**
AGRAVANTE	: EVERTON LUÍS BICCA NOGUEZ (PRESO)
ADVOGADO	: IORD PEREIRA SILVA
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS	: VARLEM DOS SANTOS OBELAR ISAAC GOLDBERG LUIS CONRADO GONÇALVES GARCIA

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por EVERTON LUIS BICCA NOGUEZ contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, alínea "a", do permissivo constitucional.
Alega-se, no especial, violação aos artigos 5º, incisos II, XII e LVI, da Constituição Federal; 1º e 5º da Lei 9.296/96; 564, incisos III e IV, do Código de Processo Penal.
Contraminuta às fls. 120/122.
É o breve relatório.
A decisão agravada, afastando a possibilidade de exame dos dispositivos constitucionais, negou seguimento ao especial por aplicação da Súmula 7/STJ. Tal fundamento, entretanto, não foi objeto de impugnação pelo recorrente, que ao contrario, o ratificou, conforme ficou expresso às fls. 11:
Mesmo que, a exposição dos fatos pareça um simples reexame de prova, as alegações fático-probatórias na exordial (recurso especial) são imprescindíveis, pois, não basta apenas citar a Lei, faz-se necessário o estudo minudente dos acontecimentos para a exata compreensão da controvérsia, pressuposto básico para a admissibilidade do permissivo constitucional.
Como bem ressaltou o nobre Desembargador, na folha 932, v. *In verbis* - "Na verdade, não há como se examinar as alegações sem adentrar no contexto fático da causa".
Incide, portanto, a Súmula 182 desta Corte, que assim dispõe:

É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.
Com efeito, a demonstração do desacerto da decisão recorrida constitui ônus incontornável da parte recorrente, que deve refutar todos os óbices por ela levantados, sob pena de o *decisum* ser mantido.
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)
Relatora

(3823)

RECURSO ESPECIAL Nº 814.015 - RN (2006/0019092-8)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: ROSALI DIAS DE ARAÚJO PINHEIRO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ADEMIR MORAES DE ARAUJO E OUTROS
ADVOGADO	: LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça da mesma unidade federativa assim ementado (fl. 152):

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA. NÃO ACOLHIMENTO. VENCIMENTO BASE INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO. COMPLEMENTAÇÃO POR MEIO DE ABONO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STF E DESTA CORTE. NATUREZA REMUNERATÓRIA DO ABONO. VANTAGENS PESSOAIS INCIDENTES SOBRE O TOTAL DE VENCIMENTOS. JUROS MORATÓRIOS DE 6% AO ANO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.
I - O abono salarial, adotado pelo ente Federativo como forma de complementar o vencimento básico do servidor, com vista a atingir o salário mínimo, possui natureza remuneratória, e, como tal, deve integrar a base de cálculo para o cômputo de todas as gratificações e vantagens inerentes ao cargo. Precedentes desta Corte.
II - Conhecimento e provimento parcial da Apelação Cível.

No acórdão objeto do recurso especial, o Tribunal de origem julgou parcialmente procedente ação na qual os recorridos, servidores públicos estaduais, buscam o pagamento de seus vencimentos com base no salário mínimo vigente e a incidência do abono pago pelo recorrente para complementação de sua remuneração no cálculo das vantagens pessoais.
Opostos embargos de declaração, foram rejeitados pelo acórdão de fls. 174/179, sendo o recorrente condenado ao pagamento da multa prevista no art. 538 do CPC.
Sustenta a parte recorrente ofensa aos arts. 535, II, e 538 do CPC.
ADEMIR MORAES DE ARAÚJO e OUTROS apresentaram contra-razões (fls. 158/203).
Recurso especial admitido pelo Tribunal de origem (fls. 210/211).
Inicialmente, no que tange ao art. 21 do CPC, verifico que o recorrente não fundamentou em que consistia a alegada ofensa, limitando-se a mencionar a contrariedade ao referido artigo de lei, pelo que é o caso de incidência da Súmula 284/STF, que contém a seguinte redação: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia". Nesse sentido: AgRg no AG 586.236/RJ, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 1º/7/05; e AgRg no REsp 655.196/RJ, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ 14/8/06.
Com relação ao art. 535, II, do CPC, cumpre salientar que os embargos de declaração têm como objetivo sanear eventual obscuridade, contradição ou omissão existentes na decisão recorrida. Não há omissão no acórdão recorrido quando o Tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e precisa sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte. Nesse sentido: REsp 739.711/MG, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJ 14/12/06.
Na hipótese, as razões que levaram o Tribunal *a quo* a julgar parcialmente procedente a ação proposta pelos recorridos encontram-se devidamente fundamentadas no acórdão impugnado. Assim, não vislumbro a alegada ofensa ao art. 535, II, do CPC.
Já no que se refere à alegada ofensa do art. 538, parágrafo único, do CPC, melhor sorte assiste ao recorrente. Com efeito, o Tribunal de origem entendeu que a provocação pela via declaratória era manifestamente infundada e protelatória, configurando verdadeira litigância de má-fé, razão pela qual penalizou a parte recorrente com o pagamento de multa no valor de 1% sobre o valor da causa.
Entretanto, em seu especial, sustenta o recorrente que a interposição dos referidos embargos não teve intuito procrastinatório, asseverando, em suma, que pretendia obter esclarecimentos acerca da aplicação ao caso dos arts. 5º, II, 18, 25, 37, *caput*, 61, § 1º, II, "a", e 169, § 1º, I e II, da Constituição Federal.
No caso dos autos, tenho como descabida a aplicação da referida multa processual, tendo em vista que os embargos de declaração não foram revestidos de caráter protelatório, mas destinavam-se a obter esclarecimentos adicionais e a suprir o requisito do prequestionamento, indispensável ao acesso às instâncias especiais, nos termos da Súmula 98/STJ.
Ante o exposto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do CPC, **conheço** do recurso especial e **dou-lhe parcial provimento** para excluir a aplicação da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC.
Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3824)

RECURSO ESPECIAL Nº 818.606 - RN (2006/0028414-6)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: JACQUELINE MAIA ROCHA BEZERRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ADALGISA ELIZA DOS ANJOS NASCIMENTO E OUTROS
ADVOGADO	: LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça da mesma unidade federativa.
No acórdão objeto do recurso especial, o Tribunal de origem julgou parcialmente procedente ação na qual os recorridos, servidores públicos estaduais, buscam o pagamento de seus vencimentos com base no salário mínimo vigente e a incidência do abono pago pelo recorrente para complementação de sua remuneração no cálculo das vantagens pessoais.
Opostos embargos de declaração, foram parcialmente acolhidos pelo acórdão de fls. 195/197.
Sustenta a parte recorrente ofensa ao art. 21 do CPC.
ADALGISA ELIZA DOS ANJOS NASCIMENTO e OUTROS apresentaram contra-razões (fls. 221/223).
Recurso especial admitido pelo Tribunal de origem (fls. 229/230).
No que se refere ao dispositivo legal tido por violado, é firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a reapreciação do *quantum* fixado a título de honorários advocatícios e a extensão da sucumbência das partes na ação implicam, necessariamente, reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, sendo o caso de incidência da Súmula 7/STJ. Nesse sentido: AgRg no REsp 175.774/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ de 17/9/01.
Ante o exposto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do CPC, **conheço** do recurso especial e **dou-lhe parcial provimento** para excluir a aplicação da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC.
Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3825)

RECURSO ESPECIAL Nº 820.138 - RN (2006/0033558-5)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: JACQUELINE MAIA ROCHA BEZERRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ANTONIA FREIRE DE OLIVEIRA E OUTROS
ADVOGADO	: LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça da mesma unidade federativa assim ementado (fl. 140):

CONSTITUCIONAL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA. TRANSFERÊNCIA PARA O MÉRITO. REJEIÇÃO. MÉRITO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PAGAMENTO DE SALÁRIO BÁSICO INFERIOR AO MÍNIMO LEGAL. COMPLEMENTAÇÃO POR ABONO. CONSTITUCIONALIDADE DE TAL PROCEDIMENTO, INCIDÊNCIA DO VALOR PAGO NA QUALIDADE DE ABONO PARA EFEITO DE CÁLCULO DE VANTAGENS DE NATUREZA PESSOAL, PRECEDENTES DO STF E DESTA CORTE JUDICANTE. JUROS DE MORA DEVIDOS A 0,5% AO MÊS. REFORMA DA SENTENÇA QUE SE IMPÕE.
I - Afigura-se legítima e constitucional a norma que dá gênese ao abono, que tem por escopo precípuo complementar a remuneração do servidor no sentido de resguardar o seu direito de perceber esta em valor não inferior ao mínimo legal.
2. Sendo a natureza jurídica do abono assemelhada ao vencimento dos servidores, mister se faz utilizá-lo para o cálculo das vantagens de natureza pessoal legalmente instituídas.
3. Cuidando-se de ação proposta em desfavor da Administração Pública, devem os juros de mora incidir na monta de 0,5% (meio por cento) ao mês.
4. Provimento parcial da apelação cível.

No acórdão objeto do recurso especial, o Tribunal de origem julgou parcialmente procedente ação na qual os recorridos, servidores públicos estaduais, buscam o pagamento de seus vencimentos com base no salário mínimo vigente e a incidência do abono pago pelo recorrente para complementação de sua remuneração no cálculo das vantagens pessoais.
Opostos embargos de declaração, foram rejeitados pelo acórdão de fls. 154/167, sendo o recorrente condenado ao pagamento da multa prevista no art. 538 do CPC.
Sustenta a parte recorrente ofensa aos arts. 21, 535, II, e 538 do CPC.
ANTONIA FREIRE DE OLIVEIRA e OUTROS apresentaram contra-razões (fls. 204/210).
Recurso especial admitido pelo Tribunal de origem (fls. 217/218).
Inicialmente, com relação ao art. 535, II, do CPC, cumpre salientar que os embargos de declaração têm como objetivo sanear eventual obscuridade, contradição ou omissão existentes na decisão recorrida. Não há omissão no acórdão recorrido quando o Tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e precisa sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte. Nesse sentido: REsp 739.711/MG, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJ 14/12/06.
Na hipótese, as razões que levaram o Tribunal *a quo* a julgar parcialmente procedente a ação proposta pelos recorridos encontram-se devidamente fundamentadas no acórdão impugnado. Assim, não vislumbro a alegada ofensa ao art. 535, II, do CPC.
Já no que se refere à alegada ofensa do art. 538, parágrafo único, do CPC, melhor sorte assiste ao recorrente. Com efeito, o Tribunal de origem entendeu que a provocação pela via declaratória era manifestamente infundada e protelatória, configurando verdadeira litigância de má-fé, razão pela qual penalizou a parte recorrente com o pagamento de multa no valor de 1% sobre o valor da causa.
Entretanto, em seu especial, sustenta o recorrente que a interposição dos referidos embargos não teve intuito procrastinatório, asseverando, em suma, que pretendia obter esclarecimentos acerca da aplicação ao caso dos arts. 5º, II, 18, 25, 37, *caput*, 61, § 1º, II, "a", e 169, § 1º, I e II, da Constituição Federal.
No caso dos autos, tenho como descabida a aplicação da referida multa processual, tendo em vista que os embargos de declaração não foram revestidos de caráter protelatório, mas destinavam-se a obter esclarecimentos adicionais e a suprir o requisito do prequestionamento, indispensável ao acesso às instâncias especiais, nos termos da Súmula 98/STJ.
Ante o exposto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do CPC, **conheço** do recurso especial e **dou-lhe parcial provimento** para excluir a aplicação da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC.
Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3826)

RECURSO ESPECIAL Nº 822.654 - RN (2006/0039845-7)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: FRANCISCO WILKIE REBOUÇAS CARGAS JÚNIOR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: GERALDA CALIXTA DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça da mesma unidade federativa assim ementado (fl. 120):

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO. VENCIMENTO BASE INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO. ABONO EMERGENCIAL. COMPLEMENTAÇÃO. CONSTITUCIONALIDADE. VANTAGENS PESSOAIS. CÁLCULO. INCIDÊNCIA. ABONO. ANTINOMIA APARENTE. HIERARQUIA NORMATIVA. IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS (ART. 37, XV - CRFB). CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL.
I - É constitucional lei estadual que autoriza a complementação da remuneração do servidor público por meio de abono, objetivando a percepção do valor do salário-mínimo. Precedentes do TJ/RN e do STF.
II - Incidência dos cálculos das vantagens pessoais sobre o abono. Norma infraconstitucional impeditiva à incorporação do abono (Lei Estadual n.º 5.784/88, art. 1º, § 4º). Solução de antinomia aparente mediante a aplicação de critério hierárquico. Princípio Constitucional da Irredutibilidade de Vencimentos (art. 37, XV, CRFB). Respeito ao Princípio da legalidade (Arts. 5º, II, 37, CRFB) e não-vinculação ao salário-mínimo (Art. 7º, IV, CRFB).

No acórdão objeto do recurso especial, o Tribunal de origem julgou parcialmente procedente ação na qual os recorridos, servidores públicos estaduais, buscam o pagamento de seus vencimentos com base no salário mínimo vigente e a incidência do abono pago pelo recorrente para complementação de sua remuneração no cálculo das vantagens pessoais.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados pelo acórdão de fls. 130/132, sendo o recorrente condenado ao pagamento da multa prevista no art. 538 do CPC.
Sustenta a parte recorrente ofensa aos arts. 21, 535, II, e 538 do CPC.
GERALDA CALIXTA DA SILVA e OUTROS apresentaram contra-razões (fls. 159/165).
Recurso especial admitido pelo Tribunal de origem (fls. 172/173).
Inicialmente, com relação ao art. 535, II, do CPC, cumpre salientar que os embargos de declaração têm como objetivo sanear eventual obscuridade, contradição ou omissão existentes na decisão recorrida. Não há omissão no acórdão recorrido quando o Tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e precisa sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte. Nesse sentido: REsp 739.711/MG, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJ 14/12/06.
Na hipótese, as razões que levaram o Tribunal *a quo* a julgar parcialmente procedente a ação proposta pelos recorridos encontram-se devidamente fundamentadas no acórdão impugnado. Assim, não vislumbro a alegada ofensa ao art. 535, II, do CPC.
Já no que se refere à alegada ofensa do art. 538, parágrafo único, do CPC, melhor sorte assiste ao recorrente. Com efeito, o Tribunal de origem entendeu que a provocação pela via declaratória era manifestamente infundada e protelatória, configurando verdadeira litigância de má-fé, razão pela qual penalizou a parte recorrente com o pagamento de multa no valor de 1% sobre o valor da causa.
Entretanto, em seu especial, sustenta o recorrente que a interposição dos referidos embargos não teve intuito procrastinatório, asseverando, em suma, que pretendia obter esclarecimentos acerca da aplicação ao caso dos arts. 5º, II, 18, 25, 37, *caput*, 61, § 1º, II, "a", e 169, § 1º, I e II, da Constituição Federal.
No caso dos autos, tenho como descabida a aplicação da referida multa processual, tendo em vista que os embargos de declaração não foram revestidos de caráter protelatório, mas destinavam-se a obter esclarecimentos adicionais e a suprir o requisito do prequestionamento, indispensável ao acesso às instâncias especiais, nos termos da Súmula 98/STJ.
Por fim, com relação à alegada ofensa ao art. 21 do CPC, é firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a reapreciação do *quantum* fixado a título de honorários advocatícios e a extensão da sucumbência das partes na ação implicam, necessariamente, reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, sendo o caso de incidência da Súmula 7/STJ. Nesse sentido: AgRg no REsp 175.774/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ de 17/9/01.
Ante o exposto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do CPC, **conheço** do recurso especial e **dou-lhe parcial provimento** para excluir a aplicação da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC.
Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3827)

RECURSO ESPECIAL Nº 822.678 - RN (2006/0039811-7)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: FRANCISCO WILKIE REBOUÇAS CARGAS JÚNIOR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: RICARDO RODRIGUES DE MEDEIROS
ADVOGADO	: RODRIGO MARCO A DE LIMA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça da mesma unidade federativa assim ementado (fl. 110):

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINARES DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO, INÉPCIA DA INICIAL, IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA, FALTA DE INTERESSE DE AGIR E PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. REJEIÇÃO. MÉRITO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. ABONO. COMPLEMENTAÇÃO DA REMUNERAÇÃO COMO FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO. CONSTITUCIONALIDADE. VANTAGENS PESSOAIS. INCIDÊNCIA. INTEGRAÇÃO DO ABONO NA BASE DE CÁLCULO. POSSIBILIDADE. JUROS DE MORA FIXADOS NO PATAMAR DE 0,5% (MEIO POR CENTO) AO MÊS. APELO PARCIALMENTE PROVIDO

Sustenta a parte recorrente ofensa ao art. 1º do Decreto 20.910/32.
RICARDO RODRIGUES DE MEDEIROS apresentou contra-razões (fls. 140/144).
Recurso especial admitido pelo Tribunal de origem (fls. 153/154).
Quanto à prescrição, o Superior Tribunal de Justiça já teve a oportunidade de apreciar casos idênticos ao dos autos, tendo firmado entendimento no sentido de que, não tendo havido modificação na situação jurídica fundamental dos servidores públicos nem sido negado administrativamente o direito pleiteado, aplica-se a Súmula 85/STJ. Nesse sentido: REsp 868.321/RN, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJ 11/9/07; REsp 838.243/RN, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ de 7/6/06; e REsp 777.186/RN, Rel. Min. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, DJ de 30/05/06.
Ante o exposto, **nego seguimento** ao recurso especial, com base no art. 557, *caput*, do CPC.
Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3828)

RECURSO ESPECIAL Nº 822.806 - RN (2006/0039818-0)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: FRANCISCO WILKIE REBOUÇAS CARGAS JÚNIOR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ALINE GOMES DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça da mesma unidade federativa assim ementado (fls. 141/142):

CONSTITUCIONAL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. PRELIMINAR DE JULGAMENTO *EXTRA PETITA*. TRANSFERÊNCIA PARA O MÉRITO. PAGAMENTO DE SALÁRIO BÁSICO INFERIOR AO MÍNIMO LEGAL. COMPLEMENTAÇÃO POR ABONO. CONSTITUCIONALIDADE DE TAL PROCEDIMENTO. INCIDÊNCIA DAS VANTAGENS PESSOAIS SOBRE O ABONO. ADMISSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTA CORTE. JUROS DE MORA À BASE 0,5% AO MÊS. APELO PARCIALMENTE PROVIDO.
I - Afigura-se legítima e constitucional a norma que dá gênese ao abono, que tem por escopo precípuo complementar a remuneração do servidor no sentido de resguardar o seu direito de perceber esta em valor não inferior ao mínimo legal.
2. As vantagens pessoais dos servidores devem recair, também, sobre o valor pago a título de abono, sob pena de lhes causar prejuízo financeiro.
3. Cuidando-se de condenação imposta à Administração Pública, devem os juros de mora incidir na monta de 0,5% (meio por cento) ao mês.
4. Provimento parcial da apelação cível.

No acórdão objeto do recurso especial, o Tribunal de origem julgou parcialmente procedente ação na qual os recorridos, servidores públicos estaduais, buscam o pagamento de seus vencimentos com base no salário mínimo vigente e a incidência do abono pago pelo recorrente para complementação de sua remuneração no cálculo das vantagens pessoais.
Opostos embargos de declaração, foram rejeitados pelo acórdão de fls. 154/166, sendo o recorrente condenado ao pagamento da multa prevista no art. 538 do CPC.
Sustenta a parte recorrente ofensa aos arts. 21, 535, II, e 538 do CPC.
ALINE GOMES DA SILVA e OUTROS apresentaram contra-razões (fls. 198/204).
Recurso especial admitido pelo Tribunal de origem (fls. 211/212).
Inicialmente, com relação ao art. 535, II, do CPC, cumpre salientar que os embargos de declaração têm como objetivo sanear eventual obscuridade, contradição ou omissão existentes na decisão recorrida. Não há omissão no acórdão recorrido quando o Tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e precisa sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte. Nesse sentido: REsp 739.711/MG, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJ 14/12/06.
Na hipótese, as razões que levaram o Tribunal *a quo* a julgar parcialmente procedente a ação proposta pelos recorridos encontram-se devidamente fundamentadas no acórdão impugnado. Assim, não vislumbro a alegada ofensa ao art. 535, II, do CPC.
Já no que se refere à alegada ofensa do art. 538, parágrafo único, do CPC, melhor sorte assiste ao recorrente. Com efeito, o Tribunal de origem entendeu que a provocação pela via declaratória era manifestamente infundada e protelatória, configurando verdadeira litigância de má-fé, razão pela qual penalizou a parte recorrente com o pagamento de multa no valor de 1% sobre o valor da causa.
Entretanto, em seu especial, sustenta o recorrente que a interposição dos referidos embargos não teve intuito procrastinatório, asseverando, em suma, que pretendia obter esclarecimentos acerca da aplicação ao caso dos arts. 5º, II, 18, 25, 37, *caput*, 61, § 1º, II, "a", e 169, § 1º, I e II, da Constituição Federal.
No caso dos autos, tenho como descabida a aplicação da referida multa processual, tendo em vista que os embargos de declaração não foram revestidos de caráter protelatório, mas destinavam-se a obter esclarecimentos adicionais e a suprir o requisito do prequestionamento, indispensável ao acesso às instâncias especiais, nos termos da Súmula 98/STJ.
Por fim, com relação à alegada ofensa ao art. 21 do CPC, é firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a reapreciação do *quantum* fixado a título de honorários advocatícios e a extensão da sucumbência das partes na ação implicam, necessariamente, reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, sendo o caso de incidência da Súmula 7/STJ. Nesse sentido: AgRg no REsp 175.774/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ de 17/9/01.
Ante o exposto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do CPC, **conheço** do recurso especial e **dou-lhe parcial provimento** para excluir a aplicação da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC.
Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3829)

RECURSO ESPECIAL Nº 822.846 - PB (2006/0040555-4)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: ESTADO DA PARAÍBA
PROCURADOR	: RODRIGO DE SÁ QUEIROGA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: GUSTAVO RODRIGUES AMORIM
ADVOGADO	: ODILON JOSÉ LINS FALCÃO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DA PARAÍBA, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal.
Insurge-se o recorrente contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba que reconheceu a Promotor de Justiça o direito à percepção de gratificação por substituição cumulativa de funções, fixando juros de mora em 1% ao mês, nos termos dos arts. 406 do Código Civil e 161, § 1º, do CTN.
Os embargos de declaração foram rejeitados, arbitrando-se multa de 1% sobre o valor da causa, por serem procrastinatórios (fls. 176/179).
O recorrente alega, em suas razões de recurso especial, contrariedade ao art. 538 do CPC, uma vez que os aclaratórios possuíam propósito de prequestionamento, motivo pelo qual seria descabida a multa cominada. Defende, ainda, violação ao art. 1º-F da Lei 9.494/97, ao argumento de que os juros devem ser fixados em 0,5% ao mês.
Contra-razões às fls. 213/220.
O recurso especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 238/239).
É o relatório.
Inicialmente cumpre asseverar o descabimento da multa aplicada pelo Tribunal de origem.
Verifica-se dos autos que os embargos de declaração possuíam o nítido propósito de prequestionamento - em especial, da contradição acerca da aplicação do art. 1º-F da Lei 9.494/97 e do princípio da legalidade. Com efeito, o prequestionamento é indispensável ao acesso às instâncias especiais, nos termos da Súmula 98/STJ: "Embargos de declaração manifestados com o notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório".
Quanto ao juros moratórios, no âmbito da jurisprudência desta Corte, apresentava-se pacífico o entendimento segundo o qual, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas de natureza alimentar a servidores públicos, deveria ser observado o percentual de 12% ao ano, por incidência do disposto no art. 3º do Decreto-Lei 2.322/87 (REsp 552.437/SC, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ de 15/12/03; REsp 240.407/SP, Rel. Min. EDSON VIDIGAL, Quinta Turma, DJ 19/6/00).
No entanto, sobreveio a Medida Provisória 2.180-35, de 24/8/01, que acrescentou à Lei 9.494/97 o seguinte dispositivo:

Art. 1º-F. Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano.

Diante dessa modificação na legislação infraconstitucional, este Tribunal tem entendido que as disposições contidas na Medida Provisória 2.180-35/01, por terem natureza de norma instrumental, com reflexos na esfera jurídico-material das partes, somente são aplicáveis aos casos ajuizados posteriormente à sua vigência, ou seja, 24/8/01. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. JUROS DE MORA. PERCENTUAL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180-35/2001.
1. "Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para o pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano." (artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001).
2. As normas instrumentais materiais, enquanto integram o estatuto legal do processo, são as vigentes ao tempo do ato processual, no caso dos juros moratórios, a data do ajuizamento da ação.
3. Em havendo a ação sido ajuizada após a publicação da Medida Provisória nº 2.180-35, os juros moratórios devem ser fixados em meio por cento ao mês.
4. Em sede de agravo regimental não se conhece de alegações estranhas ao acórdão recorrido, às razões da insurgência especial e ao agravo de instrumento, eis que evidenciam vedada inovação de fundamentos.
5. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 600.538/RS, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma)

No presente caso, a ação foi ajuizada em 14/4/03 (fl. 2). Assim, os juros moratórios devem ser fixados no percentual de 6% ao ano, nos termos do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela supracitada medida provisória.
Vale ressaltar que o disposto no art. 1º-F da Lei 9.494/97 constitui norma específica referente aos juros de mora a serem observados nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de remuneração a servidores ou empregados públicos. Por conseguinte, resta

afastada, nos termos acima expostos, a aplicação dos demais dispositivos legais que tratam de percentual de juros de mora.
Ante o exposto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do CPC, **conheço** do recurso especial e **dou-lhe provimento** para fixar os juros de mora em 6% ao ano e afastar a multa de 1% sobre o valor da causa.
Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3830)

RECURSO ESPECIAL Nº 823.523 - RN (2006/0042444-8)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: FRANCISCO IVO CAVALCANTI NETTO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ACÁCIA ANDRADE DO MONTE MEDEIROS E OUTROS
ADVOGADO	: LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça da mesma unidade federativa assim ementado (fl. 159):

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINARES DE NULIDADE DA SENTENÇA E DA NÃO SUJEIÇÃO AO REEXAME NECESSÁRIO REJEITADAS. SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL. VENCIMENTO INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO. COMPLEMENTAÇÃO POR ABONO. POSSIBILIDADE. REMUNERAÇÃO CONFORME O DISPOSTO NO ART. 7º, IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ENTENDIMENTO DO STF DE QUE A GARANTIA CONSTITUCIONAL SE REFERE À REMUNERAÇÃO PERCEBIDA PELO SERVIDOR PÚBLICO. SENTENÇA REFORMADA. INCIDÊNCIA DAS VANTAGENS PESSOAIS SOBRE A PARCELA DO ABONO. TAXA DE JUROS 0,5% (MEIO POR CENTO). PRECEDENTES DESTA CORTE. APLICAÇÃO DO ART. 1º-F, DA LEI N.º 9.494/97. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE.

Opostos embargos de declaração, foram parcialmente acolhidos pelo acórdão de fls. 189/193.
Sustenta a parte recorrente ofensa ao art. 535, II, do CPC, por não terem sido acolhidos os embargos opostos para sanar omissão referente à aplicação da legislação pertinente.
ACÁCIA ANDRADE DO MONTE MEDEIROS e OUTROS apresentaram contra-razões (fls. 228/233).
Recurso especial admitido pelo Tribunal de origem (fls. 240/241).
No que tange ao dispositivo de lei tido por violado, cumpre salientar que os embargos de declaração têm como objetivo sanear eventual obscuridade, contradição ou omissão existentes na decisão recorrida. Não há omissão no acórdão recorrido quando o Tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e precisa sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. INOCORRÊNCIA. COISA JULGADA. MANDADO DE SEGURANÇA. RESPONSABILIDADE. SUCESSORA TRIBUTÁRIA. EFICÁCIA PRECLUSIVA. EXECUÇÃO FISCAL. ART. 133, CTN.
.....
5. Inexiste ofensa ao art. 535 do CPC, quando o tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.
6. Recurso especial desprovido. (REsp 739.711/MG, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJ 14/12/06)

Ante o exposto, **nego seguimento** ao recurso especial, com base no art. 557, *caput*, do CPC.
Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3831)

RECURSO ESPECIAL Nº 826.077 - RN (2006/0048697-8)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: ANTENOR ROBERTO SOARES DE MEDEIROS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ANA ESTELITA DE CASTRO SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça da mesma unidade federativa.
No acórdão objeto do recurso especial, o Tribunal de origem julgou parcialmente procedente ação na qual os recorridos, servidores públicos estaduais, buscam o pagamento de seus vencimentos com base no salário mínimo vigente e a incidência do abono pago pelo recorrente para complementação de sua remuneração no cálculo das vantagens pessoais.
Opostos embargos de declaração, foram parcialmente acolhidos pelo acórdão de fls. 128/130.
Sustenta a parte recorrente ofensa ao art. 1º do Decreto 20.910/32.
ANA ESTELITA DE CASTRO SILVA e OUTROS apresentaram contra-razões (fls. 207/213).
Recurso especial admitido pelo Tribunal de origem (fls. 221/222).
É o relatório.
Quanto à prescrição, o Superior Tribunal de Justiça já teve a oportunidade de apreciar casos idênticos ao dos autos, tendo firmado entendimento no sentido de que, não tendo havido modificação na situação jurídica fundamental dos servidores públicos nem sido negado administrativamente o direito pleiteado, aplica-se a Súmula 85/STJ. Nesse sentido: REsp 868.321/RN, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJ 11/9/07; REsp 838.243/RN, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ de 7/6/06; e REsp 777.186/RN, Rel. Min. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, DJ de 30/05/06.
Ante o exposto, **nego seguimento** ao recurso especial, com base no art. 557, *caput*, do CPC.
Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3832)

RECURSO ESPECIAL Nº 826.422 - RN (2006/0049618-0)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: ELOÍSA BEZERRA GUERREIRO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CELEIDE MENDONÇA DA SILVA BRITO E OUTROS
ADVOGADO	: LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça da mesma unidade federativa assim ementado (fl. 143):

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO. VENCIMENTO BASE INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO. ABONO EMERGENCIAL. COMPLEMENTAÇÃO. CONSTITUCIONALIDADE. VANTAGENS PESSOAIS. CÁLCULO. INCIDÊNCIA. ABONO. ANTINOMIA APARENTE. HIERARQUIA NORMATIVA. IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS (ART. 37, XV - CRFB). APLICAÇÃO DE JUROS EM PERCENTUAL DE 0,5% AO MÊS. CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.
I - É constitucional lei estadual que autoriza a complementação da remuneração do servidor público por meio de abono, objetivando a percepção do valor do salário-mínimo.
II - Incidência dos cálculos das vantagens pessoais sobre o abono. Norma infraconstitucional impeditiva à incorporação do abono (Lei Estadual n.º 5.784/88, art. 1º, § 4º). Solução de antinomia aparente mediante a aplicação de critério hierárquico. Princípio Constitucional da Irredutibilidade de Vencimentos (art. 37, XV, CRFB).
Respeito ao Princípio da legalidade (Arts. 5º, II, 37, CRFB).

No acórdão objeto do recurso especial, o Tribunal de origem julgou parcialmente procedente ação na qual os recorridos, servidores públicos estaduais, buscam o pagamento de seus vencimentos com base no salário mínimo vigente e a incidência do abono pago pelo recorrente para complementação de sua remuneração no cálculo das vantagens pessoais.
Opostos embargos de declaração, foram rejeitados pelo acórdão de fls. 155/158.
Sustenta a parte recorrente ofensa aos arts. 21, 535, II, e 538 do CPC.
CELEIDE MENDONÇA DA SILVA BRITO e OUTROS apresentaram contra-razões (fls. 199/204).
Recurso especial admitido pelo Tribunal de origem (fls. 210/211).
Inicialmente, no que tange ao art. 21 do CPC, verifico que o recorrente não fundamentou em que consistia a alegada ofensa, limitando-se a mencionar a contrariedade ao referido artigo de lei, pelo que é o caso de incidência da Súmula 284/STF, que contém a seguinte redação: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia". Nesse sentido: AgRg no AG 586.236/RJ, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 1º/7/05; e AgRg no REsp 655.196/RJ, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ 14/8/06.
Com relação ao art. 535, II, do CPC, cumpre salientar que os embargos de declaração têm como objetivo sanear eventual obscuridade, contradição ou omissão existentes na decisão recorrida. Não há omissão no acórdão recorrido quando o Tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e precisa sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte. Nesse sentido: REsp 739.711/MG, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJ 14/12/06.
Na hipótese, as razões que levaram o Tribunal *a quo* a julgar parcialmente procedente a ação proposta pelos recorridos encontram-se devidamente fundamentadas no acórdão impugnado. Assim, não vislumbro a alegada ofensa ao art. 535, II, do CPC.
Já no que se refere à alegada ofensa do art. 538, parágrafo único, do CPC, melhor sorte assiste ao recorrente. Com efeito, o Tribunal de origem entendeu que a provocação pela via declaratória era manifestamente infundada e protelatória, configurando verdadeira litigância de má-fé, razão pela qual penalizou a parte recorrente com o pagamento de multa no valor de 1% sobre o valor da causa.
Entretanto, em seu especial, sustenta o recorrente que a interposição dos referidos embargos não teve intuito procrastinatório, asseverando, em suma, que pretendia obter esclarecimentos acerca da aplicação ao caso dos arts. 5º, II, 18, 25, 37, *caput*, 61, § 1º, II, "a", e 169, § 1º, I e II, da Constituição Federal.
No caso dos autos, tenho como descabida a aplicação da referida multa processual, tendo em vista que os embargos de declaração não foram revestidos de caráter protelatório, mas destinavam-se a obter esclarecimentos adicionais e a suprir o requisito do prequestionamento, indispensável ao acesso às instâncias especiais, nos termos da Súmula 98/STJ.
Ante o exposto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do CPC, **conheço** do recurso especial e **dou-lhe parcial provimento** para excluir a aplicação da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC.
Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3833)

RECURSO ESPECIAL Nº 831.490 - RN (2006/0053154-8)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: CÁSSIO CARVALHO CORREIA DE ANDRADE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOANA D'ARC ANDRADE DE CARVALHO
ADVOGADO	: LIANA MAIA DE OLIVEIRA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça da mesma unidade federativa assim ementado (fl. 89):

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. VENCIMENTO-BASE INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO. COMPLEMENTAÇÃO POR MEIO DE ABONO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STF E DESTA CORTE. NATUREZA REMUNERATÓRIA DO ABONO. VANTAGENS PESSOAIS INCIDENTES SOBRE O TOTAL DOS VENCIMENTOS. SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU, PARCIALMENTE PROCEDENTE. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.
I - O abono salarial, adotado pelo ente Federativo como forma de complementar o vencimento básico do servidor, com vista a atingir o salário mínimo, possui natureza remuneratória, e, como tal, deve integrar a base de cálculo para o cômputo de todas as gratificações e vantagens inerentes ao cargo.
II - Conhecimento e provimento parcial da Apelação Cível.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados pelo acórdão de fls. 104/106.
Sustenta a parte recorrente ofensa aos arts. (a) 535, II, e 538 do CPC, por ter rejeitado os embargos de declaração opostos sem que fossem sanadas as omissões e contradições apontadas, aplicando multa de 1% sobre o valor da causa; e (b) 475, I e § 3º, do CPC, por não ter sido conhecido o reexame necessário da sentença.
JOANA D'ARC ANDRADE DE CARVALHO não apresentou contra-razões (fl. 150).
Recurso especial admitido pelo Tribunal de origem (fls. 151/152).
Inicialmente, cumpre salientar que os embargos de declaração têm como objetivo sanear eventual obscuridade, contradição ou omissão existentes na decisão recorrida. Não há omissão no acórdão recorrido quando o Tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e precisa sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte. Nesse sentido: REsp 739.711/MG, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJ 14/12/06.
Na hipótese, as razões que levaram o Tribunal *a quo* a julgar parcialmente procedente a ação proposta pelos recorridos encontram-se devidamente fundamentadas no acórdão impugnado. Assim, não vislumbro a alegada ofensa ao art. 535, II, do CPC.
Já com relação à ofensa do art. 538, parágrafo único, do CPC, melhor sorte assiste ao recorrente. Com efeito, o Tribunal de origem entendeu que a provocação pela via declaratória era manifestamente infundada e protelatória, configurando verdadeira litigância de má-fé, razão pela qual penalizou a parte recorrente com o pagamento de multa no valor de 1% sobre o valor da causa.
Entretanto, em seu especial, sustenta o recorrente que a interposição dos referidos embargos não teve intuito procrastinatório, asseverando, em suma, que pretendia obter esclarecimentos acerca da aplicação ao caso dos arts. 5º, II, 18, 25, 37, *caput*, 61, § 1º, II, "a", e 169, § 1º, I e II, da Constituição Federal.
No caso dos autos, tenho como descabida a aplicação da referida multa processual, tendo em vista que os embargos de declaração não foram revestidos de caráter protelatório, mas destinavam-se a obter esclarecimentos adicionais e a suprir o requisito do prequestionamento, indispensável ao acesso às instâncias especiais, nos termos da Súmula 98/STJ.
Em relação à alegada afronta ao art. 475, I e § 3º, do CPC, tendo o recorrente interposto recurso voluntário, restou suprida a necessidade do reexame necessário, mormente quando toda matéria controvertida foi devolvida e apreciada pelo Tribunal de origem. Nesse sentido: AgRg no REsp 833.226/RN, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ 9/10/06.

Ante o exposto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do CPC, **conheço** do recurso especial e **dou-lhe parcial provimento** para excluir a aplicação da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC.
Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3834)

RECURSO ESPECIAL Nº 839.874 - RS (2006/0085185-6)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: SILVANA S LAHUTTE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: GILMARA BEVILÁCQUA E OUTROS
ADVOGADO	: MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
No acórdão objeto do recurso especial, o Tribunal de origem decidiu que a oposição de embargos à execução, em havendo parcelas incontroversas, não impossibilita a expedição do precatório a elas relativo.
Sustenta a parte recorrente ofensa ao art. 23 da Lei 10.934/04.
GILMARA BEVILACQUA e OUTROS apresentaram contra-razões (fls. 204/212).
O recurso especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 224).
É o relatório.
Quanto ao dispositivo legal tido por violado, nas execuções movidas contra a Fazenda Pública, havendo a oposição de embargos por parte do ente executado, deverão ser observadas as regras aplicáveis à aludida ação incidental.
Desta forma, se a Fazenda Pública opõe embargos parciais, incide o disposto no art. 739, § 2º, do CPC, que determina que a execução deve prosseguir quanto à parte não embargada. Isso porque, qualquer que seja o resultado da sentença que julgar os embargos, seus efeitos não modificarão o valor da parcela incontroversa.
Assim, verifica-se que, quanto à parte não embargada, já existe sentença judicial com trânsito em julgado hábil a autorizar o prosseguimento da execução na forma prevista no texto constitucional. Nesse sentido: REsp 576.577/RS, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Segunda Turma, DJ 29/11/04; REsp 541.744/RJ, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, Quinta Turma, DJ 2/8/04.
Cabe ressaltar, ainda, que não incide no caso a vedação de fracionamento de precatório prevista no art. 100, § 4º, da Constituição Federal. É que a finalidade da referida norma é evitar que o exeqüente, intencionalmente, valha-se da utilização simultânea dos dois sistemas de satisfação do seu crédito, quais sejam, o do precatório para uma parte da dívida e o do pagamento imediato (sem expedição de precatório) para outra parte, mediante o fracionamento, a repartição ou a quebra do valor da dívida. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO PARCIAIS OPOSTOS PELA FAZENDA PÚBLICA. EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO RELATIVAMENTE À PARTE INCONTROVERSA DA DÍVIDA. ARTIGO 739, PARÁGRAFO 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. POSSIBILIDADE.
1. "Quando os embargos forem parciais, a execução prosseguirá quanto à parte não embargada." (artigo 739, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil).
2. O prosseguimento da execução, assim autonomizada, há de fazer-se na forma da Constituição da República, que preceitua a expedição de precatório como regra geral (artigo 100, caput) ou de execução direta, sem a expedição de precatório, para os pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer, em virtude de sentença judicial transitada em julgado (artigo 100, parágrafo 3º).
3. A finalidade da norma acrescentada pela Emenda Constitucional n.º 37/2002 (artigo 100, parágrafo 4º) é a de evitar que o exeqüente, intencionalmente, se valha da utilização simultânea dos dois sistemas de satisfação do seu crédito, quais sejam, o do precatório para uma parte da dívida e o do pagamento imediato (sem expedição de precatório) para outra parte, mediante o fracionamento, a repartição ou a quebra do valor da dívida, não incidindo sobre a execução da parte incontroversa da dívida, autorizada pelo artigo 739, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil.
4. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 688.878/RS, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 11/4/05)

Ante o exposto, nos termos do art. 557, *caput*, do CPC, **nego seguimento** ao recurso especial.
Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3835)

RECURSO ESPECIAL Nº 843.743 - RS (2006/0091225-6)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: MÔNICA BEATRIZ MOREIRA NOBRE E OUTROS
ADVOGADO	: MARCELLO MACEDO REBLIN E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela UNIÃO, fundamentado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional da 4ª Região que considerou devida a indenização por omissão do Chefe do Poder Executivo em proceder à revisão geral de remuneração prevista no art. 37, X, da Constituição Federal.
Os servidores públicos federais têm iterativamente ingressado em Juízo buscando indenização por danos - morais ou materiais - decorrentes da suscitada omissão ou mora do Presidente da República em proceder à revisão geral anual da remuneração, conforme o art. 37, inc. X, da Constituição Federal, com a redação determinada pela Emenda Constitucional 19/98, que dispõe:

Art. 37.....
X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

A matéria em debate já foi conduzida várias vezes ao Supremo Tribunal Federal, que, por ambas as Turmas, tem entendido não ser cabível indenização por ato omissivo do Chefe do Poder Executivo em dar início ao processo legislativo tendente a assegurar aos servidores públicos a revisão geral anual.
Tem prevalecido o entendimento segundo o qual, inserindo-se nas atribuições de natureza administrativa do Presidente da República, conforme o art. 61, § 1º, inc. II, letra "a", da Constituição Federal, não cabe ao Poder Judiciário fixar prazo para suprir a omissão, diante do princípio constitucional da separação dos Poderes. Tem assentado, ainda, que a indenização requerida representaria a própria revisão de vencimentos sem respaldo legal (AgRg no RE 494.782/RS, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, DJ de 16/2/07; AgRg no RE 449.777/ES, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, DJ de 10/10/06; RE-AgR 485.087/RS, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, DJ 7/12/06; RE-AgR 501.054/SC, Rel. Min. CEZAR PELUSO, Segunda Turma, DJ 6/11/06; RE-AgR 453.349/ES, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJ de 19/12/06; RE 479.979/AM, Rel. Min. EROS GRAU, DJ de 6/3/06; RE 438.066/RS, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJ de 6/10/05).
Diante do posicionamento da Suprema Corte, impõe-se julgar improcedente o pedido de indenização, remanescendo prejudicada qualquer discussão a respeito de matéria infraconstitucional envolvida (AgRg no REsp 909.337/RS, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ de 11/6/07).
De fato, se a matéria infraconstitucional tem caráter evidentemente acessório, dependente do êxito do pedido de indenização - o que não se tem como cabível, segundo a jurisprudência dominante -, tem-se como prejudicado seu exame.
É oportuno registrar que não se trata de analisar o texto constitucional em recurso especial, mas questão de disciplina judiciária. Não se mostra razoável, sob o ponto de vista jurídico-processual, que não se observe expressiva orientação jurisprudencial firmada pelo Supremo Tribunal Federal a respeito de determinada matéria, sob o argumento de que não compete ao Superior Tribunal de Justiça a análise do texto constitucional.
A não-aplicação, desde logo, de jurisprudência consolidada oriunda da Suprema Corte revela-se em desfavor do princípio da celeridade processual. Sobrecarrega, de forma desnecessária, aquela colenda Corte, impondo-lhe o ônus de, mais uma vez, mediante recurso extraordinário, manifestar-se a respeito de matéria já iterativamente decidida, o que, à evidência, contribui, tão-somente, para a demora na solução do litígio.
Ante o exposto, **dou provimento** ao recurso especial, com fundamento no art. 557, 1º-A, do Código de Processo Civil, para restabelecer a sentença.
Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3836)

RECURSO ESPECIAL Nº 843.775 - RN (2006/0092415-9)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: JACQUELINE MAIA ROCHA BEZERRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PAULO EDUARDO MARQUES DA COSTA E OUTROS
ADVOGADO	: LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal.
Insurge-se o recorrente contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte que não conheceu de recurso de apelação, ao fundamento do descabimento de tal recurso contra sentença de homologação de cálculos.
O aresto recorrido foi assim ementado (fl. 274):

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - PAGAMENTO DE VENCIMENTOS COM ATRASO - DECISÃO QUE HOMOLOGOU CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO APRESENTADOS PELA PARTE EXEQÜENTE. APELAÇÃO. RECURSO INCABÍVEL. IMPOSSIBILIDADE DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. CABÍVEL RECURSO AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO CONHECIMENTO DO APELO.
1 - O Agravo de Instrumento é o recurso próprio contra a decisão que homologa os cálculos apresentados pelos exeqüentes.
2 - Inaplicabilidade do princípio da fungibilidade, na espécie, posto ausentes os requisitos da dúvida objetiva, inocorrência de erro grosseiro e tempestividade.
3 - Não conhecimento da apelação.

O recorrente alega, em suas razões de recurso especial, além de dissídio jurisprudencial, contrariedade ao art. 513 do CPC, que estabelece a apelação como recurso cabível contra sentença.
Contra-razões às fls. 288/290.
O recurso especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 292/293).
É o relatório.
O recorrente pretende, com fundamento no art. 513 do CPC, o reconhecimento da adequação de recurso de apelação contra sentença homologatória de cálculos.
O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento consolidado no sentido de que a apelação é o recurso cabível contra a sentença que homologa os cálculos da liqüidação. A propósito, os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. HOMOLOGAÇÃO DOS CÁLCULOS. SENTENÇA.
1. A alteração introduzida no art. 604, do CPC, pela Lei nº 8.898/94 não eliminou a necessidade de ser proferida sentença para pôr termo à liquidação (arts. 520, III e 611, do CPC), dando ensejo à abertura do processo de execução.
2. Da sentença que homologa o cálculo de liquidação, o recurso cabível é o de apelação. Precedentes.
3. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 211.602/DF, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ 7/2/00)

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. HOMOLOGAÇÃO DE CÁLCULOS. RECURSO CABÍVEL. APELAÇÃO. POSSIBILIDADE DA INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE ERRO GROSSEIRO. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA N.º 118/STJ. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO JUÍZO DA EXECUÇÃO.
1. A apelação é o recurso cabível contra a decisão de homologação de cálculos. Todavia, em face da existência de dúvida objetiva sobre o recurso cabível, deve ser aplicado o Princípio da Fungibilidade, permitindo a interposição do agravo de instrumento, sem que tal procedimento se configure erro grosseiro. Precedentes da Corte Especial.
2. Tendo sido publicada em 20/03/2000 (fl. 170-v) a decisão que homologou os cálculos da Contadoria Judicial, é de ser reconhecida a tempestividade da apelação protocolizada em 04/04/2000.
3. Recurso especial conhecido e provido, para determinar o retorno dos autos ao Juízo da execução para o regular processamento da apelação. (REsp 577.287/DF, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJ 5/9/05)

Ante o exposto, com fundamento no art. 557, § 1º, do CPC, **conheço** do recurso especial e **dou-lhe provimento** para reconhecer o cabimento do recurso de apelação e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem a fim de que seja apreciado o mérito da questão.
Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3837)

RECURSO ESPECIAL Nº 844.158 - DF (2006/0094062-0)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: ROGERIO MOREIRA
ADVOGADO	: LINO DE CARVALHO CAVALCANTE

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela UNIÃO, fundamentado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que entendeu serem devidos os honorários advocatícios fixados na sentença, não obstante acordo firmado entre as partes para fins de pagamento do reajuste de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento), porquanto realizado sem participação do advogado.
Embargos de declaração rejeitados.
Sustenta a recorrente violação ao art. 26, § 2º, do CPC, e à MP 2.226/01, que alterou o art. 6º da Lei 9.469/97, defendendo o não-pagamento dos honorários advocatícios relativos aos acordos celebrados.
Sem contra-razões.
Recurso especial admitido pelo Tribunal de origem.
O art. 3º da Medida Provisória 2.226, de 4/9/01, acrescentou o § 2º ao art. 6º da Lei 9.469, de 10/7/97, para determinar que, existindo acordo extrajudicial ou transação entre as partes, cada qual será responsável pelos honorários de seus respectivos advogados.
O Superior Tribunal de Justiça, ao interpretar referida modificação na legislação infraconstitucional, tem, de forma pacífica, entendido que as disposições contidas na mencionada medida provisória, por possuírem reflexos na esfera jurídico-material das partes, aplicam-se tão-somente aos acordos celebrados a partir de sua edição (REsp 704.781/SC, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ de

17/2/05; AgRg no REsp 671.708/SC, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ de 4/4/05; REsp 785.729/DF, de minha relatoria, Quinta Turma, DJ de 29/5/06).
Por conseguinte, havendo transação, ou acordo, sem anuência do profissional após a edição da MP 2.226, de 4/9/01, cada uma das partes será responsável pelo pagamento dos honorários de seus respectivos advogados, mesmo que tenham sido objeto de condenação transitada em julgado.
Quando o acordo, ou a transação, por sua vez, ocorre antes da edição de referida medida provisória, tem-se defendido a necessidade de repartição igualitária dos honorários advocatícios, por força do art. 26, § 2º, do CPC. Ocorre que tal regra não é aplicável aos honorários advocatícios, mas tão-somente às despesas processuais.
O *caput* e o § 1º do art. 26 do CPC referem-se especificamente a despesas e honorários quando trata da desistência ou reconhecimento do pedido, seja total ou parcial, enquanto seu § 2º discorre sobre a repartição igualitária das despesas, e não de honorários, quando há transação.
Nesse cenário, tem-se que, para os acordos celebrados antes do advento da Medida Provisória 2.226, de 4/9/01, tendo havido condenação, por sentença, ao pagamento de honorários advocatícios, incide a regra específica da Lei 8.906, de 4/7/94.
Com efeito, os honorários advocatícios incluídos na condenação constituem direito autônomo do advogado, que não pode ser afastado em razão de acordo firmado com o seu cliente e a parte contrária sem sua anuência, antes da edição da MP 2.226, de 4/9/01, para fins de pagamento do reajuste de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento). Por conseguinte, deve a parte condenada na sentença pagá-los (AgRg no EDcl no REsp 838.301/MG, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJ de 30/10/06; AgRg no REsp 846.918/MG, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ de 30/10/06).
Ante o exposto, **nego seguimento** ao recurso especial, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil.
Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3838)

RECURSO ESPECIAL Nº 844.932 - RN (2006/0091860-0)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: FRANCISCO IVO CAVALCANTI NETTO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CLEONE PEREIRA BEZERRA E OUTROS
ADVOGADO	: LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça da mesma unidade federativa assim ementado (fl. 147):

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. SENTENÇA QUE DEU PROCEDÊNCIA PARCIAL AO PEDIDO. PRELIMINAR DE CONHECIMENTO DA REMESSA NECESSÁRIA. REJEITADA. MÉRITO. INCIDÊNCIA DAS VANTAGENS PESSOAIS SOBRE O VALOR DO ABONO. POSSIBILIDADE. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. JUSTIÇA GRATUITA. NÃO ISENÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. SUSPENSÃO DO PAGAMENTO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.
I - É assente o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido de que o abono tem natureza salarial, devendo incidir sobre o mesmo o cálculo das vantagens pessoais, não havendo que ser avaliado, pois, apenas sobre o valor do vencimento básico.
II - Os beneficiários da assistência judiciária gratuita, não têm o direito à isenção da condenação nas verbas de sucumbência, mas sim à suspensão do pagamento enquanto durar a situação de pobreza, pelo prazo máximo de cinco anos, findo o qual estará prescrita a obrigação.
III - Provimento parcial da apelação.

No acórdão objeto do recurso especial, o Tribunal de origem julgou parcialmente procedente ação na qual os recorridos, servidores públicos estaduais, buscam o pagamento de seus vencimentos com base no salário mínimo vigente e a incidência do abono pago pelo recorrente para complementação de sua remuneração no cálculo das vantagens pessoais.
Opostos embargos de declaração, foram rejeitados pelo acórdão de fls. 160/162.
Sustenta a parte recorrente ofensa aos arts. 267, I, 282, 286, 295, I, parágrafo único, e 535, II, do CPC e 1º do Decreto 20.910/32.
CLEONE PEREIRA BEZERRA e OUTROS apresentaram contra-razões (fls. 207/214).
Recurso especial admitido pelo Tribunal de origem (fls. 221/222).
Inicialmente, no que tange à alegada ofensa ao art. 535, II, do CPC, cumpre salientar que os embargos de declaração têm como objetivo sanear eventual obscuridade, contradição ou omissão existentes na decisão recorrida. Não há omissão no acórdão recorrido quando o Tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e precisa sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte. Nesse sentido: REsp 739.711/MG, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJ 14/12/06.
Quanto à prescrição, o Superior Tribunal de Justiça já teve a oportunidade de apreciar casos idênticos ao dos autos, tendo firmado entendimento no sentido de que, não tendo havido modificação na situação jurídica fundamental dos servidores públicos nem sido negado administrativamente o direito pleiteado, aplica-se a Súmula 85/STJ. Nesse sentido: REsp 868.321/RN, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJ 11/9/07; REsp 838.243/RN, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ de 7/6/06; e REsp 777.186/RN, Rel. Min. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, DJ de 30/05/06.
Por fim, com relação aos demais dispositivos legais tidos por violados, verifico que eles não foram debatidos no acórdão impugnado, e os embargos de declaração opostos pelo recorrente não visavam suprir tal omissão, o que atrai o óbice da Súmula 282/STF. Nesse sentido: AgRg no AG 570.461/RJ, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ de 14/6/04.
Ante o exposto, **nego seguimento** ao recurso especial, com base no art. 557, *caput*, do CPC.
Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3839)

RECURSO ESPECIAL Nº 845.960 - RS (2006/0109521-0)

RELATORA	**: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)**
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO	: AIRTON CUNHA DA ROSA (PRESO)
ADVOGADO	: NESY MARINA RAMOS - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, contra o v. acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça gaúcho, que deu provimento ao agravo em execução manejado pelo recorrido, a fim de conceder-lhe a progressão de regime, do fechado para o semi-aberto. O aresto hostilizado restou assim ementado:

DIREITO PENITENCIÁRIO. PROGRESSÃO DE REGIME. REQUISITOS À CONCESSÃO.
- A nova redação do artigo 112 da LEP está a exigir, à progressão de regime, unicamente a implementação temporal e o bom comportamento carcerário.
- Exigir outros requisitos - o superado "mérito" - é agredir a legalidade contra o apenado, o que não se admite.
- Agravo provido para conceder progressão de regime (unânime). (fls. 119).

Em seu recurso, o *Parquet* estadual alega negativa de vigência aos arts. 112, § 2º, da Lei 7.210/84 e 83, III, do CP. Aduz, em síntese, que, por uma interpretação sistemática, conquanto a Lei 10.792/2003 tenha modificado a redação do art. 112, § 2º, da LEP, ainda se faz necessária a realização do exame criminológico para fins de aferição do requisito subjetivo concernente à progressão prisional (fls. 129/138).
Contra-razões às fls. 140/146.
A Subprocuradoria-Geral da República manifestou-se pelo desprovimento do recurso (fls. 159/162).
Decido:
Inicialmente, impende ressaltar que o recurso especial preenche os requisitos genéricos de admissibilidade, bem como foi atendido o requisito do prequestionamento, pelo que o apelo excepcional merece conhecimento.
No mérito, o cerne da controvérsia gira em torno da exigência do exame criminológico para verificação do requisito subjetivo indispensável à concessão de benefícios da execução penal.
A nova redação do art. 112 da Lei de Execuções Penais, conferida pela Lei 10.792/2003, deixou de exigir a submissão do condenado a exame criminológico, sem, contudo, afastar a possibilidade do Magistrado da Vara de Execuções Penais determinar a sua realização se assim entender necessário para a formação de seu convencimento.
Nesse sentido, o entendimento do Supremo Tribunal Federal:

CRIME HEDIONDO OU DELITO A ESTE EQUIPARADO - IMPOSIÇÃO DE REGIME INTEGRALMENTE FECHADO - INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º DO ART. 2º DA LEI Nº 8.072/90 - PROGRESSÃO DE REGIME - ADMISSIBILIDADE - EXIGÊNCIA, CONTUDO, DE PRÉVIO CONTROLE DOS DEMAIS REQUISITOS, OBJETIVOS E SUBJETIVOS, A SER EXERCIDO PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO (LEP, ART. 66, III, 'B'), EXCLUÍDA, DESSE MODO, EM REGRA, NA LINHA DA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE (RTJ 119/668 - RTJ 125/578 - RTJ 158/866 - RT 721/550), A POSSIBILIDADE DE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, EXAMINANDO PRESSUPOSTOS DE ÍNDOLE SUBJETIVA NA VIA SUMARÍSSIMA DO 'HABEAS CORPUS', DETERMINAR O INGRESSO IMEDIATO DO SENTENCIADO EM REGIME PENAL MENOS GRAVOSO - **RECONHECIMENTO, AINDA, DA POSSIBILIDADE DE O JUIZ DA EXECUÇÃO ORDENAR, MEDIANTE DECISÃO FUNDAMENTADA, A REALIZAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO - IMPORTÂNCIA DO MENCIONADO EXAME NA AFERIÇÃO DA PERSONALIDADE E DO GRAU DE PERICULOSIDADE DO SENTENCIADO (RT 613/278) - EDIÇÃO DA LEI Nº 10.792/2003, QUE DEU NOVA REDAÇÃO AO ART. 112 DA LEP - DIPLOMA LEGISLATIVO QUE, EMBORA OMITINDO QUALQUER REFERÊNCIA AO EXAME CRIMINOLÓGICO, NÃO LHE VEDA A REALIZAÇÃO, SEMPRE QUE JULGADA NECESSÁRIA PELO MAGISTRADO COMPETENTE - CONSEQÜENTE LEGITIMIDADE JURÍDICA DA ADOÇÃO, PELO PODER JUDICIÁRIO, DO EXAME CRIMINOLÓGICO** (RT 832/676 - RT 836/535 - RT 837/568) - PRECEDENTES - 'HABEAS CORPUS' DEFERIDO, EM PARTE (HC 88.052/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJ 28/04/2006).

In casu, entretanto, o Juízo monocrático determinou a realização de exame criminológico sem ter motivado a sua necessidade (fls. 78-v). O Tribunal *a quo*, a seu turno, dispensou a aludida avaliação asseverando o preenchimento, pelo apenado, dos requisitos objetivos e subjetivos exigidos para a espécie, de sorte que ele faria jus à progressão de regime prisional.
Desta feita, constata-se que o acórdão recorrido está em harmonia com a jurisprudência dominante desta Corte Superior, uma vez que o exame criminológico, anteriormente indispensável para se aferir o preenchimento do requisito subjetivo exigido para a concessão de benefícios, após o advento da nova legislação, tornou-se procedimento excepcional, a exigir, por isso mesmo, a efetiva fundamentação por parte do Magistrado das Execuções Penais a respeito de sua real necessidade, o que não foi feito no caso em tela. Sob esse prisma, vale colacionar os seguintes precedentes:

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. BOM COMPORTAMENTO COMPROVADO. ART. 112 DA LEP NA REDAÇÃO CONFERIDA PELA LEI 10.792/03.
1. A Lei n.º 10.792/03, ao dar nova redação ao art. 112 da Lei de Execuções Penais, afastou a exigência do parecer da Comissão Técnica de Classificação e a submissão do condenado a exame criminológico, para a concessão progressão do regime prisional.
2. Assim, possuindo o julgador elementos bastantes de convicção, é suficiente para a concessão da progressão de regime que o condenado tenha cumprido 1/6 (um sexto) de sua pena e possua bom comportamento, atestado pelo diretor do estabelecimento prisional.
3. Recurso especial não conhecido (REsp 810.234/RS, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJ 13.11.2006).

CRIMINAL. RESP. PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL. ART. 112 DA LEP NA REDAÇÃO CONFERIDA PELA LEI 10.792/03. EXAME CRIMINOLÓGICO. PRESCINDIBILIDADE. ATESTADO DE BOA CONDUTA CARCERÁRIA. RECURSO DESPROVIDO.
I. A nova redação do art. 112 da Lei de Execuções Penais, conferida pela Lei 10.792/03, deixou de exigir a submissão do condenado a exame criminológico, anteriormente imprescindível para fins de progressão do regime prisional, sem, no entanto, retirar do Juiz a faculdade de requerer sua realização quando, de forma fundamentada e excepcional, entender absolutamente necessária sua confecção para a formação de seu convencimento. Precedente do STF.
II. O exame criminológico, além de ser um recurso excepcional, não pode ser considerado isoladamente como fator para a denegação do benefício.
III. Hipótese em que o Juízo de Execuções, indeferiu o pedido de realização de exame criminológico, entendendo-o desnecessário e, ainda, ser suficiente, para a análise do pedido, que conste o atestado de boa conduta carcerária emitido pelo administrador do presídio no qual se encontra o recorrido.
IV. Acórdão recorrido que, mantendo o entendimento monocrático, não merece reforma.
V. Recurso desprovido (REsp 849.150/RS, Rel. Min. GILSON DIPP, DJ 09.10.2006).

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. NECESSIDADE DE EXAME CRIMINOLÓGICO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. AUSÊNCIA.
1. À luz da nova redação do art. 112 da LEP, somente se exige o exame criminológico quando se apurar a sua necessidade, a qual deverá ser demonstrada por meio de dados concretos, não bastando a referência à gravidade do delito.
2. Ordem concedida para restabelecer a decisão do Juiz da Vara das Execuções Penais que deferiu a progressão de regime, com amparo em atestado de boa conduta carcerária emitido pelo diretor do estabelecimento penitenciário (HC 61.792/SP, Rel. para acórdão Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJ 10.09.2007).

Ante o exposto, com fundamento no art. 557 do CPC, nego seguimento ao presente recurso especial.
Publique-se.
Intime-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)
Relatora

(3840)

RECURSO ESPECIAL Nº 849.784 - RS (2006/0092762-2)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: ROQUE MARINO PASTERNAK E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOSÉ ANTONIO RODRIGUES DOS SANTOS
ADVOGADO	: DANIEL FERNANDO NARDAO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, fundamentado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal contra acórdão do Tribunal de Justiça da mesma unidade federativa assim ementado (fl. 80):

ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA, EM FACE DE NOVO DIPLOMA LEGAL, EM CIRCUNSTÂNCIAS MAIS FAVORÁVEIS AOS SERVIDORES EM ATIVIDADE. PRESCRIÇÃO APENAS DAS PARCELAS ANTERIORES AO QÜINQÜÊNIO DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO.
1. A prescrição incide apenas nos termos da Súmula 85/STJ, não havendo falar em prescrição do fundo de direito quando se trata de prestações de trato sucessivo. Possibilidade de avaliação do mérito propriamente dito por força do § 3º do artigo 515 do CPC.
2. Necessidade de extensão das vantagens do cargo e remuneratória aos inativos, na mesma situação. Interpretação do art. 58 da Lei Complementar nº 10.990/97 em face da Constituição Federal, art. 40, § 8º. Vantagem posta genericamente a todo servidor militar, independentemente do cumprimento de requisitos específicos. Solução que não altera os proventos fere o dispositivo na Carta Federal.
3. APELAÇÃO PROVIDA.

Sustenta o recorrente, além de dissídio jurisprudencial, violação ao art. 1º do Decreto 20.910/32, defendendo a prescrição do próprio fundo de direito.
Sem contra-razões.
Recurso especial admitido pelo Tribunal de origem.
O Superior Tribunal de Justiça já teve a oportunidade de se manifestar em casos idênticos ao dos autos, tendo firmado o entendimento no sentido de que a reclassificação de postos determinada pela Lei Estadual 10.990/97 importou em concessão de aumento aos policiais militares do Estado do Rio Grande do Sul, configurando relação de trato sucessivo, que se renova mês a mês, sendo o caso de incidência do disposto na Súmula 85/STJ (AgRg no REsp 795.316/RS, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ 10/4/06; AgRg no REsp 887.680/RS, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ 26/3/07).
Ante o exposto, **nego seguimento** ao recurso especial, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil.
Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3841)

RECURSO ESPECIAL Nº 849.914 - RN (2006/0104250-0)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: FRANCISCO WILKIE REBOUÇAS CARGAS JÚNIOR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ROSALITA MENDES DOS SANTOS E OUTROS
ADVOGADO	: FÁBIO CUNHA ALVES DE SENA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça da mesma unidade federativa assim ementado (fls. 162/163):

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTE OS PEDIDOS FORMULADOS À INICIAL. MÉRITO. INCIDÊNCIA DAS VANTAGENS PESSOAIS SOBRE A PARCELA DO ABONO. POSSIBILIDADE. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DA TAXA DE JUROS DE 0,5% AO MÊS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. JUSTIÇA GRATUITA. NÃO ISENÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. SUSPENSÃO DO PAGAMENTO. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.
I - É assente o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido de que o abono tem natureza salarial, devendo incidir sobre o mesmo o cálculo das vantagens pessoais, não havendo que ser avaliado, pois, apenas sobre o valor do vencimento básico.
II - Tendo sido proposta a ação em data posterior à vigência da MP 2.180-35/2001, que acrescentou o art. 1º-F à Lei n.º 9.494/97, e sendo sucumbente a Fazenda Pública, incidem-se os juros moratórios no percentual de 0,5% (meio por cento) ao mês.
III - Os beneficiários da assistência judiciária gratuita, não têm o direito à isenção da condenação nas verbas de sucumbência, mas sim à suspensão do pagamento enquanto durar a situação de pobreza, pelo prazo máximo de cinco anos, findo o qual estará prescrita a obrigação.
IV - Conhecimento e provimento parcial da apelação.

No acórdão objeto do recurso especial, o Tribunal de origem julgou parcialmente procedente ação na qual os recorridos, servidores públicos estaduais, buscam o pagamento de seus vencimentos com base no salário mínimo vigente e a incidência do abono pago pelo recorrente para complementação de sua remuneração no cálculo das vantagens pessoais.
Opostos embargos de declaração, foram rejeitados pelo acórdão de fls. 172/175.
Sustenta a parte recorrente ofensa ao art. 535, II, do CPC, por não terem sido acolhidos os embargos opostos para sanar omissão referente à aplicação da legislação pertinente.
ROSALITA MENDES DOS SANTOS e OUTROS apresentaram contra-razões (fls. 191/201).
Recurso especial admitido pelo Tribunal de origem (fls. 211/212).
No que tange ao dispositivo legal tido por violado, cumpre salientar que os embargos de declaração têm como objetivo sanear eventual obscuridade, contradição ou omissão existentes na decisão recorrida. Não há omissão no acórdão recorrido quando o Tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e precisa sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte. Nesse sentido: REsp 739.711/MG, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJ 14/12/06.
Ante o exposto, **nego seguimento** ao recurso especial, com base no art. 557, *caput*, do CPC.
Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3842)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 850.383 - PR (2007/0003357-1)

RELATOR	**: MINISTRO FELIX FISCHER**
AGRAVANTE	: ANTÔNIO PITOL
ADVOGADO	: CESÁRIO MARINELLI JÚNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por ANTÔNIO PITOL contra r. decisão que negou seguimento ao recurso especial interposto.
No apelo nobre, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea **a**, da Constituição Federal, alega violação ao art. 381, incisos II e III do Código de Processo Penal, aduzindo, em suma, que as teses defensivas não foram devidamente apreciadas pelo e. Tribunal **a quo**.
O agravo não merece provimento.
Esta Corte já formou orientação no sentido de que não há nulidade no édito condenatório que abraça tese diametralmente oposta a da defesa e, dessa forma, não se vê obrigado a se manifestar sobre todos os pontos por ela suscitados, desde que implicitamente tenham sido rejeitados em razão da conclusão alcançada pelo órgão julgador. Nesse sentido, **v.g.**:

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 12, § 2º, III, E ART. 14 DA LEI Nº 6.368/76. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE APRECIAÇÃO DE TESE DEFENSIVA PELO V. ACÓRDÃO CONDENATÓRIO. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE.
I - "Não se tem como omissa a sentença condenatória que, embora não se referindo, expressamente, a tese da defesa, fundamenta a condenação com base nos elementos probatórios reputados válidos para caracterizar o crime narrado na denúncia e sua autoria. Embora seja necessário que o Magistrado aprecie todas as teses ventiladas pela defesa, torna-se despiciendo a menção expressa a cada uma das alegações se, pela própria decisão condenatória, resta claro que o Julgador adotou posicionamento contrário." (STJ, RHC 12842/PR, 5ª Turma, Rel. Min. Gilson Dipp, DJU de 29/09/2003).
II - (...)
Writ denegado.
(HC 50211/RJ, **5ª Turma**, de minha relatoria, DJ de 14/08/2006)
Com efeito, examinando-se os vv. acórdãos proferidos tanto em sede de apelação quanto de embargos de declaração, nota-se que o e. Tribunal de origem procedeu nos limites aqui delineados. Ou seja, a rejeição das teses defensivas ocorreu inegavelmente por ter aquela Corte firmado entendimento diametralmente opostos ao sustentado pelo defesa.
De outro lado, é nítido, em algumas passagens do apelo nobre, o intuito do recorrente de ver apreciada em sede especial o reexame do material probatório, procedimento incompatível com a via eleita, a teor do disposto na Súmula 07 desta Corte.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
P. e I.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO FELIX FISCHER
Relator

(3843)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 851.585 - MT (2006/0271025-8)

RELATORA	**: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)**
AGRAVANTE	: SAIDE JOSÉ NASSARDEN
ADVOGADO	: JOÃO OTONIEL DE MATOS
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por SAIDE JOSÉ NASSARDEN contra decisão que, na origem, não admitiu seu recurso especial.
O Ministério Público Federal manifestou-se, opinando pelo não-conhecimento do recurso.
É o breve relatório.
O agravo de instrumento em exame esbarra em óbice formal intransponível, decorrente da falta de traslado das peças obrigatórias, enumeradas no artigo 544, § 1º, do Código de Processo Civil.
Tal ausência implica juízo negativo de admissibilidade do recurso, conforme disposto na referida norma processual, constituindo ônus do agravante a correta formação do instrumento.
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)
Relatora

(3844)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 852.497 - MS (2006/0282900-4)

RELATORA	**: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)**
AGRAVANTE	: ADEMAR FERREIRA DOS SANTOS JÚNIOR
ADVOGADO	: EWERTON BELLINATI DA SILVA
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por ADEMAR FERREIRA DOS SANTOS JÚNIOR contra decisão que, na origem, não admitiu seu recurso especial.
O Ministério Público Federal manifestou-se, opinando pelo não-conhecimento do recurso.
É o breve relatório.
O agravo de instrumento em exame esbarra em óbice formal intransponível, decorrente da falta de traslado das peças obrigatórias, enumeradas no artigo 544, § 1º, do Código de Processo Civil.
Tal ausência implica juízo negativo de admissibilidade do recurso, conforme disposto na referida norma processual, constituindo ônus do agravante a correta formação do instrumento.
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)
Relatora

(3845)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 852.977 - GO (2007/0005147-9)

RELATORA	**: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)**
AGRAVANTE	: ELCIMAR PABLO DA SILVA
ADVOGADO	: LUIZ FERNANDO VILELA E OUTRO
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por ELCIMAR PABLO DA SILVA contra decisão que, na origem, não admitiu seu recurso especial.
O Ministério Público Federal manifestou-se, opinando pelo não-conhecimento do recurso.
É o breve relatório.
O agravo de instrumento em exame esbarra em óbice formal intransponível, decorrente da falta de traslado das peças obrigatórias, enumeradas no artigo 544, § 1º, do Código de Processo Civil.
Tal ausência implica juízo negativo de admissibilidade do recurso, conforme disposto na referida norma processual, constituindo ônus do agravante a correta formação do instrumento.
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)
Relatora

(3846)

RECURSO ESPECIAL Nº 857.051 - RS (2006/0138482-0)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: BENTO ALVES TRIUNFANTE E OUTROS
ADVOGADO	: MARCELO LIPERT E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela UNIÃO, fundamentado no art. 105, III, "a" e "c" da Constituição Federal contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que, em embargos à execução de demanda que concedeu a servidores públicos o resíduo de 3,17%, fixou juros moratórios no percentual de 12% (doze por cento) ao ano.
Sustenta a recorrente, além de divergência jurisprudencial, violação ao art. 1º-F da Lei 9.494/97, defendendo juros de mora no percentual de 6% (seis por cento) ao ano.
Contra-razões apresentadas.
Recurso especial admitido pelo Tribunal de origem.
No âmbito da jurisprudência do STJ, apresentava-se pacífico o entendimento segundo o qual, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas de natureza alimentar a servidores públicos, deveria ser observado o percentual de 12% (doze por cento) ao ano, por incidência do disposto no art. 3º do Decreto-Lei 2.322/87 (REsp 552.437/SC, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ de 15/12/03; REsp 240.407/SP, Rel. Min. EDSON VIDIGAL, Quinta Turma, DJ 19/6/00). No entanto, sobreveio a Medida Provisória 2.180-35, de 24/8/01, que acrescentou à Lei 9.494/97 o seguinte dispositivo:

Art. 1º-F. Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servi-

dores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano.

Diante dessa modificação na legislação infraconstitucional, esta Corte tem entendido que as disposições contidas na Medida Provisória 2.180-35/01, por terem natureza de norma instrumental, com reflexos na esfera jurídico-material das partes, somente são aplicáveis aos casos ajuizados posteriormente à sua vigência, ou seja, 24/8/2001. Nesse sentido: AgRg no REsp 600.538/RS, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 25/10/2004, p. 412; REsp 572.790/SC, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 9/12/2003, p. 339.

No presente caso, a ação ordinária foi ajuizada em 1996. Assim, não merece prosperar a pretensão do recorrente de reduzir os juros moratórios para o percentual de 6% (seis por cento) ao ano, nos termos do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela MP 2.180-35/01.

Ante o exposto, **nego seguimento** ao recurso especial, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil.

Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3847)

RECURSO ESPECIAL Nº 857.439 - RN (2006/0119391-6)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: CÁSSIO CARVALHO CORREIA DE ANDRADE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: SÔNIA MARIA GURGEL DE MENEZES E OUTROS
ADVOGADO	: VICENTE VENANCIO DE OLIVEIRA E OUTRO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça da mesma unidade federativa assim ementado (fl. 98):

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINAR DE RECONHECIMENTO DA REMESSA NECESSÁRIA. REJEIÇÃO. MÉRITO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. ABONO. COMPLEMENTAÇÃO DA REMUNERAÇÃO COMO FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO. CONSTITUCIONALIDADE. VANTAGENS PESSOAIS. INCIDÊNCIA. INTEGRAÇÃO DO ABONO NA BASE DE CÁLCULO. POSSIBILIDADE. JUROS DE MORA FIXADOS NO PATAMAR DE 0,5% (MEIO POR CENTO) AO MÊS. APELO IMPROVIDO.

No acórdão objeto do recurso especial, o Tribunal de origem julgou parcialmente procedente ação na qual os recorridos, servidores públicos estaduais, buscam o pagamento de seus vencimentos com base no salário mínimo vigente e a incidência do abono pago pelo recorrente para complementação de sua remuneração no cálculo das vantagens pessoais.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitado pelo acórdão de fls. 108/110.

Sustenta a parte recorrente ofensa aos arts. 475, I, § 3º, e 535, II, do CPC.

SÔNIA MARIA GURGEL DE MENEZES e OUTROS não apresentaram contra-razões (fl. 149).

O recurso especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 150/151).

É o relatório.

Inicialmente, cumpre salientar que os embargos de declaração têm como objetivo sanear eventual obscuridade, contradição ou omissão existentes na decisão recorrida. Não há omissão no acórdão recorrido quando o Tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e precisa sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte. Nesse sentido: REsp 739.711/MG, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJ 14/12/06.

Na hipótese, as razões que levaram o Tribunal *a quo* a julgar parcialmente procedente a ação proposta pelos recorridos encontram-se devidamente fundamentadas no acórdão impugnado. Assim, não vislumbro a alegada ofensa ao art. 535, II, do CPC.

Já no que se refere à alegada afronta ao art. 475, I e § 3º, do CPC, tendo o recorrente interposto recurso voluntário, restou suprida a necessidade do reexame necessário, mormente quando toda matéria controvertida foi devolvida e apreciada pelo Tribunal de origem. Nesse sentido: AgRg no REsp 833.226/RN, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ 9/10/06.

Ante o exposto, com fundamento no art. 557, *caput*, do CPC, **nego seguimento** ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3848)

RECURSO ESPECIAL Nº 860.863 - RN (2006/0126760-9)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: JOSÉ FERNANDES DINIZ JÚNIOR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA DE FÁTIMA MOREIRA PENHA
ADVOGADO	: FRANCISCO FONTES NETO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte assim ementado (fl. 120):

PROCESSO CIVIL - AGRAVO INTERNO - EMBARGOS À EXECUÇÃO - CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO INICIADA NOS TERMOS DO ART. 604 DO CPC - AUSÊNCIA DE PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO - DECISÃO QUE NÃO EXTINGUE O PROCESSO DE EXECUÇÃO - CABÍVEL AGRAVO DE INSTRUMENTO - APLICAÇÃO DO ART. 557, § 1º DO CPC - FACULDADE DO RELATOR DIANTE DE JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO TRIBUNAL OU DE TRIBUNAL SUPERIOR SOBRE A MATÉRIA. PRECEDENTES DA TERCEIRA CÂMARA E DESTE TRIBUNAL - AGRAVO INTERNO CONHECIDO E IMPROVIDO.

No acórdão objeto do recurso especial, o Tribunal de origem, por entender que o recurso cabível de decisão que homologa cálculos em execução é o agravo de instrumento, não conheceu da apelação interposta pelo recorrente de sentença que julgou improcedentes embargos do devedor opostos por ele.

A parte recorrente sustenta, além de divergência jurisprudencial, ofensa ao art. 513 do CPC.

MARIA DE FÁTIMA MOREIRA PENHA apresentou contra-razões (fl. 136).

O recurso especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 137/138).

É o relatório.

Com razão o recorrente. Ao contrário do que fora decidido pelo Tribunal de origem, a hipótese dos autos não é de decisão que homologa cálculos de execução, mas sim de sentença que julga improcedentes embargos do devedor, pelo que correta a interposição de apelação, conforme disposto nos arts. 513, 520, V, e 740 do CPC.

Ademais, mesmo que se tratasse de decisão homologatória de cálculos em liquidação de sentença, é firme o entendimento no Superior Tribunal de Justiça no sentido de que em tais casos a apelação é o recurso cabível. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. HOMOLOGAÇÃO DE CÁLCULOS. RECURSO CABÍVEL. APELAÇÃO. POSSIBILIDADE DA INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE ERRO GROSSEIRO. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA N.º 118/STJ. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO JUÍZO DA EXECUÇÃO.

1. A apelação é o recurso cabível contra a decisão de homologação de cálculos. Todavia, em face da existência de dúvida objetiva sobre o recurso cabível, deve ser aplicado o Princípio da Fungibilidade, permitindo a interposição do agravo de instrumento, sem que tal procedimento se configure erro grosseiro. Precedentes da Corte Especial.

2. Tendo sido publicada em 20/03/2000 (fl. 170-v) a decisão que homologou os cálculos da Contadoria Judicial, é de ser reconhecida a tempestividade da apelação protocolizada em 04/04/2000.

3. Recurso especial conhecido e provido, para determinar o retorno dos autos ao Juízo da execução para o regular processamento da apelação. (REsp 577.287/DF, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJ 5/9/05)

Ante o exposto, com fundamento no art. 557, § 1º, do CPC, **conheço** do recurso especial e **dou-lhe provimento** para reconhecer o cabimento do recurso de apelação e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem a fim de que seja apreciado o mérito da questão.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3849)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 861.327 - RS (2007/0018580-0)

RELATOR	**: MINISTRO FELIX FISCHER**
AGRAVANTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AGRAVADO	: LUCIMAR DE PAULA DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADO	: LUIZ ALFREDO SCHUTZ - DEFENSOR PÚBLICO E OUTROS

DECISÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL interpõe agravo de instrumento, em face de r. decisão que negou seguimento a recurso especial interposto com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas **a e c,** da **Lex Fundamentalis**, contra v. acórdão prolatado pelo e. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Alega o recorrente, nas razões do apelo nobre, contrariedade ao artigo 112 da Lei nº 7.210/84. Sustenta, de início, a necessidade de realização de laudo criminológico para viabilizar a progressão de regime carcerário. Ademais, afirma que, na hipótese dos autos, não restou cumprido o requisito subjetivo para concessão da benesse.

A douta Subprocuradoria-Geral da República, às fls. 75/80, se manifestou pelo provimento do agravo.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, cumpre ressaltar que para a concessão do benefício da progressão de regime, deve o acusado preencher os requisitos de natureza objetiva (lapso temporal) e subjetiva (bom comportamento carcerário), nos termos do art. 112, da LEP, com redação dada pela Lei nº 10.792/2003, podendo o Magistrado, **excepcionalmente**, determinar a realização do exame criminológico, diante das peculiaridades da causa, **desde que** o faça em decisão concretamente fundamentada (cf. **HC 88052/DF**, Rel. Ministro **Celso de Mello**, DJ de 28/04/2006).

Dessa forma, muito embora a nova redação do art. 112 da Lei de Execução Penal não mais exija o exame criminológico, esse **pode** ser realizado, se o Juízo da Execução, diante das peculiaridades da causa, assim o entender, servindo de base para o deferimento ou indeferimento do pedido. **Em outras palavras**, é possível dizer que, mesmo com a nova redação dada ao art. 112 da LEP pela Lei nº 10.792/03, o exame criminológico pode ser ainda requisitado pelo magistrado, quando este o achar necessário e, sempre, de forma, fundamentada (art. 93, IX da CF).

Veja-se, oportunamente, o que consta do art. 112 da LEP, com sua nova redação, dada pela Lei n.º 10.792/93:

"Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão.
§ 1º A decisão será sempre motivada e precedida de manifestação do Ministério Público e do defensor.
§ 2º Idêntico procedimento será adotado na concessão de livramento condicional, indulto e comutação de penas, respeitados os prazos previstos nas normas vigentes."

Tal entendimento, aliás, foi recentemente corroborado pelo **Pretório Excelso**, no julgamento do **HC 86.631/PR**, conforme se depreende do seguinte excerto do **Informativo-STF nº 439**, **verbis**:

"Entendeu-se que o aludido art. 112 da LEP, em sua nova redação, admite a realização facultativa do exame criminológico, desde que fundamentada e quando necessária à avaliação do condenado e de seu mérito para a promoção a regime mais brando. Ressaltou-se, ainda, que esse exame pode ser contestado, nos termos do § 1º do próprio art. 112, o qual prevê a instauração de contraditório sumário. A partir de interpretação sistemática do ordenamento (CP, art. 33, § 2º e LEP, art. 8º), concluiu-se, que a citada alteração não objetivou a supressão do exame criminológico para fins de progressão do regime, mas, ao contrário, introduziu critérios norteadores à decisão do juiz para dar concreção ao princípio da individualização da pena. Vencido o Min. Marco Aurélio que deferia o ***writ*** *por considerar não ter havido modificação substancial das exigências legais para a concessão de tal benefício. HC 86631/PR, rel. Min. Ricardo Lewandowski, 5.9.2006. (HC-86631)".*

Destaco, ademais, o seguinte precedente do **c. Supremo Tribunal Federal**:

"CRIMINOLÓGICO, NÃO LHE VEDA A REALIZAÇÃO, SEMPRE QUE JULGADA NECESSÁRIA PELO MAGISTRADO COMPETENTE - CONSEQÜENTE LEGITIMIDADE JURÍDICA DA ADOÇÃO, PELO PODER JUDICIÁRIO, DO EXAME CRIMINOLÓGICO (RT 832/676 - RT 836/535 - RT 837/568) - PRECEDENTES - "HABEAS CORPUS" DEFERIDO, EM PARTECRIME HEDIONDO OU DELITO A ESTE EQUIPARADO - IMPOSIÇÃO DE REGIME INTEGRALMENTE FECHADO - INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º DO ART. 2º DA LEI Nº 8.072/90 - PROGRESSÃO DE REGIME - ADMISSIBILIDADE - EXIGÊNCIA, CONTUDO, DE PRÉVIO CONTROLE DOS DEMAIS REQUISITOS, OBJETIVOS E SUBJETIVOS, A SER EXERCIDO PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO (LEP, ART. 66, III, "B"), EXCLUÍDA, DESSE MODO, EM REGRA, NA LINHA DA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE (RTJ 119/668 - RTJ 125/578 - RTJ 158/866 - RT 721/550), A POSSIBILIDADE DE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, EXAMINANDO PRESSUPOSTOS DE ÍNDOLE SUBJETIVA NA VIA SUMARÍSSIMA DO "HABEAS CORPUS", DETERMINAR O INGRESSO IMEDIATO DO SENTENCIADO EM REGIME PENAL MENOS GRAVOSO - RECONHECIMENTO, AINDA, DA POSSIBILIDADE DE O JUIZ DA EXECUÇÃO ORDENAR, MEDIANTE DECISÃO FUNDAMENTADA, A REALIZAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO - IMPORTÂNCIA DO MENCIONADO EXAME NA AFERIÇÃO DA PERSONALIDADE E DO GRAU DE PERICULOSIDADE DO SENTENCIADO (RT 613/278) - EDIÇÃO DA LEI Nº 10.792/2003, QUE DEU NOVA REDAÇÃO AO ART. 112 DA LEP - DIPLOMA LEGISLATIVO QUE, EMBORA OMITINDO QUALQUER REFERÊNCIA AO EXAME CRIMINOLÓGICO, NÃO LHE VEDA A REALIZAÇÃO, SEMPRE QUE JULGADA NECESSÁRIA PELO MAGISTRADO COMPETENTE - CONSEQÜENTE LEGITIMIDADE JURÍDICA DA ADOÇÃO, PELO PODER JUDICIÁRIO, DO EXAME CRIMINOLÓGICO (RT 832/676 - RT 836/535 - RT 837/568) - PRECEDENTES - "HABEAS CORPUS" DEFERIDO, EM PARTE"

(**HC** 88005/SP, **2ª Turma**, Rel. Min. **Celso de Mello**, DJU de 09/06/2006).

E, **desta Corte**:

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. REGIME INICIAL SEMI-ABERTO. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. CONSTATAÇÃO DE ESTAR PREENCHIDO O REQUISITO SUBJETIVO PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO. EXIGÊNCIA DE EXAME CRIMINOLÓGICO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM POR SE TRATAR DE CRIME VIOLENTO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ORDEM CONCEDIDA.
1. O advento da Lei nº 10.792/03 tornou prescindíveis os exames periciais antes exigidos para a concessão da progressão de regime prisional e do livramento condicional, bastando, para os aludidos benefícios, a satisfação dos requisitos objetivo - temporal - e subjetivo - atestado de bom comportamento carcerário, firmado pelo diretor do estabelecimento prisional.
2. O Supremo Tribunal Federal, todavia, em recente julgamento (HC 88.052/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJ de 28/4/06), afirmou que "Não constitui demasia assinalar, neste ponto, não obstante o advento da Lei nº 10.792/2003, que alterou o art. 112 da LEP - para dele excluir a referência ao exame criminológico -, que nada impede que os magistrados determinem a realização de mencionado exame, quando o entenderem necessário, consideradas as eventuais peculiaridades do caso, desde que o façam, contudo, em decisão adequadamente motivada" (sem grifos no original).
3. No caso dos autos, o Juízo executor da sentença, entendendo preenchidos os requisitos objetivo e subjetivo, determinou a progressão do paciente ao regime aberto.
4. O Tribunal de origem deu provimento ao recurso em agravo em execução do Ministério Público estadual, determinando o retorno ao regime semi-aberto e a realização do exame criminológico em virtude de estar o "sentenciado cumprindo pena por crime violento - homicídio", não havendo, assim, fundamentação idônea a respaldar a exigência do exame pericial.
5. Ordem concedida para restabelecer a decisão do Juízo das Execuções Criminais da Comarca de Franco da Rocha.
(**HC** 73736/SP, **5ª Turma**, Rel Min. **Arnaldo Esteves Lima**, DJU de 11/06/2007).

*"CRIMINAL. **HC**. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. FALTA GRAVE. DECISÃO QUE OBSTOU O BENEFÍCIO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. AUSÊNCIA DA PEÇA ESSENCIAL À COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. ORDEM DENEGADA.*
I. Para a concessão do benefício da progressão de regime prisional, o apenado deve atender não apenas ao requisito objetivo, mas igualmente ao subjetivo, caracterizado pelo bom comportamento carcerário, conforme se infere do art. 112 da Lei de Execução Penal.
II. A prática de falta grave implica na interrupção do cômputo do período cumprimento da pena em regime mais gravoso exigido para a concessão da benesse, devendo ser reiniciada a contagem do referido prazo.
III. Hipótese que não evidencia qualquer ilegalidade ou insuficiência de fundamentação no acórdão recorrido a reclamar urgente saneamento, eis que motivada no não preenchimento dos requisitos indispensáveis à concessão da benesse.
IV. Para a verificação da procedência das alegações, no que tange à apontada natureza média da infração disciplinar imputada à apenada, seria imprescindível que a impetração estivesse acompanhada com cópia do decisum monocrático que indeferiu a inserção no regime prisional menos gravoso, motivo pelo qual não se pode avaliar a procedência das alegações.
V. Ordem denegada."
(**HC** 67299/SP, **5ª Turma**, Rel. Min. **Gilson Dipp**, DJU de 18/12/2006).

*"**HABEAS CORPUS**. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. AGRAVO EM EXECUÇÃO. BENEFÍCIO REVOGADO. REQUISITOS OBJETIVO E SUBJETIVO SATISFEITOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO EM VIRTUDE DA ALTERAÇÃO PROMOVIDA PELA LEI 10.792/03. ORDEM CONCEDIDA.*
1. O advento da Lei nº 10.792/03 tornou prescindíveis os exames periciais antes exigidos para a concessão da progressão de regime prisional e do livramento condicional, bastando, para os aludidos benefícios, a satisfação dos requisitos objetivo - temporal - e subjetivo - atestado de bom comportamento carcerário, firmado pelo diretor do estabelecimento prisional.
2. O Supremo Tribunal Federal, todavia, em recente julgamento (HC 88.052/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJ de 28/4/2006), afirmou que "Não constitui demasia assinalar, neste ponto, não obstante o advento da Lei nº 10.792/2003, que alterou o art. 112 da LEP - para dele excluir a referência ao exame criminológico -, que nada impede que os magistrados determinem a realização de mencionado exame, quando o entenderem necessário, consideradas as eventuais peculiaridades do caso, desde que o façam, contudo, em decisão adequadamente motivada" (sem grifos no original).
(...)"
(**HC** 45268/SP, **5ª Turma**, Rel. Min. **Arnaldo Esteves Lima**, DJU de 04/09/2006).

*"**HABEAS CORPUS**. PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. EXIGÊNCIA DE EXAME CRIMINOLÓGICO. LEI 10.792/03. DESNECESSIDADE. ORDEM CONCEDIDA.CONCESSÃO DA ORDEM PARA RESTABELECER O LIVRAMENTO CONDICIONAL.*
*1. **Após o advento da Lei 10.792/03, dando nova redação ao art. 112, da LEP, deixou-se de exigir a realização dos exames periciais, antes imprescindíveis, não importando, porém, em qualquer vedação à sua realização sempre que o juízo de execução considerar necessária**.*
2. Ordem concedida para, cassado o acórdão, restabelecer o benefício do livramento condicional."
(**HC** 38719/SP, **6ª Turma**, Rel. Min. **Hélio Quaglia Barbosa**, DJU de 05/09/2005).

Dessarte, a realização do exame criminológico, embora possível, não é obrigatória, de modo que sua dispensa não traduz hipótese de vulneração ao texto legal.
De outro lado, quanto à assertiva de que restou comprovada, segundo o apurado no exame realizado, a inaptidão do agravado para progredir de regime por não atender o critério subjetivo de bom comportamento carcerário, o acolhimento da pretensão do recorrente implicaria reexame da matéria fático-probatória, porquanto tais dados não se encontram delineados no v. acórdão atacado.
De fato, o e. Tribunal **a quo**, soberano na análise das circunstâncias fáticas da causa, concluiu que os requisitos necessários à progressão de regime, quais sejam, cumprimento de mais de 1/6 da pena e atestado do Diretor Prisional garantindo a conduta plenamente satisfatória, restaram devidamente preenchidos pelo agravado. Dessa forma, o inconformismo do recorrente, ora agravante, quanto à ausência de cumprimento do requisito subjetivo para progressão de regime, escapa ao alcance do recurso especial, por incidir em reexame de prova, o que é vedado em sede de recurso especial, na conformidade do que dispõe o **Enunciado da Súmula nº 07/STJ**, assim redigida: *"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"*.
Assim é o entendimento desta Corte:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTS. 12 E 14 DA LEI Nº 6.368/76. "CLORETO DE ETILA". SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE. CONFIGURAÇÃO DO DELITO PREVISTO NO ART. 14 DA LEI Nº 6.368/76. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7-STJ.
I - O cloreto de etila é substância entorpecente de porte para uso próprio e comércio clandestino proibidos pela Lei de Tóxicos.
*II - Não se conhece de recurso especial que, para o seu objetivo, exige o reexame da **quaestio facti** (Súmula nº 7 - STJ).*
Agravo regimental desprovido."
(AgRg no Ag 723983/MG, **5ª Turma**, de **minha relatoria**, DJU de 01/08/2006).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO PENAL. REQUISITOS DO ART. 44 DO CPP. REVOLVIMENTO DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO, MAS A QUE SE NEGA PROVIMENTO.
1. Somente poderiam ser exigidos os pressupostos elencados no art. 44 do CPP, se o agravado estivesse a indicar o cometimento de infrações por parte do agravante, o que não é o caso.
2. A questão acerca da prova produzida no decorrer da instrução enseja reexame de matéria fático-probatória.
3. Recurso a que se nega provimento."
(AgRg no Ag 706533/RJ, **6ª Turma**, Rel. Min. **Hélio Quaglia Barbosa**, DJU de 15/05/2006).

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
P. I.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FELIX FISCHER
Relator

(3850)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 868.441 - SP (2007/0058161-3)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: LUCIANA BUENO DE ARRUDA DA QUINTA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JUVENAL GOMES DO NASCIMENTO
ADVOGADO	: LUZIA APPARECIDA PEREZ

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS de decisão que não admitiu o recurso especial manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. O aresto recorrido julgou procedente o pedido de concessão de benefício de prestação continuada por entender que a renda familiar *per capita* do segurado é inferior ao estabelecido por lei.
Em seu especial, alega a parte ora agravante violação ao arts. 535, I, do CPC, 20 da Lei 8.742/93 e 28 da Lei 9.868/99. Sustenta, em síntese, que a renda do segurado supera o limite de 1/4 do salário mínimo, conforme preconizado em lei.
Decido.
Primeiramente, afasto a alegada violação ao art. 535, I, do CPC, tendo em vista que o aresto atacado não apresenta obscuridade a merecer reparo, havendo decidido o tema de forma clara, embora de modo contrário aos interesses do recorrente.
Quanto ao mais, convém transcrever o que registrou o acórdão recorrido (fls. 26/27):

No mais, o laudo médico pericial conclui que se trata de pessoa deficiente, incapacitada para a vida independente e para o trabalho, sendo portadora de epilepsia e retardo mental moderado (. 57/59).
.....
Na espécie, a parte autora vive, sob o mesmo teto, em companhia do pai e madrasta; logo este é o conjunto de pessoas que se entende por família a fim de que se possa apurar o preenchimento dos requisitos pelo interessado no benefício de prestação continuada.
Segundo depoimentos prestados, é inegável a situação de pobreza da família. A renda mensal familiar é formada pelos rendimentos de aposentadoria do genitor, no valor de um salário-mínimo (. 87/89).
O conjunto probatório demonstra não só o estado miserável em que vive a família, mais ainda dá a conhecer que o autor não tem meios de prover a própria subsistência e precisa de atenção permanente e especial (. 87/89).
.....
A regra legal sobre o limite de 1/4 (um quarto) do salário mínimo é constitucional, já o disse, aliás, o Supremo Tribunal Federal (ADIn. 1.232-1 DF). Todavia, como visto, o conjunto probatório mostra, na espécie, que a renda familiar mensal *per capita* é inferior ao limite legal, depois de descontar-se as despesas necessárias, relacionadas com a aquisição de medicamentos do pai e a necessidade de acompanhamento constante, que são os cuidados especiais de cada caso, insuscetíveis de previsão legal.

Como se vê, o Tribunal *a quo*, ante a análise dos elementos fáticos-probatórios carreados aos autos, concluiu pelo preenchimento do requisito da hipossuficiência. Inviável, assim, a reapreciação da matéria em razão do óbice do verbete sumular 7/STJ. A propósito, *mutatis mutandis*:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. ASSISTÊNCIA SOCIAL. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. REQUISITOS LEGAIS. ART. 20, § 3º, DA LEI Nº 8.742/93. REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. ART. 34, PARÁGRAFO ÚNICO, DO ESTATUTO DO IDOSO. NÃO INCIDÊNCIA. ANÁLISE DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL.
1. Se o v. acórdão hostilizado, com base no material cognitivo constante dos autos, consignou que a autora não faz jus ao benefício assistencial pleiteado, rever tal decisão implicaria reexame de prova, o que não é possível na instância incomum (Súmula 7-STJ).
.....
3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 868.590/SP, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ de 5/2/07)

Diante do exposto, **nego provimento** ao agravo de instrumento.
Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3851)

RECURSO ESPECIAL Nº 871.912 - AL (2006/0162077-1)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: RUI GAMELEIRA VAZ E OUTROS
ADVOGADO	: RICARDO ANDRÉ BANDEIRA MARQUES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: UNIÃO

DESPACHO

A teor da petição de fls. 369/373, consulte o eminente Ministro PAULO GALLOTTI sobre possível prevenção do presente feito em relação ao REsp 641.674/AL, de sua relatoria.
Cumpra-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3852)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 875.122 - MG (2007/0042717-9)

RELATORA	**: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)**
AGRAVANTE	: FLÁVIO RODRIGUES FERNANDES
ADVOGADO	: ANDREA ABRITTA GARZON TONET - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por FLÁVIO RODRIGUES FERNANDES contra decisão que, na origem, não admitiu seu recurso especial.
O Ministério Público Federal manifestou-se, opinando pelo não-conhecimento do recurso.
É o breve relatório.
O agravo de instrumento em exame esbarra em óbice formal intransponível, decorrente da falta de traslado das peças obrigatórias, enumeradas no artigo 544, § 1º, do Código de Processo Civil.
Tal ausência implica juízo negativo de admissibilidade do recurso, conforme disposto na referida norma processual, constituindo ônus do agravante a correta formação do instrumento.
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)
Relatora

(3853)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 875.911 - RJ (2007/0050139-7)

RELATORA	**: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)**
AGRAVANTE	: SIMONE DE MELO LODI E OUTRO
ADVOGADO	: MAURO JOSÉ CEA DE ARAÚJO E OUTRO
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ASSIST. AC	: ANSELMO PIRES DE SOUZA
ADVOGADO	: ANSELMO PIRES DE SOUZA (EM CAUSA PRÓPRIA)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por SIMONE DE MELO LODI e outro contra decisão que, na origem, não admitiu seu recurso especial.
O Ministério Público Federal manifestou-se, opinando pelo não-conhecimento do recurso.
É o breve relatório.
O agravo de instrumento em exame esbarra em óbice formal intransponível, decorrente da falta de traslado das peças obrigatórias, enumeradas no artigo 544, § 1º, do Código de Processo Civil.
Tal ausência implica juízo negativo de admissibilidade do recurso, conforme disposto na referida norma processual, constituindo ônus do agravante a correta formação do instrumento.
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)
Relatora

(3854)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 880.568 - GO (2007/0096770-2)

RELATORA	**: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)**
AGRAVANTE	: CLEVER FERREIRA COIMBRA
ADVOGADO	: SIRLEY APARECIDA DO AMARAL COIMBRA
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por CLEVER FERREIRA COIMBRA contra decisão que, na origem, não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, "a" e "c", da Constituição Federal.
Contraminuta apresentada às fls. 96/98.
É o relatório, em síntese.
O agravo de instrumento em exame esbarra em óbice formal intransponível, consistente na ausência de cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido, peça obrigatória, conforme disposto no artigo 544, § 1º, do Código de Processo Civil.
Por conseguinte, não conheço do agravo.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)
Relatora

(3855)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 881.100 - RS (2007/0062541-7)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: KARINA TEIXEIRA DE AZEVEDO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MAURI DA SILVA CARVALHO
ADVOGADO	: MÁRCIO ROBERTO DA SILVA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS contra decisão proferida à fl. 323, em que neguei provimento ao agravo de instrumento, por entender que a autarquia previdenciária não está isenta, no ato da interposição do recurso especial, do recolhimento das respectivas custas, nos termos do enunciado sumular 178/STJ.
Sustenta o agravante que não se trata de isenção, mas apenas de diferir o pagamento para o final, se eventualmente vencido.
Passo a decidir.
Com razão o recorrente.
Não nega o INSS sua condição de sujeito passivo da obrigação legal imposta. No caso em tela, com efeito, não se está diante de pedido de *isenção* do porte de remessa e retorno dos autos, mas de hipótese de pagamento a final das despesas dos atos processuais praticados, a teor do disposto no art. 27 do CPC. Nessa linha, aliás, já decidiu, à unanimidade, a Quinta Turma deste Tribunal:

RECURSO ESPECIAL. FAZENDA PÚBLICA. INSS. CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS. ART. 27 DO CPC.
1. A Fazenda Pública está dispensada do prévio depósito de custas e despesas processuais, que serão pagas ao final pela parte vencida, a teor do disposto no art. 27 do CPC.
2. A disposição do art. 27 do CPC não trata de isenção do pagamento de custas ou despesas processuais, mas de dispensa à Fazenda Pública de efetuá-lo antecipadamente.
3. Recurso especial provido. (REsp 897.042/PI, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ de 14/5/07)

Diante do exposto, **reconsidero** a decisão agravada e **dou provimento** ao agravo de instrumento para afastar a exigência do recolhimento imediato do preparo e, assim, determinar que o Tribunal de origem proceda à nova decisão de admissibilidade, apreciando os demais requisitos de cabimento do recurso especial interposto.
Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3856)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 882.334 - DF (2007/0078602-3)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
AGRAVANTE	: RICARDO PEREIRA LOPES
ADVOGADO	: WANDER PEREZ E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR	: NELSON LUIZ DE MIRANDA RAMOS E OUTRO(S)

DESPACHO

Tendo em vista o teor da petição de fls. 329/330, dê-se vista dos autos ao Distrito Federal.
Intime-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3857)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 882.835 - DF (2007/0073879-2)

RELATORA	**: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)**
AGRAVANTE	: W S S
ADVOGADO	: EVANDRO SARAIVA REATO (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA)
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por W. S. S. contra decisão que, na origem, não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal.
Sustenta-se, em síntese, no especial, desacerto na aplicação, ao ora agravante, de medida sócio-educativa de internação, pois alicerçada na gravidade abstrata do ato, sem que haja, contra o recorrente, qualquer condenação transitada em julgado.
Contraminuta às fls. 66.
É o relatório.
Não assiste razão ao agravante.
É que a necessidade de anterior condenação, com transito em julgado, para aplicação da medida sócio-educativa de internação, não bastando a existência de processos em andamento, fundamento sobre o qual residira a divergência, não foi analisada pelo tribunal de origem, o que impede a configuração do dissídio, pois ausente a necessária especificidade.
Confira-se, a propósito, o seguinte julgado:
"Processo Civil. Agravo nos embargos de declaração no recurso especial. Similitude fática.
Inviabiliza a análise da divergência jurisprudencial, a falta de similitude fática entre os arestos trazidos à colação.
Agravo não-provido." (AgRg nos Edcl no RESP 594768/RS; DJ de 13/09/2004).
No mesmo sentido: RESP 686.325/MG, Rel. Min. CASTRO FILHO, DJ de 14/03/2005; AgRg no ERESP 260.600/RJ, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 29/11/2004; RESP 223.405/MT, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJ de 25/11/2002.
Não comprovada, destarte, a divergência jurisprudencial, único fundamento do recurso especial.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)
Relatora

(3858)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 885.616 - MG (2007/0066095-7)

RELATORA	**: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)**
AGRAVANTE	: ADECLAIR ARAÚJO DA SILVA
ADVOGADO	: JOSÉ COELHO BRAGA
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por ADECLAIR ARAÚJO DA SILVA contra decisão que, na origem, não admitiu seu recurso especial.
O Ministério Público Federal manifestou-se, opinando pelo não-conhecimento do recurso.
É o breve relatório.
O agravo de instrumento em exame esbarra em óbice formal intransponível, decorrente da falta de traslado das peças obrigatórias, enumeradas no artigo 544, § 1º, do Código de Processo Civil.
Tal ausência implica juízo negativo de admissibilidade do recurso, conforme disposto na referida norma processual, constituindo ônus do agravante a correta formação do instrumento.
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)
Relatora

(3859)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 885.739 - PB (2007/0059214-0)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
AGRAVANTE	: FRANCINALDO FERREIRA DE SOUZA
ADVOGADO	: RODRIGO OLIVEIRA DOS SANTOS LIMA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por FRANCINALDO FERREIRA DE SOUZA de decisão que inadmitiu recurso especial.
Verifica-se dos autos que a parte agravante foi intimada da decisão denegatória de seguimento ao recurso especial em 24/11/06 (fl. 131) e protocolada a petição recursal no Tribunal de origem tão-somente em 4/12/06 (fl. 2), sendo manifesta a sua intempestividade, haja vista que o artigo 28 da Lei n.º 8.038/90 estabelece prazo de 5 (cinco) dias para a interposição de agravo de instrumento, em matéria criminal.
Ante o exposto, **não conheço** do agravo.
Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3860)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 886.435 - MG (2007/0085667-2)

RELATORA	**: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)**
AGRAVANTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGRAVADO	: WALMIR DE SOUZA AMARAL (PRESO)
ADVOGADO	: IVO MÁRCIO GONÇALVES CAMPOS E OUTRO

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS contra decisão que, na origem, não admitiu seu recurso especial.
O Ministério Público Federal manifestou-se, opinando pelo não-conhecimento do recurso.
É o breve relatório.
O agravo de instrumento em exame esbarra em óbice formal intransponível, decorrente da falta de traslado das peças obrigatórias, enumeradas no artigo 544, § 1º, do Código de Processo Civil.
Tal ausência implica juízo negativo de admissibilidade do recurso, conforme disposto na referida norma processual, constituindo ônus do agravante a correta formação do instrumento.
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)
Relatora

(3861)

RECURSO ESPECIAL Nº 888.528 - ES (2006/0206949-2)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: MARIA EDUARDA COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA
ADVOGADO	: ERNANDES GOMES PINHEIRO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: NOVA CIDADE SHOPPING CENTERS S/A
ADVOGADO	: LUCIANO RODRIGUES MACHADO E OUTRO(S)

DECISÃO

Homologo o pedido de desistência formulado pela recorrente à fl. 433, com base no art. 34, inciso IX, do Regimento Interno deste Tribunal.
Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3862)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 892.742 - SP (2007/0102578-0)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: LUIZ OTAVIO PILON DE MELLO MATTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA CÉLIA PINA DE CARVALHO
ADVOGADO	: EDVALDO CARNEIRO E OUTRO(S)

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.
1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual o agravante alega ofensa aos arts. 535 do CPC, 6º, § 1º da LICC e 75 da Lei 8.213/91.

2. O agravante sustenta a existência de omissão no acórdão recorrido e insurge-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
3. Com razão, em parte, o recorrente.
4. No tocante ao art. 535 do CPC, inexiste a violação apontada. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.
5. No mais, o egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.
2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

6. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
7. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou parcial provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
8. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
9. Publique-se.
10. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3863)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 893.144 - SP (2007/0074092-3)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: SANDRA TSUCUDA SASAKI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANTÔNIA BISAN E OUTROS
ADVOGADO	: CARLA SOARES VICENTE

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.
1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual o agravante alega ofensa aos arts. 535 do CPC, 6º, § 1º da LICC e 75 da Lei 8.213/91.
2. O agravante sustenta a existência de omissão no acórdão recorrido e insurge-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
3. Com razão, em parte, o recorrente.
4. No tocante ao art. 535 do CPC, inexiste a violação apontada. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.
5. No mais, o egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.
2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

6. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
7. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou parcial provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
8. Arcarão as autoras, ora agravadas, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
9. Publique-se.
10. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3864)

RECURSO ESPECIAL nº 896423 - AM (2006/0231538-0)

RELATOR	**: MIN. FELIX FISCHER**
RECORRENTE	: ESTADO DO AMAZONAS
PROCURADOR	: MARCELO AUGUSTO A DA CUNHA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: AETE DO SOCORRO MARTINS DE MATOS E OUTROS
ADVOGADO	: PAULO SÉRGIO HILÁRIO VAZ E OUTRO(S)

DESPACHO

Junte-se. Defiro. Anote-se.

Brasília (DF), 05 de setembro de 2007.

MINISTRO FELIX FISCHER
Relator

(3865)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 897.574 - RJ (2007/0089938-5)

RELATOR	**: MINISTRO FELIX FISCHER**
AGRAVANTE	: MARCELO RANGEL FRANCISCO (PRESO)
ADVOGADO	: ROBERTA ANDREANI REYNAUD E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

MARCELO RANGEL FRANCISCO interpõe agravo de instrumento em face da r. decisão que negou seguimento a recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas **a** e **c**, da **Lex Fundamentalis**, contra v. acórdão prolatado pela c. Primeira Câmara Criminal do e. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que restou assim ementado:

"JÚRI. RECURSO NO SENTIDO ESTRITO COM PLEITO DE NULIDADE DA PRONÚNCIA, NA PARTE EM QUE, SEM FUNDAMENTAÇÃO, MANTEVE A PRISÃO CAUTELAR: REJEIÇÃO. NO MÉRITO, ALEGAÇÃO DE DESNECESSIDADE DA PRISÃO. RECURSO NÃO PROVIDO. UNANIMIDADE.
Não há necessidade de o juiz analisar cada um dos argumentos defensivos relacionados à pretendida revogação da custódia preventiva, desde que evidencie os motivos por que se fez necessário manter a cautelar. Num contexto assim, torna-se lógico que o juiz, ao evidenciar que perdura a justa causa da prisão provisória, está excluindo por completo a argumentação defensiva. Preliminar de nulidade parcial da pronúncia, que se rejeita por unanimidade.
Evidenciado que a instrução criminal levou anos para ser concluída, porque as testemunhas arroladas na denúncia não compareciam a juízo para depor em virtude do temor ao recorrente, a necessidade da cautelar é inocultável. E esta necessidade se torna ainda mais nítida, porque uma das testemunhas é mãe da vítima e a outra, seu irmão. O normal seria que ambas tivessem todo interesse de ajudar a esclarecer o crime. Porém, o medo foi mais forte, porque a mãe do ofendido só prestou depoimento por ter sido conduzida e, nas circunstâncias, a outra testemunha compareceu.
Recurso conhecido e não provido. Unanimidade." (fl. 41)

Alega o agravante, nas razões do apelo nobre a que se refere o presente agravo de instrumento, a par de dissídio jurisprudencial, violação ao art. 408, do Código de Processo Penal, tendo em vista a falta de fundamentação da decisão de pronúncia, e ao art. 497, V, também do Código de Processo Penal, ante a deficiência na defesa técnica, aduzindo, ainda, nulidade no julgamento do Recurso em Sentido Estrito, devido à participação de Desembargador impedido.
O presente agravo não merece provimento.
Isso porque nenhuma das as matérias suscitadas no recurso especial foi enfrentada pelo e. Tribunal de origem. Este, se limitou a analisar, em sede de recurso em sentido estrito, a necessidade de manutenção da segregação cautelar do agravante.
Assim, em tal contexto, pois, escorreita a aplicação das Súmulas 282 e 356 do STF. Vejamos:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. ART. 180, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL. TRANSAÇÃO PENAL. SURSIS PROCESSUAL. MOMENTO E INICIATIVA. PREQUESTIONAMENTO.
I - Não se conhece de recurso especial se a pretensão recursal versa sobre matéria não apreciada, ao menos implicitamente, em segundo grau. Ausência de prequestionamento (Súmulas nºs 282 e 356 - STF).
II - Não se admite o recurso especial, fundamentado pela alínea c, do permissivo constitucional, se a dessemelhança entre o acórdão recorrido e os acórdãos colacionados a título de paradigma é flagrante. (Precedentes).
Recurso não conhecido."
(REsp 681481/SP, **5° Turma**, de minha relatoria, DJ de 14/02/2005)

Ademais, o dissídio pretoriano deve, em regra, preencher os requisitos estabelecidos nos arts. 255 do RISTJ e 541 do CPC c/c o art. 3º do CPP. Vale dizer, é indispensável o cotejo analítico, com a demonstração da similitude fática das situações, entre o v. acórdão recorrido e o eventual paradigma colacionado.
No caso o que se percebe é que o agravante se limitou a transcrever ementas sem proceder ao indispensável cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática das situações.
Nesse sentido, os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL PENAL. ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA EM RAZÃO DA INIMPUTABILIDADE DO ACUSADO. REDISCUSSÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. INTERPOSIÇÃO PELA ALÍNEA "C". AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO.
1. Para dissentir do acórdão recorrido quanto ao grau de higidez mental do acusado, far-se-ia necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada ante o óbice da Súmula 7 desta Corte.
2. É inviável o recurso especial interposto pela alínea "c" quando não restar caracterizada a divergência jurisprudencial, por ausência de similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Precedentes.
3. Agravo regimental improvido."
(AgRg no Ag 744727/AM, **6ª Turma**, Rel Min. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJU de 04/06/2007)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTIGO 155 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. MATÉRIA NÃO DISCUTIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM SOB O ÂNGULO ABORDADO NO RECURSO ESPECIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO.
1. O acórdão recorrido não apreciou a controvérsia sob o ângulo do dispositivo legal tido por malferido, nem tampouco foram opostos embargos declaratórios com o objetivo de sanar possível omissão, ausente, destarte, o requisito do prequestionamento (Súmulas nºs 282 e 356/STF).
2. A divergência jurisprudencial deve ser comprovada mediante a realização de comparação analítica entre os julgados postos em confronto, a fim de que seja demonstrada a semelhança entre as hipóteses e evidenciada a solução jurídica diversa.
3. Agravo regimental improvido."
(AgRg no Ag 642878/DF, **6ª Turma**, Rel. Min. **Paulo Gallotti**, DJU de 21/05/2007)

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
P. I.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO FELIX FISCHER
Relator

(3866)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 899.735 - BA (2007/0086641-7)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR	: MARIANA MATOS DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOAQUIM MACEDO DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: JOÃO NUNES SENTO SÉ FILHO

DECISÃO

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Magna Carta, no qual se alega violação dos arts. 128, 460, 535, I e II, 20 §§ 3º e 4º , 21, 603, 604, 605 e 608 do CPC, 1º da Lei 4.414/64 e 1.536, § 2º do CC/02.
2. O acórdão recorrido está assim ementado:
Apelação Cível. Embargos à execução. Execução. Planilha de cálculos. Liquidação por artigos. Desnecessidade. Correção monetária e juros de mora. Termo inicial. Honorários advocatícios. Percentual. Recurso provido parcialmente. Sentença reformada parcialmente, em necessário reexame.
A planilha de cálculo em execução que dependa apenas de cálculos aritméticos, não precisa integrar o corpo da inicial, podendo ser apresentada em separado, sendo necessário, apenas, que, no ato citatório, chegue ao executado, de modo a possibilitar-lhe o exercício da ampla defesa. Tratando-se de sentença que reconhece o enquadramento do servidor e lhe defere o pagamento das diferenças, inexiste fato novo a ser provado, bastando simples conta para se apurar o quantum devido. Juros de mora devem ser computados a partir da citação. A correção monetária deve ser contada da data da propositura da ação. Inteligência do art. 1º, § 2º da Lei 6.889/81. O percentual de 15% sobre o valor da condenação, fixado a título de honorários advocatícios, atende aos requisitos do art. 20, § 3º e 4º do Código de Processo Civil (fls. 255/256).
3. A pretensão recursal não merece êxito.
4. No tocante ao arts. 128, 460 e 535, I e II do CPC, inexiste a violação apontada. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa às normas ora invocadas.
5. Quanto às demais matérias invocadas, o acolhimento das alegações deduzidas nas razões recursais, como pretendido, ensejaria a incursão no acervo fático-probatório da causa, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ, segundo a qual *a pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial*.
6. Diante do exposto, com fundamento no art. 34, VII do RISTJ, nega-se provimento ao Agravo.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 25 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3867)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 900.552 - SC (2007/0134364-9)

RELATORA	**: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)**
AGRAVANTE	: ROGÉRIO BONI
ADVOGADO	: RONEI DANIELLI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR	: TYCHO BRAHE FERNANDES E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento apresentado por ROGÉRIO BONI contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que não admitiu seu recurso especial, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.
Sustenta-se, no recurso obstado, violação aos artigos 14, 30 e 32 da Lei 10.826/2003; 45, § 1º e 218, do Código Penal, além de divergência jurisprudencial.
Contraminuta apresentada às fls. 368//370.
É o breve relatório.
O recurso especial não reúne condições de ser admitido.
De início, a questão relativa ao artigo 218 do Código Penal não pode ser apreciada, pois seu conteúdo normativo não foi objeto de apreciação pela turma julgadora, sem que o recorrente opusesse embargos de declaração, a fim de ver suprida eventual omissão. Tendo a instância *a quo* deixado de examinar explicitamente a matéria objeto do especial, incidem, por analogia, os enunciados 282 e 356 da Súmula do excelso Supremo Tribunal Federal.
Quanto à alegada violação aos arts. 14, 30 e 32 da Lei 10.826/03, a conduta atribuída ao ora agravante foi a de portar arma de Fogo, não se enquadrando, conforme jurisprudência firmada nesta Corte, nas hipóteses excepcionais dos arts. 30, 31 e 32 do Estatuto do Desarmamento, que se referem aos casos de posse de arma de fogo.
Confira-se, a propósito, o seguinte precedente:
PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 16, INCISO IV, DA LEI Nº 10.826/2003. TRANCAMENTO AÇÃO PENAL. PRAZO PARA A REGULARIZAÇÃO DA ARMA. ARTIGOS 30, 31 E 32, DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO. PRAZO REFERENTE ÀS HIPÓTESES DE POSSE DE ARMA DE FOGO. NÃO SE CONFUNDE COM OS CASOS DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO.
I - Não se pode confundir posse irregular de arma de fogo com o porte ilegal de arma de fogo. Com o advento do Estatuto do Desarmamento, tais condutas restaram bem delineadas. A posse consiste em manter no interior de residência (ou dependência desta) ou no local de trabalho a arma de fogo. O porte, por sua vez, pressupõe que a arma de fogo esteja fora da residência ou local de trabalho.
II - Os prazos a que se referem os artigos 30, 31 e 32, da Lei nº 10.826/2003, só beneficiam os possuidores de arma de fogo, i.e., quem a possui em sua residência ou emprego (**v.g.**, art. 12, da Lei nº 10.826/2003). Dessa maneira, até que finde tal prazo, ninguém poderá ser preso ou processado por possuir (em casa ou no trabalho) uma arma de fogo.
III - In casu, a conduta atribuída ao paciente foi a de portar arma de fogo de uso restrito (art. 16, inciso IV, da Lei nº 10.826/2003). Logo, não se enquadra nas hipóteses excepcionais dos artigos 30, 31 e 32 do Estatuto do Desarmamento, que se referem aos casos de posse de arma de fogo.
Writ denegado.
(HC 64.312/SP, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ **de** 26/02/07).
No mesmo sentido, entre muitos outros: HC 78883 / MG; Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ 03.09.2007; HC 75517 / MS, Rela. Mina. LAURITA VAZ, DJ 14.05.2007; RHC 17906 / SP, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJ 05.02.2007.
Incide, portanto, o enunciado 83 da Súmula desta Corte, a inviabilizar, em parte, o recurso especial, por ambas as alíneas do permissivo constitucional.
No que se refere à pena pecuniária, melhor sorte não socorre o agravante, pois o acórdão recorrido, ao majorá-la, levou em conta as particularidades do caso em exame, conforme ficou consignado, no que interessa, às fls. 239:
Por outro lado, a pena pecuniária deve ser fixada em 02 (dois) salários mínimos, também um pouco acima do mínimo legal, em consonância com as condições econômicas demonstradas nos autos e o grau de reprovabilidade da conduta delituosa.
Sendo assim, rever o acórdão recorrido, neste ponto, implicaria necessário revolvimento de aspectos fático-probatórios, o que é obstado, em âmbito de recurso especial, pela Súmula 7 desta Corte.
Diante do exposto, nego provimento ao agravo.
Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)
Relatora

(3868)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 903.481 - RS (2007/0098961-4)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: ALEX MILLER RODRIGUES
ADVOGADO	: EVERTON JOSÉ HELFER DE BORBA

DECISÃO

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. SOLDO. BASE DE INCIDÊNCIA. REAJUSTE DE 28,86%. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.
1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado nas alíneas *a* e *c* do art. 105, inciso III da Magna Carta, no qual se alega violação dos arts. 1º do Decreto 20.910/32, 2º, 4º e 6º da Lei 8.622/93, 1º e 2º da Lei 8.627/93, 1º, § 2º da Lei 6.899/91 e 535, I e II do CPC.
2. A agravante sustenta, preliminarmente, que os vícios apontados em Embargos Declaratórios não foram sanados pela Corte de origem. Afirma, ainda, a prescrição do fundo de direito, a impossibilidade de se estender o percentual de 28,86%, decorrente das Leis 8.622/93 e 8.627/93, aos militares, bem como a inaplicabilidade da Súmula 43 quanto ao termo inicial de incidência de correção monetária. Aduz, por fim, que o soldo, e não a remuneração, deve servir como base de cálculo do aludido reajuste.
3. No tocante ao art. 535, I e II do CPC, inexiste a violação apontada. O Tribunal *a quo* apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.

4. No que tange à prescrição, incide a Súmula 85 do STJ, consoante a qual, *nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação.*
5. Relativamente aos arts. 1º, 2º, 4º e 6º da Lei 8.622/93, a Terceira Seção desta Corte firmou a orientação de que, se o Supremo Tribunal Federal assegurou a todos os servidores públicos civis a percepção do reajuste de 28,86%, a não extensão desse direito aos militares beneficiados com aumentos menores implicaria desrespeito ao princípio da isonomia, assegurado constitucionalmente. Incide, assim, a Súmula 83/STJ. Confira-se o seguinte precedente:
EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. LEIS Nos 8.622/93 E 8.627/93. 28,86%. EXTENSÃO AOS MILITARES BENEFICIADOS COM ÍNDICES MENORES. POSSIBILIDADE.
1. Se o Supremo Tribunal Federal, ao afirmar que as Leis 8.622/93 e 8.627/93 concederam revisão geral de remuneração, assegurou aos servidores públicos civis a percepção do índice de 28,86%, a negativa desse direito aos servidores militares beneficiados com reajustes menores implicaria em desrespeito ao princípio da isonomia e ao disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal.
2. Matéria pacificada no âmbito da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça.
3. Embargos rejeitados. (EREsp. 572.079/MG, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, DJU 27.03.2006).
6. Quanto ao art. 1º, § 2º da Lei 6.899/91, este Pretório é assente em que o termo inicial de incidência de correção monetária é a data em que deveria ter sido efetuado o pagamento, porquanto, a par de se referir ao período do atraso no cumprimento da prestação, tal encargo cuida-se de uma simples atualização do montante devido. A respeito, o REsp. 839.420/RS, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJU 25.09.2006, REsp. 835.761/RS, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJU 11.12.2006.
7. Razão, contudo, assiste à parte quanto à base de incidência do mencionado reajuste.
8. De fato, à luz do disposto no art. 2º da Lei 8.627/93, os valores percebidos com base no índice de 28,86% devem incidir sobre o soldo básico dos militares e sobre as parcelas que não possuam como base de cálculo o próprio vencimento, sob pena de ocorrência de *bis in idem* quanto àquelas gratificações ou vantagens cuja base de cálculo seja o próprio vencimento ou soldo. A propósito: REsp. 967.421/RS, por mim relatado, julgado em 30.08.2007, REsp. 923.821/RS, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJU 27.04.2007 e REsp. 953.315/RS, Rel.Min. GILSON DIPP, DJU 14/6/2007.
9. Diante do exposto, com esteio no art. 544, § 3º do CPC, conhece-se do Agravo de Instrumento para dar parcial provimento ao Recurso Especial, a fim de determinar que o reajuste devido incida sobre o soldo básico do servidor militar.
10. Publique-se; intimações necessárias.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3869)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 905.776 - SP (2007/0151172-0)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
AGRAVANTE	: IBDE INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL
ADVOGADO	: JOÃO APARECIDO RIBEIRO PENHA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PROVÍNCIA CARMELITANA DE SANTO ELIAS
ADVOGADO	: DIOGO SOTER DA SILVA MACHADO NETO E OUTRO(S)

DESPACHO

O agravante requereu a desistência do presente recurso, mediante petição encaminhada via fax.
Intime-se o agravante para que encaminhe a esta Corte, no prazo de 10 dias, o requerimento original.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3870)

EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL nº 907056 - RS (2006/0266238-0)

RELATORA	**: MIN. JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)**
EMBARGANTE	: ADILHA BORGES DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO	: JOÃO CARLOS NERVO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: UNIÃO

DECISÃO

Tendo em vista o princípio do contraditório e o teor da petição de fls. 280/294, pretendendo sejam conferidos efeitos modificativos aos embargos de declaração, abra-se vista à embargada, para oferecer impugnação, querendo, no prazo legal.

Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRA JANE SILVA
(DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)
Relatora

(3871)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 908.106 - DF (2007/0146857-5)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
AGRAVANTE	: CARLOS ALBERTO FERNANDES
AGRAVANTE	: ANTÔNIO LUIZ DIAS SEVERO
ADVOGADO	: FERNANDO LEVIN CREMONESI - DEFENSOR PÚBLICO DA UNIÃO
AGRAVADO	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por CARLOS ALBERTO FERNANDES e ANTÔNIO LUIZ DIAS SEVERO de decisão que negou seguimento ao recurso especial.
Verifica-se dos autos que não constam as cópias do acórdão que decidiu o recurso de apelação, bem como sua respectiva certidão de publicação, peças indispensáveis para formação do instrumento (art. 544, § 1º, do CPC).

Como cediço, é "dever e responsabilidade do agravante o traslado e a fiscalização de todas as peças para instrução do agravo" (AG 447.277/MS, Rel. Min. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, DJ de 6/11/02).
Ante o exposto, **não conheço** do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3872)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 908.425 - SP (2007/0126786-5)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: BRUNO TAKAHASHI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IRIA DA ANUNCIAÇÃO ROSSI
ADVOGADO	: DONATO LOVECCHIO

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual se alega ofensa aos arts. 75 da Lei 8.213/91 e 535 do CPC.
2. O agravante sustenta a existência de omissão no acórdão recorrido e insurge-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
3. Com razão, em parte, o recorrente.
4. No tocante ao art. 535 do CPC, inexiste a violação apontada. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.
5. No mais, o egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.
2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

6. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
7. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou parcial provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração do coeficiente de cálculo da pensão por morte previsto nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
8. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50.
9. Publique-se.
10. Intimações necessárias.
Brasília/DF, 21 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3873)

RECURSO ESPECIAL Nº 910.212 - RS (2006/0272660-9)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO	: ANTONIO MOURA DE PAULA
ADVOGADO	: ADRIANA BIRNFELD PRAETZEL - DEFENSORA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal.
Insurge-se o recorrente contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça local que deu parcial provimento ao agravo em execução interposto pela defesa, nos termos da seguinte ementa (fl. 74):

AGRAVO EM EXECUÇÃO. FALTA GRAVE. REGRESSÃO DE REGIME. A falta grave configurada por fuga é suficiente para a regressão de regime (art. 118, inc. I, da LEP). REMIÇÃO. A remição é direito público subjetivo do apenado, tendo a declaração judicial apenas o caráter de formalização da remição. Assim sendo, a falta grave reconhecida através de procedimento Administrativo Disciplinar não pode ter efeito retroativo para fim de impedir a declaração referente aos dias já trabalhados. DATA-BASE. A falta grave não acarreta a alteração da data-base para concessão de benefícios da execução. O requisito temporal deve incidir sobre o total da pena aplicada e não sobre o saldo. Somente condenação por fato posterior ao início da execução importa na alteração da data-base. AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO.

Em suas razões recursais, sustenta, além de divergência jurisprudencial, negativa de vigência aos arts. 127 e 111, parágrafo único, da Lei de Execução Penal, ao argumento de que, "reconhecido o cometimento de falta grave pelo preso, cabe ao juízo da execução decretar a perda dos dias remidos". Afirma que "Tal medida não ofende o direito adquirido, porquanto o instituto da remição, sendo prêmio concedido ao apenado em razão do tempo trabalhado, gera expectativa de direito, não coisa julgada material, quando reconhecido" (fl. 93).
Argumenta ainda que, "cometida falta grave, impõe-se a alteração da data-base, devendo ser levado em conta o dia da recaptura do recorrido para futuros benefícios da execução penal, independentemente de ter havido condenação, transitada em julgado, por fato posterior ao início da execução da pena" (fl. 101).
Contra-razões às fls. 118/127.
O Ministério Público Federal manifestou-se pelo parcial conhecimento do recurso e, nessa extensão, pelo seu provimento (fls. 147/149).
É o relatório.
Verifico dos autos que o acórdão recorrido decidiu a matéria relativa à perda dos dias remidos tão-somente à luz de preceito albergado na Constituição Federal. Com efeito, assentou-se que, segundo a posição sedimentada naquela Câmara Criminal, o art. 127 da Lei 7.280/84 padece de vício de inconstitucionalidade, pois, ao determinar a perda dos dias remidos em virtude do cometimento de falta grave, ofende o direito adquirido do condenado.
Destarte, considerando que a competência desta Corte refere-se à matéria infraconstitucional, nos termos do art. 105, III, da CF, torna-se inviável o exame da questão na via especial.
De outra parte, é firme a orientação deste Tribunal no sentido de que o cometimento de falta grave implica o reinício da contagem dos prazos para a concessão dos benefícios previstos na Lei de Execução Penal, conforme se verifica dos seguintes precedentes:

EXECUÇÃO PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL. FALTA GRAVE. INTERRUPÇÃO DO PRAZO.
Em caso de cometimento de falta grave pelo condenado, será interrompido o cômputo do interstício exigido para a concessão do benefício da progressão de regime prisional, qual seja, o cumprimento de pelo menos 1/6 (um sexto) da pena no regime anterior (Precedentes do STJ e do Pretório Excelso).
Ordem denegada.
(HC 45.528/RJ, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 13/3/06)

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. ROUBO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA. REGIME FECHADO. COMETIMENTO DE FALTA GRAVE. INTERRUPÇÃO DO PRAZO. ORDEM DENEGADA.
1. "1. A progressão de regime no cumprimento da pena privativa de liberdade tem entre as suas condições o cumprimento de, pelo menos, um sexto da pena no regime em que se encontre o condenado, incluidamente quando resulte de regressão (artigos 50, 112 e 118 da Lei 7.210/84).
2. Por óbvia e necessária conseqüência, sendo fechado o regime em que se acha o condenado, a causa de regressão há de produzir, apenasmente, o necessário reinício da contagem do tempo de 1/6 da pena, requisito legal de progressão de regime. É o efeito interruptivo das causas de regressão de regime prisional de que tratam a jurisprudência e a doutrina.
3. A essa causa interruptiva, porque cumprindo pena reclusiva sob o regime fechado, deve subordinar-se o paciente, que cometeu falta grave, causa legal de reversão." (HC 25.821/SP, da minha Relatoria, in DJ 19/4/2004).
2. Ordem denegada.
(HC 31.886/RJ, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 9/8/04)

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. FUGA. FALTA GRAVE. ART. 50, INCISO II DA LEP. PERDA DOS DIAS REMIDOS. APLICAÇÃO DO ART. 127 DA LEP. REINÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO. RECURSO PROVIDO.
1. Nos termos do art. 50, inciso II, da Lei de Execução Penal, a fuga caracteriza falta grave, autorizando, inclusive a regressão cautelar do regime prisional pelo Juízo da Execução.
2. O cometimento de falta grave pelo condenado implicará o reinício da contagem dos prazos para a concessão dos benefícios previstos na Lei de Execução Penal. Precedentes.
3. Pacífico é o entendimento desta Corte e do Supremo Tribunal Federal no sentido de que, reconhecido o cometimento de falta grave pelo sentenciado, cabe ao Juízo da execução decretar a perda dos dias remidos.
4. Recurso conhecido e provido para restabelecer a decisão de primeiro grau.
(REsp 842.895/RS, de minha relatoria, Quinta Turma, DJ 30/10/06)

Desse entendimento não diverge o magistério de Júlio Fabbrini Mirabete, que assevera: "O cometimento de falta grave pelo preso que cumpre pena em regime fechado acarreta a interrupção do tempo de pena para efeito de progressão, iniciando-se nova contagem de 1/6 do restante da reprimenda a cumprir, para a obtenção da promoção" ("Execução Penal", Editora Atlas, 11ª ed., p. 416).
Ante o exposto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, c/c 3º do Código de Processo Penal, **conheço parcialmente** do recurso especial e, nessa extensão, **dou-lhe provimento** para determinar o reinício da contagem dos prazos para a concessão dos benefícios previstos na Lei de Execução Penal a partir da data da recaptura do recorrido.
Intimem-se.
Brasília, 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3874)

RECURSO ESPECIAL Nº 912.332 - RS (2006/0281281-9)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RECORRIDO	: CARLA VIEIRA SILVA
ADVOGADO	: ALFEU ELEANDRO FABIANE - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
Consta dos autos que o Juízo de primeiro grau condenou a recorrida, pela prática do delito previsto no art. 334, *caput*, do Código Penal, à pena de 1 (um) ano de reclusão, substituída por uma pena restritiva de direito, na modalidade prestação de serviços à comunidade.
Inconformada, interpôs recurso de apelação, ao qual o Tribunal de origem, por unanimidade, deu parcial provimento, nos seguintes termos (fl. 466):

PENAL. ARTIGO 334 DO CP. DESCAMINHO. MATERIALIDADE E AUTORIA. DIFICULDADES FINANCEIRAS. PRINCÍPIOS DA ADEQUAÇÃO SOCIAL E INSIGNIFICÂNCIA. 1. A materialidade e autoria restaram demonstradas, uma vez que os réus, de forma consciente, introduziram em território nacional cigarros de procedência estrangeira, desacompanhados da documentação comprobatória da sua regular importação. 2. Eventuais dificuldades financeiras não podem justificar condutas ilícitas, sob pena de violação aos princípios que regulam a vida em sociedade, principalmente o respeito às leis.
3. O fato do delito tipificado no artigo 334 do CP ser praticado em larga escala não significa que seja aceito socialmente, principalmente porque tal prática causa ofensa ao bem jurídico tutelado, representado, não só pela arrecadação tributária, mas também pela proteção à indústria nacional, resguardando-se ainda os demais comerciantes que recolhem os tributos na forma da lei.4. Segundo entendimento consolidado nesta Corte, o descaminho pode ser reputado 'delito de bagatela' nos casos em que o *quantum* dos tributos elididos não supera o patamar de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) nem se verifica a habitualidade criminosa, evidenciada pela análise de registros criminais anteriores em desfavor do agente.
Sobreveio, então, o presente recurso especial, em que alega o recorrente negativa de vigência ao art. 334, *caput*, do Código Penal, bem como divergência jurisprudencial, ao argumento, em síntese, de que o valor dos produtos importados pela acusada não é insignificante. Requer, pois, o provimento do recurso para que seja mantida a sua condenação, nos termos da sentença.
Contra-razões às fls. 488/496.
O Ministério Público Federal opina provimento do recurso especial (fls. 507/513).
É o relatório.
A jurisprudência desta Corte se orienta no sentido de que, quando o montante do tributo é superior ao valor estabelecido na norma legal que rege a extinção dos créditos tributários (Lei 10.522/02, art. 18, § 1º), não há falar na aplicação do princípio da insignificância, uma vez que existe interesse fiscal, embora postergado, por força do disposto no art. 20 do referido diploma legal.
Nesse sentido, confiram-se os seguintes precedentes:

CRIMINAL. HC. DESCAMINHO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI N.º 10.522/2002. PATAMAR ESTABELECIDO PARA O NÃO AJUIZAMENTO DA AÇÃO DE EXECUÇÃO OU ARQUIVAMENTO

SEM BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO. ART. 18, § 1º, DA LEI N.º 10.522/2002. EXTINÇÃO DO CRÉDITO. ORDEM DENEGADA.
I. Hipótese na qual o paciente ajustou Termo de Suspensão Condicional do Processo pela prática de descaminho e interpôs o presente **writ** sustentando a aplicabilidade do princípio da insignificância ao caso, pois o valor do tributo apurado seria inferior ao limite fixado no art. 20, da Lei n.º 10.522/2002, adotado para o arquivamento dos autos da execução fiscal.
II. Aplica-se à execução de crédito tributário o mesmo raciocínio seguido nas hipóteses de apropriação indébita de contribuições previdenciárias - para as quais se adota o valor estabelecido no dispositivo legal que determina a extinção dos créditos (art. 1º, inciso I, da Lei n.º 9.441/97).
III. O caput do art. 20 da Lei n.º 10.522/2002 se refere ao ajuizamento da ação de execução ou arquivamento sem baixa na distribuição, e não à extinção do crédito, razão pela qual não pode ser invocado como forma de aplicação do princípio da insignificância.
IV. Se o valor do tributo devido ultrapassa o montante previsto no art. 18, § 1º da Lei n.º 11.033/2004, que dispõe acerca da extinção do crédito fiscal, afasta-se a aplicação do princípio da insignificância.
V. Ordem denegada.
(HC 47.944/PR, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ de 2/5/06)

PENAL. RECURSO ESPECIAL. DESCAMINHO. VIOLAÇÃO A PORTARIA. ATO NORMATIVO QUE NÃO SE COMPREENDE NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. VALOR SONEGADO SUPERIOR AO LIMITE PREVISTO PARA EXTINÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS.
1. Esta Corte Superior de Justiça, ao interpretar o conceito de lei federal constante na alínea a do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, entendeu que as portarias, atos administrativos que são, não se enquadram nas hipóteses de cabimento do recurso especial. Precedentes.
2. Divergência jurisprudencial não caracterizada em virtude da ausência de similitude fática entre os acórdãos confrontados.
3. O montante do tributo incidente sobre as mercadorias estrangeiras apreendidas é superior ao valor estabelecido na norma legal que rege a extinção dos créditos tributários (Lei 10.522/2002, art. 18, § 1º), não havendo falar na aplicação do princípio da insignificância, uma vez que existe interesse fiscal, embora postergado, por força do disposto no art. 20 do referido diploma legal.
4. Recurso especial não conhecido.
(REsp 704.892/PR, de minha relatoria, Quinta Turma, DJ de 10/10/05)

De fato, a Lei 10.522, de 19/7/2002, em seu art. 18, dispensou a constituição, a inscrição e o ajuizamento da respectiva execução fiscal, bem como cancelou o lançamento e a inscrição eventualmente realizados, somente dos débitos de valor consolidado igual ou inferior a R$ 100,00 (cem reais), definindo, assim, qual é o montante do débito que se mostra sem interesse fiscal, podendo apresentar-se, na esfera penal, como sendo insignificante.
Considerando que, na hipótese em exame, o valor dos tributos não recolhidos pela recorrida corresponde a R$ 1.556,25 (mil, quinhentos e cinqüenta e seis reais e vinte e cinco centavos), não há falar na aplicação do aludido princípio da insignificância.
Por tais razões, deve ser restabelecida a sentença do Juízo de primeiro grau que condenou a recorrida à pena de 1 (um) ano de reclusão, substituída por uma pena restritiva de direito, na modalidade prestação de serviços à comunidade, pela prática do delito tipificado no art. 334, *caput*, do Código Penal.
Ante o exposto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, c/c o art. 3º do Código de Processo Penal, **conheço** do recurso especial e **dou-lhe provimento** para restabelecer a condenação de CARLA VIEIRA SILVA, tal como imposta na sentença.
Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3875)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 912.738 - SP (2007/0135819-1)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MARIA NEUZA DE SOUZA PEREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INEZ BEDANI SARTORATTO
ADVOGADO	: CÁSSIA MARIA DA SILVEIRA FRANCO SCORZELLI E OUTRO(S)

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual o agravante alega ofensa ao art. 6º, § 1º da LICC, insurgindo-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
2. Com razão o recorrente.
3. O egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.
2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

4. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
5. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
6. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.
Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3876)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 912.757 - SP (2007/0132820-4)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ELISANGELA PEREIRA DE CARVALHO LEITÃO AFIF E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MIRIAM ALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: JOSE CARLOS MARZABAL PAULINO E OUTRO(S)

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual o agravante alega ofensa ao art. 6º, § 1º da LICC, insurgindo-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
2. Com razão o recorrente.
3. O egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.
2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

4. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
5. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
6. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.
Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3877)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 913.397 - SP (2007/0132449-0)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MARIA NEUZA DE SOUZA PEREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CONSTÂNCIA APARECIDA DA SILVA
ADVOGADO	: ADEMIR CORRÊA E OUTRO(S)

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual o agravante alega ofensa ao art. 6º, § 1º da LICC, insurgindo-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
2. Com razão o recorrente.
3. O egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.
2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

4. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
5. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
6. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3878)

RECURSO ESPECIAL Nº 913.794 - ES (2007/0001919-6)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: ERISVALDO CONCEIÇÃO DOS SANTOS
ADVOGADO	: DORA RIBEIRO GRIJÓ - DEFENSOR PÚBLICO E OUTROS
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ERISVALDO CONCEIÇÃO DOS SANTOS, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.
Insurge-se o recorrente contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo que negou provimento ao agravo em execução, nos termos da seguinte ementa (fl. 518):

AGRAVO EM EXECUÇÃO - PROGRESSÃO DE REGIME FECHADO PARA SEMI-ABERTO - REQUISITO OBJETIVO - NÃO SATISFEITO - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1. Para que o condenado obtenha progressão, com transferência para regime menos rigoroso, passando do regime fechado para o regime semiaberto é preciso que satisfaça os requisitos objetivo e subjetivo. 2. Sobrevindo no curso da execução nova condenação, o lapso temporal de 1/6 (um sexto) necessário para a progressão deve ser calculado a partir do transito em julgado desta, incidente sobre a pena remanescente somada à nova pena, consoante disposto no art. 111, parágrafo único, da Lei de Execuções Penais. Indiferente que, antes da nova condenação, haja sido cumprido o prazo necessário, visto que, com a nova pena, ter-se-á operada a regressão, com base no art. 118, II, da mesma lei. 3. Recurso conhecido e improvido.

Alega que o Tribunal *a quo*, ao firmar esse entendimento, negou vigência aos arts. 112 da Lei de Execução Penal e 33, § 2º, do Código Penal, sob o argumento de que, no tocante à análise do pedido de progressão de regime prisional, "devemos calcular a fração de 1/6 sobre a pena total e não sobre o que resta da pena a ser cumprida, pois, caso contrário, estaremos atribuindo à situação jurídico-processual do reeducando interpretação mais gravosa" (fl. 542).
Contra-razões às fls. 552/564.
O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não-provimento do recurso (fls. 582/583).
É o relatório.
A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal já se firmou no sentido de que, "Sobrevindo nova condenação ao apenado no curso da execução da pena - seja por crime anterior ou posterior - interrompe-se a contagem do prazo para a concessão do benefício da progressão de regime, que deverá ser novamente calculado como base na soma das penas restantes a serem cumpridas" (REsp 885.885/RS, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 27/8/07).
Nesse sentido, confiram-se ainda os seguintes precedentes:

EXECUÇÃO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROGRESSÃO DE REGIME. NOVA CONDENAÇÃO A SER CUMPRIDA EM REGIME FECHADO.
1. Se, no curso da execução de pena privativa de liberdade, sobrevém nova condenação, a teor do disposto no art. 111 da Lei de Execução, impõe-se a unificação das sanções, resultando daí a estipulação do regime prisional a ser então observado.
2. Recurso improvido.
(RHC 13.888/RS, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ 19/12/03)

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME.
Quando ocorre nova condenação no curso da execução da pena, aplica-se o art. 111, parágrafo único, da Lei de Execução Penal.
A data de nova condenação é o termo inicial para contagem do prazo.
Ordem denegada.
(HC 77.765/PR, Rel. Min. NELSON JOBIM, DJ 27/4/01)

Por conseguinte, estando o acórdão recorrido em conformidade com a orientação emanada do STJ, incide, à espécie, o óbice da Súmula 83 desta Corte.
Ante o exposto, com fundamento no art. 38 da Lei 8.038/90, **nego seguimento** ao recurso especial.
Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3879)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 913.847 - MS (2007/0149482-8)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: SIRLEI DO NASCIMENTO SILVA
ADVOGADO	: MÁRIO SÉRGIO ROSA
AGRAVADO	: ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADOR	: ARLETHE MARIA DE SOUZA E OUTRO(S)

DECISÃO

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III da Magna Carta, no qual a agravante alega divergência jurisprudencial, insurgindo-se contra acórdão que entendeu ser inaplicável o art. 117 da Lei Complementar Estadual 53/90 à hipótese dos autos, em que o policial militar foi excluído da corporação a bem do serviço público.
2. A pretensão recursal não merece êxito.
3. Quanto à alínea *a*, verifica-se que o recurso encontra-se deficientemente fundamentado, visto que a parte não indicou, nas razões do Recurso Especial, qualquer dispositivo de legislação federal que teria sido violado pela Corte de origem, o que atrai a incidência da Súmula 284/STF.
4. Outrossim, o sugerido dissídio jurisprudencial não foi analiticamente demonstrado de acordo com os arts. 255, § 2º do RISTJ e 541, parág. único do Estatuto Processual Civil. Ademais, aos arestos do TJMS citados, aplicável a Súmula 13 desta Corte, segundo a qual *a divergência entre julgados no mesmo Tribunal não enseja Recurso Especial*.

5. Diante do exposto, com fundamento no art. 34, VII do RISTJ, nega-se provimento ao Agravo.
6. Publique-se; intimações necessárias.

Brasília/DF, 24 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3880)

DESIS no RECURSO ESPECIAL Nº 914.893 - SP (2007/0000911-4)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: JOSÉ ANDREOLLI E CÔNJUGE
ADVOGADO	: HENRIQUE FURQUIM PAIVA E OUTRO
RECORRIDO	: MÁRIO ALVES - ESPÓLIO
REPR. POR	: MARIA HELENA DA SILVA ALVES - INVENTARIANTE
ADVOGADO	: CAIO MÁRCIO VIANA DA SILVA

DECISÃO

Homologo o pedido de desistência formulado pelos recorrentes à fl. 207, com base no art. 34, inciso IX, do Regimento Interno deste Tribunal.
Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3881)

RECURSO ESPECIAL Nº 915.432 - SC (2007/0010583-8)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: REGINALDO PATRÍCIO GETNER (PRESO)
RECORRIDO	: DIONEI FORTUNATO (PRESO)
RECORRENTE	: GERALDO GETNER (PRESO)
ADVOGADO	: SÉRGIO F C GRAZIANO SOBRINHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por REGINALDO PATRÍCIO GETNER, DIONEI FORTUNATO e GERALDO GETNER, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal.
Consta dos autos que REGINALDO PATRÍCIO GETNER, DIONEI FORTUNATO e GERALDO GETNER foram condenados à pena de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e pagamento de 82 (oitenta e dois) dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 12, c/c 18, III, da Lei 6.368/76.
FÁBIO CARDOSO VIEIRA e MOACIR DOS SANTOS, co-réus, por sua vez, foram condenados à pena de 4 (quatro) anos e 8 (oito) meses de reclusão e pagamento de 82 (oitenta e dois) dias-multa, pela prática do mesmo delito.
Insurgem-se os recorrentes contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina que deu parcial provimento aos apelos defensivos, nos termos da seguinte ementa (fl. 427):

INOBSERVÂNCIA DO RITO DA LEI N. 10.409/2002 - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO.
CERCEAMENTO DE DEFESA - RÉUS QUE NÃO FORAM REQUISITADOS PARA COMPARECIMENTO EM AUDIÊNCIA PARA OITIVA DE TESTEMUNHAS, POR DEPRECATAS - INEXISTÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE - DEFENSORES INTIMADOS E PRESENTES - INOCORRÊNCIA.
CRIME CONTRA A SAÚDE PÚBLICA - TRÁFICO ILEGAL DE ENTORPECENTE (ART. 12 DA LEI N. 6.368/76) - RÉUS ENCONTRADOS NA POSSE DE GRANDE QUANTIDADE DE COCAÍNA EM PASTA - CONFISSÃO DE DOIS RÉUS, PROCURANDO ISENTAR OS DEMAIS - AUSÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA - DEPOIMENTOS FIRMES E CONSONANTES DE POLICIAIS, FORNECENDO A CERTEZA NECESSÁRIA SOBRE A PRÁTICA DO COMÉRCIO PROSCRITO, ASSIM COMO, DA UNIÃO ENTRE ELES, PRECONIZADA NO ART. 18, INC. III, DA LEI DE TÓXICOS - CONDENAÇÕES MANTIDAS.
DOSIMETRIA - PENA-BASE ESTIPULADA ACIMA DO MÍNIMO PREVISTO - APREENSÃO DE GRANDE QUANTIDADE DE ENTORPECENTE - AUMENTO DO QUANTUM COMO MEDIDA NECESSÁRIA À REPROVAÇÃO E PREVENÇÃO DO CRIME - ADMISSIBILIDADE.
REGIME PRISIONAL - TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES - CRIME EQUIPARADO A HEDIONDO - INCONSTITUCIONALIDADE DO DISPOSITIVO DA LEI N. 8.072/90 RECONHECIDA NO PLENÁRIO DO STF - RESGATE DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM REGIME INICIAL FECHADO - ALTERAÇÃO - RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS.

Sustentam os recorrentes contrariedade ao art. 38 da Lei 10.409/02, sob o argumento da nulidade *ab initio* do processo por inobservância do rito procedimental da referida lei.
Contra-razões às fls. 459/463.
O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso (fls. 469/471).
É o relatório.
Em recente julgamento (HC 53.088/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJ 5/6/06), a Quinta Turma desta Corte firmou o entendimento de que, "com a modificação do procedimento penal para a apuração dos crimes que envolvem substâncias entorpecentes, a instrução criminal deve ser realizada nos moldes estabelecidos na nova lei, cuja inobservância configura nulidade absoluta, não obstante a existência de decisões desta Turma em sentido contrário".
No caso dos autos, foram os recorrentes processados pelo rito ordinário, não tendo sido facultada à sua defesa a apresentação prévia de resposta à acusação, em conformidade com o disposto no *caput* do art. 38 da Lei 10.409/02, em vigor à época.
Dessa forma, teve violado o seu direito à ampla defesa e ao devido processo legal, sendo mister a anulação do processo a que respondeu a partir do recebimento da denúncia.
Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal, por suas Primeira e Segunda Turmas, em recentes julgados, declarou a nulidade de processos em que não foi observado o rito da Lei 10.409/02, ao qual estariam sujeitos: HC 85.757/DF, Primeira Turma, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJ de 11/4/06; RHC 86.680/SP, Segunda Turma, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, DJ de 28/4/06, este último assim ementado:

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. RITO DO ART. 38 DA LEI 10.409/2002. INOBSERVÂNCIA. EXISTÊNCIA DE PREJUÍZO PARA A DEFESA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO.
A inobservância do rito do art. 38 da Lei 10.409/2002, que assegura o contraditório prévio ao denunciado pelo crime de tráfico de entorpecentes, resulta na nulidade do processo penal, desde o recebimento da denúncia. Recurso ordinário em *habeas corpus* conhecido e provido.

Confiram-se, ainda, os seguintes precedentes do Superior Tribunal de Justiça: HC 67.363/SP, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ 11/6/07; HC 40.062/SP, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 19/3/07.
Oportuno consignar que, com a anulação do processo desde o recebimento da denúncia, em consonância com o art. 2º do CPP, o rito que deverá ser seguido é o da Lei 11.343, de 23/8/06, que revogou as Leis 6.368/76 e 10.409/02, mas manteve, em seu art. 55, a regra da notificação do acusado, antes do recebimento da denúncia, para o oferecimento de defesa prévia.
Por fim, verificado que os fundamentos acima deduzidos não se amparam em circunstâncias de caráter exclusivamente pessoal, deve ser reconhecido o direito dos co-réus não recorrentes à extensão dos efeitos desta decisão, nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, c/c 3º do Código de Processo Penal, **conheço** do recurso e **dou-lhe provimento** para anular o processo a que responderam os recorrentes (Processo nº 028.05.001943-8 - Vara Única da Comarca de Içara/SC), a partir do recebimento da denúncia, a fim de que sejam processados segundo o rito procedimental da Lei 11.343/06, estendendo os efeitos da decisão aos co-réus FÁBIO CARDOSO VIEIRA e MOACIR DOS SANTOS, *ex vi* do art. 580 do Código de Processo Penal.
Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3882)

RECURSO ESPECIAL Nº 917.323 - PR (2007/0013145-7)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RECORRIDO	: SERGIO MAGNUS DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: KAREN ESPINA DE LIMA - DEFENSORA DATIVA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Consta dos autos que o Juízo de primeiro grau rejeitou a denúncia oferecida em desfavor de SERGIO MAGNUS DE OLIVEIRA pela suposta prática do delito previsto no art. 334, *caput*, c/c 14, II, ambos do Código Penal, ao fundamento de estar configurada a insignificância da conduta.
Inconformado, o *parquet* federal interpôs recurso em sentido estrito, ao qual o Tribunal de origem negou provimento nos termos da seguinte ementa (fl. 58):

PENAL. PROCESSO PENAL. DESCAMINHO. CONTRABANDO. DENÚNCIA REJEITADA. LEI Nº 11.033/04. ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DO ART. 20 DA LEI Nº 10.522/2002. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. REITERAÇÃO DA CONDUTA. PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. POSSIBILIDADE.
1. De acordo com a orientação adotada pela 4ª Seção desta Corte, aplica-se o princípio da insignificância quando o valor do tributo iludido não exceder a R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).
2. Não se aplica o princípio da insignificância quando o acusado utiliza a prática delituosa como *modus vivendi*.
3. É cabível o reconhecimento da prescrição em perspectiva, em casos excepcionais, quando evidente que o prosseguimento da ação penal redundará em nada.

No recurso especial, sustenta o recorrente, além de dissídio jurisprudencial, negativa de vigência aos arts. 109 e 110, ambos do Código Penal. Argumenta que o reconhecimento de hipótese de prescrição não prevista em lei viola os aludidos dispositivos do Código Penal, que compreendem as únicas hipóteses da referida causa extintiva da punibilidade eleitas pelo legislador ordinário.
Contra-razões às fls. 108/113.
O Ministério Público Federal opina provimento do recurso especial (fls. 129/134).
É o relatório.
Com efeito, a extinção da punibilidade pela prescrição regula-se, antes de transitar em julgado a sentença, pelo máximo da pena prevista para o crime (CP, art. 109) ou, depois do trânsito em julgado para a acusação, pela pena efetivamente aplicada (CP, art. 110), conforme expressa previsão legal. Portanto, não existe norma legal que autorize a extinção da punibilidade pela prescrição em perspectiva.
Nesse sentido, confiram-se os seguintes precedentes:

HABEAS CORPUS. PENAL. PRESCRIÇÃO ANTECIPADA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL.
1. A prescrição em perspectiva, tendo em conta a pena a ser aplicada no futuro, é questão já exaustivamente examinada e repelida com veemência pela jurisprudência desta Corte, porquanto não albergada pelo ordenamento jurídico pátrio. Precedentes.
2. Ordem denegada. (HC 44.469/SP, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ 13/12/06)

CRIMINAL. RESP. DESCAMINHO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. ARTIGO 20, CAPUT, DA LEI 10.522/2002. PATAMAR ESTABELECIDO PARA O NÃO AJUIZAMENTO DA AÇÃO DE EXECUÇÃO OU ARQUIVAMENTO SEM BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO. ART. 18, § 1º, DA LEI 10.522/2002. EXTINÇÃO DO CRÉDITO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DECLARADA COM BASE EM PENA ANTECIPADA. IMPROPRIEDADE. RECURSO PROVIDO.
.....
IV. De acordo com o Código Penal, tem-se que a prescrição somente se regula pela pena concretamente aplicada ou, ainda, pelo máximo de sanção, abstratamente previsto.
V. É imprópria a decisão que extingue a punibilidade com base em pena em perspectiva. Precedentes.
VI. Deve ser cassado o acórdão recorrido para que a denúncia seja recebida, dando-se prosseguimento à ação penal e para afastar a denominada prescrição em perspectiva, prosseguindo-se com a ação penal.
VII. Recurso provido.
(REsp 848.456/PR, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ 5/2/07)
HABEAS CORPUS. ABORTO. EXCESSO DE PRAZO NO JULGAMENTO DE RECURSO. CONSTRANGIMENTO SUPERADO. PRESCRIÇÃO ANTECIPADA OU EM PERSPECTIVA. INAPLICABILIDADE.
1. Superado eventual constrangimento ilegal, resta prejudicado o pedido de *habeas corpus* nesta parte.
2. Não há falar em prescrição informada pela pena em concreto, sem o seu estabelecimento em sentença, que há de transitar em julgado, pelo menos, para a parte autora da ação penal.
3. *Writ* em parte prejudicado, e denegado nesta extensão. (HC 17.295/SP, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 19/12/02)

PENAL E PROCESSUAL. DELITOS DE TRÂNSITO. LESÃO CORPORAL CULPOSA. PENA PROSPECTIVA. PRESCRIÇÃO ANTECIPADA. IMPOSSIBILIDADE.
A antecipação de sanção extraída em eventual juízo condenatório prospectivo, em substituição àquele que ainda não foi proferido pelo Magistrado, não serve ao propósito de declarar a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva.
Não há falar em prescrição antecipada da pena em concreto antes da prolação e do trânsito em julgado da sentença condenatória, por absoluto desamparo legal.
Ordem denegada. (HC 30.833/SP, Rel. Min. PAULO MEDINA, Sexta Turma, DJ 10/5/04)

Na espécie, nota-se que o prazo prescricional, considerando a pena máxima abstratamente cominada ao delito em questão, é de 8 (oito) anos, nos termos do art. 109, IV, do Código Penal.
Assim, não transcorridos 8 (oito) anos desde a data do fato, 10/7/01 (fl. 2), impõe-se o afastamento da extinção da punibilidade pela prescrição em perspectiva.
Ante o exposto, com base no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, c/c art. 3º do Código de Processo Penal, **dou provimento** ao recurso especial para receber a denúncia e determinar, por conseguinte, o prosseguimento da ação penal.
Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3883)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 918.950 - SP (2007/0161810-5)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MARCIUS HAURUS MADUREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: RIZOMAR RIBEIRO DA SILVA
ADVOGADO	: MARCELO WINTHER DE CASTRO E OUTRO(S)

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.
1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual o agravante alega ofensa aos arts. 37 da Lei 3.807/60, 48 da CLPS e 75 da Lei 8.213/91, insurgindo-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
2. Com razão o recorrente.
3. O egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.
2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

4. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
5. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
6. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.
Brasília/DF, 21 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3884)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 918.966 - SP (2007/0163049-3)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CARLSO ALBERTO DO NASCIMENTO CAMARGO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FRANCISCO SANCHES
ADVOGADO	: MARGHERITA DE CÁSSIA PIZZOLLI GARCIA BRANDES

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.
1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual o agravante alega ofensa aos arts. 37 da Lei 3.807/60, 48 da CLPS e 75 da Lei 8.213/91, insurgindo-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
2. Com razão o recorrente.
3. O egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.
2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

4. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
5. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
6. Arcará o autor, ora agravado, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.
Brasília/DF, 21 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3885)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 919.424 - SP (2007/0162244-3)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MARCIUS HAURUS MADUREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ORESTINA OLIVEIRA CORTOPASSI
ADVOGADO	: ANA MARIA VOSS CAVALCANTE

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM

INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.
1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual se alega ofensa aos arts. 6º, § 1º da LICC e 535 do CPC.
2. O agravante sustenta a existência de omissão no acórdão recorrido e insurge-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
3. Com razão, em parte, o recorrente.
4. No tocante ao art. 535 do CPC, inexiste a violação apontada. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.
5. No mais, o egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.
2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

6. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
7. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou parcial provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
8. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
9. Publique-se;
10. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 21 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3886)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 919.522 - SP (2007/0133559-6)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: LUCIANA KUSHIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALAYDE VIANNA DA SILVA
ADVOGADO	: LUCIANO DE SIMONE CARNEIRO E OUTRO(S)

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.
1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual o agravante alega ofensa aos arts. 37 da Lei 3.807/60, 48 da CLPS e 75 da Lei 8.213/91, insurgindo-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
2. Com razão o recorrente.
3. O egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.
2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

4. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
5. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
6. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3887)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 919.684 - SP (2007/0134793-2)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: BRUNO TAKAHASHI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JULIETA BASSILI DA SILVA
ADVOGADO	: JOSE CARLOS MARZABAL PAULINO E OUTRO(S)

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.
1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual o agravante alega ofensa ao art. 6º, § 1º da LICC, insurgindo-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
2. Com razão o recorrente.
3. O egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.
2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

4. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
5. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
6. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 21 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3888)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 920.166 - SP (2007/0131431-7)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: RONALDO GUIMARÃES GALLO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ZENAIDE SIBRÃO PORTO
ADVOGADO	: FERNANDO TADEU MARTINS

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.
1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual o agravante alega ofensa ao art. 6º, § 1º da LICC, insurgindo-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
2. Com razão o recorrente.
3. O egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.
2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

4. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.

5. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
6. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 21 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3889)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.461 - SP (2007/0142549-4)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: LUIZ OTAVIO PILON DE MELLO MATTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANA CLAUDIA MOREIRA SERRADO GOMES
ADVOGADO	: ROSÂNGELA VENDRAMETTO QUARTUCCI E OUTRO(S)

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual se alega ofensa aos arts. 6º, § 1º da LICC, 75 da Lei 8.213/91 e 535 do CPC.
2. O agravante sustenta a existência de omissão no acórdão recorrido e insurge-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
3. Com razão, em parte, o recorrente.
4. No tocante ao art. 535 do CPC, inexiste a violação apontada. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.
5. No mais, o egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.
2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

6. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
7. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou parcial provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração do coeficiente de cálculo da pensão por morte previsto nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
8. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50.
9. Publique-se.
10. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 21 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3890)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.155 - RS (2007/0162134-4)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: CAIO TARSO NETZ BELMONTE E OUTROS
ADVOGADO	: FRANCIS CAMPOS BORDAS E OUTRO(S)

DECISÃO

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual se alega ofensa aos arts. 1º-D da Lei 9.494/97 e 20, § 4º, 535, I e II, 557, § 1º-A e 730 do CPC.
2. A irresignação não merece êxito.
3. No tocante do art. 535, I e II do CPC, inexiste a violação apontada. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.
4. Não há violação ao art. 557, § 1º-A do CPC, porquanto tal dispositivo autoriza o relator a negar seguimento a recurso contrário à jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior, como é o caso presente. Ainda que assim não fosse, a matéria foi submetida ao órgão colegiado, encontrando-se superada eventual ofensa ao referido dispositivo.
5. No mais, o acórdão recorrido não diverge da jurisprudência desta Corte que entende cabível a condenação da Fazenda Pública em honorários advocatícios nas execuções individuais procedentes de sentença genérica, ainda que não embargadas. A propósito, confira-se o precedente da Corte Especial:
EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO NÃO EMBARGADA. SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO COLETIVA AJUIZADA POR SINDICATO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 1º-D DA LEI 9.494/97. INCIDÊNCIA AFASTADA. Cabível a condenação da Fazenda Pública em honorários advocatícios nas execuções não embargadas de sentenças proferidas em ações coletivas ajuizadas por sindicato, tendo em vista a não incidência do artigo 1º-D da Lei 9.494/97, acrescido pelo art. 4º da Medida Provisória 2.180-35/2001.
Embargos de Divergência acolhidos (EREsp. 668.115/RS, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, DJU 04.06.2007).

6. Diante do exposto, com fundamento no art. 34, VII do RISTJ, nega-se provimento ao Agravo.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 25 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3891)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.250 - SP (2007/0150054-7)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: LUCIANA KUSHIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARCÍLIA FANTIN RUIZ E OUTRO
ADVOGADO	: DULCE RITA ORLANDO COSTA E OUTRO(S)

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual o agravante alega ofensa ao art. 6º, § 1º da LICC, insurgindo-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
2. Com razão o recorrente.
3. O egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.
2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

4. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
5. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
6. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3892)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.592 - SP (2007/0161907-5)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CARLOS GUSTAVO MOIMAZ MARQUES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HELENA TIEPO SOARES
ADVOGADO	: HELOÍSA HELENA A BECK BOTTION E OUTRO(S)

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual se alega ofensa aos arts. 6º, § 1º da LICC, 75 da Lei 8.213/91 e 535 do CPC.
2. O agravante sustenta a existência de omissão no acórdão recorrido e insurge-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
3. Com razão, em parte, o recorrente.
4. No tocante ao art. 535 do CPC, inexiste a violação apontada. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.
5. No mais, o egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.
2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o

ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

6. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
7. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou parcial provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
8. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
9. Publique-se;
10. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3893)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.648 - SP (2007/0161904-0)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ALESSANDRA C BOARI COELHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: APPARECIDA DADERIO FACHINI
ADVOGADO	: MARIA LUIZA MIYOKO OKAMA ZACHARIAS E OUTRO(S)

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.
1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual o agravante alega ofensa aos arts. 6º, § 1º da LICC e 75 da Lei 8.213/91, insurgindo-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
2. Com razão o recorrente.
3. O egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.
2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

4. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
5. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
6. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3894)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.691 - SP (2007/0162379-3)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: VANESSA BOVE CIRELLO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GERMANA CONCEIÇÃO ALVES DA SILVA
ADVOGADO	: KARINE MANDRUZATO TEIXEIRA

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.
1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual o agravante alega ofensa ao art. 6º, § 1º da LICC, insurgindo-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
2. Com razão o recorrente.
3. O egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.
2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

4. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
5. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
6. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 18 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3895)

RECURSO ESPECIAL Nº 922.958 - RS (2007/0024440-6)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO	: EDGAR LUZ DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO	: LÉA BRITO KASPER - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal.
Insurge-se o recorrente contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça local, que deu parcial provimento ao agravo em execução interposto pela defesa "para cassar a decisão que determinou a perda dos dias remidos e a alteração da data-base para novos benefícios, e manter a decisão que determinou a regressão de regime prisional ao apenado" (fl. 70).
Em suas razões recursais, sustenta, além de divergência jurisprudencial, negativa de vigência aos arts. 127 e 111, parágrafo único, da Lei de Execução Penal, ao argumento de que, "reconhecido o cometimento de falta grave pelo preso, cabe ao juízo da execução decretar a perda dos dias remidos". Afirma que "Tal medida não ofende o direito adquirido, porquanto o instituto da remição, sendo prêmio concedido ao apenado em razão do tempo trabalhado, gera expectativa de direito, não coisa julgada material, quando reconhecido" (fl. 85).
Argumenta ainda que, "cometida falta grave, impõe-se a alteração da data-base, devendo ser levado em conta o dia da recaptura do recorrido para futuros benefícios da execução penal, independentemente de ter havido condenação, transitada em julgado, por fato posterior ao início da execução da pena" (fls. 92/93).
Contra-razões às fls. 110/123.
O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do recurso (fls. 141/142).
É o relatório.
Verifico dos autos que o acórdão recorrido decidiu as questões relativas à perda dos dias remidos e à alteração da data-base para futuros benefícios da execução penal tão-somente à luz de preceito albergado na Constituição Federal.
Com efeito, assentou-se que, segundo a posição sedimentada naquela Câmara Criminal, o art. 127 da Lei 7.280/84 padece de vício de inconstitucionalidade, pois, ao determinar a perda dos dias remidos em virtude do cometimento de falta grave, ofende o direito adquirido do condenado (art. 5º, XXXVI, da CF).
Também declarou o Tribunal *a quo* que "a alteração da data-base para a concessão de benefícios executórios exige o trânsito em julgado da sentença condenatória, sob pena de grave afronta ao princípio basilar do direito penal democrático e garantista: *da presunção de inocência*" (fl. 72).
Destarte, considerando que a competência desta Corte refere-se à matéria infraconstitucional, nos termos do art. 105, III, da CF, torna-se inviável o exame das citadas questões na via especial.
Ante o exposto, com base no art. 38 da Lei 8.038/90, **nego seguimento** ao recurso especial.
Intimem-se.
Brasília, 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3896)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 923.724 - SP (2007/0155418-0)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: KEILA NASCIMENTO SOARES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LUIZA NATALIA ROCHA
ADVOGADO	: VILMA RIBEIRO

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.
1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual o agravante alega ofensa aos arts. 6º, § 1º da LICC e 75 da Lei 8.213/91, insurgindo-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
2. Com razão o recorrente.
3. O egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por

morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.
2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

4. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
5. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
6. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3897)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 924.189 - MG (2007/0150334-0)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CARMEN SILVIA DE SOUSA VALADARES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SEBASTIÃO SOUZA DE ALMEIDA
ADVOGADO	: EMIDIO GONÇALVES DA SILVA

DECISÃO

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, em que a agravante aponta ofensa aos arts. 42 da Lei 8.213/91, 475 e 535 do CPC.
2. O agravante aduz, em suma, que o autor, ora agravado, não se encontra incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta sua subsistência, pelo que não faz jus ao recebimento de aposentadoria por invalidez.
3. A irresignação não merece êxito.
4. No tocante ao art. 535, I e II do CPC, inexiste a violação apontada. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.
5. Quanto ao tema inserto no art. 42 da Lei 8.213/91, o acolhimento das alegações deduzidas no Apelo Nobre ensejaria a incursão no acervo fático-probatório da causa, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ, segundo a qual *a pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial*.

6. Por fim, quanto ao art. 475 da lei adjetiva civil, o recorrente não teceu qualquer raciocínio a fim de demonstrar a violação alegada, encontrando-se, por isso, deficientemente fundamentado o recurso. Aplicável, assim, o óbice inserto na Súmula 284/STF.
7. Diante do exposto, com fundamento no art. 34, VII do RISTJ, nega-se provimento ao Agravo.
8. Publique-se.
9. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 25 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3898)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 924.414 - SP (2007/0160758-8)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: SANDRA TSUCUDA SASAKI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MÁRCIA CRISTINA SILVA SOUZA
ADVOGADO	: CARLOS RENATO GONÇALVES DOMINGOS E OUTRO(S)

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual o agravante alega ofensa aos arts. 6º, § 1º da LICC e 75 da Lei 8.213/91, insurgindo-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
2. Com razão o recorrente.
3. O egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.
2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

4. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
5. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
6. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 21 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3899)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 924.557 - RS (2007/0158225-0)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: DANIEL PEIXOTO DE PEIXOTO E OUTROS
ADVOGADO	: MARIA DO CARMO BANDEIRA DA SILVA

DECISÃO

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado nas alíneas *a* e *c* do art. 105, inciso III da Magna Carta, no qual se alega violação dos arts. 1º do Decreto 20.910/32, 2º, 4º e 6º da Lei 8.622/93, 1º e 2º da Lei 8.627/93 e 1º, § 2º da Lei 6.899/91.
2. A agravante afirma a prescrição do fundo de direito, a impossibilidade de se estender o percentual de 28,86%, decorrente das Leis 8.622/93 e 8.627/93, aos militares, bem como a inaplicabilidade da Súmula 43 quanto ao termo inicial de incidência de correção monetária. Sustenta, ainda, que o soldo, e não a remuneração, deve servir como base de cálculo do aludido reajuste.
3. Razão não assiste à parte.
4. Os temas insertos nos artigos arts. 1º, § 2º da Lei 6.899/91 e 2º da Lei 8.627/93 não foram debatidos pelo Tribunal de origem, tampouco foram suscitados nos Embargos de Declaração opostos. Carecem, portanto, de prequestionamento, requisito indispensável ao acesso às instâncias excepcionais. Aplicáveis, assim, as Súmulas 282 e 356 do STF.
5. No que tange à prescrição, o acórdão estadual não diverge do entendimento deste Pretório de que, *nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação*, a teor da Súmula 85/STJ.
6. Relativamente aos arts. 1º, 2º, 4º e 6º da Lei 8.622/93, a Terceira Seção desta Corte firmou a orientação de que, se o Supremo Tribunal Federal assegurou a todos os servidores públicos civis a percepção do reajuste de 28,86%, a não extensão desse direito aos militares beneficiados com aumentos menores implicaria desrespeito ao princípio da isonomia, assegurado constitucionalmente. Incide, dessa forma, a Súmula 83 desta Corte Superior. Precedente:
EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. LEIS Nos 8.622/93 E 8.627/93. 28,86%. EXTENSÃO AOS MILITARES BENEFICIADOS COM ÍNDICES MENORES. POSSIBILIDADE.
1. Se o Supremo Tribunal Federal, ao afirmar que as Leis 8.622/93 e 8.627/93 concederam revisão geral de remuneração, assegurou aos servidores públicos civis a percepção do índice de 28,86%, a negativa desse direito aos servidores militares beneficiados com reajustes menores implicaria em desrespeito ao princípio da isonomia e ao disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal.
(...).
3. Embargos rejeitados. (EREsp. 572.079/MG, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, DJU 27.03.2006).
7. Diante do exposto, com esteio no art. 34, VII do RISTJ, nega-se provimento ao Agravo.
8. Publique-se; intimações necessárias.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3900)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 924.699 - SP (2007/0155374-0)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: SANDRA TSUCUDA SASAKI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA LÚCIA AIRES PEREIRA
ADVOGADO	: JANETE CRISTINA SANTOS CHAVES E OUTRO(S)

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual o agravante alega ofensa ao art. 6º, § 1º da LICC, insurgindo-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
2. Com razão o recorrente.
3. O egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.
2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

4. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
5. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.

6. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3901)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 924.749 - SP (2007/0155409-0)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: FELIPE FORTE COBO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA LUIZA PALUCCI PIQUERAS
ADVOGADO	: ELCIMENE APARECIDA FERRIELLO E OUTRO(S)

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual o agravante alega ofensa aos arts. 6º, § 1º da LICC e 75 da Lei 8.213/91, insurgindo-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
2. Com razão o recorrente.
3. O egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.

2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.

3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.

4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

4. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
5. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
6. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais).
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3902)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 924.792 - RS (2007/0162339-0)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: TATIANA SILVA DE BONA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VALMIR SILVA DO NASCIMENTO
ADVOGADO	: LUCIANO PIPPI DA SILVA

DECISÃO

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto com fundamento na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual se alega violação dos arts. 6º da LICC, 103 da Lei 8.213/91 e 535 do CPC.
2. O agravante afirma, preliminarmente, que os vícios apontados nos Embargos de Declaração opostos não foram sanados pela Corte de origem. Argumenta, ainda, que o direito pleiteado pelo autor foi atingido pela decadência, porquanto o art. 103 da Lei 8.213/91 estabeleceu o prazo de 5 (cinco) anos para requerer a revisão de qualquer benefício.
3. A pretensão recursal não merece êxito.
4. No tocante ao art. 535 do CPC, inexiste a violação apontada. O Tribunal *a quo* apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.
5. A edição da MP 1.523/97 alterou a redação original do art. 103 da Lei 8.213/91, ditando um prazo decadencial para a revisão da RMI (Renda Mensal Inicial).
6. Assim, o citado art. 103 da Lei 8.213/91, que somente disciplinava o prazo de prescrição para exigir prestações não pagas e não reclamadas na época própria, inovou ao disciplinar prazo decadencial para o direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão de ato de concessão de benefício.
7. Tenho entendido que a lei nova que altera aspectos do benefício previdenciário de forma mais vantajosa para o beneficiário tem aplicação imediata indistintamente a todos os benefícios que estiverem na mesma situação, incidindo, inclusive, para os que estejam em manutenção, bem como para os casos pendentes de concessão.
8. Entretanto, tal entendimento não se aplica à hipótese dos autos, porquanto a referida alteração da Lei 8.213/91 importa em inequívoco gravame ao beneficiário, devendo regular tão-somente os benefícios concedidos posteriormente à sua vigência.
9. Confira-se, ademais, o seguinte precedente:

PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ARTIGO 103 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP 1.523/97 CONVERTIDA NA LEI 9.528/98 E ALTERADO PELA LEI 9.711/98.

(...).

II - O prazo decadencial do direito à revisão de ato de concessão de benefício previdenciário, instituído pela MP 1.523/97, convertida na Lei 9.528/98 e alterado pela Lei 9.711/98, não alcança os benefícios concedidos antes de 27.06.97, data da nona edição da MP 1.523/97.

III - Recurso conhecido em parte e, nessa desprovido. (REsp. 254.186/PR, 5T, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 27.08.2001, p. 376).

10. No mesmo sentido: AgRg no REsp. 717.036/RJ (Rel. Min. PAULO GALLOTTI, DJU 23.10.2006) e REsp. 429.818/SP (Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJU 11.11.2002).
11. Dessa forma, o aresto hostilizado encontra-se em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
12. Diante do exposto, com fundamento no art. 34, VII do RISTJ, nega-se provimento ao Agravo.
13. Publique-se.
14. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3903)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 925.107 - RS (2007/0167728-6)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: JOAO ERNESTO ARAGONES VIANNA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA CRISTINA DOMINGUES SCHUCLER
ADVOGADO	: MARTA MARILU CONDE VIEIRA MARQUES E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS de decisão que não admitiu o recurso especial manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. O aresto recorrido julgou procedente o pedido de revisão da renda mensal inicial do benefício da segurada.
Alega a parte ora agravante violação aos arts. 535, II, do CPC, 6º da LICC e 103, *caput*, da Lei 8.213/91. Sustenta, em síntese, que o direito da parte agravada teria decaído ou teria sido atingido pela prescrição total.
Decido.
Inicialmente, afasto a alegada violação ao art. 535 do CPC, porquanto a questão suscitada foi apreciada pelo acórdão recorrido. Assim, apesar de oposta aos interesses do ora recorrente, o aresto adotou fundamentação apropriada para a conclusão por ele alcançada. Ademais, não há confundir decisão contrária ao interesse da parte com a falta de pronunciamento do órgão julgador.
No mérito, as Turmas que compõem a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça assentaram que as alterações introduzidas no art. 103 da Lei 8.213/91 são irretroativas, não alcançando, portanto, os benefícios concedidos sob a vigência de legislação pretérita. Nessa linha, no pertinente:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. DECADÊNCIA. AFASTAMENTO. PRESCRIÇÃO QUINQÜENAL. RESSALVADA NO PRÓPRIO RECURSO ESPECIAL.
1. A decisão agravada deu provimento ao recurso da autora por considerar que o art. 103 da Lei nº 8.213/91, com a modificação introduzida pela Medida Provisória nº 1.523/97, posteriormente convertida na Lei 9.528/97, somente pode atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência, vez que não é expressamente retroativa e trata de instituto de direito material, não sendo aplicável ao caso em exame, pois o benefício previdenciário foi concedido à segurada em data bem anterior à nova regência normativa.
....
4. Agravo improvido. (AgRg no REsp 717.036/RJ, Sexta Turma, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, DJ de 23/10/06)

Igualmente: REsp 540.904/RS, Sexta Turma, HAMILTON CARVALHIDO, DJ de 1º/7/05; REsp 254.186/PR, Quinta Turma, Rel. Min. GILSON DIPP, DJ de 27/8/01; REsp 260.616/SC, Quinta Turma, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJ de 20/8/01; e REsp 254.263/PR, Quinta Turma, Rel. Min. EDSON VIDIGAL, DJ de 6/11/00.

Desse modo incide, *mutatis mutandis*, o enunciado sumular 83/STJ (AgRg no AG 653.123/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJ de 18/4/05 e AgRg no Ag 135.461/RS, Rel. Min. ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, DJ de 18/8/97).
Diante do exposto, com fulcro no art. 557, *caput*, do CPC, **nego provimento** ao agravo.
Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3904)

RECURSO ESPECIAL Nº 925.323 - MG (2007/0030221-7)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE	: REGINALDO KAROL TELES LEOPOLDO
ADVOGADO	: JANICE NEIVA DE MELO FRANCO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADA	: MAGDA MONTENEGRO E OUTRO(S)

DECISÃO

1. Trata-se de Recurso Especial interposto por REGINALDO KAROL TELES LEOPOLDO, com fundamento na alínea *c* do art. 105, III da Constituição Federal, no qual se insurge contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

ORDINÁRIA. CONCURSO PÚBLICO. HABILITAÇÃO. EDITAL. OBSERVÂNCIA. OBRIGATORIEDADE.

A posse em cargo público demanda o preenchimento dos requisitos expressamente estipulados no instrumento convocatório do concurso para seu preenchimento, cuja observância se submete ao disposto na Súmula 266 do STJ, a ser aplicada diante de omissão ou dúvida na redação do edital.

2. Sustenta o recorrente, em suma, que os requisitos estabelecidos no edital para exercício do cargo devem ser comprovados na ocasião da posse e não no momento da inscrição. Para tanto, alega dissídio jurisprudencial, inclusive com o enunciado da Súmula 266 do Superior Tribunal de Justiça.
3. A irresignação merece prosperar.
4. Com efeito, o acórdão recorrido está em confronto com a jurisprudência desta Corte, cristalizada na Súmula 266, no sentido de que *o diploma ou habilitação legal para o exercício do cargo deve ser exigido na posse e não na inscrição para o concurso público.*
5. Ainda nesse sentido: REsp. 663.553/SP, Rel. Min. HÉLIO QUAGLIA, DJU 11.10.04; AgRg no REsp. 599.482/SP, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, DJU 28.06.04 e AgRg no REsp. 711.300/SP, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJU 06.08.07.
6. Diante do exposto, com esteio no art. 557 § 1º -A do CPC, conhece-se do Recurso Especial e dá-se-lhe provimento para julgar procedente o pedido, invertidos os ônus da sucumbência.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 24 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3905)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 925.347 - SP (2007/0161059-0)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: LUCIANA KUSHIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA DOS REIS DE PAIVA
ADVOGADO	: SEBASTIÃO MOIZES MARTINS

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual o agravante alega ofensa aos arts. 6º, § 1º da LICC e 75 da Lei 8.213/91, insurgindo-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
2. Com razão o recorrente.
3. O egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art.

195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.
2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

4. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
5. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
6. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3906)

RECURSO ESPECIAL Nº 926.197 - MG (2007/0032639-0)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: LEOCI THIAGO DA PAIXÃO
ADVOGADO	: ANDREA ABRITTA GARZON TONET - DEFENSORA PÚBLICA
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por LEOCI THIAGO DA PAIXÃO, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal.
Insurge-se o recorrente contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assim ementado:

TÓXICOS - USUÁRIO - CAUSAS DE AUMETNO DE PENA DO ART. 18 DA LEI 6.368/76 - INAPLICABILIDADE. Nenhuma das causas de aumento de pena previstas nos inciso III, do art. 18, da Lei Antitóxico, aplica-se ao infrator do disposto em seu art. 16, ou seja, o usuário de drogas, pois são elas (as causas de aumento) aplicáveis tão-só ao traficante ou disseminador. PROCESSUAL - INVERSÃO DA ORDEM - INOCORRÊNCIA DE PREJUÍZO. A apresentação pela defesa de alegações finais antes da acusação não enseja nulidade, salvo se houver comprovação de prejuízo.

Sustenta, em suma, divergência jurisprudencial e violação aos arts. 61 da Lei 9.099/95 e 1º, 2º e 20 da Lei 10.259/01, ao argumento de que o acórdão recorrido não ampliou o conceito de crime de menor potencial ofensivo, restringindo sua aplicação somente nos Juizados Especiais Federais.
Contra-razões às fls. 291/299.
O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do recurso (fls. 309/313).
É o relatório.
A análise do mérito recursal encontra-se prejudicada.
Consta dos autos que o recorrente foi condenado pela prática do crime previsto no art. 16, c/c 18, III, da Lei 6.368/76, à pena de 8 (oito) meses de detenção, além do pagamento de 26 (vinte e seis) dias-multa.
Inconformado, interpôs recurso de apelação, ao qual o Tribunal de origem deu parcial provimento para, excluir a causa de aumento prevista no art. 18, III, da Lei 6.368/76 e confirmar a condenação no montante previsto para a pena-base, ou seja, 6 (seis) meses de detenção.
O prazo prescricional aplicável ao caso presente, considerando a pena em concreto, é de 2 (dois) anos, nos termos do art. 109, VI, c/c 110, § 1º, do Código Penal.
Assim, decorridos mais de 2 (dois) anos entre o último marco interruptivo, consubstanciado pela publicação da sentença condenatória, ocorrida em 1º/6/05 (fl. 187), e a presente data, impõe-se o reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição superveniente, restando prejudicado o julgamento deste recurso especial.
Ante o exposto, **declaro** de ofício, a extinção da punibilidade do réu, LEOCI THIAGO DA PAIXÃO, em relação ao fato acima exposto, pela prescrição da pretensão punitiva, nos termos do art. 107, IV, c/c 109, VI, e 110, § 1º, todos do Código Penal, e, com fundamento no art. 34, XI, do RISTJ, **julgo prejudicado** o recurso.
Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3907)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 926.784 - SP (2007/0149115-2)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: SOLANGE PACHECO
ADVOGADO	: RENATA FONSECA DE ANDRADE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: OTAPAN EMPREENDIMENTOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA
ADVOGADO	: SAMIR SAFADI

DECISÃO

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual se alega ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV, LV, 93, IX da Constituição Federal, 130, 133, 165, 334, II, 458, 535 e 620 do CPC.
2. A irresignação não merece êxito.
3. Inicialmente, no que tange aos arts. 5º, XXXV, LIV, LV e 93, IX da Constituição Federal, convém pontificar que este Superior Tribunal de Justiça não detém competência para examinar, em sede de Recurso Especial, eventual ofensa direta à Constituição Federal, cabendo tal apreciação ao Pretório Excelso, na via recursal extraordinária. A respeito: REsp. 891.242/ES, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJU 21.05.2007 e AgRg no REsp. 758.202/RS, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJU 04.06.2007.
4. No tocante aos arts. 165, 458 e 535 do CPC, inexiste a violação apontada. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa às normas ora invocadas.
5. No mais, o acolhimento das alegações deduzidas no Apelo Nobre ensejaria a incursão no acervo fático-probatório da causa, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ, segundo a qual *a pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial.*
6. Diante do exposto, com fundamento no art. 34, VII do RISTJ, nega-se provimento ao Agravo.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 21 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3908)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 927.049 - SP (2007/0174672-6)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: FELIPE FORTE COBO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FERNANDINA DE OLIVEIRA PEDROSA
ADVOGADO	: REGIANE LOPES DE BARROS

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.
1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual o agravante alega ofensa aos arts. 6º, § 1º da LICC e 75 da Lei 8.213/91, insurgindo-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
2. Com razão o recorrente.
3. O egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.
2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

4. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
5. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
6. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3909)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 927.190 - SP (2007/0167970-2)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ALESSANDRA CRISTINA BOARI COELHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA ARÉCIA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: CLÁUDIO CORTIELHA E OUTRO(S)

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.
1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual o agravante alega ofensa ao art. 6º, § 1º da LICC, insurgindo-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
2. Com razão o recorrente.
3. O egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.
2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

4. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
5. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
6. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 21 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3910)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 927.227 - SP (2007/0167983-9)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: PATRÍCIA DE CARVALHO GONÇALVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: WILMA BESSA NISTI E OUTROS
ADVOGADO	: NILTON SOARES DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS de decisão que inadmitiu o recurso especial manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. A Corte *a quo* concedeu a majoração do percentual de pensão por morte a benefício outorgado antes da vigência da Lei 9.032/95, que deu nova redação ao art. 75 da Lei 8.213/91.
Em seu especial, alega o recorrente violação ao art. 6º da LICC, uma vez que o acórdão recorrido concedeu pensão por morte baseando-se em critérios mais benéficos estabelecidos em legislação posterior.
Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do próprio recurso especial.
O Superior Tribunal de Justiça havia uniformizado seu entendimento no sentido de que a regra contida no art. 75 da Lei 8.213/9, segundo alteração conferida pela Lei 9.032/95, teria incidência imediata, independentemente da época da ocorrência do fato gerador do benefício. Ilustrativamente: EREsp 273.866/SP, Rel. Min. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, DJ de 14/3/05.
Todavia, como se viu do Informativo 455/STF, por ocasião do julgamento dos recursos extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 8/2/07, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, firmou entendimento no sentido contrário. Seguindo a mesma orientação jurisprudencial, foram julgados outros 4.908 recursos extraordinários. Dentre eles, confiram-se: RE 441.916-5/PR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJ de 27/4/07; RE 458.717-3/PR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJ de 20/4/07 e RE 470.558-3/RJ, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJ de 18/5/07. Este último restou assim ementado:

I. Benefício previdenciário: pensão por morte ocorrida antes da edição da L. 9.032/95, que deu nova redação ao art. 75 da L. 8.213/91: revisão julgada indevida.
Ao julgar os RREE 415.454 e 416.827, Pleno, 8.2.07, **Gilmar Mendes**, o Supremo Tribunal decidiu que contraria a Constituição (art. 5º, XXXVI, e 195, § 5º), a decisão que defere a revisão para 100% do "salário de benefício" das pensões por morte instituídas antes da vigência da L. 9.032/95, que alterou o art. 75 da L. 8.213/91, sob o qual ocorrera a morte do segurado.
RE provido, conforme os precedentes, com ressalva do voto vencido do Relator deste.
II. Ônus da sucumbência indevidos.

Destarte, na esteira desse entendimento, os benefícios previdenciários concedidos sob a égide da legislação anterior à Lei 9.032/95 deverão observar os requisitos e os percentuais até então estabelecidos, conforme decidiu a Quinta Turma, quando do julgamento do AgRg no AG 511970/SP, de minha relatoria, publicado no DJ de 7/5/07.
Diante do exposto, com fulcro no art 557, § 1º-A, do CPC, **conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial** para, reformando o acórdão recorrido, indeferir o pedido de majoração da cota da pensão por morte. Invertidos os encargos sucumbenciais, cuja exigibilidade fica, entretanto, suspensa, nos termos dos arts. 3º e 12 da Lei 1.060/50.
Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3911)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 927.288 - RS (2007/0182377-2)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CAMILA MOLENDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: OSVALDO GUTERRES DE LEMES
ADVOGADO	: RENATO KLIX PEREIRA

DECISÃO

Verifica-se dos autos que não foi juntada a cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido, peça indispensável à formação do instrumento, a teor do art. 544, § 1º, do CPC.
Como cediço, é "dever e responsabilidade do agravante o traslado e a fiscalização de todas as peças para a instrução do agravo" (AG 447.277/MS, Rel. Min. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, DJ de 6/11/02).
Ante o exposto, **não conheço** do agravo de instrumento.
Intimem-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3912)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 927.299 - RS (2007/0184402-0)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CAMILA MOLENDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ILDEFONSO CHAVARRIA MEIRELLES
ADVOGADO	: JOSÉ BERNARDO DE MEDEIROS NETO

DECISÃO

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto com fundamento na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual se alega violação dos arts. 6º da LICC e 103 da Lei 8.213/91.
2. A pretensão recursal não merece êxito.
3. A edição da MP 1.523/97 alterou a redação original do art. 103 da Lei 8.213/91, ditando um prazo decadencial para a revisão da RMI (Renda Mensal Inicial).
4. Assim, o citado art. 103 da Lei 8.213/91, que somente disciplinava o prazo de prescrição para exigir prestações não pagas e não reclamadas na época própria, inovou ao disciplinar prazo decadencial para o direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão de ato de concessão de benefício.
5. Tenho entendido que a lei nova que altera aspectos do benefício previdenciário de forma mais vantajosa para o beneficiário tem aplicação imediata indistintamente a todos os benefícios que estiverem na mesma situação, incidindo, inclusive, para os que estejam em manutenção, bem como para os casos pendentes de concessão.
6. Entretanto, tal entendimento não se aplica à hipótese dos autos, porquanto a referida alteração da Lei 8.213/91 importa em inequívoco gravame ao beneficiário, devendo regular tão-somente os benefícios concedidos posteriormente à sua vigência.
7. Confira-se, por oportuno, o seguinte precedente:
PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ARTIGO 103 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP 1.523/97 CONVERTIDA NA LEI 9.528/98 E ALTERADO PELA LEI 9.711/98.
(...).
II - O prazo decadencial do direito à revisão de ato de concessão de benefício previdenciário, instituído pela MP 1.523/97, convertida na Lei 9.528/98 e alterado pela Lei 9.711/98, não alcança os benefícios concedidos antes de 27.06.97, data da nona edição da MP 1.523/97.
III - Recurso conhecido em parte e, nessa desprovido. (REsp. 254.186/PR, 5T, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 27.08.2001, p. 376).
8. No mesmo sentido: AgRg. no REsp. 717.036/RJ (Rel. Min. PAULO GALLOTTI, DJU 23.10.2006) e REsp. 429.818/SP (Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJU 11.11.2002).
9. Dessa forma, o aresto hostilizado encontra-se em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
10. Ante o exposto, com fundamento no art. 34, VII do RISTJ, nega-se provimento ao Agravo.
11. Publique-se.
12. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 25 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3913)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 927.324 - SP (2007/0177629-6)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MARIA NEUZA DE SOUZA PEREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FLORINDA FADINI KARAM
ADVOGADO	: EGNALDO LÁZARO DE MORAES E OUTRO(S)

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.
1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual o agravante alega ofensa ao art. 6º, § 1º da LICC, insurgindo-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
2. Com razão o recorrente.
3. O egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.
2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

4. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
5. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
6. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3914)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 927.573 - PR (2007/0168609-5)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MÚRCIO KLÉBER GOMES FERREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARCO ANTÔNIO FERREIRA E OUTROS
ADVOGADO	: ROBERTO BAPTISTA DIAS DA SILVA E OUTRO(S)

DECISÃO

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Magna Carta, no qual se alega violação dos arts. 525, I e II, 244 e 250, *caput* do CPC.
2. A digna autoridade prolatora da decisão agravada reputou inexistentes os pressupostos para o processamento do recurso.
3. Contudo, tendo em vista a constatação, em exame perfunctório dos autos, do preenchimento dos requisitos de admissibilidade do Apelo Especial, dá-se provimento ao Agravo para melhor exame da controvérsia. Subam os autos principais.
4. Publique-se; intimações necessárias.

Brasília/DF, 24 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3915)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 927.628 - MG (2007/0162695-2)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: WANJA MEYRE SOARES DE CARVALHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DALVINA ROSA MARIOSA
ADVOGADO	: PATRICIA VIEIRA ALVERANGA E OUTRO(S)

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III da Carta Magna, no qual o agravante alega divergência jurisprudencial e ofensa aos arts. 6º, § 1º da LICC, 75 da Lei 8.213/91 e 5º, XXXVI da Constituição Federal, insurgindo-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.

2. Com razão o recorrente.

3. Inicialmente, no que tange aos arts. 5º, XXXVI da Constituição Federal, convém pontificar que este Superior Tribunal de Justiça não detém competência para examinar, em sede de Recurso Especial, eventual ofensa direta à Constituição Federal, cabendo tal apreciação ao Pretório Excelso, na via recursal extraordinária. A respeito: REsp. 891.242/ES, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJU 21.05.2007 e AgRg no REsp. 758.202/RS, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJU 04.06.2007.

4. O egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.

2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.

3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.

4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

5. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.

6. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.

7. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.

8. Publique-se; intimações necessárias.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3916)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 927.731 - SP (2007/0167951-2)

RELATOR	:	MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	BRUNO TAKAHASHI E OUTRO(S)
AGRAVADO	:	AUREA RODRIGUES DE ALMEIDA
ADVOGADO	:	JAIR CAETANO DE CARVALHO E OUTRO(S)

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual o agravante alega ofensa ao art. 6º, § 1º da LICC, insurgindo-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.

2. Com razão o recorrente.

3. O egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.

2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.

3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.

4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

6. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.

7. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou parcial provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.

8. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais).

9. Publique-se;

10. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3918)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.814 - RN (2007/0184362-7)

RELATOR	:	MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	JORGE ANDRADE DE MEDEIROS E OUTRO(S)
AGRAVADO	:	ZÉLIA SILVA GONÇALVES
ADVOGADO	:	MARIA TÂNIA ROCHA PASCOAL

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III da Carta Magna, no qual o agravante alega divergência jurisprudencial e ofensa ao art. 75 da Lei 8.213/91, insurgindo-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.

2. Com razão o recorrente.

3. O egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.

2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.

3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.

4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

6. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.

7. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou parcial provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.

8. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais).

9. Publique-se;

10. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3918)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.814 - RN (2007/0184362-7)

RELATOR	:	MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	JORGE ANDRADE DE MEDEIROS E OUTRO(S)
AGRAVADO	:	ZÉLIA SILVA GONÇALVES
ADVOGADO	:	MARIA TÂNIA ROCHA PASCOAL

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III da Carta Magna, no qual o agravante alega divergência jurisprudencial e ofensa ao art. 75 da Lei 8.213/91, insurgindo-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.

2. Com razão o recorrente.

3. O egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.

2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de

custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

4. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
5. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
6. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3919)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.193 - SP (2007/0187365-4)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CARLOS GUSTAVO MOIMAZ MARQUES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSEFA GUERRA DOMINGUEZ DE CASTRO
ADVOGADO	: JAIR CAETANO DE CARVALHO E OUTRO(S)

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.
1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual o agravante alega ofensa aos arts. 6º, § 1º da LICC e 75 da Lei 8.213/91, insurgindo-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
2. Com razão o recorrente.
3. O egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.
2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

4. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
5. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
6. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3920)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.710 - BA (2007/0170504-6)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR	: CRISTIANE DE ARAÚJO GOES MAGALHÃES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NIVALDO JOSÉ DE CARVALHO SILVA
ADVOGADO	: TEREZA CRISTINA DE OLIVEIRA CARNEIRO E OUTRO(S)

DECISÃO

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Magna Carta, no qual se alega ofensa aos arts. 6º da LICC, 126 e 535, II do CPC.
2. O acórdão recorrido está assim ementado, por seu *caput*:
APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA EM AÇÃO ORDINÁRIA. SUPRESSÃO DE VANTAGENS COM CONSEQÜENTE REDUÇÃO DE VENCIMENTOS. ILEGALIDADE. PROCEDÊNCIA PARCIAL DA AÇÃO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. NECESSÁRIA APLICAÇÃO DO QUANTO PRECEITUAM OS ARTS. 20, § 3º E 4º E 21, CAPUT, AMBOS DO CPC. ISENÇÃO DO ENTE PÚBLICO QUANTO AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS.
3. Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados.
4. O agravante aduz, em síntese, que não há direito adquirido à percepção de uma vantagem que decorre de lei revogada.
5. A pretensão recursal não merece êxito.
6. Assinale-se, de início, que as alegações de violação ao art. 535, II do Código de Processo Civil, cingem-se ao fato de ter o acórdão recorrido sido omisso na análise de princípios constitucionais. E, como é cediço, não cabe ao STJ, na análise de violação ao art. 535 do Código de Processo Civil, examinar omissão de dispositivo constitucional, sob pena de usurpar a competência do Supremo Tribunal Federal na análise do juízo de admissibilidade dos recursos extraordinários.
7. Confira-se, por oportuno, o seguinte precedente:
ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. INDENIZAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. AFRONTA AO ART. 535 DO CPC. QUESTÃO CONSTITUCIONAL. APRECIAÇÃO INVIABILIZADA. QUESTÃO INFRACONSTITUCIONAL. OMISSÃO AUSENTE. AFRONTA AO ART. 468 DO CPC. ACÓRDÃO FUNDADO NO SUBSTRATO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS AO ENTENDER PELA INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7/STJ.
1. A suposta violação ao art. 535, II do CPC, justificada pela omissão da Corte de origem acerca de dispositivos constitucionais é inviável de ser apreciada na via eleita, vez que o exame nesta sede especial da relevância da matéria buscando averiguar possível omissão representaria usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal. Precedentes: AgRg no REsp. nº 176.586/DF, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, DJ de 01/07/2005; REsp. nº 462.291/SP, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJ de 23/05/2005.

(...). (AgRg no REsp. 930.275/CE, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, DJU 03.09.2007)
8. Quanto ao art. 126 do CPC, não foi alvo de debate pelo acórdão recorrido, a despeito da oposição do recurso declaratório, carecendo, portanto do requisito do prequestionamento, o que atrai, no ponto, o disposto na Súmula 211/STJ.
9. Por fim, as razões recursais não rebateram a fundamentação do acórdão de ter ocorrido decadência do direito da Administração Pública de suprimir a gratificação de zona, a teor do quando dispõe o art. 54 da Lei 9.784/99, e de que a supressão da referida gratificação importou no decréscimo dos vencimentos do ora recorrido. Sendo fundamentos suficientes a manter a decisão, incide o disposto na Súmula 283/STF.
10. Ante o exposto, com fundamento no art. 34, VII do RISTJ, nega-se provimento ao Agravo.
11. Publique-se.
12. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 24 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3921)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.114 - DF (2007/0176407-7)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: IONE MARIA ANTONIETTA PARCA
ADVOGADO	: ROBERTO GOMES FERREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR	: ADEMIR MARCOS AFONSO E OUTRO(S)

DECISÃO

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto com fundamento nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III da Carta Magna, no qual se alega ofensa aos arts. 5º, XXXVI e 40, § 4º da Constituição Federal e 6º da LICC, além de dissídio jurisprudencial.
2. A agravante aduz, em síntese, que foi aposentada no último nível da carreira do magistério do Distrito Federal, sendo possuidora, a seu ver, de direito adquirido a figurar na mesma classificação quando da reestruturação promovida pela Lei Distrital 3.318/2004.
3. A pretensão recursal não merece êxito.
4. Inicialmente, no que tange aos arts. 5º, XXXVI e 40, § 4º da CF, não cabe, em sede de Recurso Especial, a apreciação de matéria constitucional.
5. Quanto ao art. 6º da LICC, tanto a jurisprudência desta Corte quanto a do Pretório Excelso são uníssonas em asseverar a possibilidade de reestruturação administrativa do funcionalismo público, desde que respeitada a irredutibilidade de vencimentos ou de proventos - como ocorrido na espécie -, uma vez que servidor público não possui direito adquirido à imutabilidade de regime jurídico ou de remuneração. Nessa esteira:
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. REENQUADRAMENTO. DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. INEXISTÊNCIA. PRESERVAÇÃO DA REMUNERAÇÃO TOTAL ANTERIOR. PRECEDENTES DO STF E DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
(...).
2. O Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento acerca da legalidade da reestruturação administrativa que altera o enquadramento de servidores inativos, desde que respeitada a irredutibilidade dos vencimentos.
3. Agravo Regimental improvido. (AgRg no Ag 812.724/MS, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJU 26.02.2007).

2 2 2

RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. CABIMENTO. SERVIDOR PÚBLICO. REENQUADRAMENTO DE INATIVOS. LEGALIDADE. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO À INAMOVIBILIDADE DENTRO DA CARREIRA. IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS.
(...).
2. No que se refere ao reenquadramento de servidores, este egrégio Superior de Justiça, em consonância com a jurisprudência pacificada na Máxima Corte, firmou o entendimento de que não há direito adquirido à inamovibilidade dentro da carreira ou à imutabilidade de regime. Não demonstrada a ocorrência de violação ao princípio da irredutibilidade de vencimentos quando da reestruturação da carreira, não há direito líquido e certo a ser amparado neste writ.
3. Recurso Ordinário improvido. Segurança denegada. (RMS 3.771/SC, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJU 30.10.2006).

6. Confiram-se, ainda, as seguintes decisões monocráticas, proferidas em hipóteses semelhantes: Ag. 892.131/DF (Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, DJU 21.06.2007); Ag. 876.854/DF (Rel. Min. LAURITA VAZ, DJU 31.05.2007) e Ag. 761.304/DF (Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJU 23.06.2006).
7. No que toca à alínea *c*, o aventado dissídio jurisprudencial não foi analiticamente demonstrado de acordo com o art. 255, § 2º do RISTJ e 541, parágrafo único do Estatuto Processual Civil.
8. Ante o exposto, com fundamento no art. 34, VII do RISTJ, nega-se provimento ao Agravo.
9. Publique-se.
10. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 25 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3922)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.332 - SC (2007/0154058-3)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: LUIZ GONZAGA DA CUNHA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DIRNEI LEANDRO
ADVOGADO	: ARLINDO ROCHA

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL de decisão que não admitiu o recurso especial manifestado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. O aresto recorrido julgou procedente o pedido de concessão de auxílio-acidente, ao entendimento de que a moléstia detectada guarda relação com a atividade laboral desenvolvida pelo segurado, a par de restar caracterizada a incapacidade laboral.
Alega a parte ora agravante, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 19 e 86 da Lei 8.213/91. Sustenta, em síntese, restar devidamente comprovado que a doença não incapacita o segurado para o trabalho, além de estar ausente o nexo causal.
Passo a decidir.
Convém transcrever o que registrou o acórdão recorrido (fl. 7):

É que o acervo probatório, visto no seu todo, conclui que o trabalho exercido pelo autor, ceramista, se não foi a causa única para a eclosão da enfermidade, contribuiu de forma decisiva para tanto.

Antevê-se tal fato pelo teor da própria perícia, como deflui da judiciosa manifestação do Dr. André Carvalho, digno Procurador de Justiça.

Como se vê, o Tribunal *a quo*, ante a análise dos elementos fáticos-probatórios carreados aos autos, concluiu pela incapacidade laborativa e pela presença de nexo causal. Inviável, assim, a reapreciação da matéria em razão do óbice do verbete sumular 7/STJ.
O dissídio, por sua vez, não restou caracterizado na forma exigida pelo art. 541, parágrafo único, c/c o 255, §§ 1º e 2º, do RI/STJ.
Ainda que assim não fosse, tratando-se o caso concreto de reexame do conjunto fático-probatório dos autos, resta inviável a apreciação do especial pela alínea *c* (AgRg no Ag 135.457/RS, Rel. Min. BARROS MONTEIRO, DJ de 31/3/03).
Diante do exposto, **nego provimento** ao agravo.
Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3923)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.264 - RS (2007/0164641-5)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: FABIANO HASELOF VALCANOVER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JACINTA TERESINHA KIST MALDANER E OUTROS
ADVOGADO	: THIAGO CECCHINI BRUNETTO E OUTRO(S)

DECISÃO

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, em que o agravante aponta ofensa ao art. 1º-D da Lei 9.494/97, sustentando não serem devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública em execução não embargada.
2. A irresignação não merece êxito.
3. O aresto hostilizado amolda-se à jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça que entende cabível a condenação da Fazenda Pública em honorários advocatícios nas execuções individuais procedentes de sentença genérica, ainda que não embargadas. A propósito, cite-se o seguinte precedente da eg. Corte Especial:
EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO NÃO EMBARGADA. SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO COLETIVA AJUIZADA POR SINDICATO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 1º-D DA LEI 9.494/97. INCIDÊNCIA AFASTADA. Cabível a condenação da Fazenda Pública em honorários advocatícios nas execuções não embargadas de sentenças proferidas em ações coletivas ajuizadas por sindicato, tendo em vista a não incidência do artigo 1º-D da Lei 9.494/97, acrescido pelo art. 4º da Medida Provisória 2.180-35/2001.
Embargos de Divergência acolhidos (EREsp. 668.115/RS, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, DJU 04.06.2007).
4. Diante do exposto, com fundamento no art. 34, VII do RISTJ, nega-se provimento ao Agravo.
5. Publique-se.
6. Intimações necessárias.
Brasília/DF, 25 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3924)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.466 - SP (2007/0164103-4)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: LUCIANA KUSHIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VERA DE SOUZA FERREIRA
ADVOGADO	: SANDRA DE NICOLA ALMEIDA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS de decisão que inadmitiu o recurso especial manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. A Corte *a quo* concedeu a majoração do percentual de pensão por morte a benefício outorgado antes da vigência da Lei 9.032/95, que deu nova redação ao art. 75 da Lei 8.213/91.
Em seu especial, alega o recorrente violação ao art. 6º da LICC, uma vez que o acórdão recorrido concedeu pensão por morte baseando-se em critérios mais benéficos estabelecidos em legislação posterior.
Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do próprio recurso especial.
O Superior Tribunal de Justiça havia uniformizado seu entendimento no sentido de que a regra contida no art. 75 da Lei 8.213/9, segundo alteração conferida pela Lei 9.032/95, teria incidência imediata, independentemente da época da ocorrência do fato gerador do benefício. Ilustrativamente: EREsp 273.866/SP, Rel. Min. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, DJ de 14/3/05.
Todavia, como se viu do Informativo 455/STF, por ocasião do julgamento dos recursos extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 8/2/07, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, firmou entendimento no sentido contrário. Seguindo a mesma orientação jurisprudencial, foram julgados outros 4.908 recursos extraordinários. Dentre eles, confiram-se: RE 441.916-5/PR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJ de 27/4/07; RE 458.717-3/PR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJ de 20/4/07 e RE 470.558-3/RJ, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJ de 18/5/07. Este último restou assim ementado:

I. Benefício previdenciário: pensão por morte ocorrida antes da edição da L. 9.032/95, que deu nova redação ao art. 75 da L. 8.213/91: revisão julgada indevida.
Ao julgar os RREE 415.454 e 416.827, Pleno, 8.2.07, **Gilmar Mendes**, o Supremo Tribunal decidiu que contraria a Constituição (art. 5º, XXXVI, e 195, § 5º), a decisão que defere a revisão para 100% do "salário de benefício" das pensões por morte instituídas antes da vigência da L. 9.032/95, que alterou o art. 75 da L. 8.213/91, sob o qual ocorrera a morte do segurado.
RE provido, conforme os precedentes, com ressalva do voto vencido do Relator deste.
II. Ônus da sucumbência indevidos.

Destarte, na esteira desse entendimento, os benefícios previdenciários concedidos sob a égide da legislação anterior à Lei 9.032/95 deverão observar os requisitos e os percentuais até então estabelecidos, conforme decidiu a Quinta Turma, quando do julgamento do AgRg no AG 511970/SP, de minha relatoria, publicado no DJ de 7/5/07.
Diante do exposto, com fulcro no art 557, § 1º-A, do CPC, **conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial** para, reformando o acórdão recorrido, indeferir o pedido de majoração da cota da pensão por morte. Invertidos os encargos sucumbenciais, cuja exigibilidade fica, entretanto, suspensa, nos termos dos arts. 3º e 12 da Lei 1.060/50.
Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3925)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.511 - SP (2007/0165784-0)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: LUIZ OTAVIO PILON DE MELLO MATTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: WALDELICE DE SOUZA ALENCAR
ADVOGADO	: NILTON SOARES DE OLIVEIRA JÚNIOR E OUTRO(S)

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.
1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual se alega ofensa aos arts. 6º, § 1º da LICC e 535 do CPC.
2. O agravante sustenta a existência de omissão no acórdão recorrido e insurge-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
3. Com razão, em parte, o recorrente.
4. No tocante ao art. 535 do CPC, inexiste a violação apontada. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.
5. No mais, o egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.
2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

6. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
7. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou parcial provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
8. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
9. Publique-se;
10. Intimações necessárias.
Brasília/DF, 21 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3926)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.646 - SP (2007/0196370-5)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ELISANGELA PEREIRA DE CARVALHO LEITÃO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BRANCA DA COSTA GUERRA E OUTROS
ADVOGADO	: VILMA RIBEIRO E OUTRO(S)

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.
1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual o agravante alega ofensa aos arts. 6º, § 1º da LICC e 75 da Lei 8.213/91, insurgindo-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
2. Com razão o recorrente.
3. O egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.
2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

4. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
5. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.

6. Arcarão as autoras, ora agravadas, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais).
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3927)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.648 - SP (2007/0196368-9)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ELISANGELA PEREIRA DE CARVALHO LEITÃO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALICE BERTOLLA ROZEIRA
ADVOGADO	: ILZA OGI E OUTRO(S)

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual o agravante alega ofensa ao art. 6º, § 1º da LICC, insurgindo-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
2. Com razão o recorrente.
3. O egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.
2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

4. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
5. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
6. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3928)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.464 - SP (2007/0161922-8)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: BRUNO TAKAHASHI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CLEONICE CONDE E OUTROS
ADVOGADO	: WALTER BORDINASSO JUNIOR E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS de decisão que inadmitiu o recurso especial manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. A Corte *a quo* concedeu a majoração do percentual de pensão por morte a benefício outorgado antes da vigência da Lei 9.032/95, que deu nova redação ao art. 75 da Lei 8.213/91.
Em seu especial, alega o recorrente violação ao art. 6º da LICC, uma vez que o acórdão recorrido concedeu pensão por morte baseando-se em critérios mais benéficos estabelecidos em legislação posterior.
Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do próprio recurso especial.
O Superior Tribunal de Justiça havia uniformizado seu entendimento no sentido de que a regra contida no art. 75 da Lei 8.213/9, segundo alteração conferida pela Lei 9.032/95, teria incidência imediata, independentemente da época da ocorrência do fato gerador do benefício. Ilustrativamente: EREsp 273.866/SP, Rel. Min. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, DJ de 14/3/05.
Todavia, como se viu do Informativo 455/STF, por ocasião do julgamento dos recursos extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 8/2/07, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, firmou entendimento no sentido contrário. Seguindo a mesma orientação jurisprudencial, foram julgados outros 4.908 recursos extraordinários. Dentre eles, confiram-se: RE 441.916-5/PR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJ de 27/4/07; RE 458.717-3/PR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJ de 20/4/07 e RE 470.558-3/RJ, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJ de 18/5/07. Este último restou assim ementado:

I. Benefício previdenciário: pensão por morte ocorrida antes da edição da L. 9.032/95, que deu nova redação ao art. 75 da L. 8.213/91: revisão julgada indevida.
Ao julgar os RREE 415.454 e 416.827, Pleno, 8.2.07, **Gilmar Mendes**, o Supremo Tribunal decidiu que contraria a Constituição (art. 5º, XXXVI, e 195, § 5º), a decisão que defere a revisão para 100% do "salário de benefício" das pensões por morte instituídas antes da vigência da L. 9.032/95, que alterou o art. 75 da L. 8.213/91, sob o qual ocorrera a morte do segurado.
RE provido, conforme os precedentes, com ressalva do voto vencido do Relator deste.
II. Ônus da sucumbência indevidos.

Destarte, na esteira desse entendimento, os benefícios previdenciários concedidos sob a égide da legislação anterior à Lei 9.032/95 deverão observar os requisitos e os percentuais até então estabelecidos, conforme decidiu a Quinta Turma, quando do julgamento do AgRg no AG 511970/SP, de minha relatoria, publicado no DJ de 7/5/07.
Diante do exposto, com fulcro no art 557, § 1º-A, do CPC, **conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial** para, reformando o acórdão recorrido, indeferir o pedido de majoração da cota da pensão por morte. Invertidos os encargos sucumbenciais, cuja exigibilidade fica, entretanto, suspensa, nos termos dos arts. 3º e 12 da Lei 1.060/50.
Intimem-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3929)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.887 - SP (2007/0154102-6)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: RONALDO GUIMARÃES GALLO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FELÍCIO COSTA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: RENATO MATOS GARCIA E OUTRO(S)

DECISÃO

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, em que se aponta ofensa aos arts. 458, II e 535 do CPC.
2. A agravante afirma que o acórdão padece de obscuridade uma vez que, ao conceder o benefício de aposentadoria por tempo de serviço ao autor, com reconhecimento de períodos prestados em atividades especiais, a Corte *a quo* não se manifestou acerca da demonstração do exercício dessas últimas atividades nos períodos de 01.04.80 a 30.09.80 e de 01.10.80 a 01.04.85.
3. A irresignação não merece êxito.
4. Inexiste a violação apontada. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia relativa à concessão de aposentadoria por tempo de serviço, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.
5. Diante do exposto, com fundamento no art. 34, VII do RISTJ, nega-se provimento ao Agravo.
6. Publique-se; intimações necessárias.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3930)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933.068 - SP (2007/0177677-7)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: VANESSA BOVE CIRELLO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DALVA SANTOS GOMES DA SILVA
ADVOGADO	: MARISTELA RODRIGUES LEITE E OUTRO(S)

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual o agravante alega ofensa aos arts. 6º, § 1º da LICC e 75 da Lei 8.213/91, insurgindo-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
2. Com razão o recorrente.
3. O egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.
2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

4. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
5. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte, previstos nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
6. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3931)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933.072 - SP (2007/0177759-7)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: LUIZ OTAVIO PILON DE MELLO MATTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CÉLIA REGUEIRO CARBALLEIRA DE MORADO
ADVOGADO	: ALEXANDRE RAMOS ANTUNES

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS de decisão que inadmitiu o recurso especial manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. A Corte *a quo* concedeu a majoração do percentual de pensão por morte a benefício outorgado antes da vigência da Lei 9.032/95, que deu nova redação ao art. 75 da Lei 8.213/91.

Em seu especial, alega o recorrente violação aos arts. 5º, LV, da Constituição, 37 da Lei 3.807/60, 48 da CLPS, 75 da Lei 8.213/91 e 535, II do CPC, uma vez que o acórdão recorrido concedeu pensão por morte baseando-se em critérios mais benéficos estabelecidos em legislação posterior.
Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do próprio recurso especial.
Inicialmente, cabe ressaltar ser inviável, em sede especial, a apreciação de suposta violação a dispositivo constitucional, sob pena de invadir-se a competência do Supremo Tribunal Federal, prevista no art. 102, III, da Constituição.
Doutro lado, afasto a alegada violação ao art. 535 do CPC, porquanto a questão suscitada foi apreciada pelo acórdão recorrido. Assim, apesar de oposta aos interesses do ora recorrente, o aresto adotou fundamentação apropriada para a conclusão por ele alcançada. Ademais, não há confundir decisão contrária ao interesse da parte com a falta de pronunciamento do órgão julgador.
No mérito, o Superior Tribunal de Justiça havia uniformizado seu entendimento no sentido de que a regra contida no art. 75 da Lei 8.213/9, segundo alteração conferida pela Lei 9.032/95, teria incidência imediata, independentemente da época da ocorrência do fato gerador do benefício. Ilustrativamente: EREsp 273.866/SP, Rel. Min. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, DJ de 14/3/05.
Todavia, como se viu do Informativo 455/STF, por ocasião do julgamento dos recursos extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 8/2/07, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, firmou entendimento no sentido contrário. Seguindo a mesma orientação jurisprudencial, foram julgados outros 4.908 recursos extraordinários. Dentre eles, confiram-se: RE 441.916-5/PR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJ de 27/4/07; RE 458.717-3/PR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJ de 20/4/07 e RE 470.558-3/RJ, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJ de 18/5/07. Este último restou assim ementado:

I. Benefício previdenciário: pensão por morte ocorrida antes da edição da L. 9.032/95, que deu nova redação ao art. 75 da L. 8.213/91: revisão julgada indevida.
Ao julgar os RREE 415.454 e 416.827, Pleno, 8.2.07, **Gilmar Mendes**, o Supremo Tribunal decidiu que contraria a Constituição (art. 5º, XXXVI, e 195, § 5º), a decisão que defere a revisão para 100% do "salário de benefício" das pensões por morte instituídas antes da vigência da L. 9.032/95, que alterou o art. 75 da L. 8.213/91, sob o qual ocorrera a morte do segurado.
RE provido, conforme os precedentes, com ressalva do voto vencido do Relator deste.
II. Ônus da sucumbência indevidos.

Destarte, na esteira desse entendimento, os benefícios previdenciários concedidos sob a égide da legislação anterior à Lei 9.032/95 deverão observar os requisitos e os percentuais até então estabelecidos, conforme decidiu a Quinta Turma, quando do julgamento do AgRg no AG 511970/SP, de minha relatoria, publicado no DJ de 7/5/2007.
Diante do exposto, com fulcro no art 557, § 1º-A, do CPC, **conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial** para, reformando o acórdão recorrido, indeferir o pedido de majoração da cota da pensão por morte. Invertidos os encargos sucumbenciais, cuja exigibilidade fica, entretanto, suspensa, nos termos dos arts. 3º e 12 da Lei 1.060/50.
Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3932)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933.229 - RS (2007/0155568-2)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: FERNANDA VIDAL FEHSE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LUIZ FERNANDO DA SILVA FONSECA
ADVOGADO	: LUCIANA ALVARES DE CASTRO E SOUSA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS de decisão que não admitiu o recurso especial manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. O aresto recorrido julgou procedente o pedido de revisão da renda mensal inicial do benefício do segurado.
Alega a parte ora agravante violação aos arts. 6º da LICC e 103, *caput*, da Lei 8.213/91. Sustenta, em síntese, que o direito da parte agravada teria decaído ou teria sido atingido pela prescrição total.
Decido.
As Turmas que compõem a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça assentaram que as alterações introduzidas no art. 103 da Lei 8.213/91 são irretroativas, não alcançando, portanto, os benefícios concedidos sob a vigência de legislação pretérita. Nessa linha, no pertinente:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. DECADÊNCIA. AFASTAMENTO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. RESSALVADA NO PRÓPRIO RECURSO ESPECIAL.
1. A decisão agravada deu provimento ao recurso da autora por considerar que o art. 103 da Lei nº 8.213/91, com a modificação introduzida pela Medida Provisória nº 1.523/97, posteriormente convertida na Lei 9.528/97, somente pode atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência, vez que não é expressamente retroativa e trata de instituto de direito material, não sendo aplicável ao caso em exame, pois o benefício previdenciário foi concedido à segurada em data bem anterior à nova regência normativa.
.....
4. Agravo improvido. (AgRg no REsp 717.036/RJ, Sexta Turma, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, DJ de 23/10/06)

Igualmente: REsp 540.904/RS, Sexta Turma, HAMILTON CARVALHIDO, DJ de 1º/7/05; REsp 254.186/PR, Quinta Turma, Rel. Min. GILSON DIPP, DJ de 27/8/01; REsp 260.616/SC, Quinta Turma, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJ de 20/8/01; e REsp 254.263/PR, Quinta Turma, Rel. Min. EDSON VIDIGAL, DJ de 6/11/00.
Desse modo incide, *mutatis mutandis*, o enunciado sumular 83/STJ (AgRg no AG 653.123/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJ de 18/4/05 e AgRg no Ag 135.461/RS, Rel. Min. ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, DJ de 18/8/97).

Diante do exposto, com fulcro no art. 557, *caput*, do CPC, **nego provimento** ao agravo.
Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3933)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 934.003 - SP (2007/0204534-9)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ESTELA VILELA GONCALVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ELZA MARTINEZ BLANCO
ADVOGADO	: JAIR CAETANO DE CARVALHO E OUTRO(S)

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO TEMPO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ORIENTAÇÃO DO STF EM INÚMEROS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III da Carta Magna, no qual o agravante alega dissídio jurisprudencial e ofensa aos arts. 6º, § 1º da LICC, 5º, XXXVI e 195, § 5º da Constituição Federal, insurgindo-se contra a aplicação imediata das Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotaram índices mais vantajosos para o cálculo da pensão por morte.
2. Com razão o recorrente.
3. O egrégio STF consolidou, recentemente, o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício previdenciário da pensão por morte, sob pena de violação do art. 195, § 5º da Constituição Federal. Afastou, dessa forma, a incidência das referidas Leis 9.032/95 e 9.528/97 nos benefícios concedidos anteriormente à sua vigência. Tal orientação passou a ser adotada pela Quinta Turma do STJ, sem discrepâncias, consoante se verifica do seguinte julgado:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REAJUSTE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 75 DA LEI 8.213/91, PELA REDAÇÃO DA LEI 9.032/95. LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AUSÊNCIA DE FONTE DE CUSTEIO. ENTENDIMENTO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. O entendimento da Terceira Seção deste Tribunal encontrava-se pacificado no sentido de ser possível estender a incidência da lei nova mais vantajosa a todos os segurados, independentemente da lei vigente na data do fato gerador do benefício no tocante à pensão por morte. Essa orientação, contudo, não traduzia aplicação retroativa da lei moderna mas, simplesmente, sua incidência imediata.
2. Todavia, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 415.454/SC e 416.827/SC, em 08/02/2007, ambos da relatoria do Min. GILMAR MENDES, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, consignou a inaplicabilidade de lei posterior mais benéfica ao benefício pensão por morte, quer porque ofende o ato jurídico perfeito, quer porque não existe correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração, nos termos do artigo 195, § 5º da Constituição Federal.
3. Diante destas considerações, deve prevalecer o entendimento do Pretório Excelso no sentido da inaplicabilidade da Lei 9.032/95 aos benefícios de pensão por morte concedidos em momento anterior a sua vigência.
4. Agravo Interno desprovido (AgRg no Ag 864.932/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 12.06.2007).

4. Sob tal prisma, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista, quanto à aplicabilidade das leis posteriores mais benéficas ao segurado, e acompanho a posição acolhida pelo Pretório Excelso.
5. Ante o exposto, com base no art. 544, § 3º do CPC, conheço do Agravo e dou provimento ao Recurso Especial para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação do INSS ao pagamento relativo à majoração dos coeficientes de cálculo da pensão por morte previsto nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
6. Arcará a autora, ora agravada, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50.
7. Publique-se;
8. Intimações necessárias.
Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3934)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 940.038 - SP (2007/0208947-7)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: LUIZ MARCELO COCKELL E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EDUARDO TAVARES SOBRINHO
ADVOGADO	: JAIR CAETANO DE CARVALHO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS de decisão que não admitiu o recurso especial manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. O aresto recorrido, mantendo a decisão de primeiro grau, julgou procedente o pedido para determinar a inclusão do auxílio suplementar no cálculo da aposentadoria por invalidez do segurado.
Alega a parte ora agravante, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 2º da LICC, 9º, parágrafo único, da Lei 6.367/76, 28, da Lei 8.212/91 e 125 da Lei 8.213/91. Sustenta, em síntese, que o valor do auxílio suplementar não deve ser utilizado para efeito de cálculo da aposentadoria, por ausência de autorização legal.
Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo de instrumento, passo à análise do próprio recurso especial.
Assiste razão ao recorrente.
Com efeito, não é possível a cumulação do auxílio-suplementar com a aposentadoria por invalidez, haja vista que esses benefícios apresentam o mesmo fato gerador. Nessa linha, aliás, já decidiu, à unanimidade, a Quinta Turma deste Tribunal:

RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO NÃO VERIFICADA. AUXÍLIO-SUPLEMENTAR E APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. MESMO FATO GERADOR. IMPOSSIBILIDADE DE ACUMULAÇÃO.
....
2. Sendo único o fato gerador, não há que se indagar da possibilidade de acumulação do auxílio-suplementar com a aposentadoria por invalidez.
3. Recurso especial provido. (REsp 854.899/SP, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ de 26/2/07)

Diante do exposto, com fulcro no art. 544, § 3º, c/c art. 557, § 1º do Código de Processo Civil, **conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial** da autarquia para indeferir o pedido de inclusão do auxílio-suplementar ao salário-de-contribuição que serviram de base para o cálculo inicial da aposentadoria por invalidez. Ficam invertidos os encargos sucumbenciais.
Intimem-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3935)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 940.045 - PR (2007/0216078-0)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ALEX PEROZZO BOEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALICE RAMOS DEMENCIANO
ADVOGADO	: ROSEMAR CRISTINA LORCA MARQUES E OUTRO(S)

DECISÃO

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Magna Carta, no qual se alega ofensa aos arts. 20 da Lei 8.742/93 e 34, parágrafo único da Lei 10.741/03.
2. A agravante aduz, em síntese, que a agravada não preenche os requisitos que possibilitem a percepção do benefício assistencial, garantido pela Lei 8.742/93 - LOAS - combinada com a Lei 10.741/03 - Estatuto do Idoso, pois sua renda *per capita* é superior a 1/4 do salário mínimo, uma vez que seu cônjuge é beneficiário de aposentadoria.
3. A pretensão recursal não merece êxito.
4. Esta Corte consolidou o entendimento de que *o critério de aferição da renda mensal previsto no § 3o. do art. 20 da Lei 8.742/93 deve ser tido como um limite mínimo, um quantum considerado insatisfatório à subsistência da pessoa portadora de deficiência ou idosa, não impedindo, contudo, que o julgador faça uso de outros elementos probatórios, desde que aptos a comprovar a condição de miserabilidade da parte e de sua família.* (REsp 841.060/SP, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJ de 25.06.2007). No caso em testilha, o Tribunal *a quo* consignou tal condição. No mesmo sentido, o seguinte julgado:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. CONTRADIÇÃO. INOCORRÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. ASSISTÊNCIA SOCIAL. BENEFÍCIO DA PRESTAÇÃO CONTINUADA. REQUISITOS LEGAIS. ART. 20, § 3o., DA LEI 8.742/93.
(...).
II - A assistência social foi criada com o intuito de beneficiar os miseráveis, pessoas incapazes de sobreviver sem a ação da Previdência.
III - O preceito contido no art. 20, § 3o., da Lei 8.742/93 não é o único critério válido para comprovar a condição de miserabilidade preceituada no art. 203, V, da Constituição Federal. A renda familiar per capita inferior a 1/4 do salário-mínimo deve ser considerada

como um limite mínimo, um quantum objetivamente considerado insuficiente à subsistência do portador de deficiência e do idoso, o que não impede que o julgador faça uso de outros fatores que tenham o condão de comprovar a condição de miserabilidade do autor. Precedentes.
IV - A pretensão do embargante é obter novo julgamento, o que não é possível, via de regra, por meio de embargos declaratórios.
Embargos rejeitados (EDcl no AgRg no REsp. 824.817/SP, Rel. Min. FELIX FISCHER, T5, DJ 11.12.2006)
5. Ademais, incide o óbice da Súmula 83 do STJ, o qual informa que *não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.*
6. Ante o exposto, com fundamento no art. 34, VII do RISTJ, nega-se provimento ao Agravo.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 17 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3936)

RECURSO ESPECIAL Nº 944.273 - RS (2007/0091494-0)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO	: ZELI TOLFO (PRESO)
ADVOGADO	: NEMORA WALESKA SCHMIDT ALVES

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal.
Insurge-se o recorrente contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça local que negou provimento ao agravo em execução ministerial, nos termos da seguinte ementa (fl. 91):

EXECUÇÃO PENAL. COMETIMENTO DE FALTA GRAVE. PRINCÍPIOS DA SUFICIÊNCIA E NECESSIDADE AUTORIZAM PUNIÇÃO OUTRA QUE NÃO A REGRESSÃO DE REGIME. AGRAVO MINISTERIAL IMPROVIDO. UNÂNIME.

Alega que o Tribunal *a quo*, ao firmar esse entendimento, negou vigência ao art. 118, I, da Lei de Execução Penal, bem como divergiu do entendimento desta Corte, pois "praticada a falta grave, o julgador deverá, obrigatoriamente, determinar a regressão de regime ao apenado" (fl. 104).
Contra-razões às fls. 111/115.
O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do recurso (fls. 124/128).
É o relatório.
É firme a orientação do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, comprovado o cometimento de falta grave pelo condenado, cabe ao Juízo da Execução, em estrita obediência ao que determina o art. 118, I, da Lei de Execução Penal, a decretação da regressão do regime prisional, após a oitiva do apenado. Na hipótese, a fuga do estabelecimento prisional empreendida pelo recorrido caracteriza falta grave, motivo pelo qual é cabível a sua transferência para regime mais rigoroso.
Nesse sentido, confiram-se os seguintes precedentes:

EXECUÇÃO PENAL. RECURSO ESPECIAL. REGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL. PRÁTICA DE FALTA GRAVE. FUGA. PROCEDIMENTO DISCIPLINAR. OITIVA DO APENADO.
I - O art. 118, inciso I, da Lei de Execução Penal estabelece que o apenado ficará sujeito à transferência para o regime mais gravoso quando praticar fato definido como crime doloso ou falta grave. **In casu**, o apenado cometeu falta grave consistente na fuga do estabelecimento prisional, razão pela qual se mostra cabível a regressão de regime **(Precedentes)**.
II - A regressão é medida que depende de manifestação jurisdicional, por meio de procedimento perante o juízo das execuções, que guarda requisitos específicos previstos no art. 118 da LEP. Realizada, na hipótese, a prévia oitiva do apenado, não se verificam óbices para que o apenado seja regredido.
Recurso provido.
(REsp 765.988/RS, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 1º/2/06)

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. TENTATIVA DE DE FUGA. FALTA GRAVE. REGRESSÃO AO REGIME MAIS GRAVOSO. ORDEM DENEGADA.
1. É entendimento desta Corte que, comprovada a falta grave, cabe ao juízo das execuções, observando os termos da lei, declarar a perda dos dias remidos e a regressão do regime prisional .
2. O cometimento de falta grave, à luz do disposto no art. 118, inciso I, da LEP, tão-somente justifica a regressão do regime prisional inicialmente fixado, cabendo ao art. 50, em seus incisos I a VI, a definição do que seja a falta grave, considerados os casos ali elencados, dentre os quais, a fuga.
3. Correta a decisão do Juízo *a quo* que lhe impôs a regressão do regime pelo cometimento de tentativa de fuga, que segundo doutrina e jurisprudência é falta grave na esfera disciplinar.
4. Ordem denegada.
(HC 43.569/RJ, Rel. Min. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Sexta Turma, DJ 6/2/06)

Na hipótese, tendo sido realizada a prévia oitiva do condenado, inclusive com a manifestação da sua defensora (fl. 43), satisfeito está o requisito previsto no § 2º do art. 118 da LEP, motivo pelo qual o recurso merece ser provido.
Ante o exposto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, c/c o art. 3º do Código de Processo Penal, **conheço** do recurso e **dou-lhe provimento** para determinar a regressão de regime do apenado.
Intimem-se.
Brasília, 21 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3937)

RECURSO ESPECIAL Nº 945.216 - SP (2007/0091374-0)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO	: ALEXANDRE FUNARI NEGRÃO
RECORRIDO	: ANTONIO AUGUSTO FUNARI NEGRÃO
RECORRIDO	: JORGE LUIZ COELHO
ADVOGADO	: MÁRCIA MAGNUSSON

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, com fundamento no art. 105, III, *c*, da Constituição Federal.
Insurge-se o recorrente contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça local, que concedeu a ordem de *habeas corpus* para trancar o inquérito policial no qual os ora recorridos eram investigados pela suposta prática do delito de sonegação fiscal, sob o fundamento de que a decisão definitiva do processo administrativo-fiscal consubstancia condição objetiva de punibilidade.
Sustenta divergência jurisprudencial com julgados desta Corte, alegando que deve prevalecer o entendimento segundo o qual "o esgotamento recursal no âmbito administrativo é apenas um óbice para o oferecimento da denúncia (para a ação penal) nos crimes tributários materiais, não figurando, portanto, como obstáculo para se proceder à investigação criminal (para o inquérito policial)" (fl. 30).
Contra-razões oferecidas às fls. 422/437.
O Ministério Público Federal opinou pelo não-conhecimento do recurso (fls. 485/487).
É o relatório.
Desde o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal do HC 81.611/DF, firmou-se o entendimento, inicialmente defendido pelo Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, no sentido de que a decisão definitiva do processo administrativo-fiscal constitui condição objetiva de punibilidade, consistindo elemento fundamental à exigibilidade da obrigação tributária, tendo em vista que os crimes previstos no art. 1º da Lei 8.137/90 são materiais ou de resultado (Tribunal Pleno, DJ de 13/5/05).
Portanto, a partir de então, o exaurimento do processo administrativo-fiscal passou a ser condição objetiva de punibilidade nessas hipóteses, caracterizando constrangimento ilegal a persecução penal antes do lançamento definitivo do crédito tributário.
Nessa linha, conforme recente posicionamento da Terceira Seção (Rcl 1.985/RJ), deve ser reconhecida a ausência de justa causa para a instauração de inquérito policial na pendência de decisão na esfera administrativa, por inexistir lançamento definitivo do débito fiscal.
A propósito, confiram-se os seguintes precedentes:

HABEAS CORPUS. APURAÇÃO DE CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. PENDÊNCIA DE RECURSO ADMINISTRATIVO. TRANCAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO. ORDEM CONCEDIDA.
1. Segundo orientação do Plenário do Supremo Tribunal Federal (HC 81.611/DF), a decisão definitiva do processo administrativo-fiscal constitui condição objetiva de punibilidade, consistindo elemento fundamental à exigibilidade da obrigação tributária, tendo em vista que os crimes previstos no art. 1º da Lei 8.137/90 são materiais ou de resultado.
2. Nessa linha, revendo anterior manifestação em sentido contrário, em razão do recente posicionamento da Terceira Seção (Rcl 1.985/RJ), deve ser reconhecida a ausência de justa causa para a instauração de inquérito policial na pendência de recurso na esfera administrativa, por inexistir lançamento definitivo do débito fiscal. Precedentes do Supremo Tribunal Federal (HC 83.353-5 e 86.120-2).
3. Habeas corpus concedido para determinar o trancamento do Inquérito Policial nº 275/2004, até o exaurimento da via administrativa, em que se apura a existência de crédito tributário referente ao Auto de Infração e Imposição de Multa nº 3.015.978-7, suspendendo-se o curso da prescrição. (HC 56.434/SP, de minha relatoria, Quinta Turma, DJ de 18/9/06)

PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. TRANCAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL. POSSIBILIDADE.
Nos crimes contra a ordem tributária se se entende que antes do lançamento definitivo e conseqüente constituição do crédito tributário está ausente uma condição objetiva de punibilidade é patente o constrangimento ilegal na instauração de inquérito policial para apurar a sua prática (Precedentes desta Corte e do Pretório Excelso).
Habeas corpus concedido. (HC 53.111/SP, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ de 16/10/06)

Dessa forma, "Pendente processo administrativo, descabe adentrar o campo penal quer considerada a ação propriamente dita, quer inquérito policial - inteligência do artigo 34 da Lei nº 9.249/95" (STF, HC 83.353/RJ, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, DJ de 16/12/2005).
Ante o exposto, com base no art. 38 da Lei 8.038/90, **nego seguimento** ao recurso especial.
Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3938)

RECURSO ESPECIAL Nº 946.473 - RS (2007/0091618-7)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO	: JEFERSON DOS SANTOS SAWIAK
ADVOGADO	: LÉA BRITO KASPER - DEFENSOR PÚBLICO E OUTROS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal.
Insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça local que negou provimento à apelação ministerial, mantendo a sentença que absolveu o recorrido da prática do delito previsto no art. 14, *caput*, da Lei 10.826/03, nos termos da seguinte ementa (fl. 178):

Porte ilegal de arma de fogo. Perícia que não atende o requisito do art. 159, § 1º, do CPP. Falta de isenção dos agentes que realizaram as perícias de lesividade, eis que lotados na repartição presidida pelo Presidente do inquérito policial. Perícia nula. Sentença absolutória mantida. Apelo ministerial improvido.

Alega o recorrente, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos arts. 14, *caput*, da Lei 10.826/03 e 159, § 1º, do Código de Processo Penal, sustentando, em síntese, a desnecessidade de exame pericial para a caracterização do delito de porte ilegal de arma de fogo.
Contra-razões às fls. 204/213.
O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso (fls. 222/224).
É o relatório.
Como cediço, a objetividade jurídica dos crimes tipificados na Lei de Porte de Armas não se restringe à incolumidade pessoal, alcançando, por certo, também, a liberdade pessoal, protegidas mediatamente pela tutela primária dos níveis da segurança coletiva, o que determina a irrelevância da eficácia da arma para a configuração do tipo penal.
Nesse sentido, segue a jurisprudência deste Superior Tribunal:

HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL E PENAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. ARMA DESMUNICIADA. IRRELEVÂNCIA PARA A CARACTERIZAÇÃO DO DELITO. TIPICIDADE RECONHECIDA.
Este Eg. Tribunal Superior pacificou o entendimento de que, para a configuração do delito previsto no art. 10 da Lei nº 9.437/97, basta que o agente porte arma de fogo sem autorização ou em desacordo com a determinação legal, o que torna irrelevante o fato de a arma encontrar-se desmuniciada.
Ordem denegada. (HC 39.464/RJ, Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, DJ 7/3/05)

RECURSO ESPECIAL. PENAL. ART. 10 DA LEI N.º 9.437/97. TIPICIDADE RECONHECIDA.
1. Para a configuração do delito previsto no art. 10 da Lei n.º 9.437/97, basta que o agente porte a arma de fogo sem autorização ou em desacordo com a determinação legal, o que torna irrelevante o fato de a arma encontrar-se no porta-malas e desmuniciada. Precedentes.
2. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 302.148/MG, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJ 24/11/03)

Dessa forma, o laudo pericial da arma, apto a atestar a sua eficiência lesiva, seja nulo, seja ausente, não desconfigura o crime previsto no art. 14, *caput*, da Lei 10.826/03, que revogou a Lei 9.437/97, uma vez que não prejudica a verificação da materialidade delitiva. Essa é orientação dominante nesta Corte, da qual são exemplos os seguintes precedentes:

PENAL. PROCESSO PENAL. ARMA DE FOGO. PORTE ILEGAL. PERÍCIA. AUSÊNCIA. IRRELEVÂNCIA
1. A ausência, bem como a nulidade, de perícia relativa à prestabilidade da arma de fogo apreendida não representa impedimento à condenação pela prática do crime previsto no art. 10 da Lei n.º 9.437/97, uma vez que não descaracteriza a conduta típica.
2. Recurso parcialmente conhecido e nesta parte provido. (REsp 708.327, Rel. Min. JOSE ARNALDO DA FONSECA, DJ 5/9/05)

CRIMINAL. RECURSO ESPECIAL. PORTE DE ARMA. NULIDADE DO AUTO DE CONSTATAÇÃO DE EFICÁCIA DA ARMA. PERSISTÊNCIA DA FIGURA TÍPICA DO ART. 10, DA LEI N.º 9.437/97. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
I. A nulidade do laudo pericial de constatação de eficácia da arma não descaracteriza o crime previsto no art. 10, da Lei n.º 9.437/97, se evidenciado que, em momento algum, a funcionalidade e eficácia da arma não foi recusada. Precedentes.
II. Irresignação que merece ser provida, para restabelecer a sentença de primeiro grau.
III. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 714.204/RS, Rel. Min. GILSON DIPP, DJ 23/5/05)

PROCESSUAL PENAL. AÇÃO. TRANCAMENTO. PORTE ILEGAL DE ARMA. ART. 10 DA LEI Nº 9.437/97. CRIME EM TESE. PERÍCIA DE FUNCIONALIDADE. DISPENSABILIDADE.

1 - Atestada a existência do crime do art. 10 da Lei nº 9.437/97, pelo menos em tese, o trancamento da ação penal apresenta-se descabido, notadamente se tem como fundamento a falta de perícia, atestando a funcionalidade da arma de fogo, dado totalmente dispensável, ante a constatação de ser o delito de mera conduta.
2 - Ordem denegada. (HC 18.957/PE, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, DJ 18/2/02)

Entretanto, verifico que o Juízo de primeiro grau, bem como a Corte *a quo*, não se manifestaram sobre a existência de outras provas capazes de comprovar a materialidade do delito em exame, razão pela qual a irresignação merece parcial provimento.
Ante o exposto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, c/c 3º do Código de Processo Penal, **conheço** do recurso e **dou-lhe parcial provimento** tão-somente para declarar a desnecessidade da realização da perícia para a configuração do delito de porte ilegal de arma de fogo (14, *caput*, da Lei 10.826/03), determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que prossiga no julgamento do recurso de apelação interposto pelo Ministério Público estadual.
Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3939)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 946.690 - RS (2007/0226031-0)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: FERNANDA VIDAL FEHSE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SANTO ERONY CHEMELLO
ADVOGADO	: RICARDO AZEVEDO SCRICCO

DECISÃO

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto com fundamento na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual se alega violação dos arts. 6º da LICC e 103 da Lei 8.213/91.
2. A pretensão recursal não merece êxito.
3. A edição da MP 1.523/97 alterou a redação original do art. 103 da Lei 8.213/91, ditando um prazo decadencial para a revisão da RMI (Renda Mensal Inicial).
4. Assim, o citado art. 103 da Lei 8.213/91, que somente disciplinava o prazo de prescrição para exigir prestações não pagas e não reclamadas na época própria, inovou ao disciplinar prazo decadencial para o direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão de ato de concessão de benefício.
5. Tenho entendido que a lei nova que altera aspectos do benefício previdenciário de forma mais vantajosa para o beneficiário tem aplicação imediata indistintamente a todos os benefícios que estiverem na mesma situação, incidindo, inclusive, para os que estejam em manutenção, bem como para os casos pendentes de concessão.
6. Entretanto, tal entendimento não se aplica à hipótese dos autos, porquanto a referida alteração da Lei 8.213/91 importa em inequívoco gravame ao beneficiário, devendo regular tão-somente os benefícios concedidos posteriormente à sua vigência.
7. Confira-se, por oportuno, o seguinte precedente:
PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ARTIGO 103 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP 1.523/97 CONVERTIDA NA LEI 9.528/98 E ALTERADO PELA LEI 9.711/98.
(...).
II - O prazo decadencial do direito à revisão de ato de concessão de benefício previdenciário, instituído pela MP 1.523/97, convertida na Lei 9.528/98 e alterado pela Lei 9.711/98, não alcança os benefícios concedidos antes de 27.06.97, data da nona edição da MP 1.523/97.
III - Recurso conhecido em parte e, nessa desprovido. (REsp. 254.186/PR, 5T, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 27.08.2001, p. 376).
8. No mesmo sentido: AgRg. no REsp. 717.036/RJ (Rel. Min. PAULO GALLOTTI, DJU 23.10.2006) e REsp. 429.818/SP (Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJU 11.11.2002).
9. Dessa forma, o aresto hostilizado encontra-se em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
10. Ante o exposto, com fundamento no art. 34, VII do RISTJ, nega-se provimento ao Agravo.
11. Publique-se.
12. Intimações necessárias.
Brasília/DF, 25 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3940)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 946.699 - PR (2007/0226120-5)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ALEX PEROZZO BOEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: OSCAR ALEX REBELLO SCHAITZA
ADVOGADO	: ARNOLDO HORST PREHS E OUTRO(S)

DECISÃO

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto com fundamento na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual se alega violação dos arts. 6º da LICC, 103 da Lei 8.213/91 e 535, II do CPC.
2. O agravante afirma, preliminarmente, negativa de prestação jurisdicional pela Corte de origem. Argumenta, ainda, que o direito pleiteado pelo autor foi atingido pela decadência, porquanto o art. 103 da Lei 8.213/91 estabeleceu o prazo de 5 (cinco) anos para requerer a revisão de qualquer benefício.
3. A pretensão recursal não merece êxito.
4. No tocante ao art. 535, II do CPC, inexiste a violação apontada. O Tribunal *a quo* apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.
5. No mais, a edição da MP 1.523/97 alterou a redação original do art. 103 da Lei 8.213/91, ditando um prazo decadencial para a revisão da RMI (Renda Mensal Inicial).
6. Assim, o citado art. 103 da Lei 8.213/91, que somente disciplinava o prazo de prescrição para exigir prestações não pagas e não reclamadas na época própria, inovou ao disciplinar prazo decadencial para o direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão de ato de concessão de benefício.
7. Tenho entendido que a lei nova que altera aspectos do benefício previdenciário de forma mais vantajosa para o beneficiário tem aplicação imediata indistintamente a todos os benefícios que estiverem na mesma situação, incidindo, inclusive, para os que estejam em manutenção, bem como para os casos pendentes de concessão.
8. Entretanto, tal entendimento não se aplica à hipótese dos autos, porquanto a referida alteração da Lei 8.213/91 importa em inequívoco gravame ao beneficiário, devendo regular tão-somente os benefícios concedidos posteriormente à sua vigência.
9. Confira-se, por oportuno, o seguinte precedente:

PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ARTIGO 103 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP 1.523/97 CONVERTIDA NA LEI 9.528/98 E ALTERADO PELA LEI 9.711/98.
(...).
II - O prazo decadencial do direito à revisão de ato de concessão de benefício previdenciário, instituído pela MP 1.523/97, convertida na Lei 9.528/98 e alterado pela Lei 9.711/98, não alcança os benefícios concedidos antes de 27.06.97, data da nona edição da MP 1.523/97.
III - Recurso conhecido em parte e, nessa desprovido. (REsp. 254.186/PR, 5T, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 27.08.2001, p. 376).

10. No mesmo sentido: AgRg. no REsp. 717.036/RJ (Rel. Min. PAULO GALLOTTI, DJU 23.10.2006) e REsp. 429.818/SP (Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJU 11.11.2002).
11. Dessa forma, o aresto hostilizado encontra-se em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
12. Ante o exposto, com fundamento no art. 34, VII do RISTJ, nega-se provimento ao Agravo.
13. Publique-se.
14. Intimações necessárias.
Brasília/DF, 25 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3941)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 946.710 - PR (2007/0226126-6)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ALEX PEROZZO BOEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOCILDA LUÍZA DE PAULA GOULART
ADVOGADO	: NEIDE APARECIDA DA SILVA

DECISÃO

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Magna Carta, no qual se alega ofensa aos arts. 20 da Lei 8.742/93 e 34, parágrafo único da Lei 10.741/03.
2. A agravante aduz, em síntese, que a agravada não preenche os requisitos que possibilitem a percepção do benefício assistencial, garantido pela Lei 8.742/93 - LOAS - combinada com a Lei 10.741/03 - Estatuto do Idoso, pois sua renda *per capita* é superior a 1/4 do salário mínimo, uma vez que seu cônjuge é beneficiário de aposentadoria.
3. A pretensão recursal não merece êxito.
4. Esta Corte consolidou o entendimento de que *o critério de aferição da renda mensal previsto no § 3o. do art. 20 da Lei 8.742/93 deve ser tido como um limite mínimo, um quantum considerado insatisfatório à subsistência da pessoa portadora de deficiência ou idosa, não impedindo, contudo, que o julgador faça uso de outros elementos probatórios, desde que aptos a comprovar a condição de miserabilidade da parte e de sua família.* (REsp 841.060/SP, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJ de 25.06.2007). No caso em testilha, o Tribunal *a quo* consignou tal condição. No mesmo sentido, o seguinte julgado:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. CONTRADIÇÃO. INOCORRÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. ASSISTÊNCIA SOCIAL. BENEFÍCIO DA PRESTAÇÃO CONTINUADA. REQUISITOS LEGAIS. ART. 20, § 3o., DA LEI 8.742/93.
(...).
II - A assistência social foi criada com o intuito de beneficiar os miseráveis, pessoas incapazes de sobreviver sem a ação da Previdência.
III - O preceito contido no art. 20, § 3o., da Lei 8.742/93 não é o único critério válido para comprovar a condição de miserabilidade preceituada no art. 203, V, da Constituição Federal. A renda familiar per capita inferior a 1/4 do salário-mínimo deve ser considerada como um limite mínimo, um quantum objetivamente considerado insuficiente à subsistência do portador de deficiência e do idoso, o que não impede que o julgador faça uso de outros fatores que tenham o condão de comprovar a condição de miserabilidade do autor. Precedentes.
IV - A pretensão do embargante é obter novo julgamento, o que não é possível, via de regra, por meio de embargos declaratórios.
Embargos rejeitados (EDcl no AgRg no REsp. 824.817/SP, Rel. Min. FELIX FISCHER, T5, DJ 11.12.2006)

5. Ademais, incide o óbice da Súmula 83 do STJ, o qual informa que *não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.*
6. Ante o exposto, com fundamento no art. 34, VII do RISTJ, nega-se provimento ao Agravo.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.
Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3942)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 946.712 - RS (2007/0226177-2)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: FERNANDA VIDAL FEHSE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EMA ANTUNES PEIXOTO
ADVOGADO	: MÁRCIO MOREIRA PARANHOS DIAS E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS de decisão que não admitiu o recurso especial manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. O aresto recorrido julgou procedente o pedido de revisão da renda mensal inicial do benefício da segurada.
Alega a parte ora agravante violação aos arts. 6º da LICC e 103, *caput*, da Lei 8.213/91. Sustenta, em síntese, que o direito da parte agravada teria decaído ou teria sido atingido pela prescrição total.
Decido.
As Turmas que compõem a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça assentaram que as alterações introduzidas no art. 103 da Lei 8.213/91 são irretroativas, não alcançando, portanto, os benefícios concedidos sob a vigência de legislação pretérita. Nessa linha, no pertinente:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. DECADÊNCIA. AFASTAMENTO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. RESSALVADA NO PRÓPRIO RECURSO ESPECIAL.
1. A decisão agravada deu provimento ao recurso da autora por considerar que o art. 103 da Lei nº 8.213/91, com a modificação introduzida pela Medida Provisória nº 1.523/97, posteriormente convertida na Lei 9.528/97, somente pode atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência, vez que não é expressamente retroativa e trata de instituto de direito material, não sendo aplicável ao caso em exame, pois o benefício previdenciário foi concedido à segurada em data bem anterior à nova regência normativa.
.....
4. Agravo improvido. (AgRg no REsp 717.036/RJ, Sexta Turma, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, DJ de 23/10/06)

Igualmente: REsp 540.904/RS, Sexta Turma, HAMILTON CARVALHIDO, DJ de 1º/7/05; REsp 254.186/PR, Quinta Turma, Rel. Min. GILSON DIPP, DJ de 27/8/01; REsp 260.616/SC, Quinta Turma, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJ de 20/8/01; e REsp 254.263/PR, Quinta Turma, Rel. Min. EDSON VIDIGAL, DJ de 6/11/00.
Desse modo incide, *mutatis mutandis*, o enunciado sumular 83/STJ (AgRg no AG 653.123/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJ de 18/4/05 e AgRg no Ag 135.461/RS, Rel. Min. ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, DJ de 18/8/97).
Diante do exposto, com fulcro no art. 557, *caput*, do CPC, **nego provimento** ao agravo.
Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3943)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 946.954 - RS (2007/0229583-0)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: TATIANA SILVA DE BONA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LOURDES SILVA DELFINO
ADVOGADO	: ALBERTO LOPES FRANCO E OUTRO(S)

DECISÃO

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto com fundamento na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual se alega violação dos arts. 6º da LICC, 103 da Lei 8.213/91, 210 do CC/02 e 295, IV e 535, II do CPC.
2. O agravante afirma, preliminarmente, negativa de prestação jurisdicional pela Corte de origem. Argumenta, ainda, que o direito pleiteado pela autora foi atingido pela decadência, porquanto o art. 103 da Lei 8.213/91 estabeleceu o prazo de 5 (cinco) anos para requerer a revisão de qualquer benefício.
3. A pretensão recursal não merece êxito.
4. No tocante ao art. 535, II do CPC, inexiste a violação apontada. O Tribunal *a quo* apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.
5. Os temas insertos nos arts. 210 do CC/02 e 295, IV do CPC não foram debatidos pela Corte de origem, tampouco foram suscitados nos Embargos de Declaração opostos. Carecem, portanto, de prequestionamento, requisito indispensável ao acesso às instâncias excepcionais. Aplicáveis, assim, as Súmulas 282 e 356 do STF.
6. No mais, a edição da MP 1.523/97 alterou a redação original do art. 103 da Lei 8.213/91, ditando um prazo decadencial para a revisão da RMI (Renda Mensal Inicial).
7. Assim, o citado art. 103 da Lei 8.213/91, que somente disciplinava o prazo de prescrição para exigir prestações não pagas e não reclamadas na época própria, inovou ao disciplinar prazo decadencial para o direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão de ato de concessão de benefício.
8. Tenho entendido que a lei nova que altera aspectos do benefício previdenciário de forma mais vantajosa para o beneficiário tem aplicação imediata indistintamente a todos os benefícios que estiverem na mesma situação, incidindo, inclusive, para os que estejam em manutenção, bem como para os casos pendentes de concessão.
9. Entretanto, tal entendimento não se aplica à hipótese dos autos, porquanto a referida alteração da Lei 8.213/91 importa em inequívoco gravame ao beneficiário, devendo regular tão-somente os benefícios concedidos posteriormente à sua vigência.
10. Confira-se, por oportuno, o seguinte precedente:

PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ARTIGO 103 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP 1.523/97 CONVERTIDA NA LEI 9.528/98 E ALTERADO PELA LEI 9.711/98.
(...).
II - O prazo decadencial do direito à revisão de ato de concessão de benefício previdenciário, instituído pela MP 1.523/97, convertida na Lei 9.528/98 e alterado pela Lei 9.711/98, não alcança os benefícios concedidos antes de 27.06.97, data da nona edição da MP 1.523/97.
III - Recurso conhecido em parte e, nessa desprovido. (REsp. 254.186/PR, 5T, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 27.08.2001, p. 376).

11. No mesmo sentido: AgRg. no REsp. 717.036/RJ (Rel. Min. PAULO GALLOTTI, DJU 23.10.2006) e REsp. 429.818/SP (Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJU 11.11.2002).
12. Dessa forma, o aresto hostilizado encontra-se em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
13. Ante o exposto, com fundamento no art. 34, VII do RISTJ, nega-se provimento ao Agravo.
14. Publique-se; intimações necessárias.

Brasília/DF, 25 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3944)

RECURSO ESPECIAL Nº 947.806 - RS (2007/0099694-5)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: G G DA S
ADVOGADO	: NORA LAVÍNIA CAMPOS CRUZ - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por menor supostamente infrator, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.
Colhe-se dos autos que o Ministério Público estadual representou contra o recorrente pela suposta prática de ato infracional equiparado ao delito previsto no art. 155, *caput*, do Código Penal.
O Juízo de primeiro grau julgou extinto o processo, sem julgamento do mérito, em decorrência da falta de interesse processual do Estado.
Inconformado, o *parquet* estadual interpôs recurso de apelação, ao qual o Tribunal de origem negou provimento, declarando, na ocasião, extinta a punibilidade do recorrente em decorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal.
No recurso especial, sustenta, além de divergência jurisprudencial, contrariedade aos arts. 109, 115 e 14, do Código Penal e 121, §§ 2º e 3º, e 118, § 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, sob o argumento de a Corte *a quo* não ter aplicado à espécie a redução pela metade do prazo prescricional, em virtude da menoridade do agente.
Contra-razões às fls. 118/119.
O Ministério Público Federal opina pelo não-conhecimento do recurso (fls. 129/132).
É o relatório.
Para que possa ser conhecido o recurso, deve estar presente o interesse de agir, considerando-se este ausente quando o provimento do recurso não puder alterar o resultado prático do processo.
Na hipótese, tendo sido declarada, pela Corte *a quo*, a extinção da punibilidade pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, de nenhum proveito ao recorrente seria a redução, nessa instância, do prazo prescricional pela metade, haja vista já ter sido alcançada a prestação jurisdicional a que visa a referida redução.
Confiram-se ainda os seguintes precedentes:

PENAL E PROCESSO PENAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. EMBARGOS INFRINGENTES. MANIFESTA AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO (CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS). RECURSO NÃO CONHECIDO.
1. Decretada a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva do Estado, é manifesta a ausência de interesse recursal da defesa, visto que, com a prescrição, desfazem-se todos os efeitos da condenação. Precedentes.
2. O não-conhecimento do recurso por falta de pressuposto de admissibilidade, qual seja, interesse recursal, não ofende a garantia do duplo grau de jurisdição.
3. Recurso especial não conhecido.
(REsp 622.321/SP, de minha relatoria, Quinta Turma, DJ 26/6/06)

PENAL. RECURSO ESPECIAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. RECURSO DA DEFESA. MANIFESTA AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. RECURSO NÃO-CONHECIDO.
1. Decretada a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva do Estado, é manifesta a ausência de interesse recursal da defesa, visto que com a prescrição desfaz-se todos os efeitos da condenação.
2. Recurso especial não-conhecido.
(REsp 318.127/PE, de minha relatoria, Quinta Turma, DJ 1º/8/05)

Ante o exposto, com fundamento no art. 38 da Lei 8.038/90, **nego seguimento** ao recurso especial.
Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3945)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.236 - RS (2007/0231083-8)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CAMILA MOLENDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ISOLINA CENTENO DOS SANTOS
ADVOGADO	: SÔNIA MARIA CADORE E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS de decisão que não admitiu o recurso especial manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. O aresto recorrido julgou procedente o pedido de revisão da renda mensal inicial do benefício da segurada.
Alega a parte ora agravante violação aos arts. 6º da LICC e 103, *caput*, da Lei 8.213/91. Sustenta, em síntese, que o direito da parte agravada teria decaído ou teria sido atingido pela prescrição total.
Decido.
As Turmas que compõem a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça assentaram que as alterações introduzidas no art. 103 da Lei 8.213/91 são irretroativas, não alcançando, portanto, os benefícios concedidos sob a vigência de legislação pretérita. Nessa linha, no pertinente:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. DECADÊNCIA. AFASTAMENTO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. RESSALVADA NO PRÓPRIO RECURSO ESPECIAL.
1. A decisão agravada deu provimento ao recurso da autora por considerar que o art. 103 da Lei nº 8.213/91, com a modificação introduzida pela Medida Provisória nº 1.523/97, posteriormente convertida na Lei 9.528/97, somente pode atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência, vez que não é expressamente retroativa e trata de instituto de direito material, não sendo aplicável ao caso em exame, pois o benefício previdenciário foi concedido à segurada em data bem anterior à nova regência normativa.
.....
4. Agravo improvido. (AgRg no REsp 717.036/RJ, Sexta Turma, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, DJ de 23/10/06)

Igualmente: REsp 540.904/RS, Sexta Turma, HAMILTON CARVALHIDO, DJ de 1º/7/05; REsp 254.186/PR, Quinta Turma, Rel. Min. GILSON DIPP, DJ de 27/8/01; REsp 260.616/SC, Quinta Turma, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJ de 20/8/01; e REsp 254.263/PR, Quinta Turma, Rel. Min. EDSON VIDIGAL, DJ de 6/11/00.
Desse modo incide, *mutatis mutandis*, o enunciado sumular 83/STJ (AgRg no AG 653.123/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJ de 18/4/05 e AgRg no Ag 135.461/RS, Rel. Min. ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, DJ de 18/8/97).

Diante do exposto, com fulcro no art. 557, *caput*, do CPC, **nego provimento** ao agravo.
Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3946)

RECURSO ESPECIAL Nº 948.858 - SP (2007/0097196-3)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO	: ANSELMO JACINTO NOGUEIRA
ADVOGADA	: PATRÍCIA HELENA MASSA ARZABE - PROCURADORIA DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça local.
Insurge-se o recorrente contra acórdão que deu parcial provimento ao apelo defensivo para "a) desclassificar o primeiro fato imputado de roubo para furto simples (CF. art. 155, caput, do CP); b) reconhecer a continuidade delitiva entre o reconhecido furto e o roubo denunciado; e (c) re-estimar as sanções penais em 04 anos e 08 meses de reclusão, no regime semi-aberto, e 20 dias-multa, à razão menor da lei cada dia" (fl. 197).
Em suas razões recursais, sustenta, além de divergência jurisprudencial, violação ao art. 71, *caput*, do Código Penal, ao argumento de que os delitos de furto e roubo, ao contrário da conclusão adotada pelo acórdão recorrido, não são da mesma espécie, motivo pelo qual não se admite a continuidade delitiva entre ambos.
Contra-razões às fls. 240/245.
O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso (fls. 256/263).
É o relatório.
O crime de roubo, diferentemente do crime de furto, é delito complexo, pois, além de ofender o patrimônio, viola a liberdade ou a integridade física da vítima. Dessa forma, firmou-se no Superior Tribunal de Justiça a orientação segundo a qual é inviável o reconhecimento da continuidade delitiva entre os crimes de roubo e de furto, uma vez que, embora sejam delitos do mesmo gênero, são de espécies distintas.
Nesse sentido, confiram-se os seguintes precedentes:

PENAL. RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO E ROUBO MAJORADO. CRIME CONTINUADO. ART. 71, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL. IMPOSSIBILIDADE.
Não se admite a continuidade delitiva entre os crimes de furto qualificado e roubo majorado, uma vez que, apesar de estarem inseridos no rol dos crimes contra o patrimônio, são de espécies diferentes, o que afasta a aplicação do art. 71, caput, do Código Penal (Precedentes do STJ e do Pretório Excelso).
Recurso provido. (REsp 704.941/RS, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 30/5/05)

RECURSO ESPECIAL. PENAL. ROUBO QUALIFICADO E FURTO QUALIFICADO. RECONHECIMENTO DA CONTINUIDADE DELITIVA. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE. CRIMES DE MESMA ESPÉCIE.
1. Não é possível o reconhecimento da continuidade delitiva entre os crimes de roubo e furto, visto que são crimes de espécies distintas. Precedentes do STJ e STF.
2. Recurso conhecido e provido. (REsp 636.289/RS, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ 11/10/04)

CRIMINAL. RESP. ROUBO QUALIFICADO E FURTO. CONTINUIDADE DELITIVA. IMPOSSIBILIDADE. DELITOS DE ESPÉCIES DISTINTAS. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
I. Não há continuidade delitiva entre os crimes de roubo qualificado e furto, eis que, apesar de serem delitos do mesmo gênero, não são da mesma espécie, possuindo elementos objetivos distintos. Precedentes.
Hipótese em que deve ser restabelecida a sentença monocrática, que reconheceu o concurso material entre os crimes.
Recurso conhecido e provido. (REsp 557.647/RS, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ 19/12/03)

Ante o exposto, com base no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, c/c art. 3º do Código de Processo Penal, **dou provimento** ao recurso especial para afastar a continuidade delitiva entre os delitos de roubo e furto perpetrados pelo recorrido, determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que proceda ao redimensionamento das reprimendas.
Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3947)

RECURSO ESPECIAL Nº 950.180 - SP (2007/0097178-5)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO	: LENI RODRIGUES
RECORRIDO	: GISELE MARINS DINIZ
ADVOGADO	: ANTÔNIO JORGE DE LIMA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, com fundamento no art. 105, III, "c", da Constituição Federal.

Consta dos autos que as recorridas foram condenadas a penas idênticas de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime integralmente fechado, além do pagamento de 88 (oitenta e oito) dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 12, c/c 18, III, ambos da Lei 6.368/76.
Insurge-se o recorrente contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça local que julgou prejudicada a apelação defensiva e concedeu, de ofício, ordem de *habeas corpus* para declarar a nulidade do processo a partir do recebimento da denúncia, inclusive, determinando que tudo se refizesse na forma da Lei 10.409/02.
Em suas razões recursais, sustenta que a Corte *a quo* "dissentiu da jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a não observância do rito da Lei nº 10.409/02 acarreta nulidade relativa, pendente de demonstração de prejuízo" (fl. 356).
Sem contra-razões (fl. 382).
O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso (fls. 393/396).
É o relatório.
Em recente julgamento (HC 53.088/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJ 5/6/06), a Quinta Turma desta Corte firmou o entendimento de que, "com a modificação do procedimento penal para a apuração dos crimes que envolvem substâncias entorpecentes, a instrução criminal deve ser realizada nos moldes estabelecidos na nova lei, cuja inobservância configura nulidade absoluta, não obstante a existência de decisões desta Turma em sentido contrário".
No caso dos autos, foram as recorridas processadas pelo rito ordinário, não tendo sido facultada à sua defesa a apresentação prévia de resposta à acusação, em conformidade com o disposto no *caput* do art. 38 da Lei 10.409/02, em vigor à época, sendo ao final condenadas a pena idênticas de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime integralmente fechado, além do pagamento de 88 (oitenta e oito) dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 12, c/c 18, III, ambos da Lei 6.368/76.
Dessa forma, teve violado o seu direito à ampla defesa e ao devido processo legal, sendo mister a anulação do processo a que respondeu a partir do recebimento da denúncia.
Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal, por suas Primeira e Segunda Turmas, em recentes julgados, declarou a nulidade de processos em que não foi observado o rito da Lei 10.409/02, ao qual estariam sujeitos: HC 85.757/DF, Primeira Turma, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJ de 11/4/06; RHC 86.680/SP, Segunda Turma, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, DJ de 28/4/06, este último assim ementado:

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. RITO DO ART. 38 DA LEI 10.409/2002. INOBSERVÂNCIA. EXISTÊNCIA DE PREJUÍZO PARA A DEFESA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO.
A inobservância do rito do art. 38 da Lei 10.409/2002, que assegura o contraditório prévio ao denunciado pelo crime de tráfico de entorpecentes, resulta na nulidade do processo penal, desde o recebimento da denúncia. Recurso ordinário em *habeas corpus* conhecido e provido.

Confiram-se, ainda, os seguintes precedentes do Superior Tribunal de Justiça: HC 67.363/SP, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ 11/6/07; HC 40.062/SP, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 19/3/07.
Por conseguinte, estando o acórdão recorrido em conformidade com a orientação emanada do STJ, incide, à espécie, o óbice da Súmula 83, *verbis*: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".
Ante o exposto, com fundamento no art. 38 da Lei 8.038/90, **nego seguimento** ao recurso especial.
Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3948)

RECURSO ESPECIAL Nº 950.287 - RJ (2007/0108122-5)

RELATORA	**: MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: JOÃO BARBOSA CERQUEIRA
ADVOGADO	: FÁTIMA MARIA ARAÚJO DA SILVA

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MILITAR. EX-COMBATENTE. PENSÃO ESPECIAL. CUMULAÇÃO COM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DO FUNDAMENTO DA DECISÃO HOSTILIZADA. SÚMULAS 283 E 284/STF. PRECEDENTES.
Mantém-se inalterada a conclusão do acórdão recorrido, se o recurso especial não impugna os fundamentos nele adotados (Súmula 283/STF).
Recurso especial ao qual se nega seguimento.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela UNIÃO, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, contra decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 2.ª Região que restou ementada nos seguintes termos:
CONSTITUCIONAL. MILITAR. ADCT, ART. 53, II. ADMISSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DA PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE COM A APOSENTADORIA DA MARINHA MERCANTE. NATUREZA PREVIDENCIÁRIA. LEI Nº 2.344/54. SÚMULA Nº 407-STF.
I- O artigo 53, II, do ADCT concedeu ao ex-combatente que participou efetivamente de operações bélicas da 2ª Guerra Mundial uma pensão especial, permitindo sua cumulação com o benefício previdenciário.
II- Inexiste nesse dispositivo constitucional qualquer referência expressa acerca da distinção quanto à espécie, ao regime do benefício previdenciário e à sua fonte de custeio.
III - Os proventos decorrentes de aposentadoria ou pensão estatutária têm caráter previdenciário e correspondem ao resultado da contraprestação devida ao segurado, e a seus beneficiários, que para isso contribuiu durante anos em que esteve na ativa.
IV - A comprovação de que foi merecedor da Medalha de Serviços de Guerra, com 2 estrelas, e do Terço de Campanha demonstra, de forma irrefragável, a sua condição de ex-combatente que prestou efetivos serviços de guerra, nos termos da Lei nº 2.344/54 e da Súmula nº 407 do STF, o que lhe confere o direito ao benefício do art. 53, II, do ADCT, sendo legítima a cumulação da pensão especial com a aposentadoria paga pela Marinha Mercante.
V - Remessa necessária não provida.

Alega a Recorrente, que o acórdão recorrido violou os artigos 1.º e 2º da Lei nº 1.756-52 e 53 , II, da Carta Política de 1988.
Contra-razões às fls. 90/94.
Admitido o recurso na origem, ascenderam os autos a esta e. Corte.
E o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Com efeito, a Recorrente, nas razões do especial, não ataca o fundamento do Tribunal *a quo*, consistente na possibilidade de cumulação da pensão especial de ex-combatente com a aposentadoria ou pensão estatutária, visto que têm caráter previdenciário.
Colhe-se, por oportuno, o seguinte trecho do acórdão hostilizado:
O texto constitucional permite a cumulação da pensão especial com as natureza previdenciária, sendo indiferente se tais pensões são originárias do Regime Geral da Previdência ou fruto do Regime Estatutário, pois que para qualquer dos casos há o enquadramento no conceito ***latu sensu*** *de benefícios previdenciários*

Os proventos/pensões decorrentes da aposentadoria estatutária têm caráter previdenciário, e correspondem ao resultado da contraprestação devida ao servidor, e a seus beneficiários, que para isso contribuiu durante anos em que esteve na ativa.
(fl.55/56).

Todavia, nas razões do especial, a Recorrente limitou-se a argüir, de forma genérica, afirmativas que não têm o condão de infirmar o acórdão ora hostilizado, nada dizendo sobre a possibilidade de cumulação da pensão especial de ex-combatente com a pensão previdenciária, deixou de demonstrar ainda de que forma os artigos tido como malferidos teriam sido violados. Assim, incide, na espécie, as Súmulas n.os 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal.
A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO COM BASE NO VALOR DA CAUSA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULAS N.ºS 283 E 284 DO STF.
1. "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles". (Súmula n.º 283/STF)
2. A ausência de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido revela a deficiência das razões do Recurso Especial, fazendo incidir a Súmula 284 do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."
3. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada.
4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 603.024/AL, **1.ª Turma**, Rel. Min. **LUIZ FUX,** DJ de 28/06/2004.)

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO RECORRIDO. ART. 557 DO CPC. FUNDAMENTO CENTRAL. DISSOCIAÇÃO COM AS RAZÕES DO APELO. SÚMULAS NºS 283 E 284 DO STF. NÃO CONHECIMENTO.
I - O acórdão hostilizado tem como fundamento decisão singular que nega provimento ao recurso com base no art. 557 do CPC. Entretanto, nas razões do recurso especial, com base no § 1º-A desse mesmo dispositivo, alega-se que a mencionada decisão não poderia dar provimento ao recurso interposto por inexistir manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.
II - Obsta o conhecimento do recurso especial a dissociação entre os seus fundamentos e aqueles inseridos no acórdão recorrido, aplicando-se à espécie as Súmulas nºs 283 e 284 do STF.
Recurso não-conhecido. (REsp 618182/RS, **5ª Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer** , DJU de 02/08/2004).

PENAL. APROPRIAÇÃO INDÉBITA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ATIPICIDADE DA CONDUTA. DESCONTOS QUE NÃO FORAM EFETIVAMENTE EFETUADOS. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO INATACADOS. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA N.º 284 DO STF. QUESTÃO QUE DEMANDARIA O REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N.º 7 DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.
1. Não se conhece do recurso especial que não ataca, especificamente, todos os fundamentos do acórdão recorrido, o que se traduz em deficiência de fundamentação, a atrair o enunciado sumular n.º 284 do STF.
2. Ainda que superado o referido óbice, a inversão do julgado demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, vedado nesta instância especial, a teor da Súmula n.º 7 desta Corte Superior.
3. Recurso especial não conhecido. (RESP 628755/PR, **5ª Turma**, Rel. Min. **Arnaldo Esteves Lima**, DJU de 24/04/2006).

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. PIS. COMPENSAÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. FUNDAMENTO NÃO ATACADO NOS MOLDES DO ART. 105, III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. QUESTÕES DE MÉRITO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF.
1. Não consta a indicação específica dos artigos de lei federal tidos como violados.
2. O apelo especial não atacou o único fundamento da decisão recorrida, qual seja, a ausência de interesse processual. Restou, portanto, ilesa a motivação principal do aresto. Aplicação da inteligência das Súmulas 283 e 284 do STF.
3. Por outro lado, os demais temas suscitados, relativos ao mérito da demanda, não foram examinados pelo Tribunal de origem, que se limitou à análise da ausência de uma das condições da ação. Falta de prequestionamento. Incidência das Súmulas 282 e 356 do STF.
4. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 728.509/SP, **2.ª Turma**, Rel. Min. **CASTRO MEIRA,** DJ de 12/12/2005.)

Diante do exposto, nego seguimento ao recurso.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)
Relatora

(3949)

RECURSO ESPECIAL Nº 955.637 - RS (2007/0120128-0)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: ROQUE MARINO PASTERNAK E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LORENA LUDOVICO RAZERA
ADVOGADO	: CRISTIANO CAJU FREITAS E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS, fundamentado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal. Insurge-se a parte recorrente contra acórdão do Tribunal de Justiça da mesma unidade federativa que, em demanda de revisão de pensão por morte de servidor público, fixou juros moratórios de 12% (doze por cento) ao ano a partir da citação.
Sustenta a parte recorrente, além de divergência jurisprudencial, violação ao art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação introduzida pela Medida Provisória 2.180-35/01, entre outros, defendendo juros de mora no percentual de 6% (seis por cento) ao ano.
Contra-razões apresentadas.
Recurso especial admitido pelo Tribunal de origem.
No âmbito da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, apresentava-se pacífico o entendimento segundo o qual, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas de natureza alimentar a servidores públicos, deveria ser observado o percentual de 12% (doze por cento) ao ano, por incidência do disposto no art. 3º do Decreto-Lei 2.322/87 (REsp 552.437/SC, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ de 15/12/03; REsp 240.407/SP, Rel. Min. EDSON VIDIGAL, Quinta Turma, DJ 19/6/00). No entanto, sobreveio a Medida Provisória 2.180-35, de 24/8/01, que acrescentou à Lei 9.494/97 o seguinte dispositivo:

Art. 1º-F. Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano.
Diante dessa modificação na legislação infraconstitucional, esta Corte tem entendido que as disposições contidas na Medida Provisória 2.180-35/01, por terem natureza de norma instrumental, com reflexos na esfera jurídico-material das partes, somente são aplicáveis aos casos ajuizados posteriormente à sua vigência, ou seja, 24/8/2001 (AgRg no REsp 600.538/RS, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 25/10/04; REsp 572.790/SC, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 9/12/03).
No presente caso, a ação foi ajuizada em setembro de 2004. Assim, os juros moratórios devem ser fixados no percentual de 6% (seis por cento) ao ano, nos termos do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela MP 2.180-35/01.
Vale ressaltar que o disposto no art. 1º-F da Lei 9.494/97 constitui norma específica referente aos juros de mora a serem observados nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de remuneração a servidores ou empregados públicos. Por conseguinte, resta afastada, nos termos acima expostos, a aplicação dos demais dispositivos legais que tratam de percentual de juros de mora.
Ante o exposto, **dou provimento** ao recurso especial, com fundamento no art. 557, 1º-A, do Código de Processo Civil, para fixar o percentual de juros em 6% (seis por cento) ao ano.
Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3950)

RECURSO ESPECIAL Nº 958.265 - SP (2007/0128738-9)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: LUCIA CERQUEIRA ALVES BARBOSA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOSÉ ROBERTO SCARIN E OUTROS
ADVOGADO	: RICARDO FALLEIROS LEBRAO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, fundamentado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal. Insurge-se a parte recorrente contra acórdão do Tribunal de Justiça da mesma unidade federativa que, em demanda de indenização por licença-prêmio não gozada, fixou juros moratórios de 12% (doze por cento) ao ano a partir da citação e correção monetária desde o momento em que haveria de ser realizado o pagamento..

Sustenta a parte recorrente, além de divergência jurisprudencial, violação ao art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação introduzida pela Medida Provisória 2.180-35/01, entre outros, defendendo juros de mora no percentual de 6% (seis por cento) ao ano; e à Lei 6.899/81, entendendo que a correção monetária é devida apenas desde a data da citação.

Contra-razões apresentadas.

Recurso especial admitido pelo Tribunal de origem.

No que se refere à alegada violação à Lei 6.899/91, mostra-se pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a correção monetária é devida a partir da data em que deveria ter sido efetuado o pagamento (AgRg no AG 395.462/RJ, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, Sexta Turma, DJ 18/2/02; REsp 631.223/MG, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 17/12/04).

Em relação aos juros moratórios, no âmbito da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, apresentava-se pacífico o entendimento segundo o qual, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas de natureza alimentar a servidores públicos, deveria ser observado o percentual de 12% (doze por cento) ao ano, por incidência do disposto no art. 3º do Decreto-Lei 2.322/87 (REsp 552.437/SC, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ de 15/12/03; REsp 240.407/SP, Rel. Min. EDSON VIDIGAL, Quinta Turma, DJ 19/6/00). No entanto, sobreveio a Medida Provisória 2.180-35, de 24/8/01, que acrescentou à Lei 9.494/97 o seguinte dispositivo:

Art. 1º-F. Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano.

Diante dessa modificação na legislação infraconstitucional, esta Corte tem entendido que as disposições contidas na Medida Provisória 2.180-35/01, por terem natureza de norma instrumental, com reflexos na esfera jurídico-material das partes, somente são aplicáveis aos casos ajuizados posteriormente à sua vigência, ou seja, 24/8/2001 (AgRg no REsp 600.538/RS, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 25/10/04; REsp 572.790/SC, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 9/12/03).

No presente caso, a ação foi ajuizada em abril de 2004. Assim, os juros moratórios devem ser fixados no percentual de 6% (seis por cento) ao ano, nos termos do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela MP 2.180-35/01.

Vale ressaltar que o disposto no art. 1º-F da Lei 9.494/97 constitui norma específica referente aos juros de mora a serem observados nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de remuneração a servidores ou empregados públicos. Por conseguinte, resta afastada, nos termos acima expostos, a aplicação dos demais dispositivos legais que tratam de percentual de juros de mora.

Ante o exposto, **dou parcial provimento** ao recurso especial, com fundamento no art. 557, 1º-A, do Código de Processo Civil, para fixar o percentual de juros em 6% (seis por cento) ao ano.

Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3951)

RECURSO ESPECIAL Nº 958.847 - RN (2007/0131202-0)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: FRANCISCO DANTAS FILHO E OUTROS
ADVOGADO	: VENÍCIO BARBALHO NETO E OUTRO(S)

DECISÃO

1. Cuida-se de Recurso Especial fundado nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III da Constituição Federal, em que a UNIÃO aponta ofensa aos arts. 2º, §§ 3º e 4º, 5º e 6º da Lei 10.404/2002 e à Lei 10.971/04, bem como dissídio jurisprudencial, insurgindo-se contra aresto assim ementado:

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS INFRINGENTES. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA. GDATA. INATIVOS E PENSIONISTAS. DIREITO.

A extensão, pelo art. 5º da Lei 10.404/02, do benefício em comento aos inativos e pensionistas e a determinação, pelo art. 1º, caput da Lei 10.971/04, de seu pagamento aos servidores ativos, antes mesmo da aferição do seu rendimento, afastam a sua obtenção do efetivo exercício do cargo.

Em assim sendo, é de inteira justiça o pagamento da vantagem em tela aos inativos e pensionistas nos mesmos moldes dos servidores ainda não avaliados, a teor do disposto no art. 1º acima citado.

Embargos Infringentes improvidos.

2. Sustenta a recorrente, em suma, que não há, no caso, ofensa aos princípios da proporcionalidade e da isonomia.

3. Não merece êxito a insurgência.

4. O Tribunal *a quo* destramou a questão posta em debate amparando-se em fundamento exclusivamente constitucional, qual seja, necessidade de observância do princípio da isonomia, assegurado no art. 40, § 4º (redação original) da Constituição Federal. Revela-se, portanto, imprópria a insurgência veiculada em sede de Recurso Especial.

5. No mesmo diapasão, confiram-se os seguintes precedentes do STJ: AgRg no REsp. 929.290/PE, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJU 06.08.2007, AgRg no REsp. 815.241/AL, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJU 11.12.2006, REsp. 963.457/PB, Rel. Min. NILSON NAVES, DJU 23.08.2007.

6. Diante disso, com esteio no art. 557 do Estatuto Processual Civil, nega-se seguimento ao Recurso Especial.

7. Publique-se.

8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 25 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3952)

RECURSO ESPECIAL Nº 959.009 - RS (2007/0130989-0)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO	: JOSÉ LEU DE ATAIDES
ADVOGADO	: LÉA BRITO KASPER - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS

DECISÃO

DIREITO PENAL. RECURSO ESPECIAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA. MATERIALIDADE DO DELITO SOBEJAMENTE DEMONSTRADA. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. Cuida-se de Recurso Especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com fulcro nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pela 6ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que, por unanimidade, deu provimento ao apelo defensivo, para reformar a sentença que condenou o réu por porte ilegal de arma de fogo. O aresto restou assim ementado:

APELAÇÃO CRIMINAL. PORTE ILEGAL DE ARMA (ART. 14, CAPUT DA LEI 10.826/03. Imprescindibilidade do periciamento da arma de fogo, quanto à sua potencialidade lesiva, por dois peritos oficiais, ou, à ausência destes, por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior e escolhidas, de preferência, entre as que tiverem habilitação técnica relacionada à natureza do exame. Inteligência do art. 158 c/c o art. 159, caput e § 1o. do CPP. Nulidade do laudo firmado por dois peritos cuja formação e habilitação técnica são ignoradas na prova dos autos. Ademais, a perícia foi elaborada por policiais civis que estão comprovadamente sob a autoridade do presidente do inquérito, o que também gera a nulidade do laudo firmado, por ausência de isenção que devem ter os subscritores de laudos técnicos, mormente em sede processual penal. Ausentando-se prova da materialidade do fato denunciado, impõe-se a absolvição do réu com suporte no art. 386, inc. II do CPP. APELO PROVIDO. (fls. 143).

2. No presente Recurso Especial, o *Parquet* Estadual alega, em síntese, negativa de vigência ao art. 14, *caput* da Lei 10.826/03 e ofensa aos arts. 158 e 159, § 1o. do CPP, bem como divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese, que a tipificação do delito previsto no art. 14 do Estatuto do Desarmamento não exige a realização de exame pericial a fim de averiguar a efetiva lesividade da arma de fogo, pois é crime de mera conduta (fls. 159/174).

3. Contra-razões apresentadas às fls. 182/192.

4. Em parecer, às fls. 204/206, a Subprocuradoria-Geral da República manifesta-se pelo provimento do recurso.

5. É o que havia de relevante para relatar. Decide-se.

6. Preenchidos os requisitos de admissibilidade, mormente no que tange ao prequestionamento, conheço do recurso e passo a examiná-lo.

7. Assiste razão ao recorrente.

8. É que o art. 14 do Estatuto do Desarmamento preceitua:

Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

9. Como se depreende da própria descrição legal da conduta típica acima transcrita, o porte ilegal de arma de fogo é crime de mera conduta, não se exigindo qualquer resultado naturalístico para a sua consumação. Dessa forma, mostra-se prescindível o exame pericial a fim de averiguar o efetivo potencial lesivo da arma apreendida, bastando o auto de apreensão para configurar a materialidade do delito.

10. Nesse diapasão:

PENAL. PORTE ILEGAL DE ARMA. CARACTERIZAÇÃO DO DELITO. IRRELEVÂNCIA DA EFICIÊNCIA DA ARMA. DESNECESSIDADE DE LAUDO PERICIAL.

1. Para a caracterização do delito previsto no artigo 16, parágrafo único, IV, da Lei nº 10.826/03, que revogou a Lei nº 9.437/97, é irrelevante se a arma possui ou não potencialidade lesiva, revelando-se desnecessária a realização de perícia, não sendo de falar em absolvição devido à apontada nulidade do respectivo laudo.

2. Recurso especial provido. (REsp. 838.341/RS, rel. Min. PAULO GALLOTTI, DJU 24.11.2006).

2 2 2

RECURSO ESPECIAL. PENAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. REALIZAÇÃO DE EXAME PERICIAL. PRESCINDIBILIDADE. CRIME DE MERA CONDUTA.

1. A potencialidade lesiva da arma é um dado dispensável para a tipificação do delito de porte ilegal de armas, uma vez que, tratando-se de crime de mera conduta, não se exige a ocorrência de nenhum resultado naturalístico para a sua realização. Sendo assim, a realização do exame pericial torna-se desnecessária.

2. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 622.958/RS, rel. Min. LAURITA VAZ, DJU 23.08.2004).

11. Confiram-se, ainda, as seguintes decisões monocráticas: REsp. 971.393/RS, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJU 13.9.2007 e REsp. 966.136/RS, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, DJU 28.8.2007.

12. Registre-se que restou provado, consoante assinalado pelo Magistrando sentenciante, que o réu estava portando um revólver em via pública, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Dessa forma, a fundamentação do aresto impugnado *de que a perícia não foi elaborada por peritos qualificados* é insuficiente para lastrear, sozinha, a decisão absolutória.

13. Por tais fundamentos, conhece-se do Recurso Especial e dá-se-lhe provimento, para restabelecer a sentença, em todos os seus termos.

14. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3953)

RECURSO ESPECIAL Nº 959.078 - RS (2007/0130671-0)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO	: OSVANIR SOARES
ADVOGADO	: LUIZ ALFREDO SCHUTZ - DEFENSOR PÚBLICO

DECISÃO

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. PRÁTICA DE FALTA GRAVE. FUGA DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL. INTERRUPÇÃO DO LAPSO TEMPORAL PARA A CONSECUÇÃO DE NOVA PROGRESSÃO PRISIONAL. LEGALIDADE. PERDA TOTAL DOS DIAS REMIDOS PELO TRABALHO ATÉ A DATA DA INFRAÇÃO DISCIPLINAR. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO ADQUIRIDO, DA COISA JULGADA, DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA OU DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. PRECEDENTES DO STF E DO STJ. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c* da Constituição Federal, contra o venerando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça Gaúcho, que deu parcial provimento ao Agravo em Execução interposto pelo recorrido, reformando a decisão proferida pelo Juiz das Execuções Criminais na parte que determinou a perda dos dias remidos e a alteração da data-base para a consecução de novos benefícios, mantendo o *decisum*, contudo, quanto à regressão de regime prisional do apenado, uma vez que ele havia cometido falta grave, consistente em fuga do estabelecimento prisional.

2. O *Parquet* Estadual sustenta a negativa de vigência aos arts. 619 do CPP e 50, IV, 118, I, e 127 da Lei das Execuções Penais, bem como aventa divergência jurisprudencial. Alega, preliminarmente, a nulidade do acórdão que apreciou os Embargos de Declaração. No mérito, aduz que constituem conseqüências do cometimento de falta grave a perda dos dias remidos e a alteração da data-base dos lapsos temporais para a obtenção de novos benefícios futuros.

3. A Defensoria Pública apresentou contra-razões, pugnando pela manutenção do acórdão hostilizado.

4. O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso (fls. 145/146).

5. É o que havia de relevante para relatar. Passo a decidir.

6. Inicialmente, no que toca ao dissídio pretoriano, o recorrente não se desincumbiu de cumprir os requisitos legais e regimentais exigidos para a espécie, consoante o disposto nos arts. 541, parág. único do CPC e 255, §§ 1º e 2º do RISTJ.

7. Com relação ao art. 619 do CPP, inexiste a violação apontada. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que julgamento diverso do pretendido, como na hipótese vertente, não implica ofensa à norma invocada.

8. No mais, quanto aos demais artigos de lei tidos por afrontados, as questões ventiladas foram devidamente prequestionadas, pelo que passo a examiná-las.

9. Como cediço, o cometimento de falta grave pelo apenado produz, como uma de suas conseqüências, a interrupção da contagem do lapso temporal para fins de concessão de nova progressão de regime. Sob esse prisma:

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. COMETIMENTO DE FALTA GRAVE. CONTAGEM DO REQUISITO OBJETIVO PARA PROGRESSÃO DE REGIME. JURISPRUDÊNCIA DO STF.

I. O cometimento de falta grave pelo detento tem como conseqüência o reinício da contagem do lapso temporal de 1/6 da pena para a concessão de progressão de regime prisional.

II. Habeas corpus denegado (STF, HC 88.928/RJ, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJU 18.08.2006).

2 2 2

CRIMINAL. RESP. EXECUÇÃO. CONDENAÇÃO EM REGIME SEMI-ABERTO. FALTA GRAVE. REGRESSÃO PARA O REGIME FECHADO. REINÍCIO DA CONTAGEM DO LAPSO TEMPORAL PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA PROGRESSÃO. LEGALIDADE. RECURSO PROVIDO.
I. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem se orientado no sentido de que a prática de falta grave, interrompe a contagem do lapso temporal para a concessão de progressão de regime prisional.
II. Hipótese em que o paciente empreendeu fuga do estabelecimento prisional, enquanto cumpria pena em regime semi-aberto. A partir da ocorrência de tal fato, o paciente regride ao regime fechado e reinicia-se a contagem do lapso temporal para efeito de concessão de progressão de regime prisional.
III. Recurso provido, nos termos do voto do Relator (REsp. 842.162/RS, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 05.02.2007).

10. No concernente à remição, cumpre asseverar que o art. 127 da Lei de Execução Penal preceitua que o condenado que for punido com falta grave perderá o direito ao tempo remido, começando um novo período a partir da data da infração disciplinar.
11. Encontra-se pacificado o entendimento neste STJ e no Pretório Excelso de que o instituto da remição constitui, em verdade, um benefício concedido ao apenado que trabalha e a decisão acerca de sua concessão sujeita-se à cláusula *rebus sic stantibus*. Assim, ocorrendo a condição - no caso, o cometimento de falta grave -, o condenado perde o direito ao tempo já remido.
12. Resta consolidado, ainda, pela jurisprudência pátria dos Tribunais Superiores, que o art. 127 da LEP, ao determinar a perda total dos dias remidos pelo trabalho até a data da infração disciplinar grave, não traduz ofensa a princípios constitucionais, tais como da isonomia, do direito adquirido, da coisa julgada, da individualização da pena ou da dignidade da pessoa humana, não havendo que se falar, portanto, em qualquer vício de inconstitucionalidade, tampouco em sua não recepção pela atual Carta Magna.
13. A propósito, vale colacionar os seguintes precedentes da Suprema Corte e deste Superior Tribunal de Justiça:
HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. PERDA DOS DIAS REMIDOS.
O Pleno do Supremo Tribunal Federal reafirmou recentemente, no julgamento do RE n. 452.994, que o cometimento de falta grave resulta na perda dos dias remidos pelo trabalho, sem que isso implique ofensa aos princípios da isonomia, da individualização da pena e da dignidade da pessoa humana.
Ordem denegada (STF, HC 91.084/SP, Rel. Min. EROS GRAU, DJU 11.05.2007).

2 2 2

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO. FALTA GRAVE. ART. 50, INCISO VI, DA LEI N.º 7.210/84. PERDA DOS DIAS REMIDOS. APLICAÇÃO DO ART. 127 DA LEP. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.
1. Em razão do cometimento de falta grave pelo sentenciado, cabe ao juízo da execução decretar a perda dos dias remidos. Precedentes.
2. Tal medida não ofende direito adquirido ou coisa julgada, pois o instituto da remição, sendo prêmio concedido ao apenado em razão do tempo trabalhado, gera, tão-somente, expectativa de direito, mesmo porque seu reconhecimento não produz coisa julgada material. A própria Lei de Execução Penal estabelece nos arts. 50 e 127 que as faltas disciplinares de natureza grave impõem a perda dos dias remidos.
3. Inexistência de constrangimento ilegal.
4. Ordem denegada (HC 42.499/SP, Rel. Min. LAURITA VAZ, 5T, DJU 03.10.2005).

14. Forte nesses fundamentos, com espeque no art. 557, § 1º-A do CPC, dou provimento ao Recurso Especial, a fim de restabelecer a decisão proferida pelo Juízo das Execuções Criminais, que determinou a perda dos dias remidos pelo trabalho até a data do cometimento da falta grave pelo recorrido, bem como a interrupção do lapso temporal para a consecução de nova progressão prisional.
15. Publique-se.
16. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3954)

RECURSO ESPECIAL Nº 959.115 - SP (2007/0130298-1)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO	: STEFFI GUNTHER
ADVOGADO	: RAFAEL RAMIA MUNERATTI - DEFENSOR PÚBLICO E OUTROS

DECISÃO

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO. PRÁTICA DE FALTA GRAVE. USO DE TELEFONE CELULAR NO CÁRCERE. PERDA TOTAL DOS DIAS REMIDOS PELO TRABALHO ATÉ A DATA DA INFRAÇÃO DISCIPLINAR. IMPOSSIBILIDADE. FALTA COMETIDA ANTES DA PUBLICAÇÃO DA LEI 11.466/07. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c* da Constituição Federal, contra o venerando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça Paulista, que deu provimento ao Agravo em Execução para afastar o reconhecimento da falta grave, restabelecendo os dias remidos.
2. O *Parquet* Estadual sustenta, em síntese, a negativa de vigência ao art. 127 da Lei das Execuções Penais, bem como aventa divergência jurisprudencial. Alega que o condenado punido por falta grave durante a execução da sentença condenatória perde o direito ao tempo remido, começando o novo período de cômputo para o benefício a partir da data da infração disciplinar.
3. A Defensoria Pública apresentou contra-razões, pugnando pela manutenção do acórdão hostilizado.
4. O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso (fls. 110/111).
5. É o que havia de relevante para relatar. Passo a decidir.
6. O art. 127 da Lei de Execução Penal preceitua que o condenado que for punido com falta grave perderá o direito ao tempo remido, começando um novo período a partir da data da infração disciplinar.
8. Encontra-se pacificado o entendimento neste STJ e no Pretório Excelso de que o instituto da remição constitui, em verdade, um benefício concedido ao apenado que trabalha e a decisão acerca de sua concessão sujeita-se à cláusula *rebus sic stantibus*. Assim, ocorrendo o cometimento de falta grave, o condenado perde o direito ao tempo já remido.
9. *In casu*, extrai-se dos autos que a recorrida foi condenada à pena de 5 anos e 4 meses de reclusão, em regime fechado, tendo iniciado o cumprimento da reprimenda em 05.02.2001. Em 21.01.2005, a sentenciada foi acusada de possuir e manter um aparelho de telefone celular no cárcere, prática considerada falta grave pelo art. 1º da Lei 11.466, de 28.03.2007, que alterou o art. 50 da LEP, razão pela qual o Juiz da Vara de Execuções Penais do Estado de São Paulo determinou a perda dos dias remidos.
10. O egrégio Tribunal *a quo*, acolhendo o pleito da defesa em Agravo em Execução Penal, afastou o reconhecimento da falta grave, restabelecendo os dias remidos, por entender que o uso de telefone celular na cadeia não constitui falta grave, diante da ausência de prévia disposição legal a respeito.

11. De fato, em que pese a bem lançada argumentação do Ministério Público Estadual, na data dos fatos, a posse de aparelho celular ou de seus componentes, no interior do estabelecimento prisional, não caracterizava falta grave, pois não estava elencada no rol taxativo do art. 50 da Lei de Execução Penal, o que apenas veio a ocorrer com a publicação da Lei 11.466/2007.
12. Assim sendo, a perda dos dias remidos só poderia ocorrer caso a sentenciada fosse surpreendida com a posse do aparelho celular no cárcere a partir de 28 de março de 2007, data da publicação da novel legislação, pelo que não merece reparos o acórdão ora recorrido.
13. Nesse sentido, destacam-se os seguintes julgados desta Corte: HC 47.387/MG, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJU 06.08.2007, HC 73.887/SP, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJU 28.05.2007 e HC 71.647/SP, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJU 04.06.2007.
14. Forte nesses fundamentos, com espeque no art. 557, *caput* do CPC, nega-se provimento ao Recurso Especial.
15. Publique-se.
16. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 21 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3955)

RECURSO ESPECIAL Nº 961.370 - RS (2007/0138025-1)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: ADRIANA KRIEGER DE MELLO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA LAÍRDES SEHNEM
ADVOGADO	: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS, fundamentado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal. Insurge-se a parte recorrente contra acórdão do Tribunal de Justiça da mesma unidade federativa que, em demanda de pensão por morte de servidor público, fixou juros moratórios de 12% (doze por cento) ao ano a partir da citação.
Sustenta a parte recorrente violação ao art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação introduzida pela Medida Provisória 2.180-35/01, entre outros, defendendo juros de mora no percentual de 6% (seis por cento) ao ano.
Contra-razões apresentadas.
Recurso especial admitido pelo Tribunal de origem.
No âmbito da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, apresentava-se pacífico o entendimento segundo o qual, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas de natureza alimentar a servidores públicos, deveria ser observado o percentual de 12% (doze por cento) ao ano, por incidência do disposto no art. 3º do Decreto-Lei 2.322/87 (REsp 552.437/SC, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ de 15/12/03; REsp 240.407/SP, Rel. Min. EDSON VIDIGAL, Quinta Turma, DJ 19/6/00). No entanto, sobreveio a Medida Provisória 2.180-35, de 24/8/01, que acrescentou à Lei 9.494/97 o seguinte dispositivo:

Art. 1º-F. Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano.
Diante dessa modificação na legislação infraconstitucional, esta Corte tem entendido que as disposições contidas na Medida Provisória 2.180-35/01, por terem natureza de norma instrumental, com reflexos na esfera jurídico-material das partes, somente são aplicáveis aos casos ajuizados posteriormente à sua vigência, ou seja, 24/8/2001 (AgRg no REsp 600.538/RS, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 25/10/04; REsp 572.790/SC, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 9/12/03).
No presente caso, a ação foi ajuizada em março de 2003. Assim, os juros moratórios devem ser fixados no percentual de 6% (seis por cento) ao ano, nos termos do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela MP 2.180-35/01.
Vale ressaltar que o disposto no art. 1º-F da Lei 9.494/97 constitui norma específica referente aos juros de mora a serem observados nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de remuneração a servidores ou empregados públicos. Por conseguinte, resta afastada, nos termos acima expostos, a aplicação dos demais dispositivos legais que tratam de percentual de juros de mora.
Ante o exposto, **dou provimento** ao recurso especial, com fundamento no art. 557, 1º-A, do Código de Processo Civil, para fixar o percentual de juros em 6% (seis por cento) ao ano.
Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3956)

RECURSO ESPECIAL Nº 961.589 - SP (2007/0141261-0)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: RENY MACHADO FIGUEIREDO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MAFALDA RAIZARO E OUTROS
ADVOGADO	: MARIA APARECIDA DIAS PEREIRA NARBUTIS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, fundamentado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal. Insurge-se a parte recorrente contra acórdão do Tribunal de Justiça da mesma unidade federativa que, em demanda relativa a percepção a gratificação por trabalho educacional, fixou juros moratórios de 12% (doze por cento) ao ano a partir da citação.
Sustenta a parte recorrente, além de divergência jurisprudencial, violação ao art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação introduzida pela Medida Provisória 2.180-35/01, entre outros, defendendo juros de mora no percentual de 6% (seis por cento) ao ano.
Contra-razões apresentadas.
Recurso especial admitido pelo Tribunal de origem.
No âmbito da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, apresentava-se pacífico o entendimento segundo o qual, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas de natureza alimentar a servidores públicos, deveria ser observado o percentual de 12% (doze por cento) ao ano, por incidência do disposto no art. 3º do Decreto-Lei 2.322/87 (REsp 552.437/SC, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ de 15/12/03; REsp 240.407/SP, Rel. Min. EDSON VIDIGAL, Quinta Turma, DJ 19/6/00). No entanto, sobreveio a Medida Provisória 2.180-35, de 24/8/01, que acrescentou à Lei 9.494/97 o seguinte dispositivo:

Art. 1º-F. Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano.
Diante dessa modificação na legislação infraconstitucional, esta Corte tem entendido que as disposições contidas na Medida Provisória 2.180-35/01, por terem natureza de norma instrumental, com reflexos na esfera jurídico-material das partes, somente são aplicáveis aos casos ajuizados posteriormente à sua vigência, ou seja, 24/8/2001 (AgRg no REsp 600.538/RS, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 25/10/04; REsp 572.790/SC, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 9/12/03).
No presente caso, a ação foi ajuizada em junho de 2005. Assim, os juros moratórios devem ser fixados no percentual de 6% (seis por cento) ao ano, nos termos do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela MP 2.180-35/01.
Vale ressaltar que o disposto no art. 1º-F da Lei 9.494/97 constitui norma específica referente aos juros de mora a serem observados nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de remuneração a servidores ou empregados públicos. Por conseguinte, resta afastada, nos termos acima expostos, a aplicação dos demais dispositivos legais que tratam de percentual de juros de mora.
Ante o exposto, **dou provimento** ao recurso especial, com fundamento no art. 557, 1º-A, do Código de Processo Civil, para fixar o percentual de juros em 6% (seis por cento) ao ano.
Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3957)

RECURSO ESPECIAL Nº 961.694 - RS (2007/0139529-7)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO	: VALMIR DA ROCHA VARGAS
ADVOGADO	: CLEOMIR DE OLIVEIRA CARRAO - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS

DECISÃO

DIREITO PENAL. RECURSO ESPECIAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA. MATERIALIDADE DO DELITO SOBEJAMENTE DEMONSTRADA. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. Cuida-se de Recurso Especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com fulcro na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pela 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que, por maioria, deu provimento ao apelo defensivo, para reformar a sentença que condenou o réu por porte ilegal de arma de fogo. O aresto restou assim ementado:
PORTE ILEGAL DE ARMA. ART. 14 DA LEI Nº 10.826/03. PERÍCIA SUBSCRITA POR PERITOS LEIGOS NÃO QUALIFICADOS. NULIDADE. AUSÊNCIA DE PROVA DA MATERIALIDADE DO DELITO. Nulidade da perícia não judicializada realizada por peritos leigos que embora possuam curso superior não foram qualificados, o que impede verificar se possuem qualificação técnica à realização do exame. Sentença condenatória reformada. Absolvição que se impõe com base no art. 386, inciso II, do Código de Processo Penal. APELO DEFENSIVO PROVIDO. VOTO VENCIDO. (fls. 144).
2. No presente Recurso Especial, o *Parquet* Estadual alega, em síntese, negativa de vigência ao art. 14, *caput* da Lei 10.826/03 e ofensa ao art. 159, § 1o. do CPP. Aduz que a tipificação do delito previsto no art. 14 do Estatuto do Desarmamento não exige a realização de exame pericial a fim de averiguar a efetiva lesividade da arma de fogo, pois é crime de mera conduta (fls. 159/176).
3. Contra-razões apresentadas às fls. 178/181.
4. Em parecer, às fls. 190/192, a douta Subprocuradora-Geral da República DELZA CURVELLO ROCHA manifesta-se pelo provimento do recurso.
5. É o que havia de relevante para relatar. Decide-se.
6. Preenchidos os requisitos de admissibilidade, mormente no que tange ao prequestionamento, conheço do recurso e passo a examiná-lo.
7. Assiste razão ao recorrente.
8. É que o art. 14 do Estatuto do Desarmamento preceitua:
Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:
Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.
9. Como se depreende da própria descrição legal da conduta típica acima transcrita, o porte ilegal de arma de fogo é crime de mera conduta, não se exigindo qualquer resultado naturalístico para a sua consumação. Dessa forma, mostra-se prescindível o exame pericial a fim de averiguar o efetivo potencial lesivo da arma apreendida, bastando o auto de apreensão para configurar a materialidade do delito.
10. Nesse diapasão:
PENAL. PORTE ILEGAL DE ARMA. CARACTERIZAÇÃO DO DELITO. IRRELEVÂNCIA DA EFICIÊNCIA DA ARMA. DESNECESSIDADE DE LAUDO PERICIAL.
1. Para a caracterização do delito previsto no artigo 16, parágrafo único, IV, da Lei nº 10.826/03, que revogou a Lei nº 9.437/97, é irrelevante se a arma possui ou não potencialidade lesiva, revelando-se desnecessária a realização de perícia, não sendo de falar em absolvição devido à apontada nulidade do respectivo laudo.
2. Recurso especial provido. (REsp. 838.341/RS, rel. Min. PAULO GALLOTTI, DJU 24.11.2006).

2 2 2

RECURSO ESPECIAL. PENAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. REALIZAÇÃO DE EXAME PERICIAL. PRESCINDIBILIDADE. CRIME DE MERA CONDUTA.
1. A potencialidade lesiva da arma é um dado dispensável para a tipificação do delito de porte ilegal de armas, uma vez que, tratando-se de crime de mera conduta, não se exige a ocorrência de nenhum resultado naturalístico para a sua realização. Sendo assim, a realização do exame pericial torna-se desnecessária.
2. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 622.958/RS, rel. Min. LAURITA VAZ, DJU 23.08.2004).
11. Confiram-se, ainda, as seguintes decisões monocráticas: REsp. 971.393/RS, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJU 13.9.2007 e REsp. 966.136/RS, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, DJU 28.8.2007.
12. Registre-se que restou provado, consoante assinalado pelo Magistrando sentenciante, que o réu estava portando um revólver em via pública, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Dessa forma, a fundamentação do aresto impugnado *de que a perícia não foi elaborada por peritos qualificados* é insuficiente para lastrear, sozinha, a decisão absolutória.
13. Por tais fundamentos, conhece-se do Recurso Especial e dá-se-lhe provimento, para restabelecer a sentença, em todos os seus termos.
14. Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília/DF, 19 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3958)

RECURSO ESPECIAL Nº 961.798 - RS (2007/0141125-5)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO	: MARCIANO THEOBAL LEAL (PRESO)
ADVOGADO	: ADRIANA BIRNFELD PRAETZEL - DEFENSORA PÚBLICA E OUTRO

DECISÃO

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. PRÁTICA DE FALTA GRAVE. FUGA DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL. INTERRUPÇÃO DO LAPSO TEMPORAL PARA A CONSECUÇÃO DE NOVA PROGRESSÃO PRISIONAL. LEGALIDADE. PERDA TOTAL DOS DIAS REMIDOS PELO TRABALHO ATÉ A DATA DA INFRAÇÃO DISCIPLINAR. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO ADQUIRIDO, DA COISA JULGADA, DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA OU DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. PRECEDENTES DO STF E DO STJ. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c* da Constituição Federal, contra o venerando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça Gaúcho, que deu parcial provimento ao Agravo em Execução interposto pelo recorrido, reformando a decisão proferida pelo Juiz das Execuções Criminais na parte que determinou a perda dos dias remidos e a alteração da data-base para a consecução de novos benefícios, mantendo o *decisum* quanto à regressão de regime prisional do apenado, uma vez que ele havia cometido falta grave, consistente em fuga do estabelecimento prisional.
2. O *Parquet* Estadual sustenta a negativa de vigência aos arts. 619 do CPP e 50, IV, 118, I, e 127 da Lei das Execuções Penais, bem como aventa divergência jurisprudencial. Alega, preliminarmente, a nulidade do acórdão que apreciou os Embargos de Declaração. No mérito, aduz que constituem conseqüências do cometimento de falta grave a perda dos dias remidos e a alteração da data-base dos lapsos temporais para a obtenção de novos benefícios futuros.
3. A Defensoria Pública apresentou contra-razões, pugnando pela manutenção do acórdão hostilizado.
4. O Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento parcial do recurso e, nessa extensão, pelo seu provimento (fls. 172/175).
5. É o que havia de relevante para relatar. Passo a decidir.
6. Inicialmente, no que toca ao dissídio pretoriano, o recorrente não se desincumbiu de cumprir os requisitos legais e regimentais exigidos para a espécie, consoante o disposto nos arts. 541, parág. único do CPC e 255, §§ 1º e 2º do RISTJ.
7. Com relação ao art. 619 do CPP, inexiste a violação apontada. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que julgamento diverso do pretendido, como na hipótese vertente, não implica ofensa à norma invocada.
8. No mais, quanto aos demais artigos de lei tidos por afrontados, as questões ventiladas foram devidamente prequestionadas, pelo que passo a examiná-las.
9. Como cediço, o cometimento de falta grave pelo apenado produz, como uma de suas conseqüências, a interrupção da contagem do lapso temporal para fins de concessão de nova progressão de regime. Sob esse prisma:
HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. COMETIMENTO DE FALTA GRAVE. CONTAGEM DO REQUISITO OBJETIVO PARA PROGRESSÃO DE REGIME. JURISPRUDÊNCIA DO STF.
I. O cometimento de falta grave pelo detento tem como conseqüência o reinício da contagem do lapso temporal de 1/6 da pena para a concessão de progressão de regime prisional.
II. Habeas corpus denegado (STF, HC 88.928/RJ, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJU 18.08.2006).

2 2 2

CRIMINAL. RESP. EXECUÇÃO. CONDENAÇÃO EM REGIME SEMI-ABERTO. FALTA GRAVE. REGRESSÃO PARA O REGIME FECHADO. REINÍCIO DA CONTAGEM DO LAPSO TEMPORAL PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA PROGRESSÃO. LEGALIDADE. RECURSO PROVIDO.
I. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem se orientado no sentido de que a prática de falta grave, interrompe a contagem do lapso temporal para a concessão de progressão de regime prisional.
II. Hipótese em que o paciente empreendeu fuga do estabelecimento prisional, enquanto cumpria pena em regime semi-aberto. A partir da ocorrência de tal fato, o paciente regride ao regime fechado e reinicia-se a contagem do lapso temporal para efeito de concessão de progressão de regime prisional.
III. Recurso provido, nos termos do voto do Relator (REsp. 842.162/RS, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 05.02.2007).

10. No concernente à remição, cumpre asseverar que o art. 127 da Lei de Execução Penal preceitua que o condenado que for punido com falta grave perderá o direito ao tempo remido, começando um novo período a partir da data da infração disciplinar.
11. Encontra-se pacificado o entendimento neste STJ e no Pretório Excelso de que o instituto da remição constitui, em verdade, um benefício concedido ao apenado que trabalha e a decisão acerca de sua concessão sujeita-se à cláusula *rebus sic stantibus*. Assim, ocorrendo a condição - no caso, o cometimento de falta grave -, o condenado perde o direito ao tempo já remido.
12. Resta consolidado, ainda, pela jurisprudência pátria dos Tribunais Superiores, que o art. 127 da LEP, ao determinar a perda total dos dias remidos pelo trabalho até a data da infração disciplinar grave, não traduz ofensa a princípios constitucionais, tais como da isonomia, do direito adquirido, da coisa julgada, da individualização da pena ou da dignidade da pessoa humana, não havendo que se falar, portanto, em qualquer vício de inconstitucionalidade, tampouco em sua não recepção pela atual Carta Magna.
13. A propósito, vale colacionar os seguintes precedentes da Suprema Corte e deste Superior Tribunal de Justiça:
HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. PERDA DOS DIAS REMIDOS.
O Pleno do Supremo Tribunal Federal reafirmou recentemente, no julgamento do RE n. 452.994, que o cometimento de falta grave resulta na perda dos dias remidos pelo trabalho, sem que isso implique ofensa aos princípios da isonomia, da individualização da pena e da dignidade da pessoa humana.
Ordem denegada (STF, HC 91.084/SP, Rel. Min. EROS GRAU, DJU 11.05.2007).

2 2 2

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO. FALTA GRAVE. ART. 50, INCISO VI, DA LEI N.º 7.210/84. PERDA DOS DIAS REMIDOS. APLICAÇÃO DO ART. 127 DA LEP. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.
1. Em razão do cometimento de falta grave pelo sentenciado, cabe ao juízo da execução decretar a perda dos dias remidos. Precedentes.
2. Tal medida não ofende direito adquirido ou coisa julgada, pois o instituto da remição, sendo prêmio concedido ao apenado em razão do tempo trabalhado, gera, tão-somente, expectativa de direito, mesmo porque seu reconhecimento não produz coisa julgada material. A própria Lei de Execução Penal estabelece nos arts. 50 e 127 que as faltas disciplinares de natureza grave impõem a perda dos dias remidos.
3. Inexistência de constrangimento ilegal.
4. Ordem denegada (HC 42.499/SP, Rel. Min. LAURITA VAZ, 5T, DJU 03.10.2005).

14. Forte nesses fundamentos, com espeque no art. 557, § 1º-A do CPC, dou provimento ao Recurso Especial, a fim de restabelecer a decisão proferida pelo Juízo das Execuções Criminais, que determinou a perda dos dias remidos pelo trabalho até a data do cometimento da falta grave pelo recorrido, bem como a interrupção do lapso temporal para a consecução de nova progressão prisional.
15. Publique-se.
16. Intimações necessárias.
Brasília/DF, 19 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3959)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 962.473 - SP (2007/0139908-6)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
EMBARGANTE	: WILLIAM ALVES DE SOUZA
ADVOGADO	: JAIR CAETANO DE CARVALHO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: MAURO PADOVAN JUNIOR

DECISÃO

1. Cuida-se de Embargos de Declaração opostos contra decisão pela qual se deu provimento ao Recurso Especial interposto pelo ora embargante, assim ementada:
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. REVISÃO. APLICAÇÃO DA LEI POSTERIOR MAIS VANTAJOSA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS.
1. O entendimento firmado no aresto hostilizado destoa da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que o aumento do percentual do auxílio-acidente, estabelecido pela Lei 9.032/95, que alterou o § 1º, do art. 89 da Lei 8.213/91, por ser norma de ordem pública, tem aplicação imediata indistintamente a todos os beneficiários que estiverem na mesma situação, incidindo, inclusive, para os benefícios em manutenção, bem como para os casos pendentes de concessão.
2. Não se trata, no caso, de retroatividade da lei, já que os eventuais aumentos no percentual dos benefícios somente terão validade a partir da vigência da lei nova mais vantajosa.
3. Recurso Especial provido.
2. A parte alega que a decisão ora embargada foi omissa quanto aos juros moratórios e ao percentual da verba honorária.
3. Merece provimento a argumentação deduzida, motivo pelo qual acolho os Embargos de Declaração, para determinar a incidência de juros moratórios de 1% ao mês, a partir citação, bem como para condenar o vencido, ora embargado, ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação, observando-se a Súmula 111/STJ.
4. Publique-se.
5. Intimações necessárias.
6. Após, voltem-me os autos conclusos para apreciação do Agravo Regimental interposto pelo INSS.
Brasília/DF, 19 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3960)

RECURSO ESPECIAL Nº 963.630 - AL (2007/0144158-5)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE	: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROCURADOR	: CRISTIANO GURGEL LOPES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOSÉ HEGINO DE OLIVEIRA E OUTROS
ADVOGADO	: MARCELO DE SANTANA DANEU E OUTRO(S)

DECISÃO

1. Cuida-se de Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, em que a UNIÃO aponta ofensa aos artigos 1º, 2º e 5º da Lei 10.404/2002, insurgindo-se contra aresto assim ementado:

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS INFRINGENTES. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA. GDATA. EXTENSÃO AOS PENSIONISTAS E APOSENTADOS. DIREITO APLICAÇÃO DE 60 PONTOS. LEI 10.971/2004.

A Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa, instituída pela Lei 10.404/2002, deve ser paga obrigatoriamente aos aposentados e pensionistas, obedecendo os mesmos critérios estabelecidos para os servidores em atividade não avaliados, sob pena de ofensa à Constituição Federal (art. 40, parágrafo 8º).

É justo o pagamento aos inativos da GDATA no patamar de 60 (sessenta) pontos, haja vista que equivale à média da vantagem percebida pelos ativos após a Medida Provisória 198, que alterou o art. 6º da lei acima citada.

Precedentes desta Corte.

Embargos Infringentes improvidos.

2. Sustenta a recorrente que não há inconstitucionalidade na Lei 10.404/02, além de inocorrência, no caso, de ofensa aos princípios da proporcionalidade e da isonomia.

3. Não merece êxito a insurgência.

4. O Tribunal *a quo* destramou a questão posta em debate amparando-se em fundamento exclusivamente constitucional, qual seja, necessidade de observância do princípio da isonomia, assegurado no art. 40, § 4º (redação original) da Constituição Federal. Revela-se, portanto, imprópria a insurgência veiculada em sede de Recurso Especial.

5. No mesmo diapasão, confiram-se os seguintes precedentes do STJ: AgRg no REsp. 929.290/PE, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJU 06.08.2007, AgRg no REsp. 815.241/AL, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJU 11.12.2006, REsp. 963.457/PB, Rel. Min. NILSON NAVES, DJU 23.08.2007.

6. Diante disso, com esteio no art. 557 do Estatuto Processual Civil, nega-se seguimento ao Recurso Especial.

7. Publique-se.

8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 25 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3961)

RECURSO ESPECIAL Nº 965.697 - DF (2007/0153610-7)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
PROCURADOR	: MARTIN ERICH RODACKI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA APARECIDA DE ANDRADE FONSECA
ADVOGADO	: JORGE NOBRE DE CARVALHO

DECISÃO

O recorrente informa à fl. 150 que a autoridade administrativa se posicionou favoravelmente à manutenção da recorrida no escritório do IBAMA em Ilhéus/BA, razão pela qual requer seja decretada a perda do objeto da demanda.

Com efeito, se o próprio recorrente requer seja decretada a perda do objeto da demanda, tendo em vista a satisfação da pretensão da recorrida em âmbito administrativo, além de ter a recorrida alcançado êxito quanto à sua pretensão nas instâncias ordinárias, impõe-se o deferimento do requerimento ora apresentado.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o recurso especial.

Intime-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3962)

RECURSO ESPECIAL Nº 965.965 - RS (2007/0153006-8)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: CAMILLA HAILLIOT DUARTE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ILSA KREWER TOMASI
ADVOGADO	: DÉCIO LUIZ FRANZEN

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS, fundamentado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal.

Insurge-se a parte recorrente contra acórdão do Tribunal de Justiça da mesma unidade federativa que, em ação revisional de pensão por morte de servidor público, fixou juros moratórios de 12% (doze por cento) ao ano a partir da entrada em vigor do Novo Código Civil.

Sustenta, além de divergência jurisprudencial, violação ao art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação introduzida pela Medida Provisória 2.180-35/01, defendendo juros de mora no percentual de 6% (seis por cento) ao ano inclusive posteriormente ao Novo Código Civil.

Contra-razões apresentadas.

Recurso especial admitido pelo Tribunal de origem.

No âmbito da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, apresentava-se pacífico o entendimento segundo o qual, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas de natureza alimentar a servidores públicos, deveria ser observado o percentual de 12% (doze por cento) ao ano, por incidência do disposto no art. 3º do Decreto-Lei 2.322/87 (REsp 552.437/SC, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ de 15/12/03; REsp 240.407/SP, Rel. Min. EDSON VIDIGAL, Quinta Turma, DJ 19/6/00). No entanto, sobreveio a Medida Provisória 2.180-35, de 24/8/01, que acrescentou à Lei 9.494/97 o seguinte dispositivo:

Art. 1º-F. Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano.

Diante dessa modificação na legislação infraconstitucional, esta Corte tem entendido que as disposições contidas na Medida Provisória 2.180-35/01, por terem natureza de norma instrumental, com reflexos na esfera jurídico-material das partes, são aplicáveis a todo casos ajuizados posteriormente à sua vigência, ou seja, 24/8/2001 (AgRg no REsp 600.538/RS, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 25/10/04; REsp 572.790/SC, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 9/12/03).

No presente caso, a ação foi ajuizada em setembro de 2004. Assim, os juros moratórios devem ser fixados no percentual de 6% (seis por cento) ao ano, nos termos do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela MP 2.180-35/01.

Vale ressaltar que o disposto no art. 1º-F da Lei 9.494/97 constitui norma específica referente aos juros de mora a serem observados nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de remuneração a servidores ou empregados públicos. Por conseguinte, resta afastada, nos termos acima expostos, a aplicação dos demais dispositivos legais que tratam de percentual de juros de mora.

Ante o exposto, **dou provimento** ao recurso especial, com fundamento no art. 557, 1º-A, do Código de Processo Civil, para fixar o percentual de juros em 6% (seis por cento) ao ano, inclusive após a entrada em vigor do Novo Código Civil.

Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3963)

RECURSO ESPECIAL Nº 967.754 - MG (2007/0160220-0)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO	: GILSON RIBEIRO DA SILVA
ADVOGADO	: FRANCIS DE OLIVEIRA RABELO COUTINHO - DEFENSORA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Sustenta o recorrente, além de divergência jurisprudencial, negativa de vigência ao art. 69 do Código Penal, tendo em vista que o acórdão recorrido aplicou a continuidade delitiva entre os crimes de estupro e o atentado violento ao pudor, excluindo o concurso material entre as infrações penais.

Alega também violação dos arts. 1º, V e VI, 2º, § 1º da Lei 8.072/90, ao argumento de que os delitos de estupro e o atentado violento ao pudor devem ser cumpridos em regime integralmente fechado.

Contra-razões às fls. 319/328.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do recurso (fls. 338/342).

É o relatório.

A análise do mérito recursal encontra-se prejudicada.

Consta dos autos que o recorrido foi condenado pela prática dos crimes previstos nos arts. 213 e 214 do Código Penal, à pena de 6 (seis) anos de reclusão para cada delito, perfazendo um total de 12 (doze) anos de reclusão, nos termos do art. 69 do Código Penal (fls. 228/231).

Inconformado, interpôs recurso de apelação, ao qual o Tribunal de origem deu parcial provimento para aplicar a continuidade delitiva entre os crimes de estupro e atentado violento ao pudor, preponderando sobre o concurso material, para redimensionar a pena em 8 (oito) anos de reclusão.

Assim, ainda que se entendesse procedente a pretensão recursal, seria imperioso o reconhecimento da extinção da punibilidade do réu pelo transcurso do prazo prescricional.

Verifica-se que o prazo prescricional aplicável ao caso presente, considerando a pena *in concreto* - 6 (seis) anos de reclusão, já que no caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente, com base no art. 119 do Código Penal -, é de 12 (doze) anos, nos termos do art. 109, III , c/c 115 e 110, § 1º, ambos do Código Penal, reduzido pela metade em face da menoridade do réu na data do fato (fl. 2).

Assim, decorridos mais de 6 (seis) anos entre a data do fato, ocorrido em 3/3/96 (fl. 3) e o recebimento da denúncia, em 23/9/02 (fl. 165/v), impõe-se o reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição retroativa, restando prejudicado o julgamento deste recurso especial.

Ante o exposto, **declaro**, de ofício, a extinção da punibilidade quanto ao crime imputado ao recorrido, pela prescrição retroativa da pretensão punitiva do Estado, nos termos dos arts. 61 do CPP, 107, IV, c/c os arts. 109, III, 110, §§ 1º e 2º, e 115, todos do CP, e, com fundamento no art. 34, XI, do RISTJ, **julgo prejudicado** o recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3964)

RECURSO ESPECIAL Nº 968.881 - SC (2007/0165239-3)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: EDUARDO DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: SÉRGIO PIRES MENEZES E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela UNIÃO, fundamentado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal. Insurge-se a parte recorrente contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que julgou embargos à execução parcialmente procedentes e fixou juros moratórios de 12% (doze por cento) ao ano a partir da citação.

Sustenta a parte recorrente violação ao art. 1º-F da Lei 9.494/97 com redação introduzida pela Medida Provisória 2.180-35/01, entre outros, defendendo juros de mora no percentual de 6% (seis por cento) ao ano.

Contra-razões apresentadas.

Recurso especial admitido pelo Tribunal de origem.

No âmbito da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, apresentava-se pacífico o entendimento segundo o qual, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas de natureza alimentar a servidores públicos, deveria ser observado o percentual de 12% (doze por cento) ao ano, por incidência do disposto no art. 3º do Decreto-Lei 2.322/87 (REsp 552.437/SC, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ de 15/12/03; REsp 240.407/SP, Rel. Min. EDSON VIDIGAL, Quinta Turma, DJ 19/6/00). No entanto, sobreveio a Medida Provisória 2.180-35, de 24/8/01, que acrescentou à Lei 9.494/97 o seguinte dispositivo:

Art. 1º-F. Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano.

Diante dessa modificação na legislação infraconstitucional, esta Corte tem entendido que as disposições contidas na Medida Provisória 2.180-35/01, por terem natureza de norma instrumental, com reflexos na esfera jurídico-material das partes, somente são aplicáveis aos casos ajuizados posteriormente à sua vigência, ou seja, 24/8/2001 (AgRg no REsp 600.538/RS, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 25/10/04; REsp 572.790/SC, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 9/12/03).

No presente caso, a ação ordinária foi ajuizada em outubro de 1994, ou seja, anteriormente à edição da MP 2.180-35, de 24/8/01. Assim, é correta a fixação de juros moratórios no percentual de 12% (doze por cento) ao ano, nos termos do disposto no art. 3º do Decreto-Lei 2.322/87.

Ante o exposto, **nego seguimento** ao recurso especial, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil.

Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3965)

RECURSO ESPECIAL Nº 969.866 - RN (2007/0171118-9)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: ROSÂNGELA NICÁCIO DE SOUZA E OUTROS
ADVOGADO	: JOÃO ADAUTO DA COSTA E OUTRO(S)

DECISÃO

1. Cuida-se de Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, em que a UNIÃO aponta ofensa aos arts. 5º, II e 8º da Lei 10.404/2002, insurgindo-se contra aresto assim ementado:

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. SERVIDORES PÚBLICOS. GRATIFICAÇÕES DE DESEMPENHO. EXTENSÃO AOS INATIVOS POR FORÇA DO ART. 40, § 8º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA (GDATA), CRIADA PELA LEI 10.404/02. APLICAÇÃO DA PONTUAÇÃO EQUIVALENTE A 60 (SESSENTA) PONTOS, NOS TERMOS DA LEI 10.791/04 (GDATA), QUE CORRESPONDE À PONTUAÇÃO DEFERIDA AOS QUE NÃO FORAM AINDA AVALIADOS. INCIDÊNCIA DA TAXA SELIC, COM NATUREZA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA, A PARTIR DA

CITAÇÃO. APELO E REMESSA OFICIAL PARCIALMENTE PROVIDOS.
2. Sustenta a recorrente que não há inconstitucionalidade na Lei 10.404/02, além de inocorrência, no caso, de ofensa aos princípios da proporcionalidade e da isonomia.
3. Não merece êxito a insurgência.
4. O Tribunal *a quo* destramou a questão posta em debate amparando-se em fundamento exclusivamente constitucional, qual seja, necessidade de observância do princípio da isonomia, assegurado no art. 40, § 4º (redação original) da Constituição Federal. Revela-se, portanto, imprópria a insurgência veiculada em sede de Recurso Especial.
5. No mesmo diapasão, confiram-se os seguintes precedentes do STJ: AgRg no REsp. 929.290/PE, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJU 06.08.2007, AgRg no REsp. 815.241/AL, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJU 11.12.2006, REsp. 963.457/PB, Rel. Min. NILSON NAVES, DJU 23.08.2007.
6. Diante disso, com esteio no art. 557 do Estatuto Processual Civil, nega-se seguimento ao Recurso Especial.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 25 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3966)

RECURSO ESPECIAL Nº 972.123 - PR (2007/0172857-5)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: ALMIR JOSÉ TEIXEIRA E OUTROS
ADVOGADO	: MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ALMIR JOSÉ TEIXEIRA E OUTROS, fundamentado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal. Insurge-se a parte recorrente contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que, em embargos à execução, entendeu ser devido o resíduo de 3,17% apenas sobre os vencimentos básicos dos servidores a partir de janeiro de 1995.
Embargos de declaração rejeitados.
Sustentam os recorrentes violação aos arts. 535, pedindo a anulação do acórdão recorrido; e 467, do CPC sustentando que a não incidência do resíduo sobre a integralidade dos vencimentos dos servidores, no presente caso, ofende a coisa julgada, uma vez que matéria teria sido decidida no processo coletivo que deu origem à execução.
Contra-razões apresentadas.
Recursos especiais admitidos pelo Tribunal de origem.
No que se refere à alegada ofensa ao art. 535, do CPC, cumpre salientar que os embargos de declaração têm como objetivo sanear eventual obscuridade, contradição ou omissão existentes na decisão recorrida. Não há omissão no acórdão recorrido quando o Tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e precisa sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte. Nesse sentido: REsp 739.711/MG, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJ 14/12/06.
Está pacificado neste Tribunal o entendimento de ser devido aos servidores públicos federais não contemplados a aplicação do resíduo de 3,17%, incidente sobre as tabelas de vencimentos do funcionalismo, e não apenas sobre o vencimento básico, decorrente do critério previsto na Lei 8.880/94, arts. 28 e 29, § 5º, por ocasião da atualização ocorrida no mês de janeiro de 1995. Nesse sentido: AgRg no REsp 908.241/PR, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ de 10/9/07; MS 7.678/DF, Rel. Min. EDSON VIGIDAL, Terceira Seção, DJ de 25/2/02; REsp 626.782/AL, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ de 14/6/04.
Ante o exposto, **dou parcial provimento** ao recurso especial, com fundamento no art. 557, 1º-A, do Código de Processo Civil, para determinar a incidência do resíduo de 3,17% sobre a totalidade dos vencimentos dos servidores.
Intimem-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3967)

RECURSO ESPECIAL Nº 972.676 - PB (2007/0175342-6)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: JURACY MARQUES DE MEDEIROS E OUTROS
ADVOGADO	: RICARDO ANDRÉ BANDEIRA MARQUES E OUTRO(S)

DECISÃO

1. Cuida-se de Recurso Especial fundado na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, em que a UNIÃO aponta ofensa ao artigo 5º, parágrafo único da Lei 10.404/2002, insurgindo-se contra aresto assim ementado:
ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA. GDATA. LEI 10.404/2002. PARIDADE COM SERVIDOR ATIVO NÃO AVALIADO. APLICAÇÃO DE 60 PONTOS. LEI 10.971/2004.
A GDATA é uma vantagem remuneratória devida aos servidores ativos, tendo por base o desempenho institucional e individual de cada servidor, no exercício das atribuições do cargo ou função, nos termos da Lei 10.404/2002.
Em razão da impossibilidade de avaliação de desempenho dos servidores inativos, com finalidade de aferir-lhes pontuação, é justo que a GDATA a eles cabível tenha por patamar 60 pontos, ou seja, o mesmo percentual devido aos servidores ativos não-avaliados, a teor do art. 1º da Lei 10.971/04.
Igualmente cabível aos autores/apelados o direito às parcelas atrasadas, correspondentes às diferenças entre os percentuais recebidos e os efetivamente devidos, acrescidas de correção monetária e de juros de mora. Apelação improvida. Remessa Oficial provida, em parte.
2. Sustenta a recorrente que não há inconstitucionalidade na Lei 10.404/02, além de inocorrência, no caso, de ofensa aos princípios da proporcionalidade e da isonomia.
3. Não merece êxito a insurgência.
4. O Tribunal *a quo*, confirmando sentença que declarou a inconstitucionalidade do art. 5º da Lei 10.404/02, destramou a questão posta em debate amparando-se em fundamento exclusivamente constitucional, qual seja, necessidade de observância do princípio da isonomia, assegurado no art. 40, § 4º (redação original) da Constituição Federal. Revela-se, portanto, imprópria a insurgência veiculada em sede de Recurso Especial.
5. No mesmo diapasão, confiram-se os seguintes precedentes do STJ: AgRg no REsp. 929.290/PE, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJU 06.08.2007, AgRg no REsp. 815.241/AL, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJU 11.12.2006, REsp. 963.457/PB, Rel. Min. NILSON NAVES, DJU 23.08.2007.
6. Diante disso, com esteio no art. 557 do Estatuto Processual Civil, nega-se seguimento ao Recurso Especial.
7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 24 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3968)

RECURSO ESPECIAL Nº 974.354 - SP (2007/0183114-2)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MARIA HELENA DA SILVA FERNANDES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LINDA HABER E OUTROS
ADVOGADO	: MANUEL DOS SANTOS FERNANDES RIBEIRO E OUTRO(S)

DECISÃO

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no qual se insurge contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, em ação ajuizada por servidores aposentados daquele Estado, confirmou sentença de procedência e determinou que os juros de mora seriam de 1% ao mês a partir da entrada em vigor do Novo Código Civil.
2. Sustenta a recorrente, primeiramente, infringência ao art. 535, II do CPC e, no mérito, ofensa ao art. 1º-F da Lei 9.494/97, ao entendimento de que os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública, não poderão ultrapassar o percentual de 6% ao ano.
3. A súplica merece prosperar em parte.
4. Saliente-se, de início, que não ocorreu omissão alguma no acórdão recorrido que justificasse o manejo dos embargos declaratórios. O aresto local, ao confirmar a sentença de primeiro grau, manteve a condenação e os juros de mora no percentual ali estipulado.
5. Quanto ao mérito, entretanto, o STJ sufragou o entendimento de que incidem juros moratórios no percentual de 6% ao ano nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias a servidores e empregados públicos, bem como de pensões por morte, quando a ação for proposta após o início da vigência da MP 2.180-35/2001, que acrescentou o art. 1º-F à Lei 9.494/97, que é exatamente a hipótese destes autos, na medida em que a ação foi ajuizada em 23.03.06.
6. Outrossim, a jurisprudência desta Corte consolidou a orientação de ser inaplicável o art. 406 do CC/2002 para regular a matéria, em virtude da especialidade da questão tratada na aludida MP 2.180-35/2001.
7. Confiram-se, por oportuno, os seguintes precedentes: REsp. 700.424/RS, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES, DJU 19.09.05; AgRg no REsp. 788.992/RS, Rel. Min. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, DJU 06.03.06; AgRg no REsp. 826.771/RS, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, DJU 26.02.2007 e AgRg no REsp. 842.347/RS, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJU 20.11.2006.
8. Diante do exposto, com amparo no art. 557, § 1º-A do CPC, dá-se provimento parcial ao Recurso Especial, a fim de determinar a incidência de juros moratórios no percentual de 6% ano.
9. Publique-se.
10. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 25 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3969)

RECURSO ESPECIAL Nº 975.331 - RS (2007/0188116-2)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: NELSI MARIA EBERHARDT DE QUADROS E OUTROS
ADVOGADO	: MARCELO LIPERT E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela UNIÃO, fundamentado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal. Insurge-se a parte recorrente contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que, em demanda relativa ao resíduo de 3,17%, fixou juros moratórios de 12% (doze por cento) ao ano a partir da citação.
Sustenta violação ao art. 1º-F da Lei 9.494/97 com redação introduzida pela Medida Provisória 2.180-35/01, entre outros, defendendo juros de mora no percentual de 6% (seis por cento) ao ano.
Contra-razões apresentadas.
Recurso especial admitido pelo Tribunal de origem.
No âmbito da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, apresentava-se pacífico o entendimento segundo o qual, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas de natureza alimentar a servidores públicos, deveria ser observado o percentual de 12% (doze por cento) ao ano, por incidência do disposto no art. 3º do Decreto-Lei 2.322/87 (REsp 552.437/SC, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ de 15/12/03; REsp 240.407/SP, Rel. Min. EDSON VIDIGAL, Quinta Turma, DJ 19/6/00). No entanto, sobreveio a Medida Provisória 2.180-35, de 24/8/01, que acrescentou à Lei 9.494/97 o seguinte dispositivo:

Art. 1º-F. Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano.

Diante dessa modificação na legislação infraconstitucional, esta Corte tem entendido que as disposições contidas na Medida Provisória 2.180-35/01, por terem natureza de norma instrumental, com reflexos na esfera jurídico-material das partes, somente são aplicáveis aos casos ajuizados posteriormente à sua vigência, ou seja, 24/8/2001 (AgRg no REsp 600.538/RS, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 25/10/04; REsp 572.790/SC, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 9/12/03).
No presente caso, a ação ordinária foi ajuizada em novembro de 1995, ou seja, anteriormente à edição da MP 2.180-35, de 24/8/01. Assim, é correta a fixação de juros moratórios no percentual de 12% (doze por cento) ao ano, nos termos do disposto no art. 3º do Decreto-Lei 2.322/87.
Ante o exposto, **nego seguimento** ao recurso especial, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil.
Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3970)

RECURSO ESPECIAL Nº 975.922 - RS (2007/0182901-4)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: DILMA DA COSTA GONÇALVES E OUTROS
ADVOGADO	: MARCELO LIPERT E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela UNIÃO, fundamentado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal. Insurge-se a parte recorrente contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que julgou improcedentes seus embargos à execução e fixou juros moratórios de 12% (doze por cento) ao ano a partir da citação.
Sustenta violação ao art. 1º-F da Lei 9.494/97 com redação introduzida pela Medida Provisória 2.180-35/01, entre outros, defendendo juros de mora no percentual de 6% (seis por cento) ao ano.
Contra-razões apresentadas.
Recurso especial admitido pelo Tribunal de origem.
No âmbito da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, apresentava-se pacífico o entendimento segundo o qual, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas de natureza alimentar a servidores públicos, deveria ser observado o percentual de 12% (doze por cento) ao ano, por incidência do disposto no art. 3º do Decreto-Lei 2.322/87 (REsp 552.437/SC, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ de 15/12/03; REsp 240.407/SP, Rel. Min. EDSON VIDIGAL, Quinta Turma, DJ 19/6/00). No entanto, sobreveio a Medida Provisória 2.180-35, de 24/8/01, que acrescentou à Lei 9.494/97 o seguinte dispositivo:

Art. 1º-F. Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano.

Diante dessa modificação na legislação infraconstitucional, esta Corte tem entendido que as disposições contidas na Medida Provisória 2.180-35/01, por terem natureza de norma instrumental, com reflexos na esfera jurídico-material das partes, somente são aplicáveis aos casos ajuizados posteriormente à sua vigência, ou seja, 24/8/2001 (AgRg no REsp 600.538/RS, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 25/10/04; REsp 572.790/SC, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 9/12/03).

No presente caso, a ação ordinária foi ajuizada em novembro de 1995, ou seja, anteriormente à edição da MP 2.180-35, de 24/8/01. Assim, é correta a fixação de juros moratórios no percentual de 12% (doze por cento) ao ano, nos termos do disposto no art. 3º do Decreto-Lei 2.322/87.
Ante o exposto, **nego seguimento** ao recurso especial, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil.
Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3971)

RECURSO ESPECIAL Nº 978.713 - SP (2007/0189072-0)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ESTELA VILELA GONCALVES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: BENEDITA CAMARGO RODRIGUES
ADVOGADO	: RUBENS BENEDITO VOCCI

DECISÃO
PARCIAL PROVIMENTO
DO RECURSO ESPECIAL
(ART. 557, § 1º-A DO CPC)

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSS, com base na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, objetivando a reforma do Acórdão do Tribunal Regional Federal da 3a. Região que condenou a autarquia a revisar o benefício de pensão por morte da parte recorrida nos termos da Lei 9.032/95, que majorou o coeficiente de cálculo do benefício, originariamente previsto no art. 75 da Lei 8.213/91.
2. Em seu apelo especial, sustenta o INSS violação do art. 535 do CPC e do art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, sob o fundamento de que, mesmo com a interposição de Embargos de Declaração o acórdão recorrido permaneceu omisso, e de que deve prevalecer a lei vigente na data do cumprimento dos requisitos necessários ao deferimento do benefício, não devendo ser admitida a aplicação retroativa das Leis 8.213/91 e 9.032/95, uma vez que não há previsão expressa nesse sentido.
3. A parte recorrida não apresentou contra-razões no prazo legal.
4. Admitido o recurso pelo egrégio Tribunal de origem, subiram os autos a esta colenda Corte.
5. É o relatório. Decido.
6. Inicialmente, no que pertine à alegada violação do art. 535 do CPC, verifica-se que a questão ventilada em Embargos de Declaração foi devidamente analisada pelo Tribunal a quo, não padecendo, portanto, de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que o julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.
7. Quanto ao mais, tenho entendido, mas respeitando os posicionamentos em contrário, que a nova sistemática prevista nas Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotou índice mais vantajoso para o cálculo da pensão por morte, tem aplicação imediata, indistintamente, a todos os beneficiários que estiverem na mesma situação, incidindo, inclusive, para os benefícios em manutenção, bem como para os casos pendentes de concessão.
8. Entretanto, em inúmeros recentes julgados, o egrégio STF adotou o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício previdenciário da pensão por morte, sob pena de violação ao art. 195, § 5º da CF; essa manifestação passou a ser seguida também pelo STJ, sem discrepâncias.
9. Em face dessa orientação jurisprudencial, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista pessoal e acompanho a posição adotada pelas Cortes Superiores (STF e STJ), conforme antes explicitado, *atentando para a concepção de que o STJ é um Tribunal de precedentes, com a função de uniformizar a jurisprudência infraconstitucional*.
10. Ante o exposto, dou parcial provimento ao Recurso Especial do INSS, com base no artigo 557, § 1º-A do CPC, para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação da Autarquia previdenciária ao pagamento relativo à majoração do coeficiente de cálculo da pensão por morte, previsto nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
11. Arcará a autora, ora recorrida, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
13. Publique-se.
14. Intimações necessárias.
Brasília/DF, 21 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3972)

RECURSO ESPECIAL Nº 978.816 - RS (2007/0190167-7)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: NORBERTO CONTE VASCONCELLOS E OUTROS
ADVOGADO	: MARCELO LIPERT E OUTRO(S)

DECISÃO
Trata-se de recurso especial interposto pela UNIÃO, fundamentado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal. Insurge-se a parte recorrente contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que, em demanda relativa ao resíduo de 3,17%, fixou juros moratórios de 12% (doze por cento) ao ano a partir da citação.
Embargos de declaração do recorrido rejeitados.
Sustenta violação ao art. 1º-F da Lei 9.494/97 com redação introduzida pela Medida Provisória 2.180-35/01, entre outros, defendendo juros de mora no percentual de 6% (seis por cento) ao ano.
Contra-razões apresentadas.
Recurso especial admitido pelo Tribunal de origem.
No âmbito da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, apresentava-se pacífico o entendimento segundo o qual, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas de natureza alimentar a servidores públicos, deveria ser observado o percentual de 12% (doze por cento) ao ano, por incidência do disposto no art. 3º do Decreto-Lei 2.322/87 (REsp 552.437/SC, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ de 15/12/03; REsp 240.407/SP, Rel. Min. EDSON VIDIGAL, Quinta Turma, DJ 19/6/00). No entanto, sobreveio a Medida Provisória 2.180-35, de 24/8/01, que acrescentou à Lei 9.494/97 o seguinte dispositivo:

Art. 1º-F. Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano.

Diante dessa modificação na legislação infraconstitucional, esta Corte tem entendido que as disposições contidas na Medida Provisória 2.180-35/01, por terem natureza de norma instrumental, com reflexos na esfera jurídico-material das partes, somente são aplicáveis aos casos ajuizados posteriormente à sua vigência, ou seja, 24/8/2001 (AgRg no REsp 600.538/RS, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 25/10/04; REsp 572.790/SC, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 9/12/03).
No presente caso, a ação ordinária foi ajuizada em novembro de 1995, ou seja, anteriormente à edição da MP 2.180-35, de 24/8/01. Assim, é correta a fixação de juros moratórios no percentual de 12% (doze por cento) ao ano, nos termos do disposto no art. 3º do Decreto-Lei 2.322/87.
Ante o exposto, **nego seguimento** ao recurso especial, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil.
Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3973)

RECURSO ESPECIAL Nº 978.937 - SP (2007/0191697-8)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CARLOS GUSTAVO MOIMAZ MARQUES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MÁRCIA CRISTINA ROCHA GRACINI
ADVOGADO	: ANA MARIA ARANTES KASSIS

DECISÃO
PROVIMENTO
DO RECURSO ESPECIAL
(ART. 557, § 1º-A DO CPC)

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSS, com base na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, objetivando a reforma do Acórdão do Tribunal Regional Federal da 3a. Região que condenou a autarquia a revisar o benefício de pensão por morte da parte recorrida nos termos da Lei 9.032/95, que majorou o coeficiente de cálculo do benefício, originariamente previsto no art. 75 da Lei 8.213/91.
2. 3. Em seu apelo especial, sustenta o INSS violação aos arts. 535 e 538, parág. único, ambos do CPC e ao art. 6º do Decreto-Lei 4.657/42 (Lei de Introdução ao Código Civil), sob os seguintes fundamentos: (I) deve ser afastada a multa imposta nos aclaratórios, bem como que não deve ser condicionada a interposição de recurso ao seu pagamento; (II) que o acórdão recorrido, mesmo após a interposição de Embargos de Declaração, permaneceu omisso quanto à aplicação do art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil; e (III) que deve prevalecer a lei vigente na data do cumprimento dos requisitos necessários ao deferimento do benefício, não devendo ser admitida a aplicação retroativa das Leis 8.213/91 e 9.032/95, uma vez que não há previsão expressa nesse sentido.
3. Sem contra-razões e admitido o recurso pelo egrégio Tribunal de origem, subiram os autos a esta colenda Corte.
4. É o relatório. Decido.
5. Inicialmente, verifico que não resta evidenciado intuito procrastinatório nos Embargos de Declaração opostos pelo INSS, uma vez que foram utilizados no exercício regular do seu direito de defesa, objetivando o prequestionamento da matéria, pelo que deve ser afastada a multa imposta por litigância de má-fé, conforme o entendimento sumulado desta Corte de que *Embargos de Declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório* (Súm. 98/STJ).
6. No mesmo sentido, os seguintes julgados deste Tribunal Superior:
PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. SUSPENSÃO. DIREITO À AMPLA DEFESA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. MULTA PREVISTA NO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. CARÁTER NÃO-PROTELATÓRIO DOS DECLARATÓRIOS. SÚMULA 98/STJ. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
(...).
2. Descabida a aplicação da multa processual prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC, quando os embargos declaratórios não têm caráter protelatório, mas objetivam prequestionar a matéria, requisito indispensável ao acesso às instâncias especiais.
(...).
4. Recurso especial conhecido e parcialmente provido apenas para excluir a aplicação da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC. (REsp. 544008/SP, 5T, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJU 05.02.2007, p. 327).

2 2 2

RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. MULTA. INCABÍVEL. MILITAR INATIVO. PROMOÇÃO. REVISÃO DO ATO DE INATIVIDADE. PRESCRIÇÃO. FUNDO DE DIREITO.
(...)
II - Incabível a aplicação da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC, não sendo protelatórios os embargos de declaração opostos com o fito de prequestionamento.
Recurso provido. (REsp. 613.928/RJ, 5T, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJU 14.03.2005, p. 410).
7. No que pertine à alegada violação do art. 535 do CPC, verifica-se que a questão ventilada em Embargos de Declaração foi devidamente analisada pelo Tribunal a quo, não padecendo, portanto, de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que o julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.
8. Quanto ao mais, tenho entendido, mas respeitando os posicionamentos em contrário, que a nova sistemática prevista nas Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotou índice mais vantajoso para o cálculo da pensão por morte, tem aplicação imediata, indistintamente, a todos os beneficiários que estiverem na mesma situação, incidindo, inclusive, para os benefícios em manutenção, bem como para os casos pendentes de concessão.
9. Entretanto, em inúmeros recentes julgados, o egrégio STF adotou o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício previdenciário da pensão por morte, sob pena de violação ao art. 195, § 5º da CF; essa manifestação passou a ser seguida também pelo STJ, sem discrepâncias.
10. Em face dessa orientação jurisprudencial, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista pessoal e acompanho a posição adotada pelas Cortes Superiores (STF e STJ), conforme antes explicitado, *atentando para a concepção de que o STJ é um Tribunal de precedentes, com a função de uniformizar a jurisprudência infraconstitucional*.
11. Ante o exposto, dou parcial provimento ao Recurso Especial, com base no artigo 557, § 1º-A do CPC, para afastar a multa imposta ao INSS pela oposição de Embargos de Declaração tidos por protelatórios, bem como para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação da Autarquia previdenciária ao pagamento relativo à majoração do coeficiente de cálculo da pensão por morte, previsto nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
12. Arcará a autora, ora recorrida, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
13. Publique-se.
14. Intimações necessárias.
Brasília/DF, 21 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3974)

RECURSO ESPECIAL Nº 979.667 - SP (2007/0196636-7)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE	: SEVERINO JOSÉ DE SANTANA
ADVOGADO	: ZENAIDE NATALINA DE LIMA RICCA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO
NEGATIVA DE SEGUIMENTO
AO RECURSO ESPECIAL
(ART. 557, *CAPUT* DO CPC)

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. BENEFÍCIO ACIDENTÁRIO CONCEDIDO NA VIGÊNCIA DA LEI 6.367/76 E INCORPORADO PELA LEI 8.213/91. CUMULAÇÃO. POSSIBILIDADE. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO EM DATA ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI 9.528/97. PRINCÍPIO DO TEMPUS REGIT ACTUM. PRECEDENTE DA 3A. SEÇÃO/STJ.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto com base na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, objetivando a reforma do Acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo que entendeu não ser possível a cumulação de auxílio acidente com aposentadoria por tempo de contribuição, em vista da proibição prevista na Lei 9.528/97.
2. Em seu apelo especial, sustenta o recorrente violação do art. 86 da Lei 8.213/91, alegando ser possível a acumulação de aposentadoria e auxílio-acidente quando este for concedido em data anterior às alterações da MP 1.596-14/97, convertida na Lei 9.528/97.

3. É o relatório. Decido.
4. O cerne da questão consiste em verificar a possibilidade de acumulação de aposentadoria com auxílio-acidente.
5. Inicialmente, na vigência da Lei 6.367/76, era proibida a acumulação de benefício acidentário com aposentadoria previdenciária, nos termos do art. 9º, parágr. único:
Art. 9º - O acidentado do trabalho que, após a consolidação das lesões resultantes do acidente, apresentar, como seqüelas definitivas, perdas anatômicas ou redução da capacidade funcional, constantes de relação previamente elaborada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), as quais, embora não impedindo o desempenho da mesma atividade, demandem, permanentemente, maior esforço na realização do trabalho, fará jus, a partir da cessação do auxílio-doença, a um auxílio mensal que corresponderá a 20% (vinte por cento) do valor de que trata o inciso II do Artigo 5º desta lei, observando o disposto no § 4º do mesmo artigo.
Parágrafo único. Esse benefício cessará com a aposentadoria do acidentado e seu valor não será incluído no cálculo de pensão.

6. Posteriormente, essa norma foi revogada pela Lei 8.213/91, que previa, na redação original do art. 86, ser o auxílio acidente um benefício vitalício, sendo permitido o recebimento pelo segurado de auxílio acidentário com qualquer remuneração ou benefício não relacionado ao mesmo acidente.
7. Ocorre que, com as alterações do art. 86, § 2º da Lei 8.213/91, promovidas pela a MP 1.596-14/97, convertida na Lei 9.528/97, o auxílio-acidente deixou de ser vitalício e passou a integrar o salário-de-contribuição para fins de cálculo do salário-de-benefício de aposentadoria previdenciária, motivo pelo qual o citado dispositivo trouxe em sua redação a proibição de acumulação de benefício acidentário com qualquer espécie de aposentadoria do regime geral, senão vejamos:

Art. 86 - O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.
(...).
§ 2º O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada sua acumulação com qualquer aposentadoria.

8. O Tribunal de origem entendeu que, por ter sido o benefício acidentário concedido ao autor na vigência da Lei 6.367/76, estaria vedada sua cumulação com a aposentadoria posteriormente percebida.
9. Entretanto, esse entendimento vai de encontro à jurisprudência do STJ de que o benefício acidentário disciplinado pela Lei 6.367/76 foi incorporado pela Lei 8.213/91, tendo suas disposições, inclusive quanto à possibilidade de cumulação de auxílio-acidente e aposentadoria, incidência imediata sobre todos os benefícios em manutenção, bem como para os casos pendentes de concessão.
10. Nesse sentido, o seguinte julgado da 3a. Seção:
EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. CUMULAÇÃO. AUXÍLIO-SUPLEMENTAR E APOSENTADORIA. POSSIBILIDADE.
1. A jurisprudência de ambas as Turmas que integram a Terceira Seção firmou-se no sentido da possibilidade de cumulação do auxílio suplementar e da aposentadoria por tempo de serviço, desde que a concessão dos benefícios tenha ocorrido antes da Lei 9.528/97. (EREsp. 399.921/SP, Relator Ministro NILSON NAVES, DJU 05.09.2005).
2. Embargos de Divergência rejeitados. (EREsp. 590.319/RS, 3S, DJU 08.03.2006, p. 125).

11. Na hipótese dos autos, o benefício acidentário foi concedido em data anterior à vedação de acumulação prevista na lei 9.528/97, pelo que deve ser afastada sua incidência, em observância ao princípio do *tempus regit actum*.
12. Ante o exposto, dou provimento ao Recurso Especial, com base no artigo 557, § 1º-A, para julgar procedente o pedido inicial, restabelecendo-se a sentença de primeiro grau, em todos os seus termos.
13. Publique-se.
14. Intimações necessárias.
Brasília/DF, 19 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3975)

RECURSO ESPECIAL Nº 979.866 - RS (2007/0195176-2)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: CLÉLIA REJANE SOARES DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: MARCELO LIPERT E OUTRO(S)

DECISÃO
Trata-se de recurso especial interposto pela UNIÃO, fundamentado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal. Insurge-se a parte recorrente contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que, em demanda relativa ao resíduo de 3,17%, fixou juros moratórios de 12% (doze por cento) ao ano a partir da citação.
Embargos de declaração rejeitados.
Sustenta violação ao art. 1º-F da Lei 9.494/97 com redação introduzida pela Medida Provisória 2.180-35/01, entre outros, defendendo juros de mora no percentual de 6% (seis por cento) ao ano.
Contra-razões apresentadas.
Recurso especial admitido pelo Tribunal de origem.
No âmbito da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, apresentava-se pacífico o entendimento segundo o qual, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas de natureza alimentar a servidores públicos, deveria ser observado o percentual de 12% (doze por cento) ao ano, por incidência do disposto no art. 3º do Decreto-Lei 2.322/87 (REsp 552.437/SC, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ de 15/12/03; REsp 240.407/SP, Rel. Min. EDSON VIDIGAL, Quinta Turma, DJ 19/6/00). No entanto, sobreveio a Medida Provisória 2.180-35, de 24/8/01, que acrescentou à Lei 9.494/97 o seguinte dispositivo:

Art. 1º-F. Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano.
Diante dessa modificação na legislação infraconstitucional, esta Corte tem entendido que as disposições contidas na Medida Provisória 2.180-35/01, por terem natureza de norma instrumental, com reflexos na esfera jurídico-material das partes, somente são aplicáveis aos casos ajuizados posteriormente à sua vigência, ou seja, 24/8/2001 (AgRg no REsp 600.538/RS, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 25/10/04; REsp 572.790/SC, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 9/12/03).
No presente caso, a ação ordinária foi ajuizada em novembro de 1995, ou seja, anteriormente à edição da MP 2.180-35, de 24/8/01. Assim, é correta a fixação de juros moratórios no percentual de 12% (doze por cento) ao ano, nos termos do disposto no art. 3º do Decreto-Lei 2.322/87.
Ante o exposto, **nego seguimento** ao recurso especial, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil.
Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3976)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.368 - SP (2007/0193373-9)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: RONALDO GUIMARÃES GALLO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PEDRO NEVES
ADVOGADO	: MARIA APARECIDA MASSANO GARCIA

DECISÃO
NEGATIVA DE SEGUIMENTO
AO RECURSO ESPECIAL
(ART. 557, *CAPUT* DO CPC)
1. Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSS, com base na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, objetivando a reforma do Acórdão do Tribunal Regional Federal da 1a. Região que, em sede recursal de embargos à execução, em que se discute critérios legais a serem aplicados nos cálculos de liquidação da sentença, majorou o valor da execução fixado pelo julgado de 1a. instância.
2. Interpostos Embargos de Declaração, foram os mesmos rejeitados.
3. Em seu apelo especial, sustenta o recorrente violação dos arts. 475, 505 e 515 do CPC, sob o fundamento de que o acórdão recorrido incidiu em *reformatio in pejus* ao reconhecer em favor do autor um crédito superior ao determinado pela sentença.
4. Sem contra-razões e admitido o recurso pelo egrégio Tribunal de origem, subiram os autos a esta colenda Corte.
5. É o relatório. Decido.

6. Presentes os requisitos de admissibilidade do Recurso Especial, passo ao exame do mérito.
7. Da análise dos autos, verifica-se que o valor da execução fixado pela sentença proferida em embargos à execução foi de R$ 67.495,77, sendo que em sede de recurso do INSS, o acórdão recorrido homologou o cálculo elaborado pela Contadoria Judicial no importe de R$ 82.762,33, justificando a majoração nos seguintes termos:
Quanto à alegação de sucumbência parcial, o cálculo do exeqüente não foi acolhido integralmente pela Contadoria (fl. 38), mas o foi pelo Juízo. Incorreta, todavia, a decisão do Juízo a quo sob esse aspecto, pois, como aduz o apelante, não é porque o cálculo do Contador aponta valor superior que o cálculo do embargado se mostra correto. O cálculo do Contador está posicionado para data diversa daquele apresentado pelo autor (quase um ano), o que, por óbvio, implica na contagem de diferenças, juros e correção por um prazo maior.

8. Em seu apelo especial, o INSS não impugna os critérios de atualização adotados pelo Contador Judicial, que majoraram o valor da execução reconhecido pela sentença, limitando-se a alegar genericamente a ocorrência de *reformatio in pejus* consubstanciada no aumento da importância devida ao autor.
9. Nesse diapasão, esta Corte Superior já pacificou o entendimento de que, a despeito de recurso da parte interessada, não configura *reformatio in pejus* a determinação do acórdão recorrido de incidência de juros de mora e correção monetária para atualização do valor da condenação, porquanto decorrentes de imposição legal.

11. Citem-se, a propósito:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DA TAXA SELIC EM SEDE DE REMESSA OFICIAL. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE REFORMATIO IN PEJUS.
(...).
3. Inocorre reformatio in pejus quando o Tribunal adequa os juros legais, implicitamente reconhecidos nos pedidos em geral (art. 293 do CPC), fazendo incluir os juros legalmente previstos.
4. Embargos de Divergência desprovidos. (EREsp. 686.751/MG, S1, Rel. Min. LUIZ FUX, DJU 18.06.2007, p. 240).

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. MILITAR. INCAPACIDADE TEMPORÁRIA. CONDIÇÃO DE AGREGADO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. REFORMATIO IN PEJUS NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO QUE SE LIMITOU A EXPLICITAR OS TERMOS DA SENTENÇA. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 106, 108, 110 DA LEI 6.880/80. REFORMA. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. JUROS DE MORA. 12% AO ANO. AÇÃO AJUIZADA ANTERIORMENTE À EDIÇÃO DA MP 2.180-35/2001. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO.
(...).
3. A fixação, em remessa oficial, de correção monetária, porque constitui simples atualização da moeda, e de juros de mora, porque incluídos no pedido principal, nos termos do art. 293 do CPC, também não implica reformatio in pejus.
(...).
6. Recurso Especial conhecido e improvido. (REsp. 601.267/RS, 5T, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJU 12.03.2007).

12. Dessa forma, se o aumento do valor da condenação foi decorrência da atualização monetária do cálculo, não resta configurada a ocorrência de *reformatio in pejus*.
13. Ante o exposto, com base no art. 557, *caput* do CPC, nego seguimento ao Recurso Especial do INSS.
14. Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília/DF, 20 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3977)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.606 - RS (2007/0191126-9)

RELATOR	**: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: LAURECI FREIRE DE MELLO
ADVOGADO	: MARCELO LIPERT E OUTRO(S)

DECISÃO
Trata-se de recurso especial interposto pela UNIÃO, fundamentado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal. Insurge-se a parte recorrente contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que, em demanda relativa ao resíduo de 3,17%, fixou juros moratórios de 12% (doze por cento) ao ano a partir da citação.
Sustenta violação ao art. 1º-F da Lei 9.494/97 com redação introduzida pela Medida Provisória 2.180-35/01, entre outros, defendendo juros de mora no percentual de 6% (seis por cento) ao ano.
Contra-razões apresentadas.
Recurso especial admitido pelo Tribunal de origem.
No âmbito da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, apresentava-se pacífico o entendimento segundo o qual, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas de natureza alimentar a servidores públicos, deveria ser observado o percentual de 12% (doze por cento) ao ano, por incidência do disposto no art. 3º do Decreto-Lei 2.322/87 (REsp 552.437/SC, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ de 15/12/03; REsp 240.407/SP, Rel. Min. EDSON VIDIGAL, Quinta Turma, DJ 19/6/00). No entanto, sobreveio a Medida Provisória 2.180-35, de 24/8/01, que acrescentou à Lei 9.494/97 o seguinte dispositivo:

Art. 1º-F. Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano.
Diante dessa modificação na legislação infraconstitucional, esta Corte tem entendido que as disposições contidas na Medida Provisória 2.180-35/01, por terem natureza de norma instrumental, com reflexos na esfera jurídico-material das partes, somente são aplicáveis aos casos ajuizados posteriormente à sua vigência, ou seja, 24/8/2001 (AgRg no REsp 600.538/RS, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 25/10/04; REsp 572.790/SC, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 9/12/03).
No presente caso, a ação ordinária foi ajuizada em novembro de 1995, ou seja, anteriormente à edição da MP 2.180-35, de 24/8/01. Assim, é correta a fixação de juros moratórios no percentual de 12% (doze por cento) ao ano, nos termos do disposto no art. 3º do Decreto-Lei 2.322/87.
Ante o exposto, **nego seguimento** ao recurso especial, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil.
Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator

(3978)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.785 - SP (2007/0198767-4)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ESTELA VILELA GONCALVES E OUTRO(S)

RECORRIDO : MARIA APARECIDA CORDONES PELLEGRINI
ADVOGADO : DONATO LOVECCHIO

DECISÃO
PARCIAL PROVIMENTO
DO RECURSO ESPECIAL
(ART. 557, § 1º-A DO CPC)

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSS, com base na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, objetivando a reforma do Acórdão do Tribunal Regional Federal da 3a. Região que condenou a autarquia a revisar o benefício de pensão por morte da parte recorrida nos termos da Lei 9.032/95, que majorou o coeficiente de cálculo do benefício, originariamente previsto no art. 75 da Lei 8.213/91.
2. Em seu apelo especial, sustenta o INSS violação do art. 535 do CPC e do art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, sob o fundamento de que, mesmo com a interposição de Embargos de Declaração o acórdão recorrido permaneceu omisso, e de que deve prevalecer a lei vigente na data do cumprimento dos requisitos necessários ao deferimento do benefício, não devendo ser admitida a aplicação retroativa das Leis 8.213/91 e 9.032/95, uma vez que não há previsão expressa nesse sentido.
3. Contra-razões às fls. 122/129.
4. Admitido o recurso pelo egrégio Tribunal de origem, subiram os autos a esta colenda Corte.
5. É o relatório. Decido.
6. Inicialmente, no que pertine à alegada violação do art. 535 do CPC, verifica-se que a questão ventilada em Embargos de Declaração foi devidamente analisada pelo Tribunal a quo, não padecendo, portanto, de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que o julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.
7. Quanto ao mais, tenho entendido, mas respeitando os posicionamentos em contrário, que a nova sistemática prevista nas Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotou índice mais vantajoso para o cálculo da pensão por morte, tem aplicação imediata, indistintamente, a todos os beneficiários que estiverem na mesma situação, incidindo, inclusive, para os benefícios em manutenção, bem como para os casos pendentes de concessão.
8. Entretanto, em inúmeros recentes julgados, o egrégio STF adotou o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício previdenciário da pensão por morte, sob pena de violação ao art. 195, § 5º da CF; essa manifestação passou a ser seguida também pelo STJ, sem discrepâncias.
9. Em face dessa orientação jurisprudencial, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista pessoal e acompanho a posição adotada pelas Cortes Superiores (STF e STJ), conforme antes explicitado, *atentando para a concepção de que o STJ é um Tribunal de precedentes, com a função de uniformizar a jurisprudência infraconstitucional.*
10. Ante o exposto, dou parcial provimento ao Recurso Especial do INSS, com base no artigo 557, § 1º-A do CPC, para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação da Autarquia previdenciária ao pagamento relativo à majoração do coeficiente de cálculo da pensão por morte, previsto nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
11. Arcará a autora, ora recorrida, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
13. Publique-se.
14. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 21 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3979)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.911 - SP (2007/0198577-9)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : CARLOS GUSTAVO MOIMAZ MARQUES E OUTRO(S)
RECORRIDO : ESTHER CLETO SANTOS
ADVOGADO : RAUL FERREIRA FOGACA

DECISÃO
PROVIMENTO
DO RECURSO ESPECIAL
(ART. 557, § 1º-A DO CPC)

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSS, com base na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, objetivando a reforma do Acórdão do Tribunal Regional Federal da 3a. Região que condenou a autarquia a revisar o benefício de pensão por morte da parte recorrida nos termos da Lei 9.032/95, que majorou o coeficiente de cálculo do benefício, originariamente previsto no art. 75 da Lei 8.213/91.
2. Em seu apelo especial, sustenta o INSS violação do art. 75 da Lei 8.213/91 e do art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, sob o fundamento de que deve prevalecer a lei vigente na data do cumprimento dos requisitos necessários ao deferimento do benefício, não devendo ser admitida a aplicação retroativa das Leis 8.213/91 e 9.032/95, uma vez que não há previsão expressa nesse sentido.
3. Sem contra-razões e admitido o recurso pelo egrégio Tribunal de origem, subiram os autos a esta colenda Corte.
4. É o relatório. Decido.
5. Tenho entendido, mas respeitando os posicionamentos em contrário, que a nova sistemática prevista nas Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotou índice mais vantajoso para o cálculo da pensão por morte, tem aplicação imediata, indistintamente, a todos os beneficiários que estiverem na mesma situação, incidindo, inclusive, para os benefícios em manutenção, bem como para os casos pendentes de concessão.
6. Entretanto, em inúmeros recentes julgados, o egrégio STF adotou o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício previdenciário da pensão por morte, sob pena de violação ao art. 195, § 5º da CF; essa manifestação passou a ser seguida também pelo STJ, sem discrepâncias.
7. Em face dessa orientação jurisprudencial, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista pessoal e acompanho a posição adotada pelas Cortes Superiores (STF e STJ), conforme antes explicitado, *atentando para a concepção de que o STJ é um Tribunal de precedentes, com a função de uniformizar a jurisprudência infraconstitucional.*
8. Ante o exposto, dou provimento ao Recurso Especial do INSS, com base no artigo 557, § 1º-A do CPC, para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação da Autarquia previdenciária ao pagamento relativo à majoração do coeficiente de cálculo da pensão por morte, previsto nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
9. Arcará a autora, ora recorrida, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
10. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 24 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3980)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.912 - SP (2007/0198595-7)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : NILSON BERALDI E OUTRO(S)
RECORRIDO : CATARINA DE JESUS CREPALDI
ADVOGADO : SIBELE WALKIRIA LOPES LERNER HODARA E OUTRO(S)

DECISÃO
PARCIAL PROVIMENTO
DO RECURSO ESPECIAL
(ART. 557, § 1º-A DO CPC)

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSS, com base na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, objetivando a reforma do Acórdão do Tribunal Regional Federal da 3a. Região que condenou a autarquia a revisar o benefício de pensão por morte da parte recorrida nos termos da Lei 9.032/95, que majorou o coeficiente de cálculo do benefício, originariamente previsto no art. 75 da Lei 8.213/91.
2. Em seu apelo especial, sustenta o INSS violação do art. 535 do CPC e do art. 75 da Lei 8.213/91, sob o fundamento de que, mesmo com a interposição de Embargos de Declaração o acórdão recorrido permaneceu omisso, e de que deve prevalecer a lei vigente na data do cumprimento dos requisitos necessários ao deferimento do benefício, não devendo ser admitida a aplicação retroativa das Leis 8.213/91 e 9.032/95, uma vez que não há previsão expressa nesse sentido.
3. Contra-razões às fls. 135/145.
4. Admitido o recurso pelo egrégio Tribunal de origem, subiram os autos a esta colenda Corte.
5. É o relatório. Decido.
6. Inicialmente, no que pertine à alegada violação do art. 535 do CPC, verifica-se que a questão ventilada em Embargos de Declaração foi devidamente analisada pelo Tribunal a quo, não padecendo, portanto, de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que o julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.
7. Quanto ao mais, tenho entendido, mas respeitando os posicionamentos em contrário, que a nova sistemática prevista nas Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotou índice mais vantajoso para o cálculo da pensão por morte, tem aplicação imediata, indistintamente, a todos os beneficiários que estiverem na mesma situação, incidindo, inclusive, para os benefícios em manutenção, bem como para os casos pendentes de concessão.
8. Entretanto, em inúmeros recentes julgados, o egrégio STF adotou o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício previdenciário da pensão por morte, sob pena de violação ao art. 195, § 5º da CF; essa manifestação passou a ser seguida também pelo STJ, sem discrepâncias.
9. Em face dessa orientação jurisprudencial, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista pessoal e acompanho a posição adotada pelas Cortes Superiores (STF e STJ), conforme antes explicitado, *atentando para a concepção de que o STJ é um Tribunal de precedentes, com a função de uniformizar a jurisprudência infraconstitucional.*
10. Ante o exposto, dou parcial provimento ao Recurso Especial do INSS, com base no artigo 557, § 1º-A do CPC, para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação da Autarquia previdenciária ao pagamento relativo à majoração do coeficiente de cálculo da pensão por morte, previsto nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
11. Arcará a autora, ora recorrida, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
13. Publique-se.
14. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 21 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3981)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.952 - SP (2007/0198588-1)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : ALESSANDRA CRISTINA BOARI COELHO E OUTRO(S)
RECORRIDO : THEREZINHA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : DANIELA MAGLIO LOW

DECISÃO
PROVIMENTO
DO RECURSO ESPECIAL
(ART. 557, § 1º-A DO CPC)

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSS, com base na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, objetivando a reforma do Acórdão do Tribunal Regional Federal da 3a. Região que condenou a autarquia a revisar o benefício de pensão por morte da parte recorrida nos termos da Lei 9.032/95, que majorou o coeficiente de cálculo do benefício, originariamente previsto no art. 75 da Lei 8.213/91.
2. Em seu apelo especial, sustenta o INSS violação do art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, sob o fundamento de que deve prevalecer a lei vigente na data do cumprimento dos requisitos necessários ao deferimento do benefício, não devendo ser admitida a aplicação retroativa das Leis 8.213/91 e 9.032/95, uma vez que não há previsão expressa nesse sentido.
3. Sem contra-razões e admitido o recurso pelo egrégio Tribunal de origem, subiram os autos a esta colenda Corte.
4. É o relatório. Decido.
5. Tenho entendido, mas respeitando os posicionamentos em contrário, que a nova sistemática prevista nas Leis 9.032/95 e 9.528/97, que adotou índice mais vantajoso para o cálculo da pensão por morte, tem aplicação imediata, indistintamente, a todos os beneficiários que estiverem na mesma situação, incidindo, inclusive, para os benefícios em manutenção, bem como para os casos pendentes de concessão.
6. Entretanto, em inúmeros recentes julgados, o egrégio STF adotou o entendimento de que deve ser aplicada a legislação vigente ao tempo da aquisição do direito ao benefício previdenciário da pensão por morte, sob pena de violação ao art. 195, § 5º da CF; essa manifestação passou a ser seguida também pelo STJ, sem discrepâncias.
7. Em face dessa orientação jurisprudencial, ressalvo, com o maior respeito, o meu ponto de vista pessoal e acompanho a posição adotada pelas Cortes Superiores (STF e STJ), conforme antes explicitado, *atentando para a concepção de que o STJ é um Tribunal de precedentes, com a função de uniformizar a jurisprudência infraconstitucional.*
8. Ante o exposto, dou provimento ao Recurso Especial do INSS, com base no artigo 557, § 1º-A do CPC, para julgar improcedente o pedido inicial e afastar a condenação da Autarquia previdenciária ao pagamento relativo à majoração do coeficiente de cálculo da pensão por morte, previsto nas Leis 9.032/95 e 9.528/97.
9. Arcará a autora, ora recorrida, com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$ 200,00 (duzentos reais), observando-se o art. 12 da Lei 1.060/50, ante a concessão, na origem, do benefício da gratuidade de justiça.
10. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 24 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3982)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.955 - SP (2007/0198646-2)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : ARIOVALDO FERREIRA COELHO
ADVOGADO : JAIR CAETANO DE CARVALHO
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : MARIA LUCIA MARTINS BRANDAO E OUTRO(S)

DECISÃO
PROVIMENTO
DO RECURSO ESPECIAL
(ART. 557, § 1º-A DO CPC)

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. REVISÃO. APLICAÇÃO DA LEI POSTERIOR MAIS VANTAJOSA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS.
1. O entendimento firmado no aresto hostilizado destoa da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que o aumento do percentual do auxílio-acidente, estabelecido pela Lei 9.032/95, que alterou o § 1º, do art. 89 da Lei 8.213/91, por ser norma de ordem pública, tem aplicação imediata indistintamente a todos os beneficiários que estiverem na mesma situação, incidindo, inclusive, para os benefícios em manutenção, bem como para os casos pendentes de concessão.
2. Não se trata, no caso, de retroatividade da lei, já que os eventuais aumentos no percentual dos benefícios somente terão validade a partir da vigência da lei nova mais vantajosa.
3. Recurso Especial provido.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto com base nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III da Constituição Federal, objetivando a reforma do Acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, que entendeu não ser aplicável a majoração do percentual do salário-de-benefício para o

cálculo do auxílio-acidente, prevista em lei posterior à concessão do benefício acidentário.
2. Sustenta o recorrente violação do art. 86 da Lei 8.213/91, com a nova redação da Lei 9.032/95, alegando que, tratando-se de lei mais benéfica, que prevê aumento do percentual do auxílio-acidente para 50% (cinqüenta por cento), deve ter incidência imediata sobre todos os benefícios previdenciários.
3. Razão assiste à parte.
4. O entendimento firmado no aresto hostilizado destoa da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que o aumento do percentual do auxílio-acidente, estabelecido pela Lei 9.032/95, que alterou o § 1º, do art. 89 da Lei 8.213/91, por ser norma de ordem pública, tem aplicação imediata indistintamente a todos os beneficiários que estiverem na mesma situação, incidindo, inclusive, para os benefícios em manutenção, bem como para os casos pendentes de concessão.
5. Cumpre esclarecer que não se trata, na hipótese, de retroatividade da lei, já que os eventuais aumentos no percentual dos benefícios somente terão validade a partir da vigência da lei nova mais vantajosa, sendo, inclusive, vedada sua aplicação a períodos anteriores a este momento.
6. Nesse sentido, citem-se os seguintes julgados desta egrégia Corte:
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. LIMITES NORMATIVOS. APRECIAÇÃO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. AUXÍLIO-ACIDENTE. MAJORAÇÃO DO PERCENTUAL. BENEFÍCIO CONCEDIDO SOB A ÉGIDE DA LEGISLAÇÃO PRETÉRITA. INCIDÊNCIA DA LEI NOVA MAIS BENÉFICA. APLICAÇÃO IMEDIATA. AGRAVO DESPROVIDO.
(...).
II - Encontrava-se pacificado o entendimento nesta Corte, no sentido de que a lei acidentária, quando mais benéfica, retroagia apenas para alcançar situações pendentes, descabendo a sua aplicação ao benefício já concedido, sob a égide da lei anterior. Todavia, a jurisprudência da Eg. Terceira Seção deste Tribunal evoluiu para uniformizar as situações, ou seja, em se tratando de benefício acidentário, a legislação moderna, mais benéfica ao segurado, tem aplicação imediata. Abrange, inclusive, os casos já concedidos ou pendentes de concessão.
III - A explicação deriva da natureza das normas acidentárias. Por conta do seu caráter protetivo, incidem, de imediato, aos benefícios pendentes, ainda que o sinistro tenha ocorrido na vigência de lei anterior. Esta orientação, entretanto, não traduz retroatividade dos efeitos, antes da edição do diploma. Assim sendo, o percentual de 50%, previsto na Lei 9.032/95, só passa a valer a partir da sua vigência.
IV - Agravo interno desprovido. (AgRg no Ag 81.3102/SP, 5T, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 05.02.2007, p. 354).

2 2 2

PREVIDENCIÁRIO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. AUXÍLIO-ACIDENTE. MAJORAÇÃO DO PERCENTUAL. POSSIBILIDADE.
(...).
2. O aumento do percentual do auxílio-acidente, estabelecido pela Lei 9.032/95 (lei nova mais benéfica), que alterou o § 1º, art. 86, da Lei 8.213/91, tem aplicação imediata a todos os beneficiários que estiverem na mesma situação, sem exceção, com casos pendentes de concessão ou já concedidos, em virtude de ser uma norma de ordem pública, o que não implica em retroatividade da lei.
3. Agravo Regimental desprovido. (AgRg no Ag 79.6830/SP, 5T, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJU 05.02.2007, p. 347).

2 2 2

PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA AUXÍLIO-ACIDENTE. BENEFÍCIO CONCEDIDO ANTES DA LEI Nº 9.032/95. ALTERAÇÃO. RETROATIVIDADE DA LEI MAIS BENÉFICA.
1 - Consoante o novo entendimento da Eg. Terceira Seção, a retroatividade da lei previdenciária mais benéfica abrange também as situações consolidadas. Precedente.
2 - Assim, o percentual de 50% (cinqüenta por cento) estabelecido pela Lei 9.032/95, que altera o § 1º, do art. 86, da Lei 8.213/91, se aplica aos benefícios já concedidos sob a égide da legislação anterior.
3 - Embargos de Divergência rejeitados. (EREsp. 33.5065/SC, 3S, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, DJU 03.02.2003, p. 263).

7. Diante disso, dou provimento ao Recurso Especial, com base no artigo 557, § 1º-A do CPC, para determinar que o auxílio-acidente seja pago no percentual de 50% (cinqüenta por cento) do salário de benefício, a partir da entrada em vigência da Lei 9.032/95, ressalvadas as prestações vencidas atingidas pela prescrição, qual seja, as anteriores ao quinquênio que antecedeu a propositura da ação, acrescido de correção monetária a partir do vencimento (Súm. 148/STJ c/c art. 1o., § 1o. da Lei 6.899/81) e de juros de mora de 1% ao mês, contados da citação até o efetivo cumprimento do julgado.
8. Arcará o INSS com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação, observando-se a Súm. 111/STJ.
9. Publique-se.
10. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 21 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
Ministro Relator

(3983)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.117 - SP (2007/0198561-7)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE	: JOSÉ CARLOS DE JESUS
ADVOGADO	: SERGIO HENRIQUE PARDAL BACELLAR FREUDENTHAL
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: MAURO PADOVAN JUNIOR

DECISÃO
PROVIMENTO
DO RECURSO ESPECIAL
(ART. 557, § 1º-A DO CPC)

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. REVISÃO. APLICAÇÃO DA LEI POSTERIOR MAIS VANTAJOSA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS.
1. O entendimento firmado no aresto hostilizado destoa da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que o aumento do percentual do auxílio-acidente, estabelecido pela Lei 9.032/95, que alterou o § 1º, do art. 89 da Lei 8.213/91, por ser norma de ordem pública, tem aplicação imediata indistintamente a todos os beneficiários que estiverem na mesma situação, incidindo, inclusive, para os benefícios em manutenção, bem como para os casos pendentes de concessão.
2. Não se trata, no caso, de retroatividade da lei, já que os eventuais aumentos no percentual dos benefícios somente terão validade a partir da vigência da lei nova mais vantajosa.
3. Recurso Especial provido.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto com base nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III da Constituição Federal, objetivando a reforma do Acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, que entendeu não ser aplicável a majoração do percentual do salário-de-benefício para o cálculo do auxílio-acidente, prevista em lei posterior à concessão do benefício acidentário.
2. Sustenta o recorrente violação da Lei 9.032/95, que alterou o art. 86 da Lei 8.213/91, alegando que, tratando-se de lei mais benéfica, que prevê aumento do percentual do auxílio-acidente para 50% (cinqüenta por cento), deve ter incidência imediata sobre todos os benefícios previdenciários.
3. Razão assiste à parte.
4. O entendimento firmado no aresto hostilizado destoa da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que o aumento do percentual do auxílio-acidente, estabelecido pela Lei 9.032/95, que alterou o § 1º, do art. 89 da Lei 8.213/91, por ser norma de ordem pública, tem aplicação imediata indistintamente a todos os beneficiários que estiverem na mesma situação, incidindo, inclusive, para os benefícios em manutenção, bem como para os casos pendentes de concessão.
5. Cumpre esclarecer que não se trata, na hipótese, de retroatividade da lei, já que os eventuais aumentos no percentual dos benefícios somente terão validade a partir da vigência da lei nova mais vantajosa, sendo, inclusive, vedada sua aplicação a períodos anteriores a este momento.
6. Nesse sentido, citem-se os seguintes julgados desta egrégia Corte:
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. LIMITES NORMATIVOS. APRECIAÇÃO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. AUXÍLIO-ACIDENTE. MAJORAÇÃO DO PERCENTUAL. BENEFÍCIO CONCEDIDO SOB A ÉGIDE DA LEGISLAÇÃO PRETÉRITA. INCIDÊNCIA DA LEI NOVA MAIS BENÉFICA. APLICAÇÃO IMEDIATA. AGRAVO DESPROVIDO.
(...).
II - Encontrava-se pacificado o entendimento nesta Corte, no sentido de que a lei acidentária, quando mais benéfica, retroagia apenas para alcançar situações pendentes, descabendo a sua aplicação ao benefício já concedido, sob a égide da lei anterior. Todavia, a jurisprudência da Eg. Terceira Seção deste Tribunal evoluiu para uniformizar as situações, ou seja, em se tratando de benefício acidentário, a legislação moderna, mais benéfica ao segurado, tem aplicação imediata. Abrange, inclusive, os casos já concedidos ou pendentes de concessão.
III - A explicação deriva da natureza das normas acidentárias. Por conta do seu caráter protetivo, incidem, de imediato, aos benefícios pendentes, ainda que o sinistro tenha ocorrido na vigência de lei anterior. Esta orientação, entretanto, não traduz retroatividade dos efeitos, antes da edição do diploma. Assim sendo, o percentual de 50%, previsto na Lei 9.032/95, só passa a valer a partir da sua vigência.
IV - Agravo interno desprovido. (AgRg no Ag 81.3102/SP, 5T, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 05.02.2007, p. 354).

2 2 2

PREVIDENCIÁRIO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. AUXÍLIO-ACIDENTE. MAJORAÇÃO DO PERCENTUAL. POSSIBILIDADE.
(...).
2. O aumento do percentual do auxílio-acidente, estabelecido pela Lei 9.032/95 (lei nova mais benéfica), que alterou o § 1º, art. 86, da Lei 8.213/91, tem aplicação imediata a todos os beneficiários que estiverem na mesma situação, sem exceção, com casos pendentes de concessão ou já concedidos, em virtude de ser uma norma de ordem pública, o que não implica em retroatividade da lei.
3. Agravo Regimental desprovido. (AgRg no Ag 79.6830/SP, 5T, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJU 05.02.2007, p. 347).

2 2 2

PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA AUXÍLIO-ACIDENTE. BENEFÍCIO CONCEDIDO ANTES DA LEI Nº 9.032/95. ALTERAÇÃO. RETROATIVIDADE DA LEI MAIS BENÉFICA.
1 - Consoante o novo entendimento da Eg. Terceira Seção, a retroatividade da lei previdenciária mais benéfica abrange também as situações consolidadas. Precedente.
2 - Assim, o percentual de 50% (cinqüenta por cento) estabelecido pela Lei 9.032/95, que altera o § 1º, do art. 86, da Lei 8.213/91, se aplica aos benefícios já concedidos sob a égide da legislação anterior.
3 - Embargos de Divergência rejeitados. (EREsp. 33.5065/SC, 3S, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, DJU 03.02.2003, p. 263).

7. Diante disso, dou provimento ao Recurso Especial, com base no artigo 557, § 1º-A do CPC, para determinar que o auxílio-acidente seja pago no percentual de 50% (cinqüenta por cento) do salário de benefício, a partir da entrada em vigência da Lei 9.032/95, ressalvadas as prestações vencidas atingidas pela prescrição, qual seja, as anteriores ao quinquênio que antecedeu a propositura da ação, acrescido de correção monetária a partir do vencimento (Súm. 148/STJ c/c art. 1o., § 1o. da Lei 6.899/81) e de juros de mora de 1% ao mês, contados da citação até o efetivo cumprimento do julgado.
8. Arcará o INSS com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação, observando-se a Súm. 111/STJ.
9. Publique-se.
10. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 21 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
Ministro Relator

(3984)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.307 - SP (2007/0200642-5)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE	: ANTÔNIO MOREIRA DA SILVA
ADVOGADA	: CAROLINA AGRELA TELES VERAS
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CATARINA BERTOLDI DA FONSECA E OUTRO(S)

DECISÃO
PROVIMENTO
DO RECURSO ESPECIAL
(ART. 557, § 1º-A DO CPC)

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. REVISÃO. APLICAÇÃO DA LEI POSTERIOR MAIS VANTAJOSA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS.
1. O entendimento firmado no aresto hostilizado destoa da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que o aumento do percentual do auxílio-acidente, estabelecido pela Lei 9.032/95, que alterou o § 1º, do art. 89 da Lei 8.213/91, por ser norma de ordem pública, tem aplicação imediata indistintamente a todos os beneficiários que estiverem na mesma situação, incidindo, inclusive, para os benefícios em manutenção, bem como para os casos pendentes de concessão.
2. Não se trata, no caso, de retroatividade da lei, já que os eventuais aumentos no percentual dos benefícios somente terão validade a partir da vigência da lei nova mais vantajosa.
3. Recurso Especial provido.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto com base na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, objetivando a reforma do Acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, que entendeu não ser aplicável a majoração do percentual do salário-de-benefício para o cálculo do auxílio-acidente, prevista em lei posterior à concessão do benefício acidentário.
2. Sustenta o recorrente violação do art. 86 da Lei 8.213/91, com a nova redação da Lei 9.032/95, alegando que, tratando-se de lei mais benéfica, que prevê aumento do percentual do auxílio-acidente para 50% (cinqüenta por cento), deve ter incidência imediata sobre todos os benefícios previdenciários.
3. Razão assiste à parte.
4. O entendimento firmado no aresto hostilizado destoa da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que o aumento do percentual do auxílio-acidente, estabelecido pela Lei 9.032/95, que alterou o § 1º, do art. 89 da Lei 8.213/91, por ser norma de ordem pública, tem aplicação imediata indistintamente a todos os beneficiários que estiverem na mesma situação, incidindo, inclusive, para os benefícios em manutenção, bem como para os casos pendentes de concessão.
5. Cumpre esclarecer que não se trata, na hipótese, de retroatividade da lei, já que os eventuais aumentos no percentual dos benefícios somente terão validade a partir da vigência da lei nova mais vantajosa, sendo, inclusive, vedada sua aplicação a períodos anteriores a este momento.
6. Nesse sentido, citem-se os seguintes julgados desta egrégia Corte:
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. LIMITES NORMATIVOS. APRECIAÇÃO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. AUXÍLIO-ACIDENTE. MAJORAÇÃO DO PERCENTUAL. BENEFÍCIO CONCEDIDO SOB A ÉGIDE DA LEGISLAÇÃO PRETÉRITA. INCIDÊNCIA DA LEI

NOVA MAIS BENÉFICA. APLICAÇÃO IMEDIATA. AGRAVO DESPROVIDO.
(...).
II - Encontrava-se pacificado o entendimento nesta Corte, no sentido de que a lei acidentária, quando mais benéfica, retroagia apenas para alcançar situações pendentes, descabendo a sua aplicação ao benefício já concedido, sob a égide da lei anterior. Todavia, a jurisprudência da Eg. Terceira Seção deste Tribunal evoluiu para uniformizar as situações, ou seja, em se tratando de benefício acidentário, a legislação moderna, mais benéfica ao segurado, tem aplicação imediata. Abrange, inclusive, os casos já concedidos ou pendentes de concessão.
III - A explicação deriva da natureza das normas acidentárias. Por conta do seu caráter protetivo, incidem, de imediato, aos benefícios pendentes, ainda que o sinistro tenha ocorrido na vigência de lei anterior. Esta orientação, entretanto, não traduz retroatividade dos efeitos, antes da edição do diploma. Assim sendo, o percentual de 50%, previsto na Lei 9.032/95, só passa a valer a partir da sua vigência.
IV - Agravo interno desprovido. (AgRg no Ag 81.3102/SP, 5T, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 05.02.2007, p. 354).

2 2 2

PREVIDENCIÁRIO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. AUXÍLIO-ACIDENTE. MAJORAÇÃO DO PERCENTUAL. POSSIBILIDADE.
(...).
2. O aumento do percentual do auxílio-acidente, estabelecido pela Lei 9.032/95 (lei nova mais benéfica), que alterou o § 1º, art. 86, da Lei 8.213/91, tem aplicação imediata a todos os beneficiários que estiverem na mesma situação, sem exceção, com casos pendentes de concessão ou já concedidos, em virtude de ser uma norma de ordem pública, o que não implica em retroatividade da lei.
3. Agravo Regimental desprovido. (AgRg no Ag 79.6830/SP, 5T, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJU 05.02.2007, p. 347).

2 2 2

PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA AUXÍLIO-ACIDENTE. BENEFÍCIO CONCEDIDO ANTES DA LEI Nº 9.032/95. ALTERAÇÃO. RETROATIVIDADE DA LEI MAIS BENÉFICA.
1 - Consoante o novo entendimento da Eg. Terceira Seção, a retroatividade da lei previdenciária mais benéfica abrange também as situações consolidadas. Precedente.
2 - Assim, o percentual de 50% (cinqüenta por cento) estabelecido pela Lei 9.032/95, que altera o § 1º, do art. 86, da Lei 8.213/91, se aplica aos benefícios já concedidos sob a égide da legislação anterior.
3 - Embargos de Divergência rejeitados. (EREsp. 33.5065/SC, 3S, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, DJU 03.02.2003, p. 263).

7. Diante disso, dou provimento ao Recurso Especial, com base no artigo 557, § 1º-A do CPC, para determinar que o auxílio-acidente seja pago no percentual de 50% (cinqüenta por cento) do salário de benefício, a partir da entrada em vigência da Lei 9.032/95, ressalvadas as prestações vencidas atingidas pela prescrição, qual seja, as anteriores ao quinquênio que antecedeu a propositura da ação, acrescido de correção monetária a partir do vencimento (Súm. 148/STJ c/c art. 1o., § 1o. da Lei 6.899/81) e de juros de mora de 1% ao mês, contados da citação até o efetivo cumprimento do julgado.
8. Arcará o INSS com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação, observando-se a Súm. 111/STJ.
9. Publique-se.
10. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 21 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
Ministro Relator

(3985)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.327 - SP (2007/0200592-1)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE	: DIÓGENES MARTINS
ADVOGADO	: JOSE CARLOS MARZABAL PAULINO
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MARIA LUCIA MARTINS BRANDAO E OUTRO(S)

DECISÃO
PROVIMENTO
DO RECURSO ESPECIAL
(ART. 557, § 1º-A DO CPC)

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. REVISÃO. APLICAÇÃO DA LEI POSTERIOR MAIS VANTAJOSA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS.
1. O entendimento firmado no aresto hostilizado destoa da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que o aumento do percentual do auxílio-acidente, estabelecido pela Lei 9.032/95, que alterou o § 1º, do art. 89 da Lei 8.213/91, por ser norma de ordem pública, tem aplicação imediata indistintamente a todos os beneficiários que estiverem na mesma situação, incidindo, inclusive, para os benefícios em manutenção, bem como para os casos pendentes de concessão.
2. Não se trata, no caso, de retroatividade da lei, já que os eventuais aumentos no percentual dos benefícios somente terão validade a partir da vigência da lei nova mais vantajosa.
3. Recurso Especial provido.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto com base nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III da Constituição Federal, objetivando a reforma do Acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, que entendeu não ser aplicável a majoração do percentual do salário-de-benefício para o cálculo do auxílio-acidente, prevista em lei posterior à concessão do benefício acidentário.
2. Sustenta o recorrente violação do art. 86 da Lei 8.213/91, com a nova redação da Lei 9.032/95, alegando que, tratando-se de lei mais benéfica, que prevê aumento do percentual do auxílio-acidente para 50% (cinqüenta por cento), deve ter incidência imediata sobre todos os benefícios previdenciários.
3. Razão assiste à parte.
4. O entendimento firmado no aresto hostilizado destoa da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que o aumento do percentual do auxílio-acidente, estabelecido pela Lei 9.032/95, que alterou o § 1º, do art. 89 da Lei 8.213/91, por ser norma de ordem pública, tem aplicação imediata indistintamente a todos os beneficiários que estiverem na mesma situação, incidindo, inclusive, para os benefícios em manutenção, bem como para os casos pendentes de concessão.
5. Cumpre esclarecer que não se trata, na hipótese, de retroatividade da lei, já que os eventuais aumentos no percentual dos benefícios somente terão validade a partir da vigência da lei nova mais vantajosa, sendo, inclusive, vedada sua aplicação a períodos anteriores a este momento.
6. Nesse sentido, citem-se os seguintes julgados desta egrégia Corte:
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. LIMITES NORMATIVOS. APRECIAÇÃO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. AUXÍLIO-ACIDENTE. MAJORAÇÃO DO PERCENTUAL. BENEFÍCIO CONCEDIDO SOB A ÉGIDE DA LEGISLAÇÃO PRETÉRITA. INCIDÊNCIA DA LEI NOVA MAIS BENÉFICA. APLICAÇÃO IMEDIATA. AGRAVO DESPROVIDO.
(...).
II - Encontrava-se pacificado o entendimento nesta Corte, no sentido de que a lei acidentária, quando mais benéfica, retroagia apenas para alcançar situações pendentes, descabendo a sua aplicação ao benefício já concedido, sob a égide da lei anterior. Todavia, a jurisprudência da Eg. Terceira Seção deste Tribunal evoluiu para uniformizar as situações, ou seja, em se tratando de benefício acidentário, a legislação moderna, mais benéfica ao segurado, tem aplicação imediata. Abrange, inclusive, os casos já concedidos ou pendentes de concessão.
III - A explicação deriva da natureza das normas acidentárias. Por conta do seu caráter protetivo, incidem, de imediato, aos benefícios pendentes, ainda que o sinistro tenha ocorrido na vigência de lei anterior. Esta orientação, entretanto, não traduz retroatividade dos efeitos, antes da edição do diploma. Assim sendo, o percentual de 50%, previsto na Lei 9.032/95, só passa a valer a partir da sua vigência.
IV - Agravo interno desprovido. (AgRg no Ag 81.3102/SP, 5T, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 05.02.2007, p. 354).

2 2 2

PREVIDENCIÁRIO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. AUXÍLIO-ACIDENTE. MAJORAÇÃO DO PERCENTUAL. POSSIBILIDADE.
(...).
2. O aumento do percentual do auxílio-acidente, estabelecido pela Lei 9.032/95 (lei nova mais benéfica), que alterou o § 1º, art. 86, da Lei 8.213/91, tem aplicação imediata a todos os beneficiários que estiverem na mesma situação, sem exceção, com casos pendentes de concessão ou já concedidos, em virtude de ser uma norma de ordem pública, o que não implica em retroatividade da lei.
3. Agravo Regimental desprovido. (AgRg no Ag 79.6830/SP, 5T, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJU 05.02.2007, p. 347).

2 2 2

PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA AUXÍLIO-ACIDENTE. BENEFÍCIO CONCEDIDO ANTES DA LEI Nº 9.032/95. ALTERAÇÃO. RETROATIVIDADE DA LEI MAIS BENÉFICA.
1 - Consoante o novo entendimento da Eg. Terceira Seção, a retroatividade da lei previdenciária mais benéfica abrange também as situações consolidadas. Precedente.
2 - Assim, o percentual de 50% (cinqüenta por cento) estabelecido pela Lei 9.032/95, que altera o § 1º, do art. 86, da Lei 8.213/91, se aplica aos benefícios já concedidos sob a égide da legislação anterior.
3 - Embargos de Divergência rejeitados. (EREsp. 33.5065/SC, 3S, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, DJU 03.02.2003, p. 263).

7. Diante disso, dou provimento ao Recurso Especial, com base no artigo 557, § 1º-A do CPC, para determinar que o auxílio-acidente seja pago no percentual de 50% (cinqüenta por cento) do salário de benefício, a partir da entrada em vigência da Lei 9.032/95, ressalvadas as prestações vencidas atingidas pela prescrição, qual seja, as anteriores ao quinquênio que antecedeu a propositura da ação, acrescido de correção monetária a partir do vencimento (Súm. 148/STJ c/c art. 1o., § 1o. da Lei 6.899/81) e de juros de mora de 1% ao mês, contados da citação até o efetivo cumprimento do julgado.
8. Arcará o INSS com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação, observando-se a Súm. 111/STJ.
9. Publique-se.
10. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 21 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
Ministro Relator

(3986)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.349 - SP (2007/0200720-8)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE	: EDISON LIMA SOARES
ADVOGADO	: JAIR CAETANO DE CARVALHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: MIRIAM DE ANDRADE CARNEIRO LEAO

DECISÃO
PROVIMENTO
DO RECURSO ESPECIAL
(ART. 557, § 1º-A DO CPC)

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. REVISÃO. APLICAÇÃO DA LEI POSTERIOR MAIS VANTAJOSA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS.
1. O entendimento firmado no aresto hostilizado destoa da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que o aumento do percentual do auxílio-acidente, estabelecido pela Lei 9.032/95, que alterou o § 1º, do art. 89 da Lei 8.213/91, por ser norma de ordem pública, tem aplicação imediata indistintamente a todos os beneficiários que estiverem na mesma situação, incidindo, inclusive, para os benefícios em manutenção, bem como para os casos pendentes de concessão.
2. Não se trata, no caso, de retroatividade da lei, já que os eventuais aumentos no percentual dos benefícios somente terão validade a partir da vigência da lei nova mais vantajosa.
3. Recurso Especial provido.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto com base nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III da Constituição Federal, objetivando a reforma do Acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, que entendeu não ser aplicável a majoração do percentual do salário-de-benefício para o cálculo do auxílio-acidente, prevista em lei posterior à concessão do benefício acidentário.
2. Sustenta o recorrente violação do art. 86 da Lei 8.213/91, com a nova redação da Lei 9.032/95, alegando que, tratando-se de lei mais benéfica, que prevê aumento do percentual do auxílio-acidente para 50% (cinqüenta por cento), deve ter incidência imediata sobre todos os benefícios previdenciários.
3. Razão assiste à parte.
4. O entendimento firmado no aresto hostilizado destoa da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que o aumento do percentual do auxílio-acidente, estabelecido pela Lei 9.032/95, que alterou o § 1º, do art. 89 da Lei 8.213/91, por ser norma de ordem pública, tem aplicação imediata indistintamente a todos os beneficiários que estiverem na mesma situação, incidindo, inclusive, para os benefícios em manutenção, bem como para os casos pendentes de concessão.
5. Cumpre esclarecer que não se trata, na hipótese, de retroatividade da lei, já que os eventuais aumentos no percentual dos benefícios somente terão validade a partir da vigência da lei nova mais vantajosa, sendo, inclusive, vedada sua aplicação a períodos anteriores a este momento.
6. Nesse sentido, citem-se os seguintes julgados desta egrégia Corte:
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. LIMITES NORMATIVOS. APRECIAÇÃO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. AUXÍLIO-ACIDENTE. MAJORAÇÃO DO PERCENTUAL. BENEFÍCIO CONCEDIDO SOB A ÉGIDE DA LEGISLAÇÃO PRETÉRITA. INCIDÊNCIA DA LEI NOVA MAIS BENÉFICA. APLICAÇÃO IMEDIATA. AGRAVO DESPROVIDO.
(...).
II - Encontrava-se pacificado o entendimento nesta Corte, no sentido de que a lei acidentária, quando mais benéfica, retroagia apenas para alcançar situações pendentes, descabendo a sua aplicação ao benefício já concedido, sob a égide da lei anterior. Todavia, a jurisprudência da Eg. Terceira Seção deste Tribunal evoluiu para uniformizar as situações, ou seja, em se tratando de benefício acidentário, a legislação moderna, mais benéfica ao segurado, tem aplicação imediata. Abrange, inclusive, os casos já concedidos ou pendentes de concessão.
III - A explicação deriva da natureza das normas acidentárias. Por conta do seu caráter protetivo, incidem, de imediato, aos benefícios pendentes, ainda que o sinistro tenha ocorrido na vigência de lei anterior. Esta orientação, entretanto, não traduz retroatividade dos efeitos, antes da edição do diploma. Assim sendo, o percentual de 50%, previsto na Lei 9.032/95, só passa a valer a partir da sua vigência.
IV - Agravo interno desprovido. (AgRg no Ag 81.3102/SP, 5T, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 05.02.2007, p. 354).

2 2 2

PREVIDENCIÁRIO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. AUXÍLIO-ACIDENTE. MAJORAÇÃO DO PERCENTUAL. POSSIBILIDADE.

(...).
2. O aumento do percentual do auxílio-acidente, estabelecido pela Lei 9.032/95 (lei nova mais benéfica), que alterou o § 1º, art. 86, da Lei 8.213/91, tem aplicação imediata a todos os beneficiários que estiverem na mesma situação, sem exceção, com casos pendentes de concessão ou já concedidos, em virtude de ser uma norma de ordem pública, o que não implica em retroatividade da lei.
3. Agravo Regimental desprovido. (AgRg no Ag 79.6830/SP, 5T, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJU 05.02.2007, p. 347).

2 2 2

PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA AUXÍLIO-ACIDENTE. BENEFÍCIO CONCEDIDO ANTES DA LEI Nº 9.032/95. ALTERAÇÃO. RETROATIVIDADE DA LEI MAIS BENÉFICA.
1 - Consoante o novo entendimento da Eg. Terceira Seção, a retroatividade da lei previdenciária mais benéfica abrange também as situações consolidadas. Precedente.
2 - Assim, o percentual de 50% (cinqüenta por cento) estabelecido pela Lei 9.032/95, que altera o § 1º, do art. 86, da Lei 8.213/91, se aplica aos benefícios já concedidos sob a égide da legislação anterior.
3 - Embargos de Divergência rejeitados. (EREsp. 33.5065/SC, 3S, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, DJU 03.02.2003, p. 263).

7. Diante disso, dou provimento ao Recurso Especial, com base no artigo 557, § 1º-A do CPC, para determinar que o auxílio-acidente seja pago no percentual de 50% (cinqüenta por cento) do salário de benefício, a partir da entrada em vigência da Lei 9.032/95, ressalvadas as prestações vencidas atingidas pela prescrição, qual seja, as anteriores ao quinquênio que antecedeu a propositura da ação, acrescido de correção monetária a partir do vencimento (Súm. 148/STJ c/c art. 1o., § 1o. da Lei 6.899/81) e de juros de mora de 1% ao mês, contados da citação até o efetivo cumprimento do julgado.
8. Arcará o INSS com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação, observando-se a Súm. 111/STJ.
9. Publique-se.
10. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 21 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
Ministro Relator

(3987)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.442 - SP (2007/0200758-5)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE	: AURITO DOS SANTOS CAIRES
ADVOGADO	: JOSE CARLOS MARZABAL PAULINO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: DANIELA CARDOSO GANEM E OUTRO(S)

DECISÃO
PROVIMENTO
DO RECURSO ESPECIAL
(ART. 557, § 1º-A DO CPC)

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. REVISÃO. APLICAÇÃO DA LEI POSTERIOR MAIS VANTAJOSA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS.
1. O entendimento firmado no aresto hostilizado destoa da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que o aumento do percentual do auxílio-acidente, estabelecido pela Lei 9.032/95, que alterou o § 1º, do art. 89 da Lei 8.213/91, por ser norma de ordem pública, tem aplicação imediata indistintamente a todos os beneficiários que estiverem na mesma situação, incidindo, inclusive, para os benefícios em manutenção, bem como para os casos pendentes de concessão.
2. Não se trata, no caso, de retroatividade da lei, já que os eventuais aumentos no percentual dos benefícios somente terão validade a partir da vigência da lei nova mais vantajosa.
3. Recurso Especial provido.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto com base nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III da Constituição Federal, objetivando a reforma do Acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, que entendeu não ser aplicável a majoração do percentual do salário-de-benefício para o cálculo do auxílio-acidente, prevista em lei posterior à concessão do benefício acidentário.
2. Sustenta o recorrente violação do art. 86 da Lei 8.213/91, com a nova redação da Lei 9.032/95, alegando que, tratando-se de lei mais benéfica, que prevê aumento do percentual do auxílio-acidente para 50% (cinqüenta por cento), deve ter incidência imediata sobre todos os benefícios previdenciários.
3. Razão assiste à parte.
4. O entendimento firmado no aresto hostilizado destoa da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que o aumento do percentual do auxílio-acidente, estabelecido pela Lei 9.032/95, que alterou o § 1º, do art. 89 da Lei 8.213/91, por ser norma de ordem pública, tem aplicação imediata indistintamente a todos os beneficiários que estiverem na mesma situação, incidindo, inclusive, para os benefícios em manutenção, bem como para os casos pendentes de concessão.
5. Cumpre esclarecer que não se trata, na hipótese, de retroatividade da lei, já que os eventuais aumentos no percentual dos benefícios somente terão validade a partir da vigência da lei nova mais vantajosa, sendo, inclusive, vedada sua aplicação a períodos anteriores a este momento.
6. Nesse sentido, citem-se os seguintes julgados desta egrégia Corte:
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. LIMITES NORMATIVOS. APRECIAÇÃO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. AUXÍLIO-ACIDENTE. MAJORAÇÃO DO PERCENTUAL. BENEFÍCIO CONCEDIDO SOB A ÉGIDE DA LEGISLAÇÃO PRETÉRITA. INCIDÊNCIA DA LEI NOVA MAIS BENÉFICA. APLICAÇÃO IMEDIATA. AGRAVO DESPROVIDO.
(...).
II - Encontrava-se pacificado o entendimento nesta Corte, no sentido de que a lei acidentária, quando mais benéfica, retroagia apenas para alcançar situações pendentes, descabendo a sua aplicação ao benefício já concedido, sob a égide da lei anterior. Todavia, a jurisprudência da Eg. Terceira Seção deste Tribunal evoluiu para uniformizar as situações, ou seja, em se tratando de benefício acidentário, a legislação moderna, mais benéfica ao segurado, tem aplicação imediata. Abrange, inclusive, os casos já concedidos ou pendentes de concessão.
III - A explicação deriva da natureza das normas acidentárias. Por conta do seu caráter protetivo, incidem, de imediato, aos benefícios pendentes, ainda que o sinistro tenha ocorrido na vigência de lei anterior. Esta orientação, entretanto, não traduz retroatividade dos efeitos, antes da edição do diploma. Assim sendo, o percentual de 50%, previsto na Lei 9.032/95, só passa a valer a partir da sua vigência.
IV - Agravo interno desprovido. (AgRg no Ag 81.3102/SP, 5T, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 05.02.2007, p. 354).

2 2 2

PREVIDENCIÁRIO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. AUXÍLIO-ACIDENTE. MAJORAÇÃO DO PERCENTUAL. POSSIBILIDADE.
(...).
2. O aumento do percentual do auxílio-acidente, estabelecido pela Lei 9.032/95 (lei nova mais benéfica), que alterou o § 1º, art. 86, da Lei 8.213/91, tem aplicação imediata a todos os beneficiários que estiverem na mesma situação, sem exceção, com casos pendentes de concessão ou já concedidos, em virtude de ser uma norma de ordem pública, o que não implica em retroatividade da lei.
3. Agravo Regimental desprovido. (AgRg no Ag 79.6830/SP, 5T, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJU 05.02.2007, p. 347).

2 2 2

PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA AUXÍLIO-ACIDENTE. BENEFÍCIO CONCEDIDO ANTES DA LEI Nº 9.032/95. ALTERAÇÃO. RETROATIVIDADE DA LEI MAIS BENÉFICA.
1 - Consoante o novo entendimento da Eg. Terceira Seção, a retroatividade da lei previdenciária mais benéfica abrange também as situações consolidadas. Precedente.
2 - Assim, o percentual de 50% (cinqüenta por cento) estabelecido pela Lei 9.032/95, que altera o § 1º, do art. 86, da Lei 8.213/91, se aplica aos benefícios já concedidos sob a égide da legislação anterior.
3 - Embargos de Divergência rejeitados. (EREsp. 33.5065/SC, 3S, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, DJU 03.02.2003, p. 263).

7. Diante disso, dou provimento ao Recurso Especial, com base no artigo 557, § 1º-A do CPC, para determinar que o auxílio-acidente seja pago no percentual de 50% (cinqüenta por cento) do salário de benefício, a partir da entrada em vigência da Lei 9.032/95, ressalvadas as prestações vencidas atingidas pela prescrição, qual seja, as anteriores ao quinquênio que antecedeu a propositura da ação, acrescido de correção monetária a partir do vencimento (Súm. 148/STJ c/c art. 1o., § 1o. da Lei 6.899/81) e de juros de mora de 1% ao mês, contados da citação até o efetivo cumprimento do julgado.
8. Arcará o INSS com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação, observando-se a Súm. 111/STJ.
9. Publique-se.
10. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 21 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
Ministro Relator

(3988)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.478 - SP (2007/0200031-3)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE	: LUIZ ALBERTO PEREIRA DE CARVALHO
ADVOGADO	: JAIR CAETANO DE CARVALHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: JOSE EDUARDO RIBEIRO JUNIOR

DECISÃO
PROVIMENTO
DO RECURSO ESPECIAL
(ART. 557, § 1º-A DO CPC)

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. REVISÃO. APLICAÇÃO DA LEI POSTERIOR MAIS VANTAJOSA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS.
1. O entendimento firmado no aresto hostilizado destoa da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que o aumento do percentual do auxílio-acidente, estabelecido pela Lei 9.032/95, que alterou o § 1º, do art. 89 da Lei 8.213/91, por ser norma de ordem pública, tem aplicação imediata indistintamente a todos os beneficiários que estiverem na mesma situação, incidindo, inclusive, para os benefícios em manutenção, bem como para os casos pendentes de concessão.
2. Não se trata, no caso, de retroatividade da lei, já que os eventuais aumentos no percentual dos benefícios somente terão validade a partir da vigência da lei nova mais vantajosa.
3. Recurso Especial provido.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto com base nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III da Constituição Federal, objetivando a reforma do Acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, que entendeu não ser aplicável a majoração do percentual do salário-de-benefício para o cálculo do auxílio-acidente, prevista em lei posterior à concessão do benefício acidentário.
2. Sustenta o recorrente violação do art. 86 da Lei 8.213/91, com a nova redação da Lei 9.032/95, alegando que, tratando-se de lei mais benéfica, que prevê aumento do percentual do auxílio-acidente para 50% (cinqüenta por cento), deve ter incidência imediata sobre todos os benefícios previdenciários.
3. Razão assiste à parte.
4. O entendimento firmado no aresto hostilizado destoa da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que o aumento do percentual do auxílio-acidente, estabelecido pela Lei 9.032/95, que alterou o § 1º, do art. 89 da Lei 8.213/91, por ser norma de ordem pública, tem aplicação imediata indistintamente a todos os beneficiários que estiverem na mesma situação, incidindo, inclusive, para os benefícios em manutenção, bem como para os casos pendentes de concessão.
5. Cumpre esclarecer que não se trata, na hipótese, de retroatividade da lei, já que os eventuais aumentos no percentual dos benefícios somente terão validade a partir da vigência da lei nova mais vantajosa, sendo, inclusive, vedada sua aplicação a períodos anteriores a este momento.
6. Nesse sentido, citem-se os seguintes julgados desta egrégia Corte:
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. LIMITES NORMATIVOS. APRECIAÇÃO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. AUXÍLIO-ACIDENTE. MAJORAÇÃO DO PERCENTUAL. BENEFÍCIO CONCEDIDO SOB A ÉGIDE DA LEGISLAÇÃO PRETÉRITA. INCIDÊNCIA DA LEI NOVA MAIS BENÉFICA. APLICAÇÃO IMEDIATA. AGRAVO DESPROVIDO.
(...).
II - Encontrava-se pacificado o entendimento nesta Corte, no sentido de que a lei acidentária, quando mais benéfica, retroagia apenas para alcançar situações pendentes, descabendo a sua aplicação ao benefício já concedido, sob a égide da lei anterior. Todavia, a jurisprudência da Eg. Terceira Seção deste Tribunal evoluiu para uniformizar as situações, ou seja, em se tratando de benefício acidentário, a legislação moderna, mais benéfica ao segurado, tem aplicação imediata. Abrange, inclusive, os casos já concedidos ou pendentes de concessão.
III - A explicação deriva da natureza das normas acidentárias. Por conta do seu caráter protetivo, incidem, de imediato, aos benefícios pendentes, ainda que o sinistro tenha ocorrido na vigência de lei anterior. Esta orientação, entretanto, não traduz retroatividade dos efeitos, antes da edição do diploma. Assim sendo, o percentual de 50%, previsto na Lei 9.032/95, só passa a valer a partir da sua vigência.
IV - Agravo interno desprovido. (AgRg no Ag 81.3102/SP, 5T, Rel. Min. GILSON DIPP, DJU 05.02.2007, p. 354).

2 2 2

PREVIDENCIÁRIO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. AUXÍLIO-ACIDENTE. MAJORAÇÃO DO PERCENTUAL. POSSIBILIDADE.
(...).
2. O aumento do percentual do auxílio-acidente, estabelecido pela Lei 9.032/95 (lei nova mais benéfica), que alterou o § 1º, art. 86, da Lei 8.213/91, tem aplicação imediata a todos os beneficiários que estiverem na mesma situação, sem exceção, com casos pendentes de concessão ou já concedidos, em virtude de ser uma norma de ordem pública, o que não implica em retroatividade da lei.
3. Agravo Regimental desprovido. (AgRg no Ag 79.6830/SP, 5T, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJU 05.02.2007, p. 347).

2 2 2

PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA AUXÍLIO-ACIDENTE. BENEFÍCIO CONCEDIDO ANTES DA LEI Nº 9.032/95. ALTERAÇÃO. RETROATIVIDADE DA LEI MAIS BENÉFICA.
1 - Consoante o novo entendimento da Eg. Terceira Seção, a retroatividade da lei previdenciária mais benéfica abrange também as situações consolidadas. Precedente.
2 - Assim, o percentual de 50% (cinqüenta por cento) estabelecido pela Lei 9.032/95, que altera o § 1º, do art. 86, da Lei 8.213/91, se aplica aos benefícios já concedidos sob a égide da legislação anterior.
3 - Embargos de Divergência rejeitados. (EREsp. 33.5065/SC, 3S, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, DJU 03.02.2003, p. 263).

7. Diante disso, dou provimento ao Recurso Especial, com base no artigo 557, § 1º-A do CPC, para determinar que o auxílio-acidente seja pago no percentual de 50% (cinqüenta por cento) do salário de benefício, a partir da entrada em vigência da Lei 9.032/95, ressalvadas as prestações vencidas atingidas pela prescrição, qual seja, as

anteriores ao quinquênio que antecedeu a propositura da ação, acrescido de correção monetária a partir do vencimento (Súm. 148/STJ c/c art. 1o., § 1o. da Lei 6.899/81) e de juros de mora de 1% ao mês, contados da citação até o efetivo cumprimento do julgado.
8. Arcará o INSS com o pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação, observando-se a Súm. 111/STJ.
9. Publique-se.
10. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 21 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
Ministro Relator

(3989)

RECURSO ESPECIAL Nº 984.135 - RS (2007/0217642-2)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MARIÂNGELA DIAS BANDEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA LÚCIA MAGOGA MULLER DIAS E OUTRO
ADVOGADO	: PAULO FRANCISCO SARMENTO ESTEVES E OUTRO(S)

DECISÃO
NEGATIVA DE SEGUIMENTO
AO RECURSO ESPECIAL
(ART. 557, *CAPUT* DO CPC)

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSS, com base na alínea *a* do art. 105, III da CF, objetivando a reforma do Acórdão do Tribunal Regional Federal da 4a. Região, ementado nos seguintes termos:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. VALORES RECEBIDOS POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL. BOA-FÉ. DESNECESSIDADE DE RESTITUIÇÃO.
1. Descabida a devolução de valores percebidos pelo segurado em decorrência de decisão judicial, tendo em vista que se trata de quantia recebida de boa-fé, observando-se, ainda, o caráter alimentar dos benefícios previdenciários.
2. Agravo Regimental improvido.
2. Sustenta o INSS violação do art. 475-O do CPC e do art. 115 da Lei 8.213/91 sob o fundamento de que os valores recebidos por força de antecipação de tutela que vem a ser revogada ou reformada devem ser inteiramente devolvidos a quem os pagou.
3. Conforme certidão de fls. 121, o recorrido deixou transcorrer o prazo legal sem a apresentação de contra-razões.
4. Admitido o Recurso Especial pelo egrégio Tribunal de origem, subiram os autos a esta colenda Corte.
5. É o relatório.
6. O entendimento firmado no aresto hostilizado está em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que é assente quanto à impossibilidade de repetição de benefício previdenciário recebido de boa fé, em virtude de sua natureza alimentar. Cito, por oportuno, os seguintes precedentes:
AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. PRETENSÃO DE PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO. ARTIGO 485 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO QUE ATACA OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RESCINDENDO. IMPOSSIBILIDADE. CONVERSÃO DA RENDA MENSAL DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO EM URV. RESTITUIÇÃO DOS VALORES. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. NATUREZA ALIMENTAR. IRREPETIBILIDADE.
(...).
4. É firme o constructo doutrinário e jurisprudencial no sentido de que os benefícios previdenciários têm natureza alimentar, sendo, portanto, irrepetíveis.
5. Agravo Regimental improvido. (AgRg no REsp. 698.584/SC, 6T, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, DJU 22.03.2005, p. 687).

2 2 2

PREVIDENCIÁRIO. CONVERSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO EM URV. IMPOSSIBILIDADE DE RESTITUIÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS POR FORÇA DA DECISÃO RESCINDENDA. AÇÃO RESCISÓRIA. CABIMENTO. SÚMULA 343 DO STF. INAPLICABILIDADE. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. ANÁLISE DOS REQUISITOS. SÚMULA 07. IMPOSSIBILIDADE.
Uma vez reconhecida a natureza alimentar dos benefícios previdenciários, descabida é a restituição requerida pela Autarquia, em razão do princípio da irrepetibilidade dos alimentos.
(...).
Recursos do INSS e de Camilo Osmar Klein desprovidos. (REsp. 728.728/RS, 5T, Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, DJU 09.05.2005, P. 474).

7. Ante o exposto, com base no art. 557, *caput* do CPC, nego seguimento ao Recurso Especial do INSS.
8. Publique-se; intimações necessárias.

Brasília/DF, 21 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

(3990)

RECURSO ESPECIAL Nº 985.759 - SP (2007/0213689-0)

RELATOR	: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADO	: ELIANA DE FÁTIMA UNZER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ELEIR PEREIRA E OUTROS
ADVOGADO	: APARECIDO INÁCIO E OUTRO(S)

DECISÃO
1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com fundamento na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, no qual se insurge contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que, em ação ajuizada por servidores públicos visando o recebimento do adicional de sexta-parte dos vencimentos, determinou a incidência de juros de mora de 1% ao mês.
2. Sustenta a recorrente ofensa ao art. 1º-F da Lei 9.494/97, ao entendimento de que os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública, não poderão ultrapassar o percentual de 6% ao ano.
3. Razão assiste à recorrente.
4. Com efeito, o STJ sufragou o entendimento de que incidem juros moratórios no percentual de 6% ao ano nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias a servidores e empregados públicos, bem como de pensões por morte, quando a ação for proposta após o início da vigência da MP 2.180-35/2001, que acrescentou o art. 1º-F à Lei 9.494/97, que é exatamente a hipótese destes autos, na medida em que a ação foi ajuizada em 24.11.2004.
5. Outrossim, a jurisprudência desta Corte consolidou a orientação de ser inaplicável o art. 406 do CC/2002 para regular a matéria, em virtude da especialidade da questão tratada na aludida MP 2.180-35/2001.
6. Confiram-se, por oportuno, os seguintes precedentes: REsp. 877.906/RS (Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJU 09.04.2007), REsp. 700.424/RS (Rel. Min. ARNALDO ESTEVES, DJU 19.09.2005). , AgRg no REsp. 826.771 (Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, DJU 26.02.2007), AgRg no REsp. 842.347 (Rel. Min. LAURITA VAZ, DJU 20.11.2006).
7. Diante disso, amparado no art. 557, § 1º-A do CPC, conhece-se do Recurso Especial e dá-se-lhe provimento, para determinar a incidência de juros moratórios no percentual de 6% ano.
8. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 21 de setembro de 2007.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

COORDENADORIA DA SEXTA TURMA

(3991)

MEDIDA CAUTELAR Nº 726 - ES (1997/0010957-7)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
REQUERENTE	: ÁLVARO DE OLIVEIRA FILHO
REQUERENTE	: EDMILSON SOUZA SANTOS
REQUERENTE	: SILVANA BAPTISTA CABRAL
ADVOGADO	: JEFERSON DA SILVA
REQUERIDO	: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO
Cautelar inominada em que são partes Álvaro de Oliveira Filho e outros, autores, e o Estado do Espírito Santo, réu, visando à atribuição de efeito suspensivo a recurso especial interposto.
A ausência de motivação do acórdão impugnado sobre temas relevantes, a definição errônea dos fundamentos do ***mandamus*** e a possível exoneração dos autores do cargo de Agente de Polícia Civil do Estado do Espírito Santo fundam o pedido.
Liminar deferida (fls. 178) e referendada (fls. 225/230).
Ao que se tem, por previsão legal, o recurso especial de competência constitucional desta Corte (Artigo 105, inciso III, da Constituição Federal) não dispõe de efeito suspensivo. Daí por que este Superior Tribunal de Justiça tem admitido, em circunstâncias excepcionais, desde que utilizada, pelo interessado, a competente medida cautelar inominada (artigos 34, inciso V, e 288 do RISTJ).
Tem-se, assim que, já agora, com o julgamento do recurso especial, ao qual se procurou emprestar efeito suspensivo, a presente medida efetivamente perdeu o seu objeto.
Nesse sentido, os seguintes precedentes jurisprudenciais:
"PROCESSUAL CIVIL - MEDIDA CAUTELAR - EFEITO SUSPENSIVO - RECURSO ESPECIAL - AÇÃO PRINCIPAL JULGADA - PERDA DE OBJETO - PREJUDICIALIDADE.
- Requerida a acautelatória objetivando dar efeito suspensivo a recurso especial já julgado, nada há que ser decidido na medida intentada, que perde o seu objeto.
- Medida cautelar prejudicada, por perda de objeto." (MC nº 4.493/RS, Relator Ministro Francisco Peçanha Martins, ***in*** DJ 14/10/2002).

"PROCESSUAL CIVIL. MEDIDA CAUTELAR. PERDA DE OBJETO. AGRAVO REGIMENTAL.
1. Julgamento prejudicado, em face à decisão proferida no Agravo de Instrumento a que se pretendia conferir efeito suspensivo; cassação da liminar.
2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRgMC nº 976/DF, Relator Ministro Edson Vidigal, ***in*** DJ 3/5/99).

"CAUTELAR. EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO. JULGAMENTO DO RECURSO. PEDIDO PREJUDICADO.
- Ajuizada a cautelar com vistas a comunicação de efeito suspensivo a recurso dele desprovido, o julgamento do recurso prejudica o pedido veiculado na inicial." (MC nº 324/RS, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo, ***in*** DJ 20/5/96).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 38 da Lei nº 8.038/90, julgo extinta a medida cautelar por falta de objeto.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(3992)

MEDIDA CAUTELAR Nº 2.367 - RS (2000/0004414-8)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
REQUERENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: CARLOS DOS SANTOS DOYLE E OUTRO(S)
REQUERIDO	: DIRCEU VARGAS DOS SANTOS
REQUERIDO	: DILON LUCENA TAVARES
REQUERIDO	: DILERMANDO CASTILHOS RODRIGUES
REQUERIDO	: ÊNIO GILBERTO PODGORODECKI
REQUERIDO	: EDWARD STONE
REQUERIDO	: EDSON SEVERO AFONSO
REQUERIDO	: GABRIEL DE ABREU SILVA
REQUERIDO	: OSMAR CRUZ DA COSTA
REQUERIDO	: PAULO CÉSAR DE MELLO LANCAO
REQUERIDO	: RAFAEL SEVERO LAGRECA

DECISÃO
Trata-se de medida cautelar na qual pleiteia o requerente a concessão de efeito suspensivo a recurso especial inadmitido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
Ocorre, porém, que o agravo de instrumento interposto contra a inadmissão, na origem, do mencionado apelo especial (AG 342.420) foi desprovido por decisão monocrática proferida pelo eminente Ministro Fontes de Alencar em 02/02/2001, que transitou em julgado em 20/03/2001.
Assim posta a questão, resta prejudicada a presente medida cautelar, porquanto esta foi ajuizada objetivando a concessão de efeito suspensivo ao referido recurso especial, que, uma vez apreciado, impede o prosseguimento deste feito.
Dessa forma, com fundamento no artigo 34, inciso XI, do Regimento Interno desta Corte Superior de Justiça, **julgo prejudicada** a presente medida cautelar.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(3993)

MEDIDA CAUTELAR Nº 2.372 - RS (2000/0004930-1)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
REQUERENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: CARLOS DOS SANTOS DOYLE E OUTRO(S)
REQUERIDO	: ABERLINO CLAUDINO PERIN
REQUERIDO	: ADEVILDA STEDILE DIAS
REQUERIDO	: ALCIDES DE BONI
REQUERIDO	: ANNA HARTMANN
REQUERIDO	: ANTÔNIO FERREIRA DA SILVA SOBRINHO
REQUERIDO	: BRUNO HUGO ZIMMER
REQUERIDO	: ERNESTO HUNSCHE
REQUERIDO	: EURICO FURTADO DE MENEZES
REQUERIDO	: EURICO NICANOR DIEHL
REQUERIDO	: FIORINDO FULCHER
REQUERIDO	: FRIDA LEVENZON
REQUERIDO	: HYGINO FELICE CASTAGNA
REQUERIDO	: JACIR LOPES ACOSTA
REQUERIDO	: JACY GUILERMELLI DE OLIVEIRA
REQUERIDO	: JARI LOPES AGOSTA
REQUERIDO	: JOÃO LEVINO FERREIRA
REQUERIDO	: LERY GIANICHINI DE SOUZA
REQUERIDO	: MARIA BEATRIZ CUNHA RAMOS
REQUERIDO	: PAULINO IVO ROMBALDI
REQUERIDO	: PETER TSCHERDANTZEW
REQUERIDO	: RENATO MOREIRA FRAGA
REQUERIDO	: RENÊ HANQUET
REQUERIDO	: RENÊ LUIZ FISCHER
REQUERIDO	: RUDI ANDERS
REQUERIDO	: RUTH VIEIRA PUCHALSKI
REQUERIDO	: URBANO HAAS

DECISÃO
Trata-se de medida cautelar na qual pleiteia o requerente a concessão de efeito suspensivo a recurso especial inadmitido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Ocorre, porém, que o agravo de instrumento interposto contra a inadmissão, na origem, do mencionado apelo especial (AG 338.566) foi desprovido por decisão monocrática proferida pelo eminente Ministro Fontes de Alencar em 28/02/2001, que transitou em julgado em 10/04/2001.
Assim posta a questão, resta prejudicada a presente medida cautelar, porquanto esta foi ajuizada objetivando a concessão de efeito suspensivo ao referido recurso especial, que, uma vez apreciado, impede o prosseguimento deste feito.
Dessa forma, com fundamento no artigo 34, inciso XI, do Regimento Interno desta Corte Superior de Justiça, **julgo prejudicada** a presente medida cautelar.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(3994)

MEDIDA CAUTELAR Nº 2.417 - RS (2000/0008270-8)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
REQUERENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: JAQUELINE MAGGIONI PIAZZA E OUTRO(S)
REQUERIDO	: BENITO MARCHESIN

DECISÃO

Trata-se de medida cautelar na qual pleiteia o requerente a concessão de efeito suspensivo a recurso especial inadmitido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
Ocorre, porém, que o agravo de instrumento interposto contra a inadmissão, na origem, do mencionado apelo especial (AG 395.051) foi desprovido por decisão monocrática proferida pelo eminente Ministro Fontes de Alencar em 28/08/2001, que transitou em julgado em 30/04/2002.
Assim posta a questão, resta prejudicada a presente medida cautelar, porquanto esta foi ajuizada objetivando a concessão de efeito suspensivo ao referido recurso especial, que, uma vez apreciado, impede o prosseguimento deste feito.
Dessa forma, com fundamento no artigo 34, inciso XI, do Regimento Interno desta Corte Superior de Justiça, **julgo prejudicada** a presente medida cautelar.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(3995)

MEDIDA CAUTELAR Nº 2.419 - SC (2000/0008287-2)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
REQUERENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: JAQUELINE MAGGIONI PIAZZA E OUTRO(S)
REQUERIDO	: OLAVIO LEOPOLDO ROVARIS

DECISÃO

Trata-se de medida cautelar na qual pleiteia o requerente a concessão de efeito suspensivo a recurso especial inadmitido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
Ocorre, porém, que o agravo de instrumento interposto contra a inadmissão, na origem, do mencionado apelo especial (AG 394.992) foi desprovido por decisão monocrática proferida pelo eminente Ministro Fontes de Alencar em 26/09/2001, que transitou em julgado em 12/11/2001.
Assim posta a questão, resta prejudicada a presente medida cautelar, porquanto esta foi ajuizada objetivando a concessão de efeito suspensivo ao referido recurso especial, que, uma vez apreciado, impede o prosseguimento deste feito.
Dessa forma, com fundamento no artigo 34, inciso XI, do Regimento Interno desta Corte Superior de Justiça, **julgo prejudicada** a presente medida cautelar.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(3996)

MEDIDA CAUTELAR Nº 2.482 - RS (2000/0013348-5)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
REQUERENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CARLOS DOS SANTOS DOYLE E OUTRO(S)
REQUERIDO	: JOÃO NILSON PETERS
REQUERIDO	: PEDRO OTÁVIO DA ROSA

DECISÃO

Trata-se de medida cautelar na qual pleiteia o requerente a concessão de efeito suspensivo a recurso especial inadmitido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
Ocorre, porém, que o agravo de instrumento interposto contra a inadmissão, na origem, do mencionado apelo especial (AG 402.846) foi desprovido por decisão monocrática proferida pelo eminente Ministro Fontes de Alencar em 09/11/2001, que transitou em julgado em 07/02/2002.
Assim posta a questão, resta prejudicada a presente medida cautelar, porquanto esta foi ajuizada objetivando a concessão de efeito suspensivo ao referido recurso especial, que, uma vez apreciado, impede o prosseguimento deste feito.
Dessa forma, com fundamento no artigo 34, inciso XI, do Regimento Interno desta Corte Superior de Justiça, **julgo prejudicada** a presente medida cautelar.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(3997)

MEDIDA CAUTELAR Nº 2.987 - RS (2000/0070915-8)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
REQUERENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: SIEGFRIED ANTÔNIO GHILARDI RITTA E OUTRO(S)
REQUERIDO	: HULDA ALMA SCHULLER MILBRADT

DECISÃO

Trata-se de medida cautelar na qual pleiteia o requerente o destrancamento de recurso especial retido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por ter sido interposto contra aresto proferido em decisão interlocutória.
Ocorre, porém, que, em consulta ao sítio do referido Tribunal Regional Federal na *internet*, verifica-se o processo principal a que se vincula a decisão interlocutória contra a qual interposto o mencionado apelo raro - Ação Ordinária nº 2246642299 da Comarca de Santa Rosa/RS (Apelação Cível 2000.04.01.139983-1 do TRF 4ª Região) - transitou em julgado, tendo os autos sido remetidos à vara de origem.
Assim posta a questão, resta prejudicada a presente medida cautelar, porquanto ajuizada objetivando o destrancamento de recurso especial manejado contra decisão interlocutória, vinculada a ação ordinária que, uma vez transitada em julgado, impede o prosseguimento deste feito.
Dessa forma, com fundamento no artigo 34, inciso XI, do Regimento Interno desta Corte Superior de Justiça, **julgo prejudicada** a presente medida cautelar.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(3998)

MEDIDA CAUTELAR Nº 3.115 - RS (2000/0093028-8)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
REQUERENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: SIEGFRIED ANTÔNIO GHILARDI RITTA E OUTRO(S)
REQUERIDO	: LORICE TEREZINHA SOARES

DECISÃO

Trata-se de medida cautelar na qual pleiteia o requerente o destrancamento de recurso especial retido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por ter sido interposto contra aresto proferido em decisão interlocutória.
Ocorre, porém, que, em consulta ao sítio do referido Tribunal Regional Federal na *internet*, verifica-se o processo principal a que se vincula a decisão interlocutória contra a qual interposto o mencionado apelo raro - Ação Ordinária nº 3369 da Comarca de Taquara/RS (Apelação Cível 2000.04.01.137099-3 do TRF 4ª Região) - transitou em julgado, tendo os autos sido remetidos à vara de origem.
Assim posta a questão, resta prejudicada a presente medida cautelar, porquanto ajuizada objetivando o destrancamento de recurso especial manejado contra decisão interlocutória, vinculada a ação ordinária que, uma vez transitada em julgado, impede o prosseguimento deste feito.
Dessa forma, com fundamento no artigo 34, inciso XI, do Regimento Interno desta Corte Superior de Justiça, **julgo prejudicada** a presente medida cautelar.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(3999)

MEDIDA CAUTELAR Nº 4.174 - SP (2001/0113876-2)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
REQUERENTE	: PLÍNIO VIDIGAL XAVIER DA SILVEIRA
ADVOGADO	: RICARDO FELICIO SCAFF E OUTRO(S)
REQUERIDO	: JOÃO SCOGNAMIGLIO CLA DIAS

DECISÃO

Trata-se de medida cautelar ajuizada por PLÍNIO VIDIGAL XAVIER DA SILVEIRA, objetivando atribuir efeito suspensivo ao recurso especial nº 1176885/0-2, manejado contra acórdão proferido pela 16ª Câmara do Extinto Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo, atual Tribunal de Justiça do referido Estado.
Depreende-se dos autos que João Scognamiglio, ora requerido, ofereceu queixa-crime em desfavor do requerente, atribuindo-lhe a prática do crime previsto no art. 138 do Código Penal (fls. 31/34), tendo o magistrado singular da 19ª Vara Criminal da Comarca da capital/SP rejeitado a exordial acusatória, com fundamento no art. 43, inciso I, do Código de Processo Penal (fls. 57/58).
Irresignado, o requerido, por intermédio de seu advogado, interpôs recurso em sentido estrito nº 1.176.885/0 (fls. 59/72), tendo a 16ª Câmara do extinto Tribunal de Alçada Criminal do Estado proferido a seguinte decisão (fl. 90):

"por votação unânime, rejeitaram a preliminar de incompetência do Juízo, e por maioria, cassaram a r. decisão de fls. 53, para que o processo tenha curso, com a designação da audiência de conciliação, intimadas as partes, a teor do artigo 520 do Código de Processo Penal".

Contra essa decisão, a Defesa interpôs embargos infringentes nº 1.176.885-0/1, os quais, rejeitados (fls. 125/134), ensejaram a interposição do mencionado recurso especial nº 1176885/0-2 (fls. 136/153).
Após a apresentação das contra-razões, o Presidente do referido Tribunal de Alçada Criminal, em juízo prévio de admissibilidade, recebeu o recurso especial pelo art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, determinando a remessa dos autos a esta Corte Superior de Justiça (fls. 114/115).
Daí a presente medida cautelar, com a qual se objetiva atribuir efeito suspensivo ao acórdão recorrido em sede do referido recurso especial.
Alega-se, em suma, que a concessão da cautela pleiteada evitará suposta lesão irreparável ao requerente, porquanto evitará a realização da audiência de conciliação antes do julgamento do recurso especial.
Aduz-se, ainda, estarem presentes os requisitos do *periculum in mora* e do *fumus boni iuris*, exigidos para a concessão da medida urgente.
Requer, liminarmente, a atribuição de efeito suspensivo ao referido recurso especial para que seja obstada a realização da audiência prevista no art. 520 do Código de Processo Penal até o julgamento do mérito do mencionado recurso. Ao final, pugna pela confirmação do pleito liminar.
O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 186/191, opinou pela improcedência da medida cautelar.
É o relatório.
Em consulta processual realizada pelo *site* desta Corte Superior de Justiça, verifica-se que, em 24.01.2002, o recurso especial foi distribuído nesta Corte Superior de Justiça, tendo recebido a numeração REsp 399.546/SP.
Ademais, constata-se que, em decisão publicada no D.J. de 16.12.2005, o Relator, Ministro Hélio Quaglia Barbosa, negou provimento ao vertente recurso especial sob o seguinte fundamento:

"as evidências dos autos não permitem, de plano, a conclusão pela atipicidade da conduta do recorrente, tornando-se imaturo o não recebimento da ação penal instaurada. Somente após o correto procedimento inquisitorial, com a devida apuração dos fatos e provas, será possível averiguar, com certeza a tipicidade, ou não, do suposto crime previsto no art. 138 do CP.
Vale destacar que a queixa-crime preenche os requisitos do art. 41 do CPP e claramente demonstra os fatos, inclusive a materialidade, fornecendo todos os elementos necessários para o exercício da defesa.
Dessarte, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso especial."

O mencionado processo foi baixado ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 21.02.2006.
Verificando-se, pois, que já foi julgado o referido recurso especial, **julgo prejudicada** a presente medida cautelar, pela perda do objeto, com fundamento no artigo 34, XI, do RISTJ.
Cientifique-se o Ministério Público Federal.
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4000)

MEDIDA CAUTELAR Nº 5.896 - PB (2002/0170307-7)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
REQUERENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: JORGE ANDRADE DE MEDEIROS E OUTRO(S)
REQUERIDO	: REJANE BATISTA DA SILVA

DESPACHO

Informe a autarquia requerente se o recurso especial interposto contra o acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região no Agravo de Instrumento 42032/PB (2002.05.99.000515-9) foi submetido ao juízo de admissibilidade do referido Tribunal Regional Federal.
Outrossim, providencie a parte autora cópia do mencionado acórdão proferido pela Corte de origem no Agravo de Instrumento 42032/PB (2002.05.99.000515-9).
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4001)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 11.526 - GO (2000/0004321-4)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: ALACYR CÂNDIDO PEREIRA
ADVOGADO	: RUBENS LOURENÇO DA COSTA E OUTRO(S)
T. ORIGEM	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
IMPETRADO	: SECRETÁRIO DE FAZENDA DO ESTADO DE GOIÁS
RECORRIDO	: ESTADO DE GOIÁS
PROCURADOR	: MÁRCIO ALESSANDRO DE SAN'TIAGO POTENCIANO E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. VENCIMENTOS. ALTERAÇÃO DA FORMA DE CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO. LEI ESTADUAL Nº 13.266/98. REDUÇÃO DE VENCIMENTO NÃO-CONFIGURADA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. RECURSO ORDINÁRIO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário, interposto por Alacyr Cândido Pereira, contra acórdão proferido pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, que restou assim ementado:

"MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO FUNCIONAL INCORPORADA AOS VENCIMENTOS.
I - A redução ou extinção de gratificação, absorvida por majoração de vencimento não ofende o direito adquirido. (art. 37, XIV).
II - A Carta Magna (art. 37, XIV) não permite mais a incidência de gratificação sobre gratificação, o que resultaria em inconstitucionalidade.
III - Inocorrendo, *in casu*, redução na totalidade dos proventos do impetrante, denega-se a segurança postulada. Decisão unânime."

Alega o recorrente, em síntese, que houve redução dos vencimentos e não da remuneração, autorizando, assim, a impetração do mandado de segurança.
Sustenta, nesse sentido, que, com a edição da Lei Estadual nº 13.266/98, a gratificação de produtividade percebida foi reduzida em desacordo com a Constituição que veda tal redução.
Por fim, requer seja restabelecido valor originalmente recebido a título de gratificação de produtividade, bem como de auxílio transporte, este último suprimido em sua totalidade.
Em contra razões, o recorrido pugna pela manutenção do aresto combatido.
Ouvido o Ministério Público, este opinou pelo desprovimento do recurso ordinário.
É o relatório.
Passo a decidir.
A pretensão não merece prosperar.
De há muito já se consolidou, no âmbito do Excelso Pretório, a intelecção de que não possuem os servidores públicos direito adquirido a regime jurídico. Nesse sentido, colaciono os seguintes arestos:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. SERVIDOR PÚBLICO. DIREITO ADQUIRIDO. REGIME JURÍDICO. INEXISTÊNCIA.
1. A jurisprudência desta Suprema Corte se consolidou no sentido de que não há direito adquirido a regime jurídico. O vínculo entre o servidor e a Administração é de direito público, definido em lei, sendo inviável invocar esse postulado para tornar imutável o regime jurídico, ao contrário do que ocorre com vínculos de natureza contratual, de direito privado, este sim protegido contra modificações posteriores da lei.
2. Agravo regimental improvido." (RE-AgR 287261/MG, Rel. Min. ELLEN GRACIE, Segunda Turma, DJ 26/08/2005)
"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. § 2º DO ARTIGO 229 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL. TRANSPORTE COLETIVO URBANO. ARTIGO 30, V DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. TRANSPORTE GRATUITO. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA. POLICIAIS CIVIS. DIREITO ADQUIRIDO. INEXISTÊNCIA.
1. (...)
2. Servidores públicos não têm direito adquirido a regime jurídico. Precedentes." (ADI 2349/ES, Rel. Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, DJ 14/10/2005)

No mesmo sentido, é a orientação do Superior Tribunal de Justiça:

"ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CESSÃO. DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. INEXISTÊNCIA. ATO DISCRICIONÁRIO. RECURSO IMPROVIDO.
1. Conforme pacífica orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, servidor público não tem direito adquirido à manutenção de regime jurídico funcional.
2. (...)
3. (...)
4. Recurso ordinário improvido." (RMS 23.386/ES, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 06.08.2007)

"RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. EX-SERVIDORES DA MINAS CAIXA ABSORVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA. LEI Nº 10.470/91. ALEGADA OCORRÊNCIA DE REDUÇÃO DE VENCIMENTOS POR FORÇA DO DECRETO Nº 36.014/94. NÃO-OCORRÊNCIA. PRECEDENTES DO STJ E DO STF.
1. Pacificou-se neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento segundo o qual não têm os servidores públicos direito adquirido a regime de remuneração, mas sim à irredutibilidade de vencimentos. Desse modo, respeitada a mencionada irredutibilidade, não há que se falar em ofensa a direito líquido e certo dos impetrantes.
2. (...)
3. Recurso ordinário improvido." (RMS 11.164/MG, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJ 25.06.2007)

In casu, muito embora o recorrente pudesse alegar a não-aplicação da nova lei que modificou a forma de sua remuneração, notadamente no que se refere à gratificação de produtividade e de auxílio transporte, certo é que, a meu ver, não possui ele direito adquirido a regime jurídico, se não houve redução de vencimentos.
Compulsando os autos, verifica-se dos contracheques juntados que, de fato, foi modificada a forma de cálculo da remuneração do recorrente, notadamente no que se refere à gratificação de produtividade, sem que isso tivesse reduzido o valor final percebido por este.
Portanto, não havendo redução de vencimentos, o recorrente não possui direito adquirido a regime jurídico, razão pela qual incabível o mandado de segurança que aqui se analisa
Ante o exposto, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4002)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 11.808 - SC (2000/0029176-5)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: GILSON COELHO E OUTROS
ADVOGADO	: FÁTIMA DANIELLA PIAZZA E OUTRO
T. ORIGEM	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPETRADO	: SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPETRADO	: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RECORRIDO	: ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR	: REINALDO PEREIRA E SILVA E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE. LEI ESTADUAL Nº 10.790/98. EXTENSÃO À OUTRA CATEGORIA. INVIABILIDADE. SÚMULA 339/STF. RECURSO ORDINÁRIO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário, interposto por Gilson Coelho e outros, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que restou assim ementado:

"MANDADO DE SEGURANÇA - SERVIDOR PÚBLICO - EXTENSÃO DE VANTAGEM - ISONOMIA - VEDAÇÃO - STF, SÚMULA 339 - SEGURANÇA DENEGADA Os servidores públicos lotados na Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esportes não têm direito líquido e certo à gratificação de produtividade instituída pela Lei n.º 9.751/94, e estendida aos servidores lotados na Secretaria de Estado da Administração (Lei n.º 10.790/98. "Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia" (STF, Súmula 339)."

Alegam os recorrentes, em síntese, que ante o princípio da isonomia, por serem servidores da Secretaria Estadual de Educação, têm direito à gratificação de produtividade, instituída pela Lei Estadual nº 10.790/98 aos Servidores da Secretaria de Administração.
Afirmam, nesse passo, que o referido direito é evidente, haja vista que os recorrentes realizam as mesmas funções dos servidores contemplados pela gratificação de produtividade.
Em contra-razões, o recorrido pugna pela manutenção do aresto combatido.
Ouvido o Ministério Público, este opinou pelo desprovimento do recurso.
É o relatório.
Passo a decidir.
A pretensão dos recorrente não é outra senão obterem, na via judicial, a extensão de uma gratificação que a lei não lhes concedeu. Veja-se que a gratificação de produtividade, instituída pela Lei Estadual nº 10.790/98, foi concedida aos Servidores da Secretaria de Administração. Desse modo, pretender que seja ela estendida aos recorrentes é tencionar que o Poder Judiciário atue como legislador, concedendo uma gratificação que o Legislativo não concedeu.
Assim, tal pretensão esbarra no intransponível óbice da Súmula 339/STF, que assim dispõe:

"Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia."

Essa Corte, em hipóteses semelhantes, impediu desiderato idêntico ao aqui pretendido:

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - SERVENTUÁRIO INATIVO DE TABELIONATO EXTRAJUDICIAL - RESTABELECIMENTO DE VANTAGENS - ISONOMIA COM SERVIDORES DO FORO JUDICIAL - IMPOSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL - REVISÃO DE PROVENTOS - PODER-DEVER DA ADMINISTRAÇÃO - SÚMULAS 339 E 473 DO PRETÓRIO EXCELSO - INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.
I - As verbas denominadas Gratificação de Incentivo, Gratificação de Produtividade e Salário de Referência, concedidas pelas Leis 9.726/85 e 10.947/93, foram instituídas exclusivamente para os servidores do Foro Judicial.
II - No presente caso, o recorrente é Serventuário inativo do Foro Extrajudicial, aposentado no cargo de Escrevente Substituto do 6º Tabelionato de Notas de Recife-PE, categoria para a qual a citada legislação de regência não prevê a extensão de semelhantes vantagens.
III - Em sendo assim, na ausência de previsão legal, despicienda a pretendida isonomia, preconizada no art. 40, § 8º da Carta Política, a fim de estender ao serventuário extrajudicial inativo, vantagem concedida a servidor do foro judicial.
IV - Aplica-se, à espécie, o entendimento consolidado na Súmula 339 do Supremo Tribunal Federal, que assevera não caber ao Poder Judiciário aumentar vencimentos de servidores sob o argumento de isonomia. Precedentes.
V- (...)
VI - Recurso ordinário conhecido, mas desprovido." (RMS 10.373/PE, Rel. Min. GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJ 07.04.2003)

"RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SÚMULA 339/STF. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA.
1. "Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia." (Súmula do Supremo Tribunal Federal, Enunciado nº 339).
2. Em não havendo nos autos prova pré-constituída da similitude entre as funções públicas exercidas pelos servidores da Secretaria da Administração e pelos servidores da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, impossível estender a estes a Gratificação de Produtividade, devida àqueles por força da Lei Estadual nº 10.790/98, em sede de mandado de segurança, cuja via estreita não permite dilação probatória.
3. Recurso improvido." (RMS 12.109/SC, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJ 02.02.2004)

Ante o exposto, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso ordinário.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4003)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 11.997 - SP (2000/0047268-9)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ALEXANDRE CARNEIRO LIMA E OUTRO(S)
T. ORIGEM	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO
IMPETRADO	: JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE FRANCA - SJ/SP
RECORRIDO	: MOACIR LUIZ DOS SANTOS
ADVOGADO	: FÁBIO CELSO DE JESUS LIPORONI

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO COM O OBJETIVO DE CONFERIR EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO, QUE POSTERIORMENTE FOI JULGADA

PELA CORTE DE ORIGEM, CUJO ACÓRDÃO TRANSITOU EM JULGADO. PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO DESTE RECURSO ORDINÁRIO, QUE SE JULGA PREJUDICADO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário constitucional, interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, contra aresto proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que manteve decisão monocrática do indeferimento da inicial do *mandamus* e se encontra assim ementada:

"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. CLÁUSULA SENTENCIAL REFERENTE À IMEDIATA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO. MANDADO DE SEGURANÇA. DESCABIMENTO.
I - O comando judicial pertinente à implantação do benefício isoladamente considerado constitui mera superfetação, eis que inerente às decisões judiciais a sua pronta exeqüibilidade, salvo a interposição de recurso com efeito suspensivo. Determinação judicial sujeita a reexame por via de recurso de apelação, passível de recebimento no duplo efeito por força da interposição de agravo de instrumento em sua nova formulação legal.
II - Com o advento da Lei nº 9.139/95 que, em seu artigo 2º, alterou a redação do artigo 558 do CPC, possibilitando ao relator a atribuição de efeito suspensivo ao agravo de instrumento, nos casos que especifica, não mais se justifica a utilização do mandado de segurança para obtenção de suspensão de efeitos de decisão judicial.
III - Agravo regimental improvido."

O recorrente argumenta, em síntese, que, não obstante a previsão legal de interposição de agravo de instrumento, a impetração do *writ* se mostrava perfeitamente cabível na espécie, porquanto a decisão que recebeu a apelação apenas no efeito devolutivo era teratológica, por contrariar decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 675-4, que suspendeu a eficácia do art. 130 da Lei 8.213/91.
Admitido o recurso, subiram os autos a esta Corte. O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 106-110, opinou pelo provimento do recurso.
É o relatório.
Consoante acima mencionado, o mandado de segurança a que se refere o presente recurso ordinário foi impetrado com o objetivo de conferir efeito suspensivo ao apelo interposto contra sentença proferida em ação ordinária movida pelo requerido em face do INSS.
Ocorre, porém, que, em consulta ao sítio do Tribunal Regional Federal da 3ª Região na *internet*, verifica-se que a mencionada apelação (AC 445245/SP - Processo nº 98.03.097011-9) foi julgada pela Quinta Turma da referida Corte, tendo o acórdão transitado em julgado em 06/08/2003.
Assim posta a questão, resta prejudicado este recurso ordinário, porquanto o mandado de segurança foi ajuizado objetivando a concessão de efeito suspensivo ao referido apelo, que, uma vez apreciado em caráter definitivo, impede o prosseguimento deste feito.
Dessa forma, considerada a perda superveniente do objeto deste feito e com fundamento no artigo 34, inciso XI, do Regimento Interno desta Corte Superior de Justiça, **julgo prejudicado** a presente recurso ordinário.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4004)

AgRg no AgRg na MEDIDA CAUTELAR Nº 12.601 - BA (2007/0055852-0)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	: COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA
ADVOGADO	: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: M DANTAS E COMPANHIA LTDA

DECISÃO

Cuida-se de agravo regimental interposto pela Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga contra decisão que negou seguimento a medida cautelar, nos termos do art. 34, XVIII, do Regimento Interno desta Corte.
Repisando as razões expendidas na inicial, requer a agravante a reconsideração do julgado para que se atribua efeito suspensivo ao recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça da Bahia.
Tendo sido julgado, na data de hoje, o REsp nº 939.135/BA, é evidente a perda de objeto deste recurso, bem como da própria medida cautelar.
Diante do exposto declaro prejudicada a Medida Cautelar nº 12.601/BA.
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4005)

MEDIDA CAUTELAR Nº 13.071 - MS (2007/0175749-1)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
REQUERENTE	: ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADOR	: SARAH F MONTE ALEGRE DE ANDRADE SILVA E OUTRO(S)
REQUERIDO	: GISELE MORAES PAPA DOS SANTOS
REQUERIDO	: BRUNO BATISTA DA ROCHA

EMENTA

MEDIDA CAUTELAR. EFEITO SUSPENSIVO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. TRÂNSITO EM JULGADO. MEDIDA CAUTELAR PREJUDICADA.

DECISÃO

Trata-se de medida cautelar, ajuizada pelo Estado do Mato Grosso do Sul, objetivando atribuir efeito suspensivo ao Resp 964934/MS, de minha relatoria.
Todavia, o referido recurso especial já foi julgado e restou assim ementado:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FRACIONAMENTO. PAGAMENTO VIA REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO."

Ademais, houve inclusive o trânsito em julgado do referido feito nesta Corte.
Destarte, haja vista ter sido julgado o recurso especial, bem como já terem sido os autos remetidos ao Excelso Pretório, perdeu o objeto a presente medida cautelar.
Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XI, do RISTJ, julgou prejudicada a medida cautelar.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4006)

MEDIDA CAUTELAR Nº 13.125 - RS (2007/0187702-6)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
REQUERENTE	: FERNANDA CORREA DE ALMEIDA VIEIRA
ADVOGADO	: ULRICO THIESSEN
REQUERIDO	: MARIA HELENA TAVARES DA COSTA E OUTRO

DECISÃO

Cuida-se de medida cautelar ajuizada por Fernanda Correa de Almeida Vieira objetivando emprestar efeito suspensivo a recurso especial interposto contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.
O pedido, no entanto, perdeu o objeto.
Na verdade, na data de hoje, neguei seguimento ao Recurso Especial nº 966.958/RS, nada mais havendo, portanto, a ser aqui examinado.
Assim, com fundamento no artigo 34, inciso XI, do Regimento Interno desta Corte, julgo prejudicada a presente medida cautelar.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4007)

MEDIDA CAUTELAR Nº 13.280 - SP (2007/0226032-1)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
REQUERENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
REQUERIDO	: THALES FERRI SCHOEDL

DECISÃO

Trata-se de medida cautelar, com pedido de liminar, ajuizada pelo Ministério Público de São Paulo em que se busca emprestar efeito suspensivo ao Recurso Especial nº 896.962/SP, atualmente com vista ao Ministério Público Federal para parecer, interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça assim ementado:
"Processo penal. Prisão em flagrante de Promotor de Justiça. Nulidade do auto porque lavrado por autoridade policial. Ausência do estado de flagrância. Inocorrência.
Processo penal. Ação penal originária. Imputação de duplo homicídio qualificado contra Promotor de Justiça. Recebimento da denúncia. Juízo não meramente delibatório. Possibilidade de julgar, de plano, improcedente a acusação se não houver necessidade de outras provas. Inteligência do art. 6º da Lei nº 8.038/90.
Homicídio duplamente qualificado. Legítima defesa invocada. Excludente não reconhecida. Agressão natural. Prova oral no sentido de que o acusado recuou ante a ofensiva das vítimas. Emprego dos meios necessários; utilização do único recurso a seu alcance. Dúvida quando à moderação da repulsa. Recebimento da denúncia para melhor análise após instrução criminal.
Homicídio. Qualificadora do motivo fútil. Não configuração. Ocorrência de prévia discussão e tentativa de agressão por parte das vítimas. Afastamento da qualificadora.
Homicídio simples. Liberdade provisória. Possibilidade de concessão diante da insubsistência da vedação legal do art. 2º, II, da Lei nº 8.072/90. Desnecessidade da custódia cautelar, indicada para situações excepcionais, nos termos do art. 312 do CPP. Inteligência do art. 310, parágrafo único, do mesmo código." (fl. 212)

Narra a inicial que Thales Ferri Schoedl, Promotor de Justiça Substituto, foi denunciado como incurso no art. 121, § 2º, II, e no art. 121, § 2º, II, c/c o art. 14, II, ambos na forma do art. 69, todos do Código Penal, tendo o Tribunal de Justiça de São Paulo, por maioria de votos, recebido em parte a inicial acusatória, afastando a qualificadora do motivo fútil e lhe concedendo liberdade provisória.
Sustenta o requerente que é somente na fase da instrução criminal que se poderá demonstrar a ocorrência da qualificadora do motivo fútil. Assim, "não se pode confundir o afastamento da qualificadora nesta fase de admissibilidade da denúncia com aquela hipótese de pronúncia do procedimento do júri. Esta última situação ocorre após uma instrução judicial, em que as partes puderam oferecer as suas provas e o próprio magistrado pode ter contato direto com elas, enquanto no caso presente o Ministério Público sequer teve a oportunidade de apresentar, diretamente, perante os desembargadores, as suas provas." (fl. 57)
Alega que "convém lembrar que o recorrido Thales Ferri Schoedl, Promotor de Justiça Substituto, não é vitalício, e, se não confirmado na carreira, perderá o foro privilegiado e será julgado pelo Tribunal do Júri, a quem deverá caber a análise do reconhecimento da qualificadora, ou não. O que não parece conveniente é que, nesta fase de admissibilidade da acusação, seja afastada a qualificadora da imputação, o que excluiria, aliás, qualquer possibilidade de sua reapreciação eventual pelo Conselho de Sentença." (fl. 59)
Diz estar perfeitamente delineado o **fumus boni iuris,** diante da violação dos arts. 43 do Código de Processo Penal, 6º da Lei nº 8.038/1990, e 121, § 2º, II, do Código Penal.
Prossegue afirmando que uma decisão prematura do Tribunal Estadual no processo criminal, antes da apreciação do recurso especial, poderá causar um prejuízo irreparável à sociedade e ao Ministério Público.
Por fim, assevera que "a instrução probatória da ação penal já se encerrou, o Ministério Publico e a defesa ofereceram suas alegações finais e, atualmente, os autos encontram-se conclusos para decisão e designação de data para o seu julgamento pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo (doc. 14). Caso haja uma decisão pelo Tribunal **a quo** antes da apreciação do recurso especial pelo Superior Tribunal de Justiça, todo esforço realizado pelo Órgão Especial será perdido e terá que ser renovado, por força dos efeitos daquela decisão." (fl. 61)
Nos termos em que posta a inicial da presente medida cautelar, se mostra imprescindível, a meu ver, o exame dos autos da ação penal originária a que responde o requerido, objeto do Recurso Especial nº 896.962/SP, principalmente do conteúdo dos votos do Desembargador Relator sorteado e dos que o acompanharam no recebimento integral da denúncia, para a avaliação do alegado **fumus boni iuris**.
Encontrando-se os autos no Ministério Público Federal, para parecer, conforme nos dá conta o sistema de acompanhamento de feitos do Tribunal, requisitem-se-os, acostando ao respectivo ofício cópia deste despacho.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4008)

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 16.893 - SP (2004/0163002-6)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
RECORRENTE	: DÉCIO RABELO DE CASTRO FILHO
ADVOGADO	: CÍCERO MARCOS LIMA LANA
RECORRIDO	: TRIBUNAL DE ALÇADA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

É deste teor o pronunciamento do Ministério Público Federal (Subprocurador-Geral Guilherme de Aragão):

"Denunciado como incurso nas sanções do art. 1º, II c.c. art. 11, ambos da Lei n.º 8.137/90 c.c. art. 29 do CP, por dez vezes, na forma do art. 71 do CP, Décio Rabelo de Castro Filho, por meio de procurador constituído, interpõe o presente recurso ordinário em *habeas corpus*, contra acórdão da 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Alçada do Estado de São Paulo, que denegou a ordem.
O recorrente, juntamente com os demais representantes legais da empresa Metalcabo Indústria e Comércio Ltda, foi denunciado por ter deixado de escriturar valores devidos à título de ICMS, a fim de se eximir do pagamento do referido tributo.
O *habeas corpus* originário foi denegado sob o fundamento de que não houve deferimento do parcelamento pelo fisco, sendo que os recolhimentos foram feitos aleatoriamente, sem aquiescência do fisco, o que inviabiliza o trancamento do *writ* (ff. 74-76).
Opuseram-se embargos de declaração, que não foram conhecidos (ff. 84-86).
Em suas razões recursais, o recorrente alega que está promovendo o pagamento parcelado do débito, com início antes do recebimento da denúncia, pelo que deveria ser extinta a sua punibilidade, nos termos do art. 34 da Lei 9.249/95. Sustenta que já pediu à Secretaria de Fazenda a oficialização do parcelamento. Afirma que não há, no texto legal, qualquer menção à exigência de pagamento integral do débito. Cita doutrina e jurisprudência. Requer o trancamento da ação penal, com o reconhecimento da extinção da punibilidade, ante o pagamento parcelado do débito (ff. 90-105).
Vêm os autos, agora, a esta Subprocuradoria-Geral da República, para manifestação do *custos legis*.
A ordem deve ser denegada.
Com efeito, verifica-se que o recorrente, cuja denúncia foi recebida em 21.10.2003, não faz jus à extinção da punibilidade.
Isso porque em informações prestadas pelo juízo originário, foi juntado ofício da Delegacia Regional Tributária de Jundiaí - DRT/16, noticiando que, até 1.9.2003, não havia quitação do débito, nem nenhum parcelamento concedido (f. 52). Assim, não havia parcelamento formal antes do recebimento da exordial, a possibilitar o benefício pretendido.

Quanto às alegações de que vem recolhendo as parcelas do débito desde maio de 2003, considerá-las demandaria nova produção de prova. As guias de recolhimento, juntadas nas ff. 20, 22 e 24, não demonstram que tal pagamento se refere ao Auto de Infração e Imposição de Multa n.º 2034868-0 (ff. 15-18), objeto da presente denúncia.
É de se ressaltar que o pedido de parcelamento referente aos débitos em questão só foi protocolado junto à Secretaria de Fazenda em 23.10.2003 (f. 26), ou seja, cinco meses depois dos pagamentos indicados nas guias juntadas aos autos. Além disso, o simples pedido de parcelamento não significa que houve seu deferimento e que está sendo pago em dia.
Desta forma, não havendo nos autos nenhuma notícia de existência de parcelamento regularmente concedido pelo fisco, não há que falar em extinção da punibilidade, com o conseqüente trancamento da ação penal.
Pelo exposto, o Ministério Público Federal opina por que não seja provido o presente recurso."

Correto o parecer ministerial. A propósito, colho esta passagem da sentença condenatória:

"2. O acusado pretende, ainda, a extinção da punibilidade em razão de suposto pedido de parcelamento do débito tributário, fazendo-o com fundamento no art. 34, da Lei 9.294/95.
Contudo, instado o réu a comprovar o parcelamento e pagamento do tributo, apresentou cópia de um recibo de pagamento duvidoso, no valor de R$ 500,00. Assim, foi deferido requerimento do Ministério Público e oficiado a Fazenda Estadual para que prestasse informação acerca do alegado parcelamento. A credora respondeu: O débito relativo ao auto de infração e imposição da multa nº 2034868-0, lavrado em 15/02/2000, contra Metalcabo Indústria e Comércio Ltda., inscrição estadual 395.010.837.115 não foi quitado e não teve nenhum parcelamento de débito concedido - fls. 163."

Tal o contexto, nego seguimento ao recurso ordinário (art. 38 da Lei nº 8.038/90 e art. 34, XVIII, do Regimento).
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4009)

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 21.425 - ES (2007/0129861-4)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
RECORRENTE	: JOSÉ GERALDO RIBEIRO DE ALCÂNTARA (PRESO)
ADVOGADO	: ROBERTO TENÓRIO KATTER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário interposto por José Geraldo Ribeiro de Alcântara desafiando acórdão do Tribunal de Justiça do Espírito Santo que denegou o **writ** ali formulado e negou provimento aos embargos de declaração.
Colhe-se dos autos que o recorrente foi preso preventivamente e denunciado como incurso nos artigos 180, § 1º (4 vezes), 288 e 311 (4 vezes), c/c o 69, todos do Código Penal.
Sustenta-se que não estão presentes os requisitos que autorizam a segregação cautelar, bem como que há excesso de prazo na formação da culpa.
O Ministério Público Federal opina pelo improvimento do apelo.
O pedido, contudo, deve ser acolhido.
A prisão cautelar, assim entendida aquela que antecede a condenação transitada em julgado, só pode ser imposta se evidenciada, com explícita fundamentação, a necessidade da rigorosa providência.
Nesse sentido:
A *- "PROCESSUAL PENAL.* ***HABEAS CORPUS*** *SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. ART. 157, §2º, II, DO CÓDIGO PENAL. WRIT CONTRA LIMINAR. ACÓRDÃO PROLATADO. CONHECIMENTO. PRISÃO EM FLAGRANTE. LIBERDADE PROVISÓRIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SENTENÇA CONDENATÓRIA PROLATADA. AUSÊNCIA DE NOVOS FUNDAMENTOS.*
I - Tratando-se de ***habeas corpus*** *contra decisão que indeferiu liminar em* ***writ*** *anteriormente impetrado, e evidenciado o julgamento pelo Tribunal* ***a quo****, a impetração deve ser conhecida como substitutiva de recurso ordinário.*
II - Dado o caráter excepcional da prisão cautelar, o indeferimento da liberdade provisória deve ser necessariamente fundamentado de forma efetiva, não bastando meras referências quanto à gravidade do delito supostamente praticado. É dever do magistrado demonstrar, com dados concretos extraídos dos autos, a necessidade da custódia do paciente, ***ex vi*** *do artigo 312 do Código de Processo Penal (Precedentes do Pretório Excelso e do STJ).*
III - A superveniência da sentença condenatória não supre a ilegalidade, vez que o r. decisum não trouxe qualquer fundamentação adicional concreta que pudesse justificar, à luz do art. 312 do CPP, a manutenção, sob novo título, da custódia do paciente, que, antes do trânsito em julgado da condenação, permanece sob o cunho da cautelaridade e da excepcionalidade (Precedente).
Writ *concedido."*
(HC nº 46.933/SP, Relator o Ministro ***FELIX FISCHER****, DJU de 15/5/2006)*

B *- "Prisão (recolhimento). Réu (em liberdade). Apelação (expedição de mandado). Prisão (caráter provisório). Sentença (trânsito em julgado).*
1. Antes de a sentença penal condenatória transitar em julgado, a prisão dela decorrente tem a natureza de medida cautelar, a saber, de prisão provisória - classe de que são espécies a prisão em flagrante, a temporária, a preventiva, etc.
2. O ato que determina a expedição de mandado de prisão - oriundo de juiz ou proveniente de tribunal (do relator de apelação, por exemplo) - há de ser sempre fundamentado.
3. Presume-se que toda pessoa é inocente, isto é, não será considerada culpada até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, princípio que, de tão eterno e de tão inevitável, prescindiria de norma escrita para tê-lo inscrito no ordenamento jurídico.
4. É da jurisprudência do Superior Tribunal que o réu, já em liberdade, em liberdade permanecerá até que se esgotem os recursos de índole ordinária e extraordinária.
5. Ordem concedida a fim de se garantir liberdade ao paciente até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória."
(HC nº 40.617/MG, Relator o Ministro ***HÉLIO QUAGLIA BARBOSA****, DJU de 10/4/2006)*

No caso, a prisão foi decretada aos seguintes fundamentos:
"Inquestionavelmente, a ocorrência de fatos como o descrito na denúncia causa insegurança aos cidadãos em geral, impondo-se ao Poder Judiciário adotar uma postura enérgica, visando pôr cobro a tal estado de coisas e restabelecer a paz social, abalada que está pela prática de tal crime.
Presentes estão os pressupostos autorizativos para a decretação da prisão preventiva, pois a materialidade delitiva acha-se caracterizada, ao passo que há indícios da autoria imputada ao primeiro indiciado e demonstrada está a necessidade da prisão cautelar, como forma de garantir a ordem pública, a futura aplicação da lei penal e pela conveniência da instrução criminal.
No que pertine aos fundamentos para a decretação da pretendida prisão cautelar, três deles se apresentam a justificar o deferimento de tal medida de exceção, quais sejam, a garantia da ordem pública, afetada que foi a paz social pelo atentado contra o patrimônio, deixando inseguros os cidadãos desta comunidade, que ficam abalados pela prática de crimes desta espécie. Perigo para a futura aplicação da lei penal, situação criada pelo fato de o mesmo não possuir vínculos que o prendam ao distrito da culpa. Ademais, vale esclarecer que José Geraldo teve a sua prisão temporária decretada e até o presente momento não foi cumprida, posto que encontrava-se foragido, o que por si só justifica a decretação da prisão preventiva. A conveniência da instrução criminal também faz-se presente, posto que, solto, poderá coagir ou molestar as testemunhas influindo em seu ânimo de depor.
Isto posto, acolho o requerimento formulado pela ilustre autoridade policial e fulcrado nas disposições dos artigos 311/313 do Código de Processo Penal, decreto a prisão preventiva de José Geraldo Ribeiro de Alcântara, qualificado alhures". (fls. 22/23)

Ao prestar informações no **writ** originário, observou o magistrado de primeiro grau:
"A prisão do paciente se deu por força de decreto de prisão preventiva deste juízo (fls. 249/251), mediante requerimento do representante do Ministério Público, efetivada em 22/12/2005, data desde a qual está recolhido, após a decretação de prisão temporária a qual restou-se frustrada face à fuga do denunciado.
Ressalto que, por três vezes, foi indeferido o pedido de liberdade provisória em favor do paciente, conforme depreende-se das decisões de fls. 628/629, 663/664 e 873/874, haja vista a persistência dos motivos ensejadores da prisão cautelar, como observa-se nas decisões anexas, ademais, na mesma linha de pensamento foi julgado o ***habeas corpus*** *nº 10006007075, sendo relator o Desembargador Alemar Ferraz Moulin, Primeira Câmara Criminal, impetrado às fls. 735/745, nos termos do acórdão de fls. 999/1.002.*
Anoto que o acusado não apresentou-se tão espontaneamente como afirmou, e sim em virtude da certeza de sua prisão, uma vez que já tinha conhecimento por intermédio de seu defensor constituído da prisão cautelar contra ele decretada (já tendo sido inclusive encaminhado o mandado à Polícia Federal), tento é que, se tivesse realmente a intenção de não obstaculizar a instrução criminal teria se apresentado quando da sua prisão temporária, o que não ocorreu, tendo pelo contrário, empreendido fuga. Observo que, ainda se for considerada a espontaneidade do paciente ao apresentar-se em juízo, tal fato não é suficiente para ensejar a liberdade do mesmo, até porque os fundamentos do decreto preventivo do paciente não se fundou apenas no perigo da futura aplicação da lei penal." (fl. 97)

Como visto, a decisão que decretou a custódia provisória do recorrente não se mostra suficientemente fundamentada, baseando-se em argumentos de cunho genérico - como a insegurança causada aos cidadãos e a possibilidade de intimidação de testemunhas -, na falta de vínculo ao distrito da culpa e na fuga do recorrente, embora as aludidas informações demonstrem que ele se apresentou espontaneamente em juízo, evidenciado o constrangimento ilegal.
Vejam-se os precedentes:
A *- "CRIMINAL. HC. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. GRAVIDADE DO CRIME. CLAMOR PÚBLICO. HEDIONDEZ DO DELITO. MOTIVAÇÃO INIDÔNEA A RESPALDAR A CUSTÓDIA. POSSIBILIDADE DE FUGA SIMPLES SUPOSIÇÃO. AUSÊNCIA DE CONCRETA FUNDAMENTAÇÃO. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA NÃO DEMONSTRADA. ORDEM CONCEDIDA. EXCESSO DE PRAZO. ALEGAÇÃO PREJUDICADA.*
A prisão preventiva é medida excepcional e deve ser decretada apenas quando devidamente amparada pelos requisitos legais, em observância ao princípio constitucional da presunção de inocência ou da não culpabilidade, sob pena de antecipar a reprimenda a ser cumprida quando da condenação.
O fato de se tratar de crime hediondo não basta, por si só, para justificar a custódia cautelar, sendo necessária a devida fundamentação. Precedente.
Aspectos relacionados à existência de indícios de autoria e prova da materialidade devem permanecer alheios à avaliação dos pressupostos da prisão preventiva, não sendo suficientes para respaldá-la.
O juízo valorativo sobre a gravidade genérica do delito imputado ao paciente, bem como o abalo social decorrente da prática supostamente criminosa, não constituem fundamentação idônea a autorizar a prisão para garantia da ordem pública, se desvinculados de qualquer fator concreto.
Conclusões vagas e abstratas, como a possibilidade de fuga, sem vínculo com situação fática concreta, efetivamente existente, constitui simples suposição a respeito do que o acusado poderá vir a fazer, caso permaneça solto, motivo pelo qual não podem fundamentar a medida constritiva.
Precedentes do STF e do STJ.
Deve ser cassado o acórdão recorrido tão somente na parte em que determina a manutenção do réu em cárcere, e a decisão que decretou a prisão preventiva, determinando a imediata expedição de alvará de soltura em seu favor, se por outro motivo não estiver preso, sem prejuízo de que venha a ser decretada a custódia cautelar, com base em fundamentação concreta.
Ordem concedida, nos termos do voto do relator, julgando-se prejudicada a alegação de excesso de prazo para o julgamento do Tribunal do Júri."
(HC nº 63.065/SP, Relator o Ministro ***GILSON DIPP****, DJU de 18/12/2006)*

B *- "PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM* ***HABEAS CORPUS****. ART. 121, § 2º, I E IV, DO CP. PRISÃO PREVENTIVA. PRONÚNCIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO.*
I - A prisão preventiva deve ser considerada exceção, já que, por meio desta medida, priva-se o réu de seu ***jus libertatis*** *antes do pronunciamento condenatório definitivo, consubstanciado na sentença transitada em julgado. É por isso que tal medida constritiva só pode ser decretada se expressamente for justificada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal,* ***ex vi*** *do artigo 312 do Código de Processo Penal.*
II - ***In casu****, os fundamentos apresentados na decisão que decretou a prisão preventiva do recorrente, aos quais se reportou a decisão de pronúncia, revelam que não houve uma situação concreta a justificar a segregação cautelar. A natureza hedionda do delito e o fato do recorrente residir fora do distrito da culpa não são motivos idôneos para a manutenção da cautelar.*
Recurso provido."
(RHC nº 20.245/MG, Relator o Ministro ***FELIX FISCHER****, DJU de 19/3/2007)*

C *- "****HABEAS CORPUS****. DIREITO PROCESSUAL PENAL. INDICIAMENTO. CAPITULAÇÃO ERRÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. PRISÃO TEMPORÁRIA. APRESENTAÇÃO ESPONTÂNEA. ORDEM CONCEDIDA.*
1. Inexiste prejuízo ao paciente, por constar certidão com capitulação errônea dos fatos, advinda da classificação feita na fase inquisitorial (fl. 24). Ademais, a jurisprudência dos Tribunais Superiores assentou já o entendimento no sentido de que, enquanto peça meramente informativa, eventuais nulidades que estejam a gravar o inquérito policial em nada repercutem no processo do réu.
2. A toda evidência, a fundamentação das decisões do Poder Judiciário, tal como resulta da letra do inciso IX do artigo 93 da Constituição da República, é condição absoluta de sua validade e, portanto, pressuposto da sua eficácia, substanciando-se na definição suficiente dos fatos e do direito que a sustentam, de modo a certificar a realização da hipótese de incidência da norma e os efeitos dela resultantes.
3. Tal fundamentação, para mais, deve ser deduzida em relação necessária com as questões de direito e de fato postas na pretensão e na sua resistência, dentro dos limites do pedido, não se confundindo, de modo algum, com a simples reprodução de expressões ou termos legais, postos em relação não raramente com fatos e juízos abstratos, inidôneos à incidência da norma invocada.
4. Em tendo havido apresentação espontânea do indiciado, faz-se ininvocável, para fins de decretação de prisão preventiva, a fuga anterior.
5. Ordem concedida."
(HC nº 50.692/RJ, Relator o Ministro ***HAMILTON CARVALHIDO****, DJU de 4/9/2006)*

Ante o exposto, dou provimento ao recurso para revogar a prisão preventiva imposta ao recorrente na ação penal de que aqui se cuida, mediante assinatura de termo de comparecimento a todos os atos do processo, pena de revogação.
Dê-se ciência ao Tribunal de origem e ao Juiz de primeiro grau.
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.
MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4010)

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 21.931 - PR (2007/0197054-3)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
RECORRENTE	: FERNANDO CÉSAR CICONHA (PRESO)
ADVOGADO	: PAULO CELSO COSTA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário interposto por Fernando César Ciconha desafiando acórdão do Tribunal de Justiça do Paraná, no qual se busca seja o recorrente posto em liberdade.
O pedido, contudo, está prejudicado.
Isto porque, conforme demonstram as informações juntadas pelo Ministério Público Federal, fls. 208/210, o Juiz de primeiro grau, em 3 de maio do corrente ano, concedeu a liberdade provisória ao recorrente, com a expedição de alvará de soltura em seu favor, nada mais havendo, portanto, a ser aqui examinado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente recurso.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4011)

HABEAS CORPUS Nº 50.973 - RN (2005/0204721-1)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: SERGIO GERALDO MOREIRA RODRIGUES JUNIOR
IMPETRADO	: CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PACIENTE	: FERNANDO ANTÔNIO DA CÂMARA FREIRE

DESPACHO

O defensor do paciente formulou, via fax, requerimento para que o presente **habeas corpus** não seja julgado nesta data, haja vista a impossibilidade de comparecer à sessão de julgamento e sustentar oralmente.
Defiro o pedido de adiamento, ficando o julgamento marcado para o dia 2 de outubro próximo.
Protocolizada a petição, junte-se aos autos.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4012)

HABEAS CORPUS Nº 53.510 - RR (2006/0020243-2)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: EDVAR FRANCISCO DE OLIVEIRA MONTEIRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
PACIENTE	: EDVAR FRANCISCO DE OLIVEIRA MONTEIRO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, substitutivo de recurso ordinário, impetrado pelo próprio paciente, EDVAR FRANCISCO DE OLIVEIRA MONTEIRO, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima que, ao julgar o *habeas corpus* nº 0010 05 04881-7, manteve a prisão preventiva decretada contra o paciente, denunciado pela prática, em 25.12.1999, do crime previsto no 213, *caput*, do Código Penal (processo-crime nº 23.165-9/02).
Relata o paciente-impetrante que, custodiado desde 22.03.2005, está sofrendo constrangimento ilegal por ocorrência de excesso de prazo para a formação da culpa, e por ser desnecessária a segregação, já que sua liberdade não prejudicaria o processo e não perturbaria a ordem pública.
Aduz que, após a lavratura do boletim de ocorrência, continuou residindo em Boa Vista/RR por mais 1 (um) ano, sendo que neste interregno não citado para defender-se nos autos da ação penal .
Relata, ainda, que, no mesmo ínterim, foi intimado para prestar depoimento em outro processo em tramite na comarca de Caracaraí/RR, fato que demonstraria a inocorrência do ânimo de furtar-se à aplicação da lei penal.
Em 2001, mudou-se para Franca/SP, onde estabeleceu residência fixa, sendo localizado pela autoridade policial, a quem teria se apresentado espontaneamente quando da prisão.
Afirma que exerce profissão definida, constitui família com três dependentes, e, antes da prisão, possuía trabalho lícito, e que o excesso de prazo, não provocado pela defesa, não possui qualquer justificativa razoável.
Pugna, assim, pela concessão da ordem para que aguarde o julgamento em liberdade.
Ante a ausência de pedido liminar, o Ministro Hélio Quaglia Barbosa, que me antecedeu na relatoria do presente writ, solicitou informações à autoridade apontada como coatora (fl. 26).
As informações foram prestadas às fls. 29/49.
O Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem em parecer assim ementado (fls. 51/57):

"*HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. EXCESSO DE PRAZO. PROCESSO EM FASE DE INSTRUÇÃO.
Presentes os requisitos autorizadores da decretação da prisão preventiva, a teor do que estabelece o art. 312, do Código de Processo Penal, decisão devidamente fundamentada deve ser prestigiada.
Incorreto é falar-se em constrangimento ilegal por excesso de prazo, se a instrução está sendo realizada e houve corroboração do paciente para o atraso do feito, uma vez que somente três anos após a decretação da prisão foi esta efetivada.
Os crimes hediondos são insuscetíveis de liberdade provisória, conforme inteligência do artigo 2º, II, da Lei nº 8.072/90.
As condições pessoais favoráveis não têm o condão de, por si só, garantir ao paciente o benefício da liberdade provisória se há nos autos fundamentos suficientes a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar. Precedentes.
Parecer pela denegação da ordem."

Às fls. 63/64, por intermédio de advogado, reiterou-se a suposta inocorrência de qualquer das hipóteses para decretação da prisão preventiva, e que o paciente possuía residência fixa, cursando Direito, e "não oferecia nenhum risco para a ordem pública e social", e que o paciente não teria fugido do distrito da culpa, pois "nunca recebeu nenhum comunicado da Justiça, prevenindo-o de que estaria proibido de se afastar do Estado, e mais, o mesmo se encontrava trabalhando com Carteira de Trabalho assinada".
Anotou-se, ainda, que a mulher e os filhos do paciente estariam passando por dificuldades alimentares.
É o relatório.
Em suma, insurge-se contra prisão preventiva decretada contra o paciente, denunciado pela prática do crime previsto no artigo 213 do Código Penal.
Oferecida a denúncia em 01.03.2002, a prisão preventiva foi decretada, em 07.03.2002, pelas seguintes razões (fls. 36/37):

"Analisando as premissas subjetivas, deve ser imposta a custódia cautelar do acusado a fim de resguardar a ordem pública, pois pesa contra o acusado o fato dele estar respondendo a outro processo por estupro e atentado violento ao pudor (cf. FAC fl. 58), o que denota personalidade voltada à prática delituosa, em especial para crimes de natureza sexual, cabendo a este juízo resguardar o meio social, segregando o acusado provisoriamente, para que em liberdade não encontre os mesmos estímulos que o levaram à prática de tais delitos. [...]
Ressalte-se que o cometimento do delito revestiu-se de grande violência que deixou a vítima com lesões no antebraço direito, joelho esquerdo e na região labial inferior direita, conforme descrito no laudo à fl. 20v."

Em 15.04.2005, foi indeferido pedido de revogação da prisão preventiva, *verbis* (fl. 38):

"Concordo com o órgão ministerial, não sendo o caso de se revogar a prisão preventiva contra o acusado Edvar Francisco de Oliveira Monteiro, visto que sua situação processual continua não só a mesma, como se agravou com sua saída deste Estado mesmo sabendo que respondia a este processo por estupro, como mais um outro pelo mesmo crime na Comarca de Caracaraí.
O acusado Edvar Francisco de Oliveira Monteiro está respondendo neste processo pelo crime de estupro, praticado com violência real, delito elencado como hediondo na Lei N.º 8.072/90.
Como bem disse o órgão ministerial, o fato do acusado está atualmente cursando faculdade e ter constituído família, não apaga a sua conduta delituosa, sendo que sua prisão preventiva foi decretada para garantia da ordem pública, visto que já respondia a um outro processo por estupro."

Em 01.09.2005, o Juiz não reconheceu o alegado excesso de prazo por entender que a delonga decorreu da necessidade de expedição da carta precatória, e que o excesso "foi provado pelo próprio réu ao se mudar do distrito da culpa, procurando se furtar de sua responsabilidade pelo grave crime cometido" (fls. 155/156).
Consultando o *site* do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, percebe-se que a defesa impetrou dois *habeas corpus*, autuados sob os nºs 0010 05 004881-7 e 0010 05 00 5677-6, aduzindo, em ambos os casos, falta de fundamentação e excesso de prazo. As ordens foram denegadas em 25.10.2005 e 08.08.2006, respectivamente.
Contra o primeiro *writ* (HC nº 0010 05 004881-7), manejou-se a presente impetração, autuada em 31.01.2006. Contra o segundo (HC nº 0010 05 00 5677-6), o paciente impetrou, também a próprio punho, e com idêntico objeto (falta de fundamentação e excesso prazal), o *habeas corpus* nº 60989/RR, autuado em 22.06.2006, cuja relatoria foi atribuída ao Ministro Paulo Medina.
Em 30.11.2006, a Sexta Turma deste Tribunal julgou o *habeas corpus* nº 60989/RR, cuja ementa abaixo se transcreve:

"PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS*. PRISÃO CAUTELAR. EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. FUGA DO PACIENTE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE.
1. O lapso temporal para conclusão do processo criminal submete-se ao princípio da razoabilidade, não constituindo uma simples soma dos prazos processuais.
2. A demora no andamento processual mostra-se plenamente justificável quando existente a necessidade de expedição de carta precatória.
3. O artigo 312 do Código de Processo Penal preceitua que a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
4. A fuga do Paciente do distrito da culpa demonstra a sua vontade de se furtar da aplicação da lei penal e obstruir o regular andamento da instrução criminal.
ORDEM DENEGADA."

É de se perceber, destarte, que este Superior Tribunal já apreciou, nos autos do *habeas corpus* nº 60989/RR, a legalidade da custódia mantida contra o paciente-impetrante, decidindo pela existência de fundamentos para a preventiva e pela inocorrência do excesso prazal.
Devidamente efetivada a prestação jurisdicional por este Superior Tribunal de Justiça, notadamente com a análise da legalidade da custódia mantida contra o paciente nos autos da ação penal nº 23.165-9/02, a presente impetração encontra-se prejudicada, por perda de objeto.
Ante o exposto, **julgo prejudicado** o *writ*, pela perda do objeto, com fundamento no artigo 34, XI, do RISTJ.
Cientifique-se o Ministério Público Federal.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4013)

HABEAS CORPUS Nº 53.966 - SP (2006/0025482-7)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: CELSO MARTINS GODOY
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: ANTONIO VALMIR FERREIRA DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de novo pedido de reconsideração da decisão que indeferiu o pedido liminar formulado neste *writ* , nos seguintes termos (fl. 150):

Visto.
1. Cuida-se de *habeas corpus*, substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de ANTONIO VALMIR FERREIRA DA SILVA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
Narra a impetração que o paciente, preso em flagrante em 8 de agosto de 2005, foi denunciado pela prática das condutas descritas nos artigos 180. §1º, do Código Penal e 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei 10.826/03, na forma do artigo 69 do Código Penal.
Alega que, não obstante diversos pedidos de liberdade provisória formulados à autoridade judiciária de primeiro grau, manteve-se a restrição imposta, o que ensejou a impetração da ordem na instância anterior. Pretende ver reconhecido o excesso de prazo na instrução criminal, que já se prolonga por mais de 152 dias, assim como a ausência de fundamentação idônea a subsidiar a restrição imposta.
Pugna, liminarmente, pela expedição do competente alvará de soltura em favor do paciente.
É o breve relatório. Decido.
2. A pretensão deduzida *initio litis*, de caráter satisfativo, confunde-se com o próprio mérito do *writ*, cuja apreciação e julgamento ocorrerão, oportunamente, perante o competente Órgão Colegiado desta Corte de Justiça. Ademais, tenho me manifestado, reiteradamente, no sentido de que eventual dilação da instrução processual não se afere por mera questão aritmética, mas se submete a questões outras, cuja apreciação se mostra inexeqüível na presente via cognitiva.
3. Dessarte, **INDEFIRO** o pleito liminar. Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora; após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para seu parecer.
Publique-se. Intime-se.

Alega o peticionário, às fls. 230/232, que o paciente está preso há mais de 515 (quinhentos e quinze) dias, o que afronta o princípio da razoabilidade, inserto no art. 5º, LXXVII, da Constituição Federal.
Reitera o pedido liminar, requerendo a imediata soltura do paciente.
A Corte de origem prestou informações às fls. 180/220.
Em parecer juntado às fls. 222/226, o Ministério Público Federal manifestou-se pela concessão da ordem.
É o relatório.
Em consulta processual realizada no *site* do Tribunal de origem nesta data, constata-se que em 29/12/2006 foi prolatada sentença condenatória, tendo sido assegurado ao paciente o direito de apelar em liberdade.
Destarte, uma vez proferida sentença e estando em liberdade o paciente, esvaiu-se o objeto do pedido formulado neste *writ*, razão pela qual **julgo-o prejudicado**, com fundamento no artigo 34, XI, do RISTJ.
Cientifique-se o Ministério Público Federal.
Publique-se.
Sem recurso, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4014)

HABEAS CORPUS Nº 56.574 - SP (2006/0062681-5)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: CARLA PITTELLI PASCHOAL - PROCURADORIA DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: SÍLVIO CÉSAR BORGES RODRIGUES (PRESO)
PACIENTE	: JOSÉ APARECIDO LEMES (PRESO)

DESPACHO

Tendo em vista que já houve a efetiva prestação jurisdicional na decisão de fl. 25, que concedeu parcialmente a ordem para afastar o óbice à progressão de regime dos pacientes, remetam-se os autos ao arquivo.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4015)

HABEAS CORPUS Nº 56.710 - MS (2006/0065395-0)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: ROSANGELA LUCIMAR CARNEIRO
IMPETRADO	: DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR DO HABEAS CORPUS NR 200603000176266 DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO
PACIENTE	: JULIANA CRISTINA ZIOLA (PRESA)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado contra ato da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região que, por ocasião do julgamento do recurso de apelação interposto por JULIANA CRISTINA ZIOLA, preservou-lhe o regime fechado para o integral cumprimento da pena de 4 anos de reclusão, imposta pela prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes.
Pretende-se, em síntese, o afastamento do óbice à progressão de regime prisional, face a inconstitucionalidade do art. 2º, § 1º da Lei n.º 8.072/90, e, no mérito, a confirmação do pleito liminar.
A liminar foi indeferida, conforme decisão de fl. 90.
As informações solicitadas à autoridade apontada como coatora foram juntadas às fls. 94/106.
Em parecer juntado às fls. 108/109, o Ministério Público Federal manifestou-se pela concessão da ordem.
É o relatório.
Em contato telefônico mantido com a Vara de Execuções Criminais de Ponta Porã/MS, foi informado que aquele juízo concedeu ao paciente o livramento condicional, restando, assim, esvaído o objeto do presente *mandamus*.
Ante o exposto, **julgo prejudicado** o *writ*, pela perda do objeto, com fundamento no artigo 34, XI, do RISTJ.
Cientifique-se o Ministério Público Federal.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4016)

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 57.001 - SP (2006/0070456-7)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: JOÃO PEDRO FERREIRA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental no *habeas corpus* nº 57.001/SP, interposto pelo Ministério Público Federal contra decisão de fls. 78/79, que indeferiu liminarmente o presente *writ.*
Narra a impetração que o paciente foi condenado, nos autos do processo nº 881/03, à pena de quinze anos de reclusão, embora se depreenda dos autos que a condenação imposta foi de treze anos e seis meses de reclusão, em regime integralmente fechado, por infração às sanções previstas nos artigos 12 e 14 da Lei nº 6.368/76, tendo sido negado o direito de recorrer em liberdade (fls. 15/59).
Irresignada, a Defesa interpôs o recurso de apelação nº 914.165.3/2, ainda pendente de julgamento quando da impetração do presente *habeas corpus.*
Sustentando a inconstitucionalidade do óbice previsto no artigo 2º, § 1º da Lei nº 8.072/90, impetrou-se o presente *writ*, no qual se pugnou pela concessão da ordem para a modificação do regime de cumprimento de pena para o inicialmente fechado.
O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 71/72, opinou pela concessão da ordem somente para afastar o óbice legal da progressão de regime prisional.
Em decisão por mim proferida às fls. 78/79, indeferi liminarmente o *habeas corpus* em epígrafe, porquanto o pedido não encontra arrimo em nenhuma das hipóteses de competência originária desta Corte Superior.
Daí o presente recurso de agravo regimental (fls. 82/85), no qual se alega que, como o pedido da impetração trata-se de questão já resolvida no âmbito do Supremo Tribunal Federal, o conhecimento da impetração "poderia assegurar tão-somente o direito à condenação em regime inicial fechado, mesmo que, eventualmente, por força de Apelação Criminal interposta, possa ser modificado o regime fechado".
Requer, assim, a apreciação da matéria pelo Órgão Colegiado competente.
É o relatório.
Em consulta processual realizada pelo *site* do Tribunal de Justiça do Tribunal de São Paulo, verifica-se que, em 17.07.2007, foi julgada a referida apelação criminal nº 914.165.3/2, à qual foi dado parcial provimento para "mitigar as reprimendas - a serem descontadas em regime inicial fechado", tendo a pena imposta ao paciente sido reduzida para dez anos de reclusão.
Verificando-se, pois, que já foi afastado o óbice para a progressão de regime prisional, resta esvaído o objeto do presente recurso, razão pela qual **julgo prejudicado** o agravo regimental, pela perda do objeto, com fundamento no artigo 34, XI, do RISTJ.
Publique-se.
Cientifique-se o Ministério Público Federal.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - Relatora

(4017)

HABEAS CORPUS Nº 57.002 - SP (2006/0070457-9)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: JORQUE APARECIDO TORRES DA SILVA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: JOÃO PEDRO FERREIRA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, sem pedido liminar, impetrado em favor de JOÃO PEDRO FERREIRA, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
Narra a impetração que o paciente foi condenado pela prática das condutas previstas nos artigos 12 e 14 da Lei 6.368/76. Impetrou-se, então, recurso de apelação no Tribunal Estadual, ainda pendente de julgamento quando do presente *writ.*
Alega-se, em suma, constrangimento ilegal por excessiva delonga para o julgamento da apelação, sem que houvesse, em tese, qualquer motivo justificador para a alegada demora.
Requer-se que, reconhecendo "o prazo desarrazoado no julgamento dos feitos" (fl. 05), seja expedido alvará de soltura em favor do paciente.
A autoridade tida por coatora prestou informações às fls. 11/60.
O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 62/65, opinou pelo não conhecimento do *writ*, ao fundamento de que "não cabe Habeas Corpus por demora na tramitação de Apelação Criminal."
É o relatório.
Inicialmente, cumpre destacar que, não obstante tenha o impetrante aduzido na impetração que o paciente teria sido condenado, nos autos do processo-crime 02387/03, oriundo da Comarca de Limeira/SP, à pena de sete anos de reclusão, verifica-se, das informações prestadas pela autoridade tida por coatora, que a condenação se deu nos autos do processo nº 881/03, em trâmite perante a 3ª Vara Criminal da Comarca de Sumaré/SP, em que foi imposta ao paciente a reprimenda de treze anos e seis meses de reclusão, em regime integralmente fechado (fls. 13/57).
A fim de dirimir qualquer dúvida a respeito de qual processo a presente impetração faz referência, foi mantido contato telefônico com a Vara Criminal da Comarca de Limeira/SP, ocasião em que foi informado que o réu do processo-crime 02387/03, citado na inicial deste *writ*, é pessoa diversa da do paciente, o que leva à conclusão de ter havido um equívoco no narrado pelo impetrante.
Assim, considerando-se que o presente *writ* se insurge contra a demora no julgamento da apelação nº 914.165.3/2-00, interposta contra a sentença condenatória prolatada nos autos do processo nº 881/03, ainda assim resta esvaído o objeto do presente *mandamus*, porquanto já houve o julgamento do apelo em 17.07.2007, cujo acórdão foi publicado em 06.08.2007.
Na ocasião do julgamento, a 5ª Câmara Criminal do Tribunal Estadual deu parcial provimento ao apelo para mitigar a reprimenda imposta ao paciente para dez anos de reclusão, em regime inicial fechado.
Verificando-se, portanto, que já foi julgada a mencionada apelação criminal, resta superada a alegação de constrangimento ilegal por excessiva delonga para o julgamento de tal recurso.
Ante o exposto, **julgo prejudicado** o *writ*, pela perda do objeto, com fundamento no artigo 34, XI, do RISTJ.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4018)

HABEAS CORPUS Nº 58.661 - SP (2006/0097386-5)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: JAIME APARECIDO BIONDO
IMPETRADO	: JUIZ DE DIREITO DA VARA DAS EXECUÇÕES CRIMINAIS DE LIMEIRA - SP
PACIENTE	: JAIME APARECIDO BIONDO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, sem pedido de liminar, impetrado por JAIME APARECIDO BIONDO em seu próprio favor, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 14 (quatorze) anos de reclusão, em regime integralmente fechado, pela prática da conduta delituosa prevista no artigo 121, § 2º, II e IV, c/c o artigo 29, ambos do Código Penal (fls. 9/10).
Inconformada, a defesa interpôs apelação perante a autoridade tida como coatora, que deu parcial provimento ao apelo para reduzir a pena aplicada para 12 (doze) anos de reclusão, mantida, no mais, a sentença (fl. 11).
Posteriormente, o paciente requereu a progressão de regime ao Juízo de Direito da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Limeira-SP, que indeferiu o pedido por entender vigente o artigo 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/90 (fl. 16).
Neste presente *writ*, o impetrante-paciente alega a inconstitucionalidade do artigo 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/90.
Requer a concessão da ordem para que se afaste o óbice à progressão de regime prisional, determinando-se o regime inicialmente fechado para cumprimento da pena.
Solicitadas informações à fl. 20, estas vieram às fls. 22/23.
O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 25/26, opinou pela concessão da ordem.
É o relatório.
Em contato telefônico mantido com a Vara de Execuções Criminais da Comarca de Limeira-SP, foi informado que, em 08/05/2007, o paciente obteve a progressão para o regime semi-aberto.
Constatando, pois, que já foi afastado o óbice à progressão de regime prisional, resta esvaído o objeto do presente *mandamus*, razão pela qual **julgo prejudicado** o *writ*, pela perda do objeto, com fundamento no artigo 34, XI, do RISTJ.
Cientifique-se o Ministério Público Federal.
Publique-se.
Intime-se.
Sem recurso, arquivem-se os autos.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4019)

HABEAS CORPUS nº 58671 - SP (2006/0097600-1)

RELATORA	**: MIN. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: BENTO TERTULIANO DE OLIVEIRA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: BENTO TERTULIANO DE OLIVEIRA (PRESO)
PROCURADORA	: PATRÍCIA HELENA MASSA ARZABE - DEFENSORA PÚBLICA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de BENTO TERTULIANO DE OLIVEIRA, tendo em vista acórdão proferido pela Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que denegou, em votação unânime, *writ* ajuizado em favor do Recorrente (HC 902.363-3/3).
Segundo se infere da impetração, o Paciente foi denunciado nas penas do art. 316 c/c o art. 71, ambos do CP, e teve a prisão preventiva decretada por ordem do MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Jacareí, SP.
Indeferido pedido de liberdade provisória, impetrou-se *habeas corpus* perante o Tribunal *a quo*, buscando a revogação da custódia cautelar, verberando ser ela destituída de qualquer pressuposto legal. Denegado o remédio heróico, vem, agora, por meio de novo writ, reproduzir a mesma sede de irresignação originária.
Em síntese, o Impetrante sustenta a desnecessidade da medida extrema e aponta para o fato de que é primário, de bons antecedentes, com domicílio certo e trabalho lícito, o que permitiria a concessão da liberdade provisória.
Sob a alegação de constrangimento ilegal, requer liminarmente e no mérito a revogação do decreto de prisão, expedindo-se o competente alvará de soltura para que se possa garantir a liberdade provisória durante o curso de todo o processo.
A liminar restou indeferida pela decisão de fl. 17.
Encaminhados os autos ao *Parquet* Federal, este opinou pela denegação da ordem.
Anote-se, também, que há neste Tribunal, em favor do Paciente, o RHC 21467/SP, com igual pretensão de soltura e decidido em separado.
Decido.
O *writ* há de merecer a mesma sorte do RHC 21467/SP. Com efeito, segundo informação prestada pela vara de origem via fac-símile e afixada na contracapa do recurso ordinário, o réu já se encontra em cumprindo da pena definitiva, que, no caso, corresponde a 10 (dez) anos de reclusão, em regime fechado, pela prática da conduta delituosa prevista no artigo 316 do Código Penal.
Sendo assim, resta sem objeto a pretensão heróica, razão por que **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.
Publique-se.
Intime-se a Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo em face do patrocínio de fls. 52/56.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4020)

HABEAS CORPUS Nº 63.100 - PE (2006/0157831-2)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: JOSÉ VICENTE PEREIRA CARDOSO DA SILVA
IMPETRADO	: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE	: JOSÉ EDSON TENÓRIO SILVA (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de **habeas corpus** impetrado em favor de José Edson Tenório Silva, apontada como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Pernambuco, no qual se busca a revogação da prisão preventiva imposta ao paciente.

Indeferida a liminar, fl. 42, e prestadas as informações, o Ministério Público Federal opina pela denegação da ordem.
O pedido, contudo, está prejudicado.
Isto porque o impetrante noticia, por meio da Petição nº 167108/2007, que a custódia do paciente foi revogada, nada mais havendo, portanto, a ser aqui examinado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente **habeas corpus**.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4021)

RECURSO ESPECIAL Nº 67.359 - SP (1995/0027498-1)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: R A S EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A
ADVOGADO	: ALBERTO GUIMARÃES AGUIRRE ZURCHER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: L & C PUBLICACOES LTDA
ADVOGADO	: ANTÔNIO LUIZ MEIRELLES TEIXEIRA E OUTRO

DESPACHO

Recurso especial interposto por R.A.S. Empreendimentos e Participações S/A, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Terceira Câmara do Segundo Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo que, ao julgar o agravo de instrumento, preservou a decisão recorrida, ao entendimento de que entre as ações de revisão de cláusula contratual e despejo está caracterizada a conexão por prejudicialidade, uma vez que a ação de despejo somente poderá ser julgada após a decisão sobre o valor do aluguel a ser proferida na ação ordinária de revisão de aluguel.
Em vista do exposto, oficie-se ao tribunal de origem, solicitando informações sobre o andamento dos autos principais.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4022)

HABEAS CORPUS Nº 67.534 - RJ (2006/0216530-9)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
IMPETRANTE	: RODRIGO CÂMARA FERRAZ E OUTRO
IMPETRADO	: SEXTA CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE	: MÁRCIO ALVES DA SILVA

DECISÃO

Foi o paciente denunciado - juntamente com outras duas pessoas - no ano de 2002, por latrocínio. Devidamente processado, viu-se condenado à pena de 16 (dezesseis) anos de reclusão, a ser integralmente cumprida em regime fechado, e ao pagamento de 40 (quarenta) dias-multa. A condenação foi mantida pelo Tribunal de Justiça.
Requerem os impetrantes, em síntese, o seguinte: (I) estabelecimento da pena-base no seu mínimo legal; (II) redução da pena pela tentativa, no máximo legal (2/3); e (III) possibilidade de progressão de regime.
Ouvido, manifestou-se o Ministério Público Federal (Subprocuradora-Geral Deborah Macedo) pela concessão parcial da ordem. Eis os fundamentos do parecer:

"A respeito do paciente, a sentença esclarece que ele foi um daqueles que, após sair do prédio, se colocou em posição estratégica para dar proteção aos demais que se encontravam em seu interior. Ele, juntamente com os demais que estavam nessa posição, foi quem atirou contra os policiais, tiros estes que atingiram o vigilante e a adolescente.
.....
Fácil perceber que o acréscimo da pena-base não resultou da mera reprodução dos elementos próprios do tipo, mas sim das circunstâncias concretas em que o crime se desenvolveu, as quais estão muito além daquilo que se observa, de ordinário, em delitos de tal porte.
O STF já decidiu que o juiz, ao fixar a duração da pena, não está obrigado a analisar exaustivamente cada uma delas, bastando fixar-se nas reputadas decisivas para a dosagem.
Assim, não se interdita ao julgador emprestar maior peso àquela circunstância que lhe pareça essencial à justa reprovação do delito. No caso, o fez com relação às graves circunstâncias do crime, que, de fato, autorizam resposta penal mais severa.
Também nos parece que o *iter criminis* foi extenso. Os réus chegaram ao interior da agência bancária, fizeram reféns e vítimas. A ausência de posse do numerário é irrelevante para fins do acréscimo, pois o dado é que revela a tentativa, e não o delito em sua forma consumada.
No entanto, assiste razão aos impetrantes no que diz respeito ao regime integralmente fechado.
A questão, na atualidade, encontra-se definida, uma vez que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC nº 82.959-7, concluiu pela inconstitucionalidade do art. 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/90.
Assim sendo, opinamos pela concessão parcial da ordem, tão-só para admitir a progressão do regime de cumprimento da pena, se e quando se fizerem presentes as condições para tanto."

Estou de acordo com a parecerista. Entre o mínimo de 20 (vinte) anos e o máximo de 30 (trinta), foi a pena-base fixada em 24 (vinte e quatro) anos de reclusão. Nesse particular, a respeito das circunstâncias judiciais, disse o Juiz, na sentença, o seguinte:

"O réu Márcio Alves da Silva é primário, estando *in albis* a sua folha penal. No caso presente, elevado foi o grau de contrariedade ao dever, sabedor ao extremo da ilicitude de sua conduta. O índice de desvalor dessa conduta, inegavelmente, foi acentuada reprovabilidade. De acrescer-se, ainda, o fato de o réu ter criado situação de elevado risco para outras pessoas que estavam no local. Foi uma verdadeira situação de pânico. Por mais um pouco. as conseqüências do crime poderiam ser fatais não somente às vítimas, dentre elas os policiais, assim como transeuntes. Revelou o réu um péssimo caráter, arquitetando o fato delituoso, com requintes de detalhes e organização."

Assim, a propósito da aplicação da pena-base, entendo que, na hipótese dos autos, haveria mesmo de ser aquela fixada no primeiro grau e mantida pelo acórdão. Aqui, as coisas, a meu juízo, não ficaram no plano das suposições. De concreto mesmo, há várias e várias palavras da sentença ou do acórdão. Daí a conclusão que se impõe é a de que deve ser mantida a pena-base então fixada.
Quanto à diminuição da pena pela tentativa, recordemos o que opinou a Subprocuradora-Geral: "Também nos parece que o *iter criminis* foi extenso. Os réus chegaram ao interior da agência bancária, fizeram reféns e vítimas. A ausência de posse do numerário é irrelevante para fins do acréscimo, pois o dado é que revela a tentativa, e não o delito em sua forma consumada." Mais não é preciso dizer. Proponho-me, então, a manter o cálculo da pena.
Acontece, porém, que deve ser modificado o regime de cumprimento imposto pela sentença e, em seguida, pelo acórdão. Não é de hoje que a 6ª Turma reconhece a possibilidade da adoção de forma progressiva em se tratando dos denominados crimes hediondos. Trata-se de tema bem discutido entre nós e com solução já assentada.
Posto isso, acolhendo o parecer ministerial, concedo a ordem, tão-somente para assegurar ao paciente, desde que preenchidos os requisitos legais, a transferência para regime menos rigoroso.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4023)

HABEAS CORPUS Nº 68.100 - SP (2006/0223234-6)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: LEVI LIBERMAN
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: JANAÍNA ALVES DE OLIVEIRA SILVA (PRESA)

DECISÃO

Trata-se de ***habeas corpus***, com pedido liminar, impetrado contra ato da 13ª Câmara do 7º Grupo da Seção Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, por ocasião do julgamento de prévio *writ*, manteve a prisão preventiva da paciente, por entender, em síntese, que "a gravidade concreta do crime considerado revela a necessidade da custódia cautelar para garantir a ordem pública de outros atentados ao patrimônio, com o emprego de violência ou grave ameaça" (fl. 37).
Consta dos autos que a paciente e outros três co-réus foram presos em flagrante delito, em 31/05/2005, e estão sendo processados como incursos no art. 157, § 2º, II, do Código Penal.
O pleito prefacial, que visava a obtenção da liberdade provisória, foi deferido às fls. 46/48, por decisão da lavra do Min. NILSON NAVES, ante a ausência de fundamentação do decreto que manteve a custódia cautelar da paciente.
O Ministério Público Federal emitiu parecer, às fls. 53/59, pela denegação da ordem.
Há, também, **pedido de extensão** formulado em favor de FABIANA NOGUEIRA DE MELO, co-ré na ação penal a que responde a paciente deste *habeas corpus*, que alega estar em situação processual idêntica à da paciente, pleiteando, portanto, a extensão da ordem em seu benefício (fl. 65).
É o relatório.
Em consulta processual realizada no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verifica-se que, em 31.01.2007, foi prolatada sentença condenatória, com o seguinte dispositivo:

"Ante o exposto e do que mais se depreende dos autos, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente ação penal para fins de condenar WILLIAN TURQUETT, JANAÍNA ALVES DE OLIVEIRA SILVA, PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA FERNANDES E FABIANA NOGUEIRA DE MELO ao cumprimento de dois anos de reclusão, em regime inicial aberto, mais pagamento de dez dias-multa cada qual no mínimo legal, substituindo-s e apena privativa de liberdade por duas restritivas de direito, quais sejam, a prestação de serviços à comunidade e a entidades públicas e a limitação de fim de semana, por igual lapso temporal, a cargo do Juízo da Execução, uma vez que incursos no art. 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal. Os réus Pedro, Willian e Fabiana respondem o presente processo no cárcere e assim não devem permanecer, já que ausentes os requisitos de cautelaridade para sua prisão processual, dada a substituição levada a efeito. Expeçam-se os alvarás de soltura. Nos termos do artigo 4º, parágrafo 9º, alínea a, da Lei Estadual 11.608/03, condeno cada réu a pagar o equivalente a cem UFESPs. Oportunamente lancem-se seus nomes no rol dos culpados. Extraiam-se cópias dos autos e encaminhem-nas para o Ministério Público para a apuração de eventual delito de falso testemunho praticado por Sérgio Serrilha Padrilha. P.R.I.C."

Desta feita, estando a liberdade de ambas, requerente e paciente, assegurada por comando sentencial, não há mais que se falar em liberdade provisória.
Dessa forma, julgo **prejudicados o *writ* e o pedido de extensão**, pela perda do objeto, com fundamento no artigo 34, XI, do RISTJ.
Cientifique-se o Ministério Público Federal.
Publique-se.
Sem recurso, remetam-se os autos ao arquivo.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4024)

HABEAS CORPUS Nº 69.755 - SE (2006/0244950-8)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: JAQUELINE MECENA
IMPETRADO	: CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
PACIENTE	: HÉLIO MECENAS

DESPACHO

Trata-se de *habeas corpus*, sem pedido de liminar, impetrado em favor de HÉLIO MECENAS, apontando como autoridade coatora a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.
A il. Subprocuradora-Geral da República, em sua manifestação às fls. 350/351, salienta que as informações prestadas pela autoridade tida como coatora às fls. 81/348 dizem respeito a outro acusado, qual seja, ADEMILSON CHAGAS JÚNIOR, sem qualquer relação com o ora paciente.
Sendo assim, requer a conversão do julgamento em diligência para que seja reiterado o pedido de informações à autoridade tida como coatora, solicitando-se o encaminhamento de peças essenciais à verificação da ocorrência da prescrição, e para que se desentranhe o material estranho ao presente *writ*.
Constata-se, de fato, que as informações prestadas às fls. 81/348 não têm relação com a impetração em questão. Dessa forma, desentranhem-se as fls. 81/348 dos autos.
Ademais, tendo em vista que as informações pertinentes ao paciente já foram juntadas em 21/09/2007 (fls. 353/410), encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer conclusivo.
Publique-se.
Cumpra-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4025)

HABEAS CORPUS Nº 71.595 - SP (2006/0266449-0)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
IMPETRANTE	: RUBENS PINHEIRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: MARCELO CARVALHO DUALIBI (PRESO)

DECISÃO

Em 3.7.07, vieram-me os autos conclusos por redistribuição.
Foi em favor de Marcelo Carvalho Dualibi - condenado por estelionato e receptação, à pena de 3 (três) anos e 4 (quatro) meses de reclusão a ser cumprida inicialmente em regime fechado - que se impetrou o presente habeas corpus.
Ouvido, o Ministério Público Federal (Subprocurador-Geral Eduardo Nobre) manifestou-se pela concessão da ordem; fê-lo nos seguintes termos:

"Trata-se de *habeas corpus*, substitutivo de recurso ordinário, impetrado por Rubens Pinheiro**,** em benefício de Marcelo Carvalho Dualibi, contra ato Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que denegou ordem de mesma natureza lá impetrada. Eis sumário do julgado hostilizado, *verbis*:

'Ementa: '*Habeas Corpus*'. Progressão ao regime semi-aberto. Falta de vagas. Permanência no fechado. Transferência para o estabelecimento prisional adequado ou direito de aguardar vaga em regime aberto. Ordem denegada.' - fls. 44

2. O paciente foi condenado à pena de 03 (três) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado, pela prática de estelionato e receptação. O mesmo obteve a progressão para o regime semi-aberto (decisão de fls. 34), sendo que a decisão não foi cumprida em razão da ausência de vagas no mencionado regime.
3. Foi impetrado *habeas corpus* perante o Tribunal *a quo*, onde foi pleiteada a transferência para o regime aberto, alegando-se, para tanto, que o paciente já teria cumprido tempo suficiente no regime fechado. A ordem foi denegada nos termos acima transcritos.
4. Daí, a impetração do presente *writ*, voltando-se a insurgência contra a manutenção do paciente no regime fechado, em detrimento da concessão da progressão de regime pelo magistrado de primeiro grau.
5. A liminar requerida foi concedida para o restabelecimento, até o julgamento definitivo do presente *writ*, da decisão do Juiz de Direito da Vara de Execuções Criminais da Comarca de São Paulo/SP, a qual deferiu a progressão de regime.

6. Requisitadas e prestadas as informações de estilo, vieram os autos a esta d. Procuradoria Geral da República para parecer.
É o relato necessário.
7. A ordem comporta guarida. Os fundamentos que dão suporte a esta impetração revestem-se de inquestionável plausibilidade jurídica, pois o caso em discussão põe em evidência questão que já restou pacificada no ordenamento jurídico pátrio.
8. Está comprovado nos autos que o paciente já adquiriu os requisitos necessários para a progressão ao regime semi-aberto, sendo ilegal decisão que determine àquele o cumprimento da pena em regime fechado.
9. O condenado não pode ser prejudicado e penalizado em razão de falta Estatal no que diz respeito à quantidade de vagas para o cumprimento adequado das penas privativas de liberdade. O Estado é responsável pela administração da justiça, não sendo possível que os condenados, sujeitos à sua custódia, sejam submetidos à regime mais rigoroso que o estabelecido.
10. No caso em comento, o paciente adquiriu os requisitos da progressão do regime fechado para o semi-aberto. Entretanto, diante da inexistência de vagas no mencionado regime, o Tribunal *a quo* determinou que o paciente permanecesse no regime fechado.
11. Patente o constrangimento ilegal que sofre o paciente, deve o mesmo ser conduzido ao regime aberto, até o surgimento de vagas no regime adequado. Este procedimento, atualmente, é o mais adequado, sendo confirmado pelos tribunais superiores. Vejamos:

STJ - 'Embargos de declaração em recurso especial. Penal. Omissão. Ocorrência. Cumprimento. Pena. Regime semi-aberto. Vaga. Ausência. Prisão domiciliar. Possibilidade.
Na falta de vagas em estabelecimento adequado para o cumprimento da pena imposta em regime semi-aberto, não justifica a permanência do condenado em condições prisionais mais severas.
Possibilidade de cumprimento de pena em regime domiciliar enquanto não surja vaga em estabelecimento adequado.
Embargos acolhidos.' - Edcl no Resp 538362/SP, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, 07.10.2004

STJ - 'Processual Penal. Recurso ordinário em *habeas corpus*. Pena a ser cumprida em regime semi-aberto. Condenado recolhido em cadeia pública. Inexistência de vagas no estabelecimento adequado. Constrangimento ilegal configurado.
Na linha de precedentes desta Corte a falta de vagas em estabelecimento adequado para o cumprimento da pena imposta em regime semi-aberto não justifica a permanência do condenado em condições prisionais mais severas.
Recurso provido para determinar a imediata transferência do paciente para o estabelecimento adequado ao regime semi-aberto ou, persistindo a falta de vagas, assegurar-lhe, em caráter excepcional, o cumprimento da pena em regime aberto, sob as cautelas do Juízo das Execuções, até que surja vaga no estabelecimento prisional adequado.' - RHC16058/SP, Rel. Min. Felix Fischer, 05.08.2004

12. Conclui-se, portanto, pela ausência de razoabilidade e legalidade em decisão que determine que o paciente retorne ao regime fechado, sob pena de patente gravame ao mesmo, que teve preenchidos todos os elementos necessários para a progressão.
13. Ponderadas as situações fáticas apresentadas, opino pela concessão da ordem."

Correto o parecer. Acolhendo-o, ratifico a liminar que determinou "a imediata colocação do paciente em regime semi-aberto e, diante da inexistência de vaga, em regime domiciliar", isto é, concedo a ordem a fim de que o paciente seja imediatamente colocado em regime semi-aberto e, inexistindo vaga em estabelecimento adequado, que aguarde o surgimento em regime domiciliar.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4026)

HABEAS CORPUS Nº 71.608 - MG (2006/0266558-7)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: CARLOS LACERDA DE CAMPOS
IMPETRADO	: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE	: CLEYSON BATISTA FREIRE (PRESO)

DESPACHO

Intime-se o il. patrono, conforme solicitado à fl.63, do julgamento deste writ, a ser realizado na sessão de 4 de outubro de 2007.
Publique-se.
Intime-se.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4027)

HABEAS CORPUS Nº 71.779 - SP (2006/0268708-3)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: FERNANDA DIAS ROSSI (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA)
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: ANTÔNIO CARLOS ALVES MACEDO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ANTÔNIO CARLOS ALVES MACEDO, apontando como autoridade coatora a 5ª Câmara do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de cinco anos de reclusão, em regime integralmente fechado, por infração ao disposto no art. 12 da Lei 6.368/76, e à pena de três anos de reclusão, por violação do previsto no art. 304, conjugado com o art. 297, na forma do art. 69, todos do Código Penal, originando a execução criminal nº 243.135, da VEC da Comarca de Antônio Prudente/SP.
A Defesa, então, postulou a progressão do paciente para o regime semi-aberto (fl. 09), tendo o magistrado singular da VEC deferido o pleito, porquanto preenchidos os requisitos objetivo e subjetivo exigidos pela lei (fl. 10).
Irresignado, o Ministério Público Estadual interpôs recurso de agravo em execução e, objetivando conferir efeito suspensivo ao referido recurso, impetrou o mandado de segurança nº 965.816.3/2.
Em decisão proferida no dia 17.05.2006, o Desembargador de 5ª Câmara do Tribunal de Justiça *a quo* concedeu a liminar ao mandado de segurança, conferindo o almejado efeito suspensivo ao recurso de agravo e, conseqüentemente, mantendo inalterada a situação carcerária do paciente até o julgamento final da ordem (fls. 12/13).
No dia 27.07.2006, foi julgado o mérito do citado mandado de segurança, cuja ordem foi concedida, por maioria de votos, "para o fim de emprestar efeito suspensivo ao agravo em execução interposto pela Justiça Pública, convalidada a medida liminar" (fl. 32).
Daí o presente *writ*, em que se alega, em síntese, ser cabível o efeito suspensivo no agravo em execução apenas "quando interposto contra decisão de desinternação ou liberação de quem cumpre medida de segurança", o que não se coaduna com a hipótese dos autos (fl. 03).
Sustenta-se, ainda, a ilegitimidade do Ministério Público para a impetração de mandado de segurança com o fito de atribuir o referido efeito suspensivo.
Aduz-se, por fim, inobservância do disposto na Súmula 267 do Supremo Tribunal Federal, *in verbis*: "Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso".
Requereu-se, liminarmente, a cassação da liminar concedida ao mencionado mandado de segurança nº 965.816-3/2, que conferiu efeito suspensivo ao agravo em execução. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem para que seja restabelecida a decisão do magistrado singular, que concedeu ao paciente o direito à progressão para o regime semi-aberto.
Em decisão de fls. 16/18, deferi a liminar para suspender os efeitos do acórdão proferido nos autos do MS nº 965.816-3/2, até o julgamento definitivo do presente *writ*.
A autoridade tida por coatora prestou informações às fls. 30/42.
O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 44/45, opinou pela concessão da ordem "para que o Juiz da Vara de Execuções Penais analise a possibilidade de progressão de regime prisional do paciente."
À fl. 48, foi protocolada petição na qual a Juíza de Direito da Vara de Execuções Criminais Central/SP informa ter sido o paciente colocado em livramento condicional no dia 21.02.2007.
É o relatório.
Conforme petição de fl. 48, o paciente encontra-se em livramento condicional desde o dia 21.02.2007, restando, assim, esvaído o objeto do presente *mandamus*.
Ante o exposto, **julgo prejudicado** o *writ*, pela perda do objeto, com fundamento no artigo 34, XI, do RISTJ.
Intime-se.
Publique-se.
Cientifique-se o Ministério Público Federal.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4028)

HABEAS CORPUS Nº 72.726 - SP (2006/0276683-5)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: ILANA MÜLLER
ADVOGADO	: PRISCILA CORRÊA GIOIA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: ANTÔNIO MARCOS PIMENTA NEVES

DESPACHO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de ANTÔNIO MARCOS PIMENTA NEVES, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO que, em sede de apelação, manteve a condenação do paciente pela prática de homicídio qualificado, no entanto, reduzindo a pena para dezoito anos de reclusão.
Em sua manifestação à fl 448, a ilustre Subprocuradora-Geral da República requer seja oficiado o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para que noticie a interposição de quaisquer recursos pelo paciente, decorrentes da ação penal objeto do presente *writ*, ou o trânsito em julgado do v. acórdão vergastado.
Ante ao exposto, atenda-se à solicitação do *Parquet* Federal.
Após, nova vista ao Ministério Público para parecer conclusivo.

Brasília, 27 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4029)

HABEAS CORPUS Nº 73.154 - MA (2006/0280839-0)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: PAULO MAURÍCIO DE OLIVEIRA FONTES
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
PACIENTE	: ROSEMAR DA ROCHA ALVES

DESPACHO

Em despacho de fl. 126, determinei que se atendesse ao pedido de diligência requerido pelo *Parquet* Federal às fls. 123/124, consistente na solicitação à autoridade apontada como coatora da cópia do acórdão proferido no HC nº 016.884/2006 e na solicitação ao Juízo da 1ª Vara Criminal de Imperatriz-MA da cópia da denúncia oferecida nos autos da Ação Penal nº 1029/2006.
Porém, às fls. 140/141, o il. Subprocurador-Geral da República noticia que tal pedido somente foi atendido em parte, uma vez que não se realizou a mencionada solicitação ao Tribunal *a quo*, conforme se abstrai das fls. 127/138.
Compulsando os autos, verifica-se, de fato, que a Coordenadoria da Sexta Turma desta Corte, em atendimento ao despacho de fl. 126, somente expediu telegrama ao Juízo da 1ª Vara Criminal de Imperatriz-MA, solicitando o envio da cópia da denúncia (fl. 128), tendo sido olvidada a determinação quanto à autoridade tida como coatora.
Diante do exposto, para atender ao requerimento ministerial, solicite-se ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão cópia do acórdão prolatado no HC nº 016.884/2006.
Após, nova vista ao Ministério Público Federal para parecer conclusivo.
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4030)

HABEAS CORPUS Nº 73.783 - GO (2007/0000032-4)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: YARA MACEDO DA SILVA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE	: OSVALDIR BAIÃO DE SÁ (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de OSVALDIR BAIÃO DE SÁ, contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, que indeferiu a petição inicial do *habeas corpus* nº 27.750-7/217.
Depreende-se dos autos que, em 22.09.2006, o paciente foi preso em flagrante, tendo sido denunciado como incurso nas sanções previstas nos artigos 288, caput, e 171 c.c. o art. 71, ambos na forma do art. 69, todos do Código Penal (fls. 17/26).
A Defesa, então, requereu a liberdade provisória do paciente, tendo o magistrado singular indeferido o pleito por entender presentes os motivos ensejadores da custódia cautelar (fls. 37/39).
Contra essa decisão, impetrou-se o referido *habeas corpus*, cuja petição inicial foi indeferida (fls. 61/63) sob o seguinte fundamento:

"Os temas pertinentes à nulidade do flagrante em que fora autuado o paciente e da não caracterização do crime de formação de quadrilha ou bando não comportam discussão no estreito procedimento do **habeas corpus.**
(...)
Também se vê que o impetrante está fazendo uso do **habeas corpus** como se recurso fosse, pois ataca decisão judicial que indeferiu pedido de fiança. Nesse caso, deveria ter feito uso do recurso em sentido estrito, na conformidade do que preceitua o Código de Processo Penal em seu artigo 581, inciso V."

Daí o presente *writ*, em que se alega, em síntese, ausência de motivos que justifiquem a custódia cautelar sob o fundamento de que a instrução criminal já teria se encerrado.
Requereu, liminarmente, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.
Em decisão de fl. 56, o Presidente, Ministro Barros Monteiro, indeferiu a liminar por não ter constatado, de plano, a presença do *fumus boni iuris* ante a ausência de cópia do acórdão impugnado.
A autoridade apontada como coatora prestou informações às fls. 60/65.
O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 67/68, opinou pela denegação da ordem.
É o relatório.
Em contato telefônico mantido com a 10ª Vara Criminal da Comarca de Goiânia/GO, foi informado que, em 06.07.2007, foi proferida sentença penal em desfavor do paciente, condenado à pena de cinco anos, um mês e dez dias de reclusão, em regime inicial semi-aberto, tendo sido, inclusive, concedido o direito de recorrer em liberdade, restando, assim, esvaída a análise de cautelaridade da prisão.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o *writ*, pela perda do objeto, com fundamento no artigo 34, XI, do RISTJ.
Cientifique-se o Ministério Público Federal.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4031)

HABEAS CORPUS Nº 74.668 - PE (2007/0008694-0)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: JÂNIO ROCHA DE SIQUEIRA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE	: M J C F (PRESA)
ADVOGADO	: JÂNIO ROCHA DE SIQUEIRA

DECISÃO

Cuida-se de **habeas corpus** impetrado em favor de M. J. C. F., denunciada pela prática de tentativa de estelionato, formação de quadrilha, falsificação de documento particular e falsidade ideológica, apontando-se como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco que, nos autos da Representação Crime nº 147392-5, decretou sua prisão preventiva.
Busca a impetração a revogação da custódia ao argumento de que o respectivo provimento não está suficientemente fundamentado, acentuando, ainda, que ela é portadora de problemas de saúde.
Indeferida a liminar e prestadas as informações, a Subprocuradoria-Geral da República opinou pela denegação da ordem.
O **writ**, todavia, perdeu seu objeto.
Isto porque, consoante se vê da cópia do termo de interrogatório enviada, via fax, pela Corte de origem, a paciente teve a prisão preventiva ali revogada em 18 de junho último, nada mais havendo, portanto, a ser aqui examinado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente **habeas corpus**.
Publique-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4032)

HABEAS CORPUS Nº 74.771 - SP (2007/0009444-7)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
IMPETRANTE	: JOSÉ LUIZ BLANDER DE CAMARGO CASTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO
PACIENTE	: CLÉBIO BERSOT MENEZES DE FIGUEIREDO (PRESO)

DESPACHO

Foram-me os autos redistribuídos em 15.6.07.
Em 18.1.07, o Ministro Peçanha Martins - Vice-Presidente do Superior Tribunal - indeferiu a liminar. Fê-lo assim:

"1. Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de Clébio Bersot Menezes de Figueiredo, contra decisão de Desembargador do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que indeferiu a liminar em *writ* ali impetrado.
2. De acordo com a pacífica jurisprudência desta Corte e com a Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, salvo excepcionalíssima hipótese de ilegalidade manifesta ou abuso de poder, não cabe *habeas corpus* contra decisão que denega a liminar em outro *habeas corpus*, sob pena de indevida supressão de instância.
No caso, não há, *prima facie*, flagrante ilegalidade na decisão impugnada, a qual traduz apenas uma análise provisória, a ser confirmada ou não pelo órgão colegiado competente do Tribunal *a quo*.
3. Posto isso, indefiro a liminar."

Foi a defesa ao Supremo. Lá foi a liminar deferida pelo Ministro Celso de Mello a fim de "suspender, cautelarmente, a eficácia da ordem de prisão expedida, contra o ora paciente, nos autos da Ação Penal nº 2004.61.20.007312-1 (2ª Vara Federal de Araraquara/SP)".
Solicitem-se, pois, informações ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região acerca do julgamento do HC-2006.03.00124063-8 (HC-26.435).
Brasília, 19 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4033)

HABEAS CORPUS Nº 75.781 - RJ (2007/0017394-5)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: JOÃO COSTA RIBEIRO FILHO
IMPETRADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A REGIÃO
PACIENTE	: FERNANDO DE MIRANDA IGGNÁCIO (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de **habeas corpus**, com pedido de liminar, impetrado em favor de Fernando de Miranda Iggnácio, desafiando decisão de Juiz Federal convocado do Tribunal Federal da 2ª Região que indeferiu pedido de liminar em **writ** ali deduzido, insurgindo-se a impetração contra a determinação do Juiz de primeiro grau de transferência do paciente para o regime disciplinar diferenciado.
Com a Petição nº 00020847/2007, noticia o impetrante que o **habeas corpus** já teve o seu mérito apreciado, requerendo se dê seguimento ao pedido, tendo como autoridade coatora a Corte de origem.
A liminar, na via eleita, não tem previsão legal, sendo criação da jurisprudência para casos em que a urgência, necessidade e relevância da medida se mostrem evidenciadas de forma indiscutível na própria impetração e nos elementos de prova que a acompanham.
No caso, o constrangimento não se mostra com a nitidez imprimida na inicial, estando a exigir um exame mais detalhado dos elementos de convicção carreados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.
Ante o exposto, indefiro a liminar.
Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, acompanhadas de cópia do acórdão, e ao Juiz de primeiro grau, abrindo-se, após, vista ao Ministério Público Federal.
Publique-se.
Brasília (DF), 27 de fevereiro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4034)

HABEAS CORPUS Nº 75.781 - RJ (2007/0017394-5)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: JOÃO COSTA RIBEIRO FILHO
IMPETRADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A REGIÃO
PACIENTE	: FERNANDO DE MIRANDA IGGNÁCIO (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de **habeas corpus** impetrado em favor de Fernando de Miranda Iggnácio, preso preventivamente e denunciado por violação dos dos artigos 334, § 1º, alíneas "c" e "d", e 288, parágrafo único, ambos do Código Penal, contra acórdão do Tribunal Federal da 2ª Região que denegou o **writ** ali deduzido, insurgindo-se a impetração contra a decisão de primeiro grau que determinou a transferência do paciente para o regime disciplinar diferenciado.
Indeferida a liminar e prestadas as informações, a Subprocuradoria-Geral da República opinou pela denegação da ordem.
Às fls. 260/263, noticia o impetrante que o Juiz da 4ª Vara Federal do Rio de Janeiro determinou a transferência do paciente para o Presídio Federal de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, medida que estaria causando constrangimento ilegal.
O pedido, contudo, perdeu seu objeto.
Com efeito, como se vê do **Habeas Corpus** nº 85.198/RJ, formulado nesta Corte em favor do paciente, o Tribunal de origem, ao decidir o HC nº 2007.02.01.008705-0, revogou o regime disciplinar de que se cuida, nada mais havendo, portanto, a ser examinado neste **writ**, impondo-se notar, por oportuno, que a permanência do paciente no Presídio Federal de Campo Grande é objeto de exame do HC nº 85.198/RJ.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo o pedido prejudicado.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4035)

HABEAS CORPUS Nº 75.882 - PE (2007/0017957-6)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: JOSÉ AUGUSTO BRANCO E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE	: F F C DE S (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de **habeas corpus** impetrado em favor de F. F. C. de S., denunciado pela prática de tentativa de estelionato, formação de quadrilha, falsificação de documento particular e falsidade ideológica, apontando-se como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco que, nos autos da Representação Crime nº 147392-5, decretou sua prisão preventiva.
Busca a impetração a revogação da custódia ao argumento de que o respectivo provimento não está suficientemente fundamentado, acentuando, ainda, que o paciente não se envolveu no cometimento dos mencionados delitos.
Indeferida a liminar e prestadas as informações, a Subprocuradoria-Geral da República opinou pela denegação da ordem.
O **writ**, todavia, perdeu seu objeto.
Isto porque, consoante se vê da cópia do termo de interrogatório enviada, via fax, pela Corte de origem, o paciente teve a prisão preventiva ali revogada em 18 de junho último, nada mais havendo, portanto, a ser aqui examinado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente **habeas corpus**.
Publique-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4036)

HABEAS CORPUS Nº 75.928 - SP (2007/0018405-4)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: FAUSTO GILBERTO LAURITO JÚNIOR E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: ANSELMO BORETTI (PRESO)

DESPACHO

Ante a Reclamação de que a decisão de fls. 91/92 não havia sido cumprida, determinei a requisição de informações ao Tribunal *a quo*.
Sobrevindas às fls. 181/198, a autoridade informa que não houve novo pedido de liberdade provisória por parte da defesa do Paciente e que, a esta altura, já foi ele sentenciado, tendo sido mantida a prisão cautelar.
Em face de novo título provisório (sentença condenatória recorrível), dê-se seqüência ao procedimento de *habeas corpus*, colhendo-se a opinião do Ministério Público Federal, após o quê serão analisadas as pretensões do impetrante.
Publique-se.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4037)

HABEAS CORPUS Nº 76.113 - PE (2007/0020185-5)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: EMERSON DAVIS LEÔNIDAS GOMES
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE	: H J F DE L (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de **habeas corpus** impetrado em favor de H. J. F. de L., denunciado pela prática de tentativa de estelionato, formação de quadrilha, falsificação de documento particular e falsidade ideológica, apontando-se como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco que, nos autos da Representação Crime nº 147392-5, decretou sua prisão preventiva.
Busca a impetração a revogação da custódia ao argumento de que o respectivo provimento não está suficientemente fundamentado.
Indeferida a liminar e prestadas as informações, a Subprocuradoria-Geral da República opinou pela denegação da ordem.
O **writ**, todavia, perdeu seu objeto.
Isto porque, consoante se vê da cópia do termo de interrogatório enviada, via fax, pela Corte de origem, o paciente teve a prisão preventiva ali revogada em 15 de junho último, nada mais havendo, portanto, a ser aqui examinado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente **habeas corpus**.
Publique-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4038)

HABEAS CORPUS Nº 76.528 - BA (2007/0024886-3)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
IMPETRANTE	: JARBAS BARBOSA BARROS
ADVOGADO	: TIAGO CEDRAZ LEITE OLIVEIRA E OUTRO(S)
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE	: JARBAS BARBOSA BARROS

DECISÃO

Foi o habeas corpus impetrado em favor de Jarbas Barbosa Barros, Prefeito de Itacaré, denunciado pelos seguintes fatos: (I) realização de contratações sem a devida licitação ou justificação de dispensa e a posterior simulação dos certames quando da prestação de contas; (II) emissão de cheques sem fundo; e (III) realização de despesas em desacordo com as normas financeiras pertinentes.
Alegou-se, em síntese, o seguinte: (I) que, sendo réu em ação penal proposta pelo Ministério Público, teria sido intimado para apresentação de defesa prévia e que a apresentou tempestivamente, em 14.2.06; (II) que, não obstante isso, "o ora impetrante se viu surpreendido por despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador Rubem Dario Peregrino Cunha, relator da Ação Penal Originária 48968-0/2005, informando que teria transcorrido *in albis* o prazo de defesa prévia, sem a apresentação de qualquer petição"; (III) que, ante tal situação, peticionou informando o oferecimento da defesa prévia e requerendo a concessão de prazo para nova apresentação; (IV) que, por determinação do Relator, foi solicitada informação ao setor competente do Tribunal local "para informar se houve ou não o protocolo da defesa prévia", tendo sido a resposta no sentido de que não fora localizada a referida petição; (V) que, requereu, então, a realização de "diligência para que fosse encontrada a defesa prévia protocolada"; (VI) que tal pedido não foi apreciado, mas o processo foi incluído "na pauta da Sessão da C. Câmara Especializada Criminal do dia 13/02/07, às 8 horas da manhã", ocasião na qual seria examinado o recebimento da denúncia oferecida; (VII) "diante disso, como não fora apreciado nem o pedido de concessão de novo prazo para colheita dos documentos, extraviados pelo E. TJ/BA, e posterior juntada, com os termos da defesa prévia, tampouco foram encontrados os

documentos protocolados, o ora impetrante requereu ao nobre relator o imediato adiamento do julgamento de recebimento da denúncia e adoção de novas diligências no sentido de localizar a documentação extraviada", o que, até a presente data, não havia ocorrido, ficando mantida a data anteriormente marcada para o julgamento.
Em 12.2.07, deferi o pedido para "suspender, até a apreciação final deste habeas corpus, o julgamento do réu Jarbas Barbosa Barros (Ação Penal nº 48.968-0/2005), previsto para amanhã (13.2.07), no Tribunal de Justiça da Bahia".
Ouvido, manifestou-se o Ministério Público Federal (Subprocuradora-Geral Aurea Maria) pela prejudicialidade do pedido porque há "possibilidade de já haver sido adotadas pela Defesa as providências requeridas".
As informações enviadas, em 23.3.07, pelo Desembargador Rubem Dário, do Tribunal de Justiça da Bahia, dizem o seguinte:

"O documento juntado pela defesa é o de fl. 99, no qual se verifica o extrato do setor de protocolo com data de 03/07/2006, e tombado no SECOMGE sob o nº. 27889-9/2006.
Ora, compulsando os autos da ação penal originária nº 48.968-0/2005, verifica-se que o extrato de protocolo juntado corresponde à petição de fls. 78/80, que nada tem a ver com defesa prévia.
Tal petição refere-se a um pedido equivocado de adiamento de sessão de julgamento que sequer fora designada, alegando para tanto que o antigo patrono havia sido aprovado e convocado para assumir cargo de Promotor de Justiça no Estado do Espírito Santo.
Por meio deste petitório, a defesa informa também a juntada de documento relativo a processo de pagamento correspondente à despesa na importância de R$ 2.190,00 (dois mil cento e noventa reais).
Considerando que o documento de fl. 99, juntado pela própria defesa, não correspondia à petição da citada resposta preliminar e considerando o transcurso de vários meses em diligências, sem sucesso na sua localização, outra conclusão não se poderia chegar senão que, de fato, não houve interposição de defesa prévia pelo Paciente, bem como vislumbrar uma possível tentativa de se procrastinar o feito.
Afinal, desde o primeiro momento foi deferida uma nova apresentação de resposta preliminar, malgrado tenha preferido a defesa em sustentar e insistir de que já havia sido a mesma apresentada tempestivamente (despacho de fl. 48/49).
Ora, diante das circunstâncias expostas, era preferível que a defesa fizesse a juntada do extrato de protocolo correspondente à petição da resposta preliminar e dos documentos, ou mesmo que se apresentasse uma nova defesa prévia, o que, com efeito, não ocorreu.
Desse modo, carece de fundamentação quando o Paciente afirma em sua exordial que 'o Exmo. Desembargador Relator não se pronunciou sobre a petição do ora Suplicante que informava o protocolo da defesa prévia oferecida e requeria novas diligências'.
A uma porque se verificou facilmente nos autos que o extrato de protocolo (fl. 99) fornecido juntamente com a petição de fl. 98 não corresponde à defesa prévia oferecida.
A duas porque, independentemente de solicitação da defesa, já haviam sido empreendidas, de ofício, as diligências para a localização da resposta preliminar, sem sucesso, concluindo-se pela sua inexistência, em face de documento de fl. 99, colacionado pelo patrono do Paciente."

Ora, há, nas informações, esclarecimentos mais que suficientes que apontam para o não-oferecimento da defesa prévia - ao menos, para a ausência de comprovação inequívoca de que isso tenha ocorrido. E mais: as informações dão conta de que "o doc. 03 refere-se a uma petição tombada" naquele Tribunal de Justiça "sob o nº 6029-4/2006, com data de 14/02/2006, completamente diverso do que foi apresentado pela defesa à fl. 99, registrado sob o nº 27889-9/2006 e com data de 03/07/2006."
Tal o contexto, revogo a liminar concedida e nego seguimento ao habeas corpus (art. 38 da Lei nº 8.038/90 e art. 34, XVIII, do Regimento).
Comunique-se.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4039)

HABEAS CORPUS Nº 78.548 - PE (2007/0051516-0)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: FERNANDO JOSÉ ALVES DE SOUZA E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE	: C F C DE M (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de **habeas corpus** impetrado em favor de C. F. C. de M., denunciado pela prática de tentativa de estelionato, formação de quadrilha, falsificação de documento particular e falsidade ideológica, apontando-se como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco que, nos autos da Representação Crime nº 147392-5, decretou sua prisão preventiva.
Busca a impetração, inclusive liminarmente, a revogação da custódia cautelar do paciente, sustentando, em síntese, que o decreto de prisão não está suficientemente fundamentado.
Indeferida a liminar e prestadas as informações, a Subprocuradoria-Geral da República opinou pela denegação da ordem.
O **writ**, todavia, perdeu seu objeto.
Isto porque, consoante se vê da cópia do termo de interrogatório enviada, via fax, pela Corte de origem, o paciente teve a prisão preventiva ali revogada em 18 de junho último, nada mais havendo, portanto, a ser aqui examinado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente **habeas corpus**.
Publique-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4040)

HABEAS CORPUS Nº 79.692 - SP (2007/0064516-8)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: MARISA MIDORI ISHII - PROCURADORIA DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: ROUFRAN MOURA (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de **habeas corpus** impetrado em favor de Roufran Moura, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo.
Colhe-se do processado que o paciente foi condenado, como incurso no artigo 157, § 2º, I, do Código Penal, a 5 anos e 4 meses de reclusão, em regime fechado, e multa.
Busca a impetração assegurar ao paciente o direito de iniciar o cumprimento da sanção corporal no regime semi-aberto.
Deferida a liminar, fl. 52, a Subprocuradoria-Geral da República opina pela denegação do **writ**.
Tenho, contudo, que o pedido deve ser deferido.
Muito embora o acórdão atacado não tenha enfrentado o tema, revela-se evidente o constrangimento ilegal a que se encontra submetido o paciente, impondo-se, a fim de evitar a demora na solução da controvérsia, diante do prejuízo daí decorrente, a concessão, desde já, do **writ**.
Isto porque os artigos 59, III, e 33, § 3º, do Código Penal, preceituam que, na determinação do regime inicial de cumprimento de pena, observados os limites previstos no § 2º daquele último, devem ser levadas em conta as circunstâncias ditas judiciais, só se justificando a imposição de regime mais severo se devidamente motivada a escolha, assentada a opção, por certo, nessas circunstâncias.
Em compreensão hoje pacificada no Superior Tribunal de Justiça, tratando-se de réu primário, fixada a pena-base no mínimo legal, como no caso, é inadmissível a estipulação de regime prisional mais rigoroso do que aquele previsto para a sanção corporal aplicada.
Vejam-se:
A *- "CRIMINAL. HC. ROUBO QUALIFICADO. REGIME PRISIONAL FECHADO. GRAVIDADE DO CRIME. IMPROPRIEDADE DA FUNDAMENTAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS FAVORÁVEIS. PENA-BASE FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. DIREITO AO REGIME SEMI-ABERTO. ORDEM CONCEDIDA.*
Hipótese em que se alega serem as circunstâncias judiciais do paciente favoráveis à concessão do regime inicial semi-aberto, ressaltando-se que a imposição do regime mais gravoso foi fundamentada apenas na gravidade abstrata do delito.
Não pode prevalecer a alegação do acórdão de que o réu possui outra condenação quando a sentença e demais documentos constantes dos autos demonstram o contrário.
Se o condenado preenche os requisitos para o cumprimento da pena em regime semi-aberto, em função da quantidade de pena imposta e diante do reconhecimento de circunstâncias judiciais favoráveis, na própria dosimetria da reprimenda, não cabe a imposição de regime mais gravoso com fundamento exclusivo na gravidade do delito praticado.
Entendimento consolidado nas Súmulas nºs 718 e 719 do STF.
Tratando-se de nulidade prontamente verificada, deve ser permitido o devido saneamento via ***habeas corpus****.*
Deve ser determinado o regime semi-aberto para o início do cumprimento da reprimenda imposta aos pacientes.
Ordem concedida, nos termos do voto do Relator."
(HC nº 53.636/SP, Relator o Ministro ***GILSON DIPP****, DJU de 8/5/2006)*

B *- "PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. PEDIDO PARA AGUARDAR EM LIBERDADE O JULGAMENTO DO FEITO. PREJUDICIALIDADE. TRÂNSITO EM JULGADO. PENA-BASE ESTABELECIDA NO MÍNIMO LEGAL. GRAVIDADE ABSTRATA DO DELITO. FIXAÇÃO DO REGIME INICIAL MAIS SEVERO. INADMISSIBILIDADE.*
O trânsito em julgado da sentença penal condenatória prejudica a análise do pedido do paciente para aguardar em liberdade o julgamento do feito.
O regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade deve considerar, além da quantidade da pena aplicada (§ 2º do art. 33 do CP), as condições pessoais do réu (§ 3º do art. 33 c/c art. 59 do CP), sendo vedado, em regra, avaliar apenas a gravidade abstrata do crime.
Não cabe o regime inicial fechado se a quantidade da pena imposta pela sentença permite que seja estabelecido o semi-aberto e não se apontam circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu.
Estabelecida a pena-base no patamar mínimo, é de rigor a fixação do regime inicial semi-aberto ao condenado não reincidente cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito).
Recurso parcialmente provido, para determinar o início do cumprimento da pena no regime semi-aberto."
(RHC nº 15.766/SP, Relator o Ministro ***PAULO MEDINA****, DJU de 6/2/2006)*
Ante o exposto, confirmando a liminar, concedo o **habeas corpus** para garantir ao paciente o direito de iniciar no regime semi-aberto o cumprimento da pena que lhe foi imposta na ação penal de que aqui se trata.
Dê-se imediata ciência ao Tribunal de origem e ao Juízo de primeiro grau.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4041)

HABEAS CORPUS Nº 80.658 - RJ (2007/0075946-7)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: EDUARDO DE MORAES E OUTROS
ADVOGADO	: GUARACY DA SILVA FREITAS E OUTRO(S)
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE	: RICHARD MOTA PINTO (PRESO)

DESPACHO

Intime-se o il. patrono, conforme solicitado à fl.289, do julgamento deste *writ*, a ser realizado na sessão de 4 de outubro de 2007.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4042)

HABEAS CORPUS Nº 81.277 - SP (2007/0082797-1)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
IMPETRANTE	: LUÍSA HAMUD MORATO DE ANDRADE - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: LUIZ DA CRUZ FARO (PRESO)

DECISÃO

Foi o habeas corpus impetrado em favor de Luiz da Cruz Faro, acusado por receptação. Pleitea-se a "nulidade do feito a partir da sessão plenária do julgamento do recurso da apelação, para que ocorra outro julgado, com a necessária intimação pessoal da defesa".
Ouvido, manifestou-se o Ministério Público Federal (Subprocuradora-geral Deborah Macedo) pela concessão da ordem. Eis os fundamentos do parecer:

"Trata-se de *habeas corpus* impetrado com o propósito de que seja reconhecida a nulidade do julgamento da apelação, tendo em vista a ausência da intimação pessoal do defensor público da realização do ato.
Conforme revelam as informações prestadas às ff. 26/27, o paciente esteve, desde o seu interrogatório, assistido pela procuradoria de assistência judiciária. Absolvido em 1º grau, houve recurso do MP, que resultou em sua condenação à pena privativa de liberdade de 1 ano, 4 meses e 10 dias de reclusão. A intimação do defensor público deu-se mediante publicação da pauta de sessão de julgamento na imprensa oficial, aos 11 de dezembro de 2006.
A jurisprudência dessa Corte é pacífica ao reconhecer a nulidade absoluta daí decorrente...
.....
Assim sendo, o MPF opina pela concessão da ordem.

Correto o parecer. Em caso análogo, redigi a seguinte ementa (HC-54.062, DJ de 26.6.06):

"Defensor público. Intimação pessoal (falta). Recurso em sentido estrito (julgamento). Nulidade (absoluta).
1. A intimação do defensor público é pessoal (art. 5°, § 5°, da Lei nº 1.060/50). A falta dessa intimação implica nulidade absoluta.
2. Nulo é o ato de julgamento do recurso em sentido estrito realizado sem que tenha sido pessoalmente intimado o defensor público.
3. Precedentes do STJ.
4. Ordem concedida."

Tal o contexto, concedo a ordem a fim de que seja novamente julgada a apelação, agora com a prévia e indispensável intimação pessoal do defensor público.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4043)

HABEAS CORPUS Nº 81.507 - RJ (2007/0085881-0)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: MÁRCIO DELAMBERT
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE	: SÉRGIO SUMAR DOS SANTOS (PRESO)

DESPACHO

Intime-se o il. patrono do julgamento deste *writ* a ser realizado na sessão de 4 de outubro de 2007.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4044)

HABEAS CORPUS Nº 82.486 - RJ (2007/0102574-2)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: MÁRIO HENRIQUE LANDEIRO E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE	: ELMO RIBEIRO (PRESO)

DESPACHO

Intime-se o il. patrono do julgamento deste *writ* a ser realizado na sessão de 4 de outubro de 2007.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4045)

HABEAS CORPUS Nº 82.643 - SP (2007/0105315-4)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: GUSTAVO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA - DEFENSOR PÚBLICO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: JOÃO RICARDO DA SILVA

DECISÃO

Cuida-se de **habeas corpus** impetrado em favor de João Ricardo da Silva, apontada como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, atacando decisão do Juiz das Execuções que reconheceu como falta grave a apreensão de telefone celular em poder do paciente.
Afirma-se que a Lei de Execução Penal, em seu art. 50, não prevê como falta disciplinar de natureza grave a posse de aparelho celular no interior do estabelecimento prisional.
Deferida a liminar, fl. 70, e prestadas as informações, a Subprocuradoria-Geral da República manifestou-se pela denegação da ordem.
A meu ver, contudo, o **habeas corpus** deve ser deferido.
Dispõe o art. 49 da Lei de Execução Penal que as faltas disciplinares são classificadas em leves, médias e graves, cabendo à legislação local especificar as duas primeiras espécies, bem assim as respectivas sanções.
Por outro lado, ao tratar da falta grave, justamente por poder atingir benefícios já alcançados pelo condenado, adotou o legislador o critério taxativo, enumerando nos artigos 50 e 52 do diploma de regência, as condutas que podem ser enquadradas naquele conceito, ali não se encontrando a posse de telefone celular.
Assim, a Resolução nº 113, da Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo, não poderia qualificar essa conduta como falta grave, justamente por se tratar de tema reservado à lei no sentido estrito.
Segundo o magistério de Julio Fabbrini Mirabete, no seu Execução Penal, 9ª edição, Editora Atlas, 2000, São Paulo, p. 139:
*"Como a lei de Execução Penal prevê em **numerus clausus** as condutas que poderão identificar faltas graves por parte dos condenados e presos provisórios, não pode a lei local ou mero regulamento administrativo tipificar como tais outras condutas. Estas somente poderão ser consideradas como faltas médias ou leves quando previstas nessas normas complementares".*

Nesse sentido:
***A** - "**HABEAS CORPUS**. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. PORTE DE APARELHO DE TELEFONE CELULAR NO INTERIOR DO PRESÍDIO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ.*
1. A posse de aparelho celular ou seus componentes pelo apenado não caracteriza falta disciplinar de natureza grave, pois, consoante o disposto no art. 49, da Lei de Execução Penal, compete ao legislador local tão-somente especificar as faltas leves e médias. Precedentes do STJ.
2. Ordem concedida para que seja retirada da folha de antecedentes e do roteiro de penas do paciente a anotação de falta grave em razão da posse de aparelho de telefone celular no interior do presídio."
*(HC nº 69.581/SP, Relatora a Ministra **LAURITA VAZ**, DJU de 5/2/2007)*

***B** - "CRIMINAL. RESP. EXECUÇÃO DA PENA. PORTE DE TELEFONE CELULAR. FALTA GRAVE. RESOLUÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. PERDA DOS DIAS REMIDOS. ILEGALIDADE. RECURSO DESPROVIDO.*
I. Hipótese em que o apenado foi punido com a perda dos dias remidos, ao entendimento de que o porte de aparelho de telefone celular configura falta de natureza grave.
II. Resolução da Secretaria da Administração Penitenciária, ao definir como falta grave o porte de aparelho celular e seus componentes e acessórios, ultrapassou os limites do art. 49 da Lei de Execuções Penais, o qual dispõe que a atuação do Estado deve restringir-se à especificação das faltas leves e médias.
III. Se a hipótese dos autos não configura falta grave, é ilegal a decretação da perda dos dias remidos pelo trabalho do recorrido. Precedente da Turma.
IV. Recurso desprovido".
*(REsp nº 825.507/SP, Relator o Ministro **GILSON DIPP**, DJU de 11/9/2006)*

***C** - "EXECUÇÃO PENAL. **HABEAS CORPUS** SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. POSSE DE APARELHO CELULAR FALTA GRAVE. CONDUTA PREVISTA EM RESOLUÇÃO ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE. INCOMPETÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL PARA DEFINIR FALTA DISCIPLINAR DE NATUREZA GRAVE.*
I - A posse de aparelho celular ou seus componentes pelo detento não caracteriza falta disciplinar de natureza grave.
II - Consoante o disposto no art. 49 da LEP, cabe ao legislador local tão-somente especificar as faltas leves e médias.
***Writ** concedido".*
*(HC nº 49.163/SP, Relator o Ministro **FELIX FISCHER**, DJU de 12/6/2006)*

No mesmo sentido, julgados por decisão monocrática: HC nº 76.253/SP, Relator o Ministro Nilson Naves, DJU de 20/4/2007; HC nº 70.214/SP, Relator o Ministro Paulo Medina, DJU de 12/4/2007; HC nº 76.741/SP, Relator o Ministro Hamilton Carvalhido, DJU de 7/3/2007.
Assim, somente por modificação legislativa a posse de aparelho de telefone celular pelo preso poderia ser considerada falta grave, o que veio a ocorrer com a edição da Lei nº 11.466, de 28 de março deste ano.
Ante o exposto, concedo a ordem para tornar sem efeito a decisão que determinou a anotação de falta grave na folha de antecedentes e no roteiro de penas do paciente.
Dê-se imediata ciência ao Tribunal de origem e ao Juiz de primeiro grau.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4046)

HABEAS CORPUS Nº 83.074 - PE (2007/0112084-9)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: JOSÉ AUGUSTO BRANCO E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE	: F F C DE S (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de **habeas corpus** impetrado em favor de F. F. C. de S., denunciado pela prática de tentativa de estelionato, formação de quadrilha, falsificação de documento particular e falsidade ideológica, apontando-se como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco que, nos autos da Representação Crime nº 147392-5, decretou sua prisão preventiva.
Busca a impetração a revogação da custódia cautelar do paciente por falta de fundamentação do respectivo decreto, enfatizando, ainda, existir excesso de prazo na manutenção da custódia.
Liminar indeferida às fls. 76/77.
O **writ**, na verdade, perdeu seu objeto.
Isto porque os impetrantes noticiam, à fl. 93, que a prisão do paciente foi revogada pela Corte de origem em 18 de junho último, nada mais havendo, portanto, a ser aqui examinado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente **habeas corpus**.
Publique-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4047)

HABEAS CORPUS Nº 83.202 - BA (2007/0113715-9)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: EDMILSON GOMES DE SOUZA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE	: EDMILSON GOMES DE SOUZA (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de **habeas corpus** impetrado, em causa própria, por Edmilson Gomes de Souza, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça da Bahia, afirmando existir excesso de prazo na formação da culpa na ação penal a que responde pela prática de homicídio.
Os autos foram a mim distribuídos por prevenção com o HC nº 32.891/BA.
O pedido, contudo, está prejudicado.
Isto porque, conforme se verifica das informações recebidas do Juízo de origem, fl. 21, foi proferida sentença condenando o paciente a 12 anos de reclusão, restando, desta forma, superada a alegação de excesso de prazo na formação da culpa, a teor da Súmula nº 52 do STJ, além do que, ao que parece, o tema não foi examinado pelo Tribunal de origem, vedada a supressão de instância.
De notar que o pedido de extensão da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do HC nº 87.275, que teria concedido a ordem à co-ré Maria do Carmo Burgos Nogueira, deve ser formulado perante aquela Corte.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente **habeas corpus**.
Dê-se ciência ao impetrante.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4048)

HABEAS CORPUS Nº 83.461 - RJ (2007/0117987-4)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: ANA MARIA MAURO E OUTROS
ADVOGADO	: REGINALDO OSCAR DE CASTRO E OUTRO(S)
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE	: BRUNO LUDOVICO LOYOLA TEIXEIRA (PRESO)

DESPACHO

Intime-se o il. patrono, conforme solicitado à fl.258, do julgamento deste *writ*, a ser realizado na sessão de 4 de outubro de 2007.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4049)

HABEAS CORPUS Nº 83.577 - SP (2007/0119473-0)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: GUSTAVO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA - DEFENSOR PÚBLICO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: LEANDRO DOS SANTOS

DECISÃO

Cuida-se de **habeas corpus** impetrado em favor de Leandro dos Santos, apontada como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, atacando decisão do Juiz das Execuções que, nos termos da Resolução nº 113, da Secretaria de Administração Penitenciária, reconheceu como falta grave a apreensão de telefone celular durante revista feita em visitante do paciente.
Afirma-se que a Lei de Execução Penal, em seu art. 50, não prevê como falta disciplinar de natureza grave a posse de aparelho celular no interior do estabelecimento prisional.
Deferida a liminar, fl. 99, e prestadas as informações, a Subprocuradoria-Geral da República manifestou-se pela concessão da ordem.
A meu ver, o **habeas corpus**, realmente, deve ser deferido.
Dispõe o art. 49 da Lei de Execução Penal que as faltas disciplinares são classificadas em leves, médias e graves, cabendo à legislação local especificar as duas primeiras espécies, bem assim as respectivas sanções.
Por outro lado, ao tratar da falta grave, justamente por poder atingir benefícios já alcançados pelo condenado, adotou o legislador o critério taxativo, enumerando nos artigos 50 e 52 do diploma de regência, as condutas que podem ser enquadradas naquele conceito, ali não se encontrando a posse de telefone celular.
Assim, a Resolução nº 113, da Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo, não poderia qualificar essa conduta como falta grave, justamente por se tratar de tema reservado à lei no sentido estrito.
Segundo o magistério de Julio Fabbrini Mirabete, no seu Execução Penal, 9ª edição, Editora Atlas, 2000, São Paulo, p. 139:
*"Como a lei de Execução Penal prevê em **numerus clausus** as condutas que poderão identificar faltas graves por parte dos condenados e presos provisórios, não pode a lei local ou mero regulamento administrativo tipificar como tais outras condutas. Estas somente poderão ser consideradas como faltas médias ou leves quando previstas nessas normas complementares".*

Nesse sentido:
***A** - "**HABEAS CORPUS**. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. PORTE DE APARELHO DE TELEFONE CELULAR NO INTERIOR DO PRESÍDIO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ.*
1. A posse de aparelho celular ou seus componentes pelo apenado não caracteriza falta disciplinar de natureza grave, pois, consoante o disposto no art. 49, da Lei de Execução Penal, compete ao legislador local tão-somente especificar as faltas leves e médias. Precedentes do STJ.
2. Ordem concedida para que seja retirada da folha de antecedentes e do roteiro de penas do paciente a anotação de falta grave em razão da posse de aparelho de telefone celular no interior do presídio."
*(HC nº 69.581/SP, Relatora a Ministra **LAURITA VAZ**, DJU de 5/2/2007)*

***B** - "CRIMINAL. RESP. EXECUÇÃO DA PENA. PORTE DE TELEFONE CELULAR. FALTA GRAVE. RESOLUÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. PERDA DOS DIAS REMIDOS. ILEGALIDADE. RECURSO DESPROVIDO.*
V. Hipótese em que o apenado foi punido com a perda dos dias remidos, ao entendimento de que o porte de aparelho de telefone celular configura falta de natureza grave.

VI. Resolução da Secretaria da Administração Penitenciária, ao definir como falta grave o porte de aparelho celular e seus componentes e acessórios, ultrapassou os limites do art. 49 da Lei de Execuções Penais, o qual dispõe que a atuação do Estado deve restringir-se à especificação das faltas leves e médias.
VII. Se a hipótese dos autos não configura falta grave, é ilegal a decretação da perda dos dias remidos pelo trabalho do recorrido. Precedente da Turma.
VIII. Recurso desprovido".
*(REsp nº 825.507/SP, Relator o Ministro **GILSON DIPP**, DJU de 11/9/2006)*

***C** - "EXECUÇÃO PENAL. **HABEAS CORPUS** SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. POSSE DE APARELHO CELULAR FALTA GRAVE. CONDUTA PREVISTA EM RESOLUÇÃO ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE. INCOMPETÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL PARA DEFINIR FALTA DISCIPLINAR DE NATUREZA GRAVE.*
I - A posse de aparelho celular ou seus componentes pelo detento não caracteriza falta disciplinar de natureza grave.
II - Consoante o disposto no art. 49 da LEP, cabe ao legislador local tão-somente especificar as faltas leves e médias.
***Writ** concedido".*
*(HC nº 49.163/SP, Relator o Ministro **FELIX FISCHER**, DJU de 12/6/2006)*

No mesmo sentido, julgados por decisão monocrática: HC nº 76.253/SP, Relator o Ministro Nilson Naves, DJU de 20/4/2007; HC nº 70.214/SP, Relator o Ministro Paulo Medina, DJU de 12/4/2007; HC nº 76.741/SP, Relator o Ministro Hamilton Carvalhido, DJU de 7/3/2007.
Assim, somente por modificação legislativa a posse de aparelho de telefone celular pelo preso poderia ser considerada falta grave, o que veio a ocorrer com a edição da Lei nº 11.466, de 28 de março deste ano.
Ante o exposto, concedo a ordem para tornar sem efeito a decisão que determinou a anotação de falta grave na folha de antecedentes do paciente.
Dê-se imediata ciência ao Tribunal de origem e ao Juiz de primeiro grau.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4050)

HABEAS CORPUS Nº 84.196 - SP (2007/0127582-9)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
IMPETRANTE	: EMERSON AUGUSTO CORREA PASSIANOTO (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA)
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: DANIEL DE OLIVEIRA (PRESO)

DECISÃO

Foi o habeas corpus impetrado em favor de Daniel de Oliveira, em que se requer lhe seja concedida "a ordem almejada, cassando e anulando a decisão combatida nos autos do Agravo em Execução de nº 1012779.3/2-00, diante da flagrante ilegalidade cometida pelos Desembargadores apontados, que confirmou a decisão do Nobre Magistrado da Comarca de Araçatuba/SP, negando ao paciente o direito à progressão de regime, do fechado para o semi-aberto".
Opinou o Ministério Público Federal pela concessão da ordem.
Decido.
O sistema progressivo de cumprimento da pena em casos que tais é tema recorrente, aliás, tema bem discutido entre nós e com solução já assentada pela 6ª Turma. Há inúmeros julgados; os da minha relatoria venho ementando assim (por exemplo, o HC-36.985 - no qual se encontra integralmente o voto -, DJ de 10.10.05):

"Pena privativa de liberdade (sentido e limites). Crimes denominados hediondos (Lei nº 8.072/90). Execução (forma progressiva).
1. As penas devem visar à reeducação do condenado. A história da humanidade teve, tem e terá compromisso com a reeducação e com a reinserção social do condenado. Se fosse doutro modo, a pena estatal estaria fadada ao insucesso.
2. Já há muito tempo que o ordenamento jurídico brasileiro consagrou princípios como o da igualdade de todos perante a lei e o da individualização da pena. O da individualização convive conosco desde o Código de 1830.
3. É disposição eminentemente proibitiva e eminentemente excepcional a lei dos crimes denominados hediondos; portanto, proposição prescritiva de interpretação/exegese estrita.
4. Em bom momento e em louvável procedimento, o legislador de 1984 editou proposição segundo a qual 'a pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso'.
5. Juridicamente possível, assim, a adoção, em casos que tais, da forma progressiva. Ordem de habeas corpus concedida para assegurar ao paciente possa ele ser transferido para regime menos rigoroso."

Acolhendo o parecer, concedo a ordem a fim de assegurar ao paciente, desde que preenchidos os requisitos legais - art. 112 da Lei nº 7.210/84 -, a transferência para regime menos rigoroso.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4051)

HABEAS CORPUS Nº 84.881 - SP (2007/0136313-7)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
IMPETRANTE	: MARCELA PAPA - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: RICARDO MUNIZ

DECISÃO

Neste habeas corpus, impetrado em favor de Ricardo Muniz - condenado por roubo qualificado, à pena de 6 (seis) anos, 2 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado -, pleiteou-se a concessão de regime mais brando para o início do cumprimento da pena.
Ouvido, manifestou-se o Ministério Público Federal (Subprocurador-Geral Brasilino Pereira) pela concessão da ordem; fê-lo nestes termos:

"Com efeito, as circunstâncias consideradas na fixação do *quantum* da pena, mormente por decorrerem do mesmo fato concreto, devem repercutir também sobre a escolha do regime prisional inicial, conforme dispõe o art. 33, § 3º, do Código Penal, pelo que se permite ao juiz, desde que fundamentadamente, fixar regime mais rigoroso, conforme seja recomendável por alguma das circunstâncias do art. 59 do Código Penal.
E, no caso em tela, o regime prisional mais rigoroso foi aplicado unicamente com base na gravidade do delito praticado, consoante se observa do seguinte trecho do voto condutor do v. acórdão do Tribunal *a quo* que negou provimento ao recurso de apelação interposto pelo paciente...
.....
Portanto, verifica-se que, no caso dos autos, o regime fechado para o início do cumprimento da pena foi fixado apenas com base na gravidade genérica do crime de roubo, até porque a pena-base foi fixada no mínimo legal, uma vez que as circunstâncias judiciais (art. 59 do Código Penal) foram consideradas favoráveis.
Desse modo, não tendo sido demonstrada a existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis ao condenado, ora paciente, não é possível a imposição de regime prisional mais gravoso...
.....
Diante do exposto, o Ministério Público Federal oficia pela concessão da ordem, para alterar o regime inicial de cumprimento de pena para o semi-aberto."

Correto o parecer. Acolhendo-o, concedo a ordem com o intuito de estabelecer o regime semi-aberto para o início do cumprimento da pena privativa de liberdade.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4052)

HABEAS CORPUS Nº 84.992 - PB (2007/0137333-6)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: VIVIANE FERREIRA SILVA OLIVEIRA E OUTROS
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE	: JOÃO ELIAS DE MOURA (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de pedido de reconsideração manifestado contra a decisão de fl. 95, em que indeferi o pedido liminar formulado neste *writ*, aos seguintes fundamentos:

"O Juízo de 1ª instância, ao decretar a prisão preventiva do paciente, anotou que 'da análise dos elementos do inquérito policial, percebe-se que há necessidade da prisão do denunciado, tendo em vista que enquanto perdurar a instrução processual poderá ameaçar ou influenciar testemunhas, haja vista haver provas nos autos de que o denunciado já influenciou a testemunha conhecida por Manoel Cão' (fl. 67).
Percebe-se, numa análise perfunctória, que a constrição foi determinada por conveniência da instrução criminal, já que existiriam elementos concretos suficientes a demonstrar que o paciente influenciou testemunha.
Para se afastar esse quadro fático, e, como pretende a impetrante, verificar se realmente existem provas que a referida testemunha tenha sido coagida, necessário seria o revolvimento do conjunto probatório, inviável neste juízo preliminar, que se presta a verificar a existência de ilegalidades manifestas.
Assim, **indefiro** o pedido liminar."

Alega o peticionário que "ainda patente, ao menos na visão do subscritor, a eiva, máxime considerando não haver o feito ainda sido julgado" (fl. 111).
Pretende a reconsideração da decisão e o conseqüente deferimento da medida liminar.
É o relatório.
A toda evidência, a pretensão reclama a apuração do mérito.
Não vislumbro a flagrante ilegalidade anunciada na impetração, vez que verifico no decreto cautelar aparente fundamentação em torno das peculiaridades do caso, circunstâncias a serem sopesadas quando do julgamento meritório pela Egrégia Sexta Turma.
Sendo assim, e inexistente qualquer alteração fática, o indeferimento da liminar há de ser mantido por seus próprios fundamentos.
Publique-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4053)

HABEAS CORPUS Nº 85.062 - SP (2007/0138314-3)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: SAMIR ABRÃO FILHO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: MARCELO PERES GEMHA

DECISÃO

Cuida-se de **habeas corpus** formulado em favor de Marcelo Peres Gemha, denunciado como incurso, por duas vezes, no art. 14 da Lei nº 10.826/2003, em concurso material, apontada como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo.
Busca o impetrante o trancamento da ação penal ao argumento de serem atípicas as condutas atribuídas ao paciente. Afirma que a arma de fogo apreendida estava no porta-malas do veículo porque o paciente pretendia entregá-la à Polícia Federal, acentuando que a munição foi localizada no interior de sua residência, caracterizando o delito de posse, não o de porte ilegal.
Indeferida a liminar, fl. 32, e prestadas as informações, o Ministério Público Federal opina pela denegação da ordem.
Tenho que o pedido não merece seguimento.
Com efeito, esta Corte firmou compreensão no sentido de ser atípica a conduta de posse irregular de arma de fogo, tanto de uso permitido (art. 12) quanto de uso restrito (art. 16), no período referido nos artigos 30 e 32 da Lei nº 10.826/2003, em razão da descriminalização temporária.
De outra parte, caracteriza-se o delito de posse irregular de arma de fogo quando esta estiver guardada no interior da residência (ou dependência desta) ou no trabalho do acusado, evidenciado o porte ilegal se a apreensão ocorrer em local diverso.
Vejam-se:
***A** - "**HABEAS CORPUS**. PENAL. ESTATUTO DO DESARMAMENTO. POSSE ILEGAL DE ARMA. (ARTIGO 16 DA LEI 10.826/03). **ABOLITIO CRIMINIS** TEMPORÁRIA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL.*
1. Consoante o entendimento desta Corte, diante da literalidade dos artigos relativos ao prazo legal para regularização do registro da arma (artigos 30, 31 e 32 da Lei 10.826/03), a descriminalização temporária ocorre exclusivamente em relação às condutas delituosas relativas à posse de arma de fogo.
2. Não se pode confundir a posse de arma de fogo com o porte de arma de fogo. Segundo o Estatuto do Desarmamento, a posse consiste em manter no interior de residência (ou dependência desta) ou no local de trabalho a arma de fogo, enquanto que o porte, por sua vez, pressupõe que a arma de fogo esteja fora da residência ou do local de trabalho.
*3. Na espécie, o ora paciente restou denunciado pela posse ilegal de arma (art. 16, da Lei n.º 10.826/03). Nesse contexto, a hipótese de **abolitio criminis** temporária alcança a sua conduta praticada, tornando-se, pois, viável o acolhimento da pretensão ora deduzida.*
4. Ordem concedida para trancar a ação penal movida em desfavor do paciente."
*(HC nº 48.710/RJ, Relatora a Ministra **LAURITA VAZ**, DJU de 19/6/2006*)

***B** - "PENAL. **HABEAS CORPUS**. DESCAMINHO. DÉBITO FISCAL. ARTIGO 20, **CAPUT**, DA LEI Nº 10.522/2002. PATAMAR ESTABELECIDO PARA O AJUIZAMENTO DA AÇÃO DE EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA OU ARQUIVAMENTO SEM BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO. ART. 18, § 1º, DA LEI Nº 10.522/2002. CANCELAMENTO DO CRÉDITO FISCAL. MATÉRIA PENALMENTE IRRELEVANTE. POSSE DE ARMA DE FOGO. FATO ANTERIOR À LEI 10.826/03. **ABOLITIO CRIMINIS**.*
I - A lesividade da conduta, no delito de descaminho, deve ser tomada em relação ao valor do tributo incidente sobre as mercadorias apreendidas.
*II - O art. 20, **caput**, da Lei nº 10.522/2002 se refere ao ajuizamento da ação de execução ou arquivamento sem baixa na distribuição, não ocorrendo, pois, a extinção do crédito, daí não se poder invocar tal dispositivo normativo para regular o valor do débito caracterizador de matéria penalmente irrelevante.*
*III - **In casu**, o valor do tributo incidente sobre as mercadorias apreendidas é superior ao patamar estabelecido no dispositivo legal que determina a extinção dos créditos fiscais (art. 18, § 1º, da Lei nº 10.522/2002), logo, não se trata de hipótese de desinteresse penal específico.*

IV - Não se pode confundir posse de arma de fogo com o porte de arma de fogo. Com o advento do Estatuto do Desarmamento, tais condutas restaram bem delineadas. A posse consiste em manter no interior de residência (ou dependência desta) ou no local de trabalho a arma de fogo. O porte, por sua vez, pressupõe que a arma de fogo esteja fora da residência ou local de trabalho (Precedente).
V - Os prazos a que se referem os artigos 30, 31 e 32, da Lei nº 10.826/2003, só beneficiam os possuidores de arma de fogo, i.e., quem a possui em sua residência ou emprego. Dessa maneira, até que finde tal prazo (hoje prorrogado até 23/06/2005 - consoante a Lei nº 11.118/2005, de 20/05/2005), ninguém poderá ser preso ou processado por possuir (em casa ou no trabalho) uma arma de fogo (Precedentes).
*VI - **In casu**, a conduta atribuída ao paciente foi a de possuir arma de fogo. Logo, se enquadra nas hipóteses excepcionais dos artigos 30, 31 e 32 do Estatuto do Desarmamento, restando, portanto, extinta a punibilidade ex vi art.5º, XL, da CF c/c art. 107, III, do Código Penal.*
***Writ** parcialmente concedido."*
*(HC nº 53.144/PR, Relator o Ministro **FELIX FISCHER**, DJU de 7/8/2006)*

No caso, a denúncia de fls. 5/7 narra que o paciente transportava o revólver no interior do seu veículo, acondicionado em um coldre de couro, não sendo de falar, portanto, em posse irregular de arma, mas em porte ilegal, não abrangido pela descriminalização temporária.
No que diz com a alegação de que a munição estava no interior do apartamento do paciente, o que configuraria o delito de posse previsto no art. 12 da Lei nº 10.826/2003, trata-se de tema não examinado no acórdão atacado, vedado, dessarte, seja analisado por esta Corte, sob pena de supressão de instância.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 34, XVIII, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego seguimento ao presente **habeas corpus**.
Publique-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4054)

HABEAS CORPUS Nº 85.234 - SP (2007/0141463-0)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
IMPETRANTE	: ANDREA DE ALMEIDA ROSSLER - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: JULIANO APARECIDO ALVES PINHEIRO

DECISÃO

Neste habeas corpus, impetrado em favor de Juliano Aparecido Alves Pinheiro - condenado, por roubo qualificado, à pena de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado -, pleiteia-se a fixação de regime mais brando para o início do cumprimento da pena.
Ouvido, manifestou-se o Ministério Público Federal (Subprocuradora-Geral Maria Eliane) pela concessão da ordem. Eis os fundamentos do parecer:

"Como é sabido, tratando-se de réu primário e fixada a pena-base no mínimo legal, como é a hipótese dos autos, não se pode determinar o cumprimento da pena em regime mais gravoso do que aquele estabelecido para a sanção cominada...
.....
Assim, fixada a pena-base no mínimo legal - porquanto reconhecidas as circunstâncias judiciais favoráveis ao réu - não é cabível infligir regime prisional mais gravoso apenas com base na gravidade genérica do delito. Inteligência do art 33, §§ 2º e 3º, c.c art. 59, ambos do Código Penal.
Ante o exposto, o parecer é pela concessão da ordem de *habeas corpus*, para fixar o regime semi-aberto para o cumprimento inicial da pena."

Correto o parecer. Acolhendo-o, concedo a ordem a fim de estabelecer o regime semi-aberto para o cumprimento inicial da pena privativa de liberdade.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4055)

HABEAS CORPUS Nº 85.240 - SP (2007/0141495-6)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
IMPETRANTE	: ELEONORA NANNI LUCENTI - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: RICARDO MIGUEL GOMES

DECISÃO

Foi o habeas corpus impetrado em favor de Ricardo Miguel Gomes, condenado, por roubo qualificado, à pena de 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado. Pleiteia-se a concessão de regime mais brando para o início do cumprimento da pena.
Ouvido, manifestou-se o Ministério Público Federal (Subprocurador-Geral Guilherme de Aragão) pela concessão da ordem. Eis os termos do parecer:

"A ordem é de ser concedida.
Tanto a sentença condenatória quanto acórdão impetrado fixaram a reprimenda nos seguintes termos:
'Dada a gravidade do crime no qual incorreu o agente, praticado com violência e grave ameaça a pessoa da vítima, indefiro-lhe o direito de recorrer em liberdade desta decisão, e determino inicie o cumprimento de pena no regime fechado; expeça-se por cautela, mandado de prisão em seu desfavor' (sentença - fl. 31)
'A pena deve ser cumprida inicialmente em regime fechado, considerando que tal regime é o necessário para a reprovação e prevenção do crime de roubo, por sua natureza grave' (acórdão fl. 37)
Como visto, o juízo singular e o tribunal *a quo* consideraram, tão somente, a violência e a grave ameaça no cometimento do delito, para fundamentar o regime inicial mais gravoso do que o estipulado em lei. Ocorre que, nem a violência nem a grave ameaça utilizadas na perpetração delituosa justificam a fixação do regime fechado. Isto porque essas constituem elemento do tipo penal do roubo e sendo assim, não configuram argumento idôneo para imposição de regime prisional mais gravoso do que a lei permite. O regime mais severo justifica-se apenas quando a violência é excessiva, o que não ocorreu no caso.
Igualmente, não é cabível imputar regime prisional mais severo apenas com base na gravidade genérica do delito, principalmente quando reconhecidas as circunstâncias judiciais favoráveis e fixada a pena-base no mínimo legal.
.....
Pelo exposto o Ministério Público Federal opina por que a ordem seja concedida, para permitir ao paciente o regime inicial semi-aberto."

Correto o parecer. Acolhendo-o, concedo a ordem a fim de estabelecer o regime semi-aberto para o início do cumprimento da pena.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4056)

HABEAS CORPUS Nº 85.343 - SP (2007/0143143-8)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
IMPETRANTE	: EVANDRO FRANCO LIBANEO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: FLÁVIO BUENO DE OLIVEIRA (PRESO)

DECISÃO

Foi o habeas corpus impetrado em favor de Flávio Bueno de Oliveira, contra decisão de Desembargador do Tribunal Justiça de São Paulo que concedera liminar em mandado de segurança, impedindo o paciente de usufruir a progressão de regime prisional.
Ocorre que a presente ordem é mera reiteração do HC-84.308, de minha relatoria, no qual, aliás, por decisão unipessoal publicada em 8.8.07, o Ministro Peçanha Martins, Vice-Presidente, no exercício da Presidência desta Corte, deferiu "o pedido liminar a fim de, cassada a liminar deferida no mandado de segurança, restabelecer a decisão do Juízo das Execuções Penais que concedeu ao paciente a progressão do regime fechado para o semi-aberto".
Tal o contexto, este habeas corpus perdeu o seu objeto. Julgo-o, por conseguinte, prejudicado (art. 659 do Cód. de Pr. Penal e arts. 34, XI, e 209 do Regimento).
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4057)

HABEAS CORPUS Nº 85.480 - SP (2007/0144556-4)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: BENEDITO DE JESUS CARVALHO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: BENEDITO DE JESUS CARVALHO (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de **habeas corpus** impetrado, em causa própria, por Benedito de Jesus Carvalho, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo.
Os autos foram a mim distribuídos por prevenção com o HC nº 55.420/SP.
Colhe-se do processado que o paciente foi condenado, nos autos da Ação Penal nº 1.351/2003, por infração do artigo 213, **caput**, c/c o artigo 71, ambos do Código Penal, a 10 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão, a serem cumpridos integralmente em regime fechado, e, ainda, do artigo 157, § 2º, I, do mesmo diploma legal, a 9 anos e 4 meses de reclusão, no regime fechado, provimento mantido em sede de apelação.
Busca a impetração que seja afastado o caráter hediondo do crime de estupro, afirmando que deste não teria resultado lesão corporal grave ou morte.
Indeferida a liminar, fl. 13, e prestadas as informações, o Ministério Público Federal opina pela denegação do **writ**.
Tenho que o pedido não merece seguimento.
Isso porque é pacífica a compreensão, no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, de que o estupro e o atentado violento ao pudor, também nas suas formas simples, isto é, das quais não haja resultado lesão corporal ou morte, constituem crimes hediondos, a teor do que dispõe o artigo 1º, incisos V e VI, da Lei nº 8.072/90.
Nesse sentido:
***A** - "**HABEAS CORPUS**. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ESTUPRO E ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR NA FORMA SIMPLES. CRIME HEDIONDO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. INEXISTÊNCIA. NARRATIVA DOS FATOS CRIMINOSOS. AMPLA DEFESA ASSEGURADA.*
1. Os crimes de estupro ou de atentado violento ao pudor, ainda que na forma simples e mesmo com violência presumida, possuem natureza hedionda. Precedentes.
2. Evidenciado que a denúncia narrou os fatos configuradores dos crimes de modo a possibilitar plenamente a defesa do acusado, não é possível o reconhecimento de sua inépcia na via do habeas corpus, sobretudo após a prolação de sentença condenatória, confirmada em sede de apelação.
3. Ordem denegada."
*(HC nº 60.413/ES, Relatora a Ministra **LAURITA VAZ**, DJU de 7/5/2007)*

***B** - "**HABEAS CORPUS**. PROCESSUAL PENAL. PENAL. ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. MENOR DE QUATORZE ANOS. VIOLÊNCIA PRESUMIDA. AUMENTO DE PENA. CORRETA APLICAÇÃO DO ART. 9° DA LEI N.° 8.072/90. MISERABILIDADE DA VÍTIMA E DE SUA FAMÍLIA. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.*
O estupro e o atentado violento ao pudor - ainda que praticados na forma simples - seja com violência real ou presumida, configuram crimes hediondos, alcançados pela Lei nº 8.072/90 e suas disposições.
A representação nos crimes de ação penal pública condicionada prescinde de qualquer formalidade, sendo necessário apenas a vontade inequívoca da vítima ou de seu representante legal, mesmo que realizada na fase policial. Precedentes desta Corte e do STF.
Ordem denegada."
*(HC nº 46.455/RJ, Relator o Ministro **PAULO MEDINA**, DJU de 25/9/2006)*

De notar, por outro lado, que foi concedida a ordem no mencionado HC nº 55.420/SP, para afastar o óbice à progressão de regime prisional.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 34, XVIII, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego seguimento ao presente **habeas corpus**.
Dê-se ciência ao impetrante.
Publique-se.
Brasília, DF, 21 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4058)

HABEAS CORPUS Nº 85.481 - SP (2007/0144557-6)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: BENEDITO DE JESUS CARVALHO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: BENEDITO DE JESUS CARVALHO (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de **habeas corpus** impetrado, em causa própria, por Benedito de Jesus Carvalho, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo.
Os autos foram a mim distribuídos por prevenção com o HC nº 55.420/SP.
Colhe-se do processado que o paciente foi condenado, nos autos da Ação Penal nº 1.400/2003, por infração do artigo 157, **caput**, do Código Penal, a 9 anos e 4 meses de reclusão, no regime fechado, e, ainda, do artigo 213, **caput**, do mesmo diploma legal, a 6 anos de reclusão, a serem cumpridos integralmente em regime fechado.
O Tribunal local deu parcial provimento ao recurso ministerial para fixar a pena em 8 anos de reclusão, no tocante ao delito de roubo, e em 7 anos de reclusão para o crime de estupro, mantida, no mais, a sentença.
Busca a impetração que seja afastado o caráter hediondo do crime de estupro, afirmando que deste não teria resultado lesão corporal grave ou morte.
Indeferida a liminar, fl. 12, e prestadas as informações, o Ministério Público Federal opina pela denegação do **writ**.
Tenho que o pedido não merece seguimento.
Isso porque é pacífica a compreensão, no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, de que o estupro e o atentado violento ao pudor, também nas suas formas simples, isto é, das quais não haja resultado lesão corporal ou morte, constituem crimes hediondos, a teor do que dispõe o artigo 1º, incisos V e VI, da Lei nº 8.072/90.

Nesse sentido:
A *- "**HABEAS CORPUS**. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ESTUPRO E ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR NA FORMA SIMPLES. CRIME HEDIONDO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. INEXISTÊNCIA. NARRATIVA DOS FATOS CRIMINOSOS. AMPLA DEFESA ASSEGURADA.*
1. Os crimes de estupro ou de atentado violento ao pudor, ainda que na forma simples e mesmo com violência presumida, possuem natureza hedionda. Precedentes.
2. Evidenciado que a denúncia narrou os fatos configuradores dos crimes de modo a possibilitar plenamente a defesa do acusado, não é possível o reconhecimento de sua inépcia na via do habeas corpus, sobretudo após a prolação de sentença condenatória, confirmada em sede de apelação.
3. Ordem denegada."
*(HC nº 60.413/ES, Relatora a Ministra **LAURITA VAZ**, DJU de 7/5/2007)*

B *- "**HABEAS CORPUS**. PROCESSUAL PENAL. PENAL. ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. MENOR DE QUATORZE ANOS. VIOLÊNCIA PRESUMIDA. AUMENTO DE PENA. CORRETA APLICAÇÃO DO ART. 9° DA LEI N.° 8.072/90. MISERABILIDADE DA VÍTIMA E DE SUA FAMÍLIA. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.*
O estupro e o atentado violento ao pudor - ainda que praticados na forma simples - seja com violência real ou presumida, configuram crimes hediondos, alcançados pela Lei nº 8.072/90 e suas disposições.
A representação nos crimes de ação penal pública condicionada prescinde de qualquer formalidade, sendo necessário apenas a vontade inequívoca da vítima ou de seu representante legal, mesmo que realizada na fase policial. Precedentes desta Corte e do STF.
Ordem denegada."
*(HC nº 46.455/RJ, Relator o Ministro **PAULO MEDINA**, DJU de 25/9/2006)*

De notar, por outro lado, que foi concedida a ordem no HC nº 55.489/SP, para afastar o óbice à progressão de regime prisional.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 34, XVIII, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego seguimento ao presente **habeas corpus**.
Dê-se ciência ao impetrante.
Publique-se.
Brasília, DF, 21 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4059)

HABEAS CORPUS Nº 85.605 - SP (2007/0146485-1)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
IMPETRANTE	: RAFAEL AUGUSTO FREIRE FRANCO - PROCURADORIA DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: M A B (INTERNADO)

DECISÃO

Neste habeas corpus, impetrado em favor de M.A.B. - representado por ato infracional equiparado ao tráfico ilícito de entorpecentes -, sustenta-se, em suma, que não há previsão legal para a aplicação da medida de internação. Pleiteia-se, diante disso, "a aplicação de outra medida em meio integralmente aberto, caso ainda haja déficit sócio-educativo a ser suprido".
Ouvido, manifestou-se o Ministério Público Federal (Subprocuradora-Geral Delza Curvello) pela concessão da ordem; fê-lo nestes termos:

"Assiste razão ao impetrante. Com efeito, reiterados pronunciamentos desse Tribunal Superior veiculam o entendimento segundo o qual a internação, medida sócio-educativa extrema, está autorizada tão somente nas hipóteses taxativamente elencadas no art. 122 do ECA, o que denota a ilegalidade da constrição determinada em desfavor do ora paciente, cujo ato infracional (tráfico ilícito de entorpecentes), ainda que grave, não se amolda ao inciso I do dispositivo retromencionado. De igual sorte, afasta-se a incidência dos incisos II e III do mesmo dispositivo legal, eis que, a toda evidência, trata-se de menor sem qualquer outro registro de incidente negativo.
Ante o exposto opina o Ministério Público Federal pela concessão da ordem,para anular a r. sentença da 1ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Botucatu/SP, de sorte que outra seja proferida, permitindo-se que o adolescente aguarde em meio mais propício à sua reinserção social a prolação de nova decisão."

Afigura-se-me evidente o constrangimento ilegal relativo à internação, pois o art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente é restritivo quanto à possibilidade de aplicação da medida mais gravosa.
Tal o contexto, acolhendo os fundamentos do parecer ministerial, concedo a ordem de habeas corpus para, afastando a internação, aplicar ao adolescente a medida sócio-educativa de liberdade assistida.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4060)

HABEAS CORPUS Nº 85.633 - SP (2007/0146600-1)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: FABIANA CAMARGO MIRANDA - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: REGINA ROMÃO PORCINO

DESPACHO

Trata-se de *habeas corpus*, impetrado em favor de REGINA ROMÃO PORCINO, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
O il. Subprocurador-Geral da República, em sua manifestação à fl. 73, requer seja o feito convertido em diligência para que seja oficiado à Vara de Execuções Criminais do Estado de São Paulo a fim de que informe se já fora cumprida a pena aplicada à paciente na ação penal nº 050.05.033454-9.
Ante ao exposto, atenda-se o requerido pelo Ministério Público Federal.
Após, nova vista ao *Parquet* Federal para parecer conclusivo.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4061)

HABEAS CORPUS Nº 86.009 - SP (2007/0150974-2)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
IMPETRANTE	: MARCOS ANTÔNIO LOPES JACINTO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: MARCOS ANTÔNIO LOPES JACINTO (PRESO)

DECISÃO

Condenado por latrocínio, teve o paciente o pedido de progressão de regime indeferido pelo Juiz da 1ª Vara de Execuções Criminais de Presidente Prudente nestes termos:

"A pretensão é improcedente.
Com efeito, o sentenciado sequer preenche o requisito objetivo, posto que não cumpriu parcela superior a dois quintos (2/5) no atual regime, conforme dispõe a redação da Lei 11.464/07.
Diante do exposto, indefiro por ora, a promoção do sentenciado supra qualificado ao regime semi-aberto, ante ausência de requisito objetivo."

Neste habeas corpus, renova-se o pleito de progressão.
Opinou o Ministério Público Federal "pela denegação do *writ*", uma vez que a "progressão de regime prisional não foi debatida pelo Tribunal *a quo*".
Decido.
De fato, a matéria não foi enfrentada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Entretanto a ilegalidade é manifesta. Conquanto haja lei nova disciplinando a matéria (Lei nº 11.464/07), ela não poderá retroagir (art. 5º, XL, da Constituição). A propósito, a 6ª Turma do Superior Tribunal já se manifestou sobre a matéria. Vejamos (RHC-21.055, Ministra Maria Thereza, DJ de 4.6.07):

"Recurso em *habeas corpus*. Direito Penal. Progressão de regime prisional. Crimes hediondos. Inconstitucionalidade da vedação ao cumprimento progressivo da pena. Exigência de lapso temporal não previsto na legislação pátria. Impossibilidade. Princípio da legalidade. Advento da Lei nº 11.464/07. Lapsos temporais mais gravosos. Aplicação exclusiva aos casos supervenientes.
1. Reconhecida a inconstitucionalidade do art. 2º, § 1º da Lei n.º 8.072/90, na sua antiga redação, não pode o magistrado exigir lapso distinto do previsto na legislação pátria para a progressão de regime, sob pena de ferir-se o princípio da legalidade.
2. Com o advento da Lei n.º 11.464/07, a progressão de regime prisional aos condenados pela prática de crimes hediondos é permitida após o cumprimento de 2/5 da pena, em se tratando de réu primário, ou 3/5, nos casos de reincidência, lapsos aplicáveis somente aos casos supervenientes à sua vigência, em razão do maior rigor.
3. Recurso provido."
Concedo, pois, a ordem a fim de que se adote, na execução em forma progressiva da pena, o um sexto do art. 112 da Lei nº 7.210/84.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4062)

HABEAS CORPUS Nº 86.143 - SP (2007/0152888-7)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: VALÉRIA CRISTINA C PINTO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: ANTONIO PEREIRA DE SOUZA NETO (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de **habeas corpus** impetrado em favor de Antonio Pereira de Souza Neto, apontada como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo.
Colhe-se do processado que o paciente foi condenado, como incurso no artigo 157, § 2º, I e II, do Código Penal, a 5 anos e 4 meses de reclusão, a serem cumpridos no regime fechado, e multa, provimento mantido em sede de apelação.
Busca a impetração a possibilidade de o paciente iniciar o desconto da reprimenda no regime semi-aberto.
Indeferida a liminar pelo Ministro Presidente, fl. 89, e prestadas as informações, a Subprocuradoria-Geral da República opina pela concessão da ordem.
Realmente, o **writ** é de ser deferido.
Isto porque os artigos 59, III, e 33, § 3º, do Código Penal, preceituam que, na determinação do regime inicial de cumprimento de pena, observados os limites previstos no § 2º daquele último, devem ser levadas em conta as circunstâncias ditas judiciais, só se justificando a imposição de regime mais severo se devidamente motivada a escolha, assentada a opção, por certo, nessas circunstâncias.
Em compreensão hoje pacificada no Superior Tribunal de Justiça, tratando-se de réu primário, fixada a pena-base no mínimo legal, como no caso, é inadmissível a estipulação de regime prisional mais rigoroso do que aquele previsto para a sanção corporal aplicada.
Vejam-se:
A *- "CRIMINAL. HC. ROUBO QUALIFICADO. REGIME PRISIONAL FECHADO. GRAVIDADE DO CRIME. IMPROPRIEDADE DA FUNDAMENTAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS FAVORÁVEIS. PENA-BASE FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. DIREITO AO REGIME SEMI-ABERTO. ORDEM CONCEDIDA.*
Hipótese em que se alega serem as circunstâncias judiciais do paciente favoráveis à concessão do regime inicial semi-aberto, ressaltando-se que a imposição do regime mais gravoso foi fundamentada apenas na gravidade abstrata do delito.
Não pode prevalecer a alegação do acórdão de que o réu possui outra condenação quando a sentença e demais documentos constantes dos autos demonstram o contrário.
Se o condenado preenche os requisitos para o cumprimento da pena em regime semi-aberto, em função da quantidade de pena imposta e diante do reconhecimento de circunstâncias judiciais favoráveis, na própria dosimetria da reprimenda, não cabe a imposição de regime mais gravoso com fundamento exclusivo na gravidade do delito praticado.
Entendimento consolidado nas Súmulas 718 e 719 do STF.
*Tratando-se de nulidade prontamente verificada, deve ser permitido o devido saneamento via **habeas corpus**.*
Deve ser determinado o regime semi-aberto para o início do cumprimento da reprimenda imposta aos pacientes.
Ordem concedida, nos termos do voto do Relator."
*(HC nº 53.636/SP, Relator o Ministro **GILSON DIPP**, DJU de 8/5/2006)*

B *- "PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. PEDIDO PARA AGUARDAR EM LIBERDADE O JULGAMENTO DO FEITO. PREJUDICIALIDADE. TRÂNSITO EM JULGADO. PENA-BASE ESTABELECIDA NO MÍNIMO LEGAL. GRAVIDADE ABSTRATA DO DELITO. FIXAÇÃO DO REGIME INICIAL MAIS SEVERO. INADMISSIBILIDADE.*
O trânsito em julgado da sentença penal condenatória prejudica a análise do pedido do paciente para aguardar em liberdade o julgamento do feito.
O regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade deve considerar, além da quantidade da pena aplicada (§ 2º do art. 33 do CP), as condições pessoais do réu (§ 3º do art. 33 c/c art. 59 do CP), sendo vedado, em regra, avaliar apenas a gravidade abstrata do crime.
Não cabe o regime inicial fechado se a quantidade da pena imposta pela sentença permite que seja estabelecido o semi-aberto e não se apontam circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu.
Estabelecida a pena-base no patamar mínimo, é de rigor a fixação do regime inicial semi-aberto ao condenado não reincidente cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito).
Recurso parcialmente provido, para determinar o início do cumprimento da pena no regime semi-aberto."
*(RHC nº 15.766/SP, Relator o Ministro **PAULO MEDINA**, DJU de 6/2/2006)*

Ante o exposto, concedo o **habeas corpus** para garantir ao paciente o direito de iniciar no regime semi-aberto o cumprimento da pena que lhe foi imposta na ação penal de que aqui se trata.
Dê-se imediata ciência ao Tribunal de origem e ao Juízo de primeiro grau.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4063)

HABEAS CORPUS Nº 86.363 - SP (2007/0156159-8)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: DENISE NAKANO VERONEZI - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: RODRIGO DA SILVA

DECISÃO

Cuida-se de **habeas corpus** impetrado em favor de Rodrigo da Silva, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo.
Colhe-se do processado que o paciente foi condenado, como incurso no art. 157, § 2º, II, c/c o art. 14, II, do Código Penal, a 3 anos, 6 meses e 20 dias de reclusão, em regime semi-aberto, e multa.
Busca a impetração assegurar ao paciente o direito de iniciar o cumprimento da sanção corporal no regime aberto.
Indeferida a liminar, fl. 33, e prestadas as informações, a Subprocuradoria-Geral da República opina pela concessão da ordem.
Realmente, o pedido deve ser deferido.
Isto porque os artigos 59, III, e 33, § 3º, do Código Penal, preceituam que, na determinação do regime inicial de cumprimento de pena, observados os limites previstos no § 2º daquele último, devem ser levadas em conta as circunstâncias ditas judiciais, só se justificando a imposição de regime mais severo se devidamente motivada a escolha, assentada a opção, por certo, nessas circunstâncias.
Em compreensão hoje pacificada no Superior Tribunal de Justiça, tratando-se de réu primário, fixada a pena-base no mínimo legal, como no caso, é inadmissível a estipulação de regime prisional mais rigoroso do que aquele previsto para a sanção corporal aplicada.
Vejam-se:
A *- "CRIMINAL. HC. ROUBO QUALIFICADO. REGIME PRISIONAL FECHADO. GRAVIDADE DO CRIME. IMPROPRIEDADE DA FUNDAMENTAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS FAVORÁVEIS. PENA-BASE FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. DIREITO AO REGIME SEMI-ABERTO. ORDEM CONCEDIDA.*
Hipótese em que se alega serem as circunstâncias judiciais do paciente favoráveis à concessão do regime inicial semi-aberto, ressaltando-se que a imposição do regime mais gravoso foi fundamentada apenas na gravidade abstrata do delito.
Não pode prevalecer a alegação do acórdão de que o réu possui outra condenação quando a sentença e demais documentos constantes dos autos demonstram o contrário.
Se o condenado preenche os requisitos para o cumprimento da pena em regime semi-aberto, em função da quantidade de pena imposta e diante do reconhecimento de circunstâncias judiciais favoráveis, na própria dosimetria da reprimenda, não cabe a imposição de regime mais gravoso com fundamento exclusivo na gravidade do delito praticado.
Entendimento consolidado nas Súmulas nºs 718 e 719 do STF.
Tratando-se de nulidade prontamente verificada, deve ser permitido o devido saneamento via ***habeas corpus****.*
Deve ser determinado o regime semi-aberto para o início do cumprimento da reprimenda imposta aos pacientes.
Ordem concedida, nos termos do voto do Relator."
(HC nº 53.636/SP, Relator o Ministro ***GILSON DIPP****, DJU de 8/5/2006)*

B *- "PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. PEDIDO PARA AGUARDAR EM LIBERDADE O JULGAMENTO DO FEITO. PREJUDICIALIDADE. TRÂNSITO EM JULGADO. PENA-BASE ESTABELECIDA NO MÍNIMO LEGAL. GRAVIDADE ABSTRATA DO DELITO. FIXAÇÃO DO REGIME INICIAL MAIS SEVERO. INADMISSIBILIDADE.*
O trânsito em julgado da sentença penal condenatória prejudica a análise do pedido do paciente para aguardar em liberdade o julgamento do feito.
O regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade deve considerar, além da quantidade da pena aplicada (§ 2º do art. 33 do CP), as condições pessoais do réu (§ 3º do art. 33 c/c art. 59 do CP), sendo vedado, em regra, avaliar apenas a gravidade abstrata do crime.
Não cabe o regime inicial fechado se a quantidade da pena imposta pela sentença permite que seja estabelecido o semi-aberto e não se apontam circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu.
Estabelecida a pena-base no patamar mínimo, é de rigor a fixação do regime inicial semi-aberto ao condenado não reincidente cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito).
Recurso parcialmente provido, para determinar o início do cumprimento da pena no regime semi-aberto."
(RHC nº 15.766/SP, Relator o Ministro ***PAULO MEDINA****, DJU de 6/2/2006)*

Ante o exposto, concedo o **habeas corpus** para garantir ao paciente o direito de iniciar no regime aberto o cumprimento da pena que lhe foi imposta na ação penal de que aqui se trata.
Dê-se imediata ciência ao Tribunal de origem e ao Juízo de primeiro grau.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4064)

HABEAS CORPUS Nº 86.477 - ES (2007/0157384-5)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: JOSÉ GERALDO RIBEIRO DE ALCÂNTARA
ADVOGADO	: ROBERTO TENÓRIO KATTER
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE	: JOSÉ GERALDO RIBEIRO DE ALCÂNTARA (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de **habeas corpus** impetrado em favor de José Geraldo Ribeiro de Alcântara, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Espírito Santo, pretendendo que o paciente seja colocado em liberdade.
Constata-se, contudo, que o **writ** é manifestamente incabível, pois veicula pedido idêntico ao formulado no RHC nº 21.425/ES, no qual concedi a ordem nesta data.
Ante o exposto, com base no art. 34, XVIII, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego seguimento ao presente **habeas corpus**.
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4065)

HABEAS CORPUS Nº 86.581 - SP (2007/0158913-3)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: RODRIGO VIDAL NITRINI - DEFENSOR PÚBLICO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: VAGNER BITTENCOURT (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de **habeas corpus** impetrado em favor de Vagner Bittencourt, apontada como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo.
Colhe-se do processado que o paciente foi condenado, como incurso no artigo 157, § 2º, I e II, do Código Penal, a 5 anos e 6 meses de reclusão, a serem cumpridos no regime fechado, e multa, provimento mantido em sede de apelação.
Busca a impetração a possibilidade de o paciente iniciar o desconto da reprimenda no regime aberto.
Indeferida a liminar, fl. 41, e prestadas as informações, a Subprocuradoria-Geral da República opina pela concessão da ordem.
Tenho que o **writ** deve ser deferido em parte.
Isto porque os artigos 59, III, e 33, § 3º, do Código Penal, preceituam que, na determinação do regime inicial de cumprimento de pena, observados os limites previstos no § 2º daquele último, devem ser levadas em conta as circunstâncias ditas judiciais, só se justificando a imposição de regime mais severo se devidamente motivada a escolha, assentada a opção, por certo, nessas circunstâncias.
Em compreensão hoje pacificada no Superior Tribunal de Justiça, tratando-se de réu primário, fixada a pena-base no mínimo legal, como no caso, é inadmissível a estipulação de regime prisional mais rigoroso do que aquele previsto para a sanção corporal aplicada.
Vejam-se:
A *- "CRIMINAL. HC. ROUBO QUALIFICADO. REGIME PRISIONAL FECHADO. GRAVIDADE DO CRIME. IMPROPRIEDADE DA FUNDAMENTAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS FAVORÁVEIS. PENA-BASE FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. DIREITO AO REGIME SEMI-ABERTO. ORDEM CONCEDIDA.*
Hipótese em que se alega serem as circunstâncias judiciais do paciente favoráveis à concessão do regime inicial semi-aberto, ressaltando-se que a imposição do regime mais gravoso foi fundamentada apenas na gravidade abstrata do delito.
Não pode prevalecer a alegação do acórdão de que o réu possui outra condenação quando a sentença e demais documentos constantes dos autos demonstram o contrário.
Se o condenado preenche os requisitos para o cumprimento da pena em regime semi-aberto, em função da quantidade de pena imposta e diante do reconhecimento de circunstâncias judiciais favoráveis, na própria dosimetria da reprimenda, não cabe a imposição de regime mais gravoso com fundamento exclusivo na gravidade do delito praticado.
Entendimento consolidado nas Súmulas 718 e 719 do STF.
Tratando-se de nulidade prontamente verificada, deve ser permitido o devido saneamento via ***habeas corpus****.*
Deve ser determinado o regime semi-aberto para o início do cumprimento da reprimenda imposta aos pacientes.
Ordem concedida, nos termos do voto do Relator."
(HC nº 53.636/SP, Relator o Ministro ***GILSON DIPP****, DJU de 8/5/2006)*

B *- "PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. PEDIDO PARA AGUARDAR EM LIBERDADE O JULGAMENTO DO FEITO. PREJUDICIALIDADE. TRÂNSITO EM JULGADO. PENA-BASE ESTABELECIDA NO MÍNIMO LEGAL. GRAVIDADE ABSTRATA DO DELITO. FIXAÇÃO DO REGIME INICIAL MAIS SEVERO. INADMISSIBILIDADE.*
O trânsito em julgado da sentença penal condenatória prejudica a análise do pedido do paciente para aguardar em liberdade o julgamento do feito.
O regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade deve considerar, além da quantidade da pena aplicada (§ 2º do art. 33 do CP), as condições pessoais do réu (§ 3º do art. 33 c/c art. 59 do CP), sendo vedado, em regra, avaliar apenas a gravidade abstrata do crime.
Não cabe o regime inicial fechado se a quantidade da pena imposta pela sentença permite que seja estabelecido o semi-aberto e não se apontam circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu.
Estabelecida a pena-base no patamar mínimo, é de rigor a fixação do regime inicial semi-aberto ao condenado não reincidente cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito).
Recurso parcialmente provido, para determinar o início do cumprimento da pena no regime semi-aberto."
(RHC nº 15.766/SP, Relator o Ministro ***PAULO MEDINA****, DJU de 6/2/2006)*

De rigor, portanto, que a sanção imposta ao paciente - de 5 anos e 6 meses de reclusão - seja descontada inicialmente no regime intermediário, a teor do art. 33, § 2º, "b", do Código Penal, revelando-se incabível, contudo, o regime mais brando, haja vista que a reprimenda supera 4 anos de reclusão.
Ante o exposto, concedo parcialmente o **habeas corpus** para garantir ao paciente o direito de iniciar no regime semi-aberto o cumprimento da pena que lhe foi imposta na ação penal de que aqui se trata.
Dê-se imediata ciência ao Tribunal de origem e ao Juízo de primeiro grau.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4066)

HABEAS CORPUS Nº 87.358 - RS (2007/0169685-2)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
IMPETRANTE	: CLEOMIR DE OLIVEIRA CARRÃO - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE	: ROBERTO SANTOS MOREIRA

DECISÃO

Foi o habeas corpus impetrado em favor de Roberto Santos Moreira, condenado por tráfico ilícito de entorpecentes e roubo qualificado, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que deu provimento ao agravo em execução interposto pelo Ministério Público estadual, impedindo o paciente de usufruir a progressão de regime prisional que lhe fora deferida pelo Juiz da execução.
Opinou o Ministério Público Federal (Subprocuradora-Geral Delza Curvello) pela concessão da ordem.
Sobre a questão, recentemente ementei (HC-76.298):

"Pena privativa de liberdade (execução). Regimes (progressão). Requisitos (caso). Exame criminológico (precindibilidade). Gravidade do fato (irrelevância).
1. A forma de execução da pena é progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, sempre e sempre.
2. A decisão que defere a progressão de regime não há mais de ser precedida, obrigatoriamente, de exame criminológico.
3. No caso, preencheu o condenado os requisitos objetivo - 1/6 da pena - e subjetivo - atestado de bom comportamento carcerário. A simples gravidade do fato não pode servir de óbice à progressão.
4. Ordem concedida a fim de se assegurar ao condenado a transferência para o regime semi-aberto."

A determinação, apenas pelo Tribunal de Justiça, e não pelo Juízo da execução, da submissão do paciente a exame criminológico para obtenção do benefício é de ser afastada, bastando, no caso, o atestado de bom comportamento carcerário.
Tal o contexto, concedo a ordem para restabelecer a decisão do Juiz da execução que deferiu a progressão de regime prisional.
Publique-se
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4067)

HABEAS CORPUS Nº 87.472 - SP (2007/0171747-9)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: LUIZA BARROS ROZAS - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: SAMUEL TADEU LEITE (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de **habeas corpus** impetrado em favor de Samuel Tadeu Leite, apontada como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, insurgindo-se a impetração contra a decisão do Juiz das Execuções que, nos termos da Resolução nº 113, da Secretaria de Administração Penitenciária, reconheceu como falta grave a apreensão de telefone celular em poder do paciente.
Afirma-se que a Lei de Execução Penal, em seu art. 50, não prevê como falta disciplinar de natureza grave a posse de aparelho celular no interior do estabelecimento prisional.
Indeferida a liminar, fl. 40, e prestadas as informações, a Subprocuradoria-Geral da República manifestou-se pelo não conhecimento do **writ**.
A meu ver, contudo, o **habeas corpus** deve ser deferido.
Dispõe o art. 49 da Lei de Execução Penal que as faltas disciplinares são classificadas em leves, médias e graves, cabendo à legislação local especificar as duas primeiras espécies, bem assim as respectivas sanções.

Por outro lado, ao tratar da falta grave, justamente por poder atingir benefícios já alcançados pelo condenado, adotou o legislador o critério taxativo, enumerando nos artigos 50 e 52 do diploma de regência, as condutas que podem ser enquadradas naquele conceito, ali não se encontrando a posse de telefone celular.
Assim, a Resolução nº 113, da Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo, não poderia qualificar essa conduta como falta grave, justamente por se tratar de tema reservado à lei no sentido estrito.
Segundo o magistério de Julio Fabbrini Mirabete, no seu Execução Penal, 9ª edição, Editora Atlas, 2000, São Paulo, p. 139:
*"Como a lei de Execução Penal prevê em **numerus clausus** as condutas que poderão identificar faltas graves por parte dos condenados e presos provisórios, não pode a lei local ou mero regulamento administrativo tipificar como tais outras condutas. Estas somente poderão ser consideradas como faltas médias ou leves quando previstas nessas normas complementares".*

Nesse sentido:
***A** - "**HABEAS CORPUS**. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. PORTE DE APARELHO DE TELEFONE CELULAR NO INTERIOR DO PRESÍDIO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ.*
1. A posse de aparelho celular ou seus componentes pelo apenado não caracteriza falta disciplinar de natureza grave, pois, consoante o disposto no art. 49, da Lei de Execução Penal, compete ao legislador local tão-somente especificar as faltas leves e médias. Precedentes do STJ.
2. Ordem concedida para que seja retirada da folha de antecedentes e do roteiro de penas do paciente a anotação de falta grave em razão da posse de aparelho de telefone celular no interior do presídio."
*(HC nº 69.581/SP, Relatora a Ministra **LAURITA VAZ**, DJU de 5/2/2007)*

***B** - "CRIMINAL. RESP. EXECUÇÃO DA PENA. PORTE DE TELEFONE CELULAR. FALTA GRAVE. RESOLUÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. PERDA DOS DIAS REMIDOS. ILEGALIDADE. RECURSO DESPROVIDO.*
IX. Hipótese em que o apenado foi punido com a perda dos dias remidos, ao entendimento de que o porte de aparelho de telefone celular configura falta de natureza grave.
X. Resolução da Secretaria da Administração Penitenciária, ao definir como falta grave o porte de aparelho celular e seus componentes e acessórios, ultrapassou os limites do art. 49 da Lei de Execuções Penais, o qual dispõe que a atuação do Estado deve restringir-se à especificação das faltas leves e médias.
XI. Se a hipótese dos autos não configura falta grave, é ilegal a decretação da perda dos dias remidos pelo trabalho do recorrido. Precedente da Turma.
XII. Recurso desprovido".
*(REsp nº 825.507/SP, Relator o Ministro **GILSON DIPP**, DJU de 11/9/2006)*

***C** - "EXECUÇÃO PENAL. **HABEAS CORPUS** SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. POSSE DE APARELHO CELULAR FALTA GRAVE. CONDUTA PREVISTA EM RESOLUÇÃO ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE. INCOMPETÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL PARA DEFINIR FALTA DISCIPLINAR DE NATUREZA GRAVE.*
I - A posse de aparelho celular ou seus componentes pelo detento não caracteriza falta disciplinar de natureza grave.
II - Consoante o disposto no art. 49 da LEP, cabe ao legislador local tão-somente especificar as faltas leves e médias.
***Writ** concedido".*
*(HC nº 49.163/SP, Relator o Ministro **FELIX FISCHER**, DJU de 12/6/2006)*

No mesmo sentido, julgados por decisão monocrática: HC nº 76.253/SP, Relator o Ministro Nilson Naves, DJU de 20/4/2007; HC nº 70.214/SP, Relator o Ministro Paulo Medina, DJU de 12/4/2007; HC nº 76.741/SP, Relator o Ministro Hamilton Carvalhido, DJU de 7/3/2007.
Assim, somente por modificação legislativa a posse de aparelho de telefone celular pelo preso poderia ser considerada falta grave, o que veio a ocorrer com a edição da Lei nº 11.466, de 28 de março deste ano.
Ante o exposto, concedo a ordem para tornar sem efeito a decisão que determinou a anotação de falta grave na folha de antecedentes e a perda dos dias remidos.
Dê-se imediata ciência ao Tribunal de origem e ao Juiz de primeiro grau.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4068)

HABEAS CORPUS Nº 87.931 - MS (2007/0177107-0)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
IMPETRANTE	: LINEU GONÇALVES DE AGUIAR
ADVOGADO	: SANDRA REGINA SANTOS DE VASCONCELOS - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE	: LINEU GONÇALVES DE AGUIAR (PRESO)

DECISÃO

É deste teor o pronunciamento do Ministério Público Federal (Subprocurador-Geral Edinaldo de Holanda):

"Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de Lineu Gonçalves de Aguiar - condenado por tráfico ilícito de entorpecentes, à pena de 04 (quatro) anos e 08 (oito) meses de reclusão - contra decisão do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul que, em sede de igual teor, possibilitou ao paciente a progressão de regime prisional, desde que atendidos os requisitos dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei nº 8.072/1990, alterados pela Lei nº 11.464/2007.
Pugna a impetrante - sustentando a irretroatividade da Lei nº 11.464/2007 - que seja reconhecido o direito à progressão de regime prisional, com o cumprimento de apenas 1/6 (um sexto) da pena, nos termos do art. 112 da Lei nº 7.210/1984.
Com razão a impetração.
A partir da decisão do Pretório Excelso, reconhecendo a inconstitucionalidade do art. 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/1990, os condenados por crimes hediondos ou a eles equiparados passaram a ter direito a progressão de regime após o cumprimento de 1/6 (um sexto) da pena, nos termos do art. 112 da Lei nº 7.210/1984.
Nesse contexto, a Lei nº 11.464/2007 - ao estabelecer que a progressão de regime para os condenados por crimes hediondos ou a eles equiparados dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente -, surge, na verdade, como *novatio legis in pejus*, de forma que não pode jamais retroagir.
In casu, o paciente, que praticou crime equiparado a hediondo em 19 de fevereiro de 2005 (fl. 11), estava, até a edição da Lei nº 11.464/2007, submetido às regras de progressão de regime contidas no art. 112 da Lei nº 7.210/1984, uma vez que não mais era válido o disposto no art. 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/1990, por ter sido declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
Portanto, a hipótese dos autos continua regida pela Lei nº 7.210/1984, haja vista que os preceitos da Lei nº 11.464/2007, tidos como *novatio legis in pejus*, somente podem ser aplicados aos casos posteriores à sua vigência.
Ante o exposto, o alvitre é pelo deferimento da ordem para, reformando o acórdão impugnado, reconhecer o direito de o paciente progredir de regime após o cumprimento de 1/6 da pena."

Correto o parecer ministerial. Conquanto haja lei nova disciplinando a matéria (Lei nº 11.464/07), ela não poderá retroagir (art. 5º, XL, da Constituição). A propósito, a 6ª Turma do Superior Tribunal já se manifestou sobre a matéria. Vejamos (RHC-21.055, Ministra Maria Thereza, DJ de 4.6.07):

"Recurso em *habeas corpus*. Direito Penal. Progressão de regime prisional. Crimes hediondos. Inconstitucionalidade da vedação ao cumprimento progressivo da pena. Exigência de lapso temporal não previsto na legislação pátria. Impossibilidade. Princípio da legalidade. Advento da Lei nº 11.464/07. Lapsos temporais mais gravosos. Aplicação exclusiva aos casos supervenientes.
1. Reconhecida a inconstitucionalidade do art. 2º, § 1º da Lei n.º 8.072/90, na sua antiga redação, não pode o magistrado exigir lapso distinto do previsto na legislação pátria para a progressão de regime, sob pena de ferir-se o princípio da legalidade.
2. Com o advento da Lei n.º 11.464/07, a progressão de regime prisional aos condenados pela prática de crimes hediondos é permitida após o cumprimento de 2/5 da pena, em se tratando de réu primário, ou 3/5, nos casos de reincidência, lapsos aplicáveis somente aos casos supervenientes à sua vigência, em razão do maior rigor.
3. Recurso provido."
Acolhendo, pois, o parecer, concedo a ordem a fim de assegurar ao paciente o regime progressivo de cumprimento de pena segundo o disposto no art. 112 da Lei nº 7.210/84.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4069)

HABEAS CORPUS Nº 88.071 - AP (2007/0178309-7)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: KLEBER NASCIMENTO ASSIS
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
PACIENTE	: MARLENE ALMEIDA DOS SANTOS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MARLENE ALMEIDA DOS SANTOS, apontando como autoridade coatora o Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.
Depreende-se dos autos que a paciente foi condenada à pena total de 3 (três) anos e 11 (onze) meses de reclusão, em regime inicial aberto, posteriormente substituída por uma restritiva de direitos, consistente na prestação de serviços à comunidade por 8 (oito) horas semanais no primeiro ano e meio da condenação, por infração ao art. 297, *caput* c/c art. 61, II, *g*, ambos do Código Penal.
Noticiam os autos que a paciente, intimada pessolmente e tendo constituído defensor, não compareceu ao interrogatório designado para o dia 24/03/2003, pelo que foi determinado o prosseguimento do feito, independentemente de sua presença.
Alega o impetrante que foi juntado, antecipadamente, atestado médico destacando que a paciente se encontrava "gravemente enferma, necessitando para tanto deslocar-se à Capital do Estado do Pará" (f. 03), e que o prosseguimento do feito teria-lhe acarretado prejuízo, na medida em que a teria impossibilitado de exercer seu direito à ampla defesa, o que tornaria a ação penal nula desde este ato.
Pretende, liminarmente, seja sustado o andamento do processo originário até o julgamento final do presente *writ*. No mérito, requer seja declarada a nulidade da ação penal desde o ato que determinou o prosseguimento do feito nos termos do artigo 367 do Código de Processo Penal.
Protocolado o *writ* em 24/07/2007, durante o recesso forense, portanto, sobreveio despacho proferido pela Presidência desta Corte (fl. 258), solicitando informações à autoridade apontada como coatora e determinando, para posterior apreciação do pleito prefacial.
As informações foram prestadas às fls. 268, noticiando que tramitou perante aquela Corte *habeas corpus* de nº 910/03, impetrado em favor da paciente, cuja ordem restou denegada.
Em novo ofício encaminhado pelo Tribunal de origem (fl. 299), este informa que foi interposto, pela paciente, recurso de apelação contra sentença condenatória proferida pelo Juízo de 1º grau, julgado improcedente, cujo acórdão foi publicado em 26.04.2007.
O Ministério Público Federal, às fls. 271/277, opina pela denegação da ordem, em parecer assim ementado:

"HABEAS CORPUS. CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO. INTERROGATÓRIO. CITAÇÃO VÁLIDA. NÃO COMPARECIMENTO. REVELIA. CERCEAMENTO DE DEFESA.
1. Paciente que, citada pessoalmente, não comparece ao interrogatório, nem apresenta justificativa para tal. Decretação da revelia em conformidade com o art. 367 do CPP.
2. A fé pública aos atos do oficial de justiça se restringe àqueles praticados no exercício de seu ofício.
3. Parecer pela denegação da ordem."

É o relatório.
Da análise dos autos, num juízo de cognição sumária, não vislumbro manifesta ilegalidade do ato apontado como coator a ensejar o deferimento da medida de urgência, uma vez que a discussão centra-se toda ela em questão de prova, incabível, em princípio, em sede de *habeas corpus*.
Mas, ainda que assim não fosse, o pleito preambular imbrica-se profundamente com o mérito da impetração, de tal forma que se deve destinar o julgamento da causa à colenda Sexta Turma deste Sodalício. Neste sentido, confira-se:

"(...) a provisão cautelar não se presta à apreciação da questão de mérito do *writ*, por implicar em exame prematuro da matéria de fundo da ação de *habeas corpus*, de competência da turma julgadora, que não pode ser apreciada nos limites da cognição sumária do Relator.Por outras palavras, no writ, não cabe medida satisfativa antecipada." (HC 17.579/RS, Rel.Min.Hamilton Carvalhido, DJ 09.08.2001)

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.
Publique-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4070)

HABEAS CORPUS Nº 88.232 - SP (2007/0180225-1)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: JAMAL CHOKR - DEFENSOR PÚBLICO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: MARCIO ANDRADE DE SOUZA MORAES (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de **habeas corpus** no qual se pretende ver reconhecido o direito de condenado pela prática de crime hediondo à progressão de regime prisional.
Deferida a liminar pelo Ministro Vice-Presidente, fl. 19, e prestadas as informações, o Ministério Público Federal opina pela concessão da ordem.
Realmente, o **writ** deve ser deferido.
Isto porque o Supremo Tribunal Federal, em 23/2/2006, ao julgar o HC nº 82.959, deferiu o pedido de **habeas corpus** e declarou, **incidenter tantum**, a inconstitucionalidade do § 1º do art. 2º da Lei nº 8.072/90, explicitando que a decisão plenária "envolve, unicamente, o afastamento do óbice representado pela norma ora declarada inconstitucional, sem prejuízo da apreciação, caso a caso, pelo magistrado competente, dos demais requisitos pertinentes ao reconhecimento da progressão".
Assim, confirmando a liminar, concedo o **habeas corpus** tão-somente para, afastado o óbice, reconhecer o direito do paciente à progressão de regime, com a verificação, no Juízo de origem ou no da Execução, da presença dos requisitos objetivos e subjetivos exigidos pela legislação de regência.

Dê-se imediata ciência ao impetrante, ao Tribunal de origem e ao Juízo de primeiro grau.
Publique-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4071)

HABEAS CORPUS Nº 89.649 - MG (2007/0205587-6)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: MARCELO JUSTINO DA SILVA
IMPETRADO	: NÃO INDICADO
PACIENTE	: MARCELO JUSTINO DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, sem pedido de liminar, impetrado por MARCELO JUSTINO DA SILVA, em seu próprio favor, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
Ressalta-se que, no presente *writ*, o paciente-impetrante pretende o reconhecimento do cumprimento de 1/4 de sua pena, como requisito objetivo para obtenção do benefício da saída temporária, para o qual o Juízo da Vara de Execuções da Comarca de Ribeirão das Neves-MG estaria supostamente exigindo o cumprimento de 1/2 da pena.
Ao relatório de fl. 08, acrescento que, em resposta à solicitação de informações desta Corte Superior, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais encaminhou certidão de movimentação processual e cópia do acórdão referente ao *habeas corpus* n.° 1.0000.07.457703-2/000, impetrado naquela Corte Estadual em favor do ora paciente (fls. 11/17).
É o relatório.
Da cópia do acórdão acostada aos autos, verifica-se que o suposto pedido de saída temporária, que teria sido indeferido em primeira instância, não foi objeto de análise pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, já que perante aquele Tribunal se pretendeu obter a progressão de regime, impossibilitando a apreciação do *writ* por este Tribunal, sob pena de supressão de instância.
Com efeito, dispõe o artigo 105, I, "c", da Constituição Federal, que compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar *habeas corpus* somente quando o coator for Tribunal sujeito à sua jurisdição, o que não se verifica no caso em questão.
Não encontrando arrimo em nenhuma das hipóteses de competência originária desta Corte Superior, **nego seguimento** ao *habeas corpus*, conforme disciplina do artigo 34, inciso XVIII, do RISTJ, e determino que se oficie a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP, que presta serviço de assistência judiciária aos presidiários em São Paulo, para que pleiteie o que entender cabível na espécie em favor do peticionário.
Cientifique-se o Ministério Publico Federal.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 19 de setembro de 2007.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4072)

HABEAS CORPUS Nº 90.302 - RN (2007/0213557-5)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: RYCHARDSON DE MACEDO BERNARDO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PACIENTE	: VANILDO FONTES DE MORAIS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra ato do Desembargadora Relatora do HC n.º 2007.004703-0, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte que, indeferindo o pleito liminar formulado no anterior *writ* em favor de VANILDO FONTES DE MORAIS, manteve decisão que indeferira pedido de progressão de regime ao apenado.
Noticiam os autos que o paciente, preso em flagrante delito desde 12.09.2005, foi condenado pela prática dos crimes previstos nos arts. 12 e 14 da Lei nº 6.368/76, a uma pena de 9 (nove) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado.
Informa o impetrante que, uma vez preenchidos os requisitos objetivo e subjetivo pelo paciente, foi dirigido pedido de progressão ao regime semi-aberto ao Juiz da Vara das Execuções Penais, que, por sua vez, entendeu por indeferi-lo, ao argumento de que "a progressão de regime em 1/6 (um sexto), mesmo em relação aos crimes hediondos, só é válida em relação aos presos que tenham cumprido 1/6 (um sexto) da pena antes da entrada em vigor da Lei 11.464/2007, ou seja, em 29.03.2007" (fl. 51).
Contra essa decisão foi impetrado *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, com pedido de liminar, igualmente indeferido, nos seguintes termos: "Compulsando-se os autos, é possível constatar (...) que a pena mínima para o deferimento da progressão, qual seja, 1/6 (um sexto), não restou cumprida antes do advento da Lei nº 11.464/2007, de 28 de março do ano em curso, razão pela qual entendo, ao menos nesse primeiro momento processual, que a decisão censurada observou a situação do paciente. Inclusive, a linha de raciocínio adotada para negativa do direito à progressão de regime, em análise perfunctória, afigura-se coerente (...)" (fl. 59).
Pretende, liminarmente, seja afastada a aplicação retroativa da Lei nº 11.464/07, para que o Juízo da Execução afira, como requisito objetivo para a progressão de regime, o cumprimento, pelo paciente, de 1/6 (um sexto) do total da reprimenda. No mérito, requer a confirmação do pleito liminar.
Postergando-se a análise do pleito liminar, solicitou-se informações às autoridades referidas, de 1º e 2º graus, que foram prestadas às fls. 73/74 e 102.
É o relatório.
Com as informações, confirmaram-se os critérios utilizados para o indeferimento do pedido de progressão formulado perante o Juízo da Execução e mantido, liminarmente, pela Corte de origem, quais sejam:

"d) Considerando que nos termos da Lei nº 11.464/2007 o apenado somente teria direito à progressão de regime com base em 2/5 (dois quintos), informo que o apenado VANILDO FONTES DE MORAIS terá direito à progressão de regime para o semi-aberto em 13.07.2008, conforme GEP anexo às presentes informações;
e) Por fim, importa informar que **em 31.03.2007 o apenado cumpriu 1/6 (um sexto) da pena**, ou seja, após a publicação e entrada em vigor da Lei nº 11.464/2007." (Grifos nossos - fl. 102v.)

Impende ressaltar que a controvérsia acerca da vedação ao cumprimento progressivo da pena aos condenados pela prática de crimes hediondos, prevista na antiga redação do art. 2º, § 1º da Lei dos Crimes Hediondos, foi resolvida com o advento da Lei n.º 11.464/07, que alterou a redação do referido comando legal, estabelecendo que o início do cumprimento de tais penas se dará no regime fechado.
Todavia, a novel legislação estabeleceu um sistema diferenciado para a progressão de regime, em caso de condenação por crime hediondo, impondo um lapso temporal maior para a verificação do requisito objetivo necessário ao alcance de um regime menos rigoroso, o qual, entendo, deve ser aplicado somente aos casos supervenientes à vigência da referida lei, por se tratar de norma penal, nesse ponto, mais gravosa, sobre a qual incide o princípio da irretroatividade *in pejus*, previsto no art. 5º, XL da Constituição Federal.
Antes do advento da nova lei, esta Corte já havia se posicionado no sentido da inconstitucionalidade da vedação à progressão de regime prisional em casos de condenação pela prática de crimes hediondos, seguindo o entendimento adotado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal que, por ocasião do julgamento do HC n.º 82.959/SP, declarou a inconstitucionalidade do artigo da Lei dos Crimes Hediondos que trazia o referido óbice. Por esta razão, inúmeras ordem foram concedidas para afastar tal ilegalidade, determinando-se aos juízos das execuções criminais que analisassem a presença dos requisitos objetivos e subjetivos necessários para a concessão da progressão de regime, nos moldes da legislação aplicável, ou seja, o artigo 112 da Lei de Execuções Penais.
Desta forma, não se pode exigir, num primeiro momento, que o paciente, condenado pela prática de crime hediondo cometido **antes** da vigência da Lei n.º 11.464/07, seja submetido aos requisitos nela previstos, por tratar-se de situação mais gravosa do que a prevista na época do fato.
Ante o exposto, **defiro** a liminar para afastar a incidência da Lei n.º 11.464/07, apenas no que diz respeito ao lapso temporal previsto para a progressão de regime prisional, cabendo o Juízo das Execuções Criminais, oportunamente, analisar, com base na Lei de Execuções Penais, o requisito subjetivo do paciente para obtenção do benefício, uma vez que certificou o cumprimento do requisito objetivo em 31.3.2007.
Estando o feito suficientemente instruído, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4073)

HABEAS CORPUS Nº 90.490 - SP (2007/0216580-7)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: ALEXANDRE DO NASCIMENTO PEREIRA
IMPETRADO	: JUIZ FEDERAL DA 2A VARA DE ARAÇATUBA - SJ/SP
PACIENTE	: AGNALDO DE JESUS PEREIRA (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de **habeas corpus**, com pedido de liminar, impetrado em favor de Agnaldo de Jesus Pereira.
Colhe-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante, no Município de Penápolis, em São Paulo, transportando "14 comprimidos de cor rosa, pesando aproximadamente 3,1 gramas, aparentando tratar-se da droga sintética ecstasy, dois aparelhos de DVDs, sem as peças internas, contendo no interior 560 comprimidos de Cialis (20 mg), 400 comprimidos de Viagra (50 mg), 800 Pramil (50 mg) e 90 ampolas de 5 ml do medicamento Lipostabil, dentro de dois potes de creme" (fl. 16).
O Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal daquela Comarca, acolhendo parecer do Ministério Público, declinou de sua competência e determinou a remessa dos autos do inquérito para o Juízo Federal de Araçatuba, naquele Estado, que, por sua vez, suscitou conflito negativo de competência, registrado nesta Corte sob o nº 85.634/SP, atualmente com vista à Subprocuradoria-Geral da República para parecer.
De registrar que o paciente formulou pedido de liberdade provisória perante o Juízo da 2ª Vara Federal de Araçatuba, cujo exame aguarda a decisão que será proferida no mencionado conflito de competência, como se vê às fls. 76/78.
A impetração objetiva a concessão de liberdade provisória ao paciente, enfatizando que "a prisão perdura por exatos 138 dias, quase 5 meses sem sequer ter sido denunciado".
Sem sombra de dúvida, a hipótese é incomum, pois não se está diante de nenhuma decisão de Tribunal, circunstância que, em princípio, não autorizaria a atuação do Superior Tribunal de Justiça.
De rigor, portanto, o indeferimento de plano do pedido, na linha de inúmeros precedentes desta Corte.
No entanto, o quadro fático está a exigir solução inovadora, preso que se encontra o paciente sem que haja definição de autoridade judicial responsável pela custódia.
O Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, ao disciplinar o processamento do conflito de competência, dispõe em seu art. 196:
"Poderá o relator, de ofício, ou a requerimento de qualquer das partes, determinar, quando o conflito for positivo, seja sobrestado o processo, e, neste caso, bem assim no conflito negativo, designar um dos órgãos para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes."

Assim, invocando, por analogia, o mencionado preceito, de ofício, em caráter provisório, designo o Juiz da 2ª Vara Federal de Araçatuba, em São Paulo, para apreciar o pedido de liberdade provisória manejado em favor do paciente.
Dê-se ciência ao Tribunal Federal da 3ª Região, ao Juiz da 2ª Vara Federal de Araçatuba e ao Juiz de Direito de Penápolis, ambos em São Paulo.
Publique-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4074)

HABEAS CORPUS Nº 90.643 - SP (2007/0217795-0)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: TÂNIA CRISTINA OLIVEIRA DOS SANTOS - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: RENILSON BARBOSA DOS SANTOS

DECISÃO

Cuida-se de **habeas corpus** impetrado em favor de Renilson Barbosa dos Santos, condenado pela prática de tráfico de entorpecentes e posse ilegal de arma de fogo e munição, apontada como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, sustentando que a conduta de possuir arma de fogo tornou-se atípica em razão do disposto nos artigos 30 e 32 da Lei nº 10.826/2003, postulando, ainda, o reconhecimento do direito à progressão de regime relativamente ao crime de tráfico.
A liminar em **habeas corpus** não tem previsão legal, sendo criação da jurisprudência para casos em que a urgência, necessidade e relevância da medida se mostrem evidenciadas de forma indiscutível na própria impetração e nos elementos de prova que a acompanham.
Na hipótese, no que diz respeito ao regime prisional imposto pelo crime de tráfico de entorpecentes, o constrangimento é evidente, visto que, da análise do que se contém nos autos, revelam-se presentes os requisitos autorizadores da medida de urgência.
Ante o exposto, defiro a liminar tão-somente para, afastado o óbice, reconhecer o direito do paciente à progressão de regime, com a verificação, no Juízo de origem ou no da Execução, da presença dos requisitos objetivos e subjetivos exigidos pela legislação de regência.
Dê-se imediata ciência ao Tribunal de origem e ao Juiz de primeiro grau, abrindo-se, após, vista ao Ministério Público Federal.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4075)

HABEAS CORPUS Nº 91.184 - SP (2007/0224444-4)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
IMPETRANTE	: JOSÉ ROBERTO GRASSI - PROCURADORIA DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: AMARILDO GONÇALVES PEREIRA

DECISÃO

Foi o habeas corpus impetrado em favor de Amarildo Gonçalves Pereira, com o fim de se cassar acórdão do Tribunal de Justiça que o fizera regredir no regime de cumprimento da pena.
Ocorre que este writ é mera reiteração do HC-87.783, de minha relatoria, no qual foi formulado idêntico pedido e que se encontra concluso com parecer do Ministério Público Federal.
Tal o contexto, nego seguimento ao pedido com fundamento na Lei nº 8.038/90, art. 38, e no Regimento, art. 34, XVIII.
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4076)

HABEAS CORPUS Nº 91.222 - PE (2007/0224598-4)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: MARIA DE FÁTIMA DA SILVA ANDRADE
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE	: REGINALDO ALVES DE ANDRADE

DECISÃO

Cuidam os autos de **habeas corpus** impetrado em favor de Reginaldo Alves de Andrade, magistrado, denunciado pela prática de falsidade ideológica, apontada como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Pernambuco.

Os autos foram a mim distribuídos por prevenção com o HC nº 64.839/PE.

Busca a impetração ver reconhecida a nulidade do processo, desde o oferecimento da denúncia, ao argumento de que a escolha do relator se deu em desobediência ao que reza o artigo 71, I, a, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que estabelece que, nos processos contra magistrados, por crimes comuns ou funcionais, o relator será escolhido em Plenário.

Em sede liminar, requer seja determinada a "cessação dos efeitos do afastamento e a imediata reintegração do magistrado paciente no exercício da sua função de Juiz de Direito titular da Comarca de Glória do Goitá."

A liminar, na via eleita, não tem previsão legal, sendo criação da jurisprudência para casos em que a urgência, necessidade e relevância da medida se mostrem evidenciadas de forma indiscutível na própria impetração e nos elementos de prova que a acompanham.

No caso, o constrangimento não se mostra com a nitidez imprimida na inicial, estando a exigir um exame mais detalhado dos elementos de convicção carreados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, abrindo-se, após, vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4077)

HABEAS CORPUS Nº 91.370 - RJ (2007/0226919-6)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: WILSON LOPES DOS SANTOS E OUTROS
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE	: JOSÉ LUIZ VERLY

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** impetrado em favor de José Luiz Verly, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Colhe-se dos autos que o paciente foi condenado a 3 anos e 6 meses de reclusão, pela prática de estelionato, tendo o Tribunal de origem dado parcial provimento à apelação da defesa para, reconhecendo a tentativa, reduzir a sanção a 2 anos de reclusão, regime semi-aberto, determinando-se a expedição de mandado de prisão.

Busca-se ver reconhecida a ocorrência da prescrição retroativa, bem como seja assegurado ao paciente o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado da condenação, visto que assim permaneceu durante todo o processo.

A liminar, na via eleita, não tem previsão legal, sendo criação da jurisprudência para casos em que a urgência, necessidade e relevância da medida se mostrem evidenciadas de forma indiscutível na própria impetração e nos elementos de prova que a acompanham.

Na hipótese, ao que parece, o constrangimento está presente, tendo em vista que o Tribunal local, ao julgar a apelação, limitou-se a determinar a expedição de mandado de prisão, não indicando qualquer motivo para justificar a segregação do paciente.

A prisão cautelar, assim entendida aquela que antecede a condenação transitada em julgado, só pode ser imposta se evidenciada, com explícita fundamentação, a necessidade da rigorosa providência, inocorrente na espécie.

Diante do exposto, defiro a liminar para assegurar ao paciente, até o julgamento definitivo deste **writ**, o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado da condenação.

Dê-se ciência ao Tribunal de origem e ao Juiz de primeiro grau, solicitando informações ao primeiro.

Publique-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4078)

HABEAS CORPUS Nº 91.463 - BA (2007/0229714-2)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: ROBSON ASSUNÇÃO CORDEIRO
ADVOGADO	: ALFREDO CARLOS VENET DE SOUZA LIMA E OUTRO(S)
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE	: ROBSON ASSUNÇÃO CORDEIRO (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de **habeas corpus** impetrado em favor de Robson Assunção Cordeiro, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça da Bahia.

Extrai-se do processado que o paciente foi transferido para o Hospital de Custódia e Tratamento da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado da Bahia, a fim de realizar exame de sanidade mental, tendo o Juiz de primeiro grau, diante da conclusão do exame, determinado o seu encaminhamento para o estabelecimento prisional de Livramento, naquele Estado.

Busca-se seja determinado o retorno do paciente para o Hospital de Custódia e Tratamento, para que possa continuar o tratamento a que vinha sendo submetido, eis que persistentes "as ideações suicidas e quadro grave de perturbação de saúde mental do paciente", ressaltando "que não haverá nenhum prejuízo da instrução criminal, desde quando já foi interrogado, as testemunhas arroladas na denúncia já foram ouvidas, devendo **data venia**, ser priorizada sua saúde física e mental."

A liminar, na via eleita, não tem previsão legal, sendo criação da jurisprudência para casos em que a urgência, necessidade e relevância da medida se mostrem evidenciadas de forma indiscutível na própria impetração e nos elementos de prova que a acompanham.

No caso, o constrangimento não se mostra com a nitidez imprimida na inicial, estando a exigir um exame mais detalhado dos elementos de convicção carreados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações ao Juiz de primeiro grau, abrindo-se, após, vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4079)

HABEAS CORPUS Nº 91.586 - SP (2007/0232092-4)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: LIANE LINDQQUER XAVIER - DEFENSORA PÚBLICA E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: JÚLIO CÉSAR DE PAULA

DESPACHO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra ato da Décima Quarta Câmara do Sétimo Grupo da Seção Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, dando provimento ao agravo em execução interposto pelo Ministério Público, cassou a decisão proferida pelo Juízo da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Tupã/SP que havia deferido o livramento condicional a JÚLIO CÉSAR DE PAULA, condenado à pena de 11 anos e 2 meses de reclusão pela prática do crime de roubo circunstanciado.

Aduz que, irresignado com o deferimento do livramento condicional ao paciente, o Ministério Público interpôs agravo em execução perante o Tribunal de origem, ao qual foi dado provimento, entendendo aquele Órgão Colegiado pela necessidade da realização de exame criminológico para se aferir o requisito subjetivo previsto no art. 112 da Lei de Execuções Penais.

Alega que a nova redação do aludido artigo, dada pela Lei n.º 10.792/03, não mais exige a realização de exame criminológico para a comprovação do requisito subjetivo exigido, que pode ser feita através do atestado de conduta carcerária emitido pelo diretor do estabelecimento prisional.

Pretende, liminarmente, seja restabelecida a decisão proferida pelo Juízo de primeira instância, para que seja mantido o livramento condicional deferido ao paciente, e, no mérito, a confirmação do pleito liminar.

É o relatório.

De início, cumpre frisar que em favor do paciente foi impetrado prévio *writ*, autuado como HC n.º 88.233/SP, cuja liminar restou indeferida pelo Vice-Presidente desta Corte, no período de férias forenses, sob o fundamento de que, não obstante as alterações na Lei de Execuções Penais produzidas pela Lei n.º 10.792/03, ao magistrado é facultado a realização do exame criminológico quando entender necessário em razão das peculiaridades no caso, encontrando-se os autos no Ministério Público Federal para parecer.

Depreende-se, portanto, que o pedido ora deduzido em muito se assemelha ao formulado nos autos do HC n.º 88.233/SP, o que caracterizaria a reiteração de pedidos não admitida por esta Corte.

Todavia, tendo em vista que o *habeas corpus* foi impetrado em favor do paciente através da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, intime-se a douta Defensora Pública impetrante a fim de que esclareça se a presente impetração se trata realmente de mera reiteração do pedido formulado no aludido prévio *writ*.

Após, tornem os autos conclusos.

Cumpra-se.

Intime-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4080)

HABEAS CORPUS Nº 91.601 - SP (2007/0232119-8)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: LUIZ HENRIQUE TAMAKI - PROCURADORIA DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: ELIZETE APARECIDA BENEDITO

DECISÃO

Cuida-se de **habeas corpus** impetrado em favor de Elizete Aparecida Benedito, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, buscando o reconhecimento da nulidade do julgamento do recurso em sentido estrito interposto pelo Ministério Público por falta de intimação pessoal do defensor.

A liminar, na via eleita, não tem previsão legal, sendo criação da jurisprudência para casos em que a urgência, necessidade e relevância da medida se mostrem evidenciadas de forma indiscutível na própria impetração e nos elementos de prova que a acompanham.

No caso, o constrangimento não se mostra com a nitidez imprimida na inicial, estando a exigir um exame mais detalhado dos elementos de convicção carreados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem e ao Juiz de primeiro grau, abrindo-se, após, vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4081)

HABEAS CORPUS Nº 91.604 - SP (2007/0232122-6)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: LUÍSA HAMUD MORATO DE ANDRADE - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: FRANCISCO WELITON BATISTA SOARES

DESPACHO

Trata-se de *habeas corpus*, sem pedido de liminar, impetrado por FRANCISCO WELITON BATISTA SOARES, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A impetrante alega que o paciente foi condenado à pena de 2 anos de reclusão em regime aberto e ao pagamento de 10 dias-multas, pela prática da conduta descrita no artigo 155, § 4°, incisos I e IV do Código Penal.

Aduz que a Defensoria Pública não foi intimada pessoalmente para a sessão de julgamento da apelação, em desrespeito ao artigo 370, § 4°, do Código de Processo Penal.

Relata que com a ausência de intimação do defensor causou cerceamento de defesa e evidente prejuízo ao paciente, uma vez que o acórdão que julgou a apelação (n.° 050.04.055713-8), negou provimento ao recurso mantendo integralmente a sentença proferida.

Pretende a nulidade do efeito a partir da sessão do julgamento do recurso da apelação, para que ocorra outro julgamento, com a necessária intimação da defesa. Sustenta, ainda, que a nova decisão do órgão de 2ª Instância não poderá impor punição superior àquela fixada pela sentença, sob pena da indesejável *reformatio in pejus indireta*.

É o relatório.

Ante a ausência de pedido de liminar, **solicitem-se informações** à autoridade apontada como coatora.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4082)

HABEAS CORPUS Nº 91.609 - MT (2007/0232149-0)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: MIGUEL VIANA SANTOS NETO E OUTROS
IMPETRADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A REGIÃO
PACIENTE	: OSMAR ANASTÁCIO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de OSMAR ANASTÁCIO, apontando como autoridade coatora a 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Noticia a impetração que o paciente foi condenado à pena total de 18 (dezoito) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime integralmente fechado, por infração aos artigos 12, *caput* e 14 c/c 18, I, todos da Lei 6.368/76, vedado o direito de apelar em liberdade.
Afirmam os impetrantes que carece de motivação idônea a decisão do Juízo *a quo* que se limitou a transcrever excerto da sentença e o parecer ministerial.
Sustentam que o Juízo de primeiro grau, ao proferir a sentença, após ter o paciente respondido a todo o processo em liberdade, decretou sua prisão, sem, no entanto, indicar qualquer fato novo a justificá-la, baseando-se na vedação legal aliada à gravidade abstrata do delito.
Alegam que o paciente é primário, possui bons antecedentes, residência fixa e profissão definida.
Pretendem, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão, permitindo ao paciente apelar em liberdade.
É o relatório.
Insurge-se o impetrante contra a suposta ilegalidade da prisão decretada na sentença condenatória, alegando ausência de fundamentação.
Para melhor análise, mister se faz transcrever excerto da sentença condenatória (fls. 94/97):

"A prisão preventiva pode ser decretada inclusive *ex officio* pelo juiz.
O art. 594 do Código de Processo Penal menciona que o réu primário e de bons antecedentes pode apelar em liberdade, o que não é o caso, consoante se viu retro, mormente no presente caso em que péssimos são os antecedentes dos réus.
Todavia, não há de se deixar de observar e analisar, a necessidade da segregação cautelar, nos moldes do artigo 312 do Código de Processo Penal, mormente se presente o *periculum in mora*, o que deverá restar evidenciado na sentença.
(...)
No caso em testilha vejo que se tratam de réus envolvidos em quadrilha de tráfico internacional de entorpecentes, fato que abala e choca a sociedade, mormente ante à impunidade aliada à facilidade que organizações criminosas bem estruturadas têm no deslocamento de seus membros, dentro e fora das fronteiras de nosso país. É o que ocorre *in casu*.
Assim, para garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal de mister a segregação.
Há de se obtemperar, ainda *en passant*, que se trata de crime de tráfico internacional de entorpecentes (artigos 12, 14 c/c 18, I, da Lei 6.368/76), o que, de *per se*, induzem à alta periculosidade dos agentes. Outrossim, trata-se de crime hediondo, *ex vi* do artigo 2º, §2º, da Lei 8.072/90, que é inafiançável e insuscetível de liberdade provisória.
Em face a isso, decreto *ex officio* a prisão preventiva dos réus para a garantia da ordem pública, bem como para assegurar aplicação da lei penal."

Entendendo bem fundamentada a decisão, o acórdão atacado foi assim ementado (fl. 125):

"*HABEAS CORPUS*. DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE. DECISÃO FUNDAMENTADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA.
1.A negativa da liberdade ao paciente, para apelar, além de fundamentada, também se ampara em considerações quanto a necessidade da própria prisão preventiva, no caso.
2.Constrangimento ilegal inocorrente. Ordem denegada."

Mister salientar que o acórdão impugnado, datado de 17/6/2003, aborda a questão do direito de apelar em liberdade, mas, em consulta ao sítio do Tribunal de origem, colheu-se a informação de que a apelação interposta pelo paciente já foi julgada, tendo sido confirmada sua condenação. À míngua de cópia do referido julgado, não se conhecem os fundamentos da manutenção da custódia cautelar do paciente.
Ademais, ao contrário do que afirma a impetração, o paciente não respondeu a todo o processo em liberdade, uma vez que foi preso temporariamente e, posteriormente, preventivamente, cumprindo salientar que não consta dos autos a cópia da decisão que revogou a prisão preventiva, não se sabendo, portanto, os motivos que ensejaram a revogação.
Finalmente, a sentença afirma que o paciente não possui bons antecedentes (fl. 95) e as certidões de antecedentes acostadas aos autos não tem o condão de ilidir tal assertiva.
Assim, entendo, em um juízo de cognição sumária, que não restou demonstrado, *primo oculi*, o alegado constrangimento ilegal, sendo recomendável que a questão suscitada na impetração seja analisada pela turma julgadora, após ouvida a autoridade apontada como coatora.
Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.
Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, em especial, sobre o andamento da ação penal, encarecendo o envio de cópia do acórdão que julgou a apelação interposta pelo paciente e de certidão de antecedentes criminais do paciente.
Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4083)

HABEAS CORPUS Nº 91.630 - SP (2007/0232187-0)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: OSWALDO DONIZETT DA SILVA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: OSWALDO DONIZETT DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, substitutivo de recurso ordinário, com pedido de liminar, impetrado por OSWALDO DONIZETT DA SILVA, em seu próprio favor, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
O paciente-impetrante alega que foi condenado à pena de 15 (quinze) anos e 2 (dois) meses de reclusão, em regime inicialmente fechado, pela prática dos crimes capitulados nos artigos 12, 14 e 16, todos da Lei 6.368/76.
Afirma, ainda, ter obtido decisão autorizando a progressão ao regime semi-aberto, cumprindo, até o momento 3 (três) anos e 9 (nove) meses de sua pena, mas como "o Ministério Público do Estado de São Paulo, tem incansavelmente recorrido das sentenças de progressão de regime prisional, por recursos de mandado de segurança e instrumento de agravo, por motivo da natureza do crime, junto ao E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, autoridade designada coatora, que vem concedendo a ordem liminarmente, revogando as sentenças favoráveis prolatadas pelo Juízo das Execuções Criminais, causando irreparável constrangimento ilegal aos sentenciados regredidos para o regime fechado", resolveu impetrar o presente *writ*, almejando, preventivamente, evitar que seja cassada referida decisão.
Destarte, pretende, liminarmente, a concessão preventiva da ordem de *habeas corpus*, com o fim de que seja mantido o regime semi-aberto de cumprimento de pena, afastando-se eventual pretensão ministerial de impugnar a progressão de regime do ora paciente-impetrante.
No mérito, requer a confirmação da liminar.
É o relatório.
O simples temor de constrangimento à liberdade, fundado em mera especulação de que o Ministério Público possa vir a impugnar a progressão de regime prisional concedida ao ora paciente-impetrante, ainda que com base no que costuma acontecer, não enseja a concessão de ordem de *habeas corpus*.
Não há, portanto, a indicação de uma decisão contra a qual se insurge o paciente-impetrante, tornando-se impossível a verificação da competência desta Corte Superior para apreciar o presente *writ*.
Com efeito, dispõe o art. 105, I, "c", da Constituição Federal, que compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar *habeas corpus* somente quando o coator for Tribunal sujeito à sua jurisdição, o que não ocorre no caso em questão, dado que não é apontado nem mesmo um ato coator contra o qual se insurge.
Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus*, conforme disciplina dos artigos 34, XVIII, e 210, do RISTJ, e determino que se oficie a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP, que presta serviço de assistência judiciária aos presidiários no Estado de São Paulo, para que pleiteie o que entender cabível na espécie em favor do peticionário.
Publique-se.
Intime-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4084)

HABEAS CORPUS Nº 91.641 - SP (2007/0232295-6)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: MARCO ANTONIO AMARAL
IMPETRADO	: JUIZ DE DIREITO DA VARA DAS EXECUÇÕES CRIMINAIS DE LINS - SP
PACIENTE	: MARCO ANTONIO AMARAL (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de **habeas corpus** impetrado, em causa própria, por Marco Antonio Amaral, apontada como autoridade coatora o Juiz da Vara de Execuções Criminais de Lins, em São Paulo, buscando ver examinado o pedido de progressão de regime formulado pelo paciente considerando como requisito objetivo o cumprimento de um sexto de pena, a teor do artigo 112 da Lei de Execução Penal.
Os autos foram a mim distribuídos por prevenção com o HC nº 77.287/SP.
O pedido, contudo, não merece seguimento.
Isto porque a impetração não ataca qualquer ato concreto praticado por Tribunal, revelando-se manifestamente incabível, tendo em vista que a competência originária do Superior Tribunal de Justiça restringe-se às hipóteses do art. 105, I, da Constituição Federal.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, indefiro liminarmente o presente **habeas corpus**, devendo os autos ser remetidos ao Tribunal de Justiça de São Paulo.
Dê-se ciência ao impetrante.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4085)

HABEAS CORPUS Nº 91.642 - RO (2007/0232297-0)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: GENECI ALVES APOLINÁRIO E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A REGIÃO
PACIENTE	: EVANILSON FERREIRA DA SILVA (PRESO)
PACIENTE	: FRANQUE DE MENDONÇA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, substitutivo de recurso ordinário, impetrado contra ato da Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que, denegando anterior *writ* em favor de EVANILSON FERREIRA DA SILVA e FRANQUE DE MENDONÇA, manteve as suas prisões cautelares decorrentes de flagrante delito de estelionato e formação de quadrilha.
Sustenta o impetrante que o constrangimento ilegal suportado pelos pacientes reside na inidoneidade da fundamentação lançada na decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória, aduzindo que todas as testemunhas já prestaram seus depoimentos, não prosperando o argumento de que em liberdade poderiam interferir na instrução do feito.
Informa que, contra a referida decisão, a defesa dos pacientes impetrou dois prévios *habeas corpus* perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, um para cada paciente, sendo que apenas o impetrado em favor de Evanilson foi julgado, cuja ordem restou denegada, alegando que a demora no julgamento do *writ* em favor de Franque também constitui constrangimento ilegal.
Defende, ainda, que os pacientes, caso venham a ser condenados, terão o direito à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, tendo em vista que são primários e portadores de bons antecedentes, razão pela qual não se justifica a manutenção das suas prisões cautelares.
Por último, aponta que os pacientes já estão presos há mais de 81 (oitenta e um) dias, tempo que configuraria excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal, o qual ainda não ocorreu.
Pretende, liminarmente, seja concedida a liberdade provisória aos pacientes, com a conseqüente determinação de expedição de alvará de soltura em seus favores, e , no mérito, a confirmação do pleito liminar, para garantir que os pacientes permaneçam em liberdade até o trânsito em julgado da sentença condenatória.
É o relatório.
Observa-se que a impetração não se encontra acompanhada de informações imprescindíveis à análise da alegada ilegalidade, notadamente, o acórdão proferido pela autoridade apontada como coatora.
Tal circunstância impede a análise de eventual plausibilidade jurídica do pedido, porquanto a concessão de liminar, em sede de *habeas corpus*, pressupõe a comprovação, de plano, do constrangimento ilegal apontado. Sobre a conveniência da plena instrução da petição inicial, Ada Pellegrini Grinover, Antonio Magalhães Gomes Filho e Antonio Scarance Fernandes prelecionam:

"Apesar do silêncio da lei, é também conveniente que a petição de habeas corpus seja instruída por documentos aptos a demonstrar a ilegalidade da situação de constrangimento ou ameaça trazidos a conhecimento do órgão judiciário: embora a omissão possa vir a ser suprida pelas informações do impetrado ou por outra diligência, determinada de ofício pelo juiz ou tribunal, é do interesse do impetrante e do paciente que desde logo fique positivada a ilegalidade."(Recursos no Processo Penal, 4ª ed rev. amp. e atual., Editora Revista dos Tribunais, 2005, p. 366)

Levando-se em conta a sumariedade da cognição em sede de liminar, sua concessão torna-se impossível quando não há prova pré-constituída do alegado.
Ante o exposto, **indefiro** a liminar.
Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, encarecendo o envio de cópia do acórdão objurgado.
Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4086)

HABEAS CORPUS Nº 91.684 - MS (2007/0233045-2)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: JOÃO MARIA RIBEIRO DOS SANTOS
ADVOGADO	: JOÃO MARIA RIBEIRO DOS SANTOS (EM CAUSA PRÓPRIA)
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE	: JOÃO MARIA RIBEIRO DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, substitutivo de recurso ordinário, impetrado contra ato da Primeira Turma Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul que, denegando anterior *writ* em favor de JOÃO MARIA RIBEIRO DOS SANTOS, manteve sua prisão cautelar decorrente de flagrante delito de tráfico ilícito de entorpecentes.
Noticiam os autos que o impetrante/paciente foi preso em flagrante delito aos 31.03.2007, na cidade de Anastácio/MS, e, posteriormente, aos 16.05.2007, denunciado como incurso nas sanções do art. 33 *caput* c/c art. 35, ambos da Lei n.º 11.343/06.
Sustenta o impetrante/paciente que não existe razão para a sua manutenção cautelar no cárcere, tendo em vista a não verificação das hipóteses que autorizam a prisão preventiva, aduzindo que em liberdade não representaria qualquer risco à ordem pública ou à instrução criminal.
Por ocasião do julgamento do prévio *writ*, a autoridade apontada como coatora assentou:

"A soltura do paciente constituiria grave ameaça à ordem pública, bem como prejudicaria o andamento da instrução criminal, já que existem provas da materialidade, indícios fortes da autoria, e o risco de que, em liberdade, ele possa embaraçar a produção de provas, já que pelas declarações dos policiais rodoviários federais ele tentou empreender fuga quando os policiais fizeram sinal para encostar o veículo.
De tal modo, entendo temerária a soltura do paciente, porque pela folha de antecedentes João Maria é detentor de diversas infrações como contrabando ou descaminho, lesão corporal, roubo, furto e receptação, demonstrando que possui personalidade desviada a práticas reiteradas de delitos." (fls. 16/17).

Pretende, liminarmente, seja-lhe concedida a liberdade provisória, e, no mérito, a confirmação do pleito liminar.
É o relatório.
De início, cumpre esclarecer que em favor do paciente foi impetrado prévio *writ* perante esta Corte, autuado como HC n.º 90.966/MS, através do qual se pretende o relaxamento da prisão em flagrante, alegando excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal, impugnando o acórdão proferido no *habeas corpus* n.º 2007.020719-3, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.
Agora o impetrante/paciente pretende a concessão da liberdade provisória em razão da falta de fundamentação na decisão que indeferiu igual pedido formulado perante o magistrado de primeira instância, a qual foi alvo do *habeas corpus* n.º 2007.012062-6, daquele Sodalício, cujo acórdão denegatório ora se impugna.
Todavia, da análise destes autos, não vislumbro, ao menos num juízo perfunctório, a manifesta ilegalidade apontada, eis que a necessidade da manutenção da prisão cautelar do paciente, *primo occuli*, foi justificada com arrimo em fatos concretos extraídos dos autos, não se podendo afirmar que seja totalmente desprovida de fundamentação.
É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não se verifica no caso em apreço. E ainda, o que se pleiteia na cognição sumária confunde-se com o próprio mérito da impetração, cuja resolução demanda análise dos autos e julgamento pelo Órgão Colegiado.
Ante o exposto, **indefiro** a liminar.
Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora.
Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4087)

HABEAS CORPUS Nº 91.686 - SP (2007/0233060-5)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: ANÍSIO VICENTE DA SILVA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: MARCOS AURÉLIO SIQUEIRA JAMAL (PRESO)

DESPACHO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MARCOS AURÉLIO SIQUEIRA JAMAL, apontando como autoridade coatora o Desembargador Silveira Lima do Tribunal de Justiça de São Paulo.
Narra a impetração que o paciente foi condenado à pena de 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime semi-aberto, por infração ao art. 171, *caput*, c/c art. 29, ambos do Código Penal.
Alega o impetrante que o Tribunal *a quo*, julgando apelação da defesa, deixou de reconhecer a prescrição da pretensão punitiva estatal e a primariedade do paciente, confirmando a sentença monocrática, e determinou a expedição de mandado de prisão.
Sustenta que a vítima do delito não sofreu qualquer prejuízo, tendo em vista que o paciente a ressarciu, conforme documento juntado à fl. 24.
Apesar de confusa a petição inicial do presente *writ*, infere-se que o impetrante insurge-se contra acórdão que negou ao paciente o direito de aguardar em liberdade seu julgamento.
Pretende, liminarmente e no mérito, seja concedido ao paciente o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado da condenação.
É o relatório.
Da análise dos autos verifica-se que não há cópia da decisão proferida pela autoridade apontada como coatora, não sendo possível a verificação do teor e extensão da alegada ilegalidade, o que ensejaria, até mesmo e desde logo, o indeferimento do pedido liminar.
Contudo, diante da plausibilidade do pedido, solicitem-se, **com urgência**, informações à autoridade apontada como coatora, encarecendo o envio de cópia do acórdão impugnado ou, então, das razões de decidir adotadas para determinar a custódia do paciente antes do trânsito em julgado.
Com a chegada das informações, retornem os autos conclusos.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4088)

HABEAS CORPUS Nº 91.691 - BA (2007/0233079-2)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: DIEGO PINTO CAMPOS E OUTROS
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE	: OSVALDINO PEREIRA DA SILVA NETO (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de **habeas corpus** impetrado em favor de Osvaldino Pereira da Silva Neto, apontada como autoridade coatora o Tribunal de Justiça da Bahia, buscando a impetração que se lhe assegure o direito de recorrer solto, enfatizando que existe demora no julgamento da apelação.
Os autos foram a mim distribuídos por prevenção com o HC nº 91.332/BA.
Constata-se, contudo, que o **writ** é manifestamente incabível, pois veicula pedido idêntico ao formulado no mencionado HC nº 91.332/BA, em tramitação nesta Corte.
Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, indefiro liminarmente o presente **habeas corpus**.
Dê-se ciência aos impetrantes.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4089)

HABEAS CORPUS Nº 91.740 - SP (2007/0234144-6)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: GLAUBER CALLEGARI - DEFENSOR PÚBLICO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: CESAR RODRIGUES ALVES

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra ato da Segunda Câmara do Primeiro Grupo da Seção Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, por ocasião do julgamento dos embargos de divergência opostos contra acórdão proferido em sede de apelação criminal, manteve o regime inicial fechado fixado na sentença que condenou CESAR RODRIGUES ALVES à pena de 5 anos e 6 meses de reclusão, imposta pela prática do crime de roubo circunstanciado.
Alega que o regime inicial fechado foi fixado na sentença condenatória apenas com base na gravidade do ilícito, em desconformidade com o que preceitua o art. 33, § 3º do Código Penal, já que todas as circunstâncias do art. 59, do mesmo diploma legal, foram consideradas favoráveis ao paciente, razão pela qual, e pela quantidade da pena imposta, seria cabível o regime inicial semi-aberto.
Por ocasião do julgamento dos embargos de divergência, a autoridade apontada como coatora assentou:

"Com a vênia devida ao ilustre Relator, Desembargador Almeida Braga, que restou parcialmente vencido ao fixar o regime inicial semi-aberto, a razão está mesmo com a d. maioria.
No caso concreto, o embargante, junto com outro agente, e mediante o uso de arma de fogo, perpetrou a subtração de bem de considerável valor, em plena via pública, demonstrando com tal proceder grande ousadia, destemor e absoluto descaso para com as autoridades constituídas.
Diante, pois, da gravidade do delito praticado, e da elevada culpabilidade revelada pelo agente, a modalidade prisional inicial não poderia ser diversa da fechada.
Aliás, consoante vem decidindo esta relatoria, o regime fechado, salvo hipóteses excepcionais, ausentes **in casu**, é mesmo o único compatível com a gravidade do crime de roubo qualificado pelo uso de arma, e com a elevada culpabilidade que é própria daqueles que o praticam, especialmente em se considerando os percalços e temores que a criminalidade violenta vem causando aos cidadãos honestos do Estado de São Paulo. O Judiciário local não pode fechar os olhos para tal realidade. O Juiz deve ser homem do seu tempo, e adequar a letra fria e envelhecida da lei à triste e cruel realidade dos dias atuais, sob pena de subversão da ordem social e do descrédito das autoridades públicas." (fls. 28/29).

Pretende, liminarmente, seja estabelecido o regime semi-aberto para o início do cumprimento da pena imposta ao paciente, e, no mérito, a confirmação do pleito liminar.
É o relatório.
Da análise dos autos, verifica-se que o pleito liminar é dotado de plausibilidade jurídica, sendo caso de conceder-se a medida de urgência.
Com efeito, nos termos da orientação jurisprudencial desta Corte, tratando-se de réu primário e fixada a pena-base no mínimo legal, como no caso concreto, é inadmissível a estipulação de regime de cumprimento da pena mais gravoso do que aquele previsto para a pena aplicada. Confiram-se, a propósito, o HC 37.519/SP, Rel. Min. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, DJ 1º/7/2005 e o HC 54.728/SC, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, DJ 17/3/2006.
Ademais, já se pronunciou reiteradamente este Tribunal no sentido de que "a gravidade genérica do delito, por si só, é insuficiente para justificar a imposição do regime inicial fechado para o cumprimento da pena" (HC 43.397/SP, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ 24/10/2005).
Ante o exposto, **defiro** a liminar para estabelecer como regime inicial de cumprimento da pena o semi-aberto, até o julgamento do *writ* pela Turma.
Comunique-se, com urgência, o inteiro teor da decisão ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para as providências cabíveis, solicitando as informações.
Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4090)

HABEAS CORPUS Nº 91.742 - SP (2007/0234164-8)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: GLAUBER CALLEGARI - DEFENSOR PÚBLICO E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: PAULO HENRIQUE DA SILVA BARCELOS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de PAULO HENRIQUE DA SILVA BARCELOS, condenado à pena de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do delito descrito no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal, impugnando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (AC nº 960.466.3/8-00), que manteve o regime fechado para o início de cumprimento da pena estabelecido pela sentença.
Alega o impetrante que, presentes os requisitos legais do art. 33 do Código Penal, impõe-se a fixação de regime de cumprimento da pena mais brando ao acusado, uma vez que o *quantum* da pena e as circunstâncias judiciais favoráveis implicam a desnecessidade do regime fechado.
Sustenta, em síntese, que a mera alegação da gravidade em abstrato do crime de roubo não autoriza a fixação do regime mais severo, consoante o enunciado sumular n.º 718 do Supremo Tribunal Federal.
Requer a concessão liminar da ordem e sua posterior confirmação para que seja assegurado ao paciente o direito de iniciar o cumprimento da reprimenda no regime semi-aberto.
É o relatório.
A liminar deve ser deferida. A matéria objeto do *writ* acha-se pacificada no egrégio Supremo Tribunal Federal no sentido de que:

"A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada. (Enunciado nº 718 da Súmula do Pretório Excelso, DJU de 09/10/2003)."

No presente caso, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ao negar provimento ao recurso da defesa, assentou (fl. 20):

"Por outro lado, em que pesem os argumentos despendidos pela Defesa, a modalidade prisional fechada é a que mais se coaduna à espécie, pois *tratando-se de crime de roubo qualificado, é correta a fixação do regime inicial fechado, mesmo se os réus forem primários e não houver prova da existência de maus antecedentes, pois deve-se levar em conta as circunstâncias do delito que, no caso, vem causando grande comoção social* (*in* Execução Penal, 10ª ed., Ed. Atlas, 2002, n.º 5.23, pag.309)."

Em caso análogo, afeto à Sexta Turma, deferiu-se liminar para afastar o regime fechado e possibilitar o início do cumprimento de pena no regime semi-aberto:

"Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de Anderson dos Santos Morgado, condenado pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal, apontada como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo. Consta dos autos que o Juiz de primeiro grau fixou a pena-base em 4 anos e 8 meses de reclusão, por conta do reconhecimento dos maus antecedentes, majorando-a em 3/8, em decorrência das qualificadoras, tornando-a definitiva em 6 anos e 5 meses de reclusão, a serem cumpridos inicialmente no regime fechado. À apelação da defesa, o Tribunal de origem, após reconhecer que a sentença levou em consideração ações penais em curso como maus antecedentes, reduziu a pena-base ao mínimo legal, aumentando-a em razão da qualificadoras, fixando-a, em definitivo, em 5 anos e 6 meses de reclusão, mantendo, contudo, o regime fechado para o início de seu cumprimento. Busca a impetração que se assegure ao paciente o direito de iniciar o desconto da reprimenda no regime semi-aberto, enfatizando tratar-se de réu tecnicamente primário. As informações foram prestadas às fls. 22/23. Tenho que o constrangimento se mostra evidente, impondo-se a concessão da medida liminar de ofício. Em compreensão hoje pacificada no Superior Tribunal de Justiça, tratando-se de réu primário, fixada a pena-base no mínimo legal, como no caso, é inadmissível a estipulação de regime prisional mais rigoroso do que aquele previsto para a sanção corporal aplicada. Vejam-se os precedentes: A - "PENAL. *HABEAS CORPUS*. ROUBO NA FORMA TENTADA. REGIME INICIAL MAIS SEVERO PARA O INÍCIO DO CUMPRIMENTO DA PENA. DECISÃO FUNDAMENTADA APENAS NA GRAVIDADE GENÉRICA DO DELITO. SÚMULA 718/STF. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. ORDEM CONCEDIDA. 1. Nos termos da Súmula 718/STF, "A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada". 2. Na hipótese, a fixação pelo Tribunal *a quo* do regime inicial fechado pela prática do crime de roubo na forma tentada, com base apenas na gravidade genérica do delito, constitui constrangimento ilegal, por inobservância do disposto no art. 33, § 2º, alínea c, do referido diploma legal. 3. Fixada a pena-base no mínimo legal, a aplicação de regime prisional mais gravoso para o início do cumprimento da reprimenda atenta contra o art. 33, § 3º, do referido diploma legal. 4. Ordem concedida a fim de fixar o regime aberto, para o início do cumprimento da reprimenda. (HC nº 55.775/SP, Relator o Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, DJU de 29/5/2006) B - "*HABEAS CORPUS*. PENAL. ROUBO QUALIFICADO. TENTATIVA. IMPOSIÇÃO DE REGIME INICIAL FECHADO. GRAVIDADE GENÉRICA DO DELITO. INOBSERVÂNCIA DO ART. 33, §§ 2º E 3º DO CÓDIGO PENAL. SÚMULAS 718 e 719 DO STF. 1. A matéria em foco no presente *writ* se encontra sumulada na Corte Suprema, nos termos dos enunciados n.º 718 e 719 ("A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada" e "A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea", respectivamente). 2. "Inexistindo uma efetiva fundamentação na fixação do regime prisional mais rigoroso do que aquele previsto em lei, fazendo-se, simplesmente, menção à periculosidade, em abstrato, da conduta praticada, impõe-se declarar caracterizado o constrangimento ilegal e conceder a ordem pretendida" (HC 36.762/SP de minha relatoria, DJ de 22/11/2004). 3. Ordem concedida para conceder ao paciente o regime aberto". (HC 41.280/RJ, Relator o Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, DJU de 22/8/2005) Diante do exposto, defiro, de oficio, medida liminar para que o paciente possa iniciar o desconto da reprimenda corporal imposta na ação de que aqui se cuida no regime semi-aberto, até o julgamento desta ordem de *habeas corpus*."(HC n.º 60.802/SP, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, DJ 25/8/2006)

Também se deferiu liminar em caso semelhante, em decisão da Quinta Turma desta Corte:

"Tenho defendido o entendimento, em várias oportunidades, que o pedido formulado em sede de cognição sumária não deve ser deferido por relator, quando a pretensão implica a antecipação da prestação jurisdicional de mérito, tendo em vista que a liminar em sede de habeas corpus, de competência originária de tribunal, como qualquer outra medida cautelar, deve restringir-se à garantia da eficácia da decisão final a ser proferida pelo órgão competente para o julgamento, quando, evidentemente, fizerem-se presentes, simultaneamente, a plausibilidade jurídica do pedido e o risco de lesão grave ou de difícil reparação. Na hipótese, penso que se encontram presentes os requisitos acima mencionados. A plausibilidade jurídica do pedido reside no fato de que este Tribunal já decidiu, por diversas vezes, que, "Estabelecida a pena-base no patamar mínimo, é de rigor a fixação do regime inicial semi-aberto ao condenado não reincidente cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito)" (HC 35.032/SP, Rel. Min. PAULO MEDINA, DJ 14/3/2005, p. 426), implicando "contradição fixar-se a pena-base no mínimo legal, diante da ausência de motivos para a sua exasperação, e, posteriormente, com base em circunstâncias não consideradas na primeira fase da aplicação da pena, deixar-se de estabelecer o regime inicial menos gravoso aplicável ao caso, conforme os parâmetros do art. 33, § 2º, do Código Penal" (HC 35.032/SP, Rel. Min. PAULO MEDINA, DJ de 14/3/2005, p. 426). Com efeito, vários são os precedentes afirmando que, "Se o paciente preenche os requisitos para o cumprimento da pena em regime semi-aberto, em função da quantidade de pena imposta e diante do reconhecimento da presença de circunstâncias judicias favoráveis - como primariedade e ausência de antecedentes -, na própria dosimetria da reprimenda, não cabe a imposição de regime fechado com fundamento exclusivo na gravidade do delito praticado" (HC 36.322/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJ de 17/12/2004, p. 587). Por sua vez, o Supremo Tribunal Federal encerrou qualquer discussão sobre a questão com a edição da Súmula nº 718, segundo a qual "A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada", e da Súmula nº 719, por meio da qual consignou que "A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea". No caso, a sentença estabeleceu o regime prisional mais severo do que o permitido pela legislação de regência apenas com base na gravidade abstrata do delito de roubo (fls. 30/36), o que foi mantido pelo Tribunal a quo. Assim sendo, a plausibilidade jurídica do pedido, diante dos precedentes acima citados e das Súmulas 718 e 719, ambas do Supremo Tribunal Federal, dispensa maiores comentários, sendo indiscutível, por outro lado, a existência de perigo na demora, implicando risco de lesão grave ou de difícil reparação, uma vez que de nada adiantará a concessão da ordem quando o paciente já tiver direito à progressão de regime prisional. Pelo exposto, defiro o pedido de liminar para que o paciente aguarde o julgamento de mérito desta impetração no regime semi-aberto, caso não se encontre preso em regime diverso por outro motivo." (HC n.º 67.238/SP, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJ 10/10/2006)

Está, pois, pacificado neste Tribunal o entendimento de que, em casos semelhantes ao presente, é inadmissível a fixação de regime prisional mais rigoroso do que aquele previsto para a pena aplicada.
Diante do exposto, **defiro** a liminar para que o paciente possa iniciar, no regime semi-aberto, o cumprimento da pena imposta na ação penal de que aqui se cuida, até julgamento definitivo do *writ*.
Comunique-se, com urgência, o inteiro teor desta decisão ao Presidente do Tribunal de origem, para as providências cabíveis, solicitando-lhe informações.
Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.
Publique-se.
Intime-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4091)

HABEAS CORPUS Nº 91.745 - SP (2007/0234173-7)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
IMPETRANTE	: THOMAZ CORRÊA FARQUI - DEFENSOR PÚBLICO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: ANDERSON LUIZ MATOS (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo em favor de ANDERSON LUIZ MATOS, contra acórdão proferido pelo 2º Grupo de Câmaras do Tribunal de Justiça daquele Estado.
Alega o impetrante que, em revisão criminal, aquela Corte manteve a condenação originária em sua integralidade.
Sustenta que, em face da pena fixada - 2 anos e 3 meses de reclusão e ao pagamento de 10 dias-multa - e das circunstâncias judiciais favoráveis ao paciente, o *decisum* teria infringido o enunciado da Súmula 269 desta Corte, ao fixar o regime fechado, tão só com base na reincidência e nos antecedentes do ora paciente.
Requer a concessão de liminar, para que o início do cumprimento da pena seja no regime semi-aberto, nos termos da aludida súmula.
Passa-se à decisão.
Ab initio, ressalte-se que a liminar em *habeas corpus*, admitida pela doutrina e jurisprudência, exige demonstração inequívoca dos requisitos autorizadores do *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*.
Enuncia a Súmula 269 desta Corte:
"É admissível a adoção do regime prisional semi-aberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judiciais".
In casu, além da análise circunstancial exigida, sabidamente descabida em sede de liminar, em *habeas corpus*, observa-se que o pedido antecipatório confunde-se com o próprio mérito da impetração.
Por outro lado, em juízo de prelibação, não se vislumbra ilegalidade no acórdão ora atacado, razão pela qual deverá ele ser oportunamente apreciado pelo órgão colegiado, no exercício de sua competência constitucional.
Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.
Solicitem-se as informações.
Após a resposta, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.
Publique-se. Intime-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4092)

HABEAS CORPUS Nº 91.755 - SP (2007/0234354-3)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: IVANDIR SALES DE OLIVEIRA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: NATALINO PORPETA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, substitutivo de recurso ordinário, impetrado contra ato da Décima Primeira Câmara do Sexto Grupo da Seção Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, denegando anterior *writ* em favor de NATALINO PORPETA, manteve sua prisão preventiva decretada na sentença que o pronunciou como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, I e IV c/c art. 73, ambos do Código Penal.
Noticiam os autos que o paciente teve a sua prisão temporária decretada aos 02.01.2006, sendo esta seguida por prisão preventiva, decretada aos 05.01.2006. Por ocasião da realização da audiência de instrução, aos 25.07.2006, o magistrado de primeira instância, reconhecendo excesso de prazo na custódia do paciente, revogou o decreto preventivo, determinando a expedição de alvará de soltura. Todavia, quando da prolação da sentença de pronúncia, o magistrado sentenciante novamente decretou sua prisão preventiva, nos seguintes termos:

"Nego ao acusado o direito de recorrer ou aguardar o julgamento em liberdade. Trata-se de crimes gravíssimos, que revelam personalidade perigosa e conduta de desajuste social, máxime considerando-se o motivo e as circunstâncias dos crimes, que deixaram órfão de mãe e deficiente o filho da vítima fatal. Ademais, os requisitos que levaram à decretação da prisão cautelar estão agora mais reforçados com a presente decisão, sendo de se ressaltar que a soltura do réu foi determinada principalmente pelo excesso de prazo verificado para o encerramento da instrução. Finalmente, a prisão cautelar convém à instrução criminal, porque há notícia de ameaça a testemunha, a qual se disse bastante temerosa por sua vida." (fls. 30/31).

Sustenta o impetrante que a referida decisão é desprovida de fundamentação idônea a justificar a necessidade do encarceramento cautelar do paciente, aduzindo que não se encontram presentes nenhuma das hipóteses que autorizam a prisão preventiva.
Por ocasião do julgamento do prévio *writ*, a autoridade apontada como coatora assentou:

"Ao contrário do que afirma o paciente, a prisão foi bem decretada. Não está apoiada exclusivamente na gravidade do crime. As circunstâncias que o envolveram, sobretudo a banalidade e as sérias conseqüências advindas dos crimes (a criança nasceu, é um menino, e hoje apresenta gravíssimos problemas motores e de fala), foram consideradas.
O fato de ter sido beneficiado com a liberdade provisória no curso da instrução criminal não impede a decretação da prisão no momento da pronúncia, mormente porque a soltura anterior foi motivada pelo excesso de prazo.
Argumenta o impetrante que o paciente não sinalizou qualquer ameaça a quem quer que seja. Mas não é isso o que se depreende das informações trazidas pela autoridade coatora. Há notícia de que uma testemunha teme por sua vida em razão de ameaça sofrida." (fls. 17/18).

Pretende, liminarmente, a revogação da prisão preventiva decretada em desfavor do paciente, e, no mérito, a confirmação do pleito liminar.
É o relatório.
Da análise destes autos, ao menos num juízo perfunctório, não vislumbro a manifesta ilegalidade apontada, eis que a necessidade da prisão cautelar do paciente, *primo occuli*, foi justificada com arrimo em fatos concretos extraídos dos autos, não se podendo afirmar que seja totalmente desprovida de fundamentação, mormente porque restou consignado a ocorrência de ameaça à testemunhas, que ainda poderão depor perante o Tribunal do Júri.
É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não se verifica no caso em apreço. E ainda, o que se pleiteia na cognição sumária confunde-se com o próprio mérito da impetração, cuja resolução demanda análise dos autos e julgamento pelo Órgão Colegiado.
Ante o exposto, **indefiro** a liminar.
Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, encarecendo o envio do inteiro teor da decisão que revogou a prisão preventiva.
Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.
Publique-se.
Intime-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4093)

HABEAS CORPUS Nº 91.766 - SP (2007/0234390-0)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: EDNA REGINA BARBIERI DOMINICI (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA)
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: PAULO APARECIDO TREINOTI

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de PAULO APARECIDO TREINOTI, apontando como autoridade coatora a Nona Câmara do Quinto Grupo da Seção Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena total de 4 (quatro) anos de reclusão, em regime integralmente fechado, por infração ao art. 12, *caput* da Lei 6.368/76.
A impetrante informa que o paciente requereu ao juízo da execução a progressão de regime, o que lhe foi deferido.
Inconformado, o Ministério Público Estadual interpôs agravo em execução perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que lhe deu provimento, alegando, *verbis*:

"Consta que o agravante foi definitivamente condenado pela prática de crime hediondo e que a decisão determinou o regime integral fechado.
Assim, é incabível a progressão deferida, por impossibilidade jurídica do pedido.
(...)

É bem verdade que o C. Supremo Tribunal Federal, em julgamento recente, alcançado por apertada maioria, concluiu pela insconstitucionalidade do § 1º, do artigo 2º, da Lei 8.072/90, que proibia a progressão de regime de cumprimento de pena nos crimes hediondos.
Como tal decisão se deu no controle difuso de constitucionalidade, no julgamento de *habeas corpus*, a decisão do Supremo Tribunal Federal terá de ser comunicada ao Senado Federal para que o Parlamento providencie - se assim entender devido - a suspensão da eficácia do dispositivo acima mencionado.
Até então, tratando-se de lei em vigor no País, a ela devem os Tribunais dar cumprimento.
(...)
Meu voto, portanto, propõe se dê provimento ao recurso, para determinar o retorno do sentenciado ao regime integral fechado."
Aduz que a decisão da Corte Suprema, que declarou inconstitucional a vedação à progressão de regime para os crimes hediondos e equiparados, deve ser estendida às penas em execução.
Sustenta, ainda, que a Lei n.º 11.464/07 veio corroborar referida decisão, não existindo mais a figura jurídica do regime integral fechado para o cumprimento de pena.
Tece considerações sobre a retroatividade da lei penal mais benéfica, inclusive nos casos de sentença condenatória transitada em julgado.
Pretende, liminarmente e no mérito, o restabelecimento da decisão do juízo de primeira instância que deferiu a progressão ao regime semiaberto.
É o relatório.
O pleito volta-se contra a decisão proferida em agravo de execução, pretendendo a impetrante que se possibilite ao paciente o cumprimento progressivo da pena, a qual cumpre por incurso no artigo 12 da Lei 6368/76, como já lhe havia proporcionado o Juízo das Execuções Criminais.
A discussão da inconstitucionalidade do art. 2.º, § 1.º, da Lei n. 8.072/90 já se encontra pacificada, haja vista o julgamento do *habeas corpus* nº 82.959/SP, pelo Supremo Tribunal Federal.
Não poderia a matéria ter outro rumo, diante do direito fundamental do homem constante do art. 5.º, inciso XLVI, da Constituição Federal, à individualização da sanção penal. Esta deflui do princípio da humanidade da pena, como ensina ALBERTO SILVA FRANCO:

"(...) o modelo ressocializador não dispensa, na atualidade, um programa básico, um mínimo ético que deve estar fundamentado em dois vetores: o princípio da atenuação ou compensação e o princípio do *nihil nocere*. E o que significa cada um desses dois princípios? O princípio da atenuação ou compensação tem seu núcleo essencial na idéia de que o cumprimento da pena na prisão não deve resumir-se exclusivamente no trancafiamento de uma pessoa em estabelecimento prisional para efeito de ser submetida a normas de segurança e de disciplina. Ao afastamento obrigatório do recluso da vida em liberdade, devem corresponder compensações que visem estimulá-lo ao exercício de direitos não atingidos pela condenação, atenuado, assim, os efeitos desse afastamento e possibilitando a promoção de um processo gradual de reintegração social. Já o princípio do *nihil nocere* fundamenta-se na idéia de que os efeitos deletérios da internação forçada devem ser evitados através de um procedimento prisional que reduza significativamente o perigo da dessocialização.
O princípio da humanidade da pena importa, portanto, no acolhimento de um sistema progressivo de cumprimento de pena, através do qual se possibilite ao condenado, por meio de etapas, e ainda, em razão de seu mérito, alcançar a liberdade. Assim, um texto legal que proscreva toda e qualquer progressividade no cumprimento da pena privativa de liberdade, deixando o recluso subordinado unicamente ao regime fechado, num estabelecimento prisional de segurança máxima, tem, assim, um significado claro e preciso: transforma a finalidade da pena numa resposta estatal que paga o mal causado com outro mal, de igual ou superior intensidade, dela eliminando não apenas qualquer intento ressocializador (que pode ter expressão até na evitação de um processo dessocializador), mas também o 'mínimo ético' que é exigível na execução penal." (Código Penal e sua interpretação jurisprudencial, São Paulo, RT, 2001, vol. 1, Parte Geral, p. 10).

Nesta Casa, a progressividade de regime nos crimes hediondos é admitida de maneira unânime, *verbis*:

"CRIMINAL. HC. ATENTADOS VIOLENTOS AO PUDOR. FORMA SIMPLES. DELITO HEDIONDO. PROGRESSÃO DE REGIME. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 2º, § 1º DA LEI N.º 8.072/90 DECLARADA *INCIDENTER TANTUM* PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. REQUISITOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS A SEREM EXAMINADOS PELO JUÍZO DAS EXECUÇÕES. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA. Os crimes de estupro e atentado violento ao pudor, quando cometidos em sua forma simples ou com violência presumida, enquadram-se na definição legal de crimes hediondos**,** recebendo essa qualificação ainda quando deles não resulte lesão corporal de natureza grave ou morte da vítima. Precedentes do STF e do STJ. Hipótese na qual o réu foi condenado pela prática de delito hediondo - atentado violento ao pudor -, com fixação do regime integralmente fechado para o cumprimento da reprimenda. O pleno do STF declarou, *incidenter tantum*, a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 2º da Lei n.º 8.072/90, que trata da obrigatoriedade do cumprimento de pena em regime integralmente fechado para os condenados pela prática de crime hediondo. Deve ser afastado o óbice do art. 2º, § 1º, da Lei n.º 8.072/90 e reconhecer o direito do paciente ao pleito do benefício da progressão de regime prisional, cabendo ao Juízo competente a verificação da presença dos requisitos objetivos e subjetivos exigidos por lei. Ordem parcialmente concedida, nos termos do voto do Relator. (HC 65.481/BA, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 21.11.2006, DJ 18.12.2006, p. 451).
"HABEAS CORPUS. PROGRESSÃO DE REGIME. CRIME HEDIONDO. CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 2º, § 1º, DA LEI Nº 8.072/90. DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL CONCEDENDO MEDIDAS LIMINARES. ORDEM CONCEDIDA.
1. Tendo em conta que a questão acerca da constitucionalidade do dispositivo legal que veda a progressão de regime prisional aos condenados pela prática de crime hediondo está sendo novamente debatida no Supremo Tribunal Federal, no HC nº 82.959, o que tem levado a maioria dos Ministros daquela Corte a conceder medidas liminares assegurando o benefício, não se mostra razoável continuar a negar os pedidos aqui formulados.
2. Ordem concedida.
(HC 46.522/MS, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, Rel. p/ Acórdão Ministro PAULO GALLOTTI, SEXTA TURMA, julgado em 18.10.2005, DJ 13.11.2006, p. 300)".

É de se ressaltar, ainda, o advento da Lei n.º 11.464, de 29 de março de 2007, que modificou o art. 2º da Lei dos Crimes Hediondos, o qual passou a prever, no seu parágrafo 1º, que os condenados pela prática de tais delitos iniciarão o cumprimento da pena no regime fechado. Expurgou-se expressamente, desta forma, o já declarado inconstitucional óbice à progressão de regime**,** consagrando-se peremptoriamente o princípio constitucional da individualização da pena.
Na hipótese, ao paciente foi deferida a progressão ao regime semiaberto e o acórdão prolatado pela autoridade coatora cassou a decisão proferida pelo juízo monocrático, para restabelecer o regime integralmente fechado, apenas com base na vedação encontrada na Lei dos Crimes Hediondos.
Ante o exposto, **defiro a liminar** para suspender os efeitos do acórdão proferido nos autos do agravo em execução nº 997356.3/1 até o julgamento do presente *writ* pela Turma.
Comunique-se, com urgência, o inteiro teor da decisão ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e ao Juízo de 1ª instância, para as providências cabíveis.
Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora.
Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.
Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4094)

HABEAS CORPUS Nº 91.774 - SP (2007/0234409-6)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: CASSIA CILENE GOMES ASSENCIO (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA)
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: CEZAR BEZERRA LIN (PRESO)

DESPACHO

Trata-se de *habeas corpus*, substitutivo de recurso ordinário, impetrado contra ato da Segunda Câmara do Primeiro Grupo da Seção Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, não conhecendo do anterior *writ* em favor de CEZAR BEZERRA LIN, manteve a decisão proferida pelo juízo das execuções criminais que indeferiu a sua progressão de regime prisional.
Sustenta o impetrante que o constrangimento ilegal suportado pelo paciente reside no indeferimento do pedido de progressão de regime em razão da não observância do requisito objetivo previsto para o referido benefício, eis que o magistrado de primeira instância considerou que a prática de falta grave interrompe a contagem da pena, devendo o condenado cumprir novo lapso temporal para progredir a um regime mais brando.
Alega que referida decisão fere o princípio da estrita legalidade que rege as instituições de Direito Penal, tendo em vista que não existe nenhuma norma prevendo a interrupção do cumprimento da pena em razão da prática de falta grave, condicionando a progressão de regime ao cumprimento de mais 1/6 (um sexto) da reprimenda para se alcançar a progressão de regime.
Contra referida decisão a defesa do paciente impetrou prévio *writ* perante o Tribunal de origem, cuja ordem não foi conhecida.
Pretende, liminarmente, seja determinado ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo conhecer da prévia impetração, e, no mérito, a confirmação do pleito liminar.
É o relatório.
De início, cumpre frisar que em favor do paciente foram impetrados perante esta Corte dois prévios *habeas corpus*, autuados como HC n.º 83.169/SP e HC n.º 91.275/SP, tendo o primeiro sido indeferido liminarmente, eis que através do remédio heróico pretendia o reconhecimento da sua alegada inocência. No segundo, impetrado pelo próprio paciente, pretende a progressão de regime prisional, no qual foram solicitadas informações antes da apreciação acerca do pleito liminar formulado.
De uma leitura sumária destes autos, depreende-se que a decisão do juízo das execuções criminais que indeferiu o pedido de progressão de regime data de 05.07.2006, proferida, portanto, há mais de 1 ano, circunstância que denuncia uma possível prejudicialidade da impetração.
E, embora o extrato de movimentação do prévio *writ* indique a ocorrência do julgamento aos 27.11.2006, não há nos autos cópia do acórdão proferido, situação que impede a análise da alegada ilegalidade.
Ante o exposto, e para que se verifique se esta impetração é mera reiteração do pedido formulado nos autos do HC n.º 91.275/SP, solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, encarecendo o envio de cópia do acórdão objurgado, bem como de demais recursos eventualmente interpostos em favor do paciente, esclarecendo, ainda, qual a sua atual situação carcerária.
Após, tornem os autos conclusos para apreciação do pleito liminar.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4095)

HABEAS CORPUS Nº 91.775 - RS (2007/0234411-2)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
IMPETRANTE	: NEREU OLAVO VIDAL DA LUZ
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE	: FRANCISCO DANIEL CORDEIRO NETO (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de FRANCISCO DANIEL CORDEIRO NETO, contra acórdão da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que denegou a ordem, em *writ* ajuizado objetivando a concessão de liberdade provisória.
Alega que o paciente - preso em flagrante por suposta prática de delito de tráfico de entorpecentes - teve indeferido pedido de relaxamento da prisão em flagrante, por aquela Corte.
Sustenta que, com o advento da Lei nº 11.464/2007, deixou de existir óbice à concessão da liberdade provisória, constituindo, a aludida segregação, manifesto constrangimento ilegal, uma vez que estão ausentes, *in casu*, as hipóteses autorizativas da prisão preventiva.
Requer a concessão de medida liminar, para garantir imediata soltura ao paciente e, ao final, pugna pela concessão da ordem, com supedâneo, entre outros, no art. 310, parágrafo único, do CPP.
Passa-se à decisão.
De plano, ressalte-se que a liminar em *habeas corpus*, admitida pela doutrina e jurisprudência, exige demonstração inequívoca dos requisitos autorizadores do *periculum in mora* e do *fumus boni iuris*.
In casu, o pleito liminar confunde-se com o mérito da impetração, cuja análise caberá, oportunamente, ao Órgão Colegiado. Por outro lado, a apreciação do pedido demanda, em princípio, exame de fatos e provas, o que é incompatível com a via estreita do *habeas corpus*.
Ante o exposto, INDEFIRO a liminar.
Requisitem-se as informações.
Após, vista ao Ministério Público Federal.
Publique-se. Intime-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4096)

HABEAS CORPUS Nº 91.804 - DF (2007/0234720-6)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
IMPETRANTE	: ANTÔNIO CARLOS REIS DA SILVA
IMPETRADO	: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DE BRASÍLIA - DF
PACIENTE	: ANTÔNIO CARLOS REIS DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Antônio Carlos Reis da Silva dirigiu pedido de habeas corpus ao Superior Tribunal. Relatou que, atualmente, está custodiado no CIR/DF (Papuda). Alegou que está "cumprindo até a presente data 7 anos de sua reprimenda, sem contar com sua remição". Não trouxe, todavia, nenhum elemento que possibilitasse o exame do que contido na petição.
À vista disso, nego seguimento ao pedido no âmbito desta Corte (art. 38 da Lei nº 8.038/90 e art. 34, XVIII, do Regimento).
Determino, no entanto, que se remetam os autos ao Juiz da Vara de Execuções Criminais do Distrito Federal - DF, para que S. Exa. os encaminhe ao órgão de assistência judiciária estadual mais próximo de onde se encontra o paciente, a fim de que, dentro do possível, seja-lhe prestada "a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus" (art. 134, caput, da Constituição).
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4097)

HABEAS CORPUS Nº 91.815 - SP (2007/0234989-4)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: GEVERSON FREITAS DOS SANTOS
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: JOSÉ DIAS DE MACEDO

DESPACHO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra ato da Nona Câmara do Quinto Grupo da Seção Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, por ocasião do julgamento do recurso de apelação interposto por JOSÉ DIAS MACEDO, determinou a expedição de mandado de prisão para o início do cumprimento da pena de 3 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão, imposta pela prática dos crimes de favorecimento da prostituição e cárcere privado.
Noticiam os autos que o paciente foi denunciado como incurso nas penas dos arts. 228, *caput;* 228, § 1º; 148, *caput*; 129, *caput*, todos do Código Penal, e art. 19, *caput*, da Lei de Contravenções Penais e, após regular instrução criminal, restou condenado à pena de quatorze anos, dez meses e cinqüenta dias de reclusão, no regime inicialmente fechado, sendo-lhe negado o direito de recorrer em liberdade. Irresignada, a defesa do paciente interpôs recurso de apelação criminal e, concomitantemente, impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, este último com a finalidade de assegurar-lhe o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado da sentença condenatória, cujo pleito liminar foi deferido. Todavia, por ocasião do julgamento do mérito da impetração, a Corte local denegou a ordem, cassando a liminar concedida. Contra o acórdão denegatório a defesa interpôs Recurso Ordinário Constitucional, com pedido de liminar, autuado nesta Corte como RHC n.º 20.783/SP, a qual foi deferida, aos 27.03.2007, nos seguintes termos:

"Ante o exposto, **defiro a liminar** para suspender a ordem de prisão expedida contra o paciente nos autos da Ação Penal nº 050.02.060060-7 (Apelação n.º 1.062.181.3/1-00), até julgamento do mérito do presente recurso. Caso já tenha sido cumprido o mandado de prisão, deve o paciente ser posto em liberdade, se por outro motivo não estiver preso." (fl. 33)

Aduz o impetrante que, não obstante tenha sido conferido por esta Corte ao paciente o direito de aguardar em liberdade o julgamento do Recurso Ordinário Constitucional interposto, o Tribunal de origem, por ocasião do julgamento do recurso de apelação, realizado em 08.08.2007, reduzindo a reprimenda corporal imposta na sentença condenatória para 3 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão, determinou a expedição de mandado de prisão para início do cumprimento da pena.
Sustenta que o Tribunal local desconsiderou a decisão proferida nos autos do RHC n.º 20.783/SP deste Superior Tribunal de Justiça, aduzindo que não existe nenhum fato novo que justifique a necessidade do encarceramento cautelar do paciente, tendo em vista que ainda não houve o trânsito em julgado da sentença condenatória, razão pela qual a sua prisão, neste momento, consistiria em verdadeira antecipação da pena.
Ao final do acórdão objurgado, a autoridade apontada como coatora consignou:

"Expeça-se mandado de prisão na Primeira Instância em desfavor de José Dias de Macedo." (fl. 42).

Buscando a suspensão da referida determinação, a defesa do paciente formulou pedido diretamente ao Desembargador Relator do recurso de apelação, o qual restou indeferido nos seguintes termos:

"Indefiro a suspensão do mandado de prisão por falta de fundamento legal. Não há efeito suspensivo." (fl. 45).

Pretende, liminarmente, a suspensão dos efeitos do acórdão impugnado, com a determinação de expedição de contra-mandado de prisão em favor do paciente, para que este possa aguardar em liberdade o trânsito em julgado da sentença condenatória, e, no mérito, a confirmação do pleito liminar.
É o relatório.
Da análise dos autos, verifica-se que não há qualquer notícia de que tenham sido interpostos em favor do paciente outros recursos aptos a postergar a ocorrência do trânsito em julgado da condenação, informação que também não consta no sítio do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e se afigura imprescindível para a análise da alegada ilegalidade.
Todavia, diante da plausibilidade jurídica do pleito formulado na impetração, solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, com urgência, a fim de que esclareça se existem recursos extraordinários interpostos em favor do paciente, ou se o acórdão objurgado transitou em julgado.
Após, tornem os autos conclusos para apreciação do pleito liminar.
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4098)

HABEAS CORPUS Nº 91.852 - SP (2007/0235193-6)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
IMPETRANTE	: PAULO DE OLIVEIRA PEREIRA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: JULIANA FERNANDES MATIOLI (PRESA)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de JULIANA FERNANDES MATIOLI contra decisão monocrática de relator - em writ ajuizado junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo -, que indeferiu liminar requerida para obtenção de liberdade provisória.
Alega que a paciente - que se encontra presa, desde julho de 2007, em razão de flagrante, por infringência ao disposto no art. 33 da Lei nº 11.343/2006 - é primária, possui bons antecedentes, reside com a mãe e tem residência fixa, não estando presentes, *in casu*, os requisitos autorizadores da manutenção da prisão preventiva.
Requer a concessão de liminar, para que a paciente possa aguardar em liberdade o desenrolar do processo, expedindo-se "*contramandado de prisão*".
Passa-se à decisão.
Ab initio, ressalte-se que a liminar em *habeas corpus*, admitida pela doutrina e jurisprudência, exige demonstração inequívoca dos requisitos autorizadores do *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*.
A jurisprudência dos Tribunais Superiores não conhece de pedido de *habeas corpus* contra decisão denegatória de pedido liminar proferida por relator na instância de origem, em harmonia com o enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.
Esta Corte, todavia, adota entendimento no sentido de afastar o rigor da Súmula em situações nas quais o constrangimento ilegal é apreciável de plano, *ictu oculi*, uma vez que a decisão se apresente desprovida de razoabilidade.
Ocorre que não se vislumbra, no presente feito, em juízo de prelibação, o aludido constrangimento ou ausência de razoabilidade. Por outro lado, a ordem solicitada, acaso concedida, configuraria flagrante supressão de instância, uma vez que não há notícia de que o *habeas corpus* impetrado teve seu mérito apreciado pelo Tribunal *a quo*.
Ante o exposto, INDEFIRO a liminar.
Solicitem-se as informações.
Após a resposta, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.
Publique-se. Intime-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4099)

HABEAS CORPUS Nº 91.871 - RJ (2007/0235298-3)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: VÂNIA RENAULT B GOMES - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE	: GILMAR NEVES HONORATO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, em favor de GILMAR NEVES HONORATO, impugnando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (AC n.º 2007.050.03307).
O paciente foi condenado à pena de 2 (dois) anos e 6 (seis) meses de reclusão, em regime integralmente fechado, pela prática do delito descrito no art. 12 da Lei n.º 6.368/76, tendo a sentença aplicado a causa especial de diminuição da pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei n.º 11.343/06.
O Tribunal de origem deu parcial provimento ao apelo apenas para abrandar o regime de cumprimento da pena estabelecido pela sentença, fixando o regime inicial fechado. O referido aresto, entretanto, negou o pedido de redução máxima da reprimenda (2/3), nos termos do art. 33, § 4º, da Lei n.º 11.343/06, bem como o de substituição da pena restritiva de liberdade por restritiva de direitos.
Alega a impetrante, inicialmente, que o fundamento utilizado pelo acórdão impugnado para negar ao paciente a redução máxima da pena, qual seja, o de que o paciente responde a processos pendentes, fere o princípio da presunção de inocência.
Sustenta, ainda, que o fato delituoso ocorreu na vigência da Lei n.º 6.368/76, que não proibia expressamente a substituição das penas privativas de liberdade por restritivas de direitos. Cita precedentes do Supremo Tribunal Federal em reforço a sua tese.
Requer a concessão liminar da ordem e sua posterior confirmação para reduzir a pena em seu grau máximo e para possibilitar a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
É o relatório.
As questões suscitadas na impetração são complexas e demandam um exame mais aprofundado dos autos, inviável em um juízo perfunctório, recomendando-se sua apreciação pelo órgão colegiado.
Ademais, verifica-se que os argumentos da impetração visam, na realidade, à aplicação parcial da nova legislação ao caso concreto, ou seja, a retroatividade dos dispositivos mais benéficos. Conforme salientei anteriormente, não se admite que o julgador combine no caso concreto dispositivos de leis que se sucedem, para chegar numa "terceira lei", híbrida e portadora do que de melhor há em cada norma, conforme lecionam Eugenio Raúl Zaffaroni e José Henrique Pierangeli:

"Ante a complexidade dos elementos que podem ser tomados em consideração para determinar qual é a lei penal mais benigna, não é possível fazê-lo em abstrato, e sim frente ao caso concreto. Dessa maneira, resolve-se o caso hipoteticamente conforme uma e outra lei, comparando-se em seguida as soluções, para determinar qual é a menos gravosa para o autor. Nessa tarefa devem-se analisar em separado uma e outra lei, mas não é lícito tomar preceitos isolados de uma e outra, mas cada uma delas em sua totalidade. Se assim não fosse, estaríamos aplicando uma terceira lei inexistente criada unicamente pelo intérprete." (Manual de Direito Penal brasileiro, 2ª ed rev. e atual., Editora Revista dos Tribunais, 1999, p. 228 e 229).

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.
Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, em especial, a certidão de antecedentes criminais do paciente.
Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.
Publique-se.
Intime-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4100)

HABEAS CORPUS Nº 91.902 - SP (2007/0235410-8)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
IMPETRANTE	: ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA E OUTRO
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE	: RODOLFO RIBEIRO DE OLIVEIRA (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de RODOLFO RIBEIRO DE OLIVEIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que teria denegado *writ* impetrado para a obtenção de liberdade provisória.
Alega o impetrante que o paciente já se encontra preso há seis meses, tendo sido denunciado, em 16 de março de 2007, por prática de tráfico de drogas.
Sustenta, inicialmente, que não basta a mera menção ao caráter hediondo do ilícito, para se indeferir a liberdade provisória, sob pena de infração ao princípio da presunção de inocência.
Aduz que o Código Penal, no parágrafo único do artigo 310, somente autoriza a manutenção na prisão daqueles que foram presos em flagrante delito, caso presentes os pressupostos da prisão preventiva. Afirma discordar da própria existência do flagrante, uma vez que foi ele preparado pelos policiais, que, passando-se por consumidores de entorpecente, induziram o paciente à prática de fato típico.
Requer a concessão de liminar, para imediata soltura do paciente, para aguardar em liberdade o final do julgamento do presente *writ*.
Pugna, ao final, pela concessão da liberdade provisória, ou pelo relaxamento da prisão em flagrante.
Passa-se à decisão.
Ab initio, ressalte-se que a liminar em *habeas corpus*, admitida pela doutrina e jurisprudência, exige demonstração inequívoca dos requisitos autorizadores do *periculum in mora* e do *fumus boni iuris*.
Na hipótese, observa-se dos autos que o *writ* foi deficientemente instruído, uma vez que não foram colacionadas peças imprescindíveis à compreensão da controvérsia, sobretudo não há no feito o teor da decisão ora impetrada.
Malgrado a urgência do pedido, que seria justificadora da não juntada do inteiro teor do acórdão, com todas as vênias, não é possível, sem o aludido julgado, verificar-se, em juízo de prelibação, a ilegalidade ora apontada.
Ante o exposto, INDEFIRO a liminar.
Solicitem-se as informações.
Após a resposta, encaminhem-se os autos ao Ministério Público.
Publique-se. Intime-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4101)

HABEAS CORPUS Nº 91.965 - PA (2007/0235781-0)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
IMPETRANTE	: JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN
IMPETRADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A REGIÃO
PACIENTE	: MÁRCIA CRISTINA ZAHLUTH CENTENO BARBALHO

DECISÃO

Cuida-se de **habeas corpus**, com pedido de liminar, impetrado em favor de Márcia Cristina Zahluth Centeno Barbalho, denunciada como incursa no art. 1º, II, da Lei nº 4.729/1965 e arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137/1990, desafiando decisão de Desembargador do Tribunal Federal da 1ª Região que indeferiu pedido de liminar em **writ** ali deduzido.
Busca-se o trancamento da ação penal ao argumento de que, deferida antecipação de tutela em ação anulatória de débito fiscal determinando a suspensão de exigibilidade do crédito tributário, "faz desaparecer uma condição objetiva de punibilidade, sem a qual não se pode promover a ação penal, consoante iterativa jurisprudência que se formou a partir do **Habeas Corpus** nº 81.611 pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal."
Pretende, em sede liminar, a suspensão do curso do processo, notadamente o interrogatório, que está marcado para o próximo dia 1º de outubro.
Não há como dar seguimento ao pedido.
O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão assentada no sentido de não caber **habeas corpus** contra decisão que denega liminar, a não ser que reste demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie, como se verifica da leitura da decisão de fls. 258/259.
Confira-se da nossa jurisprudência:
*"PROCESSUAL PENAL. **HABEAS CORPUS** SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. ART. 157, § 2º, INCISO I E II, § 3º, **IN FINE**, C.C ART. 14, II, DO CP. PRISÃO EM FLAGRANTE. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. DENEGAÇÃO DE LIMINAR.*
*Em princípio, ressalvando manifesta ilegalidade, descabe o uso de **habeas corpus** para cassar indeferimento de liminar (Precedentes do Pretório Excelso e do STJ).*
***Habeas corpus** não conhecido."*
*(HC nº 55.134/PR, Relator o Ministro **FELIX FISCHER**, DJU de 22/5/2006)*

E do Supremo Tribunal Federal, que inclusive sumulou a matéria:
*"CONSTITUCIONAL. PENAL. PROCESSUAL PENAL. **HABEAS CORPUS**: LIMINAR INDEFERIDA PELO RELATOR, NO STJ. SÚMULA 691- STF.*
*I - Liminar indeferida pelo Relator, no STJ. A Súmula 691- STF, que não admite **habeas corpus** impetrado contra decisão do Relator que, em HC requerido a Tribunal Superior, indefere liminar, admite, entretanto, abrandamento: diante de flagrante violação à liberdade de locomoção, inocorrente no caso.*
*II - Negativa de seguimento ao pedido de **habeas corpus**. Agravo regimental não provido."*
*(AgRg no HC nº 87.016/RJ, Relator o Ministro **CARLOS VELLOSO**, DJU de 24/2/2006)*

Ante o exposto, sendo manifesta a inviabilidade do **writ**, com base no artigo 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, indefiro liminarmente o pedido.
Publique-se.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4102)

HABEAS CORPUS Nº 91.969 - MT (2007/0235850-4)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
IMPETRANTE	: DULCI NÉIA DE JESUS NASCIMENTO
IMPETRADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A REGIÃO
PACIENTE	: OSMAR ANASTÁCIO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra ato da Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que, por ocasião do julgamento do recurso de apelação interposto por OSMAR ANASTÁCIO, preservou-lhe o regime fechado para o integral cumprimento da pena de 18 anos e 4 meses de reclusão, imposta pela prática dos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes e associação para o tráfico.
Sustenta a impetrante que o constrangimento ilegal suportado pelo paciente reside na manutenção, pela autoridade apontada como coatora, do regime integralmente fechado fixado na sentença condenatória, alegando a inconstitucionalidade da vedação ao cumprimento progressivo da pena.
Pretende, liminarmente, o afastamento do óbice à progressão de regime prisional, face a inconstitucionalidade da antiga redação do art. 2º, § 1º da Lei n.º 8.072/90, e, no mérito, a confirmação do pleito liminar.
É o relatório.
De início, cumpre frisar que em favor do paciente foram impetrados perante esta Corte dois prévios *habeas corpus*, autuados como HC n.º 90.009/DF e HC n.º 91.609/MT, tendo o primeiro sido indeferido liminarmente em razão da não apresentação do original da petição inicial no prazo previsto na Lei n.º 9.800/99. No segundo, o paciente pretende aguardar em liberdade o trânsito em julgado da sentença condenatória, cujo pleito liminar restou indeferido.
Da análise destes autos, depreende-se que, ao contrário do que afirma a impetrante, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por ocasião do julgamento do recurso de apelação criminal n.º 2004.01.00.003969-0/MT, reconheceu, de ofício, a possibilidade de progressão de regime prisional dos réus (fl. 76), não existindo, portanto, o alegado constrangimento ilegal.
Confira-se, a propósito, a ementa do acórdão proferido pela autoridade apontada como coatora:

"PENAL. PROCESSUAL PENAL. DELAÇÃO. SUSTENTAÇÃO DE UM DECRETO CONDENATÓRIO. POSSIBILIDADE. LITISPENDÊNCIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. PROVA. OBTENÇÃO. COAÇÃO. NÃO COMPROVAÇÃO. CUSTÓDIA CAUTELAR. MEDIDA EXCEPCIONAL. PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS. CRIME EQUIPARADO A HEDIONDO. PROGRESSÃO DE REGIME. POSSIBILIDADE. EXISTÊNCIA DE APENAS UMA CAUSA DE AUMENTO. INCISO I DO ART. 18 DA LEI 6.368/76. MAJORAÇÃO DA PENA-BASE EM 2/3 (DOIS TERÇOS). CONDENAÇÃO POR QUADRILHA E ART. 62, I, DO C.P. COMPATIBILIDADE. APELOS IMPROVIDOS. **POSSIBILIDADE DE PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL RECONHECIDA DE OFÍCIO.**
1. A delação, se consentânea com as demais provas dos autos, serve de amparo para um decreto condenatório.
2. *"Não há litispendência. As quadrilhas são diferentes, porque seus membros são distintos e operam em trechos diferentes. Apenas Leonardo Dias Mendonça e alguns membros da cúpula são os mesmos, mas por reincidência específica."* (do opinativo ministerial - fl. 1573).
3. Improcede o argumento de que a prova fora obtida mediante coação, se desacompanhada de elementos que possibilitem sua apreciação.
4. A custódia cautelar é medida excepcional e deve ser decretada apenas quando devidamente amparada pelos requisitos legais, requisitos esses bem analisados pelo magistrado
5. Após a decisão do excelso pretório, dúvida não se mantém acerca da possibilidade de o condenado por crime hediondo, ou a ele equiparado, obter o direito à progressão de regime prisional, desde que preenchidos os demais requisitos.
6. Causa de aumento valorada na sua expressão máxima, diante das circunstâncias em que se desenvolveu a ação incriminada.
7. *"Não há incompatibilidade em tese entre a condenação por quadrilha e a agravação da pena, nos termos do art. 62, I, C. Pen., para aquele dos seus integrantes que haja promovido ou organizado a cooperação dos demais."* (STF, HC 77175/MG, Min. Sepúlveda Pertence).
8. Negado provimento aos apelos, **assegurando-se aos réus progredirem no regime prisional.**" (fl.76 - grifo meu).

Desta forma, verificado que o pedido formulado na impetração é manifestamente incabível, **nego seguimento** ao *habeas corpus*, conforme disciplina do art. 34, XVIII, do RISTJ.
Cientifique-se o Ministério Público Federal.
Publique-se.
Sem recurso, remetam-se os autos ao arquivo.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4103)

RECURSO ESPECIAL Nº 96.706 - SP (1996/0033482-0)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: MARIA TERESA FERREIRA CAHALI
INTERES.	: MANOEL GONÇALVES VIEIRA
ADVOGADO	: UBIRAJARA WANDERLEY LINS JUNIOR E OUTRO(S)

DECISÃO

Recurso especial interposto pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Quarta Câmara do Segundo Tribunal de Alçada Cível do Estado de São Paulo.
A insurgência especial está fundada na contrariedade à legislação federal.
Alega-se violação dos artigos 535, inciso II, 471 e 610, do Código de Processo Civil.
Alega o recorrente, no que importa ao caso, que:
"(...)
Esclarece que o interesse do presente recurso se prende à probabilidade de interposição de recurso extraordinário pela autarquia, como tem sistematicamente ocorrido em casos análogos.
(...)
A se reputar válida, a v. decisão proferida na apreciação dos embargos, ter-se-á desatendido à regra do art. 471, do Código de Processo Civil, que veda novamente se decidam questões já decididas e foi o que sucedeu quando se apreciou o mérito do recurso autárquico, pois esse tema já fora objetivado na primeira apelação do segurador, rejeitando-se-lhe a postulação. A questão nem poderia mais ser agitada na execução e o foi indevidamente, como visto, ante o que dispõe o art. 610 do Código de Processo Civil.
(...)" (fls. 141/145).
Recurso especial tempestivo (fl. 141), respondido (fls. 152/154) e inadmitido na origem (fls. 160/161).
Agravo de instrumento provido (apenso).
Tudo visto e examinado, decido.
Não conheço da alegada violação do artigo 535 do Código de Processo Civil eis que o recorrente, apesar de apontar o dispositivo legal tido como violado, não demonstrou no que consistiu a negativa de vigência à lei ou, ainda, a sua correta interpretação.
Decerto, a razão do pedido de reforma da decisão recorrida é pressuposto ou requisito para a admissibilidade do recurso, cabendo à parte formulá-lo em estrito cumprimento da lei, não se constituindo tal exigência em formalismo exacerbado.
Com efeito, a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que *"(...) Para viabilizar o conhecimento do especial, pelo fundamento da alínea 'a' do permissivo constitucional, não é suficiente a simples menção explícita aos preceitos de lei que se pretende desafeiçoados (pelo acórdão do Tribunal a quo), mas, ainda, a motivação justificadora, esclarecendo-se, com precisão, em sua dicção e conteúdo, para possibilitar, ao julgador, o cotejo entre o teor dos artigos indicados como violados e a fundamentação do recurso. (...)"* (REsp nº 160.226/RN, Relator Ministro Demócrito Reinaldo, ***in*** DJ 11/5/98).
Tal deficiência inviabiliza a abertura da instância especial, a teor do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, ***verbis***:
"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."
A propósito e por todos, o seguinte precedente, que define o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça:
"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. ALEGADA OFENSA AO ART. 535 DO CPC. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. MILITARES. REAJUSTE DE 28,86%. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA. MP N.º 1.704/98. PRECEDENTES.
1. Se o recorrente aduz ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil mas não evidencia qualquer omissão, contradição ou obscuridade no acórdão recorrido, deixando de demonstrar no que consistiu a alegada ofensa ao mencionado dispositivo, aplica-se, por analogia, o disposto na Súmula 284 do Excelso Pretório.
2. Esta Corte Superior de Justiça firmou o entendimento segundo o qual a edição da Medida Provisória nº 1.704-5/98, que reconheceu aos servidores públicos civis o direito àquele reajuste, implicou na renúncia do prazo prescricional, de acordo com o estabelecido no artigo 202, VI, do Código Civil. Precedentes.
3. Agravo regimental improvido." (AgRgREsp nº 885.292/PR, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, ***in*** DJ 25/6/2007).
Passo seguinte, estes, os fundamentos do acórdão recorrido, no que interessa à espécie:
"(...)
Não há benefício em manutenção administrativa, de sorte que nenhum sentido teria a aplicação do parágrafo único do art. 58 do ADCT.
A r. sentença harmoniza-se com a jurisprudência pacífica deste Tribunal, consolidada em sua súmula nº 26 (...)
(...)
Aliás, a decisão monocrática não só se afina com a jurisprudência desta Corte, mas também do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, que de há muito eliminou índices previdenciários para cálculo de benefícios.
(...)
Em resumo, a r. sentença está correta e merece persistir.
Ante o exposto, meu voto nega provimento ao apelo." (fls. 129/131).

"(...)
Em que pese ao respeito que merecem os embargos, seu caráter infringente é manifesto, já que a alegada omissão implicaria na alteração substancial do aresto e não eliminação de dúvida ou omissão.
(...)
Em resumo, a solução dada pelo aresto, que não se choca com a dada no processo de conhecimento, merece mantida, até porque não se vislumbra maior prejuízo e utilidade do recurso." (fls. 138/139).
A toda evidência, impõe-se a preservação do juízo negativo de admissibilidade recursal. Isso porque, quando do juízo de admissibilidade por esta Corte, imprescindível a análise acerca do interesse recursal da parte. Assim, levando-se em conta que a sentença foi favorável ao segurado e que à apelação da autarquia previdenciária foi negado provimento, não há qualquer interesse objetivo na oposição dos embargos declaratórios por parte do Ministério Público, a garantir o interesse do segurado.
Veja-se, a propósito, José Carlos Barbosa Moreira, que bem delimita o conceito de interesse recursal, no sentido de que *"(...) A noção de interesse, no processo, repousa sempre, ao nosso ver, no binômio utilidade + necessidade: utilidade da providência judicial pleiteada, necessidade da via que se escolhe para obter essa providência. O interesse em recorrer, assim, resulta da conjugação de dois fatores: de um lado, é preciso que o recorrente possa esperar, da interposição do recurso, a consecução de um resultado a que corresponda situação mais vantajosa, do ponto de vista prático, do que a emergente da decisão recorrida: de outro lado, que lhe seja necessário usar o recurso para alcançar tal vantagem."* (***in*** Comentários ao Código de Processo Civil, volume V, Editora Forense, 7ª edição, Rio de Janeiro, 1998, pág. 295).
Observe-se que o ***parquet*** busca alterar os fundamentos que ensejaram o voto condutor do acórdão recorrido. Ora, ao que se tem dos autos, o acórdão decidiu todas as questões pertinentes ao caso em tela, mantendo a sentença que acolheu o pedido do autor e negando provimento ao recurso do INSS. Outrossim, note-se que os embargos declaratórios não se prestam a forçar o ingresso na instância extraordinária se não houver omissão ou contradição a ser suprida no acórdão, nem fica o juiz obrigado a responder a todas as alegações das partes quando já encontrou motivo suficiente para fundar a decisão. A jurisprudência desta Corte de Justiça assim já se manifestou:
"EDcl (RMS) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA - PRESSUPOSTOS - ART. 535 DO CPC - EFEITOS INFRINGENTES - EXCEPCIONALIDADE - ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO - TITULARIDADE DE CARTÓRIO - EXTINÇÃO DA DELEGAÇÃO - SUBSTITUIÇÃO PROVISÓRIA - SUBSTITUTO MAIS ANTIGO - INTELIGÊNCIA DO § 5º DO ART. 20 C/C § 2º DO ART. 39 DA LEI 8.935/94.
I- Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade, não havendo qualquer um desses pressupostos, rejeitam-se os mesmos.
II- Inviável em sede de embargos declaratórios a concessão do excepcional efeito infringente, quando a oposição dos mesmos cinge-se em repisar os próprios fundamentos da impetração.
(...)
VI- Embargos de declaração rejeitados." (EDclRMS nº 11.912/GO, Relator Ministro Felix Fischer, ***in*** DJ 25/2/2002).

"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REJEIÇÃO.
*1. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça consolidou já o entendimento segundo o qual deve a parte vincular a interposição do recurso especial à violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, quando, mesmo após a oposição de embargos declaratórios, o tribunal **a quo** insiste em não se manifestar sobre questões em relação às quais deveria ter emitido algum juízo de valor, por força do princípio **tantum devolutum quantum appellatum**, ou ainda, quando houver obscuridade ou contradição no **decisum**.*
2. Em havendo o acórdão embargado decidido a questão tida como omissa, não há falar em violação do artigo 535 do Código de Processo Civil.
3. Os embargos declaratórios não se prestam para forçar o ingresso na instância extraordinária se não houver omissão a ser suprida no acórdão, nem fica o juiz obrigado a responder a todas as alegações das partes quando já encontrou motivo suficiente para fundar a decisão.

4. Agravo regimental improvido." (AgRgAg nº 375.893/GO, de minha Relatoria, ***in*** DJ 4/2/2002).
Dessa maneira, ausente se faz, para o recorrente, o requisito de admissibilidade do recurso especial consubstanciado no binômio utilidade - necessidade, qual seja, o interesse recursal.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 557, ***caput***, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4104)

RECURSO ESPECIAL Nº 139.279 - ES (1997/0047046-6)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: ÁLVARO DE OLIVEIRA FILHO E OUTROS
ADVOGADO	: JEFERSON DA SILVA
RECORRIDO	: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO	: CÉSAR EDUARDO BARROS DE SIQUEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Recurso especial interposto por Álvaro de Oliveira Filho e outros, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo que, integrado pelo dos embargos de declaração, proveu o apelo interposto pelo Estado do Espírito Santo para denegar o mandado de segurança impetrado pelos recorrentes, por entender não haver qualquer ilegalidade na eliminação por inaptidão de candidatos em exames psicotécnicos, no concurso público para o cargo de escrivão de polícia.
Além do dissídio jurisprudencial, a insurgência especial está fundada na violação dos artigos 1º da Lei nº 1.533/51 e 5º, incisos X, XXXIII e LV da Constituição Federal.
Recurso tempestivo (fl. 140), respondido (fls. 210/214) e admitido.
Tudo visto e examinado, decido.
Gize-se, de início, que a apreciação de violação de dispositivo de lei constitucional é estranha ao âmbito de cabimento do recurso especial (Constituição da República, artigo 105, inciso III).
Decidido isso, este Superior Tribunal de Justiça firmou já entendimento no sentido de não conhecer da insurgência especial quando a alegada violação do artigo 1º da Lei n° 1.533/51 está consubstanciada na demonstração de direito líqüido e certo a amparar o ***mandamus***, como na espécie, pois, para a verificação de sua existência, é imperativo o reexame de provas demonstrativas do alegado, vedado pelo enunciado nº 7 da Súmula desta Corte, ***verbis***:
"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."
A propósito, confiram-se os seguinte precedentes jurisdicionais:
"RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR ESTADUAL MILITAR. GRATIFICAÇÃO. CERTIDÃO. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO. IMPROPRIEDADE DO APELO QUANTO À FUNDAMENTAÇÃO NA ALÍNEA 'B', INCISO III, ART. 105, C.F. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 535 E SEGUINTES NÃO CARACTERIZADA. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.
O alegado dissenso não foi eficazmente demonstrado, nos moldes exigidos pelo Regimento Interno do STJ (art. 255).
A fundamentação do apelo quanto à alínea 'b' não encontra o devido amparo constitucional.
Na via do especial, conforme reiterado entendimento jurisprudencial, não cabe a análise de possível violação ao art. 1º da Lei Mandamental, pois demandaria reexame de prova - Súmula 7/STJ.
Não restou demonstrada a violação dos artigos do CPC citados, pois na apelação, e no próprio julgamento dos embargos declaratórios, as questões foram devidamente elucidadas, não havendo falar-se em qualquer omissão ou contradição.
Recurso desprovido." (REsp n° 205.451/BA, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, ***in*** DJ 2/4/2001).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. EXAME DE PROVA. SÚMULA 07/STJ.
1. A matéria referente ao art. 1º da Lei 1.553/51 (direito adquirido) não foi abordada pelo julgado impugnado, ressentindo-se o recurso especial do necessário prequestionamento, atraindo a incidência das súmulas 282 e 356 do STF.
2. Ainda que assim não fosse, a análise do dispositivo tido por violado, ou seja, dizer se existe ou não direito líquido e certo capaz de ensejar a impetração do mandado de segurança, demandaria incursão na seara fático-probatória, inviável em sede especial, ***ut*** *verbete sumular nº 7/STJ.*
3. Recurso especial não conhecido." (REsp n° 286.548/SP, Relator Ministro Fernando Gonçalves, ***in*** DJ 12/3/2001).
In casu, contudo, verifico que na MC nº 726/ES, em apenso, a Sexta Turma desta Corte Superior de Justiça, em 16/06/97, deu efeito suspensivo ao presente recurso especial e concedeu liminar para manter em exercício, desde então, os candidatos, ora recorrentes.
Ressalto que o entendimento que está prevalecendo nas Turmas que compõe a egrégia 3ª Seção, quanto a "teoria do fato consumado", é no sentido de não se aplicar, aos concursos públicos, para garantir a nomeação e posse do candidato, quando este permaneceu no certame por força de decisão judicial concedida a título precário.
Registro, a propósito, precedente neste sentido:
"ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL. CANDIDATOS NÃO CLASSIFICADOS. PARTICIPAÇÃO NA SEGUNDA ETAPA SUB JUDICE. ABERTURA DE NOVO CONCURSO. DIREITO À NOMEAÇÃO. QUEBRA DA ORDEM CLASSIFICATÓRIA. PRAZO DE VALIDADE. FATO CONSUMADO.
I - Os candidatos aprovados na primeira etapa de concurso público mas não classificados dentro do número de vagas previsto no edital, que vêm a participar da segunda etapa por força de decisões judiciais, não têm direito à nomeação definitiva, sob o argumento de o término do prazo do que o antecedeu) caracterizou preterição do seu direito. Precedentes.
II - O emprego da denominada 'teoria do fato consumado' pressupõe uma situação ilegal consolidada no tempo, em decorrência da concessão de liminar. Inaplicabilidade desse entendimento para se reconhecer o direito à nomeação de candidatos aprovados sub judice no Curso de Formação.
Segurança denegada." (MS nº 6.148/DF, Relator Ministro Felix Fischer, ***in*** DJ 28/2/2000).
Vejam-se, ainda, no mesmo sentido, as considerações tecidas pelo eminente Ministro Moreira Alves, Relator no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 120.893-7/SP:
"1. Não desconheço que esta Corte tem, vez por outra, admitido por fundamento jurídico que não sei qual seja - a denominada 'teoria do fato consumado', desde que se trate de situação ilegal consolidada no tempo quando decorrente de deferimento de liminar em mandado de segurança.
Jamais compartilhei esse entendimento que leva a premiar quem não tem direito pelo fato tão só de um Juízo singular ou de um Tribunal retardar exagerada e injustificadamente o julgamento definitivo de um mandado de segurança, ou de a demora, na desconstituição do ato administrativo praticado por força de liminar posteriormente cassada, resultar de lentidão da máquina administrativa." (...).
Como já me manifestei (EREsp 696.987/DF , ***in*** DJ 21/08/2006), a teoria do fato consumado é discutível criação jurisprudencial, cuja invocação, quando admitida, somente é cabível em situações especialíssimas, em que se preserva uma situação decorrente de liminar, embora irregular e ilegal, porque consolidada no tempo e irreversível.
Como consta dos autos, a liminar perdura desde 1997, ou seja, há dez anos. Ora, admitir - como por vezes tem feito esta Corte - que não se mantenha a situação em apreço, de fato consolidada no tempo por atraso da prestação jurisdicional, implicaria em reformulação de situações irreversíveis, já concretizadas.
Tenho, pois, pena de se atender mais à letra do que ao espírito da lei, como caracterizada, ante à peculiaridade da espécie, a manutenção da investidura dos candidatos, a ensejar a aplicação da teoria do fato consumado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 544, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso especial para, reformando o acórdão recorrido, manter a investidura dos candidatos, ora recorrentes.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4105)

RECURSO ESPECIAL Nº 170.429 - SP (1998/0024801-3)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ADVOGADO	: MÁRCIA VASCONCELLOS PEREIRA DA SILVA FELIPPE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: AIDE PEREIRA LEITE E OUTROS
ADVOGADO	: RICARDO RABONEZE

DECISÃO

Recurso especial interposto pelo Município de São Paulo, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:
"Ação Ordinária - Valor da causa - Falta de melhores elementos para definir os conteúdo econômico da lide - Impugnação da ré que, a exemplo dos autores, também ficou na mera estimativa - Rejeição que merece ser mantida - Agravo improvido." (fl. 103).
Sustenta o recorrente que, em se tratando de ação movida por servidores públicos com o objetivo de receber diferenças de reajuste salarial, a fixação do valor da causa deve observar a regra contida no artigo 260 do Código de Processo Civil.
A violação do artigo 260 do Código de Processo Civil funda a insurgência especial.
Recurso tempestivo (fl. 107), respondido (fl. 116) e inadmitido (fls. 124/126).
Agravo de instrumento provido.
Tudo visto e examinado, decido.
No que tange à alegação de necessidade de observância, no presente caso, da regra contida no artigo 260 do Código de Processo Civil, este Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento no sentido de que, nas demandas ajuizadas por servidores públicos com o objetivo de obter o pagamento de prestações vencidas e vincendas, o valor da causa não deve ser fixado por simples estimativa, mas sim de acordo com os critérios previstos no artigo 260 do Código de Processo Civil, aproximando-se, dessa forma, o mais possível do conteúdo econômico a ser obtido com o litígio.
Nesse sentido:
"PROCESSUAL CIVIL. IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA. LITISCONSÓRCIO ATIVO FACULTATIVO. PRESTAÇÕES VENCIDAS E VINCENDAS ESTIMATIVA. IMPOSSIBILIDADE. APROXIMAÇÃO AO CONTEÚDO ECONÔMICO. APLICAÇÃO DO ART. 260 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PRECEDENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO.
1. Em se tratando de demanda na qual servidores públicos em litisconsórcio ativo buscam o pagamento de prestações vencidas e vincendas, o valor da causa não deve ser fixado por simples estimativa, sendo certo que os critérios previstos no art. 260 do Código de Processo Civil devem ser observados, de forma a aproximar-se o mais possível do conteúdo econômico a ser obtido com o litígio. Precedentes.
2. Para alçar a admissibilidade do recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional, o Recorrente deve realizar o cotejo analítico nos termos previstos nos artigos 541 do Código de Processo Civil e 255 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, e descumpridas as exigências legais e regimentais, incide o óbice da Súmula n.º 284 da Suprema Corte.
3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido." (Resp nº 616.391/PA, Relatora Ministra Laurita Vaz, ***in*** DJ de 06/08/2007 - nossos os grifos)

"RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDORES. REAJUSTE DE 47,94%. IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA. APROXIMAÇÃO DA REALIDADE DA COBRANÇA. LITISCONSÓRCIO. PRESTAÇÕES VENCIDAS E VINCENDAS. ART. 260 DO CPC. PRECEDENTES.
Este Tribunal já firmou entendimento no sentido de que o valor da causa deverá ser atribuído o mais aproximado possível ao conteúdo econômico a ser obtido.
Necessidade de observância aos parâmetros do art. 260 do CPC, considerando-se que a ação abrange prestações vencidas e vincendas, envolvendo litisconsórcio ativo.
Recurso parcialmente provido." (Resp nº 677.776/RS, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, ***in*** DJ de 21/11/2005 - nossos os grifos)

"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MOVIDA POR JUÍZES CLASSISTAS. VALOR DA CAUSA. MERA ESTIMATIVA. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO ART. 260, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PRECEDENTES. RECURSO DESPROVIDO.
I - Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, tratando-se de ação movida por servidores públicos objetivando o pagamento de prestações vencidas e vincendas, a fixação do valor da causa deve observar os critérios previstos no art. 260 do Código de Processo Civil, não podendo ocorrer por mera estimativa. Precedentes.
II - Agravo interno desprovido." (AgRg no Resp nº 644.060/RS, Relator Ministro Gilson Dipp, ***in*** DJ de 08/11/2004 - nossos os grifos)

"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MOVIDA POR SERVIDORES PÚBLICOS. VALOR DA CAUSA. PRESTAÇÕES VENCIDAS E VINCENDAS. APLICAÇÃO DO ARTIGO 260 DO CPC.
1 - Consoante entendimento pacificado desta Corte, tratando-se de ação movida por servidores públicos, objetivando o pagamento de diferenças vencidas e vincendas, a fixação do valor da causa deve observar a regra contida no artigo 260 do CPC, não sendo possível a aferição do seu quantum através de mera estimativa. Precedentes.
2 - Embargos de divergência rejeitados." (EResp nº 174.364/SP, Relator Ministro Fernando Gonçalves, ***in*** DJ de 10/02/2003 - nossos os grifos)
Pelo exposto, com fundamento no artigo 544, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso para, reformando o acórdão recorrido, determinar o retorno do feito à origem, para que o valor da causa seja fixado de acordo com o artigo 260 do Código de Processo Civil.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4106)

RECURSO ESPECIAL Nº 266.576 - SP (2000/0069061-9)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MARIA NEUZA DE SOUZA PEREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: SEVERINO FERNANDES DE ANDRADE
ADVOGADO	: JOSÉ MARIA VICENTE E OUTRO

DECISÃO

Recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:
"PROCESSUAL CIVIL - RAZÕES DE RECURSO DISSOCIADAS DO QUE FOI DECIDIDO NA SENTENÇA - NÃO CONHECIMENTO.
1 - A apelação deverá ser interposta por petição dirigida ao juiz, contendo os fundamentos de fato e de direito ensejadores da reforma do julgado. Inteligência do artigo 514, II, CPC.
2 - Recurso que não traz razões totalmente dissociadas da fundamentação da sentença.
3 - Apelação não conhecida." (fl. 53).
Está o recorrente que o Tribunal ***a quo*** teria violado o disposto no artigo 514 do Código de Processo Civil, cujos os termos são os seguintes:
" I - os nomes e a qualificação das partes;
II - os fundamentos de fato e de direito;
III - o pedido de nova decisão."
E o teria violado porque, como se recolhe das próprias razões recursais:
"(...)

Ora, não se trata, 'data venia', de razões dissociadas, como se passa a demonstrar.
Com efeito, trata-se de ação na qual o Autor pretende a revisão da RMI de seu benefício com a aplicação de todos os salários de contribuição efetivamente recolhidos, sem limitação do teto.
Assim consta da petição inicial, às fls. 04:
'Se o Autor, contribuiu sempre pelo teto máximo estabelecido pela própria previdência como explicar-se que agora, na hora de receber, a contraprestação venha completamente defasada, bastante inferior mesmo, até ao inconstitucional teto criado pela Previdência. Não tem sentido'
Como se vê, o Autor pleiteia, apesar da inépcia de sua inicial, a exclusão do limite teto.
(...)
Não há como negar que a r. sentença analisa a matéria sob o enfoque da limitação do teto imposto ao valor dos benefícios.
(...)
Ora, afirmar que as razões de apelo estão dissociadas da matéria debatida nos autos, no presente caso é, sem dúvida, pretender cercear o direito de defesa do Instituto.
Efetivamente, não há como negar que toda a matéria discutida nos autos diz respeito ao limite teto imposto ao valor dos benefícios, e contra exclusão de tal limite, legalmente previstos, se insurgiu o Instituto em suas razões de apelo.
(...)" (fls .59/60).
Recurso tempestivo (fl. 56), respondido (fls. 62/65) e admitido (fl.68).
Tudo visto e examinado, decido.
De acordo com o artigo 514 do Código de Processo Civil, a apelação, interposta por petição dirigida ao juiz, conterá:
"I - os nomes e a qualificação das partes;
II - os fundamentos de fato e de direito;
III - o pedido de nova decisão."
Assim, para que o recurso de apelação preencha o pressuposto de admissibilidade da regularidade formal, deverá ser "*deduzido pela petição de interposição, dirigida ao juízo da causa (**a quo**), **acompanhada das razões do inconformismo (fundamentação)** e do pedido de nova decisão, dirigidos ao juízo destinatário (**ad quem**), competente para conhecer e decidir o mérito do recurso. Faltando um dos requisitos formais da apelação, não estará satisfeito o pressuposto de admissibilidade e o tribunal não poderá conhecer do recurso.*" (***in*** CPC Comentado, pág. 999, Nélson Néri Júnior - nossos os grifos).
Por certo, deve o apelante indicar as razões de fato e de direito pelas quais entende deva ser anulada ou reformada a sentença recorrida, sob pena de não ser conhecido o recurso interposto.
E, na lição de José Carlos Barbosa Moreira, *"As razões de apelação ('fundamentos de fato e de direito'), que podem constar da própria petição ou ser oferecidas em peça enexa, compreendem, como é intuitivo, a indicação dos erros in procedendo, ou in iudicando, ou ambas as espécies, que ao ver do apelante viciam a sentença, e a exposição dos motivos por que assim se hão de considerar. T**em-se decidido, acertadamente, que não é satisfatório a mera invocação, em peça padronizada, de razões que não guardam relação com o teor da sentença**."* (***in*** Comentário ao Código de Processo Civil, Volume V, Editora Forense - nossos os grifos)
Outro não é o entendimento firmado por esta Corte Superior de Justiça, ***verbis***:
"PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. CPC, ART. 514, II. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE.
***1.** A regularidade formal é requisito extrínseco de admissibilidade da apelação, impondo ao recorrente, em suas razões, que decline os fundamentos de fato e de direito pelos quais impugna a sentença recorrida.*
***2.** Carece do referido requisito o apelo que, limitando-se a reproduzir ipsis litteris a petição inicial, não faz qualquer menção ao decidido na sentença, abstendo-se de impugnar o fundamento que embasou a improcedência do pedido.*
***3.** Precedentes do STJ.*
4.** Recurso especial a que se nega provimento."* (REsp 553.242/BA, Relator Ministro Luiz Fux, ***in DJ 9/2/2004)

"PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. REPETIÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA INICIAL. COMODISMO INACEITÁVEL. PRECEDENTES.
***1.** Recurso Especial interposto contra v. Acórdão que considerou indispensável que na apelação sejam declinadas as razões pelas quais a sentença seria injusta ou ilegal.*
***2.** O Código de Processo Civil (arts. 514 e 515) impõe às partes a observância da forma segundo a qual deve se revestir o recurso apelatório. Não é suficiente mera menção a qualquer peça anterior à sentença (petição inicial, contestação ou arrazoados), à guisa de fundamentos com os quais se almeja a reforma do decisório monocrático. À luz do ordenamento jurídico processual, tal atitude traduz-se em comodismo inaceitável, devendo ser afastado.*
***3.** O apelante deve atacar, especificamente, os fundamentos da sentença que deseja rebater, mesmo que, no decorrer das razões, utilize-se, **também**, de argumentos já delineados em outras peças anteriores. No entanto, só os já desvendados anteriormente não são por demais suficientes, sendo necessário o ataque específico à sentença.*
***4.** Procedendo dessa forma, o que o apelante submete ao julgamento do Tribunal é a própria petição inicial, desvirtuando a competência recursal originária do Tribunal.*
***5.** Precedentes das 1ª, 2ª, 5ª e 6ª Turmas desta Corte Superior.*
6.** Recurso não provido."* (REsp 359.080/PR, Relator Ministro José Delgado, ***in DJ 4/3/2002)

"RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COMPROVAÇÃO. ART. 514, II, DO CPC. APELAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. DL 2.288/86. RESTITUIÇÃO. PRESCRIÇÃO. DECADÊNCIA.
(omissis)
II - Revela-se fundamentada a apelação que indica qual o entendimento da sentença que motivou a irresignação dos recorrentes e as razões pelas quais o consideram desacertado.
III - Se a questão controversa diz respeito ao prazo prescricional ou decadencial, a distinção entre o empréstimo compulsório incidente sobre a aquisição de veículos automotores e aquele exigido na aquisição de combustível não enseja, por si só, o não-conhecimento da apelação por estarem as razões desta dissociadas da sentença, vez que em ambas as hipóteses tal prazo diz respeito à mesma exação - o empréstimo compulsório para absorção temporária do excesso de poder aquisitivo.
Recurso Especial a que se dá provimento" (REsp nº 240.323/PR, Relatora Ministra Nancy Andrighi, ***in*** DJ 14/8/2000)

"PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL - ALEGATIVA DE OFENSA AOS ARTS. 245, 460 E 515 DO CPC - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - SÚMULAS 282 E 356 DO STF - APLICAÇÃO - RECURSO DE APELAÇÃO - FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE - ART. 514, II, DO CPC - INTELIGÊNCIA.
1 - O requisito inarredável do prequestionamento encontra-se configurado, quando o tribunal de segunda instância expende juízo de valor acerca do dispositivo de lei federal que se reputa ofendido.
2 - Em suas razões de apelação, deve a parte sucumbente infirmar, de forma clara e objetiva, a sentença impugnada. "In casu", as razões recursais se reportam a situação diversa da que efetivamente foi decidida nos autos, caracterizando, destarte, a defectiva fundamentação do recurso.
3 - Recurso especial conhecido, mas improvido. Decisão unânime." (Resp nº 154.061/SP, Relator Ministro Demócrito Reinaldo, ***in*** DJ 15/3/1999)

"PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. FUNDAMENTAÇÃO CONSIDERADA DESCONEXA COM A SENTENÇA. CPC, ART. 514.
- O art. 514 do CPC determina que na petição de interposição do apelo conste o nome e a qualificação das partes, os fundamentos de fato e de direito e o pedido de nova decisão.
- Apelação não conhecida por se considerar que as razões apresentadas são desconexas com a decisão recorrida.
- Hipótese em que a peça recursal expõe os fundamentos da sua irresignação ao juízo ad quem, ainda que não possa ser reconhecida como tecnicamente perfeita. Os requisitos do art. 514 do CPC, no entanto, foram atendidos.
- Recurso conhecido e provido, determinando-se a remessa dos autos à instância de origem." (Resp nº 187.326/SP, Relator Ministro Félix Fischer, ***in*** DJ 7/6/1999).
Na espécie, entendeu a Corte Regional que a apelação da autarquia previdenciária não preencheu o requisito previsto no artigo 514, inciso II, do Código de Processo Civil, acima transcrito, uma vez que as razões do recurso de apelação estavam dissociadas da fundamentação da sentença.
São estes, por oportuno, os fundamentos da sentença de primeiro grau que julgou procedente o pedido:
"(...)
Realmente, existe distorção no cálculo da renda inicial do benefício em análise.
Dispõe-se o art. 202, "caput", da C.F., com efeito, que a aposentadoria deve ser calculada por sobre a "média dos trinta e seus últimos salários-de-contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês, e comprovada a regularidade dos reajustes dos salários-de-contribuição de modo a preservar seus valores reais".
Os elevadíssimos índices inflacionários de nossa economia explicam o porquê da preocupação dos constituintes com a devida correção monetária dos fatores de cálculo do benefício, aplicável mês a mês - insisto.
É evidente, até porque a norma constitucional isso não proíbe, que os salários-de-contribuição devem estar sujeitos a um dado limite de valor, consoante as regras vigentes nos períodos das respectivas competências (cf. art. 135 da Lei 8.213/91).
Mas a regulamentação desses dispositivos infringiu claramente as normas de origem, sobretudo a constitucional, ao prescrever que o citado valor-teto do salário-de-contribuição seria reajustado nas mesmas épocas e segundos os mesmos índices dos benefícios em geral (cf. art. 37, § 5º, do Decreto 356/91).
Assim é que, em épocas de periodicidade de reajustes não mensal, a efetiva expressão econômica do indigitado teto decai sensivelmente, mercê do processo inflacionários, no período intermediário dos reajustes.
Desse modo, embora experimentando correção monetária mês a mês, os salários-de-contribuição referentes a competência intermediária à dos meses dos reajustes dos benefícios em geral, acabam se nivelando a um teto já extremamente defasado pela inflação verificada desde o último acertamento.
Essa indevida estática dos salários-de-contribuição constitui o verdadeiro motivo da acentuada disparidade de valores entre as contribuições vertidas pelos segurados e os benefícios - quando o objetivo nítido da norma constitucional, assegurando a correção mensal dos componentes de cálculo, é o de garantir a correspondência entre tais fatores.
É a mácula cujo expurgos será determinado, em atenção ao mandamento do art. 202, 'caput', da C.F.
Posto isto, JULGO PROCEDENTE a ação para o efeito de determinar a revisão dos cálculos da renda inicial do benefício em análise, de modo que os salários-de-contribuição nivelados ao 'valor teto' dos meses das respectivas competências correspondam ao teto atualizado, vigente à época dos cálculos, este corrigido mês a mês (se o caso), desde a época do último reajuste - a fim de que todos esse fatores sejam redimensionados para uma mesma realidade econômica.
(...)" (fls .33/34).
São estas, as razões do recurso de apelação:
"(...)
A respeitável sentença, que julgando procedente a ação condenou o Instituto à revisão dos cálculos do valor inicial do benefício do apelado, das prestações e reajustes, de modo que os salários-de-contribuição nivelados ao 'valor teto' dos meses das respectivas competências correspondam a valor atualizado, vigente à época dos cálculos, corrigidos mês a mês, (se o caso), desde a época do último reajuste a fim de que todos esses fatores sejam redimensionados para uma mesma realidade econômica, condenando mais a autarquia ao pagamento das diferenças daí oriundas e demais cominações, merece ser reformada.
Não, há suporte jurídico, 'data venia', a manter-se a r. sentença a tal questão.
Com efeito, a limitação imposta ao valor da renda mensal inicial do benefício do apelado encontra amparo no disposto no artigo 33 da Lei nº 8.213/91, 'in verbis':
'Art. 33. A renda mensal do benefício de prestação continuada que substituir o salário-de-contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado não terá valor inferior ao do salário-mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição, ressalvado o disposto no art. 45 desta lei.'
É induvidoso, portanto, que a limitação feita pelo recorrente tem fundamento legal, enquanto que a decisão consubstanciada na r. sentença recorrida está ao desamparo de qualquer legislação.
De se notar que o sistema de previdência social é eminentemente atuarial e, por isso mesmo, embasado na necessidade dos segurados recolherem as suas prestações par que seja constituído um fundo capaz de propiciar o pagamento dos benefícios. Em tal sistema, a relação jurídica prestação/benefício é essencial para o seu funcionamento.
Por isso mesmo, o valor do benefício concedido há de manter a correspondência com aquele da contribuição. Se nenhum contribuinte da Previdência Social, dentre estes o apelado, está legalmente, obrigado a contribuir acima do teto fixado em lei, não há razão para determinar-se ao INSS que pague a esse mesmo contribuinte valor superior àquele contribuído.
Se o segurado tem limite para a contribuição, necessariamente terá de suportar um valor limite para o valor da sua renda mensal inicial. Há necessidade, por isso mesmo, de completa equivalência entre contribuição/benefício, sob pena de uma das partes locupletar-se indevidamente às custas de outra, o que fatalmente ocorrerá se esse limitação deixar de existir.
De se anotar que essa limitação sempre existiu em todos os planos de benefício da previdência social. Não se trata de inovação do novo plano de benefícios (Lei n. 8.213/91). Sua finalidade, como antes já explicado, é a de permitir equivalência de podres entre a Previdência Social com o seu segurado; entre a contribuição e o benefício recebido.
(...)" (fl. 38/39).
Não há falar em razões de apelação dissociadas da sentença recorrida.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 557, parágrafo 1º-A, do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que prossiga no julgamento do recurso de apelação.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4107)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 315.685 - DF (2001/0038205-3)

RELATORA	**:**	**MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	:	DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR	:	SEBASTIÃO DO ESPÍRITO SANTO NETO
AGRAVANTE	:	VERA MARIA DOS SANTOS E OUTRO(S)
ADVOGADO	:	MARCOS LUÍS BORGES DE RESENDE E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL. LEIS DISTRITAIS NºS 38/89 E 117/90. IPC DE MARÇO/90. 84,32%. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NÃO-OCORRÊNCIA. SÚMULA 85/STJ. PRECEDENTES.

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental, interposto contra a decisão de fls. 183/187 proferida pelo ilustre Ministro Hélio Quaglia Barbosa, assim ementada:

"RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL. IPC DE MARÇO DE 1990 (84,32%). PRESCRIÇÃO DO FUNDO DO DIREITO. NÃO OCORRÊNCIA. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. SÚMULA 85 DO STJ. LIMITAÇÃO TEMPORAL IMPOSTA PELA LEI DISTRITAL Nº 117/90. INCABÍVEL. DIREITO À INCORPORAÇÃO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO."

O agravante alega violação dos artigos 128, 293 e 460 do Código de Processo Civil, argumentando que a decisão agravada violou o princípio *tantum devolutum quantum appellatum*, na medida em que tratou de matéria que não era objeto do recurso especial, qual seja, a limitação dos efeitos da condenação.

Assevera que "recrudesce a natureza *extra petita* da v. decisão agravada, na medida em que o julgado de Segundo Grau limitou a condenação à data base, mas o r. *decisum* atacado não dedicou uma linha sequer a esta circunstância e, totalmente fora dos trilhos, decidiu a questão à luz de precedentes que tratam da limitação à Lei 117/90, tema totalmente alheio à realidade dos autos e aos fundamentos do acórdão *a quo*" (fl. 191).
Sustenta que os agravantes "não direcionaram seu inconformismo contra a limitação dos efeitos à data-base, mas se limitaram a, equivocadamente, insurgir-se contra o que entenderam ter sido a decretação da prescrição de fundo de direito - situação não ocorrida nos autos" (fl. 191).
É o relatório.
Verifica-se que os recorrentes pugnaram tão-somente pelo afastamento da prescrição do fundo de direito declarada pelo acórdão recorrido; a limitação dos efeitos da condenação não foi debatida nas razões recursais, razão pela qual a decisão monocrática merece ser reconsiderada.
O acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, atacado por recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal, restou assim ementado:

"FUNCIONALISMO. PLANO COLLOR. AÇÃO AJUIZADA APÓS CINCO ANOS DA REVOGAÇÃO DA LEI DISTRITAL Nº 38/89 PELA LEI DISTRITAL Nº 117/90, DE 23/09/98. FUNDO DO DIREITO ALCANÇADO PELA PRESCRIÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM FULCRO NO ART. 269, IV, DO CPC. SENTENÇA MANTIDA." (FL. 55)

Opostos embargos infringentes, foram eles rejeitados por acórdão cuja ementa transcrevo a seguir:

"ADMINISTRATIVO. EMBARGOS INFRINGENTES. SERVIDORES CIVIS DO DF. PLANO COLLOR. REAJUSTE SALARIAL PELA LEI 38/89. LIMITE DA CONDENAÇÃO. PRESCRIÇÃO.
1 - Os pagamentos das parcelas pleiteadas, decorrentes da aplicação da Lei Distrital nº 38/89, deverão ter repercussão somente até 31.12.90 e, portanto, os reflexos, por se tratarem de prestações de trato sucessivo, também têm como limite a referida data e o prazo prescricional atingirá progressivamente as prestações até a data limite.
2 - Tendo a ação sido interposta em 17.05.96, o pleito dos embargantes encontra-se alcançado pelo manto da prescrição, uma vez que o termo final do prazo prescricional, dos reflexos devidos, deu-se em 01.01.95. Embargos Infringentes não providos. Maioria." (fl. 71)

Os recorrentes, nas razões do recurso especial, alegaram violação do artigo 3º do Decreto nº 20.910/32, por entenderem incabível o reconhecimento da prescrição do fundo de direito.
Invocaram divergência jurisprudencial com julgado desta Corte onde, em situação semelhante, ficou consignado que "envolvendo a hipótese o pagamento de reajuste salarial não concedidos à época da edição do Plano Collor pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal, encontrando-se a situação jurídica consolidada pelo pagamento dos vencimentos, não se aplica a prescrição da ação, mas o comando inserto na súmula 85/STJ" (fl. 81).
Finalmente, argumentaram que "em se tratando de direitos de servidor público que atingem parcelas que vencem mês-a-mês, a prescrição é sempre das parcelas, não atingindo o fundo de direito" (fl. 83), pugnando pela incidência do Enunciado 85 da Súmula do superior Tribunal de Justiça.
A Terceira Seção desta Corte firmou o entendimento de que a Lei Distrital nº 117/90, que revogou a Lei Distrital nº 38/89 e estabeleceu nova forma de reajuste para os servidores do Distrito Federal, não teve o condão de elidir a modificação remuneratória já garantida pela Lei Distrital nº 38/89, sob pena de ofensa aos princípios do direito adquirido e da irredutibilidade de vencimentos. Ilustrativamente:

"AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL - SERVIDORES CIVIS DO DISTRITO FEDERAL - PERCENTUAL DE 84,32% - LIMITAÇÃO TEMPORAL - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULA 168 DO STJ - AGRAVO DESPROVIDO.
1. O reajuste de 84,32% (IPC de março de 1990), devido aos servidores públicos civis do Distrito Federal, situa-se no plano da legislação local - Lei Distrital n.º 38/89 (substituída pela Lei n.º 117, de 23 de julho de 1990) -, desviando-se, portanto, do alcance da Lei Federal n.º 8.030, de 16 de março de 1990. Precedentes.
2. "Desse modo, referidos servidores adquiriram o direito ao reajuste de 84,32%, por haver operado a complementação do período aquisitivo do direito pleiteado, passando a integrar-lhes o respectivo patrimônio, sem a limitação de tempo consubstanciada no período compreendido entre a edição da Lei n.º 38/89 até a sua revogação pela Lei n.º 117/90. " (EREsp 303445/DF, 3ª Seção, Rel. Laurita Vaz, J. 13.10.2004, DJ 03.11.2004, p. 132)
(...)
4. Agravo desprovido." (AgRg nos EREsp 453.852/DF, Rel. Min. PAULO MEDINA, TERCEIRA SEÇÃO, DJ 02.08.2006)

Entendeu, também, que nos casos em que se pleiteia o reajuste salarial de 84,32%, referente ao IPC de março/1990 instituído pela Lei nº 38/89, aplica-se o disposto no Enunciado 85 da Súmula deste Tribunal, segundo o qual "nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure com devedora, quando não houver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação".
Dessa forma, os recorrentes têm direito à percepção da diferença de remuneração advinda da aplicação do percentual de 84,32% mesmo após o advento da Lei Distrital nº 117/90, e não só no período da vigência da Lei Distrital nº 38/89, uma vez que o reajuste em tela já havia sido incorporado ao patrimônio jurídico dos servidores, observando-se, porém, a prescrição qüinqüenal.
A esse respeito, cito os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDORES PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL. REAJUSTE. 84,32%. INCORPORAÇÃO. PRESCRIÇÃO. PRESTAÇÕES DE TRATO SUCESSIVO. SÚMULA Nº 85/STJ.
I- A Lei Distrital nº 117/90, embora tenha revogado a Lei Distrital nº 38/89, estabelecendo uma outra forma de reajuste para os servidores distritais, não teve o condão de elidir a majoração remuneratória já garantida pela Lei nº 38/89, sob pena de ofensa aos princípios do direito adquirido e da irredutibilidade de vencimentos.
II- Os autores possuem direito à diferença de remuneração advinda da aplicação do percentual de 84,32% mesmo após o advento da Lei nº 117/90, e não só no período da vigência da Lei nº 38/89, vez que a majoração proveniente do reajuste de 84,32% já havia se incorporado ao patrimônio jurídico do servidor.
III- Não há que se falar em prescrição da pretensão dos autores, a não ser aquela relativa aos últimos cinco anos anteriores ao ajuizamento da presente ação.
Agravo regimental desprovido." (AgRg nos EDcl no REsp 901.887/DF, Rel. Min. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJ 11.06.2007)

"RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL. IPC DE 84,32%. DIREITO ADQUIRIDO. INCORPORAÇÃO. PRESTAÇÕES DE TRATO SUCESSIVO. SÚMULA 85/STJ.
O referido percentual já se havia incorporado aos vencimentos dos respectivos servidores distritais (Lei 38/89), quando sobreveio a Lei Distrital 117/90.
Dessa forma e observando-se que o embargante em nenhum momento negou, inequivocamente, o reconhecimento dessa situação jurídica, o direito à sua percepção renasce a cada período em que a prestação não for paga, aplicando-se, à espécie, o enunciado da Súmula 85/STJ, e não a prescrição do fundo de direito. Precedentes.
Recurso provido." (REsp 655.976/DF, Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJ 25.10.2004)

"AGRAVOS REGIMENTAIS. RECURSO ESPECIAL. IPC DE JANEIRO DE 1990. 84,32%. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.
1. Pacífico o entendimento da Seção no sentido de que a prescrição do direito dos servidores públicos do Distrito Federal ao reajuste de 84,32%, referente ao IPC de março de 1990, decorrente do Plano Collor, é a qüinqüenal. Incidência da Súmula nº 85/STJ. Precedentes da 3ª Seção.
(...)
6. Agravos regimentais improvidos." (AgRg no REsp 298.419/DF, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJ 06.05.2002)

Diante do exposto, reconsidero a decisão de fls. 183/187 e, com fundamento no artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso especial, declaro a prescrição apenas das parcelas anteriores ao qüinqüênio que antecede a propositura da ação, e determino o retorno dos autos à Corte de origem para que prossiga no exame do mérito.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4108)

RECURSO ESPECIAL Nº 331.220 - GO (2001/0075152-3)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
RECORRIDO	: WAGNER DE MELO GENARO
ADVOGADO	: FLORIPES DE SOUSA BARBOSA E OUTRO

DECISÃO

Com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, o Ministério Público de Goiás, tendo em vista acórdão proferido pela 1ª Turma do Tribunal de Justiça do mesmo Estado, interpôs recurso especial nos autos da apelação criminal n.º 20486-5/213 (200001137624). O *decisum* foi assim ementado (fl. 305):

"APELAÇÃO. DEFENSOR DATIVO. PRAZO RECURSAL EM DOBRO. INÉPCIA DA DENÚNCIA ARGUÍDA APÓS A SENTENÇA. PRECLUSÃO. CRIME CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO. ATIPICIDADE DA CONDUTA DENUNCIADA. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL. Conta-se em dobro o prazo recursal para a defesa patrocinada por defensor dativo, sendo tempestiva a apelação interposta no curso do decêndio legal. A inépcia da denúncia deve ser argüida antes da sentença, após o que opera-se a preclusão. Não tendo o fato denunciado adequação na figura penal que define as condutas proibidas nos crimes contra as relações de consumo, impõe-se a absolvição do réu em homenagem ao princípio da reserva legal.
Recurso provido."

Segundo o caderno processual, WAGNER DE MELO GENARO, ora recorrido, foi denunciado como incurso nas penas do art. 7º, inciso IX, da Lei n.º 8.137/90, especialmente por permitir a venda para consumo de produto impróprio ao consumo. Condenado a 3 (três) anos de detenção, mais multa, apelou ao Tribunal de Justiça de Goiás, que, por sua vez, dando provimento ao recurso, o absolveu, entendendo pela atipicidade da conduta.
Dessa maneira, o Ministério Público local interpôs o presente recurso especial, aduzindo negativa de vigência ao art. 5º, § 5º, da Lei n.º 1.060/50, bem assim ofensa ao inciso IX do art. 7º da Lei n.º 8.137/90.
No primeiro caso, sustentando a intempestividade do recurso de apelação ofertado pelo recorrido, a que o acórdão hostilizado deu provimento, enquanto que, no segundo, defendendo a imputação penal do crime contra a relação de consumo.
Sem contra-razões, o recurso foi admitido pela decisão de fls. 321/322, subindo a esta Corte. Distribuído inicialmente ao Ministro Fontes de Alencar, foi a mim encaminhado em segunda atribuição.
Instado a manifestar-se, o *parquet* federal opinou pelo provimento do recurso, consoante parecer às fls. 329/332.
É o relatório.
Decido.
Os temas cogitados nas razões do recurso, acerca da tempestividade da apelação e do tipo penal do crime em exame, constam do bojo do acórdão recorrido, merecendo, por certo, a abordagem da via especial.
A primeira questão controvertida cinge-se à interpretação da Lei 1.060/50, respeitante ao § 5º do seu art. 5º, no ponto específico do direito dos defensores públicos ao prazo recursal dúplice e, no caso dos autos, à extensão de igual prerrogativa aos que exercem o múnus da defesa dativa.
O tema nesta Corte tem sido bem definido na razão da impossibilidade de o defensor dativo poder usufruir do direito ao prazo em dobro, porquanto a lei somente alberga a situação dos Defensores Públicos e daqueles que fazem parte do serviço estatal de assistência judiciária, não tendo direito a este benefício os que, de qualquer modo, não se enquadram nessa previsão.
A esse contexto, sirvo-me do referido pensamento:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. NULIDADE DA SENTENÇA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DEFENSOR DATIVO. PRAZO EM DOBRO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS ACOLHIDOS, SEM EFEITOS MODIFICATIVOS.
(...)
2. Nos termos da jurisprudência deste Tribunal, o defensor dativo não faz jus ao benefício do prazo em dobro para recorrer, previsto no art. 5º, § 5º, da Lei na 1.060/50.
3. Embargos acolhidos, sem atribuição de efeitos modificativos." (EDcl no REsp 164.093/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 21.02.2006, DJ 24.04.2006 p. 432)

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. APELAÇÃO. INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEFENSOR DATIVO. LEI Nº 7.871/89.
I - O defensor dativo não exerce cargo equivalente ao de defensor público, mas sim de advogado nomeado para patrocinar uma determinada causa.
II - A intimação pessoal do defensor dativo só passou a ser necessária após o advento da Lei nº 9.271/1996, que deu a redação do §4º do art. 370, CPP.
III - O § 5º do art. 5º da Lei nº 1.060/50, por sua vez, teve sua redação determinada pela Lei nº 7.871/89, e refere-se especificamente ao Defensor Público ou a quem exerça cargo equivalente.
IV - A norma de Direito Processual Penal, em princípio, tem aplicação imediata e não retroage. Princípio do tempus regit actum.
Writ denegado." (HC 32.874/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 17.08.2004, DJ 20.09.2004 p. 310)

À espécie é de se aplicar tal entendimento, já que o patrono do recorrido exerce a advocacia privada e teve a representação processual instituída por decisão do Juízo do caso, consoante determinação à fl. 104, não sendo, por isso, merecedor da prerrogativa do prazo em dobro.
Por outro lado, o defensor dativo tomou ciência da sentença no dia 28 de março de 2000 (terça-feira), sendo o recurso apresentado, já agora por defesa constituída, no dia 6 de abril (na terça-feira seguinte), ou seja, fora do qüinqüídio legal.
Dessa maneira, restou violado o § 5º do art. 5º da Lei nº 1.060/50, porquanto o Tribunal *a quo* conferiu ao recurso do recorrido o benefício do prazo quando não lhe era cabível fazê-lo por essa regra.
A título de constatação, veja-se o teor do acórdão vergastado (fl. 300):

"O defensor dativo do réu foi intimado da sentença no dia 13 de outubro de 1998 (fl. 131) e, ele, pessoalmente, no dia 27 de março de 2000 (fl. 187-v).
O prazo recursal para a defesa começou a fluir no dia 28 de março de 2000 e, porque contado em dobro nos termos do artigo 5º, § 5º, da Lei 1.060/50, introduzido pela Lei 7.871/89, exaurir-se-ia no dia 7 de abril, seguinte.
No curso daquele descêndio, aos 04 de abril, o defensor dativo do réu foi substituído por advogado constituído (fl. 180), o qual, um dia antes da expiração do prazo recursal, 6 de abril, interpôs apelação (fl. 181).
Sendo assim, ainda que o recurso tenha sido interposto por advogado que fora constituído posteriormente, mas no curso do prazo em dobro para a insurgência, merece ser conhecido.

Daí, a improcedência da preliminar de intempestividade posta pelo Ministério Público de segundo grau. Rejeito-a, pois."

Em conclusão, dou provimento ao recurso especial para desconstituir o aresto recorrido, de modo a não conhecer do recurso de apelação em face da intempestividade, prejudicada a discussão quanto ao tema da violação do art. 7º, inciso IX, da Lei n.º 8.137/90.
Por essa razão, haveria de ser reconduzida a sentença, que condenou o recorrido a 3 (três) anos de detenção, mais multa.
No entanto, observo que a decisão condenatória foi dada a conhecimento do ministério público estadual em 03/02/98, numa terça-feira, completando-se o prazo da acusação para efeito de recorrer da condenação no dia 8, num domingo, prorrogando-o para o dia útil seguinte, ou seja, dia 9. Com o trânsito em julgado a partir do dia 10, deve-se considerar esta data para o fim de cálculo da prescrição da pretensão executória, a teor do art. 112, inciso I, do Código Penal, que diz que o prazo prescricional inicia-se "*do dia em que transita em julgado a sentença condenatória para a acusação*".
Firmado o início da prescrição como sendo o dia 10 de fevereiro de 1998, e observando a pena em três anos, tem-se que ela se configurou com oito anos, ou seja, no dia 10/02/2006, tendo em vista a aplicação do art. 109, IV, do Código Penal.
Sendo assim, de ofício, declaro extinta a pretensão executória em relação ao Recorrido.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4109)

RECURSO ESPECIAL Nº 436.557 - RS (2002/0065866-6)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS DA SAÚDE, TRABALHO E PREVIDÊNCIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL -SINDISPREV/RS
ADVOGADO	: JOSÉ DA SILVA CALDAS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: PATRÍCIA HELENA BONZANINI E OUTRO(S)

DESPACHO

Trata-se de pedido de expedição de certidão narratória, formulado pelo Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência no Estado do Rio Grande do Sul - SINDISPREV/RS, "a fim de permitir o ajuizamento da execução, na parte em que transitou em julgado".
Com o advento da Lei nº 11.232/05, foram revogados arts. 589 e 590 do Código de Processo Civil, que dispunham sobre a carta de sentença para fins de execução provisória. Da mesma forma, foi instituída nova sistemática para execução provisória, qual seja, aquela do art. 475-O, do Diploma Processual.
Ante o exposto, indefiro o pedido de expedição de certidão narratória, ressalvando à parte o acesso aos autos para a extração das cópias que entender necessárias, no intuito de dar cumprimento ao disposto no art. 475-O, § 3º, do Código de Processo Civil.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 21 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4110)

RECURSO ESPECIAL Nº 488.055 - PR (2003/0001879-9)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: ABILIO JOAO DE MEDEIROS
ADVOGADO	: ROMEU SACCANI E OUTRO
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: LUIZ FABIANI RUSSO E OUTRO(S)

DECISÃO

Recurso especial interposto por Abilio João de Medeiros, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Quinta Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:
"PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUINTE EM DOBRO. PROGRESSÃO. ESCALA DE SALÁRIO-BASE. INAPLICABILIDADE ATÉ A LEI 8.213/91. SALÁRIO-DECLARADO. MAJORAÇÃO. MÍNIMO LEGAL.
Até o advento da Lei nº 8.213/91 diverso era o tratamento do chamado 'contribuinte em dobro', o qual contribuía sobre o salário declarado e não tinha direito à progressão na escala de salário-base e, uma vez feito seu enquadramento inicial, sua contribuição somente era alterada em função da majoração do salário mínimo." (fl. 266).
A insurgência especial está fundada na violação dos artigos 535, inciso II, do Código de Processo Civil, 6º, inciso IV, 9º do Decreto nº 77.077/76, 223, inciso II, e 226 do Decreto 72.771/73, 3º e 4º do Decreto 83.080/79, 5º, inciso IV, 33, alínea "a", e 41, inciso II, do Decreto nº 83.081/79.
Sustenta o recorrente omissão no acórdão recorrido, ao fundamento de que o Tribunal ***a quo*** teria deixado de se manifestar sobre questões suscitadas.
E teria violado os demais dispositivos, por que:
"(...)
No caso vertente é incontroverso que o recorrente não deixou de efetuar os recolhimentos devidos à previdência na qualidade de empregador, exercendo a gerência da empresa e cuidando de seus interesses, razão pela qual o respeitável acórdão do Tribunal Local, com a devida venia, merece ser reformado para que a recorrente possa gozar da aposentadoria que lhe é de direito.
(...)
Partindo desta premissa, o recolhimento das contribuições pelo recorrente fazia-se sob o supedâneo do art. 3º e 4º do Decreto 83.080/79. Destarte, não é possível à autoridade administrativa alterara a natureza das contribuições feitas ao longo de 30 (trinta) anos pelo apelante com obediência aos interstícios legais, reduzindo-lhe o salário de contribuição, para enquadrá-lo na condição de contribuinte em dobro.
(...)
Como se observa, à luz das normas que regiam a matéria à época dos fatos, o recorrente faz jus à aposentadoria com base nos valores do salário-de-contribuição, uma vez que os valores recolhidos, quer pela empresa, quer como pessoa física do empregador, perfaziam o valor integral da contribuição devida ao órgão previdenciário, cumprindo ressaltar, que as contribuições até atingirem o limite de 10 (dez) salário-de-contribuição, foram feitas em conformidade com a legislação vigente, e dessa forma, obedecidos os interstícios legais.
Assim, os valores dos salários-de-contribuição recolhidos pelo recorrente não podem ser desprezados pelo INSS, a pretexto de enquadrá-lo como contribuinte em dobro, reduzindo os proventos da aposentadoria a menos de um terço do que, realmente, faz jus, devendo pelos fundamentos acima, ser reformada o acórdão do Egrégio Tribunal Regional da 4ª Região.
(...)" (fls. 299/301).
Recurso tempestivo (fl. 286), não respondido (fl. 304v) e admitido (fls. 305/306).
Dispõe o artigo 535, inciso II, do Código de Processo Civil, ***verbis***:
"Art. 535. Cabem embargos de declaração quando:
I - houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;
II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.*"* (nossos os grifos).
A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no entendimento de que deve a parte vincular a interposição do recurso especial à violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, quando, mesmo após a oposição de embargos declaratórios, o tribunal ***a quo*** persiste em não decidir questões que lhe foram submetidas a julgamento, por força do princípio ***tantum devolutum quantum appellatum*** ou, ainda, quando persista desconhecendo obscuridade ou contradição argüidas como existentes no ***decisum***.
E, em estando configurada a violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, impõe-se a declaração de nulidade do acórdão que apreciou os embargos declaratórios, a fim de que os vícios no ***decisum*** sejam sanados.
Nesse sentido, vale conferir o seguinte precedente jurisprudencial:
"PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO - JULGAMENTO - OMISSÃO ACERCA DE QUESTIONAMENTO SUSCITADO NAS RAZÕES RECURSAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS COM O OBJETIVO DE PREQUESTIONAMENTO - REJEIÇÃO - FUNDAMENTO INCONSISTENTE - VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC.
Suscitada, nas razões recursais da apelação, questão relevante para o deslinde da controvérsia, se não for examinada no respectivo julgamento, a omissão enseja a interposição de embargos declaratórios com o fito de prequestionamento. Se o Tribunal a quo persistir na omissão, ao fundamento inconsistente de que não há necessidade de mencionar o dispositivo legal discutido, porque o preceito nele contido é estudado e analisado, configura-se violação ao artigo 535 do CPC, justificando-se a nulidade do decisum.
Recurso provido." (REsp nº 319.127/DF, Relator Ministro Garcia Vieira, ***in*** DJ 27/8/2001).
Registre-se, por oportuno, que é firme o entendimento, em todo o constructo doutrinário e jurisprudencial, no sentido de que as partes não podem inovar em sede de declaratórios, posto que estes não se prestam a novo julgamento da questão decidida, valendo conferir, por todos, o seguinte precedente jurisprudencial:
"PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL - OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA, POR SE TRATAR DE QUESTÃO NOVA, TRAZIDA PELA PARTE APENAS EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535, II DO CPC.
1. As questões ventiladas na apelação devem ser examinadas pelo Tribunal dentro do ângulo constitucional ou infraconstitucional, inocorrendo violação ao art. 535, II do CPC se busca a parte inovar sua argumentação em sede de embargos de declaração.
2. Dispositivo que, não ventilado no apelo e elencado nas razões de embargos de declaração que restaram rejeitados, carece de prequestionamento, tendo aplicação a Súmula n. 282/STF.
3. Recurso especial não conhecido." (REsp nº 190.184/PE, Relatora Ministra Eliana Calmon, ***in*** DJ 19/2/2001).
Contudo, em sede de embargos de declaração, a pretexto de preencher o requisito do prequestionamento, o recorrente apontou os aludidos dispositivos de lei tidos como violados pelo acórdão recorrido, pretendendo, assim, um novo julgamento da questão em deslinde, o que se apresenta manifestamente incabível em sede de embargos declaratórios.
Não é outro o entendimento que se recolhe na doutrina, valendo, por oportuno, anotar a lição do mestre José Carlos Barbosa Moreira, que reforça a conclusão de que *"Inexiste omissão suprível através dos embargos declaratórios se se trata de matéria cuja apreciação dependia de provocação da parte, que não ocorreu."* (***in*** Comentários ao Código de Processo Civil, Volume V, 8ª edição, p. 539).
Desta feita, não obstante a rejeição dos embargos declaratórios opostos, as questões tidas como omissas foram devidamente analisadas pelo Tribunal ***a quo***.
Por outro lado, com exceção dos dispositivos do Decreto nº 83.080/79, ao que se tem dos autos, o Tribunal ***a quo*** se limitou a decidir o que o autor não tem direito à evolução da escala de salário-base, porque diverso seu regime de contribuição.
Dessa forma, tem-se que, embora o recorrente tenham oposto embargos de declaração para fins de prequestionamento, o Tribunal ***a quo*** não decidiu a questão, incidindo quanto aos demais dispositivos apontados como violados, nesse passo, o óbice do enunciado nº 211 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça, ***verbis***:
*"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal **a quo**."*
Posto isso, convém a análise da seguinte passagem do acórdão recorrido:
"Não obstante a prova documental referida, bem como os depoimentos testemunhais de fls. 80/82, não há como se concluir tenha a citada empresa permanecido em atividade após dezembro/76, porquanto, como bem salientou o ilustre julgador monocrático, o próprio demandante reconheceu à fl. 140, item 'd': que a empresa A.MEDEIROS & CIA. LTDA. da qual era (ainda é responsável) paralisou suas atividades em 12/76.'
De outra parte, cumpre verificar se as contribuições recolhidas pelo autor após esta data, portanto, na qualidade de contribuinte em dobro, ensejam os mesmo efeitos que na condição de segurado-empregador.
(...)
Desta forma, não mais pertencendo o segurado à categoria de empregador a partir de dezembro/76 e tendo se enquadrado, a partir desta data, como contribuinte em dobro, não tem direito à evolução da escala de salário-base, porque diverso o seu regime de contribuição, fazendo jus apenas aos reajustes em função do salário mínimo.
(...)" (fls. 257/259).
Ao que se tem, entendeu o acórdão recorrido que o autor não faz jus à evolução da escala de salário-base uma vez que deixou de ser sócio-contribuinte passando à categoria de contribuinte em dobro pelo encerramento das atividades da empresa na qual era sócio.
O recorrente, por sua vez, afirma que:
"(...)
A questão controversa estava no fato do órgão previdenciário considerar que o recorrente, a partir de dezembro de 1976, havia paralisado as atividades da empresa da qual era sócio-gerente. Dessa forma, não poderia manter a condição de segurado-empregador, e, por via de conseqüência, a categoria do recorrente deveria ser a de contribuinte em dobro.
O recorrente demonstrou através de provas documentais e testemunhais que não paralisou as atividades empresariais de sua empresa em dezembro de 1976 (...).
(...)
O recorrente, demonstrando ao Tribunal Regional da 4ª Região que em nenhum momento admitiu a paralisação de sua empresa, ressaltou as provas documentais e testemunhais por ele apresentadas, as quais deixam inequívoco que ele manteve o exercício de suas atividades empresariais até meados de 1982, fazendo jus, por conseguinte, aos benefícios previdenciários na qualidade de empregador.
(...)
No caso vertente é incontroverso que o recorrente não deixou de efetuar os recolhimentos devidos à previdência na qualidade de empregador, exercendo a gerência da empresa e cuidando de seus interesses, razão pela qual o respeitável acórdão do Tribunal Local, com a devida venia, merece ser reformado para que a recorrente possa gozar da aposentadoria que lhe é de direito.
(...)
Partindo desta premissa, o recolhimento das contribuições pelo recorrente fazia-se sob o supedâneo do art. 3º e 4º do Decreto 83.080/79. Destarte, não é possível à autoridade administrativa alterara a natureza das contribuições feitas ao longo de 30 (trinta) anos pelo apelante com obediência aos interstícios legais, reduzindo-lhe o salário de contribuição, para enquadrá-lo na condição de contribuinte em dobro.
(...)
Como se observa, à luz das normas que regiam a matéria à época dos fatos, o recorrente faz jus à aposentadoria com base nos valores do salário-de-contribuição, uma vez que os valores recolhidos, quer pela empresa, quer como pessoa física do empregador, perfaziam o valor integral da contribuição devida ao órgão previdenciário, cumprindo ressaltar, que as contribuições até atingirem o limite de 10 (dez) salário-de-contribuição, foram feitas em conformidade com a legislação vigente, e dessa forma, obedecidos os interstícios legais.
Assim, os valores dos salários-de-contribuição recolhidos pelo recorrente não podem ser desprezados pelo INSS, a pretexto de enquadrá-lo como contribuinte em dobro, reduzindo os proventos da aposentadoria a menos de um terço do que, realmente, faz jus, devendo pelos fundamentos acima, ser reformada o acórdão do Egrégio Tribunal Regional da 4ª Região.
(...)" (fls. 299/301).
Por certo, a insurgência especial, tal como posta, requisita necessário exame dos aspectos fático-probatórios, hipótese que é vedada em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 deste Superior Tribunal de Justiça:
"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

Com efeito, ter-se como inocorrido fato que a Corte Regional, expressamente, entendeu demonstrado, constitui questão estranha ao âmbito de cabimento do recurso especial.
A propósito, no tocante à aplicação da referida Súmula, a Corte Especial deste Tribunal assim decidiu:
"Recurso especial.
Não ofende o princípio da Súmula 7 emprestar-se, no julgamento do especial, significado diverso aos fatos estabelecidos pelo acórdão recorrido. ***Inviável é ter como ocorridos fatos cuja existência o acórdão negou ou negar fatos que se tiveram como verificados****."* (AgRgEREsp 134.108/DF, Relator Ministro Eduardo Ribeiro, ***in*** DJ 16/8/99).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 14 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4111)

RECURSO ESPECIAL Nº 550.008 - SE (2003/0096370-5)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
ADVOGADO	: MARCOS LUÍS BORGES DE RESENDE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: VERA LÚCIA NOVAES PROVINCIALI E OUTROS
ADVOGADO	: DANIEL FABRICIO COSTA JUNIOR

DECISÃO

Recurso especial interposto pela Universidade Federal de Sergipe, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado, na parte que interessa à espécie:
"ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LEI Nº 8.168/91. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM E DE IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA PARA EXAME DA MATÉRIA. REJEIÇÃO. TRANSFORMAÇÃO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS EM CARGOS DE DIREÇÃO. NOVOS VALORES ATRIBUÍDOS AOS QUINTOS INCORPORADOS COM BASE NAS ANTIGAS GRATIFICAÇÕES. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS A OBTENÇÃO DA VANTAGEM ANTES DA EDIÇÃO DA NOVA LEI. DIREITO ADQUIRIDO.
(...)" (fl. 134).
Dessa decisão foram opostos embargos declaratórios, os quais foram rejeitados.
Alega que não há que se falar em violação dos princípios do direito adquirido, da irredutibilidade de vencimentos e do ato jurídico perfeito em face do ato administrativo que importou na revisão da concessão das parcelas de quintos das Funções Comissionadas da remuneração dos recorridos.
A violação dos artigos 535 do Código de Processo Civil e 62, parágrafo 2º, da Lei nº 8.112/90 funda a insurgência especial.
Tudo visto e examinado, decido.
Diga-se, de início, que apesar apontar a violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, a recorrente não define nem demonstra no que consistiu a alegada omissão, deixando de explicitar, de forma clara e precisa, a negativa de vigência de lei federal ou, ainda, a sua correta interpretação.
E a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que *"(...) Para viabilizar o conhecimento do especial, pelo fundamento da alínea 'a' do permissivo constitucional, não é suficiente a simples menção explícita aos preceitos de lei que se pretende desafeiçoados (pelo acórdão do Tribunal a quo), mas, ainda, a motivação justificadora, esclarecendo-se, com precisão, em sua dicção e conteúdo, para possibilitar, ao julgador, o cotejo entre o teor dos artigos indicados como violados e a fundamentação do recurso. (...)"* (REsp nº 160.226/RN, Relator Ministro Demócrito Reinaldo, ***in*** DJ 11/5/98).
Tal deficiência, com sede na própria fundamentação da insurgência especial, inviabiliza a abertura da instância especial, a teor do enunciado nº 284 da Súmula do Excelso Supremo Tribunal Federal, ***verbis***:
"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."
Gize-se, em remate, que a jurisprudência desta Corte vem admitindo a incidência do enunciado da Súmula 284/STF mesmo quando, não obstante a indicação dos dispositivos de lei federal tidos por violados, deficientes são as razões recursais.
A propósito e por todos, os seguintes precedentes, que definem o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça:
"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 458 E 535 DO CPC. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 284/STF ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. 10,87%. ARTIGO 9º DA LEI Nº 10.192/2001. REAJUSTE ASSEGURADO AOS TRABALHADORES EM GERAL. INAPLICABILIDADE EM RELAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS.
1. "(...) Para viabilizar o conhecimento do especial, pelo fundamento da alínea 'a' do permissivo constitucional, não é suficiente a simples menção explícita aos preceitos de lei que se pretende desafeiçoados (pelo acórdão do Tribunal a quo), mas, ainda, a motivação justificadora, esclarecendo-se, com precisão, em sua dicção e conteúdo, para possibilitar, ao julgador, o cotejo entre o teor dos artigos indicados como violados e a fundamentação do recurso. (...)" (REsp 160.226/RN, Relator Ministro Demócrito Reinaldo, in DJ 11/5/98).
2. Não se conhece de recurso especial fundado na violação dos artigos 458 e 535 do Código de Processo Civil, quando o recorrente, em suas razões, não define nem demonstra em que consistiu a omissão alegada.
(...)" (AGA 539324/RS, da minha relatoria, ***in*** DJ 01/03/2004).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INADMISSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF.
Impossibilidade de se conhecer do recurso, em face da deficiência na sua fundamentação, se a parte se limita a indicar o dispositivo legal que considerou violado, mas sem expor as razões pelas quais entende deva ser a decisão reformada (Súmula 284).
Recurso não conhecido." (REsp nº 261.955/SP, Relator Ministro Felix Fischer, ***in*** DJ 11/9/2000).

"RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DE LEI FEDERAL. FALTA DE INDICAÇÃO PRECISA DOS DISPOSITIVOS VIOLADOS. DEFICIÊNCIA RECURSAL. SÚMULA 284-STF. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. NÃO CONHECIMENTO EM SEDE ESPECIAL.
1 - Suscitada violação genérica de lei federal, sem particularização precisa dos dispositivos violados, afigura-se deficiente a fundamentação do recurso especial, atraindo a incidência da súmula 284-STF. Precedente desta Corte e do STF.
2 - Se, nos moldes em que delineada, a questão federal submetida ao crivo desta Corte, pressupõe, como antecedente lógico à elucidação da demanda, interpretação de dispositivos constitucionais trazidos a lume pela própria recorrente, não merece conhecimento o especial que, como é cediço, se presta, exclusivamente, a assuntos de assento infraconstitucional.
3 - Recurso especial não conhecido." (REsp nº 204.217/ES, Relator Ministro Fernando Gonçalves, ***in*** DJ 31/5/99).
Posto isso, quanto à validade da Portaria nº 474/87-MEC, afirmada pelo Tribunal Regional à luz do princípio do direito adquirido, o Supremo Tribunal Federal possui firme jurisprudência no sentido de estar já consolidado o direito dos servidores aos 'quintos/décimos' incorporados, não havendo falar, ainda, em inconstitucionalidade ou ilegalidade de dita portaria, por extrapolados os limites do poder regulamentar, em face da delegação conferida pela Lei nº 7.596/87, regulamentada pelo Decreto nº 94.664/87, devendo a questão ser examinada à luz da Constituição Federal então vigente.
Afirmou, com efeito, o Ministro Sepúlveda Pertence, por ocasião do julgamento do RE nº 441.393/BA, da sua relatoria, análogo à espécie, o seguinte:
"(...)
O acórdão recorrido está em consonância com o entendimento desta Corte no sentido de que os chamados "quintos" ou "décimos", incorporados durante a vigência da Lei nº 7.596/87, em decorrência do exercício das Funções Comissionadas e Gratificadas estabelecidas pela Portaria nº 474/87, do MEC, constituem direito adquirido, não estando sujeitos à redução perpetrada pela Lei nº 8.168/91, v.g. RE 412.872, Carlos Britto, DJ 4.10.2004; e RE 430.129, Carlos Velloso, DJ 15.9.2004, este último assim decidido: "(...) Em caso semelhante, RE 293.568/SE, escrevi: 'EMENTA: Constitucional. Administrativo. Servidor Público: Vantagens Pessoais Incorporadas: sua exclusão, com redução dos vencimentos: impossibilidade, por contrariar o princípio da irredutibilidade: C.F., art. 37, XV. (...) O acórdão recorrido deixou claro que, efetuada a revisão dos proventos do recorrido da forma preconizada pela Administração, 'haverá uma redução brusca dos valores correspondentes à gratificação 'FC' - que importa a maior parcela dos proventos'. E mais: 'Caberia aqui, todavia, a seguinte indagação: seria legal a redução dos proventos do (s) Apelado (s), servidor (es) público (s) aposentado (s), relativamente às vantagens pessoais já incorporadas?' Posta a questão nestes termos, inviável é o RE. A uma, porque, conforme acentuou o Ministro Ilmar Galvão, ao despachar caso idêntico RE 294.347/SE, 'D.J. de 18.02.2003 a solução da controvérsia passa pelo exame de copiosa legislação infraconstitucional', motivo por que se ofensa tivesse ocorrido, no caso, à Constituição, seria ela indireta, o que não autoriza a admissão do recurso extraordinário. A duas, porque a jurisprudência do Supremo Tribunal, no que toca ao princípio da irredutibilidade de vencimentos, é no sentido, registrou o Ministro Ilmar Galvão, no citado RE 294.347/SE, 'de que sua violação somente ocorre quando há decesso no total dos vencimentos do servidor (RE 293.578, entre outros)'. No caso, o acórdão deixou claro, registramos linhas acima, que, efetuada a revisão dos proventos do recorrido da forma preconizada pela Administração, 'haverá uma redução brusca dos valores correspondentes à gratificação 'FC' que importa a maior parcela dos proventos.' Ademais, no caso, tem-se, o que o acórdão recorrido também esclareceu, redução de vantagens pessoais já incorporadas, o que não se compadece com a orientação jurisprudencial da Corte Suprema: RE 120.081/SP, Ministro Carlos Velloso, 'D.J.' de 21.6.91; AI 159.230-AgR/RS, Ministro Ilmar Galvão, 'D.J.' de 19.8.94; RE 140.451/RS, Ministro Néri da Silveira, 'D.J.' de 11.6.93; AI 208.932-AgR/SC, Ministro Maurício Corrêa, 'D.J.' de 15.3.2002; RE 248.545-AgR/SC, Ministro Maurício Corrêa, 'D.J.' de 03.12.99. Do exposto, nego seguimento ao recurso. ("DJ" de 13.8.2003)' Do exposto, forte no precedente acima mencionado, nego seguimento ao recurso." (***in*** DJ 28/03/2005).
E o Ministro Carlos Britto, no julgamento do RE n.º 412872/PA:
"(...)
Esta colenda Corte já teve oportunidade de examinar casos semelhantes, oriundos de diversas universidades federais e tratando do mesmo tema. Nessas ocasiões firmou-se o entendimento de que os chamados "quintos" ou "décimos", incorporados durante a vigência da Lei nº 7.596/87, em decorrência do exercício das Funções Comissionadas e Gratificadas estabelecidas pela Portaria nº 474/87, do MEC, constituem direito adquirido, não estando sujeitos à redução perpetrada pela Lei nº 8.168/91.
Além disso, é assente nesta Casa o entendimento de que tais vantagens possuem natureza pessoal, outro motivo por que são impassíveis de redução. Não bastasse, registre-se que os argumentos da recorrente em torno da inconstitucionalidade da Portaria 474/87, do MEC, por ofensa ao processo legislativo, são inócuos, uma vez que calçados na Constituição de 1988.
Por outro lado, o Tribunal de origem examinou a questão e decidiu pela constitucionalidade do referido ato normativo em face da Constituição anterior, como deve ser. E tais fundamentos nem sequer foram abordados pelo recorrente, que também não logrou desconstituir o fundamento relativo à decadência que fulminou o ato coator, praticado depois de mais de 12 (doze) anos da edição da portaria. A propósito do entendimento aqui esposado, vejam-se os seguintes precedentes: RE 294.347 e AI 159.230-AgR, Relator o Ministro Ilmar Galvão; REs 319.495 e 423.691, Relator o Ministro Carlos Velloso; RE 344.143, Relator o Ministro Nelson Jobim; e AI 208.932-AgR, Relator o Ministro Maurício Corrêa.(...)" (***in*** DJ 04/10/2004).
Confiram-se, ainda, os seguintes precedentes: RE nº 449.692/MT, Relator Ministro Cezar Peluso, ***in*** DJ 08/06/2005; RE nº 428.035/PA, Relator Ministro Cezar Peluso, ***in*** DJ 06/09/2005; RE nº 433.336, RE nº 426.876/AC, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, ***in*** DJ 13/12/2004; Relator Ministro Carlos Britto, ***in*** DJ 08/11/04; RE nº 412.872, Relator Ministro Carlos Britto, ***in*** DJ 4/10/2004; RE nº 430.129, Relator Ministro Carlos Velloso, ***in*** DJ 15/9/2004, RE nº 344.143, Relator Ministro Nelson Jobim, ***in*** DJ 11/03/04; RE nº 319.495, Relator Ministro Carlos Velloso, ***in*** DJ 27/11/03; RE nº 294.347, Relator Ministro Ilmar Galvão, ***in*** DJ 18.02.03.
E desta Corte Superior de Justiça:
"RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR. PORTARIA MEC 474/87. FUNÇÃO DE CONFIANÇA. INCORPORAÇÃO. SUPRESSÃO. REDUÇÃO VENCIMENTAL. IMPOSSIBILIDADE. QUESTÃO DECIDIDA PELO EG. STF.
A respeito da controvérsia travada nos autos, o eg. STF já deliberou sobre a impossibilidade de proceder à respectiva redução vencimental, devendo ser preservados os ditames da Portaria MEC 474/87.
Recurso do servidor provido." (REsp nº 613005/RS, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, ***in*** DJ 17/10/2005).
E, ainda: REsp nº 634352/RN, Relator Ministro Gilson Dipp, ***in*** DJ 25/10/2005; REsp nº 653706/MT, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, ***in*** DJ 25/10/2005 e Ag nº 679633/MT, Relatora Ministra Laurita Vaz, ***in*** DJ 07/102005.
Não é outro o sentido do acórdão recorrido.
Tem incidência, nesse passo, assim, o enunciado nº 83 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça:
"Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida."
Pelo exposto, com fundamento no artigo 557, ***caput***, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4112)

RECURSO ESPECIAL Nº 572.202 - RS (2003/0133233-4)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: SINDICATO DOS SERVIDORES FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL - SINDISERF/RS
ADVOGADO	: AIRTON TADEU FORBRIG E OUTRO(S)
RECORRIDO	: UNIÃO

DECISÃO

Recurso especial interposto pelo Sindicato dos Servidores Federais do Rio Grande do Sul - SINDISERF/RS, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:
"PROCESSO CIVIL. SINDICATO. AÇÃO COLETIVA. EXECUÇÃO.
1. A autorização constitucional de proceder à defesa dos interesses individuais da categoria deve ser entendida como restrita à ação de cognição, dada a dificuldade de se contemplar a todos seus integrantes em uma execução coletiva.
2. Agravo de instrumento a que se nega provimento, prejudicando o agravo regimental. " (fl. 100).
Dessa decisão foram opostos embargos declaratórios, os quais foramrejeitados, em acórdão assim ementado:
"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.
1. Os embargos de declaração prestam-se a esclarecer, se existentes, obscuridades, omissões ou contradições no julgado, e não para que se adeque a decisão ao entendimento do embargante.
2. O Tribunal não está obrigado a analisar e apreciar todos os argumentos, todos os raciocínios, todas as razões jurídicas produzidas pelas partes.
3. Embargos conhecidos e improvidos." (fl. 111).
A insurgência está fundada na violação dos artigos 6º, 535, inciso II, do Código de Processo Civil e 240, alínea "a", da Lei nº 8.112/90.
E os teria violado porque, como se recolhe nas próprias razões recursais:
"(...)
Destarte, mister se faz a declaração da nulidade da decisão recorrida, decorrente do fato de ter sido negada manifestação expressa a respeito da incidência dos arts. 8º, inciso III, da Constituição Federal, 6º do CPC e 240, alínea 'a', da Lei n. 8.112/90, ao caso em apreço, determinando-se o retorno dos autos ao Tribunal de origem para análise de tais dispositivos
(...)

*Na esfera infraconstitucional, o **art. 6º do CPC** prescreve que a legitimação extraordinária dar-se-á quando houver expressa autorização legal. E tal autorização, no que diz respeito aos servidores abarcados pelo âmbito de representação da entidade sindical recorrente, exsurge do art. **240, alínea 'a', da Lei n. 8.112/90**, diploma legal que dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União. Efetivamente, o art. 240, alínea 'a', da Lei n. 8.112/90, em plena sintonia com a Constituição Federal, prescreve que ao servidor público federal civil é assegurado o direito de ser substituído em juízo pela entidade sindical que o representa.*
Infere-se, portanto, que a substituição processual intentada por entidade sindical está devidamente amparada por preceitos de caráter constitucional e infraconstitucional, que não limitam o âmbito de atuação judicial dos sindicatos à fase de conhecimento.
Fica evidente que a decisão recorrida, ao inclinar-se pela impossibilidade de execução coletiva de direitos individuais homogêneos, contraria os preceitos legais acima referidos, pois confere-lhes interpretação inadmissível frente à sua inequívoca literalidade, que não fazem qualquer ressalva acerca de sua aplicação a tais espécies de direitos.
Aspectos práticos, de outro lado, na esteira dos arts. 6º do CPC e 240, alínea 'a', da Lei n. 8.112/90, revelam a necessidade de se respaldar a legitimidade dos sindicatos à execução. Isso porque, considerando-se o número elevado de beneficiários da ação, se prosperar o entendimento do Tribunal Regional, estar-se-á apenas transferindo o trabalho que uma única Vara Federal teria para todas as demais Varas Federais, haja vista que haveria a necessidade de dezenas de ações de execução que abarcariam os servidores individualmente. Como conseqüência, seriam necessários dezenas de mandados de citação, dezenas de sentenças, e provavelmente outras tantas dezenas (ou quiçá centenas) de recursos que teriam que ser julgados, além de outros inúmeros atos processuais que envolveriam o trâmite desse grande número de ações. Essa situação deve ser sopesada por este Tribunal Superior, eis que certamente sofrerá os reflexos - aumento de trabalho e a conseqüente perda da qualidade da prestação jurisdicional - decorrentes da pletora de recursos que subirão para análise." (fls. 118/119).
Recurso tempestivo (fl. 116), respondido (fl. 130) e admitido (fl. 141).
Tudo visto e examinado, decido.
A questão posta a deslinde está na legitimidade do sindicato para promover a liquidação e a execução de sentença como substituto processual.
O artigo 6º do Código de Processo Civil, tido por violado, preceitua:
"Art. 6º Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei."
E Humberto Theodoro Júnior, que, nesse passo, em obséquio da clareza, deve ser invocado quando comenta o aludido dispositivo legal, assim preleciona:
"(...) legitimados ao processo são os sujeitos da lide, isto é, os titulares dos interesses em conflito. A legitimação ativa caberá ao titular do interesse afirmado na pretensão, e a passiva ao titular do interesse que se opõe ou resiste à pretensão.
De par com a legitimação ordinária, ou seja, a que decorre da posição ocupada pela parte como sujeito da lide, prevê o direito processual, em casos excepcionais, a legitimação extraordinária, que consiste em permitir-se, em determinadas circunstâncias, que a parte demande em nome próprio, mas na defesa de interesse alheio. Ressalte-se, porém, a excepcionalidade desses casos que, doutrinariamente, se denominam 'substituição processual', e que podem ocorrer, por exemplo, com o marido na defesa dos bens dotais da mulher, com o Ministério Público na ação de acidente do trabalho, ou na ação civil de indenização do dano ex delicto, quando a vítima é pobre etc.
A não ser, portanto, nas exceções expressamente autorizadas, em lei, a ninguém é dado pleitear, em nome próprio, direito alheio (art. 6º).
(...)" (***in*** Curso de Direito Processual Civil, volume I, 11ª edição, Editora Forense, pág. 57).
Cuida o dispositivo legal, assim, de parte postulando, em nome próprio, direito alheio, o que, na letra da lei processual civil e da doutrina, caracteriza típica hipótese de legitimação extraordinária, enquanto substancia **substituição processual**, assim acolhida pela Constituição da República, na letra do seu artigo 8º, inciso III:
"III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;"
E pela Lei nº 8.073, de 30 de julho de 1990, ***verbis***:
"(...)
Art. 3º As entidades sindicais poderão atuar como substitutos processuais dos integrantes da categoria."
Do exposto resulta que, em estando o sindicato regularmente constituído, tem legitimidade para, na condição de substituto processual, postular em juízo em prol dos direitos da categoria, podendo a execução do julgado ser promovida individual ou coletivamente, por meio do sindicato, também como substituto processual.
Nesse sentido, vale conferir os seguintes precedentes desta Corte:
"PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. AÇÃO COLETIVA. SINDICATO. LEGITIMIDADE PARA EXECUTAR A SENTENÇA. PRECEDENTES. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. FUNDAMENTOS SUFICIENTES A EMBASAR A DECISÃO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. NECESSIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. JUROS MORATÓRIOS. 6% AO ANO. AÇÃO AJUIZADA APÓS A EDIÇÃO DA MP 2.180-35/2001. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA EXECUÇÃO. CONTRARIEDADE AO ART. 20, § 4º, DO CPC. INEXISTÊNCIA. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSOS ESPECIAIS CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDOS.
(...)
6. O Superior Tribunal de Justiça já decidiu no sentido de reconhecer a legitimidade do ente sindical para promover a liquidação e execução de sentença proferida em ação coletiva visando a defesa de interesses individuais homogêneos.
7. Os juros moratórios sobre as condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, nas demandas ajuizadas após a edição da Medida Provisória n.º 2.180-35/01, devem ser fixados em 6% ao ano.
8. Recursos especiais conhecidos e parcialmente providos para reconhecer a legitimidade da ASSUFRGS para promover a liquidação e execução do julgado e fixar juros moratórios em 6% ao ano." (REsp nº 744.115/RS, Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, ***in*** DJ 19/06/2006).

"RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. REAJUSTE DE 28,86%. EXECUÇÃO. SINDICATO. POSSIBILIDADE.
Nos termos de precedentes desta eg. Corte de Justiça, o Sindicato possui legitimidade para propor liquidação e execução de sentença. Recurso provido." (REsp nº 624.767/RS, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, ***in*** DJ 03/10/2005).

"PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. AÇÃO COLETIVA SINDICATO. LEGITIMIDADE PARA EXECUTAR A SENTENÇA. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.
1. O Superior Tribunal de Justiça já decidiu no sentido de reconhecer a legitimidade do ente sindical para promover a liquidação e execução de sentença proferida em ação coletiva visando a defesa de interesses individuais homogêneos.
2. Recurso especial conhecido e provido." (REsp nº 605331/RS, Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, ***in*** DJ 03/10/2005).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. AÇÃO COLETIVA. TEMPO DE SERVIÇO CELETISTA. SERVIDOR PÚBLICO. REGIME JURÍDICO ÚNICO. CONTAGEM. ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO. PEDIDO JULGADO PROCEDENTE. TRÂNSITO EM JULGADO. LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA. LEGITIMIDADE. SINDICATO.
I - Não há omissão se o aresto recorrido, ainda que de maneira sucinta, apreciou a controvérsia na sua inteireza. Precedentes
II - As ações coletivas são reguladas pelas disposições constantes na Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985 - Lei da Ação Civil Públicas, conforme previsão em seu artigo 1º. Contudo, não estando inserta, no referido diploma, qualquer disposição específica referente à execução das sentenças coletivas em direitos individuais homogêneos, tem incidência a regra do seu art. 21, que determina a aplicação subsidiária do Código de Defesa do Consumidor.
III - Consoante previsão do art. 98 do Código de Defesa do Consumidor, as sentenças proferidas em ações coletivas visando à defesa de interesses individuais homogêneos podem ser liquidadas coletiva ou individualmente.
IV - Legitimidade do sindicato configurada.
Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido." (REsp nº 567.257/RS, Relator Ministro Felix Fischer, ***in*** DJ 15/12/2003).
Tem-se, assim, que a legitimidade do sindicato para, na qualidade de substituto processual, promover a execução do julgado é manifesta, encontrando amparo legal (artigo 3º da Lei nº 8.073/90) e constitucional (artigo 8º, inciso III).
Não foi outro o entendimento recentemente consolidado no âmbito do Pretório Excelso, como se lê no seu Informativo nº 431, de 12 a 16 de junho de 2006:
"Concluído julgamento de uma série de recursos extraordinários nos quais se discutia sobre o âmbito de incidência do inciso III do art. 8º da CF/88 ("ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais e administrativas;") - v. Informativos 84, 88, 330 e 409. O Tribunal, por maioria, na linha da orientação fixada no MI 347/SC (DJU de 8.4.94), no RE 202063/PR (DJU de 10.10.97) e no AI 153148 AgR/PR (DJU de 17.11.95), conheceu dos recursos e lhes deu provimento para reconhecer que o referido dispositivo assegura ampla legitimidade ativa ad causam dos sindicatos como substitutos processuais das categorias que representam na defesa de direitos e interesses coletivos ou individuais de seus integrantes. Vencidos, em parte, os Ministros Nelson Jobim, Cezar Peluso, Eros Grau, Gilmar Mendes e Ellen Gracie, que conheciam dos recursos e lhes davam parcial provimento, para restringir a legitimação do sindicato como substituto processual às hipóteses em que atuasse na defesa de direitos e interesses coletivos e individuais homogêneos de origem comum da categoria, mas apenas nos processos de conhecimento, asseverando que, para a liquidação e a execução da sentença prolatada nesses processos, a legitimação só seria possível mediante representação processual, com expressa autorização do trabalhador. RE 193503/SP, RE 193579/SP, RE 208983/SC, RE 210029/RS, RE 211874/RS, RE 213111/SP, RE 214668/ES, rel. orig. Min. Carlos Velloso, rel. p/ o acórdão Min. Joaquim Barbosa, 12.6.2006. (RE-193503) (RE-193579) (RE-208983) (RE-210029) (RE-211874) (RE-213111) (RE-214668)"
Pelo exposto, com fundamento no artigo 544, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso para, reformando o acórdão recorrido, declarar a legitimidade da entidade sindical para promover a execução do julgado, bem como determinar a devolução dos autos ao 1º grau, para que se prossiga no processamento do feito.
Intime-se.
Publique-se.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4113)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 593.745 - RJ (2004/0039149-0)

RELATORA	**:**	**MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	:	MANOEL AUGUSTO DA SILVA
ADVOGADO	:	CARLA FRANCISCA SOUZA DA CONCEIÇÃO
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	CARLOS EDUARDO LEAL DE CASTRO NUNES E OUTRO(S)

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSO CIVIL. ALEGADA VIOLAÇÃO À LEI 6.899/91. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento, interposto por Manoel Augusto da Silva, contra inadmissão, na origem, de recurso especial manejado com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, que atacou acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

"ACIDENTE DO TRABALHO - LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA - CÁLCULO DO CONTADOR - HOMOLOGAÇÃO - EXPEDIÇÃO E PAGAMENTO DO PRECATÓRIO - INCLUSÃO DE EVENTUAIS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - IMPOSSIBILIDADE - PRECLUSÃO E VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL.
Homologado o cálculo e expedido o precatório, incabível a alteração do cálculo para fins de incluir eventuais expurgos inflacionários.
A Emenda Constitucional nº 37, de 12 junho de 2002, vedou expressamente a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago.
Recurso improvido."

Sustenta o recorrente, nas razões do recurso especial, negativa de vigência à Lei 6.899/81, bem como sinaliza divergência jurisprudencial.
É o relatório.
Da leitura dos autos, depreende-se que o recorrente, embora tenha apontado o dispositivo legal que teria sido afrontado pelo acórdão recorrido, não explicitou os fundamentos pelos quais teria sido violado, o que enseja a aplicação, por analogia, do Enunciado 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, segundo o qual "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."
Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284 DO STF. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.
1. Agravante deve apontar precisamente o dispositivo de lei tido como violado e expor os motivos jurídicos para tanto. A não realização deste ônus importa em deficiência de fundamentação da insurgência especial, impossibilitando a sua cognição. Incidência do Enunciado 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.
(...)
3. Agravo regimental não provido." (AgRg no Ag 678.168/MA, Rel. Min. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, SEXTA TURMA, DJ 26/6/2006)

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO PELA ALÍNEA "C". AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
(...)
II - Há deficiência na fundamentação expendida nas razões recursais, uma vez que o recorrente não indicou, de forma inequívoca, os motivos pelos quais considerou malferido o dispositivo de lei indicado. Diante disso, observa-se que o recurso encontrou óbice no enunciado 284 da Súmula do c. STF. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 838.401/DF, Rel. Min. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJ 25/9/2006)

De outra parte, no tocante à alínea "c" do permissivo constitucional, infere-se que o recorrente apenas transcreveu ementas de julgados que entende favoráveis à sua tese, sem realizar o necessário cotejo analítico entre a fundamentação contida nos precedentes dos mencionados paradigmas e no aresto recorrido.
Dessa forma, tampouco merece prosperar o recurso no que se refere ao dissídio jurisprudencial, como se observa da leitura da seguinte ementa:

"ADMINISTRATIVO, CIVIL E PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL - ALÍNEAS "A" E "C" - RESPONSABILIDADE CIVIL DE CONCESSIONÁRIA DO PODER PÚBLICO - DENUNCIAÇÃO DA LIDE DE SEGURADORA - CONTRATO DE TRANSPORTE - DANOS CAUSADOS À PASSAGEIRA - CONDENAÇÃO - DANOS MORAIS E MATERIAIS - SUCUMBÊNCIA - ART. 21 DO CPC - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL - NÃO-CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PARA SUA DEMONSTRAÇÃO.
(...)

3. Divergência jurisprudencial. Inviável o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" quando a parte deixa de cumprir as formalidades exigidas no art. 541, parágrafo único, do Código de Ritos e 255 do RISTJ no que concerne à comprovação do dissídio jurisprudencial, limitando-se à transcrição do acórdão paradigma, sem proceder ao necessário cotejo analítico.
Recurso especial parcialmente conhecido e nesta parte improvido." (REsp 726.576/CE, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJ 31/10/2006).

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE, NO CASO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO INEXISTENTE. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. REEXAME DE PROVAS IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO NÃO REALIZADO. SUPORTE FÁTICO DESSEMELHANTE. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO.
(...)
4. Para a comprovação da alegada divergência jurisprudencial, cabe ao recorrente provar o dissenso por meio de certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório, oficial ou credenciado, em que tiver sido publicada a decisão divergente, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos em confronto, nos termos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e 255, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça. Hipótese em que, ademais, o suporte fático apresentado mostra-se dessemelhante.
5. Recurso especial conhecido e improvido." (REsp 705.744/RS, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 5/12/2005)

Diante do exposto, com fundamento no artigo 254, inciso I, do RISTJ, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4114)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 600.373 - SP (2004/0071053-9)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ALESSANDRA CRISTINA BOARI COELHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA CARDOSO JACINTHO
ADVOGADO	: HILARIO BOCCHI JUNIOR

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA A TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. PRECEDENTES. PROVIMENTO NEGADO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.
O Tribunal *a quo* negou seguimento ao recurso especial, tendo em vista possuir a parte autora legitimidade para postular a revisão do benefício previdenciário que deu origem à pensão por morte, bem como pela inocorrência de violação ao art. 535 do Código de Processo Civil.
Nas razões do agravo de instrumento, o recorrente limitou-se a impugnar a questão relativa à violação ao art. 535 do CPC, sem infirmar, em momento algum, o tema referente à legitimidade da parte autora.
É o relatório.
A insurgência não merece ser acolhida.
O agravante não infirmou todos os fundamentos da decisão impugnada, ensejando a aplicação do Enunciado nº 182 da Súmula desta Corte, segundo o qual "é inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."
Ressalte-se que, embora o Enunciado acima faça menção ao artigo 545 do Código de Processo Civil, ele pode ser aplicado, por analogia, ao agravo de instrumento disposto no artigo 544 do mesmo Diploma.
Nesse sentido, confiram-se os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTIGO 544 DO CPC. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL DO RECURSO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. RECURSO ESPECIAL. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA. LEGITIMIDADE PASSIVA. PRESCRIÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA.
1. É inviável a análise do Agravo de Instrumento, cuja fundamentação não impugna especificamente os fundamentos da decisão agravada. Inteligência da Súmula 182 do STJ, que dispõe: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."
(...)
3. Agravo Regimental desprovido." (AgRg no AgRg no AG 653.900/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJ 13/2/2006)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 182 POR ANALOGIA. POSSIBILIDADE.
1. É plausível a aplicação da Súmula 182 desta Corte, por analogia, em agravo de instrumento cujas razões não ataquem especificamente os fundamentos da decisão agravada. Precedentes.
2. Agravo regimental improvido." (AgRg no AG 572.505/DF, Rel. Min. CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJ 23/8/2004)

Diante do exposto, com fundamento no artigo 254, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4115)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 631.375 - SP (2004/0128253-0)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: RONALDO GUIMARÃES GALLO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HUMBERTO MACEDO
ADVOGADO	: JOSÉ FLAUZINO FERREIRA E OUTRO

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO A TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. CONSIDERAÇÕES DESPICIENDAS. APLICAÇÃO POR ANALOGIA. PRECEDENTES. AGRAVO DE INSTRUMENTO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento, interposto pelo INSS, contra inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.
A decisão ora agravada negou trânsito ao apelo nobre diante da falta de prequestionamento da matéria atinente aos arts. 128 e 460 do CPC, aplicando os verbetes n.ºs 282 e 356 do STF, por considerar aplicável a Súmula 83/STJ relativamente à suposta ofensa ao art. 604 do CPC e ao art. 20, § 5º, da Lei 8.880/94 e, ao final, por entender que o recurso não desafia o acórdão de forma robusta relativamente à incidência do Recurso de Revista 9.859/74, sendo de rigor, também nesse ponto, a aplicação da Súmula 7/STJ.
Alega o agravante, em síntese, que a decisão que negou seguimento ao recurso especial no Tribunal de origem enfrentou o mérito do especial, atingindo competência exclusiva desta Corte Superior de Justiça, quando deveria se limitar a analisar os pressupostos de admissibilidade do recurso especial. Assevera, outrossim, estar presente o prequestionamento da matéria suscitada nas razões de recurso.
É o relatório.
Passo a decidir.
A insurgência não merece ser acolhida.
Com efeito, a parte recorrente não infirmou todos os fundamentos da decisão impugnada, mostrando-se inadmissível o presente agravo de instrumento, nos termos no Enunciado n.º 182 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça.
Ademais, é cediço que o agravante deve se insurgir especificamente contra a integralidade dos fundamentos da decisão agravada, no intuito de demonstrar o cabimento do recurso especial interposto.
Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULAS NOS 123 E 182 DO STJ.
I - É inviável o agravo de instrumento que deixa de atacar, especificamente, todos os fundamentos da decisão agravada - Súmula 182/STJ.
II - O exame da admissibilidade é indispensável à verificação dos pressupostos constitucionais de cabimento do recurso especial, imprescindível à própria fundamentação da decisão que nega seguimento ao apelo - Súmula 123/STJ. Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 632.825/PE, Quinta Turma, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ de 21/3/2005)

"AGRAVO REGIMENTAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICE. FEVEREIRO DE 1989. DECISÃO AGRAVADA. IMPUGNAÇÃO ESPECIFICA. AUSÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA.
Não se conhece do agravo que deixa de impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada. Súmula 182 do STJ.
A inexistência de prequestionamento inviabiliza o conhecimento da questão suscitada. Incidência das súmulas 282 e 356, ambas do STF.
Agravo regimental que se nega provimento." (AgRg no Ag 520.933/SP, Rel. Min. PAULO MEDINA, SEXTA TURMA, DJ 08.11.2004)

Cabe salientar que se afigura descabido, no agravo de instrumento, apenas tecer considerações despiciendas sobre a impossibilidade do Vice-Presidente do Tribunal de origem incursionar sobre o mérito da questão no juízo de admissibilidade, considerações estas que em nada satisfazem os requisitos autorizadores para cabimento do agravo de instrumento.
Ressalte-se, ainda, que esta Corte já firmou entendimento no sentido de que a Súmula 182/STJ, muito embora faça menção ao art. 545 do Código de Processo Civil, pode ser aplicada, por analogia, ao agravo de instrumento, disposto no art. 544 do Diploma Processual.
Confiram-se os precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 182 POR ANALOGIA. POSSIBILIDADE.
1. É plausível a aplicação da Súmula 182 desta Corte, por analogia, em agravo de instrumento cujas razões não ataquem especificamente os fundamentos da decisão agravada. Precedentes.
2. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 572.505/DF, Rel. Min. CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJ 23.08.2004)

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO QUE DEIXA DE IMPUGNAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA Nº 182/STJ. NÃO CONHECIMENTO.
1. Fundada a inadmissão do recurso especial na incidência do disposto no enunciado nº 284 da Súmula do Excelso Supremo Tribunal Federal, faz-se imperativo o não conhecimento do agravo de instrumento que deixa de impugnar, especificamente, o fundamento da decisão agravada.
2. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é pacífica em que o enunciado nº 182 da sua Súmula também se aplica ao recurso de agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmite recurso especial.
3. Em se renovando o vício que comprometia o agravo de instrumento, no regimental, inarredável a edição de novo juízo negativo de admissibilidade (Súmula nº 182/STJ).
4. "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada." (Súmula do STJ, Enunciado nº 182).
5. Agravo regimental não conhecido." (AgRg no Ag 706.476/ES, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJ 06.02.2006)
Ante o exposto, com fundamento no artigo 254, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4116)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 639.104 - SP (2004/0155899-0)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MARCELO WEHBY E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALCIDES PERES GOMES
ADVOGADO	: NILTON SOARES DE OLIVEIRA JUNIOR

EMENTA

PROCESSO CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. OFENSA A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. INCOMPETÊNCIA DESTA CORTE. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DO DISPOSITIVO VIOLADO. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 284/STF. PRECEDENTES. AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS contra a inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que restou assim ementado (fl. 97):

"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. LOPS/60, LEIS N. 5.440-A/68, N. 5.890, DE 08.06.73 e N. 6.210, DE 04.06.75. DIREITO ADQUIRIDO E EXPECTATIVA.
1. Desnecessário o pedido administrativo prévio à ação revisional de beneficio previdenciário, conforme o enunciado sumular n. 09, desta E. Corte.
2. O beneficio previdenciário, tal como ocorre com os alimentos, é imprescritível; prescrevem apenas as parcelas, no qüinqüênio.
3. Os anos adicionais de trabalho aos trinta completos, anteriores à entrada em vigor da Lei n. 6.210, de 04.06.75, fazem jus ao acréscimo de 4%, por ano, ao coeficiente de 80% aplicável sobre o salário-de-beneficio. Pelos anos adicionais trabalhados após a entrada em vigor daquela lei somam-se 3%, ao ano. O primeiro caso é de direito adquirido; o segundo, expectativa atingida pela lei nova.
4. Se a aposentadoria foi requerida após a entrada em vigor da Lei n. 6.21O, computam-se no cálculo do salário-de-beneficio os trinta e seis últimos salários de contribuição, não os quarenta e oito, como defluiria da Lei n. 5.890/73. Inteligência in bonam partem.
5. A correção computa-se desde que vencida cada parcela (S. n. 08/TRF 3a. Região).
6. Apelação do autor provida em parte. Apelação do INSS desprovida."

Nas razões do especial (fls. 102/104), aponta a autarquia recorrente ofensa aos arts. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal e 6º, § 1º, da Lei de Introdução ao Código Civil. Sustenta, em síntese, que impõe-se o instituto do direito adquirido ao regime vigente à época do requerimento da aposentação, sendo inaplicável a legislação anterior à Lei nº 6.210/75.

É o relatório.
A insurgência não comporta trânsito.
Inicialmente, afasto o conhecimento do recurso quanto à suposta ofensa a dispositivo da Constituição Federal, visto que não cabe a esta Corte de Justiça, na estreita via do recurso especial, a apreciação de matéria constitucional, cujo exame é reservado ao Supremo Tribunal Federal, a teor do art. 102, inciso III, da Carta vigente.
A violação ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil não pode ser apreciada diretamente, mas somente por via transversa, considerando o fato de que o referido dispositivo foi repetido na Constituição Federal de 1988, cuja proteção cabe ao Supremo Tribunal Federal.
Desta forma, caso a parte pretenda a análise acerca da aplicação da lei no tempo, bem como a proteção do ato jurídico perfeito, do direito adquirido e da coisa julgada, deve indicar especificamente quais dispositivos infraconstitucionais, além do art. 6º da LICC, que, quando aplicados, resultaram em violação a tais institutos.
Contudo, este não é o caso dos autos, já que a autarquia recorrente limitou-se a alegar violação ao dispositivo da Lei de Introdução ao Código Civil por aplicação de legislação anterior à Lei nº 6.210/75. Assim, ausente a indicação dos dispositivos legais cuja aplicação deveria ser objeto do presente recurso.
Dessa forma, resta inviabilizada a admissão do recurso especial, aplicando-se, por analogia, a Súmula 284/STF, que assim dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".
A propósito, confiram-se os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. RURÍCOLA. APOSENTADORIA POR IDADE. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. FALTA DE PARTICULARIZAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL TIDO POR VIOLADO. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA DA DIVERGÊNCIA.
1. A falta de particularização do dispositivo de lei federal que se tem por violado consubstancia deficiência bastante, com sede própria nas razões recursais, a inviabilizar a abertura da instância especial, atraindo, como atrai, a incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.
2. Por força legal, a divergência jurisprudencial, autorizativa do recurso especial interposto, com fundamento na alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, requisita comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas ou votos.
3. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 863.064/SP, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ de 26/2/2007)

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL DISSÍDIO PRETORIANO NÃO DEMONSTRADO. APELO NOBRE DEFICIENTEMENTE FUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO ARTIGO DE LEI QUE SE CONSIDERA VIOLADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N.º 284 DO STF. PENSÃO POR MORTE. FILHA NÃO-INVÁLIDA. CESSAÇÃO DO BENEFÍCIO AOS 21 ANOS DE IDADE. PRORROGAÇÃO ATÉ OS 24 ANOS POR SER ESTUDANTE UNIVERSITÁRIA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Não há como ser conhecido o recurso pela alínea c do permissivo constitucional quando ausente a realização do cotejo analítico nos termos previstos no artigo 255 do RISTJ, com a transcrição de trechos dos acórdãos recorrido e paradigma, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.
2. Quanto à alínea a, não foi indicado qualquer dispositivo de lei federal que teria sido malferido ou cuja vigência tenha sido negada, atraindo a incidência da Súmula n.º 284 do STF, em face da ausência de delimitação da controvérsia.
3. Apenas *ad argumentandum*, a qualidade de dependente do filho não-inválido extingue-se no momento que completar 21 (vinte e um) anos de idade, nos termos do art. 77, § 2º, inciso II, da Lei n.º 8.213/91, não havendo previsão legal para a extensão do pagamento da pensão por morte até os 24 (vinte e quatro) anos, por estar o beneficiário cursando ensino superior.
4. Recurso não conhecido."(REsp 729.565/CE, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ de 1/2/2006)

Diante do exposto, com base no artigo 254, inciso I, do RISTJ, **nego provimento** ao presente agravo.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4117)

RECURSO ESPECIAL Nº 640.423 - RN (2004/0017742-9)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: MARCOS AURÉLIO DE OLIVEIRA BARBOSA
ADVOGADO	: TATIANA MENDES CUNHA E OUTRO(S)

DECISÃO

Recurso especial interposto pela União, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:
"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PEDIDO DE REMOÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE. POSSIBILIDADE.
1. Conquanto estejam ausentes os requisitos ventilados no art. 36 da Lei nº 8.112/90, há de se prestigiar a proteção constitucional conferida à família, à luz do art. 226 da Lei Magna.
2. Apelação e remessa oficial, tida por interposta, improvidas." (fl. 114).
A violação dos artigos 36, parágrafo único, incisos I e II, da Lei nº 8.112/90, e 226 da Constituição Federal funda a insurgência especial.
Sustenta a recorrente que não tem direito à remoção o servidor que, já sendo casado, assume o cargo em local diverso em virtude de aprovação em concurso público, para, em seguida, pleitear retorno ao domicílio de origem do qual o seu cônjuge jamais se afastara.
Recurso tempestivo (fl. 118), respondido (fl. 160) e admitido (fl. 173).
Tudo visto e examinado, decido.
É de se ter em conta a letra do artigo 105, inciso III, da Constituição da República:
"Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:
(...)
III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:
a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;
b) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal;
c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal."
Vê-se, assim, que a análise de questão cujo deslinde reclama a apreciação de matéria de natureza constitucional é inviável no âmbito de cabimento do recurso especial.
Nesse sentido:
"AgRg(Ag) AGRAVO REGIMENTAL. ADMINISTRATIVO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE.
1- É inviável em sede de recurso especial a apreciação de matéria envolvendo o reexame de provas, a teor da Súmula 07/STJ, que assim dispõe: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."
2- É vedado em sede de recurso especial o exame de matéria de índole constitucional, cuja a competência está adstrita ao âmbito do recurso extraordinário.
3- Agravo regimental desprovido." (AgRgAg 242.076/GO, Relator Ministro Gilson Dipp, ***in*** DJ 20/3/2000).

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. SERVIDORES INATIVOS. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. M.P. 1415/96, ART. 7º. RESTITUIÇÃO DE VALORES COBRADOS ANTES DO ADVENTO DA LEI 9.630/98. CONSTITUCIONALIDADE. RECURSO ESPECIAL.
1. Não comporta exame, em Recurso Especial, controvérsia cujo deslinde depende da apreciação de matéria constitucional.
2. Recurso Especial não conhecido." (REsp 282.288/SC, Relator Ministro Edson Vidigal, ***in*** DJ 18/12/2000).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ATIVO. QUINTOS INCORPORADOS. REDUÇÃO. AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DO DIREITO ADQUIRIDO E DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. NÃO CONHECIMENTO.
1. Não se presta o Recurso Especial à reforma de Acórdão baseado exclusivamente em fundamentos constitucionais. Questão que deve ser apreciada pelo STF, no Recurso Extraordinário já interposto.
2. A teor do Regimento Interno do STJ, art. 255, §2º, para a configuração do dissídio é imprescindível a demonstração das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.
3. Recurso Especial não conhecido." (REsp 229.650/DF, Relator Ministro Edson Vidigal, ***in*** DJ 9/10/2000).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INADMISSIBILIDADE. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO. CARGO EM COMISSÃO. IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS.
Não se conhece de recurso especial se a matéria abordada, acerca da aplicação também aos ocupantes de cargos em comissão da irredutibilidade de vencimentos prevista no art. 7º, VI, da CF, foi apreciada sob o aspecto exclusivamente constitucional. Precedentes.
Recurso não conhecido." (REsp 232.734/PE, Relator Ministro Felix Fischer, ***in*** DJ 26/3/2001).

Ao que se tem, ***in casu,*** a questão posta foi apreciada sob aspecto exclusivamente constitucional.
Tem-se, assim que a análise da violação da legislação infraconstitucional, tal como posta, implica, inarredavelmente, a apreciação de matéria constitucional, na medida em que requisita o reconhecimento da ausência de ofensa ao princípio da proteção à família.
E, induvidoso o enfoque eminentemente constitucional dado pelo Tribunal ***a quo*** à hipótese, refoge a este Superior Tribunal de Justiça competência para o exame da lei federal tida como violada.
A propósito, tenha-se presente, por todos, o seguinte precedente deste Superior Tribunal de Justiça:
"AgRg(Ag) AGRAVO REGIMENTAL. ADMINISTRATIVO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE.
1- É inviável em sede de recurso especial a apreciação de matéria envolvendo o reexame de provas, a teor da súmula 07/STJ, que assim dispõe: 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.'
2- É vedado em sede de recurso especial o exame de matéria de índole constitucional, cuja a competência está adstrita ao âmbito do recurso extraordinário.
3- Agravo regimental desprovido." (AgRgAg nº 242.076/GO, Relator Ministro Gilson Dipp, ***in*** DJ 20/3/2000).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 557, ***caput***, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4118)

RECURSO ESPECIAL Nº 647.851 - PE (2004/0041284-0)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	: ANTÔNIO HENRIQUE FREIRE GUERRA E OUTRO(S)
RECORRENTE	: LUIZ CABRAL DE OLIVEIRA FILHO
ADVOGADO	: JOÃO BATISTA DE MOURA
RECORRIDO	: OS MESMOS

DECISÃO

Recurso especial e adesivo interpostos, respectivamente, pela Caixa Econômica Federal - CEF e Luiz Cabral de Oliveira Filho, locatária e locador em contrato de locação comercial, impugnando acórdão da Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:
"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE DESPEJO CUMULADA COM AÇÃO DE COBRANÇA DO LOCATÍCIO E DEMAIS ENCARGOS. LOCAÇÃO NÃO-RESIDENCIAL. RETENÇÃO DAS CHAVES. IMPROCEDÊNCIA DA RECONVENÇÃO. LAUDO PERICIAL SOBRE O ESTADO DO IMÓVEL. INTEMPESTIVIDADE DA APELAÇÃO DO AUTOR.
- A lei impõe ao locatário uma série de deveres, que deverão ser cumpridos inteiramente, porque o descumprimento de responsabilidades contratuais, ou legais, pode ensejar uma ação de despejo.
- Os efeitos do contrato de locação permanecem não apenas durante o prazo contratual escrito, porém, também, durante a prorrogação, que se caracteriza com a retenção das chaves do imóvel do locatário.
- São devidos os encargos contratuais, como os aluguéis, até a efetiva entrega das chaves do imóvel ao locador.
- Finda a locação, o locatário deve restituir o imóvel no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do uso normal.
- Improcedência da ação de reconvenção.
- Interposto o recurso do autor fora do prazo legal, não se pode conhecer do mesmo.
- APELAÇÃO DA CEF PARCIALMENTE PROVIDA.
- APELO DO AUTOR NÃO CONHECIDO." (fl. 309).
A insurgência recursal da Caixa Econômica Federal, locatária, está fundada na violação do artigo 932, inciso III, do Código Civil de 2002, cujos termos são os seguintes:
"Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil:
III - o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele;"
E o teria violado porque, como se recolhe nas próprias razões recursais:
"(...)
É princípio e regra legal de nosso ordenamento de que os empregadores respondem pelos atos de seus empregados, o que leva a concluir pela devolução do prédio locado ao autor/reconvido/recorrido em 25/11/1999 (a funcionária do autor/recorrido recebeu ofício da CAIXA com as chaves de devolução do imóvel).
(...)
Restou demonstrado, comprovado e reconhecido pelo acórdão recorrido que a preposta/empregada do autor/reconvido/recorrido recebeu as chaves do imóvel antes do vencimento dos aluguéis objeto da presente ação, bem como deu recibo de quitação de tal recebimento.
Ora, se na forma da regra legal acima transcrita, a empregada do autor recebeu as chaves resta evidente que o recorrido é responsável por tal ato não podendo prosperar a assertiva da corte regional de que ***'(...) a pessoa que recebeu o ofício e as chaves do imóvel em nome do locador, não estava autorizada para isso'***
Doutro turno, se admitido o que ora acima se argumenta, resta evidente que se deve ser reformado o r. Acórdão para que também se dê provimento à reconvenção interposta pela ora recorrente já que sua causa de pedir foi exatamente o fato de que os aluguéis atrasados na exordial eram indevidos e foram postulados de má-fé ante o fato de que as chaves foram entregues mediante ofício e quitação dada por por preposta do autor/reconvindo/recorrido.
Além do mais se foi afastado pelo acórdão recorrido o aluguel do mês de outubro de 1999, errou a corte regional ao não julgar parcialmente procedente a reconvenção, posto que não ser devido tal mês de aluguel foi parte do pedido de reconvenção.
(...) " (fls. 313/314).
O recurso especial adesivo do locador, de seu lado, está fundado na divergência jurisprudencial (Constituição da República, artigo 105, inciso III, alínea "c"), ao fundamento de que:
"(...)
O recorrente interpôs recurso de apelação perante o Egrégio Tribunal Regional Federal da 5ª Região inconformado com a respeitável sentença prolatada nos autos da Ação Ordinária promovida contra a Caixa Econômica Federal, vez que tal decisão contrariou frontalmente disposição contida nos ARTIGOS 165, 458, 463, 535 E 538 DA LEI Nº 5869 DE 11/1/1973 - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.
Contudo, a Colenda 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, não concedeu o apelo, dando à mencionada lei federal, interpretação divergente daquela predominante no pretórios pátrios, inclusive decisões dessa Egrégia Corte, como se passa a demonstrar através dos acórdãos a seguir colacionados, cujas cópias em inteiro teor seguem em anexo.
O presente recurso especial adesivo é interposto com fundamento no art. 105, inciso III, c da Carta Magna, eis que a decisão atacada deu à lei federal mencionada, interpretação divergente da que lhe foi dada pela maioria dos tribunais, conforme se expôs no tópico anterior, mormente pela juntada do inteiro teor dos acórdãos que lhe servem de paradigma.

O venerável acórdão deve, portanto, ser fulminado por esse Egrégio Tribunal, vez que está em marcante contrariedade com a interpretação que os demais tribunais deram à Lei Federal nº 5869 de 11/10/1973.
Em razão do exposto, espera que Vossas Excelências, eminentes Ministros, dêem provimento ao presente recurso, para o fim de reformar o venerável acórdão da Colenda 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e na aplicação do princípio da ampla devolutividade dos recursos, reanalise o pedido e reforme a sentença de primeiro grau, para acrescentar na condenação os aluguéis devidos, acrescidos de multa contratual e demais encargos isto correspondentes do mês de outubro de 1999 até a data da prolatação da sentença e ainda decrete a rescisão do contrato de locação (...)" (fls. 330/331).
Contra-razões do autor às fls. 324/327. Não houve contra-razões ao recurso adesivo.
Recursos especiais tempestivos (fls. 312 e 329) e julgado deserto na origem o da Caixa Econômica Federal, em razão do recolhimento do preparo e do porte de remessa e retorno a menor (fl. 358).
Tudo visto e examinado, decido.
De início, tem-se que no recurso especial da Caixa Econômica Federal, não há falar em falta de recolhimento do preparo e do porte de remessa e retorno dos autos, mas de recolhimento insuficiente, que à luz da jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça não conduz à deserção do recurso.
A propósito:
"PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL INOCORRÊNCIA. PREPARO. PAGAMENTO INSUFICIENTE. DESERÇÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. EXISTÊNCIA DOS BENS. IDENTIFICAÇÃO POR NÚMEROS, MARCAS E SINAIS. LEI 4.728/65, ART. 66, § 3º. PRESUNÇÃO. PRISÃO CIVIL. DESCABIMENTO. NOVO ENTENDIMENTO DA CORTE ESPECIAL. RECURSO PARCIALMENTE ACOLHIDO.
I - Conforme decidiu a Corte Especial (EREsp 149.518-GO), em sessão realizada dia 5.5.99, descabe prisão civil em alienação fiduciária, por não se tratar de depósito típico.
II - Inocorre ausência de prestação jurisdicional quando suficientemente examinada a questão controvertida, sabido não ser necessário ao Colegiado responder a todas as indagações colocadas pelas partes.
III - Segundo já era entendimento do Tribunal, o pressuposto da deserção, salvo malícia, é a falta de pagamento e não a sua insuficiência, orientação que veio a ser adotada na nova redação dada ao art. 511, CPC, pela Lei 9.756/98.
IV - Uma vez identificados os bens alienados 'por números, marcas e sinais indicados no instrumento de alienação', presume-se a sua existência Ademais, cingindo-se a discussão do contrato apenas entre as partes, não há, em princípio, como se deixar de dar valor à cláusula contratual que afirma essa existência." (REsp nº 242.275/SP, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, ***in*** DJ 3/4/2000).

"Recurso (apelação). Preparo (porte de retorno). Falta (insignificância). Deserção (inocorrência).
1. Há, nos registros do Superior Tribunal, precedentes segundo os quais 'a insuficiência do preparo não conduz à deserção' (por todos, REsp-196.988, DJ de 3.5.99).
2. Também há precedentes nos quais, tratando-se de falta insignificante (em caso de porte de retorno), não se reconheceu a deserção (por todos, REsp-211.614, DJ de 23.8.99). 'A insuficiência no valor do preparo implicará deserção, se o recorrente, intimado, não vier a supri-lo no prazo de cinco dias' (§ 2º do art. 511 do Cód. de Pr. Civil, introduzido pela Lei nº 9.756/98).
3. Em decorrência, entendeu a 3ª Turma, por maioria de votos, que o recolhimento a destempo do porte de retorno (equivalente a R$9,83) 'é insuficiente para determinar a deserção do apelo' (REsp-211.614).
4. Recurso especial conhecido e provido, a fim de que na origem se retome o julgamento da apelação." (REsp nº 202.682/RJ, Relator Ministro Nilson Naves, ***in*** DJ 28/8/2000).
Isso estabelecido, trata-se, na espécie, de ação de despejo e reconvenção, nas quais as partes controvertem a cerca da existência, ou não, da mora na relação locatícia, no que respeita a devolução do imóvel e ao pagamento dos alugueis.
Tem-se que, nos próprios da insurgência especial da Caixa Econômica, que da negativa de vigência ao artigo 932, inciso III, do Código Civil de 2002, pretende a recorrente a reforma do acórdão impugnado, e o conseqüente julgamento de improcedência do pedido de cobrança dos aluguéis devidos, ao argumento de que o imóvel locado teria sido entregue ao preposto do locador no dia 25 de novembro de 1999, não se devendo, pois, depois dessa data, falar em cobrança de locativos.
É este o teor do acórdão recorrido, no que concerne à restituição do imóvel pela locatária:
"(...)
Pelo que se observa nos autos, a pessoa que recebeu o ofício e as chaves do imóvel em nome do locador, não estava autorizada para isso. Assim, há de se entender que a locatária não se desconstituiu de sua obrigação.
Muito bem se expressou o MM juiz 'a quo', quando fundamentou:
'Concorre ainda, no caso vertente, que a Cláusula Sexta do contrato foi cuidadosa em regular a forma de restituição, dada a acentuada relevância do ato, para isso exigindo a entrega 'mediante ofício expedido pela LOCATÁRIA, acompanhado das chaves, cessando a partir da data de recebimento deste ofício da (sic) obrigação de pagamento do valor locativo' e acrescentando - note-se bem - que 'deverá ser assinado, à época, termo de quitação das obrigações recíprocas.'
É óbvio que a entrega do ofício e das chaves, com a procedência da lavratura do termo de quitação recíproca, somente se poderia efetivar validamente à pessoa do locador ou a alguém por ele constituído mandatário.
Mais ressalta a conduta desavisada do LOCATÁRIO quando se percebe que já havia clima inamistoso entre as partes e, pela própria afirmação do preposto dela, o locador realmente nunca foi contactado pessoalmente com vistas à devolução, pois foi procurado por ele duas ocasiões, 'a primeira delas, em contato como irmão dele, que afirmou que não as receberia e, em outra ocasião, quando o escritório estava fechado' (depoimento às fls. 176/178).
As implicações estão aí: o locador alega que as chaves não serviam às fechaduras do imóvel e sequer pode adentrá-lo; há defeitos apontados pela perícia, a exemplo de infiltrações, forro caído, pintura mofada...
Não há nenhuma prova de que a pessoa que recebeu o ofício e as chaves do imóvel tinha poderes para fazê-lo em nome do locador e de modo algum pode ser tido como preposta dele.
A entrega do imóvel, sem o acertamento final entre partes e feita a pessoa desautorizada, foi inválida e ineficaz.'
Vale ressaltar, que se o locador não quiser receber o imóvel, o locatário pode satisfazer sua pretensão em Juízo, utilizando-se da ação consignatória. A CEF não se utilizou da faculdade de consignar judicialmente a chaves do imóvel, como também não fez prova de algum pacto verbal sobre a rescisão.
(...)
Quanto aos aluguéis, sem dúvida os efeitos do contrato de locação continuam durante a prorrogação do contrato, que se estende até a entrega das chaves ao locador. Caracterizada a retenção das chaves do imóvel locado pela apelante, são devidos os encargos contratuais, como os aluguéis, até a data da entrega das chaves.
(...)" (fls. 304/305 - nossos os grifos).
Ao que se tem, a Corte de Justiça Estadual reconheceu as expressas que a restituição do imóvel ao locatário não se efetivou do modo como determinado pelo contrato - cf. cláusula 6ª do contrato - bem como, que o envio do ofício da entrega das chaves à pessoa estranha e sem autorização para tanto, não autoriza o entendimento de que o imóvel tenha sido entregue ao locador/proprietário.
O recorrente, por sua vez, limitou-se, essencialmente, a sustentar que a responsabilidade pela reparação civil recai ao empregador quando o ato for realizado pelos seus empregados, olvidando-se, como de fato se olvidou, de impugnar o fundamento alternativo do acórdão, bastante, por si só, para determinar a sua preservação, qual seja, o da determinação da cláusula contratual de se assinar o termo da quitação das obrigações recíprocas, quando da restituição do imóvel.
Tem incidência, assim, o enunciado nº 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, ***verbis***:
"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta-se em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."
Vejam-se, a propósito, os seguintes precedentes jurisprudenciais:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. SÚMULA 283/STF. JUNTADA DE CÓPIA DOS PARADIGMAS.
1. Não se conhece do recurso especial que não impugna os fundamentos do acórdão recorrido. Aplicação da Súmula do Supremo Tribunal Federal, enunciado nº 283.
2. A comprovação da divergência exige a juntada de certidões ou cópias autenticadas dos acórdãos apontados como paradigmas, ou a citação de repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que os mesmos se achem publicados.
3. Recurso não conhecido." (REsp nº 313.739/CE, da minha Relatoria, ***in*** DJ 4/2/2000).

"RECURSO ESPECIAL - PROCESSUAL CIVIL - ARTS. 128 E 460, DO CPC - LIMITES OBJETIVOS DO PEDIDO - OBSERVÂNCIA - ACÓRDÃO RECORRIDO - FUNDAMENTO - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA - SÚMULA 283 DO STF.
I - Não se verifica a contrariedade aos arts. 128 e 460, ambos do CPC, se a lide foi decidida nos limites em que foi proposta, restringindo-se a prestação jurisdicional aos limites objetivos estabelecidos pelo pedido.
II - Não se conhece o Recurso Especial que deixa de impugnar todos os fundamentos em que se assenta o acórdão recorrido, nos termos do enunciado da Súmula 283 do STF.
Recurso Especial a que não se conhece." (REsp nº 268.066/ES, Relatora Ministra Nancy Andrighi, ***in*** DJ 25/6/2001).
Averbe-se, em remate que, estando os fundamentos da insurgência, tal como postos, também insulados no universo fático-probatório dos autos, seu exame é vedado pelo enunciado nº 7 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça, ***verbis***:
"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."
Em conseqüência, não há como se conhecer do recurso adesivo do locador, que, além de seguir a sorte do recurso principal, também deixou de cumprir os requisitos legais à comprovação da divergência jurisprudencial.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 557, ***caput***, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial e ao recurso adesivo.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4119)

RECURSO ESPECIAL Nº 657.129 - PE (2004/0059180-0)

RELATOR	:	**MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	RISONEIDE GONÇALVES DE ANDRADE E OUTRO(S)
RECORRIDO	:	ANTONIA GOMES DE SOUZA
ADVOGADO	:	TALITA FIGUEIREDO CORSINI

DECISÃO

Recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:
"PREVIDENCIÁRIO. SUSPENSÃO DE BENEFÍCIO. OBSERVÂNCIA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA APOSENTADORIA.
1. É de se reputar respeitador do devido processo legal o ato de suspensão do benefício precedido a) de chance para que a segurada fizesse apresentar os documentos de cuja juridicidade se duvidara; e de b) depoimento pessoal seu;
2. O pagamento do benefício deve ser restabelecido, porém, porque, não é razoável (=útil) o INSS suspendê-lo, por suposto vício em condição necessária à sua concessão, se, quando do cancelamento, não mais se exigia o atendimento ao requisito (ser arrimo de família para obtenção de aposentadoria rural por velhice) que fora violado originalmente, eis que, cassado em um momento, voltaria a ser deferido logo em seguida.
3. Apelação e remessa oficial improvidas." (fl. 125).
Sustenta o recorrente que o acórdão recorrido não levou em consideração que, à época da concessão do benefício, a autora não era "arrimo de família".
Além da divergência jurisprudencial a insurgência especial está fundada na violação do artigo 297, parágrafo 3º, do Decreto nº 83.080/79.
Recurso tempestivo e admitido.
Tudo visto e examinado, decido.
De início, ***in casu***, a divergência jurisprudencial não foi comprovada de acordo com a lei processual e o Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, limitando-se o recorrente a transcrever a ementa dos acórdãos paradigmas.
Nesse sentido, a iterativa jurisprudência desta Corte Federal Superior, conforme se infere dos seguintes precedentes:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. DISSÍDIO PRETORIANO NÃO DEMONSTRADO.
O Diário da Justiça, conquanto órgão oficial de ***intimação*** *das partes, não consubstancia repositório oficial ou credenciado de jurisprudência, para fins de comprovação de divergência, porque nele não se encontram publicados na íntegra os acórdãos que venham a ser indicados como paradigmas.* ***A simples citação da publicação, para fins intimatórios, do aresto no órgão oficial, sem a juntada da cópia integral do julgado, não cumpre a exigência legal****.*
Insuficiente para demonstração da divergência jurisprudencial a simples transcrição de ementa sobretudo se nela não estiver explicitada a matéria objeto do acórdão embargado.
Agravo regimental improvido." (AgRgEREsp nº 46.071/SP, Relator Ministro Cesar Asfor Rocha, ***in*** DJ 27/4/98 - nossos os grifos).

"PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL INDEMONSTRADA. RECURSO NÃO-CONHECIDO.
I - ***Indispensável, para efeito de configuração do dissídio, que o recurso seja instrumentalizado com cópia autenticada do acórdão alegadamente divergente ou com a indicação do repositório autorizado. A tanto não equivale a citação do Diário de Justiça em que tenha sido publicado o aresto.***
II - Não se configura a divergência entre acórdãos quando um deles adentra o mérito do recurso, apreciando a questão controvertida, enquanto o outro não conhece do recurso especial, sem enfrentar a tese." (REsp nº 323.880/RS, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo, ***in*** DJ 4/2/2002 - nossos os grifos).

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CITAÇÃO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. ARTIGOS 221 E 603, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. LEI 8.898/94. DESNECESSIDADE DE CITAÇÃO DO RÉU. POSSIBILIDADE DE EMPREGO DE DIÁRIO DE JUSTIÇA. VIOLAÇÃO DE LEI FEDERAL E DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO EVIDENCIADOS. NÃO CONHECIMENTO.
(...)
5. O conhecimento do recurso especial fundado na alínea 'c' do permissivo constitucional requisita, em qualquer caso, a demonstração analítica da divergência jurisprudencial invocada, por intermédio da transcrição dos trechos dos acórdãos que configuram o dissídio e da indicação das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas ou votos (artigo 255, parágrafo 2º, do RISTJ).
6. Recurso não conhecido." (REsp nº 341.579/SP, da minha Relatoria, ***in*** DJ 25/2/2002).

"Acórdão - Relatório - Procedimento sumaríssimo.

Tratando-se de procedimento sumaríssimo, em que inexiste revisão, o relator da apelação não haverá de, necessariamente, lançar o relatório nos autos, ao pedir dia para julgamento. Poderá fazê-lo oralmente, em sessão, sendo trazido depois para os outros, integrando o acórdão.
Recurso especial - Divergência jurisprudencial.
Feita a citação apenas de ementas, publicadas no Diário da Justiça, não se conhece do recurso quando não se evidencie, de maneira induvidosa, que o entendimento adotado no julgamento abrangeria também a hipótese em exame o que, no caso, só a íntegra do acórdão poderia esclarecer." (REsp nº 3.725/RJ, Relator Ministro Eduardo Ribeiro, ***in*** DJ 17/9/90 - nossos os grifos).
De outro lado, alega o recorrente que:
"(...)
Conforme é possível se constatar pelos documentos de fls. 22 e 23 o companheiro da ora recorrida era lavrador o que pressupõe que este, sim, era o que detinha a condição de chefe ou arrimo de unidade familiar.
Não se pode, portanto, admitir o restabelecimento de benefício previdenciário concedido em total afronta a legislação vigente na época da sua concessão, uma vez que a autora não comprova ser 'chefe ou arrimo da unidade familiar'.
(...)" (fl. 136).
Ao que se tem, o acórdão recorrido está fundado em que:
"(...)
A questão é que o motivo que ensejou a suspensão do benefício em comento foi não possuir a parte autora a condição de chefe ou arrimo de unidade familiar.
A razão acima destacada, data venia, não mais subsistia naquele momento, tendo em vista a) que a Constituição Federal veda qualquer tipo de discriminação em razão do sexo (lembre-se que aos homens não se exigia algo semelhante); e b) que a própria legislação previdenciária de regência não faz mais a exigência.
O pagamento do benefício deve ser restabelecido, porém, porque, não é razoável (= útil) o INSS suspendê-lo, por suposto vício em condição necessária à sua concessão, se, quando do cancelamento, não mais se exigida o atendimento ao requisito (ser arrimo de família para obtenção de aposentadoria rural por velhice) que fora violado originalmente, eis que, cassado em um momento, voltaria a ser deferido logo em seguida.
(...)" (fl. 121).
O recorrente, como se vê, limita-se a sustentar a impossibilidade de concessão da aposentadoria por idade, à recorrida, por ausência dos requisitos necessários à concessão, na data do pedido.
Tem-se, assim, que o recorrente deixou de impugnar, especificamente, os fundamentos do acórdão recorrido, que permaneceram incólumes em sua motivação e são suficientes, por si só, para a preservação da decisão impugnada.
Tem incidência, assim, o enunciado nº 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, ***verbis***:
"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta-se em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."
Veja-se, a propósito, o seguinte precedente jurisprudencial:
"RECURSO ESPECIAL - PROCESSUAL CIVIL - ARTS. 128 E 460, DO CPC - LIMITES OBJETIVOS DO PEDIDO - OBSERVÂNCIA - ACÓRDÃO RECORRIDO - FUNDAMENTO - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA - SÚMULA 283 DO STF.
(...)
II - Não se conhece o Recurso Especial que deixa de impugnar todos os fundamentos em que se assenta o acórdão recorrido, nos termos do enunciado da Súmula 283 do STF.
Recurso Especial a que não se conhece." (REsp n° 268.066/ES, Relatora Ministra Nancy Andrighi, ***in*** DJ 25/6/2001).
Diga-se, de qualquer modo, que com o advento da Lei nº 8.213/91, restou assegurada aos trabalhadores e empregados rurais cobertos pela antiga Previdência Social Rural (Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971), ora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, na forma da alínea "a" do inciso I, ou do inciso IV ou VII do artigo 11 do aludido diploma legal, ou aos seus dependentes, a percepção dos seguintes benefícios:
"Art. 143. O trabalhador rural ora enquadrado como segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social, na forma da alínea a do inciso I, ou do inciso IV ou VII do art. 11 desta lei, ou os seus dependentes, podem requerer, conforme o caso:
I - auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, auxílio-reclusão ou pensão por morte, no valor de 1 (um) salário mínimo, durante 1 (um) ano, contado a partir da data da vigência desta lei, desde que seja comprovado o exercício de atividade rural com relação aos meses, imediatamente anteriores ao requerimento do benefício, mesmo que de forma descontínua, durante período igual ao da carência do benefício; e
II - aposentadoria por idade, no valor de 1 (um) salário mínimo, durante 15 (quinze) anos, contados a partir da data da vigência desta lei, desde que seja comprovado o exercício de atividade rural nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à data do requerimento, mesmo de forma descontínua, não se aplicando, nesse período , para o segurado especial, o disposto no inciso I do art. 39." (artigo 143 da Lei nº 8.213/91, na sua redação original).
A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme em que "*as atividades desenvolvidas em regime de economia familiar, podem ser comprovadas através de documentos em nome do pai de família, que conta com a colaboração efetiva da esposa e filhos no trabalho rural*" (REsp nº 386.538/RS, Relator Ministro Jorge Scartezzini, ***in*** DJ 7/4/2003), **não se exigindo, por induvidoso, que o segurado seja arrimo de família**.
Nesse sentido:
"*PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO RURAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. LEI N.º 8.213/91. CONTRIBUIÇÕES. DISPENSA. PERÍODO ANTERIOR. ABRANGÊNCIA. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL. ATIVIDADES ESPECIAIS. CONVERSÃO.*
1. A Lei n.º 8.213/91, ao conceder a isenção das contribuições previdenciárias, não fez qualquer referência ao conceito de segurado existente na legislação revogada, tampouco direcionou a dispensa aos antigos filiados ao FUNRURAL. Sendo assim, é de se concluir que a intenção do legislador foi a de dispensar da indenização todos aqueles que se enquadravam na condição de segurado trabalhador rural conforme conceito inserto no próprio diploma legal nascente.
2. Segundo a vigente lei previdenciária, são segurados especiais os produtores rurais que 'exerçam suas atividades em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 14 anos ou a ele equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo.' (art. 11, inciso VII)
(...)
*5. **É sedimentado o entendimento das Turmas que integram a Egrégia Terceira Seção no sentido de que 'as atividades desenvolvidas em regime de economia familiar, podem ser comprovadas através de documentos em nome do pai de família, que conta com a colaboração efetiva da esposa e filhos no trabalho rural.'** (REsp 386.538/RS, Quinta Turma, rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJ de 07/04/2003.)*
(...)
9. Recurso especial parcialmente conhecido e, em parte, provido, apenas para excluir a contagem ponderada do período posterior ao advento do Decreto-lei n.º 2.172/97." (REsp nº 506.959/RS, Relatora Ministra Laurita Vaz, ***in*** DJ 10/11/2003).

"*RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. VALORAÇÃO DE PROVA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. EXISTÊNCIA.*
1. "A comprovação do tempo de serviço para os efeitos desta Lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme o disposto no artigo 108, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento." (artigo 55, parágrafo 3º, da Lei 8.213/91).
2. O início de prova material, de acordo com a interpretação sistemática da lei, é aquele feito mediante documentos que comprovem o exercício da atividade nos períodos a serem contados, devendo ser contemporâneos dos fatos a comprovar, indicando, ainda, o período e a função exercida pelo trabalhador.
*3. **Os documentos em nome do pai da recorrida, que exercia atividade rural em regime familiar, contemporâneos à época dos fatos alegados, se inserem no conceito de início razoável de prova material.***
4. Recurso conhecido e improvido." (REsp nº 439.647/RS, da minha Relatoria, ***in*** DJ 19/12/2002).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 577, ***caput***, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4120)

RECURSO ESPECIAL Nº 664.922 - RJ (2004/0091016-3)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: CID PEREIRA BUARQUE DE GUSMÃO
ADVOGADO	: JOSÉ MENDES GUERREIRO JUNIOR
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: RODRIGO FRANÇAS CALDAS E OUTRO(S)

DECISÃO

Recurso especial interposto por Cid Pereira Buarque de Gusmão, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado:
"PREVIDENCIÁRIO. CITAÇÃO DO INSS. INTEMPESTIVIDADE DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO.
- A citação do INSS deve ser efetivada através de sua Procuradoria, e não na pessoa de seu superintendente regional. Não obstante o superintendente represente (ou mesmo presente) a autarquia federal em outros campos, no que tange ao acompanhamento dos processos em juízo nos quais o INSS seja parte ou terceiro interveniente, tal representação se faz, por força de lei, pela Procuradoria. Entendimento do art. 17, I, da lei complementar 73/93.
- É cabível a execução de atrasados em sede de mandado de segurança, ainda mais se o acórdão transitado em julgado determina expressamente que o restabelecimento do benefício deva ser feito a partir da data em que fora suspenso indevidamente pelo INSS.
- Não há como avançar no exame do mérito, pois os autos dos embargos não estão suficientemente instruídos. De todo modo, a discussão a respeito do quantum debeatur não foi travada no 1º grau, em vista de o mm. juiz sentenciante ter considerado intempestivos os embargos.
- Apelação a que se dá parcial provimento, para cassar a sentença que julgou intempestivos os embargos, baixando os autos à primeira instância, para que o juízo a quo aprecie o mérito da impugnação feita pelo INSS à conta apresentada pelo exeqüente." (fl. 63).
Opostos embargos declaratórios, foram estes rejeitados.
Alega o recorrente omissão no acórdão recorrido, que não teria apreciado pontos suscitados.
Sustenta que o artigo 17 da Lei Complementar nº 73/93, de acordo com outros Tribunais, não menciona quem é o responsável pelo recebimento das citações.
Afirma, ainda, que a decisão viola o disposto no artigo 215 do Código de Processo Civil, haja vista que tal dispositivo reconhece como válida a citação feita ao representante legal do réu.
Além da divergência jurisprudencial quanto a interpretação ao artigo 17 da Lei Complementar 73/93, a insurgência especial está fundada na violação dos artigos 215 e 535, inciso II, do Código de Processo Civil.
Recurso tempestivo e admitido.
Tudo visto e examinado, decido.
De início, não conheço da alegada violação do artigo 535 do Código de Processo Civil eis que a recorrente, apesar de apontar o dispositivo legal tido como violado, não demonstrou no que consistiu a negativa de vigência da lei ou, ainda, a sua correta interpretação.
Decerto, a razão do pedido de reforma da decisão recorrida é pressuposto ou requisito para a admissibilidade do recurso, cabendo à parte formulá-lo em estrito cumprimento da lei, não se constituindo tal exigência em formalismo exacerbado.
Com efeito, a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que *"(...) Para viabilizar o conhecimento do especial, pelo fundamento da alínea 'a' do permissivo constitucional, não é suficiente a simples menção explícita aos preceitos de lei que se pretende desafeiçoados (pelo acórdão do Tribunal a quo), mas, ainda, a motivação justificadora, esclarecendo-se, com precisão, em sua dicção e conteúdo, para possibilitar, ao julgador, o cotejo entre o teor dos artigos indicados como violados e a fundamentação do recurso. (...)"* (REsp nº 160.226/RN, Relator Ministro Demócrito Reinaldo, ***in*** DJ 11/5/98).
Tal deficiência inviabiliza a abertura da instância especial, a teor do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, ***verbis***:
"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."
A propósito e por todos, o seguinte precedente, que define o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça:
"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. ALEGADA OFENSA AO ART. 535 DO CPC. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. MILITARES. REAJUSTE DE 28,86%. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA. MP N.º 1.704/98. PRECEDENTES.
1. Se o recorrente aduz ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil mas não evidencia qualquer omissão, contradição ou obscuridade no acórdão recorrido, deixando de demonstrar no que consistiu a alegada ofensa ao mencionado dispositivo, aplica-se, por analogia, o disposto na Súmula 284 do Excelso Pretório.
2. Esta Corte Superior de Justiça firmou o entendimento segundo o qual a edição da Medida Provisória nº 1.704-5/98, que reconheceu aos servidores públicos civis o direito àquele reajuste, implicou na renúncia do prazo prescricional, de acordo com o estabelecido no artigo 202, VI, do Código Civil. Precedentes.
3. Agravo regimental improvido." (AgRgREsp nº 885.292/PR, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, ***in*** DJ 25/6/2007).
Posto isso, diga-se que a questão pertinente ao artigo 215 do Código de Processo Civil não foi apreciada pelo Tribunal ***a quo***, sequer implicitamente.
É que embora o recorrente tenha oposto embargos de declaração para fins de prequestionamento, o Tribunal ***a quo*** não decidiu a matéria relativa à violação do citado artigo, incidindo, nesse passo, o óbice do enunciado nº 211 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça, ***verbis***:
*"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal **a quo.**"*
Nesse sentido:
"PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL - IMPOSTO DE RENDA - NÃO INCIDÊNCIA SOBRE VERBA RECEBIDA A TÍTULO DE AJUDA DE CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO PRÓPRIO NO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES DE CARGO PÚBLICO - PRETENDIDA REFORMA DA DECISÃO DA CORTE DE ORIGEM, POR ENTENDER VIOLADOS DISPOSITIVOS LEGAIS (LEI N. 7.713/88, ARTS. 3º E 6º E CTN, ARTS. 11, 43, 97 E 176) - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.
- A pretensão recursal não merece ser conhecida, tendo em vista a ausência do requisito específico do recurso especial consubstanciado no necessário prequestionamento da matéria. Nem se alegue que a oposição de embargos de declaração, por si só, possui a força de evidenciar a ocorrência do prévio exame da matéria agitada na Corte a quo. No caso, incide a jurisprudência consolidada neste Sodalício por meio da Súmula n. 211 de que "inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo".
- Mais a mais, somente para argumentar, merece consignar que a própria recorrente reconhece que a verba recebida pelo recorrido possui caráter indenizatório. Destaca a Fazenda Nacional: "Ocorre que a verba recebida a título de indenização, nem todo o valor é utilizado efetivamente para a manutenção do veículo, havendo em cada mês, um saldo que acaba por acrescer o patrimônio do funcionário" (fl. 171). Em verdade, não é possível aferir se o montante recebido para a manutenção do veículo é utilizado em sua totalidade para esse fim. O certo é que a verba é paga para essa finalidade.

- *Recurso especial não conhecido."* (REsp 491.320/SC, Relator Ministro Franciulli Neto, ***in*** DJ 2/6/2003).

"SERVIDOR. MILITAR TAIFEIRO DA AERONÁUTICA. PROMOÇÃO AO SUBOFICIALATO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SÚMULA 211/STJ.
- Recurso especial fundado na alegação de afronta a preceito de lei federal tem como pressuposto de admissibilidade a circunstância de haver a questão jurídica que da norma exsurge ter sido objeto de debate no julgamento recorrido.
- Nos termos estabelecidos pela Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça 'é inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo'.
- Recurso especial não conhecido." (REsp 416.940/PR, Relator Ministro Vicente Leal, ***in*** DJ 9/12/2002).

Porto outro lado, ***in casu***, a divergência jurisprudencial não foi comprovada de acordo com a lei processual e o Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, limitando-se o recorrente a transcrever a ementa dos acórdãos paradigmas.

Nesse sentido, a iterativa jurisprudência desta Corte Federal Superior, conforme se infere dos seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. DISSÍDIO PRETORIANO NÃO DEMONSTRADO.
O Diário da Justiça, conquanto órgão oficial de ***intimação*** *das partes, não consubstancia repositório oficial ou credenciado de jurisprudência, para fins de comprovação de divergência, porque nele não se encontram publicados na íntegra os acórdãos que venham a ser indicados como paradigmas.* ***A simples citação da publicação, para fins intimatórios, do aresto no órgão oficial, sem a juntada da cópia integral do julgado, não cumpre a exigência legal****.*
Insuficiente para demonstração da divergência jurisprudencial a simples transcrição de ementa sobretudo se nela não estiver explicitada a matéria objeto do acórdão embargado.
Agravo regimental improvido." (AgRgEREsp 460.71/SP, Relator Ministro Cesar Asfor Rocha, ***in*** DJ 27/4/98 - nossos os grifos).

"PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL INDEMONSTRADA. RECURSO NÃO-CONHECIDO.
I - ***Indispensável, para efeito de configuração do dissídio, que o recurso seja instrumentalizado com cópia autenticada do acórdão alegadamente divergente ou com a indicação do repositório autorizado. A tanto não equivale a citação do Diário de Justiça em que tenha sido publicado o aresto.***
II - Não se configura a divergência entre acórdãos quando um deles adentra o mérito do recurso, apreciando a questão controvertida, enquanto o outro não conhece do recurso especial, sem enfrentar a tese." (REsp 323.880/RS, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo, ***in*** DJ 4/2/2002 - nossos os grifos).

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CITAÇÃO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. ARTIGOS 221 E 603, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. LEI 8.898/94. DESNECESSIDADE DE CITAÇÃO DO RÉU. POSSIBILIDADE DE EMPREGO DE DIÁRIO DE JUSTIÇA. VIOLAÇÃO DE LEI FEDERAL E DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO EVIDENCIADOS. NÃO CONHECIMENTO.
(...)
5. O conhecimento do recurso especial fundado na alínea 'c' do permissivo constitucional requisita, em qualquer caso, a demonstração analítica da divergência jurisprudencial invocada, por intermédio da transcrição dos trechos dos acórdãos que configuram o dissídio e da indicação das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas ou votos (artigo 255, parágrafo 2º, do RISTJ).
6. Recurso não conhecido." (REsp 341.579/SP, da minha Relatoria, ***in*** DJ 25/2/2002).

"Acórdão - Relatório - Procedimento sumaríssimo.
Tratando-se de procedimento sumaríssimo, em que inexiste revisão, o relator da apelação não haverá de, necessariamente, lançar o relatório nos autos, ao pedir dia para julgamento. Poderá fazê-lo oralmente, em sessão, sendo trazido depois para os outros, integrando o acórdão.
Recurso especial - Divergência jurisprudencial.
Feita a citação apenas de ementas, publicadas no Diário da Justiça, não se conhece do recurso quando não se evidencie, de maneira induvidosa, que o entendimento adotado no julgamento abrangeria também a hipótese em exame o que, no caso, só a íntegra do acórdão poderia esclarecer.*"* (REsp 3.725/RJ, Relator Ministro Eduardo Ribeiro, ***in*** DJ 17/9/90 - nossos os grifos).

Pelo exposto, com fundamento no artigo 557, ***caput***, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido,* Relator

(4121)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 664.985 - SP (2005/0040024-5)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: ALDA LOUREIRO
ADVOGADO	: FERNANDO STRACIERI
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CÁTIA CORRÊA MIRANDA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. ARTS. 6 E 26 DA LEI 8.213/91. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SUPOSTA VIOLAÇÃO AO ART. 7º DO DECRETO 89.314/84. NECESSIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 07/STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento, interposto por ALDA LOUREIRO, contra inadmissão, na origem, de recurso especial que atacou acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO - PENSÃO - LEI DA ÉPOCA DO ÓBITO - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO - ERRO DA ADMINISTRAÇÃO
1. Deve-se utilizar, para efeitos de concessão de pensão por morte, a legislação da época do falecimento do segurado, no caso a Consolidação das Leis da Previdência Social (Decreto 89312/84).
2. Para a concessão da pensão por morte, deveria ter sido mantida a qualidade de segurado, o que não se deu no caso em apreço.
3. Mesmo que o INSS, tenha, incorretamente, considerado, para outros dependentes, a condição de segurado, revelando-se esta inexistente, não há como ser esta admitida. O erro da Administração não pode ter efeitos inclusive na esfera do Judiciário.
4. Apelação da autora improvida."

Nas razões do recurso especial, aponta o ora agravante a violação aos arts. 6 e 26 da Lei 8.213/91, e ao artigo 7º do Decreto 89.314/84. Argumenta, em síntese, ter direito à pensão por morte deixada pelo seu marido, pois ele manteve a qualidade de segurado, por somar mais de 120 contribuições mensais.

É o relatório.

Inicialmente, da análise dos autos constata-se que o Tribunal *a quo* não discutiu o tema relativo aos arts 6 e 26 da Lei 8.213/91, não tendo a parte recorrente oposto embargos de declaração para suprir eventual omissão, de modo que a análise desta suposta violação, em recurso especial, esbarra no óbice processual do prequestionamento, nos termos das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO DE RENDA. PRESCRIÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 282 E 356 DO STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO-CONHECIMENTO.HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA N. 7 DO STJ.
1. O prequestionamento dos dispositivos legais tidos como violados é requisito indispensável à admissibilidade do recurso especial.
2. O apelo especial interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional deve atender ao requisito do prequestionamento.
(...)
4. Recurso especial não-conhecido." (REsp 510.780/DF, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, DJ 6/2/2007)

"RECURSO ESPECIAL PELA ALÍNEA "A". PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO QUE INDEFERE CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 522, PARÁGRAFO ÚNICO, 525, I E II, §§ 1º E 2º, 535, II E 604, §§ 1º E 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E 5º, XXIV E 184 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA DE INFRINGÊNCIA AO ARTIGO 535, II, DO CPC. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO-PROVIDO.
(...)
3. Os artigos 522, parágrafo único, 525, I e II, §§ 1º e 2º e 604, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil não foram objeto de debate pelo aresto impugnado, o que inviabiliza o conhecimento do recurso especial em face da ausência de prequestionamento, requisito sine qua non de acesso às Instâncias Superiores.
(...)
6. Recurso especial parcialmente conhecido e não-provido." (RESP 853.649/TO, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, DJ 7/11/2006)

No tocante ao art. 7º do Decreto 89.314/84, a análise da alegação de que o falecido esposo da parte autora cumpriu o requisito de 120 contribuições mensais, para aí manter a qualidade de segurado por 24 meses, depende do revolvimento da matéria fática-probatória, o que não tem lugar em sede recursal especial, diante do óbice da Súmula 07/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

A esse respeito, confira-se o conteúdo dos seguintes julgados:

"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUXÍLIO-ACIDENTE. REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. ART. 130 DO CPC. FACULDADE DO JUIZ.
1. Para constatar se estão preenchidos os requisitos necessários à concessão do auxílio-acidente há necessidade de análise do conjunto fático-probatório dos autos, o que não é possível na via estreita do recurso especial.
2. O indeferimento de pedido de esclarecimento solicitado pela parte ao perito não ofende o art. 130 do CPC tendo em vista que referido dispositivo legal cuida de uma faculdade do juiz, que pode determinar a produção de provas necessárias ou indeferir aquelas que tenha como inúteis ou protelatórias.
3. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 583.575/SP; Rel. Min. PAULO GALLOTTI, SEXTA TURMA, DJ de 2/10/2006)

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. SUSPEITA DE FRAUDE. AUSÊNCIA DO ADEQUADO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. NECESSIDADE DE REEXAME DO QUADRO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 7/STJ.
1. Reconhecida no acórdão impugnado a inexistência de correto procedimento administrativo apto a ocasionar cancelamento ou suspensão do benefício previdenciário, a alegação em sentido contrário, a motivar insurgência especial, requisita exame do acervo fático-probatório, vedado na instância excepcional.
2. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial." (Súmula do STJ, Enunciado nº 7).
3. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 769.406/RJ; Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJ de 19.12.2005)

Diante do exposto, com fundamento no art. 254, I, do RISTJ, nego provimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4122)

RECURSO ESPECIAL Nº 676.230 - RJ (2004/0125959-6)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: UNIÃO
PROCURADOR	: CLAUDIA TEIXEIRA BIZARRO E OUTRO(S)
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: HENRIQUE JUNQUEIRA AYRES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ELZA COELHO DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: ALCIDES DA SILVA NASCIMENTO

EMENTA

RECURSOS ESPECIAIS. ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. RFFSA. PENSÃO POR MORTE. MAJORAÇÃO DA COTA FAMILIAR. APLICAÇÃO IMEDIATA DO ART. 75 DA LEI 8.213/91. PRECEDENTES DESTA CORTE. LEGITIMIDADE PASSIVA DA UNIÃO. LEI Nº 11.483/2007. SEGUIMENTO NEGADO.

DECISÃO

Trata-se de recursos especiais interpostos pelo INSS, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal, e pela UNIÃO, com amparo na alínea "a" do mesmo dispositivo, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região assim ementado:

"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. MUDANÇA DE CRITÉRIO PARA PENSÃO PREVIDENCIÁRIA POR MORTE. ART. 75, LEI Nº 8.213/91. PENSÃO POR MORTE DE EX-FERROVIÁRIO CELETISTA. VIÚVA PENSIONISTA.
1. Diante da alteração da sistemática de cálculo do valor da pensão previdenciária por morte de ex-ferroviário celetista, cabia ao INSS, com base nas informações repassadas pela Rede Ferroviária Federal, rever o valor do benefício pago.
2. Aplicação imediata do disposto no art. 75, "a", da Lei nº 8.213/91, mesmo aos casos de pensões previdenciárias concedidas anteriormente à edição da lei, não havendo que se falar em retroatividade da lei.
3. Apelação conhecida e provida, com a reforma integral da sentença." (fl. 101)

Opostos embargos declaratórios, foram eles rejeitados.

O INSS alega que o acórdão recorrido determinou que o artigo 75 da Lei nº 8.213/91 retroagisse para alcançar o benefício concedido em 10/06/1977, antes da promulgação da Constituição Federal vigente, asseverando que a Quinta Turma do STJ, no julgamento do REsp nº 240.363, firmou o entendimento de que "a alínea "a" do art. 75 da Lei nº 8.213/91 abrange tão somente os benefícios concedidos após a sua vigência" (fl. 133).

A União aduz violação do artigo 75 da Lei nº 8.213/91.

Afirma que as regras das Leis nºs 8.213/91 e 9.032/95, que majoraram a cota familiar das pensões para 80% e 100%, respectivamente, não se aplicam àquelas concedidas antes da promulgação da Carta Magna.

Pugna por sua exclusão do pólo passiva da demanda ante a sua ilegitimidade passiva *ad causam*, argumentando que "o pagamento das complementações pleiteadas (...) seriam de inteira responsabilidade da Previdência Social e da Rede Ferroviária Federal, conforme determina a legislação específica sobre o tema" (fl. 155).

É o relatório.

Tratando-se de relação jurídica continuativa, passível de adequação quando houver modificação no estado de fato ou de direito, é possível a aplicação da nova legislação, porquanto esta não atingirá as parcelas vencidas da prestação, somente as vincendas. É irrelevante, portanto, o fato de a pensão ter sido instituída antes ou após a promulgação da Constituição Federal vigente.

Tendo a recorrida começado a perceber o benefício antes do advento da Lei nº 8.213/91 e estando recebendo-o até o presente momento, aplicável é a majoração prevista no artigo 75 da Lei n. 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 9.032/95, não havendo que se falar em retroação de lei mais benéfica, mas tão-somente na sua aplicação imediata, em respeito à manutenção da isonomia entre os benefícios.

A propósito, confiram-se os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. LEI Nº 9.032/1995. APLICAÇÃO IMEDIATA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.
1. A decisão agravada deve ser mantida pelo que nela se contém, dado que proferida em sintonia com a jurisprudência da Terceira Seção de que a nova redação do art. 75 da Lei n.º 8.213/91, conferida pela Lei n.º 9.032/95, que elevou a pensão por morte previdenciária a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, tem incidência imediata, independentemente da lei vigente na data do fato gerador.
2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no REsp 933.652/SP, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, SEXTA TURMA, DJ 27.08.2007)

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. ALEGAÇÃO DE OFENSA A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. INCOMPETÊNCIA DESTA CORTE. PENSÃO POR MORTE. MAJORAÇÃO DA COTA FAMILIAR. APLICAÇÃO IMEDIATA DO ART. 75 DA LEI Nº 8.213/91. PRECEDENTES. AGRAVO IMPROVIDO.
(...)
2. Reafirme-se que a decisão impugnada baseou-se em jurisprudência pacificada no âmbito da Terceira Seção desta Corte de Justiça, no sentido de ser aplicável, aos benefícios concedidos antes da Lei nº 8.213/91, a majoração elencada em seu art. 75, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.032/95.
3. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 731.911/PE, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, .DJ 25.06.2007)

"PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PENSÃO POR MORTE. BENEFÍCIO CONCEDIDO ANTES DA CF/88. MAJORAÇÃO DE QUOTA FAMILIAR. LEI Nº 8.213/91. APLICAÇÃO. POSSIBILIDADE. EMBARGOS ACOLHIDOS.
1. A eg. Terceira Seção, pelas Turmas que a compõem, consolidou entendimento no sentido da possibilidade de majoração da cota familiar dos benefícios de pensão por morte concedidos sob a égide da legislação pretérita.
2. Aplica-se o art. 75 da Lei n. 8.213/91, na redação dada pela Lei nº 9.032/95, a todos os benefícios previdenciários, mesmo no tocante aos concedidos antes de sua vigência, sem que isso configure, a rigor, retroação de lei mais benéfica, mas apenas seu alcance às situações dos que se encontram em idêntico estado de fato.
3. Embargos de divergência acolhidos." (EREsp 273.866/SP, Rel. Min. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, TERCEIRA SEÇÃO, DJ 14.03.2005)

No tocante à ilegitimidade passiva da União, a insurgência também não merece ser acolhida. Com a edição da Lei nº 11.483/07 a União passou suceder a Rede Ferroviária em todas as ações judiciais, excetuando os feitos trabalhistas, onde o caso dos autos não se enquadra.
Diante do exposto, com fundamento no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil, nego seguimento aos recursos especiais.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4123)

RECURSO ESPECIAL Nº 696.427 - RN (2004/0148881-0)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE UFRN
PROCURADOR	: FABIANO ANDRÉ DE SOUZA MENDONÇA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ROBERTO GONÇALVES DE AZEVEDO E OUTROS
ADVOGADO	: MIGUEL JOSINO NETO E OUTRO(S)

DECISÃO

Recurso especial interposto pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado, na parte que interessa à espécie:
"CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. ADICIONAL NOTURNO. RECEBIMENTO INDEVIDO. PODER-DEVER DA ADMINISTRAÇÃO DE CORRIGIR SEUS ERROS. BOA-FÉ. DEVOLUÇÃO DOS VALORES. INDEVIDA.
(...)
Os valores pretéritos percebidos de boa-fé, a título de horas-extraordinárias, não devem ser descontados do servidor, pois que percebidos por interpretação errônea da Administração.
(...)" (fl. 242).
Alega a recorrente, em suma, que os valores recebidos indevidamente, independentemente da boa-fé dos servidores, devem ser restituídos ao erário, sob pena de enriquecimento ilícito.
Além da divergência jurisprudencial, a violação do artigo 116 da Lei nº 8.112/90 funda a insurgência especial.
Recurso tempestivo (fl. 252), não respondido (fl. 259v) e admitido (fl. 260).
Tudo visto e examinado, decido.
É certo que esta Corte Superior de Justiça firmara sua jurisprudência no sentido de afirmar a legitimidade das reposições ao erário dos valores pagos indevidamente.
Ocorre, todavia, que este Superior Tribunal de Justiça, revendo seu entendimento anterior, registra já precedentes no sentido do incabimento da reposição dos valores pagos indevidamente pela Administração Pública em virtude de inadequadas interpretação e aplicação da lei, em face da presunção da boa-fé dos servidores no recebimento dos valores, valendo invocar, a propósito de tanto, os seguintes julgados:
"ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. SERVIDORES PÚBLICOS. ERRÔNEA INTERPRETAÇÃO LEGAL POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO. DEVOLUÇÃO. VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE. BOA-FÉ. IMPOSSIBILIDADE.
Firmou-se o entendimento, a partir do julgamento do REsp 488.905/RS por esta Quinta Turma, no sentido da inviabilidade de restituição dos valores pagos erroneamente pela Administração em virtude de desacerto na interpretação ou má aplicação da lei, quando verificada a boa-fé dos servidores beneficiados.
Agravo regimental desprovido." (AgRgREsp nº 612.101/RN, Relator Ministro Felix Fischer, ***in*** DJ 1°/7/2005).

"ADMINISTRATIVO. E PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO MONOCRÁTICA. POSSIBILIDADE DO RELATOR NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO COM BASE NO ART. 557 DO CPC. SERVIDOR PÚBLICO. VALORES INDEVIDOS PAGOS PELA ADMINISTRAÇÃO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. INVIABILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.
I - Nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, o referido artigo autoriza o relator a negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com jurisprudência dominante no respectivo tribunal. Assim sendo, não existe a irregularidade apontada.
II - O Superior Tribunal de Justiça vinha se manifestando no sentido de que a Administração Pública, após constatar que estava procedendo erroneamente o pagamento de valores, podia efetuar a correção do ato administrativo, de forma a suspender tal pagamento, bem como proceder ao desconto das diferenças recebidas indevidamente pelo servidor.
III - Em recentes julgados a Eg. Quinta Turma, revendo o posicionamento anterior, entendeu que diante da presunção de boa-fé no recebimento de valores pelo servidor, incabível é a restituição do pagamento efetuado erroneamente pela Administração. Precedentes.
IV - Agravo interno desprovido." (AgRgREsp nº 729.834/RN, Relator Ministro Gilson Dipp, ***in*** DJ 23/5/2005).
Confiram-se, ainda, nesse sentido, os seguintes precedentes jurisprudenciais:
"RECURSO ESPECIAL. APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR APOSENTADO. VALORES PAGOS A MAIOR PELA ADMINISTRAÇÃO. ART. 46 DA LEI 8.112/90. BOA-FÉ DO BENEFICIADO. RESTITUIÇÃO. INVIABILIDADE.
1. Consoante recente posicionamento desta Corte Superior de Justiça, é incabível o desconto das diferenças recebidas indevidamente pelo servidor, em decorrência de errônea interpretação ou má aplicação da lei pela Administração Pública, quando constatada a boa-fé do beneficiado. Precedentes.
2. Recurso desprovido." (REsp n° 645.165/CE, Relatora Ministra Laurita Vaz, ***in*** DJ 28/3/2005).

"ADMINISTRATIVO. REAJUSTES SALARIAIS EFETUADOS INDEVIDAMENTE PELA ADMINISTRAÇÃO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. INVIABILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.
I - O Superior Tribunal de Justiça vinha se manifestando no sentido de que a Administração Pública, após constatar que estava procedendo erroneamente o pagamento de valores, podia efetuar a correção do ato administrativo, de forma a suspender tal pagamento, bem como proceder ao desconto das diferenças recebidas indevidamente pelo servidor.
II - Em recente julgado a Eg. Quinta Turma, revendo o posicionamento anterior, entendeu que diante da presunção de boa-fé no recebimento de gratificação pelo servidor, incabível é a restituição do pagamento efetuado erroneamente pela Administração. Precedente.
III - Agravo interno desprovido" (AgRgREsp n° 675.260/CE, Relator Ministro Gilson Dipp, ***in*** DJ 7/3/2005).

"RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS. PISO SALARIAL DE ENGENHEIROS. ERRÔNEA INTERPRETAÇÃO LEGAL POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO. DEVOLUÇÃO. VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE. ART. 46 DA LEI Nº 8.112/90. BOA-FÉ. IMPOSSIBILIDADE.
Firmou-se o entendimento, a partir do julgamento do REsp 488.905/RS por esta e. Quinta Turma, no sentido da inviabilidade de restituição dos valores pagos erroneamente pela Administração em virtude de desacerto na interpretação ou má aplicação da lei, quando verificada a boa-fé dos servidores beneficiados.
Recurso desprovido." (REsp nº 598.395/SC, Relator Ministro Felix Fischer, ***in*** DJ 29/11/2004).

"RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDORES. GRATIFICAÇÃO. RECEBIMENTO INDEVIDO EFETUADO PELA ADMINISTRAÇÃO POR SUA RESPONSABILIDADE. BOA-FÉ NO RECEBIMENTO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES. DESCONTO EM FOLHA. INVIABILIDADE.
Ante a presunção de boa-fé no recebimento da Gratificação em referência, descabe a restituição do pagamento indevido feito pela Administração em virtude de errônea interpretação ou má aplicação da lei.
Recurso desprovido" (REsp nº 488.905/RS, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, ***in*** DJ 13/9/2004).
Outro não foi o entendimento do acórdão recorrido.
Tem incidência, assim, na espécie, o enunciado nº 83 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça, verbis:
"Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida."
Pelo exposto, com fundamento no artigo 557, ***caput***, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministro ***Hamilton Carvalhido***, Relator

(4124)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 706.203 - SP (2005/0150367-0)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: LUIZ ANTONIO DE SOUZA
ADVOGADO	: IVANIR CORTONA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: HERMES ARRAIS ALENCAR E OUTRO(S)

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 20, § 2º, DA LEI 8.880/94. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 282/STF E 356/STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra inadmissão, na origem, de recurso especial manejado com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, que atacou acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado:

"Os parâmetros do cálculo são definidos no início da execução. Desse forma, se utilizados determinados índices na conta inicial não cabe, no refazimento desta, o uso de critério diverso daquele já adotado".

O agravante, nas razões do recurso especial, aponta violação ao art. 20, § 2º, da Lei 8.880/94, que determinou o reajustamento do benefício pela variação integral do IRSM de janeiro e fevereiro de 1994. Aduz, de outra parte, dissídio jurisprudencial com julgados desta Corte, que decidiram a questão da inclusão dos expurgos inflacionários em favor dos segurados da previdência social de forma diversa.
É o relatório.
Inicialmente, em relação ao art. 20, § 2º, da Lei 8.880/94 , verifica-se que a matéria referente a esse dispositivo não foi objeto de exame pelo Tribunal *a quo*, não tendo a parte recorrente oposto embargos declaratórios para suprir eventual omissão, tendo sido a questão invocada apenas nas razões do recurso especial. Desse modo, em virtude da ausência de prequestionamento da questão, impõe-se a aplicação ao caso das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal, respectivamente *in verbis*:

"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."

"O ponto omisso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento."

De outra parte, no que concerne à alínea "c" do permissivo constitucional, infere-se que o recorrente apenas transcreveu ementas de julgados que entende favoráveis à sua tese, sem realizar o necessário cotejo analítico entre a fundamentação contida nos precedentes dos mencionados paradigmas e no aresto recorrido.
Dessa forma, tampouco merece prosperar o recurso no que se refere ao dissídio jurisprudencial, como se observa da leitura das seguintes ementas:

"PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO DA ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PIS E COFINS. ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI 9.718/98. CONCEITO DE FATURAMENTO. INCONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTES.
(...)
2. O conhecimento do recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional exige a demonstração da alegada divergência na forma dos arts. 541 do CPC e 255 do RISTJ, isto é, com o cotejo analítico dos julgados, indicando-se as circunstâncias de fato e de direito que os assemelham ou identificam. Na hipótese dos autos, inexiste cotejo analítico entre os julgados
(...)
7. Recurso especial a que se dá parcial provimento." (REsp 828.106/SP, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ 15/5/2006)

"ADMINISTRATIVO, CIVIL E PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL - ALÍNEAS "A" E "C" - RESPONSABILIDADE CIVIL DE CONCESSIONÁRIA DO PODER PÚBLICO - DENUNCIAÇÃO DA LIDE DE SEGURADORA - CONTRATO DE TRANSPORTE - DANOS CAUSADOS À PASSAGEIRA - CONDENAÇÃO - DANOS MORAIS E MATERIAIS - SUCUMBÊNCIA - ART. 21 DO CPC - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL - NÃO-CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PARA SUA DEMONSTRAÇÃO.
(...)
3. Divergência jurisprudencial. Inviável o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" quando a parte deixa de cumprir as formalidades exigidas no art. 541, parágrafo único, do Código de Ritos e 255 do RISTJ no que concerne à comprovação do dissídio jurisprudencial, limitando-se à transcrição do acórdão paradigma, sem proceder ao necessário cotejo analítico.
Recurso especial parcialmente conhecido e nesta parte improvido." (REsp 726.576/CE, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJ 31/10/2006).

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE, NO CASO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO INEXISTENTE. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. REEXAME DE PROVAS IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO NÃO REALIZADO. SUPORTE FÁTICO DESSEMELHANTE. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO.
(...)
4. Para a comprovação da alegada divergência jurisprudencial, cabe ao recorrente provar o dissenso por meio de certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório, oficial ou credenciado, em que tiver sido publicada a decisão divergente, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos em confronto, nos termos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e 255, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça. Hipótese em que, ademais, o suporte fático apresentado mostra-se dessemelhante.
5. Recurso especial conhecido e improvido." (REsp 705.744/RS, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 5/12/2005)

Diante do exposto, com fundamento nos artigo 254, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4125)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 707.509 - SP (2004/0170794-0)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
AGRAVANTE	: BENEDITO TADEU AZEITUNO
ADVOGADO	: ROBERTO CASTILHO
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ANA LÚCIA DE FÁTIMA BASTOS ESTEVÃO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por BENEDITO TADEU AZEITUNO contra decisão monocrática proferida aos fls. 196/199.
Historiam os autos que BENEDITO TADEU AZEITUNO ajuizou ação em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, postulando a concessão de auxílio-acidente (fls. 02/03).
O MM. Juiz julgou extinto o processo, sem julgamento do mérito, nos termos do inciso VI do artigo 267 do Código de Processo Civil.
Irresignado, o autor interpôs recurso de apelação aos fls 96/101.
A autarquia federal apresentou contra-razões aos fls. 126/132.
A e. Oitava Câmara do Tribunal de origem, por unanimidade, negou provimento à apelação, em acórdão assim ementado, q.v., *verbi gratia*:
"ACIDENTE DO TRABALHO - INACUMULATIVIDADE DE BENEFÍCIOS - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.
Ação ajuizada após a vigência da Lei nº 9.528/97. Inadmissibilidade de cumulação de aposentadoria, já percebida, com o auxílio-acidente. Carência da ação. Sentença de extinção sem julgamento do mérito mantida.
Recurso improvido." (fls. 147.)
Inconformado, interpôs recurso especial alegando, além de divergência jurisprudencial, violação dos artigos 124, 86, §§ 1º, 2º, 3º, da Lei 8.213/91, com as alterações da Lei 9.032/95.
Requereu a anulação do v. acórdão para que fosse determinado o julgamento do mérito da ação.
Sem contra-razões, conforme certidão aos fls. 186, foi o recurso especial admitido pela Corte de origem aos fls. 190/191.
Aos fls. 196/199, foi negado seguimento ao recurso especial, nos termos do artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil, em decisão assim ementada, *verbis*:
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA E AUXÍLIO ACIDENTE. LESÃO ACIDENTÁRIA POSTERIOR À LEI 9.258/97. CUMULAÇÃO VEDADA.
Consoante entendimento firmado pela 3ª Seção desta Corte, o § 2º do art. 86, da Lei 8.213/91, com redação dada pela Lei 9.258/97, impede a cumulação de qualquer aposentadoria com auxílio-acidente.
Recurso especial a que se nega seguimento." (fls. 196.)
Irresignada, a parte interpõe agravo regimental.
Alega que a decisão agravada, fundada na aplicação da Lei 9.528/97, se mostra inaplicável à espécie, vez que não estava em vigor quando da ocorrência da moléstia profissional incapacitante.
Argumenta que, *in verbis*:
"à época da edição da Lei nº 9.528/97, o trabalhador já era portador da moléstia incapacitante, de modo que a alteração da legislação não pode retroagir para prejudicar um direito já incorporado ao patrimônio do obreiro (...)" (fls. 215).
Requer a reforma da decisão agravada com o conseguinte provimento do recurso especial.
É o relatório.
O v. acórdão recorrido consignou que, *verbis*:
"Ajuizada a ação acidentária na vigência da Lei nº 9.528/97 (10 de abril de 2000 - fls. 02), que alterou o artigo 86, § 2º, da Lei nº 8.213/91, expressamente vedada está a cumulação do auxilio acidente com a aposentadoria." (fls. 149.)
Entretanto, este Superior Tribunal de Justiça já decidiu que se a moléstia acidentária acometeu o trabalhador antes da vigência da Lei nº 9.528/97, não se revela aplicável a proibição de se acumular o auxílio-acidente com a aposentadoria.
Nesse sentido, *q.v., verbi gratia*:
PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE E APOSENTADORIA. CUMULAÇÃO. MOLÉSTIA SURGIDA ANTES DA LEI 9.528/97. POSSIBILIDADE.
1. Conforme matéria já pacificada pela Terceira Seção deste Tribunal, tendo a moléstia acidentária acometido o autor antes da vigência da Lei 9.528/97, que proibe a cumulação do auxílio-acidente com qualquer aposentadoria, em respeito ao princípio do tempus regit actum, deve ser garantida a percepção dos benefícios pleiteados.
2. Embargos de divergência acolhidos para negar provimento ao recurso especial." (EREsp 481.921/SP, Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, DJ 29.05.2006.)
Assim sendo, é possível verificar que as condições da ação, interesse de agir e possibilidade jurídica do pedido se fazem presentes, não se configurando o óbice observado pela r. sentença e pelo v. acórdão para a extinção do feito sem julgamento do mérito.
Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo regimental para, PROVENDO o recurso especial, determinar que os autos retornem ao juízo de primeiro grau e seja julgado o mérito.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4126)

RECURSO ESPECIAL Nº 710.684 - RS (2004/0177323-0)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO	: RODRIGO BARBOSA DE SOUZA
ADVOGADO	: ADRIANA BIRNFELD PRAETZEL - DEFENSORA PÚBLICA

DECISÃO

PENAL. TENTATIVA DE FURTO EM ESTABELECIMENTO COMERCIAL DOTADO DE SISTEMA DE SEGURANÇA. CRIME IMPOSSÍVEL NÃO CONFIGURADO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE.
1. É pacífico o entendimento jurisprudencial desta Corte de que o sistema de vigilância instalado em estabelecimento comercial, apesar de dificultar a prática de furtos no seu interior, não é capaz de impedir, por si só, a ocorrência do fato delituoso, não autorizando o reconhecimento do crime impossível.
2. Como observado pelo Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC nº 84.412-0/SP, para o reconhecimento do princípio da insignificância, deve-se estar diante da mínima ofensividade da conduta do agente, de nenhuma periculosidade social da ação, de reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e da inexpressividade da lesão jurídica provocada.
3. O reconhecimento de tais pressupostos demanda o minucioso exame de cada caso sob julgamento, não se mostrando possível nem razoável a criação de estereótipos, tal como a fixação antecipada de valor aquém do qual se estaria diante da incidência do princípio, que é de caráter excepcional, mostrando-se de rigor a verificação cuidadosa da presença desses elementos para evitar a vulgarização da prática de delitos.
4. Para as hipóteses de subtração de bem de pequeno valor, o legislador criou a figura do furto privilegiado, prevista no § 2º do art. 155 do Código Penal, que não se confunde com a conduta atípica, penalmente irrelevante.
5. Tratando-se de furto de mercadorias em supermercado com o emprego de comportamento visando à subtração, vale dizer, o pagamento de produtos no caixa e a colocação da **res furtiva** em sacola particular, não é de se falar em mínima ofensividade da conduta, revelando o comportamento do agente periculosidade social e certo grau de reprovabilidade, inaplicável, destarte, o princípio da insignificância.
6. Recurso especial provido.

Cuida-se de recurso especial interposto pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça.
Os autos dizem que Juiz de primeiro grau rejeitou a denúncia oferecida contra Rodrigo Barbosa de Souza pela prática do delito previsto no art. 155, **caput**, na forma do art. 14, II, ambos do Código Penal, com base no art. 43, I, do Código de Processo Penal.
Inconformado, apelou o **parquet**, tendo o Tribunal de origem, por unanimidade de votos, negado provimento ao recurso, ao entendimento de que a tentativa de furto em estabelecimento comercial dotado de sistema de vigilância caracteriza crime impossível. Afirmou, ainda, ser aplicável ao caso o princípio da insignificância, diante do pequeno valor das coisas subtraídas.
Daí o especial, no qual se alega, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 14, II e 17, ambos do Código Penal, sustentando que não configura crime impossível o furto praticado sob vigilância da vítima e que não é possível a aplicação ao caso do princípio da insignificância.
A Subprocuradoria-Geral da República opina pelo não conhecimento do recurso.
A irresignação merece acolhida.
É pacífico o entendimento jurisprudencial desta Corte de que o sistema de vigilância instalado em estabelecimento comercial, a despeito de dificultar a prática de furtos no seu interior, não é capaz de impedir, por si só, a ocorrência do fato delituoso, não autorizando o reconhecimento do crime impossível.
Vejam-se:

A *- "RECURSO ESPECIAL. PENAL. FURTO EM SUPERMERCADO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. SEGURANÇA POR MEIO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA. CRIME IMPOSSÍVEL. ABSOLUTA INEFICÁCIA DO MEIO EMPREGADO. NÃO CONFIGURAÇÃO.*
1. Esta Corte firmou entendimento em sentido de que não basta o valor ínfimo da ***res furtiva*** *para a configuração do princípio da insignificância, devendo haver observância de outros fatores, como as condições financeiras da vítima, a lesividade da conduta e a vida pregressa do acusado. Precedentes.*
2. A presença de sistema eletrônico de vigilância no estabelecimento comercial não torna o agente completamente incapaz de consumar o furto, logo não há que se afastar a punição, a ponto de reconhecer configurado o crime impossível, pela absoluta ineficácia dos meios empregados. Precedentes.
3. Recurso provido."
(REsp nº 751.156/RS, Relatora a Ministra ***LAURITA VAZ****, DJU de 13/11/2006)*

B *- "RECURSO ESPECIAL. PENAL. TENTATIVA DE FURTO EM SUPERMERCADO. DELITO PRATICADO SOB VIGILÂNCIA. CRIME IMPOSSÍVEL NÃO CONFIGURADO.*
RECURSO PROVIDO PARA RESTABELECER A SENTENÇA CONDENATÓRIA. OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL. "
(REsp nº 508.224/RS, Relator o Ministro ***HÉLIO QUAGLIA BARBOSA****, DJU de 9/5/2005)*

C *- "RECURSO ESPECIAL. PENAL. FURTO EM SUPERMERCADO. SISTEMAS DE SEGURANÇA. CONFIGURADA A VIOLAÇÃO. ART. 17. CONFIGURAÇÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.*
Não obstante o estabelecimento comercial estar equipado com sistemas de segurança, não se exclui a possibilidade de lesão.
Os sistemas de vigilância são auxiliares do estabelecimento comercial no combate aos delitos, não garantindo, de forma peremptória, que certos crimes jamais ocorrerão.
Recurso provido."
(REsp nº 633.656/RS, Relator o Ministro ***JOSÉ ARNALDO DA FONSECA****, DJU de 8/11/2004)*

No caso, o Tribunal de origem entendeu estar configurado o crime impossível, anotando:
"Nego provimento ao recurso.
Esta câmara já decidiu:

'Tentativa de furto de mercadorias em supermercado. Rejeição de denúncia. Crime impossível. Agentes que, ao tentarem sair do estabelecimento comercial, foram abordados com os objetos subtraídos, após terem os seus movimentos controlados pelos mecanismos de segurança da loja. Fato penalmente irrelevante. Apelo ministerial improvido.'
(Apelação Criminal nº 70007299704. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Sexta Câmara Criminal. Rel. Des.: Paulo Moacir Aguiar Vieira, j. em 4/3/2004)

'Denúncia rejeitada. Tentativa de furto em supermercado. Crime impossível.
Segurança vigia consumidor de supermercado no momento que ele coloca frascos de xampus na cintura, abordando-o somente na portaria quando saía com os objetos sem efetuar pagamento. Crime impossível caracterizado, diante da impossibilidade de consumação do delito pelo acompanhamento dos movimentos do acusado dentro do supermercado.
Apelo improvido. Por maioria.'
(Apelação Criminal nº 70004355962. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Sexta Câmara Criminal. Rel. Des.: Alfredo Foerster, j. em 14/10/2002) " (fls. 55/56)

Com se vê, a acórdão recorrido não está afinado com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
Ademais, o delito somente não se consumou por circunstâncias alheias à vontade do recorrido, que foi abordado na saída do estabelecimento, na posse dos objetos subtraídos, pelos seguranças do estabelecimento.
Em outro giro, embora atualmente, em razão do alto índice de criminalidade e da conseqüente intranqüilidade social, o Direito Penal brasileiro venha apresentando características mais intervencionistas, persiste o seu caráter fragmentário e subsidiário, dependendo a sua atuação da existência de ofensa a bem jurídico relevante, não defendido de forma eficaz por outros ramos do direito, de maneira que se mostre necessária a imposição da sanção penal.

Nesse sentido, em determinadas hipóteses, aplicável o princípio da insignificância, que, como assentado pelo Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC nº 84.412-0/SP, deve ter em conta a mínima ofensividade da conduta do agente, a nenhuma periculosidade social da ação, o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

A meu ver, o reconhecimento de tais pressupostos demanda o minucioso exame de cada caso sob julgamento, não se mostrando possível nem razoável a criação de estereótipos, tal como a fixação antecipada de valor aquém do qual se estaria diante da incidência do princípio, que é de caráter excepcional, mostrando-se de rigor a verificação cuidadosa da presença desses elementos para evitar a vulgarização da prática de delitos.

De remarcar com destaque que, para as hipóteses de subtração de bem de pequeno valor, o legislador criou a figura do furto privilegiado, prevista no § 2º do art. 155 do Código Penal, que não se confunde com a conduta atípica, penalmente irrelevante.

Vejam-se os precedentes:

A *- "**HABEAS CORPUS**. TENTATIVA DE FURTO EM SUPERMERCADO. OBJETO DE PEQUENO VALOR (TRÊS LATAS DE CERA AVALIADAS EM R$ 31,98). INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE.*

1. A conduta perpetrada pelo agente não pode ser considerada irrelevante para o direito penal. O delito em tela - tentativa de furto de três latas de cera de um supermercado, avaliadas em R$ 31,98 -, muito embora não expresse intensa agressão ao patrimônio da vítima, não se insere na concepção doutrinária e jurisprudencial de crime de bagatela.

2. No caso do furto, não se pode confundir bem de pequeno valor com de valor insignificante. Este, necessariamente, exclui o crime em face da ausência de ofensa ao bem jurídico tutelado, aplicando-se-lhe o princípio da insignificância; aquele,

eventualmente, pode caracterizar o privilégio insculpido no § 2º do art. 155 do Código Penal, já prevendo a Lei Penal a possibilidade de pena mais branda, compatível com a pequena gravidade da conduta.

3. A subtração de mercadorias, cujo valor não pode ser considerado ínfimo, não pode ser tido como um indiferente penal, na medida em que a falta de repressão de tais condutas representaria verdadeiro incentivo a pequenos delitos que, no conjunto, trariam desordem social.

4. Ordem denegada."

*(HC nº 47.247/MS, Relator a Ministra **LAURITA VAZ**, DJU de 12/6/2006)*

B *- "CRIMINAL. RHC. FURTO QUALIFICADO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ATIPICIDADE DA CONDUTA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. ESTÍMULO À PRÁTICA REITERADA DE PEQUENOS DELITOS. RÉU PRIMÁRIO. BEM DE PEQUENO VALOR. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA. DESCLASSIFICAÇÃO PARA FURTO SIMPLES. RECONHECIMENTO DO PRIVILÉGIO. RECURSO DESPROVIDO. **HABEAS CORPUS** CONCEDIDO DE OFÍCIO.*

I. Hipótese na qual o paciente, juntamente com outro co-réu, teria, em tese, furtado um interfone residencial, avaliado em cinqüenta reais, motivo pelo qual requer a aplicação do princípio da insignificância, com o conseqüente trancamento da ação penal contra ele instaurada.

II. A verificação da lesividade mínima da conduta, apta a torná-la atípica, deve levar em consideração a importância do objeto material subtraído, a condição econômica do sujeito passivo, assim como as circunstâncias e o resultado do crime, a fim de se determinar, subjetivamente, se houve ou não relevante lesão ao bem jurídico tutelado.

III. Ao considerar o delito como de bagatela, permitindo-se a incidência do princípio da insignificância ao caso, em virtude da obtenção de vantagem de pequeno valor monetário, o Estado acabaria estimulando a prática reiterada de pequenos delitos. Precedente.

IV. Descabido o pleito de trancamento da ação penal instaurada em desfavor do paciente, pois, em virtude do bem subtraído não possuir ínfimo valor, não se trata de delito de bagatela, não sendo aplicado ao caso o princípio da insignificância.

V. Os furtos de pequeno valor não podem ser equiparados àqueles praticados por agentes que possuem personalidade voltada para a prática delituosa, ou àqueles que praticam furtos vultosos.

VI. Superveniência de desclassificação para furto simples operada pelo Juízo singular.

VII. Tratando-se de réu primário e de bem de pequeno valor, ocorrida a desclassificação do crime de furto qualificado para a figura típica simples, pode-se aplicar o dispositivo legal a respeito do furto privilegiado.

VIII. Deve ser reconhecida a ocorrência do furto privilegiado na hipótese, com a conseqüente readeqüação da pena imposta ao paciente.

*IX. Recurso desprovido. **Habeas Corpus** concedido de ofício, nos termos do voto do Relator."*

*(RHC nº 17892/DF, Relator o Ministro **GILSON DIPP**, DJU de 19/12/2005*)

E do Supremo Tribunal Federal:

A *- "**HABEAS CORPUS**. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE LESÃO A BEM JURIDICAMENTE PROTEGIDO, EM ORDEM A JUSTIFICAR A PENA FIXADA. PEDIDO DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGINIFICÂNCIA.*

O princípio da insignificância, vetor interpretativo do tipo penal, é de ser aplicado tendo em conta a realidade brasileira, de modo a evitar que a proteção penal se restrinja aos bens patrimoniais mais valiosos, ordinariamente pertencentes a uma pequena camada da população. A aplicação criteriosa do postulado da insignificância contribui, por um lado, para impedir que a atuação estatal vá além dos limites do razoável no atendimento do interesse público. De outro lado, evita que condutas atentatórias a bens juridicamente protegidos, possivelmente toleradas pelo Estado, afetem a viabilidade da vida em sociedade. O parâmetro para aplicação do princípio da insignificância, de sorte a excluir a incriminação em caso de objeto material de baixo valor, não pode ser exclusivamente o patrimônio da vítima ou o valor do salário mínimo, pena de ensejar a ocorrência de situações absurdas e injustas. No crime de furto, há que se distinguir entre infração de ínfimo e de pequeno valor, para efeito de aplicação da insignificância. Não se discute a incidência do princípio no tocante às infrações ínfimas, devendo-se, entretanto, aplicar-se a figura do furto privilegiado em relação às de pequeno valor. Habeas corpus indeferido."

*(HC nº 84.424/SP, Relator o Min. **CARLOS BRITTO**, DJU de 7/10/2005)*

B *- "PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA - IDENTIFICAÇÃO DOS VETORES CUJA PRESENÇA LEGITIMA O RECONHECIMENTO DESSE POSTULADO DE POLÍTICA CRIMINAL - CONSEQÜENTE DESCARACTERIZAÇÃO DA TIPICIDADE PENAL EM SEU ASPECTO MATERIAL - DELITO DE FURTO - CONDENAÇÃO IMPOSTA A JOVEM DESEMPREGADO, COM APENAS 19 ANOS DE IDADE - **RES FURTIVA** NO VALOR DE R$ 25,00 (EQUIVALENTE A 9,61% DO SALÁRIO MÍNIMO ATUALMENTE EM VIGOR) - DOUTRINA - CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA JURISPRUDÊNCIA DO STF - PEDIDO DEFERIDO. O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA QUALIFICA-SE COMO FATOR DE DESCARACTERIZAÇÃO MATERIAL DA TIPICIDADE PENAL.*

*O princípio da insignificância - que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. Doutrina. Tal postulado - que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada - apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público. O POSTULADO DA INSIGNIFICÂNCIA E A FUNÇÃO DO DIREITO PENAL: '**DE MINIMIS, NON CURAT PRAETOR**'. - O sistema jurídico há de considerar a relevantíssima circunstância de que a privação da liberdade e a restrição de direitos do indivíduo somente se justificam quando estritamente necessárias à própria proteção das pessoas, da sociedade e de outros bens jurídicos que lhes sejam essenciais, notadamente naqueles casos em que os valores penalmente tutelados se exponham a dano, efetivo ou potencial, impregnado de significativa lesividade. O direito penal não se deve ocupar de condutas que produzam resultado, cujo desvalor - por não importar em lesão significativa a bens jurídicos relevantes - não represente, por isso mesmo, prejuízo importante, seja ao titular do bem jurídico tutelado, seja à integridade da própria ordem social.*

*(HC nº 84.412/SP, Relator o Min. **CELSO DE MELLO**, DJU de 19/11/2004)*

No caso, trata-se da tentativa de furto de mercardorias em supermercado com o emprego de comportamento visando à subtração, vale dizer, o pagamento de produtos no caixa e a colocação da **res furtiva** em sacola particular, não é de se falar em mínima ofensividade da conduta, revelando o comportamento do agente periculosidade social e certo grau de reprovabilidade, inaplicável, destarte, o princípio da insignificância.

6. Recurso especial provido.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para, afastadas a configuração de crime impossível e a incidência do princípio da insignificância, determinar o retorno dos autos ao Juízo de origem para o exame da denúncia oferecida contra o recorrido.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4127)

RECURSO ESPECIAL Nº 716.301 - PR (2005/0010258-2)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MARCOS EDUARTE REOLON E OUTRO(S)
RECORRIDO	: OLIMPIO KAFFER
ADVOGADO	: CLAUDIOMIR FONSECA VINCENSI E OUTRO(S)

DECISÃO

Recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. URBANO. REQUISITOS. FILIAÇÃO ANTERIOR AO ADVENTO DA LEI 8.213/91. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. CONTAGEM RECÍPROCA. POSSIBILIDADE.

1. São requisitos para a concessão do benefício de aposentadoria etária, a idade mínima de 60 anos para o sexo feminino ou 65 anos para o masculino, bem como a carência exigida na data em que implementado o requisito etário.

2. A filiação ao regime da previdência antes do advento da Lei nº 8.213/91, independentemente da perda da qualidade de segurado, exige a aplicação da regra transitória insculpida no art. 142 da referida Lei.

3. Não há que se falar em perda da qualidade de segurado quando o requerente estiver vinculado a regime jurídico diverso e, após, filiar-se ao Regime Geral, sob cuja égide veio a cumprir a carência exigida em lei, atingindo a idade em momento posterior.

4. A utilização de fração do tempo de serviço em que o segurado esteve vinculado a regime estatutário para averbação no RGPS, a fim de obter a aposentadoria, não encontra óbice na legislação previdenciária, que prevê a contagem recíproca no art. 96 da Lei 8.213/91.

5. O ente responsável pela concessão do benefício é aquele a que o requerente estiver filiado quando do requerimento do benefício, in casu, o Regime Geral da Previdência Social. Fica facultado, contudo, a competente compensação dos valores pagos pelo requerente aos outros regimes aos quais esteve vinculado.

6. A correção monetária de débitos previdenciários incide a partir do vencimento de cada parcela, segundo o disposto no § 1º do art. 1º da Lei nº 6.899/81.

7. Os juros de mora devem ter sua remuneração fixada em 1% ao mês.

8. Por prestações vincendas, base de cálculo da verba honorária, deve-se entender-se tão-somente as parcelas devidas até a sentença (Súm. 111, STJ).

9. Isenção de custas processuais, a teor do disposto no art. 4º da Lei nº 9.289, de 04/07/96." (fl. 92).

Opostos embargos declaratórios, foram estes rejeitados (fl. 104).

A insurgência especial está fundada na violação dos artigos 535, inciso II, do Código de Processo Civil, 94 da Lei nº 8.213/91 e 10 da Lei nº 9.717/98.

Sustenta o recorrente que o acórdão recorrido foi omisso, uma vez que deixou de *"(...) esclarecer questão essencial à resolução da lide, **qual seja, a necessidade de ser observado os artigos 94 da Lei 8.213/91 e 10 da Lei 9.717/98**."* (fl. 108).

Alega, ainda, que o acórdão recorrido errou ao escolher o sistema em que se dará a compensação financeira, eis que *"(...) a lei determina que seja responsável o sistema em que esteja vinculado o segurado, enquanto que o TRF4 entendeu que pode ser um sistema diverso (no caso, o RGPS)."* (fl. 111).

Recurso tempestivo (fl. 106), não-respondido (fl. 114) e admitido (fl. 115v).

Tudo visto e examinado, decido.

Dispõe o artigo 535 do Código de Processo Civil que:

"Art. 535. Cabem embargos de declaração quando:

*I - **houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;***

II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal." (nossos os grifos).

A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no entendimento de que deve a parte vincular a interposição do recurso especial à violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, quando, mesmo após a oposição de embargos declaratórios, o tribunal ***a quo*** persiste em não decidir questões que lhe foram submetidas a julgamento, por força do princípio ***tantum devolutum quantum appellatum*** ou, ainda, quando persista desconhecendo obscuridade ou contradição argüidas como existentes no ***decisum***.

E, em estando configurada a violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, impõe-se a declaração de nulidade do acórdão que apreciou os embargos declaratórios, a fim de que os vícios no ***decisum*** sejam sanados.

Nesse sentido, vale conferir o seguinte precedente jurisprudencial:

"PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO - JULGAMENTO - OMISSÃO ACERCA DE QUESTIONAMENTO SUSCITADO NAS RAZÕES RECURSAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS COM O OBJETIVO DE PREQUESTIONAMENTO - REJEIÇÃO - FUNDAMENTO INCONSISTENTE - VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC.

Suscitada, nas razões recursais da apelação, questão relevante para o deslinde da controvérsia, se não for examinada no respectivo julgamento, a omissão enseja a interposição de embargos declaratórios com o fito de prequestionamento. Se o Tribunal a quo persistir na omissão, ao fundamento inconsistente de que não há necessidade de mencionar o dispositivo legal discutido, porque o preceito nele contido é estudado e analisado, configura-se violação ao artigo 535 do CPC, justificando-se a nulidade do decisum.

Recurso provido." (REsp nº 319.127/DF, Relator Ministro Garcia Vieira, ***in*** DJ 27/8/2001).

In casu, não obstante a rejeição dos embargos declaratórios opostos, a questão tida como omissa, relativa à escolha do regime em que deverá ser feita a compensação, foi devidamente analisada pelo Tribunal ***a quo***.

É, com efeito, o que se recolhe no acórdão recorrido, cujos termos são os seguintes:

"(...)

Assim, o ente responsável pela concessão do benefício é aquele ao qual o requerente estiver filiado quando do requerimento do benefício, in casu, o Regime Geral de Previdência Social.

(...)

Não há que se falar em perda da condição de segurado, mas sim em filiação a regime de previdência diverso, perante o qual o INSS deverá buscar a competente compensação dos valores pagos pelo ora requerente.

(...)" (fl. 88).

Ao que se tem, entendeu o Tribunal ***a quo*** não ser possível falar em perda da condição de segurado, mas apenas em filiação a regime de previdência social diverso, perante o qual deverá o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS fazer a compensação financeira.
De tanto, resulta que inexiste, na espécie, qualquer violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, uma vez que a matéria tida como omissa foi devidamente apreciada pelo Tribunal ***a quo***.
Outrossim, alega o recorrente que:
"(...)
Ou seja, realmente, em caso de contagem de tempo de serviço, os diversos regimes de previdência irão buscar compensação financeira. Nisto está correto o acórdão recorrido.
O erro, todavia, está na eleição do sistema em que se dará a aposentadoria, uma vez que a lei determina que seja responsável o sistema em que esteja vinculado o segurado, enquanto que o TRF4 entendeu que pode ser um sistema diverso (no caso o RGPS).
A norma é simples e cristalina, não ensejando maiores digressões.
(...)" (fl. 111).
Ao que se tem, o acórdão recorrido está fundado em que:
"(...) a eventual perda da qualidade de segurado de quem já foi vinculado à Previdência Social Urbana em momento pretérito à edição do PBPS não prejudica a aplicação da mencionada norma transitória (...)
Registro ainda, que, caso a parte requerente alcance o número de contribuições, mesmo que, posteriormente, verifique-se a perda da qualidade de segurado, a realização do requisito etário é suficiente para nascer o direito à concessão de aposentadoria por idade, conforme o entendimento pacificado do colendo STJ, não se exigindo a simultaneidade no cumprimento dos requisitos.
(...)
Assim, o ente responsável pela concessão do benefício é aquele ao qual o requerente estiver filiado quando do requerimento do benefício, ***in casu,*** *o Regime Geral da Previdência Social.*
Assim, como a parte autora nasceu em 08-3-1934 e havendo se filiado à Previdência mesmo antes da Lei nº 8.213/91, o período contributivo a ser comprovado é de 108 (cento e oito) meses.
(...)
Não há que se falar em perda da condição de segurado, mas sim em filiação a regime de previdência diverso, perante o qual i INSS deverá buscar a competente compensação dos valores pagos pelo ora requerente.
(...)
Portanto, está pacificado o entendimento de que a perda da qualidade de segurado não prejudica o direito à jubilação que, por ocasião da cessação do pagamento das contribuições, já havia cumprido a carência exigida em lei, atingindo a idade em momento posterior, pelo que impõem-se a condenação do INSS à concessão da aposentadoria por idade urbana, na forma da Lei nº 8.213/91, desde o requerimento administrativo em 06-04-2000.
(...)" (fls. 87/89).
O recorrente, por sua vez, limita-se a sustentar a impossibilidade de concessão da aposentadoria por idade ao recorrida por haver perdido a qualidade de segurado junto ao Regime Geral da Previdência, uma vez que o autor pertencia a outro sistema de previdência, não preenchendo os requisitos necessários à concessão, portanto.
Tem-se, assim, que o recorrente deixou de impugnar, especificamente, os fundamentos do acórdão recorrido, que permaneceram incólumes em sua motivação e são suficientes, por si só, para a preservação da decisão impugnada.
Tem incidência, assim, o enunciado nº 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, ***verbis***:
"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta-se em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."
Veja-se, a propósito, o seguinte precedente jurisprudencial:
"RECURSO ESPECIAL - PROCESSUAL CIVIL - ARTS. 128 E 460, DO CPC - LIMITES OBJETIVOS DO PEDIDO - OBSERVÂNCIA - ACÓRDÃO RECORRIDO - FUNDAMENTO - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA - SÚMULA 283 DO STF.
(...)
II - Não se conhece o Recurso Especial que deixa de impugnar todos os fundamentos em que se assenta o acórdão recorrido, nos termos do enunciado da Súmula 283 do STF.
Recurso Especial a que não se conhece." (REsp n° 268.066/ES, Relatora Ministra Nancy Andrighi, ***in*** DJ 25/6/2001).
Diga-se, de qualquer modo, que na compreensão da jurisprudência que veio a se firmar na 3ª Seção, contra nosso entendimento, que não é necessário que os requisitos à concessão do benefício previdenciário sejam preenchidos **simultaneamente**, por isso que dispôs o artigo 102 do Plano de Benefícios, em sua redação original, que *"A perda da qualidade de segurado após o preenchimento de todos os requisitos exigíveis para a concessão de aposentadoria ou pensão não importa em extinção do direito a esses benefícios."*
Igualmente, o mesmo dispositivo legal, com redação dada pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997:
"Art. 102. A perda da qualidade de segurado importa em caducidade dos direitos inerentes a essa qualidade.
§ 1º ***A perda da qualidade de segurado não prejudica o direito à aposentadoria para cuja concessão tenham sido preenchidos todos os requisitos, segundo a legislação em vigor à época em que estes requisitos foram atendidos****.*
§ 2º Não será concedida pensão por morte aos dependentes do segurado que falecer após a perda desta qualidade, nos termos do art. 15 desta Lei, ***salvo se preenchidos os requisitos para obtenção da aposentadoria na forma do parágrafo anterior****."* (nossos os grifos).
Tal entendimento, inclusive, foi corroborado pela edição da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, que assim estabeleceu em seu artigo 3º, ***verbis***:
"Art. 3º A perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão das aposentadorias por tempo de contribuição e especial.
§ 1º Na hipótese de aposentadoria por idade, a perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão desse benefício, desde que o segurado conte com, no mínimo, o tempo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência na data do requerimento do benefício."
E pelo Decreto nº 4.729, de 9 de junho de 2003, que acrescentou os parágrafos 5º e 6º ao artigo 13 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, que *"Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências"*:
"Art. 13. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:
(...)
5º A perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão das aposentadorias por tempo de contribuição e especial.
§ 6º Aplica-se o disposto no § 5º à aposentadoria por idade, desde que o segurado conte com, no mínimo, o número de contribuições mensais exigido para efeito de carência na data do requerimento do benefício."
De todo o exposto, resulta, pois, dispensada a manutenção da qualidade de segurado para a concessão das aposentadorias por tempo de contribuição, especial e por idade, neste último caso, desde que, na data do requerimento do benefício, o segurado já tenha cumprido a carência.
Não é outro o teor da jurisprudência consolidada no âmbito da 3ª Seção deste Superior Tribunal de Justiça, valendo anotar, por todos, o seguinte precedente:
"PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR URBANO. ARTIGOS 25 E 48 DA LEI 8.213/91. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. ARTIGO 102 DA LEI 8.213/91. IMPLEMENTAÇÃO SIMULTÂNEA. DESNECESSIDADE. VERIFICAÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS. IDADE MÍNIMA E RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS - CARÊNCIA. PRECEDENTES. ARTIGO 24, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI 8.213/91. NÃO APLICABILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.
I - A aposentadoria por idade, consoante os termos do artigo 48 da Lei 8.213/91, é devida ao segurado que, cumprida a carência exigida nesta lei, completar 65 anos de idade, se homem, e 60, se mulher.
II - O art. 25 da Lei 8.213/91, por sua vez, estipula a carência de 180 (cento e oitenta) meses de contribuição para obtenção da aposentadoria por idade para o trabalhador urbano.
III - A perda da qualidade de segurado, após o atendimento aos requisitos da idade mínima e do recolhimento das contribuições previdenciárias devidas, não impede a concessão da aposentadoria por idade. Precedentes.
IV - Ademais, os requisitos exigidos pela legislação previdenciária não precisam ser preenchidos, simultaneamente, no caso de aposentadoria por idade. Interpretação do artigo 102, § 1º da Lei 8.213/91. Precedentes.
V - Sobre o tema, cumpre relembrar que o caráter social da norma previdenciária requer interpretação finalística, ou seja, em conformidade com os seus objetivos.
VI - O parágrafo único do artigo 24 da Lei 8.213/91 aplica-se aos casos em que o segurado não consegue comprovar, de forma alguma, a totalidade da carência exigida, ao benefício que se pretende, tendo que complementar o período comprovado com mais 1/3 (um terço), pelo menos, de novas contribuições, mesmo que já possua o requisito idade, o que não é o caso dos autos.
VII - Embargos rejeitados, para prevalecer o entendimento no sentindo de não se exigir a implementação simultânea dos requisitos para a aposentadoria por idade, sendo irrelevante o fato de o trabalhador ter perdido a qualidade de segurado." (EREsp nº 327803/SP, relator para o acórdão Ministro Gilson Dipp, ***in*** DJ 11/04/2005).
Outro não foi o entendimento do acórdão recorrido.
Tem incidência, assim, o enunciado nº 83 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça, aplicável para ambas as alíneas do permissivo constitucional, ***verbis***:
"Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida."
Pelo exposto, com fundamento no artigo 577, ***caput***, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4128)

RECURSO ESPECIAL Nº 716.575 - SC (2005/0002225-2)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: MARCO AURÉLIO CLARO SILVA
ADVOGADO	: RODRIGO REIS BORGES E OUTRO(S)

DECISÃO

Recurso especial interposto pela União, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:
"EXECUÇÃO. 28,86%. SUJEITO PASSIVO.
- No caso em apreço, sobreleva ressaltar que a decisão judicial que cumpre o papel de título executivo - sentença proferida na Ação Civil Pública 97.0012192-5, concedendo aos substituídos pelo Ministério Público Federal o reajuste de 28,86%, a partir de 1983, compensados os reposicionamentos da Lei 8.213/93 -, é bem clara no que identifica como aposentados e pensionistas, dos Poderes da União, das autarquias e fundações públicas federais, domiciliadas no Estado do Rio Grande do Sul, e como sujeito passivo a União." (fl. 58).
Sustenta a recorrente a violação dos artigos 267, inciso VI, 295 e 472 do Código de Processo Civil, e 5º do Decreto-lei 200/67, ao fundamento de que á parte ilegítima para figurar no pólo passivo da demanda, eis que o exeqüente é servidor da Universidade Federal da Rio Grande do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, com personalidade e autonomia administrativa e financeira próprias, devendo o processo ser extinto sem o julgamento de mérito.
Recurso tempestivo (fl. 66), respondido (fl. 87) e admitido (fl. 96).
Tudo visto e examinado, decido.
A questão está na legitimidade da União para figurar no pólo passivo de processo de execução movido por servidor da Universidade Federal da Rio Grande do Sul, oriundo de sentença proferida em sede de ação civil pública proposta contra a União.
Por certo, tem legitimidade para figurar no pólo passivo do processo de execução *"o devedor, reconhecido como tal no título executivo"* (artigo 568, inciso I, do Código de Processo Civil).
E, a despeito da Universidade Federal da Rio Grande do Sul ter autonomia e personalidade jurídica própria, distinta da pessoa jurídica de direito pública que a criou, se a União figurou como ré no processo de conhecimento, restando ao final condenada por decisão judicial transitada em julgado, tem legitimidade para figurar como pólo passivo do processo de execução, tendo em vista os limites subjetivos da coisa julgada material.
A propósito, vejam-se os seguintes precedentes jurisprudenciais:
"RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. APRECIAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. AÇÃO DE EXECUÇÃO. 28,86%. LEGITIMIDADE PASSIVA ***AD CAUSAM****. UNIÃO.*
I - As violações a dispositivos constitucionais não podem ser objeto de recurso especial porquanto matéria própria de apelo extraordinário para a Augusta Corte.
II - Não incorre em ofensa ao art. 535 do CPC, tampouco recusa à apreciação da matéria, se o e. Tribunal de origem fundamentadamente apreciou a controvérsia.
III - Se a União figurou sozinha como ré no processo de conhecimento, restando ao final condenada, tem legitimidade para estar no pólo passivo do processo de execução.
Recurso não-conhecido." (REsp nº 598.038/RS, Relator Ministro Felix Fischer, ***in*** DJ 2/8/2004).

"PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO. ART. 535 DO CPC. VIOLAÇÃO. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. REAJUSTE DE 28,86%. LEGITIMIDADE. UNIÃO. COISA JULGADA.
A União se limitou a apontar o artigo 535 do CPC como afrontado, sem expor de que forma teria ocorrido a transgressão ao preceito da aludida norma.
A questão em torno da pertinência subjetiva da União para ser executada por servidores que não pertencem a seu quadro direto está acobertada pelo manto da coisa julgada, pois o título que fundamenta a execução é claro ao incluir os servidores 'das autarquias e fundações públicas federais, domiciliados no Estado do Rio Grande do Sul, que ainda não receberam este reajuste' como destinatários da condenação da União ao reajuste de 28,86%.
Precedentes.
Recurso desprovido." (REsp nº 597.863/RS, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, ***in*** DJ 18/4/2005).

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. LEGITIMIDADE PASSIVA DA UNIÃO. COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO DESPROVIDO.
I - Observa-se que o tema relativo à legitimidade passiva ad causam, definida no processo de conhecimento, encontra-se acobertado pelo manto da coisa julgada, não podendo ser reapreciado no âmbito da fase executória. Logo, caberia à União ter discutido oportunamente ***no processo de conhecimento*** *sua legitimidade para suportar a condenação quanto aos servidores das autarquias e fundações públicas federais.*
II - Agravo interno desprovido." (AgREsp nº 541.374/RS, Relator Ministro Gilson Dipp, ***in*** DJ 3/11/2004).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 557, ***caput***, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4129)

RECURSO ESPECIAL Nº 730.722 - RJ (2005/0036695-0)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
RECORRENTE	: PIERRE ERNEST BARROSO CHENU
ADVOGADO	: JOSE MANUEL DUARTE CORREIA
RECORRIDO	: UNIÃO

DECISÃO

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADO. ENUNCIADO Nº 283 DA SÚMULA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. CONCURSO PÚBLICO. CARREIRA POLICIAL FEDERAL. EDITAL Nº 001/93. PRAZO DE VALIDADE. INÍCIO DA CONTAGEM. TÉRMINO DA PRIMEIRA ETAPA. NOVO CONCURSO. PRETERIÇÃO. INEXISTÊNCIA.

1. A similitude fática das hipóteses postas em confronto é requisito essencial para a comprovação da divergência jurisprudencial.
2. Assentando-se o acórdão recorrido em mais de um fundamento, suficiente, por si só, para manter a decisão, inviável o conhecimento do recurso se a parte deixar de infirmar um deles. (Súmula nº 283/STF)
3. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que o prazo de validade do concurso para cargos da Polícia Federal previsto no Edital nº 001/93 teve início com a homologação do resultado final da primeira etapa do certame, não havendo falar em preterição de candidatos em razão da abertura de novo certame.
4. Recurso especial a que se nega seguimento.

Cuida-se de recurso especial, calcado na alínea "c" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 2ª Região assim ementado:
"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL. PRESCRIÇÃO. LEI Nº 7.144/1983.
O resultado final do concurso foi publicado no Diário Oficial da União em 29.12.1994, tendo seu prazo de validade encerrado em 29.12.1996, data em que já havia sido chamada a última turma para realização do Curso de Formação Profissional. Alegada violência a direito do apelante decorrente de surgimento de vagas no prazo de validade do certame. Proposta a ação em julho de 2001, há que se acolher a prejudicial de prescrição. Apelo improvido." (fl. 351)

Aponta o recorrente divergência jurisprudencial com acórdão desta Corte, sustentando ter sido preterido em seu direito, pois a administração não poderia ter nomeado candidatos aprovados em concurso posterior em detrimento daqueles que logram êxito em certame cujo prazo de vigência ainda não havia expirado.
A irresignação não merece acolhimento.
A divergência jurisprudencial não restou configurada, tendo em conta que para caracterização do dissídio é indispensável que os julgados confrontados tenham sido proferidos em situações fáticas semelhantes, o que não se evidencia no caso dos autos.
A propósito, confira-se:
"Agravo no recurso especial. Processual civil. Decisão agravada. Fundamentos. Impugnação específica. Divergência jurisprudencial. Comprovação. Ausência de identidade ou similitude.
- Não se conhece o agravo que deixa de impugnar especificamente os fundamentos em que se assenta a decisão agravada.
- A divergência jurisprudencial deve ser comprovada por meio da confrontação analítica dos julgados.
- Não se conhece o recurso especial pela divergência na hipótese em que o acórdão recorrido e aqueles apontados como paradigmas carecem de identidade ou similitude de bases fático-jurídicas."
(Ag.Rg. no REsp. nº 402.688/DF, Relatora a Ministra ***NANCY ANDRIGHI****, DJU de 24/06/02).*

In casu, enquanto o acórdão recorrido cuidou de tema relativo à prescrição do direito de ação contra processo seletivo realizado pela Academia Nacional de Polícia (artigo 11 do Decreto-lei nº 2.320/1987), o paradigma colacionado apreciou a questão da decadência do direito de impetrar mandado de segurança em caso que envolvia a atualização monetária de Títulos da Dívida Pública, restando evidenciada a ausência de similitude fático-jurídica entre as hipóteses confrontadas.
De outro lado, colhe-se do voto-condutor do aresto hostilizado o seguinte excerto:
"Mister fazer algumas ponderações. Busca o apelante afastar a pecha de prescrito o seu direito, porquanto somente teria surgido violação a partir do trânsito em julgado da r. Sentença que afastou a necessidade de realização de novo psicotécnico, garantindo-lhe o direito à nomeação de acordo com a ordem de classificação adquirida. O autor admite que não pretendeu uma das vagas ofertadas pelo edital original do certame, mas aquelas surgidas no curso de seu prazo de validade. Assim, a suposta existência de vagas em número superior ao previsto no edital, durante o prazo de validade do concurso, daria ensejo a pretensão do autor. Entretanto, o prazo de validade do concurso encerrou-se em 29.12.1996 (fls. 206 dos autos), vindo a ser distribuída a presente ação em julho de 2001. Assim, ainda que considerasse prazo mais favorável para o apelante, mesmo assim o pleito ainda restaria fulminado pela prescrição, consoante o disposto no Decreto-lei nº 2.320/1987, bem como na Lei nº 7.144/1983.
E não se diga que a existência de anterior ação discutindo a legalidade do exame psicotécnico, que ensejou a desclassificação do autor, interromperia a fluência desse prazo, conquanto a lesão, segundo alega o apelante, decorrente da existência de vagas outras - que não as previstas no edital - pleiteando-se a reserva de vaga, portanto a partir do encerramento do prazo de validade do concurso em questão.
Mencione-se, ainda, que - ainda que superasse o óbice da prescrição - a bem da argumentação, melhor sorte não assiste ao apelante, no mérito, consoante os argumentos muito bem postos pelo d. ***parquet*** *Federal. Frise-se que, embora alegue o apelante, ter sido preterido - havendo candidatos outros com classificação inferior à sua, chamados a realizar a segunda eta do certame, em razão do surgimento de vagas - não trouxe qualquer dado concreto, a ponto de fazer surgir seu direito. Não apontou o apelante qual candidato classificado após o 905º lugar foi convocado a fazer a segunda etapa, materializando a aludida preteriação."* (fls. 349/350)

Contudo, o fundamento de que o autor/recorrente não demonstrou ter sido preterido por candidato com classificação inferior não foi impugnado no recurso especial.
Desta forma, o conhecimento da irresignação encontra óbice no enunciado nº 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, segundo o qual "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."

A propósito, confiram-se:
A *- "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INADMISSIBILIDADE. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA Nº 283/STF. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. ART. 255 DO RISTJ.*
I - Impossibilidade de se conhecer do recurso pela alínea 'a', pois não foram impugnados todos os fundamentos do acórdão hostilizado, restando inatacado um deles, suficiente, por si só, para sustentar a decisão (Súmula nº 283/STF).
II - Para caracterização do dissídio, indispensável que se faça o cotejo analítico entre a decisão reprochada e os paradigmas invocados.
Recurso não conhecido."
(REsp nº 504.296/RS, Relator o Ministro ***FELIX FISCHER****, DJU de 12/8/2003)*

B *- "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. CORTE. FRAUDE NO APARELHO MEDIDOR NÃO COMPROVADA. FUNDAMENTO NÃO INFIRMADO NAS RAZÕES DE RECURSO ESPECIAL. SÚMULAS NºS 283/STF E 7/STJ.*
I - O Tribunal ***a quo****, para afastar o corte de energia elétrica, entendeu que a cobrança não continha elementos para comprovar a inadimplência do devedor, razão pela qual, incerta a inadimplência, precipitado o corte de energia elétrica com base em tal paradigma.*
II - A recorrente não atacou especificamente os fundamentos desenvolvidos pelo Tribunal ***a quo****, incidindo no óbice sumular nº 283 do STF.*
III - Ademais, ainda que superado tal obstáculo, o alcance de entendimento diverso acerca da inadimplência do usuário e o conseqüente corte de energia demandaria o incurso na seara fático-probatória dos autos, o que é vedado a esta Corte, em sede de recurso especial, conforme enuncia o verbete nº 7 da Súmula deste STJ.
IV - Agravo regimental improvido."
(AgRg no REsp nº 852.381/RS, Relator o Ministro ***FRANCISCO FALCÃO****, DJU de 28/9/2006)*

Ainda que superados os aludidos óbices, melhor sorte não assistiria ao recorrente.
A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que o prazo de validade do concurso para cargos da Polícia Federal previsto no Edital nº 001/93 teve início com a homologação do resultado final da primeira etapa do certame, não havendo falar em preterição de candidatos em razão da abertura de novo certame.
A propósito, confira-se a fundamentação do MS nº 5.573/DF, Relator o Ministro Gilson Dipp, DJU de 22/9/2003, **verbis**:
"Ademais, faz-se mister destacar que, nos termos do item 12.01 do Edital nº 01/93, 'o prazo de validade do concurso é de dois anos, prorrogável por igual período, a juízo exclusivo da Administração, ***sendo o termo inicial da contagem do prazo a data da publicação em D.O.U., da homologação do resultado final do concurso público de admissão à matrícula no Curso de Formação Profissional, na Academia Nacional de Polícia.****' (grifei).*
A referida homologação ocorreu aos 29 de dezembro de 1994. Não havendo prorrogação, o prazo de validade do concurso expirou em 29 de dezembro de 1996, antes da conclusão da Segunda Etapa do certame, cuja homologação do resultado final só se deu aos 01 de novembro de 1997.
O Edital n.º 63, de abertura de novo concurso para o cargo de Agente de Polícia Federal, por sua vez, somente foi publicado em 05 de setembro de 1997, ou seja, quase nove meses após a expiração do prazo de validade do certame. Extrai-se, assim, que, contrariamente ao alegado pelos impetrantes, a publicação do referido edital não resultou qualquer violação aos seus direitos, não restando configurada a preterição ao direito de participação na segunda etapa.
A abertura de novo concurso indicando a necessidade de mais vagas, quando ainda não terminado o prazo do concurso, transfere a questão da nomeação do campo da discricionariedade para o da vinculação, uma vez que deve ser observado o direito subjetivo do candidato aprovado à nomeação.
No presente caso, contudo, não é o que ocorre. A abertura de novo concurso, como já se referiu, só ocorreu após o encerramento do certame anterior. O que permanecia pendente era a conclusão do Curso de Formação, que se trata de etapa limitada aos candidatos aprovados dentro no número de vagas, hipótese em que não estão enquadrados os impetrantes."
Nesse mesmo sentido, veja-se:
"PROCESSO CIVIL - ADMINISTRATIVO - MANDADO DE SEGURANÇA - AGRAVO REGIMENTAL - CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/93 - DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL - PARTICIPAÇÃO NA SEGUNDA ETAPA - INEXISTÊNCIA DE ATO OMISSIVO CONTÍNUO - IMPETRAÇÃO VOLTADA PARA NOVO CERTAME - DECADÊNCIA - ART. 18, DA LEI Nº 1.533/51 - EXTINÇÃO - IMPROVIMENTO DO RECURSO.
1 - Inexiste ato omissivo contínuo da Administração se o Edital, contra o qual se volta o agravante, já esgotou seu conteúdo jurídico, vale dizer, teve seu prazo de validade completado, cessando-lhe a eficácia. O Concurso Público é ato administrativo autônomo: tem início e fim. Encerrado o certame regulado pelo Edital nº 01/93 e aberto novo, é deste último ato, concreto e objetivo, que flui o lapso decadencial da via mandamental. Inteligência do art. 18, da Lei nº 1.533/51.
2 - O prazo do concurso em questão, não era a homologação final do curso de formação, como aventado erroneamente pelo agravante - que aliás, anote-se, não se refere sequer ao certame iniciado com o Edital nº 01/93 -, mas sim, nos termos editalícios (12.01) a "... homologação do resultado final do concurso público de admissão à matrícula no Curso de Formação Profissional, na Academia Nacional de Polícia.". Tal resultado se deu com a publicação do Edital nº 10/94, em 29.12.1994, que tornou pública a conclusão da primeira fase.
3 - Precedentes da 3a. Seção (MS nºs 5.664/DF e 6.782/DF).
4 - Agravo regimental conhecido, porém, desprovido."
(AgRg no MS nº 6.652/DF, Relator o Ministro ***JORGE SCARTEZZINI****, DJU de 19/3/2001)*

Referido entendimento foi ratificado pelo Supremo Tribunal Federal, valendo anotar os seguintes precedentes:
A *- "Mandado de segurança. Recurso ordinário. Concurso público.*
- Como decidiu esta Corte, no RMS 23.475, em caso análogo ao presente, de concurso em duas etapas, 'nesse processo de seleção em duas etapas, o concurso público é o da primeira etapa, , sendo a segunda etapa um pré-requisito para a nomeação que depende da aprovação e da classificação no curso de formação profissional'.
- Exaurido o prazo de validade do concurso, e não tendo ele sido prorrogado, os incisos III e IV do artigo 37 da Constituição e o princípio consagrado na súmula 15 desta Corte não impedem que a Administração abra posteriormente outros concursos para o preenchimento de vagas dessa natureza, sem ter que convocar os candidatos daquele concurso que não obtiveram classificação nele.
- Improcedência da aplicação ao caso da denominada 'teoria do fato consumado'. Precedente do STF contra essa aplicação.
- Falta de prova de ter sido o recorrente alcançado por decisão do STJ, em mandado de segurança, que teria, segundo ele, ampliado o número de vagas para a admissão no Curso de Formação Profissional por número de candidatos dentre os quais se enquadraria o recorrente.
- Recurso ordinário a que se nega provimento."
(RMS nº 23.793/DF, Relator o Ministro ***MOREIRA ALVES****, DJU de 14/12/2001)*

B *- "ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CERTAME EM DUAS ETAPAS. AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL. CANDIDATO APROVADO, NAS NÃO CLASSIFICADO NA PRIMEIRA ETAPA. PRAZO DE VALIDADE: INÍCIO DA CONTAGEM. NOVO CONCURSO, APÓS O FIM DO PRAZO DE VALIDADE DO PRIMEIRO. INEXISTÊNCIA DE PRETERIÇÃO. PARTICIPAÇÃO NA SEGUNDA ETAPA ASSEGURADA POR DECISÃO LIMINAR. A REALIZAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO NÃO GERA DIREITO LÍQUIDO E CERTO À NOMEAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO."*
(AgRg no RMS 23.802/DF, Relator o Ministro ***NELSON JOBIM****, DJU de 25/10/2002)*

Ante o exposto, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4130)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 734.055 - PR (2006/0004227-4)

RELATORA	**:**	**MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
AGRAVADO	:	EDSON LUIZ DA SILVA
ADVOGADO	:	EUROLINO SECHINEL DOS REIS - DEFENSOR DATIVO

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENAL. MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO PROVADO EM RAZÃO DA DESSEMELHANÇA FÁTICO E JURÍDICA DOS ARESTOS. RECURSO IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, contra decisão que inadmitiu trânsito a recurso especial, com lastro no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, em face de acórdão em apelação que restou assim sumariado:

APELAÇÃO CRIMINAL MINISTERIAL - CRIME DE FURTO NA FORMA TENTADA - NÃO CARACTERIZADO - PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA - APLICABILIDADE - IRRISÓRIO VALOR SUBTRAÍDO - INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO CONCRETO À VÍTIMA. RECURSO DESPROVIDO.
Admite-se a aplicação do princípio da insignificância em algumas modalidades de furto, como evidenciado nesta hipótese, em que a vítima não sofreu dano relevante ao seu patrimônio.
'O princípio da insignificância, não obstante a divergência doutrinária, quanto à sua natureza jurídica (excludente de tipicidade, ou excludente de culpabilidade) significa a irrelevância jurídica do resultado, afetando, materialmente, a estrutura do delito'. (RESP 167.925 - MG, Min. Vicente Cernicchiaro, DJ 01/02/99)" (fl. 305)

Em relação à referida decisão o agravante opôs embargos de declaração, em acórdão ementado da forma a seguir:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO, OBSCURIDADE - AUSÊNCIA - DECISÃO FUNDAMENTADA - REDISCUSSÃO DE QUESTÃO JULGADA - EMBARGOS REJEITADOS.
Os embargos de declaração possuem âmbito de cognição restrito, destinando-se, tão-somente, a sanar contradição, omissão e obscuridade, sendo vedada a rediscussão da causa acerca da correção ou não da aplicação do princípio da insignificância." (fl.333)

A decisão denegatória apontou que o acórdão vergastado não padece de nenhum dos vícios do artigo 619 do Código de Processo Penal, bem como asseverou não haver relação entre o paradigma e o *decisium* contrastado e, por fim, por estar pacificado nesta Corte Superior entendimento acerca do princípio da insignificância, o qual reverbera em consonância o acórdão atacado.

Aduz o insurgente que a decisão dos embargos de declaração não foi devidamente fundamentada, pois encampou simplesmente a fundamentação do acórdão embargado, incorrendo, assim, em vício denominado motivação aparente.
Noutro ponto, arrazoa ter sido indicado o dissídio jurisprudencial, não se sustentando a negativa de trânsito ao especial nesse aspecto, pois demonstrou que este Superior Tribunal de Justiça firmou jurisprudência estabelecendo diferentes requisitos para a averiguação do valor ínfimo e do pequeno valor, sendo que a hipótese em testilha é de pequeno valor.
Afirma, ainda, não ser possível prosperar o argumento de incidência do enunciado da súmula 83 deste Superior Tribunal de Justiça, pois tem sua aplicação restrita aos temas da competência de uniformização de jurisprudência, ou seja, aos especiais fundados na alínea "c" do permissivo constitucional e, no especial interposto, pleiteia seja sanado malferimento a lei federal.
Requer, por fim, seja conhecido e provido o agravo, provendo-se o recurso especial interposto com o escopo de reformar os acórdãos recorridos.
O agravado manifestou-se em sua contraminuta pelo não conhecimento, ou se conhecido, pelo não provimento do agravo.
Ouvido, o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do agravo, em parecer assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENAL E PROCESSUAL PENAL. SÚMULA 83 DO STJ. DECISÃO ATACADA NO MESMO SENTIDO DA JURISPRUDÊNCIA FIRME DO STJ.
Agravo de instrumento para destrancar recurso especial. O acórdão atacado pelo apelo especial é no mesmo sentido da orientação firme do STJ.
Parecer pelo conhecimento e desprovimento do agravo." (fl. 395)

É o relatório.
Decido.
Não merece prosperar a insurgência.
A questão levantada pelo insurgente acerca do ferimento do artigo 383, inciso III, artigo 619 e artigo 620, todos do Código de Processo Penal, tem por esteio o acórdão dos embargos de declaração, que asseverou, *verbis:*

"Na realidade, os embargos evidenciam a intenção de rediscutir o julgado para esta finalidade não se mostram adequados porquanto possuem âmbito de cognição restrito, delimitados expressamente na lei processual penal, sendo cabíveis somente quando o acórdão for omisso, ambíguo, contraditório ou obscuro (artigo 619 do Código de Processo Penal), não prestando à ensejar seja reexaminada a matéria já decidida, com finalidade de obter decisão favorável." (fl. 334)

No caso em tela, exsurge dos autos que o agravante pretende, como assinalou a decisão vergastada, rediscutir, na via integrativa, tema de fundo da apelação por ele interposta. Para tanto, veja-se o seguinte trecho da interposição dos declaratórios:

"No entanto, da leitura do v. Acórdão ora embargado, percebe-se que o mesmo passa ao largo de toda essa discussão, impossibilitando a adequado compreensão do pensamento da douta Corte que se limita a referir que o valor é ínfimo, sem, contudo, esclarecer o porquê desta conclusão: Em outras palavras: na visão da douta Câmara o bem subtraído não interessa à vítima que não se importa em dele se desfazer?" (fl. 325)

A conclusão da Corte *a quo* está, nesse ponto, em consonância com o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça, veja-se aresto:

"PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM NÍTIDO CARÁTER INFRINGENTE. IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHIMENTO.
1 - Não ocorrentes as hipóteses insertas no art. 619 do CPP, tampouco equívoco manifesto no julgado recorrido, não merecem acolhida os embargos que se apresentam com nítido caráter infringente, onde se objetiva rediscutir a causa.
2 - Embargos de declaração rejeitados." (EDcl no AgRg na APn .441/CE, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 04.10.2006, DJ 23.10.2006 p. 234)

"AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENAL E PROCESSO PENAL. ART. 619 DO CPP. OMISSÃO.NÃO-OCORRÊNCIA. MATERIALIDADE DO DELITO. CONDUTA INCOMPATÍVEL. REEXAME. ÓBICE DA SÚMULA 7 DO STJ.
1. "Não há falar em violação do artigo 619 do Código de Processo Penal quando, da simples leitura das razões dos embargos de declaração opostos, verifica-se que o embargante, sob o pretexto de que o acórdão embargado teria incorrido em omissão, contradição e obscuridades, tem o nítido propósito de obter o reexame da matéria versada nos autos, na busca de decisão que lhe seja favorável." (REsp 568.563/PI, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJ 17.05.2004)
(...)
3. Agravo regimental improvido." (AgRg nos EDcl no Ag 723.030/MG, minha relatoria, SEXTA TURMA, julgado em 12.06.2007, DJ 25.06.2007 p. 312)

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA A VIDA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEFENSOR PÚBLICO PARA JULGAMENTO DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. NULIDADE ARGÜIDA A DESTEMPO. PRECLUSÃO. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA.
(...)
4. 'Não cabe ao Tribunal, que não é órgão de consulta, responder a 'questionários' postos pela parte sucumbente, que não aponta de concreto nenhuma obscuridade, omissão ou contradição no acórdão, mas deseja, isto sim, esclarecimentos sobre sua situação futura e profliga o que considera injustiças decorrentes do decisum (...)' (EDclREsp nº 739/RJ, Relator Ministro Athos Carneiro, in DJ 12/11/90).
5. Embargos de declaração rejeitados." (EDcl no HC 25.615/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, julgado em 18.10.2005, DJ 21.11.2005 p. 302)

Desta forma, vê-se não existir a eiva alegada pelo insurgente na rejeição dos embargos, o que implica em não ter sido devidamente prequestionada a questão do malferimento ao artigo 155, parágrafo segundo, do Código Penal, ou seja, de ter a decisão vergastada deixado de aplicar a definição, na hipótese, do furto de pequeno valor.
Com efeito, não tendo sido prequestionada a matéria devidamente, tem-se a incidência do cristalizado na súmula 211 deste Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal *a quo*."

Não há, também, como ser acolhida a alegada impossibilidade da incidência da súmula 83 deste Superior Tribunal de Justiça aos casos de negativa de vigência à Lei Federal, uma vez que estabelecida uma determinada interpretação pela decisão paradigma, afeta-se como negatória de vigência à lei federal toda a exegese com ela confrontante.
Assome-se, que esta Corte Superior assentou entendimento de ser possível a incidência do referido enunciado sumular nos casos da alínea "a" do permissivo constitucional, como se vê nos arestos a seguir colacionados:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADOS. SÚMULA Nº 182/STJ. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ARTIGO 76 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA CORTE ESTADUAL A DESPEITO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. SÚMULA Nº 211/STJ. CONVOCAÇÃO DE JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU PARA COMPOREM A CORTE ESTADUAL. POSSIBILIDADE. IMPROVIMENTO.
1. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça firmou já entendimento no sentido de que o enunciado nº 83 de sua Súmula não se restringe aos recursos especiais interpostos com fundamento na alínea 'c' do permissivo constitucional, sendo também aplicável aos recursos fundados na alínea 'a'.
2. Fundamentada a decisão agravada no sentido de que a questão já está pacificada no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça, deveria o recorrente, em sede de agravo, demonstrar que outra é a positivação do direito na jurisprudência desta Corte.
(...)
Agravo Regimental improvido." (AgRg no Ag 380.701/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, julgado em 26.05.2004, DJ 02.08.2004 p. 577)

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 83 - STJ. DECISÃO. RELATOR. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. PLANO CRUZADO. TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA. MAJORAÇÃO. DL. Nº 2283 E 2284/86. PORTARIA 038 E 045/86 DO DNAEE.
1. Também se aplica o Enunciado nº 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça quando o recurso especial tiver fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional.
(...)
Agravo improvido." (AgRg no Ag 423531/RS, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06.06.2002, DJ 30.09.2002 p. 200)

Afastada, assim, as teses embasadoras do recurso especial na alínea "a" do permissivo constitucional, cabe a análise do outro esteio da insurgência: o dissídio jurisprudencial.
Não há que se dar guarida ao argumento da ocorrência da divergência jurisprudencial, pois é patente que os paradigmas não trataram do mesmo tema da decisão atacada, já que naqueles não se debateu acerca da definição do bem de pequeno valor, como alega o insurgente, mas sim, partindo da conclusão de tratar-se de bem de valor ínfimo, aplicou-se o princípio da insignificância.
Ademais disso, resta patente o descompasso entre o acórdão e o julgado da relatoria do eminente Ministro FELIX FISCHER, pois que neste era debatida a adequação como de pequeno ou ínfimo valor de bem avaliado em R$100,00 (cem reais), enquanto, no presente caso, o bem foi estimado em R$10,00 (dez reais), o que aponta que faticamente os casos não se aproximam.
Uma vez que não há semelhança fática e nem jurídica entre os julgados em cotejo, não se pode reconhecer a existência do dissídio, como pacificou o julgamento deste Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL PENAL.ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA EM RAZÃO DA INIMPUTABILIDADE DO ACUSADO. REDISCUSSÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. INTERPOSIÇÃO PELA ALÍNEA 'C'. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO.
1. Para dissentir do acórdão recorrido quanto ao grau de higidez mental do acusado, far-se-ia necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada ante o óbice da Súmula 7 desta Corte.
2. É inviável o recurso especial interposto pela alínea 'c' quando não restar caracterizada a divergência jurisprudencial, por ausência de similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados.
Precedentes.
3. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 744.727/AM, minha relatoria, SEXTA TURMA, julgado em 17.05.2007, DJ 04.06.2007 p. 435)

Com efeito, verifica-se que não se pode admitir o especial, pois não foi prequestionada a matéria e nem devidamente provado o dissídio jurisprudencial.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA,Relatora.

(4131)

RECURSO ESPECIAL Nº 750.500 - SC (2005/0079740-1)

RELATORA	**:**	**MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	CLÓVIS JUAREZ KEMMERICH E OUTRO(S)
RECORRIDO	:	MARIANO KRICHINSKI
ADVOGADO	:	SÉRGIO HERCULANO CORRÊA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSO CIVIL. SUSPENSÃO DE PRAZO EM VIRTUDE DA GREVE DOS PROCURADORES FEDERAIS. OCORRÊNCIA DE MOTIVO DE FORÇA MAIOR. REAPRECIAÇÃO DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, fundamentado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que restou assim ementado (fl. 161):

"AGRAVO REGIMENTAL. DEVOLUÇÃO DE PRAZO RECURSAL. GREVE.
1. Suspensos os prazos processuais no âmbito da 1ª, 2ª e 3ª Seções desta Corte no período compreendido entre os dias 15-03-2004 a 04-05-2004 (Portarias nºs 1 e 2 da Vice-Presidência do Tribunal), em face da greve dos Procuradores Federais, desnecessária a intimação da parte de que o prazo recomeçara a fluir em 06-05-04, uma vez que, publicada a Portaria nº 2, que revogou a suspensão, a ela incumbia acompanhar o andamento do feito.
2. Ausente qualquer circunstância anômala que justificaria a devolução do prazo recursal à autarquia federal, não há reparos a fazer ao despacho que determina a cientificação das partes do trânsito em julgado do acórdão.
3. Para efeitos de futura interposição de recursos, a decisão proferida nesta Instância não precisa, obrigatoriamente, se referir expressamente a todos os dispositivos legais e/ou constitucionais invocados, bastando que deixe bem evidenciado o exame da matéria pertinente."

Nas razões do especial (fls. 164/168), aponta a autarquia recorrente violação aos arts. 265, inciso V e 507, todos do Código de Processo Civil. Requer, em síntese, que seja suspenso o prazo recursal desde a juntada da petição de fl. 146, na qual a autarquia informa o Tribunal de origem sobre a greve dos Procuradores Federais.
Não apresentadas as contra-razões (fl. 170) e admitido o recurso na origem (fl. 171), subiram os autos a esta Corte.
É o relatório.
Inicialmente, deve-se registrar que a suspensão requerida pelo INSS foi deferida no Tribunal *a quo*, que suspendeu os prazos recursais em virtude do movimento paredista dos procuradores federais, conforme ficou registrado no acórdão recorrido (fl. 158), *in verbis*:

"Em face da aludida greve dos Procuradores Federais, houve a suspensão dos prazos processuais no âmbito da 1ª, 2ª e 3ª Seções desta Corte no período compreendido entre os dias 15-03-2004 a 04-05-2004 (Portarias nºs 1 e 2 da Vice-Presidência do Tribunal).
No caso em apreço, o acórdão da fl. 143 foi publicado em 10-3-2004 (fl. 144), iniciando no dia seguinte o prazo recursal que, por força das Portarias supra referidas, foi suspenso em 15-03-2004. A contar de 05-05-2004 a suspensão do prazo foi revogada e este recomeçou a correr, portanto, em 06-05-2004, sem que fosse necessária a intimação da parte de que o prazo recomeçara a fluir, uma vez que, publicada a Portaria nº 2, que revogou a suspensão, a ela incumbia acompanhar o andamento do feito.
Assim, não interposto o recurso no prazo, não há reparos a se fazer no despacho que, em 21-06-2004, determinou a intimação das partes acerca do trânsito em julgado do acórdão."

Resta demonstrado, portanto, que o Tribunal de origem suspendeu os prazos recursais para o INSS, não persistindo razão para a interposição de recurso especial com objetivo de suspender o que já foi suspenso.
A título de argumentação, mesmo que não tivesse havido a referida suspensão, este Tribunal Superior já firmou entendimento de que o reconhecimento da configuração de motivo de força maior em razão da greve dos Procuradores Federais implica na análise de matéria fática, o que não enseja recurso especial segundo o enunciado da Súmula 7/STJ.
A propósito, confiram-se os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL - SUSPENSÃO DE PRAZO PROCESSUAL EM RAZÃO DO MOVIMENTO GREVISTA DOS PROCURADORES DA FAZENDA NACIONAL - IMPOSSIBILIDADE - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ - PRECEDENTES.
1. A controvérsia essencial destes autos restringe-se à verificação da existência ou não de motivo de força maior a justificar a suspensão de prazos processuais no período de prolongamento ulterior de greve dos Procuradores da Fazenda Nacional.
2.A jurisprudência do STJ definiu-se quanto à *impossibilidade de suspensão de prazo processual em razão do movimento grevista dos procuradores do INSS (AGPET 2337/SP, DJ 29/08/2005) - Agravo regimental improvido.* (AgRg no Ag 454.089/RS, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, Segunda Turma, julgado em 6.12.2005, DJ 13.3.2006)

3. O movimento grevista, como reconhecido pela própria Fazenda Nacional, atravessou vicissitudes e suspensão da paralização. Não é dado ao Poder Judiciário investigar, caso a caso, a ocorrência dessas soluções de continuidade nas greves ou admitir que os prazos processuais fiquem indefinidamente suspensos, por mais nobres que sejam os anseios remuneratórios de categoria. Ademais, na hipótese dos autos, a verificação da existência ou não de motivo de força maior a justificar a suspensão de prazos processuais no período de greve dos Procuradores da Fazenda Nacional implicaria revolvimento fático-probatório contido nos autos; inadmissível, na via especial, em face do disposto na Súmula 7/STJ." (REsp 701.653/PR, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJ 28/6/2007)

"PREVIDENCIÁRIO. GREVE DOS PROCURADORES FEDERAIS. SUSPENSÃO DE PRAZOS PROCESSUAIS. MOTIVO DE FORÇA MAIOR. SÚMULA Nº 7/STJ.
1. A inversão do decidido implicaria na reapreciação do acervo fático-probatório, providência sabidamente incompatível com a via estreita do apelo especial (Súmula nº 7/STJ).
2. Recurso a que se nega seguimento." (REsp 841.103/RS, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Decisão Monocrática, DJ 26/6/2007)

Em não sendo suficiente tal argumentação, não parece ser motivo de força maior a paralisação dos Procuradores Federais. Os exemplos encontrados na doutrina não guardam similitude com a hipótese de greve, como se pode inferir da lição de Alexandre Freitas Câmara, em Lições de Direito Processual Civil, 16ª edição, vol. I, p. 305, *in verbis*:

"Nos termos do art. 265, V, do Código de Processo Civil, suspende-se o processo "por motivo de força maior". Este pode ser definido como o motivo insuperável, alheio à vontade da parte, que impede a prática de atos processuais. Exemplos de eventos de força maior são as tempestades, nevascas e outros fenômenos naturais (ou até mesmo causados por ato humano, como um incêndio provocado criminosamente nas dependências do fórum). Todos esses eventos suspendem o processo até que cessem e com isso o processo voltará a tramitar normalmente."

Assim demonstrada, torna-se incontroversa a impossibilidade da suspensão nos termos requeridos pela autarquia recorrente no recurso especial ora analisado.
Por fim, forçoso o reconhecimento de que não pode a Administração esperar que sejam automaticamente suspensos os prazos que correm contra ela sempre que ocorra qualquer movimento paredista de seus procuradores judiciais, sob pena de favorecer injustificadamente uma das partes no processo e de atrasar a prestação jurisdicional.
Ante o exposto, com base no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **nego seguimento** ao recurso especial.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4132)

RECURSO ESPECIAL Nº 761.579 - PB (2005/0103508-3)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
RECORRENTE	: ESTADO DA PARAÍBA
ADVOGADO	: IRAPUAN SOBRAL FILHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: TEODOMIRO GUILHERMINO BARBOSA
ADVOGADO	: CARLOS JOSÉ ROCHA TARGINO

PROCESSUAL CIVIL. MAGISTRADO. ABONO DE PERMANÊNCIA. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. SÚMULA 85/STJ. JUROS DE MORA. ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.
1. Nas demandas objetivando reposição de parcela remuneratória, por se tratar de relação jurídica de trato sucessivo, que se renova mensalmente, não ocorre a prescrição do chamado fundo de direito.
2. A ausência de prequestionamento inviabiliza o conhecimento da questão federal suscitada.
3. Recurso especial a que se nega seguimento.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo Estado da Paraíba, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça Estadual, assim ementado (fls. 143):
"Abono de Permanência. Vantagem pessoal. Incorporação. Impossibilidade de supressão. Irredutibilidade de vencimentos. Precedentes. Apelação e remessa desprovidas.
I. Embora regidos por legislação especial, os magistrados que atendam à exigência prevista no art. 162 do Estatuto dos Funcionários Públicos (LC nº 39/85) fazem jus ao abono de permanência, incidente sobre os respectivos vencimentos e vantagens porque, subsidiariamente, se lhes aplicam as disposições estatutárias, como preceitua o art. 337 daquele diploma legal complementar.
II. Consoante a Súmula 26 do TJPB, as vantagens pessoais incorporadas ao patrimônio do servidor público, quando do ato de sua aposentação, não podem ser reduzidas por legislação posterior".
Sustenta o recorrente afronta ao art. 1º do Decreto nº 20.910/32, porquanto a lei que fundamenta a pretensão do autor é de efeitos concretos e decorreram mais de cinco anos entre sua entrada em vigor e o ajuizamento da ação.
Requer, ainda, a redução dos juros de mora para o percentual de 0,5% ao mês, em face da incidência do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97.
Não foram apresentadas contra-razões, nos termos da certidão aos fls. 163.
Admitido o recurso especial na origem, ascenderam os autos a esta Corte.
É o relatório.
Quanto à prescrição, o Tribunal *a quo* considerou versar a hipótese sobre prestação de trato sucessivo.
Sobre o tema, esta Corte Superior possui entendimento segundo o qual não havendo negativa ao próprio direito reclamado, não ocorre a prescrição do chamado fundo de direito, mas tão-somente das parcelas vencidas antes do qüinqüênio que antecedeu a propositura da ação.
Inteligência da Súmula 85/STJ, *verbis*:
"Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação".
Nesse sentido está a jurisprudência deste Tribunal, q. v. *verbi gratia*: REsp 781401, Ministro Hamilton Carvalhido, DJ 08.11.2005; REsp 795154, Ministro Gilson Dipp, DJ 13.12.2005; REsp 788462, Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJ 16.12.2005 e REsp 788704, Ministro Arnaldo Esteves Lima, DJ 18.11.2005, REsp nº 806.472, Ministro Hamilton Carvalhido, DJ de 8.5.2006, este assim ementado:
"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. ABONO PAGO A TÍTULO DE COMPLEMENTAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO MENSAL. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. ENUNCIADO Nº 85 DA SÚMULA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.
1. Em se cuidando de abono pago a título de complementação do salário mínimo mensal, é firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça em que a prescrição atinge tão-somente as prestações vencidas há mais de cinco anos da propositura da ação, por se tratar de relação jurídica de trato sucessivo, atraindo a incidência do enunciado nº 85 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça.
2. Agravo regimental improvido. "
Destarte, não merece reparos o acórdão hostilizado ante o óbice da Súmula nº 85 do STJ.
Com relação aos juros de mora, verifico que o Tribunal de origem não examinou a incidência do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, e não foram opostos embargos de declaração para suscitar a matéria. Revela-se ausente o necessário prequestionamento, o que inviabiliza sua apreciação por esta Corte Superior.
Necessário frisar que, para a configuração do prequestionamento, necessário se faz o prévio debate da matéria pelo Tribunal *a quo*.
Nesse sentido, RESP 601109/RJ, Ministro Paulo Gallotti, DJ 25.10.2004; RESP 597139/RS, Ministro Hamilton Carvalhido, DJ 28.06.2004 e AgRg no RESP 637715/SC, DJ 23.08.2004, de que fui relator, assim ementado:
"PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CONDENATÓRIA. VALOR INFERIOR A 60 SALÁRIOS MÍNIMOS. REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. - omissis. - omissis. - Não se conhece do recurso especial no que diz respeito à matéria que não foi especificamente enfrentada pelo e. Tribunal a quo, dada a ausência de prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF). - Agravo regimental não provido."
Cumpre consignar que não se exige menção expressa aos dispositivos tidos por violados, mas que a tese jurídica tenha sido debatida pelo Tribunal de origem.
Ante o exposto, com fundamento no art. 557, *caput* do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4133)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 766.422 - SP (2006/0084939-7)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: LUIZ MARCELO COCKELL E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ELENA FERREIRA DE CAMPOS E OUTROS
ADVOGADO	: JOSE QUARTUCCI E OUTRO(S)

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. ALEGADA OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS SUSCITADOS NO APELO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento, interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, contra a inadmissão, na origem, de recurso especial, manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3º Região, assim ementado:

"AGRAVO LEGAL - JUROS DE MORA - PRECATÓRIO COMPLEMENTAR - CABIMENTO - DECISÃO UNA DE RELATOR QUE NEGA SEGUIMENTO AO RECURSO - ARTIGO 557 E PARÁGRAFOS, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.
1. A expedição de precatório não produz o efeito de pagamento, razão pela qual não elide a incidência dos juros moratórios, que são computados enquanto não solvida integralmente a obrigação.
2. Assim, perfeitamente cabível a incidência de juros moratórios em precatório complementar, considerando o período compreendido entre a data da última conta de atualização do precatório e a data de seu efetivo pagamento.
3. Com a nova sistemática trazida pelo artigo 557, do Código de Processo Civil, é possível ao relator negar seguimento a recurso contrário a Súmula ou jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior, hipótese destes autos, pelo que deve ser mantida a decisão recorrida.
4. Recurso a que se nega provimento."

O recorrente aponta violação ao art. 535, II, do Código de Processo Civil, porquanto a Corte de origem permaneceu omissa em relação a matérias sobre as quais deveria se manifestar. Alega, de outra parte, infringência ao art. 1º da Lei 4.414/64 e aos arts. 955, 956 e 963 do Código Civil pretérito, em relação ao cômputo do juros moratórios no período entre a expedição do precatório e o seu pagamento.
É o relatório.
A pretensão não merece prosperar.
Inicialmente, não vislumbro ofensa ao art. 535, II, do Código de Processo Civil, porquanto constato que o acórdão dos embargos declaratórios cumpriu seu ofício, concluindo que não havia omissão a ser sanada, sobretudo porque solucionou a controvérsia com o direito que entendeu melhor aplicável ao caso.
Ressalte-se que o juiz não está obrigado a rebater, pormenorizadamente, todas as questões trazidas pela parte, citando os dispositivos legais que esta entende pertinentes para a resolução da controvérsia.
A negativa de prestação jurisprudencial se configura apenas quando o Tribunal deixa de se manifestar sobre ponto que seria indubitavelmente necessário ao deslinde do litígio. Nesse sentido é a orientação desta egrégia Corte:

"ADMINISTRATIVO. LIVRE CONVENCIMENTO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA N. 211/STJ. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DO DECRETO N. 52.275/63 E DA LEI N. 5.617/70. NÃO CONFIGURAÇÃO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E NESSA PARTE NÃO PROVIDO.
1. (...)
2. (...)
3. Tendo o Tribunal a quo se manifestado acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia, inocorre negativa de prestação jurisdicional.
4. (...)
5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido." (REsp 657.421/DF, Rel. Min. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, SEXTA TURMA, DJ 09.05.2005)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INOCORRÊNCIA. QUESTÃO NÃO SUSCITADA. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO EX OFFICIO. PRETENSÃO DE REEXAME.
1. Em se cuidando de questão suscitada somente quando da oposição dos embargos de declaração, não há falar em violação do artigo 535, inciso II, do Código de Processo Civil, máxime porque não está o Tribunal a quo obrigado a se pronunciar sobre questão não apreciável de ofício.
2. "Inexiste omissão suprível através dos embargos declaratórios se se trata de matéria cuja apreciação dependia de provocação da parte, que não ocorreu." (José Carlos Barbosa Moreira, in Comentários ao Código de Processo Civil, volume V, 8ª edição, pág. 539).
3. Os embargos declaratórios não se prestam ao reexame de matéria já decidida à luz dos fundamentos jurídicos invocados, tampouco para forçar o ingresso na instância extraordinária se não houver omissão, contradição ou obscuridade a serem supridas no acórdão, nem fica o juiz obrigado a responder a todas as alegações das partes, quando já encontrou motivo suficiente para fundar a decisão.
4. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 779.074/AM, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJ 13.03.2006)

De outra parte, a matéria relativa ao art. 1º da Lei 4.414/64 e aos arts. 955, 956 e 963 do Código Civil pretérito não foi objeto de exame pela Corte de origem, não tendo sido suscitados nos embargos de declaração opostos em face do aresto *a quo*. Dessa forma, diante da ausência de prequestionamento dos dispositivos legais apontados como malferidos, aplica-se à espécie os Enunciado nºs 282 e 356 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, que dispõem:

"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."

"O ponto omisso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento."

Importante ressaltar, outrossim, que sequer restou configurado o denominado prequestionamento implícito, porquanto a questão jurídica atinente à mencionada norma não foi enfrentada pelo Tribunal *a quo*. A respeito do tema, confiram-se os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. SIMPLES ALEGAÇÃO DE PREQUESTIONAMENTO, SEM FUNDAMENTAÇÃO.
1. O prequestionamento implícito reclama, para que reste configurado, que, a despeito da falta de indicação dos dispositivos violados, a matéria de fundo seja efetivamente debatida no acórdão recorrido. *In casu*, tal fato não ocorreu.
(...)
3. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 808.330/PE, Sexta Turma, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJ 12/2/2007)

"PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECURSO ESPECIAL - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - SÚMULAS 282/STF E 211/STJ.
1. Configura-se o prequestionamento quando a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, com emissão de juízo de valor acerca dos respectivos dispositivos legais, interpretando-se sua aplicação ou não ao caso concreto.
2. Admite-se o prequestionamento implícito para conhecimento do recurso especial, desde que demonstrada, inequivocamente, a apreciação da tese à luz da legislação federal indicada, o que não ocorreu na hipótese dos autos.
3. Recusando-se o Tribunal a fazê-lo, a orientação desta Corte é no sentido de que o recurso especial deve indicar como violado, sob pena de aplicação da Súmula 211/STJ, o art. 535 do CPC, especificando objetivamente qual a omissão, contradição ou obscuridade a ser suprida.
4. Agravo regimental improvido." (AGA 758.827/SC, Segunda Turma, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ 18/10/2006)

Diante do exposto, com fundamento no artigo 254, inciso I, do RISTJ, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4134)

RECURSO ESPECIAL Nº 770.636 - RS (2005/0122658-1)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
RECORRENTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO	: LÚCIO FABIANO SILVA DA SILVA
ADVOGADO	: NESY MARINA RAMOS - DEFENSORA PÚBLICA E OUTROS

DECISÃO

PENAL. ESTUPRO. VÍTIMA MENOR DE QUATORZE ANOS. VIOLÊNCIA PRESUMIDA. CARÁTER ABSOLUTO. CONSENTIMENTO DA OFENDIDA. IRRELEVÂNCIA.
1. Esta Corte firmou compreensão no sentido de que a presunção de violência prevista no art. 224, "a", do Código Penal, é de caráter absoluto, pouco importando o consentimento da vítima ou suas condições pessoais.
2. Recurso especial provido.

Cuida-se de recurso especial interposto pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça.
Noticiam os autos que o recorrido foi denunciado como incurso no artigo 213, **caput**, c/c o artigo 224, "a", ambos do Código Penal, sendo absolvido com base no art. 386, VI, do Código de Processo Penal.
Inconformado, apelou o **parquet**, vindo o Tribunal de origem, à unanimidade de votos, a negar provimento ao apelo ao fundamento de que "não é possível condenar o réu nas sanções do delito descrito no art. 213, c/c o art. 224, alínea "a", ambos do Código Penal, quando as circunstâncias do caso concreto evidenciam o consentimento válido da vítima, representado pelo namoro entre eles há mais de ano e a efetiva fuga da menor de casa, com o apoio de seu irmão, para encontrar-se com o réu." (fl. 141)
Daí o especial, no qual se alega, além de divergência jurisprudencial, negativa de vigência do artigo 224, "a", do Código Penal, sustentando-se que "o consentimento da menor de quatorze anos é irrelevante para a formação do tipo penal do estupro, pois a proibição legal é no sentido de coibir qualquer prática sexual com pessoa nessa faixa etária". (fl. 151)
A Subprocuradoria-Geral da República opina pelo provimento do recurso.
Merece acolhida a irresignação.
Esta Corte firmou compreensão no sentido de que a presunção de violência prevista no art. 224, "a", do Código Penal, é de caráter absoluto, pouco importando o consentimento da vítima ou suas condições pessoais.
Vejam-se os precedentes:
A *- "RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL. CRIME DE ESTUPRO COMETIDO CONTRA MENOR DE QUATORZE ANOS. PRESUNÇÃO DE VIOLÊNCIA. CARÁTER ABSOLUTO. CONSENTIMENTO DO MENOR. IRRELEVÂNCIA. PRECEDENTES. PROGRESSÃO DE REGIME. POSSIBILIDADE. DECLARADA A INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 2.º, § 1.º, DA LEI N.º 8.072/90, PELO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.*
1. A violência presumida, prevista no art. 224, alínea 'a', do Código Penal, tem caráter absoluto, afigurando-se como instrumento legal de proteção à liberdade sexual do menor de 14 (quatorze) anos, em razão de sua incapacidade volitiva.
2. O consentimento do menor de 14 (quatorze) anos é irrelevante para a formação do tipo penal do estupro, pois a proibição legal é no sentido de coibir qualquer prática sexual com pessoa nessa faixa etária.
3. O Pretório Excelso, em sua composição plenária, no julgamento do HC n.º 82.959/SP, em 23 de fevereiro de 2006, declarou inconstitucional o óbice do § 1º do art. 2º da Lei dos Crimes Hediondos que veda a possibilidade de progressão de regime prisional aos condenados pela prática dos delitos nela elencados.
4. Afastou-se, assim, a proibição legal quanto à impossibilidade de progressão carcerária aos condenados pela prática de crimes hediondos e equiparados, tendo sido, todavia, ressalvado pelo Supremo Tribunal Federal, no mencionado precedente, que caberá ao juízo da execução penal analisar os pedidos de progressão considerando o comportamento de cada condenado e o preenchimento dos demais requisitos necessários à concessão do benefício.
5. Recurso conhecido e parcialmente provido para, cassando o acórdão recorrido, restabelecer a sentença de primeiro grau, exceto na parte relativa à imposição do regime integralmente fechado, ressalvando, contudo, que competirá ao juízo das execuções criminais, atendidos os requisitos subjetivos e objetivos, decidir sobre o deferimento do benefício da progressão de regime prisional."
(REsp nº 841.691/SP, Relatora Ministra ***LAURITA VAZ****, DJU de 30/10/2006)*

B *- "PENAL. RECURSO ESPECIAL. ART. 214, C/C ART. 224, ALÍNEA 'A', DO CÓDIGO PENAL. PRESUNÇÃO. NATUREZA. I - No atentado violento ao pudor com violência presumida, a norma impõe um dever geral de abstenção de ato libidinoso diverso da conjunção carnal com jovens que não sejam maiores de 14 anos. II - O consentimento da vítima ou sua experiência em relação ao sexo, no caso, não tem relevância jurídico-penal (Precedentes do STF e do STJ). Recurso parcialmente provido."*
(REsp nº 762.044/SP, Relator o Ministro ***FELIX FISCHER****, DJU de 2/5/2006)*

C *- "****HABEAS CORPUS****. DIREITO PENAL. CRIMES CONTRA OS COSTUMES. ESTUPRO. VIOLÊNCIA PRESUMIDA. ERRO DE TIPO. DESCONHECIMENTO DA LEI. NÃO CONHECIMENTO. CONSENTIMENTO DA MENOR. IRRELEVÂNCIA.*
1. Inviável o conhecimento do pedido relativamente ao alegado erro de tipo, bem como quanto ao desconhecimento da lei, eis que sua aferição requisita, necessariamente, o conhecimento e a valoração de todo o conjunto da prova, fazendo-se induvidosamente estranhos ao âmbito de cabimento do ***habeas corpus****.*
2. É pacífica a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça e do Excelso Supremo Tribunal Federal no sentido de que a presunção de violência prevista no artigo 224, alínea 'a', do Código Penal, é de caráter absoluto, desimportando, por conseguinte, o consentimento da menor.
3. ***Habeas corpus*** *conhecido, em parte, e denegado."*
(HC nº 17.218/SP, Relator o Ministro ***HAMILTON CARVALHIDO****, DJU de 6/2/2006)*

Ante o exposto, dou provimento ao recurso para condenar Lúcio Fabiano Silva da Silva como incurso no art. 213 c/c art. 224, "a", ambos do Código Penal e determino que os autos sejam remetidos ao Juízo de primeira instância para que seja fixada a reprimenda.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 05 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4135)

RECURSO ESPECIAL Nº 773.951 - RS (2005/0135599-7)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: TATIANA SILVA DE BONA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: NELSON LODI
ADVOGADO	: ELYTHO ANTÔNIO CESCON

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 259 DO RISTJ. EXECUÇÃO. FAZENDA PÚBLICA. DÉBITO SUPERIOR A 60 SALÁRIOS MÍNIMOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FRACIONAMENTO. REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR. IMPOSSIBILIDADE.
A dispensa do precatório só será possível quando os valores da execução, incluídos os honorários advocatícios e as custas, não excederem o limite de 60 salários mínimos, sendo vedado o seu fracionamento. Juízo de retratação que se impõe.
Recurso especial a que se dá provimento.

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, contra decisão, assim ementada:
"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. HONORÁRIOS. PEQUENO VALOR.
Haja vista que o advogado tem autonomia para executar o valor de seus honorários, não há obstáculo para que estes, quando dentro do limite legal, sejam obtidos por meio de requisição de pequeno valor.
Recurso especial a que se nega seguimento." (fls. 71)
O agravante reitera as razões expendidas no recurso especial ao sustentar ter ocorrido violação ao artigo 17 da Lei nº 10.259/2001 e divergência jurisprudencial. Afirma que sua tese (vedação do fracionamento do valor da execução para pagamento dos honorários advocatícios por requisição de pequeno valor) encontra albergue da jurisprudência de ambas as Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte Superior.
Requer a reconsideração da decisão ou seu julgamento pela E. Sexta Turma.
Passa-se à decisão.
In casu, ante o entendimento assentado por ambas as Turmas que compõem a Terceira Seção sobre a impossibilidade de fracionamento da execução para pagamento dos honorários advocatícios através de requisição de pequeno valor, entendimento este por mim adotado também em recentes julgamentos, tenho que a reconsideração da decisão recorrida se impõe, nos termos do artigo 259 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.
Assim, passo à nova análise da controvérsia do recurso especial que traz, além de divergência jurisprudencial, a violação do artigo 17, *caput*, e parágrafos da Lei nº 10.259/2001.
A Corte de origem entendeu ser possível a individualização da execução dos honorários advocatícios através de requisição de pequeno valor, desde que esta verba seja inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, independentemente do valor a ser executado na causa.
No entanto, essa posição não se coaduna com a lei de regência, tampouco com a jurisprudência desta Corte Superior.
Com efeito, colaciona-se o dispositivo apontado como malferido (art. 17 da Lei nº 10.259/01):
"Art. 17. Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo de sessenta dias, contados da entrega da requisição, por ordem do Juiz, à autoridade citada para a causa, na agência mais próxima da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, independentemente de precatório.
§ 1º Para os efeitos do § 3º do art. 100 da Constituição Federal, as obrigações ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatório, terão como limite o mesmo valor estabelecido nesta Lei para a competência do Juizado Especial Federal Cível (art. 3º, caput).
§ 2º Desatendida a requisição judicial, o Juiz determinará o seqüestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão.
§ 3º São vedados o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida no § 1º deste artigo, e, em parte, mediante expedição do precatório, e a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago.
§ 4º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no § 1º, o pagamento far-se-á, sempre, por meio do precatório, sendo facultado à parte exeqüente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma lá prevista."
Já o *caput* do art. 3º da Lei nº 10.259/01 dispõe que:
Art. 3º Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.
Assim, caso o crédito do exeqüente não supere o limite de 60 (sessenta) salários mínimos, incluindo-se neste valor inclusive custas e honorários, o pagamento será realizado através de requisição de pequeno valor, em até 60 (sessenta dias), sendo vedado seu fracionamento.
Na hipótese dos autos, o valor a ser executado extrapola o teto conferido pela Lei dos Juizados Especiais Federais, e, não sendo possível seu fracionamento, inviabiliza-se o pagamento dos honorários advocatícios de forma independente, através de requisição de pequeno valor.
Não é outro o entendimento de ambas as Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte Superior, conforme se depreende das ementas dos seguintes julgados, q.v., *verbi gratia*:
"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FRACIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. I - O art. 17 da Lei n° 10.259/01 estabelece que estando o valor do crédito executivo dentro do limite de 60 salários mínimos (valor este que abrange todas as verbas devidas, até mesmo as custas e os honorários advocatícios), o pagamento deve ser realizado em até 60 dias, não sendo admitido o fracionamento. Precedentes. II - Ultrapassado o valor teto fixado em lei, é facultado ao credor requerer o quantum integral por precatório ou renunciar ao excedente do crédito. Precedentes. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 754.853/RS, 5ª Turma, Rel. Min. Felix Fischer, DJ de 12.09.2005)
"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NÃO-OCORRÊNCIA. REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FRACIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, PROVIDO." (REsp 851.567/RS, Rel. Min, Laurita Vaz, DJ de 23.08.2006)
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO SEM A NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO. LIMITE PREVISTO NO ARTIGO 128 DA LEI Nº 8.213/91 COM A REDAÇÃO DA LEI 10.099/2000. EXCLUSÃO DA VERBA HONORÁRIA E DAS CUSTAS PROCESSUAIS. IMPOSSIBILIDADE. 1. "As demandas judiciais que tiverem por objeto o reajuste ou a concessão de benefícios regulados nesta Lei cujos valores de execução não forem superiores a R$ 5.180,25 (cinco mil, cento e oitenta reais e vinte e cinco centavos) por autor poderão, por opção de cada um dos exeqüentes, ser quitadas no prazo de até sessenta dias após a intimação do trânsito em julgado da decisão, sem necessidade da expedição de precatório." (artigo 128 da Lei nº 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 10.099/2000). 2. O limite de R$ 5.180,25 tem incidência sobre os valores de execução que, por certo, compreendem não só o valor efetivamente devido ao segurado, mas também os valores a serem suportados pela autarquia previdenciária, a título de honorários advocatícios e de custas processuais. Precedente. 3. Recurso conhecido." (Resp 411.152/PR, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ de 10.03.2003)
"PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA, DECORRENTE DE AÇÃO COLETIVA, INICIADA APÓS A EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.180-35/01. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. APRECIAÇÃO DE TEMA SOB ENFOQUE NÃO DISCUTIDO EM APELAÇÃO. POSSIBILIDADE. EXECUÇÃO DE PEQUENO VALOR. NÃO CONFIGURADA. FRACIONAMENTO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PARA CONFIGURAR OBRIGAÇÃO DE PEQUENA MONTA. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. As execuções de títulos judiciais de-

correntes de ações coletivas sofrem a incidência do art. 1º-D, da Lei n.º 9.494/97. Excluem-se desse entendimento apenas as sentenças derivadas de ação civil pública, que constituem hipótese peculiar. 2. Inobstante a matéria da apelação rezar sobre a majoração dos honorários, nada obsta que este Tribunal, ao analisar o recurso especial, aprecie a questão sobre a existência do direito à percepção dos advocatícios e aplique esse direito corretamente, respeitando, todavia, as situações já consolidadas em face da coisa julgada e da preclusão. 3. Consideram-se de pequeno valor as execuções de até 60 (sessenta) salários mínimos, a teor do art. 17, § 1º, da Lei n.º 10.259/2001, e sendo a execução promovida em regime de litisconsórcio ativo facultativo, a aferição do valor, para os fins do art. 100, § 3º da Constituição, deve levar em conta o crédito individual de cada exeqüente. 4. A verba honorária, para fins de pagamento, segue a sorte da obrigação principal, sendo vedado o seu fracionamento para fins de configuração de execução de pequena monta, em que se figura desnecessária a expedição de precatório. 5. Agravo regimental não provido." (AgREsp 720744/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, DJ 20.06.2005)

Todavia, registre-se que a lei faculta à parte exeqüente manifestar-se sobre a renúncia ao crédito que excede ao teto de 60 (sessenta) salários mínimos, a fim de que possa receber o pagamento sem que seja necessária a expedição do precatório.

Ante o exposto, nos termos do artigo 557, § 1º - A do CPC e artigo 259 do RISTJ, DOU PROVIMENTO ao recurso especial para determinar que o pagamento obedeça a expedição de precatório, caso não haja renúncia ao crédito excedente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4136)

RECURSO ESPECIAL Nº 786.671 - CE (2005/0164823-6)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: JOÃO PEREIRA DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO	: MÁRCIO ALEXANDRE CARVALHO E OUTRO
RECORRIDO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, por JOÃO PEREIRA DA SILVA, contra v. acórdão proferido pela Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que restou assim ementado (fl. 263):

"-Apelação crime. - Júri.

- Clarificado nos autos que a vítima foi, fria e covardemente, abatida, à tiros, pelo apelante, confirma-se, por impositivo, repelindo-se a insossa súplica recursal que intentava o judicium rescindens, a decisão do Tribunal Popular em suficiente aprumo e simetria com o contexto probatório defluente do processo.

- Improvimento.

- *Unius modi*."

Consta do caderno processual que o Recorrente foi condenado a 16 (dezesseis) anos de reclusão pelo Júri da Comarca de Morada Nova, CE, tendo em vista o cometimento dos crimes tipificados nos arts. 121, § 2º, incisos I e IV, e art. 121 c/c art. 14, inciso II, e na forma do art. 29, todos do Código Penal, e que apelou da sentença alegando contrariedade à prova dos autos.

Em votação unânime, no entanto, a Corte de Justiça cearense negou provimento ao recurso e manteve *in totum* a sentença condenatória.

Daí este recurso especial, aduzindo negativa de vigência ao art. 5º, incisos XLVI, XLVII, XLVIII e XLIX, da Constituição Federal, além de violação ao art. 593, inciso III, alínea "d", do Código de Processo Penal, uma vez que a condenação contraria a prova dos autos, sobretudo no tocante à autoria dos crimes imputados ao recorrente.

Em conclusão, requer-se o provimento do recurso e, por conseguinte, a absolvição do recorrente.

Contra-arrazoado, o recurso foi admitido e subiu a esta Corte, passando, inicialmente, pela relatoria do Ilustre Ministro Hélio Quaglia Barbosa, a quem substitui na composição do colegiado da Sexta Turma.

Às fls. 271/272, a Subprocuradoria-Geral da República opinou pelo desprovimento do recurso.

Anote-se, também, que o Recorrente ingressou, às fls. 280/281, com pedido de expedição de carta de guia provisória, para o fim de serem auferidos os benefícios da execução.

É o relatório.

Decido.

Pelo que se depreende das razões do recurso, toda a irresignação pende para a negativa de autoria, já que a defesa subscritora da pretensão especial insiste na tese de que o Recorrente apenas participou da fuga do verdadeiro executor dos crimes de homicídio e tentativa de homicídio, pelos quais foi condenado.

Sustenta, outrossim, que as 5 (cinco) testemunhas de acusação não apontam o Recorrente como autor do crime, mas tão-somente reconhecem, duas delas sobretudo, que o co-réu Francisco Valdiano Rodrigues Lima é quem realizou a conduta criminosa, circunstância a ser devolvida pelo norte da violação ao dispositivo do art. 593, III, alínea "d", do CPP.

À evidência, o recurso não merece prosperar porque a via extraordinária impossibilita o reexame de prova.

Por sinal, contrariamente ao afirmado pelo Recorrente, há de ponderar para o fato de que a decisão hostilizada bem indicou os elementos de prova suficientes à condenação, na medida em que demonstrou passo a passo o caminho do crime, a materialidade e a autoria do Recorrente, reconhecida, afinal, por meio do testemunho de Francisco Emiliano, que assim confirmou: *"que viu quando o cara, Valdiano, saiu perseguindo o Pateta, conseguindo inclusive atingir sua perna, e o outro indivíduo* - o Recorrente - *correu atrás da mulher; ...que viu o outro cara atirando na mulher do Pateta"*(fl. 229*)*.

Por certo, a contestação desses dados probatórios reclama uma maior intromissão no ambiente da fase cognitiva, demandando, naturalmente, a produção de novos elementos para o fim de harmonizar as situações em destaque.

Ademais, para verificar a participação de cada réu no evento delituoso seria necessário cotejar e valorar aspectos da prova individual, atividade defesa em sede de recurso especial, consoante expressão do Enunciado 7 da Súmula desta Casa.

Não bastasse a discussão meramente probatória, pretende o recurso veicular negativa de vigência a preceitos constitucionais, aspiração obviamente imprópria nesta via de recurso especial.

Realmente, por esse motivo, afigura-se insubsistente o cabimento do apelo especial, haja vista ser-lhe alheio o debate em torno de temas albergado por dispositivo constitucional.

Confiram-se os precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. PEDIDO E SENTENÇA GENÉRICOS. INOCORRÊNCIA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS.

1. O recurso especial não é o meio processual adequado para examinar ofensa a dispositivos da Constituição Federal.

2. A competência desta Corte se restringe à uniformização de legislação infraconstitucional (art. 105, III, da CF). A apreciação de matéria constitucional em recurso especial significaria usurpar a competência do STF.

(...)

4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido." (REsp 804.229/RJ, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26.06.2007, DJ 02.08.2007 p. 360)

"PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. OBRAS DO METRÔ/DF.

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RECURSO ESPECIAL. ALÍNEAS "A" E "C" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI VIOLADO. SÚMULA Nº 284 DO STF. ACÓRDÃOS PARADIGMAS DO MESMO TRIBUNAL. SÚMULA Nº 13 DO STJ. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO DISSÍDIO NOS MOLDES DO ART. 255 DO RISTJ. NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVOS INTERPRETADOS DE FORMA DIVERGENTE.

I - A via estreita do recurso especial exige a demonstração inequívoca da ofensa ao dispositivo inquinado como violado, bem como a sua particularização, a fim de possibilitar o seu exame em conjunto com o decidido nos autos, sendo certo que a falta de indicação dos dispositivos infraconstitucionais tidos como violados caracteriza deficiência de fundamentação, em conformidade com o Enunciado Sumular nº 284 do STF. Precedentes: REsp nº 880.870/PR, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ de 23/04/2007; AgRg no Ag nº 815.186/RJ, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ de 02/04/2007 e AGA nº 352.949/RJ, Rel. Min.

GILSON DIPP, DJ de 12/03/2001.

(...)

IV - Outrossim, ressalto que a jurisprudência desta Corte orienta-se no sentido de que "a falta de particularização do dispositivo de lei federal a que os acórdãos - recorrido e paradigma - tenham dado interpretação discrepante constitui óbice ao exame do recurso especial fundado no permissivo constitucional da alínea "c".

Inteligência do enunciado 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal." (REsp nº 468.944/RS, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, DJ de 12/05/2003). Precedente: REsp nº 907.966/RO, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ de 09/04/2007.

V - Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 918.071/DF, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15.05.2007, DJ 04.06.2007 p. 322)

Diante do exposto, com fundamento no art. 557, *caput*, do CPC, **não conheço** do recurso especial, prejudicado o pedido de extração de guia provisória.

Publique-se.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4137)

RECURSO ESPECIAL Nº 791.870 - RN (2005/0177421-8)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: ANTENOR ROBERTO SOARES DE MEDEIROS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARLUCE MAIA
ADVOGADO	: ADEMAR AVELINO DE QUEIROZ SOBRINHO

DECISÃO

Recurso especial interposto pelo Estado do Rio Grande do Norte, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. REMESSA NECESSÁRIA E RECURSO VOLUNTÁRIO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE RELAÇÃO JURÍDICA. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO DO DIREITO DE AÇÃO. RELAÇÃO JURÍDICA CONTINUADA QUE NÃO PERMITIU O ALCANCE DO INSTITUTO DA PRESCRIÇÃO. DIREITO INTOCÁVEL PELA AÇÃO DO TEMPO. REJEIÇÃO. MÉRITO. PROVA DOCUMENTAL CONTEMPORÂNEA. RECONHECIMENTO DA RELAÇÃO JURÍDICA. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DA REMESSA NECESSÁRIA E DO RECURSO VOLUNTÁRIO. PRECEDENTES." (fl. 100).

A insurgência especial está fundada na violação do artigo 1º do Decreto nº 20.910/32.

Sustenta o recorrente a prescrição do fundo de direito da ação, eis que transcorreram-se mais de cinco anos entre o pretenso direito do autor e o ajuizamento da ação.

Recurso tempestivo (fl. 112), não respondido e admitido (fl. 119).

Tudo visto e examinado, decido.

A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que, em se tratando de ação declaratória com a finalidade de ver reconhecida a relação jurídica de servidores, ou seja, reconhecimento de tempo de serviço, não incide qualquer prescrição.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. LICENÇA-PRÊMIO. AÇÃO DECLARATÓRIA E CONDENATÓRIA. PRESCRIÇÃO. NÃO-OCORRÊNCIA. PRECEDENTES.

1. ***Não há que se falar em ocorrência de prescrição em relação a pedido de reconhecimento de direito de servidor público do Estado de São Paulo, subordinado ao regime da Lei Estadual nº 500/74, ao gozo da licença-prêmio pois, no ponto questionado, a ação é declaratória.***

2. "O termo inicial para a contagem do prazo prescricional, no caso de pedido de indenização de licença-prêmio não gozada, é a data da aposentadoria. Portanto, persistindo a relação entre os agravados e a administração pública, não há que se cogitar na suscitada prescrição" (AgRg no REsp 813.694/SP, Rel. Min. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJ 12/6/2006). Precedentes.

3. Agravo regimental improvido." (REsp nº 436.931/SP, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, ***in*** DJ 14/5/2007 - nossos os grifos).

"AGRAVO REGIMENTAL. SERVIDOR PÚBLICO. DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO. AÇÃO DECLARATÓRIA. PRESCRIÇÃO. NÃO-OCORRÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. As ações que visam à obtenção da declaração de tempo de serviço, ou seja, que buscam o reconhecimento da existência de uma relação jurídica, constituem-se em ações declaratórias puras, sendo, portanto, imprescritíveis. Precedentes.

2. Agravo regimental desprovido." (REsp nº 623.560/RJ, Relatora Ministra Laurita Vaz, ***in*** DJ 2/5/2005 - nossos os grifos).

"Civil e processo civil. Recurso especial. Embargos de declaração rejeitados. Ação declaratória de retificação de registro de imóvel. Efeito constitutivo. Prescritibilidade. Análise pelo Tribunal. Termo inicial. Conhecimento do erro no registro.

- Devem ser rejeitados os embargos de declaração quando inexiste omissão, obscuridade ou contradição na decisão embargada.

- ***As ações declaratórias são imprescritíveis, salvo quando produzirem também efeitos de natureza constitutiva. Precedentes.***

- A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, o que permite seu reconhecimento pelo Tribunal, mesmo quando o juiz não tenha se manifestado sobre a matéria.

- Nas ações de retificação de registro, o prazo prescricional começa a fluir a partir do momento em que se tomou conhecimento do equívoco no registro.

Recurso especial conhecido e provido." (REsp nº 436.931/MG, Relatora Ministra Nancy Andrighi, ***in*** DJ 1º/2/2005 - nossos os grifos).

"ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDORES ESTADUAIS. ESTABILIDADE. ATO DECLARATÓRIO. IMPRESCRITIBILIDADE.

É firme o entendimento doutrinário e jurisprudencial no sentido de que as ações em que se busca a declaração de existência de uma relação jurídica são imprescritíveis, independentemente de indeferimento do pedido na via administrativa, não se aplicando, portanto, às mesmas o disposto no art. 1º do Decreto 20.190/32.

Recurso não conhecido." (REsp nº 492.790/MG, Relator Ministro Felix Fischer, ***in*** DJ 19/5/2003 - nossos os grifos).

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. TEMPO DE SERVIÇO. AÇÃO DECLARATÓRIA. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL.

1. ***Não se submete à prescrição a ação declaratória pura, proposta com o exclusivo fim de ter declarada a existência de uma relação jurídica. Precedentes.***

2. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nesta parte, não provido." (REsp nº 492.790/MG, Relator Ministro Edson Vidigal, ***in*** DJ 15/10/2001 - nossos os grifos).

Outro não foi o entendimento do acórdão recorrido.

Tem incidência, assim, o enunciado nº 83 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça, ***verbis***:

"Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida."

Pelo exposto, com fundamento no artigo 557, ***caput***, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4138)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 798.773 - DF (2006/0161830-3)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: BEATRIZ FULGÊNCIO GAZZOLLI
ADVOGADO	: HÉLIO JOSÉ FIGUEIREDO E OUTRO
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ILDETE DOS SANTOS PINTO E OUTRO(S)

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 20 E 29 DA LEI 8.212/91 E AO ART. 2º, IV E V, DA LEI 8.213/91. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 211/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra inadmissão, na origem, de recurso especial manejado com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, que atacou acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO. VINCULAÇÃO. INEXISTÊNCIA.
1. São diversos os conceitos de salário-de-contribuição e de salário-de-benefício. Um e outro salários são ficções legais criadas para fins específicos. A equivalência pretendida entre as variações concedidas ao salário-de-contribuição e aquelas concedidas ao salário-de-benefício não encontra amparo legal ou na jurisprudência.
2. Apelo improvido."

A parte agravante, nas razões do recurso especial, aponta violação aos arts. 20 e 29 da Lei 8.212/91 e ao art. 2º, IV e V, da Lei 8.213/91. Argumenta, nesse sentido, que "ao contrário do decidido há previsão legal para atualização dos salários de contribuição levados a efeito para cálculo da RMI com os mesmos índices adotados para atualização dos salários de contribuição base para aferição de contribuições em prol do recorrido, os quais são superiores aos adotados como demonstrado".
É o relatório.
O presente recurso especial não reúne condições de admissibilidade. Verifica-se das razões do aresto combatido que o fundamento da decisão concessiva da segurança se deu com esteio na impossibilidade da pretendida equivalência entre o salário-de-contribuição e o salário-de-benefício.
Com efeito, eventual violação aos arts. 20 e 29 da Lei 8.212/91 e ao art. 2º, IV e V, da Lei 8.213/91, objeto da insurgência, não foi debatida no acórdão recorrido. Muito embora a oposição dos embargos declaratórios na origem, tampouco a questão foi analisada no acórdão que os rejeitou. Dessa feita, tal fato atrai o óbice da Súmula 211/STJ, *verbis*:

"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a *quo*."

Desse modo, a mera oposição de embargos declaratórios não é suficiente para suprir o requisito do prequestionamento, sendo indispensável o efetivo exame da questão pelo acórdão objurgado. Assim, se a parte recorrente entendesse persistir omissão no aresto recorrido, deveria ter alegado ofensa ao artigo 535 do Estatuto Processual Civil nas razões de seu recurso especial. Nesse sentido, aponto os seguintes julgados:

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. ALÍNEA "A". PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 211/STJ, 282 E 356/STF. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DA EXATA COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 284/STF. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
I - Em sede de recurso especial é inviável a apreciação de matéria cujo tema não restou discutido à exaustão na instância *a quo*. A mera oposição do recurso integrativo não supre a necessidade do prequestionamento. Aplicável, in casu, o verbete Sumular 211/STJ, que assim dispõe: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo." Ademais, incidem, à espécie, os verbetes de Súmulas 282 e 356/STF.
(...)
III - Agravo interno desprovido." (AgRg no Ag 619.454/RJ, Rel. Min. GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJ 13/12/2004)

"PROCESSO CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - FGTS - EXPURGO INFLACIONÁRIO DE FEVEREIRO/89 - 10,14% - SÚMULA 211/STJ.
1. O STJ entende que o requisito do prequestionamento é satisfeito quando o Tribunal a quo emite juízo de valor a respeito da tese defendida no especial, não sendo suficiente que a parte suscite a questão em embargos declaratórios.
2. Situação específica ocorrida no julgamento do REsp 196.878/SP que difere da hipótese dos autos e não autoriza a conclusão de que a mera oposição de embargos supre o requisito do prequestionamento.
3. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 568.465/PR, Rel. Min. ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJ 15/3/2004)

"Processual civil. Recurso especial. Prequestionamento. Embargos de declaração. Alegação de ofensa ao CPC, art. 535. Necessidade.
I - A mera oposição de embargos de declaração não supre a falta de prequestionamento dos dispositivos cuja violação é alegada. Para afastar a incidência do enunciado 211/STJ, incumbe ao recorrente argüir a ofensa, se for o caso, do artigo 535, do CPC.
II - Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 385.072/SP, Rel. Min. ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJ 3/6/2002 p. 203)

Importante ressaltar, outrossim, que sequer restou configurado o denominado prequestionamento implícito, porquanto a questão jurídica atinente à mencionada norma não foi enfrentada pelo Tribunal *a quo*. A respeito do tema, confiram-se os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. SIMPLES ALEGAÇÃO DE PREQUESTIONAMENTO, SEM FUNDAMENTAÇÃO.
1. O prequestionamento implícito reclama, para que reste configurado, que, a despeito da falta de indicação dos dispositivos violados, a matéria de fundo seja efetivamente debatida no acórdão recorrido. *In casu*, tal fato não ocorreu.
(...)
3. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 808.330/PE, Sexta Turma, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJ 12/2/2007)

"PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECURSO ESPECIAL - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - SÚMULAS 282/STF E 211/STJ.
1. Configura-se o prequestionamento quando a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, com emissão de juízo de valor acerca dos respectivos dispositivos legais, interpretando-se sua aplicação ou não ao caso concreto.
2. Admite-se o prequestionamento implícito para conhecimento do recurso especial, desde que demonstrada, inequivocamente, a apreciação da tese à luz da legislação federal indicada, o que não ocorreu na hipótese dos autos.
3. Recusando-se o Tribunal a fazê-lo, a orientação desta Corte é no sentido de que o recurso especial deve indicar como violado, sob pena de aplicação da Súmula 211/STJ, o art. 535 do CPC, especificando objetivamente qual a omissão, contradição ou obscuridade a ser suprida.
4. Agravo regimental improvido." (AGA 758.827/SC, Segunda Turma, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ 18/10/2006)

De outra parte, no que concerne à alínea "c" do permissivo constitucional, infere-se que o recorrente apenas transcreveu ementas de julgados que entende favoráveis à sua tese, sem realizar o necessário cotejo analítico entre a fundamentação contida nos precedentes dos mencionados paradigmas e no aresto recorrido.
Dessa forma, tampouco merece prosperar o recurso no que se refere ao dissídio jurisprudencial, como se observa da leitura das seguintes ementas:

"PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO DA ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PIS E COFINS. ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI 9.718/98. CONCEITO DE FATURAMENTO. INCONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTES.
(...)
2. O conhecimento do recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional exige a demonstração da alegada divergência na forma dos arts. 541 do CPC e 255 do RISTJ, isto é, com o cotejo analítico dos julgados, indicando-se as circunstâncias de fato e de direito que os assemelham ou identificam. Na hipótese dos autos, inexiste cotejo analítico entre os julgados
(...)
7. Recurso especial a que se dá parcial provimento." (REsp 828.106/SP, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ 15/5/2006)

"ADMINISTRATIVO, CIVIL E PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL - ALÍNEAS "A" E "C" - RESPONSABILIDADE CIVIL DE CONCESSIONÁRIA DO PODER PÚBLICO - DENUNCIAÇÃO DA LIDE DE SEGURADORA - CONTRATO DE TRANSPORTE - DANOS CAUSADOS À PASSAGEIRA - CONDENAÇÃO - DANOS MORAIS E MATERIAIS - SUCUMBÊNCIA - ART. 21 DO CPC - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL - NÃO-CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PARA SUA DEMONSTRAÇÃO.
(...)
3. Divergência jurisprudencial. Inviável o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" quando a parte deixa de cumprir as formalidades exigidas no art. 541, parágrafo único, do Código de Ritos e 255 do RISTJ no que concerne à comprovação do dissídio jurisprudencial, limitando-se à transcrição do acórdão paradigma, sem proceder ao necessário cotejo analítico.
Recurso especial parcialmente conhecido e nesta parte improvido." (REsp 726.576/CE, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJ 31/10/2006).

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE, NO CASO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO INEXISTENTE. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. REEXAME DE PROVAS IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO NÃO REALIZADO. SUPORTE FÁTICO DESSEMELHANTE. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO.
(...)
4. Para a comprovação da alegada divergência jurisprudencial, cabe ao recorrente provar o dissenso por meio de certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório, oficial ou credenciado, em que tiver sido publicada a decisão divergente, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos em confronto, nos termos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e 255, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça. Hipótese em que, ademais, o suporte fático apresentado mostra-se dessemelhante.
5. Recurso especial conhecido e improvido." (REsp 705.744/RS, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 5/12/2005)

Diante do exposto, com fundamento nos artigo 254, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4139)

RECURSO ESPECIAL Nº 800.565 - RN (2005/0196746-9)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: JOSÉ FERNANDES DINIZ JÚNIOR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: EDUARDO HENRIQUE DE MELO CABRAL
ADVOGADO	: FRANCISCO FONTES NETO E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA.
Não há que se falar em negativa de prestação jurisdicional quando todas as questões necessárias ao deslinde da controvérsia foram analisadas e decididas, ainda que de forma contrária às pretensões do recorrente.
Recurso especial a que se nega seguimento.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a" do permissivo constitucional, ofertado contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça Estadual, assim ementado:
"PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PRELIMINARES: NULIDADE DE SENTENÇA E AFRONTA À COISA JULGADA. TRANSFERÊNCIA PARA O MÉRITO. CONVERSÃO DO VALOR DOS VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS DE CRUZEIRO REAL PARA URV. ÍNDICE DE 11,98%. IMPROVIMENTO DA APELAÇÃO. PRECEDENTES DO STF, STJ E TJRN." (fls. 88)
Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados. (fls. 112/118)
Nas razões de recurso especial, o Estado do Rio Grande do Norte alega violação ao artigo 535 do CPC eis que o Tribunal de Origem teria deixado de apreciar os argumentos expendidos nos embargos de declaração opostos. (fls. 120/128)
Decorreu o prazo para contra-razões. (fls. 138)
Admitido o recurso aos fls. 139/140, vieram conclusos os autos.
É o relatório.
De plano, consigne-se que, como bem sabido, o artigo 535 do CPC serve para dirimir omissões, obscuridades, ou contradições, eventualmente existentes, sendo pacífico, nesta Corte, que o julgador não está obrigado a discorrer sobre todos os regramentos legais ou todos os argumentos expendidos pelas partes.
As proposições poderão ou não ser explicitamente dissecadas pelo magistrado, que só estará obrigado a examinar a contenda nos limites da demanda, fundamentando o seu proceder de acordo com o seu livre convencimento, baseado nos aspectos pertinentes à hipótese ***sub judice*** e com a legislação que entender aplicável ao caso concreto.
No mesmo sentido, q.v., *verbi gratia*:
"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. DESCABIMENTO. APOSENTADORIA POR IDADE. ATIVIDADE URBANA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA N.º 07/STJ. 1. omissis. 2. Tendo o Tribunal a quo apreciado, com a devida clareza, toda a matéria relevante para a apreciação e julgamento do recurso, não há falar em violação ao art. 535 do Código de Processo Civil. 3. omissis. 4. omissis. 5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido." (Resp 543.740/SP, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ de 16.02.2004).

Ressalte-se, a propósito, que, q.v., *verbi gratia*:
"os embargos declaratórios não se prestam para forçar o ingresso na instância extraordinária se não houver omissão a ser suprida no acórdão, nem fica o juiz obrigado a responder a todas as alegações das partes quando já encontrou motivo suficiente para fundar a decisão" (AGA 372.041/SC, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ 04/02/2002).
Lecionam Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart, *in verbis*:
"Como visto, a finalidade dos embargos de declaração não é a de obter a anulação ou a modificação da decisão recorrida - ao contrário dos demais recursos. O seu objetivo é permitir o aperfeiçoamento da decisão, sanando seus eventuais defeitos (obscuridade, contradição e omissão). Realmente, se a função dos embargos declaratórios é subsidiária, visando somente aperfeiçoar a decisão, não se pode autorizar que, por meio desse caminho, a parte obtenha modificação substancial na decisão impugnada. (...)" (q.v., MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; 'Manual do Processo de Conhecimento'; 4ª ed. São Paulo: RT - 2005; p. 544)
No caso concreto, não se verifica violação ao art. 535, tendo em vista que o v. aresto analisou todas as questões pertinentes ao julgamento da causa, ainda que de forma diferente da que desejava o Recorrente.
Ante o exposto, nos termos do "caput" do artigo 557 do CPC, NEGO SEGUIMENTO ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4140)

RECURSO ESPECIAL Nº 807.287 - MS (2005/0215130-5)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
RECORRENTE	: ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADOR	: ARLETHE MARIA DE SOUZA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: GERSINO JOSÉ DOS ANJOS
ADVOGADO	: BRUNO BATISTA DA ROCHA E OUTRO

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. PAGAMENTO DE VENCIMENTOS COM ATRASO. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. IGPM.
1. O termo inicial para cômputo dos juros de mora é a citação do devedor.
2. Na correção monetária dos vencimentos dos servidores públicos estaduais pagos com atraso não há falar na incidência do IPC/INPC. Os índices de correção monetária devem ser fixados pela legislação estadual, no caso concreto, a Lei Estadual nº 1.031/90 do Estado do Mato Grosso do Sul, que determinou a aplicação do IGP-M para a atualização dos valores.
3 . Recurso especial provido em parte.

DECISÃO
Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão prolatado pelo Tribunal Estadual, assim ementado:
"APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO EX OFFICIO - AÇÃO DE COBRANÇA - DIFERENÇA SALARIAL -SERVIDOR PÚBLICO - CONVERSÃO DO CRUZEIRO REAL PARA URV - DIFERENÇA DE 11,98% DEVIDA - CORREÇÃO MONETÁRIA PELO IGPM - JUROS DE MORA FIXADOS EM 6% AO ANO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MANTIDOS - REPASSE DO DUODÉCIMO AFASTADO - RECURSO IMPROVIDO.
A interposição do mandado de segurança em 03/05/2002 interrompe a prescrição quinquenal.
Os servidores públicos estaduais têm direito à diferença de 11,98% decorrente de conversão de seus vencimentos em URV, a teor da Medida Provisória nº 434, de 27 de fevereiro de 1994, bem como da Lei nº 8.880/94.
Os pagamentos atrasados dos vencimentos dos servidores públicos estaduais devem ser corrigidos, incidindo juros de mora, desde o momento em que as diferenças eram devidas, por se tratar de verbas de caráter alimentar.
O IGPM é o índice de correção monetária que melhor reflete a inflação do período." (fls. 172)
Nas razões de recurso especial, o Estado recorrente aduz afronta aos arts. 1.536 do Código Civil, 219 do Código de Processo Civil e 1º da Lei nº 4.414/64, bem como existência de divergência jurisprudencial, na medida em que os juros de mora devem incidir a partir da citação do réu.
Afirma que o índice oficial para a correção monetária de vencimentos pagos com atraso não é o IGPM, e sim, o INPC, que é previsto no art. 4º da Lei nº 8.177/91. Para configurar divergência transcreve julgado desta Corte.
Foram apresentadas contra-razões. (fls. 194/199)
Admitido o recurso aos fls. 201/203, vieram conclusos os autos.
É o relatório.
De plano, consigne-se que no tocante à questão dos juros de mora, o Tribunal ***a quo*** determinou que esses fossem pagos a partir da data do vencimento de cada salário e vantagens não recebidas.
Contudo, o termo inicial para o cômputo dos juros de mora é a citação do devedor, pois, nessa data o devedor tem ciência de o autor reclamar seu crédito. Não se confunde com a correção monetária, devida a partir da data em que se deveria ter efetuado o pagamento.
Nesse sentido, confira-se, q.v., *verbi gratia*:
"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR. CORREÇÃO MONETÁRIA. DÍVIDA DE CARÁTER ALIMENTAR. JUROS MORATÓRIOS. CITAÇÃO. - Tratando-se de dívida de caráter alimentar, é devida a correção monetária desde quando originado o débito, ainda que em período anterior ao ajuizamento da ação. - O termo inicial para cômputo dos juros de mora é a citação do devedor. - Precedentes. - Recurso conhecido em parte e, nesta parte, provido. " (REsp. 208731-MS, REl. Min. Felix Fischer, DJU, 04.10.99)"
Assim, nos termos da jurisprudência desta Corte, a incidência dos juros de mora deve ocorrer a partir da citação.
Em outro passo, quanto à questão do índice a ser aplicado na correção monetária dos valores devidos pelo recorrente, este requer a incidência do IPC/INPC ao argumento de que esse seria o índice oficial, nos termos da Lei nº 8.177/91.
Contudo, em se tratando de valores devidos pelo Estado a seus servidores, os índices de correção monetária devem ser fixados pela legislação estadual, no caso concreto, a Lei Estadual nº 1.031/90, que determinou a aplicação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.
Nesse sentido está a jurisprudência desta corte, como se vê da ementa do julgado trascrito, q.v., *verbi gratia*:
"ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CORREÇÃO MONETÁRIA DE VENCIMENTOS PAGOS COM ATRASO, ÍNDICE. RECURSO ESPECIAL. PRESSUPOSTOS. DIREITO LOCAL. INADMISSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA NÃO CONFIGURADA. JUROS DE MORA. TERMO A QUO. - No Sistema Federativo Brasileiro, que estabelece um modelo de repartição de competição legislativa, uma lei federal não tem o condão de repercutir na esfera estadual em matéria de remuneração de seus servidores sob pena de violação do sistema de autonomia administrativa e financeira dos Estados-membros. - Os índices de correção dos vencimentos do funcionalismo público estadual pagos com atraso são fixados de acordo com a legislação estadual, sendo descabida a pretensão de incidência da legislação federal que prevê a utilização do INPC. - Segundo a moldura esculpida no art. 105, III, da Carta Magna, o recurso especial é cabível quando a decisão recorrida violar tratado ou lei federal, negar-lhes vigência ou prevalência sobre o direito local, ou ainda conferir-lhe exegese divergente da proclamada por outro tribunal. - Ressente-se de pressuposto de admissibilidade recurso especial que ataca acórdão fundado em direito local e não situa a divergência jurisprudencial dentro das mesmas premissas fáticas. - Tratando-se de dívida de valor, de natureza alimentar, impõe-se a fluência dos juros de mora a partir da citação válida para a ação. - Recurso especial parcialmente conhecido e nesta extensão provido." (REsp 256.073/MS, Relator Ministro Vicente Leal, in DJ 28/8/2000).
Assim, não há falar na incidência do IPC/INPC, que é inaplicável na correção monetária dos vencimentos dos servidores públicos estaduais pagos com atraso, devendo prevalecer, desse modo, os índices de correção monetária previstos em lei estadual.
Ante o exposto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO PARCIAL ao recurso especial, para determinar que os juros moratórios incidam a partir da data da citação.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4141)

RECURSO ESPECIAL Nº 811.325 - RS (2006/0011286-2)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: MARÍLIA VIEIRA BUENO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA SUELI TELLES VAZ
ADVOGADO	: TACIANA PAULA DOS SANTOS BELUCO
INTERES.	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMENTA
RECURSO ESPECIAL. JUROS DE MORA. ART. 406 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. NÃO APLICABILIDADE. NATUREZA ESPECIAL DA LEI 9.494/97.
Proposta a ação após a vigência da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, que acrescentou o art. 1º-F ao texto da Lei nº 9.494/97, os juros de mora devem ser fixados no percentual de 6% ao ano.
Deve ser afastada a aplicação do art. 406 do Novo Código Civil, em razão da especialidade da regra do art. 1º-F da Lei n.º 9.494/97, que, especificamente, regula a incidência dos juros de mora nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias, aí incluídos benefícios previdenciários.
Recurso especial a que se dá provimento.

DECISÃO
Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça Estadual que fixou os juros legais em 6% ao ano enquanto vigente o Código Civil de 1916 e de 12% ao ano a partir do Novo Código Civil.
Nas razões de recurso especial alega violação ao artigo 1º - F da Lei nº 9.494/97 e divergência jurisprudencial, sob o argumento de que os juros de mora devem ser fixados em 0,5% ao mês. (fls. 130/135)
Decorreu o prazo para contra-razões. (fls. 138)
Admitido o recurso aos fls. 142/143, vieram conclusos os autos.
É o relatório.
De plano, consigne-se que quanto aos juros moratórios, esta Corte já se manifestou no sentido de que a Medida Provisória nº 2.180-35/2001, que deu nova disciplina à questão dos juros moratórios devidos pela Fazenda Pública, deve ser aplicada aos casos em que ela figure como parte, para fixar os juros em 0,5% ao mês.
Assim, a norma do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 incide nas ações propostas após a edição da Medida Provisória nº 2.180-35/2001, q.v, *verbi gratia*:
"ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO AJUIZADA POSTERIORMENTE À MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.180-35/01. JUROS DE MORA, LIMITADOS A 6% A.A. INCIDÊNCIA DO ART. 1º-F, DA LEI N.º 9.494/97, APLICÁVEL TAMBÉM ÀS PENSÕES DECORRENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. A jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça posiciona-se no sentido de que os juros moratórios sobre as condenações contra a Fazenda Pública, nas causas iniciadas após a edição da Medida Provisória n.º 2.180-35/01, devem incidir no percentual de 6% ao ano. Incide o art. 1º-F, da Lei n.º 9.494/97, às pensões que derivam da relação jurídica existente entre o Estado e o servidor ou empregado público instituidor da pensão. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 690392/RS, Min. José Arnaldo da Fonseca, DJ 14.11.2005)
"AGRAVO REGIMENTAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PENSÃO. JUROS DE MORA. PERCENTUAL. FAZENDA PÚBLICA. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180/01. 1. A Medida Provisória nº 2.180/01, que modificou o artigo art. 1º- F da Lei nº 9.494/97, determinando que os juros moratórios sejam calculados em 6% (seis por cento) ao ano nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores públicos, tem incidência nos processos iniciados após a sua edição. 2. Agravo improvido." (AgRg no Ag 679053/RS, Min. Paulo Gallotti, DJ 12.09.2005)
Ainda, também está consolidado neste Tribunal Superior que não há que se falar na incidência do art. 406 do Novo Código Civil - Lei n.º 10.406/2002 - em detrimento da norma insculpida no art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Medida Provisória n.º 2.180-35/2001, tendo em vista que esta, por ser norma especial - para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos - deve prevalecer sobre norma geral, conforme regra de hermenêutica preconizada na Lei de Introdução ao Código Civil.
Nesse sentido, q.v., *verbi gratia*, AgRg no REsp 762545/RS, Min. Gilson Dipp, DJ 10.10.2005; RESP 733578, Min. Felix Fischer, DJ 26.04.2005; AgRg no REsp 712662/RS, Min. Laurita Vaz, DJ 06.06.2005 e AgRg no Ag 680324/RS, Min. Hamilton Carvalhido, DJ 12.09.2005, este assim ementado:
"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUROS DE MORA. PERCENTUAL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180-35/2001. 1. Este Superior Tribunal de Justiça firmara o entendimento no sentido de que, nas diferenças decorrentes do pagamento de reajuste nos vencimentos de servidores públicos, deveriam incidir juros moratórios no percentual de 1% ao mês, em face da sua natureza eminentemente alimentar. 2. Vigente a Medida Provisória nº 2.180/35, que acrescentou o artigo 1º-F ao texto da Lei nº 9.494/97, a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que os juros de mora devem ser fixados no percentual de 6% ao ano nas hipóteses em que proposta a ação após a inovação legislativa, taxa incidente não somente nos pagamentos de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, mas também, e com igual razão, nos pagamentos das pensões delas decorrentes. 3. A norma jurídica contida no artigo 406 do Novo Código Civil, predominantemente de natureza dispositiva, é, por inteiro, estranha às hipóteses tais como a dos autos, de juros de mora devidos pela Fazenda Pública nas condenações ao pagamento de verbas remuneratórias aos servidores e empregados públicos, tendo incidência própria nas relações jurídicas disciplinadas pelo Código Civil e funções meramente subsidiária e supletiva, em razão das quais determina que se observe a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional. 4. Agravo regimental improvido"
In casu, verifica-se que a ação foi proposta após o início da vigência da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24.8.2001, incidindo o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, que fixa os juros de mora em 6% ao ano.
Destarte, os juros moratórios impostos devem ser reduzidos para 6% ao ano, ante a incidência do artigo 1º - F da Lei nº 9.494/97.
Ante o exposto, nos termos do § 1º-A do art. 557 do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO ao recurso especial para fixar os juros de mora em 6% ao ano.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4142)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 811.417 - SP (2006/0195624-1)

RELATORA	**:**	**MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	:	MOACYR LOURENÇO GONÇALVES
AGRAVANTE	:	LUIZA MIGUEL GONÇALVES - SUCESSOR E OUTROS
ADVOGADO	:	JOÃO ROBERTO GALVÃO NUNES E OUTRO(S)
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	ARISTOGENES MOREIRA DE OLIVEIRA E SOUZA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por LUIZA MIGUEL GONÇALVES - SUCESSOR E OUTROS de decisão que inadmitiu, na origem, recurso especial com fundamento nas alíneas "a" e "c", inciso III , art. 105 da Constituição Federal, manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

O Tribunal *a quo* verificou que restaram comprovadas as práticas ilícitas na concessão da aposentadoria, mantendo a suspensão do benefício.

Nas razões do especial (fls. 36/47), o recorrente aponta violação aos arts. 206, § 1º, e 207 do Dec. 89.312/84 e 382 do Dec. 83.080/79, bem como dissídio jurisprudencial. Afirma que no lapso temporal transcorrido entre a concessão do benefício e sua suspensão na via administrativa operou-se a prescrição do direito da autarquia rever seus próprios atos. Alega, ainda, que o procedimento administrativo utilizado pelo INSS não possibilitou o contraditório antes da suspensão do benefício, o que teria violado o princípio da ampla defesa. Requer, em síntese, o reconhecimento da referida prescrição e a reforma do acórdão recorrido.

A matéria sub judice merece melhor análise, razão pela qual dou provimento ao agravo de instrumento para determinar a subida do recurso especial.

Intimem-se.

Publique-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4143)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 816.197 - MG (2006/0204174-6)

RELATORA	**:**	**MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	ILDETE DOS SANTOS PINTO E OUTRO(S)
AGRAVADO	:	VICENTE CARLOS RIBEIRO DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:	ANDRÉ LUÍS MACHADO MENDES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 3º E 267, VI, DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 282/STF E 356/STF. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra inadmissão, na origem, de recurso especial manejado com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, que atacou acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO - REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL DO BENEFÍCIO - CONVERSÃO EM URV - LEI 8.880/94 - CORREÇÃO MONETÁRIA DOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO - IRSM INTEGRAL DE FEVEREIRO DE 1994 - JUROS - HONORÁRIOS.

1. Devida a inclusão do IRSM integral de fevereiro de 1994 (39,67%) na correção monetária dos salários-de-contribuição, para fins de cálculo da renda mensal inicial dos benefícios, antes da conversão em URV, em respeito aos comandos expressos no art. 21 e § 1º da Lei 8.880/94 e no 31 da Lei 8.213/91. Precedentes: RESP 421832/SC, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, 6ª Turma, DJ 02/09/2002; ERESP 266256/RS, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, 3ª Seção, DJ 16/04/2001 e AC 1998.01.00.00.003455-9/MG, Rel. Convocado Juiz Ney Bello, 1ª Turma Suplementar, DJ 11/03/2002.

2. Em reconhecimento ao direito postulado, foi editada a MP 201/04 (convertida na Lei nº 10.999, de 15/12/04), que autorizou a revisão dos benefícios concedidos após fevereiro de 1994, "*recalculando-se o salário de benefício original, mediante a aplicação, sobre os salários de contribuição anteriores a março de 1994, do percentual de 39,67%, referente ao Índice de Reajuste do Salário Mínimo - IRSM do mês de fevereiro de 1994*" (art. 1º).

3. As verbas em atraso devem ser corrigidas monetariamente nos termos da Lei nº 6.899/81, a partir do vencimento de cada parcela, nos termos das Súmulas de nºs 43 e 148 do eg. STJ, adotando-se os índices legais de correção.

4. Juros devidos à razão de 1% ao mês, a partir da citação, considerada a natureza alimentar da dívida. Precedentes do STJ (RESP 314181/AL, Quinta Turma, Rel. Min. Felix Fischer, *in* DJ de 05/11/2001, pág. 133, unânime; AGRESP 289543/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, *in* DJ 19/11/2001, pág. 307, unânime).

5. Os honorários advocatícios foram razoavelmente fixados em 5% sobre o valor das prestações vencidas até a prolação da sentença.

6. Remessa oficial improvida.

O agravante, nas razões do recurso especial, aponta violação aos arts. 3º e 267, VI, do Código de Processo Civil, pois a parte autora "carece de interesse processual em postular o índice de 39,67%, referente à variação inflacionária verificada no período compreendido entre o primeiro e o último dia da competência de fevereiro, porquanto este mês não foi considerado no período básico de cálculo."

É o relatório.

A irresignação não prospera.

Com efeito, em relação aos arts. 3º e 267, VI, do CPC , verifica-se que a matéria referente a esses dispositivos não foi objeto de exame pelo Tribunal *a quo*, não tendo a parte recorrente oposto embargos declaratórios para suprir eventual omissão, tendo sido a questão invocada apenas nas razões do recurso especial. Desse modo, em virtude da ausência de prequestionamento da questão, impõe-se a aplicação ao caso das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal, respectivamente *in verbis*:

"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."

"O ponto omisso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento."

Diante do exposto, com fundamento nos artigo 254, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4144)

RECURSO ESPECIAL Nº 816.944 - RN (2006/0025185-8)

RELATOR	**:**	**MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
RECORRENTE	:	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	:	IDALIO CAMPOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	:	RITA DA SILVA OLIVEIRA
ADVOGADO	:	RODRIGO MARCO A DE LIMA E OUTRO(S)

RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. REEXAME DE PROVA. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Não há que se falar em negativa de prestação jurisdicional quando todas as questões necessárias ao deslinde da controvérsia foram analisadas e decididas, ainda que de forma contrária às pretensões do recorrente.

2. Aferir a existência de sucumbência recíproca ou se o autor decaiu em parte mínima do pedido implica reexame do conjunto fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula nº 7 do STJ.

3. Recurso especial a que se nega seguimento.

DECISÃO

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte julgou parcialmente procedente ação ajuizada por Rita da Silva Oliveira postulando o pagamento de seus vencimentos com base no salário mínimo nacionalmente unificado, no período em que esse teto não foi observado e que o abono incida para todos os efeitos legais e seus consectários.

Opostos embargos de declaração, foram esses rejeitados.

Daí a interposição de recurso especial pelo Estado do Rio Grande do Norte, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, em que alega violação aos arts. arts. 21, 535, I e II, do Código de Processo Civil.

Sustenta violação ao art. 535 do Código de Processo Civil por não ter o Tribunal de Origem declinado o entendimento jurídico acerca da aplicabilidade dos dispositivos ventilados.

Afirma, ainda, que a autora sucumbiu em parte da demanda, motivo pelo qual devem as custas e honorários ser divididos pelas partes, nos termos do que determina o art. 21 do Código de Processo Civil.

Contra-razões às fls. 118-121, em que pugna a recorrida pela manutenção do julgado.

Admitido o recurso na origem, vieram-me os autos.

É o relatório.

Cumpre destacar-se, no que se refere ao art. 535 do Código de Processo Civil, que tal dispositivo serve para dirimir omissões, obscuridades, ou contradições, eventualmente existentes.

É pacífico, nesta Corte que o julgador não está obrigado a discorrer sobre todos os regramentos legais ou todos os argumentos alavancados pelas partes.

As proposições poderão ou não ser explicitamente dissecadas pelo magistrado, que só estará obrigado a examinar a contenda nos limites da demanda, fundamentando o seu proceder de acordo com o seu livre convencimento, baseado nos aspectos pertinentes à hipótese *sub judice* e com a legislação que entender aplicável ao caso concreto.

No mesmo sentido, q.v. *verbi gratia*:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. DESCABIMENTO. APOSENTADORIA POR IDADE. ATIVIDADE URBANA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA N.º 07/STJ.

1. omissis.

2. Tendo o Tribunal a quo apreciado, com a devida clareza, toda a matéria relevante para a apreciação e julgamento do recurso, não há falar em violação ao art. 535 do Código de Processo Civil.

3. omissis.

4. omissis.

5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido." (Resp 543.740/SP, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ de 16.02.2004).

Ressalte-se, a propósito, trecho do voto proferido no julgamento do AGA 392.041/SC, da lavra do eminente Ministro Hamilton Carvalhido, que consignou, *in verbis*:

"os embargos declaratórios não se prestam para forçar o ingresso na instância extraordinária se não houver omissão a ser suprida no acórdão, nem fica o juiz obrigado a responder a todas as alegações das partes quando já encontrou motivo suficiente para fundar a decisão" (AGA 372.041/SC, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ 04/02/2002).

No caso concreto, não se verifica violação ao art. 535, II do Código de Processo Civil, tendo o acórdão recorrido analisado todas as questões pertinentes ao julgamento da causa, ainda que de forma diferente daquela desejada pelo recorrente. A pretensão deduzida nos autos foi enfrentada e decidida, apresentando-se devidamente fundamentado o julgado.

Quanto à sucumbência recíproca, sustenta o recorrente que a condenação imposta foi muito inferior ao requerido na inicial, sem contudo ter sido determinada repartição dos ônus sucumbenciais.

Entretanto, para se aferir se houve ou não sucumbência em parte mínima, a matéria demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência sabidamente incompatível com a via estreita do recurso especial (Enunciado nº 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça).

Nesse sentido, q. v. *verbi gratia*:

"AGRAVO REGIMENTAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. SALÁRIO MÍNIMO. ABONO COMPLEMENTAR. ARTIGO 535 DO CPC. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. ENUNCIADO Nº 7/STJ.

1. Não ocorre omissão quando o Tribunal de origem decide fundamentadamente todas as questões postas ao seu crivo, assim como não há confundir entre decisão contrária ao interesse da parte e falta de prestação jurisdicional.

2. Aferir se houve ou não sucumbência recíproca das partes litigantes, demandaria, necessariamente, o reexame de conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, a teor do óbice constante do enunciado nº 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo regimental a que se nega provimento". (AgRg no REsp 839.462/RN, Rel. Ministro PAULO GALLOTTI, SEXTA TURMA, julgado em 06.03.2007, DJ 26.03.2007 p. 319)

Assim, deve o acórdão ser mantido, ante a inexistência de afronta ao art. 535, II, do Código de Processo Civil, bem como a incidência da Súmula nº 7/STJ.

Posto isso, com fundamento no *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4145)

RECURSO ESPECIAL Nº 820.155 - RN (2006/0032921-5)

RELATOR	**:**	**MINISTRO NILSON NAVES**
RECORRENTE	:	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE FNS
PROCURADOR	:	LEONARDO BARBOSA DO REGO
RECORRIDO	:	DJALMA DE FIGUEIREDO MEDEIROS
ADVOGADO	:	VENÍCIO BARBALHO NETO E OUTRO(S)

DECISÃO

Servidor da Fundação Nacional de Saúde - FNS cedido ao Poder Judiciário Federal ajuizou ação objetivando a revisão da importância que recebe a título de quintos. Para tanto, alegou que a parcela incorporada deveria corresponder ao valor da função efetivamente exercida no Judiciário, e não àquele estipulado pela Funasa mediante correlação de funções.

A sentença de parcial procedência do pedido foi reformada, em parte, pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região em acórdão assim ementado:

"Administrativo - Servidor público (...) do quadro efetivo da Funasa cedido à Seção Judiciária do Rio Grande do Norte - Incorporação de função comissionada (quintos) - Base de cálculo - Remuneração da função comissionada efetivamente exercida - Lei 8.911/94.

1. Consoante entendimento que vem sendo adotado pela jurisprudência de nossos Tribunais, inclusive desta Egrégia Corte, faz jus à incorporação da gratificação de quintos, prevista no art. 62, § 2º, da Lei nº 8.112/90, em sua redação original, o servidor público que, antes de 10.11.97 - data da MP nº 1.595-14/97, convertida na Lei nº 9.527 - possuía tempo residual de exercício de função comissionada, e que implementou o requisito temporal de 12 (doze) meses até 8.4.1998, data da edição da Lei nº 9.624/98.

2. Constatado que o postulante completou os doze meses na função FC-02, em 11 de março de 1998, de acordo com o entendimento consagrado pela jurisprudência dos Tribunais pátrios, o mesmo tem direito à fração de 1/5 (um quinto) pelo exercício da FC-02, pois o mesmo, à época em que adveio a Lei nº 9.527/97, possuía tempo residual, tendo completado o interstício em 11 de março de 1998, portanto, em data anterior a publicação da Lei nº 9.624/98.

3. A Lei 8.911/94, ao definir os critérios de incorporação de que trata o artigo 62 da Lei 8.112/90, estabelece como base de cálculo da remuneração paga a título de incorporação de quintos o valor da função comissionada ou cargo em comissão efetivamente exercido pelo servidor.

4. No caso, é de se reconhecer o direito do autor à parcela de 1/5 (um quinto), transformada em VPNI (Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada) a partir da Lei nº 9.527/97, a ser incorporada tomando como base de cálculo, o valor da FC-02 percebida pelo efetivo exercício da função comissionada junto à Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

5. Apelação e remessa oficial parcialmente providas apenas para fixar os honorários advocatícios no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais)."

Daí este recurso especial, em que a Funasa alega, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 10, § 1º, da Lei nº 8.911/95 e 4º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 9.624/98. Sustenta, em síntese, que o cálculo da vantagem pessoal "deverá ser feito com base no valor pago a função correlata do quadro efetivo a que pertence o postulante/recorrido (FG-2)".

Regularmente intimado, o recorrido apresentou contra-razões, instando pela manutenção do decidido.
A meu ver, a irresignação não deve ser acolhida.
É do Superior Tribunal o entendimento segundo o qual o servidor público federal exercente de cargo comissionado ou de função gratificada tem o direito de incorporar os quintos relativamente à função efetivamente exercida, ainda que cedido a outro órgão, sendo inviável a redução de tal valor a título de "correlação de cargos". A propósito, os seguintes precedentes:

"Recurso especial. Servidor público federal. Quintos incorporados. Titular de cargo em comissão no TRF da 5ª Região. Mudança de cargo mediante concurso público. Procurador do INSS. Redução do valor recebido como 'VPNI' em razão de alegada 'correlação de cargos'. Leis nº 8.112/90, 8.911/94 e 9.527/97.
De acordo com a interpretação da legislação supracitada, conclui-se, sem sombra de dúvidas, que o autor faz jus a continuar recebendo o valor nominal (VPNI) relacionado à incorporação de 5/5 (cinco quintos), direito que adquiriu quando do exercício de cargos em comissão junto ao TRF da 5ª Região, acrescido da atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais (Lei nº 9.527/97, art. 15).
Inviável abaixar tal valor, a título de 'correlação de cargos', em razão de o autor estar no exercício de cargo de Procurador do INSS.
Recurso desprovido." (REsp-404.427, Ministro José Arnaldo, DJ de 17.6.02.)

"Administrativo. Servidor público. Incorporação de quintos. Servidor do Poder Executivo cedido para o Poder Judiciário. Desempenho de função comissionada. Redução da parcela incorporada ao fundamento de correlação de cargos. Impossibilidade. Incorporação com base na função efetivamente exercida. Precedentes. Reajuste das parcelas incorporadas de acordo com o reajustes das funções. Cabimento. Lei nº 9.527/97. VPNI. Quintos atualizados somente pelo reajuste geral.
1. É vedada a redução das parcelas incorporadas a título de quintos/décimos, ao fundamento de ser necessário efetuar a correlação entre as funções de diferentes Poderes da União, quando do retorno do servidor ao Poder cedente, uma vez que o servidor tem direito de incorporar os quintos relativamente à função efetivamente exercida. Precedentes.
2. Os servidores públicos federais exercentes de cargos comissionados ou funções gratificadas no âmbito do Poder Judiciário, ainda que cedidos por outro Poder, fazem jus à atualização das parcelas incorporadas de quintos/décimos na proporção do reajuste promovido nas funções gratificadas pela Lei n.º 9.421/96, que implantou o Plano de Cargos do Poder Judiciário. Precedentes.
3. Recurso especial conhecido e provido." (REsp-796.414, Ministra Laurita Vaz, DJ de 2.5.06.)

"Agravo regimental. Administrativo. Servidor público do Poder Executivo. Quintos. Incorporação. Função comissionada exercida no Poder Judiciário. VPNI. Correlação com os valores pagos pelo Poder cedente.
1. Segundo a compreensão firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, o pagamento da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) decorrente da incorporação de quintos, deve ser feito com base nos valores das funções efetivamente exercidas, vedada a sua redução com base na correlação de cargos.
2. Precedentes.
3. Agravo improvido." (AgRg no REsp-815.405, Ministro Paulo Gallotti, DJ de 2.4.07.)

Ainda com esse entendimento, as seguintes decisões monocráticas prolatadas em casos idênticos: REsp-845.107, Ministro Hamilton Carvalhido, DJ de 8.8.06; e REsp-822.428, Ministro Gilson Dipp, DJ de 12.9.06.
À vista do art. 557, caput, do Cód. de Pr. Civil, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4146)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 823.088 - RS (2006/0227958-1)

RELATORA	**:**	**MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	CLÓVIS JUAREZ KEMMERICH E OUTRO(S)
AGRAVADO	:	ELOY LUCAS RIBEIRO
ADVOGADO	:	WALTER TORRES DE LEÃO E OUTRO

EMENTA

PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. ART. 103 DA LEI Nº 8.213/91. SUCESSIVAS MODIFICAÇÕES LEGISLATIVAS. APLICAÇÃO DA REGRA VIGENTE NA DATA DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, contra a inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que restou assim ementado, no que interessa (fl. 21):

"PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. SÚMULA 02 DO TRF/4ª REGIÃO.
1. Sendo a parte autora titular de aposentadoria concedida antes do advento do regime instituído pela Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, mas após a vigência da Lei 6.423, de 17 de junho de 1977, é devida a revisão da renda mensal inicial, corrigindo-se os 24 primeiros salários-de-contribuição integrantes do período básico de cálculo pela variação das ORTNs/OTNs, segundo o entendimento firmado na Súmula 02 desta Corte.
2. Remessa oficial improvida."

Opostos embargos de declaração (fls. 23/28), foram eles rejeitados (fl. 34).
Nas razões do especial (fls. 35/42), a autarquia recorrente aponta violação aos arts. 6º da LICC e 103, *caput*, da Lei nº 8.213/91, na redação dada pela Medida Provisória nº 1.663-15/98. Requer, em síntese, a reforma do acórdão recorrido e, por conseguinte, a extinção do processo com julgamento do mérito em virtude da decadência do direito de revisão da RMI.
É o relatório.
Inicialmente, a violação ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil não pode ser apreciada diretamente, mas somente por via transversa, considerando o fato de que o referido dispositivo foi repetido na Constituição Federal de 1988, cuja proteção cabe ao Supremo Tribunal Federal. Assim sendo, no caso em tela, a análise da eficácia imediata da lei no tempo remete à verificação da correta aplicação do art. 103 da Lei nº 8.213/91.
O dispositivo legal da Lei de Planos e Benefícios da Previdência Social, cuja redação original não previa nenhum prazo decadencial, sofreu várias alterações na década passada.
A primeira delas deu-se com a Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei nº 9.528/97, que criou o prazo decadencial de dez anos para que o segurado ou beneficiário postule a revisão do ato de concessão do benefício.
O prazo decadencial foi diminuído para cinco anos pela Lei nº 9.711/98 e novamente aumentado para dez anos pela Lei nº 10.839/2004.
Estas sucessivas modificações não alteraram, contudo, o prazo prescricional, que sempre teve a duração de cinco anos.
Sobre as modificações, em novembro de 2003, a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, na exposição de motivos da MP nº 138/2003, convertida na Lei nº 10.839/2004, reconheceu os prejuízos causados pelas modificações, *in verbis*:

"A inovação mostrou-se necessária à medida que a própria Administração deve seguir prazos para promover a revisão de seus atos, não sendo, portanto, adequado que inexistisse qualquer limitação à revisão de atos provocada pelo interessado. No entanto, houve excesso por parte do legislador, ao unificar os prazos da decadência e da prescrição.
(...)
Há que se registrar, contudo, que as inúmeras modificações ocorridas ao longo dos últimos anos na legislação previdenciária têm exigido grande esforço do Poder Judiciário e dos próprios segurados, no sentido de aquilatar a extensão de seus eventuais direitos. Tal situação tem gerado muitas demandas, as quais, na vigência do atual prazo [anos], tendem a multiplicar - pela simples pressão de que haveria uma decadência do direito de revisão - a formulação de pedidos no exíguo prazo que estaria por findar."

Observa-se que o próprio Poder Executivo admitiu o problema criado com a modificação do prazo decadencial ora analisado, o que levou-o a buscar o restabelecimento do prazo de dez anos.
Diante deste quadro de criação, diminuição e aumento do prazo decadencial para revisão do ato de concessão de benefício, parte da doutrina entendeu que, por se tratar de matéria de ordem pública, o referido prazo deveria ser observado imediatamente, no momento de sua criação ou de modificação da duração. Este é o entendimento, a título de exemplo, do professor Társis Nametala Sarlo Jorge, em Manual dos Benefícios Previdenciários, Ed. Lumen Iuris, 2006, pp. 124/125, *in verbis*:

"Outro pormenor que se afigura assaz importante no estudo da decadência na seara dos benefícios da Previdência Social está ligado à questão da aplicação das normas decadenciais no tempo, mormente em virtude das alterações no prazo, conforme visto. Tendo em conta o fato de não ter havido na redação originária da Lei 8.213/91 previsão de prazo decadencial, houve quem sustentasse que apara os benefícios concedidos até a data da MP 1.523/97 não estariam sujeitos a tal prazo. Não parece ser o melhor entendimento, no entanto, posto que *as normas legais que tratam de prescrição* [decad\'eancia] *são normas de ordem pública, isto é, regras jurídicas de interesse precípuo da sociedade, as quais extrapolam a mera perspectiva individual, devendo atingir a todos desde já.* E ainda, *que não há que se falar em direito adquirido a prazos prescricionais* [a]. *Ao contrário do direito ao benefício, o prazo legal de prescrição* [de] *é previsão genérica de funcionamento do sistema previdenciário, sendo de pronto aplicável a todos.* Complementa-se com a assertiva de que *nestas hipóteses não prevalece o* tempus regit actum, *pois a norma que traz a prescrição ou mesmo a decadência é de ordem pública, sendo a retroatividade automática, aplicável a todas as situações alcançáveis pela medida, desde que não definitivamente constituídas.*"

Todavia, esta não foi a corrente adotada por esta Corte de Justiça, cuja jurisprudência fixou entendimento no sentido de que a instituição deste lapso temporal não atinge as relações jurídicas constituídas antes da inovação legislativa. A propósito, confiram-se os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ART. 103 DA LEI Nº 8.213/91. MP Nº 1.523/97. LEI DE REGÊNCIA. SÚMULA 359/STF.
I - Quando da concessão do benefício, não existia prazo decadencial do direito à revisão dos benefícios previdenciários, restando assim configurada uma condição jurídica definida conforme a legislação vigente à época das aposentadorias. Precedentes.
II - Se a Lei nº 8.213/91, em seu art. 103, com a redação dada pela Medida Provisória nº 1523-9/97, introduziu tal prazo decadencial, essa restrição superveniente não poderá incidir sob situações já constituídas sob o pálio de legislação anterior. **Súmula 359/STF**.
Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 831.111/PR, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 11/6/2007)

"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. REVISÃO DA RENDA INICIAL. ARTIGO 103 DA LEI Nº 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP Nº 1.523/97, CONVERTIDA NA LEI Nº 9.728/97. APLICAÇÃO ÀS RELAÇÕES JURÍDICAS CONSTITUÍDAS SOB A VIGÊNCIA DA NOVA LEI.
1. O prazo de decadência para revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário, estabelecido pela Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei 9.528/97, que alterou o artigo 103 da Lei nº 8.213/91, somente pode atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência, vez que a norma não é expressamente retroativa e trata de instituto de direito material.
2. Precedentes.
3. Recurso especial não conhecido." (REsp 479.964/RN, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ 10/11/2003)

"PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ARTIGO 103 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP 1.523/97 CONVERTIDA NA LEI 9.528/98 E ALTERADO PELA LEI 9.711/98.
I - Desmerece conhecimento o recurso especial, quanto à alínea "c" do permissivo constitucional, visto que os acórdãos paradigmas se referem aos efeitos da lei processual, enquanto o instituto da decadência se insere no direito material.
II - O prazo decadencial do direito à revisão de ato de concessão de benefício previdenciário, instituído pela MP 1.523/97, convertida na Lei 9.528/98 e alterado pela Lei 9.711/98, não alcança os benefícios concedidos antes de 27.06.97, data da nona edição da MP 1.523/97.
III - Recurso conhecido em parte e, nessa desprovido." (REsp 254.186/PR, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ 27/8/2001)

"PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIO. ART. 103, DA LEI 8.213/91.
- O prazo de decadência instituído pelo art. 103, da Lei nº 8.213/91, com redação dada pela Medida Provisória nº 1.523/97, não se aplica aos pedidos de revisão de benefícios. ajuizados antes de sua vigência, pois o novo regramento não tem aplicação retroativa.
- Recurso especial não conhecido." (REsp 254.969/RS, Rel. Min. VICENTE LEAL, Sexta Turma, DJ 11/9/2000)

Dessa forma, a decadência do direito de revisar o ato de concessão do benefício previdenciário somente atinge os segurados cujos benefícios foram concedidos após a lei instituidora do prazo decadencial.
Com esses argumentos, tendo em vista que o benefício do autor da ação foi concedido em 1 de maio de 1983, ou seja, antes da publicação da Lei nº 9.528/97, não existe prazo decadencial para que o segurado peça a revisão da renda mensal inicial do seu benefício. Assim, não prospera a afirmação da autarquia recorrente sobre a decadência do direito de ação do recorrido.
Ante o exposto, com base no art. 254, inciso I, do RISTJ, **nego provimento** ao presente agravo.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 21 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4147)

RECURSO ESPECIAL Nº 823.837 - MA (2006/0040069-1)

RELATOR	**:**	**MINISTRO NILSON NAVES**
RECORRENTE	:	MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS
PROCURADOR	:	JOANNA D'ARCK SANCHES DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	:	THEREZA CRISTINA FERREIRA DOS ANJOS
ADVOGADO	:	ALEXIS TEIXEIRA DE JESUS E SILVA E OUTRO

DECISÃO

Servidora municipal interpôs agravo de instrumento contra decisão que, em mandado de segurança concedido, recebera a apelação oferecida pelo Município de São Luís no duplo efeito. O Tribunal estadual deu provimento ao agravo em acórdão assim ementado:

"Processual Civil. Agravo de instrumento. Mandado de segurança. *Decisum* que recebe apelação nos efeitos devolutivo e suspensivo. Hipótese dissociada das elencadas pelo art. 7º da Lei nº 4.348/64 - Restabelecimento de vantagem pecuniária. Provimento.
I - Em regra, recebe-se a apelação interposta contra decisão concessiva de segurança apenas em seu efeito devolutivo. Entretanto, é possível, excepcionalmente, a concessão de efeito suspensivo ao recurso desde que o *decisum* importe outorga ou adição de vencimento ou ainda reclassificação funcional, consonância com o disposto no art. 7º da Lei 4.348/64;

II - Não há de se falar em atribuição de efeito suspensivo às apelações proferidas em sede de mandado de segurança quando a discussão gravitar em torno de restabelecimento de vantagem pecuniária.
III - Agravo provido."

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos para retificação de erro material.
Irresignado, o Município interpõe recurso especial por negativa de vigência dos arts. 5º e 7º da Lei nº 4.348/64, bem como dos arts. 273, § 2º, do Cód. de Pr. Civil e 2º-B da Lei nº 9.494/97. Sustenta, em síntese, que a "apelação interposta contra sentença mandamental que defira equiparação ou conceda aumento ou extensão de vantagens a servidores será recebida em seu duplo efeito, ou seja no efeito suspensivo e devolutivo.
Regularmente intimada, a recorrida apresentou contra-razões, instando pela manutenção do decidido.
A meu ver, a irresignação não deve ser acolhida.
Primeiro, as matérias relativas aos arts. 273, § 2º, do Cód. de Pr. Civil e 2º-B da Lei nº 9.494/97 não foram objeto de debate e decisão pelo colegiado, carecendo do necessário prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF e 211/STJ). Note-se que o recorrente nem sequer suscitou tais questões nos embargos de declaração. Ora, considerando a inovação dos temas, não se poderia mesmo exigir que sobre eles se manifestasse o Tribunal local. Além disso, o simples fato de terem sido opostos embargos de declaração, por si só, não supre a falta de pronunciamento do Tribunal sobre o tema. É preciso que as matérias tenham sido efetivamente julgadas para que se caracterize o prequestionamento.
Segundo, o Tribunal de origem adotou o entendimento consolidado pelo Superior Tribunal, segundo o qual, (I) em sede de mandado de segurança, o recurso de apelação contra sentença concessiva deve ser recebido apenas no efeito devolutivo; e (II) não se aplica a hipótese do art. 7º da Lei nº 4.348/64 às hipóteses de restabelecimento de vantagem pecuniária. Espelham tal jurisprudência os seguintes precedentes:

"Processual Civil - Mandado de segurança - Sentença concessiva - Apelação - Efeito.
Em caso de concessão da segurança, a apelação será recebida apenas no efeito devolutivo.
Em caso de denegação, tem o recurso de ser recebido em ambos os efeitos.
Recurso provido." (REsp-221.607, Ministro Garcia Vieira, DJ de 25.10.99.)

"Processo Civil. Sentença que denega mandado de segurança. Apelação. Efeitos.
1. O recurso interposto contra sentença concessiva da ordem em ação de mandado de segurança deve ser recebido apenas no efeito devolutivo, nos precisos termos do parágrafo único do art. 12 da Lei nº 1.533/51. Nada dispôs o referido diploma processual no que tange ao recurso aviado contra sentença denegatória do *mandamus*, visto que despiciendo, pois, sendo destituída de exeqüibilidade, o recurso que a impugna só poderia mesmo ser recebido no efeito meramente devolutivo.
2. Recurso especial conhecido e improvido." (REsp-89.647, Ministro Otávio de Noronha, DJ de 6.12.04.)

"Processual Civil. Mandado de segurança. Retificação de aposentadoria. Sentença concessiva. Apelação. Efeito suspensivo. Inaplicabilidade.
- A apelação contra sentença concessiva de mandado de segurança em que se discute apenas retificação de proventos de aposentadoria deve ser recebida apenas em seu efeito devolutivo. Inaplicabilidade do art. 7º da Lei 4.348/64.
- Recurso não conhecido." (REsp-81.882, Ministro Felix Fischer, DJ de 24.11.97.)

"Processual Civil. Mandado de segurança. Restabelecimento de vantagens. Apostilamento da condição de agregados. Sentença concessiva. Apelação. Efeito suspensivo. Inviabilidade.
- A apelação interposta contra sentença concessiva de ordem de segurança impetrada com o pedido de restabelecimento de vantagens suprimidas de servidores inativos e atribuídas em face de apostilamento da condição de agregados deve ser recebida apenas no efeito devolutivo, porquanto as exceções previstas no artigo 7º, da Lei nº 4.348/64 têm aplicação restrita.
- Precedente.
- Recurso especial não conhecido." (REsp-380.485, Ministro Vicente Leal, DJ de 1º.7.02.)

À vista do art. 557, caput, do Cód. de Pr. Civil, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4148)

RECURSO ESPECIAL nº 824912 - PB (2006/0045905-9)

RELATOR	**: MIN. NILSON NAVES**
RECORRENTE	: ESTADO DA PARAÍBA
PROCURADOR	: IRAPUAN SOBRAL FILHO E OUTRO
RECORRIDO	: MÁRCIO REINALDO DE LUCENA FERREIRA
ADVOGADO	: ANTONIO ALVES DE SOUSA

DECISÃO

Servidor público estadual ajuizou ação postulando, com base nas Leis estaduais nºs 5.201/89, 5.573/92 e 5.831/93, o pagamento de diferenças de vencimentos oriundas da gradação vertical de 10% (dez por cento) entre as entrâncias e classes da categoria funcional de serventuário da Justiça. A sentença de procedência do pedido foi reformada, em parte, pelo Relator em decisão unipessoal.
Seguiu-se a oposição de embargos de declaração, os quais foram parcialmente acolhidos, sem efeitos modificativos, pela 4ª Câmara Cível do Tribunal estadual, em decisão colegiada.
Daí este recurso especial, em que o Estado da Paraíba alega, além de dissídio jurisprudencial, violação do art. 2º, § 1º, da Lei de Introdução. Sustenta, em síntese, que, "com a edição da Lei estadual nº 5.573/92 (art. 5º), houve a revogação da Lei estadual nº 5.201/89, pois aquela lei disciplinou um novo quadro de pessoal e plano de carreira do foro judicial do Estado da Paraíba, onde foram fixados novos vencimentos sem se observar o escalonamento de 10% (dez por cento) entre entrâncias para os serventuários da Justiça".
A meu ver, o recurso não deve ser provido.
Ao que cuido, foi o recurso ordinário interposto contra acórdão proferido no julgamento de embargos de declaração opostos à decisão unipessoal do Relator que dera parcial provimento à remessa oficial para reduzir os juros de mora.
Tal o contexto, é de ver que, quando o relator, monocraticamente, decide o recurso, admitem-se, contra tal decisão, embargos de declaração (nas hipóteses do art. 535 do Cód. de Pr. Civil) e agravo regimental (ou interno, segundo outra preferência).
Feita a opção pelos embargos, e não pelo agravo, competirá ao relator, em hipóteses tais, julgá-los monocraticamente. Caso sejam levados ao julgamento de órgão fracionário, o embargante, então, haverá de opor novos embargos, protestando contra tal julgamento, a fim de que os primeiros tenham o seu curso normal.
Não se justifica, assim, o proceder do recorrente de interpor, contra o acórdão dos embargos de declaração, recurso especial, cujos fundamentos dizem respeito à questão de fundo, resolvida, evidentemente, na decisão pessoal, não na dos embargos, que se prestam a suprir omissão, corrigir contradição, etc. Daí resulta a falta de cabimento, em casos dessa natureza, do recurso especial.
À vista disso, com fundamento no art. 557, caput, do Cód. de Pr. Civil, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4149)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 825.949 - SP (2006/0234417-0)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: IVONE TIUSSO
ADVOGADO	: MARIA CRISTINA LAPENTA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: ANITA M. V. L. MARCHIORI KELLER E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. OFENSA AO ARTIGO 535 DO CPC. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 284/STF. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. DIREITO ADQUIRIDO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO-COMPROVADO. AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento contra inadmissão, na origem, de recurso especial manejado com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, que atacou acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"EMPREGADA APOSENTADA DA COSESP - pleito de complementação integral da aposentadoria - inadmissibilidade - complementação que deve ser proporcional ao tempo de trabalho na empresa - benefício excepcional, cujas normas que sobre ele dispõem hão de ser interpretadas restritivamente." (fl. 53)

Opostos embargos de declaração, com o intuito de prequestionar a matéria, foram eles rejeitados, sob o argumento da inexistência de omissão, contradição e obscuridade.
Sustenta a recorrente, nas razões de seu recurso especial, violação dos artigos 535, inciso II, 17, inciso VI, 18, do Código de Processo Civil, 5º e 6º, § 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil, bem como sinaliza divergência jurisprudencial.
Afirma, em síntese, que tendo direito à complementação integral de sua aposentadoria, nos temos da Lei estadual nº 4.819/58.
É o relatório.
Da leitura das razões do recurso especial, infere-se que a recorrente não evidenciou qualquer omissão, contradição ou obscuridade no acórdão recorrido, não demonstrando no que consistiu a alegada ofensa ao artigo 535 do CPC.
Dessa forma, na espécie tem aplicação, por analogia, o disposto na Súmula 284 do Excelso Pretório, segundo a qual é "inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."
Nesse sentido, confiram-se os seguintes julgados desta Corte:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ARTIGO 535 DO CPC. ARGÜIÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. ANÁLISE DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE.
1. Não se conhece do recurso especial pela alegada violação ao artigo 535 do CPC nos casos em que a argüição é genérica. Incidência da Súmula 284/STF.
(...)
4. Recurso especial não conhecido." (REsp 866.935/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJ 19/10/2006)

Quanto à alegada violação aos artigos 17, inciso VI, 18, do Código de Processo Civil, 5º e 6º, § 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil, tendo em vista que não houve pronunciamento da Corte de origem, constata-se a ausência de prequestionamento do tema, o que enseja a aplicação do conteúdo normativo das Súmulas 282/STF e 211/STJ:

"Súmula 282. É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."

"Súmula 211. Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal **a quo.**"

Se a parte almejasse a apreciação da matéria, deveria ter interposto recurso especial indicando, detalhadamente, em que consistiu a alegada violação ao artigo 535, do Estatuto Processual Civil, e não apenas mencionando genericamente sua violação. Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. DEPOSITÁRIO INFIEL. PRISÃO CIVIL. PRESCRIÇÃO. TRATADOS INTERNACIONAIS. ART. 535 DO CPC. PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282, 283 E 284/STF E 211/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL.
1. Afasta-se a suscitada ofensa ao art. 535 do CPC quando o recorrido se limita a apresentar argumentos genéricos, apenas insistindo na tese de que não houve manifestação acerca dos dispositivos legais aplicáveis ao caso, sem a indispensável demonstração dos pontos supostamente omissos ou contraditórios do acórdão embargado.
2. É cediço que, para o conhecimento do recurso especial pela alínea "a" do permissivo constitucional, se faz necessário que a norma infraconstitucional tida como contrariada tenha sido objeto de análise pela instância de origem, sob pena de não ser conhecido por ausência de prequestionamento. Incidência da Súmula 282/STF.
3. "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo" (Súmula 211/STJ).
4. Para o conhecimento do recurso especial, é necessário que a parte combata todos os fundamentos do acórdão recorrido, visto que a deficiência de fundamentação torna aplicável a inteligência das Súmulas 283 e 284/STF.
5. (...)
6. Recurso especial não conhecido." (REsp 964439/RS, Rel. Min. CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJ 28/082007)

No tocante à alínea "c" do permissivo constitucional, verifica-se que a recorrente apenas transcreveu trechos de julgados que entendeu favoráveis à sua tese, sem realizar o necessário cotejo analítico entre a fundamentação contida nos precedentes dos mencionados paradigmas e no aresto recorrido.
Dessa forma, tampouco merece prosperar o recurso da agravante, no que se refere ao dissídio jurisprudencial, como se observa da leitura da seguinte ementa:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE, NO CASO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO INEXISTENTE. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. REEXAME DE PROVAS IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO NÃO REALIZADO. SUPORTE FÁTICO DESSEMELHANTE. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO.
(...)
4. Para a comprovação da alegada divergência jurisprudencial, cabe ao recorrente provar o dissenso por meio de certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório, oficial ou credenciado, em que tiver sido publicada a decisão divergente, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos em confronto, nos termos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e 255, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça. Hipótese em que, ademais, o suporte fático apresentado mostra-se dessemelhante.
5. Recurso especial conhecido e improvido." (REsp 705.744/RS, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 5/12/2005)

Diante do exposto, com fundamento do artigo 254, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 19 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4150)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 826.596 - RJ (2006/0243835-0)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	: REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A - RFFSA - EM LIQUIDAÇÃO
ADVOGADO	: ROSSINI VOGAS MENEZES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANA ROSA LOBATO DOS SANTOS TERRA E OUTROS
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DESPACHO

Manifeste-se a União, no prazo de 5 dias, sobre o contido na Petição nº 109706 (fl. 198).
Publique-se.
Brasília (DF), 14 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4151)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 831.269 - SP (2006/0068571-0)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
EMBARGANTE	: CARLOS ALBERTO RODRIGUES
ADVOGADO	: JOSE CARLOS MARZABAL PAULINO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: MARIA LUCIA MARTINS BRANDAO

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por CARLOS ALBERTO RODRIGUES, contra decisão monocrática, aos fls. 240/244, que deu provimento ao recurso especial do ora recorrente e determinou que seu benefício, auxílio-acidente, fosse calculado no percentual de 50% do salário-de-contribuição, a partir da vigência da Lei nº 9.032/95.
Afirma o embargante que o *decisum:"não impôs ao réu, na condenação, a determinação de corrigir monetariamente as diferenças atrasadas, até o efetivo pagamento, omissão que acarretará acentuado prejuízo financeiro ao segurado, uma vez que as parcelas atrasadas estariam defasadas, face a inflação ocorrida no período." (fls. 259).*
Passa-se à decisão.
O recurso especial do ora embargante foi provido em decisão monocrática que trouxe a seguinte ementa:
"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AUXÍLIO-ACIDENTE. LEI NOVA MAIS BENÉFICA. APLICAÇÃO.
Entende esta Corte Superior que o aumento do percentual do auxílio-acidente, estabelecido pela Lei nº 9.032/95, que alterou o § 1º, art. 86, da Lei 8.213/91, tem aplicação imediata a todos os beneficiários, com pedidos pendentes de concessão ou já concedidos, em virtude de ser norma de ordem pública, não implicando em retroatividade da lei.
Tema pacificado na Terceira Seção com o julgamento do EREsp 297.274/AL.
Recurso especial a que se dá provimento." (fls. 240)
Já o dispositivo, deveras, não fez constar a correção das diferenças.
Em razão do provimento do pedido principal, entende-se ser necessário suprir a omissão no que diz respeito aos consectários legais.
A propósito, *q.v. verbi gratia*:
"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ORDINÁRIO. OMISSÃO. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. CONSECTÁRIOS LÓGICOS DA SUCUMBÊNCIA. 1. Provido o recurso ordinário em mandado de segurança, é de ser reconhecida a omissão alegada, para que sejam fixados juros e correção monetária, como consectários lógicos da sucumbência, de modo a integrar a condenação. 2. Embargos de declaração acolhidos." (EDcl no RMS9857/TO, Sexta Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ de 16.05.2005)
Em face do exposto, acolhe-se os aclaratórios para determinar a incidência dos juros de mora em 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação da autarquia previdenciária (Súmula nº 204 do STJ). Correção monetária, na forma da Lei nº 8.213/91 e legislação posterior. Custas na forma da lei.
Publique-se. Intimem-se.
Após, voltem-me conclusos para a análise do agravo regimental de fls. 247/254.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4152)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 831.817 - RJ (2006/0244273-8)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
AGRAVANTE	: UBIRAJARA DA SILVA VIEIRA
ADVOGADO	: ALEXANDRE DE CARVALHO BAPTISTA
AGRAVADO	: ADRIANA IÓRIO
AGRAVADO	: JOSIAS DA SILVA GRAÇA
AGRAVADO	: OPHIR LUIZ ROCHA BARBOSA
ADVOGADO	: JAIR LEITE PEREIRA E OUTRO
INTERES.	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7 DO STJ.
A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.
Agravo de Instrumento a que se nega provimento

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por UBIRAJARA DA SILVA VIEIRA contra decisão que não admitiu, na origem, o recurso especial fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, manifestado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, na Apelação Criminal nº 2005.050.02676.
O Tribunal *a quo*, no referido julgado, negou provimento ao recurso, em acórdão assim ementado:
"HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO TENTADO (ART. 121, § 2°, I E IV C/C ART. 14, II E ART. 29, TODOS DO CÓDIGO PENAL - PROMEIRO E SEGUNDO APELADOS - E ART. 121, § 2°, I E IV C/C ART. 14, II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL - TERCEIRO APELADO). DECISÃO DO TRIBUNAL DE JÚRI QUE , ANTE AS PROVAS DOS AUTOS, VERDADEIRAMENTE INSUFICIENTES, ABSOLVE OS APELANTES . DECISÃO QUE DEVE SER MANTIDA, ANTE A NÃO CONFIGURAÇÃO DE JULGAMENTO CONTRARIO À PROVA DOS AUTOS. DESPROVIMENTO DA APELAÇÃO."(fl. 5).
Irresignado, o agravante, no recurso especial, alega violação ao artigo 593 do CPP, afirmando que não poderia o acórdão manter a decisão do júri e deixar de mandar os réus a um novo julgamento, contrariando Lei Federal.
O prolator da decisão agravada afirma que o agravante tem interesse no reexame do conjunto fático probatório dos autos, sendo este ato vedado pela Súmula 7/STJ.
Opina o Ministério Público Federal pelo não conhecimento do agravo.
Passa-se à Decisão.

Presentes os requisitos de admissibilidade do agravo de instrumento, passo ao juízo de admissibilidade do recurso especial.
Analisando os autos, observo que o agravante fundamentou sua irresignação na existência de provas concretas para comprovar o envolvimento dos réus no crime, conforme se extrai de passagens, como a apresentada abaixo:
"As provas dos autos deixam claro a participação dos réus no crime. A vítima reconhece o seu algoz, além de ficar comprovado que os recorridos são inimigos do recorrente." (fl. 14).
Compreendo que o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.
Conforme destacado no julgamento do REsp 336.741/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 07/04/2003, abaixo:
"(...)se, nos moldes em que delineada a questão federal, há necessidade de se incursionar na seara fático-probatória, soberanamente decidida pelas instâncias ordinárias, não merece trânsito o recurso especial, ante o veto da súmula 7-STJ".
Nesse mesmo sentido, *q. v., verbi gratia*:
"A reforma do acórdão recorrido - que entendeu pela desclassificação do delito do art. 157 do Código Penal, para o crime previsto no art. 155, § 2º, IV, do Estatuto Repressor -, para fins de condenar o agravado na forma da denúncia, implicaria em reexame do conjunto fático-probatório, inviável em sede de recurso especial". (AgRg no Ag 553.911/DF, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ 20.09.2004 p. 321,)
"Não há falar em valoração jurídica da prova, se se pretende, sob a afirmação de fatos tidos como incomprovados pelo acórdão impugnado, a absolvição do réu por ausência de dolo, cuidando-se, sim, de rematado pedido de reexame do conjunto probatório à moda de segunda apelação, em que se quer converter o recurso especial". (AgRg no REsp 696.985/MG, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ 06/02/2006,).
Destarte, não merece reparos o acórdão hostilizado, diante do óbice inscrito na Súmula 7/STJ.
Posto isso, NEGO PROVIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4153)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 834.075 - SP (2006/0243277-8)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: RONALDO GUIMARÃES GALLO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA LUIZA MENDONÇA
ADVOGADO	: WAGNER ANANIAS RODRIGUES

EMENTA

PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. ARTS. 861 E 863 DO CÓDIGO CIVIL, 108 DA LEI Nº 8.213/91 E 145 DO DECRETO Nº 3.048/99 MATÉRIA NÃO VENTILADA NO ACÓRDÃO. INOVAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 282 DO STF. AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS contra a inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que restou assim ementado (fl. 134):
"PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PRESUMIDA. REQUISITOS PRESENTES. BENEFÍCIO DEVIDO.
1. Presentes os requisitos previstos no artigo 74, caput, da Lei n.º 8.213/91, é devido o benefício de pensão por morte, com renda mensal inicial conforme o disposto no art. 75 do mesmo diploma legal, com a redação dada pela Lei nº 9.528/97.
2. Comprovada a condição de companheira do segurado falecido, a dependência econômica é presumida, nos termos do § 4º artigo 16 da Lei n.º 8.213/91.
3. Preliminar rejeitada. Apelação da autora provida."

Opostos embargos de declaração (fls. 140/143), estes restaram rejeitados (fl. 153).
Nas razões do especial (fls. 157/160), alega a autarquia recorrente violação aos arts. 535 do Código de Processo Civil; 861 e 863 do Código Civil, 108, da Lei nº 8.213/91 e 145 do Decreto nº 3.048/99. Ressalta, em síntese, que não obstante a existência de prova material, não houve a produção de prova oral, não havendo, dessa forma, o preenchimento dos requisitos necessários para a comprovação da união estável. Ao final, pugna pelo conhecimento e provimento do recurso.
É o relatório. Passo a decidir.
Inicialmente, no tocante à violação ao art. 535, do Código de Processo Civil, a insurgência não merece acolhida, uma vez que o acórdão recorrido utilizou fundamentação suficiente para solucionar a controvérsia, não incorrendo em obscuridade, contradição ou omissão.
Com relação à ofensa aos arts. 861 e 863 do Código Civil, 108, da Lei nº 8.213/91 e 145 do Decreto nº 3.048/99, observa-se que as questões suscitadas não foram ventiladas nas razões da apelação, no acórdão recorrido e, muito menos, no acórdão proferido em sede de embargos declaratórios, carecendo, portanto, do indispensável prequestionamento. Aplicação, por analogia, da Súmula 282 do STF.
Nesse sentido, confiram-se os seguintes precedentes:

"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS INFRACONSTITUCIONAIS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO.
AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
1. Embargos declaratórios admitidos como agravo regimental, em razão de seu manifesto caráter infringente. Aplicação do princípio da fungibilidade recursal.
2. A teor da pacífica e numerosa jurisprudência, para a abertura da via especial, requer-se o prequestionamento, ainda que implícito, da matéria infraconstitucional. A exigência tem como desiderato principal impedir a condução, ao Superior Tribunal de Justiça, de questões federais não debatidas no Tribunal de origem. Hipótese em que não foram ventiladas, no acórdão recorrido, as matérias tratadas nos arts. 467 e 468 do CPC.
3. O agravante não procedeu ao cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os paradigmas, conforme exigência dos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e 255, §§ 1º e 2º, do RI/STJ.
4. Embargos declaratórios recebidos como agravo regimental, a que se nega provimento."(AgRg no Ag 734.476/BA, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, Quinta Turma, DJ de 5/2/2007)

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA.
APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 282 E 356/STF. CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA.
PRESUNÇÃO DE CERTEZA E LIQUIDEZ. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INVIABILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 07-STJ.
RECURSO NÃO CONHECIDO.
I - Nos termos das Súmulas 282 e 356/STF, é inviável em sede de recurso especial a apreciação de matéria cujo tema não fora objeto de discussão no acórdão recorrido, tendo em vista que o Tribunal de origem não se manifestou, especificamente, sobre a matéria objeto de irresignação do recorrente, mesmo após a oposição de embargos de declaração. A mera oposição do recurso integrativo não supre a necessidade do prequestionamento.
II - É inviável, em sede de recurso especial, o reexame de matéria fático-probatória, tendo em vista o óbice contido no verbete Sumular 07-STJ. O Órgão ***a quo*,** com base nas provas dos autos, concluiu pela inexistência de certeza e liquidez da certidão de dívida ativa que representa a dívida não tributária inscrita.
III - Recurso especial não conhecido."(REsp 779.154/PR, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ de 1/8/2006)

Diante do exposto, com base nos artigo 254, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **nego provimento** ao presente agravo .
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4154)

RECURSO ESPECIAL Nº 835.511 - AM (2006/0074110-7)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: VINÍCIUS DE CARVALHO MADEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FRANCISCO AUGUSTO DE MELO
ADVOGADO	: BENJAMIM ANTÔNIO AFFONSO FILHO

DECISÃO

Recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. CONSTITUCIONAL. SOLDADO DA BORRACHA. PENSÃO VITALÍCIA. ART. 54 DO ADCT DA CF/88 - LEI Nº 7.986/89, ART. 3º. PROVA MATERIAL. LIMITE MÍNIMO DE IDADE. JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL.

1.'Os seringueiros recrutados nos termos do Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943, e amparados pelo Decreto-Lei nº 9.882, de 16 de setembro de 1946, receberão, quando carentes, pensão mensal vitalícia no valor de dois salários mínimos' (art. 54 do ADCT da CF/88). O § 1º, do mesmo art. 54 estende o benefício 'aos seringueiros que, atendendo a apelo do Governo brasileiro, contribuíram para o esforço de guerra, trabalhando na produção de borracha na Região Amazônica, durante a Segunda Guerra Mundial'.

2. A norma que especificou os critérios para concesão da pensão vitalícia a que se refere o art. 54 do ADCT - CF/88 não prevê o requisito da idade mínima.

3. Na espécie, o exercício na atividade de extração de borracha durante a 2ª Guerra Mundial foi devidamente comprovada mediante Justificação Judicial proposta em 07/08/96 (fls. 15) e homologada em 19/11/97 (fls. 45). na vigência do art. 3º da Lei nº 7.986, de 28/12/86, em sua redação original ('a comprovação da efetiva prestação de serviços a que alude o artigo anterior far-se-á perante os órgãos do Ministério da Previdência e Assistência Social, por todos os meios de prova admitidos em direito, inclusive a justificação judicial').

4. Sentença mantida.

5. Apelação e Remessa Oficial improvidas." (fl. 131).

Foram opostos embargos de declaração, que restaram rejeitados.

Sustenta o recorrente omissão no acórdão recorrido, ao fundamento de que o Tribunal ***a quo*** teria deixado de se manifestar sobre questões suscitadas.

Alega que não há como se acolher prova exclusivamente testemunhal para a concessão do auxílio pleiteado, por expressa previsão legal.

Além da divergência jurisprudencial, a negativa de vigência aos artigos 3º, ***caput*** e parágrafo 1º, da Lei nº 7.986/89, 21 da Lei nº 9.711/98, 55, parágrafo 3º, da Lei nº 8.213/91, enunciado nº 149 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça e 535, inciso II, do Código de Processo Civil, funda a insurgência especial.

Recurso tempestivo (fl. 152), não respondido (fl. 191v) e admitido (fl. 193).

Tudo visto e examinado, decido.

De início, apesar de apontar a violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, a recorrente não define nem demonstra no que consistiu a alegada omissão, deixando de explicitar, de forma clara e precisa, a negativa de vigência à lei federal ou, ainda, a sua correta interpretação.

E a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que *"(...) Para viabilizar o conhecimento do especial, pelo fundamento da alínea 'a' do permissivo constitucional, não é suficiente a simples menção explícita aos preceitos de lei que se pretende desafeiçoados (pelo acórdão do Tribunal a quo), mas, ainda, a motivação justificadora, esclarecendo-se, com precisão, em sua dicção e conteúdo, para possibilitar, ao julgador, o cotejo entre o teor dos artigos indicados como violados e a fundamentação do recurso. (...)"* (REsp nº 160.226/RN, Relator Ministro Demócrito Reinaldo, ***in*** DJ 11/5/98).

Tal deficiência, com sede na própria fundamentação da insurgência especial, inviabiliza a abertura da instância especial, a teor do enunciado nº 284 da Súmula do Excelso Supremo Tribunal Federal, ***verbis***:

"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

Gize-se, em remate, que a jurisprudência desta Corte vem admitindo a incidência do citado enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal mesmo quando, não obstante a indicação dos dispositivos de lei federal tidos por violados, deficientes são as razões recursais.

A propósito e por todos, os seguintes precedentes, que definem o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 458 E 535 DO CPC. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 284/STF ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. 10,87%. ARTIGO 9º DA LEI Nº 10.192/2001. REAJUSTE ASSEGURADO AOS TRABALHADORES EM GERAL. INAPLICABILIDADE EM RELAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS.

1. '(...) Para viabilizar o conhecimento do especial, pelo fundamento da alínea 'a' do permissivo constitucional, não é suficiente a simples menção explícita aos preceitos de lei que se pretende desafeiçoados (pelo acórdão do Tribunal a quo), mas, ainda, a motivação justificadora, esclarecendo-se, com precisão, em sua dicção e conteúdo, para possibilitar, ao julgador, o cotejo entre o teor dos artigos indicados como violados e a fundamentação do recurso. (...)' (REsp 160.226/RN, Relator Ministro Demócrito Reinaldo, in DJ 11/5/98).

2. Não se conhece de recurso especial fundado na violação dos artigos 458 e 535 do Código de Processo Civil, quando o recorrente, em suas razões, não define nem demonstra em que consistiu a omissão alegada.

(...)" (AgRgAg nº 539.324/RS, da minha Relatoria, ***in*** DJ 1º/3/2004).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INADMISSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÂO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF.

Impossibilidade de se conhecer do recurso, em face da deficiência na sua fundamentação, se a parte se limita a indicar o dispositivo legal que considerou violado, mas sem expor as razões pelas quais entende deva ser a decisão reformada (Súmula 284).

Recurso não conhecido." (REsp nº 261.955/SP, Relator Ministro Felix Fischer, ***in*** DJ 11/9/2000).

No que diz respeito à violação do disposto no enunciado nº 149 da Súmula desta Corte Superior de Justiça, o recurso não merece ser conhecido. Como é cediço, os verbetes ou enunciados dos tribunais não se equiparam às leis federais para a finalidade prevista no art. 105, III, "a" da Constituição Federal.

Nesse sentido:

"ADMINISTRATIVO - RECURSO ESPECIAL - SUS - TABELA - REAJUSTE - SÚMULA 85/STJ - PRESCRIÇÃO - VIOLAÇÃO DE SÚMULA - IMPOSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE.

1. A alegada violação de enunciado de Súmula não enseja o recurso especial, pois esta não se enquadra no conceito de lei previsto no artigo 105, III, 'a', da Constituição Federal.

*2. Verifica-se que a Corte **a quo** não analisou a questão devolvida à luz do art. 26, §§ 1º e 2º, da Lei n. 8.080/90. Impõe-se o não-conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento. Incidência da Súmula 211 do STJ.*

3. O Tribunal de origem, ao entender que o pagamento do reajuste deve ficar limitado à data da publicação da Portaria GM/Ms 1.230/99, quando houve a reformulação da tabela do SUS, encontrou amparo na jurisprudência desta Corte. Incidência da Súmula 83/STJ.

4. Por fim, cumpre ressaltar que 'o dissídio jurisprudencial com Súmula não autoriza a interposição do recurso especial fundado na letra 'c' do permissivo constitucional, impondo-se a demonstração do dissenso com os julgados que originaram o verbete indicado como divergente'. (REsp 338.474/PE, Rel. Min. Peçanha Martins, DJ 6.5.2004).

Recurso especial não-conhecido." (REsp nº 903.047/PR, Relator Ministro Humberto Martins, ***in*** DJ de 30/3/2007).

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO NA CORTE **A QUO** NÃO-SANADA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADUÇÃO DE OFENSA A NORMAS LEGAIS AUSENTES NA DECISÃO ATACADA. SÚMULA Nº 211/STJ. PEDIDO DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. DESCABIMENTO. REEXAME DE PROVA. SÚMULA Nº 07/STJ. IMPOSSIBILIDADE NA VIA EXCEPCIONAL.*

1. Agravo regimental contra decisão que negou provimento a agravo de instrumento.

(...)

***4.** A indicação de ofensa à Súmula não enseja a abertura da via especial para embasar a alínea 'a' do permissivo constitucional.*

(...)

9.** Agravo regimental não-provido."* (AgRgAg nº 731.985/RS, Relator Ministro José Delgado, ***in DJ 22/5/2006).

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. ALÍNEA A. CONTRARIEDADE À SÚMULA. IMPOSSIBILIDADE. PARCELA DE ESTÍMULO À PESQUISA AGROPECUÁRIA. LEI N.º 9.963/93. INCORPORAÇÃO AOS PROVENTOS. IMPOSSIBLIDADE. PRESCRIÇÃO DO PRÓPRIO FUNDO DE DIREITO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE COTEJO.

1. Alegação de contrariedade à Súmula não enseja o recurso especial, porquanto aquela não se enquadra no conceito de lei a que se refere o art. 105, III, a, da Constituição Federal. Incidência da Súmula n.º 284 do STF.

2. A publicação da Lei n.º 9.963/93, em 08/10/1993, constitui-se o termo inicial do prazo prescricional para o Recorrente pleitear judicialmente a incorporação da Parcela de Estímulo à Pesquisa Agropecuária.

3.Tendo o Autor ajuizado a presente ação somente em 31/01/2002, impõe-se o reconhecimento de prescrição do próprio fundo de direito.

4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, desprovido." (REsp nº 577.565/RS, Relatora Ministra Laurita Vaz, ***in*** DJ 3/5/2004).

Dispõe o artigo 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ***verbis:***

"Art. 54. Os seringueiros recrutados nos termos do Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943, e amparados pelo Decreto-Lei nº 9.882, de 16 de setembro de 1946, receberão, quando carentes, pensão mensal vitalícia no valor de dois salários mínimos."

Com o advento da Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989, com a redação dada pela Lei nº 9.711, de 21 de novembro de 1998, passou-se a exigir para a concessão da benesse:

"Art. 3º A comprovação da efetiva prestação de serviços a que alude esta Lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal.

§ 1º A comprovação da efetiva prestação de serviços a que alude o caput far-se-á perante os órgãos do Ministério da Previdência e Assistência Social.

§ 2º Caberá à Defensoria Pública, por solicitação do interessado, quando necessitado, promover a justificação judicial, ficando o solicitante isento de quaisquer custas judiciais ou outras despesas.

§ 3º O prazo para julgamento da justificação é de quinze dias."

Desta feita, passou-se a reconhecer o direito à pensão mensal vitalícia no valor de dois salários-mínimos aos seringueiros que, durante a 2ª Guerra Mundial, contribuíram para o esforço de guerra, trabalhando na produção de borracha na Região Amazônica, desde que o requerimento estivesse baseado em início de prova material.

Os depoimentos testemunhais, portanto, não garantem, por si, para demonstrar o exercício da atividade de seringueiro. Mister se faz um início de prova material, que, ***in casu,*** não restou demonstrado nos autos.

Com efeito, apesar de o autor ter apresentado justificação judicial, esta lastreou-se unicamente em depoimentos testemunhais, não existindo provas documentais aptas à comprovação material da condição de seringueiro durante a 2ª Guerra Mundial.

Tal entendimento, inclusive, encontra-se, por extensão, firmado nesta Corte Superior de Justiça, conforme dispõe o enunciado nº 149 da sua Súmula, ***verbis***:

"A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário."

A propósito, nesta Corte, os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. ***PENSÃO MENSAL VITALÍCIA. ATIVIDADE DE SERINGUEIRO. 2ª GUERRA MUNDIAL. PRODUÇÃO DE BORRACHA. PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 149/STJ.***

I - Não ocorre ofensa ao art. 535 do CPC se o e. Tribunal de origem, sem que haja recusa à apreciação da matéria, embora rejeitando os embargos de declaração, considera não existir defeito a ser sanado.

II - O art. 54 do ADCT concedeu pensão mensal vitalícia no valor de dois salários-mínimos aos seringueiros que, durante a 2ª Guerra Mundial, contribuíram para o esforço de guerra, trabalhando na produção de borracha na Região Amazônica.

III - ***A concessão do referido benefício depende de início de prova material, a teor do art. 3º da Lei n° 7.986/89, alterado pela Lei n° 9.711/98****.* ***In casu****, a prova documental exigida não existe nos autos.*

IV - A justificação judicial apresentada pelo autor lastreou-se unicamente em depoimentos testemunhais. Aplicação da Súmula 149/STJ.Recurso provido." (REsp nº 800.544/AM, Relator Ministro Felix Fischer, ***in*** DJ 12/2/2007 - nossos os grifos).

"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO. VALORAÇÃO DE PROVA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. INOCORRÊNCIA.

1. O conhecimento do recurso especial fundado na alínea 'c' da Constituição da República requisita, em qualquer caso, a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas, votos ou notícias de julgamento.

2. 'A comprovação do tempo de serviço para os efeitos desta Lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme o disposto no art. 108, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento.' (artigo 55, parágrafo 3º, da Lei 8.213/91).

3. O início de prova material, de acordo com a interpretação sistemática da lei, é aquele feito mediante documentos que comprovem o exercício da atividade nos períodos a serem contados, devendo ser contemporâneos dos fatos a comprovar, indicando, ainda, o período e a função exercida pelo trabalhador.

4. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que para fins de concessão do benefício de aposentadoria por idade, o início de prova material deverá ser corroborado por idônea e robusta prova testemunhal.

5. Em havendo o acórdão recorrido afirmado que, a par de não bastante à demonstração do tempo de serviço a prova documental, a testemunhal era insuficiente à comprovação da atividade rural desempenhada pelo segurado, a preservação da improcedência do pedido de aposentadoria por idade é medida que se impõe.

6. Ademais, a 3ª Seção desta Corte tem firme entendimento no sentido de que a simples declaração prestada em favor do segurado, sem guardar contemporaneidade com o fato declarado, carece da condição de prova material, exteriorizando, apenas, simples testemunho escrito que, legalmente, não se mostra apto a comprovar a atividade laborativa para fins previdenciários (EREsp 205.885/SP, Relator Ministro Vicente Leal, in DJ 30/10/2000).

7. Recurso não conhecido". (REsp nº 434.015/CE, da minha Relatoria, ***in*** DJ 17/3/2003).

Outro, inclusive, não é o entendimento adotado pelo Excelso Supremo Tribunal Federal, ***verbis:***
"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 54 DO ADCT. ***PENSÃO MENSAL VITALÍCIA AOS SERINGUEIROS RECRUTADOS OU QUE COLABORARAM NOS ESFORÇOS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL. ART. 21 DA LEI Nº 9.711, DE 20.11.98, QUE MODIFICOU A REDAÇÃO DO ART. 3º DA LEI Nº 7.986, DE 20.11.89. EXIGÊNCIA, PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO, DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL E VEDAÇÃO AO USO DA PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL****. A vedação à utilização da prova exclusivamente testemunhal e a exigência do início de prova material para o reconhecimento judicial da situação descrita no art. 54 do ADCT e no art. 1º da Lei nº 7.986/89 não vulneram os incisos XXXV, XXXVI e LVI do art. 5º da CF. O maior relevo conferido pelo legislador ordinário ao princípio da segurança jurídica visa a um maior rigor na verificação da situação exigida para o recebimento do benefício. Precedentes da Segunda Turma do STF: REs nº 226.588, 238.446, 226.772, 236.759 e 238.444, todos de relatoria do eminente Ministro Marco Aurélio. Descabida a alegação de ofensa a direito adquirido. O art. 21 da Lei 9 .711/98 alterou o regime jurídico probatório no processo de concessão do benefício citado, sendo pacífico o entendimento fixado por esta Corte de que não há direito adquirido a regime jurídico. Ação direta cujo pedido se julga improcedente"* (ADIn nº 2.555/DF, Relatora Ministra Ellen Gracie, ***in*** DJ 3/4/2003).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 557, parágrafo 1º-A, do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso para, cassando o acórdão recorrido, julgar improcedente o pedido.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 13 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4155)

EDcl no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 837.544 - SP (2006/0251339-8)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
EMBARGANTE	: IZABEL SOLER VETORATO
ADVOGADO	: ODENEY KLEFENS
EMBARGADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: JOSÉ RICARDO DE OLIVEIRA

DECISÃO

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FALTA DE QUALQUER DE SEUS PRESSUPOSTOS. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇA NO ATO DE INTERPOSIÇÃO. PRECLUSÃO.
1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando presente uma das hipóteses previstas no art. 535 do Código de Processo Civil.
2. Não se mostra possível a juntada extemporânea de peça obrigatória, porquanto opera-se a preclusão consumativa com o ato de interposição do agravo de instrumento.
3. Embargos rejeitados.

Cuida-se de embargos de declaração desafiando decisão que não conheceu do agravo de instrumento devido a falta da cópia das contra-razões do recurso especial, ou da certidão comprovando a sua não-apresentação.
Alega a embargante que "não pode sofrer prejuízos processuais, visto que, em face da gratuidade processual, o equívoco quanto a não anexação da referida peça foi praticado pelo E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região." (fl. 71)
Junta, nesta oportunidade, a cópia da certidão comprovando a não-interposição das contra-razões do recurso especial.
A irresignação não merece acolhimento.
Como cediço, o recurso de que se cuida tem o seu alcance precisamente definido no artigo 535 do Código de Processo Civil, vale dizer, eliminar da decisão qualquer obscuridade ou contradição ou suprir omissão sobre ponto acerca do qual se impunha pronunciamento.
In casu, as razões da embargante não lograram comprovar a existência de qualquer dos referidos vícios, buscando, apenas, suprir o presente instrumento com peça que comprovaria a não-apresentação das contra-razões do recurso especial.
Nesse sentido:
"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. NECESSIDADE DE SER INTERNA. DEMAIS VÍCIOS. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO INFRINGENTE. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESACOLHIDO.
I - Rejeitam-se os embargos quando ausente qualquer vício no julgado.
II - A contradição que autoriza os embargos de declaração é aquela interna ao acórdão, verificada entre a fundamentação do julgado e a sua conclusão.
III - Os embargos declaratórios não se prestam ao reexame de matéria decidida no acórdão embargado, servindo como instrumento de aperfeiçoamento do julgado que contenha omissão, contradição ou obscuridade."
(EDcl no REsp nº 184.703/MS, Relator o Ministro ***SÁLVIO DE FIGUEIREDO****, DJU de 14/2/2000)*

De observar não ser possível a juntada extemporânea de peça obrigatória, porquanto opera-se a preclusão consumativa com o ato de interposição do agravo de instrumento.
A propósito, confiram-se:
A *- AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. FORMAÇÃO INCOMPLETA DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEÇA OBRIGATÓRIA. RECURSO MANIFESTAMENTE INFUNDADO ANTE A PREVISÃO LEGAL DO ROL DO ART. 544, § 1º, DO CPC. LEGALIDADE DE DESENTRANHAMENTO DE PETIÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE INSTRUMENTO DEFICIENTE, DADA A PRECLUSÃO CONSUMATIVA.*
I - Reconhecido pelo agravante a ausência de peça obrigatória, e insistindo em interpor recurso em face de decisão que não conhece de agravo de instrumento, sob frágil argumento contra texto expresso de lei, condena-se o recorrente no pagamento de multa prevista no art. 557, § 2º, do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 9.756/98.
II - A interposição de agravo de instrumento dirigido aos Tribunais Superiores, desacompanhada de traslado de peça obrigatória, gera a preclusão consumativa, no momento imediato ao seu protocolo, não podendo ser sanada extemporaneamente, nem na instância de origem, por isso é legal o desentranhamento de petição de complementação de instrumento deficiente.
III - Agravo improvido, com aplicação de multa."
(AgRg no AG nº 247.972/SP, Relatora a Ministra ***NANCY ANDRIGHI****, DJU de 8/5/2000)*

B *- "PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ERRO NO TRASLADO DE PEÇAS. A parte tem o ônus de fiscalizar a formação do instrumento; o artigo 544, § 1º, do Código de Processo Civil, relaciona as peças obrigatórias quando da interposição do agravo de instrumento de decisão denegatória de recurso especial, sob pena de não conhecimento do recurso, não cabendo a juntada extemporânea dessas peças, ainda que perante o Tribunal* ***a quo****.*
Agravo regimental não provido."
(AgRg nos EDcl no AG nº 315.079/RJ, Relator o Ministro ***ARI PARGENDLER****, DJU de 24/9/2001)*

Ante o exposto, rejeito os presentes embargos.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4156)

RECURSO ESPECIAL Nº 837.864 - DF (2006/0082951-0)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: SINDICATO DOS POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS NOS ESTADOS DO AMAZONAS E DE RORAIMA - SINPRF AM/RR
ADVOGADO	: ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: UNIÃO

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20, § 4º, CPC. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO ESSENCIAL QUE DEMONSTRE SEREM OS HONORÁRIOS IRRISÓRIOS. MAJORAÇÃO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. SEGUIMENTO NEGADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
A Tribunal *a quo* deu provimento à apelação determinando a incorporação do percentual de 28,86% aos vencimentos dos substituídos do ora recorrente, o pagamento de diferenças acrescidas de correção monetária e juros de mora no importe de 0,5% ao mês desde a citação, a compensação de reajustes deferidos por força de reposicionamento funcional, bem como inverteu os ônus sucumbenciais e condenou a União ao reembolso de custas e honorários no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
Opostos embargos declaratórios, foram eles rejeitados.
O recorrente alega violação dos artigos 20, § 4º, e 535, inciso II, do Código de Processo Civil.
Afirma que o acórdão embargado omitiu-se acerca dos critérios utilizados para a fixação da verba honorária e que "os irrisórios R$ 5.000,00 (cinco mil reais) foram arbitrados sob a singela invocação do art. 20, § 4º, do CPC, sem qualquer consideração sobre os critérios que essa norma legal impõe sejam observados - e por isso mesmo explicitados - pelo juiz" (fl. 205).
É o relatório.
A insurgência não merece prosperar.
Inicialmente, verifica-se que o acórdão recorrido utilizou fundamentação suficiente para solucionar a controvérsia, sem incorrer em omissão, contradição ou obscuridade, não havendo, portanto, ofensa ao artigo 535, inciso II, do Diploma Processual Civil.
Ressalte-se que o julgador não está obrigado a rebater, pormenorizadamente, todas as questões trazidas pela parte, citando os dispositivos legais que esta entende pertinentes para a resolução da controvérsia.
A negativa de prestação jurisprudencial se configura apenas quando o Tribunal deixa de se manifestar sobre ponto que seria indubitavelmente necessário ao deslinde do litígio. Dessa forma, incabível é o recurso quanto a esse aspecto, como se infere da orientação desta egrégia Corte:
"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. FGTS. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. LEGITIMIDADE DAS TRANSAÇÕES FIRMADAS PELOS AUTORES, SEM A PARTICIPAÇÃO DE SEUS ADVOGADOS, VISANDO AO PAGAMENTO, PELA CEF, DOS COMPLEMENTOS DE CORREÇÃO MONETÁRIA DOS DEPÓSITOS FUNDIÁRIOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ALEGADA NEGATIVA DE VIGÊNCIA DO ART. 29-C DA LEI 8.036/90, ACRESCENTADO PELA MP 2.164-40, DE 27.7.2001. ART. 2º DA EMENDA CONSTITUCIONAL 32/2001.
1. Não viola o art. 535 do CPC, tampouco nega a prestação jurisdicional, o acórdão que, mesmo sem ter examinado individualmente cada um dos argumentos trazidos pelo vencido, adotou, entretanto, fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia.
(...)
4. Recurso especial parcialmente provido." (REsp 815.458/SC, Rel. Min. DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJ 02.08.2007)

Ademais, a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a fixação da verba honorária com base no artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, realizada de acordo com a apreciação eqüitativa do magistrado, pode ser estipulada em valor aquém, além, ou dentro dos limites do § 3º daquele artigo.
Estabelecida a verba honorária com base na eqüidade, respeitados os critérios das alíneas "a", "b" e "c" do § 3º do referido dispositivo, não cabe a este Tribunal reapreciar o valor ou percentual fixado, esbarrando em óbice insculpido no Enunciado 7 da Súmula desta Corte.
Saliente-se que a revisão dos honorários tem sido excepcionalmente admitida quando aqueles se mostram exorbitantes ou ínfimos em relação à complexidade da demanda e seu valor econômico.
No entanto, não há nos autos informação sobre o real valor da condenação ou valor econômico da demanda, elemento essencial à verificação da exorbitância do percentual arbitrado, inviabilizando o afastamento da aplicação do já referido verbete sumular.
Ainda que adotássemos como parâmetro o valor inicialmente atribuído à causa correspondente a R$ 10.000,00 (dez mil reais) (fl. 12), os honorários arbitrados em R$ 5.000,00 (cinco mil reais) não se mostrariam irrisórios.
A respeito desse tema, confiram-se os seguintes julgados:

"PROCESSUAL CIVIL. DISSÍDIO PRETORIANO. COTEJO ANALÍTICO. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO. ART. 106 DO CTN. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS 211/STJ e 282/STF. LEI 10.962/04. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. HONORÁRIOS. FAZENDA PÚBLICA VENCIDA. SÚMULA 7/STJ.
(...)
4. Nos casos em que vencida a Fazenda Pública, os honorários não se sujeitam aos parâmetros estabelecidos no § 3º do art. 20 do CPC, entre 10% e 20%, podendo, também, ter como base de cálculo tanto o valor da causa como o da condenação.
5. Não sendo desarrazoados os honorários, sua majoração importa, necessariamente, no revolvimento dos aspectos fáticos do caso, o que é defeso no âmbito do apelo nobre, ante o teor da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".
6. Recurso especial não conhecido." (REsp 876.501/RS, Rel. Min. CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJ 31.08.2007)

"PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM 15% SOBRE O VALOR DA CAUSA. VALOR NÃO IRRISÓRIO. REAPRECIAÇÃO EQÜITATIVA QUE ENSEJA A APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 7/STJ.
I - Se o valor dado à causa não corresponde, efetivamente, ao seu valor real, deveria o recorrente tê-lo impugnado, no momento processual oportuno.
II - Não se pode concluir serem irrisórios honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor da causa, quando inexistente condenação.
III - Demais disso, presume-se que o Tribunal *a quo*, ao inverter os ônus sucumbenciais, sem majorar os honorários, procedeu à apreciação eqüitativa, não cabendo a esta colenda Corte reexaminar os motivos ensejadores de sua conclusão, no particular, ante o enunciado n. 7 de sua Súmula.
IV - Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 914.819/RS, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, DJ 24.05.2007)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR IRRISÓRIO. VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.
I- Não obstante a vedação inscrita na Súmula 07/STJ, o atual entendimento da Corte é no sentido da possibilidade de revisão de honorários advocatícios fixados com amparo no art. 20, § 4º do CPC em sede de recurso especial, desde que os valores sejam manifestamente exagerados ou irrisórios.
II- No entanto, não consta no acórdão o valor da condenação, o qual será definido apenas na fase de liquidação. Sendo assim, não há parâmetros objetivos para se afirmar que tal valor seria irrisório, e rediscutir o *quantum* da condenação em verba honorária nesse caso implicaria a análise de elementos fáticos-probatórios, o que é vedado a esta c. Corte, no âmbito do recurso especial, por força do Enunciado nº 07/STJ. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 878.778/DF, Rel. Min. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJ 16.04.2007)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA. APLICAÇÃO DO ART. 20, § 4º DO CPC. EXERCÍCIO DO JUÍZO DE EQUIDADE E PROPORCIONALIDADE. APLICAÇÃO DAS ALÍNEAS "A", "B" E "C", DO § 3º DO ART. 20 DO CPC. NÃO FIXAÇÃO AOS LIMITES ESTABELECIDOS NO § 3º. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INVIABILIDADE EM SEDE ESPECIAL. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 07-STJ. INEXISTÊNCIA DE DIVERGÊNCIA. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.
(...)
III - O recurso especial não pode aferir ou alterar *quantum* fixado em sede de honorários advocatícios, pois implica reexame do acervo fático-probatório, fazendo incidir o enunciado da Súmula 07/STJ, já que se torna indispensável a análise do grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço e a natureza e importância da causa, bem como o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.
IV - Constata-se que o acórdão embargado e o paradigma apresentado adotam o mesmo entendimento no sentido de que vencida a Fazenda Pública, aplica-se o § 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil, quando da condenação em honorários advocatícios. Igual entendimento é aplicável à Autarquia Previdenciária.
V - Embargos de divergência não conhecidos, retificando voto proferido anteriormente em função do voto-vista proferido pelo Sr. Ministro Hamilton Carvalhido." (EREsp 516.621/RN, Rel. Min. GILSON DIPP, TERCEIRA SEÇÃO, DJ 26.09.2005)

Diante do exposto, com fundamento no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4157)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 843.617 - SP (2006/0223646-3)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
AGRAVANTE	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO	: PEDRO TINEU SORRINI
ADVOGADO	: NILZE MARIA PINHEIRO ARANHA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FRANCISCO ALBERTO DE MOURA SILVA
AGRAVADO	: EZIO RAHAL MELILLO
ADVOGADO	: S/ REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AGRAVADO	: UNIÃO
INTERES.	: JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA CRIMINAL DE BAURU
INTERES.	: JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA CRIMINAL DE BAURU
INTERES.	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEÇAS DE TRASLADO OBRIGATÓRIO. AUSÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO.
A ausência das contra-razões ou sua certidão de inexistência obsta o conhecimento do agravo de instrumento dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.
Agravo de instrumento não conhecido.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL contra decisão que não admitiu, na origem, o recurso especial, manifestado contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, no Conflito de Competência nº 2006.03.00.003486-1.
Verifica-se que o agravo de instrumento não foi instruído com as cópias das contra-razões ou sua certidão de inexistência, peças de traslado obrigatório nos termos do art. 544 do Código de Processo Civil, aplicável ao caso, ainda que se trate de matéria criminal. (EDAGA 347.766/SP, Quinta Turma, rel. Min. Edson Vidigal, DJ de 13.08.2001).
Nesse sentido, *q.v., verbi gratia*:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE TRASLADO DE PEÇA OBRIGATÓRIA. NÃO CONHECIMENTO.
1. O conhecimento do agravo de instrumento pressupõe o traslado do inteiro teor das peças elencadas no § 1º do art. 544 do CPC, incluindo-se a procuração outorgada aos advogados da agravada.
2. Agravo de instrumento não conhecido." (Ag 726507/DF, Min. Rel. Teori Albino Zavascki, DJ 19.12.2005)
"Processo civil. Agravo de instrumento. Falta de peça essencial. Formação do agravo. Ônus do agravante. - É indispensável o traslado de todas as peças essenciais à formação do agravo. - Recai sobre o agravante a responsabilidade de zelar pela correta formação do agravo. Agravo de instrumento não conhecido." (AgRg Ag 717607/MT, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ 16.12.2005).
Destarte, ante a deficiência na formação do instrumento, inviável se apresenta o conhecimento do recurso, pois desatendido pressuposto de regularidade formal.
Posto isso, NÃO CONHEÇO do agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4158)

RECURSO ESPECIAL Nº 843.891 - PB (2006/0091991-2)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
RECORRENTE	: ESTADO DA PARAÍBA
PROCURADOR	: RENAN DE VASCONCELOS NEVES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: NEWTON CARLOS DA SILVA
ADVOGADO	: RINALDO BARBOSA DE MELO

DECISÃO

Servidor público estadual ajuizou ação postulando, com base nas Leis estaduais nºs 5.201/89, 5.573/92 e 5.831/93, o pagamento de diferenças de vencimentos oriundas da gradação vertical de 10% (dez por cento) entre as entrâncias e classes da categoria funcional de serventuário da Justiça. A sentença de procedência do pedido foi parcialmente reformada pelo Tribunal de Justiça local em acórdão assim ementado:

"Ação ordinária de cobrança - Servidor público. Diferença de vencimentos. Escalonamento vertical de 10%. Revogação pela Lei 6.605/98. Inocorrência. Diferença devida. Procedência do pedido. Apelação. Sentença *ultra petita*. Redução aos limites do pedido. Juros de mora contra a Fazenda Pública. Fixação em 6% (seis por cento) ao ano. Desprovimento do apelo e provimento parcial da remessa.
- A Lei nº 6.605/98 não extinguiu a gradação vertical, de 10%, nas classes 'a', 'b' e 'c', correspondentes, respectivamente, às Comarcas de primeira, segunda e terceira entrâncias, previstas no art. 7º da Lei nº 5.201/89 e § 8º do art. 3º da Lei nº 5.573/92.
- Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para o pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano (artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001).
- A sentença *ultra-petita* não é nula, mas apenas deve ser reformada para adequar a decisão aos limites que foi pedido."

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.
Daí este recurso especial, em que o Estado da Paraíba alega que houve violação do art. 535, II, do Cód. de Pr. Civil. Sustenta, em síntese, que "o acórdão embargado não fez referência ao art. 5º da Lei nº 5.573/92, o qual verdadeiramente revogou o escalonamento de 10% entre entrâncias, fixando novo escalonamento nominal de vencimentos".
Não foram apresentadas contra-razões.
A meu ver, a irresignação não merece ir adiante.
Ora, o Tribunal de origem, no julgamento da apelação, foi expresso em dispor sobre as alterações promovidas pela Lei nº 5.573/92, bem como em anotar que, mesmo diante do novo regramento legal, houve direitos que permaneceram intactos. Fê-lo nos seguintes termos:

"Com efeito, as disposições legais que tratam do escalonamento vertical de 10% (dez por cento) entre as entrâncias, contidas na Lei nº 5.201/89, não foram revogadas pela Lei nº 5.831/93, eis que o aludido escalonamento foi mantido em seu anexo, não havendo que se falar, portanto, em revogação.
Assim dispõe a Lei de Introdução ao Código Civil, em seu art. 2º, parágrafo primeiro:
.....
Quanto ao escalonamento vertical de 10% (dez por cento) entre as entrâncias, observe-se, a seguir, o histórico das leis que gradativamente trataram da matéria:
Prevê a Lei nº 5.201/89:

'Art. 7º - As categorias funcionais de provimento efetivo, (...) serão distribuídas numa gradação vertical, nas classes 'a', 'b' e 'c', correspondentes, respectivamente, às comarcas de primeira, segunda e terceira entrâncias.
Parágrafo único - Será de dez (10) pontos percentuais o acréscimo de vencimento entre uma categoria e a imediatamente anterior.'

Com o advento da Lei nº 5.573/92, restou estabelecido que:

'Art. 3º, § 8º - Cada cargo compreende três níveis verticais, em cada entrância, na ordem crescente de A a C, dando-se a ascensão de uma a outra por ato do Presidente do Tribunal de Justiça, após requerimento do interessado (...)'

Note-se que, apesar de inexistir menção acerca do acréscimo dos 10 pontos percentuais, previsto no parágrafo único do art. 7º da lei anterior (5.201/89), da análise do anexo da Lei nº 5.573/92, vê-se que o escalonamento dos 10% entre as entrâncias continuou em vigor.
Vejamos a jurisprudência deste Tribunal:
.....
Assim, o escalonamento vertical de 10% (dez por cento) entre as entrâncias constitui, de fato, garantia dos servidores efetivos, prevista no parágrafo único do art. 7º da Lei 5.201/89, de modo que é dever da Administração, em respeito à citada norma, instituir tal acréscimo de vencimento entre uma categoria e a imediatamente anterior."

Como se isso não bastasse, tais fundamentos foram ratificados no julgamento dos embargos de declaração, como é de ver dos trechos a seguir transcritos:

"*Ab initio*, não deve prevalecer o argumento sobre a revogação da Lei 5.201/89, seja qual for o ordenamento que a sucedeu, pois o acórdão embargado afirma textualmente que '... as disposições legais que tratam do escalonamento vertical de 10% (dez por cento) entre as entrâncias, contidas na Lei nº 5.201/89, não foram revogadas pela Lei nº 5.831/93, eis que o aludido escalonamento foi mantido em seu anexo, não havendo que se falar, portanto, em revogação.' (fl 108).
No mesmo horizonte, impõe-se afastar a hipótese de omissão/contradição a respeito da ausência de direito adquirido pela inocorrência de minoração substancial nos vencimentos da parte embargada. Em verdade, não há razão para se cogitar o mencionado defeito quando constatado que, ao checar todas as questões abordadas no recurso, o acórdão assumiu uma linha de raciocínio pela livre convicção dos magistrados que o elaboraram, trilhando de forma coerente o fundamento jurídico que o embasou."

Tal o contexto, não merece ser prestigiada a tese de afronta ao art. 535, II, do Cód. de Pr. Civil, visto que o Tribunal de origem pronunciou-se a respeito dos pontos sobre os quais deveria, não se podendo a ele atribuir o defeito de omisso só porque dispôs contra a pretensão do recorrente.
Na mesma linha, diversas decisões monocráticas, entre as quais: REsp-830.175, Ministro Paulo Gallotti, DJ de 2.8.06; REsp-843.868, Ministro Felix Fischer, DJ de 29.9.06;e REsp-812.055, Ministro Hamilton Carvalhido, DJ de 27.10.06.
À vista do art. 557, caput, do Cód. de Pr. Civil, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4159)

RECURSO ESPECIAL Nº 844.063 - MG (2006/0093406-7)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
RECORRENTE	: MARCELINO INÁCIO FILHO E OUTROS
ADVOGADO	: PATRÍCIA ALVARENGA E OUTRO
RECORRIDO	: REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A - RFFSA
ADVOGADO	: MARCIA RODRIGUES DOS SANTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ALICE AIKO FUJIOKA YAMADA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: UNIÃO

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. FERROVIÁRIOS INATIVOS DA RFFSA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. REAJUSTE DE 47,68%. EXTENSÃO DOS EFEITOS DE ACORDO HOMOLOGADO NA JUSTIÇA DO TRABALHO. IMPOSSIBILIDADE.
1. Não se conhece de recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, se o dissídio jurisprudencial não estiver demonstrado nos moldes exigidos pelos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e 255, parágrafos 1º e 2º do RISTJ.
Inviável o recurso especial quando a análise da suposta ofensa a dispositivos infraconstitucionais, implica apreciação de matéria de índole constitucional.
Nos termos do artigo 472 do CPC, é atributo da sentença fazer coisa julgada somente às partes entre as quais é dada, não beneficiando ou prejudicando terceiros. (precedentes)
Não há que se falar em complementação de aposentadoria aos ex-ferroviários que não participaram daqueles acordos trabalhista homologados na Justiça do Trabalho.
Recurso Especial a que se nega provimento.

DECISÃO

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou improcedente ação movida por Marcelino Inácio Filho e outros, ao entendimento de que os reajustes concedidos mediante acordo judicial celebrado na Justiça do Trabalho não alcançam os servidores que não participaram desse processo.
Contra essa decisão os servidores interpuseram recurso especial contra a União, Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, em que aduzem violação aos arts. 1º, 2º e 5º da Lei 8.186/91, bem como dissídio jurisprudencial.
Sustentam que o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 8.186/91 determina a igualdade permanente e equiparação complementar do benefício com os vencimentos dos servidores da ativa.
Por fim, alega violação aos princípios constitucionais da isonomia e do direito adquirido. (fls. 163/176)
Contra-razões aos fls 192/198, 200/207 e 209/221, em que pugnam os recorridos pela manutenção do julgado.
Admitido o recurso, vieram conclusos os autos.
É o relatório.
De inicio, com relação à argüição de dissídio pretoriano, verifica-se que o recorrente não conseguiu caracterizá-lo nos termos exigidos pelo Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, notadamente por não ter procedido ao necessário cotejo analítico das teses supostamente divergentes.
Esclareça-se que o devido cotejo analítico se dá mediante a juntada das certidões ou cópias autenticadas dos acórdãos paradigmas, ou pela citação de repositório oficial, não bastando a simples transcrição de ementas e votos, assim como através da descrição da similitude fática e da indicação do ponto divergente entre as decisões paradigmas e o aresto *a quo*, q.v., *verbi gratia*:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO E DE COMPROVAÇÃO. RECURSO QUE NÃO DEFINE EM QUE CONSISTE A OMISSÃO ALEGADA. APRECIAÇÃO REFLEXA DE DIREITO LOCAL. INCABIMENTO. 1. Por força legal, a divergência jurisprudencial, autorizativa do recurso especial interposto, com fundamento na alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, requisita comprovação e demonstração, esta, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados; e aquela, por intermédio da juntada de cópia integral dos arestos apontados como paradigma ou pela citação de repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que os mesmos se achem publicados. 2. omissis. 3. omissis. 4. Agravo regimental improvido". (AgRg no REsp 316394/PA, Min. Hamilton Carvalhido,DJ 01.07.2005)

"RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE. VENCIMENTOS. 11,98%. LEGITIMIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS TIDOS COMO VIOLADOS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA Nº 13/STJ. 1. omissis. 2. O conhecimento de recurso especial fundado na alínea "c" do permissivo constitucional requisita, em qualquer caso, a demonstração analítica da divergência jurisprudencial invocada, por intermédio da transcrição dos trechos dos acórdãos que configuram o dissídio e da indicação das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas ou votos (artigos 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e 255, parágrafo 2º, do RISTJ). (...)" (REsp 487.549/MG, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJU de 28/04/03)

Assim, ante a ausência de demonstração analítica da divergência jurisprudencial invocada, por intermédio da transcrição dos trechos dos acórdãos que configuram o dissídio e da indicação das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, revela-se inviável o recurso especial.

No tocante a alegada ofensa aos princípios constitucionais da isonomia e do direito adquirido, observa-se que foge da competência desta Corte o exame de suposta afronta ao texto constitucional, a teor do que determina o art. 105, III, da Constituição, o que torna inviável o exame do recurso quanto a violação ao artigo 5º *caput*, e inciso XXXVI, todos da CF/88.

Por fim, quanto à alegada violação ao parágrafo único do art. 2º da Lei nº 8.186/91, verifica-se que o cerne da questão trazida no recurso, está em definir o direito ou não dos recorrente à percepção, em seus proventos de aposentadoria, do índice de 47,68%, concedido no passado aos ferroviários empregados da Rede Ferroviária Nacional - RFFSA, por força de acordo firmado entre esta e os integrantes de ações trabalhistas, homologados na Justiça do Trabalho.

Ao que se percebe dos autos o reajuste de 47,68%, ora pleiteados pelos recorrentes, a título de isonomia, foi concedido aos ferroviários da ativa, em caráter individualizado, mediante acordo judicial trabalhista.

Com efeito, os termos do acordo homologado na Justiça do Trabalho, a respeito do qual os recorrentes pretendem que lhes sejam estendidos seus resultados, não poderá abranger quem não era parte naquelas reclamações, uma vez que, o Superior Tribunal de Justiça já consolidou o entendimento de que, nos termos do art. 472 do Código de Processo Civil, os efeitos das decisões judiciais somente atingem as partes que integram a respectiva relação jurídica, não podendo ser estendidos a terceiros.

Prescreve a primeira parte do artigo 472 do CPC.

"A sentença faz coisa julgada entre às partes entre as quais é dada, não beneficiando nem prejudicando terceiros (...)

Nesse sentido, o seguinte precedente, q.v., *verbi gratia*:

"Processual Civil e Administrativo. Temas não ventilados na instância a quo. Exame. Inadmissibilidade. Ausência de prequestionamento. Incidência da Súmula 211/STJ. Ex-ferroviário da RFFSA. Reajuste de 47,68%. Isonomia com servidores beneficiados com decisão judicial. Coisa julgada. Limites. Decisão monocrática. possibilidade do Relator negar seguimento ao recurso com base no art. 557, do CPC. Agravo interno desprovido.

I - Não há que se falar em prequestionamento quando a matéria objeto da discussão na instância a quo tratou de tema diverso do constante no recurso especial. Os embargos de declaração opostos foram acolhidos somente para efeito de prequestionamento, sem, contudo, ter efetivamente discutido os pontos tidos como omissos. Aplica-se à espécie o entendimento desta Corte, consolidado no enunciado da Súmula 211.

II - Conforme o comando normativo estatuído no art. 472 do Código de Processo Civil 'a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros.'

III - In casu, o reajuste pleiteado foi resultado de acordos judiciais, que pressupõem concessões mútuas entre as partes em litígio, relevando eventuais benefícios e prejuízos a serem suportados. Ademais, não tendo sido as ações originárias ajuizadas em favor da categoria e, sim, em caráter individualizado, não se pode, portanto, extrapolar os limites subjetivos da coisa julgada sob o fundamento de isonomia, uma vez que a igualdade deve ser reconhecida frente à lei e não frente a decisões judiciais.

IV - Nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, o relator poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com jurisprudência dominante no respectivo tribunal.

V - Agravo interno desprovido." (AgRg no REsp-796.826, Ministro Gilson Dipp, DJ de 30.10.06.)

Destarte, os recorrentes não demonstraram nos autos, que à época da edição da Lei nº 8.1986/91, tinham direito ao reajuste a que pleiteiam, tendo em vista que não participaram do acordo celebrado entre os ferroviários/reclamantes e a RFFSA nos processos ajuizados perante a Justiça do Trabalho, não cabendo, assim, falar em ofensa à isonomia de vencimentos entre ativos e inativos, no que diz respeito à aposentadoria complementada, prevista na citada Lei.

Assim, é de se manter o acórdão recorrido na íntegra, por não ter sido preenchido os requisitos necessários para a demonstração do dissídio jurisprudencial e por ser inviável a verificação de violação à Constituição em sede de recurso especial. Com relação à suscitada afronta aos arts. 1º, 2º da Lei 8.186/91, o recurso não merece ser provido, pois os efeitos das decisões judiciais somente atingem as partes que integram a respectiva relação jurídica, não podendo ser estendidos a terceiros.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 557, § 1º A, do Código de Processo Civil, NEGO PROVIMENTO ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4160)

RECURSO ESPECIAL Nº 845.147 - RS (2006/0089215-7)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: VERA REGINA QUINTELA E OUTROS
ADVOGADO	: SÉRGIO PINHEIRO FERNANDEZ E OUTRO

DECISÃO

Recurso especial interposto pela União, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Primeira Turma Suplementar do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"EXECUÇÃO. REABERTURA DE PRAZO. GREVE DE SERVIDORES.

Não há notícias sobre a mencionada greve, para que se possa configurar fato notório, permitindo o conhecimento do pedido." (fl. 34).

Aduz a recorrente que:

"(...)

Resta flagrante, por conseqüência, que o caso em tela se enquadra exatamente na situação descrita pelo dispositivo legal supracitado, ***pois, decididamente, a greve dos únicos servidores habilitados a fazer uma análise pormenorizada dos cálculos exeqüendos é sim um evento imprevisto pela União, alheio à sua vontade e que impede a prática do ato, pois sem a análise, não há como saber se é o caso de oposição de embargos.***

(...)

Nesse condão, sabido é que a greve nos serviços judiciais é considerada justa causa, conforme jurisprudência uníssona, tanto mais que a Advocacia-Geral da União tem status constitucional de exercer atividade essencial á administração da justiça, vejamos:

(...)

Por outras bandas, a despeito de o caput do artigo 183 do Código de Processo Civil Pátrio preceituar que a parte deverá provar que não realizou o ato por justa causa, a greve em questão é fato notório, que independe de prova, nos termos do artigo 334, inciso I, do mesmo diploma legal. Nesse sentido é a jurisprudência:

(...)

Por corolário, considerando que a presente questão se enquadra nos termos em que disposto no artigo 183, caput e parágrafos 1º e 2º, c/c o artigo 334, incisos I, ambos do Código de Processo Civil Brasileiro, tem por caracterizada a violação dos dispositivos nominados, daí porque se impõe a reforma da decisão ora recorrida, com a devolução do prazo para a União opor, sendo caso, embargos à execução.

(...)" (fls. 40/43).

A insurgência especial está fundada na violação dos artigos 183, ***caput*** e parágrafos 1º e 2º e 334, inciso I, do Código de Processo Civil.

Recurso tempestivo (fl. 38), respondido (fl. 40) e admitido (fl. 53).

Tudo visto e examinado, decido.

Está a recorrente em que a greve da Advocacia Geral da União constitui justa causa para a renovação da citação para a oposição de embargos à execução pela União, à luz do disposto no artigo 183 do Código de Processo Civil:

"Art. 183. Decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ***ficando salvo, porém, a parte provar que o não realizou por justa causa.***

§ 1º Reputa-se justa causa o evento imprevisto, alheio à vontade da parte e que a impediu de praticar o ato por si ou por mandatário.

§ 2º Verificada a justa causa o juiz permitirá à parte a prática do ato no prazo que lhe assinar. " (nossos os grifos).

Decidiu, contudo, o Tribunal Regional que:

"*(...)*

Quando da apreciação do pedido de efeito suspensivo, assim manifestei-me:

'Embora alegue, a União, que os servidores estão em greve, não trouxe qualquer prova desta alegação, nos termos do art. 183, caput, *da lei processual civil. Saliente-se, ainda, que não há notícias sobre a mencionada greve, para que se possa configurar fato notório, permitindo o conhecimento do pedido.*

Em face do exposto, indefiro o pedido de feito suspensivo."

Inexistem motivos para modificar o entendimento inicial.

(...)" (fl. 32)

Ao que se têm, vê-se que o deslinde da questão federal, fundada em pretensão firmada no sentido de que a greve dos Técnicos da Advocacia Geral da União constitui justa causa para a renovação da citação para a oposição de embargos à execução pela União, insula-se no universo fático-probatório, conseqüencializando a necessária apreciação da prova, o que é vedado pela letra do enunciado nº 7 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça, ***verbis***:

"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

A propósito, os seguintes precedentes:

"RECURSO ESPECIAL - DEVOLUÇÃO DE PRAZO PARA RECURSO - COMPROVAÇÃO DA JUSTA CAUSA EM PRAZO RAZOÁVEL. PRECLUSÃO AFASTADA.- REAPRECIAÇÃO PROBATÓRIA - INADMISSIBILIDADE - SÚMULA 7/STJ.

I - A justa causa impeditiva de prática de ato pela parte deve ser alegada no prazo para aquele exercício, ou em interstício razoável. Precedentes.

II - O reconhecimento, pelo aresto recorrido, da justa causa deu-se com base no quadro fático dos autos. Destarte, no âmbito do recurso especial, a reapreciação do acervo probatório que lastreou o acórdão vergastado encontra óbice no enunciado 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Recurso não conhecido." (REsp nº 623.178/MA, Relator Ministro Castro Filho, ***in*** DJ 3/10/2005).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS A EXECUÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. GREVE DOS FUNCIONÁRIOS DO JUDICIÁRIO. FUNCIONAMENTO REGULAR DO PROTOCOLO GERAL DA COMARCA. AUSÊNCIA DA COMPROVAÇÃO DA JUSTA CAUSA. MATÉRIA PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 07-STJ. DIVERGÊNCIA INDEMONSTRADA. RECURSO NÃO CONHECIDO." (REsp nº 45.020/SP, Relator Ministro Américo Luz, ***in*** DJ 22/8/94).

Pelo exposto, com fundamento no artigo 557, ***caput***, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4161)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 846.763 - RS (2006/0280345-3)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CLÓVIS JUAREZ KEMMERICH E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ROSA DE FRAGA COLLIONI
ADVOGADO	: KAREN ESPINA DE LIMA

EMENTA

PROCESSO CIVIL. EFEITO IMEDIATO DE LEI NOVA. MATÉRIA NÃO VENTILADA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. ART. 103 DA LEI Nº 8.213/91. SUCESSIVAS MODIFICAÇÕES LEGISLATIVAS. APLICAÇÃO DA REGRA VIGENTE NA DATA DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, contra a inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que restou assim ementado (fl. 49):

"PREVIDENCIÁRIO. DUPLO GRAU OBRIGATÓRIO. REVISÃO DE RMI. SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO. IRSM DE FEVEREIRO DE 1994.

1. A nova redação do art. 475, imprimida pela Lei 10.352, publicada em 27-12-2001, determina que o duplo grau obrigatório a que estão sujeitas as sentenças proferidas contra as autarquias federais somente não terá lugar quando se puder, de pronto, apurar que a condenação ou a controvérsia jurídica for de valor certo inferior a 60 (sessenta) salários mínimos.

2. Acertada a determinação de recálculo da renda mensal inicial, considerando-se o percentual de 39,67% sobre os salários de contribuição anteriores a março/1994, integrantes do PBC alusivo aos proventos de invativação dos segurados."

Nas razões do especial (fls. 62/69), a autarquia recorrente aponta violação aos arts. 6º da LICC e 103, *caput*, da Lei nº 8.213/91, na redação dada pela Medida Provisória nº 1.663-15/98. Requer, em síntese, a extinção do processo com julgamento de mérito em virtude da decadência do direito de revisão da RMI.

É o relatório.

No tocante à suposta violação aos art. 6º da LICC, o recurso não comporta trânsito. Verifica-se que a matéria relativa ao supracitado dispositivo legal - efeito imediato de lei nova - não foi ventilada no acórdão recorrido e tampouco no acórdão dos embargos declaratórios. Dessa forma, ausente o indispensável prequestionamento, aplica-se, por analogia, as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido, confira-se o precedente abaixo transcrito, no que pertine:

"PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO À PORTARIA E INSTRUÇÃO NORMATIVA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. TEMA NÃO VENTILADO NA INSTÂNCIA A QUO. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DA EXATA COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 284/STF. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO LOCAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
(...)
II - Nos termos das Súmulas 282 e 356/STF, é inviável em sede de recurso especial a apreciação de matéria cujo tema não fora objeto de discussão no acórdão recorrido, uma vez que cabe ao Tribunal a quo manifestar-se sobre o tema, tendo em vista a exigência do indispensável prequestionamento. Ressalte-se a inovação de fundamentos somente em sede de especial.
III - A mera alusão ao malferimento de legislação federal, sem particularizar o gravame ou descompasso na sua aplicação, não enseja a abertura da via Especial. Desta forma, inviável a admissão do apelo com base na alínea "a". Aplicável, à espécie, o verbete Sumular 284/STF, verbis: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.".
(...)
V - Agravo interno desprovido." (AgRg no Ag 859.267/SC, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ 6/8/2007)

Ultrapassada essa questão, a controvérsia dos autos limita-se à verificação da possível ocorrência da decadência, nos termos do art. 103 da Lei nº 8.213/91.
O supracitado dispositivo legal, cuja redação original não previa nenhum prazo decadencial, sofreu várias alterações na década passada.
A primeira delas deu-se com a Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei nº 9.528/97, que criou o prazo decadencial de dez anos para que o segurado ou beneficiário postule a revisão do ato de concessão do benefício.
O prazo decadencial foi diminuído para cinco anos pela Lei nº 9.711/98 e novamente aumentado para dez anos pela Lei nº 10.839/2004.
Estas sucessivas modificações não alteraram, contudo, o prazo prescricional, que sempre teve a duração de cinco anos.
Sobre as modificações, em novembro de 2003, a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, na exposição de motivos da MP nº 138/2003, convertida na Lei nº 10.839/2004, reconheceu os prejuízos causados pelas modificações, *in verbis*:

"A inovação mostrou-se necessária à medida que a própria Administração deve seguir prazos para promover a revisão de seus atos, não sendo, portanto, adequado que inexistisse qualquer limitação à revisão de atos provocada pelo interessado. No entanto, houve excesso por parte do legislador, ao unificar os prazos da decadência e da prescrição.
(...)
Há que se registrar, contudo, que as inúmeras modificações ocorridas ao longo dos últimos anos na legislação previdenciária têm exigido grande esforço do Poder Judiciário e dos próprios segurados, no sentido de aquilatar a extensão de seus eventuais direitos. Tal situação tem gerado muitas demandas, as quais, na vigência do atual prazo [anos], tendem a multiplicar - pela simples pressão de que haveria uma decadência do direito de revisão - a formulação de pedidos no exíguo prazo que estaria por findar."

Observa-se que o próprio Poder Executivo admitiu o problema criado com a modificação do prazo decadencial ora analisado, o que levou-o a buscar o restabelecimento do prazo de dez anos.
Diante deste quadro de criação, diminuição e aumento do prazo decadencial para a revisão do ato de concessão de benefício, parte da doutrina entendeu que, por se tratar de matéria de ordem pública, o referido prazo deveria ser observado imediatamente, no momento de sua criação ou de modificação da duração. Este é o entendimento, a título de exemplo, do professor Társis Nametala Sarlo Jorge, em Manual dos Benefícios Previdenciários, Ed. Lumen Iuris, 2006, pp. 124/125, *in verbis*:

"Outro pormenor que se afigura assaz importante no estudo da decadência na seara dos benefícios da Previdência Social está ligado à questão da aplicação das normas decadenciais no tempo, mormente em virtude das alterações no prazo, conforme visto. Tendo em conta o fato de não ter havido na redação originária da Lei 8.213/91 previsão de prazo decadencial, houve quem sustentasse que apara os benefícios concedidos até a data da MP 1.523/97 não estariam sujeitos a tal prazo. Não parece ser o melhor entendimento, no entanto, posto que *as normas legais que tratam de prescrição* [decad\eancia] *são normas de ordem pública, isto é, regras jurídicas de interesse precípuo da sociedade, as quais extrapolam a mera perspectiva individual, devendo atingir a todos desde já.* E ainda, *que não há que se falar em direito adquirido a prazos prescricionais* [a]. *Ao contrário do direito ao benefício, o prazo legal de prescrição* [de] *é previsão genérica de funcionamento do sistema previdenciário, sendo de pronto aplicável a todos.* Complementa-se com a assertiva de que *nestas hipóteses não prevalece o* tempus regit actum, *pois a norma que traz a prescrição ou mesmo a decadência é de ordem pública, sendo a retroatividade automática, aplicável a todas as situações alcançáveis pela medida, desde que não definitivamente constituídas.*"

Todavia, esta não foi a corrente adotada por esta Corte de Justiça, cuja jurisprudência fixou entendimento no sentido de que a instituição deste lapso temporal não atinge as relações jurídicas constituídas antes da inovação legislativa. A propósito, colacionam-se os seguintes julgados:

"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ART. 103 DA LEI Nº 8.213/91. MP Nº 1.523/97. LEI DE REGÊNCIA. SÚMULA 359/STF.
I - Quando da concessão do benefício, não existia prazo decadencial do direito à revisão dos benefícios previdenciários, restando assim configurada uma condição jurídica definida conforme a legislação vigente à época das aposentadorias. Precedentes.
II - Se a Lei nº 8.213/91, em seu art. 103, com a redação dada pela Medida Provisória nº 1523-9/97, introduziu tal prazo decadencial, essa restrição superveniente não poderá incidir sob situações já constituídas sob o pálio de legislação anterior. Súmula 359/STF.
Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 831.111/PR, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 11/6/2007)

"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. REVISÃO DA RENDA INICIAL. ARTIGO 103 DA LEI Nº 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP Nº 1.523/97, CONVERTIDA NA LEI Nº 9.728/97. APLICAÇÃO ÀS RELAÇÕES JURÍDICAS CONSTITUÍDAS SOB A VIGÊNCIA DA NOVA LEI.
1. O prazo de decadência para revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário, estabelecido pela Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei 9.528/97, que alterou o artigo 103 da Lei nº 8.213/91, somente pode atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência, vez que a norma não é expressamente retroativa e trata de instituto de direito material.
2. Precedentes.
3. Recurso especial não conhecido." (REsp 479.964/RN, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ 10/11/2003)

"PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ARTIGO 103 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP 1.523/97 CONVERTIDA NA LEI 9.528/98 E ALTERADO PELA LEI 9.711/98.
I - Desmerece conhecimento o recurso especial, quanto à alínea "c" do permissivo constitucional, visto que os acórdãos paradigmas se referem aos efeitos da lei processual, enquanto o instituto da decadência se insere no direito material.
II - O prazo decadencial do direito à revisão de ato de concessão de benefício previdenciário, instituído pela MP 1.523/97, convertida na Lei 9.528/98 e alterado pela Lei 9.711/98, não alcança os benefícios concedidos antes de 27.06.97, data da nona edição da MP 1.523/97.
III - Recurso conhecido em parte e, nessa desprovido." (REsp 254.186/PR, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ 27/8/2001)

"PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIO. ART. 103, DA LEI 8.213/91.
- O prazo de decadência instituído pelo art. 103, da Lei nº 8.213/91, com redação dada pela Medida Provisória nº 1.523/97, não se aplica aos pedidos de revisão de benefícios. ajuizados antes de sua vigência, pois o novo regramento não tem aplicação retroativa.
- Recurso especial não conhecido." (REsp 254.969/RS, Rel. Min. VICENTE LEAL, Sexta Turma, DJ 11/9/2000)

Dessa forma, a decadência do direito de revisar o ato de concessão do benefício previdenciário somente atinge os segurados cujos benefícios foram concedidos após a lei instituidora do prazo decadencial.
Com estes argumentos, tendo em vista que o benefício da autora da ação foi concedido em 14 de setembro de 1995, ou seja, antes da publicação da Lei nº 9.528/97, não existe prazo decadencial para que o segurado peça a revisão da renda mensal inicial do seu benefício. Assim, não prospera a afirmação da autarquia recorrente sobre a decadência do direito de ação do recorrido.
Diante do exposto, com base no art. 254, inciso I, do RISTJ, **nego provimento** ao presente agravo de instrumento.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4162)

RECURSO ESPECIAL Nº 846.943 - RS (2006/0107028-7)

RELATOR	:	**MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
RECORRENTE	:	ELÍSIA SOARES E OUTROS
ADVOGADO	:	RUI FERNANDO HUBNER E OUTRO(S)
RECORRIDO	:	UNIÃO

PROCESSUAL CIVIL. GREVE. PRAZO PROCESSUAL. SUSPENSÃO. MOTIVO. FORÇA MAIOR. PRECEDENTES.
Este Tribunal já decidiu que a deflagração de movimento grevista, por servidores técnico-administrativos da Advocacia Geral da União, não constitui, por si só, força maior a justificar a devolução de prazos processuais, pois é ônus da parte zelar por eles, que devem ser obedecidos a despeito de deflagração de movimento grevista.
Recurso especial provido.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Elisa Soares e outros, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região que deu provimento a agravo de instrumento para determinar a devolução de prazo recursal à União pela existência de justa causa ocorrida pela greve dos Servidores da Advocacia Geral da União.
Sustentam os recorrentes afronta ao art. 183, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil, pois a greve dos servidores da Advocacia-Geral da União não constitui justa causa a permitir a prorrogação dos prazos.
Com o intuito de demonstrar a divergência, transcreve julgados desta Corte.
Contra-razões às fls. 91-97, em que pugna a União pela manutenção do julgado.
Admitido o recurso na origem, ascenderam os autos a este Tribunal.
É o relatório.
No tocante à questão da configuração de justa causa a fundamentar a suspensão dos prazos da União, este Tribunal já decidiu que a deflagração de movimento grevista, por servidores técnico-administrativos da Advocacia Geral da União, não constitui, por si só, força maior a justificar a devolução de prazos processuais, pois é ônus da parte zelar por eles, que devem ser obedecidos a despeito da paralisação.
Nesse sentido, q. v. *verbi gratia*:
"PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OMISSÃO MANIFESTA. AUSÊNCIA. CONCLUSÃO LÓGICO-SISTEMÁTICA DO DECISUM. GREVE. PRAZO PROCESSUAL. SUSPENSÃO. MOTIVO. FORÇA MAIOR. ART. 393, § ÚNICO DO CÓDIGO CIVIL. EFEITOS NÃO VERIFICADOS. PRAZO. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
I - Para admitir-se o recurso especial com esteio no artigo 535 do Código de Processo Civil a omissão tem de ser manifesta, ou seja, imprescindível para o enfrentamento da quaestio nas Cortes superiores. No caso dos autos, não é o que se verifica.
II - Ademais, compete ao magistrado fundamentar todas as suas decisões, de modo a robustecê-las, bem como afastar qualquer dúvida quanto a motivação tomada, tudo em respeito ao disposto no artigo 93, IX, da Carta Magna de 1988. Cumpre destacar que deve ser considerada a conclusão lógico-sistemática adotada pelo decisum, como ocorre in casu.
III - Não há cogitar de força maior, pois para que haja sua ocorrência é imprescindível a constatação de fatos necessários cujos efeitos não são possíveis de evitar ou impedir, a teor do que preconiza o artigo 393, parágrafo único do Código Civil de 2002, o que não ocorre com um movimento grevista. Ressalte-se que a parte possui o ônus de zelar pelos prazos processuais, que devem ser obedecidos a despeito da paralisação.
IV - Agravo interno desprovido.(AgRg no REsp nº 813024, relator Ministro Gilson Dipp, publicado no DJ de 8.5.2006)
Assim, a greve dos técnicos da Advocacia Geral da União não configura, por si só, justa causa apta a autorizar a renovação do prazo para a recorrida oferecer embargos à execução.
Posto isso, com fundamento no § 1º-A do art. 557 do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO ao recurso especial para julgar improcedente o agravo de instrumento interposto pela União.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4163)

RECURSO ESPECIAL Nº 850.549 - SP (2006/0128353-5)

RELATOR	:	**MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
RECORRENTE	:	MARIA SANTANA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:	JOÃO HENRIQUE BUOSI
RECORRIDO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	:	ORISON MARDEN JOSÉ DE OLIVEIRA E OUTRO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. VIOLAÇÃO. NÃO-CONHECIMENTO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA Nº 284 DO STF. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO. COTEJO AUSENTE.
Inviável o exame de violação a dispositivos constitucionais em recurso especial. Competência atribuída ao Supremo Tribunal Federal pelo artigo 102 da Constituição.
A falta de prequestionamento obsta o conhecimento da questão federal suscitada, incidindo à espécie as Súmulas nº 282 e nº 356 do STF.
A deficiência na fundamentação do recurso, inviabilizando a exata compreensão da controvérsia, atrai a aplicação, *mutatis mutandis*, da Súmula nº 284 do STF.
Não se conhece da divergência quando ausente a comprovação do dissídio e o cotejo analítico.
Recurso especial a que se nega seguimento.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por MARIA SANTANA DE OLIVEIRA, com fulcro nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituiçã, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. RURÍCOLA. LC 11/71 E 16/73. ARTIGOS 201, § 7º, II E 226, § 5º, DA CF/88. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO TRABALHO RURAL PELO PERÍODO ESTABELECIDO EM LEI.
1. No que tange à aposentadoria por idade ao rurícola, basta o preenchimento dos requisitos idade e comprovação da atividade rural pelo período estabelecido na legislação de regência.
2. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a idade mínima para a concessão de aposentadoria ao rurícola foi reduzida (art. 201, § 7º), modificando o critério disposto no artigo 4º, da LC nº 11/71.

3. A condição de tratar-se de chefe ou arrimo de família, prevista no parágrafo único, do artigo 4º, da LC nº 11/71, não foi recepcionada pela CF/88 (art. 226, § 5º).
4. Preenchido o requisito idade em data anterior à vigência da Lei nº 8.213/91, suficiente a comprovação da atividade rural 'nos três últimos anos anteriores à data do pedido do benefício, ainda que de forma descontínua' (art. 5º, LC 16/73).
5. Apesar da existência de início razoável de prova material, esta deve ser corroborada por prova testemunhal coerente e uniforme, que, no caso, não foi produzida pela parte Autora.
6. Incabível a aposentadoria por idade, visto não restar demonstrado nos autos o exercício de atividade rural pelo período estabelecido na legislação de regência.
7. Apelação da parte autora improvida. Sentença mantida." (fls. 89.)
No especial, a recorrente sustenta que o v. acórdão deve ser reformado, pois viola os artigos 202, I, da Constituição; 11, I, 16, I, 48, 74, 106, I, 143, I e II, da Lei nº 8.213/91; 3º e 15 da Lei Complementar nº 11/71; 92, § 8º, da Lei nº 4.504/64; e 11 do Decreto-Lei nº 59.566/66.
Sustenta, outrossim, dissenso jurisprudencial.
Ressalta, ainda, que além do seu pedido de pensão por morte, que deveria prosperar, também tem direito a aposentadoria, pois, "*o fato das testemunhas não terem sido precisas nos locais onde a recorrente prestou serviços, não retira dela seu merecido direito à aposentação*" (fls. 97) e que "as *testemunhas ouvidas disseram, com detalhes, que trabalharam com a recorrente e que ela sempre foi vinculada ao meio rural"* (fls. 98).
Ao final, requer a reforma do v. acórdão recorrido para seja concedido os benefícios previdenciários de aposentadoria rural por idade e pensão rural por morte.
Contra-razões não apresentadas, conforme certidão à fl. 121.
Parecer do Ministério Público Federal, aos fls. 130/132, pelo não conhecimento do recurso por deficiência na sua fundamentação (inexistência de argumentação), pela ausência de prequestionamento (incidência das Súmulas 282 e 356 do STF), e em decorrência do não atendimento do que vem disposto nos artigos 541, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.
É o relatório.

De plano, consigne-se que contém os autos hipótese em que o acórdão recorrido, confirmando a sentença, julgou improcedente o pedido de aposentadoria rural por idade à recorrente, diante da ausência de prova testemunhal a corroborar o início razoável de prova material existente.
Ficou registrado, no acórdão recorrido, que "*a ausência da prova testemunhal deu-se em razão de desídia da parte Autora, pois embora, tenha manifestado sua intenção de colher os depoimentos testemunhais na inicial, desistiu de sua oitiva em audiência*" (fls. 24).
De início, inviável a sustentação de violação a dispositivos constitucionais, uma vez que a matéria foge da competência atribuída pelo artigo 105, III, da Constituição a esta Corte Superior.
A propósito, q.v., *verbi gratia*:
"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. CARÊNCIA CUMPRIDA. PREENCHIMENTO DO REQUISITO ETÁRIO APÓS A PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. IRRELEVÂNCIA. APRECIAÇÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE.
(...) 3. Em sede de recurso especial é inviável o exame de afronta a dispositivos constitucionais, de exclusiva competência do Supremo Tribunal Federal pela via do extraordinário, ainda que para fins de prequestionamento.
4. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 355.731/RS, Relator Ministro Paulo Gallotti, DJ 23.10.2006.)

In casu, verifica-se dos autos que os dispositivos de leis federais tidos por violados não foram objeto de análise pelo Tribunal de Origem, de forma que se revela ausente o necessário prequestionamento, o que inviabiliza a apreciação por esta Corte Superior.
Incidência, pois, das Súmula 282 e 356 do STF.
Frise-se que para a configuração do prequestionamento, necessário se faz o prévio debate da matéria pelo Tribunal *a quo*.
Nesse sentido, q.v., *verbi gratia*, REsp 601.109/RJ, Ministro Paulo Gallotti, DJ 25.10.2004; REsp 597.139/RS, Ministro Hamilton Carvalhido, DJ 28.06.2004 e AgRg no REsp 637.715/SC, DJ 23.08.2004, assim ementado:
"PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CONDENATÓRIA. VALOR INFERIOR A 60 SALÁRIOS MÍNIMOS. REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. - omissis. - omissis. - Não se conhece do recurso especial no que diz respeito à matéria que não foi especificamente enfrentada pelo e. Tribunal a quo, dada a ausência de prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF). - Agravo regimental não provido."
Ademais, é cediço que o recurso especial possui fundamentação vinculada e a simples alegação de que os autos contém as provas necessárias ao deferimento da pretensão não pode ser vista como argumento razoável ao suposto malferimento da legislação federal.
Em outro passo, o conhecimento do recurso especial proposto pela alínea "a" é viável quando a parte recorrente expõe de forma clara e precisa a ofensa à legislação federal, o que não ocorreu na hipótese.
A simples menção de dispositivos tidos por violados pelo acórdão recorrido não enseja, por si só, o conhecimento do recurso. É necessário articular a fundamentação, de forma precisa, demonstrando e esclarecendo as razões pelas quais a decisão merece reforma.
Não basta, pois, apontar que a lei foi malferida sem que os fundamentos guardem, contudo, correlação com o dispositivo ventilado.
No ponto, revela-se aplicável, *mutatis mutandis*, o teor da Súmula 284 do STF:
"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."
A propósito, q.v., *verbi gratia*:
"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 458 E 535 DO CPC. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 284/STF ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. 10,87%. ARTIGO 9º DA LEI Nº 10.192/2001. REAJUSTE ASSEGURADO AOS TRABALHADORES EM GERAL. INAPLICABILIDADE EM RELAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS. 1. '(...) ***Para viabilizar o conhecimento do especial, pelo fundamento da alínea 'a' do permissivo constitucional, não é suficiente a simples menção explícita aos preceitos de lei que se pretende desafeiçoados (pelo acórdão do Tribunal a quo), mas, ainda, a motivação justificadora, esclarecendo-se, com precisão, em sua dicção e conteúdo, para possibilitar, ao julgador, o cotejo entre o teor dos artigos indicados como violados e a fundamentação do recurso.*** *(...)' (REsp 160.226/RN, Relator Ministro Demócrito Reinaldo, in DJ 11/5/98). 2. Não se conhece de recurso especial fundado na violação dos artigos 458 e 535 do Código de Processo Civil, quando o recorrente, em suas razões, não define nem demonstra em que consistiu a omissão alegada. (...)" (AgRgAg nº 539.324/RS, Min. Rel. Hamilton Carvalhido, DJ 1º/3/2004). (grifou-se)*
"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INADMISSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. Impossibilidade de se conhecer do recurso, em face da deficiência na sua fundamentação, se a parte se limita a indicar o dispositivo legal que considerou violado, mas sem expor as razões pelas quais entende deva ser a decisão reformada (Súmula 284). Recurso não conhecido." (REsp nº 261.955/SP, Relator Ministro Felix Fischer, in DJ 11/9/2000).
Quanto ao recurso interposto pela alínea "c", observa-se que a recorrente não cumpriu o que vem disposto nos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.
O especial não trouxe a comprovação da jurisprudência, bem como não realizou a recorrente o devido cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os apontados como paradigmas.
Diante do expendido, inviável o conhecimento do recurso.
Posto isso, NEGO SEGUIMENTO ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4164)

RECURSO ESPECIAL Nº 852.525 - SP (2006/0134892-5)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
RECORRENTE	: DORCAS FAJARDO GARCIA
ADVOGADO	: ROBILAN MANFIO DOS REIS
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: MARCIO CEZAR SIQUEIRA HERNANDES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA Nº 284 DO STF. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO. COTEJO AUSENTE.
A alegação genérica de violação à lei federal, sem indicar qual o artigo, parágrafo ou alínea, torna insuficiente a fundamentação, o que atrai à hipótese a incidência da Súmula 284 do STF.
Não se conhece da divergência quando ausente a comprovação do dissídio e o cotejo analítico.
Recurso especial a que se nega seguimento.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por DORCAS FAJARDO GARCIA, com fulcro nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:
"APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - DESNECESSIDADE DE PRÉVIO INGRESSO NA VIA ADMINISTRATIVA - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL - AUSÊNCIA DA CARÊNCIA E DA MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO.
1 - Desnecessário o prévio ingresso na via administrativa, sob pena de afronta ao poder constitucional de ação.
2 - Competente a justiça estadual na forma do art. 109, par. 3º, da Constituição Federal.
3 - Existente doença incapacitante de forma definitiva na forma do art. 42 da Lei nº 8213/91, como atesta o laudo pericial.
4 - Não preenchida, no entanto, a carência do art. 25, inciso I, do mesmo diploma legal.
5 - Ausente, ainda, a condição de segurado. Inexistente início de prova material do trabalho no campo.
6 - Não estando presentes todos os requisitos legais, não há como se conceder o benefício.
7 - Sem honorários e custas em vista da Justiça Gratuita.
8 - Afastadas as preliminares, agravo retido não conhecido, apelação do INSS e remessa oficial, tida como ocorrida, providas. Prejudicada a análise do apelo da autora." (fls. 169.)
No especial, a recorrente sustenta que o v. acórdão deve ser reformado, pois, além de violar o Código de Processo Civil e "*demais legislações*", divergiu da jurisprudência de outros tribunais.
Requer o provimento do especial para, reformando o acórdão recorrido, seja concedida aposentadoria por invalidez.
Contra-razões não apresentadas, conforme certidão aos fls. 180.
Parecer do Ministério Público Federal, aos fls. 190/191, pelo não conhecimento do recurso.
É o relatório.
De início, ressalte-se que é requisito de admissibilidade do recurso especial a indicação precisa do dispositivo legal supostamente violado, o que não ocorreu neste apelo extremo.
A alegação genérica de violação à lei federal, sem indicar qual o artigo, parágrafo ou alínea, torna insuficiente a fundamentação do recurso, o que atrai à hipótese a incidência da Súmula nº 284 do STF, *verbis*:
"É INADMISSÍVEL O RECURSO EXTRAORDINÁRIO, QUANDO A DEFICIÊNCIA NA SUA FUNDAMENTAÇÃO NÃO PERMITIR A EXATA COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA."
Nesse sentido, q.v., *verbi gratia*:
"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DEFICIÊNCIA RECURSAL. ALÍNEA "A" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. SÚMULA 284/STF. SEGURO DE VIDA. REEXAME DE PROVAS E CLÁUSULA CONTRATUAL. SÚMULAS 5 E 7/STJ. 1 - É deficiente a fundamentação recursal se, arrimada em violação de lei federal, não indica o recorrente, clara e precisamente, qual ou quais os dispositivos infraconstitucionais teriam sido vulnerados pelo julgado de origem. 2 - ***omissis****. 3 - Agravo regimental improvido." (AgRg no AG 605895/PB, Min. Fernando Gonçalves, 21/10/2004)*
"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. PROCURADORES AUTÁRQUICOS. REPRESENTAÇÃO MENSAL. INTERREGNO. LEIS 7.923/89 E 8.460/92. PRESCRIÇÃO. CONTROVÉRSIA NÃO-DELIMITADA. ÔNUS DA PROVA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS Nos 284 E 282 DO PRETÓRIO EXCELSO. PERCEPÇÃO. VERBA. DIREITO. INEXISTÊNCIA. I - No tocante à prescrição, o apelo não merece prosperar, em face da deficiência na sua fundamentação, pois não foram indicados os dispositivos supostamente afrontados, apontando violação genérica aos Decretos nos 20.910/32 e 4.597/42. Súmula nº 284 do Pretório Excelso. II - omissis. III - omissis. Recurso parcialmente conhecido e, nessa parte, provido."(REsp 637773/RJ, Min. Felix Fischer, DJ 02.08.2004)
"CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO RESCISÓRIA. REAJUSTE DE PENSÃO COMPLEMENTAR. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL ORDINÁRIO TIDO COMO VIOLADO. DECISÃO ESTADUAL CALCADA EM NORMAS CONSTITUCIONAIS E REGULAMENTARES. SÚMULA N. 5-STJ. INCIDÊNCIA. I. Constitui pressuposto do recurso especial a precisa indicação da norma legal tida como violada, desservindo a mera referência genérica à Lei n. 6.435/77, que traz em seu bojo múltiplas disposições. II. omissis. III. omissis. IV. Recurso especial não conhecido." (REsp 302461/ES, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJ 09.02.2004)
Quanto a alegada divergência jurisprudencial, verifica-se que a recorrente não cumpriu o disposto nos artigos 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e 255, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.
O recurso não trouxe o devido cotejo analítico, bem como certidões ou cópias dos acórdãos apontados como paradigmas; tampouco citou repositório oficial, autorizado ou credenciado em que os mesmos foram publicados.
Posto isso, nos termos do artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4165)

RECURSO ESPECIAL Nº 852.604 - SP (2006/0137096-9)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
RECORRENTE	: HELENA DE PAULA
ADVOGADO	: JOÃO AFONSO DE SOUZA E OUTRO
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: CLAUDIO RENE ÁFFLITTO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ALÍNEA "C". DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO. COTEJO AUSENTE.
Não se conhece da divergência quando ausente a comprovação do dissídio e o cotejo analítico.
Recurso especial a que se nega seguimento.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por HELENA DE PAULA, com fulcro na alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:
"PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. AUSÊNCIA DE REQUISITO LEGAL. APELAÇÃO DA PARTE AUTORA IMPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA.
1. A fruição da pensão por morte, em análise, tem como pressupostos a implementação de todos os requisitos previstos na legislação previdenciária para a concessão do benefício, quais sejam, a existência de um vínculo jurídico entre o segurado mantenedor do dependente e a instituição previdenciária, a dependência econômica entre a pessoa beneficiária e o segurado e a morte do segurado.
2. Não demonstrada a condição de dependência econômica da ex-mulher, após a separação judicial em que dispensou os alimentos, não faz jus ao benefício da pensão por morte do ex-cônjuge.

3. Apelação da parte autora improvida.
4. Sentença mantida." (fls. 121.)
No especial, a recorrente sustenta que o v. acórdão deve ser reformado, pois, ao negar provimento à sua apelação, divergiu da jurisprudência predominante em julgados de outros tribunais.
Requer a reforma do v. acórdão recorrido.
Contra-razões não apresentadas, conforme certidão aos fls. 135.
Parecer do Ministério Público Federal, aos fls. 144/145, pelo não conhecimento do recurso.
É o relatório.
In casu, contém os autos hipótese em que o acórdão recorrido, confirmando a sentença, julgou improcedente o pedido de pensão por morte à recorrente, diante do não preenchimento de um dos requisitos legais para a percepção do benefício.
De início, da análise das razões do recurso, verifica-se que a recorrente não cumpriu o que vem disposto nos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.
O especial não trouxe a comprovação da jurisprudência, bem como não realizou a recorrente o devido cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os apontados como paradigmas.
Diante do expendido, revela-se inviável o conhecimento do presente recurso.
Posto isso, nos termos do art. 557, *caput* , do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4166)

RECURSO ESPECIAL Nº 852.779 - SP (2006/0114147-0)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
RECORRENTE	: ALIDER BARALDI
ADVOGADO	: ANDRESA CRISTINA DE FARIA
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: VERA LÚCIA TORMIN FREIXO E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO. COTEJO AUSENTE.
A falta de prequestionamento obsta o conhecimento da questão federal suscitada. Incidem à espécie as Súmulas nº 282 e nº 356 do STF.
Não se conhece da divergência quando ausente a comprovação do dissídio e o cotejo analítico.
Recurso especial a que se nega seguimento.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ALIDER BARALDI contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:
"PREVIDÊNCIA SOCIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DE RURÍCOLA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL NÃO CONJUGADA COM PROVA TESTEMUNHAL. CONJUNTO PROBATÓRIO INSUFICIENTE PARA OBTENÇÃO DO BENEFÍCIO.
- Início de prova material desacompanhada de depoimentos testemunhais consistentes, que comprovem o labor rural em regime de economia familiar.
- Descaracterizado o regime de economia familiar, nos termos do art. 11, VII, § 1º da Lei 8.213/91.
Recurso de apelação improvido." (fls. 147.)
No especial, o recorrente sustenta que o v. acórdão deve ser reformado, pois viola o artigo 42 da Lei nº 8.213/91.
Alega que sua incapacidade para o labor ficou atestada por documentos juntados aos autos.
Sustenta, outrossim, divergência jurisprudencial.
Ao final, requer a reforma do v. acórdão recorrido.
Contra-razões não apresentadas, conforme certidão aos fls. 159v.
Parecer do Ministério Público Federal, aos fls. 168/169, pelo não conhecimento do recurso.
É o relatório.
De início, verifica-se dos autos que o dispositivo de lei federal tido por violado não foi objeto de análise pelo Tribunal de Origem, de forma que se revela ausente o necessário prequestionamento, o que inviabiliza a apreciação por esta Corte Superior.
Incidência, pois, das Súmula 282 e 356 do STF.
Frise-se que para a configuração do prequestionamento, necessário se faz o prévio debate da matéria pelo Tribunal *a quo*.
Nesse sentido, q.v., *verbi gratia*, REsp 601.109/RJ, Ministro Paulo Gallotti, DJ 25.10.2004; REsp 597.139/RS, Ministro Hamilton Carvalhido, DJ 28.06.2004 e AgRg no REsp 637.715/SC, DJ 23.08.2004, assim ementado:
"PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CONDENATÓRIA. VALOR INFERIOR A 60 SALÁRIOS MÍNIMOS. REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. - omissis. - omissis. - Não se conhece do recurso especial no que diz respeito à matéria que não foi especificamente enfrentada pelo e. Tribunal a quo, dada a ausência de prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF). - Agravo regimental não provido."
Quanto a alegada divergência jurisprudencial, verifica-se que o recorrente não cumpriu o que vem disposto nos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.
In casu, o especial não trouxe a comprovação da jurisprudência, bem como não realizou o recorrente o devido cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os apontados como paradigmas.
Diante do expendido, inviável o conhecimento do recurso.
Posto isso, NEGO SEGUIMENTO ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4167)

RECURSO ESPECIAL Nº 855.374 - AL (2006/0135736-6)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: UNIÃO
ADVOGADO	: FELIPE SARMENTO CORDEIRO E OUTRO
RECORRIDO	: INGRACIA VIEIRA GODOY E OUTROS

DECISÃO

Recurso especial interposto pela União, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão da Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:
"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO JUDICIAL. OBRIGAÇÃO POR QUANTIA CERTA. SERVIDOR. 28,86%. EXCESSO DE EXECUÇÃO. PROCEDÊNCIA EM PARTE DOS EMBARGOS.
- Considera-se para efeito de compensação do índice de 28,86%, o reajuste decorrente de revisão geral de que trata a Lei nº 8.627/93, e não outros reajustes posteriores ou progressão funcional de caráter individual.
- Valor da execução apurado pela Contadoria do juízo. Prosseguimento da execução pelo saldo remanescente, em favor de três dos exeqüentes." (fl. 382).
Opostos embargos declaratórios, foram estes rejeitados (fl. 401).
Sustenta a recorrente que a existência de erro material no acórdão recorrido, ante o excesso de execução, eis *"que tal servidor já percebeu sua parcela decorrente do percentual pleiteado. Segundo consta da ficha financeira anexada à folha 391 (...). O erro se deu, tendo-se em mente a alegada liquidação das parcelas referentes aos 28,86% realizada pela Administração, na contabilização judicial, sem perquirir-se o recebimento já efetivado, do percentual pleiteado."* (fl. 410).
Aduz, por fim, que *"seja compensado o reajuste de 28,86% com a progressão funcional de cada servidor (...)"* (fl. 414).
Além da divergência jurisprudencial, a insurgência especial está fundada na violação dos artigos 463, inciso I, do Código de Processo Civil, 1º e 3º da Lei nº 8.627/93.
Recurso tempestivo (fl. 405), não respondido e admitido (fl. 443).
São estes os fundamentos do acórdão recorrido, na parte que interessa à espécie:
"VOTO
Os embargos foram julgados, em parte, procedentes acolhendo-se os valores apurados pela Contadoria Judicial, que deduziu apenas os valores recebidos a título de revisão geral da categoria, não incluindo para esse fim as progressões funcionais e reajustes posteriores à Lei nº 8.627/93.
Na ação de embargos do devedor, o embargado goza de posição privilegiada por dispor de título executivo líquido, certo e exigível.
Ao embargante, portanto, cabe o ônus da prova na ação de embargos para que possa comprometer o título.
A sentença impugnada acolheu os cálculos do contador judicial "haja vista a inexistência de interesse seu na lide, tendo os seus cálculos, portanto, presunção juris tantum de legitimidade, imparcialidade e veracidade."(fls. 106)
Entendo que deve prevalecer a conta apurada pelo contador forense, auxiliar-contábil do juízo, eqüidistante dos interesses das partes, mormente quando não produzida prova em contrário capaz de elidir a presunção de veracidade das informações técnicas.
É que a compensação prevista no título executivo judicial deve se restringir ao reajuste geral concedido pela Lei nº 8.627/93, e não aos reajustes posteriores ou aumento de retribuição decorrente de progressão ou ascensão funcional, de caráter individual.
Nesse sentido o acórdão da 2ª Turma deste Tribunal:
(...)
Acrescente-se que os cálculos elaborados pela apelante tiveram por base a Portaria MARE nº 2.179/98, segundo a qual considera qualquer reajuste posterior para efeito de compensação com o índice de 28,86% - FLS. 342/343.
Por tais razões, nego provimento à apelação." (fls. 377/380 - nossos os grifos).
Ao que se tem, decidiu o Tribunal Regional que não há de se falar em compensação no reajuste de 28,86% das parcelas recebidas a título de progressão ou ascensão funcional, de caráter individual.
Realizando-se o cotejo entre a norma contida no artigo 463, inciso I, do Código de Processo Civil - relativo a erro material - e os fundamentos do acórdão recorrido, verifica-se que o aludido dispositivo legal, efetivamente, não foi apreciado pelo Tribunal ***a quo***, quer explícita, quer implicitamente.
Registre-se, por oportuno, que a Excelsa Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento quanto à imprescindibilidade da oposição de embargos declaratórios para fins de prequestionamento da matéria, mesmo quando a questão federal surja no acórdão recorrido.
Entretanto, certo é que, embora a recorrente tenha oposto embargos de declaração para fins de prequestionamento, o Tribunal ***a quo*** não decidiu a matéria relativa à coisa julgada, incidindo, nesse passo, o óbice do enunciado nº 211 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça, ***verbis***:
*"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal **a quo**."*
Por fim, a jurisprudência desta Corte, seguindo a orientação do Supremo Tribunal Federal, é firme no reconhecimento do direito dos servidores públicos civis ao reajuste em seus vencimentos no índice de 28,86%, concedido pelas Leis nº 8.622/93 e 8.627/93, devendo, todavia, do referido reajuste, ser deduzido o percentual de aumento já concedido a este título.
Não é outro o teor do enunciado nº 672 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, que pacificou o entendimento de que exclusivamente os reajustes concedidos pelas próprias Leis nº 8.622/93 e 8.627/93 são passíveis de dedução, ***verbis***:
"O reajuste de 28,86%, concedido aos servidores militares pelas Leis 8.662/93 e 8.627/93, estendendo-se aos servidores civis do Poder Executivo, observadas as eventuais compensações decorrentes dos reajustes diferenciados concedidos pelos mesmos diplomas legais."
Do exposto, resulta que quaisquer reajustes posteriores, inclusive os concedidos a título de evolução funcional, por força mesmo da sua natureza, em nada repercutem na dedução do reajuste de 28,86%, tal como decidiram já, as duas Turmas que compõem a 3ª Seção, valendo conferir, nesse sentido, os seguintes precedentes:
"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. COMPENSAÇÃO. "EVOLUÇÃO FUNCIONAL". DESCABIMENTO. COMPENSAÇÃO DEVIDA LIMITADA AOS REPOSICIONAMENTOS DETERMINADOS PELA LEI N.º 8.627/93.
1. Somente os aumentos concedidos pela Lei n.º 8.627/93, a título de reposicionamento, são compensáveis com o percentual de 28,86%, sendo certo que os aumentos posteriores, advindos de outros diplomas legais, a título de "Evolução Funcional", não devem ser considerados para eventual compensação com o referido reajuste. Precedentes.
2. Recurso especial conhecido e desprovido." (REsp nº 436852/DF, Relatora Ministra Laurita Vaz, ***in*** DJ 22/05/2006).

"AGRAVO REGIMENTAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28, 86%. COMPENSAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. TRANSAÇÃO. ARTIGO 26, § 2º, DO CPC.
1. "Somente os aumentos concedidos pela Lei n.º 8.627/93, a título de reposicionamento, são compensáveis com o percentual de 28,86%, sendo certo que os aumentos posteriores, advindos de outros diplomas legais, a título de 'Evolução Funcional', não devem ser considerados para eventual compensação com o referido reajuste." (Resp 436.852/DF, Relatora a Ministra Laurita Vaz, DJU de 22/5/2006)
2. Interpretando o contido nos artigos 23 e 24 da Lei nº 8.906/94, esta Corte assentou compreensão de que os honorários advocatícios pertencem ao advogado, não podendo ser objeto de acordo firmado pelas partes sem a sua anuência.
3. O disposto no artigo 26, § 2º, do Código de Processo Civil, segundo o qual "havendo transação e nada tendo as partes disposto quanto às despesas, estas serão divididas igualmente", não se aplica ao advogado que não participou do acordo, tampouco pode ser invocado nos casos em que a verba honorária tenha sido deferida por sentença transitada em julgado.
4. Agravo desprovido." (AgRgAg nº 845985/PA, Relator Ministro Paulo Gallotti, ***in*** DJ 02/04/2007).

"PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE 28,86%. LEIS NºS 8.622/93 E 8.627/93. SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. LEI Nº 9.421/96. COMPENSAÇÃO.
O reajuste de 28,86% provém dos termos das Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93 e já se incorporou ao salário dos servidores civis da União, sem que se possa invocar a necessidade de absorção por revisões futuras. A compensação a ser considerada é aquela que desconte do referido reajuste aumentos já deferidos administrativamente em função daquela norma.
Recurso provido para que seja garantido o reajuste de 28,86% aos servidores-autores, na linha da diretriz firmada pelo Colendo Supremo Tribunal Federal, nos autos dos embargos declaratórios no RMS 22307/DF, devendo ser observada a devida compensação decorrente de eventuais antecipações concedidas pelas próprias Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93." (RESP nº 578340/PB, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, ***in*** DJ 16/05/2005).

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. EMBARGOS CONHECIDOS COMO REGIMENTAL. FUNGIBILIDADE RECURSAL. REAJUSTES POSTERIORES A LEI N.º 8.627/93. IMPOSSIBILIDADE.
1. A decisão hostilizada expressamente reconheceu a necessidade de compensação do reajuste de 28,86% com os demais já recebidos pelos servidores em decorrência da Lei 8.627/93, a título de reposicionamentos.
2. Mostra-se manifestamente descabida a pretensão do Embargante de se compensar o denominado reajuste de 28,86% com outros reajustes ou progressões funcionais oriundos de leis posteriores à Lei n.º 8.627/93.
3. Agravo regimental desprovido." (EDclREsp nº 853.630/AL, Relatora Ministra Laurita Vaz, ***in*** DJ 18/12/2006).
Outro não foi o entendimento do acórdão recorrido.
Tem incidência, assim, o enunciado nº 83 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça, ***verbis***:
"Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida."
Pelo exposto, com fundamento no artigo 557, ***caput***, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4168)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 857.148 - PR (2007/0019780-4)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CLÓVIS JUAREZ KEMMERICH E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOEL DE MELLO FONTES
ADVOGADO	: SANDRA MARIA DO N G SILVA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSO CIVIL. EFEITO IMEDIATO DE LEI NOVA. MATÉRIA NÃO VENTILADA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. ART. 103 DA LEI Nº 8.213/91. SUCESSIVAS MODIFICAÇÕES LEGISLATIVAS. APLICAÇÃO DA REGRA VIGENTE NA DATA DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, contra a inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que restou assim ementado (fl. 68):

"PREVIDENCIÁRIO. DUPLO GRAU OBRIGATÓRIO. REVISÃO DE RMI. SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO. IRSM DE FEVEREIRO DE 1994.
1. A nova redação do art. 475, imprimida pela Lei 10.352, publicada em 27-12-2001, determina que o duplo grau obrigatório a que estão sujeitas as sentenças proferidas contra as autarquias federais somente não terá lugar quando se puder, de pronto, apurar que a condenação ou a controvérsia jurídica for de valor certo inferior a 60 (sessenta) salários mínimos.
2. Acertada a determinação de recálculo da renda mensal inicial, considerando-se o percentual de 39,67% sobre os salários de contribuição anteriores a março/1994, integrantes do PBC alusivo aos proventos de invativação dos segurados."

Nas razões do especial (fls. 81/88), a autarquia recorrente aponta violação aos arts. 6º da LICC e 103, *caput*, da Lei nº 8.213/91, na redação dada pela Medida Provisória nº 1.663-15/98. Requer, em síntese, a extinção do processo com julgamento de mérito em virtude da decadência do direito de revisão da RMI.
É o relatório.
No tocante à suposta violação aos art. 6º da LICC, o recurso não comporta trânsito. Verifica-se que a matéria relativa ao supracitado dispositivo legal - efeito imediato de lei nova - não foi ventilada no acórdão recorrido e tampouco no acórdão dos embargos declaratórios. Dessa forma, ausente o indispensável prequestionamento, aplica-se, por analogia, as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.
Nesse sentido, confira-se o precedente abaixo transcrito, no que pertine:

"PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO À PORTARIA E INSTRUÇÃO NORMATIVA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. TEMA NÃO VENTILADO NA INSTÂNCIA A QUO. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DA EXATA COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 284/STF. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO LOCAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
(...)
II - Nos termos das Súmulas 282 e 356/STF, é inviável em sede de recurso especial a apreciação de matéria cujo tema não fora objeto de discussão no acórdão recorrido, uma vez que cabe ao Tribunal a quo manifestar-se sobre o tema, tendo em vista a exigência do indispensável prequestionamento. Ressalte-se a inovação de fundamentos somente em sede de especial.
III - A mera alusão ao malferimento de legislação federal, sem particularizar o gravame ou descompasso na sua aplicação, não enseja a abertura da via Especial. Desta forma, inviável a admissão do apelo com base na alínea "a". Aplicável, à espécie, o verbete Sumular 284/STF, verbis: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.".
(...)
V - Agravo interno desprovido." (AgRg no Ag 859.267/SC, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ 6/8/2007)

Ultrapassada essa questão, a controvérsia dos autos limita-se à verificação da possível ocorrência da decadência, nos termos do art. 103 da Lei nº 8.213/91.
O supracitado dispositivo legal, cuja redação original não previa nenhum prazo decadencial, sofreu várias alterações na década passada.
A primeira delas deu-se com a Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei nº 9.528/97, que criou o prazo decadencial de dez anos para que o segurado ou beneficiário postule a revisão do ato de concessão do benefício.
O prazo decadencial foi diminuído para cinco anos pela Lei nº 9.711/98 e novamente aumentado para dez anos pela Lei nº 10.839/2004.
Estas sucessivas modificações não alteraram, contudo, o prazo prescricional, que sempre teve a duração de cinco anos.
Sobre as modificações, em novembro de 2003, a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, na exposição de motivos da MP nº 138/2003, convertida na Lei nº 10.839/2004, reconheceu os prejuízos causados pelas modificações, *in verbis*:

"A inovação mostrou-se necessária à medida que a própria Administração deve seguir prazos para promover a revisão de seus atos, não sendo, portanto, adequado que inexistisse qualquer limitação à revisão de atos provocada pelo interessado. No entanto, houve excesso por parte do legislador, ao unificar os prazos da decadência e da prescrição.
(...)
Há que se registrar, contudo, que as inúmeras modificações ocorridas ao longo dos últimos anos na legislação previdenciária têm exigido grande esforço do Poder Judiciário e dos próprios segurados, no sentido de aquilatar a extensão de seus eventuais direitos. Tal situação tem gerado muitas demandas, as quais, na vigência do atual prazo [anos], tendem a multiplicar - pela simples pressão de que haveria uma decadência do direito de revisão - a formulação de pedidos no exíguo prazo que estaria por findar."

Observa-se que o próprio Poder Executivo admitiu o problema criado com a modificação do prazo decadencial ora analisado, o que levou-o a buscar o restabelecimento do prazo de dez anos.
Diante deste quadro de criação, diminuição e aumento do prazo decadencial para a revisão do ato de concessão de benefício, parte da doutrina entendeu que, por se tratar de matéria de ordem pública, o referido prazo deveria ser observado imediatamente, no momento de sua criação ou de modificação da duração. Este é o entendimento, a título de exemplo, do professor Társis Nametala Sarlo Jorge, em Manual dos Benefícios Previdenciários, Ed. Lumen Iuris, 2006, pp. 124/125, *in verbis*:

"Outro pormenor que se afigura assaz importante no estudo da decadência na seara dos benefícios da Previdência Social está ligado à questão da aplicação das normas decadenciais no tempo, mormente em virtude das alterações no prazo, conforme visto. Tendo em conta o fato de não ter havido na redação originária da Lei 8.213/91 previsão de prazo decadencial, houve quem sustentasse que apara os benefícios concedidos até a data da MP 1.523/97 não estariam sujeitos a tal prazo. Não parece ser o melhor entendimento, no entanto, posto que *as normas legais que tratam de prescrição* [decad\'eancia] *são normas de ordem pública, isto é, regras jurídicas de interesse precípuo da sociedade, as quais extrapolam a mera perspectiva individual, devendo atingir a todos desde já.* E ainda, *que não há que se falar em direito adquirido a prazos prescricionais* [a]. *Ao contrário do direito ao benefício, o prazo legal de prescrição* [de] *é previsão genérica de funcionamento do sistema previdenciário, sendo de pronto aplicável a todos.* Complementa-se com a assertiva de que *nestas hipóteses não prevalece o* tempus regit actum, *pois a norma que traz a prescrição ou mesmo a decadência é de ordem pública, sendo a retroatividade automática, aplicável a todas as situações alcançáveis pela medida, desde que não definitivamente constituídas.*"

Todavia, esta não foi a corrente adotada por esta Corte de Justiça, cuja jurisprudência fixou entendimento no sentido de que a instituição deste lapso temporal não atinge as relações jurídicas constituídas antes da inovação legislativa. A propósito, colacionam-se os seguintes julgados:

"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ART. 103 DA LEI Nº 8.213/91. MP Nº 1.523/97. LEI DE REGÊNCIA. SÚMULA 359/STF.
I - Quando da concessão do benefício, não existia prazo decadencial do direito à revisão dos benefícios previdenciários, restando assim configurada uma condição jurídica definida conforme a legislação vigente à época das aposentadorias. Precedentes.
II - Se a Lei nº 8.213/91, em seu art. 103, com a redação dada pela Medida Provisória nº 1523-9/97, introduziu tal prazo decadencial, essa restrição superveniente não poderá incidir sob situações já constituídas sob o pálio de legislação anterior. Súmula 359/STF.
Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 831.111/PR, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 11/6/2007)

"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. REVISÃO DA RENDA INICIAL. ARTIGO 103 DA LEI Nº 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP Nº 1.523/97, CONVERTIDA NA LEI Nº 9.728/97. APLICAÇÃO ÀS RELAÇÕES JURÍDICAS CONSTITUÍDAS SOB A VIGÊNCIA DA NOVA LEI.
1. O prazo de decadência para revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário, estabelecido pela Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei 9.528/97, que alterou o artigo 103 da Lei nº 8.213/91, somente pode atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência, vez que a norma não é expressamente retroativa e trata de instituto de direito material.
2. Precedentes.
3. Recurso especial não conhecido." (REsp 479.964/RN, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ 10/11/2003)

"PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ARTIGO 103 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP 1.523/97 CONVERTIDA NA LEI 9.528/98 E ALTERADO PELA LEI 9.711/98.
I - Desmerece conhecimento o recurso especial, quanto à alínea "c" do permissivo constitucional, visto que os acórdãos paradigmas se referem aos efeitos da lei processual, enquanto o instituto da decadência se insere no direito material.
II - O prazo decadencial do direito à revisão de ato de concessão de benefício previdenciário, instituído pela MP 1.523/97, convertida na Lei 9.528/98 e alterado pela Lei 9.711/98, não alcança os benefícios concedidos antes de 27.06.97, data da nona edição da MP 1.523/97.
III - Recurso conhecido em parte e, nessa desprovido." (REsp 254.186/PR, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ 27/8/2001)

"PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIO. ART. 103, DA LEI 8.213/91.
- O prazo de decadência instituído pelo art. 103, da Lei nº 8.213/91, com redação dada pela Medida Provisória nº 1.523/97, não se aplica aos pedidos de revisão de benefícios. ajuizados antes de sua vigência, pois o novo regramento não tem aplicação retroativa.
- Recurso especial não conhecido." (REsp 254.969/RS, Rel. Min. VICENTE LEAL, Sexta Turma, DJ 11/9/2000)

Dessa forma, a decadência do direito de revisar o ato de concessão do benefício previdenciário somente atinge os segurados cujos benefícios foram concedidos após a lei instituidora do prazo decadencial.
Com estes argumentos, tendo em vista que o benefício da autora da ação foi concedido em 14 de setembro de 1995, ou seja, antes da publicação da Lei nº 9.528/97, não existe prazo decadencial para que o segurado peça a revisão da renda mensal inicial do seu benefício. Assim, não prospera a afirmação da autarquia recorrente sobre a decadência do direito de ação do recorrido.
Diante do exposto, com base no art. 254, inciso I, do RISTJ, **nego provimento** ao presente agravo de instrumento.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4169)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 858.776 - RS (2007/0020695-7)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CLÓVIS JUAREZ KEMMERICH E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TANIA MARIA DELLA COSTA
ADVOGADO	: LUIS HENRIQUE GUARDA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSO CIVIL. EFEITO IMEDIATO DE LEI NOVA. MATÉRIA NÃO VENTILADA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. ART. 103 DA LEI Nº 8.213/91. SUCESSIVAS MODIFICAÇÕES LEGISLATIVAS. APLICAÇÃO DA REGRA VIGENTE NA DATA DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, contra a inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que restou assim ementado (fls. 33/34):

"PREVIDENCIÁRIO. DUPLO GRAU OBRIGATÓRIO. REVISÃO DE RMI. SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO. IRSM DE FEVEREIRO DE 1994.
1. A nova redação do art. 475, imprimida pela Lei 10.352, publicada em 27-12-2001, determina que o duplo grau obrigatório a que estão sujeitas as sentenças proferidas contra as autarquias federais somente não terá lugar quando se puder, de pronto, apurar que a condenação ou a controvérsia jurídica for de valor certo inferior a 60 (sessenta) salários mínimos.
2. Acertada a determinação de recálculo da renda mensal inicial, considerando-se o percentual de 39,67% sobre os salários de contribuição anteriores a março/1994, integrantes do PBC alusivo aos proventos de invativação dos segurados."

Nas razões do especial (fls. 59/66), a autarquia recorrente aponta violação aos arts. 6º da LICC e 103, *caput*, da Lei nº 8.213/91, na redação dada pela Medida Provisória nº 1.663-15/98. Requer, em síntese, a extinção do processo com julgamento de mérito em virtude da decadência do direito de revisão da RMI.
É o relatório.
No tocante à suposta violação aos art. 6º da LICC, o recurso não comporta trânsito. Verifica-se que a matéria relativa ao supracitado dispositivo legal - efeito imediato de lei nova - não foi ventilada no acórdão recorrido e tampouco no acórdão dos embargos declaratórios. Dessa forma, ausente o indispensável prequestionamento, aplica-se, por analogia, as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido, confira-se o precedente abaixo transcrito, no que pertine:

"PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO À PORTARIA E INSTRUÇÃO NORMATIVA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. TEMA NÃO VENTILADO NA INSTÂNCIA A QUO. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DA EXATA COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 284/STF. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO LOCAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
(...)
II - Nos termos das Súmulas 282 e 356/STF, é inviável em sede de recurso especial a apreciação de matéria cujo tema não fora objeto de discussão no acórdão recorrido, uma vez que cabe ao Tribunal a quo manifestar-se sobre o tema, tendo em vista a exigência do indispensável prequestionamento. Ressalte-se a inovação de fundamentos somente em sede de especial.
III - A mera alusão ao malferimento de legislação federal, sem particularizar o gravame ou descompasso na sua aplicação, não enseja a abertura da via Especial. Desta forma, inviável a admissão do apelo com base na alínea "a". Aplicável, à espécie, o verbete Sumular 284/STF, verbis: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.".
(...)
V - Agravo interno desprovido." (AgRg no Ag 859.267/SC, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ 6/8/2007)

Ultrapassada essa questão, a controvérsia dos autos limita-se à verificação da possível ocorrência da decadência, nos termos do art. 103 da Lei nº 8.213/91.
O supracitado dispositivo legal, cuja redação original não previa nenhum prazo decadencial, sofreu várias alterações na década passada.
A primeira delas deu-se com a Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei nº 9.528/97, que criou o prazo decadencial de dez anos para que o segurado ou beneficiário postule a revisão do ato de concessão do benefício.
O prazo decadencial foi diminuído para cinco anos pela Lei nº 9.711/98 e novamente aumentado para dez anos pela Lei nº 10.839/2004.
Estas sucessivas modificações não alteraram, contudo, o prazo prescricional, que sempre teve a duração de cinco anos.
Sobre as modificações, em novembro de 2003, a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, na exposição de motivos da MP nº 138/2003, convertida na Lei nº 10.839/2004, reconheceu os prejuízos causados pelas modificações, *in verbis*:

"A inovação mostrou-se necessária à medida que a própria Administração deve seguir prazos para promover a revisão de seus atos, não sendo, portanto, adequado que inexistisse qualquer limitação à revisão de atos provocada pelo interessado. No entanto, houve excesso por parte do legislador, ao unificar os prazos da decadência e da prescrição.
(...)
Há que se registrar, contudo, que as inúmeras modificações ocorridas ao longo dos últimos anos na legislação previdenciária têm exigido grande esforço do Poder Judiciário e dos próprios segurados, no sentido de aquilatar a extensão de seus eventuais direitos. Tal situação tem gerado muitas demandas, as quais, na vigência do atual prazo [anos], tendem a multiplicar - pela simples pressão de que haveria uma decadência do direito de revisão - a formulação de pedidos no exíguo prazo que estaria por findar."

Observa-se que o próprio Poder Executivo admitiu o problema criado com a modificação do prazo decadencial ora analisado, o que levou-o a buscar o restabelecimento do prazo de dez anos.
Diante deste quadro de criação, diminuição e aumento do prazo decadencial para a revisão do ato de concessão de benefício, parte da doutrina entendeu que, por se tratar de matéria de ordem pública, o referido prazo deveria ser observado imediatamente, no momento de sua criação ou de modificação da duração. Este é o entendimento, a título de exemplo, do professor Társis Nametala Sarlo Jorge, em Manual dos Benefícios Previdenciários, Ed. Lumen Iuris, 2006, pp. 124/125, *in verbis*:

"Outro pormenor que se afigura assaz importante no estudo da decadência na seara dos benefícios da Previdência Social está ligado à questão da aplicação das normas decadenciais no tempo, mormente em virtude das alterações no prazo, conforme visto. Tendo em conta o fato de não ter havido na redação originária da Lei 8.213/91 previsão de prazo decadencial, houve quem sustentasse que apara os benefícios concedidos até a data da MP 1.523/97 não estariam sujeitos a tal prazo. Não parece ser o melhor entendimento, no entanto, posto que *as normas legais que tratam de prescrição* [decad\'eancia] *são normas de ordem pública, isto é, regras jurídicas de interesse precípuo da sociedade, as quais extrapolam a mera perspectiva individual, devendo atingir a todos desde já.* E ainda, *que não há que se falar em direito adquirido a prazos prescricionais* [a]. *Ao contrário do direito ao benefício, o prazo legal de prescrição* [de] *é previsão genérica de funcionamento do sistema previdenciário, sendo de pronto aplicável a todos.* Complementa-se com a assertiva de que *nestas hipóteses não prevalece o* tempus regit actum, *pois a norma que traz a prescrição ou mesmo a decadência é de ordem pública, sendo a retroatividade automática, aplicável a todas as situações alcançáveis pela medida, desde que não definitivamente constituídas.*"

Todavia, esta não foi a corrente adotada por esta Corte de Justiça, cuja jurisprudência fixou entendimento no sentido de que a instituição deste lapso temporal não atinge as relações jurídicas constituídas antes da inovação legislativa. A propósito, colacionam-se os seguintes julgados:

"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ART. 103 DA LEI Nº 8.213/91. MP Nº 1.523/97. LEI DE REGÊNCIA. SÚMULA 359/STF.
I - Quando da concessão do benefício, não existia prazo decadencial do direito à revisão dos benefícios previdenciários, restando assim configurada uma condição jurídica definida conforme a legislação vigente à época das aposentadorias. Precedentes.
II - Se a Lei nº 8.213/91, em seu art. 103, com a redação dada pela Medida Provisória nº 1523-9/97, introduziu tal prazo decadencial, essa restrição superveniente não poderá incidir sob situações já constituídas sob o pálio de legislação anterior. Súmula 359/STF.
Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 831.111/PR, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 11/6/2007)

"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. REVISÃO DA RENDA INICIAL. ARTIGO 103 DA LEI Nº 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP Nº 1.523/97, CONVERTIDA NA LEI Nº 9.728/97. APLICAÇÃO ÀS RELAÇÕES JURÍDICAS CONSTITUÍDAS SOB A VIGÊNCIA DA NOVA LEI.
1. O prazo de decadência para revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário, estabelecido pela Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei 9.528/97, que alterou o artigo 103 da Lei nº 8.213/91, somente pode atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência, vez que a norma não é expressamente retroativa e trata de instituto de direito material.
2. Precedentes.
3. Recurso especial não conhecido." (REsp 479.964/RN, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ 10/11/2003)

"PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ARTIGO 103 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP 1.523/97 CONVERTIDA NA LEI 9.528/98 E ALTERADO PELA LEI 9.711/98.
I - Desmerece conhecimento o recurso especial, quanto à alínea "c" do permissivo constitucional, visto que os acórdãos paradigmas se referem aos efeitos da lei processual, enquanto o instituto da decadência se insere no direito material.
II - O prazo decadencial do direito à revisão de ato de concessão de benefício previdenciário, instituído pela MP 1.523/97, convertida na Lei 9.528/98 e alterado pela Lei 9.711/98, não alcança os benefícios concedidos antes de 27.06.97, data da nona edição da MP 1.523/97.
III - Recurso conhecido em parte e, nessa desprovido." (REsp 254.186/PR, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ 27/8/2001)

"PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIO. ART. 103, DA LEI 8.213/91.
- O prazo de decadência instituído pelo art. 103, da Lei nº 8.213/91, com redação dada pela Medida Provisória nº 1.523/97, não se aplica aos pedidos de revisão de benefícios. ajuizados antes de sua vigência, pois o novo regramento não tem aplicação retroativa.
- Recurso especial não conhecido." (REsp 254.969/RS, Rel. Min. VICENTE LEAL, Sexta Turma, DJ 11/9/2000)

Dessa forma, a decadência do direito de revisar o ato de concessão do benefício previdenciário somente atinge os segurados cujos benefícios foram concedidos após a lei instituidora do prazo decadencial.
Com estes argumentos, tendo em vista que o benefício da autora da ação foi concedido em 8 de maio de 1995, ou seja, antes da publicação da Lei nº 9.528/97, não existe prazo decadencial para que o segurado peça a revisão da renda mensal inicial do seu benefício. Assim, não prospera a afirmação da autarquia recorrente sobre a decadência do direito de ação do recorrido.
Diante do exposto, com base no art. 254, inciso I, do RISTJ, **nego provimento** ao presente agravo de instrumento.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4170)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 858.898 - RS (2007/0034074-0)

RELATORA	:	**MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	CLÓVIS JUAREZ KEMMERICH E OUTRO(S)
AGRAVADO	:	MARIA ANIA DA SILVA SANTOS
ADVOGADO	:	PAULO JACI SEVERO BRUM

EMENTA

PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. ART. 103 DA LEI Nº 8.213/91. SUCESSIVAS MODIFICAÇÕES LEGISLATIVAS. APLICAÇÃO DA REGRA VIGENTE NA DATA DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, contra a inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que restou assim ementado, no que interessa (fl. 108):

"AGRAVO. ART. 557 DO CPC. DECADÊNCIA. PRESCRIÇÃO DE FUNDO DO DIREITO.
1. O prazo extintivo de todo e qualquer direito ou ação previsto no art. 103, caput, da Lei 8.213/91 (com a redação dada pela MP 1.523-9, de 27-06-1997, convertida na Lei nº 9.528, de 10-12-1997, alterada pela Medida Provisória nº 1.663-15, de 22-10-1998, que por sua vez foi transformada na Lei nº 9.711, de 20-11-1998, novamente alterada pelo MP nº 138, de 19-11-2003, convertida na Lei nº 10.839, de 05-02-2004, representa inovação em matéria de revisão do ato de concessão de benefício e, portanto, não pode ser aplicado retroativamente.
2. Assim, os benefícios deferidos antes de 27 de junho de 1997 (data da edição da MP 1523-9) não estão sujeitos a prazo decadencial e, para os concedidos posteriormente, o referido prazo é de dez anos."

Nas razões do especial (fls. 110/117), a autarquia recorrente aponta violação aos arts. 6º da LICC e 103, *caput*, da Lei nº 8.213/91, na redação dada pela Medida Provisória nº 1.663-15/98. Requer, em síntese, a reforma do acórdão recorrido e, por conseguinte, a extinção do processo com julgamento do mérito em virtude da decadência do direito de revisão da RMI.
É o relatório.
Inicialmente, a violação ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil não pode ser apreciada diretamente, mas somente por via transversa, considerando o fato de que o referido dispositivo foi repetido na Constituição Federal de 1988, cuja proteção cabe ao Supremo Tribunal Federal. Assim sendo, no caso em tela, a análise da eficácia imediata da lei no tempo remete à verificação da correta aplicação do art. 103 da Lei nº 8.213/91.
O dispositivo legal da Lei de Planos e Benefícios da Previdência Social, cuja redação original não previa nenhum prazo decadencial, sofreu várias alterações na década passada.
A primeira delas deu-se com a Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei nº 9.528/97, que criou o prazo decadencial de dez anos para que o segurado ou beneficiário postule a revisão do ato de concessão do benefício.
O prazo decadencial foi diminuído para cinco anos pela Lei nº 9.711/98 e novamente aumentado para dez anos pela Lei nº 10.839/2004.
Estas sucessivas modificações não alteraram, contudo, o prazo prescricional, que sempre teve a duração de cinco anos.
Sobre as modificações, em novembro de 2003, a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, na exposição de motivos da MP nº 138/2003, convertida na Lei nº 10.839/2004, reconheceu os prejuízos causados pelas modificações, *in verbis*:

"A inovação mostrou-se necessária à medida que a própria Administração deve seguir prazos para promover a revisão de seus atos, não sendo, portanto, adequado que inexistisse qualquer limitação à revisão de atos provocada pelo interessado. No entanto, houve excesso por parte do legislador, ao unificar os prazos da decadência e da prescrição.
(...)
Há que se registrar, contudo, que as inúmeras modificações ocorridas ao longo dos últimos anos na legislação previdenciária têm exigido grande esforço do Poder Judiciário e dos próprios segurados, no sentido de aquilatar a extensão de seus eventuais direitos. Tal situação tem gerado muitas demandas, as quais, na vigência do atual prazo [anos], tendem a multiplicar - pela simples pressão de que haveria uma decadência do direito de revisão - a formulação de pedidos no exíguo prazo que estaria por findar."

Observa-se que o próprio Poder Executivo admitiu o problema criado com a modificação do prazo decadencial ora analisado, o que levou-o a buscar o restabelecimento do prazo de dez anos.
Diante deste quadro de criação, diminuição e aumento do prazo decadencial para revisão do ato de concessão de benefício, parte da doutrina entendeu que, por se tratar de matéria de ordem pública, o referido prazo deveria ser observado imediatamente, no momento de sua criação ou de modificação da duração. Este é o entendimento, a título de exemplo, do professor Társis Nametala Sarlo Jorge, em Manual dos Benefícios Previdenciários, Ed. Lumen Iuris, 2006, pp. 124/125, *in verbis*:

"Outro pormenor que se afigura assaz importante no estudo da decadência na seara dos benefícios da Previdência Social está ligado à questão da aplicação das normas decadenciais no tempo, mormente em virtude das alterações no prazo, conforme visto. Tendo em conta o fato de não ter havido na redação originária da Lei 8.213/91 previsão de prazo decadencial, houve quem sustentasse que apara os benefícios concedidos até a data da MP 1.523/97 não estariam sujeitos a tal prazo. Não parece ser o melhor entendimento, no entanto, posto que *as normas legais que tratam de prescrição* [decad\'eancia] *são normas de ordem pública, isto é, regras jurídicas de interesse precípuo da sociedade, as quais extrapolam a mera perspectiva individual, devendo atingir a todos desde já.* E ainda, *que não há que se falar em direito adquirido a prazos prescricionais* [a]. *Ao contrário do direito ao benefício, o prazo legal de prescrição* [de] *é previsão genérica de funcionamento do sistema previdenciário, sendo de pronto aplicável a todos.* Complementa-se com a assertiva de que *nestas hipóteses não prevalece o* tempus regit actum, *pois a norma que traz a prescrição ou mesmo a decadência é de ordem pública, sendo a retroatividade automática, aplicável a todas as situações alcançáveis pela medida, desde que não definitivamente constituídas.*"

Todavia, esta não foi a corrente adotada por esta Corte de Justiça, cuja jurisprudência fixou entendimento no sentido de que a instituição deste lapso temporal não atinge as relações jurídicas constituídas antes da inovação legislativa. A propósito, confiram-se os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ART. 103 DA LEI Nº 8.213/91. MP Nº 1.523/97. LEI DE REGÊNCIA. SÚMULA 359/STF.
I - Quando da concessão do benefício, não existia prazo decadencial do direito à revisão dos benefícios previdenciários, restando assim configurada uma condição jurídica definida conforme a legislação vigente à época das aposentadorias. Precedentes.
II - Se a Lei nº 8.213/91, em seu art. 103, com a redação dada pela Medida Provisória nº 1523-9/97, introduziu tal prazo decadencial, essa restrição superveniente não poderá incidir sob situações já constituídas sob o pálio de legislação anterior. **Súmula 359/STF**.
Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 831.111/PR, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 11/6/2007)

"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. REVISÃO DA RENDA INICIAL. ARTIGO 103 DA LEI Nº 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP Nº 1.523/97, CONVERTIDA NA LEI Nº 9.728/97. APLICAÇÃO ÀS RELAÇÕES JURÍDICAS CONSTITUÍDAS SOB A VIGÊNCIA DA NOVA LEI.
1. O prazo de decadência para revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário, estabelecido pela Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei 9.528/97, que alterou o artigo 103 da Lei nº 8.213/91, somente pode atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência, vez que a norma não é expressamente retroativa e trata de instituto de direito material.
2. Precedentes.
3. Recurso especial não conhecido." (REsp 479.964/RN, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ 10/11/2003)

"PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ARTIGO 103 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP 1.523/97 CONVERTIDA NA LEI 9.528/98 E ALTERADO PELA LEI 9.711/98.
I - Desmerece conhecimento o recurso especial, quanto à alínea "c" do permissivo constitucional, visto que os acórdãos paradigmas se referem aos efeitos da lei processual, enquanto o instituto da decadência se insere no direito material.
II - O prazo decadencial do direito à revisão de ato de concessão de benefício previdenciário, instituído pela MP 1.523/97, convertida na Lei 9.528/98 e alterado pela Lei 9.711/98, não alcança os benefícios concedidos antes de 27.06.97, data da nona edição da MP 1.523/97.
III - Recurso conhecido em parte e, nessa desprovido." (REsp 254.186/PR, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ 27/8/2001)

"PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIO. ART. 103, DA LEI 8.213/91.
- O prazo de decadência instituído pelo art. 103, da Lei nº 8.213/91, com redação dada pela Medida Provisória nº 1.523/97, não se aplica aos pedidos de revisão de benefícios. ajuizados antes de sua vigência, pois o novo regramento não tem aplicação retroativa.
- Recurso especial não conhecido." (REsp 254.969/RS, Rel. Min. VICENTE LEAL, Sexta Turma, DJ 11/9/2000)

Dessa forma, a decadência do direito de revisar o ato de concessão do benefício previdenciário somente atinge os segurados cujos benefícios foram concedidos após a lei instituidora do prazo decadencial.
Com esses argumentos, tendo em vista que o benefício da autora da ação foi concedido em 12 de janeiro de 1996, ou seja, antes da publicação da Lei nº 9.528/97, não existe prazo decadencial para que o segurado peça a revisão da renda mensal inicial do seu benefício. Assim, não prospera a afirmação da autarquia recorrente sobre a decadência do direito de ação do recorrido.
Ante o exposto, com base no art. 254, inciso I, do RISTJ, **nego provimento** ao presente agravo.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 21 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4171)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 859.765 - MG (2007/0027289-1)

RELATORA	:	**MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	PAULO AFONSO CAMPOS ALVIM E OUTRO(S)
AGRAVADO	:	CARLOS ROBERTO SIQUEIRA
ADVOGADO	:	SUSAN KÁTIA ESPINDULA DE AGUIAR E OUTRO

EMENTA

PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. AUXÍLIO-ACIDENTE. MAJORAÇÃO POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS contra admissão, na origem de recurso especial interposto com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que restou assim ementado:

"BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO-ACIDENTE - MAJORAÇÃO DE PERCENTUAL - INCIDÊNCIA DE LEI NOVA - POSSIBILIDADE - APLICAÇÃO IMEDIATA
- O auxílio-acidente incidente à razão de 50% sobre o salário-benefício do segurado deve ser pago a contar da vigência da lei posterior, que instituiu novo percentual em relação àquele benefício disposto na Lei n. 8.213/91.
- A alteração do percentual pela referida lei tem aplicação imediata porquanto é mais favorável ao segurado."

Opostos embargos de declaração, foram eles improvidos.
Nas razões do especial, aponta a autarquia recorrente violação ao art. 535, II, do CPC, porquanto o Tribunal *a quo* permaneceu silente mesmo diante da oposição de embargos declaratórios para suprir a omissão do aresto recorrido. Sustenta, de outra parte, que o segurado não faz jus a majoração do auxílio-acidente para 50% do salário-de-benefício com a alteração trazida pela Lei nº 9.032/95. Aponta, por fim, dissídio com julgados desta Corte que deram solução diversa à questão em apreço.
É o relatório.
Inicialmente, quanto à alegada violação ao art. 535, II, do Código de Processo Civil, a insurgência não merece acolhida, porquanto o acórdão que julgou os aclaratórios utilizou fundamentação suficiente para solucionar a controvérsia, não incorrendo em qualquer omissão. Assim, não há confundir decisão contrária ao interesse da parte com a falta de pronunciamento do julgador.
Ressalte-se, ainda, que o juiz não está obrigado a rebater, pormenorizadamente, todas as questões trazidas pela parte, citando os dispositivos legais que esta entende pertinentes para a resolução da controvérsia. A negativa de prestação jurisprudencial configura-se apenas quando o Tribunal deixa de se manifestar sobre ponto que seria indubitavelmente necessário ao deslinde do litígio. Dessa forma, incabível é o recurso especial quanto a esse aspecto, como se infere da orientação desta egrégia Corte:

"ADMINISTRATIVO. LIVRE CONVENCIMENTO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA N. 211/STJ. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DO DECRETO N. 52.275/63 E DA LEI N. 5.617/70. NÃO CONFIGURAÇÃO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E NESSA PARTE NÃO PROVIDO.
(...).
3. Tendo o Tribunal a quo se manifestado acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia, inocorre negativa de prestação jurisdicional.
(...).
5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido." (REsp 657.421/DF, Rel. Min. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Sexta Turma, DJ 9/5/2005)

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INOCORRÊNCIA. QUESTÃO NÃO SUSCITADA. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO EX OFFICIO. PRETENSÃO DE REEXAME.
1. Em se cuidando de questão suscitada somente quando da oposição dos embargos de declaração, não há falar em violação do artigo 535, inciso II, do Código de Processo Civil, máxime porque não está o Tribunal a quo obrigado a se pronunciar sobre questão não apreciável de ofício.
2. "Inexiste omissão suprível através dos embargos declaratórios se se trata de matéria cuja apreciação dependia de provocação da parte, que não ocorreu." (José Carlos Barbosa Moreira, in Comentários ao Código de Processo Civil, volume V, 8ª edição, pág. 539).
3. Os embargos declaratórios não se prestam ao reexame de matéria já decidida à luz dos fundamentos jurídicos invocados, tampouco para forçar o ingresso na instância extraordinária se não houver omissão, contradição ou obscuridade a serem supridas no acórdão, nem fica o juiz obrigado a responder a todas as alegações das partes, quando já encontrou motivo suficiente para fundar a decisão.
4. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 779.074/AM, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 13/3/2006)

No mérito, cinge-se a controvérsia dos autos quanto à possibilidade de se conceder a majoração do auxílio-acidente, advinda da alteração legislativa operada pela Lei nº 9.032/95, ao segurado que tiver o benefício concedido na vigência da redação original da Lei nº 8.213/91.
A Lei nº 8.213/91 determinou, originalmente, que o auxílio-acidente teria um percentual entre 30%, 40% e 60%, atribuído conforme o grau de incapacidade laborativa do beneficiário. Após o advento da Lei nº 9.032/95, esse percentual foi unificado em 50% do salário-de-benefício do segurado, independente do grau de seqüelas deixadas pelo acidente de trabalho.
Essa questão não comporta maiores discussões no âmbito desta Corte Superior. O posicionamento da Terceira Seção firmou-se no sentido de que o aumento do benefício deve ser aplicado imediatamente, atingindo todos os segurados que estiverem na mesma situação, sem exceção, seja referente aos casos pendentes de concessão ou os já concedidos. Isso porque, a questão encerra uma relação jurídica continuativa, sujeita a pedido de revisão quando modificado o estado de fato, passível pois, de atingir efeitos futuros de atos constituídos no passado, sem que isso implique em retroatividade da lei.
A propósito, confiram-se os seguintes precedentes:

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. LIMITES NORMATIVOS. APRECIAÇÃO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. AUXÍLIO-ACIDENTE. MAJORAÇÃO DO PERCENTUAL. BENEFÍCIO CONCEDIDO SOB A ÉGIDE DA LEGISLAÇÃO PRETÉRITA. INCIDÊNCIA DA LEI NOVA MAIS BENÉFICA. APLICAÇÃO IMEDIATA. AGRAVO DESPROVIDO.
I - É vedado a esta Corte, em sede de recurso especial, adentrar ao exame de pretensa violação a dispositivos constitucionais, cuja competência encontra-se adstrita ao âmbito do Supremo Tribunal Federal, conforme prevê o art. 102 da Carta Magna, ao designar o Pretório Excelso como seu guardião. Neste contexto, a pretensão trazida no especial exorbita seus limites normativos, que estão precisamente delineados no art. 105, III da Constituição Federal.
II - Encontrava-se pacificado o entendimento nesta Corte, no sentido de que a lei acidentária, quando mais benéfica, retroagia apenas para alcançar situações pendentes, descabendo a sua aplicação ao benefício já concedido, sob a égide da lei anterior. Todavia, a jurisprudência da Eg. Terceira Seção deste Tribunal evoluiu para uniformizar as situações, ou seja, em se tratando de benefício acidentário, a legislação moderna, mais benéfica ao segurado, tem aplicação imediata. Abrange, inclusive, os casos já concedidos ou pendentes de concessão.
III - A explicação deriva da natureza das normas acidentárias. Por conta do seu caráter protetivo, incidem, de imediato, aos benefícios pendentes, ainda que o sinistro tenha ocorrido na vigência de lei anterior. Esta orientação, entretanto, não traduz retroatividade dos efeitos, antes da edição do diploma. Assim sendo, o percentual de 50%, previsto na Lei 9.032/95, só passa a valer a partir da sua vigência.
IV - Agravo interno desprovido." (AgRg no Ag 813.102/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ 5/2/2007)

"AGRAVO REGIMENTAL. AUXÍLIO-ACIDENTE. MAJORAÇÃO. LEI Nº 9.032/95. MAIS BENÉFICA. INCIDÊNCIA. BENEFÍCIOS EM MANUTENÇÃO.
1. A Terceira Seção desta Corte, ao finalizar o julgamento do EREsp nº 238.816/SC, firmou a compreensão no sentido de que a Lei nº 9.032/95, mais benéfica, deve ser aplicada indistintamente a todos os segurados, alcançando, inclusive, os benefícios em manutenção.
2. Em sede de recurso especial é inviável o exame de afronta a dispositivos constitucionais, de exclusiva competência do Supremo Tribunal Federal pela via do recurso extraordinário, ainda que para fins de prequestionamento.
3. Agravo improvido." (AgRg no REsp 660.556/SP, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ 21/11/2005)

"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AUXÍLIO-SUPLEMENTAR INFORTÚNIO OCORRIDO NA VIGÊNCIA DA LEI 6.367/76. TRANSFORMAÇÃO EM AUXÍLIO-ACIDENTE.
O auxílio-suplementar foi substituído pelo auxílio-acidente, possibilitando o aumento de seu valor, mesmo que o beneficio tenha sido concedido na vigência da lei anterior;
Hipótese de aplicação da lei mais benéfica.
Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 588.301/SP, Rel. Min. PAULO MEDINA, Sexta Turma, DJ 22/3/2004)

Diante deste posicionamento, forçoso é o reconhecimento de que o segurado tem direito à majoração do percentual de auxílio-acidente de 50% (cinqüenta por cento) do salário-de-benefício a partir da vigência da Lei nº 9.032/95, respeitado o prazo prescricional do art. 103, da Lei nº 8.213/91, que atinge as parcelas anteriores ao qüinqüênio que precedeu a propositura da ação.
Diante do exposto, com base no art. 254, inciso I, do RISTJ, **nego provimento** ao presente agravo.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4172)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 860.195 - RS (2007/0016420-2)

RELATORA	:	**MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	CLÓVIS JUAREZ KEMMERICH E OUTRO(S)
AGRAVADO	:	JOÃO LAUER
ADVOGADO	:	NAIR PANIZZON BARONI E OUTRO

EMENTA

PROCESSO CIVIL. EFEITO IMEDIATO DE LEI NOVA. MATÉRIA NÃO VENTILADA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. ART. 103 DA LEI Nº 8.213/91. SUCESSIVAS MODIFICAÇÕES LEGISLATIVAS. APLICAÇÃO DA REGRA VIGENTE NA DATA DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. AGRAVO IMPROVIDO. AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, contra inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manifestado contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que restou assim ementado (fl. 69):

"PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO.
1. Deve ser aplicada, nos salários de contribuição componentes do PBC, a correção monetária integral, incluindo-se o IRSM de fevereiro de 1994 (Lei nº 8.880/94, art. 21 e § 1º).
2. A atualização monetária, a partir de maio de 1996, deve-se dar pelo IGP-DI, de acordo com o art. 10 da Lei nº 9.711/98, combinado com o art. 20, §§5º e 6º, da Lei nº 8.880/94.
3. Os juros de mora devem ser fixados à taxa de 1% ao mês, com base no art. 3º do Decreto-Lei nº 2.322/87, aplicável analogicamente aos benefícios pagos com atraso, tendo em vista o seu caráter eminentemente alimentar. Precedentes do STJ. Ante a ausência de recurso da parte autora, porém, deve ser mantida a taxa de 6% no período determinado pela sentença.
4. Inaplicável, no caso, a taxa SELIC, tendo em vista a existência de legislação específica estipulando tanto os juros como o índice de atualização monetária dos benefícios pagos com atraso pela Previdência Social.
5. Os honorários advocatícios devem ser fixados em 10% sobre o valor da condenação, excluídas as parcelas vincendas, considerando como tais as vencidas após a data da sentença, face ao que dispõe o art. 20, § 3º, do CPC e a Súmula 111 do STJ."

Opostos embargos de declaração (fl. 70); o primeiro, interposto pelo segurado, foi provido para sanar erro material (fl. 76); e o segundo, oferecido pela autarquia ora agravante (fls. 81/86), foi provido parcialmente (fl. 91), conforme ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. DECADÊNCIA. SUCUMBÊNCIA.
Argüida a decadência, deve ser suprida a omissão do acórdão para rejeitar a preliminar de decadência, sem todavia, alterar-lhe o resultado."

Nas razões do especial (fls. 93/100), aponta a autarquia recorrente violação aos arts. 6º da LICC e 103, *caput*, da Lei nº 8.213/91, na redação dada pela Medida Provisória nº 1.663-15/98. Requer, em síntese, a reforma do acórdão recorrido e, por conseguinte, a extinção do processo com julgamento do mérito em virtude da decadência do direito de revisão da RMI.
É o relatório.
No tocante à suposta violação ao art. 6º da LICC, o recurso não comporta trânsito. De fato, verifica-se que a matéria relativa ao supracitado dispositivo legal - efeito imediato de lei nova - não foi ventilada no acórdão recorrido, tratando-se de inovação surgida tão-somente nos embargos declaratórios, carecendo, portanto, do indispensável prequestionamento. Dessa forma, não tendo sido apreciada a controvérsia pelo Tribunal de origem, incide o óbice das Súmulas 282 do STF e 211 do STJ.
A propósito, colacionam-os os seguintes precedentes, no que interessam:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. MANDADO DE SEGURANÇA. VIOLAÇÃO AO ART. 535, I E II, DO CPC. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. LITISCONSÓRCIO PASSIVO. INOVAÇÃO RECURSAL. LIQUIDEZ E CERTEZA DO DIREITO PLEITEADO. AFERIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO.
1. Conforme previsto no art. 535 do CPC, os embargos de declaração têm como objetivo sanear eventual obscuridade, contradição ou omissão existentes na decisão recorrida. Não ocorre omissão no acórdão recorrido quando a Turma Julgadora pronuncia-se de forma clara e precisa sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão, não estando o magistrado obrigado a examinar, uma a uma, todas as alegações aduzidas pela parte.
2. A teor da pacífica e numerosa jurisprudência, para a abertura da via especial, requer-se o prequestionamento, ainda que implícito, da matéria infraconstitucional. A exigência tem como desiderato principal impedir a condução ao Superior Tribunal de Justiça de questões federais não debatidas no Tribunal de origem. Hipótese em que o Tribunal a quo não emitiu nenhum juízo de valor acerca dos arts. 459 e 460 do CPC, restando ausente seu necessário prequestionamento. Incidência das Súmulas 282/STF e 211/STJ.
3. No que concerne especificamente ao art. 47 do CPC, verifica-se que a matéria nele disciplinada em nenhum momento foi argüida pelo recorrente, seja nas razões da apelação, seja em seus embargos declaratórios, tratando-se, assim, de inovação recursal.
(...)
5. Recurso especial conhecido e improvido." (REsp 760.540/MG, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, Quinta Turma, DJ 6/8/2007)

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. JULGAMENTO ULTRA PETITA. MATÉRIA NÃO DECIDIDA PELA CORTE ESTADUAL. INOVAÇÃO DE FUNDAMENTOS EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 211/STJ.
1. A questão relativa ao julgamento ultra petita, trazida apenas quando da oposição dos embargos de declaração, não foi apreciada pelo acórdão recorrido, ressentindo-se, assim, do indispensável prequestionamento, cuja falta inibe o conhecimento da insurgência especial.
2. "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo." (Súmula do STJ, Enunciado nº 211).
3. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 802.993/MG, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 13/8/2007)

Ultrapassada essa questão, passa-se à verificação da possível ocorrência da decadência, nos termos do art. 103 da Lei nº 8.213/91.
O supracitado dispositivo legal, cuja redação original não previa nenhum prazo decadencial, sofreu várias alterações na década passada.
A primeira delas deu-se com a Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei nº 9.528/97, que criou o prazo decadencial de dez anos para que o segurado ou beneficiário postule a revisão do ato de concessão do benefício.
O prazo decadencial foi diminuído para cinco anos pela Lei nº 9.711/98 e novamente aumentado para dez anos pela Lei nº 10.839/2004.
Estas sucessivas modificações não alteraram, contudo, o prazo prescricional, que sempre teve a duração de cinco anos.
Sobre as modificações, em novembro de 2003, a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, na exposição de motivos da MP nº 138/2003, convertida na Lei nº 10.839/2004, reconheceu os prejuízos causados pelas modificações, *in verbis*:

"A inovação mostrou-se necessária à medida que a própria Administração deve seguir prazos para promover a revisão de seus atos, não sendo, portanto, adequado que inexistisse qualquer limitação à revisão de atos provocada pelo interessado. No entanto, houve excesso por parte do legislador, ao unificar os prazos da decadência e da prescrição.
(...)
Há que se registrar, contudo, que as inúmeras modificações ocorridas ao longo dos últimos anos na legislação previdenciária têm exigido grande esforço do Poder Judiciário e dos próprios segurados, no sentido de aquilatar a extensão de seus eventuais direitos. Tal situação tem gerado muitas demandas, as quais, na vigência do atual prazo [anos], tendem a multiplicar - pela simples pressão de que haveria uma decadência do direito de revisão - a formulação de pedidos no exíguo prazo que estaria por findar."

Observa-se que o próprio Poder Executivo admitiu o problema criado com a modificação do prazo decadencial ora analisado, o que levou-o a buscar o restabelecimento do prazo de dez anos.
Diante deste quadro de criação, diminuição e aumento do prazo decadencial para a revisão do ato de concessão de benefício, parte da doutrina entendeu que, por se tratar de matéria de ordem pública, o referido prazo deveria ser observado imediatamente, no momento de sua criação ou de modificação da duração. Este é o entendimento, a título de exemplo, do professor Társis Nametala Sarlo Jorge, em Manual dos Benefícios Previdenciários, Ed. Lumen Iuris, 2006, pp. 124/125, *in verbis*:

"Outro pormenor que se afigura assaz importante no estudo da decadência na seara dos benefícios da Previdência Social está ligado à questão da aplicação das normas decadenciais no tempo, mormente em virtude das alterações no prazo, conforme visto. Tendo em conta o fato de não ter havido na redação originária da Lei 8.213/91 previsão de prazo decadencial, houve quem sustentasse que apara os benefícios concedidos até a data da MP 1.523/97 não estariam sujeitos a tal prazo. Não parece ser o melhor entendimento, no entanto, posto que *as normas legais que tratam de prescrição* [decad\'eancia] *são normas de ordem pública, isto é, regras jurídicas de interesse precípuo da sociedade, as quais extrapolam a mera perspectiva individual, devendo atingir a todos desde já*. E ainda, *que não há que se falar em direito adquirido a prazos prescricionais* [a]. *Ao contrário do direito ao benefício, o prazo legal de prescrição* [de] *é previsão genérica de funcionamento do sistema previdenciário, sendo de pronto aplicável a todos.* Complementa-se com a assertiva de que *nestas hipóteses não prevalece o* tempus regit actum, *pois a norma que traz a prescrição ou mesmo a decadência é de ordem pública, sendo a retroatividade automática, aplicável a todas as situações alcançáveis pela medida, desde que não definitivamente constituídas.*"

Todavia, esta não foi a corrente adotada por esta Corte de Justiça, cuja jurisprudência fixou entendimento no sentido de que a instituição deste lapso temporal não atinge as relações jurídicas constituídas antes da inovação legislativa.
A propósito, colacionam-se os seguintes julgados:

"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ART. 103 DA LEI Nº 8.213/91. MP Nº 1.523/97. LEI DE REGÊNCIA. SÚMULA 359/STF.
I - Quando da concessão do benefício, não existia prazo decadencial do direito à revisão dos benefícios previdenciários, restando assim configurada uma condição jurídica definida conforme a legislação vigente à época das aposentadorias. Precedentes.
II - Se a Lei nº 8.213/91, em seu art. 103, com a redação dada pela Medida Provisória nº 1523-9/97, introduziu tal prazo decadencial, essa restrição superveniente não poderá incidir sob situações já constituídas sob o pálio de legislação anterior. **Súmula 359/STF**.
Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 831.111/PR, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 11/6/2007)

"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. REVISÃO DA RENDA INICIAL. ARTIGO 103 DA LEI Nº 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP Nº 1.523/97, CONVERTIDA NA LEI Nº 9.728/97. APLICAÇÃO ÀS RELAÇÕES JURÍDICAS CONSTITUÍDAS SOB A VIGÊNCIA DA NOVA LEI.
1. O prazo de decadência para revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário, estabelecido pela Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei 9.528/97, que alterou o artigo 103 da Lei nº 8.213/91, somente pode atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência, vez que a norma não é expressamente retroativa e trata de instituto de direito material.
2. Precedentes.
3. Recurso especial não conhecido." (REsp 479.964/RN, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ 10/11/2003)

"PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ARTIGO 103 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP 1.523/97 CONVERTIDA NA LEI 9.528/98 E ALTERADO PELA LEI 9.711/98.
I - Desmerece conhecimento o recurso especial, quanto à alínea "c" do permissivo constitucional, visto que os acórdãos paradigmas se referem aos efeitos da lei processual, enquanto o instituto da decadência se insere no direito material.
II - O prazo decadencial do direito à revisão de ato de concessão de benefício previdenciário, instituído pela MP 1.523/97, convertida na Lei 9.528/98 e alterado pela Lei 9.711/98, não alcança os benefícios concedidos antes de 27.06.97, data da nona edição da MP 1.523/97.
III - Recurso conhecido em parte e, nessa desprovido." (REsp 254.186/PR, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ 27/8/2001)

Dessa forma, a decadência do direito de revisar o ato de concessão do benefício previdenciário somente atinge os segurados cujos benefícios foram concedidos após a lei instituidora do prazo decadencial.
Com esses argumentos, tendo em vista que o benefício da autora da ação foi concedido em 30 de abril de 1996, ou seja, antes da publicação da Lei nº 9.528/97, não existe prazo decadencial para que o segurado peça a revisão da renda mensal inicial do seu benefício. Assim, não prospera a afirmação da autarquia recorrente sobre a decadência do direito de ação do recorrido.
Ante o exposto, com base no art. 254, inciso I, do RISTJ, **nego provimento** ao presente agravo.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4173)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 860.232 - RS (2007/0037949-1)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CLÓVIS JUAREZ KEMMERICH E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IVAN FERREIRA
ADVOGADO	: DAISSON SILVA PORTANOVA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. ART. 103 DA LEI Nº 8.213/91. SUCESSIVAS MODIFICAÇÕES LEGISLATIVAS. APLICAÇÃO DA REGRA VIGENTE NA DATA DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, contra a inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que restou assim ementado (fls. 92/92v.):

"PREVIDENCIÁRIO. DUPLO GRAU OBRIGATÓRIO. REVISÃO DE RMI. SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO. IRSM DE FEVEREIRO/94. APLICABILIDADE DO INPC/IGP-DI. MAIO/96. JUNHO/1997. JUNHO/1999. JUNHO/2000. JUNHO/2001. JUNHO/2002. JUNHO/2003. VERBA HONORÁRIA. IMPOSSIBILIDADE DA REFORMATIO IN PEJUS
1. A nova redação do art. 475, imprimida pela Lei 10.352, publicada em 27.12.2001, determina que o duplo grau obrigatório a que estão sujeitas as sentenças proferidas contra as autarquias federais somente não terá lugar quando se puder, de pronto, apurar que a condenação ou a controvérsia jurídica for de valor inferior a 60 (sessenta) salários mínimos.
2. Acertada a determinação de recálculo da renda mensal inicial, considerando-se o percentual de 39,67% sobre os salários-de-contribuição anteriores a março/1994, integrantes do PBC alusivo aos proventos de inativação dos segurados.
3. É constitucional o índice de 15% para o reajuste dos benefícios previdenciários em maio/96, orientação a ser seguida também em relação aos reajustes de junho/97 (7,76%), junho/98 (4,81%), junho/99 (4,61%), junho/2000 (5,81%), junho/2001 (10,91%), junho/2002 (9,20%) e junho/2003 (19,71%), legitimamente estabelecidos pela MP's 1.415/96, 1.572-1/97, 1.824/99, 2.022/00 e pelos Dec's. 3.826/01, 4.249/02 e 4.709/03, pois espelham a real variação do custo de vida dentro de um determinado período. Precedentes desta Corte (EIAC nº 2002.71.03.000131-7).
4. Em relação aos honorários advocatícios, não se aplica o entendimento iterativo desta Corte no caso, à mingua de recurso da parte autora e, em observância ao princípio da não *reformatio in pejus*."

Opostos embargos de declaração (fls. 95/100), foram eles rejeitados (fl. 104).
Nas razões do especial (fls. 106/113), a autarquia recorrente aponta violação aos arts. 6º da LICC e 103, *caput*, da Lei nº 8.213/91, na redação dada pela Medida Provisória nº 1.663-15/98. Requer, em síntese, a reforma do acórdão recorrido e, por conseguinte, a extinção do processo com julgamento do mérito em virtude da decadência do direito de revisão da RMI.
É o relatório.
Inicialmente, a violação ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil não pode ser apreciada diretamente, mas somente por via transversa, considerando o fato de que o referido dispositivo foi repetido na Constituição Federal de 1988, cuja proteção cabe ao Supremo Tribunal Federal. Assim sendo, no caso em tela, a análise da eficácia imediata da lei no tempo remete à verificação da correta aplicação do art. 103 da Lei nº 8.213/91.
O dispositivo legal da Lei de Planos e Benefícios da Previdência Social, cuja redação original não previa nenhum prazo decadencial, sofreu várias alterações na década passada.
A primeira delas deu-se com a Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei nº 9.528/97, que criou o prazo decadencial de dez anos para que o segurado ou beneficiário postule a revisão do ato de concessão do benefício.
O prazo decadencial foi diminuído para cinco anos pela Lei nº 9.711/98 e novamente aumentado para dez anos pela Lei nº 10.839/2004.
Estas sucessivas modificações não alteraram, contudo, o prazo prescricional, que sempre teve a duração de cinco anos.
Sobre as modificações, em novembro de 2003, a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, na exposição de motivos da MP nº 138/2003, convertida na Lei nº 10.839/2004, reconheceu os prejuízos causados pelas modificações, *in verbis*:

"A inovação mostrou-se necessária à medida que a própria Administração deve seguir prazos para promover a revisão de seus atos, não sendo, portanto, adequado que inexistisse qualquer limitação à revisão de atos provocada pelo interessado. No entanto, houve excesso por parte do legislador, ao unificar os prazos da decadência e da prescrição.
(...)
Há que se registrar, contudo, que as inúmeras modificações ocorridas ao longo dos últimos anos na legislação previdenciária têm exigido grande esforço do Poder Judiciário e dos próprios segurados, no sentido de aquilatar a extensão de seus eventuais direitos. Tal situação tem gerado muitas demandas, as quais, na vigência do atual prazo [anos], tendem a multiplicar - pela simples pressão de que haveria uma decadência do direito de revisão - a formulação de pedidos no exíguo prazo que estaria por findar."

Observa-se que o próprio Poder Executivo admitiu o problema criado com a modificação do prazo decadencial ora analisado, o que levou-o a buscar o restabelecimento do prazo de dez anos.
Diante deste quadro de criação, diminuição e aumento do prazo decadencial para revisão do ato de concessão de benefício, parte da doutrina entendeu que, por se tratar de matéria de ordem pública, o referido prazo deveria ser observado imediatamente, no momento de sua criação ou de modificação da duração. Este é o entendimento, a título de exemplo, do professor Társis Nametala Sarlo Jorge, em Manual dos Benefícios Previdenciários, Ed. Lumen Iuris, 2006, pp. 124/125, *in verbis*:

"Outro pormenor que se afigura assaz importante no estudo da decadência na seara dos benefícios da Previdência Social está ligado à questão da aplicação das normas decadenciais no tempo, mormente em virtude das alterações no prazo, conforme visto. Tendo em conta o fato de não ter havido na redação originária da Lei 8.213/91 previsão de prazo decadencial, houve quem sustentasse que apara os benefícios concedidos até a data da MP 1.523/97 não estariam sujeitos a tal prazo. Não parece ser o melhor entendimento, no entanto, posto que *as normas legais que tratam de prescrição* [decad\'eancia] *são normas de ordem pública, isto é, regras jurídicas de interesse precípuo da sociedade, as quais extrapolam a mera perspectiva individual, devendo atingir a todos desde já.* E ainda, *que não há que se falar em direito adquirido a prazos prescricionais* [a]. *Ao contrário do direito ao benefício, o prazo legal de prescrição* [de] *é previsão genérica de funcionamento do sistema previdenciário, sendo de pronto aplicável a todos.* Complementa-se com a assertiva de que *nestas hipóteses não prevalece o* tempus regit actum, *pois a norma que traz a prescrição ou mesmo a decadência é de ordem pública, sendo a retroatividade automática, aplicável a todas as situações alcançáveis pela medida, desde que não definitivamente constituídas.*"

Todavia, esta não foi a corrente adotada por esta Corte de Justiça, cuja jurisprudência fixou entendimento no sentido de que a instituição deste lapso temporal não atinge as relações jurídicas constituídas antes da inovação legislativa. A propósito, confiram-se os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ART. 103 DA LEI Nº 8.213/91. MP Nº 1.523/97. LEI DE REGÊNCIA. SÚMULA 359/STF.
I - Quando da concessão do benefício, não existia prazo decadencial do direito à revisão dos benefícios previdenciários, restando assim configurada uma condição jurídica definida conforme a legislação vigente à época das aposentadorias. Precedentes.
II - Se a Lei nº 8.213/91, em seu art. 103, com a redação dada pela Medida Provisória nº 1523-9/97, introduziu tal prazo decadencial, essa restrição superveniente não poderá incidir sob situações já constituídas sob o pálio de legislação anterior. **Súmula 359/STF**.
Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 831.111/PR, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 11/6/2007)

"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. REVISÃO DA RENDA INICIAL. ARTIGO 103 DA LEI Nº 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP Nº 1.523/97, CONVERTIDA NA LEI Nº 9.728/97. APLICAÇÃO ÀS RELAÇÕES JURÍDICAS CONSTITUÍDAS SOB A VIGÊNCIA DA NOVA LEI.
1. O prazo de decadência para revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário, estabelecido pela Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei 9.528/97, que alterou o artigo 103 da Lei nº 8.213/91, somente pode atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência, vez que a norma não é expressamente retroativa e trata de instituto de direito material.
2. Precedentes.
3. Recurso especial não conhecido." (REsp 479.964/RN, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ 10/11/2003)

"PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ARTIGO 103 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP 1.523/97 CONVERTIDA NA LEI 9.528/98 E ALTERADO PELA LEI 9.711/98.
I - Desmerece conhecimento o recurso especial, quanto à alínea "c" do permissivo constitucional, visto que os acórdãos paradigmas se referem aos efeitos da lei processual, enquanto o instituto da decadência se insere no direito material.
II - O prazo decadencial do direito à revisão de ato de concessão de benefício previdenciário, instituído pela MP 1.523/97, convertida na Lei 9.528/98 e alterado pela Lei 9.711/98, não alcança os benefícios concedidos antes de 27.06.97, data da nona edição da MP 1.523/97.
III - Recurso conhecido em parte e, nessa desprovido." (REsp 254.186/PR, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ 27/8/2001)

Dessa forma, a decadência do direito de revisar o ato de concessão do benefício previdenciário somente atinge os segurados cujos benefícios foram concedidos após a lei instituidora do prazo decadencial.
Com esses argumentos, tendo em vista que o benefício da autora da ação foi concedido antes da publicação da Lei nº 9.528/97, não existe prazo decadencial para que o segurado peça a revisão da renda mensal inicial do seu benefício. Assim, não prospera a afirmação da autarquia recorrente sobre a decadência do direito de ação do recorrido.
Ante o exposto, com base no art. 254, inciso I, do RISTJ, **nego provimento** ao presente agravo.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4174)

RECURSO ESPECIAL Nº 860.355 - RS (2006/0149634-0)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CLÓVIS JUAREZ KEMMERICH E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ELCINDA PIRES BUGS
ADVOGADO	: DULCE MARIA FAVERO

DECISÃO

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região manteve a sentença de parcial procedência que condenara o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a revisar o valor da renda mensal inicial do benefício da autora; eis a ementa do julgado:

"Previdenciário. Revisão. Salários-de-contribuição. IRSM de fevereiro de 1994 (39,67%). Honorários Advocatícios.
1. Deve ser aplicado o IRSM de fevereiro de 1994, no percentual de 39,67% (art. 21, § 1º, da Lei nº 8.880/94) na correção monetária dos salários-de-contribuição anteriores a março de 1994, para recompor a renda mensal inicial dos benefícios.
2. Os honorários advocatícios, a cargo do INSS, são devidos no patamar de 10% sobre o valor das parcelas vencidas até a data da prolação da sentença, excluídas as parcelas vincendas, a teor das Súmulas 111 do STJ e 76 deste Tribunal.
3. Remessa oficial e apelação do INSS improvidas."

Os embargos de declaração foram rejeitados nos seguintes termos:

"Previdenciário. Embargos de declaração. Inexistência de vícios no julgado.
1. A teor do artigo 535 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando, no acórdão ou sentença, houver obscuridade, contradição ou omissão e, por construção pretoriana integrativa, erro material.
2. *In casu*, não se pode dizer que quaisquer destas hipóteses restaram em evidência, tendo o julgado analisado toda a matéria devolvida.
3. Tratando-se a espécie de revisão do valor dos proventos mensais do amparo previdenciário percebido pela parte autora, a hipótese é de prescrição qüinqüenal e não de decadência, logo, não há o que ser reconhecido de ofício.
4. Embargos de declaração improvidos."

Nas razões do especial, o Instituto alega violação dos arts. 6º da Lei de Introdução e 103 da Lei nº 8.213/91. Afirma que "o art. 103, *caput*, da Lei n. 8.213/91 aplica-se a todos os pedidos de revisão, inclusive de benefícios concedidos ou indeferidos anteriormente, mas para não operar de forma retroativa, o prazo ali estabelecido deve ser contado da sua entrada em vigor".
Malgrado admitido na origem, o especial, ao que cuido, não merece ir adiante.
Com efeito, o Tribunal Regional, ao decidir como decidiu, adotou o entendimento consolidado no Superior Tribunal de que o prazo decadencial do direito à revisão da renda mensal inicial dos benefícios previdenciários somente pode atingir as relações jurídicas constituídas a partir da vigência da Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei nº 9.528/97, que alterou o art. 103 da Lei nº 8.213/91. Noutras palavras, o prazo decadencial instituído pela nova legislação não alcança os benefícios concedidos anteriormente a 27 de junho de 1997. Vejam-se os seguintes precedentes:

"Processual e Previdenciário. Recurso Especial. Dissídio não caracterizado. Revisão de benefício. Prazo decadencial. Artigo 103 da Lei 8.213/91, com a redação da MP 1.523/97 convertida na Lei 9.528/98 e alterado pela Lei 9.711/98.
I - Desmerece conhecimento o recurso especial, quanto à alínea 'c' do permissivo constitucional, visto que os acórdãos paradigmas se referem aos efeitos da lei processual, enquanto o instituto da decadência se insere no campo do direito material.
II - O prazo decadencial do direito à revisão de ato de concessão de benefício previdenciário, instituído pela MP 1.523/97, convertida na Lei 9.528/98 e alterado pela Lei 9.711/98, não alcança os benefícios concedidos antes de 27.06.97, data da nona edição da MP 1.523/97.
III - Recurso conhecido em parte e, nessa desprovido." (REsp-254.186, Ministro Gilson Dipp, DJ de 27.8.01.)

"Recurso Especial. Previdenciário. Benefício. Revisão da renda mensal inicial. Prazo decadencial. Artigo 103 da Lei nº 8.213/91, com a redação da MP nº 1.523/97, convertida na Lei nº 9.728/97. Aplicação às relações jurídicas constituídas sob a vigência da nova lei.
1. O prazo de decadência para revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário, estabelecido pela Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei nº 9.528/97, que alterou o artigo 103 da Lei nº 8.213/91, somente pode atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência, vez que a norma não é expressamente retroativa e trata de instituto de direito material.
2. Precedentes.
3. Recurso especial não conhecido." (REsp-479.964, Ministro Paulo Gallotti, DJ de 10.11.03.)

No mesmo sentido, confiram-se estas decisões monocráticas: Ag-860.634, Ministro Paulo Medina, DJ de 11.4.07; Ag-927.333, Ministro Arnaldo Lima, DJ de 15.8.07; Ag-917.969, Ministro Paulo Gallotti, DJ de 17.8.07; Ag-917.641, Ministro Felix Fischer, DJ de 21.8.07; REsp-954.180, Ministro Hamilton Carvalhido, DJ de 21.8.07.
Verifica-se que, no presente caso, a pensão por morte foi concedida em 11.1.96, ou seja, antes da edição da Lei nº 9.528/97, razão pela qual não se aplica, aqui, o prazo decadencial.
Ante o exposto, com base no art. 557, caput, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4175)

RECURSO ESPECIAL Nº 861.608 - AM (2006/0132083-6)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
RECORRENTE	: ESTADO DO AMAZONAS
PROCURADOR	: CLÁUDIO ROBERTO BARBOSA DE ARAÚJO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LUÍS RIBEIRO DA COSTA
ADVOGADO	: PAULO LOBATO TEIXEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. TETO REMUNERATÓRIO. ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. VALORES ANTERIORES À IMPETRAÇÃO. COBRANÇA. ACÓRDÃO MANTIDO POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.
1. Não ocorre omissão quando o Tribunal de origem decide fundamentadamente todas as questões postas ao seu crivo.
2. Esta Corte firmou compreensão de que o magistrado não está obrigado a se pronunciar sobre todos os pontos abordados pelas partes, máxime quando já tiver decidido a questão sob outros fundamentos.
3. O recorrente não logrou desconstituir os fundamentos adotados pelo aresto hostilizado que, longe de malferir os dispositivos do Código de Processo Civil apontados como violados, deu-lhes correta aplicação.
4. Recurso especial a que se nega seguimento.

Cuida-se de recurso especial, calcado na alínea "a" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Amazonas assim ementado:
"MANDADO DE SEGURANÇA. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. TETO REMUNERATÓRIO ESTABELECIDO POR DECRETO.

SEGURANÇA CONCEDIDA EM PROTEÇÃO AO ATO JURÍDICO PERFEITO. AO DIREITO ADQUIRIDO E À IRREDUTIBILIDADE DOS PROVENTOS DA APOSENTADORIA.
1. A lei só excluiu dos efeitos patrimoniais da segurança o período anterior à impetração, de acordo com a inteligência da Súmula nº 271 do STF.
2. O controle difuso de constitucionalidade das leis é outorgado ao Poder Judiciário em qualquer ação e em qualquer grau de jurisdição, admitido o ***mandamus*** *contra decreto que efetuou redução nos proventos do impetrante.*
3. Não pode o Poder Constituinte Derivado abolir os direitos e garantias individuais, ao teor das disposições do artigo 60, § 4º, ítem IV, da Carta Magna.
4. 'Uma vez que Emenda Constitucional não pode ferir direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada, o artigo 9º da referida PEC não pode, pelo expediente de invocar aplicação do artigo 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ganhar esta força jurídica que lhe é vedada.'
Segurança concedida.' (fls. 176/177)

Opostos declaratórios, restaram rejeitados. (fl. 211)
O recorrente indica, preliminarmente, violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, afirmando que o Tribunal de origem, mesmo instado em sede de embargos declaratórios, foi omisso ao não apreciar questões relevantes ao deslinde da controvérsia.
Aponta, ainda, ofensa aos artigos 3º e 267, VI, do Código de Processo Civil, sustentando que "o impetrante pretendia receber parcelas atrasadas através de seu mandado de segurança, o que demonstra tratar-se de flagrante hipótese de inadequação procedimental, circunstância esta que, em última análise, consubstancia hipótese de ausência de interesse de agir, bem como manifesta afronta ao que dispõem as Súmulas nºs 269 e 271 do STF." (fl. 247)
A irresignação não merece acolhimento.
De início, percebe-se claramente que a pretensão deduzida foi enfrentada e decidida, tendo o Tribunal de origem apreciado as questões postas ao seu crivo em julgado devidamente fundamentado. Daí porque não é aceitável a alegação de violação do artigo 535 do CPC, pois não se demonstrou a existência dos pressupostos que autorizariam a oposição de embargos declaratórios, instrumento processual que não se destina ao exame de matérias já devidamente analisadas.
De outro lado, não há confundir entre decisão contrária ao interesse da parte e falta de prestação jurisdicional.
Confira-se:
"RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. LIQUIDAÇÃO. MODIFICAÇÃO DO CRITÉRIO DE CÁLCULO FIXADO PELA SENTENÇA LIQUIDANDA. VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA.
1. Não há falar em violação do art. 535 do CPC, se o acórdão recorrido, longe de ser omisso, deu aos dispositivos de regência a interpretação que, sob sua ótica, melhor se coaduna com a espécie. O fato de não ser satisfatória ao recorrente não tem o condão de macular o julgado atacado, a ponto de determinar provimento jurisdicional desta Corte, no sentido de volverem os autos à instância de origem para que lá seja suprida a falta inexistente.
2. (...).
3. Recurso especial conhecido."
(REsp nº 252.757/SP, Relator o Ministro ***FERNANDO GONÇALVES****, DJU de 24/2/2003)*

Registre-se, ademais, o entendimento firmado por esta Corte de que o magistrado não está obrigado a se pronunciar sobre todos os pontos abordados pelas partes, máxime quando já tiver decidido a controvérsia sob outros fundamentos.
Veja-se:
"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRESSUPOSTOS DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EXCEPCIONALIDADE DA CONCESSÃO DE EFEITOS INFRINGENTES.
I - Os embargos de declaração são recurso de natureza particular, cujo objetivo é a declaração do verdadeiro sentido de uma decisão eivada de obscuridade, contradição ou omissão (CPC, art. 535).
II - É inviável a concessão do excepcional efeito infringente, quando a oposição dos declaratórios cinge-se a repisar os fundamentos do recurso anterior.
III - A jurisprudência dominante neste Tribunal Superior proclama a inocorrência de violação do art. 535, incs. I e II, do Código de Processo Civil, se o acórdão recorrido, ainda que sucinto, tiver bem delineado as questões a ele submetidas, não se encontrando o magistrado obrigado a responder a todas as alegações das partes, quando já tiver encontrado motivos suficientes para fundar a decisão, nem ater-se aos fundamentos indicados por elas ou a responder um a um todos os seus argumentos.
IV - Embargos rejeitados."
(EDcl no REsp nº 202.056/SP, Relator o Ministro ***CASTRO FILHO****, DJU de 21/10/2001)*

No que diz com a impossibilidade de cobrança de valores anteriores à impetração do **mandamus**, o acórdão recorrido, longe de malferir os dispositivos apontados como violados, deu-lhes correta interpretação, como se vê do seguinte excerto do acórdão da apelação:
"Deixo de acolher essa primeira preliminar, diante da evidência de que o ajuizamento da ação aconteceu ainda no mês de janeiro do ano corrente, constatação que afasta a idéia de efeitos pretéritos, que só ocorreria relativamente a meses anteriores à impetração, a teor do art. 1º da Lei nº 5.021, de 9/6/1966, com a inteligência da Súmula nº 271, como tem decidido o Colendo Supremo Tribunal Federal." (fl. 180)

Ante o exposto, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4176)

RECURSO ESPECIAL Nº 863.011 - MG (2006/0142113-4)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
RECORRENTE	: GERALDO ALVES BORGES E OUTROS
ADVOGADA	: NILMA REGINA SANCHES E OUTRO
RECORRIDO	: REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A - RFFSA - EM LIQUIDAÇÃO
ADVOGADO	: MARCIA RODRIGUES DOS SANTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: UNIÃO
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: SIBELE REGINA LUZ GRECCO E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. FERROVIÁRIOS INATIVOS DA RFFSA. VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 458 E 515 DO CPC. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. REAJUSTE DE 47,68%. EXTENSÃO DOS EFEITOS DE ACORDO HOMOLOGADO NA JUSTIÇA DO TRABALHO. IMPOSSIBILIDADE.
2. 3. 4. 5. 1. A ausência de prequestionamento inviabiliza o conhecimento da questão federal suscitada.
Nos termos do artigo 472 do CPC, é atributo da sentença fazer coisa julgada somente às partes entre as quais é dada, não beneficiando ou prejudicando terceiros. Precedentes da Corte
Não há que se falar em complementação de aposentadoria aos ex-ferroviários que não participaram daqueles acordos trabalhista homologados na Justiça do Trabalho.
Recurso Especial a que se nega provimento.

DECISÃO

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou improcedente ação movida por Geraldo Alves Borges e outros, ao entendimento de que os reajustes concedidos mediante acordo judicial celebrado na Justiça do Trabalho não alcançam os servidores que não participaram desse processo.
Contra essa decisão os servidores interpuseram recurso especial contra a União, Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, em que aduzem violação aos arts. 458 e 515 do CPC; 1º, 2º e 3º da Lei 8.186/91; 5º da Lei 4.345/64 e 472, do CPC, bem como dissídio jurisprudencial.
Sustentam que o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 8.186/91 determina a igualdade permanente e equiparação complementar do benefício com os vencimentos dos servidores da ativa.
Contra-razões aos fls. 345/350 e 351/353, em que pugnam os recorridos pela manutenção do julgado.
Admitido o recurso, vieram conclusos os autos.
É o relatório.
De início, quanto a alegada violação aos artigos 458 e 515, todos do Código de Processo Civil, destaque-se que estes não foram objeto de análise pelo Tribunal de origem, de forma que se revela ausente o necessário prequestionamento, o que inviabiliza sua apreciação por esta Corte Superior.
Frise-se, que para a configuração do prequestionamento, necessário se faz o prévio debate da matéria pelo Tribunal a quo.
Nesse sentido, q.v., *verbi gratia*, RESP 601109/RJ, Ministro Paulo Gallotti, DJ 25.10.2004; RESP 597139/RS, Ministro Hamilton Carvalhido, DJ 28.06.2004 e AgRg no RESP637715/SC, DJ 23.08.2004, assim ementado:
"PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CONDENATÓRIA. VALOR INFERIOR A 60 SALÁRIOS MÍNIMOS. REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. - omissis. - omissis. - Não se conhece do recurso especial no que diz respeito à matéria que não foi especificamente enfrentada pelo e. Tribunal a quo, dada a ausência de prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF). - Agravo regimental não provido."
Cumpre consignar que não se está exigindo a menção expressa aos dispositivos tidos por violados, mas que a tese jurídica tenha sido debatida pelo Tribunal de origem.
No que se refere ao dissídio jurisprudencial e alegada violação à Lei nº 8.186/91, verifica-se que o cerne da questão trazida no recurso, está em definir o direito ou não dos recorrente à percepção, em seus proventos de aposentadoria, do índice de 47,68%, concedido no passado aos ferroviários empregados da Rede Ferroviária Nacional - RFFSA, por força de acordo firmado entre esta e os integrantes de ações trabalhistas, homologados na Justiça do Trabalho.
Ao que se percebe dos autos, o reajuste de 47,68% ora pleiteado pelos recorrentes, a título de isonomia, foi concedido aos ferroviários da ativa, em caráter individualizado, mediante acordo judicial trabalhista.
Com efeito, os termos do acordo homologado na Justiça do Trabalho, a respeito do qual os recorrentes pretendem que lhes sejam estendidos seus resultados, não poderá abranger quem não era parte naquelas reclamações, uma vez que, o Superior Tribunal de Justiça já consolidou o entendimento de que, nos termos do art. 472 do Código de Processo Civil, os efeitos das decisões judiciais somente atingem as partes que integram a respectiva relação jurídica, não podendo ser estendidos a terceiros.
Prescreve a primeira parte do artigo 472 do CPC.
"A sentença faz coisa julgada entre às partes entre as quais é dada, não beneficiando nem prejudicando terceiros (...)"
Nesse sentido, o seguinte precedente, q.v., *verbi gratia*:
"Processual Civil e Administrativo. Temas não ventilados na instância a quo. Exame. Inadmissibilidade. Ausência de prequestionamento. Incidência da Súmula 211/STJ. Ex-ferroviário da RFFSA. Reajuste de 47,68%. Isonomia com servidores beneficiados com decisão judicial. Coisa julgada. Limites. Decisão monocrática. possibilidade do Relator negar seguimento ao recurso com base no art. 557, do CPC. Agravo interno desprovido.
I - Não há que se falar em prequestionamento quando a matéria objeto da discussão na instância a quo tratou de tema diverso do constante no recurso especial. Os embargos de declaração opostos foram acolhidos somente para efeito de prequestionamento, sem, contudo, ter efetivamente discutido os pontos tidos como omissos. Aplica-se à espécie o entendimento desta Corte, consolidado no enunciado da Súmula 211.
II - Conforme o comando normativo estatuído no art. 472 do Código de Processo Civil 'a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros.'
III - In casu, o reajuste pleiteado foi resultado de acordos judiciais, que pressupõem concessões mútuas entre as partes em litígio, relevando eventuais benefícios e prejuízos a serem suportados. Ademais, não tendo sido as ações originárias ajuizadas em favor da categoria e, sim, em caráter individualizado, não se pode, portanto, extrapolar os limites subjetivos da coisa julgada sob o fundamento de isonomia, uma vez que a igualdade deve ser reconhecida frente à lei e não frente a decisões judiciais.
IV - Nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, o relator poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com jurisprudência dominante no respectivo tribunal.
V - Agravo interno desprovido." (AgRg no REsp-796.826, Ministro Gilson Dipp, DJ de 30.10.06.)
Destarte, os recorrentes não demonstraram nos autos que à época da edição da Lei nº 8.1986/91 tinham direito ao reajuste a que pleiteiam, tendo em vista que não participaram do acordo celebrado entre os ferroviários/reclamantes e a RFFSA nos processos ajuizados perante a Justiça do Trabalho, não cabendo, assim, falar em ofensa à isonomia de vencimentos entre ativos e inativos, no que diz respeito à aposentadoria complementada, prevista na citada Lei.
Assim, é de se manter o acórdão recorrido na íntegra, em face da ausência de prequestionamento dos arts. 458 e 515 do Código de Processo Civil. Com relação à suscitada afronta aos arts. 1º, 2º e 3º da Lei 8.186/91, o recurso não merece ser provido, pois os efeitos das decisões judiciais somente atingem as partes que integram a respectiva relação jurídica, não podendo ser estendidos a terceiros.
Posto isso, com fundamento no artigo 557, § 1º A, do Código de Processo Civil, NEGO PROVIMENTO ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4177)

RECURSO ESPECIAL Nº 864.039 - SP (2006/0142965-8)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
RECORRENTE	: HIVA DONIZETE CHAVES DE ARRUDA
ADVOGADO	: LEANDRA YUKI KORIM E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: ELIANE MENDONÇA CRIVELINI

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO VIA FAC-SÍMILE. ORIGINAL. ART. 4º DA LEI Nº 9.800/99. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE.
Interposto o recurso especial via fac-símile, fica a cargo do recorrente a responsabilidade pela qualidade e fidelidade do material transmitido.
Recurso especial a que se nega seguimento.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por HIVA DONIZETE CHAVES DE ARRUDA, com fulcro nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Cingem-se os autos à hipótese de ação ordinária previdenciária proposta pela recorrente em desfavor do INSS na qual pleiteia aposentadoria por tempo de serviço.
O recurso especial foi interposto via fac-símile, conforme fls. 99/111. Já original foi juntado aos fls. 115/131.
Não foram apresentadas contra-razões, conforme certidão aos fls. 134.
Parecer do Ministério Público Federal, aos fls. 143/148, pelo não conhecimento do recurso.
É o relatório.
In casu, o recurso especial foi interposto pela recorrente via fac-símile, diante da faculdade prevista na Lei nº 9.800/99, vindo o original a ser protocolizado no qüinqüídio legal.
Sobre o tema, destaco que a Lei nº 9.800/99, ao permitir às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais, disciplina o seguinte.

Em seu artigo 2º, trata do prazo para a entrega dos originais:
Art. 2º A utilização de sistema de transmissão de dados e imagens não prejudica o cumprimento dos prazos, devendo os originais ser entregues em juízo, necessariamente, até cinco dias da data de seu término.
Parágrafo único. Nos atos não sujeitos a prazo, os originais deverão ser entregues, necessariamente, até cinco dias da data da recepção do material.
Já o *caput* do artigo 4º veicula a necessidade do recorrente ater-se à sua responsabilidade pela qualidade e fidelidade do material transmitido, nos seguintes termos:
Art. 4º Quem fizer uso de sistema de transmissão torna-se responsável pela qualidade e fidelidade do material transmitido, e por sua entrega ao órgão judiciário.
Compulsando os autos, verifica-se que a via do especial recebida por meio de fac-símile e protocolizada na Corte de origem não guarda fidelidade com a original interposta.
Diante disso, tenho que a recorrente não cumpriu a exigência legal prevista no art. 4º, *caput*, da nº Lei 9.800/99, que impõe fidelidade entre o material transmitido e o original.
Nesse sentido, q.v., *verbi gratia*:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL DE DECISÃO DE RELATOR. INTERPOSTO VIA FAC-SÍMILE. PETIÇÃO INCOMPLETA. FALTA DE IDENTIDADE COM A ORIGINAL. LEI N. 9.800/99. ART. 4º. INTERPOSIÇÃO SUCESSIVA DE AGRAVOS REGIMENTAIS. PRECLUSÃO CONSUMATIVA EM RELAÇÃO AO SEGUNDO. PRINCÍPIO DA UNICIDADE OU SINGULARIDADE DOS RECURSOS INOBSERVADO. NÃO CONHECIMENTO. I. Não se conhece do recurso quando a petição enviada por "fac-simile" não guarda perfeita identidade com aquela protocolizada a título de original, art. 4º da Lei 9.800/99. II. omissis III. Agravos regimentais não conhecidos." (AgRg no Ag 690.317/RJ, Quarta Turma, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJ de 17.10.2005)
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. TRANSMISSÃO VIA FAX INCOMPLETA. LEI 9.800/99. RESPONSABILIDADE DO RECORRENTE PELA FIDELIDADE DO MATERIAL TRANSMITIDO. NÃO CONHECIMENTO. O art. 4º, parágrafo único, da Lei n.º 9.800/99 estabelece que quem se utilizar do sistema de transmissão via fac-símile torna-se responsável pela qualidade e fidelidade do material transmitido, devendo existir perfeita concordância entre a cópia remetida via fax e o original entregue em juízo. Precedentes. Agravo regimental não conhecido" (AgRg no Ag 699.946/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Felix Fischer, DJ de 14.11.2005)
"*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. INTERPOSIÇÃO VIA FAC-SÍMILE. LEI N.º 9.800/99. AUSÊNCIA DE CONCORDÂNCIA ENTRE A CÓPIA E O ORIGINAL REMETIDO.*
1. Cumpre à parte, quando da transmissão de recurso por meio de fac-símile, zelar pela qualidade e fidelidade do documento transmitido, certificando-se sobre o sucesso de seu envio.
2. A teor do disposto do parágrafo único da legislação processual referida, o recurso interposto mediante fax deve guardar perfeita semelhança com o original que será protocolizado.
3. Agravo regimental não conhecido." (AgRg no Ag 529.447/RJ, Relatora Ministra LAURITA VAZ, DJ 13.10.2003.)
Destarte, ante a falta de fidelidade entre o fac-símile e o original, revela-se inviável o conhecimento do recurso.
Posto isso, nos termos do artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4178)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 864.138 - PR (2007/0022789-6)

RELATORA	**:**	**MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	JESUS PEREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	:	GENOVEFA ANGELINA RANGHETTI
ADVOGADO	:	MARLON JOSÉ DE OLIVEIRA

EMENTA

PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. ART. 103 DA LEI Nº 8.213/91. SUCESSIVAS MODIFICAÇÕES LEGISLATIVAS. APLICAÇÃO DA REGRA VIGENTE NA DATA DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, contra a inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que restou assim ementado (fl. 16):

"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. NÃO CONHECIMENTO DO PONTO RECURSAL QUE ESTÁ NA MESMA LINHA DO JULGADO. PENSÃO POR MORTE. MAJORAÇÃO DA QUOTA FAMILIAR EM DECORRÊNCIA DE ALTERAÇÃO LEGISLATIVA POSTERIOR À CONCESSÃO. ART. 75 DA LEI Nº 8.213/91 COM REDAÇÃO DA LEI Nº 9.032/95. EFEITO IMEDIATO DA NOVA LEI. FONTE DE CUSTEIO. JUROS DE MORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
1. Não se conhece da parte do apelo que está na mesma linha do julgado. 2. Devida a revisão dos benefícios de pensão por morte na forma do art. 75 da Lei nº 8.213/91, com redação dada pela Lei nº 9.032/95, mesmo que concedidos anteriormente a esta última. 3. Não se trata de retroatividade da lei mas, sim, de sua aplicação a todos os benefícios em questão a contar da sua vigência. Precedentes do STJ. 4. Inexiste no caso ofensa ao art. 195, §5º da CF/88, pois o objetivo da ação não é a majoração de benefício, apenas reajuste que está sendo reconhecido pelo Judiciário, ou seja, não está em discussão eventual ausência de fonte de custeio para fazer frente à nova redação do art. 75 da Lei nº 8.213/91, dada pela Lei nº 9.032/95. 5. Juros de mora de 1% ao mês, consoante orientação da jurisprudência dominante do STJ acolhida pelo atual Código Civil Brasileiro (art. 406 c/c art. 161, §1º, do Código Tributário Nacional). 6. Nas ações previdenciárias, os honorários advocatícios devem ser fixados no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas devidas até a sentença.

Opostos embargos de declaração (fls. 19/25), foram eles rejeitados (fl. 32).
Nas razões do especial (fls. 36/42), a autarquia recorrente aponta violação aos arts. 295, inciso IV, 535, inciso II, do CPC, 6º da LICC, 103, *caput*, da Lei nº 8.213/91, na redação dada pela Medida Provisória nº 1.663-15/98, e 210 do Código Civil. Requer, em síntese, a extinção do processo com julgamento de mérito em virtude da decadência do direito de revisão da RMI.
É o relatório.
No tocante à alegada violação ao art. 535, inciso II, do Código de Processo Civil, esta não merece acolhida, uma vez que o acórdão recorrido utilizou fundamentação suficiente para solucionar a controvérsia, sem incorrer em omissão, obscuridade ou contradição. Assim, não há confundir decisão contrária ao interesse da parte com a falta de pronunciamento do julgador.
A propósito, confira-se excerto do voto condutor do acórdão dos embargos (fl. 27):

"Em que pese a possibilidade de a decadência ser declarada de ofício, não está o julgador obrigado a reconhecê-la, quando não houve sua argüição em nenhuma fase do processo. Não fosse esse o procedimento, estaria o julgador obrigado a analisar a decadência em todos os feitos, seja de concessão, seja de revisão de benefício, embora ausente qualquer dúvida quanto a sua não incidência e ante a falta de alegação das partes. Destarte, não cabe nestes autos a apreciação de decadência, se esta questão não é controvertida nos autos.
Na hipótese em tela, vejo que o INSS não alegou decadência em nenhum momento processual, logo, não foi omisso o acórdão embargado."

Quanto à violação ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil não pode ser apreciada diretamente, mas somente por via transversa, considerando o fato de que o referido dispositivo foi repetido na Constituição Federal de 1988, cuja proteção cabe ao Supremo Tribunal Federal. Assim sendo, no caso em tela, a análise da eficácia imediata da lei no tempo remete à verificação da correta aplicação do art. 103 da Lei nº 8.213/91.
O dispositivo legal da Lei de Planos e Benefícios da Previdência Social, cuja redação original não previa nenhum prazo decadencial, sofreu várias alterações na década passada.
A primeira delas deu-se com a Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei nº 9.528/97, que criou o prazo decadencial de dez anos para que o segurado ou beneficiário postule a revisão do ato de concessão do benefício.
O prazo decadencial foi diminuído para cinco anos pela Lei nº 9.711/98 e novamente aumentado para dez anos pela Lei nº 10.839/2004.
Estas sucessivas modificações não alteraram, contudo, o prazo prescricional, que sempre teve a duração de cinco anos.
Sobre as modificações, em novembro de 2003, a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, na exposição de motivos da MP nº 138/2003, convertida na Lei nº 10.839/2004, reconheceu os prejuízos causados pelas modificações, *in verbis*:

"A inovação mostrou-se necessária à medida que a própria Administração deve seguir prazos para promover a revisão de seus atos, não sendo, portanto, adequado que inexistisse qualquer limitação à revisão de atos provocada pelo interessado. No entanto, houve excesso por parte do legislador, ao unificar os prazos da decadência e da prescrição.
(...)
Há que se registrar, contudo, que as inúmeras modificações ocorridas ao longo dos últimos anos na legislação previdenciária têm exigido grande esforço do Poder Judiciário e dos próprios segurados, no sentido de aquilatar a extensão de seus eventuais direitos. Tal situação tem gerado muitas demandas, as quais, na vigência do atual prazo [anos], tendem a multiplicar - pela simples pressão de que haveria uma decadência do direito de revisão - a formulação de pedidos no exíguo prazo que estaria por findar."

Observa-se que o próprio Poder Executivo admitiu o problema criado com a modificação do prazo decadencial ora analisado, o que levou-o a buscar o restabelecimento do prazo de dez anos.
Diante deste quadro de criação, diminuição e aumento do prazo decadencial para revisão do ato de concessão de benefício, parte da doutrina entendeu que, por se tratar de matéria de ordem pública, o referido prazo deveria ser observado imediatamente, no momento de sua criação ou de modificação da duração. Este é o entendimento, a título de exemplo, do professor Társis Nametala Sarlo Jorge, em Manual dos Benefícios Previdenciários, Ed. Lumen Iuris, 2006, pp. 124/125, *in verbis*:

"Outro pormenor que se afigura assaz importante no estudo da decadência na seara dos benefícios da Previdência Social está ligado à questão da aplicação das normas decadenciais no tempo, mormente em virtude das alterações no prazo, conforme visto. Tendo em conta o fato de não ter havido na redação originária da Lei 8.213/91 previsão de prazo decadencial, houve quem sustentasse que apara os benefícios concedidos até a data da MP 1.523/97 não estariam sujeitos a tal prazo. Não parece ser o melhor entendimento, no entanto, posto que *as normas legais que tratam de prescrição* [decad\'eancia] *são normas de ordem pública, isto é, regras jurídicas de interesse precípuo da sociedade, as quais extrapolam a mera perspectiva individual, devendo atingir a todos desde já.* E ainda, *que não há que se falar em direito adquirido a prazos prescricionais* [a]. *Ao contrário do direito ao benefício, o prazo legal de prescrição* [de] *é previsão genérica de funcionamento do sistema previdenciário, sendo de pronto aplicável a todos.* Complementa-se com a assertiva de que *nestas hipóteses não prevalece o* tempus regit actum, *pois a norma que traz a prescrição ou mesmo a decadência é de ordem pública, sendo a retroatividade automática, aplicável a todas as situações alcançáveis pela medida, desde que não definitivamente constituídas.*"

Todavia, esta não foi a corrente adotada por esta Corte de Justiça, cuja jurisprudência fixou entendimento no sentido de que a instituição deste lapso temporal não atinge as relações jurídicas constituídas antes da inovação legislativa. A propósito, confiram-se os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ART. 103 DA LEI Nº 8.213/91. MP Nº 1.523/97. LEI DE REGÊNCIA. SÚMULA 359/STF.
I - Quando da concessão do benefício, não existia prazo decadencial do direito à revisão dos benefícios previdenciários, restando assim configurada uma condição jurídica definida conforme a legislação vigente à época das aposentadorias. Precedentes.
II - Se a Lei nº 8.213/91, em seu art. 103, com a redação dada pela Medida Provisória nº 1523-9/97, introduziu tal prazo decadencial, essa restrição superveniente não poderá incidir sob situações já constituídas sob o pálio de legislação anterior. **Súmula 359/STF**.
Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 831.111/PR, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 11/6/2007)

"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. REVISÃO DA RENDA INICIAL. ARTIGO 103 DA LEI Nº 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP Nº 1.523/97, CONVERTIDA NA LEI Nº 9.728/97. APLICAÇÃO ÀS RELAÇÕES JURÍDICAS CONSTITUÍDAS SOB A VIGÊNCIA DA NOVA LEI.
1. O prazo de decadência para revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário, estabelecido pela Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei 9.528/97, que alterou o artigo 103 da Lei nº 8.213/91, somente pode atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência, vez que a norma não é expressamente retroativa e trata de instituto de direito material.
2. Precedentes.
3. Recurso especial não conhecido." (REsp 479.964/RN, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ 10/11/2003)

"PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ARTIGO 103 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP 1.523/97 CONVERTIDA NA LEI 9.528/98 E ALTERADO PELA LEI 9.711/98.
I - Desmerece conhecimento o recurso especial, quanto à alínea "c" do permissivo constitucional, visto que os acórdãos paradigmas se referem aos efeitos da lei processual, enquanto o instituto da decadência se insere no direito material.
II - O prazo decadencial do direito à revisão de ato de concessão de benefício previdenciário, instituído pela MP 1.523/97, convertida na Lei 9.528/98 e alterado pela Lei 9.711/98, não alcança os benefícios concedidos antes de 27.06.97, data da nona edição da MP 1.523/97.
III - Recurso conhecido em parte e, nessa desprovido." (REsp 254.186/PR, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ 27/8/2001)

"PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIO. ART. 103, DA LEI 8.213/91.
- O prazo de decadência instituído pelo art. 103, da Lei nº 8.213/91, com redação dada pela Medida Provisória nº 1.523/97, não se aplica aos pedidos de revisão de benefícios. ajuizados antes de sua vigência, pois o novo regramento não tem aplicação retroativa.
- Recurso especial não conhecido." (REsp 254.969/RS, Rel. Min. VICENTE LEAL, Sexta Turma, DJ 11/9/2000)

Dessa forma, a decadência do direito de revisar o ato de concessão do benefício previdenciário somente atinge os segurados cujos benefícios foram concedidos após a lei instituidora do prazo decadencial.
Com esses argumentos, tendo em vista que o benefício da autora da ação foi concedido em 15 de agosto de 1985, ou seja, antes da publicação da Lei nº 9.528/97, não existe prazo decadencial para que o segurado peça a revisão da renda mensal inicial do seu benefício. Assim, não prospera a afirmação da autarquia recorrente sobre a decadência do direito de ação do recorrido.
Em relação à ofensa aos arts. 210 do Código Civil e 295, inciso IV, do Código de Processo Civil, desnecessária qualquer ponderação, haja vista o fato da decadência não ter fulminado o direito da autora da ação, conforme acima demonstrado.
Ante o exposto, com base no art. 254, inciso I, do RISTJ, **nego provimento** ao presente agravo.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4179)

RECURSO ESPECIAL Nº 864.682 - MG (2006/0145674-4)

RELATOR	**:**	**MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
RECORRENTE	:	NAPOLEÃO ESTEVES E OUTROS
ADVOGADA	:	NILMA REGINA SANCHES
RECORRIDO	:	UNIÃO
RECORRIDO	:	REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A - RFFSA - EM LIQUIDAÇÃO
ADVOGADO	:	MARCIA RODRIGUES DOS SANTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	PAULO VIRGILIO DE BORBA PORTELA E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. FERROVIÁRIOS INATIVOS DA RFFSA. VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 458 E 515 DO CPC. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. REAJUSTE DE 47,68%. EXTENSÃO DOS EFEITOS DE ACORDO HOMOLOGADO NA JUSTIÇA DO TRABALHO. IMPOSSIBILIDADE.

2. 3. 4. 1. A ausência de prequestionamento inviabiliza o conhecimento da questão federal suscitada.

Nos termos do artigo 472 do CPC, é atributo da sentença fazer coisa julgada somente às partes entre as quais é dada, não beneficiando ou prejudicando terceiros. Precedentes da Corte

Não há que se falar em complementação de aposentadoria aos ex-ferroviários que não participaram daqueles acordos trabalhistas homologados na Justiça do Trabalho.

Recurso Especial a que se nega provimento.

DECISÃO

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou improcedente ação movida por Napoleão Esteves e outros, ao entendimento de que os reajustes concedidos mediante acordo judicial celebrado na Justiça do Trabalho não alcançam os servidores que não participaram desse processo.

Contra essa decisão os servidores interpuseram recurso especial contra a União, Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, em que aduzem violação aos arts. 458, 472 e 515 do CPC; 1º, 2º e 3º da Lei 8.186/91; 5º da Lei 4.345/64 e 472, do CPC, bem como dissídio jurisprudencial.

Sustentam que o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 8.186/91 determina a igualdade permanente e equiparação complementar do benefício com os vencimentos dos servidores da ativa.

Contra-razões aos fls. 290/304 e 314/320, em que pugnam os recorridos pela manutenção do julgado.

Admitido o recurso, vieram conclusos os autos.

É o relatório.

De início, quanto a alegada violação aos artigos 458 e 515, todos do Código de Processo Civil, destaque-se que estes não foram objeto de análise pelo Tribunal de origem, de forma que se revela ausente o necessário prequestionamento, o que inviabiliza sua apreciação por esta Corte Superior.

Frise-se, que para a configuração do prequestionamento, necessário se faz o prévio debate da matéria pelo Tribunal *a quo*.

Nesse sentido, q.v., *verbi gratia*, RESP 601109/RJ, Ministro Paulo Gallotti, DJ 25.10.2004; RESP 597139/RS, Ministro Hamilton Carvalhido, DJ 28.06.2004 e AgRg no RESP637715/SC, DJ 23.08.2004, assim ementado:

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CONDENATÓRIA. VALOR INFERIOR A 60 SALÁRIOS MÍNIMOS. REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. - omissis. - omissis. - Não se conhece do recurso especial no que diz respeito à matéria que não foi especificamente enfrentada pelo e. Tribunal a quo, dada a ausência de prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF). - Agravo regimental não provido."

Cumpre consignar que não se está exigindo a menção expressa aos dispositivos tidos por violados, mas que a tese jurídica tenha sido debatida pelo Tribunal de origem.

No que se refere ao dissídio jurisprudencial e alegada violação à Lei nº 8.186/91, verifica-se que o cerne da questão trazida no recurso, está em definir o direito ou não dos recorrente à percepção, em seus proventos de aposentadoria, do índice de 47,68%, concedido no passado aos ferroviários empregados da Rede Ferroviária Nacional - RFFSA, por força de acordo firmado entre esta e os integrantes de ações trabalhistas, homologados na Justiça do Trabalho.

Ao que se percebe dos autos, o reajuste de 47,68% ora pleiteado pelos recorrentes, a título de isonomia, foi concedido aos ferroviários da ativa, em caráter individualizado, mediante acordo judicial trabalhista.

Com efeito, os termos do acordo homologado na Justiça do Trabalho, a respeito do qual os recorrentes pretendem que lhes sejam estendidos seus resultados, não poderá abranger quem não era parte naquelas reclamações, uma vez que, o Superior Tribunal de Justiça já consolidou o entendimento de que, nos termos do art. 472 do Código de Processo Civil, os efeitos das decisões judiciais somente atingem as partes que integram a respectiva relação jurídica, não podendo ser estendidos a terceiros.

Prescreve a primeira parte do artigo 472 do CPC.

"A sentença faz coisa julgada entre às partes entre as quais é dada, não beneficiando nem prejudicando terceiros (...)

Nesse sentido, o seguinte precedente, q.v., *verbi gratia*:

"Processual Civil e Administrativo. Temas não ventilados na instância a quo. Exame. Inadmissibilidade. Ausência de prequestionamento. Incidência da Súmula 211/STJ. Ex-ferroviário da RFFSA. Reajuste de 47,68%. Isonomia com servidores beneficiados com decisão judicial. Coisa julgada. Limites. Decisão monocrática. possibilidade do Relator negar seguimento ao recurso com base no art. 557, do CPC. Agravo interno desprovido.

I - Não há que se falar em prequestionamento quando a matéria objeto da discussão na instância a quo tratou de tema diverso do constante no recurso especial. Os embargos de declaração opostos foram acolhidos somente para efeito de prequestionamento, sem, contudo, ter efetivamente discutido os pontos tidos como omissos. Aplica-se à espécie o entendimento desta Corte, consolidado no enunciado da Súmula 211.

II - Conforme o comando normativo estatuído no art. 472 do Código de Processo Civil 'a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros.'

III - In casu, o reajuste pleiteado foi resultado de acordos judiciais, que pressupõem concessões mútuas entre as partes em litígio, relevando eventuais benefícios e prejuízos a serem suportados. Ademais, não tendo sido as ações originárias ajuizadas em favor da categoria e, sim, em caráter individualizado, não se pode, portanto, extrapolar os limites subjetivos da coisa julgada sob o fundamento de isonomia, uma vez que a igualdade deve ser reconhecida frente à lei e não frente a decisões judiciais.

IV - Nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, o relator poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com jurisprudência dominante no respectivo tribunal.

V - Agravo interno desprovido." (AgRg no REsp-796.826, Ministro Gilson Dipp, DJ de 30.10.06.)

Destarte, os recorrentes não demonstraram nos autos que à época da edição da Lei nº 8.1986/91 tinham direito ao reajuste a que pleiteiam, tendo em vista que não participaram do acordo celebrado entre os ferroviários/reclamantes e a RFFSA nos processos ajuizados perante a Justiça do Trabalho, não cabendo, assim, falar em ofensa à isonomia de vencimentos entra ativos e inativos, no que diz respeito à aposentadoria complementada, prevista na citada Lei.

Assim, deve ser mantido o acórdão recorrido na íntegra, ante a ausência de prequestionamento dos arts. 458 e 515 do Código de Processo Civil. Com relação à suscitada afronta aos arts. 1º, 2º e 3º da Lei 8.186/91, o recurso não merece ser provido, pois os efeitos das decisões judiciais somente atingem as partes que integram a respectiva relação jurídica, não podendo ser estendidos a terceiros.

Posto isso, com fundamento no artigo 557, § 1º A, do Código de Processo Civil, NEGO PROVIMENTO ao recurso especial.

Intime-se. Publique-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4180)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 866.372 - RJ (2007/0028352-1)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: JOSÉ MARIA BELO DE SOUZA E OUTRO
ADVOGADO	: ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: HENRIQUE JUNQUEIRA AYRES E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 34 DA LEI Nº 6.435/77 E 2º DA LEI Nº 8.213/91. MATÉRIA NÃO VENTILADA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.

DECISÃO

2. 3. 4. 1. Trata-se de agravo de instrumento, interposto por JOSÉ MARIA BELO DE SOUZA E OUTRO, de decisão que não admitiu o recurso especial, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, manifestado contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que restou assim ementado (fl. 59):

"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO. ART. 557, § 1º, DO CPC. PREVI-BANERJ. ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM.

- A PREVI-BANERJ não detém legitimidade para figurar no pólo ativo, lateralmente ao segurado da Previdência Social, nas ações revisionais de benefício previdenciário, vez que não mantém aquela vínculo com esta. Precedentes do E. STJ.

PREVIDENCIÁRIO. RECÁLCULO. RENDA MENSAL INICIAL. APOSENTADORIA PROPORCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. APLICAÇÃO DO ART. 29, § 2º, C/C ART. 53, DA LEI 8.213/91.

- A decisão objurgada esclarece que é remansosa a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o art. 29, § 2º, da Lei n.º 8.213, de 24.07.1991, veicula norma lícita ao preconizar que "o valor do salário-de-benefício não será inferior ao de um salário mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição na data de início do benefício."

- Por falta de amparo legal, incabível a aplicação de "regra de três simples" para apuração do coeficiente de cálculo da renda mensal inicial da aposentadoria proporcional.

- O percentual a ser aplicado no cálculo da aposentadoria proporcional encontra-se devidamente preconizado no art. 53, I e II, da Lei n.º 8.213/91, não havendo qualquer afronta aos arts. 201 e 202 da Constituição Federal, no texto original."

Nas razões do especial, alegam os recorrentes violação aos arts. 34 da Lei nº 6.435/77 e 2º da Lei nº 8.213/91, por entenderem que não o há teto máximo imposto pelo recorrido. Requerem a correção do valor do benefício, garantindo o ressarcimento dos valores pagos a mais pela entidade de natureza provada.

É o relatório.

A irresignação não prospera.

Com efeito, acerca da matéria em debate, referente à legitimidade de cláusula de instrumento de mandato que transfere o resultado de ação revisional de benefício previdenciário para entidade de previdência privada, no caso a Caixa de Previdência dos Funcionários do Sistema BANERJ - PREVI BANERJ, a Terceira Seção desta Corte, no julgamento do EREsp. 429.581/RJ, rel. Min. Laurita Vaz, DJ de 30/6/2003, fixou a seguinte orientação:

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. REVISIONAL DE BENEFÍCIOS. PREVI-BANERJ. ILEGITIMIDADE ATIVA. CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS. CESSÃO. IMPOSSIBILIDADE. SEGURADO. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS ACOLHIDOS.

1. É nula a cláusula do mandato judicial outorgado pelo beneficiário à PREVI-BANERJ, segundo a qual o produto da ação revisional de benefícios, caso seja julgada procedente, reverterá à entidade de previdência privada, porquanto tem como objeto créditos previdenciários, cuja cessão é expressamente vedada pelo art. 114 da Lei n.º 8.213/91.

2. Tão-somente o segurado tem legitimidade para buscar o pagamento das diferenças resultantes de erro de cálculo da renda mensal inicial, ainda que tenham sido supridas pela entidade de previdência privada, uma vez que esta não possui vínculo jurídico com a autarquia previdenciária.

3. O segurado, malgrado conste no pólo ativo da ação, não está devidamente representado, porquanto, embora tenha outorgado mandato judicial à PREVI-BANERJ, esta não lhe constituiu advogado.

4. Embargos de divergência acolhidos."

Assim sendo, verifica-se que a Corte de origem decidiu em harmonia com a jurisprudência pacífica desta Casa sobre a matéria em debate, revelando-se perfeitamente aplicável ao caso o disposto na Súmula 83/STJ. Não merece, pois, qualquer censura a decisão que não admitiu o recurso especial, que deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos.

Ante o exposto, com base no 254, inciso I, do RISTJ, **nego provimento** ao presente agravo de instrumento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4181)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 866.837 - RJ (2007/0028358-2)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: RONILCY SOARES TELLES E OUTRO
ADVOGADO	: MARÍLIA TERESA SILVA
AGRAVADO	: IONE DE SOUZA ABADE RIBEIRO E OUTROS
ADVOGADO	: JOSÉ DOMINGOS LUCENA
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE JAPERI
PROCURADOR	: CARLOS ALBERTO MELLO DOS SANTOS E OUTROS

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO CIVIL. ARTIGO 544 DO CPC. INTEMPESTIVIDADE. FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE DO AGRAVANTE. AGRAVO NÃO-CONHECIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento, interposto por RONILCY SOARES TELLES e RODRIGO DE MELLO MARQUES, contra inadmissão, na origem, de recurso especial manejado com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.

É o relatório.

A insurgência não merece ser acolhida.

Constata-se do manuseio dos autos que o agravo de instrumento, interposto com o fundamento no artigo 544 do Diploma Processual Civil, encontra-se intempestivo.

A certidão de intimação da decisão agravada foi publicada no Diário Oficial, no dia 17 de fevereiro de 2004 (terça-feira).

Pela redação do § 2º do artigo 184 do Código de Processo Civil, o prazo para interposição do recurso iniciou-se no dia 18 de fevereiro de 2004 (quarta-feira), cujo termo final se deu no dia 27 de fevereiro de 2004 (sexta-feira).

Desta feita, o agravante não interpôs o recurso no prazo processual devido, uma vez que a presente peça recursal contêm a data de 08 de novembro de 2006 (quarta-feira), no protocolo realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

A jurisprudência desta Corte tem sido rigorosa na aferição da regularidade formal do recurso, cabendo ao agravante o ônus de zelar pela fiscalização e pelo correto processamento do agravo.

Nesse sentido, confira-se precedente desta Egrégia Corte de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 544 DO CPC. INTEMPESTIVIDADE. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. FERIADO LOCAL. CERTIDÃO. JUNTADA POSTERIOR. INADMISSIBILIDADE. FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE DO AGRAVANTE.

1. A tempestividade constitui requisito indispensável à admissibilidade dos recursos, devendo o recorrente, em se tratando de agravo de instrumento, obedecer ao prazo de 10 (dez) dias, previsto no art. 544, do CPC.

2. Afigura-se inadmissível o recurso especial interposto pelo agravante, visto que eivado de intempestividade, porquanto decorridos mais de 10 (dez) dias entre a data da publicação do teor da decisão agravada pelo tribunal a quo, no Diário da Justiça, e a data de interposição do presente agravo de instrumento.
(...)
6. Entendimento sólido desta Corte e do Supremo Tribunal Federal de que compete ao agravante a correta formação do instrumento.
7. Agravo Regimental desprovido." (AgRg no Ag 640.813/RJ, Rel. Min. LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJ 25/5/2006)

Ademais, ressalte-se que a decisão agravada constante do instrumento não possui correlação imediata dos pólos ativos, uma vez que o agravante é o recorrido no juízo de admissibilidade e o recorrente é o agravado.
Dessa forma, constata-se que o agravo não ataca a correta decisão agravada, o que enseja o não conhecimento do presente recurso.
Diante do exposto, com fundamento no artigo 34, VII, do RISTJ, não conheço do agravo de instrumento.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 20 de abril de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4182)

RECURSO ESPECIAL Nº 867.228 - RS (2006/0152578-8)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: SINPOFESC SINDICATO DOS POLICIAIS FEDERAIS NO ESTADO
ADVOGADO	: MARCELLO MACEDO REBLIN E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. OFENSA AOS ARTS. 475, I, E 535 DO CPC. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF SERVIDOR PÚBLICO. REVISÃO GERAL ANUAL. ART. 37, X, DA CF/88. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRECEDENTES. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E CORREÇÃO MONETÁRIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. COMPENSAÇÃO. DESCABIMENTO. ART. 538, PAR. ÚNICO, DO CPC. AFASTAMENTO DA MULTA. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto pela União, contra acórdão que reconheceu o direito dos servidores públicos à indenização pela mora legislativa consubstanciada no encaminhamento de projeto de lei para tornar efetivo o inciso X do artigo 37 da Constituição Federal.
Aduz a recorrente, inicialmente, ofensa aos artigos 475, I, 535 e 538 do CPC, ao fundamento de que o acórdão recorrido incorreu em omissão e de que os embargos declaratórios foram opostos sem caráter procrastinatório.
No mérito, sustenta que foram malferidos diversos dispositivos constitucionais, bem como os artigos 18 a 23 da Lei Complementar nº 101/2000, 27 e 28 da Lei nº 9.494/97. Pleiteia, também, a compensação de eventual condenação com os demais aumentos concedidos aos servidores no período, nos termos do art. 3º da Lei 10.331/2001.
Por fim, sustenta que a correção monetária só pode incidir a partir do ajuizamento da ação e que os honorários advocatícios devem ser fixados em 10% do valor da condenação.
É o relatório.
Da leitura das razões do recurso especial, infere-se que o recorrente não evidenciou qualquer deficiência de fundamentação, bem como omissão, contradição ou obscuridade no acórdão recorrido.
Dessa forma, no que se refere à apontada violação dos arts 475, I, e 535 do Código de Processo Civil, na espécie tem aplicação, por analogia, o disposto na Súmula 284 do Excelso Pretório, *in verbis:*

"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

No mérito, da leitura do acórdão recorrido, bem como das razões expendidas pela parte recorrente em seu recurso especial, verifica-se que a questão tratada nos presentes autos, relativa ao direito dos servidores públicos à indenização pela omissão legislativa em efetivar a revisão geral anual dos seus vencimentos, é de índole constitucional.
Desse modo, ante a competência do Supremo Tribunal Federal (art. 102, III, da Constituição da República) para examinar a controvérsia, o presente recurso, que versa apenas sobre o cabimento da referida indenização, não merece seguimento. Nesse sentido, confiram-se alguns dos inúmeros precedentes desta Corte:

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REVISÃO GERAL ANUAL DE REMUNERAÇÃO. MORA LEGISLATIVA. INDENIZAÇÃO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. JUROS DE MORA. PERCENTUAL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180/01. HONORÁRIOS. FIXAÇÃO. ENUNCIADO Nº 7/STJ. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC. ALEGAÇÃO GENÉRICA.
(...)
2. Segundo precedentes, a questão relativa à indenização por omissão legislativa, em virtude da falta de encaminhamento de lei que garanta aos servidores públicos o direito à revisão anual de suas remunerações (art. 37, X, da Constituição Federal), tem natureza constitucional, razão pela qual o tema não pode ser apreciado em sede de recurso especial.
(...)
5. Recurso parcialmente provido." (Resp 902.199/RS, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, DJ 1º/3/2007)

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. AFRONTA AO ART. 535. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. REEXAME PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DANOS MATERIAIS. SERVIDORES PÚBLICOS. REMUNERAÇÃO. FALTA DE REAJUSTE GERAL E ANUAL. ART. 37, X, DA CF. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284 DO STF. NÃO CONHECIMENTO.
(...)
III - O exame da discussão acerca da indenização por danos materiais, ocasionada pela falta de reajuste geral e anual da remuneração dos autores, demanda a interpretação de norma constitucional, qual seja o art. 37, X, da Constituição Federal, de competência do c. Supremo Tribunal Federal.
(...)
Recursos não-conhecidos." (REsp 607.075/RS, Rel. Min. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJ 19/4/2004)

A respeito do tema, cito também os seguintes julgados deste Tribunal: REsp 898.859/RS, Rel. Min. NILSON NAVES, DJ 2/3/2007; REsp 903.606/RS, Rel. Min. GILSON DIPP, DJ 8/3/2007; REsp 813.246/SC, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJ 5/5/2006; entre outros.
No que concerne à correção monetária e ao percentual dos honorários advocatícios, foram eles mantidos pela Corte de origem, nos termos da sentença recorrida, "em face da ausência de impugnação específica." (fl. 133). Na espécie, pois, evidencia-se a ausência de prequestionamento das referidas questões, o que determina a incidência das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.
Em relação à compensação, entende este Superior Tribunal de Justiça pelo seu descabimento Com efeito, "a Lei nº 10.331/01 expressamente limitou o reajuste de 3,5% (três vírgula cinco por cento) ao exercício de 2002, nada dispondo sobre a possibilidade de compensação daquele índice com quaisquer outras vantagens porventura já concedidas" (REsp 920.757/PR, Rel. Min. Nilson Naves, DJ 17/4/2007). No mesmo sentido: REsp 790.135/RS, Ministro Felix Fischer, DJ 7/2/2006.
Por derradeiro, quanto ao artigo 538, parágrafo único, do Diploma Processual Civil, o recurso merece prosperar, uma vez que este Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento (Súmula 98/STJ) no sentido de que embargos de declaração opostos com o intuito de prequestionamento não devem ser considerados procrastinatórios.
Diante do exposto, com fundamento no artigo 557, § 1º-A, do CPC, dou parcial provimento ao recurso especial, para afastar a multa aplicada nos embargos declaratórios.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4183)

RECURSO ESPECIAL Nº 868.292 - SP (2006/0154839-5)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
RECORRENTE	: SHIRLEY GADOTI CARDOSO
ADVOGADO	: JOSÉ ROBERTO ORTEGA
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: ESMERALDO CARVALHO E OUTRO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. VIOLAÇÃO. NÃO-CONHECIMENTO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA Nº 284 DO STF. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO. COTEJO AUSENTE.
Inviável o exame de violação a dispositivos constitucionais em recurso especial. Competência atribuída ao Supremo Tribunal Federal pelo artigo 102 da Constituição.
A deficiência na fundamentação do recuso, inviabilizando a exata compreensão da controvérsia, atrai a Súmula nº 284 do STF.
Não se conhece da divergência quando ausente a comprovação do dissídio e o cotejo analítico.
Recurso especial a que se nega seguimento.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por SHIRLEY GADOTI CARDOSO, com fulcro no artigo 105, III, da Constituição, visando a reforma de acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR URBANO. QUALIDADE DE SEGURADO. NÃO CUMPRIMENTO DO PERÍODO DE CARÊNCIA.
1- A aposentadoria por idade exige o preenchimento do requisito etário (60 ou 65 anos de idade, para mulheres e homens, respectivamente) e o cumprimento da carência (art. 142 da Lei nº 8.213/91).
2- Não se exige o preenchimento simultâneo dos requisitos (Precedentes do STJ), sendo que a Lei 10.666/03 acompanhou a jurisprudência já dominante, deixando de considerar a perda da qualidade de segurado para a concessão do benefício, não se tratando, portanto, de aplicação retroativa da referida norma.
3- Não comprovada a carência referente ao ano em que implementado o requisito etário, nos termos do artigo 142, da Lei 8.213/91, incabível a concessão da aposentadoria por idade.
4- Apelação da parte Autora improvida. Sentença mantida."(fls. 81.)
No especial, alega a recorrente que o v. acórdão recorrido contraria os artigos 201, I, e 202, I, da Constituição; 98 do Decreto nº 89.312/84; 272 do Decreto nº 83.080/79; e 103 da Lei nº 8.213/91.
Suscita, outrossim, divergência jurisprudencial.
Requer o provimento do recurso para, reformado o v. acórdão, seja julgado procedente o pedido.
Não foram apresentadas contra-razões, consoante certidão aos fls. 106.
O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso, em parecer aos fls. 115/117.
É o relatório.
De início, consigne-se que revela-se inviável a análise de violação a dispositivos constitucionais, em recurso especial, uma vez que a matéria foge da competência atribuída pelo artigo 105, III, da Constituição a esta Corte Superior.
A propósito, q.v., *verbi gratia*:
"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. CARÊNCIA CUMPRIDA. PREENCHIMENTO DO REQUISITO ETÁRIO APÓS A PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. IRRELEVÂNCIA. APRECIAÇÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE.
(...) 3. Em sede de recurso especial é inviável o exame de afronta a dispositivos constitucionais, de exclusiva competência do Supremo Tribunal Federal pela via do extraordinário, ainda que para fins de prequestionamento.
4. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 355.731/RS, Relator Ministro Paulo Gallotti, DJ 23.10.2006.)
Ressalte-se que, como bem sabido, o conhecimento do recurso especial proposto pela alínea "a" é viável quando a parte recorrente expõe de forma clara e precisa a ofensa à legislação federal, o que não ocorreu na hipótese. A simples menção de dispositivos tidos por violados pelo acórdão recorrido não enseja, por si só, o conhecimento do recurso. É necessário articular a fundamentação, de forma precisa, demonstrando e esclarecendo as razões pelas quais a decisão merece reforma.
Não basta apontar que a lei foi malferida sem que os fundamentos guardem, contudo, correlação com os dispositivos ventilados.
No ponto, entendo ser aplicável o teor da Súmula 284 do STF:
"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."
A propósito, q.v., *verbi gratia*:
"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 458 E 535 DO CPC. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 284/STF ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. 10,87%. ARTIGO 9º DA LEI Nº 10.192/2001. REAJUSTE ASSEGURADO AOS TRABALHADORES EM GERAL. INAPLICABILIDADE EM RELAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS. 1. '(...) ***Para viabilizar o conhecimento do especial, pelo fundamento da alínea 'a' do permissivo constitucional, não é suficiente a simples menção explícita aos preceitos de lei que se pretende desafeiçoados (pelo acórdão do Tribunal a quo), mas, ainda, a motivação justificadora, esclarecendo-se, com precisão, em sua dicção e conteúdo, para possibilitar, ao julgador, o cotejo entre o teor dos artigos indicados como violados e a fundamentação do recurso.*** *(...)' (REsp 160.226/RN, Relator Ministro Demócrito Reinaldo, in DJ 11/5/98). 2. Não se conhece de recurso especial fundado na violação dos artigos 458 e 535 do Código de Processo Civil, quando o recorrente, em suas razões, não define nem demonstra em que consistiu a omissão alegada. (...)" (AgRgAg nº 539.324/RS, Min. Rel. Hamilton Carvalhido, DJ 1º/3/2004). (grifouse)*
"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INADMISSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. Impossibilidade de se conhecer do recurso, em face da deficiência na sua fundamentação, se a parte se limita a indicar o dispositivo legal que considerou violado, mas sem expor as razões pelas quais entende deva ser a decisão reformada (Súmula 284). Recurso não conhecido." (REsp nº 261.955/SP, Relator Ministro Felix Fischer, in DJ 11/9/2000).
Quanto a alegada divergência jurisprudencial, verifica-se que a recorrente não cumpriu o que vem disposto nos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.
O especial não trouxe a comprovação da jurisprudência, bem como não realizou a recorrente o devido cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os apontados como paradigmas.
Posto isso, nos termos do artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4184)

RECURSO ESPECIAL Nº 868.712 - MG (2006/0156452-6)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
RECORRENTE	: RAIMUNDO FELIX DA COSTA E OUTROS
ADVOGADA	: NILMA REGINA SANCHES
RECORRIDO	: REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A - RFFSA
ADVOGADO	: MARCIA RODRIGUES DOS SANTOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: PAULO VIRGILIO DE BORBA PORTELA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: UNIÃO

DECISÃO

Pensionista e servidores aposentados da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA ajuizaram ação objetivando, com fundamento no princípio da isonomia, o reconhecimento do direito ao reajuste de 47,68% sobre seus proventos de complementação, concedido a alguns ferroviários em decorrência de acordo judicial celebrado na Justiça do Trabalho. A sentença de procedência do pedido foi reformada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em acórdão assim ementado:

"Administrativo e Processual Civil. Ex-ferroviário da RFFSA. Reajuste de 47,68%. Isonomia com outros ferroviários beneficiários de decisão judicial. Coisa julgada. Limites. Improcedência do pedido. Preliminares de incompetência absoluta da Justiça Federal, ilegitimidade passiva *ad causam* e prescrição do fundo do direito rejeitadas.
1. É competente a Justiça Federal para o processo e julgamento de feito em que se pleiteia a concessão do reajuste de 47,68% a ex-ferroviários ou a seus pensionistas, com recursos financeiros provenientes da União. Precedentes. Preliminar rejeitada.
2. Considerando que a pretensão dos autores visa à revisão de aposentadoria e pensão de ex-ferroviários, tanto a União quanto a RFFSA e o INSS devem integrar o pólo passivo da lide, na forma do Decreto-Lei nº 956/69 e Lei nº 8.186/91. Preliminar rejeitada.
3. Em se tratando de prestação de trato sucessivo, prescrevem as parcelas antecedentes ao qüinqüênio anterior à propositura da ação, em caso de eventual procedência do pedido (Súmula 85 do STJ). Preliminar rejeitada.
4. A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros (art. 472/CPC).
5. Os efeitos de uma decisão judicial alcançam somente as partes envolvidas no processo, não cabendo àqueles que não participaram da relação jurídica processual pretender a extensão dos benefícios nela deferidos, sob o fundamento de isonomia.
6. Ademais, não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar o valor dos proventos de aposentadorias e pensões estatutárias ou previdenciárias, sob o fundamento de isonomia.
7. Apelações da União, da RFFSA e do INSS e remessa oficial a que se dá provimento, para, reformando a r. sentença, julgar improcedente o pedido."

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.
Irresignados, os autores interpõem recurso especial por divergência jurisprudencial e violação dos arts. 458, 472 e 515 do Cód. de Pr. Civil, 5º da Lei nº 4.345/64 e 1º, 2º e 3º da Lei nº 8.186/91. Alegam, em síntese, o seguinte: (I) "a decisão recorrida (...) perpetua tratamento diferenciado entre os recorrentes e aqueles que se encontram em situação idêntica, dando tratamento mais benéfico a uns que outros"; (II) "o que se pede na presente ação é um tratado isonômico amparado em lei federal e a norma em destaque (Lei 8.186/91), ao consagrar tal direito, não fez nenhuma distinção"; e (III) "considerando que a sentença trabalhista foi meramente homologatória - hipótese onde o Juiz não aprecia o mérito - de um acordo que reduziu um percentual previsto na Lei 4.345/64, resta inconteste o equívoco do Regional quando diz que aquele direito previsto em Lei e reconhecido a alguns Ferroviários seria personalíssimo".
Regularmente intimados, os recorridos apresentaram as contra-razões, instando pela manutenção do decidido.
A irresignação, ao que cuido, não colhe ensejo de prosperar.
Primeiro, não me deparo com a alegada afronta aos arts. 458 e 515 do Cód. de Pr. Civil, porque, de um lado, o Tribunal de origem examinou todas as questões pertinentes e relevantes para o deslinde da controvérsia, pronunciando-se sobre elas de forma clara e precisa. De outro, não está o magistrado obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão. Ilustrando esse entendimento, os seguintes julgados:

"Processual Civil (...) Sentença. Nulidade declarada pelo Tribunal de Justiça. Inocorrência. CPC, arts. 458, II e 515, § 1º.
I. Não se configura nulidade na sentença que se manifestou sobre a matéria objeto da discussão, ainda que não tenha enfrentado especificamente todos os argumentos suscitados pela parte.
II. Incidência da regra do art. 515, parágrafo primeiro, do CPC.
III. Recurso especial conhecido e provido." (REsp-239.737, Ministro Aldir Passarinho, DJ de 29.4.02.)

"Recurso especial. Administrativo. Pensão por morte. Supressão. Violação do contraditório e da ampla defesa. Afronta aos artigos 165, 458 e 535 não caracterizada.
Não há omissão no aresto recorrido, uma vez que os fatos relevantes ao deslinde da causa foram enfrentados, não se exigindo do órgão julgador que discorra sobre todos os dispositivos de lei suscitados para cumprir com plenitude a devida prestação jurisdicional.
Recurso desprovido." (REsp-649.043, Ministro José Arnaldo, DJ de 14.11.05.)

"Processual Civil. Administrativo. Servidor público estadual. Ofensa ao art. 458, II, do CPC. Inexistência. Fundamentos contrários aos interesses da parte. Recurso especial conhecido e improvido.
1. A motivação contrária aos interesses da parte não deve ser confundida com ausência de fundamentação. Assim, na hipótese, não se vislumbra a alegada ofensa ao art. 458, II, do CPC. Precedentes.
2. Recurso especial conhecido e improvido." (REsp-303.723, Ministro Arnaldo Lima, DJ de 5.12.05.)

Segundo, com relação ao mérito, tenho que o Tribunal de origem não ofendeu dispositivo algum das citadas leis federais. Como bem anotado pelo colegiado, "o que os autores pretendem, em verdade, é estender os efeitos dos acordos firmados entre os ferroviários/reclamantes e a RFFSA nos processos ajuizados perante a Justiça do Trabalho aos seus proventos de aposentadoria ou pensões, de modo que lhes seja concedido o reajuste de 47,68%".
Eis, ainda, o que consta do voto condutor do julgado:

"Com efeito, a regra do art. 472 do CPC dispõe:

'Art. 472. A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros. (...)'

Dessa forma, não podem os efeitos de uma decisão judicial proferida na Justiça do Trabalho beneficiar terceiros que não participaram da relação processual. Os acordos firmados entre os reclamantes e a RFFSA produzem efeitos somente entre eles, não alcançando os autores, por serem estranhos àquela lide.
Considerando que os apelados pretendem obter os mesmos benefícios concedidos aos autores das reclamações trabalhistas, deveriam ter integrado aquela relação jurídica perante a Justiça Trabalhista contra a RFFSA. Se assim não o fizeram, não cabe agora, pretender a extensão a eles dos efeitos do acordo firmado entre as partes ao fundamento de isonomia.
O benefício deferido em razão de decisão judicial tem caráter personalíssimo, não podendo ser concedido a quem não integrou a relação jurídica processual."

Ora, o Superior Tribunal já consolidou o entendimento de que, nos termos do art. 472 do Cód. de Pr. Civil, os efeitos das decisões judiciais somente atingem as partes que integram a respectiva relação jurídica, não podendo ser estendidos a terceiros. Nesse sentido, os seguintes precedentes:

"Processo Civil (...). Coisa julgada. Limites subjetivos. Art. 472, CPC. Extensão a terceiros. Impossibilidade. Arts. 382, CPC e 19, CCom. Divergência jurisprudencial não caracterizada. Dessemelhança fática. Recurso desacolhido.

.....

III - A sistemática do Código de Processo Civil brasileiro não se compadece com a extensão da coisa julgada a terceiros, que não podem suportar as conseqüências prejudiciais da sentença, consoante
princípio estabelecido no art. 472 da lei processual civil.

.....

V - A dessemelhança fática entre acórdão impugnado e os arestos paradigmas não caracteriza a divergência jurisprudencial hábil a instaurar a via do recurso especial." (REsp-206.946, Ministro Sálvio de Figueiredo, DJ de 7.5.01.)

"Recurso especial. Administrativo e Previdenciário. Empregado de sindicato de ferroviários. Decisão trabalhista. Complementação da Lei 8186/91. Impossibilidade. Destinação própria aos ferroviários da RFFSA.
A decisão trabalhista proferida em favor do autor não tem o condão de garantir-lhe o direito à complementação pretendida, uma vez que a mesma é destinada, especificamente, aos ferroviários da RFFSA. Violação não caracterizada.
Recurso desprovido." (REsp-654.527, Ministro José Arnaldo, DJ de 12.9.05.)

"Processual Civil e Administrativo. Temas não ventilados na instância *a quo*. Exame. Inadmissibilidade. Ausência de prequestionamento. Incidência da Súmula 211/STJ. Ex-ferroviário da RFFSA. Reajuste de 47,68%. Isonomia com servidores beneficiados com decisão judicial. Coisa julgada. Limites. Decisão monocrática. possibilidade do Relator negar seguimento ao recurso com base no art. 557, do CPC. Agravo interno desprovido.
I - Não há que se falar em prequestionamento quando a matéria objeto da discussão na instância *a quo* tratou de tema diverso do constante no recurso especial. Os embargos de declaração opostos foram acolhidos somente para efeito de prequestionamento, sem, contudo, ter efetivamente discutido os pontos tidos como omissos. Aplica-se à espécie o entendimento desta Corte, consolidado no enunciado da Súmula 211.
II - Conforme o comando normativo estatuído no art. 472 do Código de Processo Civil 'a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros.'
III - *In casu*, o reajuste pleiteado foi resultado de acordos judiciais, que pressupõem concessões mútuas entre as partes em litígio, relevando eventuais benefícios e prejuízos a serem suportados. Ademais, não tendo sido as ações originárias ajuizadas em favor da categoria e, sim, em caráter individualizado, não se pode, portanto, extrapolar os limites subjetivos da coisa julgada sob o fundamento de isonomia, uma vez que a igualdade deve ser reconhecida frente à lei e não frente a decisões judiciais.
IV - Nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, o relator poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com jurisprudência dominante no respectivo tribunal.
V - Agravo interno desprovido." (AgRg no REsp-796.826, Ministro Gilson Dipp, DJ de 30.10.06.)

Na mesma linha, diversas decisões monocráticas, entre as quais: REsp-796.794, Ministro Quaglia Barbosa, DJ de 21.2.06; REsp-785.432, Ministro Paulo Gallotti, DJ de 4.4.06; e REsp-820.755, Ministro Gilson Dipp, DJ de 11.5.06.
Assim, não constato afronta a dispositivo de lei federal, mormente porque o acórdão recorrido se mostra em sintonia com a jurisprudência do Superior Tribunal. Superado encontra-se o pretextado dissídio (Súmula 83).
À vista do art. 557, caput, do Cód. de Pr. Civil, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4185)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 868.885 - SP (2006/0156369-1)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: HELOISA NAIR SOARES DE CARVALHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ISAURA SILVA SANTANA
ADVOGADO	: MARTA MARIA R PENTEADO GUELLER E OUTRO

DECISÃO

Agravo regimental contra decisão que deu provimento ao recurso especial interposto por Isaura Silva Santana, por entender que faz jus à contagem de tempo como estagiária, para fins de aposentadoria.
Alega o agravante que:
"(...) cumpre destacar que o tempo de serviço que se pretende reconhecer, isto é, de 09/03/76 a 13/02/1978, ***não*** *foi prestado em escola técnica federal, conforme consignou a r. decisão ora agravada, mas à Prefeitura do Município de São Paulo, na Cia. de Processamento de Dados do Município - PRODAM.(...) o serviço prestado pela autora para à Prefeitura (...) tem natureza de* ***estágio****, regido pel Lei 5.890/73 e Portaria Ministerial 1.002 de 29/09/67.*
Isso porque, o início das atividades da autora no âmbito da PRODAM se deu por intermédio de convênio celebrado com o Colégio Cruzeiro do Sul, cujo escopo era oferecer aos estudantes o aprimoramento educacional e o aprendizado de um ofício, no caso, técnico em processamento de dados (fls. 500).
(...)
Se assim é, não se trata no caso de aluno-aprendiz, mas de estagiário, sendo mister a aplicação da jurisprudência do STJ no sentido da impossibilidade de cômputo de tempo de serviço.
(...)" (fls. 556/557).
Tudo visto e examinado, decido.
Impõe-se o juízo de retratação a que alude o artigo 557, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil, por não incidente, de fato, os fundamentos da decisão ora agravada.
Por melhor análise de admissibilidade, verifica-se que o recurso não merece seguimento.
É esta a letra do acórdão recorrido quanto à questão de fundo:
"*(...)*
Quanto ao mérito, destaco que a autora efetivamente presto serviços na qualidade de estagiária para a Prefeitura do Município de São Paulo, na Cia. de Processamento de Dados do Município - PRODAM, entre 09.03.1976 a 13.02.1978, conforme se verifica na CTPS de fl. 129 e das declarações de fls. 146/147; Desse modo, a controvérsia se cinge ao exame da natureza jurídica dessa prestação de serviço, no sentido de saber se restou caracterizado o vínculo empregatício ou não.
Com efeito, o início das atividades da autora no âmbito da Prefeitura se deu por intermédio de convênio celebrado com o Colégio Cruzeiro do Sul, cujo escopo era oferecer aos estudantes o aprimoramento educacional e o aprendizado de um ofício. Desse modo, é de se inferir que o trabalho executado pela autora tinha caráter educativo, no sentido de habilitá-la no futuro ao exercício de uma profissão, no caso, técnico em processamento de dados. Na verdade, não visava a PRODAM a exploração de mão-de-obra (...) mas propiciar o aprendizado de uma profissão. Portanto, a atuação da autora se enquadra na figura de estagiária, devendo receber aludido tratamento jurídico, razão pela qual não há que se falar na condição de segurado obrigatório, tendo em vista a ausência de previsão legal, a teor do art. 2º da Lei nº 3.807/60, em sua redação original que vigorava à época dos fatos.
(...)
Insta esclarecer, outrossim, que não há que se cogitar na figura do aluno-aprendiz, pois a autora não recebia remuneração por conta do orçamento da União, requisito este imprescindível para caracterizar a relação de trabalho para efeito de contagem de tempo de serviço.
(...)" (fls. 500/501).
Ao que se tem, verifica-se que o aludido dispositivo legal tido por violado efetivamente não foi debatido pelo Tribunal ***a quo***, nem embargos declaratórios para suprir-lhes a falta foram opostos.
À vista disso, inarredável a ausência do indispensável prequestionamento, o que inviabiliza o conhecimento da insurgência especial, a teor do que dispõem os enunciados nºs 282 e 356 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, respectivamente, ***verbis***:
"*É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.*"

"*O ponto omisso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.*"

Nesse sentido, o seguinte precedente:
"*AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL PENAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282 DO STF.*
Não se conhece do recurso especial quanto a questões carentes de prequestionamento.
Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRgEDclAg nº 625.528/RS, Relator Ministro Paulo Medina, ***in*** DJ 10/10/2005).
Por outro lado, ao que se tem dos autos, em havendo o acórdão reconhecido que a autora atuava como estagiária sem contra-prestação e a autora insiste na sua condição de aluna-aprendiz, torna-se forçoso reconhecer que a pretensão recursal, tal como posta, insula-se no universo fático-probatório, conseqüencializando a necessária reapreciação da prova, o que é vedado no enunciado nº 7 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça, ***verbis***:
"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."
Com efeito, ter-se como inocorrido fato que a Corte Regional, expressamente, entendeu demonstrado, constitui questão estranha ao âmbito de cabimento do recurso especial.
A propósito, no tocante à aplicação da referida Súmula, a Corte Especial deste Tribunal assim decidiu:
"Recurso especial.
Não ofende o princípio da Súmula 7 emprestar-se, no julgamento do especial, significado diverso aos fatos estabelecidos pelo acórdão recorrido. ***Inviável é ter como ocorridos fatos cuja existência o acórdão negou ou negar fatos que se tiveram como verificados****."* (AgRgEREsp 134.108/DF, Relator Ministro Eduardo Ribeiro, ***in*** DJ 16/8/99).
Outrossim, por força legal, a divergência jurisprudencial, autorizativa do recurso especial interposto, com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional, requisita comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas ou trechos de votos.
In casu, a divergência jurisprudencial não foi demonstrada de acordo com a lei processual e o Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, eis que o recorrente não cuidou de trazer trechos dos acórdãos tidos como paradigmas para confronto analítico, limitando-se a elencar ementas e passagens de julgados, afora não comprovar a divergência indemonstrada com a juntada das cópias integrais autenticadas dos julgados paradigmas, ou de indicar o repositório oficial em que se achem publicados, restringindo-se, assim, à afirmação de que há divergência jurisprudencial, que, como dito, efetivamente não comprovou como lhe incumbia, inviabilizando assim o seguimento do recurso.
Com efeito, a lei estabelece pressupostos ou requisitos para a admissibilidade do recurso e, portanto, cabe à parte formulá-lo em estrito cumprimento à lei, não se constituindo tais exigências em formalismo exacerbado.
Este, o entendimento sufragado no âmbito desta Corte Superior de Justiça, valendo, a propósito, conferir os seguintes precedentes da Egrégia Corte Especial:
"AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO A EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA DO DISSÍDIO INVOCADO. OMISSÃO ALEGADA QUANTO A NÃO APRECIAÇÃO DE ARESTO PARADIGMA QUE DEVE SER AFASTADA. MANUTENÇÃO DO DECISUM AGRAVADO.
1 - A divergência jurisprudencial invocada deve ser demonstrada nos moldes da orientação preconizada pelo artigo 266, § 1º, em harmonia com o art. 255 e §§, todos do RISTJ, visto que estes exigem o cotejo analítico das teses dissidentes,não se aperfeiçoando pela simples transcrição de ementas semelhantes à hipótese dos autos.
2 - Inocorrência de omissão quanto à análise do REsp nº 3.346-0/PR, apresentado para confronto, eis que foi explicitamente referido pelo Relator.
3 - Agravo regimental improvido." (AgRgEREsp nº 147.833/DF, Relator Ministro José Delgado, Corte Especial, ***in*** DJ 17/12/99).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. DISSIDÊNCIA INCOMPROVADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.
1. Simples transcrição de ementas é insuficiente à comprovação da divergência,que impõe a demonstração analítica da diversidade de entendimento.
2. O acórdão regional não apreciou a questão à luz dos dispositivos legais apontados pela embargante, impossibilitando o confronto das teses enfrentadas nos julgados cujas matérias fático-jurídicas não se assemelham.
3. Embargos de divergência não conhecidos." (EREsp nº 885.58/PE, Relator Ministro Francisco Peçanha Martins, ***in*** DJ 13/12/99).
Por fim, há de se ressaltar que o entendimento firmado pelo Tribunal Regional encontra-se em harmonia com precedentes desta Corte Superior de Justiça, em casos análogos, ***verbis:***
"PREVIDENCIÁRIO. ESTAGIÁRIO BOLSISTA. FINALIDADE. APRENDIZADO. LEI 5.890/73. INSCRIÇÃO REGIME PREVIDENCIÁRIO. POSSIBILIDADE. SEGURADO FACULTATIVO. RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES. NECESSIDADE. DESEMPENHO DE ESTÁGIO. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. NÃO CONFIGURADO. TEMPO DE SERVIÇO. APOSENTAÇÃO. INCABÍVEL. LEI 6.494/77. AGRAVO DESPROVIDO.
I - Da análise dos autos, verifica-se que o recorrido participou de estágio, com base na Portaria Ministerial 1.002, de 29/09/1967, sem vínculo empregatício, junto à COSERN - Cia. de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte no período de 09/08/1978 a 21/12/1978, na qualidade de estudante do curso de Engenharia.
II - Não há se confundir vínculo estabelecido para fins de estágio, cujo interesse é o aprendizado do bolsista, com a atividade empregatícia, tendo em vista sua natureza diversa, que é a exploração da mão-de-obra.
III - No que pese a Lei 5.890, de 08 de junho de 1973, que alterou a Lei 3.807 de 26 de agosto de 1960, em seu artigo 2º, possibilitar que o estagiário figure como segurado, não o enquadra como segurado obrigatório, consoante os termos do seu artigo 5º.
IV - O artigo 2º da Lei 5.890/73 facultava ao estudante bolsista ou a qualquer outro que exercesse atividade remunerada, efetiva ou eventual, com ou sem vínculo empregatício, a título precário ou não, inscrever-se no regime de previdência, como segurado facultativo. Para tanto, devia verter as contribuições inerentes ao sistema.
V - Na hipótese dos autos, o desempenho de estágio, na Cia. de Energia Elétrica, conforme documentos acostados aos autos, não configura vínculo empregatício, sendo incabível o cômputo desse período para fins de aposentação, nos termos do art. 4º da Lei 6.494/77.
VI - Agravo interno desprovido." (AgRgREsp nº 644.723/RN, Relator Ministro Gilson Dipp, ***in*** DJ 3/11/2004).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 557, ***caput***, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 19 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4186)

RECURSO ESPECIAL Nº 869.376 - SP (2006/0158843-4)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
RECORRENTE	: MANUELINA DE ASSIS DE LIMA
ADVOGADO	: AIRTON GUIDOLIN E OUTRO
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: VERA LÚCIA D'AMATO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR URBANO. FILIAÇÃO AO REGIME DE PREVIDÊNCIA POSTERIOR A LEI 8.213/91. CARÊNCIA. REQUISITO. NÃO-CUMPRIMENTO.
Recurso especial a que se nega seguimento.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por MANUELINA DE ASSIS DE LIMA, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:
"PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - TRABALHADOR URBANO - PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO - IRRELEVÂNCIA - NÃO CUMPRIMENTO DA CARÊNCIA - BENEFÍCIO INDEVIDO.
1. Tratando-se de trabalhador urbano filiado ao Regime Geral de Previdência Social na vigência da Lei 8.213/91, não se beneficia da regra de transição estabelecida no artigo 142 da nova lei, devendo comprovar carência de 180 contribuições. Inteligência dos artigos 48 e 25 da Lei 8213/91.
2. Se o autor comprova a idade, mas não a carência, indevida é a aposentadoria por idade.
3. Apelação provida." (fls. 94.)
No recurso especial, alega a recorrente que o v. acórdão impugnado contrariou os artigos 142 da Lei nº 8.213/91 e 3º, § 1º, da Lei nº 10.666/93, bem como divergiu de julgados desta Corte.
Sustenta, em síntese, que a carência exigida quando implementou o requisito etário, em 1993, seria de 66 (sessenta e seis) contribuições mensais, conforme a tabela do artigo 142 da Lei nº 8.213/91; e que não há se falar em perda da qualidade de segurado.
Contra-razões não apresentadas, conforme certidão de fls. 106.
Parecer do Ministério Público Federal, aos fls. 115/118, pelo parcial conhecimento e, nessa extensão, pelo não provimento do recurso.
É o relatório.
De plano, consigne-se que para os segurados filiados até 24/7/1991, bem como para o trabalhador e para o empregador rural cobertos pela Previdência Social Rural anteriormente à unificação dos regimes, a carência das aposentadorias por tempo de contribuição, por idade e especial, obedece à tabela prevista no artigo 142 da Lei nº 8.213/91, de acordo com o ano em que o segurado venha a implementar as condições para a obtenção do benefício.
In casu, verifica-se que a recorrente filiou-se ao Sistema Previdenciário após 24/7/1991.
Transcrevo o seguinte trecho do voto condutor do acórdão recorrido:
"Ocorre, porém, que a autora somente se filiou ao Sistema da Previdência em agosto de 1992, conforme as cópias das páginas de sua CTPS e guias de recolhimento de contribuições (fls. 09/45), já na vigência do novo diploma legal e desta forma não se beneficia da regra de transição, devendo, portanto, comprovar 180 meses de contribuição, o que não se verificou" (fls. 92).
Dessa forma, observa-se que o v. acórdão recorrido está em consonância com o entendimento deste Sodalício no sentido de que o período de carência nos casos de aposentadoria por idade, por tempo de serviço e especial é de 180 contribuições mensais.
A propósito, confira-se o seguinte precedente, q.v., *verbi gratia*:
"PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR URBANO. ARTIGOS 25, 48 E 142 DA LEI 8.213/91. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. IMPLEMENTAÇÃO SIMULTÂNEA. PRESCINDIBILIDADE. VERIFICAÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS. IDADE MÍNIMA E RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS. ARTIGO 102, § 1º DA LEI 8.213/91. PRECEDENTES. EMBARGOS ACOLHIDOS.
I - A aposentadoria por idade, consoante os termos do artigo 48 da Lei 8.213/91, é devida ao segurado que, cumprida a carência exigida nesta lei, completar 65 anos de idade, se homem, e 60, se mulher.
II - O art. 25 da Lei 8.213/91 estipula a carência de 180 (cento e oitenta) meses de contribuição para obtenção da aposentadoria por idade para o trabalhador urbano.
III - O art. 142 da Lei 8.213/91, por sua vez, estabelece regra transitória de cumprimento do período de carência, restrito aos segurados urbanos inscritos na Previdência Social até 24 de julho de 1991, data da vigência da Lei, conforme tabela inserta no referido dispositivo.
IV - A perda da qualidade de segurado, após o atendimento aos requisitos da idade mínima e do recolhimento das contribuições previdenciárias devidas, não impede a concessão da aposentadoria por idade. Precedentes.
V - Ademais, os requisitos exigidos pela legislação previdenciária não precisam ser preenchidos, simultaneamente, no caso de aposentadoria por idade. Precedentes. Interpretação do artigo 102, § 1º da Lei 8.213/91.
VI - Sobre o tema, cumpre relembrar que o caráter social da norma previdenciária requer interpretação finalística, ou seja, em conformidade com os seus objetivos.
VII - Embargos acolhidos, para prevalecer o entendimento desta Eg. 3ª Seção no sentindo de não se exigir a implementação simultânea dos requisitos para a aposentadoria por idade, sendo irrelevante o fato de o trabalhador ter perdido a qualidade de segurado."EREsp 551.997/RS, Relator Ministro Gilson Dipp, DJ 11.05.2005.)
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. PRAZO DE CARÊNCIA PARA A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADORES QUE PERDERAM A QUALIDADE DE SEGURADO. REGRA GERAL. 180 MESES.
1. A norma do artigo 142 da Lei nº 8.213/91, que fixa prazos reduzidos de carência, destina-se tão-somente ao "segurado inscrito na Previdência Social Urbana na data da publicação desta lei", restando excluídos da sua incidência aqueles que perderam a qualidade de segurado e somente voltaram a contribuir para a Previdência Social após a edição da Lei nº 8.213, em 24 de julho de 1991.
2. Para os que perderam a qualidade de segurado, assim como para os novos filiados, o prazo de carência para a concessão de aposentadoria por idade aplicável é o geral, de 180 meses, fixado no artigo 25, inciso II, da Lei nº 8.213/91.
3. Recurso provido." (REsp 494.570/RS, Relator Ministro Hamilton Carvalhido, DJ 17.05.2004.)
Assim, verifica-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, pois, não comprovado o cumprimento do período de carência, conforme exigido pela lei em vigor, de rigor a improcedência do pedido.
Destarte, não merece reparos o v. acórdão impugnado.
Posto isso, nos termos do artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4187)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 870.345 - PR (2007/0065899-2)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CLÓVIS JUAREZ KEMMERICH E OUTRO(S)
AGRAVADO	: HELENA FÁTIMA RIBEIRO
ADVOGADO	: EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS

EMENTA

PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. ART. 103 DA LEI Nº 8.213/91. SUCESSIVAS MODIFICAÇÕES LEGISLATIVAS. APLICAÇÃO DA REGRA VIGENTE NA DATA DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, contra a inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que restou assim ementado (fl. 22):

"REVISÃO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA.
O prazo decadencial de todo e qualquer direito aou ação previsto no art. 103, caput, da Lei 8.213/91 (com redação dada pela MP 1.523-9, de 27-06-97, convertida na Lei nº 9.528, de 10/12/97, alterada pela Medida Provisória nº 1.663-15, de 22/10/98, que por sua vez foi transformada na Lei nº 9.711, de 20/11/98), não se aplica ao ato jurídico consumado, mas somente àqueles posteriores a sua instituição."

Nas razões do especial (fls. 25/32), a autarquia recorrente aponta violação aos arts. 6º da LICC e 103, *caput*, da Lei nº 8.213/91, na redação dada pela Medida Provisória nº 1.663-15/98. Requer, em síntese, a extinção do processo com julgamento de mérito em virtude da decadência do direito de revisão da RMI.
É o relatório.
Inicialmente, a violação ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil não pode ser apreciada diretamente, mas somente por via transversa, considerando o fato de que o referido dispositivo foi repetido na Constituição Federal de 1988, cuja proteção cabe ao Supremo Tribunal Federal. Assim sendo, no caso em tela, a análise da eficácia imediata da lei no tempo remete à verificação da correta aplicação do art. 103 da Lei nº 8.213/91.
O dispositivo legal da Lei de Planos e Benefícios da Previdência Social, cuja redação original não previa nenhum prazo decadencial, sofreu várias alterações na década passada.
A primeira delas deu-se com a Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei nº 9.528/97, que criou o prazo decadencial de dez anos para que o segurado ou beneficiário postule a revisão do ato de concessão do benefício.
O prazo decadencial foi diminuído para cinco anos pela Lei nº 9.711/98 e novamente aumentado para dez anos pela Lei nº 10.839/2004.
Estas sucessivas modificações não alteraram, contudo, o prazo prescricional, que sempre teve a duração de cinco anos.
Sobre as modificações, em novembro de 2003, a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, na exposição de motivos da MP nº 138/2003, convertida na Lei nº 10.839/2004, reconheceu os prejuízos causados pelas modificações, *in verbis*:

"A inovação mostrou-se necessária à medida que a própria Administração deve seguir prazos para promover a revisão de seus atos, não sendo, portanto, adequado que inexistisse qualquer limitação à revisão de atos provocada pelo interessado. No entanto, houve excesso por parte do legislador, ao unificar os prazos da decadência e da prescrição.
(...)
Há que se registrar, contudo, que as inúmeras modificações ocorridas ao longo dos últimos anos na legislação previdenciária têm exigido grande esforço do Poder Judiciário e dos próprios segurados, no sentido de aquilatar a extensão de seus eventuais direitos. Tal situação tem gerado muitas demandas, as quais, na vigência do atual prazo [anos], tendem a multiplicar - pela simples pressão de que haveria uma decadência do direito de revisão - a formulação de pedidos no exíguo prazo que estaria por findar."

Observa-se que o próprio Poder Executivo admitiu o problema criado com a modificação do prazo decadencial ora analisado, o que levou-o a buscar o restabelecimento do prazo de dez anos.
Diante deste quadro de criação, diminuição e aumento do prazo decadencial para revisão do ato de concessão de benefício, parte da doutrina entendeu que, por se tratar de matéria de ordem pública, o referido prazo deveria ser observado imediatamente, no momento de sua criação ou de modificação da duração. Este é o entendimento, a título de exemplo, do professor Társis Nametala Sarlo Jorge, em Manual dos Benefícios Previdenciários, Ed. Lumen Iuris, 2006, pp. 124/125, *in verbis*:

"Outro pormenor que se afigura assaz importante no estudo da decadência na seara dos benefícios da Previdência Social está ligado à questão da aplicação das normas decadenciais no tempo, mormente em virtude das alterações no prazo, conforme visto. Tendo em conta o fato de não ter havido na redação originária da Lei 8.213/91 previsão de prazo decadencial, houve quem sustentasse que apara os benefícios concedidos até a data da MP 1.523/97 não estariam sujeitos a tal prazo. Não parece ser o melhor entendimento, no entanto, posto que *as normas legais que tratam de prescrição* [decad\'eancia] *são normas de ordem pública, isto é, regras jurídicas de interesse precípuo da sociedade, as quais extrapolam a mera perspectiva individual, devendo atingir a todos desde já.* E ainda, *que não há que se falar em direito adquirido a prazos prescricionais* [a]. *Ao contrário do direito ao benefício, o prazo legal de prescrição* [de] *é previsão genérica de funcionamento do sistema previdenciário, sendo de pronto aplicável a todos.* Complementa-se com a assertiva de que *nestas hipóteses não prevalece o* tempus regit actum, *pois a norma que traz a prescrição ou mesmo a decadência é de ordem pública, sendo a retroatividade automática, aplicável a todas as situações alcançáveis pela medida, desde que não definitivamente constituídas.*"

Todavia, esta não foi a corrente adotada por esta Corte de Justiça, cuja jurisprudência fixou entendimento no sentido de que a instituição deste lapso temporal não atinge as relações jurídicas constituídas antes da inovação legislativa. A propósito, confiram-se os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ART. 103 DA LEI Nº 8.213/91. MP Nº 1.523/97. LEI DE REGÊNCIA. SÚMULA 359/STF.
I - Quando da concessão do benefício, não existia prazo decadencial do direito à revisão dos benefícios previdenciários, restando assim configurada uma condição jurídica definida conforme a legislação vigente à época das aposentadorias. Precedentes.
II - Se a Lei nº 8.213/91, em seu art. 103, com a redação dada pela Medida Provisória nº 1523-9/97, introduziu tal prazo decadencial, essa restrição superveniente não poderá incidir sob situações já constituídas sob o pálio de legislação anterior. **Súmula 359/STF**.
Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 831.111/PR, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 11/6/2007)

"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. REVISÃO DA RENDA INICIAL. ARTIGO 103 DA LEI Nº 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP Nº 1.523/97, CONVERTIDA NA LEI Nº 9.728/97. APLICAÇÃO ÀS RELAÇÕES JURÍDICAS CONSTITUÍDAS SOB A VIGÊNCIA DA NOVA LEI.
1. O prazo de decadência para revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário, estabelecido pela Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei 9.528/97, que alterou o artigo 103 da Lei nº 8.213/91, somente pode atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência, vez que a norma não é expressamente retroativa e trata de instituto de direito material.
2. Precedentes.
3. Recurso especial não conhecido." (REsp 479.964/RN, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ 10/11/2003)

"PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ARTIGO 103 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP 1.523/97 CONVERTIDA NA LEI 9.528/98 E ALTERADO PELA LEI 9.711/98.
I - Desmerece conhecimento o recurso especial, quanto à alínea "c" do permissivo constitucional, visto que os acórdãos paradigmas se referem aos efeitos da lei processual, enquanto o instituto da decadência se insere no direito material.
II - O prazo decadencial do direito à revisão de ato de concessão de benefício previdenciário, instituído pela MP 1.523/97, convertida na Lei 9.528/98 e alterado pela Lei 9.711/98, não alcança os benefícios concedidos antes de 27.06.97, data da nona edição da MP 1.523/97.
III - Recurso conhecido em parte e, nessa desprovido." (REsp 254.186/PR, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ 27/8/2001)

"PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIO. ART. 103, DA LEI 8.213/91.
- O prazo de decadência instituído pelo art. 103, da Lei nº 8.213/91, com redação dada pela Medida Provisória nº 1.523/97, não se aplica aos pedidos de revisão de benefícios. ajuizados antes de sua vigência, pois o novo regramento não tem aplicação retroativa.
- Recurso especial não conhecido." (REsp 254.969/RS, Rel. Min. VICENTE LEAL, Sexta Turma, DJ 11/9/2000)

Dessa forma, a decadência do direito de revisar o ato de concessão do benefício previdenciário somente atinge os segurados cujos benefícios foram concedidos após a lei instituidora do prazo decadencial.
Com esses argumentos, tendo em vista que o benefício da autora da ação foi concedido em 15 de agosto de 1995, ou seja, antes da publicação da Lei nº 9.528/97, não existe prazo decadencial para que o segurado peça a revisão da renda mensal inicial do seu benefício. Assim, não prospera a afirmação da autarquia recorrente sobre a decadência do direito de ação do recorrido.
Ante o exposto, com base no art. 254, inciso I, do RISTJ, **nego provimento** ao presente agravo.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4188)

RECURSO ESPECIAL Nº 875.125 - PE (2006/0177538-3)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: IVONILDO PESSOA DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: JOSÉ GONÇALVES PEREIRA FILHO

DECISÃO

Ex-combatentes e pensionista de ex-combatente ajuizaram ação requerendo a inclusão, nos seus benefícios previdenciários, das gratificações de tempo de serviço e de habilitação militar, bem como do adicional de inatividade.
Julgado improcedente o pedido, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região deu parcial provimento à apelação dos autores em acórdão assim ementado:

"Administrativo e Constitucional. Ex-combatente. Pensão especial (ADCT, art. 53 e Lei nº 8.059/90 e Portaria Interministerial nº 2.826/94) equiparação com pensão de segundo-tenente das forças armadas. Adicional de tempo de serviço e gratificação de habilitação militar. Não reconhecimento.
1. Os ex-combatentes fazem jus à percepção da pensão ordinariamente deixada pelo segundo-tenente das Forças Armadas, excluídas as parcelas nela contidas que se referem a vantagens pessoais.
2. Exegese sistemática do artigo 53 do ADCT, artigo 3º da Lei nº 8.059/90 e artigo 4º da Portaria Interministerial nº 2.826/94.
3. Por serem devidas aos pensionistas de segundo-tenente das Forças Armadas, independente das condições pessoais de prestação do serviço, em virtude da Lei nº 8.237 de 30/09/1991, os ex-combatentes pensionistas especiais fazem jus ao Adicional de Inatividade, durante o período de vigência da referida Lei.
4. O adicional de tempo de serviço, por se tratar de vantagem de natureza pessoal, apenas poderia ser concedida caso comprovado tempo de serviço público, o que não é o caso.
5. Apelação dos particulares parcialmente provida. Sentença parcialmente reformada."
Inconformada, a União interpôs recurso especial, no qual alega, além de dissídio jurisprudencial, contrariedade do art. 3º da Lei nº 8.059/90. Sustenta, em resumo, que "as parcelas remuneratórias que os autores querem ver incorporadas à pensão especial, não podem ser estendidas aos ex-combatentes, haja vista a natureza pessoal de que se revestem as vantagens pecuniárias em debate".
Nas contra-razões apresentadas, instou-se pela manutenção do acórdão recorrido.
Ao que cuido, tem razão a recorrente.
Decidindo como decidiu, o Tribunal de origem adotou entendimento diverso da orientação do Superior Tribunal segundo a qual a pensão especial devida a ex-combatente não compreende, necessariamente, vantagens pessoais, cuja aquisição demanda o atendimento de determinados requisitos relacionados com o desenvolvimento na carreira militar, à qual não pertenciam os instituidores dos benefícios em discussão. Ilustrando esse entendimento, vejam-se os seguintes precedentes:

"Mandado de segurança. Pensão militar especial.
- A pensão devida a ex-combatente da Segunda Guerra Mundial não compreende necessariamente vantagens pessoais.
- Segurança denegada." (MS-7.572, Ministro Fontes de Alencar, DJ de 15.4.02.)

"Administrativo e Processual Civil - Matéria constitucional - Inadequação da via eleita - Impossibilidade de análise em sede de recurso especial - Ex-combatente - Pensão especial da Lei nº 8.059/90 - Adicional de inatividade - Inclusão - Impossibilidade - Vantagem pessoal - Recurso parcialmente conhecido e, nesta extensão, provido.
II - O adicional de inatividade possui natureza de vantagem pessoal adquirida ao longo da carreira castrense, pois é calculado em razão do tempo de serviço do militar computável para sua inativação. Logo, não há que se falar na sua inclusão no valor da pensão especial do ex-combatente de que trata o art. 3º da Lei nº 8.059/90, como se procede com o militar ocupante do posto de segundo-tenente ao passar para a inatividade.
III - Recurso parcialmente conhecido e, nesta extensão, provido." (REsp-547.306, Ministro Gilson Dipp, DJ de 29.11.04.)

"Administrativo e Processual Civil. Recurso especial. Indicação genérica de violação a lei federal. Fundamentação deficiente. Súmula 284/STF. Ex-combatente. Pensão especial. Gratificação de tempo de serviço. Adicional de inatividade. Gratificação de habilitação militar. Vantagem pessoal. Extensão. Impossibilidade. Precedentes. Recurso especial conhecido e improvido.
1. A indicação genérica de ofensa a lei federal, sem particularização precisa dos dispositivos violados, implica deficiência de fundamentação do recurso especial, atraindo a incidência da Súmula 284/STF.
2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento no sentido de que a pensão especial de que trata o art. 3º da Lei 8.059/90, assegurada pelo art. 53 do ADCT ao ex-combatente e, em caso de óbito, aos seus dependentes, é equivalente à pensão militar deixada por segundo-tenente das Forças Armadas, não incluindo, todavia, aquelas vantagens de caráter pessoal, conferidas aos militares de carreira.
3. Recurso especial conhecido e improvido." (REsp-513.191, Ministro Arnaldo Lima, DJ de 23.10.06.)

Diante de tão firme jurisprudência, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do Cód. de Pr. Civil, dou provimento ao recurso especial para restabelecer a sentença.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4189)

RECURSO ESPECIAL Nº 879.770 - RS (2006/0194695-2)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: RINA ANTLER PAIM
ADVOGADO	: LUCIANA FARIAS E OUTRO
RECORRIDO	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: MARILIA RODRIGUES DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Recurso especial interposto por Rina Antler Paim, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição da República, impugnando acórdão da Quarta Câmara Especial Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:
"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA. PRETENSÃO QUE VISA AO REAJUSTE DE VENCIMENTOS, COM BASE NO ART. 8° DA LEI ESTADUAL N° 10.395/95. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA LEI CAMATA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL DAS PARCELAS ANTERIORES AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO.
O referido diploma legal, no que diz com as duas últimas parcelas de aumento, teve sua eficácia suspensa em função da entrada em vigor da Lei Camata - Lei Complementar n.º 82/95 -, reiterada pela Lei Complementar n.º 96/99, dado que a despesa com o pessoal do Estado ultrapassa os índices ali previstos. Sendo o referido diploma complementar à Constituição, tem posição hierárquica superior à Lei Estadual, condicionada, portanto, esta última aos limites daquela, estando o Chefe do Executivo atrelado aos ditames impostos pela norma federal, mesmo porque, assim, adequa-se a um regime de macroeconomia estatal, onde se incluem todos os servidores públicos. Ausência de ofensa a direito adquirido e à irredutibilidade dos vencimentos. Lição da doutrina. Lei n.º 101/00 que corrobora o entendimento.

APELO DO ESTADO PARCIALMENTE PROVIDO. REEXAME NECESSÁRIO NÃO CONHECIDO." (fl. 112).
Está a recorrente em que o acórdão recorrido, ao considerar ineficazes as disposições da Lei Estadual nº 10.395/95 e determinar o não pagamento dos reajustes salariais nela contidos, deu efeito retroativo à Lei Complementar n° 82/95.
Além de divergência jurisprudencial, a violação do artigo 2°, da Lei Complementar n° 82/95, funda a insurgência especial.
Tudo visto e examinado, decido.
A Lei Estadual nº 10.395, de 1º de junho de 1995, que instituiu política salarial para os vencimentos e soldos básicos dos servidores públicos do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul e de suas autarquias, concedeu aumento vencimental a vários cargos, inclusive ao da recorrente.
Recolhe-se dos autos que o Poder Público Estadual pagou regularmente as parcelas de reajuste concedidas pela aludida lei estadual até 1º de dezembro de 1995, suspendendo o pagamento dos índices subseqüentes, sob a alegação de que estaria cumprindo a limitação constitucional de gastos com pessoal insculpida no artigo 169 da Constituição da República e a disciplina da Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995 (Lei Camata), ***verbis***:
"Art. 1º Omissis
(...)
§ 3º Sempre que o demonstrativo de que trata o parágrafo anterior, no que tange à despesa acumulada até o mês, indicar o descumprimento dos limites fixados nesta Lei Complementar, ficarão vedadas, até que a situação se regularize, quaisquer revisões, reajustes ou adequações de remuneração que impliquem aumento de despesas."
A Corte Estadual, em sede de apelação, a despeito das normas contidas na Lei Camata, afastou o pagamento dos reajustes.
A recorrente, por sua vez, está em que o acórdão ao considerar ineficazes as disposições da Lei Estadual nº 10.395/95 e determinar o não pagamento dos reajustes salariais nela contidos, negou vigência às normas inscritas na Lei Complementar n° 82/95 - Lei Camata.
Ao que se tem, a Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995, em nada repercute na eficácia da Lei Estadual nº 10.395, de 1º de junho de 1995, primeiro, porque o início de sua vigência é posterior ao da lei local, deferido que foi para *"primeiro exercício financeiro subseqüente ao de sua publicação"*, qual seja, 1º de janeiro de 1996, e, segundo, porque estabelece expressamente, para o futuro, vedando, até que a situação se regularize, revisões, reajustes ou adequações de remuneração que impliquem aumento de despesas, sempre que o demonstrativo, no que tange à despesa acumulada até o mês, indique o descumprimento dos limites fixados
Nesse sentido:
"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. LEI "CAMATA". INAPLICABILIDADE. VIGÊNCIA POSTERIOR À LEI ESTADUAL 10.395/95. EFICÁCIA DA LEI ESTADUAL GARANTIDA. REAJUSTES DEVIDOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VERBA HONORÁRIA. REDUÇÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO.
1. O exame da eficácia da Lei Estadual 10.395/95 em face da Lei Complementar n.º 82/95, que disciplina os limites das despesas com o funcionalismo público, na forma do art. 169 da Constituição Federal, situa-se no âmbito do direito intertemporal, sendo desnecessária a interpretação da referida legislação local para o deslinde da questão.
2. A teor da disposição expressa em seu art. 1º, inc. II, a Lei Complementar 82/95, de 27/3/1995, somente entrou em vigor no primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao da sua publicação. ***Assim, o início de seus efeitos somente se deu em 1º/1/1996, ou seja, após a edição da Lei Estadual 10.395/95, sendo certo, portanto, que aquela não tem o condão de obstar os efeitos de lei anteriormente editada.***
3. ***Segundo o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal, a "Lei Camata", que regulamentou o art. 169 da Constituição Federal de 1988, ao fixar os limites de despesas com pessoal dos entes públicos, não pode servir de fundamento para elidir o direito dos servidores públicos à fruição de vantagem já assegurada por lei.***
4. A condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários advocatícios estabelecidos em 20% sobre o valor da condenação não contraria o disposto no art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil, uma vez que o juiz irá arbitrá-los por apreciação eqüitativa e consoante as alíneas "a", "b" e "c" do § 3º . Precedentes.
5. A pretensão de redução da verba honorária encontra óbice na Súmula 7/STJ, uma vez que demanda o reexame de matéria fática relacionada ao trabalho do advogado.
6. Recurso especial conhecido e improvido." (REsp nº 706.046/RS, Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, ***in*** DJ 6/8/2007 - nossos os grifos).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. INOVAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LEI "CAMATA" COM VIGÊNCIA POSTERIOR À LEI ESTADUAL. EFICÁCIA DA LEI ESTADUAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
I - É vedado, em sede de agravo regimental, ampliar a quaestio trazida à baila no recurso especial, colacionando razões não suscitadas anteriormente.
II - ***A Lei Complementar nº 82/95, dita "Lei Camata", por só produzir efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro subseqüente o da sua publicação, qual seja, 1º/1/1996, não obstaria a concessão dos reajustes previstos pela Lei Estadual nº 10.395/95, que entrou em vigor anteriormente à vigência diferida daquela lei complementar.***
Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp nº 906.089/RS, Relator Ministro Felix Fischer, ***in*** DJ 14/5/2007 - nossos os grifos).

"PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. LEIS COMPLEMENTARES N.os 82/95 e 96/96 ("LEI CAMATA"), LIMITAÇÃO DE DESPESAS COM PESSOAL. LEI ESTADUAL N.º 10.395/95. INCOMPATIBILIDADE. LEI "CAMATA" COM VIGÊNCIA POSTERIOR À LEI ESTADUAL. EFICÁCIA DA LEI ESTADUAL GARANTIDA. REAJUSTES PREVISTOS NA LEI N.º 10.395/95 DEVIDOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FAZENDA PÚBLICA. CONDENAÇÃO. PRESTAÇÕES VENCIDAS E VINCENDAS. APLICAÇÃO DO ART. 260 DO CPC. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE PROVIDO.
1. O exame da eficácia da Lei Estadual n.º 10.395/95 em face da Lei Complementar n.º 82/95, denominada "Lei Camata", que disciplina os limites das despesas com o funcionalismo público, na forma do art. 169 da Constituição Federal, situa-se no âmbito do direito intertemporal, sendo desnecessária a interpretação da referida legislação local para o deslinde da questão.
2. ***A teor da disposição expressa no seu art. 2º, a Lei Complementar n.º 82/95, de 27/03/1995, somente entrou em vigor no primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao da sua publicação. Assim, o início de seus efeitos somente se deu em 01/01/1996, ou seja, após a edição da Lei Estadual n.º 10.395/95, sendo certo, portanto, que aquela não tem o condão de obstar os efeitos de lei anteriormente editada.***
3. Segundo o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal, a "Lei Camata", que regulamentou o art. 169 da Constituição Federal de 1988, ao fixar os limites de despesas com pessoal dos entes públicos, não pode servir de fundamento para elidir o direito dos servidores públicos à fruição de vantagem já assegurada por lei.
4. Em se tratando de condenação imposta à Fazenda Pública, nos casos em que a condenação refere-se ao cumprimento de obrigação pecuniária de trato periódico, sucessivo e por tempo indeterminado, faz-se necessária a delimitação da base de cálculo da verba honorária ao somatório das prestações vencidas, mais uma anualidade das prestações vincendas, em consonância com a regra do art. 260 do Código de Processo Civil.
5. Agravo regimental parcialmente provido." (AgRg no REsp nº 646.457/RS, Relatora Ministra Laurita Vaz, ***in*** DJ 30/10/2006 - nossos os grifos).
Por evidente, nada se recolhe na Lei Camata que possa ser identificado, na sua letra, ou na sua natureza, expressão legislativa que é de norma constitucional, qual seja, a do artigo 169 da Constituição da República, que integra a categoria das *"normas-objetivo"*, definitórias de fins a realizar para a implementação de políticas públicas, com norma de suspensão de precedente eficácia de outra norma jurídica ou de exercício de direitos subjetivos adquiridos.
Ouça-se o Supremo Tribunal Federal:
"I - A verba percebida a título de estabilidade financeira - instituto cuja constitucionalidade tem sido afirmada pela jurisprudência do STF - é vantagem de caráter individual que, por esse motivo, não está sujeita ao teto do art. 37, XI, CF.
II - A elevação das despesas de pessoal acima do limite previsto no art. 169 da Constituição não elide direitos subjetivos do servidor.
III - Falta de prequestionamento da matéria relativa ao art. 37, XIV, da Constituição. Incidência das Súmula 282 e 356." (RE nº 201.499/PE, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, julgado em 24/4/1998 - nossos os grifos).

"Servidores públicos contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho. Direito aos reajustes concedidos pela legislação federal aos trabalhadores em geral.
- O Plenário desta Corte já firmou o entendimento de que, se o Estado-membro admite servidores sob o regime da legislação trabalhista, fica ele sujeito à legislação federal sobre os reajustes salariais (RE 164.715, Pleno, 13.06.96).
- Por outro lado, tem razão o aresto ora atacado, ao salientar que a limitação constitucional com relação aos gastos com o pessoal (o 'caput' do artigo 169 da Constituição e 38 do seu ADCT) visa a que o Poder Público tome providências no sentido de não ultrapassar essa limitação como não aumentar o número de servidores e extinguir cargos públicos vagos. Não impede, porém, ela a percepção pelos servidores dos direitos que lhes são assegurados pela lei.
Recurso extraordinário não conhecido." (RE nº 201.866/PR, Relator Ministro Moreira Alves, julgado em 3/11/1998 - nossos os grifos).
Não há de se fazer interpretação no sentido de que a Lei Complementar nº 82/95, que limitou as despesas com os servidores públicos em 60%, torna ineficazes as disposições da Lei Estadual nº 10.395/95, que concedeu reajuste salarial aos servidores públicos estaduais, por ultrapassar a limitação naquela contida.
É que tal limitação relativa ao gasto com pessoal, como se demonstrou, visa a que o Poder Público tome providências no sentido de adequar seus gastos à lei, não criando despesas, tais como a criação de novos cargos públicos, a alteração da estrutura de carreira que implique aumento de despesa, o aumento do número de servidores, em nada impedindo a concessão de direitos assegurados em lei aos servidores.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 544, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso especial para, reformando o acórdão recorrido, restabelecer a sentença.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4190)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 882.293 - DF (2007/0078891-6)

RELATOR	**:**	**MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
AGRAVANTE	:	AMILTON PEREIRA FILHO E OUTROS
ADVOGADO	:	JOSÉ CARLOS ALVES DA SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	:	DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR	:	SEBASTIÃO DO ESPÍRITO SANTO NETO E OUTRO(S)

DECISÃO
Agravo de instrumento contra inadmissão de recurso especial interposto por Amilton Pereira Filho e outros, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Quarta Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado:
"AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. CÁLCULO. IPC. MARÇO DE 1990. PROVAS DESNECESSÁRIAS. INDEFERIMENTO.
I - Corretos os cálculos do executado, com aplicação do percentual de 84,32% sobre os vencimentos percebidos à época em que se reconheceu o reajuste e não sobre as atuais remunerações dos exeqüentes.
II - Ausente a relevância na fundamentação quanto ao pedido de produção de prova pericial contábil ou utilização na execução de prova emprestada.
III - De acordo com o art. 130 do CPC, o magistrado deve indeferir as diligências inúteis e a produção de provas desnecessárias à solução da lide. IV - Agravo de instrumento conhecido e improvido. Unânime." (fl. 21).
São estes os fundamentos da decisão agravada:
"(...)
Passo ao exame dos pressupostos constitucionais de admissibilidade.
O recurso especial não merece ser admitido no tocante ao alegado malferimento aos artigos 130, 332, 420 e 463, todos do Código de Processo Civil. Isto porque apreciação da tese recursal, da forma como colocada, exigiria necessariamente, por parte da Corte Superior, o reexame de questões de conteúdo fático-probatório, o que é inviável nesta sede recursal, a teor do enunciado 7, da Súmula do STJ. Já foi decidido, inclusive, que "Para rever a conclusão do Tribunal de origem que, com base no conteúdo fático-probatório dos autos, afastou a necessidade de dilação probatória, seria necessário o reexame das provas, procedimento vedado em sede de recurso especial." (REsp 648222 / MG, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, DJ de 20/3/2006).
(...)" (fl. 86).
Aduzem, em suma, os agravantes que:
"(...)
1 - Os agravantes são policiais militares e pensionistas da PMDF e obtiveram provimento judicial favorável, ***com sentença transitada em julgado****, que lhes asseguram o reajuste de 84,32% sobre seus vencimentos, referente à inflação e ao IPC do mês de março de 1990, a partir de abril subseqüente, acrescidos das diferenças salariais, daí resultantes, com reflexos sobre todas as suas vantagens, conforme sentença e acórdão, com certidão de trânsito, anexos.*
(...)
10 - Desse modo, os agravantes ponderaram e requerem à MM. Juíza ***a quo*** *que a única solução para definir o valor final de suas remunerações, com base na sentença transitada em julgado, seria a indicação, pelo juízo, de um perito contábil, a exemplo do procedimento tomado pelo MM. Juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública do DF, para elaborar os cálculos, com observância nos limites da coisa julgada.*
11 - Para tanto o ***expert*** *deveria basear-se nas fichas financeira dos credores, para aferir o valor da remuneração dos recorrentes no mês de março de 1990, fazendo incidir o percentual de 84,32% sobre a remuneração da época da decisão e, subseqüentemente, a partir de 1º de abril de 1990, acrescendo as diferenças salariais daí resultantes, com reflexos sobre todas as vantagens, conforme o comando da* ***res judicata****.*
(...)" (fls. 3/6).
A insurgência especial está fundada na violação de lei federal.
Tudo visto e examinado, decido.
A decisão agravada inadmitiu o recurso especial em face da incidência do enunciado nº 7 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça.
Os agravantes limitaram-se à reiteração das razões deduzidas em sede de recurso especial, olvidando-se, contudo, de impugnar, especificamente, os fundamentos da decisão agravada.
Tem incidência, assim, o enunciado nº 182 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça, ***verbis***:
"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."
Vejam-se, a propósito, os seguintes precedentes:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CONSIGNATÓRIA. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. SÚMULA 182 DO STJ.
I - Impossível a análise de agravo regimental nos casos em que os agravantes se limitaram a repetir as razões apresentadas no recurso especial, não atacando os fundamentos da decisão recorrida. Inteligência da Súmula nº 182/STJ.
II - Ademais, não podem ser analisados os dispositivos que não foram efetivamente debatidos pelo Tribunal ***a quo****, mesmo que tenham sido opostos embargos de declaração, vez que foram rejeitados. Incidência das Súmulas nºs 282 e 356 do Pretório Excelso.*

III - Agravo regimental improvido." (AgRgREsp nº 116.842/PR, Relator Ministro Francisco Falcão, ***in*** DJ 15/10/2001).

"PROCESSUAL CIVIL E DIREITO ECONÔMICO - CÉDULA DE CRÉDITO RURAL - EXECUÇÃO - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE - ALEGAÇÃO DE OFENSA A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL - CORREÇÃO MONETÁRIA - FUNDAMENTAÇÃO INATACADA - SÚMULA 182/STJ - APLICAÇÃO - SUBSTITUIÇÃO DE ÍNDICE - PRETENSÃO DISCREPANTE DA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA NO STJ.

I - A parte agravante deve infirmar, de forma específica, os fundamentos expendidos no decisum agravado. Aplicação, na espécie, da súmula 182 do STJ.

II - A alegação de ofensa a dispositivo constitucional não é consentânea com a competência recursal do STJ prevista no art. 105, III da CF.

III - Não merece ser conhecido o apelo raro quando a pretensão recursal esbarra em entendimento jurisprudencial já consolidado no âmbito do STJ. Aplicação da súmula 83 desta Corte.

IV - Agravo regimental não conhecido." (AgRgREsp nº 132.856/MG, Relator Ministro Waldemar Zveiter, ***in*** DJ 30/10/2000 - nossos os grifos).

Pelo exposto, não conheço do agravo.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4191)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 888.971 - RS (2006/0209327-0)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CARLOS DOS SANTOS DOYLE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MICHELI CARVALHO ANTUNES - MENOR IMPÚBERE E OUTRO
REPR. POR	: JANETE CARVALHO
ADVOGADO	: VALMIR MEURER IZIDORIO

DECISÃO

Agravo regimental contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS à incidência do enunciado 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Está o agravante, em suma, que todos os fundamentos do acórdão recorrido restaram impugnados por meio da alegação de violação dos artigos 80, ***caput***, da Lei nº 8.213/91 e 116 do Decreto nº 3.048/99, uma vez que o acórdão havia concluído que o requisito de baixa-renda diz respeito à renda dos dependentes e não do segurado recluso, uma vez que serão eles os destinatários do benefício.

Tudo visto e examinado, decido.

São estes os fundamentos do acórdão recorrido, na parte que interessa à espécie:

"VOTO

Controverte-se, na hipótese, acerca do direito à concessão do benefício de auxílio-reclusão.

O auxílio-reclusão requerido pelos autores em 03-08-00 foi negado pelo INSS (fls. 11/13), sob o fundamento de que o pai deles percebia salário superior ao de R$ 398,48, estabelecido no art. 116 do Decreto 3.048/99 e na Portaria MPAS 5.188/99.

O pai dos autores encontra-se preso desde 17-05-00, conforme o atestado de fl. 18.

De acordo com o documento juntado pelo INSS de fl. 44, o último salário de contribuição do segurado foi em abril de 2000 e no valor de R$ 466,79.

O art. 201, IV, da CF/88, o art. 13 da EC nº 20//98 e o art. 116 do Decreto 3.048/99 assim dispõem respectivamente:

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

(...)

IV- salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;

Art. 13. Até que a lei discipline o acesso ao salário-família e auxílio-reclusão para os servidores, segurados e seus dependentes, esses benefícios serão concedidos apenas àqueles que tenham renda bruta mensal igual ou inferior a R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), que, até a publicação da lei, serão corrigidos pelos índices aplicados aos benefícios do regime geral da previdência social.

Art. 116. O auxílio reclusão será devido nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão que não receber remuneração da empresa em estiver em gozo de auxílio-doença, aposentadoria ou abono de permanência em serviço, desde que o seu último salário de contribuição seja inferior ou igual a R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais).

O auxílio-reclusão visa a proteger os dependentes do segurado, sendo que a renda a ser considerada é a dos seus dependentes e não a do segurado, porque aqueles é que são os beneficiários. A intenção da lei é não deixar desamparados os dependentes do segurado preso que possuem baixa renda.

Essa é a interpretação que se extrai do disposto no artigo 13 da EC 20/98 quando refere que ***esses benefícios serão concedidos apenas àqueles que tenham renda bruta mensal igual ou inferior a R$ 360,00*** *(grifo nosso).*

Assim, o art. 116 do Decreto 3.048/99 extrapolou a sua função regulamentadora ao estabelecer que o auxílio-reclusão só seria devido quando o salário de contribuição do segurado fosse inferior ou igual ao R$ 360,00, pois o benefício de auxílio-reclusão, como é sabido, é concedido aos dependentes do segurado e não a este.

(...)

Assim, verificando-se que os dependentes do segurado não possuíam qualquer renda na época da sua prisão, dependendo exclusivamente do seu salário, além de restarem cumpridos os demais requisitos legais, é de ser reformada a decisão para que lhes seja concedido o auxílio-reclusão desde a data do requerimento administrativo (03-08-00) e enquanto o segurado estiver preso em regime fechado ou semi-aberto.

(...)" (fls. 86/87).

A decisão ora agravada entendeu que se tratava de dupla fundamentação, porém, tal entendimento jurisprudencial, contudo, não se ajusta à espécie, impondo-se a edição do juízo de retração a que alude do artigo 557, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil.

Com efeito, ao que se tem dos autos, cuida-se de pedido de auxílio-reclusão, concedido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao entendimento de que a renda a ser considerada para a concessão do benefício é a dos dependentes do preso e não a do segurado.

In casu, tomou-se uma espécie pela outra, de dupla fundamentação alternativa, quando na verdade tem-se uma única fundamentação, qual seja, a concessão do benefício de auxílio-reclusão aos dependentes de baixa renda de segurado recluso.

Pelo exposto, incindível o objeto da insurgência especial, desconstituo a decisão agravada, determinando a inclusão do feito em pauta para novo julgamento.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4192)

RECURSO ESPECIAL Nº 890.366 - MG (2006/0212704-0)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
RECORRENTE	: ESTADO DE MINAS GERAIS E OUTROS
PROCURADOR	: MÁRCIO HELENO DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOSÉ DA SILVA ARAÚJO
ADVOGADO	: DANIELA MARIA PROCÓPIO E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ART. 535, II, DO CPC. ACÓRDÃO RECORRIDO. OMISSÃO.

Ocorre a contrariedade ao art. 535, II, do CPC, na hipótese em que o Tribunal ***a quo***, a despeito de provocado por meio de embargos de declaração, persiste na apontada omissão, impedindo o prequestionamento viabilizador da via especial.

Recurso Especial a que se dá provimento parcial.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DE MINAS GERAIS E OUTROS, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça Estadual, assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/03. TETO REMUNERATÓRIO. PROVENTOS. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. COM O ADVENTO DA ALUDIDA EMENDA FOI INTRODUZIDA A NORMA DO ART. 9º DA EC 41/03, EXPLICITANDO O ART. 17 DO ADCT, A FIM DE TENTAR IMPEDIR QUESTIONAMENTOS SOBRE A POSSIBILIDADE DE UMA NORMA CONSTITUCIONAL INTRODUZIDA POR EMENDA FERIR DIREITOS ADQUIRIDOS. A DESPEITO DE TAL NORMA, DE NÍVEL CONSTITUCIONAL, POSICIONO-ME NO SENTIDO DE SER CABÍVEL A INVOCAÇÃO DE DIREITO ADQUIRIDO EM FACE DE EMENDAS CONSTITUCIONAIS, GARANTIA INDIVIDUAL QUE NÃO PODE SER IGNORADA, POR COMPREENDER CLÁUSULA PÉTREA. "IN CASU", COMO OS MONTANTES PERCEBIDOS PELO IMPETRANTE TIVERAM SEUS FATOS JURÍDICOS CONFIGURADOS EM DATA ANTERIOR À VIGÊNCIA DA EC 41/03, HÁ DIREITO ADQUIRIDO À PERCEPÇÃO DOS PROVENTOS NO MESMO PATAMAR DE SUAS CONCESSÕES, NÃO SENDO O CASO DE SE APLICAR A NORMA DO ART. 8º DA EC 41/03, CONFORME INVOCADO PELOS IMPETRADOS PARA O FIM DE DEFINIR O TETO REMUNERATÓRIO NO ÂMBITO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, MORMENTE POR SUA NATUREZA TRANSITÓRIA" (fls. 128)

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados. (fls.155/158)

Nas razões de recurso especial (fls. 164/171), os Recorrentes alegam violação ao artigo 535 do CPC, por ter o Tribunal de Origem deixado de se manifestar acerca do efeito patrimonial retroativo.

Sustenta ofensa ao artigo 15 da Lei nº 1.533/51, uma vez que que o acórdão recorrido determinou a reposição do montante descontado dos vencimentos do Recorrido referente a período anterior ao ajuizamento do ***mandamus***.

Foram apresentadas contra-razões. (fls. 201/211)

Admitido o recurso aos fls. 222/223, vieram conclusos os autos.

É o relatório.

De plano, examinando o acórdão proferido na decisão que examinou os embargos de declaração, verifica-se que os temas postos não foram analisados, em especial acerca do efeito patrimonial retroativo concedido em liminar e mantido quando do julgamento do ***mandamus.***

Assim, ficou configurada a indicada omissão impeditiva do prequestionamento viabilizador da via especial, pelo que se evidencia a invalidade do acórdão proferido em sede de embargos de declaração por força da contrariedade ao art. 535, II, do CPC.

Consoante entendimento esposado no julgamento do REsp 501.943/SP, Relator Ministro Felix Fischer, DJ 23.06.2003, *"deixando o acórdão de se manifestar sobre determinado ponto da matéria sub judice, rejeitando os embargos declaratórios, insistindo na omissão, incorre em violação ao art. 535, inciso II, do CPC"*.

Nesse mesmo sentido, q.v., *verbi gratia*, REsp 379.881/RS, Rel. Min. Paulo Gallotti, DJ 11/11/2002; REsp 451.000/SC, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 17/03/2003, este último assim ementado:

"RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. VIOLAÇÃO AO ART. 535, I E II, DO CPC. 1 - Omisso o julgado e rejeitados os embargos declaratórios, acolhe-se a argüição de violação ao art. 535 e incisos, do CPC, determinando o retorno dos autos à instância de origem, para suprir a mácula. 2 - Recurso especial conhecido em parte."

Ante o exposto, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso especial, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do CPC, determinando a remessa dos autos ao Tribunal ***a quo*** a fim de que, renovando o julgamento dos Embargos de Declaração, sejam sanadas as omissões referente ao efeito patrimonial retroativo, ficando prejudicado o julgamento das demais matérias,

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4193)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 890.402 - SP (2006/0211920-4)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
EMBARGANTE	: MARINO ESTEVÃO DA SILVA
ADVOGADO	: ROMEU TERTULIANO
EMBARGADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CARLOS GUSTAVO MOIMAZ MARQUES E OUTRO(S)

DECISÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. VÍCIOS INEXISTENTES.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando presente, ao menos, uma das hipóteses previstas no art. 535 do Código de Processo Civil.

2. Embargos rejeitados.

Cuida-se de embargos declaratórios contra decisão assim ementada:

"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO E AUXÍLIO-ACIDENTE. CUMULAÇÃO.

1. Diante do disposto na Lei nº 9.528/97, a verificação da possibilidade de cumulação do auxílio-acidente com aposentadoria tem de levar em conta a lei vigente ao tempo do infortúnio que ocasionou a incapacidade laborativa.

2. Não mencionando o acórdão impugnado que a incapacidade tivesse ocorrido em data anterior, não há como reconhecer o direito à pleiteada cumulação.

3. Recurso especial provido." (fl. 188)

Sustenta o embargante que a decisão embargada foi omissa, dado que não apreciou os pontos enfocados nas contra-razões do recurso especial, especialmente, no que diz respeito ao fato de ainda não ser aposentado, razão porque não tem sentido a discussão a respeito da vitaliciedade do benefício acidentário.

O inconformismo não merece acolhimento.

Com efeito, não obstante o autor não ser, de fato, ainda aposentado, o Tribunal de origem, em sede de embargos de declaração, decidiu situação futura, afirmando, com todas as letras, que o auxílio-acidente ora concedido seria vitalício, só podendo ser cancelado "se vier o segurado a ser contemplado com outro benefício maior oriundo da mesma fonte de custeio e do mesmo fato gerador (no caso aposentadoria por invalidez acidentária)." (fls. 128/129)

Como cediço, o recurso de que se cuida tem o seu alcance precisamente definido no artigo 535 do Código de Processo Civil, vale dizer, eliminar da decisão qualquer obscuridade ou contradição ou suprir omissão sobre ponto acerca do qual se impunha pronunciamento.

In casu, as razões do embargante não lograram comprovar a existência de quaisquer dos referidos vícios, porquanto buscam, em verdade, rediscutir, com intuito infringente, o mérito da presente demanda, providência incompatível com a via eleita

Ante o exposto, rejeito os presentes embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4194)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 890.624 - SP (2006/0214120-0)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: VÍTOR PETRI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: VANAIR APARECIDA DA SILVA
ADVOGADO	: GUSTAVO ANDRÉ BUENO

DECISÃO

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE RURAL. PERÍODO EQUIVALENTE À CARÊNCIA. ART. 143 DA LEI Nº 8.213/91. NÃO COMPROVAÇÃO. BENEFÍCIO INDEVIDO. APLICAÇÃO. JUÍZO DE RECONSIDERAÇÃO.
1. A teor do disposto no art. 143 da Lei nº 8.213/91, o trabalhador rural, ao requerer a aposentadoria por idade, deverá comprovar o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à respectiva carência.
2. **In casu**, a recorrente não logrou comprovar o exercício da atividade rural no período de carência, fixado no artigo 143 da Lei nº 8.213/91. Sendo assim, não há como reconhecer o direito ao benefício pleiteado.
3. Recurso a que se nega seguimento.

A hipótese é de agravo regimental contra decisão que deu provimento a recurso especial afirmando que "o referido acórdão, destoou do entendimento firmado nesta Corte segundo o qual 'a qualificação profissional do marido como rurícola, constante de atos do registro civil, se estende à esposa, assim considerado como razoável início de prova material complementado por testemunhos' (REsp nº 131.765/SP, Relator o Ministro JOSÉ DANTAS, DJU de 1º/12/1997). " (fl. 143)
Alega o agravante que "o acórdão regional apreciou corretamente as provas existentes nos autos. Todavia, entendeu não estar presente o requisito disposto no artigo 143 da Lei nº 8.213/91, o qual exige a comprovação do trabalho rural por um período mínimo de tempo anteriormente à concessão do benefício." (fl. 152)
Assiste-lhe razão, mostrando-se evidente o equívoco na fundamentação da decisão atacada, motivo pelo qual a reconsidero.
Passo ao exame do recurso especial.
Cuida-se de recurso especial com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 3ª Região assim ementado:
"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. REMESSA OFICIAL. DESCABIMENTO (ART. 475, § 2º, CPC). INEXIGIBILIDADE DE CONTRIBUIÇÕES (ARTS. 142 E 143 DA LEI Nº 8.213/91). NÃO COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO DO LABOR RURAL. PROVA TESTEMUNHAL QUE DEVE SER AMPARADA EM INÍCIO DE PROVA MATERIAL CONTEMPORÂNEA À ÉPOCA DOS FATOS (SÚMULA Nº 149 DO C. STJ). INOCORRÊNCIA. SEM CONDENAÇÃO EM VERBA HONORÁRIA, CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS, TENDO EM VISTA A CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA.
- A sentença não está sujeita à remessa oficial, pois o valor da condenação não excede a 60 (sessenta) salários mínimos (art. 475, § 2º, CPC).
- À concessão do benefício de aposentadoria do trabalhador rural, no valor de um salário mínimo, torna-se suficiente a demonstração da idade mínima e do exercício da atividade rurícola pelo prazo da Lei, inexigindo-se o recolhimento de contribuições previdenciárias.
- Em regra, constitui início de prova material da atividade rural da mulher o documento do cônjuge, qualificando-o como lavrador.
- No caso em tela, a autora completou tempo necessário à outorga do benefício após a sua separação, razão pela qual é vedado estender, à autora, à profissão de rurícola de seu esposo, constante da certidão de casamento.
- Os depoimentos testemunhais devem estar amparados em início de prova material contemporânea à época dos fatos que pretende provar (Súmula nº 149 do C.STJ).
- Concedido o benefício da justiça gratuita, indevida a condenação do vencido em verbas sucumbenciais, afastada a aplicação do art. 12 da Lei nº 1.060/50, pois conforme decidiu o C. Supremo Tribunal Federal, 'Ao órgão jurisdicional não cabe proferir decisões condicionais' (RE nº 313.348/RS, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).
- Recurso do INSS provido. Sentença reformada, para julgar improcedente o pedido de aposentadoria por idade rural da autora." (fls. 84/85)

Aponta a recorrente, além de divergência jurisprudencial, violação dos artigos 48, § § 1º e 2º, 142 e 143 da Lei nº 8.213/91, afirmando que há nos autos início de prova material apto à comprovação do exercício da atividade rural alegada, qual seja, certidão de casamento onde consta a qualificação do seu marido como rurícola, não se exigindo comprovação documental de todo o período.
A irresignação não merece acolhimento.
A controvérsia dos autos diz respeito à necessidade de comprovação da atividade rural no período equivalente à carência para a concessão do benefício de aposentadoria por idade.
Com efeito, a regra do artigo 143 da Lei de Benefícios destina-se àquele trabalhador rural que estava desobrigado de recolhimento de contribuições antes de 24/7/1991, data da entrada em vigor da referida Lei. Para esses, a exigência de carência foi substituída pela comprovação do exercício da atividade rural.
É bem verdade que não se exige comprovação documental de todo o período, contanto que haja prova testemunhal a ampliar o espaço de tempo que se pretende provar para a obtenção do benefício. Entretanto, assentou o acórdão recorrido:
"No que pertine ao exercício de atividade rural, a autora apresentou início de prova material, a saber, certidão de casamento lavrada em 2/9/1961, onde consta a profissão de lavrador do cônjuge (fl. 15).
Entretanto, descabe considerar a certidão de casamento como início de prova material, dada a inaplicabilidade, à espécie, do raciocínio de que a mulher acompanha o marido nas lides campesinas, na medida em que o cônjuge dela se separou, por volta de 1975, segundo o depoimento pessoal (fl. 50).
Anote-se que a postulante completou a idade mínima à concessão do benefício, décadas depois da referida separação.
Ressalte-se que, não obstante as testemunhas tenham afirmado o labor rural da parte autora, a prova, exclusivamente, testemunhal não é suficiente à comprovação da atividade rurícola, conforme Súmula nº 149 do C. Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual:
(...)
Portanto, não restou provado, pela parte autora, o cumprimento da carência, correspondente ao exercício da atividade rural (art. 142 da Lei nº 8.213/1991). " (fls. 81/82)

Ao que se tem, o acórdão recorrido decidiu que a recorrente não logrou comprovar o exercício da atividade rural no período de carência, fixado no artigo 143 da Lei nº 8.213/91. Sendo assim, não há como reconhecer o direito ao benefício pleiteado.
Nesse sentido a orientação desta Corte:
***A** - PREVIDENCIÁRIO - TRABALHADOR RURAL - APOSENTADORIA POR IDADE - COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA - ART. 143 DA LEI Nº 8.213/91.*
Na hipótese de requerimento administrativo do benefício de aposentadoria por idade, sob a égide da redação original do art. 143 da Lei nº 8.213/91, o trabalhador rural deverá comprovar o exercício do labor agrícola nos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao requerimento do benefício, ainda que de forma descontínua. Precedente.
Recurso não conhecido".
*(REsp nº 487.944/PR, Relator o Ministro **FELIX FISCHER**, DJU de 15/2/2003)*

***B** - "AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. VALORAÇÃO DE PROVA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. EXISTÊNCIA. COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE RURAL EM NÚMERO DE MESES EQUIVALENTE À CARÊNCIA DO BENEFÍCIO. DESNECESSIDADE.*
1. "A comprovação do tempo de serviço para os efeitos desta Lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme o disposto no artigo 108, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento.' (artigo 55, parágrafo 3º, da Lei nº 8.213/91).
2. O início de prova material, de acordo com a interpretação sistemática da lei, é aquele feito mediante documentos que comprovem o exercício da atividade nos períodos a serem contados, devendo ser contemporâneos dos fatos a comprovar, indicando, ainda, o período e a função exercida pelo trabalhador.
3. Para a obtenção da aposentadoria por idade, o trabalhador rural referido na alínea 'a' dos incisos I e IV e nos incisos VI e VII do artigo 11 da Lei nº 8.213/91, além da idade mínima de 60 anos (homem) e 55 (mulher), deverá comprovar o efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido (artigo 48 da Lei nº 8.213/91), sendo prescindível que o início de prova material abranja necessariamente esse período, dês que a prova testemunhal amplie a sua eficácia probatória ao tempo da carência, vale dizer, desde que a prova oral permita a sua vinculação ao tempo de carência.
4. A certidão de casamento e o certificado de reservista, onde constam a profissão de lavrador do segurado, constituem-se em início razoável de prova documental. Precedentes.
5. Agravo regimental improvido."
*(AgRg no REsp nº 298.272/SP, Relator o Ministro **HAMILTON CARVALHIDO**, DJU 19/12/2002)*

Ante o exposto, nos termos do artigo 557, **caput**, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4195)

RECURSO ESPECIAL Nº 890.822 - SP (2006/0212314-9)

RELATOR	**:**	**MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	:	MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	:	HENRIQUE SUGAYA E OUTRO(S)
RECORRIDO	:	ODETE CARVALHO FERREIRA E OUTROS
ADVOGADO	:	SEVERINO ALVES FERREIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Recurso especial interposto pelo Município de São Paulo, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Quarta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:
"SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS - Pretensão de reajustamento relativamente ao mês de fevereiro de 1.995, sem aplicação retroativa da Lei 11.722/95.
PRESCRIÇÃO - Obrigação de trato sucessivo - Prescrição que fulmina apenas as parcelas devidas em intervalo antecedente ao qüinqüênio contado do ajuizamento da ação.
Lei 11.722, de 14.02.1995 inaplicável ao reajustamento dos vencimentos relativamente ao mês de fevereiro - Retroatividade descabida, que não pode alterar remuneração por serviços já prestados - Afronta ao direito adquirido configurada - Manutenção da sistemática das leis 10.688/88 e 10.722/89 para o período - Procedência da ação - Diferenças devidas - Recurso provido para esse fim." (fl. 219).
A insurgência especial está fundada na violação do artigo 1º do Decreto nº 20.910/32.
Sustenta o recorrente a prescrição de fundo de direito do pleito dos autores, pois *"Claro está que, no caso, a prescrição atinge o próprio fundo de direito, e não apenas as parcelas vencidas no último qüinqüênio, como decidido pelo venerando acórdão recorrido, uma vez que o ato supostamente antijurídico - a aplicação do art. 7º da Lei 11.722/95 no próprio mês de fevereiro de 1995 - ocorreu há mais de cinco anos, sem que tivesse sido questionado quer administrativamente, quer judicialmente pelos autores."* (fl. 235).
Recurso tempestivo (fl. 231), respondido (fl. 322) e inadmitido (fl. 379).
Agravo de instrumento provido.
Tudo visto e examinado, decido.
A despeito do agravo de instrumento ter sido provido, o presente recurso especial não reúne condições de admissibilidade.
A questão está em saber se o direito à revisão do cálculo do reajuste dos vencimentos, no mês de fevereiro de 1995, nos termos das Leis Estaduais nº 10.688/88, 10.772/89 e 11.722/95, em que não houve negativa da administração, atinge o próprio fundo de direito, ou somente as prestações vencidas há mais de 5 anos do ajuizamento da ação, conforme dispõe o enunciado nº 85 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça.
Em caso tais como a dos presentes autos, no qual se discute revisão dos vencimentos dos servidores públicos, vinha firmando entendimento no sentido em que a prescrição atinge o próprio fundo de direito.
Ocorre, todavia, que esta Corte Superior de Justiça consolidou a jurisprudência no sentido de que, não havendo recusa formal da Administração Pública, a prescrição atinge tão-somente as prestações vencidas há mais de 5 anos da propositura da ação, por se tratar de relação jurídica de trato sucessivo, atraindo a incidência do enunciado nº 85 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça, ***verbis***:
"Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a fazenda publica figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior a propositura da ação."
Nesse sentido, a seguinte decisão do Ministro Felix Fischer:
"Trata-se de agravo regimental interposto por NILTON JOSÉ DE BRITO E OUTROS contra decisão que deu provimento ao recurso especial, sob os seguintes fundamentos:
'(...)
No tocante à prescrição, cumpre esclarecer que o direito dos autores surgiu com a Lei Estadual n° 1.718/90, que criou a Gratificação de Encargos Especiais.
Logo, tendo sido ajuizada a presente ação somente em 27/08/2003, ultrapassados mais de cinco anos desde a criação da gratificação, que se pretende o recebimento, deve-se reconhecer que a prescrição alcançou o próprio fundo de direito dos autores, conforme estabelecido no art. 1º do Decreto nº 20.910/32.
(...)
Pelo exposto, com arrimo no art. 557, § 1º-A, do CPC, dou provimento ao recurso, para que seja extinto o processo, nos termos do art. 269, IV, do CPC, visto que a prescrição alcançou o próprio fundo de direito do autor.
Invertidos os ônus sucumbenciais' (fls. 200/204).
Sustentam os agravantes, em síntese, que a prescrição somente atinge as prestações vencidas antes do qüinqüídio anterior à propositura da ação, aplicando-se o enunciado da Súmula nº 85 desta Corte, quando a Administração não tenha negado o próprio direito pleiteado.
*Assiste razão aos agravantes, motivo pelo qual **reconsidero** a decisão de fls. 200/204.*
É que, diferentemente do que restou consignado na decisão agravada, a pretensão dos agravantes não foi acometida pela prescrição do fundo de direito.
Com efeito, consoante entendimento do eminente Ministro Moreira Alves, no RE nº 110.419/SP:
*'**Fundo do direito é expressão utilizada para significar o direito de ser funcionário (situação jurídica fundamental)** ou os direitos a modificações que se admitem com relação a essa situação jurídica fundamental, como reclassificações, reenquadramentos, direito a adicionais por tempo de serviço, direito à gratificação por prestação de serviços de natureza especial, etc.). A pretensão ao **fundo do direito** prescreve, em direito administrativo, em cinco anos a partir da data da violação dele, pelo seu **não reconhecimento inequívoco**. **Já o direito a perceber as vantagens pecuniárias decorrentes dessa situação jurídica fundamental ou de suas modificações ulteriores é mera conseqüência daquele, e sua pretensão, que diz respeito a quantum, renasce cada vez em que este é devido (dia a dia, mês a mês, ano a ano, conforme a periodicidade em que é devido seu pagamento), e, por isso, se restringe às prestações vencidas há mais de cinco anos**, nos termos exatos do artigo 3º do Decreto nº 20.910/32, que reza:*
'Art. 3º. Quando o pagamento se dividir por dias, meses ou anos, a prescrição atingirá progressivamente as prestações, à medida que completarem os prazos estabelecidos pelo presente decreto'.
*Se - como está expresso nesse dispositivo legal - a pretensão à prestação legalmente devida (que é simplesmente um **quantum**) renasce, para efeito de prescrição, periodicamente por ocasião do momento em que deve ser feito seu pagamento, tudo o que a esse **quantum**, que é a prestação, está indissoluvelmente ligado (assim, portanto, inclusive o critério de sua fixação, decorra ele de ato normativo inconstitucional ou ilegal, ou de má interpretação da Administração Pública) se rege pelo mesmo princípio. Se o Estado paga, e reconhece, portanto, a existência incontroversa do **fundo do direito**, mas paga menos do que é constitucional ou legalmente devido, o direito ao pagamento certo renasce periodicamente.*

Nota-se, por fim, que esse renascimento periódico só deixa de ocorrer - e isso foi construção jurisprudencial, para impedir que ele se desse apesar de indeferimentos sucessivos da Administração Pública a reclamação expressa do funcionário -, se o servidor público requer ao Estado a correção da prestação que lhe está sendo indevidamente paga, e seu requerimento é indeferido*. A partir de então, tem o servidor de ajuizar a ação para obter o resultado querido, sob pena de prescrever definitivamente essa pretensão.' (RTJ 130, pp. 328-330)' (sem os grifos no original).*

A discussão acerca do fundo de direito refere-se, como visto, à 'situação jurídica fundamental', o que, no caso em apreço, não ocorre, já que ***não se discute a condição funcional dos recorridos, qual seja, servidores de fundação estatal, mas, tão-somente, o direito ao recebimento isonômico de reajustes salariais que devem ser concedidos a toda a classe de servidores públicos estaduais submetidos ao mesmo regime jurídico****.*

Segundo Hely Lopes Meirelles, 'tratando-se de prestações periódicas devidas pela Fazenda, como são os vencimentos e vantagens de seus servidores, a prescrição vai incidindo sucessivamente sobre as parcelas em atraso quinquenal e respectivos juros, mas não sobre o direito.' (Direito Administrativo Brasileiro, 23ª ed., p. 597). Do mesmo modo ensina Celso Antônio Bandeira de Mello, ao afirmar que quando 'o devido pelo Poder Público (ou suas autarquias) deva implementar-se em prestações periódicas, o que prescreve não é o débito em si, mas as parcelas vencidas e não exigidas no prazo de cinco anos.' (Curso de Direito Administrativo, 17ª ed., p. 925).

*Exceção a essa hipótese ocorreria, no caso de o servidor requerer '****ao Estado a correção da prestação que lhe está sendo indevidamente paga, e seu requerimento é indeferido****'. Isso não ocorreu no presente caso.*

Aliás, a respeito dessa peculiaridade, a súmula nº 85, do STJ, é expressa:

*'Nas relações de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, q****uando não tiver sido negado o próprio direito reclamado****, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação' (grifei).*

A ressalva - quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado - é perfeitamente justificável, pois, caso contrário, dever-se-ia exigir que todos os servidores públicos façam a leitura diária do Diário Oficial para acompanhar a legislação editada pela Administração para, então, não correr o risco de que seja aplicada a alegada 'prescrição de fundo do direito' que, nessa hipótese, teria como marco inicial a data da publicação da lei.

A teoria do trato sucessivo abarca, assim, direitos que se renovam dia a dia, ou mês a mês, e que não tenham sido indeferidos expressamente ou de modo inequívoco.

Não por outra razão dispuseram os precedentes da mencionada súmula nº 85:

'ADMINISTRATIVO - VANTAGEM FUNCIONAL - ADICIONAIS DE EXTRA PARTE - PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO - DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL COMPROVADO - SÚMULAS 443/STF E 163 TFR.

Em se tratando de relação continuada e ***inexistindo recusa formal da administração ao reconhecimento do direito pleiteado****, a prescrição não atinge o fundo de direito, alcançando, tão só, as parcelas vencidas, anteriores ao quinquênio da propositura da ação. Recurso provido.' (Resp. nº 10.110-0-SP, Rel. e. Min.* ***Peçanha Martins****, DJ 10.02.1993) (grifei)*

'ADMINISTRATIVO. FUNCIONÁRIO. VANTAGENS. PRESCRIÇÃO. Tratando-se de vantagem devida a funcionário público, referente a pagamento efetuado parceladamente, a prescrição não atinge o próprio fundo do direito,' (Resp. nº 31661-7-SP, Rel. e. Min. ***Costa Lima****, DJ 17.02.1993)*

Na Suprema Corte não foi diferente:

'Servidores públicos. Vantagem atribuída pela Lei Complementar nº 180/78. Inocorrência da prescrição do próprio direito. Prestações de trato sucessivo. Recurso Extraordinário não conhecido.' (RE nº 108.673-4, Rel. e. Min. Djaci Falcão. DJ. 24.10.1986)

Ao contrário, ou seja, quando há negativa expressa da Administração, a situação é diversa e aplica-se a 'prescrição' do direito. Nesse sentido, manifestou-se a Suprema Corte:

'ADMINISTRATIVO. PRESTAÇÕES DE TRATO SUCESSIVO. ***QUANDO ANTERIORMENTE NEGADO O FUNDO DO DIREITO****, PRESCREVE NO PRAZO DE CINCO ANOS A AÇÃO TENDENTE A OBTENÇÃO DAS PRESTAÇÕES DA RELAÇÃO ESTATUTÁRIA DO SERVIÇO PÚBLICO.' (RE nº 99165, Rel. e. Min. Décio Miranda, DJ. 14.08.1984) (grifei)*

'REFORMA DE MILITAR. ATO DA ADMINISTRAÇÃO. NÃO HÁ QUE FALAR-SE EM PRESCRIÇÃO APENAS DE PARCELAS ANTERIORES AO QUINQUÊNIO, SE HOUVE - COMO DE FATO OCORREU - ***MANIFESTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO QUE REPRESENTA INEQUÍVOCA NEGATIVA A PRETENSÃO DO DIREITO****, NÃO SE APLICANDO, ASSIM, A HIPÓTESE, A JURISPRUDÊNCIA REFERENTE A PRESTAÇÕES DE TRATO SUCESSIVO.' (RE nº 96340, Rel. Min. Aldir Passarinho, DJ 11/02/1983) (grifei)*

Frise-se, todavia, que tal recusa não ocorreu no caso em tela do modo como exigido pela jurisprudência acima colacionada, bem como expresso na própria súmula nº 85, do STJ.

Desse modo, ***reconsidero*** *a decisão de fls. 200/204 para* ***negar seguimento*** *ao recurso especial."* (AgRgREsp nº 764.346/RJ, Relator Ministro Felix Fischer, ***in*** DJ 21/3/2006).

Veja-se, também, José dos Santos Carvalho Filho:

"O tema reclama que se considere a natureza do ato que deu origem à lesão. Nesse caso, é importante distinguir as ***condutas comissivas*** *e as c****ondutas omissivas*** *do Estado. Quando é comissiva, isto é, quando o Estado se manifestou expressamente, a contagem do prazo prescricional de dá a partir dessa expressão da vontade estatal. Aqui a pretensão alcança o próprio direito, ou, como preferem alguns, o próprio fundo do direito.* ***Quando, ao contrário, o Estado se mantém inerte, embora devesse ter reconhecido o direito do interessado, a conduta é omissiva, isto é, o Estado não se manifestou quando deveria fazê-lo. Neste caso, a contagem se dá a partir de cada uma das prestações decorrentes do ato que o Estado deveria praticar para reconhecer o direito, e não o fez. A prescrição, aqui, alcança apenas as prestações, mas não afeta o direito em si****."* (***in*** Manual de Direito Administrativo, editora Lumen Juris, 14ª ed., 2005, pág. 816 - nossos os grifos).

E ainda, outros precedentes sobre a aplicação do enunciado nº 85 da Súmula desta Corte Superior de Justiça:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR MILITAR ESTADUAL. LEI ESTADUAL N.º 10.990/97. EXTINÇÃO DE GRADUAÇÕES. RECLASSIFICAÇÃO.

SERVIDORES INATIVOS. EXTENSÃO DOS REAJUSTES CONCEDIDOS AOS SERVIDORES EM ATIVIDADE. PRETENSÃO DE SE PLEITEAR A REFERIDA VANTAGEM PERANTE O JUDICIÁRIO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 85/STJ.

1. A Lei Gaúcha n.º 10.990/97 alterou a estrutura hierárquica da carreira militar estadual, extinguindo as graduações de 3º Sargento, 2º Tenente, Subtenente e Cabo, promovendo os seus então ocupantes ao grau hierárquico imediatamente superior, sem, contudo, estender os respectivos efeitos financeiros desta reclassificação aos proventos dos militares reformados, o que deu azo às inúmeras demandas judiciais.

2. Independe de análise de dispositivos constitucionais e da interpretação da legislação local, o exame da quaestio juris posta à apreciação, que se refere à definição de qual modalidade de prescrição incide na hipótese: do próprio fundo de direito ou somente das parcelas anteriores ao qüinqüênio imediatamente anterior ao ajuizamento da ação.

3. Em face da orientação firmada pela Suprema Corte, coube ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul dar a última palavra sobre a interpretação da Lei Estadual n.º 10.990/97. Nesse mister entendeu que a reclassificação determinada pela referida lei criou vantagem que deve ser estendida a todos os militares inativos, sob pena de ofensa à regra da paridade dos vencimentos dos servidores inativos com os dos servidores em atividade, prevista no art. 40, § 8º, da Constituição Federal.

3. Assim, o direito à reclassificação traduz-se em concessão de aumento aos militares estaduais, pelo que resta configurada, inequivocamente, uma relação de trato sucessivo, que se renova mês a mês, a atrair a aplicação da Súmula n.º 85 desta Corte, afastando a prescrição do fundo de direito.

4. Recurso especial conhecido e desprovido." (REsp nº 755.596/RS, Relatora Ministra Laurita Vaz, ***in*** DJ 24/10/2005).

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO. INOCORRÊNCIA. ADICIONAL À GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE. PRESCRIÇÃO. ENUNCIADO Nº 85 DA SÚMULA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

1 - Não ocorre omissão quando o Tribunal de origem decide fundamentadamente todas as questões postas ao seu crivo.

2 - Segundo precedente da Corte 'a Súmula 85 do STJ, que prevê que nas relações de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação, não se aplica à hipótese em que se pleiteia o pagamento de valores devidos antes do qüinqüênio.' (REsp nº 416.129/MA, Relator o Ministro Vicente Leal, DJU de 1º/7/2002)

3 - Recurso especial improvido." (REsp nº 489.328/MA, Relator Ministro Paulo Gallotti, ***in*** DJ 12/9/2005).

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PENSIONISTAS. POLICIAIS FEDERAIS. PRESCRIÇÃO. PRESTAÇÕES DE TRATO SUCESSIVO. GRATIFICAÇÃO POR OPERAÇÕES ESPECIAIS. LEI 7.923/89. INCORPORAÇÃO.

I - Em se tratando de ação proposta apenas para obter o pagamento de determinada vantagem pecuniária pela Administração, a prescrição não atinge o chamado fundo de direito, mas sim as parcelas vencidas há mais de cinco anos contados do ajuizamento da ação. Decreto 20.910/32, art. 3º.

II - A gratificação por operações especiais teve seu valor incorporado à remuneração dos servidores, não podendo ser paga, novamente, aos pensionistas de policiais federais, sob pena de configuração de bis in idem.

III - Ademais, essa vantagem não se confunde com a gratificação por dedicação exclusiva ao serviço, razão pela qual não se inclui na exceção prevista no art. 2º, § 3º, VIII, da Lei 7.923/89.

Recurso conhecido e provido." (REsp nº 235.916/AL, Relator Ministro Felix Fischer, ***in*** DJ 28/8/2000).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - VANTAGEM FUNCIONAL - ADICIONAIS DE SEXTA-PARTE - PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO - INOCORRÊNCIA - REEXAME DE PROVA - SUMULA N. 07/STJ - PRECEDENTES STJ.

EM SE TRATANDO DE RELAÇÃO CONTINUADA E INEXISTINDO RECUSA FORMAL DA ADMINISTRAÇÃO AO RECONHECIMENTO DO DIREITO PLEITEADO, A PRESCRIÇÃO NÃO ATINGE O FUNDO DE DIREITO, TÃO SÓ, AS PARCELAS VENCIDAS ANTERIORES AO QUINQUÊNIO DA PROPOSITURA DA AÇÃO.

A PRETENSÃO DE SIMPLES REEXAME DE PROVA NÃO ENSEJA RECURSO ESPECIAL.

RECURSO NÃO CONHECIDO." (REsp nº 21.702/SP, Relator Ministro Peçanha Martins, ***in*** DJ 25/10/93).

Outro não foi o entendimento do acórdão recorrido.

Tem incidência, assim, o enunciado nº 83 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça, ***verbis***:

"Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida."

Pelo exposto, com fundamento no artigo 557, ***caput***, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4196)

RECURSO ESPECIAL Nº 891.119 - RS (2006/0213811-1)

RELATOR	**:**	**MINISTRO NILSON NAVES**
RECORRENTE	:	MARIA LUIZA GUINTER SANCHES
ADVOGADO	:	ROBERTA PAPPEN DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO	:	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	:	MIGUEL AUGUSTO BASSO DAMIANI E OUTRO(S)

DECISÃO

Servidora pública estadual aposentada ajuizou ação buscando a concessão dos reajustes salariais previstos na Lei estadual nº 10.395/95, bem como os demais consectários legais. A sentença de parcial procedência do pedido foi reformada, em parte, pelo Tribunal de Justiça gaúcho em acórdão assim ementado:

"Apelação cível. Reexame necessário. Ação ordinária. Política salarial. Servidora pública. Magistério estadual.

I - Preliminar. Prescrição do fundo do direito não verificada.

- Tratando-se de pretensão à percepção de vantagem pecuniária vinculada a situação funcional indiscutível em que o pagamento se divide por dias, meses ou anos, não há prescrição do fundo de direito, mas, apenas, a prescrição progressiva das prestações, à medida que completarem o prazo de 5 (cinco) anos, contados da data do ato ou fato do qual se originaram (art. 3º, Decreto nº 20.910/32). Aplicação da Súmula nº 85 do STJ.

II - Mérito.

- A publicação e vigência da Lei Estadual nº 10.395, de 1º de junho de 1995, ocorreu durante o período de *vacatio legis* da Lei Complementar nº 82/95, logo não há como afirmar que o art. 8º da referida Lei estadual teve sua eficácia suspensa pelo art. 1º, § 3º, da Lei Camata, uma vez que esta lhe é anterior e não pode ter eficácia retroativa.

- A alegação de que a Lei estadual concessiva de aumento salarial teve sua eficácia suspensa face à edição de lei federal sobre normas gerais sobre despesas com funcionalismo público (art. 24, § 4º, CF) não tem respaldo na situação fática que se afigura.

- A Lei Complementar nº 82/95 não é superveniente à Lei estadual nº 10.395/95, mas sim, anterior, não alcançando situação jurídica consolidada, na qual o aumento de 81,43% já integrara o patrimônio individual dos servidores públicos estaduais.

- Uníssona jurisprudência desta 3ª Câmara Cível. Precedente da Corte Especial.

- Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano (Lei nº 9.494/97, art. 1º-F - redação dada pela MP nº 2.180-35).

- Redimensionamento da distribuição da sucumbência que se impõe, ante o decaimento em face da não ressalva da prescrição qüinqüenal no pedido inicial.

- Compensação de verba honorária. Possibilidade. Mudança de posicionamento face à edição da Súmula nº 306 do STJ.

- Despicienda a determinação para incidência de descontos fiscais e previdenciários, pois os mesmos decorrem de lei.

- O 'dies a quo' da contagem da correção monetária é a data em que cada parcela vencida deveria ter sido adimplida. Correção monetária com base no IGP-M.

Rejeitaram a preliminar, e, no mérito, deram parcial provimento à apelação, mantendo, no mais, a sentença, em reexame necessário."

Daí este recurso especial, em que a autora alega, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 20 e 21, parágrafo único, do Cód. de Pr. Civil e 23 e 24 da Lei nº 8.906/94. Sustenta, em síntese, o seguinte: (I) "o postulado pela parte recorrente foi atendido em sua totalidade, sendo inacolhido apenas em relação ao período atingido pela prescrição, o que, indubitavelmente, deve ser considerado como parte mínima do pedido"; (II) "a decretação da prescrição, por si só, não implica a sucumbência recíproca"; (III) "não pode ser admitida a compensação da verba honorária"; e (IV) "enquanto litigar a autora sob o benefício da gratuidade judiciária, fica suspensa a exigibilidade da verba honorária que lhe foi imposta, tornando descabida a determinação de compensação dos honorários advocatícios". Por fim, requer a majoração da verba honorária.

Regularmente intimado, o recorrido apresentou contra-razões, instando pela manutenção do decidido.

A meu ver, a irresignação deve ser parcialmente acolhida.

Inicialmente, com relação à majoração dos honorários, rever o entendimento do Tribunal demandaria o reexame dos aspectos fático-probatórios da causa, providência incompatível com a via estreita do recurso especial, a teor da Súmula 7.

No tocante à alegada violação do parágrafo único do art. 21 do Cód. de Pr. Civil, ante a peculiaridade do caso, tenho que o recurso deve ser provido.

Pela sentença foi o pedido julgado procedente, em parte, tendo sido reconhecida a prescrição qüinqüenal. A seguir, o Tribunal estadual deu parcial provimento à apelação do Estado para reduzir a taxa de juros, bem como para redistribuir os ônus sucumbenciais e autorizar a compensação dos honorários advocatícios.

Ora, o pedido formulado na petição inicial foi integralmente atendido. Da redução da taxa dos juros e dos honorários - porquanto consubstanciam pedido acessório - não resultou nenhuma modificação no conteúdo da condenação. E mais: não houve inovação quanto ao tema da prescrição qüinqüenal, pois o Tribunal local apenas reiterou o que já havia sido reconhecido pela sentença. Daí resulta que a perda da autora foi mínima, devendo o recorrido arcar com as verbas de sucumbência nos termos do art. 21, parágrafo único, do Cód. de Pr. Civil, afastando-se, por conseqüência, a compensação da verba honorária.

Tal o contexto, dissentiu o acórdão recorrido da orientação do Superior Tribunal. A propósito, vejam-se os seguintes precedentes:

"Embargos de declaração nos embargos de declaração. Recurso especial. Honorários advocatícios. Decaimento mínimo.
O v. acórdão embargado manteve a decisão que deu parcial provimento ao recurso especial 'para consignar que as partes arcarão com as verbas da sucumbência, incluídos os honorários advocatícios de 10% estabelecidos na origem, na proporção do respectivo decaimento'.
Nos primeiros embargos declaratórios, a parte recorrente sustentou não haver sucumbência recíproca, na medida em que todos os pedidos elencados na petição inicial foram atendidos. A colenda Segunda Turma, no entanto, rejeitou os embargos ao fundamento de que 'a embargante decaiu no presente feito relativamente aos juros moratórios afastados pela Corte *a quo*'.
Em melhor exame dos autos, verifica-se que o pedido principal formulado pela parte na inicial foi integralmente concedido. Ora, sendo os juros de mora pedido acessório, a conclusão a que se chega é que o seu decaimento foi mínimo, de modo que deve arcar o embargado com as verbas da sucumbência, a teor do disposto no artigo 21, parágrafo único, do CPC.
Embargos de declaração acolhidos, com efeitos modificativos, para excluir o recorrente da condenação ao pagamento da verba honorária, cujo ônus recairá sobre a parte contrária, mantido o percentual fixado na origem." (EDcl nos EDcl no REsp-634.572, Ministro Franciulli Netto, DJ de 6.3.06.)

"Recurso especial. Processual Civil. Embargos à execução. Apelação. Redução dos juros. Sucumbência recíproca - art. 21 do CPC. Inaplicabilidade.
A redução dos juros determinada em sede de apelação não significa que os recorridos tenham saído vencidos para os fins colimados (art. 21 do CPC). Acerto da decisão recorrida.
Violação não caracterizada.
Recurso desprovido." (REsp-429.815, Ministro José Arnaldo, DJ de 24.3.03.)

"Processual Civil. Honorários advocatícios. Compensação. Impossibilidade. Sucumbência recíproca. Não ocorrência. Recurso especial conhecido e improvido.
1. O reconhecimento da ocorrência da prescrição qüinqüenal não acarreta sucumbência recíproca, vez que o pedido foi julgado procedente, extinguindo-se tão-somente as parcelas anteriores ao qüinqüênio que antecedeu a propositura da ação. Aplica-se, à hipótese, o disposto no parágrafo único do art. 21 do CPC.
2. Recurso especial conhecido e improvido." (REsp-731.889, Ministro Arnaldo Lima, DJ de 19.9.05.)

"Processual Civil. Honorários advocatícios. Prescrição qüinqüenal. Sucumbência recíproca. Não ocorrência. Precedentes. Agravo interno desprovido.
I - Consoante entendimento desta Corte, o reconhecimento da prescrição qüinqüenal não acarreta sucumbência recíproca, tendo em vista que o pedido foi julgado procedente, extinguindo-se apenas as parcelas anteriores ao qüinqüênio que antecedeu a propositura da ação. Precedentes.
II - Agravo interno desprovido." (AgRg no Ag-816.473, Ministro Gilson Dipp, DJ de 12.3.07.)

Isso posto, com fundamento no § 1º-A do art. 557 do Cód. de Pr. Civil, dou provimento ao recurso especial tão-somente para excluir, com relação à autora, a condenação ao pagamento das custas e dos honorários, cujo ônus recairá apenas sobre a parte recorrida, nos termos do art. 21, parágrafo único, do Cód. de Pr. Civil.
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4197)

RECURSO ESPECIAL Nº 891.177 - SP (2006/0214142-6)

RELATOR	:	**MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
RECORRENTE	:	JANDIRA LAVEZZO AVELINO
ADVOGADO	:	ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA
RECORRIDO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	:	LAERCIO PEREIRA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA Nº 284 DO STF. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO. COTEJO AUSENTE. PARADIGMA. MESMA CORTE. SÚMULA 13 DO STJ. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. ESTUDO SOCIAL. HIPOSSUFICIÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 07 DO STJ.
A deficiência na fundamentação do recuso, inviabilizando a exata compreensão da controvérsia, atrai a aplicação, *mutatis mutandis*, da Súmula nº 284 do STF.
Não se conhece da divergência quando ausentes a comprovação do dissídio e o cotejo analítico.
"A divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja recurso especial". (Súmula nº 13 do STJ.)
Na via do recurso especial, não cabe verificar o preenchimento dos requisitos legais para a concessão ou não do benefício assistencial previsto no art. 203, V, da CF, porquanto esta atividade depende de nova apreciação do conjunto-fático probatório, já sopesado pelas instâncias ordinárias.
Recurso especial a que se nega seguimento.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por JANDIRA LAVEZZO AVELINO, contra acórdão prolatado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:
"CONSTITUCIONAL. PROCESSO CIVIL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. MISERABILIDADE. NÃO-COMPROVAÇÃO. INDEFERIMENTO.
- A inocorrência de manifestação do Ministério Público, em primeiro grau, não invalida o processo, dada a intervenção do Parquet, nesta Corte.
- À concessão de benefício assistencial, exige-se que o requerente possua 65 (sessenta e cinco) anos de idade (art. 34 da Lei nº 10.741/2003) ou seja portador de deficiência física ou mental, incapacitante à vida independente e ao labor, devendo ser comprovada a insuficiência de recursos à própria manutenção ou a inviabilidade de que a família a proveja.
- Entende-se que a família não possui condições de manter o beneficiário, quando a soma da renda mensal, dividida pelo número de integrantes, não alcança 1/4 do salário mínimo (§ 3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93).
- Além do constitucional critério estabelecido no art. 20, § 3º, da Lei nº 8.742/93, existem outros parâmetros à configuração da debilidade financeira do requerente do benefício assistencial. Precedentes.
- Não integra o cômputo da renda familiar per capita, o benefício de valor mínimo, concedido a qualquer membro idosos da família (art. 34, parágrafo único, da Lei nº 10.741/2003).
- Conforme estudo social, além da renda familiar per capita excedente à fração legal, a pleiteante não tem dispêndio com aluguel, dispõe de relativo conforto com moradia, evidenciando-se, ainda, a regularidade da situação financeira do casal.
- As enfermidades apresentadas pelo casal são passíveis de tratamento e controle, gratuitamente, pelo Sistema Único de Saúde - SUS.
- Ausente um dos requisitos ensejadores à concessão do benefício assistencial, qual seja, a situação de miserabilidade, expressa na precariedade das condições de vida e na absoluta carência de recursos à subsistência, de se indeferir a prestação vindicada.
- Apelação improvida." (fls. 78/79.)
No especial, a recorrente sustenta violação da Lei nº 8.742/1993.
Suscita, outrossim, divergência jurisprudencial, sob o argumento de que a jurisprudência do Tribunal Regional da 3ª Região seria pacífica no sentido de ser devido o benefício de amparo assistencial quando a renda mensal familiar for insuficiente à subsistência do requerente.
Não foram apresentadas contra-razões, consoante certidão aos fls. 91.
Parecer do Ministério Público Federal, aos fls. 100/104, pelo conhecimento parcial do recurso e, nessa extensão, pelo seu não provimento.
Passa-se à decisão.
De plano, cumpre consignar-se que o conhecimento do recurso especial proposto pela alínea "a" somente revela-se viável quando a parte recorrente expõe de forma clara e precisa a ofensa à legislação federal. A simples menção de que o acórdão recorrido violou a legislação federal não enseja, por si só, o conhecimento do recurso. É necessário, além de mencionar os dispositivos de lei federal violados, articular fundamentação, de forma precisa, demonstrando e esclarecendo as razões pelas quais a decisão merece reforma.
Não basta apontar que a lei foi malferida sem que os fundamentos guardem, no entanto, correlação com o dispositivo ventilado.
No ponto, revela-se aplicável, *mutatis mutandis*, o teor da Súmula 284 do STF:
"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."
A propósito, q.v., *verbi gratia*:
"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 458 E 535 DO CPC. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 284/STF ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. 10,87%. ARTIGO 9º DA LEI Nº 10.192/2001. REAJUSTE ASSEGURADO AOS TRABALHADORES EM GERAL. INAPLICABILIDADE EM RELAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS. 1. '(...) ***Para viabilizar o conhecimento do especial, pelo fundamento da alínea 'a' do permissivo constitucional, não é suficiente a simples menção explícita aos preceitos de lei que se pretende desafeiçoados (pelo acórdão do Tribunal a quo), mas, ainda, a motivação justificadora, esclarecendo-se, com precisão, em sua dicção e conteúdo, para possibilitar, ao julgador, o cotejo entre o teor dos artigos indicados como violados e a fundamentação do recurso.*** *(...)' (REsp 160.226/RN, Relator Ministro Demócrito Reinaldo, in DJ 11/5/98). 2. Não se conhece de recurso especial fundado na violação dos artigos 458 e 535 do Código de Processo Civil, quando o recorrente, em suas razões, não define nem demonstra em que consistiu a omissão alegada. (...)" (AgRgAg nº 539.324/RS, Min. Rel. Hamilton Carvalhido, DJ 1º/3/2004). (grifou-se)*
Assim, no que diz respeito ao recurso interposto pela alínea "a", verifica-se que o recurso carece de fundamentação, uma vez que a recorrente não enunciou os artigos da legislação federal, supostamente violada, bem como não articulou fundamentação alguma sobre as matérias.
Em outro passo, quanto ao recurso proposto pela alínea "c", observa-se que o especial não trouxe a comprovação da jurisprudência, bem como não realizou a recorrente o devido cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os apontados como paradigmas.
Dessa forma, a recorrente não cumpriu o que vem disposto nos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.
Ademais, no que diz respeito a jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, consigne-se não ser admissível ao fim colimado, incidindo, pois, o teor da Súmula 13 deste Sodalício:
"A divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja recurso especial".
No que tange ao requisito relativo ao estado de miserabilidade da recorrente, o acórdão, ao analisar o conjunto fático-probatório, confirmou a sentença e indeferiu a concessão do benefício assistencial porque não foi comprovado esse requisito legal.
No ponto, ressalte-se o seguinte trecho do voto condutor do acórdão, *verbis*:
"Com pertinência ao segundo requisito, expresso na hipossuficiência, convém asseverar que o estudo social dá conta de que a demandante possui baixo padrão sócio-econômico: reside em companhia de seu marido, de 73 (setenta e três) anos, aposentado, em imóvel próprio, de características bastante simples e construção muito antiga, dotado de 2 (dois) quartos, sala, cozinha, banheiro, e equipamentos domésticos, estritamente, básicos; a aposentadoria do cônjuge perfaz o valor de R$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais); a situação de saúde do casal apresenta-se comprometida - o cônjuge tem dificuldades de locomoção, decorrente de seqüela de AVC (Acidente Vascular Cerebral), e ela, hérnia de disco, glaucoma e pressão alta; ambos necessitam de medicamentos de uso contínuo, nem todos encontrados na Rede Pública de Saúde, dispendendo, para tanto, aproximadamente, R$ 220,00 (duzentos e vinte reais) mensais; consegue pagar todas as despesas do mês e, com o que resta, adquire alimentos; tem um filho, casado, que não a auxilia, financeiramente.
(...) Nessa vereda, colhe-se que o cônjuge recebe benefício previdenciário, no valor de R$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais), a 7/2005, ocasião em que realizado o estudo social. Superior, portanto, aos benefícios de valor mínimo, fixados, à época, em R$ 300,00 (trezentos reais).
Por conseguinte, os valores advindos da aposentadoria desse integram o cômputo da renda familiar da postulante, que, considerando-se o núcleo familiar composto de 2 (duas) pessoas, excederia, mesmo que sopesados os alegados gastos com medicamentos, no valor de R$ 220,00 (duzentos e vinte reais) mensais, à renda mínima per capita, de 1/4 do salário mínimo, então vigente.
Ademais, verifica-se que a proponente não tem dispêndio com aluguel, dispõe de relativo conforto com moradia, evidenciando-se, ainda, a regularidade da situação financeira do casal, tanto que, a própria autora relatou, à assistente social, que, mensalmente, paga todas as despesas, inclusive, alimentação (fls. 38)." (fls. 72/74.)
Neste contexto, torna-se inviável a revisão do julgado em sede excepcional, porquanto o exame da controvérsia passaria, antes de tudo, pela nova análise das provas, mais especificamente sobre a hipossuficiência da recorrente.
Não obstante os fundamentos da recorrente, observa-se ser aplicável à espécie a vedação constante do enunciado nº 7 da Súmula desta Corte Superior.
A propósito, confira-se, q.v., *verbi gratia*:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFICIO ASSISTENCIAL. ART. 20, § 3º, DA LEI Nº 8.742/99. REQUISITOS. SÚMULA Nº 7/STJ. 1. A verificação do preenchimento dos requisitos para a concessão do benefício assistencial é incompatível com o recurso especial, por depender de reexame de prova (Súmula nº 7/STJ). 2. Recurso a que se nega seguimento." (REsp 809107/SP, Rel. Min. Paulo Gallotti, DJ de 07.03.2006)
"PREVIDENCIÁRIO. RENDA MENSAL VITALÍCIA. REQUISITOS. PREENCHIMENTO. REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N.º 7 DESTA CORTE SUPERIOR. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO." (REsp 802.281/SP, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ de 07/03/2006)
Destarte, revela-se inviável o conhecimento do presente recurso.
Ante o exposto, nos termos do artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4198)

RECURSO ESPECIAL Nº 892.362 - RO (2006/0008937-1)

RELATOR	:	**MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
RECORRENTE	:	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
PROCURADOR	:	MARISA ROCHA CORRETO DUARTE E OUTRO(S)
RECORRIDO	:	MESSIAS ALVES ROCHA DE SOUZA
ADVOGADO	:	ELTON JOSÉ ASSIS E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. PRESCRIÇÃO. MATÉRIA EXPRESSAMENTE REPELIDA NO TÍTULO JUDICIAL EXEQÜENDO. ARGÜIÇÃO EM FASE DE EXECUÇÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. AFRONTA À COISA JULGADA.
Inviável, em fase de execução do julgado, discussão sobre prescrição, se o título exeqüendo expressamente a afastou, sob pena de ofensa à coisa julgada.
Recurso especial a que se nega seguimento.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado (fls. 118):

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. PRESCRIÇÃO EXPRESSAMENTE REPELIDA PELO TÍTULO JUDICIAL EM EXECUÇÃO.
1. Repelida expressamente, pelo título judicial exeqüendo, a questão relativa à prescrição, não é possível, na execução do julgado, intentá-la ver reconhecida, por defeso, em tal estágio do processo, discutir de novo a lide ou modificar-se a sentença que a decidiu.
2. Agravo regimental a que se nega provimento".
Sustenta o recorrente que a prescrição é, por disposição legal, matéria de ordem pública, passível de reconhecimento em qualquer momento e grau de jurisdição, mesmo que fundada em título judicial com trânsito em julgado.
Afirma violação aos arts. 193, 146 e 303 do Código de Processo Civil, porquanto esses dispositivos legais autorizam o reconhecimento da prescrição durante a execução, sem violar a coisa julgada, pois visam evitar prejuízo ao erário e enriquecimento ilícito de terceiros.
Não foram apresentadas contra-razões, nos termos da certidão aos fl. 132-v.
Não admitido o recurso especial na origem, foi determinada a conversão do agravo de instrumento interposto em recurso especial (fls. 144).
Passa-se à decisão.
De plano, consigne-se que a controvérsia que ora se apresenta é a possibilidade de reconhecimento da prescrição qüinqüenal em fase de execução.
In casu, o Tribunal *a quo*, ao examinar a questão, registrou que o título exeqüendo *"repeliu expressamente a questão prejudicial de prescrição então suscitada pelo ora agravante"*.
Com efeito, esta Corte Superior possui o entendimento de que a matéria referente à prescrição, quando decidida por sentença transitada em julgado, não poderá ser apreciada novamente, sob pena de ofensa à coisa julgada.
Nesse sentido, q.v., *verbi gratia*:
"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA. EMPREGADO PÚBLICO. EXECUÇÃO. PRECATÓRIO. ERRO MATERIAL. INCLUSÃO DAS PARCELAS PRESCRITAS. REDISCUSSÃO DA QUESTÃO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. IMPOSSIBILIDADE. COISA JULGADA. RECURSO ESPECIAL PELA ALÍNEA C. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E PARADIGMAS.
1. Tendo a sentença exeqüenda expressamente determinado a incidência da prescrição qüinqüenal, é inviável a rediscussão da matéria, em sede de execução, sob pena de flagrante ofensa ao instituto da coisa julgada material. Precedente.
2. Os precedentes colacionados pelo Recorrente não se prestam para comprovar a existência de dissenso jurisprudencial, a ensejar o conhecimento do recurso pela alínea c, na medida em que não possuem a necessária similitude fática com o acórdão hostilizado.
3. Recurso especial desprovido". (REsp 545.279/PB, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 06.03.2007, DJ 26.03.2007 p. 272)
Nesse contexto, verifica-se que o Tribunal de origem enfrentou a questão de forma escorreita, ficando evidente que a nova discussão da questão relativa à prescrição, nesse momento, implicaria em flagrante ofensa ao instituto da coisa julgada material.
Ante o exposto, com fundamento no *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4199)

RECURSO ESPECIAL Nº 892.364 - PR (2006/0083687-6)

RELATOR	:	**MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
RECORRENTE	:	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ UFPR
PROCURADOR	:	MARCELO ANTÔNIO CESCA E OUTRO(S)
RECORRIDO	:	JOEL DE SENNA CARDOZO E OUTROS
ADVOGADO	:	JOSÉ LUIS WAGNER E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. VERBA HONORÁRIA. DISCUSSÃO PELA PARTE. LEGITIMIDADE. AÇÃO COLETIVA. EXECUÇÃO. FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO. POSSIBILIDADE.
1. Não há que se falar em negativa de prestação jurisdicional quando todas as questões necessárias ao deslinde da controvérsia foram analisadas e decididas, ainda que de forma contrária às pretensões do recorrente.
2. Embora tenha o advogado o direito autônomo de executar a decisão judicial, na parte referente à condenação nos ônus sucumbenciais, possui a própria parte legitimidade concorrente para discussão e execução da verba honorária.
3. Nas execuções individuais contra a Fazenda Pública, procedentes de sentença em ação coletiva promovida por sindicato ou entidade de classe, o credor deve individualizar e liqüidar o crédito, demonstrando sua titularidade, razão pela qual são devidos os honorários advocatícios, ainda que não embargada a execução.
4. Recurso especial a que se nega seguimento.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea *a* da Constituição, contra acórdão prolatado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região que afastou o art. 1º-D da Lei nº 9.494/97, para fixar honorários advocatícios em execução não embargada contra a Fazenda Pública.
Aduz que o Tribunal *a quo* deixou de examinar as matérias postas nos embargos de declaração, o que configura violação ao art. 535, II, do Código de Processo Civil e causa a nulidade do acórdão.
Sustenta, ainda, a ilegitimidade dos exeqüentes para discutir o cabimento de honorários, porquanto é verba autônoma pertencente ao advogado. Tem por afrontados os arts. 6º, 267, CI e 499 do Código de Processo Civil e 23 da Lei nº 8.906/94.
Afirma, ademais, ofensa aos arts. 20, § 4º, e 730, do Código de Processo Civil e 1º-D da Lei nº 9494/97, uma vez que seria incabível a fixação de honorários advocatícios em execuções não embargadas contra a Fazenda Pública.
Argumenta, ao final, que o STF, afastou a inconstitucionalidade do artigo 1º - D da lei nº 9494/97, reconhecendo não serem cabíveis honorários advocatícios em execução não embargada contra a Fazenda Pública, tendo essa decisão efeito vinculante e eficácia contra todos.
Contra-razões aos fls. 125/149, em que pugnam os recorridos pela manutenção do julgado.
Admitido o recurso na origem, vieram conclusos os autos.
Passa-se à decisão.
De plano, embora despiciendo, consigne-se que a violação ao artigo 535 do Código de Processo Civil, como bem sabido, serve para dirimir omissões, obscuridades, ou contradições, eventualmente existentes.
É pacífico, nesta Corte que o julgador não está obrigado a discorrer sobre todos os regramentos legais ou todos os argumentos expendidos pelas partes.
As proposições poderão ou não ser explicitamente dissecadas pelo magistrado, que só estará obrigado a examinar a contenda nos limites da demanda, fundamentando o seu proceder de acordo com o seu livre convencimento, baseado nos aspectos pertinentes à hipótese '*sub judice*' e com a legislação que entender aplicável ao caso concreto.
No mesmo sentido, q.v., *verbi gratia*:
"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. DESCABIMENTO. APOSENTADORIA POR IDADE. ATIVIDADE URBANA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA N.º 07/STJ. 1. omissis. 2. Tendo o Tribunal a quo apreciado, com a devida clareza, toda a matéria relevante para a apreciação e julgamento do recurso, não há falar em violação ao art. 535 do Código de Processo Civil. 3. omissis. 4. omissis. 5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido." (Resp 543.740/SP, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ de 16.02.2004).
No caso concreto, não se verifica violação ao art. 535, tendo em vista que o v. aresto analisou todas as questões pertinentes ao julgamento da causa, ainda que de forma diferente da que desejava o Recorrente.
Em outro passo, no tocante à alegada ilegitimidade dos servidores para discutir verba honorária, suscitada pela recorrente, esta Corte possui o entendimento consolidado de que a parte detém legitimidade para discutir e executar valores relativos à verba honorária.
Nesse sentido, q.v., *verbi gratia*:
"PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. LEGITIMIDADE DA PARTE AUTORA. ART. 23 DA LEI N. 8.906/94. EXEGESE.
1. É cediço na Corte que, a despeito de a verba relativa à sucumbência constituir direito autônomo do advogado, a parte ostenta legitimidade concorrente para litigar acerca do quantum fixado, ante a ratio essendi do art. 23 da Lei nº 8.906/94 (precedentes jurisprudenciais desta Corte: RESP 456955/MG; AGA 505690/DF; REsp n. 191.378/MG; REsp n. 252.141/DF e REsp 304.564/MS).
2. Recurso especial provido." (REsp 765.998/PR, relator Ministro Luiz Fux, DJ de 13/03/2006.)
Assim, não obstante a verba honorária pertencer ao advogado e constituir direito autônomo do profissional para a sua execução, a parte tem legitimidade concorrente para discutir o seu valor, especialmente quando o profissional é o mesmo em ambos os processos.
Quanto à questão de fundo, foi afastado no acórdão recorrido a regra do art. 1º-D da Lei nº 9.494/97, em razão de sua inconstitucionalidade, declarada pelo Pleno do Tribunal *a quo*, por violação ao art. 62 da Constituição.
Sobre o cabimento de honorários advocatícios em execução movida contra a Fazenda Pública, a regra é que apenas serão cabíveis honorários quando a execução for embargada, ante a incidência do art. 1º-D da Lei nº 9.494/97, incluída pela Medida Provisória nº 2.180-32/2001.
Contudo, apesar dessa regra geral, esta Corte Superior afastou o art. 1º-D da Lei nº 9.494/97 nas execuções individuais procedentes de sentença genérica, proferida em ação coletiva, promovida por sindicato ou entidade de classe. Nesses casos, entende serem devidos os honorários advocatícios, ainda que não embargada a execução.
Isto ocorre porque, nessas execuções, o credor deve individualizar e liqüidar o crédito, demonstrando sua titularidade, sendo indiscutível, portanto, o alto conteúdo cognitivo, razão pela qual são cabíveis os honorários.
Nesse sentido, q.v., *verbi gratia*, EDcl no Ag 672244/PR, Min. João Otávio de Noronha, DJ 29.08.2005; AgRg no REsp 700429/PR, Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ 10.10.2005; AgRg no REsp 658155/SC, Min. Laurita Vaz, DJ 10.10.2005; AgRg no REsp 672600/RS, Min. José Arnaldo da Fonseca, DJ 21.11.2005 e REsp 654312/RS, Min. Hamilton Carvalhido, DJ 19.12.2005, este assim ementado:
"RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 28, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 9.868/99. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FAZENDA PÚBLICA. ARTIGO 20, PARÁGRAFO 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180/2001. NÃO APLICAÇÃO. EXECUÇÃO DE JULGADO EM SEDE DE AÇÃO COLETIVA AJUIZADA POR SINDICATO COMO SUBSTITUTO PROCESSUAL. 1.omissis. 2. "Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior." (artigo 20, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil). 3. "Não serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas." (artigo 1º-D da Lei nº 9.494/97, com redação dada pelo artigo 4º da Medida Provisória nº 2.180-35/2001). 4. A norma do artigo 4º da Medida Provisória nº 2.180-35, que exclui o pagamento dos honorários advocatícios nas execuções não embargadas, é de ser afastada não somente nas execuções individuais de julgados em sede de ação civil pública, mas, também, nas ações coletivas, ajuizadas por sindicato, como substituto processual, com igual razão de decidir, por indispensável a contratação de advogado, uma vez que também é necessário promover a liquidação do valor a ser pago e a individualização do crédito, inclusive com a demonstração da titularidade do direito do exeqüente, resultando, pois, induvidoso, o alto conteúdo cognitivo da ação de execução. 5. Recurso especial parcialmente conhecido e improvido."
No caso dos autos, a execução foi proposta pelos autores com fundamento no título judicial obtido na ação coletiva ajuizada pelo SINDITEST/PR- Sindicato dos Trabalhadores do Terceiro Grau Público de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral, na qualidade de substituto processual dos autores exeqüentes, o que autoriza a fixação de honorários advocatícios.
Destarte, não merece reparos o acórdão hostilizado, pois o Tribunal de origem analisou, fundamentadamente, todas as questões postas a seu julgamento, os exeqüentes possuem legitimidade para discutir verba honorária e revela-se possível fixar-se honorários advocatícios em execução de sentença, não embargada e proveniente de ação coletiva contra a Fazenda Pública.
Ante o exposto, nos termos do artigo 557, '*caput*', do CPC, NEGO SEGUIMENTO ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4200)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 896.587 - RJ (2007/0117535-3)

RELATOR	:	**MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	:	VICENTE DE PAULO CARDOSO MOURÃO E OUTROS
ADVOGADO	:	KARLA BRUNO E OUTRO(S)
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	VILMA FREITAS DE MATTOS MARCONDES E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso especial, este calcado na alínea "a" do permissivo constitucional, tirado contra acórdão do Tribunal Federal da 2ª Região assim ementado:
"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO. REVISÃO DE RMI - ARTIGO 202 DA CF/88 - BENEFÍCIO CONCEDIDO ANTES DA CF/88 - VALOR REAL.
I - O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário nº 193.456/RS, em sessão de 26.2.1997, firmou entendimento no sentido de que o artigo 202 da CRFB/1988 não é auto-aplicável, por depender de integração legislativa, que só foi implementada com a edição dos Planos de Custeio e de Benefícios da Previdência Social.
II - Dessa forma, se a norma constitucional em tela não é sequer auto-aplicável, por uma questão de lógica, jamais poderia ser retroativa, atingindo os benefícios concedidos anteriormente à Constituição Federal.
III - Incabível, portanto, a pretensão de atualização monetária de todos os 36 salários-de-contribuição em tal caso.
IV - Quanto ao pedido de manutenção do valor real do benefício, verifica-se que após a implantação do Plano de Custeio e Benefícios da Previdência Social, os mesmos devem ser reajustados de acordo com a legislação previdenciária que rege a matéria, não havendo nesse sentido, segundo consolidada posição do eg. STF, violação à garantia constitucional da manutenção do valor real do benefício, tendo em vista que a própria Carta Magna conferiu ao legislador ordinário a atribuição de definir os índices e critérios capazes de assegurar a preservação de tal direito.
V - Agravo interno improvido." (fls. 119/120)
Os agravantes pretendem, no apelo especial, a revisão de seus benefícios para proceder à correção monetária dos 36 salários-de-contribuição, nos termos do artigo 202 da Constituição Federal.
Sustentam que o "critério administrativo adotado pela autarquia-ré vem provocando enorme defasagem nos proventos dos aposentados e pensionistas". E acrescenta que (...) "tal tratamento diferenciado entre iguais, fere princípios constitucionais de igualdade perante a lei - art. 5º da Constituição Federal de 1988".

A irresignação não merece acolhimento.
Patente a deficiência na fundamentação do apelo especial, visto que as razões recursais não indicam, como seria de rigor, a violação de qualquer dispositivo de lei federal. (enunciado nº 284/STF)
A propósito, confira-se:
"RECURSO ESPECIAL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DESCONTO INDEVIDO DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE ADICIONAL DE TRANSPORTE OU VERBA INDENIZATÓRIA. AGENTES FISCAIS DE RENDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. RECURSO NÃO CONHECIDO.
- Embora a recorrente cite os dispositivos legais que entende violados e contrariados, a verdade é que não apresenta os argumentos que demonstram sua tese, limitando-se a anunciar a ofensa a esses artigos, furtando-se de apontar em que pontos do v. aresto teria ocorrido a violação ou contrariedade.
- Para que o tribunal ao qual é dirigido o recurso possa entender a controvérsia, cabe ao recorrente não só expor as razões pelas quais pretende seja o julgado modificado ou anulado, mas, também, apresentá-las de modo não deficiente; em caso contrário, a inadmissibilidade do recurso será patente.
- No tocante aos recursos, vige o princípio da dialeticidade, segundo o qual 'o recurso deverá ser dialético, isto é, discursivo. O recorrente deverá declinar o porquê do pedido de reexame da decisão' assim como 'os fundamentos de fato e de direito que embasariam o inconformismo do recorrente, e, finalmente, o pedido de nova decisão' (Nelson Nery Júnior, 'Princípios Fundamentais - Teoria Geral dos Recursos', 5ª ed. Revista dos Tribunais, 2000, p. 149).
- Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.
- Recurso especial não conhecido.
- Decisão por unanimidade."
(REsp nº 255.169/SP, Relator o Ministro ***FRANCIULLI NETTO****, DJU de 15/10/2001)*

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4201)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 898.458 - PR (2007/0137859-0)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: MARIÂNGELA DIAS BANDEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JAIR LONGUI
ADVOGADO	: ANTÔNIO SAONETTI E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. ART. 103 DA LEI Nº 8.213/91. SUCESSIVAS MODIFICAÇÕES LEGISLATIVAS. APLICAÇÃO DA REGRA VIGENTE NA DATA DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, contra a inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que restou assim ementado (fl. 28):

"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO LEGAL. DECADÊNCIA.
1. Em se tratando de benefícios com data de início (DIB) anterior à vigência das Leis n° 9.528/97 e 9.711/98 - que sucessivamente alteraram a redação do art. 103 da Lei n° 8.213/91 -, é inaplicável o prazo decadencial nelas previsto, sob pena de indevida retroação, em afronta ao art. 6° da Lei de Introdução ao Código Civil.
2. Precedentes desta Corte e do STJ."

Nas razões do especial (fls. 31/37), a autarquia recorrente aponta violação aos arts. 6º da LICC e 103, *caput*, da Lei nº 8.213/91, na redação dada pela Medida Provisória nº 1.663-15/98. Requer, em síntese, a extinção do processo com julgamento de mérito em virtude da decadência do direito de revisão da RMI.
É o relatório.
Inicialmente, a violação ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil não pode ser apreciada diretamente, mas somente por via transversa, considerando o fato de que o referido dispositivo foi repetido na Constituição Federal de 1988, cuja proteção cabe ao Supremo Tribunal Federal. Assim sendo, no caso em tela, a análise da eficácia imediata da lei no tempo remete à verificação da correta aplicação do art. 103 da Lei nº 8.213/91.
O dispositivo legal da Lei de Planos e Benefícios da Previdência Social, cuja redação original não previa nenhum prazo decadencial, sofreu várias alterações na década passada.
A primeira delas deu-se com a Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei nº 9.528/97, que criou o prazo decadencial de dez anos para que o segurado ou beneficiário postule a revisão do ato de concessão do benefício.
O prazo decadencial foi diminuído para cinco anos pela Lei nº 9.711/98 e novamente aumentado para dez anos pela Lei nº 10.839/2004.
Estas sucessivas modificações não alteraram, contudo, o prazo prescricional, que sempre teve a duração de cinco anos.
Sobre as modificações, em novembro de 2003, a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, na exposição de motivos da MP nº 138/2003, convertida na Lei nº 10.839/2004, reconheceu os prejuízos causados pelas modificações, *in verbis*:

"A inovação mostrou-se necessária à medida que a própria Administração deve seguir prazos para promover a revisão de seus atos, não sendo, portanto, adequado que inexistisse qualquer limitação à revisão de atos provocada pelo interessado. No entanto, houve excesso por parte do legislador, ao unificar os prazos da decadência e da prescrição.
(...)
Há que se registrar, contudo, que as inúmeras modificações ocorridas ao longo dos últimos anos na legislação previdenciária têm exigido grande esforço do Poder Judiciário e dos próprios segurados, no sentido de aquilatar a extensão de seus eventuais direitos. Tal situação tem gerado muitas demandas, as quais, na vigência do atual prazo [anos], tendem a multiplicar - pela simples pressão de que haveria uma decadência do direito de revisão - a formulação de pedidos no exíguo prazo que estaria por findar."

Observa-se que o próprio Poder Executivo admitiu o problema criado com a modificação do prazo decadencial ora analisado, o que levou-o a buscar o restabelecimento do prazo de dez anos.
Diante deste quadro de criação, diminuição e aumento do prazo decadencial para revisão do ato de concessão de benefício, parte da doutrina entendeu que, por se tratar de matéria de ordem pública, o referido prazo deveria ser observado imediatamente, no momento de sua criação ou de modificação da duração. Este é o entendimento, a título de exemplo, do professor Társis Nametala Sarlo Jorge, em Manual dos Benefícios Previdenciários, Ed. Lumen Iuris, 2006, pp. 124/125, *in verbis*:

"Outro pormenor que se afigura assaz importante no estudo da decadência na seara dos benefícios da Previdência Social está ligado à questão da aplicação das normas decadenciais no tempo, mormente em virtude das alterações no prazo, conforme visto. Tendo em conta o fato de não ter havido na redação originária da Lei 8.213/91 previsão de prazo decadencial, houve quem sustentasse que apara os benefícios concedidos até a data da MP 1.523/97 não estariam sujeitos a tal prazo. Não parece ser o melhor entendimento, no entanto, posto que *as normas legais que tratam de prescrição* [decad\'eancia] *são normas de ordem pública, isto é, regras jurídicas de interesse precípuo da sociedade, as quais extrapolam a mera perspectiva individual, devendo atingir a todos desde já.* E ainda, *que não há que se falar em direito adquirido a prazos prescricionais* [a]. *Ao contrário do direito ao benefício, o prazo legal de prescrição* [de] *é previsão genérica de funcionamento do sistema previdenciário, sendo de pronto aplicável a todos.* Complementa-se com a assertiva de que *nestas hipóteses não prevalece o* tempus regit actum, *pois a norma que traz a prescrição ou mesmo a decadência é de ordem pública, sendo a retroatividade automática, aplicável a todas as situações alcançáveis pela medida, desde que não definitivamente constituídas.*"

Todavia, esta não foi a corrente adotada por esta Corte de Justiça, cuja jurisprudência fixou entendimento no sentido de que a instituição deste lapso temporal não atinge as relações jurídicas constituídas antes da inovação legislativa. A propósito, confiram-se os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ART. 103 DA LEI Nº 8.213/91. MP Nº 1.523/97. LEI DE REGÊNCIA. SÚMULA 359/STF.
I - Quando da concessão do benefício, não existia prazo decadencial do direito à revisão dos benefícios previdenciários, restando assim configurada uma condição jurídica definida conforme a legislação vigente à época das aposentadorias. Precedentes.
II - Se a Lei nº 8.213/91, em seu art. 103, com a redação dada pela Medida Provisória nº 1523-9/97, introduziu tal prazo decadencial, essa restrição superveniente não poderá incidir sob situações já constituídas sob o pálio de legislação anterior. **Súmula 359/STF**.
Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 831.111/PR, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 11/6/2007)

"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. REVISÃO DA RENDA INICIAL. ARTIGO 103 DA LEI Nº 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP Nº 1.523/97, CONVERTIDA NA LEI Nº 9.728/97. APLICAÇÃO ÀS RELAÇÕES JURÍDICAS CONSTITUÍDAS SOB A VIGÊNCIA DA NOVA LEI.
1. O prazo de decadência para revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário, estabelecido pela Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei 9.528/97, que alterou o artigo 103 da Lei nº 8.213/91, somente pode atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência, vez que a norma não é expressamente retroativa e trata de instituto de direito material.
2. Precedentes.
3. Recurso especial não conhecido." (REsp 479.964/RN, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ 10/11/2003)

"PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ARTIGO 103 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP 1.523/97 CONVERTIDA NA LEI 9.528/98 E ALTERADO PELA LEI 9.711/98.
I - Desmerece conhecimento o recurso especial, quanto à alínea "c" do permissivo constitucional, visto que os acórdãos paradigmas se referem aos efeitos da lei processual, enquanto o instituto da decadência se insere no direito material.
II - O prazo decadencial do direito à revisão de ato de concessão de benefício previdenciário, instituído pela MP 1.523/97, convertida na Lei 9.528/98 e alterado pela Lei 9.711/98, não alcança os benefícios concedidos antes de 27.06.97, data da nona edição da MP 1.523/97.
III - Recurso conhecido em parte e, nessa desprovido." (REsp 254.186/PR, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ 27/8/2001)

"PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIO. ART. 103, DA LEI 8.213/91.
- O prazo de decadência instituído pelo art. 103, da Lei nº 8.213/91, com redação dada pela Medida Provisória nº 1.523/97, não se aplica aos pedidos de revisão de benefícios. ajuizados antes de sua vigência, pois o novo regramento não tem aplicação retroativa.
- Recurso especial não conhecido." (REsp 254.969/RS, Rel. Min. VICENTE LEAL, Sexta Turma, DJ 11/9/2000)

Dessa forma, a decadência do direito de revisar o ato de concessão do benefício previdenciário somente atinge os segurados cujos benefícios foram concedidos após a lei instituidora do prazo decadencial.
Com esses argumentos, tendo em vista que o benefício do autor da ação foi concedido em 9 de julho de 1995, ou seja, antes da publicação da Lei nº 9.528/97, não existe prazo decadencial para que o segurado peça a revisão da renda mensal inicial do seu benefício. Assim, não prospera a afirmação da autarquia recorrente sobre a decadência do direito de ação do recorrido.
Ante o exposto, com base no art. 254, inciso I, do RISTJ, **nego provimento** ao presente agravo.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4202)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 898.691 - SP (2007/0120591-7)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA
ADVOGADO	: MARCOS ALBERTO SANTANNA BITELLI
AGRAVADO	: VALTER CORRÊA DE MELO
ADVOGADO	: FAUSTO MITUO TSUTSUI
AGRAVADO	: TEREZINHA MACEDO COELHO
ADVOGADO	: CARLOS AUGUSTO BARSAGLINI

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE CERTIDÃO DE CONTRA-RAZÕES AO RECURSO ESPECIAL. RECONSIDERAÇÃO. LOCAÇÃO. PROCESSO CIVIL. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. OFENSA AO ARTIGO 47 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 52, II, § 1º, DA LEI 8.245/91. EXAME PREJUDICADO. AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo regimental, interposto por ESSO Brasileira de Petróleo LTDA, contra decisão proferida pela ilustre Presidência deste Superior Tribunal de Justiça, que não conheceu do agravo de instrumento em decorrência da ausência de contra-razões da recorrida Terezinha Macedo Coelho.
O agravo de instrumento foi aviado contra inadmissão, na origem, de recurso especial manejado com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, que atacou acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o qual apreciou questão referente à à locação e ação renovatória.
Sustenta a recorrente, nas razões do recurso especial, violação dos artigos 47 do Código de Processo Civil, e 52, inciso II, e § 1º, da Lei 8.245/91.
Alega, em resumo, que houve, por parte da recorrente, pedido em contestação para figurar como litisconsorte do sublocatário AUTO POSTO DIG LTDA na ação renovatória.
Aduz, ainda, a proibição legal de pedido de retomada pelo locador do bem locado, em decorrência do conteúdo contido no artigo 52, inciso II, § 1º, da Lei do Inquilinato.
É o relatório.
Inicialmente, verifica-se que consta dos autos comprovação de que a recorrida Terezinha Macedo Coelho não apresentou contra-razões ao recurso especial (fl. 107), razão pela qual a decisão agravada deve ser reconsiderada.
Passo, portanto, à análise do agravo de instrumento.
No que tange ao exame do litisconsórcio ativo necessário, transcrevo a redação do *caput* do artigo 47 do Diploma Processual Civil, *verbis*:

"Art. 47. Há litisconsórcio necessário, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo."

O acórdão recorrido decidiu a controvérsia nos seguintes termos:

"(...) A uma, porque o caso não é de litisconsórcio ativo necessário. Os compromissos existentes entre a ESSO e o AUTO POSTO, em torno do negócio envolvendo a compra e venda de combustíveis e lubrificantes com exclusividade, além de financiamento da edificação de benfeitorias e comodato de equipamentos, dentre outros, pode muito bem ser separado da sublocação do imóvel, em nada, absolutamente nada, prejudicando o direito do AUTO POSTO, como sublocatário, pleitear, por sua conta e risco, sozinho, a renovação, tal qual ocorreu.

Depois, se a ESSO não se interessou a tempo em acompanhá-lo na nova demanda renovatória, cabia ao AUTO POSTO proceder como procedeu, pena de decair do direito à renovação pelo segundo período." (fl. 40).

Verifica-se, portanto, que descabe a alegação de ofensa à norma referente ao litisconsórcio necessário, uma vez que as atividades negociais da agravante se dissociam do interesse na sublocação do imóvel.

Ademais, consoante reconhecido pelas instâncias ordinárias, operou-se a sublocação total do imóvel comercial da distribuidora de derivados de petróleo atacadista para o revendedor varejista. Verificada tal hipótese, incide a restrição prevista no § 1º do artigo 51 da Lei do Inquilinato:

"Art. 51. Nas locações de imóveis destinados ao comércio, o locatário terá direito a renovação do contrato por igual prazo, desde que cumulativamente:
(...)
§ 1º. O direito assegurado nesse artigo poderá ser exercido pelos cessionários ou sucessores da locação; **no caso de sublocação total do imóvel, o direito a renovação somente poderá ser exercido pelo sublocatário.**" (grifei)

Logo, apenas se confere legitimidade para ajuizar a ação renovatória ao sublocatário AUTO POSTO, e não à agravante.

Cumpre referir, nesse ponto, que esta Corte já pacificou o entendimento de que a distribuidora de petróleo, legalmente impedida de comercializar diretamente seus produtos, que subloca totalmente o imóvel ao revendedor varejista, não possui legitimidade para propor ação renovatória da locação, diante do óbice do art. 51, § 1º, da Lei 8.245/91 e da circunstância de que cabe ao sublocatário buscar a proteção ao fundo de comércio, por estar na posse do bem. Nesse sentido, refiro os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. LOCAÇÃO NÃO RESIDENCIAL. DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO. SUBLOCAÇÃO TOTAL. ILEGITIMIDADE ATIVA PARA PROPOR AÇÃO RENOVATÓRIA. AGRAVO IMPROVIDO.
1. Distribuidora de derivados de petróleo que subloca totalmente posto de serviço aos revendedores não detém legitimidade para propor ação renovatória. Precedentes.
2. "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida" (Súmula 83/STJ).
3. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 642.702/SP, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 3/4/2006)

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. LOCAÇÃO COMERCIAL. AÇÃO RENOVATÓRIA. DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO. ILEGITIMIDADE ATIVA.
1. "A distribuidora de derivados de petróleo que subloca totalmente posto de serviço ao seu revendedor, mesmo que impossibilitada de comercializar diretamente seus produtos, não tem legitimidade para propositura da ação de renovação do contrato." (AgRgAg 325.399/GO, Relator Ministro Edson Vidigal, in DJ 11/12/2000)
2. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 593.999/SP, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJ 1/7/2005)

"PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL - LOCAÇÃO COMERCIAL - RENOVATÓRIA - DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO - SUBLOCAÇÃO - ART.51, PARÁG. 1º, LEI Nº 8.245/91- ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM - CARÊNCIA - FUNDO DE COMÉRCIO - TRANSFERÊNCIA - EXAME DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS - SÚMULA 05/STJ - DISSÍDIO PRETORIANO - INEXISTÊNCIA.
(...)
3 - Distribuidora de derivados de petróleo que subloca totalmente posto de serviço ao seu revendedor, mesmo que impossibilitado de comercializar diretamente seus produtos, não tem legitimidade para a propositura de ação renovatória. Inteligência ao art. 51, parág. 1º da Lei nº 8.245/91. Ilegitimidade ativa ad causam reconhecida, para manter a carência decretada.
4 - A Lei de Locação (8.245/91) procurou proteger o fundo de comércio de quem está na posse do bem, uma vez que é a sublocatária que desenvolve e explora o mesmo, assumindo diretamente os riscos que o comércio proporciona.
5 - Precedentes (Resp nºs 71.173/SP e 172.719/SP).
6 - Recurso parcialmente conhecido e, neste aspecto, desprovido." (REsp 127.710/SP, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, DJ 6/12/1999)

"RECURSO ESPECIAL. LOCAÇÃO NÃO RESIDENCIAL. DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO. SUBLOCAÇÃO TOTAL. ILEGITIMIDADE ATIVA PARA PROPOR AÇÃO RENOVATÓRIA.
1. A distribuidora de derivados de petróleo que subloca totalmente posto de serviço ao seu revendedor, não tem legitimidade, para propor ação de renovação do contrato. Precedentes.
2. Recurso especial não conhecido." (REsp 178.439/MG, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, SEXTA TURMA, DJ 30/11/1998)

Por derradeiro, no que concerne à exceção de retomada do imóvel pelo locador, instituto previsto no art. 52, II, primeira parte, da Lei 8.245/91, esta questão resta prejudicada, tendo em vista que a agravante não detém legitimidade para propor ação renovatória quando a sublocação é plena para o sublocatário varejista.

Diante do exposto, reconsidero a decisão de fl. 121, para conhecer do agravo de instrumento e, com fundamento no artigo 254, inciso I, do RISTJ, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4203)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 899.061 - RJ (2007/0120779-6)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL INPI
PROCURADOR	: BEATRIZ MONTEZ DE MORAES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: WILSON GOMES DE MOURA
ADVOGADO	: SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA

DECISÃO

Agravo de instrumento contra inadmissão de recurso especial interposto pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da Segunda Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. ANULAÇÃO PELA PRÓPRIA ADMINISTRAÇÃO, COM A CONSEQÜENTE DETERMINAÇÃO DE NOVA INSTAURAÇÃO. NULIDADE RECONHECIDA QUANTO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. CONCLUSÃO DE ANTERIOR PROCESSO FAVORÁVEL AO SERVIDOR. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO A QUEM APROVEITA A NULIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE NOVA INSTAURAÇÃO.
I. Inocorrendo prejuízo ao servidor, no processo administrativo disciplinar em que se apurou sua falta, não há vício insanável suscetível de medida extrema de reinstauração do procedimento. 2. Admitir-se tal hipótese baseando-se na violação ao contraditório e ampla defesa, quando a Administração concluiu pela inexistência de pressupostos para responsabilização do indiciado, seria reverter a natureza das garantias em questão. 3. Inteligência do art. 249, § 2º, do CPC, que deve ser aplicada ao procedimento administrativo. 4. Apelação e remessa necessária a que se nega provimento." (fl. 340).

São estes os fundamentos da decisão agravada:

"(...) Alega o recorrente que o acórdão violou os arts. 116, I, II, 153, 156, 159, 161, da Lei nº 8.112/90, art. 10, V, VII, da Lei nº 8.429/92.
(...)
Os dispositivos apontados como violados não foram previamente questionados, a teor dos enunciados contidos nas Súmulas 282 e 356/STF.(...)" (fl. 375).

Alega o agravante que:

"(...)
o Acórdão recorrido proferido pela Sexta Turma Especializada do TRF da 2ª Região ventilou expressamente a questão referente à ampla defesa e contraditório prevista no art. 153 da Lei nº 8.112/90, matéria violada pelo Acórdão recorrido e levantada no Recurso Especial interposto pelo INPI.
Assim sendo, não cabe falar aqui em falta de prequestionamento da questão levantada no Recurso Especial, visto que o Acórdão recorrido claramente se manifestou em relação ao tema da ampla defesa e contraditório nos processos administrativos disciplinares (art. 153 da Lei nº8.112/90), de forma que o Recurso Especial do INPI deve ser admitido.
(...)." (fl. 4).

A insurgência especial está fundada na violação de lei federal.

Tudo visto e examinado, decido.

A decisão agravada inadmitiu o recurso especial em face da incidência dos enunciados nºs 282 e 356 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

O agravante, por sua vez, limita-se à, de forma genérica, aduzir a existência de prequestionamento, olvidando-se, contudo, de impugnar, especificamente, os fundamentos da decisão agravada.

Tem incidência, assim, o enunciado nº 182 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça, ***verbis***:

"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Vejam-se, a propósito, os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CONSIGNATÓRIA. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. SÚMULA 182 DO STJ.
I - Impossível a análise de agravo regimental nos casos em que os agravantes se limitaram a repetir as razões apresentadas no recurso especial, não atacando os fundamentos da decisão recorrida. Inteligência da Súmula nº 182/STJ.
II - Ademais, não podem ser analisados os dispositivos que não foram efetivamente debatidos pelo Tribunal ***a quo****, mesmo que tenham sido opostos embargos de declaração, vez que foram rejeitados. Incidência das Súmulas nºs 282 e 356 do Pretório Excelso.*
III - Agravo regimental improvido." (AgRgREsp nº 116.842/PR, Relator Ministro Francisco Falcão, ***in*** DJ 15/10/2001).

"PROCESSUAL CIVIL E DIREITO ECONÔMICO - CÉDULA DE CRÉDITO RURAL - EXECUÇÃO - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE - ALEGAÇÃO DE OFENSA A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL - CORREÇÃO MONETÁRIA - FUNDAMENTAÇÃO INATACADA - SÚMULA 182/STJ - APLICAÇÃO - SUBSTITUIÇÃO DE ÍNDICE - PRETENSÃO DISCREPANTE DA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA NO STJ.
I - A parte agravante deve infirmar, de forma específica, os fundamentos expendidos no decisum agravado. Aplicação, na espécie, da súmula 182 do STJ.
II - A alegação de ofensa a dispositivo constitucional não é consentânea com a competência recursal do STJ prevista no art. 105, III da CF.
III - Não merece ser conhecido o apelo raro quando a pretensão recursal esbarra em entendimento jurisprudencial já consolidado no âmbito do STJ. Aplicação da súmula 83 desta Corte.
IV - Agravo regimental não conhecido." (AgRgREsp nº 132.856/MG, Relator Ministro Waldemar Zveiter, ***in*** DJ 30/10/2000 - nossos os grifos).

De qualquer modo, ao que se tem dos autos, realizando-se o cotejo entre os fundamentos do acórdão recorrido e as normas contidas nos artigos ditos violados, verifica-se que a questão, sob o aspecto que busca o recorrente, não foi apreciada pelo Tribunal ***a quo*** nem embargos declaratórios para suprir-lhes a falta foram opostos.

À vista disso, inarredável a ausência do indispensável prequestionamento, o que inviabiliza o conhecimento da insurgência especial, a teor do que dispõem os enunciados nºs 282 e 356 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, respectivamente, ***verbis***:

"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."

"O ponto omisso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento."

Nesse sentido, por todos, o seguinte precedente:

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ADMINISTRADORES, AUTÔNOMOS E AVULSOS. PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS NºS 282 E 356 DO STF.
I - A matéria constante dos dispositivos legais tidos como violados não foi analisada pelo acórdão hostilizado, sequer implicitamente, não tendo o recorrente, oposto embargos de declaração buscando debater a questão aqui suscitada.
II - Incidência das Súmulas nºs 282 e 356 do STF.
III - Agravo regimental improvido." (AgRgREsp n° 551.922/RS, Relator Ministro Francisco Falcão, ***in*** DJ 22/3/2004).

Pelo exposto, não conheço do agravo.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4204)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 899.386 - RS (2007/0131482-3)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: FERNANDA VIDAL FEHSE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANTÔNIO LUIZ FERREIRA
ADVOGADO	: LUCIANE DA SILVA RIBEIRO E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. ART. 103 DA LEI Nº 8.213/91. SUCESSIVAS MODIFICAÇÕES LEGISLATIVAS. APLICAÇÃO DA REGRA VIGENTE NA DATA DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, contra a inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que restou assim ementado, no que interessa (fl. 14):

"PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO. SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO. IRSM DE FEVEREIRO DE 1994 (39,67%).
1. Deve ser aplicado o IRSM de fevereiro de 1994, no percentual de 39,67% (art. 21, § 1º, da Lei n.º 8.880/94) na correção monetária dos salários-de-contribuição anteriores a março de 1994, para recompor a renda mensal inicial dos benefícios.
2. Remessa oficial improvida."

Opostos embargos de declaração (fls. 16/21), foram eles rejeitados (fl. 29).

Nas razões do especial (fls. 31/38), a autarquia recorrente aponta violação aos arts. 6º da LICC e 103, *caput*, da Lei nº 8.213/91, na redação dada pela Medida Provisória nº 1.663-15/98. Requer, em síntese, a reforma do acórdão recorrido e, por conseguinte, a extinção do processo com julgamento do mérito em virtude da decadência do direito de revisão da RMI.

É o relatório.
Inicialmente, a violação ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil não pode ser apreciada diretamente, mas somente por via transversa, considerando o fato de que o referido dispositivo foi repetido na Constituição Federal de 1988, cuja proteção cabe ao Supremo Tribunal Federal. Assim sendo, no caso em tela, a análise da eficácia imediata da lei no tempo remete à verificação da correta aplicação do art. 103 da Lei nº 8.213/91.
O dispositivo legal da Lei de Planos e Benefícios da Previdência Social, cuja redação original não previa nenhum prazo decadencial, sofreu várias alterações na década passada.
A primeira delas deu-se com a Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei nº 9.528/97, que criou o prazo decadencial de dez anos para que o segurado ou beneficiário postule a revisão do ato de concessão do benefício.
O prazo decadencial foi diminuído para cinco anos pela Lei nº 9.711/98 e novamente aumentado para dez anos pela Lei nº 10.839/2004.
Estas sucessivas modificações não alteraram, contudo, o prazo prescricional, que sempre teve a duração de cinco anos.
Sobre as modificações, em novembro de 2003, a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, na exposição de motivos da MP nº 138/2003, convertida na Lei nº 10.839/2004, reconheceu os prejuízos causados pelas modificações, *in verbis*:

"A inovação mostrou-se necessária à medida que a própria Administração deve seguir prazos para promover a revisão de seus atos, não sendo, portanto, adequado que inexistisse qualquer limitação à revisão de atos provocada pelo interessado. No entanto, houve excesso por parte do legislador, ao unificar os prazos da decadência e da prescrição.
(...)
Há que se registrar, contudo, que as inúmeras modificações ocorridas ao longo dos últimos anos na legislação previdenciária têm exigido grande esforço do Poder Judiciário e dos próprios segurados, no sentido de aquilatar a extensão de seus eventuais direitos. Tal situação tem gerado muitas demandas, as quais, na vigência do atual prazo [anos], tendem a multiplicar - pela simples pressão de que haveria uma decadência do direito de revisão - a formulação de pedidos no exíguo prazo que estaria por findar."

Observa-se que o próprio Poder Executivo admitiu o problema criado com a modificação do prazo decadencial ora analisado, o que levou-o a buscar o restabelecimento do prazo de dez anos.
Diante deste quadro de criação, diminuição e aumento do prazo decadencial para revisão do ato de concessão de benefício, parte da doutrina entendeu que, por se tratar de matéria de ordem pública, o referido prazo deveria ser observado imediatamente, no momento de sua criação ou de modificação da duração. Este é o entendimento, a título de exemplo, do professor Társis Nametala Sarlo Jorge, em Manual dos Benefícios Previdenciários, Ed. Lumen Iuris, 2006, pp. 124/125, *in verbis*:

"Outro pormenor que se afigura assaz importante no estudo da decadência na seara dos benefícios da Previdência Social está ligado à questão da aplicação das normas decadenciais no tempo, mormente em virtude das alterações no prazo, conforme visto. Tendo em conta o fato de não ter havido na redação originária da Lei 8.213/91 previsão de prazo decadencial, houve quem sustentasse que apara os benefícios concedidos até a data da MP 1.523/97 não estariam sujeitos a tal prazo. Não parece ser o melhor entendimento, no entanto, posto que *as normas legais que tratam de prescrição* [decad\'eancia] *são normas de ordem pública, isto é, regras jurídicas de interesse precípuo da sociedade, as quais extrapolam a mera perspectiva individual, devendo atingir a todos desde já.* E ainda, *que não há que se falar em direito adquirido a prazos prescricionais* [a]. *Ao contrário do direito ao benefício, o prazo legal de prescrição* [de] *é previsão genérica de funcionamento do sistema previdenciário, sendo de pronto aplicável a todos.* Complementa-se com a assertiva de que *nestas hipóteses não prevalece o* tempus regit actum, *pois a norma que traz a prescrição ou mesmo a decadência é de ordem pública, sendo a retroatividade automática, aplicável a todas as situações alcançáveis pela medida, desde que não definitivamente constituídas.*"

Todavia, esta não foi a corrente adotada por esta Corte de Justiça, cuja jurisprudência fixou entendimento no sentido de que a instituição deste lapso temporal não atinge as relações jurídicas constituídas antes da inovação legislativa. A propósito, confiram-se os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ART. 103 DA LEI Nº 8.213/91. MP Nº 1.523/97. LEI DE REGÊNCIA. SÚMULA 359/STF.
I - Quando da concessão do benefício, não existia prazo decadencial do direito à revisão dos benefícios previdenciários, restando assim configurada uma condição jurídica definida conforme a legislação vigente à época das aposentadorias. Precedentes.
II - Se a Lei nº 8.213/91, em seu art. 103, com a redação dada pela Medida Provisória nº 1523-9/97, introduziu tal prazo decadencial, essa restrição superveniente não poderá incidir sob situações já constituídas sob o pálio de legislação anterior. **Súmula 359/STF**.
Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 831.111/PR, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 11/6/2007)

"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. REVISÃO DA RENDA INICIAL. ARTIGO 103 DA LEI Nº 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP Nº 1.523/97, CONVERTIDA NA LEI Nº 9.728/97. APLICAÇÃO ÀS RELAÇÕES JURÍDICAS CONSTITUÍDAS SOB A VIGÊNCIA DA NOVA LEI.
1. O prazo de decadência para revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário, estabelecido pela Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei 9.528/97, que alterou o artigo 103 da Lei nº 8.213/91, somente pode atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência, vez que a norma não é expressamente retroativa e trata de instituto de direito material.
2. Precedentes.
3. Recurso especial não conhecido." (REsp 479.964/RN, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ 10/11/2003)

"PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ARTIGO 103 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP 1.523/97 CONVERTIDA NA LEI 9.528/98 E ALTERADO PELA LEI 9.711/98.
I - Desmerece conhecimento o recurso especial, quanto à alínea "c" do permissivo constitucional, visto que os acórdãos paradigmas se referem aos efeitos da lei processual, enquanto o instituto da decadência se insere no direito material.
II - O prazo decadencial do direito à revisão de ato de concessão de benefício previdenciário, instituído pela MP 1.523/97, convertida na Lei 9.528/98 e alterado pela Lei 9.711/98, não alcança os benefícios concedidos antes de 27.06.97, data da nona edição da MP 1.523/97.
III - Recurso conhecido em parte e, nessa desprovido." (REsp 254.186/PR, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ 27/8/2001)

"PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIO. ART. 103, DA LEI 8.213/91.
- O prazo de decadência instituído pelo art. 103, da Lei nº 8.213/91, com redação dada pela Medida Provisória nº 1.523/97, não se aplica aos pedidos de revisão de benefícios. ajuizados antes de sua vigência, pois o novo regramento não tem aplicação retroativa.
- Recurso especial não conhecido." (REsp 254.969/RS, Rel. Min. VICENTE LEAL, Sexta Turma, DJ 11/9/2000)

Dessa forma, a decadência do direito de revisar o ato de concessão do benefício previdenciário somente atinge os segurados cujos benefícios foram concedidos após a lei instituidora do prazo decadencial.
Com esses argumentos, tendo em vista que o benefício da autora da ação foi concedido em 26 de agosto de 1994, ou seja, antes da publicação da Lei nº 9.528/97, não existe prazo decadencial para que o segurado peça a revisão da renda mensal inicial do seu benefício. Assim, não prospera a afirmação da autarquia recorrente sobre a decadência do direito de ação do recorrido.
Ante o exposto, com base no art. 254, inciso I, do RISTJ, **nego provimento** ao presente agravo.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4205)

RECURSO ESPECIAL Nº 899.615 - SP (2006/0243872-8)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
RECORRENTE	: CÍCERO BARROS DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: VICENTE JOSÉ DE SOUZA
RECORRIDO	: MUNICIPALIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: REGINALDO SOUZA GUIMARÃES E OUTRO(S)

DECISÃO
ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. REAJUSTE. URV. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.
1. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou compreensão de que em se cuidando de obrigações de trato sucessivo e não havendo manifestação expressa da Administração Pública negando o direito pleiteado, não ocorre a prescrição do fundo de direito, mas tão-somente das parcelas anteriores ao qüinqüênio que precedeu a propositura da ação (enunciado nº 85 do STJ).
2. Recurso a que se dá provimento.

Cuida-se de recurso especial, calcado nas alíneas "a" e "b" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado:
"SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. Pretensão à percepção de reajustes de acordo com a variação da URV. Medida Provisória nº 434/1994, convertida na Lei nº 8.880/1994. Conversão em URV em 1º/3/1994. Prescrição. Art. 1º do Decreto Federal nº 20.910/1932. Sentença de improcedência. Recurso improvido, alterado o dispositivo da sentença." (fl. 100)

Opostos declaratórios, restaram rejeitados. (fl. 112)
Indicam o recorrentes ofensa ao artigo 3º do Decreto nº 20.910/1932, alegando não ter ocorrido a prescrição do fundo de direito.
Apontam, ainda, violação do artigo 22 da Lei nº 8.880/1994, sustentando que referida lei é aplicável aos servidores públicos municipais.
O recurso merece acolhimento.
A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou compreensão de que em se cuidando de obrigações de trato sucessivo e não havendo manifestação expressa da Administração Pública negando o direito pleiteado, não ocorre a prescrição do fundo de direito, mas tão-somente das parcelas anteriores ao qüinqüênio que precedeu a propositura da ação (enunciado nº 85 do STJ).
Veja-se:
"SERVIDOR. AGRAVO REGIMENTAL. EM RECURSO ESPECIAL. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS. URV. LEI Nº 8.880/1994. REDUÇÃO DE PARCELA REMUNERATÓRIA. 11,98%. PRESCRIÇÃO. OBRIGAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. SÚMULA Nº 85/STJ.
- É firme o entendimento consolidado no âmbito deste Tribunal de que, objetivando reposição de parcela remuneratória ilegalmente suprimida, por se tratar de relação jurídica de trato sucessivo que se renova mensalmente, o lapso prescricional atinge apenas as parcelas relativas ao qüinqüênio que precedeu à propositura da demanda, impondo-se afastar a prescrição quanto à reposição do índice de 11,98%, diminuído por ocasião da conversão dos salários dos servidores públicos em URV.
- Agravo regimental desprovido."
(AgRg no REsp nº 418.701/RN, Relator o Ministro ***VICENTE LEAL****, DJU de 19/8/2002)*

Do exposto, a teor do artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso, para afastar a prescrição do fundo de direito e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para o exame do mérito da irresignação.
Publique-se.
Brasília, 12 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4206)

RECURSO ESPECIAL Nº 900.271 - RS (2006/0241202-8)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
RECORRENTE	: RENATO POESTER BOTELHO E OUTROS
ADVOGADO	: LEANDRO DE AZEVEDO BEMVENUTTI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROCURADOR	: ANAI TERESINHA MENDONÇA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

EMENTA
RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 3,17%. COISA JULGADA. PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. LEI 8.880/94. MP 2.180-35/2001. LIMITAÇÃO.
1. A ausência de prequestionamento inviabiliza o conhecimento da questão federal suscitada.
2. O reajuste de 3,17% deve ser limitado à data de 31/12/2001, porquanto a partir de 1º/1/2002, referido percentual foi incorporado aos vencimentos dos servidores públicos, inserido no percentual de 25,94%,conferido pela MP 2.225-45/2001.
3. Recurso especial a que se NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO
Trata-se de recurso especial interposto por RENATO POESTER BOTELHO E OUTROS, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, em que aduz violação ao art. 468 do Código de Processo Civil e à MP 2.225-45/2001.
De início, quanto à alegada violação ao artigo 468 do Código de Processo Civil, verifica-se que a matéria disciplinada por este dispositivo não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, de forma que se revela ausente o necessário prequestionamento, o que inviabiliza sua apreciação por esta Corte Superior.
Frise-se, que para a configuração do prequestionamento, necessário se faz o prévio debate da matéria pelo Tribunal **a quo**.
Nesse sentido, q.v., *verbi gratia*, RESP 601109/RJ, Ministro Paulo Gallotti, DJ 25.10.2004; RESP 597139/RS, Ministro Hamilton Carvalhido, DJ 28.06.2004 e AgRg no RESP637715/SC, DJ 23.08.2004, assim ementado, q.v., *verbi gratia*:
"PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CONDENATÓRIA. VALOR INFERIOR A 60 SALÁRIOS MÍNIMOS. REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. - omissis. - omissis. - Não se conhece do recurso especial no que diz respeito à matéria que não foi especificamente enfrentada pelo e. Tribunal a quo, dada a ausência de prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF). - Agravo regimental não provido."
Cumpre consignar-se que não se está exigindo a menção expressa aos dispositivos tidos por violados, mas que a tese jurídica tenha sido debatida pelo Tribunal de origem.
Destarte, não merece reparos a decisão hostilizada, ante o óbice da súmula 211/STJ.
Em outro passo, quanto a questão de fundo, esta Corte Superior firmou entendimento no sentido de que o reajuste de 3,17% deve ser limitado à data de 31/12/2001, porquanto a partir de 1º/1/2002, referido percentual foi incorporado aos vencimentos dos servidores públicos, inserido no percentual de 25,94%,conferido pela MP 2.225-45/2001.
Nesse sentido, q.v., *verbi gratia*, REsp 572429/RS, Min. Felix Fischer, DJ 19.12.2003; AgRg no REsp 652528/RS, de minha relatoria, DJ 18.04.2005 e REsp 726761/RS, Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ 07.11.2005, este assim ementado:
"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTES. 3,17% E 28,86%. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. RECONHECIMENTO DO DIREITO AOS REAJUSTES PELA ADMINISTRAÇÃO. LIMITAÇÃO TEMPORAL DO REAJUSTE DE 3,17% PELA MP 2.225-45/2001. JUROS MORATÓRIOS. 12% AO ANO. AÇÃO AJUIZADA APÓS A MP 2.180-35/2001. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA EM QUE AS PARCELAS SERIAM DEVIDAS. HONORÁRIOS. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. omissis.2. omissis 3. omissis. 4.omissis. 5. O reajuste de 3,17% deve ser limitado à data de 31/12/2001, porquanto a partir de 1º/1/2002, referido percentual foi incorporado aos vencimentos dos servidores públicos, inserido no percentual de 25,94%, conferido pelo art. 9º da MP 2.225-45/2001. 6. Recurso especial conhecido e parcialmente provido."

Com efeito, o acórdão recorrido encontra-se na mesma orientação jurisprudencial desta Corte, em homenagem ao que preceitua o art. 10 da Medida Provisória n.º 2.225-45/2001, **litteris**:
"Art. 10. Na hipótese de reorganização ou reestruturação de cargos e carreiras, concessão de adicionais, gratificações ou qualquer outra vantagem de qualquer natureza, o reajuste de que trata o art. 8º somente será devido até a data da vigência da reorganização ou reestruturação efetivada, exceto em relação às parcelas da remuneração incorporadas a título de vantagem pessoal e de quintos e décimos até o mês de dezembro de 1994."
Não merece, pois, reparos o acórdão recorrido, porquanto os efeitos da sentença devem ser limitados, à data em que o reajuste de 3,17% foi incorporado aos vencimentos dos servidores públicos, a teor da Medida Provisória nº 2.225-45/2001.
Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao recurso especial, com fundamento no art. 557, **caput**, do Código de Processo Civil, para manter o acórdão recorrido.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4207)

RECURSO ESPECIAL Nº 900.798 - SP (2006/0246498-0)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
RECORRENTE	: LUZIA JACINTO DE MORAES SILVA
ADVOGADO	: ABDILATIF MAHAMED TUFAILE
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: DEONIR ORTIZ SANTA ROSA E OUTRO(S)

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO TRABALHO RURAL. CARÊNCIA.
O art. 143 da Lei de Benefícios exige do segurado a comprovação do exercício do labor rural no período correspondente à carência do benefício, não bastando, para tanto, a prova exclusivamente testemunhal.
Recurso especial a que se nega seguimento.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por LUZIA JACINTO DE MORAES SILVA, com fundamento na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição, visando a reforma de acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Contém os autos ação previdenciária na qual a autora, ora recorrente, pleiteia aposentadoria rural por idade.
O pedido foi julgado procedente em primeira instância, conforme sentença aos fls. 41/45.
Irresignada, apelou a autarquia previdenciária. Junto subiram os autos para o reexame necessário.
A Sétima Turma do Tribunal de origem, à unanimidade, não conheceu do reexame necessário e deu provimento à apelação do INSS, conforme a seguinte ementa:
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS. IMPROCEDÊNCIA.
I. Remessa oficial não conhecida, em observância ao disposto no § 2º, do artigo 475, do Código de Processo Civil.
II. Para a comprovação da atividade laborativa exercida nas lides rurais, sem o devido registro em carteira, torna-se necessária a apresentação de um início razoável de prova material.
III. A prova exclusivamente testemunhal não é meio hábil a comprovar o efetivo exercício da atividade rural - inteligência da Súmula nº 149 do STJ.
IV. Em virtude da inversão do ônus da sucumbência, deverá a parte autora arcar com os honorários advocatícios, fixados em R$ 300,00 (trezentos reais), ficando suspensa sua execução nos termos da Lei nº 1.060/50.
V. Remessa oficial não conhecida. Apelação do INSS provida." (fls. 63.)
No recurso especial, sustenta a recorrente violação aos artigos 11, I, "a", V, "g", VI, e § 2º, 48, §§ 1º e 2º, 102, § 1º, 142 e 143, da Lei nº 8.213/91; 3º, § 1º, da Lei nº 10.666/03; e, 332 do Código de Processo Civil. Em síntese, afirma que a sua condição de rurícola ficou comprovada ante o início razoável de prova material juntado aos autos, qual seja, sua certidão de casamento na qual consta a qualificação de seu marido como sendo lavrador, e que lhe é extensível.
Assevera, ainda, que o Tribunal *a quo* não atentou para o fato, narrado na inicial, de que é casada com o Sr. Bertolino Batista da Silva e, por isso, não considerou a certidão de casamento juntada aos autos (fls. 69).
Contra-razões não apresentadas, conforme certidão aos fls. 79.
Passa-se à decisão.
In casu, verifica-se dos autos que a Corte de origem concluiu pela ausência de comprovação da atividade rural no período imediatamente anterior ao ajuizamento da ação, pois a recorrente não trouxe o imprescindível início de prova material para comprovar o seu retorno às lides rurais no período anterior ao requerimento da aposentadoria.
No ponto, destaque-se a seguinte passagem do voto condutor do acórdão:
"A requerente juntou aos autos a certidão de seu casamento, celebrado em 12-04-1969, com Bertolino Batista da Silva, qualificado como lavrador (fl.10).
(...) In casu, nota-se que a prova documental em nome do marido apresentada não é suficiente para a comprovação de efetivo exercício de atividade rural pela parte autora pelo tempo necessário à concessão do benefício, nos termos da legislação previdenciária, uma vez que seu marido deixou de trabalhar nas lides rurais, tornando-se empregado urbano com registro em CTPS, conforme se verifica do Cadastro Nacional de Informações (DATAPREV) - fl. 30, com registro na "Empresa Bartos - Indústria e Comércio Ltda." a partir de 1996, demonstrando, portanto, que o mesmo não mais exercia o trabalho nas lides rurais e verifica-se, outrossim, que a parte autora não apresentou nenhum documento posterior em seu nome.
Assim, restaram apenas os depoimentos das testemunhas ouvidas em juízo que, isoladamente, não são suficientes para comprovar tempo de serviço destinado à concessão de benefício previdenciário, conforme o entendimento da Súmula nº 149 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça no sentido de que: 'A prova testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário'." (fls. 60/61.)
Assim, observa-se que o acórdão recorrido não merece reparos, porquanto o art. 143 da Lei de Benefícios exige do segurado a comprovação do exercício do labor rural no período correspondente à carência do benefício, não bastando, para tanto, a prova exclusivamente testemunhal, de acordo com o entendimento pacificado por ambas as turmas da Terceira Seção desta Corte Superior.
A propósito, q.v., *verbi gratia*:
"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO-OCORRÊNCIA. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. INCIDÊNCIA DO VERBETE SUMULAR Nº 149/STJ. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO." (REsp 819015/GO, Quinta Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ de 04.05.2006)
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE RURAL. PERÍODO EQUIVALENTE À CARÊNCIA. ART. 143 DA LEI Nº 8.213/91. NÃO COMPROVAÇÃO. BENEFÍCIO INDEVIDO.
1. A teor do disposto no art. 143 da Lei nº 8.213/91, o trabalhador rural, ao requerer a aposentadoria por idade, deverá comprovar o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à respectiva carência.
2. In casu, a recorrente não logrou comprovar o exercício da atividade rural no período de carência, fixado no artigo 143 da Lei nº 8.213/91, sendo assim, não há como reconhecer o direito ao benefício pleiteado.
3. Recurso a que se nega seguimento." (REsp 825.051/SP, Sexta Turma, Rel. Min. Paulo Gallotti, DJ de 03.05.2006)
Ante o exposto, nos termos do *caput* do artigo 557 do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4208)

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 901.408 - RS (2007/0115869-3)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: CARLOS FIGUEIREDO NEVES
ADVOGADO	: ESTELA REGINA TEIXEIRA THOMAZ

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. REAJUSTE DE 28,86%. BASE DE INCIDÊNCIA. SOLDO. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental com pedido de reconsideração, interposto contra decisão de minha relatoria, que apreciou questão relativa ao reajuste de 28,86%.
Nas razões do regimental, a União alega que houve menção expressa no acórdão recorrido acerca do exame da base de incidência do reajuste de 28,86%, motivo pelo qual requer a reconsideração do julgado.
É o relatório.
A pretensão merece acolhimento.
No tocante à base de incidência, firmou-se neste Tribunal a tese segundo a qual o reajuste de 28,86% deve ser calculado sobre o soldo básico dos militares, nos termos do disposto no artigo 2º da Lei nº 8.627/1993, bem como sobre as parcelas remuneratórias que o tenham como base de cálculo.
Nesse sentido, cito as seguintes decisões: REsp 971.247/RS, Rel. Min. Nilson Naves, DJ 30/8/2007; REsp 916.370/PR, Rel. Min. Paulo Gallotti, DJ 28/8/2007; AgRg no REsp 854.384/RS, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ 24/8/2007; REsp 963.130/RS, Rel. Min Laurita Vaz, DJ 24/8/2007, entre outros.
Diante do exposto, reconsidero a decisão de fls. 112/115 e, com fundamento no artigo 544, § 3º, do Código de Processo Civil, conheço do agravo de instrumento e dou parcial provimento ao recurso especial, tão-somente para determinar que o reajuste de 28,86% incida sobre o soldo.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4209)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 902.431 - SC (2007/0143202-0)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MARIÂNGELA DIAS BANDEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA SINESIA TAMASIA
ADVOGADO	: CARLOS BERKENBROCK E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. ART. 103 DA LEI Nº 8.213/91. SUCESSIVAS MODIFICAÇÕES LEGISLATIVAS. APLICAÇÃO DA REGRA VIGENTE NA DATA DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, contra a inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que restou assim ementado (fl. 24):

"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE REGIMENTAL. REVISÃO DA RMI. DECADÊNCIA. RECURSO IMPROVIDO.
1. O direito veiculado nesta ação não está sujeito ao instituto da decadência. Não obstante as alterações introduzidas no art. 103 da Lei 8.213/91, mais precisamente, pela medida provisória 1.663-15, posteriormente convertida na Lei nº 9.711/98, a qual estabeleceu prazos para a revisão da RMI (caput) e para a revisão dos reajustamentos dos benefícios (parágrafo único), a jurisprudência sedimentou o entendimento de que aquelas disposições somente se aplicam a situações posteriores ao advento de tais alterações legislativas.
2. Agravo regimental interposto pelo INSS improvido."

Nas razões do especial (fls. 27/34), a autarquia recorrente aponta violação aos arts. 6º da LICC e 103, *caput*, da Lei nº 8.213/91, na redação dada pela Medida Provisória nº 1.663-15/98. Requer, em síntese, a extinção do processo com julgamento de mérito em virtude da decadência do direito de revisão da RMI.
É o relatório.
Inicialmente, a violação ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil não pode ser apreciada diretamente, mas somente por via transversa, considerando o fato de que o referido dispositivo foi repetido na Constituição Federal de 1988, cuja proteção cabe ao Supremo Tribunal Federal. Assim sendo, no caso em tela, a análise da eficácia imediata da lei no tempo remete à verificação da correta aplicação do art. 103 da Lei nº 8.213/91.
O dispositivo legal da Lei de Planos e Benefícios da Previdência Social, cuja redação original não previa nenhum prazo decadencial, sofreu várias alterações na década passada.
A primeira delas deu-se com a Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei nº 9.528/97, que criou o prazo decadencial de dez anos para que o segurado ou beneficiário postule a revisão do ato de concessão do benefício.
O prazo decadencial foi diminuído para cinco anos pela Lei nº 9.711/98 e novamente aumentado para dez anos pela Lei nº 10.839/2004.
Estas sucessivas modificações não alteraram, contudo, o prazo prescricional, que sempre teve a duração de cinco anos.
Sobre as modificações, em novembro de 2003, a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, na exposição de motivos da MP nº 138/2003, convertida na Lei nº 10.839/2004, reconheceu os prejuízos causados pelas modificações, *in verbis*:

"A inovação mostrou-se necessária à medida que a própria Administração deve seguir prazos para promover a revisão de seus atos, não sendo, portanto, adequado que inexistisse qualquer limitação à revisão de atos provocada pelo interessado. No entanto, houve excesso por parte do legislador, ao unificar os prazos da decadência e da prescrição.
(...)
Há que se registrar, contudo, que as inúmeras modificações ocorridas ao longo dos últimos anos na legislação previdenciária têm exigido grande esforço do Poder Judiciário e dos próprios segurados, no sentido de aquilatar a extensão de seus eventuais direitos. Tal situação tem gerado muitas demandas, as quais, na vigência do atual prazo [anos], tendem a multiplicar - pela simples pressão de que haveria uma decadência do direito de revisão - a formulação de pedidos no exíguo prazo que estaria por findar."

Observa-se que o próprio Poder Executivo admitiu o problema criado com a modificação do prazo decadencial ora analisado, o que levou-o a buscar o restabelecimento do prazo de dez anos.
Diante deste quadro de criação, diminuição e aumento do prazo decadencial para revisão do ato de concessão de benefício, parte da doutrina entendeu que, por se tratar de matéria de ordem pública, o referido prazo deveria ser observado imediatamente, no momento de sua criação ou de modificação da duração. Este é o entendimento, a título de exemplo, do professor Társis Nametala Sarlo Jorge, em Manual dos Benefícios Previdenciários, Ed. Lumen Iuris, 2006, pp. 124/125, *in verbis*:

"Outro pormenor que se afigura assaz importante no estudo da decadência na seara dos benefícios da Previdência Social está ligado à questão da aplicação das normas decadenciais no tempo, mormente em virtude das alterações no prazo, conforme visto. Tendo em conta o fato de não ter havido na redação originária da Lei 8.213/91 previsão de prazo decadencial, houve quem sustentasse que apara os benefícios concedidos até a data da MP 1.523/97 não estariam sujeitos a tal prazo. Não parece ser o melhor entendimento, no entanto, posto que *as normas legais que tratam de prescrição* [decad\eancia] *são normas de ordem pública, isto é, regras jurídicas de interesse precípuo da sociedade, as quais extrapolam a mera perspectiva individual, devendo atingir a todos desde já.* E ainda, *que não há que se falar em direito adquirido a prazos prescricionais* [a]. *Ao contrário do direito ao benefício, o prazo legal de prescrição* [de] *é previsão genérica de funcionamento do sistema previdenciário, sendo de pronto aplicável a todos.* Complementa-se com a assertiva de que *nestas hipóteses não prevalece o* tempus regit actum, *pois a norma que traz a prescrição ou mesmo a decadência é de ordem pública, sendo a retroatividade automática, aplicável a todas as situações alcançáveis pela medida, desde que não definitivamente constituídas.*"

Todavia, esta não foi a corrente adotada por esta Corte de Justiça, cuja jurisprudência fixou entendimento no sentido de que a instituição deste lapso temporal não atinge as relações jurídicas constituídas antes da inovação legislativa. A propósito, confiram-se os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ART. 103 DA LEI Nº 8.213/91. MP Nº 1.523/97. LEI DE REGÊNCIA. SÚMULA 359/STF.
I - Quando da concessão do benefício, não existia prazo decadencial do direito à revisão dos benefícios previdenciários, restando assim configurada uma condição jurídica definida conforme a legislação vigente à época das aposentadorias. Precedentes.
II - Se a Lei nº 8.213/91, em seu art. 103, com a redação dada pela Medida Provisória nº 1523-9/97, introduziu tal prazo decadencial, essa restrição superveniente não poderá incidir sob situações já constituídas sob o pálio de legislação anterior. **Súmula 359/STF**.
Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 831.111/PR, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 11/6/2007)

"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. REVISÃO DA RENDA INICIAL. ARTIGO 103 DA LEI Nº 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP Nº 1.523/97, CONVERTIDA NA LEI Nº 9.728/97. APLICAÇÃO ÀS RELAÇÕES JURÍDICAS CONSTITUÍDAS SOB A VIGÊNCIA DA NOVA LEI.
1. O prazo de decadência para revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário, estabelecido pela Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei 9.528/97, que alterou o artigo 103 da Lei nº 8.213/91, somente pode atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência, vez que a norma não é expressamente retroativa e trata de instituto de direito material.
2. Precedentes.
3. Recurso especial não conhecido." (REsp 479.964/RN, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ 10/11/2003)

"PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ARTIGO 103 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP 1.523/97 CONVERTIDA NA LEI 9.528/98 E ALTERADO PELA LEI 9.711/98.
I - Desmerece conhecimento o recurso especial, quanto à alínea "c" do permissivo constitucional, visto que os acórdãos paradigmas se referem aos efeitos da lei processual, enquanto o instituto da decadência se insere no direito material.
II - O prazo decadencial do direito à revisão de ato de concessão de benefício previdenciário, instituído pela MP 1.523/97, convertida na Lei 9.528/98 e alterado pela Lei 9.711/98, não alcança os benefícios concedidos antes de 27.06.97, data da nona edição da MP 1.523/97.
III - Recurso conhecido em parte e, nessa desprovido." (REsp 254.186/PR, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ 27/8/2001)

"PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIO. ART. 103, DA LEI 8.213/91.
- O prazo de decadência instituído pelo art. 103, da Lei nº 8.213/91, com redação dada pela Medida Provisória nº 1.523/97, não se aplica aos pedidos de revisão de benefícios. ajuizados antes de sua vigência, pois o novo regramento não tem aplicação retroativa.
- Recurso especial não conhecido." (REsp 254.969/RS, Rel. Min. VICENTE LEAL, Sexta Turma, DJ 11/9/2000)

Dessa forma, a decadência do direito de revisar o ato de concessão do benefício previdenciário somente atinge os segurados cujos benefícios foram concedidos após a lei instituidora do prazo decadencial.
Com esses argumentos, tendo em vista que o benefício da autora da ação foi concedido antes da publicação da Lei nº 9.528/97, não existe prazo decadencial para que o segurado peça a revisão da renda mensal inicial do seu benefício. Assim, não prospera a afirmação da autarquia recorrente sobre a decadência do direito de ação do recorrido.
Ante o exposto, com base no art. 254, inciso I, do RISTJ, **nego provimento** ao presente agravo.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4210)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 903.058 - DF (2007/0108575-8)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
AGRAVANTE	: DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR	: FABIO CAPELL FARIAS SILVA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANTÔNIO GUIDO JORDÃO
ADVOGADO	: MARIA APARECIDA GUIMARÃES SANTOS E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra inadmissão de recurso especial interposto pelo Distrito Federal, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão do Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim ementado:
"MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINARES AFASTADAS. ILEGITIMIDADE PASSIVA RECONHECIDA EM RELAÇÃO A UMA DAS AUTORIDADES APONTADAS COATORAS. INCORPORAÇÃO DE QUINTOS - VANTAGENS DECORRENTES DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA NA ÁREA FEDERAL. SEGURANÇA PARCIALMENTE DEFERIDA COM EFEITOS A PARTIR DA DATA DA IMPETRAÇÃO.
A autoridade apontada coatora que não deu causa à lesão atacada, tampouco detém atribuições funcionais para fazer cessar a ilegalidade, deve ser excluída da relação processual.
Se o direito do impetrante encontrava-se perfeito e acabado quando o Distrito Federal alcançou a sua autonomia política, não pode mais ser afetado por novel diploma legal proveniente do legislativo local, eis que a lei não pode prejudicar o direito adquirido ou o ato jurídico perfeito. Se, antes de 05 de outubro de 1988, o impetrante incorporou a seu patrimônio jurídico vantagem prevista na Lei nº 6.732/79, essa vantagem mostra-se inatingível, inatacável mesmo com o advento de diplomas locais.
"Concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais, em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria" (súmula nº 271 do STF)." (fl. 252).
Dessa decisão foram opostos embargos declaratórios, que restaram rejeitados.
Está o recorrente em que *"A autoridade legítima para figurar como impetrada em ações de mandado de segurança é aquela que proferiu o ato de cunho decisório acerca da situação impugnada, e não aquela que apenas executou amterialmente a determinação."* (fl. 309).
A insurgência especial está fundada na violação do artigo 3º do Código de Processo Civil.
Tudo visto e examinado, decido.
Preenchidos os requisitos legais, dou provimento ao agravo de instrumento, determinando a subida dos autos principais, para melhor exame da questão federal, que se oferece relevante na espécie.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4211)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 903.395 - SP (2007/0122686-8)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
AGRAVANTE	: APARECIDA BERTOCHI NUNES DO PRADO E OUTROS
ADVOGADO	: MARIA CRISTINA LAPENTA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: BANCO NOSSA CAIXA S/A
ADVOGADO	: ANA CAROLINA FERNANDES DE LIMA E OUTRO(S)
INTERES.	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Agravo de instrumento contra inadmissão de recurso especial interposto por Aparecida Bertochi Nunes do Prado e outros, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Quinta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:
"AÇÃO ORDINÁRIA - RECURSO DE APELAÇÃO - SERVIDORES CELETISTAS APOSENTADOS - ADICIONAL ESPECIAL E SEXTA PARTE - NÃO CABIMENTO - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS SOMENTE A SERVIDORES PÚBLICOS ATRELADOS AO REGIME ESTATUTÁRIO - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ AFASTADA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO." (fl. 82).
Dessa decisão foram opostos embargos declaratórios, que restaram rejeitados.
Está a recorrente em que:
"(...)o v. acórdão de apelação incorreu em OMISSÃO relativamente ao fato de que a regra constitucional que instituiu o adicional especial contemplado na cláusula 20.1.4 do Regulamento de Pessoal da NCNB ou da Sexta Parte NÃO FEZ QUALQUER RESTRIÇÃO QUANTO AOS SEUS BENEFICIÁRIOS, incluindo genericamente no seu conteúdo jurídico-normativo, evidentemente auto-aplicável, TODOS OS SERVIDORES ESTADUAIS, não apenas aqueles vinculados à Administração Direta pelo regime estatutário, mas contemplando também aqueles vinculados segundo a legislação trabalhista à Administração descentralizada.
(...)
Insta esclarecer que no artigo 129 da Constituição Estadual encontra-se o direito adquirido à sexta-parte dos vencimentos (artigo 6º, § 2º da LICC).
Logo, há direito adquirido dos recorrentes.
(...)" (fl. 101/112).
A insurgência especial está fundada na violação dos artigos 535, inciso II, do Código de Processo Civil, 5º e 6º, parágrafo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil, e das Lei Estaduais nº 4.819/19 e 200/74.
Tudo visto e examinado, decido.
Preenchidos os requisitos legais, dou provimento ao agravo de instrumento, determinando a subida dos autos principais, para melhor exame da questão federal, que se oferece relevante na espécie.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 19 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4212)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 903.908 - SP (2007/0107622-9)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
AGRAVANTE	: SEBASTIANA APARECIDA GONÇALVES INÁCIO PONTIM
ADVOGADO	: GUSTAVO CORTES DE LIMA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: LUIZ ROBERTO LUCARELLI E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra inadmissão de recurso especial interposto por Sebastiana Aparecida Gonçalves Inácio Pontim, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Nona Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que negou provimento a recurso de apelação contra sentença de primeiro grau que julgou improcedente o pedido de pagamento de diferenças remuneratórias referentes a ausência, por parte do Estado de São Paulo, da realização de revisão geral anual dos vencimentos dos autores.
Além da divergência jurisprudencial, a violação do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal funda a insurgência especial.
Tudo visto e examinado, decido.
Diga-se, de início, que a violação de dispositivo constitucional constitui matéria estranha ao âmbito de cabimento da insurgência especial (Constituição Federal, artigo 105, inciso III.).
Posto isso, por certo, o recurso especial fundado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal requisita, em qualquer caso, tenha o acórdão recorrido examinado a questão sob a ótica do dispositivo de lei federal que se tem por violado ou ao qual, afirma-se, ter-se-ia dado interpretação discrepante.
Exige-se, ainda, que o recorrente demonstre no que consistiu a negativa de vigência da lei, ou ainda, a sua correta interpretação, de forma a demonstrar o cabimento do recurso especial interposto, nos termos do artigo 541 do Código de Processo Civil:
"Art. 541. O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos perante o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido, em petições distintas, que conterão: (Revigorado e com redação dada pela Lei nº 8.950, de 13.12.1994)
I - a exposição do fato e do direito;
II - a demonstração do cabimento do recurso interposto;
III - as razões do pedido de reforma da decisão recorrida.
Parágrafo único. Quando o recurso fundar-se em dissídio jurisprudencial, o recorrente fará a prova da divergência mediante certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, em que tiver sido publicada a decisão divergente, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados." (nossos os grifos).
A propósito, a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que *"(...) Para viabilizar o conhecimento do especial, pelo fundamento da alínea 'a' do permissivo constitucional, não é suficiente a simples menção explícita aos preceitos de lei que se pretende desafeiçoados (pelo acórdão do Tribunal* ***a quo****), mas, ainda, a motivação justificadora, esclarecendo-se, com precisão, em sua dicção e conteúdo, para possibilitar, ao julgador, o cotejo entre o teor dos artigos indicados como violados e a fundamentação do recurso (...)"* (REsp nº 160.226/RN, Relator Ministro Demócrito Reinaldo, ***in*** DJ 11/5/98).
Nesse passo, tem-se que a falta de particularização do dispositivo de lei federal a que o acórdão recorrido teria contrariado, bem como dado interpretação divergente, além da falta de demonstração do cabimento do recurso especial interposto, consubstanciam deficiência bastante, com sede nas razões recursais, a inviabilizar o conhecimento do apelo especial, atraindo a espécie, como atrai, a incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Excelso Supremo Tribunal Federal, ***verbis***:
"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."
Outro não é, acrescente-se, o posicionamento deste Superior Tribunal de Justiça, valendo conferir, a propósito, os seguintes precedentes:
"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DESPROVIMENTO.
1. Inexiste divergência jurisprudencial entre acórdão que trata de preclusão da matéria relativa aos cálculos apresentados pela agravada, porque o Instituto não se opôs às informações prestadas pelo Contador na oportunidade que lhe foi concedida (impugnado) e outros que decidiram que a falta de impugnação aos cálculos de liquidação não implica renúncia ao direito de apelar da sentença que os homologou (paradigmas).
2. A falta de particularização do dispositivo de lei federal a que os acórdãos - recorrido e paradigma - tenham dado interpretação discrepante constitui óbice ao exame do recurso especial fundado no permissivo constitucional da alínea 'c'. Inteligência do enunciado 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

3. Agravo regimental improvido." (AgRgAg nº 352.487/SP, da minha Relatoria, ***in*** DJ 10/9/2001 - nossos os grifos).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO. ART. 333, I. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.
A mera citação de jurisprudência, sem referência ao dispositivo legal que é interpretado divergentemente, desautoriza a interposição do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional.
O reexame de provas na instância especial é obstado pela Súmula 7/STJ.
Agravo regimental desprovido." (AgRgAg 278.780/RJ, Relator Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, ***in*** DJ 14/8/2000 - nossos os grifos).
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4213)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 904.713 - PR (2007/0089053-4)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
AGRAVANTE	: IVANICE GROSSKOPF E OUTROS
ADVOGADO	: JOSÉ LUIS WAGNER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNIÃO

DECISÃO
Agravo de instrumento contra inadmissão de recurso especial interposto por Ivanice Grosskopf e outros, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da Quarta Região, assim ementado:
"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. VANTAGEM PESSOAL NOMINALMENTE IDENTIFICADA (VPNI). PERCEPÇÃO CUMULADA COM INTEGRALIDADE DA FUNÇÃO COMISSIONADA. IMPOSSIBILIDADE.
Presente a expressa vedação do artigo 15, § 2º, da Lei nº 9.421/96, não revogado pela Lei nº 9.527/97, a percepção de valor integral de função comissionada é inacumulável com a de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI).
Precedentes." (fl. 297).
Opostos embargos de declaração, restaram assim sumariados:
"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO PRODUÇÃO INTEGRATIVA. PREQUESTIONAMENTO.
1. Ao julgador, encontrando fundamento bastante para decidir, não se impõe rebater um-a-um todos os argumentos aduzidos pelas partes.
2. Dito o direito a modo suficiente, tem-se por afastada de aplicação in concreto a legislação em confronto, que se há de compreender, senão pela total abstração, com as adequações de mister, sem que isso importe na sua violação.
3. Suprimento integrativo para fins de prequestionamento." (fl. 308).
São estes os fundamentos da decisão agravada:
"(...)
A decisão da Corte, na esteira da orientação jurisprudencial do STJ, manifestou-se no sentido de que a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada sujeita-se apenas a atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais. Assim, tendo em conta o mandamento da Súmula nº 83 do STJ, aplicável aos permissivos das alíneas a e c, tenho que o recurso não merece seguimento.(...)" (fl. 416).
Alegam os agravantes que *"ao não admitir o recurso especial em razão da pretensa pacificação da matéria na instância superior, o julgador a quo está se imiscuindo na competência do Superior Tribunal de Justiça, a quem compete a definição sobre os termos em que deve ser analisada a violação ou não de dispositivos constantes na legislação federal."* (fl. 7)
A insurgência especial está fundada na violação dos artigos 535, inciso II, do Código de Processo Civil, 15, parágrafo 1º, da Lei nº 9.527/97; 4º e 143 da Lei nº 8.112/90, parágrafos 1º e 2º, e 2º da Lei nº 9.784/89.
Pretendem os recorrentes a percepção cumulada dos 'quintos' (VPNI) e das funções comissionadas.
Tudo visto e examinado, decido.
Dispõe o artigo 535 do Código de Processo Civil:
"Art. 535. Cabem embargos de declaração quando:
I - houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;
II - ***for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal****."* (nossos os grifos).
A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no entendimento de que deve a parte vincular a interposição do recurso especial à violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, quando, mesmo após a oposição de embargos declaratórios, o tribunal ***a quo*** persiste em não decidir questões que lhe foram submetidas a julgamento, por força do princípio ***tantum devolutum quantum appellatum*** ou, ainda, quando persista desconhecendo obscuridade ou contradição argüidas como existentes no ***decisum***.
E, em estando configurada a violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, impõe-se a declaração de nulidade do acórdão que apreciou os embargos declaratórios, a fim de que os vícios no ***decisum*** sejam sanados.
Nesse sentido, vale conferir o seguinte precedente jurisprudencial:
"PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO - JULGAMENTO - OMISSÃO ACERCA DE QUESTIONAMENTO SUSCITADO NAS RAZÕES RECURSAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS COM O OBJETIVO DE PREQUESTIONAMENTO - REJEIÇÃO - FUNDAMENTO INCONSISTENTE - VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC.
Suscitada, nas razões recursais da apelação, questão relevante para o deslinde da controvérsia, se não for examinada no respectivo julgamento, a omissão enseja a interposição de embargos declaratórios com o fito de prequestionamento. Se o Tribunal a quo persistir na omissão, ao fundamento inconsistente de que não há necessidade de mencionar o dispositivo legal discutido, porque o preceito nele contido é estudado e analisado, configura-se violação ao artigo 535 do CPC, justificando-se a nulidade do decisum.
Recurso provido." (REsp nº 319.127/DF, Relator Ministro Garcia Vieira, ***in*** DJ 27/8/2001).
In casu, não obstante a rejeição dos embargos declaratórios opostos, a questão tida como omissa, relativa percepção de valor integral da função comissionada com a de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), restou debatida pela instância ***a quo.***
De tanto, resulta que inexiste, na espécie, qualquer violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, uma vez que a matéria tida como omissa foi devidamente apreciada pelo Tribunal ***a quo***.
Relativamente à violação do artigo 15, parágrafo 1º, da Lei 9.527/97, e o mérito do recurso, esta Corte Superior de Justiça, por meio da Turmas integrantes de 3ª Seção, já firmou entendimento no sentido de que, mesmo após a edição da Lei 9.527/97, ao servidor público, ocupante de cargo em comissão, optante pelo recebimento da remuneração do cargo efetivo, aí incluídas as parcelas denominadas Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas - VPNI, é vedada a percepção de 100% da função comissionada mais a remuneração do cargo efetivo, não havendo falar em revogação tácita dos artigos 14 e 15 da Lei 9.421/96.
Nesse sentido, vejam-se os seguintes precedentes:
"ADMINISTRATIVO. SERVIDORES COMISSIONADOS. LEI Nº 9.421/96. CUMULAÇÃO VPNI E VALOR INTEGRAL DA FUNÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.
Esta Corte tem se manifestado no sentido de que não houve revogação tácita do art. 15, § 2º, da Lei nº 9.421/96, permanecendo impossibilitada a cumulação do recebimento integral de função comissionada e a VPNI.
Recurso provido." (REsp nº 441.268/PB, Relator Ministro Felix Fischer, ***in*** DJ 17/11/2003).

"ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS. FUNÇÕES COMISSIONADAS. INCORPORAÇÃO. EXTINÇÃO. LEI 9.527/97. OPÇÃO DE 70%. LEI 9.421/96. REVOGAÇÃO TÁCITA. INOCORRÊNCIA.
- 'A nova disciplina estabelecida para a remuneração dos comissionados, com a extinção da possibilidade de novas incorporações de parcela do valor da retribuição pelo exercício da função e mudança de denominação dos valores percebidos a esse título - VPNI, de forma alguma, implicou em revogação tácita do art. 15, § 2º, da Lei nº 9.421/96. Novel legislação que não se afigura incompatível com o objetivo da norma preconizada no dispositivo, que era impedir que o servidor recebesse valores referentes ao atual exercício de função comissionada em conjunto com quantitativo derivado, justamente, do seu próprio desempenho no passado.' (RMS 12.272/DF, DJU DE 15.04.2002).
- Recurso especial não conhecido." (REsp nº 463.432/DF, Relator Ministro Vicente Leal, ***in*** DJ 28/4/2003).

"ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS COMISSIONADOS. LEI Nº 9.421/96 INCORPORAÇÕES VPNI. RETRIBUIÇÃO PELO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO COMISSIONADA. PROCESSUAL CIVIL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DA EXATA COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. INADMISSÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 284/STF. ALÍNEA "C". AUSÊNCIA DE COLAÇÃO DE ACÓRDÃOS DIVERGENTES. INADMISSIBILIDADE. PRECEDENTES.
I - A mera alusão ao malferimento de legislação federal, sem particularizar o gravame ou descompasso na sua aplicação, não enseja a abertura da via especial, a teor da Súmula 284/STJ.
II - Consoante já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça, a nova disciplina estabelecida para a remuneração dos comissionados, com a extinção da possibilidade de novas incorporações de parcela do valor da retribuição pelo exercício da função e mudança de denominação dos valores percebidos a esse título - VPNI, de forma alguma, implicou em revogação tácita do art. 15, § 2º, da Lei nº 9.421/96. Precedente.
III - A admissão do especial com base na alínea "c" impõe o confronto analítico entre o acórdão paradigma e a decisão hostilizada, a fim de evidenciar a similitude fática e jurídica posta em debate, conforme disposto no art. 255 e parágrafos do RISTJ.
IV - Agravo interno desprovido." (AgRgREsp nº 437.970/DF, Relator Ministro Gilson Dipp, ***in*** DJ de 9/12/2002).

"SERVIDOR PÚBLICO. VPNI.
- Não revogação do art. 15, § 2º, da Lei 9.421/96.
- Ausência de direito líquido e certo.
- Recurso não provido." (RMS nº 12.163/DF, Relator Ministro Fontes de Alencar, ***in*** DJ 16/9/2002).

"ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS COMISSIONADOS. LEI Nº 9.421/96 INCORPORAÇÕES VPNI. RETRIBUIÇÃO PELO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO COMISSIONADA. PROCESSUAL CIVIL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DA EXATA COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. INADMISSÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 284/STF. ALÍNEA 'C'. AUSÊNCIA DE COLAÇÃO DE ACÓRDÃOS DIVERGENTES. INADMISSIBILIDADE. PRECEDENTES.
I - A mera alusão ao malferimento de legislação federal, sem particularizar o gravame ou descompasso na sua aplicação, não enseja a abertura da via especial, a teor da Súmula 284/STJ.
II - Consoante já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça, a nova disciplina estabelecida para a remuneração dos comissionados, com a extinção da possibilidade de novas incorporações de parcela do valor da retribuição pelo exercício da função e mudança de denominação dos valores percebidos a esse título - VPNI, de forma alguma, implicou em revogação tácita do art. 15, § 2º, da Lei nº 9.421/96. Precedente.
III - A admissão do especial com base na alínea "c" impõe o confronto analítico entre o acórdão paradigma e a decisão hostilizada, a fim de evidenciar a similitude fática e jurídica posta em debate, conforme disposto no art. 255 e parágrafos do RISTJ.
IV - Agravo interno desprovido." (AgRgREsp nº 437.970/DF, Relator Ministro Gilson Dipp, ***in*** DJ 9/12/2002)

"CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES. COMISSIONADOS LEI Nº 9.421/96 INCORPORAÇÕES VPNI RETRIBUIÇÃO PELO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO COMISSIONADA.
I - A nova disciplina estabelecida para a remuneração dos comissionados, com a extinção da possibilidade de novas incorporações de parcela do valor da retribuição pelo exercício da função e mudança de denominação dos valores percebidos a esse título - VPNI, de forma alguma, implicou em revogação tácita do art. 15, § 2º, da Lei nº 9.421/96. Novel legislação que não se afigura incompatível com o objetivo da norma preconizada no dispositivo, que era impedir que o servidor recebesse valores referentes ao atual exercício de função comissionada em conjunto com quantitativo derivado, justamente, do seu próprio desempenho no passado.
II - A mudança da denominação dos valores pertinentes à incorporação, por si só, não transforma sua natureza, a sua origem. Continuam, tais verbas, sendo decorrentes da incorporação de parcela do valor da retribuição pelo exercício da função comissionada.
Recurso desprovido." (RMS nº 12.272/DF, Relator Ministro Felix Fischer, ***in*** DJ 15/4/2002).

"ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS. FUNÇÕES COMISSIONADAS. INCORPORAÇÃO. EXTINÇÃO. LEI 9.527/97. OPÇÃO DE 70%. LEI 9.421/96. REVOGAÇÃO TÁCITA. INOCORRÊNCIA.
- 'A nova disciplina estabelecida para a remuneração dos comissionados, com a extinção da possibilidade de novas incorporações de parcela do valor da retribuição pelo exercício da função e mudança de denominação dos valores percebidos a esse título - VPNI, de forma alguma, implicou em revogação tácita do art. 15, § 2º, da Lei nº 9.421/96. Novel legislação que não se afigura incompatível com o objetivo da norma preconizada no dispositivo, que era impedir que o servidor recebesse valores referentes ao atual exercício de função comissionada em conjunto com quantitativo derivado, justamente, do seu próprio desempenho no passado.' (RESP 12.272/DF, DJU DE 15.04.2002).
- Recurso ordinário improvido." (RMS nº 12.371/DF, Relator Ministro Vicente Leal, ***in*** DJ 19/12/2002).
Outro não foi o entendimento do acórdão recorrido.
Tem incidência, assim, o enunciado da Súmula nº 83 desta Corte Superior de Justiça, ***verbis***:
"Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida."
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 19 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4214)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 904.715 - CE (2007/0108562-1)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
AGRAVANTE	: MÔNICA MARIA CARVALHO
ADVOGADO	: FRANCISCO VIEIRA FILHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANA MARÍLIA MARCELINO DUARTE
ADVOGADO	: FRANK CHARLES FONTES MAIA E OUTRO(S)
INTERES.	: UNIÃO

DECISÃO
Agravo de instrumento contra inadmissão de recurso especial interposto por Mônica Maria Carvalho, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:
"CONCURSO PÚBLICO. PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA. PROVA DE TÍTULOS. AVALIAÇÃO. EQUÍVOCO QUANTO À CLASSIFICAÇÃO DE TÍTULO. MESTRADO EM EDUCAÇÃO. MATÉRIA CORRELATA.
-Comissão Examinadora que classificou o mestrado em educação realizado, nos Estados Unidos da América, pela candidata vencedora, como título em língua inglesa. Violação às regras do concurso. Ato administrativo sujeito ao controle jurisdicional. Necessidade de qualificar o referido mestrado como disciplina correlata.
-O correto enquadramento do referido título como 'disciplina correlata' impôs a redução dos pontos obtidos pela candidata vencedora, que foi ultrapassada pela candidata apelada." (fl. 323).
A insurgência especial está fundada, além da divergência jurisprudencial, na violação dos artigos 37 da Constituição Federal e 2º, inciso XIIII, da Lei nº 9.784/99.

Alega a recorrente, em síntese, que:
"(...) o Judiciário, ao alterar o resultado do certame, tolheu à Administração Pública o seu direito de valorar oportunidade e conveniência da prática de ato discricionário, o qual, gize-se outra vez, em momento algum fugiu ao princípio da legalidade, posto que as normas do concurso foram observadas na íntegra, recebendo a tese de mestrado da candidata ora recorrente a nota de disciplina considerada, posto tratar-se, efetivamente, de ensino de língua inglesa, o que se deduz da análise do subtítulo, qual seja, 'PESQUISANDO EM SALAS DE AULA DE INGLÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA.'
O acórdão recorrido apenas manteve a ingerência do Judiciário da 1ª Instância, alegando que a Banca Examinadora não observou as normas concursais, entendimento ao qual, data venia, não se pode oferecer amparo, já que estas foram observadas em sua íntegra, apenas agindo a Administração em sua esfera de discricionariedade ou mérito administrativo, no que, aliás, também amparada nas normas concursais (...)" (fl. 346).
Tudo visto e examinado, decido.
Diga-se, de início, que a violação de dispositivos constitucionais constitui matéria estranha ao âmbito de cabimento do recurso especial (Constituição da República, artigos 102, inciso III, e 105, inciso III).
Posto isso, lê-se no acórdão alvejado o seguinte:
"(...)
Debate-se, nestes autos, se a pontuação atribuída ao mestrado em educação da candidata aprovada em primeiro lugar, ora litisconsorte passiva, violou os critérios estabelecidos no regulamento acima transcrito.
Inicialmente, ressalto, quanto a esse aspecto, não haver ingerência do Poder Judiciário na Administração Pública, por se tratar de exame da legalidade do ato administrativo, sujeito, portanto, ao controle jurisdicional.
O mestrado realizado pela candidata, ora, também, apelante, Mônica Maria Carvalho, não pode ser caracterizado, formalmente, como de 'disciplina considerada', ou seja, pós-graduação em língua inglesa. O curso, embora realizado nos Estados Unidos, está voltado para a área de pedagogia e, portanto, a ele não poderia ser atribuída a nota máxima.
Da mesma forma, a respectiva tese do mestrado ('Techniques to Improve Classroom Management Skills') não dispõe sobre questões gramaticais ou de sintaxe do idioma inglês, mas sobre questões metodológicas de sala de aula. Portanto, não se cuida de tese em disciplina considerada, mas em 'disciplina correlata', pelo que não poderiam ter sido atribuídos a ele 10 pontos.
Portanto, a meu ver, houve flagrante violação às regras do concurso, atribuindo-se nota máxima a título não relacionado com a disciplina em exame (língua inglesa), quando deveria, ao certo, incluí-lo no item sobre 'disciplina correlata ou de educação', muito mais condizente com a formação da candidata.
Nesse sentido, faço meus os fundamentos da sentença:
'Diante disso a litisconsorte teria como limite máximo de pontuação, na correspondente etapa da prova de títulos, o mesmo limite da requerente (até seis pontos), pelo fato de que os títulos apresentados por ambas possuírem, objetivamente, a teor das normas do edital, o mesmo valor, enquadrando-se na espécie por ele - edital - nominada de mestrados em 'disciplinas correlatas', sendo certo que a parcela extrapolada da referida nota é inteiramente ilícita.
Quanto à segunda irregularidade apontada pela requerente no que diz respeito à pontuação aplicada pela Comissão, também a tenho como pertinente. No que atine a pontuação referente à apresentação de 'teses de concurso' de autoria exclusiva, que tenham resultado em aprovação, no âmbito das exigências previstas no edital somente era prevista a aplicação de nota máxima, dez (10), nos casos em que elas tratassem, especificamente, sobre a disciplina considerada no concurso (língua). Para as demais, as normas inglesa editalícias previam o limite de até seis (6) pontos.
A tese apresentada pela então candidata litisconsorte, intitulada 'Techniques to Improve Classroom Management Skills', claramente não trata especificamente acerca da disciplina de língua inglesa. Percebe-se isto através de simples exegese dos termos de uma declaração por ela elaborada e chancelada.
Não há indicação de que no âmbito de sua tese haja discorrido sobre algum estudo fonético-fonológico, morfológico ou sobre sintaxe da língua inglesa, mas tão somente acerca de técnicas de gerenciamento de sala de aula (espécie de trabalho), mais metodológico sobre educação. Sequer atinente à área de pedagogia ela deu-se ao trabalho de trazer à colação algum documento, oriundo da entidade de ensino onde a aludida tese foi apresentada originalmente, que tivesse o condão de comprovar o contrário, obviamente com a observância do que preceitua o artigo 157 do CPC. Ao contrário, em sua contestação, solicitou o julgamento antecipado da lide (fl.70). Não é demais relembrar que o artigo 333 do CPC impõe o ônus da prova ao réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
Dessa forma, resta evidente que a Banca examinadora cometeu desvio de finalidade no âmbito de sua atuação no certame, prejudicando, de modo superlativo, a licitude do seu resultado e o direito constitucional da requerente, previsto no princípio da livre acessibilidade a cargos públicos, ao desrespeitar as normas que regem a atividade administrativa consignados na Carta Magna (artigo 37). Não se está aqui a dizer que houve dolo na conduta vergastada (conduta da Banca examinadora), até porque para a configuração do desvio de poder na atividade pública essa figura do direito - o dolo - é dispensável, bastando, para tanto, que haja uma falsa concepção do interesse público na atuação do administrador - fls. 227/228. (grifo no original)
Por fim, considere-se que, enquadrando o título da candidata apelante como 'disciplina correlata' ao invés de 'disciplina considerada', as maiores notas que poderão ser atribuídas a ele nos itens 'pós-graduação' e 'tese de concurso', ambos com peso 2 (dois), serão, respectivamente, 08 (oito) e 12 (doze) pontos, mesma pontuação atribuída à candidata apelada.
Reduzindo as notas da candidata vencedora, ela obteria na prova de títulos 61,3 (sessenta e um ponto se três décimos); 16 (dezesseis) pontos a menos que a contagem dada pela Banca Examinadora (77,3), interferindo, sobremaneira, na pontuação final, que passaria a 429,3, contra os 435 pontos obtidos pela candidata autora, ora apelada.
Portanto, é sem dúvida que, procedendo à recontagem dos pontos acima, a candidata apelada sagrou-se vencedora do respectivo certame, pelo que nego provimento às apelações e à remessa.
(...)" (fls. 316/321).
Ao que se tem, a Corte Regional entendeu tratar-se desvio de finalidade da Banca Examinadora, analisando a situação fática dos autos, prejudicando, com a licitude do seu resultado e o direito constitucional da ora recorrida.
O recurso especial, por sua vez, está em que se trata, em verdade, de questão de mérito administrativo, sujeito à discricionariedade da administração pública.
Decerto, os fundamentos da insurgência especial, tal como postos, se insulam no universo fático-probatório, conseqüencializando-se a necessária reapreciação da prova, o que é vedado pela letra do enunciado nº 7 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça, ***verbis***:
"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."
A propósito, no tocante à aplicação da referida Súmula, a Corte Especial deste Tribunal decidiu da seguinte forma:
"Recurso especial.
*Não ofende o princípio da Súmula 7 emprestar-se, no julgamento do especial, significado diverso aos fatos estabelecidos pelo acórdão recorrido. **Inviável é ter como ocorridos fatos cuja existência o acórdão negou ou negar fatos que se tiveram como verificados**."* (AgRgEREsp nº 134.108/DF, Relator Ministro Eduardo Ribeiro, ***in*** DJ 16/8/99 - nossos os grifos).
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4215)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 905.810 - RS (2007/0131504-8)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: JOÃO ANTÔNIO LANGASSNER E OUTROS
ADVOGADO	: THIAGO CECCHINI BRUNETTO E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento desafiando decisão que não admitiu recurso especial, este calcado na alínea "a" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 4ª Região assim ementado:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ENTENDIMENTO SEDIMENTADO NA TURMA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. ART. 557 DO CPC E ART. 37, § 1º, II, DO REGIMENTO INTERNO DESTE TRIBUNAL. INTERPRETAÇÃO. POSSIBILIDADE.
. Considerando os princípios da economia e da celeridade processuais, bem como o excessivo número de agravos que tramitam nesta Corte, hipótese submetida ao art. 557 do CPC e art. 37, § 1º, II, do Regimento Interno deste Tribunal, porque a instrução do agravo levaria à inclusão em pauta para que a Turma decidisse o que nela já está pacificado.
. Hipótese que não representa afronta ao dispositivo processual invocado, nem negativa da prestação jurisdicional, mas a utilização de permissivo de igual natureza para fazer frente ao insuperável volume de trabalho e à falta de condições materiais, pelo uso de procedimento já pacificado na Turma para a presteza e a efetividade da mesma.
. Observada a divisão e a especialização por matéria previstas no Regimento Interno, e se nos agravos as decisões não podem ser submetidas à Seção correspondente - também órgão fracionário - por incabíveis embargos infringentes, não havendo Súmula a respeito, as decisões das Turmas constituem 'jurisprudência dominante do respectivo Tribunal', para fins de interpretação do art. 557 da Lei Adjetiva.
. Possível divergência por mudança de entendimento de algum de seus integrantes pode ser manifestada no âmbito do agravo interno, o que não prejudica a quem recorre, pois terá acesso imediato à via recursal cabível.
. Aspectos processuais vencidos para permitir o reexame do mérito do instrumento, cujo julgamento fica confirmado, pelos mesmos fundamentos, ausentes razões que possam alterá-lo.
. Agravo legal improvido." (fl. 59)

Indica a agravante, no especial, preliminarmente, afronta ao artigo 557 do Código de Processo Civil, sustentando a impossibilidade do julgamento do recurso por decisão monocrática.
Aponta, ainda, violação dos artigos 739, § 2º, do Código de Processo Civil e 23, § 2º, I e II, da Lei nº 9.995/2000, afirmando não ser possível a expedição de precatório sem a existência de sentença transitada em julgado.
O inconformismo não merece abrigo.
Inicialmente, o artigo 557 do CPC, autoriza o relator a negar seguimento a recurso contrário à jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.
Vejam-se:
***A** - "PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A RECURSO CONTRÁRIO À JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO TRIBUNAL RESPECTIVO. APLICAÇÃO DO ART. 557 DO CPC. REMESSA OFICIAL. POSSIBILIDADE.*
*1. A possibilidade de se negar seguimento a recurso, no termos do art 557 do CPC refere-se ao âmbito interno do Pretório respectivo ou, alternativamente, aos tribunais superiores, daí porque não há ilegalidade em se basear a decisão em entendimento contrário ao STF, pois o sistema brasileiro não é o da **comom law**, além do que não se tem notícia de algum julgado ter sido proferido em sede que renderia ensejo a efeito **erga omnes** ou vinculante (ADin e ADC).*
2. Esta Corte, em homenagem aos princípios da economia processual e da celeridade, entende ser possível aplicar-se o art. 557 do CPC em sede de remessa oficial.
3. Recurso especial não conhecido."
*(REsp nº 264.561/SE, Relator o Ministro **FERNANDO GONÇALVES**, DJU de 25/11/2002)*

***B** - "ADMINISTRATIVO - PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL - SERVIDORES PÚBLICOS - VENCIMENTOS - APELAÇÃO COM SEGUIMENTO NEGADO - ART. 557, CPC - REEXAME NECESSÁRIO ALCANÇADO - SÚMULA Nº 253/STJ - URV - PLANO REAL - LEI Nº 8.880/1994 - 11,98% - DIFERENÇA DEVIDA - DISSÍDIO PRETORIANO NÃO COMPROVADO.*
(...)
2 - Com a nova redação do art. 557 do CPC, é lícito ao Relator negar seguimento, monocraticamente, a recurso em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF ou dos Tribunais Superiores. Tal possibilidade alcança, também, o exame da remessa obrigatória. Aplicação da Súmula nº 253/STJ. Preliminar rejeitada.
3 - Assiste aos servidores do Poder Judiciário o direito ao resíduo de 11,98% em seus vencimentos, referente à conversão de tais valores de cruzeiros reais para URV's. Inteligência da Medida Provisória nº 434/1994 e suas reedições, bem como do art. 22 da Lei nº 8.880/1994. Jurisprudência pacificada nas duas Turmas (5ª e 6ª) componentes da 3ª Seção deste Tribunal, responsável pela apreciação do tema (cf. REsp nºs 199.307/DF, 199.493/DF, 222.201/DF e 225.375/DF).
5 - Recurso conhecido, nos termos acima expostos e, neste aspecto, desprovido."
*(REsp nº 478.223/RN, Relator o Ministro **JORGE SCARTEZZINI**, DJU de 14/04/2003)*

No mérito, conforme precedentes desta Corte, é possível o prosseguimento da execução relativa à parcela incontroversa da dívida, ainda que pendentes de julgamento os embargos do devedor.
Anotem-se:
***A** - "RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DEFINITIVA. EMBARGOS À EXECUÇÃO PARCIAIS OPOSTOS PELA FAZENDA PÚBLICA. EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO RELATIVAMENTE À PARTE INCONTROVERSA DA DÍVIDA. ARTIGO 739, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. POSSIBILIDADE.*
1. 'A execução é definitiva, quando fundada em sentença transitada em julgado ou em título extrajudicial; é provisória, quando a sentença for impugnada mediante recurso, recebido só no efeito devolutivo.' (artigo 587 do Código de Processo Civil).
2. Iniciado o processo executivo com base em sentença transitada em julgado ou em título extrajudicial, a oposição de embargos à execução, a despeito de suspender a execução (artigo 791, inciso I, do Código de Processo Civil), não transforma a execução definitiva em provisória, isso porque a execução que se inicia como definitiva permanece definitiva, por força de natureza, até o seu termo final, é dizer, execução definitiva não pode se converter em provisória, mas somente esta naquela. Precedentes.
3. 'Quando os embargos forem parciais, a execução prosseguirá quanto à parte não embargada.' (artigo 739, § 2º, do Código de Processo Civil).
*4. O prosseguimento da execução, assim autonomizada, há de fazer-se na forma da Constituição da República, que preceitua a expedição de precatório como regra geral (artigo 100, **caput**) ou de execução direta, sem a expedição de precatório, para os pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer, em virtude de sentença judicial transitada em julgado (artigo 100, § 3º).*
5. A finalidade da norma acrescentada pela Emenda Constitucional nº 37/2002 (artigo 100, § 4º) é a de evitar que o exeqüente, intencionalmente, se valha da utilização simultânea dos dois sistemas de satisfação do seu crédito, quais sejam, o do precatório para uma parte da dívida e o do pagamento imediato (sem expedição de precatório) para outra parte, mediante o fracionamento, a repartição ou a quebra do valor da dívida, não incidindo sobre a execução da parte incontroversa da dívida, autorizada pelo artigo 739, § 2º, do Código de Processo Civil.
6. Recurso improvido."
*(REsp nº 437.912/RS, Relator o Ministro **HAMILTON CARVALHIDO**, DJU de 2/8/2004)*

***B** - "CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. ART. 21 DA LEI Nº 10.707/2003. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 282/STF. PRECATÓRIO PARCIAL SOBRE A PARTE INCONTROVERSA. EXECUÇÃO DEFINITIVA. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 739, § 2°, DO CPC C/C ART. 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.*
1. É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada (Súmula nº 282/STF).

2. A melhor exegese que se dá ao art. 739, § 2°, do CPC é aquela que, ao possibilitar maior efetividade e celeridade ao processo executivo, permite a execução da parte incontroversa da dívida, ainda que figure como executada a Fazenda Pública.
3. A oposição de embargos à execução insurgindo-se apenas quanto à parte do crédito apresentado leva à suspensão parcial da execução
4. A norma processual, como qualquer outra, deve se compatibilizar com a Constituição Federal; portanto, a necessidade de 'sentenças transitadas em julgado', contida no texto constitucional, diz respeito à sentença proferida no curso de processo de conhecimento.
5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, negado provimento."
(REsp nº 659.943/DF, Relator o Ministro ***HÉLIO QUAGLIA BARBOSA****, DJU de 16/11/2004)*

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 13 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4216)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 906.411 - SE (2007/0129662-0)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
AGRAVANTE	: ESTADO DE SERGIPE
PROCURADOR	: CRISTIANE TODESCHINI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSELITA MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES E OUTROS
ADVOGADO	: GENIVALDO CERQUEIRA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO
Agravo de instrumento contra inadmissão de recurso especial interposto pelo Estado de Sergipe, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, assim ementado:
"APELAÇÃO CÍVEL - ADMINISTRATIVO - LEI COMPLEMENTAR 61/2001 - AÇÃO DE COBRANÇA - NÃO VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA - RESPEITO AO DIREITO DO SERVIDOR QUANTO À IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS - APLICAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2180-35/2001 - JUROS DE MORA EM RAZÃO DE 0,5% AO MÊS - APELO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE." (fl. 244).
Sustenta o recorrente que *"(...)incide, na hipótese, o fenômeno processual da COISA JULGADA, cujo efeito extraprocessual que se evidencia na espécie é a 'impossibilidade de a lide (mérito, pretensão), já atingida pela auctoritas rei iudicante, ser rediscutida em ação judicial posterior, o que implica a proibição de a mesma ação - com os elementos idênticos: partes, causa de pedir e pedido - ser reproposta (...)"* (fls. 257/258).
A insurgência especial está fundada na violação dos artigos 267, inciso V, 301, inciso VI, e parágrafos 1º e 3º, do Código de Processo Civil, 103, inciso II, parágrafo 3º, do Código de Defesa do Consumidor, 18 da Lei nº 4.717/65, 16 da Lei nº 7.347/85, 15 e 16 da Lei nº 1.533/51.
Tudo visto e examinado, decido.
Preenchidos os requisitos legais, dou provimento ao agravo de instrumento, determinando a subida dos autos principais, para melhor exame da questão federal, que se oferece relevante na espécie.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4217)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 906.854 - SP (2007/0145895-8)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: LUIZ OTAVIO PILON DE MELLO MATTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IRIS ROVERI ZUCCO
ADVOGADO	: JOSÉ ROBERTO ORTEGA

EMENTA
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MAJORAÇÃO. APLICAÇÃO IMEDIATA DO ART. 75 DA LEI Nº 8.213/91. PRECEDENTES DESTA CORTE. AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS contra a inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que restou assim ementado (fl. 62):

"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO. ART. 557, § 1º, DO CPC. DECISÃO MONOCRÁTICA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER. REVISÃO DO COEFICIENTE DE CÁLCULO DE PENSÃO POR MORTE. JURISPRUDÊNCIA DO STJ.
1- Segundo entendimento firmado nesta Corte, a decisão do Relator não deve ser alterada se solidamente fundamentada e dela não se vislumbrar qualquer ilegalidade ou abuso de poder que resulte em dano irreparável ou de difícil reparação para a parte.
2- O artigo 557, do Código de Processo Civil, consagra a possibilidade do recurso ser julgado pelo respectivo Relator.
3- A decisão agravada entendeu ser devida a majoração do coeficiente de cálculo da pensão por morte da parte Apelante, sem que tal alteração implique retroatividade da lei, tampouco ofensa a ato jurídico perfeito, ao princípio da legalidade e à necessidade de previsão de custeio, em consonância com a jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça.
4- Agravo improvido."

Nas razões do especial (fls. 66/69), aponta a autarquia recorrente ofensa ao art. 6º, § 1º, da Lei de Introdução ao Código Civil. Sustenta, em síntese, que não se aplica a majoração prevista no art. 75 da Lei nº 8.213/91 aos benefícios previdenciários concedidos antes da entrada em vigor da Lei nº 9.032/95, mas, tão-somente, àqueles pendentes de concessão.
É o relatório.
Quanto à violação ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, tal matéria não pode ser apreciada diretamente, mas somente por via transversa, considerando o fato de que o referido dispositivo foi repetido na Constituição Federal de 1988, cuja proteção cabe ao Supremo Tribunal Federal. Assim sendo, o caso em tela nos remete à verificação da correta aplicação do art. 75 da Lei nº 8.213/91 e à possibilidade de majoração do benefício de pensão por morte em decorrência da edição da Lei nº 9.032/95.
A pensão por morte está encartada no rol dos benefícios de prestação continuada concedidos exclusivamente aos dependentes do segurado da Previdência Social, cuja finalidade é, na falta de seu mantenedor, garantir a sobrevivência desses.
Antes da edição da Lei de Planos e Benefícios, a matéria era regulada pelo Decreto nº 83.080/79 e, posteriormente, pelo Decreto nº 89.312/84, que, em seu art. 48, estabeleceu que a renda mensal inicial - RMI - da pensão seria de 50% (cinqüenta por cento) do salário-de-benefício a que fazia jus o de cujus, mais 10% (dez por cento) para cada dependente, observado o limite de cinco.
Com o advento da Lei nº 8.213, de 25 de julho de 1.991, seu art. 75 conferiu novos critérios para a obtenção da renda mensal. A RMI passou, então, a ser constituído de uma parcela, relativa à família, de 80% (oitenta por cento) do valor que o segurado recebia ou a que teria direito, se aposentado estivesse quando do óbito, mais tantas parcelas iguais a 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos fossem os seus dependentes, até o máximo de dois. Em caso de falecimento por acidente de trabalho, o valor era de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício ou do salário-de-contribuição vigente no dia do acidente, recaindo a escolha sob o que fosse mais vantajoso.
Editada a Lei nº 9.032, de 29 de abril de 1.995, nova redação foi conferida ao mencionado artigo, vejamos:

Art. 75. O valor mensal da pensão por morte, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no artigo 33 desta Lei.

As sucessivas alterações na renda mensal inicial ocasionaram um conflito intertemporal de normas, qual seja, a possibilidade de ser ou não aplicável a lei mais benéfica, majorando-se o percentual de pensões concedidas sob a égide das legislações anteriores a Lei nº 9.032/95.
A questão é resolvida à luz do que preceitua o art. 471, inciso I, do Código de Processo Civil. Tratando-se de uma relação jurídica continuativa, passível de adequação quando houver modificação no estado de fato ou de direito, é possível a aplicação da nova legislação. Para tanto, pouco importa se o que é exigido para a realização da hipótese normativa tenha origem sob a vigência de lei velha. Interessa, sim, que a questão se faça preencher por uma dada realidade fática-jurídica, coincidente na sua existência por inteiro, com o momento temporal que entra em vigor com a nova norma, justificando assim a sua imediata incidência.
Desta forma, tendo o segurado começado a perceber o benefício antes do advento da Lei nº 8.213/91 e estando recebendo-o até o presente momento, aplicável é a majoração elencada no art. 75 da Lei n. 8.213/91, na redação dada pela Lei nº 9.032/95, não há falar em retroação de lei mais benéfica, mas tão-somente na sua aplicação imediata, em respeito à manutenção da isonomia entre os benefícios.
A propósito, confiram-se os precedentes da Sexta Turma que tratam da matéria em comento:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENSÃO POR MORTE. PERCENTUAL. LEI MAIS BENÉFICA. INCIDÊNCIA. BENEFÍCIO EM MANUTENÇÃO. POSSIBILIDADE.
1. No sistema de direito positivo brasileiro, o princípio tempus regit actum se subordina ao do efeito imediato da lei nova, salvo quanto ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada (Constituição da República, artigo 5º, inciso XXXVI e Lei de Introdução ao Código Civil, artigo 6º).
2. A lei nova, vedada a ofensa ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada, tem efeito imediato e geral, alcançando as relações jurídicas que lhes são anteriores, não, nos seus efeitos já realizados, mas, sim, nos efeitos que, por força da natureza continuada da própria relação, seguem se produzindo, a partir da sua vigência.
3. "L'effet immédiat de la loi doit être considéré comme la règle ordinaire: la loi nouvelle s'applique, dès sa promulgation, à tous les effets qui résulteront dans l'avenir de rapports juridiques nés ou à naître" (Les Conflits de Lois Dans Le Temps, Paul Roubier, Paris, 1929).
4. Indissociável o benefício previdenciário das necessidades vitais básicas da pessoa humana, põe-se na luz da evidência a sua natureza alimentar, a assegurar aos efeitos continuados da relação jurídica a regência da lei nova que lhes recolha a produção vinda no tempo de sua eficácia, em se cuidando de norma nova relativa à modificação de percentual dos graus de suficiência do benefício para o atendimento das necessidades vitais básicas do segurado e de sua família.
5. O direito subjetivo do segurado é o direito ao benefício, no valor irredutível que a lei lhe atribua e, não, ao valor do tempo do benefício, como é da natureza alimentar do benefício previdenciário.
6. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 862.433/PB, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ de 25/6/2007)

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. LEI Nº 9.032/1995. APLICAÇÃO IMEDIATA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.
1. A decisão agravada deve ser mantida pelo que nela se contém, dado que proferida em sintonia com a jurisprudência da Terceira Seção de que a nova redação do art. 75 da Lei nº 8.213/91, conferida pela Lei nº 9.032/95, que elevou a pensão por morte previdenciária a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, tem incidência imediata, independentemente da lei vigente na data do fato gerador.
2. Agravo regimental a que se nega provimento."
(AgRg no Ag 694.277/RS, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ de 6/8/2007)

"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI Nº 8.213/91. LEI 9.032/95. APLICAÇÃO IMEDIATA. LEI Nº 9.528/97. INOVAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.
O dispositivo legal que majora o percentual concernente às cotas de pensão por morte deve ser aplicado a todos os benefícios previdenciários, independentemente da norma vigente quando do seu fato gerador, não havendo falar em retroatividade da lei, mas em incidência imediata. Precedentes.
Em agravo regimental não se pode trazer questão não deduzida no recurso especial, uma vez que impossível inovar.
É defesa a este Superior Tribunal a análise de violação de dispositivos constitucionais, sequer para fins de prequestionamento, em respeito à sua função precípua, que é conferir interpretação uniforme à legislação federal, e a fim de evitar usurpação de competência da Suprema Corte.
Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no Ag 757.858/RS, Rel. Min. PAULO MEDINA, Sexta Turma, DJ de 12/3/2007)

Diante do exposto, com base no artigo 254, inciso I, do RISTJ, **nego provimento** ao presente agravo.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4218)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 907.069 - SP (2007/0147483-5)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
AGRAVANTE	: ANTÔNIO CLEMENTE GUEDES
ADVOGADO	: DANIELA BARREIRO BARBOSA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: GEÓRGIA TOLAINE MASSETO TREVISAN E OUTRO(S)

DECISÃO
Agravo de instrumento contra inadmissão de recurso especial interposto por Antônio Clemente Guedes, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:
"COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - Lei nº 4.819/58 - Aposentadoria através do INSS - Improcedência da pretensão de complementação integral em face da Fazenda do Estado - Admissão pelo Instituto de Oceanografia da USP em abril de 1976 - À evidência, portanto, que não se encontra ao abrigo das ressalvas estabelecidas pela Lei 200/74 - Inexistência de direito adquirido - Recurso não provido." (fl. 59).
Dessa decisão foram opostos embargos declaratórios, que restaram parcialmente acolhidos.
Está o recorrente em que:
"(...)
Diferentemente do afirmado no r. despacho denegatório, houve afronta a dispositivos infraconstitucionais, o que viabiliza a propositura do recurso especial tendo em vista que o período prestado pelo agravante à Administração Federal, a teor do que prevê o artigo 3º da Lei federal nº 6.226, de 24 de julho de 1975, na redação que lhe conferiu o artigo 1º da Lei federal nº 6.864, de 1º de dezembro de 1980, deve ser contado para efeito de aposentadoria e, conseqüentemente, da respectiva complementação, como aliás estabelece o artigo 40 parágrafo 3º da Constituição Federal.(...)" (fl. 5).

A insurgência especial está fundada na violação dos artigos 20, parágrafos 3º e 4º, 535, inciso II, do Código de Processo Civil, 3º da Lei nº 6.226/75 com a redação dada pela Lei nº 6.864/80, 92 do Código Civil, 5º e 6º, parágrafo 2º da Lei de Introdução ao Código Civil, artigo 216, parágrafo 3º da Constituição Paulista, das Leis Complementares Estaduais nºs 318/83 e 437/85, da Súmula 567 do Supremo Tribunal Federal e da Súmula 138, do Tribunal Superior do Trabalho.
Tudo visto e examinado, decido.
Preenchidos os requisitos legais, dou provimento ao agravo de instrumento, determinando a subida dos autos principais, para melhor exame da questão federal, que se oferece relevante na espécie.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4219)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 907.273 - RJ (2007/0127391-1)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
AGRAVANTE	: ARMÊNDIO RIBEIRO DA SILVA
ADVOGADO	: MARIA CRISTINA MENDES RIBEIRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LOURDES COUTINHO BAYÃO E OUTRO
ADVOGADO	: NELSON DE ALMEIDA E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra inadmissão de recurso especial interposto pelo Armênio Ribeiro da Silva, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:
"EMBARGOS À EXECUÇÃO. LOCAÇÃO. FIADOR. PENHORA. BEM DE FAMÍLIA. Havendo cláusula expressa no contrato de aluguel de que a responsabilidade do fiador perdurará até a efetiva entrega das chaves do imóvel objeto da locação, não há que se falar em desobrigação por parte do fiador por decurso de prazo contratual. Por não se tratar de novação contratual ou simples aditamento ao contrato à revelia do fiador, por inaplicável se em à espécie a súmula 214 do STJ. A nova lei do inquilinato restringiu o alcance do regime de impenhorabilidade de bens patrimoniais residenciais, considerando passível de constrição judicial o bem familiar dado em garantia por obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locatício." (fl. 376).
Sustenta o recorrente que *"(...)o fiador prestou fiança para sua sobrinha, Denise Gonçalves da Silva, que compunha o quadro social da empresa locatária. Ocorre que no decorrer do contrato esta saiu da emrpesa, (...)"* (fl. 399).
A insurgência especial está fundada na violação dos artigos 1090 e 1483 do Código Civil.
Tudo visto e examinado, decido.
Preenchidos os requisitos legais, dou provimento ao agravo de instrumento, determinando a subida dos autos principais, para melhor exame da questão federal, que se oferece relevante na espécie.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4220)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 908.252 - RS (2007/0118014-6)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
AGRAVANTE	: CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ - CEFET PR
PROCURADOR	: LILIANE JACQUES FERNANDES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EDEMILSON LUIZ SIQUEIRA E OUTROS
ADVOGADO	: JOSÉ LUIS WAGNER E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra inadmissão de recurso especial interposto pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:
"AGRAVO LEGAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXECUÇÃO. Na ausência de fato ou fundamento novo capaz de infirmar a decisão guerreada, é de ser mantido o decisum." (fl. 225).
São estes os fundamentos da decisão agravada:
"(...)
O recurso não merece seguimento, tendo em vista o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COLETIVA PROMOVIDA POR ENTIDADE DE CLASSE. EXECUÇÃO INDIVIDUAL NÃO EMBARGADA PELA FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVIDOS. ART. 1º-D DA LEI 9.494/97.INAPLICABILIDADE. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça dirimiu a controvérsia existente e decidiu que, nas execuções individuais procedentes de sentença genérica proferida em ação coletiva promovida por sindicato ou entidade de classe, é cabível a condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários advocatícios, ainda que não embargada a execução (EREsp 653.270/RS, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, sessão de 17/5/2006). Por conseguinte, assim como ocorre nas execuções oriundas de ação civil pública, não se aplica à hipótese o disposto na MP 2.180-35/01, que acrescentou o art. 1º-D à Lei 9.494/97. 2. Não compete a este Superior Tribunal analisar violação a texto constitucional, por se tratar de competência do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, III, da Constituição Federal. 3. Agravo regimental improvido.(AgRg no REsp 697902/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 06.06.2006, DJ 26.06.2006 p. 190).
Ante o exposto, não admito o recurso especial." (fl. 447/447v).
Aduz a agravante que:
"(...)
O eminente Desembargador Federal Vice-Presidente do TRF 4ª Região inadmitiu o recurso especial, a despeito da presença dos requisitos para o conhecimento do recurso especial interposto, em decisão viciada pela usurpação de competência desse Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
(...)incorreta a decisão que não admitiu o Recurso Especial, sob argumento de ser a matéria eminentemente constitucional .(...)" (fls. 5/7).
Sustenta a recorrente haver omissão no acórdão proferido pelo Tribunal ***a quo***.
No mérito, alega, em suma, que, em sede de execução não embargada contra a Fazenda Pública, não são devidos honorários advocatícios.
A insurgência especial está fundada na violação dos artigos 20, parágrafos 3º e 4º, 535, inciso II, 557, parágrafo 2º, 730 e 731 do Código de Processo Civil e art 1º-D da Lei 9.494/97
Tudo visto e examinado, decido.
De início, relativamente à violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, é este o dispositivo invocado:
"*Art. 535. Cabem embargos de declaração quando:*
I - houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;
II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal."
A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no entendimento de que deve a parte vincular a interposição do recurso especial à violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, quando, mesmo após a oposição de embargos declaratórios, o tribunal ***a quo*** persiste em não decidir questões que lhe foram submetidas a julgamento, por força do princípio ***tantum devolutum quantum appellatum*** ou, ainda, quando persista desconhecendo obscuridade ou contradição argüidas como existentes no ***decisum***.
E, em estando configurada a violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, impõe-se a declaração de nulidade do acórdão que apreciou os embargos declaratórios, a fim de que os vícios no ***decisum*** sejam sanados.
Nesse sentido, vale conferir o seguinte precedente jurisprudencial:
"*PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO - JULGAMENTO - OMISSÃO ACERCA DE QUESTIONAMENTO SUSCITADO NAS RAZÕES RECURSAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS COM O OBJETIVO DE PREQUESTIONAMENTO - REJEIÇÃO - FUNDAMENTO INCONSISTENTE - VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC.*
Suscitada, nas razões recursais da apelação, questão relevante para o deslinde da controvérsia, se não for examinada no respectivo julgamento, a omissão enseja a interposição de embargos declaratórios com o fito de prequestionamento. Se o Tribunal a quo persistir na omissão, ao fundamento inconsistente de que não há necessidade de mencionar o dispositivo legal discutido, porque o preceito nele contido é estudado e analisado, configura-se violação ao artigo 535 do CPC, justificando-se a nulidade do decisum.
Recurso provido." (REsp nº 319.127/DF, Relator Ministro Garcia Vieira, ***in*** DJ 27/8/2001).
In casu, estão os recorrentes em que o acórdão teria sido omisso quanto às questões levantadas em sede de embargos de declaração, no referente a tratar-se de execução de sentença não embargada em sede de ação coletiva.
Entretanto, ao que se tem dos autos, esta questão foi decidida pelo Tribunal ***a quo*** que entendeu:
"As partes irresignam-se contra decisão que examinou a questão relativa aos honorários advocatícios em sede de execução, cujo excerto ora transcrevo:
'Em recente sessão do Pleno do STF, tendo por relator o Min. Carlos Velloso e Relator para o Acórdão o Min. Sepúlveda Pertence, foi julgado o Recurso Extraordinário n.º 420816, onde aquela Suprema Corte declarou, incidentalmente, a constitucionalidade da Medida Provisória n.º 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, reduzindo-lhe a aplicação à hipótese de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública excluindo os casos de pagamentos de obrigações definidos em lei como de pequeno valor (art. 100, § 3º, da Constituição Federal de 1988), aplicando-se restritivamente o art. 1º - D da Lei n.º 9.494/97.

Desta forma, curvo-me a esse entendimento para considerar devida a fixação de honorários em execução de título judicial não embargada, somente para os casos em que o valor executado não supere, atualmente, o valor de R$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais), equivalentes a 60 (sessenta) salários mínimos, que correspondem ao que se considera Requisição de Pequeno Valor - RPV (dispositivo constitucional acima citado).

Importante referir, ainda, que nos casos de litisconsórcio ativo o valor determinante é o valor individual (aplicação analógica da Súmula 261/TFR) inferior ou superior a 60 salários mínimos, respectivamente, não importando que o somatório desses valores, per capita, seja superior aos 60 salários mínimos. Para valores acima de 60 (sessenta) salários mínimos, então, não cabem honorários advocatícios; se o montante individual for inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, a verba é devida, atendendo o comando insculpido no art. 20, § 4º, do CPC
Objetivando esclarecer para fins de eventual recurso, saliento, também, que se consideram os valores executados aqueles vigentes à data do ajuizamento da execução, para que o próprio trâmite do feito não seja um fator determinante ou gere tumulto processual
No caso sob exame, o que se depreende é que os autores Edmílson Luiz Siqueira, Jair Antônio Dorigo, Luiz Carlos de Lima e Cristina Benedeti Guilherm, estão executando valores inferiores a R$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais), ou melhor, inferiores, em março/2004, a R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), daí por que, em consonância com a fundamentação acima, é devida a fixação de verba honorária em favor de seus patronos quanto a eles
Relativamente aos autores Luiz Carlos Mentz, Moacir Backes e Ana Cristina Raeder, não cabe a fixação de honorários advocatícios, eis que executam valores superiores a 60 salários mínimos
Assim sendo, com base no que dispõe o art. 557, § 1º - A do CPC, dou provimento de plano ao agravo de instrumento quanto aos autores que estão executando, individualmente, valores inferiores a R$ 15.600,00, ou R$ 14.400,00 em março/04, uma vez que a decisão recorrida está em manifesto confronto com jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal.
Quanto aos demais, acima nominados, nego seguimento ao agravo de instrumento, por manifestamente improcedente

Ante ao exposto, bem como não tendo havido alteração na situação fática, mantenho o entendimento acima esposado por seus próprios fundamentos, razão pela qual, trazendo o feito em mesa para a análise pelo Órgão Colegiado, nego provimento ao agravo." (fls. 223/224).
Como se sabe, os embargos declaratórios não se prestam ao reexame de matéria já decidida à luz dos fundamentos jurídicos invocados, tampouco para forçar o ingresso na instância extraordinária se não houver omissão, contradição ou obscuridade a serem supridas no acórdão, nem fica o juiz obrigado a responder todas as alegações das partes quando já encontrou motivo suficiente para fundar a decisão.
De tanto, resulta que não há falar, na espécie, em violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, uma vez que inexiste omissão qualquer a ser suprida em sede de embargos de declaração.
Posto isso, é esta a letra do artigo 20, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil, com a nova redação dada pela Lei n° 8.952/94, cuja vigência teria sido negada pelo acórdão recorrido:
"Art. 20. (...)
*§ 4º Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, **e nas execuções, embargadas ou não**, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior."* (nossos os grifos).
Como resulta da própria letra da lei processual civil, nas execuções, embargadas ou não, são devidos os honorários advocatícios, não se fazendo qualquer distinção entre execução fundada em título executivo judicial ou extrajudicial.
Não era outro o entendimento estabelecido pela Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça, como se recolhe no seguinte precedente, cuja ementa e parte do voto condutor se transcreve:
"Execução. Honorários de advogado. Art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil com a redação dada pela Lei nº 9.952/94.
1. A nova redação do art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil deixa induvidoso o cabimento de honorários de advogado em execução, mesmo não embargada, não fazendo a lei, para esse fim, distinção entre execução fundada em título judicial e execução fundada em título extrajudicial.
2. Recurso especial conhecido e provido." (REsp n° 140.403/RS, Relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, ***in*** DJ 5/4/99).

"VOTO
(...)
A execução é um processo autônomo, a exigir trabalho profissional específico, não sendo razoável a interpretação que afasta os honorários porque já acolhidos no processo de conhecimento. Anote-se que a regra jurídica do § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil é muito clara ao comandar que naquelas causas de 'pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas 'a', 'b' e 'c' do parágrafo anterior.
A nova redação, dada pela Lei nº 8.952/94, mereceu estes comentários preciosos de Celso Agrícola Barbi:
'A lei não distingue, a propósito de honorários de advogado, entre as execuções fundadas em título executivo extrajudicial e em judicial, devendo entender-se que os honorários são devidos em todas elas. Isto se justifica porque em todos os casos há omissão do devedor em cumprir sua obrigação.
Mas, na fixação dos honorários, deve-se ter em conta que a matéria litigiosa nas execuções fundadas em título executivo judicial é geralmente pouco extensa, dadas as limitações que a lei colocou às defesas permitidas ao executado. Além disso, já houve condenação em honorários no processo de conhecimento que originou a sentença. Por isto, os honorários devem ser fixados em valor mais modesto.
Mas na execução fundada em título executivo extrajudicial, a matéria de defesa é ampla, igual à do processo de conhecimento (art. 745), de modo que os honorários devem ser fixados com o mesmo critério adotado no processo de conhecimento.' (Comentários ao Código de Processo Civil, Forense, Vol I., 10ª ed., 1998, págs. 145/146).
(...)"
Ocorre que o artigo 4º da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, assim determinou:
"Não serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas." (artigo 1º-D).
Embora se atribua, em regra, ao direito processual eficácia imediata, as suas normas da espécie instrumental material, precisamente porque criam deveres patrimoniais para as partes, como a que se contém no artigo 20 do Código de Processo Civil, não incidem nos processos em andamento, quer se trate de processo de conhecimento, quer se trate de processo de execução, por evidente imperativo último do ideal de segurança também colimado pelo Direito.
As normas processuais instrumentais materiais, enquanto integram o estatuto legal do processo, são as vigentes ao tempo de seu início, não o alcançando a lei nova subseqüente.

A mesma regência no tempo tem a disposição do artigo 4º da Medida Provisória nº 2.180-35, mormente porque atributiva de privilégio à Fazenda Pública, nada autorizando que se suprima à parte, no particular da norma processual instrumental material, a eficácia da lei do tempo do início do processo de execução, como é próprio do Estado de Direito.
E, na espécie, ao que se tem dos autos, a presente execução teve início após a publicação da Medida Provisória nº 2.180-35.
Ocorre, entretanto, que, ***in casu***, a questão merece solução diversa, não sendo aplicável a exceção à regra do cabimento dos honorários advocatícios nas execuções.
É que, em casos tais, faz-se indispensável a contratação de advogado, por se cuidar de execução individual de julgado proferido em sede de ação civil coletiva, em que, diversamente do que ocorre nas execuções que não são oriundas de ações coletivas, além de se promover a liquidação do valor a ser pago e a individualização do crédito, faz-se necessária a demonstração da titularidade do direito do exeqüente.
Decerto, como ressaltou o Ministro Teori Albino Zavascki no julgamento do AgRgREsp nº 489.348/PR:
"(...)
A despeito de ser conhecida como um processo executivo, a ação em que se busca a satisfação individual do direito declarado em sentença de ação civil coletiva não é propriamente uma ação de execução típica. As sentenças proferidas no âmbito das ações coletivas para tutela de direitos individuais homogêneos, por força de expressa disposição do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90, art. 95), são condenatórias genéricas. Nelas não se especifica o valor da condenação nem a identidade dos titulares do direito subjetivo. A carga condenatória, por isso mesmo, é mais limitada do que a que decorre das demais sentenças condenatórias. Sobressai nelas a carga de declaração do dever de indenizar, transferindo-se para a ação de cumprimento a carga cognitiva relacionada com o direito individual de receber a indenização. Assim, a ação de cumprimento não se limita, como nas execuções comuns, à efetivação do pagamento. Nelas se promove, além da individualização e liquidação do valor devido, se for o caso, o juízo sobre a titularidade do exeqüente em relação ao direito material, para somente então se passar aos atos propriamente executivos.
Ora, a regra do art. 1º-D da Lei nº 9.494/97 destina-se às execuções típicas do Código de Processo Civil, não se aplicando à peculiar execução da sentença proferida em ação civil coletiva para tutela de direitos individuais homogêneos." (***in*** DJ 1º/9/2003).
Esta, com efeito, a sua ementa:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO CIVIL COLETIVA. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LEI Nº 9.494/97, ART. 1º-D. INAPLICABILIDADE.
1. A ação individual destinada à satisfação do direito reconhecido em sentença condenatória genérica, proferida em ação civil coletiva, não é uma ação de execução comum. É ação de elevada carga cognitiva, pois nela se promove, além da individualização e liquidação do valor devido, também juízo sobre a titularidade do exeqüente em relação ao direito material.
2. A regra do art. 1º-D da Lei nº 9.494/97 destina-se às execuções típicas do Código de Processo Civil, não se aplicando à peculiar execução da sentença proferida em ação civil coletiva."
Nesse sentido, recolhem-se, ainda, inúmeros precedentes nesta Corte Superior de Justiça, senão vejamos:
"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO. HONORÁRIOS. CABIMENTO, MESMO QUE NÃO EMBARGADO O EXECUTIVO. ART. 20, § 4º, DO CPC. DECISÃO PELA CORTE ESPECIAL. INAPLICABILIDADE DO ART. 1º-D, DA LEI Nº 9.494/97 (MP Nº 2.180-35/2001, ART. 4º). ART. 133, DA CF/88. PRECEDENTES.
1. Na execução judicial individual advinda de ação civil pública são devidos honorários advocatícios, ante a necessidade de o exeqüente contratar advogado para executar o julgado.
2. O art. 20, do CPC, não distingue se a sucumbência é relativa só à pretensão cognitiva ou se à da execução fiscal por título judicial. São autônomas, desenvolvem-se e são julgadas à parte e o objeto de uma não se confunde com o da outra. Os patronos das partes realizaram trabalho e a eles não é dado o bel-prazer de laborarem de graça. O citado artigo não deixa dúvida sobre o cabimento da verba honorária em execução, seja ela embargada ou não, não fazendo a lei, para tal fim, distinção entre execução fundada em título judicial e em título extrajudicial.
3. A Corte Especial (EREsp nº 217883/RS, DJ 01/09/2003; AgReg no EREsp nº 433299/RS, j. em 27/03/2003), decidiu que na execução de título judicial, embargada ou não, é cabível a condenação de honorários de advogado, ainda que devedora a Fazenda Nacional, nos termos dos arts. 100, da CF/88, e 730, do CPC.
4. O art. 1º-D, da Lei nº 9.494/97 (MP nº 2.180-35/01, art. 4º), o qual estatui que 'não serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas', não se aplica aos casos ocorridos antes da vigência da citada MP. Mesmo que a execução tenha sido ajuizada após à referida MP, poder-se-ia entender perfeitamente aplicável o seu comando.
5. Contudo, o aspecto primordial e central da lide é que, no caso, cuida-se de execução individual advinda de ação civil pública julgada procedente, tendo o exeqüente que contratar procurador para executar a sentença e, nos termos do art. 133, da CF/1988, 'o advogado é indispensável à administração da justiça'. Não é justo nem correto que o mesmo não receba remuneração pelo trabalho realizado, ainda que não tenha participado do processo cognitivo.
Precedentes de monta.
6. Recurso não provido." (REsp nº 597.612/PR, Relator Ministro José Delgado, ***in*** DJ 28/4/2004).

"PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA - AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO NO JULGADO - EFEITO INFRINGENTE.
1. A MP 2.180-35 acrescentou o art. 1º-D à Lei 9.494/97, disciplinadora de tutela antecipada contra a FAZENDA PÚBLICA, determinando a não-incidência da norma quando não embargada a execução. Entretanto, a regra somente se aplica às hipóteses em que os honorários fixados no processo de conhecimento mostram-se suficientes para também remunerar o trabalho do advogado na execução do julgado.
2. Hipótese que trata de execução individual de direito individual homogêneo certificado em ação civil pública. Aplicação do art. 20, § 4º, do CPC, fixando-se honorários para remunerar o advogado da parte que não participou do processo de conhecimento.
3. Julgado que adotou tese jurídica, não apreciando matéria fática, a partir de uma interpretação sistemática das normas pertinentes, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, destacadas no julgamento pelo Tribunal de origem.
4. Desnecessária a argüição de inconstitucionalidade da referida medida provisória na hipótese dos autos, o que afasta a alegada infringência ao art. 97 da CF.
5. Embargos de declaração acolhidos em parte, sem efeitos modificativos." (EDclREsp nº 496.441/PR, Relatora Ministra Eliana Calmon, ***in*** DJ 15/3/2004).

"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FAZENDA PÚBLICA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE EMBARGOS. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180-35, DE 24/08/01.
1. O art. 4º, da MP nº 2.180-35, de 24/08/2001, determina: 'A Lei nº 9.494, de 10.09.97, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos: 'Art. 1º-D. Não serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas'.'
2. A fixação dos honorários na execução, ainda que não embargada, decorre da propositura do processo satisfativo. Em conseqüência, rege essa sucumbência a lei vigente à data da instauração da execução. Por isso, a Medida Provisória nº 2.180-35 só pode ser aplicável às execuções iniciadas após a sua vigência.
3. Tratando-se de execução individual advinda de ação coletiva, em razão da necessidade de o contribuinte ingressar em juízo por intermédio de procurador legalmente constituído, para o fim de executar o julgado, não seria justo que o profissional habilitado não recebesse remuneração pelo trabalho desenvolvido, mesmo que não tenha participado do processo cognitivo.
4. A ação individual destinada à satisfação do direito reconhecido em sentença condenatória genérica, proferida em ação civil coletiva, não é uma ação de execução comum. É ação de elevada carga cognitiva, pois nela se promove, além da individualização e liquidação do valor devido, também juízo sobre a titularidade do exeqüente em relação ao direito material. A regra do art. 1º-D da Lei nº 9.494/97 destina-se às execuções típicas do Código de Processo Civil, não se aplicando à peculiar execução da sentença proferida em ação civil coletiva. (AgResp 489.348, Rel. Min. Teori Zavascki)
5. Embargos de declaração rejeitados." (EDclAgRgREsp nº 464.298/PR, Relator Ministro Luiz Fux, ***in*** DJ 28/10/2003).

"PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL NÃO EMBARGADA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ART. 1º - D DA LEI N.º 9.494/97. EXEQÜENTE QUE NÃO É PARTE NA AÇÃO DE CONHECIMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO.
1. Embora o art. 1º - D, da Lei n.º 9.494/97 determine serem indevidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas, em se tratando de Ação Civil Pública e não tendo o exeqüente participado da ação cognitiva, deve ser fixada verba honorária na execução, ante a necessidade de se constituir advogado para que promova a execução do julgado.
2. Recurso especial improvido." (REsp nº 478.388/PR, Relator Ministro Castro Meira, ***in*** DJ 29/9/2003).

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FAZENDA PÚBLICA. LEI N.º 9.494/97 - ART. 1.º - D, COM A REDAÇÃO DADA PELA MEDIDA PROVISÓRIA 2.180-35.
1. A regra geral é de que os honorários advocatícios são sempre devidos, ainda quando se trate de execução não embargada. A exceção, estabelecida em benefício do Fisco Federal, pelo art. 1.º-D da Lei n.º 9.494/97, com a redação dada pela Medida Provisória nº. 2.180-35, ao dispor que 'não serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas', deve ficar restrita àquelas hipóteses em que tendo sido fixados honorários no processo de conhecimento, mostram-se eles suficientes, também, para razoavelmente remunerar o trabalho do advogado na execução do julgado. Do contrário, há de se prestigiar a regra insculpida no art. 20, § 4.º, do Código de Processo Civil.
2. Recurso Especial a que se nega provimento." (REsp nº 499.337/PR, Relator Ministro João Otávio de Noronha, ***in*** DJ 9/6/2003).

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO INDIVIDUAL ADVINDA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO. CABIMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, MESMO EM NÃO HAVENDO EMBARGOS (ART. 20, § 4º, DO CPC).
As decisões judiciais devem ser obedecidas espontaneamente. Quem resistir a seus preceitos comete omissão ilícita.
Bem por isso, na execução individual de sentença proferida em ação civil pública é lícita a condenação do executado em honorários de sucumbência, mesmo em não havendo embargos." (REsp nº 463.446/PR, Relator Ministro Humberto Gomes de Barros, ***in*** DJ 31/3/2003).
Em se cuidando, assim, de execução de sentença proferida em sede de ação coletiva, impõe-se, pela sua natureza especial, a aplicação da regra do artigo 20, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Intime-se
Brasília, 19 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4221)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 909.417 - GO (2007/0143301-7)

RELATORA	**:**	**MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	WANJA MEYRE SOARES DE CARVALHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	:	ISMAEL NEVES DE AMORIM
ADVOGADO	:	VALDEREZA PEREIRA VERAS

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. PRECEDENTES. PROVIMENTO NEGADO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal.
O Tribunal *a quo* negou seguimento ao recurso especial, por estar o acórdão recorrido em harmonia com a jurisprudência desta Corte, o que atrai a incidência da Súmula 83/STJ, bem como pela inocorrência de violação ao art. 535 do Código de Processo Civil.
Nas razões do agravo de instrumento, o recorrente limitou-se a repetir a tese expendida nas razões do recurso especial sem infirmar, em nenhum momento, os fundamentos da decisão agravada.
É o relatório.
A insurgência não merece ser acolhida.
O agravante não infirmou os fundamentos da decisão impugnada, ensejando a aplicação do Enunciado nº 182 da Súmula desta Corte, segundo o qual "é inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."
Ressalte-se que, embora o Enunciado acima faça menção ao artigo 545 do Código de Processo Civil, ele pode ser aplicado, por analogia, ao agravo de instrumento disposto no artigo 544 do mesmo Diploma.
Nesse sentido, confiram-se os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTIGO 544 DO CPC. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL DO RECURSO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. RECURSO ESPECIAL. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA. LEGITIMIDADE PASSIVA. PRESCRIÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA.
1. É inviável a análise do Agravo de Instrumento, cuja fundamentação não impugna especificamente os fundamentos da decisão agravada. Inteligência da Súmula 182 do STJ, que dispõe: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."
(...)
3. Agravo Regimental desprovido." (AgRg no AgRg no AG 653.900/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJ 13/2/2006)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 182 POR ANALOGIA. POSSIBILIDADE.
1. É plausível a aplicação da Súmula 182 desta Corte, por analogia, em agravo de instrumento cujas razões não ataquem especificamente os fundamentos da decisão agravada. Precedentes.
2. Agravo regimental improvido." (AgRg no AG 572.505/DF, Rel. Min. CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJ 23/8/2004)

Diante do exposto, com fundamento no artigo 254, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4222)

RECURSO ESPECIAL Nº 909.628 - RS (2006/0272189-6)

RELATOR	**:**	**MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
RECORRENTE	:	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	:	CYNTIA COLETO ASSUMPÇÃO E OUTRO(S)
RECORRIDO	:	ENEIDA AGUILHAR DOS SANTOS
ADVOGADO	:	RUY SILVEIRA NETO

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. JUROS DE MORA. ART. 406 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. INAPLICABILIDADE. AÇÃO PROPOSTA APÓS A VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180-35. NATUREZA ESPECIAL DA LEI 9.494/97.
Proposta a ação após a vigência da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, que acrescentou o art. 1º-F ao texto da Lei nº 9.494/97, os juros de mora devem ser fixados no percentual de 6% ao ano.

Deve ser afastada a aplicação do art. 406 do Novo Código Civil, em razão da especialidade da regra do art. 1º-F da Lei n.º 9.494/97, que, especificamente, regula a incidência dos juros de mora nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias, aí incluídos benefícios previdenciários.
Recurso especial a que se dá provimento.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça Estadual que fixou os juros legais em 6% ao ano enquanto vigente o Código Civil de 1916 e de 12% ao ano a partir do Código Civil de 2002.
Nas razões de recurso especial alega violação ao artigo 1º - F da Lei nº 9.494/97 e divergência jurisprudencial, sob o argumento de que os juros de mora devem ser fixados em 0,5% ao mês. (fls. 130/135)
Decorreu o prazo para contra-razões. (fls. 138)
Admitido o recurso aos fls. 142/143, vieram conclusos os autos.
É o relatório.
De plano, consigne-se que no tocante aos juros moratórios, esta Corte já se manifestou no sentido de que a Medida Provisória nº 2.180-35/2001, que deu nova disciplina à questão dos juros moratórios devidos pela Fazenda Pública, deve ser aplicada aos casos em que ela figure como parte, para fixar os juros em 0,5% ao mês.
Assim, a norma do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 incide nas ações propostas após a edição da Medida Provisória nº 2.180-35/2001.
Nesse sentido, q.v., *verbi gratia*:
"ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO AJUIZADA POSTERIORMENTE À MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.180-35/01. JUROS DE MORA, LIMITADOS A 6% A.A. INCIDÊNCIA DO ART. 1º-F, DA LEI N.º 9.494/97, APLICÁVEL TAMBÉM ÀS PENSÕES DECORRENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. A jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça posiciona-se no sentido de que os juros moratórios sobre as condenações contra a Fazenda Pública, nas causas iniciadas após a edição da Medida Provisória n.º 2.180-35/01, devem incidir no percentual de 6% ao ano. Incide o art. 1º-F, da Lei n.º 9.494/97, às pensões que derivam da relação jurídica existente entre o Estado e o servidor ou empregado público instituidor da pensão. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 690392/RS, Min. José Arnaldo da Fonseca, DJ 14.11.2005)
"AGRAVO REGIMENTAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PENSÃO. JUROS DE MORA. PERCENTUAL. FAZENDA PÚBLICA. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180/01. 1. A Medida Provisória nº 2.180/01, que modificou o artigo art. 1º- F da Lei nº 9.494/97, determinando que os juros moratórios sejam calculados em 6% (seis por cento) ao ano nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores públicos, tem incidência nos processos iniciados após a sua edição. 2. Agravo improvido." (AgRg no Ag 679053/RS, Min. Paulo Gallotti, DJ 12.09.2005)
Ressalte-se ainda, que está consolidado neste Tribunal Superior que não há que se falar na incidência do art. 406 do Código Civil de 2002 - Lei n.º 10.406/2002 - em detrimento da norma insculpida no art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Medida Provisória n.º 2.180-35/2001, haja vista que esta, por ser norma especial - para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos - deve prevalecer sobre norma geral, conforme regra de hermenêutica preconizada na Lei de Introdução ao Código Civil.
Nesse sentido, q.v., *verbi gratia*, AgRg no REsp 762545/RS, Min. Gilson Dipp, DJ 10.10.2005; RESP 733578, Min. Felix Fischer, DJ 26.04.2005; AgRg no REsp 712662/RS, Min. Laurita Vaz, DJ 06.06.2005 e AgRg no Ag 680324/RS, Min. Hamilton Carvalhido, DJ 12.09.2005, este assim ementado:
"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUROS DE MORA. PERCENTUAL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180-35/2001. 1. Este Superior Tribunal de Justiça firmara o entendimento no sentido de que, nas diferenças decorrentes do pagamento de reajuste nos vencimentos de servidores públicos, deveriam incidir juros moratórios no percentual de 1% ao mês, em face da sua natureza eminentemente alimentar. 2. Vigente a Medida Provisória nº 2.180/35, que acrescentou o artigo 1º-F ao texto da Lei nº 9.494/97, a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que os juros de mora devem ser fixados no percentual de 6% ao ano nas hipóteses em que proposta a ação após a inovação legislativa, taxa incidente não somente nos pagamentos de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, mas também, e com igual razão, nos pagamentos das pensões delas decorrentes. 3. A norma jurídica contida no artigo 406 do Novo Código Civil, predominantemente de natureza dispositiva, é, por inteiro, estranha às hipóteses tais como a dos autos, de juros de mora devidos pela Fazenda Pública nas condenações ao pagamento de verbas remuneratórias aos servidores e empregados públicos, tendo incidência própria nas relações jurídicas disciplinadas pelo Código Civil e funções meramente subsidiária e supletiva, em razão das quais determina que se observe a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional. 4. Agravo regimental improvido"
In casu, verifica-se que a ação foi proposta após o início da vigência da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24.8.2001, incidindo o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, que fixa os juros de mora em 6% ao ano.
Destarte, os juros moratórios impostos devem ser reduzidos para 6% ao ano, ante a incidência do artigo 1º - F da Lei nº 9.494/97.
Ante o exposto, nos termos do § 1º-A do art. 557 do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO ao recurso especial para fixar os juros de mora em 6% ao ano.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4223)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 909.826 - SP (2007/0119956-4)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: ADÃO LAUREANO
ADVOGADO	: PAULO AMÉRICO ALBARELLO FERRARI
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: HERMES ARRAIS ALENCAR E OUTRO(S)

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 467 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 282/STF E 356/STF. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra inadmissão, na origem, de recurso especial manejado com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, que atacou acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"Ação acidentário - Execução - Precatório complementar - Diferenças inexistentes - Recurso provido.

O agravante, nas razões do recurso especial, aponta violação ao art. 467 do Código de Processo Civil, pois, "consoante se nota, com clareza solar, das provas constantes dos autos, as fundamentações expendidas no Venerando Acórdão hostilizado, que deu provimento ao recurso do recorrido, por votação unânime, ostensivamente, conflita com as conclusões do anterior Venerando Acórdão, de fls. 59/62, já transitado em julgado há mais de 5 (cinco) anos".
É o relatório.
A irresignação não prospera.
Com efeito, em relação ao art. 467 do CPC, verifica-se que a matéria referente a esse dispositivo não foi objeto de exame pelo Tribunal *a quo*, não tendo a parte recorrente oposto embargos declaratórios para suprir eventual omissão, tendo sido a questão invocada apenas nas razões do recurso especial. Desse modo, em virtude da ausência de prequestionamento da questão, impõe-se a aplicação ao caso das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal, respectivamente *in verbis*:

"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."

"O ponto omisso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento."

Diante do exposto, com fundamento nos artigo 254, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4224)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 910.111 - SP (2007/0128679-6)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: LUCIANA KUSHIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CARMELA CHILE PEREIRA
ADVOGADO	: PATRÍCIA DOS SANTOS RECHE

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. MAJORAÇÃO DE BENEFÍCIO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DO DISPOSITIVO VIOLADO. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 284/STF. AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS contra a inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que restou assim ementado, no que interessa (fl. 89):

"PREVIDENCIÁRIO - REVISÃO DE BENEFÍCIO - PENSÃO POR MORTE - ALTERAÇÃO DE COEFICIENTE - LEI MAIS BENÉFICA - INCIDÊNCIA - JUROS DE MORA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - TERMO FINAL.
I - O valor do benefício de pensão por morte deve ser calculado de acordo com a lei vigente à época do óbito, aplicando-se, outrossim, as alterações posteriormente introduzidas, não havendo que se falar, portanto, em aplicação retroativa da lei, nem tampouco em inobservância dos princípios da seletividade e distributividade.
(...)
IV - Apelação do réu e remessa oficial parcialmente providas."

Nas razões do especial (fls. 92/97), aponta a autarquia recorrente ofensa aos arts. 5º, inciso XXXVI,da Constituição Federal e 6º, § 1º, da Lei de Introdução ao Código Civil. Sustenta, em síntese, que não se pode aplicar as modificações legislativas operadas pela Lei nº 9.032/95 às relações jurídicas constituídas antes da sua vigência, sob pena de ofensa a ato jurídico perfeito.
É o relatório.
A violação ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil não pode ser apreciada diretamente, mas somente por via transversa, considerando o fato de que o referido dispositivo foi repetido na Constituição Federal de 1988, cuja proteção cabe ao Supremo Tribunal Federal.
Desta forma, caso a parte pretenda a análise acerca da aplicação da lei no tempo, bem como a proteção do ato jurídico perfeito, do direito adquirido e da coisa julgada, deve indicar especificamente quais dispositivos infraconstitucionais, além do art. 6º da LICC, que, quando aplicados, resultaram em violação a tais institutos.
Contudo, este não é o caso dos autos, já que a autarquia recorrente limitou-se a alegar violação ao dispositivo da Lei de Introdução ao Código Civil por aplicação das inovações criadas a partir Lei nº 9.032/95. Assim, ausente a indicação dos dispositivos legais modificados pelo diploma legal citado.
Dessa forma, resta inviabilizada a admissão do recurso especial, aplicando-se, por analogia, a Súmula 284/STF, que assim dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".
A propósito, confiram-se os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. RURÍCOLA. APOSENTADORIA POR IDADE. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. FALTA DE PARTICULARIZAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL TIDO POR VIOLADO. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA DA DIVERGÊNCIA.
1. A falta de particularização do dispositivo de lei federal que se tem por violado consubstancia deficiência bastante, com sede própria nas razões recursais, a inviabilizar a abertura da instância especial, atraindo, como atrai, a incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.
2. Por força legal, a divergência jurisprudencial, autorizativa do recurso especial interposto, com fundamento na alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, requisita comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas ou votos.
3. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 863.064/SP, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ de 26/2/2007)

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL DISSÍDIO PRETORIANO NÃO DEMONSTRADO. APELO NOBRE DEFICIENTEMENTE FUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO ARTIGO DE LEI QUE SE CONSIDERA VIOLADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N.º 284 DO STF. PENSÃO POR MORTE. FILHA NÃO-INVÁLIDA. CESSAÇÃO DO BENEFÍCIO AOS 21 ANOS DE IDADE. PRORROGAÇÃO ATÉ OS 24 ANOS POR SER ESTUDANTE UNIVERSITÁRIA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Não há como ser conhecido o recurso pela alínea c do permissivo constitucional quando ausente a realização do cotejo analítico nos termos previstos no artigo 255 do RISTJ, com a transcrição de trechos dos acórdãos recorrido e paradigma, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.
2. Quanto à alínea a, não foi indicado qualquer dispositivo de lei federal que teria sido malferido ou cuja vigência tenha sido negada, atraindo a incidência da Súmula n.º 284 do STF, em face da ausência de delimitação da controvérsia.
3. Apenas *ad argumentandum*, a qualidade de dependente do filho não-inválido extingue-se no momento que completar 21 (vinte e um) anos de idade, nos termos do art. 77, § 2º, inciso II, da Lei n.º 8.213/91, não havendo previsão legal para a extensão do pagamento da pensão por morte até os 24 (vinte e quatro) anos, por estar o beneficiário cursando ensino superior.
4. Recurso não conhecido."(REsp 729.565/CE, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ de 1/2/2006)

Ante o exposto, com base no art. 254, inciso I, do RISTJ, **nego provimento** ao presente agravo.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4225)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 910.543 - SP (2007/0145003-0)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: RONALDO GUIMARÃES GALLO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA DOS MILAGRES DA SILVA ROCHA
ADVOGADO	: MARTA MARIA RUFFINI P GUELLER E OUTRO(S)

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MAJORAÇÃO DA COTA FAMILIAR. APLICAÇÃO IMEDIATA DO ART. 75 DA LEI Nº 8.213/91. PRECEDENTES DESTA CORTE. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS contra a inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que restou assim ementado, no que interessa (fl. 107):

"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO. ART. 557, § 1º, DO CPC. DECISÃO MONOCRÁTICA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER. REVISÃO DO COEFICIENTE DE CÁLCULO DE PENSÃO POR MORTE. JURISPRUDÊNCIA DO STJ.
1 - Segundo entendimento firmado nesta Corte, a decisão do Relator não deve ser alterada se solidamente fundamentada e dela não se vislumbrar qualquer ilegalidade ou abuso de poder que resulte em dano irreparável ou de difícil reparação para a parte.
2 - O artigo 557, do Código de Processo Civil, consagra a possibilidade do recurso a ser julgado pelo respectivo Relator.
3 - A decisão agravada entendeu ser devida a majoração do coeficiente de cálculo da pensão por morte da parte Apelante, sem que tal alteração implique retroatividade da lei, tampouco ofensa a ato jurídico perfeito, ao princípio da legalidade e à necessidade de previsão de custeio, em consonância com a jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça.
4 - Agravo improvido."

Nas razões do especial (fls. 111/115), aponta a autarquia recorrente ofensa ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil. Sustenta, em síntese, que a elevação do coeficiente de cálculo da pensão por morte representa agressão ao direito adquirido e ao ato jurídico perfeito, operada quando da aplicação retroativa da Lei 8.213/91 em sua redação original e após, quando da aplicação da Lei 9.032/95, que deu nova redação ao artigo 75 da Lei 8.213/91.
É o relatório.
Quanto à violação ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, tal matéria não pode ser apreciada diretamente, mas somente por via transversa, considerando o fato de que o referido dispositivo foi repetido na Constituição Federal de 1988, cuja proteção cabe ao Supremo Tribunal Federal. Assim sendo, o caso em tela nos remete à verificação da correta aplicação do art. 75 da Lei nº 8.213/91 e à possibilidade de majoração do benefício de pensão por morte em decorrência da edição da Lei nº 9.032/95.
A pensão por morte está encartada no rol dos benefícios de prestação continuada concedidos exclusivamente aos dependentes do segurado da Previdência Social, cuja finalidade é, na falta de seu mantenedor, garantir a sobrevivência desses.
Antes da edição da Lei de Planos e Benefícios, a matéria era regulada pelo Decreto nº 83.080/79 e, posteriormente, pelo Decreto nº 89.312/84, que, em seu art. 48, estabeleceu que a renda mensal inicial - RMI - da pensão seria de 50% (cinqüenta por cento) do salário-de-benefício a que fazia jus o de cujus, mais 10% (dez por cento) para cada dependente, observado o limite de cinco.
Com o advento da Lei nº 8.213, de 25 de julho de 1.991, seu art. 75 conferiu novos critérios para a obtenção da renda mensal. O RMI passou, então, a ser constituído de uma parcela, relativa à família, de 80% (oitenta por cento) do valor que o segurado recebia ou a que teria direito, se aposentado estivesse quando do óbito, mais tantas parcelas iguais a 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos fossem os seus dependentes, até o máximo de dois. Em caso de falecimento por acidente de trabalho, o valor era de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício ou do salário-de-contribuição vigente no dia do acidente, recaindo a escolha sob o que fosse mais vantajoso.
Editada a Lei nº 9.032, de 29 de abril de 1.995, nova redação foi conferida ao mencionado artigo, vejamos:

Art. 75. O valor mensal da pensão por morte, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no artigo 33 desta Lei.

As sucessivas alterações na renda mensal inicial ocasionaram um conflito intertemporal de normas, qual seja, a possibilidade de ser ou não aplicável a lei mais benéfica, majorando-se o percentual de pensões concedidas sob a égide das legislações anteriores a Lei nº 9.032/95.

A questão é resolvida à luz do que preceitua o art. 471, inciso I, do Código de Processo Civil. Tratando-se de uma relação jurídica continuativa, passível de adequação quando houver modificação no estado de fato ou de direito, é possível a aplicação da nova legislação. Para tanto, pouco importa se o que é exigido para a realização da hipótese normativa tenha origem sob a vigência de lei velha. Interessa, sim, que a questão se faça preencher por uma dada realidade fática-jurídica, coincidente na sua existência por inteiro, com o momento temporal que entra em vigor com a nova norma, justificando assim a sua imediata incidência.
Desta forma, tendo o segurado começado a perceber o benefício antes do advento da Lei nº 8.213/91 e estando recebendo-o até o presente momento, aplicável é a majoração elencada no art. 75 da Lei n. 8.213/91, na redação dada pela Lei nº 9.032/95, não há falar em retroação de lei mais benéfica, mas tão-somente na sua aplicação imediata, em respeito à manutenção da isonomia entre os benefícios.
A propósito, confiram-se os precedentes da Sexta Turma que tratam da matéria em comento:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENSÃO POR MORTE. PERCENTUAL. LEI MAIS BENÉFICA. INCIDÊNCIA. BENEFÍCIO EM MANUTENÇÃO. POSSIBILIDADE.
1. No sistema de direito positivo brasileiro, o princípio tempus regit actum se subordina ao do efeito imediato da lei nova, salvo quanto ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada (Constituição da República, artigo 5º, inciso XXXVI e Lei de Introdução ao Código Civil, artigo 6º).
2. A lei nova, vedada a ofensa ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada, tem efeito imediato e geral, alcançando as relações jurídicas que lhes são anteriores, não, nos seus efeitos já realizados, mas, sim, nos efeitos que, por força da natureza continuada da própria relação, seguem se produzindo, a partir da sua vigência.
3. "L'effet immédiat de la loi doit être considéré comme la règle ordinaire: la loi nouvelle s'applique, dès sa promulgation, à tous les effets qui résulteront dans l'avenir de rapports juridiques nés ou à naître" (Les Conflits de Lois Dans Le Temps, Paul Roubier, Paris, 1929).
4. Indissociável o benefício previdenciário das necessidades vitais básicas da pessoa humana, põe-se na luz da evidência a sua natureza alimentar, a assegurar aos efeitos continuados da relação jurídica a regência da lei nova que lhes recolha a produção vinda no tempo de sua eficácia, em se cuidando de norma nova relativa à modificação de percentual dos graus de suficiência do benefício para o atendimento das necessidades vitais básicas do segurado e de sua família.
5. O direito subjetivo do segurado é o direito ao benefício, no valor irredutível que a lei lhe atribua e, não, ao valor do tempo do benefício, como é da natureza alimentar do benefício previdenciário.
6. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 862.433/PB, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ de 25/6/2007)

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. LEI Nº 9.032/1995. APLICAÇÃO IMEDIATA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.
1. A decisão agravada deve ser mantida pelo que nela se contém, dado que proferida em sintonia com a jurisprudência da Terceira Seção de que a nova redação do art. 75 da Lei nº 8.213/91, conferida pela Lei nº 9.032/95, que elevou a pensão por morte previdenciária a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, tem incidência imediata, independentemente da lei vigente na data do fato gerador.
2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no Ag 694.277/RS, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ de 6/8/2007)

"Previdenciário. Pensão por morte. Aumento de percentual. Aplicação de lei nova mais benéfica. Possibilidade. Precedentes. Agravo Regimental improvido." (AgRg no Ag 865.703/SP, Rel. Min. NILSON NAVES, Sexta Turma, DJ de 29/6/2007)

Diante do exposto, com base no artigo 254, inciso I, do RISTJ, **nego provimento** ao presente agravo.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4226)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 911.058 - SP (2007/0145064-8)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: NILSON BERALDI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CATARINA DE OLIVEIRA MICHELONI
ADVOGADO	: SILVIA ADELINA FABIANI ROSENDO E OUTRO(S)

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. MAJORAÇÃO DE BENEFÍCIO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DO DISPOSITIVO VIOLADO. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 284/STF. AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS contra a inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que restou assim ementado (fl. 107):

"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INOMINADO. PENSÃO POR MORTE. MAJORAÇÃO DO COEFICIENTE DE CÁLCULO A PARTIR DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 9.032/95. POSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA IMEDIATA DA LEI NOVA.
1. O artigo 75 da Lei nº 8.213/91, na redação dada pela Lei nº 9.032/95, que alterou o coeficiente de cálculo da pensão por morte, tem aplicabilidade a todos os benefícios previdenciários concedidos na vigência da legislação pretérita.
2. A lei nova não se aplica retroativamente, alcançando somente as prestações verificadas a partir da sua vigência.
3. Direito adquirido respeitado. A pensão por morte encerra obrigação de trato sucessivo, de modo que as alterações legislativas que resultem em fórmula que dê ensejo à majoração do benefício atingem as prestações devidas a partir de então, pois como já decidiu o Superior Tribunal de Justiça, **"O direito subjetivo do segurado é o direito ao benefício, no valor irredutível que a lei lhe atribua e, não, ao valor do tempo do benefício, como é da natureza alimentar do benefício previdenciário"** (AGA nº 492451/SP, Relator HAMILTON CARVALHIDO, j. 16/12/03, DJ 09/02/04, p. 215).
4. Agravo inominado a que se nega provimento."

Opostos embargos de declaração (fls. 111/112), foram eles rejeitados (fl. 118).
Nas razões do especial (fls. 123/129), aponta a autarquia recorrente ofensa aos arts. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal e 6º, § 1º, da Lei de Introdução ao Código Civil. Sustenta, em síntese, que não se pode aplicar as modificações legislativas operadas pela Lei nº 9.032/95 às relações jurídicas constituídas antes da sua vigência, sob pena de ofensa a ato jurídico perfeito.
É o relatório.
A violação ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil não pode ser apreciada diretamente, mas somente por via transversa, considerando o fato de que o referido dispositivo foi repetido na Constituição Federal de 1988, cuja proteção cabe ao Supremo Tribunal Federal.
Desta forma, caso a parte pretenda a análise acerca da aplicação da lei no tempo, bem como a proteção do ato jurídico perfeito, do direito adquirido e da coisa julgada, deve indicar especificamente quais dispositivos infraconstitucionais, além do art. 6º da LICC, que, quando aplicados, resultaram em violação a tais institutos.
Contudo, este não é o caso dos autos, já que a autarquia recorrente limitou-se a alegar violação ao dispositivo da Lei de Introdução ao Código Civil por aplicação das inovações criadas a partir Lei nº 9.032/95. Assim, ausente a indicação dos dispositivos legais modificados pelo diploma legal citado.
Dessa forma, resta inviabilizada a admissão do recurso especial, aplicando-se, por analogia, a Súmula 284/STF, que assim dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".
A propósito, confiram-se os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. RURÍCOLA. APOSENTADORIA POR IDADE. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. FALTA DE PARTICULARIZAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL TIDO POR VIOLADO. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA DA DIVERGÊNCIA.
1. A falta de particularização do dispositivo de lei federal que se tem por violado consubstancia deficiência bastante, com sede própria nas razões recursais, a inviabilizar a abertura da instância especial, atraindo, como atrai, a incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.
2. Por força legal, a divergência jurisprudencial, autorizativa do recurso especial interposto, com fundamento na alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, requisita comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas ou votos.
3. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 863.064/SP, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ de 26/2/2007)

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL DISSÍDIO PRETORIANO NÃO DEMONSTRADO. APELO NOBRE DEFICIENTEMENTE FUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO ARTIGO DE LEI QUE SE CONSIDERA VIOLADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N.º 284 DO STF. PENSÃO POR MORTE. FILHA NÃO-INVÁLIDA. CESSAÇÃO DO BENEFÍCIO AOS 21 ANOS DE IDADE. PRORROGAÇÃO ATÉ OS 24 ANOS POR SER ESTUDANTE UNIVERSITÁRIA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Não há como ser conhecido o recurso pela alínea c do permissivo constitucional quando ausente a realização do cotejo analítico nos termos previstos no artigo 255 do RISTJ, com a transcrição de trechos dos acórdãos recorrido e paradigma, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.
2. Quanto à alínea a, não foi indicado qualquer dispositivo de lei federal que teria sido malferido ou cuja vigência tenha sido negada, atraindo a incidência da Súmula n.º 284 do STF, em face da ausência de delimitação da controvérsia.

3. Apenas *ad argumentandum*, a qualidade de dependente do filho não-inválido extingue-se no momento que completar 21 (vinte e um) anos de idade, nos termos do art. 77, § 2º, inciso II, da Lei n.º 8.213/91, não havendo previsão legal para a extensão do pagamento da pensão por morte até os 24 (vinte e quatro) anos, por estar o beneficiário cursando ensino superior.
4. Recurso não conhecido."(REsp 729.565/CE, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ de 1/2/2006)

Ante o exposto, com base no art. 254, inciso I, do RISTJ, **nego provimento** ao presente agravo.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4227)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 911.132 - PE (2007/0100900-7)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
AGRAVANTE	: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFR/PE
PROCURADOR	: FABIANA SANTOS DANTAS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PEDRO ALEXANDRINO DE ASSIS ROCHA - ESPÓLIO E OUTRO
ADVOGADO	: MARIANA SALAZAR PEREIRA DA COSTA E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra inadmissão de recurso especial interposto pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFR/PE, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:
"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. PORTARIA Nº 474, DE 26.08.87, DO MEC. DECADÊNCIA. QUINTOS. MANUTENÇÃO DO PAGAMENTO.
- 'O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.' (art. 54, caput, da Lei nº 9.784/99).
- As medidas impeditivas da decadência do direito da administração rever os seus atos, de que fala o § 2º do art. 54, da Lei nº 9.784/99, são dirigidas aos beneficiários do ato, e não, as de caráter genérico e abstrato.
- Mesmo antes da referida Lei nº 9.784/99, o direito da Administração de invalidar os atos por ela praticados estava sujeito ao prazo decadencial, por força do princípio da igualdade entre os sujeitos da relação jurídica.
- Os 'quintos' incorporados aos proventos devem ser mantidos." (fls. 44/45).
São estes os fundamentos da decisão agravada:
"(...)
Tenho que o presente recurso não reúne condições de admissibilidade.
Com efeito, ainda que fosse afastada a decadência ora reconhecida no acórdão, melhor sorte não lograria o presente recurso, uma vez que o STJ, seguindo orientação do STF, firmou o entendimento segundo o qual não podem sofrer redução, em obediência ao direito adquirido e ao princípio da irredutibilidade de vencimentos, os quintos ou décimos incorporados em decorrência do exercício das funções comissionadas e gratificadas estabelecidas pela Portaria nº 474/87, do MEC.
A propósito, bastante esclarecedora, inclusive quanto à falta de proveito para a recorrente na obtenção do afastamento da decadência, a seguinte decisão proferida pelo Ministro Gilson Dipp, no julgamento do REsp 840989 - DF, publicada no DJ de 23.06.2006:
(...)" (fls. 16/17).
Aduzem, em suma, os agravantes que:
"(...)
O recurso especial da Agravante foi inadmitido sob a alegação de que, mesmo que afastada a decadência reconhecida na sentença e no apelo, ainda assim o mesmo seria improvido.
Não obstante, é mister lembrar que o ***mérito da demanda não foi analisado****: a questão da ilegalidade da concessão de vantagens indevidas, praticada com base na Portaria nº 474/89-MEC, não chegou a ser discutida nem na sentença e nem no apelo, não obstante fosse o Tribunal instado a fazê-lo.*
Essa Egrégia Corte já reconheceu a necessidade de afastar a decadência reconhecida pelo Tribunal a quo para viabilizar a análise meritória, como se pode ver dos seguintes julgados:
(...)" (fl. 11).
A insurgência especial está fundada na violação de lei federal.
Tudo visto e examinado, decido.
A decisão agravada inadmitiu o recurso especial, ante o reconhecimento da decadência de revisão dos quintos/décimos incorporados em decorrência do exercício das funções comissionadas e gratificadas, estabelecidas pela Portaria nº 474/89, do MEC, bem como decidiu que, conforme jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, os referidos quintos/décimos não pode sofrer redução, em obediência ao direito adquirido e ao princípio da irredutibilidade dos vencimentos.
A agravante, por sua vez, limitou-se a alegar a possibilidade de a administração rever os proventos dos servidores, como também alegou a não apreciação do mérito da questão pelo acórdão recorrido, olvidando-se, contudo, de impugnar, especificamente, os fundamentos da decisão agravada.
Tem incidência, assim, o enunciado nº 182 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça, ***verbis***:
"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."
Vejam-se, a propósito, os seguintes precedentes:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CONSIGNATÓRIA. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. SÚMULA 182 DO STJ.
I - Impossível a análise de agravo regimental nos casos em que os agravantes se limitaram a repetir as razões apresentadas no recurso especial, não atacando os fundamentos da decisão recorrida. Inteligência da Súmula nº 182/STJ.
II - Ademais, não podem ser analisados os dispositivos que não foram efetivamente debatidos pelo Tribunal ***a quo****, mesmo que tenham sido opostos embargos de declaração, vez que foram rejeitados. Incidência das Súmulas nºs 282 e 356 do Pretório Excelso.*
III - Agravo regimental improvido." (AgRgREsp nº 116.842/PR, Relator Ministro Francisco Falcão, ***in*** DJ 15/10/2001).

"PROCESSUAL CIVIL E DIREITO ECONÔMICO - CÉDULA DE CRÉDITO RURAL - EXECUÇÃO - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE - ALEGAÇÃO DE OFENSA A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL - CORREÇÃO MONETÁRIA - FUNDAMENTAÇÃO INATACADA - SÚMULA 182/STJ - APLICAÇÃO - SUBSTITUIÇÃO DE ÍNDICE - PRETENSÃO DISCREPANTE DA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA NO STJ.
I - A parte agravante deve infirmar, de forma específica, os fundamentos expendidos no decisum agravado. Aplicação, na espécie, da súmula 182 do STJ.
II - A alegação de ofensa a dispositivo constitucional não é consentânea com a competência recursal do STJ prevista no art. 105, III da CF.
III - Não merece ser conhecido o apelo raro quando a pretensão recursal esbarra em entendimento jurisprudencial já consolidado no âmbito do STJ. Aplicação da súmula 83 desta Corte.
IV - Agravo regimental não conhecido." (AgRgREsp nº 132.856/MG, Relator Ministro Waldemar Zveiter, ***in*** DJ 30/10/2000 - nossos os grifos).
Pelo exposto, não conheço do agravo.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4228)

RECURSO ESPECIAL Nº 913.138 - AL (2006/0279877-0)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: ANDRÉ SALOMÃO ALVES SANTOS E OUTROS
ADVOGADO	: FELIPE SARMENTO E OUTRO(S)

DECISÃO

Recurso especial interposto pela União, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado, na parte que interessa à espécie:
"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. LASTREADO EM TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. PRELIMINARES. CONEXÃO. OCORRÊNCIA. INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO FUNDADO EM ATOS NORMATIVOS DECLARADOS INCONSTITUCIONAIS PELO STF. APLICAÇÃO DO § ÚNICO DO ART.741 DO CPC, ACRESCIDO PELA MP 1984, DE 04/05/2000. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO TRÂNSITA EM JULGADO EM DATA ANTERIOR À EDIÇÃO DA REFERIDA MEDIDA PROVISÓRIA. ADIN QUE ENTENDEU PELA IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO REAJUSTE DO PERCENTUAL DE 47,94% ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO EMANDA PELOS TRTs. EFEITO VINCULANTE RESTRITO AOS REFERIDOS ATOS ADMINISTRATIVOS. REDUÇÃO EM SEDE DE EXECUÇÃO DE PERCENTUAL CONFERIDO POR DECISÃO TRÂNSITA EM JULGADO. INOVAÇÃO EM SEDE DE EXECUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE
(...)." (fl. 315)
Alega a recorrente, em suma, em que o parágrafo único do artigo 741 do Código de Processo Civil, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, aplica-se a todos os embargos à execução opostos após o seu advento, mesmo em face das sentenças transitadas em julgado antes do advento da novel legislação.
Além da divergência jurisprudencial, a violação do artigo 741, inciso II, e parágrafo único, do Código de Processo Civil funda a insurgência especial.
Recurso tempestivo (fl. 435), respondido (fl. 451) e admitido (fls. 465/466).
Tudo visto e examinado, decido.
A questão federal é relativa ao parágrafo único do artigo 741 do Código de Processo Civil, acrescentado pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, ***verbis***:
"Art. 741. Na execução fundada em título judicial, os embargos só poderão versar sobre:
(...)
II - inexigibilidade do título;
(...)

Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso II deste artigo, considera-se também inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal ou em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição Federal."
Trata-se, ao que se tem, de norma jurídica de natureza processual que permite a desconstituição da coisa julgada inconstitucional em sede de embargos à execução, por inegável atendimento aos princípios da instrumentalidade, economicidade e efetividade do processo, de rigorosa observância.
Tal disposição, por certo, já à luz da sua própria letra, contempla a desconstituição da coisa julgada em sede de execução de título judicial, não apenas quando fundada em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, mas também quando fundada *"em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição Federal"* pelo Pretório Excelso, compreendendo, pois, a inconstitucionalidade decorrente tanto do controle concentrado, quanto do controle difuso.
É que, se a eficácia do ***decisum*** produzido em ação direta é ***erga omnes*** e ***ex tunc***, a do controle concentrado, ultrapassando os limites subjetivos e objetivos do processo em que encontra sede, tem, hoje, no sistema de direito vigente, efeito vinculante, com induvidosa equiparação das formas de controle da inconstitucionalidade, ***verbis***:
Código de Processo Civil
"Art. 480. Argüida a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do poder público, o relator, ouvido o Ministério Público, submeterá a questão à turma ou câmara, a que tocar o conhecimento do processo.
Art. 481. Se a alegação for rejeitada, prosseguirá o julgamento; se for acolhida, será lavrado o acórdão, a fim de ser submetida a questão ao tribunal pleno.
Parágrafo único. Os órgãos fracionários dos tribunais não submeterão ao plenário, ou ao órgão especial, a argüição de inconstitucionalidade, quando já houver pronunciamento destes ou ***do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.****"* (nossos os grifos).
Nesse sentido, vem Antônio Cláudio da Costa Machado:
"(...) Seja como for, algumas últimas observações se impõem: a primeira, no sentido de que a declaração de inconstitucionalidade ou o reconhecimento da incompatibilidade hão de ocorrer na via do controle concentrado (ações declaratórias de inconstitucionalidade ou constitucionalidade), como na via do controle difuso (julgamento de recurso extraordinário pelo STF); a segunda, no sentido de que o parágrafo focalizado instituiu o parágrafo focalizado de forma indireta (torna-se 'inexigível o título judicial', porque se admite a quebra da coisa julgada, o que significa, por sua vez, que a sentença perdeu sua eficácia); a terceira observação, no sentido de que toda sentença condenatória, a partir do regramento examinado, tem sua eficácia e a qualidade de imutabilidade de sua eficácia condicionada à não declaração de inconstitucionalidade ou incompatibilidade constitucional do seu fundamento; (...)" (***in*** Código de Processo Civil Interpretado, 4ª Edição, São Paulo: Manole, págs. 1.122/1.123 - nossos os grifos).
A inovação legislativa do parágrafo único do artigo 741 do Código de Processo Civil, vale averbar, acolhe o constructo doutrinário e jurisprudencial do cabimento da ação rescisória no caso de coisa julgada inconstitucional, assim qualificada por função da inconstitucionalidade supervenientemente declarada.
Vejam-se, por todos, os seguintes precedentes do Pretório Excelso:
"Recurso Extraordinário. Agravo Regimental. 2. Ação Rescisória. Matéria constitucional. Inaplicabilidade da Súmula 343. 3. A manutenção de decisões das instâncias ordinárias divergentes da interpretação constitucional revela-se afrontosa à força normativa da Constituição e ao princípio da máxima efetividade da norma constitucional. 4. Agravo regimental a que se nega provimento." (AGRRE nº 235.794-7, Relator Ministro Gilmar Mendes, ***in*** DJ 14/11/2002).

"AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. ART. 485, V DO CPC. FINSOCIAL. SOCIEDADE SEGURADORA. MAJORAÇÕES DE ALÍQUOTA DECLARADAS INCONSTITUCIONAIS NO JULGAMENTO DO RE Nº 150.764. ACÓRDÃO RESCINDENDO QUE, SEM DESCONHECER A CONDIÇÃO DE SEGURADORA DA EMPRESA AUTORA, MANTEVE AS REFERIDAS MAJORAÇÕES COM BASE EM PRECEDENTE APLICÁVEL ÀS EMPRESAS EXCLUSIVAMENTE PRESTADORAS DE SERVIÇO. ART. 56 DO ADCT. VIOLAÇÃO. Preliminar de carência da ação, por impossibilidade jurídica do pedido, afastada, diante dos precedentes de ambas as Turmas deste Supremo Tribunal que, ao analisar os limites em que foram propostas as lides referentes à cobrança do FINSOCIAL, bem como a aplicação por esta Corte, em sede de recurso extraordinário, de sua jurisprudência firmada sobre o tema, concluíram tratar-se apenas de uma concessão parcial, a menor, das pretensões formuladas pelas empresas autoras. Precedentes: RE 147.930-ED, Sydney Sanches, 1ª Turma, julg. 11.06.96 e RE 173.773-ED, Maurício Corrêa, 2ª Turma, julg. 10.09.96. Este Supremo Tribunal, ao julgar o RE nº 150.764, Red. p/ o acórdão Min. Marco Aurélio, declarou a inconstitucionalidade da segunda parte do art. 9º da Lei nº 7.689/88 concluindo pela invalidade das normas posteriores que elevaram as alíquotas do FINSOCIAL cobrado das empresas referidas no § 1º do art. 1º do Decreto-lei 1.940/82, ou seja, as vendedoras de mercadorias, instituições financeiras e as sociedades seguradoras. Decisão rescindenda que destoa da orientação firmada neste precedente, afrontando os arts. 195 da CF e 56 do ADCT, conforme a interpretação firmada neste mesmo julgado. Ação rescisória julgada procedente." (AR nº 1.713-3, Relatora Ministra Ellen Gracie, ***in*** DJ 19/12/2003).
Confiram-se, em particular, os fundamentos do acórdão proferido pelo Eminente Ministro Gilmar Ferreira Mendes, no julgamento do Agravo Regimental em Recurso Extraordinário nº 235.794-7:
"(...)
Ora, se ao Supremo Tribunal Federal compete, precipuamente, a guarda da Constituição Federal, é certo que a sua interpretação do texto constitucional deve ser acompanhada pelos demais Tribunais, em decorrência do efeito definitivo e absoluto das decisões do Supremo Tribunal Federal, com a manutenção de decisões divergentes. Assim, se somente por meio do controle difuso de constitucionalidade, portanto, anos após as questões terem sido decididas pelos Tribunais inferiores, é que o Supremo Tribunal Federal veio a apreciá-la, é a ação rescisória, com fundamento em violação de literal disposição de lei, instrumento para a superação de decisão divergente.

Contrariamente, a manutenção de soluções divergentes, em instâncias inferiores, sobre o mesmo tema, provocaria, além da desconsideração do próprio conteúdo da decisão desta Corte, última intérprete do Texto da Constituição, a fragilização da força normativa da Constituição.
(...)" (***in*** DJ 14/11/2002).
E averbe-se, em remate, a lição de Teori Albino Zavascki:
"(...) rescisória de sentença contrária a precedente do Supremo Tribunal Federal tomado no exame de caso concreto (controle difuso). O Supremo Tribunal Federal é o guardião da Constituição. Ele é o órgão autorizado pela própria Constituição a dar a palavra final em temas constitucionais. A Constituição, destarte, é o que o Supremo Tribunal Federal diz que ela é. Eventuais controvérsias interpretativas perante outros tribunais perdem, institucionalmente, toda e qualquer relevância perante o pronunciamento da Corte Suprema. Contrariar o precedente tem o mesmo significado, o mesmo alcance, em termos pragmáticos, que o de violar a Constituição. A existência de pronunciamento do Supremo sobre a matéria constitucional acarreta, no âmbito interno dos demais tribunais, a dispensabilidade de instalação do incidente de declaração de inconstitucionalidade (CPC, art. 481, parágrafo único), de modo que os órgãos fracionários ficam, desde logo, submetidos, em suas decisões, à orientação traçada pelo STF. É nessa perspectiva, pois, que se deve aquilatar o peso institucional dos pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal, mesmo em controle difuso. Nisso reside a justificação para se deixar de aplicar, na seara constitucional, o parâmetro negativo da Súmula 343, substituindo-se pelo parâmetro positivo da autoridade do precedente. E a conseqüência disso é que, independentemente de haver divergência jurisprudencial sobre o tema, o enunciado nº 343 não será empecilho ao cabimento da ação rescisória (juízo de admissibilidade). Mais que cabível, é procedente, por violar a Constituição, o pedido de rescisão da sentença (juízo rescindente), sendo que o novo julgamento da causa (juízo rescisório), como corolário lógico e necessário terá de se ajustar ao pronunciamento da Corte Suprema.
(...) Com efeito, ao julgar a rescisória não se está executando o acórdão proferido no controle difuso. O que se faz é acolher a orientação nela adotada pelo Supremo, cuja autoridade não decorre da circunstância de ser anterior à sentença rescindenda, mas de se tratar de pronunciamento do guardião da Constituição, o que, por si só, determina que seja acolhido em qualquer futuro julgamento, inclusive nas ações rescisórias. Pela mesma razão, não vem ao caso saber se a norma eventualmente tida por inconstitucional pelo precedente do Supremo teve ou não sua execução suspensa pelo Senado. Se foi suspensa, haverá aí apenas uma razão a mais para acolher o precedente do STF, já que a suspensão pelo Senado tem eficácia erga omnes, e, segundo orientação predominante, ex tunc.
Rescindir a sentença e, em novo julgamento do caso, harmonizar a situação ao precedente do Supremo Tribunal Federal significa, ademais, dar atendimento ao princípio constitucional da igualdade perante a lei, em face do qual não pode se ter por absoluto o valor da coisa julgada. (...)" (***in*** Eficácia das Sentenças na Jurisdição Constitucional, São Paulo: Revista dos Tribunais, fls. 135/136).
Na espécie, interpôs a UNIÃO embargos à execução, com fundamento no artigo 741, parágrafo único, do Código de Processo Civil, ao acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região que condenou a embargante a incorporar o reajuste de 47,94% nos vencimentos dos embargados, servidores públicos federais, ao fundamento de que dito reajuste seria inconstitucional.
Traz como fundamento da inexigibilidade do título judicial, decisões do Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento das ADIns nº 1.603-2/97-PE; 1.612-1/97-MS; 1.613-0/97-SP e 1.614-8/97-MG, que, apreciando a constitucionalidade da Medida Provisória nº 434/94, suspendeu ***ex tunc*** o pagamento do reajuste de 47,94%.
Por certo, julgadas supervenientemente procedentes as ações diretas de inconstitucionalidade interpostas contra os atos de concessão do reajuste de 47,94%, é de se ter como inexigível o presente título executivo judicial.
Ocorre, contudo, que a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça firmou-se em que o parágrafo único do artigo 741 do Código de Processo Civil, introduzido pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, embora seja norma processual e, por isso, tenha aplicação imediata, somente tem incidência quando a decisão embargada transitou em julgado após a vigência da referida medida provisória.
Nesse sentido:
*"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. FGTS. CORREÇÃO MONETÁRIA. DIFERENÇAS. ART. **741,** PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC, COM REDAÇÃO DADA PELA MEDIDA PROVISÓRIA 2.180-35/01. SENTENÇAS TRANSITADAS EM JULGADO ANTES DE 24.08.2001. INAPLICABILIDADE.*
*1. O parágrafo único do art. **741** do CPC, introduzido pela Medida Provisória nº 2.180-35/2001, criou hipótese excepcional de limitação da coisa julgada, passível de invocação em embargos do devedor, com eficácia rescisória da sentença de mérito, a exemplo do que já existia no inciso I do art. **741** do CPC.*
*2. Independentemente do questionamento sobre a constitucionalidade e o alcance da nova disposição normativa, o certo é que, como todas as leis, ela não pode ter efeito retroativo. Também as normas processuais, inobstante terem aplicação imediata, alcançando os processos em curso, devem respeito à cláusula constitucional que resguarda o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, formados em data anterior. Por isso mesmo, a orientação do STJ vem se firmando no sentido de considerar inaplicável o parágrafo único do art. **741** às sentenças transitadas em julgado em data anterior à sua vigência (24.08.2001).*
3. Recurso especial a que se nega provimento." (REsp nº 754.108/MG, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, ***in*** DJ 1º/8/2005).

"PROCESSO CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - ART. 741, II E PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC - OBRIGAÇÃO DE FAZER - ACÓRDÃO EXEQÜENDO TRANSITADO EM JULGADO ANTERIORMENTE À MP 2.180/2001.
1. As decisões judiciais que imponham obrigação de fazer ou não fazer, ao advento da Lei 10.444/2002, passaram a ter execução imediata e de ofício.
2. Aplicando-se o disposto nos arts. 644 caput, combinado com o art. 461, com a redação dada pela Lei 10.444/2002, ambos do CPC, verifica-se a dispensa do processo de execução como processo autônomo.
3. Se a nova sistemática dispensou a execução, é induvidosa a dispensa também dos embargos, não tendo aplicação o disposto no art. 738 do CPC.
4. Extinção do feito, por ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento regular do processo (art. 267, IV c/c § 3º do CPC), que se deixa de decretar em atenção ao princípio da non reformatio in pejus.
*5. **O art. 741, II, parágrafo único do CPC, com redação dada pela MP 2.180-35/2001, é norma de natureza processual e, portanto, tem aplicação imediata, inclusive nos feitos pendentes. Contudo, afasta-se, na hipótese dos autos, a incidência da norma porque transitado em julgado o acórdão exeqüendo antes do advento da MP 2.180/2001**.*
7. Recurso especial improvido." (REsp nº 692.323/SC, Relatora Ministra Eliana Calmon, ***in*** DJ 30/5/2005 - nossos os grifos).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. FGTS. EXECUÇÃO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 741 DO CPC.
1. O parágrafo único do artigo 741 do CPC não pode retroagir para autorizar uma nova forma de ataque à coisa julgada que inexistia antes do trânsito em julgado do título judicial.
2. Recurso especial improvido." (REsp nº 686.594/MG, Relator Ministro Castro Meira, ***in*** DJ 2/5/2005).

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ART. 741, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL FUNDADO EM INTERPRETAÇÃO INCOMPATÍVEL COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL. APLICABILIDADE. DECISÕES TRANSITADAS EM JULGADO APÓS A VIGÊNCIA DA NORMA.
Os embargos à execução, fundados na inexigibilidade do título por incompatibilidade com a interpretação da Constituição Federal dada pelo Supremo Tribunal Federal, somente têm procedência quando o trânsito em julgado da decisão embargada se deu após a vigência da MP nº 2.180/2001, que acrescentou o parágrafo único ao artigo 741 do Código de Processo Civil.
Recurso desprovido." (REsp nº 651.429/RS, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, ***in*** DJ 18/10/2004).
In casu, como é da letra do próprio acórdão recorrido, o ***decisum*** embargado transitou em julgado antes da vigência da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, portanto inaplicável ao caso o parágrafo único do artigo 741 do Código de Processo Civil.
Tem incidência, assim, o enunciado nº 83 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça, ***verbis***:
"Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida."
Pelo exposto, com fundamento no artigo 557, ***caput***, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4229)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 913.575 - SP (2007/0132114-3)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
AGRAVANTE	: GUIOMAR COSTA TUMOLI E OUTROS
ADVOGADO	: ECIO LESCRECK E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE SANTOS
PROCURADOR	: MARIA INÊS DOS SANTOS E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra inadmissão de recurso especial interposto por Guiomar Costa Tumoli e outros, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal.
Provejo o agravo e admito o recurso especial, para decidi-lo, presentes que se fazem os elementos necessários ao seu julgamento (Código de Processo Civil, artigo 544, parágrafo 3º).
Impugna-se acórdão da Oitava Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:
"SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - Conversão dos proventos do em Unidades Reais de Valores (URV) - Lei Municipal nº 1.320/94 - conversão pelo valor da URV de 31.03.94 e não pelo índice de 1º de março de 1994 como estabelecido no artigo 22 da Lei Fed. 8.880/94 - legalidade - conversão precedida de reajuste aos vencimentos dos servidores que incluiu a expectativa de reajustes dos meses subseqüentes - ausência de prejuízo - Recurso dos autores improvido." (fl. 328).
Alegam os recorrentes, em suma, que o acórdão recorrido violou a lei federal por não haver determinado a observância do disposto no artigo 22 da Lei nº 8.880/94 na conversão de seus vencimentos de URV para cruzeiros reais, eis que a conversão de URV em real deveria se dar em 1º de março de 1994.
A violação do artigo 22 da Lei nº 8.880/94 funda a insurgência especial.
Tudo visto e examinado, decido.
A questão está na inclusão de índice nos vencimentos do recorrente, servidor público municipal, resultante de errônea aplicação do critério de conversão de cruzeiros reais em URV, determinado pela Lei nº 8.880/94.
Editada a Medida Provisória nº 434, de 27 de fevereiro de 1994 - posteriormente convertida na Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994, que dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Financeiro Nacional, institui a Unidade Real de Valor (URV) e dá outras providências (Plano Real) -, deveriam ser convertidos em URV, em 1º de março de 1994, os valores das tabelas de vencimentos dos servidores públicos civis e militares, na forma prevista no seu artigo 21, ***verbis***:
"Art. 21. Os valores das tabelas de vencimentos, soldos e salários e das tabelas de funções de confiança e gratificadas dos servidores civis e militares serão convertidos em URV em 1º de março de 1994:
*I - dividindo-se o valor nominal, vigente em cada um dos **quatro meses imediatamente anteriores à conversão**, pelo valor em cruzeiros reais do equivalente em URV do último dia do mês de competência, de acordo com o Anexo I desta Medida Provisória; e*
*II - **extraindo-se a média aritmética dos valores resultantes do inciso anterior**."* (nossos os grifos).
Incidindo a URV, embora a partir de 1º de março de 1994, na conversão, como previa o artigo 21 acima transcrito, seriam considerados os valores nominais dos vencimentos no último dia dos meses de novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994, para a conversão dos vencimentos dos servidores que recebiam nessa data, levando-se em conta, contudo, para os servidores que não percebiam seus vencimentos na data ali estabelecida (último dia do mês), a data do efetivo pagamento, a fim de garantir-lhes a manutenção do poder aquisitivo, do mesmo modo como previsto no artigo 18, incisos I e II, do mesmo diploma legal, em relação aos trabalhadores em geral:
"Art. 18. Os salários dos trabalhadores em geral serão convertidos em URV no dia 1º de março de 1994, de acordo com as disposições abaixo:
*I - dividindo-se o valor nominal vigente em cada um dos quatro meses imediatamente anteriores à conversão, pelo valor em cruzeiros reais do equivalente em URV, **na data do efetivo pagamento**, de acordo com Anexo I desta medida provisória; e*
II - extraindo-se a média aritmética dos valores resultantes do inciso anterior."
A aludida Medida Provisória perdeu a sua eficácia, pois não fora convertida em lei dentro do prazo constitucional de 30 dias, tendo o Poder Executivo editado, em 29 de março de 1994, a Medida Provisória de nº 457, e em 28 de abril de 1994, a Medida Provisória nº 482, que determinavam:
*"Art. 21. Os valores das tabelas de vencimentos, soldos e salários e das tabelas de funções de confiança e gratificadas dos **servidores civis e militares e membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público da União** são convertidos em URV em 1º de março de 1994:*
*I - dividindo-se o valor nominal, vigente nos meses de novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994, pelo valor em cruzeiros reais do equivalente em URV **do último dia desses meses**, respectivamente, independentemente da data do pagamento, de acordo com o Anexo I desta Medida Provisória; e*
II - extraindo-se a média aritmética dos valores resultantes do inciso anterior." (nossos os grifos).
E, não somente sobre os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, que recebiam no último dia do mês, mas também dos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, **que não percebiam seus vencimentos na data ali estabelecida (último dia do mês)**, foi determinada a conversão pelo valor da URV vigente no último dia dos meses de novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994.
Dessa forma, a conversão dos valores de vencimentos e proventos expressos em cruzeiros reais para URV, nos termos das Medidas Provisórias nº 457 e 482, provocou perda significativa no valor real da remuneração desses servidores, já que a URV era corrigida diariamente.
Ocorre, contudo que, convertida na Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994, que dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Financeiro Nacional, institui a Unidade Real de Valor (URV) e dá outras providências (Plano Real), a redação reproduzida no texto legal foi a da primeira Medida Provisória, de nº 434, prevalecendo, por isso, em virtude de interpretação sistêmica das Medidas Provisórias e da Lei nº 8.880/94, o entendimento de que, no cálculo de conversão dos vencimentos, deveria ser considerado o valor da URV da data do efetivo pagamento, de forma a garantir-lhes a irredutibilidade vencimental, assegurada nos artigos 37, inciso XV, e 39, parágrafo 2º, combinados com o artigo 7º, inciso VI, da Constituição da República.
Não foi outro o entendimento do Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento da ADin nº 1.797-0:
"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DECISÃO ADMINISTRATIVA, DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO (RECIFE/PE), PROFERIDA NA SESSÃO DE 15 DE JANEIRO DE 1998. EXTENSÃO AOS VENCIMENTOS DE MAGISTRADOS E SERVIDORES DA DIFERENÇA DE 11,98% DECORRENTE DE ERRO VERIFICADO NA CONVERSÃO DE SEUS VALORES EM URV. ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 62, 96, II, B, E 169 DA CF.
A Medida Provisória nº 434/94 não determinou que a conversão, no caso sob enfoque, se fizesse na forma prevista em seu art. 21, ou seja, com base na média dos resultados da divisão dos vencimentos de novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994, pela URV alusiva ao último dia do respectivo mês de competência, mas, sim, pela regra geral do art. 18, que indicava para divisor a URV correspondente à data do efetivo pagamento. Interpretação autorizada não apenas pela circunstância de não poderem os magistrados ser considerados simples servidores mas, também, tendo em vista que as folhas de pagamento, nos órgãos do Poder Judiciário Federal, sempre foram pagas no dia 20 do mês, em razão da norma do art. 168 da Constituição Federal, como entendido pelo STF, ao editar as novas tabelas de vencimentos do Poder Judiciário, em face da referida Medida Provisória nº 434/94.

Não obstante o Chefe do Poder Executivo, ao reeditar a referida medida provisória, por meio da de nº 457/94, houvesse dado nova redação ao art. 21 acima mencionado, para nele abranger os membros dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, a lei de conversão (Lei nº 8.880/94) não reproduziu o novo texto do referido dispositivo, mas o primitivo, da Medida Provisória nº 434, autorizando, portanto, o entendimento de que, no cálculo de conversão dos vencimentos em referência, haveria de ser tomada por divisor a URV do dia do efetivo pagamento.
Considerando, entretanto, que a decisão impugnada não esclareceu os limites temporais de aplicação da diferença sob enfoque, impõe-se dar-lhe interpretação conforme à Carta, para o fim de deixar explicitado ser ela devida, aos servidores, de abril de 1994 a dezembro de 1996; e, aos magistrados, de abril de 1994 a janeiro de 1995; posto que, em janeiro de 1997, entrou em vigor a Lei nº 9.421/96, que, ao instituir as carreiras dos servidores do Poder Judiciário, fixou novos padrões de vencimentos em real; e, em fevereiro de 1995, os Decretos Legislativos nºs 6 e 7 (DOU de 23.01.95), que estipularam novas cifras para a remuneração dos Ministros de Estado e membros do Congresso Nacional, aplicáveis aos Ministros do STF por força da Lei nº 8.448, de 21.07.92, com reflexos sobre toda a magistratura federal. Ação julgada procedente, em parte, na forma explicitada." (***in*** DJ 13/10/2000).
Confiram-se, ainda, nesse sentido, os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça:
SERVIDOR PÚBLICO. CONVERSÃO DE SALÁRIOS EM URV. Lei nº 8.880/84, Art. 22. DIFERENÇA DE 11,98%.
1. A conversão de salário em URV deve ser feita ***na data do efetivo pagamento****. (CF, Art. 168).*
2. Recurso não conhecido." (REsp nº 228610/DF, Relator Ministro Edson Vidigal, ***in*** DJ 27/03/2000).

"RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDORES PÚBLICOS DO JUDICIÁRIO ESTADUAL. CONVERSÃO ERRÔNEA DE SALÁRIO EM URV. DATA DO EFETIVO PAGAMENTO. LEI Nº 8.880/94. REPOSIÇÃO DE 11,98%. APELAÇÃO NEGADA. APLICAÇÃO CORRETA DO ART. 557, CPC. ANÁLISE CONJUNTA COM O ART. 475, CPC. VIOLAÇÃO NÃO CARACTERIZADA.
Conforme jurisprudência firmada nesta Corte, a conversão salarial em URV, de que cuidou a Lei nº 8.880/94, em relação àqueles servidores que têm a data de pagamento nos termos da liberação orçamentária estabelecida pelo art. 168 da Carta Magna, deve-se dar ***na data do efetivo pagamento.***
Devido o percentual de 11,98% incidente nos vencimentos dos recorridos, resultante do errôneo critério de conversão utilizado pela Administração.
Jurisprudência uníssona e pacífica.
Aplicação correta do art. 557 do CPC, não se evidenciando a alegada violação ao art. 475, CPC.
Recurso desprovido." (REsp nº 402.573/RN, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, ***in*** DJ 13/5/2002).

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO. SERVIDORES PÚBLICOS. LEI Nº 8.880/94. CONVERSÃO DE CRUZEIROS REAIS EM URV'S. REDUÇÃO DE REMUNERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.
A conversão de que trata o art. 22, da Lei nº 8.880/94, quanto aos vencimentos e proventos dos servidores públicos que têm a data de pagamento estabelecida em conseqüência do art. 168, da Constituição Federal, deve observar ***a data do efetivo pagamento.***
Interpretação sistêmica do conteúdo da Lei nº 8.880/94, cuja Exposição de Motivos proclama a manutenção do poder aquisitivo dos trabalhadores e servidores públicos.
Recurso especial conhecido e desprovido." (AgRg no REsp nº 655904/MS, Relator Ministro Gilson Dipp, ***in*** DJ 08/11/2004).

"ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS. LEI Nº 8.880/94. CONVERSÃO DE CRUZEIROS REAIS EM URV'S. PERCENTUAL DE 11,98%.
1 - Aos membros do Poder Judiciário, como é o caso vertente, como também aos seus funcionários, porque não recebem no último dia do mês, mas têm como data base do efetivo pagamento o dia 20, assiste o direito de perceberem a diferença de 11,98%, resultante da conversão de cruzeiros reais em URV's, conclusão a que se chega, em virtude de interpretação sistêmica das Medidas Provisórias que regularam o assunto e da Lei nº 8.880/94.
2 - Recurso especial não conhecido." (REsp 222.201/DF, Relator Ministro Fernando Gonçalves, ***in*** DJ 16/11/99).
E, para os servidores públicos dos Estados e Municípios, com igual razão de decidir, **se não recebem seus vencimentos no último dia do mês**, também há de se levar em conta a data do **efetivo pagamento** para a conversão de seus vencimentos em URV, de forma a garantir-lhes a irredutibilidade de vencimentos, garantida nos artigos 37, inciso XV, e 39, parágrafo 2º, combinados com o artigo 7º, inciso VI, da Constituição da República, cogentes para todos os entes federativos.
Por certo, não dispôs, ao final, de modo diverso a Lei nº 8.880/94 acerca do critério de conversão em URV dos salários dos demais trabalhadores, tal como se recolhe na letra do seu artigo 19, senão vejamos:
"Art. 19. Os salários dos trabalhadores em geral são convertidos em URV no dia 1º de março de 1994, observado o seguinte:
I - dividindo-se o valor nominal, vigente nos meses de novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994, pelo valor em cruzeiros reais do equivalente em URV ***na data do efetivo pagamento****, de acordo com o Anexo I desta lei; e*
II - Extraindo-se a média aritmética dos valores resultantes do inciso anterior.
(...)
§ 8º ***Da aplicação do disposto deste artigo não poderá resultar pagamento de salário inferior ao efetivamente pago ou devido, relativamente ao mês de fevereiro de 1994, em cruzeiros reais, de acordo com o art. 7º, inciso VI, da Constituição****."*
Com efeito, a Lei nº 8.880/94, que modificou o Sistema Monetário Nacional, é norma de ordem pública, tendo, pois, eficácia imediata e geral, para todos os servidores públicos, federais, estaduais e municipais, como se recolhe, por todos, nos seguintes precedentes jurisprudenciais:
"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDORES DO EXECUTIVO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. PLANO REAL. CONVERSÃO DOS VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/94. CONDENAÇÃO. PERCENTUAL A SER AUFERIDO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.
I- Já está pacificado nesta Corte que o índice de 11,98% só é devido aos servidores públicos federais do executivo, legislativo e ministério público, cujos vencimentos estão submetidos à norma do art. 168 da Constituição Federal.
II- Os servidores do Executivo do Estado do Rio Grande do Norte, em razão da indevida aplicação da Lei Estadual nº 6.612, de 16.05.1994, na conversão dos seus vencimentos em URV, fazem jus à diferença de reajuste, calculado com base na Lei Federal nº 8.880/94.
III- O percentual devido aos servidores públicos do Estado do Rio Grande do Norte, resultante da substituição da lei estadual pela lei federal, deverá ser apurado em liquidação de sentença.
III- Agravo regimental desprovido." (AgRgREsp nº 782297/RN, Relator Ministro Felix Fischer, ***in*** DJ 10/04/2006).

"RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. LEI Nº 8.880/94. CONVERSÃO SALARIAL EM URV. APLICABILIDADE. PRECEDENTES.
Esta Corte, analisando casos análogos, aduziu ser a Lei nº 8.880/94, que modificou o Sistema Monetário Nacional, de ordem pública, possuindo aplicação geral e eficácia imediata, sendo, pois, aplicável a regra de conversão salarial em URV aos servidores federais, estaduais, distritais e municipais. Precedentes.
Recurso provido." (REsp nº 302.363/SP, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, ***in*** DJ 22/10/2001).

"ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO DISTRITAL. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS. URV. LEI Nº 8.880/94. APLICABILIDADE. EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DA IMPETRAÇÃO.
- A Lei nº 8.880/94, como norma de ordem pública, por via do qual modificou-se o Sistema Monetário Nacional, possui aplicação geral e eficácia imediata.
- Dentro dessa linha de pensamento, a regra de conversão deve ser comum, ou seja, aplicável tanto aos servidores federais como aos distritais, estaduais e municipais.
- Esta Colenda Corte já firmou jurisprudência no sentido de que o mandado de segurança não é via adequada para o pagamento de diferenças anteriores ao ajuizamento da ação.
- Recurso especial parcialmente conhecido e nesta extensão provido." (REsp nº 314.132/DF, Relator Ministro Vicente Leal, ***in*** DJ 25/06/2001).
Forçoso afirmar, assim, de um lado, o direito do servidor público, federal, estadual ou municipal - **que não recebe seus vencimentos na data estabelecida na Lei nº 8.880/94 -** ao índice que resultar da diferença entre o valor da URV vigente no último dia dos meses de novembro/93, dezembro/93, janeiro/94 e fevereiro/94 e o valor da URV vigente **na data do seu efetivo pagamento**.
E nem se diga que não houve prejuízo para os servidores públicos estaduais em decorrência dos reajustes concedidos, por se cuidar de leis que concederam reajustes remuneratórios às carreiras que especificam e que não podem ser compensados ou deduzidos com a diferença em questão, que resulta da adoção de critério legal outro que não o da lei federal, na conversão, em URV, dos valores das remunerações dos servidores públicos estaduais, tal como se recolhe na jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos:
"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS. CONVERSÃO EM URV. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO AFASTADA. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. AUSÊNCIA DE NEGATIVA FORMAL DA ADMINISTRAÇÃO. DATA DA CONVERSÃO. DIA DO EFETIVO PAGAMENTO. COMPENSAÇÃO COM OUTROS REAJUSTES. IMPOSSIBILIDADE. NATUREZA DISTINTA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
1. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que, nas ações em que os servidores públicos pleiteiam diferenças salariais decorrentes da conversão do cruzeiro real em URV, não se opera a prescrição do fundo de direito, mas apenas das parcelas vencidas anteriormente ao qüinqüênio que antecedeu a propositura da demanda. Inteligência da Súmula 85/STJ.
2. A data de conversão do cruzeiro real em URV, para os servidores pagos antes do último dia do mês, é a do efetivo pagamento.
3. ***Eventual concessão de reajuste por legislação superveniente não pode ser compensada com a resultante da conversão dos vencimentos em URV, porquanto se trata de parcelas de natureza jurídica distinta.***
Precedentes.
4. Agravo regimental improvido." (AgRgAg nº 626.886/RS, Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, ***in*** DJ 22/8/2005 - nossos os grifos).
Do exposto resulta que é de se afirmar o direito dos autores não ao índice de 11,98% mas, sim, ao índice que resultar da diferença entre o que foi considerado na conversão dos seus vencimentos - apurado com base no valor nominal dos padrões remuneratórios, vigentes nos meses de março, abril e maio de 1994 - e o índice que vier a ser apurado com base na média aritmética do valor da URV vigente nas datas do efetivo pagamento dos meses de novembro/93, dezembro/93, janeiro/94 e fevereiro/94.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 544, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso especial para determinar que seja implantado nos vencimentos dos recorrentes não ao índice de 11,98% mas, sim, ao índice que resultar da diferença entre o que foi considerado na conversão dos seus vencimentos - apurado com base no valor nominal dos padrões remuneratórios, vigentes nos meses de março, abril e maio de 1994 - e o índice que vier a ser apurado com base na média aritmética do valor da URV vigente nas datas do efetivo pagamento dos meses de novembro/93, dezembro/93, janeiro/94 e fevereiro/94.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 19 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4230)

RECURSO ESPECIAL Nº 913.840 - RS (2007/0000615-7)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: TATIANA SILVA DE BONA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CELCI DOS SANTOS FREITAS PELES
ADVOGADO	: PAULO FRANCISCO SARMENTO ESTEVES E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 535, II, DO CPC. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. SUSPENSÃO DE PRAZO EM VIRTUDE DA GREVE DOS PROCURADORES FEDERAIS. OCORRÊNCIA DE MOTIVO DE FORÇA MAIOR. REAPRECIAÇÃO DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. NÃO-CARACTERIZAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que restou assim ementado (fl. 80):

"AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE SUSPENSÃO DE PRAZOS PROCESSUAIS. GREVE DE PROCURADORES FEDERAIS - INSS.
Não há como, irrestritamente, entender que toda e qualquer greve de advogados públicos caracterize motivo de força maior, a justificar a suspensão dos prazos processuais, nem que nenhuma greve desse tipo o caracterize.
Agravo Regimental desprovido."

Opostos embargos declaratórios (fls. 83/84), foram eles rejeitados (fl. 88).
Nas razões do especial (fls. 91/99), aponta a autarquia recorrente violação aos arts. 183 e parágrafos, 265, inciso V, 507, e 535, inciso II, todos do Código de Processo Civil, bem como dissídio jurisprudencial. Requer, em síntese, que seja suspenso o prazo recursal desde a juntada da petição de fl. 70, na qual a autarquia informa o Tribunal de origem sobre a greve dos Procuradores Federais, ou pela anulação do acórdão recorrido para se pronunciar sobre as questões constantes dos embargos de declaração.
Sem contra-razões (fl. 104) e admitido na origem (fl.105), subiram os autos a esta Corte.
É o relatório.
Passo a decidir.
Quanto à alegada violação ao art. 535, inciso II, do Código de Processo Civil, esta não merece acolhida, uma vez que o acórdão recorrido utilizou fundamentação suficiente para solucionar a controvérsia, sem incorrer em omissão, obscuridade ou contradição. Assim, não há confundir decisão contrária ao interesse da parte com a falta de pronunciamento do julgador.
A propósito, confiram-se trechos do voto condutor do acórdão dos embargos de declaração (fl. 86/86v.):

"(...) É consabido que a natureza reparadora dos embargos de declaração só permite a sua oposição contra sentença ou acórdão acoimado de obscuridade ou contradição, bem como nos casos de omissão do Juiz ou Tribunal.
A decisão embargada foi expressa ao se manifestar no sentido de que não há como entender que, irrestritamente, toda e qualquer greve de advogados públicos caracterize, por si só, motivo de força maior, a justificar a suspensão dos prazos.
O fato de o acórdão decidir contrariamente às pretensões do recorrente não possibilita o uso da via dos embargos declaratórios, pena de se lhes atribuir efeitos infringentes, hipótese que só é admitida excepcionalmente, como por exemplo para corrigir erro material.
Também não vejo necessidade de citação expressa dos dispositivos legais e constitucionais no corpo do acórdão, porquanto o Juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando encontrar fundamento suficiente para embasar a sua decisão.
(...)
Como se vê, os presentes embargos têm por finalidade prequestionar a matéria para fins de recurso às instâncias superiores. Ocorre que eventual negativa de vigência a determinado dispositivo legal é decorrente dos fundamentos da decisão, e não de manifestação expressa do julgador nesse sentido (...)."

Ademais, a negativa de prestação jurisdicional configura-se apenas quando o Tribunal *a quo* deixa de se manifestar sobre ponto que seria indubitavelmente necessário ao deslinde do litígio, o que não foi a hipótese dos autos.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INOCORRÊNCIA. QUESTÃO NÃO SUSCITADA. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO EX OFFICIO. PRETENSÃO DE REEXAME.
(...)
3. Os embargos declaratórios não se prestam ao reexame de matéria já decidida à luz dos fundamentos jurídicos invocados, tampouco para forçar o ingresso na instância extraordinária se não houver omissão, contradição ou obscuridade a serem supridas no acórdão, nem fica o juiz obrigado a responder a todas as alegações das partes, quando já encontrou motivo suficiente para fundar a decisão.
4. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 779.074/AM, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 13/3/2006)

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. AUSÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA DE MÉRITO. SUSPENSÃO DO PROCESSO. INDEFERIMENTO. GREVE DOS PROCURADORES FEDERAIS. ATOS NºS 52 E 98 DO PLENÁRIO DO STJ.
1. Inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o decisum no que pertine à suspensão dos prazos processuais em virtude do movimento grevista dos Procuradores Federais que foi mantido em vigor apenas até 26 de abril de 2004 (Ato nº 98, publicado no DJ de 26/04/2004), segundo o Ato nº 52 do Plenário do STJ , o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535 do CPC.
2. Embargos de declaração desprovidos." (EDcl no AgRg no Ag 570.374/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJ 13/12/2004)

Feitas as devidas considerações iniciais, a controvérsia ora analisada limita-se à possibilidade de suspensão do prazo recursal em decorrência de greve da Procuradoria Federal, deflagrada em 22 de maio de 2006 (fl. 70).
O reconhecimento da configuração de motivo de força maior em razão da greve dos Procuradores Federais implica na análise de matéria fática, o que não enseja recurso especial segundo o enunciado da Súmula 7/STJ.
A propósito, confiram-se os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL - SUSPENSÃO DE PRAZO PROCESSUAL EM RAZÃO DO MOVIMENTO GREVISTA DOS PROCURADORES DA FAZENDA NACIONAL - IMPOSSIBILIDADE - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ - PRECEDENTES.
1. A controvérsia essencial destes autos restringe-se à verificação da existência ou não de motivo de força maior a justificar a suspensão de prazos processuais no período de prolongamento ulterior de greve dos Procuradores da Fazenda Nacional.
2.A jurisprudência do STJ definiu-se quanto à *impossibilidade de suspensão de prazo processual em razão do movimento grevista dos procuradores do INSS (AGPET 2337/SP, DJ 29/08/2005) - Agravo regimental improvido*. (AgRg no Ag 454.089/RS, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, Segunda Turma, julgado em 6.12.2005, DJ 13.3.2006)
3. O movimento grevista, como reconhecido pela própria Fazenda Nacional, atravessou vicissitudes e suspensão da paralização. Não é dado ao Poder Judiciário investigar, caso a caso, a ocorrência dessas soluções de continuidade nas greves ou admitir que os prazos processuais fiquem indefinidamente suspensos, por mais nobres que sejam os anseios remuneratórios de categoria. Ademais, na hipótese dos autos, a verificação da existência ou não de motivo de força maior a justificar a suspensão de prazos processuais no período de greve dos Procuradores da Fazenda Nacional implicaria revolvimento fático-probatório contido nos autos; inadmissível, na via especial, em face do disposto na Súmula 7/STJ." (REsp 701.653/PR, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJ 28/6/2007)

"PREVIDENCIÁRIO. GREVE DOS PROCURADORES FEDERAIS. SUSPENSÃO DE PRAZOS PROCESSUAIS. MOTIVO DE FORÇA MAIOR. SÚMULA Nº 7/STJ.
1. A inversão do decidido implicaria na reapreciação do acervo fático-probatório, providência sabidamente incompatível com a via estreita do apelo especial (Súmula nº 7/STJ).
2. Recurso a que se nega seguimento." (REsp 841.103/RS, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Decisão Monocrática, DJ 26/6/2007)

Em não sendo suficiente tal argumentação, não parece ser motivo de força maior a paralisação dos Procuradores Federais. Os exemplos encontrados na doutrina não guardam similitude com a hipótese de greve, como se pode inferir da lição de Alexandre Freitas Câmara, em Lições de Direito Processual Civil, 16ª edição, vol. I, p. 305, *in verbis*:

"Nos termos do art. 265, V, do Código de Processo Civil, suspende-se o processo "por motivo de força maior". Este pode ser definido como o motivo insuperável, alheio à vontade da parte, que impede a prática de atos processuais. Exemplos de eventos de força maior são as tempestades, nevascas e outros fenômenos naturais (ou até mesmo causados por ato humano, como um incêndio provocado criminosamente nas dependências do fórum). Todos esses eventos suspendem o processo até que cessem e com isso o processo voltará a tramitar normalmente."

Assim demonstrada, torna-se incontroversa a impossibilidade da suspensão nos termos requeridos pela autarquia recorrente no recurso especial ora analisado.

Quanto à interposição pela alínea "c" do permissivo constitucional, o recurso também não comporta trânsito, uma vez que a divergência diz respeito à caracterização de motivo de força maior, o que exige, como dito acima, análise de matéria fática.
Por fim, forçoso o reconhecimento de que não pode a Administração esperar que sejam automaticamente suspensos os prazos que correm contra ela sempre que ocorra qualquer movimento paredista de seus procuradores judiciais, sob pena de favorecer injustificadamente uma das partes no processo e de atrasar a prestação jurisdicional.
Ante o exposto, com base no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **nego seguimento** ao recurso especial.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4231)

RECURSO ESPECIAL Nº 914.214 - SC (2007/0000885-0)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: JESUS PEREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CELSO ANTUNES DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: GIOVANNI VERZA E OUTRO

EMENTA

PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 535 E 538 DO CPC. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. MULTA. INCIDÊNCIA. SUSPENSÃO DE PRAZO EM VIRTUDE DA GREVE DOS PROCURADORES FEDERAIS. OCORRÊNCIA DE MOTIVO DE FORÇA MAIOR. REAPRECIAÇÃO DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. NÃO-CARACTERIZAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. RECURSO ESPECIAL AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que restou assim ementado (fl. 131):

"AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DE PRAZO PARA PUBLICAÇÃO.
1. Mantida a decisão que indefere o requerimento de suspensão de prazo para publicação, formulado pelo INSS, consoante decidido pelo Plenário desta Corte na sessão de 25/05/2006.
2. Agravo regimental a que se nega provimento".

Opostos embargos declaratórios (fls. 133/134), foram eles rejeitados (fl. 138).
Nas razões do especial (fls. 141/150), aponta a autarquia recorrente violação aos arts. 183, 265, inciso V, 507, 535, inciso II e 538, parágrafo único, todos do Código de Processo Civil, bem como dissídio jurisprudencial. Requer, em síntese, que seja suspenso o prazo recursal desde a juntada da petição de fls. 121/122, na qual a autarquia informa o Tribunal de origem sobre a greve dos Procuradores Federais.
Não apresentadas as contra-razões (fl. 155) e admitido o recurso na origem (fl. 156), subiram os autos a esta Corte.
É o relatório.
Quanto à alegada violação ao art. 535, inciso II, do Código de Processo Civil, esta não merece acolhida, uma vez que o acórdão recorrido utilizou fundamentação suficiente para solucionar a controvérsia, sem incorrer em omissão, obscuridade ou contradição. Assim, não há confundir decisão contrária ao interesse da parte com a falta de pronunciamento do julgador.
A propósito, confiram-se trechos do voto condutor do acórdão dos embargos de declaração (fl. 135/135v.):

"O INSS veio aos presentes autos requerer a suspensão dos prazos processuais em razão da greve dos Procuradores Federais, pedido que, com base em decisão do Plenário deste Tribunal, que já havia indeferido a solicitação de suspensão de citações, intimações e notificações formulada pela AGU/PGF/Procuradoria Federal Especializada - INSS, restou indeferido pelo Relator. Contra esta decisão manejou o INSS recurso de agravo regimental, ao qual esta Turma Suplementar, entendendo que a deliberação do Plenário deveria prevalecer nos órgãos fracionários, bem como que os argumentos trazidos no regimental em nada inovavam em relação àqueles já apreciados pelo Tribunal Pleno, negou provimento ao recurso.
Não satisfeito, argumenta o INSS, através dos presentes embargos de declaração, ser omissa a decisão desta Turma ao não analisar a questão à luz dos artigos 265, inciso V, 180, 183 e 507, todos do CPC.
Sem razão, porém.
Com efeito, necessário observar não haver direito da parte ao enfrentamento, pela decisão judicial, de todo e qualquer dispositivo legal ou constitucional que possa, em tese, ser aplicado ao caso, razão pela qual não era obrigação do acórdão embargado manifestar-se especificamente acerca dos dispositivos legais apontados pelo ora recorrente."

Ademais, a negativa de prestação jurisdicional configura-se apenas quando o Tribunal *a quo* deixa de se manifestar sobre ponto que seria indubitavelmente necessário ao deslinde do litígio, o que não foi a hipótese dos autos.
Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INOCORRÊNCIA. QUESTÃO NÃO SUSCITADA. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO EX OFFICIO. PRETENSÃO DE REEXAME.
(...)
3. Os embargos declaratórios não se prestam ao reexame de matéria já decidida à luz dos fundamentos jurídicos invocados, tampouco para forçar o ingresso na instância extraordinária se não houver omissão, contradição ou obscuridade a serem supridas no acórdão, nem fica o juiz obrigado a responder a todas as alegações das partes, quando já encontrou motivo suficiente para fundar a decisão.
4. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 779.074/AM, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 13/3/2006)

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. AUSÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA DE MÉRITO. SUSPENSÃO DO PROCESSO. INDEFERIMENTO. GREVE DOS PROCURADORES FEDERAIS. ATOS NºS 52 E 98 DO PLENÁRIO DO STJ.
1. Inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o decisum no que pertine à suspensão dos prazos processuais em virtude do movimento grevista dos Procuradores Federais que foi mantido em vigor apenas até 26 de abril de 2004 (Ato nº 98, publicado no DJ de 26/04/2004), segundo o Ato nº 52 do Plenário do STJ , o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535 do CPC.
2. Embargos de declaração desprovidos." (EDcl no AgRg no Ag 570.374/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJ 13/12/2004)

Com estas considerações, no tocante à alegada ofensa ao artigo 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil, nota-se, no caso ora analisado, que os embargos de declaração tiveram a pretensão de rediscutir matéria já debatida nos autos, tratando-se de hipótese clara de recurso manifestamente protelatório, que não deve ser admitido sob argumento de possibilitar o prequestionamento. Desse modo, necessária se faz a aplicação da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil.
Em relação à possibilidade de suspensão do prazo recursal em decorrência de greve da Procuradoria Federal, deflagrada em 22 de maio de 2006 (fls. 121/122), o reconhecimento da configuração de motivo de força maior em razão da greve dos Procuradores Federais implica na análise de matéria fática, o que não enseja recurso especial segundo o enunciado da Súmula 7/STJ.
A propósito, confiram-se os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL - SUSPENSÃO DE PRAZO PROCESSUAL EM RAZÃO DO MOVIMENTO GREVISTA DOS PROCURADORES DA FAZENDA NACIONAL - IMPOSSIBILIDADE - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ - PRECEDENTES.
1. A controvérsia essencial destes autos restringe-se à verificação da existência ou não de motivo de força maior a justificar a suspensão de prazos processuais no período de prolongamento ulterior de greve dos Procuradores da Fazenda Nacional.
2.A jurisprudência do STJ definiu-se quanto à *impossibilidade de suspensão de prazo processual em razão do movimento grevista dos procuradores do INSS (AGPET 2337/SP, DJ 29/08/2005) - Agravo regimental improvido*. (AgRg no Ag 454.089/RS, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, Segunda Turma, julgado em 6.12.2005, DJ 13.3.2006)
3. O movimento grevista, como reconhecido pela própria Fazenda Nacional, atravessou vicissitudes e suspensão da paralização. Não é dado ao Poder Judiciário investigar, caso a caso, a ocorrência dessas soluções de continuidade nas greves ou admitir que os prazos processuais fiquem indefinidamente suspensos, por mais nobres que sejam os anseios remuneratórios de categoria. Ademais, na hipótese dos autos, a verificação da existência ou não de motivo de força maior a justificar a suspensão de prazos processuais no período de greve dos Procuradores da Fazenda Nacional implicaria revolvimento fático-probatório contido nos autos; inadmissível, na via especial, em face do disposto na Súmula 7/STJ." (REsp 701.653/PR, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJ 28/6/2007)

"PREVIDENCIÁRIO. GREVE DOS PROCURADORES FEDERAIS. SUSPENSÃO DE PRAZOS PROCESSUAIS. MOTIVO DE FORÇA MAIOR. SÚMULA Nº 7/STJ.
1. A inversão do decidido implicaria na reapreciação do acervo fático-probatório, providência sabidamente incompatível com a via estreita do apelo especial (Súmula nº 7/STJ).
2. Recurso a que se nega seguimento." (REsp 841.103/RS, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Decisão Monocrática, DJ 26/6/2007)

Em não sendo suficiente tal argumentação, não parece ser motivo de força maior a paralisação dos Procuradores Federais. Os exemplos encontrados na doutrina não guardam similitude com a hipótese de greve, como se pode inferir da lição de Alexandre Freitas Câmara, em Lições de Direito Processual Civil, 16ª edição, vol. I, p. 305, *in verbis*:

"Nos termos do art. 265, V, do Código de Processo Civil, suspende-se o processo "por motivo de força maior". Este pode ser definido como o motivo insuperável, alheio à vontade da parte, que impede a prática de atos processuais. Exemplos de eventos de força maior são as tempestades, nevascas e outros fenômenos naturais (ou até mesmo causados por ato humano, como um incêndio provocado criminosamente nas dependências do fórum). Todos esses eventos suspendem o processo até que cessem e com isso o processo voltará a tramitar normalmente."

Assim demonstrada, torna-se incontroversa a impossibilidade da suspensão nos termos requeridos pela autarquia recorrente no recurso especial ora analisado.
Quanto à interposição pela alínea "c" do permissivo constitucional, o recurso também não comporta trânsito, uma vez que a divergência diz respeito à caracterização de motivo de força maior, o que exige, como dito acima, análise de matéria fática.
Por fim, forçoso o reconhecimento de que não pode a Administração esperar que sejam automaticamente suspensos os prazos que correm contra ela sempre que ocorra qualquer movimento paredista de seus procuradores judiciais, sob pena de favorecer injustificadamente uma das partes no processo e de atrasar a prestação jurisdicional.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, **nego seguimento** ao recurso especial.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4232)

RECURSO ESPECIAL Nº 915.341 - RS (2007/0002824-7)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: ANTÔNIO EVANIR ATZ E OUTROS
ADVOGADO	: DENISE BEATRIZ CASAGRANDE E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA Nº 284/STF. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. LEIS NºS 8.622/93 E 8.627/93. 28,86%. PRESCRIÇÃO DO CHAMADO FUNDO DE DIREITO. INEXISTÊNCIA. EXTENSÃO AOS MILITARES BENEFICIADOS COM ÍNDICES MENORES. POSSIBILIDADE. JUROS DE MORA. NATUREZA ALIMENTAR. ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97.CORREÇÃO MONETÁRIA. BASE DE INCIDÊNCIA. ART. 10 DA MP nº 2225-45/2001. PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.
A falta de indicação da medida em que teria o acórdão recorrido violado lei federal, em que consistiu a suposta negativa de vigência da lei, e, ainda, de qual seria sua correta interpretação ensejam deficiência de fundamentação no recurso especial, inviabilizando a abertura da instância especial.
Nas demandas objetivando reposição de parcela remuneratória, por se tratar de relação jurídica de trato sucessivo, que se renova mensalmente, não ocorre a prescrição do chamado fundo de direito.
O reajuste de 28,86% é devido aos servidores públicos civis e aos militares beneficiados com aumentos menores.
Proposta a ação após a vigência da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, que acrescentou o art. 1º-F ao texto da Lei nº 9.494/97, os juros de mora devem ser fixados no percentual de 6% ao ano.
A ausência de prequestionamento inviabiliza o conhecimento da questão federal suscitada.
Recurso especial a que se dá parcial provimento.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela UNIÃO, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão prolatado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:
"CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE VENCIMENTOS NO PERCENTUAL DE 28,86% .LEIS N°S 8.622/93 E 8.627/93. SERVIDORES CIVIS E MILITARES. DISCRIMINAÇÃO REMUNERATÓRIA. AFRONTA À ISONOMIA LEGAL. INCISO X DO ART. 37 DA CARTA POLÍTICA. PRESCRIÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. LEI Nº 9.494/97, ART. 1º-F. INAPLICABIILDADE.
1. Renúncia e interrupção da prescrição pela Medida Provisória 1.704/98 e reedições, com fulcro nos art.s 161 e 172 c/c 173 do Código Civil de 1916 (Lei 3.071/16).
2. Se os textos legais tratam de reajuste geral e não de reestruturação do quadro remuneratório dos militares, porque cuidam apenas de aumento de soldo, visto que permaneceu a estrutura então existente, houve afronta ao princípio constitucional que veda aumentos diferenciados, com quebra da regra basilar da isonomia.
3. O Poder Judiciário, ao afastar o elemento discriminador existente na norma e deferir os 28,86% aos servidores civis e a diferença até este índice aos militares, não está invadindo a esfera de competência do Poder Legislativo, porque, limitado ao poder de julgar, não cria o aumento, pois já previsto em lei, restringindo-se a aplicá-la à espécie, sem o fator discriminante.
4. Decisão que torna efetiva a regra do art. 37, X, da Constituição Federal, sem qualquer mácula na órbita da competência e da divisão dos Poderes do Estado.
5. Inaplicabilidade da Súmula n° 339 do STF.
6. Juros de mora a partir da citação, fixados em 1% ao mês, face à natureza alimentar das parcelas, segundo entendimento jurisprudencial do STJ (5ª Turma, Resp. 195964/SC, DJ de 15.3.99, p.283; 6ª Turma, Resp. 175827/SC, DJ de 7.12.98, p. 116; 3ª Seção, Embargos de Divergência 58.337/SP, DJ de 22.9.97, RSTJ). A Medida Provisória 2.180-35/01 não altera a situação dos processos ajuizados anteriormente, nem das parcelas de débitos de caráter alimentar.
7. Sucumbência fixada na esteira dos precedentes da Turma.
8. Apelação dos autores provida e apelação da ré e remessa oficial improvidas." (fls. 155)
Opostos embargos de declaração, estes foram parcialmente acolhidos, tão-somente para o efeito de alterar a redação do item '1' da ementa de fls. 155. (fls. 174/177)
Ofertados embargos de divergência, foi-lhes negado provimento. (fls. 194/199)
Nas razões de recurso especial (fls. 203/220), a União alega violação ao artigo 535 do CPC por não ter o Tribunal de Origem se pronunciado acerca de dispositivos legais argüidos.
Sustenta negativa de vigência ao artigo 10 da MP nº 225-45/2001, sob o argumento de que o reajuste deve ser limitado à reorganização e reestruturação efetivada.
Aduz ofensa ao artigo 112 da Lei nº 8.112/90 e 1º e 3º, ambos do Decreto nº 20.910/32 (prescrição do chamado fundo de direito), por ter sido a ação ajuizada quando já passados mais de 5 (cinco) anos do momento em que teria nascido o pretenso direito a diferença do reajuste almejado.
Manifesta negativa de vigência aos artigos 2º, 3º,4º e 6º, todos da Lei nº 8622/93; 1º e 2º da Lei nº 8.627/93 sob o argumenta de que:
"As leis 8.622/93 e 8.627/93 em momento algum estabeleceram percentual de 28,86% devido a qualquer categoria, exatamente por que além de não cuidar de promover revisão geral de remuneração, também não concedeu índice linear de 28,86% aos servidores militares, determinando apenas a adequação dos postos, artigo 4º da 8.622/93, e reajustando os soldos no valor equivalente a até três padrões, conforme parágrafo único.
(...) Desse modo, impende reafirmar que os termos da Lei nº 8.627/93, arts. 1º e 2º o percentual de 28,86% somente foi concedido aos almirantes de esquadra, generais de exército e tenente - brigadeiros. Os demais postos e graduações, como o do autor, foram adequados da tal forma que resultaram em aumentos diferenciados. Enquanto que, v.g. os cabos engajados, tiveram um reajuste de 8,06%, os contra-almirantes, generais de exército e brigadeiros perceberam um reajuste de 31,87%." (fls. 211/212)
Argumenta, ainda, que a base de incidência do reajuste deve ser o soldo do militar e não a remuneração e/ou a pensão.
Manifesta, ademais, contrariedade ao artigo 1º, § 2º da Lei nº 6.899/91, quanto ao termo inicial da correção monetária, uma vez que o direito da parte nasce com o reconhecimento da pretensão.
Aduz, ao final, divergência jurisprudencial quanto ao mérito e quanto aos juros de mora.
Foram apresentadas contra-razões. (fls. 243/)
É o relatório.
De início, quanto à violação ao artigo 535 do CPC, alegando a Recorrente infringência a lei federal, apenas especificando os dispositivos legais, mas sem delimitar a controvérsia, não há como se conhecer do recurso especial.
Nesse sentido, confira-se, q.v., *verbi gratia*:
"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO E DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO TIDO POR VIOLADO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. 1. omissis. 2. A falta de indicação do dispositivo de lei federal tido por violado, em que medida teria o acórdão recorrido violado lei federal, em que consistiu a suposta negativa de vigência da lei, e, ainda, qual seria sua correta interpretação ensejam deficiência de fundamentação no recurso especial, inviabilizando a abertura da instância especial (Súmula do STF, Enunciado nº 284). 3. Recurso não conhecido." (REsp. 551918, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ 15/12/2003)
"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284 DO STF. 1. A ausência de indicação inequívoca dos motivos pelos quais se considera violados os dispositivos de lei federal apontados revela a deficiência das razões do Recurso Especial. 2. Há que se demonstrar claramente em que consistiu a violação, por meio da demonstração inequívoca, ao seu ver, houve ofensa à lei federal, não bastando a simples menção aos aludidos dispositivos. 3. Agravo Regimental a que se nega provimento." (AGREsp. nº 445.134/RS, Relator o Ministro Luiz Fux, DJU de 03/02/2003)
Incidência, pois, *mutatis mutandis*, da Súmula 284/STF, ***verbis***: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."*
Quanto à prescrição, verifica-se que o cerne da questão está em definir o direito ou não dos militares beneficiados com reajustes menores ao índice de 28,86%.
Trata-se, portanto, de demanda objetivando reposição de parcela remuneratória ilegalmente suprimida, sendo as prestações de trato sucessivo, renovando-se mensalmente.
Nesse caso, a prescrição não atinge o chamado fundo de direito.
Nesse sentido, q.v., *verbi gratia*:
"PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. 28,86%. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NÃO-OCORRÊNCIA. REAJUSTE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131/2000. FALTA DE INTERESSE. I - Nas demandas em que se discute o reajuste de vencimentos de servidores, a prescrição não atinge o próprio fundo de direito, uma vez que não se discute a existência ou modificação de uma "situação jurídica fundamental", mas tão-somente o direito ao recebimento isonômico de reajustes salariais que devem ser concedidos a toda a classe de servidores civis e militares. II- Com relação ao pedido de limitação do reajuste à edição da Medida Provisória nº 2.131/2000, que reestruturou a remuneração dos militares das forças armadas, constata-se a ausência de interesse recursal, vez que houve determinação no mesmo sentido da pretensão recursal pelo acórdão recorrido. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 876.264/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 07.12.2006, DJ 12.02.2007 p. 297)"
Quanto à questão de fundo, o Supremo Tribunal Federal já se pacificou no sentido de ser devido aos servidores públicos civis a percepção do índice de 28,86%, concedido aos servidores militares (leis 8.622/93 e 8.627/93).
A negativa desse direito aos militares beneficiados com aumentos menores implicaria desrespeito ao princípio da isonomia e ao disposto no art. 37, inciso X, da Constituição.
A jurisprudência desta Corte é firme nesse sentido, merecendo destaque, q.v., *verbi gratia*, o REsp nº 511.296/MG, Relatora a Ministra Laurita Vaz, DJU de 04.08.2003 e o REsp nº 584.307, relator Ministro Félix Fischer, DJ 9.2.2004, cuja ementa transcrevo:
"RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SUMULA 284/STF. SERVIDOR PÚBLICO. VENCIMENTOS. REAJUSTE. LEIS 8.622/93 E 8.627/93. REVISÃO GERAL DE REMUNERAÇÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SÚMULA 83/STJ. I - As violações a dispositivos constitucionais não podem ser objeto de recurso especial porquanto matéria própria de apelo extraordinário para a Augusta Corte. II - Impossibilidade de se conhecer do recurso pela alínea "a", em face da deficiência na sua fundamentação, no ponto que o recorrente indica os dispositivos legais que considerou malferidos sem expor as razões pelas quais entende deva ser a decisão reformada (Súmula nº 284/STF). III - Conforme entendimento firmado no colendo STF (RMS 22.307/DF), o reajuste previsto nas Leis nº 8.622 e 8.627/93 constituiu-se em revisão geral de remuneração, devendo ser estendido aos servidores civis (art. 37, X, da CF). Todavia, como determinadas categorias já foram beneficiadas pelo aumento, deve ser feita a devida compensação na fase de execução do julgado. IV - Desse modo, aqueles militares que foram contemplados com reajustes inferiores ao de 28,86% fazem jus, a contar de 1993, à complementação desse percentual, consistente na diferença entre os índices efetivamente percebidos em virtude da adequação de soldos, postos e graduações, levada a efeito pela Lei nº 8.627/93, e o índice de 28,86%. V - No tocante ao dissídio jurisprudencial alegado, é aplicável, in casu, o enunciado da Súmula nº 83 do STJ. Recurso não-conhecido".
Assim, os militares que foram contemplados com reajustes inferiores ao de 28,86% fazem jus, a contar de 1993, à complementação desse percentual, consistente na diferença entre os índices efetivamente percebidos em virtude da adequação de soldos, postos e graduações, levada a efeito pela Lei nº 8.627/93, e o índice de 28,86%.
Quanto aos juros moratórios (artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97), esta Corte já se manifestou no sentido de que a Medida Provisória nº 2.180-35/2001, que deu nova disciplina à questão dos juros moratórios devidos pela Fazenda Pública, deve ser aplicada aos casos em que ela figure como parte, para fixar os juros em 0,5% ao mês.
Assim, a norma do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 incide nas ações propostas após a edição da Medida Provisória nº 2.180-35/2001, q.v, *verbi gratia*:
"ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO AJUIZADA POSTERIORMENTE À MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.180-35/01. JUROS DE MORA, LIMITADOS A 6% A.A. INCIDÊNCIA DO ART. 1º-F, DA LEI N.º 9.494/97, APLICÁVEL TAMBÉM ÀS PENSÕES DECORRENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. A jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça posiciona-se no sentido de que os juros moratórios sobre as condenações contra a Fazenda Pública, nas causas iniciadas após a edição da Medida Provisória n.º 2.180-35/01, devem incidir no percentual de 6% ao ano. Incide o art. 1º-F, da Lei n.º 9.494/97, às pensões que derivam da relação jurídica existente entre o Estado e o servidor ou empregado público instituidor da pensão. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 690392/RS, Min. José Arnaldo da Fonseca, DJ 14.11.2005)
In casu, verifica-se que a ação foi proposta após o início da vigência da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24.8.2001, incidindo o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, que fixa os juros de mora em 6% ao ano.
Por fim, observa-se que as matérias referentes à base de incidência, à correção monetária e ao artigo 10 da MP nº 2225-45/2001, não foram objeto de análise pelo Tribunal de origem, de forma que se revela ausente o necessário prequestionamento, o que inviabiliza sua apreciação por esta Corte Superior.
Para a interposição do recurso especial, é necessário que a questão legal já esteja presente nos autos, tendo sido decidida pelo Tribunal ***'a quo'***.
Doutrina Athos Gusmão Carneiro:
"Todavia, para que uma determinada questão seja considerada como prequestionada, não basta que haja sido suscitada pela parte no curso do contraditório, preferentemente como expressa menção à norma de lei federal onde a mesma questão esteja regulamentada. É necessário, mais, que no aresto recorrido a matéria tenha sido decidida, e decidida manifestamente (não obstante se possa considerar prescindível a expressa menção ao artigo de lei) (CARNEIRO, Athos Gusmão; 'Recurso Especial, Agravos e Agravo Interno', 2º ed. Rio de Janeiro: Forense - 2002; p.27)

Nesse sentido, q.v., verbi gratia, RESP 601109/RJ, Ministro Paulo Gallotti, DJ 25.10.2004; RESP 597139/RS, Ministro Hamilton Carvalhido, DJ 28.06.2004 e AgRg no RESP637715/SC, DJ 23.08.2004, assim ementado:

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CONDENATÓRIA. VALOR INFERIOR A 60 SALÁRIOS MÍNIMOS. REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. - omissis. - omissis. - Não se conhece do recurso especial no que diz respeito à matéria que não foi especificamente enfrentada pelo e. Tribunal a quo, dada a ausência de prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF). - Agravo regimental não provido."

Cumpre consignar que não se está exigindo a menção expressa aos dispositivos tidos por violados, mas que a tese jurídica tenha sido debatida pelo Tribunal de origem.

Destarte, não merece reparo o acórdão hostilizado:

a) ante o óbice da súmula 284/STF quanto ao artigo 535 do CPC;

b) por não estar caracterizada a prescrição do chamado fundo de direito;

c) seja no sentido de se estender aos militares beneficiados com reajuste inferior ao índice de 28,86%, ocorrida em virtude da adequação de soldos, postos e graduações, a complementação desse percentual; e,

d) seja ante o óbice da súmula 211/STJ no que se refere à base de incidência, à correção monetária e ao artigo 10 da MP nº 2225-45/2001.

Contudo, merece ser reformado o acórdão recorrido no tocante aos juros moratórios impostos, eis que devem ser reduzidos para 6% ao ano ante a incidência do artigo 1º - F da Lei nº 9.494/97.

Ante o exposto, com fundamento no art. 1º-A do art. 557 do Código de Processo Civil, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso especial, para fixar os juros de mora em 6% ao ano.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4233)

AGRAVODE INSTRUMENTO Nº 915.994 - DF (2007/0103704-0)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: THIAGO CRYSIN SANTOS CHEMERIS
ADVOGADO	: JOSÉ VÂNIO OLIVEIRA SENA E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra inadmissão de recurso especial interposto pela União, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado:

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. INAPTIDÃO EM EXAME PSICOTÉCNICO. CARÁTER SIGILOSO E IRRECORRÍVEL. CRITÉRIOS SUBJETIVOS. AGRESSÃO A PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA CAUTELAR PARA PROSSEGUIMENTO NO CERTAME. POSSIBILIDADE.

I - O exame psicotécnico afigura-se legítimo, desde que previsto em lei e no edital de regência do concurso público, sendo vedado, no entanto, o caráter sigiloso e irrecorrível do teste, bem assim a adoção de critérios meramente subjetivos, possibilitando ao avaliador um juízo arbitrário e discricionário do candidato, por afrontar a garantia constitucional da ampla defesa e do contraditório, nos termos do art. 5º, incisos XXXIV, "b" e LV.

II - Assegurar a participação de candidato reprovado em exame psicotécnico nas demais fases do concurso público, questionado nos autos, afigura-se medida cautelar adequada a garantir o resultado útil da demanda, onde se discute sobre a legitimidade da aplicação do exame psicotécnico, em referência.

III - Agravo de instrumento provido." (fl. 314).

Sustenta a recorrente a impossibilidade do ingresso no serviço público sem a aprovação em concurso, em isonomia de condições com os demais candidatos.

Aduz ser indispensável a aprovação em exame psicotécnico para o ingresso na Carreira Policial em razão de expressa exigência legal.

A insurgência especial está fundada na violação do artigo 8º, inciso III, do Decreto-lei nº 2.320/87.

Tudo visto e examinado, decido.

Preenchidos os requisitos legais, dou provimento ao agravo de instrumento, determinando a subida dos autos principais, para melhor exame da questão federal, que se oferece relevante na espécie.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido,* Relator

(4234)

AGRAVODE INSTRUMENTO Nº 916.458 - RS (2007/0122370-1)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: DULCE MARIA DA SILVEIRA CARVALHO E OUTROS
ADVOGADO	: THIAGO CECCHINI BRUNETTO E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra inadmissão de recurso especial interposto pela União, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO JUDICIAL. VALOR INCONTROVERSO. PRECATÓRIO. EXPEDIÇÃO.

. Entendimento sedimentado na Turma no sentido de que, se a matéria questionada no instrumento confunde-se com aquela suscitada no âmbito do regimental, pode ser enfrentada em julgamento único.

. É definitiva, e não provisória, a execução da parte da sentença que condenou a União ao pagamento do reajuste de 3,17%, contra a qual o único recurso pendente refere-se aos honorários advocatícios. Coisa julgada material a permitir a execução da parte incontroversa.

. O art. 730 do CPC também abarca a parte não impugnada na execução.

. Tratando-se da matéria à luz da Constituição, é possível afirmar que o art. 100 e seus parágrafos traduzem princípios a serem observados no que diz respeito aos pagamentos efetuados pelo Poder Público, e quando se cuida de "sentenças transitadas em julgado" considera-se aquela parte da sentença que se tornou imutável por irrecorrível.

. Imperioso que se interprete a norma constitucional conjugando-a com as de índole processual, sendo impossível considerar a execução definitiva de valor reconhecido como fracionamento do débito, como previsto no § 4º do dispositivo antes referido, pois o seu objetivo é evitar a quebra do valor da execução para viabilizar parte do pagamento mediante precatório e parte mediante requisição, do que não se cuida na espécie.

. Ausência de afronta à Carta Política e legislação infra-constitucional pertinente.

. Prequestionamento quanto à legislação invocada estabelecido pelas razões de decidir.

. Agravo provido. Regimental prejudicado." (fl. 117).

São estes os fundamentos da decisão agravada:

"(...)

O recurso não merece seguimento, tendo em vista entendimento do STJ, segundo o qual: '...3. É inequívoca a definitividade da execução da parcela não objeto de embargos à execução, denominada 'parcela incontroversa', sendo certa a possibilidade da expedição do precatório, com fulcro no art. 739, § 2º, do CPC, sem que isso implique ofensa à sistemática constitucional do precatório, prevista no art. 100 da CF/88...'. (AgRg no Ag 669503/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 04.04.2006, DJ 08.05.2006 p. 272).

Incide também na Súmula 83 do STJ o recurso, no que tange à inexistência de trânsito em julgado da referida parcela: '...Como se trata de parcela incontroversa, efetivamente, dela sequer cabe recurso. Se não cabe recurso é porque a decisão transitou em julgado; não há controvérsia sobre isso. Por um lado, confesso que tenho severas dificuldades de admitir que uma decisão de mérito não transita em julgado enquanto não acabar o processo que tratará de outra questão completamente diferente. Por outro lado, também sempre foi cediço no Tribunal o fato de que a sentença sujeita à apelação dos embargos não retira a definitividade da execução tal como ela era na sua origem. Se ela era definitiva, continua definitiva; se era provisória, continua provisória...'. (REsp 687175/RJ, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06.04.2006, DJ 28.04.2006 p. 267).

*Ante o exposto, **não admito o recurso especial**."* (fls. 215/92v).

Aduz a agravante, ***verbis***:

"(...)

O exame de admissibilidade do recurso especial, por parte do Tribunal a quo, deve limitar-se à análise dos seus pressupostos (tempestividade, preparo, legitimidade, interesse e prequestionamento da matéria). Havendo esses elementos, o recurso deve ser admitido.

(...)

Demais disso, com a devida vênia, à Vice-Presidente deste Tribunal, seu despacho revela a inexata cognição dos autos do processo em epígrafe, posto que: a matéria veiculada em sede de recurso extremo já referido, considera a matéria em tese, ou seja, a expedição de precatório de valor incontroverso.

Contudo, dever ser ressaltado que o Colendo STJ, em decisão exarada em data de 25.06.04, publicada em 03.08.04, também, decidiu que:

(...)

Portanto, a matéria resta ainda controvertida, mesmo em sede de recurso extremo.

(...)" (fls. 4/7).

Alega a recorrente, em síntese, ser indevida a expedição de precatório nas hipóteses em que não há trânsito em julgado da sentença.

Aduz, ainda, a impossibilidade de execução parcial que se assemelha à execução provisória contra a Fazenda Pública, daí a impossibilidade de se expedir precatório com base no artigo 739, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil.

A violação dos artigos 2º-B da Lei nº 9.494/97, e 730 e 731 do Código de Processo Civil funda a insurgência especial.

Tudo visto e examinado, decido.

A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça decidiu ser possível o juízo de admissibilidade adentrar o mérito do recurso, na medida em que o exame da sua admissibilidade, pela alínea "a", em face dos seus pressupostos constitucionais, envolve o próprio mérito da controvérsia.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

"Embargos de declaração. Agravo regimental desprovido. Contradição, obscuridade e omissão, inexistentes.

*1. **O Acórdão está amplamente fundamentado, inclusive com a citação de diversos precedentes desta Corte, no sentido de que, no exame de admissibilidade do especial é possível, e muitas vezes inevitável analisar o mérito de recurso especial, não ficando o Relator restrito à apreciação dos pressupostos do agravo de instrumento.***

*Devidamente afastada no Acórdão a alegação de ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil, sendo transcrito trecho do Acórdão recorrido que demonstra ter o Tribunal **a quo** enfrentado as questões pertinentes ao julgamento.*

2. Afastada a alegação de divergência jurisprudencial face a ausência de identidade fática entre os julgados.

3. Embargos de declaração rejeitados." (EDclAgRgAg nº 378.319/RJ, Relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, ***in*** DJ 18/2/2002 - nossos os grifos).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ADMISSIBILIDADE.

- Não há como prosperar o recurso especial quando a decisão recorrida está em conformidade com a legislação que rege a matéria.

*- **Reiterados julgados desta Corte no sentido de que é possível no juízo de admissibilidade adentrar no mérito do recurso, quando for manifestamente improcedente. Precedentes.***

- Agravo a que se nega provimento." (AgRgAg nº 199.867/SP, Relator Ministro Felix Fischer, ***in*** DJ 7/6/99 - nossos os grifos).

Passo outro, o artigo 587 do Código de Processo Civil estabelece que:

"Art. 587. A execução é definitiva, quando fundada em sentença transitada em julgado ou em título extrajudicial; é provisória, quando a sentença for impugnada mediante recurso, recebido só no efeito devolutivo."

Extrai-se do dispositivo legal supratranscrito que a execução será definitiva sempre que fundada em decisão transitada em julgado que extinguiu o processo de conhecimento ou em título extrajudicial.

Assim sendo, iniciado o processo executivo com base em sentença transitada em julgado ou em título extrajudicial, a oposição de embargos à execução ou de superveniente interposição de recurso de apelação recebido no efeito devolutivo (artigo 520, inciso V, do Código de Processo Civil), a despeito de suspender a execução (artigo 791, inciso I, do Código de Processo Civil), não tem o condão de transformar a execução definitiva em provisória, isso porque a execução que se inicia como definitiva permanece definitiva por força de natureza até o seu termo final, é dizer, execução definitiva não pode se converter em provisória, mas somente esta naquela.

Veja-se, a propósito, Araken de Assis, citando José Carlos Barbosa Moreira:

"(...)

BARBOSA MOREIRA (embora se referindo só a sentença de mérito, ao que já opusemos ressalva) sintetiza muito bem a situação:

'Se os embargos haviam sido recebidos com suspensão da execução, a sentença que os julga improcedentes (isto é, os rejeita no mérito) enseja o prosseguimento do processo executivo, nos termos em que vinha ocorrendo. Ainda que contra ela se interponha apelação, tal prosseguimento em nada será afetado, pois o recurso, tendo apenas efeito devolutivo (art. 520, n. V), não suspende a eficácia da sentença de improcedência, nem portanto mantém a eficácia suspensiva do recebimento dos embargos que a sentença afastou.

A execução prossegue em caráter provisório, caso a sentença exeqüenda - que é proferida no anterior processo de conhecimento, não a que repeliu os embargos - esteja ainda sujeita a recurso (art. 587, 2ª parte); em caráter definitivo, na hipótese contrária, bem como na de título extrajudicial (art. 587, 1ª parte). A eventual pendência de recurso contra a sentença que julgou improcedentes os embargos não obsta à definitividade da execução; a esse recurso é que alude o art. 686, n. V, 2ª parte, por onde se vê que apesar dele se promove, na execução pecuniária, a hasta pública - inconcebível se aquela fosse provisória (art. 588, n. II).'

(...)" (ob. cit., págs. 739/740).

E, ainda, a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, valendo anotar, por todos, os seguintes precedentes jurisprudenciais:

"PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. APELAÇÃO DE SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS EMBARGOS DO DEVEDOR. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO COMO DEFINITIVA. IMPOSSIBILIDADE DE CONVERSÃO DE EXECUÇÃO DEFINITIVA EM PROVISÓRIA.

1. A execução provisória pode converter-se em definitiva, bastando para isso que sobrevenha o trânsito em julgado da sentença. O oposto, todavia, não ocorre. A execução que inicia definitiva pode ser suspensa, por força dos embargos, mas não se transforma em provisória. Assim, pendente recurso da sentença que julgou improcedentes os embargos do devedor, a execução prossegue como definitiva.

2. Havendo risco de irreversibilidade da execução definitiva, tornando inútil o eventual êxito do executado no julgamento final dos embargos, poderá o embargante, desde que satisfeitos os requisitos genéricos da antecipação de tutela (fumus boni juris e periculum in mora), socorrer-se de uma peculiar medida antecipatória, oferecida pelo art. 558 do CPC: a atribuição de efeito suspensivo ao recurso. O mesmo efeito é alcançável, com relação aos recurso especial e extraordinário, como 'medida cautelar', nas mesmas hipóteses e pelos mesmos fundamentos." (AgRgAg nº 491.895/RJ, Relator para acórdão Ministro Teori Albino Zavascki, ***in*** DJ 8/9/2003).

"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL - EMBARGOS DO DEVEDOR - APELAÇÃO PENDENTE DE JULGAMENTO - DEFINITIVIDADE - CPC, ART. 587 - PRECEDENTE DA EG. 1ª SEÇÃO (ERESP. 268.544/SP).

- A execução é definitiva quando fundada em título extrajudicial (CPC, art. 587).

- A interposição de apelação contra decisão de improcedência dos embargos à execução não tem o condão de afastar a sua definitividade.

- Entendimento firmado pela eg. 1ª Seção quando do julgamento do EREsp. 268.544/SP.

- Embargos de divergência acolhidos." (EREsp nº 399.618/RJ, Relator Ministro Francisco Peçanha Martins, ***in*** DJ 8/9/2003).

Isso decidido, é de ser afastada a violação da lei federal e a alegação da recorrente no que diz respeito à impossibilidade de execução provisória contra a Fazenda Pública, por ser definitiva a execução fundada em decisão transitada em julgado, ainda que pendente de julgamento pedido de embargos à execução ou eventual recurso nele interposto.

Registre-se, de qualquer modo, ***ad colorandam decisionem***, o recente entendimento deste Superior Tribunal de Justiça quanto ao cabimento da execução provisória contra a Fazenda Pública, mesmo após o advento da Emenda Constitucional nº 30/2000, ***verbis***:

"PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO PROVISÓRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. AJUIZAMENTO ANTERIOR À EMENDA CONSTITUCIONAL N. 30/2000. POSSIBILIDADE.

1. A Emenda Constitucional nº 30 deu nova redação ao § 1º do art. 100 da Constituição para estabelecer, como pressuposto da expedição de precatório ou da requisição do pagamento de débito de pequeno valor de responsabilidade da Fazenda Pública, o trânsito em julgado da respectiva sentença.

2. Há de se entender que, após a Emenda 30, limitou-se o âmbito dos atos executivos, mas não foi inteiramente extinta a execução provisória. Nada impede que se promova, na pendência de recurso com efeito apenas devolutivo, a liquidação da sentença, e que a execução (provisória) seja processada até a fase dos embargos (CPC, art. 730, primeira parte) ficando suspensa, daí em diante, até o trânsito em julgado do título executivo, se os embargos não forem opostos, ou forem rejeitados.

3. Em relação às execuções provisórias iniciadas antes da edição da Emenda 30, não há a exigência do trânsito em julgado como condição para expedição de precatório. Precedentes do STF e do STJ."

(REsp nº 331.460/SP, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, ***in*** DJ 17/11/2003).

Ademais, não há de se cogitar de qualquer ilegalidade na expedição de precatório referente ao valor incontroverso da dívida.

Com efeito, em se tratando de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, tem incidência o disposto nos artigos 730 e 731 do Código de Processo Civil, ***verbis***:

"Art. 730. Na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, citar-se-á a devedora para opor embargos em 30 (trinta) dias; se esta não os opuser, no prazo legal, observar-se-ão as seguintes regras: (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.180-35/2001)

I - o juiz requisitará o pagamento por intermédio do presidente do tribunal competente;

II - far-se-á o pagamento na ordem de apresentação do precatório e à conta do respectivo crédito."

"Art. 731. Se o credor for preterido no seu direito de preferência, o presidente do tribunal, que expediu a ordem, poderá, depois de ouvido o chefe do Ministério Público, ordenar o seqüestro da quantia necessária para satisfazer o débito."

Ao que se tem, diversamente do que ocorre na execução por quantia certa contra devedor solvente (artigo 652 do Código de Processo Civil), a Fazenda Pública, em vez de citada para pagar em 24 horas, sob pena de penhora, é chamada ao processo para, desde logo, opor embargos, no prazo de 30 dias.

Tal benefício legal decorre do regime de impenhorabilidade dos bens de domínio público, daí porque, em existindo crédito contra a Fazenda Pública, não há falar em expropriação dos bens do devedor, a fim de satisfazer o direito do credor (artigo 646 do Código de Processo Civil).

Nesse sentido, o mesmo Araken de Assis:

"1 - Execução contra a Fazenda Pública - Conforme notou RUY CIRNE LIMA, os bens do domínio público e do patrimônio administrativo se encontram, na maioria das legislações cultas, submetidos a regime especial. Por tal razão, a execução de créditos pecuniários (retro, 3.2) contra a Fazenda Pública refoge ao figurino comum. Igualmente se submete, assinalou ANTONIO JANYR DALL'AGNOL JR., a regime especial.

Os bens públicos se mostram impenhoráveis, porque inalienáveis (art. 67 do CC). E, ainda que desafetados por lei, penhorabilidade genérica dificilmente se configurará, pois a lei, e somente ela, regulará a forma e as condições de transmissibilidade voluntária - e, por conseguinte, da alienação coativa - do bem.

Deste modo, tornado intangível o patrimônio público, a regra da responsabilidade patrimonial, insculpida no art. 591, se revela inoperante. E, nessas condições, a terapêutica expropriatória, baseado naquela norma, operaria no vácuo.

(...)" (***in*** Comentários ao Código de Processo Civil, volume 9, editora Revista dos Tribunais, 2000, pág. 408).

Pois bem, ultrapassado o prazo de 30 dias sem que haja a oposição de embargos, o juiz requisitará o pagamento por intermédio do presidente do tribunal competente, que fará com que o mesmo seja feito na ordem de apresentação do precatório e à conta do respectivo crédito (artigo 730, incisos I e II, do Código de Processo Civil).

E, em havendo a oposição de embargos à execução por parte da Fazenda Pública, deverão ser observadas as regras aplicáveis à aludida ação incidental (cf. Pontes de Miranda, Comentários ao Código de Processo Civil, volume 10, págs. 470/471), assim dispondo, quanto à eventual parte remanescente do ***decisum*** exeqüendo, o artigo 739, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil, ***verbis***:

"Art. 739. (...)

§ 2º Quando os embargos forem parciais, a execução prosseguirá quanto à parte não embargada."

Como se vê, a oposição de embargos parciais por parte da Fazenda Pública, assim considerados aqueles em que o embargante não impugna toda a pretensão do exeqüente embargado, há de prosseguir a execução da parte não embargada, como determina o parágrafo 2º do artigo 739 da Lei Processual Civil.

De tanto, resulta que, em casos tais, os embargos à execução recebidos só terão efeito suspensivo relativamente à parte controvertida da demanda (artigo 791, inciso I, do Código de Processo Civil), justificando-se o prosseguimento da execução quanto ao valor incontroverso, porquanto a sentença que vier a julgar os embargos não atingirá o que será objeto da continuidade do processo executivo.

É que, em caso de procedência do pedido do embargante, seja total, seja parcial, o único efeito da sentença será a redução do valor da dívida até, no máximo, o valor da parcela incontroversa.

E o prosseguimento da execução, assim autonomizada, há de fazer-se na forma da Constituição da República, que preceitua a expedição de precatório como regra geral (artigo 100, ***caput***) ou de execução direta (sem a expedição de precatório) para os pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado (artigo 100, parágrafo 3º):

"Art. 100. À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

§ 1º. É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciários, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

§ 1º-A. Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.

§ 2º. As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exeqüenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.

§ 3º. O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

§ 4º. São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório.

§ 5º. A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 3º deste artigo, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público.

§ 6º. O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade."

Tem-se, assim, que, enquadrando-se nas dívidas de pequeno valor, prosseguir-se-á na execução do débito exeqüendo na forma do parágrafo 3º do artigo 100 da Constituição da República, dando-se cumprimento à regra do ***caput***, quando superado for os limites da dívida de pequeno valor.

É de se ver, de resto, que antes do advento da Emenda Constitucional nº 37, que acrescentou o parágrafo 4º ao artigo 100 da Constituição Federal, outra era a disciplina constitucional, firmando-se a compreensão dos Tribunais Superiores de que nas execuções iniciadas antes do advento da aludida emenda à Constituição, não havia qualquer óbice à expedição de precatório em relação a determinada parcela do valor da dívida, sendo forçoso reconhecer, assim, a legalidade da sua expedição no tocante à parte incontroversa da execução, ainda que pendente de julgamento os embargos à execução visando à impugnação parcial do ***quantum debeatur*** (artigo 739, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil).

Anote-se, por fim, que a expedição do precatório, referente à parte incontroversa, antes do julgamento dos embargos à execução opostos, não trará qualquer prejuízo para o executado-embargante, tampouco ao processo de execução, que terá cumprido sua finalidade ao menos em relação àquela parte da dívida.

É que a finalidade da norma acrescentada pela Emenda Constitucional nº 37/2002 é a de evitar que o exeqüente, intencionalmente, se valha da utilização simultânea dos dois sistemas de satisfação do seu crédito, quais sejam, o do precatório para uma parte da dívida e o do pagamento imediato (sem expedição de precatório) para outra parte, mediante o fracionamento, a repartição ou a quebra do valor da dívida.

Desse modo, iniciado o processo executivo mesmo após o advento da Emenda Constitucional nº 37/2002, a vedação constitucional contida no parágrafo 4º do artigo 100 não incide sobre a execução da parte incontroversa da dívida, autorizada pelo artigo 739, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil, que deverá prosseguir, com a conseqüente expedição do ofício requisitório.

Inexiste, pois, no caso concreto, qualquer ilegalidade no acórdão recorrido, primeiro, porque se trata de execução definitiva e, não, provisória, como alegado pela recorrente e, segundo, porque nos termos do artigo 739, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil, não há falar em óbice à expedição de precatório relativo ao valor incontroverso da dívida.

Pelo exposto, nego provimento ao agravo

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 19 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4235)

RECURSO ESPECIAL Nº 918.160 - RJ (2007/0011016-3)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
RECORRENTE	: GLAUCI SILVA DE OLIVEIRA E OUTROS
ADVOGADO	: PATRÍCIA PICORELLI SOARES
RECORRIDO	: UNIÃO

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ.

A ausência de prequestionamento inviabiliza o conhecimento da questão federal suscitada.

Recurso especial a que se nega seguimento.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por GLAUCI SILVA DE OLIVEIRA E OUTROS, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a", "b" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Em grau de apelação, o Tribunal de Origem negou provimento ao recurso da União e à remessa necessária. (fls. 122/128)

Opostos embargos de declaração, estes foram acolhidos com efeito modificativo para dar provimento à apelação, em acórdão assim ementado:

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS MODIFICATIVOS.

1. O acórdão embargado entendeu que deve ser aplicado o percentual de 11,98%, referente à conversão do cruzeiro real para URV aos servidores pertencentes ao quadro de pessoal da Fundação Nacional de Saúde.

2. A parte autora não trouxe provas de que pudessem demonstrar que os seus vencimentos ou proventos eram depositados sempre no 2º dia útil após o dia 20 de cada mês, deixando, conseqüentemente, de cumprir o disposto no artigo 333, I, do Código de Processo Civil.

3. Embargos de declaração conhecidos e providos." (fls. 154)

Opostos novos embargos de declaração, estes foram rejeitados. (fls. 172/178)

Nas razões de recurso especial, Glauci Silva de Oliveira e Outros alegam violação ao artigo 24 da Lei nº 8.880/94, sob o argumento de que:

"Atentasse que a primeira parcela do 13º salário de 1994, foi paga em janeiro daquele ano e, bem como dispõe a citada Lei, o valor a ser considerado da antecipação, deveria ter sido convertido em URV ou equivalente em URV, o que de fato não ocorreu, posto que o desconto da primeira parcela, tomou por base a URV de 02.03.1994, causando assim, perda indiscutível para o trabalhador." (fls. 183)

Foram apresentadas contra-razões. (fls. 202/204)

Admitido o recurso aos fls. 214/215, vieram conclusos os autos.

É o relatório.

In casu, verifica-se que o artigo dito por violado não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, de forma que se revela ausente o necessário prequestionamento, o que inviabiliza sua apreciação por esta Corte Superior.

Para a interposição do recurso especial, é necessário que a questão legal já esteja presente nos autos, tendo sido decidida pelo Tribunal ***'a quo'***.

Ressalte-se a doutrina Athos Gusmão Carneiro, *in verbis*:

"Todavia, para que uma determinada questão seja considerada como prequestionada, não basta que haja sido suscitada pela parte no curso do contraditório, preferentemente como expressa menção à norma de lei federal onde a mesma questão esteja regulamentada. É necessário, mais, que no aresto recorrido a matéria tenha sido decidida, e decidida manifestamente (não obstante se possa considerar prescindível a expressa menção ao artigo de lei) (CARNEIRO, Athos Gusmão; 'Recurso Especial, Agravos e Agravo Interno', 2º ed. Rio de Janeiro: Forense - 2002; p.27)

Frise-se, que para a configuração do prequestionamento, necessário se faz o prévio debate da matéria pelo Tribunal *a quo*.

Nesse sentido, q.v., *verbi gratia*, RESP 601109/RJ, Ministro Paulo Gallotti, DJ 25.10.2004; RESP 597139/RS, Ministro Hamilton Carvalhido, DJ 28.06.2004 e AgRg no RESP637715/SC, DJ 23.08.2004, assim ementado:

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CONDENATÓRIA. VALOR INFERIOR A 60 SALÁRIOS MÍNIMOS. REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. - omissis. - omissis. - Não se conhece do recurso especial no que diz respeito à matéria que não foi especificamente enfrentada pelo e. Tribunal a quo, dada a ausência de prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF). - Agravo regimental não provido."

Cumpre consignar que não se está exigindo a menção expressa aos dispositivos tidos por violados, mas que a tese jurídica tenha sido debatida pelo Tribunal de origem.

Destarte, não merece reparos o acórdão hostilizado ante o óbice da súmula 211/STJ.

Ante o exposto, nos termos do ***"caput"*** do artigo 557 do CPC, NEGO SEGUIMENTO ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4236)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 918.753 - SP (2007/0137814-7)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
AGRAVANTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MARIA AMÉLIA SANTIAGO DA SILVA MAIO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: OSMAR ANTÔNIO DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: MARIA LÚCIA VAZ

DECISÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. DECISÃO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE.
1 - A discussão acerca do chamado fundo de direito refere-se à "situação jurídica fundamental", o que, no caso em apreço, não ocorre, já que não se discute a condição funcional dos recorridos, qual seja, servidores de fundação estatal, mas, tão-somente, o direito ao recebimento isonômico de reajustes salariais que devem ser concedidos a toda a classe de servidores públicos estaduais submetidos ao mesmo regime jurídico.
2. Verifica-se o acerto da decisão recorrida, que não admitiu o especial, ao fundamento de que este C. Tribunal já se pronunciou no mesmo sentido do v. aresto impugnado. Aplicável, à espécie, o *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil.
Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra não admissão, na origem, de Recurso Especial.
Presentes os requisitos de conhecimento do agravo de instrumento, passa-se ao juízo de admissibilidade do recurso especial.
Ao analisar os autos e examinar as razões do apelo que o recursante visa destrancar, verifica-se o acerto do r. decisório profligado, que não admitiu o especial, ao fundamento de que este C. Tribunal já se pronunciou no mesmo sentido do v. aresto impugnado, sendo aplicável, portanto, à espécie, o *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil.
Confiram-se, a propósito, os seguintes precedentes, q.v. *verbi gratia*:
ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. GRATIFICAÇÃO CONCEDIDA AOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTÁRQUICA E NÃO ESTENDIDA AOS SERVIDORES DE FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL LIMITADA ÀS PRESTAÇÕES VENCIDAS (SÚMULA 85, STJ). I - A discussão acerca do fundo de direito refere-se à "situação jurídica fundamental", o que, no caso em apreço, não ocorre, já que não se discute a condição funcional dos recorridos, qual seja, servidores de fundação estatal, mas, tão-somente, o direito ao recebimento isonômico de reajustes salariais que devem ser concedidos a toda a classe de servidores públicos estaduais submetidos ao mesmo regime jurídico. II - A pretensão dos recorridos de receberem as mesmas gratificações que foram concedidas aos servidores da administração direta e autárquica, dado o caráter de reajuste salarial que estas possuem, não se confunde com pretensão de se verem "integrados em determinada classe ou categoria" e, pois, "prescrevem as parcelas" e não o próprio direito. III - Mesmo para quem considere a lei que criou a gratificação como de efeito concreto, isso não significa que os demais servidores, excluídos ilegalmente de suas previsões, sejam considerados cientificados de tal conduta para fins de cômputo do prazo de "prescrição do direito". Exige-se, na espécie, demonstração inequívoca de conhecimento do interessado, como a que indefere o pedido administrativamente, ou, ainda, a que suprime pagamento que vinha sendo feito. IV - A teoria do trato sucessivo abarca, assim, direitos que se renovam dia a dia, ou mês a mês, e que não tenham sido indeferidos expressamente ou de modo inequívoco. V - Recurso especial desprovido. (REsp 780.153/RJ, Rel. Min. Felix Fischer, DJ de 02/02/2006)

ADMINISTRATIVO - VANTAGEM FUNCIONAL - ADICIONAIS DE SEXTA PARTE - PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO - DISSIDIO JURISPRUDENCIAL COMPROVADO - SUMULAS 443/STF E 163 TFR. EM SE TRATANDO DE RELAÇÃO CONTINUADA E INEXISTINDO RECUSA FORMAL DA ADMINISTRAÇÃO AO RECONHECIMENTO DO DIREITO PLEITEADO, A PRESCRIÇÃO NÃO ATINGE O FUNDO DE DIREITO, ALCANÇANDO, TÃO SÓ, AS PARCELAS VENCIDAS, ANTERIORES AO QÜINQÜÊNIO DA PROPOSITURA DA AÇÃO. RECURSO PROVIDO. (REsp 10110/SP, DJ de 10/02/93, Rel. Min. Peçanha Martins).

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR. PÚBLICO. APOSENTADORIA. REAJUSTE. LIMITAÇÃO TEMPORAL NÃO ESTABELECIDA PELA SENTENÇA EXEQÜENDA. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. COISA JULGADA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
1. É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, se a sentença que embasa o título exeqüendo não determinou a limitação temporal do reajuste, não pode tal restrição ser discutida em execução de sentença, sob pena de ofensa à coisa julgada.
2. Hipótese em que a sentença executada não cuidou de determinar a limitação temporal, estabelecendo apenas que deve ser paga a diferença, observada a prescrição qüinqüenal, de acordo com o novo critério constitucional referido na fundamentação.
3. O erro material é aquele evidente, decorrente de simples equívoco aritmético ou inexatidão material, e não o erro relativo aos elementos ou critérios de cálculo. A ausência de limitação do reajuste não configura, portanto, erro material.
4. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 859923 / SP, Relator Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 06.08.2007, p. 666)

Ante o exposto, com fundamento no *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil, NEGO PROVIMENTO ao agravo de instrumento.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4237)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 919.286 - RJ (2007/0134775-4)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
AGRAVANTE	: MIGUEL BANDEZ
ADVOGADO	: CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	: JANAÍNA MARIA LOPA VALLADO E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra inadmissão de recurso especial interposto por Miguel Bandez, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:
"Ação de Procedimento ordinário. Gratificação concedida aos policiais. Revogação da Lei. Ausência de Prejuízo. Acolhimento integral do parecer do Ministério Público. Desprovimento do recurso." (fl. 173).
Opostos embargos de declaração, restaram assim sumariados:
"Embargos de declaração, argüindo, preliminarmente ausência de fundamentação, conforme disposto no artigo 93, IX, da Constituição Federal. No mérito, se alega omissões e violação ao disposto no artigo 37, XV da Carta Magna. Inexistência das omissões alegadas. Acolhimento integral do parecer do Ministério Público. Desprovimento." (fl. 188).
A violação do artigo 535 do Código de Processo Civil funda a insurgência especial.
Alega o recorrente que *"opondo embargos de declaração, nos termos do art. 535, do CPC, o ora recorrente requereu à culta Câmara Cível a quo que se posicionasse acerca da apelação, e dos dispositivos legais inerentes à mesma, para que restassem os mesmos preqüestionados, o que, como é fácil ver, não ocorreu. Eximiu-se, desta forma, a culta Câmara Cível a quo de analisar o objeto da lide, em óbvia negativa de prestação jurisdicional(...)"* (fl. 193).
Tudo visto e examinado, decido.
De início, não conheço da alegada violação do artigo 535 do Código de Processo Civil eis que o recorrente, apesar de apontar o dispositivo legal tido como violado, não demonstrou no que consistiu a negativa de vigência da lei ou, ainda, a sua correta interpretação.
Decerto, a razão do pedido de reforma da decisão recorrida é pressuposto ou requisito para a admissibilidade do recurso, cabendo à parte formulá-lo em estrito cumprimento da lei, não se constituindo tal exigência em formalismo exacerbado.
Com efeito, a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que *"(...) Para viabilizar o conhecimento do especial, pelo fundamento da alínea 'a' do permissivo constitucional, não é suficiente a simples menção explícita aos preceitos de lei que se pretende desafeiçoados (pelo acórdão do Tribunal a quo), mas, ainda, a motivação justificadora, esclarecendo-se, com precisão, em sua dicção e conteúdo, para possibilitar, ao julgador, o cotejo entre o teor dos artigos indicados como violados e a fundamentação do recurso. (...)"* (REsp nº 160.226/RN, Relator Ministro Demócrito Reinaldo, ***in*** DJ 11/5/98).
Tal deficiência inviabiliza a abertura da instância especial, a teor do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, ***verbis***:
"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."
A propósito e por todos, o seguinte precedente, que define o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça:
"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. ALEGADA OFENSA AO ART. 535 DO CPC. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. MILITARES. REAJUSTE DE 28,86%. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA. MP N.º 1.704/98. PRECEDENTES.
1. Se o recorrente aduz ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil mas não evidencia qualquer omissão, contradição ou obscuridade no acórdão recorrido, deixando de demonstrar no que consistiu a alegada ofensa ao mencionado dispositivo, aplica-se, por analogia, o disposto na Súmula 284 do Excelso Pretório.
2. Esta Corte Superior de Justiça firmou o entendimento segundo o qual a edição da Medida Provisória nº 1.704-5/98, que reconheceu aos servidores públicos civis o direito àquele reajuste, implicou na renúncia do prazo prescricional, de acordo com o estabelecido no artigo 202, VI, do Código Civil. Precedentes.
3. Agravo regimental improvido." (AgRgREsp nº 885.292/PR, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, ***in*** DJ 25/6/2007).
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 19 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4238)

RECURSO ESPECIAL Nº 919.434 - DF (2007/0016444-1)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
RECORRENTE	: ADELAIDE FONTE BOA CARVALHO
ADVOGADO	: ROBERTO GOMES FERREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: DISTRITO FEDERAL
PROCURADORA	: MARIA BEATRIZ BROWN RODRIGUES E OUTRO(S)

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME. CARREIRA DE MAGISTÉRIO DO DISTRITO FEDERAL. REESTRUTURAÇÃO. LEI DISTRITAL N.º 3.318/2004. REENQUADRAMENTO. REDUÇÃO DE PROVENTOS. NÃO OCORRÊNCIA. POSICIONAMENTO NO FINAL DA CARREIRA. DIREITO ADQUIRIDO. INEXISTÊNCIA.
As violações a dispositivos constitucionais não podem ser objeto de recurso especial porquanto matéria própria de apelo extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.
O servidor não tem direito adquirido à manutenção dos critérios legais embasadores de sua remuneração, desde que respeitado o princípio da irredutibilidade de vencimentos.
Os professores aposentados no nível mais elevado da carreira do magistério do Distrito Federal, quando da instituição da Gratificação de Incentivo à Carreira pela Lei Distrital nº 3.318, de 12 de fevereiro de 2004, não possuem direito ao posicionamento no final da carreira, porquanto não ocorreu redução de vencimentos.
Recurso especial a que se nega seguimento.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ADELAIDE FONTE BOA RIBEIRO, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a" e "c" do permissivo constitucional, ofertado contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim ementado:
"DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. MAGISTÉRIO DO DF. PARIDADE. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA (LEI N. 3.318/04). IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO À PERMANÊNCIA NO FINAL DA CARREIRA.
A falada paridade entre ativos e inativos deixou de ser garantida em razão da mudança introduzida pela EC 41 de 19 de dezembro de 2003, que alterou o art. 40 § 8º da Constituição Federal. Contudo, preservou-se o direito de o servidor inativo não sofrer qualquer redução em seus proventos, garantindo-se a sua correção na mesma periodicidade e nos mesmos índices aplicados aos vencimentos dos servidores ativos.
Trata-se de discricionariedade, por parte da Administração, a alteração das carreiras de seus servidores, de modo a melhor adequá-las ao funcionamento do Estado, desde que respeitados os dogmas constitucionais da impessoalidade, legalidade e irredutibilidade de vencimentos.
Não havendo diminuição de ganhos ou qualquer outro fator que indique prejuízo para o servidor que se encontra na inatividade, o direito de permanecer em uma determinada posição, no novo plano de carreira, é relativizado, eis que fica a cargo da Administração estabelecer os critérios de ascensão funcional e o modo de alcançá-la, não havendo que se falar, portanto, em ofensa a direito adquirido.
Estando o servidor em final de carreira, quando da aposentadoria, não lhe é assegurado o direito de posicionar-se nesse mesmo patamar se a nova lei estabeleceu requisitos para a progressão, dilatando, inclusive, o tempo necessário para a mudança de etapas.
Recuso conhecido e não provido. Maioria." (fls. 106)
Nas razões do recurso especial, aduz afronta aos arts. 5º, XXXVI e 40, § 8º, da Constituição; e 6º da LICC, bem como, dissídio jurisprudencial.
Sustenta que a manutenção do acórdão recorrido implica quebra na paridade do tratamento entre servidores ativos e inativos, pois o professor que se aposentou no final da carreira será enquadrado em classe intermediária, enquanto os que permanecem em serviço podem alcançar o final da carreira.
Afirma, ainda, que houve violação do direito adquirido e ato jurídico perfeito, pois o professor aposentado deve ser mantido no final da carreira.
Para caracterizar o dissídio jurisprudencial, transcreve ementas de julgados desta Corte.
Foram ofertadas contra-razões, em que o Distrito Federal requer a manutenção do acórdão recorrido.
Passa-se à decisão.
De início, no tocante à alegada violação aos arts. 5º, XXXVI, e 40, § 4º, da Constituição, verifica-se que o exame desses dispositivos é estranho ao âmbito de cabimento do recurso especial, porquanto matéria própria de recurso extraordinário, nos termos do art. 102, III, da Magna Carta.
Nesse sentido, q.v., *verbi gratia*:
"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. EXAME. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MP 2.180-35/2001. APLICAÇÃO. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA Nº 283/STF. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. LEI Nº 1.060/65. PESSOA JURÍDICA. FALTA DE RECURSOS. REEXAME DE PROVA. SÚMULA Nº 07/STJ. I - As violações a dispositivos constitucionais não podem ser objeto de recurso especial porquanto matéria própria de apelo extraordinário para a Augusta Corte. (...) Recurso não-conhecido." (REsp 512.068/RS, relator Ministro Félix Fischer, DJ de 09.03.2004).

Quanto à questão de fundo, a controvérsia que ora se apresenta diz respeito a existência de direito adquirido ao reenquadramento no mais alto nível da carreira de professor da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.
O TJDFT declarou a inexistência de direito adquirido, porquanto preservado o total da remuneração anterior.
Sobre o tema, cumpre ressaltar que o Supremo Tribunal Federal, tem jurisprudência firmada no sentido de que o servidor público não tem direito adquirido à manutenção dos critérios legais embasadores de sua remuneração, ou seja, não há direito adquirido a regime jurídico.
O direito do servidor público restringe-se à manutenção do quantum remuneratório, calculado em conformidade com o que dispõe a legislação.
A redução desse valor é que configura ilegalidade, pois ofende a garantia da irredutibilidade de vencimentos, tendo esta Corte adotado esse entendimento na íntegra, como se depreende do seguinte julgado, q.v., *verbi gratia*:
"ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO - REESTRUTURAÇÃO NA CARREIRA - LEI DISTRITAL Nº 2.706/2001 - REENQUADRAMENTO DOS INATIVOS - LEGALIDADE - INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME REMUNERATÓRIO E A INAMOVIBILIDADE DENTRO DA CARREIRA - AGRAVO DESPROVIDO. I - O Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência uniforme no sentido de que o servidor não tem direito adquirido a imutabilidade do regime remuneratório, desde que respeitado o princípio da irredutibilidade de vencimentos. In casu, a reestruturação na carreira não ocasionou redução dos proventos, apenas importando em reenquadramento para nível intermediário. A Constituição Federal assegurou aos inativos a extensão de todas as vantagens concedidas aos servidores ativos, não havendo que se falar, entretanto, em inamovibilidade dentro da carreira. II - Agravo interno desprovido." (AgRg no RMS 17.298/DF, relator Ministro Gilson DJ, DJ de 08.02.2004)
A recorrente, servidora aposentada no nível mais elevado da carreira do magistério do Distrito Federal, quando da instituição da Gratificação de Incentivo à Carreira pela Lei Distrital nº 3.318, de 12 de fevereiro de 2004, não foi posicionada no nível mais elevado.
Não há falar em direito ao posicionamento no nível mais elevado da carreira sob o fundamento de isonomia.
A lei nova pode regular as relações jurídicas havidas entre os servidores públicos e a Administração extingüindo, reduzindo ou criando vantagens, bem como determinando reenquadramentos, transformações ou reclassificações de cargos, não havendo falar em direito adquirido a regime jurídico, desde que observada, sempre, a garantia da irredutibilidade de vencimentos, assegurada no artigo 37 da Constituição.
Assim, não se vislumbra afronta ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, bem como ausente o dissídio jurisprudencial invocado.
Ante o exposto, com fundamento no *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4239)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 919.503 - DF (2007/0146976-3)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: ARIZAMAR GARCEZ MACHADO E OUTROS
ADVOGADO	: ROGÉRIO DA SILVA VENÂNCIO PIRES E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra inadmissão de recurso especial interposto pela União, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado:
"MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDORES INATIVOS. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA. EXTENSÃO. ART. 40, PARÁG. 8º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA REDAÇÃO ENTÃO EM VIGOR.
1. Ao acolher incidente de inconstitucionalidade a respeito, teve a Corte Especial deste Tribunal por incompatíveis, com a ordem constitucional então em vigor, preceitos da Medida Provisória 2.048-26, de 29 de julho de 2000, tempestiva e sucessivamente reeditada até a edição da Medida Provisória 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, no que não estenderam aos servidores já aposentados e aos pensionistas de servidores falecidos a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária por ela instituída.
2. Não lhes é de direito, porém, a percepção da gratificação em causa em seu índice máximo, de 50% (cinqüenta por cento) do respectivo provento básico, mas sim nos moldes do montante pago aos servidores em atividade, titulares de cargos iguais aos em que foram transformados aqueles nos quais se aposentaram, garantindo-lhe apenas, a condição de inativos, percepção, no índice máximo, da parcela relativa ao desempenho individual, em razão da impossibilidade de avaliação deste.
3. Recurso de apelação a que se nega provimento, parcialmente provida a remessa oficial." (fl. 242).
Dessa decisão foram opostos embargos declaratórios, que restaram rejeitados.
Sustentam os recorrentes que, deixando de acolher os embargos de declaração opostos visando ao prequestionamento explícito, o Tribunal ***a quo*** incorreu em omissão, deixando de apreciar as matérias constantes nos dispositivos violados.
Alegam, ainda, que:
"(...)
Na causa vertente, o impetrante é servidor inativo e não preenche os requisitos do art. 59 da MP em comento, de modo que a ele não pode ser estendida a GDAFA, sem ofensa aos dispositivos legais indicados.
(...)
Assim, ao manter a sentença de 1º grau, no que compete à fixação de juros de 1% ao mês, o acórdão recorrido violou frontalmente o artigo de lei federal acima transcrito.
(...)" (fls. 273/278).
A insurgência especial está fundada na violação dos artigos 535, inciso II, do Código de Processo Civil, 41, parágrafo 1º, 59 da Medida Provisória n. 2.229-43/2001 e 1º-F da Lei nº 9.494/97.
Tudo visto e examinado, decido.
Preenchidos os requisitos legais, dou provimento ao agravo de instrumento, determinando a subida dos autos principais, para melhor exame da questão federal, que se oferece relevante na espécie.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 19 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4240)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 919.938 - SP (2007/0088595-5)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ
PROCURADOR	: ANTÔNIO CARLOS ANTUNES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: GESSY DA CONCEIÇÃO DE PAULA
ADVOGADO	: CELSO DE MOURA

DESPACHO

Cuida-se de recurso especial em autos de pedido de intervenção estadual no Município de Santo André em que se objetiva o cumprimento de precatório de natureza alimentícia.
A matéria tratada no presente *writ* é da competência da Primeira Seção desta Turma, nos termos do que dispõe o artigo 9º, § 1º, inciso XI, do RISTJ, *in verbis*:

"Art. 9º. A competência das Seções e das respectivas Turmas é fixada em função da natureza da relação jurídica litigiosa.
§ 1º. À Primeira Seção cabe processar e julgar os feitos relativos a:
(...)
XI - direito público em geral, salvo os mencionados nos itens I, II e III do § 3º."

Nesse sentido, confiram-se o seguintes precedentes da Primeira Seção que julgaram a matéria em questão:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL CONTRA DECISÃO QUE DEFERE PEDIDO DE INTERVENÇÃO ESTADUAL. DECISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA. IMPOSSIBILIDADE DE ACESSO À VIA EXCEPCIONAL.
I - O decreto de intervenção estadual em município possui natureza político-administrativa insuscetível de impugnação por recurso especial. O decreto interventivo é ato de competência do Governador do Estado, realizado mediante requisição do Presidente do Tribunal de Justiça e, ainda, submetido à apreciação da Assembléia Legislativa (§ 1º do art. 36 c/c art. 35 da Constituição Federal).
Assim, inexiste "causa" decidida em única ou última instância, requisito constitucional autorizador do apelo extremo.
II - Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 805.452/SP, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, DJ 25/05/2006)

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL INADMITIDO. DECISÃO DO TRIBUNAL ESTADUAL DEFERITÓRIA DE PEDIDO DE INTERVENÇÃO ESTADUAL EM MUNICÍPIO. MATÉRIA DE CARÁTER POLÍTICO-ADMINISTRATIVO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 637/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO (SÚMULAS 282 E 356/STF).
1. A decisão do Tribunal de Justiça local, que defere pedido de intervenção estadual em Município, revela providência de caráter político-administrativo, insuscetível de impugnação por recurso especial, ante a ratio essendi da Súmula 637 do STF, que assim dispõe: "Não cabe recurso extraordinário contra decisão de tribunal de justiça que defere pedido de intervenção estadual em município.".
2. Precedentes do STJ: AgRg no AG 737.437/SP, Rel. Min. Castro Meira, DJU de 05/04/2006; AgRg no AgRg no AG 686.573/SP, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, DJU de 03/04/2006; REsp 464.463/SP, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJU de 05/12/2005; e AgRg no AG 672.986/SP, Rel. Min. Denise Arruda, DJU de 05/12/2005.
3. A simples indicação dos dispositivos tidos por violados (arts. 267, VI e 295, II, do CPC), sem referência com o disposto no acórdão confrontado, obsta o conhecimento do recurso especial. Incidência dos verbetes das Súmula 282 e 356 do STF.
4. Agravo de instrumento desprovido." (AgRg no REsp 847.041/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJ 31/05/2007)

Ante o exposto, os autos devem ser redistribuídos a um dos doutos integrantes da colenda Primeira Seção desta Corte.
Cumpra-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4241)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 919.972 - SP (2007/0132492-1)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE BASTOS
ADVOGADO	: EUCLIDES PEREIRA PARDIGNO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CRISTIANE PAULA BASSO MARQUEIS MARQUES E OUTROS
ADVOGADO	: FERNANDO CHAGAS FRAGA

DECISÃO

Agravo de instrumento contra inadmissão de recurso especial interposto pelo Município de Bastos, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Nona Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:
"MANDADO DE SEGURANÇA. Servidor Público Municipal. Pretensão ao recebimento dos vencimentos acrescidos do valor correspondente a mais uma referência 13 e demais vantagens do cargo. Inteligência do art.5º, da Lei Municipal de Bastos nº 991/1992, que disciplinou a jornada de trabalho de 4 horas-aula diária ou 20 horas semanais. Art. 1º da Lei Municipal de Bastos n 1.166/94 que autorizou a Prefeitura a fixar nova tabela de vencimentos, nada dispondo acerca da jornada de trabalho. Infringência ao art. 37, inciso XV da Constituição Federal e a legislação infraconstitucional. Ofensa ao princípio da irredutibilidade de vencimentos. Recurso improvido e reexame necessário desacolhido." (fl. 162).
Aduz, em suma, o agravante que:
"(...)
Assim, à luz do V. Acórdão recorrido (fls.152/153), foi emitido juízo de valor sobre o cabimento do mandamus (fl. 152) e sobre a lei municipal 1.166/94 (fl. 153).
Em conseqüência, ao contrário do que consta em fl. 180, está configurada a hipótese do art. 105, inciso III, alínea 'a', do permissivo constitucional.
Por fim, a R. Decisão agravada deve ser reformada, porque 'atacado o despacho que nega trânsito a recurso especial por agravo de instrumento, o mesmo de curso, nos termos do art. 544, CPC, não podendo o Presidente do Tribunal 'a quo', negar-lhes seguimento, pois o juízo de admissibilidade deste recurso é exclusivo do Tribunal 'ad quem'.(...)" (fl. 5).
A insurgência especial está fundada na violação do artigo 1º da Lei nº 1.533/51 e 2º da Lei de Introdução ao Código Civil.
Tudo visto e examinado, decido.
Impõe-se a preservação do juízo negativo de admissibilidade do recurso especial interposto.
De início, a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça decidiu ser possível o juízo de admissibilidade adentrar o mérito do recurso, na medida em que o exame da sua admissibilidade, pela alínea "a", em face dos seus pressupostos constitucionais, envolve o próprio mérito da controvérsia.
Nesse sentido, os seguintes precedentes:
"Embargos de declaração. Agravo regimental desprovido. Contradição, obscuridade e omissão, inexistentes.
*1. **O Acórdão está amplamente fundamentado, inclusive com a citação de diversos precedentes desta Corte, no sentido de que, no exame de admissibilidade do especial é possível, e muitas vezes inevitável analisar o mérito de recurso especial, não ficando o Relator restrito à apreciação dos pressupostos do agravo de instrumento.***
*Devidamente afastada no Acórdão a alegação de ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil, sendo transcrito trecho do Acórdão recorrido que demonstra ter o Tribunal **a quo** enfrentado as questões pertinentes ao julgamento.*
2. Afastada a alegação de divergência jurisprudencial face a ausência de identidade fática entre os julgados.
3. Embargos de declaração rejeitados." (EDclAgRgAg nº 378.319/RJ, Relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, ***in*** DJ 18/2/2002 - nossos os grifos).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ADMISSIBILIDADE.
- Não há como prosperar o recurso especial quando a decisão recorrida está em conformidade com a legislação que rege a matéria.
*- **Reiterados julgados desta Corte no sentido de que é possível no juízo de admissibilidade adentrar no mérito do recurso, quando for manifestamente improcedente. Precedentes.***
- Agravo a que se nega provimento." (AgRgAg nº 199.867/SP, Relator Ministro Felix Fischer, ***in*** DJ 7/6/99 - nossos os grifos).
Decidido isso, este Superior Tribunal de Justiça firmou já entendimento no sentido de não conhecer da insurgência especial quando a alegada violação do artigo 1º da Lei n° 1.533/51 está consubstanciada na demonstração de direito líqüido e certo a amparar o ***mandamus***, como na espécie, pois, para a verificação de sua existência, é imperativo o reexame de provas demonstrativas do alegado, vedado pelo enunciado nº 7 da Súmula desta Corte, ***verbis***:
"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."
A propósito, confiram-se os seguinte precedentes jurisdicionais:
"RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR ESTADUAL MILITAR. GRATIFICAÇÃO. CERTIDÃO. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO. IMPROPRIEDADE DO APELO QUANTO À FUNDAMENTAÇÃO NA ALÍNEA 'B', INCISO III, ART. 105, C.F. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 535 E SEGUINTES NÃO CARACTERIZADA. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

O alegado dissenso não foi eficazmente demonstrado, nos moldes exigidos pelo Regimento Interno do STJ (art. 255).
A fundamentação do apelo quanto à alínea 'b' não encontra o devido amparo constitucional.
Na via do especial, conforme reiterado entendimento jurisprudencial, não cabe a análise de possível violação ao art. 1º da Lei Mandamental, pois demandaria reexame de prova - Súmula 7/STJ.
Não restou demonstrada a violação dos artigos do CPC citados, pois na apelação, e no próprio julgamento dos embargos declaratórios, as questões foram devidamente elucidadas, não havendo falar-se em qualquer omissão ou contradição.
Recurso desprovido." (REsp n° 205.451/BA, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, ***in*** DJ 2/4/2001).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. EXAME DE PROVA. SÚMULA 07/STJ.
1. A matéria referente ao art. 1º da Lei 1.553/51 (direito adquirido) não foi abordada pelo julgado impugnado, ressentindo-se o recurso especial do necessário prequestionamento, atraindo a incidência das súmulas 282 e 356 do STF.
2. Ainda que assim não fosse, a análise do dispositivo tido por violado, ou seja, dizer se existe ou não direito líquido e certo capaz de ensejar a impetração do mandado de segurança, demandaria incursão na seara fático-probatória, inviável em sede especial, ***ut*** *verbete sumular nº 7/STJ.*
3. Recurso especial não conhecido." (REsp n° 286.548/SP, Relator Ministro Fernando Gonçalves, ***in*** DJ 12/3/2001).

Por fim, é este o dispositivo tido por violado:
Lei de Introdução ao Código Civil:
"Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue"
E estes, os fundamentos do voto condutor do acórdão recorrido:
"(...)
Depreende dos autos que o aumento da carga horária dos impetrantes, Professores Municipais de Bastos, deu-se de maneira arbitrária com infringência ao comando da Lei Municipal de Bastos nº 991, de 10 de março de 1992 que disciplinou a jornada de trabalho de 4 horas-aula diária ou 20 horas semanais (art. 5º).
O ato da autoridade impetrada violou o art. 37, inciso XV da Constituição Federal, em ofensa ao princípio da irredutibilidade de vencimentos.
Além do mais, a Lei Municipal nº 1.166/94 autorizou a Prefeitura a fixar nova tabela de vencimentos, nada dispondo acerca da jornada de trabalho, como se extrai do artigo 1º, a saber:
(...)
Assim, o aumento da jornada de trabalho, sem todavia a correspondente compensação financeira constitui-se em ato arbitrário que fulminou o direito dos impetrantes. (...)" (fls. 163/164).
Ao que se tem, realizando-se o cotejo entre a norma constante no artigo 2º da Lei de Introdução ao Código Civil e os fundamentos do acórdão recorrido, verifica-se que o aludido dispositivo legal não foi objeto de apreciação pelo Tribunal ***a quo***.
À vista disso, inarredável a ausência do indispensável prequestionamento, o que inviabiliza o conhecimento da insurgência especial, a teor do que dispõe o enunciado nº 282 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, ***verbis***:
"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."
Registre-se, ainda, por oportuno, que a Excelsa Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça firmou já entendimento quanto à imprescindibilidade da oposição de embargos declaratórios para fins de prequestionamento da matéria, mesmo quando a questão federal surja no acórdão recorrido (cf. EREsp nº 99.796/SP, Relator Ministro Eduardo Ribeiro, ***in*** DJ 4/10/99).
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4242)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 920.449 - RS (2007/0137709-7)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MARIÂNGELA DIAS BANDEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA DE LOURDES PEREIRA FUHR
ADVOGADO	: TERESINHA FLORES MATOS

DECISÃO

A decisão que inadmitiu o processamento do recurso especial não merece reparos. Com efeito, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao decidir como decidiu, adotou o entendimento consolidado no Superior Tribunal de que o prazo decadencial do direito à revisão da renda mensal inicial dos benefícios previdenciários somente pode atingir as relações jurídicas constituídas a partir da vigência da Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei nº 9.528/97, que alterou o art. 103 da Lei nº 8.213/91. Noutras palavras, o prazo decadencial instituído pela nova legislação não alcança os benefícios concedidos anteriormente a 27 de junho de 1997. Vejam-se os seguintes precedentes:

"Processual e Previdenciário. Recurso Especial. Dissídio não caracterizado. Revisão de benefício. Prazo decadencial. Artigo 103 da Lei 8.213/91, com a redação da MP 1.523/97 convertida na Lei 9.528/98 e alterado pela Lei 9.711/98.
I - Desmerece conhecimento o recurso especial, quanto à alínea 'c' do permissivo constitucional, visto que os acórdãos paradigmas se referem aos efeitos da lei processual, enquanto o instituto da decadência se insere no campo do direito material.
II - O prazo decadencial do direito à revisão de ato de concessão de benefício previdenciário, instituído pela MP 1.523/97, convertida na Lei 9.528/98 e alterado pela Lei 9.711/98, não alcança os benefícios concedidos antes de 27.06.97, data da nona edição da MP 1.523/97.
III - Recurso conhecido em parte e, nessa desprovido." (REsp-254.186, Ministro Gilson Dipp, DJ de 27.8.01.)

"Recurso Especial. Previdenciário. Benefício. Revisão da renda mensal inicial. Prazo decadencial. Artigo 103 da Lei nº 8.213/91, com a redação da MP nº 1.523/97, convertida na Lei nº 9.728/97. Aplicação às relações jurídicas constituídas sob a vigência da nova lei.
1. O prazo de decadência para revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário, estabelecido pela Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei nº 9.528/97, que alterou o artigo 103 da Lei nº 8.213/91, somente pode atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência, vez que a norma não é expressamente retroativa e trata de instituto de direito material.
2. Precedentes.
3. Recurso especial não conhecido." (REsp-479.964, Ministro Paulo Gallotti, DJ de 10.11.03.)

No mesmo sentido, confiram-se estas decisões monocráticas: Ag-860.634, Ministro Paulo Medina, DJ de 11.4.07; Ag-927.333, Ministro Arnaldo Lima, DJ de 15.8.07; Ag-917.969, Ministro Paulo Gallotti, DJ de 17.8.07; Ag-917.641, Ministro Felix Fischer, DJ de 21.8.07; REsp-954.180, Ministro Hamilton Carvalhido, DJ de 21.8.07.
Ademais, verifica-se que, no presente caso, o benefício da autora foi concedido em 7.12.87, ou seja, antes da edição da Lei nº 9.528/97, razão pela qual não se aplica, aqui, o prazo decadencial.
Ante o exposto, mantenho a decisão de fl. 47 e nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4243)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 920.919 - SP (2007/0137242-7)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
AGRAVANTE	: MÁRCIA REGINA FONTEBASSI E OUTROS
ADVOGADO	: CÉSAR RODOLFO SASSO LIGNELLI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: UNIÃO

DECISÃO

Agravo de instrumento contra inadmissão de recurso especial interposto por Márcia Regina Fontebassi e outros, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:
"ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE VENCIMENTOS CONCEDIDO AOS MILITARES. LEIS NºS 8.622/93 E 8.627/93. EXTENSÃO AOS SERVIDORES CIVIS. ÍNDICE DE REAJUSTE DE 28,86% SUPRIMIDO APÓS O ADVENTO DA LEI Nº 9.421/96. RESTABELECIMENTO. INADMISSIBILIDADE. SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL.
I - A Lei nº 9.421, de 24 de setembro de 1996, reestruturou as carreiras do Poder Judiciário Federal, transformando os cargos efetivos, até então existentes, em outros, com nova denominação e fixou novos vencimentos, mais favoráveis aos servidores, cuja diferença foi implementada gradualmente em parcelas sucessivas, não cumulativas, as quais foram pagas até o ano 2000, sendo certo que a parcela objeto da presente ação foi definitivamente incorporada aos vencimentos desses servidores.
II - Inadmissível o restabelecimento do percentual de 28,86% aos funcionários do Poder Judiciário Federal, após o advento da Lei nº 9.421/96.
III - Recurso improvido." (fl. 296).
Estão os recorrentes em que não houve incorporação do reajuste de 28,86% aos seus vencimentos, quando da edição da Lei nº 9.421/96, que reestruturou a carreira dos servidores públicos do judiciário federal, eis que esta lei não estabeleceu nenhum vínculo ou relação com situação anterior, daí o direito adquirido dos servidores a continuar recebendo referido percentual.
Além da divergência jurisprudencial, a insurgência especial está fundada na violação do artigo 1º da Lei nº 9.421/96, 41 da Lei nº 8.112/90, 6º, parágrafo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil.
Tudo visto e examinado, decido.
Preenchidos os requisitos legais, dou provimento ao agravo de instrumento, determinando a subida dos autos principais, para melhor exame da questão federal, que se oferece relevante na espécie.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 19 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4244)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.255 - RS (2007/0159660-5)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: CLÓVIS ALVES COSTA
ADVOGADO	: LUCIANO MOSSMANN DE OLIVEIRA

DECISÃO

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. EXTENSÃO AOS MILITARES BENEFICIADOS COM ÍNDICES MENORES. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO. ENUNCIADO Nº 85/STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL JUROS DE MORA. PERCENTUAL. FAZENDA PÚBLICA. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180/2001.
1. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou compreensão de que em se cuidando de obrigações de trato sucessivo e não havendo manifestação expressa da Administração Pública negando o direito pleiteado, não ocorre a prescrição do fundo de direito, mas tão-somente das parcelas anteriores ao qüinqüênio que precedeu a propositura da ação (enunciado nº 85 do STJ).
2. Se o Supremo Tribunal Federal, ao reconhecer que os reajustes decorrentes das Leis nºs 8.622/1993 e 8.627/1993 importaram em revisão geral de remuneração, assegurou aos servidores públicos civis a percepção do índice de 28,86%, a negativa desse direito aos militares beneficiados com aumentos menores implicaria desrespeito ao princípio da isonomia e ao disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal.
3. Nas dívidas de natureza alimentar, a correção monetária incide na forma prevista na Lei nº 6.899/1981, devendo ser aplicada a partir do momento em que eram devidas as parcelas pagas em atraso (enunciados nºs 43 e 148 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça).
4. A Medida Provisória nº 2.180/2001, que modificou o artigo 1º-F da Lei nº 9.494/1997, determinando que os juros moratórios sejam calculados em 6% (seis por cento) ao ano nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores públicos, tem incidência nos processos iniciados após a sua edição.
5. Agravo conhecido para dar parcial provimento ao recurso especial.

Cuida-se de agravo de instrumento desafiando decisão que não admitiu recurso especial, este calcado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 4ª Região assim ementado:
"ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE 28,86%. EXTENSÃO AOS MILITARES. PATENTES DE HIERARQUIA INFERIOR. GARANTIA CONSTITUCIONAL DE ISONOMIA.
É dado ao Poder Judiciário afastar da lei o fator discriminador que fere o princípio constitucional da isonomia. O reajuste de 28,86% é extensivo isonomicamente a todos os militares, em face da norma constitucional que assegura igualdade na revisão geral da remuneração do funcionalismo." (fl. 40)
Opostos embargos declaratórios, restaram rejeitados. (fl. 56)
Aponta a agravante, no especial, além de divergência jurisprudencial, violação dos artigos 1º e 3º do Decreto nº 20.910/1932, 112 da Lei nº 8.112/1990, 2º, 4º e 6º da Lei nº 8.622/1993, 1º e 2º da Lei nº 8.627/1993, 1º, § 2º, da Lei nº 6.899/1981 e 1º-F da MP nº 2.180/2001.
O inconformismo merece parcial abrigo.
No que diz com o artigo 1º do Decreto nº 20.910/1932, ambas as Turmas que compõem a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmaram compreensão de que se cuidando de obrigação de trato sucessivo e não havendo manifestação expressa da Administração Pública negando o direito pleiteado, não ocorre a prescrição do fundo de direito, mas tão-somente das parcelas anteriores ao qüinqüênio que precedeu à propositura da ação (enunciado nº 85 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça).
Quanto ao mérito, a jurisprudência desta Corte orienta-se no sentido de que, se o Supremo Tribunal Federal, ao reconhecer que os reajustes decorrentes das Leis nºs 8.622/1993 e 8.627/1993 importaram em revisão geral de remuneração, assegurou aos servidores públicos civis a percepção do índice de 28,86%, a negativa desse direito aos militares beneficiados com aumentos menores implicaria desrespeito ao princípio da isonomia e ao disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal.
Confiram-se:
A *- "RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO. PREQUESTIONAMENTO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MILITARES. LEIS NºS 8.622/1993 E 8.627/1993. DIREITO À DIFERENÇA ENTRE O ÍNDICE DE 28,86% E O PERCENTUAL JÁ RECEBIDO. PRECEDENTES.*
...
3. O Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 22.307-7, em que foi Relator o Ministro Marco Aurélio, (DJ de 13/6/1997), atribuiu ao reajuste concedido pelas Leis nºs 8.237/1991 e 8.627/1993, no percentual médio de 28,86%, a natureza jurídica de reajuste geral de vencimentos.
4. 'A revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, far-se-á sempre na mesma data;' (redação original do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal).
5. Em se cuidando de reajuste geral de vencimentos, impõe-se afirmar o direito dos militares à diferença entre os percentuais de reajuste recebidos e o percentual de 28,86%, deferido pelas Leis nºs 8.237/1991 e 8.627/1993, por força da proibição constitucional de distinção de índices, na letra do inciso X do artigo 39 da Constituição Federal, como vigente ao tempo da edição das leis.

6. Recurso parcialmente conhecido e improvido."
*(REsp nº 585.109/MG, Relator o Ministro **HAMILTON CARVALHIDO**, DJU de 2/2/2004)*

***B** - "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. VENCIMENTOS. REAJUSTE DE 28,86%. LEIS NºS 8.622/1993 E 8.627/1993. REVISÃO GERAL DE REMUNERAÇÃO. VERIFICADO QUE DETERMINADAS CATEGORIAS JÁ FORAM BENEFICIADAS PELO AUMENTO. 'COMPENSAÇÃO'.*
I - Conforme entendimento firmado no colendo STF (RMS nº 22.307/DF), o reajuste de 28,86% previsto nas Leis n°s 8.622 e 8.627/1993 constituiu-se em revisão geral de remuneração, devendo ser estendido aos demais servidores civis e militares (art. 37, X, da CF). Todavia, como determinadas categorias já foram beneficiadas pelo aumento, deve ser feita a devida compensação na fase de execução do julgado.
II - Desse modo, aqueles militares que foram contemplados com reajustes inferiores ao de 28,86% fazem jus, a contar de 1993, à complementação desse percentual, consistente na diferença entre os índices efetivamente percebidos em virtude da adequação de soldos, postos e graduações, levada a efeito pela Lei nº 8.627/1993, e o índice de 28,86%.
Recurso especial parcialmente provido."
*(REsp nº 457.164/PE, Relator o Ministro **FELIX FISCHER**, DJU de 31/3/2003)*

Em relação ao termo inicial da correção monetária, o acórdão hostilizado está em estrita consonância com a jurisprudência pacífica de ambas as Turmas que compõem a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, valendo citar, em reforço, o seguinte precedente:
"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. VENCIMENTOS. JUROS DE MORA. CORREÇÃO MONETÁRIA. DÍVIDA ALIMENTAR. TERMO INICIAL.
I - Tratando-se de dívida de caráter alimentar, é devida a correção monetária desde quando originado o débito, e não apenas a partir da citação.
(...)"
*(REsp nº 407.139/MS, Relator o Ministro **FELIX FISCHER**, DJU de 22/4/2002)*

No tocante aos juros de mora, este Tribunal assentou entendimento de que a Medida Provisória nº 2.180/2001, que modificou o artigo 1º-F da Lei nº 9.494/1997, determinando que sejam calculados em 6% (seis por cento) ao ano nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores públicos, tem incidência nos processos iniciados após a sua edição.
A propósito:
"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. JUROS DE MORA. INÍCIO DO PROCESSO APÓS A VIGÊNCIA DA MP Nº 2.180-35/2001. INCIDÊNCIA.
1. Com a edição da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, a qual acrescentou o art. 1º-F à Lei nº 9.494/1997, nos casos em que sucumbente a Fazenda Pública, a fixação dos juros de mora é cabível no percentual de 6% ao ano, se proposta a ação após a vigência da referida MP.
2. Deve ser afastada a aplicação do art. 406 do novo Código Civil, em razão da especialidade da regra do art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, que, especificamente, regula a incidência dos juros de mora nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias, aí incluídos benefícios previdenciários.
3. Agravo regimental desprovido."
*(AgRg no REsp nº 712.662/RS, Relatora a Ministra **LAURITA VAZ**, DJU de 6/6/2005)*

Por fim, quanto à base de incidência do reajuste pleiteado, o Tribunal de origem decidiu no mesmo sentido do pleito recursal, mostrando-se evidente a falta de interesse em recorrer quanto ao tema.
Ante o exposto, conheço do agravo de instrumento para dar parcial provimento ao recurso especial para que os juros de mora sejam calculados à razão de 6% (seis por cento) ao ano.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4245)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.289 - BA (2007/0162726-6)

RELATORA	:	**MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	WANJA MEYRE SOARES DE CARVALHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	:	NOLAIR VASCONCELOS ANDRES
ADVOGADO	:	FERNANDO DE CASTRO VASCONCELLOS

EMENTA

PROCESSO CIVIL. OFENSA A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MAJORAÇÃO. APLICAÇÃO IMEDIATA DO ART. 75 DA LEI Nº 8.213/91. PRECEDENTES DESTA CORTE. NÃO-CARACTERIZAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS contra a inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que restou assim ementado (fl. 92):

"PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO. REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. ART. 103 DA LEI 8.213/91 COM REDAÇÃO DA LEI 9.528/97. COEFICIENTE DE CÁLCULO. ART. 75 DA LEI Nº 8.213/91. APLICAÇÃO DA LEI 9.032/95 AOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DO SEU ADVENTO. POSSIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS. HONORÁRIOS.
1. Nos termos do parágrafo único, do art. 103, da Lei 8.213/91, a prescrição não atinge o "fundo do direito", prescrevendo apenas as parcelas vencidas antes do qüinqüênio anterior ao ajuizamento da ação.
2. O prazo de decadência para se pleitear revisão do cálculo da renda mensal inicial só foi estabelecido a partir da Lei 9.528/97, que alterou a redação do art. 103 da Lei 8.213/91. Precedentes do STJ: RESP 254263/PR - Rel. Min. Edson Vidigal; RESP 254186/PR - Rel. Min. Gilson Dipp.
3. Reconhecimento pelo próprio INSS de que até 27 de junho de 1997 não havia prazo decadencial para pedido de revisão de ato concessivo de benefício (Instrução Normativa nº 57, de 10/10/2001, art. 508,I).
4. O art. 75 da Lei 8.213/91, com a nova redação dada pela Lei 9.032/95, que elevou o coeficiente de cálculo do benefício de pensão por morte para 100% do salário-de-benefício, deve também ser aplicado às pensões concedidas antes do seu advento. A aplicação imediata da lei nova, in casu, não fere o ato jurídico perfeito. A pensão constitui benefício de prestação continuada, aperfeiçoando-se a cada competência. Não há retroatividade da lei nova e sim aplicação desta aos fatos ocorridos a partir de sua vigência.
(...)
9. Apelação e remessa oficial, tida por interposta, improvidas"

Opostos embargos de declaração (fls. 96/100), foram eles rejeitados (fl.106).
Nas razões do especial (fls. 109/124), alega a autarquia recorrente violação aos arts. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal; 535, incisos I e II, do Código de Processo Civil; 6º da LICC e 75 da Lei nº 8.213/91, bem como divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese, que o acórdão recorrido é nulo, uma vez que não se pronunciou sobre a matéria tratada nos embargos declaratórios, postulando, alternativamente, a improcedência do pedido de revisão e, por conseguinte, da majoração da renda mensal inicial do benefício de pensão por morte a beneficiários que já o recebiam antes da modificação legislativa operada pela Lei nº 9.032/95. Alega, por fim, que a majoração do benefício contraria os princípios da coisa julgada e da irretroatividade das leis, razão pela qual não faz jus a segurada à elevação do valor ao patamar de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício do segurado, na data do óbito.
É o breve relato. Passo a decidir.
Inicialmente, afasto o conhecimento do recurso quanto à suposta ofensa a dispositivo da Constituição Federal, visto que não cabe a esta Corte de Justiça, na estreita via do recurso especial, a apreciação de matéria constitucional, cujo exame é reservado ao Supremo Tribunal Federal, a teor do art. 102, inciso III, da Carta vigente.
No tocante à suposta violação ao art. 535, incisos I e II, do Código de Processo Civil, a insurgência não merece acolhida, uma vez que o acórdão recorrido utilizou fundamentação suficiente para solucionar a controvérsia, sem incorrer em omissão, obscuridade ou contradição. Assim, não há confundir decisão contrária ao interesse da parte com a falta de pronunciamento do julgador.
A propósito, confira-se trecho do voto condutor do acórdão dos embargos de declaração (fl. 104):

"Nos termos do art. 535 do CPC, os embargos de declaração têm cabimento quando houver obscuridade ou contradição na decisão recorrida, bem como omissão quanto a ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal. Logo, não há vício sanável por esta estreita via quando a decisão embargada aborda os pontos controversos e aprecia as questões necessárias e relevantes à solução da lide, ainda que tenha deixado de se manifestar sobre algum dos argumentos postos pelos demandantes."

Ademais, a negativa de prestação jurisdicional configura-se apenas quando o Tribunal *a quo* deixa de se manifestar sobre ponto que seria indubitavelmente necessário ao deslinde do litígio, o que não foi a hipótese dos autos.
Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INOCORRÊNCIA. QUESTÃO NÃO SUSCITADA. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO EX OFFICIO. PRETENSÃO DE REEXAME.
(...)
3. Os embargos declaratórios não se prestam ao reexame de matéria já decidida à luz dos fundamentos jurídicos invocados, tampouco para forçar o ingresso na instância extraordinária se não houver omissão, contradição ou obscuridade a serem supridas no acórdão, nem fica o juiz obrigado a responder a todas as alegações das partes, quando já encontrou motivo suficiente para fundar a decisão.
4. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 779.074/AM, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 13/3/2006)

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. AUSÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA DE MÉRITO. SUSPENSÃO DO PROCESSO. INDEFERIMENTO. GREVE DOS PROCURADORES FEDERAIS. ATOS NºS 52 E 98 DO PLENÁRIO DO STJ.
1. Inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o decisum no que pertine à suspensão dos prazos processuais em virtude do movimento grevista dos Procuradores Federais que foi mantido em vigor apenas até 26 de abril de 2004 (Ato nº 98, publicado no DJ de 26/04/2004), segundo o Ato nº 52 do Plenário do STJ , o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535 do CPC.
2. Embargos de declaração desprovidos." (EDcl no AgRg no Ag 570.374/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJ 13/12/2004)

Quanto à violação ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, tal matéria não pode ser apreciada diretamente, mas somente por via transversa, considerando o fato de que o referido dispositivo foi repetido na Constituição Federal de 1988, cuja proteção cabe ao Supremo Tribunal Federal. Assim sendo, o caso em tela nos remete à verificação da correta aplicação do art. 75 da Lei nº 8.213/91 e à possibilidade de majoração do benefício de pensão por morte em decorrência da edição da Lei nº 9.032/95.
A pensão por morte está encartada no rol dos benefícios de prestação continuada concedidos exclusivamente aos dependentes do segurado da Previdência Social, cuja finalidade é, na falta de seu mantenedor, garantir a sobrevivência desses.
Antes da edição da Lei de Planos e Benefícios, a matéria era regulada pelo Decreto nº 83.080/79 e, posteriormente, pelo Decreto nº 89.312/84, que, em seu art. 48, estabeleceu que a renda mensal inicial - RMI - da pensão seria de 50% (cinqüenta por cento) do salário-de-benefício a que fazia jus o de cujus, mais 10% (dez por cento) para cada dependente, observado o limite de cinco.
Com o advento da Lei nº 8.213, de 25 de julho de 1.991, seu art. 75 conferiu novos critérios para a obtenção da renda mensal. A RMI passou, então, a ser constituído de uma parcela, relativa à família, de 80% (oitenta por cento) do valor que o segurado recebia ou a que teria direito, se aposentado estivesse quando do óbito, mais tantas parcelas iguais a 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos fossem os seus dependentes, até o máximo de dois. Em caso de falecimento por acidente de trabalho, o valor era de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício ou do salário-de-contribuição vigente no dia do acidente, recaindo a escolha sob o que fosse mais vantajoso.
Editada a Lei nº 9.032, de 29 de abril de 1.995, nova redação foi conferida ao mencionado artigo, vejamos:

Art. 75. O valor mensal da pensão por morte, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no artigo 33 desta Lei.

As sucessivas alterações na renda mensal inicial ocasionaram um conflito intertemporal de normas, qual seja, a possibilidade de ser ou não aplicável a lei mais benéfica, majorando-se o percentual de pensões concedidas sob a égide das legislações anteriores a Lei nº 9.032/95.
A questão é resolvida à luz do que preceitua o art. 471, inciso I, do Código de Processo Civil. Tratando-se de uma relação jurídica continuativa, passível de adequação quando houver modificação no estado de fato ou de direito, é possível a aplicação da nova legislação. Para tanto, pouco importa se o que é exigido para a realização da hipótese normativa tenha origem sob a vigência de lei velha. Interessa, sim, que a questão se faça preencher por uma dada realidade fática-jurídica, coincidente na sua existência por inteiro, com o momento temporal que entra em vigor com a nova norma, justificando assim a sua imediata incidência.
Desta forma, tendo o segurado começado a perceber o benefício antes do advento da Lei nº 8.213/91 e estando recebendo-o até o presente momento, aplicável é a majoração elencada no art. 75 da Lei n. 8.213/91, na redação dada pela Lei nº 9.032/95, não há falar em retroação de lei mais benéfica, mas tão-somente na sua aplicação imediata, em respeito à manutenção da isonomia entre os benefícios.
A propósito, confiram-se os precedentes da Sexta Turma que tratam da matéria em comento:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENSÃO POR MORTE. PERCENTUAL. LEI MAIS BENÉFICA. INCIDÊNCIA. BENEFÍCIO EM MANUTENÇÃO. POSSIBILIDADE.
1. No sistema de direito positivo brasileiro, o princípio tempus regit actum se subordina ao do efeito imediato da lei nova, salvo quanto ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada (Constituição da República, artigo 5º, inciso XXXVI e Lei de Introdução ao Código Civil, artigo 6º).
2. A lei nova, vedada a ofensa ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada, tem efeito imediato e geral, alcançando as relações jurídicas que lhes são anteriores, não, nos seus efeitos já realizados, mas, sim, nos efeitos que, por força da natureza continuada da própria relação, seguem se produzindo, a partir da sua vigência.
3. "L'effet immédiat de la loi doit être considéré comme la règle ordinaire: la loi nouvelle s'applique, dès sa promulgation, à tous les effets qui résulteront dans l'avenir de rapports juridiques nés ou à naître" (Les Conflits de Lois Dans Le Temps, Paul Roubier, Paris, 1929).

4. Indissociável o benefício previdenciário das necessidades vitais básicas da pessoa humana, põe-se na luz da evidência a sua natureza alimentar, a assegurar aos efeitos continuados da relação jurídica a regência da lei nova que lhes recolha a produção vinda no tempo de sua eficácia, em se cuidando de norma nova relativa à modificação de percentual dos graus de suficiência do benefício para o atendimento das necessidades vitais básicas do segurado e de sua família.
5. O direito subjetivo do segurado é o direito ao benefício, no valor irredutível que a lei lhe atribua e, não, ao valor do tempo do benefício, como é da natureza alimentar do benefício previdenciário.
6. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 862.433/PB, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ de 25/6/2007)

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. LEI Nº 9.032/1995. APLICAÇÃO IMEDIATA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.
1. A decisão agravada deve ser mantida pelo que nela se contém, dado que proferida em sintonia com a jurisprudência da Terceira Seção de que a nova redação do art. 75 da Lei nº 8.213/91, conferida pela Lei nº 9.032/95, que elevou a pensão por morte previdenciária a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, tem incidência imediata, independentemente da lei vigente na data do fato gerador.
2. Agravo regimental a que se nega provimento."
(AgRg no Ag 694.277/RS, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ de 6/8/2007)

Quanto ao exame da alínea "c" do permissivo constitucional, a insurgência também não merece acolhida, tendo em vista que a recorrente deixou de comprovar o dissídio jurisprudencial nos termos exigidos pelos arts. 541 do CPC e 255 do RISTJ, bem como deixou de transcrever trechos dos acórdãos recorrido e paradigma, com a realização do cotejo analítico das teses supostamente divergentes.
Diante do exposto, com base no artigo 254, inciso I, do RISTJ, **nego provimento** ao presente agravo.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4246)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.375 - RS (2007/0156324-2)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: ANA MARIA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: THIAGO CECCHINI BRUNETTO E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento desafiando decisão que não admitiu recurso especial, este calcado na alínea "a" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 4ª Região assim ementado:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ENTENDIMENTO SEDIMENTADO NA TURMA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. ART. 557 DO CPC E ART. 37, § 1º, II, DO REGIMENTO INTERNO DESTE TRIBUNAL. INTERPRETAÇÃO. POSSIBILIDADE.
. Considerando os princípios da economia e da celeridade processuais, bem como o excessivo número de agravos que tramitam nesta Corte, hipótese submetida ao art. 557 do CPC e art. 37, § 1º, II, do Regimento Interno deste Tribunal, porque a instrução do agravo levaria à inclusão em pauta para que a Turma decidisse o que nela já está pacificado.
. Hipótese que não representa afronta ao dispositivo processual invocado, nem negativa da prestação jurisdicional, mas a utilização de permissivo de igual natureza para fazer frente ao insuperável volume de trabalho e à falta de condições materiais, pelo uso de procedimento já pacificado na Turma para a presteza e a efetividade da mesma.
. Observada a divisão e a especialização por matéria previstas no Regimento Interno, e se nos agravos as decisões não podem ser submetidas à Seção correspondente - também órgão fracionário - por incabíveis embargos infringentes, não havendo Súmula a respeito, as decisões das Turmas constituem 'jurisprudência dominante do respectivo Tribunal', para fins de interpretação do art. 557 da Lei Adjetiva.
. Possível divergência por mudança de entendimento de algum de seus integrantes pode ser manifestada no âmbito do agravo interno, o que não prejudica a quem recorre, pois terá acesso imediato à via recursal cabível.
. Aspectos processuais vencidos para permitir o reexame do mérito do instrumento, cujo julgamento fica confirmado, pelos mesmos fundamentos, ausentes razões que possam alterá-lo.
. Agravo legal improvido." (fl. 31)
Opostos embargos declaratórios, restaram rejeitados. (fl. 39)
Indica a agravante, no especial, preliminarmente, violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, afirmando que o Tribunal de origem, mesmo instado em sede de embargos declaratórios, foi omisso ao não apreciar questões relevantes ao deslinde da controvérsia.
Aponta, ainda, afronta aos artigos 739, § 2º, do Código de Processo Civil e 23, § 2º, I e II, da Lei nº 10.266/2001, afirmando não ser possível a expedição de precatório sem a existência de sentença transitada em julgado.
O inconformismo não merece abrigo.
A recorrente não apresentou expressamente os motivos pelos quais entende ter havido ofensa ao artigo 535 do CPC, deixando de apontar os temas que considera não analisados pelo aresto hostilizado.
Com efeito, não basta a alegação genérica de que o acórdão teria restado silente quanto às questões suscitadas nos embargos declaratórios, sem indicação específica do ponto omisso e de sua relevância para a solução da demanda.
Assim, esta Corte não pode verificar a suposta nulidade, pois patente a deficiência na fundamentação do apelo especial, visto que as razões recursais não evidenciam, com objetividade, como teria ocorrido a dita violação do artigo 535 do Código de Processo Civil (enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal).
Quanto ao mérito, conforme precedentes desta Corte, é possível o prosseguimento da execução relativa à parcela incontroversa da dívida, ainda que pendentes de julgamento os embargos do devedor.
Anotem-se:
***A** - "RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DEFINITIVA. EMBARGOS À EXECUÇÃO PARCIAIS OPOSTOS PELA FAZENDA PÚBLICA. EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO RELATIVAMENTE À PARTE INCONTROVERSA DA DÍVIDA. ARTIGO 739, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. POSSIBILIDADE.*
1. 'A execução é definitiva, quando fundada em sentença transitada em julgado ou em título extrajudicial; é provisória, quando a sentença for impugnada mediante recurso, recebido só no efeito devolutivo.' (artigo 587 do Código de Processo Civil).
2. Iniciado o processo executivo com base em sentença transitada em julgado ou em título extrajudicial, a oposição de embargos à execução, a despeito de suspender a execução (artigo 791, inciso I, do Código de Processo Civil), não transforma a execução definitiva em provisória, isso porque a execução que se inicia como definitiva permanece definitiva, por força de natureza, até o seu termo final, é dizer, execução definitiva não pode se converter em provisória, mas somente esta naquela. Precedentes.
3. 'Quando os embargos forem parciais, a execução prosseguirá quanto à parte não embargada.' (artigo 739, § 2º, do Código de Processo Civil).
*4. O prosseguimento da execução, assim autonomizada, há de fazer-se na forma da Constituição da República, que preceitua a expedição de precatório como regra geral (artigo 100, **caput**) ou de execução direta, sem a expedição de precatório, para os pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer, em virtude de sentença judicial transitada em julgado (artigo 100, § 3º).*
5. A finalidade da norma acrescentada pela Emenda Constitucional nº 37/2002 (artigo 100, § 4º) é a de evitar que o exeqüente, intencionalmente, se valha da utilização simultânea dos dois sistemas de satisfação do seu crédito, quais sejam, o do precatório para uma parte da dívida e o do pagamento imediato (sem expedição de precatório) para outra parte, mediante o fracionamento, a repartição ou a quebra do valor da dívida, não incidindo sobre a execução da parte incontroversa da dívida, autorizada pelo artigo 739, § 2º, do Código de Processo Civil.
6. Recurso improvido."
*(REsp nº 437.912/RS, Relator o Ministro **HAMILTON CARVALHIDO**, DJU de 2/8/2004)*

***B** - "CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. ART. 21 DA LEI Nº 10.707/2003. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 282/STF. PRECATÓRIO PARCIAL SOBRE A PARTE INCONTROVERSA. EXECUÇÃO DEFINITIVA. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 739, § 2°, DO CPC C/C ART. 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.*
1. É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada (Súmula nº 282/STF).
2. A melhor exegese que se dá ao art. 739, § 2°, do CPC é aquela que, ao possibilitar maior efetividade e celeridade ao processo executivo, permite a execução da parte incontroversa da dívida, ainda que figure como executada a Fazenda Pública.
3. A oposição de embargos à execução insurgindo-se apenas quanto à parte do crédito apresentado leva à suspensão parcial da execução
4. A norma processual, como qualquer outra, deve se compatibilizar com a Constituição Federal; portanto, a necessidade de 'sentenças transitadas em julgado', contida no texto constitucional, diz respeito à sentença proferida no curso de processo de conhecimento.
5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, negado provimento."
*(REsp nº 659.943/DF, Relator o Ministro **HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**, DJU de 16/11/2004)*

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4247)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.565 - MG (2007/0141169-6)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ALICE AIKO FUJIOKA YAMADA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: DALCY MARIA DE OLIVEIRA MOREIRA
ADVOGADO	: ALEXANDRE DE MORAES FERREIRA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MAJORAÇÃO. APLICAÇÃO IMEDIATA DO ART. 75 DA LEI Nº 8.213/91. PRECEDENTES DESTA CORTE. AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS contra a inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que restou assim ementado (fl. 81):

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PENSÃO POR MORTE. REVISÃO DA RMI. ELEVAÇÃO DO PERCENTUAL DA BASE DE CÁLCULO POR LEI POSTERIOR MAIS BENÉFICA. APLICABILIDADE. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. HONORÁRIOS DE ADVOGADO: EXCLUSÃO DAS PRESTAÇÕES VINCENDAS. APELAÇÃO NÃO PROVIDA. REMESSA OFICIAL PARCIALMENTE PROVIDA.
1. A jurisprudência desta Corte, na esteira da orientação jurisprudencial então consolidada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, firmou-se no sentido de que a concessão do benefício de pensão por morte deveria observar as condições legais previstas na legislação vigorante na época da concessão do benefício.
2. No entanto, o STJ, a partir do julgamento dos Embargos de Divergência no REsp 311.302/AL (Rel. Min. Vicente Leal, 3ª Seção, unânime, DJ de 16.9.2002, pág. 137), alterou o seu entendimento anterior e firmou nova orientação jurisprudencial, convergindo no sentido de se aplicar, aos benefícios de pensão por morte já concedidos, as alterações proclamadas pelas leis posteriores mais benéficas, para atender aos fins sociais a que elas se destinam.
3. Assim, em face da nova jurisprudência do STJ, a quem cabe a uniformização da legislação infraconstitucional, devem ser aplicadas ao benefício da autora as alterações mais benéficas promovidas pelas Leis 8.213/91 e 9.032/95, quanto à sistemática de cálculo inicial do benefício de pensão por morte.
4. A correção monetária das diferenças pecuniárias deve ser calculada nos termos da Lei 6.899/81, a partir do vencimento de cada parcela (Súmulas 43 e 148 do STJ).
5. Os juros de mora são de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação.
6. Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre prestações vincendas. (Súmula 111/STJ).
7. Apelação a que se nega provimento e remessa oficial a que se dá parcial provimento."

Opostos embargos de declaração (fls. 84/89), foram eles rejeitados (fl. 94).
Nas razões do especial (fls. 97/103), alega a autarquia recorrente violação ao art. 6º da LICC e 75 da Lei nº 8.213/91. Postula improcedência do pedido da majoração da renda mensal inicial do benefício de pensão por morte a beneficiários que já o recebiam antes da modificação legislativa operada pela Lei nº 9.032/95. Alega, por fim, que a majoração do benefício contraria os princípios da coisa julgada e da irretroatividade das leis, razão pela qual não faz jus a segurada à elevação do valor ao patamar de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício do segurado, na data do óbito.
É o breve relato. Passo a decidir.
No tocante à violação ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil não pode ser apreciada diretamente, mas somente por via transversa, considerando o fato de que o referido dispositivo foi repetido na Constituição Federal de 1988, cuja proteção cabe ao Supremo Tribunal Federal. Assim sendo, no caso em tela, a análise da eficácia imediata da lei no tempo remete à verificação da correta aplicação do art. 75 da Lei nº 8.213/91 e à possibilidade de majoração do benefício de pensão por morte em decorrência da edição da Lei nº 9.032/95.
A pensão por morte está encartada no rol dos benefícios de prestação continuada concedidos exclusivamente aos dependentes do segurado da Previdência Social, cuja finalidade é, na falta de seu mantenedor, garantir a sobrevivência desses.
Antes da edição da Lei de Planos e Benefícios, a matéria era regulada pelo Decreto nº 83.080/79 e, posteriormente, pelo Decreto nº 89.312/84, que, em seu art. 48, estabeleceu que a renda mensal inicial - RMI - da pensão seria de 50% (cinqüenta por cento) do salário-de-benefício a que fazia jus o de cujus, mais 10% (dez por cento) para cada dependente, observado o limite de cinco.
Com o advento da Lei nº 8.213, de 25 de julho de 1.991, seu art. 75 conferiu novos critérios para a obtenção da renda mensal. A RMI passou, então, a ser constituído de uma parcela, relativa à família, de 80% (oitenta por cento) do valor que o segurado recebia ou a que teria direito, se aposentado estivesse quando do óbito, mais tantas parcelas iguais a 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos fossem os seus dependentes, até o máximo de dois. Em caso de falecimento por acidente de trabalho, o valor era de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício ou do salário-de-contribuição vigente no dia do acidente, recaindo a escolha sob o que fosse mais vantajoso.
Editada a Lei nº 9.032, de 29 de abril de 1.995, nova redação foi conferida ao mencionado artigo, vejamos:

Art. 75. O valor mensal da pensão por morte, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no artigo 33 desta Lei.

As sucessivas alterações na renda mensal inicial ocasionaram um conflito intertemporal de normas, qual seja, a possibilidade de ser ou não aplicável a lei mais benéfica, majorando-se o percentual de pensões concedidas sob a égide das legislações anteriores a Lei nº 9.032/95.

A questão é resolvida à luz do que preceitua o art. 471, inciso I, do Código de Processo Civil. Tratando-se de uma relação jurídica continuativa, passível de adequação quando houver modificação no estado de fato ou de direito, é possível a aplicação da nova legislação. Para tanto, pouco importa se o que é exigido para a realização da hipótese normativa tenha origem sob a vigência de lei velha. Interessa, sim, que a questão se faça preencher por uma dada realidade fática-jurídica, coincidente na sua existência por inteiro, com o momento temporal que entra em vigor com a nova norma, justificando assim a sua imediata incidência.
Desta forma, tendo o segurado começado a perceber o benefício antes do advento da Lei nº 8.213/91 e estando recebendo-o até o presente momento, aplicável é a majoração elencada no art. 75 da Lei n. 8.213/91, na redação dada pela Lei nº 9.032/95, não há falar em retroação de lei mais benéfica, mas tão-somente na sua aplicação imediata, em respeito à manutenção da isonomia entre os benefícios.
A propósito, confiram-se os precedentes da Sexta Turma que tratam da matéria em comento:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENSÃO POR MORTE. PERCENTUAL. LEI MAIS BENÉFICA. INCIDÊNCIA. BENEFÍCIO EM MANUTENÇÃO. POSSIBILIDADE.
1. No sistema de direito positivo brasileiro, o princípio tempus regit actum se subordina ao do efeito imediato da lei nova, salvo quanto ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada (Constituição da República, artigo 5º, inciso XXXVI e Lei de Introdução ao Código Civil, artigo 6º).
2. A lei nova, vedada a ofensa ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada, tem efeito imediato e geral, alcançando as relações jurídicas que lhes são anteriores, não, nos seus efeitos já realizados, mas, sim, nos efeitos que, por força da natureza continuada da própria relação, seguem se produzindo, a partir da sua vigência.
3. "L'effet immédiat de la loi doit être considéré comme la règle ordinaire: la loi nouvelle s'applique, dès sa promulgation, à tous les effets qui résulteront dans l'avenir de rapports juridiques nés ou à naître" (Les Conflits de Lois Dans Le Temps, Paul Roubier, Paris, 1929).
4. Indissociável o benefício previdenciário das necessidades vitais básicas da pessoa humana, põe-se na luz da evidência a sua natureza alimentar, a assegurar aos efeitos continuados da relação jurídica a regência da lei nova que lhes recolha a produção vinda no tempo de sua eficácia, em se cuidando de norma nova relativa à modificação de percentual dos graus de suficiência do benefício para o atendimento das necessidades vitais básicas do segurado e de sua família.
5. O direito subjetivo do segurado é o direito ao benefício, no valor irredutível que a lei lhe atribua e, não, ao valor do tempo do benefício, como é da natureza alimentar do benefício previdenciário.
6. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 862.433/PB, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ de 25/6/2007)

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. LEI Nº 9.032/1995. APLICAÇÃO IMEDIATA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.
1. A decisão agravada deve ser mantida pelo que nela se contém, dado que proferida em sintonia com a jurisprudência da Terceira Seção de que a nova redação do art. 75 da Lei nº 8.213/91, conferida pela Lei nº 9.032/95, que elevou a pensão por morte previdenciária a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, tem incidência imediata, independentemente da lei vigente na data do fato gerador.
2. Agravo regimental a que se nega provimento."
(AgRg no Ag 694.277/RS, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ de 6/8/2007)

"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI Nº 8.213/91. LEI 9.032/95. APLICAÇÃO IMEDIATA. LEI Nº 9.528/97. INOVAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.
O dispositivo legal que majora o percentual concernente às cotas de pensão por morte deve ser aplicado a todos os benefícios previdenciários, independentemente da norma vigente quando do seu fato gerador, não havendo falar em retroatividade da lei, mas em incidência imediata. Precedentes.
Em agravo regimental não se pode trazer questão não deduzida no recurso especial, uma vez que impossível inovar.
É defesa a este Superior Tribunal a análise de violação de dispositivos constitucionais, sequer para fins de prequestionamento, em respeito à sua função precípua, que é conferir interpretação uniforme à legislação federal, e a fim de evitar usurpação de competência da Suprema Corte.
Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no Ag 757.858/RS, Rel. Min. PAULO MEDINA, Sexta Turma, DJ de 12/3/2007)

Diante do exposto, com base no artigo 254, inciso I, do RISTJ, **nego provimento** ao presente agravo.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4248)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 921.638 - AL (2007/0025386-0)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
EMBARGANTE	: UNIÃO
EMBARGADO	: MAIDY DE ALENCAR GONÇALVES FERREIRA E OUTROS
ADVOGADO	: JOÃO FRANCISCO DE CAMARGO E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de embargos declaratórios opostos contra despacho que, atendendo a consulta formulada pelo relator originário, Ministro Felix Fischer, reconheceu a existência de prevenção para julgamento do presente feito em razão da anterior distribuição do REsp nº 641.674/AL.
A embargante aponta a existência de omissão, afirmando que a decisão recorrida não declinou os fundamentos jurídicos que levaram ao reconhecimento da prevenção.
Não tem razão a embargante.
Os fundamentos para o reconhecimento da prevenção estão claramente expostos na petição que foi endereçada ao relator sorteado para exame deste recurso especial, tanto que com base naqueles argumentos os autos me foram encaminhados para o exame da possível prevenção.
Assim, reconhecendo a incidência da regra prevista no artigo 71 do RISTJ, aceitei a prevenção e determinei que o feito me fosse redistribuído.
Destarte, não admitindo a existência de qualquer omissão, tampouco falta de motivação da decisão aqui recorrida, rejeito os embargos.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4249)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.749 - RS (2007/0152452-0)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: SONIA PAULINA RIVA BOLOGNESE
ADVOGADO	: THIAGO CECCHINI BRUNETTO E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento desafiando decisão que não admitiu recurso especial, este calcado na alínea "a" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal de 4ª Região assim ementado:
"EXECUÇÃO DE SENTENÇA. VALORES INCONTROVERSOS. LEVANTAMENTO. POSSIBILIDADE.
A parte incontroversa do montante da execução deve ser considerada como correspondente a sentença transitada em julgado, por isso comportando a expedição de precatório mesmo após a nova redação, dada pela EC nº 30/2000, ao § 1º, do art. 100, da CR/1988. Assim, deve prosseguir a execução." (fl. 55)
Aponta a agravante, no especial, violação dos artigos 739, § 2º, do Código de Processo Civil e 23, I e II, da Lei nº 10.524/2002, afirmando não ser possível a expedição de precatório sem a existência de sentença transitada em julgado.
O inconformismo não merece abrigo.
Conforme precedentes desta Corte, nas execuções contra a Fazenda Pública, é possível a expedição de precatório relativo à parcela incontroversa da dívida, ainda que pendentes de julgamento os embargos do devedor.
Anotem-se:
A *- "RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DEFINITIVA. EMBARGOS À EXECUÇÃO PARCIAIS OPOSTOS PELA FAZENDA PÚBLICA. EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO RELATIVAMENTE À PARTE INCONTROVERSA DA DÍVIDA. ARTIGO 739, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. POSSIBILIDADE.*
1. 'A execução é definitiva, quando fundada em sentença transitada em julgado ou em título extrajudicial; é provisória, quando a sentença for impugnada mediante recurso, recebido só no efeito devolutivo.' (artigo 587 do Código de Processo Civil).
2. Iniciado o processo executivo com base em sentença transitada em julgado ou em título extrajudicial, a oposição de embargos à execução, a despeito de suspender a execução (artigo 791, inciso I, do Código de Processo Civil), não transforma a execução definitiva em provisória, isso porque a execução que se inicia como definitiva permanece definitiva, por força de natureza, até o seu termo final, é dizer, execução definitiva não pode se converter em provisória, mas somente esta naquela. Precedentes.
3. 'Quando os embargos forem parciais, a execução prosseguirá quanto à parte não embargada.' (artigo 739, § 2º, do Código de Processo Civil).
4. O prosseguimento da execução, assim autonomizada, há de fazer-se na forma da Constituição da República, que preceitua a expedição de precatório como regra geral (artigo 100, ***caput****) ou de execução direta, sem a expedição de precatório, para os pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer, em virtude de sentença judicial transitada em julgado (artigo 100, § 3º).*
5. A finalidade da norma acrescentada pela Emenda Constitucional nº 37/2002 (artigo 100, § 4º) é a de evitar que o exeqüente, intencionalmente, se valha da utilização simultânea dos dois sistemas de satisfação do seu crédito, quais sejam, o do precatório para uma parte da dívida e o do pagamento imediato (sem expedição de precatório) para outra parte, mediante o fracionamento, a repartição ou a quebra do valor da dívida, não incidindo sobre a execução da parte incontroversa da dívida, autorizada pelo artigo 739, § 2º, do Código de Processo Civil.
6. Recurso improvido."
(REsp nº 437.912/RS, Relator o Ministro ***HAMILTON CARVALHIDO****, DJU de 2/8/2004)*

B *- "ADMINISTRATIVO - PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL - SERVIDORES PÚBLICOS - DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS - NÃO CONHECIMENTO - EMBARGOS DECLARATÓRIOS - ART. 535, II, DO CPC - INFRINGÊNCIA INEXISTENTE - PRECATÓRIO - VALOR INCONTROVERSO - LEI Nº 9.494/1997 - INAPLICABILIDADE - ART. 739, § 2º, DO CPC - OFENSA.*
1 - Esta Corte de Uniformização não se presta à análise de matéria constitucional (arts. 93, IX, da CF), cabendo-lhe, somente, a infraconstitucional.
2 - Não existindo omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada na decisão embargada, não restou caracterizada qualquer ofensa ao art. 535, II, do Estatuto Processual Civil, perpetrado no acórdão que rejeitou os embargos de declaração.
3 - Inaplicável, na espécie, a Lei nº 9.494/1997, porquanto esta trata da implementação imediata dos recursos da União e seus entes, v.g., a inclusão em folha de pagamento, hipótese diversa do caso em exame em que se trata da expedição de precatório de valor incontroverso, ou seja, requisição de pagamento do ***quantum debeatur****, ao Presidente do Tribunal competente, o qual obedecerá à ordem de apresentação do precatório e à conta do respectivo crédito (art. 730, I e II, do CPC). Portanto, sem efeitos imediatos.*
4 - Determinando o § 2º do art. 739 do CPC que 'quando os embargos forem parciais, a execução prosseguirá quanto à parte não embargada', sem fazer qualquer exceção em relação à Fazenda Pública, caracteriza-se ofensa à norma processual a não expedição do precatório complementar.
5 - Recurso conhecido nos termos acima expostos e provido para, reformando o v. acórdão de origem, determinar a expedição de precatório do valor incontroverso."
(REsp nº 541.744/RJ, Relator o Ministro ***JORGE SCARTEZZINI****, DJU de 2/8/2004)*

C *- "CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. ART. 21 DA LEI Nº 10.707/2003. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 282/STF. PRECATÓRIO PARCIAL SOBRE A PARTE INCONTROVERSA. EXECUÇÃO DEFINITIVA. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 739, § 2°, DO CPC C/C ART. 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.*
1. É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada (Súmula nº 282/STF).
2. A melhor exegese que se dá ao art. 739, § 2°, do CPC é aquela que, ao possibilitar maior efetividade e celeridade ao processo executivo, permite a execução da parte incontroversa da dívida, ainda que figure como executada a Fazenda Pública.
3. A oposição de embargos à execução insurgindo-se apenas quanto à parte do crédito apresentado leva à suspensão parcial da execução
4. A norma processual, como qualquer outra, deve se compatibilizar com a Constituição Federal; portanto, a necessidade de 'sentenças transitadas em julgado', contida no texto constitucional, diz respeito à sentença proferida no curso de processo de conhecimento.
5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, negado provimento."
(REsp nº 659.943/DF, Relator o Ministro ***HÉLIO QUAGLIA BARBOSA****, DJU de 16/11/2004)*

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4250)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 921.924 - SP (2007/0108651-7)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ADVOGADO	: ANDRÉA RASCOVSKI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSÉ EDIRCIO PESSOA
ADVOGADO	: RUBENS RABONEZE E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra inadmissão de recurso especial interposto pela Câmara Municipal de São Paulo, com fundamento no artigo 105, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:
"Mandado de segurança. Funcionário Público Municipal Aposentado - Reenquadramento funcional - Ato do Presidente da Câmara Municipal - Inadmissibilidade - Competência do órgão colegiado - Inteligência da Lei Municipal nº 13.637/2003 - Ordem concedida em parte." (fl. 38).
Opostos embargos de declaração, foram estes rejeitados.
São estes os fundamentos da decisão agravada:
"(...)
Os recursos não reúnem condições de admissibilidade.
Isso porque o artigo 105, inc. II, alínea 'b', da Constituição Federal, prevê o cabimento do recurso ordinário nos mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais dos Estados, quando denegatória a decisão.
A propósito, está sedimentado na jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que: 'O recurso cabível contra decisão denegatória de mandado de segurança, a teor do disposto no art. 105, II, 'b', da Constituição Federal, é o recurso ordinário, constitui erro grosseiro a inviabilizar a aplicação do princípio da fungibilidade' (STJ - REsp n. 101.066/SP - Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - J. 21.10.04 - 2ª T. - Un.).
(...)" (fls. 118/120).
Aduz a agravante que:
"(...)

Com a devida vênia, incidiu em equívoco o Exmo. Desembargador Canguçu de Almeida, ao proferir o r. despacho ora agravado, haja vista que partiu do pressuposto fático de que a r. decisão atacada seria de denegação da ordem.
*Todavia, **o v. acórdão impugnado através do Recurso Especial a que se negou seguimento não denegou a ordem pretendida - aliás, se assim fosse, os ora Recorrentes não teriam qualquer interesse em recorrer (!)- mas sim concedeu parcialmente a segurança** (...)*
(...)
***O Recurso Especial a que se negou seguimento é perfeitamente cabível, na medida em que se subsume à hipótese prevista no artigo 105, inciso III, alínea 'a', da Carta Magna** (...)"* (fls. 09/11).
A insurgência especial está fundada na violação dos artigos 165, 458, inciso II, e 535, inciso I, todos do Código de Processo Civil.
Sustenta a recorrente que:
"(...)
*Em decorrência de rejeição dos embargos de declaração opostos pelos Recorrentes, restou violado o disposto no **artigo 535, inciso I, do Código de Processo Civil, vez que não supridas a obscuridade e a contradição apontadas em referida peça processual**.*
(...)
- os Recorrentes acabam por não ter conhecimento dos fundamentos que ensejaram a decretação da concessão, em parte, da segurança (violando o princípio da ampla defesa), haja vista que o v. acórdão não indicou em que medida a Lei Municipal nº 13.637/03 teria outorgado à E. Mesa competência para proceder ao enquadramento do pessoal administrativo em tal norma;
*- com a rejeição dos embargos de declaração, **procurou-se evitar o prequestionamento da matéria ventilada nos mesmos (artigo 37, 'caput', da Constituição Federal - princípio da legalidade)**, impedindo a utilização da via especial ou extraordinária.*
(...)
Nesse passo, é insofismável que a rejeição dos embargos de declaração acarretou verdadeira violação ao artigo 535, inciso I, do Código de Processo Civil.
(...)
Ora, na hipótese dos autos, com a devida vênia, o E. Tribunal 'a quo', por maioria de votos, concedeu, em parte, a ordem sem explicitar o fundamento que ensejasse tal decretação, haja vista a ocorrência de obscuridade e contradição.
*Ou seja, o E. órgão 'a quo', **no v. acórdão recorrido, incidiu em patente obscuridade e contradição (o que equivale à falta de fundamentação), vez que**:*
***a. Não aplicou a íntegra do artigo 21, § 4º, da Lei Municipal nº 13.637/03**, a fim de demonstrar que competiria à E. Mesa da Edilidade Paulistana proceder à integração dos funcionários na referida norma, **omitindo o 'caput' do dispositivo invocado, o qual prescreve que a E. Mesa da Edilidade Paulistana apenas teria competência para disciplinar a EVOLUÇÃO FUNCIONAL, ou seja, evolução posterior à integração nas carreiras criadas pela Lei Municipal nº 13.637/03**;*
b. A determinação do retorno do Recorrido ao enquadramento publicado em 4 de dezembro de 2003 também estaria eivada do vício que incidiria sobre a decisão administrativa anulada (cf. entendimento inserto no v. acórdão recorrido), na medida em que tal enquadramento, de igual modo, não foi levado a efeito por parte da Mesa Diretora da Edilidade Paulistana, mas sim pelo então Departamento Pessoal, conforme apontado nas informações apresentadas.
(...)
*Nesse diapasão há que se observar que **a despeito dos embargos de declaração terem sido rejeitados, o E. tribunal 'a quo' acabou por apreciar a matéria, entendendo pela inexistência do vício de fundamentação**.*
(...)" (fls. 57/61).
Tudo visto examinado, decido.
Dispõe o artigo 535 do Código de Processo Civil:
"Art. 535. Cabem embargos de declaração quando:
I - houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;
*II - **for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal**."* (nossos os grifos).
A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no entendimento de que deve a parte vincular a interposição do recurso especial à violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, quando, mesmo após a oposição de embargos declaratórios, o tribunal ***a quo*** persiste em não decidir questões que lhe foram submetidas a julgamento, por força do princípio ***tantum devolutum quantum appellatum*** ou, ainda, quando persista desconhecendo obscuridade ou contradição argüidas como existentes no ***decisum***.
E, em estando configurada a violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, impõe-se a declaração de nulidade do acórdão que apreciou os embargos declaratórios, a fim de que os vícios no ***decisum*** sejam sanados.
Nesse sentido, vale conferir o seguinte precedente jurisprudencial:
"PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO - JULGAMENTO - OMISSÃO ACERCA DE QUESTIONAMENTO SUSCITADO NAS RAZÕES RECURSAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS COM O OBJETIVO DE PREQUESTIONAMENTO - REJEIÇÃO - FUNDAMENTO INCONSISTENTE - VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC.
Suscitada, nas razões recursais da apelação, questão relevante para o deslinde da controvérsia, se não for examinada no respectivo julgamento, a omissão enseja a interposição de embargos declaratórios com o fito de prequestionamento. Se o Tribunal a quo persistir na omissão, ao fundamento inconsistente de que não há necessidade de mencionar o dispositivo legal discutido, porque o preceito nele contido é estudado e analisado, configura-se violação ao artigo 535 do CPC, justificando-se a nulidade do decisum.
Recurso provido." (REsp nº 319.127/DF, Relator Ministro Garcia Vieira, ***in*** DJ 27/8/2001).
Em verdade, a obscuridade verifica-se quando há evidente dificuldade na compreensão do julgado. Ocorre quando há a falta de clareza do ***decisum***, daí resultando a ininteligibilidade da questão decidida pelo órgão judicial. Em última análise, ocorre a obscuridade quando a decisão, no tocante a alguma questão importante, soluciona-a de modo incompreensível, a obscuridade verifica-se quando há evidente dificuldade na compreensão do julgado.
In casu, ao que se tem, alegam os recorrentes que o acórdão é obscuro pois *"**Não aplicou a íntegra do artigo 21, § 4º, da Lei Municipal nº 13.637/03**, a fim de demonstrar que competiria à E. Mesa da Edilidade Paulistana proceder à integração dos funcionários na referida norma, **omitindo o 'caput' do dispositivo invocado, o qual prescreve que a E. Mesa da Edilidade Paulistana apenas teria competência para disciplinar a EVOLUÇÃO FUNCIONAL, ou seja, evolução posterior à integração nas carreiras criadas pela Lei Municipal nº 13.637/03;**"* (fl. 62).
Tem-se que, o acórdão recorrido está assim fundamentado, na espécie:
"(...)
Entretanto, por decisão do Presidente da Mesa da Câmara Municipal de São Paulo, o cargo do impetrante foi reenquadrado para técnico parlamentar QPL 19, com conseqüente redução de proventos.
Esse reenquadramento, conforme informações prestadas, foi operado em caráter provisório e com a determinação de que a Assessoria e Consultoria Jurídica da Câmara Municipal analisasse as defesas apresentadas pelos servidores.
Fato que se afigura inadmissível, pois a Lei nº 13.637/03 atribuiu à Mesa da Câmara a competência para disciplinar a sua evolução funcional, impedindo dessa forma decisão singular de seu Presidente.
(...)
3. Outrossim, inaplicável, na espécie, a lei nº 10.177/98, em observância ao princípio da legalidade.
(...)" (fls. 39/40).
De tanto, resulta que inexiste, qualquer obscuridade, sendo certo que, nos termos do artigo 535 do Código de Processo Civil, os embargos declaratórios não se prestam à correção de eventual ***error in judicando***.
Nesse sentido:
"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NÃO DEMONSTRADAS À SACIEDADE. EFEITOS INFRINGENTES. EXCEPCIONALIDADE.
*1. Não logrou apontar o embargante qualquer omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, pretendendo, na realidade, desvirtuar os embargos de declaração de sua função primordial que é a de sanar eventual deficiência no julgado, relacionada a omissões, contradições e obscuridades. Não se prestam, à toda evidência, ao reexame do r. **decisum**, como pretende.*
*2. Não é omisso o julgado alicerçado no fato de que o agravante deixou de atacar um dos fundamentos da decisão agravada, suficiente, por si só, para manter o **decisum** hostilizado, incidindo a Súmula nº 182/STJ.*
*3. **Esta Corte tem firmado entendimento de que a concessão de efeito infringente aos embargos de declaração somente pode ocorrer em hipóteses excepcionais, em casos de erro evidente e quando inexistir outra forma recursal para a sua correção, não se prestando a sanar eventual error in judicando** (EDREsp. n.º 305.492/SC, DJU de 1.10.2001, da relatoria do Min. Edson Vidigal - nossos os grifos).*
4. Embargos de declaração rejeitados." (EDclAgRgAg nº 469.199/RJ, Relator Ministro Paulo Medina, ***in*** DJ 9/6/2003).

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IPC DE MARÇO DE 1990. SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL. LIMITAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA.
1. Os embargos de declaração são cabíveis quando 'houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;' ou 'for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.' (artigo 535 do Código de Processo Civil).
2. A decisão embargada está fundamentada no sentido de que houve omissão no decisum quanto à limitação do direito dos servidores do Distrito Federal ao reajuste de 84,32%, daí porque os embargos declaratórios foram acolhidos, tão-somente para limitar a percepção da diferença salarial decorrente da incidência do IPC até a revogação da Lei Distrital nº 38/89 pela Lei Distrital nº 117/89, de 23 de julho de 1990, não se lhes atribuindo qualquer efeito infringente.
3. Os embargos declaratórios não se prestam ao reexame de matéria (artigo 535 do Código de Processo Civil).
4. A apreciação de violação de dispositivos constitucionais é estranha ao cabimento de recurso especial e, por conseqüência, dos embargos de divergência, consoante o disposto no artigo 105, inciso III, da Constituição da República.
*5. **A eventual ocorrência de error in procedendo ou error in judicando é insuscetível de correção pela via dos embargos declaratórios, assim como a alegada divergência jurisprudencial.***
6. Embargos de declaração rejeitados." (EDclEDclEREsp nº 172.082/DF, da minha Relatoria, ***in*** DJ 10/9/2001 - nossos os grifos).
Passo seguinte, em relação à contradição, recolhe-se do magistério de **José Carlos Barbosa Moreira** o seguinte:
"Verifica-se este defeito quando no acórdão se incluem proposições entre si inconciliáveis. Pode haver contradição entre proposições contidas na motivação (...) ou entre proposições da parte decisória, isto é, incompatibilidade entre capítulos do acórdão (...). Também pode ocorrer contradição entre alguma proposição enunciada nas razões de decidir e o dispositivo (...). É ainda concebível a ocorrência de contradição entre a ementa e o corpo do acórdão. Não fica excluída a hipótese de contradição entre proposições constantes da própria ementa (cf., infra, o comentário nº 359 ao art. 556). Tampouco o fica a de contradição entre o teor do acórdão e aquilo que resultara da votação apurável pela minuta de julgamento, pela ata, pelas notas taquigráficas ou por outros elementos. (...) Não há que se cogitar de contradição entre o acórdão e outra decisão porventura anteriormente proferida no mesmo processo, pelo tribunal ou pelo órgão de grau inferior. Se a questão estava preclusa, e já não se podia voltar atrás do que fora decidido, houve sem dúvida error in procedendo, mas o remédio de que agora se trata é incabível. Também o é na hipótese de contradição entre o acórdão e o que conste de alguma peça dos autos (caso de error in judicando)." (***in*** Comentários ao Código de Processo Civil, Volume V, Forense, 7ª edição, págs. 541/543).
Com efeito, na dicção da lei e no ensinamento da doutrina, a contradição verifica-se quando, no contexto do acórdão, estão contidas proposições inconciliáveis entre si, dificultando-lhe a compreensão.
Assim, a contradição que rende ensejo à oposição de embargos de declaração é aquela interna do julgado, cumprindo trazer à luz o entendimento do mestre **Pontes de Miranda** acerca do tema, ***verbis***:
"A contradição há de ser entre enunciados do acórdão, mesmo se o enunciado é de fundamento e outro é de conclusão, ou entre a ementa e o acórdão, ou entre o que vitoriosamente se decidira na votação e o teor do acórdão, discordância cuja existência se pode provar com os votos vencedores, ou a ata, ou outros dados." (***in*** Comentários ao Código de Processo Civil, Tomo VII, 3ª edição, Forense, 1999, pág. 322).
No mesmo sentido, os seguintes precedentes jurisprudenciais:
"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. FALTA DE INTERESSE EM RECORRER. MULTA.
1. Os embargos de declaração são cabíveis quando 'houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição' ou 'for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.' (artigo 535 do Código de Processo Civil).
2. Não é omisso, contraditório ou obscuro o acórdão fundamentado em que não se conhece do agravo de instrumento contra a inadmissão de recurso especial quando ausentes as peças obrigatórias de traslado, consoante o disposto no artigo 544, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil.
*3. Na dicção da lei e no ensinamento da doutrina, a contradição verifica-se quando, no contexto do **decisum**, estão contidas proposições inconciliáveis entre si, dificultando-lhe a compreensão. Assim, a contradição que rende ensejo à oposição de embargos de declaração é aquela interna do julgado e, não, a existente entre o **decisum** e o constante de alguma peça dos autos.*
4. Embargos de declaração rejeitados." (EDclAgRgAg n° 365.580/MG, da minha Relatoria, ***in*** DJ 25/2/2002).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.
Não enseja embargos de declaração a existência eventual de contradição externa, senão a que se acha no próprio acórdão embargado." (EDclAgRgAg n° 27.417/RJ, Relator Ministro Dias Trindade, ***in*** DJ 29/11/93).
Alegam os recorrentes, quanto a contradição do acórdão recorrido, que "***A determinação do retorno do Recorrido ao enquadramento publicado em 4 de dezembro de 2003 também estaria eivada do vício que incidiria sobre a decisão administrativa anulada (cf. entendimento inserto no v. acórdão recorrido), na medida em que tal enquadramento, de igual modo, não foi levado a efeito por parte da Mesa Diretora da Edilidade Paulistana, mas sim pelo então Departamento Pessoal, conforme apontado nas informações apresentadas.**"* (fls. 59/60), o que ocasionaria a violação dos artigos 165 e 458, inciso II, do Código de Processo Civil.
Por certo, o acórdão recorrido, na parte que interessa à espécie, está assim fundamentado, vejamos:
"(...)
Dessa forma, o ato impugnado cingiu-se pela invalidade na parte em que provisoriamente alterou o enquadramento da impetrante, com o conseqüente restabelecimento de seus vencimentos.
(...)" (fl. 40).
Portanto, verifica-se que não houve contradição entre as argumentações do acórdão recorrido e sua decisão, não ensejando o cabimento de embargos declaratórios.
De tanto resulta que inexiste violação aos artigos 165, 458, inciso II, e 535, inciso I, do Código de Processo Civil, eis que inexiste no acórdão obscuridade ou contradição, bem como falta de fundamentação, qualquer a ser suprida pela oposição de embargos de declaração.
Pelo exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 19 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4251)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.248 - SP (2007/0150037-0)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: RONALDO GUIMARÃES GALLO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA NEUSA DE ANDRADE CARNEIRO
ADVOGADO	: DANIELA MAGLIO LOW E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MAJORAÇÃO. APLICAÇÃO IMEDIATA DO ART. 75 DA LEI Nº 8.213/91. PRECEDENTES DESTA CORTE. AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS contra a inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que restou assim ementado (fl. 119):

"PREVIDÊNCIA SOCIAL. REVISÃO PENSÃO POR MORTE. MAJORAÇÃO DO PERCENTUAL DE INCIDÊNCIA. RETROATIVIDADE DA LEI MAIS BENÉFICA. LEIS Nsº. 8.213/91, 9.032/95 E 9.528/97.
- A Consolidação das Leis da Previdência Social de 1976, que substituiu a Lei Orgânica da Previdência Social - Lei nº 3.807, de 26.08.1960, adotando a mesma sistemática quanto à pensão por morte, estabeleceu em seu artigo 56, o percentual de 50% (cinqüenta por cento) do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou a que teria direito se na data do seu falecimento estivesse aposentado, mais tantas parcelas de 10% (dez por cento) do valor da aposentadoria quantos forem os dependentes, até o máximo de 5 (cinco).
- O critério até então estabelecido, quanto ao percentual da parcela familiar, foi mantido no artigo 41 do Decreto 83.080, de 24.01.1979, e no artigo 48 do Decreto nº 89.312 de 23.01.1984.
- Nos termos da Lei 8.213/91, o coeficiente de aplicação da pensão por morte era de 80% (oitenta por cento) do valor da aposentadoria mais tantas parcelas de 10% (dez por cento) do referido valor quantos forem os seus dependentes, até o máximo de 2 (duas) e 100% (cem por cento) do salário-de-benefício ou do salário-de-contribuição vigente no dia do acidente.
- Posteriormente, a Lei nº 9.032/95 elevou o percentual, que passou a corresponder a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício devido.
- Com o advento da Lei nº 9.528/97, o coeficiente foi mantido em 100% (cem por cento) do valor da aposentadoria recebida ou daquela a que teria direito o beneficiário, aposentado por invalidez, na data de seu falecimento.
- A lei nova, mais benéfica aos segurados, deve incidir sobre os benefícios, de imediato, inclusive sobre aqueles adrede concedidos.
(...)
- Recurso da parte autora parcialmente provido."

Nas razões do especial (fls. 124/129), alega a autarquia recorrente violação ao art. 6º da LICC e 75 da Lei nº 8.213/91. Postula improcedência do pedido da majoração da renda mensal inicial do benefício de pensão por morte a beneficiários que já o recebiam antes da modificação legislativa operada pela Lei nº 9.032/95. Alega, por fim, que a majoração do benefício contraria os princípios da coisa julgada e da irretroatividade das leis, razão pela qual não faz jus a segurada à elevação do valor ao patamar de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício do segurado, na data do óbito.
É o breve relato. Passo a decidir.
No tocante à violação ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil não pode ser apreciada diretamente, mas somente por via transversa, considerando o fato de que o referido dispositivo foi repetido na Constituição Federal de 1988, cuja proteção cabe ao Supremo Tribunal Federal. Assim sendo, no caso em tela, a análise da eficácia imediata da lei no tempo remete à verificação da correta aplicação do art. 75 da Lei nº 8.213/91 e à possibilidade de majoração do benefício de pensão por morte em decorrência da edição da Lei nº 9.032/95.
A pensão por morte está encartada no rol dos benefícios de prestação continuada concedidos exclusivamente aos dependentes do segurado da Previdência Social, cuja finalidade é, na falta de seu mantenedor, garantir a sobrevivência desses.
Antes da edição da Lei de Planos e Benefícios, a matéria era regulada pelo Decreto nº 83.080/79 e, posteriormente, pelo Decreto nº 89.312/84, que, em seu art. 48, estabeleceu que a renda mensal inicial - RMI - da pensão seria de 50% (cinqüenta por cento) do salário-de-benefício a que fazia jus o de cujus, mais 10% (dez por cento) para cada dependente, observado o limite de cinco.
Com o advento da Lei nº 8.213, de 25 de julho de 1.991, seu art. 75 conferiu novos critérios para a obtenção da renda mensal. A RMI passou, então, a ser constituído de uma parcela, relativa à família, de 80% (oitenta por cento) do valor que o segurado recebia ou a que teria direito, se aposentado estivesse quando do óbito, mais tantas parcelas iguais a 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos fossem os seus dependentes, até o máximo de dois. Em caso de falecimento por acidente de trabalho, o valor era de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício ou do salário-de-contribuição vigente no dia do acidente, recaindo a escolha sob o que fosse mais vantajoso.
Editada a Lei nº 9.032, de 29 de abril de 1.995, nova redação foi conferida ao mencionado artigo, vejamos:

Art. 75. O valor mensal da pensão por morte, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no artigo 33 desta Lei.

As sucessivas alterações na renda mensal inicial ocasionaram um conflito intertemporal de normas, qual seja, a possibilidade de ser ou não aplicável a lei mais benéfica, majorando-se o percentual de pensões concedidas sob a égide das legislações anteriores a Lei nº 9.032/95.
A questão é resolvida à luz do que preceitua o art. 471, inciso I, do Código de Processo Civil. Tratando-se de uma relação jurídica continuativa, passível de adequação quando houver modificação no estado de fato ou de direito, é possível a aplicação da nova legislação. Para tanto, pouco importa se o que é exigido para a realização da hipótese normativa tenha origem sob a vigência de lei velha. Interessa, sim, que a questão se faça preencher por uma dada realidade fática-jurídica, coincidente na sua existência por inteiro, com o momento temporal que entra em vigor com a nova norma, justificando assim a sua imediata incidência.
Desta forma, tendo o segurado começado a perceber o benefício antes do advento da Lei nº 8.213/91 e estando recebendo-o até o presente momento, aplicável é a majoração elencada no art. 75 da Lei n. 8.213/91, na redação dada pela Lei nº 9.032/95, não há falar em retroação de lei mais benéfica, mas tão-somente na sua aplicação imediata, em respeito à manutenção da isonomia entre os benefícios.
A propósito, confiram-se os precedentes da Sexta Turma que tratam da matéria em comento:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENSÃO POR MORTE. PERCENTUAL. LEI MAIS BENÉFICA. INCIDÊNCIA. BENEFÍCIO EM MANUTENÇÃO. POSSIBILIDADE.
1. No sistema de direito positivo brasileiro, o princípio tempus regit actum se subordina ao do efeito imediato da lei nova, salvo quanto ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada (Constituição da República, artigo 5º, inciso XXXVI e Lei de Introdução ao Código Civil, artigo 6º).
2. A lei nova, vedada a ofensa ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada, tem efeito imediato e geral, alcançando as relações jurídicas que lhes são anteriores, não, nos seus efeitos já realizados, mas, sim, nos efeitos que, por força da natureza continuada da própria relação, seguem se produzindo, a partir da sua vigência.
3. "L'effet immédiat de la loi doit être considéré comme la règle ordinaire: la loi nouvelle s'applique, dès sa promulgation, à tous les effets qui résulteront dans l'avenir de rapports juridiques nés ou à naître" (Les Conflits de Lois Dans Le Temps, Paul Roubier, Paris, 1929).
4. Indissociável o benefício previdenciário das necessidades vitais básicas da pessoa humana, põe-se na luz da evidência a sua natureza alimentar, a assegurar aos efeitos continuados da relação jurídica a regência da lei nova que lhes recolha a produção vinda no tempo de sua eficácia, em se cuidando de norma nova relativa à modificação de percentual dos graus de suficiência do benefício para o atendimento das necessidades vitais básicas do segurado e de sua família.
5. O direito subjetivo do segurado é o direito ao benefício, no valor irredutível que a lei lhe atribua e, não, ao valor do tempo do benefício, como é da natureza alimentar do benefício previdenciário.
6. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 862.433/PB, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ de 25/6/2007)

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. LEI Nº 9.032/1995. APLICAÇÃO IMEDIATA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.
1. A decisão agravada deve ser mantida pelo que nela se contém, dado que proferida em sintonia com a jurisprudência da Terceira Seção de que a nova redação do art. 75 da Lei nº 8.213/91, conferida pela Lei nº 9.032/95, que elevou a pensão por morte previdenciária a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, tem incidência imediata, independentemente da lei vigente na data do fato gerador.
2. Agravo regimental a que se nega provimento."
(AgRg no Ag 694.277/RS, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ de 6/8/2007)

"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI Nº 8.213/91. LEI 9.032/95. APLICAÇÃO IMEDIATA. LEI Nº 9.528/97. INOVAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.
O dispositivo legal que majora o percentual concernente às cotas de pensão por morte deve ser aplicado a todos os benefícios previdenciários, independentemente da norma vigente quando do seu fato gerador, não havendo falar em retroatividade da lei, mas em incidência imediata. Precedentes.
Em agravo regimental não se pode trazer questão não deduzida no recurso especial, uma vez que impossível inovar.
É defesa a este Superior Tribunal a análise de violação de dispositivos constitucionais, sequer para fins de prequestionamento, em respeito à sua função precípua, que é conferir interpretação uniforme à legislação federal, e a fim de evitar usurpação de competência da Suprema Corte.
Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no Ag 757.858/RS, Rel. Min. PAULO MEDINA, Sexta Turma, DJ de 12/3/2007)

Diante do exposto, com base no artigo 254, inciso I, do RISTJ, **nego provimento** ao presente agravo.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4252)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.430 - DF (2007/0159608-4)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: ROBERTO GARCIA SCHWARZ E OUTROS
ADVOGADO	: PAULO FÉLIX BORGES

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. OFENSA AO ARTIGO 557 DO CPC. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento, interposto pela União, contra inadmissão, na origem, de recurso especial manejado com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal, que atacou acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO DE SENTENÇA - REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR - PARTE INCONTROVERSA - POSSIBILIDADE - PRECEDENTES DESTA CORTE.
1. A jurisprudência desta Corte tem entendimento firmado no sentido de que, em processo de execução, é possível a requisição de pequeno valor quanto à parte incontroversa, devendo a execução prosseguir apenas quanto à parte controversa. Negativa de seguimento ao agravo.
2. Precedente desta Corte.
3. Agravo regimental a que se nega provimento." (fl. 82)

Sustenta a União, em dissídio jurisprudencial, violação ao artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil.
Alega, em síntese, que a decisão monocrática que negou seguimento ao agravo de instrumento deve ser modificada, para se analisar a ofensa ao artigo 739, §2º do Código de Processo Civil, que possibilitou a expedição de requisição de pequeno valor da parte não-embargada na execução.
É o relatório.
A insurgência não merece ser acolhida.
Extrai-se das razões do recurso especial que o dissídio jurisprudencial não restou adequadamente apresentado.
É assente que os acórdãos apresentados devem guardar similitude de fato e de direito e trazer fundamentação divergente para a solução do conflito de acordo com o artigo 255, §1º e §2º, do Regimento Interno desta Corte, o que não se verifica na espécie.
In casu, o aresto apresentado (fl. 90), trata de matéria referente à reedição de medida provisória no PIS. Já o acórdão atacado expressamente consignou que admite-se a requisição de pequeno valor em caso de embargos, quanto à matéria incontroversa. Depreende-se, portanto, que os julgados não possuem similitude fática. Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL.AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA ENTRE OS ARESTOS CONFRONTADOS. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CARACTERIZADO. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.
1. Confrontando analiticamente o acórdão embargado com o aresto paradigma, não se evidencia a existência de similitude fática e jurídica a caracterizar o dissídio jurisprudencial.
2. Embargos de divergência não conhecidos." (EREsp 461348/CE, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES DE LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, DJ 6/8/2007)

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. INDENIZAÇÃO. REDUÇÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTREOS ARESTOS CONFRONTADOS.
1. Não resta configurado o dissídio jurisprudencial quando há ausência de similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas.
2. (...)
3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 613517/SC, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, DJ 2/8/2007)

Diante do exposto, com fundamento no artigo 254, I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 29 de agosto de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4253)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.682 - DF (2007/0140309-0)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: MARCO ANTÔNIO OLIVEIRA DA SILVA
ADVOGADO	: RENATA RODRIGUES MOREIRA E SILVA E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento desafiando decisão que não admitiu recurso especial, este calcado na alínea "a" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 1ª Região assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. 28,86%. VERBA HONORÁRIA INCIDENTE SOBRE VALORES TRANSACIONADOS. IMPROCEDÊNCIA. AUSÊNCIA DE ALEGAÇÃO/COMPROVAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DOS ADVOGADOS DOS EXEQÜENTES. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 23 E 24, § 4º, DA LEI Nº 8.906/1994 (ESTATUTO DA ADVOCACIA). MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.226/2001. NÃO-CONVERSÃO EM LEI. IMPOSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO DA NORMA ESPECIAL, ESTATUTO DOS ADVOGADOS, LEI Nº 8.906/1994, NO QUE SE REFERE A HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INVIABILIDADE DE OPOSIÇÃO AO CAUSÍDICO DO ACORDO REALIZADO À SUA REVELIA. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Não tendo sido alegada/comprovada a participação do advogado dos exeqüentes na celebração de transação entre as partes, deve ser mantida a decisão que rejeita os embargos opostos à execução da verba honorária transitada em julgado, imposta em favor do representante dos exeqüentes no processo de conhecimento.

2. 'Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor.' (Lei nº 8.906/1994, art. 23)

3. 'O acordo feito pelo cliente do advogado e a parte contrária, salvo aquiescência do profissional, não lhe prejudica os honorários, quer os convencionados, quer os concedidos por sentença. ' (Lei nº 8.906/1994, art. 24, § 4º)

4. A Medida Provisória nº 2.226, de 4 de setembro de 2001, que alterou o art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, acrescentando-lhe o parágrafo 2º, ainda não convertida em lei, não pode atingir norma especial, qual seja o Estatuto dos Advogados, Lei nº 8.906/1994, no que se refere a honorários advocatícios. (Precedente desta Turma: AGA nº 2003.01.00.009349-6/DF, Relator Desembargador Federal Eustáquio Silveira, Relator Convocado Juiz Velasco Nascimento, Primeira Turma, DJU de 23/6/2003, p. 118)

5. É inviável a oposição do acordo entre as partes ao causídico que dele não participou.

6. Precedentes do STJ.

7. Apelação a que se nega provimento." (fl. 55)

Opostos embargos declaratórios, restaram rejeitados. (fl. 66)

Aponta a agravante, no especial, violação do artigo 6º da Lei nº 9.469/1997, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.226/2001, bem como do artigo 26, § 2º, do Código de Processo Civil, sustentando que não são devidos honorários advocatícios em relação aos servidores/exeqüentes que firmaram acordo para o recebimento de valores devidos a título de reajuste salarial, cujo direito foi reconhecido por sentença transitada em julgado.

O inconformismo não merece abrigo.

Pacífico o entendimento jurisprudencial desta Corte de que o recorrente deve infirmar os fundamentos da decisão impugnada, mostrando-se inadmissível o agravo que contra eles não se insurge.

In casu, a agravante limitou-se a argumentar que o Tribunal de origem, ao avançar no exame do mérito do recurso especial, teria usurpado a competência desta Corte.

Assim, percebe-se que as razões recursais não investiram contra o fundamento da decisão agravada, incidindo, portanto, o princípio cristalizado no enunciado nº 182 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, **verbis**:

"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

No mesmo sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL - ANÁLISE DO MÉRITO. POSSIBILIDADE. RECURSO QUE DEIXA DE IMPUGNAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA Nº 182/STJ.

1. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de ser possível o juízo de admissibilidade adentrar o mérito do recurso, na medida em que o exame da sua admissibilidade, pela alínea 'a', em face dos seus pressupostos constitucionais, envolve o próprio mérito da controvérsia.

2. Fundada a decisão que inadmitiu o recurso especial na alegação de que esta Corte já firmou jurisprudência no sentido de que a apelação em mandado de segurança não tem eficácia suspensiva, impõe-se o improvimento de agravo de instrumento que se limita à alegação de que o Vice-Presidente usurpou a competência deste Superior Tribunal de Justiça ao examinar questão de mérito, sem infirmar os fundamentos da decisão impugnada.

3. 'É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.' (Súmula do STJ, Enunciado nº 182).

4. Agravo regimental improvido."

*(AgRg no Ag 490.948/RJ, Relator o Ministro **HAMILTON CARVALHIDO**, DJU de 15/12/2003)*

Ante o exposto, não conheço do agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4254)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 922.771 - SP (2007/0151044-3)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: CARLOS CLAUDENIR PICOLI E OUTROS
ADVOGADO	: OTACÍLIO JOSÉ BARREIROS E OUTRO(S)

DECISÃO

Recurso especial interposto pela União, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Primiera Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. LEIS Nº 8.622/93 E 8.627/93. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131/2000. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO E QÜINQÜENAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. Prescrição das parcelas vencidas no qüinqüênio anterior ao ajuizamento da ação. Súmula nº 85 do Superior Tribunal de Justiça. Prescrição do fundo de direito rejeitada.

2. O Supremo Tribunal Federal reconheceu que o reajuste de 28,86%, estabelecido pelas Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93, constituiu revisão geral de remuneração, devendo ser estendido aos demais servidores civis do Poder Executivo, à luz do artigo 37, X, da Constituição Federal. Súmula nº 672. É de se aplicar o mesmo raciocínio aos militares que receberam reajustes inferiores ao percentual de 28,86%.

3. Limitada a percepção reajuste até o advento da Medida Provisória nº 2.131/2000, que reestruturou os padrões remuneratórios dos servidores das Forças Armadas.

4. Preliminar rejeitada. Reconhecida a sucumbência recíproca. Apelação da União Federal e remessa oficial parcialmente providas. Recurso adesivo não provido." (fl. 53).

Opostos embargos declaratórios, foram estes rejeitados (73).

Sustenta a recorrente existir omissão no acórdão recorrido, que não teria prequestionado a matéria devolvida por força do reexame necessário e da apelação, inviabilizando o acesso aos Tribunais Superiores.

Assevera, por fim, que a concessão da diferença entre os 28,86% e o índice já recebido pelos servidores públicos militares importa em ferimento ao princípio castrense da hierarquia.

Além da divergência jurisprudencial, a insurgência especial está fundada na violação dos artigos 535, inciso II, do Código de Processo Civil, 2º, 3º 4º e 6º da Lei nº 8.622/93, 1º e 2º da Lei nº 8.627/93.

Tudo visto e examinado, decido.

De início, não conheço da alegada violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, eis que a recorrente, apesar de apontar o dispositivo legal tido como violado, não demonstrou no que consistiu a negativa de vigência da lei ou, ainda, a sua correta interpretação.

Decerto, a razão do pedido de reforma da decisão recorrida é pressuposto ou requisito para a admissibilidade do recurso, cabendo à parte formulá-lo em estrito cumprimento da lei, não se constituindo tal exigência em formalismo exacerbado.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que *"(...) Para viabilizar o conhecimento do especial, pelo fundamento da alínea 'a' do permissivo constitucional, não é suficiente a simples menção explícita aos preceitos de lei que se pretende desafeiçoados (pelo acórdão do Tribunal a quo), mas, ainda, a motivação justificadora, esclarecendo-se, com precisão, em sua dicção e conteúdo, para possibilitar, ao julgador, o cotejo entre o teor dos artigos indicados como violados e a fundamentação do recurso. (...)"* (REsp nº 160.226/RN, Relator Ministro Demócrito Reinaldo, ***in*** DJ 11/5/98).

Tal deficiência inviabiliza a abertura da instância especial, a teor do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, ***verbis***:

"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

A propósito e por todos, o seguinte precedente, que define o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INADMISSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF.

Impossibilidade de se conhecer do recurso, em face da deficiência na sua fundamentação, se a parte se limita a indicar o dispositivo legal que considerou violado, mas sem expor as razões pelas quais entende deva ser a decisão reformada (Súmula 284).

Recurso não conhecido." (REsp nº 261.955/SP, Relator Ministro Felix Fischer, ***in*** DJ 11/9/2000).

Posto isso, a questão está no direito dos militares à diferença entre os percentuais de reajuste recebidos e o percentual de 28,86% deferido pelas Leis nº 8.237/91 e 8.627/93.

O Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 22.307-7, em que foi Relator o Ministro Marco Aurélio (***in*** DJ 13/6/97), atribuiu ao reajuste concedido pelas Leis nº 8.237/91 e 8.627/93, no percentual médio de 28,86%, a natureza jurídica de reajuste geral de vencimentos, atraindo a incidência da norma inserta na redação original do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, em vigor ao tempo da edição dos diplomas legislativos, quando era assegurado aos militares o reajuste geral de remuneração, ***verbis***:

*"X - a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, **sem distinção de índices** entre servidores públicos civis e **militares**, far-se-á sempre na mesma data;"* (nossos os grifos).

Em se cuidando de reajuste geral de vencimentos, impõe-se afirmar o direito dos militares à diferença entre os percentuais de reajuste recebidos e o percentual de 28,86%, deferido pelas Leis nº 8.237/91 e 8.627/93, por força da proibição constitucional de distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, na letra do inciso X do artigo 39 da Constituição Federal, como vigente ao tempo da edição das leis.

Esta, a compreensão assentada pelas Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte Superior de Justiça, como se extrai dos seguintes precedentes jurisprudenciais:

"RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. VIA ESPECIAL. INADEQUAÇÃO. ARTIGOS DO CPC. FALTA DE DESENVOLVIMENTO DE TESE. ALÍNEA A DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS ARTIGOS DE LEI QUE SE CONSIDERA VIOLADO. SÚMULA N.º 284 DO STF. DISSÍDIO PRETORIANO NÃO DEMOSTRADO. SERVIDORES PÚBLICOS MILITARES. LEIS N.OS 8.622/93 E 8.627/93. DIREITO À DIFERENÇA ENTRE O ÍNDICE DE 28,86% E O PERCENTUAL JÁ RECEBIDO. PRECEDENTES. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. A via especial, destinada à uniformização do direito federal, não se presta à análise de dispositivos constitucionais.

2. Não se conhece da argüida violação aos artigos do Código de Processo Civil, porquanto a Recorrente limitou-se a argüir a pretensa violação, não tendo desenvolvido tese a esse respeito. Aplicação da Súmula n.º 284 do STF.

3. Outrossim, a simples menção do número da lei que se considera violada não é suficiente para delimitar a insurgência, nos moldes preconizados pelo art. 105, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, sendo necessária a menção expressa ao artigo que se considera malferido.

4. A sugerida divergência não foi demonstrada na forma preconizada nos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

*5. **Ainda que assim não fosse, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a recente orientação desta Egrégia Quinta Turma, segundo a qual o aumento concedido pelas Leis n.os 8.622/93 e 8.627/93, por tratar-se de revisão geral de remuneração, deve ser estendido aos servidores públicos militares, contemplados com reajustes inferiores ao de 28,86%, em respeito ao princípio da isonomia e ao disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal.***

6. Recurso não conhecido." (REsp nº 511.296/MG, Relatora Ministra Laurita Vaz, ***in*** DJ 4/8/2003 - nossos os grifos).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. VENCIMENTOS. REAJUSTE DE 28,86%. LEIS 8.622/93 E 8.627/93. REVISÃO GERAL DE REMUNERAÇÃO. VERIFICADO QUE DETERMINADAS CATEGORIAS JÁ FORAM BENEFICIADAS PELO AUMENTO. 'COMPENSAÇÃO'.

*I - Conforme entendimento firmado no colendo STF (RMS 22.307/DF), o reajuste de 28,86% previsto nas Leis n° 8.622 e 8.627/93 constituiu-se em **revisão geral de remuneração**, devendo ser estendido aos demais servidores civis e militares (art. 37, X, da CF). Todavia, como determinadas categorias já foram beneficiadas pelo aumento, deve ser feita a devida compensação na fase de execução do julgado.*

II - Desse modo, aqueles militares que foram contemplados com reajustes inferiores ao de 28,86% fazem jus, a contar de 1993, à complementação desse percentual, consistente na diferença entre os índices efetivamente percebidos em virtude da adequação de soldos, postos e graduações, levada a efeito pela Lei nº 8.627/93, e o índice de 28,86%.

Recursos especial parcialmente provido." (REsp nº 457.164/PE, Relator Ministro Felix Fischer, ***in*** DJ 31/3/2003).

"PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO - RECURSO ESPECIAL - MILITARES - LEIS NºS 8.622/93 E 8.627/93 - REAJUSTE DE 28,86% - APLICAÇÃO DA DECISÃO DO STF (EMB. DECL. EM RMS 22.307/DF) - ÍNDICE MENOR - DIREITO À DIFERENÇA - DISSÍDIO PRETORIANO NÃO COMPROVADO.

1 - Esta Turma tem entendido, reiteradamente, que, a teor do art. 255 e parágrafos, do RISTJ, para comprovação e apreciação da divergência jurisprudencial, devem ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, bem como juntadas cópias integrais de tais julgados ou, ainda, citado repositório oficial de jurisprudência. Como isso não ocorreu, impossível conhecer da divergência aventada.

2 - Este Superior Tribunal de Justiça, conforme decisão emanada do Colendo Supremo Tribunal (RMS nº 22.307/DF e respectivo Embargos Declaratórios), já firmou entendimento no sentido de estender aos vencimentos de todos os servidores civis federais, o reajuste de 28,86% concedido aos militares e a algumas categorias civis, por força das Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93.

3 - A concessão do reajuste aos militares deveria ocorrer de forma linear, não se admitindo aumentos variados. Desta forma, têm os autores, servidores públicos militares, o direito de perceberem a diferença entre o reajuste de 28,86% e o percentual já recebidos.

4 - Recurso conhecido nos termos acima expostos e, neste aspecto, desprovido." (REsp nº 478.902/MG, Relator Ministro Jorge Scartezzini, ***in*** DJ 22/4/2003).

E, ainda, no REsp nº 543.917/MG, da Relatoria do Ministro Paulo Gallotti, julgado na sessão do dia 7 de outubro de 2003.

Pelo exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4255)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 923.061 - DF (2007/0161496-0)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: EVANY FERNANDES PEREIRA E OUTROS
ADVOGADO	: MARIA SUSANA MINARÉ BRAÚNA E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento desafiando decisão que não admitiu recurso especial, este calcado na alínea "a" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 1ª Região assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. REAJUSTE DE 28,86,%. COMPENSAÇÃO DO REAJUSTE COM PARCELAS RECEBIDAS EM DECORRÊNCIA DA LEI Nº 8.627/1993. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.704/1998 (E SUCESSIVAS REEDIÇÕES). PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. TRANSAÇÃO JUDICIAL ENTRE AUTOR E RÉU SEM AQUIESCÊNCIA DO ADVOGADO. HONORÁRIOS CONCEDIDOS POR SENTENÇA. NÃO ABRANGÊNCIA. LEI Nº 8.906, DE 4/7/1994, ARTIGOS 22 e 24, § 4º.

1. A prestação de serviço profissional assegura ao advogado o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência. O acordo celebrado entre as partes, sem aquiescência do advogado, não lhe prejudica os honorários convencionados ou concedidos por sentença (Lei nº 8.906, de 4/7/1994, artigos 22 e 24, § 4º). Precedente da 1ª Turma.

2. A jurisprudência do colendo STF orientou-se no sentido de que o reajuste de vencimentos de 28,86%, concedido aos militares pelas Leis nºs 8.622/1993 e 8.627/1993, é extensivo aos servidores públicos federais civis, determinando, entretanto, a compensação dos percentuais de reajuste deferidos por força do reposicionamento funcional concedido aos servidores públicos federais civis, pelos arts. 1º e 3º da Lei nº 8.627/1993 (Embargos de Declaração no Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 22.307-7/DF, rel. para o acórdão o Min. Ilmar Galvão, Pleno, STF, maioria, DJ de 26/6/1998, p. 08).

3. Comprovado nos autos que os embargados receberam administrativamente reajuste em percentual superior a 28,86%, não há que se falar em percentual a ser incorporado, no particular.

4. Recursos de apelação a que se nega provimento." (fl. 90)

Opostos embargos declaratórios, restaram rejeitados. (fl. 68)

A recorrente indica, preliminarmente, violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, afirmando que o Tribunal de origem, mesmo instado em sede de embargos declaratórios, foi omisso ao não apreciar questões relevantes ao deslinde da controvérsia.

Aponta, ainda, no especial, violação dos artigos 6º, § 2º, da Lei nº 9.469/1997 e 23 e 24, § 4º, da Lei nº 8.906/1994, sustentando que não são devidos honorários advocatícios em relação aos servidores/exeqüentes que firmaram acordo para o recebimento de valores devidos a título de reajuste salarial, cujo direito foi reconhecido por sentença transitada em julgado.

O inconformismo não merece abrigo.

Pacífico o entendimento jurisprudencial desta Corte de que o recorrente deve infirmar os fundamentos da decisão impugnada, mostrando-se inadmissível o agravo que contra eles não se insurge.

In casu, a agravante limitou-se a argumentar que o Tribunal de origem, ao avançar no exame do mérito do recurso especial, teria usurpado a competência desta Corte.

Assim, percebe-se que as razões recursais não investiram contra o fundamento da decisão agravada, incidindo, portanto, o princípio cristalizado no enunciado nº 182 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, **verbis**:

"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

No mesmo sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL - ANÁLISE DO MÉRITO. POSSIBILIDADE. RECURSO QUE DEIXA DE IMPUGNAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA Nº 182/STJ.

1. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de ser possível o juízo de admissibilidade adentrar o mérito do recurso, na medida em que o exame da sua admissibilidade, pela alínea 'a', em face dos seus pressupostos constitucionais, envolve o próprio mérito da controvérsia.

2. Fundada a decisão que inadmitiu o recurso especial na alegação de que esta Corte já firmou jurisprudência no sentido de que a apelação em mandado de segurança não tem eficácia suspensiva, impõe-se o improvimento de agravo de instrumento que se limita à alegação de que o Vice-Presidente usurpou a competência deste Superior Tribunal de Justiça ao examinar questão de mérito, sem infirmar os fundamentos da decisão impugnada.

3. 'É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.' (Súmula do STJ, Enunciado nº 182).

4. Agravo regimental improvido."

*(AgRg no Ag 490.948/RJ, Relator o Ministro **HAMILTON CARVALHIDO**, DJU de 15/12/2003)*

Ante o exposto, não conheço do agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4256)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 923.101 - MG (2007/0160502-6)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES
ADVOGADO	: JOSÉ NILO DE CASTRO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CARLOS HUMBERTO MACHADO E OUTROS
ADVOGADO	: ROGÉRIO GERALDO NALON DE ANDRADE E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra inadmissão de recurso especial interposto pelo Município de Governador Valadares, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

"Ação de Cobrança. Salários atrasados e pagos sem correção monetária. Servidores municipais. Prescrição. Não ocorrência. Art. 3º do Decreto-lei 4597/42. Matéria de direito. Art. 515, § 3º do CPC. Apelação provida." (fl. 84).

Dessa decisão foram opostos embargos declaratórios, que restaram rejeitados.

Sustenta a recorrente omissão no acórdão recorrido, ao fundamento de que o Tribunal ***a quo*** teria deixado de se manifestar sobre questões suscitadas.

Está o recorrente em que "*(...)não há que se falar em interrupção da prescrição, visto que a Municipalidade quitara integralmente suas obrigações para com os servidores, extinguindo, por conseguinte, quaisquer vínculos.*" (fl. 119).

Além da divergência jurisprudencial, a insurgência especial está fundada na violação dos artigos 535, inciso II, do Código de Processo Civil, 1º, 9º do Decreto nº 20.910/32 e 3º do Decreto nº 4.597/42.

Tudo visto e examinado, decido.

Preenchidos os requisitos legais, dou provimento ao agravo de instrumento, determinando a subida dos autos principais, para melhor exame da questão federal, que se oferece relevante na espécie.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4257)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 924.116 - SP (2007/0168067-8)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MARIA NEUZA DE SOUZA PEREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ZULMIRA SILVA
ADVOGADO	: DONATO LOVECCHIO

EMENTA

PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MAJORAÇÃO. APLICAÇÃO IMEDIATA DO ART. 75 DA LEI Nº 8.213/91. PRECEDENTES DESTA CORTE. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS contra a inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que restou assim ementado (fl. 89):

"CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. REVISÃO. PENSÃO POR MORTE. MAJORAÇÃO DE COEFICIENTE DE CÁLCULO. APELAÇÃO. PROVIMENTO MONOCRÁTICO. PRESCRIÇÃO. ALEGAÇÃO EM CONTESTAÇÃO. RECONHECIMENTO. AGRAVO. PARCIAL PROVIMENTO.

-Agravo legal visando a reforma de decisão que condenou o INSS a revisar benefício de pensão por morte, majorando o coeficiente de cálculo em conformidade com as disposições do art. 75, da Lei nº 8.213/91 e suas alterações.

-Tratando-se de aplicação imediata de lei, visando alcançar situações isonômicas, não há que falar em retroação legal. Precedentes.

-Em relações jurídicas de natureza continuativa, cujos efeitos se protraem no tempo, sendo passíveis de modificação, não se mostra configurado ato jurídico perfeito.

- Impossibilidade de evocação de direito adquirido pelo ente estatal, em detrimento a norma por ele editada.

(...)

-Agravo legal parcialmente provido."

Nas razões do especial (fls. 99/102), alega a autarquia recorrente violação ao art. 6º da LICC e 75 da Lei nº 8.213/91. Postula improcedência do pedido da majoração da renda mensal inicial do benefício de pensão por morte a beneficiários que já o recebiam antes da modificação legislativa operada pela Lei nº 9.032/95. Alega, por fim, que a majoração do benefício contraria os princípios da coisa julgada e da irretroatividade das leis, razão pela qual não faz jus a segurada à elevação do valor ao patamar de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício do segurado, na data do óbito.

É o breve relato. Passo a decidir.

No tocante à violação ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil não pode ser apreciada diretamente, mas somente por via transversa, considerando o fato de que o referido dispositivo foi repetido na Constituição Federal de 1988, cuja proteção cabe ao Supremo Tribunal Federal. Assim sendo, no caso em tela, a análise da eficácia imediata da lei no tempo remete à verificação da correta aplicação do art. 75 da Lei nº 8.213/91 e à possibilidade de majoração do benefício de pensão por morte em decorrência da edição da Lei nº 9.032/95.

A pensão por morte está encartada no rol dos benefícios de prestação continuada concedidos exclusivamente aos dependentes do segurado da Previdência Social, cuja finalidade é, na falta de seu mantenedor, garantir a sobrevivência desses.

Antes da edição da Lei de Planos e Benefícios, a matéria era regulada pelo Decreto nº 83.080/79 e, posteriormente, pelo Decreto nº 89.312/84, que, em seu art. 48, estabeleceu que a renda mensal inicial - RMI - da pensão seria de 50% (cinqüenta por cento) do salário-de-benefício a que fazia jus o de cujus, mais 10% (dez por cento) para cada dependente, observado o limite de cinco.

Com o advento da Lei nº 8.213, de 25 de julho de 1.991, seu art. 75 conferiu novos critérios para a obtenção da renda mensal. A RMI passou, então, a ser constituído de uma parcela, relativa à família, de 80% (oitenta por cento) do valor que o segurado recebia ou a que teria direito, se aposentado estivesse quando do óbito, mais tantas parcelas iguais a 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos fossem os seus dependentes, até o máximo de dois. Em caso de falecimento por acidente de trabalho, o valor era de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício ou do salário-de-contribuição vigente no dia do acidente, recaindo a escolha sob o que fosse mais vantajoso.

Editada a Lei nº 9.032, de 29 de abril de 1.995, nova redação foi conferida ao mencionado artigo, vejamos:

Art. 75. O valor mensal da pensão por morte, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no artigo 33 desta Lei.

As sucessivas alterações na renda mensal inicial ocasionaram um conflito intertemporal de normas, qual seja, a possibilidade de ser ou não aplicável a lei mais benéfica, majorando-se o percentual de pensões concedidas sob a égide das legislações anteriores a Lei nº 9.032/95.

A questão é resolvida à luz do que preceitua o art. 471, inciso I, do Código de Processo Civil. Tratando-se de uma relação jurídica continuativa, passível de adequação quando houver modificação no estado de fato ou de direito, é possível a aplicação da nova legislação. Para tanto, pouco importa se o que é exigido para a realização da hipótese normativa tenha origem sob a vigência de lei velha. Interessa, sim, que a questão se faça preencher por uma dada realidade fática-jurídica, coincidente na sua existência por inteiro, com o momento temporal que entra em vigor com a nova norma, justificando assim a sua imediata incidência.

Desta forma, tendo o segurado começado a perceber o benefício antes do advento da Lei nº 8.213/91 e estando recebendo-o até o presente momento, aplicável é a majoração elencada no art. 75 da Lei n. 8.213/91, na redação dada pela Lei nº 9.032/95, não há falar em retroação de lei mais benéfica, mas tão-somente na sua aplicação imediata, em respeito à manutenção da isonomia entre os benefícios.

A propósito, confiram-se os precedentes da Sexta Turma que tratam da matéria em comento:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENSÃO POR MORTE. PERCENTUAL. LEI MAIS BENÉFICA. INCIDÊNCIA. BENEFÍCIO EM MANUTENÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. No sistema de direito positivo brasileiro, o princípio tempus regit actum se subordina ao do efeito imediato da lei nova, salvo quanto ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada (Constituição da República, artigo 5º, inciso XXXVI e Lei de Introdução ao Código Civil, artigo 6º).

2. A lei nova, vedada a ofensa ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada, tem efeito imediato e geral, alcançando as relações jurídicas que lhes são anteriores, não, nos seus efeitos já realizados, mas, sim, nos efeitos que, por força da natureza continuada da própria relação, seguem se produzindo, a partir da sua vigência.

3. "L'effet immédiat de la loi doit être considéré comme la règle ordinaire: la loi nouvelle s'applique, dès sa promulgation, à tous les effets qui résulteront dans l'avenir de rapports juridiques nés ou à naître" (Les Conflits de Lois Dans Le Temps, Paul Roubier, Paris, 1929).

4. Indissociável o benefício previdenciário das necessidades vitais básicas da pessoa humana, põe-se na luz da evidência a sua natureza alimentar, a assegurar aos efeitos continuados da relação jurídica a regência da lei nova que lhes recolha a produção vinda no tempo de sua eficácia, em se cuidando de norma nova relativa à modificação de percentual dos graus de suficiência do benefício para o atendimento das necessidades vitais básicas do segurado e de sua família.

5. O direito subjetivo do segurado é o direito ao benefício, no valor irredutível que a lei lhe atribua e, não, ao valor do tempo do benefício, como é da natureza alimentar do benefício previdenciário.

6. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 862.433/PB, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ de 25/6/2007)

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. LEI Nº 9.032/1995. APLICAÇÃO IMEDIATA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

1. A decisão agravada deve ser mantida pelo que nela se contém, dado que proferida em sintonia com a jurisprudência da Terceira Seção de que a nova redação do art. 75 da Lei nº 8.213/91, conferida pela Lei nº 9.032/95, que elevou a pensão por morte previdenciária a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, tem incidência imediata, independentemente da lei vigente na data do fato gerador.
2. Agravo regimental a que se nega provimento."
(AgRg no Ag 694.277/RS, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ de 6/8/2007)

"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI Nº 8.213/91. LEI 9.032/95. APLICAÇÃO IMEDIATA. LEI Nº 9.528/97. INOVAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.
O dispositivo legal que majora o percentual concernente às cotas de pensão por morte deve ser aplicado a todos os benefícios previdenciários, independentemente da norma vigente quando do seu fato gerador, não havendo falar em retroatividade da lei, mas em incidência imediata. Precedentes.
Em agravo regimental não se pode trazer questão não deduzida no recurso especial, uma vez que impossível inovar.
É defesa a este Superior Tribunal a análise de violação de dispositivos constitucionais, sequer para fins de prequestionamento, em respeito à sua função precípua, que é conferir interpretação uniforme à legislação federal, e a fim de evitar usurpação de competência da Suprema Corte.
Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no Ag 757.858/RS, Rel. Min. PAULO MEDINA, Sexta Turma, DJ de 12/3/2007)

Diante do exposto, com base no artigo 254, inciso I, do RISTJ, **nego provimento** ao presente agravo.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4258)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 924.614 - RS (2007/0157879-4)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: ISSAC PIPKIN E OUTROS
ADVOGADO	: THIAGO CECCHINI BRUNETTO E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento desafiando decisão que não admitiu recurso especial, este calcado na alínea "a" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 4ª Região assim ementado:
"EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. VALORES INCONTROVERSOS. REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO.
Cabível a expedição do precatório da parcela incontroversa, nos termos do artigo 739, § 2º, do CPC." (fl. 50)
Opostos embargos declaratórios, restaram rejeitados. (fl. 60)
A recorrente indica, preliminarmente, violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, afirmando que o Tribunal de origem, mesmo instado em sede de embargos declaratórios, foi omisso ao não apreciar questões relevantes ao deslinde da controvérsia.
Aponta, ainda, violação dos artigos 739, § 2º, do Código de Processo Civil e 23, § 2º, I e II, da Lei nº 9.995/2000 e 5º, LIV, 37, **caput**, e 100 da Constituição Federal, sustentando não ser possível a expedição de precatório sem a existência de sentença transitada em julgado.
O inconformismo não merece abrigo.
Inicialmente, registre-se que é inviável o exame de afronta a dispositivos constitucionais em sede de recurso especial, instrumento processual que se destina a garantir a autoridade e aplicação uniforme da legislação federal.
De outro lado, a recorrente não apresentou expressamente os motivos pelos quais entende ter havido ofensa ao artigo 535 do CPC, deixando de apontar os temas que considera não analisados pelo aresto hostilizado.
Com efeito, não basta a alegação genérica de que o acórdão teria restado silente quanto às questões suscitadas nos embargos declaratórios, sem indicação específica do ponto omisso e de sua relevância para a solução da demanda.
Assim, esta Corte não pode verificar a suposta nulidade, pois patente a deficiência na fundamentação do apelo especial, visto que as razões recursais não evidenciam, com objetividade, como teria ocorrido a dita violação do artigo 535 do Código de Processo Civil (enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal).
Quanto ao mérito, conforme precedentes desta Corte, é possível o prosseguimento da execução relativa à parcela incontroversa da dívida, ainda que pendentes de julgamento os embargos do devedor.
Anotem-se:
A *- "RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DEFINITIVA. EMBARGOS À EXECUÇÃO PARCIAIS OPOSTOS PELA FAZENDA PÚBLICA. EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO RELATIVAMENTE À PARTE INCONTROVERSA DA DÍVIDA. ARTIGO 739, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. POSSIBILIDADE.*
1. 'A execução é definitiva, quando fundada em sentença transitada em julgado ou em título extrajudicial; é provisória, quando a sentença for impugnada mediante recurso, recebido só no efeito devolutivo.' (artigo 587 do Código de Processo Civil).
2. Iniciado o processo executivo com base em sentença transitada em julgado ou em título extrajudicial, a oposição de embargos à execução, a despeito de suspender a execução (artigo 791, inciso I, do Código de Processo Civil), não transforma a execução definitiva em provisória, isso porque a execução que se inicia como definitiva permanece definitiva, por força de natureza, até o seu termo final, é dizer, execução definitiva não pode se converter em provisória, mas somente esta naquela. Precedentes.
3. 'Quando os embargos forem parciais, a execução prosseguirá quanto à parte não embargada.' (artigo 739, § 2º, do Código de Processo Civil).
4. O prosseguimento da execução, assim autonomizada, há de fazer-se na forma da Constituição da República, que preceitua a expedição de precatório como regra geral (artigo 100, ***caput****) ou de execução direta, sem a expedição de precatório, para os pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer, em virtude de sentença judicial transitada em julgado (artigo 100, § 3º).*
5. A finalidade da norma acrescentada pela Emenda Constitucional nº 37/2002 (artigo 100, § 4º) é a de evitar que o exeqüente, intencionalmente, se valha da utilização simultânea dos dois sistemas de satisfação do seu crédito, quais sejam, o do precatório para uma parte da dívida e o do pagamento imediato (sem expedição de precatório) para outra parte, mediante o fracionamento, a repartição ou a quebra do valor da dívida, não incidindo sobre a execução da parte incontroversa da dívida, autorizada pelo artigo 739, § 2º, do Código de Processo Civil.
6. Recurso improvido."
(REsp nº 437.912/RS, Relator o Ministro ***HAMILTON CARVALHIDO****, DJU de 2/8/2004)*

B *- "CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. ART. 21 DA LEI Nº 10.707/2003. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 282/STF. PRECATÓRIO PARCIAL SOBRE A PARTE INCONTROVERSA. EXECUÇÃO DEFINITIVA. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 739, § 2°, DO CPC C/C ART. 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.*
1. É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada (Súmula nº 282/STF).
2. A melhor exegese que se dá ao art. 739, § 2°, do CPC é aquela que, ao possibilitar maior efetividade e celeridade ao processo executivo, permite a execução da parte incontroversa da dívida, ainda que figure como executada a Fazenda Pública.
3. A oposição de embargos à execução insurgindo-se apenas quanto à parte do crédito apresentado leva à suspensão parcial da execução
4. A norma processual, como qualquer outra, deve se compatibilizar com a Constituição Federal; portanto, a necessidade de 'sentenças transitadas em julgado', contida no texto constitucional, diz respeito à sentença proferida no curso de processo de conhecimento.
5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, negado provimento."
(REsp nº 659.943/DF, Relator o Ministro ***HÉLIO QUAGLIA BARBOSA****, DJU de 16/11/2004)*

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 14 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4259)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 924.698 - RS (2007/0175772-1)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ALEX PEROZZO BOEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: EUTALIA DA SILVA CECCON
ADVOGADO	: DEREINE TERESINHA MOSSMANN DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento desafiando decisão que não admitiu recurso especial, este calcado na alínea "a" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 4ª Região assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. SÚMULA 2 TRF/4.
No regime anterior à Lei 8.213/1991 é devida a correção dos salários-de-contribuição anteriores aos 12 últimos meses na forma da Súmula n.º 2 desta Corte." (fl. 49)

Opostos embargos declaratórios, restaram rejeitados. (fl. 60)
Aponta a agravante, no especial, violação dos artigos 535 do CPC; 6º da Lei de Introdução ao Código Civil e 103, **caput**, da Lei n.º 8.213/91, ao argumento de que o direito da parte autora fora alcançado pela decadência.
O inconformismo não merece abrigo.
Registre-se, preliminarmente, que da análise dos autos extrai-se ter o Tribunal recorrido examinado e decidido, fundamentadamente, todas as questões postas ao seu crivo, não cabendo falar em negativa de prestação jurisdicional.
Quanto ao mais, a Medida Provisória n.º 1.523/1997, posteriormente convertida na Lei 9.528/1997, alterou o artigo 103 da Lei n.º 8.213/1991, estabelecendo um prazo decadencial para revisão da renda mensal inicial dos benefícios previdenciários.
Contudo, referida modificação somente pode atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência, vez que a norma não é expressamente retroativa e trata de instituto de direito material.
Assim, não se aplica ao caso em exame, pois o benefício previdenciário foi concedido ao segurado em data anterior à nova regência normativa.
Vejam-se os precedentes:

A *- " PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIO. ART. 103 DA LEI 8.213/1991. LEI Nº 9.528/1997. PRAZO DECADENCIAL.*
- O prazo de decadência instituído pelo art. 103 da Lei n.º 8.213/1991, com redação dada pela Medida Provisória n.º 1.523/1997, não se aplica aos pedidos de revisão de benefícios ajuizados antes de sua vigência, pois o novo regramento não tem aplicação retroativa.
- Recurso especial não conhecido."
(REsp nº 410.690/RN, Relator o Ministro ***VICENTE LEAL****, DJU de 5/8/2002)*

B *- "PROCESSO E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ARTIGO 103 DA LEI 8.213/1991, COM A REDAÇÃO DA MP 1.523/1997 CONVERTIDA NA LEI 9.528/1997 E ALTERADO PELA LEI 9.711/1998.*
I - Desmerece conhecimento o recurso especial, quanto à alínea 'c' do permissivo constitucional, visto que os acórdãos paradigmas se referem aos efeitos de lei processual, enquanto o instituto da decadência se insere no campo do direito material.
II - O prazo decadencial do direito à revisão de ato de concessão de benefício previdenciário, instituído pela MP 1.523/1997, convertida na Lei 9.528/1997 e alterado pela Lei 9.711/1998, não alcança os benefícios concedidos antes de 27/6/1997, data da nona edição da MP 1.523/1997.
III - Recurso conhecido em parte e, nessa desprovido."
(REsp. nº 254.186/PR, Relator o Ministro ***GILSON DIPP****, DJU de 27/8/2001)*

C *- "PROCESSO CIVIL. AÇÃO REVISIONAL DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO DECENAL. LEI Nº 8.213/1991, ART. 103, COM REDAÇÃO DADA PELA MP Nº 1.523/1997. APLICAÇÃO IMEDIATA.*
1. As normas de direito processual, dado o caráter de ordem pública, têm aplicação imediata, desde que respeitadas as situações jurídicas já consolidadas sob a vigência da lei anterior.
2. Não existindo, à época da concessão do benefício previdenciário (DIB 31/8/1983), qualquer norma que fixasse prazo prescricional para a propositura de ação revisional, não há como se exigir tivesse o segurado ajuizado sua ação dentro do decênio previsto em lei (ou medida provisória) posterior. Prescrição que não se reconhece.
3. Recurso não conhecido"
(REsp nº 250.901/PR, Relator o Ministro ***EDSON VIDIGAL****, DJU de 11/9/2000)*

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4260)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 924.795 - SP (2007/0147749-7)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: HELVÉCIO ALBERTI E OUTROS
ADVOGADO	: ISMAR LEITE DE SOUZA

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento desafiando decisão que não admitiu recurso especial, este calcado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 3ª Região assim ementado:
"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DO SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. LEIS NºS 8.622/1993 E 8.627/1993. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
1. O Supremo Tribunal Federal reconheceu que o reajuste de 28,86%, estabelecido pelas Leis nºs 8.622 e 8.627/1993, constituiu revisão geral de remuneração, devendo ser estendido aos demais servidores civis do Poder Executivo, à luz do artigo 37, X, da Constituição Federal. Súmula nº 672. É de se aplicar o mesmo raciocínio ao militares que receberam reajustes inferiores ao percentual de 28,86%.
2. Limitada a percepção do reajuste até o advento da Medida Provisória nº 2.131/2000, que reestruturou os padrões remuneratórios dos servidores das Forças Armadas.
3. Apelação a que se dá parcial provimento." (fl. 108)
Aponta a agravante, no especial, além de divergência jurisprudencial, violação das Leis nº 8.622/1993 e 8.627/1993.
O inconformismo não merece abrigo.
A jurisprudência desta Corte orienta-se no sentido de que, se o Supremo Tribunal Federal, ao reconhecer que os reajustes decorrentes das Leis nºs 8.622/1993 e 8.627/1993 importaram em revisão geral de remuneração, assegurou aos servidores públicos civis a percepção do índice de 28,86%, a negativa desse direito aos militares beneficiados com aumentos menores implicaria desrespeito ao princípio da isonomia e ao disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal.
Confiram-se:
A *- "RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO. PREQUESTIONAMENTO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MILITARES. LEIS NºS 8.622/1993 E 8.627/1993. DIREITO À DIFERENÇA ENTRE O ÍNDICE DE 28,86% E O PERCENTUAL JÁ RECEBIDO. PRECEDENTES.*

3. O Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 22.307-7, em que foi Relator o Ministro Marco Aurélio, (DJ de 13/6/1997), atribuiu ao reajuste concedido pelas Leis nºs 8.237/1991 e 8.627/1993, no percentual médio de 28,86%, a natureza jurídica de reajuste geral de vencimentos.
4. 'A revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, far-se-á sempre na mesma data;' (redação original do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal).
5. Em se cuidando de reajuste geral de vencimentos, impõe-se afirmar o direito dos militares à diferença entre os percentuais de reajuste recebidos e o percentual de 28,86%, deferido pelas Leis nºs 8.237/1991 e 8.627/1993, por força da proibição constitucional de distinção de índices, na letra do inciso X do artigo 39 da Constituição Federal, como vigente ao tempo da edição das leis.
6. Recurso parcialmente conhecido e improvido."
(REsp nº 585.109/MG, Relator o Ministro ***HAMILTON CARVALHIDO****, DJU de 2/2/2004)*

B *- "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. VENCIMENTOS. REAJUSTE DE 28,86%. LEIS NºS 8.622/1993 E 8.627/1993. REVISÃO GERAL DE REMUNERAÇÃO. VERIFICADO QUE DETERMINADAS CATEGORIAS JÁ FORAM BENEFICIADAS PELO AUMENTO. 'COMPENSAÇÃO'.*
I - Conforme entendimento firmado no colendo STF (RMS nº 22.307/DF), o reajuste de 28,86% previsto nas Leis n°s 8.622 e 8.627/1993 constituiu-se em revisão geral de remuneração, devendo ser estendido aos demais servidores civis e militares (art. 37, X, da CF). Todavia, como determinadas categorias já foram beneficiadas pelo aumento, deve ser feita a devida compensação na fase de execução do julgado.
II - Desse modo, aqueles militares que foram contemplados com reajustes inferiores ao de 28,86% fazem jus, a contar de 1993, à complementação desse percentual, consistente na diferença entre os índices efetivamente percebidos em virtude da adequação de soldos, postos e graduações, levada a efeito pela Lei nº 8.627/1993, e o índice de 28,86%.
Recurso especial parcialmente provido."
(REsp nº 457.164/PE, Relator o Ministro ***FELIX FISCHER****, DJU de 31/3/2003)*

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4261)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 924.819 - SC (2007/0104007-5)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ALEX PEIXOTO PEROZZO BOEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: IOLANDA TORRESANI
ADVOGADO	: MÁRCIO SILVEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento desafiando decisão que não admitiu recurso especial, este calcado na alínea "a" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 4ª Região assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO.
Tratando-se de benefício originário deferido antes de 27 de junho de 1997 (data da edição da MP 1523-9), não há falar em decadência do direito da parte autora em pedir a revisão da RMI do amparo, logo, não há o que ser reconhecido de ofício." (fl. 29)
Aponta a agravante, no especial, violação dos artigos 6º da Lei de Introdução ao Código Civil e 103, **caput**, da Lei n.º 8.213/91, ao argumento de que o direito da parte autora fora alcançado pela decadência.
O inconformismo não merece abrigo.
A Medida Provisória n.º 1.523/1997, posteriormente convertida na Lei 9.528/1997, alterou o artigo 103 da Lei n.º 8.213/1991, estabelecendo um prazo decadencial para revisão da renda mensal inicial dos benefícios previdenciários.
Contudo, referida modificação somente pode atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência, vez que a norma não é expressamente retroativa e trata de instituto de direito material.
Assim, não se aplica ao caso em exame, pois o benefício previdenciário foi concedido ao segurado em data anterior à nova regência normativa.
Vejam-se os precedentes:

A *- " PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIO. ART. 103 DA LEI 8.213/91. LEI Nº 9.528/97. PRAZO DECADENCIAL.*
- O prazo de decadência instituído pelo art. 103 da Lei n.º 8.213/1991, com redação dada pela Medida Provisória n.º 1.523/1997, não se aplica aos pedidos de revisão de benefícios ajuizados antes de sua vigência, pois o novo regramento não tem aplicação retroativa.
- Recurso especial não conhecido."
(REsp nº 410.690/RN, Relator o Ministro ***VICENTE LEAL****, DJU de 5/8/2002)*

B *- "PROCESSO E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ARTIGO 103 DA LEI 8.213/1991, COM A REDAÇÃO DA MP 1.523/1997 CONVERTIDA NA LEI 9.528/1997 E ALTERADO PELA LEI 9.711/1998.*
I - Desmerece conhecimento o recurso especial, quanto à alínea 'c' do permissivo constitucional, visto que os acórdãos paradigmas se referem aos efeitos de lei processual, enquanto o instituto da decadência se insere no campo do direito material.
II - O prazo decadencial do direito à revisão de ato de concessão de benefício previdenciário, instituído pela MP 1.523/1997, convertida na Lei 9.528/1997 e alterado pela Lei 9.711/1998, não alcança os benefícios concedidos antes de 27/6/1997, data da nona edição da MP 1.523/1997.
III - Recurso conhecido em parte e, nessa desprovido."
(REsp. nº 254.186/PR, Relator o Ministro ***GILSON DIPP****, DJU de 27/8/2001)*

C *- "PROCESSO CIVIL. AÇÃO REVISIONAL DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO DECENAL. LEI Nº 8.213/1991, ART. 103, COM REDAÇÃO DADA PELA MP Nº 1.523/1997. APLICAÇÃO IMEDIATA.*
1. As normas de direito processual, dado o caráter de ordem pública, têm aplicação imediata, desde que respeitadas as situações jurídicas já consolidadas sob a vigência da lei anterior.
2. Não existindo, à época da concessão do benefício previdenciário (DIB 31/8/1983), qualquer norma que fixasse prazo prescricional para a propositura de ação revisional, não há como se exigir tivesse o segurado ajuizado sua ação dentro do decênio previsto em lei (ou medida provisória) posterior. Prescrição que não se reconhece.
3. Recurso não conhecido"
(REsp nº 250.901/PR, Relator o Ministro ***EDSON VIDIGAL****, DJU de 11/9/2000)*

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4262)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 925.290 - RJ (2007/0156709-2)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: CACILDA BRUNING GUIMARÃES E OUTROS
ADVOGADO	: EDNE FONSECA PINTO MAGALHÃES

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento desafiando decisão que não admitiu recurso especial, este calcado na alínea "a" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 2ª Região assim ementado:

"AGRAVO INTERNO. PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. OMISSÃO RELATIVA A JUROS MORATÓRIOS CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.
- O Agravo Interno não é o instrumento adequado para sanar omissão porventura existente em decisão monocrática do Relator, sendo cabível, ***in casu****, a interposição de Embargos de Declaração.*
- Não se verifica a omissão relativa à fixação do percentual de juros moratórios em condenação contra a Fazenda Pública para pagamento de diferenças percentuais relativas ao índice de 28,86% sobre os vencimentos de servidores civis, quando, à época da prolação da sentença, não havia a disposição hoje contida no art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997.
- A alteração introduzida pela Medida Provisória nº 2.180-35 de 24/8/2001, relativamente à aplicação e juros moratórios de 6% ao ano nas condenações contra a Fazenda Pública, não tem eficácia retroativa, aplicando-se somente às ações ajuizadas posteriormente à sua edição.
- Agravo interno improvido." (fl. 63)
Opostos embargos declaratórios, restaram rejeitados. (fl. 75)
Aponta a agravante, no especial, violação dos artigos 1.062 do Código Civil/1916, 1º da Lei nº 4.414/1964 e 1º-F da MP nº 2.180/2001, sustentando que os juros moratórios devem ser fixados à razão de 0,5% ao mês.
O inconformismo não merece abrigo.
Afasta-se, inicialmente, a suposta usurpação da competência do STJ, pois, conforme entendimento pacífico desta Corte, é possível o juízo monocrático de admissibilidade adentrar no mérito do recurso especial, uma vez que o Tribunal de origem ao não admitir o apelo extremo pela alínea "a", em face do pressuposto constitucional (art. 105, III, "a", CF), deve verificar se o acórdão contrariou ou negou vigência a dispositivo de lei federal, o que corresponde, na realidade, à análise do próprio mérito da controvérsia.
Quanto ao mais, registre-se que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que os juros moratórios sobre prestações de caráter alimentar deveriam ser fixados em 1% ao mês.
Veja-se:
"SERVIDOR PÚBLICO. VENCIMENTOS. LEI Nº 8.880/1994. JUROS.
- Direito ao resíduo de 3,17%.
- Caráter alimentar das parcelas atrasadas. Juros de 1% ao mês.
- Recurso especial não conhecido."
(REsp nº 306.731/RS, Relator o Ministro ***FONTES DE ALENCAR****, DJU de 11/6/2001)*

Ocorre, contudo, que a Medida Provisória nº 2.180-35, de 24/8/2001, que deu nova redação ao já referido artigo 1º-F da Lei nº 9.494/1997, assim dispôs:
"Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano."
Enfrentando a questão, já em face da aludida modificação legislativa, esta Corte assentou compreensão de que o mencionado diploma legal só teria incidência nos processos iniciados após a sua vigência, aplicando-se, inclusive, às verbas remuneratórias devidas a pensionista de servidor público.
Nesse sentido:
"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. JUROS DE MORA. INÍCIO DO PROCESSO APÓS A VIGÊNCIA DA MP Nº 2.180-35/2001. INCIDÊNCIA.
1. Com a edição da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, a qual acrescentou o art. 1º-F à Lei nº 9.494/1997, nos casos em que sucumbente a Fazenda Pública, a fixação dos juros de mora é cabível no percentual de 6% ao ano, se proposta a ação após a vigência da referida MP.
2. Deve ser afastada a aplicação do art. 406 do novo Código Civil, em razão da especialidade da regra do art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, que, especificamente, regula a incidência dos juros de mora nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias, aí incluídos benefícios previdenciários.
3. Agravo regimental desprovido."
(AgRg no REsp nº 712.662/RS, Relatora a Ministra ***LAURITA VAZ****, DJU de 6/6/2005)*

In casu, a ação foi ajuizada antes da edição da referida medida provisória, impondo-se que os juros da mora sejam calculados com índice de 12% (doze por cento) ao ano.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4263)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 925.299 - SP (2007/0160795-6)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: NILSON BERALDI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA IZILDINHA COSTA DA SILVA FERREIRA
ADVOGADO	: KLAYTON DONATO E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento desafiando decisão que não admitiu recurso especial, este calcado na alínea "a" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 3ª Região assim ementado:

"PREVIDÊNCIA SOCIAL. REVISÃO PENSÃO POR MORTE. MAJORAÇÃO DO PERCENTUAL DE INCIDÊNCIA. LEIS N.ºS 9.032/1995 E 9.528/1997.

- A parte autora obteve seu benefício, nos termos da Lei n.º 8.213/1991, que fixava o coeficiente em 80% (oitenta por cento) do valor da aposentadoria mais tantas parcelas de 10% (dez por cento) do referido valor quantos forem os seus dependentes, até o máximo de 2 (duas) e 100% (cem por cento) do salário-de-benefício ou do salário-de-contribuição vigente no dia do acidente.

- Posteriormente, a Lei n.º 9.032/1995 elevou o percentual, que passou a corresponder a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício devido.

- Com o advento da Lei n.º 9.528/1997, o coeficiente foi mantido em 100% (cem por cento) do valor da aposentadoria recebida ou daquela a que teria direito o beneficiário, aposentado por invalidez, na data do seu falecimento.

- A lei nova, mais benéfica aos segurados, deve incidir sobre os benefícios, inclusive sobre aqueles adrede concedidos.

- Remessa oficial e apelação do INSS improvidas." (fl. 92)

Opostos embargos declaratórios, restaram rejeitados.
Alega o agravante afronta ao princípio do juiz natural e inobservância ao disposto no artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil. No especial, concentra-se na alegação de ofensa a ato perfeito.
O inconformismo não merece abrigo.
Afasta-se, inicialmente, a suposta usurpação da competência do STJ, pois, conforme entendimento pacífico desta Corte, é possível o juízo monocrático de admissibilidade adentrar no mérito do recurso especial, uma vez que o Tribunal de origem, ao não admitir o apelo extremo pela alínea "a" em face do pressuposto constitucional (art. 105, III, "a", CF), deve verificar se o acórdão contrariou ou negou vigência a dispositivo de lei federal, o que corresponde, na realidade, à análise do próprio mérito da controvérsia.
Quanto ao mais, é firme no Superior Tribunal de Justiça a compreensão de que a nova redação do art. 75 da Lei n.º 8.213/1991, conferida pela Lei n.º 9.032/1995, que majorou a pensão previdenciária por morte a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, tem incidência imediata, independentemente da lei vigente à data do fato gerador.
Confiram-se:
A *- "PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. RETROATIVIDADE DA LEI NOVA MAIS BENÉFICA. LEIS NºS 8.213/91 E 9.032/95. POSSIBILIDADE.*
- Em tema de concessão de benefício previdenciário decorrente de pensão por morte, admite-se a retroação da lei instituidora, em face da relevância da questão social que envolve o assunto.
- O art. 75 da Lei nº 8.213/91, com a nova redação conferida pela Lei nº 9.032/95, é aplicável às pensões concedidas antes de sua edição, porque imediata a sua incidência.

- Embargos de divergência conhecidos e acolhidos".
*(EREsp nº 311.302/AL, Relator o Ministro **VICENTE LEAL**, DJU de 16/9/2002)*

***B** - " PREVIDENCIÁRIO. ALTERAÇÃO. PERCENTUAL. COTA FAMILIAR. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI Nº 8.213/91. LEI Nº 9.032/95. APLICAÇÃO IMEDIATA.*
*1. Em tema de benefício previdenciário, a Terceira Seção tem entendimento no sentido da incidência imediata da lei nova, vedada a ofensa ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada, **ut** arts. 5º, XXXVI, e 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, alcançando as relações jurídicas anteriores nos efeitos a serem produzidos em decorrência da própria continuidade da relação, a partir de sua vigência.*
2. Nesse contexto, o dispositivo legal que majora o percentual concernente às cotas de pensão por morte deve ser aplicado a todos os benefícios previdenciários, independentemente da norma vigente quando de seu fato gerador, não havendo falar em retroatividade da lei, mas em incidência imediata.
3. Recurso não conhecido".
*(REsp nº 345.678/AL, Relator o Ministro **FERNANDO GONÇALVES**, DJU de 2/9/2002)*

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4264)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 925.338 - RJ (2007/0139443-0)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: NELSON HENRIQUE SOARES DE CARVALHO E OUTROS
ADVOGADO	: BRUNO RAFAEL OLIVEIRA GOMES E OUTRO(S)

DECISÃO
Agravo de instrumento contra inadmissão de recurso especial interposto pela União, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado:
"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MILITAR. LICENCIAMENTO POR TEMPO DE SERVIÇO. REINTEGRAÇÃO. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. PRAZO PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO PRINCIPAL. ART. 806, DO CPC. HONORÁRIOS. § 4º, DO ART. 20, DO CPC.
I - A hipótese consiste em pleito de militares visando a anulação de seus atos de licenciamento; promoção à graduação de Cabo; reengajamento à FAB pelo tempo necessário à obterem a estabilidade e; recebimento das parcelas atrasadas com juros e correção monetária.
II - Sentença que julgou extinto o processo, com julgamento do mérito, nos termos do art. 269, IV, do CPC, acolhendo a prescrição do fundo de direito, nos termos do Decreto nº 20.910/32.
III - Inocorrência da prescrição, vez que com o ajuizamento da Ação Cautelar objetivando assegurar o direito ora pleiteado, interrompeu-se o lapso prescricional. Precedente do eg. TRF-1ª Região.
IV - Nos termos do art. 806, do CPC, a ação principal deve ser ajuizada "no prazo de trinta (30) dias, contados da data da efetivação da medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório". A efetivação da medida cautelar ocorre no momento em que o requerente tem conhecimento do cumprimento da decisão. No caso, não há nos autos comprovação de que a sentença tenha sido cumprida, vez que não houve apreciação de liminar, não havendo como considerar intempestivo o ajuizamento da presente ação.
V - Nas causas em que o pedido for julgado improcedente, o percentual de honorários advocatícios deve ser fixado consoante apreciação eqüitativa do juiz, conforme dispõe o § 4º, do art. 20, do CPC.
VI - Apelação dos Autores conhecida e provida, para anular a sentença e determinar o retorno dos autos à Vara de origem, e apelação da UNIÃO FEDERAL conhecida e improvida." (fl. 563).
Sustenta a recorrente que a prescrição do fundo de direito do pleito dos autores, eis que *"No presente caso, o fato gerador da possível lesão ocorreu em 1992, data do licenciamento dos autores, e a petição foi distribuída em 14 de dezembro de 1999."* (fl. 571).
A violação do artigo do Decreto-lei nº 20.910/32 funda a insurgência especial.
Tudo visto e examinado, decido.
São estes os fundamentos do acórdão recorrido:
"(...)
A hipótese consiste em pleito de militares visando a anulação de seus atos de licenciamento; promoção à graduação de Cabo; reengajamento à FAB pelo tempo necessário à obterem a estabilidade e; recebimento das parcelas atrasadas com juros e correção monetária.
A r. sentença, da lavra da MM. Juíza Federal REGINA COELI M. C. PEIXOTO, julgou extinto o processo, com julgamento do mérito, nos termos do art. 269, IV, do CPC, asserindo (fls. 493/495):
(...)
Os Autores apelaram de tal decisão, alegando que ajuizaram Ação Cautelar, no ano de 1994, o que interrompeu a prescrição, e que não tendo ocorrido a efetivação da medida (sentença que os reintegrou à FAB), a presente ação foi ajuizada dentro do prazo legal.
No que tange ao prazo prescricional previsto no art. 1º, do Decreto nº 20.910/32, entendo que assiste razão aos apelantes. Com o ajuizamento da Ação Cautelar objetivando assegurar o direito ora pleiteado, interrompeu-se o lapso prescricional. Em tal sentido encontramos o seguinte precedente:
(...)" (fls. 544).
Como se vê, o acórdão alvejado está assentado na não ocorrência de prescrição, ante a interrupção do lapso prescricional, que se deu com o ajuizamento de ação cautelar objetivando assegurar o direito ora pleiteado.
E a recorrente se limitou à alegação da prescrição do fundo direito pelo decurso do prazo de cinco anos entre o surgimento do suposto direito e o ajuizamento da ação, deixando, pois, de impugnar o único fundamento do acórdão da Corte Regional, o que faz incidir, na espécie, o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal, também aplicável em sede de recurso especial, ***verbis***:
"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."
A propósito, vale conferir o seguinte precedente jurisprudencial:
"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO INFRINGENTE. POSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL. ADMISSIBILIDADE. PRESSUPOSTOS. INEXISTÊNCIA. ACÓRDÃO FUNDADO EM DUPLO FUNDAMENTO. ATAQUE PARCIAL. SÚMULA 283/STF.
- Embora os embargos de declaração tenham por escopo expungir do julgamento obscuridades ou contradições, ou suprir omissão sobre tema de pronunciamento obrigatório pelo Tribunal, segundo o comando expresso no art. 535, do CPC, a tal recurso é possível conferir-se efeito modificativo ou infringente, desde que a alteração do julgamento decorra da correção daqueles citados defeitos.
- Fundando-se o acórdão em duplo fundamento, é inadmissível o recurso que ataca apenas um dos temas, consoante o teor da Súmula nº 283, do STF.
- Embargos de declaração acolhidos. Recurso especial não conhecido." (EdclREsp nº 146.729/MG, Relator Ministro Vicente Leal, ***in*** DJ 2/2/98 - nossos os grifos).
Pelo exposto, nego provimento ao agravo
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4265)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 925.679 - RS (2007/0157910-0)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: ADOLFO BENEDETTI E OUTROS
ADVOGADO	: THIAGO CECCHINI BRUNETTO E OUTRO(S)

DECISÃO
Cuida-se de agravo de instrumento desafiando decisão que não admitiu recurso especial, este calcado na alínea "a" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 4ª Região assim ementado:
"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. EMBARGOS PARCIAIS. PARTE INCONTROVERSA. EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO. FACTIBILIDADE.
*1. É factível o fracionamento da execução ao pagamento antecipado do valor incontroverso no processado, quando essa cisão não produz, em relação a esse **quantum**, forma de pagamento diversa daquela estabelecida à satisfação do crédito total.*
2. O parágrafo 1º do artigo 100 da Constituição Federal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, de Responsabilidade Fiscal, bem como o artigo 2º-B da Lei nº 9.494/1997 não impedem a expedição de precatório requisitório para o pagamento da execução pela parte incontroversa, eis que inexistente qualquer recurso pendente de julgamento quanto ao valor contido na requisição." (fl. 58)
Opostos embargos declaratórios, restaram acolhidos tão somente para fins de prequestionamento. (fl. 67)
Indica a agravante, no especial, preliminarmente, violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, afirmando que o Tribunal de origem, mesmo instado em sede de embargos declaratórios, foi omisso ao não apreciar questões relevantes ao deslinde da controvérsia.
Aponta, ainda, contrariedade dos artigos 739, § 2º, do CPC e 23, § 2º, da Lei nº 10.266/2001, sustentando não ser possível a expedição de precatório sem a existência de sentença transitada em julgado.
O inconformismo não merece abrigo.
Pacífico o entendimento jurisprudencial desta Corte de que o recorrente deve infirmar os fundamentos da decisão impugnada, mostrando-se inadmissível o agravo que contra eles não se insurge.
In casu, a agravante limitou-se a argumentar que o Tribunal de origem, ao avançar no exame do mérito do recurso especial, teria usurpado a competência desta Corte.
Assim, percebe-se que as razões recursais não investiram contra os fundamentos da decisão agravada, incidindo, portanto, o princípio cristalizado no enunciado nº 182 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, **verbis**:
"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

No mesmo sentido:
"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL - ANÁLISE DO MÉRITO. POSSIBILIDADE. RECURSO QUE DEIXA DE IMPUGNAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA Nº 182/STJ.
1. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de ser possível o juízo de admissibilidade adentrar o mérito do recurso, na medida em que o exame da sua admissibilidade, pela alínea 'a', em face dos seus pressupostos constitucionais, envolve o próprio mérito da controvérsia.
2. Fundada a decisão que inadmitiu o recurso especial na alegação de que esta Corte já firmou jurisprudência no sentido de que a apelação em mandado de segurança não tem eficácia suspensiva, impõe-se o improvimento de agravo de instrumento que se limita à alegação de que o Vice-Presidente usurpou a competência deste Superior Tribunal de Justiça ao examinar questão de mérito, sem infirmar os fundamentos da decisão impugnada.
3. 'É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.' (Súmula do STJ, Enunciado nº 182).
4. Agravo regimental improvido."
*(AgRg no Ag 490.948/RJ, Relator o Ministro **HAMILTON CARVALHIDO**, DJU de 15/12/2003)*

Ante o exposto, não conheço do agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4266)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 926.218 - SP (2007/0168490-0)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ALESSANDRA CRISTINA BOARI COELHO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA IVA DA SILVA LIMA
ADVOGADO	: DENISE DE ALMEIDA DÓRO E OUTRO(S)

DECISÃO
Cuida-se de agravo de instrumento desafiando decisão que não admitiu recurso especial, este calcado na alínea "a" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 3ª Região assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - REMESSA OFICIAL - PRELIMINAR - PRESCRIÇÃO - REVISÃO DE BENEFÍCIO - PENSÃO POR MORTE - ALTERAÇÃO DE COEFICIENTE - LEI MAIS BENÉFICA - INCIDÊNCIA - JUROS DE MORA - TAXA SELIC - EXCLUSÃO.

I - Em se tratando de benefício previdenciário, cujas prestações são de trato sucessivo, a prescrição não atinge o fundo de direito, mas sim as parcelas ou diferenças devidas no período anterior ao qüinqüênio contado do ajuizamento da ação (Súmula 85 do E. STJ).

II - O valor do benefício de pensão por morte deve ser calculado de acordo com a lei vigente à época do óbito, aplicando-se, outrossim, as alterações posteriormente introduzidas, não havendo que se falr, portanto, em aplicação retroativa da lei.

III - A correção monetária incide sobre as diferenças em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula 8 do E. TRF da 3ª Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria n.º 92/2001 DF-SJ/SP, de 23 de outubro de 2001, editada com base no provimento n.º 64/05 da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.

IV - Os juros moratórios devem ser calculados de forma globalizada para as diferenças anteriores à citação e de forma decrescente para aquelas vencidas após tal ato processual. será observada a taxa de 6% ao ano até 10.1.2003 e, a partir de 11.1.2003, será considerada a taxa de 1% ao mês, nos termos do art. 406 do Código Civil e do art. 161, §1º, do Código Tributário Nacional, devendo, entretanto, ser excluída a taxa Selic, cuja incidência somente está prevista sobre débitos tributários (STJ; EResp 396.554; 1ª Seção; Relator Ministro Teori Albino Zavascki; DJ 25.8.2004).

V - Preliminar rejeitada. Apelo do INSS e remessa oficial parcialmente providas." (fl. 131)

Opostos embargos declaratórios, restaram rejeitados. (fl. 160).
Alega o agravante afronta ao princípio do juiz natural e inobservância ao disposto no artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil.
O inconformismo não merece abrigo.
Afasta-se, inicialmente, a suposta usurpação da competência do STJ, pois, conforme entendimento pacífico desta Corte, é possível o juízo monocrático de admissibilidade adentrar no mérito do recurso especial, uma vez que o Tribunal de origem, ao não admitir o apelo extremo pela alínea "a" em face do pressuposto constitucional (art. 105, III, "a", CF), deve verificar se o acórdão contrariou ou negou vigência a dispositivo de lei federal, o que corresponde, na realidade, à análise do próprio mérito da controvérsia.
Quanto ao mais, é firme no Superior Tribunal de Justiça a compreensão de que a nova redação do art. 75 da Lei n.º 8.213/1991, conferida pela Lei n.º 9.032/1995, que majorou a pensão previdenciária por morte a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, tem incidência imediata, independentemente da lei vigente à data do fato gerador.
Confiram-se:
***A** - "PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. RETROATIVIDADE DA LEI NOVA MAIS BENÉFICA. LEIS NºS 8.213/1991 E 9.032/1995. POSSIBILIDADE.*
- Em tema de concessão de benefício previdenciário decorrente de pensão por morte, admite-se a retroação da lei instituidora, em face da relevância da questão social que envolve o assunto.

- O art. 75 da Lei nº 8.213/1991, com a nova redação conferida pela Lei nº 9.032/1995, é aplicável às pensões concedidas antes de sua edição, porque imediata a sua incidência.
- Embargos de divergência conhecidos e acolhidos".
*(EREsp nº 311.302/AL, Relator o Ministro **VICENTE LEAL**, DJU de 16/9/2002)*

***B** - " PREVIDENCIÁRIO. ALTERAÇÃO. PERCENTUAL. COTA FAMILIAR. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI Nº 8.213/1991. LEI Nº 9.032/1995. APLICAÇÃO IMEDIATA.*
*1. Em tema de benefício previdenciário, a Terceira Seção tem entendimento no sentido da incidência imediata da lei nova, vedada a ofensa ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada, **ut** arts. 5º, XXXVI, e 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, alcançando as relações jurídicas anteriores nos efeitos a serem produzidos em decorrência da própria continuidade da relação, a partir de sua vigência.*
2. Nesse contexto, o dispositivo legal que majora o percentual concernente às cotas de pensão por morte deve ser aplicado a todos os benefícios previdenciários, independentemente da norma vigente quando de seu fato gerador, não havendo falar em retroatividade da lei, mas em incidência imediata.
3. Recurso não conhecido".
*(REsp nº 345.678/AL, Relator o Ministro **FERNANDO GONÇALVES**, DJU de 2/9/2002)*

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4267)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 926.403 - PR (2007/0168202-0)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: TATIANA SILVA DE BONA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ORLANDO LEWANDOWSKI
ADVOGADO	: ANTONIO SAONETTI E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento desafiando decisão que não admitiu recurso especial, este calcado na alínea "a" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 4ª Região assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO LEGAL. DECADÊNCIA.
1. Em se tratando de benefícios com data de início (DIB) anterior à vigência das leis n.ºs 9.528/1997 e 9.711/1998 - que sucessivamente alteraram a redação do art. 103 da Lei n.º 8.213/1991 - é inaplicável o prazo decadencial nelas previsto, sob pena de indevida retroação, em afronta ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil.
2. Precedentes desta Corte e do STJ." (fl. 38)

Aponta a agravante, no especial, violação dos artigos 6º da Lei de Introdução ao Código Civil e 103, **caput**, da Lei n.º 8.213/1991, ao argumento de que o direito da parte autora fora alcançado pela decadência.
O inconformismo não merece abrigo.
A Medida Provisória n.º 1.523/1997, posteriormente convertida na Lei 9.528/1997, alterou o artigo 103 da Lei n.º 8.213/1991, estabelecendo um prazo decadencial para revisão da renda mensal inicial dos benefícios previdenciários.
Contudo, referida modificação somente pode atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência, vez que a norma não é expressamente retroativa e trata de instituto de direito material.
Assim, não se aplica ao caso em exame, pois o benefício previdenciário foi concedido ao segurado em data anterior à nova regência normativa.
Vejam-se os precedentes:

***A** - " PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIO. ART. 103 DA LEI 8.213/1991. LEI Nº 9.528/1997. PRAZO DECADENCIAL.*
- O prazo de decadência instituído pelo art. 103 da Lei n.º 8.213/1991, com redação dada pela Medida Provisória n.º 1.523/1997, não se aplica aos pedidos de revisão de benefícios ajuizados antes de sua vigência, pois o novo regramento não tem aplicação retroativa.
- Recurso especial não conhecido."
*(REsp nº 410.690/RN, Relator o Ministro **VICENTE LEAL**, DJU de 5/8/2002)*

***B** - "PROCESSO E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ARTIGO 103 DA LEI 8.213/1991, COM A REDAÇÃO DA MP 1.523/1997 CONVERTIDA NA LEI 9.528/1997 E ALTERADO PELA LEI 9.711/1998.*
I - Desmerece conhecimento o recurso especial, quanto à alínea 'c' do permissivo constitucional, visto que os acórdãos paradigmas se referem aos efeitos de lei processual, enquanto o instituto da decadência se insere no campo do direito material.
II - O prazo decadencial do direito à revisão de ato de concessão de benefício previdenciário, instituído pela MP 1.523/1997, convertida na Lei 9.528/1997 e alterado pela Lei 9.711/1998, não alcança os benefícios concedidos antes de 27/6/1997, data da nona edição da MP 1.523/1997.
III - Recurso conhecido em parte e, nessa desprovido."
*(REsp. nº 254.186/PR, Relator o Ministro **GILSON DIPP**, DJU de 27/8/2001)*

***C** - "PROCESSO CIVIL. AÇÃO REVISIONAL DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO DECENAL. LEI Nº 8.213/1991, ART. 103, COM REDAÇÃO DADA PELA MP Nº 1.523/1997. APLICAÇÃO IMEDIATA.*
1. As normas de direito processual, dado o caráter de ordem pública, têm aplicação imediata, desde que respeitadas as situações jurídicas já consolidadas sob a vigência da lei anterior.
2. Não existindo, à época da concessão do benefício previdenciário (DIB 31/8/1983), qualquer norma que fixasse prazo prescricional para a propositura de ação revisional, não há como se exigir tivesse o segurado ajuizado sua ação dentro do decênio previsto em lei (ou medida provisória) posterior. Prescrição que não se reconhece.
3. Recurso não conhecido"
*(REsp nº 250.901/PR, Relator o Ministro **EDSON VIDIGAL**, DJU de 11/9/2000)*

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4268)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 927.121 - SE (2007/0154338-6)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
AGRAVANTE	: ESTADO DE SERGIPE
PROCURADOR	: GISELE DE ASSIS CAMPOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOANITA CACILDA ROCHA PRADO
ADVOGADO	: MAURÍCIO GENTIL MONTEIRO E OUTRO(S)

DECISÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. DECISÃO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE.
1 - A discussão acerca do chamado fundo de direito refere-se à "situação jurídica fundamental", o que, no caso em apreço, não ocorre, já que não se discute a condição funcional dos recorridos, qual seja, servidores de fundação estatal, mas, tão-somente, o direito ao recebimento isonômico de reajustes salariais que devem ser concedidos a toda a classe de servidores públicos estaduais submetidos ao mesmo regime jurídico.
2. Verifica-se o acerto da decisão recorrida, que não admitiu o especial, ao fundamento de que este C. Tribunal já se pronunciou no mesmo sentido do v. aresto impugnado. Aplicável, à espécie, o *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil.
Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra não admissão, na origem, de Recurso Especial.
Presentes os requisitos de conhecimento do agravo de instrumento, passa-se ao juízo de admissibilidade do recurso especial.
Ao analisar os autos e examinar as razões do apelo que o recursante visa destrancar, verifica-se o acerto do r. decisório profligado, que não admitiu o especial, ao fundamento de que este C. Tribunal já se pronunciou no mesmo sentido do v. aresto impugnado, sendo aplicável, portanto, à espécie, o *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil.
Confiram-se, a propósito, os seguintes precedentes, q.v. *verbi gratia*:
ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. GRATIFICAÇÃO CONCEDIDA AOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTÁRQUICA E NÃO ESTENDIDA AOS SERVIDORES DE FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL LIMITADA ÀS PRESTAÇÕES VENCIDAS (SÚMULA 85, STJ). I - A discussão acerca do fundo de direito refere-se à "situação jurídica fundamental", o que, no caso em apreço, não ocorre, já que não se discute a condição funcional dos recorridos, qual seja, servidores de fundação estatal, mas, tão-somente, o direito ao recebimento isonômico de reajustes salariais que devem ser concedidos a toda a classe de servidores públicos estaduais submetidos ao mesmo regime jurídico. II - A pretensão dos recorridos de receberem as mesmas gratificações que foram concedidas aos servidores da administração direta e autárquica, dado o caráter de reajuste salarial que estas possuem, não se confunde com pretensão de se verem "integrados em determinada classe ou categoria" e, pois, "prescrevem as parcelas" e não o próprio direito. III - Mesmo para quem considere a lei que criou a gratificação como de efeito concreto, isso não significa que os demais servidores, excluídos ilegalmente de suas previsões, sejam considerados cientificados de tal conduta para fins de cômputo do prazo de "prescrição do direito". Exige-se, na espécie, demonstração inequívoca de conhecimento do interessado, como a que indefere o pedido administrativamente, ou, ainda, a que suprime pagamento que vinha sendo feito. IV - A teoria do trato sucessivo abarca, assim, direitos que se renovam dia a dia, ou mês a mês, e que não tenham sido indeferidos expressamente ou de modo inequívoco. V - Recurso especial desprovido. (REsp 780.153/RJ, Rel. Min. Felix Fischer, DJ de 02/02/2006)

ADMINISTRATIVO - VANTAGEM FUNCIONAL - ADICIONAIS DE SEXTA PARTE - PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO - DISSIDIO JURISPRUDENCIAL COMPROVADO - SUMULAS 443/STF E 163 TFR. EM SE TRATANDO DE RELAÇÃO CONTINUADA E INEXISTINDO RECUSA FORMAL DA ADMINISTRAÇÃO AO RECONHECIMENTO DO DIREITO PLEITEADO, A PRESCRIÇÃO NÃO ATINGE O FUNDO DE DIREITO, ALCANÇANDO, TÃO SÓ, AS PARCELAS VENCIDAS, ANTERIORES AO QÜINQÜÊNIO DA PROPOSITURA DA AÇÃO. RECURSO PROVIDO. (REsp 10110/SP, DJ de 10/02/93, Rel. Min. Peçanha Martins).

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR. PÚBLICO. APOSENTADORIA. REAJUSTE. LIMITAÇÃO TEMPORAL NÃO ESTABELECIDA PELA SENTENÇA EXEQÜENDA. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. COISA JULGADA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
1. É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, se a sentença que embasa o título exeqüendo não determinou a limitação temporal do reajuste, não pode tal restrição ser discutida em execução de sentença, sob pena de ofensa à coisa julgada.
2. Hipótese em que a sentença executada não cuidou de determinar a limitação temporal, estabelecendo apenas que deve ser paga a diferença, observada a prescrição qüinqüenal, de acordo com o novo critério constitucional referido na fundamentação.
3. O erro material é aquele evidente, decorrente de simples equívoco aritmético ou inexatidão material, e não o erro relativo aos elementos ou critérios de cálculo. A ausência de limitação do reajuste não configura, portanto, erro material.
4. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 859923 / SP, Relator Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 06.08.2007, p. 666)

Ante o exposto, com fundamento no *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil, NEGO PROVIMENTO ao agravo de instrumento.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4269)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.041 - DF (2007/0173726-0)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: CÍCERA BARBOSA SOUZA E OUTROS
ADVOGADO	: FRANCISCO RODRIGUES PRETO JUNIOR E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento desafiando decisão que não admitiu recurso especial, este calcado na alínea "a" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 1ª Região assim ementado:
"PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO DE SENTENÇA RELATIVA AO REAJUSTE DE 28,86% (VINTE E OITO VÍRGULA OITENTA E SEIS POR CENTO) - TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL - RESPONSABILIZAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MEDIANTE COMINAÇÃO DE PRISÃO EM FLAGRANTE - REGIME LEGAL - IMPOSSIBILIDADE.
1. No que se refere à imposição de multa diária, por dia de atraso no cumprimento da determinação judicial, esta Turma tem adotado orientação no sentido do cabimento da medida em hipóteses de evidente retardamento injustificado ou deliberado da Administração para cumprir decisão judicial.
*2. **In casu**, o ilustre magistrado **a quo**, após várias determinações para prova do cumprimento da obrigação, decorrente de título executivo judicial, datada a primeira, pelo que consta da cópia à fl. 289, de mais de 1 (um) ano anteriormente à prolação da decisão ora impugnada, lançou mão de um recurso último, qual seja, a imposição de multa diária para que a ré finalmente instruísse os autos com a prova do cumprimento da obrigação que lhe cabia.*
*3. Entretanto, as penalidades previstas na decisão impugnada revestem-se de caráter pessoal, responsabilizando o Coordenador-Geral de Logística e Administração do Ministério do Trabalho e Emprego para dar integral cumprimento ao **decisum** hostilizado, sob pena de eventual prisão em flagrante, acaso escoado o prazo de cumprimento.*
4. A prática de atos de ofício, pelo servidor público, para fins de caracterização de descumprimento de ordem judicial, mediante retardo ou omissão indevidos, ensejam instauração do procedimento adequado, na esfera administrativa e penal, sendo indevida a ameaça prematura de prisão e/ou pagamento de multa revestida de caráter pessoal, como meios coativos de cumprimento de ordem judicial, sem que haja a verificação de outros elementos para que se possa cogitar de sua eventual incidência.
5. Tendo em vista o caráter pessoal da penalidade imposta e, considerado o caráter excessivo a ela atribuído, que não guarda, com a devida vênia, relação de proporcionalidade com o bem jurídico sobre o qual incide a controvérsia, merece parcial reforma a decisão irresignada.
6. Agravo de instrumento parcialmente provido." (fl. 76)
Opostos embargos declaratórios, restaram rejeitados. (fl. 98)
Aponta a agravante, no especial, violação dos artigos 4º e 6º da Lei nº 8.622/1993, 4º da Lei nº 8.627/1993 e 3º da Portaria MARE nº 2.179/1998, pretendendo que o reajuste de 28,86% não incida sobre a Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação - GEFA.
O inconformismo não merece abrigo.
Afasta-se, inicialmente, a suposta usurpação da competência do STJ, pois, conforme entendimento pacífico desta Corte, é possível o juízo monocrático de admissibilidade adentrar no mérito do recurso especial, uma vez que o Tribunal de origem ao não admitir o apelo extremo pela alínea "a", em face do pressuposto constitucional (art. 105, III, "a", CF), deve verificar se o acórdão contrariou ou negou vigência a dispositivo de lei federal, o que corresponde, na realidade, à análise do próprio mérito da controvérsia.
Quanto ao mais, pacífico o entendimento jurisprudencial desta Corte de que o recorrente deve infirmar os fundamentos da decisão impugnada, mostrando-se inadmissível o agravo que não se insurge contra todos eles.

In casu, as razões do agravo deixam de atacar a afirmação de que o acórdão recorrido foi proferido em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema de que aqui se cuida, incidindo o princípio cristalizado no verbete sumular nº 182 desta Corte, **verbis**:
"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Ante o exposto, não conheço do agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4270)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.475 - PR (2007/0148793-8)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
AGRAVANTE	: FABIANE APARECIDA DOS REIS
ADVOGADO	: ROSI MARY MARTELLI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DO PARANÁ E OUTRO
PROCURADOR	: ROSÂNGELA DO SOCORRO ALVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: REGIANE CRISTINE DOS REIS
ADVOGADO	: NEWTON CARLOS AGNOLETTO E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. VIOLAÇÃO AO ART. 535. I E II DO CPC. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. LEI LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO.
1. Tendo o Tribunal *a quo* apreciado, com a devida clareza, toda a matéria relevante para a apreciação e julgamento do recurso, não há falar em violação ao art. 535 I e II do Código de Processo Civil.
2. A ausência de prequestionamento inviabiliza o conhecimento da questão federal suscitada.
3. Em sede de recurso especial, é inviável a interpretação de legislação local (Súmula 280 do STF).
4. Não se conhece de recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, se o dissídio jurisprudencial não estiver comprovado nos moldes exigidos pelos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e art. 255, parágrafos 1º e 2º do RISTJ.
5. Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por FABIANE APARECIDA DOS REIS , contra a não admissão, na origem, de Recurso Especial.
De plano, consigne-se que, presentes os requisitos de conhecimento do agravo de instrumento, passo à análise do recurso especial.
Como bem sabido, o artigo 535 do Código de Processo Civil dispõe sobre omissões, obscuridades ou contradições, eventualmente, existentes nos julgados.
Desnecessário esclarecer que é pacífico, nesta Corte, o entendimento de que "não está o juiz obrigado a examinar, um a um, os pretensos fundamentos das partes, nem todas as alegações que produzem; o importante é que indique o fundamento de sua conclusão, que lhe apoiou a convicção no decidir. De outra forma, torna-se-ia o juízo em exercício fatigante e estéril de alegações e contra-alegações, mesmo inanes: *flatus voci* inconseqüente, para suplício de todos e não prevalência de razões, isto é, capazes de convencimento e conduzindo à decisão." (STF, RE 97.558/GO, Rel. Min. Oscar Correa).
Assim, as proposições poderão ou não ser explicitamente dissecadas pelo magistrado, que só estará obrigado a examinar a contenda nos limites da demanda, fundamentando o seu proceder de acordo com o seu livre convencimento, baseado nos aspectos pertinentes à hipótese *sub judice* e com a legislação que entender aplicável ao caso concreto.
No mesmo sentido, q. v. *verbi gratia* :
"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. DESCABIMENTO. APOSENTADORIA POR IDADE. ATIVIDADE URBANA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA N.º 07/STJ. 1. omissis. 2. Tendo o Tribunal a quo apreciado, com a devida clareza, toda a matéria relevante para a apreciação e julgamento do recurso, não há falar em violação ao art. 535 do Código de Processo Civil. 3. omissis. 4. omissis. 5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido." (Resp 543.740/SP, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ de 16.02.2004).
Ressalte-se, a propósito, que:
"os embargos declaratórios não se prestam para forçar o ingresso na instância extraordinária se não houver omissão a ser suprida no acórdão, nem fica o juiz obrigado a responder a todas as alegações das partes quando já encontrou motivo suficiente para fundar a decisão" (AGA 372.041/SC, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ 04/02/2002).
Lecionam Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart:
"Como visto, a finalidade dos embargos de declaração não é a de obter a anulação ou a modificação da decisão recorrida - ao contrário dos demais recursos. O seu objetivo é permitir o aperfeiçoamento da decisão, sanando seus eventuais defeitos (obscuridade, contradição e omissão). Realmente, se a função dos embargos declaratórios é subsidiária, visando somente aperfeiçoar a decisão, não se pode autorizar que, por meio desse caminho, a parte obtenha modificação substancial na decisão impugnada. (...)" (MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; 'Manual do Processo de Conhecimento'; 4ª ed. São Paulo: RT - 2005; p. 544)
Outrossim, verifica-se dos autos, que os dispositivos ditos por violados não foram objetos de análise pelo Tribunal de Origem. Assim, revela-se ausente o necessário prequestionamento, o que inviabiliza sua apreciação por esta Corte Superior.
Incidência, pois, da súmula 211/STJ, *verbis: "*Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal *a quo*."
Frise-se que, para a configuração do prequestionamento, necessário se faz o prévio debate da matéria pelo Tribunal *a quo*.
Nesse sentido, q. v. *verbi gratia*, RESP 601109/RJ, Ministro Paulo Gallotti, DJ 25.10.2004; RESP 597139/RS, Ministro Hamilton Carvalhido, DJ 28.06.2004 e AgRg no RESP 637715/SC, DJ 23.08.2004, assim ementado:
"PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CONDENATÓRIA. VALOR INFERIOR A 60 SALÁRIOS MÍNIMOS. REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. - omissis. - omissis. - Não se conhece do recurso especial no que diz respeito à matéria que não foi especificamente enfrentada pelo e. Tribunal a quo, dada a ausência de prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF). - Agravo regimental não provido."
Cumpre consignar, todavia, que não se está exigindo a menção expressa dos dispositivos tidos por violados, mas que a tese jurídica tenha sido debatida pelo Tribunal de origem.
Por outro lado, no apelo excepcional o recorrente alega contrariedade a dispositivos de norma estadual.
Saliente-se, no entanto, que tal apreciação esbarra em indispensável interpretação da legislação local, o que é vedado ao Pretório Excelso e ao Superior Tribunal de Justiça, a teor do verbete Sumular 280/STF, que dispõe, *verbis*:
"Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário."
Portanto, revela-se inviável a pretensão da parte recorrente de que se realize o exame do presente apelo, pois não compete ao Superior Tribunal de Justiça a apreciação do recurso especial pautado em interpretação de lei local.
Nesse sentido, os mais recentes escólios, q.v. *verbia gratia*:
RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. PREPARO DO RECURSO DE APELAÇÃO. LEI ESTADUAL 4.952/85. ISENÇÃO. ANÁLISE POR ESTE TRIBUNAL SUPERIOR. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. AGRAVO DESPROVIDO.
1. omissis.
2. O inciso VI do art. 6º da Lei Estadual 4.952/85 estabelece que não incidirá a taxa judiciária nos embargos à execução. Todavia, no julgamento dos EREsp 250.999/SP, em 19.5.2004, de relatoria do Sr. Ministro Gilson Dipp, a Corte Especial assentou entendimento no sentido de que não compete ao Superior Tribunal de Justiça analisar questão pautada em interpretação de lei local, em conformidade com a Súmula 280 do STF: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário." 3. Agravo regimental desprovido." (AgRgREsp 576.106/SP, Rel. Min. Denise Arruda, DJ 07/11/05)
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. APELAÇÃO. PREPARO. ART. 511 DO CPC. LEI Nº 4.952/85 DO ESTADO DE SÃO PAULO. INTERPRETAÇÃO PELO TRIBUNAL LOCAL. SÚMULA 280 STF - PRECEDENTES.
1. omissis.
*2. A jurisprudência desta Corte é sedimentada no sentido de que que a análise de ser possível ou não a extensão da isenção ao recurso de apelação, conferida pela Lei Paulista aos embargos à execução, não compete ao Superior Tribunal de Justiça por encontrar-se pautada em interpretação de lei local, em conformidade com a Súmula 280 do STF: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário." **3.** Recurso Especial não-conhecido. (REsp 805878/SP ; Relator Ministro JOSÉ DELGADO, DJ de 03.08.20006)*
Em outro passo, com relação à argüição de dissídio pretoriano, verifico que o recorrente não logrou caracterizá-lo nos termos exigidos pelo Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, notadamente por não ter procedido ao necessário cotejo analítico das teses supostamente divergentes.

Esclareça-se, ademais, que o devido cotejo analítico se dá mediante a juntada das certidões ou cópias autenticadas dos acórdãos paradigmas, ou pela citação de repositório oficial, não bastando a simples transcrição de ementas e votos, assim como através da descrição da similitude fática e da indicação do ponto divergente entre as decisões paradigmas e o aresto *a quo*.
Neste sentido, q. v. *verbi gratia* :

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO E DE COMPROVAÇÃO. RECURSO QUE NÃO DEFINE EM QUE CONSISTE A OMISSÃO ALEGADA. APRECIAÇÃO REFLEXA DE DIREITO LOCAL. INCABIMENTO. 1. Por força legal, a divergência jurisprudencial, autorizativa do recurso especial interposto, com fundamento na alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, requisita comprovação e demonstração, esta, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados; e aquela, por intermédio da juntada de cópia integral dos arestos apontados como paradigma ou pela citação de repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que os mesmos se achem publicados. 2. omissis. 3. omissis. 4. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 316394/PA, Min. Hamilton Carvalhido,DJ 01.07.2005)
"RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE. VENCIMENTOS. 11,98%. LEGITIMIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS TIDOS COMO VIOLADOS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA Nº 13/STJ. 1. omissis. 2. O conhecimento de recurso especial fundado na alínea "c" do permissivo constitucional requisita, em qualquer caso, a demonstração analítica da divergência jurisprudencial invocada, por intermédio da transcrição dos trechos dos acórdãos que configuram o dissídio e da indicação das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas ou votos (artigos 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e 255, parágrafo 2º, do RISTJ). (...)" (REsp 487.549/MG, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJU de 28/04/03)
Destarte, não merece reparos o acórdão hostilizado, pois, no caso concreto, não se divisa violação ao art. 535 I e II, tendo em vista que o v. aresto analisou todas as questões pertinentes ao julgamento da causa. Ademais, as razões recursais encontram óbices nas Súmulas 211 e 280, deste Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4271)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 928.910 - SP (2007/0164009-7)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: LUIZ ROBERTO LUCARELLI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CLÁUDIA MARIA CRINCOLI
ADVOGADO	: MÁRIO MURANO

DECISÃO

Para melhor exame, dou provimento ao presente agravo de instrumento e determino a subida do recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4272)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.572 - RS (2007/0174793-8)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: FERNANDA VIDAL FEHSE E OUTRO(S)
AGRAVADO	: NILO MEDEIROS DE CASTRO
ADVOGADO	: GRAZIELA BIASON GUIMARÃES E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento desafiando decisão que não admitiu recurso especial, este calcado na alínea "a" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 4ª Região assim ementado:

"BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DIREITO DE REVISÃO. DECADÊNCIA. SUCESSÃO DE LEIS.
Não há decadência do direito de revisão do benefício previdenciário se, antes de consumado o prazo, sobrevém lei que o dilata, sem que o novo prazo tenha transcorrido, mesmo computando o tempo já decorrido da vigência da lei antiga." (fl. 28)
Aponta a agravante, no especial, violação dos artigos 6º da Lei de Introdução ao Código Civil e 103, **caput**, da Lei n.º 8.213/1991, ao argumento de que o direito da parte autora fora alcançado pela decadência.
O inconformismo não merece abrigo.
A Medida Provisória n.º 1.523/1997, posteriormente convertida na Lei 9.528/1997, alterou o artigo 103 da Lei n.º 8.213/1991, estabelecendo um prazo decadencial para revisão da renda mensal inicial dos benefícios previdenciários.
Contudo, referida modificação somente pode atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência, vez que a norma não é expressamente retroativa e trata de instituto de direito material.
Assim, não se aplica ao caso em exame, pois o benefício previdenciário foi concedido ao segurado em data anterior à nova regência normativa.
Vejam-se os precedentes:

A *- " PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIO. ART. 103 DA LEI 8.213/1991. LEI Nº 9.528/1997. PRAZO DECADENCIAL.*
- O prazo de decadência instituído pelo art. 103 da Lei n.º 8.213/1991, com redação dada pela Medida Provisória n.º 1.523/1997, não se aplica aos pedidos de revisão de benefícios ajuizados antes de sua vigência, pois o novo regramento não tem aplicação retroativa.
- Recurso especial não conhecido."
*(REsp nº 410.690/RN, Relator o Ministro **VICENTE LEAL**, DJU de 5/8/2002)*

B *- "PROCESSO E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ARTIGO 103 DA LEI 8.213/1991, COM A REDAÇÃO DA MP 1.523/1997 CONVERTIDA NA LEI 9.528/1997 E ALTERADO PELA LEI 9.711/1998.*

I - Desmerece conhecimento o recurso especial, quanto à alínea 'c' do permissivo constitucional, visto que os acórdãos paradigmas se referem aos efeitos de lei processual, enquanto o instituto da decadência se insere no campo do direito material.
II - O prazo decadencial do direito à revisão de ato de concessão de benefício previdenciário, instituído pela MP 1.523/1997, convertida na Lei 9.528/1997 e alterado pela Lei 9.711/1998, não alcança os benefícios concedidos antes de 27/6/1997, data da nona edição da MP 1.523/1997.
III - Recurso conhecido em parte e, nessa desprovido."
*(REsp. nº 254.186/PR, Relator o Ministro **GILSON DIPP**, DJU de 27/8/2001)*

***C** - "PROCESSO CIVIL. AÇÃO REVISIONAL DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO DECENAL. LEI Nº 8.213/1991, ART. 103, COM REDAÇÃO DADA PELA MP Nº 1.523/1997. APLICAÇÃO IMEDIATA.*
1. As normas de direito processual, dado o caráter de ordem pública, têm aplicação imediata, desde que respeitadas as situações jurídicas já consolidadas sob a vigência da lei anterior.
2. Não existindo, à época da concessão do benefício previdenciário (DIB 31/8/1983), qualquer norma que fixasse prazo prescricional para a propositura de ação revisional, não há como se exigir tivesse o segurado ajuizado sua ação dentro do decênio previsto em lei (ou medida provisória) posterior. Prescrição que não se reconhece.
3. Recurso não conhecido"
*(REsp nº 250.901/PR, Relator o Ministro **EDSON VIDIGAL**, DJU de 11/9/2000)*

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4273)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.573 - RS (2007/0175094-0)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: OTÍLIA NUNES DE FREITAS
ADVOGADO	: CLAUDIR DAMO E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento desafiando decisão que não admitiu recurso especial, este calcado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 4ª Região assim ementado:
"ADMINISTRATIVO.REAJUSTE DE 28,86%. EXTENSÃO AOS MILITARES. PATENTES DE HIERARQUIA INFERIOR. GARANTIA CONSTITUCIONAL DE ISONOMIA..
É dado ao Poder Judiciário afastar da lei o fator discriminador que fere o princípio constitucional da isonomia, estendendo a todos os servidores o reajuste geral concedido, em princípio, a determinada categoria de servidores públicos, em ofensa ao princípio da igualdade. O reajuste de 28,86%, concedido a apenas algumas graduações de servidores militares pelas Leis nºs 8.622/1993 e 8.627/1993, é extensivo isonomicamente aos demais militares, em face da norma constitucional que assegura igualdade na revisão geral da remuneração do funcionalismo." (fl. 44)
Opostos embargos declaratórios, restaram acolhidos tão somente para fins de prequestionamento. (fl. 68)
Aponta a agravante, no especial, além de divergência jurisprudencial, violação dos artigos 1º e 3º do Decreto nº 20.910/1932, 112 da Lei nº 8.112/1990, 2º, 4º e 6º da Lei nº 8.622/1993, 1º e 2º da Lei nº 8.627/1993 e 1º, § 2º, da Lei nº 6.899/1981.
O inconformismo não merece abrigo.
As matérias relativas à prescrição do fundo de direito, à base de incidência do reajuste pleiteado e ao termo inicial da correção monetária não foram apreciadas pelo Tribunal de origem.
É bem verdade que foram opostos embargos de declaração para suprir possível omissão, que, como visto, restaram rejeitados.
Tendo o acórdão recorrido deixado de examinar a controvérsia sob o ângulo dos dispositivos considerados violados, mesmo após a interposição do recurso integrativo, caberia a recorrente, em conformidade com a pacífica orientação jurisprudencial desta Corte, alegar contrariedade ao dispositivo processual pertinente.
Entendo, desta forma, não suprida a exigência do prequestionamento, incidindo os enunciados nºs 282/STF e 211/STJ.
No mérito, a jurisprudência desta Corte orienta-se no sentido de que, se o Supremo Tribunal Federal, ao reconhecer que os reajustes decorrentes das Leis nºs 8.622/1993 e 8.627/1993 importaram em revisão geral de remuneração, assegurou aos servidores públicos civis a percepção do índice de 28,86%, a negativa desse direito aos militares beneficiados com aumentos menores implicaria desrespeito ao princípio da isonomia e ao disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal.
Confiram-se:
***A** - "RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO. PREQUESTIONAMENTO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MILITARES. LEIS NºS 8.622/1993 E 8.627/1993. DIREITO À DIFERENÇA ENTRE O ÍNDICE DE 28,86% E O PERCENTUAL JÁ RECEBIDO. PRECEDENTES.*
...
3. O Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 22.307-7, em que foi Relator o Ministro Marco Aurélio, (DJ de 13/6/1997), atribuiu ao reajuste concedido pelas Leis nºs 8.237/1991 e 8.627/1993, no percentual médio de 28,86%, a natureza jurídica de reajuste geral de vencimentos.
4. 'A revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, far-se-á sempre na mesma data;' (redação original do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal).
5. Em se cuidando de reajuste geral de vencimentos, impõe-se afirmar o direito dos militares à diferença entre os percentuais de reajuste recebidos e o percentual de 28,86%, deferido pelas Leis nºs 8.237/1991 e 8.627/1993, por força da proibição constitucional de distinção de índices, na letra do inciso X do artigo 39 da Constituição Federal, como vigente ao tempo da edição das leis.
6. Recurso parcialmente conhecido e improvido."
*(REsp nº 585.109/MG, Relator o Ministro **HAMILTON CARVALHIDO**, DJU de 2/2/2004)*

***B** - "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. VENCIMENTOS. REAJUSTE DE 28,86%. LEIS NºS 8.622/1993 E 8.627/1993. REVISÃO GERAL DE REMUNERAÇÃO. VERIFICADO QUE DETERMINADAS CATEGORIAS JÁ FORAM BENEFICIADAS PELO AUMENTO. 'COMPENSAÇÃO'.*
I - Conforme entendimento firmado no colendo STF (RMS nº 22.307/DF), o reajuste de 28,86% previsto nas Leis n°s 8.622 e 8.627/1993 constituiu-se em revisão geral de remuneração, devendo ser estendido aos demais servidores civis e militares (art. 37, X, da CF). Todavia, como determinadas categorias já foram beneficiadas pelo aumento, deve ser feita a devida compensação na fase de execução do julgado.
II - Desse modo, aqueles militares que foram contemplados com reajustes inferiores ao de 28,86% fazem jus, a contar de 1993, à complementação desse percentual, consistente na diferença entre os índices efetivamente percebidos em virtude da adequação de soldos, postos e graduações, levada a efeito pela Lei nºs 8.627/1993, e o índice de 28,86%.
Recurso especial parcialmente provido."
*(REsp nº 457.164/PE, Relator o Ministro **FELIX FISCHER**, DJU de 31/3/2003)*

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4274)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 929.948 - PR (2007/0170629-5)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: VALDOMIRO BONOMETO E OUTROS
ADVOGADO	: MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento desafiando decisão que não admitiu recurso especial, este calcado na alínea "a" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 4ª Região assim ementado:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROVIMENTO POR DECISÃO MONOCRÁTICA - AGRAVO (CPC, ART. 557). HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - EXECUÇÃO NÃO EMBARGADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (MP Nº 2.180-35/2001).
A verba honorária em execução não embargada contra a Fazenda Pública é devida quando a pretensão executória encerrar-se dentro da conformação legal de obrigação definida em lei como de pequeno valor, e não assim quando ultrapassar esse referencial. Precedente do STF (420.816, DJ 6/10/2004)." (fl. 68)
Opostos sucessivos embargos declaratórios por ambas as partes, restaram parcialmente acolhidos os manejados pela União e acolhidos os aclaratórios dos ora recorridos. (fls. 76 e 84)
Aponta a agravante, no especial, violação dos artigos 20, § 4º, e 730 do Código de Processo Civil e 1º-D da Lei nº 9.494/1997, acrescentado pela MP nº 2.180/2001, sustentando não serem devidos honorários advocatícios em execução não embargada contra a Fazenda Pública.
O inconformismo não merece abrigo.
Afasta-se, inicialmente, a suposta usurpação da competência do STJ, pois, conforme entendimento pacífico desta Corte, é possível o juízo monocrático de admissibilidade adentrar no mérito do recurso especial, uma vez que o Tribunal de origem ao não admitir o apelo extremo pela alínea "a", em face do pressuposto constitucional (art. 105, III, "a", CF), deve verificar se o acórdão contrariou ou negou vigência a dispositivo de lei federal, o que corresponde, na realidade, à análise do próprio mérito da controvérsia.
Quanto ao mais, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento dos Embargos de Divergência em Recurso Especial nº 720.839/PR, em 8/2/2006, Relator o Ministro Felix Fischer, firmou compreensão de que, nas execuções advindas de ação coletiva contra a Fazenda Pública, mesmo que movidas por sindicatos ou associações de classe, como substituto processual, ainda que iniciadas após a edição da MP nº 2.180/2001, são devidos honorários advocatícios ao patrono dos exeqüentes, responsável que foi pela iniciativa de individualizar e liquidar o valor do débito.
Nesse mesmo sentido:
***A** - "RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 28, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 9.868/1999. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FAZENDA PÚBLICA. ARTIGO 20, PARÁGRAFO 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180/2001. NÃO APLICAÇÃO. EXECUÇÃO DE JULGADO EM SEDE DE AÇÃO COLETIVA AJUIZADA POR SINDICATO COMO SUBSTITUTO PROCESSUAL.*
1. Em sede de recurso especial, não se conhece de questão que não foi matéria apreciada pelo acórdão recorrido.
2. 'Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.' (artigo 20, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil).
3. 'Não serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas.' (artigo 1º-D da Lei nº 9.494/1997, com redação dada pelo artigo 4º da Medida Provisória nº 2.180-35/2001).
4. A norma do artigo 4º da Medida Provisória nº 2.180-35, que exclui o pagamento dos honorários advocatícios nas execuções não embargadas, é de ser afastada não somente nas execuções individuais de julgados em sede de ação civil pública, mas, também, nas ações coletivas ajuizadas por sindicato, como substituto processual, com igual razão de decidir, por indispensável a contratação de advogado, uma vez que também é necessário promover a liquidação do valor a ser pago e a individualização do crédito, inclusive com a demonstração da titularidade do direito do exeqüente, resultando, pois, indubidoso, o alto conteúdo cognitivo da ação de execução.
5. Recurso especial parcialmente conhecido e improvido."
*(REsp nº 654.312/RS, Relator o Ministro **HAMILTON CARVALHIDO**, DJU de 19/12/2005)*

***B** - "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. AÇÃO COLETIVA AJUIZADA POR SINDICATO. EXECUÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. SENTENÇAS PROFERIDAS EM SEDE DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO DE CLASSE. NÃO INCIDÊNCIA DA MP Nº 2.180-35/2001.*
1. É pacífico, na doutrina e na jurisprudência, em face da regra contida no art. 95 do CDC, que, nos casos de procedência das ações coletivas de tutela de interesses individuais homogêneos, a condenação será genérica, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados.
*2. A execução de sentença genérica de procedência, proferida em sede de ação coletiva **lato sensu** - ação civil pública ou ação coletiva ordinária -, demanda uma cognição exauriente e contraditório amplo sobre a existência do direito reconhecido na ação coletiva, a titularidade do credor, a individualização e o montante do débito. Precedentes.*
3. A execução da tutela coletiva, ajuizada por Sindicato, na defesa dos interesses dos membros da categoria que representa, não difere da execução de sentença proferida em sede de ação civil pública, quando esteja sendo tutelado direito individual homogêneo, uma vez que as peculiaridades desta execução não estão vinculadas à via processual utilizada, mas sim à natureza individual homogênea do direito tutelado.
*4. Conclui-se, portanto, que nas execuções de sentenças genéricas, proferidas em sede de ação coletiva **lato sensu**, ação civil pública ou ação coletiva de classe, promovida por Sindicato, não deve incidir a regra do art. 1º-D da Medida Provisória nº 2.180/35/2001 - que veda a condenação da Fazenda Pública em honorários advocatícios na ausência da oposição dos embargos à execução.*
5. Agravo regimental desprovido"
*(AgRg no REsp nº 658.155/SC, Relatora a Ministra **LAURITA VAZ**, DJU de 10/10/2005)*

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4275)

RECURSO ESPECIAL Nº 930.327 - CE (2007/0045676-6)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: JOSÉ SÉRGIO BARBOSA FALCÃO
ADVOGADO	: CLARKE MOREIRA LEITÃO E OUTRO

DECISÃO

Recurso especial interposto pela União, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da turma auxiliar à Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:
"ADMINISTRATIVO. MILITAR. DIREITO À REFORMA. PORTADOR DE HIPERTENSÃO MALÍGNA SERVERA.
1. Militar no terceiro ano de serviço ativo da Aeronáutica. Existência de documentos às fls. 11 e 14 (diagnóstico da Junta Regular de Saúde do Ministério da Aeronáutica e atestado médico) asseverando ser o autor portador de hipertensão arterial malígna severa.
2. O art. 106, II, da Lei nº 6880/80 (Estatuto dos Militares) prevê a reforma ex-offício ao militar julgado incapaz, definitivamente, para o serviço das Forças Armadas.
3. Precedentes jurisprudenciais (STJ e TRF 2ª e 5ª Regiões) afirmando que o militar acometido de doenças incapacitantes, cuja eclosão se deu no período de prestação do serviço militar, faz jus à reforma, independente da existência de relação de causa e efeito entre a doença desenvolvida e a atividade desenvolvida.
4. Manutenção da sentença. Remessa e apelação improvidas." (fl. 144)
Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.
A violação dos artigos 31, parágrafo 2º, alínea "c". da Lei nº 4.375, de 17.08.64 (Lei do Serviço Militar), e o disposto nos artigos 108, incisos V e VI, parágrafo 2º, 110, parágrafo 1º e 111, inciso II, da Lei nº 6.880/80, funda a insurgência especial.

Alega a recorrente que o militar temporário que for acometido de doença que o torne definitivamente incapaz para o serviço obrigatório deve ser desincorporado, não tendo direito à reforma.
Aduz, ainda, que o que o militar não foi julgado incapaz definitivamente para qualquer trabalho, sendo certo, ainda, que a doença que o acomete não tem relação de causa e efeito com o serviço militar.
A insurgência especial está fundada na violação dos artigos 31, parágrafo 2º, alínea "c", da Lei nº 4.375/64, 108, incisos V e VI, parágrafo 2º, 110, parágrafo 1º, e 111, inciso II, da Lei nº 6.880/80.
Recurso tempestivo (fl. 158), não respondido (fl. 168) e inadmitido (fls. 169/170).
Agravo de instrumento provido.
Tudo visto e examinado, decido.
A despeito do agravo de instrumento ter sido provido, o presente recurso especial não reúne condições de admissibilidade.
De início, são estes os fundamentos do acórdão recorrido:
"(...)
1. Nestes autos, discute-se, basicamente, o direito à reforma de militar por doença (hipertensão arterial maligna/hipertensão essencial não especificada) que levou seu portador à inatividade.
2. O art. 106, II, da Lei nº 6.880/80 (Estatuto dos Militares), dispõe:
(...)
Compulsando os autos, verifico que às fls. 11 consta diagnóstico da Junta Regular de Saúde do Ministério da Aeronáutica atestando que o autor é portador de hipertensão essencial não especificada (CID 401.9).
Consta, ainda, atestado médico afirmando que o paciente é portador de hipertensão arterial maligna. Ainda às fls. 13 consta declaração médica do INSS, afirmando ser ou autor portador de hipertensão arterial severa.
Logo, deveria o Ministério da Aeronáutica ter acompanhado o militar em seu tratamento médico, e não dispensado-lhe em estado de saúde precário.
Vejamos o posicionamento dos Egrégios Tribunais Superiores sobre o tema aqui discutido, 'in verbis':
(...)
4. Logo, como ficou claro, faz jus o autor-apelado à reforma pleiteada.
(...)." (fls. 137/140)
Ao que se tem, entendeu o acórdão recorrido que o autor foi licenciado por ter sido considerado incapaz para engajamento e prorrogação do serviço militar, bem como que este faz jus à reforma com base no soldo correspondente ao mesmo grau hierárquico que possuía.
A recorrente, por sua vez, afirma que o militar não foi julgado incapaz definitivamente para qualquer trabalho, sendo certo, ainda, que a doença que o acomete não tem relação de causa e efeito com o serviço militar.
Por certo, em havendo o acórdão recorrido reconhecido que se verificou o acidente de serviço e a incapacidade total e permanente do autor para o serviço militar ativo, a alegação em sentido contrário, a motivar a insurgência especial, requisita necessário exame dos aspectos fático-probatório, hipótese que é vedada em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 deste Superior Tribunal de Justiça:
"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."
Com efeito, ter-se como inocorrido fato que a Corte Regional, expressamente, entendeu demonstrado, constitui questão estranha ao âmbito de cabimento do recurso especial.
A propósito, no tocante à aplicação da referida Súmula, a Corte Especial deste Tribunal assim decidiu:
"Recurso especial.
Não ofende o princípio da Súmula 7 emprestar-se, no julgamento do especial, significado diverso aos fatos estabelecidos pelo acórdão recorrido. ***Inviável é ter como ocorridos fatos cuja existência o acórdão negou ou negar fatos que se tiveram como verificados****."* (AgRgEREsp 134.108/DF, Relator Ministro Eduardo Ribeiro, ***in*** DJ 16/8/99).
Posto isso, a questão está em saber se poderá ser reformado o militar que se encontra incapacitado definitivamente apenas para o serviço militar, ou se há necessidade de que a incapacidade seja total e definitiva para qualquer trabalho.
O Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880/80), no tocante à reforma do servidor militar, estabelece o seguinte:
"Art 106. A reforma ex officio será aplicada ao militar que:
(...)
II - for julgado incapaz, definitivamente, para o serviço ativo das Forças Armadas;
(...)
Art. 108. A incapacidade definitiva pode sobrevir em conseqüência de:
(...)
III - acidente em serviço;
IV - doença, moléstia ou enfermidade adquirida em tempo de paz, com relação de causa e efeito a condições inerentes ao serviço;
(...)
§ 1º Os casos de que tratam os itens I, II, III e IV serão provados por atestado de origem, inquérito sanitário de origem ou ficha de evacuação, sendo os termos do acidente, baixa ao hospital, papeleta de tratamento nas enfermarias e hospitais, e os registros de baixa utilizados como meios subsidiários para esclarecer a situação.
(...)
Art. 109. O militar da ativa julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes dos itens I, II, III, IV e V do artigo anterior será reformado com qualquer tempo de serviço.
Art. 110. O militar da ativa julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes dos itens I e II do artigo 108 será reformado com remuneração calculada com base no soldo correspondente ao grau hierárquico imediato ao que possuir na ativa.
§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo aos casos previstos nos itens III, IV e V do artigo 108, quando, verificada a incapacidade definitiva, for o militar considerado inválido, isto é, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho."
Do exposto, vê-se, claramente, que a reforma ***ex officio*** será aplicada ao militar que for incapaz, definitivamente, **para o serviço ativo nas Forças Armadas**.
Nesse sentido:
"RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. MILITAR. REFORMA ***EX-OFFICIO****.*
1. A reforma ***ex-officio*** *será aplicada ao militar quando, em decorrência de acidente em serviço, for ele julgado incapaz, definitivamente,* ***para o serviço ativo nas Forças Armadas*** *(artigo 106, inciso II, combinado com o artigo 108, inciso III, da Lei 6.880/80).*
2. A impossibilidade total e permanente para qualquer trabalho só é requisito essencial para fins de reforma com a remuneração calculada com base no soldo correspondente ao grau hierárquico imediato ao que possuir na ativa (Inteligência do parágrafo 1º do artigo 110 da Lei 6.880/80).
3. Recurso conhecido e improvido." (REsp nº 283.669/RS, da minha Relatoria, ***in*** DJ 29/10/2001).
"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR MILITAR. ACIDENTE EM SERVIÇO. INCAPACIDADE PARA O SERVIÇO NAS FORÇAS ARMADAS. LEI Nº 6.880/80. REFORMA EX OFFICIO. REMUNERAÇÃO CALCULADA COM BASE NO SOLDO DA MESMA GRADUAÇÃO. DECISÃO ULTRA PETITA. NÃO-OCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
1. Segundo orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, o servidor considerado definitivamente incapaz para a atividade militar deve ser reformado ex officio no grau hierárquico em que se encontrava no momento do acidente em serviço, recebendo o soldo correspondente.
2. Não obstante tenha sido requerida a improcedência do pedido de reforma ex officio no recurso especial interposto pela União, o Superior Tribunal de Justiça pode dar-lhe parcial provimento para manter a reforma concedida pelo Tribunal de origem, todavia com observância da remuneração correspondente ao posto que o militar ocupava na ativa, e não a do superior hierárquico, conforme pleiteado, sem que isso caracterize julgamento ultra petita, porquanto a tutela jurisdicional se mostra prestada dentro do conteúdo abrangente do pedido inicial.
3. Agravo regimental improvido." (AgRg no AG nº 453549/SC, Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, ***in*** DJ 01/07/2005 - grifos nossos).
Ademais, a Lei, ela mesma, não caracteriza a incapacidade definitiva para fins de reforma do servidor militar.
E a incapacidade total e permanente para qualquer trabalho constante do parágrafo 1º do artigo 110, tido como violado pela União Federal, por certo, só se aplica ao ***caput*** do aludido dispositivo legal. Nada mais.
Tem-se, assim, que a impossibilidade total e permanente para qualquer trabalho só é requisito essencial para fins de reforma com a remuneração calculada com base no soldo correspondente ao grau hierárquico imediato ao que possuir na ativa.
Outro não foi o entendimento do acórdão recorrido.
Tem incidência, assim, na espécie, o enunciado nº 83 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça, verbis:
"Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida."
Pelo exposto, com fundamento no artigo 557, ***caput***, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4276)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.366 - SP (2007/0164054-2)

RELATOR	**:**	**MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
AGRAVANTE	:	FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	:	CARLOS ALBERTO LORENZETTI BUENO E OUTRO(S)
AGRAVADO	:	JOSÉ JOAQUIM BALTHAZAR E OUTROS
ADVOGADO	:	MIGUEL VIGNOLIA E OUTRO(S)

DECISÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. DECISÃO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE.
1 - A discussão acerca do chamado fundo de direito refere-se à "situação jurídica fundamental", o que, no caso em apreço, não ocorre, já que não se discute a condição funcional dos recorridos, qual seja, servidores de fundação estatal, mas, tão-somente, o direito ao recebimento isonômico de reajustes salariais que devem ser concedidos a toda a classe de servidores públicos estaduais submetidos ao mesmo regime jurídico.
2. Verifica-se o acerto da decisão recorrida, que não admitiu o especial, ao fundamento de que este C. Tribunal já se pronunciou no mesmo sentido do v. aresto impugnado. Aplicável, à espécie, o *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil.
Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra não admissão, na origem, de Recurso Especial.
Presentes os requisitos de conhecimento do agravo de instrumento, passa-se ao juízo de admissibilidade do recurso especial.
Ao analisar os autos e examinar as razões do apelo que o recursante visa destrancar, verifica-se o acerto do r. decisório profligado, que não admitiu o especial, ao fundamento de que este C. Tribunal já se pronunciou no mesmo sentido do v. aresto impugnado, sendo aplicável, portanto, à espécie, o *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil.
Confiram-se, a propósito, os seguintes precedentes, q.v. *verbi gratia*:
ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. GRATIFICAÇÃO CONCEDIDA AOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTÁRQUICA E NÃO ESTENDIDA AOS SERVIDORES DE FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL LIMITADA ÀS PRESTAÇÕES VENCIDAS (SÚMULA 85, STJ). I - A discussão acerca do fundo de direito refere-se à "situação jurídica fundamental", o que, no caso em apreço, não ocorre, já que não se discute a condição funcional dos recorridos, qual seja, servidores de fundação estatal, mas, tão-somente, o direito ao recebimento isonômico de reajustes salariais que devem ser concedidos a toda a classe de servidores públicos estaduais submetidos ao mesmo regime jurídico. II - A pretensão dos recorridos de receberem as mesmas gratificações que foram concedidas aos servidores da administração direta e autárquica, dado o caráter de reajuste salarial que estas possuem, não se confunde com pretensão de se verem "integrados em determinada classe ou categoria" e, pois, "prescrevem as parcelas" e não o próprio direito. III - Mesmo para quem considere a lei que criou a gratificação como de efeito concreto, isso não significa que os demais servidores, excluídos ilegalmente de suas previsões, sejam considerados cientificados de tal conduta para fins de cômputo do prazo de "prescrição do direito". Exige-se, na espécie, demonstração inequívoca de conhecimento do interessado, como a que indefere o pedido administrativamente, ou, ainda, a que suprime pagamento que vinha sendo feito. IV - A teoria do trato sucessivo abarca, assim, direitos que se renovam dia a dia, ou mês a mês, e que não tenham sido indeferidos expressamente ou de modo inequívoco. V - Recurso especial desprovido. (REsp 780.153/RJ, Rel. Min. Felix Fischer, DJ de 02/02/2006)

ADMINISTRATIVO - VANTAGEM FUNCIONAL - ADICIONAIS DE SEXTA PARTE - PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO - DISSIDIO JURISPRUDENCIAL COMPROVADO - SUMULAS 443/STF E 163 TFR. EM SE TRATANDO DE RELAÇÃO CONTINUADA E INEXISTINDO RECUSA FORMAL DA ADMINISTRAÇÃO AO RECONHECIMENTO DO DIREITO PLEITEADO, A PRESCRIÇÃO NÃO ATINGE O FUNDO DE DIREITO, ALCANÇANDO, TÃO SÓ, AS PARCELAS VENCIDAS, ANTERIORES AO QÜINQÜÊNIO DA PROPOSITURA DA AÇÃO. RECURSO PROVIDO. (REsp 10110/SP, DJ de 10/02/93, Rel. Min. Peçanha Martins).

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR. PÚBLICO. APOSENTADORIA. REAJUSTE. LIMITAÇÃO TEMPORAL NÃO ESTABELECIDA PELA SENTENÇA EXEQÜENDA. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. COISA JULGADA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
1. É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, se a sentença que embasa o título exeqüendo não determinou a limitação temporal do reajuste, não pode tal restrição ser discutida em execução de sentença, sob pena de ofensa à coisa julgada.
2. Hipótese em que a sentença executada não cuidou de determinar a limitação temporal, estabelecendo apenas que deve ser paga a diferença, observada a prescrição qüinqüenal, de acordo com o novo critério constitucional referido na fundamentação.
3. O erro material é aquele evidente, decorrente de simples equívoco aritmético ou inexatidão material, e não o erro relativo aos elementos ou critérios de cálculo. A ausência de limitação do reajuste não configura, portanto, erro material.
4. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 859923 / SP, Relator Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 06.08.2007, p. 666)

Ante o exposto, com fundamento no *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil, NEGO PROVIMENTO ao agravo de instrumento.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4277)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.538 - BA (2007/0169026-0)

RELATOR	**:**	**MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
AGRAVANTE	:	ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR	:	ALEX SANTANA NEVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	:	VIVALDA FILARDI RIBEIRO
ADVOGADO	:	VANYA FILARDI RIBEIRO E OUTRO(S)

DECISÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. DECISÃO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE.

1 - A discussão acerca do chamado fundo de direito refere-se à "situação jurídica fundamental", o que, no caso em apreço, não ocorre, já que não se discute a condição funcional dos recorridos, qual seja, servidores de fundação estatal, mas, tão-somente, o direito ao recebimento isonômico de reajustes salariais que devem ser concedidos a toda a classe de servidores públicos estaduais submetidos ao mesmo regime jurídico.
2. Verifica-se o acerto da decisão recorrida, que não admitiu o especial, ao fundamento de que este C. Tribunal já se pronunciou no mesmo sentido do v. aresto impugnado. Aplicável, à espécie, o *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil.
Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra não admissão, na origem, de Recurso Especial.
Presentes os requisitos de conhecimento do agravo de instrumento, passa-se ao juízo de admissibilidade do recurso especial.
Ao analisar os autos e examinar as razões do apelo que o recursante visa destrancar, verifica-se o acerto do r. decisório profligado, que não admitiu o especial, ao fundamento de que este C. Tribunal já se pronunciou no mesmo sentido do v. aresto impugnado, sendo aplicável, portanto, à espécie, o *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil.
Confiram-se, a propósito, os seguintes precedentes, q.v. *verbi gratia*:
ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. GRATIFICAÇÃO CONCEDIDA AOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTÁRQUICA E NÃO ESTENDIDA AOS SERVIDORES DE FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL LIMITADA ÀS PRESTAÇÕES VENCIDAS (SÚMULA 85, STJ). I - A discussão acerca do fundo de direito refere-se à "situação jurídica fundamental", o que, no caso em apreço, não ocorre, já que não se discute a condição funcional dos recorridos, qual seja, servidores de fundação estatal, mas, tão-somente, o direito ao recebimento isonômico de reajustes salariais que devem ser concedidos a toda a classe de servidores públicos estaduais submetidos ao mesmo regime jurídico. II - A pretensão dos recorridos de receberem as mesmas gratificações que foram concedidas aos servidores da administração direta e autárquica, dado o caráter de reajuste salarial que estas possuem, não se confunde com pretensão de se verem "integrados em determinada classe ou categoria" e, pois, "prescrevem as parcelas" e não o próprio direito. III - Mesmo para quem considere a lei que criou a gratificação como de efeito concreto, isso não significa que os demais servidores, excluídos ilegalmente de suas previsões, sejam considerados cientificados de tal conduta para fins de cômputo do prazo de "prescrição do direito". Exige-se, na espécie, demonstração inequívoca de conhecimento do interessado, como a que indefere o pedido administrativamente, ou, ainda, a que suprime pagamento que vinha sendo feito. IV - A teoria do trato sucessivo abarca, assim, direitos que se renovam dia a dia, ou mês a mês, e que não tenham sido indeferidos expressamente ou de modo inequívoco. V - Recurso especial desprovido. (REsp 780.153/RJ, Rel. Min. Felix Fischer, DJ de 02/02/2006)

ADMINISTRATIVO - VANTAGEM FUNCIONAL - ADICIONAIS DE SEXTA PARTE - PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO - DISSIDIO JURISPRUDENCIAL COMPROVADO - SUMULAS 443/STF E 163 TFR. EM SE TRATANDO DE RELAÇÃO CONTINUADA E INEXISTINDO RECUSA FORMAL DA ADMINISTRAÇÃO AO RECONHECIMENTO DO DIREITO PLEITEADO, A PRESCRIÇÃO NÃO ATINGE O FUNDO DE DIREITO, ALCANÇANDO, TÃO SÓ, AS PARCELAS VENCIDAS, ANTERIORES AO QÜINQÜÊNIO DA PROPOSITURA DA AÇÃO. RECURSO PROVIDO. (REsp 10110/SP, DJ de 10/02/93, Rel. Min. Peçanha Martins).

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR. PÚBLICO. APOSENTADORIA. REAJUSTE. LIMITAÇÃO TEMPORAL NÃO ESTABELECIDA PELA SENTENÇA EXEQÜENDA. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. COISA JULGADA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
1. É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, se a sentença que embasa o título exeqüendo não determinou a limitação temporal do reajuste, não pode tal restrição ser discutida em execução de sentença, sob pena de ofensa à coisa julgada.
2. Hipótese em que a sentença executada não cuidou de determinar a limitação temporal, estabelecendo apenas que deve ser paga a diferença, observada a prescrição qüinqüenal, de acordo com o novo critério constitucional referido na fundamentação.
3. O erro material é aquele evidente, decorrente de simples equívoco aritmético ou inexatidão material, e não o erro relativo aos elementos ou critérios de cálculo. A ausência de limitação do reajuste não configura, portanto, erro material.
4. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 859923 / SP, Relator Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 06.08.2007, p. 666)

Ante o exposto, com fundamento no *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil, NEGO PROVIMENTO ao agravo de instrumento.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4278)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 930.657 - RS (2007/0165942-9)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	: FUNDAÇÃO FACULDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS MÉDICAS DE PORTO ALEGRE FFFCMPA
PROCURADOR	: LIANA FERREIRA DE SOUZA LANNER E OUTRO(S)
AGRAVADO	: WALMOR BONATTO E OUTROS
ADVOGADO	: MIRIAM WINTER E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento desafiando decisão que não admitiu recurso especial, este calcado na alínea "a" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 4ª Região assim ementado:
"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. CORREÇÃO MONETÁRIA DAS CONTAS VINCULADAS AO FGTS. SUCUMBÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 29-C DA LEI Nº 8.036/1990.
. Afastada a incidência do art. 29-C da Lei nº 8.036/1990, acrescentado pela MP nº 2.164-41, por aplicar-se somente em ações de natureza trabalhista, do que não se cuida na espécie. Precedente do STJ. (REsp nº. 453.901-RS, DJ de 18/11/2002).
. Honorários advocatícios fixados na esteira do entendimento da Turma.
. Prequestionamento quanto à legislação invocada estabelecido pelas razões de decidir, vez que não aplicados os dispositivos legais tidos pela recorrente como aptos a reformar a decisão monocrática.
. Agravo provido." (fl.)
Opostos embargos declaratórios, restaram rejeitados. (fl. 72)
Indica a agravante, preliminarmente, violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, afirmando que o Tribunal de origem, mesmo instado em sede de embargos declaratórios, foi omisso ao não apreciar questões relevantes ao deslinde da controvérsia.
Aponta, ainda, contrariedade do artigo 20, **caput**, e §§ 3º e 4º, do CPC, sustentando não serem devidos honorários sucumbenciais em ação de execução de título judicial movida contra a Fazenda Pública e não embargada.
O inconformismo não merece abrigo.
Afasta-se, inicialmente, a suposta usurpação da competência do STJ, pois, conforme entendimento pacífico desta Corte, é possível o juízo monocrático de admissibilidade adentrar no mérito do recurso especial, uma vez que o Tribunal de origem ao não admitir o apelo extremo pela alínea "a", em face do pressuposto constitucional (art. 105, III, "a", CF), deve verificar se o acórdão contrariou ou negou vigência a dispositivo de lei federal, o que corresponde, na realidade, à análise do próprio mérito da controvérsia.
Quanto ao mais, pacífico o entendimento jurisprudencial desta Corte de que o recorrente deve infirmar os fundamentos da decisão impugnada, mostrando-se inadmissível o agravo que não se insurge contra todos eles.
In casu, as razões do agravo deixam de atacar a apontada aplicação do enunciado nº 7/STJ, incidindo o princípio cristalizado no verbete sumular nº 182 do Superior Tribunal de Justiça, **verbis**:
"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Ante o exposto, não conheço do agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 18 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4279)

RECURSO ESPECIAL Nº 930.855 - PE (2007/0045147-4)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO UFPE
PROCURADOR	: JOAQUIM RAIMUNDO ALVES DE CARVALHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA JOSÉ DO AMARAL
ADVOGADO	: MARIA JOSÉ DO AMARAL (EM CAUSA PRÓPRIA)

DECISÃO

Recurso especial interposto pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:
"CIVIL. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. POTENCIALIDADE DANOSA.
- A UFPE errou ao manter pública a Portaria de nº 281/98, - que constituiu a comissão de inquérito para apurar problemas decorrentes da atividade funcional da autora, tais como não cumprimento da carga horária estabelecida, faltas injustificadas ao serviço, etc. - , e não ter tornado pública a conclusão da referida comissão de inquérito. Ademais, do exame das portarias anexadas, todas tratando de questões funcionais, vê-se que apenas a da autora não define especificamente o objetivo da comissão de inquérito, levando à possível confusão de que a expressão 'irregularidades praticadas' poderiam se referir à malversação de dinheiro público. Assim sendo, referido ato tem uma potencialidade danosa bastante caracterizada, pois normalmente gera consternação e constrangimentos à vítima e, portanto, é passível de gerar indenização por danos morais.
- O evento potencialmente danoso está, pois, caracterizado, posto que a permanência do nome na situação em que foi incluída a autora é fato plenamente capaz de causar constrangimento e vergonha, efeitos normais diante de tal situação que, na verdade, não existe mais, o que provoca a necessidade de condenação da UFPE ao pagamento de indenização por danos morais.
- Restando comprovada a ocorrência de ato objetivamente capaz de gerar prejuízo moral como a vergonha, dor ou humilhação, incidem as normas civis que geram dever de indenizar.
- Apelação parcialmente provida." (fl. 388).
A violação dos artigos 188, inciso I, do Código Civil e 148 da Lei nº 8.112/90 funda a insurgência especial.
Alega a recorrente que o acórdão proferido em sede de embargos de declaração foi omisso, eis que não teria sido analisada a questão relativa à alegação de que *"(...) o ato de publicar Portaria de instauração de processo administrativo para apuração de supostas irregularidades praticadas pela recorrida não teria o condão de provocar dano à servidora"* (fl. 408)
Sustenta que, de acordo com os artigos 188, inciso I, do Código Civil e 148 da Lei nº 8.112/90, o ente público praticou ato no exercício regular de um direito, o qual não é motivo bastante para ensejar a indenização por danos morais.
Recurso tempestivo (fl. 405), respondido (fl. 426) e admitido (fls. 463/464) .
Tudo visto e examinado, decido.
Dispõe o artigo 535 do Código de Processo Civil:
"Art. 535. Cabem embargos de declaração quando:
I - houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;
*II - **for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal**."* (nossos os grifos).
A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no entendimento de que deve a parte vincular a interposição do recurso especial à violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, quando, mesmo após a oposição de embargos declaratórios, o tribunal ***a quo*** persiste em não decidir questões que lhe foram submetidas a julgamento, por força do princípio ***tantum devolutum quantum appellatum*** ou, ainda, quando persista desconhecendo obscuridade ou contradição argüidas como existentes no ***decisum***.
E, em estando configurada a violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, impõe-se a declaração de nulidade do acórdão que apreciou os embargos declaratórios, a fim de que os vícios no ***decisum*** sejam sanados.
Nesse sentido, vale conferir o seguinte precedente jurisprudencial:
"PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO - JULGAMENTO - OMISSÃO ACERCA DE QUESTIONAMENTO SUSCITADO NAS RAZÕES RECURSAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS COM O OBJETIVO DE PREQUESTIONAMENTO - REJEIÇÃO - FUNDAMENTO INCONSISTENTE - VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC.
Suscitada, nas razões recursais da apelação, questão relevante para o deslinde da controvérsia, se não for examinada no respectivo julgamento, a omissão enseja a interposição de embargos declaratórios com o fito de prequestionamento. Se o Tribunal a quo persistir na omissão, ao fundamento inconsistente de que não há necessidade de mencionar o dispositivo legal discutido, porque o preceito nele contido é estudado e analisado, configura-se violação ao artigo 535 do CPC, justificando-se a nulidade do decisum.
Recurso provido." (REsp nº 319.127/DF, Relator Ministro Garcia Vieira, ***in*** DJ 27/8/2001).
In casu, não obstante a rejeição dos embargos declaratórios opostos, a questão tida como omissa, relativa à questão relativa à alegação de que *"(...) o ato de publicar Portaria de instauração de processo administrativo para apuração de supostas irregularidades praticadas pela recorrida não teria o condão de provocar dano à servidora"* (fl. 408), foi devidamente analisada pelo Tribunal ***a quo***.
É, com efeito, o que se recolhe do acórdão recorrido, cujos termos são os seguintes:
"(...)
A controvérsia trazida à discussão em sede de apelação se refere à caracterização do evento como potencial causador de danos morais. Assim sendo, a questão problemática efetivamente se resume ao que se chama de 'qualificação jurídica' do fato, ou seja, ao problema de se saber se tal evento (manutenção indevida) configura um ato capaz de causar danos morais, passíveis, por conseguinte, de gerar direito à indenização pecuniária.
Nesse ponto entendo que o evento é plenamente capaz de causar danos morais, considerandose, pois, um ato ilícito potencialmente danoso.
Deve-se ressaltar que, em geral, as definições e conceitos teóricos sobre o problema dos danos morais e de sua indenização partem de pressupostos equivocados.
Argumenta-se, muitas vezes, que somente com a ocorrência da 'prova' de que o evento gerou vexame e rebaixamento moral, é que se pode caracterizar o mesmo como causador de danos morais, sujeitos a serem indenizados.
O problema é que a ocorrência de danos morais jamais pode ser efetivamente 'comprovada', na medida em que a natureza 'interna' dos elementos próprios ao dano moral não é empiricamente verificável. É que o dano moral é aquele que, distinguindo-se do dano patrimonial, ocorre em atributos da personalidade como a dor, angústia, consternação, vergonha, humilhação, ataques à honra subjetiva, etc.
Tais caracteres somente podem ser medidos analisando-se a natureza objetiva do evento e perscrutando-se quanto à sua potencialidade danosa, tendo por base a análise da normalidade das relações pessoais. Quando razoavelmente se pode inferir, da análise objetiva do evento, a possibilidade de que o mesmo venha a causar dor, sofrimento moral e consternação, tal ato deve sofrer a incidência das normas jurídicas pertinentes à indenização por danos morais. Vê-se que a dor ou angústia são elementos pressupostos pela verificação objetiva do fato e não 'aferidos empiricamente' - o que, obviamente, seria um sem-sentido.

Destarte, no caso presente, a UFPE errou ao manter pública a Portaria de nº 281/98, - que constituiu a comissão de inquérito para apurar problemas decorrentes da atividade funcional da autora, tais como não cumprimento da carga horária estabelecida, faltas injustificadas ao serviço, etc. -, e não ter tornado pública a conclusão da referida comissão de inquérito. Ademais, do exame das portarias anexadas, todas tratando de questões funcionais, vê-se que apenas a da autora não define especificamente o objetivo da comissão de inquérito, levando à possível confusão de que a expressão 'irregularidades praticadas' poderiam se referir à malversação de dinheiro público. Assim sendo, referido ato tem uma potencialidade danosa bastante caracterizada, pois normalmente gera consternação e constrangimentos à vítima e, portanto, é passível de gerar indenização por danos morais.

Caberia à ré verificar, eficazmente, a publicidade de seus atos e a conseqüência da sua inexistência, para que se evitasse danos à imagem pela imputação do ônus da irregularidade, que, como apurado, era inexistente.

Não há que se cogitar em exigir apelante que comprove a dor ou vergonha que supostamente sentiu, pois está demonstrado que, de forma imediata, se tem uma idéia de irregularidade praticada pela autora, o que, evidentemente, causa no cidadão comum vergonha e, conseqüentemente, dor moral de estar sendo-lhe imputada uma acusação que não existia mais.

Destarte, no caso presente, a apelada não nega que efetivamente nenhuma das alegações da autora, inclusive de que a conclusão do processo administrativo foi no sentido de isentar a autora de quaisquer acusações surgidas na sindicância que deu origem ao processo administrativo.

O evento potencialmente danoso está, pois, caracterizado, posto que a permanência do nome na situação em que foi incluída a autora é fato plenamente capaz de causar constrangimento e vergonha, efeitos normais diante de tal situação que, na verdade, não existe mais, o que provoca a necessidade de condenação da UFPE ao pagamento de indenização por danos morais.

Assim, a fixação do valor da indenização deve ser lastreada em dois parâmetros básicos, quais sejam, a potencialidade danosa do ato e a idoneidade financeira do agente.Talvez um critério mais objetivo redunde num valor proporcional ao dano causado.

Assim, entendo que o valor da indenização deve ser equilibrado, levando-se em consideração que a potencialidade danosa da manutenção indevida do nome da autora na situação aqui exposta, pelo que arbitro o valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), equivalente a aproximadamente 04 meses de remuneração salarial da autora, à época dos fatos (cerca de R$ 669,34 - fls. 20), por entender que se trata de quantia nem tão alta que propicie enriquecimento ilícito, nem tão baixa que torne a condenação inócua a seus fins punitivos.

Por tais fundamentos, dou parcial provimento à apelação para condenar a ré ao pagamento de indenização por dano moral no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), condenando a apelada ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados em 10%, incidentes sobre o valor da condenação. Juros de mora de 0,5%, ao mês, desde a citação, e correção monetária, ambos apurados com a observância das disposições do Manual de Orientações e Cálculos da Justiça Federal.

(...)" (fls. 383/385).

Ao que se tem, entendeu o Tribunal ***a quo***, que, a despeito da existência do dever legal de apuração das irregularidades no serviço público, o direito à indenização decorre do constrangimento causado à recorrida e do sofrimento moral que foi imposto à autora.

De tanto, resulta que inexiste, na espécie, qualquer violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, uma vez que a matéria tida como omissa foi devidamente apreciada pelo Tribunal ***a quo***.

Posto isso, os recorrentes, por sua vez, alegam que*"(...) o ato de publicar Portaria de instauração de processo administrativo para apuração de supostas irregularidades praticadas pela recorrida não teria o condão de provocar dano à servidora."* (fl. 408)

Por certo, em havendo o acórdão entendido que, a despeito da existência do dever legal de apuração das irregularidades no serviço público, o direito à indenização decorre do constrangimento e do sofrimento moral imposto à autora, a verificação daocorrência de dano à recorrida, tal como postulado, implicaria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 deste Superior Tribunal de Justiça, ***verbis***:

"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

Nesse sentido, o seguinte precedente:

"RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. MATÉRIA EXPRESSAMENTE APRECIADA. SINDICÂNCIA. DANO MORAL. PREJUÍZO. NECESSIDADE DE REEXAME DO QUADRO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Decididas as questões suscitadas, não há falar em violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, à ausência de omissão, contradição ou obscuridade a ser suprida ou dirimida, eis que os embargos de declaração não se destinam ao prequestionamento explícito.

2. Reconhecidos no acórdão impugnado o constrangimento causado à parte e o sofrimento moral imposto, a insurgência especial, fundada na ausência de prejuízo, requisita exame do acervo fático-probatório, vedado na instância excepcional.

3. 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.' (Súmula do STJ, Enunciado nº 7).

4. Recurso especial parcialmente conhecido e improvido."

(REsp nº 497.936/RS, minha relatoria, ***in*** DJ de 18/05/2005 - nossos os grifos)

Pelo exposto, com fundamento no artigo 557, ***caput***, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4280)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.007 - SP (2007/0163198-4)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE SANTOS
PROCURADOR	: MARIA INÊS DOS SANTOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: TADAO SHIMIZU
ADVOGADO	: LEDA MARIA SILVA DA ROCHA E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento contra decisão que não admitiu recurso especial.

Desde logo se observa que o presente recurso é intempestivo, pois a publicação da decisão agravada data de 10/4/2007, fl. 158, e a petição de agravo via fax foi protocolizada em 2/5/2007, fl. 2, fora, portanto, do prazo legal.

Ante o exposto, não conheço do agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4281)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.118 - SC (2007/0170266-0)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CARL0S SILVEIRA HESSEL JÚNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: PIAGUASSU MIRANDA MARTINS
ADVOGADO	: CRISTIANO OHLWEILER FERREIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE.

1 - A discussão acerca do chamado fundo de direito refere-se à "situação jurídica fundamental", o que, no caso em apreço, não ocorre, já que não se discute a condição funcional dos recorridos, qual seja, servidores de fundação estatal, mas, tão-somente, o direito ao recebimento isonômico de reajustes salariais que devem ser concedidos a toda a classe de servidores públicos estaduais submetidos ao mesmo regime jurídico.

2. Verifica-se o acerto da decisão recorrida, que não admitiu o especial, ao fundamento de que este C. Tribunal já se pronunciou no mesmo sentido do v. aresto impugnado. Aplicável, à espécie, o *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil.

Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra não admissão, na origem, de Recurso Especial.

Presentes os requisitos de conhecimento do agravo de instrumento, passa-se ao juízo de admissibilidade do recurso especial.

Ao analisar os a'utos e examinar as razões do apelo que o recursante visa destrancar, verifica-se o acerto do r. decisório profligado, que não admitiu o especial, ao fundamento de que este C. Tribunal já se pronunciou no mesmo sentido do v. aresto impugnado, sendo aplicável, portanto, à espécie, o *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil.

Confiram-se, a propósito, os seguintes precedentes, q.v. *verbi gratia*:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. GRATIFICAÇÃO CONCEDIDA AOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTÁRQUICA E NÃO ESTENDIDA AOS SERVIDORES DE FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL LIMITADA ÀS PRESTAÇÕES VENCIDAS (SÚMULA 85, STJ). I - A discussão acerca do fundo de direito refere-se à "situação jurídica fundamental", o que, no caso em apreço, não ocorre, já que não se discute a condição funcional dos recorridos, qual seja, servidores de fundação estatal, mas, tão-somente, o direito ao recebimento isonômico de reajustes salariais que devem ser concedidos a toda a classe de servidores públicos estaduais submetidos ao mesmo regime jurídico. II - A pretensão dos recorridos de receberem as mesmas gratificações que foram concedidas aos servidores da administração direta e autárquica, dado o caráter de reajuste salarial que estas possuem, não se confunde com pretensão de se verem "integrados em determinada classe ou categoria" e, pois, "prescrevem as parcelas" e não o próprio direito. III - Mesmo para quem considere a lei que criou a gratificação como de efeito concreto, isso não significa que os demais servidores, excluídos ilegalmente de suas previsões, sejam considerados cientificados de tal conduta para fins de cômputo do prazo de "prescrição do direito". Exige-se, na espécie, demonstração inequívoca de conhecimento do interessado, como a que indefere o pedido administrativamente, ou, ainda, a que suprime pagamento que vinha sendo feito. IV - A teoria do trato sucessivo abarca, assim, direitos que se renovam dia a dia, ou mês a mês, e que não tenham sido indeferidos expressamente ou de modo inequívoco. V - Recurso especial desprovido. (REsp 780.153/RJ, Rel. Min. Felix Fischer, DJ de 02/02/2006)

ADMINISTRATIVO - VANTAGEM FUNCIONAL - ADICIONAIS DE SEXTA PARTE - PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO - DISSIDIO JURISPRUDENCIAL COMPROVADO - SUMULAS 443/STF E 163 TFR. EM SE TRATANDO DE RELAÇÃO CONTINUADA E INEXISTINDO RECUSA FORMAL DA ADMINISTRAÇÃO AO RECONHECIMENTO DO DIREITO PLEITEADO, A PRESCRIÇÃO NÃO ATINGE O FUNDO DE DIREITO, ALCANÇANDO, TÃO SÓ, AS PARCELAS VENCIDAS, ANTERIORES AO QÜINQÜÊNIO DA PROPOSITURA DA AÇÃO. RECURSO PROVIDO. (REsp 10110/SP, DJ de 10/02/93, Rel. Min. Peçanha Martins).

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR. PÚBLICO. APOSENTADORIA. REAJUSTE. LIMITAÇÃO TEMPORAL NÃO ESTABELECIDA PELA SENTENÇA EXEQÜENDA. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. COISA JULGADA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, se a sentença que embasa o título exeqüendo não determinou a limitação temporal do reajuste, não pode tal restrição ser discutida em execução de sentença, sob pena de ofensa à coisa julgada.

2. Hipótese em que a sentença executada não cuidou de determinar a limitação temporal, estabelecendo apenas que deve ser paga a diferença, observada a prescrição qüinqüenal, de acordo com o novo critério constitucional referido na fundamentação.

3. O erro material é aquele evidente, decorrente de simples equívoco aritmético ou inexatidão material, e não o erro relativo aos elementos ou critérios de cálculo. A ausência de limitação do reajuste não configura, portanto, erro material.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 859923 / SP, Relator Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 06.08.2007, p. 666)

Ante o exposto, com fundamento no *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil, NEGO PROVIMENTO ao agravo de instrumento.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4282)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.240 - SP (2007/0165653-7)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: ROGÉRIO SILVA CHAGAS E OUTROS
ADVOGADO	: RAMIRO DE ALMEIDA MONTE E OUTRO(S)

DECISÃO

A alegação de que incide na espécie a prescrição do fundo de direito não procede. É firme no Superior Tribunal o entendimento de que, tratando-se do reconhecimento aos militares (ou pensionistas) da diferença referente ao reajuste de 28,86%, somente ocorre a prescrição das parcelas vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação (Súmula 85). A propósito, confira-se o REsp-781.019, Ministro Arnaldo Lima, DJ de 10.4.06, bem como o REsp-465.508, Ministro Hamilton Carvalhido, DJ de 15.12.03.

Quanto ao mérito, já se consolidou nesta Corte o entendimento de que o reajuste de 28,86%, decorrente das Leis nºs 8.622 e 8.627, ambas de 1993, tem natureza de revisão geral de vencimentos e, dada essa natureza, é de ser estendido aos militares (ou pensionistas) que, malgrado alcançados pelas referidas leis, foram contemplados com percentual inferior, sendo devida tal extensão na exata medida da diferença percentual apurada. Nesse sentido, confira-se o seguinte julgado:

"Embargos de divergência. Administrativo. Servidor público militar. Reajuste. Leis n.º 8.622/93 e 8.627/93. Direito às diferenças entre o índice de 28,86% e o percentual já recebido. Precedentes das Turmas que compõem a 3ª Seção.

1. O reajuste concedido pelas Leis n.º 8.622/93 e 8.627/93, no percentual médio de 28,86%, tem natureza jurídica de índice geral de revisão vencimentos e soldos do funcionalismo público, consoante entendimento firmado pelo colendo Supremo Tribunal Federal (RMS 22.307-7/DF). Nesse contexto, os servidores públicos militares, que foram contemplados com reajustes inferiores, têm direito às diferenças entre estes e o índice geral de 28,86%, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia, previsto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal. Precedentes das Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte.

2. Embargos conhecidos, porém, rejeitados." (EREsp-550.296, Ministra Laurita Vaz, DJ de 1º.2.05.)

Relativamente aos juros, falta à recorrente interesse recursal, pois, nesse ponto, já foi alcançada a pretensão aduzida.

Assim, não há falar em ofensa aos dispositivos apontados, mormente porque o acórdão recorrido se mostra em sintonia com a jurisprudência do Superior Tribunal.

Tal o contexto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4283)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.348 - SP (2007/0166178-4)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
AGRAVANTE	: ADRIANA PEREIRA DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: MARIANGELA SANTOS MACHADO BRITA
AGRAVADO	: MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ
PROCURADOR	: ROSANA HARUMI TUHA E OUTRO(S)

DECISÃO

Agravo de instrumento contra inadmissão de recurso especial interposto por Adriana Pereira da Silva e outros, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Décima Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que negou provimento a recurso de apelação contra sentença de primeiro grau que julgou improcedente o pedido de equiparação do cargos de monitor de creche ao de professor.

A violação dos artigos 78 da Lei Orgânica do Município de São Paulo (Lei nº 1.492/59), 5º, inciso LV, e 37, inciso I, da Constituição Federal funda a insurgência especial.

Tudo visto e examinado, decido.

Diga-se, de início, que a violação de dispositivo constitucional constitui matéria estranha ao âmbito de cabimento da insurgência especial (Constituição Federal, artigo 105, inciso III.).

Outrossim, cabe ressaltar que a análise da violação das legislação municipal apontada (Leis Municipal nº 1.492/59, artigo 78) também é estranha ao âmbito de cabimento da insurgência especial, a teor do que dispõe o enunciado nº 280 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, ***verbis***:

"Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário."

A propósito da questão posta em deslinde, vejam-se os seguintes precedentes desta Corte de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. LICENÇA-PRÊMIO. CONVERSÃO EM PECÚNIA. LEI LOCAL. APRECIAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO.

I - A Administração ao indeferir o pedido de licença-prêmio do recorrente, agiu dentro dos limites legais, não há que se falar, portanto, que tal ato foi ilícito.

II - Não há como se conhecer do recurso especial se a controvérsia foi solucionada com base na legislação local reguladora da verba adicional pretendida. (Súmula 280/STF).

III - Não se conhece do recurso especial pela divergência se para análise da controvérsia necessário o exame de lei local.

*Recurso especial não-conhecido." (REsp nº 289.996/MS, Relator Ministro Felix Fischer, **in** DJ 3/11/2003).*

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. LICENÇA-PRÊMIO. LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA 280/STF. IMPOSSIBILIDADE. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. MULTA DE 1%. APLICAÇÃO INDEVIDA. DISSÍDIO CONFIGURADO.

Recurso que não merece ser conhecido pela alínea "a" do respectivo autorizador constitucional, tendo em conta a impossibilidade de se discutir legislação local em sede de recurso especial - Súmula 280/STF.

O alegado dissenso em relação à mesma matéria não restou comprovado, uma vez que a decisão trazida como paradigma a tanto não se presta, pois cuidou, tão-somente, do tema prescrição, não discutindo o próprio mérito, como querem os recorrentes.

Os embargos declaratórios foram opostos com vistas a sanar dúvida que já havia sido argüida quando da apelação e não discutida expressamente no acórdão.

Aplicação da multa de 1% indevida. Dissídio configurado.

Recurso parcialmente conhecido e provido." (REsp nº 333.942/SP, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, ***in*** DJ 29/4/2002).

Posto isso, por certo, o recurso especial fundado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal requisita, em qualquer caso, tenha o acórdão recorrido examinado a questão sob a ótica do dispositivo de lei federal que se tem por violado ou ao qual, afirma-se, ter-se-ia dado interpretação discrepante.

Exige-se, ainda, que o recorrente demonstre no que consistiu a negativa de vigência da lei, ou ainda, a sua correta interpretação, de forma a demonstrar o cabimento do recurso especial interposto, nos termos do artigo 541 do Código de Processo Civil:

"Art. 541. O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos perante o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido, em petições distintas, que conterão: (Revigorado e com redação dada pela Lei nº 8.950, de 13.12.1994)

I - a exposição do fato e do direito;

Il - a demonstração do cabimento do recurso interposto;

III - as razões do pedido de reforma da decisão recorrida.

Parágrafo único. Quando o recurso fundar-se em dissídio jurisprudencial, o recorrente fará a prova da divergência mediante certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, em que tiver sido publicada a decisão divergente, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados." (nossos os grifos).

A propósito, a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que *"(...) Para viabilizar o conhecimento do especial, pelo fundamento da alínea 'a' do permissivo constitucional, não é suficiente a simples menção explícita aos preceitos de lei que se pretende desafeiçoados (pelo acórdão do Tribunal **a quo**), mas, ainda, a motivação justificadora, esclarecendo-se, com precisão, em sua dicção e conteúdo, para possibilitar, ao julgador, o cotejo entre o teor dos artigos indicados como violados e a fundamentação do recurso (...)"* (REsp nº 160.226/RN, Relator Ministro Demócrito Reinaldo, ***in*** DJ 11/5/98).

Nesse passo, tem-se que a falta de particularização do dispositivo de lei federal a que o acórdão recorrido teria contrariado, bem como dado interpretação divergente, além da falta de demonstração do cabimento do recurso especial interposto, consubstanciam deficiência bastante, com sede nas razões recursais, a inviabilizar o conhecimento do apelo especial, atraindo a espécie, como atrai, a incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Excelso Supremo Tribunal Federal, ***verbis***:

"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

Outro não é, acrescente-se, o posicionamento deste Superior Tribunal de Justiça, valendo conferir, a propósito, os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DESPROVIMENTO.

1. Inexiste divergência jurisprudencial entre acórdão que trata de preclusão da matéria relativa aos cálculos apresentados pela agravada, porque o Instituto não se opôs às informações prestadas pelo Contador na oportunidade que lhe foi concedida (impugnado) e outros que decidiram que a falta de impugnação aos cálculos de liquidação não implica renúncia ao direito de apelar da sentença que os homologou (paradigmas).

2. A falta de particularização do dispositivo de lei federal a que os acórdãos - recorrido e paradigma - tenham dado interpretação discrepante constitui óbice ao exame do recurso especial fundado no permissivo constitucional da alínea 'c'. Inteligência do enunciado 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

3. Agravo regimental improvido." (AgRgAg nº 352.487/SP, da minha Relatoria, ***in*** DJ 10/9/2001 - nossos os grifos).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO. ART. 333, I. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

A mera citação de jurisprudência, sem referência ao dispositivo legal que é interpretado divergentemente, desautoriza a interposição do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional.

O reexame de provas na instância especial é obstado pela Súmula 7/STJ.

Agravo regimental desprovido." (AgRgAg 278.780/RJ, Relator Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, ***in*** DJ 14/8/2000 - nossos os grifos).

Pelo exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4284)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 931.357 - SP (2007/0046996-0)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
EMBARGANTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MARIA MAURA BOLZAN DOMINGUES E OUTRO(S)
EMBARGADO	: CELI MENEGON
ADVOGADO	: NEUSA DE JESUS TIBANA

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. FATOR DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA - FAM. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL A PARTIR DA CITAÇÃO VÁLIDA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS, SEM EFEITO MODIFICATIVO.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração, opostos pela Fazenda do Estado de São Paulo, contra decisão por mim proferida sobre o Fator de Atualização Monetária - FAM, que restou assim ementada:

"RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. FATOR DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA - FAM. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 1º E 3º DO DECRETO Nº 20.910/32. INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. ARTIGO 202, VI DO CÓDIGO CIVIL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. JUROS MORATÓRIOS. FIXAÇÃO NO PATAMAR DE 6% AO ANO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO." (fl. 233).

É o relatório.

A Fazenda Estadual, nas razões do recurso especial, ao se insurgir contra matéria relativa à prescrição do reajuste denominado Fator de Atualização Monetária - FAM, argüiu a necessidade de fixação do termo inicial da incidência de juros moratórios, a partir da citação válida, nos termos do artigo 219 do Código de Processo Civil e 405 do Código Civil.

Sendo assim, os embargos merecem acolhimento, para esclarecer o julgado acerca da necessidade de se aplicar os juros moratórios a partir da citação válida, por se tratar de prestações alimentares. A propósito, destaco o seguinte precedente:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. JUDICIÁRIO. LEI Nº 8.880/94. PERCENTUAL DE 11,98%. DÍVIDA DE CARÁTER ALIMENTAR. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICE. IPC.

(...)

II - O termo inicial para o cômputo dos juros moratórios nas prestações de caráter alimentar é a citação do devedor. Precedentes. III - Para a atualização das verbas devidas, deve ser aplicado o IPC como fator de correção monetária. Precedentes. Recurso parcialmente conhecido e, nessa parte, provido." (REsp 673.900/MS, Rel. Min. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJ 6/12/2004)

Assim, é a partir da citação válida que devem incidir os juros moratórios no presente caso.

Diante do exposto, acolho os embargos de declaração, sem modificação da decisão embargada, para fixar o termo inicial dos juros moratórios a partir da citação válida.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 06 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4285)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.453 - SP (2007/0167680-9)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: SANDRA TSUCUDA SASAKI E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARLENE ANTÔNIA DE FREITAS
ADVOGADO	: JOSE CARLOS MARZABAL PAULINO

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que não admitiu recurso especial, fundamentado na alínea "a" do art. 105, inc. III, da Constituição.

Nas razões do apelo excepcional o recorrente alega contrariedade a legislação federal, além de dissídio interpretativo, trazendo a cotejo arestos proferidos por outros Tribunais.

Verificando-se, na hipótese, presentes os requisitos para o conhecimento do agravo de instrumento, passa-se à análise sobre a admissibilidade do recurso especial.

Consigne-se que as alegações inscritas no recurso especial, no que tange à violação a dispositivos de lei federal e a existência de dissídio entre julgados requerem, à primeira vista, melhor exame por parte deste Tribunal Superior de Justiça.

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo de instrumento para determinar a CONVERSÃO em recurso especial.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4286)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931.736 - SP (2007/0167548-1)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
AGRAVANTE	: CLÁUDIO MARCHIORI E OUTROS
ADVOGADO	: ELIEZER PEREIRA MARTINS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADO	: S/ REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7 DO STJ.

1. Na via especial, é vedada a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido.

2. A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial. Súmula 7-STJ.

Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por CLÁUDIO MARCHIORI E OUTROS, contra não admissão, na origem, de Recurso Especial.

De plano, consigne-se que, presentes os requisitos de admissibilidade do agravo de instrumento, passo ao juízo de admissibilidade do recurso especial.

In casu, a decisão agravada não admitiu o Recurso Especial sob fundamento de incidência do óbice do enunciado da Súmula 7 do STJ.

Em suas razões, o agravante afirma que não se pretende o reexame de provas, mas a sua valoração jurídica.

Entretanto, o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ.

Merece destaque, sobre o tema, o consignado no julgamento do REsp 336.741/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 07/04/2003, *"(...)se, nos moldes em que delineada a questão federal, há necessidade de se incursionar na seara fático-probatória, soberanamente decidida pelas instâncias ordinárias, não merece trânsito o recurso especial, ante o veto da súmula 7-STJ"*.

Nesse mesmo sentido, destacam-se, ainda, os precedentes assim ementados,q. v. *verbi gratia* :
"AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDEN- CIÁRIO. CANCELAMENTO DE BENEFÍCIO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. OBEDIÊNCIA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL E AMPLA DEFESA. SÚMULA 7/STJ. 1 - Para análise da irresignação, fulcrada na existência de regular procedimento administrativo de cancelamento de benefício previdenciário, há necessidade de imiscuir-se no conjunto fático-probatório dos autos, impossível na via eleita, a teor da súmula 7/STJ. 2 - omissis. 3 - Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 471.185/RJ, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, DJ de 19.12.2002)

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVOS VIOLADOS. DISSÍDIO PRETORIANO. TRANSCRIÇÃO DE EMENTAS. INSUFICIÊNCIA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. REEXAME DE PROVAS. 1. É deficiente a fundamentação recursal se, arrimada em violação de lei federal, não indica a recorrente, clara e precisamente, qual ou quais dispositivos infraconstitucionais teriam sido vulnerados pelo acórdão recorrido. 2. A apreciação da matéria referente à perda da qualidade de segurado, ante a ausência de prova do não exercício de atividade laborativa em virtude da existência de mal incapacitante, importa em revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, vedado pela súmula nº 7/STJ. 3. omissis. 4. Recurso especial não conhecido." (RESP nº 263166/SP, Relator Ministro Fernando Gonçalves, in DJ 05/02/2001).

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. ACÓRDÃO RECORRIDO. ART. 535 DO CPC. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211 DO STJ. FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL DEFICIENTE. SÚMULA 284 DO STF. SÚMULA 5 E 7 DO STJ. AÇÃO RENOVATÓRIA. CO-LOCADORES. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO E PARADIGMA. IDENTIDADE OU SIMILITUDE DE BASES FÁTICO-JURÍDICAS. AUSÊNCIA. 1. Não padece de invalidade o acórdão recorrido, que examinou, com fundamentos, claros, precisos e coerentes, as questões suscitadas pelas partes. 2. A ausência de prequestionamento inviabiliza o conhecimento da questão federal suscitada. 3. omissis. 4. É inviável o conhecimento do recurso especial na parte em que não infirma o fundamento do acórdão recorrido e deixa de indicar, com a exatidão exigida, os dispositivos federais tidos por violados. 5. Na via especial, não é possível o reexame de provas. 6. Inexiste dissídio jurisprudencial na hipótese em que o acórdão recorrido e os paradigmas carecem de identidade ou similitude de bases fático-jurídicas. Recurso Especial de que se conhece em parte e nesta se lhe nega provimento." (RESP nº 605476/MG, Relator Ministro Paulo Medina, in DJ 01/07/2004).
Destarte, não merece reparos o acórdão hostilizado, ante o óbice da Súmula 07-STJ.
Posto isso, NEGO PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4287)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.308 - PR (2007/0179707-3)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	: UNIÃO
AGRAVADO	: MARCIO ELSON ALBINO E OUTROS
ADVOGADO	: JOAO LUIZ ARZENO DA SILVA E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento desafiando decisão que não admitiu recurso especial, este calcado na alínea "a" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 4ª Região assim ementado:
"AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. PARTE INCONTROVERSA DA EXECUÇÃO. FAZENDA PÚBLICA. EXPEDIÇÃO. PRECATÓRIO. SEGUIMENTO. EMBARGOS DE DEVEDOR. POSSIBILIDADE.
A execução da parte incontroversa deve ter seguimento, quando houver embargos parciais; ou seja, prosseguirá quanto à parte não embargada." (fl. 49)
Opostos embargos declaratórios, restaram rejeitados. (fl. 55)
Indica a agravante, no especial, preliminarmente, violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, afirmando que o Tribunal de origem, mesmo instado em sede de embargos declaratórios, foi omisso ao não apreciar questões relevantes ao deslinde da controvérsia.
Aponta, ainda, violação dos artigos 739, § 2º, do Código de Processo Civil e 23, § 2º, I e II, da Lei nº 10.266/2001, afirmando não ser possível a expedição de precatório sem a existência de sentença transitada em julgado.
O inconformismo não merece abrigo.
A recorrente não apresentou expressamente os motivos pelos quais entende ter havido ofensa ao artigo 535 do CPC, deixando de apontar os temas que considera não analisados pelo aresto hostilizado.
Com efeito, não basta a alegação genérica de que o acórdão teria restado silente quanto às questões suscitadas nos embargos declaratórios, sem indicação específica do ponto omisso e de sua relevância para a solução da demanda.
Assim, esta Corte não pode verificar a suposta nulidade, pois patente a deficiência na fundamentação do apelo especial, visto que as razões recursais não evidenciam, com objetividade, como teria ocorrido a dita violação do artigo 535 do Código de Processo Civil (enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal).
Quanto ao mérito, conforme precedentes desta Corte, é possível o prosseguimento da execução relativa à parcela incontroversa da dívida, ainda que pendentes de julgamento os embargos do devedor.
Anotem-se:
A *- "RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DEFINITIVA. EMBARGOS À EXECUÇÃO PARCIAIS OPOSTOS PELA FAZENDA PÚBLICA. EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO RELATIVAMENTE À PARTE INCONTROVERSA DA DÍVIDA. ARTIGO 739, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. POSSIBILIDADE.*
1. 'A execução é definitiva, quando fundada em sentença transitada em julgado ou em título extrajudicial; é provisória, quando a sentença for impugnada mediante recurso, recebido só no efeito devolutivo.' (artigo 587 do Código de Processo Civil).
2. Iniciado o processo executivo com base em sentença transitada em julgado ou em título extrajudicial, a oposição de embargos à execução, a despeito de suspender a execução (artigo 791, inciso I, do Código de Processo Civil), não transforma a execução definitiva em provisória, isso porque a execução que se inicia como definitiva permanece definitiva, por força de natureza, até o seu termo final, é dizer, execução definitiva não pode se converter em provisória, mas somente esta naquela. Precedentes.
3. 'Quando os embargos forem parciais, a execução prosseguirá quanto à parte não embargada.' (artigo 739, § 2º, do Código de Processo Civil).
4. O prosseguimento da execução, assim autonomizada, há de fazer-se na forma da Constituição da República, que preceitua a expedição de precatório como regra geral (artigo 100, ***caput****) ou de execução direta, sem a expedição de precatório, para os pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer, em virtude de sentença judicial transitada em julgado (artigo 100, § 3º).*
5. A finalidade da norma acrescentada pela Emenda Constitucional nº 37/2002 (artigo 100, § 4º) é a de evitar que o exeqüente, intencionalmente, se valha da utilização simultânea dos dois sistemas de satisfação do seu crédito, quais sejam, o do precatório para uma parte da dívida e o do pagamento imediato (sem expedição de precatório) para outra parte, mediante o fracionamento, a repartição ou a quebra do valor da dívida, não incidindo sobre a execução da parte incontroversa da dívida, autorizada pelo artigo 739, § 2º, do Código de Processo Civil.
6. Recurso improvido."
(REsp nº 437.912/RS, Relator o Ministro ***HAMILTON CARVALHIDO****, DJU de 2/8/2004)*

B *- "CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. ART. 21 DA LEI Nº 10.707/2003. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 282/STF. PRECATÓRIO PARCIAL SOBRE A PARTE INCONTROVERSA. EXECUÇÃO DEFINITIVA. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 739, § 2°, DO CPC C/C ART. 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.*
1. É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada (Súmula nº 282/STF).
2. A melhor exegese que se dá ao art. 739, § 2°, do CPC é aquela que, ao possibilitar maior efetividade e celeridade ao processo executivo, permite a execução da parte incontroversa da dívida, ainda que figure como executada a Fazenda Pública.
3. A oposição de embargos à execução insurgindo-se apenas quanto à parte do crédito apresentado leva à suspensão parcial da execução
4. A norma processual, como qualquer outra, deve se compatibilizar com a Constituição Federal; portanto, a necessidade de 'sentenças transitadas em julgado', contida no texto constitucional, diz respeito à sentença proferida no curso de processo de conhecimento.
5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, negado provimento."
(REsp nº 659.943/DF, Relator o Ministro ***HÉLIO QUAGLIA BARBOSA****, DJU de 16/11/2004)*

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4288)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.625 - SP (2007/0179809-5)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: PATRÍCIA DE CARVALHO GONÇALVES E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARLI DA SILVA GONÇALVES
ADVOGADO	: VANESSA CARLA VIDUTTO BERMAN E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MAJORAÇÃO. APLICAÇÃO IMEDIATA DO ART. 75 DA LEI Nº 8.213/91. PRECEDENTES DESTA CORTE. AGRAVO IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS contra a inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manifestado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que restou assim ementado (fl. 145):
"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO. ART. 557, § 1º, DO CPC. DECISÃO MONOCRÁTICA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER. REVISÃO DO COEFICIENTE DE CÁLCULO DE PENSÃO POR MORTE. JURISPRUDÊNCIA DO STJ.
1- Segundo entendimento firmado nesta Corte, a decisão do Relator não deve ser alterada se solidamente fundamentada e dela não se vislumbrar qualquer ilegalidade ou abuso de poder que resulte em dano irreparável ou de difícil reparação para a parte.
2- O artigo 557, do Código de Processo Civil, consagra a possibilidade do recurso ser julgado pelo respectivo Relator.
3- A decisão agravada entendeu ser devida a majoração do coeficiente de cálculo da pensão por morte da parte Apelante, sem que tal alteração implique retroatividade da lei, tampouco ofensa a ato jurídico perfeito, ao princípio da legalidade e à necessidade de previsão de custeio, em consonância com a jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça.
4- Agravo improvido."

Nas razões do especial (fls. 158/161), alega a autarquia recorrente violação ao art. 6º da LICC e 75 da Lei nº 8.213/91. Postula improcedência do pedido da majoração da renda mensal inicial do benefício de pensão por morte a beneficiários que já o recebiam antes da modificação legislativa operada pela Lei nº 9.032/95. Alega, por fim, que a majoração do benefício contraria os princípios da coisa julgada e da irretroatividade das leis, razão pela qual não faz jus a segurada à elevação do valor ao patamar de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício do segurado, na data do óbito.
É o breve relato. Passo a decidir.
No tocante à violação ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil não pode ser apreciada diretamente, mas somente por via transversa, considerando o fato de que o referido dispositivo foi repetido na Constituição Federal de 1988, cuja proteção cabe ao Supremo Tribunal Federal. Assim sendo, no caso em tela, a análise da eficácia imediata da lei no tempo remete à verificação da correta aplicação do art. 75 da Lei nº 8.213/91 e à possibilidade de majoração do benefício de pensão por morte em decorrência da edição da Lei nº 9.032/95.
A pensão por morte está encartada no rol dos benefícios de prestação continuada concedidos exclusivamente aos dependentes do segurado da Previdência Social, cuja finalidade é, na falta de seu mantenedor, garantir a sobrevivência desses.
Antes da edição da Lei de Planos e Benefícios, a matéria era regulada pelo Decreto nº 83.080/79 e, posteriormente, pelo Decreto nº 89.312/84, que, em seu art. 48, estabeleceu que a renda mensal inicial - RMI - da pensão seria de 50% (cinqüenta por cento) do salário-de-benefício a que fazia jus o de cujus, mais 10% (dez por cento) para cada dependente, observado o limite de cinco.
Com o advento da Lei nº 8.213, de 25 de julho de 1.991, seu art. 75 conferiu novos critérios para a obtenção da renda mensal. A RMI passou, então, a ser constituído de uma parcela, relativa à família, de 80% (oitenta por cento) do valor que o segurado recebia ou a que teria direito, se aposentado estivesse quando do óbito, mais tantas parcelas iguais a 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos fossem os seus dependentes, até o máximo de dois. Em caso de falecimento por acidente de trabalho, o valor era de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício ou do salário-de-contribuição vigente no dia do acidente, recaindo a escolha sob o que fosse mais vantajoso.
Editada a Lei nº 9.032, de 29 de abril de 1.995, nova redação foi conferida ao mencionado artigo, vejamos:

Art. 75. O valor mensal da pensão por morte, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no artigo 33 desta Lei.

As sucessivas alterações na renda mensal inicial ocasionaram um conflito intertemporal de normas, qual seja, a possibilidade de ser ou não aplicável a lei mais benéfica, majorando-se o percentual de pensões concedidas sob a égide das legislações anteriores a Lei nº 9.032/95.
A questão é resolvida à luz do que preceitua o art. 471, inciso I, do Código de Processo Civil. Tratando-se de uma relação jurídica continuativa, passível de adequação quando houver modificação no estado de fato ou de direito, é possível a aplicação da nova legislação. Para tanto, pouco importa se o que é exigido para a realização da hipótese normativa tenha origem sob a vigência de lei velha. Interessa, sim, que a questão se faça preencher por uma dada realidade fática-jurídica, coincidente na sua existência por inteiro, com o momento temporal que entra em vigor com a nova norma, justificando assim a sua imediata incidência.
Desta forma, tendo o segurado começado a perceber o benefício antes do advento da Lei nº 8.213/91 e estando recebendo-o até o presente momento, aplicável é a majoração elencada no art. 75 da Lei n. 8.213/91, na redação dada pela Lei nº 9.032/95, não há falar em retroação de lei mais benéfica, mas tão-somente na sua aplicação imediata, em respeito à manutenção da isonomia entre os benefícios.
A propósito, confiram-se os precedentes da Sexta Turma que tratam da matéria em comento:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENSÃO POR MORTE. PERCENTUAL. LEI MAIS BENÉFICA. INCIDÊNCIA. BENEFÍCIO EM MANUTENÇÃO. POSSIBILIDADE.
1. No sistema de direito positivo brasileiro, o princípio tempus regit actum se subordina ao do efeito imediato da lei nova, salvo quanto ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada (Constituição da República, artigo 5º, inciso XXXVI e Lei de Introdução ao Código Civil, artigo 6º).

2. A lei nova, vedada a ofensa ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada, tem efeito imediato e geral, alcançando as relações jurídicas que lhes são anteriores, não, nos seus efeitos já realizados, mas, sim, nos efeitos que, por força da natureza continuada da própria relação, seguem se produzindo, a partir da sua vigência.
3. "L'effet immédiat de la loi doit être considéré comme la règle ordinaire: la loi nouvelle s'applique, dès sa promulgation, à tous les effets qui résulteront dans l'avenir de rapports juridiques nés ou à naître" (Les Conflits de Lois Dans Le Temps, Paul Roubier, Paris, 1929).
4. Indissociável o benefício previdenciário das necessidades vitais básicas da pessoa humana, põe-se na luz da evidência a sua natureza alimentar, a assegurar aos efeitos continuados da relação jurídica a regência da lei nova que lhes recolha a produção vinda no tempo de sua eficácia, em se cuidando de norma nova relativa à modificação de percentual dos graus de suficiência do benefício para o atendimento das necessidades vitais básicas do segurado e de sua família.
5. O direito subjetivo do segurado é o direito ao benefício, no valor irredutível que a lei lhe atribua e, não, ao valor do tempo do benefício, como é da natureza alimentar do benefício previdenciário.
6. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 862.433/PB, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ de 25/6/2007)

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. LEI Nº 9.032/1995. APLICAÇÃO IMEDIATA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.
1. A decisão agravada deve ser mantida pelo que nela se contém, dado que proferida em sintonia com a jurisprudência da Terceira Seção de que a nova redação do art. 75 da Lei nº 8.213/91, conferida pela Lei nº 9.032/95, que elevou a pensão por morte previdenciária a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, tem incidência imediata, independentemente da lei vigente na data do fato gerador.
2. Agravo regimental a que se nega provimento."
(AgRg no Ag 694.277/RS, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ de 6/8/2007)

"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI Nº 8.213/91. LEI 9.032/95. APLICAÇÃO IMEDIATA. LEI Nº 9.528/97. INOVAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.
O dispositivo legal que majora o percentual concernente às cotas de pensão por morte deve ser aplicado a todos os benefícios previdenciários, independentemente da norma vigente quando do seu fato gerador, não havendo falar em retroatividade da lei, mas em incidência imediata. Precedentes.
Em agravo regimental não se pode trazer questão não deduzida no recurso especial, uma vez que impossível inovar.
É defesa a este Superior Tribunal a análise de violação de dispositivos constitucionais, sequer para fins de prequestionamento, em respeito à sua função precípua, que é conferir interpretação uniforme à legislação federal, e a fim de evitar usurpação de competência da Suprema Corte.
Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no Ag 757.858/RS, Rel. Min. PAULO MEDINA, Sexta Turma, DJ de 12/3/2007)

Diante do exposto, com base no artigo 254, inciso I, do RISTJ, **nego provimento** ao presente agravo.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4289)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 932.988 - SP (2007/0166133-1)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
AGRAVANTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MARÍLIA PEREIRA GONÇALVES CARDOSO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MARIA VALÉRIA VIEGAS ALVES
ADVOGADO	: PAULO PHILOMENO BLANC SIMOES E OUTRO(S)

DECISÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. DECISÃO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE.
1 - A discussão acerca do chamado fundo de direito refere-se à "situação jurídica fundamental", o que, no caso em apreço, não ocorre, já que não se discute a condição funcional dos recorridos, qual seja, servidores de fundação estatal, mas, tão-somente, o direito ao recebimento isonômico de reajustes salariais que devem ser concedidos a toda a classe de servidores públicos estaduais submetidos ao mesmo regime jurídico.
2. Verifica-se o acerto da decisão recorrida, que não admitiu o especial, ao fundamento de que este C. Tribunal já se pronunciou no mesmo sentido do v. aresto impugnado. Aplicável, à espécie, o *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil.
Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra não admissão, na origem, de Recurso Especial.
Presentes os requisitos de conhecimento do agravo de instrumento, passa-se ao juízo de admissibilidade do recurso especial.
Ao analisar os autos e examinar as razões do apelo que o recursante visa destrancar, verifica-se o acerto do r. decisório profligado, que não admitiu o especial, ao fundamento de que este C. Tribunal já se pronunciou no mesmo sentido do v. aresto impugnado, sendo aplicável, portanto, à espécie, o *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil.
Confiram-se, a propósito, os seguintes precedentes, q.v. *verbi gratia*:
ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. GRATIFICAÇÃO CONCEDIDA AOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTÁRQUICA E NÃO ESTENDIDA AOS SERVIDORES DE FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL LIMITADA ÀS PRESTAÇÕES VENCIDAS (SÚMULA 85, STJ). I - A discussão acerca do fundo de direito refere-se à "situação jurídica fundamental", o que, no caso em apreço, não ocorre, já que não se discute a condição funcional dos recorridos, qual seja, servidores de fundação estatal, mas, tão-somente, o direito ao recebimento isonômico de reajustes salariais que devem ser concedidos a toda a classe de servidores públicos estaduais submetidos ao mesmo regime jurídico. II - A pretensão dos recorridos de receberem as mesmas gratificações que foram concedidas aos servidores da administração direta e autárquica, dado o caráter de reajuste salarial que estas possuem, não se confunde com pretensão de se verem "integrados em determinada classe ou categoria" e, pois, "prescrevem as parcelas" e não o próprio direito. III - Mesmo para quem considere a lei que criou a gratificação como de efeito concreto, isso não significa que os demais servidores, excluídos ilegalmente de suas previsões, sejam considerados cientificados de tal conduta para fins de cômputo do prazo de "prescrição do direito". Exige-se, na espécie, demonstração inequívoca de conhecimento do interessado, como a que indefere o pedido administrativamente, ou, ainda, a que suprime pagamento que vinha sendo feito. IV - A teoria do trato sucessivo abarca, assim, direitos que se renovam dia a dia, ou mês a mês, e que não tenham sido indeferidos expressamente ou de modo inequívoco. V - Recurso especial desprovido. (REsp 780.153/RJ, Rel. Min. Felix Fischer, DJ de 02/02/2006)

ADMINISTRATIVO - VANTAGEM FUNCIONAL - ADICIONAIS DE SEXTA PARTE - PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO - DISSIDIO JURISPRUDENCIAL COMPROVADO - SUMULAS 443/STF E 163 TFR. EM SE TRATANDO DE RELAÇÃO CONTINUADA E INEXISTINDO RECUSA FORMAL DA ADMINISTRAÇÃO AO RECONHECIMENTO DO DIREITO PLEITEADO, A PRESCRIÇÃO NÃO ATINGE O FUNDO DE DIREITO, ALCANÇANDO, TÃO SÓ, AS PARCELAS VENCIDAS, ANTERIORES AO QÜINQÜÊNIO DA PROPOSITURA DA AÇÃO. RECURSO PROVIDO. (REsp 10110/SP, DJ de 10/02/93, Rel. Min. Peçanha Martins).

*PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR. PÚBLICO. APOSENTADORIA. REAJUSTE. LIMITAÇÃO TEMPORAL NÃO ESTABELECIDA PELA SENTENÇA EXEQÜENDA. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. COISA JULGADA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
1. É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, se a sentença que embasa o título exeqüendo não determinou a limitação temporal do reajuste, não pode tal restrição ser discutida em execução de sentença, sob pena de ofensa à coisa julgada.
2. Hipótese em que a sentença executada não cuidou de determinar a limitação temporal, estabelecendo apenas que deve ser paga a diferença, observada a prescrição qüinqüenal, de acordo com o novo critério constitucional referido na fundamentação.
3. O erro material é aquele evidente, decorrente de simples equívoco aritmético ou inexatidão material, e não o erro relativo aos elementos ou critérios de cálculo. A ausência de limitação do reajuste não configura, portanto, erro material.
4. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 859923 / SP, Relator Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 06.08.2007, p. 666)*

Ante o exposto, com fundamento no *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil, NEGO PROVIMENTO ao agravo de instrumento.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4290)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933.136 - MG (2007/0178787-3)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
AGRAVANTE	: GERCI JUSTINO JUNIOR
ADVOGADO	: MOISÉS ELIAS PEREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DE MINA GERAIS
PROCURADOR	: MARIA APARECIDA DOS SANTOS E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. PSICOTÉCNICO. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA.
1. Na via especial, é vedada a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido.
2. A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial. Súmula 7-STJ.
3. Não se conhece de recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, se o dissídio jurisprudencial não estiver comprovado nos moldes exigidos pelos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e art. 255, parágrafos 1º e 2º do RISTJ.
4. Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo GERCI JUSTINO JUNIOR, contra a não admissão, na origem, de Recurso Especial.
De plano, consigne-se que presentes os requisitos de conhecimento do agravo de instrumento, passa-se ao juízo de admissibilidade do recurso especial.
In casu, a decisão agravada não admitiu o Recurso Especial sob fundamento de incidência do óbice do enunciado da Súmula 7 do STJ e de que o dissídio jurisprudencial não restou demonstrado nos moldes regimentais.
O agravante, por sua vez, afirma que não se pretende o reexame de provas, mas a sua valoração jurídica.
Verbera, outrossim, que o dissídio jurisprudencial ficou demonstrado nos moldes regimentais.
Entretanto, o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ.
Merece destaque, sobre o tema, o consignado no julgamento do REsp 336.741/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 07/04/2003, *"(...)se, nos moldes em que delineada a questão federal, há necessidade de se incursionar na seara fático-probatória, soberanamente decidida pelas instâncias ordinárias, não merece trânsito o recurso especial, ante o veto da súmula 7-STJ"*.
Nesse mesmo sentido, destacam-se, ainda, os precedentes assim ementados, q. v. *verbi gratia*:
"AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDEN- CIÁRIO. CANCELAMENTO DE BENEFÍCIO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. OBEDIÊNCIA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL E AMPLA DEFESA. SÚMULA 7/STJ. 1 - Para análise da irresignação, fulcrada na existência de regular procedimento administrativo de cancelamento de benefício previdenciário, há necessidade de imiscuir-se no conjunto fático-probatório dos autos, impossível na via eleita, a teor da súmula 7/STJ. 2 - omissis. 3 - Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 471.185/RJ, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, DJ de 19.12.2002)

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVOS VIOLADOS. DISSÍDIO PRETORIANO. TRANSCRIÇÃO DE EMENTAS. INSUFICIÊNCIA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. REEXAME DE PROVAS. 1. É deficiente a fundamentação recursal se, arrimada em violação de lei federal, não indica a recorrente, clara e precisamente, qual ou quais dispositivos infraconstitucionais teriam sido vulnerados pelo acórdão recorrido. 2. A apreciação da matéria referente à perda da qualidade de segurado, ante a ausência de prova do não exercício de atividade laborativa em virtude da existência de mal incapacitante, importa em revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, vedado pela súmula nº 7/STJ. 3. omissis. 4. Recurso especial não conhecido." (RESP nº 263166/SP, Relator Ministro Fernando Gonçalves, in DJ 05/02/2001).

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. ACÓRDÃO RECORRIDO. ART. 535 DO CPC. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIO- NAMENTO. SÚMULA 211 DO STJ. FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL DEFICIENTE. SÚMULA 284 DO STF. SÚMULA 5 E 7 DO STJ. AÇÃO RENOVATÓRIA. CO-LOCADORES. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO E PARADIGMA. IDENTIDADE OU SIMILITUDE DE BASES FÁTICO-JURÍDICAS. AUSÊNCIA. 1. Não padece de invalidade o acórdão recorrido, que examinou, com fundamentos, claros, precisos e coerentes, as questões suscitadas pelas partes. 2. A ausência de prequestionamento inviabiliza o conhecimento da questão federal suscitada. 3. omissis. 4. É inviável o conhecimento do recurso especial na parte em que não infirma o fundamento do acórdão recorrido e deixa de indicar, com a exatidão exigida, os dispositivos federais tidos por violados. 5. Na via especial, não é possível o reexame de provas. 6. Inexiste dissídio jurisprudencial na hipótese em que o acórdão recorrido e os paradigmas carecem de identidade ou similitude de bases fático-jurídicas. Recurso Especial de que se conhece em parte e nesta se lhe nega provimento." (RESP nº 605476/MG, Relator Ministro Paulo Medina, in DJ 01/07/2004).
Em outro passo, com relação à argüição de dissídio pretoriano, verifico que o recorrente não logrou caracterizá-lo nos termos exigidos pelo Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, notadamente por não ter procedido ao necessário cotejo analítico das teses supostamente divergentes.

Esclareça-se, ademais, que o devido cotejo analítico se dá mediante a juntada das certidões ou cópias autenticadas dos acórdãos paradigmas, ou pela citação de repositório oficial, não bastando a simples transcrição de ementas e votos, assim como através da descrição da similitude fática e da indicação do ponto divergente entre as decisões paradigmas e o aresto *a quo*.

Neste sentido, q. v. *verbi gratia* :

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO E DE COMPROVAÇÃO. RECURSO QUE NÃO DEFINE EM QUE CONSISTE A OMISSÃO ALEGADA. APRECIAÇÃO REFLEXA DE DIREITO LOCAL. INCABIMENTO. 1. Por força legal, a divergência jurisprudencial, autorizativa do recurso especial interposto, com fundamento na alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, requisita comprovação e demonstração, esta, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados; e aquela, por intermédio da juntada de cópia integral dos arestos apontados como paradigma ou pela citação de repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que os mesmos se achem publicados. 2. omissis. 3. omissis. 4. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 316394/PA, Min. Hamilton Carvalhido,DJ 01.07.2005)

"RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE. VENCIMENTOS. 11,98%. LEGITIMIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS TIDOS COMO VIOLADOS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA Nº 13/STJ. 1. omissis. 2. O conhecimento de recurso especial fundado na alínea "c" do permissivo constitucional requisita, em qualquer caso, a demonstração analítica da divergência jurisprudencial invocada, por intermédio da transcrição dos trechos dos acórdãos que configuram o dissídio e da indicação das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas ou votos (artigos 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e 255, parágrafo 2º, do RISTJ). (...)" (REsp 487.549/MG, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJU de 28/04/03)

Destarte, não merece reparos o acórdão hostilizado, ante o óbice da Súmula 07-STJ e por não terem sido preenchidos os requisitos necessários para a comprovação do dissídio jurisprudencial.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4291)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933.174 - SP (2007/0202216-1)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: LUCIANA KUSHIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ANA MARIA DOS SANTOS
ADVOGADO	: MÁRIO ANTÔNIO DE SOUZA E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento desafiando decisão que não admitiu recurso especial, este calcado na alínea "a" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 3ª Região, assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. REMESSA OFICIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PENSÃO POR MORTE. LEI N.º 6.423/1977. INAPLICABILIDADE. ALTERAÇÃO DE COEFICIENTE. LEI MAIS BENÉFICA. INCIDÊNCIA. HORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. TERMO FINAL.

I - Em se tratando de matéria exclusivamente de direito, desnecessária a produção de outras provas além daquelas constantes dos autos.

II- Em se tratando de benefício previdenciário, cujas prestações são de trato sucessivo, a prescrição não atinge o fundo de direito, mas sim as parcelas devidas no período anterior ao qüinqüênio contado do ajuizamento da ação (Súmula 85 do E. STJ).

*III - O valor do benefício de pensão por morte deve ser calculado de acordo com a lei vigente à época do óbito, **in casu**, o Decreto n.º 89.312/84, o qual não prevê a atualização monetária dos salários-de-contribuição, nos termos de seu artigo 21, inciso I.*

IV - Embora os benefícios de pensão por morte devam ser calculados de acordo com a legislação vigente à época do óbito, nada obsta a aplicação das alterações posteriormente introduzidas, não havendo que se falar, portanto, em aplicação retroativa da lei.

V - Os juros moratórios devem ser calculados de forma globalizada para as diferenças anteriores à citação e de forma decrescente para aquelas vencidas após tal ato processual. Será observada a taxa de 6% ao ano até 10/1/2003 e, a partir de 11/1/2003, será considerada a taxa de 1% no mês, nos termos do art. 406 do Código Civil e do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional.

VI - A correção monetária incide sobre as diferenças em atraso, desde os respectivos vencimentos, na forma da Súmula n.º 8 do E. TRF da Terceira Região, observada a legislação de regência especificada na Portaria n.º 92/2001 DF-SJ/SP, de 23 de outubro de 2001, editada com base no Provimento n.º 64/05 da E. Corregedoria-Geral da Justiça da 3ª Região.

VI - Ante a sucumbência recíproca, cada uma das partes arcará com as despesas que efetuou, incluindo verba honorária de seus respectivos patronos, nos termos do art. 21 do Código de Processo Civil.

VIII - Preliminar rejeitada. Apelo do INSS e remessa oficial providos. Apelação da autora parcialmente provida. Recurso adesivo improvido." (fls. 141/142)

Opostos embargos declaratórios, restaram rejeitados. (fl. 157)
Alega o agravante afronta ao princípio do juiz natural e inobservância ao disposto no art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil.
No especial, concentra-se na alegação de ofensa a ato perfeito.
O inconformismo não merece abrigo.
Afasta-se, inicialmente, a suposta usurpação da competência do STJ, pois, conforme entendimento pacífico desta Corte, é possível o juízo monocrático de admissibilidade adentrar no mérito do recurso especial, uma vez que o Tribunal de origem ao não admitir o apelo extremo pela alínea "a", em face do pressuposto constitucional (art. 105, III, "a", CF), deve verificar se o acórdão contrariou ou negou vigência a dispositivo de lei federal, o que corresponde, na realidade, à análise do próprio mérito da controvérsia.
Quanto ao mais, é firme no Superior Tribunal de Justiça a compreensão de que a nova redação do art. 75 da Lei n.º 8.213/1991, conferida pela Lei n.º 9.032/1995, que majorou a pensão previdenciária por morte a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, tem incidência imediata, independentemente da lei vigente à data do fato gerador.
Confiram-se:

***A** - "PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. RETROATIVIDADE DA LEI NOVA MAIS BENÉFICA. LEIS NºS 8.213/1991 E 9.032/1995. POSSIBILIDADE.*
- Em tema de concessão de benefício previdenciário decorrente de pensão por morte, admite-se a retroação da lei instituidora, em face da relevância da questão social que envolve o assunto.
- O art. 75 da Lei n.º 8.213/1991, com a nova redação conferida pela Lei n.º 9.032/1995, é aplicável às pensões concedidas antes de sua edição, porque imediata a sua incidência.
- Embargos de divergência conhecidos e acolhidos".
*(EREsp n.º 311.302/AL, Relator o Ministro **VICENTE LEAL**, DJU de 16/9/2002).*

***B** - " PREVIDENCIÁRIO. ALTERAÇÃO. PERCENTUAL. COTA FAMILIAR. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI Nº 8.213/1991. LEI Nº 9.032/1995. APLICAÇÃO IMEDIATA.*
*1. Em tema de benefício previdenciário, a Terceira Seção tem entendimento no sentido da incidência imediata da lei nova, vedada a ofensa ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada, **ut** arts. 5º, XXXVI, e 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, alcançando as relações jurídicas anteriores nos efeitos a serem produzidos em decorrência da própria continuidade da relação, a partir de sua vigência.*
2. Nesse contexto, o dispositivo legal que majora o percentual concernente às cotas de pensão por morte deve ser aplicado a todos os benefícios previdenciários, independentemente da norma vigente quando de seu fato gerador, não havendo falar em retroatividade da lei, mas em incidência imediata.
3. Recurso não conhecido".
*(REsp nº 345.678/AL, Relator o Ministro **FERNANDO GONÇALVES**, DJU de 2/9/2002).*

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4292)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933.243 - RS (2007/0180069-6)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MÚRCIO KLÉBER GOMES FERREIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CLEUCI FERRI GUERREIRO E OUTROS
ADVOGADO	: THIAGO CECCHINI BRUNETTO E OUTRO(S)

DECISÃO

Não há falar em ofensa ao art. 535, I e II, do Cód. de Pr. Civil, porquanto o Tribunal Regional Federal da 4ª Região se pronunciou sobre as questões que lhe foram submetidas, valendo-se dos fundamentos que entendeu suficientes para decidir a lide. Assim, porque não havia obscuridade a aclarar, contradição a resolver nem omissão a suprir, correta a rejeição dos embargos de declaração.
Ademais, decidindo como decidiu, o Tribunal Regional adotou o firme entendimento do Superior Tribunal de que, "nas execuções individuais contra a Fazenda Pública oriundas de sentença genérica proferida em ação coletiva, são devidos os honorários advocatícios, ainda que não embargada a execução, não havendo que se fazer distinção em relação à ação civil pública" (AgRg no REsp-899.438, Ministro Gilson Dipp, DJ de 29.6.07). Confira-se o seguinte precedente da Terceira Seção:

"Embargos de divergência. Recurso especial. Execução não embargada contra a Fazenda Pública. Ação coletiva proposta por sindicato. Honorários advocatícios. Cabimento. Não-aplicação da MP nº 2.180/2001. Precedentes.
1. Consoante a jurisprudência preponderante desta Corte, é indevida a fixação de honorários advocatícios em execuções não embargadas contra a Fazenda Pública, nos termos do art. 4º da Medida Provisória nº 2.180/01, desde que a execução tenha sido ajuizada após a edição de tal norma, não seja o crédito de pequeno valor nem se trate de execução de sentença proveniente de ação civil pública ou de ação coletiva proposta por associação ou sindicato como substitutos processuais. Precedentes.
2. *In casu*, cuida-se de execução de sentença proferida em ação coletiva proposta por sindicato, razão pela qual são cabidos honorários advocatícios.
3. Embargos de divergência da União rejeitados." (EREsp-698.857, Ministra Maria Thereza, DJ de 4.12.06.)

Assim, não há falar em contrariedade dos dispositivos apontados. Incide na espécie a Súmula 83.
Tal o contexto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4293)

RECURSO ESPECIAL Nº 933.491 - RJ (2007/0053354-8)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: DURLENI MARIA CARVALHO DOS REIS
ADVOGADO	: CARLOS AUGUSTO RIBEIRO DA SILVA E OUTRO(S)

DECISÃO

Filha de ex-servidor (maior de idade e solteira) impetrou mandado de segurança objetivando o reconhecimento do direito à percepção de pensão temporária estatutária. A sentença que denegara a segurança foi reformada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região em acórdão assim ementado:

"Administrativo. Pensão temporária. Lei nº 3.373/58. Filha solteira, maior de 21 (vinte e um) anos e não ocupante de cargo público permanente. Possibilidade.
- Apelação em mandado de segurança, face à sentença que denegou a segurança, que objetivava que a concessão da pensão temporária, nos termos do Plano de Previdência da Lei nº 3.373/58, pelo falecimento de seu pai, que era servidor estatutário aposentado.
- O direito da impetrante ao pleiteado está expresso nos artigos 3º, II, e 5º, parágrafo único, da Lei nº 3.373/58, que, garantindo a pensão temporária às filhas solteiras maiores de 21 (vinte e um) anos, tão-somente admite a perda da referida pensão por ocupação de cargo público permanente.
- Entendimento confirmado pelo Verbete nº 232, da Súmula do extinto Tribunal Federal de Recursos.
- O não pagamento do benefício deixado ou a não devolução das contribuições realizadas acarretaria uma situação absurda de enriquecimento sem causa dos cofres públicos.
- No caso presente, a concessão do benefício rege-se pela legislação vigente à época em que os segurados ou seus dependentes preenchessem os requisitos legais para o seu gozo.
- Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.
- Recurso provido."

Daí este recurso especial, em que a União alega, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 5º, II, a, parágrafo único, da Lei nº 3.373/58; 217, II, a, da Lei nº 8.112/90; e 2º, caput, §§ 1º e 2º, e 6º, caput, § 2º, da Lei de Introdução. Sustenta, em síntese, que a pensão deve ser concedida com base na legislação vigente à época do falecimento do instituidor.
Regularmente intimada, a recorrida apresentou contra-razões, instando pela manutenção do decidido.
O parecer do Ministério Público Federal foi pelo provimento do recurso.
A meu ver, a irresignação deve ser acolhida.
De fato, dissentiu o acórdão recorrido da orientação do Superior Tribunal. Aqui já se firmou o entendimento segundo o qual a lei vigente à época do óbito do instituidor do benefício é a que deve reger o direito à pensão em apreço. Ilustram tal orientação os seguintes julgados:

"Administrativo - Recurso especial - Servidor público - Direito adquirido - Afronta à LICC - Impossibilidade de conhecimento - Pensão por morte - Fato gerador - Óbito - *Tempus regit actum*.
.....
3 - Na hipótese dos autos, o óbito ocorreu em 11.12.1992, sob a égide da Lei nº 8.112/90, cujas disposições deram nova disciplina à matéria, revogando o disposto na Lei nº 3.373/58, ao excluir a previsão da concessão de pensão temporária à filha solteira maior de 21 anos.
4 - Precedentes (REsp nºs 243.297/RN e 443.503/SC).
5 - Recurso conhecido nos termos acima expostos e, neste aspecto, desprovido." (REsp-259.718, Ministro Jorge Scartezzini, DJ de 22.4.03.)

"Recurso especial. Administrativo e Previdenciário. Pensão estatutária. Ex-servidor celetista. Vigência da Lei nº 8.112/90 posterior ao óbito. Art. 243 do RJU.
Esta Corte já tem firme jurisprudência no sentido de que a concessão de benefício previdenciário obedece aos requisitos previstos na legislação vigente à época do óbito.
A servidora em questão faleceu em 1976, anteriormente à instituição do RJU.
Violação caracterizada.
Precedentes.
Recurso provido, com a denegação da ordem." (REsp-448.500, Ministro José Arnaldo, DJ de 27.9.04.)

"Administrativo e Previdenciário. Pensão por morte. Filha solteira maior de vinte e um anos. Lei de regência. Data do óbito. Lei n 8.112/90. Recurso desprovido.

I - A Eg. Quinta Turma, ao analisar situação assemelhada à presente, referendando posicionamento do Eg. Supremo Tribunal Federal, decidiu no sentido de que o direito à pensão deve ser regido pela lei vigente à época do falecimento do segurado instituidor do benefício.
II - Agravo interno desprovido." (AgRg no REsp-652.186, Ministro Gilson Dipp, DJ de 8.11.04.)

Na mesma linha, diversas decisões monocráticas, entre as quais: REsp-874.670, Ministro Paulo Medina, DJ de 11.4.07; e Ag-925.066, Ministra Laurita Vaz, DJ de 13.9.07.
À vista do exposto, com fundamento no § 1º-A do art. 557 do Cód. de Pr. Civil, dou provimento ao recurso especial para restabelecer a sentença.
Publique-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4294)

RECURSO ESPECIAL Nº 933.612 - RS (2007/0055252-0)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: SINDICATO DOS FISCAIS DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - SINDIFISP/SC
ADVOGADA	: KÁZIA FERNANDES PALANOWSKI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: SILVANA S LAHUTTE E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO NÃO-EMBARGADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. AÇÃO COLETIVA PROPOSTA POR SINDICATO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto com base no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que firmou entendimento de que, em se tratando de execução contra a Fazenda Pública, não cabem honorários advocatícios se o valor executado ultrapassar o valor máximo de requisição de pequeno valor.
Alegam os recorrentes violação do artigo 20, § § 3º e 4º, do CPC ao fundamento de que são devidos honorários advocatícios nas execução de sentenças proferidas em ação coletiva.
É o relatório.
No que se refere ao cabimento de honorários advocatícios contra a Fazenda Pública, nos autos de execução não embargada, estabelece o artigo 4º da Medida Provisória nº 2.180/2001 que:

"Art. 4º A Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:
'Art. 1º-D. Não serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas'."

O Excelso Pretório, no julgamento do Recurso Extraordinário 420.816/PR, firmou, por maioria, o entendimento segundo o qual a norma em questão é constitucional, declarando apenas que ela não se aplicaria às causas de pequeno valor que não dependem de expedição de precatório para satisfação do crédito.
Posteriormente, a colenda Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça assentou, quando da apreciação do EREsp 721.810/RS, em 17/5/2006, que o óbice dos honorários disposto na aludida Medida Provisória tampouco aplicar-se-ia às causas em que fosse executada sentença proveniente de ação civil pública ou ação coletiva ajuizada por sindicato como substituto processual.
Além disso, consolidou-se nesta Corte tese de que a referida Medida Provisória apenas incidiria às execuções iniciadas posteriormente a sua vigência, em 27 de agosto de 2001. Nesse sentido, confira-se precedente deste Tribunal:

"RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO POR TÍTULO JUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180/01. IMPOSSIBILIDADE.
1. Nos termos do artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, são devidos honorários advocatícios nas execuções fundadas em título judicial ou extrajudicial, embargadas ou não.
2. A Medida Provisória nº 2.180/01, que modificou o artigo art. 1º-D da Lei nº 9.494/97, determinando que não serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas, tem incidência nos processos executivos iniciados após a sua vigência.
3. Recurso especial provido." (REsp 542.336/RS, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, SEXTA TURMA, DJ 4/10/2004)

Acerca do tema, ressalvo o meu modo de pensar, já esposado no julgamento de outros recursos (REsp 805.315/RS, REsp 797.248/RS e REsp 746.287/RS, todos publicados no DJ 30/10/2006, entre outros), no sentido da inconstitucionalidade do artigo 4º da Medida Provisória nº 2.180/2001, em consonância com os votos proferidos pelos ilustres Ministros Carlos Velloso, Marco Aurélio e Carlos Brito no julgamento do Recurso Extraordinário 420.816/PR.
Acrescento, ainda, aos argumentos lançados naquele julgamento (ausência dos requisitos para edição de medida provisória), que entendo serem inconcebíveis os privilégios que vêm sendo reiteradamente concedidos à Fazenda Pública, em claro detrimento ao cidadão que, em casos como o tal, não detém a mesma benesse, vindo a ser condenado em honorários advocatícios nas execuções não embargadas.
Feita a ressalva em relação à jurisprudência predominante desta Corte, adoto a tese segundo a qual serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas de sentença proferida em ação civil pública ou ação coletiva ajuizada por associação ou sindicato como substitutos processuais, bem como nas execuções iniciadas antes da vigência da Medida Provisória nº 2.180/2001 ou de crédito de pequeno valor.
Tendo em vista que a hipótese dos autos se enquadra em uma das exceções dantes apontadas, uma vez que se trata de execução de sentença proferida em ação coletiva, são devidos honorários advocatícios na espécie, os quais fixo em 5% do valor da execução.
Nesse sentido, cumpre trazer à baila ementas de acórdãos das colendas Quinta e Sexta Turmas:

"PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FAZENDA PÚBLICA. AÇÃO COLETIVA. EXECUÇÃO APÓS A EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180/01. MATÉRIA PACÍFICA.
1. Nas execuções advindas de ação coletiva contra a Fazenda Pública, mesmo que movidas por sindicatos ou associações de classe, como substituto processual, ainda que iniciadas após a edição da MP nº 2.180/201, são devidos honorários advocatícios ao patrono dos exeqüentes, responsável que foi pela iniciativa de individualizar e liquidar o valor do débito. (EREsp nº 653.270/RS, Relator o Ministro José Delgado, julgado em 17/5/2006)
2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no REsp 693.525/SC, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, SEXTA TURMA, DJ 19.06.2006)

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO COLETIVA AJUIZADA POR ASSOCIAÇÃO. EXECUÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. SENTENÇAS PROFERIDAS EM SEDE DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO DE CLASSE. NÃO INCIDÊNCIA DA MP N.º 2.180-35/2001. PRECEDENTES DA TERCEIRA SEÇÃO E DA CORTE ESPECIAL. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.
1. Em se tratando de execução individual proveniente de sentença genérica, proferida em ação coletiva lato sensu - Ação Civil Pública ou ação coletiva promovida por Sindicato ou Associação -, é cabível a condenação da Fazenda Pública em honorários advocatícios, ainda que a execução não tenha sido embargada, e mesmo que proposta após o advento da Medida Provisória n.º 2.180-35/2001. Precedentes da Terceira Seção e da Corte Especial.
2. Decisão mantida por seus próprios fundamentos.
3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 745.001/RS, Rel. Min. LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJ 14.08.2006)
Diante do exposto, com fundamento no artigo 557, § 1º-A, do CPC, dou provimento ao recurso especial, para fixar os honorários advocatícios em 5% do valor da execução.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4295)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933.749 - SP (2007/0155350-0)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
AGRAVANTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO IPREM
PROCURADOR	: LÚCIA SIMÕES MOTA DE ALMEIDA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: CARMEN DE MAGALHÃES E OUTROS
ADVOGADO	: RAFAEL JONATAN MARCATTO E OUTRO(S)

DECISÃO

Primeiro, às matérias atinentes aos dispositivos de lei federal tidos por violados falta o necessário prequestionamento, uma vez que não foram objeto de debate e decisão pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (Súmulas 282 e 356/STF).
Segundo, a análise dos argumentos apresentados exigiria não só a interpretação do direito local, mas também dos cálculos relativos às receitas e despesas do Município de São Paulo, o que, em recurso especial, é vedado, respectivamente, pelas Súmulas 280/STF e 7/STJ.
Terceiro, há, no Superior Tribunal, o entendimento segundo o qual, "nas causas em que a Fazenda Pública restar vencida, a verba advocatícia deve ser estabelecida de acordo com a apreciação eqüitativa do juiz, razão pela qual pode ser fixada de acordo com os percentuais previstos no *caput* do § 3º do artigo 20 do CPC, bem como ser estipulada em valor certo, aquém ou além daqueles limites, de acordo com o valor da causa ou da condenação. Aplicação do disposto no § 4º do mencionado artigo" (REsp-725.327, Ministra Maria Thereza, DJ de 11.12.06). Nessa moldura, não há falar em violação do dispositivo apontado.
Tal o contexto, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4296)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933.897 - MG (2007/0175230-3)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
AGRAVANTE	: MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES
ADVOGADO	: VIRGÍNIA KIRCHMEYER VIEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALEXSANDRA CRISTINA DA SILVA BELECHIAN
ADVOGADO	: VALÉRIA OTALIA NALON DE ANDRADE E OUTRO(S)

DECISÃO

Não há falar em ofensa ao art. 535, II, do Cód. de Pr. Civil, porquanto o Tribunal de Justiça de Minas Gerais se pronunciou sobre as questões que lhe foram submetidas, valendo-se dos fundamentos que entendeu suficientes para decidir a lide. Assim, não havendo omissão a suprir, correta a rejeição dos embargos de declaração.
Ademais, decidindo como decidiu, o Tribunal de origem seguiu a jurisprudência do Superior Tribunal segundo a qual, "havendo o reconhecimento administrativo das verbas pleiteadas, este deverá ser considerado o termo inicial" (AgRg no Ag-805.088, Ministro Arnaldo Lima, DJ de 26.2.07). Confiram-se também o AgRg no REsp-206.409, Ministro Hamilton Carvalhido, DJ de 5.2.07; o AgRg no Ag-804.092, Ministra Laurita Vaz, DJ de 12.3.07, e o AgRg no Ag-805.509, Ministra Maria Thereza, DJ de 11.6.07.
Ao agravo, portanto, nego provimento.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4297)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933.901 - MG (2007/0165857-0)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
AGRAVANTE	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: CARLOS ALBERTO ROHRMANN E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ELVIRA ALVARENGA ASSIS GOMES E OUTROS
ADVOGADO	: ADRIANA CASTANHEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. DECISÃO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE.
1 - A discussão acerca do chamado fundo de direito refere-se à "situação jurídica fundamental", o que, no caso em apreço, não ocorre, já que não se discute a condição funcional dos recorridos, qual seja, servidores de fundação estatal, mas, tão-somente, o direito ao recebimento isonômico de reajustes salariais que devem ser concedidos a toda a classe de servidores públicos estaduais submetidos ao mesmo regime jurídico.
2. Verifica-se o acerto da decisão recorrida, que não admitiu o especial, ao fundamento de que este C. Tribunal já se pronunciou no mesmo sentido do v. aresto impugnado. Aplicável, à espécie, o *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil.
Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra não admissão, na origem, de Recurso Especial.
Presentes os requisitos de conhecimento do agravo de instrumento, passa-se ao juízo de admissibilidade do recurso especial.
Ao analisar os autos e examinar as razões do apelo que o recursante visa destrancar, verifica-se o acerto do r. decisório profligado, que não admitiu o especial, ao fundamento de que este C. Tribunal já se pronunciou no mesmo sentido do v. aresto impugnado, sendo aplicável, portanto, à espécie, o *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil.
Confiram-se, a propósito, os seguintes precedentes, q.v. *verbi gratia*:
ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. GRATIFICAÇÃO CONCEDIDA AOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTÁRQUICA E NÃO ESTENDIDA AOS SERVIDORES DE FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL LIMITADA ÀS PRESTAÇÕES VENCIDAS (SÚMULA 85, STJ). I - A discussão acerca do fundo de direito refere-se à "situação jurídica fundamental", o que, no caso em apreço, não ocorre, já que não se discute a condição funcional dos recorridos, qual seja, servidores de fundação estatal, mas, tão-somente, o direito ao recebimento isonômico de reajustes salariais que devem ser concedidos a toda a classe de servidores públicos estaduais submetidos ao mesmo regime jurídico. II - A pretensão dos recorridos de receberem as mesmas gratificações que foram concedidas aos servidores da administração direta e autárquica, dado o caráter de reajuste salarial que estas possuem, não se confunde com pretensão de se verem "integrados em determinada classe ou categoria" e, pois, "prescrevem as parcelas" e não o próprio direito. III - Mesmo para quem considere a lei que criou a gratificação como de efeito concreto, isso não significa que os demais servidores, excluídos ilegalmente de suas previsões, sejam considerados cientificados de tal conduta para fins de cômputo do prazo de "prescrição do direito". Exige-se, na espécie, demonstração inequívoca de conhecimento do interessado, como a que indefere o pedido administrativamente, ou, ainda, a que suprime pagamento que vinha sendo feito. IV - A teoria do trato sucessivo abarca, assim, direitos que se renovam dia a dia, ou mês a mês, e que não tenham sido indeferidos expressamente ou de modo inequívoco. V - Recurso especial desprovido. (REsp 780.153/RJ, Rel. Min. Felix Fischer, DJ de 02/02/2006)

ADMINISTRATIVO - VANTAGEM FUNCIONAL - ADICIONAIS DE SEXTA PARTE - PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO - DISSIDIO JURISPRUDENCIAL COMPROVADO - SUMULAS 443/STF E 163 TFR. EM SE TRATANDO DE RELAÇÃO CONTINUADA E INEXISTINDO RECUSA FORMAL DA ADMINISTRAÇÃO AO RECONHECIMENTO DO DIREITO PLEITEADO, A PRESCRIÇÃO NÃO ATINGE O FUNDO DE DIREITO, ALCANÇANDO, TÃO SÓ, AS PARCELAS VENCIDAS, ANTERIORES AO QÜINQÜÊNIO DA PROPOSITURA DA AÇÃO. RECURSO PROVIDO. (REsp 10110/SP, DJ de 10/02/93, Rel. Min. Peçanha Martins).

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR. PÚBLICO. APOSENTADORIA. REAJUSTE. LIMITAÇÃO TEMPORAL NÃO ESTABELECIDA PELA SENTENÇA EXEQÜENDA. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. COISA JULGADA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
1. É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, se a sentença que embasa o título exeqüendo não determinou a limitação temporal do reajuste, não pode tal restrição ser discutida em execução de sentença, sob pena de ofensa à coisa julgada.
2. Hipótese em que a sentença executada não cuidou de determinar a limitação temporal, estabelecendo apenas que deve ser paga a diferença, observada a prescrição qüinqüenal, de acordo com o novo critério constitucional referido na fundamentação.
3. O erro material é aquele evidente, decorrente de simples equívoco aritmético ou inexatidão material, e não o erro relativo aos elementos ou critérios de cálculo. A ausência de limitação do reajuste não configura, portanto, erro material.
4. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 859923 / SP, Relator Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 06.08.2007, p. 666)

Ante o exposto, com fundamento no *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil, NEGO PROVIMENTO ao agravo de instrumento.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4298)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 933.931 - RS (2007/0169731-9)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
AGRAVANTE	: WMS SUPERMERCADOS BRASIL S/A
ADVOGADO	: ROBERTO F. CARRION E OUTRO(S)
AGRAVADO	: REAL EMPREENDIMENTOS S/A
ADVOGADO	: JOSÉ GILBERTO DA CUNHA GASTAL

EMENTA
AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. LOCAÇÃO COMERCIAL. AÇÃO RENOVATÓRIA. VIOLAÇÃO AO ART. 535. I E II DO CPC. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.
1. Tendo o Tribunal *a quo* apreciado, com a devida clareza, toda a matéria relevante para a apreciação e julgamento do recurso, não há falar em violação ao art. 535 I e II do Código de Processo Civil.
2. Na via especial, é vedada a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido.
3. A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial. Súmula 7-STJ.
4. Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

DECISÃO
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo WMS SUPERMERCADOS BRASIL S/A, contra a não admissão, na origem, de Recurso Especial.
De plano, consigne-se que, presentes os requisitos de conhecimento do agravo de instrumento, passa-se à análise do recurso especial.
Como bem sabido, o artigo 535 do Código de Processo Civil dispõe sobre omissões, obscuridades ou contradições, eventualmente, existentes nos julgados.
Desnecessário esclarecer que é pacífico, nesta Corte, o entendimento de que "não está o juiz obrigado a examinar, um a um, os pretensos fundamentos das partes, nem todas as alegações que produzem; o importante é que indique o fundamento de sua conclusão, que lhe apoiou a convicção no decidir. De outra forma, torna-se-ia o juízo em exercício fatigante e estéril de alegações e contra-alegações, mesmo inanes: *flatus voci* inconseqüente, para suplício de todos e não prevalência de razões, isto é, capazes de convencimento e conduzindo à decisão." (STF, RE 97.558/GO, Rel. Min. Oscar Correa).
Assim, as proposições poderão ou não ser explicitamente dissecadas pelo magistrado, que só estará obrigado a examinar a contenda nos limites da demanda, fundamentando o seu proceder de acordo com o seu livre convencimento, baseado nos aspectos pertinentes à hipótese *sub judice* e com a legislação que entender aplicável ao caso concreto.
No mesmo sentido, q. v. *verbi gratia* :
"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. DESCABIMENTO. APOSENTADORIA POR IDADE. ATIVIDADE URBANA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA N.º 07/STJ. 1. omissis. 2. Tendo o Tribunal a quo apreciado, com a devida clareza, toda a matéria relevante para a apreciação e julgamento do recurso, não há falar em violação ao art. 535 do Código de Processo Civil. 3. omissis. 4. omissis. 5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido." (Resp 543.740/SP, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ de 16.02.2004).
Ressalte-se, a propósito, que:
"os embargos declaratórios não se prestam para forçar o ingresso na instância extraordinária se não houver omissão a ser suprida no acórdão, nem fica o juiz obrigado a responder a todas as alegações das partes quando já encontrou motivo suficiente para fundar a decisão" (AGA 372.041/SC, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ 04/02/2002).
Lecionam Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart:
"Como visto, a finalidade dos embargos de declaração não é a de obter a anulação ou a modificação da decisão recorrida - ao contrário dos demais recursos. O seu objetivo é permitir o aperfeiçoamento da decisão, sanando seus eventuais defeitos (obscuridade, contradição e omissão). Realmente, se a função dos embargos declaratórios é subsidiária, visando somente aperfeiçoar a decisão, não se pode autorizar que, por meio desse caminho, a parte obtenha modificação substancial na decisão impugnada. (...)" (MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; 'Manual do Processo de Conhecimento'; 4ª ed. São Paulo: RT - 2005; p. 544)
Por outro lado, a decisão agravada também não admitiu o Recurso Especial sob fundamento de incidência do óbice do enunciado da Súmula 7 do STJ.
In casu, o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ.
Merece destaque, sobre o tema, o consignado no julgamento do REsp 336.741/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 07/04/2003, *"(...)se, nos moldes em que delineada a questão federal, há necessidade de se incursionar na seara fático-probatória, soberanamente decidida pelas instâncias ordinárias, não merece trânsito o recurso especial, ante o veto da súmula 7-STJ"*.
Nesse mesmo sentido, destacam-se, ainda, os precedentes assim ementados, q. v. *verbi gratia*:
"AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDEN- CIÁRIO. CANCELAMENTO DE BENEFÍCIO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. OBEDIÊNCIA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL E AMPLA DEFESA. SÚMULA 7/STJ. 1 - Para análise da irresignação, fulcrada na existência de regular procedimento administrativo de cancelamento de benefício previdenciário, há necessidade de imiscuir-se no conjunto fático-probatório dos autos, impossível na via eleita, a teor da súmula 7/STJ. 2 - omissis. 3 - Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 471.185/RJ, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, DJ de 19.12.2002)
"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVOS VIOLADOS. DISSÍDIO PRETORIANO. TRANSCRIÇÃO DE EMENTAS. INSUFICIÊNCIA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. REEXAME DE PROVAS. 1. É deficiente a fundamentação recursal se, arrimada em violação de lei federal, não indica a recorrente, clara e precisamente, qual ou quais dispositivos infraconstitucionais teriam sido vulnerados pelo acórdão recorrido. 2. A apreciação da matéria referente à perda da qualidade de segurado, ante a ausência de prova do não exercício de atividade laborativa em virtude da existência de mal incapacitante, importa em revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, vedado pela súmula nº 7/STJ. 3. omissis. 4. Recurso especial não conhecido." (RESP nº 263166/SP, Relator Ministro Fernando Gonçalves, in DJ 05/02/2001).
"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. ACÓRDÃO RECORRIDO. ART. 535 DO CPC. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211 DO STJ. FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL DEFICIENTE. SÚMULA 284 DO STF. SÚMULA 5 E 7 DO STJ. AÇÃO RENOVATÓRIA. CO-LOCADORES. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO E PARADIGMA. IDENTIDADE OU SIMILITUDE DE BASES FÁTICO-JURÍDICAS. AUSÊNCIA. 1. Não padece de invalidade o acórdão recorrido, que examinou, com fundamentos, claros, precisos e coerentes, as questões suscitadas pelas partes. 2. A ausência de prequestionamento inviabiliza o conhecimento da questão federal suscitada. 3. omissis. 4. É inviável o conhecimento do recurso especial na parte em que não infirma o fundamento do acórdão recorrido e deixa de indicar, com a exatidão exigida, os dispositivos federais tidos por violados. 5. Na via especial, não é possível o reexame de provas. 6. Inexiste dissídio jurisprudencial na hipótese em que o acórdão recorrido e os paradigmas carecem de identidade ou similitude de bases fático-jurídicas. Recurso Especial de que se conhece em parte e nesta se lhe nega provimento." (RESP nº 605476/MG, Relator Ministro Paulo Medina, in DJ 01/07/2004).
Destarte, não merece reparos o acórdão hostilizado, pois, no caso concreto, não se divisa violação ao art. 535 I e II, tendo em vista que o v. aresto analisou todas as questões pertinentes ao julgamento da causa. Ademais, as razões recursais encontram óbice na Súmula 07 deste Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4299)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 934.062 - MG (2007/0166692-6)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
AGRAVANTE	: MARIA MÉRCIA FONSECA FARIA E OUTRO
ADVOGADO	: CARLOS FREDERICO SARAIVA DE VASCONCELOS E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: CARLOS ALBERTO ROHRMANN E OUTRO(S)

DECISÃO
Correta a decisão agravada, pois a análise dos argumentos apresentados, todos no propósito de infirmar as conclusões do Tribunal de Justiça de Minas Gerais quanto à conversão realizada na remuneração das autoras, exigiria, evidentemente, o reexame dos elementos de fato dos autos, o que, em recurso especial, é vedado pela Súmula 7.
Nego, portanto, provimento ao agravo.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4300)
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 934.130 - SP (2007/0174315-1)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
AGRAVANTE	: ALEXANDRE SILVA ALVES
ADVOGADO	: LUIZ PAVESIO JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVADO	: ALI DIB HASSAN
ADVOGADO	: MAILDE VIRGÍNIA DE MEDEIROS BRANCO E OUTRO(S)

EMENTA
AGRAVO DE INSTRUMENTO. CIVIL. LOCAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO INEXISTENTE. REEXAME DE PROVAS. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO.
1. Não se conhece do recurso especial no que diz respeito à matéria que não foi especificamente enfrentada pelo e. Tribunal a *quo*, dada a ausência de prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF).
2. Na via especial, é vedada a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido.
3. A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial. Súmula 7-STJ.
4 . Não se conhece de recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, se o dissídio jurisprudencial não estiver comprovado nos moldes exigidos pelos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e art. 255, parágrafos 1º e 2º do RISTJ.
5. Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

DECISÃO
Trata-se de agravo de instrumento interposto por ALEXANDRE SILVA ALVES , contra não admissão, na origem, de Recurso Especial.
De plano, consigne-se que, presentes os requisitos de conhecimento do agravo de instrumento, passa-se ao juízo de admissibilidade do recurso especial.
In casu, verifica-se dos autos que os dispositivos ditos por violados não foram objetos de análise pelo Tribunal de Origem. Assim, revela-se ausente o necessário prequestionamento, o que inviabiliza a apreciação do apelo por esta Corte Superior.
Frise-se que, para a configuração do prequestionamento, necessário se faz o prévio debate da matéria pelo Tribunal *a quo*.
Nesse sentido, q. v. *verbi gratia*, RESP 601109/RJ, Ministro Paulo Gallotti, DJ 25.10.2004; RESP 597139/RS, Ministro Hamilton Carvalhido, DJ 28.06.2004 e AgRg no RESP637715/SC, DJ 23.08.2004, assim ementado:

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CONDENATÓRIA. VALOR INFERIOR A 60 SALÁRIOS MÍNIMOS. REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. - omissis. - omissis. - Não se conhece do recurso especial no que diz respeito à matéria que não foi especificamente enfrentada pelo e. Tribunal a quo, dada a ausência de prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF). - Agravo regimental não provido."

Cumpre consignar que não se está exigindo a menção expressa dos dispositivos tidos por violados, mas que a tese jurídica tenha sido debatida pelo Tribunal de origem.
Por outro lado, a decisão agravada também não admitiu o Recurso Especial sob fundamento de incidência do óbice do enunciado da Súmula 7 do STJ.
Na presente hipótese, o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ.
Merece destaque, sobre o tema, o consignado no julgamento do REsp 336.741/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 07/04/2003, *"(...)se, nos moldes em que delineada a questão federal, há necessidade de se incursionar na seara fático-probatória, soberanamente decidida pelas instâncias ordinárias, não merece trânsito o recurso especial, ante o veto da súmula 7-STJ"*.

Destacam-se, ainda, os precedentes assim ementados, q. v. *verbi gratia*:

"AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDEN- CIÁRIO. CANCELAMENTO DE BENEFÍCIO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. OBEDIÊNCIA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL E AMPLA DEFESA. SÚMULA 7/STJ. 1 - Para análise da irresignação, fulcrada na existência de regular procedimento administrativo de cancelamento de benefício previdenciário, há necessidade de imiscuir-se no conjunto fático-probatório dos autos, impossível na via eleita, a teor da súmula 7/STJ. 2 - omissis. 3 - Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 471.185/RJ, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, DJ de 19.12.2002)

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVOS VIOLADOS. DISSÍDIO PRETORIANO. TRANSCRIÇÃO DE EMENTAS. INSUFICIÊNCIA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. REEXAME DE PROVAS. 1. É deficiente a fundamentação recursal se, arrimada em violação de lei federal, não indica a recorrente, clara e precisamente, qual ou quais dispositivos infraconstitucionais teriam sido vulnerados pelo acórdão recorrido. 2. A apreciação da matéria referente à perda da qualidade de segurado, ante a ausência de prova do não exercício de atividade laborativa em virtude da existência de mal incapacitante, importa em revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, vedado pela súmula nº 7/STJ. 3. omissis. 4. Recurso especial não conhecido." (RESP nº 263166/SP, Relator Ministro Fernando Gonçalves, in DJ 05/02/2001).

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. ACÓRDÃO RECORRIDO. ART. 535 DO CPC. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211 DO STJ. FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL DEFICIENTE. SÚMULA 284 DO STF. SÚMULA 5 E 7 DO STJ. AÇÃO RENOVATÓRIA. CO-LOCADORES. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO E PARADIGMA. IDENTIDADE OU SIMILITUDE DE BASES FÁTICO-JURÍDICAS. AUSÊNCIA. 1. Não padece de invalidade o acórdão recorrido, que examinou, com fundamentos, claros, precisos e coerentes, as questões suscitadas pelas partes. 2. A ausência de prequestionamento inviabiliza o conhecimento da questão federal suscitada. 3. omissis. 4. É inviável o conhecimento do recurso especial na parte em que não infirma o fundamento do acórdão recorrido e deixa de indicar, com a exatidão exigida, os dispositivos federais tidos por violados. 5. Na via especial, não é possível o reexame de provas. 6. Inexiste dissídio jurisprudencial na hipótese em que o acórdão recorrido e os paradigmas carecem de identidade ou similitude de bases fático-jurídicas. Recurso Especial de que se conhece em parte e nesta se lhe nega provimento." (RESP nº 605476/MG, Relator Ministro Paulo Medina, in DJ 01/07/2004).

Em outro passo, com relação à argüição de dissídio pretoriano, verifico que o recorrente não logrou caracterizá-lo nos termos exigidos pelo Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, notadamente por não ter procedido ao necessário cotejo analítico das teses supostamente divergentes.
Esclareça-se que o devido cotejo analítico se dá mediante a juntada das certidões ou cópias autenticadas dos acórdãos paradigmas, ou pela citação de repositório oficial, não bastando a simples transcrição de ementas e votos, assim como através da descrição da similitude fática e da indicação do ponto divergente entre as decisões paradigmas e o aresto *a quo*.

Neste sentido, q. v. *verbi gratia*:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO E DE COMPROVAÇÃO. RECURSO QUE NÃO DEFINE EM QUE CONSISTE A OMISSÃO ALEGADA. APRECIAÇÃO REFLEXA DE DIREITO LOCAL. INCABIMENTO. 1. Por força legal, a divergência jurisprudencial, autorizativa do recurso especial interposto, com fundamento na alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, requisita comprovação e demonstração, esta, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados; e aquela, por intermédio da juntada de cópia integral dos arestos apontados como paradigma ou pela citação de repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que os mesmos se achem publicados. 2.omissis. 3. omissis. 4. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 316394/PA, Min. Hamilton Carvalhido,DJ 01.07.2005)

"RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE. VENCIMENTOS. 11,98%. LEGITIMIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS TIDOS COMO VIOLADOS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA Nº 13/STJ.
1. omissis.
2. O conhecimento de recurso especial fundado na alínea "c" do permissivo constitucional requisita, em qualquer caso, a demonstração analítica da divergência jurisprudencial invocada, por intermédio da transcrição dos trechos dos acórdãos que configuram o dissídio e da indicação das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas ou votos (artigos 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e 255, parágrafo 2º, do RISTJ).(...)" (REsp 487.549/MG, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJU de 28/04/03)

Destarte, no caso concreto, não merece reparos o acórdão hostilizado, ante o óbice das súmulas 07 e 211/STJ e pela ausência de demonstração do dissídio, nos moldes regimentais.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4301)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 934.496 - SP (2007/0179291-0)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
AGRAVANTE	: ARNALDO KENDI KAIAKI
ADVOGADO	: CIBELE CARVALHO BRAGA
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: ANNA CÂNDIDA SERRANO SUPLICY FORBES E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. APOSENTADORIA. TEMPO DE SERVIÇO. CONTAGEM. PREQUESTIONAMENTO INEXISTENTE. REEXAME DE PROVAS.
1. Não se conhece do recurso especial no que diz respeito à matéria que não foi especificamente enfrentada pelo e. Tribunal a *quo*, dada a ausência de prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF).
2. Na via especial, é vedada a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido.
3. A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial. Súmula 7-STJ.
4. Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela ARNALDO KENDI KAIAKI , contra não admissão, na origem, de Recurso Especial.
De plano, consigne-se que, presentes os requisitos de conhecimento do agravo de instrumento, passa-se ao juízo de admissibilidade do recurso especial.
In casu, verifica-se dos autos que os dispositivos ditos por violados não foram objetos de análise pelo Tribunal de Origem. Assim, revela-se ausente o necessário prequestionamento, o que inviabiliza a apreciação do apelo por esta Corte Superior.
Frise-se que, para a configuração do prequestionamento, necessário se faz o prévio debate da matéria pelo Tribunal *a quo*.
Nesse sentido, q. v. *verbi gratia*, RESP 601109/RJ, Ministro Paulo Gallotti, DJ 25.10.2004; RESP 597139/RS, Ministro Hamilton Carvalhido, DJ 28.06.2004 e AgRg no RESP637715/SC, DJ 23.08.2004, assim ementado:

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CONDENATÓRIA. VALOR INFERIOR A 60 SALÁRIOS MÍNIMOS. REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. - omissis. - omissis. - Não se conhece do recurso especial no que diz respeito à matéria que não foi especificamente enfrentada pelo e. Tribunal a quo, dada a ausência de prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF). - Agravo regimental não provido."
Cumpre consignar que não se está exigindo a menção expressa dos dispositivos tidos por violados, mas que a tese jurídica tenha sido debatida pelo Tribunal de origem.
Por outro lado, a decisão agravada também não admitiu o Recurso Especial sob fundamento de incidência do óbice do enunciado da Súmula 7 do STJ.
Na presente hipótese, o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ.
Merece destaque, sobre o tema, o consignado no julgamento do REsp 336.741/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 07/04/2003, *"(...)se, nos moldes em que delineada a questão federal, há necessidade de se incursionar na seara fático-probatória, soberanamente decidida pelas instâncias ordinárias, não merece trânsito o recurso especial, ante o veto da súmula 7-STJ"*.
Destacam-se, ainda, os precedentes assim ementados, q. v. *verbi gratia*:

"AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDEN- CIÁRIO. CANCELAMENTO DE BENEFÍCIO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. OBEDIÊNCIA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL E AMPLA DEFESA. SÚMULA 7/STJ. 1 - Para análise da irresignação, fulcrada na existência de regular procedimento administrativo de cancelamento de benefício previdenciário, há necessidade de imiscuir-se no conjunto fático-probatório dos autos, impossível na via eleita, a teor da súmula 7/STJ. 2 - omissis. 3 - Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 471.185/RJ, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, DJ de 19.12.2002)

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVOS VIOLADOS. DISSÍDIO PRETORIANO. TRANSCRIÇÃO DE EMENTAS. INSUFICIÊNCIA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. REEXAME DE PROVAS. 1. É deficiente a fundamentação recursal se, arrimada em violação de lei federal, não indica a recorrente, clara e precisamente, qual ou quais dispositivos infraconstitucionais teriam sido vulnerados pelo acórdão recorrido. 2. A apreciação da matéria referente à perda da qualidade de segurado, ante a ausência de prova do não exercício de atividade laborativa em virtude da existência de mal incapacitante, importa em revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, vedado pela súmula nº 7/STJ. 3. omissis. 4. Recurso especial não conhecido." (RESP nº 263166/SP, Relator Ministro Fernando Gonçalves, in DJ 05/02/2001).

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. ACÓRDÃO RECORRIDO. ART. 535 DO CPC. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211 DO STJ. FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL DEFICIENTE. SÚMULA 284 DO STF. SÚMULA 5 E 7 DO STJ. AÇÃO RENOVATÓRIA. CO-LOCADORES. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO E PARADIGMA. IDENTIDADE OU SIMILITUDE DE BASES FÁTICO-JURÍDICAS. AUSÊNCIA. 1. Não padece de invalidade o acórdão recorrido, que examinou, com fundamentos, claros, precisos e coerentes, as questões suscitadas pelas partes. 2. A ausência de prequestionamento inviabiliza o conhecimento da questão federal suscitada. 3. omissis. 4. É inviável o conhecimento do recurso especial na parte em que não infirma o fundamento do acórdão recorrido e deixa de indicar, com a exatidão exigida, os dispositivos federais tidos por violados. 5. Na via especial, não é possível o reexame de provas. 6. Inexiste dissídio jurisprudencial na hipótese em que o acórdão recorrido e os paradigmas carecem de identidade ou similitude de bases fático-jurídicas. Recurso Especial de que se conhece em parte e nesta se lhe nega provimento." (RESP nº 605476/MG, Relator Ministro Paulo Medina, in DJ 01/07/2004).

Destarte, não merece reparos o acórdão hostilizado pois, as razões recursais encontram óbice nas Súmulas 211 e 07, ambas deste Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4302)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 934.878 - SC (2007/0154147-9)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: LUIZ GONZAGA DA CUNHA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: SILVIO MARCELINO GOMES
ADVOGADO	: MANOEL DOMINGOS ALEXANDRINO E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIOS. AÇÃO ACIDENTÁRIA. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA.
1. Na via especial, é vedada a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido.
2. A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial. Súmula 7-STJ.
3. Não se conhece de recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, se o dissídio jurisprudencial não estiver comprovado nos moldes exigidos pelos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e art. 255, parágrafos 1º e 2º do RISTJ.
4. Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, contra a não admissão, na origem, de Recurso Especial.
De plano, consigne-se que presentes os requisitos de conhecimento do agravo de instrumento, passa-se ao juízo de admissibilidade do recurso especial.
In casu, a decisão agravada não admitiu o Recurso Especial sob fundamento de incidência do óbice do enunciado da Súmula 7 do STJ e de que o dissídio jurisprudencial não restou demonstrado nos moldes regimentais.
O agravante, por sua vez, afirma que não se pretende o reexame de provas, mas a sua valoração jurídica.
Verbera, outrossim, que o dissídio jurisprudencial ficou demonstrado nos moldes regimentais.
Entretanto, o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ.

Merece destaque, sobre o tema, o consignado no julgamento do REsp 336.741/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 07/04/2003, *"(...)se, nos moldes em que delineada a questão federal, há necessidade de se incursionar na seara fático-probatória, soberanamente decidida pelas instâncias ordinárias, não merece trânsito o recurso especial, ante o veto da súmula 7-STJ"*.
Nesse mesmo sentido, destacam-se, ainda, os precedentes assim ementados, q. v. *verbi gratia*:
"AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDEN- CIÁRIO. CANCELAMENTO DE BENEFÍCIO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. OBEDIÊNCIA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL E AMPLA DEFESA. SÚMULA 7/STJ. 1 - Para análise da irresignação, fulcrada na existência de regular procedimento administrativo de cancelamento de benefício previdenciário, há necessidade de imiscuir-se no conjunto fático-probatório dos autos, impossível na via eleita, a teor da súmula 7/STJ. 2 - omissis. 3 - Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 471.185/RJ, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, DJ de 19.12.2002)

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVOS VIOLADOS. DISSÍDIO PRETORIANO. TRANSCRIÇÃO DE EMENTAS. INSUFICIÊNCIA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. REEXAME DE PROVAS. 1. É deficiente a fundamentação recursal se, arrimada em violação de lei federal, não indica a recorrente, clara e precisamente, qual ou quais dispositivos infraconstitucionais teriam sido vulnerados pelo acórdão recorrido. 2. A apreciação da matéria referente à perda da qualidade de segurado, ante a ausência de prova do não exercício de atividade laborativa em virtude da existência de mal incapacitante, importa em revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, vedado pela súmula nº 7/STJ. 3. omissis. 4. Recurso especial não conhecido." (RESP nº 263166/SP, Relator Ministro Fernando Gonçalves, in DJ 05/02/2001).

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. ACÓRDÃO RECORRIDO. ART. 535 DO CPC. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIO- NAMENTO. SÚMULA 211 DO STJ. FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL DEFICIENTE. SÚMULA 284 DO STF. SÚMULA 5 E 7 DO STJ. AÇÃO RENOVATÓRIA. CO-LOCADORES. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO E PARADIGMA. IDENTIDADE OU SIMILITUDE DE BASES FÁTICO-JURÍDICAS. AUSÊNCIA. 1. Não padece de invalidade o acórdão recorrido, que examinou, com fundamentos, claros, precisos e coerentes, as questões suscitadas pelas partes. 2. A ausência de prequestionamento inviabiliza o conhecimento da questão federal suscitada. 3. omissis. 4. É inviável o conhecimento do recurso especial na parte em que não infirma o fundamento do acórdão recorrido e deixa de indicar, com a exatidão exigida, os dispositivos federais tidos por violados. 5. Na via especial, não é possível o reexame de provas. 6. Inexiste dissídio jurisprudencial na hipótese em que o acórdão recorrido e os paradigmas carecem de identidade ou similitude de bases fático-jurídicas. Recurso Especial de que se conhece em parte e nesta se lhe nega provimento." (RESP nº 605476/MG, Relator Ministro Paulo Medina, in DJ 01/07/2004).
Em outro passo, com relação à argüição de dissídio pretoriano, verifico que o recorrente não logrou caracterizá-lo nos termos exigidos pelo Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, notadamente por não ter procedido ao necessário cotejo analítico das teses supostamente divergentes.

Esclareça-se, ademais, que o devido cotejo analítico se dá mediante a juntada das certidões ou cópias autenticadas dos acórdãos paradigmas, ou pela citação de repositório oficial, não bastando a simples transcrição de ementas e votos, assim como através da descrição da similitude fática e da indicação do ponto divergente entre as decisões paradigmas e o aresto *a quo*.

Neste sentido, q. v. *verbi gratia* :

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO E DE COMPROVAÇÃO. RECURSO QUE NÃO DEFINE EM QUE CONSISTE A OMISSÃO ALEGADA. APRECIAÇÃO REFLEXA DE DIREITO LOCAL. INCABIMENTO. 1. Por força legal, a divergência jurisprudencial, autorizativa do recurso especial interposto, com fundamento na alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, requisita comprovação e demonstração, esta, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados; e aquela, por intermédio da juntada de cópia integral dos arestos apontados como paradigma ou pela citação de repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que os mesmos se achem publicados. 2. omissis. 3. omissis. 4. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 316394/PA, Min. Hamilton Carvalhido,DJ 01.07.2005)

"RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE. VENCIMENTOS. 11,98%. LEGITIMIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS TIDOS COMO VIOLADOS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA Nº 13/STJ. 1. omissis. 2. O conhecimento de recurso especial fundado na alínea "c" do permissivo constitucional requisita, em qualquer caso, a demonstração analítica da divergência jurisprudencial invocada, por intermédio da transcrição dos trechos dos acórdãos que configuram o dissídio e da indicação das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas ou votos (artigos 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e 255, parágrafo 2º, do RISTJ). (...)" (REsp 487.549/MG, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJU de 28/04/03)
Destarte, não merece reparos o acórdão hostilizado, ante o óbice da Súmula 07-STJ e por não terem sido preenchidos os requisitos necessários para a comprovação do dissídio jurisprudencial.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4303)

RECURSO ESPECIAL Nº 934.902 - RS (2007/0062389-9)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CAMILA MOLENDA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MANOEL MARONIENE
ADVOGADO	: PEDRO LUCIANO DE OLIVEIRA DORNELLES E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. SUSPENSÃO DE PRAZO EM VIRTUDE DA GREVE DOS PROCURADORES FEDERAIS. OCORRÊNCIA DE MOTIVO DE FORÇA MAIOR. REAPRECIAÇÃO DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. NÃO-CARACTERIZAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que restou assim ementado (fl. 95):

"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DO PROCESSO. MOVIMENTO GREVISTA DOS PROCURADORES FEDERAIS. DECISÃO PLENÁRIA DESTA CORTE. JUSTA CAUSA. INOCORRÊNCIA.
1. A pretensão deduzida no presente recurso relativa à suspensão do processo (arts. 265, V e 507, ambos do CPC) em virtude da adesão de um grande número de procuradores federais ao movimento grevista deflagrado pela respectiva categoria no dia 22 (vinte e dois) de maio já foi objeto de deliberação do Plenário e indeferida por votação majoritária, ocasião na qual se entendeu que o pedido não poderia ser acolhido de antemão, é dizer, deveria ser analisado caso a caso. Tal fato foi levado ao conhecimento do requerente em 29 p.p. (Ofício Conjunto ST5/ST6 059/2006).
2. Nesse sentido, e considerando o reduzido quórum com que decidida a questão no RE 413.478 (4 ministros ausentes e 2 votos vencidos), bem assim os precedentes do Colegiado a quem compete uniformizar a interpretação do direito federal acerca do tema (RSTJ 57/280 e 344, 85/212), tenho que a hipótese mais se afeiçoa àquela regida pelo artigo 183 e §1º do Estatuto Processual, razão por que, pela recentidade da paralisação noticiada, é medida que se impõe o indeferimento do pedido."

Opostos embargos declaratórios (fls. 98/99), foram eles rejeitados (fl. 103).
Nas razões do especial (fls. 106/117), aponta a autarquia recorrente violação aos arts. 183 e parágrafos, 265, inciso V, 507, e 535, incisos I e II, todos do Código de Processo Civil, bem como dissídio jurisprudencial. Requer, em síntese, que seja suspenso o prazo recursal desde a juntada da petição de fl. 85, na qual a autarquia informa o Tribunal de origem sobre a greve dos Procuradores Federais, ou pela anulação do acórdão recorrido para se pronunciar sobre as questões constantes dos embargos de declaração.
Oferecidas as contra-razões (fls. 126/131) e admitido na origem (fl.134), subiram os autos a esta Corte.
É o relatório.
Passo a decidir.
Quanto à alegada violação ao art. 535, incisos I e II, do Código de Processo Civil, esta não merece acolhida, uma vez que o acórdão recorrido utilizou fundamentação suficiente para solucionar a controvérsia, sem incorrer em omissão, obscuridade ou contradição. Assim, não há confundir decisão contrária ao interesse da parte com a falta de pronunciamento do julgador.
A propósito, confiram-se trechos do voto condutor do acórdão dos embargos de declaração (fl. 101):

"A teor do disposto nos artigos 463, I e 535 do CPC, a retificação do acórdão só tem cabimento nas hipóteses de inexatidão material, erro de cálculo, omissão, contradição ou obscuridade.
No caso em exame, tais vícios não se encontram presentes, nada existindo a sanar.
A parte recorrente pretende, na verdade, rediscutir a matéria já tratada no julgado, o que desafia a utilização da via recursal própria (...)."

Ademais, a negativa de prestação jurisdicional configura-se apenas quando o Tribunal *a quo* deixa de se manifestar sobre ponto que seria indubitavelmente necessário ao deslinde do litígio, o que não foi a hipótese dos autos.
Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INOCORRÊNCIA. QUESTÃO NÃO SUSCITADA. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO EX OFFICIO. PRETENSÃO DE REEXAME.
(...)
3. Os embargos declaratórios não se prestam ao reexame de matéria já decidida à luz dos fundamentos jurídicos invocados, tampouco para forçar o ingresso na instância extraordinária se não houver omissão, contradição ou obscuridade a serem supridas no acórdão, nem fica o juiz obrigado a responder a todas as alegações das partes, quando já encontrou motivo suficiente para fundar a decisão.
4. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 779.074/AM, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 13/3/2006)

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. AUSÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA DE MÉRITO. SUSPENSÃO DO PROCESSO. INDEFERIMENTO. GREVE DOS PROCURADORES FEDERAIS. ATOS NºS 52 E 98 DO PLENÁRIO DO STJ.
1. Inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o decisum no que pertine à suspensão dos prazos processuais em virtude do movimento grevista dos Procuradores Federais que foi mantido em vigor apenas até 26 de abril de 2004 (Ato nº 98, publicado no DJ de 26/04/2004), segundo o Ato nº 52 do Plenário do STJ , o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535 do CPC.
2. Embargos de declaração desprovidos." (EDcl no AgRg no Ag 570.374/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJ 13/12/2004)

Feitas as devidas considerações iniciais, a controvérsia ora analisada limita-se à possibilidade de suspensão do prazo recursal em decorrência de greve da Procuradoria Federal, deflagrada em 22 de maio de 2006 (fl. 85).
O reconhecimento da configuração de motivo de força maior em razão da greve dos Procuradores Federais implica na análise de matéria fática, o que não enseja recurso especial segundo o enunciado da Súmula 7/STJ.
A propósito, confiram-se os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL - SUSPENSÃO DE PRAZO PROCESSUAL EM RAZÃO DO MOVIMENTO GREVISTA DOS PROCURADORES DA FAZENDA NACIONAL - IMPOSSIBILIDADE - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ - PRECEDENTES.
1. A controvérsia essencial destes autos restringe-se à verificação da existência ou não de motivo de força maior a justificar a suspensão de prazos processuais no período de prolongamento ulterior de greve dos Procuradores da Fazenda Nacional.
2.A jurisprudência do STJ definiu-se quanto à *impossibilidade de suspensão de prazo processual em razão do movimento grevista dos procuradores do INSS (AGPET 2337/SP, DJ 29/08/2005) - Agravo regimental improvido.* (AgRg no Ag 454.089/RS, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, Segunda Turma, julgado em 6.12.2005, DJ 13.3.2006)
3. O movimento grevista, como reconhecido pela própria Fazenda Nacional, atravessou vicissitudes e suspensão da paralização. Não é dado ao Poder Judiciário investigar, caso a caso, a ocorrência dessas soluções de continuidade nas greves ou admitir que os prazos processuais fiquem indefinidamente suspensos, por mais nobres que sejam os anseios remuneratórios de categoria. Ademais, na hipótese dos autos, a verificação da existência ou não de motivo de força maior a justificar a suspensão de prazos processuais no período de greve dos Procuradores da Fazenda Nacional implicaria revolvimento fático-probatório contido nos autos; inadmissível, na via especial, em face do disposto na Súmula 7/STJ." (REsp 701.653/PR, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJ 28/6/2007)

"PREVIDENCIÁRIO. GREVE DOS PROCURADORES FEDERAIS. SUSPENSÃO DE PRAZOS PROCESSUAIS. MOTIVO DE FORÇA MAIOR. SÚMULA Nº 7/STJ.
1. A inversão do decidido implicaria na reapreciação do acervo fático-probatório, providência sabidamente incompatível com a via estreita do apelo especial (Súmula nº 7/STJ).
2. Recurso a que se nega seguimento." (REsp 841.103/RS, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Decisão Monocrática, DJ 26/6/2007)

Em não sendo suficiente tal argumentação, não parece ser motivo de força maior a paralisação dos Procuradores Federais. Os exemplos encontrados na doutrina não guardam similitude com a hipótese de greve, como se pode inferir da lição de Alexandre Freitas Câmara, em Lições de Direito Processual Civil, 16ª edição, vol. I, p. 305, *in verbis*:

"Nos termos do art. 265, V, do Código de Processo Civil, suspende-se o processo "por motivo de força maior". Este pode ser definido como o motivo insuperável, alheio à vontade da parte, que impede a prática de atos processuais. Exemplos de eventos de força maior são as tempestades, nevascas e outros fenômenos naturais (ou até mesmo causados por ato humano, como um incêndio provocado criminosamente nas dependências do fórum). Todos esses eventos suspendem o processo até que cessem e com isso o processo voltará a tramitar normalmente."

Assim demonstrada, torna-se incontroversa a impossibilidade da suspensão nos termos requeridos pela autarquia recorrente no recurso especial ora analisado.
Quanto à interposição pela alínea "c" do permissivo constitucional, o recurso também não comporta trânsito, uma vez que a divergência diz respeito à caracterização de motivo de força maior, o que exige, como dito acima, análise de matéria fática.
Por fim, forçoso o reconhecimento de que não pode a Administração esperar que sejam automaticamente suspensos os prazos que correm contra ela sempre que ocorra qualquer movimento paredista de seus procuradores judiciais, sob pena de favorecer injustificadamente uma das partes no processo e de atrasar a prestação jurisdicional.
Ante o exposto, com base no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **nego seguimento** ao recurso especial.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4304)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935.140 - PB (2007/0168331-9)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: FREDERICO BERNARDINO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: LÍGIA MOURA LEITE BARBOSA
ADVOGADO	: JOSÉ CÂMARA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

Idêntico ao **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 931453**
Índice **(4285)**

(4305)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 935.499 - RJ (2007/0167504-0)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
AGRAVANTE	: ARY LUIZ DA SILVA
ADVOGADO	: EISENHOWER DIAS MARIANO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CARLOS EDUARDO LEAL DE CASTRO NUNES E OUTRO(S)

EMENTA
AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS. PREQUESTIONAMENTO INEXISTENTE. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO.
1. Não se conhece do recurso especial no que diz respeito à matéria que não foi especificamente enfrentada pelo e. Tribunal a *quo*, dada a ausência de prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF).
2 . Não se conhece de recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, se o dissídio jurisprudencial não estiver comprovado nos moldes exigidos pelos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e art. 255, parágrafos 1º e 2º do RISTJ.
3. Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por ARY LUIZ DA SILVA, contra não admissão, na origem, de Recurso Especial.
De plano, consigne-se que, presentes os requisitos de conhecimento do agravo de instrumento, passa-se ao juízo de admissibilidade do recurso especial.
In *casu*, verifica-se dos autos que os dispositivos ditos por violados não foram objetos de análise pelo Tribunal de Origem. Assim, revela-se ausente o necessário prequestionamento, o que inviabiliza a apreciação do apelo por esta Corte Superior.
Frise-se que, para a configuração do prequestionamento, necessário se faz o prévio debate da matéria pelo Tribunal *a quo*.
Nesse sentido, q. v. *verbi gratia*, RESP 601109/RJ, Ministro Paulo Gallotti, DJ 25.10.2004; RESP 597139/RS, Ministro Hamilton Carvalhido, DJ 28.06.2004 e AgRg no RESP637715/SC, DJ 23.08.2004, assim ementado:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CONDENATÓRIA. VALOR INFERIOR A 60 SALÁRIOS MÍNIMOS. REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. - omissis. - Não se conhece do recurso especial no que diz respeito à matéria que não foi especificamente enfrentada pelo e. Tribunal a quo, dada a ausência de prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF). - Agravo regimental não provido.

Cumpre consignar que não se está exigindo a menção expressa dos dispositivos tidos por violados, mas que a tese jurídica tenha sido debatida pelo Tribunal de origem.
Em outro passo, com relação à argüição de dissídio pretoriano, verifico que o recorrente não logrou caracterizá-lo nos termos exigidos pelo Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, notadamente por não ter procedido ao necessário cotejo analítico das teses supostamente divergentes.

Esclareça-se que o devido cotejo analítico se dá mediante a juntada das certidões ou cópias autenticadas dos acórdãos paradigmas, ou pela citação de repositório oficial, não bastando a simples transcrição de ementas e votos, assim como através da descrição da similitude fática e da indicação do ponto divergente entre as decisões paradigmas e o aresto *a quo*.

Neste sentido, q. v. *verbi gratia*:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO E DE COMPROVAÇÃO. RECURSO QUE NÃO DEFINE EM QUE CONSISTE A OMISSÃO ALEGADA. APRECIAÇÃO REFLEXA DE DIREITO LOCAL. INCABIMENTO. 1. Por força legal, a divergência jurisprudencial, autorizativa do recurso especial interposto, com fundamento na alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, requisita comprovação e demonstração, esta, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados; e aquela, por intermédio da juntada de cópia integral dos arestos apontados como paradigma ou pela citação de repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que os mesmos se achem publicados. 2.omissis. 3. omissis. 4. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 316394/PA, Min. Hamilton Carvalhido,DJ 01.07.2005)

"RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE. VENCIMENTOS. 11,98%. LEGITIMIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS TIDOS COMO VIOLADOS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA Nº 13/STJ.
1. omissis.
2. O conhecimento de recurso especial fundado na alínea "c" do permissivo constitucional requisita, em qualquer caso, a demonstração analítica da divergência jurisprudencial invocada, por intermédio da transcrição dos trechos dos acórdãos que configuram o dissídio e da indicação das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas ou votos (artigos 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e 255, parágrafo 2º, do RISTJ).(...)" (REsp 487.549/MG, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJU de 28/04/03)

Destarte, no caso concreto, não merece reparos o acórdão hostilizado, ante o óbice da súmula 211/STJ e pela ausência de demonstração do dissídio, nos moldes regimentais.
Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4306)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 938.120 - RS (2007/0187793-6)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL UFRGS
PROCURADOR	: ADMAR BARRETO NETO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: INÁCIO LIMA DE OLIVEIRA E OUTRO
ADVOGADO	: VALNEZ T L BITTENCOURT E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento desafiando decisão que não admitiu recurso especial, este calcado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 4ª Região assim ementado:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ENTENDIMENTO SEDIMENTADO NA TURMA. PROVIMENTO. ART. 557, § 1º-A, DO CPC E ART. 37, § 1º, II, DO REGIMENTO INTERNO DESTE TRIBUNAL. INTERPRETAÇÃO. POSSIBILIDADE.
. Considerando os princípios da economia e da celeridade processuais, bem como o excessivo número de agravos que tramitam nesta Corte, hipótese submetida ao art. 557, § 1º-A, do CPC, porque a instrução do agravo levaria à inclusão em pauta para que a Turma decidisse o que nela já está pacificado.
. Hipótese que não representa afronta ao dispositivo processual invocado, nem negativa da prestação jurisdicional, mas a utilização de permissivo de igual natureza para fazer frente ao insuperável volume de trabalho e à falta de condições materiais, pelo uso de procedimento já pacificado na Turma para a presteza e a efetividade da mesma.
. Observada a divisão e a especialização por matéria previstas no Regimento Interno, e se nos agravos as decisões não podem ser submetidas à Seção correspondente - também órgão fracionário - por incabíveis embargos infringentes, não havendo Súmula a respeito, as decisões das Turmas constituem 'jurisprudência dominante do respectivo Tribunal', para fins de interpretação do art. 557 da Lei Adjetiva.
. Possível divergência por mudança de entendimento de algum de seus integrantes pode ser manifestada no âmbito do agravo interno, o que não prejudica a quem recorre, pois terá acesso imediato à via recursal cabível.
. Aspectos processuais vencidos para permitir o reexame do mérito do instrumento, cujo julgamento fica confirmado, pelos mesmos fundamentos, ausentes razões que possam alterá-lo.
. Agravo legal improvido." (fl. 112)
Opostos embargos declaratórios, restaram rejeitados. (fl. 131)
Indica a agravante, no especial, preliminarmente, violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, afirmando que o Tribunal de origem, mesmo instado em sede de embargos declaratórios, foi omisso ao não apreciar questões relevantes ao deslinde da controvérsia.
Aponta, ainda, além de divergência jurisprudencial, violação dos artigos 1º e 2º, §§ 1º e 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil e 1º-D da Lei nº 9.494/1997, acrescentado pela MP nº 2.180/2001, sustentando não serem devidos honorários advocatícios em execução não embargada contra a Fazenda Pública.
O inconformismo não merece abrigo.
Percebe-se claramente que a pretensão deduzida foi enfrentada e decidida, tendo o Tribunal de origem apreciado as questões postas ao seu crivo em julgado devidamente fundamentado. Daí porque não é aceitável a alegação de violação do artigo 535 do CPC, pois não se demonstrou a existência dos pressupostos que autorizariam a oposição de embargos declaratórios, instrumento processual que não se destina ao exame de matérias já devidamente analisadas.
De outro lado, não há confundir entre decisão contrária ao interesse da parte e falta de prestação jurisdicional.
Confira-se:
"RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. LIQUIDAÇÃO. MODIFICAÇÃO DO CRITÉRIO DE CÁLCULO FIXADO PELA SENTENÇA LIQUIDANDA. VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA.
1. Não há falar em violação do art. 535 do CPC, se o acórdão recorrido, longe de ser omisso, deu aos dispositivos de regência a interpretação que, sob sua ótica, melhor se coaduna com a espécie. O fato de não ser satisfatória ao recorrente não tem o condão de macular o julgado atacado, a ponto de determinar provimento jurisdicional desta Corte, no sentido de volverem os autos à instância de origem para que lá seja suprida a falta inexistente.
2. (...).
3. Recurso especial conhecido."
*(REsp nº 252.757/SP, Relator o Ministro **FERNANDO GONÇALVES**, DJU de 24/2/2003)*

Quanto ao mais, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento dos Embargos de Divergência em Recurso Especial nº 720.839/PR, em 8/2/2006, Relator o Ministro Felix Fischer, firmou compreensão de que, nas execuções advindas de ação coletiva contra a Fazenda Pública, mesmo que movidas por sindicatos ou associações de classe, como substituto processual, ainda que iniciadas após a edição da MP nº 2.180/2001, são devidos honorários advocatícios ao patrono dos exeqüentes, responsável que foi pela iniciativa de individualizar e liquidar o valor do débito.
Nesse mesmo sentido:
***A** - "RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 28, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 9.868/1999. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FAZENDA PÚBLICA. ARTIGO 20, PARÁGRAFO 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180/2001. NÃO APLICAÇÃO. EXECUÇÃO DE JULGADO EM SEDE DE AÇÃO COLETIVA AJUIZADA POR SINDICATO COMO SUBSTITUTO PROCESSUAL.*
1. Em sede de recurso especial, não se conhece de questão que não foi matéria apreciada pelo acórdão recorrido.
2. 'Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.' (artigo 20, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil).
3. 'Não serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas.' (artigo 1º-D da Lei nº 9.494/1997, com redação dada pelo artigo 4º da Medida Provisória nº 2.180-35/2001).
4. A norma do artigo 4º da Medida Provisória nº 2.180-35, que exclui o pagamento dos honorários advocatícios nas execuções não embargadas, é de ser afastada não somente nas execuções individuais de julgados em sede de ação civil pública, mas, também, nas ações coletivas ajuizadas por sindicato, como substituto processual, com igual razão de decidir, por indispensável a contratação de advogado, uma vez que também é necessário promover a liquidação do valor a ser pago e a individualização do crédito, inclusive com a demonstração da titularidade do direito do exeqüente, resultando, pois, induvidoso, o alto conteúdo cognitivo da ação de execução.
5. Recurso especial parcialmente conhecido e improvido."
*(REsp nº 654.312/RS, Relator o Ministro **HAMILTON CARVALHIDO**, DJU de 19/12/2005)*

***B** - "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. AÇÃO COLETIVA AJUIZADA POR SINDICATO. EXECUÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. SENTENÇAS PROFERIDAS EM SEDE DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO DE CLASSE. NÃO INCIDÊNCIA DA MP Nº 2.180-35/2001.*
1. É pacífico, na doutrina e na jurisprudência, em face da regra contida no art. 95 do CDC, que, nos casos de procedência das ações coletivas de tutela de interesses individuais homogêneos, a condenação será genérica, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados.
*2. A execução de sentença genérica de procedência, proferida em sede de ação coletiva **lato sensu** - ação civil pública ou ação coletiva ordinária -, demanda uma cognição exauriente e contraditório amplo sobre a existência do direito reconhecido na ação coletiva, a titularidade do credor, a individualização e o montante do débito. Precedentes.*
3. A execução da tutela coletiva, ajuizada por Sindicato, na defesa dos interesses dos membros da categoria que representa, não difere da execução de sentença proferida em sede de ação civil pública, quando esteja sendo tutelado direito individual homogêneo, uma vez que as peculiaridades desta execução não estão vinculadas à via processual utilizada, mas sim à natureza individual homogênea do direito tutelado.
*4. Conclui-se, portanto, que nas execuções de sentenças genéricas, proferidas em sede de ação coletiva **lato sensu**, ação civil pública ou ação coletiva de classe, promovida por Sindicato, não deve incidir a regra do art. 1º-D da Medida Provisória nº 2.180/35/2001 - que veda a condenação da Fazenda Pública em honorários advocatícios na ausência da oposição dos embargos à execução.*
5. Agravo regimental desprovido"
*(AgRg no REsp nº 658.155/SC, Relatora a Ministra **LAURITA VAZ**, DJU de 10/10/2005)*

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4307)

RECURSO ESPECIAL Nº 938.172 - RN (2007/0071045-2)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: LÚCIA DE FÁTIMA MEDEIROS NICOLAU E OUTROS
ADVOGADO	: LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA
RECORRIDO	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: FRANCISCO WILKIE REBOUÇAS C. JÚNIOR E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. URV. IMPOSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO COM REAJUSTES ORIUNDOS DE LEGISLAÇÃO POSTERIOR À LEI 8.880/94. LIMITAÇÃO TEMPORAL. INAPLICABILIDADE DA ADIN 1797/PE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO EM PARTE.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto pela alínea "a", do art. 105, III, da Constituição Federal, contra acórdão que entendeu fosse observada a compensação de possíveis reajustes remuneratórios posteriores à conversão dos vencimentos pela Lei nº 8.880/94, bem como que entendeu haver limitação temporal a tais reajustes, tudo na forma da ADIN 1797/PE.
Alega o recorrente, em síntese, que houve violação ao art. 535, I e II, do Código de Processo Civil, porquanto o Tribunal deixou de se manifestar sobre matérias que seriam fundamentais para o deslinde da controvérsia.
Aduz que houve ofensa aos arts. 1º, 4º, 10, 19, caput, I e II, § 1º, "d" e "e", § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, arts. 22, caput, I e II, § 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 23 e 28, caput, I e II, § 1º e 2º, todos da Lei 8.880/94, porquanto tais dispositivos não autorizam qualquer compensação ou limitação temporal, em razão da matéria não tratar de reajustes salarial ou reestruturação de cargos, mas sim da conversão de vencimentos dos recorrentes de cruzeiros reais para URV.
Sustenta, ainda, ser inaplicável à espécie a ADIN 1797/PE, devendo ser afastada a compensação de índices de reajustes remuneratórios, bem como a limitação temporal de tais reajustes.
É o relatório.
Passo a decidir.
No tocante à suposta omissão ocorrida, o recurso não merece prosperar.
Com efeito, não vislumbro ofensa ao art. 535, II, do Código de Processo Civil, porquanto constato que o acórdão dos embargos declaratórios cumpriu seu ofício, concluindo que não havia omissão a ser sanada, sobretudo porque solucionou a controvérsia com o direito que entendeu melhor aplicável ao caso.
Ressalte-se que o juiz não está obrigado a rebater, pormenorizadamente, todas as questões trazidas pela parte, citando os dispositivos legais que esta entende pertinentes para a resolução da controvérsia. A negativa de prestação jurisprudencial se configura apenas quando o Tribunal deixa de se manifestar sobre ponto que seria indubitavelmente necessário ao deslinde do litígio.
Nesse sentido é a orientação desta egrégia Corte:

"ADMINISTRATIVO. LIVRE CONVENCIMENTO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA N. 211/STJ. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DO DECRETO N. 52.275/63 E DA LEI N. 5.617/70. NÃO CONFIGURAÇÃO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E NESSA PARTE NÃO PROVIDO.
1. (...)
2. (...)
3. Tendo o Tribunal a quo se manifestado acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia, inocorre negativa de prestação jurisdicional.
4. (...)
5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido." (REsp 657.421/DF, Rel. Min. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, SEXTA TURMA, DJ 09.05.2005)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INOCORRÊNCIA. QUESTÃO NÃO SUSCITADA. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO EX OFFICIO. PRETENSÃO DE REEXAME.
1. Em se cuidando de questão suscitada somente quando da oposição dos embargos de declaração, não há falar em violação do artigo 535, inciso II, do Código de Processo Civil, máxime porque não está o Tribunal a quo obrigado a se pronunciar sobre questão não apreciável de ofício.
2. "Inexiste omissão suprível através dos embargos declaratórios se se trata de matéria cuja apreciação dependia de provocação da parte, que não ocorreu." (José Carlos Barbosa Moreira, in Comentários ao Código de Processo Civil, volume V, 8ª edição, pág. 539).
3. Os embargos declaratórios não se prestam ao reexame de matéria já decidida à luz dos fundamentos jurídicos invocados, tampouco para forçar o ingresso na instância extraordinária se não houver omissão, contradição ou obscuridade a serem supridas no acórdão, nem fica o juiz obrigado a responder a todas as alegações das partes, quando já encontrou motivo suficiente para fundar a decisão.
4. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 779.074/AM, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJ 13.03.2006)

Dessa forma, incabível o especial quanto a esse aspecto.
Com relação às demais questões suscitadas no recurso especial, merece parcial provimento o apelo.
É que o Superior Tribunal de Justiça já consolidou o entendimento de que eventuais reajustes oriundos de legislação posterior à Lei 8.880/94 não podem corrigir o equívoco na conversão dos vencimentos em URV, em razão de se tratarem de parcelas com natureza distinta que, devido a essência do instituto da compensação, não podem ser compensadas.
Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS. CONVERSÃO EM URV. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO AFASTADA. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. AUSÊNCIA DE NEGATIVA FORMAL DA ADMINISTRAÇÃO. DATA DA CONVERSÃO. DIA DO EFETIVO PAGAMENTO. COMPENSAÇÃO COM OUTROS REAJUSTES. IMPOSSIBILIDADE. NATUREZA DISTINTA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
1. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que, nas ações em que os servidores públicos pleiteiam diferenças salariais decorrentes da conversão do cruzeiro real em URV, não se opera a prescrição do fundo de direito, mas apenas das parcelas vencidas anteriormente ao qüinqüênio que antecedeu a propositura da demanda. Inteligência da Súmula 85/STJ.
2. A data de conversão do cruzeiro real em URV, para os servidores pagos antes do último dia do mês, é a do efetivo pagamento.
3. Eventual concessão de reajuste por legislação superveniente não pode ser compensada com a resultante da conversão dos vencimentos em URV, porquanto se trata de parcelas de natureza jurídica distinta. Precedentes.
4. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 626886/RS, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 22.08.2005)

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. CONVERSÃO EM URV. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. ENUNCIADO Nº 85/STJ. LEI Nº 8.880/94. SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL. LIMITAÇÃO TEMPORAL. ADI Nº 1.797-0/PE. INAPLICABILIDADE. COMPENSAÇÃO COM OUTROS REAJUSTES. IMPOSSIBILIDADE.
1. O Superior Tribunal de Justiça, nos casos de reajuste decorrente da conversão em URV, firmou sua jurisprudência no sentido de que a prescrição atinge tão-somente as prestações vencidas há mais de cinco anos da propositura da ação, por se tratar de relação jurídica de trato sucessivo, atraindo a incidência do enunciado nº 85 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça.
2. Os servidores do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte, em razão da indevida aplicação da Lei Estadual nº 6.612/94, na conversão dos seus vencimentos em URV, fazem jus à diferença de reajuste, calculado com base na Lei Federal nº 8.880/94.
3. A decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADI nº 1.797-0/PE, restrita aos juízes togados, classistas e servidores da Justiça do Trabalho da 6ª Região, vinculados à Administração Pública Federal, não tem aplicação nas conversões em URV dos vencimentos dos servidores públicos do Estado do Rio Grande do Norte.
4. Os reajustes determinados por legislação superveniente não têm o condão de corrigir o equívoco praticado pela Administração, quando da conversão dos vencimentos desses servidores em URV, tratando-se, pois, de parcelas de natureza jurídica distinta, que não podem ser compensadas.
5. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 820.519/RN, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJ 05.02.2007)

No tocante à limitação temporal na aplicação do índice da conversão da URV, disposto na Lei nº 8.880/94, a qual entende o recorrente que não guarda relação com os termos lançados na ADIN 1797/PE, também esta Corte já pacificou a tese no sentido de que tal limitação não se aplica aos servidores públicos estaduais do Rio Grande do Norte, porquanto a referida decisão se aplica aos aos juízes togados, classistas e servidores da Justiça do Trabalho da 6ª Região, vinculados à Administração Pública Federal.
Dessa forma inaplicável a ADIN 1797/PE ao presente caso, sobretudo por não guardar pertinência com o disposto pela Lei nº 8.880/94, daí porque é de ser afastada a limitação imposta pelo acórdão recorrido.
Confiram-se os precedentes:

"EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDORES DO EXECUTIVO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. PLANO REAL. CONVERSÃO DOS VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/94. ADIN Nº 1.797-0. APLICÁVEL SOMENTE AOS SERVIDORES FEDERAIS DO JUDICIÁRIO, LEGISLATIVO E MINISTÉRIO PÚBLICO.
I- Aos servidores públicos estaduais do Estado do Rio Grande do Norte não se estendem os efeitos da decisão proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.797-0-PE, uma vez que proposta em face de ato normativo de Tribunal Regional do Trabalho, que estendeu aos seus servidores e magistrados o reajuste de 11,98%.
II- Embargos declaratórios rejeitados." (EDcl no AgRg no REsp 769616/RN, Rel. Min. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJ 10.04.2006)

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. CONVERSÃO EM URV. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. ENUNCIADO Nº 85/STJ. LEI Nº 8.880/94. SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL. LIMITAÇÃO TEMPORAL. ADI Nº 1.797-0/PE. INAPLICABILIDADE. COMPENSAÇÃO COM OUTROS REAJUSTES. IMPOSSIBILIDADE.
1. O Superior Tribunal de Justiça, nos casos de reajuste decorrente da conversão em URV, firmou sua jurisprudência no sentido de que a prescrição atinge tão-somente as prestações vencidas há mais de cinco anos da propositura da ação, por se tratar de relação jurídica de trato sucessivo, atraindo a incidência do enunciado nº 85 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça.
2. Os servidores do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte, em razão da indevida aplicação da Lei Estadual nº 6.612/94, na conversão dos seus vencimentos em URV, fazem jus à diferença de reajuste, calculado com base na Lei Federal nº 8.880/94.
3. A decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADI nº 1.797-0/PE, restrita aos juízes togados, classistas e servidores da Justiça do Trabalho da 6ª Região, vinculados à Administração Pública Federal, não tem aplicação nas conversões em URV dos vencimentos dos servidores públicos do Estado do Rio Grande do Norte.
4. Os reajustes determinados por legislação superveniente não têm o condão de corrigir o equívoco praticado pela Administração, quando da conversão dos vencimentos desses servidores em URV, tratando-se, pois, de parcelas de natureza jurídica distinta, que não podem ser compensadas.
5. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 820.519/RN, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJ 05.02.2007)

Ante o exposto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dou parcial provimento ao recurso especial, pela alínea "a" do permissivo constitucional, para afastar a compensação com reajustes posteriores, bem como para afastar a limitação temporal, ambas impostas pelo acórdão recorrido.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4308)

RECURSO ESPECIAL Nº 939.135 - BA (2007/0076487-9)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
RECORRENTE	: COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA
ADVOGADO	: LUIZ MACHADO BISNETO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: M DANTAS E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO	: JOSÉ JORGE RIBEIRO KRUSCHEWSKY SOBRINHO E OUTRO(S)

DECISÃO

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. NÃO DISCUSSÃO DE TEMAS VEICULADOS NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. VIOLAÇÃO DE LEI FEDERAL CONFIGURADA.
1. Sob pena de violação do disposto no artigo 535 do Código de Processo Civil, deve o Tribunal, quando opostos embargos com o objetivo de ser examinada matéria relevante ao deslinde da controvérsia, apreciar as questões oportunamente suscitadas.
2. Recurso especial provido.

Cuida-se de recurso especial, calcado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça da Bahia assim ementado:
"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DESPEJO. LOCAÇÃO NÃO RESIDENCIAL. PRAZO INDETERMINADO. DENÚNCIA VAZIA. FUNDO DE COMÉRCIO. EVOLUÇÃO. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE.
Na locação não residencial regida pela Lei 8.245/91, permite-se ao locador a denúncia da locação, se não mais lhe convém dar continuidade ao vínculo locativo desde que precedida da notificação onde se fixará prazo para desocupação que, desobedecido, ensejará esta espécie de retomada.
Em se tratando, contudo, de um contrato ***sui generis****, dada a finalidade da locação - revenda a varejo de derivados de petróleo, - o que caracteriza atividade mercantil, há de se reconhecer o direito à indenização pelo fundo de comércio, dentro da moderna interpretação que lhe vem dando a doutrina e a jurisprudência, levando-se em conta a atividade empresarial desenvolvida pelo locatário, que não se limita apenas ao conjunto de bens materiais e imateriais, mas inclui o conjunto de serviços que presta e o lucro que aufere."* (fls. 252/253)

Os declaratórios opostos pela ora recorrente restaram rejeitados (fl. 288).
Alega a recorrente, preliminarmente, violação do art. 535 do Código de Processo Civil, sustentando ser nulo o acórdão impugnado, uma vez que "a turma julgadora quedou omissa na apreciação do argumento de que à apelante, ré na ação de despejo regida pela Lei nº 8.245/91, não é lícito formular pedido em sede de contestação, ao pleitear indenização pelo fundo de comércio" (fl. 301).
No mérito, aponta, além de divergência jurisprudencial, violação dos artigos 2º, 128, 300, 315 e 460, todos do Código de Processo Civil, e também dos arts. 51, 55 e 63, estes da Lei nº 8.245/1991, com o objetivo de ver afastada sua condenação ao pagamento do fundo de comércio, bem como autorizada a imediata execução da ordem de despejo por já ter sido prestada a caução legal.
Identifico, desde logo, contrariedade ao disposto no artigo 535, II, do Código de Processo Civil.
A ora recorrente manejou embargos de declaração visando a obter o pronunciamento da Corte Estadual sobre o fato de o pedido de indenização ter sido formulado em sede de contestação, quando o correto, em sua compreensão, seria em reconvenção, conforme dispõe a legislação processual civil.

O Tribunal de origem, contudo, rejeitou os declaratórios ao fundamento de que o tema foi abordado, "embora de forma indireta, ao afirmar tratar-se de um contrato **sui generis,** sendo, portanto, possível o reconhecimento da existência de fundo de comércio".
Assim, verifica-se que a matéria não foi analisada sob o enfoque da legislação processual civil, mostrando-se caracterizada a violação apontada pela recorrente.
Nesse sentido:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. PIS. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO. ART. 535 DO CPC. VIOLAÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NULIDADE DO ACÓRDÃO. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM.
1. Verificada a ocorrência de uma das hipóteses previstas no artigo 535 do Código de Processo Civil, devem os autos retornar ao Tribunal de origem para que seja suprida a falta, por meio de novo julgamento, sanando omissão apontada nos embargos de declaração opostos.
2. Fica prejudicada a análise das demais irresignações, ante a necessidade de anular-se o aresto atacado, com a devolução dos autos à instância inferior.
3. Recurso especial provido."
(REsp nº 887.273/MG, Relator o Ministro ***CASTRO MEIRA****,DJU de 20/4/2007)*

Ante o exposto, dou provimento ao recurso, para, cassando o acórdão, determinar que outro seja proferido com o exame da questão suscitada nos embargos de declaração.
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4309)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 942.610 - PR (2007/0221862-3)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ALEX PEROZZO BOEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MANOEL AMARO DE MOURA
ADVOGADO	: ANTONIO SAONETTI

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento desafiando decisão que não admitiu recurso especial, este calcado na alínea "a" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 4ª Região assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRESCRIÇÃO. SÚMULA 2/TRF - 4ª REGIÃO. BENEFÍCIO CONCEDIDO ANTES DA LEI 8.213/1991. APLICABILIDADE. ARTIGO 58 DO ADCT.
1. O marco inicial da interrupção da prescrição retroage à data do ajuizamento da precedente Ação Civil Pública, na qual o INSS foi validamente citado.

2. Aplica-se a Súmula n.º 2 deste Tribunal aos benefícios concedidos após a edição da Lei n.º 6.423/1977 e anteriormente à Lei 8.213/1991, assim como o artigo 58 do ADCT na nova RMI, que resultou modificada em face da revisão.

3. Os honorários advocatícios devem ser fixados em 10% sobre o valor da condenação, excluídas as parcelas vincendas, considerando como tais as vencidas após a data da sentença, face ao que dispõe o art. 20, § 3º, do CPC e a Súmula 111 do STJ." (fl. 28)

Opostos embargos declaratórios, restaram rejeitados. (fl. 50)
Aponta a agravante, no especial, violação dos artigos 535 do CPC; 6º da Lei de Introdução ao Código Civil e 103, **caput**, da Lei n.º 8.213/91, ao argumento de que o direito da parte autora fora alcançado pela decadência.
O inconformismo não merece abrigo.
Registre-se, preliminarmente, que da análise dos autos extrai-se ter o Tribunal recorrido examinado e decidido, fundamentadamente, todas as questões postas ao seu crivo, não cabendo falar em negativa de prestação jurisdicional.
Quanto ao mais, a Medida Provisória n.º 1.523/1997, posteriormente convertida na Lei 9.528/1997, alterou o artigo 103 da Lei n.º 8.213/1991, estabelecendo um prazo decadencial para revisão da renda mensal inicial dos benefícios previdenciários.
Contudo, referida modificação somente pode atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência, vez que a norma não é expressamente retroativa e trata de instituto de direito material.
Assim, não se aplica ao caso em exame, pois o benefício previdenciário foi concedido ao segurado em data anterior à nova regência normativa.
Vejam-se os precedentes:

A *- " PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE BENEFÍCIO. ART. 103 DA LEI 8.213/1991. LEI Nº 9.528/1997. PRAZO DECADENCIAL.*
- O prazo de decadência instituído pelo art. 103 da Lei n.º 8.213/1991, com redação dada pela Medida Provisória n.º 1.523/1997, não se aplica aos pedidos de revisão de benefícios ajuizados antes de sua vigência, pois o novo regramento não tem aplicação retroativa.
- Recurso especial não conhecido."
(REsp nº 410.690/RN, Relator o Ministro ***VICENTE LEAL****, DJU de 5/8/2002)*

B *- "PROCESSO E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ARTIGO 103 DA LEI 8.213/1991, COM A REDAÇÃO DA MP 1.523/1997 CONVERTIDA NA LEI 9.528/1997 E ALTERADO PELA LEI 9.711/1998.*
I - Desmerece conhecimento o recurso especial, quanto à alínea 'c' do permissivo constitucional, visto que os acórdãos paradigmas se referem aos efeitos de lei processual, enquanto o instituto da decadência se insere no campo do direito material.
II - O prazo decadencial do direito à revisão de ato de concessão de benefício previdenciário, instituído pela MP 1.523/1997, convertida na Lei 9.528/1997 e alterado pela Lei 9.711/1998, não alcança os benefícios concedidos antes de 27/6/1997, data da nona edição da MP 1.523/1997.
III - Recurso conhecido em parte e, nessa desprovido."
(REsp. nº 254.186/PR, Relator o Ministro ***GILSON DIPP****, DJU de 27/8/2001)*

C *- "PROCESSO CIVIL. AÇÃO REVISIONAL DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO DECENAL. LEI Nº 8.213/1991, ART. 103, COM REDAÇÃO DADA PELA MP Nº 1.523/1997. APLICAÇÃO IMEDIATA.*
1. As normas de direito processual, dado o caráter de ordem pública, têm aplicação imediata, desde que respeitadas as situações jurídicas já consolidadas sob a vigência da lei anterior.
2. Não existindo, à época da concessão do benefício previdenciário (DIB 31/8/1983), qualquer norma que fixasse prazo prescricional para a propositura de ação revisional, não há como se exigir tivesse o segurado ajuizado sua ação dentro do decênio previsto em lei (ou medida provisória) posterior. Prescrição que não se reconhece.
3. Recurso não conhecido"
(REsp nº 250.901/PR, Relator o Ministro ***EDSON VIDIGAL****, DJU de 11/9/2000)*

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília (DF), 21 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4310)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 942.983 - RN (2007/0079092-0)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
EMBARGANTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: JULIANA DE MORAIS GUERRA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: GERALDA MARIA DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PRETENSÃO DE REEXAME DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos declaratórios, interpostos pelo Estado do Rio Grande do Norte, contra decisão monocrática por mim proferida, que restou assim ementada:

"RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. IMPOSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO COM REAJUSTES ORIUNDOS DE LEGISLAÇÃO POSTERIOR À LEI 8.880/94. LIMITAÇÃO TEMPORAL. INAPLICABILIDADE DA ADIN 1797/PE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO EM PARTE."

Alega o embargante, em resumo, que a decisão não poderia ter provido o recurso especial pela alínea "a" do permissivo constitucional, porquanto os dispositivos legais apontados como violados não guardam relação com a matéria relativa à limitação temporal do reajuste. Cita, nesse passo, precedente do ilustre Ministro Felix Fischer.
É o relatório.
Passo a decidir.
Os embargos declaratórios não merecem êxito.
De acordo com o artigo 535 do Código de Processo Civil, os embargos declaratórios são cabíveis nas hipóteses de haver omissão, contradição ou obscuridade na decisão prolatada. Não pode tal meio de impugnação ser utilizado como forma de se insurgir quanto à matéria de fundo, quando esta foi devidamente debatida no acórdão embargado.
Da leitura do aresto embargado verifica-se que a decisão monocrática utilizou fundamentação suficiente para solucionar a controvérsia, pronunciando-se expressamente sobre a mencionada questão, sem incorrer em qualquer omissão, contradição ou obscuridade.
Dessa forma, pretende o embargante, inconformado com o entendimento sufragado pelo acórdão embargado, apenas rediscutir questões decididas quando do julgamento do recurso especial, o que é inviável em embargos declaratórios.
Nesse sentido, esta Corte já pacificou o entendimento pela rejeição dos embargos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas traduzem inconformismo com o teor da decisão embargada, pretendendo rediscutir matérias já decididas, sem demonstrar omissão, contradição ou obscuridade (art. 535 do CPC).
2. Não se prestam os embargos de declaração para rediscutir matéria já suficientemente decidida.
3. Embargos rejeitados." (EAERES 584.603-RJ, Rel. Min. LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJ 22.05.2006)
"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. REEXAME NECESSÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.984-15/2000. OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. INOCORRÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Os embargos de declaração são cabíveis quando "houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;" ou "for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal." (artigo 535 do Código de Processo Civil).
2. Não é omissa a decisão fundamentada no sentido de que a violação do artigo 2º-B da Lei 9.494/97, com a nova redação dada pela Medida Provisória nº 1.984-12, de 10 de dezembro de 1999, é insuscetível de apreciação em sede de agravo regimental, por se tratar de questão estranha ao acórdão recorrido e ao recurso especial interposto.
3. A pretensão do embargante de ver a rediscussão do tema apresenta-se manifestamente incabível em sede de embargos declaratórios, cujos limites encontram-se previstos no artigo 535 do Código de Processo Civil.
4. (...)
5. Embargos de declaração rejeitados." (EDcl no AgRg no REsp 311.013/SP, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJ 28.06.2004)

Ante o exposto, rejeito os embargos declaratórios.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4311)

RECURSO ESPECIAL Nº 943.672 - SP (2007/0086569-5)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
RECORRENTE	: MARIA VALDENIRA PAES FLORÊNCIO
ADVOGADO	: RENATO MATOS GARCIA E OUTRO
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: PATRÍCIA DA COSTA SANTANA E OUTRO(S)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. VIOLAÇÃO. NÃO-CONHECIMENTO. FUNDAMENTAÇÃO. DEFICIÊNCIA. SÚMULA Nº 284 DO STF. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO. COTEJO AUSENTE.
Inviável o exame de violação a dispositivos constitucionais em recurso especial. Competência atribuída ao Supremo Tribunal Federal pelo artigo 102 da Constituição.
A deficiência na fundamentação do recuso, inviabilizando a exata compreensão da controvérsia, atrai a incidência da Súmula nº 284 do STF.
Não se conhece da divergência quando ausente a comprovação do dissídio e o cotejo analítico.
Recurso especial a que se nega seguimento.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por MARIA VALDENIRA PAES FLORÊNCIO, com fulcro nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que acolheu embargos de declaração, opostos pela autarquia previdenciária, e deu-lhes efeitos infringentes para corrigir erro material no acórdão da apelação.
Abaixo o teor da ementa do acórdão que julgou os embargos de declaração, *in verbis*:

"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. ERRO MATERIAL. CONTRADIÇÃO. OCORRÊNCIA. TEMPO DE SERVIÇO MÍNIMO NÃO ATINGIDO. EC Nº 20/98. APLICABILIDADE. REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.
I - Verifica-se que o v. acórdão ora embargado incorreu em erro material na contagem do tempo de serviço da autora, vez que, somando o período considerado como sendo de atividade especial e o período comum, até 15.12.1998, ela perfaz 22 anos, 04 meses e 06 dias de serviço.
II - Os embargos de declaração podem ter efeitos modificativos caso a alteração do acórdão seja conseqüência necessária do julgamento que supre a omissão ou expunge a contradição (precedentes do E. STJ).
III - Não preencheu a autora os requisitos necessários à aposentadoria por tempo de serviço, nos termos do sistema legal vigente até 15.12.1998, bem como pelos critérios determinados pela EC nº 20/98, pois não cumpriu o "pedágio", bem como não possui a idade mínima exigida.
IV - Ante a sucumbência recíproca cada uma das partes arcará com as despesas que efetuou, inclusive verba honorária de seus respectivos patronos, nos termos do art. 21 do Código de Processo Civil.
V - Embargos de declaração acolhidos." (fls. 105.)
No especial, a recorrente sustenta que o v. acórdão deve ser reformado, pois viola os artigos 3º e 9º da Emenda Constitucional 20/98; e 52, 53, I, e 57, § 5º da Lei nº 8.213/91.

Alega que o v. acórdão recorrido é contrário as provas dos autos, uma vez que estaria demonstrado, por meio de registros na sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, o preenchimento dos requisitos exigidos pela EC nº 20/98 e pela Lei 8.213/91.

Sustenta, outrossim, divergência jurisprudencial.
Ao final, requer o provimento do especial para, reformando o acórdão recorrido, seja concedida a aposentadoria por tempo de serviço.
Contra-razões não apresentadas, conforme certidão aos fls. 169.
Admitido o recurso aos fls. 170, subiram os autos.
É o relatório.
De início, inviável o exame de violação a dispositivos constitucionais em recurso especial, uma vez que a matéria foge da competência atribuída pelo artigo 105, III, da Constituição a esta Corte Superior.
A propósito, *q.v.* *verbia gratia*:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. CARÊNCIA CUMPRIDA. PREENCHIMENTO DO REQUISITO ETÁRIO APÓS A PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. IRRELEVÂNCIA. APRECIAÇÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE.
1. omissis.
2. omissis.
3. Em sede de recurso especial é inviável o exame de afronta a dispositivos constitucionais, de exclusiva competência do Supremo Tribunal Federal pela via do extraordinário, ainda que para fins de prequestionamento.
4. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 355.731/RS, Relator Ministro Paulo Gallotti, DJ 23.10.2006.)

É cediço que o recurso especial possui fundamentação vinculada e a simples alegação de que ficou comprovado nos autos o preenchimento dos requisitos exigidos para a concessão do benefício pleiteado não pode ser vista como argumento razoável ao suposto malferimento da legislação federal.

O conhecimento do recurso especial proposto pela alínea "a" é viável quando a parte recorrente expõe de forma clara e precisa a ofensa à legislação federal, o que não ocorreu na hipótese. A simples menção ou transcrição do teor de dispositivos tidos por violados pelo acórdão recorrido não enseja, por si só, o conhecimento do recurso. É necessário articular a fundamentação, de forma precisa, demonstrando e esclarecendo as razões pelas quais a decisão merece reforma.
No ponto, há de ser aplicado o teor da Súmula 284 do STF:
"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

Nesse sentido, traz-se à baila as seguintes ementas de julgados desta Corte Superior, *q.v.* *verbi gratia*:
"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 458 E 535 DO CPC. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 284/STF ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. 10,87%. ARTIGO 9º DA LEI Nº 10.192/2001. REAJUSTE ASSEGURADO AOS TRABALHADORES EM GERAL. INAPLICABILIDADE EM RELAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS. 1. '(...) Para viabilizar o conhecimento do especial, pelo fundamento da alínea 'a' do permissivo constitucional, não é suficiente a simples menção explícita aos preceitos de lei que se pretende desafeiçoados (pelo acórdão do Tribunal a quo), mas, ainda, a motivação justificadora, esclarecendo-se, com precisão, em sua dicção e conteúdo, para possibilitar, ao julgador, o cotejo entre o teor dos artigos indicados como violados e a fundamentação do recurso. (...)' (REsp 160.226/RN, Relator Ministro Demócrito Reinaldo, in DJ 11/5/98). 2. omissis. (...)" (AgRgAg nº 539.324/RS, Min. Rel. Hamilton Carvalhido, DJ 1º/3/2004).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INADMISSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. Impossibilidade de se conhecer do recurso, em face da deficiência na sua fundamentação, se a parte se limita a indicar o dispositivo legal que considerou violado, mas sem expor as razões pelas quais entende deva ser a decisão reformada (Súmula 284). Recurso não conhecido." (REsp nº 261.955/SP, Relator Ministro Felix Fischer, in DJ 11/9/2000).
No que concerne à alegação de divergência jurisprudencial, observa-se que especial não trouxe a comprovação da jurisprudência, bem como não realizou a recorrente o devido cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os apontados como paradigmas.
Verifica-se, assim, que a recorrente não cumpriu o que vem disposto nos artigos 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e 255, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.
Destarte, inviável o conhecimento do recurso.
Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao recurso especial, nos termos do artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4312)

RECURSO ESPECIAL Nº 945.590 - RS (2007/0094253-0)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: MARCIEL DAVI FERGUTZ DORR
ADVOGADO	: JEFFERSON PICOLI
RECORRIDO	: UNIÃO

DECISÃO

Recurso especial interposto por Marciel Davi Fergutz Dorr, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. EXTENSÃO DO EXCEDENTE DE REAJUSTE GERAL (28,86%) DADO AOS OFICIAIS-GENERAIS PELAS LEIS Nº 8.622 E 8.627/93. TERMO FINAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. SUCUMBÊNCIA.
1. O militar ingresso após o advento das Leis nº 8.622 e 8.627/93, tem direito de ação para postular ao vencimento de seu cargo o excedente de reajuste geral de 28,86%, dado aos servidores militares pelas mesmas Leis.
2. O índice excedente de aumento de remuneração, na ordem de 28,86%, concedido aos servidores militares, oficiais-generais da União, por força das Leis nº 8.622 e 8.627/93, compõe na revisão geral da remuneração dos servidores públicos. Deve ser estendido aos demais servidores militares, em face do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, compensando-se sobre o seu índice os reajustes diferenciados contemplados pelas mesmas Leis.
3. O escalonamento hierárquico do meio militar não impede a concessão da extensão do reajuste geral de remuneração que, sendo uniforme, incide sobre a remuneração anterior do servidor, produzindo igual escalonamento proporcional.
4. O direito ao reajuste-geral de remuneração encontra termo final em 31/dezembro/2000, eis que à Medida Provisória nº 2.131 de 28/12/2000 atribui-se a produção de efeitos financeiros a partir do subseqüente dia 1º/01/2001 (art. 38).
5. As diferenças remuneratórias a cargo da parte requerida ficam sujeitas à correção monetária, a partir de quando devida cada parcela, com base nos indexadores oficiais.
6. Advindo da imposição sentencial obrigação de efeito pecuniário, sobre a condenação é que devem ser computados os honorários da sucumbência, não o transmudando o fato de ser vencida a Fazenda Pública (CPC, art.20, §§ 3º e 4º)." (fl. 105).
Opostos embargos de declaração pela União, foram estes rejeitados. (fl. 123).
Sustenta o recorrente que *"(...) a Medida Provisória nº 2.131/2000, reeditada sob o nº 2.188, de 28.06.2001, e, posteriormente, sob o nº 2.215, de 31.08.2001, somente redistribuiu as verbas já recebidas pelos militares, mudando algumas nomenclaturas e incorporando ao soldo algumas gratificações, sem conceder nenhum reajuste. (...) o recorrente faz jus ao percentual de 28,86% concedido pelas leis nºs 8.622/93 e 8.627/93, que somente deve ser compensado pelos índices concedidos pelas referidas leis.(...)"* (fls. 115/116).
Tudo visto e examinado, decido.
O presente recurso especial não merece seguimento.
É que não se permite a interposição do recurso especial na pendência de julgamento e antes da publicação do acórdão proferido em sede de embargos declaratórios, sem que ocorra a posterior e necessária ratificação.
No caso em apreço, o recurso especial, protocolado em 21 de julho de 2005 (fl. 114), foi interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, que ocorreu em 10 de maio de 2006 (fl. 119), com publicação do acórdão em 05 de julho de 2006, conforme certidão de fl. 124, não tendo havido posterior ratificação do recurso especial.
Com efeito, o julgamento dos embargos de declaração, ainda que não haja nenhuma alteração no mérito da causa, integra o acórdão recorrido, formando um todo indissociável ao qual se denomina decisão de última instância. Esta, sim, passível de recurso especial e extraordinário, nos termos dos artigos 102, inciso III, e 105, inciso III, da Constituição Federal.
É, portanto, a partir da publicação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração que se inicia o prazo para a interposição do recurso especial.
Nesse sentido, o entendimento consagrado no Pretório Excelso:
"RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO ANTES DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO SEM POSTERIOR RATIFICAÇÃO.
Hipótese em que o apelo extremo se revela insuscetível de apreciação, por não haver, ainda, decisão de última instância, conforme dispõe o art. 102, III, da Constituição Federal.
Agravo desprovido." (AgRAg 329.359/SC, Relator Ministro Ilmar Galvão, ***in*** DJ 14/12/2001).

"Agravo regimental a que se nega provimento porquanto não ratificado o recurso extraordinário interposto antes do julgamento dos embargos de declaração." (AgRAg 278.591/SP, Relatora Ministra Ellen Gracie, ***in*** DJ 23/3/2001).
Assim, não tendo havido a imprescindível ratificação do recurso especial interposto, inviabilizado está o seu seguimento.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 557, ***caput***, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 03 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4313)

RECURSO ESPECIAL Nº 946.292 - PR (2007/0092440-6)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: LEONY SEBASTIÃO ALVES
ADVOGADO	: CARLA FERNANDES ARAÚJO

DECISÃO

Recurso especial interposto pela União, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE 28,86%. SERVIDOR PÚBLICO CIVL. EXTENSÃO DO AUMENTO PREVISTO NAS LEIS NºS 8.622/93 E 8.627/93. 28,86%. ISONOMIA. PRESCRIÇÃO. MP 1704/98. SÚMULA ADMINISTRATIVA Nº 03 DA ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
1. A União Federal tem legitimidade para figurar no polo passivo da presente demanda.
2. A prescrição é de ser afastada em face do reconhecimento pela Administração da interrupção da mesma em face da MP nº 1.704/98, que importou, além do reconhecimento do direito dos demandantes, em renúncia à prescrição.
3. A discussão sobre o reajuste de 28,86%, devidos aos servidores públicos do Poder Executivo, com base na Lei nº 8.627/93, foi sumulada pelo Advogado-Geral da União. A Súmula Administrativa nº 3 reveste-se de obrigatoriedade e determina a não interposição de recurso.
4. A compensação dos eventuais montantes já pagos por força de acordo administrativo, é cabível na medida em que a 2ª Seção deste Tribunal, por maioria de votos, adotou o entendimento de que, em fase de liquidação de sentença, deverão ser compensados, exclusivamente, os aumentos concedidos aos servidores por força da Lei nº 8.622/93 em combinação com a Lei nº 8.627/93, na forma estabelecida pelo STF nos Embargos Declaratórios interpostos em Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 22.307-7/DF.
5. A correção monetária das parcelas vencidas e devidas pela União Federal deverá ser fixada pelo INPC, índice que melhor retrata a perda do poder aquisitivo da moeda.
6. Quanto aos juros de mora aplicáveis às parcelas vencidas, curvo-me ao entendimento majoritário esposado recentemente na 2ª Seção desta Corte, sessão de 13/10/2005, nos autos dos EIAC nº 2003.71.00.082552-3 de minha relatoria e onde restei vencido - e passo a adotar a posição de que aplicam-se juros no percentual de 1% ao mês.
7. Honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 20 do CPC." (fl. 99/99v).
Alega a recorrente omissão no acórdão recorrido, que não teria apreciado os dispositivos tidos por violados, inviabilizando o acesso aos Tribunais Superiores.
Sustenta a prescrição das parcelas vencidas após o curso do lapso quinquenal ao argumento de que a renúncia decretada viola o princípio da indisponibilidade dos interesses públicos, aduzindo que não têm aplicação os princípios de direito privado relativos à interrupção e à renúncia da prescrição.
Assevera que a concessão da diferença entre o reajuste de 28,86% e o índice já recebido pelos militares importa em ferimento ao princípio castrense da hierarquia.
Aduz, ainda, que a taxa de juros moratórios incidente deve ser de 0,5% ao mês, tendo aplicação o disposto no artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.180/01.
Afirma que o termo inicial da correção monetária é da data do reconhecimento do direito às alegadas diferenças de reajuste, não tendo incidência, demais, o enunciado nº 43 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça, por não se cuidar de dívida decorrente de ato ilícito.
Argumenta que o reajuste deve ter como base de incidência não a remuneração ou a pensão mas, sim, o soldo do militar.
Pretende, outrossim, a compensação, em sede de execução de sentença, com eventual valor recebido a título de complementação do salário mínimo nacional.
Além da divergência jurisprudencial, a insurgência especial está fundada na violação dos artigos 475, inciso II, 535, inciso II, 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil, 112 da Lei nº 8.112/90, 1º, 3º do Decreto nº 20.910/32, 2º, 4º e 6º da Lei nº 8.622/93, 1º e 2º da Lei nº 8.627/93, 1º, parágrafo 2º, da Lei nº 6.899/91, 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.180/01.
Recurso tempestivo e admitido.
Tudo visto e examinado, decido.
De início, não conheço da alegada violação do artigo 535 do Código de Processo Civil eis que a recorrente, apesar de apontar o dispositivo legal tido como violado, não demonstrou no que consistiu a negativa de vigência da lei ou, ainda, a sua correta interpretação.
Decerto, a razão do pedido de reforma da decisão recorrida é pressuposto ou requisito para a admissibilidade do recurso, cabendo à parte formulá-lo em estrito cumprimento da lei, não se constituindo tal exigência em formalismo exacerbado.
Com efeito, a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que *"(...) Para viabilizar o conhecimento do especial, pelo fundamento da alínea 'a' do permissivo constitucional, não é suficiente a simples menção explícita aos preceitos de lei que se pretende desafeiçoados (pelo acórdão do Tribunal a quo), mas, ainda, a motivação justificadora, esclarecendo-se, com precisão, em sua dicção e conteúdo, para possibilitar, ao julgador, o cotejo entre o teor dos artigos indicados como violados e a fundamentação do recurso. (...)"* (REsp nº 160.226/RN, Relator Ministro Demócrito Reinaldo, ***in*** DJ 11/5/98).
Tal deficiência inviabiliza a abertura da instância especial, a teor do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, ***verbis***:
"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."
A propósito e por todos, o seguinte precedente, que define o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça:
"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. ALEGADA OFENSA AO ART. 535 DO CPC. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. MILITARES. REAJUSTE DE 28,86%. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA. MP N.º 1.704/98. PRECEDENTES.

1. Se o recorrente aduz ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil mas não evidencia qualquer omissão, contradição ou obscuridade no acórdão recorrido, deixando de demonstrar no que consistiu a alegada ofensa ao mencionado dispositivo, aplica-se, por analogia, o disposto na Súmula 284 do Excelso Pretório.
2. Esta Corte Superior de Justiça firmou o entendimento segundo o qual a edição da Medida Provisória nº 1.704-5/98, que reconheceu aos servidores públicos civis o direito àquele reajuste, implicou na renúncia do prazo prescricional, de acordo com o estabelecido no artigo 202, VI, do Código Civil. Precedentes.
3. Agravo regimental improvido." (AgRgREsp nº 885292/PR, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, ***in*** DJ 25/6/2007).
Passo adiante, diga-se que as demais questões trazidas pelo recorrente, particularmente as relativas à incidência do reajuste sobre o soldo e à pretensão de compensação dos valores devidos com os eventualmente pagos a título de complementação do salário mínimo, além de estranhas à matéria posta em deslinde, porque concernentes ao reajustamento concedido aos militares, quando o processo se refere ao reajustamento do servidor civil, não foram apreciadas pelo Tribunal ***a quo***, sequer implicitamente.
Registre-se, por oportuno, que a Excelsa Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça firmou já entendimento quanto à imprescindibilidade da oposição de embargos declaratórios para fins de prequestionamento da matéria, mesmo quando a questão federal surja no acórdão recorrido.
Entretanto, certo é que, embora a recorrente tenha oposto embargos de declaração para fins de prequestionamento, o Tribunal ***a quo*** não decidiu a matéria incidindo, nesse passo, o enunciado nº 211 da Súmula desta Corte de Justiça, ***verbis***:
"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal ***a quo.****"*
Passo seguinte, relativamente à prescrição, esta Corte Superior de Justiça, em casos tais como o dos presentes autos, vinha decidindo que a prescrição do direito atinge tão-somente as prestações vencidas há mais de cinco anos da propositura da ação, por se tratar de relação jurídica de trato sucessivo, atraindo a incidência do enunciado nº 85 da Súmula desta Corte de Justiça:
"Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a fazenda pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior a propositura da ação."
Veja-se, a propósito, o seguinte precedente, em hipótese análoga:
"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. VENCIMENTOS. REAJUSTE. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. OCORRÊNCIA. RETORNO DOS AUTOS. JUROS MORATÓRIOS. APRECIAÇÃO PREJUDICADA. PRESCRIÇÃO. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. SÚMULA 85/STJ. LEIS 8.622/93 E 8.627/93. REVISÃO GERAL DE REMUNERAÇÃO. VERIFICADO QUE DETERMINADAS CATEGORIAS JÁ FORAM BENEFICIADAS PELO AUMENTO. 'COMPENSAÇÃO'.
(...)
III - ***Em se tratando de relação de trato sucessivo, não havendo negativa ao próprio direito reclamado, só há prescrição para as parcelas vencidas antes dos cinco anos anteriores à propositura da ação (Súmula 85/STJ).***
IV - Conforme entendimento firmado no colendo STF (RMS 22.307/DF), o reajuste previsto nas Leis n° 8.622 e 8.627/93 constituiu-se em revisão geral de remuneração, devendo ser estendido aos demais servidores (art. 37, X, da CF). Todavia, como determinadas categorias já foram beneficiadas pelo aumento, deve ser feita a devida compensação na fase de execução do julgado.
V - Desse modo, aqueles militares que foram contemplados com reajustes inferiores ao de 28,86% fazem jus, a contar de 1993, à complementação desse percentual, consistente na diferença entre os índices efetivamente percebidos em virtude da adequação de soldos, postos e graduações, levada a efeito pela Lei nº 8.627/93, e o índice de 28,86%.
Recurso conhecido em parte e, nesta extensão, provido, determinando-se o retorno dos autos à instância de origem." (REsp nº 531.269/SC, Relator Ministro Felix Fischer, ***in*** DJ 22/9/2003 - nossos os grifos).
Ocorre, contudo, que, por ocasião do julgamento dos Embargos de Divergência nº 835.761/RS, da relatoria do Ministro Arnaldo Esteves Lima, consolidou-se nesta Corte o entendimento de que, ao editar a Medida Provisória nº 1.704-5/98, que *"Estende aos servidores públicos civis do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências."*, a Administração Pública renunciou à prescrição do direito dos servidores públicos civis ao reajuste de 28,86%, nos termos dos artigos 191 e 202, inciso IV, do Código Civil de 2002:
"Art. 191. A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição."

"Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á:
VI - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor."
No mesmo sentido, vejam-se, ainda, os seguintes precedentes das duas Turmas que compõem a 3ª Seção:
"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. ALEGADA OFENSA AO ART. 535 DO CPC. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. MILITARES. REAJUSTE DE 28,86%. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA. MP N.º 1.704/98. PRECEDENTES.
1. Se o recorrente aduz ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil mas não evidencia qualquer omissão, contradição ou obscuridade no acórdão recorrido, deixando de demonstrar no que consistiu a alegada ofensa ao mencionado dispositivo, aplica-se, por analogia, o disposto na Súmula 284 do Excelso Pretório.
2. Esta Corte Superior de Justiça firmou o entendimento segundo o qual a edição da Medida Provisória nº 1.704-5/98, que reconheceu aos servidores públicos civis o direito àquele reajuste, implicou na renúncia do prazo prescricional, de acordo com o estabelecido no artigo 202, VI, do Código Civil. Precedentes.
3. Agravo regimental improvido." (AgRgREsp nº 885.292/PR, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, ***in*** DJ 25/6/2007).

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. VENCIMENTOS. REAJUSTE DE 28,86%. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA. ENUNCIADO Nº 182/STJ. LIMITAÇÃO TEMPORAL. MATÉRIA NÃO ALEGADA NAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL.
1. O agravante deve infirmar os fundamentos da decisão impugnada, mostrando-se inadmissível o recurso que não se insurge contra todos eles (Enunciado nº 182 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça)
2. Ambas as Turmas que compõem a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça assentaram entendimento de que a edição da Medida Provisória nº 1.704/98, que reconheceu o direito dos servidores públicos civis ao reajuste de 28,86%, importou na renúncia ao prazo prescricional.
3. Não se mostra possível discutir em agravo regimental matéria que não foi suscitada no especial.
4. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRgREsp nº 847.845/RS, Relator Ministro Paulo Gallotti, ***in*** DJ 2/4/2007).

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. REAJUSTE DE 28,86%. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA. INTERRUPÇÃO. MP N.º 1.704/98. INCIDÊNCIA.
1. Em atendimento ao Princípio da Isonomia, a edição da Medida Provisória n.º 1.704/98, que reconheceu o direito dos servidores públicos civis às diferenças do denominado "reajuste de 28,86%", importando a renúncia ao prazo prescricional, deve abranger também os servidores militares. Precedentes.
2. Agravo regimental desprovido." (AgRgREsp nº 844.050/RS, Relatora Ministra Laurita Vaz, ***in*** DJ 30/10/2006).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DOS 28,86%. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA. MP 1.704/98. AGRAVO DESPROVIDO.
"A edição da MP 1.704-5, a qual reconheceu aos servidores públicos civis e, portanto, em face do princípio da isonomia, aos militares, o direito ao reajuste de 28,86%, importou em renúncia ao prazo prescricional, nos termos do art. 191 do CC/2002." (REsp 797064/RO, 5ª Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJU de 24.04.2006).
Agravo regimental desprovido." (AgRgREsp nº 766.136/RS, Relator Ministro Felix Fischer, ***in*** DJ 12/6/2006).

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. REAJUSTE DE 28,86%. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA. MEDIDA PROVISÓRIA 1.704/98. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
I - Consoante entendimento desta Corte, com a edição da Medida Provisória n.º 1.704/98, que reconheceu o direito ao reajuste de 28, 86% aos servidores públicos civis e, por extensão, aos militares, restou configurada a renúncia tácita da Administração Pública à prescrição. Precedentes.
II - Agravo interno desprovido." (AgRgREsp nº 816976/RS, Relator Ministro Gilson Dipp, ***in*** DJ 21/8/2006).
E ainda: REsp nº 842.664/RS, Relator Ministro Gilson Dipp, ***in*** DJ 2/8/2006; REsp nº 824.241/RS, Relator Ministro Paulo Medina, ***in*** DJ 29/6/2006; REsp nº 800.299/RS, Relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, ***in*** DJ 20/6/2006; REsp nº 838.362/RS, Relator Ministro Felix Fischer, ***in*** DJ 20/6/2006.
Isso estabelecido, a questão está no direito dos servidores públicos à diferença entre os percentuais de reajuste recebidos e o percentual de 28,86% deferido pelas Leis nº 8.237/91 e 8.627/93.
A jurisprudência desta Corte, seguindo a orientação do Supremo Tribunal Federal, é firme no reconhecimento do direito dos servidores públicos civis ao reajuste em seus vencimentos no índice de 28,86%, concedido pelas Leis nº 8.622/93 e 8.627/93, devendo, todavia, do referido reajuste, ser deduzido o percentual de aumento já concedido a este título.
Não é outro o teor do enunciado nº 672 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, que pacificou o entendimento de que exclusivamente os reajustes concedidos pelas próprias Leis nº 8.622/93 e 8.627/93 são passíveis de dedução, ***verbis***:
"O reajuste de 28,86%, concedido aos servidores militares pelas Leis 8.662/93 e 8.627/93, estendendo-se aos servidores civis do Poder Executivo, observadas as eventuais compensações decorrentes dos reajustes diferenciados concedidos pelos mesmos diplomas legais."
Passo seguinte, no que tange ao termo inicial da correção monetária dos valores relativos a vencimentos não pagos na época devida, a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça registra reiterados precedentes no sentido de que a correção monetária é devida desde quando originada a prestação.
À guisa de exemplo, vale anotar os seguintes precedentes das duas Turma que compõem a Terceira Seção, em hipóteses análogas:
"RECURSOS ESPECIAIS. ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE 28,86%. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA. MP N.º 1.704/98. EXTENSÃO AOS MILITARES. PRECEDENTES. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO ART. 2º DA LEI Nº 8.627/93. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO-COMPROVADA.
1. A edição da Medida Provisória nº 1.704-5/98, que reconheceu aos servidores públicos o direito ao reajuste de 28,86%, implicou na renúncia do prazo prescricional. Precedentes.
2. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a negativa aos militares do direito ao reajuste de 28,86%, assegurado aos servidores públicos civis, implicaria em desrespeito ao princípio da isonomia.
3. Aplicação das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal diante da ausência de prequestionamento do artigo 2º da Lei nº 8.627/93.
4. ***Quanto à correção monetária, este Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que ela deve incidir a partir da data em que deveria ter sido efetuado o pagamento de cada parcela.***
(...) (REsp nº 835.761/RS, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, ***in*** DJ 11/12/2006).

"ADMINISTRATIVO. MILITAR. REAJUSTE DE 28,86%. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. MULTA PREVISTA NO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. CARÁTER NÃO-PROTELATÓRIO. VERBETE SUMULAR 98/STJ. LIMITAÇÃO. MEDIDA PROVISÓRIA 2.131/2000. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. VENCIMENTO DE CADA PARCELA. LEIS 8.622/93 E 8.627/93. EXTENSÃO A TODAS AS POSIÇÕES E GRADUAÇÕES DOS MILITARES. REVISÃO GERAL DE REMUNERAÇÃO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. SÚMULA 85/STJ. JUROS MORATÓRIOS. PERCENTUAL. AÇÃO AJUIZADA POSTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA 2.180-35/2001. LEI 9.494/97. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
(...)
4. Pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a correção monetária é devida a partir da data em que deveria ter sido efetuado o pagamento.
5. O Supremo Tribunal Federal decidiu que o reajuste concedido pelas Leis 8.622/93 e 8.627/93, no percentual médio de 28,86%, tem natureza jurídica de índice geral de revisão de vencimentos e soldos de todo o funcionalismo público (RMS 22.307-7/DF). Por conseguinte, os militares que foram contemplados com reajustes inferiores têm direito à diferença correspondente. Precedentes.
6. Nas ações em que militares buscam a concessão do reajuste de 28, 86% sem que tenha havido negativa formal da Administração, a prescrição atinge somente as prestações vencidas antes do qüinqüênio que antecede a propositura da ação. Incidência da Súmula 85/STJ.
7. Os juros moratórios devem ser fixados no percentual de 6% ao ano nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias a servidores e empregados públicos, quando a ação for proposta após o início da vigência da Medida Provisória 2.180-35/2001, que acrescentou o art. 1º-F à Lei 9.494/97. Precedentes.
8. Recurso especial conhecido e parcialmente provido para para fixar os juros moratórios no percentual de 6% ao ano e excluir a aplicação da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC." (REsp nº 839.420/RS, Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, ***in*** DJ 25/09/2006).
Por fim, quanto à taxa de juros incidente nos débitos da Fazenda Pública, o Tribunal ***a quo*** afastou a aplicação do artigo 1º da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, à invocação do artigo 406 do Código Civil, ***verbis***:
"Art. 406. Quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional."
Tal norma, predominantemente de natureza dispositiva, é, por inteiro, estranha às hipóteses tais como a dos autos, de juros de mora devidos pela Fazenda Pública nas condenações ao pagamento de verbas remuneratórias aos servidores e empregados públicos, tendo incidência própria nas relações jurídicas disciplinadas pelo Código Civil e funções meramente subsidiária e supletiva, em razão das quais determina que se observe a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.
Não se trata, em verdade, a nosso ver, sequer de norma geral em relação à norma especial, mostrando-se induvidosa a vigência formal e a conseqüente incidência da norma do artigo 1º da Lei n° 9.494, de 10 de setembro de 1997, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001:
"Art. 1º-F. Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para o pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano."
Com efeito, a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme em que os juros de mora em questão devem ser fixados em 6% ao ano nas hipóteses em que proposta a ação, como na espécie, após o início da vigência da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, que acrescentou o artigo 1º-F ao texto da Lei nº 9.494/97, valendo conferir, a propósito, os seguintes precedentes:
"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MILITAR. REAJUSTE DE 28,86%. LIMITAÇÃO AO ADVENTO DA MP 2.131/2000. JUROS MORATÓRIOS. PERCENTUAL. AÇÃO AJUIZADA POSTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA 2.180-35/2001. LEI 9.494/97. LIMITAÇÃO. MEDIDA PROVISÓRIA 2.131/2000. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1.Os juros moratórios devem ser fixados no percentual de 6% ao ano nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias a servidores e empregados públicos, quando a ação for proposta após o início da vigência da Medida Provisória 2.180-35/2001, que acrescentou o art. 1º-F à Lei 9.494/97.Precedentes.
2. O reajuste deve ser limitado à edição da Medida Provisória 2.131/2000, que reestruturou a remuneração dos militares das Forças Armadas Brasileiras, revogando os arts. 6º e 8º da Lei 8.622/93 e 2º da Lei 8.627/93.
3. Agravo regimental improvido." (AgRgREsp nº 842.572/RS, Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, ***in*** DJ 4/12/2006).

"ADMINISTRATIVO. MILITAR. LEIS 8.237/91 E 8.627/93. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO AFASTADA. REVISÃO GERAL DE REMUNERAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. JUROS DE MORA. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.
1. A discussão acerca do fundo de direito refere-se à 'situação jurídica fundamental', o que, no caso em apreço, não ocorre, já que se discute, tão-somente, o direito ao recebimento isonômico de reajustes salariais que devem ser concedidos a toda a classe de servidores civis e militares.
2. Segundo o entendimento adotado pelo c. Supremo Tribunal Federal, conforme dicção da Súmula n° 672/STF, deve ser estendido o reajuste de 28,86% aos servidores públicos civis e militares, já que o aumento concedido pelas referidas leis consubstanciou-se em revisão geral de remuneração
3. A teor da pacífica jurisprudência, a correção monetária é devida da data em que deveria ser efetuado o pagamento, porquanto consistente em simples atualização do quantum devido.
4. Os juros de mora devem ser fixados no percentual de 6% ao ano quando o ajuizamento da ação se der sob a vigência da Medida Provisória nº 2.180-35/2001, que deu nova redação ao art. 1º-F da Lei nº 9.494/97.
5. Recurso especial provido em parte tão-somente para que os juros de mora sejam fixados em 6% (seis por cento) ao ano." (REsp nº 794.921/SC, Relator Ministro Felix Fischer, ***in*** DJ 6/2/2006).

"PROCESSUAL CIVIL. MILITAR. REAJUSTE DE 28,86%. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. SÚMULA 85/STJ. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. DÍVIDA DE NATUREZA ALIMENTAR. JUROS DE MORA. AÇÃO POSTERIOR À MEDIDA PROVISÓRIA 2.180-35, DE AGOSTO DE 2001. INCIDÊNCIA. APLICAÇÃO DO PERCENTUAL DE 0,5% A.M. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
I - Nas ações em que os militares buscam a concessão do reajuste de 28,86% sem que tenha havido negativa formal da Administração, a prescrição atinge somente as prestações vencidas antes dos cinco anos anteriores à propositura da ação, conforme o enunciado da Súmula 85 deste Tribunal, não havendo que se falar em renúncia ao prazo prescricional com a edição da Medida Provisória 1.704/98 e reedições.
II - A Medida Provisória 2.180-35/2001, que acrescentou o art. 1º-F ao texto da Lei nº 9.494/97, somente pode ser aplicada às ações ajuizadas após sua vigência. Tendo sido a ação proposta após a vigência da referida medida provisória, os juros moratórios devem ser fixados no patamar de 0,5% ao mês. Precedentes.
III - Agravo interno desprovido." (AgRgREsp nº 893.248/RS, Relator Ministro Gilson Dipp, ***in*** DJ 29/6/2007).

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. REAJUSTE DE 28,86%. TERMO FINAL. LIMITAÇÃO TEMPORAL. MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.131/00. OCORRÊNCIA. NOVA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA. ABSORÇÃO DOS 28,86%. COMPROVAÇÃO. FASE DE CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. ÔNUS DA UNIÃO. JUROS DE MORA. 6% AO ANO. MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.180-35/2001. ART. 406 DO CÓDIGO CIVIL. INAPLICABILIDADE.
1. É firme a orientação do Supremo Tribunal Federal no sentido de que o denominado "reajuste de 28,86%" deve se limitar ao advento da Medida Provisória n.º 2.131, de 28/12/2006, na medida em que esta, ao reestruturar a carreira militar, fixou nova tabela remuneratória, absorvendo as diferenças de vencimentos eventualmente existentes. Precedentes do STF.
2. Na fase de cumprimento de sentença, os eventuais Exeqüentes deverão apresentar suas planilhas de cálculos, as quais poderão ser impugnadas pela União, quando, então, a ela caberá o ônus de demonstrar, nos termos do art. 333, inciso II, do Diploma Processual, que as diferenças do denominado "reajuste de 28,86%" foram absorvidas pela nova estrutura remuneratória instituída pela Medida Provisória n.º 2.131/00. Precedentes.
3. Sucumbente a Fazenda Pública, nas ações que versem sobre verbas remuneratórias de empregados e servidores públicos, os juros de mora devem ser fixados no percentual de 6% ao ano, se proposta a ação após a vigência da Medida Provisória n.º 2.180-35/2001, que acrescentou o art. 1º-F na Lei n.º 9.494/97, sendo inaplicável o art. 406 do Código Civil, em razão da especialidade da regra contida na referida medida provisória. Precedentes.
4. Agravo regimental desprovido." (AgRgREsp nº 842.347/RS, Relatora Ministra Laurita Vaz, ***in*** DJ 20/11/2006).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 544, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil, dou parcial provimento ao recurso especial para fixar a taxa de juros moratórios em 0,5% ao mês.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 03 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido,* Relator

(4314)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 948.204 - RS (2007/0231852-9)

RELATOR	**: MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
AGRAVANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: TATIANA SILVA DE BONA E OUTRO(S)
AGRAVADO	: JOSÉ TAMIR SILVA NUNES
ADVOGADO	: PATRÍCIA DE HOLANDA BARROS

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. REVISÃO. DECADÊNCIA.
1. O prazo de decadência para revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário, estabelecido pela Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei nº 9.528/97, que alterou o artigo 103 da Lei nº 8.213/91, somente pode atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência, vez que a norma não é expressamente retroativa e trata de instituto de direito material.
Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS contra não admissão, na origem, de Recurso Especial.
De plano, consigne-se que presentes os requisitos de conhecimento do agravo de instrumento, passa-se ao juízo de admissibilidade do recurso especial.
O segurado têm direito à revisão de seu benefício pelas regras vigentes à época em que este foi concedido, não obstante o requerimento ter sido formulado na vigência de lei posterior, qual seja, a Lei nº 8.213/91.
A Medida Provisória nº 1523-9/97 instituiu prazo decadencial para a revisão da renda mensal inicial dos benefícios previdenciários, alterando a redação do art. 103 da Lei nº 8.213/91, *in verbis*:
"Art. 103. É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.
Parágrafo único. Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausente, na forma do Código Civil."

Ocorre que o supramencionado prazo decadencial não se aplica aos benefícios concedidos antes da mencionada alteração, atingindo, tão-somente, aqueles constituídos *a posteriori*.

Por análise dos autos, verifica-se que o benefício em questão foi concedido anteriormente à vigência da referida Lei. Assim, a restrição superveniente não poderá incidir sob situações já constituídas sob o pálio de legislação anterior.

Em consonância com o entendimento esposado, colaciono os seguintes precedentes, q. v. *verbi gratia*:

"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL. PRAZO DECADENCIAL. ARTIGO 103 DA LEI Nº 8.213/91, COM A REDAÇÃO DA MP Nº 1.523/97, CONVERTIDA NA LEI Nº 9.728/97. APLICAÇÃO ÀS RELAÇÕES JURÍDICAS CONSTITUÍDAS SOB A VIGÊNCIA DA NOVA LEI.
1. O prazo de decadência para revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário, estabelecido pela Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei nº 9.528/97, que alterou o artigo 103 da Lei nº 8.213/91, somente pode atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência, vez que a norma não é expressamente retroativa e trata de instituto de direito material.
2. Precedentes.
3. Recurso especial não conhecido." (REsp 479.964/RN, 6ª Turma, Rel. Min. Paulo Gallotti, DJU de 10/11/2003.)

"PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. RURÍCOLA EM REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. TEMPO DE SERVIÇO. PROVA. REVISÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. DECADÊNCIA. ARTIGO 103 DA LEI 8.213/91.
I - O prazo decadencial do art. 103 da Lei 8.213/91, com a redação da Lei 9.711, de 20.11.98, diz respeito ao direito do segurado de pedir a revisão do ato de concessão do benefício e não ao direito da administração de rever os seus próprios atos.
II - O prazo decadencial, como o prescricional, quando inexistente norma anterior, tem seu termo inicial de contagem com a edição da norma que o previu.
III - Caso, entretanto, em que a Autarquia introduziu critério novo, não previsto em lei, para rever tempo de serviço já reconhecido e averbado, não se tratando de fraude.
IV - Recurso conhecido em parte, mas desprovido." (REsp 412.897/RS, 5ª Turma, Rel. Min. Gilson Dipp, DJU de 02/09/2002.)

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL COM FUNDAMENTO NA CF, ART. 105, III, "C". MERA TRANSCRIÇÃO DE EMENTAS. DISSÍDIO NÃO CONFIGURADO. ALEGADA VIOLAÇÃO À LEI 8.213/91, ART. 103. REDAÇÃO DADA PELA MP 1.523-9/97, CONVERTIDA NA LEI 9.528/97. PRAZO DECADENCIAL. NÃO APLICAÇÃO ÀS SITUAÇÕES CONSTITUÍDAS SOB A VIGÊNCIA DE LEGISLAÇÃO PRETÉRITA. RECURSO NÃO PROVIDO.
1. A mera transcrição de ementas é insuficiente para configurar a divergência pretoriana, devendo ser observado o prescrito no RISTJ, art. 255 e parágrafos.
2. O prazo decadencial previsto na Lei 8.213/91, art. 103, com redação dada pela MP 1.523-9/97, convertida na Lei 9.528/97, não se aplica aos benefícios concedidos sob a vigência de legislação pretérita. 3. Recurso não provido."(REsp 254.263/PR, 5ª Turma, Rel. Min. Edson Vidigal, DJU de 06/11/2000.)

"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CARACTERIZADO. ART. 255 DO RISTJ. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRAZO DECADENCIAL. ART. 103 DA LEI Nº 8.213/91. MP Nº 1.523/97. LEI DE REGÊNCIA. SÚMULA 359/STF.
I - Para caracterização do dissídio, indispensável que se faça o cotejo analítico entre a decisão reprochada e os paradigmas invocados.
II - A simples transcrição de ementas, sem que se evidencie a similitude das situações, não se presta para demonstração da divergência jurisprudencial.
III - Quanto ao fulcrado na alínea "a" do permissivo constitucional, quando das concessões dos benefícios, não existia prazo decadencial do direito à revisão dos benefícios previdenciários, restando assim configurada uma condição jurídica definida conforme a legislação vigente à época das aposentadorias.
IV - Se a Lei nº 8.213/91, em seu art. 103, com a redação dada pela MP nº 1523-9/97, introduziu tal prazo decadencial, essa restrição superveniente não poderá incidir sob situações já constituídas sob o palio de legislação anterior. Súmula 359/STF.
Recurso não conhecido."(REsp 233.168/RS, 5ª Turma, DJU de 10/04/2000.)

Destarte, não merece reparos o acórdão hostilizado, pois, no caso concreto, o v. aresto analisou todas as questões pertinentes ao julgamento da causa. Ademais, este C. Tribunal firmou entendimento no mesmo sentido do v. aresto combatido.
Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4315)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 948.639 - RN (2007/0103294-7)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
EMBARGANTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: ANTENOR ROBERTO SOARES DE MEDEIROS E OUTRO(S)
EMBARGADO	: ELIEL DA SILVA FREITAS E OUTROS
ADVOGADO	: LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA

Idêntico ao **RECURSO ESPECIAL Nº 942983**
Índice **(4310)**

Idêntico ao **RECURSO ESPECIAL Nº 942983**
Índice **(4310)**

(4316)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 948.662 - SP (2007/0101710-9)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
EMBARGANTE	: MARIA YOLANDA NOGUEIRA MASCHIERI
ADVOGADO	: ODENEY KLEFENS
EMBARGADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: FABIANO SILVA FÁVERO E OUTRO(S)

DECISÃO

Embargos de declaração opostos contra decisão monocrática que negou seguimento ao recurso especial interposto por Maria Yolanda Nogueira Maschieri.
Está a embargante em que a decisão embargada não tratou da questão da violação ao artigo 535 do Código de Processo Civil, suscitado no recurso especial, deixando de apreciar as omissões apontadas no referido apelo especial.
Tudo visto e examinado, decido.
Os embargos de declaração são cabíveis quando *"houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;"* ou *"for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal."* (artigo 535 do Código de Processo Civil).
A inobservância da suscitada violação, caracteriza omissão de necessário suprimento, daí porque, nesse particular, devem ser acolhidos os presentes embargos a fim de analisar a dita omissão.
Sustenta a recorrente que o acórdão ***a quo*** foi omisso, uma vez que:
"(...)
Em face do provimento do recurso de apelação interposto pela Autarquia Previdenciária, fundamentando o Colegiado que as doenças que a segurada é portadora são preexistentes à filiação (...) esta apresentou embargos declaratórios às fls. salientando que o v. Acórdão cometeu evidente contradição na análise dos documentos dos autos, isto porque, não há nada nos autos que nos leve a tal conclusão, ao contrário, verifica-se pelos carnês de contribuição de fls. 07/34, que a autora veio a requerer sua aposentadoria judicialmente, em face da aquisição de males incapacitantes para o labor, portanto, adquiridos no decorrer de sua vida trabalhista.

(...)" (fl. 176).
Dispõe o artigo 535 do Código de Processo Civil que:
"Art. 535. Cabem embargos de declaração quando:
*I - **houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;***
II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal." (nossos os grifos).
A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no entendimento de que deve a parte vincular a interposição do recurso especial à violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, quando, mesmo após a oposição de embargos declaratórios, o tribunal ***a quo*** persiste em não decidir questões que lhe foram submetidas a julgamento, por força do princípio ***tantum devolutum quantum appellatum*** ou, ainda, quando persista desconhecendo obscuridade ou contradição argüidas como existentes no ***decisum***.
E, em estando configurada a violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, impõe-se a declaração de nulidade do acórdão que apreciou os embargos declaratórios, a fim de que os vícios no ***decisum*** sejam sanados.
Nesse sentido, vale conferir o seguinte precedente jurisprudencial:
"PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO - JULGAMENTO - OMISSÃO ACERCA DE QUESTIONAMENTO SUSCITADO NAS RAZÕES RECURSAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS COM O OBJETIVO DE PREQUESTIONAMENTO - REJEIÇÃO - FUNDAMENTO INCONSISTENTE - VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC.
Suscitada, nas razões recursais da apelação, questão relevante para o deslinde da controvérsia, se não for examinada no respectivo julgamento, a omissão enseja a interposição de embargos declaratórios com o fito de prequestionamento. Se o Tribunal a quo persistir na omissão, ao fundamento inconsistente de que não há necessidade de mencionar o dispositivo legal discutido, porque o preceito nele contido é estudado e analisado, configura-se violação ao artigo 535 do CPC, justificando-se a nulidade do decisum.
Recurso provido." (REsp nº 319.127/DF, Relator Ministro Garcia Vieira, ***in*** DJ 27/8/2001).
In casu, não obstante a rejeição dos embargos declaratórios opostos, a questão tida como omissa, relativa à existência da comprovação da doença preexistente, foi devidamente analisada pelo Tribunal ***a quo***.
É, com efeito, o que se recolhe do acórdão recorrido, cujos termos são os seguintes:
"(...)
A questão referida no relatório foi apreciada e decidida motivadamente pelo acórdão embargado, ao frisar que:' entretanto, quando a parte autora se filiou ao Regime Geral da Previdência Social, na qualidade de contribuinte individual, em fevereiro de 2001 (fls.07), já era portadora das doenças que geram a incapacidade, e a autora não se enquadra na hipótese exceptiva de incapacidade sobrevinda pela progressão ou agravamento da doença ou lesão (art. 42, § 2º, da L. 8.213/91)', bem assim, 'A autora já contava com 68 anos de idade quando ajuizou a ação, após contribuir por apenas doze meses, e diante do laudo pericial e das doenças constatadas, é de se concluir que já estava incapacitada para o trabalho quando realizou a primeira contribuição', e, ainda, 'Desta sorte, não basta a prova de ter contribuído em determinada época, cumpre demonstrar a qualidade de segurada no momento do início da incapacidade (L. 8.213/91, art. 102, L. 10.666/03, art. 3º, § 1º).'
(...)" (fl. 166).
Ao que se tem, entendeu o Tribunal ***a quo*** não ser possível concessão do benefício por ser a autora portadora de doença antes da filiação, com base nas provas dos autos.
De tanto, resulta que inexiste, na espécie, qualquer violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, uma vez que a matéria tida como omissa foi devidamente apreciada pelo Tribunal ***a quo***.
Pelo exposto, acolho os embargos de declaração para corrigir a omissão existente, sem, contudo, atribuir-lhes efeitos infringentes.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4317)

RECURSO ESPECIAL Nº 948.900 - RJ (2007/0101471-1)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: ANTÔNIO CARLOS DIAS
ADVOGADO	: ABEL AUGUSTO LOURENÇO E OUTRO(S)

DECISÃO

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. CONCURSO. EXAME MÉDICO. VALIDADE. FUNDAMENTO NÃO ATACADO.
1. Não infirmando o recorrente o fundamento basilar do acórdão, incide o princípio cristalizado no enunciado nº 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.
2. Recurso especial a que se nega seguimento.

Cuida-se de recurso especial, calcado na alínea "a" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 2ª Região assim ementado:
"DIREITO ADMINISTRATIVO. CONCURSO PARA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. EXAME MÉDICO. ART. 37, CF/1988. DECRETO-LEI Nº 2.320/1987. LEI Nº 9.654/1998. IRRECORRIBILIDADE NÃO ADMITIDA.
1. Cuida-se de Ação de Conhecimento ajuizada por candidato ao concurso para o ingresso no Departamento da Polícia Rodoviária Federal, sob a alegação de que houve violação a vários princípios e regras constitucionais e legais acerca da continuidade de sua participação no certame, sob o fundamento da irrecorribilidade e, conseqüentemente, do subjetivismo no exame médico.
2. A avaliação médica dos candidatos a cargo no Departamento de Polícia Rodoviária Federal encontra previsão legal (art. 3º da Lei nº 9.654/1998 e 8º, IV, do Decreto-Lei nº 2.320/1987), destacando-se o inciso II, do art. 8º, acima referido: 'São requisitos para a matrícula em curso de formação profissional, apurados em processo seletivo, promovido pela Academia Nacional de Polícia, gozar de boa saúde física e psíquica comprovada em inspeção médica'.
3. Nota-se que o edital é ato vinculante tanto para a Administração Pública quanto para os candidatos que se inscrevem no concurso e, por isso, passam a ter que observar as regras estabelecidas no ato convocatório do certame. Como se sabe, o edital tem caráter geral e, por isso, uma vez publicado e iniciado o concurso, não é possível disposição em contrário relativamente às regras previamente estabelecidas.
4. No caso em questão, ficou provado o impedimento do acesso do Autor ao resultado de sua avaliação médica e, conseqüentemente, a não-admissão do recurso à avaliação e, por isso, deve ser a Administração Pública compelida a promover as medidas necessárias a concretizar o recurso que poderá ser interposto pela Autora, conforme ficou determinado na liminar da Ação Cautelar. E, ao ser cumprida a liminar concedida na Ação Cautelar, verificou-se que o Apelado foi considerado apto no segundo exame médico.
5. Apelação e Remessa Necessária conhecidas e improvidas." (fl. 120)

Opostos declaratórios, restaram rejeitados. (fl. 136)
Aponta a recorrente violação dos artigos 6º a 9º do Decreto-Lei nº 2.2320/1987 e art. 11 e 12, § 1º, da Lei nº 8.112/1990, sustentando que "não encontra amparo legal a flexibilização das normas editalícias e a conseqüente aceitação de candidatos reprovados em exame médico." (fl. 158)
A irresignação não merece acolhimento.
Isto porque a recorrente deixou de infirmar o fundamento basilar do acórdão, qual seja, o de que "da leitura do documento de fl. 101, dos autos da Ação Cautelar (em apenso), o Apelado foi considerado apto nos exames médicos e biométricos, reforçando a convicção da ausência de maior cautela por parte da Administração Pública na realização do primeiro exame médico feito no Autor" (fl. 117), fazendo incidir o princípio cristalizado no enunciado nº 283 do STF.
A propósito, confiram-se:
***A** - "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INADMISSIBILIDADE. AUXÍLIO-ACIDENTE. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. CUMULAÇÃO. FUNDAMENTO NÃO ATACADO.*
Impossibilidade de se conhecer do apelo raro se o recorrente não impugnou todos os fundamentos do acórdão, restando inatacado um deles, suficiente, por si só, para sustentar a decisão. (Súmula nº 283/STF).
Recurso não conhecido."
*(REsp nº 468.214/SP, Relator o Ministro **FELIX FISCHER**, DJU de 28/4/2003)*

***B** - "Recurso especial. Admissibilidade.*
Inviável o recurso especial que não ataca fundamento suficiente a respaldar a conclusão do acórdão recorrido.
Aplicação do princípio da Súmula nº 283 do STF. Recurso não conhecido."
*(REsp nº 47.433/MG, Relator o Ministro **COSTA LEITE**, DJU de 1º/9/1994)*

Ante o exposto, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4318)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 949.044 - RN (2007/0103278-2)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
EMBARGANTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: MARCONI MEDEIROS M DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
EMBARGADO	: ANTÃO ALVES DA SILVA
ADVOGADO	: LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA
INTERES.	: INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - IPEM/RN
PROCURADOR	: JANNE MARIA DE ARAÚJO E OUTRO(S)

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PRETENSÃO DE REEXAME DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos declaratórios, interpostos pelo Estado do Rio Grande do Norte, contra decisão monocrática por mim proferida, que restou assim ementada:

"RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. IMPOSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO COM REAJUSTES ORIUNDOS DE LEGISLAÇÃO POSTERIOR À LEI 8.880/94. LIMITAÇÃO TEMPORAL. INAPLICABILIDADE DA ADIN 1797/PE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO EM PARTE."

Alega o embargante, em resumo, que a decisão não poderia ter provido o recurso especial pela alínea "a" do permissivo constitucional, porquanto os dispositivos legais apontados como violados não guardam relação com a matéria relativa à limitação temporal do reajuste. Cita, nesse passo, precedente do ilustre Ministro Felix Fischer.
É o relatório.
Passo a decidir.
Os embargos declaratórios não merecem êxito.
De acordo com o artigo 535 do Código de Processo Civil, os embargos declaratórios são cabíveis nas hipóteses de haver omissão, contradição ou obscuridade na decisão prolatada. Não pode tal meio de impugnação ser utilizado como forma de se insurgir quanto à matéria de fundo, quando esta foi devidamente debatida no acórdão embargado.
Da leitura do aresto embargado verifica-se que a decisão monocrática utilizou fundamentação suficiente para solucionar a controvérsia, pronunciando-se expressamente sobre a mencionada questão, sem incorrer em qualquer omissão, contradição ou obscuridade.
Dessa forma, pretende o embargante, inconformado com o entendimento sufragado pelo acórdão embargado, apenas rediscutir questões decididas quando do julgamento do recurso especial, o que é inviável em embargos declaratórios. Nesse sentido, esta Corte já pacificou o entendimento pela rejeição dos embargos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas traduzem inconformismo com o teor da decisão embargada, pretendendo rediscutir matérias já decididas, sem demonstrar omissão, contradição ou obscuridade (art. 535 do CPC).
2. Não se prestam os embargos de declaração para rediscutir matéria já suficientemente decidida.
3. Embargos rejeitados." (EAERES 584.603-RJ, Rel. Min. LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJ 22.05.2006)
"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. REEXAME NECESSÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.984-15/2000. OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. INOCORRÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Os embargos de declaração são cabíveis quando "houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;" ou "for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal." (artigo 535 do Código de Processo Civil).
2. (...)
3. A pretensão do embargante de ver a rediscussão do tema apresenta-se manifestamente incabível em sede de embargos declaratórios, cujos limites encontram-se previstos no artigo 535 do Código de Processo Civil.
4. (...)
5. Embargos de declaração rejeitados." (EDcl no AgRg no REsp 311.013/SP, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJ 28.06.2004)

Ante o exposto, rejeito os embargos declaratórios.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4319)

RECURSO ESPECIAL Nº 949.811 - SP (2007/0105166-4)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
RECORRENTE	: ISMAEL VICENTE
ADVOGADO	: JOSE CARLOS MARZABAL PAULINO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: ANGELA MARIA DE BARROS GREGORIO E OUTRO(S)

DECISÃO

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo decidiu nestes termos:

"Acidente do trabalho - Revisão de benefício - Auxílio-acidente - Pretensão de modificação do percentual de 40% para 50% após a Lei 9.032/95 - Inadmissibilidade - Benefício concedido sob a égide da Lei vigente à época do infortúnio - Prevalência do princípio '*tempus regit actum*'. Não se admite a majoração do benefício recebido pelo obreiro para 50%, pela mera vigência de norma que altera o percentual de auxílio-acidente (Lei nº 9.032/95), quer porque os 40%, que hoje percebe, foram concedidos com base na lei vigente à época do acidente quer porque ocorreria desrespeito à regra constitucional, pois não haveria a correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração (art. 195, § 5º, CF)."

Sobreveio recurso especial, no qual se alega divergência jurisprudencial e violação do art. 86 da Lei nº 8.213/91, pois o Tribunal de origem "refutou o direito pleiteado nos autos de ter o auxílio-acidente elevado para o percentual de 50%, com fulcro na Lei 9.032/95 e a partir da data de sua promulgação".

De fato, o Superior Tribunal já consolidou o entendimento de que a lei que aumentou o percentual do benefício deve aplicar-se imediatamente, alcançando, inclusive, os benefícios já em manutenção, como na hipótese dos autos, não havendo falar em aplicação retroativa - o que ocorre, na verdade, é a incidência imediata da norma.
A propósito, os seguintes precedentes:

"Embargos de divergência. Recurso especial. Previdenciário. Revisão de ação acidentária. Lei mais benéfica. Incidência. Benefícios em manutenção. Possibilidade.
1. No sistema de direito positivo brasileiro, o princípio *tempus regit actum* se subordina ao do efeito imediato da lei nova, salvo quanto ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada (Constituição da República, artigo 5º, inciso XXXVI e Lei de Introdução ao Código Civil, artigo 6º).
2. A lei nova, vedada a ofensa ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada, tem efeito imediato e geral, alcançando as relações jurídicas que lhes são anteriores, não, nos seus efeitos já realizados, mas, sim, nos efeitos que, por força da natureza continuada da própria relação, seguem se produzindo, a partir da sua vigência.
3. 'L'effet immédiat de la loi doit être considéré comme la règle ordinaire: la loi nouvelle s'applique, dès sa promulgation, à tous les effets qui résulteront dans l'avenir de rapports juridiques nés ou à naître'. (*Les Conflits de Lois Dans Le Temps*, Paul Roubier, Paris, 1929).
4. Indissociável o benefício previdenciário das necessidades vitais básicas da pessoa humana, põe-se na luz da evidência a sua natureza alimentar, a assegurar aos efeitos continuados da relação jurídica a regência da lei nova que lhes recolha a produção vinda no tempo de sua eficácia, em se cuidando de norma nova relativa à modificação de percentual dos graus de suficiência do benefício para o atendimento das necessidades vitais básicas do segurado e de sua família.
5. O direito subjetivo do segurado é o direito ao benefício, no valor irredutível que a lei lhe atribua e, não, ao valor do tempo do benefício, como é da natureza alimentar do benefício previdenciário.
6. Embargos conhecidos, mas rejeitados." (EREsp-238.816, Relator para o acórdão Ministro Hamilton Carvalhido, DJ de 17.2.03.)

"Embargos de divergência. Benefício acidentário. Revisão. Lei nº 9.032/95. Mais benéfica. Incidência. Benefícios em manutenção. Súmula nº 168/STJ.
1. Esta Terceira Seção, ao finalizar o julgamento do EREsp nº 238.816/SC, firmou a compreensão de que a Lei nº 9.032/95, mais benéfica, deve ser aplicada indistintamente a todos os segurados, alcançando, inclusive, os benefícios em manutenção." (EREsp-295.555, Ministro Paulo Gallotti, DJ de 24.10.05.)

"Previdenciário e Processual Civil. Recurso especial. Limites normativos. Apreciação de matéria constitucional. Inadequação da via eleita. Auxílio-acidente. Majoração do percentual. Benefício concedido sob a égide da legislação pretérita. Incidência da lei nova mais benéfica. Aplicação imediata. Agravo desprovido.
I - É vedado a esta Corte, em sede de recurso especial, adentrar ao exame de pretensa violação a dispositivos constitucionais, cuja competência encontra-se adstrita ao âmbito do Supremo Tribunal Federal, conforme prevê o art. 102 da Carta Magna, ao designar o Pretório Excelso como seu guardião. Neste contexto, a pretensão trazida no especial exorbita seus limites normativos, que estão precisamente delineados no art. 105, III da Constituição Federal.
II - Encontrava-se pacificado o entendimento nesta Corte, no sentido de que a lei acidentária, quando mais benéfica, retroagia apenas para alcançar situações pendentes, descabendo a sua aplicação ao benefício já concedido, sob a égide da lei anterior. Todavia, a jurisprudência da Eg. Terceira Seção deste Tribunal evoluiu para uniformizar as situações, ou seja, em se tratando de benefício acidentário, a legislação moderna, mais benéfica ao segurado, tem aplicação imediata. Abrange, inclusive, os casos já concedidos ou pendentes de concessão.
III - A explicação deriva da natureza das normas acidentárias. Por conta do seu caráter protetivo, incidem, de imediato, aos benefícios pendentes, ainda que o sinistro tenha ocorrido na vigência de lei anterior. Esta orientação, entretanto, não traduz retroatividade dos efeitos, antes da edição do diploma. Assim sendo, o percentual de 50%, previsto na Lei 9.032/95, só passa a valer a partir da sua vigência.
IV - Agravo interno desprovido." (AgRg no REsp-813.102, Ministro Gilson Dipp, DJ de 5.2.07.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do Cód. de Pr. Civil, dou provimento ao recurso especial para restabelecer a sentença, exceto quanto aos juros de mora, os quais fixo em 1% ao mês a partir da citação.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4320)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 950.196 - SP (2007/0108039-0)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
EMBARGANTE	: MARIA CESPEDES GIMENEZ
ADVOGADO	: CARLOS ROBERTO MICELLI E OUTRO(S)
EMBARGADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: LUIS SOTELO CALVO E OUTRO(S)

DECISÃO

Embargos de declaração opostos por Maria Cespedes Gimenez contra decisão monocrática da minha lavra que negou seguimento ao recurso especial, mantendo as decisões ***a quo*** que afastaram do direito à pretendida pensão por morte.
Alega embargante que:
"(...) observa-se pela exposição da r. decisão, que a Recorrente, ora Embargante, iria obter êxito com o Recurso Especial, para a percepção do benefício - pensão por morte - deixada por seu filho (...)
No tópico final, da r. decisão, encontra-se uma contradição ou omissão (...) o texto legal acima não tem sentido em relação ao encadeamento lógico e jurídico, que V. Exa. desenvolveu na r. decisão, onde demonstra de maneira clara, evidente e objetiva, não existir nenhum impedimento legal para a acolhida do recurso especial apresentado pela Embargante/Recorrente.
(...)" (fl. 220).
Pugna, ao final, pelo recebimento e acolhimento dos presentes Embargos.
Tudo visto e examinado, decido.
Os embargos de declaração são cabíveis quando *"houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;"* ou *"for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal."* (artigo 535 do Código de Processo Civil).
In casu, está a recorrente em que houve contradição na decisão embargada ao argumento de que, no presente caso, os fundamentos levam a crer à concessão ao benefício, enquanto que a conclusão foi de indeferimento ao pleito.
São estes, por oportuno, os fundamentos da decisão embargada, na parte que interessa à espécie:
"(...)
*A Constituição da República, ela mesma, no Título 'Da Ordem Social' (VIII), compreendendo-as embora no Capítulo da Seguridade Social, II, trata a Previdência Social e a Assistência Social em Seções diversas, respectivamente, III e IV, estabelecendo o **caráter contributivo** da primeira (artigo 201, **caput**) e a natureza assistencial da última, assegurando a sua prestação aos necessitados, '(...) independentemente de contribuição para a seguridade social.'*
E a Egrégia 3ª Seção desta Corte Superior de Justiça firmou-se em que, na concessão do benefício previdenciário, a lei a ser observada é a vigente à época do fato jurídico produtor do direito ao benefício.
*Tal orientação, aliás, se harmoniza com a Súmula nº 359 do Supremo Tribunal Federal, revista no julgamento do ERE nº 72.509/PR, Relator Ministro Luiz Gallotti, **in** DJ 30/3/73, com indubitável incidência analógica na espécie, **verbis**:*
*'Ressalvada a revisão prevista em lei, os proventos da inatividade regulam-se **pela lei vigente ao tempo em que** o militar, ou o servidor civil, **reuniu os requisitos necessários.**' (nossos os grifos).*
Tem-se, assim, que os benefícios previdenciários devem ser regulados pela lei vigente ao tempo do fato que lhe determinou a incidência, da qual decorreu a sua juridicização e conseqüente produção do direito subjetivo à percepção do benefício, no caso concreto, a Lei nº 8.213/91.
Posto isso, é de se ter em conta a disciplina jurídica da pensão por morte, prevista no artigo 74 da Lei nº 8.213/91, cuja letra é a seguinte:
'Art. 74. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data:
I - do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste;
II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior;
III - da decisão judicial, no caso de morte presumida.'
*Ao que se tem do dispositivo legal supratranscrito, são **dois** os requisitos da pensão por morte, a saber:*
*1) a condição de segurado do **de cujus**; e*
2) a existência de beneficiários na condição de dependentes do segurado.
*No que diz respeito ao **primeiro requisito**, vale dizer, o da **condição de segurado do de cujus**, o artigo 10 da Lei 8.213/91 estabelece que '**Os beneficiários** do Regime da Previdência Social **classificam-se como segurados e dependentes**, nos termos das Seções I e II deste capítulo.' (nossos os grifos).*
*Os artigos 11 e seguintes da Lei nº 8.213/91 enumeram as várias espécies de segurados, identificando-lhes um elemento comum, qual seja, a **necessidade de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social**. Desse modo, em observância ao caráter contributivo da Previdência Social previsto no artigo 201, **caput**, da Constituição Federal, pode-se dizer que, em regra, **serão segurados da Previdência os seus contribuintes.***
*É de se anotar, contudo, que o próprio Plano de Benefícios da Previdência Social excetua algumas hipóteses em que o beneficiário manterá a qualidade de segurado independentemente de contribuições, tal como resulta da letra do seu artigo 15, **verbis**:*
*'Art. 15. **Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:***
I - sem limite de prazo, quem está em gozo de benefícios;
II - até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração;
III - até 12 (doze) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória;
IV - até 12 (doze) meses após o livramento, o segurado retido ou recluso;
V - até 3 (três) meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar;
VI - até 6 (seis) meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.
§ 1º O prazo do inciso II será prorrogado para até 24 (vinte e quatro) meses se o segurado já tiver pago mais de 120 (cento e vinte) contribuições mensais sem interrupção que acarrete a perda da qualidade de segurado.
§ 2º Os prazos do inciso II ou do § 1º serão acrescidos de 12 (doze) meses para o segurado desempregado, desde que comprovada essa situação pelo registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.
*§ 4º **A perda da qualidade de segurado ocorrerá no dia seguinte ao do término do prazo fixado no Plano de Custeio da Seguridade Social para recolhimento da contribuição referente ao mês imediatamente posterior ao do final dos prazos fixados neste artigo e seus parágrafos.**' (nossos os grifos).*
*É, ainda, da jurisprudência desta Corte Superior de Justiça que o segurado que deixa de contribuir para a Previdência Social por estar incapacitado para o labor não perde esta qualidade (cf. REsp nº 84.152/SP, da minha Relatoria, **in** DJ 19/12/2002; REsp 409.400/SC, Relator Ministro Edson Vidigal, **in** DJ 29/4/2002; EDclREsp nº 315.749/SP, Relator Ministro Jorge Scartezzini, **in** DJ 1º/4/2002; REsp nº 233.639/PR, Relator Ministro Gilson Dipp, **in** DJ 2/4/2001).*
*Não menos é certo, todavia, na compreensão da jurisprudência que veio a se firmar na 3ª Seção, contra nosso entendimento diverso, que não é necessário que os requisitos à concessão do benefício previdenciário sejam preenchidos **simultaneamente**, por isso que dispôs o artigo 102 do Plano de Benefícios, em sua redação original, que 'A perda da qualidade de segurado após o preenchimento de todos os requisitos exigíveis para a concessão de aposentadoria ou pensão não importa em extinção do direito a esses benefícios.'*
Igualmente, o mesmo dispositivo legal, com redação dada pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997:
'Art. 102. A perda da qualidade de segurado importa em caducidade dos direitos inerentes a essa qualidade.
*§ 1º **A perda da qualidade de segurado não prejudica o direito à aposentadoria para cuja concessão tenham sido preenchidos todos os requisitos, segundo a legislação em vigor à época em que estes requisitos foram atendidos**.*
*§ 2º Não será concedida pensão por morte aos dependentes do segurado que falecer após a perda desta qualidade, nos termos do art. 15 desta Lei, **salvo se preenchidos os requisitos para obtenção da aposentadoria na forma do parágrafo anterior**.' (nossos os grifos).*
*Tal entendimento, inclusive, foi corroborado pela edição da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, que assim estabeleceu em seu artigo 3º, **verbis**:*
'Art. 3º A perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão das aposentadorias por tempo de contribuição e especial.
§ 1º Na hipótese de aposentadoria por idade, a perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão desse benefício, desde que o segurado conte com, no mínimo, o tempo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência na data do requerimento do benefício.'
E pelo Decreto nº 4.729, de 9 de junho de 2003, que acrescentou os parágrafos 5º e 6º ao artigo 13 do Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, que 'Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências':
'Art. 13. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:
(...)
5º A perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão das aposentadorias por tempo de contribuição e especial.
§ 6º Aplica-se o disposto no § 5º à aposentadoria por idade, desde que o segurado conte com, no mínimo, o número de contribuições mensais exigido para efeito de carência na data do requerimento do benefício.'
Resta, pois, dispensada a manutenção da qualidade de segurado para a concessão das aposentadorias por tempo de contribuição, especial e por idade, neste último caso, desde que, na data do requerimento do benefício, o segurado já tenha cumprido a carência.
*E, para a concessão de pensão por morte, apesar de não se exigir o cumprimento de carência, se o **de cujus** perdeu a qualidade de segurado mas, antes de sua morte já possuía os requisitos para a concessão de qualquer aposentadoria concedida pela Previdência Social, quais sejam, aposentadoria por tempo de serviço, especial ou por idade, a perda da qualidade de segurado não obstará também a concessão da pensão por morte.*
De todo o exposto resulta que, se o óbito ocorrer após a perda da qualidade de segurado, os dependentes terão direito à pensão por morte desde que o trabalhador tenha cumprido, até o dia da morte, os requisitos para obtenção de qualquer aposentadoria, concedida pela Previdência Social.
***In casu**, a perda da qualidade de segurado constitui óbice à concessão da pensão por morte, uma vez que, como é da própria letra do acórdão recorrido, o segurado não havia preenchido os requisitos à concessão de outros benefícios previdenciários.*
Não é outro o teor da jurisprudência consolidada no âmbito da 3ª Seção deste Superior Tribunal de Justiça, valendo anotar, por todos, o seguinte precedente:
'PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE. DE CUJUS. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. POSSIBILIDADE DE DEFERIMENTO DA PENSÃO, NOS TERMOS DO ART. 102 DA LEI N.º 8.213/91, SE RESTAR COMPROVADO O ATENDIMENTO DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, ANTES DA DATA DO FALECIMENTO.

1. É assegurada a concessão do benefício de pensão por morte aos dependentes do de cujos que, ainda que tenha perdido a qualidade de segurado, tenha preenchido os requisitos legais para a obtenção de aposentadoria, antes da data do falecimento.
*2. Embargos de divergência conhecidos, porém, rejeitados.' (ERESP nº 524006/MG, Relatora Ministra Laurita Vaz, **in** DJ 30/03/2005).*
*Pelo exposto, com fundamento no artigo 577, **caput**, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso."* (fls. 210/214).
Ao que se tem, entendeu a decisão embargada que "***In casu**, a perda da qualidade de segurado constitui óbice à concessão da pensão por morte, uma vez que, como é da própria letra do acórdão recorrido, o segurado não havia preenchido os requisitos à concessão de outros benefícios previdenciários. Não é outro o teor da jurisprudência consolidada no âmbito da 3ª Seção deste Superior Tribunal de Justiça (...)"* (fl. 214).
De tanto, resulta que inexiste, na espécie, qualquer contradição, sendo certo que, nos termos do artigo 535 do Código de Processo Civil, os embargos declaratórios não se prestam à correção de eventual ***error in judicando***.
Nesse sentido:
"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NÃO DEMONSTRADAS À SACIEDADE. EFEITOS INFRINGENTES. EXCEPCIONALIDADE.
*1. Não logrou apontar o embargante qualquer omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, pretendendo, na realidade, desvirtuar os embargos de declaração de sua função primordial que é a de sanar eventual deficiência no julgado, relacionada a omissões, contradições e obscuridades. Não se prestam, à toda evidência, ao reexame do r. **decisum**, como pretende.*
*2. Não é omisso o julgado alicerçado no fato de que o agravante deixou de atacar um dos fundamentos da decisão agravada, suficiente, por si só, para manter o **decisum** hostilizado, incidindo a Súmula nº 182/STJ.*
*3. **Esta Corte tem firmado entendimento de que a concessão de efeito infringente aos embargos de declaração somente pode ocorrer em hipóteses excepcionais, em casos de erro evidente e quando inexistir outra forma recursal para a sua correção, não se prestando a sanar eventual error in judicando** (EDREsp. n.º 305.492/SC, DJU de 1.10.2001, da relatoria do Min. Edson Vidigal - nossos os grifos).*
4. Embargos de declaração rejeitados." (EDclAgRgAg nº 469.199/RJ, Relator Ministro Paulo Medina, ***in*** DJ 9/6/2003).
"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IPC DE MARÇO DE 1990. SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL. LIMITAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA.
1. Os embargos de declaração são cabíveis quando 'houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;' ou 'for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.' (artigo 535 do Código de Processo Civil).
2. A decisão embargada está fundamentada no sentido de que houve omissão no decisum quanto à limitação do direito dos servidores do Distrito Federal ao reajuste de 84,32%, daí porque os embargos declaratórios foram acolhidos, tão-somente para limitar a percepção da diferença salarial decorrente da incidência do IPC até a revogação da Lei Distrital nº 38/89 pela Lei Distrital nº 117/89, de 23 de julho de 1990, não se lhes atribuindo qualquer efeito infringente.
3. Os embargos declaratórios não se prestam ao reexame de matéria (artigo 535 do Código de Processo Civil).
4. A apreciação de violação de dispositivos constitucionais é estranha ao cabimento de recurso especial e, por conseqüência, dos embargos de divergência, consoante o disposto no artigo 105, inciso III, da Constituição da República.
*5. **A eventual ocorrência de error in procedendo ou error in judicando é insuscetível de correção pela via dos embargos declaratórios, assim como a alegada divergência jurisprudencial.***
6. Embargos de declaração rejeitados." (EDclEDclEREsp nº 172.082/DF, da minha Relatoria, ***in*** DJ 10/9/2001 - nossos os grifos).
Pelo exposto, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4321)

RECURSO ESPECIAL Nº 951.354 - RS (2007/0110662-8)

RELATORA	**:**	**MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	JESUS PEREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	:	TEREZINHA SCHRIEBER DO AMARAL E OUTRO
ADVOGADO	:	IZAIAS LINO DE ALMEIDA E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 535, II, DO CPC. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. SUSPENSÃO DE PRAZO EM VIRTUDE DA GREVE DOS PROCURADORES FEDERAIS. OCORRÊNCIA DE MOTIVO DE FORÇA MAIOR. REAPRECIAÇÃO DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. NÃO-CARACTERIZAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que restou assim ementado (fl. 102):

"AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE SUSPENSÃO DE PRAZOS PROCESSUAIS. GREVE DE PROCURADORES FEDERAIS - INSS.
Não há como, irrestritamente, entender que toda e qualquer greve de advogados públicos caracterize motivo de força maior, a justificar a suspensão dos prazos processuais, nem que nenhuma greve desse tipo o caracterize.
Agravo Regimental desprovido."

Opostos embargos declaratórios (fls. 104/105), foram eles rejeitados (fl. 109).
Nas razões do especial (fls. 111/120), aponta a autarquia recorrente violação aos arts. 183 e parágrafos, 265, inciso V, 507, e 535, inciso II, todos do Código de Processo Civil, bem como dissídio jurisprudencial. Requer, em síntese, que seja suspenso o prazo recursal desde a juntada da petição de fl. 92, na qual a autarquia informa o Tribunal de origem sobre a greve dos Procuradores Federais, ou pela anulação do acórdão recorrido para se pronunciar sobre as questões constantes dos embargos de declaração.
Sem contra-razões (fl. 131) e admitido na origem (fls.134/134v.), subiram os autos a esta Corte.
É o relatório.
Passo a decidir.
Quanto à alegada violação ao art. 535, inciso II, do Código de Processo Civil, esta não merece acolhida, uma vez que o acórdão recorrido utilizou fundamentação suficiente para solucionar a controvérsia, sem incorrer em omissão, obscuridade ou contradição. Assim, não há confundir decisão contrária ao interesse da parte com a falta de pronunciamento do julgador.
A propósito, confiram-se trechos do voto condutor do acórdão dos embargos de declaração (fl. 107/107v.):

"(...) É consabido que a natureza reparadora dos embargos de declaração só permite a sua oposição contra sentença ou acórdão acoimado de obscuridade ou contradição, bem como nos casos de omissão do Juiz ou Tribunal.
A decisão embargada foi expressa ao se manifestar no sentido de que *não há como entender que, irrestritamente, toda e qualquer greve de advogados públicos caracterize, por si só, motivo de força maior, a justificar a suspensão dos prazos.*
O fato de o acórdão decidir contrariamente às pretensões do recorrente não possibilita o uso da via dos embargos declaratórios, pena de se lhes atribuir efeitos infringentes, hipótese que só é admitida excepcionalmente, como por exemplo para corrigir erro material.
Também não vejo necessidade de citação expressa dos dispositivos legais e constitucionais no corpo do acórdão, porquanto o Juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando encontrar fundamento suficiente para embasar a sua decisão.
(...)
Como se vê, os presentes embargos têm por finalidade prequestionar a matéria para fins de recurso às instâncias superiores. Ocorre que eventual negativa de vigência a determinado dispositivo legal é decorrente dos fundamentos da decisão, e não de manifestação expressa do julgador nesse sentido (...)."

Ademais, a negativa de prestação jurisdicional configura-se apenas quando o Tribunal *a quo* deixa de se manifestar sobre ponto que seria indubitavelmente necessário ao deslinde do litígio, o que não foi a hipótese dos autos.
Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INOCORRÊNCIA. QUESTÃO NÃO SUSCITADA. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO EX OFFICIO. PRETENSÃO DE REEXAME.
(...)
3. Os embargos declaratórios não se prestam ao reexame de matéria já decidida à luz dos fundamentos jurídicos invocados, tampouco para forçar o ingresso na instância extraordinária se não houver omissão, contradição ou obscuridade a serem supridas no acórdão, nem fica o juiz obrigado a responder a todas as alegações das partes, quando já encontrou motivo suficiente para fundar a decisão.
4. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 779.074/AM, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 13/3/2006)

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. AUSÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA DE MÉRITO. SUSPENSÃO DO PROCESSO. INDEFERIMENTO. GREVE DOS PROCURADORES FEDERAIS. ATOS NºS 52 E 98 DO PLENÁRIO DO STJ.
1. Inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o decisum no que pertine à suspensão dos prazos processuais em virtude do movimento grevista dos Procuradores Federais que foi mantido em vigor apenas até 26 de abril de 2004 (Ato nº 98, publicado no DJ de 26/04/2004), segundo o Ato nº 52 do Plenário do STJ , o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535 do CPC.
2. Embargos de declaração desprovidos." (EDcl no AgRg no Ag 570.374/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJ 13/12/2004)

Em relação à possibilidade de suspensão do prazo recursal em decorrência de greve da Procuradoria Federal, deflagrada em 22 de maio de 2006 (fl. 92), o reconhecimento da configuração de motivo de força maior em razão da greve dos Procuradores Federais implica na análise de matéria fática, o que não enseja recurso especial segundo o enunciado da Súmula 7/STJ.
A propósito, confiram-se os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL - SUSPENSÃO DE PRAZO PROCESSUAL EM RAZÃO DO MOVIMENTO GREVISTA DOS PROCURADORES DA FAZENDA NACIONAL - IMPOSSIBILIDADE - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ - PRECEDENTES.
1. A controvérsia essencial destes autos restringe-se à verificação da existência ou não de motivo de força maior a justificar a suspensão de prazos processuais no período de prolongamento ulterior de greve dos Procuradores da Fazenda Nacional.
2.A jurisprudência do STJ definiu-se quanto à *impossibilidade de suspensão de prazo processual em razão do movimento grevista dos procuradores do INSS (AGPET 2337/SP, DJ 29/08/2005) - Agravo regimental improvido.* (AgRg no Ag 454.089/RS, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, Segunda Turma, julgado em 6.12.2005, DJ 13.3.2006)
3. O movimento grevista, como reconhecido pela própria Fazenda Nacional, atravessou vicissitudes e suspensão da paralização. Não é dado ao Poder Judiciário investigar, caso a caso, a ocorrência dessas soluções de continuidade nas greves ou admitir que os prazos processuais fiquem indefinidamente suspensos, por mais nobres que sejam os anseios remuneratórios de categoria. Ademais, na hipótese dos autos, a verificação da existência ou não de motivo de força maior a justificar a suspensão de prazos processuais no período de greve dos Procuradores da Fazenda Nacional implicaria revolvimento fático-probatório contido nos autos; inadmissível, na via especial, em face do disposto na Súmula 7/STJ." (REsp 701.653/PR, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJ 28/6/2007)

"PREVIDENCIÁRIO. GREVE DOS PROCURADORES FEDERAIS. SUSPENSÃO DE PRAZOS PROCESSUAIS. MOTIVO DE FORÇA MAIOR. SÚMULA Nº 7/STJ.
1. A inversão do decidido implicaria na reapreciação do acervo fático-probatório, providência sabidamente incompatível com a via estreita do apelo especial (Súmula nº 7/STJ).
2. Recurso a que se nega seguimento." (REsp 841.103/RS, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Decisão Monocrática, DJ 26/6/2007)

Em não sendo suficiente tal argumentação, não parece ser motivo de força maior a paralisação dos Procuradores Federais. Os exemplos encontrados na doutrina não guardam similitude com a hipótese de greve, como se pode inferir da lição de Alexandre Freitas Câmara, em Lições de Direito Processual Civil, 16ª edição, vol. I, p. 305, *in verbis*:

"Nos termos do art. 265, V, do Código de Processo Civil, suspende-se o processo "por motivo de força maior". Este pode ser definido como o motivo insuperável, alheio à vontade da parte, que impede a prática de atos processuais. Exemplos de eventos de força maior são as tempestades, nevascas e outros fenômenos naturais (ou até mesmo causados por ato humano, como um incêndio provocado criminosamente nas dependências do fórum). Todos esses eventos suspendem o processo até que cessem e com isso o processo voltará a tramitar normalmente."

Assim demonstrada, torna-se incontroversa a impossibilidade da suspensão nos termos requeridos pela autarquia recorrente no recurso especial ora analisado.
Quanto à interposição pela alínea "c" do permissivo constitucional, o recurso também não comporta trânsito, uma vez que a divergência diz respeito à caracterização de motivo de força maior, o que exige, como dito acima, análise de matéria fática.
Por fim, forçoso o reconhecimento de que não pode a Administração esperar que sejam automaticamente suspensos os prazos que correm contra ela sempre que ocorra qualquer movimento paredista de seus procuradores judiciais, sob pena de favorecer injustificadamente uma das partes no processo e de atrasar a prestação jurisdicional.
Ante o exposto, com base no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **nego seguimento** ao recurso especial.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4322)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 955.060 - RN (2007/0119249-1)

RELATORA	**:**	**MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
EMBARGANTE	:	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	:	ELIANA TRIGUEIRO FONTES E OUTRO(S)
EMBARGADO	:	ALMIR ALVES DE SOUZA E OUTROS
ADVOGADO	:	LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO TRIBUNAL DE ORIGEM. INOCORRÊNCIA. PRECLUSÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PRETENSÃO DE REEXAME DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos declaratórios, interpostos pelo Estado do Rio Grande do Norte, contra decisão monocrática por mim proferida, que restou assim ementada:

"RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. IMPOSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO COM REAJUSTES ORIUNDOS DE LEGISLAÇÃO POSTERIOR À LEI 8.880/94. LIMITAÇÃO TEMPORAL. INAPLICABILIDADE DA ADIN 1797/PE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO EM PARTE."

Alega o embargante, em resumo, que o recorrente não comprovou a tempestividade dos embargos declaratórios opostos no Tribunal de origem em 22/02/07, haja vista que o acórdão embargado foi publicado no dia 09 de fevereiro de 2006 e o último dia do prazo seria 16 de fevereiro, o qual deveria ter sido comprovado pelo recorrente que era feriado. Desse modo, afirma que a oposição dos embargos declaratórios apenas no dia 22 de fevereiro de 2007 foi intempestiva.
Sustenta que a decisão não poderia ter provido o recurso especial pela alínea "a" do permissivo constitucional, porquanto os dispositivos legais apontados como violados não guardam relação com a matéria relativa à limitação temporal do reajuste. Cita, nesse passo, precedente do ilustre Ministro Felix Fischer.
É o relatório.
Passo a decidir.
Os embargos declaratórios não merecem êxito.
No tocante à intempestividade do recurso especial, percebe-se da leitura dos embargos declaratórios, que o recorrente expressamente afirmou que houve recesso no Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, indicando a portaria expedida, bem como o dia em que esta foi publicada. Destarte, irretocável a tempestividade do recurso especial interposto.
Ademais, verifica-se a preclusão da alegação de intempestividade dos embargos declaratórios, porquanto o embargante tivera duas opotunidades para alegá-la, quais sejam, a impugnação aos referidos embargos e as contra-razões de recurso especial, deixando, contudo, de tecer qualquer consideração sobre a tese aqui lançada.
Outrossim, de acordo com o artigo 535 do Código de Processo Civil, os embargos declaratórios são cabíveis nas hipóteses de haver omissão, contradição ou obscuridade na decisão prolatada. Não pode tal meio de impugnação ser utilizado como forma de se insurgir quanto à matéria de fundo, quando esta foi devidamente debatida no acórdão embargado.
Da leitura do aresto embargado verifica-se que a decisão monocrática utilizou fundamentação suficiente para solucionar a controvérsia, pronunciando-se expressamente sobre a mencionada questão, sem incorrer em qualquer omissão, contradição ou obscuridade.
Dessa forma, pretende o embargante, inconformado com o entendimento sufragado pelo acórdão embargado, apenas rediscutir questões decididas quando do julgamento do recurso especial, o que é inviável em embargos declaratórios.
Nesse sentido, esta Corte já pacificou o entendimento pela rejeição dos embargos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas traduzem inconformismo com o teor da decisão embargada, pretendendo rediscutir matérias já decididas, sem demonstrar omissão, contradição ou obscuridade (art. 535 do CPC).
2. Não se prestam os embargos de declaração para rediscutir matéria já suficientemente decidida.
3. Embargos rejeitados." (EAERES 584.603-RJ, Rel. Min. LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJ 22.05.2006)
"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. REEXAME NECESSÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.984-15/2000. OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. INOCORRÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Os embargos de declaração são cabíveis quando "houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;" ou "for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal." (artigo 535 do Código de Processo Civil).
2. Não é omissa a decisão fundamentada no sentido de que a violação do artigo 2º-B da Lei 9.494/97, com a nova redação dada pela Medida Provisória nº 1.984-12, de 10 de dezembro de 1999, é insuscetível de apreciação em sede de agravo regimental, por se tratar de questão estranha ao acórdão recorrido e ao recurso especial interposto.
3. A pretensão do embargante de ver a rediscussão do tema apresenta-se manifestamente incabível em sede de embargos declaratórios, cujos limites encontram-se previstos no artigo 535 do Código de Processo Civil.
4. (...)
5. Embargos de declaração rejeitados." (EDcl no AgRg no REsp 311.013/SP, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJ 28.06.2004)

Ante o exposto, rejeito os embargos declaratórios.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4323)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 955.222 - RN (2007/0119324-9)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
EMBARGANTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: FRANCISCO IVO CAVALCANTI NETTO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: ANTONIETA FERREIRA FERNANDES E OUTROS
ADVOGADO	: LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA

Idêntico ao **RECURSO ESPECIAL Nº 942983**
Índice **(4310)**

Idêntico ao **RECURSO ESPECIAL Nº 942983**
Índice **(4310)**

(4324)

RECURSO ESPECIAL Nº 955.232 - RS (2007/0116896-8)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: DILSON WALMOR FORMENTON
ADVOGADO	: LUCIANA PEREIRA DA COSTA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: BRUNO ANTÔNIO SCHURHAUS

EMENTA

PROCESSO CIVIL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO VIOLADO. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 284/STF. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por DILSON WALMOR FORMENTON, com fundamento na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que restou assim ementado (fl. 200):

"PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. CONVERSÃO. LEI Nº 9.711/98. DECRETO Nº 3.048/99.
1. A Lei nº 9.711/98, e o Regulamento Geral da Previdência Social aprovado pelo Decreto nº 3.048/99, resguardam o direito adquirido de os segurados terem convertido o tempo de serviço especial em comum, até 28-05-1998, observada, para fins de enquadramento, a legislação vigente à época da prestação do serviço.
2. Até 28-04-1995 é admissível o reconhecimento da especialidade por categoria profissional ou por sujeição a agentes nocivos, aceitando-se qualquer meio de prova (exceto para ruído); a partir de 29-04-1995 não mais é possível o enquadramento por categoria profissional, devendo existir comprovação da sujeição a agentes nocivos por qualquer meio de prova até 05-03-1997 e, a partir de então e até 28-05-1998, por meio de formulário embasado em laudo técnico, ou por meio de perícia técnica.
3. Não restando comprovada a exposição de maneira habitual e permanente aos agentes nocivos à saúde, não há como reconhecer a atividade do autor como especial para fins de concessão de aposentadoria por tempo de serviço.
4. Considerando-se a improcedência do pedido, é de ser indeferida a antecipação dos efeitos da tutela, já que ausente o requisito da verossimilhança."

Nas razões do especial (fls. 206/213), alega o recorrente que apresentou todos os documentos legais necessários para a obtenção da aposentadoria por tempo de serviço. Ressalta, ainda, que a autarquia recorrente não converteu o tempo de serviço laborado em atividade insalubre compreendido entre 18/5/1981 a 1/6/2001. Ao final, pugna pela reforma do acórdão recorrido, pela conversão do tempo de serviço especial em comum desde o início da contratualidade e pela aposentadoria por tempo de contribuição, ainda que na forma proporcional, desde a data de entrada do requerimento administrativo.
Sem contra-razões (fl. 222) e admitido o recurso na origem (fls. 223), subiram os autos a esta Corte.
É o relatório.
Para a análise do cabimento dos recursos nas instâncias extraordinárias, exige-se o preenchimento de condições formais de admissibilidade que permitam ao julgador o exame da ocorrência de violação a lei federal, de acordo com o disposto na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal de 1988.
No caso dos autos, verifica-se que o recorrente não especificou os dispositivos legais que supostamente teriam sidos violados pelo acórdão recorrido.
Dessa forma, resta inviabilizada a admissão do recurso especial, aplicando-se, por analogia, a Súmula 284/STF, que assim dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".
A propósito, confiram-se os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. RURÍCOLA. APOSENTADORIA POR IDADE. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. FALTA DE PARTICULARIZAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL TIDO POR VIOLADO. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA DA DIVERGÊNCIA.
1. A falta de particularização do dispositivo de lei federal que se tem por violado consubstancia deficiência bastante, com sede própria nas razões recursais, a inviabilizar a abertura da instância especial, atraindo, como atrai, a incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.
2. Por força legal, a divergência jurisprudencial, autorizativa do recurso especial interposto, com fundamento na alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, requisita comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas ou votos.
3. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 863.064/SP, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ de 26/2/2007)

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. LIMITES NORMATIVOS. APRECIAÇÃO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. ALÍNEA "A". DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DA EXATA COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 284/STF. PENSÃO POR MORTE. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. REQUISITOS LEGAIS. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INVIABILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 07-STJ. ALÍNEA "C". AUSÊNCIA DO COTEJO ANALÍTICO. ART. 255/RISTJ. AGRAVO DESPROVIDO.
(...)
II - A mera alusão ao malferimento de legislação federal, sem particularizar o gravame ou descompasso na sua aplicação, não enseja a abertura da via Especial. Desta forma, inviável a admissão do apelo com base na alínea "a". Aplicável, à espécie, o verbete Sumular 284/STF, verbis: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.".
III - É inviável, em sede de recurso especial, o reexame de matéria fático-probatória, tendo em vista o óbice contido no verbete Sumular 07/STJ, verbis: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."
IV - A admissão do Especial com base na alínea "c" impõe o confronto analítico entre os acórdãos paradigma e hostilizado, a fim de evidenciar a similitude fática e jurídica posta em debate, conforme disposto no art. 255 e parágrafos do RISTJ.
V - Agravo interno desprovido." (AgRg nos EDcl no Ag 698.990/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ de 28/11/2005)

Ante o exposto, com base no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **nego seguimento** ao recurso especial.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4325)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 955.504 - RN (2007/0120673-7)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
EMBARGANTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: ELIANA TRIGUEIRO FONTES E OUTRO(S)
EMBARGADO	: PEDRO BATISTA FILHO
ADVOGADO	: LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

Idêntico ao **RECURSO ESPECIAL Nº 955060**
Índice **(4322)**

Idêntico ao **RECURSO ESPECIAL Nº 955060**
Índice **(4322)**

(4326)

RECURSO ESPECIAL Nº 955.508 - SP (2007/0120544-8)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
RECORRENTE	: ODAIR NEGRETTI E CÔNJUGE
ADVOGADO	: CARLOS HENRIQUE LEMOS E OUTRO(S)
RECORRIDO	: SÉRGIO PERIN E CÔNJUGE
ADVOGADO	: CLEBER ZEMELLA E OUTRO(S)

DECISÃO

Por intermédio da Petição nº 166.083/2007, os recorrentes informam "que o presente recurso especial perdeu o objeto, tendo em vista o advento de sentença definitiva nos autos principais", decisão essa que lhes foi favorável.
À vista disso, com fundamento no art. 34, XI, do Regimento, julgo prejudicado o recurso especial.
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4327)

RECURSO ESPECIAL Nº 958.333 - RS (2007/0129732-5)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM
PROCURADOR	: MARILUCE BARCELLOS BRUM E OUTRO(S)
RECORRIDO	: SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES EM EDUCAÇÃO FEDEREAL DE 1° E 2° GRAUS - SINASEFE
ADVOGADO	: JOSÉ LUIS WAGNER E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO AO ART. 495 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. TERMO *A QUO* PARA MANEJO DA AÇÃO RESCISÓRIA. TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO QUE APRECIOU O ÚLTIMO RECURSO INTERPOSTO. PRECEDENTES. SEGUIMENTO NEGADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que tratou da rescisão de julgado que concedeu reajustamento de vencimentos normatizado pelas Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93.

A recorrente alega violação do artigo 495 do Código de Processo Civil e do Enunciado 115 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Aduz que "a irregularidade de representação reconhecida pelo Colendo STF no que se refere ao aviamento do recurso extraordinário, equivale à situação fática de inexistência da peça recursal, o que conduz ao trânsito em julgado no próprio TRF" (fl. 217).

Argumenta que a decisão proferida pelo TRF no processo em tela foi publicada no Diário de Justiça de 22.01.1997, e não foram interpostos embargos de declaração do julgado, razão pela qual o esgotamento do prazo para interposição de recursos se daria em 16.02.1997 (...). Tendo ajuizado a presente ação somente em 28.05.2001, decaiu do direito de rescindir o julgado" (fl. 259).

É o relatório.

Verifica-se dos autos que o recurso extraordinário interposto teve seu seguimento negado pelo Supremo Tribunal Federal em 24.05.1999. Contra esse decisão foi interposto agravo regimental igualmente não-conhecido, cujo acórdão foi publicado em 24.03.2000 (fl. 88) e transitou em julgado em 05.04.2000 (fl. 89).

Conclui-se, portanto, que a ação rescisória proposta em 28.05.2001 é tempestiva.

É assente que o prazo para manejo de ação rescisória inicia-se a partir do trânsito em julgado da ação de conhecimento, que se dá após a decisão definitiva do último recurso interposto ou com o transcurso *in albis* do prazo para a sua interposição.

Mesmo nas hipóteses em que os recursos extraordinários não tenham sido conhecidos em razão de intempestividade ou da ausência de preenchimento de qualquer outro requisito legal, o trânsito em julgado somente se opera com o pronunciamento final acerca deles. Nesse sentido, confiram-se os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. DECADÊNCIA. TERMO INICIAL.
1. O prazo decadencial de dois anos para a propositura da ação rescisória tem início na data em que se deu o trânsito em julgado da última decisão, mesmo que nela se tenha discutido questão meramente processual relacionada à tempestividade dos embargos de declaração.
Precedente da Corte Especial.
2. Recurso especial provido." (REsp 543.368/RJ, Rel. Min. ELIANA CALMON, Rel. p/ Acórdão Min. CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJ 02.06.2006)

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE. 84,32%. IPC DE MARÇO DE 1990. ACÓRDÃO EXEQÜENDO. TRÂNSITO EM JULGADO. PRETENSÃO EXECUTÓRIA. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO PROFERIDA NO PROCESSO DE CONHECIMENTO. QUESTÃO DE MÉRITO. COISA JULGADA. REDISCUSSÃO EM SEDE DE EXECUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RESTRIÇÃO DE MATÉRIAS. ART. 741 DO CPC.
1. O termo inicial da contagem do prazo prescricional da pretensão executória deve ser fixado no trânsito em julgado da ação de conhecimento.
2. Na hipótese em que os recursos extraordinários *lato sensu* não tenham sido conhecidos em razão da intempestividade, ou da ausência de qualquer outro requisito legal, o trânsito em julgado do acórdão exeqüendo somente se operará no pronunciamento jurisdicional final no bojo desses derradeiros recursos. Precedentes.
3. O termo *a quo* do prazo prescricional da pretensão executória dos Autores, ora Recorridos, se fixou em 09/09/1996, data do trânsito em julgado da decisão que negou provimento agravo interposto perante a Suprema Corte. É de ser afastada, portanto, a alegação de prescrição, uma vez que a execução de obrigação de fazer foi proposta em 06/08/1997.
(...)
6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido." (REsp 717.938/DF, Rel. Min. LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJ 14.11.2005)

Diante do exposto, com fundamento no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4328)

RECURSO ESPECIAL Nº 958.616 - SC (2007/0129841-2)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
PROCURADOR	: MARIA ALEJANDRA RIERA BING E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MANOEL PEREIRA MACHADO E OUTROS
ADVOGADO	: MARCO ANTÔNIO DUARTE RODRIGUES

EMENTA

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TRANSAÇÃO E HONORÁRIOS. RESSALVA DOS HONORÁRIOS QUE NÃO PODEM INTEGRAR O ACORDO. POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO QUANTO A ESSA PARCELA. ARTS. 681, I, E 692, CC; 471, *CAPUT*, E 476, CPC; E 1028 CC/16. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. SEGUIMENTO NEGADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO JUDICIAL. TRANSAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUSTAS.
1. Se houve transação na esfera administrativa entre a embargante e os embargados, sem o acompanhamento dos advogados destes, não se exclui a verba honorária do processo de execução em respeito à coisa julgada.
2. A isenção das custas processuais para a União, suas autarquias e fundações públicas, não implica o não reembolso das custas adiantadas pela parte contrária." (fl. 58)

Opostos embargos de declaração, foram eles parcialmente acolhidos sem, contudo, haver qualquer modificação no acórdão embargado.

A recorrente alega violação dos artigos 681, inciso I, e 692 do Código Civil; 471, *caput*, e 476 do Código de Processo Civil.

Afirma que "desistindo os autores da ação antes do trânsito em julgado, não são devidos honorários de sucumbência", e que "se a desistência tivesse se operado depois do trânsito em julgado, somente então estaria configurado o direito adquirido dos patronos à sucumbência" (fl. 86).

Argumenta que a sentença proferida em sede de embargos à execução violou a coisa julgada na medida em que modificou a base de cálculo da verba honorária.

Informa que o artigo 1028 do Código Civil de 1916, em vigor à época da transação, não exigia homologação de acordo firmado por documento particular.

Finalmente, insiste que "não é possível cobrar honorários com relação aos servidores que assinaram transação: se nada é devido aos servidores, não há base de cálculo para incidência da verba honorária, vez que não há condenação" (fl. 89).

É o relatório.

A insurgência não merece prosperar.

Em primeiro lugar, verifica-se que o acórdão recorrido, mesmo após a interposição de embargos declaratórios, não tratou da matéria à luz dos artigos 681, inciso I, e 692 do Código Civil; 471, *caput*, e 476 do Código de Processo Civil; e 1028 do Código Civil de 1916.

Esbarra o recurso, portanto, no óbice do Enunciado 211 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça, que estabelece: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*".

Saliente-se que a simples oposição de embargos declaratórios não é suficiente para suprir o requisito do prequestionamento, sendo indispensável o efetivo exame da questão pelo acórdão objurgado.

Diante disso, se a recorrente entendeu que a omissão persistia, deveria ter alegado nas razões de seu recurso especial, também, a ofensa ao artigo 535 do Diploma Processual Civil. Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO CPC, ART. 535. NECESSIDADE.
I - A mera oposição de embargos de declaração não supre a falta de prequestionamento dos dispositivos cuja violação é alegada. Para afastar a incidência do enunciado 211/STJ, incumbe ao recorrente argüir a ofensa, se for o caso, do artigo 535, do CPC.
II - Agravo regimental desprovido." (AgRg no AG 385.072/SP, Rel. Min. ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJ 3/6/2002)

Em relação aos honorários advocatícios, é assente que tal verba constitui parcela autônoma do *decisum*, não havendo espaço para as partes sobre ela transacionarem sem a anuência expressa do advogado.

Desse modo, inviável a pretensão de se afastar direito dos causídicos, seja porque estes sequer participaram do acordo, seja porque os honorários advocatícios correspondem a parcela autônoma, insuscetível de transação apenas pelos litigantes.

Ademais, esta Corte já pacificou a matéria, conforme se depreende dos arestos a seguir transcritos:

"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PROCESSUAL CIVIL. TRANSAÇÃO. HONORÁRIOS. INAPLICABILIDADE DO ART. 26, § 2º, DO CPC. INCIDÊNCIA DOS ARTS. 23 E 24, § 4º, DA LEI N.º 8.906/94.
1. Os honorários constituem parcela autônoma do decisum, não havendo espaço para as partes transacionarem nessa extensão, sem que o advogado tenha expressamente consentido para tal acordo.
2. Inviável a pretensão de se afastar direito dos causídicos, seja porque estes sequer participaram do acordo, seja porque os honorários advocatícios se configuram como parcela autônoma, insuscetível de transação apenas pelos litigantes.
3. Inaplicável á espécie o art. 26, § 2º, do Código de Processo Civil, porquanto a verba honorária é parcela autônoma, não pertencente às partes. Dessa forma, tendo sido a transação realizada antes da vigência da Medida Provisória nº 2.226/2001, incide à espécie o disposto nos artigos 23 e 24, § 4º, da Lei n.º 8.906/94.
4. Embargos de divergência providos." (EREsp 542.166/SC, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃODJ 12.02.2007)

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. TRANSAÇÃO CELEBRADA NÃO EXCLUI HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVIDOS. APLICABILIDADE DO ART. 24, § 4º DO ESTATUTO DA OAB. RECURSO IMPROVIDO.
1. O Superior Tribunal de Justiça através das turmas integrantes da 3ª Seção firmou entendimento de que a transação não pode excluir, sem consentimento do profissional, os honorários, posto ser parte autônoma aos termos do objeto da convenção. *In casu*, aplica-se a letra do artigo 24, parágrafo 4º, da Lei n. 8.906/94 combinada com a do artigo 26, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil.
2. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 774.575/DF, Rel. Min. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, SEXTA TURMA, DJ 06.03.2006)

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ACORDO EXTRAJUDICIAL FIRMADO SEM A PRESENÇA DO ADVOGADO. APLICAÇÃO DO ART. 26, CAPUT, DO CPC. OMISSÃO. NÃO-OCORRÊNCIA. FUNDAMENTOS SUFICIENTES A EMBASAR A DECISÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
1. O acórdão embargado foi expresso ao assentar que são devidos honorários advocatícios nas causas em que as partes celebram transação sem a participação de seus advogados.
2. O acordo celebrado para a concessão do reajuste de 28,86% representa reconhecimento do pedido, pelo que a parte que reconheceu deve ser responsável pelos honorários advocatícios. Inteligência do art. 26, *caput*, do CPC. Precedentes.
3. Embargos de declaração rejeitados." (EDcl no REsp 785.367/MG, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 14.08.2006)

Não há como se descuidar, ainda, da norma insculpida nos artigos 23 e 24, parágrafo 4º, da Lei n. 8.906/94, que assim dispõe:

"Art. 23. Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor."

"Art. 24. A decisão judicial que fixar ou arbitrar honorários e o contrato escrito que os estipular são títulos executivos e constituem crédito privilegiado na falência, concordata, concurso de credores, insolvência civil e liquidação extrajudicial.
(...)
§ 4º O acordo feito pelo cliente do advogado e a parte contrária, salvo aquiescência do profissional, não lhe prejudica os honorários, quer os convencionados, quer os concedidos por sentença."

Diante do exposto, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 06 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4329)

RECURSO ESPECIAL Nº 961.953 - SP (2007/0139718-0)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
RECORRENTE	: JATTIR MADUREIRA ARRUDA
ADVOGADO	: SAMUEL SOLOMCA JUNIOR
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ARLETE WOJCIK E OUTRO(S)

DECISÃO

O Tribunal de Justiça paulista negou provimento à apelação do autor da ação nestes termos:

"Acidente do trabalho - Revisão de benefício - Auxílio-suplementar - Pretensão de majoração do percentual para 50% após o advento da Lei 9.032/95 - Inadmissibilidade - Benefício concedido sob a égide da Lei vigente na época do infortúnio que previa o percentual de 20% - Consagração do princípio *tempus regit actum*.
Não se admite a majoração do benefício recebido pelo obreiro para 50% pela mera vigência de norma posterior que altera o percentual do auxílio-suplementar (Lei 9.032/95), quer porque os 20% que percebe foram concedidos com base na lei vigente na época do infortúnio, quer porque não houve comprovação do agravamento das lesões, sem olvidar que isso acabaria por causar desrespeito à regra constitucional, pois não haveria a correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração (art. 195, § 5º, CF)."

Sobreveio, então, este recurso especial, no qual se alega, em resumo, que o Tribunal de origem, ao não majorar o percentual do benefício acidentário para 50%, teria ofendido o art. 86 da Lei nº 8.213/91.
Tem razão o recorrente. Segundo o entendimento das Turmas que compõem a Terceira Seção, a lei que aumenta o percentual do benefício deve incidir desde logo, alcançando, inclusive, os que estão em manutenção, não havendo falar em aplicação retroativa, mas sim em incidência imediata.
Ora, a lei nova mais benéfica alcança não só os benefícios pendentes, mas todos os que já foram concedidos - ainda que na vigência de lei pretérita - e estão em manutenção. Não há efeito retroativo, o que há, na verdade, é a aplicação da norma de forma igualitária, pois o aumento do percentual só passa a valer a partir da entrada em vigor da nova lei.
Vejamos alguns precedentes que ilustram tal entendimento:

"Previdenciário. Comunicação de acidente de trabalho. CAT. Ônus do empregador. Auxílio-suplementar concedido na Lei 6.367/76. Transformação em auxílio-acidente. Retroatividade da Lei 8.213/91. Aplicação da lei mais benéfica.
.....
- A teor da uníssona jurisprudência desta Corte, em se tratando de benefício acidentário, a lei nova, mais benéfica ao segurado, tem aplicação imediata alcançando, inclusive, os casos já concedidos ou pendentes de concessão. Precedentes.
III- Como a Lei 8.213/91 substituiu o auxílio-suplementar acidentário pelo auxílio-acidente, inclusive aumentando o percentual incidente sobre o salário-de-contribuição, necessário se faz a extensão de seus efeitos aos segurados, ainda que o benefício tenha sido concedido sob a vigência da legislação pretérita. Precedentes.
IV- Agravo desprovido." (AgRg no Ag-468.840, Ministro Gilson Dipp, DJ de 10.2.03.)

"Previdenciário. Revisão de benefício acidentário. Auxílio-suplementar. Lei de regência. Aplicação imediata da lei mais benéfica. Lei 8.213/91 e Lei nº 9.032/95.
I - Conforme reiterada jurisprudência desta Corte, em se tratando de benefício acidentário, a lei nova mais benéfica ao segurado tem aplicação imediata, alcançando os casos já concedidos ou pendentes de concessão. Precedentes.
II - Tendo a Lei 8.213/91 substituído o auxílio-suplementar acidentário pelo auxílio-acidente, inclusive aumentando o percentual incidente sobre o salário-de-contribuição, razoável a atribuição aos segurados os efeitos dessa transformação e de posteriores alterações legais, ainda que o benefício tenha sido concedido sob a vigência de lei anterior.
Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp-705.640, Ministro Felix Fischer, DJ de 11.4.05.)

"Previdenciário. Auxílio-suplementar. Auxílio-acidente. Lei mais benéfica. Acidente ocorrido sob a égide da legislação anterior. Incompetência absoluta da justiça estadual. Falta de prequestionamento.
.....
2. No sistema de direito positivo brasileiro, o princípio *tempus regit actum* se subordina ao do efeito imediato da lei nova, salvo quanto ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada (Constituição da República, artigo 5º, inciso XXXVI, e Lei de Introdução ao Código Civil, artigo 6º).
3. A lei nova, vedada a ofensa ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada, tem efeito imediato e geral, alcançando as relações jurídicas que lhes são anteriores, não, nos seus efeitos já realizados, mas, sim, nos efeitos que, por força da natureza continuada da própria relação, seguem se produzindo, a partir da sua vigência.
4. 'L'effet immédiat de la loi doit être considéré comme la règle ordinaire: la loi nouvelle s'applique, dès sa promulgation, à tous les effets qui résulteront dans l'avenir de rapports juridiques nés ou à naître' (*Les Conflits de Lois Dans Le Temps*, Paul Roubier, Paris, 1929).
5. Indissociável o benefício previdenciário das necessidades vitais básicas da pessoa humana, põe-se na luz da evidência a sua natureza
alimentar, a assegurar aos efeitos continuados da relação jurídica a regência da lei nova que lhes recolha a produção vinda no tempo de sua eficácia, em se cuidando de norma nova relativa à modificação de percentual dos graus de suficiência do benefício para o atendimento das necessidades vitais básicas do segurado e de sua família.
6. O direito subjetivo do segurado é o direito ao benefício, no valor irredutível que a lei lhe atribua e, não, ao valor do tempo do benefício, como é da natureza alimentar do benefício previdenciário.
7. Transformado o auxílio-suplementar em auxílio-acidente, a norma tem incidência imediata, atribuindo aos segurados os efeitos desta transformação, sem embargo do acidente ter ocorrido sob a égide da lei anterior.
8. Recurso parcialmente conhecido e, nesta extensão, improvido." (REsp-337.549, Ministro Hamilton Carvalhido, DJ de 19.12.02.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do Cód. de Pr. Civil, dou provimento ao recurso especial para fixar o percentual do benefício acidentário do autor em 50%, da edição da Lei nº 9.032/95 em diante, observada a prescrição qüinqüenal. Juros de mora de 1% ao mês a partir da citação e honorários de 10% sobre o montante da condenação, excluídas as prestações vincendas (Súmula 111).
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4330)

RECURSO ESPECIAL Nº 961.965 - PB (2007/0130507-6)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
RECORRENTE	: MARCELINO LÚCIO MAMEDES E OUTROS
ADVOGADO	: ALEXEI RAMOS DE AMORIM E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PBPREV - PARAÍBA PREVIDÊNCIA
ADVOGADO	: CLEANTO GOMES PEREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ESTADO DA PARAÍBA
ADVOGADO	: RODRIGO DE SÁ QUEIROGA E OUTRO(S)

DESPACHO

Cuida-se de recurso especial calcado na alínea "a" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça da Paraíba que denegou a ordem de mandado de segurança ali impetrado.
Da análise dos autos verifica-se que o Tribunal de origem (fls. 489/490) não admitiu o especial, tendo aludida decisão transitado em julgado conforme certidão de fl. 494.
Todavia, o recurso ordinário interposto pelas mesmas partes foi admitido (fls. 491/492).
Em razão do evidente equívoco, determino o envio dos presentes autos à Coordenadoria de Outros Recursos para serem reautuados.
Publique-se.
Brasília, 21 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4331)

RECURSO ESPECIAL Nº 961.974 - SP (2007/0139838-0)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
RECORRENTE	: ANTÔNIO LISBOA DOS SANTOS
ADVOGADO	: NILTON SOARES DE OLIVEIRA JUNIOR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: MARIA LÚCIA MARTINS BRANDÃO E OUTRO(S)

DECISÃO

O pedido de revisão de benefício acidentário foi julgado procedente. No Tribunal local, deu-se provimento à apelação do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nos termos desta ementa:

"Acidente do trabalho - Revisional de benefício acidentário concedido na vigência da Lei nº 6.367/76 - Majoração pretendida com fundamento na Lei 9.032/95, que deu nova redação ao artigo 86, da Lei 8.213/91 - Inadmissibilidade - Aplicação do princípio da irretroatividade da lei nova - Ação improcedente.
Recurso autárquico e reexame necessário providos."

Sobreveio, então, este recurso especial, fundado nas alíneas a e c, no qual se alega, em resumo, que o Tribunal de origem, ao não majorar o percentual do benefício acidentário para 50%, teria ofendido o art. 86 da Lei nº 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 9.032/95, e divergido da jurisprudência desta Corte sobre a matéria.
Tem razão o recorrente. Segundo o entendimento das Turmas que compõem a Terceira Seção, a lei que aumenta o percentual do benefício deve incidir desde logo, alcançando, inclusive, os que estão em manutenção, não havendo falar em aplicação retroativa, mas sim em incidência imediata.
Ora, a lei nova mais benéfica alcança não só os benefícios pendentes, mas todos os que já foram concedidos - ainda que na vigência de lei pretérita - e estão em manutenção. Não há efeito retroativo, o que há, na verdade, é a aplicação da norma de forma igualitária, pois o aumento do percentual só passa a valer a partir da entrada em vigor da nova lei.
Vejamos alguns precedentes que ilustram tal entendimento:

"Previdenciário. Comunicação de acidente de trabalho. CAT. Ônus do empregador. Auxílio-suplementar concedido na Lei 6.367/76. Transformação em auxílio-acidente. Retroatividade da Lei 8.213/91. Aplicação da lei mais benéfica.
.....
- A teor da uníssona jurisprudência desta Corte, em se tratando de benefício acidentário, a lei nova, mais benéfica ao segurado, tem aplicação imediata alcançando, inclusive, os casos já concedidos ou pendentes de concessão. Precedentes.
III- Como a Lei 8.213/91 substituiu o auxílio-suplementar acidentário pelo auxílio-acidente, inclusive aumentando o percentual incidente sobre o salário-de-contribuição, necessário se faz a extensão de seus efeitos aos segurados, ainda que o benefício tenha sido concedido sob a vigência da legislação pretérita. Precedentes.
IV- Agravo desprovido." (AgRg no Ag-468.840, Ministro Gilson Dipp, DJ de 10.2.03.)

"Previdenciário. Revisão de benefício acidentário. Auxílio-suplementar. Lei de regência. Aplicação imediata da lei mais benéfica. Lei 8.213/91 e Lei nº 9.032/95.
I - Conforme reiterada jurisprudência desta Corte, em se tratando de benefício acidentário, a lei nova mais benéfica ao segurado tem aplicação imediata, alcançando os casos já concedidos ou pendentes de concessão. Precedentes.
II - Tendo a Lei 8.213/91 substituído o auxílio-suplementar acidentário pelo auxílio-acidente, inclusive aumentando o percentual incidente sobre o salário-de-contribuição, razoável a atribuição aos segurados os efeitos dessa transformação e de posteriores alterações legais, ainda que o benefício tenha sido concedido sob a vigência de lei anterior.
Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp-705.640, Ministro Felix Fischer, DJ de 11.4.05.)

"Previdenciário. Auxílio-suplementar. Auxílio-acidente. Lei mais benéfica. Acidente ocorrido sob a égide da legislação anterior. Incompetência absoluta da justiça estadual. Falta de prequestionamento.
.....
2. No sistema de direito positivo brasileiro, o princípio *tempus regit actum* se subordina ao do efeito imediato da lei nova, salvo quanto ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada (Constituição da República, artigo 5º, inciso XXXVI, e Lei de Introdução ao Código Civil, artigo 6º).
3. A lei nova, vedada a ofensa ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada, tem efeito imediato e geral, alcançando as relações jurídicas que lhes são anteriores, não, nos seus efeitos já realizados, mas, sim, nos efeitos que, por força da natureza continuada da própria relação, seguem se produzindo, a partir da sua vigência.
4. 'L'effet immédiat de la loi doit être considéré comme la règle ordinaire: la loi nouvelle s'applique, dès sa promulgation, à tous les effets qui résulteront dans l'avenir de rapports juridiques nés ou à naître' (*Les Conflits de Lois Dans Le Temps*, Paul Roubier, Paris, 1929).
5. Indissociável o benefício previdenciário das necessidades vitais básicas da pessoa humana, põe-se na luz da evidência a sua natureza
alimentar, a assegurar aos efeitos continuados da relação jurídica a regência da lei nova que lhes recolha a produção vinda no tempo de sua eficácia, em se cuidando de norma nova relativa à modificação de percentual dos graus de suficiência do benefício para o atendimento das necessidades vitais básicas do segurado e de sua família.
6. O direito subjetivo do segurado é o direito ao benefício, no valor irredutível que a lei lhe atribua e, não, ao valor do tempo do benefício, como é da natureza alimentar do benefício previdenciário.
7. Transformado o auxílio-suplementar em auxílio-acidente, a norma tem incidência imediata, atribuindo aos segurados os efeitos desta transformação, sem embargo do acidente ter ocorrido sob a égide da lei anterior.
8. Recurso parcialmente conhecido e, nesta extensão, improvido." (REsp-337.549, Ministro Hamilton Carvalhido, DJ de 19.12.02.)

"Previdenciário. Agravo regimental. Recurso especial. Auxílio-suplementar infortúnio ocorrido na vigência da Lei 6.367/76. Transformação em auxílio-acidente.
O auxílio-suplementar foi substituído pelo auxílio-acidente, possibilitando o aumento de seu valor, mesmo que o beneficio tenha sido concedido na vigência da lei anterior;
Hipótese de aplicação da lei mais benéfica.
Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp-588.301, Ministro Paulo Medina, DJ de 22.3.04.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do Cód. de Pr. Civil, dou provimento ao recurso especial para restabelecer a sentença.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4332)

RECURSO ESPECIAL Nº 962.218 - SP (2007/0139904-9)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: NILSON PEREIRA
ADVOGADO	: ADONAI ANGELO ZANI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: RODRIGO DE CARVALHO

EMENTA

PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. MAJORAÇÃO DE BENEFÍCIO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DO DISPOSITIVO VIOLADO. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 284/STF. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por NILSON PEREIRA, com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que restou assim ementado (fl. 80):

"Não se admite a majoração do benefício recebido pelo obreiro para 50%, pela mera vigência de norma que altera o percentual de auxílio-acidente (Lei nº 9.032/95), quer porque os 40%, que hoje percebe, foram concedidos com base na lei vigente à época do acidente quer porque ocorreria desrespeito à regra constitucional, pois não haveria a correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração (art. 195, § 5º, CF)."

Nas razões do especial (fls. 88/90), alega o recorrente que o acórdão violou a Lei 8.213/91, alterada pelas Leis 9.521/97 e 9.032/95, uma vez que houve uma modificação do percentual do salário de benefício. Alega, contudo, que a autarquia recorrida não atendeu a modificação do percentual. Ao final, pugna pela reforma do acórdão recorrido.
Sem contra-razões (fl. 94) e admitido o recurso na origem (fls. 96/97), subiram os autos a esta Corte.

É o relatório.
Para a análise do cabimento dos recursos nas instâncias extraordinárias, exige-se o preenchimento de condições formais de admissibilidade que permitam ao julgador o exame da ocorrência de violação a lei federal, de acordo com o disposto na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal de 1988.
No caso dos autos, verifica-se que o recorrente não especificou os dispositivos legais que supostamente teriam sidos violados pelo acórdão recorrido e nem de que forma teria ocorrido as citadas ofensas infraconstitucionais.
Dessa forma, resta inviabilizada a admissão do recurso especial, aplicando-se, por analogia, a Súmula 284/STF, que assim dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".
A propósito, confiram-se os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. RURÍCOLA. APOSENTADORIA POR IDADE. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. FALTA DE PARTICULARIZAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL TIDO POR VIOLADO. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA DA DIVERGÊNCIA.
1. A falta de particularização do dispositivo de lei federal que se tem por violado consubstancia deficiência bastante, com sede própria nas razões recursais, a inviabilizar a abertura da instância especial, atraindo, como atrai, a incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.
(...)
3. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 863.064/SP, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ de 26/2/2007)

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL DISSÍDIO PRETORIANO NÃO DEMONSTRADO. APELO NOBRE DEFICIENTEMENTE FUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO ARTIGO DE LEI QUE SE CONSIDERA VIOLADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N.º 284 DO STF. PENSÃO POR MORTE. FILHA NÃO-INVÁLIDA. CESSAÇÃO DO BENEFÍCIO AOS 21 ANOS DE IDADE. PRORROGAÇÃO ATÉ OS 24 ANOS POR SER ESTUDANTE UNIVERSITÁRIA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Não há como ser conhecido o recurso pela alínea c do permissivo constitucional quando ausente a realização do cotejo analítico nos termos previstos no artigo 255 do RISTJ, com a transcrição de trechos dos acórdãos recorrido e paradigma, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.
2. Quanto à alínea a, não foi indicado qualquer dispositivo de lei federal que teria sido malferido ou cuja vigência tenha sido negada, atraindo a incidência da Súmula n.º 284 do STF, em face da ausência de delimitação da controvérsia.
(...)
4. Recurso não conhecido."(REsp 729.565/CE, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ de 1/2/2006)

Ante o exposto, com base no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **nego seguimento** ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4333)

RECURSO ESPECIAL Nº 962.433 - SP (2007/0138753-8)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
RECORRENTE	: MARIA ZEFERINA DE JESUS FIRMINO
ADVOGADO	: ALVARO BAPTISTA
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: LUCIANE DE LIMA VELLOSA SCHIAVETO

DECISÃO

O pedido de revisão de benefício acidentário foi julgado improcedente. No Tribunal local, negou-se provimento à apelação da autora nos termos desta ementa:

"Revisão de benefício - Auxílio-acidente - Elevação do percentual para 50% do salário-de-benefício, aplicação da Lei nº 9.032/95 - Incidência imediata da nova lei, em razão de ser ela mais benéfica.
A revisão pleiteada é inadmissível, em razão do princípio '*tempus regit actum*' - Irretroatividade da lei - Aplicação da norma Constitucional - Respeito à coisa julgada e ao ato jurídico perfeito. Recurso improvido."

Sobreveio, então, este recurso especial, fundado na alínea a, no qual se alega, em resumo, que o Tribunal de origem, ao não majorar o percentual do benefício acidentário para 50%, teria ofendido o art. 86 da Lei nº 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 9.032/95.
Tem razão a recorrente. Segundo o entendimento das Turmas que compõem a Terceira Seção, a lei que aumenta o percentual do benefício deve incidir desde logo, alcançando, inclusive, os que estão em manutenção, não havendo falar em aplicação retroativa, mas sim em incidência imediata.
Ora, a lei nova mais benéfica alcança não só os benefícios pendentes, mas todos os que já foram concedidos - ainda que na vigência de lei pretérita - e estão em manutenção. Não há efeito retroativo, o que há, na verdade, é a aplicação da norma de forma igualitária, pois o aumento do percentual só passa a valer a partir da entrada em vigor da nova lei.
Vejamos alguns precedentes que ilustram tal entendimento:

"Previdenciário. Comunicação de acidente de trabalho. CAT. Ônus do empregador. Auxílio-suplementar concedido na Lei 6.367/76. Transformação em auxílio-acidente. Retroatividade da Lei 8.213/91. Aplicação da lei mais benéfica.
.....
- A teor da uníssona jurisprudência desta Corte, em se tratando de benefício acidentário, a lei nova, mais benéfica ao segurado, tem aplicação imediata alcançando, inclusive, os casos já concedidos ou pendentes de concessão. Precedentes.
III- Como a Lei 8.213/91 substituiu o auxílio-suplementar acidentário pelo auxílio-acidente, inclusive aumentando o percentual incidente sobre o salário-de-contribuição, necessário se faz a extensão de seus efeitos aos segurados, ainda que o benefício tenha sido concedido sob a vigência da legislação pretérita. Precedentes.
IV- Agravo desprovido." (AgRg no Ag-468.840, Ministro Gilson Dipp, DJ de 10.2.03.)

"Previdenciário. Revisão de benefício acidentário. Auxílio-suplementar. Lei de regência. Aplicação imediata da lei mais benéfica. Lei 8.213/91 e Lei nº 9.032/95.
I - Conforme reiterada jurisprudência desta Corte, em se tratando de benefício acidentário, a lei nova mais benéfica ao segurado tem aplicação imediata, alcançando os casos já concedidos ou pendentes de concessão. Precedentes.
II - Tendo a Lei 8.213/91 substituído o auxílio-suplementar acidentário pelo auxílio-acidente, inclusive aumentando o percentual incidente sobre o salário-de-contribuição, razoável a atribuição aos segurados os efeitos dessa transformação e de posteriores alterações legais, ainda que o benefício tenha sido concedido sob a vigência de lei anterior.
Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp-705.640, Ministro Felix Fischer, DJ de 11.4.05.)

"Previdenciário. Auxílio-suplementar. Auxílio-acidente. Lei mais benéfica. Acidente ocorrido sob a égide da legislação anterior. Incompetência absoluta da justiça estadual. Falta de prequestionamento.
.....
2. No sistema de direito positivo brasileiro, o princípio *tempus regit actum* se subordina ao do efeito imediato da lei nova, salvo quanto ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada (Constituição da República, artigo 5º, inciso XXXVI, e Lei de Introdução ao Código Civil, artigo 6º).
3. A lei nova, vedada a ofensa ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada, tem efeito imediato e geral, alcançando as relações jurídicas que lhes são anteriores, não, nos seus efeitos já realizados, mas, sim, nos efeitos que, por força da natureza continuada da própria relação, seguem se produzindo, a partir da sua vigência.
4. 'L'effet immédiat de la loi doit être considéré comme la règle ordinaire: la loi nouvelle s'applique, dès sa promulgation, à tous les effets qui résulteront dans l'avenir de rapports juridiques nés ou à naître' (*Les Conflits de Lois Dans Le Temps*, Paul Roubier, Paris, 1929).
5. Indissociável o benefício previdenciário das necessidades vitais básicas da pessoa humana, põe-se na luz da evidência a sua natureza
alimentar, a assegurar aos efeitos continuados da relação jurídica a regência da lei nova que lhes recolha a produção vinda no tempo de sua eficácia, em se cuidando de norma nova relativa à modificação de percentual dos graus de suficiência do benefício para o atendimento das necessidades vitais básicas do segurado e de sua família.
6. O direito subjetivo do segurado é o direito ao benefício, no valor irredutível que a lei lhe atribua e, não, ao valor do tempo do benefício, como é da natureza alimentar do benefício previdenciário.
7. Transformado o auxílio-suplementar em auxílio-acidente, a norma tem incidência imediata, atribuindo aos segurados os efeitos desta transformação, sem embargo do acidente ter ocorrido sob a égide da lei anterior.
8. Recurso parcialmente conhecido e, nesta extensão, improvido." (REsp-337.549, Ministro Hamilton Carvalhido, DJ de 19.12.02.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do Cód. de Pr. Civil, dou provimento ao recurso especial para majorar o benefício acidentário da segurada para 50% do salário-de-benefício, incidindo esse percentual somente a partir da vigência da Lei nº 9.032/95, observada a prescrição qüinqüenal. Arbitro os honorários em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, excluídas as prestações vincendas, nos termos da Súmula 111. Fixo, da citação em diante, juros de mora de 1% ao mês.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4334)

RECURSO ESPECIAL Nº 963.251 - RS (2007/0146252-7)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: NILSON FRANCISCO MAZZOCHI
ADVOGADO	: LARISSA FIALHO MACIEL E OUTRO(S)

DECISÃO

Servidor público federal impetrou mandado de segurança buscando ser-lhe assegurada a averbação do tempo de serviço prestado em condições insalubres (médico). A sentença concedeu parcialmente a segurança, tendo sido confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região em acórdão assim ementado:

"Administrativo. Servidor público. Contagem do tempo de serviço. Ex-celetista. Atividade insalubre. Transposição para o regime estatutário. Lei 8.112/90.
. Se a legislação aplicável à época em que o servidor público estava vinculado ao regime celetista determinava o cômputo do tempo de serviço insalubre com a incidência do multiplicador 1.40 para os homens e 1.20 para as mulheres, o que reduzia o tempo de serviço necessário à aposentadoria, por ocasião da conversão para o Regime Jurídico Único da lei 8.112/90 não perdeu o tempo de serviço anterior, por já integrado ao patrimônio jurídico, não podendo ser suprimido ou reduzido, porque o serviço já foi prestado, as condições de insalubridade efetivamente existiram e nenhuma lei poderá alterá-las.
. Direito adquirido à averbação do tempo de serviço prestado em condições insalubres, como determinava a lei anterior, a despeito de lei superveniente.
. Prequestionamento quanto à legislação invocada estabelecido pelas razões de decidir.
. Apelação e remessa oficial improvidas."

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.
Irresignada, a União interpõe recurso especial por divergência jurisprudencial e violação dos arts. 165, 458, 535, I e II, do Cód. de Pr. Civil; 11, 190 e 195 da Consolidação das Leis do Trabalho; 1º, 2º e 4º do Decreto nº 63.230/68; 1.062 do Cód. Civil; 3º do Decreto-Lei nº 2.322/87; e 1º da Lei nº 9.494/97. Sustenta, em síntese, isto: (I) nulidade do acórdão; (II) necessidade de comprovação do tempo de serviço em condições insalubres; (III) e prescrição bienal.
Regularmente intimado, o autor apresentou contra-razões, instando pela manutenção do decidido.
O parecer do Ministério Público Federal foi pelo desprovimento do recurso.
A meu ver, o recurso não merece prosperar.
Relativamente ao art. 535, I e II, do Cód. de Pr. Civil, incide a Súmula 284/STF, porquanto a União não indicou em que pontos estariam a obscuridade, contradição e omissão nos acórdãos proferidos pelo Tribunal Regional.
Ademais, o Superior Tribunal consolidou o entendimento de que o servidor público ex-celetista tem direito à contagem do tempo laborado em condições insalubres ou perigosas nos termos da norma vigente à época da prestação do serviço, ou seja, com os devidos acréscimos previstos na legislação previdenciária. A propósito, vejam-se os julgados a seguir:

"Administrativo e Previdenciário. Servidor público. Legislação federal. Regime celetista. Conversão. Tempo de serviço especial. Possibilidade.
Este Superior Tribunal de Justiça tem entendimento consolidado no sentido de que o servidor público, ex-celetista**,** que exerceu atividade perigosa, insalubre ou penosa, assim considerada em lei vigente à época, tem direito adquirido à contagem de tempo de serviço com o devido acréscimo legal. Precedentes.
Recurso desprovido." (REsp-733.978, Ministro José Arnaldo, DJ de 17.10.05.)

"Recurso especial. Administrativo. Averbação de tempo de serviço prestado sob condições especiais. Regime celetista. Conversão do tempo de serviço para fins de aposentadoria no serviço público. Precedentes.
1. '1. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça firmou já entendimento no sentido de que o servidor público ex-celetista faz jus à contagem do tempo de serviço celetista prestado em condições perigosas, penosas e insalubres na forma da legislação vigente à época da prestação de serviço, ou seja, com o acréscimo previsto na legislação previdenciária de regência.
2. Precedentes das 5ª e 6ª Turmas.' (REsp nº 441.383/PB, da minha Relatoria, *in* DJ 19/12/2002)." (REsp-640.083, Ministro Hamilton Carvalhido, DJ de 25.10.04.)

No que diz respeito às questões referentes aos demais dispositivos de lei tidos por violados - 11, 190 e 195 da Consolidação das Leis do Trabalho; 1º, 2º e 4º do Decreto nº 63.230/68; 1.062 do Cód. Civil; 3º do Decreto-Lei nº 2.322/87; e 1º da Lei nº 9.494/97 -, não foram elas objeto de debate pelo colegiado, carecendo do necessário prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF e 211/STJ). É certo que, nos embargos de declaração, foi o Tribunal de origem instado a se pronunciar sobre a incidência de tais artigos, tendo persistido, todavia, na omissão. Diante disso, viável seria o acolhimento do especial pela contrariedade ao art. 535, II, do Cód. de Pr. Civil, mas, para tanto, não poderia a recorrente ter-se descuidado da demonstração pormenorizada dessa ofensa.
À vista do art. 557, caput, do Cód. de Pr. Civil, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4335)

RECURSO ESPECIAL Nº 963.631 - SC (2007/0144234-4)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
RECORRENTE	: ARLINDA DAS NEVES CALVET
ADVOGADO	: FABIO LOPES DE LIMA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: UNIÃO

DECISÃO

ADMINISTRATIVO. MILITAR. ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PENSÃO ESPECIAL. EX-COMBATENTE. MILITAR DA AERONÁUTICA. PARTICIPAÇÃO EM ZONA DE GUERRA. CUMULAÇÃO COM PROVENTOS DECORRENTES DE REFORMA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Não ocorre omissão quando o Tribunal de origem decide fundamentadamente todas as questões postas ao seu crivo.
2. O Superior Tribunal de Justiça, interpretando a legislação de regência, assentou a compreensão de que o militar da Aeronáutica que não tenha comprovado sua participação em operações bélicas nos termos do artigo 1º da Lei nº 5.315/1997 não faz jus à pensão de ex-combatente, mostrando-se insuficiente para a concessão do aludido benefício a circunstância de ter servido em Zona de Guerra.
3. O militar somente fará jus ao recebimento da pensão especial de ex-combatente caso haja sido licenciado do serviço ativo e tenha retornado à vida civil em caráter definitivo.
4. Recurso especial a que se nega seguimento.

Cuida-se de recurso especial, calcado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 4ª Região assim ementado:
"ADMINISTRATIVO. PENSÃO EX-COMBATENTE. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. CUMULAÇÃO COM PROVENTOS DE REFORMA MILITAR. NÃO COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DE EX-COMBATENTE . IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.
- Tendo em vista a disposição do art. 53, II, do ADCT, que estabelece que a pensão especial de ex-combatente poderá ser requerida a qualquer tempo, cumpre reconhecer a imprescritibilidade do fundo de direito
- Por outro lado, verifica-se que até o ajuizamento da ação não houve manifestação da parte autora perante a Administração a fim que lhe fosse deferido o benefício. Neste passo, não se mostra razoável deferir o benefício retroativamente a quem, até a propositura da ação, não havia demonstrado interesse na sua percepção. Logo, eventual deferimento da pensão, a ser analisado no mérito propriamente dito, é devido somente a partir do ajuizamento da ação.
- O art. 53 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias autoriza a cumulatividade entre a pensão especial e os benefícios previdenciários, dentre os quais se incluem as aposentadorias dos servidores públicos civis. Todavia, a referida cumulação não abrange os benefícios percebidos a título de reforma militar. Este é o caso dos autos, uma vez que a autora já percebe 'auxílio especial de ex-combatente .'
- Ainda que houvesse a renúncia a este benefício, cumpre observar que a condição de 'ex-combatente', nos termos do Lei nº 5.315/1967 (art. 1º), para fins de concessão da pensão especial , requer: a participação efetiva em operações bélicas na Segunda Guerra Mundial e a licença do serviço ativo, com o retorno à vida civil definitivamente.
- No caso, não restou comprovada a participação do instituidor da pensão em operações bélicas na Segunda Guerra. Não obstante a alteração do regime levada a efeito a partir da Constituição de 1988 (art. 53 do ADCT e Lei nº 8.059/1990), a participação efetiva em operações bélicas permanece regrada nos parágrafos seguintes do referido art. 1º da Lei nº 5.315/1967, ainda aplicável pelo fenômeno da recepção.
- O falecido marido da autora, na qualidade de membro da Aeronáutica, não possui documentação suficiente, referida no art. 1º, § 2º, 'b', I, da Lei nº 5.315/1967. Ademais, consoante dispõe o § 3º supratranscrito, a mera participação em 'zona de guerra' não autoriza o gozo da vantagem prevista na lei. Precedente.
- Apelação da autora desprovida. Apelação da União parcialmente provida para julgar improcedente o pedido. Prejudicada a remessa oficial." (fls. 289/290)

Opostos declaratórios, restaram rejeitados. (fl. 318)
Indica a recorrente, preliminarmente, violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, afirmando que o Tribunal de origem, mesmo instado em sede de embargos declaratórios, foi omisso ao não apreciar questões relevantes ao deslinde da controvérsia.
Quanto ao mérito, aponta, além de divergência jurisprudencial, contrariedade aos artigos 1º, I e II, da Lei nº 5.315/1967, 1º, 2º e 3º da Lei nº 8.050/1990 e 7º da Medida Provisória nº 2.215/2001, alegando fazer jus à pensão especial prevista no artigo 53 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, inclusive cumulativamente com o benefício decorrente da reforma de seu falecido esposo, servidor militar.
Aduz, por fim, que o pagamento da pensão deve ser feito de forma retroativa, sendo devidas as parcelas anteriores ao qüinqüênio que precedeu ao ajuizamento da ação, conforme previsto no enunciado nº 85 da Súmula desta Corte.
A irresignação não merece acolhimento.
De início, percebe-se claramente que a pretensão deduzida nos autos foi enfrentada e decidida, tendo o Tribunal de origem apreciado as questões postas ao seu crivo, apresentando-se devidamente fundamentado o julgado. Daí porque não é aceitável a alegação de violação do artigo 535 do CPC, não se demonstrando a existência dos pressupostos que autorizariam a oposição de embargos declaratórios, instrumento processual que não se destina ao exame de matérias já devidamente analisadas.
De outro lado, não há confundir entre decisão contrária ao interesse da parte e falta de prestação jurisdicional.
Confira-se:
"RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. LIQUIDAÇÃO. MODIFICAÇÃO DO CRITÉRIO DE CÁLCULO FIXADO PELA SENTENÇA LIQUIDANDA. VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA.
1. Não há falar em violação ao art. 535 do CPC, se o acórdão recorrido, longe de ser omisso, deu aos dispositivos de regência a interpretação que, sob sua ótica, melhor se coaduna com a espécie. O fato de não ser satisfatória ao recorrente não tem o condão de macular o julgado atacado, a ponto de determinar provimento jurisdicional desta Corte, no sentido de volverem os autos à instância de origem para que lá seja suprida a falta inexistente.
2. É incontroverso na doutrina e na jurisprudência o entendimento de que, em sede de liquidação de sentença, é cabível a retificação dos cálculos tão-somente quando constatada a ocorrência de erro material, referente à aritmética e não aos critérios do cálculo, que ficam acobertados pela autoridade da coisa julgada. O ***quantum debeatur*** *a ser apurado deve limitar-se ao comando inserto na sentença exeqüenda, sendo indevida a incidência de novos critérios, sob pena de ofensa à coisa julgada.*
3. Recurso especial conhecido."
(REsp nº 252.757/SP, Relator o Ministro ***FERNANDO GONÇALVES****, DJU de 24/2/2003)*

Quanto ao mérito, o Superior Tribunal de Justiça, interpretando a legislação de regência, assentou a compreensão de que o militar da Aeronáutica que não tenha comprovado sua participação em operações bélicas nos termos do artigo 1º da Lei nº 5.315/1997 não faz jus à pensão de ex-combatente, mostrando-se insuficiente para a concessão do aludido benefício a circunstância de ter servido em Zona de Guerra.
Nesse sentido, anotem-se:
A *- "ADMINISTRATIVO. PENSÃO ESPECIAL. SEGUNDA GUERRA MUNDIAL. AERONÁUTICA. CARACTERIZAÇÃO. EX-COMBATENTE. ART. 1º DA LEI Nº 5.315/1967. INEXISTÊNCIA.*
I - Nos termos do art. 1º da Lei nº 5.315/1967, considera-se ex-combatente da Aeronáutica aquele que participou de operações bélicas na Segunda Guerra Mundial ou seja possuidor do diploma da Medalha de Campanha da Itália ou, ainda, do diploma da Cruz de Aviação, para os tripulantes de aeronaves engajadas em missões de patrulha.
II - Conforme a ressalva do § 3º da referida lei, a simples comprovação do serviço militar em Zona de Guerra não autoriza a auferição das vantagens nela previstas.
III - Hipótese em que o autor apenas serviu em Zona de Guerra, sem ter participado de operações bélicas, a teor de certidão expedida pelo Ministério da Aeronáutica, e é possuidor da Medalha da Campanha do Atlântico Sul, título que não é apto para caracterizar a condição de ex-combatente.
IV - O dissenso pretoriano não restou configurado, uma vez que os vv. julgados trazidos como paradigmas cuidam de hipótese distinta, a saber, a caracterização de ex-combatente para os integrantes da Marinha e da Marinha Mercante, cujos requisitos são diversos daqueles previstos para a Aeronáutica.
Recurso parcialmente conhecido e, nessa parte, provido."
(REsp nº 623.902/RN, Relator o Ministro ***FELIX FISCHER****, DJU de 29/11/2004)*

B *- "ADMINISTRATIVO. AERONÁUTICA. EX-COMBATENTE. PENSÃO ESPECIAL. ART. 53, DO ADCT. LEI 5.315/1967. DEMONSTRAÇÃO. INEXISTÊNCIA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.*
I - Considera-se ex- combatente da Aeronáutica aquele que participou de operações bélicas na Segunda Guerra Mundial ou seja, possuidor do diploma da Medalha de Campanha da Itália ou, ainda, do diploma da Cruz de Aviação, para os tripulantes de aeronaves engajados em missões de patrulha. Neste contexto, para os integrantes da Aeronáutica, a certidão de serviço militar em participação em zona de guerra não autoriza a concessão da pensão especial.
II - Agravo interno desprovido."
(REsp nº 798.063/SC, Relator o Ministro ***GILSON DIPP****, DJU de 8/5/2006)*

C *- "RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. EX-COMBATENTE DA AERONÁUTICA. CARACTERIZAÇÃO. ART. 1º DA LEI 5.315/67. REQUISITOS. AUSÊNCIA.*
1. Nos termos do art. 1º da Lei 5.315/67, será considerado ex-combatente da Aeronáutica 'aquele que participou de operações bélicas na Segunda Guerra Mundial ou seja possuidor do diploma Medalha de Campanha na Itália ou, ainda, do diploma da Cruz da Aviação, para os tripulantes de aeronaves engajadas em missões de patrulha', requisitos esses não satisfeitos pelo falecido marido da autora.
2. Conforme disposição expressa do § 3º da referida norma, a prova de o militar da Força Aérea Brasileira ter servido em zona de guerra não autoriza o deferimento da pensão especial de ex-combatente.
3. Precedentes.
4. Recurso especial conhecido e improvido."
(REsp nº 901.200/SC, Relatora a Ministra ***MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA****, DJU de 14/8/2007)*

Ainda na linha de nossa jurisprudência, o militar somente fará jus ao recebimento da pensão especial de ex-combatente caso haja sido licenciado do serviço ativo e tenha retornado à vida civil em caráter definitivo.
A propósito, confiram-se:
A *- "RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. EX-COMBATENTE. 2ª GUERRA MUNDIAL. MILITAR NÃO LICENCIADO. DIREITO À PENSÃO ESPECIAL. LEI Nº 5.315/1967 E ARTIGO 53 DO ADCT/1988. IMPOSSIBILIDADE.*
1. O militar, que tenha participado das operações de guerra na Itália, somente faz jus à pensão especial de ex-combatente, se licenciado do serviço ativo e com isso tenha retornado definitivamente à vida civil (Lei n° 5.315/1967, artigo 1º, parte final).
2. Recurso improvido."
(REsp nº 590.106/PE, Relator o Ministro ***HAMILTON CARVALHIDO****, DJU de 14/11/2005)*

B *- "RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO ESPECIAL. EX-COMBATENTE. CUMULAÇÃO COM PROVENTOS DE MILITAR DA RESERVA REMUNERADA. IMPOSSIBILIDADE. LEI Nº 5.315/1967, ART. 1º.*
Esta Corte já consolidou o entendimento sobre a impossibilidade de o militar acumular a pensão de ex-combatente com proventos originários da sua inclusão na reserva remunerada, pois estaria incluído na exceção da disposição final do art. 1º da Lei nº 5.315/1967.
Precedentes.
Recurso desprovido."
(REsp nº 731.400/RJ, Relator o Ministro ***JOSÉ ARNALDO DA FONSECA****, DJU de 1/8/2005)*

C *- "ADMINISTRATIVO. MILITAR. EX-COMBATENTE. PENSÃO ESPECIAL (art. 53 do ADCT) CUMULADA COM OS PROVENTOS DA RESERVA. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 1º DA LEI Nº 5.315/1967.*
1. Nos termos do art. 1º da Lei nº 5.315/1967, para alçar a condição de ex-combatente, exige-se que o militar, além de ter participado efetivamente de operações bélicas na Segunda Guerra Mundial, tenha sido licenciado do serviço ativo e retornado à vida civil definitivamente.
2. ***In casu****, o impetrante, apesar de ter apresentado comprovante de participação em operações bélicas, ao término dos combates, continuou como integrante das Forças Armadas até sua passagem para a reserva remunerada, não ensejando, com isso, o direito à pensão especial.*
3. Recurso conhecido e provido."
(REsp nº 666.224/RJ, Relatora a Ministra ***LAURITA VAZ****, DJU de 26/9/2005)*

Ante o exposto, nego seguimento ao recurso especial, prejudicado o exame das demais questões argüidas.
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4336)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 964.225 - RN (2007/0145973-0)

RELATORA	:	**MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
EMBARGANTE	:	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	:	LÚCIA DE FÁTIMA DIAS FAGUNDES COCENTINO E OUTRO(S)
EMBARGADO	:	MARIA DAS GRAÇAS MOTA BORGES
ADVOGADO	:	LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PRETENSÃO DE REEXAME DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos declaratórios, interpostos pelo Estado do Rio Grande do Norte, contra decisão monocrática por mim proferida, que restou assim ementada:

"RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. IMPOSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO COM REAJUSTES ORIUNDOS DE LEGISLAÇÃO POSTERIOR À LEI 8.880/94. LIMITAÇÃO TEMPORAL. INAPLICABILIDADE DA ADIN 1797/PE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO EM PARTE."

Alega o embargante, em resumo, que a decisão não poderia ter provido o recurso especial pela alínea "a" do permissivo constitucional, porquanto os dispositivos legais apontados como violados não guardam relação com a matéria relativa à limitação temporal do reajuste. Cita, nesse passo, precedente do ilustre Ministro Felix Fischer.
É o relatório.
Passo a decidir.
Os embargos declaratórios não merecem êxito.
De acordo com o artigo 535 do Código de Processo Civil, os embargos declaratórios são cabíveis nas hipóteses de haver omissão, contradição ou obscuridade na decisão prolatada. Não pode tal meio de impugnação ser utilizado como forma de se insurgir quanto à matéria de fundo, quando esta foi devidamente debatida no acórdão embargado.
Da leitura do aresto embargado verifica-se que a decisão monocrática utilizou fundamentação suficiente para solucionar a controvérsia, pronunciando-se expressamente sobre a mencionada questão, sem incorrer em qualquer omissão, contradição ou obscuridade.
Dessa forma, pretende o embargante, inconformado com o entendimento sufragado pelo acórdão embargado, apenas rediscutir questões decididas quando do julgamento do recurso especial, o que é inviável em embargos declaratórios.
Nesse sentido, esta Corte já pacificou o entendimento pela rejeição dos embargos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas traduzem inconformismo com o teor da decisão embargada, pretendendo rediscutir matérias já decididas, sem demonstrar omissão, contradição ou obscuridade (art. 535 do CPC).
2. Não se prestam os embargos de declaração para rediscutir matéria já suficientemente decidida.
3. Embargos rejeitados." (EAERES 584.603-RJ, Rel. Min. LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJ 22.05.2006)

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. REEXAME NECESSÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.984-15/2000. OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. INOCORRÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Os embargos de declaração são cabíveis quando "houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;" ou "for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal." (artigo 535 do Código de Processo Civil).
2. Não é omissa a decisão fundamentada no sentido de que a violação do artigo 2º-B da Lei 9.494/97, com a nova redação dada pela Medida Provisória nº 1.984-12, de 10 de dezembro de 1999, é insuscetível de apreciação em sede de agravo regimental, por se tratar de questão estranha ao acórdão recorrido e ao recurso especial interposto.
3. A pretensão do embargante de ver a rediscussão do tema apresenta-se manifestamente incabível em sede de embargos declaratórios, cujos limites encontram-se previstos no artigo 535 do Código de Processo Civil.
4. (...)
5. Embargos de declaração rejeitados." (EDcl no AgRg no REsp 311.013/SP, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJ 28.06.2004)

Ante o exposto, rejeito os embargos declaratórios.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4337)

RECURSO ESPECIAL Nº 966.042 - PE (2007/0151724-9)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: PAULO ROBERTO DE LIMA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: AUDILEUZA JOSEFA DA SILVA
ADVOGADO	: ÂNGELA MARIA NUNES

EMENTA

PROCESSO CIVIL. MATÉRIAS NÃO VENTILADAS NO ACÓRDÃO. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 282/STF. APLICAÇÃO IMEDIATA DO ART. 75 DA LEI Nº 8.213/91. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS com fundamento na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que restou assim ementado (fls. 44/45):

"PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PENSÃO POR MORTE. MAJORAÇÃO DA COTA NOS TERMOS DO ART. 75 DA LEI 8.213/91, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 9.032/95. POSSIBILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
1. A majoração da cota parte da Pensão por Morte, nos moldes da nova redação do art. 75 da Lei 8.213/91, pela Lei 9.032/95, deverá ser aplicada a todos os benefícios em manutenção, independentemente da lei vigente à época em que foram concedidos.
2. Entendimento consentâneo com o princípio constitucional da isonomia, no sentido em que propicia um nivelamento das pensões decorrentes de situações jurídicas idênticas, embora concedidas em épocas distintas.
3. A aludida orientação não visa à aplicação retroativa do mandamento legal em tela, mas busca tão-somente dar cumprimento à legislação superveniente que determinou a revisão dos benefícios de determinada espécie.
4. Honorários advocatícios, em desfavor do INSS, fixados em R$ 2.000,00, na forma do art. 20, parág. 4º do CPC.
5. Apelação do INSS e Remessa Oficial parcialmente providas, apenas para fixar os honorários advocatícios em R$ 2.000,00."

Opostos embargos de declaração (fls. 48/55), foram eles rejeitados (fls. 64/65).
Alega a autarquia recorrente violação aos arts. 41, inciso VI, do Decreto 83.080/79, 144 e 145 da Lei nº 8.213/91. Sustenta, em síntese, que concessão do benefício de pensão por morte é ato jurídico perfeito, não podendo ser objeto de modificação legislativa posterior. Desta forma, pugna pelo provimento do recurso.
Não apresentadas as contra-razões (fl. 88) e admitido o recurso na origem (fls. 89/90), subiram os autos a esta Corte.
É o relatório.
Quanto à suposta ofensa aos arts. 41, inciso VI, do Dec. 83.080/79, 144 e 145 da Lei 8.213/91, o recurso não comporta trânsito. De fato, constata-se que as matérias relativas aos supracitados dispositivos legais não foram ventiladas na apelação e, muito menos, no acórdão combatido. Não obstante a interposição de embargos declaratórios para o suprimento de eventuais omissões, o Tribunal de origem não se pronunciou sobre tais matérias, uma vez que as inovações citadas pelo INSS surgiram apenas nos aclaratórios, o que impede o seu conhecimento. Aplica-se, por analogia, a Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal.
Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JULGAMENTO ULTRA PETITA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS NºS 282 E 356 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
1. Em sendo a questão relativa à ocorrência de julgamento ultra petita, deduzida nas razões do recurso especial, estranha ao acórdão do Tribunal a quo, ressente-se, conseqüentemente, do indispensável prequestionamento, cuja falta inviabiliza o conhecimento da insurgência especial, a teor dos enunciados nºs 282 e 356 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.
2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que, em sede de recurso especial, não é possível se conhecer de matéria não analisada nas instâncias ordinárias, mesmo em se tratando de matéria que possa ser tida como de ordem pública.
3. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 773.828/SE, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ de 5/2/2007)

Diante do exposto, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **nego seguimento** ao recurso especial.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4338)

RECURSO ESPECIAL Nº 966.211 - SP (2007/0151891-8)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ESTELA VILELA GONCALVES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: CIDALIA VIEIRA CIRIERO
ADVOGADO	: CLAUDIA ROGGERIO E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MAJORAÇÃO. APLICAÇÃO IMEDIATA DO ART. 75 DA LEI Nº 8.213/91. PRECEDENTES DESTA CORTE. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que restou assim ementado (fl 47):

"PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA DO DIREITO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. ELEVAÇÃO DO COEFICIENTE DE CÁLCULO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO. LEI 9.032/95. POSSIBILIDADE. JUROS DE MORA. VERBA HONORÁRIA.
I - A regra que institui ou modifica prazo decadencial não pode retroagir para prejudicar direitos assegurados anteriormente à sua vigência. (Art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil e Art. 5º, inciso XXXVI da Carta Magna).
II -Tratando-se de benefício previdenciário que tem caráter continuado, prescrevem apenas as quantias abrangidas pelo qüinqüênio anterior ao que antecede o ajuizamento da ação (Súmula 163 do TFR).
III - O coeficiente de cálculo previsto nas Leis 8.213/91 e 9.032/95 aplica-se a todos os benefícios de pensão, independentemente da sua data de início. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.
IV - Juros de mora mantidos nos termos do decisum.
V - Verba honorária reduzida para 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação apurado até data da sentença.
VI - Preliminar de decadência do direito rejeitada. Remessa oficial e recurso parcialmente providos."

Opostos embargos de declaração (fls. 98/99), foram eles rejeitados (fl. 108).
Nas razões do especial (fls. 111/114), alega a autarquia recorrente violação aos arts. 535 do Código de Processo Civil, 6º da LICC e 75 da Lei nº 8.213/91. Requer, em síntese, que o acórdão recorrido seja anulado, uma vez que não se pronunciou sobre a matéria tratada nos embargos declaratórios. Aduz, ainda, que a elevação do coeficiente de cálculo da pensão por morte representa agressão ao ato jurídico perfeito, pois a lei nova não poderá incidir seus efeitos sob o ato jurídico já praticado sob a égide da lei anterior. Ao final, pugna para que seja afastada a aplicação das Leis nº 8.213/91 e 9.032/95. Requer, portanto, o provimento do presente recurso.
Apresentadas contra-razões (fls. 132/137) e admitido o recurso na origem (fl. 157/158), subiram os autos a esta Corte.
É o relatório.
No tocante à alegada violação ao art. 535 do Código de Processo Civil, esta não merece acolhida, uma vez que o acórdão recorrido utilizou fundamentação suficiente para solucionar a controvérsia, sem incorrer em omissão, obscuridade ou contradição. Assim, não há confundir decisão contrária ao interesse da parte com a falta de pronunciamento do julgador.
Nesse sentido, extrai-se trecho do voto condutor do acórdão embargado (fls. 106):

"Note-se, contudo, que o entendimento do julgado naquela Corte não tem por finalidade afrontar o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e os princípios da legalidade e da irretroatividade da lei, mas o de prestigiar o princípio constitucional de isonomia, uma que inviabiliza a discriminação entre os benefícios previdenciários ao determinar a aplicação imediata da lei nova. Por outro lado, pontifica que as alterações ocorridas na legislação de custeio se destina a todos os segurados de maneira indistinta, face ao princípio da solidariedade contido no artigo 3º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, razão pela qual não há que se discriminar entre os beneficiários da pensão por morte, sob pena de malferir o princípio de isonomia."

Ademais, a negativa de prestação jurisdicional configura-se apenas quando o Tribunal *a quo* deixa de se manifestar sobre ponto que seria indubitavelmente necessário ao deslinde do litígio, o que não foi a hipótese dos autos.
Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INOCORRÊNCIA. QUESTÃO NÃO SUSCITADA. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO EX OFFICIO. PRETENSÃO DE REEXAME.
(...)
3. Os embargos declaratórios não se prestam ao reexame de matéria já decidida à luz dos fundamentos jurídicos invocados, tampouco para forçar o ingresso na instância extraordinária se não houver omissão, contradição ou obscuridade a serem supridas no acórdão, nem fica o juiz obrigado a responder a todas as alegações das partes, quando já encontrou motivo suficiente para fundar a decisão.
4. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 779.074/AM, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 13/3/2006)

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. AUSÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA DE MÉRITO. SUSPENSÃO DO PROCESSO. INDEFERIMENTO. GREVE DOS PROCURADORES FEDERAIS. ATOS NºS 52 E 98 DO PLENÁRIO DO STJ.
1. Inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o decisum no que pertine à suspensão dos prazos processuais em virtude do movimento grevista dos Procuradores Federais que foi mantido em vigor apenas até 26 de abril de 2004 (Ato nº 98, publicado no DJ de 26/04/2004), segundo o Ato nº 52 do Plenário do STJ , o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535 do CPC.
2. Embargos de declaração desprovidos." (EDcl no AgRg no Ag 570.374/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJ 13/12/2004)

Quanto à violação ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, tal matéria não pode ser apreciada diretamente, mas somente por via transversa, considerando o fato de que o referido dispositivo foi repetido na Constituição Federal de 1988, cuja proteção cabe ao Supremo Tribunal Federal. Assim sendo, o caso em tela nos remete à verificação da correta aplicação do art. 75 da Lei nº 8.213/91 e à possibilidade de majoração do benefício de pensão por morte em decorrência da edição da Lei nº 9.032/95.
A pensão por morte está encartada no rol dos benefícios de prestação continuada concedidos exclusivamente aos dependentes do segurado da Previdência Social, cuja finalidade é, na falta de seu mantenedor, garantir a sobrevivência desses.
Antes da edição da Lei de Planos e Benefícios, a matéria era regulada pelo Decreto nº 83.080/79 e, posteriormente, pelo Decreto nº 89.312/84, que, em seu art. 48, estabeleceu que a renda mensal inicial - RMI - da pensão seria de 50% (cinqüenta por cento) do salário-de-benefício a que fazia jus o de cujus, mais 10% (dez por cento) para cada dependente, observado o limite de cinco.
Com o advento da Lei nº 8.213, de 25 de julho de 1.991, seu art. 75 conferiu novos critérios para a obtenção da renda mensal. A RMI passou, então, a ser constituído de uma parcela, relativa à família, de 80% (oitenta por cento) do valor que o segurado recebia ou a que teria direito, se aposentado estivesse quando do óbito, mais tantas parcelas iguais a 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos fossem os seus dependentes, até o máximo de dois. Em caso de falecimento por acidente de trabalho, o valor era de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício ou do salário-de-contribuição vigente no dia do acidente, recaindo a escolha sob o que fosse mais vantajoso.
Editada a Lei nº 9.032, de 29 de abril de 1.995, nova redação foi conferida ao mencionado artigo, vejamos:

Art. 75. O valor mensal da pensão por morte, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no artigo 33 desta Lei.

As sucessivas alterações na renda mensal inicial ocasionaram um conflito intertemporal de normas, qual seja, a possibilidade de ser ou não aplicável a lei mais benéfica, majorando-se o percentual de pensões concedidas sob a égide das legislações anteriores a Lei nº 9.032/95.
A questão é resolvida à luz do que preceitua o art. 471, inciso I, do Código de Processo Civil. Tratando-se de uma relação jurídica continuativa, passível de adequação quando houver modificação no estado de fato ou de direito, é possível a aplicação da nova legislação. Para tanto, pouco importa se o que é exigido para a realização da hipótese normativa tenha origem sob a vigência de lei velha. Interessa, sim, que a questão se faça preencher por uma dada realidade fática-jurídica, coincidente na sua existência por inteiro, com o momento temporal que entra em vigor com a nova norma, justificando assim a sua imediata incidência.
Desta forma, tendo o segurado começado a perceber o benefício antes do advento da Lei nº 8.213/91 e estando recebendo-o até o presente momento, aplicável é a majoração elencada no art. 75 da Lei n. 8.213/91, na redação dada pela Lei nº 9.032/95, não há falar em retroação de lei mais benéfica, mas tão-somente na sua aplicação imediata, em respeito à manutenção da isonomia entre os benefícios.

A propósito, confiram-se os precedentes da Sexta Turma que tratam da matéria em comento:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENSÃO POR MORTE. PERCENTUAL. LEI MAIS BENÉFICA. INCIDÊNCIA. BENEFÍCIO EM MANUTENÇÃO. POSSIBILIDADE.
1. No sistema de direito positivo brasileiro, o princípio tempus regit actum se subordina ao do efeito imediato da lei nova, salvo quanto ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada (Constituição da República, artigo 5º, inciso XXXVI e Lei de Introdução ao Código Civil, artigo 6º).
2. A lei nova, vedada a ofensa ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada, tem efeito imediato e geral, alcançando as relações jurídicas que lhes são anteriores, não, nos seus efeitos já realizados, mas, sim, nos efeitos que, por força da natureza continuada da própria relação, seguem se produzindo, a partir da sua vigência.
3. "L'effet immédiat de la loi doit être considéré comme la règle ordinaire: la loi nouvelle s'applique, dès sa promulgation, à tous les effets qui résulteront dans l'avenir de rapports juridiques nés ou à naître" (Les Conflits de Lois Dans Le Temps, Paul Roubier, Paris, 1929).
4. Indissociável o benefício previdenciário das necessidades vitais básicas da pessoa humana, põe-se na luz da evidência a sua natureza alimentar, a assegurar aos efeitos continuados da relação jurídica a regência da lei nova que lhes recolha a produção vinda no tempo de sua eficácia, em se cuidando de norma nova relativa à modificação de percentual dos graus de suficiência do benefício para o atendimento das necessidades vitais básicas do segurado e de sua família.
5. O direito subjetivo do segurado é o direito ao benefício, no valor irredutível que a lei lhe atribua e, não, ao valor do tempo do benefício, como é da natureza alimentar do benefício previdenciário.
6. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 862.433/PB, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ de 25/6/2007)

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. LEI Nº 9.032/1995. APLICAÇÃO IMEDIATA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.
1. A decisão agravada deve ser mantida pelo que nela se contém, dado que proferida em sintonia com a jurisprudência da Terceira Seção de que a nova redação do art. 75 da Lei nº 8.213/91, conferida pela Lei nº 9.032/95, que elevou a pensão por morte previdenciária a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, tem incidência imediata, independentemente da lei vigente na data do fato gerador.
2. Agravo regimental a que se nega provimento."
(AgRg no Ag 694.277/RS, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ de 6/8/2007)

Diante do exposto, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **nego seguimento** ao recurso especial.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4339)

RECURSO ESPECIAL Nº 966.352 - SP (2007/0152012-4)

RELATORA	:	**MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	VANESSA BOVE CIRELLO E OUTRO(S)
RECORRIDO	:	MARTA PEREIRA GOMES
ADVOGADO	:	RODRIGO ANTÔNIO TORRES ARELLANO E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSO CIVIL. ART. 6º DA LICC. INCOMPETÊNCIA DESTA CORTE. APLICAÇÃO IMEDIATA DO ART. 75 DA LEI Nº 8.213/91. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS com fundamento na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que restou assim ementado (fl. 65):

"PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. ALTERAÇÃO DO PERCENTUAL. POSSIBILIDADE. APELAÇÃO DA PARTE AUTORA PROVIDA. SENTENÇA REFORMADA.
1. Não constitui ofensa ao princípio da irretroatividade da lei e ao ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 75 da Lei nº 8.213/91, com as alterações trazidas pelas Leis nº 9.032/95 e 9.528/97, porquanto as referidas alterações só terão início a partir da vigência de cada nova redação do dispositivo legal, sem alterar o direito em sua substância.
2. Apelação da parte autora provida.
3. Sentença reformada."

Opostos embargos de declaração (fls. 69/73), foram eles rejeitados (fl. 84/85).
Alega a autarquia recorrente violação aos arts. 6º, § 1º, da Lei de Introdução ao Código Civil e 75 da Lei 8.213/91. Sustenta, em síntese, que concessão do benefício de pensão por morte é ato jurídico perfeito, devendo ser observada a legislação vigente à época de sua concessão, não podendo ser atingido pela legislação posterior, mesmo que esta seja mais favorável. Ao final, pugna pelo conhecimento e provimento do recurso.
Apresentadas as contra-razões (fl. 111/118) e admitido o recurso na origem (fl. 132/133), subiram os autos a esta Corte.
É o relatório.
No tocante à violação ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil não pode ser apreciada diretamente, mas somente por via transversa, considerando o fato de que o referido dispositivo foi repetido na Constituição Federal de 1988, cuja proteção cabe ao Supremo Tribunal Federal. Assim sendo, no caso em tela, a análise da eficácia imediata da lei no tempo remete à verificação da correta aplicação do art. 75 da Lei nº 8.213/91 e à possibilidade de majoração do benefício de pensão por morte em decorrência da edição da Lei nº 9.032/95.
A pensão por morte está encartada no rol dos benefícios de prestação continuada concedidos exclusivamente aos dependentes do segurado da Previdência Social, cuja finalidade é, na falta de seu mantenedor, garantir a sobrevivência desses.
Antes da edição da Lei de Planos e Benefícios, a matéria era regulada pelo Decreto nº 83.080/79 e, posteriormente, pelo Decreto nº 89.312/84, que, em seu art. 48, estabeleceu que a renda mensal inicial - RMI - da pensão seria de 50% (cinqüenta por cento) do salário-de-benefício a que fazia jus o de cujus, mais 10% (dez por cento) para cada dependente, observado o limite de cinco.
Com o advento da Lei nº 8.213, de 25 de julho de 1.991, seu art. 75 conferiu novos critérios para a obtenção da renda mensal. A RMI passou, então, a ser constituído de uma parcela, relativa à família, de 80% (oitenta por cento) do valor que o segurado recebia ou a que teria direito, se aposentado estivesse quando do óbito, mais tantas parcelas iguais a 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos fossem os seus dependentes, até o máximo de dois. Em caso de falecimento por acidente de trabalho, o valor era de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício ou do salário-de-contribuição vigente no dia do acidente, recaindo a escolha sob o que fosse mais vantajoso.
Editada a Lei nº 9.032, de 29 de abril de 1.995, nova redação foi conferida ao mencionado artigo, vejamos:

Art. 75. O valor mensal da pensão por morte, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no artigo 33 desta Lei.

As sucessivas alterações na renda mensal inicial ocasionaram um conflito intertemporal de normas, qual seja, a possibilidade de ser ou não aplicável a lei mais benéfica, majorando-se o percentual de pensões concedidas sob a égide das legislações anteriores a Lei nº 9.032/95.
A questão é resolvida à luz do que preceitua o art. 471, inciso I, do Código de Processo Civil. Tratando-se de uma relação jurídica continuativa, passível de adequação quando houver modificação no estado de fato ou de direito, é possível a aplicação da nova legislação. Para tanto, pouco importa se o que é exigido para a realização da hipótese normativa tenha origem sob a vigência de lei velha. Interessa, sim, que a questão se faça preencher por uma dada realidade fática-jurídica, coincidente na sua existência por inteiro, com o momento temporal que entra em vigor com a nova norma, justificando assim a sua imediata incidência.
Desta forma, tendo o segurado começado a perceber o benefício antes do advento da Lei nº 8.213/91 e estando recebendo-o até o presente momento, aplicável é a majoração elencada no art. 75 da Lei n. 8.213/91, na redação dada pela Lei nº 9.032/95, não há falar em retroação de lei mais benéfica, mas tão-somente na sua aplicação imediata, em respeito à manutenção da isonomia entre os benefícios.
A propósito, confiram-se os precedentes da Sexta Turma que tratam da matéria em comento:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENSÃO POR MORTE. PERCENTUAL. LEI MAIS BENÉFICA. INCIDÊNCIA. BENEFÍCIO EM MANUTENÇÃO. POSSIBILIDADE.
1. No sistema de direito positivo brasileiro, o princípio tempus regit actum se subordina ao do efeito imediato da lei nova, salvo quanto ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada (Constituição da República, artigo 5º, inciso XXXVI e Lei de Introdução ao Código Civil, artigo 6º).
2. A lei nova, vedada a ofensa ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada, tem efeito imediato e geral, alcançando as relações jurídicas que lhes são anteriores, não, nos seus efeitos já realizados, mas, sim, nos efeitos que, por força da natureza continuada da própria relação, seguem se produzindo, a partir da sua vigência.
3. "L'effet immédiat de la loi doit être considéré comme la règle ordinaire: la loi nouvelle s'applique, dès sa promulgation, à tous les effets qui résulteront dans l'avenir de rapports juridiques nés ou à naître" (Les Conflits de Lois Dans Le Temps, Paul Roubier, Paris, 1929).
4. Indissociável o benefício previdenciário das necessidades vitais básicas da pessoa humana, põe-se na luz da evidência a sua natureza alimentar, a assegurar aos efeitos continuados da relação jurídica a regência da lei nova que lhes recolha a produção vinda no tempo de sua eficácia, em se cuidando de norma nova relativa à modificação de percentual dos graus de suficiência do benefício para o atendimento das necessidades vitais básicas do segurado e de sua família.
5. O direito subjetivo do segurado é o direito ao benefício, no valor irredutível que a lei lhe atribua e, não, ao valor do tempo do benefício, como é da natureza alimentar do benefício previdenciário.
6. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 862.433/PB, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ de 25/6/2007)

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. LEI Nº 9.032/1995. APLICAÇÃO IMEDIATA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.
1. A decisão agravada deve ser mantida pelo que nela se contém, dado que proferida em sintonia com a jurisprudência da Terceira Seção de que a nova redação do art. 75 da Lei nº 8.213/91, conferida pela Lei nº 9.032/95, que elevou a pensão por morte previdenciária a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, tem incidência imediata, independentemente da lei vigente na data do fato gerador.
2. Agravo regimental a que se nega provimento."
(AgRg no Ag 694.277/RS, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ de 6/8/2007)

"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI Nº 8.213/91. LEI 9.032/95. APLICAÇÃO IMEDIATA. LEI Nº 9.528/97. INOVAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.
O dispositivo legal que majora o percentual concernente às cotas de pensão por morte deve ser aplicado a todos os benefícios previdenciários, independentemente da norma vigente quando do seu fato gerador, não havendo falar em retroatividade da lei, mas em incidência imediata. Precedentes.
Em agravo regimental não se pode trazer questão não deduzida no recurso especial, uma vez que impossível inovar.
É defesa a este Superior Tribunal a análise de violação de dispositivos constitucionais, sequer para fins de prequestionamento, em respeito à sua função precípua, que é conferir interpretação uniforme à legislação federal, e a fim de evitar usurpação de competência da Suprema Corte.
Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no Ag 757.858/RS, Rel. Min. PAULO MEDINA, Sexta Turma, DJ de 12/3/2007)

Diante do exposto, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **nego seguimento** ao recurso especial.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4340)

RECURSO ESPECIAL Nº 966.610 - SP (2007/0151978-7)

RELATORA	:	**MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	KEILA NASCIMENTO E OUTRO(S)
RECORRIDO	:	AKEMY ISOBATA OHARA
ADVOGADO	:	NILTON SOARES DE OLIVEIRA JUNIOR

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MAJORAÇÃO. APLICAÇÃO IMEDIATA DO ART. 75 DA LEI Nº 8.213/91. PRECEDENTES DESTA CORTE. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS com fundamento na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que restou assim ementado (fl. 85):

"PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA DO DIREITO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. ELEVAÇÃO DO COEFICIENTE DE CÁLCULO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO. LEIS 8.213/91 E 9.032/95. POSSIBILIDADE. VERBA HONORÁRIA. JUROS DE MORA.
I - A regra que institui ou modifica prazo decadencial não pode retroagir para prejudicar direitos assegurados anteriormente à sua vigência. (Art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil e Art. 5º, inciso XXXVI da Carta Magna).
II -Tratando-se de benefício previdenciário que tem caráter continuado, prescrevem apenas as quantias abrangidas pelo qüinqüênio anterior ao que antecede o ajuizamento da ação (Súmula 163 do TFR).
III - O coeficiente de cálculo previsto nas Leis 8.213/91 e 9.032/95 aplica-se a todos os benefícios de pensão, independentemente da sua data de início. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.
(...)
VII - Preliminar de decadência do direito rejeitada. Remessa oficial e recurso do INSS parcialmente providos. Recurso da parte autora provido."

Opostos embargos de declaração (fls. 89/94), foram eles rejeitados (fl. 103).
Alega a autarquia recorrente violação ao art. 6º, § 1º, da Lei de Introdução ao Código Civil e 75 da Lei nº 8.213/91. Sustenta, em síntese, que a elevação do coeficiente de cálculo da pensão por morte representa agressão ao direito adquirido e ao ato jurídico perfeito, pois a lei nova não poderá alcançar fatos ocorridos em período anterior ao início de sua vigência, nem aos ocorridos após a sua revogação. Ao final, ressalta que "a lei não pode retroagir, a menos que haja previsão expressa nesse sentido", requer, portanto, que seja afastada a aplicação da Lei nº 9.032/95.
Não apresentadas as contra-razões (fl. 126) e admitido o recurso na origem (fl. 128/129), subiram os autos a esta Corte.

É o relatório.
Quanto à violação ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, tal matéria não pode ser apreciada diretamente, mas somente por via transversa, considerando o fato de que o referido dispositivo foi repetido na Constituição Federal de 1988, cuja proteção cabe ao Supremo Tribunal Federal. Assim sendo, o caso em tela nos remete à verificação da correta aplicação do art. 75 da Lei nº 8.213/91 e à possibilidade de majoração do benefício de pensão por morte em decorrência da edição da Lei nº 9.032/95.
A pensão por morte está encartada no rol dos benefícios de prestação continuada concedidos exclusivamente aos dependentes do segurado da Previdência Social, cuja finalidade é, na falta de seu mantenedor, garantir a sobrevivência desses.
Antes da edição da Lei de Planos e Benefícios, a matéria era regulada pelo Decreto nº 83.080/79 e, posteriormente, pelo Decreto nº 89.312/84, que, em seu art. 48, estabeleceu que a renda mensal inicial - RMI - da pensão seria de 50% (cinqüenta por cento) do salário-de-benefício a que fazia jus o de cujus, mais 10% (dez por cento) para cada dependente, observado o limite de cinco.
Com o advento da Lei nº 8.213, de 25 de julho de 1.991, seu art. 75 conferiu novos critérios para a obtenção da renda mensal. A RMI passou, então, a ser constituído de uma parcela, relativa à família, de 80% (oitenta por cento) do valor que o segurado recebia ou a que teria direito, se aposentado estivesse quando do óbito, mais tantas parcelas iguais a 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos fossem os seus dependentes, até o máximo de dois. Em caso de falecimento por acidente de trabalho, o valor era de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício ou do salário-de-contribuição vigente no dia do acidente, recaindo a escolha sob o que fosse mais vantajoso.
Editada a Lei nº 9.032, de 29 de abril de 1.995, nova redação foi conferida ao mencionado artigo, vejamos:

Art. 75. O valor mensal da pensão por morte, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no artigo 33 desta Lei.

As sucessivas alterações na renda mensal inicial ocasionaram um conflito intertemporal de normas, qual seja, a possibilidade de ser ou não aplicável a lei mais benéfica, majorando-se o percentual de pensões concedidas sob a égide das legislações anteriores a Lei nº 9.032/95.
A questão é resolvida à luz do que preceitua o art. 471, inciso I, do Código de Processo Civil. Tratando-se de uma relação jurídica continuativa, passível de adequação quando houver modificação no estado de fato ou de direito, é possível a aplicação da nova legislação. Para tanto, pouco importa se o que é exigido para a realização da hipótese normativa tenha origem sob a vigência de lei velha. Interessa, sim, que a questão se faça preencher por uma dada realidade fática-jurídica, coincidente na sua existência por inteiro, com o momento temporal que entra em vigor com a nova norma, justificando assim a sua imediata incidência.
Desta forma, tendo o segurado começado a perceber o benefício antes do advento da Lei nº 8.213/91 e estando recebendo-o até o presente momento, aplicável é a majoração elencada no art. 75 da Lei n. 8.213/91, na redação dada pela Lei nº 9.032/95, não há falar em retroação de lei mais benéfica, mas tão-somente na sua aplicação imediata, em respeito à manutenção da isonomia entre os benefícios.
A propósito, confiram-se os precedentes da Sexta Turma que tratam da matéria em comento:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENSÃO POR MORTE. PERCENTUAL. LEI MAIS BENÉFICA. INCIDÊNCIA. BENEFÍCIO EM MANUTENÇÃO. POSSIBILIDADE.
1. No sistema de direito positivo brasileiro, o princípio tempus regit actum se subordina ao do efeito imediato da lei nova, salvo quanto ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada (Constituição da República, artigo 5º, inciso XXXVI e Lei de Introdução ao Código Civil, artigo 6º).
2. A lei nova, vedada a ofensa ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada, tem efeito imediato e geral, alcançando as relações jurídicas que lhes são anteriores, não, nos seus efeitos já realizados, mas, sim, nos efeitos que, por força da natureza continuada da própria relação, seguem se produzindo, a partir da sua vigência.
3. "L'effet immédiat de la loi doit être considéré comme la règle ordinaire: la loi nouvelle s'applique, dès sa promulgation, à tous les effets qui résulteront dans l'avenir de rapports juridiques nés ou à naître" (Les Conflits de Lois Dans Le Temps, Paul Roubier, Paris, 1929).
4. Indissociável o benefício previdenciário das necessidades vitais básicas da pessoa humana, põe-se na luz da evidência a sua natureza alimentar, a assegurar aos efeitos continuados da relação jurídica a regência da lei nova que lhes recolha a produção vinda no tempo de sua eficácia, em se cuidando de norma nova relativa à modificação de percentual dos graus de suficiência do benefício para o atendimento das necessidades vitais básicas do segurado e de sua família.
5. O direito subjetivo do segurado é o direito ao benefício, no valor irredutível que a lei lhe atribua e, não, ao valor do tempo do benefício, como é da natureza alimentar do benefício previdenciário.
6. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 862.433/PB, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ de 25/6/2007)

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. LEI Nº 9.032/1995. APLICAÇÃO IMEDIATA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.
1. A decisão agravada deve ser mantida pelo que nela se contém, dado que proferida em sintonia com a jurisprudência da Terceira Seção de que a nova redação do art. 75 da Lei nº 8.213/91, conferida pela Lei nº 9.032/95, que elevou a pensão por morte previdenciária a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, tem incidência imediata, independentemente da lei vigente na data do fato gerador.
2. Agravo regimental a que se nega provimento."
(AgRg no Ag 694.277/RS, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ de 6/8/2007)

"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI Nº 8.213/91. LEI 9.032/95. APLICAÇÃO IMEDIATA. LEI Nº 9.528/97. INOVAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.
O dispositivo legal que majora o percentual concernente às cotas de pensão por morte deve ser aplicado a todos os benefícios previdenciários, independentemente da norma vigente quando do seu fato gerador, não havendo falar em retroatividade da lei, mas em incidência imediata. Precedentes.
Em agravo regimental não se pode trazer questão não deduzida no recurso especial, uma vez que impossível inovar.
É defesa a este Superior Tribunal a análise de violação de dispositivos constitucionais, sequer para fins de prequestionamento, em respeito à sua função precípua, que é conferir interpretação uniforme à legislação federal, e a fim de evitar usurpação de competência da Suprema Corte.
Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no Ag 757.858/RS, Rel. Min. PAULO MEDINA, Sexta Turma, DJ de 12/3/2007)

Diante do exposto, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **nego seguimento** ao recurso especial.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4341)

RECURSO ESPECIAL Nº 966.753 - SP (2007/0157587-7)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ELISANGELA PEREIRA DE CARVALHO LEITÃO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARLUCE TEDESCO CAPOANI
ADVOGADO	: DANIELA MAGLIO LOW E OUTRO(S)

EMENTA
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MAJORAÇÃO. APLICAÇÃO IMEDIATA DO ART. 75 DA LEI Nº 8.213/91. PRECEDENTES DESTA CORTE. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO
Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS com fundamento na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que restou assim ementado (fl. 116/117):

"PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. ALTERAÇÃO DO PERCENTUAL. POSSIBILIDADE. JUROS DE MORA. CORREÇÃO MONETÁRIA. REMESSA OFICIAL NÃO CONHECIDA. REJEITADA A MATÉRIA PRELIMINAR. APELAÇÃO DO INSS PARCIALMENTE CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.
1. Não se conhece de parte da apelação do INSS, em que requer seja submetida a sentença ao reexame necessário e seja reconhecida a prescrição qüinqüenal, por lhe faltar interesse recursal, considerando que a r. sentença assim já decidira.
2. Não estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição as sentenças em que o valor da condenação for inferior a 60 salários mínimos, nos termos do § 2º do art. 475 do CPC.
3. Em se tratando de prestações de trato sucessivo, a prescrição não atinge o "fundo do direito", prescrevendo apenas as parcelas vencidas antes do qüinqüênio anterior ao ajuizamento da ação. Preliminar rejeitada.
4. Não constitui ofensa ao princípio da irretroatividade da lei e ao ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 75 da Lei nº 8.213/91, com as alterações trazidas pelas Leis nº 9.032/95 e 9.528/97, porquanto as referidas alterações só terão início a partir da vigência de cada nova redação do dispositivo legal, sem alterar o direito em sua substância.
5. Os juros de mora incidirão à razão de 12% ao ano, na forma do art. 406 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, a partir da data da citação. O termo é até a data da inscrição de seu pagamento no orçamento do precatório, a teor do entendimento consolidado na decisão do Recurso Extraordinário nº 298.616, julgado em 31/10/2002, pelo Plenário do C. STF.
6. As diferenças devidas serão corrigidas pelos índices oficiais, presentes na legislação previdenciária, e consoante as Súmulas nº 08 deste Tribunal e 148 do C. STJ, além da Resolução nº 242/2001, do Conselho da Justiça Federal.
7. Remessa oficial não conhecida.
8. Matéria Preliminar rejeitada.
9. Apelação do INSS parcialmente conhecida e parcialmente provida.
10. Sentença reformada em parte."

Opostos embargos de declaração (fls. 121/125), foram eles rejeitados (fl. 139/140).
Alega a autarquia recorrente violação aos arts. 6º, § 1º, da Lei de Introdução ao Código Civil e 75 da Lei nº 8.213/91. Sustenta, em síntese, que a elevação do coeficiente de cálculo da pensão por morte representa agressão ao direito adquirido e ao ato jurídico perfeito. Ao final, ressalta que "a lei não pode retroagir, a menos que haja previsão expressa nesse sentido", requer, portanto, que seja afastada a aplicação da Lei nº 9.032/95, já que esta só pode ser aplicada para fatos ocorridos após a sua entrada em vigor, não podendo alcançar casos de benefícios pendentes de concessão.
Não apresentadas as contra-razões (fl. 165) e admitido o recurso na origem (fl. 167/168), subiram os autos a esta Corte.
É o relatório.
Quanto à violação ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, tal matéria não pode ser apreciada diretamente, mas somente por via transversa, considerando o fato de que o referido dispositivo foi repetido na Constituição Federal de 1988, cuja proteção cabe ao Supremo Tribunal Federal. Assim sendo, o caso em tela nos remete à verificação da correta aplicação do art. 75 da Lei nº 8.213/91 e à possibilidade de majoração do benefício de pensão por morte em decorrência da edição da Lei nº 9.032/95.
A pensão por morte está encartada no rol dos benefícios de prestação continuada concedidos exclusivamente aos dependentes do segurado da Previdência Social, cuja finalidade é, na falta de seu mantenedor, garantir a sobrevivência desses.
Antes da edição da Lei de Planos e Benefícios, a matéria era regulada pelo Decreto nº 83.080/79 e, posteriormente, pelo Decreto nº 89.312/84, que, em seu art. 48, estabeleceu que a renda mensal inicial - RMI - da pensão seria de 50% (cinqüenta por cento) do salário-de-benefício a que fazia jus o de cujus, mais 10% (dez por cento) para cada dependente, observado o limite de cinco.
Com o advento da Lei nº 8.213, de 25 de julho de 1.991, seu art. 75 conferiu novos critérios para a obtenção da renda mensal. A RMI passou, então, a ser constituído de uma parcela, relativa à família, de 80% (oitenta por cento) do valor que o segurado recebia ou a que teria direito, se aposentado estivesse quando do óbito, mais tantas parcelas iguais a 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos fossem os seus dependentes, até o máximo de dois. Em caso de falecimento por acidente de trabalho, o valor era de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício ou do salário-de-contribuição vigente no dia do acidente, recaindo a escolha sob o que fosse mais vantajoso.
Editada a Lei nº 9.032, de 29 de abril de 1.995, nova redação foi conferida ao mencionado artigo, vejamos:

Art. 75. O valor mensal da pensão por morte, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no artigo 33 desta Lei.

As sucessivas alterações na renda mensal inicial ocasionaram um conflito intertemporal de normas, qual seja, a possibilidade de ser ou não aplicável a lei mais benéfica, majorando-se o percentual de pensões concedidas sob a égide das legislações anteriores a Lei nº 9.032/95.
A questão é resolvida à luz do que preceitua o art. 471, inciso I, do Código de Processo Civil. Tratando-se de uma relação jurídica continuativa, passível de adequação quando houver modificação no estado de fato ou de direito, é possível a aplicação da nova legislação. Para tanto, pouco importa se o que é exigido para a realização da hipótese normativa tenha origem sob a vigência de lei velha. Interessa, sim, que a questão se faça preencher por uma dada realidade fática-jurídica, coincidente na sua existência por inteiro, com o momento temporal que entra em vigor com a nova norma, justificando assim a sua imediata incidência.
Desta forma, tendo o segurado começado a perceber o benefício antes do advento da Lei nº 8.213/91 e estando recebendo-o até o presente momento, aplicável é a majoração elencada no art. 75 da Lei n. 8.213/91, na redação dada pela Lei nº 9.032/95, não há falar em retroação de lei mais benéfica, mas tão-somente na sua aplicação imediata, em respeito à manutenção da isonomia entre os benefícios.
A propósito, confiram-se os precedentes da Sexta Turma que tratam da matéria em comento:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENSÃO POR MORTE. PERCENTUAL. LEI MAIS BENÉFICA. INCIDÊNCIA. BENEFÍCIO EM MANUTENÇÃO. POSSIBILIDADE.
1. No sistema de direito positivo brasileiro, o princípio tempus regit actum se subordina ao do efeito imediato da lei nova, salvo quanto ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada (Constituição da República, artigo 5º, inciso XXXVI e Lei de Introdução ao Código Civil, artigo 6º).
2. A lei nova, vedada a ofensa ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada, tem efeito imediato e geral, alcançando as relações jurídicas que lhes são anteriores, não, nos seus efeitos já realizados, mas, sim, nos efeitos que, por força da natureza continuada da própria relação, seguem se produzindo, a partir da sua vigência.
3. "L'effet immédiat de la loi doit être considéré comme la règle ordinaire: la loi nouvelle s'applique, dès sa promulgation, à tous les effets qui résulteront dans l'avenir de rapports juridiques nés ou à naître" (Les Conflits de Lois Dans Le Temps, Paul Roubier, Paris, 1929).

4. Indissociável o benefício previdenciário das necessidades vitais básicas da pessoa humana, põe-se na luz da evidência a sua natureza alimentar, a assegurar aos efeitos continuados da relação jurídica a regência da lei nova que lhes recolha a produção vinda no tempo de sua eficácia, em se cuidando de norma nova relativa à modificação de percentual dos graus de suficiência do benefício para o atendimento das necessidades vitais básicas do segurado e de sua família.
5. O direito subjetivo do segurado é o direito ao benefício, no valor irredutível que a lei lhe atribua e, não, ao valor do tempo do benefício, como é da natureza alimentar do benefício previdenciário.
6. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 862.433/PB, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ de 25/6/2007)

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. LEI Nº 9.032/1995. APLICAÇÃO IMEDIATA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.
1. A decisão agravada deve ser mantida pelo que nela se contém, dado que proferida em sintonia com a jurisprudência da Terceira Seção de que a nova redação do art. 75 da Lei nº 8.213/91, conferida pela Lei nº 9.032/95, que elevou a pensão por morte previdenciária a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, tem incidência imediata, independentemente da lei vigente na data do fato gerador.
2. Agravo regimental a que se nega provimento."
(AgRg no Ag 694.277/RS, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ de 6/8/2007)

Diante do exposto, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **nego seguimento** ao recurso especial.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4342)

RECURSO ESPECIAL Nº 966.958 - RS (2007/0158382-9)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
RECORRENTE	: FERNANDA CORREA DE ALMEIDA VIEIRA
ADVOGADO	: ULRICO THIESSEN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA HELENA TAVARES DA COSTA
INTERES.	: ABENER SEGER DA COSTA
ADVOGADO	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

RECURSO ESPECIAL. LOCAÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIRO. LEGITIMIDADE ATIVA. SÚMULA Nº 284/STF. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO INFIRMADO. SÚMULA Nº 283/STF. DIVERGÊNCIA NÃO COMPROVADA. SÚMULA Nº 13/STJ. INEXISTÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA ENTRE OS ARESTOS CONFRONTADOS.
1. Deficiente a fundamentação do apelo especial quando as razões recursais não indicarem, como seria de rigor, a violação de qualquer dispositivo de lei federal (Súmula nº 284/STF).
2. Assentando-se o acórdão recorrido em mais de um fundamento, suficiente, por si só, para manter a decisão, inviável o conhecimento do recurso se a parte deixar de infirmar um deles (Súmula nº 283/STF).
3. "A divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja recurso especial" (Súmula nº 13 do STJ).
4. Em tema de divergência jurisprudencial, mostra-se imprescindível para a caracterização do dissídio que os julgados confrontados tenham decidido as mesmas teses jurídicas com bases fáticas semelhantes.
5. Recurso especial a que se nega seguimento.

Cuida-se de recurso especial, calcado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul assim ementado:
"APELAÇÃO CÍVEL. LOCAÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA EM IMÓVEL RESIDENCIAL. ILEGITIMIDADE ATIVA PARA OPOR EMBARGOS DE TERCEIRO, VISANDO À DESCONSTITUIÇÃO DA PENHORA SOB ALEGAÇÃO DE IMPENHORABILIDADE DO IMÓVEL ONDE RESIDE, QUE PERTENCE AOS SEUS GENITORES, EXECUTADOS. CARÊNCIA DE AÇÃO RECONHECIDA. SENTENÇA CONFIRMADA. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME." (fl. 30)

Opostos declaratórios, restaram rejeitados. (fl. 46)
Aponta a recorrente divergência jurisprudencial com julgados do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e desta Corte, sustentando possuir legitimidade ativa para opor embargos de terceiro.
A irresignação não merece acolhimento.
Quanto à alínea "a", patente a deficiência na fundamentação do apelo especial, visto que as razões recursais não indicam, como seria de rigor, a violação de qualquer dispositivo de lei federal (enunciado nº 284/STF).
No mais, tem-se que a recorrente deixou de infirmar um dos fundamentos do acórdão recorrido, qual seja, o de que "quanto à alegação de ser o imóvel penhorado bem de família protegido pelos ditames da Lei nº 8.009/90, esbarra na exceção prevista no art. 3º, inciso VII, do mencionado diploma legal, conforme redação dada pela Lei nº 8.245/91".
Desta forma, o conhecimento da irresignação encontra óbice no enunciado nº 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, segundo o qual *"é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."*
A propósito, confiram-se:
"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INADMISSIBILIDADE. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA Nº 283/STF. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. ART. 255 DO RISTJ.
I - Impossibilidade de se conhecer do recurso pela alínea 'a', pois não foram impugnados todos os fundamentos do acórdão hostilizado, restando inatacado um deles, suficiente, por si só, para sustentar a decisão (Súmula nº 283/STF).
II - Para caracterização do dissídio, indispensável que se faça o cotejo analítico entre a decisão reprochada e os paradigmas invocados.
Recurso não conhecido."
*(REsp nº 504.296/RS, Relator o Ministro **FELIX FISCHER**, DJU de 12/8/2003)*

Ainda que superado esse óbice, de registrar que os paradigmas oriundos do mesmo Tribunal prolator do acórdão recorrido não se prestam para comprovação do dissídio, fazendo incidir na hipótese o enunciado nº 13 da Súmula desta Corte, **verbis:**
"A divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja recurso especial"

Por fim, a divergência jurisprudencial com o precedente do Superior Tribunal de Justiça não resta configurada, tendo em conta que para a caracterização do dissídio é indispensável que os julgados confrontados tenham sido proferidos em situações fáticas semelhantes, o que não ocorre na espécie, pois o paradigma não se refere à penhora de imóvel de fiador em contrato de locação.
Ante o exposto, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4343)

RECURSO ESPECIAL Nº 967.067 - SP (2007/0159124-8)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CARLOS GUSTAVO MOIMAZ MARQUES
RECORRIDO	: OTILIA PEREIRA DA SILVA ROMEIRO
ADVOGADO	: CARLOS ALBERTO FERNANDES E OUTRO(S)

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MAJORAÇÃO. APLICAÇÃO IMEDIATA DO ART. 75 DA LEI Nº 8.213/91. PRECEDENTES DESTA CORTE. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamentado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que restou assim ementado (fl. 77):

"CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. MAJORAÇÃO DO COEFICIENTE DE PENSÃO POR MORTE. APLICAÇÃO DO ARTIGO 75, DA LEI N. 8.213/91, EM SUA REDAÇÃO ORIGINAL E PELA REDAÇÃO DADA PELA LEI N. 9.032/95. INEXISTENTE VIOLAÇÃO A ATO JURÍDICO PERFEITO. APLICABILIDADE IMEDIATA DA LEI MAIS BENÉFICA. TERMO INICIAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. JUROS DE MORA. CORREÇÃO MONETÁRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUSTAS.
1 - A renda mensal inicial do benefício de pensão por morte é calculada nos moldes da legislação vigente à época da concessão, bem como devem ser atendidos todos os requisitos impostos (tempus regit actum). Porém, o benefício previdenciário é uma obrigação de trato continuado, que se aperfeiçoa a cada mês, e o seu valor, a ser pago ao beneficiário, deve estar de acordo com a legislação vigente à época do pagamento.
2 - Não se cogita de retroatividade da lei posterior, mas sim, incidência imediata da legislação atinente ao "quantum" devido mensalmente, em virtude de ser o benefício percebido continuadamente, não se consubstanciando em ofensa ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito ou à coisa julgada.
3 - In casu, o benefício da parte autora foi concedido em 14/07/1989 (CNIS), ou seja, sob a égide da legislação pretérita à Lei n. 8.213/91. Assim sendo, o coeficiente de cálculo de sua pensão deve ser majorado nos termos do que prevê o artigo 75 da Lei n.8.213/91, em sua redação original, e na redação dada pela Lei n. 9.032/95, a partir, respectivamente, de 25 de julho de 1991 e 29 de abril de 1995.
4 - Os valores em atraso são devidos, independentemente da existência de requerimento administrativo, desde de 25 de julho de 1991 (para o percentual previsto na redação original da Lei n. 8.213/91) e 29 de abril de 1995 (para o percentual previsto no art. 75 da Lei n. 8.213/91, com nova redação dada pela Lei n. 9.032/95)
5 - Deve ser reconhecida a prescrição das parcelas vencidas antes do qüinqüênio que antecedeu o ajuizamento da presente ação, em observância ao disposto no art. 103, parágrafo único, da Lei n. 8.213/91, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes.
6 - Os juros de mora devem ser a razão de 1% ao mês, contados da citação, nos termos do art. 406 do Código Civil, c/c o artigo 161 do CTN.
7 - Correção monetária a ser aplicada a partir de cada vencimento, utilizando-se os mesmos índices que corrigem os benefícios previdenciários, nos termos nos termos do art. 454, do Provimento n. 64, de 28 de abril de 2005, da Corregedoria-Geral do Tribunal Regional Federal da 3a Região.
8 - Os honorários advocatícios devem ser fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas vencidas até a prolação do acórdão, nos termos do verbete n. 111 da Súmula do STJ e artigo. 20, § 3º, do Código de Processo Civil.
9 - Indevidas as custas pelo INSS, em razão de isenção legal.
10 - Apelação da parte autora a que se dá parcial provimento. "

Opostos embargos de declaração (fls. 82/84), foram eles parcialmente providos (fls. 90). Opostos novos embargos de declaração (fls. 93/99) foram estes rejeitados (fl. 104).
Nas razões do especial (fls. 107/119), alega a autarquia recorrente ofensa ao art. 6º, § 1º, da Lei de Introdução ao Código Civil e 75 da Lei nº 8.213/91. Sustenta, em síntese, que concessão do benefício de pensão por morte é ato jurídico perfeito, devendo ser observada a legislação vigente à época de sua concessão, não podendo ser atingido pela legislação posterior, mesmo que esta seja mais favorável. Ao final, pugna pelo conhecimento e provimento do recurso .
Não apresentadas as contra-razões (fl. 135) e admitido o recurso na origem (fl. 137/138), subiram os autos a esta Corte.
É o relatório.
Quanto à violação ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, tal matéria não pode ser apreciada diretamente, mas somente por via transversa, considerando o fato de que o referido dispositivo foi repetido na Constituição Federal de 1988, cuja proteção cabe ao Supremo Tribunal Federal. Assim sendo, o caso em tela nos remete à verificação da correta aplicação do art. 75 da Lei nº 8.213/91 e à possibilidade de majoração do benefício de pensão por morte em decorrência da edição da Lei nº 9.032/95.
A pensão por morte está encartada no rol dos benefícios de prestação continuada concedidos exclusivamente aos dependentes do segurado da Previdência Social, cuja finalidade é, na falta de seu mantenedor, garantir a sobrevivência desses.
Antes da edição da Lei de Planos e Benefícios, a matéria era regulada pelo Decreto nº 83.080/79 e, posteriormente, pelo Decreto nº 89.312/84, que, em seu art. 48, estabeleceu que a renda mensal inicial - RMI - da pensão seria de 50% (cinqüenta por cento) do salário-de-benefício a que fazia jus o de cujus, mais 10% (dez por cento) para cada dependente, observado o limite de cinco.
Com o advento da Lei nº 8.213, de 25 de julho de 1.991, seu art. 75 conferiu novos critérios para a obtenção da renda mensal. A RMI passou, então, a ser constituído de uma parcela, relativa à família, de 80% (oitenta por cento) do valor que o segurado recebia ou a que teria direito, se aposentado estivesse quando do óbito, mais tantas parcelas iguais a 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos fossem os seus dependentes, até o máximo de dois. Em caso de falecimento por acidente de trabalho, o valor era de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício ou do salário-de-contribuição vigente no dia do acidente, recaindo a escolha sob o que fosse mais vantajoso.
Editada a Lei nº 9.032, de 29 de abril de 1.995, nova redação foi conferida ao mencionado artigo, vejamos:

Art. 75. O valor mensal da pensão por morte, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no artigo 33 desta Lei.

As sucessivas alterações na renda mensal inicial ocasionaram um conflito intertemporal de normas, qual seja, a possibilidade de ser ou não aplicável a lei mais benéfica, majorando-se o percentual de pensões concedidas sob a égide das legislações anteriores a Lei nº 9.032/95.
A questão é resolvida à luz do que preceitua o art. 471, inciso I, do Código de Processo Civil. Tratando-se de uma relação jurídica continuativa, passível de adequação quando houver modificação no estado de fato ou de direito, é possível a aplicação da nova legislação. Para tanto, pouco importa se o que é exigido para a realização da hipótese normativa tenha origem sob a vigência de lei velha. Interessa, sim, que a questão se faça preencher por uma dada realidade fática-jurídica, coincidente na sua existência por inteiro, com o momento temporal que entra em vigor com a nova norma, justificando assim a sua imediata incidência.
Desta forma, tendo o segurado começado a perceber o benefício antes do advento da Lei nº 8.213/91 e estando recebendo-o até o presente momento, aplicável é a majoração elencada no art. 75 da Lei n. 8.213/91, na redação dada pela Lei nº 9.032/95, não há falar em retroação de lei mais benéfica, mas tão-somente na sua aplicação imediata, em respeito à manutenção da isonomia entre os benefícios.
A propósito, confiram-se os precedentes da Sexta Turma que tratam da matéria em comento:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENSÃO POR MORTE. PERCENTUAL. LEI MAIS BENÉFICA. INCIDÊNCIA. BENEFÍCIO EM MANUTENÇÃO. POSSIBILIDADE.
1. No sistema de direito positivo brasileiro, o princípio tempus regit actum se subordina ao do efeito imediato da lei nova, salvo quanto ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada (Constituição da República, artigo 5º, inciso XXXVI e Lei de Introdução ao Código Civil, artigo 6º).
2. A lei nova, vedada a ofensa ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada, tem efeito imediato e geral, alcançando as relações jurídicas que lhes são anteriores, não, nos seus efeitos já realizados, mas, sim, nos efeitos que, por força da natureza continuada da própria relação, seguem se produzindo, a partir da sua vigência.

3. "L'effet immédiat de la loi doit être considéré comme la règle ordinaire: la loi nouvelle s'applique, dès sa promulgation, à tous les effets qui résulteront dans l'avenir de rapports juridiques nés ou à naître" (Les Conflits de Lois Dans Le Temps, Paul Roubier, Paris, 1929).
4. Indissociável o benefício previdenciário das necessidades vitais básicas da pessoa humana, põe-se na luz da evidência a sua natureza alimentar, a assegurar aos efeitos continuados da relação jurídica a regência da lei nova que lhes recolha a produção vinda no tempo de sua eficácia, em se cuidando de norma nova relativa à modificação de percentual dos graus de suficiência do benefício para o atendimento das necessidades vitais básicas do segurado e de sua família.
5. O direito subjetivo do segurado é o direito ao benefício, no valor irredutível que a lei lhe atribua e, não, ao valor do tempo do benefício, como é da natureza alimentar do benefício previdenciário.
6. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 862.433/PB, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ de 25/6/2007)

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. LEI Nº 9.032/1995. APLICAÇÃO IMEDIATA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.
1. A decisão agravada deve ser mantida pelo que nela se contém, dado que proferida em sintonia com a jurisprudência da Terceira Seção de que a nova redação do art. 75 da Lei nº 8.213/91, conferida pela Lei nº 9.032/95, que elevou a pensão por morte previdenciária a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, tem incidência imediata, independentemente da lei vigente na data do fato gerador.
2. Agravo regimental a que se nega provimento."
(AgRg no Ag 694.277/RS, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ de 6/8/2007)

Diante do exposto, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **nego seguimento** ao recurso especial.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4344)

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 967.900 - RS (2007/0156530-2)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
AGRAVANTE	: ILGA WORM HUNING
ADVOGADO	: JANICE K HERTER MARQUES
AGRAVADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ROSSANO BRAGA E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de agravo regimental interposto contra a decisão de fls. 291/292.
O agravo interno, contudo, não pode ser conhecido.
O exame dos autos mostra que a decisão agravada foi publicada no Diário da Justiça de 22/8/2007, iniciando a contagem do prazo recursal em 23/8/2007, cujo término se deu em 27/8/2007, sendo intempestivo o agravo regimental, este protocolizado em 28/8/2007 (fl. 294).
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4345)

RECURSO ESPECIAL Nº 969.723 - MA (2007/0169773-6)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR	: OSMAR CAVALCANTE OLIVEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: JOÃO CARLOS SOUZA E OUTROS
ADVOGADO	: LUIZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. LEI Nº 8.880/94. CONVERSÃO SALARIAL EM URV. DATA DO EFETIVO PAGAMENTO. PRECEDENTES. SEGUIMENTO NEGADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PODER EXECUTIVO. CONVERSÃO DE VENCIMENTO DE CRUZEIRO REAL PARA URV. PRESCRIÇÃO. REJEIÇÃO. DIFERENÇA SALARIAL. DATA DO EFETIVO PAGAMENTO VARIÁVEL. APURAÇÃO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. JUROS DE MORA. ART. 1º DA LEI 9.494/97 C/C 406 DO CC.
1. O STJ já consolidou o entendimento no sentido de que nas discussões de vantagens pecuniárias devidas de direito à diferença de vencimentos, tem-se uma relação de trato sucessivo, aplicando-se a Súmula nº 85 do STJ, que prevê a prescrição apenas em relação do período anterior a cinco anos da propositura da ação. Preliminar rejeitada.
2. No Estado do Maranhão os servidores públicos do executivo estadual foram pagos com respaldo em tabela móvel por ele expedida, cujas datas variam entre 23 a 30 de cada mês, daí a possibilidade de que tenha havido perda salarial decorrente da conversão de cruzeiro real para URV, o que deve ser apurado em liquidação de sentença, por arbitramento, observada a data do efetivo pagamento constante de tabela oficial.
3. A cobrança dos juros de mora deverá restringir-se ao teto de 6% (seis por cento) ao ano, a teor do que determina o art. 1º-F da Lei 9.494/97, até 11.01.2003, a partir dessa data computar-se-ão com base no art. 406 do CC.
4. Vencida a Fazenda Pública em ação condenatória, os honorários advocatícios não devem ser fixados em percentual inferior a 10%, eis que ofende o princípio constitucional da isonomia." (fls. 161/162)

O recorrente alega violação aos artigos 535 do Código de Processo Civil e 22 da Lei nº 8.880/94. Afirma que a data do efetivo pagamento é irrelevante para a conversão salarial que deve ser procedida de acordo com a URV do último dia de cada mês, e que não há resíduo a ser apurado e reposto.
É o relatório.
Inicialmente, verifica-se dos autos que não foram opostos embargos de declaração, não havendo, portanto, que se falar em ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil.
Em relação ao mérito, saliente-se que o Tribunal *a quo*, ao consignar que os recorridos teriam direito à conversão de seus vencimentos adotando a data do efetivo pagamento de acordo com o previsto na Lei nº 8.880/94, com a apuração em liquidação de sentença de eventual percentual devido, o fez em consonância com a jurisprudência desta Corte. Ilustrativamente, apresento os seguintes julgados:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. URV. CONVERSÃO. DATA DO EFETIVO PAGAMENTO. LEI N.º 8.880/94. PRETENSÃO DO EMBARGANTE QUE ENCONTRA RESPALDO NA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE.
(...)
2. Embargos declaratórios acolhidos, com efeitos infringentes, para dar provimento ao agravo regimental e, por conseguinte, dar provimento ao recurso especial do Embargante, a fim de, reformando o acórdão do Tribunal de origem, reconhecer o direito dos Embargados à conversão da URV na data de seu efetivo pagamento, nos termos da Lei n.º 8.880/94." (EDcl no AgRg no REsp 795.128/MA, Rel. Min. LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJ 06.08.2007)

"ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. DATA DO EFETIVO PAGAMENTO. PRECEDENTES. AGRAVO IMPROVIDO.
1. A data de conversão de Cruzeiro Real em URV, para os servidores públicos cujos vencimentos foram pagos antes do último dia do mês, é a do efetivo pagamento, conforme a Lei 8.880/94. Precedentes.
2. Hipótese em que os vencimentos dos servidores públicos estaduais, conforme decidido pelo Tribunal de origem, foram pagos em datas variáveis, entre os dias 24 e 28 de cada mês, razão por que correto o entendimento segundo o qual deve ser apurado em liquidação o percentual devido em decorrência da errônea conversão de vencimentos.
3. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 834.022/MA, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 28.05.2007)

Diante do exposto, com fundamento no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4346)

RECURSO ESPECIAL Nº 969.725 - MA (2007/0169784-9)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR	: OSMAR CAVALCANTE OLIVEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ANTONIA MARIA COSTA E ARRUDA E OUTROS
ADVOGADO	: PAULO ROBERTO ALMEIDA E OUTRO(S)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. LEI Nº 8.880/94. URV. CONVERSÃO DOS VENCIMENTOS. DATA DO EFETIVO PAGAMENTO. PRECEDENTES. SEGUIMENTO NEGADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CIVIL. SERVIDORES PÚBLICOS. CONVERSÃO DOS VENCIMENTOS DE CRUZEIRO REAL PARA URV. DEFASAGEM SALARIAL. REAJUSTE DA DIFERENÇA SALARIAL INDEVIDA PARA OS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO.
I - É indevida aos funcionários do Poder Executivo a reposição do índice de 11,98% previsto no art. 22, I da Lei nº 8.880/94, referente à conversão de cruzeiro real para URV, conforme já se manifestou o STJ e STF, uma vez que não recebem seus salários na data fixada pelo art. 168 da CF.
II - Apelo improvido." (fl. 165)

Opostos embargos declaratórios, foram eles acolhidos com efeitos infringentes para dar provimento à apelação e consignar que as recorridas têm direito "tão somente ao resíduo de 3,17% relativo à aplicação conjunta dos arts. 28 e 29, da Lei nº 8.880/97, uma vez que o parágrafo 5º do art. 29 da mencionada lei não afastou o referido índice. Tal resíduo corresponde à perda decorrente da conversão dos vencimentos de cruzeiro real em URV, em face da variação acumulada do IPC-r entre o mês da primeira emissão do real e o mês de dezembro de 1994" (fls. 187/188).
Determinou, ainda, que "é imprescindível a apuração do percentual, de acordo com as datas dos efetivos pagamentos das servidoras, a fim de que se apure o montante verdadeiramente devido pela Administração Pública Estadual" (fl. 188).
O acórdão que apreciou os aclaratórios restou assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. OBSCURIDADE E OMISSÃO. ACOLHIMENTO.
I - Constatado erro no julgado, baseado em entendimento de pretensão diversa daquela pugnada pela parte, acolhem-se os embargos, para corrigir o julgado.
II - Havendo omissão de exame de matéria deduzida no apelo, cumpre apreciá-la para que ela se integre ao julgado.
III - Embargos de declaração acolhidos com efeitos infringentes." (fl. 184)

Nas razões do recurso especial, o recorrente alega violação aos artigos 535, inciso II, do Código de Processo Civil, e 22 da Lei nº 8.880/94.
Informa que os servidores estaduais receberam seus vencimentos entre os dias 24 e 31 de cada mês, nos meses de novembro de 1993 a fevereiro de 1994, não devendo as datas dos pagamentos serem consideradas para efeito de conversão, e sim, o último dia do mês, como determinado pelo artigo 22 da Lei nº 8.880/94.
Aduz que as recorridas não têm direito à recomposição de resíduos uma vez que "a conversão dos vencimentos operou-se na forma do dispositivo legal aplicável à espécie, vale repetir, o artigo 21, inciso I, da Medida Provisória nº 434/94 e art. 22, I da Lei nº 8.880/94" (fl. 199).
É o relatório.
A insurgência não merece prosperar.
Inicialmente, não se vislumbra a alegada ofensa ao artigo 535, inciso II, do Código de Processo Civil, porquanto constata-se que o acórdão dos embargos declaratórios cumpriu seu ofício, sanando devidamente a omissão apontada nas razões dos embargos de declaração.
Ademais, esclareça-se que a Medida Provisória nº 434/94 que instituiu a Unidade Real de Valor - URV, de acordo com a qual os valores dos vencimentos das recorridas deveriam ser convertidos a partir de 1º de março de 1994, estabeleceu:

"Art. 21. Os valores das tabelas de vencimentos, soldos e salários e das tabelas de funções de confiança e gratificadas dos servidores civis e militares serão convertidos em URV em 1º de março de 1994:
I - dividindo-se o valor nominal, vigente em cada um dos quatro meses imediatamente anteriores à conversão, pelo valor em cruzeiros reais do equivalente em URV do último dia do mês de competência, de acordo com o Anexo I desta Medida Provisória;
II - extraindo-se a média aritmética dos valores resultantes do inciso anterior."

Embora a conversão se desse a partir de 1º de março de 1994, como previa o dispositivo acima transcrito, considerar-se-ia o valor nominal dos meses de novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994 para fins de reajuste dos vencimentos dos servidores, adotando-se, contudo, a data do efetivo pagamento, com a finalidade de que não houvessem prejuízos.
Todavia, a aludida Medida Provisória perdeu a sua eficácia por não ter sido convertida em lei no prazo constitucional, sendo sucedida pela Medida Provisória nº 457/94, que estabelecia:

"Art. 21. Os valores das tabelas de vencimentos, soldos e salários e das tabelas de funções de confiança e gratificadas dos servidores civis e militares e membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público da União são convertidos em URV em 1º de março de 1994:
I - dividindo-se o valor nominal, vigente nos meses de novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994, pelo valor em cruzeiros reais do equivalente em URV do último dia desses meses, respectivamente, independentemente da data do pagamento, de acordo com o Anexo I desta Medida Provisória;
II - extraindo-se a média aritmética dos valores resultantes do inciso anterior."

A conversão dos valores dos vencimentos e proventos nos termos do artigo 21, incisos I e II, da Medida Provisória nº 457/94, posteriormente reeditada e convertida na Lei nº 8.880/94, em razão da URV ser corrigida diariamente, provocou perda significativa do valor real da remuneração aos que não percebiam seus vencimentos no último dia do mês, mas sim entre os dias 24 e 28 de cada mês.
Diante disto, esta Corte tem entendido que, para os servidores cujos vencimentos eram pagos antes do último dia do mês, a data efetiva do pagamento deveria ter sido adotada para fins de conversão, e não o último dia do mês.

Nesse sentido, confiram-se os seguintes precedentes:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. URV. CONVERSÃO. DATA DO EFETIVO PAGAMENTO. LEI N.º 8.880/94. PRETENSÃO DO EMBARGANTE QUE ENCONTRA RESPALDO NA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE.
(...)
2. Embargos declaratórios acolhidos, com efeitos infringentes, para dar provimento ao agravo regimental e, por conseguinte, dar provimento ao recurso especial do Embargante, a fim de, reformando o acórdão do Tribunal de origem, reconhecer o direito dos Embargados à conversão da URV na data de seu efetivo pagamento, nos termos da Lei n.º 8.880/94." (EDcl no AgRg no REsp 795.128/MA, Rel. Min. LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJ 06.08.2007)

"ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. DATA DO EFETIVO PAGAMENTO. PRECEDENTES. AGRAVO IMPROVIDO.
1. A data de conversão de Cruzeiro Real em URV, para os servidores públicos cujos vencimentos foram pagos antes do último dia do mês, é a do efetivo pagamento, conforme a Lei 8.880/94. Precedentes.
2. Hipótese em que os vencimentos dos servidores públicos estaduais, conforme decidido pelo Tribunal de origem, foram pagos em datas variáveis, entre os dias 24 e 28 de cada mês, razão por que correto o entendimento segundo o qual deve ser apurado em liquidação o percentual devido em decorrência da errônea conversão de vencimentos.
3. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 834.022/MA, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 28.05.2007)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. LEI Nº 8.880/94. URV E DATA DA CONVERSÃO DOS SALÁRIOS DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS. 11,98%. 10,94%. JUROS MORATÓRIOS. 1% AO MÊS.
- Tenho o Tribunal de origem apenas reduzido o percentual para 10,94%, conferindo correta exegese ao artigo 22 da Lei 8.880/94, afasta-se a alegação de que teria se distanciado do entendimento firmado por esta Corte quanto a formação de conversão dos vencimentos e proventos dos servidores públicos em URV pela utilização de seu valor na data em que se efetuou o pagamento e não a do último dia de cada mês.
(...)
- Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 332.422/RS, Rel. Min. VICENTE LEAL, SEXTA TURMA, DJ 04.03.2002)

Diante do exposto, com fundamento no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 04 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4347)

RECURSO ESPECIAL Nº 969.855 - PE (2007/0171928-5)

RELATORA	:	**MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	JORGE ANDRADE DE MEDEIROS E OUTRO(S)
RECORRIDO	:	MARIA CANDIDO DE LIRA E OUTROS
ADVOGADO	:	MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA

EMENTA

PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. PORTARIA Nº 714/93. CORREÇÃO MONETÁRIA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. OCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que restou assim ementado (fls. 120/121):

"CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. PORTARIA 714/93-MPAS. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DO DIREITO MATERIAL. FALTA DE ATO ADMINISTRATIVO EXPLÍCITO DENEGATÓRIO DA PRETENSÃO. IMPOSSIBILIDADE DE FLUÊNCIA DO LAPSO PRESCRITIVO DURANTE O PAGAMENTO PARCELADO. ART. 4º DO DEC. 20.910/32. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO COINCIDENTE COM A QUITAÇÃO DA ÚLTIMA PARCELA. TEORIA DA *ACTIO NATA*. LIÇÃO DE CÂMARA LEAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. INCIDÊNCIA.
1. A Portaria 714-MPAS *importou em renúncia aos efeitos da prescrição*, pois em dez/93 já estava prescrito o direito de ação dos beneficiários, de modo que o dito ato ministerial lhes outorgou *direito novo*.
2. O termo inicial pra a contagem prescricional de 5 anos, por ter sido o pagamento da dívida feito de forma escalonada, coincidirá com a *data da quitação da sua última parcela* (ago/96), pois durante o parcelamento não corre a prescrição (art. 4º do Dec. 20.910/32); **proposta a ação em 17.11.99, não se esgotou o lapso prescricional**.
3. É devido o pagamento da diferença de meio para um salário mínimo referente ao pedido em que o INSS realizou o pagamento do benefício a menor (out/88 a abr/91), com a devida correção monetária, *inclusive com a incidência dos expurgos inflacionários*, a fim de que se preserve o poder aquisitivo do benefício.
4. O termo inicial da incidência da correção monetária é a partir de quando se tornou devida a prestação, ou seja, a partir do mês de out/88, quando foi promulgada a Constituição Federal atualmente em vigor.
5. Nos meses de jan/89, mar/90, abr/90, mai/90 e fev/91, deve-se fazer incidir o IPC, expurgado pelo governo, pois os débitos previdenciários, por sua natureza alimentar, exigem a preservação do valor real no momento do pagamento.
6. Descabida a pretensão de aplicação do demais indexadores da economia apurados pelo IBGE, tais como INPC, IRSM, FAS, URV, IPC-r, pois com o advento da Lei 8.213/91, os benefícios de valor mínimo são reajustados consoante o salários mínimo, não sofrendo os demais reajustes legais, sob pena de ocorrência de *bis in idem*.
7. Sobre o montante apurado devem ser aplicados juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação; honorários advocatícios compensados tanto por tanto, em face da sucumbência recíproca.
8. Apelação do particular parcialmente provida, para determinar a inclusão de parte dos índices inflacionários pleiteados."

Nas razões do especial (fls.124/131), alega a autarquia recorrente violação aos arts. 1º do Decreto nº 20.910/32 e 103 da Lei 8.213/91, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta, em síntese, que o pagamento da diferença de correção monetária, incidente sobre os valores pagos na via administrativa, em decorrência da edição da Portaria nº 714/93, estariam atingidos pela prescrição, razão pela qual a pretensão dos autores deveria ser julgada improcedente.
Sem contra-razões (fl. 141) e admitido o recurso na origem (fls. 142/143), subiram os autos a esta Corte.
É o relatório.
Passo a decidir.
Quanto a violação aos arts. 1º do Decreto nº 20.910/32 e 103 da Lei 8.213/91, bem como a existência de dissídio jurisprudencial no que se refere a ocorrência de prescrição para pleitear a correção monetária dos valores reconhecidos pela Portaria MPAS nº 714/93, assiste razão ao recorrente. Essa Corte Superior de Justiça tem entendimento consolidado, no sentido de que o prazo prescricional, em relação à correção monetária e expurgos inflacionários é de 5 (cinco) anos, e se inicia a partir da edição da Portaria nº 714/93, em de 10 de dezembro de 1993, pois é nesse momento que o prejudicado passa a ter o direito de reivindicar qualquer diferença.
A propósito, confiram-se os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO. PORTARIA MPAS 714/93. CORREÇÃO MONETÁRIA.
1. O **dies a quo** do prazo prescricional, relativo à diferença de correção monetária da complementação de que trata a Portaria 714/93, é o de sua publicação, 10 de dezembro de 1993, enquanto caracteriza a lesão de direitos dos segurados, diante do emprego de critério de atualização monetária diverso do previsto em lei, ao tempo do atraso.
2. Ajuizada a ação posteriormente a 10 de dezembro de 1998, **dies ad quem** do prazo prescricional, forçoso reconhecer a prescrição do direito de ação às diferenças de correção monetária.
3. Agravo regimental improvido. (AgRgREsp 326.713/PB, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ de 25/2/2002)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. PORTARIA 714. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA.
Com a edição da Portaria 714/MTPS, de 09.12.93, que reconheceu o direito ao pagamento das diferenças de meio para um salário mínimo do art. 201, §§5º e 6º, da CF/88, de forma atualizada monetariamente, surgiu o direito de o segurado reclamar, em Juízo, o não pagamento de qualquer parcela de correção monetária. A ação proposta, portanto, até 5 (cinco) anos após a referida portaria, isto é, 08.12.98, não está alcançada pela prescrição. Precedentes.
Agravo desprovido. (AgRgREsp 548.753/CE, Rel. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, Quinta Turma, DJ de 15/8/2006)

Tendo a ação ordinária sido ajuizada em 16 de novembro de 1999 (fl. 3), e sendo o *dies ad quem* do prazo prescricional 10 de dezembro de 1998, verifica-se que o recurso merece provimento, pois, como a ação foi proposta depois do derradeiro prazo, o exercício do direito dos segurados foi atingido pela prescrição.
Ante o exposto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, **dou provimento** ao recurso, para julgar improcedente o pedido formulado pelo autores.
Publique-se.
Intimem-se
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4348)

RECURSO ESPECIAL Nº 970.525 - RS (2007/0170897-4)

RELATORA	:	**MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	:	UNIÃO
RECORRIDO	:	PAULINA MARIA SCHONS WEINGASTNER E OUTROS
ADVOGADO	:	ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS E OUTRO(S)

DESPACHO

Despacho na petição nº 155577/2007: "Junte-se. Anote-se. Concedo a vista pelo prazo de 5 (cinco) dias." Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Relatora.
Brasília, 27 de agosto de 2007.

(4349)

RECURSO ESPECIAL Nº 971.550 - RS (2007/0175574-9)

RELATOR	:	**MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
RECORRENTE	:	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	:	MARISA KAMINSKI MARQUES PINTO E OUTRO(S)
RECORRIDO	:	DILMA DA SILVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	:	NELMI LUCAS GUTERRES
INTERES.	:	PAULO VESPÚCIO CARDIAS - ESPÓLIO
REPR. POR	:	ANDRÉIA CARDIAS - INVENTARIANTE E OUTROS
ADVOGADO	:	SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO. JUROS DE MORA. NATUREZA ALIMENTAR. ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97.
Proposta a ação após a vigência da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, que acrescentou o art. 1º-F ao texto da Lei nº 9.494/97, os juros de mora devem ser fixados no percentual de 6% ao ano. Precedentes da Corte.
Tendo em vista que o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 regula especificamente a incidência dos juros de mora nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias, aí incluídos benefícios previdenciários, deve ser afastada a aplicação do art. 406 do Novo Código Civil.
Recurso especial provido.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça Estadual que fixou os juros de mora em 1% ao mês, de acordo com o art. 406 do Código Civil de 2002.
Aduz o recorrente afronta aos arts. 1º -F da Lei nº 9.404/97, 406 do Código Civil c/c 161, § 1º do Código Tributário Nacional e 2º, § 1º, da Lei de Introdução ao Código Civil, bem como existência de dissídio jurisprudencial.
Contra-razões às fls. 150/151, em que pugna a recorrida pela manutenção do julgado.
Admitido o recurso na origem, ascenderam os autos a esta Corte.
É o relatório.
Esta Corte Superior firmou entendimento segundo o qual não há que se falar na incidência do art. 406 do Novo Código Civil - Lei n.º 10.406/2002 - em detrimento da norma insculpida no art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Medida Provisória n.º 2.180-35/2001, haja vista que esta, por ser norma especial - para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos - deve prevalecer sobre norma geral, conforme regra de hermenêutica preconizada na Lei de Introdução ao Código Civil.
Nesse sentido, q. v. *verbi gratia*: AgRg no REsp 762545/RS, Min. Gilson Dipp, DJ 10.10.2005; RESP 733578, Min. Felix Fischer, DJ 26.04.2005; AgRg no REsp 712662/RS, Min. Laurita Vaz, DJ 06.06.2005 e AgRg no Ag 680324/RS, Min. Hamilton Carvalhido, DJ 12.09.2005, este assim ementado:
AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUROS DE MORA. PERCENTUAL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180-35/2001.
1. Este Superior Tribunal de Justiça firmara o entendimento no sentido de que, nas diferenças decorrentes do pagamento de reajuste nos vencimentos de servidores públicos, deveriam incidir juros moratórios no percentual de 1% ao mês, em face da sua natureza eminentemente alimentar.
2. Vigente a Medida Provisória nº 2.180/35, que acrescentou o artigo 1º-F ao texto da Lei nº 9.494/97, a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que os juros de mora devem ser fixados no percentual de 6% ao ano nas hipóteses em que proposta a ação após a inovação legislativa, taxa incidente não somente nos pagamentos de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, mas também, e com igual razão, nos pagamentos das pensões delas decorrentes.
3. A norma jurídica contida no artigo 406 do Novo Código Civil, predominantemente de natureza dispositiva, é, por inteiro, estranha às hipóteses tais como a dos autos, de juros de mora devidos pela Fazenda Pública nas condenações ao pagamento de verbas remuneratórias aos servidores e empregados públicos, tendo incidência própria nas relações jurídicas disciplinadas pelo Código Civil e funções meramente subsidiária e supletiva, em razão das quais determina que se observe a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.
4. Agravo regimental improvido.
Assim, deve ser afastada a aplicação do art. 406 do Novo Código Civil, em razão da especialidade da regra do art. 1º-F da Lei n.º 9.494/97, que, especificamente, regula a incidência dos juros de mora nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias, aí incluídos benefícios previdenciários.
Ante o exposto, nos termos do § 1º-A do artigo 557 do CPC, DOU PROVIMENTO ao recurso especial, para que os juros moratórios sejam fixados em 0,5% ao mês.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 20 de setembro de 2007.

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

(4350)

RECURSO ESPECIAL Nº 971.566 - MA (2007/0177070-5)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR	: MARIA DE FÁTIMA LEONOR CAVALCANTE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: GERALDINA SILVA COSTA E OUTROS
ADVOGADO	: GUTEMBERG SOARES CARNEIRO E OUTRO(S)

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97. NÃO-OCORRÊNCIA. JUROS DE MORA FIXADOS EM 6% AO ANO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. SEGUIMENTO NEGADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão:

"PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO. CONVERSÃO DOS VENCIMENTOS DE CRUZEIRO REAL PARA URV. DIFERENÇA SALARIAL. DATA DO EFETIVO PAGAMENTO VARIÁVEL. APURAÇÃO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.
I - O STJ consolidou o entendimento no sentido de que nas discussões de vantagens pecuniárias derivadas de direito à diferença de vencimentos, tem-se uma relação de trato sucessivo, aplicando-se a Súmula nº 85 do STJ, que prevê a prescrição apenas em relação ao período anterior a cinco anos da propositura da ação. Preliminar rejeitada.

II - Constatado que os servidores do Executivo Estadual, a exemplo do que ocorre no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como no Órgão Ministerial, percebiam suas remunerações por volta do dia 20 de cada mês, conceder-lhes-á o direito da aplicação errônea de critério de conversão de cruzeiro real em URV.
III - Verificando-se que os pagamentos obedeciam à tabela móvel, é imprescindível a apuração do percentual de acordo com as datas dos efetivos pagamentos dos servidores, a fim de que se apure o montante verdadeiramente devido pela Administração Pública Estadual.
IV - Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas à servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano. (art. 1º-F, da Lei nº 9.494/97).
V - A Lei Estadual nº 5.994/94 não teve o objetivo de compensar de Cruzeiro Real em URV, mas apenas fixar as verbas remuneratórias dos servidores em URV, conforme o art. 1º do mencionado diploma legislativo. Indevida a compensação.
VI - Vencida a Fazenda Pública em ação condenatória, os honorários advocatícios não devem ser fixados em percentual inferior a 10%, eis que ofende o princípio constitucional da isonomia (CF, art. 5º, caput) por tratar litigantes iguais de forma desigual.
VII - Nos termos do disposto no inciso I do art. 10 da Lei nº 6.584/96 a Fazenda está isenta ao pagamento de custas.
VIII - Apelo provido." (fl. 195)

O recorrente alega violação do artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, pugnando pela fixação dos juros moratórios em 6% ao ano.
É o relatório.
Verifica-se que o acórdão recorrido arbitrou os juros de mora em 6% ao ano, carecendo o recorrente, portanto, de interesse de agir. Ilustrativamente, transcrevo o seguinte trecho do voto condutor do aresto ora impugnado:

"Quanto aos juros de mora, entendo que nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, os mesmos não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano, de acordo com o art. 1º F, da Lei nº 9.494/97.
Diante do exposto, voto pelo provimento do recurso, para julgar procedente o pleito condenatório das apelantes, cujo montante deverá ser apurado em liquidação de sentença, com base na data dos efetivos pagamentos das servidoras, devendo incidir os juros de mora no percentual de 6% (seis por cento) ao ano (...)" (fl. 201).

Diante do exposto, com fundamento no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4351)

RECURSO ESPECIAL Nº 971.834 - RS (2007/0172921-0)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: PEDRO LEONARDO PEREIRA DUBAL
ADVOGADO	: DELMAR DE AVILA LEAL
RECORRIDO	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: EVERTON RODRIGO BEN E OUTRO(S)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR ESTADUAL. LEI N.º 8.880/94. URV. CONVERSÃO. DATA DO EFETIVO PAGAMENTO. PRECEDENTES. COMPENSAÇÃO COM OUTROS REAJUSTES. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. SERVIDORES MILITARES. CONVERSÃO DOS VENCIMENTOS DE CRUZEIRO REAL EM URV. PERDA REMUNERATÓRIA QUE NÃO RESTOU DEMONSTRADA. COMPENSAÇÃO DAS PERDAS SALARIAIS DECORRENTES DA INFLAÇÃO DA ÉPOCA. LEIS Nº 10.130/94 E 10.172/94 QUE ATINGEM O PERÍODO DE MARÇO DE 1994 A JUNHO DE 1994. À UNANIMIDADE, DERAM PROVIMENTO À APELAÇÃO, PREJUDICADO O REEXAME NECESSÁRIO." (fl. 167)

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados.
O recorrente alega violação do artigo 22 da Lei nº 8.880/94.
Aduz que "recebeu seus proventos no dia 24 de fevereiro daqueles ano, tendo a folha de pagamento sido confeccionada em data anterior, qual seja, 19 daquele mês e ano (...). Dessa forma, com a referida manobra, não houve a conversão de Cruzeiro Real para Unidade de Valor na data correta, qual seja, 1º de março de 1994, havendo, portanto, a supressão de um percentual de 11,98%" (fl. 198).
Assevera que "conforme tese preponderante no Superior Tribunal de Justiça, não há como haver compensação das perdas oriundas da não aplicação da referida lei federal com a edição de leis estaduais posteriores" (fl. 194).
É o relatório.
Inicialmente, cumpre esclarecer que a Lei nº 8.880/94 é aplicada a todos os servidores públicos, sejam eles federais, estaduais, distritais ou municipais, por tratar-se de norma de ordem pública com aplicação geral e imediata.
Saliente-se que a Medida Provisória nº 434/94 que instituiu a Unidade Real de Valor - URV, de acordo com a qual os valores dos vencimentos dos servidores públicos deveriam ser convertidos a partir de 1º de março de 1994, assim estabeleceu:

"Art. 21. Os valores das tabelas de vencimentos, soldos e salários e das tabelas de funções de confiança e gratificadas dos servidores civis e militares serão convertidos em URV em 1º de março de 1994:
I - dividindo-se o valor nominal, vigente em cada um dos quatro meses imediatamente anteriores à conversão, pelo valor em cruzeiros reais do equivalente em URV do último dia do mês de competência, de acordo com o Anexo I desta Medida Provisória;
II - extraindo-se a média aritmética dos valores resultantes do inciso anterior."

Embora a conversão devesse ser procedida a partir de 1º de março de 1994, como previa o dispositivo acima transcrito, o valor nominal dos meses de novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994 deveria ser considerado para fins de reajuste dos vencimentos dos servidores, adotando-se, contudo, a data do efetivo pagamento, com a finalidade de que não houvessem prejuízos.
Todavia, a aludida Medida Provisória perdeu a sua eficácia por não ter sido convertida em lei no prazo constitucional, sendo sucedida pela Medida Provisória nº 457/94, que estabelecia:

"Art. 21. Os valores das tabelas de vencimentos, soldos e salários e das tabelas de funções de confiança e gratificadas dos servidores civis e militares e membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público da União são convertidos em URV em 1º de março de 1994:
I - dividindo-se o valor nominal, vigente nos meses de novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994, pelo valor em cruzeiros reais do equivalente em URV do último dia desses meses, respectivamente, independentemente da data do pagamento, de acordo com o Anexo I desta Medida Provisória;
II - extraindo-se a média aritmética dos valores resultantes do inciso anterior."

A conversão dos valores dos vencimentos e proventos nos termos do artigo 21, incisos I e II, da Medida Provisória nº 457/94, posteriormente reeditada e convertida na Lei nº 8.880/94, em razão da URV ser corrigida diariamente, provocou perda significativa do valor real da remuneração aos que não percebiam seus vencimentos no último dia do mês, mas sim entre os dias 24 e 28 de cada mês.
Diante disso, esta Corte tem entendido que, para os servidores cujos vencimentos eram pagos antes do último dia do mês, a data efetiva do pagamento deveria ter sido adotada para fins de conversão, e não o último dia do mês.
Nesse sentido, confiram-se os seguintes precedentes:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. URV. CONVERSÃO. DATA DO EFETIVO PAGAMENTO. LEI N.º 8.880/94. PRETENSÃO DO EMBARGANTE QUE ENCONTRA RESPALDO NA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE.
(...)
2. Embargos declaratórios acolhidos, com efeitos infringentes, para dar provimento ao agravo regimental e, por conseguinte, dar provimento ao recurso especial do Embargante, a fim de, reformando o acórdão do Tribunal de origem, reconhecer o direito dos Embargados à conversão da URV na data de seu efetivo pagamento, nos termos da Lei n.º 8.880/94." (EDcl no AgRg no REsp 795.128/MA, Rel. Min. LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJ 06.08.2007)

"ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. DATA DO EFETIVO PAGAMENTO. PRECEDENTES. AGRAVO IMPROVIDO.
1. A data de conversão de Cruzeiro Real em URV, para os servidores públicos cujos vencimentos foram pagos antes do último dia do mês, é a do efetivo pagamento, conforme a Lei 8.880/94. Precedentes.
2. Hipótese em que os vencimentos dos servidores públicos estaduais, conforme decidido pelo Tribunal de origem, foram pagos em datas variáveis, entre os dias 24 e 28 de cada mês, razão por que correto o entendimento segundo o qual deve ser apurado em liquidação o percentual devido em decorrência da errônea conversão de vencimentos.
3. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 834.022/MA, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 28.05.2007)

Ademais, este Superior Tribunal de Justiça também firmou o entendimento de que eventuais reajustes determinados por legislação superveniente à Lei nº 8.880/94 não têm o condão de corrigir equívocos procedidos quando da conversão dos vencimentos em URV, por serem parcelas com natureza distinta que, devido a essência do instituto da compensação, não podem ser compensadas.
A esse respeito, apresento os seguintes julgados:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV. LEI N.º 8.880/94. COMPENSAÇÃO COM REAJUSTES POSTERIORES. DESCABIMENTO. ORIENTAÇÃO CONSOLIDADA DESTA CORTE. SÚMULA N.º 168 DESTA CORTE. TEORIA DA TRANSCENDÊNCIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES. MATÉRIA DE ÍNDOLE CONSTITUCIONAL. EXAME NA VIA DO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE.
1. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça se consolidou no sentido de que é descabida a compensação de eventual concessão de reajuste por legislação superveniente com índice decorrente da conversão dos vencimentos em URV, nos termos da Lei n.º 8.880/94, na medida em que se referem a parcelas de naturezas jurídicas distintas. Incidência da Súmula n.º 168/STJ.
(...)
4. Agravo regimental desprovido." (AgRg nos EREsp 814.122/RN, Rel. Min. LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJ 06.08.2007)

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DE CRUZEIROS REAIS EM URVS. REDUÇÃO DE REMUNERAÇÃO. COMPENSAÇÃO COM OUTROS REAJUSTES. IMPOSSIBILIDADE. NATUREZA DISTINTA. RECURSO DESPROVIDO.
(...)
II - O Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência uniforme no sentido de que eventuais reajustes concedidos por meio de legislação superveniente, não possuem o condão de corrigir o equívoco da Administração quando da conversão dos vencimentos dos servidores em URV, por se tratar de parcelas de natureza jurídica distintas, que não podem ser compensadas. Precedentes.
III - Agravo interno desprovido." (AgRg no REsp 906.765/RS, Rel. Min. GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJ 11.06.2007)

Diante do exposto, com fundamento no artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso especial para reconhecer o direito do recorrente à conversão dos vencimentos em URV na data de seu efetivo pagamento, nos termos da Lei nº 8.880/94, observada a prescrição qüinqüenal, e juros de mora no percentual de 0,5% (meio por cento) ao mês a partir da citação válida.
Invertidos os ônus sucumbenciais.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 21 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4352)

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 971.843 - RS (2007/0173706-8)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
EMBARGANTE	: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
PROCURADOR	: ADMAR BARRETO NETO E OUTRO(S)
EMBARGADO	: SARITA GASPAR DA SILVA
ADVOGADO	: FELIPE MOREIRA BELTRÃO

DECISÃO

Embargos de declaração opostos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, contra decisão monocrática da minha lavra que, dando parcial provimento ao recurso especial, reformou o acórdão recorrido e fixou os juros moratórios e, 0,5% ao mês.
Alega a embargante, em suma, que o ***decisum*** embargado ocorreu em contradição/erro material eis que, ao analisar a única razão da insurgência especial, reconheceu que os juros moratórios deveriam ser fixados no percentual de 0,5% ao mês, contudo, deu parcial provimento ao recurso.
Tudo visto e examinado, decido.
Os embargos de declaração são cabíveis quando *"houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;"* ou *"for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal."* (artigo 535 do Código de Processo Civil).

A jurisprudência, ainda, tem admitido os embargos declaratórios para a correção de erro material, decorrente de equívoco evidente, assim entendido o erro datilográfico, aritmético, perceptível ***primus ictus oculi***, a teor do artigo 463, inciso I, do Código de Processo Civil.
In casu, está o embargante em que o ***decisum*** embargado ocorreu em contradição/erro material eis que, ao analisar a única razão da insurgência especial, reconheceu que os juros moratórios deveriam ser fixados no percentual de 0,5% ao mês, contudo, em sua parte dispositiva, apenas deu parcial provimento ao recurso.
Ao que se tem, trata-se de erro material, efetivamente existente, que está a agravar o ***decisum***, no que se refere ao parcial provimento, visto que, na fundamentação da decisão, restou reconhecida a fixação dos juros em 0,5% ao mês, único argumento trazido na razões insurgência especial.
Pelo exposto, acolho os presentes embargos de declaração, sem entretanto, atribuir-lhes efeitos infringentes, e corrijo o erro material existente no dispositivo para que conste *"Pelo exposto, com fundamento no artigo 544, parágrafo 3º, do Código de processo Civil,* ***dou provimento*** *ao recurso especial para, reformando o acórdão recorrido, fixar os juros moratórios em 0,5% ao mês."*
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 19 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido,* Relator

(4353)

RECURSO ESPECIAL Nº 975.542 - PB (2007/0192193-7)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: ALUISIO EPITÁCIO DA COSTA
ADVOGADO	: RICARDO MARQUES

DECISÃO

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE TRIBUTÁRIA - GDATA. EXTENSÃO AOS INATIVOS. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. JUROS DE MORA. PERCENTUAL. FAZENDA PÚBLICA. MP Nº 2.180/2001.
1. Se o acórdão recorrido decide a controvérsia sob o enfoque eminentemente constitucional, a matéria não pode ser examinada em recurso especial.
2. A Medida Provisória nº 2.180/2001, que modificou o artigo 2. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, determinando que os juros moratórios sejam calculados em 6% (seis por cento) ao ano nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores públicos, tem incidência nos processos iniciados após a sua edição.
3. Recurso parcialmente provido.

Cuida-se de recurso especial, calcado na alínea "a" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 5ª Região assim ementado:
"ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. GDATA. LEI Nº 10.404/2002. EXTENSÃO AOS INATIVOS. TRATAMENTO IGUALITÁRIO IMPOSITIVAMENTE PREVISTO NA CARTA MAGNA. RECURSO PROVIDO.
1. Ofende a garantia da isonomia constitucional aplicar-se o incremento funcional previsto na Lei nº 10.404/2002 (GDATA) somente aos servidores ativos, tendo em vista a previsão constitucional impositiva no sentido de estender aos inativos quaisquer vantagens outorgadas aos que se acham em atividade funcional.
2. A exegese das normas subconstitucionais deve, sempre, realizar o querer da Constituição, cumprindo-lhe evitar as posturas intelectivas que desprestigiam as diretrizes superiores.
3. Apelação provida, para assegurar o pagamento da GDATA aos inativos e pensionistas nas mesmas condições dos servidores da ativa." (fl. 97)

Aponta a recorrente violação dos artigos 5º, II, e 8º da Lei nº 10.404/2002, sustentando ser indevida a extensão da Gratificação de Desempenho de Atividade Tributária (GDATA) aos servidores inativos.
Alega, ainda, negativa de vigência ao artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, insurgindo-se contra a fixação dos juros moratórios à razão de 12% ao ano.
A irresignação merece parcial acolhimento.
No que se refere à Gratificação de Desempenho de Atividade Tributária (GDATA), colhe-se o seguinte trecho do voto condutor do aresto recorrido:
"Com a devida vênia, penso que as disposições da Lei nº 10.404/2002, alegadamente vedantes da extensão da GDATA ao pessoal inativo do serviço público, não merecem a acolhida que lhes atribuiu o eminente Juiz Federal, isso porque implantam claramente o tratamento anti-isonômico que a Carta Magna repudia, já que, como se sabe, uma das suas pilastras mais importantes, quiça mesmo a mais importante, é induvidosamente aquele princípio que assegura a todos o serem tratados de modo igualitário.
(...)
Ademais, não resta dúvidas que a Carta Magna quis conferir aos aposentados e pensionistas a isonomia plena com os servidores em atividade, vez que lhes garantiu a revisão dos proventos e pensões na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, estendendo-lhes quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.
Não se trata, aqui, de tornar a decisão judicial abrangente de categoria não contemplada na norma beneficiadora, pois o querer constitucional (norma suprema) já provê no sentido de ser imperativamente igualitário o tal benefício, isto é, ser ele aplicado a ativos e inativos; dessa forma, não se pode dizer que a decisão judicial esteja aumentando vencimentos de servidores públicos a pretexto da isonomia, porquanto essa igualdade é posta pela Constituição Federal
A declaração de inconstitucionalidade do parág. Único do art. 5º, da Lei nº 10.404/2002, é ato de sobremodo desnecessário, vez que a presente diretriz advém diretamente de preceito constitucional, o qual, como já dito, se reveste de imperatividade." (fls. 90/93)

Assim, tendo o Tribunal dirimido a controvérsia sob o enfoque eminentemente constitucional, não se mostra possível o exame da matéria em sede de recurso especial, instrumento processual que se destina a zelar pela correta e uniforme aplicação da legislação infraconstitucional.
Nesse sentido:
"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE TRIBUTÁRIA - GDAT. SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA À LUZ DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. VIA IMPRÓPRIA. PRECEDENTES. NATUREZA JURÍDICA DA GRATIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.
- O Tribunal de origem assentou sua compreensão a respeito do tema com base em fundamento de caráter exclusivamente constitucional, o que inviabiliza a impugnação por recurso especial, o qual se destina à validade e inteireza do direito federal infraconstitucional .
- Escapa às restritas competências deste Tribunal a atividade de definir a natureza jurídica de determinada gratificação, quando a discussão girar em torno da incidência do art. 40, § 8º, da CF, pois incumbe ao Supremo Tribunal Federal realizar tal cotejo ao se pronunciar acerca da possível extensão de vantagem aos servidores inativos.
- Agravo regimental improvido."
(AgRg no REsp nº 416.833/PR, Relator o Ministro ***HÉLIO QUAGLIA BARBOSA****, DJU 6/3/2006)*

Quanto aos juros de mora, esta Corte pacificou o entendimento de que a Medida Provisória nº 2.180/2001, que modificou o artigo 1º-F da Lei nº 9.494/1997, determinando que sejam calculados em 6% (seis por cento) ao ano nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores públicos, tem incidência nos processos iniciados após a sua edição.
A propósito:
"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. JUROS DE MORA. INÍCIO DO PROCESSO APÓS A VIGÊNCIA DA MP Nº 2.180-35/2001. INCIDÊNCIA.
1. Com a edição da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, a qual acrescentou o art. 1º-F à Lei nº 9.494/1997, nos casos em que sucumbente a Fazenda Pública, a fixação dos juros de mora é cabível no percentual de 6% ao ano, se proposta a ação após a vigência da referida MP.
2. Deve ser afastada a aplicação do art. 406 do novo Código Civil, em razão da especialidade da regra do art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, que, especificamente, regula a incidência dos juros de mora nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias, aí incluídos benefícios previdenciários.
3. Agravo regimental desprovido."
(AgRg no REsp nº 712.662/RS, Relatora a Ministra ***LAURITA VAZ****, DJU de 6/6/2005)*

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso especial, apenas para determinar que os juros de mora sejam calculados à razão de 6% (seis por cento) ao ano.
Publique-se.
Brasília (DF), 17 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4354)

RECURSO ESPECIAL Nº 976.095 - BA (2007/0196986-6)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ALICE AIKO FUJIOKA YAMADA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA LÚCIA FERREIRA LOPES
ADVOGADO	: FERNANDO DE CASTRO VASCONCELLOS

EMENTA

PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. ART. 21 DO DECRETO 89.312/84. MATÉRIA NÃO VENTILADA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MAJORAÇÃO. APLICAÇÃO IMEDIATA DO ART. 75 DA LEI Nº 8.213/91. PRECEDENTES DESTA CORTE. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamentado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que restou assim ementado (fl. 84):
"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PENSÃO POR MORTE. REVISÃO. 100% DO VALOR DO SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO. ART. 75 DA LEI N. 8.213/91, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI N. 9.032/95. APLICAÇÃO IMEDIATA INDEPENDENTE DA DATA DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ENTENDIMENTO PACIFICADO NO ÂMBITO DO STJ. PEDIDO PROCEDENTE. REVISÃO DOS 24 SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO, ANTERIORES AOS 12 ÚLTIMOS PELA ORTN/OTN - PEDIDO PROCEDENTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. JUROS MORATÓRIOS.
1. A lei nova mais benéfica deve ser aplicada imediatamente e revisados os valores das pensões por morte, a partir da edição da Lei n. 9.032/95, para o equivalente a 100% (cem por cento) da aposentadoria que o instituidor percebia ou a que faria jus se estivesse aposentado por invalidez à data do óbito.
2. Entendimento firmado no âmbito do STJ no julgamento dos Embargos de Divergência n. 311302/AL, Relator Ministro Vicente Leal, DJ de 16/09/2002, p. 00137.
3. "A matéria respeitante à aplicação ou interpretação de legislação infraconstitucional cabe, em última instância, ao Superior Tribunal de Justiça, que assentou, por ambas as Turmas especializadas em Direito Público (as 5ª e 6ª), que é devida a atualização dos salários-de-contribuição, relativos a benefícios previdenciários concedidos antes da Lei n. 8.213/91, pela variação nominal da ORTN/OTN, na forma da Lei n. 6.423/77" (EAC N. 1997.01.5181-1/DF, Rel. Juiz Luciano Tolentino Amaral, 1ª Seção do TRF-1ª Região, por maioria).
4. Honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação, até a data da prolação da sentença. Juros moratórios de 1% ao mês, a partir da citação.
5. Apelação e remessa oficial, tida por interposta, às quais se nega provimento."

Opostos embargos de declaração (fls. 87/93), foram eles rejeitados (fls. 98).
Nas razões do especial (fls. 102/122), alega a autarquia recorrente ofensa aos arts. 535, incisos I e II; 6º, § 1º, da Lei de Introdução ao Código Civil; 21, inciso I, do Decreto 89.312/84 e 75 da Lei nº 8.213/91. Sustenta, em síntese, que concessão do benefício de pensão por morte é ato jurídico perfeito, devendo ser observada a legislação vigente à época de sua concessão, não podendo ser atingido pela legislação posterior, mesmo que esta seja mais favorável. Ao final, pugna pelo conhecimento e provimento do recurso
Não apresentadas as contra-razões (fl. 158v.) e admitido o recurso na origem (fl. 160/162), subiram os autos a esta Corte.
É o relatório.
Quanto à alegada violação ao art. 535, incisos I e II, do Código de Processo Civil, esta não merece acolhida, uma vez que o acórdão recorrido utilizou fundamentação suficiente para solucionar a controvérsia, sem incorrer em omissão, obscuridade ou contradição. Assim, não há confundir decisão contrária ao interesse da parte com a falta de pronunciamento do julgador.
A propósito, o Tribunal de origem reconheceu a inovação nos embargos, conforme restou registrado no voto condutor do acórdão dos aclaratórios (fls. 96):

"Somente nas hipóteses de omissão, contradição ou obscuridade, a teor do disposto no art. 535 do CPC, é que se pode cogitar do cabimento do presente recurso.
Ora, não há qualquer omissão a ser sanada no acórdão em exame. O que pretende o embargante é valer-se desta via processual com o evidente caráter infringente, incompatível com a natureza jurídica dos embargos de declaração.
Ressalto, por oportuno, "que não está o juiz obrigado a examinar, um a um, os pretensos fundamentos das partes, nem todas as alegações que produzem: o importante é que indique o fundamento suficiente de sua conclusão, que lhe apoiou a convicção no decidir. De outra forma, tornar-se-ia o juízo o exercício fatigante e estéril de alegações e contra-alegações, mesmo inanes: 'flatus voci' inconseqüente, para suplício de todos; e não prevalência de razões, isto é, capazes de convencimento e conduzindo à decisão." (RE n 97.558-6/GO, Rel. Min. Oscar Correa)."

Ademais, a negativa de prestação jurisdicional configura-se apenas quando o Tribunal *a quo* deixa de se manifestar sobre ponto que seria indubitavelmente necessário ao deslinde do litígio, o que não foi a hipótese dos autos.
Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INOCORRÊNCIA. QUESTÃO NÃO SUSCITADA. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO EX OFFICIO. PRETENSÃO DE REEXAME.
1. Em se cuidando de questão suscitada somente quando da oposição dos embargos de declaração, não há falar em violação do artigo 535, inciso II, do Código de Processo Civil, máxime porque não está o Tribunal a quo obrigado a se pronunciar sobre questão não apreciável de ofício.
2. "Inexiste omissão suprível através dos embargos declaratórios se se trata de matéria cuja apreciação dependia de provocação da parte, que não ocorreu." (José Carlos Barbosa Moreira, in Comentários ao Código de Processo Civil, volume V, 8ª edição, pág. 539).
3. Os embargos declaratórios não se prestam ao reexame de matéria já decidida à luz dos fundamentos jurídicos invocados, tampouco para forçar o ingresso na instância extraordinária se não houver omissão, contradição ou obscuridade a serem supridas no acórdão, nem fica o juiz obrigado a responder a todas as alegações das partes, quando já encontrou motivo suficiente para fundar a decisão.
4. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 779.074/AM, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 13/3/2006)

No tocante à suposta violação ao art. 21, inciso I, do Decreto 89.314/84, o recurso também não comporta trânsito. Verifica-se que a matéria relativas ao supracitado dispositivo legal não foi ventilado no acórdão recorrido, tratando-se de inovação surgida tão-somente nos embargos declaratórios, conforme registrado acima, carecendo, portanto, do indispensável prequestionamento. Dessa forma, não tendo sido apreciada a controvérsia pelo Tribunal de origem, incide o óbice das Súmulas 282 do STF e 211 do STJ.
Na linha desse entendimento, colacionam-os os seguintes precedentes, no que interessam:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. MANDADO DE SEGURANÇA. VIOLAÇÃO AO ART. 535, I E II, DO CPC. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. LITISCONSÓRCIO PASSIVO. INOVAÇÃO RECURSAL. LIQUIDEZ E CERTEZA DO DIREITO PLEITEADO. AFERIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO.
1. Conforme previsto no art. 535 do CPC, os embargos de declaração têm como objetivo sanear eventual obscuridade, contradição ou omissão existentes na decisão recorrida. Não ocorre omissão no acórdão recorrido quando a Turma Julgadora pronuncia-se de forma clara e precisa sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão, não estando o magistrado obrigado a examinar, uma a uma, todas as alegações aduzidas pela parte.
2. A teor da pacífica e numerosa jurisprudência, para a abertura da via especial, requer-se o prequestionamento, ainda que implícito, da matéria infraconstitucional. A exigência tem como desiderato principal impedir a condução ao Superior Tribunal de Justiça de questões federais não debatidas no Tribunal de origem. Hipótese em que o Tribunal a quo não emitiu nenhum juízo de valor acerca dos arts. 459 e 460 do CPC, restando ausente seu necessário prequestionamento. Incidência das Súmulas 282/STF e 211/STJ.
3. No que concerne especificamente ao art. 47 do CPC, verifica-se que a matéria nele disciplinada em nenhum momento foi argüida pelo recorrente, seja nas razões da apelação, seja em seus embargos declaratórios, tratando-se, assim, de inovação recursal.
(...)
5. Recurso especial conhecido e improvido." (REsp 760.540/MG, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, Quinta Turma, DJ 6/8/2007)

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. JULGAMENTO ULTRA PETITA. MATÉRIA NÃO DECIDIDA PELA CORTE ESTADUAL. INOVAÇÃO DE FUNDAMENTOS EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 211/STJ.
1. A questão relativa ao julgamento ultra petita, trazida apenas quando da oposição dos embargos de declaração, não foi apreciada pelo acórdão recorrido, ressentindo-se, assim, do indispensável prequestionamento, cuja falta inibe o conhecimento da insurgência especial.
2. "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo." (Súmula do STJ, Enunciado nº 211).
3. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 802.993/MG, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 13/8/2007)

Quanto à violação ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, tal matéria não pode ser apreciada diretamente, mas somente por via transversa, considerando o fato de que o referido dispositivo foi repetido na Constituição Federal de 1988, cuja proteção cabe ao Supremo Tribunal Federal. Assim sendo, o caso em tela nos remete à verificação da correta aplicação do art. 75 da Lei nº 8.213/91 e à possibilidade de majoração do benefício de pensão por morte em decorrência da edição da Lei nº 9.032/95.
A pensão por morte está encartada no rol dos benefícios de prestação continuada concedidos exclusivamente aos dependentes do segurado da Previdência Social, cuja finalidade é, na falta de seu mantenedor, garantir a sobrevivência desses.
Antes da edição da Lei de Planos e Benefícios, a matéria era regulada pelo Decreto nº 83.080/79 e, posteriormente, pelo Decreto nº 89.312/84, que, em seu art. 48, estabeleceu que a renda mensal inicial - RMI - da pensão seria de 50% (cinqüenta por cento) do salário-de-benefício a que fazia jus o de cujus, mais 10% (dez por cento) para cada dependente, observado o limite de cinco.
Com o advento da Lei nº 8.213, de 25 de julho de 1.991, seu art. 75 conferiu novos critérios para a obtenção da renda mensal. A RMI passou, então, a ser constituído de uma parcela, relativa à família, de 80% (oitenta por cento) do valor que o segurado recebia ou a que teria direito, se aposentado estivesse quando do óbito, mais tantas parcelas iguais a 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos fossem os seus dependentes, até o máximo de dois. Em caso de falecimento por acidente de trabalho, o valor era de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício ou do salário-de-contribuição vigente no dia do acidente, recaindo a escolha sob o que fosse mais vantajoso.
Editada a Lei nº 9.032, de 29 de abril de 1.995, nova redação foi conferida ao mencionado artigo, vejamos:

Art. 75. O valor mensal da pensão por morte, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no artigo 33 desta Lei.

As sucessivas alterações na renda mensal inicial ocasionaram um conflito intertemporal de normas, qual seja, a possibilidade de ser ou não aplicável a lei mais benéfica, majorando-se o percentual de pensões concedidas sob a égide das legislações anteriores a Lei nº 9.032/95.
A questão é resolvida à luz do que preceitua o art. 471, inciso I, do Código de Processo Civil. Tratando-se de uma relação jurídica continuativa, passível de adequação quando houver modificação no estado de fato ou de direito, é possível a aplicação da nova legislação. Para tanto, pouco importa se o que é exigido para a realização da hipótese normativa tenha origem sob a vigência de lei velha. Interessa, sim, que a questão se faça preencher por uma dada realidade fática-jurídica, coincidente na sua existência por inteiro, com o momento temporal que entra em vigor com a nova norma, justificando assim a sua imediata incidência.
Desta forma, tendo a segurada começado a perceber o benefício antes do advento da Lei nº 8.213/91 e estando recebendo-o até o presente momento, aplicável é a majoração elencada no art. 75 da Lei n. 8.213/91, na redação dada pela Lei nº 9.032/95, não há falar em retroação de lei mais benéfica, mas tão-somente na sua aplicação imediata, em respeito à manutenção da isonomia entre os benefícios.
A propósito, confiram-se os precedentes da Sexta Turma que tratam da matéria em comento:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENSÃO POR MORTE. PERCENTUAL. LEI MAIS BENÉFICA. INCIDÊNCIA. BENEFÍCIO EM MANUTENÇÃO. POSSIBILIDADE.
1. No sistema de direito positivo brasileiro, o princípio tempus regit actum se subordina ao do efeito imediato da lei nova, salvo quanto ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada (Constituição da República, artigo 5º, inciso XXXVI e Lei de Introdução ao Código Civil, artigo 6º).
2. A lei nova, vedada a ofensa ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada, tem efeito imediato e geral, alcançando as relações jurídicas que lhes são anteriores, não, nos seus efeitos já realizados, mas, sim, nos efeitos que, por força da natureza continuada da própria relação, seguem se produzindo, a partir da sua vigência.
3. "L'effet immédiat de la loi doit être considéré comme la règle ordinaire: la loi nouvelle s'applique, dès sa promulgation, à tous les effets qui résulteront dans l'avenir de rapports juridiques nés ou à naître" (Les Conflits de Lois Dans Le Temps, Paul Roubier, Paris, 1929).
4. Indissociável o benefício previdenciário das necessidades vitais básicas da pessoa humana, põe-se na luz da evidência a sua natureza alimentar, a assegurar aos efeitos continuados da relação jurídica a regência da lei nova que lhes recolha a produção vinda no tempo de sua eficácia, em se cuidando de norma nova relativa à modificação de percentual dos graus de suficiência do benefício para o atendimento das necessidades vitais básicas do segurado e de sua família.
5. O direito subjetivo do segurado é o direito ao benefício, no valor irredutível que a lei lhe atribua e, não, ao valor do tempo do benefício, como é da natureza alimentar do benefício previdenciário.
6. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 862.433/PB, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ de 25/6/2007)

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. LEI Nº 9.032/1995. APLICAÇÃO IMEDIATA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.
1. A decisão agravada deve ser mantida pelo que nela se contém, dado que proferida em sintonia com a jurisprudência da Terceira Seção de que a nova redação do art. 75 da Lei nº 8.213/91, conferida pela Lei nº 9.032/95, que elevou a pensão por morte previdenciária a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, tem incidência imediata, independentemente da lei vigente na data do fato gerador.
2. Agravo regimental a que se nega provimento."
(AgRg no Ag 694.277/RS, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ de 6/8/2007)

Diante do exposto, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **nego seguimento** ao recurso especial.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4355)

RECURSO ESPECIAL Nº 976.476 - RS (2007/0190074-4)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRENTE	: ANTÔNIO CARLOS GERMANO
ADVOGADO	: THIAGO CECCHINI BRUNETTO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: OS MESMOS

DECISÃO

Sob a alegação de ter havido acordo na via administrativa, a União opôs embargos à execução de sentença que reconhecera o direito ao reajuste de 28,86% a servidores públicos. Requereu, por isso, a extinção do processo. A sentença de improcedência dos embargos foi parcialmente reformada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região em acórdão assim ementado:

"Administrativo. Apelação. Embargos à execução. Servidores públicos. Transação administrativa. Comprovação. Honorários advocatícios.
1. As fichas financeiras anexadas tem força probatória suficiente para demonstrar a realização da transação administrativa, assim como o gradual percebimento dos valores ali acordados. Tais documentos fazem parte do sistema legal de pagamentos da Administração e são usualmente utilizados pelos órgãos públicos em procedimentos desta espécie (aplicação da regra do art. 335, do CPC). Ademais, a parte embargada não nega a realização do acordo, nem tampouco o recebimento dos valores acordados.
Resta portanto autorizada a compensação dos valores pagos administrativamente com os valores ora executados.
2. Esta 3ª Turma, tratando de execução de julgados pertinentes ao reajustes de 28,86% aos servidores, tem fixado o valor dos honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação (AC - 2000.71.09.001362-5/RS; DJU 03/11/2004 e AG-2004.04.01.006579-3/RS, DJU 16/06/2004).
Contudo, tendo em vista a singeleza da causa, o trabalho despendido pelas partes - salientando o fato de não ter o executado informado na inicial da execução a realização de acordo e o percebimento de tais valores e a posterior retratação do acordo - e a natureza das questões postas, o provimento do apelo é apenas parcial, de forma a se majorar os honorários para R$ 700,00 (setecentos reais).
3. Considerando o provimento em maior extensão do apelo da União, redistrui-se a sucumbência - que fica agora dividida igualmente entre as partes -, dando-se os honorários advocatícios por integralmente compensados.
4. Apelações providas parcialmente."

Os embargos de declaração opostos pelos exeqüentes foram acolhidos para, resolvendo a contradição apontada, negar provimento ao recurso da União.
Irresignados, a União e os exeqüentes interpõem recurso especial. A União alega que houve violação dos arts. 1º e 2º, § 2º, do Decreto nº 2.693/98; 2º, caput, da Portaria MARE nº 2.179/98; 6º da Lei nº 8.622/93 e 1º, 2º e 3º da Lei nº 8.627/93. Sustenta o seguinte: (I) apesar de ter a parte recorrida efetuado a compensação de determinados valores, existem ainda "parcelas não compensadas"; e (II) "a compensação (...) não foi efetivada nos estritos termos legais acima descritos, não dependendo de qualquer ônus probatório, já que os fatos sobre os quais se debruça os embargos à execução da União restaram incontroversos".
Os exeqüentes, por sua vez, apontam, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 20, §§ 3º e 4º, 458, II, e 535, II, do Cód. de Pr. Civil. Aduzem que a verba honorária foi arbitrada em valor irrisório.
A meu ver, a irresignação da União não deve ser acolhida. Isso porque a recorrente apresentou razões dissociadas da fundamentação do acórdão recorrido.
A questão dos autos refere-se à comprovação de transação administrativa, e o especial da União trata de matéria referente à compensação de valores, o que denota a deficiência na fundamentação recursal. Incidem, pois, as Súmulas 283 e 284/STF e 182/STJ.
De igual forma, o recurso dos exeqüentes também não merece prosperar.
Quanto ao valor dos honorários advocatícios, a atenta leitura do voto condutor do julgado revela o seguinte:

"Contudo, tendo em vista a singeleza da causa, o trabalho despendido pelas partes - salientando o fato de não ter o executado informado na inicial da execução (fls. 2-5, apenso) a realização de acordo e o percebimento de tais valores e a posterior retratação do acordo - e natureza das questões postas, voto no sentido de dar parcial provimento ao apelo para majorar os honorários para R$ 700,00 (setecentos reais).
Ao final, considerando o provimento em maior extensão do apelo da União, redistribuo a sucumbência - que fica agora dividida igualmente entre as partes -, dando os honorários por integralmente compensados."

E, apesar de acolher os embargos de declaração, o Tribunal Regional manteve o valor fixado, "consoante os critérios já observados no voto à fl. 123".
É certo que o Superior Tribunal tem conhecido de recurso especial que trate da revisão de verba honorária fixada em valor irrisório ou excessivo. Contudo, só é possível tal revisão naquelas situações em que a decisão se afasta do juízo de eqüidade preconizado pela lei processual.
Ora, no caso em tela, o Tribunal Regional não se distanciou dos critérios estabelecidos pelo § 4º do art. 20 do Cód. de Pr. Civil. Ao contrário, observou a razoabilidade ao levar em consideração as circunstâncias particulares da causa.
À vista disso, rever o entendimento firmado no acórdão recorrido demandaria o reexame dos aspectos fático-probatórios dos autos, providência incompatível com a via estreita do recurso especial, a teor da Súmula 7. Eis os julgados:

"Embargos de divergência. Honorários de advogado. Fazenda Pública. Interpretação do § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil.
1. Vencida a Fazenda Pública, aplica-se o § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil, fixando-se os honorários de acordo com o critério de eqüidade, não sendo obrigatória a observância seja dos limites máximo e mínimo seja da imposição sobre o valor da condenação constantes do parágrafo anterior.
2. Embargos de divergência conhecidos e rejeitados." (EREsp-491.055, Ministro Menezes Direito, DJ de 6.12.04.)

"Processual Civil. Embargos à execução. Extinção. Honorários advocatícios. Reexame de matéria fática. Súmula 07/STJ.
1. Vencida a Fazenda Pública, nada impede que, mediante apreciação eqüitativa, o juiz arbitre os honorários advocatícios em um percentual que esteja dentro dos limites legais previstos no art. 20, § 3º do Código de Ritos.

2. Para se verificar se a verba honorária foi fixada em valor excessivo, faz-se necessário o reexame de aspectos fáticos, o que não é permitido em sede de recurso especial, ante óbice da Súmula 07/STJ.
3. Recurso especial não conhecido." (REsp-652.064, Ministro Castro Meira, DJ de 5.9.05.)

"Processo Civil - Agravo regimental no recurso especial - Embargos à execução - Honorários advocatícios - Fixação do *quantum* pelas instâncias ordinárias - Revisão por esta Corte - Impossibilidade - Reexame fático-probatório.
1 - Inicialmente, impõe-se ressaltar que a jurisprudência do STJ é firme no sentido da possibilidade de se alterar, em sede de recurso especial, honorários advocatícios fixados por eqüidade com fundamento no § 4º do art. 20 do CPC quando o valor arbitrado na origem mostra-se irrisório ou exagerado. Entretanto, quando o quantum estabelecido pelas instâncias ordinárias está dentro dos parâmetros legais, para sua alteração, demanda-se a análise de circunstâncias de fato, o que é inadmissível em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 07/STJ.
2 - Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp-537.349, Ministro Jorge Scartezzini, DJ de 13.2.06.)

"Processo Civil. Honorários advocatícios. Embargos à execução. Art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil. Reexame. Súmula nº 7. Não vinculação aos limites percentuais estabelecidos pelo § 3º.
- Tendo a verba honorária sido fixada de acordo com a apreciação eqüitativa do juiz, não será suscetível de reexame em sede de recurso especial, a teor da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.
- A condenação em honorários advocatícios com base na apreciação eqüitativa do juiz não está vinculada aos limites percentuais estabelecidos pelo § 3º do artigo 20 do Código de Processo Civil.
- Agravo improvido." (AgRg no Ag-491.081, Ministro Paulo Gallotti, DJ de 13.6.05.)

Implausível também se mostra o especial pela alínea c porque os paradigmas colacionados não guardam a necessária semelhança fática com o acórdão recorrido.
Ante o exposto, nos termos do art. 557, caput, do Cód. de Pr. Civil, nego seguimento tanto ao recurso especial da União como ao dos exeqüentes.
Publique-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4356)

RECURSO ESPECIAL Nº 977.300 - RS (2007/0196678-4)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROCURADOR	: JOAQUIM PAULO GARCIA GODINHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ÂNGELA MACHADO E OUTROS
ADVOGADO	: ALEXANDRE DUARTE LINDENMEYER

EMENTA

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. MP 1.704/98. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APRECIAÇÃO EQÜITATIVA DO JUIZ. SÚMULA 7/STJ. SEGUIMENTO NEGADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. RECURSO CONTRA DECISÃO DE REJEIÇÃO LIMINAR OU DE IMPROCEDÊNCIA. EFEITO DEVOLUTIVO. DESCABIMENTO DA REMESSA OFICIAL EM PROCESSO DE EXECUÇÃO EMBASADO EM TÍTULO JUDICIAL. CPC, ARTS. 475, II, E 520, V, PROCESSUAL CIVIL. ÍNDICE DE 28,86%. COISA JULGADA. FUNÇÃO GRATIFICADA. INCIDÊNCIA.
1. Uma vez que o processo de execução por título judicial pressupõe a existência de uma sentença condenatória transitada em julgado, a decisão que julga improcedentes os embargos ou os rejeita liminarmente apenas confirma a liquidez e certeza daquele título executivo, inexistindo óbice ao prosseguimento imediato da execução, face à previsão de efeito meramente devolutivo do apelo.
2. Não estando o título judicial sujeito a qualquer condição para surtir eficácia, é descabido o reexame necessário de sentença proferida nos embargos à execução.
3. Configurada a coisa julgada formal, a sentença não pode ser modificada dentro do processo.
4. Nos termos do que dispõe o Decreto nº 2.693/98, é devida a incidência do índice de 28,86% sobre as funções comissionadas e gratificadas." (fl. 172)

A recorrente alega violação aos artigos 1º e 2º da Medida Provisória nº 1.704/98.
Afirma que o reajuste de 28,86% foi incorporado por força da Medida Provisória nº 1.704/98 a partir de 1º/7/1998, não havendo, portanto, "quantias vincendas, ou seja, posteriores a julho de 1998 como consta da sentença recorrida" (fl. 186/187).
Alega que "não há que se falar em incidência do índice sobre FCs, CDs e FGs, porquanto as mesmas não integraram a condenação imposta pela sentença prolatada no processo de conhecimento, (...) e, também, porque já foram objeto de incorporação na forma da referida MP, quanto às parcelas vincendas" (fl. 187).
Pugna, finalmente, pela diminuição dos honorários advocatícios arbitrados em 15% do valor exeqüendo.
É o relatório.
Inicialmente, verifica-se que a apelação da recorrente foi obstada sob os seguintes fundamentos:

"Desta forma, a fim de respeitar os exatos termos da coisa julgada formal, a compensação do reajuste de 28,86% deve observar somente os índices conferidos pela Medida Provisória nº 583, de 16.08.94, transformada na Lei nº 9367, de 16.12.1996, bem como deve o índice incidir sobre as funções gratificadas.
De referir que o Decreto nº 2.693/98, que previu a extensão administrativa dos 28,86%, traz previsões quanto ao pagamento do índice sobre as FCs e FGs, inclusive com os percentuais e períodos devidos para cada uma das espécies dessas gratificações: (...)" (fls. 169/169v)

No entanto, nas razões do apelo especial, invoca violação aos artigos 1º e 2º da Medida Provisória nº 1.704/98 que, além de não terem sido apreciados pelo Tribunal *a quo*, sequer foram invocados nas razões de apelação. Diante da ausência de prequestionamento aplicam-se, por simetria, os Enunciados 282 e 356 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.
A esse respeito, confiram-se os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTIGO 155 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. MATÉRIA NÃO DISCUTIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM SOB O ÂNGULO ABORDADO NO RECURSO ESPECIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO.
1. O acórdão recorrido não apreciou a controvérsia sob o ângulo do dispositivo legal tido por malferido, nem tampouco foram opostos embargos declaratórios com o objetivo de sanar possível omissão, ausente, destarte, o requisito do prequestionamento (Súmulas nºs 282 e 356/STF).
(...)
3. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 642.878/DF, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, SEXTA TURMA, DJ 21.05.2007)

Com relação aos honorários advocatícios, é assente que nos feitos em que a Fazenda Pública figura como vencida, a fixação da verba deve ser realizada segundo a apreciação eqüitativa do juiz, podendo ser estipulada tanto com observância dos percentuais do § 3º do *caput* do artigo 20 do Diploma Processual Civil, como pode ser fixada em valor certo, aquém ou além daqueles limites.
Estabelecida a verba honorária com base na eqüidade, respeitados os critérios das alíneas "a", "b" e "c" do § 3º, descabe a esta Corte reapreciar o valor ou percentual fixado a título de honorários advocatícios, sob pena de violação do disposto no Enunciado nº 7 da Súmula desta Corte. A propósito, confira-se:

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. FINSOCIAL. PRESCRIÇÃO. COMPENSAÇÃO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FAZENDA PÚBLICA VENCIDA. APRECIAÇÃO EQÜITATIVA DO JUÍZO A QUO. SÚMULA N. 7/STJ. PRECEDENTES.
(...)
3. Em sendo vencida a Fazenda Pública, utiliza-se a eqüidade como referência para a fixação dos honorários advocatícios, e, nesse caso, não compete ao STJ revisar os critérios utilizados pelo julgador para o arbitramento do quantum devido, em face do óbice contido na Súmula n. 7/STJ.
4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, parcialmente provido." (REsp 511.702/MG, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, DJ 08.02.2007)

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. QUANTIA IRRISÓRIA. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE.
1. O tema relacionado com o quantum dos honorários advocatícios pode vir a ser analisado em sede de recurso especial, desde que a respectiva verba tenha sido estipulada em valores exagerados ou irrisórios.
2. Segundo a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, a verba honorária arbitrada em desfavor da Fazenda Pública, fixada, a teor do disposto no § 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil, com base na apreciação eqüitativa do juiz, não está adstrita aos percentuais e à base de cálculo prevista no § 3º do aludido dispositivo.
3. Recurso provido." (REsp 823.257/MG, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, SEXTA TURMA, DJ 11.12.2006)

Ante o exposto, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 06 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4357)

RECURSO ESPECIAL Nº 977.320 - SC (2007/0183156-0)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UFSC
PROCURADOR	: LIANA FERREIRA DE SOUZA LANNER E OUTRO(S)
RECORRIDO	: HENRIETTE LEBRE LA ROVERE E OUTROS
ADVOGADO	: GUSTAVO ANTONIO PEREIRA GOULART E OUTRO(S)

DECISÃO

Recurso especial interposto pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Segunda Seção do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:
"EMBARGOS INFRINGENTES. EMBARGOS À EXECUÇÃO. REAJUSTE DE VENCIMENTOS - 3,17%. LIMITAÇÃO. BASE DE CÁLCULO.
1. É devido o resíduo de 3,17 %, a partir de janeiro de 1995 sem a incidência de qualquer limitação decorrente de reorganização ou da reestruturação de cargos ou carreira.
2. Configurada a coisa julgada formal, a sentença não pode ser modificada dentro do processo.
3. A base de cálculo do reajuste de 3,17 % é a totalidade da remuneração do servidor, e não o vencimento básico deste.
4. Embargos improvidos." (fl. 181).
A insurgência especial está fundada na violação dos artigos 10 da Medida Provisória nº 2.225/2001, 28 da Lei nº 8.880/94, 463 do Código de Processo Civil, 884, 886 do Código Civil.
Sustenta o recorrente que, no pagamento relativo ao reajuste de 3,17%, deve ser fixado como termo final das parcelas, a reorganização ou reestruturação de cargos ou carreira, prevista na Medida Provisória nº 2.225/2001, argumentando para tanto que:
"(...)
Desta forma, a execução deve observar a limitação do pagamento à data da reestruturação da tabela do servidor (professora de 3º grau), por força do que dispõe o art. 10 da MP 2.225-45/01. Trata-se de norma cogente, cuja aplicabilidade somente pode ser afastada mediante declaração de sua inconstitucionalidade, respeitado o art. 97 da CF/88. Por certo, trata-se de interpretação que repudia o enriquecimento ilícito.(...)" (fl. 190).
Aduz que, nos termos da norma contida no artigo 28 da Lei nº 8.880/94, o reajuste de 3,17% deve ter por base de incidência o vencimento básico, e não, a remuneração dos servidores. do cargo efetivo.
Assevera a violação dos artigos 463 do Código de Processo Civil e 884 e 886 do Código Civil, ao argumento de que, a não compensação do valor pago antecipadamente, a título de atrasados, sob a rubrica de 3,17%, promove o enriquecimento ilícito de particular em detrimento da coletividade.
Recurso tempestivo (fl. 185), respondido (fl. 198) e admitido (fl. 223).
Tudo visto e examinado, decido.
In casu, está o recorrente em que, no pagamento relativo ao reajuste de 3,17%, deve ser fixado como termo final das parcelas, a reorganização ou reestruturação de cargos ou carreira, prevista na Medida Provisória nº 2.225/2001
E, são estes os termos da sentença transitada em julgado:
"(...)
Ante o exposto, acolho em parte a preliminar de ausência de interesse de agir, rejeitando as demais. JULGO PROCEDENTE o pedido, condenando a Ré a proceder a incorporação do percentual de 3,17% (três vírgula dezessete por cento) à remuneração dos substituídos, cujo rol consta às fls. 13/103, (...) e a pagar os atrasados desde janeiro/95, atualizados monetariamente, mais juros moratórios de 6% ao ano a incidir a partir da citação." (fl. 51).
Tem-se, assim, que a sentença reconheceu o direito dos recorridos ao recebimento do resíduo de 3,17%, não havendo como pretender limitar a concessão desse percentual no reajuste dos vencimentos dos servidores, à edição da Medida Provisória nº 2.225-45/2001.
Outro não foi o entendimento do acórdão recorrido.
Tem incidência, assim, o enunciado nº 83 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça, ***verbis***:
"Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida."
Decidido isso, no que se refere à base de incidência do reajuste, é este o disposto no artigo 28 da Lei nº 8.880/94:
"Art. 28. Os valores das tabelas de vencimentos, de soldos e salários e das tabelas de funções de confiança e gratificadas dos servidores públicos civis e militares da União serão revistos em 1º de janeiro de 1995, observado o seguinte:"
Este Superior Tribunal de Justiça firmou jurisprudência, no sentido de que o reajuste de 3,17% deve incidir sobre a remuneração dos servidores, e não sobre o vencimento básico.
Nesse sentido:
"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS. REAJUSTE DE 3,17%. REVISÃO GERAL DE REMUNERAÇÃO. OFENSA À COISA JULGADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. EXCESSO DE EXECUÇÃO. DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES CORRESPONDENTES A CADA RUBRICA. INPC. UTILIZAÇÃO NAS PLANILHAS DE CÁLCULOS. EXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7 DO STJ.

I - A insurgência acerca da demonstração dos valores correspondentes a cada rubrica contida nas fichas financeiras e nas planilhas de cálculos demanda o necessário o revolvimento do material fático-probatório inserido nos autos, o que é inviável no presente apelo nobre (Súmula n.º 7 do STJ).
II - Incabível o exame das questões concernentes a ofensa à coisa julgada e ao excesso de execução decorrente da aplicação do percentual de 3,17% sobre parcelas que não foram pedidas na exordial e não constaram na sentença exeqüenda, porquanto não foram discutidas no acórdão reprochado, aplicando-se às espécies as Súmulas n.ºs 282 e 356 do Pretório Excelso.
III - ***Segundo o entendimento desta Corte, além do percentual de 22,07% da variação do IPC-r, é devido sobre a remuneração dos servidores públicos federais o reajuste de 3,17%, relativo à aplicação do art. 28 da Lei nº 8.880/94****.*
IV - Para verificar se restou comprovada a utilização do INPC na planilha de cálculos apresentada pelos recorridos, é necessário o exame de matéria probatória, descabido em sede especial, ex vi da Súmula nº 7 do STJ.
Recurso não-conhecido." (REsp nº 617.495/AL, Relator Ministro Felix Fischer, ***in*** DJ 2/8/2004 - nossos os grifos).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 28,86%. LEIS 8.622/93 E 8.627/93. PERÍODO POSTERIOR AO ADVENTO DA LEI 9.624/98. INCIDÊNCIA SOBRE A RAV SOMENTE QUANDO O ÍNDICE NÃO TIVER SIDO APLICADO AO VENCIMENTO-BÁSICO. PRECEDENTES. EMBARGOS REJEITADOS.
(omissis).
II - Consoante entendimento deste Superior Tribunal de Justiça, tendo a Retribuição Adicional Variável - RAV, nos termos da Lei 9.624/98, o vencimento-básico como base de cálculo, o reajuste de 28,86% referente às Leis 8.622/93 e 8.627/93 somente incidirá sobre ela quando o índice não tiver sido anteriormente aplicado no vencimento utilizado na conta, sob pena de bis in idem. Precedentes.
III - É indevida a incidência do reajuste de 28,86% sobre a RAV no período de vigência da Lei 7.711/88, tendo em vista que era calculada mensalmente a partir da arrecadação, não tendo correlação com as parcelas que integravam a remuneração do servidor.
IV - A RAV se insere no sentido do termo 'retribuições' expresso na sentença exeqüenda. Assim, no período posterior ao advento da Lei n.624/98, ocorre ofensa à coisa julgada a não-incidência do reajuste de 28,86% sobre a RAV, exceto nos casos em que o índice estiver sendo aplicado ao vencimento-básico do servidor.
(omissis).
VI - Embargos de declaração rejeitados." (EDclAgRgREsp nº 576.633/RS, Relator Minstro Gilson Dipp, ***in*** DJ 8/5/2006).
Confiram-se, a propósito, os seguintes precedentes jurisprudenciais: REsp nº 626.196/AL, Relator Ministro Paulo Gallotti, ***in*** DJ 3/5/2005; REsp nº 747.003/RS, Relator Ministro Paulo Medina, ***in*** DJ 10/3/2006.
Por fim, no tocante à alegação de enriquecimento ilícito de particular em detrimento da coletividade, ao que se tem dos autos, realizando-se o cotejo entre os fundamentos do acórdão recorrido e a norma contida nos artigos 463 do Código de Processo Civil, 884 e 886 do Código Civil, verifica-se que a questão, sob este aspecto, não foi apreciada pelo Tribunal ***a quo***, nem embargos declaratórios para suprir-lhes a falta foram opostos.
À vista disso, inarredável a ausência do indispensável prequestionamento, o que inviabiliza o conhecimento da insurgência especial, a teor do que dispõe o enunciado nº 282 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, ***verbis***:
"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."
Nesse sentido:
"PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ADMINISTRADORES, AUTÔNOMOS E AVULSOS. PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS NºS 282 E 356 DO STF.
I - A matéria constante dos dispositivos legais tidos como violados não foi analisada pelo acórdão hostilizado, sequer implicitamente, não tendo o recorrente, oposto embargos de declaração buscando debater a questão aqui suscitada.
II - Incidência das Súmulas nºs 282 e 356 do STF.
III - Agravo regimental improvido." (AgRgREsp n° 551.922/RS, Relator Ministro Francisco Falcão, ***in*** DJ 22/3/2004).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 557, ***caput***, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 05 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4358)

RECURSO ESPECIAL Nº 977.524 - RS (2007/0201009-2)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: CAMILLA HAILLIOT DUARTE E OUTRO(S)
RECORRIDO	: RAMONA BITTENCOURT DE FREITAS
ADVOGADO	: TELMO RICARDO ABRAHÃO SCHORR E OUTRO(S)

DECISÃO

Recurso especial interposto pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul - IPERGS, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. PREVIDÊNCIA PÚBLICA. LEI ESTADUAL 10.395/95. LEIS COMPLEMENTARES Nº. 82/95 (LEI CAMATA), Nº. 96/99 E Nº. 101/00. ARTIGO 38 DO ADCT. JUROS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. 1) A edição das Leis Complementares nº. 82/95 (Lei Camata), nº. 96/99 e nº. 101/00, não constituiu óbice à concessão dos reajustes previstos na Lei Estadual nº. 10.395/95, porquanto estas são posteriores ao diploma estadual. 2) O artigo 38 do ADCT, ainda que anterior a Lei Estadual nº. 10.395/98, não tem a força de impedir os reajustes previstos nesta, visto que os preceitos para a adequação dos Estados aos limites orçamentários previam outras formas de conter os gastos públicos. 3) Os juros legais, a partir da vigência do novo Código Civil, devem ser fixados em 1% ao mês, nos termos do artigo 406 do referido diploma legal, combinado com o artigo 161, parágrafo 1º, do Código Tributário Nacional 4) Mostram-se razoáveis os honorários, em ações de natureza previdenciária, fixados em 10% sobre o valor a ser restituído. RECURSO DO IPERGS DESPROVIDO E RECURSO DA AUTORA PROVIDO." (fl. 87).
Sustenta o recorrente que não tem aplicação a taxa de juros com fundamento no artigo 406 do novo Código Civil, incidindo, sim, o artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.180-35/2001, que dispõe que a taxa de juros incidente sobre os débitos devidos pela Fazenda Pública é de 0,5% ao mês.
Além da divergência jurisprudencial, a violação dos artigos 406 do novo Código Civil, 2º, parágrafo 1º, da Lei de Introdução ao Código Civil, 161, parágrafo 1º do Código Tributário Nacional, e 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.180/01, funda a insurgência especial.
Recurso tempestivo (fl. 98), não-respondido (fl. 111) e admitido (fl. 113).
Tudo visto e examinado, decido.
A questão é a da taxa de juros incidente nos débitos da Fazenda Pública, por afastada pela Corte Estadual de Justiça a incidência do artigo 1º da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, à invocação do artigo 406 da Lei nº 10.406/02 (novo Código Civil).
É esta, contudo, a norma jurídica civil:
"Art. 406. Quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional."
Tal norma jurídica, predominantemente de natureza dispositiva, é, por inteiro, estranha às hipóteses tais como à dos autos, de juros de mora devidos pela Fazenda Pública nas condenações ao pagamento de verbas remuneratórias aos servidores e empregados públicos, tendo incidência própria nas relações jurídicas disciplinadas pelo Código Civil e funções meramente subsidiária e supletiva, em razão das quais determina que se observe a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.
Não se trata, em verdade, a nosso ver, sequer de norma geral em relação à norma especial, mostrando-se induvidosa a vigência formal e a conseqüente incidência da norma do artigo 1º da Lei n° 9.494, de 10 de setembro de 1997, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001:
"Art. 1º-F. Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para o pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano."
E a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme em que os juros de mora em questão devem ser fixados no percentual de 6% ao ano nas hipóteses em que proposta a ação após o início da vigência da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, que acrescentou o artigo 1º-F ao texto da Lei nº 9.494/97, incidente não somente nos pagamentos de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, mas também, e com igual razão, nos pagamentos das pensões delas decorrentes.
Confiram-se, a propósito, os seguintes precedentes jurisprudenciais:
"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. FILHA SOLTEIRA MAIOR DE 21 ANOS. DEPENDÊNCIA. PENSÃO POR MORTE. INÉRCIA DA ADMINISTRAÇÃO. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA. JUROS DE MORA. PERCENTUAL. INÍCIO DO PROCESSO APÓS A EDIÇÃO DA MP Nº 2.180-35/2001. INCIDÊNCIA.
(...)
3. Os juros de mora devem ser fixados no percentual de 6% ao ano na hipótese de a ação ter sido proposta após a vigência da Medida Provisória n.º 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, que acrescentou o art. 1º-F ao texto da Lei n.º 9.494/97. Precedentes.
4. Recurso Especial parcialmente provido." (REsp nº 645.856/RS, Relatora Ministra Laurita Vaz, ***in*** DJ 13/9/2004).

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DÍVIDA DE NATUREZA ALIMENTAR. JUROS DE MORA. PERCENTUAL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2180-35. AJUIZAMENTO DA AÇÃO POSTERIOR À VIGÊNCIA DA MP. APLICABILIDADE. REFORMA DA DECISÃO.
Ainda que se trate de dívida de natureza alimentar, o fato é que a presente ação foi ajuizada posteriormente à vigência da referida MP, que determina que os juros devem incidir no percentual de 0,5% ao mês. Precedentes.
Recurso provido." (REsp n° 601.688/SC, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, ***in*** DJ 22/3/2004).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA. POSSIBILIDADE DO RELATOR DAR PROVIMENTO AO RECURSO COM BASE NO ART. 557, § 1º-A DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. TEMA NÃO VENTILADO NA INSTÂNCIA A QUO. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE. DÍVIDA DE NATUREZA ALIMENTAR. JUROS DE MORA. PERCENTUAL DE 6% A.A. MEDIDA PROVISÓRIA 2.180-35, DE AGOSTO DE 2001. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES DO STJ.
(...)
III - A Medida Provisória 2.180-35/2001, que acrescentou o art. 1º-F ao texto da Lei nº 9.494/97, somente pode ser aplicada às ações ajuizadas após sua vigência. Tendo sido a ação proposta após à vigência da referida medida provisória, os juros moratórios devem ser fixados no patamar de 6% ao ano. Precedentes.
IV- Agravo interno desprovido." (AgRgREsp n° 554.268/RS, Relator Ministro Gilson Dipp, ***in*** DJ 19/4/2004).

"PROCESSO CIVIL. JUROS DE MORA. PERCENTUAL DE 1% A.M. NATUREZA ALIMENTAR DO DÉBITO. INÍCIO DO PROCESSO APÓS VIGÊNCIA DA MP Nº 2.180-35/2001. INCIDÊNCIA.
Proposta a ação após o início da vigência da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, que acrescentou o art. 1º-F ao texto da Lei nº 9.494/97, os juros de mora devem ser fixados no percentual de 6% ao ano. Precedentes.
Recurso provido." (REsp n° 607.516/RS, Relator Ministro Felix Fischer, ***in*** DJ 19/4/2004).

"PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL - SERVIDOR PÚBLICO - JUROS MORATÓRIOS - NATUREZA ALIMENTAR - AÇÃO AJUIZADA POSTERIORMENTE À EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180/2001 - APLICABILIDADE - DISSÍDIO PRETORIANO COMPROVADO, CONTUDO INEXISTENTE - SÚMULA 83/STJ
(...)
2 - Norma superveniente estabelecendo juros de 6% ao ano. Esta Corte entende que, conquanto a Medida Provisória nº 2.180-35/2001 tenha natureza processual, tem ela reflexos na esfera jurídico-material das partes, razão pela qual não incide nos processos em curso, quer de conhecimento, quer de execução, ressaltando-se a necessidade do processo ter sido iniciado após a sua vigência.
3 - Na espécie, a ação foi proposta em 18/10/2001, portanto, após o início da vigência da Medida Provisória nº 2.180-35, editada em 24.08.2001. Assim, plenamente aplicável, in casu, a referida norma, como decidido pelo Tribunal a quo.
4 - Recurso não conhecido." (REsp nº 604.618/RS, Relator Ministro Jorge Scartezzini, ***in*** DJ 28/6/2004).
Cumpre averbar, ainda, que a Medida Provisória nº 2.180-35/2001 foi editada antes do advento da Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001 que, no seu artigo 2º, estabeleceu o seguinte:
"As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta emenda continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional."
In casu, ao que se tem dos autos, o ajuizamento da ação, a dar ensejo à inclusão de juros moratórios, teve lugar em 31 de janeiro de 2006 (fl. 2), ou seja, após a publicação da Medida Provisória nº 2.180-35/2001, que, em seu artigo 4º, determina que os juros de mora *"não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano"*.
Em hipóteses análogas, assim decidiram os Ministros Felix Fischer e Laurita Vaz, respectivamente:
"(...)
Quanto à questão dos juros de mora, a e. Corte de origem decidiu que o percentual aplicado às prestações vencidas ***antes*** *da vigência do Código Civil de 2002 seria de 0,5% (meio por cento) ao mês e, em relação à prestações vencidas* ***após*** *a vigência do mencionado* ***codex****, seria de 1% (um por cento) ao mês.*
Porém, ressalte-se que o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 dispôs acerca dos juros moratórios nas 'condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos', norma que, em face da sua especificação, deve regular a situação descrita no presente feito, em desfavor do estabelecido no art. 406 do Código Civil e na legislação que define a aplicação da taxa SELIC.
(...)" (REsp nº 733.578/RS, ***in*** DJ 26/4/2005).

"(...)
De início, deve ser afastada a aplicação das normas contidas nos arts. 406 do Novo Código Civil e 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, em razão da especialidade da regra do art. 1º-F da Lei n.º 9.494/97, que, especificamente, regula a incidência dos juros de mora nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias, como na espécie.
(...)" (REsp nº 734.981/RS, ***in*** DJ 26/4/2005).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 544, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil, dou parcial provimento ao recurso especial para, reformando o acórdão recorrido, fixar os juros moratórios em 0,5% ao mês.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 03 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4359)

RECURSO ESPECIAL Nº 977.828 - RS (2007/0190480-0)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: BEATRIZ GANETTI GARCIA
ADVOGADO	: MARCELO LIPERT E OUTRO(S)

DECISÃO

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 3,17%. JUROS DE MORA. PERCENTUAL. FAZENDA PÚBLICA. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180/01.
1. A Medida Provisória nº 2.180/2001, que modificou o artigo 1º-F da Lei nº 9.494/1997, determinando que os juros moratórios sejam calculados em 6% (seis por cento) ao ano nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores públicos, não tem incidência nos processos iniciados antes da sua edição.

2. Recurso especial a que se nega seguimento.

Cuida-se de recurso especial, calcado na alínea "a" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 4ª Região assim ementado:
"ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. VERBA EXEQÜENDA DE CARÁTER ALIMENTAR. JUROS MORATÓRIOS. 12%A.A.
1. No tocante ao cabimento e à incidência dos juros moratórios, é de admitir-se o tratamento dispensado pela jurisprudência aos créditos de ordem alimentar.
2. Para a fixação dos juros moratórios, acolhendo o entendimento da maioria da Turma, adoto o percentual de 12% ao ano, eis que revogado pelo Código Civil de 2002 o disposto no art. 1º- F da Lei n. 9.494/1997, na redação dada pela MP nº 2.180-35/2001. Precedentes do STJ e desta Corte.
3. Apelação conhecida e improvida." (fl. 196)

Aponta a recorrente violação dos artigos 1.062 do Código Civil, 3º do Decreto-Lei nº 2.322/1987 e 1º-F da Lei nº 9.494/1997, acrescentado pela Medida Provisória nº 2.180-35/2001, sustentando que os juros moratórios devem ser fixados à razão de 0,5% ao mês.
A irresignação não merece acolhimento.
Registre-se que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que os juros moratórios sobre prestações de caráter alimentar deveriam ser fixados em 1% ao mês.
Veja-se:
"SERVIDOR PÚBLICO. VENCIMENTOS. LEI Nº 8.880/1994. JUROS.
- Direito ao resíduo de 3,17%.
- Caráter alimentar das parcelas atrasadas. Juros de 1% ao mês.
- Recurso especial não conhecido."
(REsp nº 306.731/RS, Relator o Ministro ***FONTES DE ALENCAR****, DJU de 11/6/2001)*

Ocorre, contudo, que a Medida Provisória nº 2.180-35, de 24.8.2001, que deu nova redação ao já referido artigo 1º-F da Lei nº 9.494/1997, assim dispôs:
"Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano."

Enfrentando a questão, já em face da aludida modificação legislativa, esta Corte assentou compreensão de que o mencionado diploma legal só teria incidência nos processos iniciados após a sua vigência, aplicando-se, inclusive, às verbas remuneratórias devidas a pensionista de servidor público.
Nesse sentido:
"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. JUROS DE MORA. INÍCIO DO PROCESSO APÓS A VIGÊNCIA DA MP Nº 2.180-35/2001. INCIDÊNCIA.
1. Com a edição da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, a qual acrescentou o art. 1º-F à Lei nº 9.494/1997, nos casos em que sucumbente a Fazenda Pública, a fixação dos juros de mora é cabível no percentual de 6% ao ano, se proposta a ação após a vigência da referida MP.
2. Deve ser afastada a aplicação do art. 406 do novo Código Civil, em razão da especialidade da regra do art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, que, especificamente, regula a incidência dos juros de mora nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias, aí incluídos benefícios previdenciários.
3. Agravo regimental desprovido."
(AgRg no REsp nº 712.662/RS, Relatora a Ministra ***LAURITA VAZ****, DJU de 6/6/2005)*

In casu, a ação foi ajuizada antes da edição da referida medida provisória, impondo-se que os juros da mora sejam calculados com índice de 12% (doze por cento) ao ano.
Ante o exposto, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4360)

RECURSO ESPECIAL Nº 978.177 - SC (2007/0184529-2)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
RECORRENTE	: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UFSC
PROCURADOR	: MARIA BEATRIZ SCARAVA GLIONI ENGLERT E OUTRO(S)
RECORRIDO	: NORTON MARIO SILVEIRA DE SOUZA E OUTROS
ADVOGADO	: GUSTAVO ANTONIO PEREIRA GOULART E OUTRO(S)

DECISÃO

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. 3,17%. LIMITAÇÃO TEMPORAL. FALTA DE INTERESSE. BASE DE INCIDÊNCIA. REMUNERAÇÃO.
1. O reajuste de 3,17% deve incidir sobre a remuneração do servidor.
2. Recurso especial a que se nega seguimento.

Cuida-se de recurso especial, calcado na alínea "a" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 4ª Região assim ementado:
"EMBARGOS À EXECUÇÃO. REAJUSTE DE 3,17%. TERMO FINAL. BASE DE INCIDÊNCIA.
1. Havendo reorganização ou reestruturação de cargos e carreiras, o art. 10 da MP nº 2.225-45, limita o termo final da incidência dos 3,17% à data da reorganização ou reestruturação.
2. O resíduo de 3,17% incide sobre os vencimentos do servidor, incluindo o vencimento básico e as vantagens e gratificações de caráter permanente e pessoais, VPNIs, pois tais rubricas incluem-se no conceito de vencimento adotado pelo título executivo." (fl. 100)

Opostos declaratórios, restaram acolhidos apenas para fins de prequestionamento. (fl. 130)
Aponta a recorrente violação dos artigos 28 da Lei nº 8.880/1994 e 10 da Medida Provisória nº 2.225/2001.
A irresignação não merece acolhimento.
No tocante à alegação de que a limitação temporal do reajuste de 3,17% deve ser a data da reorganização ou reestruturação de cargos e funções, o Tribunal de origem decidiu no mesmo sentido do pleito recursal, mostrando-se evidente a falta de interesse em recorrer quanto ao tema.
Com relação à base de incidência do reajuste, o acórdão recorrido, ao estabelecer que o índice de 3,17% deve incidir sobre a totalidade da remuneração do servidor, e não do vencimento básico, encontra-se em sintonia com o entendimento desta Corte, não merecendo qualquer reparo.
Confira-se:
"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS. REAJUSTE DE 3,17%. REVISÃO GERAL DE REMUNERAÇÃO. OFENSA À COISA JULGADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. EXCESSO DE EXECUÇÃO. DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES CORRESPONDENTES A CADA RUBRICA. INPC. UTILIZAÇÃO NAS PLANILHAS DE CÁLCULOS. EXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7 DO STJ.
I - A insurgência acerca da demonstração dos valores correspondentes a cada rubrica contida nas fichas financeiras e nas planilhas de cálculos demanda o necessário o revolvimento do material fático-probatório inserido nos autos, o que é inviável no presente apelo nobre (Súmula nº 7 do STJ).
II - Incabível o exame das questões concernentes a ofensa à coisa julgada e ao excesso de execução decorrente da aplicação do percentual de 3,17% sobre parcelas que não foram pedidas na exordial e não constaram na sentença exeqüenda, porquanto não foram discutidas no acórdão reprochado, aplicando-se às espécies as Súmulas nºs 282 e 356 do Pretório Excelso.
III - Segundo o entendimento desta Corte, além do percentual de 22,07% da variação do IPC-r, é devido sobre a remuneração dos servidores públicos federais o reajuste de 3,17%, relativo à aplicação do art. 28 da Lei nº 8.880/1994.
IV - Para verificar se restou comprovada a utilização do INPC na planilha de cálculos apresentada pelos recorridos, é necessário o exame de matéria probatória, descabido em sede especial, ***ex vi*** *da Súmula nº 7 do STJ.*
Recurso não-conhecido."
(REsp nº 617.495/AL, Relator o Ministro ***FELIX FISCHER****, DJU de 2/8/2004)*
Ressalte-se, a propósito, que o conceito de remuneração engloba o vencimento básico e as demais vantagens pecuniárias.
Nesse sentido:
"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REPOSIÇÃO AO ERÁRIO DE VALORES INDEVIDAMENTE PERCEBIDOS. POSSIBILIDADE. BASE DE INCIDÊNCIA. REMUNERAÇÃO. EXPRESSA PREVISÃO LEGAL.
1. A Lei nº 8.112/1990 claramente distingue o 'vencimento' da 'remuneração', ao fornecer expressamente os seus conceitos, respectivamente, nos arts. 40 e 41, no sentido de que a 'remuneração' engloba o 'vencimento' - vencimento padrão - e as demais vantagens pecuniárias percebidas decorrentes de lei.
Precedentes.
2. Os descontos realizados em folha de pagamento dos servidores públicos, para reposição ao erário de valores indevidamente percebidos, devem se ater aos comandos insertos no art. 46, § 2º, do Estatuto dos Servidores Públicos Federais, que expressamente determinam a incidência sobre a 'remuneração' e não sobre o 'vencimento básico'. Precedente.
3. Recurso especial conhecido e provido."
(REsp nº 513.363/RJ, Relatora a Ministra ***LAURITA VAZ,*** *DJU de 28/11/2005)*
Ante o exposto, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Brasília, 17 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4361)

RECURSO ESPECIAL Nº 979.454 - SP (2007/0193249-9)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
RECORRENTE	: CONCEIÇÃO APARECIDA DE ALMEIDA
ADVOGADO	: ÉRICA APARECIDA PINHEIRO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: CARLOS ANTONIO DIAS

DECISÃO

Eis a ementa do acórdão contra o qual ora se insurge a autora da ação:

"Previdenciário - Aposentadoria por idade - Art. 143 da Lei nº 8.213/91 - Requisitos não preenchidos - Matéria preliminar rejeitada - Apelação do INSS provida - Sentença reformada.
1. Rejeitada a preliminar de inépcia da inicial, pois os documentos mencionados pelo INSS, como indispensáveis à propositura da ação, na verdade estão relacionados à prova do fato constitutivo do direito invocado, e, portanto, devem ser apreciados com o mérito.
2. Não comprovado o exercício da atividade rural, ainda que descontínuo, no período 'imediatamente' anterior à data do requerimento, exigido pelo art. 143 da Lei nº 8.213/91, não se reconhece o direito ao benefício da aposentadoria por idade.
3. Matéria preliminar rejeitada.
4. Apelação do INSS provida.
5. Sentença reformada."

Foram rejeitados os embargos de declaração.
Nas razões deste especial, alega-se que o Tribunal de origem negou vigência tanto às Leis nº 8.213/91, 9.032/95, 9.063/95 e 10.666/03, quanto ao Cód. de Pr. Civil, bem como divergiu do entendimento de outros Tribunais sobre a matéria, pois "deixou de analisar as provas juntadas aos autos, ignorou a prova testemunhal, como se a mesma não fizesse parte do conjunto probatório para a comprovação da atividade rural".
Não merece acolhida a irresignação. A recorrente deixou de proceder à indicação do dispositivo legal porventura violado, não sendo possível identificar com clareza a questão federal a ser apreciada pelo Superior Tribunal. Em suma, o recurso é deficiente. Aplicável, portanto, a Súmula 284/STF.
Ainda que assim não fosse, o Tribunal de origem decidiu nos exatos termos da jurisprudência do Superior Tribunal segundo a qual a comprovação do tempo de serviço rural para fins de concessão de aposentadoria por idade deve ser feita mediante a conjugação do início de prova material com a prova testemunhal, conforme se verifica no seguinte julgado da Terceira Seção:

"Havendo início razoável de prova material, corroborada por prova testemunhal idônea, tem-se comprovada a atividade rural para obtenção de benefício previdenciário." (EREsp-91.635, Ministro Felix Fischer, DJ de 25.2.98.)

Vejam-se, ainda, precedentes da 5ª e 6ª Turmas:

"2. A certidão de casamento constante dos autos não está apta a comprovar o exercício da atividade rural visto que não está corroborada por provas testemunhais do alegado trabalho rural do Autor pelo período imediatamente anterior ao requerimento da aposentadoria." (REsp-590.015, Ministra Laurita Vaz, DJ de 16.2.04.)

"4. Conquanto a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça admita a certidão de casamento como início de prova material, o acórdão recorrido decidiu que a prova testemunhal foi insuficiente para a comprovação do tempo de serviço, sendo indevido, desse modo, a concessão do benefício de aposentadoria por idade." (REsp-345.422, Ministro Hamilton Carvalhido, DJ de 19.12.02.)
Além disso, conforme a nossa jurisprudência, para a concessão de aposentadoria por idade, os requisitos exigidos pela legislação previdenciária - idade e carência - devem ser observados.
Pela leitura do acórdão recorrido, todavia, claro está que o Tribunal Regional examinou o quadro fático-probatório dos autos e considerou não ter sido comprovado o exercício de labor rural pelo período correspondente à carência, sobretudo porque "os depoimentos das testemunhas, às fls. 36/41, não atendem ao objetivo de provar a prestação de serviços rurais pelo período de tempo exigido pelo artigo 143 da citada Lei, no período imediatamente anterior à data do requerimento do benefício". Com efeito, para modificar o entendimento de origem, seria necessário o reexame vedado pela Súmula 7.
Dessarte, aplicável à espécie o caput do art. 557 do Cód. de Pr. Civil, razão pela qual nego seguimento ao recurso.
Publique-se.
Brasília, 11 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4362)

RECURSO ESPECIAL Nº 979.466 - SP (2007/0196838-7)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MARIA BERNADETE BOLSONI PITTON E OUTRO(S)
RECORRIDO	: PAULO ROBERTO LOPES E OUTRO
ADVOGADO	: ANTONIO CARLOS ORTOLA JORGE E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. FAM. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 1º E 4º DO DECRETO Nº 20.910/32. NÃO-OCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO INTERROMPIDA POR CONFISSÃO DA DÍVIDA. ARTIGO 202, VI, CC. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO-DEMONSTRADA. JUROS MORATÓRIOS. AÇÃO PROPOSTA APÓS A EDIÇÃO DA MP Nº 2.180-35/2001. 6% AO ANO. TERMO *A QUO*. CITAÇÃO VÁLIDA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. - Pretensão ao recebimento do Fator de Atualização Monetária (FAM) - Importâncias pagas pela Administração Pública com atraso e de forma singela - Inadmissibilidade - Preliminar de cerceamento de defesa rejeitada - Prescrição afastada porquanto o termo inicial do lapso prescritivo conta-se da última declaração que reconhece a inadimplência - Juros moratórios mantidos - Recursos não providos." (fl. 221)

A recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, negativa de vigência aos artigos 1º e 4º do Decreto nº 20.910/32; 4º do Decreto nº 22.626/33; e 1º-F da Lei nº 9.494/97.
Afirma que o crédito cobrado, por referir-se a parcelas vencidas até 1994, está prescrito, e que a expedição de certidão administrativa reconhecendo a existência de débito não tem o condão de interromper o lapso prescricional, nos termos do Decreto nº 20.910/32.
Defende a inaplicabilidade do artigo 406 do Código Civil e invoca o artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, que impõe à Fazenda Pública, para o pagamento de verbas remuneratórias, juros moratórios de no máximo 6% ao ano.
Argumenta que os juros computados desde o vencimento de cada parcela, constantes da certidão, devem ser excluídos para evitar a incidência de "juros sobre juros", e que "os juros moratórios, em débitos desta natureza, só são devidos a partir da citação, nos termos da Lei nº 4.414/64, art. 1º c.c. art. 405 do Novo Código Civil, art. 219 e Súmula 203 do STJ" (fl. 239).
É o relatório.
Inicialmente, verifica-se que a matéria referente ao artigo 4º do Decreto nº 22.626/33 não foi debatida pelo Tribunal *a quo*, carecendo de prequestionamento e ensejando a aplicação dos Enunciados 282 e 356 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.
Em relação à prescrição, saliente-se que o ato administrativo que reconhece a existência de débito interrompe o prazo prescricional, não cabendo falar, por essa razão, em ofensa aos prazos estabelecidos no Decreto nº 20.910/32. Aplica-se à espécie o disposto no artigo 202, inciso VI, e parágrafo único, do Código Civil:

"Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á:
(...)
VI - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.
Parágrafo único: A prescrição interrompida recomeça a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper."

No caso em debate, foram publicados pelo Tribunal de Justiça Estadual no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 24 de dezembro de 1996 e 14 de maio de 1999, comunicados reconhecendo a existência de débitos em relação a seus servidores que, com amparo no dispositivo acima citado, interromperam o curso do prazo prescricional.
Em seguida, foram expedidas as certidões de fls. 16 e 17 onde constam os valores dos créditos existente em relação aos recorridos, devendo a data de suas expedições, 11 de dezembro de 2003, ser considerada como o termo inicial do prazo prescricional. A ação foi ajuizada em 06 de fevereiro de 2004, não havendo, portanto, que se falar em prescrição.
Acerca do tema, transcrevo os seguintes precedentes:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. FAM. VALORES DEVIDOS. PRESCRIÇÃO. NÃO-OCORRÊNCIA. RECONHECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO. INTERRUPÇÃO. PRECEDENTES.
1. Consoante remansosa jurisprudência desta Corte, havendo o reconhecimento do direito na via administrativa interrompe-se o prazo prescricional.
2. Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 862.779/SP, Rel. Min. LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJ 06.08.2007)

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. FATOR DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA - FAM. PRESCRIÇÃO.
1. Tendo em vista que, a partir de 1999, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferiu comunicados reconhecendo o débito com os servidores, houve interrupção do prazo prescricional naquela data, não ocorrendo prescrição na espécie. Precedentes.
2. Ademais, o comunicado oficial do TJSP, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 14 de maio de 1999, se aperfeiçoou com as certidões expedidas aos seus servidores. E, por essa razão, o termo inicial da prescrição se inicia da data da certidão, que, na hipótese dos autos, foi expedida em 11/09/2003. Como a ação foi ajuizada em 19/09/2003, não é cabível se falar em prescrição intercorrente, pelo fato de não se ter ultrapassado lapso temporal de cinco anos do nascimento da pretensão e da propositura da ação.
3. A jurisprudência deste STJ entende que o reconhecimento administrativo do débito interrompe o prazo prescricional, não cabendo falar em ofensa aos artigos 1º e 3º do Decreto nº 20.910/32. Precedentes.
4. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 805.509/SP, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJ 11.06.2007)

"ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. FATOR DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA - FAM. PRESCRIÇÃO. NÃO-OCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
1. Tendo em vista que, a partir de 1999, a Administração proferiu comunicados reconhecendo o débito com os servidores, houve interrupção do prazo prescricional naquela data, pelo que não há falar em prescrição na espécie. Precedentes.
2. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 778.491/SP, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 04.12.2006)

Inviável, ainda, o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional. Verifica-se que o recorrente, apesar de juntar cópias de julgados, deixou de proceder o cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os paradigmas apresentados, como exigido pelos artigos 541, parágrafo único, do CPC, e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.
Quanto ao exame do artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, cumpre ressalvar o meu entendimento, no sentido da inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 2.180-35/2001, por ofender o princípio da isonomia no que tange aos benefícios conferidos à Fazenda Pública em relação aos particulares. Nesse sentido, confira-se o Recurso Especial nº 877.096/RS, de minha relatoria.
Ressalte-se que este Superior Tribunal de Justiça pacificou a questão, concluindo que os juros de mora nas causas ajuizadas posteriormente à edição da Medida Provisória nº 2.180-35/2001, em que for devedora a Fazenda Pública, devem ser fixados no percentual de de 6% ao ano.
É o caso dos autos, em virtude de a ação ter sido proposta em 2004.
Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE 3,17%. LIMITAÇÃO. JUROS DE MORA. PERCENTUAL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180-35/2001.
1. Os efeitos da sentença que concedeu o reajuste de 3,17% devem ser limitados até a data de 31 de dezembro de 2001, uma vez que a Medida Provisória nº 2.225-45/2001 determinou a incorporação do referido reajuste aos vencimentos dos servidores públicos federais, a partir de 1º de janeiro de 2002.
(...)
3. Vigente a Medida Provisória nº 2.180-35, que acrescentou o artigo 1º-F ao texto da Lei nº 9.494/97, a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que os juros de mora devem ser fixados no percentual de 6% ao ano nas hipóteses em que proposta a ação após a inovação legislativa, taxa incidente não somente nos pagamentos de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, mas também, e com igual razão, nos pagamentos das pensões delas decorrentes.
4. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 826.771/RS, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJ 26.02.2007)

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MILITAR. REAJUSTE DE 28,86%. LIMITAÇÃO AO ADVENTO DA MP 2.131/2000. JUROS MORATÓRIOS. PERCENTUAL. AÇÃO AJUIZADA POSTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA 2.180-35/2001. LEI 9.494/97. LIMITAÇÃO. MEDIDA PROVISÓRIA 2.131/2000. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
1. Os juros moratórios devem ser fixados no percentual de 6% ao ano nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias a servidores e empregados públicos, quando a ação for proposta após o início da vigência da Medida Provisória 2.180-35/2001, que acrescentou o art. 1º-F à Lei 9.494/97. Precedentes.
(...)
3. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 842.572/RS, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 04.12.2006)

No tocante ao termo a quo da incidência dos juros moratórios, a recorrente carece de interesse recursal. O pedido está em consonância com o disposto no acórdão recorrido, como se nota do seguinte trecho do voto condutor:

"Os juros de mora incidentes sobre os valores consignados nas certidões expedidas pelo DEPE devem fluir a partir da citação, nos termos do art. 219 do Código de Processo Civil (...)." (fl. 225)

Diante do exposto, com fundamento no artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dou parcial provimento ao recurso especial, tão somente para fixar os juros moratórios em 6% ao ano.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4363)

RECURSO ESPECIAL Nº 979.551 - DF (2007/0172377-6)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: WANDA DA SILVA HONÓRIO E OUTROS
ADVOGADO	: FERNANDO FREIRE DIAS E OUTRO(S)

DECISÃO

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 3,17%. ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO INFIRMADO. SÚMULA Nº 283/STF.
1. Não ocorre omissão quando o Tribunal de origem decide fundamentadamente todas as questões postas ao seu crivo.
2. Esta Corte firmou compreensão de que o magistrado não está obrigado a se pronunciar sobre todos os pontos abordados pelas partes, máxime quando já tiver decidido a questão sob outros fundamentos.
3. Assentando-se o acórdão recorrido em mais de um fundamento, suficiente, por si só, para manter a decisão, inviável o conhecimento do recurso se a parte deixar de infirmar um deles. (Súmula nº 283/STF)
4. Recurso especial a que se nega seguimento.

Cuida-se de recurso especial, calcado na alínea "a" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal Federal da 1ª Região assim ementado:
"PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO - REAJUSTE DE 3,17% COMINAÇÃO DE MULTA.
1. Para impugnar decisão que manda citar a União determinando que esta aplique o reajuste de 3,17% sobre as remunerações dos ora agravados deve-se valer a parte dos embargos à execução. Cabível, na espécie, a interposição de agravo de instrumento que não deve ser reconhecido.
2. Se a decisão comina multa à União em caso de descumprimento é de ser conhecido o agravo nesta parte para reformar a decisão e afastar a multa que se apresenta incompatível com a sistemática peculiar que rege os procedimentos a serem tomados pela agravante para o cumprimento da decisão.
3. Agravo de instrumento que se conhece, em parte, somente para afastar a mulata cominada á União." (fl. 244)

Opostos declaratórios, restaram rejeitados. (fl. 275)
A recorrente indica, preliminarmente, violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, afirmando que o Tribunal de origem, mesmo instado em sede de embargos declaratórios, foi omisso ao não apreciar questões relevantes ao deslinde da controvérsia.
Aponta ofensa ao artigo 10 da Medida Provisória nº 2.225/2001, sustentando já ter ocorrido o cumprimento da obrigação de fazer porque houve a reestruturação da carreira dos recorridos, tendo os mesmos passado a receber gratificações a partir de abril de 1996.
A irresignação não merece acolhimento.
Percebe-se claramente que a pretensão deduzida foi enfrentada e decidida, tendo o Tribunal de origem apreciado as questões postas ao seu crivo em julgado devidamente fundamentado. Daí porque não é aceitável a alegação de violação do artigo 535 do CPC, pois não se demonstrou a existência dos pressupostos que autorizariam a oposição de embargos declaratórios, instrumento processual que não se destina ao exame de matérias já devidamente analisadas.
De outro lado, não há confundir entre decisão contrária ao interesse da parte e falta de prestação jurisdicional.
Confira-se:
"RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. LIQUIDAÇÃO. MODIFICAÇÃO DO CRITÉRIO DE CÁLCULO FIXADO PELA SENTENÇA LIQUIDANDA. VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA.
1. Não há falar em violação do art. 535 do CPC, se o acórdão recorrido, longe de ser omisso, deu aos dispositivos de regência a interpretação que, sob sua ótica, melhor se coaduna com a espécie. O fato de não ser satisfatória ao recorrente não tem o condão de macular o julgado atacado, a ponto de determinar provimento jurisdicional desta Corte, no sentido de volverem os autos à instância de origem para que lá seja suprida a falta inexistente.
2. (...).
3. Recurso especial conhecido."
*(REsp nº 252.757/SP, Relator o Ministro **FERNANDO GONÇALVES**, DJU de 24/2/2003)*

Registre-se, ademais, o entendimento firmado por esta Corte de que o magistrado não está obrigado a se pronunciar sobre todos os pontos abordados pelas partes, máxime quando já tiver decidido a controvérsia sob outros fundamentos.
Veja-se:
"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRESSUPOSTOS DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EXCEPCIONALIDADE DA CONCESSÃO DE EFEITOS INFRINGENTES.
I - Os embargos de declaração são recurso de natureza particular, cujo objetivo é a declaração do verdadeiro sentido de uma decisão eivada de obscuridade, contradição ou omissão (CPC, art. 535).
II - É inviável a concessão do excepcional efeito infringente, quando a oposição dos declaratórios cinge-se a repisar os fundamentos do recurso anterior.
III - A jurisprudência dominante neste Tribunal Superior proclama a inocorrência de violação do art. 535, incs. I e II, do Código de Processo Civil, se o acórdão recorrido, ainda que sucinto, tiver bem delineado as questões a ele submetidas, não se encontrando o magistrado obrigado a responder a todas as alegações das partes, quando já tiver encontrado motivos suficientes para fundar a decisão, nem ater-se aos fundamentos indicados por elas ou a responder um a um todos os seus argumentos.
IV - Embargos rejeitados."
*(EDcl no REsp nº 202.056/SP, Relator o Ministro **CASTRO FILHO**, DJU de 21/10/2001)*

No mais, deixou a recorrente de infirmar um dos fundamentos do acórdão, qual seja, o de que "cabível, **in casu**, a oposição de embargos à execução providos de efeito suspensivo que, segundo a decisão de fls. 152/153, não foram opostos no momento oportuno, e não a interposição de agravo de instrumento, que não deve ser conhecido." (fl. 241)
Desta forma, o conhecimento da irresignação encontra óbice no enunciado nº 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, segundo o qual *"é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."*
A propósito, confiram-se:
***A** - "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INADMISSIBILIDADE. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA Nº 283/STF. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. ART. 255 DO RISTJ.*
I - Impossibilidade de se conhecer do recurso pela alínea 'a', pois não foram impugnados todos os fundamentos do acórdão hostilizado, restando inatacado um deles, suficiente, por si só, para sustentar a decisão (Súmula nº 283/STF).

II - Para caracterização do dissídio, indispensável que se faça o cotejo analítico entre a decisão reprochada e os paradigmas invocados.
Recurso não conhecido."
*(REsp nº 504.296/RS, Relator o Ministro **FELIX FISCHER**, DJU de 12/8/2003)*

***B** - "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. CORTE. FRAUDE NO APARELHO MEDIDOR NÃO COMPROVADA. FUNDAMENTO NÃO INFIRMADO NAS RAZÕES DE RECURSO ESPECIAL. SÚMULAS NºS 283/STF E 7/STJ.*
*I - O Tribunal **a quo**, para afastar o corte de energia elétrica, entendeu que a cobrança não continha elementos para comprovar a inadimplência do devedor, razão pela qual, incerta a inadimplência, precipitado o corte de energia elétrica com base em tal paradigma.*
*II - A recorrente não atacou especificamente os fundamentos desenvolvidos pelo Tribunal **a quo**, incidindo no óbice sumular nº 283 do STF.*
III - Ademais, ainda que superado tal obstáculo, o alcance de entendimento diverso acerca da inadimplência do usuário e o conseqüente corte de energia demandaria o incurso na seara fático-probatória dos autos, o que é vedado a esta Corte, em sede de recurso especial, conforme enuncia o verbete nº 7 da Súmula deste STJ.
IV - Agravo regimental improvido."
*(AgRg no REsp nº 852.381/RS, Relator o Ministro **FRANCISCO FALCÃO**, DJU de 28/9/2006)*

Ante o exposto, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Brasília, 17 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4364)

RECURSO ESPECIAL Nº 979.599 - MG (2007/0185654-1)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE MINAS GERAIS IEPHA
PROCURADOR	: SERGIO TIMO ALVES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MAGNA RIBEIRO DOS SANTOS
ADVOGADO	: CAIO MÁRCIO L BOSON

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO ESPECIAL. LEIS ESTADUAIS NºS 9.529/87 E Nº 11.728/94. VIOLAÇÃO DO ART. 1º DO DECRETO Nº 20.910/32. ANÁLISE REFLEXA DE LEI LOCAL. INVIABILIDADE. SÚMULA 280/STF. SEGUIMENTO NEGADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assim ementado:

"ADMINISTRATIVO - SERVIDORA PÚBLICA - GRATIFICAÇÃO ESPECIAL INSTITUÍDA PELA LEI Nº 9.529/87 - CESSAÇÃO DO PAGAMENTO - ALEGAÇÃO DE QUE O BENEFÍCIO TERIA SIDO ABSORVIDO PELO NOVO SISTEMA DE REMUNERAÇÃO CRIADO PELA LEI Nº 11.728/94 - PRESCRIÇÃO. A Lei nº 9.529/87, não tendo sido revogada, explícita ou implicitamente, vez que aquela cuidou apenas de estabelecer uma base de cálculo, bem como de fatores de ajustamento, permanecendo inalterada a sistemática da remuneração do servidor." (fl. 153)

O recorrente alega violação do artigo 1º do Decreto nº 20.910/32.
Afirma que a Gratificação Especial estabelecida pela Lei Estadual nº 9.529/97 foi extinta pela Lei Estadual nº 11.728/94, portanto, o prazo prescricional deve ser contado a partir da edição do diploma tido por revogador, pugnando pelo afastamento do Enunciado 85 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.
É o relatório.
O Tribunal *a quo* entendeu que a Lei Estadual nº 11.728/94 não extinguiu nenhum adicional instituído pela Lei Estadual nº 9.529/97, afastando a ocorrência da prescrição do fundo de direito e aplicando o Enunciado 85 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça. Estas são as conclusões do acórdão recorrido:

"O primeiro ponto a ser examinado diz respeito à argüição de prescrição, formulada sob a premissa de que a gratificação especial foi suprimida após a publicação da Lei nº 11.728/94.
Referida norma legal não dispõe especificamente sobre a supressão da gratificação especial, cujo pagamento foi suspenso a partir da interpretação manifestada em pareceres administrativos.
Logo não houve negativa concreta de direito, mas apenas supressão do pagamento daquela gratificação, mês a mês, de modo que não há que se falar em prescrição do fundo do direito.
(...)
Infere-se da Lei nº 11.728/94 que seu objetivo, para a presente espécie, foi alterar os símbolos dos cargos de provimento em comissão de direção superior e dar outras providências.
(...)
Nota-se que a norma alterou a base de cálculo dos cargos de provimento em comissão, não suprimindo a gratificação especial.
(...)
Assim, tem-se que a Lei nº 11.728/94 não a extinguiu, porque à luz da Lei de Introdução do Código Civil, somente ocorre tal efeito quando a lei posterior o declare expressamente ou quando seus dispositivos evidenciarem ser incompatíveis com aqueles da lei anterior, o que não é o caso." (fl. 154/159)

Para se chegar a conclusão distinta, qual seja, a de que a Lei Estadual nº 9.529/87 teria sido revogada pela Lei Estadual nº 11.728/94 e, em conseqüência, declarar a prescrição do fundo de direito, imprescindível seria a análise da legislação local, providência vedada nesta instância pelo Enunciado 280 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.
Saliente-se que é inviável o conhecimento do recurso especial quando a verificação de eventual ofensa à legislação federal demanda o prévio exame de normas locais, tendo em vista que a ofensa à legislação federal deve ocorrer de forma direta, e não reflexa.
A esse respeito, confiram-se os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. ACÓRDÃO RECORRIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. ICMS. EXECUÇÃO FISCAL. SÚMULA 7/STJ. SÚMULA 280/STF. RECURSO INCAPAZ DE INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO DESPROVIDO.
(...)
4. Não é admissível recurso especial quando, para se aferir as alegações do recorrente, é necessário proceder à interpretação de lei local, nos termos da Súmula 280 do STF. 5. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 686.029/SP, Rel. Min. DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJ 21.06.2007)

"REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO. LEI ESTADUAL Nº 11.728/94. REVOGAÇÃO TÁCITA DA LEI ESTADUAL Nº 9.529/87. EXAME DE NORMAS LOCAIS. SÚMULA Nº 280/STF. A afronta ao art. 2º, § 1º, da Lei de Introdução ao Código Civil consubstancia-se na possível revogação tácita da Lei Estadual nº 9.529/87 com a edição da Lei Estadual nº 11.728/94.
Todavia, para a análise da demanda é imprescindível examinar as duas normas locais, situação que inviabiliza o conhecimento do apelo nobre, conforme enunciado da Súmula nº 280/STF." (AgRg no REsp 665287/MG, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ 16.05.2005)

"RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR ESTADUAL. CARGO EM COMISSÃO. GRATIFICAÇÃO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. REVOGAÇÃO TÁCITA (ART. 2º DA LICC). INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF.
(..)
Com vistas a analisar possível afronta ao citado dispositivo da LICC, o Estado recorrente, em verdade, pretende exame e interpretação de legislação estadual (Leis nºs 9.529/87 e 11.728/94), o que é vedado nesta instância, pelo enunciado da Súmula 280/STF.
Recurso não conhecido." (REsp 256.195/MG, Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJ 04.12.2000)

Diante do exposto, com fundamento no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4365)

RECURSO ESPECIAL Nº 979.691 - MS (2007/0191736-9)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: VANESSA BOVE CIRELLO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ARTUR YUTAKA MORIYA E OUTROS
ADVOGADO	: MARA SHEILA SIMINIO LOPES E OUTRO(S)

DECISÃO

Servidores públicos federais ajuizaram ação pleiteando a incorporação aos seus vencimentos do reajuste de 47,94% - assegurado pela Lei nº 8.676/93 - e conseqüentes reflexos, isso com efeitos retroativos a março de 1994, bem como do reajuste de 225,45% em maio de 1994.
A sentença de improcedência do pedido foi reformada, em parte, pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região em acórdão assim ementado:

"Processual Civil - Reajuste da remuneração dos servidores públicos - Lei nº 8.676/93 - Medida Provisória nº 434/94 - IRSM - 47,94% - Não conversão em lei - Perda da eficácia - Índice devido - Quadrimestre janeiro/abril de 1994 - 225,45% - Incabimento - Sentença reformada parcialmente.
1. A Medida Provisória nº 434, que impediu o reajuste da remuneração dos servidores públicos civis e militares pela variação do IRSM, não veio a ser aprovada no trintídio estabelecido na Constituição Federal, tendo sido reeditada por duas vezes, pelo que a lei anterior que tratava da matéria e que se encontrava com sua eficácia suspensa, mas não revogada, voltou a ter efeitos *ex tunc*, a realizar, portanto, a complementação do período necessário à aquisição do direito, consoante se infere do disposto no artigo 62, parágrafo único, da Carta Magna.
2. A edição de novas medidas provisórias, com o mesmo conteúdo da primeira, não tem o condão de convalidar as situações havidas sob o império da medida provisória que não foi aprovada no trintídio estabelecido na Carta Magna, posto que se não houve a sua conversão em lei dentro desse interregno de tempo, perde sua eficácia, e as relações jurídicas decorrentes do período em que houve a sua aplicação somente podem ser reguladas pelo próprio Congresso Nacional, e não através de nova medida provisória, sob pena de violação à competência específica do Poder Legislativo.
3. A aplicação do IRSM aos vencimentos do mês de maio de 1994 apresentava-se como expectativa de direito, pois ausentes as condições necessárias para a aquisição do direito, dado que a MP 434/94, publicada em 28/02/94, bem como as outras que lhe seguiram até a edição da Lei nº 8880/94, revogaram os artigos 1º e 2º da Lei 8676/93, que asseguravam o reajustamento pela variação do IRSM, no quadrimestre de janeiro a abril de 1994.
4. Procedência do pedido no tocante à incorporação aos vencimentos, do percentual de 47,94%, correspondente à 50% da variação do IRSM, verificada nos meses de janeiro e fevereiro de 1994, previsto no inciso I, do artigo 1º da Lei nº 8676/93, restando improcedente o pedido no tocante ao reajustamento de 225% relativo ao quadrimestre janeiro/abril 1994.
5. Sobre o *quantum debeatur* incidirá correção monetária, nos termos do provimento nº 24/97, da Corregedoria deste Tribunal, e juros de mora à base de 6% ao ano, a partir da citação (artigo 1.062 do Código Civil combinado com o artigo 219 do Código de Processo Civil).
6. Tendo em vista que o autor decaiu de parte significativa do pedido, reconheço a sucumbência recíproca, nos termos do artigo 21, do Código de Processo Civil.
7. Recurso parcialmente provido."

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.
Daí este recurso especial, em que o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS alega, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 535, II, do Cód. de Pr. Civil; 6º, § 2º, da Lei de Introdução; 28, parágrafo único, da Lei nº 9.868/99; 1º e 2º da Lei nº 8.676/94; 39 da Medida Provisória nº 434/94; 41 da Medida Provisória nº 457/94; 41 da Medida Provisória nº 482/94; e 43 da Lei nº 8.880/94. Sustenta, em síntese, a inexistência de direito adquirido, porquanto a Medida Provisória nº 434/94 "expressamente revogou as disposições contidas nos artigos 1º e 2º da Lei 8.676/93, não se contemplando o intervalo de tempo exigido pela norma legal para a aquisição do direito ao percebimento do reajuste dos vencimentos" (fl 262).
Não foram apresentadas contra-razões.
A meu ver, o recurso deve ser provido.
É da jurisprudência pacífica do Superior Tribunal a orientação de que, como a Medida Provisória nº 434/94 foi tempestivamente reeditada e posteriormente convertida na Lei nº 8.880/94, não houve a perda de sua eficácia, o que impossibilitou a formação do período aquisitivo. Sendo assim, no caso, os servidores públicos federais não adquiriram o direito à referida reposição. Nesse sentido, vejam-se os seguintes precedentes:

"Recurso especial. Administrativo. Servidor público federal. Lei nº 8.676/93. MP nº 434/94. Lei nº 8.880/94. Reajuste de 47,94%.
Em 28 de fevereiro de 1994, antes, portanto, de se verificar o período aquisitivo previsto na Lei nº 8.676/93 - março de 1994, o reajuste pleiteado com base na variação do IRSM - no percentual de 47,94% - foi expressamente extinto pela Medida Provisória nº 434/94, reeditada, sucessiva e tempestivamente, tendo sido esta convertida na Lei nº 8.880/94. Precedentes.
Recurso não-conhecido." (REsp-624.236, Ministro Felix Fischer, DJ de 2.8.04.)

"Administrativo. Servidor público. Reajuste de 47,94%. Lei 8.676/93 e MP nº 434/94. Impossibilidade. Precedentes do STJ. Agravo desprovido.
I- É pacífico o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça no sentido de não ser devido aos servidores públicos o reajuste de 47,94% decorrente da efetivação da política de remuneração de que trata a Lei nº 8.676/93. Precedentes.
II- Agravo interno desprovido." (AgRg no REsp-737.772, Ministro Gilson Dipp, DJ de 29.8.05.)

"Recurso especial. Agravo regimental. Reajuste de 47,94%. MP 434/94. Reedição. Legitimidade.
1. Conforme pacificado entendimento deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, a MP 434/94 - norma que retirou do mundo jurídico o percentual de 47,94% previsto na Lei 8.676/93 - foi tempestivamente reeditada até ser convertida na Lei 8.880/94.
2. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp-737.425, Ministra Maria Thereza, DJ de 26.3.07.)

À vista disso, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do Cód. de Pr. Civil, dou provimento ao recurso especial para restabelecer a sentença.
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4366)

RECURSO ESPECIAL Nº 979.852 - SP (2007/0187186-1)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO CBPM
PROCURADOR	: CLÁUDIA KIYOMI QUIAN TRANI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA LÚCIA DOS SANTOS E OUTROS
ADVOGADO	: MANUELA ODALEA MATHEUS BORGES E OUTRO(S)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. JUROS DE MORA. AÇÃO AJUIZADA APÓS A EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA 2.180-35/2001. ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97. 6% AO ANO. PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"SERVIDORES PÚBLICOS. POLICIAIS MILITARES. PENSÃO POR MORTE. SEXTA-PARTE. A sexta-parte deve incidir sobre a totalidade do que as pensionistas recebem. Afasta-se o argumento de que o art. 129 da Constituição Estadual atribuiu a Lei 6.628/89 a definição da base de cálculo do benefício, qual seja, salário-base. Incidente de Uniformização de Jurisprudência que fixou 'a sexta-parte deve incidir sobre todas as parcelas componentes dos vencimentos, entendendo-se por vencimentos integrais o padrão mais as vantagens adicionais efetivamente recebidas, salvo as eventuais'. Recurso provido, com observação." (fl. 200)

A recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, violação do artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97. Afirma que o artigo 406 do Código Civil não é aplicável à espécie porquanto o dispositivo violado impõe à Fazenda Pública, para o pagamento de verbas remuneratórias, juros moratórios de no máximo 6% ao ano.
É o relatório.
No tocante à fixação dos juros de mora, importa consignar que firmei entendimento no sentido da inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 2.180-35/2001, por ofender o princípio da isonomia no que tange aos benefícios conferidos à Fazenda Pública em relação aos particulares. A esse respeito, confira-se o Recurso Especial 877.096/RS, de minha relatoria.
Ressalvado meu posicionamento a respeito da questão, cumpre esclarecer que este Superior Tribunal de Justiça assentou o entendimento de que os juros de mora nas causas ajuizadas após a edição da Medida Provisória nº 2.180-35/2001, em que for devedora a Fazenda Pública, devem ser fixados em 6% ao ano. É o caso dos autos, tendo em vista que a ação foi proposta em 14/10/2005 (fl. 2).
Ressalte-se, ainda, que o artigo 406 do Código Civil não se aplica às hipóteses de condenação da Fazenda Pública ao pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não cabendo, portanto, a fixação dos juros em 12% ao ano, como procedido pelo Tribunal *a quo*. A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. JUROS MORATÓRIOS. AÇÃO AJUIZADA APÓS À EDIÇÃO DA MP Nº 2.180/01. FIXAÇÃO NO PATAMAR DE 6% AO ANO.
1. O art. 1º-F, da Lei 9.494/97, que fixa os juros moratórios nas ações ajuizadas contra a Fazenda Pública no patamar de 6%, é de ser aplicado tão somente às demandas ajuizadas após a sua entrada em vigor. Inaplicabilidade do art. 406 do Código Civil de 2002 (Código Moreira Alves). Precedentes.
2. Constitucionalidade do art. art. 1º-F, da Lei 9.494/97 declarada pelo Supremo Tribunal Federal. Ressalva do ponto de vista da relatora.
3. Recurso especial provido." (REsp 877.096/RS, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJ 09.04.2007)

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE 3,17%. LIMITAÇÃO. JUROS DE MORA. PERCENTUAL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180-35/2001.
(...)
3. Vigente a Medida Provisória nº 2.180-35, que acrescentou o artigo 1º-F ao texto da Lei nº 9.494/97, a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que os juros de mora devem ser fixados no percentual de 6% ao ano nas hipóteses em que proposta a ação após a inovação legislativa, taxa incidente não somente nos pagamentos de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, mas também, e com igual razão, nos pagamentos das pensões delas decorrentes.
4. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 826.771/RS, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJ 26/2/2007)

Diante do exposto, com fundamento no artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso especial para fixar os juros de mora em 6% (seis por cento) ao ano.
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4367)

RECURSO ESPECIAL Nº 979.936 - RS (2007/0195247-0)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: LIZANDRO CHAVES DOS SANTOS E OUTROS
ADVOGADO	: FLÁVIO BRAGA PIRES

DECISÃO

Recurso especial interposto pela União, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. EXTENSÃO DO EXCEDENTE DE REAJUSTE GERAL (28,86%) DADO AOS OFICIAIS-GENERAIS PELAS LEIS Nº 8.622 E 8.627/93. TERMO FINAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS MORATÓRIOS. SUCUMBÊNCIA.
1. O índice excedente de aumento de remuneração, na ordem de 28,86%, concedido aos servidores militares, oficiais-generais da União, por força das Leis nº 8.622 e 8.627/93, compõe na revisão geral da remuneração dos servidores públicos. Deve ser estendido aos demais servidores militares, em face do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, compensando-se sobre o seu índice os reajustes diferenciados contemplados pelas mesmas Leis.
2. O escalonamento hierárquico do meio militar não impede a concessão da extensão do reajuste geral de remuneração que, sendo uniforme, incide sobre a remuneração anterior do servidor, produzindo igual escalonamento proporcional.
3. O direito ao reajuste-geral de remuneração encontra termo final em 31/dezembro/2000, eis que à Medida Provisória nº 2.131 de 28/12/2000 atribui-se a produção de efeitos financeiros a partir do subseqüente dia 1º/01/2001 (art. 38).
4. As diferenças remuneratórias a cargo da parte requerida ficam sujeitas à correção monetária, a partir de quando devida cada parcela, com base nos indexadores oficiais.
5. Por força do disposto no art. 1º-F da lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Medida provisória nº 2.180-35 de 24.08.2001, os juros de mora nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verba remuneratória devidas a servidores públicos, sendo a ação aforada ulteriormente à edição daquele diploma legal, não poderão ultrapassar o percentual de 6% ao ano.
6. Advindo da imposição sentencial obrigação de efeito pecuniário, sobre a condenação é que devem ser computados os honorários da sucumbência, não o transmudando o fato de ser vencida a Fazenda Pública (CPC, art.20, §§ 3º e 4º)." (fls. 101/102).
Opostos embargos declaratórios, foram estes rejeitados.
Alega a recorrente omissão no acórdão recorrido, que não teria apreciado os dispositivos tidos por violados, inviabilizando o acesso aos Tribunais Superiores.
Sustenta a prescrição de fundo do direito, ao argumento de que os autores somente ajuizaram a ação após o curso do lapso qüinqüenal da alegada lesão.
Assevera que a concessão da diferença entre o reajuste de 28,86% e o índice já recebido pelos militares importa em ferimento ao princípio castrense da hierarquia.
Afirma que o termo inicial da correção monetária é da data do reconhecimento do direito às alegadas diferenças de reajuste, não tendo incidência, demais, o enunciado nº 43 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça, por não se cuidar de dívida decorrente de ato ilícito.
Além da divergência jurisprudencial, a insurgência especial está fundada na violação dos artigos 93, IX da Constituição Federal, 535, incisos I e II, do Código de Processo Civil, 1º do Decreto nº 20.910/32, 2º, 4º e 6º da Lei nº 8.622/93, 1º e 2º da Lei nº 8.627/93, 1º, parágrafo 2º, da Lei nº 6.899/91.
Recurso tempestivo e admitido.
Tudo visto e examinado, decido.
De início, não conheço da alegada violação do artigo 535 do Código de Processo Civil eis que a recorrente, apesar de apontar o dispositivo legal tido como violado, não demonstrou no que consistiu a negativa de vigência da lei ou, ainda, a sua correta interpretação.
Decerto, a razão do pedido de reforma da decisão recorrida é pressuposto ou requisito para a admissibilidade do recurso, cabendo à parte formulá-lo em estrito cumprimento da lei, não se constituindo tal exigência em formalismo exacerbado.
Com efeito, a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que *"(...) Para viabilizar o conhecimento do especial, pelo fundamento da alínea 'a' do permissivo constitucional, não é suficiente a simples menção explícita aos preceitos de lei que se pretende desafeiçoados (pelo acórdão do Tribunal a quo), mas, ainda, a motivação justificadora, esclarecendo-se, com precisão, em sua dicção e conteúdo, para possibilitar, ao julgador, o cotejo entre o teor dos artigos indicados como violados e a fundamentação do recurso. (...)"* (REsp nº 160.226/RN, Relator Ministro Demócrito Reinaldo, ***in*** DJ 11/5/98).
Tal deficiência inviabiliza a abertura da instância especial, a teor do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, ***verbis***:
"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."
A propósito e por todos, o seguinte precedente, que define o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça:
"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. ALEGADA OFENSA AO ART. 535 DO CPC. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. MILITARES. REAJUSTE DE 28,86%. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA. MP N.º 1.704/98. PRECEDENTES.
1. Se o recorrente aduz ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil mas não evidencia qualquer omissão, contradição ou obscuridade no acórdão recorrido, deixando de demonstrar no que consistiu a alegada ofensa ao mencionado dispositivo, aplica-se, por analogia, o disposto na Súmula 284 do Excelso Pretório.
2. Esta Corte Superior de Justiça firmou o entendimento segundo o qual a edição da Medida Provisória nº 1.704-5/98, que reconheceu aos servidores públicos civis o direito àquele reajuste, implicou na renúncia do prazo prescricional, de acordo com o estabelecido no artigo 202, VI, do Código Civil. Precedentes.
3. Agravo regimental improvido." (AgRgREsp nº 885.292/PR, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, ***in*** DJ 25/6/2007).

Passo seguinte, relativamente à prescrição, esta Corte Superior de Justiça, em casos tais como o dos presentes autos, vinha decidindo que a prescrição do direito de ação atinge tão-somente as prestações vencidas há mais de cinco anos da propositura da ação, por se tratar de relação jurídica de trato sucessivo, atraindo a incidência do enunciado nº 85 da Súmula desta Corte de Justiça:
"Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a fazenda pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior a propositura da ação."
Veja-se, a propósito, o seguinte precedente, em hipótese análoga:
"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. VENCIMENTOS. REAJUSTE. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. OCORRÊNCIA. RETORNO DOS AUTOS. JUROS MORATÓRIOS. APRECIAÇÃO PREJUDICADA. PRESCRIÇÃO. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. SÚMULA 85/STJ. LEIS 8.622/93 E 8.627/93. REVISÃO GERAL DE REMUNERAÇÃO. VERIFICADO QUE DETERMINADAS CATEGORIAS JÁ FORAM BENEFICIADAS PELO AUMENTO. 'COMPENSAÇÃO'.
(...)
*III - **Em se tratando de relação de trato sucessivo, não havendo negativa ao próprio direito reclamado, só há prescrição para as parcelas vencidas antes dos cinco anos anteriores à propositura da ação (Súmula 85/STJ).***
IV - Conforme entendimento firmado no colendo STF (RMS 22.307/DF), o reajuste previsto nas Leis n° 8.622 e 8.627/93 constituiu-se em revisão geral de remuneração, devendo ser estendido aos demais servidores (art. 37, X, da CF). Todavia, como determinadas categorias já foram beneficiadas pelo aumento, deve ser feita a devida compensação na fase de execução do julgado.
V - Desse modo, aqueles militares que foram contemplados com reajustes inferiores ao de 28,86% fazem jus, a contar de 1993, à complementação desse percentual, consistente na diferença entre os índices efetivamente percebidos em virtude da adequação de soldos, postos e graduações, levada a efeito pela Lei nº 8.627/93, e o índice de 28,86%.
Recurso conhecido em parte e, nesta extensão, provido, determinando-se o retorno dos autos à instância de origem." (REsp nº 531.269/SC, Relator Ministro Felix Fischer, ***in*** DJ 22/9/2003 - nossos os grifos).
Ocorre, contudo, que, por ocasião do julgamento dos Embargos de Divergência nº 835.761/RS, da relatoria do Ministro Arnaldo Esteves Lima, consolidou-se nesta Corte o entendimento de que, ao editar a Medida Provisória nº 1.704-5/98, que *"Estende aos servidores públicos civis do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências."*, a Administração Pública renunciou à prescrição do direito dos servidores públicos civis ao reajuste de 28,86%, entendimento este que deve ser estendido aos militares com base no princípio constitucional da isonomia, por se originar o reajuste de revisão geral de vencimentos, devida tanto aos civis quanto aos militares.
Esta, a ementa do julgado:
"ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. MILITAR. REAJUSTE DE 28,86%. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA. MP 1.704/98. REJEIÇÃO.
1. A edição da MP 1.704-5/98, a qual reconheceu aos servidores públicos civis o direito ao reajuste de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento), importou em renúncia do prazo prescricional inclusive para os militares, em observância ao disposto no art. 191 do Código Civil de 2002 e ao princípio da isonomia.
2. Se o reajuste em tela foi estendido aos civis pelo Supremo Tribunal Federal, em última análise, por observância ao princípio da isonomia, não se justifica um tratamento diferenciado quanto ao prazo prescricional para limitar, em relação aos militares, os efeitos patrimoniais da condenação aos 5 (cinco) anos que antecederem a propositura da ação judicial.
3. Embargos de divergência rejeitados." (***in*** DJ 21/5/2007).
Na espécie, todavia, havendo o Tribunal Regional reconhecido a prescrição das parcelas vencidas há mais de cinco anos do ajuizamento da ação, ante a ausência de recurso dos autores é de se manter o acórdão recorrido, pena de ***reformatio in pejus***.
Isso estabelecido, a questão está no direito dos militares à diferença entre os percentuais de reajuste recebidos e o percentual de 28,86% deferido pelas Leis nº 8.237/91 e 8.627/93.
O Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 22.307-7, em que foi Relator o Ministro Marco Aurélio (***in*** DJ 13/6/97), atribuiu ao reajuste concedido pelas Leis nº 8.237/91 e 8.627/93, no percentual médio de 28,86%, a natureza jurídica de reajuste geral de vencimentos, atraindo a incidência da norma inserta na redação original do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, em vigor ao tempo da edição dos diplomas legislativos, quando era assegurado aos militares o reajuste geral de remuneração:
*"X - a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, **sem distinção de índices** entre servidores públicos civis e **militares**, far-se-á sempre na mesma data;"* (nossos os grifos).
E, em se cuidando de reajuste geral de vencimentos, impõe-se afirmar o direito dos militares à diferença entre os percentuais de reajuste recebidos e o percentual de 28,86% deferido pelas Leis nº 8.237/91 e 8.627/93, por força da proibição constitucional de distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, na letra do inciso X do artigo 39 da Constituição Federal, como vigente ao tempo da edição das leis.

Esta, a compreensão que restou pacificada no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça, como se extrai dos seguintes precedentes da Terceira Seção:

"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. MILITAR. REAJUSTE DE 28,86%. REVISÃO GERAL DE REMUNERAÇÃO. DIFERENÇA. PERCENTUAIS COMPLEMENTARES. CABIMENTO. SÚMULA 168 DO STJ. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado. (Súmula 168 do STJ).

2. Nos termos do entendimento firmado pela C. Terceira Seção, o reajuste de 28,86%, por cuidar-se de "revisão geral de remuneração", deve ser repassado integralmente aos militares.

3. Embargos de Divergência rejeitados" (EREsp nº 584.685/BA, Relator Ministro Paulo Medina, ***in*** DJ 28/6/2006).

"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. LEIS NºS 8.622/93 E 8.627/93. REAJUSTE GERAL DE VENCIMENTOS. MILITARES. DIREITO À DIFERENÇA ENTRE O PERCENTUAL RECEBIDO E O ÍNDICE DE 28,86%.

1. Em se cuidando de reajuste geral de vencimentos, impõe-se afirmar o direito dos militares à diferença entre os percentuais de reajuste recebidos e o índice de 28,86%, deferido pelas Leis nº 8.237/91 e 8.627/93, por força da proibição constitucional de distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, na letra do inciso X do artigo 39 da Constituição Federal, como vigente ao tempo da edição das leis.

2. Precedentes da 3ª Seção.

3. Embargos rejeitados." (EREsp nº 584.719/BA, da minha Relatoria, ***in*** DJ 10/4/2006).

"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. LEIS Nos 8.622/93 E 8.627/93. 28,86%. EXTENSÃO AOS MILITARES BENEFICIADOS COM ÍNDICES MENORES. POSSIBILIDADE.

1. Se o Supremo Tribunal Federal, ao afirmar que as Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93 concederam revisão geral de remuneração, assegurou aos servidores públicos civis a percepção do índice de 28,86%, a negativa desse direito aos servidores militares beneficiados com reajustes menores implicaria em desrespeito ao princípio da isonomia e ao disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

2. Matéria pacificada no âmbito da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça.

3. Embargos rejeitados." (EREsp nº 572.079/MG, Relator Ministro Paulo Gallotti, ***in*** DJ 27/3/2006).

"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. REAJUSTE. LEIS N.OS 8.622/93 E 8.627/93. DIREITO ÀS DIFERENÇAS ENTRE O ÍNDICE DE 28,86% E O PERCENTUAL JÁ RECEBIDO. PRECEDENTES DAS TURMAS QUE COMPÕEM A 3ª SEÇÃO. ACÓRDÃO EMBARGADO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DA 3ª SEÇÃO. SÚMULA 168/STJ.

1. O reajuste concedido pelas Leis n.º 8.622/93 e 8.627/93, no percentual médio de 28,86%, tem natureza jurídica de índice geral de revisão vencimentos e soldos do funcionalismo público, consoante entendimento firmado pelo colendo Supremo Tribunal Federal (RMS 22.307-7/DF). Nesse contexto, os servidores públicos militares, que foram contemplados com reajustes inferiores, têm direito às diferenças entre estes e o índice geral de 28,86%, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia, previsto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal. Precedentes das Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte.

2. Nos termos da Súmula 168 desta Corte, "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado".

3. Embargos não conhecidos." (EREsp nº 571.532/MG, Relatora Ministra Laurita Vaz, ***in*** DJ 6/2/2006).

"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR MILITAR. REAJUSTE DE 28,86%. DIFERENÇA. PERCENTUAIS COMPLEMENTARES. CABIMENTO PRECEDENTES DA TERCEIRA SEÇÃO. EMBARGOS NÃO PROVIDOS.

1. O reajuste de 28,86%, por se tratar de revisão geral de remuneração, deve ser repassado integralmente aos militares, nos termos do entendimento firmado pela Terceira Seção.

2. Direito à diferença entre o reajuste concedido e o índice integral de 28,86%.

3. Embargos rejeitados." (EREsp nº 639.488/BA, Relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, ***in*** DJ 12/9/2005).

"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR MILITAR. REAJUSTE DE 28,86%. REVISÃO GERAL DE REMUNERAÇÃO. DIFERENÇA. PERCENTUAIS COMPLEMENTARES. CABIMENTO. PRECEDENTES DA TERCEIRA SEÇÃO.

Nos termos do entendimento firmado pela C. Terceira Seção, o reajuste de 28,86%, por cuidar-se de "revisão geral de remuneração", deve ser repassado integralmente aos militares. Direito à diferença entre o reajuste concedido e o índice integral de 28,86%.

Embargos da União conhecidos, mas rejeitados." (EREsp nº 383.382/RS, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, ***in*** DJ 1º/6/2005).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. LEIS NºS 8.622/93 E 8.627/93. REAJUSTE DE 28,86%. DIREITO ÀS DIFERENÇAS. PRECEDENTES DA EG. TERCEIRA SEÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 168/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

I - Não obstante a jurisprudência deste Eg. Superior Tribunal de Justiça, pelas suas Quinta e Sexta Turmas, estivesse em descompasso por algum tempo, a controvérsia chegou à uniformização, após recentes decisões da Eg. Terceira Seção, no sentido de que o reajuste concedido pelas Leis n.º 8.622/93 e 8.627/93, no percentual médio de 28,86%, tem natureza jurídica de índice geral de revisão vencimentos e soldos do funcionalismo público. Assim, os servidores públicos militares, que foram contemplados com reajustes inferiores, têm direito às diferenças entre estes e o índice geral de 28,86%, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia, previsto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

II - Nos termos da Súmula 168 desta Corte, "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado".

III - Agravo interno desprovido." (AgRgEREsp nº 553.263/BA, Relator Ministro Gilson Dipp, ***in*** DJ 11/5/2005).

Confira-se, ainda, o seguinte precedente do Supremo Tribunal Federal:

"SERVIDORES MILITARES. INCISO X DO ART. 37 DA LEI DAS LEIS (REDAÇÃO ANTERIOR À EC 19/98). DIREITO À REVISÃO GERAL DE 28,86%, DECORRENTE DAS LEIS NºS 8.622/93 E 8.627/93. COMPENSAÇÃO DOS ÍNDICES JÁ CONCEDIDOS PELA PRÓPRIA LEI Nº 8.627/93. INTERPRETAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Ao julgar o RMS 22.307, o Plenário desta Corte decidiu, por maioria, que as Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93 concederam revisão geral de vencimentos aos servidores públicos, da ordem de 28,86%, nos termos do inciso X do art. 37 da Carta de Outubro (redação anterior à EC 19/98). Posteriormente, ao apreciar os embargos de declaração opostos (RMS 22.307-ED), entendeu, também por maioria, que deveriam ser compensados, em cada caso, os índices eventualmente concedidos pela própria Lei nº 8.627/93. ***Tal decisão autoriza concluir que a citada revisão, sendo geral, na forma do dispositivo constitucional em apreço (cuja redação originária não comportava distinção entre civis e militares), é devida, por igual, aos servidores militares, também com a mencionada compensação.*** *Precedentes: REs 303.376-AgR, 398.778-AgR, 403.395-AgR, 405.082-AgR, 407.645-AgR, 427.004-AgR e 427.031-AgR, entre outros, Relator Ministro Carlos Britto; RE 401.467-AgR, Relator Ministro Sepúlveda Pertence; RE 419.075, Relator Ministro Marco Aurélio; RE 438.985-AgR, Relator Ministro Celso de Mello; e RE 436.266-AgR, Relator Ministro Carlos Velloso. Agravo regimental desprovido."* (REAgR nº 443.507/RJ, Relator Ministro Carlos Britto, ***in*** DJ 19/8/2005).

Passo outro, no que tange ao termo inicial da correção monetária dos valores relativos a vencimentos não pagos na época devida, a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça registra reiterados precedentes no sentido de que a correção monetária é devida desde quando originada a prestação.

À guisa de exemplo, vale anotar os seguintes precedentes das duas Turmas que compõem a Terceira Seção, em hipóteses análogas:

"RECURSOS ESPECIAIS. ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE 28,86%. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA. MP N.º 1.704/98. EXTENSÃO AOS MILITARES. PRECEDENTES. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO ART. 2º DA LEI Nº 8.627/93. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO-COMPROVADA.

1. A edição da Medida Provisória nº 1.704-5/98, que reconheceu aos servidores públicos o direito ao reajuste de 28,86%, implicou na renúncia do prazo prescricional. Precedentes.

2. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a negativa aos militares do direito ao reajuste de 28,86%, assegurado aos servidores públicos civis, implicaria em desrespeito ao princípio da isonomia.

3. Aplicação das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal diante da ausência de prequestionamento do artigo 2º da Lei nº 8.627/93.

4. ***Quanto à correção monetária, este Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que ela deve incidir a partir da data em que deveria ter sido efetuado o pagamento de cada parcela.***

(...) (REsp nº 835.761/RS, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, ***in*** DJ 11/12/2006).

"ADMINISTRATIVO. MILITAR. REAJUSTE DE 28,86%. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. MULTA PREVISTA NO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. CARÁTER NÃO-PROTELATÓRIO. VERBETE SUMULAR 98/STJ. LIMITAÇÃO. MEDIDA PROVISÓRIA 2.131/2000. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. VENCIMENTO DE CADA PARCELA. LEIS 8.622/93 E 8.627/93. EXTENSÃO A TODAS AS POSIÇÕES E GRADUAÇÕES DOS MILITARES. REVISÃO GERAL DE REMUNERAÇÃO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. SÚMULA 85/STJ. JUROS MORATÓRIOS. PERCENTUAL. AÇÃO AJUIZADA POSTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA 2.180-35/2001. LEI 9.494/97. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(...)

4. Pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a correção monetária é devida a partir da data em que deveria ter sido efetuado o pagamento.

5. O Supremo Tribunal Federal decidiu que o reajuste concedido pelas Leis 8.622/93 e 8.627/93, no percentual médio de 28,86%, tem natureza jurídica de índice geral de revisão de vencimentos e soldos de todo o funcionalismo público (RMS 22.307-7/DF). Por conseguinte, os militares que foram contemplados com reajustes inferiores têm direito à diferença correspondente. Precedentes.

6. Nas ações em que militares buscam a concessão do reajuste de 28, 86% sem que tenha havido negativa formal da Administração, a prescrição atinge somente as prestações vencidas antes do qüinqüênio que antecede a propositura da ação. Incidência da Súmula 85/STJ.

7. Os juros moratórios devem ser fixados no percentual de 6% ao ano nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias a servidores e empregados públicos, quando a ação for proposta após o início da vigência da Medida Provisória 2.180-35/2001, que acrescentou o art. 1º-F à Lei 9.494/97. Precedentes.

8. Recurso especial conhecido e parcialmente provido para para fixar os juros moratórios no percentual de 6% ao ano e excluir a aplicação da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC." (REsp nº 839.420/RS, Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, ***in*** DJ 25/9/2006).

Pelo exposto, com fundamento no artigo 557, ***caput***, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4368)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.268 - SP (2007/0183692-7)

RELATORA	**:**	**MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	ELISANGELA PEREIRA DE CARVALHO LEITÃO E OUTRO(S)
RECORRIDO	:	MARIA APARECIDA VILLAS BOAS QUEIROZ
ADVOGADO	:	MARCO AURÉLIO DE GOES MONTEIRO

EMENTA

PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MAJORAÇÃO. APLICAÇÃO IMEDIATA DO ART. 75 DA LEI Nº 8.213/91. PRECEDENTES DESTA CORTE. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamentado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que restou assim ementado (fl. 117):

"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO LEGAL. ARTIGO 557, § 1º, CPC. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. ELEVAÇÃO DO COEFICIENTE INCIDENTE SOBRE O SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO NA FORMA DO ARTIGO 75, DA LEI Nº 8.213/91 E NA FORMA DA LEI Nº 9.032/95. APLICAÇÃO DE CRITÉRIOS INAUGURADOS POR LEGISLAÇÃO SUPERVENIENTE. INOCORRÊNCIA DE RETROAÇÃO DA NORMA. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE, AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E AO ATO JURÍDICO PERFEITO.

1. O coeficiente da pensão por morte originalmente composto por uma "quota familiar" equivalente a 50% (cinqüenta por cento) do salário-de-benefício, acrescida de 10% (dez por cento) por dependente, até o máximo de 5 (cinco), consoante o artigo 48, da Consolidação das Leis da Previdência Social (Decreto nº 89.312/84), sofreu alteração com a entrada em vigência da Lei 8.213/91, passando o valor da pensão por morte a ser constituído de 80% (oitenta por cento) do montante da aposentadoria, que o segurado previdenciário recebia, ou daquela que teria direito se aposentado estivesse na época do seu falecimento, acrescido de 10% (dez por cento) por dependente, até o máximo de 02 (dois), na forma do artigo 75.

2. Posteriormente, o coeficiente sofreu nova alteração, em razão da edição da Lei nº 9.032, de 1995, passando a consistir em 100% (cem por cento) do salário- de- beneficio, deixando de existir a parcela familiar e as quotas individuais.

3. Não se trata de hipótese de retroação da norma, mas de aplicação imediata de critérios inaugurados por legislação superveniente, não se vislumbrando violação ao princípio da legalidade e ao ato jurídico perfeito, constitucionalmente garantidos, bem assim, não há que se falar em ferimento ao princípio da igualdade, porquanto a norma que alterou o coeficiente da pensão por morte é aplicável a todos que se encontrem na mesma situação jurídica, isto é, sejam pensionistas à época da respectiva alteração legislativa.

4. Agravo legal a que se nega provimento."

Nas razões do especial (fls. 122/126), alega a autarquia recorrente violação aos arts. 6º da LICC e 75 da Lei nº 8.213/91. Postula a improcedência do pedido da majoração da renda mensal inicial do benefício de pensão por morte a beneficiários que já o recebiam antes da modificação legislativa operada pela Lei nº 9.032/95. Alega, por fim, que a majoração do benefício contraria os princípios da coisa julgada e da irretroatividade das leis, razão pela qual não faz jus a segurada à elevação do valor ao patamar de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício do segurado, na data do óbito.

É o breve relato. Passo a decidir.
Inicialmente, a violação ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil não pode ser apreciada diretamente, mas somente por via transversa, considerando o fato de que o referido dispositivo foi repetido na Constituição Federal de 1988, cuja proteção cabe ao Supremo Tribunal Federal. Assim sendo, no caso em tela, a análise da eficácia imediata da lei no tempo remete à verificação da correta aplicação do art. 75 da Lei nº 8.213/91 e à possibilidade de majoração do benefício de pensão por morte em decorrência da edição da Lei nº 9.032/95.
A pensão por morte está encartada no rol dos benefícios de prestação continuada concedidos exclusivamente aos dependentes do segurado da Previdência Social, cuja finalidade é, na falta de seu mantenedor, garantir a sobrevivência desses.
Antes da edição da Lei de Planos e Benefícios, a matéria era regulada pelo Decreto nº 83.080/79 e, posteriormente, pelo Decreto nº 89.312/84, que, em seu art. 48, estabeleceu que a renda mensal inicial - RMI - da pensão seria de 50% (cinqüenta por cento) do salário-de-benefício a que fazia jus o de cujus, mais 10% (dez por cento) para cada dependente, observado o limite de cinco.
Com o advento da Lei nº 8.213, de 25 de julho de 1.991, seu art. 75 conferiu novos critérios para a obtenção da renda mensal. A RMI passou, então, a ser constituído de uma parcela, relativa à família, de 80% (oitenta por cento) do valor que o segurado recebia ou a que teria direito, se aposentado estivesse quando do óbito, mais tantas parcelas iguais a 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos fossem os seus dependentes, até o máximo de dois. Em caso de falecimento por acidente de trabalho, o valor era de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício ou do salário-de-contribuição vigente no dia do acidente, recaindo a escolha sob o que fosse mais vantajoso.
Editada a Lei nº 9.032, de 29 de abril de 1.995, nova redação foi conferida ao mencionado artigo, vejamos:

Art. 75. O valor mensal da pensão por morte, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no artigo 33 desta Lei.

As sucessivas alterações na renda mensal inicial ocasionaram um conflito intertemporal de normas, qual seja, a possibilidade de ser ou não aplicável a lei mais benéfica, majorando-se o percentual de pensões concedidas sob a égide das legislações anteriores a Lei nº 9.032/95.
A questão é resolvida à luz do que preceitua o art. 471, inciso I, do Código de Processo Civil. Tratando-se de uma relação jurídica continuativa, passível de adequação quando houver modificação no estado de fato ou de direito, é possível a aplicação da nova legislação. Para tanto, pouco importa se o que é exigido para a realização da hipótese normativa tenha origem sob a vigência de lei velha. Interessa, sim, que a questão se faça preencher por uma dada realidade fática-jurídica, coincidente na sua existência por inteiro, com o momento temporal que entra em vigor com a nova norma, justificando assim a sua imediata incidência.
Desta forma, tendo o segurado começado a perceber o benefício antes do advento da Lei nº 8.213/91 e estando recebendo-o até o presente momento, aplicável é a majoração elencada no art. 75 da Lei n. 8.213/91, na redação dada pela Lei nº 9.032/95, não há falar em retroação de lei mais benéfica, mas tão-somente na sua aplicação imediata, em respeito à manutenção da isonomia entre os benefícios.
A propósito, confiram-se os precedentes da Sexta Turma que tratam da matéria em comento:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENSÃO POR MORTE. PERCENTUAL. LEI MAIS BENÉFICA. INCIDÊNCIA. BENEFÍCIO EM MANUTENÇÃO. POSSIBILIDADE.
1. No sistema de direito positivo brasileiro, o princípio tempus regit actum se subordina ao do efeito imediato da lei nova, salvo quanto ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada (Constituição da República, artigo 5º, inciso XXXVI e Lei de Introdução ao Código Civil, artigo 6º).
2. A lei nova, vedada a ofensa ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada, tem efeito imediato e geral, alcançando as relações jurídicas que lhes são anteriores, não, nos seus efeitos já realizados, mas, sim, nos efeitos que, por força da natureza continuada da própria relação, seguem se produzindo, a partir da sua vigência.
3. "L'effet immédiat de la loi doit être considéré comme la règle ordinaire: la loi nouvelle s'applique, dès sa promulgation, à tous les effets qui résulteront dans l'avenir de rapports juridiques nés ou à naître" (Les Conflits de Lois Dans Le Temps, Paul Roubier, Paris, 1929).
4. Indissociável o benefício previdenciário das necessidades vitais básicas da pessoa humana, põe-se na luz da evidência a sua natureza alimentar, a assegurar aos efeitos continuados da relação jurídica a regência da lei nova que lhes recolha a produção vinda no tempo de sua eficácia, em se cuidando de norma nova relativa à modificação de percentual dos graus de suficiência do benefício para o atendimento das necessidades vitais básicas do segurado e de sua família.
5. O direito subjetivo do segurado é o direito ao benefício, no valor irredutível que a lei lhe atribua e, não, ao valor do tempo do benefício, como é da natureza alimentar do benefício previdenciário.
6. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 862.433/PB, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ de 25/6/2007)

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. LEI Nº 9.032/1995. APLICAÇÃO IMEDIATA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.
1. A decisão agravada deve ser mantida pelo que nela se contém, dado que proferida em sintonia com a jurisprudência da Terceira Seção de que a nova redação do art. 75 da Lei nº 8.213/91, conferida pela Lei nº 9.032/95, que elevou a pensão por morte previdenciária a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, tem incidência imediata, independentemente da lei vigente na data do fato gerador.
2. Agravo regimental a que se nega provimento."
(AgRg no Ag 694.277/RS, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ de 6/8/2007)

"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI Nº 8.213/91. LEI 9.032/95. APLICAÇÃO IMEDIATA. LEI Nº 9.528/97. INOVAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.
O dispositivo legal que majora o percentual concernente às cotas de pensão por morte deve ser aplicado a todos os benefícios previdenciários, independentemente da norma vigente quando do seu fato gerador, não havendo falar em retroatividade da lei, mas em incidência imediata. Precedentes.
Em agravo regimental não se pode trazer questão não deduzida no recurso especial, uma vez que impossível inovar.
É defesa a este Superior Tribunal a análise de violação de dispositivos constitucionais, sequer para fins de prequestionamento, em respeito à sua função precípua, que é conferir interpretação uniforme à legislação federal, e a fim de evitar usurpação de competência da Suprema Corte.
Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no Ag 757.858/RS, Rel. Min. PAULO MEDINA, Sexta Turma, DJ de 12/3/2007)

Diante do exposto, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **nego seguimento** ao recurso especial.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4369)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.729 - SP (2007/0198548-8)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: ANTÔNIO GILDÉZIO DE ARAÚJO
ADVOGADO	: SÉRGIO LUIZ AMORIM DE SÁ E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: MAURO PADOVAN JUNIOR

DECISÃO

Recurso especial interposto por Antônio Gildézio de Araújo, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Décima Sétima Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:
"Acidente do trabalho - Conversão do auxílio suplementar em auxílio acidente, cumulado com Revisional para elevação do percentual para 50% do salário benefício, face aplicação da Lei nº 9.032/95 - Inaplicabilidade da incidência imediata da nova lei, em razão de ser mais benéfica - A conversão e revisão pleiteadas são inadmissíveis, em razão do princípio 'tempus regit actum' - Irretroatividade da lei - Aplicação da norma Constitucional - Respeito ao Ato Jurídico Perfeito. Recurso do autor improvido." (fl. 166).
O recorrente pugna, em síntese, pelo provimento do recurso para que lhe seja concedido o benefício de auxílio-acidente, no percentual de 50%, a partir de 28 de abril de 1995.
Além da divergência jurisprudencial, a insurgência especial está fundada na violação do artigo 86, parágrafo 1º, da Lei nº 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 9.032/95.
Recurso tempestivo (fl. 183), não respondido e admitido (fl. 204).
Tudo visto e examinado, decido.
É esta a norma inserta no artigo 9º, ***caput***, da Lei nº 6.367/76:
*"Art. 9º. O acidentado do trabalho que, **após a consolidação das lesões resultantes do acidente, apresentar como seqüelas definitivas, perdas anatômicas ou redução da capacidade funcional**, constantes de relação previamente elaborada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, as quais, **embora não impedindo o desempenho da mesma atividade, demandem, permanentemente, maior esforço na realização do trabalho**, fará jus, a partir da cessão do auxílio-doença, a um auxílio mensal que corresponderá a 20% (vinte por cento) do valor de que trata o inciso II do artigo 5º desta Lei, observado o disposto no § 4º do mesmo artigo."* (nossos os grifos).
Com o advento da Lei nº 8.213/91, o benefício previsto no artigo 9º da Lei nº 6.367/76 foi absorvido pelo regramento do auxílio-acidente, previsto no artigo 86 da Lei nº 8.213/91, que incorporou o suporte fático ensejador do auxílio-suplementar - **redução da capacidade funcional que, embora não impedindo a prática da mesma atividade, demande mais esforço na realização do trabalho** - aos do auxílio-acidente, procedendo dessa forma, à substituição do auxílio-suplementar previsto na legislação anterior pelo auxílio-acidente.
Veja-se, a propósito, o artigo 86 da Lei nº 8.213/91:
"Art. 86. O auxílio-acidente será concedido ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes do acidente do trabalho, resultar seqüela que implique:
*I - **redução da capacidade laborativa que exija maior esforço ou necessidade de adaptação para exercer a mesma atividade, independentemente de reabilitação profissional**;*
II - redução da capacidade laborativa que impeça, por si só, o desempenho da atividade que exercia à época do acidente, porém não o de outra, do mesmo nível de complexidade após reabilitação profissional; ou
III - redução da capacidade laborativa que impeça, por si só, o desempenho da atividade que exercia à época do acidente, porém, não o de outra, de nível inferior de complexidade, após reabilitação profissional.
§ 1º O auxílio-acidente, mensal e vitalício, corresponderá, respectivamente às situações previstas nos incisos I, II e III deste artigo, a 30% (trinta por cento), 40% (quarenta por cento) ou 60% (sessenta por cento) do salário-de-contribuição do segurado vigente no dia do acidente, não podendo ser inferior a esse percentual do seu salário-de-benefício.
§ 2º O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado.
§ 3º O recebimento de salário ou concessão de outro benefício não prejudicará a continuidade do recebimento do auxílio-acidente.
§ 4º Quando o segurado falecer em gozo do auxílio-acidente, a metade do valor deste será incorporada ao valor da pensão se a morte não resultar do acidente do trabalho.
§ 5º Se o acidentado em gozo do auxílio-acidente falecer em conseqüência de outro acidente, o valor do auxílio-acidente será somado ao da pensão, não podendo a soma ultrapassar o limite máximo previsto no § 2º. do art. 29 desta Lei." (nossos os grifos).
A Lei nº 9.032/95 imprimiu ao artigo 86 da Lei nº 8.213/91 a seguinte modificação:
"Art. 86. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza que impliquem em redução da capacidade funcional.
§ 1º O auxílio-acidente mensal e vitalício corresponderá a 50% (cinqüenta por cento) do salário-de-benefício do segurado."
No sistema de direito positivo brasileiro, a lei nova, vedada a ofensa ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada (Constituição da República, artigo 5º, inciso XXXVI, e Lei de Introdução ao Código Civil, artigo 6º), tem efeito imediato e geral, alcançando as relações jurídicas que lhes são anteriores, não, nos seus efeitos já realizados, mas, sim, nos efeitos que, por força de sua natureza continuada, seguem se produzindo, a partir de sua vigência, valendo, a propósito, invocar a lição de **Paul Roubier**:
"(...)
la loi nouvelle respecte tous les effets juridiques produits dans le passé, mais elle gouverne seule et sans partage l'avenir à compter du jour de sa promulgation. Nous parlons ici d'effet immédiat, parce que la loi nouvelle ne souffre plus le maintien de la loi ancienne, même pour les situations juridiques nées au temps où celle-ci était en vigueur, du moment qu'il s'agit d'effets juridiques produits par ces situations après sa promulgation.
L'effet immédiat de la loi doit être considéré comme la règle ordinaire: la loi nouvelle s'applique, dès sa promulgation, à tous les effets qui résulteront dans l'avenir de rapports juridiques nés ou à naître. Par conséquent, en principe, la loi nouvelle doit s'appliquer immédiatement dès le jour fixé pour sa mise en vigueur d'après la théorie de la publication de lois (C. civ., art. 1er, mod. D.-L. 5 nov. 1870): c'est à ce jour que s'établit la séparation des domaines des deux lois." (***in*** Paul Roubier, Les Conflits de Lois Dans Le Temps, volume I, pág. 9, Librairie Du Recueil Sirey, Paris, 1929).
A Constituição da República, definindo o salário mínimo como aquele do trabalhador *"fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidade vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo"* (artigo 7º, inciso IV), e estabelecendo que *"nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo"* (artigo 201, parágrafo 2º), acolheu, na previdência social, o **princípio da suficiência**, do qual decorre que o benefício previdenciário deve atender às necessidades vitais básicas do beneficiário e de sua família, não podendo ser inferior ao valor mensal do salário mínimo.
Celso Ribeiro Bastos, a propósito do tema, assim se manifesta:
"O § 5º do art. 201 dispõe que nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo. Trata-se aqui de uma norma auto-aplicável, que independe de edição de norma infraconstitucional para ter eficácia. Esse benefício deve ser entendido como as prestações continuadas à aposentadoria de qualquer modalidade (auxílio-doença, reclusão e velhice). O Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS não pode pagar a nenhum dos seus filiados benefício como prestação continuada que seja inferior ao salário mínimo.
O dispositivo sob comento está diretamente relacionado com o art. 7º, IV, da Constituição Federal de 1988, que estabelece o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim. Comenta Manoel Gonçalves Ferreira Filho:
'O salário mínimo, em função desta norma, é o mínimo a ser pago como benefício que substitua o salário (salário de contribuição = ganhos habituais), ou o rendimento do trabalho do segurado.'
É justo que assim seja, pois, se o salário mínimo é fixado para 'atender às necessidades vitais básicas' do trabalhador e 'de sua família', o seu quantum é o mínimo indispensável para manutenção do segurado impossibilitado de trabalhar, ou que não encontra trabalho.

Mas o efeito perverso desta norma é o fato de que o Governo Federal se opõe de todos os modos à elevação desse salário mínimo, que seguramente está abaixo do necessário para o atendimento das necessidades vitais básicas do trabalhador (quanto às de sua família, nem pensar...)" (***in*** Comentários à Constituição do Brasil, 8º volume, Editora Saraiva, 1998, São Paulo, págs. 275/276).

É também a Constituição da República que atribui **caráter contributivo** à Previdência Social, assim dispondo nos seus artigos 195 e 201:

*"Art. 195. **A seguridade social será financiada** por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **e das seguintes contribuições sociais**:*

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a receita ou o faturamento;

c) o lucro;

*II - **do trabalhador e dos demais segurados da previdência social**, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;*

III - sobre a receita de concursos de prognósticos.

§ 1º As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

§ 2º A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o poder público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

§ 4º A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.

§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

§ 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b .

7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

*8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, **contribuirão para a seguridade social** mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.*

§ 9° As contribuições sociais previstas no inciso I deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra.

§ 10. A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos.

*§ 11. **É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais de que tratam os incisos I, a, e II deste artigo, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar**."* (nossos os grifos).

*"Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de **caráter contributivo** e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:*

I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;

II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;

III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;

IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;

V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2°.

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.

*§ 2º **Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo**.*

§ 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

§ 5° É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

§ 6° A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.

§ 7° É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

§ 8° Os requisitos a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 9° Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

§ 10. Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado.

*§ 11. **Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei**."* (nossos os grifos).

No sistema previdenciário brasileiro, portanto, duas são as determinantes do **valor do benefício** que substitui o salário-de-contribuição, de que é espécie o auxílio-acidente, quais sejam, a **função** que lhe resulta do **princípio constitucional da suficiência**, por isso que deve atender às necessidades vitais básicas do segurado e de sua família, e os **graus de atendimento dessas necessidades vitais básicas**, que imperativamente decorrem, por primeiro, da **natureza contributiva da previdência social** e, por segundo, da variabilidade da contribuição previdenciária obrigatória, em conseqüência do valor diferenciado do salário-de-contribuição, que nada mais é do que a remuneração do empregado ou do trabalhador avulso, cujo valor mínimo é o do piso salarial ou do salário mínimo.

Indissociável o benefício previdenciário das necessidades vitais básicas da pessoa humana, põe-se na luz da evidência a sua **natureza alimentar**, a assegurar aos efeitos continuados da relação jurídica a regência da lei nova que lhes recolha a produção vinda no tempo de sua eficácia, **em se cuidando de norma nova relativa à modificação de percentual dos graus de suficiência do benefício para o atendimento das necessidades vitais básicas do segurado e de sua família**.

Nada se opõe, desse modo, à incidência imediata da lei nova sobre os benefícios de auxílio-acidente **pendentes de concessão**, à falta de ofensa qualquer a ato jurídico perfeito, direito adquirido ou coisa julgada, por isso que o direito subjetivo do segurado é o direito ao benefício, no valor irredutível que a lei lhe atribua e, não, ao valor do tempo do benefício, **como é da natureza alimentar do benefício previdenciário**.

Tem-se, assim, que transformado o auxílio-suplementar em auxílio-acidente, a norma tem incidência imediata, atribuindo aos segurados os efeitos desta transformação, sem embargo do acidente ter ocorrido sob a égide da lei anterior.

Nesse sentido, o entendimento da Egrégia Terceira Seção:

"PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA AUXÍLIO-ACIDENTE. BENEFÍCIO CONCEDIDO ANTES DA LEI Nº 9.032/95. ALTERAÇÃO. RETROATIVIDADE DA LEI MAIS BENÉFICA.

1 - Consoante o novo entendimento da Eg. Terceira Seção, a retroatividade da lei previdenciária mais benéfica abrange também as situações consolidadas. Precedente.

2 - Assim, o percentual de 50% (cinqüenta por cento) estabelecido pela Lei n.º 9.032/95, que altera o § 1º, do art. 86, da Lei n.º 8.213/91, se aplica aos benefícios já concedidos sob a égide da legislação anterior.

3 - Embargos de divergência rejeitados." (EREsp nº 335.065/SC, Relator Ministro Fernando Gonçalves, ***in*** DJ 11/12/2002).

Pelo exposto, com fundamento no artigo 544, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso para, reformando o acórdão recorrido, julgar procedente o pedido do autor, condenando o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a majorar do benefício de auxílio-acidente, para o percentual de 50% do salário-de-contribuição, a partir da vigência da Lei nº 9.032/95, observada a prescrição qüinqüenal.

Tendo em vista o caráter alimentar do débito, fixo os juros moratórios em 1% ao mês. Correção monetária na forma da Lei nº 6.899/81. Em face do que dispõe o artigo 20, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil, fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor dos benefícios vencidos até a data da sentença. Custas ***ex lege***.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4370)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.750 - SP (2007/0198636-1)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ESTELA VILELA GONCALVES E OUTRO(S)
RECORRIDO	: VALDINÉA DA CUNHA SILVA
ADVOGADO	: WALDYR PEREIRA NOBREGA JUNIOR E OUTRO(S)

DECISÃO

Recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal contra acórdão da Nona Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

"CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. MAJORAÇÃO DO COEFICIENTE DE PENSÃO POR MORTE. APLICAÇÃO DO ARTIGO 75, DA LEI N. 8.213/91, EM SUA REDAÇÃO ORIGINAL E PELA REDAÇÃO DADA PELA LEI N. 9.032/95. INEXISTENTE VIOLAÇÃO A ATO JURÍDICO PERFEITO. APLICABILIDADE IMEDIATA DA LEI MAIS BENÉFICA. TERMO INICIAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. JUROS DE MORA. CORREÇÃO MONETÁRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUSTAS. DESPESAS PROCESSUAIS.

1- A renda mensal inicial do benefício de pensão por morte é calculada nos moldes da legislação vigente à época da concessão, bem como devem ser atendidos todos os requisitos impostos (tempus regit actum). Porém, o benefício previdenciário é uma obrigação de trato continuado, que se aperfeiçoa a cada mês, e o seu valor, a ser pago ao beneficiário, deve estar de acordo com a legislação vigente à época do pagamento.

2- Não se cogita de retroatividade da lei posterior, mas sim, incidência imediata da legislação atinente ao "quantum" devido mensalmente, em virtude de ser o benefício percebido continuadamente, não se consubstanciando em ofensa ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito ou à coisa julgada.

3- In casu, o benefício da parte autora foi concedido em 18/03/1987 - fl. 12, ou seja, sob a égide da legislação pretérita à Lei n. 8.213/91. Assim sendo, os coeficientes de cálculo de sua pensão devem ser majorados nos termos do que prevê o artigo 75 da Lei n. 8.213/91, em sua redação original, e na redação dada pela Lei n. 9.032/95, a partir, respectivamente, de 25 de julho de 1991 e 29 de abril de 1995.

4- Os valores em atraso são devidos, independentemente da existência de requerimento administrativo, desde de 25 de julho de 1991 (para o percentual previsto na redação original da Lei n. 8.213/91) e 29 de abril de 1995 (para o percentual previsto no art. 75 da Lei n. 8.213/91, com nova redação dada pela Lei n. 9.032/95)

5- Deve ser reconhecida a prescrição das parcelas vencidas antes do qüinqüênio que antecedeu o ajuizamento da presente ação, em observância ao disposto no art. 103, parágrafo único, da Lei n. 8.213/91, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes.

6- Os juros de mora devem ser a razão de 1% ao mês, contados da citação, nos termos do art. 406 do Código Civil, c/c o artigo 161 do CTN.

7- Correção monetária a ser aplicada a partir de cada vencimento, utilizando-se os mesmos índices que corrigem os benefícios previdenciários, nos termos nos termos do art. 454, do Provimento n. 64, de 28 de abril de 2005, da Corregedoria-Geral do Tribunal Regional Federal da 3a Região.

8- Os honorários advocatícios devem ser fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas vencidas até a prolação do acórdão, nos termos do verbete n. 111 da Súmula do STJ e artigo. 20, § 3º, do Código de Processo Civil.

9- Indevidas as custas pelo INSS, em razão de isenção legal.

10- Apelação da parte autora a que se dá parcial provimento." (fl. 62).

Opostos embargos declaratórios, foram estes rejeitados, com aplicação de multa de 1%.

A insurgência especial está fundada na violação dos artigos 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil, 75 da Lei nº 8.213/91 e 6º, parágrafo 1º, da Lei de Introdução ao Código Civil.

Sustenta o recorrente que a concessão do benefício se deu nos termos da legislação previdenciária vigente à época, constituindo-se, portanto um ato jurídico perfeito e acabado, isento de qualquer abrangência pelos novos dispositivos legais.

Afirma, por fim, que a oposição dos embargos declaratórios teve fim de prequestionamento, sendo indevida, desse modo, a multa de 1% (um por cento), aplicada.

Recurso tempestivo (fl. 79), sem resposta e admitido (fl. 98).

Tudo visto e examinado, decido.

A questão está na aplicabilidade do artigo 75 da Lei nº 8.213/91 e da Lei nº 9.032/95, que o modificou, às pensões por morte deferidas ao tempo da vigência da Consolidação das Leis da Previdência Social.

Afirmou o acórdão impugnado a incidência da lei nova, qual seja, da Lei nº 9.032/95, em relação às **pensões por morte em manutenção**, forte, digamos assim, no entendimento que sufragamos da eficácia imediata da lei nova quanto às prestações continuadas que, embora tenham por fonte relações jurídicas aperfeiçoadas sob a regência da lei anterior, permanecem se reproduzindo na vigência da lei nova.

É esta a norma inserta no artigo 48 da CLPS:

"Art. 48. O valor da pensão devida ao conjunto dos dependentes é constituído de uma parcela familiar de 50% (cinqüenta por cento) do valor da aposentadoria que ele recebia ou a que teria direito se na data de seu falecimento estivesse aposentado, mais tantas parcelas de 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos forem os seus dependentes, até o máximo de 5 (cinco)."

Vigente a Lei 8.213/91, assim dispôs na letra do seu artigo 75:

"Art. 75. O valor mensal da pensão por morte será:

a) constituído de uma parcela, relativa à família, de 80% (oitenta por cento) do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou a que teria direito, se estivesse aposentado na data do seu falecimento, mais tantas parcelas de 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos forem os seus dependentes, até o máximo de 2 (duas);

b) 100% (cem por cento) do salário-de-benefício ou do salário-de-contribuição vigente no dia do acidente, o que for mais vantajoso, caso o falecimento seja conseqüência de acidente do trabalho."

A Lei 9.032 imprimiu ao artigo 75 da Lei nº 8.213/91 a seguinte modificação:
"Art. 75. O valor mensal da pensão por morte, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no artigo 33 desta Lei."
A questão está em saber se a lei nova tem incidência nos benefícios em manutenção.
A resposta há de ser afirmativa.
No sistema de direito positivo brasileiro, a lei nova, vedada a ofensa ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada (Constituição da República, artigo 5º, inciso XXXVI e Lei de Introdução ao Código Civil, artigo 6º), tem efeito imediato e geral, alcançando as relações jurídicas que lhes são anteriores, não, nos seus efeitos já realizados, mas, sim, nos efeitos que, por força de sua natureza continuada, seguem se produzindo, a partir de sua vigência, valendo, a propósito, invocar a lição de **Paul Roubier**:
"(...)
la loi nouvelle respecte tous les effets juridiques produits dans le passé, mais elle gouverne seule et sans partage l'avenir à compter du jour de sa promulgation. Nous parlons ici d'effet immédiat, parce que la loi nouvelle ne souffre plus le maintien de la loi ancienne, même pour les situations juridiques nées au temps où celle-ci était en vigueur, du moment qu'il s'agit d'effets juridiques produits par ces situations après sa promulgation.
L'effet immédiat de la loi doit être considéré comme la règle ordinaire: la loi nouvelle s'applique, dès sa promulgation, à tous les effets qui résulteront dans l'avenir de rapports juridiques nés ou à naître. Par conséquent, en principe, la loi nouvelle doit s'appliquer immédiatement dès le jour fixé pour sa mise en vigueur d'après la théorie de la publication de lois (C. civ., art. 1er, mod. D.-L. 5 nov. 1870): c'est à ce jour que s'établit la séparation des domaines des deux lois." (***in*** Paul Roubier, Les Conflits de Lois Dans Le Temps, volume I, pág. 9, Librairie Du Recueil Sirey, Paris, 1929).
A Constituição da República, definindo o salário mínimo como aquele do trabalhador *"(...) fixado em* ***lei,*** *nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo"* (artigo 7º, inciso IV), e estabelecendo que *"(...) nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo"* (artigo 201, parágrafo 2º), acolheu, na previdência social, o **princípio da suficiência**, do qual decorre que o benefício previdenciário deve atender às necessidades vitais básicas do beneficiário e de sua família, não podendo ser inferior ao valor mensal do salário mínimo.
Celso Ribeiro Bastos, a propósito do tema, assim se manifesta:
"O § 5º do art. 201 dispõe que nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo. Trata-se aqui de uma norma auto-aplicável, que independe de edição de norma infraconstitucional para ter eficácia. Esse benefício deve ser entendido como as prestações continuadas à aposentadoria de qualquer modalidade (auxílio-doença, reclusão e velhice). O Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS não pode pagar a nenhum dos seus filiados benefício como prestação continuada que seja inferior ao salário mínimo.
O dispositivo sob comento está diretamente relacionado com o art. 7º, IV, da Constituição Federal de 1988, que estabelece o salário mínimo, fixado em ***lei,*** *nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim. Comenta Manoel Gonçalves Ferreira Filho:*
'O salário mínimo, em função desta norma, é o mínimo a ser pago como benefício que substitua o salário (salário de contribuição = ganhos habituais), ou o rendimento do trabalho do segurado.
É justo que assim seja, pois, se o salário mínimo é fixado para 'atender às necessidades vitais básicas' do trabalhador e 'de sua família', o seu quantum é o mínimo indispensável para manutenção do segurado impossibilitado de trabalhar, ou que não encontra trabalho.
Mas o efeito perverso desta norma é o fato de que o Governo Federal se opõe de todos os modos à elevação desse salário mínimo, que seguramente está abaixo do necessário para o atendimento das necessidades vitais básicas do trabalhador (quanto às de sua família, nem pensar...)!" (***in*** Comentários à Constituição do Brasil, 8º volume, Editora Saraiva, 1998, São Paulo, pág. 275/276).
É também a Constituição da República que atribui **caráter contributivo** à Previdência Social, assim dispondo nos seus artigos 195 e 201:
"Art. 195. ***A seguridade social será financiada*** *por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios,* ***e das seguintes contribuições sociais:***
I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:
a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;
b) a receita ou o faturamento;
c) o lucro;
II - ***do trabalhador e dos demais segurados da previdência social,*** *não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;*
III - sobre a receita de concursos de prognósticos.
§ 1º As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.
§ 2º A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.
§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em ***lei****, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.*
§ 4º A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.
§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
§ 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b.
§ 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.
§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, ***contribuirão para a seguridade social*** *mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.*
§ 9° As contribuições sociais previstas no inciso I deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra.
§ 10. A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos.
§ 11. ***É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais de que tratam os incisos I, a, e II deste artigo, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar****."*

"Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de ***caráter contributivo*** *e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:*
I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;
II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;
III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;
IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;
V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º.
§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.
§ 2º ***Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.***
§ 3° Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.
§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.
§ 5° É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
§ 6° A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.
§ 7° É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:
I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;
II - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.
§ 8° Os requisitos a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
§ 9° Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.
§ 10. Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado.
§ 11. ***Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.****"* (nossos os grifos).
No sistema previdenciário brasileiro, portanto, duas são as determinantes do **valor do benefício** que substitui o salário-de-contribuição, de que é espécie a pensão por morte, quais sejam, a **função** que lhe resulta do **princípio constitucional da suficiência**, por isso que deve atender às necessidades vitais básicas do segurado e de sua família, e os **graus de atendimento dessas necessidades vitais básicas**, que imperativamente decorrem, por primeiro, da **natureza contributiva da previdência social** e, por segundo, da variabilidade da contribuição previdenciária obrigatória, em conseqüência do valor diferenciado do salário-de-contribuição, que nada mais é do que a remuneração do empregado ou do trabalhador avulso, cujo valor mínimo é o do piso salarial ou do salário mínimo.
Indissociável o benefício previdenciário das necessidades vitais básicas da pessoa humana, põe-se na luz da evidência a sua **natureza alimentar**, a assegurar aos efeitos continuados da relação jurídica a regência da lei nova que lhes recolha a produção vinda no tempo de sua eficácia, **em se cuidando de norma nova relativa à modificação de percentual dos graus de suficiência do benefício para o atendimento das necessidades vitais básicas do segurado e de sua família**.
Nada se opõe, desse modo, à incidência da lei nova sobre os benefícios de pensão por morte em manutenção, à falta de ofensa qualquer a ato jurídico perfeito, direito adquirido ou coisa julgada, por isso que o direito subjetivo do dependente do segurado é o direito à pensão, no valor irredutível que a lei lhe atribua e, não, ao valor do tempo do benefício, **como é da natureza alimentar do benefício previdenciário**.
Vale averbar, em remate, que a questão do percentual de suficiência do benefício em nada se confunde com a do reajuste previsto no parágrafo 4º do artigo 201 da Constituição da República.
Não é outro o entendimento consagrado pela Egrégia 3ª Seção deste Superior Tribunal de Justiça:
"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE AÇÃO ACIDENTÁRIA. LEI MAIS BENÉFICA. INCIDÊNCIA. BENEFÍCIOS EM MANUTENÇÃO. POSSIBILIDADE.
1. No sistema de direito positivo brasileiro, o princípio ***tempus regit actum*** *se subordina ao do efeito imediato da lei nova, salvo quanto ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada (Constituição da República, artigo 5º, inciso XXXVI e Lei de Introdução ao Código Civil, artigo 6º).*
2. A lei nova, vedada a ofensa ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada, tem efeito imediato e geral, alcançando as relações jurídicas que lhes são anteriores, não, nos seus efeitos já realizados, mas, sim, nos efeitos que, por força da natureza continuada da própria relação, seguem se produzindo, a partir da sua vigência.
3. 'L'effet immédiat de la loi doit être considéré comme la règle ordinaire: la loi nouvelle s'applique, dès sa promulgation, à tous les effets qui résulteront dans l'avenir de rapports juridiques nés ou à naître'. (Les Conflits de Lois Dans Le Temps, Paul Roubier, Paris, 1929).
4. Indissociável o benefício previdenciário das necessidades vitais básicas da pessoa humana, põe-se na luz da evidência a sua natureza alimentar, a assegurar aos efeitos continuados da relação jurídica a regência da lei nova que lhes recolha a produção vinda no tempo de sua eficácia, em se cuidando de norma nova relativa à modificação de percentual dos graus de suficiência do benefício para o atendimento das necessidades vitais básicas do segurado e de sua família.
5. O direito subjetivo do segurado é o direito ao benefício, no valor irredutível que a lei lhe atribua e, não, ao valor do tempo do benefício, como é da natureza alimentar do benefício previdenciário.
6. Embargos conhecidos, mas rejeitados." (EREsp 238.816/SC, Relator p/ acórdão Ministro Hamilton Carvalhido, ***in*** DJ 27/2/2003).
Outro não foi o entendimento do acórdão recorrido.
Tem incidência, assim, o enunciado da Súmula nº 83 desta Corte Superior de Justiça, ***verbis***:
"Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrido."
Por fim, este Tribunal consolidou já o entendimento no sentido de não ser cabível a multa do parágrafo único do artigo 538 do Código de Processo Civil quando os declaratórios apresentarem notório propósito de prequestionamento, conforme Enunciado nº 98 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça ***verbis***:
"Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório."
Nesse sentido:
"PREVIDENCIÁRIO - ACIDENTÁRIA - TERMO INICIAL - PERÍCIA JUDICIAL - PRECEDENTES - APLICAÇÃO DE MULTA.
- O termo inicial para a concessão do benefício de auxílio-acidente é o da apresentação do laudo médico-pericial em juízo, quando não reconhecida a incapacidade administrativamente. Precedentes desta Corte.
- ***Não se revestem de caráter protelatório os embargos de declaração interpostos para fins de prequestionamento. Exclusão da multa aplicada. Incidência da Súmula 98 desta Corte.***

- *Recurso especial conhecido e provido."* (REsp nº 383.792/MG, Relator Ministro Jorge Scartezzini, ***in*** DJ 5/8/2002 - nossos os grifos).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 544, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil, dou parcial provimento ao recurso especial para tão-somente afastar a pena de multa de 1% aplicada.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4371)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.757 - SP (2007/0198517-3)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: BENEDITA DIVINA CLEMENTE DA SILVA
ADVOGADO	: ELIANE REGINA MARTINS FERRARI
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: ELIANE MENDONCA CRIVELINI

DECISÃO

Recurso especial interposto por Benedita Divina Clemente da Silva, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:
"PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURAL - REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS - APELAÇÃO DA PARTE AUTORA IMPROVIDA - SENTENÇA MANTIDA.
1. Não comprovado o exercício da atividade rural, ainda que descontínuo, no período "imediatamente" anterior à data do requerimento, exigido pelo art. 143 da Lei nº 8.213/91, não se reconhece o direito à aposentadoria por idade.
2. A Lei nº 8.213/91 não admite prova exclusivamente testemunhal para comprovação de tempo de serviço, dispondo o art. 55, § 3º, dessa Lei, que a prova testemunhal só produzirá efeito quando baseada em início de prova material.
3. Apelação da parte autora improvida.
4. Sentença mantida." (fl. 87).
Sustenta a recorrente que os documentos de registro civil, tal como a certidão de casamento, certidão de óbito do marido e certidão de nascimento de 03 filhos, onde consta a profissão de seu falecido marido como lavrador, constituem início de prova material do exercício da atividade rural, a autorizar a contagem do tempo de serviço para fins de concessão de benefício previdenciário de aposentadoria por idade, juntamente com a prova testemunhal harmônica produzida.
Além da divergência jurisprudencial, a violação dos artigos 48 e 143, inciso II, da Lei nº 8.213/91 funda a insurgência especial.
Recurso tempestivo (fl. 114), não respondido e admitido (fl. 130).
Tudo visto e examinado, decido.
Com o advento da Lei nº 8.213/91, restou assegurada aos trabalhadores e empregados rurais cobertos pela antiga Previdência Social Rural (Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971), ora enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, na forma da alínea "a" do inciso I, ou do inciso IV ou VII do artigo 11 do aludido diploma legal, ou aos seus dependentes, a percepção dos seguintes benefícios:
"Art. 143. O trabalhador rural ora enquadrado como segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social, na forma da alínea a do inciso I, ou do inciso IV ou VII do art. 11 desta lei, ou os seus dependentes, podem requerer, conforme o caso:
I - auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, auxílio-reclusão ou pensão por morte, no valor de 1 (um) salário mínimo, durante 1 (um) ano, contado a partir da data da vigência desta lei, desde que seja comprovado o exercício de atividade rural com relação aos meses, imediatamente anteriores ao requerimento do benefício, mesmo que de forma descontínua, durante período igual ao da carência do benefício; e
II - aposentadoria por idade, no valor de 1 (um) salário mínimo, durante 15 (quinze) anos, contados a partir da data da vigência desta lei, desde que seja comprovado o exercício de atividade rural nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à data do requerimento, mesmo de forma descontínua, não se aplicando, nesse período , para o segurado especial, o disposto no inciso I do art. 39.*"* (artigo 143 da Lei nº 8.213/91, na sua redação original - nossos os grifos).
Ao que se tem, para a concessão de aposentadoria por idade a rurícola, **bastava a comprovação do exercício de atividade rural nos últimos 5 anos anteriores à data do requerimento**, mesmo de forma descontínua, não se aplicando, nesse período, para o segurado especial, o disposto no inciso I do artigo 39 da Lei nº 8.213/91, que exige a comprovação da atividade rural, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, igual ao número de meses correspondentes à carência do benefício requerido.
Editada a Lei nº 9.063, de 14 de junho de 1995, o artigo 143 antes aludido passou a ter a seguinte redação:
"Art. 143. O trabalhador rural ora enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social, na forma da alínea "a" do inciso I, ou do inciso IV ou VII do art. 11 desta Lei, pode requerer aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir da data de vigência desta Lei, ***desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício.****"* (nossos os grifos).
A comprovação do tempo de serviço, por sua vez, seja ele urbano, seja rural, é informada pelo artigo 55 da Lei nº 8.213/91, cujo teor é o seguinte:
Art. 55. ***O tempo de serviço será comprovado na forma estabelecida no Regulamento****, compreendendo, além do correspondente às atividades de qualquer das categorias de segurados de que trata o art. 11 desta Lei, mesmo que anterior à perda da qualidade de segurado:*
I - o tempo de serviço militar, inclusive o voluntário, e o previsto no § 1º do art. 143 da Constituição Federal, ainda que anterior à filiação ao Regime Geral de Previdência Social, desde que não tenha sido contado para inatividade remunerada nas Forças Armadas ou aposentadoria no serviço público;
II - o tempo intercalado em que esteve em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez;
III - o tempo de contribuição efetuada como segurado facultativo;
IV - o tempo de serviço referente ao exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não tenha sido contado para efeito de aposentadoria por outro regime de previdência social;
V - o tempo de contribuição efetuado por segurado depois de ter deixado de exercer atividade remunerada que o enquadrava no art. 11 desta Lei;
VI - o tempo de contribuição efetuado com base nos artigos 8º e 9º da Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991, pelo segurado definido no artigo 11, inciso I, alínea "g", desta Lei, sendo tais contribuições computadas para efeito de carência.
§ 1º A averbação de tempo de serviço durante o qual o exercício da atividade não determinava filiação obrigatória ao anterior Regime de Previdência Social Urbana só será admitida mediante o recolhimento das contribuições correspondentes, conforme dispuser o Regulamento, observado o disposto no § 2º.
§ 2º O tempo de serviço do segurado trabalhador rural, anterior à data de início de vigência desta Lei, será computado independentemente do recolhimento das contribuições a ele correspondentes, exceto para efeito de carência, conforme dispuser o Regulamento.
§ 3º A comprovação do tempo de serviço para os efeitos desta Lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme o disposto no art. 108, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento.*"* (nossos os grifos).
Veja-se, ainda, o que dispõe o atual Regulamento da Previdência Social (Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999) sobre a prova do tempo de serviço:
"Art. 62. A prova de tempo de serviço, considerado tempo de contribuição na forma do art. 60, observado o disposto no art. 19 e, no que couber, as peculiaridades do segurado de que tratam as alíneas "j" e "l" do inciso V do ***caput*** *do art. 9º e do art. 11,* ***é feita mediante documentos que comprovem o exercício de atividade nos períodos a serem contados, devendo esses documentos ser contemporâneos dos fatos a comprovar e mencionar as datas de início e término*** *e, quando se tratar de trabalhador avulso, a duração do trabalho e a condição em que foi prestado.*
§ 1º As anotações em Carteira Profissional e/ou Carteira de Trabalho e Previdência Social relativas a férias, alterações de salários e outras que demonstrem a seqüência do exercício da atividade podem suprir possível falha de registro de admissão ou dispensa.
§ 2º Servem para a prova prevista neste artigo os documentos seguintes:
I - o contrato individual de trabalho, a Carteira Profissional e/ou a Carteira de Trabalho e Previdência Social, a carteira de férias, a carteira sanitária, a caderneta de matrícula e a caderneta de contribuições dos extintos institutos de aposentadoria e pensões, a caderneta de inscrição pessoal visada pela Capitania dos Portos, pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e declarações da Receita Federal;
II - certidão de inscrição em órgão de fiscalização profissional, acompanhada do documento que prove o exercício da atividade;
III - contrato social e respectivo distrato, quando for o caso, ata de assembléia geral e registro de firma individual;
IV - contrato de arrendamento, parceria ou comodato rural;
V - certificado de sindicato ou órgão gestor de mão-de-obra que agrupa trabalhadores avulsos;
VI - comprovante de cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, no caso de produtores em regime de economia familiar;
VII - bloco de notas do produtor rural; ou
VIII - declaração de sindicato de trabalhadores rurais ou colônia de pescadores, desde que homologada pelo Instituto Nacional do Seguro Social.
§ 3º Na falta de documento contemporâneo podem ser aceitos declaração do empregador ou seu preposto, atestado de empresa ainda existente, certificado ou certidão de entidade oficial dos quais constem os dados previstos no ***caput*** *deste artigo, desde que extraídos de registros efetivamente existentes e acessíveis à fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social.*
§ 4º Se o documento apresentado pelo segurado não atender ao estabelecido neste artigo, a prova exigida pode ser complementada por outros documentos que levem à convicção do fato a comprovar, inclusive mediante justificação administrativa, na forma do Capítulo VI deste Título.
§ 5º A comprovação realizada mediante justificação administrativa ou judicial só produz efeito perante a previdência social quando baseada em início de prova material.
§ 6º A prova material somente terá validade para a pessoa referida no documento, não sendo permitida sua utilização por outras pessoas.
Art. 63. Não será admitida prova exclusivamente testemunhal para efeito de comprovação de tempo de serviço ou de contribuição, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, observado o disposto no § 2º do art. 143.*"* (nossos os grifos).
Como se vê, é da lei que a comprovação do tempo de serviço para fins previdenciários só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito.
Vê-se, ainda, que a lista de documentos inserta nos parágrafos 1º e 2º do artigo 62 do Decreto nº 3.048/99 não é taxativa, sendo certo que a prova do tempo de serviço pode ser complementada por outros documentos que levem à convicção do fato a comprovar (artigo 62, parágrafo 4º, do Decreto nº 3.048/99).
E da interpretação sistemática do artigo 55 da Lei nº 8.213/91 e do artigo 62 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, extrai-se que o **início de prova material** é aquele realizado mediante documentos que comprovem o exercício de atividade nos períodos a serem contados, devendo esses documentos, pelo menos, ser contemporâneos dos fatos a comprovar.
Impõe-se ressaltar que, para fins de concessão do benefício de aposentadoria por idade, no caso de início de prova material, haverá de existir a complementação da demonstração do tempo de serviço pela prova testemunhal.
Assim sendo, levando-se em consideração a lei vigente à época da decisão, o benefício, ***in casu***, será devido, desde que **comprovado o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício** (artigo 143 da Lei nº 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 9.063, de 14 de junho de 1995), não sendo admitida a prova exclusivamente testemunhal.
Registre-se, nesse passo, que é prescindível que o início de prova material abranja necessariamente o **número de meses idêntico à carência do benefício no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício**, **dês que a prova testemunhal amplie a sua eficácia probatória ao tempo da carência, vale dizer, desde que a prova oral permita a sua vinculação ao tempo de carência.**
É que, como bem ilustrou o eminente Ministro Edson Vidigal, quando do julgamento do Recurso Especial nº 228.000/RN, ***in*** DJ 28/2/2000, a exigência do início razoável de prova não *"(...) leva ao convencimento de que o trabalhador rural deve obrigatoriamente provar, através de documentos escritos, todo o período exigido para a concessão do benefício; basta apresentar indícios de sua condição de rurícola que, corroborada com os depoimentos testemunhais feitos em juízo, inclusive quanto ao tempo de atividade, forneça ao julgador condições hábeis para a concessão do benefício, nos termos da lei."*
Nesse sentido, vale conferir o seguinte precedente:
"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. BENEFÍCIO RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. CERTIDÃO DE CASAMENTO.
I - Estando o acórdão recorrido do Tribunal a quo fincado apenas na falta de início de prova material, a corroborar a prova testemunhal, mostra-se o acórdão desta Eg. Corte carente da apontada omissão de referência ao requisito do art. 143 da Lei 8.213/91.
II - Não há exigência legal de que o início de prova material se refira, precisamente, ao período de carência do art. 143 da referida lei, visto que serve apenas para corroborar a prova testemunhal.
III - Embargos rejeitados." (EDclREsp nº 321.703/SP, Relator Ministro Gilson Dipp, ***in*** DJ 8/4/2002 - nossos os grifos).
In casu, entretanto, decidiu o acórdão recorrido que, apesar da autora ter produzido início de prova material hábil à demonstração da atividade rural, ausente na espécie a prova testemunhal, senão vejamos:
"(...)
Com efeito, para título de comprovação do alegado a autora junta aos autos cópia da sua certidão de casamento (fls. 07), realizado em 19/02/1966, cópia da certidão de nascimento dos seus filhos (fls. 09/11), com assentos lavrados em 01/11/1968, 16/03/1971 e 11/06/1979, nas quais, apesar de constar a qualificação do seu marido - Sr. José Pereira da Silva - como "lavrador", a ela se referem como "do lar". Junta ainda cópia da certidão de óbito do seu marido (fls. 08), com assento lavrado em 23/02/2000, em que consta também a profissão dele como "lavrador".
Ressalte-se ser certo que tais documentos, que contêm a profissão de "lavrador" do marido da parte interessada têm sido admitidos como início de prova documental passível de ser complementada por prova testemunhal coerente e esclarecedora do fato do labor rural em anos mais próximos ao pedido, como exige o artigo 143 da Lei nº 8.213/91, fundamento da pretensão à aposentadoria por idade. Não é o que ocorre nos autos.
Outrossim, como a autora alega na Inicial que sempre exerceu atividade rural, seria razoável que tivesse documentos em nome próprio e mais recentes que revelassem a sua qualificação de trabalhadora rural.
Ademais, o INSS junta aos autos informações extraídas do CNIS, em que se verifica que a autora exerceu atividade urbana, no período de 01/07/1991 a 30/07/1991.

Por sua vez, os depoimentos das testemunhas (fls. 36/37) não são suficientes a elidir as informações do CNIS e não atendem ao objetivo de provar a prestação de serviços rurais pelo período de tempo exigido pelo artigo 143 da citada Lei, no período imediatamente anterior à data do requerimento do benefício.
Ademais, a Lei nº 8.213/91 não admite prova exclusivamente testemunhal para comprovação de tempo de serviço, dispondo, o artigo 55, parágrafo 3º, dessa Lei, que a prova testemunhal só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, in verbis:
(...)" (fls. 84/85).
Assim, quando se pudesse considerar a certidão de casamento, certidão de óbito do marido e certidão de nascimento dos filhos, constando a profissão do falecido marido da autora como lavrador, início de prova material, bastante à demonstração do exercício da atividade rural, ainda assim seria indevida a concessão do benefício de aposentadoria por idade com base exclusivamente em tal prova material, à míngua de prova testemunhal hábil a complementar a demonstração do tempo de serviço relativamente ao período de carência.
Nesse sentido:
"RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO. VALORAÇÃO DE PROVA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. INEXISTÊNCIA.
1. 'A comprovação do tempo de serviço para os efeitos desta Lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme o disposto no artigo 108, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento.' (artigo 55, parágrafo 3º, da Lei 8.213/91).
2. O início de prova material, de acordo com a interpretação sistemática da lei, é aquele feito mediante documentos que comprovem o exercício da atividade nos períodos a serem contados, devendo ser contemporâneos dos fatos a comprovar, indicando, ainda, o período e a função exercida pelo trabalhador, inocorrente na espécie.
3. Para a obtenção da aposentadoria por idade, o trabalhador rural referido na alínea "a" dos incisos I e IV e nos incisos VI e VII do artigo 11 da Lei nº 8.213/91, além da idade mínima de 60 anos (homem) e 55 (mulher), deverá comprovar o efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido (artigo 48 da Lei nº 8.213/91), ***sendo prescindível que o início de prova material abranja necessariamente esse período, dês que a prova testemunhal amplie a sua eficácia probatória ao tempo da carência, vale dizer, desde que a prova oral permita a sua vinculação ao tempo de carência.***
4. Conquanto a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça admita a certidão de casamento como início de prova material, o acórdão recorrido decidiu que a prova testemunhal foi insuficiente para a comprovação do tempo de serviço, sendo indevido, desse modo, a concessão do benefício de aposentadoria por idade.
5. Recurso não conhecido." (REsp nº 345.422/SP, da minha Relatoria, ***in*** DJ 19/12/2002).
Maiores considerações acerca da presença de prova testemunhal suficiente à demonstração do tempo de serviço relativo ao período de carência demandam o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos, inviável em sede de recurso especial, à luz do enunciado nº 7 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça, verbis:
"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."
Gize-se, em remate, que a apreciação da prova testemunhal também inviabiliza o conhecimento da insurgência especial com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional, uma vez que se discute a mesma questão.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 557, ***caput***, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4372)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.789 - SP (2007/0198752-4)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: MARIA DE LURDES SILVEIRA SISDELI
ADVOGADO	: MARCOS ANTONIO CHAVES
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: PAULO AFONSO JOAQUIM DOS REIS E OUTRO(S)

DECISÃO

Recurso especial interposto por Maria de Lurdes Silveira Sisdeli, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:
"PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE - RURAL - ATIVIDADE RURAL NÃO DEMONSTRADA - APELAÇÃO DO INSS PROVIDA - SENTENÇA REFORMADA.
1. Não comprovado o exercício da atividade rural, ainda que descontínuo, no período "imediatamente" anterior à data do requerimento, exigido pelo art. 143 da Lei nº 8.213/91, não se reconhece o direito ao beneficio da aposentadoria por idade.
2. A Lei nº 8.213/91 não admite prova exclusivamente testemunhal para comprovação de tempo de serviço, dispondo o art. 55, § 3º, dessa Lei, que a prova testemunhal só produzirá efeito quando baseada em início de prova material.
3. Apelação do INSS provida.
4. Sentença reformada."(fl. 59).
Alega a recorrente que restou demonstrada, através das provas documental e testemunhal, colhidas nos autos, a sua condição de lavradora, bem como de seu marido.
A violação dos artigos 48, parágrafos 1º e 2º, e 143 da Lei nº 8.213/91 funda a insurgência especial.
Recurso tempestivo (fl. 63), não respondido (fl. 84) e admitido (fls. 85/86).
Tudo visto e examinado, decido.
A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que a certidão de casamento, onde conste a condição de lavrador do marido da autora, desde que corroborada por prova testemunhal, pode ser considerada como início de prova material hábil à comprovação da atividade rural.
Nesse sentido, os seguintes precedentes jurisprudenciais:
"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. VALORAÇÃO DE PROVA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. EXISTÊNCIA. COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE RURAL EM NÚMERO DE MESES EQUIVALENTE À CARÊNCIA DO BENEFÍCIO. DESNECESSIDADE.
1. 'A comprovação do tempo de serviço para os efeitos desta Lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme o disposto no artigo 108, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento.' (artigo 55, parágrafo 3º, da Lei 8.213/91).
2. O início de prova material, de acordo com a interpretação sistemática da lei, é aquele feito mediante documentos que comprovem o exercício da atividade nos períodos a serem contados, devendo ser contemporâneos dos fatos a comprovar, indicando, ainda, o período e a função exercida pelo trabalhador.
3. Para a obtenção da aposentadoria por idade, o trabalhador rural referido na alínea 'a' dos incisos I e IV e nos incisos VI e VII do artigo 11 da Lei nº 8.213/91, além da idade mínima de 60 anos (homem) e 55 (mulher), deverá comprovar o efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido (artigo 48 da Lei nº 8.213/91), sendo prescindível que o início de prova material abranja necessariamente esse período, dês que a prova testemunhal amplie a sua eficácia probatória ao tempo da carência, vale dizer, desde que a prova oral permita a sua vinculação ao tempo de carência.
4. A certidão de casamento e o certificado de reservista, onde constam a profissão de lavrador do segurado, constituem-se em início razoável de prova documental. Precedentes.
5. Agravo regimental improvido. " (AgRg no REsp nº 298.272/SP, minha relatoria, ***in*** DJ 19/12/2002 - grifos nossos).

"PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DECLARATÓRIOS - ARTS. 535 II DO CPC - OBSCURIDADE INEXISTENTE - TRABALHADOR RURAL - PROVA DOCUMENTAL - CERTIDÃO DE CASAMENTO - ANOTAÇÕES NA CTPS - CARÊNCIA - INEXIGIBILIDADE - CONCESSÃO DO BENEFÍCIO.
- A norma processual é clara ao fixar as hipóteses, na via dos Embargos Declaratórios, de mudança do teor do julgado prolatado, tais como, omissão, contradição ou obscuridade. Não é o caso dos autos, porquanto o mesmo não incorreu em nenhuma das hipóteses. No caso em exame, não se vislumbra qualquer indício da omissão apontada que venha a justificar o caráter infringente do julgado.
- ***No que se refere á comprovação da atividade rurícola do autor, além dos depoimentos testemunhais, a Certidão de Casamento, acostada à fls.08 dos autos, que declara sua profissão de tratorista e*** *as anotações em sua CTPS comprovam seu trabalho em empresas agropecuárias no cargo de tratorista e serviços gerais da fazenda, o que constitui um início razoável de prova material para comprovação do exercício da atividade laborativa rural.*
- Quanto à falta de preenchimento do requisito do período de carência, não representa óbice para a concessão do benefício de aposentadoria por idade, pois o art. 143, da Lei 8.213/91, dispensa, expressamente, essa exigência, em se tratando de trabalhador rural.
- Precedentes desta Corte - Recurso conhecido, porém, desprovido." (REsp 591.370/MG, Relator Ministro Jorge Scartezzini, ***in*** DJ 02.08.2004- nossos os grifos)
Tal entendimento jurisprudencial, contudo, não se ajusta à espécie, eis que à luz do próprio acórdão recorrido, a autora não comprovou, mediante suficiente início de prova material referente ao período equivalente à carência, a condição de trabalhadora rural, valendo conferir, a propósito, o ***decisum***, ele mesmo:
"(...)
O artigo 143 da Lei nº 8.213/91, com redação determinada pela Lei nº 9.063/95, dispõe:
'O trabalhador rural ora enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social, na forma da alínea 'a' do inciso I, ou do inciso IV ou VII do art. 11 desta Lei, pode requerer aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, durante 15 (quinze) anos, contados a partir da data de vigência desta Lei, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício.'
A idade mínima constitucionalmente exigida para a obtenção do benefício, a autora comprovou através de documentação pessoal (fls. 08), a data de nascimento como sendo em 10 de setembro de 1944 e a implementação da idade (cinqüenta e cinco anos) exigida em 21 de julho de 2003.
Porém, à vista dos documentos anexados aos autos, verifica-se que a autora não faz demonstração do exercício da atividade laborativa, na condição de rurícola.
De fato, a autora não prova nos autos o seu efetivo exercício de trabalho nas lides rurais pelo período de carência exigido para a aposentadoria por idade, consoante determina o artigo 143 da Lei de Planos e Benefícios.
E, não obstante a r. sentença o tenha reconhecido, data vênia, a meu ver, não há nos autos prova que possibilite reconhecer, ter a autora realizado trabalho rural no período imediatamente anterior à data do requerimento (ou do pedido judicial), como determina o artigo 143 da Lei nº 8.213/91, com redação dada pela Lei nº 9.063/95. Sem dúvida, é clara aí a exigência de comprovação do exercício de trabalho pelo número de meses de carência, que, in casu, levando-se em consideração que a presente ação foi ajuizada no ano de 2003, é de 132 (cento e trinta e dois) meses, a teor da referida tabela constante no artigo 142 da supra citada lei, sendo que a expressão 'período imediatamente anterior' não admite, pela evidência, interpretação extensiva.
Com efeito, o único documento juntado pela autora, cópia da certidão de seu casamento (fls. 07), com assento lavrado em 21 de outubro de 1965, apesar de constar a qualificação do marido da autora, Sr. Adhemar Sisdelli como 'lavrador', a ela se refere como 'prendas domésticas'.
Ressalte-se ser certo que tal documento, que contém a profissão de 'lavrador' do marido da parte interessada tem sido admitido como início de prova documental passível de ser complementada por prova testemunhal coerente e esclarecedora do fato do labor rural em anos mais próximos ao pedido, como exige o artigo 143 da Lei nº 8.213/91, fundamento da pretensão à aposentadoria por idade. Não é o que ocorre nos autos, uma vez que se refere a fato ocorrido há 41 (quarenta e um) anos.
Outrossim, como a autora alega na Inicial que sempre exerceu atividade rural, seria razoável que tivesse documentos em nome próprio e mais recentes que revelassem a sua qualificação de trabalhadora rural.
Ademais, nas informações DATAPREV (fls. 19/21), verifica-se que a autora recebeu auxílio-doença, na condição de 'comerciaria', nos períodos de 15/08/2002 a 15/10/2002 e 20/12/2002 a 20/02/2003.
Por sua vez, os depoimentos das testemunhas, às fls. 35/36, não conseguem elidir as informações contidas no Sistema CNIS, e não atendem ao objetivo de provar a prestação de serviços rurais pelo período de tempo exigido pelo artigo 143 da citada Lei, no período imediatamente anterior à data do requerimento do benefício.
Ademais, a Lei nº 8.213/91 não admite prova exclusivamente testemunhal para comprovação de tempo de serviço, dispondo, o artigo 55, parágrafo 3º, dessa Lei, que a prova testemunhal só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, in verbis:
Art. 55.
'§ 3º. A comprovação de tempo de serviço para os efeitos desta Lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme o disposto no art. 108, só produzirá efeitos quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento.'
Entendo, portanto, que as provas produzidas não se fazem aptas à comprovação da matéria de fato alegada, implicando, portanto, na improcedência do pedido.
Deixo de condenar a parte autora nas verbas da sucumbência por ser beneficiária da justiça gratuita.
Ante o exposto, dou provimento à apelação do INSS, para reformar in totum a r. sentença.
(...)" (fl. 55/57 - nossos os grifos)
In casu, ao que se tem do acórdão recorrido, a par da certidão de casamento da autora constituir início de prova material a comprovar o tempo de serviço rural, não estão presentes os requisitos para a concessão de aposentadoria rural por invalidez, na condição de rurícola, uma vez que a própria autora exerceu atividade urbana.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 557, ***caput***, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 18 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4373)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.792 - SP (2007/0193043-1)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: KEILA NASCIMENTO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ALVINA ATIENÇA MARCHETTE
ADVOGADO	: JOCUNDO RAIMUNDO PINHEIRO

EMENTA

PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MAJORAÇÃO. APLICAÇÃO IMEDIATA DO ART. 75 DA LEI Nº 8.213/91 PRECEDENTES DESTA CORTE. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamentado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que restou assim ementado (fl. 103):

"PREVIDENCIÁRIO. ELEVAÇÃO DO COEFICIENTE DA PENSÃO POR MORTE. ARTIGO 75 DA LEI Nº 8.213/91, COM REDAÇÃO DA LEI Nº 9.032/95. LEI DE INCIDÊNCIA IMEDIATA. OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA ISONOMIA. ATO JURÍDICO PERFEITO. FONTE DE CUSTEIO. AGRAVO LEGAL DO INSS IMPROVIDO.
- Considerando-se que os benefícios previdenciários regem-se pela lei vigente à época de sua concessão, é aplicável, "in casu", a Lei nº 9032/95. Não se discute a retroatividade da lei, mas a sua aplicação imediata, vez que os efeitos financeiros do cálculo projetam-se somente para o futuro e não a partir da data de concessão da pensão da parte autora. Mantida a elevação do coeficiente de cálculo da renda mensal inicial da pensão por morte.
- Observância do princípio da isonomia, uma vez que o fato subjacente à pretensão é o mesmo - o óbito do segurado -, não se justificando a distinção em decorrência de discrímen temporal alheio às partes.
- Não cabe invocar violação ao ato jurídico perfeito e ao direito adquirido, porque a lei nova não retroage, uma vez que a majoração dos valores somente é autorizada a partir da lei nova, sendo certo que o direito ao benefício em si não está em discussão. Nessa medida, não há que se confundir vigência imediata com retroatividade da lei.
(...)
- Agravo legal do INSS improvido."

Nas razões do especial (fls. 158/161), alega a autarquia recorrente violação aos arts. 6º da LICC e 75 da Lei nº 8.213/91. Postula improcedência do pedido da majoração da renda mensal inicial do benefício de pensão por morte a beneficiários que já o recebiam antes da modificação legislativa operada pela Lei nº 9.032/95. Alega, por fim, que a majoração do benefício contraria os princípios da coisa julgada e da irretroatividade das leis, razão pela qual não faz jus a segurada à elevação do valor ao patamar de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício do segurado, na data do óbito.
É o breve relato. Passo a decidir.
No tocante à violação ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil não pode ser apreciada diretamente, mas somente por via transversa, considerando o fato de que o referido dispositivo foi repetido na Constituição Federal de 1988, cuja proteção cabe ao Supremo Tribunal Federal. Assim sendo, no caso em tela, a análise da eficácia imediata da lei no tempo remete à verificação da correta aplicação do art. 75 da Lei nº 8.213/91 e à possibilidade de majoração do benefício de pensão por morte em decorrência da edição da Lei nº 9.032/95.
A pensão por morte está encartada no rol dos benefícios de prestação continuada concedidos exclusivamente aos dependentes do segurado da Previdência Social, cuja finalidade é, na falta de seu mantenedor, garantir a sobrevivência desses.
Antes da edição da Lei de Planos e Benefícios, a matéria era regulada pelo Decreto nº 83.080/79 e, posteriormente, pelo Decreto nº 89.312/84, que, em seu art. 48, estabeleceu que a renda mensal inicial - RMI - da pensão seria de 50% (cinqüenta por cento) do salário-de-benefício a que fazia jus o de cujus, mais 10% (dez por cento) para cada dependente, observado o limite de cinco.
Com o advento da Lei nº 8.213, de 25 de julho de 1.991, seu art. 75 conferiu novos critérios para a obtenção da renda mensal. A RMI passou, então, a ser constituído de uma parcela, relativa à família, de 80% (oitenta por cento) do valor que o segurado recebia ou a que teria direito, se aposentado estivesse quando do óbito, mais tantas parcelas iguais a 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos fossem os seus dependentes, até o máximo de dois. Em caso de falecimento por acidente de trabalho, o valor era de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício ou do salário-de-contribuição vigente no dia do acidente, recaindo a escolha sob o que fosse mais vantajoso.
Editada a Lei nº 9.032, de 29 de abril de 1.995, nova redação foi conferida ao mencionado artigo, vejamos:

Art. 75. O valor mensal da pensão por morte, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no artigo 33 desta Lei.

As sucessivas alterações na renda mensal inicial ocasionaram um conflito intertemporal de normas, qual seja, a possibilidade de ser ou não aplicável a lei mais benéfica, majorando-se o percentual de pensões concedidas sob a égide das legislações anteriores a Lei nº 9.032/95.
A questão é resolvida à luz do que preceitua o art. 471, inciso I, do Código de Processo Civil. Tratando-se de uma relação jurídica continuativa, passível de adequação quando houver modificação no estado de fato ou de direito, é possível a aplicação da nova legislação. Para tanto, pouco importa se o que é exigido para a realização da hipótese normativa tenha origem sob a vigência de lei velha. Interessa, sim, que a questão se faça preencher por uma dada realidade fática-jurídica, coincidente na sua existência por inteiro, com o momento temporal que entra em vigor com a nova norma, justificando assim a sua imediata incidência.
Desta forma, tendo o segurado começado a perceber o benefício antes do advento da Lei nº 8.213/91 e estando recebendo-o até o presente momento, aplicável é a majoração elencada no art. 75 da Lei n. 8.213/91, na redação dada pela Lei nº 9.032/95, não há falar em retroação de lei mais benéfica, mas tão-somente na sua aplicação imediata, em respeito à manutenção da isonomia entre os benefícios.
A propósito, confiram-se os precedentes da Sexta Turma que tratam da matéria em comento:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENSÃO POR MORTE. PERCENTUAL. LEI MAIS BENÉFICA. INCIDÊNCIA. BENEFÍCIO EM MANUTENÇÃO. POSSIBILIDADE.
1. No sistema de direito positivo brasileiro, o princípio tempus regit actum se subordina ao do efeito imediato da lei nova, salvo quanto ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada (Constituição da República, artigo 5º, inciso XXXVI e Lei de Introdução ao Código Civil, artigo 6º).
2. A lei nova, vedada a ofensa ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada, tem efeito imediato e geral, alcançando as relações jurídicas que lhes são anteriores, não, nos seus efeitos já realizados, mas, sim, nos efeitos que, por força da natureza continuada da própria relação, seguem se produzindo, a partir da sua vigência.
3. "L'effet immédiat de la loi doit être considéré comme la règle ordinaire: la loi nouvelle s'applique, dès sa promulgation, à tous les effets qui résulteront dans l'avenir de rapports juridiques nés ou à naître" (Les Conflits de Lois Dans Le Temps, Paul Roubier, Paris, 1929).
4. Indissociável o benefício previdenciário das necessidades vitais básicas da pessoa humana, põe-se na luz da evidência a sua natureza alimentar, a assegurar aos efeitos continuados da relação jurídica a regência da lei nova que lhes recolha a produção vinda no tempo de sua eficácia, em se cuidando de norma nova relativa à modificação de percentual dos graus de suficiência do benefício para o atendimento das necessidades vitais básicas do segurado e de sua família.
5. O direito subjetivo do segurado é o direito ao benefício, no valor irredutível que a lei lhe atribua e, não, ao valor do tempo do benefício, como é da natureza alimentar do benefício previdenciário.
6. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 862.433/PB, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ de 25/6/2007)

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. LEI Nº 9.032/1995. APLICAÇÃO IMEDIATA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.
1. A decisão agravada deve ser mantida pelo que nela se contém, dado que proferida em sintonia com a jurisprudência da Terceira Seção de que a nova redação do art. 75 da Lei nº 8.213/91, conferida pela Lei nº 9.032/95, que elevou a pensão por morte previdenciária a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, tem incidência imediata, independentemente da lei vigente na data do fato gerador.
2. Agravo regimental a que se nega provimento."
(AgRg no Ag 694.277/RS, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, Sexta Turma, DJ de 6/8/2007)

"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA. PENSÃO POR MORTE. ART. 75 DA LEI Nº 8.213/91. LEI 9.032/95. APLICAÇÃO IMEDIATA. LEI Nº 9.528/97. INOVAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.
O dispositivo legal que majora o percentual concernente às cotas de pensão por morte deve ser aplicado a todos os benefícios previdenciários, independentemente da norma vigente quando do seu fato gerador, não havendo falar em retroatividade da lei, mas em incidência imediata. Precedentes.
Em agravo regimental não se pode trazer questão não deduzida no recurso especial, uma vez que impossível inovar.
É defesa a este Superior Tribunal a análise de violação de dispositivos constitucionais, sequer para fins de prequestionamento, em respeito à sua função precípua, que é conferir interpretação uniforme à legislação federal, e a fim de evitar usurpação de competência da Suprema Corte.
Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no Ag 757.858/RS, Rel. Min. PAULO MEDINA, Sexta Turma, DJ de 12/3/2007)

Diante do exposto, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **nego seguimento** ao recurso especial.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4374)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.809 - SP (2007/0198573-1)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: ANTÔNIO LISBOA DA SILVA
ADVOGADO	: DONATO LOVECCHIO
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MARINEY DE BARROS GUIGUER E OUTRO(S)

DECISÃO

Recurso especial interposto por Antônio Lisboa da Silva, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Décima Sexta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:
"ACIDENTÁRIA - REVISÃO DE BENEFÍCIO ACIDENTÁRIO - PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO DO PERCENTUAL PARA 50% APÓS O ADVENTO DA LEI 9.032/95 - INADMISSIBILIDADE - BENEFÍCIO CONCEDIDO SOB A ÉGIDE DA LEI VIGENTE NA ÉPOCA DO INFORTÚNIO - CONSAGRAÇÃO DO PRINCÍPIO TEMPUS REGIT ACTUM.
'Não se admite a majoração do benefício recebido pelo obreiro para 50% pela mera vigência de norma posterior que altera o percentual do auxílio-acidente (Lei 9.032/95), quer porque o percentual que hoje percebe foi concedido com base na lei vigente na época do infortúnio, quer porque não houve comprovação do agravamento das lesões, sem olvidar que isso acabaria por causar desrespeito à regra constitucional, pois não haveria a correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração (artigo 195, § 5º, da Constituição Federal)'.
***Recursos de ofício e do INSS providos; apelação do obreiro prejudicada**."* (fl. 170).
O recorrente pugna, em síntese, pelo provimento do recurso para que lhe seja concedido o benefício de auxílio-acidente, no percentual de 50%, a partir de 28 de abril de 1995.
Além da divergência jurisprudencial, a insurgência especial está fundada na violação do artigo 86, parágrafo 1º, da Lei nº 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 9.032/95.
Recurso tempestivo (fl. 182), não respondido e admitido (fl. 217).
Tudo visto e examinado, decido.
É esta a norma inserta no artigo 9º, ***caput***, da Lei nº 6.367/76:
*"Art. 9º. O acidentado do trabalho que, **após a consolidação das lesões resultantes do acidente, apresentar como seqüelas definitivas, perdas anatômicas ou redução da capacidade funcional**, constantes de relação previamente elaborada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, as quais, **embora não impedindo o desempenho da mesma atividade, demandem, permanentemente, maior esforço na realização do trabalho**, fará jus, a partir da cessão do auxílio-doença, a um auxílio mensal que corresponderá a 20% (vinte por cento) do valor de que trata o inciso II do artigo 5º desta Lei, observado o disposto no § 4º do mesmo artigo."* (nossos os grifos).
Com o advento da Lei nº 8.213/91, o benefício previsto no artigo 9º da Lei nº 6.367/76 foi absorvido pelo regramento do auxílio-acidente, previsto no artigo 86 da Lei nº 8.213/91, que incorporou o suporte fático ensejador do auxílio-suplementar - **redução da capacidade funcional que, embora não impedindo a prática da mesma atividade, demande mais esforço na realização do trabalho** - aos do auxílio-acidente, procedendo dessa forma, à substituição do auxílio-suplementar previsto na legislação anterior pelo auxílio-acidente.
Veja-se, a propósito, o artigo 86 da Lei nº 8.213/91:
"Art. 86. O auxílio-acidente será concedido ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes do acidente do trabalho, resultar seqüela que implique:
*I - **redução da capacidade laborativa que exija maior esforço ou necessidade de adaptação para exercer a mesma atividade, independentemente de reabilitação profissional**;*
II - redução da capacidade laborativa que impeça, por si só, o desempenho da atividade que exercia à época do acidente, porém não o de outra, do mesmo nível de complexidade após reabilitação profissional; ou
III - redução da capacidade laborativa que impeça, por si só, o desempenho da atividade que exercia à época do acidente, porém, não o de outra, de nível inferior de complexidade, após reabilitação profissional.
§ 1º O auxílio-acidente, mensal e vitalício, corresponderá, respectivamente às situações previstas nos incisos I, II e III deste artigo, a 30% (trinta por cento), 40% (quarenta por cento) ou 60% (sessenta por cento) do salário-de-contribuição do segurado vigente no dia do acidente, não podendo ser inferior a esse percentual do seu salário-de-benefício.
§ 2º O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado.
§ 3º O recebimento de salário ou concessão de outro benefício não prejudicará a continuidade do recebimento do auxílio-acidente.
§ 4º Quando o segurado falecer em gozo do auxílio-acidente, a metade do valor deste será incorporada ao valor da pensão se a morte não resultar do acidente do trabalho.
§ 5º Se o acidentado em gozo do auxílio-acidente falecer em conseqüência de outro acidente, o valor do auxílio-acidente será somado ao da pensão, não podendo a soma ultrapassar o limite máximo previsto no § 2º. do art. 29 desta Lei." (nossos os grifos).
A Lei nº 9.032/95 imprimiu ao artigo 86 da Lei nº 8.213/91 a seguinte modificação:
"Art. 86. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza que impliquem em redução da capacidade funcional.
§ 1º O auxílio-acidente mensal e vitalício corresponderá a 50% (cinqüenta por cento) do salário-de-benefício do segurado."
No sistema de direito positivo brasileiro, a lei nova, vedada a ofensa ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada (Constituição da República, artigo 5º, inciso XXXVI, e Lei de Introdução ao Código Civil, artigo 6º), tem efeito imediato e geral, alcançando as relações jurídicas que lhes são anteriores, não, nos seus efeitos já realizados, mas, sim, nos efeitos que, por força de sua natureza continuada, seguem se produzindo, a partir de sua vigência, valendo, a propósito, invocar a lição de **Paul Roubier**:
"(...)
la loi nouvelle respecte tous les effets juridiques produits dans le passé, mais elle gouverne seule et sans partage l'avenir à compter du jour de sa promulgation. Nous parlons ici d'effet immédiat, parce que la loi nouvelle ne souffre plus le maintien de la loi ancienne, même pour les situations juridiques nées au temps où celle-ci était en vigueur, du moment qu'il s'agit d'effets juridiques produits par ces situations après sa promulgation.

L'effet immédiat de la loi doit être considéré comme la règle ordinaire: la loi nouvelle s'applique, dès sa promulgation, à tous les effets qui résulteront dans l'avenir de rapports juridiques nés ou à naître. Par conséquent, en principe, la loi nouvelle doit s'appliquer immédiatement dès le jour fixé pour sa mise en vigueur d'après la théorie de la publication de lois (C. civ., art. 1er, mod. D.-L. 5 nov. 1870): c'est à ce jour que s'établit la séparation des domaines des deux lois." (***in*** Paul Roubier, Les Conflits de Lois Dans Le Temps, volume I, pág. 9, Librairie Du Recueil Sirey, Paris, 1929).

A Constituição da República, definindo o salário mínimo como aquele do trabalhador *"fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidade vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo"* (artigo 7º, inciso IV), e estabelecendo que *"nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo"* (artigo 201, parágrafo 2º), acolheu, na previdência social, o **princípio da suficiência**, do qual decorre que o benefício previdenciário deve atender às necessidades vitais básicas do beneficiário e de sua família, não podendo ser inferior ao valor mensal do salário mínimo.

Celso Ribeiro Bastos, a propósito do tema, assim se manifesta:

"O § 5º do art. 201 dispõe que nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo. Trata-se aqui de uma norma auto-aplicável, que independe de edição de norma infraconstitucional para ter eficácia. Esse benefício deve ser entendido como as prestações continuadas à aposentadoria de qualquer modalidade (auxílio-doença, reclusão e velhice). O Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS não pode pagar a nenhum dos seus filiados benefício como prestação continuada que seja inferior ao salário mínimo.

O dispositivo sob comento está diretamente relacionado com o art. 7º, IV, da Constituição Federal de 1988, que estabelece o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim. Comenta Manoel Gonçalves Ferreira Filho:

'O salário mínimo, em função desta norma, é o mínimo a ser pago como benefício que substitua o salário (salário de contribuição = ganhos habituais), ou o rendimento do trabalho do segurado.'

É justo que assim seja, pois, se o salário mínimo é fixado para 'atender às necessidades vitais básicas' do trabalhador e 'de sua família', o seu quantum é o mínimo indispensável para manutenção do segurado impossibilitado de trabalhar, ou que não encontra trabalho.

Mas o efeito perverso desta norma é o fato de que o Governo Federal se opõe de todos os modos à elevação desse salário mínimo, que seguramente está abaixo do necessário para o atendimento das necessidades vitais básicas do trabalhador (quanto às de sua família, nem pensar...)" (***in*** Comentários à Constituição do Brasil, 8º volume, Editora Saraiva, 1998, São Paulo, págs. 275/276).

É também a Constituição da República que atribui **caráter contributivo** à Previdência Social, assim dispondo nos seus artigos 195 e 201:

*"Art. 195. **A seguridade social será financiada** por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **e das seguintes contribuições sociais**:*

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a receita ou o faturamento;

c) o lucro;

*II - **do trabalhador e dos demais segurados da previdência social**, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;*

III - sobre a receita de concursos de prognósticos.

§ 1º As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

§ 2º A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o poder público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

§ 4º A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.

§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

§ 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b .

7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

*8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, **contribuirão para a seguridade social** mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.*

§ 9° As contribuições sociais previstas no inciso I deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra.

§ 10. A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos.

*§ 11. **É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais de que tratam os incisos I, a, e II deste artigo, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar**."* (nossos os grifos).

*"Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de **caráter contributivo** e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:*

I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;

II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;

III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;

IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;

V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2°.

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.

*§ 2º **Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo**.*

§ 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

§ 5° É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

§ 6° A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.

§ 7° É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

§ 8° Os requisitos a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 9° Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

§ 10. Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado.

*§ 11. **Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei**."* (nossos os grifos).

No sistema previdenciário brasileiro, portanto, duas são as determinantes do **valor do benefício** que substitui o salário-de-contribuição, de que é espécie o auxílio-acidente, quais sejam, a **função** que lhe resulta do **princípio constitucional da suficiência**, por isso que deve atender às necessidades vitais básicas do segurado e de sua família, e os **graus de atendimento dessas necessidades vitais básicas**, que imperativamente decorrem, por primeiro, da **natureza contributiva da previdência social** e, por segundo, da variabilidade da contribuição previdenciária obrigatória, em conseqüência do valor diferenciado do salário-de-contribuição, que nada mais é do que a remuneração do empregado ou do trabalhador avulso, cujo valor mínimo é o do piso salarial ou do salário mínimo.

Indissociável o benefício previdenciário das necessidades vitais básicas da pessoa humana, põe-se na luz da evidência a sua **natureza alimentar**, a assegurar aos efeitos continuados da relação jurídica a regência da lei nova que lhes recolha a produção vinda no tempo de sua eficácia, **em se cuidando de norma nova relativa à modificação de percentual dos graus de suficiência do benefício para o atendimento das necessidades vitais básicas do segurado e de sua família**.

Nada se opõe, desse modo, à incidência imediata da lei nova sobre os benefícios de auxílio-acidente **pendentes de concessão**, à falta de ofensa qualquer a ato jurídico perfeito, direito adquirido ou coisa julgada, por isso que o direito subjetivo do segurado é o direito ao benefício, no valor irredutível que a lei lhe atribua e, não, ao valor do tempo do benefício, **como é da natureza alimentar do benefício previdenciário**.

Tem-se, assim, que transformado o auxílio-suplementar em auxílio-acidente, a norma tem incidência imediata, atribuindo aos segurados os efeitos desta transformação, sem embargo do acidente ter ocorrido sob a égide da lei anterior.

Nesse sentido, o entendimento da Egrégia Terceira Seção:

"PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA AUXÍLIO-ACIDENTE. BENEFÍCIO CONCEDIDO ANTES DA LEI Nº 9.032/95. ALTERAÇÃO. RETROATIVIDADE DA LEI MAIS BENÉFICA.

1 - Consoante o novo entendimento da Eg. Terceira Seção, a retroatividade da lei previdenciária mais benéfica abrange também as situações consolidadas. Precedente.

2 - Assim, o percentual de 50% (cinqüenta por cento) estabelecido pela Lei n.º 9.032/95, que altera o § 1º, do art. 86, da Lei n.º 8.213/91, se aplica aos benefícios já concedidos sob a égide da legislação anterior.

3 - Embargos de divergência rejeitados." (EREsp nº 335.065/SC, Relator Ministro Fernando Gonçalves, ***in*** DJ 11/12/2002).

Pelo exposto, com fundamento no artigo 544, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso para, reformando o acórdão recorrido, restabelecer a sentença, observada a prescrição qüinqüenal.

Correção monetária na forma da Lei nº 6.899/81. Custas ***ex lege***.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4375)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.819 - RN (2007/0199025-7)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: ALZENIR DE LIMA TEIXEIRA E OUTROS
ADVOGADO	: LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA
RECORRIDO	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR	: JULIANA DE MORAIS GUERRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Recurso especial interposto por Alzenir de Lima Teixeira e outros, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, assim ementado:

"CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. ABONO. COMPLEMENTAÇÃO DA REMUNERAÇÃO COMO FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO. CONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTES DO STF E DESTA CORTE DE JUSTIÇA. VANTAGENS PESSOAIS. INCIDÊNCIA. INTEGRAÇÃO DO ABONO NA BASE DE CÁLCULO. IMPOSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO RECENTEMENTE FIRMADO PELO STF. VINCULAÇÃO CONSTITUCIONALMENTE VEDADA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DA APELAÇÃO CÍVEL.

A instituição de abono como forma de complementação da remuneração do servidor, para fins de garantia da percepção do salário mínimo, é tida como constitucional pela jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal.

Entretanto, de acordo com o entendimento recentemente firmado pela Suprema Corte, por ocasião do julgamento do RE-AgR 439.360-3 e do RE-AgR 436.368-2, ambos oriundos deste Estado da Federação, a incidência das vantagens pessoais sobre o abono implica vinculação constitucionalmente vedada (CF, art. 7º, IV, parte final)." (fls. 146/147).

Opostos embargos declaratórios, foram estes rejeitados (fl. 164).

Sustentam os recorrentes a reforma do acórdão recorrido, pleiteando o reconhecimento da incidência das vantagens pessoais e das gratificações sobre o abono de complementação do salário mínimo.

Aduzem, também, a ocorrência de omissão, obscuridade e contradição no acórdão recorrido por não ter o Tribunal ***a quo*** se manifestado acerca das questões suscitadas em sede de embargos de declaração, no referente à natureza salarial do abono, a possibilitar a incidência sobre este dos cálculos referentes às vantagens pessoais.

A violação dos artigos 535, incisos I e II, do Código de Processo Civil, 1º, parágrafos 2º, 3º e 4º, da Lei Estadual nº 5.784/88, dos artigos 39, 40, 41, 53 e 54 da Lei Complementar nº 122/94 funda a insurgência especial.

Recurso tempestivo (fl. 173), respondido (fl. 195) e admitido (fl. 209).

Tudo visto e examinado, decido.

De início, relativamente à violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, é este o dispositivo invocado:

"*Art. 535. Cabem embargos de declaração quando:*

I - houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;

II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal."

A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no entendimento de que deve a parte vincular a interposição do recurso especial à violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, quando, mesmo após a oposição de embargos declaratórios, o tribunal ***a quo*** persiste em não decidir questões que lhe foram submetidas a julgamento, por força do princípio ***tantum devolutum quantum appellatum*** ou, ainda, quando persista desconhecendo obscuridade ou contradição argüidas como existentes no ***decisum***.

E, em estando configurada a violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, impõe-se a declaração de nulidade do acórdão que apreciou os embargos declaratórios, a fim de que os vícios no ***decisum*** sejam sanados.
Nesse sentido, vale conferir o seguinte precedente jurisprudencial:
"*PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO - JULGAMENTO - OMISSÃO ACERCA DE QUESTIONAMENTO SUSCITADO NAS RAZÕES RECURSAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS COM O OBJETIVO DE PREQUESTIONAMENTO - REJEIÇÃO - FUNDAMENTO INCONSISTENTE - VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC.*
Suscitada, nas razões recursais da apelação, questão relevante para o deslinde da controvérsia, se não for examinada no respectivo julgamento, a omissão enseja a interposição de embargos declaratórios com o fito de prequestionamento. Se o Tribunal a quo persistir na omissão, ao fundamento inconsistente de que não há necessidade de mencionar o dispositivo legal discutido, porque o preceito nele contido é estudado e analisado, configura-se violação ao artigo 535 do CPC, justificando-se a nulidade do decisum.
Recurso provido." (REsp nº 319.127/DF, Relator Ministro Garcia Vieira, ***in*** DJ 27/8/2001).
In casu, estão os recorrentes em que o acórdão teria sido omisso quanto às questões levantadas em sede de embargos de declaração, no referente à natureza salarial do abono, a possibilitar a incidência sobre este dos cálculos referentes às vantagens pessoais.
Entretanto, ao que se tem dos autos, a questão, qual seja, da incidência das vantagens pessoais sobre o abono, foi decidida pelo Tribunal ***a quo*** que, considerando a orientação da Suprema Corte, entendeu inviável a incidência das vantagens pessoais dos recorrentes sobre a parcela paga a título de abono.
É o que se recolhe nos fundamentos do acórdão recorrido:
"(...)
Destarte, em atenção à orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal, acima discorrida, revela-se inviável a incidência das vantagens pessoais das demandantes sobre a parcela paga a título de abono, sendo este o motivo pelo qual não merece ser acolhido o pedido formulado pelas autoras.
(...)" (fl. 153).
Como se sabe, os embargos declaratórios não se prestam ao reexame de matéria já decidida à luz dos fundamentos jurídicos invocados, tampouco para forçar o ingresso na instância extraordinária se não houver omissão, contradição ou obscuridade a serem supridas no acórdão, nem fica o juiz obrigado a responder todas as alegações da partes quando já encontrou motivo suficiente para fundar a decisão.
De tanto, resulta que não há falar, na espécie, em violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, uma vez que inexiste omissão qualquer a ser suprida em sede de embargos de declaração.
Outrossim, no que se refere à alegação de que o acórdão impugnado incidiu em contradição, recolhe-se no magistério de José Carlos Barbosa Moreira o seguinte:
"*Verifica-se este defeito quando no acórdão se incluem proposições entre si inconciliáveis. Pode haver contradição entre proposições contidas na motivação (...) ou entre proposições da parte decisória, isto é, incompatibilidade entre capítulos do acórdão (...). Também pode ocorrer contradição entre alguma proposição enunciada nas razões de decidir e o dispositivo (...). É ainda concebível a ocorrência de contradição entre a ementa e o corpo do acórdão. Não fica excluída a hipótese de contradição entre proposições constantes da própria ementa (cf., infra, o comentário nº 359 ao art. 556). Tampouco o fica a de contradição entre o teor do acórdão e aquilo que resultara da votação apurável pela minuta de julgamento, pela ata, pelas notas taquigráficas ou por outros elementos. (...) Não há que se cogitar de contradição entre o acórdão e outra decisão porventura anteriormente proferida no mesmo processo, pelo tribunal ou pelo órgão de grau inferior. Se a questão estava preclusa, e já não se podia voltar atrás do que fora decidido, houve sem dúvida error in procedendo, mas o remédio de que agora se trata é incabível. Também o é na hipótese de contradição entre o acórdão e o que conste de alguma peça dos autos (caso de error in judicando).*" (***in*** Comentários ao Código de Processo Civil, Volume V, Forense, 7ª edição, págs. 541/543).
Com efeito, na dicção da lei e no ensinamento da doutrina, a contradição verifica-se quando, no contexto do acórdão, estão contidas proposições inconciliáveis entre si, dificultando-lhe a compreensão.
Assim, a contradição que rende ensejo à oposição de embargos de declaração é aquela interna do julgado, cumprindo trazer à luz o entendimento do mestre Pontes de Miranda acerca do tema, ***verbis***:
"*A contradição há de ser entre enunciados do acórdão, mesmo se o enunciado é de fundamento e outro é de conclusão, ou entre a ementa e o acórdão, ou entre o que vitoriosamente se decidira na votação e o teor do acórdão, discordância cuja existência se pode provar com os votos vencedores, ou a ata, ou outros dados.*" (***in*** Comentários ao Código de Processo Civil, Tomo VII, 3ª edição, Forense, 1999, pág. 322).
No mesmo sentido, os seguintes precedentes jurisprudenciais:
"*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. FALTA DE INTERESSE EM RECORRER. MULTA.*
1. Os embargos de declaração são cabíveis quando 'houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição' ou 'for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.' (artigo 535 do Código de Processo Civil).
2. Não é omisso, contraditório ou obscuro o acórdão fundamentado em que não se conhece do agravo de instrumento contra a inadmissão de recurso especial quando ausentes as peças obrigatórias de traslado, consoante o disposto no artigo 544, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil.
*3. Na dicção da lei e no ensinamento da doutrina, a contradição verifica-se quando, no contexto do **decisum**, estão contidas proposições inconciliáveis entre si, dificultando-lhe a compreensão. Assim, a contradição que rende ensejo à oposição de embargos de declaração é aquela interna do julgado e, não, a existente entre o **decisum** e o constante de alguma peça dos autos.*
4. Embargos de declaração rejeitados." (EDclAgRgAg n° 365.580/MG, da minha Relatoria, ***in*** DJ 25/2/2002).

"*PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.*
Não enseja embargos de declaração a existência eventual de contradição externa, senão a que se acha no próprio acórdão embargado." (EDclAgRgAg n° 27.417/RJ, Relator Ministro Dias Trindade, ***in*** DJ 29/11/93).
Na espécie, não há contradição qualquer no ***decisum***, cujos fundamentos, claros e inequívocos, relativamente à questão, assim se mostram à compreensão:
"(...)
O Supremo Tribunal Federal vem reiteradamente proclamado o entendimento segundo o qual a referida garantia do piso salarial deve ser entendida, não como a concernente ao vencimento básico do servidor, mas como a que diz respeito à remuneração deste, englobando, assim, o seu vencimento e demais vantagens a que porventura faça jus. O julgado abaixo transcrito exemplifica o posicionamento aqui discorrido:
'RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. PISO DE VENCIMENTO. SALÁRIO MÍNIMO. O plenário desta Corte, ao julgar os RREE 197.072 e 199.098, que trataram de hipótese análoga à presente, firmou entendimento de que o artigo 27, I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, para compatibilizar-se com os artigos 7º, IV, e 39, §2º, da Carta Magna Federal, só pode ser entendido no sentido de que se refere ele à remuneração total recebida pelo servidor e não apenas ao vencimento-base. Dessa orientação divergiu o acórdão recorrido. Recurso extraordinário conhecido e provido.' (Primeira Turma, recurso extraordinário 247.208-5-SC, Rel. Min. MOREIRA ALVES, votação por unanimidade, DJU 01-06-2001)
(...)
No que tange à incidência das vantagens pessoais dos servidores sobre o abono, cumpre observar que, a despeito do entendimento firmado por este Relator, manifestado, inclusive, em diversos precedentes, o Supremo Tribunal Federal, julgando, recentemente, recursos interpostos pelo Estado do Rio Grande do Norte, em processos de natureza idêntica a esta, reconheceu a inviabilidade da referida incidência, porquanto, no entender da Excelsa Corte, tal proceder constituir-se-ia em vinculação constitucionalmente vedada (CF, art. 7º, IV, parte final).
(...)" (fls. 149/150).
Isto estabelecido, é esta a letra do artigo 105, inciso III, da Constituição da República:
"*Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:*
(...)
III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:
a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;
b) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal;
c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal."
Vê-se, assim, que não apenas a apreciação da violação de dispositivos constitucionais é estranha ao recurso especial, mas também a análise de questão cujo deslinde reclama a apreciação de matéria de natureza constitucional é inviável no âmbito de cabimento do recurso especial.
Nesse sentido:
"*AgRg(Ag) AGRAVO REGIMENTAL. ADMINISTRATIVO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE.*
1- É inviável em sede de recurso especial a apreciação de matéria envolvendo o reexame de provas, a teor da Súmula 07/STJ, que assim dispõe: 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.'
2- É vedado em sede de recurso especial o exame de matéria de índole constitucional, cuja a competência está adstrita ao âmbito do recurso extraordinário.
3- Agravo regimental desprovido." (AgRgAg nº 242.076/GO, Relator Ministro Gilson Dipp, ***in*** DJ 20/3/2000).

"*PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. SERVIDORES INATIVOS. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. M.P. 1415/96, ART. 7º. RESTITUIÇÃO DE VALORES COBRADOS ANTES DO ADVENTO DA LEI 9.630/98. CONSTITUCIONALIDADE. RECURSO ESPECIAL.*
1. Não comporta exame, em Recurso Especial, controvérsia cujo deslinde depende da apreciação de matéria constitucional.
2. Recurso Especial não conhecido." (REsp nº 282.288/SC, Relator Ministro Edson Vidigal, ***in*** DJ 18/12/2000).

"*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ATIVO. QUINTOS INCORPORADOS. REDUÇÃO. AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DO DIREITO ADQUIRIDO E DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. NÃO CONHECIMENTO.*
1. Não se presta o Recurso Especial à reforma de Acórdão baseado exclusivamente em fundamentos constitucionais. Questão que deve ser apreciada pelo STF, no Recurso Extraordinário já interposto.
2. A teor do Regimento Interno do STJ, art. 255, § 2º, para a configuração do dissídio é imprescindível a demonstração das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.
3. Recurso Especial não conhecido." (REsp nº 229.650/DF, Relator Ministro Edson Vidigal, ***in*** DJ 9/10/2000).

"*PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INADMISSIBILIDADE. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO. CARGO EM COMISSÃO. IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS.*
Não se conhece de recurso especial se a matéria abordada, acerca da aplicação também aos ocupantes de cargos em comissão da irredutibilidade de vencimentos prevista no art. 7º, VI, da CF, foi apreciada sob o aspecto exclusivamente constitucional. Precedentes.
Recurso não conhecido." (REsp nº 232.734/PE, Relator Ministro Felix Fischer, ***in*** DJ 26/3/2001).
Por oportuno, são estes os fundamentos do acórdão recorrido, ***verbis***:
"(...)
Faz-se importante ressaltar que o direito social à percepção do salário mínimo, previsto no artigo 7º da Magna Carta, por disposição expressa do § 3º do artigo 39 da Constituição Federal, é extensivo aos servidores públicos.
(...)
Conclui-se então que na lei estadual que criou o abono (Lei nº 5.784/1988) não há inconstitucionalidade, tornando-se assim, possível a instituição de tal acréscimo para fins de complementação da remuneração mensal dos servidores públicos, como forma de não ser esta inferior ao patamar mínimo.
Ademais, o próprio legislador estadual, quando da edição da Lei Complementar nº 122/1994, estabeleceu no caput do artigo 54, a vedação ao pagamento de remuneração abaixo do salário mínimo ao servidor público, estando, pois, em perfeita consonância com o disposto no artigo 7º, IV da Constituição Federal, principalmente ao levar-se em consideração a interpretação que lhe tem sido dada pela Suprema Corte e, como demonstrado alhures, pelos demais Tribunais Pátrios.
(...)" (fls. 148/150).
Ao que se tem na espécie, a análise acerca da incidência das gratificações e vantagens sobre o abono implicaria no exame e interpretação de Lei local, incabível em sede de recurso especial, nos termos do artigo 105, inciso III, da Constituição da República.
Tem incidência, assim, o enunciado nº 280 da Súmula do Supremo Tribunal Federal:
"Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário."
Outro não é o entendimento desta Corte, como se recolhe do seguinte precedente jurisprudencial:
"RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. SUM. 282 E SUM. 356/STF. DIREITO LOCAL. SUM. 280/STF.
1. Não se conhece de recurso especial se, além de ressentir-se do necessário prequestionamento decorrente do fato de que o Tribunal 'a quo' não decidiu a controvérsia à luz dos dispositivos tidos por violados, tanto que sequer foram citados no julgado atacado (Súmulas 282 e 356-STF), o móvel da irresignação, qual seja, a proclamação da legitimidade do IPESP para figurar no pólo passivo de mandado de segurança, onde a recorrente busca obrigá-lo a suportar o pagamento de benefícios previdenciários, oriundos da carteira de previdência das serventias não oficializadas do Estado de São Paulo demanda a interpretação de direito local (Lei Estadual Paulista 10.393/1970). Aplicação da Súmula 280-STF.
2. Recurso especial não conhecido." (REsp nº 88.052/SP, Relator Ministro Fernando Gonçalves, ***in*** DJ 25/2/98).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 557, ***caput***, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4376)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.867 - SP (2007/0198679-0)

RELATOR	**:**	**MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	:	EUFRÁSIO DANTAS DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:	EDSON MORENO LUCILLO
RECORRIDO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	:	JOSÉ EXPEDITO ALVES PEREIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Recurso especial interposto por Eufrásio Dantas de Oliveira, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Décima Sexta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:
"APELAÇÃO DA AUTARQUIA JULGADA DESERTA POR AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DO PORTE DE REMESSA E RETORNO - OBRIGATORIEDADE POR IMPOSIÇÃO DA LEI ESTADUAL 11.608/03 - DESERÇÃO.
'O não recolhimento do porte de remessa e retorno previsto pela Lei 11.608/03 no ato da interposição da apelação obsta o seu processamento.'

ACIDENTÁRIA - REVISÃO DE BENEFÍCIO - AUXÍLIO-ACIDENTE - PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO DO PERCENTUAL PARA 50% APÓS O ADVENTO DA LEI 9.032/95 - INADMISSIBILIDADE - BENEFÍCIO CONCEDIDO SOB A ÉGIDE DA LEI VIGENTE NA ÉPOCA DO INFORTÚNIO QUE PREVIA O PERCENTUAL DE 40% - CONSAGRAÇÃO DO PRINCÍPIO TEMPUS REGIT ACTUM.
(...)
Apelação da Autarquia julgada deserta e recurso de ofício provido." (fl. 74).
O recorrente pugna, em síntese, pelo provimento do recurso para que lhe seja concedido o benefício de auxílio-acidente, no percentual de 50%, a partir de 28 de abril de 1995.
Além da divergência jurisprudencial, a insurgência especial está fundada na violação do artigo 86, parágrafo 1º, da Lei nº 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 9.032/95.
Recurso tempestivo (fl. 87), não respondido e admitido (fl. 97).
Tudo visto e examinado, decido.
É esta a norma inserta no artigo 9º, ***caput***, da Lei nº 6.367/76:
*"Art. 9º. O acidentado do trabalho que, **após a consolidação das lesões resultantes do acidente, apresentar como seqüelas definitivas, perdas anatômicas ou redução da capacidade funcional**, constantes de relação previamente elaborada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, as quais, **embora não impedindo o desempenho da mesma atividade, demandem, permanentemente, maior esforço na realização do trabalho**, fará jus, a partir da cessão do auxílio-doença, a um auxílio mensal que corresponderá a 20% (vinte por cento) do valor de que trata o inciso II do artigo 5º desta Lei, observado o disposto no § 4º do mesmo artigo."* (nossos os grifos).
Com o advento da Lei nº 8.213/91, o benefício previsto no artigo 9º da Lei nº 6.367/76 foi absorvido pelo regramento do auxílio-acidente, previsto no artigo 86 da Lei nº 8.213/91, que incorporou o suporte fático ensejador do auxílio-suplementar - **redução da capacidade funcional que, embora não impedindo a prática da mesma atividade, demande mais esforço na realização do trabalho** - aos do auxílio-acidente, procedendo dessa forma, à substituição do auxílio-suplementar previsto na legislação anterior pelo auxílio-acidente.
Veja-se, a propósito, o artigo 86 da Lei nº 8.213/91:
"Art. 86. O auxílio-acidente será concedido ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes do acidente do trabalho, resultar seqüela que implique:
*I - **redução da capacidade laborativa que exija maior esforço ou necessidade de adaptação para exercer a mesma atividade, independentemente de reabilitação profissional**;*
II - redução da capacidade laborativa que impeça, por si só, o desempenho da atividade que exercia à época do acidente, porém não o de outra, do mesmo nível de complexidade após reabilitação profissional; ou
III - redução da capacidade laborativa que impeça, por si só, o desempenho da atividade que exercia à época do acidente, porém, não o de outra, de nível inferior de complexidade, após reabilitação profissional.
§ 1º O auxílio-acidente, mensal e vitalício, corresponderá, respectivamente às situações previstas nos incisos I, II e III deste artigo, a 30% (trinta por cento), 40% (quarenta por cento) ou 60% (sessenta por cento) do salário-de-contribuição do segurado vigente no dia do acidente, não podendo ser inferior a esse percentual do seu salário-de-benefício.
§ 2º O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado.
§ 3º O recebimento de salário ou concessão de outro benefício não prejudicará a continuidade do recebimento do auxílio-acidente.
§ 4º Quando o segurado falecer em gozo do auxílio-acidente, a metade do valor deste será incorporada ao valor da pensão se a morte não resultar do acidente do trabalho.
§ 5º Se o acidentado em gozo do auxílio-acidente falecer em conseqüência de outro acidente, o valor do auxílio-acidente será somado ao da pensão, não podendo a soma ultrapassar o limite máximo previsto no § 2º. do art. 29 desta Lei." (nossos os grifos).
A Lei nº 9.032/95 imprimiu ao artigo 86 da Lei nº 8.213/91 a seguinte modificação:
"Art. 86. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza que impliquem em redução da capacidade funcional.
§ 1º O auxílio-acidente mensal e vitalício corresponderá a 50% (cinqüenta por cento) do salário-de-benefício do segurado."
No sistema de direito positivo brasileiro, a lei nova, vedada a ofensa ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada (Constituição da República, artigo 5º, inciso XXXVI, e Lei de Introdução ao Código Civil, artigo 6º), tem efeito imediato e geral, alcançando as relações jurídicas que lhes são anteriores, não, nos seus efeitos já realizados, mas, sim, nos efeitos que, por força de sua natureza continuada, seguem se produzindo, a partir de sua vigência, valendo, a propósito, invocar a lição de **Paul Roubier**:
"(...)
la loi nouvelle respecte tous les effets juridiques produits dans le passé, mais elle gouverne seule et sans partage l'avenir à compter du jour de sa promulgation. Nous parlons ici d'effet immédiat, parce que la loi nouvelle ne souffre plus le maintien de la loi ancienne, même pour les situations juridiques nées au temps où celle-ci était en vigueur, du moment qu'il s'agit d'effets juridiques produits par ces situations après sa promulgation.
L'effet immédiat de la loi doit être considéré comme la règle ordinaire: la loi nouvelle s'applique, dès sa promulgation, à tous les effets qui résulteront dans l'avenir de rapports juridiques nés ou à naître. Par conséquent, en principe, la loi nouvelle doit s'appliquer immédiatement dès le jour fixé pour sa mise en vigueur d'après la théorie de la publication de lois (C. civ., art. 1er, mod. D.-L. 5 nov. 1870): c'est à ce jour que s'établit la séparation des domaines des deux lois." (***in*** Paul Roubier, Les Conflits de Lois Dans Le Temps, volume I, pág. 9, Librairie Du Recueil Sirey, Paris, 1929).
A Constituição da República, definindo o salário mínimo como aquele do trabalhador *"fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidade vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo"* (artigo 7º, inciso IV), e estabelecendo que *"nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo"* (artigo 201, parágrafo 2º), acolheu, na previdência social, o **princípio da suficiência**, do qual decorre que o benefício previdenciário deve atender às necessidades vitais básicas do beneficiário e de sua família, não podendo ser inferior ao valor mensal do salário mínimo.
Celso Ribeiro Bastos, a propósito do tema, assim se manifesta:
"O § 5º do art. 201 dispõe que nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo. Trata-se aqui de uma norma auto-aplicável, que independe de edição de norma infraconstitucional para ter eficácia. Esse benefício deve ser entendido como as prestações continuadas à aposentadoria de qualquer modalidade (auxílio-doença, reclusão e velhice). O Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS não pode pagar a nenhum dos seus filiados benefício como prestação continuada que seja inferior ao salário mínimo.
O dispositivo sob comento está diretamente relacionado com o art. 7º, IV, da Constituição Federal de 1988, que estabelece o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim. Comenta Manoel Gonçalves Ferreira Filho:
'O salário mínimo, em função desta norma, é o mínimo a ser pago como benefício que substitua o salário (salário de contribuição = ganhos habituais), ou o rendimento do trabalho do segurado.'
É justo que assim seja, pois, se o salário mínimo é fixado para 'atender às necessidades vitais básicas' do trabalhador e 'de sua família', o seu quantum é o mínimo indispensável para manutenção do segurado impossibilitado de trabalhar, ou que não encontra trabalho.
Mas o efeito perverso desta norma é o fato de que o Governo Federal se opõe de todos os modos à elevação desse salário mínimo, que seguramente está abaixo do necessário para o atendimento das necessidades vitais básicas do trabalhador (quanto às de sua família, nem pensar...)" (***in*** Comentários à Constituição do Brasil, 8º volume, Editora Saraiva, 1998, São Paulo, págs. 275/276).
É também a Constituição da República que atribui **caráter contributivo** à Previdência Social, assim dispondo nos seus artigos 195 e 201:
*"Art. 195. **A seguridade social será financiada** por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **e das seguintes contribuições sociais**:*
I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:
a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;
b) a receita ou o faturamento;
c) o lucro;
*II - **do trabalhador e dos demais segurados da previdência social**, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;*
III - sobre a receita de concursos de prognósticos.
§ 1º As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.
§ 2º A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.
§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o poder público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
§ 4º A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.
§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
§ 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b .
7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.
*8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, **contribuirão para a seguridade social** mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.*
§ 9° As contribuições sociais previstas no inciso I deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra.
§ 10. A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos.
*§ 11. **É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais de que tratam os incisos I, a, e II deste artigo, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar**."* (nossos os grifos).

*"Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de **caráter contributivo** e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:*
I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;
II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;
III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;
IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;
V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2°.
§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.
*§ 2º **Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo**.*
§ 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.
§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.
§ 5° É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
§ 6° A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.
§ 7° É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:
I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;
II - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.
§ 8° Os requisitos a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
§ 9° Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.
§ 10. Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado.
*§ 11. **Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei**."* (nossos os grifos).
No sistema previdenciário brasileiro, portanto, duas são as determinantes do **valor do benefício** que substitui o salário-de-contribuição, de que é espécie o auxílio-acidente, quais sejam, a **função** que lhe resulta do **princípio constitucional da suficiência**, por isso que deve atender às necessidades vitais básicas do segurado e de sua família, e os **graus de atendimento dessas necessidades vitais básicas**, que imperativamente decorrem, por primeiro, da **natureza contributiva da previdência social** e, por segundo, da variabilidade da contribuição previdenciária obrigatória, em conseqüência do valor diferenciado do salário-de-contribuição, que nada mais é do que a remuneração do empregado ou do trabalhador avulso, cujo valor mínimo é o do piso salarial ou do salário mínimo.
Indissociável o benefício previdenciário das necessidades vitais básicas da pessoa humana, põe-se na luz da evidência a sua **natureza alimentar**, a assegurar aos efeitos continuados da relação jurídica a regência da lei nova que lhes recolha a produção vinda no tempo de sua eficácia, **em se cuidando de norma nova relativa à modificação de percentual dos graus de suficiência do benefício para o atendimento das necessidades vitais básicas do segurado e de sua família**.
Nada se opõe, desse modo, à incidência imediata da lei nova sobre os benefícios de auxílio-acidente **pendentes de concessão**, à falta de ofensa qualquer a ato jurídico perfeito, direito adquirido ou coisa julgada, por isso que o direito subjetivo do segurado é o direito ao benefício, no valor irredutível que a lei lhe atribua e, não, ao valor do tempo do benefício, **como é da natureza alimentar do benefício previdenciário**.
Tem-se, assim, que transformado o auxílio-suplementar em auxílio-acidente, a norma tem incidência imediata, atribuindo aos segurados os efeitos desta transformação, sem embargo do acidente ter ocorrido sob a égide da lei anterior.

Nesse sentido, o entendimento da Egrégia Terceira Seção:
"PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA AUXÍLIO-ACIDENTE. BENEFÍCIO CONCEDIDO ANTES DA LEI Nº 9.032/95. ALTERAÇÃO. RETROATIVIDADE DA LEI MAIS BENÉFICA.
1 - Consoante o novo entendimento da Eg. Terceira Seção, a retroatividade da lei previdenciária mais benéfica abrange também as situações consolidadas. Precedente.
2 - Assim, o percentual de 50% (cinqüenta por cento) estabelecido pela Lei n.º 9.032/95, que altera o § 1º, do art. 86, da Lei n.º 8.213/91, se aplica aos benefícios já concedidos sob a égide da legislação anterior.
3 - Embargos de divergência rejeitados." (EREsp nº 335.065/SC, Relator Ministro Fernando Gonçalves, ***in*** DJ 11/12/2002).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 544, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso para, reformando o acórdão recorrido, restabelecer a sentença.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 19 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4377)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.871 - SP (2007/0198710-7)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
RECORRENTE	: FRANCISCO JUSTINO DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: WILSON MONTEIRO
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO	: ALESSANDRA LOVATO BIANCO SANTOS

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ACIDENTÁRIO. REVISÃO. PERCENTUAL. LEI Nº 9.032/1995.
1. Este Superior Tribunal de Justiça assentou compreensão de que o aumento do percentual do auxílio-acidente estabelecido pela Lei nº 9.032/1995, que alterou o § 1º do art. 86 da Lei nº 8.213/1991, deve ser aplicado indistintamente a todos os segurados, alcançando, inclusive, os benefícios em manutenção.
2. Recurso provido.

Cuida-se de recurso especial calcado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado:
"CERCEAMENTO DE DEFESA - Impossibilidade de manifestação sobre peças carreadas aos autos por determinação do Juízo - Nulidade - Inocorrência - Ausência de prejuízo - Documentos irrelevantes para o deslinde do feito - Hipótese em que não se vislumbra prejuízo aos princípios do contraditório e da ampla defesa - Preliminar afastada.

CERCEAMENTO DE DEFESA - Julgamento antecipado - Lide cujo mérito versa somente sobe matéria de direito, não exigindo produção de prova em audiência - Nulidade - Inocorrência - Preliminar afastada.

ACIDENTE DO TRABALHO - Ação revisional - Pretensão de majoração do auxílio-acidente de 30% concedido ao obreiro com base na primitiva redação da Lei nº 8.213/1991, ante a superveniência da Lei nº 9.032/1995, que instituiu o auxílio-acidente de 50% - Inadmissibilidade, sob pena de afronta aos princípios da segurança jurídica e do ***tempus regit actum*** *- Submissão do ente segurador, ademais, aos princípios norteadores da Administração Pública, sobretudo o da legalidade e o da igualdade - Possibilidade de aplicação da lei nova, mais benéfica ao obreiro, apenas em relação às lides pendentes de julgamento - Revisão do julgado com base no art. 471, I, do CPC - Impossibilidade - Benefício instituído por sentença passada em julgado - Recurso improvido."* (fl. 134)

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados. (fl. 169)
Aponta o recorrente, além de divergência jurisprudencial, violação do artigo 86 da Lei nº 8.213/91, com redação dada pela Lei nº 9.032/95, que tem eficácia imediata sobre todos os benefícios previdenciário, independentemente da lei vigente à época em que foram concedidos.
O inconformismo merece acolhimento.
Versa a controvérsia sobre a majoração do percentual de auxílio-acidente, tendo em conta a alteração do art. 86, § 1º, da Lei nº 8.213/91 pela Lei nº 9.032/95.
Este Superior Tribunal de Justiça assentou compreensão de que o aumento do percentual do auxílio-acidente estabelecido pela Lei nº 9.032/95, que alterou o § 1º do art. 86 da Lei nº 8.213/91, deve ser aplicado indistintamente a todos os segurados, alcançando, inclusive, os benefícios em manutenção.
Confiram-se:
A *- "PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. ART. 86, § 1º, DA LEI Nº 8.213/91,ALTERADO PELA LEI Nº 9.032/95. INCIDÊNCIA IMEDIATA. PRECEDENTES DA TERCEIRA SEÇÃO.*
1. A Terceira Seção desta Corte de Justiça já consolidou o entendimento no sentido de que o aumento do percentual do auxílio-acidente, estabelecido pela Lei nº 9.032/95 (lei nova mais benéfica), que alterou o § 1º do art. 86 da Lei nº 8.213/91, tem aplicação imediata a todos os beneficiários que estiverem na mesma situação, sem exceção, seja com relação a casos pendentes de concessão ou já concedidos, em virtude de ser uma norma de ordem pública, o que não implica retroatividade da lei.
2. Agravo regimental a que se nega provimento."
(AgRg no Ag nº 306.765/SC, Relator o Ministro ***ARNALDO ESTEVES LIMA****, DJ de 18/4/2005)*

B *- "PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. AUXÍLIO-ACIDENTE. BENEFÍCIO CONCEDIDO ANTES DA LEI Nº 9.032/95. ALTERAÇÃO.*
1. Consoante entendimento da Terceira Seção a retroatividade da lei previdenciária mais benéfica abrange também as situações consolidadas.
2. O percentual de 50% (cinqüenta por cento) estabelecido pela Lei nº 9.032/95, que altera o § 1º do art. 86 da Lei nº 8.213/91, se aplica aos benefícios já concedidos sob a égide da legislação anterior.
3. Nova orientação pretoriana.
4. Embargos de divergência conhecidos e rejeitados".
(EREsp nº 324.380/SC, Relator o Ministro ***FERNANDO GONÇALVES****, DJU de 3/6/2002)*

Assim, nos termos do artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso especial, para determinar que o auxílio-acidente seja pago no percentual de 50% do salário-de-benefício, a partir da vigência da Lei nº 9.032/1995.
Fixo os honorários advocatícios em 10%(dez por cento) sobre o valor da condenação, observados os termos da Súmula nº 111/STJ e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação.
Publique-se.
Brasília (DF), 19 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4378)

RECURSO ESPECIAL Nº 980.948 - SP (2007/0198699-2)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: JOVINO GONÇALVES E OUTROS
ADVOGADO	: GLAUCIA SUDATTI
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: VERA LÚCIA D'AMATO E OUTRO(S)

DECISÃO

Recurso especial interposto por Jovino Gonçalves e outros, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Décima Sétima Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:
"Revisão de benefício - Auxílio-Acidente - Elevação do percentual para 50% do salário do benefício, aplicação da Lei nº 9.032/95 - Incidência imediata da nova lei, em razão de ser ela mais benéfica.
A revisão pleiteada é inadmissível, em razão do princípio 'tempus regit actum' - Irretroatividade da lei - Aplicação da norma Constitucional - Respeito à Coisa Julgada e ao Ato Jurídico Perfeito. Mantida a improcedência da ação - Negado provimento ao recurso." (fl. 172).
O recorrente pugna, em síntese, pelo provimento do recurso para que lhe seja concedido o benefício de auxílio-acidente, no percentual de 50%, a partir de 28 de abril de 1995.
Além da divergência jurisprudencial, a insurgência especial está fundada na violação dos artigos 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, 86 da Lei nº 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 9.032/95.
Recurso tempestivo (fl. 182), não-respondido (fl. 202) e admitido (fl. 204).
Tudo visto e examinado, decido.
É esta a norma inserta no artigo 9º, ***caput***, da Lei nº 6.367/76:
"Art. 9º O acidentado do trabalho que, ***após a consolidação das lesões resultantes do acidente, apresentar como seqüelas definitivas, perdas anatômicas ou redução da capacidade funcional****, constantes de relação previamente elaborada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, as quais,* ***embora não impedindo o desempenho da mesma atividade, demandem, permanentemente, maior esforço na realização do trabalho****, fará jus, a partir da cessão do auxílio-doença, a um auxílio mensal que corresponderá a 20% (vinte por cento) do valor de que trata o inciso II do artigo 5º desta Lei, observado o disposto no § 4º do mesmo artigo."* (nossos os grifos).
Com o advento da Lei nº 8.213/91, o benefício previsto no artigo 9º da Lei nº 6.367/76 foi absorvido pelo regramento do auxílio-acidente, previsto no artigo 86 da Lei nº 8.213/91, que incorporou o suporte fático ensejador do auxílio-suplementar - **redução da capacidade funcional que, embora não impedindo a prática da mesma atividade, demande mais esforço na realização do trabalho** - aos do auxílio-acidente, procedendo dessa forma, à substituição do auxílio-suplementar previsto na legislação anterior pelo auxílio-acidente.
Veja-se, a propósito, o artigo 86 da Lei nº 8.213/91:
"Art. 86. O auxílio-acidente será concedido ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes do acidente do trabalho, resultar seqüela que implique:
I - ***redução da capacidade laborativa que exija maior esforço ou necessidade de adaptação para exercer a mesma atividade, independentemente de reabilitação profissional****;*
II - redução da capacidade laborativa que impeça, por si só, o desempenho da atividade que exercia à época do acidente, porém não o de outra, do mesmo nível de complexidade após reabilitação profissional; ou
III - redução da capacidade laborativa que impeça, por si só, o desempenho da atividade que exercia à época do acidente, porém, não o de outra, de nível inferior de complexidade, após reabilitação profissional.
§ 1º O auxílio-acidente, mensal e vitalício, corresponderá, respectivamente às situações previstas nos incisos I, II e III deste artigo, a 30% (trinta por cento), 40% (quarenta por cento) ou 60% (sessenta por cento) do salário-de-contribuição do segurado vigente no dia do acidente, não podendo ser inferior a esse percentual do seu salário-de-benefício.
§ 2º O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado.
§ 3º O recebimento de salário ou concessão de outro benefício não prejudicará a continuidade do recebimento do auxílio-acidente.
§ 4º Quando o segurado falecer em gozo do auxílio-acidente, a metade do valor deste será incorporada ao valor da pensão se a morte não resultar do acidente do trabalho.
§ 5º Se o acidentado em gozo do auxílio-acidente falecer em conseqüência de outro acidente, o valor do auxílio-acidente será somado ao da pensão, não podendo a soma ultrapassar o limite máximo previsto no § 2º. do art. 29 desta Lei." (nossos os grifos).
A Lei nº 9.032/95 imprimiu ao artigo 86 da Lei nº 8.213/91 a seguinte modificação:
"Art. 86. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza que impliquem em redução da capacidade funcional.
§ 1º O auxílio-acidente mensal e vitalício corresponderá a 50% (cinqüenta por cento) do salário-de-benefício do segurado."
No sistema de direito positivo brasileiro, a lei nova, vedada a ofensa ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada (Constituição da República, artigo 5º, inciso XXXVI, e Lei de Introdução ao Código Civil, artigo 6º), tem efeito imediato e geral, alcançando as relações jurídicas que lhes são anteriores, não, nos seus efeitos já realizados, mas, sim, nos efeitos que, por força de sua natureza continuada, seguem se produzindo, a partir de sua vigência, valendo, a propósito, invocar a lição de **Paul Roubier**:
"(...)
la loi nouvelle respecte tous les effets juridiques produits dans le passé, mais elle gouverne seule et sans partage l'avenir à compter du jour de sa promulgation. Nous parlons ici d'effet immédiat, parce que la loi nouvelle ne souffre plus le maintien de la loi ancienne, même pour les situations juridiques nées au temps où celle-ci était en vigueur, du moment qu'il s'agit d'effets juridiques produits par ces situations après sa promulgation.
L'effet immédiat de la loi doit être considéré comme la règle ordinaire: la loi nouvelle s'applique, dès sa promulgation, à tous les effets qui résulteront dans l'avenir de rapports juridiques nés ou à naître. Par conséquent, en principe, la loi nouvelle doit s'appliquer immédiatement dès le jour fixé pour sa mise en vigueur d'après la théorie de la publication de lois (C. civ., art. 1er, mod. D.-L. 5 nov. 1870): c'est à ce jour que s'établit la séparation des domaines des deux lois." (***in*** Paul Roubier, Les Conflits de Lois Dans Le Temps, volume I, pág. 9, Librairie Du Recueil Sirey, Paris, 1929).
A Constituição da República, definindo o salário mínimo como aquele do trabalhador *"fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidade vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo"* (artigo 7º, inciso IV), e estabelecendo que *"nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo"* (artigo 201, parágrafo 2º), acolheu, na previdência social, o **princípio da suficiência**, do qual decorre que o benefício previdenciário deve atender às necessidades vitais básicas do beneficiário e de sua família, não podendo ser inferior ao valor mensal do salário mínimo.
Celso Ribeiro Bastos, a propósito do tema, assim se manifesta:
"O § 5º do art. 201 dispõe que nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo. Trata-se aqui de uma norma auto-aplicável, que independe de edição de norma infraconstitucional para ter eficácia. Esse benefício deve ser entendido como as prestações continuadas à aposentadoria de qualquer modalidade (auxílio-doença, reclusão e velhice). O Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS não pode pagar a nenhum dos seus filiados benefício como prestação continuada que seja inferior ao salário mínimo.
O dispositivo sob comento está diretamente relacionado com o art. 7º, IV, da Constituição Federal de 1988, que estabelece o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim. Comenta Manoel Gonçalves Ferreira Filho:
'O salário mínimo, em função desta norma, é o mínimo a ser pago como benefício que substitua o salário (salário de contribuição = ganhos habituais), ou o rendimento do trabalho do segurado.'
É justo que assim seja, pois, se o salário mínimo é fixado para 'atender às necessidades vitais básicas' do trabalhador e 'de sua família', o seu quantum é o mínimo indispensável para manutenção do segurado impossibilitado de trabalhar, ou que não encontra trabalho.

Mas o efeito perverso desta norma é o fato de que o Governo Federal se opõe de todos os modos à elevação desse salário mínimo, que seguramente está abaixo do necessário para o atendimento das necessidades vitais básicas do trabalhador (quanto às de sua família, nem pensar...)" (***in*** Comentários à Constituição do Brasil, 8º volume, Editora Saraiva, 1998, São Paulo, págs. 275/276).

É também a Constituição da República que atribui **caráter contributivo** à Previdência Social, assim dispondo nos seus artigos 195 e 201:

*"Art. 195. **A seguridade social será financiada** por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **e das seguintes contribuições sociais**:*

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a receita ou o faturamento;

c) o lucro;

*II - **do trabalhador e dos demais segurados da previdência social**, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;*

III - sobre a receita de concursos de prognósticos.

§ 1º As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

§ 2º A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o poder público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

§ 4º A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.

§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

§ 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b .

7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

*8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, **contribuirão para a seguridade social** mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.*

§ 9° As contribuições sociais previstas no inciso I deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra.

§ 10. A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos.

*§ 11. **É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais de que tratam os incisos I, a, e II deste artigo, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar**."* (nossos os grifos).

*"Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de **caráter contributivo** e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:*

I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;

II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;

III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;

IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;

V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2°.

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.

*§ 2º **Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo**.*

§ 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

§ 5° É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

§ 6° A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.

§ 7° É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

§ 8° Os requisitos a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 9° Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

§ 10. Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado.

*§ 11. **Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei**."* (nossos os grifos).

No sistema previdenciário brasileiro, portanto, duas são as determinantes do **valor do benefício** que substitui o salário-de-contribuição, de que é espécie o auxílio-acidente, quais sejam, a **função** que lhe resulta do **princípio constitucional da suficiência**, por isso que deve atender às necessidades vitais básicas do segurado e de sua família, e os **graus de atendimento dessas necessidades vitais básicas**, que imperativamente decorrem, por primeiro, da **natureza contributiva da previdência social** e, por segundo, da variabilidade da contribuição previdenciária obrigatória, em conseqüência do valor diferenciado do salário-de-contribuição, que nada mais é do que a remuneração do empregado ou do trabalhador avulso, cujo valor mínimo é o do piso salarial ou do salário mínimo.

Indissociável o benefício previdenciário das necessidades vitais básicas da pessoa humana, põe-se na luz da evidência a sua **natureza alimentar**, a assegurar aos efeitos continuados da relação jurídica a regência da lei nova que lhes recolha a produção vinda no tempo de sua eficácia, **em se cuidando de norma nova relativa à modificação de percentual dos graus de suficiência do benefício para o atendimento das necessidades vitais básicas do segurado e de sua família**.

Nada se opõe, desse modo, à incidência imediata da lei nova sobre os benefícios de auxílio-acidente **pendentes de concessão**, à falta de ofensa qualquer a ato jurídico perfeito, direito adquirido ou coisa julgada, por isso que o direito subjetivo do segurado é o direito ao benefício, no valor irredutível que a lei lhe atribua e, não, ao valor do tempo do benefício, **como é da natureza alimentar do benefício previdenciário**.

Tem-se, assim, que transformado o auxílio-suplementar em auxílio-acidente, a norma tem incidência imediata, atribuindo aos segurados os efeitos desta transformação, sem embargo do acidente ter ocorrido sob a égide da lei anterior.

Nesse sentido, o entendimento da Egrégia Terceira Seção:

"PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA AUXÍLIO-ACIDENTE. BENEFÍCIO CONCEDIDO ANTES DA LEI Nº 9.032/95. ALTERAÇÃO. RETROATIVIDADE DA LEI MAIS BENÉFICA.

1 - Consoante o novo entendimento da Eg. Terceira Seção, a retroatividade da lei previdenciária mais benéfica abrange também as situações consolidadas. Precedente.

2 - Assim, o percentual de 50% (cinqüenta por cento) estabelecido pela Lei n.º 9.032/95, que altera o § 1º, do art. 86, da Lei n.º 8.213/91, se aplica aos benefícios já concedidos sob a égide da legislação anterior.

3 - Embargos de divergência rejeitados." (EREsp nº 335.065/SC, Relator Ministro Fernando Gonçalves, ***in*** DJ 11/12/2002).

Pelo exposto, com fundamento no artigo 544, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso para, reformando o acórdão recorrido, julgar procedente o pedido, condenando o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a majorar o benefício de auxílio-acidente, para o percentual de 50% do salário-de-contribuição, a partir da vigência da Lei nº 9.032/95, observada a prescrição qüinqüenal.

Tendo em vista o caráter alimentar do débito, fixo os juros moratórios em 1% ao mês. Correção monetária na forma da Lei nº 6.899/81. Em face do que dispõe o artigo 20, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil, fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor dos benefícios vencidos até a data da sentença. Custas ***ex lege***.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 05 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4379)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.053 - SP (2007/0200648-6)

RELATOR	**:**	**MINISTRO PAULO GALLOTTI**
RECORRENTE	:	LUIZ VIEIRA CARDOSO
ADVOGADO	:	JOSE CARLOS MARZABAL PAULINO E OUTRO(S)
RECORRIDO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	LUIZ ANTÔNIO LOURENA MELO E OUTRO(S)

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ACIDENTÁRIO. REVISÃO. PERCENTUAL. LEI Nº 9.032/95. FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. NÃO INTERPOSIÇÃO DE RE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 126/STJ.

1. "É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário." (Enunciado nº 126 da Súmula do STJ)

2. Recurso a que se nega seguimento.

Cuida-se de recurso especial calcado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça de São São Paulo assim ementado:

*"Acidente de Trabalho - Ação revisional - Benefício acidentário concedido anteriormente à vigência da Lei nº 9.032/1995 - Majoração do percentual após sua entrada em vigor - Inadmissibilidade - Aplicação do princípio **tempus regit actum** "* (fl. 151)

Aponta o recorrente, além de divergência jurisprudencial, violação do artigo 86 da Lei nº 8.213/91, com redação dada pela Lei nº 9.032/95, sustentando ser juridicamente possível o pedido para a aplicação da lei mais benéfica, que fixa o auxílio-acidente em 50% do salário-de-benefício.

O recurso não merece acolhimento.

Versa a controvérsia sobre a majoração do percentual de auxílio-acidente, tendo em conta a alteração do art. 86, § 1º, da Lei nº 8.213/91 pela Lei nº 9.032/95.

Colhe-se o seguinte trecho do acórdão impugnado:

"É sabido, também, que o Colendo Superior Tribunal de Justiça, em reiterados julgados, vem concedendo a incidência retroativa da Lei nº 9.032/1995; porém, em flagrante afronta à Constituição Federal.

(...)

Constitui princípio geral consagrado no artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, aplicável a toda legislação infraconstitucional, sem qualquer distinção entre lei de direito público e privado ou, ainda, entre legislação de ordem pública e lei dispositiva.

(...)

Não se pode olvidar que a Constituição Federal assegura e respeita o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada (art. 5º, XXXVI)." (fls. 152/153)

Assim, verifica-se que o julgamento se deu com base em fundamentos de caráter constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, não tendo sido manejado também recurso extraordinário, incidindo o enunciado nº 126 da Súmula do STJ, **verbis**:

"É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário."

No mesmo sentido, confira-se a decisão monocrática proferida pelo Ministro Hélio Quaglia Barbosa no REsp nº 796.794/MG, DJU de 21/2/2006, assim resumida:

"ADMINISTRATIVO. EX-FERROVIÁRIOS. ISONOMIA DE VENCIMENTOS. REAJUSTE DE 47,68%. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 282/STF. ACÓRDÃO RECORRIDO COM DUPLO FUNDAMENTO: CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. NÃO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SÚMULA Nº 126/STJ. RECURSO NÃO CONHECIDO ."

Ante o exposto, nos termos do art. 557, **caput**, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4380)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.100 - CE (2007/0185533-0)

RELATOR	**:**	**MINISTRO NILSON NAVES**
RECORRENTE	:	ANTÔNIA GLOSVALDA OLINDA BRAGA CORREIA
ADVOGADO	:	MÉRCIA LIMA DE ABREU
RECORRIDO	:	UNIÃO
RECORRIDO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REPR. POR	:	PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	:	EDISON PONTE BANDEIRA DE MELO E OUTRO(S)

DECISÃO

Ex-servidora pública federal ajuizou ação objetivando fosse anulado tanto o processo administrativo quanto o ato de sua demissão do cargo de assistente social do Instituto Nacional do Seguro Social, bem como fosse determinada sua reintegração. A sentença de procedência do pedido foi reformada pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região em acórdão assim ementado:

"Constitucional e Administrativo. Processo disciplinar. Demissão. Respeito aos princípios legais.

- Em relação ao controle jurisdicional do processo administrativo, a atuação do Poder Judiciário circunscreve-se ao campo da regularidade do procedimento, bem como à legalidade do ato demissionário, sendo-lhe defesa qualquer incursão no mérito administrativo a fim de aferir o grau de conveniência e oportunidade.

- Evidenciado o respeito aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, não há que se falar em nulidades do processo administrativo disciplinar, principalmente quando a ação é promovida como forma derradeira de insatisfação com o conclusivo desfecho do processo administrativo disciplinar.
- Apelação e Remessa Oficial providas."

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.
Irresignada, a autora interpõe recurso especial por divergência jurisprudencial e violação dos arts. 535 do Cód. de Pr. Civil, 143, 148, 151, II, 153, 156 e 159 da Lei nº 8.112/90. Sustenta, em síntese, que o processo administrativo que culminou com a sua demissão possui diversas irregularidades, devendo ser anulado.
Regularmente intimada, a União apresentou contra-razões, instando pela manutenção do decidido.
A meu ver, o recurso não merece acolhida.
O Tribunal de origem apoiou-se nestes fundamentos para decidir:

"No caso dos autos, observo que tanto a sindicância quanto o inquérito administrativo transcorreram em estrita obediência à legislação e aos princípios da ampla defesa e do contraditório, tendo sido franqueado à autora todos os meios e recursos inerentes à sua defesa.
Ora, as alegações formuladas pela autora, com o fito de obter a declaração de nulidade do ato de demissão, de que fora ele praticado de forma irregular e que não lhe fora dada oportunidade de formular defesa não encontram sustentação. Primeiro porque foi ela, desde o início, cientificada da abertura da sindicância e, posteriormente, da instauração do processo administrativo para apuração de conduta ilícita, tendo, inclusive, tido acesso aos autos e obtido cópias de peças processuais, além de ter credenciado advogado que a assistiu durante a apuração da infração em referência.
.....
Por fim, não ficou caracterizado, em momento algum, que a apuração dos fatos se deu sem amparo legal, nem que houvesse contradição na apuração dos fatos a ensejar o acatamento da tese esposada na inicial. Antes, pelo contrário, a decisão administrativa que culminou com a aplicação da pena de demissão encontra-se devidamente fundamentada, baseada nas provas carreadas aos autos, nos quais foi assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa à parte."

Inegavelmente, rever tal conclusão demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento vedado pela Súmula 7. A propósito, os seguintes precedentes:

"Agravo regimental. Recurso especial. Processo administrativo disciplinar. Nulidade. Súmula 7/STJ. Portaria inaugural. Fatos. Descrição pormenorizada. Desnecessidade. Prequestionamento. Falta.
I - É desnecessária a menção pormenorizada de fatos na portaria inaugural do procedimento administrativo disciplinar, providência exigida somente quando do indiciamento do servidor. Precedentes da 3ª Seção.
II - É pacífico o entendimento jurisprudencial desta c. Corte de que o decurso de prazo para a conclusão de processo administrativo disciplinar não acarreta a nulidade do procedimento.
III - Se o e. Tribunal de origem, de acordo com a prova produzida nos autos, entende que não se verificaram as nulidade apontadas pelos ora agravantes no procedimento administrativo disciplinar a que se submeteram, infirmar tal conclusão demandaria ao reexame do conjunto fático probatório (Súmula 7/STJ).
IV - É inadmissível o recurso especial quando o tema inserto na norma apontada como violada carece de prequestionamento, no caso, os artigos 214 e 219 do Código de Processo Civil. Incidência das Súmulas 282/STF e 211/STJ.
Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp-900.193, Ministro Felix Fischer, DJ de 14.5.07.)

"Agravo regimental em recurso especial. Proporcionalidade na aplicação de punição disciplinar. Questão não decidida pela corte regional. Súmulas nº 282 e 356/STF. Reexame do quadro fático-probatório. Súmula nº 7/STJ.
1. A violação do princípio da proporcionalidade na aplicação de punição disciplinar não se constituiu em matéria do acórdão recorrido, ressentindo-se do indispensável prequestionamento, cuja falta inviabiliza o conhecimento da insurgência especial, a teor do que dispõem as Súmulas nº 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.
2. Reconhecida no acórdão impugnado a suficiência da prova produzida nos autos do processo administrativo, a dar ensejo ao ato disciplinar, tal como editado, a alegação em sentido contrário, a motivar insurgência especial, requisita exame do acervo fático-probatório, vedado na instância excepcional.
3. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp-737.303, Ministro Hamilton Carvalhido, DJ de 6.2.06.)

À vista do art. 557, caput, do Cód. de Pr. Civil, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4381)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.156 - SP (2007/0198562-9)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: ANTÔNIO LOPES DA SILVA
ADVOGADO	: ALVARO BAPTISTA
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: ADRIANA BRANDÃO WEY E OUTRO(S)

DECISÃO

Recurso especial interposto por Antônio Lopes da Silva, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Décima Sexta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:
"Acidente de trabalho - Revisão de Benefício - Auxílio Acidente - Pretensão de majoração do percentual para 50% depois do advento da Lei n. 9.032/95 - Inadmissibilidade - Benefício concedido sob a égide da lei da época do infortúnio, em percentual de 40% - Aplicação do princípio tempus regit actum.
Não é possível a majoração de benefício recebido por obreiro pela mera vigência de lei posterior que aumenta o percentual. Benefício pago e calculado sob a lei vigente ao tempo do infortúnio. Não houve agravamento das lesões.
Obediência ao disposto no art. 195, § 5º, da CF.
Improcedência da ação mantida.
Recurso improvido." (fl. 201).
O recorrente pugna, em síntese, pelo provimento do recurso para que lhe seja concedido o benefício de auxílio-acidente, no percentual de 50%, a partir de 28 de abril de 1995.
Além da divergência jurisprudencial, a insurgência especial está fundada na violação dos artigos 471, inciso I, do Código de Processo Civil e 86 da Lei nº 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 9.032/95.
Recurso tempestivo (fl. 210), não-respondido (fl. 220) e admitido (fl. 223).
Tudo visto e examinado, decido.
É esta a norma inserta no artigo 9º, ***caput***, da Lei nº 6.367/76:
*"Art. 9º O acidentado do trabalho que, **após a consolidação das lesões resultantes do acidente, apresentar como seqüelas definitivas, perdas anatômicas ou redução da capacidade funcional**, constantes de relação previamente elaborada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, as quais, **embora não impedindo o desempenho da mesma atividade, demandem, permanentemente, maior esforço na realização do trabalho**, fará jus, a partir da cessão do auxílio-doença, a um auxílio mensal que corresponderá a 20% (vinte por cento) do valor de que trata o inciso II do artigo 5º desta Lei, observado o disposto no § 4º do mesmo artigo."* (nossos os grifos).
Com o advento da Lei nº 8.213/91, o benefício previsto no artigo 9º da Lei nº 6.367/76 foi absorvido pelo regramento do auxílio-acidente, previsto no artigo 86 da Lei nº 8.213/91, que incorporou o suporte fático ensejador do auxílio-suplementar - **redução da capacidade funcional que, embora não impedindo a prática da mesma atividade, demande mais esforço na realização do trabalho** - aos do auxílio-acidente, procedendo dessa forma, à substituição do auxílio-suplementar previsto na legislação anterior pelo auxílio-acidente.
Veja-se, a propósito, o artigo 86 da Lei nº 8.213/91:
"Art. 86. O auxílio-acidente será concedido ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes do acidente do trabalho, resultar seqüela que implique:
*I - **redução da capacidade laborativa que exija maior esforço ou necessidade de adaptação para exercer a mesma atividade, independentemente de reabilitação profissional**;*
II - redução da capacidade laborativa que impeça, por si só, o desempenho da atividade que exercia à época do acidente, porém não o de outra, do mesmo nível de complexidade após reabilitação profissional; ou
III - redução da capacidade laborativa que impeça, por si só, o desempenho da atividade que exercia à época do acidente, porém, não o de outra, de nível inferior de complexidade, após reabilitação profissional.
§ 1º O auxílio-acidente, mensal e vitalício, corresponderá, respectivamente às situações previstas nos incisos I, II e III deste artigo, a 30% (trinta por cento), 40% (quarenta por cento) ou 60% (sessenta por cento) do salário-de-contribuição do segurado vigente no dia do acidente, não podendo ser inferior a esse percentual do seu salário-de-benefício.
§ 2º O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado.
§ 3º O recebimento de salário ou concessão de outro benefício não prejudicará a continuidade do recebimento do auxílio-acidente.
§ 4º Quando o segurado falecer em gozo do auxílio-acidente, a metade do valor deste será incorporada ao valor da pensão se a morte não resultar do acidente do trabalho.
§ 5º Se o acidentado em gozo do auxílio-acidente falecer em conseqüência de outro acidente, o valor do auxílio-acidente será somado ao da pensão, não podendo a soma ultrapassar o limite máximo previsto no § 2º. do art. 29 desta Lei." (nossos os grifos).
A Lei nº 9.032/95 imprimiu ao artigo 86 da Lei nº 8.213/91 a seguinte modificação:
"Art. 86. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza que impliquem em redução da capacidade funcional.
§ 1º O auxílio-acidente mensal e vitalício corresponderá a 50% (cinqüenta por cento) do salário-de-benefício do segurado."
No sistema de direito positivo brasileiro, a lei nova, vedada a ofensa ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada (Constituição da República, artigo 5º, inciso XXXVI, e Lei de Introdução ao Código Civil, artigo 6º), tem efeito imediato e geral, alcançando as relações jurídicas que lhes são anteriores, não, nos seus efeitos já realizados, mas, sim, nos efeitos que, por força de sua natureza continuada, seguem se produzindo, a partir de sua vigência, valendo, a propósito, invocar a lição de **Paul Roubier**:
"(...)
la loi nouvelle respecte tous les effets juridiques produits dans le passé, mais elle gouverne seule et sans partage l'avenir à compter du jour de sa promulgation. Nous parlons ici d'effet immédiat, parce que la loi nouvelle ne souffre plus le maintien de la loi ancienne, même pour les situations juridiques nées au temps où celle-ci était en vigueur, du moment qu'il s'agit d'effets juridiques produits par ces situations après sa promulgation.
L'effet immédiat de la loi doit être considéré comme la règle ordinaire: la loi nouvelle s'applique, dès sa promulgation, à tous les effets qui résulteront dans l'avenir de rapports juridiques nés ou à naître. Par conséquent, en principe, la loi nouvelle doit s'appliquer immédiatement dès le jour fixé pour sa mise en vigueur d'après la théorie de la publication de lois (C. civ., art. 1er, mod. D.-L. 5 nov. 1870): c'est à ce jour que s'établit la séparation des domaines des deux lois." (***in*** Paul Roubier, Les Conflits de Lois Dans Le Temps, volume I, pág. 9, Librairie Du Recueil Sirey, Paris, 1929).
A Constituição da República, definindo o salário mínimo como aquele do trabalhador *"fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidade vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo"* (artigo 7º, inciso IV), e estabelecendo que *"nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo"* (artigo 201, parágrafo 2º), acolheu, na previdência social, o **princípio da suficiência**, do qual decorre que o benefício previdenciário deve atender às necessidades vitais básicas do beneficiário e de sua família, não podendo ser inferior ao valor mensal do salário mínimo.
Celso Ribeiro Bastos, a propósito do tema, assim se manifesta:
"O § 5º do art. 201 dispõe que nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo. Trata-se aqui de uma norma auto-aplicável, que independe de edição de norma infraconstitucional para ter eficácia. Esse benefício deve ser entendido como as prestações continuadas à aposentadoria de qualquer modalidade (auxílio-doença, reclusão e velhice). O Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS não pode pagar a nenhum dos seus filiados benefício como prestação continuada que seja inferior ao salário mínimo.
O dispositivo sob comento está diretamente relacionado com o art. 7º, IV, da Constituição Federal de 1988, que estabelece o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim. Comenta Manoel Gonçalves Ferreira Filho:
'O salário mínimo, em função desta norma, é o mínimo a ser pago como benefício que substitua o salário (salário de contribuição = ganhos habituais), ou o rendimento do trabalho do segurado.'
É justo que assim seja, pois, se o salário mínimo é fixado para 'atender às necessidades vitais básicas' do trabalhador e 'de sua família', o seu quantum é o mínimo indispensável para manutenção do segurado impossibilitado de trabalhar, ou que não encontra trabalho.
Mas o efeito perverso desta norma é o fato de que o Governo Federal se opõe de todos os modos à elevação desse salário mínimo, que seguramente está abaixo do necessário para o atendimento das necessidades vitais básicas do trabalhador (quanto às de sua família, nem pensar...)" (***in*** Comentários à Constituição do Brasil, 8º volume, Editora Saraiva, 1998, São Paulo, págs. 275/276).
É também a Constituição da República que atribui **caráter contributivo** à Previdência Social, assim dispondo nos seus artigos 195 e 201:
*"Art. 195. **A seguridade social será financiada** por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **e das seguintes contribuições sociais**:*
I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:
a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;
b) a receita ou o faturamento;
c) o lucro;
*II - **do trabalhador e dos demais segurados da previdência social**, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;*
III - sobre a receita de concursos de prognósticos.
§ 1º As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.
§ 2º A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o poder público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
§ 4º A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.
§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
§ 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b .
7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.
*8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, **contribuirão para a seguridade social** mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.*
§ 9° As contribuições sociais previstas no inciso I deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra.
§ 10. A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos.
*§ 11. **É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais de que tratam os incisos I, a, e II deste artigo, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar**."* (nossos os grifos).

*"Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de **caráter contributivo** e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:*
I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;
II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;
III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;
IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;
V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2°.
§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.
*§ 2º **Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo**.*
§ 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.
§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.
§ 5° É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
§ 6° A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.
§ 7° É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:
I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;
II - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.
§ 8° Os requisitos a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
§ 9° Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.
§ 10. Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado.
*§ 11. **Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei**."* (nossos os grifos).

No sistema previdenciário brasileiro, portanto, duas são as determinantes do **valor do benefício** que substitui o salário-de-contribuição, de que é espécie o auxílio-acidente, quais sejam, a **função** que lhe resulta do **princípio constitucional da suficiência**, por isso que deve atender às necessidades vitais básicas do segurado e de sua família, e os **graus de atendimento dessas necessidades vitais básicas**, que imperativamente decorrem, por primeiro, da **natureza contributiva da previdência social** e, por segundo, da variabilidade da contribuição previdenciária obrigatória, em conseqüência do valor diferenciado do salário-de-contribuição, que nada mais é do que a remuneração do empregado ou do trabalhador avulso, cujo valor mínimo é o do piso salarial ou do salário mínimo.

Indissociável o benefício previdenciário das necessidades vitais básicas da pessoa humana, põe-se na luz da evidência a sua **natureza alimentar**, a assegurar aos efeitos continuados da relação jurídica a regência da lei nova que lhes recolha a produção vinda no tempo de sua eficácia, **em se cuidando de norma nova relativa à modificação de percentual dos graus de suficiência do benefício para o atendimento das necessidades vitais básicas do segurado e de sua família**.
Nada se opõe, desse modo, à incidência imediata da lei nova sobre os benefícios de auxílio-acidente **pendentes de concessão**, à falta de ofensa qualquer a ato jurídico perfeito, direito adquirido ou coisa julgada, por isso que o direito subjetivo do segurado é o direito ao benefício, no valor irredutível que a lei lhe atribua e, não, ao valor do tempo do benefício, **como é da natureza alimentar do benefício previdenciário**.
Tem-se, assim, que transformado o auxílio-suplementar em auxílio-acidente, a norma tem incidência imediata, atribuindo aos segurados os efeitos desta transformação, sem embargo do acidente ter ocorrido sob a égide da lei anterior.
Nesse sentido, o entendimento da Egrégia Terceira Seção:
"PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA AUXÍLIO-ACIDENTE. BENEFÍCIO CONCEDIDO ANTES DA LEI Nº 9.032/95. ALTERAÇÃO. RETROATIVIDADE DA LEI MAIS BENÉFICA.
1 - Consoante o novo entendimento da Eg. Terceira Seção, a retroatividade da lei previdenciária mais benéfica abrange também as situações consolidadas. Precedente.
2 - Assim, o percentual de 50% (cinqüenta por cento) estabelecido pela Lei n.º 9.032/95, que altera o § 1º, do art. 86, da Lei n.º 8.213/91, se aplica aos benefícios já concedidos sob a égide da legislação anterior.
3 - Embargos de divergência rejeitados." (EREsp nº 335.065/SC, Relator Ministro Fernando Gonçalves, ***in*** DJ 11/12/2002).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 544, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso para, reformando o acórdão recorrido, julgar procedente o pedido, condenando o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a majorar o benefício de auxílio-acidente, para o percentual de 50% do salário-de-contribuição, a partir da vigência da Lei nº 9.032/95, observada a prescrição qüinqüenal.
Tendo em vista o caráter alimentar do débito, fixo os juros moratórios em 1% ao mês. Correção monetária na forma da Lei nº 6.899/81. Em face do que dispõe o artigo 20, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil, fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor dos benefícios vencidos até a data da sentença. Custas ***ex lege***.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4382)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.209 - SP (2007/0199745-6)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: UNIÃO
RECORRIDO	: ADILSON DANTAS
ADVOGADO	: LUIZ OTÁVIO ZANQUETA

DECISÃO

Recurso especial interposto pela União, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:
"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. LEIS Nº 8.622/93 E 8.627/93. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
1. O Supremo Tribunal Federal reconheceu que o reajuste de 28,86%, estabelecido pelas Lei 8.622/93 e 8.627/93, constituiu revisão geral de remuneração, devendo ser estendido aos demais servidores civis do Poder Executivo, à luz do artigo 37, X, da Constituição Federal. Súmula nº 672. É de se aplicar o mesmo raciocínio aos militares que receberam reajustes inferiores ao percentual de 28,86%.
2. Apelação a que se dá provimento." (fl. 105).
Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.
Alega a recorrente omissão no acórdão recorrido, que não teria apreciado os dispositivos tidos por violados, inviabilizando o acesso aos Tribunais Superiores.
Assevera que a concessão da diferença entre o reajuste de 28,86% e o índice já recebido pelos militares importa em ferimento ao princípio castrense da hierarquia.
Alega, ainda, que deve ser fixada limitação temporal para o pagamento do reajuste de 28,86% para os militares em decorrência da Medida Provisória nº 2.131/2000, que reestruturou a sua remuneração, incorporando ao soldo o referido percentual de reajuste, sem que houvesse decesso remuneratório.
Além da divergência jurisprudencial, a insurgência especial está fundada na violação dos artigos 535, incisos I e II, do Código de Processo Civil, 4º da Lei nº 8.622/93, 1º da Lei nº 8.627/93, e 40 da Medida Provisória nº 2.131/2000.
Recurso tempestivo e admitido.
Tudo visto e examinado, decido.
De início, não conheço da alegada violação do artigo 535 do Código de Processo Civil eis que a recorrente, apesar de apontar o dispositivo legal tido como violado, não demonstrou no que consistiu a negativa de vigência da lei ou, ainda, a sua correta interpretação.
Decerto, a razão do pedido de reforma da decisão recorrida é pressuposto ou requisito para a admissibilidade do recurso, cabendo à parte formulá-lo em estrito cumprimento da lei, não se constituindo tal exigência em formalismo exacerbado.
Com efeito, a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que *"(...) Para viabilizar o conhecimento do especial, pelo fundamento da alínea 'a' do permissivo constitucional, não é suficiente a simples menção explícita aos preceitos de lei que se pretende desafeiçoados (pelo acórdão do Tribunal a quo), mas, ainda, a motivação justificadora, esclarecendo-se, com precisão, em sua dicção e conteúdo, para possibilitar, ao julgador, o cotejo entre o teor dos artigos indicados como violados e a fundamentação do recurso. (...)"* (REsp nº 160.226/RN, Relator Ministro Demócrito Reinaldo, ***in*** DJ 11/5/98).
Tal deficiência inviabiliza a abertura da instância especial, a teor do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, ***verbis***:
"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."
A propósito e por todos, o seguinte precedente, que define o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça:
"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. ALEGADA OFENSA AO ART. 535 DO CPC. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. MILITARES. REAJUSTE DE 28,86%. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA. MP N.º 1.704/98. PRECEDENTES.
1. Se o recorrente aduz ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil mas não evidencia qualquer omissão, contradição ou obscuridade no acórdão recorrido, deixando de demonstrar no que consistiu a alegada ofensa ao mencionado dispositivo, aplica-se, por analogia, o disposto na Súmula 284 do Excelso Pretório.
2. Esta Corte Superior de Justiça firmou o entendimento segundo o qual a edição da Medida Provisória nº 1.704-5/98, que reconheceu aos servidores públicos civis o direito àquele reajuste, implicou na renúncia do prazo prescricional, de acordo com o estabelecido no artigo 202, VI, do Código Civil. Precedentes.
3. Agravo regimental improvido." (AgRgREsp nº 885292/PR, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, ***in*** DJ 25/06/2007).
Isso estabelecido, a questão está no direito dos militares à diferença entre os percentuais de reajuste recebidos e o percentual de 28,86% deferido pelas Leis nº 8.237/91 e 8.627/93.
O Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 22.307-7, em que foi Relator o Ministro Marco Aurélio (***in*** DJ 13/6/97), atribuiu ao reajuste concedido pelas Leis nº 8.237/91 e 8.627/93, no percentual médio de 28,86%, a natureza jurídica de reajuste geral de vencimentos, atraindo a incidência da norma inserta na redação original do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, em vigor ao tempo da edição dos diplomas legislativos, quando era assegurado aos militares o reajuste geral de remuneração:
*"X - a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, **sem distinção de índices** entre servidores públicos civis e **militares**, far-se-á sempre na mesma data;"* (nossos os grifos).
E, em se cuidando de reajuste geral de vencimentos, impõe-se afirmar o direito dos militares à diferença entre os percentuais de reajuste recebidos e o percentual de 28,86% deferido pelas Leis nº 8.237/91 e 8.627/93, por força da proibição constitucional de distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, na letra do inciso X do artigo 39 da Constituição Federal, como vigente ao tempo da edição das leis.
Esta a compreensão que restou pacificada no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça, como se extrai dos seguintes precedentes da Terceira Seção:
"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. MILITAR. REAJUSTE DE 28,86%. REVISÃO GERAL DE REMUNERAÇÃO. DIFERENÇA. PERCENTUAIS COMPLEMENTARES. CABIMENTO. SÚMULA 168 DO STJ. EMBARGOS REJEITADOS.
1. Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado. (Súmula 168 do STJ).
2. Nos termos do entendimento firmado pela C. Terceira Seção, o reajuste de 28,86%, por cuidar-se de "revisão geral de remuneração", deve ser repassado integralmente aos militares.
3. Embargos de Divergência rejeitados" (EREsp nº 584685/BA, Relator Ministro Paulo Medina, ***in*** DJ 28/06/2006).

"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. LEIS NºS 8.622/93 E 8.627/93. REAJUSTE GERAL DE VENCIMENTOS. MILITARES. DIREITO À DIFERENÇA ENTRE O PERCENTUAL RECEBIDO E O ÍNDICE DE 28,86%.
1. Em se cuidando de reajuste geral de vencimentos, impõe-se afirmar o direito dos militares à diferença entre os percentuais de reajuste recebidos e o índice de 28,86%, deferido pelas Leis nº 8.237/91 e 8.627/93, por força da proibição constitucional de distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, na letra do inciso X do artigo 39 da Constituição Federal, como vigente ao tempo da edição das leis.
2. Precedentes da 3ª Seção.
3. Embargos rejeitados." (EREsp nº 584719/BA, da minha relatoria, ***in*** DJ 10/04/2006).

"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. LEIS Nos 8.622/93 E 8.627/93. 28,86%. EXTENSÃO AOS MILITARES BENEFICIADOS COM ÍNDICES MENORES. POSSIBILIDADE.
1. Se o Supremo Tribunal Federal, ao afirmar que as Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93 concederam revisão geral de remuneração, assegurou aos servidores públicos civis a percepção do índice de 28,86%, a negativa desse direito aos servidores militares beneficiados com reajustes menores implicaria em desrespeito ao princípio da isonomia e ao disposto no art. 37, inciso X, daConstituição Federal.

2. Matéria pacificada no âmbito da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça.
3. Embargos rejeitados." (EREsp nº 572079/MG, Relator Ministro Paulo Gallotti, ***in*** DJ 27/03/2006).

"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. REAJUSTE. LEIS N.OS 8.622/93 E 8.627/93. DIREITO ÀS DIFERENÇAS ENTRE O ÍNDICE DE 28,86% E O PERCENTUAL JÁ RECEBIDO. PRECEDENTES DAS TURMAS QUE COMPÕEM A 3ª SEÇÃO. ACÓRDÃO EMBARGADO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DA 3ª SEÇÃO. SÚMULA 168/STJ.
1. O reajuste concedido pelas Leis n.º 8.622/93 e 8.627/93, no percentual médio de 28,86%, tem natureza jurídica de índice geral de revisão vencimentos e soldos do funcionalismo público, consoante entendimento firmado pelo colendo Supremo Tribunal Federal (RMS 22.307-7/DF). Nesse contexto, os servidores públicos militares, que foram contemplados com reajustes inferiores, têm direito às diferenças entre estes e o índice geral de 28,86%, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia, previsto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal. Precedentes das Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte.
2. Nos termos da Súmula 168 desta Corte, "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado".
3. Embargos não conhecidos." (EREsp nº 571532/MG, Relatora Ministra Laurita Vaz, ***in*** DJ 06/02/2006).

"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR MILITAR. REAJUSTE DE 28,86%. DIFERENÇA. PERCENTUAIS COMPLEMENTARES. CABIMENTO PRECEDENTES DA TERCEIRA SEÇÃO. EMBARGOS NÃO PROVIDOS.
1. O reajuste de 28,86%, por se tratar de revisão geral de remuneração, deve ser repassado integralmente aos militares, nos termos do entendimento firmado pela Terceira Seção.
2. Direito à diferença entre o reajuste concedido e o índice integral de 28,86%.
3. Embargos rejeitados." (EREsp nº 639488/BA, Relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, ***in*** DJ 12/09/2005).
"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR MILITAR. REAJUSTE DE 28,86%. REVISÃO GERAL DE REMUNERAÇÃO. DIFERENÇA. PERCENTUAIS COMPLEMENTARES. CABIMENTO. PRECEDENTES DA TERCEIRA SEÇÃO.
Nos termos do entendimento firmado pela C. Terceira Seção, o reajuste de 28,86%, por cuidar-se de "revisão geral de remuneração", deve ser repassado integralmente aos militares. Direito à diferença entre o reajuste concedido e o índice integral de 28,86%.
Embargos da União conhecidos, mas rejeitados." (EREsp nº 383382/RS, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, ***in*** DJ 01/06/2005).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. LEIS NºS 8.622/93 E 8.627/93. REAJUSTE DE 28,86%. DIREITO ÀS DIFERENÇAS. PRECEDENTES DA EG. TERCEIRA SEÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 168/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
I - Não obstante a jurisprudência deste Eg. Superior Tribunal de Justiça, pelas suas Quinta e Sexta Turmas, estivesse em descompasso por algum tempo, a controvérsia chegou à uniformização, após recentes decisões da Eg. Terceira Seção, no sentido de que o reajuste concedido pelas Leis n.º 8.622/93 e 8.627/93, no percentual médio de 28,86%, tem natureza jurídica de índice geral de revisão vencimentos e soldos do funcionalismo público. Assim, os servidores públicos militares, que foram contemplados com reajustes inferiores, têm direito às diferenças entre estes e o índice geral de 28,86%, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia, previsto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal.
II - Nos termos da Súmula 168 desta Corte, "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado".
III - Agravo interno desprovido." (AgRgEREsp nº 553263/BA, Relator Ministro Gilson Dipp, ***in*** DJ 11/05/2005).
Confira-se, ainda, o seguinte precedente do Supremo Tribunal Federal:
"SERVIDORES MILITARES. INCISO X DO ART. 37 DA LEI DAS LEIS (REDAÇÃO ANTERIOR À EC 19/98). DIREITO À REVISÃO GERAL DE 28,86%, DECORRENTE DAS LEIS NºS 8.622/93 E 8.627/93. COMPENSAÇÃO DOS ÍNDICES JÁ CONCEDIDOS PELA PRÓPRIA LEI Nº 8.627/93. INTERPRETAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
Ao julgar o RMS 22.307, o Plenário desta Corte decidiu, por maioria, que as Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93 concederam revisão geral de vencimentos aos servidores públicos, da ordem de 28,86%, nos termos do inciso X do art. 37 da Carta de Outubro (redação anterior à EC 19/98). Posteriormente, ao apreciar os embargos de declaração opostos (RMS 22.307-ED), entendeu, também por maioria, que deveriam ser compensados, em cada caso, os índices eventualmente concedidos pela própria Lei nº 8.627/93. ***Tal decisão autoriza concluir que a citada revisão, sendo geral, na forma do dispositivo constitucional em apreço (cuja redação originária não comportava distinção entre civis e militares), é devida, por igual, aos servidores militares, também com a mencionada compensação.*** *Precedentes: REs 303.376-AgR, 398.778-AgR, 403.395-AgR, 405.082-AgR, 407.645-AgR, 427.004-AgR e 427.031-AgR, entre outros, Relator Ministro Carlos Britto; RE 401.467-AgR, Relator Ministro Sepúlveda Pertence; RE 419.075, Relator Ministro Marco Aurélio; RE 438.985-AgR, Relator Ministro Celso de Mello; e RE 436.266-AgR, Relator Ministro Carlos Velloso. Agravo regimental desprovido."* (REAgR nº 443507/RJ, Relator Ministro Carlos Britto, ***in*** DJ 19/08/2005).

Passo seguinte, quanto à alegada limitação temporal para o pagamento do reajuste de 28,86% para os militares em decorrência da Medida Provisória nº 2.131/2000, ao que se tem, da letra do acórdão recorrido, o Tribunal Regional expressamente determinou o pagamento do reajuste de 28,86% até a data de entrada em vigor da Medida Provisória nº 2.131/2000, faltando à União, pois, o indispensável interesse de recorrer, pressuposto de admissibilidade recursal, uma vez que, relativamente à tal questão, não houve sucumbência.
Veja-se, a propósito, José Carlos Barbosa Moreira, que bem delimita o conceito de interesse recursal, no sentido de que *"(...) A noção de interesse, no processo, repousa sempre, ao nosso ver, no binômio utilidade + necessidade: utilidade da providência judicial pleiteada, necessidade da via que se escolhe para obter essa providência. O interesse em recorrer, assim, resulta da conjugação de dois fatores: de um lado, é preciso que o recorrente possa esperar, da interposição do recurso, a consecução de um resultado a que corresponda situação mais vantajosa, do ponto de vista prático, do que a emergente da decisão recorrida: de outro lado, que lhe seja necessário usar o recurso para alcançar tal vantagem."* (***in*** Comentários ao Código de Processo Civil, volume V, Editora Forense, 7ª edição, Rio de Janeiro, 1998, pág. 295).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4383)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.377 - RS (2007/0201325-1)

RELATOR	**: MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: JOSÉ CALVINO PIRES MAIA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LUCIARA LUNA LIRA
ADVOGADO	: CRISTIANO CAJU FREITAS E OUTRO(S)

DECISÃO

Recurso especial interposto pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul - IPERGS, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, impugnando acórdão da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:
"PREVIDÊNCIA PÚBLICA. REVISÃO DE PENSÃO. Ausência de REEXAME NECESSÁRIO. INTELIGÊNCIA DO ART. 475, § 3º, DO CPC, INTRODUZIDO PELA LEI Nº 10.352/2001. Não há a remessa de ofício da sentença fundada em jurisprudência do Plenário do Supremo Tribunal Federal. A pensão correspondente à totalidade dos vencimentos do servidor falecido já foi analisada pelo Tribunal Pleno do STF. JUROS DE MORA. Os juros de mora são aplicados no percentual de 1% ao mês conforme disposição do seu art. 406, do Novo CC, combinado com o § 1º do art. 161 do CTN. INAPLICABILIDADE DO ART. 1º- F DA LEI 9.494/97. O novo CC revogou tacitamente a disposição acrescida pela Medida Provisória nº 2180-35/2001 à Lei nº 9.494/97, referente aos juros moratórios. Ademais, inaplicável a Medida Provisória às verbas devidas às pensionistas, porquanto expressamente referida sua incidência tão-somente em relação aos valores devidos aos servidores e empregados públicos, não havendo qualquer alusão às verbas relativas à pensão previdenciária.
REEXAME NECESSÁRIO NÃO CONHECIDO. APELAÇÃO IMPROVIDA." (fl. 83).
Sustenta o recorrente que não tem aplicação a taxa de juros com fundamento no artigo 406 do novo Código Civil, incidindo, sim, o artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.180-35/2001, que dispõe que a taxa de juros incidente sobre os débitos devidos pela Fazenda Pública é de 0,5% ao mês.
A violação dos artigos 406 do novo Código Civil e 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.180-35/2001 funda a insurgência especial.
Recurso tempestivo (fl. 91), respondido (fl. 110) e admitido (fl. 114/115).
Tudo visto e examinado, decido.
A questão é a da taxa de juros incidente nos débitos da Fazenda Pública, por afastada pela Corte Estadual de Justiça a incidência do artigo 1º da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, à invocação do artigo 406 da Lei nº 10.406/2002 (novo Código Civil).
É esta, contudo, a norma jurídica civil:
"Art. 406. Quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional."
Tal norma jurídica, predominantemente de natureza dispositiva, é, por inteiro, estranha às hipóteses tais como a dos autos, de juros de mora devidos pela Fazenda Pública nas condenações ao pagamento de verbas remuneratórias aos servidores e empregados públicos, tendo incidência própria nas relações jurídicas disciplinadas pelo Código Civil e funções meramente subsidiária e supletiva, em razão das quais determina que se observe a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.
Não se trata, em verdade, a nosso ver, sequer de norma geral em relação à norma especial, mostrando-se induvidosa a vigência formal e a conseqüente incidência da norma do artigo 1º da Lei n° 9.494, de 10 de setembro de 1997, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001:
"Art. 1º-F. Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para o pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano."
E a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme em que os juros de mora em questão devem ser fixados no percentual de 6% ao ano nas hipóteses em que proposta a ação após o início da vigência da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, que acrescentou o artigo 1º-F ao texto da Lei nº 9.494/97, incidente não somente nos pagamentos de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, mas também, e com igual razão, nos pagamentos das pensões delas decorrentes.
Confiram-se, a propósito, os seguintes precedentes jurisprudenciais:
"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. FILHA SOLTEIRA MAIOR DE 21 ANOS. DEPENDÊNCIA. PENSÃO POR MORTE. INÉRCIA DA ADMINISTRAÇÃO. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA. JUROS DE MORA. PERCENTUAL. INÍCIO DO PROCESSO APÓS A EDIÇÃO DA MP Nº 2.180-35/2001. INCIDÊNCIA.
(...)
3. Os juros de mora devem ser fixados no percentual de 6% ao ano na hipótese de a ação ter sido proposta após a vigência da Medida Provisória n.º 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, que acrescentou o art. 1º-F ao texto da Lei n.º 9.494/97. Precedentes.
4. Recurso Especial parcialmente provido." (REsp nº 645.856/RS, Relatora Ministra Laurita Vaz, ***in*** DJ 13/9/2004).

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DÍVIDA DE NATUREZA ALIMENTAR. JUROS DE MORA. PERCENTUAL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2180-35. AJUIZAMENTO DA AÇÃO POSTERIOR À VIGÊNCIA DA MP. APLICABILIDADE. REFORMA DA DECISÃO.
Ainda que se trate de dívida de natureza alimentar, o fato é que a presente ação foi ajuizada posteriormente à vigência da referida MP, que determina que os juros devem incidir no percentual de 0,5% ao mês. Precedentes.
Recurso provido." (REsp n° 601.688/SC, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, ***in*** DJ 22/3/2004).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA. POSSIBILIDADE DO RELATOR DAR PROVIMENTO AO RECURSO COM BASE NO ART. 557, § 1º-A DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. TEMA NÃO VENTILADO NA INSTÂNCIA A QUO. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE. DÍVIDA DE NATUREZA ALIMENTAR. JUROS DE MORA. PERCENTUAL DE 6% A.A. MEDIDA PROVISÓRIA 2.180-35, DE AGOSTO DE 2001. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES DO STJ.
(...)
III - A Medida Provisória 2.180-35/2001, que acrescentou o art. 1º-F ao texto da Lei nº 9.494/97, somente pode ser aplicada às ações ajuizadas após sua vigência. Tendo sido a ação proposta após à vigência da referida medida provisória, os juros moratórios devem ser fixados no patamar de 6% ao ano. Precedentes.
IV- Agravo interno desprovido." (AgRgREsp n° 554.268/RS, Relator Ministro Gilson Dipp, ***in*** DJ 19/4/2004).

"PROCESSO CIVIL. JUROS DE MORA. PERCENTUAL DE 1% A.M. NATUREZA ALIMENTAR DO DÉBITO. INÍCIO DO PROCESSO APÓS VIGÊNCIA DA MP Nº 2.180-35/2001. INCIDÊNCIA.
Proposta a ação após o início da vigência da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, que acrescentou o art. 1º-F ao texto da Lei nº 9.494/97, os juros de mora devem ser fixados no percentual de 6% ao ano. Precedentes.
Recurso provido." (REsp n° 607.516/RS, Relator Ministro Felix Fischer, ***in*** DJ 19/4/2004).

"PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL - SERVIDOR PÚBLICO - JUROS MORATÓRIOS - NATUREZA ALIMENTAR - AÇÃO AJUIZADA POSTERIORMENTE À EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180/2001 - APLICABILIDADE - DISSÍDIO PRETORIANO COMPROVADO, CONTUDO INEXISTENTE - SÚMULA 83/STJ
(...)
2 - Norma superveniente estabelecendo juros de 6% ao ano. Esta Corte entende que, conquanto a Medida Provisória nº 2.180-35/2001 tenha natureza processual, tem ela reflexos na esfera jurídico-material das partes, razão pela qual não incide nos processos em curso, quer de conhecimento, quer de execução, ressaltando-se a necessidade do processo ter sido iniciado após a sua vigência.
3 - Na espécie, a ação foi proposta em 18/10/2001, portanto, após o início da vigência da Medida Provisória nº 2.180-35, editada em 24.08.2001. Assim, plenamente aplicável, in casu, a referida norma, como decidido pelo Tribunal a quo.
4 - Recurso não conhecido." (REsp nº 604.618/RS, Relator Ministro Jorge Scartezzini, ***in*** DJ 28/6/2004).
Cumpre averbar, ainda, que a Medida Provisória nº 2.180-35/2001 foi editada antes do advento da Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001 que, no seu artigo 2º, estabeleceu o seguinte:
"As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta emenda continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional."

In casu, ao que se tem dos autos, o ajuizamento da ação, a dar ensejo à inclusão de juros moratórios, teve lugar em 09 de fevereiro de 2005 (fl. 2), ou seja, após a publicação da Medida Provisória nº 2.180-35/2001, que, em seu artigo 4º, determina que os juros de mora *"não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano"*.
Em hipóteses análogas, assim decidiram os Ministros Felix Fischer e Laurita Vaz, respectivamente:
"(...)
Quanto à questão dos juros de mora, a e. Corte de origem decidiu que o percentual aplicado às prestações vencidas ***antes*** *da vigência do Código Civil de 2002 seria de 0,5% (meio por cento) ao mês e, em relação à prestações vencidas* ***após*** *a vigência do mencionado* ***codex****, seria de 1% (um por cento) ao mês.*
Porém, ressalte-se que o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 dispôs acerca dos juros moratórios nas 'condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos', norma que, em face da sua especificação, deve regular a situação descrita no presente feito, em desfavor do estabelecido no art. 406 do Código Civil e na legislação que define a aplicação da taxa SELIC.
(...)" (REsp nº 733.578/RS, ***in*** DJ 26/4/2005).

"(...)
De início, deve ser afastada a aplicação das normas contidas nos arts. 406 do Novo Código Civil e 161, § 1º, do Código Tributário Nacional, em razão da especialidade da regra do art. 1º-F da Lei n.º 9.494/97, que, especificamente, regula a incidência dos juros de mora nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias, como na espécie.
(...)" (REsp nº 734.981/RS, ***in*** DJ 26/4/2005).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 544, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso especial para, reformando, em parte, o acórdão recorrido, fixar os juros moratórios em 0,5% ao mês.
Publique-se.
Intime-se.
Brasília, 20 de setembro de 2007.

Ministro *Hamilton Carvalhido*, Relator

(4384)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.387 - SP (2007/0200102-0)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
RECORRENTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: LUIZ ROBERTO LUCARELLI E OUTRO(S)
RECORRIDO	: OSWALDO FERNANDES CAMPOS E OUTROS
ADVOGADO	: CIBELE CARVALHO BRAGA E OUTRO(S)

DECISÃO

Servidores públicos estaduais ajuizaram ação objetivando o pagamento da correção monetária referente a verbas pagas em atraso. A sentença de procedência do pedido foi confirmada pelo Tribunal de Justiça em acórdão assim ementado:

"Servidor estadual - Cobrança - Servidores ligados ao Quadro do Poder Judiciário - Pretensão ao recebimento de diferenças salariais não pagas corretamente pela administração no período de 1989 à 1994 - F.A.M ('Fator de Atualização Monetária') - Direito reconhecido expressamente pela administração - Rejeição da alegação de cerceamento de defesa - Prescrição inocorrente - Ação procedente - Apelo da Fazenda e reexame necessário - Decisão mantida - Recursos não providos."

Opostos embargos de declaração por duas vezes, foram ambos rejeitados.
Daí este recurso especial, em que a Fazenda do Estado de São Paulo alega, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 1º do Decreto nº 20.910/32, 1º da Lei nº 4.414/64, 405 do Cód. Civil, 219 do Cód. de Pr. Civil e 1º-F da Lei nº 9.494/97. Sustenta, em síntese, o seguinte: (I) "todos os pagamentos cuja complementação está sendo reclamada na ação ocorreram há mais de cinco anos contados retroativamente do ajuizamento, estando, portanto, prescritos"; (II) "os juros de mora são devidos apenas desde a citação".
Regularmente intimados, os recorridos apresentaram contra-razões, instando pela manutenção do decidido.
A meu ver, a irresignação merece ser acolhida apenas em parte.
No que se refere à alegação de ofensa aos arts. 1º do Decreto nº 20.910/32, valeu-se o acórdão recorrido dos elementos de fato constantes do processo para afastar a prescrição do fundo de direito. Eis o que concluiu o Relator:

"Ademais, rejeito a preliminar de 'prescrição' levantada pela Fazenda em suas razões, uma vez que o débito foi reconhecido em março/04 para Maria Inês Vieira Giroldo (fl. 54), Getulio Vargas Guimarães (fl. 55), Moacir Bueno Filho (fl. 56) e Oswaldo Polido (fl. 67); e em dezembro/03 para Oswaldo Fernandes Camos (fl. 53), para Athayde Graciano de Paula (fl. 57), Vilma Resta (fl. 58), João Carlos de Toledo Piza (fl. 59), Cícero de Oliveira (fl. 60), Regina Rinaldi Celulari (fl. 61), Christiane Teixeira Cottini Dario (fl. 62), Sonia Leme da Rocha (fl. 63), Virgínia Nogueira Pegoraro (fl. 64), Zildnete da Rocha Silva Martins (fl. 65), Maria Helena Bueno e Silva (fl. 66) e a presente ação foi proposta no mês de março/2004, vale dizer, 03 (três) meses após o primeiro reconhecimento administrativo, não havendo assim que se falar em 'prescrição'."

Ora, a análise dos argumentos da recorrente, todos no propósito de infirmar as conclusões do Tribunal local, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que, em recurso especial, é vedado pela Súmula 7.
Quanto à alegada violação do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, a Fazenda limitou-se, praticamente, a citar o dispositivo de lei, sem, contudo, impugnar especificamente os fundamentos e as conclusões adotadas na origem, não sendo possível identificar em que ponto se teria praticado ofensa à mencionada lei federal. Note-se que não houve sequer elaboração de tese a respeito do indicado dispositivo legal. Com isso, a deficiente fundamentação atrai o óbice da Súmula 284/STF.
Em relação ao termo inicial dos juros de mora, eis o que consta da sentença proferida pela Juíza de primeiro grau:

"Sobre o total, que deverá ser atualizado até o efetivo pagamento, incidirão juros moratórios de um por cento ao ano, a contar da citação."

O acórdão recorrido, por sua vez, apesar de não reformar a sentença, afirmou que:

"Os apelados, conforme documentos de fls. 53/67 têm direito a receber a importância de (...) respectivamente, relativa a 'correção monetária' e 'juros moratórios' atualizados os 11 primeiros até dezembro/03 e os 4 últimos até março/05, circunstância corretamente retratada pelo juízo na sentença."

Ora, é de ver que, decidindo como decidiu, dissentiu o acórdão recorrido do entendimento firmado no âmbito do Superior Tribunal segundo o qual os juros de mora, em se tratando de pagamento de verbas em atraso, devem incidir a partir da citação válida. São estes os precedentes:

"Recurso especial. Processual Civil e Administrativo. Servidor público. Dívida de caráter alimentar. Juros moratórios. Termo inicial. Citação. Ausência de interesse recursal. Correção monetária. Índice. IPC.
.....
II - Para a atualização das verbas devidas, deve ser aplicado o IPC como fator de correção monetária. Precedentes.
Recurso parcialmente conhecido e, nessa parte, provido." (REsp-631.618, Ministro Felix Fischer, DJ de 2.8.04.)

"Recurso especial. Administrativo e Processual Civil. Servidor público do Estado do Mato Grosso do Sul. Salários atrasados. Correção. IPC. Juros. Incidência. Arts. 216 do CPC e 1.536, § 2º do CC. Precedentes.
Nos moldes de inúmeros precedentes desta Corte, em casos tais deve-se aplicar o IPC como índice de correção do débito.
Da combinação dos arts. 219 do CPC e 1536, § 2º do Código Civil, e nos termos de farta jurisprudência da Corte, os juros moratórios são devidos a contar da citação válida.
Precedentes.
Recurso conhecido e provido por ambas as alíneas." (REsp-612.988, Ministro José Arnaldo, DJ de 27.6.05.)

"Recurso especial. Administrativo. Vencimentos de servidores públicos estaduais pagos com atraso. Correção monetária. Índice aplicável. Juros moratórios. Termo inicial. Data da citação. Precedentes.
.....
3. Esta Corte Superior de Justiça tem decidido que, para a liquidação de obrigações devidas pelo Estado a seus servidores não cumpridas no tempo devido, é admissível a aplicação dos juros moratórios a partir da citação, como forma de penalizar o vencido que resistiu à pretensão e veio a ser condenado. Inteligência do artigo 219 do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 1.536, parágrafo 2º, do Código Civil. Precedentes.
4. Recurso parcialmente provido." (REsp-605.067, Ministro Hamilton Carvalhido, DJ de 21.6.04.)

Isso posto, com fundamento no § 1º-A do art. 557 do Cód. de Pr. Civil, dou provimento ao recurso especial somente para determinar que os juros de mora incidam a partir da citação válida.
Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4385)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.589 - RS (2007/0201719-0)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: JOSÉ CALVINO PIRES MAIA E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA SOLANGE BOEIRA
ADVOGADO	: DANIEL FERNANDO NARDAO

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. JUROS MORATÓRIOS. AÇÃO AJUIZADA APÓS A EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180-35/2001. FIXAÇÃO NO PATAMAR DE 6% AO ANO. PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial, interposto pelo IPERGS, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, contra acórdão que entendeu serem devidos juros de mora no índice de 12% ao ano em condenações impostas contra a Fazenda Pública.
Aduz o recorrente, em síntese, que o artigo 1º-F da Lei 9.494/97 expressamente consignou que, nos casos de prestações alimentares, impostas em face da Fazenda Pública, a taxa de juros de mora a ser aplicada é de 6% ao ano.
Alega, ainda, que o referido artigo entrou em vigência antes do ajuizamento da presente ação, devendo, portanto, ser aplicado à espécie.
Por fim, assevera que referida norma é especial e, desse modo, prevalece sobre o artigo 406 do Código Civil.
É o relatório.
A questão única do recurso especial é saber qual o percentual dos juros aplicável às condenações impostas contra a Fazenda Pública: 6% ou 12% ao ano.
Inicialmente, cumpre ressalvar o meu entendimento no sentido da inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 2.180-35/2001, por ofender o princípio da isonomia no que tange aos benefícios conferidos à Fazenda Pública em relação aos particulares. A esse respeito, confira-se o REsp 877.096/RS, de minha relatoria.
No entanto, a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça pacificou-se no sentido de que os juros de mora nas causas ajuizadas posteriormente à edição da MP nº 2.180-35/2001, em que for devedora a Fazenda Pública, devem ser fixados à taxa de de 6% ao ano.
Nesse sentido, cumpre trazer à baila os seguintes julgados:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MILITAR. REAJUSTE DE 28,86%. LIMITAÇÃO AO ADVENTO DA MP 2.131/2000. JUROS MORATÓRIOS. PERCENTUAL. AÇÃO AJUIZADA POSTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA 2.180-35/2001. LEI 9.494/97. LIMITAÇÃO. MEDIDA PROVISÓRIA 2.131/2000. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
1. Os juros moratórios devem ser fixados no percentual de 6% ao ano nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias a servidores e empregados públicos, quando a ação for proposta após o início da vigência da Medida Provisória 2.180-35/2001, que acrescentou o art. 1º-F à Lei 9.494/97. Precedentes.
2. O reajuste deve ser limitado à edição da Medida Provisória 2.131/2000, que reestruturou a remuneração dos militares das Forças Armadas Brasileiras, revogando os arts. 6º e 8º da Lei 8.622/93 e 2º da Lei 8.627/93.
3. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 842.572/RS, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 4/12/2006)

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. JUROS DE MORA. PERCENTUAL. FAZENDA PÚBLICA. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180/01.
1. A Medida Provisória nº 2.180/01, que modificou o artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, determinando que os juros moratórios sejam calculados em 6% (seis por cento) ao ano nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores públicos, tem incidência nos processos iniciados após a sua vigência.
2. A violação de dispositivos constitucionais, ainda que para fins de prequestionamento, não pode ser apreciada em sede de recurso especial.
3. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no REsp 829.767/RS, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, SEXTA TURMA, DJ 25/9/2006)

Desse modo, em atenção à jurisprudência consolidada desta Corte, na espécie os juros moratórios devem ser fixados em 6% ao ano, tendo em vista que esta ação foi proposta posteriormente à edição da nº 2.180-35/2001.
Diante do exposto, com fundamento no artigo 557, § 1º-A, do CPC, dou provimento ao recurso especial, para fixar os juros moratórios no patamar de 6% ao ano.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4386)

RECURSO ESPECIAL Nº 981.976 - SP (2007/0200707-9)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
RECORRENTE	: SEVERINO IVO DE FRANÇA ABREU
ADVOGADO	: JAIR CAETANO DE CARVALHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: MÁRCIA DE PAULA BLASSIOLI E OUTRO(S)

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ACIDENTÁRIO. REVISÃO. PERCENTUAL. LEI Nº 9.032/95. FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. NÃO INTERPOSIÇÃO DE RE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 126/STJ.
1. "É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário." (Enunciado nº 126 da Súmula do STJ)
2. Recurso a que se nega seguimento.

Cuida-se de recurso especial calcado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça de São São Paulo assim ementado:
"ACIDENTE DO TRABALHO - REVISÃO DE BENEFÍCIO - AUXÍLIO-ACIDENTE - PRETENSÃO DE MODIFICAÇÃO DO PERCENTUAL DE 40% PARA 50% APÓS A LEI Nº 9.032/1995 - INADMISSIBILIDADE - BENEFÍCIO CONCEDIDO SOB A ÉGIDE DA LEI VIGENTE À ÉPOCA DO INFORTÚNIO - PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO ***TEMPUS REGIT ACTUM****. Não se admite a majoração do benefício recebido pelo obreiro para 50%, pela mera vigência de norma que altera o percentual de auxílio-acidente (Lei nº 9.032/1995), quer porque os 40%, que hoje percebe, foram concedidos com base na lei vigente à época do acidente que porque ocorreria desrespeito à regra constitucional, pois não haveria a correspondente fonte de custeio para justificar tal alteração (art. 195, § 5º, CF)."* (fl. 217)

Aponta o recorrente, além de divergência jurisprudencial, violação dos artigos 471, I, do CPC e 86 da Lei nº 8.213/91, com redação dada pela Lei nº 9.032/95, sustentando ser juridicamente possível o pedido para a aplicação da lei mais benéfica, que fixa o auxílio-acidente em 50% do salário-de-benefício.
O recurso não merece acolhimento.
Versa a controvérsia sobre a majoração do percentual de auxílio-acidente, tendo em conta a alteração do art. 86, § 1º, da Lei nº 8.213/91 pela Lei nº 9.032/95.
Colhe-se o seguinte trecho do acórdão impugnado:
" De outro modo, a confirmar este princípio, na lei nº 9.032/1995, não há qualquer cláusula expressa de retroação, pois, na espécie, rege outro princípio constitucional que dispõe expressamente que a lei nova, de efeito imediato, não atinge o ato jurídico perfeito e a coisa julgada (art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal).
Ainda que assim não fosse, a majoração de benefício previdenciário encontra óbice em outro dispositivo constitucional, ao consignar que: 'nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem fonte de custeio total' (art. 195, § 5º, CF)." (fl. 219)

Assim, verifica-se que o julgamento se deu com base em fundamentos de caráter constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, não tendo sido manejado também recurso extraordinário, incidindo o enunciado nº 126 da Súmula do STJ, **verbis**:
"É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário."

No mesmo sentido:
"PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AUXÍLIO-ACIDENTE. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. JUNTADA DO LAUDO PERICIAL. CUMULAÇÃO COM APOSENTADORIA. POSSIBILIDADE. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. SÚMULA Nº 126 DO STJ.
1. Termo inicial para o pagamento de auxílio acidente, não havendo postulação em âmbito administrativo, é a data da juntada do laudo médico-pericial em Juízo.
2. A fundamentação do acórdão recorrido, no tocante à cumulação do auxílio-acidente e aposentadoria, é de natureza constitucional, não tendo sido interposto o competente recurso extraordinário, não se conhece do especial, nos termos da Súmula n.º 126 do STJ.
3. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, provido."
(REsp nº 604.598/SP, Relatora a Ministra ***LAURITA VAZ****, DJU de 12/4/2004)*

Ante o exposto, nos termos do art. 557, **caput**, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Brasília (DF), 24 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4387)

RECURSO ESPECIAL Nº 983.954 - RN (2007/0207235-8)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
RECORRENTE	: ANTÔNIA DANTAS COSTA DA CRUZ E OUTROS
ADVOGADO	: LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA
RECORRIDO	: FUNDAÇÃO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FUNDAC
PROCURADOR	: PAULA MARIA GOMES DA SILVA E OUTRO(S)

DECISÃO

ABONO COMPLEMENTAR. ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. ENUNCIADO Nº 280/STF.
1. Não ocorre omissão quando o Tribunal de origem decide fundamentadamente todas as questões postas ao seu crivo.
2. Em sede de recurso especial, descabe apreciar ofensa ou questão que envolva interpretação de lei local (enunciado nº 280 da Súmula do Supremo Tribunal Federal).
3. Recurso a que se nega seguimento.

Cuida-se de recurso especial, calcado na alínea "a" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte assim ementado:
"CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - FUNDAC - SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - ABONO - COMPLEMENTAÇÃO DA REMUNERAÇÃO COMO FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO - CONSTITUCIONALIDADE - PRECEDENTES DO STF E DESTA CORTE DE JUSTIÇA - VANTAGENS PESSOAIS - INCIDÊNCIA INTEGRAÇÃO DO ABONO DA BASE DE CÁLCULO - IMPOSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO RECENTEMENTE FIRMADO PELO STF - VINCULAÇÃO CONSTITUCIONALMENTE VEDADA - CONHECIMENTO E PROVIMENTO DA APELAÇÃO CÍVEL.
I - A instituição de abono como forma de complementação da remuneração do servidor, para fins de garantia da percepção do salário mínimo, é tida como constitucional pela jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal.
Entretanto, de acordo com o entendimento recentemente firmado pela Suprema Corte, por ocasião do julgamento do RE - AgR nº 439.360-3 e do RE - AgR nº 436.368-2, ambos oriundos deste Estado da Federação, a incidência das vantagens pessoais sobre o abono implica vinculação constitucionalmente vedada (CF art. 7º, IV, parte final.)." (fl. 151)
Opostos declaratórios, restaram rejeitados. (fl. 167)
Apontam os recorrentes, preliminarmente, violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, afirmando que o Tribunal de origem teria sido omisso ao não apreciar questões relevantes ao deslinde da controvérsia.
No mérito, alegam ofensa aos artigos 1º da Lei Estadual nº 5.784/1998 e 39, 40, 41, 53 e 54 da Lei Complementar Estadual nº 122/1994, sustentando, em síntese, ser possível a incidência das vantagens pessoais sobre o valor pago a título de abono complementar.
A irresignação não merece acolhimento.
Percebe-se claramente que a pretensão deduzida nos autos foi enfrentada e decidida, tendo o Tribunal de origem apreciado as questões postas ao seu crivo, apresentando-se devidamente fundamentado o julgado. Daí porque não é aceitável a alegação de violação do artigo 535 do CPC, não se demonstrando a existência dos pressupostos que autorizariam a oposição de embargos declaratórios, instrumento processual que não se destina ao exame de matérias já devidamente analisadas.
De outro lado, não há confundir entre decisão contrária ao interesse da parte e falta de prestação jurisdicional.
Confira-se:
"RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. LIQUIDAÇÃO. MODIFICAÇÃO DO CRITÉRIO DE CÁLCULO FIXADO PELA SENTENÇA LIQUIDANDA. VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA.
1. Não há falar em violação ao art. 535 do CPC, se o acórdão recorrido, longe de ser omisso, deu aos dispositivos de regência a interpretação que, sob sua ótica, melhor se coaduna com a espécie. O fato de não ser satisfatória ao recorrente não tem o condão de macular o julgado atacado, a ponto de determinar provimento jurisdicional desta Corte, no sentido de volverem os autos à instância de origem para que lá seja suprida a falta inexistente.
2. É incontroverso na doutrina e na jurisprudência o entendimento de que, em sede de liquidação de sentença, é cabível a retificação dos cálculos tão-somente quando constatada a ocorrência de erro material, referente à aritmética e não aos critérios do cálculo, que ficam acobertados pela autoridade da coisa julgada. O ***quantum debeatur*** *a ser apurado deve limitar-se ao comando inserto na sentença exeqüenda, sendo indevida a incidência de novos critérios, sob pena de ofensa à coisa julgada.*
3. Recurso especial conhecido."
(REsp nº 252.757/SP, Relator o Ministro ***FERNANDO GONÇALVES****, DJU de 24/2/2003)*

No mais, afasta-se o cabimento da irresignação quanto à alegada violação de dispositivos de legislação local, uma vez que se trata de tema insuscetível de ser apreciado em sede de recurso especial, a teor do disposto no enunciado nº 280 da Súmula do STF.
Anote-se:
"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 282/STF. INTERPRETAÇÃO DE DIREITO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
(...)
2. É inviável no recurso especial a análise de direito local, pelo que tem aplicação, por analogia, a Súmula nº 280 do Supremo Tribunal Federal.
3. Agravo regimental a que se nega provimento."
(AgRg no Ag nº 723.212/AP, Relator o Ministro ***TEORI ALBINO ZAVASCKI****, DJU de 20/3/2006)*

Ante o exposto, nego seguimento ao recurso especial
Publique-se.
Brasília, 17 de setembro de 2007.

MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4388)

RECURSO ESPECIAL Nº 985.341 - SP (2007/0213359-2)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: ALTIERE PINTO RIOS JUNIOR E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ZENAIDE ROCHA PALMA E OUTROS
ADVOGADO	: MARIA APARECIDA DIAS PEREIRA NARBUTIS

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. JUROS MORATÓRIOS. AÇÃO AJUIZADA APÓS A EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180-35/2001. FIXAÇÃO NO PATAMAR DE 6% AO ANO. PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, contra acórdão que entendeu serem devidos juros de mora no índice de 12% ao ano em condenações impostas contra a Fazenda Pública.
Aduz a recorrente que o artigo 1º-F da Lei 9.494/97 expressamente consignou que, nos casos de prestações alimentares, impostas em face da Fazenda Pública, a taxa de juros de mora é de 6% ao ano. Aponta, também, divergência jurisprudencial.
É o relatório.
A questão única do recurso especial é saber qual o percentual dos juros aplicável às condenações impostas contra a Fazenda Pública: 6% ou 12% ao ano.
Inicialmente, cumpre ressalvar o meu entendimento no sentido da inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 2.180-35/2001, por ofender o princípio da isonomia no que tange aos benefícios conferidos à Fazenda Pública em relação aos particulares. A esse respeito, confira-se o REsp 877.096/RS, de minha relatoria.
No entanto, a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça pacificou-se no sentido de que os juros de mora nas causas ajuizadas posteriormente à edição da MP nº 2.180-35/2001, em que for devedora a Fazenda Pública, devem ser fixados à taxa de de 6% ao ano. Nesse sentido, cumpre trazer à baila os seguintes julgados:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MILITAR. REAJUSTE DE 28,86%. LIMITAÇÃO AO ADVENTO DA MP 2.131/2000. JUROS MORATÓRIOS. PERCENTUAL. AÇÃO AJUIZADA POSTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA 2.180-35/2001. LEI 9.494/97. LIMITAÇÃO. MEDIDA PROVISÓRIA 2.131/2000. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
1. Os juros moratórios devem ser fixados no percentual de 6% ao ano nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias a servidores e empregados públicos, quando a ação for proposta após o início da vigência da Medida Provisória 2.180-35/2001, que acrescentou o art. 1º-F à Lei 9.494/97. Precedentes.
2. O reajuste deve ser limitado à edição da Medida Provisória 2.131/2000, que reestruturou a remuneração dos militares das Forças Armadas Brasileiras, revogando os arts. 6º e 8º da Lei 8.622/93 e 2º da Lei 8.627/93.
3. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 842.572/RS, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 4/12/2006)

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. JUROS DE MORA. PERCENTUAL. FAZENDA PÚBLICA. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180/01.
1. A Medida Provisória nº 2.180/01, que modificou o artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, determinando que os juros moratórios sejam calculados em 6% (seis por cento) ao ano nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores públicos, tem incidência nos processos iniciados após a sua vigência.
2. A violação de dispositivos constitucionais, ainda que para fins de prequestionamento, não pode ser apreciada em sede de recurso especial.
3. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no REsp 829.767/RS, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, SEXTA TURMA, DJ 25/9/2006)

Desse modo, em atenção à jurisprudência consolidada desta Corte, na espécie os juros moratórios devem ser fixados em 6% ao ano, tendo em vista que esta ação foi proposta posteriormente à edição da nº 2.180-35/2001.
Diante do exposto, com fundamento no artigo 557, § 1º-A, do CPC, dou provimento ao recurso especial, para fixar os juros moratórios no patamar de 6% ao ano.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Relatora

(4389)

RECURSO ESPECIAL Nº 985.617 - SP (2007/0213676-3)

RELATOR	**: MINISTRO PAULO GALLOTTI**
RECORRENTE	: CÍCERA DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	: VICENTE JOSÉ DE SOUZA
RECORRIDO	: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: REGINALDO SOUZA GUIMARÃES E OUTRO(S)

DECISÃO

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. REAJUSTE. URV. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.
1. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou compreensão de que em se cuidando de obrigações de trato sucessivo e não havendo manifestação expressa da Administração Pública negando o direito pleiteado, não ocorre a prescrição do fundo de direito, mas tão-somente das parcelas anteriores ao qüinqüênio que precedeu a propositura da ação (enunciado nº 85 do STJ).
2. Recurso a que se dá provimento.

Cuida-se de recurso especial, calcado nas alíneas "a" e "b" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL - Servidores Públicos Municipais - Pretendem a condenação da Prefeitura Municipal de São Paulo ao pagamento de diferenças de vencimentos devidas desde março até junho de 1994, decorrentes da não conversão dos respectivos vencimentos em Unidade Reais de Valor - URV, com fundamento no artigo 22 da Lei nº 8.880/1994 - Ocorrência de prescrição - Recurso prejudicado." (fl. 131)

Opostos declaratórios, restaram acolhidos para fins de sanar omissão no dispositivo do acórdão. (fl.144)
Indicam o recorrentes ofensa ao artigo 3º do Decreto nº 20.910/1932, alegando não ter ocorrido a prescrição do fundo de direito.
Apontam, ainda, violação do artigo 22 da Lei nº 8.880/1994, sustentando que referida lei é aplicável aos servidores públicos municipais.
O recurso merece acolhimento.
A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou compreensão de que em se cuidando de obrigações de trato sucessivo e não havendo manifestação expressa da Administração Pública negando o direito pleiteado, não ocorre a prescrição do fundo de direito, mas tão-somente das parcelas anteriores ao qüinqüênio que precedeu a propositura da ação (enunciado nº 85 do STJ).
Veja-se:
"SERVIDOR. AGRAVO REGIMENTAL. EM RECURSO ESPECIAL. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS. URV. LEI Nº 8.880/1994. REDUÇÃO DE PARCELA REMUNERATÓRIA. 11,98%. PRESCRIÇÃO. OBRIGAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. SÚMULA Nº 85/STJ.
- É firme o entendimento consolidado no âmbito deste Tribunal de que, objetivando reposição de parcela remuneratória ilegalmente suprimida, por se tratar de relação jurídica de trato sucessivo que se renova mensalmente, o lapso prescricional atinge apenas as parcelas relativas ao qüinqüênio que precedeu à propositura da demanda, impondo-se afastar a prescrição quanto à reposição do índice de 11,98%, diminuído por ocasião da conversão dos salários dos servidores públicos em URV.
- Agravo regimental desprovido."
(AgRg no REsp nº 418.701/RN, Relator o Ministro ***VICENTE LEAL****, DJU de 19/8/2002)*

Do exposto, a teor do artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso, para afastar a prescrição do fundo de direito e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para o exame do mérito da irresignação.
Publique-se.
Brasília, 21 de setembro de 2007.
MINISTRO PAULO GALLOTTI, Relator

(4390)

RECURSO ESPECIAL Nº 987.638 - RS (2007/0217436-2)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
RECORRENTE	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	: FÁBIO CRUZ KLEIN E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MARIA HELENA MENEZES SILVEIRA E OUTROS
ADVOGADO	: ROSANE MARLI HAUBERT DA SILVEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Promovida a execução de sentença que reconhecera o direito de servidores públicos estaduais aos reajustes salariais previstos na Lei estadual nº 10.395/95, o Estado do Rio Grande do Sul interpôs agravo de instrumento contra decisão que indeferiu o pedido de compensação dos valores devidos com os aumentos concedidos pela legislação posterior.
Em decisão unipessoal, o Relator negou seguimento ao agravo. Irresignado, o Estado interpôs agravo interno, ao qual o Tribunal local negou provimento em acórdão assim ementado:

"Agravo interno. Agravo de instrumento. Execução de título judicial. Reajustes previstos na Lei estadual nº 10.395/95. Compensação com aumentos concedidos pela Lei estadual nº 11.005/97. Impossibilidade. Coisa julgada.
- A decisão que condenou o Estado ao pagamento dos reajustes previstos na Lei Estadual nº 10.395/95 está acobertada pelo manto da coisa julgada material o que, nos termos do art. 467 do CPC, torna imutável e indiscutível o comando que emerge da parte dispositiva da sentença de mérito não mais sujeita a recurso, impedindo o juiz de redecidir a pretensão, tornando obrigatório o comando que emerge da parte dispositiva da sentença.
- Impossibilidade de compensação dos reajustes deferidos pela Lei nº. 10.395/95 com os parâmetros remuneratórios emergenciais previstos na Lei nº. 11.005/97. Precedentes dessa Corte.
Negaram provimento ao agravo interno."

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados com aplicação de multa.
Daí este recurso especial, em que o Estado alega que houve violação dos arts. 467, 468, 475-G e 538, parágrafo único, do Cód. de Pr. Civil. Sustenta, em síntese, o seguinte: (I) os embargos de declaração foram opostos com o propósito de prequestionamento, e não intuito protelatório; (II) "determinar que não sejam excluídos os aumentos salariais previstos na Lei 11.005/97, é que fere a coisa julgada e inova no feito, já que esta matéria não foi ventilada nesta demanda"; e (III) "não se trata de compensar um aumento pelo outro, mas sim de perda de eficácia da lei, a qual possuía vigência limitada ao seu objeto, o qual não mais existe".
Não foram apresentadas contra-razões.
A meu ver, o recurso não deve ser acolhido.
Em relação à alegada ofensa aos arts. 467, 468 e 475-G do Cód. de Pr. Civil, tenho que a questão foi resolvida com acerto pelo Tribunal de origem. É de ver que a sentença exeqüenda foi clara quanto à condenação do recorrente aos reajustes previstos na Lei estadual nº 10.395/95, sem mencionar qualquer compensação com os aumentos previstos - e pretensamente pagos - na legislação posterior. Ora, não se conformando com os termos de tal decisão, caberia ao Estado, a fim de superar a preclusão, apresentar a sua irresignação no momento oportuno, e não no presente estágio do processo. Inexiste, pois, a invocada afronta a lei federal. A propósito:

"Recurso especial. Administrativo e Processual Civil. Servidor aposentado. Reajuste de 28,86%. Execução. Embargos. Ilegitimidade invocada. Complementação. Vínculo. Coisa julgada.
Não houve, no processo de conhecimento, a necessária suscitação da matéria invocada somente nos embargos à execução, no que diz respeito à situação funcional da autora. Coisa julgada.
.....
Violação não caracterizada.
Recurso desprovido." (REsp-677.339, Ministro José Arnaldo, DJ de 21.11.05.)

Afora isso, verifica-se ser inviável o exame de tal questão, porquanto a controvérsia se refere à Lei estadual nº 11.005/97, sendo claro que, para a efetiva apreciação do recurso especial, necessário seria um exame aprofundado da legislação local invocada, o que não é possível a teor do enunciado contido na Súmula 280/STF. Nesse sentido:

"Processual Civil. Execução. Reajuste. Servidores municipais (...) Compensação...
I - A questão referente à compensação de valores pretensamente adimplidos pela Lei nº 12.397/97 não restou apreciada pelo acórdão recorrido, razão pela qual ressente-se do necessário prequestionamento, nos termos da Súmula nº 282 do STF.
II - Ainda que assim não fosse, a análise da irresignação, inclusive no que diz respeito à existência de afronta à coisa julgada, nos moldes em que colocada no recurso especial, ensejaria a interpretação de leis municipais e, ainda, a incursão por um emaranhado de índices e valores integrantes do orçamento do Município de São Paulo referente ao ano de 1995, o que esbarra no óbice da Súmula nº 280 do STF e do enunciado nº 7 do STJ.
Recurso não-conhecido." (REsp-593.908, Ministro Felix Fischer, DJ de 10.5.04.)

Por fim, relativamente ao art. 538, parágrafo único, do Cód. de Pr. Civil, da leitura atenta do agravo interno, do acórdão recorrido, da petição dos embargos e do acórdão embargado, ao contrário do que alega o Estado, não vislumbro a necessidade de oposição dos embargos de declaração, porquanto bem enfrentadas pelo Tribunal de origem as questões suscitadas no recurso voluntário. Assim, adequada a aplicação da penalidade, porque omissão a ser suprida não havia, tampouco se prestaram os embargos ao prequestionamento. De mais a mais, a não ser em casos manifestamente abusivos, o que não é a hipótese dos autos, a multa imposta no julgamento dos embargos de declaração não é passível de revisão em recurso especial, por implicar reexame dos elementos de fato que serviram de base ao colegiado para tê-los por protelatórios (Súmula 7). Em tal sentido, o AgRg nos EDcl no Ag-121.421, Ministro Barros Monteiro, DJ de 25.8.97, e o AgRg no Ag-429.070, Ministro Gomes de Barros, DJ de 23.9.02.
À vista do art. 557, ~~caput~~, do Cód. de Pr. Civil, nego seguimento ao recurso especial.
Publique-se.
Brasília, 26 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4391)

RECURSO ESPECIAL Nº 988.546 - MG (2007/0222878-2)

RELATOR	**: MINISTRO NILSON NAVES**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG
PROCURADOR	: NARDELE DÉBORA CARVALHO ESQUERDO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: MÁRCIA AMÂNCIO NOGUEIRA
ADVOGADO	: MIRABEAU FERRAZ HENRIQUES E OUTRO(S)

DECISÃO

Foi o especial interposto contra acórdão que, confirmando sentença que reconhecera o direito de pensionista de servidor estadual à integralização de pensão, reiterou deverem incidir juros de 1% ao mês sobre os atrasados.
Sustenta o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg negativa de vigência, entre outros, do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, a ela acrescentado pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24.8.01, o qual fixa, em 6% ao ano, a taxa de juros incidente sobre as condenações impostas à Fazenda Pública relativas a pagamentos de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados seus. Aduz, ainda, dissídio jurisprudencial.
A meu ver, o recurso merece acolhida.
Ora, decidindo como decidiu, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais adotou entendimento diverso do consolidado pelo Superior Tribunal, segundo o qual o percentual de juros definido no mencionado artigo tem incidência naquelas ações ajuizadas após iniciada a vigência da referida medida provisória. A propósito, vejam-se os seguintes precedentes:

"Processo Civil. Juros de mora. Percentual de 1% a.m. Natureza alimentar do débito. Início do processo após vigência da MP nº 2.180-35/2001. Incidência.
Proposta a ação após o início da vigência da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, que acrescentou o art. 1º-F ao texto da Lei nº 9.494/97, os juros de mora devem ser fixados no percentual de 6% ao ano. Precedentes.
Recurso provido." (REsp-607.516, Ministro Felix Fischer, DJ de 19.4.04.)

"Processual Civil. Agravo interno. Decisão monocrática. Possibilidade do relator dar provimento ao recurso com base no art. 557, § 1º-A do Código de Processo Civil. Tema não ventilado na instância *a quo*. Inadmissibilidade. Ausência de prequestionamento. Súmulas 282 e 356/STF. Servidor público federal. Reajuste. Dívida de natureza alimentar. Juros de mora. Percentual de 6% a.a. Medida Provisória 2.180-35, de agosto de 2001. Incidência. Precedentes do STJ.
.....
III - A Medida Provisória 2.180-35/2001, que acrescentou o art. 1º-F ao texto da Lei nº 9.494/97, somente pode ser aplicada às ações ajuizadas após sua vigência. Tendo sido a ação proposta após a vigência da referida medida provisória, os juros moratórios devem ser fixados no patamar de 6% ao ano. Precedentes.
IV - Agravo interno desprovido." (AgRg no REsp-554.268, Ministro Gilson Dipp, DJ de 19.4.04.)

Da análise dos autos, exsurge que a ação foi proposta em janeiro de 2005, quando já vigorava a Medida Provisória nº 2.180-35. Nessa moldura, para a fixação dos juros, deve-se levar em conta o novo contexto normativo, regendo-se a espécie pela aplicação do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97.
É necessário frisar que, embora o dispositivo legal questionado faça referência expressa aos juros incidentes sobre verbas remuneratórias devidas pela Fazenda Pública a empregados e servidores seus, não há como excluir dessa previsão os montantes devidos em razão da integralização de pensão de natureza estatutária cujo instituidor - servidor público estadual -, indubitavelmente, ostentava aquela condição.
Isso posto, com fundamento no § 1º-A do art. 557 do Cód. de Pr. Civil, dou provimento ao recurso especial para reduzir os juros de mora para 0,5% ao mês.
Publique-se.
Brasília, 24 de setembro de 2007.

Ministro Nilson Naves
Relator

(4392)

RECURSO ESPECIAL Nº 988.611 - RS (2007/0218861-6)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: TELMO LEMOS FILHO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ROSA MARIA GARCIA PORTO
ADVOGADO	: ROSANE MARLI HAUBERT DA SILVEIRA

Idêntico ao **RECURSO ESPECIAL Nº 981589**
Índice **(4385)**

Idêntico ao **RECURSO ESPECIAL Nº 981589**
Índice **(4385)**

(4393)

RECURSO ESPECIAL Nº 989.347 - RS (2007/0222374-4)

RELATORA	**: MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROCURADOR	: MARISA KAMINSKI MARQUES PINTO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: ANA LÚCIA DA ROSA
ADVOGADO	: MARCELO BRAGA DE LIMA E OUTRO(S)

Idêntico ao **RECURSO ESPECIAL Nº 981589**
Índice **(4385)**

Idêntico ao **RECURSO ESPECIAL Nº 981589**
Índice **(4385)**

AUTOS COM VISTA AOS INTERESSADOS

Os processos abaixo relacionados encontram-se com Vista dos Autos às Partes pelo prazo legal:

(4394)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA nº 24920 - RJ (2007/0196064-7)

RELATOR	**: MIN. NILSON NAVES**
RECORRENTE	: RAIMUNDO NONATO BARROS MACEDO
ADVOGADO	: CELSO MARIA DE SÁ
RECORRIDO	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORA	: DANIELA ALLAM GIACOMET E OUTRO(S)

Vista ao(s) RECORRIDO(S)

(4395)

HABEAS CORPUS nº 78862 - PR (2007/0055118-0)

RELATOR	**: MIN. NILSON NAVES**
IMPETRANTE	: FABRÍCIO VON MENGDEN CAMPEZATTO - DEFENSOR PÚBLICO DA UNIÃO
IMPETRADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A REGIÃO
PACIENTE	: CARLOS AMADO ESPIONOZA BAEZ (PRESO)

Vista ao(s) PACIENTE(S)

(4396)

AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 878562 - SP (2007/0039758-9)

RELATOR	**: MIN. NILSON NAVES**
AGRAVANTE	: SUZANA CAMARÁ MOREIRA
ADVOGADO	: JOSÉ DE MAGALHÃES BARROSO E OUTRO(S)
AGRAVADO	: MICHAEL WARNKE
ADVOGADO	: STELLA MARIS GUEDES SP LUESKA
AGRAVADO	: MITSURO SÉRGIO MELO SIMIZU
ADVOGADO	: DAURA MARIA MARTINS FERREIRA
AGRAVADO	: TADAO SIMIZU E CÔNJUGE
ADVOGADO	: CIRLENE AMARILIS GUARDA GOMES E OUTRO(S)

Vista ao(s) AGRAVANTE(S)

(4397)

RECURSO ESPECIAL nº 961207 - SP (2007/0135571-8)

RELATOR	**: MIN. NILSON NAVES**
RECORRENTE	: SHOPPING CENTER IBIRAPUERA
ADVOGADO	: GUILHERME CARVALHO MONTEIRO E OUTRO(S)
RECORRIDO	: LOJAS AMERICANAS S/A
ADVOGADO	: PATRÍCIA MARIA DA SILVA OLIVEIRA E OUTRO(S)

Vista ao(s) RECORRENTE(S)

ÍNDICE DE ADVOGADOS

NOME	DOCUMENTOS
A. OLIVEIRA GOULART	2261
A.FERNANDO M. C. DA ROCHA	2099
ABDILATIF MAHAMED TUFAILE	4207
ABDON CLEMENTINO DE MARINHO	1827
ABEL AUGUSTO LOURENÇO	4317
ABEYLARD VIEIRA	687
ABNER MERISSE	1166
ABRAHAM NISSIM BENOLIEL	1120
ABRAHÃO RAMOS DA SILVA	3219
ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO	3195
ACÁCIO RIBEIRO AMADO JUNIOR	3299
ACCACIO MONTEIRO BARROZO	2115, 3647
ACÉLIO JACOB ROEHRS	2894
ACHILE MARIO ALESINA JUNIOR	1864
ACYR DE GERONE	3438
ACYR JOSÉ DA CUNHA NETO	2992
ADALBERTO PIMENTEL DINIZ DE SOUZA	3503
ADALBERTO ROCHA MACHADO	1706
ADANEUZA LIMA FIGUEIREDO	3054
ADÃO NOGUEIRA PAIM	191
ADÃO SAULO DA ROCHA	3489
ADAUTO AFONSO VIEZZE	1188
ADAUTO RODRIGUES	3340
ADEILDE ALVES LIMA	3521
ADEILSON AMÂNCIO DOS SANTOS	463
ADELAIDE LIMA DE SOUZA	1209, 2592
ADELCIO CERUTI	2150
ADELIA CRISTINA VARGAS RIBEIRO GUIMARÃES	822
ADÉLIA VILÁ MÜLLER	389
ADELINA DE SOUSA STANDKE	1097
ADELINO GELAIN	2847
ADEMAR ANTÔNIO WENDLING	2655
ADEMAR AVELINO DE QUEIROZ SOBRINHO	4137
ADEMAR GOMES	1299
ADEMAR PEDRO SCHEFFLER	3105, 3226
ADEMIR ANTONIO SIMON DE MATOS	3373
ADEMIR CORRÊA	3877
ADEMIR MARCOS AFONSO	3921
ADEMIR NUNES ISOPPO	297
ADENILSON ANACLETO DE PÁDUA	1377
ADERBAL QUEIROZ MONTEIRO JUNIOR	1399
ADÉRZIO RAMIRES DE MESQUITA	2334
ADHEMAR GUIMARÃES	3267
ADILIO EVANGELISTA CARNEIRO	3236
ADILSON AIRES	936
ADILSON BATISTA BEZERRA	2162
ADILSON BUCHINI	183
ADILSON LUCAS	557
ADILSON LUIS FERREIRA FILHO	447
ADILSON MACHADO	1858, 3297
ADILSON MARCOS DOS SANTOS	1958
ADILSON OBINO DE ABREU	3197
ADILSON RAMOS	1791, 3107
ADIR JOÃO COSTA	1476
ADIRSON DE OLIVEIRA JUNIOR	1378, 1724, 1743, 1757, 2033, 2187, 2208, 2383, 2474, 2494, 2528, 2587, 2590, 2712, 2781, 2787, 2965, 3006
ADIS PERTILE	3391
ÁDLEI DUARTE DE CARVALHO	1595
ADMAR BARRETO NETO	4306, 4352
ADMAR JOSÉ CORRÊA	711
ADOLFO MOURY FERNANDES	99
ADOLFO PAIVA MOURY FERNANDES	1503
ADONAI ANGELO ZANI	4332
ADONILSON FRANCO	2225
ADRIA WENNEKER	1481, 3488
ADRIANA BIRNFELD PRAETZEL	549, 3873, 3958, 4126
ADRIANA BRAGANCA DIAS DA SILVA	3228
ADRIANA BRANDÃO WEY	4381
ADRIANA CASTANHEIRA	713, 863, 4297
ADRIANA DE FÁTIMA FELTRIM	916
ADRIANA DE SABOYA GOLDBERG	528, 2951
ADRIANA DOS S R M OLIVEIRA	1633, 1847
ADRIANA ESPINDOLA CORREA	2674
ADRIANA FARAONI FREITAS	3089
ADRIANA FUGAGNOLLI	343
ADRIANA GUARISE	2232
ADRIANA GUEDES DE SÁ	3425
ADRIANA KRIEGER DE MELLO	3955
ADRIANA MAIA VENTURINI	1796
ADRIANA MAIA VENTURUNI	1816
ADRIANA MAURANO	703
ADRIANA MAXIMINO DE MELO YNOUYE	1011
ADRIANA NOGUEIRA TIGRE COUTINHO	2447
ADRIANA PADOVANI TAVOLARO SALEK	1466
ADRIANA TOLFO DE OLIVEIRA	3568
ADRIANA TORRES MALLEGNI	920
ADRIANE DE FÁTIMA LINO	1163, 3512
ADRIANE MARIA DE MIRANDA	1610
ADRIANNE CRISTINA COELHO LOBO	2065
ADRIANO AGOSTINHO NUNES FERNANDES	1355
ADRIANO CÉSAR SANTOS RIBEIRO	1590
ADRIANO DE VASCONCELOS FRANÇA	529
ADRIANO DOMINGOS STENZOSKI	1471
ADRIANO FERRAZ JACQUES	2966
ADRIANO FERREIRA GUIMARÃES	163
ADRIANO GALHERA	145
ADRIANO HAGEMANN	305
ADRIANO MUNIZ REBELLO	3479
ADRIANO PERÁCIO DE PAULA	1382
ADRIANO RIBEIRO LYRA BEZERRA	819
ADRIANO SOARES BRANQUINHO	3308
ADYR SEBASTIÃO FERREIRA	2091, 3410
AFFONSO VICENTE LOPES	396
AFONSO AUGUSTO RIBEIRO COSTA	1909, 2381, 2417, 2529, 2666, 3065
AFONSO CARLOS ROBERTO DO PRAD0	1745
AFONSO GRISI NETO	520, 2076, 2173, 2234, 2247, 2307, 2547, 2563, 2587, 2614, 2632, 2633
AGLAIE SANDRINI BOTEGA POSSAMAI	593
AGNALDO CHAISE	2714
AGUEDA APARECIDA SILVA	1836, 2262
AGUINALDO ALVES BIFFI	315
AGUINALDO SILVA DIAS JUNIOR	557
AIRTON BUENO JUNIOR	1204, 2150
AIRTON BUENO JÚNIOR	1218
AIRTON EDILSON FERREIRA	2594
AIRTON GUIDOLIN	4186
AIRTON LUIS NESELLO	304
AIRTON MARTINS MOLINA	1663
AIRTON TADEU FORBRIG	3137, 4112
ALACRINO DOMINGUES P NETO	834
ALAN BOUSSO	3131
ALAN LADY DE OLIVEIRA COSTA	1632
ALARICO PELIZZON	2886
ALBANEZA ALVES TONET	869
ALBANO MOLINARI JUNIOR	1344
ALBERICO DE BRITO MONTENEGRO NETO	3351
ALBERTO CAVALCANTE BRAGA	3034
ALBERTO CONTAR	2692
ALBERTO CUENCA SABIN CASAL	2309
ALBERTO DA SILVA CARDOSO	217
ALBERTO ESCHER DE BRITTO GUIMARÃES	2319
ALBERTO EUSTÁQUIO PINTO SOARES	841, 1638, 1639, 1640
ALBERTO GUIMARÃES AGUIRRE ZURCHER	4021
ALBERTO LIRIO DO VALLE	557
ALBERTO LOPES FRANCO	3943
ALBERTO PAVIE RIBEIRO	1629
ALBERTO RODRIGUES ALVES	744, 797, 899, 910, 911, 912, 1018, 1021, 1543, 2294, 2295, 2296, 2298, 2299
ALBERTO TEIXEIRA XAVIER	1396
ALBERTO VIEIRA VENTURA	3287
ALBERTO ZACHARIAS TORON	1680
ALCEDIR VANDERLEI LOVATTO	2038
ALCEU CALIXTO SILVA	2510
ALCIDES DA SILVA NASCIMENTO	4122
ALCIR POLICARPO DE SOUZA	3265
ALCYONE VIEIRA PINTO BARRETTO	557
ALDA CRISTINA ALVES DE OLIVEIRA	1552
ALDAIRES ALVES DA SILVA	3263
ALDE DA COSTA SANTOS JUNIOR	1703
ALDIR PAULO CASTRO DIAS	191
ALDO CÉSAR MARTINS BRAIDO	2121
ALDO DE MATTOS SABINO JUNIOR	2291
ALDO DE SÁ CARDOSO NETO	408
ALÉCIO SARTURI CARGNIN	3589
ALECSANDRO DOS SANTOS	2367
ALEJANDRO RUGERI MARQUES ZANONI	2366
ALESSANDRA ALVES DE OLIVEIRA	578
ALESSANDRA C BOARI COELHO	3893
ALESSANDRA CHÊME GUARINO	3018
ALESSANDRA CRISTINA BOARI COELHO	1128, 3909, 3981, 4114, 4266
ALESSANDRA FARIAS DE OLVEIRA BARBOZA	849
ALESSANDRA JORGE TEIXEIRA SANTOS	1559
ALESSANDRA LANGELLA MARCHI	1390
ALESSANDRA LIMA DE SOUZA ALVES	3282
ALESSANDRA LOVATO BIANCO SANTOS	4377
ALESSANDRA MARIA SCAPIN	1146
ALESSANDRA MARQUES VERRI MÉDICI	3050
ALESSANDRA OLIVEIRA RAMOS	994
ALESSANDRA RODRIGUES BERNARDES OSHIRO	3098
ALESSANDRA ROSSINI	2225
ALESSANDRA VIEIRA CARDOSO	2200
ALESSANDRA WAENGERTNER	3204
ALESSANDRA YOSHIDA	218
ALESSANDRO AMBROSIO ORLANDI	2761
ALESSANDRO CHRISTIAN DA COSTA SILVA	2797
ALESSANDRO DA CRUZ LOURO	164
ALESSANDRO GOMES STEFANELLI	1269
ALESSANDRO JOSÉ FERREIRA SILVEIRA	729
ALESSANDRO RENATO DE OLIVEIRA	3023
ALESSANDRO ROBERTO FUCHS	869
ALESSANDRO SCHENKEL FORNARI	3191
ALEX BRANT PAULINO	156
ALEX IVAN DE CASTRO PEREIRA	1860
ALEX MORAIS	2791, 3406, 3553
ALEX PEIXOTO PEROZZO BOEIRA	4261
ALEX PEROZZO BOEIRA	286, 555, 3935, 3940, 3941, 4259, 4309
ALEX SANTANA NEVES	4277
ALEXANDER LAMOGLIA DE MACEDO	3069
ALEXANDRA DE SOUZA NIGRI	3351
ALEXANDRA DELFINO ORTIZ	1996
ALEXANDRA KARLA MENDES	1508
ALEXANDRA SILVEIRA	540
ALEXANDRE A NASCENTES COELHO	152
ALEXANDRE ALBERTO CARMONA	604
ALEXANDRE ALBUQUERQUE PINTO	564
ALEXANDRE APOLONIO CALLEJAS	3744
ALEXANDRE APOLÔNIO CALLEJAS	3745
ALEXANDRE AUGUSTO FIORI DE TELLA	280
ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA	284, 1438, 4197
ALEXANDRE AUGUSTO KERN	982
ALEXANDRE CAETANO NODARI	2040
ALEXANDRE CARDOSO DA FONSECA	1876
ALEXANDRE CARNEIRO LIMA	4003
ALEXANDRE CERULLO	883
ALEXANDRE DANTAS FRONZAGLIA	1900, 1941, 2053, 2128, 2433, 2515, 2600
ALEXANDRE DE ALMEIDA	451, 799
ALEXANDRE DE BARROS HERBSTER	3338
ALEXANDRE DE CARVALHO BAPTISTA	4152
ALEXANDRE DE GODOY	778

ALEXANDRE DE MORAES FERREIRA 4247
ALEXANDRE DORNELES LEMOS 1698
ALEXANDRE DUARTE LINDENMEYER 4356
ALEXANDRE FERREIRA DE REZENDE 243
ALEXANDRE FIDALGO 1350
ALEXANDRE FLORES ALMEIDA 298
ALEXANDRE FUCHS DAS NEVES 3326
ALEXANDRE G N LIQUIDATO 887
ALEXANDRE GOMES GONÇALVES 2742
ALEXANDRE HEUSER 3674
ALEXANDRE JAMAL BATISTA 148
ALEXANDRE JOUCYS 2400
ALEXANDRE JUOCYS 410, 1740, 2403, 2496
ALEXANDRE LANDO PINHEIRO 2961
ALEXANDRE LOBÃO 557
ALEXANDRE LOBÃO ROCHA 557
ALEXANDRE LONGO 3334
ALEXANDRE MEDEIROS RÉGNIER 2026
ALEXANDRE MOTTA RAVANELLO 414, 435
ALEXANDRE NASRALLAH 759
ALEXANDRE OLIVEIRA SOARES DA SILVA 3275, 3352
ALEXANDRE PASQUALI PARISE 2046
ALEXANDRE PAULICHI CHIOVITTI 1507
ALEXANDRE PELISSARI CIDADE 2407
ALEXANDRE RAMOS ANTUNES 3931
ALEXANDRE RAYMUNDO 2895
ALEXANDRE ROBERTO GAMBERA 3366
ALEXANDRE ROMERO DA MOTA 1452
ALEXANDRE SALGADO MARDER 2354
ALEXANDRE SANTOS ARAGÃO 2203
ALEXANDRE SCHLEE GOMES 1487
ALEXANDRE VENTURA 1732
ALEXANDRE VENTURINI 3132
ALEXANDRE ZAMPROGNO 384
ALEXEI RAMOS DE AMORIM 4330
ALEXIS TEIXEIRA DE JESUS E SILVA 4147
ALEXIS TURAZI 2156
ALEXSANDER MARTINS DA SILVA 1274, 1275
ALEXSANDRA REGINA FELIPETTO 679
ALEXSANDRO DA SILVA LINCK 3264
ALEXSANDRO KALCKMANN 3108
ALFEU ELEANDRO FABIANE 3874
ALFREDO ALEXSANDRO CABRAL LINHARES PORDEUS 2382
ALFREDO BARBOSA MIGLIORE 1551
ALFREDO CAPITELLI JUNIOR 1875
ALFREDO CARLOS VENET DE SOUZA LIMA 4078
ALFREDO DA SILVA JÚNIOR 3112
ALFREDO GOMES DE SOUZA JUNIOR 1430, 2979
ALFREDO JOSÉ DA SILVA NETTO 2731
ALFREDO JOSÉ GOMES 2200
ALFREDO LUIZ KUGELMAS 2889
ALFREDO RIZKALLAH JUNIOR 168
ALI MUSTAFA ATYEH 3352
ALICE AIKO FUJIOKA YAMADA 337, 1251, 4159, 4247, 4354
ALICE MARA FERREIRA GONÇALVES 2497
ALICE RABELO ANDRADE 1348
ALICE SILVA KER 1905
ALICIA DA ROCHA SILVA 1612
ALINE SANTOS FAGUNDES DA CRUZ 3349
ALINE VELOSO DOS PASSOS 1833
ALINE VITALIS 2594, 2907
ALÍPIO JOSÉ MATTJE 1568
ALISSON DOS SANTOS CAPPELLARI 1524, 3100
ALLAN CÉSAR DE MORAIS 299
ALLAN HELBER DE OLIVEIRA 3815
ALMIR MEIRELLES ROSA 3061
ALMIR RICARDO CHAVES FILHO 1309
ALOISIO ANTONIO VEIGA DE MELLO 526
ALOÍSIO LUCIANO TEIXEIRA 1936
ALONSO MACHADO LOPES 3374
ALOYCIO RUDIGER 489
ALTAIR VASCONCELOS PORROZZI DE ALMEIDA 439
ALTAMIR BONILHA JÚNIOR 1589
ALTAMIRO ALVES DOS SANTOS 828
ALTEMIR CANTÚ
924, 984, 1041, 1071, 1077, 1271, 1292, 3428, 3559, 3565, 3600, 3651
ALTIERE PINTO RIOS JUNIOR 4388
ALTINO DOS ANJOS MADEIRA 2213
ALUÍSIO COELHO VILLARINHO RODRIGUES 2581
ALUÍSIO FLÁVIO VELOSO GRANDE 2216
ALUISIO LUNDGREN CORREA REGIS 2479
ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS 1604, 1606
ALUIZIO NEY DE MAGALHÃES AYRES 1539, 3728
ALUIZO FERREIRA DE ALMEIDA 1525
ALVACIR ROGÉRIO SANTOS DA ROSA 181, 1188
ÁLVARO ARAÚJO DE ALMEIDA 1089
ÁLVARO AUGUSTO SILVA CLEMENTINO 1335
ALVARO BAPTISTA 4333, 4381
ALVARO BORGERTH 1547
ÁLVARO LUIZ DA SILVEIRA SCHREINER 3204
ÁLVARO LUIZ FERNANDES 1541
ÁLVARO S FRAZÃO 752
ÁLVARO SAVIO VIEIRA 497
ALYSSON CAMILO FLORIANO DA SILVA 207
ALYSSON SOUSA MOURÃO 3078
ALZIR LEOPOLDO DO NASCIMENTO 1584
ALZIRA ILDA DA SILVA 1150
ALZIRO DA MOTTA SANTOS FILHO 3442
AMANDA IRIGOYEN CORRÊA DA SILVA 3706
AMANDA JOSÉ SCHNEIDER 1871
AMANDA LIMA MARTINS 475, 1120
AMANDA MENEZES DE ANDRADE RIBEIRO 1797
AMAURI BARBOSA RODRIGUES 1263
AMAURI MORENO QUINZANI 1377
AMÉRICO DA SILVA COSTA 1493
AMÍLCAR AQUINO NAVARRO 2069
AMIR VIEIRA SOBRINHO 3091
AMOS SANDRONI 2656
ANA ALVES DE MARIA 833
ANA ANGÉLICA COSTA ARAGÃO 1456
ANA BEATRIZ ALVAREZ TURCATO RIBEIRO PAIVA 2619
ANA CAROLINA ALBUQUERQUE LEITE 1224
ANA CAROLINA CERQUEIRA PEREIRA DA SILVA 1665
ANA CAROLINA FERNANDES DE LIMA 4211
ANA CAROLINA MOREIRA SANTOS 1680
ANA CAROLINA SILVA BARBOSA 347
ANA CAROLINA TEIXEIRA PINTO 1478
ANA CECÍLIA C NÓBREGA LOFRANO 1549
ANA CECÍLILA C NÓBREGA LOFRANO 2877
ANA CELESTINA PIRES RODRIGUES 1543
ANA CLARA DE CARVALHO BORGES 1722
ANA CLARINDA DE SOUZA RIBEIRO 3302
ANA CLÁUDIA ALLET AGUIAR 2728
ANA CLÁUDIA DOLEYS SCHITTLER 304
ANA CLAÚDIA FERREIRA PASTORE 2274
ANA CLÁUDIA LOIOLA DE MORAIS MENDES 1820
ANA CLÁUDIA MARTINS DE AGOSTINHO GABRIEL RICIERI 1566
ANA CLAUDIA NEVES RENNO 2139, 2922
ANA CLÁUDIA RIOS PIMENTEL 2662
ANA CRISTINA CARLOS SARMENTO MENESES 1472, 3517
ANA CRISTINA COSTAMILAN 3159
ANA CRISTINA DE MELO COSTA 2524
ANA CRISTINA FREIRE DE LIMA DIAS 1665, 2540
ANA CRISTINA GUIDI 2032
ANA CRISTINA LEITE ARRUDA 1578
ANA CRISTINA SETTE BICALHO GOULART 3814
ANA CRISTINA VIEIRA 2164
ANA DIVA TELES RAMOS EHRICH 3273, 3396, 3696
ANA ELIETE BECKER MACARINI 3234
ANA FERNANDA TARRAGO GROVERMANN 2096
ANA FLÁVIA ROCHA CARVALHAES 881
ANA GRACIEMA GONCALVES PEREIRA 3614
ANA HELENA RUDGE DE PAULA GUIMARÃES 138
ANA ISABEL DAL PAI TOMASETTO 2424
ANA LAURA GONZÁLEZ POITTEVIN 2903
ANA LAURA MELO DO NASCIMENTO 2448
ANA LÍDIA ROCHA DE MENEZES COSTA 980, 985, 3186, 3626
ANA LÚCIA CORRÊA FREIRE PIRES DE OLIVEIRA DIAS 2216
ANA LÚCIA DE FÁTIMA BASTOS ESTEVÃO 4125
ANA LÚCIA RICARTE 2410
ANA LÚCIA SANTAELLA GESTAL 2388
ANA MARIA ARANTES KASSIS 3973
ANA MARIA DA SILVA BRITO 2723
ANA MARIA DE FARIAS COSTA 3203
ANA MARIA DOMINGUES SILVA 3022
ANA MARIA GOFFI FLAQUER SCARTEZZINI 365
ANA MARIA JORGENS SARTORI 3215, 3226
ANA MARIA LONGARAY 3357
ANA MARIA MOREIRA MARQUES 3193
ANA MARIA PARISI 267
ANA MARIA VOSS CAVALCANTE 2253, 3885
ANA MARISA NADAL 1105
ANA PAOLA DE ALMEIDA 1417
ANA PATRÍCIA LAFETA DE OLIVEIRA 2344
ANA PAULA BARBEJAT 2790
ANA PAULA CAPITANI 454, 1094
ANA PAULA CAZARINI RIBAS DE OLIVEIRA 2330
ANA PAULA DALBOSCO 2170
ANA PAULA DE SOUSA LIMA 142, 847
ANA PAULA DOMINGUES DOS SANTOS 1020, 2297
ANA PAULA FAVA FERREIRA 356
ANA PAULA FERREIRA SERRA SPECIE 2021
ANA PAULA FLEURY CURADO BROM 3107
ANA PAULA GEHRKE 1929, 2308, 2621
ANA PAULA LEAL SBARDELOTTO 1464
ANA PAULA MARTINS FRANÇOSO SAES 1326
ANA PAULA MASSONETO 2378
ANA PAULA MOREIRA DOS SANTOS 3034
ANA PAULA PACHECO 3506
ANA PAULA SANCHEZ BACCI 1307
ANA PAULA VILELA DE PÁDUA 18
ANA VALÉRIA DE ANDRADE RABÊLO 1599
ANABEL PEREIRA 753
ANAI TERESINHA MENDONÇA DE OLIVEIRA 2730, 4206
ANALI PENTEADO BURATIN 1330, 1332, 1426, 1432, 1438, 1459, 2242, 2287
ANAMÉLIA TOURINHO DE GARCIA 935
ANASTÁCIO JORGE MATOS DE SOUSA MARINHO 450
ANDERS FRANK SCHATTENBERG 919
ANDERSON FONSECA MACHADO 2897
ANDERSON GERALDO DA CRUZ 3343
ANDERSSON VIRGINIO DALL' AGNOL 930
ANDRÉ AUGUSTO DA SILVA NOGUEIRA 364
ANDRÉ AUGUSTO MARTINS 2540
ANDRÉ AUGUSTO NUNES LOPES 184
ANDRÉ AZAMBUJA DA ROCHA 1418
ANDRÉ BANHARA BARBOSA DE OLIVEIRA 1258
ANDRÉ BENCKE 1174
ANDRÉ CARVALHO ZICA 2057
ANDRÉ CASTILHO 3008
ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA 16
ANDRÉ DE BARROS PEREIRA 326
ANDRÉ DOS SANTOS RODRIGUES 249
ANDRÉ EDUARDO SANTOS ZACARI 987
ANDRÉ EDUARDO SILVA 1069
ANDRÉ FERREIRA LISBOA 3125
ANDRÉ FRIEDRICH DORNELES 3554
ANDRÉ FRONZA 2832
ANDRÉ FURTADO 2577
ANDRÉ GUSTAVO BEZERRA E MOTA 2413
ANDRÉ LESINA GIORDANO 150, 3681
ANDRÉ LOPES BÉDA 820
ANDRÉ LUÍS FERREIRA 224
ANDRÉ LUÍS MACHADO MENDES 4143
ANDRÉ LUÍS RIGO 2752
ANDRÉ LUÍS SONNTAG 414, 1182, 1291, 3118, 3394, 3707
ANDRÉ LUIZ ANET 3369
ANDRÉ LUIZ BUNDCHEN 3290
ANDRÉ LUIZ LOPES SCALZILLI 1070
ANDRÉ LUIZ LUCHI 2535
ANDRÉ LUIZ MENDONÇA DA SILVA 3081
ANDRÉ LUIZ MÜLLER 443
ANDRÉ LUIZ VIEIRA CARNEIRO 852
ANDRÉ MACEDO NASCIMENTO 1288
ANDRE MARCOLINO MALLMANN NETO 3297
ANDRÉ MONTEIRO DO REGO 2288
ANDRÉ PERUZZOLO 3228
ANDRÉ RAFAEL WEYERMULLER 466
ANDRÉ RODRIGUES CYRINO 871
ANDRÉ SANTOS CHAVES 354
ANDRÉ SCHILD BRANCO DE ARAÚJO 3426
ANDRÉ SONDA 1130, 2935
ANDRÉ SPERB 2794
ANDRE TAVARES SAMPAIO 185
ANDRE VAZ RODRIGUES 1587
ANDRÉ VICENTE FANKHANEL FERNANDES 262
ANDRÉ VIDIGAL DE OLIVEIRA 3224, 3249, 3270
ANDRE WADHY REBEHY 1001
ANDREA ABRITTA GARZON TONET 1237, 1238, 1243, 3852, 3906
ANDRÉA CRISTINA CHAVES 1119
ANDREA CRISTINA DE FARIAS 2837
ANDRÉA CRISTINA DE FARIAS 2246, 2465
ANDRÉA DE TOLEDO PIERRI 2193, 2987
ANDREA DRUMOND DE MEIRELES 130
ANDRÉA ERDOSI FERREIRA DA SILVA 34
ANDREA HITELMAN 207
ANDREA MARIA GARCIA COELHO 879
ANDRÉA MARTIMBIANCO 3135, 3587

ANDRÉA MILANI 2642
ANDRÉA PEREIRA DE ALMEIDA 791
ANDREA PERENCIN DE ARRUDA RIBEIRO 1236
ANDRÉA RASCOVSKI 3741, 4250
ANDREIA DE ARAÚJO INÁCIO ADOURIAN 1869
ANDRÉIA MINUZZI FACCIN 1773, 1795, 2604
ANDRÉIA ROCHA OLIVEIRA MOTA 213
ANDREO ADRIANE TAVARES 3501
ANDRESA CRISTINA DE FARIA 4166
ANDRESSA GOMES DE CAMPOS 3339
ANDRESSA JARLETTI GONÇALVES DE OLIVEIRA 3237
ANDREZA DULCE MENEZES DE RESENDE 393
ANDRIGO OLIVEIRA MARCOLINO 120
ANDRIZE CALDEIRA 1403
ANDRUS DA SILVA 3508
ANELISE JUSTINO 1225
ANGELA MARIA DE BARROS GREGORIO 1099, 1644, 4319
ÂNGELA MARIA NUNES 4337
ANGELINA MARIA MESSIAS SILVEIRA 2287
ANGELIZE SEVERO FREIRE 415, 420, 434, 455, 473, 482, 1114
ÂNGELO ALVES DE CARVALHO 1430
ANGELO AUGUSTO BUSSOLLETTI CHIATTONE 468
ÂNGELO AURÉLIO GONÇALVES PARIZ 1791, 2533, 2820, 2846, 3089, 3092, 3100, 3105, 3195
ÂNGELO PROVESI 919
ANIBAL CASTRO DE SOUSA 2260
ANICETO BRANDELERO 1107
ANISIO BATISTA MADUREIRA 2694
ANITA M. V. L. MARCHIORI KELLER 4149
ANITA TORMEN 3372
ANIZIA MARIA DE BRITTO COSTA 3098
ANNA AZEVEDO TORRES 2517
ANNA CÂNDIDA SERRANO SUPLICY FORBES 4301
ANNA CHRISTINA CASTELO BRANCO PEREIRA 1619
ANNA CLÁUDIA LAZZARINI 2705
ANNA KARINA L BRASIL SALAMA 2325
ANNA LUCIA DA MOTTA PACHECO CARDOSO DE MELLO 1717
ANNA MARIA DA TRINDADE DOS REIS 2449
ANNA PAOLA NOVAES STINCHI 1873
ANNA VERGÍNIA PAVANI 471
ANNE CRISTINA ROBLES BRANDINI 780
ANNE MARGARITA CUNHA BAPTISTA 2571
ANSELMO DA SILVA LIVRAMENTO MACHADO 2048
ANSELMO LOUZEIRO BRAGA 557
ANSELMO PIRES DE SOUZA 3853
ANTENOR ROBERTO SOARES DE MEDEIROS 2909, 3831, 4137, 4315
ANTHONY DE SOUZA SOARES 212
ANTHONY FERNANDES OLIVEIRA LIMA 995
ANTONINHA DE OLIVEIRA BALSEMÃO 1775
ANTONIO ALBERTO GOMES GORGEN 3723
ANTONIO ALIBERNANDES TORRES 611
ANTONIO ALVES DE SOUSA 4148
ANTÔNIO AMARAL 1452
ANTÔNIO AUGUSTO DALAPÍCOLA SAMPAIO 949
ANTONIO AUGUSTO DE SOUZA MALLET 736, 3405
ANTÔNIO BALLESTERO GARCIA 3091
ANTÔNIO BARROSO FERNANDES 3282
ANTÔNIO BERNARDES DIAS 290
ANTONIO BERNARDES MOREIRA 428
ANTÔNIO CÁCERES DIAS 1592
ANTÔNIO CARIA NETO 2947
ANTONIO CARLOS AIRES DE ALMEIDA BRAZ 591
ANTÔNIO CARLOS ALVES DA SILVA 308
ANTÔNIO CARLOS ANTUNES 4240
ANTÔNIO CARLOS ASSAD BICUDO 2449
ANTÔNIO CARLOS BRUGNARO 1735
ANTONIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ 2919
ANTÔNIO CARLOS COELHO 739
ANTÔNIO CARLOS DA SILVA 1285
ANTÔNIO CARLOS DA SILVA PINTO 707
ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA BEZERRA 3284
ANTÔNIO CARLOS DINIZ MURTA 1703, 2129, 2779
ANTÔNIO CARLOS FACIOLI CHEDID 3270
ANTONIO CARLOS FANTINO DA SILVA 2569
ANTÔNIO CARLOS GARCIA DE SOUZA 2783
ANTONIO CARLOS GOEDERT 2710
ANTÔNIO CARLOS GONÇALVES 1067
ANTÔNIO CARLOS GONÇALVES FAVA 779
ANTÔNIO CARLOS LIMA DE OLIVEIRA 1572
ANTÔNIO CARLOS LOMBARDI 1375
ANTÔNIO CARLOS MACIEL XAVIER VIANNA 1934
ANTONIO CARLOS ORTOLA JORGE 4362
ANTONIO CARLOS POLINI 790
ANTONIO CARLOS PONTES BORGES 546, 3335
ANTÔNIO CARLOS ROCHA PIRES DE OLIVEIRA 1803, 2670, 3122
ANTONIO CARLOS SANTOS DE JESUS 1563, 3116
ANTÔNIO CARLOS VIANNA DE BARROS 1445
ANTÔNIO CELSO CHAVES GAIOTTO 400
ANTÔNIO CÉZAR NASSIF 3656
ANTÔNIO CHAGAS FILHO 341
ANTONIO CHAVES ABDALLA 2753
ANTONIO CLAUDEMIR WECK 2688
ANTÔNIO CLÁUDIO SOARES 372
ANTÔNIO CORIOLANO CAMBOIM DE OLIVEIRA 1303
ANTÔNIO DANIEL CUNHA R DE SOUZA 1714
ANTONIO DE OLIVEIRA BRAGA FILHO 1477
ANTÔNIO DE PAULA OLIVEIRA 3814
ANTONIO DE ROSA 2686
ANTONIO DIAS MARTINS NETO 2798
ÂNTONIO DIOGO DE SALLES 172
ANTÔNIO DIRLEY BITENCOURT SANTOS 1321
ANTÔNIO DONIZETI BERTOLINE 1328
ANTÔNIO EDUARDO DA CUNHA CANTO 1424
ANTONIO EDUARDO MATIAS DA COSTA 1198
ANTÔNIO EUSTÁQUIO SANTOS ROCHA 1991
ANTÔNIO FERNANDO BERNARDES 1181, 1306, 1517
ANTONIO FERNANDO DANTAS MONTALVÃO 1641
ANTÔNIO FERREIRA FRANCA 1789
ANTONIO FLÁVIO DE OLIVEIRA 547
ANTÔNIO GENUÍNO FILHO 1422
ANTONIO GILVAN MELO 935
ANTÔNIO GLAUCIUS DE MORAIS 1676
ANTÔNIO HENRIQUE FREIRE GUERRA 4118
ANTÔNIO INÊS RODRIGUES 350
ANTONIO JONAS MADRUGA 3385
ANTÔNIO JORGE DE LIMA 3947
ANTONIO JOSE ALVES NEPOMUCENO 808
ANTÔNIO JOSÉ CARNEIRO DA COSTA 2478
ANTÔNIO JOSÉ DANTAS CORRÊA RABELLO 2364, 2709
ANTONIO JOSE FERNANDES COSTA NETO 4180
ANTÔNIO JOSÉ MEDINA 1390
ANTÔNIO JOSÉ NOVAIS GOMES 2350
ANTÔNIO JOSÉ RIBEIRO DE CARVALHO 732
ANTÔNIO LAERT VIEIRA JUNIOR 1553
ANTÔNIO LUIS WUTTKE 1392
ANTÔNIO LUIZ BUENO BARBOSA 601, 2351
ANTÔNIO LUIZ LIMA DO AMARAL FURLAN 784
ANTÔNIO LUIZ LIMBERGER 2853
ANTÔNIO LUIZ MAZZILLI 906
ANTÔNIO LUIZ MEIRELLES TEIXEIRA 4021
ANTÔNIO LUIZ TOZATTO 1911, 2398
ANTÔNIO MARCOS COLOMBAROLI 3409
ANTÔNIO MARIA DENOFRIO 987
ANTONIO MATHEUS SOUZA LOBO 512, 1212
ANTÔNIO MAURÍCIO TELES MACHADO 2137
ANTÔNIO MOREIRA 557
ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES 3078, 4156
ANTONIO PADUA PINTO NETO 756
ANTÔNIO PENTEADO MENDONÇA 768, 1551
ANTÔNIO PEREIRA ALBINO 2435
ANTÔNIO PICONI 597
ANTONIO PINTO 1813
ANTÔNIO RIBEIRO GRAÇA 213
ANTÔNIO ROBERTO ORSI 348
ANTÔNIO ROMUALDO ROCHA RIBEIRO 1474
ANTÔNIO SALVADOR B. DOS REIS MONIZ DE ARAGÃO 3544
ANTONIO SAONETTI 4267, 4309
ANTÔNIO SAONETTI 4201
ANTÔNIO SILVINO LEONARDO MARQUES DA SILVA 3304
AOTORY DA SILVA SOUZA 796
AOTORY SOUZA 3127
APARECIDA YACY DAS NEVES PINTO 1252, 1533
APARECIDO INÁCIO 3990
APARECIDO MEDEIROS SANTOS 1151
APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS 1199
APARECIDO SOARES ANDRADE 3055
APOLLO DE CARVALHO SAMPAIO 3680
ARARIPE SERPA GOMES PEREIRA 725
ARCHILLE PATRÍCIA MAZZI 605
ARIEL DE FARIAS FILHO 1489
ARILDO RICARDO 177, 857, 2228
ARIOVALDO TOLLEDO PENTEADO JUNIOR 543
ARISTIDES FRANCO 1006
ARISTOGENES MOREIRA DE OLIVEIRA E SOUZA 4142
ARISTÓTELES DUTRA DE ARAÚJO ATHENIENSE 805
ARLEI ANTÔNIO BATISTELLA 3015
ARLETE WOJCIK 4329
ARLETHE MARIA DE SOUZA 3879, 4140
ARLINDO ROCHA 1148, 3922
ARMANDO BORGES DE ALMEIDA JUNIOR 488, 2865, 3029
ARMANDO DE ABREU LIMA JUNIOR 716
ARMANDO DE ALBUQUERQUE FELIZOLA 1167
ARNALDO RIZZARDO 1826
ARNI DEONILDO HALL 1618, 1788
ARNÔ DE SOUZA BASTOS JUNIOR 276, 2087
ARNOLDO HORST PREHS 3940
ARNOLDO WALD FILHO 424
ARNON VELMOVITSKY 1294
ARNOR SERAFIM JUNIOR 1962
ARNOULT LUIZ RAMOS 1928
AROLDO LIMONGE 2948
AROLDO TEIXEIRA ROCHA 1509
ARQUILAU DE PAULA 775
ARTHUR DE OLIVEIRA ROCHA 1265
ARTHUR JOSÉ RAMOS GASPERONI 838
ARTHUR MILITON FARINON 2612
ARTUR ALVES DA MOTTA 2016, 2018, 2023, 2024, 2025, 2027, 2033, 2036, 2045, 2094, 2365, 2366, 2370, 2377, 2380, 2383, 2436, 2461, 2669, 2679, 2682, 2685, 2687, 2691, 2697, 2706, 2709, 2710, 2714
ARTUR ALVES DE MOTTA 1695
ARTUR ALVES MOTTA 2376
ARTUR GARRASTAZU GOMES FERREIRA 3102, 3154, 3473
ARTUR HERACLIO GOMES NETO 3525
ARTUR RAIMUNDO CARBONE 2222
ARTUR RODRIGUES ARRUDA 3368
ARTUR SOUZA RAMOS 934
ARY PAULO DOS SANTOS 3112
ARYSTÓBULO DE OLIVEIRA FREITAS 1305
ASSAD LUIZ THOMÉ 610
ASTOR RHEINHEIMER 404
ATABALIPA JOSÉ PEREIRA FILHO 126
ÁTILA ANDRE DE NEGRI FONSECA 815
AUCELI ROSA DE OLIVEIRA 553
AUGUSTINHO G G TELOKEN 1312
AUGUSTINHO GERVÁSIO GÖTTEMS TELÖKEN 311, 336, 3171, 3172, 3448, 3593, 3644, 3650
AUGUSTO ARNOLD FILHO 297, 458
AUGUSTO CARLOS CORRÊA PINA 1267
AUGUSTO CÉSAR DE LIMA SANTOS 1596
AUGUSTO CÉSAR RUPPERT 597
AUGUSTO COSTA JÚNIOR 3207
AUGUSTO CRUZ SOUZA 2386
AUGUSTO FRANTZ 2675
AUGUSTO TAVARES ROSA MARCACINI 1879
AUGUSTO VICENTE DE OLIVEIRA NOBRE 3441
AUGUSTO VILLELA 2663
ÁUREA LÚCIA AMARAL GERVASIO 1422
AUREA LUCIA ANTUNES SALVATORE SCHULZ FREHSE 2743
AUREANA RODRIGUES DA SILVA 1906
AUREANE RODRIGUES DA SILVA 1744, 1750, 2742
AURÉLIA LIZETE DE BARROS CZAPSKI 1268
AURÉLIO ALEXANDRE STEIMBER PEREIRA OKADA 1354, 1396
AURIMAR JOSÉ TURRA 2975
AURINEIDE DE ALENCAR NICHI XAVIER 1354
AUTRAN ALENCAR ROCHA 3414
AVILLA SANTOS FILHO 3511
AYRES LOURENÇO DE ALMEIDA FILHO 2004, 2013
AYRTON LIMA FREITAS 3190
BALTAZAR ANDRADE MARINHO 1235
BÁRBARA BENNEMANN 1463
BÁRBARA DORNELLES 2313, 3508
BÁRBARA LEBARBENCHON MOURA THOMASELLI BEZ 2136
BÁRBARA SILVA MAESTRI 3332, 3513
BEATRIZ ARRUDA DE OLIVEIRA MARIANTE 1823
BEATRIZ MONTEZ DE MORAES 4203
BELMAR AZZE RAMOS 3192
BELMIRO PEREIRA JUNIOR 563
BELONIR ZATA ZILI 3494, 3684
BENEDICTO CELSO BENICIO 218, 2321
BENEDITO CARLOS PEREIRA DA SILVA 3247
BENEDITO DALBEM 3144

BENEDITO PALMEIRA NETO 390
BENILDES SOCORRO COELHO PICANCO ZULLI 112
BENJAMIM ANTÔNIO AFFONSO FILHO 4154
BENVINDA BELEM LOPES 2310
BERENICE FERREIRA LAMB 115, 139, 492, 888, 1118, 1195, 2165, 2167, 2545, 2774, 2997
BERERICE FERREIRA LAMB 2066
BERNARDO ANANIAS JUNQUEIRA FERRAZ 1285, 3636
BERNARDO RÜCKER 959, 1031, 1049, 1446, 3160, 3537
BERNARDO SANTOS TORRES 1917, 2641, 2649, 2840
BETINA MARC 3350
BIANCA GALANT BORGES 422, 505, 1100, 1154
BIANCA MACHADO BANDEIRA 2956
BIANCA MENDONÇA DOS SANTOS NASCIMENTO 1541
BIANCA SCONZA PORTO 3265
BIANCA VALORI VILLAS BOAS 2693
BOANERGES FERREIRA DE MELO PÁDUA 273
BONIVAL TALVANE FRAZÃO 1539
BRANCA DE CASTRO 1287
BRENO ADAMI ZANDONADI 1591
BRENO CALDEIRA RODRIGUES 324, 393, 687, 921, 2928, 2939
BRUNO ANDRE SILVA RIBEIRO 1779
BRUNO ANDRÉ SILVA RIBEIRO 1819
BRUNO ANTÔNIO SCHURHAUS 4324
BRUNO BATISTA DA ROCHA 4140
BRUNO DE CASTRO WINKLER 1853, 2746
BRUNO DI FINI XAVIER 1980
BRUNO GALIOTTO 1756
BRUNO GOMES DE MELO 1851
BRUNO HENRIQUE GONÇALVES 3402
BRUNO RAFAEL OLIVEIRA GOMES 4264
BRUNO RODRIGUES DE FARIA 1451, 2667
BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO 2536
BRUNO SOUTO DA FRANCA 686
BRUNO TAKAHASHI 459, 710, 3872, 3887, 3916, 3928
BRUNO TOLEDO GUIMARÃES ANDRADE 3699
CACILDA VADILHO 729
CAIO CÉSAR FREITAS RIBEIRO 2769
CAIO CESAR VIEIRA ROCHA 190, 430, 684, 688, 726, 730, 798, 858, 1370, 1455, 1484, 1883, 2058, 2191, 2402, 2726, 2788, 2952
CAIO FLÁVIO DUARTE BARBOSA 3487
CAIO GRACO DE ARAÚJO QUADROS 1697
CAIO MÁRCIO L BOSON 4364
CAIO MÁRCIO VIANA DA SILVA 3880
CAIO ROMERO RODRIGUES CABRAL 1266
CAMBISES JOSÉ MARTINS 1513, 1531
CAMILA BOFF MAGERO 2620, 2630, 2938
CAMILA DOS SANTOS ALT 3574
CAMILA DRUMOND ANDRADE 1508
CAMILA MOLENDA 3911, 3912, 3945, 4303
CAMILA OLIVEIRA MAGALHÃES LEAL 3288
CAMILA TAGLIANI CARNEIRO 496
CAMILA TICIANE ROSA 411, 3175, 3689
CAMILA V DA S SANTOS 3435
CAMILLA HAILLIOT DUARTE 110, 3962, 4358
CAMILLO ALEXANDRE GAZZINELLI 1926
CAMILO SPINDOLA SILVA 3530
CANDICE SOUSA COSTA 2799
CÂNDIDO FERREIRA DA CUNHA LOBO 2324, 2325
CÂNDIDO GIORDANI 892
CÂNDIDO INÁCIO MARTINS DE OLIVEIRA 2815
CARINA COSENDEY DE ALMEIDA 392
CARL0S SILVEIRA HESSEL JÚNIOR 1119, 4281
CARLA BONETTI DE ANDRADE 1467
CARLA CRISTINA PINTO DA SILVA 2751
CARLA FERNANDES ARAÚJO 4313
CARLA FRANCISCA SOUZA DA CONCEIÇÃO 4113
CARLA GOES LOPES ANJO 1353
CARLA LUCIANA LEMOS 11
CARLA MÁRCIA BOTELHO RUAS 2332
CARLA MARGOT MACHADO SELEME 396, 1831, 2155
CARLA MARIA PETERSEN HERRLEIN VOEGELI 1262
CARLA PEDROZA DE ANDRADE 2245
CARLA SOARES VICENTE 1223, 2254, 3323, 3324, 3341, 3863
CARLA THOMAZ KRIEGER MOURA 3254
CARLA VALÉRIA HUERGO DE CARVALHO 2125
CARLOS ABENER DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO 19
CARLOS ABRAO CELLI 1667
CARLOS ADROALDO RAMOS COVIZZI 1344
CARLOS ALBERTO AQUINO OLIVEIRA 2122
CARLOS ALBERTO BIAGGI 1661
CARLOS ALBERTO BITTAR FILHO 848, 2481
CARLOS ALBERTO COSTA 3355
CARLOS ALBERTO DA SILVA LEITE 1671
CARLOS ALBERTO DE CASTRO E SILVA 995, 1395
CARLOS ALBERTO DE COGOY SOUZA 452
CARLOS ALBERTO DE JESUS MARQUES 281
CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA 354
CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA CAVALCANTI 1945, 1950
CARLOS ALBERTO DE SANTANA 1349, 1534
CARLOS ALBERTO DESTRO 760
CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO CAMARGO 147, 300, 2007
CARLOS ALBERTO F. MENDES DA SILVA 801
CARLOS ALBERTO FARO 2144
CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO 108
CARLOS ALBERTO FERNANDES 4343
CARLOS ALBERTO LORANG DE AMORIM 1008, 1009
CARLOS ALBERTO LORENZETTI BUENO 4276
CARLOS ALBERTO LUNELLI 173, 1083
CARLOS ALBERTO MARQUES JÚNIOR 407
CARLOS ALBERTO MELLO DOS SANTOS 4181
CARLOS ALBERTO PRESTES 104, 2596
CARLOS ALBERTO ROHRMANN 251, 713, 4297, 4299
CARLOS ALEXANDRE PERIN 690
CARLOS ANDRÉ STUDART PEREIRA 285
CARLOS ANTÔNIO ANSINELLI FILHO 1669
CARLOS ANTONIO DIAS 4361
CARLOS ARTIDORIO ALLEGRETTI 3235
CARLOS AUGUSTO BARSAGLINI 4202
CARLOS AUGUSTO FERREIRA ALVES SOBRINHO 2484
CARLOS AUGUSTO JATAHY DUQUE ESTRADA JUNIOR 148
CARLOS AUGUSTO RIBEIRO DA SILVA 4293
CARLOS BENEDITO PEREIRA DA SILVA 2252
CARLOS BERKENBROCK 4209
CARLOS CAVALCANTE 1630
CARLOS CEOLIN PICININ 3469
CARLOS CÉSAR QUADROS PIERRE 1658
CARLOS CYRILLO NETTO 717
CARLOS DOS SANTOS DOYLE 3992, 3993, 3996, 4191
CARLOS DUARTE JÚNIOR 3725
CARLOS EDISON DO REGO MONTEIRO FILHO 265
CARLOS EDUARDO CAVALLARO 235
CARLOS EDUARDO COLENCI 3087
CARLOS EDUARDO CORRÊA CRESPI 2997
CARLOS EDUARDO DA SILVA FERREIRA 1364
CARLOS EDUARDO DE LUCENA CASTRO 2082
CARLOS EDUARDO ELIA 1490
CARLOS EDUARDO FERREIRA CESARIO 1907
CARLOS EDUARDO FRANÇA 3518
CARLOS EDUARDO FRANCESCHINI VECCHIO 157
CARLOS EDUARDO LEAL DE CASTRO NUNES 4113, 4305
CARLOS EDUARDO LOBO DA ROSA 2919
CARLOS EDUARDO QUINTO 3105
CARLOS EDUARDO REIS CLETO 1910, 2622
CARLOS EDUARDO VASCONCELOS 1352
CARLOS ELY ELUF 2251
CARLOS FELIPE KOMOROWSKI 3317, 3318, 3715
CARLOS FRANKLIN L BATISTA 276
CARLOS FREDERICO NÓBREGA FARIAS 2409
CARLOS FREDERICO SARAIVA DE VASCONCELOS 4299
CARLOS FREIRE FARIA 692, 701
CARLOS GEOVANNI GONÇALVES SOARES 561
CARLOS GILBERTO DE OLIVEIRA 2537
CARLOS GOMES DE FIGUEIREDO NETO 1647, 1693, 2744
CARLOS GOMES DE LOYOLA 846
CARLOS GOMES SANROMA 1012
CARLOS GUILHERME RODRIGUES SOLANO 3113
CARLOS GUSTAVO MOIMAZ MARQUES 683, 3892, 3919, 3973, 3979, 4193, 4343
CARLOS HENRIQUE DA SILVA REY 3694
CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO 4237
CARLOS HENRIQUE DIAS BRASIL 3689
CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS GOMES 1481
CARLOS HENRIQUE LEMOS 4326
CARLOS HENRIQUE MANENTE RAMOS 712
CARLOS HENRIQUE R COSTA 3396
CARLOS HENRIQUE SALGE RECIFE 706
CARLOS JERÔNIMO ULRICH TEIXEIRA 886
CARLOS JOILSON VIEIRA 2022
CARLOS JOSÉ DA ROCHA 2423
CARLOS JOSE DAL PIVA 2717
CARLOS JOSÉ ROCHA TARGINO 4132
CARLOS JOSÉ TEIXEIRA DE TOLEDO 2737
CARLOS LENO DE MOARES SARMENTO 1316
CARLOS LEOPOLDO GRUBER 2766
CARLOS LUIZ GALVÃO MOURA JUNIOR 2713
CARLOS MAXIMILIANO RODRIGUES ZARTH 105
CARLOS MAZERON FONYAT FILHO 144
CARLOS MIYAKAWA 2145, 2231
CARLOS NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS 2409
CARLOS PERRONE 900
CARLOS RENATO CUNHA 2917
CARLOS RENATO GONÇALVES DOMINGOS 3898
CARLOS RENATO SILVA SOUZA 2699
CARLOS ROBERTO CASTIGLIONE 2455
CARLOS ROBERTO DA SILVEIRA 875, 2258
CARLOS ROBERTO ELIAS 353
CARLOS ROBERTO FERREIRA BARBOSA MOREIRA 1529
CARLOS ROBERTO MICELLI 4320
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO 2203, 2452, 4004
CARLOS SÉRGIO DE MELO CORNWALL 3336
CARLOS SUPLICY DE FIGUEIREDO FORBES 2156, 2418
CARLOS VALMIR DE CASTRO JUNIOR 391
CARLOS VARGAS DA COSTA 1994
CARLOS VERONEZI 2613
CARLOS VICTOR MUZZI FILHO 1475
CARLOS VITOR DE OLIVEIRA 922
CARLSO ALBERTO DO NASCIMENTO CAMARGO 3884
CARLYLE POPP 2879
CARMEM LÚCIA IANKOWSKI DIAS 2826
CARMEM LÚCIA LISBOA BOTELHO 1309
CARMEM TALITA BRANDÃO YOUNG 3225, 3305
CARMEN LÚCIA ALVES DE ANDRADE 1150
CARMEN LUCIA IANKOWSKI DIAS 119, 2627
CARMEN RACHEL DANTAS MAYER 2044
CARMEN SANT'ANNA 1581
CARMEN SILVIA DE SOUSA VALADARES 3897
CARMEN VALERIA ANNUNZIATO BARBAN 2283
CARMOLINDA SOARES MONTEIRO 1242
CAROLINA AGRELA TELES VERAS 3984
CAROLINA ANTUNES VILLANOVA 3643
CAROLINA AUGUSTA DE MENDONÇA RODRIGUES 516, 1225, 2127
CAROLINA BACELLAR DA SILVA 3682
CAROLINA CARDOSO GUIMARÃES LISBOA 2599, 2715
CAROLINA LEMOS DE FARIA 2557
CAROLINA LEMOS PICANÇO 915
CAROLINA LOUZADA PETRARCA 1391, 2302, 2503
CAROLINA PEREIRA DE CASTRO 1219
CAROLINE LEAL NOGUEIRA 3714
CAROLINE LOURENÇO DOS REIS 557
CAROLINE SCHNEIDER 2370
CÁSSIA MARIA DA SILVEIRA FRANCO SCORZELLI 3875
CÁSSIO ALEXANDRE FERRUGEM 3595
CASSIO ALMEIDA LOPES CARVALHO 146
CÁSSIO CARVALHO CORREIA DE ANDRADE 510, 3833, 3847
CÁSSIO FELIPE MIOTTO 1846
CÁSSIO MAGNANI JÚNIOR 341
CASSIO MARTINS CAMARGO PENTEADO JUNIOR 3680
CÁSSIO ROBERTO DOS SANTOS ANDRADE 933, 1194
CASTRUZ CATRAMBY COUTINHO 2638
CATARINA BERTOLDI DA FONSECA 3984
CÁTIA CORRÊA MIRANDA 4121
CATIA SIMARA DA ROSA BITENCOURT 1064, 3155, 3578, 3624
CECÍLIA MARIA OYHENARD IBARRA 886
CECILIANO JOSÉ DOS SANTOS 402, 1210
CEDRIC JOHN BLACK DE C BEZERRA 741

CELESTINO PINTO DA SILVA 3123
CÉLIA C GASCHO CASSULI 1691, 1780, 2691
CÉLIA GOMES PESSOA 2450
CÉLIA MARIA CASSOLA 157
CÉLIA MARISA SANTOS 2719
CÉLIA REGINA DE LIMA 1550, 2172, 2214, 2497, 2831, 2981
CÉLIA REGINA GUILHERME BERTUOL 845
CÉLIA ROSANA BEZERRA DIAS 3050
CELSO DE FARIA MONTEIRO 1504
CELSO DE MOURA 1859, 4240
CELSO EDUARDO NAHSSEN 3362
CELSO LIMA JUNIOR 2469, 2476, 2480
CELSO LUIZ DE OLIVEIRA 2394
CELSO MARIA DE SÁ 4394
CELSO MEIRA JÚNIOR 2024
CELSO RENATO CABRAL 1828
CELSO RICARDO MARCONDES DE ANDRADE 219
CELSO RIZZO 3070
CELSO SARAIVA RAMOS JUNIOR 178
CELSO SEGAL 3229
CÉSAR AUGUSTO BINDER 1602, 1839, 2717
CÉSAR AUGUSTO CAVALIERI 876
CÉSAR AUGUSTO GULARTE DE CARVALHO 2846
CESAR AUGUSTO MICHEL DOS SANTOS 929
CÉSAR DO AMARAL 3347
CESAR EDUARDO ANDRADE FURUE 979
CÉSAR EDUARDO BARROS DE SIQUEIRA 4104
CÉSAR EDUARDO TEMER ZALAF 2060
CÉSAR GABARDO 3458
CESAR IBRAHIM DAVID 3454
CÉSAR LUÍS BAUMGRATZ 2047
CESAR MACIEL RODRIGUES 2102, 2356
CÉSAR MACIEL RODRIGUES 2516, 2522
CÉSAR RODOLFO SASSO LIGNELLI 4243
CÉSAR ROMERO DO CARMO 2228
CESARE MONEGO 3743
CESÁRIO MARINELLI JÚNIOR 3842
CEZAR AUGUSTO CASSALI MIRANA 3412
CÉZAR ESTEVES DO NASCIMENTO 1314
CÉZAR LUIZ BIZARRO MONTEIRO 451
CHARLES FÉLIX LAYME 2945
CHARLES SAVARIS PADILHA 173
CHARLES VOLNEI HAAS 771
CHRISTIAN BARBALHO DO NASCIMENTO 1552
CHRISTIAN ERNESTO GERBER 743
CHRISTIAN NEVES DE CASTILHO 1185
CHRISTIANA VILLAS BOAS SANTOS 1502
CHRISTIANE DE GODOY MARTINS 1095
CHRISTIANE PINGITORE 1525
CHRISTIANE RODRIGUES PANTOJA 1611
CHRISTIANNE REGINA LEANDRO POSFALDO 1602
CHRISTIANO NEVES DE CASTILHO 3274
CHRISTIANO RODRIGO GOMES DE FREITAS 748
CHRISTINA DO AMARAL BARRETO 2754
CHRISTOVÃO BELLOT FILHO 1428
CIBELE CARVALHO BRAGA 1155, 4301, 4384
CIBELE FERNANDES ALVES ARAÚJO 3651
CIBELLE PÁSCOA DE MOURA 843
CICERO DE QUADROS PERETTI 1137
CÍCERO MARCOS LIMA LANA 4008
CID DA VEIGA SOARES JUNIOR 2556
CID PÁDUA AGUIRRE 3430
CILENO ANTÔNIO BORBA 1375
CINARA RIBEIRO SILVA KICHEL 2019
CINDY ELIZA PEIXOTO 437, 448, 497
CINTHIA MACERON STEPHANI 2994
CINTHIA YUMI MARUYAMA LEDESMA 2101
CINTIA APARECIDA DAL ROVERE 3361
CÍNTIA LACROIX FARINA 2722
CINTIA MARIA TRAD PASTORI 3361
CINTIA TIEMI HASHINOMOTO 3411
CÍNTIA TOCCHETTO KASPARY 829, 1865, 2316, 2420, 2836, 2971
CIRINEI ASSIS KARNOS 471
CIRLENE AMARILIS GUARDA GOMES 4396
CIRO CECCATTO 2527
CLADIMIR ESPINOSSA ITURRALDE 2884
CLAINE CHIESA 409
CLAITON LUIS BORK 1026, 2397
CLAITON LUIS MATTOS SILVA 2646
CLAITON ROLL 1519, 3540
CLARICE GOULART CORRÊA 164
CLARISSA RODRIGUES ALVES 3346
CLARKE MOREIRA LEITÃO 4275
CLAUDETE MARQUES FERREIRA 2459
CLAÚDIA AKEMI OWADA 2222
CLÁUDIA AKEMI OWADA 818, 1165, 2252, 2486, 2592, 2860
CLÁUDIA BARBIERI BOMBARDA 541
CLÁUDIA BOCARDI ALLEGRETTI 2227
CLAUDIA BRAGA DE LAFONTE BULCÃO 2186
CLÁUDIA CAMARGO BARROS 1389
CLÁUDIA CAMARGO GOLBSPAN 3141
CLAUDIA DALLE FERREIRA DA COSTA 681
CLÁUDIA DE CASTRO CALLI 205
CLÁUDIA DOS SANTOS SERAPIAO 1362
CLÁUDIA ELAINE NOVAES ASSUMPÇÃO PANIAGO 17
CLÁUDIA GUERRA MEROLA 2531
CLÁUDIA HORTA DE QUEIROZ 1653, 2124
CLÁUDIA KIYOMI QUIAN TRANI 4366
CLAUDIA MACHADO SAMPAIO 1908
CLÁUDIA MARA PEREIRA ORCI 3596
CLAUDIA NAHSSEN DE LACERDA FRANZE 184, 1263, 2230
CLÁUDIA PADARATZ 2627
CLÁUDIA PICCOLI ALVES NUNES 1295, 3125
CLAUDIA REGINA A M PEREIRA 1803
CLÁUDIA REGINA A M PEREIRA 2408
CLAUDIA REGINA ALMEIDA 3481
CLAUDIA REGINA CESSEL PEREIRA 2341
CLÁUDIA REGINA OLIVEIRA DE BARROS 1461
CLAUDIA REGINA VILLAR FANTONI 1228
CLÁUDIA RODRIGUES LEIRIA 2558
CLAUDIA ROGGERIO 4338
CLÁUDIA SIMONE PRAÇA PAULA 1909, 2641, 2907
CLAUDIA TEIXEIRA BIZARRO 4122
CLAUDILENE APARECIDA DA SILVA 3266
CLAUDINEI ARISTIDES BOSCHIERO 592
CLAUDINOR NEULEN DE OLIVEIRA LIMA 2149
CLÁUDIO ARAÚJO PINHO 1716, 1820
CLAUDIO CANDIDO LEMES 3485
CLÁUDIO CORTIELHA 3909
CLÁUDIO FERNANDO VARNIERI 2151, 2606, 2775, 2921
CLÁUDIO GEHRKE BRANDÃO 1188
CLÁUDIO GOELLNER 3700
CLÁUDIO GUIMARÃES 1296
CLÁUDIO JOSÉ RESENDE FONSECA 777, 2446, 2988
CLÁUDIO KIEFFER VEIGA 2163
CLÁUDIO LOTT CARVALHO 3413
CLÁUDIO LUIZ MARQUES SILVEIRA 836
CLAUDIO MACIEL BERTOLDI 1453
CLÁUDIO MANGONI MORETTI 423
CLÁUDIO MAYNART RABELO 1515
CLAUDIO MERTEN 2118, 2964
CLÁUDIO MERTEN 2976
CLÁUDIO MOLINA 1662
CLÁUDIO NOBRE DE MIRANDA 12
CLÁUDIO POLTRONIERI MORAIS 1279
CLAUDIO RENE ÁFFLITTO 4165
CLÁUDIO ROBERTO BARBOSA DE ARAÚJO 4175
CLÁUDIO ROBERTO NUNES GOLGO 247, 2427, 2512, 2749
CLÁUDIO ROBERTO PIERUCCETTI MARQUES 2478
CLÁUDIO ROBERTO VIANNA 1465
CLAUDIO ROBERTO VIEIRA 1424
CLÁUDIO SCHAUN DE BITTENCOURT 1462, 3735
CLÁUDIO SIDINEY DE LIMA 1967
CLÁUDIO SIEBURGER DE MEDINA 1136
CLAUDIO SOARES DONATO 238
CLÁUDIO TESSARI 2035
CLAUDIOMIR FONSECA VINCENSI 4127
CLAUDIR DAMO 4273
CLAYTON AMORIM DE SOUSA 1678
CLEANTO GOMES PEREIRA 4330
CLEBER MARCONDES 1804
CLEBER REIS DE OLIVEIRA 2799
CLEBER ZEMELLA 4326
CLEIDE CARRAPEIRO TRIGO GAZITO 1885
CLEIDE FERRARI SABINO 1992
CLEIDEMAR REZENDE ISIDORO 1635, 1636, 1644, 2266
CLEILTON CÉSAR FERNANDES NUNES 107
CLEITON LEAL DIAS JUNIOR 3044
CLELIA MIRANDA QUINTANILHA 412
CLEOMIR DE OLIVEIRA CARRAO 537, 3957
CLEOMIR DE OLIVEIRA CARRÃO 552
CLEONI MARIA ESMÉRIO TRINDADE 2015
CLEUSA DE ALMEIDA 2582
CLEUSA L TASSINARI 3146
CLEUZA ANNA COBEIN 267, 362, 3514
CLEUZA VIANA DA SILVA 187, 946, 1181, 1528
CLEVERSON DALMOLIN 3408
CLEVERSON MARINHO TEIXEIRA 1378
CLEZE MARIA ALMEIDA CARDOSO 1468
CLORY FREITAS 1055
CLOVIS FRAGA SANŤANNA 3119, 3202
CLÓVIS GUIDO DEBIASI 3114
CLÓVIS JUAREZ KEMMERICH 4131, 4146, 4161, 4168, 4169, 4170, 4172, 4173, 4174, 4187
CLOVIS MARCIO DE AZEVEDO SILVA 2006
CLÓVIS PINHEIRO DE SOUZA JUNIOR 211
CLÓVIS RICARDO CALDAS DA SILVEIRA MAPURUNGA 2475
CLÓVIS SÁ BRITO PINGRET 2593
CLOVIS SAHIONE 3739
CLÓVIS SAHIONE DE ARAÚJO 194
CLÓVIS SMITH FROTA JÚNIOR 19, 475
CONCEIÇÃO MARIA GOMES EHL BARBOSA 2320
CONRADO ERNANI BENTO NETO 3509
CONSTANTINO MARQUES MACIEIRA JUNIOR 1707
CORNELIA TAVARES DE LANNA 2635
COSME DAVID RANGEL SOARES 2017
CREUZA DE ABREU VIEIRA COELHO 2114
CREUZA FAZOLI MASSOTO 262
CRISTIAN FABRIS 1274
CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO 3252
CRISTIANE A P SOUZA MAFFUS MINA 1918
CRISTIANE DE ARAÚJO GOES MAGALHÃES 3920
CRISTIANE LEANDRO DE NOVAIS 340
CRISTIANE MARIA LEBRE COLOMBO 1283
CRISTIANE MARIA POMPEO PEREIRA VIEIRA 374
CRISTIANE SILVA OLIVEIRA 2658
CRISTIANE SOARES BRITO 2599
CRISTIANE TODESCHINI 807, 4216
CRISTIANNE MARIA CARVALHO FORTES MILLER 2598
CRISTIANO CAJU FREITAS 3949, 4383
CRISTIANO DA COSTA DE MORAES 2822
CRISTIANO DE SOUSA ZANETTI 254
CRISTIANO DINIZ DE CASTRO SOUZA 1655
CRISTIANO GIONGO 1940
CRISTIANO GURGEL LOPES 3019, 3960
CRISTIANO HEINECK SCHMITT 3329
CRISTIANO NEUENCHWANDER LINS DE MORAIS 2838
CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS 2379, 2536, 3064
CRISTIANO OHLWEILER FERREIRA 4281
CRISTIANO SCORVO CONCEIÇÃO 2257
CRISTIANO SILVA COLEPICOLO 3304
CRISTIANO ZECCEHTO SAEZ RAMIREZ 1749
CRISTINA ALVAREZ MARTINEZ GERONA 2263
CRISTINA ELIAS NASCHENWENG ESPINDOLA 1863
CRISTINA GARRAFIEL DE CARVALHO WOLTMANN 3439
CRISTINA SADI GUIMARÃES 1356
CRISTINA SCHEER AZAMBUJA 3220
CRISTINA WANDERLEY FERNANDES 1216
CRISTINA ZANELLO 692, 701
CRISTOV BECKER 2377
CRISTOVAM FRANCISCO DE CASTILHO 709
CRYSTIANE LINHARES 161
CYNTHIA ALESSANDRA BOCHIO 1449
CYNTHIA CRISTINA DA SILVA 1520
CYNTHIA MARIA PISKE SILVEIRO 1937
CYNTIA COLETO ASSUMPÇÃO 556, 4222
CYRO KUSANO 1680
DAGOBERTO JOSÉ STEINMEYER LIMA 1816, 2754, 2756
DAISI BONAT PEGORARO 3151
DAISSON SILVA PORTANOVA 4173
DAITON CARLOS MARTINS FONSECA 102, 679
DALILA GALDEANO LOPES 879
DALMIR VASCONCELOS MAGALHAES 2237
DALMIRO FRANCISCO 2598, 3027
DALMO JACOB DO AMARAL JÚNIOR 2381, 2840
DALTON ADORNO TORNAVOI 721
DALTON CUNHA MELLO JÚNIOR 3658
DALVA SILVA DUARTE 3699

DANIA FIORIN LONGHI FERNANDES 2839
DANIEL AYRES KALUME REIS 1596
DANIEL AZEREDO ALVARENGA 2668
DANIEL BISOL 2329
DANIEL BUCAR CERVASIO 339
DANIEL CABECA TENÓRIO 3263
DANIEL DA SILVA ACUNHA 420, 3726
DANIEL DEMARTINI 2440
DANIEL DOS SANTOS PORTO 2145
DANIEL FABRICIO COSTA JUNIOR 4111
DANIEL FEDRIZZI 824
DANIEL FERNANDES GONÇALVES 1454
DANIEL FERNANDO NARDAO 3840, 4385
DANIEL FRANCISCO DE SOUZA 343
DANIEL GUSTAVO GUEDES PEREIRA DE ALBUQUERQUE 685
DANIEL HACHEM 379, 381
DANIEL PETRINI DE MORAES 2923
DANIEL PUGA 2341, 2662, 2732
DANIEL RODRIGUES BARREIRA 996
DANIEL SANTOS BORIN 3695
DANIEL SANTOS DE MELO GUIMARÃES 2831
DANIEL SOARES DE ARRUDA 2481
DANIEL SOUZA CAMPOS MIZIARA 1936
DANIEL VIER 178
DANIELA ALLAM GIACOMET 4394
DANIELA BARREIRO BARBOSA 4218
DANIELA CARDOSO GANEM 3987
DANIELA DA SILVA FRANCO 3356
DANIELA DE LARA PRAZERES 3191
DANIELA DINNEBIER 357, 722
DANIELA GALENO RODRIGUES LIMA 2503, 2906
DANIELA GARCIA TAVORA MENEGAZ 1215
DANIELA HANSCH PEREIRA 2661
DANIELA MAGLIO LOW 3981, 4251, 4341
DANIELA MARIA DE OLIVEIRA LOPES GRILLO 2683
DANIELA MARIA PROCÓPIO 4192
DANIELA RABELO MACEDO TOBLER MASTRANGELO 333
DANIELA RODRIGUES RIBEIRO 1431
DANIELA VIEIRA ROCHA BASTOS 3252
DANIELE BRASIL LERIPIO 1683
DANIELE CRISTINA ALANIZ MACEDO 1593, 1594
DANIELE LOPES BASTOS 3444
DANIELLA DUQUE PORTO MAIA 1510
DANIELLA TORRES DE MELO BEZERRA 1643
DANIELLE TORRES SILVA 1522
DANILO DI REZENDE BERNARDES 1509, 3424, 3687
DANILO FARIAS BATISTA CORDEIRO 2335
DANILO MOURA LACERDA 2502
DANILO SOUZA BARROS 913
DANILO THEML CARAM 1686, 2347, 2348, 2360, 2361
DANTE AGUIAR AREND 2036
DARCI HEERDT 1814
DARCI NORTE REBELO JR 3476
DARCIO FRANCISCO DOS SANTOS 1742, 2311, 2763, 2780, 2784, 2785, 2812
DARCIO JOSÉ DA MOTA 217
DARCIO VIEIRA MARQUES 3211
DÁRCIO VIEIRA MARQUES 2606
DÁRIO LIMA EVANGELISTA 199, 1321
DARIO PEDRO WILGES 228, 311, 330, 332, 336, 902, 905, 924, 925, 926, 927, 948, 957, 958, 959, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 969, 970, 971, 972, 973, 975, 976, 977, 978, 981, 982, 983, 984, 1028, 1031, 1033, 1034, 1035, 1040, 1041, 1042, 1045, 1049, 1056, 1060, 1062, 1063, 1066, 1073, 1078, 1079, 1080, 1184, 1292, 1308, 1310, 1312, 1367, 1392, 1411, 1421, 1435, 1441, 1448, 1453, 1458, 1516, 1573, 3015, 3101, 3102, 3135, 3136, 3137, 3139, 3141, 3144, 3147, 3148, 3149, 3154, 3156, 3157, 3159, 3164, 3166, 3167, 3168, 3170, 3171, 3172, 3176, 3179, 3180, 3185, 3186, 3187, 3296, 3373, 3383, 3386, 3397, 3399, 3436, 3460, 3468, 3519, 3523, 3524, 3526, 3531, 3532, 3533, 3534, 3538, 3539, 3541, 3546, 3547, 3548, 3551, 3552, 3553, 3554, 3556, 3557, 3559, 3564, 3565, 3566, 3568, 3569, 3572, 3573, 3576, 3577, 3580, 3583, 3587, 3588, 3592, 3598, 3599, 3605, 3606, 3607, 3609, 3610, 3613, 3614, 3616, 3617, 3619, 3623, 3624, 3629, 3631, 3635, 3637, 3638, 3642, 3646, 3650, 3667
DARLEI THOME KERN 2644
DAURA MARIA MARTINS FERREIRA 4396
DAVID BELLAS CÂMARA BITTENCOURT 1523
DAVID DOS REIS VIEIRA 3358, 3570
DAVID DUTRA FILHO 327
DAVID GONÇALVES DE ANDRADE SILVA 2413, 2800
DAVID MOURA DE OLINDO 3120
DAVID OSÓRIO CLETO 2009
DAYANE RIBEIRO MOREIRA 206
DAYSE APARECIDA PEREIRA 1820
DEBORA ABREU 803
DÉBORA BRITO D'ALMEIDA 1819
DÉBORA DE NORONHA ALVES 182
DÉBORA FRANCO DE GODOY ANDREIS 1334
DÉBORA NARA CABRAL FERREIRA 1358
DÉBORAH MARIANNA CAVALLO 1479
DEBORAH TAJRA FONTELES 571
DECIO FLAVIO GONÇALVES TORRES FREIRE 749, 1587
DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE 1827, 2653
DÉCIO FREIRE 1664, 1986
DÉCIO JOSÉ TESSARO 1999
DÉCIO LUÍS FACHINI 1217
DÉCIO LUIZ FRANZEN 821, 955, 3178, 3962
DÉCIO SCARAVAGLIONI 1403
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO 1950
DELANO MIGUEL MACHRY 3311
DÉLIO ALBUQUERQUE PAIVA 3294
DÉLIO DE JESUS MALHEIROS 1090
DELMA GRABINE DE MELO BECKER 588
DELMAR DE AVILA LEAL 4351
DELMIRA GAZOLA 1404
DELZE DOS SANTOS LAUREANO 2979
DEMIAN SEGATTO DA COSTA 3713
DEMÓSTENES VIEIRA DA SILVA 1982
DENILSON RODRIGUES LIMA 2825
DENILSON ZANON 2088
DENIS CAMARGO PASSEROTTI 322, 2772
DENIS NORTON RABY 3213
DENISE AKEMI MITSUOKA 381
DENISE BALLARDIN 2934
DENISE BAPTISTA DE OLIVEIRA 2273
DENISE BEATRIZ CASAGRANDE 4232
DENISE CABREIRA GOLAMBIESKI 1109, 1336, 3700, 3712, 3724
DENISE COLLAT BENTO 1482
DENISE DA SILVA VIÉGAS 50
DENISE DE ALMEIDA DÓRO 4266
DENISE FERREIRA DE OLIVEIRA CHEID 380, 1058, 1383, 2564, 2693
DENISE FIALHO DELL AGOSTINI 1487
DENISE MACIEL DE ALBUQUERQUE CABRAL 2569
DENISE SANTOS DE SOUSA 1096
DENISE SCHMIDT BASTOS 3619
DENISE TEREZINHA ACCADROLLI 3296
DENIZE DE CASTRO PERDIGÃO 1904
DENIZE NEVES PLENS 2849
DENNYSON FERLIN 313
DEONIR ORTIZ SANTA ROSA 4207
DEONISIO JOSÉ LAURENTI 2116
DEREINE TERESINHA MOSSMANN DE OLIVEIRA 4259
DERLY BARRETO E SILVA FILHO 3003
DERMIVALDO COLLINETTI 271
DESIRÉE COSTA GÖSSLING VALÉRIO 3062
DEYSE CRISTINA DA' ROLT 2827
DEYSE LIMA BARBOSA 339, 901
DEYSI CRISTINA DA ROLT 2879
DEYSI CRISTINA DA' ROLT 1192, 2051
DEYSI CRISTINA DA'ROLT 2866, 2905
DIANA DE ALMEIDA RAMOS 2668
DIANA DE ALMEIDA RAMOS ARANTES 36, 1998
DIEGO ANTUNES DA SILVEIRA 813
DIEGO AVER DE ARAÚJO 1367
DIEGO BERNARDI LEMOS 3604
DIEGO DINIZ RIBEIRO 2437
DIEGO E BRINGEL DE OLIVEIRA 93
DIEGO HERRERA ALVES DE MORAES 232
DIEGO LOPES BERTHOLDO 332
DIEGO RUBENS GOTTARDI 3438
DIETER C POTTER 3592
DILVO CESAR TEIXEIRA 3199
DIMAS ALBERTO ALCÂNTARA 2801
DIMAS GOMES DO CARMO FILHO 1638, 1639, 1640
DIMAS LAZARINI SILVEIRA COSTA 2851
DINARA MARIA BARRETO FERNANDES 407
DIOGO MELO DE OLIVEIRA 757
DIOGO SOTER DA SILVA MACHADO NETO 3869
DIOGO STIEVEN FLECK 1068, 1102, 3363
DIONYSIO ALFREDO DIAS FILHO 2428
DIRCEU CAPANEMA BARBOSA 830
DIRCEU DA SILVA JÚNIOR 1305
DIRCEU FREITAS FILHO 3121
DIRCEU GOMES RODRIGUES 3169
DIRCEU MIRANDA 1272, 1273
DÍTMAR STRAHL 3451
DIVINO CABRAL GUIMARÃES 1860
DIVINO PEREIRA MACHADO 3414
DIXMER VALLINI NETTO 2318
DJAIR DE SOUZA ROSA 1868
DJALMA POLA 3516
DJEMILE NAOMI KODAMA 1149, 1711, 1738, 2215, 2270, 2289, 2484, 2488, 2530, 2609, 2787, 2803, 2809, 2901, 2920, 3000
DOLIZETE FÁTIMA MICHELIN 1896, 2015, 2049, 2168, 2472, 2659, 2673, 2677, 2678, 2680, 2884
DOLORES CABANA DE CARVALHO 1379
DOMINGOS DE TORRE 2996
DOMINGOS FERNANDO REFINETTI 318
DOMINGOS MIGUEL DE CRUZEIRO 3548
DOMINGOS NOVELLI VAZ 2019, 2037, 2343, 2358, 2417, 2549
DOMINGOS PAES VIEIRA FILHO 2240
DONALDO ARMELIN 382, 386
DONATO LOVECCHIO 1219, 3872, 3978, 4257, 4374
DONES MANUEL DE FREITAS NUNES DA SILVA 260, 453, 1413, 3261
DONIZETE APARECIDO GOMES DE OLIVEIRA 1614, 1809, 1811, 2857
DONOVAN DO NASCIMENTO 3486
DORA RIBEIRO GRIJÓ 3878
DORGIVAL TERCEIRO NETO 369
DÓRIS DE SOUZA CASTELO BRANCO 996
DORIVAL ANTÔNIO GOULARTE 782
DORIVAL VICENZI 173
DOROTI WERNER BELLO NOYA 1010
DOUGLAS ALESSANDRO FARIA DE ANDRADE 1468
DOUGLAS GONCALVES DE OLIVEIRA 308, 1124, 2405, 2591, 2881
DOUGLAS L COSTA MAIA 1657
DOUGLAS ROGÉRIO LEITE 3317, 3318
DOUGLAS SFORSIN CALVO 524
DUILIO ANSELMO MARTINS 731
DULCE MARIA FAVERO 4174
DULCE RITA ORLANDO COSTA 3891
EBER GILBERTO CAVALCANTE SOUZA 134, 1253
ECINELE PENTEADO BOEIRA 3697
ECIO LESCRECK 1348, 4229
ECLESIASTE NOGUEIRA DOS SANTOS 2489
EDEGAR PREICHARDT 342
EDEMILSON MARCELINO DO NASCIMENTO 3095
EDEMIR MARQUES DE OLIVEIRA 2504
EDER SANT'ANNA DE LIZ 565
EDER VIEIRA FLORES 2166, 3092
ÉDERSON GARIN PORTO 1898, 2107
EDEWYLTON WAGNER SOARES 1410
EDGAR ANTÔNIO PITON 2032
EDGARD MOREIRA DA SILVA 2174
EDGARD SÍLVIO DE ALENCAR SABOYA 557
EDILSON JAIR CASAGRANDE 1609, 1746
EDILSON VIEIRA DOS SANTOS 612
EDILSON XAVIER DE OLIVEIRA 69
EDIMAR BIZERRA DA CRUZ 3522
EDIMAR FINATTI 2308
EDIMILSON BENEDITO MAIA 230
ÉDINA BEATRIZ GRUNOW RICKLI 3291
EDINEI FRANCISCO ALVES 1259
EDINO CÉZAR FRANZIO DE SOUZA 2814
EDIONIR ANTONIO LÓSS 595
EDIR BRAGA JÚNIOR 351
EDISON CÂNDIDO DE SOUZA 607
ÉDISON FREITAS DE SIQUEIRA 802, 2106, 2110, 2233, 2677, 2953
EDISON MESSIAS ALMEIDA 568
EDISON PONTE BANDEIRA DE MELO 4380
EDISON RIBEIRO 557
EDITH GONDIN 1568
EDMAR HENRIQUE DE ARAÚJO GADELHA 1802
EDMILSON ANTÔNIO PEREIRA 2059
EDMILSON BAPTISTA ALVES 1572
EDMILSON PINHEIRO JUNIOR 2672
EDMILSON TRIVELONI 1297
EDMUNDO DE ARAÚJO 1987
EDMUNDO KOICHI TAKAMATSU 2776
EDMUNDO PEREIRA BITTENCOURT 355, 1162, 1164, 2628, 2944
EDMUR BENTO DE FIGUEIREDO JUNIOR 2243
EDNA AMENDOLA 246
EDNA APARECIDA DE SOUSA 3346
EDNE FONSECA PINTO MAGALHÃES 4262
EDSON EDMIR VELHO 844

EDSON FERNANDO PICOLO DE OLIVEIRA 1960
EDSON FLAVIO CARDOSO 2898
ÉDSON FREITAS DE SIQUEIRA 898
EDSON JOSÉ DE BARCELLOS 1700
EDSON LUIZ MOLOZZI 825
EDSON LUIZ RODRIGUES DA SILVA 493, 3655
EDSON MARIA DOS ANJOS 1990
EDSON MORENO LUCILLO 4376
EDSON PADILHA 925, 3552
EDSON PEREIRA RAMANAUSKAS 3212
EDSON PINHEIRO 3128
EDSON RODRIGUES DE ALMEIDA 2470
EDU HENRIQUE DIAS COSTA 2089
EDUARDO ANDRADE MAFRA CARDOSO 779
EDUARDO ANTONIO LUCHO FERRÃO 3098, 3211
EDUARDO APGÁUA ZEH PINTO 1952
EDUARDO ARRUDA ALVIM 784
EDUARDO BACHIR ABDALLA 1551
EDUARDO BORDIGNON 1054
EDUARDO BORGES DE FREITAS 3674
EDUARDO BRIDI 1491
EDUARDO BRIGIDI DE MELLO 2552
EDUARDO BROCK 2605
EDUARDO CHALFIM 1553
EDUARDO CUNHA MULLER 1341
EDUARDO D'ALBUQUERQUE AUGUSTO 326
EDUARDO DA SILVA CAVALCANTE 2272
EDUARDO DE ASSIS RIBEIRO FILHO 1775, 1815
EDUARDO DE MEIRA COELHO 23
EDUARDO DE OLIVEIRA GOUVÊA 3134
EDUARDO DI GIGLIO MELO 1131
EDUARDO DIAS DIAZ CARVALHO 491
EDUARDO DOMINGOS BOTTALLO 606
EDUARDO ESPINDOLA SILVA 864, 2067
EDUARDO FERRARI DA GLÓRIA 1317
EDUARDO FORTUNATO BIM 2553
EDUARDO FREIRE FERNANDES 1141, 1159, 3713
EDUARDO GALVÃO GOMES PEREIRA 1725
EDUARDO GEORGE DA COSTA 3412
EDUARDO GOMES TEDESCO 2096
EDUARDO GONZAGA OLIVEIRA DE NATAL 1765, 2542, 2782, 2793, 3067
EDUARDO HAAS 3167, 3170, 3468
EDUARDO HENRIQUE VALENÇA DE FREITAS 2985
EDUARDO JESSNITZER 1882
EDUARDO JOSE DE OLIVEIRA 1001
EDUARDO JOSÉ DO NASCIMENTO 3033
EDUARDO KRATZ PAULETTO 966
EDUARDO LEMOS PRADO DE CARVALHO 1065
EDUARDO LEONE 1258
EDUARDO LIMA FREITAS HOLETZ 550
EDUARDO MACCARI TELLES 1436
EDUARDO MACHADO DE ASSIS BERNI 3280, 3285
EDUARDO MACHADO DIAS 1226
EDUARDO MACHADO DOS SANTOS 2001
EDUARDO MARIOTTI 504, 3093
EDUARDO MONTEIRO DE CASTRO CASASSANTA 2005
EDUARDO ORLANDINI 2593
EDUARDO PIRES DO AMARAL 1281
EDUARDO PIRES MESSENBERG 738
EDUARDO POMPERMAIER SILVEIRA 1363
EDUARDO RODOLPHO M F DE CARVALHO 2441
EDUARDO RODRIGUES FRANÇA 953
EDUARDO SABOIA MONTE 1465
EDUARDO SILVEIRA CLEMENTE 366, 464, 508, 929, 932, 941, 942, 952, 955, 968, 980, 985, 1029, 1044, 1064, 1070, 1074, 1075, 1077, 1271, 1425, 1427, 1443, 1444, 1446, 3142, 3143, 3146, 3152, 3158, 3160, 3161, 3169, 3177, 3206, 3472, 3536, 3545, 3550, 3555, 3560, 3584, 3585, 3586, 3589, 3593, 3594, 3597, 3601, 3603, 3611, 3634, 3668, 3734
EDUARDO TALVANI DE LIMA COUTO 945
EDUARDO VIEIRA CARNEIRO 2715
EDUARDO ZARPELON 1048
EDVALDO CAMPOS MATOS 156
EDVALDO CARIBÉ COSTA FILHO 1252
EDVALDO CARNEIRO 3862
EDVINO HÜBER 1528
EDWAL CASONI DE PAULA FERNANDES 2786
EDWALDO JOSÉ PEREIRA 1637
EDWIL CALIANI 2579
EDY ROSS CURCI 1993
EDYEN VALENTE CALEPIS 521
EDYLCEA TAVARES NOGUEIRA DE PAULA 557
EGNALDO LÁZARO DE MORAES 3913
EIMAR SOUZA SCHRÖDER ROSA 519
EISENHOWER DIAS MARIANO 483, 4305
EKEL LUIZ SERVIO DE SOUZA 557
ELAINE COURA 1829, 2876
ELAINE GONÇALVES WEISS DE SOUZA 1922
ELCIMENE APARECIDA FERRIELLO 3901
ELCIO CAIO TERENSE 2496
ELEMAR ALBERTO DAL-MOLIN 3100
ELEN MARA DOS SANTOS 1087
ELENAURO BATISTA DOS SANTOS 2508
ELENISE PERUZZO DOS SANTOS 1055, 1076, 2300, 3709, 3714
ELENITA DE SOUZA RIBEIRO RODRIGUES LIMA 1971, 3342
ELEOMAR MOREIRA DIAS BARBOSA 884
ELIANA DA COSTA LORENÇO 2577
ELIANA DE FÁTIMA UNZER 3990
ELIANA FIORINI 1723
ELIANA LUZARDO RIGOL 3579
ELIANA MARTA KINCHIN MARTINS 2378
ELIANA TRIGUEIRO FONTES 4322, 4325
ELIANE BARRETO DOS SANTOS 2204
ELIANE BENINI OLIVEIRA 2804
ELIANE MARIA BRAGA DORTA 3636
ELIANE MENDONCA CRIVELINI 4371
ELIANE MENDONÇA CRIVELINI 4177
ELIANE REGINA DANDARO 1751, 2506
ELIANE REGINA MARTINS FERRARI 4371
ELIANE TABOSA DO NASCIMENTO 112
ELIAS ALVES DE CARVALHO 2565
ELIAS ANTONIO JORGE NUNES 1319
ELIAS CARDOSO 3395
ELIAS GAZAL ROCHA 3481
ELIAS SANTOS REIS 1447
ELIEL SANTOS JACINTHO 3463
ELIEZER PEREIRA MARTINS 4286
ELIO FERNANDES DAS NEVES 300
ELIO MARTINS 933
ELISA COSTA GALHO 464
ELISA GONÇALVES RIBEIRO 2105
ELISA LIMA ALONSO 2000
ELISA MÁRA SOARES DE SOUZA 3371, 3390, 3398
ELISABETE CALEFFI 2149
ELISABETE HERCÍLIA PADILHA 905, 931, 3206, 3668
ELISABETE LIRA QUELHAS MONTAÑO 2998
ELISABETH CARDOSO PAES DA ROCHA 1671
ELISANDRE MARIA BEIRA 782, 1323
ELISÂNGELA DE ANDRADE RETZLAFF 1660
ELISÂNGELA GOMES PORTINHA 1893
ELISANGELA PEREIRA DE CARVALHO LEITÃO 513, 3926, 3927, 4341, 4368
ELISANGELA PEREIRA DE CARVALHO LEITÃO AFIF 3876
ELISEU EUFEMIA FUNES 1659
ELIZABETE ALVES MACEDO 1961
ELIZABETE LEITE 950
ELIZABETH CÁSSIA MASSOCCO 3309
ELIZABETH MARIA MEMORIA AGUIAR 895
ELIZABETH SENDON 371
ELIZETE FORTES DA CUNHA 3658, 3659, 3660
ELIZEU SIMÃO NASSR 454
ELLEN CRISTINA GONÇALVES 128
ELLEN FALCÃO DE BARROS COBRA PELACANI 2547
ELOI BÉTIO DA VEIGA MARON 960, 1072, 1425, 2986, 3147, 3166, 3176, 3527, 3609
ELÓI CONTINI 501, 3458
ELOIR ESTEVES 1485
ELOÍSA BEZERRA GUERREIRO 107, 3832
ELSA CRISTINE BEVIAN 3095
ELTON ALTAIR COSTA 3245, 3701
ELTON JOSÉ ASSIS 4198
ELTON LUÍS NASSER DE MELLO 3120
ELUSA MARA DE MEIRELLES WOLFF CARDOSO 180, 2735, 2992
ELVIO HISPAGNOL 198, 1447, 3392, 3465
ELVIS BRITO PAES 338
ELVIS DEL BARCO CAMARGO 2156, 2518, 3816
ELYADIR FERREIRA BORGES 1608, 1741, 1900, 2056, 2097, 2243, 2474, 2513, 2812, 2885, 2925, 2926, 2927
ELYTHO ANTÔNIO CESCON 4135
ELZA OLIVEIRA DOS SANTOS 2397, 2445, 2639, 2644, 2874, 3032, 3047, 3053, 3055
EMANUEL MESSIA OLIVEIRA CACHO 15
EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS 4187
EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS BOSCARDIN 527
EMERSON BARBOSA MACIEL 2721
EMERSON BITENHCOURTT FENSTERSEIFER 3124
EMERSON LODETTI 994
EMERSON PIRES 1466
EMERSON VASCONCELOS DE OLIVEIRA 773, 1628
EMERSON VILELA DA SILVA 2229
EMIDIO GONÇALVES DA SILVA 3897
EMILE MARGRET H NETTO 2152
EMILIE MARGRET H NETTO 2196, 2213
EMÍLIO ALFREDO RIGAMONTI 3059
EMÍLIO CARLOS DE SOUSA LEÃO 1005
EMILSON NAZÁRIO FERREIRA 1877, 1880
EMMANUEL BECKER TORRES 1503
ENDERSON COUTO MIRANDA 1855
ENÉAS JEFERSON MELNISK 1624, 2795
ENEIDA DA COSTA ALVIM 1935
ÊNIO CÉSAR GONÇALVES PIMENTA 2344
ÊNIO DUARTE FERNANDES JUNIOR 208
ÊNIO EXPEDITO FRANZONI 2316, 3309
ENIO REHBEIN 3320
ENNIO FIGUEIREDO JUNIOR 557
ENZO GAUZZI 3077
ERALDO LACERDA JUNIOR 3377
ERALDO LACERDA JÚNIOR 1044, 1056, 2294, 3557
ERALDO RAMOS TAVARES JÚNIOR 1290
ERCIO DE ANDRADE BRAGA 1511
ERENITA PEREIRA NUNES 139
ÉRICA APARECIDA PINHEIRO 4361
ERICA CARLA SILVA DE SOUSA 1400
ÉRICA UEMURA 141, 2625
ERICA ZENAIDE MAITAN 1763
ERICK AUGUSTO 333
ERICO GERMANO HACK 3011
ERIKA DA COSTA LIMA 3340
ERIKA RODRIGUES COELHO VAZ 2039
ERNANDES GOMES PINHEIRO 3861
ERNANI DE AZEVEDO 3420
ERNESTO CROS VALDEZ JUNIOR 3072
ERNI ROSIANE PEREIRA MULLER 679
ERON LUIS DA COSTA BRITO 1288
EROS SANTOS CARRILHO 2025
EROTILDES DAVI SOUSA FILHO 1585
ERTULEI LAUREANO MATOS 1298
ERYKA FARIAS DE NEGRI 103, 1683
ESMERALDA PEDROSA GOMES 599
ESMERALDO CARVALHO 4183
ESTÁCIO LOBO DA SILVA GUIMARÃES NETO 2541
ESTÁCIO MOREIRA DE ARIMATEA 856
ESTELA REGINA TEIXEIRA THOMAZ 4208
ESTELA VILELA GONCALVES 3933, 3971, 3978, 4338, 4370
EUCLIDES PEREIRA PARDIGNO 2613, 4241
EUDES MARIA PEREIRA DA SILVA 1291
EUGÊNIO DOIN VIEIRA 1925, 2374
EUGÊNIO L V GRANDÓ 3734
EUGENIO LUCIANO PRAVATO 1760, 2573
EUGÊNIO SOBRADIEL FERREIRA 2049
EUNICE CÉZAR 3686
EUNYCE PORCHAT SECCO FAVERET 2280
EURICO BARBOSA DOS SANTOS FILHO 682
EURIDES MUNHÕES NETO 1305
EURÍPEDES BRITO CUNHA JUNIOR 199
EURÍPEDES LOMBARDI BASTOS 1178
EUROLINO SECHINEL DOS REIS 4130
EUSEBIO ROGÉRIO NETO 1530
EUVALDO TEIXEIRA DE MATOS FILHO 792
EUZEBIO INIGO FUNES 1208, 3411
EUZELIA ROCHA BORGES SERRANO 1883
EVALDO DE SOUZA DA SILVA 2518
EVALDO PINTO 567
EVANDO PEREIRA AMARAL 467
EVANDRO ALVES DA SILVA GRILI 140, 1873, 2268, 2286
EVANDRO GARCZYNSKI 2883
EVANDRO GENZ 2676
EVANDRO LUÍS CASTELLO BRANCO PERTENCE 3201
EVANDRO LUIZ NUNES 2667
EVANDRO RUI DA SILVA COELHO 1599
EVANDRO SANTANA SONCIM 2369
EVANDRO SARAIVA REATO 3857
EVANILDE ALMEIDA COSTA ARAYA 1514
EVANIR ANTÔNIO DE BORBA 2999
EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS 269, 3237
EVELCOR FORTES SALZANO 745
EVELISE BASTOS DE BRAGA 3422
EVELISE CARLA DO NASCIMENTO 2159
EVELISE SIMONE DE MELO 147
EVERARDO ALVES RIBEIRO 1067

EVERLYN INGELORE KOHLER 3679
EVERSON MOCELIN DE OLIVEIRA 3097
EVERSON ROCHA 1257
EVERTON JOSÉ HELFER DE BORBA 3868
EVERTON LEANDRO FIURST GOM 367
EVERTON MADEIRA GUSMÃO RUANO 151, 452, 1108, 3124, 3246, 3380, 3676, 3710
EVERTON RODRIGO BEN 1704, 2819, 4351
EWERTON BELLINATI DA SILVA 3844
EZEQUIEL CRUZ DE SOUZA 3126
EZILDO EDISON BUENO DE GODOY 586
FÁBIA LEÃO PALUMBO 1741
FABIANA BELFORT VILLELA DE ANDRADE 3419
FABIANA DA FONTOURA PORTUGAL 3652, 3666
FABIANA ESPOSITO 3591
FABIANA FERREIRA DA SILVA 1786
FABIANA HELENA LOPES DE MACEDO 2068
FABIANA MONTEIRO PARRO 3114
FABIANA SANTOS DANTAS 4227
FABIANA SAVINI BERNARDES PIRES DE ALMEIDA RESENDE 3222
FABIANE DE ANDRADE 1024
FABIANE MERCALLI 2442
FABIANE REUTER 2470, 2650, 2652, 3400
FABIANO ANDRÉ DE SOUZA MENDONÇA 4123
FABIANO ANDRIGHETTI ZAMBONI 2722
FABIANO DE CHRISTO DEPES TALLON 3212
FABIANO DINIZ CERQUEIRA 868
FABIANO DUFECH FÁVERO 2883
FABIANO FREITAS MINARDI 3196
FABIANO FRETTA DA ROSA 2132, 2487, 3038
FABIANO HASELOF VALCANOVER 289, 3923
FABIANO JACOMIN 1397
FABIANO MORAES PIMPINATI 351
FABIANO NEI BRAGA DA SILVEIRA JUNIOR 2087
FABIANO S ZANIN 907, 923, 926, 928, 939, 961, 962, 964, 965, 969, 970, 972, 975, 976, 981, 1029, 1033, 1034, 1036, 1040, 1043, 1047, 1051, 1060, 1063, 1066, 1075, 1441, 1458, 3138, 3157, 3164, 3165, 3168, 3181, 3185, 3524, 3526, 3539, 3541, 3543, 3546, 3547, 3561, 3562, 3572, 3575, 3583, 3585, 3599, 3602, 3606, 3607, 3616, 3618, 3620, 3623, 3627, 3630, 3631, 3632, 3638, 3640, 3646, 3652
FABIANO SCHIZZI ZANIN 3153
FABIANO SILVA FÁVERO 4316
FÁBIO ADRIANO STURMER KINSEL 133
FÁBIO ANTÔNIO MOREIRA 3126
FÁBIO APARECIDO GASPAROTO 3512
FÁBIO BERWANGER JULIANO 2249
FABIO BOCCIA FRANCISCO 2069, 2849
FABIO BRUN GOLDSCHMIDT 13, 2568
FÁBIO CANALLI BORGES 316, 3400, 3472, 3566
FABIO CAPELL FARIAS SILVA 4210
FÁBIO CELSO DE JESUS LIPORONI 4003
FÁBIO COLLAÇO 1990
FÁBIO CRUZ KLEIN 1403, 4390
FÁBIO CUNHA ALVES DE SENA 3841
FÁBIO DE CARVALHO CAPORALI 706
FÁBIO DE OLIVEIRA CAMILLO 740
FÁBIO DE OLIVEIRA RODRIGUES 1878
FÁBIO DORNELLES DA ROSA 3663
FÁBIO EDUARDO LUPATELLI 2079
FABIO FIOROTTO ASTOLFI 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33
FÁBIO GUARDIA MENDES 1709, 2021, 2054, 2816
FÁBIO GUSTAVO BIZ 940, 956, 3492
FÁBIO GUY LUCAS MOREIRA 320
FÁBIO HANADA 848
FÁBIO KOERICH RIOS 2399, 2420, 2535
FABIO LOPES DE LIMA 1057, 4335
FÁBIO LUGARI COSTA 2102, 2614
FÁBIO LUIS DE MELLO OLIVEIRA 788
FÁBIO LUIS VALDEZ POLETTO 2601
FÁBIO LUIZ DE SOUZA CARVALHO 1750, 1906
FÁBIO LUIZ MOBARAK IGLESSIA 2957
FÁBIO MARCELO WACHHOLZ 3497
FÁBIO MARIANTE MINCARONE 3349
FÁBIO MARQUES DOS SANTOS 3443
FÁBIO NORA E SILVA 328
FABIO PALLARETTI CALCINI 2195, 2239, 3007
FÁBIO PORTO ESTEVES 1866
FÁBIO ROSA BATTAGLIN 316
FÁBIO SANTIAGO DINIZ 1664
FÁBIO SANTOS DA SILVA 160
FÁBIO SPAGNOLLI 1032
FÁBIO STEFANI 3715
FÁBIO VALENTIM DA SILVA 1476
FABIO VOLNEI DOS SANTOS AMARAL 2799
FABÍOLA BOTTINO FERRERO MONTEIRO 373
FABÍOLA DE ANDRADE BEZERRA 3035
FABIOLA INES GUEDES DE CASTRO SALDANHA 2344
FABÍOLA PINHEIRO LUDWIG 1653
FABÍOLA TEIXEIRA SALZANO 2760
FABIULA CHERICONI 524
FABRÍCIA ARRUDA MOREIRA 1405
FABRÍCIO BARBOSA SIMÕES DA FONSECA 2430
FABRICIO HENRIQUE DE SOUZA 2499
FABRÍCIO PADILHA KLOTZ 2051
FABRÍCIO ZIR BOTHOMÉ 724, 3245, 3371, 3390, 3398
FABRÍZIO DOMENICH MARTINS 1985
FARLEY SOARES MENEZES 2946
FÁTIMA CRISTINA PIRES MIRANDA 3307
FÁTIMA DANIELLA PIAZZA 4002
FÁTIMA HUSNI ALI CHOUCAIR 1065
FÁTIMA MARIA ARAÚJO DA SILVA 3948
FÁTIMA MARIA DE OLIVEIRA 3755
FÁTIMA MARTINS COUTO 2059
FAUSTO CONSENTINO 3454
FAUSTO MITUO TSUTSUI 4202
FELIPE AMODEO 557
FELIPE DO CANTO ZAGO 3445
FELIPE FORTE COBO 3901, 3908
FELIPE FRANCISCO BALLVÉ ALICE 3637
FELIPE INÁCIO ZANCHET MAGALHÃES 1675
FELIPE KLEIN GOIDANICH 2220
FELIPE LAVARDA 1800
FELIPE LUIS ISER DE MEIRELLES 2275
FELIPE M GIMENEZ 877, 1027
FELIPE MAGALHÃES DA CUNHA 3097
FELIPE MAGALHÃES LAGE DE A MARIZ 833
FELIPE MARCELO GIMENEZ 810
FELIPE MELAZZO DE CARVALHO 1562
FELIPE MOREIRA BELTRÃO 4352
FELIPE NEVES LINHARES 1517
FELIPE RIGUEIRO NETO 2989
FELIPE RODRIGUES DE ABREU 1480
FELIPE SARMENTO 1737, 4228
FELIPE SARMENTO CORDEIRO 4167
FELIPE TADEU DE FREITAS TAVARES 2430
FELIPE ZORZAN ALVES 785
FELISBERTO EGG DE RESENDE 918
FELISBERTO VILMAR CARDOSO 702, 2445
FENICIA DE VITIS SILVA 3515
FERNANDA BEATRIZ SEBBEN DA COSTA GOMES 248
FERNANDA BROMFMAN PIANTA 700
FERNANDA CABELLO DA SILVA 1617, 2367
FERNANDA CABELLO DA SILVA MAGALHÃES 1726, 1770, 2189, 3009
FERNANDA CARNEIRO DA CUNHA 349
FERNANDA CHUEIRI WEINGRILL 3230
FERNANDA DE SOUZA MOREIRA 722
FERNANDA DIAS MARRA 3270
FERNANDA FERREIRA ALMEIDA 2056
FERNANDA FORTUNATO MAFRA PARUCKER E SILVA 523, 3525
FERNANDA FRAQUETA DE OLIVEIRA 990
FERNANDA GUIMARÃES HERNANDEZ 2779
FERNANDA KNIJNIK MILMAN 2158
FERNANDA LAPA DE BARROS CORREIA 1856
FERNANDA LESSA MAINER HACK 229
FERNANDA MIRANDA LOURENÇO 765
FERNANDA NEDEL SCALZILLI 1464
FERNANDA NIEDERAUER PILLA 3198
FERNANDA TAVARES 1684
FERNANDA TOAZZA CHECHI 3473
FERNANDA VACCO AKAO 382, 386
FERNANDA VIDAL FEHSE 3932, 3939, 3942, 4204, 4272
FERNANDA ZUCARE 1521
FERNANDO ALBERTO CIARLARIELLO 1346
FERNANDO ANSELMO RODRIGUES 806
FERNANDO ANTÔNIO CAVANHA GAIA 2101, 2738
FERNANDO ANTÔNIO FERREIRA LOPES 498
FERNANDO ANTÔNIO FONTANETTI 166
FERNANDO ARENALES FRANCO 2489
FERNANDO BENTTO DE ARAÚJO 337
FERNANDO BRANDÃO WHITAKER 3208
FERNANDO CARLOS LUZ MOREIRA 1439
FERNANDO CELLA 3103
FERNANDO CÉSAR MORANDI 1451
FERNANDO CESAR PEDREIRA ROMAGUERA 3045
FERNANDO CÉSAR ROCCO 120
FERNANDO CHAGAS FRAGA 4241
FERNANDO CIRINEU DA SILVA NARDON 3401
FERNANDO CORRÊA DA SILVA 303, 318
FERNANDO DAUWE 781
FERNANDO DE AZEVEDO SILVA PERDIGÃO 736, 2588
FERNANDO DE CAMPOS LOBO 292
FERNANDO DE CASTRO VASCONCELLOS 4245, 4354
FERNANDO DE MORAES VAZ 989
FERNANDO DE SANTA ROSA 1600, 1677
FERNANDO DOS SANTOS DIONISIO 278
FERNANDO EDUARDO ORLANDO 159, 3403
FERNANDO EDUARDO SEREC 1352
FERNANDO FERRACCIOLI DE QUEIROZ 1725
FERNANDO FREIRE DIAS 4363
FERNANDO GODOI WANDERLEY 1740
FERNANDO JOSÉ LOPES SCALZILLI 1084
FERNANDO JOSÉ MÁXIMO MOREIRA 2180
FERNANDO LEVIN CREMONESI 3871
FERNANDO LOURENÇO MONTAGNOLI 772
FERNANDO MACHADO LEMOS 609
FERNANDO MAGALHÃES DE LIMA 169
FERNANDO MAGALHÃES MODÉ 183
FERNANDO MÁXIMO DE ALMEIDA PIZARRO DRUMMOND 557
FERNANDO NETO BOITEUX 1736, 2281
FERNANDO NETTO BOITEUX 880, 1770, 1877, 2135, 2188, 2499, 2538, 3008, 3009
FERNANDO PINAUD DE OLIVEIRA 896
FERNANDO POSTALI 2841
FERNANDO SACCO NETO 819
FERNANDO SANTOS ARENHART 3239
FERNANDO SMITH FILHO 3329
FERNANDO STHLING FILHO 830
FERNANDO STRACIERI 4121
FERNANDO SÜSSENBACH 481
FERNANDO TADEU MARTINS 3888
FILIPE DE MELO EUZÉBIO 1557
FLAVIA BRAVIM BERTOLO 794
FLÁVIA CRISTINA PRATTI MENDES 1720
FLÁVIA DIONÍSIA SOARES CAMPOS KITNER 1381
FLÁVIA MARIA PELLICIARI 202
FLÁVIA MONTENEGRO FERNANDES 331
FLAVIA MORALES BIZUTTI 790
FLÁVIA PRESGRAVE BRNZDZENSKYI 884
FLÁVIA REGINA FERRAZ DA SILVA 832
FLÁVIA SILVA MARTINS DE OLIVEIRA 196, 260
FLÁVIO AUGUSTO CABRAL MOREIRA 506, 1170
FLÁVIO BENVEGNÚ JÚNIOR 3251
FLÁVIO BRAGA PIRES 4367
FLÁVIO DA MATA 1671
FLÁVIO DE ARAÚJO WILLEMAN 469
FLÁVIO DE MENDONÇA CAMPOS 2093
FLÁVIO DEL PRA 597
FLÁVIO GALDINO 2696
FLÁVIO GUIMARÃES LAURIA 195, 822
FLÁVIO JACÓ CHEKERDEMIAN 222, 3703
FLÁVIO JOSÉ CALAIS 1420
FLÁVIO LUCAS DE MENEZES SILVA 1886
FLÁVIO LUIZ TEIXEIRA JUNIOR 2915
FLÁVIO MIFANO 880
FLAVIO QUEIROZ RODRIGUES 679, 3238, 3250
FLÁVIO ROSSI MACHADO 1762
FLAVIO SANT'ANNA XAVIER 2711
FLÁVIO SARTORI 3183
FLÁVIO SCHEGERIN RIBEIRO 3217
FLÁVIO VENTURELLI HELÚ 1580
FLAVIO WARUMBY LINS 3664
FLÁVIO ZANETTI DE OLIVEIRA 2520
FLÁVIO ZVEITER 2572
FLORENCE MILEIB BURGOS 3433
FLORIPES DE SOUSA BARBOSA 4108
FLORISBERTO BECKENKAMP DELLA GIUSTINA 952
FRANCESCO COLOMBO FILHO 460, 3641
FRANCICLAUDIO DE FRANÇA RODRIGUES 369
FRANCINE ELISABETE KALAIDJIAN TEIXEIRA 1081
FRANCIS CAMPOS BORDAS 1136, 3890
FRANCIS DE OLIVEIRA RABELO COUTINHO 3963
FRANCIS LÍLIAN TORRECILLAS SILVEIRA 288
FRANCISCA LÚCIA DE SOUSA MACIEL 2702
FRANCISCO A. DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA 1714

FRANCISCO ALVES PINHEIRO FILHO 1302
FRANCISCO ÂNGELO CARBONE SOBRINHO 1507
FRANCISCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA STOCKINGER 421, 3235, 3688, 3693, 3701
FRANCISCO ANTÔNIO ZEM PERALTA 109
FRANCISCO ARINALDO GALDINO 378
FRANCISCO BERTINO BEZERRA DE CARVALHO 2977
FRANCISCO BRASIL MONTEIRO FILHO 967
FRANCISCO CARLOS MARQUES BRASIL 3105
FRANCISCO CARLOS MOL DA SILVA 177
FRANCISCO CARLOS R GIARDINA 1870
FRANCISCO CIRO MARTINS 877
FRANCISCO CLÁUDIO BEZERRA DE QUEIROZ 1003
FRANCISCO CLERO GOMES MONTEIRO 375
FRANCISCO DE ASSIS CORREIA 1591, 2068
FRANCISCO DE ASSIS JUNIOR 1548
FRANCISCO DE ASSIS MINÉ RIBEIRO PAIVA 2232
FRANCISCO DE ASSIS VASCONCELOS BARROS 2063
FRANCISCO DE PAULA VÍTOR BRAGA FILHO 922
FRANCISCO DONIZETTE VINHAS 238
FRANCISCO ELOILSON SALDANHA DE PAIVA 1085
FRANCISCO FILHO RODRIGUES DE LIMA 998
FRANCISCO FONTES NETO 3848, 4139
FRANCISCO GUILHERME LASKE 2972
FRANCISCO IVO CAVALCANTI NETTO 3830, 3838, 4323
FRANCISCO LUCIANO ALEXANDRE DE ALBUQUERQUE 1588
FRANCISCO LUIZ PITTA MARINHO 432
FRANCISCO LUZARDO DA SILVA GONZALES 2084
FRANCISCO MAGNO MOREIRA 1369
FRANCISCO MARCOS DE ARAÚJO 1229
FRANCISCO MAY FILHO 314
FRANCISCO PINTO 2060
FRANCISCO RANGEL EFFTING 215
FRANCISCO RODRIGUES PRETO JUNIOR 4269
FRANCISCO ROGERIO MOREIRA BARQUETTE 2653, 2654
FRANCISCO SILVANO RODRIGUES SANTIAGO 1239
FRANCISCO SIQUEIRA 433, 872, 1524, 2846
FRANCISCO VALDIR ARAÚJO 1258
FRANCISCO VIEIRA FILHO 4214
FRANCISCO WALBERTO FERNANDES MAGALHÃES 3654
FRANCISCO WILKIE REBOUÇAS CARGAS JÚNIOR 3826, 3827, 3828, 3841, 4307
FRANCISCO XAVIER AMARAL 1625
FRANCISMARA TUMIATE 2322
FRANK CHARLES FONTES MAIA 4214
FRANK GIULIANI KRAS BORGES 3119
FRANKLIN AFONSO RAMOS 462
FRANKLIN WILLIAM SCORALICK FERREIRA 3194
FREDERICK B BURROWES 865
FREDERICO ALESSANDRO HIGINO 2617
FREDERICO AUGUSTO KALIL 189
FREDERICO AZAMBUJA LACERDA 1394
FREDERICO BERNARDINO 4304
FREDERICO BUSS 1378
FREDERICO CARVALHO GODINHO 1220, 3024
FREDERICO DA SILVA CARMO 557
FREDERICO DE MIRANDA BRASIL VIANNA 1355
FREDERICO FEITOSA DE OLIVEIRA 3286
FREDERICO GARCIA DINIZ 3420
FREDERICO GARCIA GUIMARÃES 1255
FREDERICO KORNDORFER NETO 742, 1214
FREDERICO MACHADO NETO 2443
FREDERICO MEMERE 557
FREDERICO RODRIGUES 1131
FREDERICO ROSENDO 1809
GABER LOPES 3443
GABRIEL DE BRITTO CAMPOS 2278
GABRIEL DE FASSIO PAULO 2954
GABRIEL DE FREITAS MELRO MAGADAN 766
GABRIEL DINIZ DA COSTA 456, 503, 1111, 3727, 3731
GABRIEL LOPES MOREIRA 2353
GABRIEL OCTACÍLIO BOHN EDLER 3705
GABRIELA DE LIMA NETO TORRES 1250
GABRIELA LUCAS QUEIROZ 2567
GABRIELA SILVA DE LEMOS 2196
GASPAR DA CUNHA PRATES 3690
GASPAR PEDRO VIECELI 2607
GENARO SILVEIRA PAPINI 240
GENESIO AMBOS MORAIS 1921
GENI SALETE OSTROWSKI 1575
GENIVALDO CERQUEIRA DE OLIVEIRA 4216
GENOVEVA MARTINS DE MORAIS 2269
GEONIR EDVARD FONSECA VINCENSI 2639
GEORGE LUCENA BARBOSA DE LIMA 2090
GEORGES HENRIQUE LOCATELLI 2167
GEORGIA CRISTINA AFFONSO 22
GEÓRGIA STUART DIAS 1828, 2970
GEÓRGIA TOLAINE MASSETO TREVISAN 4218
GEOVANA PALERMO CARPES 441, 460, 461, 480, 1232, 3193, 3694, 3697, 3706
GEOVANI CEREZER 3180
GERALDINO EMILIO JORGELINO 2974
GERALDO AFONSO SANT'ANNA 1535
GERALDO DE ASSIS ALVES 2337
GERALDO DOS REIS OLIVEIRA 3482
GERALDO EUSTÁQUIO ALVES 826
GERALDO JOSÉ GUIMARÃES DA SILVA 385
GERALDO MASCARENHAS LOPES CANÇADO DINIZ 2338, 2914
GERALDO NOGUEIRA DA GAMA 1014, 1389
GERBER DE ANDRADE LUZ 2982
GERUSA DEL PICCOLO ARAUJO DE OLIVEIRA 1437
GESLANI DE FÁTIMA DARIVA 3199
GETÚLIO HISAIAKI SUYAMA 1551
GETULIO MENEZES FLORES 1698
GETÚLIO TARGINO LIMA 682, 811
GIANCARLO DE CARVALHO 3198
GIANCARLO RODRIGUES DE SOUZA 1435, 3645
GIANE M RODRIGUES DA SILVA 2197
GIL ALVES MAGALHÃES NETO 1759
GIL COSTA CARVALHO 2172
GIL HERMETÉRIO FILHO 992
GILBERTO ALBUQUERQUE DE NORONHA 320
GILBERTO ANTÔNIO LUIZ 214
GILBERTO AUGUSTO TRIGUEIRO VIEIRA RIBEIRO 2777
GILBERTO CASSULI 1691, 2202, 2436
GILBERTO DA ROSA 2016
GILBERTO DE JESUS DA ROCHA BENTO JUNIOR 1383
GILBERTO EIFLER MORAES 1951, 3221, 3241, 3251, 3273, 3321, 3324, 3335, 3348, 3389
GILBERTO LEMOS DO NASCIMENTO 1491
GILBERTO PEREIRA DA FONSECA 346
GILBERTO SILBERSCHMIDT 272
GILBERTO VIEIRA LEITE NETO 1456, 1515
GILDA RANGEL TABACHI SOUZA 384
GILDÁSIO RODRIGUES ALVES 1512
GILDO JOSÉ MARIA SOBRINHO 2680
GILKA CARDOSO 1388
GILMAR FERRARI 932
GILMAR MUHL 1830
GILSON DE ALBUQUERQUE JUNIOR 2822
GILSON FRANCA GOULART 2160
GILSON HIROSHI NAGANO 1416
GILSON JOSÉ POPIOLEKI DOS SANTOS 1190, 3418
GILSON LUCIO ANDRETTA 2007
GILSON NASCIMENTO DE ALMEIDA 865
GIOCONNDA LADEIA 1470
GIORGIO OSÓRIO NEVES 3451
GIOVANI FERNANDES BERNARDI 983
GIOVANNI ETTORE NANNI 1483
GIOVANNI VERZA 4231
GISELA BATTAGLIA DE ABREU 1202
GISELE DE ASSIS CAMPOS 4268
GISELE MARIE ALVES ARRUDA RAPOSO 1713, 2727
GISELE NEVES CAMERA 1050
GISELI DOS SANTOS BITTENCOURT 2908
GISLAINE MARIA BERARDO 1558
GISLAINE MARIA DI LEONE 2834, 2854, 2872, 2923
GIULIANO MARCUCCI COSTA 3315
GIUSEPINNA PANZA BRUNO 472
GIUSEPPE FABIANO DO MONTE COSTA 430
GIUSEPPE FABINAO DO M COSTA 858
GLADESTONE FERREIRA DE SOUSA 758
GLAIDSON IVAN DA SILVA COSTA 2954
GLAUCI TEIXEIRA FERRAZ 3088
GLÁUCIA ANTUNES ALVAREZ 367
GLAUCIA BUCCO DE ALMEIDA 2190
GLAUCIA SUDATTI 459, 4378
GLÁUCIO DIAS ARAÚJO 3453
GLÁUCIO MANOEL DE LIMA BARBOSA 1854, 2447
GLAUCO HUMBERTO BORK 1139
GLAUCO IWERSEN 1442
GLAUCO LUCIANO RAMOS 2634
GLAUCO MARCELO MARQUES 2747
GLAUCO SCHUMACHER 2700
GLAUCY PEREIRA DE MEDEIROS 123, 125, 809, 1061, 1311, 1313, 1320, 1329, 1339, 1423, 2284, 3002
GLÊNIO PEREIRA LEMOS 1363
GLICIA PINTO DANTAS 1994
GRACE BORTOLUZZI 3813
GRACE PAES 3001
GRACIANE VIEIRA LOURENCO 2034, 2045, 2384, 2385
GRAZIELA BIASON GUIMARÃES 4272
GRAZIELLA LACERDA CABRAL 2615, 3004
GRAZIELLE VALERIANO DE PAULA ALVES 708, 2226
GUARACY DA SILVA FREITAS 4041
GUARACY MARTINS BASTOS 3247, 3248, 3262, 3271, 3319, 3434
GUIDO EDUARDO NIED 236
GUILHERME ALBERTO LIDINGTON NETO 158
GUILHERME ANTONIO 2532
GUILHERME BASTOS NUNES BATISTA 2368
GUILHERME CARVALHO MONTEIRO 4397
GUILHERME COSTA MARQUES 728
GUILHERME DOMINGUES DE CASTRO REIS 3367
GUILHERME FREIRE DE MORAES GUERRA 2651
GUILHERME GONÇALVES COLLIN 1286
GUILHERME HENRIQUE BAETA DA COSTA 2063
GUILHERME L QUARESMA B SANTOS 783
GUILHERME MARINO SCHIOCCHET 309
GUILHERME PIERUCCETTI DE LIMA 2665
GUILHERME PUCHALSKI TEIXEIRA 221
GUILHERME SCHARF NETO 2681
GUILHERME UBINHA DE OLIVEIRA PINTO 1331
GUILLERMO ANTÔNIO ARAÚJO GRAU 1815, 2223
GUIOMAR MARIO PIZZATTO 1794
GUIOMARI GARSON DA COSTA GARCIA 1124
GUSTAVO ANDRÉ BUENO 4194
GUSTAVO ANTONIO PEREIRA GOULART 4357, 4360
GUSTAVO AZEVEDO RÔLA 967
GUSTAVO BARATELLA DE TOLEDO 3288
GUSTAVO BERNARDI 3010
GUSTAVO CALÁBRIA RONDON 1110
GUSTAVO CAPANEMA DE ALMEIDA 1613
GUSTAVO CARNEIRO DE ALBUQUERQUE 417, 1176
GUSTAVO CASTRO LAVORATO DA ROCHA 3660
GUSTAVO CERVO 1427
GUSTAVO CÉSAR DE SOUZA MOURÃO 3188
GUSTAVO CHIARELLI 978, 1035, 1184
GUSTAVO CORTES DE LIMA 4212
GUSTAVO DA GAMA VITAL DE OLIVEIRA 2612
GUSTAVO DE ALMEIDA FLESSAK 3442
GUSTAVO DE ANDRADE SANTOS 2320
GUSTAVO DE CASTRO OLIVEIRA 172
GUSTAVO DO AMARAL MARTINS 2418
GUSTAVO DO VALE ROCHA 1774
GUSTAVO FERNANDES DA SILVA PERES 788
GUSTAVO GUIMARÃES HENRIQUE 2174
GUSTAVO HENRIQUE BHERING HORTA 837
GUSTAVO LEITE PEREIRA 2275
GUSTAVO LESSA NETO 1032
GUSTAVO LOPES DE SOUZA 7
GUSTAVO MASINA 247
GUSTAVO OLIVEIRA DE SIQUEIRA 585
GUSTAVO PEREIRA PINHEIRO 2602
GUSTAVO PERSCH HOLZBACH 1754
GUSTAVO PINHEIRO GUIMARÃES PADILHA 1250
GUSTAVO ROCHA FERNANDES GONÇALVES 3732
GUSTAVO S. NEUMANN 1369
GUSTAWO A DE LIMA TOLENTINO 3128
GUTEMBERG SOARES CARNEIRO 4350
HALLEY HENARES NETO 2736
HALSSIL MARIA E SILVA 3292
HAMILTON BRAGA SALLES 193
HAMILTON DIAS DE SOUZA 1610
HAMILTON DONIZETTE RAMOS FERNANDES 2830
HAMILTON LIMA DE ANDRADE 856
HAMILTON REY ALENCASTRO 2659
HAMILTON SAMPAIO DA SILVA 1428
HANNAN DELVAN BECHAALANI MANSOUR VIEIRA ARAUJO 3665
HAROLD RADLOFF 1778
HAROLDO ALMEIDA SOLDATELI 1847, 2624
HAROLDO PABST 3189
HASSEM HALUEN 280
HEBERT DA SILVA TAVARES 3249, 3359
HEBERT EGÍDIO ASSMANN 1627

HEDY DOMINGOS GUERRIERI 3597
HEITOR DE BARROS OSTIZ 2493
HEITOR FARO DE CASTRO 762
HÉLCIO LINHARES 878
HELDER CÂMARA CRUZ LUSTOSA 558
HELENA FERREIRA MAGALHÃES 1553
HELENA MARIA RABELLO 3514
HELENA RIBAS SANTOS 3691
HELENA TELINO MONTEIRO 1235
HELESSANDRO LUIS TRINTINALIO 1784
HÉLIO BARRETO DOS SANTOS FILHO 1651
HÉLIO BUBLITZ 1389
HÉLIO CASSIANO DE SOUZA 1574
HÉLIO DA COSTA PINHEIRO 1813
HÉLIO DE CASTRO 2798
HÉLIO JOSÉ FIGUEIREDO 4138
HÉLIO QUEIJA VASQUES 2179
HÉLIO RODRIGUES DE SOUZA 1128
HÉLIO SANTOS MENEZES JUNIOR 3308
HÉLIO TRIGO JUNIOR 2514
HÉLIO ULPIANO DE OLIVEIRA 3330
HELLER REDO BARROSO 1050
HELOISA ALBUQUERQUE DE BARROS BRAGA 2004, 2013
HELOÍSA CYRILLO GOMES 901
HELOISA CYRILLO SOLBERG 1495
HELOÍSA HELENA A BECK BOTTION 3892
HELOÍSA MARIA DE QUEIROZ TOURINHO 2178
HELOISA NAIR SOARES DE CARVALHO 4185
HELOÍSA PRATES DRUMOND 3484
HELOISA SABEDOTTI 1895
HELOIZA SARAIVA DE ABREU 2332
HENOCH GREGÓRIO BUSCARIOL 3415
HENRIETTE MARIA DE MAGALHÃES 265
HENRIQUE AUGUSTO DIAS 3070
HENRIQUE CESAR BARAHONA RAMOS 2724
HENRIQUE DE OLIVEIRA LOPES DA SILVA 2829
HENRIQUE FURQUIM PAIVA 3289, 3880
HENRIQUE GAEDE 203, 2683
HENRIQUE GOMES BOABAID 2066
HENRIQUE JUNQUEIRA AYRES 1365, 4122, 4180
HENRIQUE LEMOS JUNIOR 2400, 2501, 2760
HENRIQUE SEVERO ARAÚJO MAIA 1825
HENRIQUE SUGAYA 4195
HERALDO MOTTA PACCA 2523, 2858
HERBERT ALVES MARINHO 2698
HERBERTH MEDEIROS SAMPAIO 1233
HERCÍLIA MARIA PORTELA PROCÓPIO FRIGO 1420, 2109
HERMANO ALMEIDA LEITÃO 999
HERMAR ESPÍNDOLA PATRIANOVA 2472
HERMENEGILDO FERNANDES TEIXEIRA 349
HERMENEGILDO VIEIRA DA SILVA 3716
HERMES ARRAIS ALENCAR 776, 1861, 2079, 2218, 4124, 4223
HERMÍNIO PORTO CARDONA 3239
HERNANI KRONGOLD 1831
HERON BINI DA FROTA JUNIOR 1518
HILARIO BOCCHI JUNIOR 4114
HILDA RAMOS PEREIRA COELHO 3628
HILDO WOLLMANN 2071, 2072, 2073, 2074
HILMAR DERLI ZAMBONI 1240
HIROSHI AKAMINE 1988
HOANES KOUTOUDJIAN 1988
HOMERO BELLINI JUNIOR 3281
HOMERO MOREIRA DE FREITAS 1353
HOMERO SO JOBIM NETO 2223
HORÁCIO EDUARDO GOMES VALE 575
HORÁCIO LUIZ AUGUSTO DA FONSECA 2138
HUGO AREAO MAIA 885
HUGO CORREA MADRID 2903
HUGO MESQUITA 1452
HUGO RIBEIRO BRAGA 3661
HUMBERTO BELLUCO NOGUEIRA MACHADO JUNIOR 1595
HUMBERTO FELIX SILVA 574
HUMBERTO G ALVES DA COSTA 557
HUMBERTO GOUVEIA 2740, 2810
HUMBERTO IVAN MASSA 740
HUMBERTO JARDIM MACHADO 1586
HUMBERTO LOPES DE ASSIS 587
HUMBERTO LUIZ MACELARO 2071, 2072, 2073, 2074
HUMBERTO PESSOA PAES PINTO 696, 2522, 2586
HUMBERTO RODACKI GOMES 209
IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR 1824
IDAIR EDSON MARCELLO 1924
IDALIO CAMPOS 4144
IDELI APARECIDA DE AGOSTINHO RICCO 2809
IÊDA JULIATTI DE CARVALHO 3459
IGNEZ LUCIA SALDIVA TESSA 3334
IGOR FERREIRA DE ALENCAR 3331
IGOR FERRY DE SOUZA 1587
IGOR PALOMINO MACHADO 2845
IGOR TADEU BERRO KOSLOSKY 2121
IGOR VILHORA NOYA 601
ILDETE DOS SANTOS PINTO 4138, 4143
ILDEU JOSÉ CONTE 789
ILIDIO BENITES DE OLIVEIRA ALVES 870
ILIOMAR FRANCISCO DE SOUZA 1401
ILISEU JOSÉ FACCIN 902
ILSE PLAUTZ 3279
ILTON AMARO DA SILVA PINTO 1851
ILTON BATISTA DA SILVA JÚNIOR 562
ILZA OGI 3927
INAIÁ BRITTO DE ALMEIDA 383, 425, 770, 844, 1127, 1911, 2195, 2500, 2501, 2506, 2761, 2768, 2776, 2978, 2995, 3007
INES CRISTINA CONCEICAO 1079
INÊS GENEHR 2061
INGRID MONTEIRO 498
ION PLENS JUNIOR 2235
IORD PEREIRA SILVA 3820, 3822
IRACEMA VALLADARES CORRÊA DIAS 1594
IRACILDA DA PAIXÃO CARVALHO 764
IRAN PEREIRA DA COSTA NEVES 49
IRAPUAN SOBRAL FILHO 2044, 2328, 2949, 4132, 4148
IRENE DIAS NOGUEIRA 1498
IRENE VIEIRA DA CARVALHO 2560
IRINEU MINZON FILHO 710
IRINEU PEDRO MUHL 3345
IRIO DANTAS DA NÓBREGA 2212
IRLAN ROGÉRIO ERASMO DA SILVA 516
IRLANA RITA DE CARVALHO CHAVES RODRIGUES 2099
ISAAC GOLDBERG 3822
ISAAC MOTEL ZVEITER 2292, 3001
ISABEL ANTONELLI DOS SANTOS 1094
ISABEL CRISTINA REZENDE YAMASHITA 3675
ISABEL VALÉRIO GONZALEZ 2038
ISABELA BRAGA POMPÍLIO 2120, 3225, 3258
ISABELA GUEDES DANTAS CARNEIRO 1224
ISABELLA MENTA BRAGA 1901
ISABELLA SILVA OLIVEIRA 1786
ISABELLA TIANO 470
ISAC SOMBRA RODRIGUES 2899
ISAIAS BRASEL ROSMAN] 1334
ISAIAS GRASEL ROSMAN 411, 930, 1046, 1694
ISAU DA COSTA PAIVA 2386
ISAURA FABIANA ROQUE NUNES 1163
ISMAEL DA SILVA BIZUCA 3507
ISMAR LEITE DE SOUZA 4260
ISRAEL FAIOTE BITTAR 893
ISRAEL VERDELI 2081
ITANEIDE CABRAL RAMOS 334
IURE CASAGRANDE DE LISBOA 312, 854, 1890, 3447, 3509
IVALDECI ROLIM DE MENDONÇA JUNIOR 3286
IVALDO DE HOLANDA CUNHA 1947
IVAN CARLOS DE ANDRADE 14
IVAN JOSE DAMETTO 422, 1154
IVAN JUNQUEIRA RIBEIRO 240, 244, 836, 1087, 1091, 3194
IVAN PAROLIN FILHO 3622
IVAN RÜCKL 829
IVAN SEBASTIÃO BARBOSA AFONSO 1335
IVAN VICTOR SILVA E SANTOS 36, 1988, 1998
IVANDRO ROBERTO POLIDORO 2971, 3224
IVANILDE LIMA DE HOLANDA SILVA 3313
IVANIR CORTONA 4124
IVANY DOS SANTOS FERREIRA 2054
IVAR LUIZ NUNES PIAZZETA 1261
IVENS RIBAS 2083
IVETE MARIA RAZZERA 1800, 2544, 2551, 2864
IVO ARNALDO CUNHA DE OLIVEIRA NETO 1206
IVO DE JESUS DEMATEI GREGIO 866
IVO DE LIMA BARBOZA 3064
IVO EVANGELISTA DE ÁVILA 2649, 2906, 3048
IVO MÁRCIO GONÇALVES CAMPOS 3860
IVO MULLER 1270, 1565
IVO SHIZUO SOOMA 2160
IVONE BETT DE SA 1372
IVONE CRISTINA ARIRO SEIRIO 2609
IVONE DA MOTA MENDONCA 596
IVONE MARIA DE ARAÚJO 1986
IZABEL AZEVEDO 2983
IZABEL CRISTINA RAMOS DE OLIVEIRA 3289
IZABEL THEREZINHA SANTOS SANTAMARIA 1772
IZABELLE MACÊDO NUNES 1417
IZAEL DE MELLO REZENDE 472
IZAIAS JOAQUIM GONZAGA 2439, 2701
IZAIAS LINO DE ALMEIDA 4321
IZAQUE GOES 1471
IZILDA MARQUES DO NASCIMENTO NEVES 1879
JACINTA DE FÁTIMA COUTINHO MOURA 3036
JACINTA MARIA R T LIMA 2271
JACKSON LUIS CALIXTO DA SILVA 648
JACÓ CARLOS SILVA COELHO 2335
JACQUELINE DE M ROSA GRAZIANI 3065
JACQUELINE MAIA ROCHA BEZERRA 3824, 3825, 3836
JACQUES F MIARI 850, 917
JACQUES MAURICIO FERREIRA VELOSO DE MELO 2396
JADER EVARISTO TONELLI PEIXER 3316
JADER PAULO MARIN 3657
JAHIR ESTÁCIO DE SÁ FILHO 768
JAIME ANTÔNIO MIOTTO 1758, 2778, 2860, 3025
JAIME LUIZ LEITE 2018, 2669, 3020
JAIME SAMUEL CUKIER 557
JAIR CAETANO DE CARVALHO 398, 445, 506, 1170, 1171, 1213, 3916, 3917, 3919, 3933, 3934, 3959, 3982, 3986, 3988, 4386
JAIR GILBERTO DE OLIVEIRA 2643
JAIR LEITE PEREIRA 4152
JAIRO ANDRADE DE MIRANDA 1733, 1798, 1852
JAIRO DE OLIVEIRA PIRES 156
JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES 1241
JAIRO PIRES MAFRA 1701
JAMES BILL DANTAS 2844
JAMES MARQUES MACHADO 2991
JAMIL ABDELRAZZAK ABDALA ABO ABDO 443, 3182, 3446, 3730, 3736
JAMIL MICHEL HADDAD 3421
JAMILTO COLONETTI 555
JANAÍNA APARECIDA GOMES BECK 3717
JANAINA BAPTISTA TENTE 2177
JANAÍNA MARIA LOPA VALLADO 4237
JANAINA SCHLINDWEIN VAZ 2921
JANDER LUIS CATARIN 3379
JANE CRISTINA CERQUEIRA SCHUTZ 2105
JANE MARIA GOMES MAROTTA 918
JANE MARISA DA SILVA 118
JANE RESINA FERNANDES DE OLIVEIRA 113
JANE TEREZA VIEIRA DA FONSECA PRADO 3071
JANETE CRISTINA SANTOS CHAVES 3900
JANICE K HERTER MARQUES 4344
JANICE NEIVA DE MELO FRANCO 3904
JANINE LUEHRING GIONGO 2220, 2290
JÂNIO ROCHA DE SIQUEIRA 4031
JANNE MARIA DE ARAÚJO 1231, 4318
JANSENIO ALVES ARAÚJO DE OLIVEIRA 3313
JAQUELINE MAGGIONI PIAZZA 1301, 1609, 1822, 3994, 3995
JAQUES BUSHATSKY 1494
JAQUES DOUGLAS PASSOS 2339
JAQUESSOM MARCELINO DE SOUZA 227
JARBAS ANDRADE MACHIONI 2877
JASON DE MEDEIROS SILVA 3441
JAYME BARBOSA LIMA NETTO 2112
JAYME FERRAZ JUNIOR 3131
JAYME RODRIGUES DE CARVALHO JUNIOR 404
JEAN F CHAGAS 3342
JEANDRO JOSÉ KLOCK 1393
JEFERSON ALESSANDRO TEIXEIRA TRINDADE 3293
JEFERSON ANTONIO ERPEN 416, 481, 503, 1172, 1174
JEFERSON DA SILVA 3991, 4104
JEFFERSON ANTÔNIO ERPEN 3205
JEFFERSON MÁRIO SANTANA 2199
JEFFERSON PICOLI 4312
JEFFERSON RAMOS RIBEIRO 2951, 3076
JEFFERSON SANTOS MENINI 485
JENIFER CASTELLAN DE OLIVEIRA 2084
JENZ PROCHNOW JUNIOR 2967
JENZ PROCHONOW JÚNIOR 2055
JEOVANI BONADIMAN BLANCO 1648
JERÔNIMO MAGALHÃES 1117
JESUEL ANTÔNIO DA SILVA BELLO 1790
JESUINO BARBOSA JUNIOR 945

JESUS GILBERTO MARQUESINI 2727
JESUS PEREIRA 678, 4178, 4231, 4321
JIMMY BARIANI KOCH 948
JIVAGO PETRUCCI 2266
JIVAGO TOMÁS DA CUNHA 2319
JOANNA D'ARCK SANCHES DA SILVA 4147
JOÃO ABRANTES QUEIROZ 1866
JOÃO ADAUTO DA COSTA 3965
JOÃO AFONSO DE SOUZA 4165
JOÃO ALBERTO DE CARVALHO 171
JOÃO APARECIDO RIBEIRO PENHA 3869
JOÃO AUGUSTO DE MORAES DRUMMOND 2637
JOÃO BAPTISTA DE SOUZA NEGREIROS ATHAYDE 2741
JOAO BATISTA BASSANI GUIDORIZZI 756, 3432
JOÃO BATISTA COMPARSI NETO 3667
JOÃO BATISTA DA FONTOURA MARQUES 132
JOÃO BATISTA DE MOURA 1954, 4118
JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA FILHO 1986
JOÃO BATISTA DE TOLEDO 1785
JOÃO BATISTA FLORIANO ZACHI 1530
JOÃO BATISTA GONÇALVES DE OLIVEIRA 2559
JOÃO BATISTA LUNARDI 1532
JOÃO BATISTA NUNES 2363
JOÃO BATISTA PERCHE BASSI 3746
JOÃO BATISTA TAMASSIA SANTOS 296
JOÃO BATISTA XAVIER DA SILVA 2701
JOÃO BENEDITO DA SILVA JÚNIOR 1561
JOÃO BENTES PACHECO FILHO 363
JOÃO BOSCO BRITO DA LUZ 250
JOÃO BOSCO KUMAIRA 897, 1716
JOÃO CÂNCIO LEITE DE MELO 1903
JOÃO CARDOSO DA SILVA 200, 500, 1391, 1733, 2462, 2855, 3048
JOÃO CARLOS BERTINI FERREIRA 225
JOÃO CARLOS CASSULI JUNIOR 1821
JOÃO CARLOS DE LIMA JÚNIOR 1748
JOÃO CARLOS DE MATOS 1598
JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA 1692
JOÃO CARLOS DOS REIS 610
JOÃO CARLOS LOPES SCALZILLI 1284
JOÃO CARLOS MIRANDA GARCIA DE SOUSA 335
JOÃO CARLOS NERVO 3466, 3870
JOÃO CARLOS SCAFF 3703
JOÃO CATARINO T NOVAES 426
JOÃO CLETO BARATTA MONTEIRO SOUSA 1132
JOÃO CONSTANTINO FILHO 2360
JOÃO COSME DE MELO 2909
JOÃO DA SILVA GUERREIRO 461
JOÃO DARZONE DE MELO RODRIGUES JUNIOR 3536
JOÃO DE DEUS GOMES DOS ANJOS 20
JOÃO DE DEUS PEREIRA BENÍCIO DA SILVA 2561
JOÃO EDUARDO BORCHARTT ANCHIETA 3502
JOÃO ELI LOURENÇO DA SILVA JUNIOR 3139
JOAO ERNESTO ARAGONES VIANNA 3903
JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA 1261, 2833
JOÃO ESTENIO CAMPELO BEZERRA 1825
JOÃO EUDOXIO DA SILVA NETO 586
JOÃO FAUSTINO NETO 1385
JOÃO FERNANDO LORSCHEITTER 2864
JOÃO FERREIRA SOBRINHO 255, 2082, 2541, 2862, 3054, 3063
JOÃO FRANCISCO DA ROSA PEREIRA 100
JOÃO FRANCISCO DE CAMARGO 394, 4248
JOAO GOMES PESSOA 3733
JOÃO GRECCO FILHO 1714
JOÃO HENRIQUE BUOSI 4163
JOÃO HENRIQUE DE SOUZA 947
JOÃO HENRIQUE NORONHA RENAULT 1402
JOÃO JANNIS JUNIOR 1145
JOAO JOAQUIM MARTINELLI 2807
JOÃO JOAQUIM MARTINELLI 317, 1695, 1896, 1953, 2365, 2376, 2463, 2679, 2728, 2888
JOAO JOSE CAMPANILLO FERRAZ 2095
JOÃO JOSÉ DE SOUZA LEITE 3037
JOÃO LISTER PEREIRA 1613
JOÃO LUCAS PEREIRA CAMARGO 3140
JOÃO LÚCIO MARTINS PINTO 2269
JOÃO LUÍS DUFAU PANASUK 242
JOÃO LUÍS GUIMARÃES 142
JOÃO LUÍS LOBO SILVA 2479
JOAO LUIZ ARZENO DA SILVA 1939, 1942, 4287
JOÃO LUIZ ARZENO DA SILVA 310
JOÃO LUIZ DA SILVA DAS NEVES 3634
JOAO LUIZ MARTINS ESTEVES 323, 457
JOÃO MANOEL CORRÊA ANDRÉ 449
JOÃO MARIA RIBEIRO DOS SANTOS 4086
JOÃO MARTINS COSTA NETO 1013
JOÃO MAX HORR 946
JOÃO MIGUEL DE OLIVEIRA 2247
JOÃO NUNES SENTO SÉ FILHO 3866
JOÃO OSMAR ANGELOTI 2234
JOÃO OTONIEL DE MATOS 3843
JOÃO PAULO DE ANDRADE DIAS 3673
JOÃO PAULO HECKER DA SILVA 2375
JOÃO PAULO IBANEZ LEAL 940, 956, 3165, 3173, 3632, 3639, 3640
JOÃO PAULO MAFFEI 1567
JOÃO PEDRO DE SOUZA DA MOTTA 2869
JOÃO PEDRO IBANEZ LEAL 974
JOÃO PERON 1839
JOÃO RIBEIRO 1808
JOÃO RICARDO AYRES DA MOTTA 3544
JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR 698
JOÃO RICARDO NUNES DIAS DE PINHO 17
JOÃO ROBERTO GALVÃO NUNES 4142
JOÃO ROBERTO LIÉBANA COSTA 609
JOÃO ROSA PINTO 909
JOAO SCATAMBURLO 2138
JOÃO SCATAMBURLO 2306
JOÃO TADEU ARGENTI 482
JOÃO TADEU SEVERO DE ALMEIDA NETO 1654
JOÃO TANCREDO 3254, 3261
JOAO VICENTE FEREGUETE 1186
JOÃO VITOR Z AMBRÓSIO 1296
JOÃO WALTER ARREBOLA 3669
JOÃO ZANOTTO 215
JOAQUIM COELHO NETO 2175
JOAQUIM DONIZETI CREPALDI 3336
JOAQUIM HENRIQUE APARECIDO DA COSTA FERNANDES 1662
JOAQUIM JAIR XIMENES AGUIAR 557
JOAQUIM LADISLAU PIRES JUNIOR 1651
JOAQUIM MARTINELLI 3467, 3474
JOAQUIM PAULO GARCIA GODINHO 4356
JOAQUIM RAIMUNDO ALVES DE CARVALHO 4279
JOAQUIM TEODORO DE PAIVA 388
JOCELINO FACIOLI JUNIOR 3462
JOCUNDO RAIMUNDO PINHEIRO 4373
JOEL ÁVILA RODRIGUES 3187
JOEL DIAS 1139
JOEL ESPINDOLA DA COSTA 2723
JOEL PEREIRA NUNES 1289
JOHNSON GONÇALVES DE ABRANTES 2373
JOICE BARROS DOS SANTOS 161
JOMAR VIANEI BORGES 894
JONAS BORGES 899
JONAS GUALBERTO SILVA SAMPAIO 2701
JÔNATAS DE FRANCO QUINTÃO 3288
JONATAS RAUH PROBST 210, 2313, 3332, 3500, 3513
JONATHAN ANDRADE MOREIRA 3207
JONATHAN LOIANE DE LEMOS 3731
JONIZETE AMORIM VASCONCELOS 1008
JORGE ADEMAR DA SILVA 2502
JORGE ALBERTO DOS SANTOS ROSA 358
JORGE ALBERTO ZUGNO 119
JORGE ANDRADE DE MEDEIROS 3918, 4000, 4347
JORGE ANDRÉ RITZMANN DE OLIVEIRA 2482
JORGE AUGUSTO ESPÓSITO DE MIRANDA 557
JORGE BERDASCO MARTINEZ 873
JORGE DE MELLO RODRIGUES 2597
JORGE DE SOUZA 1576
JORGE DOS SANTOS RODRIGUES 3134
JORGE DURVAL DA SILVA 153
JORGE ELIAS NEHME 3470
JORGE FREDERICO MAGALHÃES NEUBAUER 799
JORGE IVONEI DE BARROS 3479
JORGE JAEGER AMARANTE 3718
JORGE LUIS ARNOLD AUAD 1985
JORGE LUÍS FRAGA DE OLIVEIRA 3705
JORGE LUIZ DA SILVA 1357
JORGE LUIZ DE BORBA 3189
JORGE LUIZ PEREIRA TRINDADE 285
JORGE MORAES DOS SANTOS 233
JORGE NILTON XAVIER DE SOUZA 1197, 2419, 2422
JORGE NOBRE DE CARVALHO 3961
JORGE OTÁVIO PESSOA DO NASCIMENTO 599
JORGE RICARDO DECKER 3558
JORGE RICARDO LOPES LUTF 818
JORGE RODRIGUES FERNANDES 373
JORSON CARLOS DE OLIVEIRA 3331
JOSÉ ABELARDO CÂNCIO DE GODOY 1089
JOSE ABILIO LOPES 2764, 2843
JOSÉ ADALBERTO ROCHA 598
JOSÉ ADEMIR ALEXANDRE DA SILVA 1262
JOSÉ AGNELO RODRIGUES DE ARAÚJO 2331
JOSÉ ALBERTO ALVES DINIZ 1583
JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL 3244
JOSÉ ALDÉRICO FERREIRA BARBIERO 2295
JOSÉ ALENCAR DE OLIVEIRA 720
JOSÉ ALEX GIRU FAGUNDES 1161
JOSÉ ALEXANDRE BATISTA MAGINA 125, 1052, 1061, 1311, 1313, 1320, 1329, 1330, 1332, 1339, 1373, 1423, 1426, 1432, 1459, 2284, 2818
JOSÉ ALFREDO BORGES 1653
JOSÉ ALFREDO DA SILVA SANTANA 2011
JOSÉ ALFREDO REIS DA SILVA 3499
JOSÉ ALFREDO ROSSI 1638, 1639
JOSÉ ALVES PEREIRA FILHO 2127
JOSÉ ANCHIETA DA SILVA 152
JOSÉ ÂNGELO JUNIOR 1511
JOSÉ ANTONIO 2633
JOSE ANTONIO BALIEIRO LIMA 2217
JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI 2165
JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA LEITE 557
JOSÉ ANTÔNIO DE AZEREDO LEMOS 1388
JOSÉ ANTÔNIO FRANZIN 1222
JOSÉ ANTÔNIO FRIGINI 3477
JOSÉ ANTÔNIO MIGUEL NETO 2378, 2388
JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL 3812
JOSÉ ANTÔNIO ROSA DA SILVA 3417
JOSÉ ANTÔNIO TERRA DA SILVA 1361
JOSE APARECIDO FERRAZ BARBOSA 1193
JOSÉ ARNÓBIO DAMASCENO ALVES 3028
JOSÉ ARTHUR DE CARVALHO PEREIRA FILHO 137
JOSÉ ARTHUR ISOLDI 2980
JOSÉ ASSIS DOS SANTOS 35
JOSÉ AUGUSTO AMSTALDEN 916
JOSÉ AUGUSTO COSTA SOBRINHO 1483
JOSÉ AUGUSTO DE OLIVEIRA AMORIM 1016
JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA SOARES 3471
JOSÉ AUGUSTO DIEFENTHAELER 1369
JOSÉ AUGUSTO LOPES NETO 3433
JOSE AUGUSTO PRADO RODRIGUES 1585
JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES FORMIGONI 1460
JOSÉ AUGUSTO THEISEN SCHNEIDER 3162
JOSÉ BARTOLOMEU DE SOUZA LIMA 1015, 1017
JOSÉ BENEDITO DE ALMEIDA MELO FREIRE 356
JOSÉ BERNARDO DE MEDEIROS NETO 3912
JOSÉ BRUN JUNIOR 123
JOSÉ CALVINO PIRES MAIA 531, 4383, 4385
JOSÉ CÂMARA DE OLIVEIRA 1234, 4304
JOSÉ CANPELLO DE OLIVEIRA JUNIOR 335
JOSE CARDOSO DUTRA JUNIOR 754
JOSÉ CARLOS ALVES DA SILVA 4190
JOSÉ CARLOS ARAÚJO LEMOS 1199
JOSÉ CARLOS BARBOSA DE JESUS 1655
JOSÉ CARLOS CIOLIN JÚNIOR 114
JOSÉ CARLOS COSTA LOCH 491
JOSE CARLOS DE ALMEIDA LEMOS 1201
JOSÉ CARLOS DE ANDRADE 1904
JOSÉ CARLOS DO CARMO 3520
JOSÉ CARLOS DRI 2166
JOSÉ CARLOS DUARTE DE PAULA 170
JOSÉ CARLOS FAGONI BARROS 3306
JOSÉ CARLOS JORGE STADLER 1792
JOSÉ CARLOS LARANJEIRA 2692
JOSE CARLOS MARZABAL PAULINO 413, 1099, 1168, 3876, 3887, 3985, 3987, 4151, 4285, 4319, 4379
JOSÉ CARLOS NUNES DA SILVA 2212
JOSÉ CARLOS PEREIRA 2240
JOSÉ CARLOS RIBEIRO GARCIA 1463
JOSÉ CARLOS ROSSI 3223
JOSÉ CARLOS STADLER 1666
JOSÉ CARLOS TAVARES DURANS 1502
JOSÉ CARNEIRO FERNANDES 2003
JOSÉ CLARINDO QUEIROZ 1581
JOSÉ CLAUDINO SCHNEIDER 417, 1176, 1205
JOSÉ COELHO BRAGA 3858
JOSÉ CONSTANTINO FILHO 889
JOSÉ CORDEIRO DE CAMPOS JUNIOR 175
JOSÉ COSTA 1352
JOSÉ DA SILVA CALDAS 4109
JOSÉ DANIR SIQUEIRA DO NASCIMENTO 557

JOSÉ DE ARAÚJO NOVAES NETO 2378, 2388, 2389
JOSE DE ARIMATHEA ALMEIDA PAIVA 256
JOSÉ DE MAGALHÃES BARROSO 4396
JOSÉ DE RIBAMAR VIANA 1571
JOSÉ DE SOUZA LIMA 843, 3214
JOSÉ DOMINGOS LUCENA 4181
JOSÉ EDGARD DA SILVA JÚNIOR 245
JOSÉ EDMUNDO BARROS DE LACERDA 1705, 1771, 2020
JOSÉ EDUARDO CALLEGARU LENCI 2947
JOSÉ EDUARDO CAVALCANTE ALBUQUERQUE 2092
JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE 3075
JOSÉ EDUARDO FERREIRA DA SILVA 1470, 1523
JOSÉ EDUARDO GIBELLO PASTORE 1479, 2143
JOSÉ EDUARDO LIMONGI FRANÇA GUILHERME 245
JOSÉ EDUARDO QUEIROZ REGINA 2806
JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN 1246, 1602
JOSE EDUARDO RIBEIRO JUNIOR 3988
JOSÉ EDUARDO S. CAETANO 1379
JOSE EDUARDO SOARES LOBATO 731
JOSE ELI SALAMACHA 3291, 3353
JOSÉ ELISEU 1615
JOSÉ ESCOBAR MOURA 293
JOSÉ EXPEDITO ALVES PEREIRA 4376
JOSÉ FELIPE GARCIA PIRES 3440
JOSÉ FERNANDES DINIZ JÚNIOR 3848, 4139
JOSÉ FERNANDO ABU JAMRA 124
JOSÉ FERNANDO CHAVES 1891
JOSÉ FERNANDO DE OLIVEIRA 3683
JOSÉ FERNANDO ZACCARO JR. 1445
JOSE FERRAZ DE ARRUDA NETTO 2873
JOSÉ FERREIRA DE BARROS 1689
JOSÉ FLAUZINO FERREIRA 4115
JOSÉ FORTUNATO DE LIMA NETO 1398
JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA COURA 1385
JOSÉ FRANCISCO FERREIRA DE ANDRADE 418, 548
JOSÉ FRANCISCO MONTEIRO 723
JOSÉ GASPAR MACIEL DE LIMA 2967
JOSE GERALDO DA COSTA LEITAO 1865
JOSÉ GERALDO LOURO FIGUERAS 2070
JOSÉ GERALDO VILLELA VIEIRA DE CASTRO FERREIRA 2930
JOSÉ GILBERTO CORVINO ROCHA 3217
JOSÉ GILBERTO DA CUNHA GASTAL 4298
JOSÉ GILBERTO DE SOUZA LUZEIRO 363
JOSÉ GLAUBERTON PONTES 2554
JOSÉ GOMES DE OLIVEIRA 1538
JOSÉ GONÇALVES PEREIRA FILHO 4188
JOSÉ GUILHERME SOUTO PEREIRA 3708
JOSÉ HENRIQUE WANDERLEY FILHO 2315
JOSÉ HERMÍLIO RIBEIRO SERPA JÚNIOR 1182
JOSÉ HONORATO PINHEIRO 3269
JOSÉ JOÃO DE OLIVEIRA FREITAS 2544
JOSÉ JORGE RIBEIRO KRUSCHEWSKY SOBRINHO 4308
JOSÉ JOVINO DE CARVALHO 1577
JOSÉ JÚLIO DOS REIS 1604, 1606
JOSÉ JURACY DOS SANTOS 3672
JOSÉ LOTFI CORRÊA 2583
JOSÉ LUÍS MATTOS CUNHA 283
JOSÉ LUIS WAGNER 132, 680, 786, 1718, 3074, 4199, 4213, 4220, 4327
JOSÉ LUÍS WAGNER 1545
JOSÉ LUÍS XIMENES 3243
JOSÉ LUIZ BASÍLIO 3299
JOSÉ LUIZ CAGLIERO 2519
JOSE LUIZ DA SILVA NETO 1204
JOSÉ LUIZ DE BARCELOS 299
JOSÉ LUIZ LEMOS REIS 1282
JOSE LUIZ MATTHES 738, 1842, 2438, 2868, 3012
JOSÉ LUIZ MATTHES 2281
JOSÉ LUIZ PRADELLA ACHE 3280
JOSÉ LUIZ PROVENZANO DA LUZ 1304, 2000
JOSE LUIZ RODRIGUES 2790
JOSÉ LUIZ ROSA 458
JOSÉ LUIZ TORO DA SILVA 2030
JOSE MACHADO DE OLIVEIRA 2660
JOSÉ MACHADO DE OLIVEIRA 1023
JOSÉ MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETO 1802
JOSE MANUEL DUARTE CORREIA 4129
JOSÉ MANUEL TRIGO DURAN 1582
JOSE MARCELO BRAGA NASCIMENTO 1918, 3013
JOSÉ MARCOS QUINTELLA 377, 1221, 1897, 2771
JOSÉ MARCOS RIBEIRO D'ALESSANDRO 823
JOSÉ MARCOS RODRIGUES VIEIRA 851
JOSÉ MAREGA 406, 1333
JOSÉ MARIA GAMA DA CAMARA 1398, 2002
JOSÉ MARIA GONZAGA DOS SANTOS 937
JOSÉ MARIA PAZ 2248
JOSÉ MARIA VICENTE 4106
JOSÉ MARTINS FERREIRA 755, 3393
JOSÉ MARTINS VERAS JUNIOR 3098
JOSÉ MASSAD 3266
JOSÉ MATEUS CAMPOS MACIEL 890
JOSÉ MAURÍCIO CAMARGO DE LAET 2664
JOSÉ MAURÍCIO DE ARAÚJO MEDEIROS 2421
JOSÉ MAURÍCIO DE CASTRO 857
JOSÉ MAURÍCIO FERREIRA MOURÃO 3042
JOSÉ MENDES GUERREIRO JUNIOR 4120
JOSÉ MOAMEDES DA COSTA 1832
JOSÉ NAZARENO SANTANA DIAS 1687
JOSÉ NIERO 3687
JOSÉ NILO DE CASTRO 2174, 2956, 4256
JOSÉ NUNES FILHO 3469
JOSÉ OSONAN JORGE MEIRELES 1567, 3570
JOSE OSORIO LOURENCAO 1826, 1918, 2889, 2955, 3059, 3073
JOSÉ OSVALDO BERGI 2531
JOSÉ OSVALDO PEREIRA 602, 2486
JOSÉ OSWALDO CORREA 1897, 2416
JOSÉ OTÁVIO RIBEIRO CRESPO 1264
JOSE PAULO DAMACENO PEREIRA 3328
JOSÉ PAULO DE CASTRO EMSENHUBER 1727, 1899
JOSÉ PAULO MORELLI 1715
JOSÉ PAULO SCHIVARTCHE 1004
JOSÉ PAULO WEDIG 3149
JOSÉ PEDRO DA BROI 695
JOSÉ PEIXOTO GUIMARÃES NETO 200, 2813
JOSÉ PEKNY NETO 266
JOSÉ PÉRICLES COUTO ALVES 106, 2505
JOSE QUARTUCCI 4133
JOSÉ QUINTINO DE QUEIROZ 834
JOSÉ REINALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA JUNIOR 2123
JOSE RICARDO DE LUCA RAYMUNDO 511, 2162, 3030
JOSÉ RICARDO DE LUCA RAYMUNDO 2111, 2205, 3076
JOSÉ RICARDO DE OLIVEIRA 4155
JOSÉ RICARDO DO NASCIMENTO VAREJÃO 947
JOSÉ RICARDO DOS SANTOS BAGANHA 201
JOSÉ RICARDO IBIAS SCHÜTZ 2682
JOSÉ ROBERTO CATUNDA CÉSAR DE SIQUEIRA 114
JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA ANDRADE 2250
JOSÉ ROBERTO FALLEIROS 2830
JOSE ROBERTO KOGACHI 1347
JOSE ROBERTO MARCONDES 1626, 1730, 1836, 1861, 2076, 2085, 2274, 2500, 2511, 2576, 2699, 2720
JOSÉ ROBERTO MARURI ZANELLA 2735
JOSÉ ROBERTO ORTEGA 4183, 4217
JOSÉ ROBERTO WALDEMBURGO ABRUNHOSA 2075, 2893
JOSÉ RODRIGO SADE 2892
JOSÉ RUBENS A F RODRIGUES 1211
JOSÉ RUBENS COSTA 1855
JOSÉ RUBENS DE MACEDO S SOBRINHO 1022, 1711
JOSÉ RUNGERIO MONTEIRO 361
JOSE SAD JUNIOR 467
JOSÉ SEBASTIÃO DE CAMPOS SOBRINHO 721
JOSÉ SEBASTIÃO ESPÍNDOLA 795
JOSÉ SOUZA PIRES 1501
JOSÉ TADEU SILVA 1686
JOSÉ TARCÍSIO DE CAMARGO BACCARO 2483
JOSÉ VAGNER PIRES PEREIRA 221
JOSÉ VÂNIO OLIVEIRA SENA 4233
JOSÉ VECCHIO FILHO 1946
JOSÉ VIRGULINO DOS SANTOS 387
JOSÉ VIVIANI FERRAZ 1281
JOSÉ WAGNER BARRUECO SENRA 211
JOSÉ WIAZOWSKI 3130
JOSÉ WILTON FERREIRA 3388
JOSÉ XAVIER MARQUES 3014, 3437
JOSELI SILVA GIRON BARBOSA 776
JOSELINO WANDERLEY 1325
JOSÉLIO JAIRO VIEIRA 1489
JOSEMAR CAETANO 2509
JOSEMARY CABRAL DA SILVA CHAGAS 424
JOSEVAL MARTINS VIANA 3129
JOSEVALDA SILVA DIAS 1500
JOSIANE ROLIM DE MOURA 3709
JOSSAN BATISTUTE 1499
JOSUÉ RAMOS DE FARIAS 1340
JOSUÉ RENÊ VIEIRA 557
JOVELINO ARTIFON 1822
JOZENILDA SILVA DA COSTA 3019
JUAREZ SCAVONE BEZERRA DE MENEZES 3343
JUCELMA BEATRIZ TEJADA NUNES 455
JULIA CRISTINA SILVA DOS SANTOS 3360
JÚLIA ELMOR 469
JULIA MARIA GAGLIARDI 124
JULIANA BURKHART RIVERO 167, 2595
JULIANA CAVALCANTI DE MELO 1713
JULIANA COSTA FURTADO 1709, 2515
JULIANA DAVILA DE SOUZA RAMOS 3665
JULIANA DE CASTRO BORGES RAVANELLO 1158
JULIANA DE FREITAS 3464
JULIANA DE MORAIS GUERRA 4310, 4375
JULIANA DE SOUZA REIS VIEIRA 707
JULIANA FERREIRA E SANTOS 1601
JULIANA FURTADO COSTA 1905, 2117, 2454, 2562, 2720, 2773, 2785
JULIANA FURTADO COSTA ARAUJO 2656
JULIANA FURTADO COSTA ARAÚJO 431
JULIANA GIACOMINI 3053
JULIANA GUARITA QUINTAS ALVES 1125
JULIANA KNAIP DELOGO 2109
JULIANA MARIA PRATA BORGES SILVA 243
JULIANA OAULON DA COSTA 1872
JULIANA PIMENTEL SARDINHA 165
JULIANA ROCHA SCHIAFFINO 2832
JULIANA SARMENTO CARDOSO 2255, 2285
JULIANA TAVARES ALMEIDA 1654, 1699
JULIANA VASCONCELLOS BERROGAIN 1843
JULIANA VIEIRALVES AZEVEDO 872
JULIANA XAVIER 1632
JULIANE RIGO SCHNEIDER 3576
JULIANNA ERIKA PESSOA DE ARAÚJO 1019, 2952, 3662
JULIANO CÉSAR IBA 3498
JULIANO MUNHOZ GURGEL 583
JÚLIO ANTÔNIO DE JORGE LOPES 1671
JÚLIO ANTÔNIO SIMÃO FERREIRA 2134
JULIO ASSIS GEHLEN 1207, 2603, 2645
JÚLIO BARBOSA LEMES FILHO 111
JULIO CARLOS BLOIS VAZ 3460
JULIO CESAR BERNARDI COGO 438
JULIO CÉSAR CASARI 1912, 2789
JÚLIO CESAR CASARI 1724, 1743, 2859
JÚLIO CÉSAR CASARI 315, 1748, 1756, 1875, 2747, 2767, 3005, 3067
JÚLIO CÉSAR CESARI 2881
JULIO CESAR CONRADO 3490
JULIO CESAR DALMOLIN 269
JÚLIO CÉSAR DALMOLIN 1189
JÚLIO CÉSAR DE AZEREDO SÁ 1030, 3163
JÚLIO CÉSAR DO MONTE 557
JÚLIO CÉSAR DOVIZINSKI 1556, 3567, 3581, 3678
JÚLIO CÉSAR KREPSKY 2461, 2596
JÚLIO CÉSAR MARTINS CASARIN 1360
JÚLIO CÉSAR MEIRELLES MENDONÇA RIBEIRO 1884
JÚLIO CESAR MIGNONE 3264
JÚLIO CÉSAR RUZZARIN 2064
JULIO GUILHERME MÜLLER 2140
JULIO LEONARDO DE OLIVEIRA 3205
JULIO MAGALHÃES PIRES DUARTE 2546, 2557, 2560, 2842
JULIO MARTINS DE OLIVEIRA 2836
JÚLIO MATUCH DE CARVALHO 3327
JURACY MARIA DOS SANTOS 1707
JURACY PEREZ MAGALHÃES 2508
JURANDIR CARNEIRO NETO 2765
JURANDIR GONÇALVES 473
JURANDIR PEREIRA DA SILVA 1938
JUSSARA BORGES DE LIMA 3115
JUSSARA GOMES DA ROCHA 3189
JUSSARA IRACEMA DE SA E SACCHI 1325
JUSSARA LEITE DA ROCHA 717
JUSSARA MARIA LEAL DE MEIRELES 1718
JUSSARA OLIVEIRA LIMA 1119
JUSTINIANO PROENÇA 1340
JUTAHY MAGALHÃES NETO 2657, 2695, 2929, 2932
KALIL ROCHA ABDALLA 1350
KAREN CRISTINA FILATRO MUNDIN 783
KAREN ESPINA DE LIMA 3882, 4161
KAREN KRISTINE MARCANTE GUERRA 2821, 2934
KAREN RINDEIKA SEOLIN 3272

KARINA BREITENBACH NASSIF AZEN 941, 3617
KARINA DA SILVA BRUM 1773, 1795, 2841
KARINA GRIMALDI 873
KARINA MÜLLER RAMALHO 1098
KARINA TEIXEIRA DE AZEVEDO 1782, 3855
KARINE KURYLO CÂMARA 25
KARINE LYRA CORRÊA 1890
KARINE MANDRUZATO TEIXEIRA 3894
KARINE VOLPATO GALVANI 1363, 1374, 2487, 3196, 3350, 3375, 3376
KARLA BESEN SCHMITZ 1122
KARLA BRUNO 4200
KARLO KOITI KAWAMURA 750, 1026
KÁTIA CILENE LIDUÁRIO GODINHO 174
KATIA DAL MORO 2823, 2869, 2890, 2896, 2935, 2936, 2943, 3056
KÁTIA ELISABETH WAWRICK 1871, 2256, 2442, 2648
KÁTIA MANDELLI BAUER 3276
KÁTIA REGINA SANTANA DE SOUZA 1091
KÁZIA FERNANDES PALANOWSKI 534, 4294
KEILA CHRISTIAN ZANATTA MANANGAO 257
KEILA NASCIMENTO 446, 4340, 4373
KEILA NASCIMENTO SOARES 3896
KELLEN J LARA DE REZENDE 426
KELLY CRISTINA WORM 154
KELVIN CALSA 2264
KÊNIA MARIA CAPOBIANCO 2093
KEYLA AZZOLIM MARINI 466
KIYOSHI KOSSUGA 1902
KLAUSS DIAS KUHNEN 1618, 1620, 1621, 1623, 1648, 1649, 1650, 1656, 1657, 1660, 1661, 1663, 1666, 1668, 1669, 1670, 1697, 1784, 1785, 1788, 1789, 1790, 1792, 1793, 1794, 1801, 1804, 1805, 1806, 1807, 1808, 1812, 1814, 2509, 2579, 2674, 2795
KLAYTON DONATO 4263
KLEBER AUGUSTO TAGLIAFERRO 2748
KLEBER CORRÊA DA COSTA TEVES 1578
KLEBER DE NICOLA BISSOLATTI 1889
KLEBER DE SOUSA GOUVEIA 1486
LAÇORDAIRE GUIMARAES DE OLIVEIRA 2183
LAÉRCIO B. LEVANDOSKI 1623
LAERCIO BENEDITO LEVANDOSKI 1621
LAÉRCIO GUARÇONI 279
LAÉRCIO MARCIO LANER 2706
LAERCIO PEREIRA 4197
LAÉRCIO PEREIRA DA SILVA 3232
LAÉRCIO ROQUE TOLFO VIERA 3502
LAERTE POLLI NETO 2245
LAERTE SOARES 614
LAÍS NUNES DE ABREU 1862, 2590
LARISSA DANTAS RUIZ 2517
LARISSA FIALHO MACIEL 4334
LARISSA MORAES BERTOLI 180
LARRI DOS SANTOS FEULA 437, 499, 3394, 3495, 3681, 3712, 3720, 3737
LÁSARO CÂNDIDO DA CUNHA 3301
LAUDIR GÜLDEN 3691
LAURA DE ALMEIDA LEITE LIMA 3741
LAURA MARIA BRANT DE CARVALHO DELFIM 328
LAURINDO GOBI 1616
LAURINDO NOVAES NETTO 3821
LAURO ANSCHAU 3696
LAURO CECCATO FILHO 1088
LAURO GAMA JÚNIOR 2161
LAURO HYPPOLITO 1628
LAURO ISHIKAWA 2613
LAURO JOSÉ BRACARENSE FILHO 234, 1096, 1368, 2204, 2521, 2654, 2930, 2933, 2937, 2940, 2942, 3049
LAURO VINÍCIUS RAMOS JUNIOR 1554
LÁZARO AFONSO PEREIRA 141
LÉA BRITO KASPER 429, 554, 1092, 1172, 1200, 1745, 2182, 2650, 3895, 3938, 3952
LEANDRA YUKI KORIM 4177
LEANDRO ANTÔNIO FERREIRA VITURINO 1401
LEANDRO BECKER RITTER 2047
LEANDRO CARLO DE LIMA 2136
LEANDRO DA CUNHA E SILVA 1797, 2708
LEANDRO DA SILVA ZANINI 2140
LEANDRO DE AZEVEDO BEMVENUTTI 4206
LEANDRO DE LIMA LEIVAS 122
LEANDRO HAAG 3106
LEANDRO ISAIAS CAMPI DE ALMEIDA 484
LEANDRO JORDÃO CRUZ 204
LEANDRO JOSÉ ROCHA DE MORAES 3639
LEANDRO PINTO DE AZEVEDO 1858, 3493
LEANDRO RAUPP TIETBOHL 3735
LEANDRO SAAD 1345
LEANDRO TOLFO VIEIRA 800
LEANDRO VARGAS 3663
LEANDRO VILLELA CEZIMBRA 3183, 3644, 3678
LEDA MADSEN RICCI 1652
LEDA MARIA SILVA DA ROCHA 4280
LÉGIA SCAFF VIANNA 2119
LEILA DA SILVA TORRES 1544
LEILA FARES GALASSI DE OLIVEIRA 2465
LEILA MARIA RAMOS DOURADO 1654, 2704
LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE 20
LEILA MIKAIL DERATANI 2808
LEILA MUSTAFÁ DE ARAÚJO 1783
LEILA NUNES GONÇALVES 2933
LEIVAS DE MATTOS ROSA 279
LEME BENTO LEMOS 35
LENICE DICK DE CASTRO 3004
LEO EVANDRO FIGUEIREDO DOS SANTOS 2362, 2647
LÉO FERREIRA LEONCY 2567
LEONARDO ALFRADIQUE MARTINS 2181
LEONARDO ARRUDA MUNHOZ 2214
LEONARDO AUGUSTO DE ALMEIDA AGUIAR 2352
LEONARDO BARBOSA CAVALCANTI 1665, 2811
LEONARDO BARBOSA DO REGO 4145
LEONARDO CANEDO DO NASCIMENTO 3483
LEONARDO DA SILVA PATZLAFF 3045, 3081, 3082, 3083
LEONARDO DE ALMEIDA SANDES 749
LEONARDO DE ANDRADE 2737
LEONARDO DE CASTRO PEREIRA 2924
LEONARDO DE FARIA GALIANO 1688
LEONARDO DE LIMA E SILVA 1025
LEONARDO DE QUEIROZ MILHORATO 827
LEONARDO GONÇALVES MURARO 2543
LEONARDO GONÇALVES RUFFO 3742
LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO 2862
LEONARDO JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA 1614
LEONARDO MARTINS ABREU 868
LEONARDO MIGUEL SAAD 3364, 3365
LEONARDO MONTANHOLI DOS SANTOS 3042
LEONARDO OLIVEIRA SALGUEIRO 3151
LEONARDO PIETRO ANTONELLI 1754
LEONARDO RZEZINSKI 131
LEONARDO SALES DE ARAUJO 2842
LEONARDO VILELA DE PAULA 826
LEONARDO VINCE 1801
LEONARDO VIZEU FIGUEIREDO 1838
LEONEL CARLOS VIRUEL 1532
LEÔNIDAS SIQUEIRA FILHO 3043
LEONILDO LAUREANO CORRÊA 1450
LEONORA REITENBACH DAVI 3729
LEONORA ROIZEN ALBEK OLIVEN 2858
LEOPOLDO FERNANDES DA SILVA LOPES 222
LEOPOLDO SOUZA LIMA MATTOS DE PAIVA 271, 1090
LETÍCIA DAVID SILVA 705
LETÍCIA MAROTA FERREIRA 1254
LETÍCIA SÉRA DE OLIVEIRA COSTA 763
LETÍCIA TRINDADE GASPARIN 2244
LEVI SALLES GIACOVONI 3427
LIA RAQUEL CARDOSO 2489
LIANA DANNA LETTI 1898
LIANA FERREIRA DE SOUZA LANNER 1147, 4278, 4357
LIANA FERREIRA ROCHA COSTA 397
LIANA MAIA DE OLIVEIRA 3833
LÍBERO LUCHESI NETO 2962
LÍDIA SANGLARD ALMEIDA 2940
LIDSON JOSE TOMASS 3704
LIÉGE PEIXOTO 1069
LÍGIA DE SANTANA REIS 1506
LIGIA MONTEIRO NARAZZAKI 3000
LÍGIA SCAFF VIANA 2793
LIGIA SCAFF VIANNA 2133, 2251, 2597, 2600, 2915
LÍGIA SCAFF VIANNA 1708, 1734, 1735, 1761, 2494, 2504, 2762, 2851
LILIAN CASTILHO RODRIGUES PINTIASKI 1983
LÍLIAN FONSECA PEREIRA 234, 324, 921, 2521, 2928, 2929, 2931, 2932, 2937, 2939, 3049
LILIAN MENDES BALÃO 2978
LÍLIAN TEIXEIRA RIBEIRO 1521
LILIANE FERREIRA PORFIRIO 3219
LILIANE GOES DE ANDRADE 1706, 2393, 2514
LILIANE JACQUES FERNANDES 534, 786, 4220
LILIANE MARIA MENDES DE OLIVEIRA 277
LILIANE NETO BARROSO 1796, 2224, 2534, 2887, 3060
LINCOLN DE SOUZA CHAVES 2584
LINCOLN FAGUNDES 3091
LINCOLN GUIMARAES HISSA 840
LINCOLN RICARDO S PORTO 1818
LINDALVA FARIA DE LARA 251
LINDOCASTRO NOGUEIRA DE MORAIS 2755
LINO ALBERTO DE CASTRO 712, 3222, 3227, 3274, 3310, 3312, 3347, 3455, 3498, 3506, 3669
LINO DE CARVALHO CAVALCANTE 3837
LINO JOÃO VIEIRA JUNIOR 3072
LISE DE ALMEIDA KANDLER 197
LISIANE ANDREIA BRUM DA SILVA 2636
LISIANE CÂMARA CARVALHO 3182
LISIANI CALVANO PEREIRA 2711
LISIENNE DO ROCIO MELLO MARON MACHADO LIMA 2964, 2976, 2991
LIVIA BALBINO FONSECA SILVA 2157
LOREN DA PENHA DE FIGUEIREDO 1488
LORENA SORIA RAGUZZONI 274
LORENO WEISSHEIMER 1817, 1818, 2439
LORENZO LACERDA CAPELLI 1107
LOUIS PIERECK DE SÁ 3096
LOURENÇO GASPARIN 835, 963, 3136, 3496
LOURIVAL SILVA CAVALCANTI 158
LUANA REBÊLO MENEZES 1337
LUCAS AUGUSTUS ALVES MIGLIOLI 778, 1959
LUCAS BRAGA EICHENBERG 2027
LUCAS DE ALBUQUERQUE 1434
LUCAS GOMES GONÇALVES 769
LUCAS LAFETA MACHADO 1012
LÚCIA ANELLI TAVARES 198
LÚCIA APARECIDA ÁLVARES KOTAIT 3216
LÚCIA B DEL PICCHIA 2230
LUCIA CERQUEIRA ALVES BARBOSA 3950
LÚCIA DE ALMEIDA LEITE 774
LÚCIA DE FÁTIMA DIAS FAGUNDES COCENTINO 4336
LÚCIA ELENA DE SOUZA MELLO 1267
LÚCIA FÁTIMA NASCIMENTO PEDRINI 135
LÚCIA HELENA BERTASO GOLDANI 1831
LÚCIA HELENA DOMINGUES DE QUADRO OLIVEIRA 3577
LÚCIA HELENA ESCOBAR DE BRITO 1364
LÚCIA HELENA VILLAR PINHEIRO 444
LÚCIA MARIA DA SILVA 371
LÚCIA MARIA VALENÇA BACELAR 741
LÚCIA MOREIRA ROSCIO 1993
LÚCIA SIMÕES MOTA DE ALMEIDA 4295
LÚCIA VILLAS BOAS DIAS CABRAL 1140
LUCIANA ALVARES DE CASTRO E SOUSA 3629, 3932
LUCIANA ANDRADE DORNELLES 257
LUCIANA ARAÚJO PAES 495
LUCIANA AUGUSTA SANCHEZ 1345
LUCIANA BUENO DE ARRUDA DA QUINTA 3850
LUCIANA BURGOS MENDES TAVARES 1384
LUCIANA CAVALCANTE URZE 250
LUCIANA CONFORTI SLEIMAN COZMAN 515
LUCIANA DA FONSECA MANES 2865
LUCIANA DA ROCHA RIBEIRO 694
LUCIANA DE ARRUDA MIRANDA 3113
LUCIANA DE MORAES CARON 3174, 3357
LUCIANA DE NARROS SAFI 991
LUCIANA EIFLER DE CASTRO 3461
LUCIANA FARIAS 1970, 4189
LUCIANA GIL COTTA 478, 1147
LUCIANA GUAPIASSU CHAMORRO 3356
LUCIANA KUSHIDA 3886, 3891, 3905, 3924, 4224, 4291
LUCIANA MARTINS BARBOSA 1704
LUCIANA MEDEIROS BOTTA 435, 3203
LUCIANA MENDES DOS SANTOS 569
LUCIANA MUGGIATI DOS SANTOS 2206
LUCIANA NÓBREGA 685, 1112, 1113, 1129, 2945, 3662, 3671
LUCIANA PEREIRA DA COSTA 4324
LUCIANA PINHEIRO GONÇALVES 1454
LUCIANA PONTES DE MENDONÇA IKEDA 3431
LUCIANA VILARDI VIEIRA DE SOUZA 405
LUCIANE ANDRÉIA MENDEL TORRES 1014
LUCIANE CARLETTO 3698
LUCIANE DA SILVA RIBEIRO 4204
LUCIANE DE LIMA VELLOSA SCHIAVETO 1167, 4333
LUCIANE FABBRO 2043, 2185, 2233, 2984

LUCIANE REGINA MADUREIRA 3399
LUCIANE RODRIGUES MACHADO ALMEIDA 116
LUCIANE SANTIN 505
LUCIANNE FREIESLEBEN BARZONI 2545
LUCIANO ANDRADE PINHEIRO 3242
LUCIANO BOTELHO DE SOUZA 1068
LUCIANO CAIXETA AMÂNCIO 1410
LUCIANO CARVALHO DA CUNHA 2303
LUCIANO CORRÊA GOMES 1940, 3256, 3311, 3349
LUCIANO DAHMER HOCSMAN 988
LUCIANO DE SIMONE CARNEIRO 3886
LUCIANO DE SOUZA PINHEIRO 3087
LUCIANO DIAS PERINGER 2834
LUCIANO DILLI 1415
LUCIANO JOSÉ GIONGO 800, 3092
LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES 1887, 2824
LUCIANO MANICA 181
LUCIANO MOSSMANN DE OLIVEIRA 4244
LUCIANO NOGUEIRA LUCAS 3085
LUCIANO PIPPI DA SILVA 3902
LUCIANO REIS FERREIRA 3550
LUCIANO RICARDO HLADCZUK 2820
LUCIANO RODRIGUES MACHADO 3861
LUCIANO SÉRGIO RIBEIRO PINTO 1409
LUCIENNE CWIKLER 329
LUCILA MARIA FRANÇA LABINAS 1611
LUCILA RODRIGUES DE AMORIM 734
LUCILENA DE MORAES BUENO 4
LUCILENE ZANETTI 2912
LUCÍLIA VIEIRA LIMA 169
LUCIMAR VILA NOVA CABRAL 3031
LUCIMARA APARECIDA MARTIN FERREIRA DA SILVA 1993
LUCIMARA DE ANDRADE COSTA 1138
LUCIO CÂNDIDO DA SILVA 2684
LÚCIO CRESTANA 1564
LUCIO DE SOUZA COIMBRA FILHO 2198
LUCIO FRANKLIN GURGEL MARTINIANO 1231
LÚCIO JAIMES ACOSTA 944
LUCIOLA B D COELHO 814
LUCIOLA LOPES CORREA 3633
LUCYMARA DE FÁTIMA CREPALDI 992
LUDGARDE AMORIM DOS SANTOS 145
LUÍS ALBERTO SAAVEDRA 2026, 2543
LUÍS ANTÔNIO CASTAGNA MAIA 3253
LUÍS ANTÔNIO DE ABREU 319
LUÍS ANTÔNIO PRAZERES LOPES 2956
LUIS AUGUSTO MOREIRA IANNINI 1849
LUIS CARLOS ANDRADE 3671
LUÍS CARLOS CIOFFI BALTRAMAVICIUS 743, 3005
LUIS CARLOS DO NASCIMENTO RODRIGUES 1533
LUIS CARLOS DOS SANTOS 1650
LUÍS CARLOS GEHRKE 551, 2551
LUIS CARLOS SANTANA 862
LUIS CESARIO DE MIRANDA MARQUES 331
LUÍS CLAUDEMIR SCHERER 448, 1114
LUÍS CLAUDIO ALVES PEREIRA 718
LUIS CLAUDIO MEGIORIN 2758
LUIS CONRADO GONÇALVES GARCIA 3822
LUÍS DAGOBERTO PAGANELLA 3285
LUÍS EDUARDO CORREIA SERRA 2694, 2757
LUIS EDUARDO M TONIOL 1696
LUÍS EDUARDO MENEZES SERRA NETTO 2378, 2388
LUIS FELIPE CAVALCANTE SARMENTO DE AZEVEDO 1779
LUÍS FERNANDO NOGUEIRA MOREIRA 595, 1684
LUÍS GUSTAVO SCHWENGBER 3389
LUIS HENRIQUE DA SILVA 1862
LUIS HENRIQUE GUARDA 493, 3082, 4169
LUÍS HENRIQUE P JACOBI 2050
LUÍS HENRIQUE SOARES DA SILVA 1749
LUÍS JORGE TINOCO FONTOURA 1287
LUIS JUSTINIANO DE ARANTES FERNANDES 2338
LUÍS MARCELO CAPANEMA BARBOSA 801, 1276
LUÍS MARCELO CAVALCANTI DE SOUSA 1230
LUÍS MAURÍCIO MARTINS GUALDA 1361
LUÍS MIGUEL LOUZADA SOARES 1232
LUIS OSORIO CARVALHO VANIN 144
LUÍS PAULO FERREIRA DOS SANTOS 2176
LUÍS RENATO FERREIRA DA SILVA 3400
LUÍS RICARDO DE STACCHINI TREZZA 273, 1004
LUIS RICARDO SIQUEIRA DE CARVALHO 1193
LUÍS ROBERTO BUELONI S FERREIRA 2562
LUIS ROBERTO DEBOWSKI 1560
LUÍS ROBERTO MELO FERNANDES 1574
LUÍS SÉRGIO COUTO DE CASADO LIMA 261
LUIS SOTELO CALVO 4320
LUIZ ALBERTO DA SILVA 3039
LUIZ ALBERTO MAIA DE MEDEIROS 1192
LUIZ ALFREDO SCHUTZ 536, 3849, 3953
LUIZ ANTÔNIO ALVES CORRÊA 376
LUIZ ANTÔNIO BARBOSA FRANCO 1497
LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA 3272
LUIZ ANTÔNIO DOS REIS VIZEU 1908
LUIZ ANTÔNIO DOS SANTOS FALEIROS 3088
LUIZ ANTÔNIO LOURENA MELO 4379
LUIZ ANTÔNIO LOYOLA 1526
LUIZ ANTÔNIO MOYSES 1013
LUIZ ANTONIO MUNIZ MACHADO 1274, 1275
LUIZ ANTÔNIO MUNIZ MACHADO 1198, 1412, 1616, 1619, 1624, 1627, 1793, 1841, 2326, 2327, 2493, 3253, 3322, 3372
LUIZ ANTONIO OLIVEIRA 2048
LUIZ ANTÔNIO POSSAS DE CARVALHO 2460
LUIZ ANTÔNIO XAVIER DE SOUSA ROCHA 1560
LUIZ ANTÔNIO ZERBETTO 2346
LUIZ AUGUSTO DA FRANCA CRISPIM 2328
LUIZ AUGUSTO DANTAS MARTINS 1501
LUIZ AUGUSTO DE MELLO CARVALHO 2368
LUIZ AUGUSTO DE VASCONCELLOS ROCHA 3305
LUIZ CARLOS ALONSO 1787
LUIZ CARLOS BAPTISTA DOS SANTOS 2263
LUIZ CARLOS BRANCO 3489
LUIZ CARLOS BRITO SIMÕES 2278
LUIZ CARLOS BUCHAIN 2866
LUIZ CARLOS DA SILVA NETO 246
LUIZ CARLOS DA SILVEIRA 270
LUIZ CARLOS DAMASCENO E SOUZA 3504
LUIZ CARLOS DE SOUZA 1859
LUIZ CARLOS DREY 715
LUIZ CARLOS FERNANDES AREIAS 1495
LUIZ CARLOS FERREIRA 640, 3480
LUIZ CARLOS FERREIRA DE MELO 1203
LUIZ CARLOS FINK 476, 3386
LUIZ CARLOS LOPES 809, 2242, 3002
LUIZ CARLOS MARTINS 2796
LUIZ CARLOS R VELLOZO 904, 1121
LUIZ CÉZAR LUCHIARI 991
LUIZ CÉZAR VIANA PEREIRA 866
LUIZ CLÁUDIO PORTINHO DIAS 2312, 2847
LUIZ CLÁUDIO VASCONCELOS XAVIER DE CARVALHO 2153
LUIZ COELHO PAMPLONA 862
LUIZ DE ANDRADE SHINCKAR 1469
LUIZ DE SOUZA 3392
LUIZ DUARTE DE OLIVEIRA 2184
LUIZ EDUARDO ANDRADE MESTIERI 3385
LUIZ EDUARDO CASTILHO GIROTTO 2372, 2749
LUIZ EDUARDO DE C. GIROTTO 2092
LUIZ EDUARDO DE CASTILHO GIROTTO 2117, 2199, 2246, 2427, 2453, 2467, 2512
LUIZ EDUARDO LESSA SILVA 1256
LUIZ EDUARDO MASSARA GUIMARÃES 842, 846
LUIZ EDUARDO ZANCA 1494
LUIZ EPELBAUM 3722
LUIZ EUZÉBIO MALISKA 3672
LUIZ FABIANI RUSSO 4110
LUIZ FÁBIO COPPI 1652
LUIZ FABRICIO THAUMATURGO VERGUEIRO 1674
LUIZ FELIPE CONDE 2030
LUIZ FELIPE F GUERRA DE MORAIS 2838
LUIZ FELIPE MIGUEL 2378, 2388, 2389
LUIZ FELIPE VENÂNCIO DIAS 391
LUIZ FERNANDO GAMA DE MEDEIROS 3184
LUIZ FERNANDO GELEZOV 2387
LUIZ FERNANDO HOFLING 322, 2608
LUIZ FERNANDO JUCÁ FILHO 423, 835, 1634, 2148, 2264, 2422, 2457, 2525, 2848
LUIZ FERNANDO MAIA 2215, 3017
LUIZ FERNANDO MARCONDES ALBUQUERQUE 695, 1126, 3083
LUIZ FERNANDO MARTINS MACEDO 1550
LUIZ FERNANDO MENEZES DE OLIVEIRA 2211
LUIZ FERNANDO SCHERER 3426
LUIZ FERNANDO SCHERER PUCHULU 3456, 3698
LUIZ FERNANDO VALLADÃO NOGUEIRA 201, 2352
LUIZ FERNANDO VILELA 3845
LUIZ FERNANDO VIVEIROS DE CASTRO KELLER 3429
LUIZ GIL FINGUERMAN 3362
LUIZ GOMES DOS REIS NETO 3090
LUIZ GONZAGA DA CUNHA 3922, 4302
LUIZ GONZAGA GUEDES MARTINS 3339
LUIZ GONZAGA LISBOA ROLIM 1969
LUIZ GRATO DAVID 232
LUIZ GUSTAVO FRAGOSO DA SILVA 1407
LUIZ GUSTAVO MOTTA PEREIRA 827
LUIZ HAMILTON SANTANA DE OLIVEIRA 3284
LUIZ HENRIQUE CABANELLOS SCHUH 1284
LUIZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA 4345
LUIZ HENRIQUE MARQUEZ 1882
LUIZ HENRIQUE NOVAES ZACARIAS 3077
LUIZ HENRIQUE VOLPE CAMARGO 402
LUIZ HERIQUE FRANCA ALVES DA SILVA 189
LUIZ HUMBERTO AGLE FILHO 463
LUIZ LOUZADA DE CASTRO 1729, 1747, 1755, 2707, 2789, 2837
LUIZ MACHADO BISNETO 4308
LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR 3746
LUIZ MARCELO COCKELL 3934, 4133
LUIZ MARCELO TASSINARI 2890, 2943
LUIZ MAURÍCIO SOUZA SANTOS 3116
LUIZ MURILO KLEIN 2348
LUIZ NIUTON DE ALBUQUERQUE 953
LUIZ OLIVEIRA DA SILVEIRA FILHO 1844
LUIZ OTAVIO BOAVENTURA PACIFICO 3382
LUIZ OTAVIO PILON DE MELLO MATTOS 3862, 3889, 3925, 3931, 4217
LUIZ OTÁVIO PINHEIRO BITTECOURT 2901
LUIZ OTÁVIO ZANQUETA 4382
LUIZ PALUMBO NETO 2578
LUIZ PAULO ARIAS 3387
LUIZ PAULO BARBOSA DA CONCEIÇÃO 3271
LUIZ PAULO HORTA DE SIQUEIRA 3130
LUIZ PAVESIO JUNIOR 4300
LUIZ PHILIPE PEREIRA RESENDE 761
LUIZ RENAUD PINTO CUNHA 2626
LUIZ RICARDO ALCÂNTARA 345
LUIZ ROBERTO DA MATA 1179
LUIZ ROBERTO DOMINGO 1160
LUIZ ROBERTO DUTRA RODRIGUES 233
LUIZ ROBERTO GOMES BUENO DE MIRANDA 2188
LUIZ ROBERTO LUCARELLI 1155, 4212, 4271, 4384
LUIZ RODOLFO BÜRGER 2495
LUIZ RODRIGUES WAMBIER 1667
LUIZ ROGÉRIO MORO 3353
LUIZ ROSATI 1347
LUIZ SALEM VARELLA 3121
LUIZ TAKAMATSU 608
LUIZ VICENTE CERNICCHIARO 3096
LUZ MARINA UHRY VIEIRA 2244, 2456, 2826
LUZIA APPARECIDA PEREZ 3850
LUZINALDO ALVES DE OLIVEIRA 510, 544, 545, 1216, 1230, 3823, 3824, 3825, 3826, 3828, 3830, 3831, 3832, 3836, 3838, 4307, 4310, 4315, 4318, 4322, 4323, 4325, 4336, 4375, 4387
LYCURGO LEITE NETO 1902, 2017, 2321, 2323, 2439, 2701, 2759
LYGIA HELENA CARRAMENHA BRUCE 2095
LYSIAS ELIAS DA SILVA FILHO 3259
MAGALI HELENA FLOCKE HACK 3653
MAGALI THAIS RIDRIGUES LEDUR 2688
MAGALI THAIS RODRIGUES LEDUR 2601, 2605, 2805, 2953
MAGDA KOPCZYNSKI BARROS 2676
MAGDA MONTENEGRO 2334, 2434, 3091, 3108, 3904
MAGDA TORRES BALLOUT 1848
MAGDAL BARBOZA DE ARAÚJO 206
MAGNA ALVARENGA DALLIA 1488
MAILDE VIRGÍNIA DE MEDEIROS BRANCO 4300
MAIRA DE MELO TEIXEIRA 3505
MAIRA HUBERT 1411, 3161
MAÍRA MICHELENA ANDRADE 1482
MAÍRA SILVA DA FONSECA RAMOS 898, 2813
MALVINA MARIA DI SANTO COLTACCI 192
MANFREDO ERWINO MENSCH 927, 973, 986, 1042, 1073, 1293, 1310, 1573, 3142, 3532, 3555, 3556, 3569, 3582, 3603, 3611, 3621, 3625, 3635
MANIF ANTÔNIO TORRES JÚLIO 447
MANISE CUNHA DE MELLO 1688
MANOEL ALVES DOS SANTOS 2389
MANOEL CARVALHO VIANA 2185
MANOEL DA SILVEIRA MAIA 1434
MANOEL DINIZ NETO 3293

MANOEL DINIZ PAZ NETO 523
MANOEL DOMINGOS ALEXANDRINO 4302
MANOEL FELIPE REGO BRANDAO 2703
MANOEL FÉLIX NETO 2788
MANOEL FERNANDO THOMPSON MOTTA FILHO 2161
MANOEL JOAQUIM PINTO RODRIGUES DA COSTA 603
MANOEL JOSÉ DO REGO BARROS 3337
MANOEL MORENO BILTGE 2863
MANOLETO SOUZA DA CUNHA 259
MANUEL ANTÔNIO DA CUNHA 2086
MANUEL DOS SANTOS FERNANDES RIBEIRO 3968
MANUEL EDUARDO PEDROSO BARROS 272
MANUEL LUIS DA ROCHA NETO 2802
MANUEL LUÍS DA ROCHA NETO 2041
MANUELA MOTTA MOURA 1522
MANUELA ODALEA MATHEUS BORGES 4366
MANUELA PEDROSA DA SILVA 360
MANUELA ROSA DE CASTILHO 1793
MANUELLA VASCONCELOS FALCÃO 1739
MARA SHEILA SIMINIO LOPES 4365
MARCEL CHAVEZ ORTIZ 1278
MARCEL SOUZA DE OLIVEIRA 523
MARCELA ALBURQUERQUE MACIEL 1132
MARCELA ILDEFONSINA GAUDÊNCIO 765
MARCELA LAMONICA REGO 2534
MARCELLO BACCI DE MELO 1473
MARCELLO LAVENÈRE MACHADO 2008
MARCELLO MACEDO REBLIN 3835, 4182
MARCELO A F BRANDÃO 1640
MARCELO ALEXANDRE DA SILVA 2583
MARCELO ANDRADE MOTA 193
MARCELO ANDRÉ PIERDONA 2020
MARCELO ANTÔNIO CESCA 4199
MARCELO ANTÔNIO ZAGO 831
MARCELO ARAMBURU BORIN 1116
MARCELO ARANTES DE MELO BORGES 2950
MARCELO ARAÚJO CAMPOS 522
MARCELO AUGUSTO MEZACASA 3499, 3670
MARCELO AUGUSTO NUNES FERREIRA 594
MARCELO AYRES KURTZ 1023, 1261, 1721
MARCELO BARROSO LIMA BRITO DE CAMPOS 2973
MARCELO BATTIROLA 1118
MARCELO BRAGA DE LIMA 4393
MARCELO CÂNDIDO DE AZEVEDO 916
MARCELO CARVALHO DOS SANTOS 2636
MARCELO COLETTO POHLMANN 186, 1189, 1813, 1863, 2106, 2285, 2374, 2399, 2407, 2424, 2471
MARCELO D'ALENCOURT NOGUEIRA 1101
MARCELO DA SILVA 2861
MARCELO DA SILVA PRADO 1537, 2359
MARCELO DA SILVA SÁ 528
MARCELO DE FREITAS E CASTRO 2168, 2276
MARCELO DE JESUS 3488
MARCELO DE LIMA CASTRO DINIZ 1929
MARCELO DE SANTANA DANEU 3960
MARCELO DI REZENDE BERNARDES 758
MARCELO FABIANO IORRA 357
MARCELO FADEL 2744
MARCELO FERNANDES DE NARDI 559
MARCELO FERREIRA CAMPOS 1302
MARCELO GATTI REIS LOBO 793
MARCELO GOMES LOPES 1851
MARCELO GRANDI GIROLDO 1787
MARCELO GUIMARÃES AMARAL 1343
MARCELO GUIMARÃES DA ROCHA E SILVA 1685
MARCELO HARTMANN 1944
MARCELO JOSÉ CRUZ 1960
MARCELO JOSÉ MAGALHÃES BONICIO 136, 1178
MARCELO LALONI TRINDADE 160
MARCELO LAVOCAT GALVÃO 2412
MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA 1933
MARCELO LIPERT 3846, 3969, 3970, 3972, 3975, 3977, 4359
MARCELO LOPES DA SILVA 1739
MARCELO MANSANO 3068
MARCELO MARCOS ARMELLINI 1731, 3515
MARCELO MARTIN COSTA 1520
MARCELO MARTINS 797, 1020, 1021, 2296
MARCELO MELLO ALVES PEREIRA 2948
MARCELO MENDEL SCHEFLER 2042, 2784, 2792, 3012
MARCELO MENESES BORBA 3375
MARCELO MIGUEL ROSSI 1641
MARCELO MONTEIRO SALOMÃO 1324
MARCELO MOREIRA MONTEIRO 1634, 2201
MARCELO MULLER DE ALMEIDA 3360
MARCELO MULLER LOBATO 557
MARCELO NEUMANN M PESSOA 3090
MARCELO NICOLAIEWSKI SANT'ANNA 3711
MARCELO OLIVEIRA ROCHA 3295, 3319, 3354
MARCELO PÁDUA CAVALCANTI 2800
MARCELO PARONI 2947
MARCELO PEIXOTO DE MELO 733
MARCELO PELEGRINI BARBOSA 716
MARCELO PÍCOLI 1368, 2942
MARCELO RIBEIRO DE ALMEIDA 2098, 2119
MARCELO RIBEIRO MORAES 533
MARCELO ROMANELLI CEZAR FERNANDES 714
MARCELO ROMÃO MARINELLI 764
MARCELO ROSSETTI BRANDÃO 1888
MARCELO SALLES ANNUNZIATA 2469
MARCELO SCAFF PADILHA 2729
MARCELO TESHEINER CAVASSANI 772, 823, 1407, 1559
MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA 3834, 3966, 4274
MARCELO V ROALE ANTUNES 3708
MARCELO VASCONCELLOS ROALE ANTUNES 1233, 1500, 2209, 3046, 3338, 3370, 3435
MARCELO VITORINO GALVÃO 1457
MARCELO WEHBY 4116
MARCELO WEIGERT FERREIRA 3227
MARCELO WINTHER DE CASTRO 3883
MARCELO ZANDONADI 2055
MARCELO ZANETTI GODOI 2947
MARCELO ZENNI TRAVASSOS 264
MARCIA ADELHEID NANI 3745
MÁRCIA AKIKO GUSHIKEN 1527
MÁRCIA AMINO 2863
MÁRCIA ANGÉLICA DE JESUS TAVEIRA 512
MARCIA APARECIDA DA SILVA ANNUNCIATO 938
MÁRCIA CATAPAN 216
MÁRCIA DE LOURENÇO 2097
MÁRCIA DE OLIVEIRA MEIRA 3522
MÁRCIA DE PAULA BLASSIOLI 4386
MÁRCIA DE SOUSA GOMES 2916
MÁRCIA DIEGUEZ LEUZINGER 1692
MÁRCIA DINIS 1607
MÁRCIA ELISA DOS SANTOS FRIZZO DE MELLO 3355
MÁRCIA ELISA MULLER 3150
MÁRCIA FERREIRA COUTO 231
MARCIA HENRIQUES RIBEIRO DE OLVEIRA 2565
MÁRCIA MAGNUSSON 3937
MARCIA MALAFAIA R DE FIGUEIREDO 2724
MÁRCIA MALLMANN LIPPERT 491
MARCIA MARIA CORREA MUNARI 1215, 3057
MARCIA MARIA CORSETTI GUIMARÃES 870
MÁRCIA MARIA CORSETTI GUIMARÃES 167, 816, 1157
MÁRCIA PEREIRA DA SILVA 419, 1161, 3197, 3723
MÁRCIA PINHEIRO AMANTÉA 1617, 1913
MÁRCIA REGINA BONAVINA RIBEIRO 2258
MÁRCIA REGINA DOS SANTOS MACHADO 3379
MÁRCIA REGINA FERREIRA 828
MÁRCIA REGINA LAMEIRA HENNEMANN 121, 3408
MARCIA REGINA RODACOSKI 1660, 1967
MÁRCIA REGINA S DE SOUSA 2532
MÁRCIA RIBEIRO PASELLO DOMINGOS 1837
MARCIA RODRIGUES DOS SANTOS 3656, 4159, 4176, 4179, 4184
MARCIA RÚBIA DOS SANTOS FEIJÓ 3188
MARCIA SHEENY DE ASSIS 3262
MÁRCIA VASCONCELLOS PEREIRA DA SILVA FELIPPE 745, 793, 4105
MÁRCIA VIDI BONORINO 1516, 3642
MÁRCIA WILLIAM ESPER VEDRIN 2817
MARCIAL BARRETO CASABONA 1690
MARCIANO BUFFON 1134
MARCÍLIO PIRES CARNEIRO 352
MÁRCIO ALESSANDRO DE SAN'TIAGO POTENCIANO 909, 4001
MÁRCIO ALEXANDRE AGUIAR MADUREIRA 3368
MÁRCIO ALEXANDRE CARVALHO 4136
MARCIO ALEXANDRE RUSSO 252
MARCIO ALEXANDRE WILSON MAIA 517
MÁRCIO ANDRÉ BATISTA DE ARRUDA 718
MARCIO ANTONIO DA SILVA NOBRE 2207
MÁRCIO ARAÚJO ACIOLI 408
MÁRCIO ARI VENDRUSCOLO 2687
MARCIO CARDOSO DE AVILA 3692
MÁRCIO CAVALHEIRO ALVES 3416
MARCIO CEZAR SIQUEIRA HERNANDES 4164
MÁRCIO DA ROCHA MUSSI 860
MÁRCIO DANNEMANN GENTIL 582
MÁRCIO E. PINHEIRO PIMENTA 3455
MARCIO FROSSARD KLER 389
MÁRCIO GABRIEL DINIZ 237
MÁRCIO GANDINI CALDEIRA 3104
MÁRCIO HELENO DA SILVA 4192
MARCIO KERCHES DE MENEZES 2673
MARCIO LOCKS FILHO 1540
MARCIO LUIS ALMEIDA HAICKI 401
MÁRCIO LUIZ AGUIAR 3108
MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI 2088
MÁRCIO MAZZOLA SILVA 3156, 3590
MÁRCIO MELLO CASADO 3449
MÁRCIO MENEZES DE CARVALHO 2164
MÁRCIO MESSIAS CUNHA 3507
MÁRCIO MILITÃO SABINO 530
MÁRCIO MOREIRA PARANHOS DIAS 3942
MARCIO OLIVEIRA BRANDAO 3530
MÁRCIO ROBERTO DA SILVA 3855
MÁRCIO ROBERTO DE SOUZA RODRIGUES 1891, 3024
MÁRCIO SEQUEIRA DA SILVA 2891
MÁRCIO SILVEIRA 4261
MÁRCIO VICENTE 1024
MÁRCIO WANDERLEY DE AZEVEDO 2372
MARCIONIL MUNIZ DA PAIXÃO FILHO 2406
MARCIUS HAURUS MADUREIRA 3883, 3885
MARCO ANDRÉ HONDA FLORES 1185, 1212, 3268, 3316
MARCO ANTONIO BARREIRA 159
MARCO ANTÔNIO BRANDALIZE 3303
MARCO ANTÔNIO BRITO SOLANO 767
MARCO ANTÔNIO CALDAS 1700
MARCO ANTONIO COLENCI 3087
MARCO ANTÔNIO DE AZEVEDO CHAGAS 766
MARCO ANTÔNIO DIAS DA MOTTA 3075
MARCO ANTÔNIO DUARTE RODRIGUES 4328
MARCO ANTONIO FAGUNDES CUNHA 111, 3344
MARCO ANTONIO FERREIRA DA SILVA 2643
MARCO ANTONIO FERREIRA DE CASTILHO 2741
MARCO ANTONIO FERREIRA WEBLER 3471
MARCO ANTONIO GONCALVES VALLE 3415
MARCO ANTÔNIO NOEL GALLICCHIO 3817
MARCO ANTONIO PAULO 3387
MARCO ANTONIO ROCHAEL FRANCA 1642
MARCO AURÉLIO ARMILIATO 3381, 3439
MARCO AURÉLIO DE GOES MONTEIRO 4368
MARCO AURÉLIO MENDES FERREIRA 1546
MARCO AURÉLIO PIMENTA CARNEIRO 1542
MARCO AURÉLIO POFFO 2555
MARCO AURÉLIO VIANA ALMEIDA 450, 730
MARCO MORSCH 3688
MARCO RICA MARCOS JUNIOR 1365
MARCO TULIO DE ROSE 1783
MARCONI HOLANDA MENDES 950
MARCONI MEDEIROS M DE OLIVEIRA 2524, 4318
MARCOS A LEONARDO RIBEIRO 852
MARCOS ALBERTO SANTANNA BITELLI 737, 3403, 4202
MARCOS ALEXANDRE BARCELLOS FERNANDES 589
MARCOS ALEXANDRE TAVARES MARQUES MENDES 2553, 2672, 2797
MARCOS ALVES BRENGA 3333
MARCOS ANTÔNIO ARAÚJO DOS SANTOS 2999
MARCOS ANTÔNIO BORGES BARBOSA 949
MARCOS ANTONIO CHAVES 4372
MARCOS ANTÔNIO DE A RIBEIRO 390
MARCOS ANTÔNIO DE MELO 3117
MARCOS ANTÔNIO DE OLIVEIRA LEANDRO 3259
MARCOS ANTÔNIO FACCIO 3598
MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA 4347
MARCOS ANTÔNIO MIOLA 2604
MARCOS ANTÔNIO MORAES SOPHIA 1437
MARCOS ANTÔNIO ZIN ROMANO 2462
MARCOS CHAVES VIANA 117, 268, 751, 777, 2226, 2635
MARCOS DOMINGOS SOMMA 2748
MARCOS DOS SANTOS 920
MARCOS EDUARDO NONDILO 2519
MARCOS EDUARTE REOLON 4127
MARCOS EUCLÉSIO LEAL 18
MARCOS EXPOSITO GUEVARA 205, 1318, 1867, 2128, 2157, 2239
MARCOS FERNANDO AZEVEDO MONTENEGRO DUARTE 1256

MARCOS FERRE COUTINHO 2292
MARCOS GRUTZMACHER 2913
MARCOS GUIMARÃES BAIÃO 3457
MARCOS JAIMOVICK HOMSANI 3511
MARCOS JATOBÁ LÔBO 690, 1762
MARCOS JOAQUIM GONÇALVES ALVES 572
MARCOS LADEIRA DE MORAES 270
MARCOS LUÍS BORGES DE RESENDE 4107, 4111
MARCOS LUIZ CARMELO BARROSO 2288
MARCOS MENECHINO JUNIOR 307
MARCOS MIRANDA 2219
MARCOS MOREIRA DE MENEZES 700
MARCOS NARCHE LOUZADA 759, 2268
MARCOS NOGUEIRA BARCELLOS 2428
MARCOS NUNES DA SILVA 1250
MARCOS PEREIRA OSAKI 891
MARCOS ROBERTO DOS SANTOS 3032, 3040, 3047
MARCOS ROBERTO FORCHEZATO 3273
MARCOS TUBINO BORTOLAN 2038
MARCOS VERÍSSIMO BANDEIRA BASTOS 1294
MARCOS VINICIUS DA ROSA ROSSI 3246
MARCOS ZAGURY 1774
MARCUS ABRAHAM 2505
MARCUS ANTONIO CORDEIRO RIBAS 358
MARCUS ELY SOARES DOS REIS 2155
MARCUS MOREIRA MALAQUIAS 391
MARCUS TAVARES MEIRA 531
MARCUS VINÍCIUS DA COSTA SILVA 815
MARCUS VINICIUS DE ALBUQUERQUE BARRETO 1025
MARCUS VINÍCIUS DE ALMEIDA RAMOS 2704
MARCUS VINÍCIUS FERNANDES 176
MARCUS VINÍCIUS GRAMEGNA 2378, 2388
MARCUS VINÍCIUS MOURA DE OLIVEIRA 302, 1280
MARCUS VINÍCIUS SANTA RITA FREIRE SILVA 3416
MARCUS VINICIUS SANTANA 2734
MARCUS VINICIUS SAYEG 1593
MARCUS VINICIUS THOMAZ SEIXAS 1253
MARGARETE INES BIAZUS LEAL 1175, 2526
MARGARETH ANNE LEISTER 2259, 2280, 2993
MARGARETH SPENCER 2256, 3276
MARGARETH ZANARDINI 3812
MARGARIDA MARIA PEREIRA SOARES 2142
MARGHERITA DE CÁSSIA PIZZOLLI GARCIA BRANDES 3884
MARGIT KLIEMANN FUCHS 3010, 3704
MARGONARI MARCOS VIEIRA 748
MARHSAL GUILHERME BRANDINI 3202
MARI KAKAWA 3257
MARIA ALEJANDRA RIERA BING 4328
MARIA ALÉSSIA CORDEIRO VALADARES BONTEMPO 3255
MARIA ALEXANDRA BURG OLIVEIRA 224, 490, 3495, 3736
MARIA ALEXANDRINA COSTA BRANDT 1022
MARIA ALZIRA CARPES ACHILLES 3190
MARIA AMÉLIA SANTIAGO DA SILVA MAIO 3017, 4236
MARIA ANDREIA FERREIRA DOS SANTOS 2192, 2492
MARIA ANGÉLICA CORRÊA DA SILVA 3233
MARIA ANGÉLICA DEL NERY 2207
MARIA APARECIDA CAETANO 350
MARIA APARECIDA DIAS PEREIRA NARBUTIS 1915, 2885, 3956, 4388
MARIA APARECIDA DOS SANTOS 4290
MARIA APARECIDA GUIMARÃES SANTOS 4210
MARIA APARECIDA KASAKEWITCH 557
MARIA APARECIDA LUZZOLI FERREIRA 885
MARIA APARECIDA MASSANO GARCIA 3976
MARIA APARECIDA MIRANDA TERRIGNO 293
MARIA AUGUSTA CORRÊA LOBO 1499, 1830
MARIA BEATRIZ BROWN RODRIGUES 4238
MARIA BEATRIZ DE BIAGI BARROS 1496, 2314
MARIA BEATRIZ DE OLIVEIRA 2675
MARIA BEATRIZ SCARAVA GLIONI ENGLERT 4360
MARIA BERNADETE BOLSONI PITTON 4362
MARIA BERNADETE FLAMÍNIO TRINCA 943
MARIA CAROLINA ARONNA KAYSER 821
MARIA CATARINA BARRETO DE ALMEIDA VASCONCELOS 3240
MARIA CECILIA LEITE MOREIRA 2469, 2576
MARIA CECÍLIA LEITE MOREIRA 787, 1223, 1715, 1730, 1731, 1742, 1749, 1868, 1872, 1941, 2085, 2126, 2426, 2433, 2455, 2745, 2778
MARIA CECÍLIA MORAES MARÇAL 2983
MARIA CELESTE DE OLIVEIRA MATOS 1251
MARIA CÉLIA DE PINHO PEREIRA SOTELO 130
MARIA CHRISTINA MÜHLNER 1810
MARIA CLÁUDIA FELTEN 2362
MARIA CLÁUDIA GONDIM CAMPELLO 2448, 3058
MARIA CLÁUDIA GONDIM COMPELLO 2904
MARIA CLAUDIA TERRA ALVES 462
MARIA CRISTINA BERNARDO REBELO 1081
MARIA CRISTINA BEUX 977, 3534, 3615
MARIA CRISTINA BORGES DE LARA CAMPOS 514
MARIA CRISTINA BUAZAR DABUS 1406
MARIA CRISTINA COSTA FERREIRA 878
MARIA CRISTINA CRUZ 397
MARIA CRISTINA DA COSTA FONSECA 1992
MARIA CRISTINA LAPENTA 135, 689, 1558, 4149, 4211
MARIA CRISTINA LEITE TAPAJOS 3741
MARIA CRISTINA MENDES RIBEIRO 4219
MARIA DA GRAÇA GONÇALVES HENRIQUES 3522
MARIA DA GRAÇA HAHN 1691
MARIA DA PENHA MILEO 2868
MARIA DAS GRAÇAS DE MATTOS SILVA 2209
MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO 1327, 2086, 2175, 2755, 3028, 3031, 3033, 3035, 3036, 3039, 3043, 3240
MARIA DAS GRAÇAS MENDES DO NASCIMENTO 1949
MARIA DE FÁTIMA BATISTA LACERDA 127
MARIA DE FÁTIMA DE ALMEIDA SALLES 338
MARIA DE FÁTIMA LEONOR CAVALCANTE 720, 4350
MARIA DE FÁTIMA MESQUITA DE ARAÚJO 2485
MARIA DE LOURDES ALMEIDA DA FONSECA 487, 2115, 3647
MARIA DE LOURDES CALDEIRA 483
MARIA DE LOURDES CORRÊA GUIMARÃES 3465
MARIA DE LOURDES DE ALENCAR SAMPAIO 2416
MARIA DINIZ DE OLIVEIRA BARROS 1771
MARIA DIONNE DE ARAÚJO FELIPE 2080, 2390, 2750
MARIA DO CARMO BANDEIRA DA SILVA 3899
MARIA DO CARMO JATAHY 3461
MARIA DO CARMO SANTOS BOTTI GREQUI 1336
MARIA DO SOCORRO C FREITAS 3310
MARIA EDITH FERREIRA DE MORAIS SOUZA 2750
MARIA ELISA FERREIRA DO VALLE 3452
MARIA ELIZA ZAIA 2307
MARIA ELIZABETH DA SILVA BORGES 1084
MARIA ELIZABETH JACOB 323, 457, 465, 1039, 2139, 2293, 2623, 2629, 2631, 2917, 2922
MARIA ENEIDA LIMA 1327
MARIA EPHIGENIA NETTO SALLES 253
MARIA ESTELLA MICHELET DE O. PEREGRINO 1842
MARIA ESTER ANTUNES KLIN 2067
MARIA EVANE DE AQUINO MOURA ARRUDA 16
MARIA FERNANDA DE FARO SANTOS 378, 2510, 2528
MARIA GERALDINA CONTE DI PINO 979
MARIA HELENA BULCÃO 2759
MARIA HELENA CALDAS OSÓRIO 1361
MARIA HELENA DA SILVA FERNANDES 3968
MARIA HELENA LEITE RIBEIRO 2403
MARIA HELENA LEONARDI BASTOS 2231
MARIA HELENA MAGALHÃES VALENTE 2756
MARIA HELENA PURKOTE 2078, 2473, 2762
MARIA HELENA URBANO RIBEMBOIM 2391, 2698
MARIA HENRIQUETA DE ALMEIDA 519
MARIA INÊS DOS SANTOS 4229, 4280
MARIA INÊS MURGEL 1838
MARIA INÊS PEREIRA 1246
MARIA INÊS SOBREIRA DE AZEVEDO 2516
MARIA ISABEL DE FIGUEIREDO CARVALHO 431
MARIA ISABEL TOSTES DA COSTA BUENO 1713
MARIA IVONE AGUIAR 485
MARIA IZABEL CORDEIRO CORRÊA 2236
MARIA JOSÉ DO AMARAL 4279
MARIA JOSÉ ROMAGNA 1566
MARIA JOSÉ SOARES BONETTI 1766
MARIA LEONOR FRAGOSO CARREIRA 2716
MARIA LÍDIA FRANCO RENNÓ GOMES 1535
MARIA LÍGIA PEREIRA SILVA 803
MARIA LÚCIA BRAZ SOARES 3195
MARIA LÚCIA CAVALCANTI JALES SOARES 255, 1705
MARIA LÚCIA DE FREITAS 149
MARIA LUCIA MARTINS BRANDAO 1168, 3982, 3985, 4151
MARIA LÚCIA MARTINS BRANDÃO 4331
MARIA LÚCIA VAZ 4236
MARIA LUISA ALKMIM 1892
MARIA LUÍSA MAGGIONI 3188
MARIA LUIZA AHRENDS 892
MARIA LUIZA AMARANTE KANNEBLEY 1015
MARIA LUIZA ARANHA 3422
MARIA LUIZA DA SILVA VICARIA 307
MARIA LUIZA DE OLIVEIRA CUSTÓDIO 3382
MARIA LUIZA DI SANDRO SOUZA CRUZ 999
MARIA LUIZA MIYOKO OKAMA ZACHARIAS 3893
MARIA LUIZA NEVES NUNES 1512
MARIA MACARENA GUERADO DE DANIELE 1280
MARIA MADALENA WAGNER HADDAD 3480
MARIA MAURA BOLZAN DOMINGUES 1010, 4284
MARIA NELCY SOUZA DE SOUZA 1772
MARIA NEUZA DE SOUZA PEREIRA 284, 3875, 3877, 3913, 4106, 4257
MARIA OTERLINA CARVALHO 2663
MARIA PAULA DE MACEDO BIANCO TONDI 2378
MARIA RACHEL DE OLIVEIRA BARBOSA 3659
MARIA REGINA VIZIOLI 1649, 1670
MARIA RITA BARBATO MENEGHELLI 281
MARIA RITA DE CÁSSIA FIGUEIREDO PINTO 754
MARIA RITA GRADILONE SAMPAIO LUNARDELLI 2077
MARIA SILVIA RESENDE BARROSO 728
MARIA SOLANGE VILA NOVA 1854
MARIA SUSANA MINARÉ BRAÚNA 4255
MARIA TÂNIA ROCHA PASCOAL 3918
MARIA TEIXEIRA MARANHÃO 2985
MARIA TERESA FERREIRA CAHALI 4103
MARIA THEREZA MENGE E SILVA 3370
MARIA THEREZA PACHECO ALENCASTRO VEIGA 3278
MARIANA BUENO KUSSAMA 398, 2006, 2304
MARIANA DE CAMPOS HORTA BARBOSA 859
MARIANA LOPES SANTOS 1298
MARIANA MATOS DE OLIVEIRA 3866
MARIANA SALAZAR PEREIRA DA COSTA 4227
MARIÂNGELA DIAS BANDEIRA 529, 3989, 4201, 4209, 4242
MARIÂNGELA ROSA MACHADO 298
MARIANGELA SANTOS MACHADO BRITA 4283
MARIANNO SANTOS RIBEIRO DA LUZ 1436
MARIANO MARTORANO MENEGOTTO 1323
MARIELZA EVANGELISTA COSSO 2477, 2745
MARIJA YRNEH RODRIGUES DE MOURA 2893
MARILDA DA ROSA COUTO 3174
MARILEI FISCHER 854, 3447
MARILHANE LOPES CORTEZ MEIRELLES 1702, 1777, 2626, 2845, 2870, 2918
MARÍLIA COIMBRA KLEIN 3476
MARÍLIA DE ARAÚJO MALLMANN 102
MARÍLIA DE CASTRO VALENTE 1478
MARÍLIA PEREIRA GONÇALVES CARDOSO 4289
MARILIA RODRIGUES DE OLIVEIRA 4189
MARÍLIA TERESA SILVA 4181
MARÍLIA VIEIRA BUENO 4141
MARILUCE BARCELLOS BRUM 4327
MARILUCI ORSI BICUDO ROSA 611
MARILZA FERREIRA DE OLIVEIRA 1384
MARINA BERTOLUCCI HILÁRIO E SILVA 1480
MARINA CÂMARA ALBUQUERQUE 1023
MARINA DAMINI 1837
MARINA MACHADO MAESTRI 1304
MARINA MESQUITA 2725
MARINA PIMENTA MADEIRA 998
MARINEY DE BARROS GUIGUER 413, 4374
MARINO DE CASTRO OUTEIRO 724
MARINO LUIZ POSTIGLIONE 770
MARIO ABILIO JAEGER NETO 1536
MÁRIO ALBERTO PUCHEU 2571
MÁRIO ANTÔNIO DE SOUZA 4291
MÁRIO ANTÔNIO SUSSMANN 1671
MÁRIO AUGUSTO DE OLIVEIRA SANTOS 3133
MÁRIO AUGUSTO FIGUEIRA 2959
MARIO CABALLERO GARCIA 583
MARIO CAMPOS DE OLIVEIRA JUNIOR 1103
MARIO CELSO IZZO 410
MÁRIO DE ANDRADE MACIEIRA 1569
MÁRIO DE FREITAS MACEDO FILHO 1415
MÁRIO DE OLIVEIRA SANTOS 1841
MÁRIO EDSON GUIMARÃES GIACOMINI 1622
MÁRIO EDSON MONTEIRO DAMIÃO 795
MÁRIO FERNANDO CAMOZZI 3478
MÁRIO GENIVAL TOURINHO 2336
MÁRIO GIL RODRIGUES NETO 1505
MÁRIO HENRIQUE C GIL RODRIGUES 1894
MÁRIO JOSÉ FERREIRA MAGALHÃES 2729
MARIO JOSÉ RODRIGUES DE MOURA 1630
MÁRIO LÚCIO DE LIMA NOGUEIRA FILHO 1019
MÁRIO LUÍS DUARTE 774

MÁRIO MURANO 4271
MÁRIO ROBERTO BARBOZA BRUM 1744
MÁRIO ROCHA FILHO 1656
MARIO SERGIO MASCHIETTO 887
MÁRIO SÉRGIO ROSA 3879
MARION PORTUGAL DA COSTA 1989
MARISA KAMINSKI MARQUES PINTO 699, 2794, 2811, 4349, 4393
MARISA PEREIRA CAMPOS 2855
MARISA ROCHA CORRETO DUARTE 2450, 4198
MARISMAR CIRILO MOTTA 347
MARISSOL J FILLA 3023
MARISTELA ALVES DE SOUSA 832
MARISTELA BEDUSCHI 414
MARISTELA RODRIGUES LEITE 3930
MARITANIA ROSSET 3233
MARIVONE DE SOUZA LUZ 723
MARIZA APARECIDA CALHAU 1006
MARJANA BIRCKE 3421
MARK GIULIANI KRÁS BORGES 440
MARLAN DE MORAES MARINHO JUNIOR 257
MARLENE ALVES SILVA BATISTA 557
MARLENE CHIARADIA 3314, 3717
MARLENE FEREIRA DE SANTANA 128
MARLI DE PAULA ROSA 2637
MARLI LOPES DA SILVA 442, 509, 1142, 1144
MARLISE FISCHER GEHRES 2061, 2158, 2444
MARLISE FOPPA 556
MARLLON PINTO RIBEIRO 1123
MARLO TRHUMANN GONÇALVES 438
MARLON CHARLES BERTOL 1270
MARLON DE SOUZA FLÔR 2080
MARLON JOSÉ DE OLIVEIRA 4178
MARLON TOMAZETTE 2732
MARLY MILOCA DA CAMARA GOUVEIA 1387, 1537, 1885, 2235
MARLY MILOCA DA CÂMARA GOUVEIA 1160, 2078, 2398
MARTA BUFÁIÇAL ROSA COBUCCI 3359
MARTA MARIA R PENTEADO GUELLER 4185
MARTA MARIA RUFFINI P GUELLER 4225
MARTA MARILU CONDE VIEIRA MARQUES 3903
MARTA SUZI PEIXOTO PAIVA LINARD 1689
MARTHA LEAL CORDEIRO 3081
MARTHA LÚCIA FARIA CARNEIRO 1475
MARTHA MARIA BRUNI PALOMO DALDON 513
MARTIM ANTONIO SALES 2751
MARTIM FRANCISCO RIBAS 1575
MARTIN ERICH RODACKI 2546, 3961
MARY SINATRA MITIKO YAMAYA DE CASTRO G. SILVA 533, 1093, 1166, 1202
MATEUS FETTER DE ALMEIDA 2043, 3363
MATEUS PEREIRA SOARES 3533, 3545
MATHEUS DA ROLT RODRIGUES 1100
MATILDE DUARTE GONCALVES 773, 1349
MATILDE MARIA DE SOUZA BARBOSA 2120
MAUREEN TICIANA VALLE GAMA E SANTOS 294
MAURÍCIO ALVAREZ CAMPOS 2186, 2777
MAURÍCIO BALTAZAR DE LIMA 1331
MAURICIO BARBOSA GONTIJO 127
MAURÍCIO BASTIANI PASA 2290
MAURÍCIO BELLUCCI 2771
MAURÍCIO BHERING ANDRADE 2431
MAURÍCIO CÉSAR PUSCHEL 2301
MAURÍCIO COUTINHO SOARES 557
MAURICIO DAL AGNOL 226, 228, 1308, 3158, 3404, 3528, 3529, 3601
MAURICIO DE OLIVEIRA 542
MAURÍCIO ESPÍNDOLA CARMONA 3702
MAURÍCIO GENTIL MONTEIRO 4268
MAURÍCIO J MATRAS 1322
MAURÍCIO JOSÉ BARROS FERREIRA 1645, 2146, 2625
MAURÍCIO JOSEPH ABADI 3307
MAURICIO LUIS CHAVES ODORIZI 936
MAURÍCIO MANGINI 2326
MAURICIO MARONNA BARRADAS 3173, 3175, 3542
MAURÍCIO NAVARRO BANDEIRA DE MELLO 263
MAURICIO OLIVEIRA DOS SANTOS 867
MAURÍCIO PEREIRA GOMES 2279
MAURÍCIO ROSADO XAVIER 1141
MAURÍCIO SALVATICO 1416
MAURÍCIO SILVEIRA LOCATELLI 1710
MAURICIO SILVERIO GOMES 1956
MAURÍCIO WORTMANN MARQUES 1380, 3397, 3637
MAURO ANTÔNIO PREZOTTO 2147, 2913
MAURO ANTONIO STUANI 3231
MAURO CARAMICO 570
MAURO CÉSAR HERMANN 209
MAURO DE ABREU E LIMA 1413
MAURO DE MACEDO 2112
MAURO JORGE DE PAULA BOMFIM 763, 2198
MAURO JOSÉ CEA DE ARAÚJO 3853
MAURO KAERCHER 2775
MAURO LUÍS CÂNDIDO SILVA 319
MAURO PADOVAN JUNIOR 1171, 1213, 3959, 3983, 4369
MAURO PEREIRA DE SOUZA 2342
MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS 2889
MAURO SÉRGIO RODRIGUES 2108
MAURO SILVA DE CASTRO 1712
MAURO TRÁPAGA TEIXEIRA 3692
MAURO TRINDADE GREQUI 2463
MAURO VIEGAS 3521
MAURO VIGNOTTI 379
MAX ESTEVAN DE MORAES SILVA 913
MAX FELIPE ROSA JUNIOR 2988
MAX LANSKY 2431
MAX ROBERTO BORNHOLDT 1932
MAXIMIANO JOSÉ GOMES DE PAIVA 1429
MAXIMINO GONÇALVES FONTES NETO 368
MEIGLA MARIAARAÚJO MERLIN 1356
MELISA LIMA ROCHA 239
MELISSA CRISTINA REIS 3558
MELISSA DE AZEVEDO E SOUZA MARIATH 3563
MERCEDES CUNHA DORNEL 1062
MÉRCIA LIMA DE ABREU 4380
MICHEL AVELINE DE OLIVEIRA 1394
MICHELE TOMAZONI 115
MICHELLE COPPI BARDAUIL 1652
MICHELLE CRISTINA BENITES 532
MICHELLE SALOLO SILVA 366, 1053, 1408, 1448
MIGUEL ANTÔNIO SLOWICK 3410
MIGUEL ARCANJO DA CRUZ SILVA 538
MIGUEL AUGUSTO BASSO DAMIANI 4196
MIGUEL CAVALI MIRANDA 154, 3250
MIGUEL JOSINO NETO 4123
MIGUEL TEDDE NETTO 3431
MIGUEL TOSTES DE ALENCAR 3306
MIGUEL VIGNOLIA 4276
MILTON BACCIN 129, 1513, 1528
MILTON CARMO DE ASSIS JUNIOR 1761, 2259, 2856
MILTON CESAR PARAISO 3295, 3354
MILTON DEL TRONO GROSCHE 2144
MILTON DRUMOND CARVALHO 802
MILTON FERNANDO DOS SANTOS 3152
MILTON GURGEL FILHO 387
MILTON JOSÉ MUNHOZ CAMARGO 1997
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER 153, 210
MINERVINO FRANCISCO DE OLIVEIRA 3269
MIRABEAU FERRAZ HENRIQUES 4391
MIRELA CRISTINA RAMOS 2773
MIRIAM A PERES SILVA 1763, 2146, 2193, 2260, 2301, 2357, 2542, 2574, 2828
MÍRIAM A PERES SILVA 1209
MIRIAM APARECIDA PERES SILVA 1881, 1889, 2438
MÍRIAM CARNEIRO LEÃO BRAGA 1173, 1206
MÍRIAM CAVALCANTI DE GUSMÃO SAMPAIO TORRES 2130
MIRIAM DE ANDRADE CARNEIRO LEAO 515, 3986
MIRIAM G. SALMON 2721
MIRIAM KRAMER GUEDES 489, 3314
MIRIAM PERES SILVA 2829
MÍRIAM PERON PEREIRA CURIATI 1532
MIRIAM WINTER 287, 4278
MIRIAN GONÇALVES DILGUERIAN 2100, 2141, 2458, 2895
MIRIAN KIYOKO MURAKAWA 2392
MIRIAN PAULET WALLER DOMINGUES 1260
MIRÔNIDES VARGAS DE MOURA 2977
MOACI MENDES LEITE 3303
MOACIR ALMEIDA SIMOES 110
MOACIR ANSELMO 3104
MOACIR DE SOUZA MAGALHÃES 775
MOACIR LEOPOLDO HAESER 1028
MOISÉS ELIAS PEREIRA 4290
MONICA DENISE CARLI 275
MÔNICA GOES DE ANDRADE MENDES DE ALMEIDA 928, 939, 1036, 1043, 1053, 1071, 1519, 1556, 3138, 3145, 3153, 3178, 3535, 3540, 3562, 3567, 3590, 3591, 3600, 3615, 3618, 3622, 3625, 3626
MÔNICA HACK COELHO 2708
MÔNICA HERNANDES DE SÃO PEDRO 1366
MONICA LEBOIS 692
MÔNICA M HERNANDES DE ABREU VICENTE 2998
MÔNICA MARGARETE ARAÚJO DOS SANTOS 150
MÔNICA MARIA RUSSO ZINGARO FERREIRA LIMA 735
MÔNICA PAGLIUSO SIQUEIRA 345
MONICA ROCHA VICTOR DE OLIVEIRA 2369
MÔNICA ROCHA VICTOR DE OLIVEIRA 2355, 3061
MÔNICA TONETTO FERNANDES 1180
MOYSÉS BORGES FURTADO NETO 1682
MOZART PINTO DE SOUZA 3409
MOZART VILELA ANDRADE 3127, 3268
MÚCIO RICARDO CALEIRO ACERBI 2425, 3484
MÚRCIO KLÉBER GOMES FERREIRA 1183, 3914, 4292
MURILO REZENDE SALGADO 1778
MURILO SIMAS FERREIRA 757
MURILO VOUZELLA DE ANDRADE 2111, 2205, 2305
MYRON DE MOURA MARANHÃO 1852
NABIL EL BIZRI 2446
NÁDIA AHMAD OMAR ALI 3101
NÁDIA MARIA KOCH ABDO 419, 490, 3677
NADJA ARANTES GRECCO 747
NAIARA PELIZZARO DE LORENZI CANCELLIER 2808
NAIARA PELLIZARO DE LORENZI CANCELLIER 1125, 1722, 1914
NAIARA PELLIZZARO DE L0RENZI CANCELLIER 2467, 2492
NAIARA PELLIZZARO DE LORENZI CANCELLIER 427, 1727, 2197, 2282, 2359, 2404, 2476, 2477, 2713, 2738, 2816, 2839
NAIR PANIZZON BARONI 4172
NAIRA REGINA RODRIGUES 1371
NARA ALMEIDA GULES 3605
NARA GORETE DE CAMPOS MELO 3026
NARDELE DÉBORA CARVALHO ESQUERDO 117, 162, 268, 777, 850, 1220, 1891, 2924, 2974, 3024, 4391
NATÁLIA CARNEIRO E ANDRADE 2638, 2770
NATANAEL LOBÃO CRUZ 2317
NATANIEL RICCI 828
NATHÁLIA DOS SANTOS PAES DE BARROS 882
NAZARENO PEREIRA MELO 495
NAZÁRIO GUIRAO 3384
NEI CALDERON 196, 906, 1177, 3014, 3103, 3117, 3132, 3300, 3452
NEI VIEIRA PRADO FILHO 943
NEIBAL BIER DA SILVA 839
NEIDE APARECIDA DA SILVA 3941
NEIDE CARICCHIO 2947
NEIDE MARTINS CARDOSO 807
NEILSON MONTEIRO CRUVINEL 170
NÉLIO JOSÉ BARQUET 1000
NÉLIO JOSÉ CAMINHA LEITE 2271
NELLO ANDREOTTI NETO 1681
NELMI LUCAS GUTERRES 4349
NELSON ALBERTO CARMONA 1326, 1328
NELSON BATISTA OLIVEIRA 861
NELSON BUGANZA JUNIOR 3050, 3275, 3384, 3395, 3419, 3462, 3558
NELSON COSTA FILHO 1554
NELSON DE ALMEIDA 4219
NELSON EDSON LAVRA MOÇO 3364, 3365
NELSON ESMERIO RAMOS 1165, 2538
NELSON GOMES DA SILVA 811
NELSON HALIM KAMEL 3294
NELSON HANADA 3516
NELSON LOMBARDI 2267
NELSON LUIZ DE MIRANDA RAMOS 3856
NELSON LUIZ GUEDES FERREIRA PINTO 241
NELSON LUIZ PINTO 2029
NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO 3429
NELSON PASCHOALOTTO 282, 3423
NELSON PEREIRA DOS SANTOS 1843, 1846
NELSON PEREIRA PAVAN 781
NELSON PILLA FILHO 1088
NELSON PILLA FILHO 1190
NELSON RAMOS KÜSTER 888
NELSON ROBERT SCHONARDIE 306
NELSON SIMIS SCHVER 1227
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES 1752, 2718
NEMÉSIO ALMEIDA SOARES JÚNIOR 1113
NEMORA WALESKA SCHMIDT ALVES 3936
NÉRCIO DE SOUZA 2498

NERI TROMBIM 1148
NERII L CENZI 1668
NESTOR FERNANDO HEIN 2711
NESTOR FERREIRA FILHO 849
NESTOR LODETTI 3270
NESY MARINA RAMOS 3839, 4134
NEUSA APARECIDA MANFRIN BARBOSA 2282
NEUSA DE JESUS TIBANA 4284
NEUSA RODRIGUES LOURENÇO 610
NEUZA MARIA VELASCO OLIVEIRA DE CASTILHO 1498
NEVIO CAMPOS SALGADO 3797
NÉVIO DE OLIVEIRA MELO 216
NEWTOM MINERVINO LINCK 762
NEWTON BATISTA TRANQUEIRA CALDAS 1169
NEWTON CARLOS AGNOLETTO 4270
NEWTON JOSE DE OLIVEIRA NEVES 1359, 1387, 1881
NEWTON LOBO DE CARVALHO 3096
NEWTON PINHEIRO DA SILVA 453
NEYDJA MARIA DIAS DE MORAES 2363
NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS 2350
NEYLA FERREIRA MENDES 1027
NICÁCIO GONÇALVES FILHO 129
NICASIO DAMO 1277
NICOLE FELISMINO APOLINARIO SANTOS 1395
NILDA GOMES BATISTA ROCA BRUNO 2173
NILMA GERVÁSIO A. S. F. SANTOS 1249
NILMA REGINA SANCHES 4176, 4179, 4184
NILO MARCOS ANDRADE 1531
NILSON AGOSTINHO DOS SANTOS 1228
NILSON APARECIDO CARREIRA MONICO 2327
NILSON BERALDI 3980, 4226, 4263
NILSON BERENCHTEIN JUNIOR 2765, 2772
NILSON CUNHA JUNIOR 3133
NILSON HENRIQUE DA SILVA 557
NILSON JOSÉ PINTO 1506
NILTON ALBERTO LINS DE SOUZA 557
NILTON CÉLIO LOCATELLI 2272, 2302
NILTON DIAS MARTINS 853
NILTON JOSÉ RIOS 585
NILTON MANOEL HONORIO 1583
NILTON SOARES DE OLIVEIRA JUNIOR 1782, 3910, 4116, 4331, 4340
NILTON SOARES DE OLIVEIRA JÚNIOR 3925
NILTON WANDERLEY DE SIQUEIRA 1614
NILZA RAMOS 3716
NILZE MARIA PINHEIRO ARANHA 4157
NIZAR DA SILVA PINHEIRO 3267
NOECIO MAIA LARANJEIRA 3721
NOEL SEBASTIÃO EDWIRGES 3485
NOEMIA GÓMEZ REIS 3818
NOEMIA MARIA DE LACERDA SCHUTZ 3315
NORA LAVÍNIA CAMPOS CRUZ 3401, 3944
NORBERTO BARUFFALDI 3244
NORBERTO GUEDES DE PAIVA 192
NORIVALDO COSTA GUARIM FILHO 1059
NORMANDO ANTÔNIO VENTURA MARQUES 814
NORTON A SEVERO BATISTA JUNIOR 2378
NORTON MAKOWIECKY 1145
NYEDIA NARA PEREIRA GALVÃO 684, 686, 688, 1112, 1129, 2058
NYEDJA NARA PEREIRA GALVÃO 726, 2191
OCIMAR MARAGNO 1122
OCTAMYR JOSÉ TELLES DE ANDRADE JUNIOR 3248
OCTÁVIO ALEXANDRE MACEDO LEITE 813
OCTÁVIO AUGUSTO CARNEIRO PEREIRA 1642
OCTAVIO REYS 938
ODAIR DE CARVALHO 325
ODEMES BORDINI 2116
ODENEY KLEFENS 1152, 4155, 4316
ODILON CARLOS MARTINI DA SILVA 416, 421
ODILON JOSÉ LINS FALCÃO 3829
ODILON MARQUES GARCIA JUNIOR 1275
ODILON NUNES DA SILVA JUNIOR 3221, 3711
ODISSEIA VICTOR 794
OILSON JOSÉ ZANLORENZI 2343
OINARA SALETE SOARES 3560
OLDEGAR LOPES ALVIM 990, 1592
OLDEMAR ALBERTO WESTPHAL 1306
OLGA DE CARVALHO ALVES OLIVEIRA 855
OLGA LEMOS CARDOSO DE MARCO 227, 334, 810
OLGA LUZIA CODORNIZ DE AZEREDO 2014
OLIVEIRA MARTINS DOS REIS 588
OLIVÉRIO PLEGGE 436, 1104
OLIVIO SILVA NETO 3109
OLIVO SANTIN 2575
OLVANIR ANDRADE DE CARVALHO 3290
OMAR BENJAMIN GONÇALVES 522
OMAR DE A MACHADO JUNIOR 915
ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO 1901, 2404
ORISON MARDEN JOSÉ DE OLIVEIRA 4163
ORISSON AUGUSTO COSTA E SILVA 3769
ORIVAL GRAHL 3357
ORIVALDO RIBEIRO 1999
ORLANDO ANZOATEGUI JUNIOR 101, 3238
ORLANDO ARAGÃO NETO 1007
ORLANDO FERREIRA BARBOSA 1474
ORLANDO PEDRO 385
ORLANDO PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR 2843
OSCAR IVAN PRUX 3493
OSCAR JOSÉ TOMASONI MONTEIRO DE BARROS 1545
OSCAR LOPES DE ALENCAR JUNIOR 3013
OSCAR LUÍS DE MORAIS 2485
OSMAR CAVALCANTE OLIVEIRA 4345, 4346
OSMAR JOSÉ DA SILVA 2217
OSMAR JOSÉ NORA 2194, 2210, 2960, 2963
OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES 1629, 1999, 3669
OSVALDO BRETAS SOARES FILHO 36, 1998
OSVALDO LEO UJKAWA 1799
OSVALDO MIGUEL DA SILVA 1538
OSVALDO NUNES FRANÇA 1840
OSWALDO BUCCI PAVANI 1005
OSWALDO GONÇALVES DE CARVALHO 1493
OSWALDO JOSÉ PEDREIRA HORN 1778
OSWALDO TADEU MATOS 3588
OSWALDO VIEIRA DA COSTA 1343
OTACÍLIO JOSÉ BARREIROS 4254
OTACILIO VANZIO 1301
OTÁVIO GUIMARÃES PAIVA NETO 2958, 3079, 3080
OTÁVIO LUIZ FERNANDES 1518
OVÍDIO MARTINS DE ARAÚJO 573
OZAIR ALVES DO VALE 256
PABLO CAFEZEIRO 1290
PABLO DRUM 3041
PABLO PACHECO DOS SANTOS 3148, 3407, 3519, 3549, 3666, 3685
PABLO SEFFRIN 3140
PALMIRA BRITO FELICE 2304
PAOLA COELHO GERSZTEIN 162
PATRÍCIA ALVARENGA 4159
PATRÍCIA APARECIDA GOULART 1357
PATRÍCIA BERNARDI DALL'ACQUA 2170
PATRÍCIA BORBA GOMES 3098
PATRÍCIA CANDIDA LEAL SCHMIDT 486
PATRICIA CRISTINA CAVALLO 1386, 2632, 3066
PATRÍCIA DA COSTA SANTANA 4311
PATRÍCIA DE CARVALHO GONÇALVES 3910, 4288
PATRÍCIA DE HOLANDA BARROS 286, 4314
PATRÍCIA DE MACEDO FLÓRIO 346
PATRICIA DE MORAES BUCHRIESER 2249, 2646
PATRÍCIA DOS SANTOS RECHE 302, 4224
PATRÍCIA FIGUEIREDO DE SOUZA MELLO 1143, 1546
PATRÍCIA HELENA BONZANINI 4109
PATRICIA HELENA FEITOSA MILANI 1097
PATRÍCIA HELENA MASSA ARZABE 3946, 4019
PATRÍCIA MARA DOS SANOTS 2782
PATRICIA MARA DOS SANTOS 2098
PATRÍCIA MARA DOS SANTOS 2618
PATRÍCIA MARIA DA SILVA OLIVEIRA 4397
PATRÍCIA MARIA MENDONÇA DE ALMEIDA 352
PATRICIA MELLO DE BRITO 2507
PATRÍCIA MELLO DE BRITO 1719, 1880, 2432, 2763, 3066
PATRÍCIA NETTO LEÃO 3210, 3215, 3218
PATRÍCIA PICORELLI SOARES 4235
PATRÍCIA PIRES DA SILVA 769
PATRÍCIA RASIA 3106, 3345
PATRÍCIA REGINA VIEIRA 325
PATRÍCIA REIS NEVES BEZERRA 165
PATRICIA SICA PALERMO 105
PATRICIA VALERIANO DOS SANTOS 704, 3367
PATRÍCIA VIANNA MEIRELLES 474
PATRICIA VIEIRA ALVERANGA 3915
PATRÍCIA VIEIRA COELHO PEREIRA 1597
PATRÍCIA VIEIRA GABARDO 3016
PATRICK JULIANO CASAGRANDE TRINDADE 1254
PAULA ABRANCHES DE LIMA 714
PAULA DE ABREU MACHADO DERZI 2757
PAULA JUNQUEIRA DORELLA 708
PAULA LUSIA MENEZES KATZENSTEIN 1943
PAULA MARIA GOMES DA SILVA 4387
PAULA NELLY DIONIGI 1685
PAULA PIERECK DE SÁ 3058
PAULA TAVARES CARDOSO 683
PAULO AFONSO CAMPOS ALVIM 1928, 4171
PAULO AFONSO JOAQUIM DOS REIS 4372
PAULO AITA CACILHAS 1134, 1197, 1586, 2163, 2276, 2482, 2645, 2804, 3011
PAULO ALVES ESTEVES 1526
PAULO ALVES PINTO 171
PAULO AMÉRICO ALBARELLO FERRARI 4223
PAULO AUGUSTO GRECO 2218
PAULO BROSSARD DE SOUZA PINTO 1853
PAULO CELSO COSTA 4010
PAULO CÉSAR BRAGA 2850
PAULO CÉSAR DE ARAÚJO SOUZA 3229
PAULO CÉSAR DE MATTOS ANDRADE 249
PAULO CESAR DE MOURA BUENO 1620
PAULO CÉSAR KLEIN 2640
PAULO CÉSAR LIMA BASTOS 433
PAULO CÉSAR MARTINI MINUZZI 2753, 2766
PAULO CESAR SANTOS 2581
PAULO CÉSAR TIOSSI 3089
PAULO CÉZAR PEREIRA GRUBER 2345
PAULO CÉZAR PINHEIRO CARNEIRO 3175
PAULO CÉZAR RISSO 1514
PAULO DE MEDEIROS FERNANDES 3388
PAULO DE TARSO CARNEIRO 1315
PAULO DE TARSO JACQUES DE CARVALHO 2941
PAULO DE TARSO PELOGO 521
PAULO DO AMARAL 584, 1975, 1976
PAULO EDUARDO ACERBI 2189
PAULO EDUARDO DIAS DE CARVALHO 344, 1563, 3490
PAULO EDUARDO MAGALDI NETTO 2410
PAULO ENRIQUE MESQUERA LOPEZ 2309
PAULO FÉLIX BORGES 4252
PAULO FRANCISCO SARMENTO ESTEVES 3989, 4230
PAULO GERMANO MOREIRA NEVES DA ROCHA 1603
PAULO GONÇALVES DA COSTA JUNIOR 891
PAULO GUILHERME DE MENDONCA LOPES 225, 1397, 2378, 2388, 2389, 2867
PAULO GUILHERME PFAU 3287, 3501
PAULO GUSTAVO LOUREIRO OURICURI 2959
PAULO GUSTAVO PEDREIRA E SOUSA 3252
PAULO HENRIQUE C VIVEIROS 1322
PAULO HENRIQUE DA SILVEIRA CHAVES 2446
PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON 2375
PAULO HENRIQUE MODENA HILLER 954, 1078, 3378, 3679
PAULO HENRIQUE VANZETTO 532
PAULO HENRIQUES DE MENEZES BASTOS - DEFENSOR PÚBLICO 1947
PAULO HUMBERTO FERNANDES BIZERRA 1736
PAULO JACI SEVERO BRUM 4170
PAULO JOAQUIM DE ARAÚJO 2666
PAULO JOSE DOS SANTOS JUNIOR 3517
PAULO LAERTE MELO ZOCCOLI 3564
PAULO LOBATO TEIXEIRA 4175
PAULO LUIZ SALAMI 226, 496, 907, 931, 954, 986, 1030, 1037, 1038, 1047, 1051, 1054, 1083, 1105, 1293, 1376, 1380, 1536, 1570, 2791, 2986, 3150, 3155, 3162, 3163, 3181, 3184, 3377, 3378, 3391, 3404, 3406, 3407, 3464, 3492, 3496, 3497, 3518, 3527, 3528, 3529, 3535, 3537, 3542, 3543, 3549, 3561, 3563, 3571, 3574, 3575, 3578, 3579, 3581, 3582, 3595, 3596, 3602, 3604, 3608, 3612, 3620, 3621, 3627, 3628, 3641, 3685
PAULO MANSUR CAUHY 1835
PAULO MARCELO DE ARRUDA 3123
PAULO MÁRCIO DE CASTRO CÉSAR 176
PAULO MAZZANTE DE PAULA 197, 590
PAULO MOURA JARDIM 2083, 2886
PAULO NOBUO TSUCHIYA 2629, 2634, 2733
PAULO NONATO PASSINI 237, 1832
PAULO OLIVEIRA DE SOUZA 1265
PAULO PEIXOTO CALDAS 705
PAULO PHILOMENO BLANC SIMOES 136, 4289
PAULO RANGEL DO NASCIMENTO 1338
PAULO RENATO F. NASCIMENTO 3216
PAULO RICARDO BRINCKMANN OLIVEIRA 2425
PAULO RICARDO DOS SANTOS DUTRA 1570
PAULO RICARDO MARTINS 236, 399
PAULO RICARDO OLIVEIRA 1935
PAULO RICARDO RODRIGUES SANTI 3326
PAULO RICARDO STRANO COELHO 2872, 3655
PAULO ROBERTO ALMEIDA 4346
PAULO ROBERTO BARBIERI 1126
PAULO ROBERTO DE BORBA 3095
PAULO ROBERTO DE LIMA 4337

PAULO ROBERTO DE SOUZA 2918
PAULO ROBERTO FIGUEIRA ANTONINI 874
PAULO ROBERTO RODRIGUES CARVALHO 2828
PAULO ROBERTO ROQUE ANTONIO KHOURI 2897
PAULO ROBERTO SCHULTE DA SILVA 605
PAULO ROGÉRIO FERREIRA SANTOS 2608
PAULO SÉRGIO DA COSTA MARTINS 2739
PAULO SERGIO DAMM 589
PAULO SÉRGIO HILÁRIO VAZ 3308
PAULO SERGIO MONTEZ 235
PAULO SÉRGIO SENA 1806
PAULO SERGIO ZAGO 3129
PAULO SIDNEI DE CASTILHOS 3580
PAULO VALADARES V CALDEIRA FILHO 2089
PAULO VINÍCIUS SAMPAIO 735, 791
PAULO VIRGILIO DE BORBA PORTELA 4179, 4184
PEDRO ALVES DE SOUZA 487
PEDRO AUGUSTO DE ALMEIDA NETO 1923
PEDRO AUGUSTO DE FREITAS GORDILHO 2443
PEDRO DIAS GUERRA 3111
PEDRO ELEUTÉRIO DE ALBUQUERQUE 2958
PEDRO ELIAS NETO 3099
PEDRO ESTEVAM ALVES PINTO SERRANO 1901
PEDRO GONÇALVES DE MIRANDA 1314
PEDRO HENRIQUE DE SOUZA HILGENBERG 3052
PEDRO HENRIQUE KRACIK 1922
PEDRO HENRIQUE MENEZES NAVES 1690
PEDRO HENRIQUE PEDREIRA DUTRA LEITE 1227
PEDRO HIROCHI TOYOTA 3348
PEDRO LUCIANO DE OLIVEIRA DORNELLES 4303
PEDRO LUCIANO MARREY JUNIOR 2908
PEDRO LUCIANO VIEIRA 1615
PEDRO MÁRCIO MUNDIM DE SIQUEIRA 3321
PEDRO ORIGA NETO 914
PEDRO PIRES 375
PEDRO ROBERTO CUNHA E SILVA FILHO 1485
PEDRO ROMEIRO HERMETO 2378
PEDRO SERAFIN 3523
PEDRO WANDERLEY RONCATO 1631, 2206, 2270
PERI FERNANDES CORREIA 1156, 3094, 3690
PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA 3022
PERICLES RAIMUNDO DE OLIVEIRA 359
PETER WOLFFENBUTTEL 2835
PETRUCIO GUERRA 2299
PETRUSKA LAGINSKI 2955
PIO PEREZ PEREIRA 2664
PLÍNIO DE SÁ MARTINS JUNIOR 691
PLÍNIO GOES FILHO 1457
PLÍNIO PINHEIRO NETO 2550
PLÍNIO RANGEL PESTANA FILHO 2618
PLÍNIO SALGADO 2336
POLIANA ASSUNÇÃO FERREIRA 3057
POLIANA DAS GRAÇAS SILVA 2570
PRISCILA BERTOLDI CESÁRIO DA SILVA 1127
PRISCILA CORRÊA GIOIA 4028
PRISCILA DE OLIVEIRA MIRANDA LEITE 2695
PRISCILA FAGUNDES DE OLIVEIRA 1346
PRISCILA FEIJÓ MYLIUS 1289
PRISCILA SANDA NAGÃO 737
PRISCILIA RAQUEL KATHER OLIVEIRA 340
PRISCILLA MARIA BASSETO AVALLONE 3232
PRISCILLA OCÁRIZ DE BARROS 2065
PRYSCILA NUNES RIBEIRO 3337
PRYSCILA PORELLI FIGUEIREDO MARTINS 1995
RACHEL GARCIA 993
RAFAEL AMARAL BORBA 3200
RAFAEL ANTONIO BOUTOS DE OLIVEIRA 1807
RAFAEL ANTÔNIO PAULA DE ALMADA 2485
RAFAEL BATISTA MARQUEZ 2876
RAFAEL BICCA MACHADO 3325
RAFAEL CALETTI 2440
RAFAEL CARVALHO REZENDE OLIVEIRA 2339
RAFAEL CORTE MELLO 504, 697, 3732
RAFAEL CUNHA GARCIA 3045
RAFAEL DE OLIVEIRA BICALHO 239
RAFAEL DE OLIVEIRA SIMÕES FERNANDES 872
RAFAEL FERREIRA DIEHL 1856
RAFAEL GUTIERREZ MACHADO 3612
RAFAEL JONATAN MARCATTO 2989, 4295
RAFAEL LAZZARI SOUZA 146
RAFAEL LIMA MARQUES 2539
RAFAEL M ROCHA LOURES 3260
RAFAEL MALLMANN 817
RAFAEL MOLETA CONTE 2896
RAFAEL NARITA DE BARROS NUNES 1857, 2671
RAFAEL NOGUEIRA SIMAS 502, 1106, 1111
RAFAEL NUNES SEFRIN 546, 1130
RAFAEL OSVALDO DE AZEVEDO LOPES 3724
RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA FILHO 3110
RAFAEL RAMIA MUNERATTI 3954
RAFAEL RAMON 3213
RAFAEL SCHEFFER DE MEDEIROS 2652
RAFAEL SPINELLO SILVEIRA 3682
RAFAEL VARGAS DOS SANTOS 3041
RAFAEL VASCONCELLOS DE ARAÚJO PEREIRA 1762, 1810
RAIMUNDA MONICA MAGNO ARAUJO BONAGURA 3491
RAIMUNDO AUGUSTO CARVALHO DE ARAGÃO 1917
RAIMUNDO BEVENUTO DA SILVA 3740
RAIMUNDO CÂNDIDO JÚNIOR 1716
RAIMUNDO DE BRITO ALMEIDA 1175
RAIMUNDO DE SOUZA MEDEIROS JUNIOR 2548
RAIMUNDO GOMES DE BARROS 681
RAIMUNDO KLEBER XAVIER 3440
RAMIRO DE ALMEIDA MONTE 4282
RANDOLFO ÁLVARO DE SOUSA COSTA 838
RANDOLFO DINIZ NETO 3648
RANIERI LIMA RESENDE 1683
RAPHAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA 1542
RAQUEL CRISTINA RIEGER 1702, 1776, 1777
RAQUEL DÉBORA DE OLIVEIRA 296, 2987
RAQUEL GONÇALVES MOTA 2122
RAQUEL SILVINO GONÇALVES 2131
RAQUEL SILVINO GONÇALVES RODRIGUES 1421
RAQUEL TERESA MARTINS PERUCH 2548
RAQUEL TERESA MARTINS PERUCH BORGES 2022, 2364, 2671
RAQUEL VIEIRA MEDES 1746
RAQUEL VIEIRA MENDES 405, 746, 1710, 1765, 1766, 1769, 2219, 2310, 2395, 2483, 2617, 2801
RAUL ALVES ROSA NETO 1315
RAUL COSTI SIMÕES 699
RAUL FERNANDO SILVA DE LEMOS 1477
RAUL FERREIRA FOGACA 3979
RAUL FREITAS PIRES DE SABOIA 3201
RAUL IBERÊ MALAGÓ 1708
RAUL REINALDO MORALES CASSEBE 2602
RAUL TAVARES DA CUNHA MELLO 2960
RAUL TEIXEIRA 2324
RAYMUNDO ALMEIDA NETO 1555
RCARDO PAVÃO PIONTI 1110
REALSI ROBERTO CITADELLA 220
REBECA CABRAL SANTIAGO 362
REBECA MOURA DA PALMA LOUZADA 874
REBECCA AYRES DE MOURA CHAVES DE ALBUQUERQUE 3110
REGIANE COIMBRA MUNIZ DE GOES CAVALCANTI 2689
REGIANE DA SILVA NASCIMENTO 1318
REGIANE LOPES DE BARROS 3908
REGINA APARECIDA LARANJEIRA BAUMANN 3084
REGINA CELI PEDROTTI VESPERO FERNANDES 2994
REGINA CÉLIA MELCHIORI PAGI 2340
REGINA CÉLIA SANTOS ALVES 2371
REGINA CRISTINA FERREIRA DE LIMA VIEIRA 465
REGINA DA SILVA LUZ 3693
REGINA DOROTI DOS SANTOS CAVION 3256
REGINA HITOMI NEBUYA 3366
REGINA LIA CHAVES FRANCO MORGERO 1017
REGINA LÚCIA VIEIRA DEL MONTE 166
REGINA MARIA FACCA 3494
REGINA MARIA FACCA DOS SANTOS 3684
REGINA MARIA RIBEIRO TRAVASSOS 603
REGINA MARIA SARTORI 2351, 2736
REGINA QUERCETTI COLERATO CORRÊA 3810
REGINA TAMAMI HIROSE 2179, 2980
REGINALDO DE SOUSA RIBEIRO 2402
REGINALDO OSCAR DE CASTRO 4048
REGINALDO ROCHA 1964
REGINALDO SOUZA GUIMARÃES 4205, 4389
REGIS BIGOLIN 3325
REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI 1712
REGIS JORGE JUNIOR 2513
REGIS LUIS JACQUES BOHRER 1499
RÉGIS SANTIAGO DE CARVALHO 282
REINALDO DE ALMEIDA FERRARI 819
REINALDO DIAS SILVA 557
REINALDO PEREIRA E SILVA 314, 4002
REINALDO RINALDI 3021
REINALDO SIQUEIRA BARRETO 3478
REMBERTO ARTIGAS PRAZERES LIBERATO 702
RENAN DE VASCONCELOS NEVES 4158
RENAN KFURI LOPES 3505
RENATA ANDREA APARECIDA RIBEIRO DE ALVARENGA 3084
RENATA ANDRÉA CARVALHO DE MELO 2338
RENATA BARBOSA FONTES 108
RENATA BARBOSA LACERDA OLIVA 507
RENATA BASTOS DE TOLEDO 1549
RENATA BETTIN WAECHTER 1048
RENATA CHADE CATTINI MALUF 1983
RENATA CHRISTIANA VIEIRA MAIA 156
RENATA CHRISTINA BRAMBILLA 1300
RENATA CORONA ZUCONELLI 507
RENATA CORONATO 2705
RENATA DE LARA RIBEIRO 1360
RENATA DO AMARAL GONÇALVES 1706, 2589, 2716
RENATA FERREIRA MENDONÇA 2498
RENATA FLÁVIA BRAGA CHAVES 1510
RENATA FONSECA DE ANDRADE 3907
RENATA GARCIA VIZZA 3437
RENATA MARIA DIAS PEREIRA 2406
RENATA PESSOA DONATO 403
RENATA QUINTELA TAVARES RISSATO 2981
RENATA RODRIGUES MOREIRA E SILVA 4253
RENATA RODRIGUES RIBEIRO 767
RENATA SCABELLO MARTINELLI MARSON 1633
RENATA SONODA PIMENTEL 1687
RENATO ALMEIDA DO NASCIMENTO 525
RENATO ALVES VASCO PEREIRA 1544
RENATO AMARAL CORREA 2678
RENATO AMARAL CORRÊA 179, 186, 2451
RENATO ANDRADE 1460
RENATO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA 796
RENATO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA 370
RENATO BASTOS ROSA 2389
RENATO BISSE CABRAL 3744
RENATO BONINSENHA CARVALHO 479
RENATO CARLOS CRUZ MENESES 1555
RENATO CARVALHO FACCIOLLA 1582
RENATO DE CASTRO MOREIRA 3813
RENATO DE LUIZI JUNIOR 252
RENATO DE MAGALHÃES 2825
RENATO F. TIEPPO 2423
RENATO FREIRIA TUBALDINI 1799
RENATO GALVAO CARRILLO 1076
RENATO JOSÉ BARBOSA DIAS 175
RENATO JOSE BORGERT 3664
RENATO KLIX PEREIRA 3911
RENATO MATOS GARCIA 3929, 4311
RENATO MEIRELLES MOTA 1433
RENATO MENDONÇA SANTOS 3236
RENATO MENESELLO VENTURA DA SILVA 1282
RENATO MORAES BICALHO DE LANA 149
RENATO MULINARI 3118
RENATO OLIMPIO SETTE DE AZEVEDO 746
RENATO PEREIRA DE CARVALHO 1910
RENATO PRICOLI MARQUES DOURADO 2466
RENATO RODRIGUES TUCUNDUVA JUNIOR 2758
RENATO SCHENKEL DA CRUZ 771
RENATO SÉRGIO PEREIRAI 1194
RENÊ JOSÉ STUPAK 1805
RENI EFRAIM FRUDIT 2229
RENY MACHADO FIGUEIREDO 3956
RENZO THOMAS 121
REP. POR PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF 317
REYNALDO CUNHA 1059
RICARDO A. REZENDE DE JESUS 2556
RICARDO ALEXANDRE HIDALGO PACE 2062
RICARDO ALVARENGA 2902
RICARDO ALVES MOREIRA 1840
RICARDO ANDRÉ BANDEIRA MARQUES 3851, 3967
RICARDO ARO 1723
RICARDO AUGUSTO FERRO HALLA 1817
RICARDO AZEVEDO SCRICCO 3939
RICARDO BRITO COSTA 808
RICARDO CAVALCANTI 3030
RICARDO COELHO DE MEDEIROS 2414
RICARDO CORRÊA DALLA 377
RICARDO COUTO ABRANTES 1986
RICARDO DA CRUZ FRANCK 3730
RICARDO DA CUNHA CALDEIRA 244
RICARDO DA CUNHA MELLO 2786
RICARDO DA SILVA GONÇALVES 851
RICARDO DE ARAÚJO GAMA 864
RICARDO DE ASSIS BRASIL 1046, 2131
RICARDO DE CARVALHO ARAÚJO 881

RICARDO DE CASTRO NASCIMENTO 1645
RICARDO DUARTE DE MELO 2622
RICARDO DURANTE LOPES 3453
RICARDO ESTELLES 2803
RICARDO FALLEIROS LEBRAO 3950
RICARDO FELICIO SCAFF 3999
RICARDO FERREIRA PINTO HOLZMEISTER 2356
RICARDO GEORGE FURTADO DE M E MENEZES 1229
RICARDO GOMES DE MENDONÇA 2355
RICARDO GOMES LOURENCO 1867, 2491
RICARDO HENRIQUE SAFINI GAMA 1547
RICARDO ILTON CORREIA DOS SANTOS 561
RICARDO JOSUÉ PUNTEL 2411
RICARDO KENDY 140
RICARDO LUIZ BLUNDI STURZENEGGER 3288, 3311
RICARDO MARQUES 4353
RICARDO MARTINS ZAUPA 1673
RICARDO MILTON DE BARROS 253, 903
RICARDO MOREIRA DA SILVEIRA 312, 449
RICARDO NAGAO 1781, 1939, 1942
RICARDO PAIVA BORBA 3376
RICARDO PINHEIRO ELIAS 138
RICARDO PORTUGAL GOUVÊA 3228
RICARDO PY GOMES DA SILVEIRA 154, 436, 817, 831, 1095, 1104, 1133, 1135, 1191, 1610, 1821, 2132, 2171, 2221, 2277, 2279, 2419, 2559, 2888, 2961
RICARDO RABONEZE 4105
RICARDO RAPOPORT 3586
RICARDO RICART SANTORO 229
RICARDO RICCI 2154
RICARDO RUBIM DE TOLEDO 1371
RICARDO SALLES FERREIRA DA ROSA 1561
RICARDO SOARES MOREIRA DOS SANTOS 1637
RICARDO TOSCANO DIAS PEREIRA 2857
RICARDO VENDRAMINE CAETANO 380, 2743, 2767, 3003
RICARDO VIANA RAMOS FERNANDEZ 1351
RICARDO VOLPE MACIEL 2703
RICHARDSON DE SOUZA 2619
RINALDO BARBOSA DE MELO 4158
RISONEIDE GONÇALVES DE ANDRADE 530, 1234, 4119
RITA ALCYONE SOARES NAVARRO 1638, 1639
RITA BEATRIZ POSSER DESCOVI 1115
RITA DE CASSIA CONCEIÇÃO DOS PRAZERES 388, 3450
RITA DE CASSIA DA CUNHA 1579
RITA DE CÁSSIA DA SILVA 3707
RITA DE CASSIA LOPES 1366, 2227
RITA DE CASSIA MAISTRO 348, 1039, 1164, 2091
RITA DE CÁSSIA MAISTRO TENÓRIO 2628, 2631
RITA DE CÁSSIA NASCIMENTO PALMA GASTALDI 535
RITA DE CÁSSIA PEDROSO ROSSI FERRETTI 883
RITA DE CASSIA PEREIRA DA PAIXÃO FERNANDES DA SILVA 392
RIVADÁVIA DE PAULA RODRIGUES JÚNIOR 2183
RIVALDO CARNEIRO FIRMINO 1295
ROBEIRTO SILLVA SOUZA 344
ROBERTA ANDREANI REYNAUD 3865
ROBERTA BOTELHO BITTENCOURT 3643
ROBERTA ESPINHA CORRÊA 2371, 2425
ROBERTA LIMA SILVA QUEIROZ 2052
ROBERTA MORAES DE VASCONCELOS 1048
ROBERTA NAVES GOMES 3424
ROBERTA PAPPEN DA SILVA 3056, 4196
ROBERTA RIBEIRO MARTINS 3109
ROBERTA SILVA DE SOUZA 2378
ROBERTO ALGRANTI 3433
ROBERTO ALVES NUNES FILHO 3733
ROBERTO ANTÔNIO CLAUS 191
ROBERTO ANTÔNIO NEVES DO AMARAL 1439
ROBERTO BAPTISTA DIAS DA SILVA 3914
ROBERTO BECKER DA SILVEIRA 1218
ROBERTO BRZEZINSKI NETO 360
ROBERTO C DUARTE ALVIM 305
ROBERTO CAMPOS LEITE 163
ROBERTO CARDOSO 2042
ROBERTO CARLOS GOMES DA SILVA 370
ROBERTO CASTILHO 4125
ROBERTO CEBRIAN TOSCANO 1688
ROBERTO CORREIA DA SILVA GOMES CALDAS 2241
ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS 1702, 1704, 2815, 2819, 2821, 2823, 2854, 3955, 4348
ROBERTO DE SOUZA GODINHO 2147
ROBERTO DE SOUZA MOSCOSO 3283, 3360, 3466
ROBERTO DIAS VIANNA DE LIMA 1177, 3300
ROBERTO ELIAS CURY 2342
ROBERTO EVANGELISTA NUNES 2561
ROBERTO F. CARRION 4298
ROBERTO FADE 727
ROBERTO FERNANDES DE ALMEIDA 2458
ROBERTO FERREIRA ROSAS 2425, 2696
ROBERTO GALVAO FALEIROS 303
ROBERTO GAZZOLLA 3417
ROBERTO GOMES FERREIRA 3921, 4238
ROBERTO HUGO DA COSTA LINS FILHO 732
ROBERTO ITTE SOEIRO DE SOUZA 3305
ROBERTO JACOB NICOLAU MUSSI FILHO 1419
ROBERTO LOPES DA SILVA 1115
ROBERTO MAGALHÃES 719
ROBERTO MARINHO PIRES JUNIOR 841
ROBERTO MARQUES DAS NEVES 10
ROBERTO MIRANDA SQUILLACI 321
ROBERTO NUNES 1009, 1169
ROBERTO ROSEIRO DI FAZIO 3327
ROBERTO SILVA 2321
ROBERTO TEIXEIRA 1997
ROBERTO TENÓRIO KATTER 4009, 4064
ROBERTO VILLA VERDE FAHRION 492
ROBERTO WISOSKI AMARANTE 3738
ROBERVAL BORGES FILHO 1870
ROBERVAL NASCIMENTO PIRES 3508
ROBESPIERRE FERRAZZA TRINDADE 1467
ROBILAN MANFIO DOS REIS 4164
ROBINSON TABOADA 395
ROBINSON VIEIRA 1098, 1211
ROBSON GIMENEZ MORDENTE 1449
ROBSON OMARA DE ASSIS 1497
ROBSON VIANA MARQUES 446
RODNEI RODRIGUES 1564
RODOLFO AFONSO LOUREIRO DE ALMEIDA 113
RODOLFO DOMINGOS DE SOUZA 1811
RODOLFO LUIZ RODRIGUES CORRÊA 2182
RODOLPHO BARRETO SAMPAIO JUNIOR 863, 917, 1255
RODRIGO ADAIME DUARTE 3456
RODRIGO ALEXANDRE TORRES DE LUCA 1002
RODRIGO ANTÔNIO TORRES ARELLANO 4339
RODRIGO AUGUSTO PIRES 231
RODRIGO AZEVEDO PEREIRA 3592
RODRIGO BADARÓ ALMEIDA DE CASTRO 3718
RODRIGO CAHU BELTRÃO 3649, 3654
RODRIGO CANEZIN BARBOSA 1728
RODRIGO CARNEIRO 2874
RODRIGO CARPINTEIRO PERES 1000
RODRIGO CRIPPA BRANDÃO 1890
RODRIGO DA CUNHA CONTRO 1272, 1273
RODRIGO DA CUNHA PEREIRA 3301
RODRIGO DA SILVA GRACIOSA 2380, 2490
RODRIGO DALCIN RODRIGUES 2031
RODRIGO DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI 859
RODRIGO DE CARVALHO 4332
RODRIGO DE SÁ QUEIROGA 3829, 4330
RODRIGO DO AMARAL FONSECA 1874
RODRIGO DORNELES 494
RODRIGO DOS SANTOS RODRIGUES 3430
RODRIGO DUARTE DA SILVA 1245
RODRIGO ESTEVES REZENDE 488
RODRIGO FERNANDES PEREIRA 753
RODRIGO FERREIRA LOURENÇO BAPTISTA 742
RODRIGO FERREIRA RIBEIRO 395, 1534
RODRIGO FRANÇAS CALDAS 4120
RODRIGO GERMANO ULZEFER 1376
RODRIGO HELFSTEIN 2142
RODRIGO KRIEGER MARTINS 2566, 2871, 2891
RODRIGO LUIZ MENEZES 2539
RODRIGO MARCO A DE LIMA 3827, 4144
RODRIGO OLIVEIRA DOS SANTOS LIMA 3859
RODRIGO OTÁVIO SPIRANDELLI 2969
RODRIGO PEREIRA DA SILVA FRANK 468, 2354, 2411, 2415, 2451, 2555, 2603, 2912
RODRIGO PERES DE LIMA NETTO 897
RODRIGO PROSPERO GENTIL LEITE 3503
RODRIGO REIS BORGES 4128
RODRIGO REIS MAZZEI 479
RODRIGO ROBERTO DA SILVA 2681
RODRIGO RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA 3425
RODRIGO RODRIGUES PEDROSO 819
RODRIGO S. GRACIOSA 2685
RODRIGO TONIAL 974, 3551
RODRIGO TUBINO VELOSO 3230
ROGENIR ALMEIDA SANTOS COSTA 1981
ROGER ANTÔNIO CAVICHIOLI 2211
ROGER DIAS GOMES 2464
ROGERIA FAGUNDES DOTTI DORIA 3260
ROGÉRIO ALEIXO PEREIRA 1603
ROGERIO ALTOBELLI ANTUNES 2585
ROGÉRIO ALVES RODRIGUES 3358
ROGÉRIO ANDRADE CAVALCANTI ARAUJO 2318
ROGERIO BORGES DE CASTRO 2530
ROGERIO CALAFATI MOYSES 3283
ROGÉRIO CANGUSSU DANTAS CACHICHI 2719
ROGÉRIO DA COSTA MANSO BANDEIRA DE MELLO 3449
ROGÉRIO DA SILVA VENÂNCIO PIRES 2408, 4239
ROGÉRIO DE LUCA 867, 2401, 3020
ROGÉRIO DE MENEZES CORIGLIANO 365, 1440
ROGÉRIO DE SÁ MENDES 882
ROGÉRIO DO AMARAL SILVA MIRANDA DE CARVALHO 1719
ROGÉRIO DOS REIS DEVISATE 2075
ROGÉRIO FEOLA LENCIONI 2993
ROGÉRIO FERREIRA HERDY 261
ROGÉRIO GERALDO NALON DE ANDRADE 4256
ROGÉRIO GOLDANI DOSSO 3486
ROGÉRIO GUIMARÃES OLIVEIRA 306
ROGERIO LAURIA TUCCI 1269
ROGÉRIO LEITE RIHAN 3475
ROGÉRIO LEONARDO TRINKEL 3811
ROGÉRIO LUIZ BRAUN 248
ROGÉRIO MAURO D'AVOLA 2265
ROGERIO MEIRA LIMA 553
ROGÉRIO REIS DE AVELAR 2390
ROGÉRIO REIS OLSEN DA VEIGA 2238, 2347
ROGÉRIO V VIANA 3374
ROGÉRIO VIEIRA SANTIAGO 1409
ROMANY SOUZA DA SILVA 2566
ROMEU BEQUER CARLOS 342
ROMEU BONINI 2392
ROMEU SACCANI 2905, 4110
ROMEU TERTULIANO 4193
ROMILA MAROSO BRAMRAITER 3298
ROMINA VIZENTIN DOMINGUES 428
ROMUALDO BAPTISTA DOS SANTOS 1571
RÔMULO CAVALCANTE MOTA 2523, 2589
RONALD ARAGÃO XAVIER 3649
RONALD DE CASTRO FILHO 2588
RONALD ROTHFUCHS DE LIMA 951
RONALD WANDERLEY MIGNONE 3290
RONALDO CASSIMIRO LORENZEN PIPPI 434
RONALDO COSTA DA SILVA 126
RONALDO EDUARDO CRAMER VEIGA 3819
RONALDO GUIMARÃES GALLO 3888, 3917, 3929, 3976, 4115, 4153, 4225, 4251
RONALDO GUSMÃO 1162, 2944
RONALDO J SANT'ANNA 2453
RONALDO J. SANT'ANNA 2452
RONALDO LÁZARO TIRADENTES 1671
RONALDO ORLOWSKI 539
RONALDO PESSOA PIMENTEL 734
RONALDO RIBEIRO 508
RONALDO RODRIGUES GARCIA 1429
RONALDO SCHUBERT 1018
RONALDO VIEGAS BRAGA 187
RONEI DANIELLI 3867
RONEY LUIZ TORRES ALVES DA SILVA 1382
ROOSEVELT MAURÍCIO PEREIRA 1524
ROQUE MARINO PASTERNAK 3840, 3949
ROQUE SÉRGIO D'ANDRÉA 1721, 1927
ROSA LÚCIA BRAZ MENEZES 1116
ROSA METTIFOGO 1768, 1886, 1899, 2062, 2154, 2187, 2466, 2473, 2480, 2818, 2856, 3018
ROSA PETRUNGARO 359
ROSALI DIAS DE ARAÚJO PINHEIRO 544, 545, 1903, 3823
ROSÁLIA DO CARMO LARRUBIA FLORENCE 2110
ROSANA BEATRIZ GONÇALVES 241
ROSANA CHIAVASSA 2273
ROSANA HARUMI TUHA 4283
ROSANE BLANCO OZÓRIO BOMFGLIO 2875
ROSANE BLANCO OZÓRIO BOMFIGLIO 2114, 2125, 2731
ROSANE BLANCO OZÓRIO BONFIGLIO 2783
ROSANE MARLI HAUBERT DA SILVEIRA 4390, 4392
ROSANE MITIDIERI OCHOA 3281
ROSANEH PORTES 1989
ROSÂNGELA A ARAÚJO DE CARVALHO 2982

ROSÂNGELA A M NASCIMENTO 1980
ROSANGELA CANDIDA DA COSTA 1948
ROSÂNGELA DO SOCORRO ALVES 4270
ROSÂNGELA FAURI 3177
ROSANGELA JULIANO FERNANDES 2126
ROSÂNGELA MARIA NEGRÃO 1342
ROSÂNGELA VENDRAMETTO QUARTUCCI 3889
ROSANIE RODRIGUES RIVERO 2894
ROSE MARIE GRECCO BADIALI 3073
ROSELI COSTA MACHADO CANABRAVA PEREIRA 1226
ROSELI DE ALMEIDA FERNANDES 1414
ROSELI MARIA LOCATELLI ALBARELLO 2023
ROSELI MARIA SALLA DOS REIS 1037
ROSEMAR CRISTINA LORCA MARQUES 3935
ROSEMARI HOFMEISTER 3487
ROSEMARY FREIRE COSTA DE SÁ 3037
ROSENO DE LIMA SOUSA 190, 798, 1370, 1455, 1484
ROSENVALDO LUIZ BORGES 1276
ROSI MARY MARTELLI 4270
ROSIANE FERREIRA DUARTE 1587
ROSSANA DO NASCIMENTO 155
ROSSANO BRAGA 4344
ROSSINI VOGAS MENEZES 4150
ROSY NATARIO NEVES 2152
RUBEM NESTOR SEIFERT 223
RUBENS ALVES DE OLIVEIRA 3728
RUBENS BENEDITO VOCCI 3971
RUBENS CASARA 1647, 1693
RUBENS DE LIMA PEREIRA 1717
RUBENS HARUMY KAMOI 2574
RUBENS LEAL SANTOS 2283
RUBENS LEITE FILHO 2378
RUBENS LOURENÇO DA COSTA 4001
RUBENS RABONEZE 4250
RUBENS SIMÕES 3491
RUBENS TATIT EBLING DA COSTA 824
RUBIA YARA REISTENBACH 104
RUFINO ARMANDO PEREIRA PASSOS 1769
RUI BARBOSA GAMON 1812
RUI BATISTA MENDES 1829
RUI FERNANDO HUBNER 4162
RUI GERALDO CAMARGO VIANA 1768
RUI GUIMARÃES DE DAVID 3255
RUI MAGALHAES PISCITELLI 3818
RUI OCTÁVIO DOMINGUES 557
RUY DE ARAÚJO JÚNIOR 1679
RUY DE CARVALHO PINHO 557
RUY FERNANDO CARVALHO DA SILVA 2636
RUY FERNANDO ZOCH RODRIGUES 122
RUY RODRIGUES DE ANDRADE JUNIOR 415
RUY SILVEIRA NETO 4222
RYCHARDE FARAH 2401
S/ REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
116, 301, 704, 904, 1363, 1400, 1402, 1916, 2104, 2108, 2141, 2221, 2277, 2426, 2457, 2774, 2792, 2805, 2897, 2970, 2990, 3016, 3099, 3302, 3323, 3510, 4157, 4286
S/REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS 2148, 2264, 2325, 2986, 3129
SABATO GIOVANI MEGALE ROSSETTI 1845
SABRINA BAPTISTELLA DE ASSIS MOURA 3792
SABRINA CHAGAS PINTO CHIES 3737
SABRINA KINDLEIN 3115, 3520
SABRINA TÔRRES LAGE PEIXOTO DE MELO 2529, 2878
SACHA CALMON NAVARRO COELHO 1848
SAINT CLAIR DINIS SOUTO 2777
SALIM SELEM NETO 263
SALVADOR CÍCERO VELLOSO PINTO 3228
SALVADOR FERNANDO SALVIA 2564
SALVADOR LOPES JUNIOR 1338
SALVADOR POMPEU DE BARROS FILHO 3470
SAMANTHA ALBINI 3231
SAMARONE JOSÉ LIMA MEIRELES 2331
SAMIR SAFADI 3907
SAMUEL CARVALHO JUNIOR 3738
SAMUEL DOS SANTOS JUNIOR 1303
SAMUEL GOMES FILHO 194
SAMUEL SOLOMCA JUNIOR 4329
SANDRA AMARAL LOPES 1007
SANDRA APARECIDA TEIXEIRA SIMÃO 861
SANDRA CRISTINA DE ALMEIDA TEIXEIRA 1612
SANDRA DA SILVA PINTO 3475
SANDRA DE FÁTIMA FARIA PAIVA 1492
SANDRA DE NICOLA ALMEIDA 3924
SANDRA ERNESTINA RUBENICH 678
SANDRA FERREIRA MOREIRA 1658
SANDRA MARA LOPOMO 1180
SANDRA MARANGONI 2471
SANDRA MARIA DO N G SILVA 4168
SANDRA MARIA ESTEFAM JORGE 2507, 2740
SANDRA MARIA MADEIRA NEVES PIVA 1504
SANDRA REGINA SANTOS DE VASCONCELOS 4068
SANDRA TSUCUDA SASAKI 518, 789, 3863, 3898, 3900, 4285
SANDRA YURI NANBA 266, 689, 3810
SANDRO DALL AVERDE 1734
SANDRO DOMENICH BARRADAS 598
SANDRO FERREIRA COELHO 1601
SANDRO MARCONDES RANGEL 3333
SANDRO PEREIRA DA SILVA 1844
SANDRO RICARDO SANTOS DE BORBA 292
SANDRO SVENTNICKAS 374
SANDY AURÉLIO RODRIGUES PRATES 3026
SANTIAGO RAMON GISBERT BANUS 914
SARA DA CRUZ BOTTESELLE 1286
SARA MARIA HORTA FEITOSA 264
SARA REGINA DE OLIVEIRA 2441
SARAH F MONTE ALEGRE DE ANDRADE SILVA 4005
SARYTA DE KÁSSIA OLIVEIRA 2814
SAULO LADEIRA 1849
SAULO NOGUEIRA GAWBLINSKY 1108
SAULO SOARES 295
SAUMIR DA SILVA RODRIGUES 2010
SÁVIO BARRETO LACERDA LIMA 364
SCHEILA CAMARGO COELHO TOSIN 3234
SCHEILA SESSA SERRA 1431
SCHEYLLA FURTADO OLIVEIRA SALOMÃO 1342
SCHIRLENI RISTOW 309
SEBASTIÃO BOTTO DE BARROS TOJAL 143, 1901, 2995
SEBASTIÃO DE LUCENA SARMENTO 2358, 2595
SEBASTIÃO DO ESPÍRITO SANTO NETO 4107, 4190
SEBASTIÃO MOIZES MARTINS 3905
SEBASTIÃO MORAES DA CUNHA 1412, 1596, 1632, 1642, 1646, 3322, 3432, 3718
SEBASTIÃO PASCHOAL 3511
SEBASTIÃO PEDROSO JUNIOR 277
SEBASTIÃO SERRA ZANETTE 3277
SEBASTIÃO VENTURA PEREIRA DA PAIXÃO JÚNIOR 3445
SÉLEO DE ANDRADE BARBOSA PAIVA 2176
SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
404, 408, 427, 445, 477, 502, 520, 780, 1121, 1133, 1135, 1140, 1143, 1149, 1153, 1156, 1191, 1196, 1208, 1222, 1913, 1919, 1920, 2029, 2137, 2151, 2159, 2169, 2312, 2525, 2620, 2621, 2640, 2827, 2848, 2920, 2925, 2926, 2927, 2934, 2973, 3093, 3094, 3241, 3298, 3341, 3463, 3721, 3974, 4150, 4342, 4349
SERGEI LUIZ SCHAFER 968, 1444
SÉRGIO AUGUSTO SANTOS RODRIGUES 442, 509, 1142, 1144, 1146
SERGIO BERMUDES 908
SÉRGIO BONFIM MONTEIRO PERES 2412
SÉRGIO COELHO E SILVA PEREIRA 3405
SÉRGIO DE BARCELLOS BOEHL 118, 1374
SÉRGIO DO REGO MACEDO 195
SERGIO DOS SANTOS LIMA 151
SERGIO EDUARDO GOMES SAYÃO LOBATO 440
SÉRGIO EDUARDO GOMES SAYÃO LOBATO 1137
SÉRGIO EDUARDO RODRIGUES DA SILVA MARTINEZ 313
SÉRGIO ESPÍNOLA CATRAMBY 511
SÉRGIO F C GRAZIANO SOBRINHO 3881
SERGIO FARINA FILHO 787
SÉRGIO HABIB 3754
SERGIO HENRIQUE PARDAL BACELLAR FREUDENTHAL 518, 3983
SÉRGIO HERCULANO CORRÊA 4131
SÉRGIO IGLESIAS NUNES DE SOUZA 2314
SÉRGIO INÁCIO COELHO SILVA 3476
SÉRGIO LEAL MARTINEZ 2028, 2255
SÉRGIO LUÍS RIGO 1102
SÉRGIO LUÍS ROCHA PINHEIRO 1673
SERGIO LUIZ AMORIM DE SA 1173
SÉRGIO LUIZ AMORIM DE SÁ 4369
SÉRGIO LUIZ MAGRI 2947
SÉRGIO LUIZ MAYER 1187
SÉRGIO MACHADO CEZIMBRA 2870, 2936
SERGIO MELLO ARAUJO 1183
SÉRGIO MOACIR DE OLIVEIRA CRUZ 3483
SÉRGIO MOACIR DE OLIVEIRA ESPÍNDOLA 2037, 2665
SÉRGIO MOURÃO CORRÊA LIMA 3505
SÉRGIO MURILO DINIZ BRAGA 174
SÉRGIO MURILO ZALONA LATORRACA 2764
SÉRGIO NAZARENO FANEZE 1159
SÉRGIO NUSMAN 2393
SÉRGIO PEREIRA LIMA 842
SÉRGIO PINHEIRO FERNANDEZ 4160
SÉRGIO PIRES MENEZES 3964
SÉRGIO REIS 557
SERGIO RENATO PENZ 399
SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA 4203
SÉRGIO RICARDO FERREIRA MARTINS 1579
SÉRGIO RICARDO FONTOURA MARIN 1496
SÉRGIO ROBERTO BACK 1675
SERGIO RONALDO SAHIONE FADEL 2039
SÉRGIO SENDER 185, 3522
SÉRGIO SEVERO 2028
SÉRGIO SILVANO JÚNIOR 2169
SERGIO TIMO ALVES 4364
SERGIO VERISSIMO DE OLIVEIRA FILHO 355
SÉRGIO VERÍSSIMO DE OLIVEIRA FILHO 484, 1151, 2623
SÉRGIO VIEIRA MIRANDA DA SILVA 383
SÉRGIO VOLKER 1540
SÉRGIO ZVEITER 257
SEVERINO ALVES FERREIRA 703, 4195
SEVERINO DA COSTA GOMES NETO 1505
SHEILA PERRICONE 2333
SHIRLEY DANIEL DE CARVALHO 2124
SHIRLEY HENN 2415
SIBELE GUIMARÃES SALGADO 5, 6
SIBELE REGINA LUZ GRECCO 4176
SIBELE WALKIRIA LOPES LERNER HODARA 3980
SIDNEY AUGUSTO PIOVEZANI 1918
SIDNEY MARTINS 2134
SIDNEY NUNES MORAES 557
SIDNEY PALHARINI JUNIOR 256
SIEGFRIED ANTÔNIO GHILARDI RITTA 3997, 3998
SILCA MENDES MIRO BABO 290
SILVANA DAL PIZZOL ELY 1442
SILVANA LOURENÇO LOBO 3807
SILVANA MENDES HELMES 3467, 3474
SILVANA MÍRIAM GIACOMINI WERNER 2984
SILVANA S LAHUTTE 287, 3834, 4294
SILVANO SABINO PRIMO 755
SILVESTRE DE LIMA NETO 1823
SILVIA ADELINA FABIANI ROSENDO 4226
SILVIA BEATRIZ MARTINS FERREIRA 2730
SILVIA DA COSTA PINTO RIBEIRO 2931
SÍLVIA DA GRAÇA GONÇALVES COSTA 1088
SILVIA DE SOUZA PINTO 1915
SÍLVIA HELENA RAITZ GAVIGLIA 592
SÍLVIA MARIA PINCINATO 2100
SILVIA REGINA FERNANDES 441
SILVIA REGINA MANGUEIRO 875
SILVINO MENDES DE JESUS 1195
SILVIO ALVES CORREA 425
SILVIO ANTONIO PASQUINI FERRO 1122
SILVIO DA COSTA ALVES 1646
SILVIO DE JESUS GARCIA 1210
SÍLVIO DE JESUS GARCIA 760, 1196, 3722
SILVIO LUIZ DE COSTA 1895, 2171, 2468, 2938
SÍLVIO SILVA NOGUEIRA 2904
SÍLVIO VALENTIM VALENTE 143
SILZOMAR FURTADO DE MENDONÇA JÚNIOR 400
SIMONE ANACLETO LOPES
692, 701, 839, 1257, 1419, 1874, 2031, 2034, 2035, 2040, 2192, 2202, 2238, 2275, 2384, 2385, 2490, 2552, 2686, 2700, 2734, 2807
SIMONE APARECIDA CAIXETA 212
SIMONE APARECIDA DELATORRE 719, 2658, 2873, 3068
SIMONE KLITZKE 3279, 3653
SIMONE MARIA BATALHA 3810
SIMONE MARQUES GUERRA 3046
SIMONE MEIRA ROSELLINI 2133
SIMONE MINASSIAN LUGO 1858
SIMONE MUSA CASTRO SILVA 752
SIMONE PEREIRA DE CASTRO 470, 1726, 2405, 2464, 2511, 2591
SIMONE PEREIRA OLIVEIRA 456, 476
SIMONE ZANDONÁ LIMA 2070
SIMONITA FELDMAN BLIKSTEIN 1203
SINVAL LOPES DE MENEZES 1058
SIRIMAR ANTÔNIO PANTAROTO 1914
SIRLEI NEVES MENDES DA SILVA 825, 3182, 3633, 3657
SIRLENE GONÇALVES 1214
SIRLEY ABERO SOARES NOBLE 958
SIRLEY APARECIDA DO AMARAL COIMBRA 3854
SIVIRINO PAULI 1894
SOLANGE BUENO WITT 1839, 2718

SOLANGE DE JESUS BLANCO 812
SOLANGE DIAS CAMPOS PREUSSLER 527
SOLANGE RAQUEL HAACK DE CASTRO 3436
SOLENI SÔNIA TOZZE 2123, 2725, 2780
SÔNIA DURVAULT 3444
SÔNIA LÚCIA DOS SANTOS LOPES 3459
SÔNIA MÁRCIA HASE DE ALMEIDA BAPTISTA 2014
SÔNIA MARIA CADORE 3945
SÔNIA REGINA DE CARVALHO MESTRE 131, 2181
STÉFANO BORGES PEDROSO 575
STEFANO DA FONSECA BARBOSA 2916
STÉLIO DENER DE SOUZA CRUZ 1643
STELLA MARIA JORGE BASTIANETTO 903
STELLA MARIS GUEDES SP LUESKA 4396
SU YUN YANG 1590
SUELI APARECIDA ESCUDEIRO 2135
SUELI CRISTINA PIRES ALVES 2454
SUELI KÁTIA NEHME DE AZEVEDO 3573
SUELI MACIEL MARINHO 2968
SUELI MARQUES DOS SANTOS 845
SUELI MARTINS HARGREAVES 3369
SUELY SOARES DE SOUSA SILVA 2702
SUSAN KÁTIA ESPINDULA DE AGUIAR 4171
SUSANA DE FREITAS VALLE E SILVA 1374
SUSANA M VACILOTTO TAPIA 1264
SUSANA PABST SALLES 3095, 3189
SUSANE DE OLIVEIRA PILOTTO 860
SUZANA FORTES DE CASTRO RAUTER 2966
SUZANA GARCIA MACHADO 3645
SUZANA VALENZA MANOCCHIO 804
SUZELE VELOSO DE OLIVEIRA 2391
SYLVIO RAMOS JUNIOR 2733
SYNVAL TOZZINI 1011
TACIANA PAULA DOS SANTOS BELUCO 2871, 4141
TADAMITSU NUKUI 1317
TADEU FERNANDES 35
TADEU FRANCISCO ANTOCHEVIZ 988
TADEU RABELO PEREIRA 1597
TAÍS HELENA CARNEIRO DE MIRANDA 2768
TAÍS HELENA MIOTTO 2429
TALITA FIGUEIREDO CORSINI 4119
TAMISE SCHWAMBACH MOTA 1833
TÂNIA DE SOUSA ELIAS 853
TÂNIA LOPES PEREIRA 3584
TÂNIA MARIA DOS SANTOS SILVEIRA 1381
TÂNIA MARIA PEREIRA DE ARAÚJO 204
TÂNIA PINHEIRO PROENÇA 1341
TÂNIA RAQUEL PEDRAZZI VALENTINI 3531
TÂNIA REGINA WESTARB 1372
TÂNIA VAINSENCHER 2949
TANIRA DE AZEVEDO CLOS 242
TANISE SCHMIDT 3729
TARCÍSIO VIEIRA DE CARVALHO NETO 2910
TARCISO MOREIRA DE SOUZA 3192
TÁRSIS NAMETALA JORGE 1351
TARSO BARISON 216
TASSO BATALHA BARROCA 3292
TATIANA BENDER CARPENA DE MENEZES DE OLIVEIRA 223, 923, 960, 1072, 3428, 3630
TATIANA GRECHI 1767, 2432
TATIANA KALKO 101
TATIANA MENDES CUNHA 4117
TATIANA P F WAJNBERG 1754, 2586
TATIANA PACHCIAREK FRAJDENBERG WAJNBERG 2305
TATIANA SAYEGH 2267
TATIANA SILVA DE BONA 432, 1217, 3902, 3943, 4135, 4230, 4267, 4314
TATIANA TISSOT BRITO 3448
TATIANA VIANA DE OLIVEIRA 1490
TATIANE COIMBRA BURILLE 480, 1106, 3314, 3695
TATIANE DANTAS DAMASCENO DE ARAÚJO 1472
TATIANE GAVIÃO CAMARGO 3676
TELMA LÚCIA IMADA LEAL 514
TELMO EXPEDITO ROSA DE MELO 391
TELMO LEMOS FILHO 538, 715, 4392
TELMO RICARDO ABRAHÃO SCHORR 4358
TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER 1667
TERESA DESTRO 872
TERESINHA BORGES GONZAGA 179, 1158, 2104, 2201, 2616, 2975
TERESINHA FLORES MATOS 4242
TEREZA CRISTINA DE OLIVEIRA CARNEIRO 1548, 3920
TEREZA CRISTINA RAMALHO TEIXEIRA 1016
TEREZINHA ANA PAPPEN 3320
TEREZINHA DO CARMO DE LIMA 22
TERTULIANO ARISTÓBULO MEDEIROS DE AVELLAR 403
THAIS FERRAZ MARTIN ROBLES 2293
THAIS FIGUEIRÓ FERNANDES MONTEIRO 494
THAÍS LOPES DE OLIVEIRA 3427
THAÍS MALINA 694
THAIS MOYA DE SOUZA 739
THAÍS MOYA DE SOUZA 1892
THAÍS SCHRAMM WERUTSKY 2300
THALES POUBEL CATTA PRETA LEAL 2129
THALLES FIGUEIREDO SOARES DA SILVA 2554, 2802
THAYS CACHERIK 353
THIAGO CECCHINI BRUNETTO 258, 291, 997, 1082, 1781, 3923, 4215, 4234, 4246, 4249, 4258, 4265, 4292, 4355
THIAGO DOS SANTOS BARBOSA 698
THIAGO LUIZ BLUNDI STURZENEGGER 3192, 3287, 3677, 3695
THICIANE GUANABARA SOUZA 1630, 1643, 1712
THOMAS EDGAR BRADFIELD 168
THOMAZ BARBOSA S MARTINS 3413, 3648
THOMAZ LOPES CÔRTE REAL 2289
THYRSO DE ARAUJO FERNADES TELLES 2459
THYRSO MANOEL FORTES ROMERO 1157
TIAGO CEDRAZ LEITE OLIVEIRA 4038
TIAGO CEZAR GNECCO 1882
TIAGO FERRÃO LOPES 2911
TIAGO LUVISON CARVALHO 2395
TIAGO REY FARINA 2558
TIAGO ROMBALDI DOS SANTOS 501
TICIANA MARTINS DE SOUZA 3613
TITO DE OLIVEIRA HESKETH 1888
TOMÁS ALEXANDRE DA CUNHA BINOTTI 1268
TONY LUIZ RAMOS 750, 2969
TONY TSUYISHI FILHO 1297
TÚLIO FREITAS DO EGITO COELHO 2875
TÚLIO SOBRAL MARTINS E ROCHA 2527
TULLIO LUIGI FARINI 1283
TYCHO BRAHE FERNANDES 3867
UAIRANDYR TENÓRIO DE OLIVEIRA 1003
UBIRAJARA ARRAIS DE AZEVEDO 188
UBIRAJARA AYRES GASPARIN 3023
UBIRAJARA CALDAS 871
UBIRAJARA EMANUEL TAVARES DE MELO 937
UBIRAJARA WANDERLEY LINS JUNIOR 4103
UBIRATAN COSTA VIEIRA 3610
ULISSES JOSÉ FERREIRA NÉTO 1393
ULISSES LEITE REIS E ALBUQUERQUE 1605
ULRICO THIESSEN 4006, 4342
UMBERTO SQUILLACI JUNIOR 3021
USTANE GIODA BOCHI 2050
VALBER DA SILVA MELO 693
VALDECI BRANGER 1565
VALDECI FRANCISCO DE SOUZA 3278
VALDECY DIAS SOARES 3393
VALDEREZA PEREIRA VERAS 4221
VALDEZ ADRIANI FARIAS 1175, 1187, 1707, 1778, 1780, 1830, 1887, 1907, 1924, 1926, 1927, 1929, 2041, 2090, 2208, 2429, 2434, 2460, 2468, 2475, 2526, 2533, 2550, 2624, 2690, 2712, 2824, 2938, 2962, 3006, 3071
VALDEZ ADRINE 2899
VALDIR ANTÔNIO DOS SANTOS 1093
VALDIR ANTONIO FERRARI 3210
VALDIR BONIATTI 1433
VALDIR CAZULLI 2615
VALDIR DE ARAÚJO CÉSAR 3482
VALDIR LEMOS DE CARVALHO 804
VALDIR SERAFIM 409, 1659, 1720, 2236, 2261, 2311, 2346, 2387, 2437, 2491, 2796
VALERIA MARTINEZ DA GAMA 2265
VALÉRIA MATOS SAHD 1406
VALÉRIA OTALIA NALON DE ANDRADE 4296
VALÉRIA SAQUES 1625, 2077, 2224, 2770, 2878
VALKÍRIA COSTA SOUZA 709
VALMIR DE FREITAS SILVEIRA 3670
VALMIR MACEDO DE ARAÚJO 3242
VALMIR MEURER IZIDORIO 4191
VALNEZ T L BITTENCOURT 4306
VALQUIRIA BELMENI STEFFENS 499, 1138, 1408, 3418, 3446, 3686, 3702, 3720, 3725, 3726, 3727
VALQUÍRIA PAGANELLA PINZON 3594
VALTENIR QUEIROZ DOS SANTOS 1324
VALTER COSTA DE OLIVEIRA 3402
VALTER DE MELO 2726
VALTER DE OLIVEIRA PRATES 1473
VALTER FISCHBORN 3500
VALTER FRANCISCO MESCHEDE 474
VALTER MACHADO CARDOSO 560
VALTER RIBEIRO DE ARAUJO 1210
VANDERLEI BUENO PEREIRA 3477
VANDERLEI JOSÉ BOBROWSKI 3510
VANDERLEI LUIS WILDNER 3241, 3380
VANDERLEI LUÍS WILDNER 3312
VANDERLEI POMPEO DE MATTOS 3710
VANDERLUCIO DOS SANTOS BAUM 525
VANESSA BOVE CIRELLO 1152, 3894, 3930, 4339, 4365
VANESSA CARLA VIDUTTO BERMAN 4288
VANESSA DE OLIVEIRA NARDELLA 1557
VANESSA GODOY BENEDITO 1307
VANESSA GONÇALVES SIQUEIRA 185
VANESSA ILMER FIALHO PINTO 2657
VANESSA SARAIVA DE ABREU 1703
VÂNIA AFFONSO DE MELLO 1086
VÂNIA MARQUEZ SARAIVA 1249
VANICE REGINA LÍRIO DO VALLE 517
VANILCE BARCELLOS BRAGANÇA 1221
VANIO COELHO 2852
VANYA FILARDI RIBEIRO 4277
VARLEM DOS SANTOS OBELAR 3822
VASCO SCHMITT MOREIRA DOS SANTOS 2495
VELTON FRANCISCO DE OLIVEIRA GOULART 2833
VENÍCIO BARBALHO NETO 3951, 4145
VENICIO BORELLI FILHO 785
VERA ALICE POLONIO 716
VERA ANDÚJAR 208, 2853, 2861, 2898
VERA CLÁUDIA LAZAR CARNEIRO 2379
VERA LÚCIA AGLIARDI SAITO 1492
VERA LÚCIA ANDUJAR 876, 3051
VERA LUCIA BENEDETTI DE ALBUQUERQUE 1461
VERA LÚCIA BICCA ANDUJAR 2435, 2607, 2835, 3038, 3040
VERA LÚCIA D'AMATO 4186, 4378
VERA LÚCIA DOS SANTOS 1589
VERA LÚCIA KIRDEIKO 2902
VERA LUCIA MACHADO 3111
VERA LUCIA PINHEIRO CARDOSO DIAS 134, 2306
VERA LÚCIA TORMIN FREIXO 4166
VERA MARIA NUNES MICHELS 1830
VERA SÍLVIA RODRIGUES AUGUSTO 1414
VERA SZYLOWIEC 1918
VERÔNICA FERNANDES UCHÓA CONSTANTE 2057
VERÔNICA PINHEIRO VIDAL 2178
VICENTE CORNÉLIO DE SOUZA 3450
VICENTE DE PAULA MENDES 747
VICENTE DE PAULO DE O CÂNDIDO 837
VICENTE FLÁVIO MACEDO RIBEIRO 3683
VICENTE GRECO FILHO 1901
VICENTE JOSÉ DE SOUZA 4205, 4389
VICENTE LORIO ARRUZZO 2957
VICENTE MARCONDES 1462
VICENTE TEIXEIRA SMITH 3381
VICENTE VENANCIO DE OLIVEIRA 3847
VICTOR EDUARDO GEVAERD 3051
VICTOR MENDONÇA NEIVA 3243
VICTORIA AMÁLIA DE BARROS CARVALHO GOZDAWA DE SULOCKI 691
VILMA FREITAS DE MATTOS MARCONDES 182, 486, 1123, 1316, 4200
VILMA RIBEIRO 3896, 3926
VILMA THOMAL 744, 910, 911, 912, 2297, 2298
VILMAR DA SILVA BARBOSA 1074, 1443
VILMAR DE SOUZA CARVALHO 1562
VILSO PIAS 942, 957, 971, 1038, 1045, 1080, 3145, 3179, 3383, 3571, 3608
VILSON ONZI 330
VINÍCIUS DE CARVALHO MADEIRA 4154
VINÍCIUS MARCELO BORGES 2194, 2210, 2963, 2972
VIRGÍLIO CÉSAR DE MELO 2094, 2684, 2697
VIRGÍNIA KIRCHMEYER VIEIRA 4296
VITELIO VALCARENGHI 3143
VITOR ARLEN DE OLIVEIRA ZANINI 1404
VÍTOR DONATO DE ARAÚJO 812
VITOR HUGO PEREIRA DE OLIVEIRA 1699
VITOR IORIO ARRUZZO 278
VÍTOR PETRI 4194
VITÓRIA AIDA ARRUDA PEREIRA DE OLIVEIRA 2286
VITÓRIA CABRAL RABAY 2373
VIVALDINO MUNIZ DOS SANTOS 3200
VIVANE AMARAL SOUZA 2950
VIVIANE CARACIOLO ALBUQUERQUE FERREIRA 3079, 3080
VIVIANE FERNANDEZ PRUDENCIO DE CAMPOS LOBO 288
VIVIANE PINHEIRO KONIGSFELD 1912
VIVIANE SALDANHA PASSARI 2329
VLADIMIR VOLKART 3218, 3220
VOLMAR DE PAULA FREITAS 2162
VOLNIR CARDOSO ARAGÃO 1450, 2322, 3675
WAGNER ANANIAS RODRIGUES 4153
WAGNER DONEGATI 2585
WAGNER FERNANDO SAFE 1243
WAGNER LIMA NASCIMENTO SILVA 268, 751
WAGNER PETER KRAINER JOSÉ 406
WAGNER PIRES DE OLIVEIRA 2670
WAISMAN AUGUSTO RIOS 3249
WALDEMAR CLÁUDIO DE C ARVALHO 3062
WALDEMAR CLÁUDIO DE CARVALHO 3060
WALDEMAR FERREIRA MARTINS DE CARVALHO 2689

WALDEMAR PINTO FILHO 557
WALDIR LESKE 155
WALDIR LUIZ BRAGA 1608
WALDIR SIQUEIRA 2361
WALDIVIO RODRIGUES BRASIL ARAÚJO 2488
WALDYR ASSIS DOS SANTOS 1101
WALDYR COLLOCA JUNIOR 1764
WALDYR PEREIRA NOBREGA JUNIOR 4370
WALFRIDO JORGE WARDE 3504
WALKYRIA P S RIBEIRO DOS SANTOS 2563
WALLACE JORGE ATTIE 1738
WALMIR DE OLIVEIRA 1244
WALQUÍRIA MENEZES MORAES 283
WALTER AROCA SILVESTRE 1299, 1300
WALTER AUGUSTO CARDOSO 3434
WALTER BORDINASSO JUNIOR 3928
WALTER BRAUN 3819
WALTER DE AGRA JUNIOR 1588
WALTER DO CARMO BARLETTA 2537
WALTER DOS SANTOS 2262
WALTER FERRARI NICODEMO JUNIOR 613
WALTER FRANCISCO DA SILVA 2103
WALTER FREDERICO NEUKRANZ 1399
WALTER FREITAS DE MORAES 805
WALTER GUSTAVO DA SILVA LEMOS 2153
WALTER JOSE MATHIAS JUNIOR 3083, 3257, 3328, 3344
WALTER PRAZERES GUIMARÃES 535
WALTER SOARES OLIVEIRA 137
WALTER TORRES DE LEÃO 4146
WANDER PAULO BRASIL PINTO 3301
WANDER PEREZ 3856
WANDER SÍGOLI 3423
WANDERLEI BAN RIBEIRO 847
WANDERLEY CALAZAN ALVARENGA 3457
WANDERLEY CAMPOS 2012
WANDERSON FERREIRA 327
WÂNIA MARIA ALVES DE BRITO 2053
WANIA MARIA BARBOSA 1753, 2616
WANIA MARIA BARBOSA DE JESUS 2690
WANJA MEYRE SOARES DE CARVALHO 3915, 4221, 4245
WASHINGTON ETER DE ARAÚJO SOARES FILHO 376
WASHINGTON H A DE OLIVEIRA 275
WASHINGTON HROLDO MENDES DE ANDRADE 3122
WASHINGTON LUIZ FERNANDES DIAS 3029
WEBER PEIXOTO NOVAIS 500
WELERSON RIBEIRO DA SILVA 1991
WELLINGTON EUCLYDES DE SOUZA 900
WELTON MACHADO TEODORO 3719
WENCESLAU LOPES 3214
WERNER BACKES 295
WESLEY BATISTA DE ABREU 3183
WESLEY DUARTE GONÇALVES SALVADOR 2113
WESLLEY ALVES DE MIRANDA 587
WILLAMS GLADSTONE LEÃO 3661
WILLIAM ANTÔNIO SIMEONE 202
WILLIAM DESTEZ SANTOS 2130
WILLIAM DIETER PAAPE 1963
WILLIAM RICCALDONE ABREU 3782
WILLIAN MARCONDES SANTANA 1052, 1259, 1260, 1373, 1893
WILLIAN PERES BITTENCOURTE 2630
WILSON BARUFALDI 1850
WILSON DONIZETI LIBERATI 3258
WILSON FEITOSA DA SILVA 3063
WILSON JOSÉ GERMIN 109
WILSON JOSÉ LOPES 372
WILSON LOPES DA CONCEICAO 3277
WILSON LUIS DE SOUSA FOZ 1834, 2578, 2580, 2610, 2810, 2859, 2880, 2882, 2885, 2900
WILSON LUIZ DARIENZO QUINTEIRO 1333
WILSON MANFRINATO JÚNIOR 1527
WILSON MENDES FERREIRA 840
WILSON MONTEIRO 4377
WILSON VIEIRA LOUBET 3719
WILTON CARLOS SANTINO 2349
WILZA CARLA FOLCHINI BARREIROS 289
WLADEMIR LISSO 2357
WLADIMIR VALLER 3384
WOLNEI BAMBERG MARTINELI 1109
WOLNEI SANTOS MARCHIORO 3538
YARA DE MINGO FERREIRA 2570
YASSODARA CAMOZZATO 1776, 1777
YOSHISHIRO MINAME 816, 2817
YVONE ROCHA DA SILVA PALHARES 254
ZACHARIAS MANOEL MENDES NETO 696, 3069
ZAIRO FRANCISCO CASTALDELL0 3673
ZENAIDE NATALINA DE LIMA RICCA 3974
ZILDA ÂNGELA RAMOS COSTA 157
ZILEIDE PEREIRA DA CRUZ 321
ZORA YONARA M. DOS SANTOS CARVALHO PALAZZIN 2237, 2241, 2253, 2254, 3027, 3044
ZULEICA ESTÁCIO DE FREITAS 1337
ZUMA GASPAR NASTRI ANTUNES 3330

Conselho da Justiça Federal

COORDENAÇÃO-GERAL

TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

DECISÕES PRESIDENTE DA TURMA

PROCESSO	REQUERENTE	REQUERIDO
2006.33.00.702036-3	INSS	MARIA CHAGAS DA SILVA
2006.33.00.702370-8	INSS	JOANA DARC RIBEIRO SÁ
2006.33.00.702815-9	INSS	GERCILENE PEREIRA DE OLIVEIRA
2006.33.00.703124-6	INSS	EDNA CRISTINA DA SILVA PEREIRA DURÃES
2006.33.00.703209-0	INSS	ANAILZA MENDES CARVALHO
2006.33.00.703440-2	INSS	CRISTIANE ROSA DA SILVA
2006.33.00.704073-5	INSS	JOALHA ALVES TRINDADE DE SOUZA LIMA
2006.33.00.704088-6	INSS	CERLEIDE DO LAGO ALMEIDA VIENA
2006.33.00.704124-7	INSS	ADRIANA APARECIDA BARRETO DE ALMEIDA
2006.33.00.704974-5	INSS	SANDRA DE JESUS SILVA
2006.33.00.705132-3	INSS	CLÉRIA QUEIROZ SILVA
2006.33.00.705216-4	INSS	IONE QUEIROZ TEIXEIRA
2006.33.00.705301-5	INSS	ILMA DE SOUZA SANTOS
2006.33.00.707224-1	INSS	ERENICE DOS SANTOS LIMA
2006.33.00.707865-7	INSS	JICELIA DE SOUZA
2006.33.00.707929-2	INSS	ANTONIA PEREIRA DE ANDRADE
2006.33.00.707962-8	INSS	SANDRA REGINA FERREIRA
2006.33.00.707965-9	INSS	RENATA APARECIDA ALVES LEITE
2006.33.00.708054-7	INSS	MARIA DE LOURDES DA SILVA
2006.33.00.708123-7	INSS	GILVANETE MADALENA DOS SANTOS
2006.33.00.708290-7	INSS	IVONE DE SOUZA BORGES CONCEIÇÃO
2006.33.00.708291-0	INSS	SOLAJA PEREIRA MENDONÇA
2006.33.00.708426-3	INSS	EDILMA DOS SANTOS OLIVEIRA
2006.33.00.709299-0	INSS	MARIA LUCIA CAIRES
2006.33.00.709804-9	INSS	NEURILENE ARAUJO DOS SANTOS
2006.33.00.710547-6	INSS	MARIA ANDRADE DOS SANTOS
2006.33.00.711920-3	INSS	JAILDA ALVES DE AQUINO SANTOS
2006.33.00.711955-0	INSS	LUCIA CRISTINA LEITE
2006.33.00.711978-6	INSS	GILVANEIDE MARCELINO DE SOUZA
2006.33.00.712292-8	INSS	MAROLY DA GAMA FERREIRA

PROC./ADV. DOS REQUERIDOS: CÍCERO EMERICIANO DA SILVA (OAB/BA 17690), ANDREZA DE OLIVEIRA CERQUEIRA (OAB/BA 18482), PALOMA NEGREIROS ACCIOLY LINS (OAB/BA 19478)

DECISÃO

Trata-se de requerimento formulado pelo INSS para admissão de incidente de uniformização de jurisprudência negado pelo Presidente da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia, onde proferido acórdão no sentido de reformar a sentença julgando procedente o pedido de pagamento de diferenças decorrentes do salário-maternidade requerido fora do termo legal pela segurada especial.

O suscitante não se conforma com essa conclusão, aduzindo divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça. Afirma não ser devido o pagamento da correção monetária pleiteada, pois não caracterizada a mora da autarquia previdenciária. Pretende seja reformada a decisão da Presidência do órgão de origem.

O pleito, contudo, não encontra guarida.

Com efeito, malgrado a tese de dissídio jurisprudencial, verifica-se que os arestos indicados como paradigmas oriundos do STJ não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos.

A Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia, ao reformar a sentença, conclui ser devido o pagamento da correção monetária para que seja mantido o poder aquisitivo da moeda, nos casos em que o salário-maternidade é requerido depois do parto.

Todavia, o primeiro aresto colacionado como paradigma, AgRg. no REsp. 280929, entende só restar caracterizada a mora do INSS quando o mesmo deixa de pagar o benefício devido dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da data da apresentação da documentação necessária pelo segurado. Caracterizada a mora da autarquia previdenciária, nos termos do disposto no art. 41, § 6º, da Lei nº 8.213/91, cabível a aplicação do enunciado da súmula 43 do STJ, segundo a qual incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo.

O REsp. 721230, por sua vez, afirma que a correção dos benefícios pagos em atraso deve ser feita com base nos critérios previstos na Lei nº 8.213/91 e alterações posteriores.

De início, nenhum dos arestos paradigmas cuida da discussão presente nestes autos, qual seja, a necessidade de pagamento de correção monetária sobre o valor devido a título de salário-maternidade quando o benefício é requerido administrativamente após o nascimento da criança.

De outro lado, o acórdão recorrido não adota tese contrária às defendidas pelos julgados indicados, pois não discute acerca dos requisitos necessários para a caracterização da mora do INSS nem afirma ser aplicável o entendimento consubstanciado no verbete sumular 43 do STJ nos casos de inexistência dessa mora, tampouco determina a realização de correção dos benefícios pagos em atraso com base em critério diverso daquele previsto na lei previdenciária. Apenas julga procedente o pedido autoral por considerar que a finalidade da correção monetária é a reposição do poder aquisitivo da moeda em determinado período, sendo devida no presente caso por se tratar de dívida de caráter pecuniário.

Dessa forma, o dissídio pretoriano não está devidamente configurado.

Ante o exposto, nos termos do art. 5º, V, da Resolução nº 390/2004, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro GILSON DIPP
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO	REQUERENTE	REQUERIDO
2006.33.00.701062-6	INSS	ADENAIDE MARQUES DE OLIVEIRA
2006.33.00.701170-3	INSS	IRENE BENTO DE AQUINO
2006.33.00.702205-5	INSS	ZIZELIA DE SOUSA LIMA
2006.33.00.702595-5	INSS	JOELMA NUNES DE JESUS
2006.33.00.702816-2	INSS	JOELZA SABINO DA SILVA
2006.33.00.702934-2	INSS	MARIA DO CARMO DE SOUZA MARTINS
2006.33.00.703046-7	INSS	JOSINEIDE OLIVEIRA DOS SANTOS
2006.33.00.703100-6	INSS	JILMA BOAVENTURA DE CARVALHO
2006.33.00.703286-1	INSS	MARILIA RICARDA DOS SANTOS
2006.33.00.703342-8	INSS	TEREZINHA DAS VIRGENS SANTANA
2006.33.00.703437-5	INSS	ANA CLAUDIA ALVES DE SENA
2006.33.00.703872-5	INSS	JOSINEIDE GONÇALVES BARBOSA
2006.33.00.704110-0	INSS	MARIA CRISTINA RODRIGUES DOS SANTOS
2006.33.00.704135-3	INSS	EDINALVA MARIA DOS SANTOS

2006.33.00.704175-4	INSS	HENI BASTOS RIBEIRO
2006.33.00.704227-0	INSS	IVANILDE CAMPOS SILVA
2006.33.00.704338-8	INSS	NORMANDA ALVES MARTINS
2006.33.00.705335-8	INSS	MARIA SANTANA DIAS LOPES
2006.33.00.707389-8	INSS	ANA CASSIA MARTINS NUNES E NUNES
2006.33.00.707830-0	INSS	NILTA MIRANDA
2006.33.00.708150-4	INSS	MARIA SOUZA SILVA
2006.33.00.708357-3	INSS	MARIA DE FATIMA GONÇALVES DE JESUS
2006.33.00.708429-4	INSS	MARINEIDE LINA DOS SANTOS
2006.33.00.708485-6	INSS	SANDRA REGINA DE OLIVEIRA
2006.33.00.708492-8	INSS	MARINEIDE DA CONCEIÇÃO SANTANA
2006.33.00.708513-1	INSS	JUSCELI DANIEL DA SILVA
2006.33.00.709328-0	INSS	IRACI NUNES DA SILVA
2006.33.00.710660-8	INSS	NILMA DE JESUS SILVA
2006.33.00.710721-2	INSS	RITA DE CASSIA PAIVA DOS SANTOS
2006.33.00.712143-6	INSS	FRANCISCA DAIENE FLORA DE SÁ SILVA

PROC./ADV. DOS REQUERIDOS: CÍCERO EMERICIANO DA SILVA (OAB/BA 17690), ANDREZA DE OLIVEIRA CERQUEIRA (OAB/BA 18482), PALOMA NEGREIROS ACCIOLY LINS (OAB/BA 19478)

DECISÃO

Trata-se de requerimento formulado pelo INSS para admissão de incidente de uniformização de jurisprudência negado pelo Presidente da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia, onde proferido acórdão no sentido de reformar a sentença julgando procedente o pedido de pagamento de diferenças decorrentes do salário-maternidade requerido fora do termo legal pela segurada especial.

O suscitante não se conforma com essa conclusão, aduzindo divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça. Afirma não ser devido o pagamento da correção monetária pleiteada, pois não caracterizada a mora da autarquia previdenciária. Pretende seja reformada a decisão da Presidência do órgão de origem.

O pleito, contudo, não encontra guarida.

Com efeito, malgrado a tese de dissídio jurisprudencial, verifica-se que os arestos indicados como paradigmas oriundos do STJ não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos.

A Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia, ao reformar a sentença, conclui ser devido o pagamento da correção monetária para que seja mantido o poder aquisitivo da moeda, nos casos em que o salário-maternidade é requerido depois do parto.

Todavia, o primeiro aresto colacionado como paradigma, AgRg. no REsp. 280929, entende só restar caracterizada a mora do INSS quando o mesmo deixa de pagar o benefício devido dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da data da apresentação da documentação necessária pelo segurado. Caracterizada a mora da autarquia previdenciária, nos termos do disposto no art. 41, § 6º, da Lei nº 8.213/91, cabível a aplicação do enunciado da súmula 43 do STJ, segundo a qual incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo.

O REsp. 721230, por sua vez, afirma que a correção dos benefícios pagos em atraso deve ser feita com base nos critérios previstos na Lei nº 8.213/91 e alterações posteriores.

De início, nenhum dos arestos paradigmas cuida da discussão presente nestes autos, qual seja, a necessidade de pagamento de correção monetária sobre o valor devido a título de salário-maternidade quando o benefício é requerido administrativamente após o nascimento da criança.

De outro lado, o acórdão recorrido não adota tese contrária às defendidas pelos julgados indicados, pois não discute acerca dos requisitos necessários para a caracterização da mora do INSS nem afirma ser aplicável o entendimento consubstanciado no verbete sumular 43 do STJ nos casos de inexistência dessa mora, tampouco determina a realização de correção dos benefícios pagos em atraso com base em critério diverso daquele previsto na lei previdenciária. Apenas julga procedente o pedido autoral por considerar que a finalidade da correção monetária é a reposição do poder aquisitivo da moeda em determinado período, sendo devida no presente caso por se tratar de dívida de caráter pecuniário.

Dessa forma, o dissídio pretoriano não está devidamente configurado.

Ante o exposto, nos termos do art. 5º, V, da Resolução nº 390/2004, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro GILSON DIPP
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO	REQUERENTE	REQUERIDO
2006.33.00.701319-3	INSS	ANA LÚCIA SANTOS DA SILVA
2006.33.00.701338-5	INSS	CARMELITA FERREIRA DE ANDRADE
2006.33.00.701351-5	INSS	FLORDINICE DE MIRANDA CARVALHO
2006.33.00.702007-9	INSS	NILVANDA ALICE DE JESUS
2006.33.00.702027-4	INSS	DINEUZA MARIA DOS SANTOS
2006.33.00.702756-1	INSS	ZILDA RABELO DOS SANTOS
2006.33.00.702874-1	INSS	SANDRA ALVES DE ALMEIDA SANTANA
2006.33.00.703306-1	INSS	DOMINGAS JESUS DOS SANTOS
2006.33.00.703507-9	INSS	MARINALVA LOPES DA SILVA
2006.33.00.703530-1	INSS	GILVANY JESUS DE SOUZA
2006.33.00.704082-4	INSS	JOSEFA MOTA BARBOSA
2006.33.00.704174-0	INSS	ELIANE DA SILVA ROCHA
2006.33.00.704315-1	INSS	FABIANA MARIA DE JESUS
2006.33.00.705313-5	INSS	SUELI SOUZA SENA
2006.33.00.705773-9	INSS	MARIA DAS DORES DA SILVA LIMA
2006.33.00.707614-6	INSS	ALAURI ALVES BARRETO
2006.33.00.707656-4	INSS	SOLANGE GOMES DOS REIS
2006.33.00.707702-8	INSS	VALDENICE MOREIRA DE ALEXANDRIA
2006.33.00.707943-6	INSS	VANDERLÉIA DE JESUS CAMBUI
2006.33.00.707967-6	INSS	IRIS SANTOS DA SILVA
2006.33.00.707994-3	INSS	FRANCISCA DA CONCEIÇÃO
2006.33.00.708017-7	INSS	CLAUDEENE DE SOUZA ALMEIDA
2006.33.00.708111-7	INSS	MARLUCIA DE JESUS
2006.33.00.708369-3	INSS	MAGALY MARTINS DOS SANTOS
2006.33.00.708530-6	INSS	JUCILENE VIEIRA DOS SANTOS
2006.33.00.709344-0	INSS	SANDRA MARIA PEREIRA SILVA
2006.33.00.709401-0	INSS	MARIA LÚCIA ALVES SOUZA
2006.33.00.709404-1	INSS	FLORACI ROSA DOS ANJOS
2006.33.00.710610-4	INSS	MARIA APARECIDA SILVA DOS SANTOS
2006.33.00.710875-2	INSS	LUCINEIDE COSTA DE SOUZA

PROC./ADV. DOS REQUERIDOS: CÍCERO EMERICIANO DA SILVA (OAB/BA 17690), ANDREZA DE OLIVEIRA CERQUEIRA (OAB/BA 18482), PALOMA NEGREIROS ACCIOLY LINS (OAB/BA 19478)

DECISÃO

Trata-se de requerimento formulado pelo INSS para admissão de incidente de uniformização de jurisprudência negado pelo Presidente da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia, onde proferido acórdão no sentido de reformar a sentença julgando procedente o pedido de pagamento de diferenças decorrentes do salário-maternidade requerido fora do termo legal pela segurada especial.

O suscitante não se conforma com essa conclusão, aduzindo divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça. Afirma não ser devido o pagamento da correção monetária pleiteada, pois não caracterizada a mora da autarquia previdenciária. Pretende seja reformada a decisão da Presidência do órgão de origem.

O pleito, contudo, não encontra guarida.

Com efeito, malgrado a tese de dissídio jurisprudencial, verifica-se que os arestos indicados como paradigmas oriundos do STJ não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos.

A Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia, ao reformar a sentença, conclui ser devido o pagamento da correção monetária para que seja mantido o poder aquisitivo da moeda, nos casos em que o salário-maternidade é requerido depois do parto.

Todavia, o primeiro aresto colacionado como paradigma, AgRg. no REsp. 280929, entende só restar caracterizada a mora do INSS quando o mesmo deixa de pagar o benefício devido dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da data da apresentação da documentação necessária pelo segurado. Caracterizada a mora da autarquia previdenciária, nos termos do disposto no art. 41, § 6º, da Lei nº 8.213/91, cabível a aplicação do enunciado da súmula 43 do STJ, segundo a qual incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo.

O REsp. 721230, por sua vez, afirma que a correção dos benefícios pagos em atraso deve ser feita com base nos critérios previstos na Lei nº 8.213/91 e alterações posteriores.

De início, nenhum dos arestos paradigmas cuida da discussão presente nestes autos, qual seja, a necessidade de pagamento de correção monetária sobre o valor devido a título de salário-maternidade quando o benefício é requerido administrativamente após o nascimento da criança.

De outro lado, o acórdão recorrido não adota tese contrária às defendidas pelos julgados indicados, pois não discute acerca dos requisitos necessários para a caracterização da mora do INSS nem afirma ser aplicável o entendimento consubstanciado no verbete sumular 43 do STJ nos casos de inexistência dessa mora, tampouco determina a realização de correção dos benefícios pagos em atraso com base em critério diverso daquele previsto na lei previdenciária. Apenas julga procedente o pedido autoral por considerar que a finalidade da correção monetária é a reposição do poder aquisitivo da moeda em determinado período, sendo devida no presente caso por se tratar de dívida de caráter pecuniário.

Dessa forma, o dissídio pretoriano não está devidamente configurado.

Ante o exposto, nos termos do art. 5º, V, da Resolução nº 390/2004, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

Ministro GILSON DIPP
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

AUTOS COM VISTA AOS INTERESSADOS

Os processos abaixo relacionados encontram-se com Vista ao Recorrido para Contra-Razões ao Incidente de Uniformização perante o Superior Tribunal de Justiça.

PROCESSO N: 2006.72.95.008283-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: ACHILLES LINHARES DE CAMPOS FRIAS
REQUERIDO(A): ARI FERREIRA LIMA
PROC./ADV.: SABRINA NASCHENWENG

PROCESSO No. 2006.72.95.004833-9 /
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: ANA CRISTINA RODRIGUES GUIMARÃES
REQUERIDO(A): RICARDO RAFAEL CONTI
PROC./ADV.: KASSIANO COSTA MACHADO

PROCESSO No. 2006.72.95.005511-3
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: ANA CRISTINA RODRIGUES GUIMARÃES
REQUERIDO(A): ROCHELE ANGULSKI
PROC./ADV.: KASSIANO COSTA MACHADO

PROCESSO No. 2006.72.95.006888-0
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: ACHILLES LINHARES DE CAMPOS FRIAS
REQUERIDO(A): CLAUDEMIR DOS SANTOS
PROC./ADV.: CRISTINA ELIAS NASCHENWENG ESPINDOLA

PROCESSO No. 2006.72.95.006862-4
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: ACHILLES LINHARES DE CAMPOS FRIAS
REQUERIDO(A): LÚCIA DANDOLINI
PROC./ADV.: CRISTINA ELIAS NASCHENWENG ESPINDOLA

PROCESSO No. 2006.72.95.006891-0
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: ANA CRISTINA RODRIGUES GUIMARÃES
REQUERIDO(A): AMAURI AMARAL DA VEIGA
PROC./ADV.: CRISTINA ELIAS NASCHENWENG ESPINDOLA

PROCESSO No. 2006.72.95.008285-2
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: ANA CRISTINA RODRIGUES GUIMARÃES
REQUERIDO(A): CLEUSA DE CARVALHO SILVESTRE
PROC./ADV.: CRISTINA ELIAS NASCHENWENG ESPINDOLA
ASSUNTO: Incidência Sobre Licença-Prêmio/Abono/Indenização - IRPF/ Imposto de Renda de Pessoa Física - Tributação

A C Ó R D Ã O S

PROCESSO: 2005.43.00.902890-0
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: INAILDE ALVES DOS SANTOS
PROC./ADV.: KARINE KURYLO CAMARA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: FERNANDO CAFÉ BARROSO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL HÉLIO SILVIO OUREM CAMPOS
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203, V CF/88) - Benefícios em Espécie / Concessão / Conversão / Restabelecimento / Complementação - Previdenciário

EMENTA:
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. DIVERGÊNCIA DA TURMA RECURSAL/TO COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. § 3º DO ART 20 DA LEI 8.742/93. CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE.
1. Trata-se de pedido de uniformização de jurisprudência formulado por Inailde Alves dos Santos (fls. 34/42), apontando suposto dissenso da Turma Recursal/TO (fls. 32/33) com a jurisprudência dominante do STJ, nos termos do art. 14, § 2º, da Lei 10.259/2001, sobre a concessão do benefício assistencial nos casos em que a renda per capita for superior a ¼ do salário-mínimo.
2. A **Sentença** proferida pelo Exmo. Dr. Felini de Oliveira Wanderley (fls. 14/20), indeferiu o pedido, argumentando que: a) o grupo familiar é composto pela Autora e seu esposo, que recebe um salário-mínimo de aposentadoria; b) a renda per capita é superior a ¼ do salário-mínimo; c) não há provas suficientes da miserabilidade extrema**,** constando do laudo sócio-econômico que a Autora reside em uma casa cedida por sua filha.
3. O **Acórdão impugnado** da TR/TO (fls. 32/33), relatado pelo Exmo. Dr. José Godinho Filho, manteve a sentença, concluindo que a Autora **não atendeu ao critério objetivo** do **§ 3º do art. 20** da Lei 8.742/93**,** julgado constitucional pelo STF na ADI 1.232/DF.
4. O **Acórdão/paradigma,** do STJ (fl. 39), diz em suma, que o disposto no § 3º do art. 20 da Lei 8.742/93 não é o único critério válido para comprovar a condição de miserabilidade da família do necessitado, não impedindo que o julgador faça uso de outros fatores. (REsp 314264, DJ: 18/06/01, 5T, Min. Félix Fischer).
5. As decisões mais recentes do Col. STF são no sentido de que: (STF: Rcl43746/PE, Decisão monocrática em 01/02/07. Min. Gilmar Mendes; Rcl4164, Min. Marco Aurélio; Rcl 3805/SP, Decisão: 09/10/2006 Min. Carmem Lúcia).
a) a constitucionalidade do critério econômico previsto no § 3º do art. 20 da Lei 8.742/93, declarada na ADI 1231-1/DF, não afastou a possibilidade, no exame do caso concreto, do juiz fixar o que se fizesse mister para que a norma constitucional do art. 203, V, e demais direitos fundamentais e princípios constitucionais fossem cumpridos;
b) o próprio limite referente a um quarto do salário-mínimo per capita há de ser objeto de reinterpretação em face da legislação superveniente atinente a outros benefícios assistências.
6. Divergência do Acórdão impugnado com a jurisprudência do STJ (EARESP824817/SP 5T, 14/11/2006, Felix Fischer; AGRESP 529928/SP 5T, 06/12/2005, Arnaldo Esteves Lima**)**, bem assim, com decisões recentes do STF, pois, com base no laudo sócio-econômico, o Juiz a quo (vide sentença de fls. 14/20) concluiu que não restou demonstrada a condição de miserabilidade, uma vez que a Autora mora em uma casa cedida pela filha. Entretanto, **o serviço social**, no referido laudo (fl. 08), **concluiu que a Recorrente apresenta os critérios para a concessão do Benefício Assistencial**, que são os seguintes:
a) reside com o marido e vivem apenas da renda deste;
b) a renda é insuficiente para a sobrevivência do casal, que gasta com alimentação, medicamentos, água, luz e outras;
c) é doente (hipertensa), necessitando de uso contínuo de medicação.
7. A aposentadoria, no valor de um salário-mínimo, percebida pelo marido da Recorrente deve ser excluída do cômputo do cálculo da renda familiar *per capita*. Aplicação analógica do Parágrafo único do art. 34 do Estatuto do Idoso. (Precedentes STJ: RESP 841060/SP 6T decisão: 12/06/2007 Maria Thereza de Assis Moura).
8. Pedido de uniformização conhecido e provido.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Uniformização de Jurisprudência nº 200543009028900/TO, em que são partes as acima mencionadas, DECIDE a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por maioria, *conhecer do Pedido de Uniformização, e, no mérito, dar-lhe provimento*, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante deste julgado.
Inversão do ônus da sucumbência.
Recife, 13 de agosto de 2007.

HÉLIO S. OUREM CAMPOS
Juiz Federal - Relator

PROCESSO: 2005.43.00.904318-0
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: ANTONIA ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: ADRIANA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: JOÃO GUIMARÃES JUREMA NETO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL HÉLIO SILVIO OUREM CAMPOS
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203, V CF/88) - Benefícios em Espécie / Concessão / Conversão / Restabelecimento / Complementação - Previdenciário

EMENTA:
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. DIVERGÊNCIA DA TURMA RECURSAL/TO COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. § 3º DO ART 20 DA LEI 8.742/93. CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE.
1. Trata-se de pedido de uniformização de jurisprudência formulado por Antônia Alves da Silva (fls. 41/48), apontando suposto dissenso da Turma Recursal/TO (fls. 38/40) e a jurisprudência dominante do STJ, nos termos do art. 14, § 2º, da Lei 10.259/2001, sobre a concessão do benefício assistencial nos casos em que a renda per capita for superior a ¼ do salário-mínimo.
2. A **Sentença** proferida pelo Exmo. Dr. Felini de Oliveira Wanderley (fls. 22/28), indeferiu o pedido, argumentando que: a) o grupo familiar é composto pela Autora e seu esposo, que recebe um salário-mínimo de aposentadoria; b) a renda per capita é superior a ¼ do salário-mínimo, sendo desnecessária a análise dos demais requisitos, c) não há provas suficientes da miserabilidade extrema**,** constando do laudo sócio-econômico que a Autora possui renda familiar e moradia própria em condições habitáveis.
3. O **Acórdão impugnado** da TR/TO (fls. 38/39), relatado pelo Exmo. Dr. Adelmar Aires Pimenta da Silva, manteve a sentença, concluindo que a Autora **não atendeu ao critério objetivo** do **§ 3º do art. 20** da Lei 8.742/93**,** julgado constitucional pelo STF na ADI 1.232/DF.
4. O **Acórdão/paradigma,** do STJ (fl. 45), diz em suma, que o disposto no § 3º do art. 20 da Lei 8.742/93 não é o único critério válido para comprovar a condição de miserabilidade da família do necessitado, não impedindo que o julgador faça uso de outros fatores. (REsp 314264, DJ: 18/06/01, 5T, Min. Félix Fischer).
5. As decisões mais recentes do Col. STF são no sentido de que: (STF: Rcl43746/PE, Decisão monocrática em 01/02/07. Min. Gilmar Mendes; Rcl4164, Min. Marco Aurélio; Rcl 3805/SP, Decisão: 09/10/2006 Min. Carmem Lúcia).
a) a constitucionalidade do critério econômico previsto no § 3º do art. 20 da Lei 8.742/93, declarada na ADI 1231-1/DF, não afastou a possibilidade, no exame do caso concreto, do juiz fixar o que se fizesse mister para que a norma constitucional do art. 203, V, e demais direitos fundamentais e princípios constitucionais fossem cumpridos;
b) o próprio limite referente a um quarto do salário-mínimo per capita há de ser objeto de reinterpretação em face da legislação superveniente atinente a outros benefícios assistências.
6. Divergência do Acórdão impugnado com a jurisprudência do STJ (EARESP824817/SP 5T, 14/11/2006, Felix Fischer; AGRESP 529928/SP 5T, 06/12/2005, Arnaldo Esteves Lima**)**, bem assim, com decisões recentes do STF, pois, com base no laudo sócio-econômico, o Juiz a quo (vide sentença de fls. 22/28) concluiu que não restou demonstrada a condição de miserabilidade, uma vez que a Recorrente possui renda familiar e moradia própria em condições habitáveis. Entretanto, consta do referido laudo (fl. 10) que esta reside:
a) com o marido, um filho e neto (4 pessoas);
b) reside em moradia precária, casa de palha;
c) sem energia elétrica e água;
d) sem infra-estrutura e sem móveis;
e) está na terceira idade e apresenta problemas de saúde, utilizando medicamentos controlados;
f) possui vulnerabilidade social, pela baixa qualidade de vida.
7. Pedido de uniformização conhecido e provido.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Uniformização de Jurisprudência nº 200543009043180/TO, em que são partes as acima mencionadas, DECIDE a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por maioria, *conhecer do Pedido de Uniformização, e, no mérito, dar-lhe provimento*, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante deste julgado.
Inversão do ônus da sucumbência.
Recife, 13 de agosto de 2007.

Hélio S. Ourem Campos
Juiz Federal - Relator

PROCESSO: 2004.84.10.003881-1
ORIGEM:RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: ORLAN DONATO ROCHA
REQUERIDO(A): TEREZINHA RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: LEVI RODRIGUES VARELA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL HÉLIO SILVIO OUREM CAMPOS
RELATOR PARA ACÓRDÃO: HERMES SIEDLER DA CONCEIÇÃO JUNIOR
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203, V CF/88) - Benefícios em Espécie / Concessão / Conversão / Restabelecimento / Complementação - Previdenciário

PREVIDENCIÁRIO - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL - INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO - DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO.
I - Arestos paradigmas do STJ que entendem que, na ausência de requerimento ou quando há indeferimento na via administrativa, a data de início do benefício por incapacidade deve ser a do laudo pericial. Acórdão impugnado que determinou como DIB do benefício assistencial a data do requerimento administrativo.
II - Quando é possível precisar a data inicial da incapacidade, o benefício se torna devido a partir desta. Tendo havido indeferimento na via administrativa, a data inicial do benefício é a do requerimento administrativo.
III - Incidente conhecido e improvido.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, a Turma, por unanimidade, conheceu do Pedido de Uniformização e, por maioria, nos termos do voto do Juiz Federal Hermes Siedler da Conceição Junior, negou-lhe provimento, vencidos o Juiz Relator e a Juíza Federal Renata Lotufo, que davam provimento.
Brasília, 13 de agosto de 2007.

HERMES SIEDLER DA CONCEIÇÃO JUNIOR
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2005.43.00.904018-4
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: MARIA SOARES DOS REIS
PROC./ADV.: KARINE KURYLO CAMARA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: ANIBAL PESSOA PICANÇO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALEXANDRE MIGUEL
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203, V CF/88) - Benefícios em Espécie / Concessão / Conversão / Restabelecimento / Complementação - Previdenciário

EMENTA
PREVIDENCIÁRIO - ASSISTENCIA SOCIAL - BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - ART. 20. DA LEI 8.742/93 - AUTOR IDOSO - RENDA MENSAL PER CAPTA SUPERIOR A ¼ DO SALÁRIO MÍNIMO - APLICAÇÃO DA LEI 10.741/03 - BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO CONCEDIDO AO CÔNJUGE NÃO DEVE SER COMPUTADO PARA FINS DE CÁLCULO DA RENDA MENSAL FAMILIAR - PRECEDENTES DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO - INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal, em recentes reclamações ajuizadas pelo INSS, tem ressaltado que sua jurisprudência tem caminhado no sentido de se admitir que o critério objetivo estabelecido pela Lei 8.742/93 pode ser conjugado com outro fatores indicativos da miserabilidade do indivíduo e de sua família, para a concessão do benefício assistencial previsto no inciso I do art. 203 da Constituição. Esta Turma Nacional de Uniformização, da mesma forma, tem manifestado entendimento, em diversos julgados, no mesmo sentido, ressaltando que além de ser possível se aferir a miserabilidade do idoso ou deficiente por meio de outros fatores que possibilitem comprovar a insuficiência da renda mensal familiar, deve-se, ainda, excluir da referida renda mensal, para efeito de aferição da renda *per capita*, o benefício de valor mínimo percebido pelo idoso, seja ele de natureza beneficiária ou assistencial, o que demonstra a existência de divergência e, consequentemente, acarreta a admissibilidade do presente incidente de uniformização.
2. Quanto ao mérito, deve ser adotada uma interpretação sistemática do art. 34, parágrafo único do Estatuto do Idoso. Com efeito, prevalecendo a interpretação literal no sentido de que somente pode ser excluído o valor de benefício assistencial e não de benefício previdenciário para fins de percepção do benefício previsto na LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), teríamos uma situação absolutamente paradoxal, ou seja, aquele que nunca contribuiu para a Previdência Social e recebe o benefício assistencial tem seu valor excluído para fins de percepção do mesmo benefício assistencial por outro idoso da família, mas aquele que contribuiu para o INSS e percebe, na velhice, aposentadoria de um salário mínimo, não teria tal possibilidade. Tal situação, além de violar o princípio constitucional da igualdade, infringe, ainda, os limites da razoabilidade, conforme já decidi em precedentes semelhantes ao presente.
3. A autora conta com 74 anos de idade e seu cônjuge, único membro componente do grupo familiar, também idoso, percebe benefício previdenciário no valor mínimo, conforme constado tanto pelo juízo *a quo* quanto pela Turma Recursal de Tocantins, pelo que faz jus a recorrente ao benefício assistencial previsto no art. 20, § 3º da Lei 8.742/93 c/c art. 34 da Lei 10.741/03, eis que preenchidos todos os requisitos legais.
4. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, conhecer e dar provimento ao pedido de uniformização, nos termos do voto e ementa constante dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Brasília, 13 de agosto de 2007.

ALEXANDRE MIGUEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2005.34.00.755093-9
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: ILDETE DOS SANTOS PINTO
REQUERIDO(A): SALES BRAZ ANDERLE
PROC./ADV.: JULIANO MARTINS DE GODOY - DPU
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL HERMES SIEDLER DA CONCEIÇÃO JUNIOR
RELATOR PARA ACÓRDÃO: ALEXANDRE MIGUEL
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art. 42/7) - Benefícios em Espécie / Concessão / Conversão / Restabelecimento / Complementação - Previdenciário

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - REQUISITOS - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - MATÉRIA PROCESSUAL.
I - Arestos paradigmas do STJ que entendem não ser possível a relativização dos requisitos impostos pela Lei n. 8213/91 para a concessão de aposentadoria por invalidez.
II -A análise dos requisitos para a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez deve considerar o conjunto de circunstâncias do caso concreto, não se restringindo à mera constatação da existência ou não de incapacidade laborativa total.
III - A aplicação de multa em embargos de declaração tidos como procrastinatórios é matéria processual, não ensejando a reapreciação por esta Turma Nacional, que somente analisa questões de direito material.
IV - Incidente parcialmente conhecido e improvido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Juízes da Turma de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por maioria, conhecer em parte do Incidente e, nesta parte, negar-lhe provimento, nos termos da fundamentação.
Brasília, 13 de agosto de 2007.

ALEXANDRE MIGUEL
Juiz Federal

PROCESSO: 2005.72.95.015428-7
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MARIA SALETE WELTER URNAU
PROC./ADV.: CRISTINA ELIAS NASCHENWENG ESPINDOLA
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: ANA CRISTINA RODRIGUES GUIMARÃES
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL MARCOS ROBERTO ARAÚJO DOS SANTOS
ASSUNTO:IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Tributário

EMENTA
TRIBUTÁRIO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE. VERBAS INDENIZATÓRIAS. REPETIÇÃO DOS VALORES MEDIANTE RESTITUIÇÃO, VIA PRECATÓRIO, INDEPENDENTE DE DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL. POSSIBILIDADE.
I - Na esteira do entendimento da jurisprudência dominante no Egrégio Superior Tribunal de Justiça, havendo o reconhecimento da ilegal retenção do imposto de renda, deverá ser autorizada a restituição das quantias correspondentes, na forma pleiteada pelo requerente, independente de apresentação de nova declaração anual de ajuste.
II - Incidente de Uniformização conhecido e provido, para uniformizar a jurisprudência do Juizado Especial Federal no sentido do entendimento do STJ, determinando que, tendo sido reconhecida nos autos a ocorrência de ilegal retenção de imposto de renda, deve ser autorizada a restituição das quantias correspondentes, na forma pleiteada pela autora, qual seja, a restituição mediante a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, independentemente de apresentação de nova declaração anual de ajuste.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, a Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, conheceu do Pedido de Uniformização e, por maioria, deu-lhe provimento, nos termos do voto do Juiz Relator, vencido o Juiz Federal Renato Pessanha, que negava provimento".
Brasília, 13 de agosto de 2007.

MARCOS ROBERTO ARAÚJO DOS SANTOS
Juiz Federal Relator

*** PROCESSO: 2006.72.95.004935-6**
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MARIA DO CARMO BORBA GUEDIN
PROC./ADV.: CRISTINA ELIAS NASCHENWENG ESPINDOLA
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: ANA CRISTINA RODRIGUES GUIMARÃES
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL MARCOS ROBERTO ARAÚJO DOS SANTOS
ASSUNTO: IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Tributário

EMENTA
TRIBUTÁRIO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE. VERBAS INDENIZATÓRIAS. REPETIÇÃO DOS VALORES MEDIANTE RESTITUIÇÃO, VIA PRECATÓRIO, INDEPENDENTE DE DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL. POSSIBILIDADE.
I - Na esteira do entendimento da jurisprudência dominante no Egrégio Superior Tribunal de Justiça, havendo o reconhecimento da ilegal retenção do imposto de renda, deverá ser autorizada a restituição das quantias correspondentes, na forma pleiteada pelo requerente, independente de apresentação de nova declaração anual de ajuste.
II - Incidente de Uniformização conhecido e provido, para uniformizar a jurisprudência do Juizado Especial Federal no sentido do entendimento do STJ, determinando que, tendo sido reconhecida nos autos a ocorrência de ilegal retenção de imposto de renda, deve ser autorizada a restituição das quantias correspondentes, na forma pleiteada pelo autor, qual seja, a restituição mediante a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, independentemente de apresentação de nova declaração anual de ajuste.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Juízes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, **por maioria, em conhecer do Pedido de Uniformização e lhe dar provimento**, nos termos do voto do Juiz Relator, vencido o Juiz Federal Renato Pessanha.
Brasília, 13 de agosto de 2007.

MARCOS ROBERTO ARAÚJO DOS SANTOS
Juiz Federal Relator

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original no DJ - Seção I, pg. 906, de 31/08/2007.

PROCESSO: 2004.51.52.003299-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: MÁRCIO FERNANDO BOUÇAS LARANJEIRA
REQUERIDO(A): ANDERSON DE LIMA BORGES
PROC./ADV.: PABLO DE SOUZA MARTINS
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PEDRO PEREIRA DOS SANTOS
ASSUNTO: Benefícios - Servidor Público Militar - Administrativo

MILITAR. INDENIZAÇÃO. TRANSPORTE.
1 . O Decreto n° 4.407/2002 ao admitir indenização de transporte a militar licenciado *ex officio*, inovou no ordenamento jurídico, ultrapassando os limites da legalidade.
2. Pedido de Uniformização conhecido e provido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Uniformização de Jurisprudência, em que são partes as acima mencionadas, DECIDE a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, conhecer e prover o Pedido de Uniformização, nos termos do voto do Relator.
Brasília, DF, 13 de agosto de 2007.

PEDRO PEREIRA DOS SANTOS
JUIZ FEDERAL RELATOR

PROCESSO: 2005.43.00.904721-4
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: ESMERALDA MENDES DE ARAUJO
PROC./ADV.: KARINE KURYLO CAMARA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: ANÍBAL PESSOA PICANÇO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PEDRO PEREIRA DOS SANTOS
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em espécie / Concessão / Conversão / Restabelecimento - Previdenciário

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TEMPO DE SERVIÇO RURAL. PROVA. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. PEDIDO NÃO CONHECIDO.
1. No presente caso, as instâncias julgadoras seguiram o entendimento desta Turma, objeto do enunciado nº 34, que proclama: "*para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar*".
2. Os documentos apresentados pela recorrente foram rechaçados porque não guardam contemporaneidade com o período a provar.
3. Quanto à comprovação da atividade rurícola através de prova exclusivamente testemunhal, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é contrária à tese defendida pela requerente, conforme enunciado da súmula 149.
4. Divergência não demonstrada. Pedido de Uniformização não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Uniformização de Jurisprudência, em que são partes as acima mencionadas, DECIDE a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, não conhecer do Pedido de Uniformização, nos termos do voto do Relator.
Brasília, DF, 3 de setembro de 2007.

PEDRO PEREIRA DOS SANTOS
JUIZ FEDERAL RELATOR

PROCESSO: 2006.72.95.000870-6
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: VALENTIN PIAZZA E OUTROS
PROC./ADV.: EDSON FLÁVIO CARDOSO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: MARCO AURÉLIO QUINT DE CAMPOS
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL DANIELE MARANHÃO COSTA
ASSUNTO: FGTS - Correção - Expurgo Fevereiro/89

EMENTA
FGTS - EXPURGO INFLACIONÁRIO DE 10,14% (IPC DE FEV/1989) - INCIDÊNCIA DA VARIAÇÃO DA LFT SUPERIOR AO POSTULADO - CORREÇÃO INDEVIDA.
1. Pelo raciocínio que inspirou o julgamento pelo STF no RE 226.855, a MP 38/89 entrou em vigor no curso do mês de fevereiro de 1989, por isso ela não disciplina o crédito de correção feito em 1º de fevereiro, referente ao mês-base de janeiro de 1989 (Plano Verão). Entretanto, impõe-se sua aplicação ao crédito feito em março referente aos valores existentes nas contas vinculadas em fevereiro de 1989, não havendo fundamento para correção pelo IPC. Porém, ainda que cabível a aplicação da variação do IPC vindicado (10,14%), o próprio STJ reconhece que não houve prejuízo para os titulares das contas vinculadas, porque o índice da LFT aplicado em março ao saldo existente em fevereiro de 1989 (18,35%) foi superior ao IPC para o mesmo mês (10,14%). Indevida a complementação de correção monetária, no saldo de contas do FGTS, relativamente ao mês de fevereiro/89, porque o índice aplicado administrativamente, correspondente à LFT (18,35%), foi maior que o índice apurado pelo IPC (10,14%).

A C Ó R D Ã O
A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, não conheceu do pedido de uniformização, nos termos do voto do relator.
Brasília, 3 de setembro de 2007.

MARCELO DOLZANY DA COSTA
Juiz Federal Relator

SÚMULA Nº 40

Nenhuma diferença é devida a título de correção monetária dos depósitos do FGTS, relativos ao mês de fevereiro de 1989.

Referências:
Lei n. 7.730/89, art.17, inciso I
Lei n. 7.738/89, art.6º

Precedentes:
REsp. n. 911871/PB
PU n. 2006.72.95.001826-8/SC - Turma de Uniformização (julgamento 13.8.2007 - DJ 31.8.2007, Seção I, p. 903)
PU n. 2006.72.95.001353-2/SC - Turma de Uniformização (julgamento 13.8.2007 - DJ 31.8.2007, Seção I, p. 905)
PU n. 2006.72.95.001981-9/SC - Turma de Uniformização (julgamento 13.8.2007 - DJ 31.8.2007, Seção I, p. 903/4)
PU n. 2006.72.95.000841-0/SC - Turma de Uniformização (julgamento 13.8.2007 - DJ 20.9.2007, Seção I, p. 630/631)

Publique-se.

Brasília, 03 de setembro de 2007.

Ministro GILSON DIPP
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

Tribunal Superior do Trabalho

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHOS

PROC. Nº TST-PP-186201/2007-000-00-00.0

REQUERENTE	:	ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO - AMATRA III
ADVOGADO	:	DR. RICARDO DRUMMOND DA ROCHA
REQUERIDO	:	JUIZ CORREGEDOR DO TRT DA 3ª REGIÃO

D E C I S Ã O

Trata-se de "pedido de providências" formulado pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 3ª Região - AMATRA III contra **decisão** da lavra do Exmo. Juiz Corregedor do Eg. TRT da 3ª Região, em exercício, Dr. Eduardo Augusto Lobato, nos autos de reclamação correicional nº TRT-SCR/3-RC-00839-2007-000-03-00-6.

Referida reclamação correicional foi formulada pelo Exmo. Juiz Presidente do Eg. TRT da 3ª Região (fls. 24/28) contra sentenças do Exmo. Juiz do Trabalho em exercício na MM. 1ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, Dr. André Luiz Gonçalves Coimbra, que determinou o pagamento de honorários periciais pelo TRT da 3ª Região e a intimação postal da Advocacia-Geral da União.

Deferida a liminar pela Autoridade ora Requerida (fl. 136), seguiu-se a v. decisão ora impugnada, por meio da qual se deu "provimento parcial à reclamação correicional", a fim de "declarar que a intimação da Advocacia Geral da União não foi realizada na forma da lei e para eximir o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho de cumprir a determinação judicial de pagamento de honorários periciais" (fls. 489/493).

Em suas razões, a Requerente alega a impossibilidade de um pronunciamento administrativo, proferido em correição parcial, interferir em decisão judicial, em ofensa aos princípios do juiz natural e do devido processo legal, além de usurpação de competência jurisdicional pelo Corregedor Regional.

Ao final, requer a concessão de **liminar** "para fins de determinar que sejam restabelecidas as decisões proferidas pelo Juiz André Coimbra, de molde a assegurar ao magistrado e toda a magistratura, ora representada, o pleno exercício de suas prerrogativas funcionais, de livre e soberanamente decidir e ver respeitadas as suas decisões" (fl. 17).

É o relatório. DECIDO.

À semelhança do que sucede analogicamente no plano da reclamação correicional, a apresentação de pedido de providências perante a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho pressupõe o exaurimento do exame da questão no âmbito do Tribunal ad quem.

Veja-se, nesse sentido, o que dispõe o art. 13 do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho:

"Art. 13. A reclamação correicional é cabível para corrigir erros, abusos e atos contrários à boa ordem processual e que importem em atentado a fórmulas legais do processo, **quando para o caso não haja recurso ou outro meio processual específico**." (grifo nosso)

Assim, por aplicação analógica do referido dispositivo regimental ao pedido de providência, haja vista o caráter administrativo que o equipara à reclamação correicional, reputo indispensável a irrecorribilidade do ato impugnado para o manejo de tal medida perante a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

No caso vertente, afigura-se-me inviável o exame do presente pedido de providências, visto que a Requerente dispõe de meio processual próprio, em tese cabível, perante o Eg. TRT de origem, para insurgir-se contra a v. decisão monocrática proferida pelo Exmo. Juiz Corregedor Regional, em exercício, consistente em **agravo regimental**, nos termos do art. 166, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região.

Julgo incabível, portanto, o presente pedido de providências.

Publique-se.

De Campinas para Brasília, 27 de setembro de 2007.

JOÃO ORESTE DALAZEN

Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO E DA SEÇÃO ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS COLETIVOS

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1259/2007

CERTIFICO E DOU FÉ que o Egrégio Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, em sessão extraordinária hoje realizada, sob a Presidência do Ex.mo Ministro Rider Nogueira de Brito, Presidente do Tribunal, presentes os Ex.mos Ministros Milton de Moura França, Vice-Presidente, Vantuil Abdala, Carlos Alberto Reis de Paula, Ives Gandra da Silva Martins Filho, João Batista Brito Pereira, Renato de Lacerda Paiva, Emmanoel Pereira, Lelio Bentes Corrêa, Aloysio Corrêa da Veiga, Horácio Raymundo de Senna Pires, Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Maria de Assis Calsing e Dora Maria da Costa e o Ex.mo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Otavio Brito Lopes,

Considerando o teor do Ofício ENAMAT nº 143/2007, subscrito pelo Exmo. Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT,

RESOLVEU, por unanimidade, editar a Resolução Administrativa nº 1259/2007, nos seguintes termos:

Art. 1º - Autorizar a participação do Ex.mo Ministro Renato de Lacerda Paiva no curso "Jurisdicion Social y Nuevo Derecho Del Trabajo", a realizar-se na cidade de La Coruña, Espanha, no período de 5 a 23 de novembro de 2007.

Art.2º- A Secretaria do Tribunal deverá providenciar os bilhetes de passagem aérea e o pagamento das diárias correspondentes.

Sala de Sessões, 27 de setembro de 2007.

ANA LUCIA REGO QUEIROZ

Secretária do Tribunal Pleno e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos

RESOLUÇÃO Nº 140/2007

CERTIFICO E DOU FÉ que o Egrégio Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, em sessão extraordinária hoje realizada, sob a Presidência do Ex.mo Ministro Rider Nogueira de Brito, Presidente do Tribunal, presentes os Ex.mos Ministros Milton de Moura França, Vice-Presidente, João Oreste Dalazen, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Vantuil Abdala, Carlos Alberto Reis de Paula, Antônio José de Barros Levenhagen, Ives Gandra Martins Filho, João Batista Brito Pereira, Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, José Simpliciano Fontes de Faria Fernandes, Renato de Lacerda Paiva, Emmanoel Pereira, Lelio Bentes Corrêa, Aloysio Corrêa da Veiga, Horácio Raymundo de Senna Pires, Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Maria de Assis Calsing e Dora Maria da Costa e o Ex.mo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Otavio Brito Lopes,

RESOLVEU, por unanimidade, aprovar a Resolução nº 140, que edita a Instrução Normativa nº 30, nos seguintes termos:

INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 30/2007 DO TST

Regulamenta, no âmbito da Justiça do Trabalho, a Lei n° 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial.

CAPÍTULO I

INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL

NO ÂMBITO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Art. 1° O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais, na Justiça do Trabalho, será disciplinado pela presente instrução normativa.

Art. 2° Os Tribunais Regionais do Trabalho disponibilizarão em suas dependências e nas Varas do Trabalho, para os usuários dos serviços de peticionamento eletrônico que necessitarem, equipamentos de acesso à rede mundial de computadores e de digitalização do processo, para a distribuição de peças processuais.

Parágrafo único. Os Tribunais Regionais do Trabalho terão o prazo de um ano da publicação da presente instrução normativa para atenderem ao disposto no presente artigo.

CAPÍTULO II

ASSINATURA ELETRÔNICA

Art. 3° No âmbito da Justiça do Trabalho, o envio de petições, de recursos e a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico serão admitidos mediante uso de assinatura eletrônica.

Art. 4° A assinatura eletrônica, no âmbito da Justiça do Trabalho, será admitida sob as seguintes modalidades:

I - assinatura digital, baseada em certificado digital emitido pelo ICP-Brasil, com uso de cartão e senha;

II - assinatura cadastrada, obtida perante o Tribunal Superior do Trabalho ou Tribunais Regionais do Trabalho, com fornecimento de login e senha.

§ 1° Para o uso de qualquer das duas modalidades de assinatura eletrônica, o usuário deverá se credenciar previamente perante o Tribunal Superior do Trabalho ou o Tribunal Regional do Trabalho com jurisdição sobre a cidade em que tenha domicílio, mediante o preenchimento de formulário eletrônico, disponibilizado no Portal da Justiça do Trabalho (Portal-JT).

§ 2° No caso de assinatura digital, em que a identificação presencial já se realizou perante a Autoridade Certificadora, o credenciamento se dará pela simples identificação do usuário por meio de seu certificado digital e remessa do formulário devidamente preenchido.

§ 3° No caso da assinatura cadastrada, o interessado deverá comparecer, pessoalmente, perante o órgão do Tribunal no qual deseje cadastrar sua assinatura eletrônica, munido do formulário devidamente preenchido, obtendo senhas e informações para a operacionalização de sua assinatura eletrônica.

§ 4° Ao credenciado será atribuído registro e meio de acesso ao sistema, de modo a preservar o sigilo (mediante criptografia de senha), a identificação e a autenticidade de suas comunicações.

§ 5° Alterações de dados cadastrais poderão ser feitas pelos usuários, a qualquer momento, na seção respectiva do Portal-JT.

§ 6° O credenciamento implica a aceitação das normas estabelecidas nesta Instrução Normativa e a responsabilidade do credenciado pelo uso indevido da assinatura eletrônica.

CAPÍTULO III

SISTEMA DE PETICIONAMENTO ELETRÔNICO

Art. 5° A prática de atos processuais por meio eletrônico pelas partes, advogados e peritos será feita, na Justiça do Trabalho, através do Sistema Integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos Eletrônicos (e-DOC).

§ 1° O e-DOC é um serviço de uso facultativo, disponibilizado no Portal-JT, na Internet.

§ 2° É vedado o uso do e-DOC para o envio de petições destinadas ao Supremo Tribunal Federal.

§ 3° O sistema do e-DOC deverá buscar identificar, dentro do possível, os casos de ocorrência de prevenção, litispendência e coisa julgada.

§ 4° A parte desassistida de advogado que desejar utilizar o sistema do e-DOC deverá se cadastrar, antes, nos termos desta Instrução Normativa.

Art. 6° As petições, acompanhadas ou não de anexos, apenas serão aceitas em formato PDF (Portable Document Format), no tamanho máximo, por operação, de 2 Megabytes.

Parágrafo único. Não se admitirá o fracionamento de petição, tampouco dos documentos que a acompanham, para fins de transmissão.

Art. 7° O envio da petição por intermédio do e-DOC dispensa a apresentação posterior dos originais ou de fotocópias autenticadas, inclusive aqueles destinados à comprovação de pressupostos de admissibilidade do recurso.

Art. 8° O acesso ao e-DOC depende da utilização, pelo usuário, da sua assinatura eletrônica.

Parágrafo único. Salvo impossibilidade que comprometa o acesso à justiça, a parte deverá informar, ao distribuir a petição inicial de qualquer ação judicial em meio eletrônico, o número no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, conforme o caso, perante a Secretaria da Receita Federal.

Art. 9° O Sistema Integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos Eletrônicos (e-DOC), no momento do recebimento da petição, expedirá recibo ao remetente, que servirá como comprovante de entrega da petição e dos documentos que a acompanharam.

§ 1° Constarão do recibo as seguintes informações:

I - o número de protocolo da petição gerado pelo Sistema;

II - o número do processo e o nome das partes, se houver, o assunto da petição e o órgão destinatário da petição, informados pelo remetente;

III - a data e o horário do recebimento da petição no Tribunal, fornecidos pelo Observatório Nacional;

IV - as identificações do remetente da petição e do usuário que assinou eletronicamente o documento.

§ 2° A qualquer momento o usuário poderá consultar no e-DOC as petições e documentos enviados e os respectivos recibos.

Art. 10. Incumbe aos Tribunais, por intermédio das respectivas unidades administrativas responsáveis pela recepção das petições transmitidas pelo e-DOC:

I - imprimir as petições e seus documentos, caso existentes, anexando-lhes o comprovante de recepção gerado pelo Sistema, enquanto não generalizada a virtualização do processo, que dispensará os autos físicos;

II - verificar, diariamente, no sistema informatizado, a existência de petições eletrônicas pendentes de processamento.

Art. 11. São de exclusiva responsabilidade dos usuários:

I - o sigilo da assinatura digital, não sendo oponível, em qualquer hipótese, alegação de seu uso indevido;

II - a equivalência entre os dados informados para o envio (número do processo e unidade judiciária) e os constantes da petição remetida;

III - as condições das linhas de comunicação e acesso ao seu provedor da Internet;

IV - a edição da petição e anexos em conformidade com as restrições impostas pelo serviço, no que se refere à formatação e tamanho do arquivo enviado;

V - o acompanhamento da divulgação dos períodos em que o serviço não estiver disponível em decorrência de manutenção no sítio do Tribunal.

§ 1° A não-obtenção, pelo usuário, de acesso ao Sistema, além de eventuais defeitos de transmissão ou recepção de dados, não serve de escusa para o descumprimento dos prazos legais.

§ 2° Deverão os Tribunais informar, nos respectivos sítios, os períodos em que, eventualmente, o sistema esteve indisponível.

Art. 12. Consideram-se realizados os atos processuais por meio eletrônico no dia e hora do seu recebimento pelo sistema do e-DOC.

§ 1° Quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, serão consideradas tempestivas as transmitidas até as 24 (vinte e quatro) horas do seu último dia.

§ 2° Incumbe ao usuário observar o horário estabelecido como base para recebimento, como sendo o do Observatório Nacional, devendo atender para as diferenças de fuso horário existente no país.

§ 3° Não serão considerados, para efeito de tempestividade, o horário da conexão do usuário à Internet, o horário do acesso ao sítio do Tribunal, tampouco os horários consignados nos equipamentos do remetente e da unidade destinatária, mas o de recebimento no órgão da Justiça do Trabalho.

Art. 13. O uso inadequado do e-DOC que venha a causar prejuízo às partes ou à atividade jurisdicional importa bloqueio do cadastramento do usuário, a ser determinado pela autoridade judiciária competente.

CAPÍTULO IV

COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS NO

PORTAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Art. 14. O Portal da Justiça do Trabalho (Portal-JT) é o sítio corporativo da instituição, abrangendo todos os Tribunais trabalhistas do país, gerenciado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e operado pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho, incluindo, entre outras funcionalidades:

I - o Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico (DJT), para publicação de atos judiciais e administrativos dos Tribunais e Varas do Trabalho;

II - Sistemas de Pesquisa de Jurisprudência, de Legislação Trabalhista e Atos Normativos da Justiça do Trabalho, de acompanhamento processual, de acervo bibliográfico, com Banco de Dados Geral integrado pelos julgados e atos administrativos de todos os Tribunais trabalhistas do país;

III - Informações gerais sobre os Tribunais e Varas do Trabalho, incluindo memória da Justiça do Trabalho, dados estatísticos, magistrados, concursos e licitações, entre outros;

IV - Informações sobre o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), incluindo seu Regimento Interno, suas resoluções e decisões, além de seus integrantes e estrutura do órgão;

V - Informações sobre a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), incluindo quadro diretivo, de professores, de alunos e de cursos, bem como disponibilizando ambiente para o ensino à distância;

VI - Sistemas de Assinatura Eletrônica, Peticionamento Eletrônico (e-DOC) e de Carta Eletrônica (CE).

VII - Informações sobre a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

Parágrafo único. O conteúdo das publicações de que trata este artigo deverá ser assinado digitalmente, na forma desta Instrução Normativa.

Art. 15. A publicação eletrônica no DJT substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal.

§ 1° Os atos processuais praticados pelos magistrados trabalhistas a serem publicados no DJT serão assinados digitalmente no momento de sua prolação.

§ 2° Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no DJT.

§ 3° Os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.

Art. 16. As intimações serão feitas por meio eletrônico no Portal-JT aos que se credenciarem na forma desta Instrução Normativa, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

§ 1° Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.

§ 2° Na hipótese do § 1° deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

§ 3° A consulta referida nos §§ 1° e 2° deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

§ 4° A intimação de que trata este artigo somente será realizada nos processos em que todas as partes estejam credenciadas na forma desta Instrução Normativa, de modo a uniformizar a contagem dos prazos processuais.

§ 5° Nos casos urgentes em que a intimação feita na forma deste artigo possa causar prejuízo a quaisquer das partes ou nos casos em que for evidenciada qualquer tentativa de burla ao sistema, o ato processual deverá ser realizado por outro meio que atinja a sua finalidade, conforme determinado pelo juiz.

§ 6° As intimações feitas na forma deste artigo, inclusive da Fazenda Pública, serão consideradas pessoais para todos os efeitos legais.

§ 7° Observadas as formas e as cautelas deste artigo, as citações, inclusive da Fazenda Pública, poderão ser feitas por meio eletrônico, desde que a íntegra dos autos seja acessível ao citando.

Art. 17. As cartas precatórias, rogatórias e de ordem, no âmbito da Justiça do Trabalho, serão transmitidas exclusivamente de forma eletrônica, através do Sistema de Carta Eletrônica (CE) já referido, com dispensa da remessa física de documentos.

§ 1° A utilização do Sistema de Carta Eletrônica fora do âmbito da Justiça do Trabalho dependerá da aceitação pelos demais órgãos do Poder Judiciário.

§ 2° Eventuais falhas na transmissão eletrônica dos dados não desobriga os magistrados e serventuários do cumprimento dos prazos legais, cabendo, nesses casos, a utilização de outros meios previstos em lei para a remessa das cartas.

Art. 18. As petições e demais documentos referentes às cartas precatórias, rogatórias e de ordem, não apresentados pelas partes em meio eletrônico, serão digitalizados e inseridos no Sistema de Carta Eletrônica.

Art. 19. Os documentos em meio físico, em poder do Juízo deprecado, deverão ser adequadamente organizados e arquivados, obedecidos os critérios estabelecidos na Lei n° 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e no Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002.

Parágrafo único. Poderá o Juízo deprecante, em casos excepcionais, solicitar o documento físico em poder do Juízo deprecado.

Art. 20. Serão certificados nos autos principais todos os fatos relevantes relativos ao andamento da carta, obtidos junto ao sistema Carta Eletrônica (CE), com impressão e juntada apenas dos documentos essenciais à instrução do feito, nos casos de autos em papel.

Art. 21. Os Tribunais Regionais do Trabalho ficarão obrigados a comunicar à Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho qualquer alteração na competência territorial de suas Varas do Trabalho.

CAPÍTULO V

PROCESSO ELETRÔNICO

Art. 22. Na Justiça do Trabalho, os atos processuais do processo eletrônico serão assinados eletronicamente na forma estabelecida nesta Instrução Normativa.

Art. 23. No processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, inclusive da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico.

§ 1° As citações, intimações, notificações e remessas que viabilizem o acesso à íntegra do processo correspondente serão consideradas vista pessoal do interessado para todos os efeitos legais.

§ 2° Quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização de citação, intimação ou notificação, esses atos processuais poderão ser praticados segundo as regras ordinárias, digitalizando-se o documento físico, que deverá ser posteriormente destruído.

Art. 24. A distribuição da petição inicial e a juntada da contestação, dos recursos e das petições em geral, todos em formato digital, nos autos de processo eletrônico, podem ser feitas diretamente pelos advogados públicos e privados, sem necessidade da intervenção do cartório ou secretaria judicial, situação em que a autuação deverá se dar de forma automática, fornecendo-se o recibo eletrônico de protocolo.

§ 1° Quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição eletrônica, serão considerados tempestivos os efetivados até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia.

§ 2° No caso do § 1° deste artigo, se o serviço respectivo do Portal-JT se tornar indisponível por motivo técnico que impeça a prática do ato no termo final do prazo, este fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte à resolução do problema.

Art. 25. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Instrução Normativa, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

§ 1° Os extratos digitais e os documentos digitalizados e juntados aos autos pelos órgãos da Justiça do Trabalho e seus auxiliares, pelo Ministério Público e seus auxiliares, pelas procuradorias, pelas autoridades policiais, pelas repartições públicas em geral e por advogados públicos e privados têm a mesma força probante dos originais, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração antes ou durante o processo de digitalização.

§ 2° A argüição de falsidade do documento original será processada eletronicamente na forma da lei processual em vigor.

§ 3° Os originais dos documentos digitalizados, mencionados no § 1° deste artigo, deverão ser preservados pelo seu detentor até o trânsito em julgado da sentença ou, quando admitida, até o final do prazo para interposição de ação rescisória.

§ 4° Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria no prazo de 10 (dez) dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado.

§ 5° Os documentos digitalizados juntados em processo eletrônico somente estarão disponíveis para acesso por meio da rede externa para suas respectivas partes processuais e para o Ministério Público, respeitado o disposto em lei para as situações de sigilo e de segredo de justiça.

Art. 26. A conservação dos autos do processo poderá ser efetuada total ou parcialmente por meio eletrônico.

§ 1° Os autos dos processos eletrônicos serão protegidos por meio de sistemas de segurança de acesso e armazenados de forma a preservar a integridade dos dados, sendo dispensada a formação de autos suplementares.

§ 2° Os autos de processos eletrônicos que tiverem de ser remetidos a outro juízo ou instância superior que não disponham de sistema compatível deverão ser impressos em papel e autuados na forma dos arts. 166 a 168 do CPC.

§ 3° No caso do § 2° deste artigo, o escrivão ou o chefe de secretaria certificará os autores ou a origem dos documentos produzidos nos autos, acrescentando, ressalvada a hipótese de existir segredo de justiça, a forma pela qual o banco de dados poderá ser acessado para aferir a autenticidade das peças e das respectivas assinaturas digitais.

§ 4° Feita a autuação na forma estabelecida no § 2° deste artigo, o processo seguirá a tramitação legalmente estabelecida para os processos físicos.

§ 5° A digitalização de autos em mídia não digital, em tramitação ou já arquivados, será precedida de publicação de editais de intimações ou da intimação pessoal das partes e de seus procuradores, para que, no prazo preclusivo de 30 (trinta) dias, se manifestem sobre o desejo de manterem pessoalmente a guarda de algum dos documentos originais.

Art. 27. O magistrado poderá determinar que sejam realizados por meio eletrônico a exibição e o envio de dados e de documentos necessários à instrução do processo.

§ 1° Consideram-se cadastros públicos, para os efeitos deste artigo, dentre outros existentes ou que venham a ser criados, ainda que mantidos por concessionárias de serviço público ou empresas privadas, os que contenham informações indispensáveis ao exercício da função judicante.

§ 2° O acesso de que trata este artigo dar-se-á por qualquer meio tecnológico disponível, preferentemente o de menor custo, considerada sua eficiência.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS, FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28. Os credenciamentos de assinatura eletrônica já feitos pelos Tribunais Regionais do Trabalho antes da publicação desta Instrução Normativa e que estejam em desacordo com as regras nela estabelecidas terão validade por 180 (cento e oitenta) dias da última publicação desta Resolução, devendo os interessados promover o credenciamento adequado até essa data.

Art. 29. Os casos omissos desta Instrução Normativa serão resolvidos pelos Presidentes dos Tribunais, no âmbito de suas esferas de competência.

Art. 30. Para efeito do disposto no § 5° do art. 4° da Lei n° 11.419, de 19 de dezembro de 2006, a presente Instrução Normativa será publicada durante 30 (trinta) dias no Diário Oficial em uso, dando-lhe ampla divulgação.

Art. 31. A presente Instrução Normativa entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua última publicação, revogada a Instrução Normativa n° 28 desta Corte.

Sala de sessões, 13 de setembro de 2007.

ANA LÚCIA REGO QUEIROZ

Secretário do Tribunal Pleno e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos

CERTIDÕES DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº TST-RODC - 30943/2002-900-04-00.9

CERTIFICO que a Seção Especializada em Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho, em Sessão Extraordinária hoje realizada, sob a Presidência do Exmo. Ministro Presidente Rider de Brito, presentes os Exmos. Ministros Milton de Moura França, Relator, Vantuil Abdala, Gelson de Azevedo, Carlos Alberto Reis de Paula, Antônio José de Barros Levenhagen, Ives Gandra Martins Filho, João Batista Brito Pereira e o Exmo. Subprocurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, DECIDIU, dando prosseguimento ao julgamento e refeito o relatório na forma regimental, I - por maioria, não conhecer do recurso quanto à realização de assembléia única na capital do Estado, vencidos os Exmos. Ministros Milton de Moura França, relator, e Rider Nogueira de Brito; II - por unanimidade, julgar extinto o processo, sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 267, IV e VI do CPC, quanto ao "quorum" de deliberação da Assembléia-Geral; III - declarar prejudicado o exame dos recursos remanescentes.

RECORRENTE(S)	:	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE SÃO LEOPOLDO
RECORRENTE(S)	:	SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRENTE(S)	:	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FIERGS
RECORRENTE(S)	:	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE CAXIAS DO SUL E OUTROS
RECORRENTE(S)	:	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAL PLÁSTICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRENTE(S)	:	FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS E SERVIÇOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FECOMÉRCIO/RS
RECORRENTE(S)	:	BRASIL TELECOM S.A.
RECORRENTE(S)	:	SINDICATO DAS SOCIEDADES DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO(S)	:	SINDICATO DOS ADMINISTRADORES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO(S)	:	SINDICATO DA INDÚSTRIA DA MARCENARIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO(S)	:	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE OLARIA E DE CERÂMICA PARA CONSTRUÇÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO(S)	:	SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO(S)	:	SINDICATO DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE PORTO ALEGRE
RECORRIDO(S)	:	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE BENTO GONÇALVES
RECORRIDO(S)	:	SINDICATO DAS ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SECRASO
RECORRIDO(S)	:	SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE ERECHIM
RECORRIDO(S)	:	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE LAGOA VERMELHA
RECORRIDO(S)	:	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE MÁRMORE, CALCÁRIO E PEDREIRAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO(S)	:	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE VIDROS, CRISTAIS, ESPELHOS, CERÂMICA DE LOUÇA E PORCELANA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINDIVIDRO
RECORRIDO(S)	:	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE PASSO FUNDO
RECORRIDO(S)	:	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E MOBILIÁRIO DE SANTA ROSA

Para constar, lavro a presente certidão, do que dou fé.

Sala de Sessões, 23 de agosto de 2007.

VALÉRIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO

Secretário do Tribunal Pleno e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº TST-RODC - 1871/2006-000-04-00.2

CERTIFICO que a Seção Especializada em Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho, em Sessão Extraordinária hoje realizada, sob a Presidência do Exmo. Ministro Presidente Rider de Brito, presentes os Exmos. Ministros João Batista Brito Pereira, Relator, Vantuil Abdala, Milton de Moura França, Gelson de Azevedo, Carlos Alberto Reis de Paula, Antônio José de Barros Levenhagen, Ives Gandra Martins Filho e o Exmo. Subprocurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, DECIDIU, por unanimidade, conhecer do Recurso Ordinário e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para excluir da sentença normativa a Cláusula 10 - "Marcação de Ponto", e a Cláusula 27 - "Garantia de Salário à Gestante" e para ajustar a redação da Cláusula 42 - "Contribuição Assistencial" aos termos da jurisprudência da Corte, conferindo-lhe a seguinte redação: "As empresas descontarão de todos os seus empregados sindicalizados, integrantes da categoria profissional representada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Leopoldo, a importância equivalente a 4,5% (quatro e meio por cento), em duas parcelas, sendo a primeira de 2% (dois por cento), a incidir sobre o salário fixo mensal (220 horas), já reajustado, devido no mês de setembro de 2006, e a segunda de 2,5% (dois e meio por cento), a incidir sobre o salário fixo mensal (220 horas) devido no mês de dezembro de 2006. Estes descontos, a título assistencial, são estabelecidos por decisão de assembléia geral, por expressa exigência negocial e sob inteira responsabilidade do Sindicato dos Trabalhadores". 42.1 - (...) e 42.2 - Ajusta-se o contido nesta cláusula ao antigo Precedente Normativo 74 do Tribunal Superior do Trabalho, com o seguinte teor: "Subordina-se o desconto assistencial sindical à não-oposição do empregado, manifestada perante a empresa até 10 dias antes do primeiro pagamento reajustado."

RECORRENTE(S)	:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
RECORRIDO(S)	:	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO DE SÃO LEOPOLDO E OUTRO
RECORRIDO(S)	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SÃO LEOPOLDO

Para constar, lavro a presente certidão, do que dou fé.
Sala de Sessões, 23 de agosto de 2007.
VALÉRIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário do Tribunal Pleno e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PROCESSO Nº TST-RODC - 1965/2005-000-15-00.0
CERTIFICO que a Seção Especializada em Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho, em Sessão Extraordinária hoje realizada, sob a Presidência do Exmo. Ministro Presidente Rider de Brito, presentes os Exmos. Ministros João Batista Brito Pereira, Relator, Vantuil Abdala, Milton de Moura França, Gelson de Azevedo, Carlos Alberto Reis de Paula, Antônio José de Barros Levenhagen, Ives Gandra Martins Filho e o Exmo. Subprocurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, DECIDIU, por unanimidade, conhecer do Recurso Ordinário e, no mérito, negar-lhe provimento.

RECORRENTE(S)	:	SINDICATO RURAL DE PATROCINIO PAULISTA E OUTRO
RECORRIDO(S)	:	SINDICATO DOS EMPREGADOS RURAIS DE PATROCÍNIO PAULISTA

Para constar, lavro a presente certidão, do que dou fé.
Sala de Sessões, 23 de agosto de 2007.

VALÉRIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário do Tribunal Pleno e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos

DESPACHOS

PROC. Nº TST-ED-ROAA-45/2005-00-24-00.6

EMBARGANTE	:	**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**
PROCURADORA	:	**DRA. SIMONE BEATRIZ ASSIS DE REZENDE**
EMBARGADAS	:	**EUCATUR EMPRESA UNIÃO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA. E OUTRAS**
ADVOGADA	:	**DRA. VILMA DE FÁTIMA BENITEZ**
EMBARGADO	:	**SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CAMPO GRANDE**
ADVOGADO	:	**DR. LUIZ FRANCISCO ALONSO DO NASCIMENTO**

D E S P A C H O

Considerando que os presentes embargos declaratórios (fls. 191-192) objetivam modificar o decidido no acórdão embargado, concedo prazo de 5 (cinco) dias às Partes contrárias para, querendo, apresentarem manifestação. A providência se impõe em respeito ao princípio do contraditório, nos moldes da Orientação Jurisprudencial 142 da SBDI-1 do TST.

Publique-se.
Após, voltem-me os autos conclusos.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

IVES GANDRA MARTINS FILHO
Ministro-Relator

PROC. Nº TST-ed-A-RODC-95.641/2003-900-04-00.7

EMBARGANTE	:	**FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FIERGS**
ADVOGADOS	:	**DR. LINDOMAR DOS SANTOS E DR. WALFRÊDO FREDERICO DE SIQUEIRA CABRAL DIAS**
EMBARGADO	:	**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE SERRARIAS, CARPINTARIAS, TANOARIAS, MADEIRAS COMPENSADAS E LAMINADAS, AGLOMERADOS E CHAPAS DE FIBRAS DE MADEIRA DE GRAVATAI/RS**
ADVOGADA	:	**DRA. MARIA CRISTINA CARRION DE OLIVEIRA**

DESPACHO

Considerando que os presentes embargos declaratórios (fls. 292-296) objetivam modificar o decidido no acórdão embargado, concedo prazo de 5 (cinco) dias à Parte contrária para, querendo, apresentar manifestação. A providência se impõe em respeito ao princípio do contraditório, nos moldes da Orientação Jurisprudencial 142 da SBDI-1 do TST.

Publique-se.
Após, voltem-me os autos conclusos.
Brasília, 27 de setembro de 2007.

IVES GANDRA MARTINS FILHO
Ministro-Relator

PROC. Nº TST-ED-RMA-25/2003-000-13-00.3TRT - 13ª REGIÃO

EMBARGANTE	:	RICARDO HENRIQUE PADILHA DE CASTRO
ADVOGADOS	:	DRS. IRAPUAN SOBRAL FILHO E RODRIGO DE SÁ QUEIROGA
EMBARGADO	:	**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**
PROCURADOR	:	DR. MÁRCIO ROBERTO DE FREITAS EVANGELISTA
EMBARGADA	:	**UNIÃO**
PROCURADOR	:	DR. MOACIR ANTÔNIO MACHADO DA SILVA

D E S P A C H O

Em observância ao item nº 142 da Orientação Jurisprudencial da SBDI-1 da Corte, concedo aos Embargados o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar, querendo, impugnação aos Embargos Declaratórios.

Intimem-se. Publique-se.
Brasília, 25 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Ministro Relator

PROCESSO Nº TST-AIRR-2388/1997-481-01-40.1
PETIÇÃO TST-P-122757/2007.9

AGRAVANTE	:	WALDEMI DOMINGOS DE LIMA GOMES
ADVOGADO(A)	:	DR.(ª) ADILSON DE OLIVEIRA SIQUEIRA
AGRAVADO	:	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS
ADVOGADO(A)	:	DR.(ª) ANTÔNIO CARLOS MOTTA LINS

1- Com fundamento no § 4° do art. 162 do CPC, junte-se, desde que observadas pelo(a) Requerente as formalidades legais.
2- Dê-se vista pelo prazo legal.
3- Publique-se.
Em 19/09/2007.

ANA LUCIA REGO QUEIROZ
Secretária do Tribunal Pleno e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos do TST

COORDENADORIA DA SUBSEÇÃO I ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de Julgamento para a 29ª Sessão Ordinária da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais a realizar-se no dia 08 de outubro de 2007 às 9h, na sala de sessões do 6º andar do Bloco B.

PROCESSO	:	E-RR-24/2005-052-11-00-0 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR	:	DR(A). MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A)	:	ROSLANDINA DE MENEZES GOMES
ADVOGADO	:	DR(A). JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE
PROCESSO	:	E-AIRR-31/2005-007-15-40-0 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. LELIO BENTES CORRÊA
EMBARGANTE	:	ORLANDO RAMOS CELESTINO
ADVOGADO	:	DR(A). LUIZ CARLOS GOMES
EMBARGADO(A)	:	CORTTEX INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA.
ADVOGADA	:	DR(A). LISA HELENA ARCARO
PROCESSO	:	E-RR-48/2005-052-11-00-0 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR	:	DR(A). EDUARDO BEZERRA VIEIRA
EMBARGADO(A)	:	RAIMUNDA BRITO DOS SANTOS
PROCESSO	:	E-RR-53/2002-001-17-00-4 TRT DA 17A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE	:	PROFORTE S.A. - TRANSPORTE DE VALORES
ADVOGADO	:	DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A)	:	DÓRIO RIBEIRO FERNANDES
ADVOGADO	:	DR(A). FRANCISCO CARLOS DE OLIVEIRA JORGE
PROCESSO	:	E-ED-AIRR-61/2006-022-24-40-1 TRT DA 24A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA
EMBARGANTE	:	EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL
ADVOGADO	:	DR(A). CELSO PEREIRA DA SILVA
EMBARGADO(A)	:	MARCO PAULO TEIXEIRA MARCONDES
ADVOGADA	:	DR(A). MARISTELA LINHARES MARQUES WALZ
PROCESSO	:	E-ED-RR-67/2004-002-20-00-0 TRT DA 20A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE	:	JOSÉ WILLIAM SILVA MENEZES
ADVOGADA	:	DR(A). VIVIAN CONTREIRAS OLIVEIRA
ADVOGADO	:	DR(A). LUCIANO ANDRADE PINHEIRO
EMBARGADO(A)	:	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	DR(A). JORGE SOUZA ALVES FILHO
ADVOGADO	:	DR(A). OSIVAL DANTAS BARRETO
PROCESSO	:	E-ED-RR-77/1996-261-01-00-1 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. VANTUIL ABDALA
EMBARGANTE	:	VIAÇÃO MAUÁ LTDA.
ADVOGADO	:	DR(A). ROBINSON NEVES FILHO
EMBARGADO(A)	:	JORGE LUIZ DA SILVA
ADVOGADA	:	DR(A). CRISTIANE DE FÁTIMA SALES NAYLOR
PROCESSO	:	E-RR-94/2006-451-04-40-9 TRT DA 4A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE	:	EDMAR FANFA FANTIN
ADVOGADO	:	DR(A). JOSÉ RENATO BUCHAIM
EMBARGADO(A)	:	GERDAU AÇOS ESPECIAIS S.A.
ADVOGADO	:	DR(A). SIMBARD JONES FERREIRA LIMA
EMBARGADO(A)	:	GERDAU S.A.
PROCESSO	:	E-RR-97/2004-051-11-00-5 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. HORÁCIO RAYMUNDO DE SENNA PIRES
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR	:	DR(A). MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A)	:	DÉA DE JESUS MENEZES DA SILVA
PROCESSO	:	E-AG-RR-98/2004-051-11-00-0 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR	:	DR(A). MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A)	:	ITACIR CASTRO COSTA
ADVOGADO	:	DR(A). JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE
PROCESSO	:	E-RR-128/2002-445-02-00-6 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADORA	:	DR(A). CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO
PROCURADOR	:	DR(A). JEFERSON CARLOS CARÚS GUEDES
EMBARGADO(A)	:	MALHO & CIA. LTDA.
ADVOGADA	:	DR(A). MARIA DUCIENE DE ALMEIDA
EMBARGADO(A)	:	ROBERTO RODRIGUES RAMOS
ADVOGADA	:	DR(A). FÁTIMA REGINA BACIL BARBATO
PROCESSO	:	E-RR-172/2005-052-11-00-5 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. HORÁCIO RAYMUNDO DE SENNA PIRES
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR	:	DR(A). MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A)	:	FRANCISCO FLÁVIO MESQUITA SOUSA
ADVOGADO	:	DR(A). JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE
PROCESSO	:	E-RR-197/2004-051-11-00-1 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORA	:	DR(A). THICIANE GUANABARA SOUZA
EMBARGADO(A)	:	MARIA MARINA DA SILVA
PROCESSO	:	E-ED-RR-208/2003-051-11-00-2 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. LELIO BENTES CORRÊA
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR	:	DR(A). REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
EMBARGADO(A)	:	LUIZ GUIMARÃES RODRIGUES
ADVOGADO	:	DR(A). JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE
EMBARGADO(A)	:	COOPERATIVA RORAIMENSE DE SERVIÇOS - COORSERV
ADVOGADO	:	DR(A). RANDERSON MELO DE AGUIAR
PROCESSO	:	E-AIRR-219/2005-075-15-40-7 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
EMBARGANTE	:	MUNICÍPIO DE BATATAIS
ADVOGADO	:	DR(A). RICARDO ALEXANDRE TAQUETE
EMBARGADO(A)	:	DELCÍDIO LUIZ DA SILVA
ADVOGADA	:	DR(A). LÚCIA HELENA FIOCCO GIRARDI
PROCESSO	:	E-ED-RR-222/2004-014-10-00-2 TRT DA 10A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. VANTUIL ABDALA
EMBARGANTE	:	UNIÃO (PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA)
PROCURADOR	:	DR(A). LUIS HENRIQUE MARTINS DOS ANJOS
EMBARGADO(A)	:	MARCOS OLIVEIRA
ADVOGADO	:	DR(A). JONAS DUARTE JOSÉ DA SILVA
EMBARGADO(A)	:	VEG - SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA. E OUTRA
ADVOGADA	:	DR(A). CELITA OLIVEIRA SOUSA
PROCESSO	:	E-RR-245/2002-461-02-00-9 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	DR(A). HERMES ARRAIS ALENCAR
PROCURADOR	:	DR(A). PAULO GUSTAVO MEDEIROS CARVALHO
EMBARGADO(A)	:	JOSIANE MARIA DA SILVA
ADVOGADO	:	DR(A). JOSÉ AFONSO SILVA
EMBARGADO(A)	:	PINHEIRO UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA.
PROCESSO	:	E-RR-257/2003-731-04-00-6 TRT DA 4A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE	:	BRASIL TELECOM S.A.
ADVOGADO	:	DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A)	:	PAMPA TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE LTDA.

ADVOGADO : DR(A). THIAGO TORRES GUEDES
ADVOGADO : DR(A). ROBERTO PIERRI BERSCH
EMBARGADO(A) : SILIMAR ROBERTO FORSCH
ADVOGADA : DR(A). ANA AMÉLIA DATTEIN RABUSKE
EMBARGADO(A) : PAMPA SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

PROCESSO : E-ED-RR-267/1996-020-05-41-2 TRT DA 5A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : MOISÉS EVANGELISTA SANTANA
ADVOGADA : DR(A). ANA PAULA MOREIRA DOS SANTOS
EMBARGADO(A) : EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. - EMBASA
ADVOGADO : DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR

PROCESSO : E-ED-AIRR-273/2003-054-03-40-5 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR : MIN. VANTUIL ABDALA
EMBARGANTE : AÇO MINAS GERAIS S.A. - AÇOMINAS
ADVOGADO : DR(A). RENÊ MAGALHÃES COSTA
EMBARGADO(A) : CLÁUDIO ALEXANDRE ALVES FERREIRA
ADVOGADO : DR(A). EXPEDITO ANTÔNIO PINTO TERESA

PROCESSO : E-ED-RR-290/2002-021-03-00-6 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES DA SAÚDE NO ESTADO DE MINAS GERAIS - SINDSAÚDE
ADVOGADO : DR(A). FREDERICO GARCIA GUIMARÃES
EMBARGADO(A) : ROGÉRIA CÁSSIA DOS REIS NASCIMENTO
ADVOGADO : DR(A). RENATO LUIZ PEREIRA

PROCESSO : E-RR-297/1995-191-17-00-0 TRT DA 17A. REGIÃO
RELATOR : MIN. VANTUIL ABDALA
EMBARGANTE : ARACRUZ CELULOSE S.A.
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A) : MANOEL ANDRADE DOS SANTOS
ADVOGADO : DR(A). ROSEMBERG MORAES CAETANO

PROCESSO : E-RR-299/2003-201-02-01-8 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : DR(A). PAULO GUSTAVO MEDEIROS CARVALHO
PROCURADOR : DR(A). JEFERSON CARLOS CARÚS GUEDES
EMBARGADO(A) : COMPANHIA GZM DE DISTRIBUIÇÃO
ADVOGADO : DR(A). SANDRA REGINA PAOLESCHI CARVALHO DE LIMA
EMBARGADO(A) : RICARDO MONTEIRO DA SILVA
ADVOGADO : DR(A). WÁLTER JOSÉ BORGES ANTOGNETTI

PROCESSO : E-A-RR-337/2005-113-03-00-8 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR : MIN. VANTUIL ABDALA
EMBARGANTE : RODOLFO CARLOS NOGUEIRA
ADVOGADA : DR(A). MARIA JOSÉ DE CASTRO QUEIROZ
EMBARGADO(A) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : DR(A). ANDRÉ LUIS TUCCI

PROCESSO : E-AG-RR-339/2004-051-11-00-0 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. VANTUIL ABDALA
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). MATEUS GUEDES RIOS
PROCURADORA : DR(A). THICIANE GUANABARA SOUZA
EMBARGADO(A) : VANDA MARIA DOS SANTOS REIS
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

PROCESSO : E-ED-AIRR-342/1996-046-03-40-6 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR : MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE : EDWARD FERREIRA SOUZA E OUTRO
ADVOGADA : DR(A). REBECA CAMPOS CARDOSO
EMBARGADO(A) : BANCO DO BRASIL S.A.
ADVOGADO : DR(A). ALEXANDRE POCAI PEREIRA
EMBARGADO(A) : CARLOS ANTÔNIO CHAVES DA SILVA
ADVOGADA : DR(A). TEREZINHA GOMES DA SILVA
EMBARGADO(A) : GIOVANE BRANDÃO DE ARAÚJO
EMBARGADO(A) : TEREZINHA SANTOS MOREIRA

PROCESSO : E-ED-RR-375/2003-252-02-01-8 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA
EMBARGANTE : COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ - CPFL
ADVOGADO : DR(A). URSULINO SANTOS FILHO
ADVOGADO : DR(A). LYCURGO LEITE NETO
EMBARGADO(A) : ANTÔNIO CARLOS CAETANO DE AGUIAR
ADVOGADO : DR(A). FRANCISCO ANTONIO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA

PROCESSO : E-AIRR-379/1991-001-16-40-8 TRT DA 16A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LELIO BENTES CORRÊA
EMBARGANTE : ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR : DR(A). ANTÔNIO AUGUSTO ACOSTA MARTINS
EMBARGADO(A) : FRANCISCA DIOGO DA COSTA E OUTROS
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ GUILHERME CARVALHO ZAGALLO

PROCESSO : E-RR-388/2002-331-02-00-0 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : DR(A). PAULO GUSTAVO MEDEIROS CARVALHO
PROCURADOR : DR(A). JEFERSON CARLOS CARÚS GUEDES
EMBARGADO(A) : CLÁUDIA REGINA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : DR(A). MARIA APARECIDA DE FÁTIMA LEMES SANTOS
EMBARGADO(A) : MARCOS ROCHA SATHLER
ADVOGADO : DR(A). ROMILDO ANDRADE DE SOUZA JÚNIOR

PROCESSO : E-RR-395/2001-432-02-00-6 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : DR(A). PAULO GUSTAVO MEDEIROS CARVALHO
EMBARGADO(A) : JACKSON DE OLIVEIRA
ADVOGADO : DR(A). GISLÂINE MARA LEONARDI
EMBARGADO(A) : PINTURAS DELMAR S/C LTDA.
ADVOGADO : DR(A). ALEXANDRE DE ALMEIDA DIAS

PROCESSO : E-RR-399/1998-027-04-00-9 TRT DA 4A. REGIÃO
RELATOR : MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
EMBARGANTE : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
ADVOGADO : DR(A). FÁBIO DOURADO OLIVEIRA
EMBARGADO(A) : JOSÉ MÁRIO DE ALMEIDA DEBASTIANI
ADVOGADO : DR(A). ANTÔNIO COLPO

PROCESSO : E-RR-406/2004-013-04-00-9 TRT DA 4A. REGIÃO
RELATOR : MIN. HORÁCIO RAYMUNDO DE SENNA PIRES
EMBARGANTE : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
ADVOGADO : DR(A). JOÃO MARMO MARTINS
EMBARGADO(A) : ARTUR GONZALES NOBRE
ADVOGADO : DR(A). JORGE AIRTON BRANDÃO YOUNG

PROCESSO : E-AIRR-415/2002-316-02-40-7 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
EMBARGANTE : VARIG S.A. (VIAÇÃO AÉREA RIO-GRANDENSE)
ADVOGADO : DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR
EMBARGADO(A) : JOSÉ REGINALDO TEIXEIRA DA SILVA
ADVOGADA : DR(A). RITA DE CÁSSIA BARBOSA LOPES

PROCESSO : E-AIRR-435/2000-005-17-41-9 TRT DA 17A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
EMBARGANTE : FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
ADVOGADO : DR(A). LYCURGO LEITE NETO
EMBARGADO(A) : IGUACI ALVARENGA
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ MIRANDA LIMA

PROCESSO : E-AIRR-443/2006-108-03-40-1 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR : MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
EMBARGANTE : BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
ADVOGADA : DR(A). GIOVANNA MORILLO VIGIL
EMBARGADO(A) : WILSON GOLINO DE FREITAS
ADVOGADO : DR(A). EMERSON OLIVEIRA MACHADO

PROCESSO : E-ED-AIRR-504/2003-021-24-40-5 TRT DA 24A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
EMBARGANTE : EMPRESA ENERGÉTICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - ENERSUL
ADVOGADO : DR(A). LYCURGO LEITE NETO
EMBARGADO(A) : DAVID MACAGNAN
ADVOGADO : DR(A). CARLOS ROBERTO CUNHA

PROCESSO : E-RR-505/2002-024-02-00-3 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A. - TELESP
ADVOGADA : DR(A). JUSSARA IRACEMA DE SÁ E SACCHI
ADVOGADO : DR(A). MARCELO LUIS ÁVILA DE BESSA
EMBARGADO(A) : MARIA ZENAIDE DA SILVA
ADVOGADO : DR(A). RUBENS GARCIA FILHO

PROCESSO : E-ED-AIRR-530/2003-002-23-40-0 TRT DA 23A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA
EMBARGANTE : GRÁFICA E EDITORA CENTRO OESTE LTDA.
ADVOGADO : DR(A). FRANCISCO QUEIROZ CAPUTO NETO
EMBARGADO(A) : IOLANDA PEREIRA DE PINHO
ADVOGADA : DR(A). LUCIANE FIGUEIREDO SANCHES

PROCESSO : E-A-RR-535/2001-005-17-00-9 TRT DA 17A. REGIÃO
RELATOR : MIN. VANTUIL ABDALA
EMBARGANTE : POLIMODAL TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA.
ADVOGADO : DR(A). BERGT EVENARD ALVARENGA FARIAS
EMBARGADO(A) : CARLOS ROBERTO COLABELO LIMA
ADVOGADO : DR(A). EDISON VIANA DOS SANTOS

PROCESSO : E-RR-548/2000-036-15-00-6 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : BANCO DO BRASIL S.A.
ADVOGADO : DR(A). LUIZ DE FRANÇA PINHEIRO TORRES
ADVOGADO : DR(A). ANTÔNIO ASSIS ALVES
EMBARGADO(A) : SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE ASSIS E REGIÃO
ADVOGADO : DR(A). MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO
ADVOGADA : DR(A). MÁRCIA APARECIDA CAMACHO MISAILIDIS

PROCESSO : E-ED-RR-594/2004-032-15-00-3 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : VIAÇÃO BOA VISTA LTDA.
ADVOGADO : DR(A). ALESSANDRO ALVES BERNARDES
EMBARGADO(A) : JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : DR(A). PAULO ROBERTO MARCUCCI

PROCESSO : E-ED-AIRR-598/1999-062-02-40-0 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA
EMBARGANTE : TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A. - TELESP
ADVOGADA : DR(A). JUSSARA IRACEMA DE SÁ E SACCHI
EMBARGADO(A) : MARIVALDO BATISTA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : DR(A). RUBENS GARCIA FILHO

PROCESSO : E-AIRR-603/2003-021-15-40-6 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA
EMBARGANTE : TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A. - TELESP
ADVOGADA : DR(A). JUSSARA IRACEMA DE SÁ E SACCHI
ADVOGADO : DR(A). MARCELO LUIS ÁVILA DE BESSA
EMBARGADO(A) : TÂNIA REGINA CARNIO
ADVOGADO : DR(A). GUSTAVO AUGUSTO DE CARVALHO ANDRADE

PROCESSO : E-RR-615/2002-047-15-00-8 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LELIO BENTES CORRÊA
EMBARGANTE : LAFARGE BRASIL S.A.
ADVOGADO : DR(A). FÁBIO AUGUSTO BELLANDI SAMPAIO
EMBARGADO(A) : MANOEL DE ALMEIDA RODRIGUEZ
ADVOGADO : DR(A). VÁLTER RODRIGUES DE LIMA

PROCESSO : E-RR-616/2004-051-11-00-5 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A) : DEUSILENE FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO : DR(A). MESSIAS GONÇALVES GARCIA

PROCESSO : E-RR-621/2004-011-10-00-4 TRT DA 10A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : AMAURI FERNANDES
ADVOGADO : DR(A). ANDRÉ JORGE ROCHA DE ALMEIDA
EMBARGADO(A) : BRASIL TELECOM S.A.
ADVOGADA : DR(A). DÉBORAH CABRAL SIQUEIRA DE SOUZA
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL

PROCESSO : E-ED-AIRR-627/2004-801-10-40-4 TRT DA 10A. REGIÃO
RELATOR : MIN. VANTUIL ABDALA
EMBARGANTE : INVESTCO S.A.
ADVOGADO : DR(A). LYCURGO LEITE NETO
ADVOGADO : DR(A). MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA
EMBARGADO(A) : CONSTRUTORA PEDRA GRANDE LTDA.
ADVOGADA : DR(A). VERÔNICA A. DE ALCÂNTARA BUZACHI
EMBARGADO(A) : ABENILSON ANTÔNIO GONÇALVES
ADVOGADO : DR(A). VALDOMIRO BRITO FILHO

PROCESSO : E-RR-632/2005-014-10-00-4 TRT DA 10A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : ANTÔNIO AUGUSTO BEDA DOS REIS E OUTROS
ADVOGADA : DR(A). PATRÍCIA MACHADO V. DE ALMEIDA
EMBARGADO(A) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ LINHARES PRADO NETO

PROCESSO : E-RR-634/2001-401-05-00-3 TRT DA 5A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LELIO BENTES CORRÊA
EMBARGANTE : ANTÔNIO FERNANDO FIGUEIREDO SALDANHA
ADVOGADA : DR(A). ANA PAULA MOREIRA DOS SANTOS
EMBARGADO(A) : EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. - EMBASA
ADVOGADA : DR(A). TÂNIA MARIA REBOUÇAS
ADVOGADO : DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR

PROCESSO : E-RR-641/2003-002-17-00-5 TRT DA 17A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO S.A. - BANESTES
ADVOGADO : DR(A). RICARDO QUINTAS CARNEIRO
EMBARGADO(A) : JOSÉ ALBERTO ANDRADE DE ARAÚJO
ADVOGADA : DR(A). JEMIMA TINOCO BORGES

PROCESSO : E-RR-662/2001-002-03-00-5 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR : MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
EMBARGANTE : TELEMAR NORTE LESTE S.A - FILIAL MINAS GERAIS
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A) : MARIA ISABEL NASCIMENTO BARCELLOS E OUTROS
ADVOGADA : DR(A). VALENTINA AVELAR DE CARVALHO

PROCESSO : E-RR-687/2002-022-02-00-0 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
EMBARGANTE : HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
PROCURADORA : DR(A). JOSELITA MARIA DA SILVA
EMBARGADO(A) : MARLENE DA PENHA VICENTE
ADVOGADO : DR(A). MAGNUS HENRIQUE DE MEDEIROS FARKATT
EMBARGADO(A) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
PROCURADORA : DR(A). RUTH MARIA FORTES ANDALAFET

PROCESSO : E-AIRR-701/2001-341-04-40-0 TRT DA 4A. REGIÃO
RELATOR : MIN. HORÁCIO RAYMUNDO DE SENNA PIRES
EMBARGANTE : COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
ADVOGADO : DR(A). JORGE SANT'ANNA BOPP
ADVOGADO : DR(A). RICARDO ADOLPHO BORGES DE ALBUQUERQUE E OUTROS
EMBARGADO(A) : JOSÉ CARLOS GOMES E OUTROS
ADVOGADO : DR(A). ANTÔNIO ESCOSTEGUY CASTRO

PROCESSO : E-RR-709/2002-002-21-40-8 TRT DA 21A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : MARIA JOSÉ LINS MONTEIRO E OUTROS
ADVOGADA : DR(A). SIMONE LEITE DANTAS
EMBARGADO(A) : BANCO SANTANDER BANESPA S.A.
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL

PROCESSO : E-RR-710/2001-041-15-00-2 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - BANESPA
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A) : RENATO JOSÉ MURAT
ADVOGADO : DR(A). PEDRO ANTÔNIO DE MACEDO

PROCESSO : E-A-AIRR-762/2003-005-04-40-1 TRT DA 4A. REGIÃO
RELATOR : MIN. VANTUIL ABDALA
EMBARGANTE : AURA SIGANSKI E OUTROS
ADVOGADA : DR(A). ERYKA FARIAS DE NEGRI
EMBARGADO(A) : HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
ADVOGADO : DR(A). ELI VALTER FONSECA DE OLIVEIRA

PROCESSO : E-AIRR-764/2001-048-02-40-8 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
EMBARGANTE : TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A. - TELESP
ADVOGADA : DR(A). JUSSARA IRACEMA DE SÁ E SACCHI
ADVOGADO : DR(A). MARCELO LUIS ÁVILA DE BESSA
EMBARGADO(A) : PATRÍCIA ALVES
ADVOGADO : DR(A). RUBENS GARCIA FILHO

PROCESSO : E-AIRR-772/1998-433-02-40-1 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : CÉLIA REGINA FERRARI DI GIORGIO
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO
EMBARGADO(A) : NÚCLEO EDUCACIONAL DR. WAYNER DE LEONARDI S/C LTDA.
ADVOGADO : DR(A). HERMENEGILDO FERNANDES

PROCESSO : E-ED-RR-780/2004-008-12-00-5 TRT DA 12A. REGIÃO
RELATOR : MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
EMBARGANTE : BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BESC
ADVOGADO : DR(A). NILO DE OLIVEIRA NETO
EMBARGADO(A) : LENIR FACCIOCHI PREDABON
ADVOGADO : DR(A). JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS
ADVOGADO : DR(A). RONALDO FERREIRA TOLENTINO

PROCESSO : E-ED-RR-790/2004-031-01-00-8 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADA : DR(A). BARBARA BIANCA SENA
EMBARGADO(A) : CELITA MATHEUS GARCIA DA SILVA
ADVOGADA : DR(A). VALÉRIA DE SOUZA SANTOS

PROCESSO : E-A-AIRR-797/2004-305-04-40-6 TRT DA 4A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : MULTI ARMAZÉNS LTDA.
ADVOGADO : DR(A). PEDRO GILBERTO BRAND
EMBARGADO(A) : IVO JORGE FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADA : DR(A). ROSANE FEHSE DE LIMA

PROCESSO : E-ED-RR-826/1996-121-05-00-1 TRT DA 5A. REGIÃO
RELATOR : MIN. VANTUIL ABDALA
EMBARGANTE : NOVELIS DO BRASIL LTDA.
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A) : ROQUE ASSUNÇÃO DA CRUZ
ADVOGADO : DR(A). RUY JORGE CALDAS PEREIRA
ADVOGADO : DR(A). FÁBIO NÓVOA

PROCESSO : E-AIRR-856/2005-089-03-40-1 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO : DR(A). WILLIAM LUIZ FANTINI
ADVOGADO : DR(A). OTÁVIO MOURA VALLE
EMBARGADO(A) : UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - UBEC
ADVOGADO : DR(A). DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO ASSIS

PROCESSO : E-RR-862/2005-013-10-00-7 TRT DA 10A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA
EMBARGANTE : IOMAR DE ARAÚJO CHAVES E OUTROS
ADVOGADO : DR(A). CARLOS VICTOR AZEVEDO SILVA
EMBARGADO(A) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADA : DR(A). CINTIA TASHIRO

PROCESSO : E-ED-RR-874/2002-021-15-00-6 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : BENEDITO DE CAMPOS E OUTROS
ADVOGADO : DR(A). NILTON CORREIA
EMBARGADO(A) : BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - BANESPA
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
ADVOGADO : DR(A). IVAN CARLOS DE ALMEIDA

PROCESSO : E-A-AIRR-894/2003-003-24-40-1 TRT DA 24A. REGIÃO
RELATOR : MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE : BRASIL TELECOM S.A.
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A) : MARIA MANOELA GOMES DE OLIVEIRA
ADVOGADA : DR(A). LUZIA CRISTINA HERRADON PAMPLONA FONSECA

PROCESSO : E-AG-RR-899/2004-051-11-00-5 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A) : MARIA DO SOCORRO PESSOA DE CARVALHO
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

PROCESSO : E-RR-901/2002-027-04-00-9 TRT DA 4A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : BRASIL TELECOM S.A.
ADVOGADO : DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR
EMBARGADO(A) : LISANDRO VIEIRA BRANDÃO
ADVOGADO : DR(A). DÉLCIO CAYE
EMBARGADO(A) : RETEBRÁS REDES E TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
ADVOGADA : DR(A). ELISABETE GORNICK SCHNEIDER

PROCESSO : E-ED-AIRR-913/2002-302-02-40-7 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE : JORGE MOREIRA BARRETO
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ HENRIQUE COELHO
EMBARGADO(A) : DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A.
ADVOGADO : DR(A). ARNALDO JOSÉ PACÍFICO
EMBARGADO(A) : PERFORMANCE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ EDUARDO DIAS YUNIS

PROCESSO : E-ED-AIRR-914/2003-090-15-40-0 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR : MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
EMBARGANTE : CALÇADOS BEIRA RIO S.A.
ADVOGADA : DR(A). ÂNGELA MARIA RAFFAINER FLORES
EMBARGADO(A) : PAULO HENRIQUE GALVANI GAMA
ADVOGADA : DR(A). BÁRBARA HELIODORA PITTOLI

PROCESSO : E-AIRR-917/2003-093-15-40-2 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR : MIN. VANTUIL ABDALA
EMBARGANTE : COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL
ADVOGADO : DR(A). URSULINO SANTOS FILHO
ADVOGADO : DR(A). JOUBERT ARIOVALDO CONSENTINO
EMBARGADO(A) : WILSON CARNEIRO ROMÃO
ADVOGADO : DR(A). JÚLIO CÉSAR PETRUCELLI

PROCESSO : E-RR-920/2003-381-02-00-7 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : DR(A). PAULO GUSTAVO MEDEIROS CARVALHO
EMBARGADO(A) : GENOLINO ALVES PORTUGAL
ADVOGADA : DR(A). MARIA ALICE HERNANDES
EMBARGADO(A) : EMPRESA TEJOFRAN DE SANEAMENTO E SERVIÇOS GERAIS LTDA.
ADVOGADO : DR(A). GEANCARLOS LACERDA PRATA
EMBARGADO(A) : SIST-ACA - CONSTRUTORA, COMÉRCIO E PRÉ-MOLDADOS LTDA.
EMBARGADO(A) : CONSTRUTORA NOROESTE LTDA.
ADVOGADA : DR(A). HELENA DOMINGUEZ GONZALEZ
EMBARGADO(A) : DOURADO COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA.
ADVOGADO : DR(A). DIRCEU GARCIA PARRA FILHO
ADVOGADA : DR(A). HELENA DOMINGUEZ GONZALEZ

PROCESSO : E-RR-937/2004-051-11-00-0 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. VANTUIL ABDALA
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
EMBARGADO(A) : MIRIAM RABELO BORGES VASCONCELOS
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

PROCESSO : E-ED-AIRR-944/2004-011-10-40-2 TRT DA 10A. REGIÃO
RELATOR : MIN. VANTUIL ABDALA
EMBARGANTE : GENTIL FRANCISCO DE LIMA
ADVOGADO : DR(A). ANDRÉ JORGE ROCHA DE ALMEIDA
EMBARGADO(A) : BRASIL TELECOM S.A. - TELEBRASÍLIA
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL

PROCESSO : E-RR-963/2004-051-11-00-8 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). MATEUS GUEDES RIOS
PROCURADOR : DR(A). REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
EMBARGADO(A) : LEUDA RODRIGUES DOS SANTOS
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

PROCESSO : E-RR-969/2000-042-15-00-9 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR : MIN. CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
EMBARGANTE : ALCEU SAMPAIO ENGRÁCIA E OUTROS
ADVOGADO : DR(A). ANDRÉ ALVES FONTES TEIXEIRA
EMBARGADO(A) : HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ HENRIQUE DOS SANTOS JORGE

PROCESSO : E-ED-AIRR-978/1997-024-01-41-5 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
EMBARGANTE : BANCO DO BRASIL S.A.
ADVOGADO : DR(A). ANTÔNIO JONAS MADRUGA
EMBARGADO(A) : LUIZ FERNANDO MOURA TEIXEIRA
ADVOGADO : DR(A). MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA

PROCESSO : E-ED-AIRR-980/1997-041-02-40-1 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LELIO BENTES CORRÊA
EMBARGANTE : MARILENE ULTRAMARI BUFFA
ADVOGADA : DR(A). MARINA AIDAR DE BARROS FAGUNDES
EMBARGADO(A) : BANCO SANTANDER BANESPA S.A.
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL

PROCESSO : E-AIRR-989/2000-027-02-40-2 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
EMBARGANTE : TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A. - TELESP
ADVOGADO : DR(A). ADELMO DA SILVA EMERENCIANO
ADVOGADA : DR(A). JUSSARA IRACEMA DE SÁ E SACCHI
EMBARGADO(A) : JOAQUIM GOMES DE SOUZA
ADVOGADO : DR(A). PAULO DE TARSO ANDRADE BASTOS

PROCESSO : E-RR-990/2004-051-11-00-0 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA - SECRETARIA DO BEM ESTAR SOCIAL - SETRABES
PROCURADOR : DR(A). MATEUS GUEDES RIOS
PROCURADOR : DR(A). REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
EMBARGADO(A) : JOSELMA SOUSA ALVES
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

PROCESSO : E-RR-995/2004-051-11-00-3 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A) : JOSIONE OLIVEIRA DA COSTA
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

PROCESSO : E-AIRR-999/2002-104-03-00-4 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : DR(A). JOÃO ROBERTO DE TOLEDO
ADVOGADO : DR(A). RUBENS ALBERTO ARRIENTI ANGELI
ADVOGADO : DR(A). MARCOS ULHOA DANI
EMBARGADO(A) : NILO ROSA CARDOSO
ADVOGADO : DR(A). LEÔNCIO GONZAGA DA SILVA

PROCESSO : E-RR-1.025/2004-055-01-00-5 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR : MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE : ANNA HELIDA SANTOS CARVALHO
ADVOGADA : DR(A). NATHALIE MOURA DINIZ
EMBARGADO(A) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADA : DR(A). CINTIA TASHIRO

PROCESSO : E-RR-1.038/2004-034-12-00-3 TRT DA 12A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : UNIÃO
PROCURADOR : DR(A). LUIS HENRIQUE MARTINS DOS ANJOS
EMBARGADO(A) : MILTON CÉSAR COSTA E OUTROS
ADVOGADO : DR(A). LUÍS FERNANDO LUCHI
EMBARGADO(A) : DUETOS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.

PROCESSO : E-RR-1.048/2003-101-04-00-9 TRT DA 4A. REGIÃO
RELATOR : MIN. VANTUIL ABDALA
EMBARGANTE : MUNICÍPIO DE PELOTAS
PROCURADORA : DR(A). CARINA DELGADO LOUZADA
EMBARGADO(A) : CLENIR IONE PEREIRA CHAVES E OUTROS
ADVOGADO : DR(A). EISLER ROSA CAVADA

PROCESSO : E-AIRR-1.051/2005-007-03-40-4 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LELIO BENTES CORRÊA
EMBARGANTE : COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG
ADVOGADO : DR(A). ANDRÉ SCHMIDT DE BRITO
EMBARGADO(A) : JOSÉ GERALDO DA SILVA
ADVOGADO : DR(A). EDSON DE MORAES
EMBARGADO(A) : PRESTER LTDA.
ADVOGADO : DR(A). WANDER BRUGNARA

PROCESSO : E-RR-1.079/2004-051-11-00-0 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A) : MARIA DE FÁTIMA FERREIRA PONTES
ADVOGADO : DR(A). MESSIAS GONÇALVES GARCIA

PROCESSO : E-RR-1.091/1997-658-09-00-0 TRT DA 9A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : ITAIPU BINACIONAL
ADVOGADO : DR(A). LYCURGO LEITE NETO
EMBARGADO(A) : EMPRESA LIMPADORA CENTRO LTDA.
ADVOGADA : DR(A). REGIANE ANTUNES DEQUECHE
EMBARGADO(A) : JOSÉ GUSTAVO FILHO
ADVOGADA : DR(A). ALINE FABIANA CAMPOS PEREIRA

PROCESSO : E-AIRR-1.097/2004-015-03-40-7 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR : MIN. VANTUIL ABDALA
EMBARGANTE : COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG
ADVOGADO : DR(A). ANDRÉ SCHMIDT DE BRITO
EMBARGADO(A) : LUIZ ROBERTO PINTO
ADVOGADA : DR(A). POLLYANA SILVA MOREIRA
EMBARGADO(A) : ACENDE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA.
ADVOGADO : DR(A). RENATO CAMPOS GOMES

PROCESSO : E-AIRR-1.105/2004-006-19-40-7 TRT DA 19A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : COMPANHIA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA E SANEAMENTO DO ESTADO DE ALAGOAS - CASAL
ADVOGADO : DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR
EMBARGADO(A) : JOSÉ PEDRO FILHO
ADVOGADO : DR(A). ROSÁLIO LEOPOLDO DE SOUZA

PROCESSO : E-RR-1.106/2002-432-02-00-7 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : DR(A). PAULO GUSTAVO MEDEIROS CARVALHO
EMBARGADO(A) : MANOEL CÉSAR
ADVOGADA : DR(A). ROSANGELA JULIAN SZULC
EMBARGADO(A) : PIZZARIA E CHOPERIA BABO RAFFAELE

PROCESSO : E-RR-1.106/2003-084-15-00-3 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : HEATCRAFT DO BRASIL S.A.
ADVOGADO : DR(A). IRINEU TEIXEIRA
EMBARGADO(A) : PAULO BENEDITO DOS SANTOS E OUTROS
ADVOGADO : DR(A). AMÉRICO ASTUTO ROCHA GOMES

PROCESSO : E-AIRR-1.115/2002-087-15-40-7 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LELIO BENTES CORRÊA
EMBARGANTE : BANN QUÍMICA LTDA.
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ROBERTO MARCONDES
EMBARGADO(A) : MASSA FALIDA DE NORTEC ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.
EMBARGADO(A) : MARCOS SAMUEL DE ANDREIA
ADVOGADO : DR(A). JOÃO CARLOS MOTA

PROCESSO : E-AG-AIRR-1.132/2002-030-02-40-4 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
EMBARGANTE : TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A. - TELESP
ADVOGADO : DR(A). GUILHERME MIGNONE GORDO
ADVOGADA : DR(A). JUSSARA IRACEMA DE SÁ E SACCHI
EMBARGADO(A) : JOSÉ NILDO DE ANDRADE
ADVOGADA : DR(A). DANIELA TEODORO ADORNI

PROCESSO : E-AIRR-1.133/1998-001-01-40-1 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA
EMBARGANTE : ELIZABETH BÁRBARA RIBEIRO
ADVOGADA : DR(A). GLEISE MARIA ÍNDIO E BARTIJOTTO
EMBARGADO(A) : RADIOBRÁS - EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO S.A.
ADVOGADO : DR(A). MARIANA NASHAUSKY MIBIELLI

PROCESSO : E-RR-1.141/2002-383-02-00-0 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : DR(A). PAULO GUSTAVO MEDEIROS CARVALHO
PROCURADOR : DR(A). JEFERSON CARLOS CARÚS GUEDES
EMBARGADO(A) : RENATO DE ALMEIDA CALDAS
ADVOGADA : DR(A). MIRIAM DE LOURDES GONÇALVES BARBOSA
EMBARGADO(A) : VIAÇÃO CASTRO LTDA.
ADVOGADO : DR(A). CARLOS CRISTIANO DE CAMARGO ARANHA

PROCESSO : E-RR-1.161/2003-008-18-40-9 TRT DA 18A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : BANCO BEG S.A.
ADVOGADO : DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR
EMBARGADO(A) : MARIA CRISTINA COSTA TEIXEIRA
ADVOGADO : DR(A). GÉLCIO JOSÉ SILVA

PROCESSO : E-RR-1.164/2001-312-02-00-7 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A. - TELESP
ADVOGADA : DR(A). JUSSARA IRACEMA DE SÁ E SACCHI
EMBARGADO(A) : NEUZA FARIA DE AMORIM ANTÔNIO
ADVOGADO : DR(A). RUBENS GARCIA FILHO

PROCESSO : E-ED-RR-1.168/2000-004-04-00-4 TRT DA 4A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : CARLOS ELI RIGOTTI
ADVOGADA : DR(A). DILMA DE SOUZA
EMBARGADO(A) : SPORT CLUB INTERNACIONAL
ADVOGADO : DR(A). FERNANDO SCARPELLINI MATTOS

PROCESSO : E-RR-1.170/2005-053-02-40-3 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LELIO BENTES CORRÊA
EMBARGANTE : JOELMA MARIA DA CONCEIÇÃO
ADVOGADO : DR(A). ROGÉRIO DE ALMEIDA SILVA
EMBARGADO(A) : SÃO PAULO TRANSPORTE S.A. - SPTRANS
ADVOGADA : DR(A). MARIA ANTONIETTA MASCARO
EMBARGADO(A) : VIAÇÃO CIDADE TIRADENTES LTDA.
ADVOGADO : DR(A). RODRIGO BARROS GUEDES NEVES DA SILVA

PROCESSO : E-RR-1.186/2004-051-11-00-9 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. VANTUIL ABDALA
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
EMBARGADO(A) : ECÍGENS ARAÚJO PADILHA
ADVOGADO : DR(A). RANDERSON MELO DE AGUIAR

PROCESSO : E-ED-RR-1.190/2004-051-11-00-7 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. VANTUIL ABDALA
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
EMBARGADO(A) : VICENTE CÍCERO GERÔNIMO
ADVOGADO : DR(A). RONALDO MAURO COSTA PAIVA

PROCESSO : E-RR-1.194/2004-051-11-00-5 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A) : VERNA DAIANA JEFERSON RIBEIRO
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

PROCESSO : E-RR-1.198/2004-051-11-00-3 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. VANTUIL ABDALA
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). RÉGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
EMBARGADO(A) : LUIZ HENRIQUE DE CASTRO
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

PROCESSO : E-RR-1.200/2001-432-02-00-5 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : DR(A). PAULO GUSTAVO MEDEIROS CARVALHO
EMBARGADO(A) : ADILSON REINALDO DA SILVA
ADVOGADA : DR(A). SUELY GONCALVES DE FREITAS
EMBARGADO(A) : PADARIA EUROPAN LTDA.
ADVOGADO : DR(A). LILIAN RIBEIRO BABO

PROCESSO : E-RR-1.219/2002-242-02-00-3 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : DR(A). HERMES ARRAIS ALENCAR
PROCURADOR : DR(A). PAULO GUSTAVO MEDEIROS CARVALHO
EMBARGADO(A) : PEDRO NETO FRANÇA
ADVOGADA : DR(A). ANDRÉIA FIUMI SILVA
EMBARGADO(A) : LETEM SERVIÇOS DE ESTAMPARIA LTDA.
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ BARRETO COIMBRA

PROCESSO : E-RR-1.232/2004-051-11-00-0 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A) : KÁTIA SILVA OLIVEIRA
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE
EMBARGADO(A) : COOPERATIVA RORAIMENSE DE SERVIÇOS - COORSERV
ADVOGADO : DR(A). RONALDO MAURO COSTA PAIVA

PROCESSO : E-ED-AIRR-1.233/2003-481-02-40-1 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : CARLOS ANTÔNIO DE CASTRO SOARES
ADVOGADO : DR(A). MARCO ANTÔNIO LODUCA SCALAMANDRÉ
EMBARGADO(A) : ADEILDO GERCINO DA SILVA E OUTROS
EMBARGADO(A) : METALQUÍMICA TUMIARU LTDA.

PROCESSO : E-A-AIRR-1.235/2003-461-02-40-6 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
EMBARGANTE : VOLKSWAGEN DO BRASIL S.A.
ADVOGADO : DR(A). URSULINO SANTOS FILHO
ADVOGADO : DR(A). LUIZ BERNARDO ALVAREZ
ADVOGADO : DR(A). ANDRÉ LUIZ GONÇALVES TEIXEIRA
EMBARGADO(A) : WALDIR PARIZZI
ADVOGADA : DR(A). VIVIANI DE ALMEIDA

PROCESSO : E-RR-1.242/2002-028-02-00-5 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
EMBARGANTE : HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - HSPM
PROCURADORA : DR(A). JOSELITA MARIA DA SILVA
EMBARGADO(A) : ELÍDIA APPARECIDA ROMÃO E OUTRAS
ADVOGADA : DR(A). LOURDES VALÉRIA GOMES

PROCESSO : E-ED-AIRR-1.255/1998-009-03-42-3 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : RAIMUNDO RODRIGUES PARREIRAS
ADVOGADA : DR(A). ANDRESA LUIZ DA SILVEIRA
EMBARGADO(A) : EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EMATER
ADVOGADO : DR(A). MÁRCIO VICENTE MARTINS DOS SANTOS
EMBARGADO(A) : CERES - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS SISTEMAS EMBRAPA E EMBRATER
ADVOGADA : DR(A). JORDANA MARIA C RAMOS

PROCESSO : E-RR-1.256/2003-049-15-00-0 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : DEOLINDO BRANCO PERES E OUTROS
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ EDUARDO HADDAD
EMBARGADO(A) : OSMAR PREVIATERI
ADVOGADO : DR(A). MÁRCIO ADRIANO PRAXEDES CORRÊA

PROCESSO : E-RR-1.282/2001-433-02-00-4 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : DR(A). PAULO GUSTAVO MEDEIROS CARVALHO
EMBARGADO(A) : ALICE FRANCELINA DE ASSIS
ADVOGADA : DR(A). MARISA BEZERRA DE SOUSA
EMBARGADO(A) : IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS EM UTINGA
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ DOMINGOS BITTENCOURT

PROCESSO : E-RR-1.287/2004-051-11-00-0 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. VANTUIL ABDALA
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). RÉGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
EMBARGADO(A) : IRENY MARIA DE SOUZA CORRÊA
ADVOGADO : DR(A). RONALDO MAURO COSTA PAIVA

PROCESSO : E-AIRR-1.309/1996-072-01-40-0 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - BANERJ (EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL)
ADVOGADO : DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR
EMBARGADO(A) : SÔNIA GONÇALVES SARDINHA
ADVOGADA : DR(A). DEBORAH PIETROBON DE MORAES
EMBARGADO(A) : CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO SISTEMA BANERJ - PREVI/BANERJ (EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL)
ADVOGADA : DR(A). ANA CRISTINA ULBRICHT DA ROCHA
EMBARGADO(A) : BANCO BANERJ S.A.
EMBARGADO(A) : BANCO ITAÚ S.A.

PROCESSO : E-RR-1.314/2003-027-04-00-8 TRT DA 4A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : CAROLINA LUÍZA ARTIERO E OUTROS
ADVOGADO : DR(A). GASPAR PEDRO VIECELI
EMBARGANTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : DR(A). LUIZ EDUARDO ALVES RODRIGUES
EMBARGADO(A) : OS MESMOS

PROCESSO : E-AIRR-1.317/2005-015-08-40-6 TRT DA 8A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
EMBARGANTE : F.F. RIBEIRO NETO
ADVOGADO : DR(A). PAULO ROBERTO ARÉVALO BARROS FILHO
EMBARGADO(A) : AMAURI SOUZA DA SILVA
ADVOGADO : DR(A). ISMAEL LIMA LEITE

PROCESSO : E-AIRR-1.318/2002-315-02-40-5 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LELIO BENTES CORRÊA
EMBARGANTE : CONVERPLAST EMBALAGENS LTDA.
ADVOGADO : DR(A). ALICÍNIO LUIZ
EMBARGADO(A) : IRANY PIRAS
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ MARIA BERG TEIXEIRA

PROCESSO : E-RR-1.337/2005-004-21-40-2 TRT DA 21A. REGIÃO
RELATOR : MIN. HORÁCIO RAYMUNDO DE SENNA PIRES
EMBARGANTE : TELEMAR NORTE LESTE S.A.
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A) : EDMILSON RUFINO DA SILVA
ADVOGADA : DR(A). ERYKA FARIAS DE NEGRI

PROCESSO : E-AIRR-1.344/2001-095-15-40-5 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR : MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE : SÉRGIO LIBERATO
ADVOGADO : DR(A). ANTÔNIO CARLOS BARBOZA
EMBARGADO(A) : FRESENIUS KABI BRASIL LTDA.
ADVOGADO : DR(A). ANTÔNIO FRANCO
EMBARGADO(A) : FRESENIUS MEDICAL CARE LTDA.
ADVOGADO : DR(A). MAURÍCIO FLEURY PEREIRA LEITÃO
ADVOGADO : DR(A). MAURÍCIO THADEU

PROCESSO : E-ED-AIRR-1.381/2004-004-24-40-5 TRT DA 24A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LELIO BENTES CORRÊA
EMBARGANTE : EMPRESA ENERGÉTICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - ENERSUL
ADVOGADO : DR(A). LYCURGO LEITE NETO
EMBARGADO(A) : SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ENERGIA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - STICE-MS
ADVOGADO : DR(A). DELMOR VIEIRA

PROCESSO : E-RR-1.387/1999-064-01-41-6 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : DR(A). THIAGO LINHARES PAIM COSTA
ADVOGADO : DR(A). MARCOS ULHOA DANI
EMBARGADO(A) : CÉLIA COELHO GUIMARÃES BARROS
ADVOGADO : DR(A). MÁRIO ALBERTO BRANDÃO

PROCESSO : E-RR-1.393/1998-010-15-40-1 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A. - TELESP
ADVOGADO : DR(A). GUILHERME MIGNONE GORDO
ADVOGADA : DR(A). JUSSARA IRACEMA DE SÁ E SACCHI
EMBARGADO(A) : MARIALDA ROSALEM
ADVOGADA : DR(A). MARIA DE LOURDES VICTORIO CARLETTO

PROCESSO : E-ED-RR-1.416/2004-112-03-00-9 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR : MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE : LAGE'S SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES LTDA.
ADVOGADO : DR(A). MAURÍCIO MARTINS DE ALMEIDA
EMBARGADO(A) : SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO PESADA DE MINAS GERAIS - SITICOP/MG
ADVOGADO : DR(A). WESLEY ALEXANDRE DE PAULA
ADVOGADO : DR(A). JOÃO BATISTA BORGES VILELA

PROCESSO : E-AIRR-1.418/2003-009-03-40-0 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA
EMBARGANTE : GILMAR NUNES FERREIRA
ADVOGADO : DR(A). ANTÔNIO CARLOS DA SILVA
EMBARGADO(A) : OTO CALÇADOS LTDA.
ADVOGADO : DR(A). CLÁUDIO ATALA INÁCIO FERREIRA

PROCESSO : E-ED-RR-1.430/1998-040-01-00-5 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR : MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
EMBARGANTE : AYRES JOAQUIM PEREIRA JÚNIOR E OUTROS
ADVOGADO : DR(A). OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES
EMBARGADO(A) : BANCO DA AMAZÔNIA S.A.
ADVOGADO : DR(A). DÉCIO FREIRE
EMBARGADO(A) : CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - CAPAF
ADVOGADO : DR(A). SÉRGIO L. TEIXEIRA DA SILVA

PROCESSO : E-A-RR-1.436/2003-023-02-00-0 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. VANTUIL ABDALA
EMBARGANTE : MARSH ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL S/C LTDA.
ADVOGADO : DR(A). URSULINO SANTOS FILHO
EMBARGADO(A) : MICHAEL RONALD VINCENT WYLES
ADVOGADO : DR(A). HEITOR CORNACCHIONI

PROCESSO : E-ED-RR-1.447/2001-026-03-00-1 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
ADVOGADO : DR(A). EDUARDO LUIZ SAFE CARNEIRO
ADVOGADO : DR(A). MARCUS FLÁVIO HORTA CALDEIRA
EMBARGADO(A) : ESPÓLIO DE LUIZ AZEVEDO MEDEIROS
ADVOGADO : DR(A). MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO
EMBARGADO(A) : PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS
ADVOGADO : DR(A). EDUARDO LUIZ SAFE CARNEIRO
ADVOGADA : DR(A). PATRÍCIA ALMEIDA REIS

PROCESSO : E-RR-1.501/2002-383-02-00-4 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : DR(A). PAULO GUSTAVO MEDEIROS CARVALHO
EMBARGADO(A) : JORGE RIBEIRO SILVA
ADVOGADO : DR(A). ADAUTO FOGAÇA
EMBARGADO(A) : HELENO SENA FERREIRA PLÁSTICOS - ME
ADVOGADA : DR(A). ISABEL STEFANONI F. DA SILVA

PROCESSO : E-A-AIRR-1.503/2003-004-17-40-0 TRT DA 17A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA
EMBARGANTE : COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD
ADVOGADO : DR(A). NILTON CORREIA
EMBARGADO(A) : RUI GENÉSIO DE MELLO
ADVOGADO : DR(A). GEORGE ELLIS KILINSKY ABIB

PROCESSO : E-RR-1.505/2000-055-01-00-2 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : INDÚSTRIA DE BEBIDAS ANTARCTICA DO SUDESTE S.A.
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A) : JORGE FERNANDES RIBEIRO
ADVOGADA : DR(A). ELIZABETH DE ALMEIDA RODRIGUES

PROCESSO : E-RR-1.535/2003-006-12-00-1 TRT DA 12A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO : DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR
ADVOGADA : DR(A). ADRIANA ROHRIG VIEIRA
EMBARGADO(A) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : DR(A). FLÁVIO HENRIQUE BRANDÃO DELGADO
ADVOGADO : DR(A). OSIVAL DANTAS BARRETO
EMBARGADO(A) : ARMANDO JOSÉ WLOCH
ADVOGADO : DR(A). MEGALVIO MUSSI JUNIOR

PROCESSO : E-ED-RR-1.572/1998-017-01-00-5 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR : MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE : JOSEBIAS TARGINO DE OLIVEIRA
ADVOGADA : DR(A). MARIA CONSUELO PORTO GONTIJO
EMBARGADO(A) : SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC (ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO)
ADVOGADA : DR(A). JÚLIA BROTERO LEFÈVRE

PROCESSO : E-ED-RR-1.613/2001-005-15-00-3 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
EMBARGANTE : JOSÉ RUBENS RODRIGHERO
ADVOGADO : DR(A). MAURO CÉSAR MARTINS DE SOUZA
EMBARGADO(A) : COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP
ADVOGADO : DR(A). CARLOS EDUARDO CURY
EMBARGADO(A) : FUNDAÇÃO CESP
ADVOGADO : DR(A). LUÍS FERNANDO FEOLA LENCIONI

PROCESSO : E-ED-AIRR-1.623/2003-038-02-40-7 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
EMBARGANTE : JOSÉ MONTEIRO SOBRAL
ADVOGADO : DR(A). DEJAIR PASSERINE DA SILVA
EMBARGADO(A) : BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO : DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR

PROCESSO : E-AIRR-1.632/2000-091-15-00-9 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR : MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
EMBARGANTE : TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A. - TELESP
ADVOGADO : DR(A). ADELMO DA SILVA EMERENCIANO
ADVOGADA : DR(A). JUSSARA IRACEMA DE SÁ E SACCHI
EMBARGADO(A) : MAGDA DIAS DE PAULO
ADVOGADA : DR(A). MÁRCIA PRISCILLA MONTEIRO PORFÍRIO

PROCESSO : E-ED-AG-AIRR-1.643/2002-110-08-40-7 TRT DA 8A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA
EMBARGANTE : CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE
ADVOGADO : DR(A). DÉCIO FREIRE
EMBARGADO(A) : MAURO FERNANDES BOTELHO DA SILVA
ADVOGADA : DR(A). MÁRCIA MARIA TEIXEIRA CIUFFI

PROCESSO : E-RR-1.662/2001-005-15-00-6 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
EMBARGANTE : PEDRO ROBERTO ZARAMETO
ADVOGADO : DR(A). MAURO CÉSAR MARTINS DE SOUZA
EMBARGADO(A) : COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP
ADVOGADO : DR(A). AIRES PAES BARBOSA
EMBARGADO(A) : FUNDAÇÃO CESP
ADVOGADA : DR(A). ADRIANA DE CARVALHO VIEIRA

PROCESSO : E-RR-1.691/2003-006-19-40-9 TRT DA 19A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LELIO BENTES CORRÊA
EMBARGANTE : BANCO DO BRASIL S.A.
ADVOGADA : DR(A). ANA REGINA MARQUES BRANDÃO
EMBARGADO(A) : JOSIMAR MEDEIROS DE LIMA
ADVOGADO : DR(A). JOÃO TENÓRIO CAVALCANTE
EMBARGADO(A) : CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI
ADVOGADA : DR(A). VILMA MARINITA MARTINS

PROCESSO : E-RR-1.697/2002-242-02-00-3 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : DR(A). PAULO GUSTAVO MEDEIROS CARVALHO
EMBARGADO(A) : POLARIS ARTES GRÁFICAS E EDITORA LTDA.
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA
EMBARGADO(A) : CLEBSON LUIZ DE SOUZA
ADVOGADO : DR(A). LEÔNIDAS BARBOSA VALÉRIO

PROCESSO : E-A-RR-1.749/2004-067-15-00-2 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : IRANY SABINO COSTA E OUTRO
ADVOGADO : DR(A). ANDRÉ ALVES FONTES TEIXEIRA
EMBARGADO(A) : HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADOR : DR(A). MIGUEL FRANCISCO URBANO NAGIB

PROCESSO : E-ED-AIRR-1.765/2003-421-01-40-0 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA
EMBARGANTE : SCHWEITZER MAUDUIT DO BRASIL S.A.
ADVOGADA : DR(A). CHRISTINE IHRÉ ROCUMBACK
ADVOGADO : DR(A). CRISTIANO BARRETO ZARANZA
EMBARGADO(A) : ORMINDO DE SOUZA LOPES
ADVOGADO : DR(A). JORGE ROBERTO DA CRUZ

PROCESSO : E-RR-1.766/2001-038-01-00-8 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : TELEMAR NORTE LESTE S.A. - TELERJ
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A) : MARIA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA LESSA
ADVOGADA : DR(A). JANE VANELLE DE CARVALHO

PROCESSO : E-RR-1.772/2003-381-04-00-7 TRT DA 4A. REGIÃO
RELATOR : MIN. HORÁCIO RAYMUNDO DE SENNA PIRES
EMBARGANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : DR(A). PAULO GUSTAVO MEDEIROS CARVALHO
EMBARGADO(A) : MASSA FALIDA DE INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS INSTANTÂNEOS LTDA.
ADVOGADO : DR(A). SÉRGIO IVAN DE SOUZA MOREIRA
EMBARGADO(A) : ADEMAR FERREIRA E OUTROS
ADVOGADO : DR(A). MARCELO ABBUD

PROCESSO : E-RR-1.789/2004-051-11-00-0 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
PROCURADOR : DR(A). MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A) : ELVIRA MARIA NASCIMENTO DE SOUSA E OUTRO
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

PROCESSO : E-AIRR-1.797/2004-016-12-40-9 TRT DA 12A. REGIÃO
RELATOR : MIN. CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
EMBARGANTE : MULTIBRÁS S.A. - ELETRODOMÉSTICOS
ADVOGADO : DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR
EMBARGADO(A) : ISALTINA DA ROCHA
ADVOGADA : DR(A). CRISTIANE GABRIELA BONES SALDANHA

PROCESSO : E-AIRR-1.823/1989-007-08-40-0 TRT DA 8A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
PROCURADORA : DR(A). ADRIANA ROBERTA NASCIMENTO CRUZ
EMBARGADO(A) : ALBERTO GONDIM HERMES E OUTROS
ADVOGADA : DR(A). MARIA CELINA MENEZES VIEIRA

PROCESSO : E-AIRR-1.837/2001-311-02-40-7 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
EMBARGANTE : TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A. - TELESP
ADVOGADO : DR(A). MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA
ADVOGADO : DR(A). GUILHERME MIGNONE GORDO
ADVOGADA : DR(A). JUSSARA IRACEMA DE SÁ E SACCHI
EMBARGADO(A) : ANTÔNIA ROGENIA FERREIRA DE ARAÚJO
ADVOGADO : DR(A). RUBENS GARCIA FILHO

PROCESSO : E-AIRR-1.866/2005-001-08-40-8 TRT DA 8A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA
EMBARGANTE : MÔNICA DO SOCORRO ROCHA DO NASCIMENTO
ADVOGADO : DR(A). WESLEY LOUREIRO AMARAL
EMBARGADO(A) : CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA
ADVOGADO : DR(A). LYCURGO LEITE NETO

PROCESSO : E-RR-1.878/2001-009-03-00-2 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
EMBARGANTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : DR(A). ANDRÉ LUIS TUCCI
EMBARGADO(A) : MAGNO ANTÔNIO HELENO E OUTROS
ADVOGADO : DR(A). EVANDRO BRAZ DE ARAÚJO JÚNIOR

PROCESSO : E-RR-1.884/2004-051-11-00-4 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. VANTUIL ABDALA
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
EMBARGADO(A) : JOSIVALDO RODRIGUES CANDEIRA E OUTRA
ADVOGADO : DR(A). RONALDO MAURO COSTA PAIVA

PROCESSO : E-RR-1.886/2004-051-11-00-3 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. HORÁCIO RAYMUNDO DE SENNA PIRES
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A) : IVANETE CARDOSO PERES
ADVOGADO : DR(A). RONALDO MAURO COSTA PAIVA

PROCESSO : E-ED-RR-1.944/2000-012-05-00-5 TRT DA 5A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : DIOCLÉCIO BARATTO E OUTROS
ADVOGADO : DR(A). ELÁDIO LASSERRE
EMBARGADO(A) : JOSÉ RUBENS ALVES CARNEIRO
ADVOGADO : DR(A). RENATO AUGUSTO NOLASCO DE MACÊDO

PROCESSO : E-ED-RR-1.970/2000-084-15-00-2 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR : MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE : JOHNSON & JOHNSON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
ADVOGADO : DR(A). LYCURGO LEITE NETO
EMBARGADO(A) : JOSÉ VITOR DA FONSECA
ADVOGADO : DR(A). NAOKO MATSUSHIMA TEIXEIRA

PROCESSO : E-AIRR-1.989/2003-045-15-40-3 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR : MIN. VANTUIL ABDALA
EMBARGANTE : IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
ADVOGADO : DR(A). TARCÍSIO RODOLFO SOARES
EMBARGADO(A) : DANIELLI SILVA LUZ
ADVOGADO : DR(A). LUCIANO CÉSAR CORTEZ GARCIA

PROCESSO : E-AIRR-2.018/2004-017-06-40-1 TRT DA 6A. REGIÃO
RELATOR : MIN. VANTUIL ABDALA
EMBARGANTE : NORDESTE ELETRICIDADE LTDA.
ADVOGADO : DR(A). PAULO COLLIER DE MENDONÇA
EMBARGADO(A) : ARY FERREIRA DE NOVA
ADVOGADO : DR(A). EMMANUEL BEZERRA CORREIA

PROCESSO : E-AIRR-2.023/2005-079-02-40-3 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
EMBARGANTE : CHOZO SAMPEI
ADVOGADA : DR(A). ANA REGINA GALLI INNOCENTI
EMBARGADO(A) : ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
ADVOGADA : DR(A). JUSSARA IRACEMA DE SÁ E SACCHI

PROCESSO : E-A-AIRR-2.025/1993-244-01-40-6 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
EMBARGANTE : PAES MENDONÇA S.A.
ADVOGADA : DR(A). SUZANA FONTES DE ARAÚJO SOARES SCHNARNDORF
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A) : MIGUEL DA SILVA
ADVOGADO : DR(A). AFONSO FEITOSA

PROCESSO : E-A-AIRR-2.084/2003-001-21-40-3 TRT DA 21A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA
EMBARGANTE : COLÉGIO SALESIANO SÃO JOSÉ
ADVOGADO : DR(A). OSVALDO REIS AROUCA NETO
EMBARGADO(A) : MARIA ELITA DE SOUZA
ADVOGADO : DR(A). LUÍS HENRIQUE SILVA MEDEIROS

PROCESSO : E-RR-1.119/2003-341-01-00-2 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LELIO BENTES CORRÊA
EMBARGANTE : COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
ADVOGADO : DR(A). EYMARD DUARTE TIBÃES
EMBARGADO(A) : LUIZ CARLOS MACHADO
ADVOGADA : DR(A). MARIA CÉLIA DE SOUZA DIAS

PROCESSO : E-RR-2.129/2003-031-12-00-6 TRT DA 12A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
EMBARGANTE : BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A.
ADVOGADO : DR(A). MÁRIO DE FREITAS OLINGER
EMBARGADO(A) : RAQUEL NETO DA ROSA BINHOTTI
ADVOGADA : DR(A). TATIANA BOZZANO

PROCESSO : E-RR-2.166/2003-053-02-00-6 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A. - TELESP
ADVOGADO : DR(A). MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA
ADVOGADA : DR(A). JUSSARA IRACEMA DE SÁ E SACCHI
EMBARGADO(A) : GIDEL DE ARAÚJO LINS
ADVOGADO : DR(A). RUBENS GARCIA FILHO

PROCESSO : E-RR-2.213/2002-201-02-01-0 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : DR(A). PAULO GUSTAVO MEDEIROS CARVALHO
EMBARGADO(A) : DANILO RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO : DR(A). MARCO ANTÔNIO FERREIRA
EMBARGADO(A) : NIKKEY SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA.
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ANGELO

PROCESSO : E-ED-AIRR-2.232/1997-001-17-40-2 TRT DA 17A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
EMBARGANTE : TERVAP - PITANGA MINERAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA.
ADVOGADA : DR(A). DENISE PEÇANHA SARMENTO DOGLIOTTI
ADVOGADA : DR(A). ALINE MENDONÇA NOGUEIRA DA GAMA
EMBARGADO(A) : ROBSON FERRO BARBOSA
ADVOGADO : DR(A). ADMILSON MARTINS BELCHIOR

PROCESSO : E-RR-2.253/2001-381-02-00-5 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : DR(A). PAULO GUSTAVO MEDEIROS CARVALHO
PROCURADOR : DR(A). JEFERSON CARLOS CARÚS GUEDES
EMBARGADO(A) : RIPRELL EMBALAGENS INTELIGENTES LTDA.
ADVOGADO : DR(A). SANDRO MARCELO RAFAEL ABUD
ADVOGADO : DR(A). MARCO ANTONIO ROCCATO FERRERONI
EMBARGADO(A) : MARCELO SALINI
ADVOGADO : DR(A). ANTÔNIO CARLOS RIVELLI

PROCESSO : E-ED-RR-2.255/1990-004-10-40-8 TRT DA 10A. REGIÃO
RELATOR : MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
EMBARGANTE : ROBERTO PADILHA DE BENEVOLO
ADVOGADO : DR(A). JOÃO EMÍLIO FALCÃO COSTA NETO
EMBARGADO(A) : UNIÃO (EXTINTA EMPRESA DE PORTOS DO BRASIL S.A. - PORTOBRÁS)
PROCURADOR : DR(A). MOACIR ANTÔNIO MACHADO DA SILVA

PROCESSO : E-RR-2.308/2002-461-02-00-1 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : VOLKSWAGEN DO BRASIL S.A.
ADVOGADO : DR(A). URSULINO SANTOS FILHO
EMBARGADO(A) : ANTÔNIO RODRIGUES
ADVOGADO : DR(A). PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA

PROCESSO : E-RR-2.475/2003-902-02-00-7 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : JAUDELINA CÂNDIDA DE JESUS
ADVOGADO : DR(A). WILSON DE OLIVEIRA
EMBARGADO(A) : MARCELO MARTINEZ DE ALMEIDA BAR E OUTRO

PROCESSO : E-RR-2.503/2000-461-02-00-0 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : DR(A). PAULO GUSTAVO MEDEIROS CARVALHO
EMBARGADO(A) : JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA NEVES
ADVOGADO : DR(A). RUBENS CIRÍACO DIAS DE MOURA
EMBARGADO(A) : RECOM TRANSPORTES E REPRESENTAÇÕES LTDA.

PROCESSO : E-RR-2.507/2005-052-11-00-0 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). EDUARDO BEZERRA VIEIRA
EMBARGADO(A) : MÔNICA REGINA MARQUES PADILHA
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ RIBAMAR ABREU DOS SANTOS

PROCESSO : E-RR-2.518/2005-052-11-00-0 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). MATEUS GUEDES RIOS
PROCURADOR : DR(A). REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
EMBARGADO(A) : LEONILIA LEAL SALES RODRIGUES
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

PROCESSO : E-ED-AIRR-2.520/2003-030-02-40-3 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
EMBARGANTE : ANTONIO COSMO BARBOSA NOGUEIRA
ADVOGADO : DR(A). ROGÉRIO DE ALMEIDA SILVA
ADVOGADA : DR(A). JULIANA CRISTINA RAMOS COSTA
EMBARGADO(A) : SÃO PAULO TRANSPORTE S.A. - SPTRANS
ADVOGADA : DR(A). VERA LÚCIA FONTES PISSARRA MARQUES
EMBARGADO(A) : MASSA FALIDA DO TRANSPORTES COLETIVOS GEÓRGIA LTDA.

PROCESSO : E-RR-2.538/2001-242-02-00-5 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : DR(A). PAULO GUSTAVO MEDEIROS CARVALHO
EMBARGADO(A) : ROSA VIEIRA DIAS
ADVOGADA : DR(A). DELÍCIA FERNANDES DOS SANTOS
EMBARGADO(A) : SEICHO-NO-IE DO BRASIL

PROCESSO : E-ED-RR-2.594/1996-005-07-40-2 TRT DA 7A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
EMBARGANTE : ESTADO DO CEARÁ
PROCURADOR : DR(A). EDUARDO MENEZES ORTEGA
EMBARGADO(A) : MARIA GORETE LIMA SOUSA
ADVOGADO : DR(A). JOZILDO SOUZA COSTA FREIRE

PROCESSO : E-ED-RR-2.656/2001-342-01-00-7 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : JOSÉ CARLOS DOS SANTOS
ADVOGADO : DR(A). BENEDITO DE PAULA LIMA
EMBARGADO(A) : SIDERÚRGICA BARRA MANSA S.A.
ADVOGADA : DR(A). PATRÍCIA MIRANDA GUIMARÃES

PROCESSO : E-ED-RR-2.679/2001-029-12-00-7 TRT DA 12A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A. - CELESC
ADVOGADO : DR(A). LYCURGO LEITE NETO
EMBARGADO(A) : MÁRIO LÚCIO PESSOA
ADVOGADA : DR(A). ADRIANA DE OLIVEIRA IVANOV

PROCESSO : E-AIRR-2.798/2003-005-02-40-0 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. VANTUIL ABDALA
EMBARGANTE : LUÍS ANTÔNIO PORANGA
ADVOGADO : DR(A). MARCO ANTÔNIO BARBOSA CALDAS
EMBARGADO(A) : VARIG S.A. - VIAÇÃO AÉREA RIO-GRANDENSE
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ROBERTO ZAGO
ADVOGADO : DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR

PROCESSO : E-RR-2.853/2004-051-11-00-0 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). MATEUS GUEDES RIOS
PROCURADOR : DR(A). REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
EMBARGADO(A) : JACIRENE FERREIRA DE AMORIM
ADVOGADA : DR(A). ANA BEATRIZ OLIVEIRA RÊGO

PROCESSO : E-AIRR-2.884/1999-462-02-40-3 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
EMBARGANTE : VOLKSWAGEN DO BRASIL S.A.
ADVOGADO : DR(A). EURICO MARTINS DE ALMEIDA JÚNIOR
ADVOGADO : DR(A). PABLO ROLIM CARNEIRO
EMBARGADO(A) : WILSON JOSÉ DOS SANTOS
ADVOGADO : DR(A). ADEMAR NYIKOS

PROCESSO : E-RR-2.896/2002-900-03-00-9 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
ADVOGADO : DR(A). RENATO LÔBO GUIMARÃES
ADVOGADO : DR(A). MARCOS VINICIUS BARROS OTTONI
ADVOGADO : DR(A). MARCUS F. H. CALDEIRA
EMBARGADO(A) : PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS
ADVOGADO : DR(A). EDUARDO LUIZ SAFE CARNEIRO
ADVOGADA : DR(A). PATRÍCIA ALMEIDA REIS
EMBARGADO(A) : CARLINDO ARFO DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO : DR(A). NILTON CORREIA
ADVOGADO : DR(A). MIGUEL LEONARDO LOPES

PROCESSO : E-RR-2.899/1999-030-02-00-0 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : ITAPEMIRIM TRANSPORTES AÉREOS S.A.
ADVOGADO : DR(A). CLÁUDIO GOMARA DE OLIVEIRA
EMBARGADO(A) : PAULO ROBERTO MUDRY DOS SANTOS
ADVOGADA : DR(A). MÁRCIA APARECIDA LEAL VANINE
EMBARGADO(A) : TRANSPORTADORA ITAPEMIRIM S.A.
ADVOGADO : DR(A). PAULO SÉRGIO SIQUEIRA MELLO
EMBARGADO(A) : VIAÇÃO ITAPEMIRIM S.A.
ADVOGADO : DR(A). JACKSON NILO DE PAULA

PROCESSO : E-ED-AIRR-2.953/2003-051-02-40-0 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
EMBARGANTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, APART-
HOTÉIS, MOTÉIS, FLATS, PENSÕES, HOSPEDARIAS, POUSADAS,
RESTAURANTES, CHURRASCARIAS, CANTINAS, PIZZARIAS, BARES, LANCHONETES,
SORVETERIAS, CONFEITARIAS, DOCERIAS, BUFFETS, FAST-FOODS E
ASSEMELHADOS DE SÃO PAULO E REGIÃO
ADVOGADA : DR(A). RITA DE CÁSSIA BARBOSA LOPES
EMBARGADO(A) : LANCHES SAVANAS LTDA.
ADVOGADO : DR(A). ALCINDO JESUS RODRIGUES DA COSTA

PROCESSO : E-ED-AIRR-3.000/2003-051-02-40-9 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA
EMBARGANTE : CECÍLIA DE SOUZA FREITAS E OUTROS
ADVOGADA : DR(A). GISLÂNDIA FERREIRA DA SILVA
EMBARGADO(A) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADA : DR(A). GISELLE DAVILA HONORATO FURTADO

PROCESSO : E-RR-3.012/2000-432-02-00-0 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : DR(A). PAULO GUSTAVO MEDEIROS CARVALHO
EMBARGADO(A) : LUIZ CARLOS NICOLETE
ADVOGADO : DR(A). FRANCISCO DOMINGOS MONTANINI
EMBARGADO(A) : EDICAR - RECUPERADORA DE AUTOS S/C LTDA.
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ GIORGIANI

PROCESSO : E-RR-3.064/2004-051-11-00-7 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. HORÁCIO RAYMUNDO DE SENNA PIRES
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A) : EMILIANA DE OLIVEIRA LIMA
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

PROCESSO : E-RR-3.085/2004-051-11-00-2 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. HORÁCIO RAYMUNDO DE SENNA PIRES
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A) : JOSÉ ARIMATÉIA DA SILVA
ADVOGADO : DR(A). RONALDO MAURO COSTA PAIVA

PROCESSO : E-RR-3.109/2004-051-11-00-3 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A) : MARIA ELISA DA SILVA FIGUEIRA

PROCESSO : E-AIRR-3.214/2002-906-06-00-7 TRT DA 6A. REGIÃO
RELATOR : MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE : LÚCIA MARIA DE MOURA NEVES
ADVOGADO : DR(A). MARCONDES R. M. DE OLIVEIRA
EMBARGADO(A) : BANCO DE PERNAMBUCO S.A. - BANDEPE
ADVOGADO : DR(A). ÁLVARO VAN DER LEY LIMA NETO
ADVOGADO : DR(A). OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES

PROCESSO : E-RR-3.418/1997-077-02-00-5 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : BANCO SANTANDER BRASIL S.A.
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A) : ROBERTO DA SILVA PEDROSO
ADVOGADO : DR(A). MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO

PROCESSO : E-RR-3.610/2004-051-11-00-0 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADOR : DR(A). EDUARDO BEZERRA VIEIRA
EMBARGADO(A) : ROSÂNGELA MARQUES
ADVOGADO : DR(A). MESSIAS GONÇALVES GARCIA

PROCESSO : E-RR-3.864/2004-051-11-00-8 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A) : MAGNÓLIA LIMA PASSOS PEREIRA
ADVOGADO : DR(A). MESSIAS GONÇALVES GARCIA
EMBARGADO(A) : COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE RORAIMA - COOPROMEDE

PROCESSO : E-RR-3.897/2004-051-11-00-8 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). EDUARDO BEZERRA VIEIRA
EMBARGADO(A) : REGIVALDO DE SÁ ARAÚJO
ADVOGADO : DR(A). MESSIAS GONÇALVES GARCIA

PROCESSO : E-RR-3.923/2004-051-11-00-8 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADOR : DR(A). EDUARDO BEZERRA VIEIRA
EMBARGADO(A) : MARINILDO VIRIATO DA SILVA
ADVOGADO : DR(A). MESSIAS GONÇALVES GARCIA

PROCESSO : E-RR-4.053/2004-052-11-00-0 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). MATEUS GUEDES RIOS
PROCURADOR : DR(A). REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
EMBARGADO(A) : NEURENY DE MORAIS NASCIMENTO
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

PROCESSO : E-ED-RR-4.226/2004-052-11-00-0 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LELIO BENTES CORRÊA
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). RÉGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
EMBARGADO(A) : ALDEMIR BRAGA DA SILVA
ADVOGADO : DR(A). COSMO MOREIRA DE CARVALHO

PROCESSO : E-A-RR-4.278/2004-052-11-00-7 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. VANTUIL ABDALA
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORA : DR(A). THICIANE GUANABARA SOUZA
EMBARGADO(A) : ANA LÍDIA MACIEL
ADVOGADO : DR(A). RONALDO MAURO COSTA PAIVA

PROCESSO : E-RR-4.383/2004-053-11-00-2 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). EDUARDO BEZERRA VIEIRA
EMBARGADO(A) : EDUARDO JENNER MOURA DE SOUZA

PROCESSO : E-RR-4.390/2005-051-11-00-2 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). MATEUS GUEDES RIOS
PROCURADOR : DR(A). REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
EMBARGADO(A) : WALNEY JANDER RIBEIRO LINS
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

PROCESSO : E-RR-4.848/2004-052-11-00-9 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). REGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI
PROCURADOR : DR(A). EDUARDO BEZERRA VIEIRA
EMBARGADO(A) : SONETE COSTA DA SILVA
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

PROCESSO : E-RR-4.997/2004-053-11-00-4 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). EDUARDO BEZERRA VIEIRA
EMBARGADO(A) : MARIA IRIS SILVA E SILVA
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

PROCESSO : E-RR-5.017/2004-051-11-00-8 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A) : DAMILTON FREITAS COELHO
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

PROCESSO : E-AIRR-5.404/2004-035-12-40-4 TRT DA 12A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
EMBARGANTE : REUNIDAS S.A. - TRANSPORTES COLETIVOS
ADVOGADO : DR(A). ALLEXSANDRE LÜCKMANN GERENT
EMBARGADO(A) : EDMAR AZILTON XAVIER

PROCESSO : E-RR-5.708/2004-053-11-00-4 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : DR(A). EDUARDO BEZERRA VIEIRA
EMBARGADO(A) : JADCILENE EVARISTO DA SILVA

PROCESSO : E-A-RR-8.079/2003-034-12-00-0 TRT DA 12A. REGIÃO
RELATOR : MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE : BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BESC
ADVOGADO : DR(A). GUILHERME PEREIRA OLIVEIRA
EMBARGADO(A) : MIRIAN QUINTEL
ADVOGADO : DR(A). JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS

PROCESSO : E-ED-AIRR-10.114/2005-141-04-40-7 TRT DA 4A. REGIÃO
RELATOR : MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
EMBARGANTE : COOPERATIVA DE ARROZ DE SÃO LOURENÇO DO SUL LTDA.
ADVOGADO : DR(A). RAFAEL WAINSTEIN ZINN
EMBARGADO(A) : FLÁVIO LUIS SCHWANZ
ADVOGADO : DR(A). LUIZ OSÓRIO GALHO

PROCESSO : E-RR-10.545/2002-902-02-00-0 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
EMBARGANTE : DAIMLERCHRYSLER DO BRASIL LTDA.
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A) : JOAQUIM ANTÔNIO ADRIANO
ADVOGADA : DR(A). GLÓRIA MARY D'AGOSTINO SACCHI

PROCESSO : E-RR-14.793/2000-002-09-00-6 TRT DA 9A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
EMBARGANTE : MARIA JANETE CAMARGO PORTELA DOS SANTOS
ADVOGADO : DR(A). NILTON CORREIA
EMBARGADO(A) : BRASIL TELECOM S.A. - TELEPAR
ADVOGADO : DR(A). INDALÉCIO GOMES NETO

PROCESSO : E-RR-15.090/2002-902-02-00-9 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : DR(A). PAULO GUSTAVO MEDEIROS CARVALHO
EMBARGADO(A) : ANA MARIA DA LUZ SANTANA
ADVOGADA : DR(A). FLÁVIA PEDROSO DE MORAES
EMBARGADO(A) : CENTRO MÉDICO INTEGRADO JARDIM LTDA.
ADVOGADA : DR(A). PATRÍCIA TERUEL P. VILLELA

PROCESSO : E-AIRR-15.336/1997-002-09-41-0 TRT DA 9A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LELIO BENTES CORRÊA
EMBARGANTE : HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADO : DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR
EMBARGADO(A) : ATAÍDE BORTOLLOTTO
ADVOGADO : DR(A). SÉRGIO AUGUSTO GOMEZ

PROCESSO : E-RR-18.744/2002-900-02-00-3 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : ALMIR FERNANDES DA SILVA
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO
EMBARGADO(A) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
PROCURADORA : DR(A). SANDRA LIA SIMÓN
EMBARGADO(A) : BANESPA S.A. - SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A) : BANCO SANTANDER BANESPA S.A.
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL

PROCESSO : E-RR-20.064/2004-011-11-40-7 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LELIO BENTES CORRÊA
EMBARGANTE : LUIZ BRAGA DE ARAÚJO
ADVOGADO : DR(A). ALBERTO DA SILVA OLIVEIRA
EMBARGADO(A) : MANAUS ENERGIA S.A.
ADVOGADA : DR(A). EVANDRA D'NICE PALHETA DE SOUZA
ADVOGADO : DR(A). DÉCIO FREIRE

PROCESSO : E-AIRR-23.531/2002-902-02-40-0 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : REGISPEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BOBINAS LTDA.
ADVOGADO : DR(A). VLADEMIR DE FREITAS
EMBARGADO(A) : MAXIMILIANO RAMOS
ADVOGADA : DR(A). HELENA CRISTINA SANTOS BONILHA

PROCESSO : E-RR-25.861/2002-900-21-00-0 TRT DA 21A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LELIO BENTES CORRÊA
EMBARGANTE : JOÃO APRIGIO FILGUEIRA NETO E OUTROS
ADVOGADO : DR(A). UBIRACY TORRES CUÓCO
EMBARGADO(A) : COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN
ADVOGADO : DR(A). JOÃO ESTÊNIO CAMPELO BEZERRA E OUTROS

PROCESSO : E-RR-25.875/2002-900-21-00-3 TRT DA 21A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LELIO BENTES CORRÊA
EMBARGANTE : CARLOS ALBERTO GALVÃO E OUTROS
ADVOGADO : DR(A). UBIRACY TORRES CUÓCO
EMBARGADO(A) : COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN
ADVOGADO : DR(A). JOÃO ESTÊNIO CAMPELO BEZERRA E OUTROS

PROCESSO : E-ED-RR-26.446/2002-902-02-00-0 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE : ROBERTO AVELINO LEAL
ADVOGADO : DR(A). DEJAIR PASSERINE DA SILVA
EMBARGANTE : MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL
ADVOGADA : DR(A). MÁRCIA APARECIDA AMORUSO HILDEBRAND

PROCESSO : E-AIRR-28.559/2002-900-05-00-0 TRT DA 5A. REGIÃO
RELATOR : MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
EMBARGANTE : ZERIVALDO MONTEIRO MAIA
ADVOGADO : DR(A). ADILSON JOSÉ SANTOS RIBEIRO
EMBARGADO(A) : BANCO BANEB S.A.
ADVOGADO : DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR

PROCESSO : E-RR-33.479/2002-900-02-00-3 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : COMPANHIA PALMARES HOTÉIS E TURISMO
ADVOGADO : DR(A). CRISTIANO BRITO ALVES MEIRA
EMBARGADO(A) : JOSÉ RIBAMAR DE SOUZA
ADVOGADO : DR(A). DÉCIO DO NASCIMENTO

PROCESSO : E-ED-RR-33.508/2002-900-02-00-7 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : ROBERTO ALVES
ADVOGADO : DR(A). ANTÔNIO CARLOS DOS REIS
ADVOGADA : DR(A). RITA DE CÁSSIA BARBOSA LOPES
EMBARGADO(A) : ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
ADVOGADO : DR(A). ADELMO DA SILVA EMERENCIANO
ADVOGADA : DR(A). CRISTINA BUCHIGNANI

PROCESSO : E-RR-33.827/2002-900-02-00-2 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : BANESPA S.A. - SERVIÇOS TÉCNICOS, ADMINISTRATIVOS E DE CORRETAGEM DE SEGUROS
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A) : VÂNIA CURI HORVATH
ADVOGADO : DR(A). PÁRIS PIEDADE JÚNIOR

PROCESSO : E-ED-AIRR-35.388/2002-900-02-00-2 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
EMBARGANTE : JOSÉ JÚLIO DE SOUZA
ADVOGADO : DR(A). VLADEMIR DE FREITAS
EMBARGADO(A) : WARNER MUSIC BRASIL LTDA.
ADVOGADA : DR(A). CARLA CRISTINA GARCIA

PROCESSO : E-ED-RR-45.914/2002-900-02-00-2 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : EDGARD CANELLI
ADVOGADO : DR(A). SID H. RIEDEL DE FIGUEIREDO
EMBARGADO(A) : BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - BANESPA
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL

PROCESSO : E-A-AIRR-51.142/2006-662-09-40-0 TRT DA 9A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : LUIZ FRANCISCO GUIMARÃES
ADVOGADO : DR(A). ANDRÉ BOTTI MONTANHA
EMBARGADO(A) : BANCO DO BRASIL S.A.
ADVOGADA : DR(A). MAYRIS FERNANDEZ ROSA
ADVOGADO : DR(A). RONEY OSVALDO GUERREIRO MAGALDI
ADVOGADO : DR(A). JAIRO WAISROS

PROCESSO : E-RR-51.828/2002-900-22-00-0 TRT DA 22A. REGIÃO
RELATOR : MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE : ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADOR : DR(A). JOÃO EMÍLIO FALCÃO COSTA NETO
EMBARGADO(A) : MARIA OZINETE FAÇANHA E OUTRA
ADVOGADO : DR(A). EDISON CALDAS FILHO

PROCESSO : E-A-AIRR-60.934/2002-900-02-00-3 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
EMBARGANTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : DR(A). MARCOS ULHOA DANI
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ LINHARES PRADO NETO
EMBARGADO(A) : MÁRIO EDUARDO PEREIRA MARTINS JÚNIOR
ADVOGADO : DR(A). RICARDO LAMEIRÃO CINTRA

PROCESSO : E-RR-64.270/2002-900-11-00-2 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : LUIZ FRANCISCO CARVALHO VASCO
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ TÔRRES DAS NEVES
EMBARGADO(A) : PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS
ADVOGADO : DR(A). IGOR COELHO FERREIRA DE MIRANDA
EMBARGADO(A) : FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
ADVOGADO : DR(A). MARCUS FLÁVIO HORTA CALDEIRA

PROCESSO : E-ED-RR-65.363/2002-900-02-00-3 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
EMBARGANTE : MARIA JOSÉ DOMINGUES
ADVOGADO : DR(A). ESTANISLAU ROMEIRO PEREIRA JÚNIOR
EMBARGADO(A) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
PROCURADORA : DR(A). MARIA HELENA LEÃO GRISI
EMBARGADO(A) : FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : DR(A). AMÉRICO ANDRADE PINHO
EMBARGADO(A) : CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA - CEETPS
PROCURADOR : DR(A). BENEDITO LIBÉRIO BÉRGAMO

PROCESSO : E-ED-RR-67.188/2002-900-01-00-4 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR : MIN. CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
EMBARGANTE : COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB
ADVOGADO : DR(A). MÁRIO ANTÔNIO DANTAS DE OLIVEIRA COUTO
EMBARGADO(A) : IVO RAIMUNDO DOS SANTOS
ADVOGADA : DR(A). ADRIANA MATTOS MAGALHÃES DA CUNHA

PROCESSO : E-ED-AIRR-71.346/2002-900-02-00-5 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
EMBARGANTE : JONAS JOSÉ SCROSOPPI PERSICANO
ADVOGADO : DR(A). HÉLIO STEFANI GHERARDI
ADVOGADA : DR(A). MÁRCIA PRISCILLA MONTEIRO PORFÍRIO
EMBARGADO(A) : TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A. - TELESP
ADVOGADO : DR(A). ADELMO DA SILVA EMERENCIANO

PROCESSO : E-RR-73.492/2003-900-12-00-1 TRT DA 12A. REGIÃO
RELATOR : MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE : BRASIL TELECOM S.A. - TELESC
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A) : MARGARETE DOS ANJOS FERNANDES
ADVOGADO : DR(A). ROBERTO STÄHELIN

PROCESSO : E-ED-RR-73.643/2003-900-02-00-6 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : EDSON ALVES DE SOUZA
ADVOGADA : DR(A). ANA PAULA MOREIRA DOS SANTOS
EMBARGADO(A) : SÃO PAULO TRANSPORTE S.A. - SPTRANS
ADVOGADA : DR(A). ROSELI DIETRICH
ADVOGADO : DR(A). ALVARO BRANDÃO HENRIQUES MAIMONI
ADVOGADO : DR(A). ALEXANDRE BRANDÃO HENRIQUES MAIMONI
ADVOGADO : DR(A). ALBERTO BRANDÃO HENRIQUES MAIMONI
EMBARGADO(A) : TRANSPORTES COLETIVOS GEÓRGIA LTDA.
ADVOGADO : DR(A). MARCELO DE CAMARGO VIANNA LEVY

PROCESSO : E-RR-75.861/2003-900-02-00-5 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE : SKF DO BRASIL LTDA.
ADVOGADA : DR(A). MARIA LÚCIA CIAMPA BENHAME PUGLISI
EMBARGADO(A) : ROSEMEIRE MENDONÇA DE SOUZA
ADVOGADO : DR(A). REGINALDO DE OLIVEIRA GUIMARÃES

PROCESSO : E-A-RR-76.579/2003-900-02-00-5 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADA : DR(A). PATRÍCIA LIMA BATISTA RODRIGUES

EMBARGADO(A) : LILIAN GIUSTI SARPI
ADVOGADA : DR(A). ADRIANA BOTELHO FANGANIELLO BRAGA
ADVOGADA : DR(A). RITA DE CÁSSIA BARBOSA LOPES

PROCESSO : E-A-RR-83.060/2003-900-01-00-9 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : GLADISTONE RODRIGUES COSTA
ADVOGADO : DR(A). ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
ADVOGADO : DR(A). MARCOS DOS SANTOS ARAÚJO MALAQUIAS
EMBARGADO(A) : BANCO ITAÚ S.A.
ADVOGADO : DR(A). CARLOS EDUARDO BOSÍSIO
ADVOGADO : DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR

PROCESSO : E-A-RR-86.733/2003-900-21-00-3 TRT DA 21A. REGIÃO
RELATOR : MIN. VANTUIL ABDALA
EMBARGANTE : MARGARIDA CRISTINA MONTE FERNANDES E OUTROS
ADVOGADO : DR(A). DAVID RODRIGUES DA CONCEIÇÃO
EMBARGADO(A) : COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN
ADVOGADO : DR(A). LUCINALDO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : DR(A). JOÃO ESTÊNIO CAMPELO BEZERRA

PROCESSO : E-RR-88.118/2003-900-11-00-6 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
EMBARGANTE : SATA - SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AÉREOS S.A.
ADVOGADO : DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR
EMBARGADO(A) : EDNA MARIA ROCHA
ADVOGADO : DR(A). SEBASTIÃO DAVID DE CARVALHO

PROCESSO : E-ED-RR-89.801/2003-900-04-00-9 TRT DA 4A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : NILVO SELMAR DA LUZ
ADVOGADO : DR(A). RICARDO GRESSLER
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO
EMBARGADO(A) : BANCO SANTANDER MERIDIONAL S.A.
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
ADVOGADO : DR(A). RÜDEGER FEIDEN

PROCESSO : E-ED-RR-97.215/2003-900-04-00-8 TRT DA 4A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
EMBARGANTE : ADEL SOUTO
ADVOGADO : DR(A). DANIEL MARTINS FELZEMBURG
EMBARGADO(A) : COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
ADVOGADO : DR(A). GUILHERME GUIMARÃES

PROCESSO : E-ED-AIRR-98.302/2003-900-02-00-3 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : MARIA CONCEIÇÃO AMARAL CARDOSO
ADVOGADA : DR(A). RITA DE CÁSSIA BARBOSA LOPES
ADVOGADA : DR(A). ANA PAULA MOREIRA DOS SANTOS
EMBARGADO(A) : MASSA FALIDA DE RAMBO PROMOÇÕES GASTRONOMIA LTDA.

PROCESSO : E-ED-RR-100.930/2003-900-01-00-0 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : LUCIANO LÚCIO PEREIRA
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO
ADVOGADO : DR(A). EDUARDO HENRIQUE MARQUES SOARES
EMBARGADO(A) : BANCO BANERJ S.A. E OUTRO
ADVOGADO : DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR

PROCESSO : E-RR-427.034/1998-1 TRT DA 21A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
EMBARGANTE : NAZINEIDE BRITO E OUTROS
ADVOGADA : DR(A). MARCELISE DE MIRANDA AZEVEDO
EMBARGADO(A) : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
PROCURADOR : DR(A). LÍVIO ALVES ARAÚJO DE OLIVEIRA

PROCESSO : E-RR-439.267/1998-7 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR : MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE : INDÚSTRIAS GESSY LEVER LTDA.
ADVOGADO : DR(A). LYCURGO LEITE NETO
EMBARGADO(A) : CELESTINO DE ALELUIA NETTO
ADVOGADO : DR(A). BENEDITO APARECIDO ROCHA

PROCESSO : E-RR-458.814/1998-4 TRT DA 5A. REGIÃO
RELATOR : MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE : CRISPIM EDSONDE SENA
ADVOGADO : DR(A). SID H. RIEDEL DE FIGUEIREDO
ADVOGADO : DR(A). JOÃO LUIZ CARVALHO ARAGÃO

EMBARGANTE : EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. - EMBASA
ADVOGADO : DR(A). VÍCTOR RUSSOMANO JÚNIOR
EMBARGADO(A) : OS MESMOS
ADVOGADO : DR(A). OS MESMOS

PROCESSO : E-RR-478.807/1998-5 TRT DA 10A. REGIÃO
RELATOR : MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE : SADIA S.A.
ADVOGADO : DR(A). RONALDO CORRÊA MARTINS
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A) : ANTÔNIO VICENTE DOS SANTOS
ADVOGADO : DR(A). JONAS ALVES DE OLIVEIRA

PROCESSO : E-RR-489.431/1998-9 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE : BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
ADVOGADO : DR(A). CARLOS EDUARDO G. VIEIRA MARTINS
EMBARGADO(A) : NORBERTO ESTEVAM DE ARAÚJO
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ TÔRRES DAS NEVES

PROCESSO : E-RR-495.955/1998-1 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : BANCO ABN AMRO REAL S.A.
ADVOGADA : DR(A). MÁRCIA LYRA BERGAMO
ADVOGADO : DR(A). OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES
EMBARGADO(A) : DIRCEU DE SÁ
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ TARCÍSIO GOMES LEMOS
ADVOGADO : DR(A). MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO

PROCESSO : E-ED-RR-531.764/1999-8 TRT DA 9A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : ITAIPU BINACIONAL
ADVOGADO : DR(A). LYCURGO LEITE NETO
EMBARGADO(A) : EMPRESA LIMPADORA CENTRO LTDA.
ADVOGADA : DR(A). ELIONORA HARUMI TAKESHIRO
EMBARGADO(A) : ROBERTO CORREIA DE MELO
ADVOGADA : DR(A). MARIA INÊS ROXADELLI PICCINI

PROCESSO : E-RR-554.037/1999-0 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR : MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
EMBARGANTE : VALE DO RIO DOCE DE NAVEGAÇÕES S.A. - DOCENAVE
ADVOGADO : DR(A). NILTON CORREIA
ADVOGADO : DR(A). ANTÔNIO DANIEL CUNHA RODRIGUES DE SOUZA
EMBARGADO(A) : ANTÔNIO OLIVEIRA DIAS
ADVOGADA : DR(A). MARIA ANGÉLICA MARCELLO DA FONSECA

PROCESSO : E-RR-563.210/1999-8 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : BANCO BANERJ S.A. (SUCESSOR DO BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - BANERJ - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL)
ADVOGADA : DR(A). KET SILVA DE AZEVEDO
ADVOGADO : DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR
EMBARGADO(A) : WEBER LIMA FERREIRA
ADVOGADO : DR(A). MARCELO DE CASTRO FONSECA
EMBARGADO(A) : CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO SISTEMA BANERJ - PREVI/BANERJ (EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL)
ADVOGADA : DR(A). RENATA COELHO CHIAVEGATTO

PROCESSO : E-RR-564.416/1999-7 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR : MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE : MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ FRANCISCO ZACCARO
ADVOGADO : DR(A). SELMA MARIA PEZZA
ADVOGADO : DR(A). OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES
EMBARGADO(A) : MÁRCIA RODRIGUES COSTA QUERINO
ADVOGADO : DR(A). EDUARDO BIFFI NETO

PROCESSO : E-RR-570.419/1999-0 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR : MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE : CARLOS OTRANTO
ADVOGADO : DR(A). SID H. RIEDEL DE FIGUEIREDO
ADVOGADA : DR(A). ANA PAULA MOREIRA DOS SANTOS
EMBARGADO(A) : MUNICÍPIO DE CAMPINAS
PROCURADOR : DR(A). FÁBIO RENATO AGUETONI MARQUES

PROCESSO : E-ED-ED-RR-576.553/1999-0 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
EMBARGANTE : ROBERTO IDALINO DA SILVA
ADVOGADA : DR(A). MARIA CRISTINA DA COSTA FONSECA
EMBARGADO(A) : ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES JÚNIOR

PROCESSO : E-RR-579.095/1999-7 TRT DA 10A. REGIÃO
RELATOR : MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE : MARIA DE LOURDES MATIAS
ADVOGADO : DR(A). MARCO ANTÔNIO BILÍBIO CARVALHO
ADVOGADO : DR(A). CARLOS VICTOR AZEVEDO SILVA
EMBARGADO(A) : UNIÃO (EXTINTO INAMPS)
PROCURADOR : DR(A). EDSON LUIZ SARAIVA DOS REIS
PROCURADOR : DR(A). LUIS HENRIQUE MARTINS DOS ANJOS

PROCESSO : E-RR-588.867/1999-5 TRT DA 9A. REGIÃO
RELATOR : MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE : PROFORTE S.A. - TRANSPORTE DE VALORES
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A) : BANCO DO BRASIL S.A.
ADVOGADA : DR(A). LUZIMAR DE SOUZA AZEREDO BASTOS
EMBARGADO(A) : ELCIO LUIZ SARI
ADVOGADO : DR(A). CARLOS ALBERTO DA SILVA

PROCESSO : E-ED-RR-590.066/1999-4 TRT DA 10A. REGIÃO
RELATOR : MIN. CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
EMBARGANTE : ÉLCIO EUSTÁQUIO DA SILVA
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO
EMBARGADO(A) : BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
ADVOGADO : DR(A). PAULO ROBERTO SILVA

PROCESSO : E-RR-592.608/1999-0 TRT DA 5A. REGIÃO
RELATOR : MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
EMBARGANTE : FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A) : GILVAN DE SOUZA COSTA
ADVOGADO : DR(A). MOACIR FERREIRA DO NASCIMENTO

PROCESSO : E-RR-593.857/1999-6 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR : MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE : SEBASTIÃO PEREIRA LIMA
ADVOGADO : DR(A). LONGOBARDO AFFONSO FIEL
EMBARGADO(A) : COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG
ADVOGADO : DR(A). CAROLINA VENTURA PORFÍRIO
ADVOGADO : DR(A). RAYMUNDO CAMPOS NETO

PROCESSO : E-RR-606.986/1999-3 TRT DA 14A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : JOÃO NOMA E OUTRA
ADVOGADO : DR(A). CLÁUDIA YU WATANABE
ADVOGADA : DR(A). MÔNICA ARANTES SILVA
EMBARGADO(A) : JORGE MITUO SATO
ADVOGADO : DR(A). DAISON CARVALHO FLORES
ADVOGADO : DR(A). PAULO ROGÉRIO JOSÉ

PROCESSO : E-RR-607.021/1999-5 TRT DA 10A. REGIÃO
RELATOR : MIN. CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
EMBARGANTE : CONVER COMBUSTÍVEIS, VEÍCULOS E REPRESENTAÇÕES LTDA.
ADVOGADO : DR(A). ALEXANDRE ISAAC BORGES
EMBARGADO(A) : ESPÓLIO DE JORGE HELDER DA SILVA CAVALCANTE
ADVOGADO : DR(A). CLAUDI MARA SOARES

PROCESSO : E-RR-610.691/1999-2 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : PROFORTE S.A. - TRANSPORTE DE VALORES
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A) : JOSÉ ADEMAR VIANA E OUTROS
ADVOGADO : DR(A). ANDRÉ LUIZ GUEDES FONTES
EMBARGADO(A) : SEG - SERVIÇOS ESPECIAIS DE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES S.A.

PROCESSO : E-RR-610.936/1999-0 TRT DA 12A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : VERA LÚCIA SCHERER
ADVOGADO : DR(A). GUILHERME SCHARF NETO
ADVOGADA : DR(A). JUCÉLIA CORRÊA
EMBARGADO(A) : BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BESC
ADVOGADO : DR(A). MÁRIO DE FREITAS OLINGER

PROCESSO : E-RR-615.854/1999-8 TRT DA 9A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
EMBARGANTE : MARIA DE LOURDES GOMES
ADVOGADO : DR(A). LEONALDO SILVA
EMBARGADO(A) : MELO, MORA & CIA. LTDA.
ADVOGADO : DR(A). APARECIDO DOMINGOS ERRERIAS LOPES

PROCESSO : E-RR-620.860/2000-0 TRT DA 16A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
EMBARGANTE : BANCO DO ESTADO DO MARANHÃO S.A. - BEM
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ MARIA DE SOUZA ANDRADE
EMBARGADO(A) : ANTÔNIO JOSÉ DE RIBAMAR GOUVEIA BARROS
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO

PROCESSO : E-RR-621.215/2000-0 TRT DA 21A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
PROCURADORA : DR(A). TANIA SOUZA PAIVA
EMBARGADO(A) : BALBINA DANTAS DE ARAÚJO E OUTROS
ADVOGADO : DR(A). ALEXANDRE JOSÉ CASSOL

PROCESSO : E-RR-621.870/2000-1 TRT DA 6A. REGIÃO
RELATOR : MIN. CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
EMBARGANTE : BANDEPE - BANCO DE PERNAMBUCO S.A.
ADVOGADO : DR(A). ÁLVARO VAN DER LEY LIMA NETO
ADVOGADO : DR(A). OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES
EMBARGADO(A) : BERNADETE DE LOURDES UCHÔA OLIVEIRA E OUTROS
ADVOGADO : DR(A). ANTÔNIO FLORIANO DA SILVA FILHO

PROCESSO : E-ED-RR-622.553/2000-3 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
EMBARGANTE : MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (SUCESSOR DOS EXTINTOS INSTITUTO MUNICIPAL DE ARTE E CULTURA - RIOFORTE E FUNDAÇÃO RIO)
ADVOGADO : DR(A). RODRIGO MEIRELES BOSISIO
EMBARGADO(A) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
PROCURADORA : DR(A). CYNTHIA MARIA SIMÕES LOPES
EMBARGADO(A) : ANAMARIA AZIZ CRETTON
ADVOGADO : DR(A). HYLTON MONIZ FREIRE JÚNIOR

PROCESSO : E-ED-RR-625.254/2000-0 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR : MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
EMBARGANTE : PROFORTE S.A. - TRANSPORTE DE VALORES
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A) : SANDOVAL RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO : DR(A). FRANCISCO DE ASSIS SILVA
EMBARGADO(A) : SEG - SERVIÇOS ESPECIAIS DE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES S.A.

PROCESSO : E-RR-628.550/2000-0 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
EMBARGANTE : FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A) : RAIMUNDO MÁRCIO BANDEIRA
ADVOGADA : DR(A). MÍRIAN VIEIRA DA SILVA

PROCESSO : E-ED-RR-629.647/2000-3 TRT DA 17A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LELIO BENTES CORRÊA
EMBARGANTE : MÁRIO MONTEIRO GALVÃO E OUTRO
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ TÔRRES DAS NEVES
EMBARGADO(A) : TELEMAR NORTE LESTE S.A.
ADVOGADA : DR(A). DYNA HOFFMANN PÁDUA ASSI
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL

PROCESSO : E-RR-629.817/2000-0 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LELIO BENTES CORRÊA
EMBARGANTE : MERCEDES BENZ DO BRASIL S.A.
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
ADVOGADO : DR(A). FLÁVIO SARTORI
EMBARGADO(A) : EZEQUIEL PINHEIRO
ADVOGADO : DR(A). ARIOVALDO PAULO DE FARIA

PROCESSO : E-ED-RR-645.483/2000-5 TRT DA 9A. REGIÃO
RELATOR : MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
EMBARGANTE : PHILIP MORRIS BRASIL S.A.
ADVOGADO : DR(A). MARCELO PIMENTEL
ADVOGADO : DR(A). JULIANO DA CUNHA FROTA MEDEIROS
EMBARGADO(A) : ADEMIR DOS SANTOS
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ MALIKOSKI

PROCESSO : E-ED-RR-651.134/2000-1 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : FIAT AUTOMÓVEIS S.A.
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ MARIA DE SOUZA ANDRADE
EMBARGADO(A) : JOSÉ AVELAR PEREIRA
ADVOGADO : DR(A). WILLIAM JOSÉ MENDES DE SOUZA FONTES

PROCESSO : E-ED-RR-659.315/2000-8 TRT DA 9A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : ITAIPU BINACIONAL
ADVOGADO : DR(A). LYCURGO LEITE NETO
EMBARGADO(A) : JOSÉ JODIVAL FIGUEIRA
ADVOGADO : DR(A). JANYTO OLIVEIRA SOBRAL DO BOMFIM

PROCESSO : E-RR-660.349/2000-6 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR : MIN. VANTUIL ABDALA
EMBARGANTE : EMPRESA ESTADUAL DE VIAÇÃO - SERVE (EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL)
PROCURADORA : DR(A). MARÍLIA MONZILLO DE ALMEIDA AZEVEDO
EMBARGADO(A) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
PROCURADOR : DR(A). CARLOS ALBERTO DANTAS DA FONSECA C. COUTO
EMBARGADO(A) : ALTUÉRPIO LOPES GOMES
ADVOGADO : DR(A). AMILCAR LARROSA MOURA

PROCESSO : E-ED-RR-663.291/2000-3 TRT DA 9A. REGIÃO
RELATOR : MIN. CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
EMBARGANTE : SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC
ADVOGADA : DR(A). CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO
EMBARGADO(A) : ANTÔNIO MARCOS LUZ
ADVOGADA : DR(A). IOLANDA MARIA GOMES

PROCESSO : E-RR-665.010/2000-5 TRT DA 17A. REGIÃO
RELATOR : MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
EMBARGANTE : INSTITUTO ESTADUAL DE SAÚDE PÚBLICA - IESP
PROCURADOR : DR(A). AIDES BERTOLDO DA SILVA
EMBARGADO(A) : PAULO SÉRGIO CARVALHO MACHADO
ADVOGADO : DR(A). ALVINO PÁDUA MERIZIO

PROCESSO : E-RR-666.797/2000-1 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR : MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE : DINAZALDA DORNELLAS MAZZARIOLI E OUTROS
ADVOGADO : DR(A). ZÉLIO MAIA DA ROCHA
EMBARGADO(A) : TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A. - TELESP
ADVOGADO : DR(A). ADELMO DA SILVA EMERENCIANO
ADVOGADA : DR(A). JUSSARA IRACEMA DE SÁ E SACCHI

PROCESSO : E-RR-667.008/2000-2 TRT DA 9A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : JORCEI NUNES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : DR(A). VITAL RIBEIRO DE ALMEIDA FILHO
EMBARGADO(A) : PHILIP MORRIS BRASIL S.A.
ADVOGADO : DR(A). EDIMAR PORTELA MARCONDES
ADVOGADO : DR(A). MARCELO PIMENTEL

PROCESSO : E-RR-668.170/2000-7 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
EMBARGANTE : ESTADO DO AMAZONAS - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E PREVIDÊNCIA - SEAD
PROCURADORA : DR(A). MARIA HOSANA MACHADO DE SOUZA
EMBARGADO(A) : IZABEL FARIAS DE SOUZA
ADVOGADO : DR(A). ARMANDO CLÁUDIO DIAS DOS SANTOS JÚNIOR
EMBARGADO(A) : COOTRASG - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA.

PROCESSO : E-RR-669.609/2000-1 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : ANTÔNIO DAVI DE PAULA E OUTRO
ADVOGADO : DR(A). MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO
EMBARGADO(A) : BANCO BANERJ S.A.
ADVOGADO : DR(A). MARCUS VINÍCIUS CORDEIRO
ADVOGADO : DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR
EMBARGADO(A) : BANCO ITAÚ S.A.
ADVOGADO : DR(A). MILTON PAULO GIERSZTJN

PROCESSO : E-RR-673.606/2000-0 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : CRISTINA AMORIM TAVARES DA SILVA
ADVOGADA : DR(A). RITA DE CÁSSIA SANT'ANNA CORTEZ
ADVOGADO : DR(A). MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO
EMBARGADO(A) : BANCO BANERJ S.A.
ADVOGADO : DR(A). MILTON PAULO GIERSZTJN
EMBARGADO(A) : BANCO ITAÚ S.A.
ADVOGADO : DR(A). MILTON PAULO GIERSZTJN

PROCESSO : E-ED-RR-674.463/2000-1 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : ESTADO DO AMAZONAS - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO - SEDUC
PROCURADORA : DR(A). NEUSA DÍDIA BRANDÃO SOARES
EMBARGADO(A) : JOSINETE DA ROCHA GUIMARÃES
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ MARTINS DE ARAÚJO

PROCESSO : E-RR-674.850/2000-8 TRT DA 18A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LELIO BENTES CORRÊA
EMBARGANTE : TELECOMUNICAÇÕES DE GOIÁS S.A. - TELE-GOIÁS
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A) : ALAOR MARTINS DA SILVA
ADVOGADA : DR(A). DÉA LÚCIA DA SILVA DAVID

PROCESSO : E-ED-RR-675.078/2000-9 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : FIAT AUTOMÓVEIS S.A.
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ MARIA DE SOUZA ANDRADE
EMBARGADO(A) : MÁRCIO ANTÔNIO DA SILVA
ADVOGADO : DR(A). CLARINDO DIAS ANDRADE

PROCESSO : E-RR-677.182/2000-0 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR : MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE : COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
ADVOGADO : DR(A). GERALDO BAÊTA VIEIRA
EMBARGADO(A) : JORGE MANOEL
ADVOGADO : DR(A). RAIMUNDO NONATO DO NASCIMENTO

PROCESSO : E-RR-677.757/2000-7 TRT DA 5A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LELIO BENTES CORRÊA
EMBARGANTE : FERNANDO SANTANA SANTOS
ADVOGADA : DR(A). RITA DE CÁSSIA BARBOSA LOPES
ADVOGADA : DR(A). MÁRCIA FAGUNDES
ADVOGADO : DR(A). JOÃO LUIZ CARVALHO ARAGÃO
EMBARGADO(A) : EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. - EMBASA
ADVOGADO : DR(A). RUY SÉRGIO DEIRÓ
ADVOGADO : DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR

PROCESSO : E-RR-685.595/2000-1 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR : MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE : TORQUE S.A.
ADVOGADO : DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR
ADVOGADO : DR(A). ROGÉRIO ROMANIN
EMBARGADO(A) : FRANCISCO ANTÔNIO PEREIRA DE PINHO
ADVOGADO : DR(A). PAULO CÉZAR DA SILVA

PROCESSO : E-ED-RR-688.348/2000-8 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : FIAT AUTOMÓVEIS S.A.
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ MARIA DE SOUZA ANDRADE
EMBARGADO(A) : GERALDO GUILHERME DE LIMA
ADVOGADO : DR(A). WILLIAM JOSÉ MENDES DE SOUZA FONTES

PROCESSO : E-ED-RR-694.529/2000-5 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
EMBARGANTE : BANCO ALVORADA S.A.
ADVOGADO : DR(A). ALEXANDRE MARTINS MAURÍCIO
EMBARGADO(A) : OTÁVIO ANASTÁCIO VIEIRA
ADVOGADO : DR(A). LEOPOLDO DE MATTOS SANTANA

PROCESSO : E-ED-RR-694.548/2000-0 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : ESTADO DO AMAZONAS - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO - SEDUC
PROCURADOR : DR(A). RAIMUNDO PAULO DOS SANTOS NETO
PROCURADOR : DR(A). RICARDO ANTÔNIO REZENDE DE JESUS
EMBARGADO(A) : LEOMAR DOS SANTOS AGUIAR

PROCESSO : E-ED-RR-695.489/2000-3 TRT DA 4A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
EMBARGANTE : CARMEM THEREZINHA VACCARI LOSS E OUTRAS
ADVOGADA : DR(A). ERYKA FARIAS DE NEGRI
EMBARGADO(A) : EMPRESA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV
ADVOGADO : DR(A). ANITA PEREVERZIEV

PROCESSO : E-RR-700.983/2000-0 TRT DA 5A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LELIO BENTES CORRÊA
EMBARGANTE : EDVALDO JOSÉ FONTES
ADVOGADO : DR(A). JOÃO LUIZ CARVALHO ARAGÃO
ADVOGADA : DR(A). ANA PAULA MOREIRA DOS SANTOS
EMBARGADO(A) : EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. - EMBASA
ADVOGADO : DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR

PROCESSO : E-RR-702.686/2000-7 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - BANESPA
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A) : BENEDITO CARLOS DE CARLI SILVA
ADVOGADA : DR(A). BEATRIZ MONTENEGRO CASTELO

PROCESSO : E-ED-RR-703.972/2000-0 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : EMPRESA DE ÔNIBUS VILA EMA LTDA.
ADVOGADO : DR(A). DIRCEU DA SILVA JÚNIOR
EMBARGADO(A) : ANTÔNIO GALLEGA ASCENCIO
ADVOGADO : DR(A). RENATO DE FREITAS

PROCESSO : E-ED-RR-706.671/2000-0 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : ESTADO DO AMAZONAS - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO - SEDUC
PROCURADOR : DR(A). RICARDO ANTONIO REZENDE DE JESUS
EMBARGADO(A) : SINFOROSA FERREIRA CARVALHO

PROCESSO : E-A-RR-710.767/2000-1 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE : MUNICÍPIO DE OSASCO
PROCURADORA : DR(A). MARIA ANGELINA BARONI DE CASTRO
EMBARGADO(A) : JOSÉ JOÃO CAETANO NETO
ADVOGADO : DR(A). FRANCISCO APARECIDO PIRES
ADVOGADO : DR(A). RENATO SOUZA DA SILVA

PROCESSO : E-ED-RR-710.799/2000-2 TRT DA 8A. REGIÃO
RELATOR : MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE : CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA
ADVOGADO : DR(A). LYCURGO LEITE NETO
EMBARGADO(A) : DENES DE ARAÚJO BRITO
ADVOGADO : DR(A). ISAÍAS ALVES SILVA
EMBARGADO(A) : AZEVEDO & BONILHA LTDA.

PROCESSO : E-RR-712.124/2000-2 TRT DA 5A. REGIÃO
RELATOR : MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
ADVOGADA : DR(A). ANA GABRIELA MENDES CUNHA E COSTA
EMBARGADO(A) : JOSÉ STEFENSON DE OLIVEIRA
ADVOGADA : DR(A). JULIANA CABRAL DE OLIVEIRA

PROCESSO : E-ED-RR-714.868/2000-6 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. VANTUIL ABDALA
EMBARGANTE : ESTADO DO AMAZONAS - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO - SEDUC
PROCURADOR : DR(A). RICARDO A. RESENDE DE JESUS
PROCURADOR : DR(A). R.PAULO DOS SANTOS NETO
EMBARGADO(A) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
PROCURADOR : DR(A). KEILOR HEVERTON MIGNONI
EMBARGADO(A) : MARIA DE FÁTIMA MOURA TAVARES
ADVOGADO : DR(A). ALDEMIR ALMEIDA BATISTA

PROCESSO : E-ED-RR-716.678/2000-2 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : JOSÉ DO NASCIMENTO
ADVOGADA : DR(A). MARIA CRISTINA DA COSTA FONSECA
ADVOGADO : DR(A). LEONARDO MELONI
EMBARGADO(A) : ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
ADVOGADO : DR(A). LYCURGO LEITE NETO

PROCESSO : E-RR-718.317/2000-8 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
EMBARGANTE : COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA - CTEEP
ADVOGADO : DR(A). BRAZ PESCE RUSSO
ADVOGADA : DR(A). ANÚNCIA MARUYAMA
EMBARGADO(A) : DORIVAL ANDRIOLI
ADVOGADO : DR(A). MÁRIO ALBERTO BUCHDID

PROCESSO : E-ED-RR-718.691/2000-9 TRT DA 16A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
EMBARGANTE : MARIA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA LOPES
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO
ADVOGADO : DR(A). EDUARDO HENRIQUE MARQUES SOARES
EMBARGADO(A) : BANCO DO ESTADO DO MARANHÃO S.A. - BEM
ADVOGADO : DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR

PROCESSO : E-RR-719.485/2000-4 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : MÁRCIA GOMES DE MOURA ARAÚJO
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO
EMBARGADO(A) : BANCO BANERJ S.A.
ADVOGADO : DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR

PROCESSO : E-RR-722.619/2001-8 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
EMBARGANTE : COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD
ADVOGADO : DR(A). NILTON CORREIA
EMBARGADO(A) : ADEMAR LUIZ SIQUEIRA
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ APARECIDO DE ALMEIDA

PROCESSO : E-ED-RR-723.053/2001-8 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
EMBARGANTE : ESTADO DO AMAZONAS - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO - SEDUC
PROCURADOR : DR(A). LUÍS CARLOS DE PAULA E SOUSA
EMBARGADO(A) : JOSÉ MÁXIMO DE SOUSA

PROCESSO : E-ED-RR-723.123/2001-0 TRT DA 4A. REGIÃO
RELATOR : MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
EMBARGANTE : ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA DO BRASIL S.A.
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
ADVOGADO : DR(A). FLÁVIO OBINO FILHO
EMBARGADO(A) : JORGE TADEU PINHEIRO
ADVOGADO : DR(A). DARCI PRETTO DA SILVA

PROCESSO : E-ED-RR-724.128/2001-4 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : BANCO BANERJ S.A.
ADVOGADO : DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR
EMBARGADO(A) : TEREZA CRISTINA RODRIGUES DIAS
ADVOGADA : DR(A). SELMA DA SILVA ANDRADE RANGEL DE AZEVEDO

PROCESSO : E-RR-724.556/2001-2 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : FRANCISCO CANINDÉ RIBEIRO
ADVOGADO : DR(A). ROBSON FREITAS MELLO
EMBARGADO(A) : ECHLIN DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
ADVOGADO : DR(A). CLÓVIS SILVEIRA SALGADO

PROCESSO : E-RR-724.844/2001-7 TRT DA 5A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LELIO BENTES CORRÊA
EMBARGANTE : AIDA NOVAIS GABRIELLI E OUTROS
ADVOGADA : DR(A). ANA PAULA MOREIRA DOS SANTOS
EMBARGADO(A) : EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. - EMBASA
ADVOGADO : DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR

PROCESSO : E-RR-724.898/2001-4 TRT DA 5A. REGIÃO
RELATOR : MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
EMBARGANTE : FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A) : FRANCISCO MILTON SANTOS
ADVOGADO : DR(A). SÉRGIO BARTILOTTI

PROCESSO : E-RR-725.284/2001-9 TRT DA 4A. REGIÃO
RELATOR : MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
EMBARGANTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : DR(A). ANDRÉ YOKOMIZO ACEIRO
EMBARGADO(A) : IARA ALMEIDA LEVORSE E OUTROS
ADVOGADO : DR(A). GASPAR PEDRO VIECELI

PROCESSO : E-RR-726.458/2001-7 TRT DA 4A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : PROFORTE S.A. - TRANSPORTE DE VALORES
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A) : EDSON ROBERTO MAYER KAUFMANN
ADVOGADO : DR(A). DÁRCIO FLESCH

PROCESSO : E-RR-727.355/2001-7 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR : MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
EMBARGANTE : ALFREDO DE BARROS NOGUEIRA E OUTROS
ADVOGADO : DR(A). SID H. RIEDEL DE FIGUEIREDO
EMBARGADO(A) : NOSSA CAIXA NOSSO BANCO S.A.
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL

PROCESSO : E-AIRR E RR-727.935/2001-0 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : ROMÁRIO LÍBANO AREIA
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO
EMBARGADO(A) : BANCO BANERJ S.A.
ADVOGADO : DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR
EMBARGADO(A) : BANCO ITAÚ S.A.
ADVOGADO : DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR
ADVOGADO : DR(A). MILTON PAULO GIERSZTJN

PROCESSO : E-AIRR-729.407/2001-0 TRT DA 5A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
EMBARGANTE : MARIA JOSÉ DOS SANTOS FONTOURA
ADVOGADO : DR(A). CARLOS VICTOR AZEVEDO SILVA
EMBARGADO(A) : PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS
ADVOGADO : DR(A). EDUARDO LUIZ SAFE CARNEIRO
ADVOGADA : DR(A). PATRÍCIA ALMEIDA REIS

PROCESSO : E-ED-RR-734.126/2001-4 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : PAULO ROBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : DR(A). MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO
EMBARGADO(A) : BANCO BANERJ S.A.
ADVOGADO : DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR

PROCESSO : E-RR-734.139/2001-0 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD
ADVOGADO : DR(A). NILTON CORREIA
EMBARGADO(A) : JOÃO PEREIRA SALES
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ APARECIDO DE ALMEIDA

PROCESSO : E-ED-RR-737.338/2001-6 TRT DA 9A. REGIÃO
RELATOR : MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
EMBARGANTE : SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO
ADVOGADA : DR(A). ANA MARIA RIBAS MAGNO
EMBARGADO(A) : RENATO PNEUS S.A.
ADVOGADO : DR(A). ERNESTO DE CUNTO RONDELLI

PROCESSO : E-RR-741.494/2001-3 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
EMBARGANTE : ESTADO DO AMAZONAS - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS - SEDUC
PROCURADORA : DR(A). ALZIRA FARIAS ALMEIDA DA FONSECA GÓES
PROCURADOR : DR(A). R. PAULO DOS SANTOS NETO
EMBARGADO(A) : MARIA NEUSA CARNEIRO LIMA
ADVOGADA : DR(A). AMANDA DA ROCHA ALVES

PROCESSO : E-ED-RR-742.469/2001-4 TRT DA 17A. REGIÃO
RELATOR : MIN. HORÁCIO RAYMUNDO DE SENNA PIRES
EMBARGANTE : MORILDA NUNES REIS
ADVOGADO : DR(A). JOÃO BATISTA SAMPAIO
ADVOGADO : DR(A). ANTÔNIO AUGUSTO DALLAPICCOLA SAMPAIO
EMBARGADO(A) : HOSPITAL DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA
ADVOGADA : DR(A). MARINÉLMA CANAL

PROCESSO : E-ED-RR-748.131/2001-3 TRT DA 23A. REGIÃO
RELATOR : MIN. ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
EMBARGANTE : NEUZA RODRIGUES ORDONEZ
ADVOGADO : DR(A). RAUL DARCI DOLZAN
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO
EMBARGADO(A) : BANCO DO BRASIL S.A.
ADVOGADO : DR(A). ALEXANDRE POCAI PEREIRA
ADVOGADA : DR(A). LUZIMAR DE SOUZA AZEREDO BASTOS

PROCESSO : E-RR-750.090/2001-8 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE : ESTADO DO AMAZONAS - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SES
PROCURADORA : DR(A). MARIA HOSANA MACHADO DE SOUZA
PROCURADOR : DR(A). RAIMUNDO PAULO DOS SANTOS NETO
EMBARGADO(A) : DELZUITA SILVA DOS SANTOS
ADVOGADO : DR(A). ALDEMIR ALMEIDA BATISTA

PROCESSO : E-ED-AIRR E RR-750.675/2001-0 TRT DA 12A. REGIÃO
RELATOR : MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
EMBARGANTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : DR(A). ANDRÉ LUIZ TUCCI
EMBARGADO(A) : SOLANGE MARIA SUDEBRACK
ADVOGADO : DR(A). DIVALDO LUIZ DE AMORIM
EMBARGADO(A) : IT - COMPANHIA INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA

PROCESSO : E-RR-753.786/2001-2 TRT DA 4A. REGIÃO
RELATOR : MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
EMBARGANTE : PROFORTE S.A. - TRANSPORTE DE VALORES
ADVOGADO : DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A) : ANTENOR DE SOUZA
ADVOGADO : DR(A). ÉLIO ATILIO PIVA

PROCESSO : E-RR-756.566/2001-1 TRT DA 5A. REGIÃO
RELATOR : MIN. LELIO BENTES CORRÊA
EMBARGANTE : JOSÉ SEBASTIÃO DE JESUS
ADVOGADA : DR(A). RITA DE CÁSSIA BARBOSA LOPES
ADVOGADA : DR(A). ANA PAULA MOREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO : DR(A). JOÃO LUIZ CARVALHO ARAGÃO
EMBARGADO(A) : EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. - EMBASA
ADVOGADO : DR(A). RUY SÉRGIO DEIRÓ
ADVOGADO : DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR

PROCESSO	:	E-RR-756.628/2001-6 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
EMBARGANTE	:	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS
ADVOGADA	:	DR(A). PATRÍCIA ALMEIDA REIS
EMBARGADO(A)	:	FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
ADVOGADO	:	DR(A). MARCUS FLÁVIO HORTA CALDEIRA
EMBARGADO(A)	:	JOSÉ BRUNO RIBEIRO E OUTROS
ADVOGADO	:	DR(A). CARLOS MAGNO DE MOURA SOARES

PROCESSO	:	E-ED-RR-765.379/2001-7 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
EMBARGANTE	:	CLAUDIA DE ALMEIDA FAGO
ADVOGADA	:	DR(A). REGILENE SANTOS DO NASCIMENTO
EMBARGADO(A)	:	NOSSA CAIXA NOSSO BANCO S.A.
ADVOGADO	:	DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL

PROCESSO	:	E-AIRR-766.709/2001-3 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
EMBARGANTE	:	TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A. - TELESP
ADVOGADO	:	DR(A). ADELMO DA SILVA EMERENCIANO
ADVOGADA	:	DR(A). JUSSARA IRACEMA DE SÁ E SACCHI
EMBARGADO(A)	:	SHINKE IDE
ADVOGADO	:	DR(A). JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS

PROCESSO	:	E-RR-768.096/2001-8 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE	:	ESTADO DO AMAZONAS - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS - SEDUC
PROCURADORA	:	DR(A). ONILDA ABREU DA SILVA
PROCURADOR	:	DR(A). RICARDO ANTONIO REZENDE DE JESUS
EMBARGADO(A)	:	MARLISE DO SOCORRO GONÇALVES NOGUEIRA
ADVOGADO	:	DR(A). JOSÉ CARLOS PEREIRA DE OLIVEIRA

PROCESSO	:	E-RR-768.188/2001-6 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE	:	BANCO ITAÚ S.A. (SUCESSOR DO BANCO BANERJ S.A)
ADVOGADO	:	DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR
EMBARGADO(A)	:	DOMINGOS DA CONCEIÇÃO PEREIRA
ADVOGADO	:	DR(A). MARINHO NASCIMENTO FILHO

PROCESSO	:	E-ED-RR-772.420/2001-5 TRT DA 17A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
EMBARGANTE	:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
PROCURADORA	:	DR(A). ELIANE ARQUE DOS SANTOS
EMBARGADO(A)	:	MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM
ADVOGADO	:	DR(A). JOSÉ EDUARDO COELHO DIAS
EMBARGADO(A)	:	SEBASTIÃO ROMUALDO DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:	DR(A). FERNANDO ANTÔNIO POLONINI

PROCESSO	:	E-RR-775.141/2001-0 TRT DA 4A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE	:	PROFORTE S.A. - TRANSPORTE DE VALORES
ADVOGADO	:	DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A)	:	ANTÔNIO FORTES DA SILVA
ADVOGADA	:	DR(A). MARIA DO CARMO BEAL MARTINS

PROCESSO	:	E-RR-776.651/2001-9 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE	:	BANCO ITAÚ S.A.
ADVOGADO	:	DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR
EMBARGADO(A)	:	GLÓRIA MOURA ALVIM E OUTROS
ADVOGADO	:	DR(A). GLAUCO BORGES MONTENEGRO

PROCESSO	:	E-RR-777.802/2001-7 TRT DA 17A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE	:	JONAS LOTÉRIO
ADVOGADO	:	DR(A). JOÃO BATISTA DALAPÍCOLA SAMPAIO
EMBARGADO(A)	:	COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO - CST
ADVOGADO	:	DR(A). CARLOS ALBERTO ALVES RIBEIRO FILHO

PROCESSO	:	E-ED-RR-781.011/2001-3 TRT DA 8A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. LELIO BENTES CORRÊA
EMBARGANTE	:	JOSIAS MUNIZ PEREIRA
ADVOGADA	:	DR(A). PAULA FRASSINETTI MATTOS
EMBARGADO(A)	:	CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - CAPAF
ADVOGADO	:	DR(A). SÉRGIO LUÍS TEIXEIRA DA SILVA
EMBARGADO(A)	:	BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - BASA
ADVOGADO	:	DR(A). GUSTAVO ANDÈRE CRUZ

PROCESSO	:	E-RR-792.621/2001-4 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. VANTUIL ABDALA
EMBARGANTE	:	BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - BANESPA
ADVOGADO	:	DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A)	:	HENRIQUE DIAS LYRA JÚNIOR
ADVOGADO	:	DR(A). ABIB INÁCIO CURY

PROCESSO	:	E-ED-RR-792.636/2001-7 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE	:	DZ S.A. - ENGENHARIA, EQUIPAMENTOS E SISTEMAS
ADVOGADO	:	DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR
EMBARGADO(A)	:	ANTÔNIO DIOGO DA COSTA PEREIRA
ADVOGADO	:	DR(A). UBIRAJARA WANDERLEY LINS JÚNIOR

PROCESSO	:	E-RR-794.144/2001-0 TRT DA 22A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
EMBARGANTE	:	NORSA REFRIGERANTES LTDA.
ADVOGADO	:	DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A)	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CERVEJAS E BEBIDAS EM GERAL DO ESTADO DO PIAUI
ADVOGADO	:	DR(A). ALAN ROBERTO GOMES DE SOUZA

PROCESSO	:	E-ED-RR-800.735/2001-9 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. LELIO BENTES CORRÊA
EMBARGANTE	:	FRANCISCO PORFÍRIO DA SILVA
ADVOGADA	:	DR(A). LUCIANA BEATRIZ GIACOMINI
EMBARGADO(A)	:	COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA - COSIPA
ADVOGADO	:	DR(A). IVAN PRATES

PROCESSO	:	E-RR-814.151/2001-3 TRT DA 4A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE	:	ROGERIO DE ALBUQUERQUE TRICATE
ADVOGADO	:	DR(A). CELSO HAGEMANN
ADVOGADO	:	DR(A). SÉRGIO LINDOSO BAUMANN DAS NEVES
EMBARGADO(A)	:	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
ADVOGADO	:	DR(A). JORGE SANT'ANNA BOPP

PROCESSO	:	E-ED-RR-814.317/2001-8 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
EMBARGANTE	:	BANCO BANERJ S.A. E OUTRO
ADVOGADO	:	DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR
EMBARGADO(A)	:	FÁTIMA MARIA DUARTE DOS SANTOS E OUTRO
ADVOGADO	:	DR(A). JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO
ADVOGADO	:	DR(A). ROMERO DOS SANTOS SALLES

PROCESSO	:	E-ED-RR-815.140/2001-1 TRT DA 17A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE	:	WALMIR LUIZ DE SOUZA
ADVOGADO	:	DR(A). JOÃO BATISTA DALAPÍCOLA SAMPAIO
EMBARGADO(A)	:	ÓRGÃO GESTOR DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO AVULSO DO PORTO ORGANIZADO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO	:	DR(A). LEANDRO POMPERMAYER FARIAS

PROCESSO	:	A-E-AIRR-936/2003-281-04-40-5 TRT DA 4A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. HORÁCIO RAYMUNDO DE SENNA PIRES
AGRAVANTE(S)	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	DR(A). JEFERSON CARLOS CARÚS GUEDES
AGRAVADO(S)	:	VLADIMIR ALFF
ADVOGADO	:	DR(A). MARCELINO HAUSCHILD
AGRAVADO(S)	:	DAP - REDES ELÉTRICAS E COMUNICAÇÕES S.A.
ADVOGADO	:	DR(A). PIERRE TEIXEIRA PUCCI
AGRAVADO(S)	:	VIVO S.A.
ADVOGADO	:	DR(A). MARCELO MAC DONALD REIS
AGRAVADO(S)	:	CONSTRUTORA NOVA ARCA LTDA.
ADVOGADO	:	DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL

PROCESSO	:	A-E-AIRR-1.026/2005-003-06-40-9 TRT DA 6A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. HORÁCIO RAYMUNDO DE SENNA PIRES
AGRAVANTE(S)	:	LINALDO PEREIRA
ADVOGADA	:	DR(A). CELITA OLIVEIRA SOUSA
ADVOGADA	:	DR(A). LIRIAN SOUSA SOARES
AGRAVADO(S)	:	WILSON SILVA DE AMORIM
ADVOGADO	:	DR(A). FRANKLIN DELANO RAMOS DA COSTA VALENÇA
AGRAVADO(S)	:	RIOFORTE SERVIÇOS TÉCNICOS S.A.

PROCESSO	:	A-E-ED-AIRR-1.414/1997-047-01-40-0 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. HORÁCIO RAYMUNDO DE SENNA PIRES
AGRAVANTE(S)	:	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
ADVOGADO	:	DR(A). LYCURGO LEITE NETO
AGRAVADO(S)	:	SEBASTIÃO FREITAS SILVA
ADVOGADO	:	DR(A). VALTER GONÇALVES MARTINS

PROCESSO	:	A-E-AIRR-1.917/2002-003-07-40-7 TRT DA 7A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. HORÁCIO RAYMUNDO DE SENNA PIRES
AGRAVANTE(S)	:	ESTADO DO CEARÁ
PROCURADORA	:	DR(A). SIMONE MAGALHÃES OLIVEIRA
AGRAVADO(S)	:	DANIELLE DAMASCENO DA SILVA
ADVOGADO	:	DR(A). JOSÉ COLBERT SOARES TEIXEIRA

PROCESSO	:	A-E-ED-RR-58.908/2002-900-11-00-6 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVADO(S)	:	ESTADO DO AMAZONAS - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO - SEDUC
PROCURADOR	:	DR(A). RÔMULO DE SOUZA CARPINTEIRO PÉRES
AGRAVADO(S)	:	JAIRO DOS SANTOS MAGALHÃES
ADVOGADA	:	DR(A). REINILDA GUIMARÃES DO VALLE

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados na sessão a que se referem ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova publicação.

DEJANIRA GREFF TEIXEIRA
Coordenadora da Subseção I
Especializada em Dissídios Individuais

COORDENADORIA DA SUBSEÇÃO II ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

DESPACHOS

PROC. Nº TST-AR-186094/2007-000-00-00.0

AUTORES	**:**	**LUCÍNIO FRANÇA OLIVEIRA E OUTROS**
ADVOGADO	**:**	**DR. WILLIAM DE OLIVEIRA CRUZ**
RÉ	**:**	**TELEMAR NORTE LESTE S.A. - TELERGIPE**

D E S P A C H O

Trata-se de ação rescisória ajuizada por Lucínio França Oliveira e Outros, com o objetivo de desconstituir o acórdão proferido pela Subseção-2 Especializada em Dissídios Individuais nos autos do Processo nº ROAR-31540/2002-0000-20-00.6.

Dessa forma, concedo aos autores o prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 284 do CPC, para que providenciem a juntada de **cópias autenticadas** da petição inicial da rescisória originária e do recurso ordinário interposto, da certidão de trânsito em julgado do acórdão rescindendo, bem assim indique o valor da causa, sob pena de extinção do feito.

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

MINISTRO BARROS LEVENHAGEN
Relator

PROC. Nº TST-ROMS-62/2006-000-17-00.

RECORRENTE	**:**	**BANESTES S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**
ADVOGADO	**:**	**DR. BRUNO RIBEIRO CARVALHO**
RECORRIDA	**:**	**VERA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS**
ADVOGADO	**:**	**DR. ANTÔNIO AUGUSTO DALLAPICCOLA SAMPAIO**
AUTORIDADE COATORA	**:**	**JUIZ TITULAR DA SEXTA VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA - ES**

D E S P A C H O

Trata-se de mandado de segurança impetrado por Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo, com pretensão liminar, contra ato do Juiz Titular da Sexta Vara do Trabalho de Vitória, que determinou a penhora em dinheiro da instituição financeira Executada (fls. 26).

Indeferida a liminar (fls. 471), o Tribunal Regional do Trabalho da Décima Sétima Região denegou a segurança, nos seguintes termos:

"MANDADO DE SEGURANÇA. PENHORA EM DINHEIRO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA CONTRA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. A execução contra uma instituição financeira de grande porte possui condições especiais, pois, mesmo deferida a penhora sobre dinheiro ainda na execução provisória, ela não é necessariamente gravosa, bastando que o valor constrito permaneça em conta do banco-executado." (fls. 515).

Irresignado, o Impetrante interpôs recurso ordinário (fls. 537/559), insistindo na concessão da segurança.

Admitido o recurso (fls. 537), foram apresentadas contra-razões a fls. 564/572.

O representante do Ministério Público do Trabalho opinou pela extinção do processo sem resolução de mérito (fls. 576/578).

Inviável, na hipótese, proceder-se à aferição do alegado direito líquido e certo do Recorrente, visto que o comprovante de existência do ato coator se encontra em fotocópia não autenticada (fls. 26)).

Preconiza-se na Súmula nº 415 deste Tribunal (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 52 da SBDI-2 desta Corte), que, exigindo o mandado de segurança prova documental pré-constituída, inaplicável se torna o art. 284 do CPC quando verificada na petição inicial do "mandamus", a ausência de documento indispensável ou de sua autenticação.

No art. 830 da CLT se estabelece que o documento oferecido para prova somente deve ser aceito se estiver no original ou em certidão autêntica. Como o Impetrante apresentou cópia não autenticada do ato impugnado, esse documento não possui validade, pois, no mandado de segurança, exige-se prova pré-constituída, por não se permitir dilação probatória.

Cabe ressaltar que a faculdade de o advogado declarar a autenticidade das peças trazidas em fotocópia aos autos diz respeito apenas ao agravo de instrumento (art. 544, § 1º, do CPC).

Por fim, registre-se que o inciso IV do art. 365 do CPC, cuja redação foi acrescida pela Lei nº 11.382/06, para se admitir que as cópias trasladadas possam ser declaradas autênticas pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal, tem validade a partir de 07.12.2006.

Ad argumentandum tantum, registre-se que a documentação juntada a fls. 579/602, informa a existência e homologação de acordo entre as partes e a conseqüente perda de objeto do presente mandamus.

Ante o exposto, decreto a extinção do processo sem resolução de mérito, com fundamento no art. 267, IV, do CPC.

Publique-se.

Brasília, 18 de setembro de 2007.

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA
Juíza Convocada Relatora

PROC. Nº TST-ROAG-205/2007-909-09-40.6

RECORRENTE	:	ADRIANA DE MEDEIRA
ADVOGADO	:	DR. DORVAL FRANCISCO DA SILVA
RECORRIDA	:	CHRIST - INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA. - ME
ADVOGADO	:	DR. RICARDO DE VASCONCELOS MARTINS

D E S P A C H O

Trata-se de recurso ordinário interposto às fls. 219/245 contra o acórdão de fls. 183/187, que negou provimento ao agravo regimental.

Verifico que o apelo não reúne condições mínimas de admissibilidade, à míngua do preenchimento de um de seus pressupostos extrínsecos, em específico, a representação processual. É que as razões do recurso ordinário vêm assinadas por advogados que não possuem nos autos procuração ou substabelecimento válidos conferindo-lhes poderes para representar a parte ora recorrente em juízo.

A procuração de fl. 76, única que outorga poderes aos subscritores do recurso ordinário - Drs. Dorval Francisco da Silva e Magda Francisca da Silva -, não é capaz de habilitá-los, por se encontrar em cópia inautêntica, ou seja, foi trasladada sem o atendimento da norma contida no art. 830 da CLT, o que equivale à sua imprestabilidade para os efeitos legais e, portanto, à sua inexistência no processado.

E nem se alegue ser o vício sanável. Cumpre observar que o Código de Processo Civil, ao dispor, em seu art. 13, sobre a possibilidade de regularização da representação, restringe a sua aplicação à instância de primeiro grau. Daí por que a regularidade da representação processual há de ser manifesta, no momento da interposição do recurso. Nesse sentido, a Súmula nº 383 do TST.

Ademais, a parte teve a seu favor o momento processual idôneo para apresentar regularmente seu instrumento de mandato, sendo impróprio o saneamento do processo na instância recursal. Se não fosse assim, tornar-se-ia inócua a exigência legal da existência de mandato válido nos autos, para o subscritor do recurso, como uma das condições para o seu conhecimento.

É de se consignar, por oportuno, que em sede de mandado de segurança não se admite a autenticidade de peças sob a responsabilidade pessoal do advogado de que trata o art. 544, § 1º, do CPC, na medida em que referido dispositivo legal tem aplicação somente em agravo de instrumento, conforme nele disposto.

Saliento, ainda, que a interposição de recurso não pode ser reputada como ato urgente (art. 37 do CPC), capaz de possibilitar ao advogado estar em juízo em nome da parte sem mandato. Assim, todos os atos praticados sem a adequada capacidade postulatória são tidos como inexistentes.

Por fim, é irrelevante o fato de o despacho de fl. 246, que recebeu o recurso ordinário então aviado pela impetrante, não ter feito referência ao óbice em questão, autorizando o regular processamento do apelo aqui reputado inexistente. E a razão é simples: o Juízo de admissibilidade recursal é exercido por ambas as Instâncias: a quo e ad quem, sendo que o pronunciamento da primeira nenhuma preclusão gera para a segunda e tampouco afasta o dever de o Órgão Superior exercer o seu livre e cuidadoso controle da admissibilidade recursal.

Ante o exposto, **nego seguimento** do recurso, com fulcro no art. 557 do CPC. Custas pela impetrante, ora recorrente, dispensada, nos termos do § 3º do art. 790 da CLT (fl. 244).

Publique-se.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-ROHC-324/2007-000-05-00.5

RECORRENTE	:	LUIZ CLÁUDIO AMADO DE MORAES
ADVOGADO	:	DR. LUIZ CLÁUDIO AMADO DE MORAES
PACIENTE	:	ERMÍRIO PIMENTA DA FONSECA
ADVOGADO	:	DR. LUIZ CLÁUDIO AMADO DE MORAES
AUTORIDADE COATORA	:	JUIZ TITULAR DA 5ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR

D E S P A C H O

Trata-se de pedido de liminar formulado pelo impetrante do habeas corpus nas razões recursais de fls. 83/94 e reiterado na petição de fls. 108/109.

Informa o impetrante que o bem imóvel penhorado se encontrava registrado em Cartório no nome do paciente, tendo sido alienado por sua esposa, também uma das sócias da empresa executada nos autos originários, em fevereiro de 2003, a fim de custear as despesas com tratamento médico a que se submeteu o paciente, que estava acometido de câncer naquela época, conforme comprovam os documentos juntados aos autos. Alega que o paciente somente teria tomado conhecimento da alienação em 2006, momento em que requereu ao Juízo a substituição do bem penhorado por outro, também imóvel e de valor de mercado superior ao anterior, com a qual não teria concordado o exeqüente. Daí o decreto prisional. Cita julgados do Egrégio STJ no sentido da possibilidade excepcional de concessão do benefício da prisão domiciliar ao paciente, por estar em situação de saúde que requer cuidados especiais.

Revelam os autos ser o paciente portador de doença grave, necessitando de supervisão médica rotineira pelo período de dez anos, além de sanitário individualizado, devido ao risco de contrair infecções. Considerando o princípio da dignidade da pessoa humana, a natureza meramente dissuasiva e não apenatória da prisão civil e que o encarceramento comum poderá submeter o paciente a situação vexatória desnecessária e incompatível com as circunstâncias especiais do caso concreto, há de se atender o pleito, por medida de extrema cautela.

Logo, **defiro a liminar**, nos termos do art. 798 do CPC, determinando a imediata expedição do competente salvo conduto em favor do paciente Ermírio Pimenta da Fonseca, se por outro motivo não estiver preso, até o julgamento do mérito do recurso ordinário em habeas corpus.

Oficie-se, com urgência, ao Exmº Sr. Juiz Titular da 5ª Vara do Trabalho de Salvador/BA e ao Exmº Sr. Juiz-Presidente do TRT da 5ª Região, encaminhando-lhes o inteiro teor desta decisão também via fac-símile.

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-ROAR-521/2006-000-04-00.9

RECORRENTE	:	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE
ADVOGADA	:	DRA. LÚCIA COELHO DA COSTA NOBRE
RECORRIDO	:	EDULO PEREIRA VIANA
ADVOGADO	:	DR. ANTÔNIO PAULO CARPES ANTUNES

D E S P A C H O

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE ajuizou Ação Rescisória, com fulcro no art. 485, V e IX, do CPC, buscando a desconstituição do acórdão proferido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, que, nos autos da Reclamação Trabalhista 00310/2004-012-04-00-4, afastou a prescrição e condenou o então Reclamado, ora Autor, ao pagamento da multa de 40% do FGTS sobre as diferenças decorrentes de expurgos inflacionários na conta do FGTS (fls. 38/39 e 41).

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região não conheceu da Ação Rescisória quanto à causa de rescindibilidade prevista no art. 485, IX, do CPC e julgou improcedente o pedido de corte embasado no art. 485, V, do CPC, com fundamento nas Súmulas 409 e 83 do TST.

Inconformado, o Autor apresentou Recurso Ordinário, no qual insistiu nas alegações expendidas na inicial tão-somente quanto às violações apontadas. Ademais, insurgiu-se contra a majoração do valor da causa de ofício.

Esta Subseção Especializada negou provimento ao Recurso Ordinário, por decisão assim ementada, à fl. 192**: "RECURSO ORDINÁRIO - AÇÃO RESCISÓRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - DIFERENÇAS DA MULTA DO FGTS - HIPÓTESE EM QUE A DECISÃO RESCINDENDA ENTENDEU QUE O MARCO INICIAL OCORREU QUANDO RESTOU DISPONIBILIZADO O PAGAMENTO DO ACORDO ESTABELECIDO NA LEI COMPLEMENTAR 110/01. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 7º, XXIX, DA CF/88 E 11 DA CLT**. A norma contida nos artigos 7º, XXIX, da CF/88 e 11 da CLT apenas estabelece ser necessário observar o prazo prescricional para o ajuizamento da Reclamação Trabalhista até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho, não tratando de particularidades atinentes ao exato momento em que se inicia a contagem da prescrição, remetendo o exame de tal questão à legislação específica, no caso em debate, à Lei Complementar 110/01. Destarte, não se mostra capaz de ensejar o acolhimento de pedido de rescisão fulcrado na violação dos arts. 7º, XXIX, da CF/88 e 11 da CLT, porquanto, se eventual ofensa houver, será sempre reflexa, nunca literal. Recurso Ordinário não provido".

Contra a referida decisão, o Hospital interpõe Recurso de Embargos, com fundamento no art. 893, I, da CLT.

Ora, o Recurso de Embargos previsto no art. 893, I, da CLT, tem por finalidade atacar decisão proferida por Turma, nos termos dos arts. 3º, III, "b", da Lei 7.701/88 e 73, II, "a", e 239 do RITST.

In casu, a interposição do Recurso de Embargos configura erro grosseiro, em face da clareza do que dispõem os artigos mencionados (3º, III, "b", da Lei 7.701/88 e 73, II, "a", e 239 do RITST), no sentido de ser cabível o Recurso de Embargos das decisões divergentes das Turmas, ou destas com decisão da SDI, ou com Súmula, e as que violarem a literalidade de preceito de lei federal ou da Constituição Federal.

Frise-se que o Recorrente, em toda a peça recursal, demonstra a sua intenção de interpor o Recurso de Embargos, tanto que fundamenta o recurso no art. 893, I, da CLT.

Inviável, pois, a aplicação do princípio da fungibilidade, que, segundo a jurisprudência do eg. STF, apenas tem pertinência no caso de fundada dúvida quanto ao recurso cabível, o que, como visto, não é a hipótese dos autos.

Portanto, nos termos do art. 557, caput, do CPC, **nego seguimento** do Recurso do Autor, por manifestamente inadmissível.

Publique-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

JOSÉ SIMPLICIANO FONTES DE F. FERNANDES
Ministro-Relator

PROC. Nº TST-ROAR-611/2005-000-03-00.4

RECORRENTE	:	GEODEX COMMUNICATIONS S.A
ADVOGADO	:	DR. MARCO TÚLIO FONSECA FURTADO
RECORRIDO	:	SCHAHIN ENGENHARIA S.A
ADVOGADO	:	DR. LUIZ FLÁVIO VALLE BASTOS
RECORRIDO	:	JERÔNIMO FERNANDES DA SILVA
ADVOGADA	:	DRA. ZEILEICE AYALA DE OLIVEIRA LOPES
RECORRIDA	:	PRESTADORA DE SERVIÇOS J. OLIVEIRA S/C LTDA.
RECORRIDA	:	CONVEX GEODEX TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

D E C I S Ã O

Trata-se de ação rescisória ajuizada por Geodex Communications S.A., com fulcro no artigo 485, inciso V, do CPC, visando à desconstituição da sentença proferida pela Vara do Trabalho de Formiga nos autos da Reclamatória Trabalhista nº 1.506/03 (fls. 32-42).

O egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, por meio do acórdão de fls. 222-228, julgou improcedente a presente ação rescisória.

Inconformado, o Réu interpôs recurso ordinário, pretendendo a reforma da decisão recorrida (fls. 236-244).

Verifica-se, contudo, após serem compulsados os autos, que a decisão rescindenda (fls. 32-42) se encontra em cópia não autenticada, desrespeitando o comando legal contido nos artigos 830 da CLT e 384 do CPC, acarretando, em conseqüência, a declaração de sua inexistência nos autos e imprestabilidade para todos os efeitos. Cabe ao julgador, constatando o vício, em razão da irregularidade do processo, extinguir o feito, sem exame de mérito, por falta de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do processo, independentemente de impugnação por parte do Réu.

Nesse sentido já se posicionou a SBDI-2 desta Corte Superior, por meio da Orientação Jurisprudencial nº 84, que ora se transcreve, verbis: "**AÇÃO RESCISÓRIA. PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DA DECISÃO RESCINDENDA E/OU DA CERTIDÃO DE SEU TRÂNSITO EM JULGADO DAS PEÇAS ESSENCIAIS PARA A CONSTITUIÇÃO VÁLIDA E REGULAR DO FEITO. ARGÜIÇÃO DE OFÍCIO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO**. A decisão rescindenda e/ou a certidão do seu trânsito em julgado, devidamente autenticadas, à exceção de cópias reprográficas apresentadas por pessoa jurídica de direito público, a teor do art. 24 da Lei nº 10.522/02, são peças essenciais para o julgamento da ação rescisória. Em fase recursal, verificada a ausência de qualquer delas, cumpre ao Relator do recurso ordinário argüir, de ofício, a extinção do processo, sem julgamento do mérito, por falta de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do feito".

É ônus da Autora a correta instrução do processo mediante todos os documentos e provas por meio das quais pretenda demonstrar seus direitos. A petição inicial deve ser instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação, uma vez que são destinados a provar as alegações formuladas pelas partes, como determinado nos artigos 283 e 396 do CPC.

Diante do exposto, determino a extinção do processo, sem a resolução do mérito, com base no artigo 267, inciso IV, do CPC e na Orientação Jurisprudencial nº 84 da SBDI-2 desta Corte.

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

EMMANOEL PEREIRA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-ROAR-879/2002-000-05-00.2

RECORRENTE	:	FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
RECORRIDO	:	BRAULINO NICÁCIO FARIAS
ADVOGADO	:	DR. EZÍQUIO DE ALMEIDA FERREIRA
RECORRIDO	:	UNIÃO (SUCESSORA DA EXTINTA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A.)

D E C I S Ã O

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais negou provimento ao recurso ordinário em ação rescisória interposto pela Ferrovia Centro-Atlântica S.A. - FCA, nos termos do acórdão publicado em 31/8/2007.

Verifica-se, no entanto, que, conforme noticiado pela Coordenadoria da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (fl. 378), o acórdão juntado aos presentes autos refere-se, na verdade, ao Processo n° TST-ROAR-879/2003-000-05-00.3, sendo que o acórdão relativo ao presente processo foi juntado àqueles autos.

Assim, determino a adoção das seguintes providências:

o desentranhamento dos acórdãos constantes dos autos dos Processos nos TST-ROAR-879/2003-000-05-00.3 e TST-ROAR-879/2002-000-05-00.2 e sua juntada aos autos correspondentes;

a retificação dos termos de publicação e juntada dos acórdãos.

Considerando que o equívoco perpetrado impossibilitou a ciência da recorrente quanto à fundamentação do acórdão, e a fim de evitar eventual alegação de nulidade por afronta aos princípios da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal, devolvo-lhe o prazo recursal, a contar da data da intimação da presente decisão.

Publique-se.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

RIDER NOGUEIRA DE BRITO
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

PROC. Nº TST-ROAR-879/2003-000-05-00.3

RECORRENTE	:	GERSON SANTOS CONCEIÇÃO
ADVOGADA	:	DR.ª MARIA TERESA PONDÉ FRAGA LIMA
RECORRIDO	:	TRON TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
ADVOGADO	:	DR. MARCUS OLIVEIRA

D E C I S Ã O

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais negou provimento ao recurso ordinário em ação rescisória interposto por Gerson Santos Conceição, nos termos do acórdão publicado em 24/8/2007.

Verifica-se, no entanto, que, conforme noticiado pela Coordenadoria da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (fl. 160), o acórdão juntado aos presentes autos refere-se, na verdade, ao Processo n° TST-ROAR-879/2002-000-05-00.2, sendo que o acórdão relativo ao presente processo foi juntado àqueles autos.

Assim, determino a adoção das seguintes providências:

o desentranhamento dos acórdãos constantes dos autos dos Processos nos TST-ROAR-879/2003-000-05-00.3 e TST-ROAR-879/2002-000-05-00.2 e sua juntada aos autos correspondentes;

a retificação dos termos de publicação e juntada dos acórdãos.

Considerando que o equívoco perpetrado impossibilitou a ciência do recorrente quanto à fundamentação do acórdão, e a fim de evitar eventual alegação de nulidade por afronta aos princípios da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal, devolvo-lhe o prazo recursal, a contar da data da intimação da presente decisão.

Publique-se.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

RIDER NOGUEIRA DE BRITO
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

PROC. Nº TST-ROAR-1.320/2005-000-03-00.3

RECORRENTE	:	MÁRIO DE SOUZA
ADVOGADA	:	DRA. MARIA ISOLINA DE SOUSA
RECORRIDA	:	COMPANHIA CIMENTO PORTLAND ITAÚ
ADVOGADO	:	DR. ANTÔNIO MARIOSA MARTINS

D E C I S Ã O

Trata-se de ação rescisória ajuizada por Mário de Souza com fulcro no artigo 485, inciso V, do CPC, sob a alegação de violação de dispositivo de lei, visando a desconstituir acórdão proferido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, nos autos do Processo nº TRT/RO/00734-2003-070-03-00-4 (fls. 63-64).

O egrégio Tribunal a quo, por meio do acórdão de fls. 180-185, julgou improcedente a presente ação rescisória.

Inconformado, o Autor interpõe recurso ordinário (fls. 188-195 e 196-204), pretendendo a reforma da decisão recorrida.

Verifica-se, após serem compulsados os autos, que a decisão rescindenda (fls. 63-64) e a certidão de trânsito em julgado (fl. 128) se encontram em cópias não autenticadas, desrespeitando o comando legal contido nos artigos 830 da CLT e 384 do CPC, acarretando, em conseqüência, a declaração de sua inexistência nos autos e imprestabilidade para todos os efeitos. Cabe ao julgador, constatando o vício, em razão da irregularidade do processo, extinguir o feito, sem exame de mérito, por falta de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do feito, independentemente de impugnação por parte do Réu. Vício insanável em fase recursal, porquanto já ultrapassada a instrução probatória.

Nesse sentido já se posicionou a SBDI-2 desta Corte Superior, por meio da Orientação Jurisprudencial nº 84, que ora se transcreve, verbis: "**AÇÃO RESCISÓRIA. PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DA DECISÃO RESCINDENDA E/OU DA CERTIDÃO DE SEU TRÂNSITO EM JULGADO DAS PEÇAS ESSENCIAIS PARA A CONSTITUIÇÃO VÁLIDA E REGULAR DO FEITO. ARGÜIÇÃO DE OFÍCIO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO**. A decisão rescindenda e/ou a certidão do seu trânsito em julgado, devidamente autenticadas, à exceção de cópias reprográficas apresentadas por pessoa jurídica de direito público, a teor do art. 24 da Lei nº 10.522/02, são peças essenciais para o julgamento da ação rescisória. Em fase recursal, verificada a ausência de qualquer delas, cumpre ao Relator do recurso ordinário argüir, de ofício, a extinção do processo, sem julgamento do mérito, por falta de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do feito".

É ônus do Autor a correta instrução do processo com todos os documentos e provas por meio das quais pretenda demonstrar seus direitos. A petição inicial deve ser instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação, uma vez que são destinados a provar as alegações formuladas pelas partes, como determinado nos artigos 283 e 396 do CPC.

Ressalte-se não se aplicar à hipótese dos autos o disposto no artigo 544, § 1º, do Código de Processo Civil, segundo o qual é válida a declaração de autenticidade das peças colacionadas firmada pelo próprio advogado na peça exordial, como pretendido pelo Autor (fl. 129), porquanto esse dispositivo de lei se refere exclusivamente ao agravo de instrumento, não havendo previsão legal para os demais recursos, ou mesmo para ação rescisória, cuja natureza é autônoma e excepcional.

Entendimento perfilhado por meio de outros arestos desta Corte, TST-ROAR-636/2003-000-03-00, DJ 03/12/04, SBDI-2, Rel. Min. José Simpliciano Fernandes, e TST-ROAR-643.862/00.1, DJ 11/06/04, SBDI-2, Rel. Min. José Simpliciano Fernandes.

Diante do exposto, o processo deve ser extinto sem a resolução do mérito, com base no artigo 267, inciso IV, do CPC e na Orientação Jurisprudencial nº 84 da SBDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

EMMANOEL PEREIRA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-ROAR-1.581/2003-000-01-00.2

RECORRENTE	:	ADELIR ANTÔNIO DE BRITO
ADVOGADO	:	DR. HUMBERTO JANSEN MACHADO
RECORRIDA	:	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
ADVOGADO	:	DR. CHRISTIANO RIBEIRO GORDIANO DE OLIVEIRA

D E C I S Ã O

Trata-se de ação rescisória ajuizada por Adelir Antônio de Brito com fulcro no artigo 485, inciso V, do CPC, sob a alegação de violação de dispositivo de lei, visando a desconstituir acórdão proferido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, nos autos do Processo nº TRT/RO/09916/98 (fls. 35-37).

O egrégio Tribunal a quo, por meio do acórdão de fls. 286-289, julgou improcedente a presente ação rescisória.

Inconformado, o Autor interpõe recurso ordinário (fls. 290-296), pretendendo a reforma da decisão recorrida.

Verifica-se, após serem compulsados os autos, que a decisão rescindenda (fls. 63-64) e todos os demais documentos juntados aos autos, inclusive o instrumento de mandato (fl. 10), se encontram em cópias não autenticadas, desrespeitando o comando legal contido nos artigos 830 da CLT e 384 do CPC, acarretando, em conseqüência, a declaração de sua inexistência nos autos e imprestabilidade para todos os efeitos. Cabe ao julgador, constatando o vício, em razão da irregularidade do processo, extinguir o feito, sem exame de mérito, por falta de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do feito, independentemente de impugnação por parte do Réu. Vício insanável em fase recursal, porquanto já ultrapassada a instrução probatória.

Nesse sentido já se posicionou a SBDI-2 desta Corte Superior, por meio da Orientação Jurisprudencial nº 84, que ora se transcreve, verbis: "**AÇÃO RESCISÓRIA. PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DA DECISÃO RESCINDENDA E/OU DA CERTIDÃO DE SEU TRÂNSITO EM JULGADO DAS PEÇAS ESSENCIAIS PARA A CONSTITUIÇÃO VÁLIDA E REGULAR DO FEITO. ARGÜIÇÃO DE OFÍCIO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO**. A decisão rescindenda e/ou a certidão do seu trânsito em julgado, devidamente autenticadas, à exceção de cópias reprográficas apresentadas por pessoa jurídica de direito público, a teor do art. 24 da Lei nº 10.522/02, são peças essenciais para o julgamento da ação rescisória. Em fase recursal, verificada a ausência de qualquer delas, cumpre ao Relator do recurso ordinário argüir, de ofício, a extinção do processo, sem julgamento do mérito, por falta de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do feito".

É ônus do Autor a correta instrução do processo com todos os documentos e provas por meio das quais pretenda demonstrar seus direitos. A petição inicial deve ser instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação, uma vez que são destinados a provar as alegações formuladas pelas partes, como determinado nos artigos 283 e 396 do CPC.

Diante do exposto, o processo deve ser extinto sem a resolução do mérito, com base no artigo 267, inciso IV, do CPC e na Orientação Jurisprudencial nº 84 da SBDI-2 deste Tribunal.

Publique-se

Brasília, 25 de setembro de 2007.

EMMANOEL PEREIRA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-AIRO-1.651/2006-000-15-40.3

AGRAVANTE	:	NUTRIBEEF DE CAMPINAS COMÉRCIO DE CARNES E DERIVADOS LTDA.
ADVOGADA	:	DRA. ANA MARIA PEREIRA
AGRAVADO	:	FRANCISCO HÉLIO RODRIGUES

D E S P A C H O

1) RELATÓRIO

O **recurso ordinário** em agravo regimental em sede de mandado de segurança da Reclamada foi obstado por despacho do Juiz Vice-Presidente do 15º TRT, (em face da deserção), cuja cópia não foi juntada aos presentes autos.

Inconformada, a **Reclamada** interpõe o presente agravo de instrumento, com o intuito de ver processado o seu recurso ordinário (fls. 2-4).

Mantida a decisão agravada e determinada a subida do agravo de instrumento (fl. 6), não foi oferecida contraminuta, tendo sido **dispensada** a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do item III da Resolução Administrativa 322 do TST.

2) FUNDAMENTAÇÃO

De plano, tem-se que o presente agravo não atende ao pressuposto extrínseco da representação, pois verifica-se a inexistência de documento indispensável à análise deste, no caso a procuração da subscritora (Dra. Ana Maria Pereira), o que denota a irregularidade de representação, vício que não pode ser relevado, tampouco sanado em fase recursal, ante o disposto no item II da Súmula 383 do TST. O art. 37 da Lei Processual Civil estabelece que, sem instrumento de mandato, o advogado não será admitido a procurar em juízo. Para que o advogado represente a parte no processo, há de estar investido de poderes adequados, que devem ser outorgados por mandato escrito, público ou particular (CPC, art. 38). Assim, a ausência de procuração que outorgue ao advogado tais poderes implica irregularidade de representação da parte, e todos os atos praticados sem a adequada capacidade postulatória são tidos como inexistentes.

Ademais, verifica-se que **não foi trasladada** nenhuma das cópias consideradas obrigatórias para a instrumentação do agravo, as quais possibilitariam, caso fossem providas, o imediato julgamento do recurso ordinário denegado, nos termos do art. 897, § 5º, I, da CLT. Assim sendo, o presente agravo de instrumento não merece seguimento, por ser manifestamente inadmissível, ante a ausência de peças essenciais à sua formação.

Nesse sentido, ressalte-se que cumpre à parte recorrente providenciar a correta formação do instrumento, no tocante à juntada das peças essenciais, não comportando a omissão a conversão em diligência para suprir a irregularidade, a teor da IN 16/99 do TST.

Oportuno assinalar que o **item II da IN 16 do TST**, aplicável "in casu", determina o processamento do agravo de instrumento em autos apartados, uma vez que os §§ 1º e 2º do referido inciso foram revogados pelo Ato GDGCJ-GP nº 162/03, de 28/04/03, publicado "in" DJs de 02/05/03 e 07/05/03.

3) CONCLUSÃO

Ante o exposto, com fundamento no art. 557, "caput", do CPC c/c o art. 897, § 5º, I, da CLT, denego seguimento ao agravo de instrumento, por ser manifestamente inadmissível, ante a irregularidade de representação (item II da Súmula 383 do TST) e a falta de peças essenciais à sua formação.

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

IVES GANDRA MARTINS FILHO
Ministro-Relator

PROC. Nº TST-ROMS-1725/2006-000-04-00.7

RECORRENTE	:	FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADA	:	DRA. JÚLIA CRISTINA SILVA DOS SANTOS
RECORRIDO	:	EDEVAR DA SILVA FAGUNDES
ADVOGADO	:	DR. ADALBERTO LIBÓRIO BARROS FILHO
RECORRIDO	:	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S. A. - BANRISUL
ADVOGADA	:	DRA. CARLA RAQUEL XAVIER COUTO
AUTORIDADE COATORA	:	JUIZ TITULAR DA 21ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE

D E C I S Ã O

Trata-se de mandado de segurança impetrado contra a decisão do Juiz Titular da 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, que deferira o pedido de antecipação de tutela formulado na Reclamação Trabalhista nº 281/2006 para determinar que o Banco do Estado do Rio Grande do Sul e a Fundação BANRISUL se abstenham de efetuar os descontos de 8% nos proventos de aposentadoria do reclamante, limitando-os a 2%.

A segurança foi denegada pelo acórdão de fls. 275/279 e os embargos declaratórios que se seguiram foram rejeitados, tendo sido aplicada à impetrante a multa do parágrafo único do art. 538 do CPC.

A Fundação interpõe recurso ordinário, no qual pugna pela reforma do acórdão a fim de que seja cassada a decisão que deferiu a antecipação de tutela, insurgindo-se, por outro lado, contra sua condenação ao pagamento da multa pela interposição de embargos de declaração protelatórios.

Pelo ofício de fls. 327, a Secretaria da Vara do Trabalho informa já ter sido julgada a ação, encaminhando cópia da sentença, no sentido da procedência do pedido, com a confirmação da decisão que antecipou a tutela.

Proferida decisão de mérito na reclamação trabalhista, não cabe mais discussão sobre o ato que deferiu a antecipação de tutela**,** objeto do mandado de segurança, vindo à baila o inciso III da Súmula nº 414 desta Corte, segundo o qual "A superveniência da sentença, nos autos originários, faz perder o objeto do mandado de segurança que impugnava a concessão da tutela antecipada (ou liminar)".

Dessa forma, impõe-se a extinção do feito, por falta de interesse de agir superveniente.

No tocante à multa imposta no julgamento dos embargos declaratórios, constata-se que a Corte local a aplicou com fundamento no art. 538, parágrafo único, do CPC, considerado o caráter procrastinatório da medida, inserindo-se a punição ali prevista no âmbito de avaliação da conduta processual da parte, atribuída ao julgador, o que afasta a suposta ilegalidade ou arbitrariedade em sua aplicação. Nesse passo, diante do registro contido no acórdão de que o atendimento aos requisitos necessários para a antecipação de tutela fora suficientemente examinado na decisão embargada, convicção que se confirma pela leitura da fundamentação expendida às fls. 277/279, resta evidenciada a feição de embargos infringentes conferida à medida, o que autoriza a manutenção da multa, nos termos do referido dispositivo legal.

Do exposto, **julgo extinto** o processo, sem apreciação do mérito, na forma do art. 267, IV e § 3º, do CPC, mantida a condenação da impetrante ao pagamento da multa do parágrafo único do art. 538 do mesmo Código, imposta no acórdão recorrido.

Publique-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

MINISTRO BARROS LEVENHAGEN
Relator

PROC. Nº TST-ROMS-1804/2005-000-01-00.3

RECORRENTE	:	HÉLIO HEINE GONÇALVES
ADVOGADA	:	DRª ALINE GORNI LYRA
RECORRIDA	:	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
ADVOGADO	:	DR. ARISTIDES MAGALHÃES
AUTORIDADE COATORA	:	JUIZ TITULAR DA 18ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO

D E S P A C H O

Trata-se de recurso ordinário interposto às fls. 101/110 contra o acórdão de fls. 92/96, que concedeu a segurança.

Verifico que o apelo não reúne condições mínimas de admissibilidade, à míngua do preenchimento de um de seus pressupostos extrínsecos, em específico, a representação processual. É que as razões do recurso ordinário vêm assinadas por advogada que não possui nos autos procuração ou substabelecimento válidos conferindo-lhe poderes para representar a parte ora recorrente em juízo.

A procuração de fl. 12, única que outorga poderes à subscritora do recurso ordinário - Drª Aline Gorni Lyra -, não é capaz de habilitá-la, por se encontrar em cópia inautêntica, ou seja, foi trasladada sem o atendimento da norma contida no art. 830 da CLT, o que equivale à sua imprestabilidade para os efeitos legais e, portanto, à sua inexistência no processado.

E nem se alegue ser o vício sanável. Cumpre observar que o Código de Processo Civil, ao dispor, em seu art. 13, sobre a possibilidade de regularização da representação, restringe a sua aplicação à instância de primeiro grau. Daí por que a regularidade da representação processual há de ser manifesta, no momento da interposição do recurso. Nesse sentido, a Súmula nº 383 do TST.

Ademais, a parte teve a seu favor o momento processual idôneo para apresentar regularmente seu instrumento de mandato, sendo impróprio o saneamento do processo na instância recursal. Se não fosse assim, tornar-se-ia inócua a exigência legal da existência de mandato válido nos autos, para o subscritor do recurso, como uma das condições para o seu conhecimento.

É de se consignar, por oportuno, que em sede de mandado de segurança não se admite a autenticidade de peças sob a responsabilidade pessoal do advogado de que trata o art. 544, § 1º, do CPC, na medida em que referido dispositivo legal tem aplicação somente em agravo de instrumento, conforme nele disposto.

Saliento, ainda, que a interposição de recurso não pode ser reputada como ato urgente (art. 37 do CPC), capaz de possibilitar ao advogado estar em juízo em nome da parte sem mandato. Assim, todos os atos praticados sem a adequada capacidade postulatória são tidos como inexistentes.

Por fim, é irrelevante o fato de o despacho de fl. 111, que recebeu o recurso ordinário então aviado pela impetrante, não ter feito referência ao óbice em questão, autorizando o regular processamento do apelo aqui reputado inexistente. E a razão é simples: o Juízo de admissibilidade recursal é exercido por ambas as Instâncias: a quo e ad quem, sendo que o pronunciamento da primeira nenhuma preclusão gera para a segunda e tampouco afasta o dever de o Órgão Superior exercer o seu livre e cuidadoso controle da admissibilidade recursal.

Ante o exposto, **nego seguimento** do recurso, com fulcro no art. 557 do CPC. Custas pelo recorrente, no importe de R$ 20,00 (vinte reais), das quais fica dispensado, na forma da declaração de pobreza e do pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita (fls. 101 e 110).

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-ROAR-1.817/2003-000-15-00.4

RECORRENTE	:	AMÉLIA FLORINDA DE OLIVEIRA
ADVOGADA	:	DRA. LÚCIA APARECIDA DE OLIVEIRA PROENÇA
RECORRIDO	:	NELSON ROLIM
ADVOGADO	:	DR. ANTÔNIO HERNANDES MORENO
RECORRIDA	:	CONSTRU SERVICE ENGENHARIA LTDA.

D E C I S Ã O

Trata-se de ação rescisória ajuizada por Amélia Florinda de Oliveira, na forma preconizada no artigo 485, inciso V, do CPC, sob a argüição de violação de dispositivo de lei a fundamentar pedido de desconstituição de sentença proferida em Ação de Embargos de Terceiros nº 2.227/2000-7, movida perante a 3ª Vara do Trabalho de Sorocaba (fls. 61-62).

Afirma a Autora, em sua petição inicial, ter a decisão rescindenda, ao manter a penhora de imóvel nos autos da Reclamatória Trabalhista nº 115/1996-4, violado os artigos 5º, inciso XXII (direito de propriedade) e 183, § 1º (usucapião urbano), da Constituição da República, porquanto o referido bem foi adquirido de boa-fé e com animus domini. Ademais, alega que desde maio de 1995 o bem encontrava-se sob a sua posse e somente em dezembro de 2000 houve a constrição judicial na demanda trabalhista proposta por Nelson Rolim em face da Constru Service Engenharia Ltda.

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, por meio do venerando acórdão de fls. 202-211, julgou improcedente o pedido de corte rescisório, ante a consideração de ser controvertida a natureza da matéria ora debatida e que o conteúdo dos dispositivos de lei reputados transgredidos não foi objeto de tese pela decisão rescindenda, fatos a atraírem como óbice ao corte rescisório as Súmulas nos 83 e 298 do TST.

Irresignada, a Autora interpôs recurso ordinário (fls. 216-221), requerendo a concessão do benefício da gratuidade de Justiça. Pleiteou a reforma do acórdão recorrido, rebatendo tão-somente a tese adotada pela decisão recorrida no tocante à natureza controvertida da matéria.

Contudo, o recurso interposto deve atacar a decisão recorrida com todos os fundamentos de fato e de direito, conforme disposto no artigo 514, II, do Código de Processo Civil. Nas razões recursais, não foram infirmadas as teses adotadas no acórdão recorrido em especial quanto à ausência de pronunciamento na decisão rescindenda acerca dos dispositivos de lei reputados transgredidos.

O recurso é reiteração do direito de ação, já em segundo grau de jurisdição, e, assim, deve preencher os mesmos requisitos para o exercício daquele, quais sejam: legitimidade de partes, fundamentação, interesse de agir, etc. Portanto, não há como ser conhecido o recurso sem que nele sejam lançadas as razões de contrariedade à decisão recorrida, também por aplicação analógica do princípio do tantum devolutum quantum appellatum.

Nesse sentido, a SBDI-1 já firmou entendimento, consubstanciado na Súmula nº 422, verbis: **"RECURSO ORDINÁRIO. APELO QUE NÃO ATACA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. NÃO-CONHECIMENTO. ARTIGO 514, II, DO CPC.** Não se conhece de recurso ordinário para o TST, pela ausência do requisito de admissibilidade inscrito no art. 514, II, do CPC, quando as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que fora proposta".

Diante do exposto, e com fulcro no artigo 557, caput, do CPC e na Súmula nº 422 do Tribunal Superior do Trabalho, **denego seguimento** ao recurso por ausência de fundamentação.

Defere-se o pedido de gratuidade de justiça à Recorrente, porquanto está pacificado nesta Justiça Especializada o entendimento de que, consoante o disposto nos artigos 4º da Lei nº 1.060/50 e 790, § 3º, da CLT, para o deferimento do benefício da justiça gratuita é necessária tão-somente a declaração da parte, dentro do prazo recursal, nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 269 da SBDI-1 desta Corte, verbis: "**JUSTIÇA GRATUITA. REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE DESPESAS PROCESSUAIS. MOMENTO OPORTUNO**. O benefício da justiça gratuita pode ser requerido em qualquer tempo ou grau de jurisdição, desde que, na fase recursal, seja o requerimento formulado no prazo alusivo ao recurso".

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

EMMANOEL PEREIRA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-ROAR-2.481/2004-000-01-00.4

RECORRENTE	:	FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO	:	DR. PAULO CÉSAR PORTELLA LEMOS
RECORRIDO	:	MAX MANOEL DOS SANTOS
ADVOGADO	:	DR. HILDO PEREIRA PINTO

D E S P A C H O

1) RELATÓRIO

A **Reclamada** ajuizou ação rescisória (fls. 2-6) calcada exclusivamente no inciso V (violação de lei) do art. 485 do CPC, apontando como violado o art. 14 da Lei 5.584/70, buscando desconstituir a sentença da 14ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro (RJ), proferida em 25/06/02 na RT-2.053/00, que julgou parcialmente procedentes os pedidos e a condenou, dentre outras verbas, ao pagamento de honorários advocatícios à razão de 20% sobre o valor da condenação (fls. 76-80).

O **1º TRT julgou improcedente** o pedido, ao fundamento de que a matéria alusiva aos honorários advocatícios era de interpretação controvertida nos tribunais, de modo a esbarrar no óbice da Súmula 83 do TST (fls. 167-169).

Inconformada, a **Reclamada** interpõe o presente recurso ordinário, sustentando que deve ser afastado o referido óbice, em face das Súmulas 219 e 329 do TST (fls. 170-173).

Admitido o apelo (fl. 176), foram apresentadas contra-razões (fls. 179-181), tendo o Ministério Público do Trabalho, em parecer da lavra do Dr. Antônio Carlos Roboredo, opinado no sentido do desprovimento do recurso (fls. 186-187).

2) FUNDAMENTAÇÃO

O apelo é tempestivo (cfr. fls. 169v. e 170), tem representação regular (fls. 7-9) e foram recolhidas as custas (fl. 175), merecendo conhecimento.

3) DECADÊNCIA

O trânsito em julgado da decisão rescindenda ocorreu em 27/08/02, conforme certidão de fl. 142. A ação rescisória foi ajuizada em 27/07/04, portanto dentro do prazo decadencial estabelecido no art. 495 do CPC.

4) HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

A decisão rescindenda (sentença de 1º grau) condenou a Reclamada ao pagamento de honorários advocatícios, à razão de 20% sobre o valor da condenação (fl. 80).

Na exordial da presente rescisória, a Reclamada aponta violado o **art. 14 da Lei nº 5.584/70,** ao argumento de que a decisão rescindenda foi proferida em descompasso com as Súmulas 219 e 329 do TST.

A jurisprudência pacífica desta Corte, consubstanciada na **Orientação Jurisprudencial 305 da SBDI-1,** dispõe que, na Justiça do Trabalho, o deferimento de honorários advocatícios sujeita-se à constatação da ocorrência concomitante de dois requisitos: o benefício da justiça gratuita e a assistência por sindicato.

"In casu", da análise da **petição inicial** da ação trabalhista principal (fls. 109-116) e do fundamento esposado na decisão rescindenda, no sentido de os honorários advocatícios serem devidos, "in casu", tão-somente em face da sucumbência, a teor dos arts. 20 do CPC e 133 da CF (fl. 80), verifica-se que não restaram preenchidos os requisitos do art. 14 da Lei 5.584/70, uma vez que o Reclamante não estava assistido por sindicato, pois contratou o seu advogado de forma particular e direta.

Assim, tendo em vista que a decisão rescindenda é **posterior** à Súmula 219 desta Corte, não há que se falar em matéria de interpretação controvertida nos tribunais. Daí porque resta afastado o óbice da Súmula 83 do TST, razão pela qual se mostra incabível a condenação em honorários advocatícios, nos termos da OJ 305 da SBDI-1 e das Súmulas 219 e 329, todas do TST, merecendo ser reformada a decisão recorrida e acolhida a rescisória, por violação literal do art. 14 da Lei 5.584/70, devendo ser excluída da condenação a verba honorária.

5) CONCLUSÃO

Ante o exposto, com fundamento no art. 557, § 1°-A, do CPC, dou provimento ao recurso ordinário, para desconstituir parcialmente a sentença de 1º grau e, em juízo rescisório, excluir da condenação os honorários advocatícios, tendo em vista que a decisão recorrida foi proferida em manifesto confronto com a jurisprudência pacífica desta Corte (OJ 305 da SBDI-1 e Súmulas 219 e 329).

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

IVES GANDRA MARTINS FILHO
Ministro-Relator

PROC. Nº TST-ROAG-2.848/2004-000-04-40.8

RECORRENTE	:	TRANSPORTES PANAZZOLO LTDA.
ADVOGADA	:	DRA. LUCIANE ANDRÉIA MENDEL TORRES
RECORRIDO	:	JOÃO REINERO FISCHER
ADVOGADO	:	DR. SANTO ONEI PUHL MARTINI

D E C I S Ã O

Trata-se de agravo regimental interposto por Transportes Panazollo Ltda em face de decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, que manteve o indeferimento de restituição de prazo para a interposição de recurso ordinário em ação rescisória.

O egrégio Tribunal a quo, por meio do acórdão de fls. 114-118, indeferiu o pedido de restituição de prazo para a parte Autora recorrer, ao fundamento de não ter sido demonstrado o justo impedimento para a produção do ato processual oportunamente, como dispõe o artigo 183, § 1º, do CPC; além do que, havia outros advogados constituídos nos autos e, portanto, o fato de um deles estar acometido por doença não impediria os demais de atuarem nos autos.

Inconformada, Transportes Panazollo Ltda. interpõe recurso ordinário (fls. 122-133), pretendendo a reforma da decisão recorrida.

Contudo, a Recorrente não cuidou de acostar às razões do seu recurso ordinário o comprovante do recolhimento das custas processuais regularmente arbitradas pela decisão proferida no julgamento da ação rescisória.

O recolhimento das custas processuais constitui pressuposto objetivo indispensável ao conhecimento dos recursos, de modo que, não sendo a parte recorrente beneficiada da isenção do seu pagamento, deverá pagá-las no prazo recursal, nos moldes previsto no artigo 789, § 1º, da CLT. Deixando, contudo, de recolher as custas impostas nos autos e não se inserindo a Recorrente nas exceções previstas em lei, há que ser declarado deserto o apelo.

Diante do exposto, impõe-se a **denegação de seguimento** do recurso ordinário interposto, com fulcro no artigo 557, caput, do CPC, ante sua deserção.

Publique-se.

Brasília, 18 de setembro de 2007.

EMMANOEL PEREIRA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-AIRO-3.524/2006-000-04-41.1

AGRAVANTE	:	TRANSPORTES URBANOS E RURAIS FRAGATA LTDA.
ADVOGADO	:	DR. ANÍBAL PADÃO PALMEIRA
AGRAVADO	:	CLEBER ANTÔNIO SAMPAIO

D E S P A C H O

1) RELATÓRIO

O "**recurso de revista"** interposto pela Reclamada contra o acórdão do 4ª Regional, que negou provimento ao seu agravo regimental, mantendo incólume a decisão monocrática que indeferiu o pedido liminar em sede de mandado de segurança, foi obstado por despacho da Juíza Presidente da 1ª Seção de Dissídios Individuais do 4º TRT, por incabível, nos termos da Orientação Jurisprudencial 100 da SBDI-2 do TST (fl. 73).

Inconformada, a **Reclamada** interpõe o presente agravo de instrumento, com o intuito de ver processado o seu recurso ordinário, tão-somente reiterando os mesmos argumentos alusivos à questão de fundo do "mandamus" (fls. 2-15).

Mantida a decisão agravada e determinada a subida do agravo de instrumento (fl. 77), não foi oferecida contraminuta, tendo o Ministério Público do Trabalho, em parecer da lavra da Dra. **Evany de Oliveira Selva**, opinado pelo não-conhecimento do agravo, por desfundamentado, com esteio na Súmula 422 do TST (fls. 86-87).

2) FUNDAMENTAÇÃO

De plano, tem-se que o presente agravo não atende ao pressuposto extrínseco da representação, pois verifica-se a inexistência de documento indispensável à sua análise, no caso, a procuração dos subscritores (Dr. Anibal Padão Palmeira e Dr. Jorge Luiz Z. Oehlschlaeger), o que denota a irregularidade de representação, vício que não pode ser relevado, tampouco sanado em fase recursal, ante o disposto no item II da Súmula 383 do TST. O art. 37 da Lei Processual Civil estabelece que, sem instrumento de mandato, o advogado não será admitido a procurar em juízo. Para que o advogado represente a parte no processo, há de estar investido de poderes adequados, que devem ser outorgados por mandato escrito, público ou particular (CPC, art. 38). Assim, a ausência de procuração que outorgue ao advogado tais poderes implica irregularidade de representação da parte, e todos os atos praticados sem a adequada capacidade postulatória são tidos como inexistentes.

Não bastasse tanto, melhor sorte não socorreria à Agravante, pois além dos **pressupostos extrínsecos de admissibilidade** dos recursos ligados à representação, adequação, tempestividade e preparo, não há que se olvidar o da motivação.

Com efeito, é **pressuposto de admissibilidade** de qualquer recurso a motivação (princípio da dialeticidade), cumprindo ao recorrente não apenas declinar as razões de seu inconformismo, mas atacar precisamente os fundamentos que embasaram a decisão recorrida, considerando-se inadmissível o recurso ordinário que deixa de impugnar os referidos fundamentos.

Ora, da leitura das **razões do agravo de instrumento**, verifica-se que a Reclamada tão-somente reprisou os mesmos argumentos alusivos à questão de fundo do "mandamus", mas não infirmou o fundamento do despacho denegatório do "recurso de revista", "in casu", o fato de ser incabível, à luz da OJ 100 da SBDI-2 do TST (fl. 73).

Logo, incide sobre a hipótese o óbice da **Súmula 422 do TST**, que cristaliza o entendimento de que não se conhece de recurso para o TST, pela ausência do requisito de admissibilidade inscrito no art. 514, II, do CPC, quando as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que fora proposta, como efetivamente ocorreu "in casu".

3) CONCLUSÃO

Ante o exposto, com fundamento no art. 557, "caput", do CPC, denego seguimento ao agravo de instrumento, por ser manifestamente inadmissível, ante a irregularidade de representação (item II da Súmula 383 do TST) e por estar em manifesto confronto com a jurisprudência pacífica desta Corte (Súmula 422).

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

IVES GANDRA MARTINS FILHO
Ministro-Relator

PROC. Nº TST-ROAR-10.059/2005-000-22-00.9

RECORRENTE	:	COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ - CEPISA
ADVOGADOS	:	DRS. ÂNGELA OLIVEIRA BALEEIRO E TIAGO CEDRAZ LEITE OLIVEIRA
RECORRIDO	:	CARLOS ALBERTO DE MIRANDA
ADVOGADA	:	DRA. JOANA D'ARC GONÇALVES LIMA EZEQUIEL

D E C I S Ã O

Trata-se de ação rescisória ajuizada por Carlos Alberto Miranda, com fulcro no artigo 485, inciso V, do CPC, visando à desconstituição da sentença proferida pela 2ª Vara do Trabalho de Teresina, nos autos da Reclamatória Trabalhista nº 1184-2002-002-22-00-8 (fls. 56-59).

O egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, por meio do acórdão de fls. 165-176, julgou procedente a presente ação rescisória.

Inconformada, a Ré interpôs recurso ordinário, pretendendo a reforma da decisão recorrida (fls. 179-199).

Verifica-se, contudo, após serem compulsados os autos, que a decisão rescindenda (fls. 56-59) e a certidão de trânsito em julgado se encontram em cópias não autenticadas, desrespeitando o comando legal contido nos artigos 830 da CLT e 384 do CPC, acarretando, em conseqüência, a declaração de sua inexistência nos autos e imprestabilidade para todos os efeitos. Cabe ao julgador, constatando o vício, em razão da irregularidade do processo, extinguir o feito, sem exame de mérito, por falta de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do processo, independentemente de impugnação por parte do Réu.

Nesse sentido já se posicionou a SBDI-2 desta Corte Superior, por meio da Orientação Jurisprudencial nº 84, que ora se transcreve, verbis: "**AÇÃO RESCISÓRIA. PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DA DECISÃO RESCINDENDA E/OU DA CERTIDÃO DE SEU TRÂNSITO EM JULGADO DAS PEÇAS ESSENCIAIS PARA A CONSTITUIÇÃO VÁLIDA E REGULAR DO FEITO. ARGÜIÇÃO DE OFÍCIO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO**. A decisão rescindenda e/ou a certidão do seu trânsito em julgado, devidamente autenticadas, à exceção de cópias reprográficas apresentadas por pessoa jurídica de direito público, a teor do art. 24 da Lei nº 10.522/02, são peças essenciais para o julgamento da ação rescisória. Em fase recursal, verificada a ausência de qualquer delas, cumpre ao Relator do recurso ordinário argüir, de ofício, a extinção do processo, sem julgamento do mérito, por falta de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do feito".

É ônus do Autor a correta instrução do processo com todos os documentos e provas por meio das quais pretenda demonstrar seus direitos. A petição inicial deve ser instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação, uma vez que são destinados a provar as alegações formuladas pelas partes, como preceituado nos artigos 283 e 396 do CPC.

Diante do exposto, determino a extinção do processo, sem a resolução do mérito, com base no artigo 267, inciso IV, do CPC e na Orientação Jurisprudencial nº 84 da SBDI-2 desta Corte.

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

EMMANOEL PEREIRA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-ROAR-12.363/2004-000-02-00.9

RECORRENTE	:	JOSINETE CÂNDIDO BELO NUNES
ADVOGADA	:	DRA. CAROLINA ALVES CORTEZ
RECORRIDA	:	INDUSTRIAL LEVORIN S.A.
ADVOGADO	:	DR. GUILHERME FLORINDO FIGUEIREDO

D E S P A C H O

1) RELATÓRIO

A **Reclamante** ajuizou ação rescisória (fls. 2-4) calcada exclusivamente no inciso V (violação de lei) do art. 485 do CPC, apontando violado o art. 118 da Lei 8.213/91 e buscando desconstituir o acórdão da 1ª Turma do 2º TRT (fls. 104-107).

O **2º TRT julgou improcedente** o pedido, por entender que não restou caracterizada a violação de lei apta ao corte rescisório (fls. 181-185).

Inconformada, a **Reclamante** interpõe o presente recurso ordinário (fls. 187-191).

Admitido o apelo (fl. 192), foram apresentadas contra-razões (fls. 195-199), tendo o Ministério Público do Trabalho, em parecer da lavra do Dr. Dan Caraí da Costa e Paes, opinado no sentido do desprovimento do recurso (fls. 202-203).

2) ADMISSIBILIDADE

O apelo é tempestivo (cfr. fls. 185v. e 187), tem representação regular (fl. 5) e a Recorrente está isenta do recolhimento das custas processuais (fl. 185), preenchendo os pressupostos de admissibilidade comuns a qualquer recurso.

3) FUNDAMENTAÇÃO

De plano, verifica-se que as cópias da decisão rescindenda (fls. 104-107) e da respectiva certidão de trânsito em julgado (fl. 144) juntadas aos autos não estão autenticadas. A falta de autenticação de peças essenciais, trazidas em fotocópias, corresponde à sua inexistência nos autos, a teor do art. 830 da CLT, irregularidade que não pode ser relevada, tampouco sanada em fase recursal, ante o posicionamento firmado pela SBDI-2 em que, verificada a ausência dos referidos documentos, cumpre ao Relator do recurso ordinário, de ofício, extinguir o processo sem resolução do mérito, por falta de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do feito (Orientação Jurisprudencial 84 da SBDI-2 do TST).

Ressalte-se que a **certidão de trânsito em julgado é peça essencial à lide rescisória**, a fim de possibilitar a aferição:

a) do biênio decadencial (CPC, art. 495), pois, nos termos do item I da Súmula 299 do TST, "verbis": "é indispensável ao processamento da ação rescisória a prova do trânsito em julgado da decisão rescindenda";

b) de eventual interposição de recurso contra a decisão que se pretende rescindir, até porque é incabível o ajuizamento de ação rescisória preventiva, a teor do item III da Súmula 299 do TST, "verbis": "a comprovação do trânsito em julgado da decisão rescindenda é pressuposto processual indispensável ao tempo do ajuizamento da ação rescisória. Eventual trânsito em julgado posterior ao ajuizamento da ação rescisória não reabilita a ação proposta, na medida em que o ordenamento jurídico não contempla a ação rescisória preventiva".

Sinale-se, por oportuno, que a jurisprudência pacífica desta Corte segue no sentido de considerar **inaplicável**, em fase recursal, o disposto na Súmula 299, II, do TST, que se direciona apenas às ações de competência originária dos tribunais, o que não é o caso, já que o presente processo se encontra em sede recursal.

Ressalte-se que, muito embora a **decisão regional** não tenha observado esse aspecto, nem tenha havido impugnação da Ré, trata-se de condição específica da própria ação rescisória, a qual, nos termos do art. 267, § 3º, do CPC, pode e deve ser apreciada de ofício e em qualquer tempo e grau de jurisdição.

Por fim, sinale-se que a **Autora** não se utilizou, "in casu", da faculdade prevista no art. 790, § 3º, da CLT, para requerer ao 2º TRT que procedesse à autenticação das peças essenciais da presente ação rescisória, como exigido pela OJ 84 da SBDI-2 do TST.

4) CONCLUSÃO

Ante o exposto, com fundamento na OJ 84 da SBDI-2 e na Súmula 299, I, ambas do TST, e no art. 557, "caput", do CPC, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, IV e § 3º, do CPC.

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

IVES GANDRA MARTINS FILHO
Ministro-Relator

PROC. Nº TST-ROAR-13.666/2004-000-02-00.9

RECORRENTE	:	VALÉRIA MARIA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO
RECORRIDO	:	BANCO ITAÚ S.A.
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ DE PAULA MONTEIRO NETO

D E C I S Ã O

Trata-se de ação rescisória ajuizada por Valéria Maria de Oliveira, com fulcro no artigo 485, incisos V e IX, do CPC, sob a alegação de violação de dispositivo de lei e ocorrência de erro de fato, visando à desconstituição do Acórdão nº 20030144951, proferido nos autos do Processo nº TRT/SP-20020522139 (fl. 355).

O egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, por meio do acórdão de fls. 451-456, julgou improcedente a presente ação rescisória.

Inconformada, a Autora interpôs recurso ordinário, pretendendo a reforma da decisão recorrida (fls. 457-470).

Verifica-se, contudo, após serem compulsados os autos, que a decisão rescindenda (fl. 355) se encontra em cópia não autenticada, desrespeitando o comando legal contido nos artigos 830 da CLT e 384 do CPC, acarretando, em conseqüência, a declaração de sua inexistência nos autos e imprestabilidade para todos os efeitos. Cabe ao julgador, constatando o vício, em razão da irregularidade do processo, extinguir o feito, sem exame de mérito, por falta de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do processo, independentemente de impugnação por parte do Réu, vício insanável em fase recursal, porquanto já ultrapassada a instrução probatória.

Nesse sentido já se posicionou a SBDI-2 desta Corte Superior, por meio da Orientação Jurisprudencial nº 84, que ora se transcreve, **verbis**: "AÇÃO RESCISÓRIA. PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DA DECISÃO RESCINDENDA E/OU DA CERTIDÃO DE SEU TRÂNSITO EM JULGADO DAS PEÇAS ESSENCIAIS PARA A CONSTITUIÇÃO VÁLIDA E REGULAR DO FEITO. ARGÜIÇÃO DE OFÍCIO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. A decisão rescindenda e/ou a certidão do seu trânsito em julgado, devidamente autenticadas, à exceção de cópias reprográficas apresentadas por pessoa jurídica de direito público, a teor do art. 24 da Lei nº 10.522/02, são peças essenciais para o julgamento da ação rescisória. Em fase recursal, verificada a ausência de qualquer delas, cumpre ao Relator do recurso ordinário argüir, de ofício, a extinção do processo, sem julgamento do mérito, por falta de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do feito".

É ônus do Autor a correta instrução do processo com todos os documentos e provas por meio dos quais pretende demonstrar seus direitos. A petição inicial deve ser instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação, uma vez que são destinados a provar as alegações formuladas pelas partes, como determinado nos artigos 283 e 396 do CPC.

Diante do exposto, **determino a extinção do processo**, sem a resolução do mérito, com base no artigo 267, inciso IV, do CPC e na Orientação Jurisprudencial nº 84 da SBDI-2 desta Corte.

Publique-se

Brasília, 24 de setembro de 2007.

EMMANOEL PEREIRA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-ED-ROAR-160.567/2005-900-01-00.7

EMBARGANTE	:	JOSE GERALDO MARQUES
ADVOGADO	:	DR. NEWTON VIEIRA PAMPLONA
EMBARGADA	:	COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB
ADVOGADA	:	DRA. VIRGÍNIA DE LIMA PAIVA

D E C I S Ã O

Trata-se de embargos de declaração opostos por José Geraldo Marques (fl. 189), via fac-símile, cujos originais foram trazidos aos autos à fl. 190, em face da decisão monocrática de fls. 186-187. Neste julgamento, foi reconhecida a falta de autenticação da decisão rescindenda (fls. 49-52), o que desrespeitaria o comando legal inserto nos artigos 830 da CLT e 384 do CPC, acarretando, em conseqüência, a declaração de sua inexistência nos autos e imprestabilidade para todos os efeitos. Dessa forma, foi extinto o processo, sem apreciação do mérito, com base no artigo 267, inciso IV, do CPC e na Orientação Jurisprudencial nº 84 da SBDI-2 desta Corte.

O Embargante sustenta existir erro material na decisão proferida, na medida em que foi relatado ter a presente ação sido proposta por José Geraldo Marques, quando, na verdade, foi ajuizada pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana.

Constatada a existência de mero erro material na decisão embargada, retifica-se a declaração nela contida para fazer constar: "Trata-se de ação rescisória ajuizada pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana".

Diante do exposto, **acolho** os embargos de declaração tão-somente para corrigir mero erro material na decisão embargada.

Publique-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

EMMANOEL PEREIRA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-AR-174.023/2006-000-00-00.7

AUTORA	:	CONSUELO MARIA DE ALBUQUERQUE SAMPAIO
ADVOGADOS	:	DR. PEDRO ELOI SOARES E DRA. RAQUEL MARTINS
RÉU	:	JOSÉ PEREIRA DE FARIA (ESPÓLIO DE)

D E S P A C H O

Tendo em vista o conteúdo da informação de fls. 765, no sentido de que "o ofício de citação do Réu José Pereira de Faria (espólio de), fl. (s) 762, foi devolvido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos com a informação 'desconhecido', fls.(s) 764" **intime-se** novamente a autora, na pessoa de seus Procuradores, a fim de que, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, providencie a emenda da petição inicial de sua ação rescisória, fornecendo endereço em que se possa, efetivamente, localizar o réu, sob pena de indeferimento e conseqüente extinção processual, nos termos dos artigos 267, inciso I, 282, inciso II, e 284, caput e parágrafo único, todos do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-AR-179339/2007-000-00-00.0

AUTORA	:	FICRISA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
ADVOGADOS	:	DRS. FABRÍCIO TRINDADE DE SOUSA E VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR
RÉU	:	WILLIAN SANTOS SPENCER
ADVOGADO	:	DR. JEFFERSON L. MARTINES

D E S P A C H O

Versando os presentes autos acerca de matéria exclusivamente de direito, entendo desnecessária a produção de provas. Dessa forma, declaro encerrada a instrução processual.

Intimem-se as partes para a apresentação de razões finais, sucessivamente, no prazo de 10 (dez) dias, iniciando-se pela Autora.

Decorrido o prazo, **enviem-se** os autos ao Ministério Público do Trabalho para emissão de parecer.

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

JOSÉ SIMPLICIANO FONTES DE F. FERNANDES
Ministro-Relator

PROC. Nº TST-AR-179635/2007-000-00-00.7

AUTOR	:	ESTADO DA BAHIA
PROCURADORES	:	DRS. WALSIMAR DOS SANTOS BRANDÃO E LUIZ PAULO ROMANO
RÉUS	:	CARLOS ALBERTO DA FONSECA, DIVA STELLA MOREIRA, AMANDA LÚCIA GONÇALVES SILVA E MARIA DO AMPARO FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO	:	DR. PAULO EDUARDO CALDAS ROSA

D E S P A C H O

Não havendo interesse das partes em produzir novas provas, declaro encerrada a instrução processual.

Intimem-se Autor e Réus para a apresentação de razões finais, sucessivamente, no prazo de 10 (dez) dias, iniciando pelo Autor.

Decorrido o prazo, **enviem-se** os autos ao Ministério Público do Trabalho para emissão de parecer.

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

JOSÉ SIMPLICIANO FONTES DE F. FERNANDES
Ministro-Relator

PROC. Nº TST-AR-180057/2007-000-00-00.3

AUTOR	:	FERNANDO SANTOS ALMEIDA
ADVOGADO	:	DR. ANTÔNIO ESCOSTEGUY CASTRO
RÉ	:	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

D E S P A C H O

Declaro encerrada a instrução processual. **Intimem-se** as partes para, querendo, apresentarem razões finais, sucessivamente, no prazo de 10 (dez) dias, iniciando pelo autor, nos termos do art. 493 do CPC. Após decorridos os prazos supracitados, independentemente de manifestação das partes, remetam-se os autos à douta Procuradoria-Geral do Trabalho, na forma do art. 82, inciso II, do Regimento Interno do TST.

Publique-se.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-AC-181.219/2007-000-00-00.2

AUTOR	:	KURT DAVID WISSMANN
ADVOGADO	:	DR. ANTÔNIO JOSÉ TELLES DE VASCONCELLOS
RÉU	:	EDER DE OLIVEIRA ABENSUR
RÉ	:	COMERCIAL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS BLANCHARD LTDA.
ADVOGADA	:	DRA. LUZIA DE ANDRADE COSTA FREITAS

D E C I S Ã O

Trata-se de ação cautelar proposta Kurt David Wissmann, objetivando a concessão de liminar, inaudita altera pars, para a suspensão da execução de sentença nos autos do Processo nº 1.033/93, em trâmite perante a 59ª Vara do Trabalho de São Paulo, até o trânsito em julgado do Processo nº TST-AR-180.949/2007-000-00-00.8, originário desta egrégia Corte.

Na inicial, é sustentada a necessidade do deferimento da medida pleiteada, sob pena de lesão grave de difícil reparação ao patrimônio do Autor, tendo em vista que, sem a suspensão da execução, de nada valerá um futuro pronunciamento judicial favorável na ação principal, pois poderá ser desapossado de seu bem de família, dada a iminente emissão de posse da arrematante no referido imóvel.

Ao aduzir os fundamentos do pedido, a Empresa alega estar demonstrada nos autos a plausibilidade do direito alegado na ação principal e, portanto, configurada a fumaça do bom direito, pressuposto necessário à prestação jurisdicional ora postulada.

Historiando o feito, verifica-se dos documentos juntados com a inicial que a ora Requerente ajuizou ação rescisória com fulcro no artigo 485, incisos V e IX, do CPC, visando à desconstituição parcial do Acórdão proferido no Proc. TST-ROMS nº 149.905/2005-900-0-00.9, em sede de recurso ordinário, pela egrégia SBDI-2 desta Corte.

Na inicial da ação rescisória, foi alegado que na decisão rescindenda se deixou de fundamentar o conhecimento do recurso ordinário interposto pelo Reclamante-litisconsorte, em razão da aplicação do parágrafo 2º do artigo 249 do Código de Processo Civil. Na peça exordial, também, foi afirmado que o citado dispositivo prevê apenas o não-pronunciamento da nulidade do ato quando o julgador puder decidir o mérito a favor daquele a quem aproveite a declaração da nulidade, mas este possível pronunciamento não isenta a decisão da fundamentação acerca de um pressuposto extrínseco do recurso, uma vez que a suposta nulidade está atrelada a um pressuposto de recorribilidade da decisão proferida pelo Tribunal aquo, ou seja, a tempestividade do recurso ordinário em análise.

Desta forma, entende o ora Requerente que a validade da decisão rescindenda, proferida em seu desfavor, dependia do exame dos pressuposto do apelo intentado, principalmente pelo fato de constar dos autos certidão atestando o trânsito em julgado do acórdão proferido pelo Tribunal de origem.

Não obstante a norma contida no artigo 489 do Código de Processo Civil dispor que a ação rescisória não suspende a execução da sentença rescindenda, a jurisprudência desta Seção especializada tem entendido que esse comando não afasta o poder de cautela atribuído ao Julgador pelo artigo 796 e seguintes do mesmo diploma legal quando presentes os pressupostos justificadores da medida: o **fumus boni juris** e o periculum in mora.

A propósito do primeiro pressuposto, doutrina Humberto Theodoro Júnior (Curso de Direito Processual Civil, Forense, Rio, 1986, 2ª ed. Vol. II, pp. 1.116/1.117): "Para a ação cautelar, não é preciso demonstrar-se cabalmente a existência do direito material em risco, mesmo porque esse, freqüentemente, é litigioso e só terá sua comprovação e declaração no processo principal. Para merecer a tutela cautelar, o direito em risco há de revelar-se apenas como o interesse que justifica o 'direito de ação' ou seja, o direito ao processo de mérito. É claro que deve ser revelado como um 'interesse amparado pelo direito subjetivo, do qual o suplicante se considera titular, apresentando os elementos que **prima facie** possam formar no juiz a oposição de credibilidade mediante um conhecimento sumário e superficial,' como ensina Ugo Rocco. Não se pode, bem se vê, tutelar qualquer interesse, mas tão-somente aqueles que, pela aparência, se mostrarem plausíveis de tutela no processo principal".

Quanto ao segundo pressuposto, continua o mesmo autor: "E isto pode ocorrer quando haja o risco de perecimento, destruição, desvio, deterioração, ou de qualquer mutação das pessoas, bens ou provas necessárias para a perfeita e eficaz atuação do provimento final do processo principal. O perigo de dano refere-se, portanto, ao interesse processual em obter uma justa composição do litígio, seja em favor de uma ou de outra parte, o que não poderá ser alcançado caso se concretize o dano temido. Esse dano corresponde, assim, a uma alteração na situação de fato existente ao tempo do estabelecimento da controvérsia - ou seja, do surgimento da lide - que é ocorrência anterior ao processo."

Em um exame apriorístico, como é apropriado à natureza destas decisões, verifica-se, a favor do Autor, além do fato de a decisão anterior à rescindenda ter reconhecido a condição de bem de família do imóvel penhorado, a existência de jurisprudência oriunda desta Corte, favorável à tese defendida no feito principal, na qual é sustentada a viabilidade da rescisão de uma questão processual, quando ela é pressuposto de validade de uma decisão de mérito (Súmula nº 412 do TST), bem como a possibilidade de anulação de decisão desfundamentada por violação dos artigo 458, II, do CPC e 832, caput, da CLT.

Sendo assim, pode-se visualizar a possibilidade da rescisão do julgado com fulcro no direito material alegado pela Requerente e o seu justo receio de que a finalização da execução, antes do julgamento da ação rescisória, ocasione o comprometimento da eficácia ou da utilidade da decisão que vier a ser proferida no processo principal, acarretando dano de difícil reparação.

Presentes os pressupostos autorizadores, **concedo a medida liminar requerida**, para determinar a suspensão da execução do Processo nº 1.033/93, até o trânsito em julgado da ação rescisória, na qual a presente cautelar é incidental.

Dê-se ciência, por fac-símile, do inteiro teor da presente decisão aos Exmos. Juiz-Presidente do egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e Juiz-Titular da 59ª Vara do Trabalho de São Paulo.

Intimem-se as Partes.

Citem-se os Réus, para os efeitos do artigo 802 do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

EMMANOEL PEREIRA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-AR-182919/2007-000-00-00.7

AUTOR	:	JACY LEITE COSTA
ADVOGADO	:	DR. ANTÔNIO ESCOSTEGUY CASTRO
RÉ	:	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
ADVOGADA	:	DRA. GLADIS CATARINA NUNES DA SILVA

D E S P A C H O

Manifeste-se o Autor, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a contestação e o documento juntado. Nesse mesmo prazo, digam as partes se pretendem produzir outras provas.

Publique-se.

Após, voltem-me conclusos.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

JOSÉ SIMPLICIANO FONTES DE F. FERNANDES
Ministro-Relator

PROC. Nº TST-AC-183.741/2007-000-00-00.6

AUTOR	:	BRASILIENSE FUTEBOL CLUBE S/C LTDA.
ADVOGADA	:	DRA. RENATA DINIZ DE ALMEIDA
RÉU	:	JOSIEL DA ROCHA

D E C I S Ã O

Trata-se de ação cautelar ajuizada por Brasiliense Futebol Clube S/C Ltda., com pedido de liminar, incidentalmente ao recurso ordinário interposto ao Mandado de Segurança impetrado pela ora Autor perante o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Pleiteia o Clube requerente, por meio da presente cautelar, a atribuição de efeito suspensivo ao recurso ordinário interposto nos autos principais, com a concessão de liminar, inaudita altera pars, a fim de que seja deferida a sustação dos efeitos da decisão proferida nos autos da Reclamação Trabalhista nº 609/2006-701-04-00.4, pertinente à rescisão contratual havida entre Josiel da Rocha e o Esporte Clube Internacional.

Historiando o feito, o Brasiliense Futebol Clube S/C Ltda. sustenta que o ora Réu, Josiel da Rocha, propôs reclamação trabalhista contra o Esporte Clube Internacional, que tramitou perante a 1ª vara do Trabalho de Santa Maria-Rs, na qual as partes terminaram por acordar com a liberação do Reclamante, que, a partir desta data, poderia ser contratado por outras agremiações. Ressalta que, quando da homologação do acordo, não foi feita menção ao contrato de empréstimo do Reclamante, firmado, seis meses antes, entre o Clube reclamado e o Clube ora requerente. Alega, ainda, que Reclamante e Reclamado entabularam acordo sem participação ou anuência do Brasiliense Futebol Clube, desconstituindo outro contrato regularmente existente com um terceiro, embora não tenha havido descumprimento do contrato por parte do cessionário.

O Autor defende que, ao contrário do consignado na decisão recorrida, não se aplica à hipótese o óbice contido na Orientação Jurisprudencial nº 92 da SBDI-2 desta Corte, porquanto o Superior Tribunal de Justiça já firmou jurisprudência no sentido de permitir ao terceiro prejudicado por decisão judicial interpor recurso ou impetrar mandado de segurança.

Ao aduzir os fundamentos do pedido, sustenta que a fumaça do bom direito está demonstrada com o teor do artigo 242 da RDI 1/91 - Normas Orgânicas do Futebol Brasileiro, no qual é explícita a impossibilidade de rescindir o contrato de empréstimo sem a anuência do clube para o qual o jogador foi emprestado

Na presente hipótese, a jurisprudência desta Corte, por intermédio da SBDI, preconiza ser incabível medida cautelar para imprimir efeito suspensivo a recurso ordinário em mandado de segurança, pois ambos visam, em última análise, à sustação do ato atacado. Precedentes: AGAC-533.024/99, Rel. Min. M. França, DJ 25/06/99; AGAC-410.679/97, Rel. Min. João Oreste Dalazen, DJ 29/05/98, MC-284.320/96, Rel. Min. João Oreste Dalazen, DJ 29/05/98; AC-376.103/97, Ac. 5.272/97, Rel. Min. Luciano Castilho, DJ 20/02/98; MC-275.399/96, Ac. 3.593/97, Rel. Juíza H. Marques, DJ 05/12/97; e AC-290.374/96, Ac. 1.345/97, Rel. Min. Luciano Castilho, DJ 1º/08/97.

Atualmente, este entendimento já se encontra firmado na Orientação Jurisprudencial nº 113 da SBDI-2: "Ação cautelar. Efeito suspensivo ao recurso ordinário em mandado de segurança. Incabível. Ausência de interesse. Extinção. É incabível medida cautelar para imprimir efeito suspensivo a recurso interposto contra decisão proferida em mandado de segurança, pois ambos visam, em última análise, à sustação do ato atacado. Extingue-se, pois, o processo, sem julgamento do mérito, por ausência de interesse de agir, para evitar que decisões judiciais conflitantes e inconciliáveis passem a reger idêntica situação jurídica".

Em que pese ao esforço do Autora em demonstrar a viabilidade da presente demanda, tem-se que a pretensão desta Cautelar coincide com a do Mandado de Segurança, e, portanto, a ação ajuizada, no caso, não tem por escopo dar efetividade ao processo principal, mas solucionar a matéria nele debatida, uma vez que o objeto da ação cautelar é, na verdade, o mesmo do mandamus, qual seja a obtenção de uma providência que suste os efeitos do ato judicial originalmente impugnado, porquanto supostamente lesivo a direito líquido e certo do autor/impetrante.

Impõe-se, portanto, a extinção do processo, sem apreciação do mérito, por ausência de interesse de agir, até para evitar que decisões judiciais conflitantes e inconciliáveis passem a reger idêntica situação jurídica. Isto porque, na adequada ação mandamental, pode o Impetrante obter, liminarmente, a suspensão do ato impugnado, quando deste puder resultar na ineficácia da medida, caso seja deferida (artigo 7º, II, da Lei nº 1.533/51).

Por outro lado, em um exame apriorístico, como é apropriado à natureza destas decisões, também não se pode visualizar a plausibilidade de uma decisão favorável ao Requerente na ação principal, uma vez que a jurisprudência deste Tribunal é pacífica pelo não-cabimento de mandado de segurança de decisão judicial transitada em julgado (Súmula nº 33 do Tribunal Superior do Trabalho), como no caso dos autos, no qual este momento ocorre quando da homologação do acordo.

Destarte, julgo extinto o processo sem a resolução do mérito, com fulcro no artigo 267, VI, do Código de Processo Civil. Custas pelo Requerente, sobre o valor arbitrado à causa, no importe de R$ 10,60 (dez reais e sessenta centavo), nos termos do artigo 789 da CLT.

Publique-se.

Brasília, 19 de setembro de 2007.

EMMANOEL PEREIRA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-AC-184900/2007-000-00-00.5

AUTORA	:	TERWAN - ENGENHARIA DE ELETRICIDADE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
ADVOGADO	:	DR. RONALDO DIAS LOPES FILHO
RÉUS	:	JOSÉ MARQUES PAULINO E CONSTRUCOOP - COOPERATIVA DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

D E S P A C H O

Por intermédio do despacho de fl. 131, foi concedido prazo de 10 (dez) dias para que a Autora providenciasse a regularização do feito na forma da Orientação Jurisprudencial 76 da SBDI-2/TST.

Em resposta, apresentou petição com documentos, os quais não eram suficientes a autorizar o processamento do feito (fls. 134/179).

Por conseguinte, novo prazo de 10 (dez) dias foi concedido à Autora (fl. 181) para que juntasse ao processo os seguintes documentos: "petição inicial da Reclamação Trabalhista, contestação, acórdão da Ação Rescisória, despacho de publicação desse acórdão, razões do Recurso Ordinário, com identificação do carimbo do protocolo de recebimento do Apelo, e despacho de admissibilidade". Oportunidade em que restou consignado que o não-atendimento da determinação importaria na extinção do processo, sem resolução do mérito.

Publicado o despacho, a Autora apresentou petição requerendo tão-somente a reconsideração da decisão que negou o pedido liminar.

Dessa forma, não atendido in totum a regularização do feito, valendo-me da permissão contida no parágrafo único do art. 284 do CPC, **indefiro a petição inicial** e julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, com fundamento nos arts. 267, I, e 295, parágrafo único, do CPC. Custas pela Autora, no importe de R$ 300,00 (trezentos reais) calculadas sobre R$ 15.000,00 (quinze mil reais), valor dado à causa na inicial.

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

JOSÉ SIMPLICIANO FONTES DE F. FERNANDES
Ministro-Relator

PROC. Nº TST-AR-185085/2007-000-00-00.9

AUTORA	:	CLAUDETE CAMILO DOS SANTOS
ADVOGADA	:	DRA. LÍLIAN CRISTIANE AKIE BACCI
RÉ	:	TRW AUTOMOTIVE LTDA.

D E S P A C H O

Trata-se de Ação Rescisória buscando a desconstituição do Acórdão proferido pela Décima Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região nos autos da Reclamação Trabalhista 2351/01 originária da 1ª Vara do Trabalho de Diadema - SP.

Eis os termos do pedido: "Diante do exposto, requer a Autora, seja rescindido o acórdão da 10ª Turma do TRT/SP, transitado em julgado, e que a **nova decisão** seja proferida, para deferir a procedência da ação em tela, para determinar o pagamento dos salários e das vantagens correspondentes ao período garantido pela estabilidade provisória à empregada gestante; ou seja, entre a dispensa e o final do período de estabilidade, bem como férias acrescidas de 1/3; 13º salários; FGTS acrescido da Multa de 40%; pois ficou claramente demonstrado, que o direito pleiteado se insere no art. 485 do CPC" (fl. 10).

Constata-se, pois, o manifesto e inescusável equívoco do pedido da Autora, endereçado a esta c. Corte Superior, de rescisão de acórdão proferido pelo eg. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, o que impõe o indeferimento da petição inicial, por inepta, com a conseqüente extinção do processo, nos termos da Orientação Jurisprudencial 70 da SBDI-2 do TST, que assim dispõe: "**AÇÃO RESCISÓRIA. MANIFESTO E INESCUSÁVEL EQUÍVOCO NO DIRECIONAMENTO. INÉPCIA DA INICIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO**. O manifesto equívoco da parte em ajuizar ação rescisória no TST para desconstituir julgado proferido pelo TRT, ou vice-versa, implica a extinção do processo sem julgamento do mérito por inépcia da inicial".

Portanto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, inciso I, do CPC. Custas pela Autora, no importe de R$ 400,00 (quatrocentos reais), das quais fica dispensada do pagamento, em razão da declaração de fl. 12.

Publique-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

JOSÉ SIMPLICIANO FONTES DE F. FERNANDES
Ministro-Relator

PROC. Nº TST-AC-185139/2007-000-00-00.1

AUTOR	:	UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S. A.
ADVOGADA	:	DRª CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO
RÉU	:	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO

D E S P A C H O

Intime-se o autor, para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre a contestação de fls. 1671/1677.

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-AC-185139/2007-000-00-00.1

AUTOR	:	UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
ADVOGADA	:	DRª CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO
RÉU	:	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO

D E S P A C H O

Trata-se de agravo regimental interposto pela entidade sindical em epígrafe, contra o despacho de fls. 1660/1661, de minha própria lavra, concessivo do pedido de liminar formulado nos autos desta ação cautelar, incidentemente ajuizada à Ação Rescisória nº TRT-AR-10978/2005-000-02-00-1, ora em grau de recurso ordinário para o TST, para determinar a imediata suspensão da execução em curso autos da reclamatória trabalhista originária, até o julgamento final da rescisória.

Requer o réu a reconsideração, ainda que parcial, da mencionada decisão monocrática, com vistas a autorizar o prosseguimento da execução definitiva em relação aos valores incontroversos, isto é, àqueles limitados à data-base, não objeto da ação rescisória principal em questão, visto que a suspensão genérica da execução trabalhista causaria evidente prejuízo ao ora agravante.

Melhor examinando o processado, observo que, realmente, não se mostra razoável suspender integralmente a execução da decisão exeqüenda, na medida em que o pedido de rescisão restringiu-se à limitação das diferenças salariais decorrentes do índice inflacionário de 26,05%, denominado URP de fevereiro de 1989 (Plano Verão) à data-base dos empregados, substituídos processualmente pelo sindicato-réu (vide a petição inicial de fls. 81/90), nada versando a respeito do fato de serem ou não devidas as diferenças salariais decorrentes do enfocado planos econômico. O mesmo se diga, por óbvio, relativamente ao pedido recursal veiculado às fls. 140/149.

Efetivamente, se referida matéria não parece mesmo ser objeto de discussão no processo principal, nada obsta - e até se recomenda - o prosseguimento da execução no tocante às parcelas apuradas até a data-base da categoria. Do contrário, estar-se-ia submetendo os exeqüentes a injustificável atraso na percepção de quantia sobre a qual não se instaurou qualquer controvérsia.

Ao final, cabe anotar que, com o ajuizamento da ação cautelar de fls. 2/15, pretendia o autor assegurar eficácia suspensiva à futura decisão desta Casa a ser proferida nos autos da rescisória principal, a qual encerra questão alusiva à necessidade de limitação da condenação havida na fase de conhecimento à data-base da categoria, pretensão que, diante do deferimento da liminar às fls. 1660/1661, já foi alcançada, pelo que esta decisão em nada o prejudicará.

Logo, **reconsidero, em parte,** a decisão de fls. 1660/1661, que deferiu a liminar pleiteada, a fim de deferir apenas parcialmente a medida acautelatória, determinando a suspensão da execução que se processa nos autos da Reclamação Trabalhista nº 1847/1989, que tramita perante a 45ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, porém tão-somente em relação às parcelas posteriores à data-base subseqüente da categoria no que diz respeito às diferenças salariais decorrentes da URP de fevereiro de 1989 (Plano Bresser), até a decisão a ser proferida pela SBDI-2 do TST, nos autos da ação rescisória principal.

Dê-se ciência, com urgência, do inteiro teor deste despacho ao Exmº Sr. Juiz-Presidente do TRT da 2ª Região e ao Exmº. Sr. Juiz Titular da 45ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, inclusive via fac-símile.

Após, **cumpra-se** o despacho de fl. 1680.

Publique-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-AR-185.623/2007-000-00-00.4

AUTOR	:	RAMON GAIA SANTANA
ADVOGADO	:	DR. ANDRÉ JORGE ROCHA DE ALMEIDA
RÉ	:	BRASIL TELECOM S.A.

D E S P A C H O

Cite-se a Ré, no endereço constante à fl. 2, na forma do art. 491 do CPC, para responder aos termos da presente ação no prazo de 30 (trinta) dias.

Publique-se.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

IVES GANDRA MARTINS FILHO
Ministro-Relator

PROC. Nº TST-AR-186014/2007-000-00-00.3

AUTORA	:	INTERVALES MINÉRIOS LTDA.
ADVOGADO	:	DR. IVO PRADO PEREIRA
RÉU	:	MIGUEL SILVA FONSECA

D E S P A C H O

Trata-se de ação rescisória ajuizada com fulcro nos incisos V e IX do art. 485 do CPC, pretendendo a rescisão do acórdão de fls. 82/84, prolatado pelo TRT da 2ª Região. Eis os termos da inicial:

"O V. Acórdão rescindendo foi publicado no DOE-PJ em 24/11/2006 (fls. 210 do processo de origem) e com o não recebimento do recurso de revista interposto no prazo legal, por deserção (fls. 222/223), transitou em julgado no dia 26/03/2007, conforme a certidão de fls. 223-verso do feito de origem, demonstrando-se a estreita observância do prazo decadencial para a propositura da presente ação." (fl. 3)

Os documentos indicados pela requerente equivalem, nestes autos, à certidão de fl. 85, de publicação do acórdão regional rescindendo de fls. 81/84, bem como à certidão de fl. 87-v, de publicação do despacho de fls. 86/87, denegatório de seguimento do recurso de revista interposto nos autos da reclamação originária.

A ação rescisória, como qualquer outra ação, deve atender aos pressupostos processuais e às condições da ação. Se o pedido de desconstituição não for juridicamente possível, a petição inicial há de ser indeferida, porque inepta, nos termos do art. 295, inciso I, parágrafo único, inciso III, do Código de Processo Civil.

No presente caso, constata-se o manifesto e inescusável equívoco do pedido da autora endereçado à esta alta Corte, de rescisão de acórdão proferido pelo TRT de origem, impondo-se a decretação da inépcia da inicial, com a conseqüente extinção do processo, nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 70 da c. SBDI-2 do TST, verbis:

"O manifesto equívoco da parte em ajuizar ação rescisória no TST para desconstituir julgado proferido pelo TRT, ou vice-versa, implica a extinção do processo sem julgamento do mérito por inépcia da inicial".

Pelo o exposto, **julgo extinto o processo, sem resolução do mérito,** com fulcro no art. 267, inciso I, do CPC. Custas pela autora, no importe de R$322,98 (trezentos e vinte e dois reais e noventa e oito centavos), calculadas sobre o valor dado à causa na inicial.

Publique-se.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Relator

COORDENADORIA DA 1ª TURMA

DESPACHOS

PROC. Nº TST-AIRR-48.194/2002-900-02-00.7

AGRAVANTE	:	GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA.
ADVOGADA	:	DRA. MARIA CRISTINA DA COSTA FONSECA
AGRAVADO	:	OSVALDO BRUNHOLI
ADVOGADO	:	DR. FRANCISCO DOS SANTOS BARBOSA

D E C I S Ã O

A Reclamada interpõe agravo de instrumento (fls. 573-579), ao despacho de fl. 570, mediante o qual foi denegado seguimento ao recurso de revista, por estarem preclusas as questões nele abordadas.

Ainda que o agravo de instrumento seja tempestivo, esteja subscrito por advogado habilitado e processado nos autos principais, ele não merece seguimento.

Ao analisar a pretensão recursal, no juízo primeiro de admissibilidade, concluiu-se estarem preclusas as razões recursais da Reclamada, pois o recurso ordinário não fora admitido por deserção.

A Reclamada, nas razões do instrumento, buscando a reforma da decisão no que se refere ao mérito da controvérsia, sem, contudo, enfrentar o óbice apresentado no despacho negativo de admissibilidade.

Fixadas essas premissas, constata-se que a Reclamada não se insurge contra o fundamento utilizado para trancar o seguimento do recurso de revista, silenciando-se, na verdade, quanto a esse.

Assim, o agravo de instrumento encontra-se desfundamentado, uma vez que a Reclamada apenas se refere ao despacho trancatório, sem enfrentar os argumentos dele constantes, limitando-se a transcrever as razões do recurso de revista.

Como o objetivo do agravo de instrumento é desconstituir o despacho pelo qual foi denegado seguimento ao recurso de revista, cujas razões devem estar direcionadas de modo a infirmá-lo, o silêncio em torno dos fundamentos ali registrados leva à manutenção do que fora consignado. Incidência da Súmula nº 422 do TST.

Com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, **denego seguimento** ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

EMMANOEL PEREIRA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-AIRR-88.637/2003-900-03-00.8

AGRAVANTE	:	GERALDO EUGÊNIO CARVALHO VIEIRA
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO
AGRAVADO	:	BANCO BEMGE S.A.
ADVOGADA	:	DRA. MARIA CRISTINA DE ARAÚJO

D E C I S Ã O

O Reclamante interpõe agravo de instrumento ao despacho de fls. 885-886, mediante o qual foi denegado seguimento ao recurso de revista.

Na minuta de fls. 887-897, o Reclamante argúi a nulidade do despacho trancatório, por negativa de prestação jurisdicional, ao argumento de que não foi devidamente fundamentado.

O agravo de instrumento é tempestivo, está assinado por advogado habilitado e contém traslado regular.

1. NULIDADE DO DESPACHO DENEGATÓRIO.

Esclareça-se que, ao contrário do esposado nas razões de agravo de instrumento, é justamente o Tribunal Regional do Trabalho o órgão competente para exercer o primeiro juízo de admissibilidade do recurso de revista, seja no tocante à aferição dos requisitos extrínsecos, seja com relação aos intrínsecos, consoante previsão do artigo 896, § 1º, da CLT. Cabe, pois, ao Tribunal de origem, de forma sucinta e motivada - conforme ocorreu -,o primeiro juízo de admissibilidade, expondo se houve, ou não, caracterização de divergência jurisprudencial e (ou) afronta direta a dispositivo de lei e (ou) constitucional, bem como contrariedade às Súmulas e Orientações desta Corte, não havendo que falar em negativa de prestação jurisdicional.

Nego seguimento.

2. DESFUNDAMENTAÇÃO.

Verifica-se, neste aspecto, que o agravo de instrumento se encontra desfundamentado, uma vez que o Reclamante não enfrenta os fundamentos adotados no despacho trancatório, limitando-se a trancrever ipsis literis as razões do recurso de revista.

Não houve apresentação de maiores detalhamentos para afastar as motivações expostas no despacho de admissibilidade à diferença de atualização dos valores devidos ao Recorrente e significado do salário efetivo para cálculo do adicional de transferência.

Ora, o objetivo do agravo de instrumento é desconstituir o despacho pelo qual foi denegado seguimento ao recurso de revista, cujas razões devem estar direcionadas de modo a infirmá-lo (artigo 524, II, do CPC). O silêncio em torno dos fundamentos ali registrados leva à manutenção do que fora consignado.

À vista do exposto, não merece seguimento o agravo de instrumento, ante a evidente falta de fundamentação. Aplicação da Súmula nº 422 do Tribunal Superior do Trabalho.

Nos termos do artigo 557, caput, do CPC, **nego** seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

EMMANOEL PEREIRA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-AG-RR-627.146/2000.0TRT - 2ª Região

AGRAVANTE	:	CREDIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA.
ADVOGADO	:	DR. MAURÍCIO GRANADEIRO GUIMARÃES
AGRAVADA	:	ROSELENE DE ALMEIDA SANTOS
ADVOGADO	:	DR. LEOPOLDO MERCADO PIRIZ FILHO

D E S P A C H O

Tendo em vista a superveniência do cancelamento da Orientação Jurisprudencial nº 320 da SBDI-1, reconsidero a decisão monocrática de fls. 307-308. Por conseqüência, fica prejudicado o exame do agravo de fls. 241-252.

Reautue-se o presente feito como recurso de revista.

Publique-se.

Após, retornem os autos conclusos.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

EMMANOEL PEREIRA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-ED-AIRR-747.295/2001.4 TRT - 2ª REGIÃO

EMBARGANTE	:	ITAPECERICA SUPER LANCHES LTDA.
ADVOGADO	:	DR. ROBINSON ZANINI DE LIMA
EMBARGADO	:	PEDRO APARECIDO DE OLIVEIRA DUQUE
ADVOGADO	:	DR. EDUARDO DIOGO TAVARES

D E C I S Ã O

Mediante a decisão de fls. 175-176, e com fulcro no artigo 557, caput, do CPC, foi denegado seguimento ao agravo de instrumento interposto pela ora Embargante.

Itapecerica Super Lanches Ltda. opõe embargos de declaração às fls. 180-181, sob a alegação de ocorrência de omissão e obscuridade no julgado.

Conheço dos embargos de declaração, porque tempestivos e regulares.

Nas razões de embargos de declaração, a Reclamada alega que a decisão encerra contradição. Sustenta, em síntese, que há conflito entre o que fora decidido e o item IX da Instrução Normativa nº 16/99 do Tribunal Superior do Trabalho e os artigos 830 da CLT, 544 do CPC e 218 do Código Civil.

Este Relator, ao apreciar o agravo de instrumento, expôs os fundamentos pelos quais se denegou seguimento ao apelo. Não há, assim, que falar na existência de omissão ou obscuridade, conforme a transcrição, verbis: "A Reclamada interpõe agravo de instrumento ao despacho de fl. 142, mediante o qual foi denegado seguimento ao recurso de revista, com fundamento no óbice da Súmula nº 126 do Tribunal Superior do Trabalho. Decorre da Lei nº 9.756/98, necessariamente, que o agravo de instrumento deverá possibilitar, caso provido, o imediato julgamento do recurso denegado. Para tanto, as peças que o formam devem ser suficientes, a fim de que, nos próprios autos, estejam presentes os requisitos de admissibilidade dos recursos interpostos, mormente o recurso de revista. Na Instrução Normativa nº 16 desta Corte, por intermédio do item III, estabelece-se que, no instrumento, devem estar contidas todas as peças necessárias à verificação dos requisitos extrínsecos do recurso principal, sob pena de não-conhecimento. Nessa linha de entendimento, a cópia do recurso de revista trasladada para a formação do agravo deve fornecer condições para que se comprove a sua tempestividade. No caso dos autos, não é possível visualizar a data da interposição do apelo revisional (fl. 131), porque se encontra ilegível o protocolo aposto pelo Regional, acarretando a impossibilidade do processamento do recurso, uma vez que não se admite a conversão do agravo em diligência para suprir a ausência ou a irregularidade de peças, ainda que essenciais. Nesse sentido encontra-se a Orientação Jurisprudencial nº 285 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte, cujo teor ora se transcreve: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRASLADO. CARIMBO DO PROTOCOLO DO RECURSO ILEGÍVEL. INSERVÍVEL. O carimbo do protocolo da petição recursal constitui elemento indispensável para aferição da tempestividade do apelo, razão pela qual deverá estar legível, pois um dado ilegível é o mesmo que a inexistência do dado". Cumpre salientar que este Tribunal também editou a Orientação Jurisprudencial nº 284 da SBDI-1, fixando entendimento no sentido de que a etiqueta adesiva aposta pelo Regional com a expressão "no prazo" é imprestável para a aferição da tempestividade do apelo. Diante desses fundamentos, e nos termos do artigo 557, caput, do CPC, nego seguimento ao agravo de instrumento" (fls. 175-176).

Conforme se observa, a decisão foi estabelecida no sentido de não ser possível aferir a tempestividade do recurso de revista, porque ilegível o carimbo do protocolo. Não há contradição a ser sanada entre nenhuma das partes da decisão embargada, a impedir o provimento dos embargos de declaração.

Com esses fundamentos, **nego provimento** aos embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 24 de setembro de 2007.

EMMANOEL PEREIRA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-AC-722724/2001.0

AUTORA	:	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADOS	:	DRS. WESLEY CARDOSO DOS SANTOS E GUSTAVO ADOLFO M. JUNIOR
RÉU	:	DELAÍDE MARIA MERLO
ADVOGADO	:	DR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA ROCHA
RÉU	:	MÁRCIO MARTINS TEIXEIRA
ADVOGADO	:	DR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA ROCHA

D E S P A C H O

A presente cautelar é incidental em relação ao processo n° TST-RR-736.240/2001.0, baixado ao Tribunal Regional de origem em 12/9/2003. Assim, como o processo cautelar é sempre dependente do principal, nos termos do art. 796 do CPC, reputa-se prejudicada a presente medida acautelatória.

Baixem-se os autos ao Regional de origem.

Publique-se.

Brasília, 27 de setembro de 2007.

DORA MARIA DA COSTA
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-AIRR-79.097/2003-900-02-00.7

AGRAVANTE	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, APART-HOTÉIS, MO- TÉIS, FLATS, PENSÕES, HOSPEDARIAS, POUSADAS, RESTAURAN- TES, CHURRASCARIAS, CANTINAS, PIZZARIAS, BARES, LANCHONETES, SORVETERIAS, CONFEITARIAS, DOCERIAS, BUFFETS, FAST- FOODS E ASSEMELHADOS DE SÃO PAULO E REGIÃO.
ADVOGADO	:	DRA. ANA PAULA MOREIRA DOS SANTOS
AGRAVADA	:	BAR E LANCHES VEM AQUI LTDA.
ADVOGADO	:	DR. JOÃO DE DEUS GALDINO RAMOS

D E C I S Ã O

O Sindicato reclamante interpõe agravo de instrumento (fls. 153-156) ao despacho de fls. 148, mediante o qual foi denegado seguimento ao recurso de revista, com fundamento no Precedente Normativo nº 119 da SDC e no artigo 896, "a", da CLT.

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, mediante o acórdão de fls. 112-113, complementado à fl. 125, negou provimento ao recurso ordinário interposto pelo Sindicato, mantendo a sentença por seus próprios e jurídicos fundamentos.

O Sindicato interpôs recurso de revista (fls. 131-147)**.** Suscitou, em preliminar, nulidade do acórdão recorrido por negativa de prestação jurisdicional, ao argumento de que o Regional não se pronunciou sobre questões relevantes para o deslinde da controvérsia. No mérito, buscou demonstrar a inaplicabilidade ao caso do entendimento construído no Precedente Normativo nº 119 da SDC. Indicou violação dos artigos 5º, II, XXXV, XXXVI e LV, 7º, XXVI, 8º, III, IV, V e VI, 93, IX, e 102, da Constituição de 1988 e 462, 511, § 2º, 513, "c", 613, VII e VIII, e 614 da CLT. Transcreveu arestos no escopo de caracterizar dissenso de teses.

O agravo de instrumento é tempestivo, está subscrito por advogado habilitado e encontra-se regularmente formado.

1. PRELIMINAR DE NULIDADE DO JULGADO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

Não se caracteriza a apontada nulidade do acórdão recorrido por negativa de prestação jurisdicional. Isso porque há fundamentação expressa, por parte do Juízo a quo, sobre as razões que o levaram a decidir sobre a aplicação, no caso, do Precedente Normativo nº 119 da SDC. Afasta-se, portanto, a mencionada violação do artigo 93, IX, da Constituição de 1988, sendo que a indicação de ofensa ao artigo 5º, XXXV, LIV e LV, da Constituição de 1988 é impertinente, por não estar contemplada no entendimento firmado na Orientação Jurisprudencial nº 115 da SBDI-1.

Nego seguimento.

2. CONTRIBUIÇÕES ASSISTENCIAIS E CONFEDERATIVAS.

Não há como viabilizar a admissibilidade do recurso de revista, pois a decisão proferida pelo Regional está em consonância com a construção jurisprudencial constante do Precedente Normativo nº 119 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho e, sobretudo, de reiteradas decisões oriundas de Turmas e da SBDI-1, cujos teores são no sentido de que a imposição de contribuição assistencial aos não-associados ao sindicato ofende o direito de livre associação e sindicalização, bem como o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, consubstanciado na Súmula nº 666.

Com efeito, este é o teor do aludido Precedente Normativo desta Corte: "**CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS. INOBSERVÂNCIA DE PRECEITOS CONSTITUCIONAIS.** A Constituição da República, em seus artigos 5º, XX e 8º, V, assegura o direito de livre associação e sindicalização. É ofensiva a essa modalidade de liberdade cláusula constante de acordo, convenção coletiva ou sentença normativa estabelecendo contribuição em favor de entidade sindical a título de taxa para custeio do sistema confederativo, assistencial, revigoramento ou fortalecimento sindical e outras da mesma espécie, obrigando trabalhadores não sindicalizados. Sendo nulas as estipulações que inobservem tal restrição, tornam-se passíveis de devolução os valores irregularmente descontados".

Nessa mesma linha de raciocínio, citam-se alguns precedentes: E-RR-710.758/2000, SBDI-1, Rel. Min. João Batista Brito Pereira, DJ 15/08/05; E-RR-539.859/1999, SBDI-1, Rel. Min. Lelio Bentes Corrêa, DJ 05/08/05; ED-E-RR-67.045/2002-900-06-00.5, SBDI-1, Rel. Min. Carlos Alberto Reis de Paula, DJ 17/06/05; RR-479.019/1998, 1ª Turma, DJ de 09/05/03, Rel. Min. João Oreste Dalazen; e RR-598.400/1999, 1ª Turma, DJ de 14/02/03, Rel. Juiz Convocado Aloysio Corrêa da Veiga.

Por fim, como os arestos transcritos se encontram superados pelo entendimento jurisprudencial acima registrado, sua análise encontra óbice no teor do artigo 896, § 4º, da CLT e na orientação contida na Súmula nº 333 do Tribunal Superior do Trabalho. Não há como viabilizar o processamento do recurso de revista, por não restar configurada afronta aos mencionados artigos constitucionais.

Assim, e com supedâneo no artigo 557, caput, do CPC, nego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

EMMANOEL PEREIRA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-AIRR-594/2006-004-20-40.3

AGRAVANTE	:	**PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS**
ADVOGADO	:	**DR. ANTÔNIO CARLOS M. LINS**
AGRAVADO	:	**BERGAN GUILHERME ALMEIDA SILVA**
ADVOGADA	:	**DRA. ROBERTA GOIS DE ANDRADE**
AGRAVADO	:	**KROMANN POWER CONVERSION LTDA**

D E S P A C H O

Observe-se.

Defiro a vista quando os autos estiverem na Secretaria da Primeira Turma. Prazo de 5 (cinco) dias.

Intime-se.

Brasília, 29 de agosto de 2007.

LELIO BENTES CORRÊA
Relator

PROC. Nº TST-ED-RR-199/2005-004-04-00.2

EMBARGANTE	:	PEDRO PAULO SILVEIRA DA SILVA
ADVOGADOS	:	DR. CELSO HAGEMANN E DRA. HELENA DE ALBUQUERQUE DOS SANTOS
EMBARGADA	:	**COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE**
ADVOGADA	:	DRA. MÁRCIA DE BARROS ALVES VIEIRA

D E S P A C H O

Os presentes embargos de declaração objetivam modificar o decidido no acórdão embargado. Assim, CONCEDO o prazo de 5 (cinco) dias à parte contrária para que se manifeste, querendo. A providência se impõe em respeito ao princípio do contraditório, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ratificada por decisão da Seção Especializada em Dissídios Individuais desta Corte superior, em sua composição plena.

Após, conclusos.

Publique-se.

Brasília, 27 de setembro de 2007.

LELIO BENTES CORRÊA
Relator

PROC. Nº TST-ED-RR-1.263/2002-003-03-00.9

EMBARGANTES	:	AUGUSTO PATROCÍNIO DE OLIVEIRA E OUTROS
ADVOGADO	:	DR. JUAREZ DOS SANTOS REIS
EMBARGADA	:	**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**
ADVOGADO	:	DR. ANDRÉ LUIS TUCCI

D E S P A C H O

Os presentes embargos de declaração objetivam modificar o decidido no acórdão embargado. Assim, CONCEDO o prazo de 5 (cinco) dias à parte contrária para que se manifeste, querendo. A providência se impõe em respeito ao princípio do contraditório, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ratificada por decisão da Seção Especializada em Dissídios Individuais desta Corte superior, em sua composição plena.

Após, conclusos.

Publique-se.

Brasília, 27 de setembro de 2007.

LELIO BENTES CORRÊA
Relator

PROC. Nº TST-RR-654133/2000.7

RECORRENTE	:	**ARACRUZ CELULOSE S.A.**
ADVOGADO	:	**DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL**
RECORRIDO	:	**ADEMAR RODRIGUES SILVA**
ADVOGADO	:	**DR. SÉRGIO VIEIRA CERQUEIRA**

D E S P A C H O

Por meio do acórdão proferido no processo n° AIRR-511.424/1998.1 (fls. 84/87 do processo apenso), foi denegado seguimento ao agravo de instrumento no tocante à preliminar de nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional e quanto ao tema correlato ao adicional de periculosidade, tendo sido dado provimento ao referido agravo apenas no tocante aos honorários advocatícios. Entretanto, o reclamante, ao contra-arrazoar o recurso ordinário patronal (fls. 232/234), renunciou ao direito alusivo aos mencionados honorários, única questão remanescente do recurso de revista.

Assim, com fundamento no art. 269, V, do CPC, extingo o processo com julgamento do mérito, no tocante aos honorários advocatícios, devendo os autos baixar ao Regional de origem.

Publique-se.

Brasília, 27 de setembro de 2007.

DORA MARIA DA COSTA
Ministra-Relatora

AUTOS COM VISTA

PROCESSOS COM VISTAS CONCEDIDAS AOS ADVOGADOS, CONFORME OS DESPACHOS DE FLS.

PROCESSO	:	RR - 79/2006-088-02-00.0 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S)	:	TELMA LÚCIA DE LIMA CASTRO
ADVOGADO	:	DR(A). JAMIR ZANATTA
RECORRIDO(S)	:	KRAFT FOODS BRASIL S.A.
ADVOGADO	:	DR(A). MARCELO PIMENTEL
PROCESSO	:	AIRR - 847/2004-003-01-40.4 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
AGRAVANTE(S)	:	COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADVOGADO	:	DR(A). RAFAEL FERRARESI HOLANDA CAVALCANTE
ADVOGADO	:	DR(A). CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO
AGRAVADO(S)	:	SERGIO NEY MARTINS
ADVOGADO	:	DR(A). ANTÔNIO JUSTINO DE OLIVEIRA PEREIRA
PROCESSO	:	RR - 1406/1998-006-17-00.8 TRT DA 17A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
RECORRENTE(S)	:	ENGE URB LTDA.
ADVOGADO	:	DR(A). ERFEN JOSÉ RIBEIRO SANTOS
RECORRIDO(S)	:	MILTON BISPO DA SILVA
ADVOGADO	:	DR(A). CLÁUDIO LEITE DE ALMEIDA

Brasília, 28 de setembro de 2007
ALEX ALEXANDER ABDALLAH JÚNIOR
Coordenador da Coordenadoria da 1a. Turma

COORDENADORIA DA 2ª TURMA

PUBLICAÇÃO DE INTIMAÇÃO PARA IMPUGNAÇÃO DE EMBARGOS

Em observância ao disposto no art 239, parágrafo 2º, do RITST, ficam intimados os embargados a seguir relacionados para, querendo, apresentar impugnação no prazo legal.

PROCESSO	:	E-ED-RR - 268/1995-025-05-00.0
EMBARGANTE	:	EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. - EMBASA
ADVOGADO DR(A)	:	PEDRO MARCOS CARDOSO FERREIRA
EMBARGADO(A)	:	EDNALDO QUIRINO DOS SANTOS
ADVOGADO DR(A)	:	RITA DE CÁSSIA BARBOSA LOPES
PROCESSO	:	E-RR - 1588/2000-001-17-00.0
EMBARGANTE	:	BANESTES S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO DR(A)	:	RICARDO QUINTAS CARNEIRO
EMBARGADO(A)	:	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO DR(A)	:	EUSTACHIO DOMÍCIO LUCCHESI RAMACCIOTTI
PROCESSO	:	E-AIRR - 1655/2000-003-15-40.5
EMBARGANTE	:	TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A. - TELESP
ADVOGADO DR(A)	:	JUSSARA IRACEMA DE SÁ E SACCHI
EMBARGADO(A)	:	ANTÔNIO CARLOS NITRINI
ADVOGADO DR(A)	:	PAULO DE TARSO ANDRADE BASTOS
PROCESSO	:	E-ED-RR - 676492/2000.4
EMBARGANTE	:	BANCO ITAÚ S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR
EMBARGADO(A)	:	JOSÉ ANTÔNIO SILVA
ADVOGADO DR(A)	:	ÉRYKA FARIAS DE NEGRI
PROCESSO	:	E-RR - 600/2001-024-09-00.8
EMBARGANTE	:	ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA DO BRASIL S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A)	:	SÉRGIO LUIZ PUCHTA
ADVOGADO DR(A)	:	MATHUSALEM ROSTECK GAIA
PROCESSO	:	E-RR - 738933/2001.7
EMBARGANTE	:	MARIA OTILIA MORENO
ADVOGADO DR(A)	:	RITA DE CÁSSIA BARBOSA LOPES
EMBARGANTE	:	MARIA OTILIA MORENO
ADVOGADO DR(A)	:	CARLOS HENRIQUE MATOS FERREIRA
EMBARGADO(A)	:	COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP
ADVOGADO DR(A)	:	DÉBORA NOBILE MATOS
PROCESSO	:	E-RR - 758837/2001.0
EMBARGANTE	:	WILSON JOSÉ DOS SANTOS
ADVOGADO DR(A)	:	PAULO ROBERTO ALVES DA SILVA
EMBARGANTE	:	WILSON JOSÉ DOS SANTOS
ADVOGADO DR(A)	:	PAULO ROBERTO ALVES DA SILVA
EMBARGANTE	:	WILSON JOSÉ DOS SANTOS
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO
EMBARGADO(A)	:	HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADO DR(A)	:	TOBIAS DE MACEDO
EMBARGADO(A)	:	HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADO DR(A)	:	LEONARDO SANTANA CALDAS
PROCESSO	:	E-RR - 761074/2001.7
EMBARGANTE	:	ALMIRO DOS SANTOS OLIVEIRA
ADVOGADO DR(A)	:	EUSTACHIO DOMÍCIO LUCCHESI RAMACCIOTTI
EMBARGADO(A)	:	MUNICÍPIO DE VITÓRIA
ADVOGADO DR(A)	:	TERESA CRISTINA PASOLINI
EMBARGADO(A)	:	SENTINELA SERVIÇOS DE GUARDA E VIGILÂNCIA LTDA.
ADVOGADO DR(A)	:	ANTÔNIO PAULO DE MIRANDA NETO
PROCESSO	:	E-A-AIRR - 801393/2001.3
EMBARGANTE	:	MAXION INTERNATIONAL MOTORES S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	RUDOLF ERBERT
EMBARGADO(A)	:	DONIZETI MARIA GARCIA
ADVOGADO DR(A)	:	EDISON DI PAOLA DA SILVA
PROCESSO	:	E-RR - 810412/2001.0
EMBARGANTE	:	LAUDICÉA ANÍZIO DA SILVA
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ LÚCIO FERNANDES
EMBARGADO(A)	:	UTIL UNIÃO TRANSPORTE INTERESTADUAL DE LUXO S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	AFONSO CEZAR DE OLIVEIRA
PROCESSO	:	E-RR - 816219/2001.2
EMBARGANTE	:	PHILIP MORRIS BRASIL S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	MARCELO PIMENTEL
EMBARGADO(A)	:	MOZART DIAS DA PAZ
ADVOGADO DR(A)	:	CLAIR DA FLORA MARTINS
PROCESSO	:	E-RR - 128/2002-020-09-00.9
EMBARGANTE	:	USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA.
ADVOGADO DR(A)	:	INDALÉCIO GOMES NETO
EMBARGADO(A)	:	RIVELINO CRISPINO DE OLIVEIRA
ADVOGADO DR(A)	:	IRACI DA SILVA BORGES
PROCESSO	:	E-RR - 1555/2002-013-01-00.0
EMBARGANTE	:	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO DR(A)	:	JOSEMILDO FELISARDO DA SILVA
EMBARGADO(A)	:	AMARO ALVES DO ROSÁRIO
ADVOGADO DR(A)	:	SIMONE VIEIRA PINA VIANNA
EMBARGADO(A)	:	ARISTÉA DE AZEVEDO GOMES
ADVOGADO DR(A)	:	CÉSAR ROMERO VIANNA JÚNIOR
PROCESSO	:	E-RR - 1956/2002-018-09-00.8
EMBARGANTE	:	NILSON FELISBERTO
ADVOGADO DR(A)	:	MARIA ZÉLIA DE OLIVEIRA E OLIVEIRA
EMBARGADO(A)	:	SICPA BRASIL LTDA.
ADVOGADO DR(A)	:	GLÁUCIA GOMES VERGARA LOPES
PROCESSO	:	E-RR - 68769/2002-900-02-00.8
EMBARGANTE	:	TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A. - TELESP
ADVOGADO DR(A)	:	MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA
EMBARGADO(A)	:	MARIA APARECIDA DA SILVA XAVIER
ADVOGADO DR(A)	:	RUBENS GARCIA FILHO
PROCESSO	:	E-RR - 633/2003-098-03-00.9
EMBARGANTE	:	FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A)	:	LUCÉLIO PEDRO DINIZ
ADVOGADO DR(A)	:	ANTÔNIO CLARETE RODRIGUES
PROCESSO	:	E-RR - 1003/2003-010-18-00.0
EMBARGANTE	:	BRASIL TELECOM S.A. - TELEGOIÁS BRASIL TELECOM
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A)	:	ROBSON MESQUITA
ADVOGADO DR(A)	:	JOÃO PAULO BRZEZINSKI DA CUNHA
PROCESSO	:	E-RR - 1539/2003-005-03-00.2
EMBARGANTE	:	RICARDO ROGÉRIO DOMINGOS DA SILVA
ADVOGADO DR(A)	:	HELVÉCIO VIANA PERDIGÃO
EMBARGADO(A)	:	TELEMAR NORTE LESTE S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
PROCESSO	:	E-RR - 1622/2003-007-03-00.4
EMBARGANTE	:	TELEMAR NORTE LESTE S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A)	:	LUCÍLIO DE FÁTIMA MOREIRA
ADVOGADO DR(A)	:	JAIRO EDUARDO LELIS
PROCESSO	:	E-RR - 98525/2003-900-01-00.6
EMBARGANTE	:	BANCO BANERJ S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR
EMBARGADO(A)	:	ANA MARIA FRANCO CARDOSO
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ FERNANDO XIMENES ROCHA
PROCESSO	:	E-AIRR - 241/2004-009-04-40.0
EMBARGANTE	:	PAULO HENRIQUE SCHEUERMANN
ADVOGADO DR(A)	:	ANTÔNIO VICENTE DA FONTOURA MARTINS
EMBARGADO(A)	:	BRASIL TELECOM S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
PROCESSO	:	E-RR - 477/2004-004-04-00.0
EMBARGANTE	:	LUIZ CARLOS DE SOUZA
ADVOGADO DR(A)	:	IVONE DA FONSECA GARCIA
EMBARGADO(A)	:	BRASIL TELECOM S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A)	:	BRASIL TELECOM S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	DENISE RIBEIRO DENICOL
PROCESSO	:	E-ED-A-AIRR - 770/2004-105-15-40.7
EMBARGANTE	:	AIR LIQUIDE BRASIL LTDA.
ADVOGADO DR(A)	:	KÁTIA DE ALMEIDA
EMBARGADO(A)	:	MAURO ROBERTO DE MATOS
ADVOGADO DR(A)	:	RUI FERNANDO CAMARGO DUARTE
EMBARGADO(A)	:	CRIOGEN CRIOGENIA LTDA.

PROCESSO	:	E-ED-AIRR - 1228/2004-658-09-40.0
EMBARGANTE	:	ITAIPU BINACIONAL
ADVOGADO DR(A)	:	LYCURGO LEITE NETO
EMBARGADO(A)	:	IRINEU WILMBRINK
ADVOGADO DR(A)	:	FÁBIO ALEXANDRE SOMBRIO
EMBARGADO(A)	:	CONSÓRCIO UTC-EBE-CIE
PROCESSO	:	E-AIRR - 1457/2004-101-15-40.0
EMBARGANTE	:	BANCO NOSSA CAIXA S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A)	:	ELIANA PEREIRA PINTO FARAH
ADVOGADO DR(A)	:	OTÁVIO AUGUSTO CUSTÓDIO DE LIMA
PROCESSO	:	E-AIRR - 1637/2004-003-17-40.6
EMBARGANTE	:	IZAIAS ALMEIDA SOUTO
ADVOGADO DR(A)	:	EUSTACHIO DOMÍCIO LUCCHESI RAMACCIOTTI
EMBARGADO(A)	:	BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	CARLA PATRÍCIA ABRAHÃO DE AGUIAR GARCIA
PROCESSO	:	E-ED-RR - 12/2005-003-20-00.7
EMBARGANTE	:	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS
ADVOGADO DR(A)	:	ALINE SILVA DE FRANÇA
EMBARGADO(A)	:	NIVALDO MERCENAS SANTOS
ADVOGADO DR(A)	:	MEIRIVONE FERREIRA DE ARAGÃO
EMBARGADO(A)	:	NIVALDO MERCENAS SANTOS
ADVOGADO DR(A)	:	NILTON CORREIA
EMBARGADO(A)	:	FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ TADEU MONTEIRO DE ALMEIDA
PROCESSO	:	E-RR - 534/2005-133-15-00.6
EMBARGANTE	:	MARCELO SANTOS GOBI
ADVOGADO DR(A)	:	FÁBIO RICARDO RIBEIRO
EMBARGADO(A)	:	CAPUANO E CAPUANO S/C LTDA.
ADVOGADO DR(A)	:	CARLOS ALBERTO REDIGOLO NOVAES

Brasília, 28 de setembro de 2007.

JUHAN CURY

Coordenadora da 2a. Turma

COORDENADORIA DA 3ª TURMA

DESPACHOS

PROC. Nº TST-A-AIRR-627/2002-006-15-40.1 TRT - 15ª REGIÃO

AGRAVANTE	:	**FERROBAN - FERROVIAS BANDEIRANTES S.A.**
ADVOGADO	:	DR. NILTON CORREIA
AGRAVADO	:	**JOÃO CARLOS FURLAN DE PAULA**
ADVOGADA	:	DRA. TÂNIA MARIA DA SILVA

D E S P A C H O

Trata-se de Agravo (fls. 209/214) interposto ao despacho de fls. 203, da lavra do Min. Ronaldo Lopes Leal, que denegou seguimento ao Agravo de Instrumento da Reclamada, com espeque no art. 896, § 5º, da CLT.

Em Agravo, a Reclamada propugna a reconsideração do despacho, tendo em vista a tempestividade do Agravo de Instrumento.

2 - Fundamentação

Regularmente processado, o Agravo preenche os requisitos de admissibilidade.

Prosperam os argumentos da Agravante.

Compulsado-se os autos, verifica-se que o despacho denegatório foi publicado em 02/06/06 (fls. 195-verso). Considerando-se que os prazos foram suspensos pela Corte a quo no período de 16/05/06 a 07/07/06 (fls. 199), o prazo para a interposição do apelo teve início em 10/07/06. De acordo com a certidão de fls. 2, a Reclamada interpôs, via fac-símile, Agravo de Instrumento em 17/07/06, juntando os originais em 19/07/06. Constata-se, assim, que o apelo foi interposto dentro do octídio legal, respeitando os prazos dos artigos 897, caput, da CLT e 2º da Lei n° 9.800/99.

3 - Conclusão

Pelo exposto, exercendo o juízo de retratação, torno sem efeito o despacho de fls. 203 e determino a reautuação do feito como Agravo de Instrumento em Recurso de Revista. Após, voltem-me os autos conclusos, para julgamento.

Publique-se.

Brasília, 3 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

Ministra-Relatora

PROC. TST-A-AIRR-2.476/2002-005-02-40.0 TRT - 2ª REGIÃO

AGRAVANTE	:	**SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, APART-HOTÉIS, MOTÉIS, FLATS, PENSÕES, HOSPEDARIAS, POUSADAS, RESTAURANTES, CHURRASCARIAS, CANTINAS, PIZZARIAS, BARES, LANCHONETES, SORVETERIAS, CONFEITARIAS, DOCERIAS, BUFFETS, FAST-FOODS E ASSEMELHDOS DE SÃO PAULO E REGIÃO**
ADVOGADOS	:	**DR. SÉRGIO ANTULHO DE LAURINDO E DR.ª RITA DE CÁSSIA BARBOSA LOPES**
AGRAVADA	:	**CHOPERIA DOIS AMIGOS LTDA. - ME**
ADVOGADO	:	**DR. MARCELO GOYA**

DESPACHO DE RECONSIDERAÇÃO

Trata-se de Agravo (fls. 108/111) interposto ao despacho de fls. 103, da lavra do Exmo. Min. Rider de Brito, que denegou seguimento ao Agravo de Instrumento do Sindicato-autor, com fundamento no art. 557, caput, do CPC, por ausência de traslado de peça obrigatória, qual seja, a cópia do comprovante do recolhimento de custas.

Em Agravo, o Autor propugna a reconsideração do despacho. Alega que, a despeito de não ter sido juntada a cópia do DARF relativo ao pagamento das custas, consta do acórdão regional, às fls. 50, que as custas foram recolhidas. Aduz, ainda, que a questão concernente às custas não é objeto de recurso de nenhuma das partes, estando preclusa tal matéria. Indica ofensa ao artigo 897 da CLT.

2 - Fundamentação

Regularmente processado, o Agravo preenche os requisitos de admissibilidade.

Assiste razão ao Agravante.

Esta Corte firmou entendimento no sentido de que não se faz necessário trasladar ao instrumento do agravo o comprovante de recolhimento de custas, a menos que essa seja a matéria controvertida no recurso de revista, conforme consubstanciado na Orientação Jurisprudencial nº 217 da SBDI-1/TST:

"**AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRASLADO. LEI Nº 9756/1998. GUIAS DE CUSTAS E DE DEPÓSITO RECURSAL.**

Para a formação do agravo de instrumento, não é necessária a juntada de comprovantes de recolhimento de custas e de depósito recursal relativamente ao recurso ordinário, desde que não seja objeto de controvérsia no recurso de revista a validade daqueles recolhimentos."

No caso vertente, a sentença de fls. 42/44 condenou o Sindicato-autor ao pagamento de custas no importe de R$ 47,22 (quarenta e sete reais e vinte e dois centavos). O Eg. Tribunal de origem, em acórdão de fls. 50/52, complementado às fls. 56/59, no que interessa, conheceu do Recurso Ordinário do Autor e negou-lhe provimento, "mantendo incólume a r. decisão de origem" (fls. 52). Não houve, portanto, nenhuma alteração no valor das custas.

Registre-se, ainda, que, no relatório do acórdão regional, consta expressamente que o preparo do Recurso Ordinário foi efetuado (fls. 50).

Tendo em vista que não houve majoração, no acórdão regional, do valor fixado a título de custas e que tal matéria não é objeto de controvérsia no Recurso de Revista, o comprovante de recolhimento de custas não constitui peça obrigatória e essencial à formação do Instrumento.

Dessa forma, deve ser afastado o óbice da deficiência de traslado do Agravo de Instrumento.

3 - Conclusão

Pelo exposto, exercendo o juízo de retratação, torno sem efeito o despacho de fls. 103 e determino a reautuação do feito como Agravo de Instrumento em Recurso de Revista.

Após, voltem-me os autos conclusos, para julgamento.

Publique-se.

Brasília, 10 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

Ministra-Relatora

PROC. TST-A-AIRR-2.862/2003-057-02-40.2 TRT - 2ª REGIÃO

AGRAVANTE	:	**SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, APART-HOTÉIS, MOTÉIS, FLATS, PENSÕES, HOSPEDARIAS, POUSADAS, RESTAURANTES, CHURRASCARIAS, CANTINAS, PIZZARIAS, BARES, LANCHONETES, SORVETERIAS, CONFEITARIAS, DOCERIAS, BUFFETS, FAST-FOODS E ASSEMELHDOS DE SÃO PAULO E REGIÃO**
ADVOGADOS	:	**DR.ª RITA DE CÁSSIA BARBOSA LOPES E ADRIANA GONÇALVES SILVA**
AGRAVADA	:	**ALEXANDRA GAETA SACCA - ME**

DESPACHO DE RECONSIDERAÇÃO

Trata-se de Agravo (fls. 98/100) interposto ao despacho de fls. 92, da lavra do Exmo. Min. Rider de Brito, que denegou seguimento ao Agravo de Instrumento do Sindicato-autor, com fundamento no art. 557, caput, do CPC, por ausência de traslado de peça obrigatória, qual seja, a cópia da procuração outorgada pela Agravada.

Em Agravo, o Autor propugna a reconsideração do despacho. Alega que não há nos autos principais nenhum instrumento de mandato outorgado pela Ré, sendo inexigível, portanto, a juntada de tal peça. Argumenta que a Reclamada foi declarada revel e não ofereceu contra-razões aos recursos interpostos pelo Autor, conforme registrado nos autos.

2 - Fundamentação

Regularmente processado, o Agravo preenche os requisitos de admissibilidade.

Assiste razão ao Agravante.

Compulsando os autos, verifica-se que o processo correu à revelia, tornando-se inexigível, portanto, no caso vertente, a juntada de cópia da procuração outorgada pela Agravada, visto que inexistente nos autos principais. Nesse sentido, colhe-se precedente da C. SBDI-1, assim ementado:

"RECURSO DE EMBARGOS CONTRA DECISÃO PROFERIDA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO. AUSÊNCIA DE PEÇA ESSENCIAL E OBRIGATÓRIA À FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO (PROCURAÇÃO DA PARTE AGRAVADA). A egrégia Turma entendeu desatendido um dos pressupostos para o conhecimento do Agravo de Instrumento, qual seja, a ausência de procuração outorgada ao Agravado. Todavia, a parte logrou demonstrar a impossibilidade em colacionar o mencionado instrumento de procuração, porquanto inexistente nos autos do processo principal, visto que o processo correu à revelia. Embargos conhecidos e providos." (E-ED-AIRR 2.123/2001-025-020-40.4, Rel. Ministra Maria de Assis Calsing, DJ 29/06/2007)

Dessa forma, deve ser afastado o óbice da irregularidade na formação do Agravo de Instrumento.

3 - Conclusão

Pelo exposto, exercendo o juízo de retratação, torno sem efeito o despacho de fls. 92 e determino a reautuação do feito como Agravo de Instrumento em Recurso de Revista. Após, voltem-me os autos conclusos, para julgamento.

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-AIRR-20/2004-042-01-40.3TRT - 1ª REGIÃO

AGRAVANTE	:	**MARCELO LUIZ DA SILVA PACHECO**
ADVOGADO	:	**DR. MARCELO THOMAZ AQUINO**
AGRAVADA	:	**HEBARA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LOTÉRICOS S.A.**
ADVOGADO	:	**DR. JOSÉ SCALFONE NETO**

D E S P A C H O

O Agravo de Instrumento não merece seguimento, por irregularidade de representação processual.

O subscritor do apelo e do Recurso de Revista, teve os poderes outorgados por meio do substabelecimento de fls. 165, datado de 4/6/2004, o qual é anterior ao substabelecimento de fls. 164, datado de 12/7/2004, que outorgou poderes ao substabelecente. Está, pois, caracterizada a irregularidade de representação, conforme entendimento consubstanciado na Súmula nº 395, item IV, do TST, "configura-se a irregularidade de representação se o substabelecimento é anterior à outorga passada ao substabelecente".

Note-se que, além de essencial à verificação da regularidade de representação processual, a procuração outorgada pelo Agravante é peça obrigatória à formação do Agravo de Instrumento, nos termos do artigo 897, § 5º, inciso I, da CLT.

De acordo com o item X da Instrução Normativa nº 16/99 desta Corte, "cumpre às partes providenciar a correta formação do instrumento, não comportando a omissão conversão em diligência para suprir a ausência de peças, ainda que essenciais".

Ante o exposto, nos termos do art. 896, § 5º, da CLT, **denego seguimento** ao Agravo de Instrumento.

Publique-se.

Brasília, 10 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-airR-174/2005-004-17-40.2 TRT - 17ª REGIÃO

AGRAVANTE	:	**IZAIAS ALMEIDA SOUTO**
ADVOGADO	:	**DR. EUSTACHIO DOMÍCIO LUCCHESI RAMACCIOTTI**
AGRAVADO	:	**BANCO BRADESCO S.A.**
ADVOGADA	:	**DRA. CARLA PATRÍCIA ABRAHÃO DE AGUIAR GARCIA**

D E S P A C H O

O carimbo do protocolo do Recurso de Revista está **ilegível**, como se constata às fl. 111, o que inviabiliza a aferição da tempestividade do recurso, no caso de provimento do Agravo de Instrumento, caracterizando a deficiência na formação do instrumento, a teor do art. 897, § 5º, da CLT, da Orientação Jurisprudencial nº 285 da SBDI-1 e do item III da Instrução Normativa nº 16/99 do TST.

Ademais, o juízo de admissibilidade é realizado em duas instâncias, sendo que o pronunciamento do órgão a quo não gera preclusão para o ad quem. Assim, a afirmação constante do r. despacho denegatório, sem especificação de datas, não é suficiente para atestar a tempestividade da Revista.

Por fim, assinale-se que, de acordo com o item X da referida Instrução Normativa, "cumpre às partes providenciar a correta formação do instrumento, não comportando a omissão conversão em diligência para suprir a ausência de peças, ainda que essenciais".

Ante o exposto, nos termos do art. 896, § 5º, da CLT, **denego seguimento** ao Agravo de Instrumento.

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-AIRR-230/2005-039-01-40.0TRT - 1ª REGIÃO

AGRAVANTE	:	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
ADVOGADO	:	DR. LYCURGO LEITE NETO
AGRAVADO	:	CARLOS AUGUSTO GONÇALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADA	:	DR.ª ELIZABETH DE AGUIAR MELO

D E S P A C H O

1 - Relatório

O Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 1a Região, às fls. 101/104, deu provimento ao Recurso Ordinário do Reclamante, afastando a prescrição pronunciada na sentença e condenando a Reclamada ao pagamento das diferenças da multa de 40% (quarenta por cento) do FGTS .

Opostos Embargos de Declaração, às fls. 105/109, foram acolhidos, às fls. 117/122.

A Ré interpôs Recurso de Revista às fls. 123/142. Alegou a incidência dos efeitos da prescrição prevista no artigo 7º, XXIX, da Constituição. Asseverou que o termo inicial do prazo prescricional seria o momento em que o crédito a menor fora efetuado na conta do Reclamante. Sustentou que a Orientação Jurisprudencial n° 344 da SBDI-1 teria preceituado que **"a LC 110/01 materializou no mundo jurídico o direito dos trabalhadores aos expurgos inflacionários, mas em nenhum momento disse que o marco prescricional seria a data da edição da referida Lei"** (fls. 128). Alegou que o empregador não pode ser responsabilizado pelo pagamento das diferenças decorrentes dos expurgos inflacionários, mas sim o órgão gestor, ou seja, a Caixa Econômica Federal. Transcreveu arestos. Apontou contrariedade à Orientação Jurisprudencial n° 204 da SBDI-1. Indicou violação aos artigos 186 do Código Civil, 5º, II, XXXVI e LV, e 7º, XXIX, da Constituição da República.

O primeiro juízo de admissibilidade, às fls. 151/152, denegou seguimento ao apelo com espeque no artigo 896, §6º, da CLT.

No Agravo de Instrumento de fls. 2/16, a Reclamada renova as razões do Recurso de Revista.

Os autos não foram encaminhados ao D. Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 82 do RITST.

2 - Fundamentação

Não obstante a irresignação da Reclamada, o r. despacho agravado deve ser mantido.

Observe-se, inicialmente, que, tratando-se de causa sujeita ao rito sumaríssimo, a admissibilidade de recurso de revista restringe-se às hipóteses de contrariedade a súmula da Jurisprudência Uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou violação direta à Constituição, nos termos do artigo 896, § 6º, da CLT e na Orientação Jurisprudencial n° 352 da SBDI-1. Assim, deixo de analisar as contrariedades ao artigo 186 do CC e à Orientação Jurisprudencial n° 214 da SBDI-1, bem como a divergência jurisprudencial.

Quanto à prescrição, há entendimento pacificado no âmbito deste Tribunal, no sentido de que o termo inicial do prazo é a data de vigência da Lei Complementar nº 110, salvo comprovado trânsito em julgado de ação anteriormente proposta na Justiça Federal que reconheça direito à atualização do saldo na conta vinculada. É o que preceitua a Orientação Jurisprudencial nº 344 da C. SBDI-1, in verbis:

"FGTS. MULTA DE 40%. DIFERENÇAS DECORRENTES DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. DJ 10.11.2004 (alterada em decorrência do julgamento do processo TST IUJ-RR 1577/2003-019-03-00.8, DJ 22.11.2005)

O termo inicial do prazo prescricional para o empregado pleitear em juízo diferenças da multa do FGTS, decorrentes dos expurgos inflacionários, deu-se com a vigência da Lei Complementar nº 110, de 30.06.01, salvo comprovado trânsito em julgado de decisão proferida em ação proposta anteriormente na Justiça Federal, que reconheça o direito à atualização do saldo da conta vinculada."

Desse modo, não há falar que o termo inicial é o depósito do crédito a menor na conta do Autor.

Acerca da legitimidade, esta Eg. Corte já pacificou o entendimento de que a responsabilidade pelo pagamento é do empregador, nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 341 da C. SBDI-1, que dispõe:

"FGTS. MULTA DE 40%. DIFERENÇAS DECORRENTES DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO.

É de responsabilidade do empregador o pagamento da diferença da multa de 40% sobre os depósitos do FGTS, decorrente da atualização monetária em face dos expurgos inflacionários."

Conquanto as diferenças pleiteadas sejam decorrentes dos expurgos inflacionários, mantém-se a responsabilidade do empregador pelo adimplemento da multa rescisória, haja vista que lhe compete a obrigação de saldá-la na despedida imotivada.

Não há falar em violação ao princípio da segurança jurídica, porquanto o pagamento da multa do FGTS, quando da rescisão contratual, desconsiderou a aplicação dos corretos índices de atualização, em flagrante desrespeito à legislação que cuida da matéria.

Por fim, não se divisa violação ao artigo 5º, II e LV, da Constituição, na forma exigida pelo artigo 896, § 6º, da CLT.

3 - Conclusão

Ante o exposto, nos termos do art. 896, § 5º, da CLT, nego seguimento ao Agravo de Instrumento.

Publique-se.

Brasília, 3 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-AIRR-428/2005-411-02-40.5TRT - 2ª REGIÃO

AGRAVANTE	:	SICEMAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
ADVOGADO	:	DR. PAULO HOFFMAN
AGRAVADO	:	EDSON TARTARINI
ADVOGADO	:	DR. MAURO ROBERTO PEREIRA

D E S P A C H O

A Agravante não trasladou peça obrigatória e essencial à formação do Agravo de Instrumento, qual seja, cópia, na íntegra, do Recurso de Revista, contrariando o disposto no art. 897, § 5º, incisos I e II, da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como o item III da Instrução Normativa nº 16/99 do TST, que uniformizou entendimento acerca da aplicação da Lei nº 9.756/98.

A Lei nº 9.756/98 relaciona as peças necessárias à formação do Agravo de Instrumento. A partir de sua vigência, se provido, deverá possibilitar o imediato julgamento do recurso denegado, nos próprios autos. Daí por que se denega seguimento ao Agravo quando não trasladadas as peças indicadas no § 5º do art. 897 da CLT, as indispensáveis à compreensão da controvérsia e/ou aquelas que comprovem a satisfação dos requisitos extrínsecos do recurso principal.

A C. Subseção I de Dissídios Individuais desta Corte, nos autos do processo n° E-AIRR-1.173/2003-014-03-40.7, decidiu, unanimemente, que o traslado incompleto de peça indispensável ao imediato julgamento resulta em não-conhecimento do Agravo de Instrumento, visto que o caráter essencial decorre de lei (art. 897, § 5°, da CLT):

"Assim, a Embargante não se desobrigou de ônus que lhe competia, ao não trasladar peça obrigatória e essencial à formação do Agravo de Instrumento, qual seja, a cópia integral do acórdão regional, inobservando o disposto no art. 897, § 5º, incisos I e II, da Consolidação das Leis do Trabalho e item III da Instrução Normativa nº 16/99 do TST, que uniformizou entendimento acerca da aplicação da Lei nº 9.756/98.

Tal ônus é objetivo, não havendo falar, aqui, em análise da existência ou não de eventual prejuízo em decorrência de sua omissão. Isso porque, segundo o dispositivo indicado, não há espaço para cogitações acerca da dispensabilidade das peças previamente indicadas como essenciais (artigo 897, § 5º, inciso I, da CLT). Tal meditação deve ocorrer apenas em relação a peças outras, não gravadas da indispensabilidade legal (artigo 897, § 5º, inciso II, da CLT)." (Relatora Min. Maria Cristina Peduzzi, DJ - 30/06/2006, sublinhei)

Outros precedentes: AIRR-2.038/2002-314-02-40, 3ª Turma, Relator Juiz Conv. Ricardo Machado, DJ - 20/10/2006; AIRR-69/2004-005-06-40.9, 6ª Turma, Relatora Min. Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, DJ - 08/09/2006; AIRR-1.340/1999-043-01-40, 5ª Turma, Relator Juiz Conv. João Carlos Ribeiro de Souza, DJ - 27/08/2004; AIRR-431/2002-015-03-40, 5ª Turma, Relatora Min. Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, DJ - 20/08/2004.

Assevere-se, outrossim, que, de acordo com o item X da Instrução Normativa nº 16/99 do TST, "cumpre às partes providenciar a correta formação do instrumento, não comportando a omissão conversão em diligência para suprir a ausência de peças, ainda que essenciais".

Ante o exposto, nos termos do art. 896, § 5º, da CLT, **denego seguimento** ao Agravo de Instrumento.

Publique-se.

Brasília, 10 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-AIRR- 448/2006-153-03-40.9TRT -3ª REGIÃO

AGRAVANTE	:	PROSEGUR BRASIL S.A. - TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA
ADVOGADO	:	DR. FLÁVIO AUGUSTO SILVA DE OLIVEIRA COSTA
AGRAVADO	:	ZENILDO ALVES PEREIRA
ADVOGADA	:	DR.ª FLÁVIA MESQUITA E SILVA

D E S P A C H O

O Juízo de admissibilidade a quo, em despacho de fls. 207/208, negou seguimento ao Recurso de Revista da Reclamada, por irregularidade de representação. Consignou que a procuração outorgada ao advogado subscritor do Apelo foi colacionada aos autos em fotocópia não autenticada. Invocou o artigo 830 da CLT e a Súmula nº 383 do TST.

No Agravo de Instrumento, a Reclamada sustenta que requer a aplicação do art. 13 do CPC e aponta ofensa ao art. 5º, LV, da Constituição da República. Traz declaração de autenticidade das cópias acostadas ao instrumento.

O apelo não prospera.

Esta Corte entende ser necessária a autenticação para se aferir a veracidade da procuração outorgada ao advogado subscritor do Recurso. Nesse sentido, cito o seguinte precedente:

"RECURSO ORDINÁRIO - IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL - PROCURAÇÃO E SUBSTABELECIMENTO EM CÓPIA REPROGRÁFICA NÃO AUTENTICADA - É irregular a representação processual se os instrumentos de mandato (procuração e substabelecimento) anexados aos autos encontram-se em fotocópia sem autenticação, desatendendo, assim, ao disposto no art. 830 da CLT. Ressalte-se a inaplicabilidade, in casu, da regra do art. 13 do CPC, em estreita sintonia com a iterativa jurisprudência desta corte, sedimentada no Verbete nº 149 da SBDI1, haja vista que a interposição de recurso não pode ser considerada como ato urgente, na acepção do art. 37 do mesmo diploma legal. Recurso ordinário não conhecido, por ser inexistente." (ROAR-768.032/2001.6, SBDI-2, Rel. Min. Ronaldo Leal, DJ 5/4/2002, decisão unânime)

Nos termos da Súmula nº 383, II, da C. SBDI-1, é inaplicável o artigo 13 do CPC, com o fito de regularizar a representação processual, em fase recursal (ex-Orientação Jurisprudencial nº 149/SBDI-1).

Não há falar, por fim, em ofensa ao artigo 5º, inciso LV, da Constituição, porquanto a garantia ao contraditório e à ampla defesa, assegurada aos litigantes em processo judicial, não os exime do preenchimento dos requisitos legais de admissibilidade do recurso, que devem ser comprovados à época da interposição do recurso.

Assim, não obstante a irresignação da Agravante, o r. despacho agravado deve ser mantido.

Em vista do exposto, com fundamento no art. 896, § 5º, da CLT, **denego seguimento** ao Agravo de Instrumento.

Publique-se.

Brasília, 3 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-AIRR-466/2006-113-03-40.1TRT - 3ª REGIÃO

AGRAVANTES	:	COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG E OUTROS
ADVOGADO	:	DR. JOÃO MARCOS GROSSI LOBO MARTINS
AGRAVADO	:	EDVALDO DE SOUZA CHRISTIANO
ADVOGADO	:	DR. FREDERICO GARCIA GUIMARÃES

D E S P A C H O

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto ao despacho de fls. 72/73, que denegou seguimento ao Recurso de Revista do Reclamado.

Os Agravantes não trasladaram peça obrigatória e essencial à formação do Agravo de Instrumento, qual seja, **cópia do comprovante de recolhimento do depósito recursal concernente ao Recurso de Revista,** contrariando o disposto no art. 897, § 5º, inciso I, da Consolidação das Leis do Trabalho e item III da Instrução Normativa nº 16/99 do TST, que uniformizou entendimento acerca da aplicação da Lei nº 9.756/98.

A partir da vigência da mencionada lei, os Agravos interpostos, se providos, deverão possibilitar o imediato julgamento do recurso denegado, nos próprios autos. Nesse sentido, somente a partir do exame das guias de recolhimento das custas e do depósito recursal, poder-se-ia comprovar a satisfação dos requisitos extrínsecos da Revista.

Ademais, verifica-se que o **carimbo de protocolo do Recurso de Revista está ilegível** (fl. 59), o que inviabiliza a aferição da tempestividade do recurso, no caso de provimento do Agravo de Instrumento, caracterizando a deficiência na formação do instrumento, a teor do art. 897, § 5º, da CLT, da Orientação Jurisprudencial nº 285 da SBDI-1 e do item III da Instrução Normativa nº 16/99, ambos do TST.

Ressalta-se ainda que a afirmação constante no r. despacho denegatório, sem especificação de datas, não é suficiente para atestar a tempestividade do apelo.

Registre-se que o juízo de admissibilidade do recurso principal é feito pelos órgãos a quo e ad quem. O pronunciamento do primeiro não gera preclusão para o segundo, que tem o poder-dever de examinar a admissibilidade.

Assinala-se, que, de acordo com o item X da Instrução Normativa nº 16/99, "cumpre às partes providenciar a correta formação do instrumento, não comportando a omissão conversão em diligência para suprir a ausência de peças, ainda que essenciais".

Ante o exposto, nos termos do art. 896, § 5º, da CLT, **denego seguimento** ao Agravo de Instrumento.

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-airR-511/2003-005-16-40.1TRT - 16ª REGIÃO

AGRAVANTE	:	INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA - ISAE
ADVOGADA	:	DRA. POLLYANA MARIA GAMA VAZ
AGRAVADO	:	JOSÉ MARIA CORRÊA
ADVOGADO	:	DR. LUIZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA
AGRAVADA	:	FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO
ADVOGADO	:	DR. RONALDO TOSTES MASCARENHAS

D E S P A C H O

O Agravante trasladou cópia do Recurso de Revista (fls. 159/175) com registro de protocolo ilegível, o que impossibilita a aferição de sua tempestividade.

O traslado regular e legível do Recurso de Revista é indispensável à formação do Instrumento, nos termos do art. 897, § 5º, caput, da CLT e do item III da Instrução Normativa nº 16/99 do TST, que uniformizou a aplicação da Lei nº 9.756/98. Nesse sentido, a Orientação Jurisprudencial nº 285 da C. SBDI-1:

"**Agravo de instrumento. Traslado. Carimbo do protocolo do recurso ilegível. Inservível.** DJ 11.08.2003 - O carimbo do protocolo da petição recursal constitui elemento indispensável para aferição da tempestividade do apelo, razão pela qual deverá estar legível, pois um dado ilegível é o mesmo que a inexistência do dado."

Assevere-se, outrossim, que, consoante se depreende do instrumento do Agravo, não há outorga de poderes à advogada que subscreveu o Recurso de Revista, Dra. Eline Aguiar da Costa. O substabelecimento que lhe confere poderes (fls. 09) é posterior à interposição da Revista.

Como se sabe, **o recurso interposto por advogado sem procuração nos autos** deve ser havido por inexistente, a teor do que dispõe o artigo 37, parágrafo único, do CPC.

Registre-se que o juízo de admissibilidade do Recurso de Revista é feito pelos órgãos a quo e ad quem. O pronunciamento do primeiro não gera, assim, preclusão para o segundo, que tem o poder-dever de (re)examinar a admissibilidade dos recursos a ele dirigidos.

Além disso, o Agravante não trasladou cópia de nenhum documento que comprovasse o recolhimento de custas e de depósito recursal em Recurso de Revista. Conforme já consignado no despacho denegatório de Recurso de Revista (fls. 178/179), os depósitos recolhidos pela Agravada, reconhecida como responsável subsidiária em acórdão de Recurso Ordinário, não aproveitam ao Agravante. Sendo assim, tem-se como **irregular o preparo da Revista**.

A Lei nº 9.756/98 relaciona as peças necessárias à formação do Agravo de Instrumento. A partir de sua vigência, se provido, deverá possibilitar o imediato julgamento do recurso denegado, nos próprios autos. Daí por que se denega seguimento ao Agravo se não transladadas as peças indicadas no Art. 897, § 5º inciso I, da CLT, as indispensáveis à compreensão da controvérsia e/ou as que comprovem a satisfação dos requisitos extrínsecos do recurso principal.

De acordo com o item X da aludida Instrução Normativa, **"cumpre às partes providenciar a correta formação do instrumento, não comportando a omissão conversão em diligência para suprir a ausência de peças, ainda que essenciais".**

Ante o exposto, nos termos do art. 896, § 5º, da CLT, **denego seguimento** ao Agravo de Instrumento.

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-AIRR-511/2003-005-16-41.4TRT - 16ª REGIÃO

AGRAVANTE	:	FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO
ADVOGADA	:	DR. JOSÉ CALDAS GOIS JÚNIOR
AGRAVADO	:	JOSÉ MARIA CORRÊA
ADVOGADO	:	DR. LUIZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA
AGRAVADO	:	INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA - ISAE
ADVOGADO	:	DR. NAZIANO PANTOJA FILIZOLA

D E S P A C H O

O Agravo de Instrumento não merece seguimento ante a falta de requisito extrínseco de admissibilidade, qual seja, regularidade de representação.

Consoante se depreende do instrumento do Agravo, não há outorga de poderes ao advogado que subscreveu o Recurso de Revista e o Agravo de Instrumento. Assevere-se, ainda, que não se configura a hipótese de mandato tácito.

Como se sabe, o recurso interposto por advogado sem procuração nos autos deve ser havido por inexistente, a teor do que dispõe o artigo 37, parágrafo único, do CPC.

Registre-se que o juízo de admissibilidade do Recurso de Revista é feito pelos órgãos a quo e ad quem. O pronunciamento do primeiro não gera, assim, preclusão para o segundo, que tem o poder-dever de (re)examinar a admissibilidade dos recursos a ele dirigidos.

Assevere-se, outrossim, que, de acordo com o item X da Instrução Normativa nº 16/99 do TST, "cumpre às partes providenciar a correta formação do instrumento, não comportando a omissão conversão em diligência para suprir a ausência de peças, ainda que essenciais".

Ante o exposto, nos termos do art. 896, § 5º, da CLT, **denego seguimento** ao Agravo de Instrumento.

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-AIRR-622/2006-005-13-40.7TRT - 13ª REGIÃO

AGRAVANTE	:	JOÃO DA CUNHA TAVARES VINAGRE
ADVOGADO	:	DR. PACELLI DA ROCHA MARTINS
AGRAVADA	:	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	FÁBIO ROMERO DE SOUSA RANGEL

D E S P A C H O

O Agravante não autenticou as cópias reprográficas das peças formadoras do Agravo de Instrumento, desatendendo ao disposto no item IX da Instrução Normativa nº 16/99 deste Tribunal Superior e no artigo 830 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Cumpre ainda mencionar que inexiste certidão ou declaração de autenticidade nos autos, conforme previsto no artigo 544, § 1º, do CPC. Nesse sentido, o entendimento desta Corte assinala que a simples juntada de peças aos autos não vale como afirmação de autenticidade. A C. SBDI-1 já decidiu:

"**EMBARGOS. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRASLADO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE AUTENTICAÇÃO NAS PEÇAS PROCESSUAIS OBRIGATÓRIAS**. Nos termos do item IX da Instrução Normativa nº 16/99, as peças processuais trasladadas devem conter informações identificadoras do processo do qual foram extraídas e ser autenticadas, uma a uma, no verso ou anverso, ou o próprio advogado subscritor do recurso pode declarar, expressamente, a autenticidade das peças processuais (art. 544, § 1º, do CPC). In casu, nenhuma das duas hipóteses foi observada pela parte, caracterizando a deficiência de traslado. Embargos não conhecidos." (E-A-AIRR-801/2003-121-17-40.7, Rel. Min. Vantuil Abdala, DJ 3/80/2007)

No mesmo sentido, os precedentes desta Corte: E-AIRR-1.350/2002-072-02-40, Min. Aloysio Corrêa da Veiga, DJ de 16/02/2007 e E-AIRR-1.336/2002-059-02-40, Min. João Oreste Dalazen, DJ de 02/03/2007.

Assevere-se, ainda, que, de acordo com o item X da Instrução Normativa nº 16/99 do TST, "cumpre às partes providenciar a correta formação do instrumento, não comportando a omissão conversão em diligência para suprir a ausência de peças, ainda que essenciais".

Ante o exposto, nos termos dos arts. 896, § 5º, da CLT e 557 do CPC, **denego seguimento** ao Agravo de Instrumento.

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-AIRR-941/2006-004-13-40.6TRT - 13ª REGIÃO

AGRAVANTE	:	ALTAGENI RODEZIO DE ANDRADE FERREIRA
ADVOGADO	:	DR. PACELLI DA ROCHA MARTINS
AGRAVADA	:	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	MARCOS CALUMBI NÓBREGA DIAS

D E S P A C H O

O Agravante não autenticou as cópias reprográficas das peças formadoras do Agravo de Instrumento, desatendendo ao disposto no item IX da Instrução Normativa nº 16/99 deste Tribunal Superior e no artigo 830 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Cumpre ainda mencionar que inexiste certidão ou declaração de autenticidade nos autos, conforme previsto no artigo 544, § 1º, do CPC. Nesse sentido, o entendimento desta Corte assinala que a simples juntada de peças aos autos não vale como afirmação de autenticidade. A C. SBDI-1 já decidiu:

"**EMBARGOS. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRASLADO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE AUTENTICAÇÃO NAS PEÇAS PROCESSUAIS OBRIGATÓRIAS**. Nos termos do item IX da Instrução Normativa nº 16/99, as peças processuais trasladadas devem conter informações identificadoras do processo do qual foram extraídas e ser autenticadas, uma a uma, no verso ou anverso, ou o próprio advogado subscritor do recurso pode declarar, expressamente, a autenticidade das peças processuais (art. 544, § 1º, do CPC). In casu, nenhuma das duas hipóteses foi observada pela parte, caracterizando a deficiência de traslado. Embargos não conhecidos." (E-A-AIRR-801/2003-121-17-40.7, Rel. Min. Vantuil Abdala, DJ 3/80/2007)

No mesmo sentido, os precedentes desta Corte: E-AIRR-1.350/2002-072-02-40, Min. Aloysio Corrêa da Veiga, DJ de 16/02/2007 e E-AIRR-1.336/2002-059-02-40, Min. João Oreste Dalazen, DJ de 02/03/2007.

Assevere-se, ainda, que, de acordo com o item X da Instrução Normativa nº 16/99 do TST, "cumpre às partes providenciar a correta formação do instrumento, não comportando a omissão conversão em diligência para suprir a ausência de peças, ainda que essenciais".

Ante o exposto, nos termos dos arts. 896, § 5º, da CLT, e 557 do CPC, **denego seguimento** ao Agravo de Instrumento.

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-AIRR-993/2003-044-01-40.4TRT - 1ª REGIÃO

AGRAVANTE	:	TELEMAR NORTE LESTE S.A.
ADVOGADO	:	DR. DÉCIO FLÁVIO TORRES FREIRE E JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
AGRAVADA	:	MARIA DA CONCEIÇÃO COUTINHO DO NASCIMENTO
ADVOGADO	:	DR. NEOSANDRO PIRES DOMINGUES

D E S P A C H O

1 - Relatório

O Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, acórdão às fls. 134/136, acolheu os Embargos de Declaração opostos pela Autora e, nos termos da Súmula nº 278 desta Corte, imprimiu efeito modificativo no julgado proferido às fls. 107/110. No que interessa, entendeu que à Autora são devidas diferenças da multa de 40% sobre o FGTS, decorrentes da reposição dos expurgos inflacionários. Manteve, também, o entendimento já declinado na decisão modificada de que o empregador é o responsável pelo seu pagamento.

A Reclamada interpôs Recurso de Revista às fls. 144/160. Alegou que não pode ser responsabilizada pelo pagamento das diferenças decorrentes dos expurgos inflacionários, ao argumento de que é parte ilegítima e de que o pagamento da multa rescisória é ato jurídico perfeito. Afirmou que a prescrição deveria ter sido analisada à luz do inciso XXIX do art. 7º da CF/88 ou pelo entendimento consubstanciado na Orientação Jurisprudencial nº 344 da C. SBDI-1. No entanto, aduziu que o Egrégio Tribunal Regional considerou como marco a data do depósito integral das diferenças pela Caixa Econômica Federal na conta vinculada da Autora. Indicou violação aos arts. 3º e 267, VI, do CPC; 5º, incisos II e XXXVI, 7º, inciso XXIX, e 170 da Constituição da República. Apontou contrariedade à Orientação Jurisprudencial nº 344 da C. SBDI-1.

Despacho denegatório de seguimento ao Recurso de Revista, às fls. 168/169, sob o argumento de que a decisão está em sintonia com a Orientação Jurisprudencial nº 344 da C. SBDI-1 e que o acórdão regional não adotou tese explícita acerca da prescrição.

No Agravo de Instrumento de fls. 2/10, a Reclamada reitera as razões do Recurso de Revista.

Os autos não foram encaminhados ao D. Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 82 do RITST.

2 - Fundamentação

Não obstante a irresignação da Agravante, o r. despacho agravado deve ser mantido pelos fundamentos a seguir.

Quanto ao termo inicial do prazo prescricional para que a Autora pleiteasse em juízo as diferenças da multa de 40% sobre o FGTS, decorrentes da reposição dos expurgos inflacionários, verifica-se que o Eg. Tribunal de origem não adotou tese explícita acerca da matéria, restringindo-se a afirmar que o acessório (diferença de 40%) estaria vinculado ao depósito integral do principal pela Caixa Econômica Federal (diferença da correção monetária pela aplicação dos índices expurgados). Observa-se, ainda, que, nos Embargos de Declaração opostos às fls. 138/140, a Reclamada apenas se insurgiu contra os valores da condenação e das custas. Dessarte, nesse ponto, não merece processamento o Recurso de Revista, por incidência da Súmula nº 297 do TST.

Acerca dos expurgos inflacionários sobre a multa do FGTS, esta Eg. Corte já pacificou o entendimento de que a responsabilidade pelo seu pagamento é do empregador, nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 341 da C. SBDI-1, in verbis:

"**FGTS. MULTA DE 40%. DIFERENÇAS DECORRENTES DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO.**

É de responsabilidade do empregador o pagamento da diferença da multa de 40% sobre os depósitos do FGTS, decorrente da atualização monetária em face dos expurgos inflacionários."

Conquanto as diferenças pleiteadas sejam decorrentes dos expurgos inflacionários, mantém-se a responsabilidade da Empregadora pelo adimplemento da multa rescisória, haja vista que lhe compete a obrigação de saldá-la na despedida imotivada.

Não há falar em ato jurídico perfeito, tendo em vista que o pagamento da multa do FGTS, quando da rescisão contratual, não foi perfeito e acabado, porque foi desconsiderada a aplicação dos corretos índices de atualização, ainda que posteriormente declarados. Precedentes: TST-E-RR-1.578/2002-014-03-00.0, SBDI-1, Rel. Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, DJ 20/5/2005; TST-E-RR-1.651/2000-002-03-00.1, SBDI-1, Rel. Ministro José Luciano de Castilho Pereira, DJ 11/3/2005; e TST-E-RR-124/2002-010-03-00.6, SBDI-1, Rel. Ministro Milton de Moura França, DJ 24/9/2004.

Verifica-se, assim, que o acórdão regional está conforme à jurisprudência consolidada nesta Eg. Corte e, portanto, tornam-se insubsistentes as alegadas violações legais e constitucionais, nos termos em que foram apresentadas pela Reclamada.

3 - Conclusão

Ante o exposto, nos termos dos arts. 896, § 5º, da CLT e 557 do CPC, nego seguimento ao Agravo de Instrumento.

Publique-se.

Brasília, 3 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-AIRR-1.130/1998-461-02-40.9TRT - 2ª REGIÃO

AGRAVANTE	:	JOSÉ CARLOS LOPES FERNANDES
ADVOGADO	:	DR. ADALBERTO JACOB FERREIRA
AGRAVADA	:	COLGATE - PALMOLIVE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
ADVOGADO	:	ASSAD LUIZ THOMÉ

D E S P A C H O

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto ao despacho de fls. 245/246, que negou seguimento ao Recurso de Revista do Reclamante.

O Agravante não trasladou peça obrigatória e essencial à formação do Agravo de Instrumento, qual seja, **cópia da procuração outorgada ao advogado subscritor do apelo,** o que contraria o disposto no art. 897, § 5º, da Consolidação das Leis do Trabalho e o item III da Instrução Normativa nº 16/99 do TST, que uniformizou entendimento acerca da aplicação da Lei nº 9.756/98.

A Lei nº 9.756/98 relaciona as peças necessárias à formação do Agravo de Instrumento. A partir de sua vigência, se provido, deverá possibilitar o imediato julgamento do recurso denegado, nos próprios autos. Daí por que se denega seguimento ao Agravo quando não trasladadas as peças indicadas no § 5º, I, do art. 897 da CLT, as indispensáveis à compreensão da controvérsia e/ou aquelas que comprovem a satisfação dos requisitos extrínsecos do recurso principal.

De acordo com o item X da Instrução Normativa nº 16/99 do TST, "cumpre às partes providenciar a correta formação do instrumento, não comportando a omissão conversão em diligência para suprir a ausência de peças, ainda que essenciais".

Ante o exposto, nos termos do art. 896, § 5º, da CLT, **denego seguimento** ao Agravo de Instrumento.

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-AIRR-1.249/2004-064-01-40.2TRT - 1ª REGIÃO

AGRAVANTE	:	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO
ADVOGADOS	:	DR. NILTON CORREIA E DRA. AMANDA SILVA DOS SANTOS
AGRAVADA	:	GERMANA MARIA SILVA E SOUZA
ADVOGADO	:	DR. GILBERTO BAPTISTA DA SILVA

D E S P A C H O

1 - Relatório

O Eg. Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, em acórdão de fls. 49/54, negou provimento ao Recurso Ordinário do Reclamado. No que interessa, rejeitou a argüição da prescrição da pretensão de haver diferenças da multa de 40% (quarenta por cento) do FGTS, asseverando que a contagem do prazo prescricional teve início com a vigência da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001 e que "o sindicato da categoria, na condição de substituto processual, buscou expressamente a interrupção da prescrição através do protesto judicial protocolizado em 03.06.2003" (fls. 51). Acrescentou que a Reclamante consta no rol de substituídos daquela ação. Afirmou, ainda, que a responsabilidade pelo pagamento das diferenças decorrentes dos expurgos é do empregador.

O Reclamado interpôs Recurso de Revista às fls. 55/63. Inicialmente, sustentou que o termo inicial do prazo prescricional é a extinção do contrato de trabalho, nos termos do artigo 7º, inciso XXIX, da Constituição da República. Afirmou, ainda, que não pode ser responsabilizado pelo pagamento das diferenças decorrentes dos expurgos inflacionários, ao argumento de que o pagamento da multa rescisória é ato jurídico perfeito. Indicou ofensa aos artigos 5º, XXXVI, da Carta Magna, 8º da CLT, 6º da LICC e 927 do Código Civil e contrariedade à Súmula nº 330 do TST. Transcreveu arestos.

Negado seguimento ao apelo, na origem, em despacho de fls. 64/65, o Reclamado interpõe Agravo de Instrumento, às fls. 2/7, em que reitera as razões do Recurso de Revista.

Os autos não foram encaminhados ao D. Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 82 do RITST.

2 - Fundamentação

Não obstante a irresignação do Reclamado, o r. despacho agravado deve ser mantido.

Quanto à prescrição, há entendimento pacificado no âmbito deste Tribunal, no sentido de que o termo inicial do prazo é a data de vigência da Lei Complementar nº 110, salvo comprovado trânsito em julgado de ação anteriormente proposta na Justiça Federal, que reconheça direito à atualização do saldo na conta vinculada. É o que preceitua a Orientação Jurisprudencial nº 344 da C. SBDI-1, in verbis:

"FGTS. MULTA DE 40%. DIFERENÇAS DECORRENTES DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. (alterada em decorrência do julgamento do processo TST IUJ-RR 1577/2003-019-03-00.8) - DJ 22.11.05

O termo inicial do prazo prescricional para o empregado pleitear em juízo diferenças da multa do FGTS, decorrentes dos expurgos inflacionários, deu-se com a vigência da Lei Complementar nº 110, em 30.06.01, salvo comprovado trânsito em julgado de decisão proferida em ação proposta anteriormente na Justiça Federal, que reconheça o direito à atualização do saldo da conta vinculada."

Na hipótese, o acórdão regional noticia o ajuizamento de protesto interruptivo da prescrição em 3/6/2003 - dentro, portanto, do prazo prescricional, contado a partir da vigência da referida Lei Complementar. A presente Reclamação foi proposta em 13/7/2004 (fls. 51), quando ainda não escoado o novo biênio. Não há prescrição a ser pronunciada.

Por outro lado, não há falar em ato jurídico perfeito. O pagamento da multa fundiária, quando da rescisão contratual, não foi perfeito e acabado, porquanto desconsiderada a aplicação dos corretos índices de atualização, ainda que posteriormente declarados. Precedentes: TST-E-RR-1578/2002-014-03-00.0, SBDI-1, Rel. Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, DJ 20.5.2005; TST-E-RR-1651/2000-002-03-00.1, SBDI-1, Rel. Ministro José Luciano de Castilho Pereira, DJ 11.3.2005; e TST-E-RR-124/2002-010-03-00.6, SBDI-1, Rel. Ministro Milton de Moura França, DJ 24.9.2004.

Verifica-se que o acórdão regional está conforme à jurisprudência consolidada nesta Eg. Corte quanto aos aludidos temas.

A questão referente à eficácia da quitação (Súmula nº 330/TST) não foi objeto de análise pelo Eg. Tribunal de origem, carecendo o Recurso de Revista do indispensável prequestionamento. Incide a Súmula nº 297 do TST.

3 - Conclusão

Ante o exposto, nos termos do art. 896, § 5º, da CLT, nego seguimento ao Agravo de Instrumento.

Publique-se.

Brasília, 3 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-AIRR-1.507/2002-920-20-40.4.TRT - 20ª REGIÃO

AGRAVANTE	:	UNIÃO
PROCURADOR	:	DR. MOACIR ANTÔNIO MACHADO DA SILVA
AGRAVADO	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO METÁLICOS DO ESTADO DE SERGIPE - SINDIMINA.
ADVOGADO	:	DR. RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGÃO
AGRAVADA	:	PETROBRÁS MINERAÇÃO S. A. - PETROMISA

D E S P A C H O

O Agravante não trasladou peça obrigatória e essencial à formação do Agravo de Instrumento, qual seja, **cópia do acórdão regional que julgou os Embargos de Declaração**, contrariando o disposto no art. 897, § 5º, incisos I e II, da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como o item III da Instrução Normativa nº 16/99 do TST, que uniformizou entendimento acerca da aplicação da Lei nº 9.756/98.

A Lei nº 9.756/98 relaciona as peças necessárias à formação do Agravo de Instrumento. A partir de sua vigência, se provido, deverá possibilitar o imediato julgamento do recurso denegado, nos próprios autos. Daí por que se denega seguimento ao Agravo quando não trasladadas as peças indicadas no § 5º do art. 897 da CLT, as indispensáveis à compreensão da controvérsia e/ou aquelas que comprovem a satisfação dos requisitos extrínsecos do recurso principal.

A C. Subseção de Dissídios Individuais n° 1 desta Corte, nos autos do processo n° E-AIRR-1.173/2003-014-03-40.7, por unanimidade, decidiu:

"Assim, a Embargante não se desobrigou de ônus que lhe competia, ao não trasladar peça obrigatória e essencial à formação do Agravo de Instrumento, qual seja, a cópia integral do acórdão regional, inobservando o disposto no art. 897, § 5º, incisos I e II, da Consolidação das Leis do Trabalho e item III da Instrução Normativa nº 16/99 do TST, que uniformizou entendimento acerca da aplicação da Lei nº 9.756/98.

Tal ônus é objetivo, não havendo falar, aqui, em análise da existência ou não de eventual prejuízo em decorrência de sua omissão. Isso porque, segundo o dispositivo indicado, não há espaço para cogitações acerca da dispensabilidade das peças previamente indicadas como essenciais (artigo 897, § 5º, inciso I, da CLT). Tal meditação deve ocorrer apenas em relação a peças outras, não gravadas da indispensabilidade legal (artigo 897, § 5º, inciso II, da CLT)." (Relatora Min. Maria Cristina Peduzzi, DJ - 30/06/2006) (sublinhei)

Assevere-se, outrossim, que, de acordo com o item X da Instrução Normativa nº 16/99 do TST, "cumpre às partes providenciar a correta formação do instrumento, não comportando a omissão conversão em diligência para suprir a ausência de peças, ainda que essenciais".

Ante o exposto, nos termos do art. 896, § 5º, da CLT, **denego seguimento** ao Agravo de Instrumento.

Publique-se.

Brasília, 3 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-AIRR-1.511/2004-012-16-40.8TRT - 16ª REGIÃO

AGRAVANTE	:	TELEMAR NORTE LESTE S.A.
ADVOGADO	:	DR. CRISTIANO ALVES FERNANDES RIBEIRO E JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
AGRAVADO	:	ALAX BARROS DO NASCIMENTO
ADVOGADO	:	DR. JUCELINO PEREIRA DA SILVA
AGRAVADA	:	ENLACE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA.
ADVOGADA	:	DRª. MARIA DALVA FERREIRA DOS SANTOS

D E S P A C H O

O Juízo de admissibilidade a quo, em despacho de fls. 224, negou seguimento ao Recurso de Revista da segunda Reclamada, por irregularidade de representação processual. Consignou que a procuração outorgada à advogada que substabeleceu poderes ao subscritor do apelo foi colacionada aos autos em fotocópia não autenticada. Invocou o artigo 830 da CLT.

No Agravo de Instrumento, a segunda Ré sustenta estar caracterizado o mandato tácito, visto que os advogados subscritores do Recurso de Revista participaram de atos processuais anteriores. Aduzem que o artigo 830 da CLT refere-se exclusivamente a documento a ser utilizado como prova, e não a instrumento de procuração. Assevera que não houve impugnação do Reclamante quanto à procuração, não se tratando de fato controvertido no processo. Asseveram que foi juntada, posteriormente, outra procuração devidamente autenticada em cartório, idêntica à primeira. Afirmam que a procuração e o substabelecimento atingiram a finalidade de a parte constituir advogado, devendo ser conhecido o Recurso de Revista. Declaram a autenticidade das cópias acostadas ao instrumento. Invocam a Súmula nº 164 do TST.

Esta Corte entende ser necessária a autenticação da cópia reprográfica para se aferir a veracidade da procuração outorgada ao advogado e, conseqüentemente, a validade do substabelecimento por ele outorgado. Nesse sentido, cito o seguinte precedente:

"RECURSO ORDINÁRIO - IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL - PROCURAÇÃO E SUBSTABELECIMENTO EM CÓPIA REPROGRÁFICA NÃO AUTENTICADA - É irregular a representação processual se os instrumentos de mandato (procuração e substabelecimento) anexados aos autos encontram-se em fotocópia sem autenticação, desatendendo, assim, ao disposto no art. 830 da CLT. Ressalte-se a inaplicabilidade, in casu, da regra do art. 13 do CPC, em estreita sintonia com a iterativa jurisprudência desta corte, sedimentada no Verbete nº 149 da SBDI1, haja vista que a interposição de recurso não pode ser considerada como ato urgente, na acepção do art. 37 do mesmo diploma legal. Recurso ordinário não conhecido, por ser inexistente." (ROAR-768.032/2001.6, SBDI-2, Rel. Min. Ronaldo Leal, DJ 5/4/2002, decisão unânime)

Não tem amparo legal a comprovação da representação processual realizada por meio de cópia reprográfica não autenticada. Assim, tem-se por inexistente o apelo, nos termos da Súmula nº 164 do TST.

Registre-se que não se configura a hipótese de mandato tácito. Não consta da ata de audiência trasladada aos autos (fls. 33) o nome dos subscritores do recurso denegado, mas sim o nome de outro advogado. Ademais, ainda que estivesse configurado mandato tácito da advogada substabelecente, melhor sorte não socorreria a Reclamada, pois, nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 200 da SBDI-1, é inválido o substabelecimento de advogado investido de mandato tácito.

Nos termos da Súmula nº 383, II, da C. SBDI-1, é inaplicável o artigo 13 do CPC, com o fito de regularizar a representação processual, em fase recursal (ex-Orientação Jurisprudencial nº 149/SBDI-1).

Cumpre salientar que a comprovação dos requisitos recursais extrínsecos tem de ser feita à época da interposição do recurso. Ressalte-se que o fato de o procurador haver firmado outra peça recursal, precedentemente, não dispensa a verificação, pelo magistrado, do preenchimento dos requisitos extrínsecos de admissibilidade do recurso interposto.

Quanto à declaração de autenticidade constante do corpo da petição do Agravo de Instrumento, não é apta a sanar a apontada irregularidade, porquanto limita-se a atestar a equivalência entre as peças trasladadas e as originais.

Assim, não obstante a irresignação da Agravante, o r. despacho agravado deve ser mantido.

Em vista do exposto, com fundamento no art. 896, § 5º, da CLT, **denego seguimento** ao Agravo de Instrumento.

Publique-se.

Brasília, 3 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-AIRR-1663/2005-003-18-40.0TRT - 18ª REGIÃO

AGRAVANTE	:	CAVIN INVEST - INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA.
ADVOGADO	:	DR. ALEXANDRE PRUDENTE MARQUES
AGRAVADO	:	SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS NO ESTADO DE GOIÁS - SESCON-GOIÁS
ADVOGADA	:	DRA. FABÍOLA ARIADNE R. OLIVEIRA

D E S P A C H O

O Agravo de Instrumento interposto ao despacho denegatório, às fls. 276, não comporta conhecimento, por irregularidade de representação.

Não há a qualificação da signatária que outorga poderes ao subscritor do Agravo, aplicando-se o entendimento consubstanciado na Súmula nº 164 do TST, que obstaculiza o apelo interposto sem a adequada representação processual.

Compulsando os autos, verifica-se que a procuração às fls. 25 não identifica o representante legal que a firmou, constando apenas a sua assinatura, que sequer foi reconhecida em cartório, de impossível identificação.

Consigne-se, ainda, a inexistência de mandato tácito, que, no processo do trabalho, só é configurado pela presença do advogado, acompanhando a parte, em audiência, o que não restou demonstrado.

Assim, tratando-se de procuração outorgada por pessoa jurídica, tanto esta quanto seu representante legal devem ser identificados, conforme dispõe o art. 654, § 1º do Código Civil.

De acordo com o item X da Instrução Normativa nº 16/99 desta Corte, "cumpre às partes providenciar a correta formação do instrumento, não comportando a omissão conversão em diligência para suprir a ausência de peças, ainda que essenciais".

Ante o exposto, com fundamento no art. 896, § 5º, da CLT, **denego seguimento** ao Agravo de Instrumento.

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-AIRR-2.007/2004-251-04-40.0TRT - 4ª REGIÃO

AGRAVANTE	:	IPIRANGA PETROQUÍMICA S.A.
ADVOGADA	:	DRA. JOARA CHRISTINA MUCELIN DAMIANI
AGRAVADO	:	ADILSON DA SILVA TAVARES
ADVOGADO	:	DR. EDUARDO MASCOLO
AGRAVADA	:	ENSEL - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.
ADVOGADA	:	DRA. ANA MARILZA SOARES

D E S P A C H O

1 - Relatório

O Eg. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, em acórdão de fls. 162/173, no que interessa, negou provimento ao Recurso Ordinário da segunda Reclamada, Ipiranga Petroquímica S.A., mantendo sua responsabilização subsidiária pelos débitos da real empregadora do Reclamante, aos seguintes fundamentos:

"Em tendo sido celebrado contrato de prestação de serviços de vigilância e segurança com empresa que inadimpliu obrigações trabalhistas (fls. 323/328), não se pode deixar de reconhecer que à tomadora dos serviços cabe uma parcela de responsabilidade. Neste sentido a Súmula 331, IV, do TST:

omissis

Deve a tomadora dos serviços ter a cautela de assegurar-se da capacidade da prestadora de serviços de cumprir com suas obrigações, sob pena de culpa in eligendo, bem como exigir, enquanto vigente o contrato de prestação de serviço, a comprovação do adimplemento dessas obrigações, sob pena de culpa in vigilando." (fls. 167/168)

A Segunda Ré interpôs Recurso de Revista, às fls. 175/181. Sustentou que é parte ilegítima para figurar na ação e que não pode ser responsabilizada subsidiariamente. Alegou que o Reclamante não comprovou a inidoneidade da primeira Reclamada. Negou a existência, na espécie, de culpa in eligendo ou in vigilando, aduzindo, ainda, que não houve relação de emprego entre ela e o Reclamante. Indicou violação aos arts. 818 da CLT, 267, I, 295, II, e 333, I, do CPC; contrariedade à Súmula nº 331 do TST; e divergência jurisprudencial.

Pelo despacho de fls. 185/186, foi negado seguimento ao Recurso de Revista.

Inconformada, a Ré interpõe Agravo de Instrumento às fls. 2/10, em que alega ofensa aos incisos XXV e LV do art. 5º da Constituição da República e renova, em síntese, as razões da Revista.

Os autos não foram encaminhados ao D. Ministério Público do Trabalho, de acordo com o art. 82 do Regimento Interno desta Corte.

2 - Fundamentação

Não obstante a irresignação da Agravante, deve ser mantido o r. despacho denegatório.

No que toca à responsabilidade subsidiária, o acórdão regional está em sintonia com a jurisprudência desta Corte, consagrada pela súmula nº 331, item IV, que dispõe:

"O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial" (grifei).

Quanto à análise dos arestos colacionados incide, portanto, o óbice do art. 896, § 4º, da CLT.

Não se divisa violação aos artigos 818 da CLT e 333, I, do CPC, porquanto o acórdão regional não emitiu tese sobre o ônus da prova. Inteligência da Súmula nº 297/TST.

3 - Conclusão

Ante o exposto, com fundamento no art. 896, § 5º, da CLT, nego seguimento ao Agravo de Instrumento.

Publique-se.

Brasília, 27 de agosto de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-AIRR-2245/2000-054-02-40.5TRT - 2ª REGIÃO

AGRAVANTE	:	MAURANO & MAURANO LTDA.
ADVOGADA	:	DRA. KEYLA MELO FERRARESI
AGRAVADA	:	ISABEL CRISTINA ANDRADE
ADVOGADO	:	DR. GÉZIO DUARTE MEDRADO

D E S P A C H O

A Agravante não trasladou peças obrigatórias e essenciais à formação do Agravo de Instrumento, quais sejam, cópias do documento de recolhimento das custas e do comprovante de depósito recursal, em sede de Recurso de Revista, contrariando o disposto no art. 897, § 5º, incisos I e II, da Consolidação das Leis do Trabalho e item III da Instrução Normativa nº 16/99 do TST, que uniformizou entendimento acerca da aplicação da Lei nº 9.756/98.

Na presente hipótese, pela sentença de fls. 417/424 o valor da condenação ficou arbitrado em R$ 30.000,00 (trinta mil reais) e as custas, no importe de R$ 600,00 (seiscentos reais) pela Reclamada. Ao interpor Recurso Ordinário, o Réu não comprovou nos autos ter efetuado tais depósitos.

O Eg. Tribunal Regional, pelo v. acórdão de fls. 468/471, não arbitrou novo valor à condenação nem apontou dados objetivos que possibilitem aferir o correto preparo do Recurso Ordinário, não havendo referência aos valores recolhidos.

Quando recorreu de Revista, o limite legal exigível a título de depósito recursal era de R$ R$ 9.356,25 (nove mil, trezentos e cinqüenta e seis reais e vinte e cinco centavos), consoante o ATO. GP nº 173/05. A Agravante não comprovou nos autos ter efetuado o depósito.

O despacho denegatório do Recurso de Revista, fls. 496/498, também não apontou dados objetivos que possibilitem verificar o seu regular preparo**,** não havendo referência aos valores recolhidos.

Assevere-se, outrossim, que, de acordo com o item X da Instrução Normativa nº 16/99, "cumpre às partes providenciar a correta formação do instrumento, não comportando a omissão conversão em diligência para suprir a ausência de peças, ainda que essenciais".

Ante o exposto, nos termos do art. 896, § 5º, da CLT, **denego seguimento** ao Agravo de Instrumento.

Publique-se.

Brasília, 10 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-airR-3209/2004-002-12-40.9TRT - 12ª REGIÃO

AGRAVANTE	:	BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BESC
ADVOGADO	:	DR. NORTON LISBOA LEMOS
AGRAVADO	:	NELSON CRISTELLI
ADVOGADO	:	DR. PABLO APOSTOLOS SIARCOS

D E S P A C H O

O Agravante trasladou cópia do Recurso de Revista (fls. 89/109) que não foi extraída dos autos principais.

Não serve à formação do instrumento a juntada de peças que não foram extraídas dos autos principais, porque carecem de autenticação, não servindo para esse fim a declaração firmada pelo advogado.

A faculdade atribuída ao advogado pela parte final do art. 544, § 1º, do CPC limita-se à declaração de autenticidade das cópias das peças do processo - ou seja, das extraídas dos autos principais. Por conseguinte, não se estende ao Recurso de Revista em tela.

Por conseqüência de a cópia do recurso não ter sido extraída dos autos principais, o **Recurso de Revista** está sem o sinete de protocolo e sem a assinatura do advogado subscritor. E o Agravante não trasladou cópia da certidão de publicação do acórdão regional, peça obrigatória e essencial à formação do Agravo.

O r. despacho denegatório faz menção a um recurso de revista de fls. 230, interposto no dia 13/12/2005, no entanto, não é possível constatar que se trata do mesmo Recurso de Revista colacionado nos autos do Agravo, pois faltam elementos identificadores, como a chancela de numeração da instância a quo e o sinete de protocolo.

Tendo em vista que o juízo de admissibilidade é realizado em duas instâncias, o pronunciamento do órgão a quo não gera preclusão para o ad quem. Assim, a afirmação constante do r. despacho denegatório não é suficiente para atestar a tempestividade da Revista, sendo indispensável, nesse caso, o sinete de protocolo e a certidão de publicação do Acórdão Regional.

Neste sentido dispõe a Orientação Jurisprudencial Transitória nº 18 da SBDI-1:

"A certidão de publicação do acórdão regional é peça essencial para a regularidade do traslado do agravo de instrumento, porque imprescindível para aferir a tempestividade de recurso de revista e para viabilizar, quando provido, seu imediato julgamento (...)."

Além disso, o item III da Instrução Normativa nº 16/99 do TST determina:

"O agravo não será conhecido se o instrumento não contiver as peças necessárias para o julgamento do recurso denegado, incluindo a cópia do respectivo arrazoado e da comprovação de satisfação de todos os pressupostos extrínsecos do recurso principal." (grifei)

Não obstante, o Recurso de Revista apócrifo é tido como inexistente, já que torna impossível a verificação da legitimidade do ato. Nesse sentido, a Orientação Jurisprudencial nº 120 da SBDI-1, verbis:

"RECURSO. ASSINATURA DA PETIÇÃO OU DAS RAZÕES RECURSAIS. VALIDADE. O recurso sem assinatura será tido por inexistente. Será considerado válido o apelo assinado, ao menos, na petição de apresentação ou nas razões recursais."

Assevere-se, outrossim, que o Agravante trasladou cópia do a**córdão regional que julgou o Recurso Ordinário, sem a assinatura do juiz prolator**, o que por si só a invalida, considerada a Instrução Normativa 16/99, cujo item IX, in fine, explicita:

"As peças trasladadas conterão informações que identifiquem o processo do qual foram extraídas, autenticadas uma a uma, no anverso ou verso. Tais peças poderão ser declaradas autênticas pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal. Não será válida a cópia de despacho ou decisão que não contenha a assinatura do juiz prolator, nem as certidões subscritas por serventuário sem as informações acima exigidas." (grifei)

A Lei nº 9.756/98 relaciona as peças necessárias à formação do Agravo de Instrumento. A partir de sua vigência, se provido, deverá possibilitar o imediato julgamento do recurso denegado, nos próprios autos. Daí por que se denega seguimento ao Agravo se não transladadas as peças indicadas no art. 897, § 5º inciso I, da CLT, as indispensáveis à compreensão da controvérsia e/ou as que comprovem a satisfação dos requisitos extrínsecos do recurso principal.

De acordo com o item X da aludida Instrução Normativa, **"cumpre às partes providenciar a correta formação do instrumento, não comportando a omissão conversão em diligência para suprir a ausência de peças, ainda que essenciais".**

Ante o exposto, nos termos do art. 896, § 5º, da CLT, **denego seguimento** ao Agravo de Instrumento.

Publique-se.

Brasília, 10 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-AIRR-274/2004-011-16-40.1 TRT - 16ª REGIÃO

AGRAVANTE	:	INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA - ISAE
ADVOGADO	:	DR. POLLYANA MARIA GAMA VAZ
AGRAVADA	:	**GISELE SANTOS NOLETO**
ADVOGADO	:	DR. LUIZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA
AGRAVADA	:	**FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO**
ADVOGADO	:	DR. CLÁUDIO LINS DE VASCONCELOS

D E S P A C H O

O agravo de instrumento interposto pela Reclamada não reúne condições de conhecimento, por deficiência de traslado, já que as peças carreadas no processo não foram autenticadas, bem como não consta das razões do agravo a declaração de autenticidade das cópias, pelo advogado, mediante responsabilidade pessoal, na forma permitida no item IX da Instrução Normativa 16 do TST.

Ressalte-se que, nos termos da Instrução Normativa nº 16/99 do TST, item III, "O agravo não será conhecido se o instrumento não contiver as peças necessárias para o julgamento do recurso denegado, incluindo a cópia do respectivo arrazoado e da comprovação de satisfação de todos os pressupostos extrínsecos do recurso principal", quer dizer, se das peças trasladadas constar alguma cópia de documento, evidentemente que carecerá de autenticação, a fim de ostentar validade, ou da declaração acima declinada, afastada a hipótese de processamento do apelo nos autos principais, ante a revogação do § 1º do inciso II dessa Instrução pelo Ato GDGCJ-GP Nº 162/2003, de 28/4/2003, publicado no DJ de 25/3/2003 e republicado no DJ de 7/5/2003.

Além disso, ressalte-se o teor do item X da Instrução Normativa nº 16 do TST: "Cumpre às partes providenciar a correta formação do instrumento, não comportando a omissão em conversão em diligência para suprir a ausência de peças, ainda que essenciais."

Irregular o traslado, em clara desobediência ao art. 897 da CLT, com a redação dada pela Lei nº 9.756, de 17/12/98 (DOU 18/12/98), **não conheço** do Agravo de Instrumento.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-AIRR-274/2004-011-16-41.4 TRT - 16ª REGIÃO

AGRAVANTE	:	FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CALDAS GOIS JÚNIOR
AGRAVADA	:	**GISELE SANTOS NOLETO**
ADVOGADO	:	DR. LUIZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA
AGRAVADO	:	**INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA - ISAE**
ADVOGADO	:	DR. NAZIANO PANTOJA FILIZOLA

D E S P A C H O

IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO

O agravo de instrumento não merece conhecimento, em face da irregularidade de representação, porquanto não consta dos autos procuração em nome do advogado subscritor do agravo.

Ressalte-se que em fase recursal não se aplica o disposto nos arts. 13 e 37 do Código de Processo Civil, de acordo com o entendimento desta Corte, consubstanciado na Súmula 383, transcrita a seguir:

"MANDATO. ARTS. 13 E 37 DO CPC. FASE RECURSAL. INAPLICABILIDADE. (conversão das Orientações Jurisprudenciais nºs 149 e 311 da SDI-1) - Res. 129/2005 - DJ 20.04.05 I - É inadmissível, em instância recursal, o oferecimento tardio de procuração, nos termos do art. 37 do CPC, ainda que mediante protesto por posterior juntada, já que a interposição de recurso não pode ser reputada ato urgente. (ex-OJ nº 311 - DJ 11.08.2003) II - Inadmissível na fase recursal a regularização da representação processual, na forma do art. 13 do CPC, cuja aplicação se restringe ao Juízo de 1º grau." (ex-OJ nº 149 - Inserida em 27.11.1998)

Diante do exposto, com base nas Súmulas 164 e 383/TST, não conheço do Agravo de Instrumento por irregularidade de representação (art. 896, § 5º, da CLT).

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-AIRR-1063/2003-079-15-40.5TRT - 15ª REGIÃO

AGRAVANTE	:	FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA UNESP - FUNDUNESP
ADVOGADA	:	DRA. MARIA PAULA FERREIRA DE MELO
AGRAVADO	:	**IVAN CINTRA LIMA**
ADVOGADO	:	DR. SANDRO AURÉLIO CALIXTO

D E S P A C H O

O pedido de fls. 363/365 está prejudicado, porquanto a petição foi protocolizada em 22.05.2007, após o julgamento ocorrido em 16.05.2007.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Ministro Presidente da Terceira Turma

PROC. Nº TST-AIRR-1288/2004-001-16-40.5TRT - 16ª REGIÃO

AGRAVANTE	:	INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA - ISAE
ADVOGADO	:	DR. POLLYANA MARIA GAMA VAZ
AGRAVADA	:	**KÁTIA SIMONE GARCIA LINDOSO**
ADVOGADO	:	DR. LUIZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA
AGRAVADA	:	**FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO**
ADVOGADO	:	DR. RONALDO TOSTES MASCARENHAS

D E S P A C H O

O agravo de instrumento interposto pela Reclamada não reúne condições de conhecimento, por deficiência de traslado, já que as peças carreadas no processo não foram autenticadas, bem como não consta das razões do agravo a declaração de autenticidade das cópias, pelo advogado, mediante responsabilidade pessoal, na forma permitida no item IX da Instrução Normativa 16 do TST.

Ressalte-se que, nos termos da Instrução Normativa nº 16/99 do TST, item III, "O agravo não será conhecido se o instrumento não contiver as peças necessárias para o julgamento do recurso denegado, incluindo a cópia do respectivo arrazoado e da comprovação de satisfação de todos os pressupostos extrínsecos do recurso principal", quer dizer, se das peças trasladadas constar alguma cópia de documento, evidentemente que carecerá de autenticação, a fim de ostentar validade, ou da declaração acima declinada, afastada a hipótese de processamento do apelo nos autos principais, ante a revogação do § 1º do inciso II dessa Instrução pelo Ato GDGCJ-GP Nº 162/2003, de 28/4/2003, publicado no DJ de 25/3/2003 e republicado no DJ de 7/5/2003.

Além disso, ressalte-se o teor do item X da Instrução Normativa nº 16 do TST: "Cumpre às partes providenciar a correta formação do instrumento, não comportando a omissão em conversão em diligência para suprir a ausência de peças, ainda que essenciais."

Irregular o traslado, em clara desobediência ao art. 897 da CLT, com a redação dada pela Lei nº 9.756, de 17/12/98 (DOU 18/12/98), **não conheço** do Agravo de Instrumento.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-AIRR-1288/2004-001-16-41.8 TRT - 16ª REGIÃO

AGRAVANTE	:	FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CALDAS GOIS JÚNIOR
AGRAVADA	:	**KÁTIA SIMONE GARCIA LINDOSO**
ADVOGADO	:	DR. LUIZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA
AGRAVADA	:	**INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA - ISAE**
ADVOGADO	:	DR. NAZIANO PANTOJA FILIZOLA

D E S P A C H O

IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO

O agravo de instrumento não merece conhecimento, em face da irregularidade de representação, porquanto não consta dos autos procuração em nome do advogado subscritor do agravo.

Ressalte-se que em fase recursal não se aplica o disposto nos arts. 13 e 37 do Código de Processo Civil, de acordo com o entendimento desta Corte, consubstanciado na Súmula 383, transcrita a seguir:

"Mandato. Arts. 13 e 37 do CPC. Fase recursal. Inaplicabilidade. (conversão das Orientações Jurisprudenciais nºs 149 e 311 da SDI-1) - Res. 129/2005 - DJ 20.04.05 I - É inadmissível, em instância recursal, o oferecimento tardio de procuração, nos termos do art. 37 do CPC, ainda que mediante protesto por posterior juntada, já que a interposição de recurso não pode ser reputada ato urgente. (ex-OJ nº 311 - DJ 11.08.2003) II - Inadmissível na fase recursal a regularização da representação processual, na forma do art. 13 do CPC, cuja aplicação se restringe ao Juízo de 1º grau." (ex-OJ nº 149 - Inserida em 27.11.1998)

Diante do exposto, com base nas Súmulas 164 e 383/TST, **não conheço** do Agravo de Instrumento por irregularidade de representação (art. 896, § 5º, da CLT).

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-AIRR-2018/2006-037-12-40.5 TRT - 12ª REGIÃO

AGRAVANTE	:	VICTOR EDUARDO GEVAERD
ADVOGADA	:	DRª SIMONE ALVES
AGRAVADA	:	**ELVIRA TODESCATO CATANEO**
ADVOGADO	:	DR. LUIZ FERNANDO KREMER

D E S P A C H O

O traslado do Agravo de Instrumento encontra-se incompleto, pois não contém todas as peças essenciais exigidas pelo art. 897 da CLT, com a redação dada pela Lei nº 9.756, de 17/12/98 (DOU 18/12/98).

Não há cópia da primeira página do Recurso de Revista, peça essencial para a formação do agravo de instrumento, já que sua ausência impossibilita a constatação da sua tempestividade.

Nesse contexto, o despacho do juízo primeiro de admissibilidade recursal não supre a exigência legal (art. 897, § 5º, da CLT), nem vincula o Tribunal Superior.

Com efeito, tem-se que as informações presentes no despacho denegatório de seguimento do recurso de revista não são suficientes para suprir a falta em análise, uma vez que, mediante aquela peça, comprovar-se-ia a tempestividade do recurso de revista tão-somente se contivesse o carimbo da protocolização no Regional ou, ou seja, elementos objetivos registrados para análise e formação do convencimento pelo juízo ad quem.

Destaca-se que o juízo de admissibilidade ad quem constitui procedimento independente daquele do juízo de admissibilidade exercido pelo Tribunal a quo.

Ademais, o item X da Instrução Normativa nº 16/99 preconiza que:

"Cumpre às partes providenciar a correta formação do instrumento, não comportando a omissão em conversão em diligência para suprir a ausência de peças, ainda que essenciais".

Irregular o traslado, em clara desobediência ao art. 897 da CLT, com a redação dada pela Lei nº 9.756, de 17/12/98 (DOU 18/12/98), **não conheço** do Agravo de Instrumento.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-AIRR-3007/1992-010-02-40.1

AGRAVANTES	:	**M2000, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. E OUTRO**
ADVOGADO	:	**SEBASTIÃO DANIEL GARCIA**
AGRAVADO	:	**ROY DOS SANTOS BATISTA**
ADVOGADO	:	**JÚLIO CÉSAR FERREIRA DA SILVA**

D E S P A C H O

Como já decidido (fl. 742), esta Corte não detém competência funcional para analisar o pedido de fls. 775/776, por cuidar de matéria pertinente ao Juízo da execução.

Publique-se.

Após, à pauta.

À Coordenadoria da Eg. Terceira Turma.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

MINISTRO ALBERTO BRESCIANI
Relator

PROC. Nº TST-AIRR-1241/2002-062-02-41.9

AGRAVANTE	:	BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - BANESPA
ADVOGADO	:	**DR. ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO**
AGRAVADO	:	JOSÉ ADENIR CONSOLETO
ADVOGADO	:	**DR. CARLOS ALBERTO NUNES BARBOSA**
AGRAVADO	:	BANESPREV - FUNDO BANESPA DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO	:	**ARNOR SERAFIM JÚNIOR**

DECISÃO

Pelo despacho recorrido, originário do Eg. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, denegou-se seguimento ao recurso de revista interposto.

Inconformada, a parte agrava de instrumento, sustentando, em resumo, que o recurso merece regular processamento.

Foi apresentada contraminuta.

Os autos não foram remetidos ao D. Ministério Público do Trabalho (RI/TST, art. 82).

DECIDO:

Consultando os autos, verifico que não foi trasladada cópia do despacho denegatório do recurso de revista, em desobediência ao disposto no art. 897, § 5º e inciso I, da CLT e no item III da Instrução Normativa nº 16/99 desta Corte.

Incumbe à parte interessada velar pela adequada formalização de seu recurso.

Comprometido pressuposto de admissibilidade, nego seguimento ao agravo de instrumento (CPC, art. 557).

Publique-se.

Brasília, 30 de agosto de 2007.

MINISTRO ALBERTO BRESCIANI
Relator

PROC. Nº TST-AIRR-1565/2003-008-03-40.4

AGRAVANTE	:	JOSÉ ANTÔNIO DOS REIS
ADVOGADO	:	**DR. HELVÉCIO VIANA PERDIGÃO**
AGRAVADA	:	TELEMAR NORTE LESTE S.A.
ADVOGADO	:	**DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL**

DECISÃO

Pelo despacho recorrido, originário do Eg. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, denegou-se seguimento ao recurso de revista interposto.

Inconformada, a parte agrava de instrumento, sustentando, em resumo, que o recurso merece regular processamento.

Foi apresentada contraminuta.

Os autos não foram remetidos ao D. Ministério Público do Trabalho (RI/TST, art. 82).

DECIDO:

Consultando os autos, verifico que não foi trasladada cópia legível do recurso de revista, em desobediência ao disposto no art. 897, § 5º e inciso I, da CLT e no item III da Instrução Normativa nº 16/99 desta Corte.

Incumbe à parte interessada velar pela adequada formalização de seu recurso.

Comprometido pressuposto de admissibilidade, nego seguimento ao agravo de instrumento (CPC, art. 557).

Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

MINISTRO ALBERTO BRESCIANI
Relator

PROC. TST-ED-AIRR-1763/2003-016-05-40.1 TRT - 5ª REGIÃO

EMBARGANTE	:	PÉRICLES MACIEL SAMPAIO
ADVOGADO	:	DR. ADALBERTO LOPES
EMBARGADOS	:	**GRUPO MUSICAL NOSSA JUVENTUDE E OUTRO**
ADVOGADA	:	DRª BRUNA FERRO

D E S P A C H O

Trata-se de embargos declaratórios interpostos em face de decisão monocrática que negou seguimento ao agravo de instrumento por deficiência de traslado.

Considerando-se os termos do item I da Súmula 421 desta Corte, desnecessário o pronunciamento do Colegiado, pelo que passo à análise dos embargos.

Pelo despacho monocrático de fl.62, deliberou-se negar seguimento ao Agravo de Instrumento, porquanto a parte não providenciou o traslado do acórdão regional e respectiva certidão de publicação, bem como da petição do Recurso de Revista e da guia de recolhimento de depósito recursal, peças essenciais e obrigatórias a sua formação, conforme preceitua o artigo 897 da CLT.

O Reclamante alega que, ao interpor o Agravo de Instrumento, acostou todas as peças obrigatórias arroladas no artigo 897, § 5º, II, da CLT, acrescentando que deixou de anexar o comprovante de depósito recursal por inaplicável à hipótese.

Alega haver contradição entre o despacho agravado, no que pertine à norma aplicável à espécie, e as determinações do Regimento Interno do TST.

Com efeito, os embargos não prosperam.

O Agravante limita-se a declarar que juntou todas as peças obrigatórias, contudo, em momento algum, indica a localização do acórdão regional e respectiva certidão de publicação, tampouco da petição do Recurso de Revista no presente processo. Portanto, o que se verifica das alegações trazidas é o inconformismo com o julgamento do Agravo de Instrumento.

Muito embora o comprovante do depósito recursal não seja peça obrigatória no caso concreto, por se tratar de recurso ajuizado pelo empregado, a ausência das peças referidas no parágrafo anterior impedem o conhecimento do apelo.

De se anotar que o não-conhecimento de recurso por ausência de peças está previsto no artigo 897, § 5º, I, da CLT, valendo ressaltar que a Instrução Normativa nº 16/99, que uniformiza a interpretação da Lei nº 9.756/98, em seu item X, estabelece que "cumpre às partes providenciar a correta formação do instrumento, não comportando a omissão em conversão em diligência para suprir a ausência de peças, ainda que essenciais".

Assim, não formado o instrumento ao feitio legal, merece ser confirmada a decisão agravada, já que ausente o pressuposto extrínseco de admissibilidade concernente à regularidade formal, a ensejar o não-conhecimento do recurso.

Pelos fundamentos, **não acolho** os Embargos de Declaração.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. Nº TST-AIRR-401/2003-011-16-40.1

AGRAVANTE	:	**FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO**
ADVOGADO	:	**JOSÉ CALDAS GOIS JÚNIOR**
AGRAVADO	:	**EVACY FERREIRA E SILVA**
ADVOGADA	:	**LUIZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA**
AGRAVADA	:	**INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA - ISAE**
ADVOGADO	:	**ANTÔNIO CARLOS COELHO JÚNIOR**

D E S P A C H O

Vistos os autos.

A Juíza Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, denegou seguimento ao recurso de revista da reclamada por irregularidade de representação processual.

Inconformada, a recorrente interpõe agravo de instrumento, às fls.02/24, sustentando a viabilidade do recurso de revista.

Não foram apresentadas contraminuta e contra-razões, certidão de fl. 199.

Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho por força do artigo 82 do RITST.

Decido.

SUBSTABELECIMENTO DE PODERES. CÓPIA REPROGRÁFICA SEM AUTENTICAÇÃO.

O Juízo de admissibilidade denegou seguimento à Revista (fl. 191) por irregularidade de representação processual, assim fundamentou:

"Os poderes do advogado subscritor do recurso de revista adviriam do substabelecimento de fl. 86, o qual é cópia sem autenticação, embora possua espaços preenchidos a caneta com número do processo, a Vara do Trabalho de origem e a data.

O art. 830 da CLT exige a autenticação das cópias apresentadas em juízo. A jurisprudência da SDI-I do TST somente tem afastado a necessidade de autenticação quando se trata de documento comum as partes (OJ nº 36) ou de documento juntado por pessoa jurídica de direito público (OJ nº 134). Também o entendimento da SDI-II do TST é no sentido de que documento sem autenticação corresponde a documento juridicamente inexistente, sendo que a irregularidade não pode ser sanada nem relevada na fase recursal (precedente AG-ROAR-786137/2001,

Ministro Ives Granda, DJ-29/11/2002). A Súmula nº 383/TST dispõe que, na fase recursal, não cabe intimação da parte para sanas a irregularidade de representação processual." (fl. 192)

A Agravante alega que deveria ter sido intimada para sanar o vício referente à falta de autenticação no substabelecimento, visto que agiu de boa-fé. Sustenta como violado o art. 5º, LV, da Carta Magna.

É irregular a representação processual se o instrumento de substabelecimento anexado aos autos encontra-se em fotocópia sem autenticação, desatendendo, assim, ao disposto no art. 830 da CLT.

Na hipótese, a Reclamada deixou de autenticar a cópia do mandato que substabeleceu poderes ao advogado Dr.º José Caldas Góis Júnior (fl.210 - atual fl.72), subscritor do Recurso de Revista (fls.170/187). Para a sistemática processual em vigor, tal deficiência eqüivale à não-existência do documento.

Por conseguinte, aplica-se a Súmula nº 164/TST que dispõe: "o não-cumprimento das determinações dos § 1º e § 2º do art. 5º da Lei nº 8.906, de 04/07/1994, e do art. 37, parágrafo único, do Código de Processo Civil importa o não-conhecimento de recurso, por inexistente, exceto na hipótese de mandato tácito".

Salienta-se, por oportuno, os termos da Súmula nº 383/TST: "I - É inadmissível, em instância recursal, o oferecimento tardio de procuração, nos termos do art. 37 do CPC, ainda que mediante protesto por posterior juntada, já que a interposição de recurso não pode ser reputada ato urgente. II - Inadmissível na fase recursal a regularização da representação processual, na forma do art. 13 do CPC, cuja aplicação se restringe ao Juízo de 1º grau". Logo, intactos os arts. 13 e 37 do CPC.

No que pertine à argüição de ofensa ao artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, não dá ensejo ao curso da revista, dado o entendimento de que esse preceito é implementado na legislação infraconstitucional e, portanto, eventual ofensa se verifica em relação a esses dispositivos, o que resulta não comportar a verificação da ofensa direta e literal dessas normas constitucionais.

Nesta linha, vem proclamando o excelso STF, **in verbis**:

"Esta Corte, de outro lado, deixou assentado, ainda em sede processual trabalhista, que as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, do devido processo legal, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional podem configurar, quando muito, situações caracterizadoras de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição (Ag 158.982-PR (AgRg), Rel. Min. SYDNEY SANCHES - Ag 182.811-SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO - Ag 174.473-MG, Rel. Min. CELSO DE MELLO - Ag 188.762-PR (AgRg), Rel. Min. Rel. Min. SYDNEY SANCHES - Ag165.054-SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO - RE 236.333-DF, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, v.g.) (Ag_277878Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJ de 16/08/2000)"

NEGO PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. Nº TST-AIRR-401/2003-011-16-41.4 TRT - 16ª REGIÃO

AGRAVANTE	:	INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA - ISAE
ADVOGADA	:	DRª POLLYANA MARIA GAMA VAZ
AGRAVADA	:	EVACY FERREIRA E SILVA
ADVOGADO	:	LUIZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA
AGRAVADA	:	FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO
ADVOGADO	:	CLÁUDIO LINS DE VASCONCELOS

D E S P A C H O

Inconformado com o despacho que denegou seguimento ao recurso de revista, o agravante acima nomeado interpôs agravo de instrumento às fls.02/07.

Não foram apresentados contraminuta e contra-razões, certidão de fl.183.

A Procuradoria-Geral do Trabalho não se manifestou nos autos, uma vez não evidenciadas as hipóteses da sua intervenção obrigatória, nos termos do artigo 82 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

PEÇAS NÃO AUTENTICADAS.

Verifica-se dos autos que as cópias reprográficas trazidas para formação do instrumento não se encontram autenticadas. Inobservado, portanto, o disposto no item IX da Instrução Normativa nº 16/00, do Tribunal Superior do Trabalho e art. 830 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Registre-se que não foi trazida nem mesmo uma declaração do subscritor do agravo dizendo serem autênticas as peças do processo, conforme dispõe o art. 544, § 1º, parte final do CPC.

Cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade exercido pelo regional não vincula esta Corte, sendo certo que a menção no despacho denegatório de que estão presentes os pressupostos extrínsecos do recurso (fls.175/176) não obriga esse juízo a entender da mesma forma, podendo manter o seu trancamento por fundamento diverso. Incidência da OJ. 282 da SDI-1, desta Corte.

Nego seguimento do Agravo de Instrumento.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. Nº TST-AIRR-702/2005-061-01-40.5TRT - 1ª REGIÃO

AGRAVANTE :	:	MAURO VIDAL GOMES
ADVOGADO	:	DR. ROMÁRIO SILVA DE MELO
AGRAVADO	:	BANCO ITAÚ S.A.
ADVOGADA	:	DRª MARIA CRISTINA CAPANEMA THOMAZ BELMONTE

D E S P A C H O

Contra o despacho da 1ª Região, que denegou seguimento ao seu recurso de revista (fls.95/100), o Reclamante interpôs agravo de instrumento, sustentando o cabimento do Apelo (fls.02/07).

Não foram apresentadas contraminuta e contra-razões, certidão (fl.109).

Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, a teor do art. 82 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

RECURSO DE REVISTA DESFUNDAMENTADO

Tratando-se de procedimento sumaríssimo, a revista apenas se viabiliza por ofensa direta à Constituição Federal ou à Súmula desta Corte, na forma do artigo 896, § 6º, da CLT.

Na revista (fls. 95/100), o Reclamante não aponta ofensa a qualquer preceito constitucional ou contrariedade à Súmula desta Corte. Fundamenta seu apelo apenas na divergência jurisprudencial.

Desse modo, o Recurso não pode ser admitido por desfundamentado em face dos pressupostos contidos no artigo 896, § 6º da CLT.

Nego seguimento ao Agravo de Instrumento.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. TST-ED-RR-2961/2004-051-11-00.3TRT - 11ª REGIÃO

EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
ADVOGADO	:	DRS. MATEUS GUEDES RIOS E RÉGIS G. A. JEREISSATI
EMBARGADA	:	ROSILENE MENEZES COSTA
ADVOGADO	:	DR. RONALDO MAURO COSTA PAIVA

D E S P A C H O

O Reclamado, com fulcro nos arts. 832 e 897-A da CLT e 535, inciso II, do CPC, opõe Embargos de Declaração ao despacho de fl.132, que deu provimento parcial ao Recurso de Revista para restringir a condenação à jurisprudência deste Tribunal, sufragada na Súmula nº 363/TST.

Alega o Embargante que a decisão incorreu em omissão no tocante à fundamentação acerca da aplicação da Medida Provisória nº 2.164-41/2001.

Ressalta que referida Medida Provisória não poderia ser aplicada a situações anteriores a sua vigência, além de não haver a necessária urgência à edição de medidas provisórias, pelo simples fato de que a própria MP nº 2.164-41/2001 protraiu a sua eficácia no tempo.

Conclui, que a Medida Provisória em questão é inconstitucional ante a ausência dos pressupostos para sua validade e eficácia.

Requer que seja sanada a omissão, fazendo constar da decisão embargada o período de incidência dos depósitos do FGTS.

Conforme se infere do despacho embargado, o provimento do Recurso de Revista foi respaldado na Súmula nº 363/TST, segundo a qual a "A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS."

O art. 19-A da Lei nº 8.036/90, acrescentado pela Medida Provisória nº 2.164-41/01, dispõe que é devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição Federal. O referido dispositivo legal não previu nenhuma limitação temporal.

Não há dúvida de que a norma garante os depósitos do FGTS, durante o período em que houve a prestação de serviços.

Por outro lado, a SDI-1 desta Corte já firmou entendimento no sentido da constitucionalidade do art. 9º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001, conforme assentado no julgamento do processo E-RR-562.160/99.9 (Rel. Ministro Lélio Bentes Corrêa, DJ de 05.08.2005), pelo que não se há falar em inconstitucionalidade do referido dispositivo.

Nesses termos, acolho os Embargos para esclarecer ao Embargante que a condenação ao pagamento dos valores referentes aos depósitos do FGTS diz respeito ao período em que houve a prestação dos serviços.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. TST-ED-A-RR-1138/2003-008-17-00.5TRT - 17ª REGIÃO

EMBARGANTE	:	ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. - ESCELSA
ADVOGADO	:	DR. LYCURGO LEITE NETO
EMBARGADO	:	VALFLAN ALVES DE AZEVEDO
ADVOGADO	:	DR. EDUARDO BELLIDO BARRETO

D E S P A C H O

Em observância ao item 142 da Orientação Jurisprudencial da SBDI-1 da Corte, concedo ao Embargado o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar, caso queira, impugnação aos Embargos Declaratórios.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. TST-ED-RR-14878/2002-900-02-00.5 TRT - 2ª REGIÃO

EMBARGANTE	:	JORGE RIBEIRO DE OLIVEIRA
ADVOGADA	:	DRª RITA DE CÁSSIA BARBOSA LOPES
EMBARGADO	:	CONDOMÍNIO EDIFÍCIO GRANDE SÃO PAULO
ADVOGADO	:	DR. TÉRCIO GONÇALVES CERQUEIRA

D E S P A C H O

Em observância à Orientação Jurisprudencial 142 da SBDI-1 da Corte, concedo ao Embargado o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar, caso queira, impugnação aos Embargos Declaratórios.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. Nº TST-ED-RR-738.773/2001.4TRT - 4ª REGIÃO

EMBARGANTE	:	COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE
ADVOGADO	:	DR. RICARDO A. B. ALBUQUERQUE
EMBARGADO	:	ANTÔNIO DA SILVA OLIVEIRA
ADVOGADO	:	DR. ROBERTO F. CALDAS

D E S P A C H O

Em observância à Orientação Jurisprudencial 142 da SBDI-1 da Corte, concedo ao Embargado o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar, caso queira, impugnação aos Embargos Declaratórios.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. Nº TST-ED-RR-9832-2002-900-08-00.1TRT - 8ª REGIÃO

EMBARGANTE	:	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GELO E PESCADO LTDA. - INCOGEL
ADVOGADO	:	DR. ANTÔNIO HENRIQUE FORTE MORENO
EMBARGADA	:	ATLÂNTICA PESCA LTDA.
ADVOGADA	:	DRª SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY
EMBARGADO	:	FRANCISCO CARLOS DA SILVA
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ LUIZ FLEXA ALVES

D E S P A C H O

Em observância ao item 142 da Orientação Jurisprudencial da SBDI-1 da Corte, concedo aos Embargados o prazo de 05 (cinco) dias para apresentarem, caso queiram, impugnação aos Embargos Declaratórios.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 19 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. Nº TST-ED-RR-722.685/2001.5TRT - 3ª REGIÃO

EMBARGANTE	:	COMPANHIA SETELAGOANA DE SIDERURGIA - COSSISA
ADVOGADO	:	DR. VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR
EMBARGADO	:	GERALDO GONÇALVES LIMA (ESPÓLIO DE)
ADVOGADO	:	DR. ACHILLES MASCARENHAS DINIZ

D E S P A C H O

Em observância ao item 142 da Orientação Jurisprudencial da SBDI-1 da Corte, concedo ao Embargado o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar, caso queira, impugnação aos Embargos Declaratórios.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 18 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. Nº TST-ED-RR-1722/2003-051-01-40.4TRT - 1ª REGIÃO

EMBARGANTE	:	LIGTH - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
ADVOGADO	:	DR. LYCURGO LEITE NETO
EMBARGADO	:	PETER THOMAS PULLEIN BROWN
ADVOGADA	:	DRª CYNTIA AFFONSO SOARES LOUREIRO

D E S P A C H O

Em observância ao item 142 da Orientação Jurisprudencial da SBDI-1 da Corte, concedo ao Embargado o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar, caso queira, impugnação aos Embargos Declaratórios.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. Nº TST-ED-RR-1747/2004-032-01-40.0TRT - 1ª REGIÃO

EMBARGANTE	:	FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
ADVOGADO	:	DR. LYCURGO LEITE NETO
EMBARGADO	:	JOSÉ SILVINO COSTA
ADVOGADA	:	DRª CYNTIA AFFONSO SOARES LOUREIRO

D E S P A C H O

Em observância ao item 142 da Orientação Jurisprudencial da SBDI-1 da Corte, concedo ao Embargado o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar, caso queira, impugnação aos Embargos Declaratórios.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. TST-ED-RR-09299/2002-900-06-00.9TRT - 6ª REGIÃO

EMBARGANTE	:	FUSAM - FUNDAÇÃO DE SAÚDE AMAURY DE MEDEIROS
ADVOGADO	:	DR. SÉRGIO S. SANTANA SILVA
EMBARGADOS	:	ANDRÉA VALQUÍRIA DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO	:	DR. FLÁVIO JOSÉ DA SILVA

D E S P A C H O

Em observância ao item 142 da Orientação Jurisprudencial da SBDI-1 da Corte, concedo aos Embargados o prazo de 05 (cinco) dias para apresentarem, caso queiram, impugnação aos Embargos Declaratórios.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. Nº TST-ED-RR-765.386/2001.0TRT - 9ª REGIÃO

EMBARGANTE	:	CELSO CLAUDEMIR NINNO
ADVOGADA	:	DRª MARIA ZÉLIA DE O. E OLIVEIRA
EMBARGADO	:	GLOBEX UTILIDADES S.A.
ADVOGADO	:	DR. GERSON VARSIN M. DA SILVA

D E S P A C H O

Em observância ao item 142 da Orientação Jurisprudencial da SBDI-1 da Corte, concedo ao Embargado o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar, caso queira, impugnação aos Embargos Declaratórios.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. Nº TST-ED-RR-779.636/2001.7TRT - 2ª REGIÃO

EMBARGANTE	:	IRIS PEREIRA GRANDRA
ADVOGADA	:	DRª ANA PAULA G. C. MAZZUTTI INDALÉCIO
EMBARGADA	:	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO PAULO
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ REINALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

D E S P A C H O

Em observância ao item 142 da Orientação Jurisprudencial da SBDI-1 da Corte, concedo à Embargada o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar, caso queira, impugnação aos Embargos Declaratórios.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. Nº TST-RR-75990/2003-900-02-00.3TRT - 2ª REGIÃO

RECORRENTE	:	ALETRES EMPREENDIMENTOS LTDA.
ADVOGADO	:	DR. WALDIR SINIGAGLIA
RECORRIDO	:	JOSÉ CARLOS BENTO
ADVOGADO	:	DR. WAGNER ANTÔNIO DE ABREU

D E S P A C H O

Concedo prazo de cinco dias para que o Reclamante JOSÉ CARLOS BENTO se manifeste sobre os documentos de fls. 405-415 e a petição de fls. 403-404 em que o Reclamado noticia a celebração de acordo judicial entre as partes.

Após, voltem-me conclusos.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 19 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. Nº TST-RR-394/2005-009-02-00.5 TRT - 2ª REGIÃO

RECORRENTE	:	SEMCO RGIS - SERVIÇOS DE INVENTÁRIOS LTDA.
ADVOGADO	:	DR. ADRIANO GUEDES LAIMER
RECORRIDA	:	LUZIA GREGÓRIO DOS SANTOS
ADVOGADO	:	DR. PEDRO PAULO DA SILVA

D E S P A C H O

O Tribunal Regional da 2ª Região deu provimento parcial ao apelo para afastar a extinção do feito, determinando ao juízo a quo o julgamento do pedido exordial, como entender de direito (fls.41-42).

A Reclamada, no Recurso de Revista de fls.47-52, postula a reforma da decisão **a quo** quanto ao tema "Comissão de Conciliação Prévia. Obrigatoriedade de submissão", por ofensa ao artigo 625-D da CLT e por dissidência de julgados.

Admitido o Recurso pelo despacho de fls.56-57.

Sem Contra-razões - certidão a fl.73-verso.

Desnecessária a remessa do processo ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 82 do RI/TST.

Satisfeitos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade.

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. IRRECORRIBILIDADE.

A Corte Regional asseverou às fls.41-42, verbis:

"A possibilidade de solução de contendas criada pela recente lei 9958/00, não impede o trabalhador de postular diretamente em juízo parcelas que entende ser credor.

Não foi este o intuito do legislador, nem poderia ser, uma vez que toda a legislação ordinária está submissa às disposições maiores da Constituição Federal, que, no seu art. 5º, inciso XXXV, prevê: (...)

Aliás, o art. 625-A, da CLT (trazido com a referida lei), diz que as empresas e os sindicatos "podem" instituir as comissões. O parágrafo 2º, do art. 625 D, deixa claro que no caso de fracasso das tentativas de conciliação extrajudicial, resta intacto o direito de o trabalhador ir à Justiça do Trabalho. Ou seja, não se pretendeu obstar o acesso ao Judiciário, apenas criar caminho alternativo para as partes chegarem a um acordo, o que nem sempre é possível.

Portanto, estando presentes todas as condições da ação, não há de se falar na pura e simples extinção do processo sem julgamento do mérito, pois o reclamante merece a prestação jurisdicional que lhe é garantida (art. 114, da C. Federal). Neste sentido, aliás, a Súmula 02, deste Regional.

Afasto a alegação de nulidade, pois a questão se refere às condições da ação.

Pelo exposto, **dou provimento parcial** ao recurso para afastar a extinção do feito, determinando ao juízo "a quo" o julgamento do pedido exordial, como entender de direito, nos termos da fundamentação. Sem novas custas."

A Reclamada insurge-se contra o posicionamento **a quo** ao argumento de que a recorrida não submeteu anteriormente a ação perante a Comissão de Conciliação Prévia, tampouco fez prova de sua inexistência no âmbito empresarial ou sindical, pelo que o feito deve ser extinto sem resolução do mérito, nos moldes do artigo 267, IV, do CPC. Indica violação do artigo 625-D da CLT e divergência jurisprudencial.

Trata-se de decisão interlocutória que não comporta recurso, à luz do artigo 893, § 1º, da CLT, o que atrai a incidência da Súmula 214 desta Corte Superior.

Nenhum prejuízo se constata na hipótese, e muito menos será vedada a possibilidade de posterior apresentação do Recurso de Revista. Cumpre registrar que somente as exceções da referida Súmula autorizam a imediata interposição do recurso, o que não é a hipótese.

Pelo exposto**, nego provimento** ao Recurso de Revista.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 17 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. TST-ED-AIRR-311/2002-026-15-40.4TRT - 15ª REGIÃO

EMBARGANTE	:	UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADVOGADA	:	DRª CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO
EMBARGADO	:	SÉRGIO VICTORINO
ADVOGADA	:	DRª MÁRCIA APARECIDA CAMACHO

D E S P A C H O

Em observância à Orientação Jurisprudencial nº 142 da SBDI-1, concedo ao Embargado o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar, caso queira, impugnação aos Embargos Declaratórios.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. Nº TST-ED-AIRR-1715/2002-036-02-40.3

EMBARGANTE	:	TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO - TELESP
ADVOGADO	:	DR. MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA
EMBARGADA	:	MARIA JOVELINA SOARES CIRICO
ADVOGADO	:	DR. DEJAIR PASSERINE DA SILVA

D E S P A C H O

Em observância à Orientação Jurisprudencial nº 142 da SBDI-1, concedo a Embargada o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar, caso queira, impugnação aos Embargos Declaratórios.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. TST-ED-RR-92518/2003-900-04-00.4 TRT - 4ª REGIÃO

EMBARGANTE	:	EMPRESA JORNALÍSTICA PIONEIRO S/A
ADVOGADO	:	DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES
EMBARGADO	:	IZZAC RONEI BRUM CAMBRAIA
ADVOGADO	:	DR. GILMAR CANQUERINO

D E S P A C H O

Em observância à Orientação Jurisprudencial nº 142 da SBDI-1, concedo ao Embargado o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar, caso queira, impugnação aos Embargos Declaratórios.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 18 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. Nº TST-AIRR-2052/2004-431-01-40.2TRT - 1ª REGIÃO

AGRAVANTE	:	MANOEL DA CONCEIÇÃO
ADVOGADO	:	DR. EISENHOWER DIAS MARIANO
AGRAVADA	:	COMPANHIA NACIONAL DE ÁLCALIS
ADVOGADA	:	DRª ISABEL PEIXOTO VIANA

D E S P A C H O

O Juízo de admissibilidade da 1ª Região, às fls.125-126, denegou seguimento ao recurso de revista do Reclamante por óbice das alíneas "a" e "c" e § 4º do art. 896 Consolidado.

Agravo de instrumento interposto às fls.02/07, reiterando o inconformismo com a decisão regional, que manteve a decisão de origem que extinguiu o feito com julgamento do mérito pelo reconhecimento da prescrição.

Contraminuta ofertada às fls. 133/150.

Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, por força do artigo 82 do RI/TST.

PRESCRIÇÃO DO FGTS.

A Corte Regional considerou que o prazo prescricional conta-se a partir da edição da Lei Complementar nº 110/2001 e, tendo o ajuizamento da reclamação trabalhista ocorrido em data posterior ao biênio definido pela referida norma legal, reconheceu a existência de prescrição.

Nas razões de revista, às fls.94-106, alegou, em síntese, o recorrente, que o prazo prescricional tem início a partir da data em que for disponibilizado na conta do FGTS do empregado o valor referente aos expurgos por determinação judicial ou for levantada a citada quantia por meio de alvará judicial, ou seja, na data em que os expurgos forem efetivamente recebidos pelo recorrente, o que, na hipótese dos autos, só ocorreu em 31.05.2004, consoante comprovado por documento juntado aos autos. Indica jurisprudência para o confronto com a tese hostilizada.

A decisão regional está em consonância com a atual jurisprudência desta Corte, cristalizada na OJ nº 344 da SBDI-1, e deu a melhor interpretação ao dispositivo constitucional invocado no que se refere à matéria controvertida, o que inviabiliza o recurso nos termos do § 4º do art. 896 da CLT.

Nego seguimento ao Agravo de Instrumento.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 18 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. Nº TST-ED-AIRR-217/2005-002-10-40.5

EMBARGANTE	:	UNIÃO
PROCURADOR	:	DR. MOACIR ANTÔNIO MACHADO DA SILVA
EMBARGADO	:	ROBERTO SOUZA FEITOSA
ADVOGADO	:	DR. ADRIANO PEIXOTO FRANCO
EMBARGADA	:	R.J.A. SERVIÇOS LTDA.

D E S P A C H O

Trata-se de Embargos Declaratórios opostos contra decisão monocrática em que se negou provimento ao Agravo de Instrumento por força da Súmula 331, item IV, do TST.

Nos termos da literalidade do artigo 535 do CPC, os Embargos Declaratórios são cabíveis para sanar omissão, contradição ou obscuridade eventualmente existente em sentença ou acórdão.

É entendimento deste Tribunal consubstanciado na Súmula nº 421 do TST (ex-OJ nº 74 da SBDI-2/TST) que, quando há pedido de modificação da decisão embargada, como na hipótese, os Embargos Declaratórios devem ser recebidos como agravo, na forma do artigo 557, § 1º, do CPC, ante os princípios da fungibilidade recursal e da celeridade processual.

Assim, recebo os presentes Embargos Declaratórios como agravo, na forma do artigo 557 do CPC c/c o artigo 247, parágrafo único, do RI/TST, determinando a sua reautuação para que siga o regular trâmite processual.

Após, inclua-se em pauta.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. Nº TST-ED-AIRR-658/2005-010-10-40.1

EMBARGANTE	:	UNIÃO
PROCURADOR	:	DR. MOACIR ANTÔNIO MACHADO DA SILVA
EMBARGADO	:	DJALMA JOSÉ DA SILVA
ADVOGADO	:	DR. ALDO FRANCISCO ZAGO
EMBARGADA	:	MASTER LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E TERCEIRIZAÇÃO LTDA.

D E S P A C H O

Trata-se de Embargos Declaratórios opostos contra decisão monocrática em que se negou provimento ao Agravo de Instrumento, porquanto o Recurso de Revista encontra-se com deficiência de instrumentação.

Nos termos da literalidade do artigo 535 do CPC, os Embargos Declaratórios são cabíveis para sanar omissão, contradição ou obscuridade eventualmente existente em sentença ou acórdão.

É entendimento deste Tribunal consubstanciado na Súmula nº 421 do TST (ex-OJ nº 74 da SBDI-2/TST) que, quando há pedido de modificação da decisão embargada, como na hipótese, os Embargos Declaratórios devem ser recebidos como agravo, na forma do artigo 557, § 1º, do CPC, ante os princípios da fungibilidade recursal e da celeridade processual.

Assim, recebo os presentes Embargos Declaratórios como agravo, na forma do artigo 557 do CPC c/c o artigo 247, parágrafo único, do RI/TST, determinando a sua reautuação para que siga o regular trâmite processual.

Após, inclua-se em pauta.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. Nº TST-ED-AIRR-1340/2004-031-01-40.7

EMBARGANTE	:	NEUSA MARIA PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO	:	DR. MARCELO DAVIDOVICH
EMBARGADA	:	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
ADVOGADO	:	DR. LYCURGO LEITE NETO

D E S P A C H O

Trata-se de Embargos Declaratórios opostos contra decisão monocrática em que se negou provimento ao Agravo de Instrumento, porquanto o Recurso de Revista encontra-se com deficiência de instrumentação.

Nos termos da literalidade do artigo 535 do CPC, os Embargos Declaratórios são cabíveis para sanar omissão, contradição ou obscuridade eventualmente existente em sentença ou acórdão.

É entendimento deste Tribunal consubstanciado na Súmula nº 421 do TST (ex-OJ nº 74 da SBDI-2/TST) que, quando há pedido de modificação da decisão embargada, como na hipótese, os Embargos Declaratórios devem ser recebidos como agravo, na forma do artigo 557, § 1º, do CPC, ante os princípios da fungibilidade recursal e da celeridade processual.

Assim, recebo os presentes Embargos Declaratórios como agravo, na forma do artigo 557 do CPC c/c o artigo 247, parágrafo único, do RI/TST, determinando a sua reautuação para que siga o regular trâmite processual.

Após, inclua-se em pauta.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. TST-ED-AIRR-1223/1997-020-01-40.0 TRT - 1ª REGIÃO

EMBARGANTE	:	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
ADVOGADO	:	DR. LYCURGO LEITE NETO
EMBARGADO	:	EDUARDO FRANCISCO PEREIRA FILHO
ADVOGADA	:	DRª EUGÊNIA JIZETTI ALVES BEZERRA

D E S P A C H O

Em observância ao item 142 da Orientação Jurisprudencial da SBDI-1 da Corte, concedo ao Embargado o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar, caso queira, impugnação aos Embargos Declaratórios.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 31 de agosto de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. ED-AIRR-91004/2005-669-09-40.7 TRT - 9ª REGIÃO

EMBARGANTE	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE LONDRINA E REGIÃO
ADVOGADO	:	DR. CRISTIANO BRITO ALVES MEIRA
EMBARGADO	:	OZELIN, OZELIN & CIA. LTDA.

D E S P A C H O

Em observância ao item 142 da Orientação Jurisprudencial da SBDI-1 da Corte, concedo ao Embargado o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar, caso queira, impugnação aos Embargos Declaratórios.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 03 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. TST-ED-AIRR-92/2006-052-15-40.3TRT - 15ª REGIÃO

EMBARGANTE	:	HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADO	:	DR. MARCO ANTÔNIO LOTTI
EMBARGADA	:	ANA CAROLINA BARBOSA PIMENTA FERREIRA
ADVOGADO	:	DR. MARCEL DE PAULA GALHARDO

D E S P A C H O

Em observância à Orientação Jurisprudencial 142 da SBDI-1 da Corte, concedo a Embargada o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar, caso queira, impugnação aos Embargos Declaratórios.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. Nº TST-ED-RR-221/2004-001-04-40.9TRT - 4ª REGIÃO

EMBARGANTE	:	ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER
ADVOGADA	:	DRª MARTA DE AZEVEDO LUCENA
EMBARGADA	:	IRACI TERESINHA BIASON TEIXEIRA
ADVOGADO	:	EVARISTO LUIS HEIS
EMBARGADA	:	COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PROCERGS
ADVOGADO	:	JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADA	:	TENSE PLANEJAMENTO E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

D E S P A C H O

Em observância ao item 142 da Orientação Jurisprudencial da SBDI-1 da Corte, concedo às Embargadas o prazo de 05 (cinco) dias para apresentarem, caso queiram, impugnação aos Embargos Declaratórios.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. TST-ED-AIRR-380/2005-151-03-40.4TRT - 3ª REGIÃO

EMBARGANTE	:	MINERAÇÃO SERRA DA FORTALEZA LTDA.
ADVOGADO	:	DR. VALDIR CAMPOS LIMA
EMBARGADO	:	ESPÓLIO DE DAMIAO DENILDO RODRIGUES TEIXEIRA
ADVOGADO	:	DR. CARLOS HIPÓLITO ÁVILA DE SOUZA

D E S P A C H O

1 - Relatório

Em despacho de fls. 774, foi negado seguimento ao Agravo de Instrumento da Reclamada, por irregularidade de traslado, visto que a Agravante juntou aos autos cópia do Recurso de Revista com registro de protocolo ilegível, impedindo a aferição de sua tempestividade.

A Ré opõe Embargos de Declaração às fls. 776/778, apontando contradição no despacho embargado. Sustenta que é possível verificar que o Recurso de Revista fora interposto no octídio legal, "como demonstra o protocolo de fls. 722 (via fax)" (fls. 777).

2 - Fundamentação

Regularmente processados, os Embargos de Declaração preenchem os requisitos extrínsecos de admissibilidade.

Inicialmente, convém lembrar que a contradição passível de argüição em sede de Embargos de Declaração é aquela que ocorre no interior da própria decisão, e não entre os seus fundamentos e o entendimento que a parte sustenta ser adequado.

No mais, verifica-se que, no despacho embargado, foram declinadas, de modo claro e coerente, as razões da denegação de seguimento ao Agravo de Instrumento, não havendo falar em omissão, obscuridade ou contradição. Ressalte-se que a cópia que apresenta protocolo ilegível é de fls. 745, que corresponde à petição original do Recurso de Revista juntada aos autos principais, e não a de fls. 722, enviada via fac-símile. Conforme consignado na decisão embargada, ante tal deficiência de traslado, não há como se aferir a tempestividade do Recurso de Revista, sendo inviável o conhecimento do Agravo de Instrumento, nos termos do art. 897, § 5º, da CLT e dos itens III e X da Instrução Normativa nº 16 do TST.

Evidencia-se a intenção da Embargante de, na suposta alegação de vícios, rediscutir os fundamentos adotados no despacho embargado e obter novo julgamento do apelo, pretensão que não se coaduna com a finalidade dos Embargos de Declaração. Estes são cabíveis, apenas, nas hipóteses previstas nos artigos 897-A da CLT e 535 do CPC, o que não se verifica no caso vertente.

3 - Conclusão

Ante o exposto, rejeito os Embargos de Declaração.

Publique-se.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROCTST-ED-AIRR-1.531/2004-008-17-40.4TRT - 17ª REGIÃO

EMBARGANTE	:	TORA TRANSPORTES INDUSTRIAIS LTDA.
ADVOGADO	:	DR. EDUARDO SOUZA LIMA CERQUEIRA
EMBARGADO	:	NILO ARTHUR NUNES
ADVOGADO	:	DR. MÚCIO COUTINHO DE JESUS

D E S P A C H O

1 - Relatório

Pelo despacho de fls. 67, o Exmo. Ministro-Presidente do TST, com amparo no art. 896, § 5º, da CLT, denegou seguimento ao Agravo de Instrumento da Reclamada. No que interessa, assinalou que "o despacho agravado foi publicado em 31/01/2007 (fls. 61), terminando o prazo recursal em 08/02/2007. O recurso foi apresentado somente em 22/02/2007, com desatenção ao disposto no art. 897, caput, da CLT" (fls. 67).

A Ré opõe Embargos de Declaração, às fls. 70/75. Requer sejam acolhidos porque "entende que a decisão apresenta uma pequena contradição, justificando a interposição dos presentes embargos declaratórios. (...) Ocorre que, ao contrário do exposto na decisão de fls., a decisão agravada somente foi publicada no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 14/02/2007 (vide doc. Em anexo) e não em 31/01/07" (fls. 70).

2 - Fundamentação

Regularmente processados, os Embargos de Declaração preenchem os requisitos de admissibilidade.

Nos termos da Súmula nº 421, item I, do TST, os Embargos de Declaração, quando opostos a decisão monocrática, podem ser apreciados também monocraticamente se não contiverem pedido de modificação do julgado.

Não há, contudo, omissão, contradição e/ou obscuridade a sanar.

Na hipótese, **como expressamente destacou o despacho embargado**, a Reclamada apresentou o Recurso intempestivamente, não tendo demonstrado a ocorrência de feriado local ou de dia útil em que não houve expediente forense, restando injustificada qualquer prorrogação do prazo conforme determina a Súmula 385 deste Tribunal.

Verifica-se, portanto, contrariedade ao disposto no art. 896, § 5 , da CLT e ao item II da Instrução Normativa nº 16/99 do TST, que uniformizou entendimento acerca da aplicação da Lei nº 9.756/98.

É manifesto, pois, o caráter protelatório da medida, porquanto, ao revés do alegado, a publicação do despacho denegatório ocorreu em 31/01/2007, conforme certificado às fls. 61.

Assinale-se, por oportuno, que a utilização de meios legítimos de impugnação de decisões com intuito meramente protelatório não configura exercício regular do direito de defesa, mas verdadeiro abuso do direito de acesso ao Poder Judiciário.

3 - Conclusão

Ante o exposto, rejeito os Embargos de Declaração.

Publique-se.

Brasília, 3 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. ED-AIRR-76129/2003-900-02-00.2 TRT - 2ª REGIÃO

EMBARGANTE	:	BANESPA S.A. - SERVIÇOS TÉCNICOS, ADMINISTRATIVOS E DE CORRETAGEM DE SEGUROS
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADA	:	GRAZIELA FRONTINI
ADVOGADO	:	DR. LUIZ FLÁVIO PRADO DE LIMA

D E S P A C H O

Em observância ao item nº 142 da Orientação Jurisprudencial da SBDI-1 da Corte, concedo à Embargada o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar, querendo, impugnação aos Embargos Declaratórios.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-ED-AIRR-408/2005-006-20-40.8TRT - 20ª REGIÃO

EMBARGANTE	:	MARIA SANTOS OLIVEIRA
ADVOGADO	:	DR. NILTON CORREIA
EMBARGADA	:	TELEMAR NORTE LESTE S.A.
ADVOGADOS	:	DR. ANTÔNIO JORGE NOLASCO BELTRÃO E DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL

D E S P A C H O

Embargos de Declaração opostos às fls. 408/418, com pedido de efeito modificativo, nos termos da Súmula nº 278 desta Corte.

Concedo prazo de 5 (cinco) dias para manifestação da parte contrária.

Após, voltem conclusos.

Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-ED-RR-259/2002-411-04-41.2TRT - 4ª REGIÃO

EMBARGANTE	:	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADA	:	ROSA MARIA PINTO DA CUNHA
ADVOGADO	:	DR. RICARDO GRESSLER

D E S P A C H O

Tratando-se de Embargos de Declaração com pedido de atribuição de efeito modificativo no julgado (Súmula nº 278 do TST), e tendo em vista o item nº 142 da Orientação Jurisprudencial da Seção Especializada em Dissídios Individuais do TST, que em Plenário decidiu "que é passível de nulidade decisão que acolhe Embargos Declaratórios com efeito modificativo sem oportunidade para a parte contrária se manifestar", concedo ao Embargado o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar, caso queira, suas contra-razões aos Embargos de Declaração.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 19 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Ministro Relator

PROC. TST-ED-AIRR-664/2004-026-05-40.0TRT - 5ª REGIÃO

EMBARGANTE	:	**EMÍLIO AUGUSTO FREIRE VALENÇA**
ADVOGADOS	:	**DRS. ERNESTINA MARIA FARIAS ALVES E ADILSON M. BRITO**
EMBARGADO	:	**BANCO DO BRASIL S.A.**
ADVOGADO	:	**DR. MARCO AURÉLIO R. BARRETO**

D E S P A C H O

Por se tratar de Embargos de Declaração com pedido de atribuição de efeito modificativo no julgado (Súmula nº 278 do TST), e considerando o item nº 142 da Orientação Jurisprudencial da Seção Especializada em Dissídios Individuais do TST, que em Plenário decidiu "que é passível de nulidade decisão que acolhe Embargos Declaratórios com efeito modificativo sem oportunidade para a parte contrária se manifestar", concedo ao Embargado o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar, caso queira, impugnação aos Embargos de Declaração.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROCTST-ED-AIRR-945/2004-016-05-40.6TRT - 5ª REGIÃO

EMBARGANTE	:	**FUNDAÇÃO BANEB DE SEGURIDADE SOCIAL - BASES**
ADVOGADO	:	**DR. RENATO MÁRCIO ARAÚJO PASSOS DUARTE**
EMBARGADO	:	**BANCO BRADESCO S.A.**
ADVOGADO	:	**DR. ROBERTO MUSIELLO**
EMBARGADO	:	**VALDIMIRO LUSTOSA NOGUEIRA SOARES**
ADVOGADA	:	**DRª MARIANA NÓVOA**

D E S P A C H O

Por se tratar de Embargos de Declaração com pedido de atribuição de efeito modificativo no julgado (Súmula nº 278 do TST), e considerando o item nº 142 da Orientação Jurisprudencial da Seção Especializada em Dissídios Individuais do TST, que em Plenário decidiu "que é passível de nulidade decisão que acolhe Embargos Declaratórios com efeito modificativo sem oportunidade para a parte contrária se manifestar", concedo aos Embargados o prazo de 05 (cinco) dias para apresentarem, caso queiram, impugnação aos Embargos de Declaração.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. Nº TST-ED-RR-190/2001-008-17-00.2TRT - 17ª REGIÃO

RECORRENTE	:	**IRINEU QUEIROZ**
ADVOGADO	:	**DR. EUSTÁCHIO D. L. RAMACCIOTTI**
RECORRIDO	:	**MUNICÍPIO DE VITÓRIA**
ADVOGADA	:	**DRª WILMA CHEQUER BOU-HABIB**
RECORRIDA	:	**PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA.**

D E S P A C H O

Tratando-se de Embargos de Declaração com pedido de atribuição de efeito modificativo (Enunciado 278/TST) no julgado e tendo em vista a Orientação Jurisprudencial nº 142 da Seção Especializada em Dissídios Individuais do TST, que em Plenário decidiu "que é passível de nulidade decisão que acolhe Embargos Declaratórios com efeito modificativo sem oportunidade para a parte contrária se manifestar", concedo aos Embargados o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar, querendo, contra-razões aos Embargos Declaratórios.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. Nº TST-ED-RR-963/2003-261-02-40.4 TRT - 2ª REGIÃO

EMBARGANTE	:	MARIA APARECIDA NAVAJAS NOGARA
ADVOGADA	:	DRª SHIRLEI REGINA BERNARDO FÉLIX DE PAULA
EMBARGADA	:	**ART-BEL COSMÉTICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**
ADVOGADA	:	DRª PATRÍCIA HELENA BUDIN FONSECA

D E S P A C H O

Em observância ao item nº 142 da Orientação Jurisprudencial da SBDI-1 da Corte, concedo à Embargada o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar, querendo, impugnação aos Embargos Declaratórios.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-ED-RR-1338/1999-046-15-00.8 TRT - 15ª REGIÃO

EMBARGANTE	:	NESTLÉ BRASIL LTDA.
ADVOGADO	:	DR. LYCURGO LEITE NETO
EMBARGADO	:	**JOSUÉ FERREIRA CARDOSO**
ADVOGADO	:	DR. OSWALDO KRIMBERG

D E S P A C H O

Tratando-se de Embargos de Declaração com pedido de atribuição de efeito modificativo no julgado (Súmula nº 278 do TST), e tendo em vista o item nº 142 da Orientação Jurisprudencial da Seção Especializada em Dissídios Individuais do TST, que em Plenário decidiu "que é passível de nulidade decisão que acolhe Embargos Declaratórios com efeito modificativo sem oportunidade para a parte contrária se manifestar", concedo ao Embargado o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar, caso queira, suas contra-razões aos Embargos de Declaração.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 19 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Ministro Relator

PROC. TST-ED-RR-1398/2002-900-02-00.4 TRT - 2ª REGIÃO

EMBARGANTE	:	DOW QUÍMICA S.A.
ADVOGADO	:	DR. LUIZ CARLOS BRANCO
EMBARGADO	:	**LEVY PAIVA POLÔNIO**
ADVOGADO	:	DR. SÉRGIO LUÍS VIANA GUEDES

D E S P A C H O

Em observância ao item nº 142 da Orientação Jurisprudencial da SBDI-1 da Corte, concedo ao Embargado o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar, querendo, impugnação aos Embargos Declaratórios.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-RR-6/2002-281-04-00.6TRT - 4ª REGIÃO

RECORRENTE	:	**MUNICÍPIO DE ESTEIO**
ADVOGADA	:	**DR.ª ZAIR CATARINA MACHADO DE DEUS**
RECORRIDA	:	**ELOÍSA ELENA BARCELLOS**
ADVOGADO	:	**DR. ANDRIO PORTUGUEZ FONSECA**

D E S P A C H O

1 - Relatório

O Eg. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, em acórdãos de fls. 329/333, deu provimento ao Recurso Ordinário da Autora "para, entendendo existente o contrato entre as partes nulo, mas gerador de todos os efeitos, declarar a competência da Justiça do Trabalho, e determinar o retorno dos autos ao Juízo de origem, para apreciação dos pedidos formulados" (fls. 332/333).

O MM. Juiz de origem, no que interessa, condenou o Reclamado ao pagamento de aviso prévio indenizado, de trinta dias; horas extras e reflexos; indenização relativa ao seguro-desemprego; e FGTS com multa de 40 % (quarenta por cento).

Em acórdão de fls. 397/401, o TRT negou provimento ao Recurso Ordinário do Reclamado e deu provimento ao Adesivo da Reclamante, para acrescer à condenação o pagamento da multa prevista no artigo 477, § 8º, da CLT. No mais, manteve a sentença.

O Município de Esteio interpõe Recurso de Revista às fls. 404/409, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do art. 896 da CLT. Aponta ofensa ao artigo 37, inciso II, da Constituição da República. Indica contrariedade à Orientação Jurisprudencial nº 85 da SBDI-1 e à Súmula nº 363, ambas do TST. Colaciona arestos à divergência.

Despacho de admissibilidade, às fls. 411/412.

Sem contra-razões, conforme certidão de fls. 414.

Em parecer de fls. 417/419, o D. Ministério Público do Trabalho opinou pelo conhecimento e provimento do recurso.

2 - Fundamentação

Regularmente processado, o Recurso de Revista preenche os requisitos extrínsecos de admissibilidade.

Consoante dispõe a Súmula nº 363, "a contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS".

A Reclamante, portanto, tem jus aos depósitos correspondentes ao FGTS por expressa disposição legal, além da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o salário mínimo/hora.

Na presente hipótese, não houve pleito de diferenças à integralização do mínimo legal ou saldo de salário. No entanto, houve condenação ao pagamento de depósitos correspondentes ao FGTS e horas extras.

O recurso alcança, assim, conhecimento, por manifesto confronto entre o acórdão regional e a aludida súmula.

3 - Conclusão

Ante o exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, dou provimento ao Recurso de Revista para reformar o acórdão regional e, nos termos da Súmula nº 363 do TST, restringir a condenação ao pagamento das horas extras, remuneradas de forma simples, e dos depósitos correspondentes ao FGTS.

Publique-se.

Brasília, 10 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-RR-63/2001-761-04-00.0TRT - 4ª REGIÃO

RECORRENTE	:	**MUNICÍPIO DE TRIUNFO**
ADVOGADO	:	**DR. OLINDO BARCELLOS DA SILVA**
RECORRIDA	:	**MADELAINE BELÍSSIMO DE SOUZA**
ADVOGADO	:	**DR. ADILSON AIRES**

D E S P A C H O

1 - Relatório

O Eg. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, em acórdão de fls. 352/355, deu parcial provimento ao Recurso Ordinário da Reclamante. Consignou que, embora nulo o contrato de trabalho celebrado sem a observância do disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição, produz efeitos jurídicos. Determinou o retorno dos autos à origem, para julgamento dos pedidos elencados na inicial.

Nova sentença foi prolatada (fls. 360/364), julgando parcialmente procedente a ação, para condenar o Reclamado ao pagamento de aviso prévio, depósitos de FGTS e respectiva multa de 40% (quarenta por cento), determinando ainda a entrega das guias para obtenção de seguro-desemprego e a anotação na CTPS.

Em acórdão de fls. 399/407, o Eg. Tribunal Regional deu parcial provimento ao Recurso Voluntário e à Remessa Necessária. Manteve a r. sentença apenas no tocante à condenação ao aviso prévio (com exclusão dos "abonos" da base de cálculo), depósitos correspondentes ao FGTS e respectiva multa de 40% (quarenta por cento).

Recorre de Revista o Município de Triunfo, às fls. 409/417. Aponta contrariedade à Súmula nº 363/TST e violação ao artigo 37, II e § 2º, da Constituição da República. Sustenta que, diante da nulidade contratual, a condenação deve restringir-se ao pagamento dos dias efetivamente trabalhados.

O D. Ministério Público do Trabalho opina, às fls. 426/428, pelo conhecimento e provimento do Recurso.

2 - Fundamentação

Estão preenchidos os requisitos extrínsecos de admissibilidade do Recurso de Revista.

O Recurso alcança conhecimento, por contrariedade à Súmula nº 363, que dispõe:

"A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS."

A Reclamante, portanto, tem jus aos depósitos correspondentes ao FGTS por expressa disposição legal, além da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o salário mínimo/hora.

Na presente hipótese, não houve pleito de diferenças à integralização do mínimo legal ou saldo de salário. Quanto às horas extras, houve desistência do pedido (fls. 11). No entanto, houve condenação aos depósitos correspondentes ao FGTS.

3 - Conclusão

Ante o exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, dou parcial provimento ao Recurso de Revista para restringir a condenação ao pagamento dos depósitos correspondentes ao FGTS.

Publique-se.

Brasília, 3 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-RR-180/2005-101-04-00.5TRT - 4ª REGIÃO

RECORRENTE	:	**COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE**
ADVOGADO	:	**DR. LUIZ FERNANDO MENEZES DE OLIVEIRA**
RECORRIDO	:	**DILSON PEREIRA BARBOSA**
ADVOGADA	:	**DRA. NEUSA VIÉGAS MORELLO ALVES**

D E S P A C H O

1 - Relatório

O Eg. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, em acórdão de fls. 453/462, deu parcial provimento ao Recurso Ordinário da Reclamada. Manteve, contudo, a r. sentença que afirmara a existência de vínculo de emprego, ao entendimento de que houve fraude na contratação de empreiteiras, tendo em vista a prestação de serviços pelo Reclamante de forma direta e nas atividades-fim da Ré. Consignou que, embora nulo, o contrato de trabalho celebrado sem a observância do disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição produz efeitos jurídicos. Manteve a condenação ao pagamento de horas extras, vales-refeição, diferenças decorrentes da equiparação salarial, e à anotação na CTPS do Reclamante.

A Reclamada interpõe Recurso de Revista, às fls. 467/477. Insurge-se contra o reconhecimento do vínculo empregatício, transcrevendo arestos ao cotejo. Requer, ainda, a aplicação da Súmula nº 363 do TST, apontando violação ao artigo 37, II , da Constituição da República.

Despacho de admissibilidade, às fls. 480/481.

Não foram apresentadas contra-razões, consoante atesta a certidão de fls. 483.

Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 82 do Regimento Interno do TST.

2 - Fundamentação

Estão preenchidos os requisitos extrínsecos de admissibilidade do Recurso de Revista.

2.1 - Terceirização - Fraude - Contratação por Empresa Interposta

No ponto, a Recorrente limita-se a transcrever dois arestos ao cotejo. O primeiro, transcrito às fls. 414/415, é inespecífico, nos termos da Súmula nº 296, item I, do TST. O segundo (fls. 415), oriundo de Turma do TST, desatende à alínea "a", do art. 896 da CLT.

2.2 - Contrato Nulo - Efeitos

O recurso alcança conhecimento por contrariedade à Súmula nº 363 do TST, que dispõe:

"CONTRATO NULO. EFEITOS. A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS."

O Reclamante, portanto, tem jus aos depósitos correspondentes ao FGTS por expressa disposição legal, além da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o salário mínimo/hora.

Na presente hipótese, não houve pleito de diferenças à integralização do mínimo legal ou depósitos do FGTS. No entanto, houve condenação em horas extras.

São indevidas as diferenças decorrentes da equiparação salarial, os vales-refeição e a determinação de anotação na carteira de trabalho do Reclamante.

3 - Conclusão

Ante o exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, dou parcial provimento ao recurso para restringir a condenação ao pagamento da totalidade das horas trabalhadas, de forma simples. Nego seguimento ao apelo quanto ao outro tema, com fulcro nos arts. 896, § 5º, da CLT e 557 do CPC.

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-RR-303/2004-472-02-00.0TRT - 2ª REGIÃO

RECORRENTE	:	SCÓRPIOS INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA.
ADVOGADA	:	DRA. SANDRA SILVA GIRALDI
RECORRIDO	:	AIRTON SILVA PERES
ADVOGADO	:	DR. APARECIDO INÁCIO DA SILVA
RECORRIDO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	DR. JEFERSON CARLOS CARÚS GUEDES

D E S P A C H O

1 - Relatório

O Eg. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em acórdão de fls. 46/50, complementado às fls. 58/60, deu provimento ao Recurso Ordinário do INSS. Determinou a incidência de contribuição previdenciária sobre o valor total do acordo homologado, que não reconheceu vínculo empregatício, e negou "a existência de tributo a favor do órgão previdenciário" (fls. 48). Consignou que "impõe-se reconhecer a inocuidade da referência levada a efeito, tornando aplicável, in casu, o comando legal do parágrafo único do artigo 43 da Lei 8.212/91" (fls. 48).

A Reclamada interpõe Recurso de Revista, às fls. 62/74. Argúi, preliminarmente, a nulidade do v. acórdão regional, por negativa de prestação jurisdicional, apontando violação aos artigos 5º, XXXV, e 93, IX, da Constituição, 535, I e II, do CPC e 897-A, parágrafo único, da CLT. Sustenta que a Corte a quo, muito embora instada a se pronunciar por meio de embargos de declaração, omitiu-se quanto à natureza indenizatória do acordo, o que impede a incidência da contribuição previdenciária. No mérito, aduz que, diante do caráter exclusivamente indenizatório da avença, improcede a pretensão do INSS de incidência da contribuição previdenciária. Aponta violação aos artigos 195, I, "a", da Constituição e 43, caput, da Lei nº 8.212/91. Colaciona arestos à divergência.

O D. Ministério Público do Trabalho opina, às fls. 84/86, pelo conhecimento e desprovimento do apelo.

2 - Fundamentação

Regularmente processado, o Recurso de Revista preenche os requisitos extrínsecos de admissibilidade.

A preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, analisada nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 115 da SBDI-1, não procede. A Corte a quo pronunciou sobre a questão suscitada pela Reclamada e expôs, de forma fundamentada, os motivos de sua decisão. A simples contrariedade das razões de decidir às pretensões da parte não configura abstenção da atividade julgadora.

No mérito, a pretensão recursal está superada pela jurisprudência firmada neste Eg. Tribunal Superior, à qual me curvo por disciplina judiciária, no sentido de que a contribuição previdenciária é exigível sobre o montante do acordo judicial que não identifica as parcelas, em que se fixa pagamento de indenização para pôr termo ao processo. Precedentes: E-RR-25.310/2002-902-02-00, SBDI-1, Rel. Min. João Batista Brito Pereira, DJ 17/02/2006; RR-54.714/2002-900-02-00.0, 4ª Turma, Rel. Min. Barros Levenhagen, DJ 06/06/2003; RR-1.001/2002-034-02-00.8, 3ª Turma, Rel. Min. Alberto Bresciani, julgado em 10/05/2006.

3 - Conclusão

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 896, § 5º, da CLT e 557 do CPC, nego seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se.

Brasília, 3 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-RR- 388/2004-001-04-00.5TRT - 4ª REGIÃO

RECORRENTE	:	SHELL BRASIL S.A.
ADVOGADO	:	DR. LUIZ FERNANDO DOS SANTOS MOREIRA
RECORRIDO	:	ELMUNDO STRACKE
ADVOGADO	:	DR. OSNI JOSÉ ALVES

D E S P A C H O

1 - Relatório

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, em acórdão de fls. 154/159, negou provimento ao Recurso Ordinário da Reclamada. No que interessa, manteve sua condenação ao pagamento das diferenças da multa de 40% (quarenta por cento) do FGTS em decorrência dos expurgos inflacionários. Afirmou que a prescrição da pretensão de haver diferenças da multa de 40% do FGTS teve início com o efetivo crédito na conta vinculada do empregado.

A Reclamada interpõe Recurso de Revista às fls. 162/173. Sustenta que ocorreu a prescrição da pretensão do Reclamante, considerando como termo inicial do prazo prescricional o início da vigência da Lei Complementar nº 110/01. Aponta violação aos artigos 5º, XXXVI, e 7º, XXIX, da Constituição da República. Indica contrariedade à Orientação Jurisprudencial no 344 da SBDI-1 e à Súmula nº 362, ambas do TST.

Às fls. 177/178, foi dado seguimento ao Recurso de Revista.

Os autos não foram encaminhados ao D. Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 82 do RITST.

2 - Fundamentação

Regularmente processado, o Recurso de Revista preenche os requisitos extrínsecos de admissibilidade.

Quanto à prescrição, há entendimento pacificado no âmbito deste Tribunal, no sentido de que o termo inicial do prazo é a data de vigência da Lei Complementar nº 110/01, salvo comprovado trânsito em julgado da decisão em ação anteriormente proposta na Justiça Federal que reconheça direito à atualização do saldo na conta vinculada. É o que preceitua a Orientação Jurisprudencial nº 344 da C. SBDI-1, in verbis:

"FGTS. MULTA DE 40%. DIFERENÇAS DECORRENTES DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

O termo inicial do prazo prescricional para o empregado pleitear em juízo diferenças da multa do FGTS, decorrentes dos expurgos inflacionários, deu-se com a vigência da Lei Complementar nº 110, em 30.06.01, salvo comprovado trânsito em julgado de decisão proferida em ação proposta anteriormente na Justiça Federal, que reconheça o direito à atualização do saldo da conta vinculada."

Na hipótese dos autos, a Reclamação foi ajuizada em 28/4/2004 (fls. 158), fora do biênio prescricional, tendo por marco inicial a vigência da Lei Complementar nº 110/01.

Ressalte-se que não há notícia, nos autos, de ação ajuizada na Justiça Federal.

O Recurso de Revista alcança, assim, conhecimento por contrariedade à referida orientação jurisprudencial.

3 - Conclusão

Ante o exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, dou provimento ao Recurso de Revista para pronunciar a prescrição, extinguindo o processo, com resolução do mérito, a teor do artigo 269, inciso IV, do CPC. Invertido o ônus da sucumbência, isento o Reclamante do recolhimento das custas judiciais.

Publique-se.

Brasília, 10 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-RR-408/2005-103-22-00.1TRT - 22ª REGIÃO

RECORRENTE	:	ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADOR	:	DR. DANILO E SILVA DE ALMENDRA FREITAS
RECORRIDA	:	CARMELITA BORGES LEAL
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ ADALBERTO NOGUEIRA ROCHA
RECORRIDA	:	FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DO ESTADO DO PIAUÍ - FAMEPI
ADVOGADO	:	DR. ÉDER CLAUDINO GONÇALVES

D E S P A C H O

1 - Relatório

O Eg. Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, em acórdão de fls. 125/134, negou provimento ao Recurso ordinário do Estado Reclamado e deu parcial provimento ao da Reclamante. No que interessa, entendeu que, embora o contrato de trabalho firmado sem a prévia realização de concurso seja nulo, gera efeitos ex nunc. Acresceu à condenação as verbas relativas ao 13º salário, férias acrescidas do terço constitucional e honorários advocatícios. No mais, manteve a r. sentença que determinara a anotação da CTPS da Autora e condenara ao pagamento de horas extras e depósitos do FGTS.

Inconformado, o Estado interpõe Recurso de Revista às fls. 138/155, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo legal. Aponta ofensa aos artigos 37, inciso II e § 2º, da Constituição da República e 14 e 15 da Lei nº 5.584/70. Indica contrariedade às Súmulas nos 219, 329 e 363 do TST. Colaciona arestos à divergência.

Despacho de admissibilidade, às fls. 157/159.

Sem contra-razões, conforme certidão de fls. 163.

O D. Ministério Público do Trabalho opina, às fls. 166/168, pelo conhecimento e provimento do recurso.

2 - Fundamentação

Regularmente processado, o Recurso de Revista preenche os requisitos extrínsecos de admissibilidade.

2.1. Contrato Nulo - Efeitos

O recurso alcança conhecimento, por contrariedade à Súmula nº 363, que dispõe:

"A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS."

A Reclamante, portanto, tem jus aos depósitos correspondentes ao FGTS por expressa disposição legal, além da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o salário mínimo/hora.

Na presente hipótese, não houve pleito de diferenças à integralização do mínimo legal ou saldo de salário. No entanto, houve condenação ao pagamento de depósitos correspondentes ao FGTS e horas extras.

2.2. Honorários advocatícios

O Eg. Tribunal Regional, ao deferir a verba honorária a despeito do fato de a Autora não estar assistida pelo seu sindicato, contrariou a iterativa e notória jurisprudência deste Eg. Tribunal, consolidada na Súmula nº 219, item I, que dispõe:

"Na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, nunca superiores a 15% (quinze por cento), não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional e comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família. (ex-Súmula nº 219 - Res. 14/1985, DJ 19.09.1985)."

O recurso alcança, assim, conhecimento, por manifesto confronto entre o acórdão regional e a aludida súmula.

3 - Conclusão

Ante o exposto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do CPC, **dou provimento** ao Recurso de Revista para excluir da condenação os honorários advocatícios e, nos termos da Súmula nº 363 do TST, restringir a condenação ao pagamento das horas extras, remuneradas de forma simples, e dos depósitos correspondentes ao FGTS.

Publique-se.

Brasília, 10 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-RR-434/2003-251-02-00.9TRT - 2ª REGIÃO

RECORRENTE	:	MARIA DO CARMO LUIZ DOS SANTOS
ADVOGADO	:	DR. ALEXANDRE DO AMARAL SANTOS
RECORRIDA	:	COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA - COSIPA
ADVOGADO	:	DR. SÉRGIO LUIZ AKAOUI MARCONDES

D E S P A C H O

1 - Relatório

O Eg. Tribunal Regional, em acórdão de fls. 125/127, complementado às fls. 134/136, negou provimento ao Recurso Ordinário do Reclamante. Declarou a prescrição total da pretensão de haver diferenças da multa de 40% (quarenta por cento) do FGTS, decorrentes dos expurgos inflacionários, por entender que o biênio legal para o ajuizamento da Reclamação conta-se da data de extinção do contrato de trabalho.

A Reclamante interpõe Recurso de Revista às fls. 138/157. Sustenta que a prescrição da pretensão de haver as referidas diferenças teve início com a vigência da Lei Complementar nº 110/2001. Aponta contrariedade à Orientação Jurisprudencial nº 344/SBDI-1 e colaciona arestos à divergência.

Despacho de admissibilidade, às fls. 158/159.

Contra-razões, às fls. 163/182.

Os autos não foram encaminhados ao D. Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 82 do RITST.

2 - Fundamentação

Regularmente processado, o Recurso de Revista preenche os requisitos extrínsecos de admissibilidade.

Quanto à prescrição, há entendimento pacificado no âmbito deste Tribunal, no sentido de que o seu termo inicial é a vigência da Lei Complementar nº 110/2001, salvo comprovado trânsito em julgado da decisão proferida em ação anteriormente proposta na Justiça Federal que reconheça direito à atualização do saldo na conta vinculada. É o que preceitua a Orientação Jurisprudencial nº 344 da C. SBDI-1, in verbis:

"FGTS. MULTA DE 40%. DIFERENÇAS DECORRENTES DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. LEI COMPLEMENTAR Nº 110/01.

O termo inicial do prazo prescricional para o empregado pleitear em juízo diferenças da mula do FGTS, decorrentes dos expurgos inflacionários, deu-se com a vigência da Lei Complementar nº 110, de 30.06.01, salvo comprovado trânsito em julgado da decisão proferida em ação anteriormente proposta na Justiça Federal que reconheça direito à atualização do saldo na conta vinculada."

Na hipótese dos autos, a ação foi ajuizada em 16 de junho de 2003 (fls. 126), portanto, dentro do biênio prescricional, tendo por marco inicial a vigência da Lei Complementar nº 110/01 (30 de junho de 2001).

O Apelo alcança conhecimento, por contrariedade com a referida orientação jurisprudencial.

3 - Conclusão

Ante o exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, dou provimento ao Recurso de Revista para, afastando a prescrição pronunciada, determinar o retorno dos autos ao E. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, para que prossiga no julgamento do feito, como entender de direito.

Publique-se.

Brasília, 10 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-AIRR-643/2004-019-12-00.4TRT - 12ª REGIÃO

AGRAVANTE	:	MÍRSON POMMERENING E OUTROS.
ADVOGADO	:	DR. ALCIDES DELAMURE HESS
AGRAVADA	:	CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A. - CELESC
ADVOGADO	:	DR. LYCURGO LEITE NETO E RONALDO JARDIM DA SILVA

D E S P A C H O

Determino à Coordenadoria da C. 3ª Turma a retificação do nome da parte recorrente para MÍRSON POMMERENING e OUTROS e concedo prazo de 5 (cinco) dias para que os Reclamantes manifestem-se sobre a petição nº 67.465/2007-6 e documentos anexos, dizendo se concordam com o requerimento de alteração do pólo passivo da lide.

Publique-se

Brasília, 03 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-RR-807/2003-451-04-00.7TRT - 4ª REGIÃO

RECORRENTE	:	VILNEI PEREIRA GOMES
ADVOGADA	:	DRA. CLÁUDIA JAQUELINE BORGATTI
RECORRIDA	:	COPELMI MINERAÇÃO LTDA.
ADVOGADA	:	DRA. PATRÍCIA ROCHA

D E S P A C H O

1 - Relatório

O Eg. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, em acórdão de fls. 126/130, negou provimento aos Recursos Ordinários da Reclamada e do Reclamante, mantendo a r. sentença que extinguira o processo sem julgamento de mérito, por ausência da demonstração, pelo Autor, do Termo de Adesão proposto pela CEF ou do trânsito em julgado de decisão que lhe confira o direito de haver as diferenças da multa do FGTS decorrentes dos expurgos inflacionários.

Inconformado, o Autor interpõe Recurso de Revista às fls. 132/140. Alega ser inexigível o termo de adesão ou o ajuizamento de ação na Justiça Federal para o direito às diferenças pleiteadas. Aduz que ocorreu julgamento extra petita, pois a Reclamada não argüira carência da ação em sua contestação. Colaciona arestos à divergência.

Despacho de Admissibilidade às fls. 142/145.

Contra-razões, às fls. 148/154.

Os autos não foram encaminhados ao D. Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 82 do RITST.

2 - Fundamentação

Conquanto preenchidos os requisitos extrínsecos de admissibilidade, não há como admitir o presente Recurso de Revista.

Isso porque o apelo está fundamentado apenas em divergência jurisprudencial inespecífica ou inservível, a teor das Súmulas nos 296 e 337 desta Corte.

Com efeito, o aresto de fls. 135/136 desserve à caracterização de divergência jurisprudencial, porque não citado o órgão oficial em que foi publicado, e a publicação da qual teria sido extraído - "Infobase Jusrisplenum" - não consta da tabela de repositórios autorizados desta Corte, conforme exigido na Súmula nº 337 desta Corte.

Por outro lado, os julgados transcritos às fls. 138/139, em que pese indicarem data e órgão oficial de publicação, não atendem ao requisito da especificidade a que alude a Súmula nº 296/TST, pois não é possível aferir "a existência de teses diversas na interpretação de um mesmo dispositivo legal, embora idênticos os fatos que as ensejaram".

3 - Conclusão

Ante o exposto, nos termos do art. 557 do CPC, nego seguimento ao Recurso de Revista.

Publique-se.

Brasília, 3 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-RR-1.059/2003-255-02-00.0TRT - 2ª REGIÃO

RECORRENTE	:	COPEBRÁS LTDA.
ADVOGADO	:	DR. WALTER ANTÔNIO BARNEZ DE MOURA
RECORRIDO	:	ANTÔNIO CARLOS BARBOSA
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ ABÍLIO LOPES

D E S P A C H O

1 - Relatório

O Eg. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em acórdão de fls. 82/90, negou provimento ao Recurso Ordinário da Reclamada e deu parcial provimento ao do Reclamante. No que interessa, afirmou que a prescrição da pretensão de haver diferenças da multa de 40% do FGTS teve início na data em que os créditos foram disponibilizados aos trabalhadores pela CEF.

A Reclamada interpõe Recurso de Revista às fls. 92/94. Sustenta que o prazo prescricional da pretensão de haver as referidas diferenças teve início com a extinção do contrato de trabalho. Acresce que, mesmo considerando como termo inicial a edição da Lei Complementar nº 110, de 29/6/2001, a pretensão do Reclamante está prescrita. Alega, ainda, que não houve menção, na inicial, acerca de eventual ação proposta na Justiça Federal. Indica ofensa ao artigo 7º, inciso XXIX, da Constituição da República. Aponta contrariedade à Orientação Jurisprudencial no 344 da SBDI-1.

Despacho de admissibilidade, às fls. 97/98.

Contra-razões, às fls. 99/109.

Dispensada a remessa dos autos ao D. Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 82 do Regimento Interno desta Corte.

2 - Fundamentação

Regularmente processado, o Recurso de Revista preenche os requisitos extrínsecos de admissibilidade.

Quanto à prescrição, há entendimento pacificado no âmbito deste Tribunal, no sentido de que o termo inicial do prazo é a data de vigência da Lei Complementar nº 110/2001, salvo comprovado trânsito em julgado de decisão proferida em ação anteriormente proposta na Justiça Federal, que reconheça o direito à atualização do saldo na conta vinculada. É o que preceitua a orientação jurisprudencial nº 344 da C. SBDI-1, in verbis:

"**FGTS. MULTA DE 40%. DIFERENÇAS DECORRENTES DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. DJ 10.11.2004 (alterada em decorrência do julgamento do processo TST IUJ-RR 1577/2003-019-03-00.8, DJ 22.11.05).**

O termo inicial do prazo prescricional para o empregado pleitear em juízo diferenças da multa do FGTS, decorrentes dos expurgos inflacionários, deu-se com a vigência da Lei Complementar nº 110, em 30.06.01, salvo comprovado trânsito em julgado de decisão proferida em ação proposta anteriormente na Justiça Federal, que reconheça o direito à atualização do saldo da conta vinculada."

Na hipótese dos autos, a ação foi ajuizada em 20 de novembro de 2003, portanto, fora do biênio prescricional, encerrado em 30 de junho de 2003, tendo por marco inicial a vigência da Lei Complementar nº 110/01 (causa de pedir do Autor).

O Recurso de Revista alcança, assim, conhecimento por contrariedade à referida Orientação Jurisprudencial.

3 - Conclusão

Ante o exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, dou provimento ao Recurso de Revista para pronunciar a prescrição da pretensão de haver diferenças da multa de 40% do FGTS, decorrentes dos expurgos inflacionários, e extinguir o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, inciso IV, do CPC. Inverto o ônus da sucumbência, isentando o Reclamante das custas judiciais, na forma do artigo 790-A da CLT.

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-RR-1158/2004-052-11-00.8TRT - 11ª REGIÃO

RECORRENTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR	:	DR. EDUARDO BEZERRA VIEIRA
RECORRIDO	:	SOLANGE RODRIGUES OLIVEIRA
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALVANTE
RECORRIDA	:	COOPERATIVA RORAIMENSE DE SERVIÇOS - COORSERV

D E S P A C H O

O Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região negou provimento ao Recurso Ordinário do Estado de Roraima e deu provimento parcial ao Recurso Ordinário do Reclamante para, reformando a sentença, reconhecer o vínculo empregatício e deferir os pleitos constantes da inicial, com exceção do 13º salário de 2003, por entender que a Autora prestou serviços para a Reclamada, nos termos do art. 3º da CLT, não podendo ser penalizada pelo fato de ter sido contratada sem concurso público, e o Reclamado não pode ser beneficiado por tal irregularidade, pois foi este quem gerou tal infortúnio: "Da inteligência do artigo 37, parágrafo 2º, da CF/88, já se vislumbra a vontade do legislador constituinte, em regra pragmática, de ver punida a autoridade responsável pela contratação, e não o empregado contratado sem concurso". (fls.117) - fls.115-119.

O Reclamado opôs Embargos de Declaração às fls.121-125, os quais não foram providos pelo acórdão de fls.129-131.

O Reclamado interpõe Recurso de Revista com fulcro nas alíneas "a" e "c" do artigo 896 da CLT. (fls.133-149)

Despacho de admissibilidade do Recurso de Revista às fls.151-152.

Não houve Contra-razões (certidão a fl.155).

O Ministério Público do Trabalho, em parecer de fls. 158-159, opinou pelo conhecimento e provimento do Recurso de Revista.

Encontram-se preenchidos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade.

I - CONTRATO NULO - EFEITOS

O Reclamado, em Recurso de Revista, requer a nulidade da contratação de acordo com o art. 37, inciso II e § 2º da Constituição da República, sem a geração de qualquer efeito, declarando-se incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 19-A da Lei nº 8.036/90, diante da ofensa direta ao art. 37, inciso II e § 2º da Carta Magna, ou que seja limitado o pagamento dos depósitos do FGTS relativos apenas ao período posterior a edição da Medida Provisória nº 2.164/01.

A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS (ex vi Súmula 363 do TST).

In casu, há condenação de valores referentes ao salário stricto sensu e aos depósitos do FGTS.

Conheço do Recurso de Revista por contrariedade à Súmula 363 do TST. Mérito: Ante o manifesto confronto da decisão recorrida com a Súmula 363 desta Corte, dou provimento parcial ao Recurso de Revista para limitar a condenação aos valores referentes aos salários stricto sensu e aos depósitos do FGTS.

II - CONCLUSÃO

Destarte, amparado pelo art. 557, § 1º, do CPC, pela Instrução Normativa nº 17/99 e ante manifesta contrariedade à Súmula 363 do TST, impõe-se o provimento parcial do Recurso de Revista para limitar a condenação aos valores referentes aos salários stricto sensu e aos depósitos do FGTS.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. Nº TST-RR-1.550/2000-016-03-00.3TRT - 3ª REGIÃO

RECORRENTES	:	GIOVANI BATISTA CAVALCANTI E OUTROS
ADVOGADO	:	DR. CARLOS HENRIQUE OTONI FERNANDES
RECORRIDA	:	TELEMAR NORTE LESTE S.A.
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ ALBERTO C. MACIEL

D E S P A C H O

1 - Relatório

O Eg. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, em acórdão de fls. 178/183, complementado às fls. 190/191, deu provimento ao Recurso Ordinário da Reclamada, para julgar improcedente a Reclamação Trabalhista. Consignou que a empregadora não é responsável pelo pagamento das diferenças decorrentes dos expurgos inflacionários, ao fundamento de que "cumpriu a tempo e modo sua obrigação" (fls. 182).

Os Reclamantes interpõem Recurso de Revista às fls. 200/207. Sustentam ser do empregador a responsabilidade pelo pagamento das diferenças da multa de 40% (quarenta por cento) sobre o FGTS, advindas dos expurgos inflacionários. Apontam violação aos arts. 7º, I e III, da Constituição da República e 18, § 1º, da Lei nº 8.036/90 e divergência jurisprudencial.

Despacho de admissibilidade, às fls. 208.

Contra-razões, às fls. 210/217.

Os autos não foram encaminhados ao D. Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 82 do RITST.

2 - Fundamentação

Regularmente processado, o Recurso de Revista preenche os requisitos extrínsecos de admissibilidade.

O aresto colacionado às fls. 203, oriundo do Eg. TRT da 23ª região, autoriza o conhecimento do apelo, por divergência jurisprudencial.

Acerca dos expurgos inflacionários sobre a multa do FGTS, esta Eg. Corte já pacificou o entendimento de que a responsabilidade pelo seu pagamento é do empregador, nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 341 da C. SBDI-1, in verbis:

"FGTS. MULTA DE 40%. DIFERENÇAS DECORRENTES DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO.

É de responsabilidade do empregador o pagamento da diferença da multa de 40% sobre os depósitos do FGTS, decorrente da atualização monetária em face dos expurgos inflacionários."

Conquanto as diferenças pleiteadas sejam decorrentes dos expurgos inflacionários, mantém-se a responsabilidade do empregador pelo adimplemento da multa rescisória, haja vista que lhe compete a obrigação de saldá-la na despedida imotivada.

Não há falar em ato jurídico perfeito, porque o pagamento da multa fundiária, quando da rescisão contratual, não foi perfeito e acabado, porquanto desconsiderada a aplicação dos corretos índices de atualização, ainda que posteriormente declarados. Precedentes: TST-E-RR-1578/2002-014-03-00.0, SBDI-1, Rel. Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, DJ 20.5.2005; TST-E-RR-1651/2000-002-03-00.1, SBDI-1, Rel. Ministro José Luciano de Castilho Pereira, DJ 11.3.2005; e TST-E-RR-124/2002-010-03-00.6, SBDI-1, Rel. Ministro Milton de Moura França, DJ 24.9.2004.

3 - Conclusão

Ante o exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, dou provimento ao Recurso de Revista para, reformando o acórdão regional, reconhecer a responsabilidade da empregadora e a inexistência de ato jurídico perfeito e restabelecer a r. sentença.

Publique-se.

Brasília, 27 de agosto de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

PROC. Nº TST-RR-1.709/2003-002-17-00.3TRT - 17ª REGIÃO

RECORRENTE	:	**MARIA DE LOURDES CENO DUTRA**
ADVOGADO	:	DR. LUIZ GONZAGA FREIRE CARNEIRO
RECORRIDA	:	**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB**
ADVOGADA	:	DR.ª SHELLEY LUCY RODRIGUES

D E S P A C H O

1 - Relatório

O Eg. Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, em acórdão de fls. 147/151, negou provimento ao Recurso Ordinário da Reclamante. Confirmou a ocorrência da prescrição total da pretensão de haver diferenças da multa de 40% (quarenta por cento) do FGTS, decorrentes dos expurgos inflacionários, por entender que o biênio legal para o ajuizamento da Reclamação conta-se da data de extinção do contrato de trabalho, havida em 13/03/1989. Consignou que foi ajuizada Reclamação anterior idêntica em 30/06/2003, contudo, posteriormente ao biênio de que trata o artigo 7º, XXIX, da Constituição.

A Reclamante interpõe Recurso de Revista às fls. 155/161. Sustenta que a prescrição da pretensão de haver as referidas diferenças teve início com a vigência da Lei Complementar nº 110/2001. Aponta violação ao artigo 18, § 1º, da Lei nº 8.036/90 e colaciona arestos à divergência.

Despacho de admissibilidade, às fls. 163/164.

Contra-razões, às fls. 168/177.

Os autos não foram encaminhados ao D. Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 82 do RITST.

2 - Fundamentação

Regularmente processado, o Recurso de Revista preenche os requisitos extrínsecos de admissibilidade.

Os arestos transcritos às fls. 157/158 autorizam o conhecimento do Apelo, por divergência jurisprudencial.

Quanto à prescrição, há entendimento pacificado no âmbito deste Tribunal, no sentido de que o seu termo inicial é a vigência da Lei Complementar nº 110/2001, salvo comprovado trânsito em julgado da decisão proferida em ação anteriormente proposta na Justiça Federal, que reconheça direito à atualização do saldo na conta vinculada. É o que preceitua a Orientação Jurisprudencial nº 344 da C. SBDI-1, in verbis:

"**FGTS. MULTA DE 40%. DIFERENÇAS DECORRENTES DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. DJ 10.11.2004 (alterada em decorrência do julgamento do processo TST IUJ-RR 1577/2003-019-03-00.8, DJ 22.11.05).**

O termo inicial do prazo prescricional para o empregado pleitear em juízo diferenças da multa do FGTS, decorrentes dos expurgos inflacionários, deu-se com a vigência da Lei Complementar nº 110, em 30.06.01, salvo comprovado trânsito em julgado de decisão proferida em ação proposta anteriormente na Justiça Federal, que reconheça o direito à atualização do saldo da conta vinculada."

Na hipótese, conforme consta às fls. 150 do acórdão recorrido, houve o " ajuizamento de reclamatória anterior idêntica em 30 de junho de 2003 (cópia da ação às fls. 10/17)" pela Autora, que foi arquivada em razão de sua ausência à audiência. Nesse contexto, e considerando como marco inicial a vigência da Lei Complementar nº 110/01, o primeiro pleito, ainda que arquivado, interrompeu a prescrição, a teor da jurisprudência desta Corte, consubstanciada na Súmula nº 268, in verbis:

"**PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. AÇÃO TRABALHISTA ARQUIVADA**

A ação trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos."

Assim, ajuizada a presente ação em 9 de outubro de 2003 (fls. 148), não há prescrição a pronunciar, visto que proposta a Reclamação dentro do biênio iniciado após a regular interrupção do prazo prescricional.

3 - Conclusão

Ante o exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, dou provimento ao Recurso de Revista para, afastando a prescrição pronunciada, determinar o retorno dos autos à Vara do Trabalho de origem, a fim de que prossiga no julgamento do feito como entender de direito.

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-RR-3870/2005-051-11-00.6TRT - 11ª REGIÃO

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
ADVOGADO	:	**DR. MATEUS GUEDES RIOS**
RECORRIDA	:	**MARLI ALVES FARIAS**
ADVOGADO	:	**DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE**

D E S P A C H O

O Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região negou provimento ao Recurso Ordinário do Estado de Roraima para manter a sentença nos demais termos: proceder a anotação na CTPS do Reclamante e a pagar a quantia que vier a ser apurada em liqüidação de sentença, a título de aviso prévio; 13º salário proporcional (5/12); férias integrais 2003 e proporcionais 5/12 +1/3; FGTS + 40% sobre o período trabalhado e verbas rescisórias; juros e correção monetária e justiça gratuita, na forma da fundamentação: "A argüição de nulidade por infringência ao disposto no inciso II, do art. 37 e seu § 2º da Constituição Federal, não merece acolhimento, data venia, pelas seguintes razões. Esse dispositivo deve ser analisado juntamente com o inciso IX que permite a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de interesse público. No entanto, se a Administração Pública ultrapassar a temporariedade prevista nas leis especiais, não há como se concluir pela nulidade do ajuste, porque, além desses regimes, existe um terceiro, não menos importante, que deverá presidir às relações de trabalho, não para assegurar a permanência no emprego público, vale dizer, a estabilidade alcançada por aqueles que ingressaram através de concurso público porém, para haver dela as reparações pela dispensa imotivada"(fl.64) (fls.63-65).

Embargos de Declaração às fls.68-70, os quais não foram providos pelo acórdão de fls.74-75.

O Reclamado interpõe Recurso de Revista com fulcro nas alíneas "a" e "c" do artigo 896 da CLT. (fls.78-94)

Despacho de admissibilidade do Recurso de Revista às fls.96-97.

Não houve Contra-razões (certidão a fl.99).

O Ministério Público do Trabalho, em parecer de fls. 102-105, opinou pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso de Revista.

Encontram-se preenchidos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade.

I - CONTRATO NULO - EFEITOS

O Reclamado, em Recurso de Revista, requer a nulidade da contratação de acordo com o artigo 37, inciso II e § 2º da Constituição da República, sem a geração de qualquer efeito, declarando-se incidentalmente a inconstitucionalidade da norma 19-A da Lei nº 8.036/90, diante da ofensa direta ao artigo 37, inciso II e § 2º da Carta Magna, ou que seja limitado o pagamento dos depósitos do FGTS relativos apenas ao período posterior a edição da Medida Provisória nº 2.164/01.

A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS (ex vi Súmula 363 do TST).

In casu, há condenação de valores referentes aos depósitos do FGTS.

Conheço do Recurso de Revista por contrariedade à Súmula 363 do TST. Mérito: Ante o manifesto confronto da decisão recorrida com a Súmula 363 desta Corte, dou provimento parcial ao Recurso de Revista para limitar a condenação aos valores referentes aos depósitos do FGTS.

II - CONCLUSÃO

Destarte, amparado pelo artigo 557, § 1º, do CPC, pela Instrução Normativa nº 17/99 e ante manifesta contrariedade à Súmula 363 do TST, impõe-se o provimento parcial do Recurso de Revista para limitar a condenação aos valores referentes aos depósitos do FGTS.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. Nº TST-RR-4160/2005-052-11-00.0TRT - 11ª REGIÃO

RECORRENTE	:	**ESTADO DE RORAIMA**
ADVOGADO	:	**DR. MATEUS GUEDES RIOS**
RECORRIDO	:	**JOSÉ OTÁVIO DE FREITAS**
ADVOGADO	:	**DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE**

D E S P A C H O

O Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região negou provimento ao Recurso Ordinário do Estado de Roraima para manter a sentença nos demais termos: aviso prévio, 13º proporcional (5/12), com o reflexo do aviso prévio; férias em dobro, férias proporcionais (11/12), ambas acrescidas de 1/3 FGTS (8% + 40%), assinatura e baixa da CTPS, na forma da fundamentação: "(...), a nulidade da contratação por descumprimento da obrigatoriedade de Concurso Público não pode ser pronunciada pelo Juízo em favor de quem lhe tenha dado causa, face ao preceituado no art. 796, alínea "b", da Consolidação da Leis do Trabalho, e arts. 102, inciso II, e 104, do Código Civil.

No que se refere à Súmula nº 363, do Tribunal Superior do Trabalho, a mesma não é adotada por este Egrégio Regional, eis que tal entendimento permite que o próprio causado (sic) da nulidade se beneficie de tal torpeza." (fl.65). (fls.63-66)

O Reclamado interpõe Recurso de Revista com fulcro nas alíneas "a" e "c" do artigo 896 da CLT. (fls.70-87)

Despacho de admissibilidade do Recurso de Revista às fls.89-90.

Não houve Contra-Razões (certidão a fl.93).

O Ministério Público do Trabalho, em parecer de fls. 96-97, opinou pelo conhecimento e provimento do Recurso de Revista.

Encontram-se preenchidos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade.

I - CONTRATO NULO - EFEITOS

O Reclamado, em Recurso de Revista, requer a nulidade da contratação de acordo com o art. 37, inciso II e § 2º da Constituição da República, sem a geração de qualquer efeito, declarando-se incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 19-A da Lei nº 8.036/90, diante da ofensa direta ao art. 37, inciso II e § 2º da Carta Magna, ou que seja limitado o pagamento dos depósitos do FGTS relativos apenas ao período posterior a edição da Medida Provisória nº 2.164/01.

A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS (ex vi Súmula 363 do TST).

In casu, há condenação de valores referentes aos depósitos do FGTS.

Conheço do Recurso de Revista por contrariedade à Súmula 363 do TST. Mérito: Ante o manifesto confronto da decisão recorrida com a Súmula 363 desta Corte, dou provimento parcial ao Recurso de Revista para limitar a condenação aos valores referentes aos depósitos do FGTS.

II - CONCLUSÃO

Destarte, amparado pelo art. 557, § 1º, do CPC, pela Instrução Normativa nº 17/99 e ante manifesta contrariedade à Súmula 363 do TST, impõe-se o provimento parcial do Recurso de Revista para limitar a condenação aos valores referentes aos depósitos do FGTS.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Relator

PROC. Nº TST-RR-133.942/2004-900-04-00.0TRT - 4ª REGIÃO

RECORRENTE	:	**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**
PROCURADOR	:	**DR. PAULO EDUARDO PINTO DE QUEIROZ**
RECORRIDA	:	**MARGARIDA DE LOURDES SOARES**
ADVOGADO	:	**DR. MARCELINO HAUSCHILD**
RECORRIDO	:	**HOSPITAL MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS**
ADVOGADO	:	**DR. ELOY PAULO THOMAZ**

D E S P A C H O

1 - Relatório

O Eg. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, em acórdão de fls. 256/266, deu parcial provimento ao Recurso Voluntário do Reclamado e à Remessa Oficial. Consignou que, embora nulo, o contrato de trabalho celebrado sem a observância do disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição produz efeitos jurídicos. Manteve a condenação ao pagamento de depósitos de FGTS e respectiva multa, aviso prévio, 13º salário, férias e adicional de 1/3, horas extras, adicional de insalubridade e saldo de salário, e à anotação na CTPS da Reclamante.

O Ministério Público do Trabalho interpõe Recurso de Revista, às fls. 269/278, apontando violação ao artigo 37, II e § 2º, da Constituição da República, contrariedade à Súmula nº 363 do TST e divergência jurisprudencial.

Despacho de admissibilidade, às fls. 281/282.

Não foram apresentadas contra-razões, consoante atesta a certidão de fls. 286.

A intervenção do Ministério Público do Trabalho dispensa o parecer (art. 83, VI, da Lei Complementar nº 75/93).

2 - Fundamentação

Estão preenchidos os requisitos extrínsecos de admissibilidade do Recurso de Revista.

O recurso alcança conhecimento por contrariedade à Súmula nº 363 do TST, que dispõe:

"CONTRATO NULO. EFEITOS. A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS."

A Reclamante, portanto, tem jus aos depósitos correspondentes ao FGTS por expressa disposição legal, além da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o salário mínimo/hora.

Na presente hipótese, não houve pleito de diferenças à integralização do mínimo legal. No entanto, houve condenação em horas extras, saldo de salário e depósitos correspondentes ao FGTS.

3 - Conclusão

Ante o exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, dou parcial provimento ao recurso para restringir a condenação ao pagamento da totalidade das horas trabalhadas, de forma simples, ao saldo salarial e aos depósitos correspondentes ao FGTS.

Publique-se.

Brasília, 27 de agosto de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

PROC. Nº TST-RR-895/2005-052-11-00.4 TRT - 11ª REGIÃO

RECORRENTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR	:	DR. MATEUS GUEDES RIOS
RECORRIDO	:	**HAROLDO PIMENTEL TRAJANO**
ADVOGADO	:	DR. MESSIAS GONÇALVES GARCIA
RECORRIDA	:	**COOPERATIVA RORAIMENSE DE SERVIÇOS - COORSERV**
ADVOGADO	:	DR. RONALDO MAURO COSTA PAIVA
RECORRIDA	:	**COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE RORAIMA - COOPROMEDE**

D E S P A C H O

O Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região negou provimento ao Recurso Ordinário do Estado de Roraima e deu provimento parcial ao recurso do reclamante (fl.132)

O Reclamado interpõe Recurso de Revista com fulcro nas alíneas "a" e "c" do artigo 896 da CLT. (fls.143/160)

Despacho de admissibilidade do Recurso de Revista às fls.162/163.

Não houve Contra-Razões (certidão a fl.165).

O Ministério Público do Trabalho, em parecer de fls. 169/170, opinou pelo conhecimento e provimento do Recurso de Revista.

Encontram-se preenchidos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade.

I - CONTRATO NULO - EFEITOS

O Reclamado, em Recurso de Revista, requer a nulidade da contratação de acordo com o artigo 37, inciso II e § 2º da Constituição da República, sem a geração de qualquer efeito, declarando-se incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 19-A da Lei nº 8.036/90, diante da ofensa direta ao art. 37, inciso II e § 2º da Carta Magna, ou que seja limitado o pagamento dos depósitos do FGTS relativos apenas ao período posterior a edição da Medida Provisória nº 2.164/01.

A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS (ex vi Súmula 363 do TST).

In casu, há condenação de valores referentes aos depósitos do FGTS.

Conheço do Recurso de Revista por contrariedade à Súmula 363 do TST.

Mérito: Ante o manifesto confronto da decisão recorrida com a Súmula 363 desta Corte, dou provimento parcial ao Recurso de Revista para limitar a condenação ao salário strictu sensu e aos valores referentes aos depósitos do FGTS.

II - CONCLUSÃO

Destarte, amparado pelo art. 557, § 1º, do CPC, pela Instrução Normativa nº 17/99 e ante manifesta contrariedade à Súmula 363 do TST, impõe-se o provimento parcial do Recurso de Revista para limitar a condenação ao salário strictu sensu e aos valores referentes aos depósitos do FGTS.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-RR-1171/2005-053-11-00.4TRT - 11ª REGIÃO

RECORRENTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR	:	DR. MATEUS GUEDES RIOS
RECORRIDA	:	**MARIA DE LOURDES DA SILVA SIQUEIRA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

O Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região negou provimento ao Recurso Ordinário do Estado de Roraima e deu provimento parcial ao recurso da reclamante (fl.82)

O Reclamado interpõe Recurso de Revista com fulcro nas alíneas "a" e "c" do artigo 896 da CLT. (fls.98/116)

Despacho de admissibilidade do Recurso de Revista às fls.118/119.

Não houve Contra-razões (certidão a fl.121).

O Ministério Público do Trabalho, em parecer de fls. 125/126, opinou pelo conhecimento e provimento do Recurso de Revista.

Encontram-se preenchidos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade.

I - CONTRATO NULO - EFEITOS

O Reclamado, em Recurso de Revista, requer a nulidade da contratação de acordo com o art. 37, inciso II e § 2º da Constituição da República, sem a geração de qualquer efeito, declarando-se incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 19-A da Lei nº 8.036/90, diante da ofensa direta ao art. 37, inciso II e § 2º da Carta Magna, ou que seja limitado o pagamento dos depósitos do FGTS relativos apenas ao período posterior a edição da Medida Provisória nº 2.164/01.

A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS (ex vi Súmula 363 do TST).

In casu, há condenação de valores referentes aos depósitos do FGTS.

Conheço do Recurso de Revista por contrariedade à Súmula 363 do TST.

Mérito: Ante o manifesto confronto da decisão recorrida com a Súmula 363 desta Corte, dou provimento parcial ao Recurso de Revista para limitar a condenação ao salário strictu sensu e aos valores referentes aos depósitos do FGTS.

II - CONCLUSÃO

Destarte, amparado pelo art. 557, § 1º, do CPC, pela Instrução Normativa nº 17/99 e ante manifesta contrariedade à Súmula 363 do TST, impõe-se o provimento parcial do Recurso de Revista para limitar a condenação ao salário strictu sensu e aos valores referentes aos depósitos do FGTS.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-RR-2067/2006-012-11-00.2TRT - 11ª REGIÃO

RECORRENTE	:	MANAUS ENERGIA S.A.
ADVOGADO	:	DR. MÁRCIO LUIZ SORDI
RECORRIDA	:	**SPIC - SOCIEDADE DE PROJETOS, INSTALAÇÕES E COMÉRCIO LTDA.**
ADVOGADA	:	DRª OLÍVIA MARIA ASSIS CAMPOS COUTO
RECORRIDA	:	**IVANDY DA SILVA MENDONÇA**
ADVOGADO	:	DR. WILSON COSTA ARAÚJO

D E S P A C H O

A Reclamada interpõe Recurso de Revista às fls. 158/164, com arrimo nas alíneas "a" e "c" do artigo 896, pretendendo a reforma da decisão recorrida no seguinte tema: responsabilidade subsidiária.

A revista foi admitida pelo despacho de fls. 166/167.

Contra-razões não foram apresentadas.

Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do Recurso de Revista.

PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

O Regional manteve a sentença que rejeitou a preliminar de ilegitimidade passiva ad causam e condenou subsidiariamente a Reclamada (fls.153).

A Reclamada, em Recurso de Revista, invoca violados os artigos 71, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93; 5º, inciso II, e 37, inciso II, da Constituição da República e alega contrariedade ao item II da Súmula 331 do TST. Transcreve arestos para configuração de divergência jurisprudencial.

Frise-se, inicialmente, que a causa em questão submete-se ao rito sumaríssimo, não impulsionando o conhecimento do recurso de revista a alegação de afronta a dispositivo de leis federais ou de demonstração de divergência de teses, a teor do que dispõe o § 6º do artigo 896 da CLT, verbis:

"§ 6º Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade à sumula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho e violação direta da Constituição da República".

No entanto, ante a impossibilidade de se reconhecer o vínculo empregatício com ente da Administração Pública Indireta, em razão do entendimento consagrado no item II da Súmula nº 331 do TST, quanto a contratação de trabalhador, por intermédio de empresa interposta, subsiste a responsabilidade subsidiária pelas obrigações trabalhistas inadimplidas pela empresa prestadora de serviços.

O Tribunal Pleno desta Corte, no julgamento do Incidente de Uniformização Jurisprudencial nº IUJ-RR-297.751/1996, firmou entendimento no sentido da possibilidade de se responsabilizar subsidiariamente os entes da administração pública direta e indireta pelo pagamento das obrigações trabalhistas inadimplidas pela empresa prestadora de serviços.

Essa decisão provocou, inclusive, a alteração do item IV da Súmula nº 331 do TST, que passou a ter a seguinte redação:

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial (art. 71 da Lei nº 8.666/93).

Essa responsabilização subsidiária, aliás, encontra respaldo no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, que consagra a responsabilização objetiva da Administração Pública pelos danos decorrentes de ato administrativo que tenha praticado, no caso a contratação de empresa que se revelou inidônea.

Busca-se, com isso, evitar que o empregado seja prejudicado pela inadimplência da empresa prestadora de serviços, ainda que o tomador dos serviços integre a Administração Pública direta ou indireta.

Outrossim, o Regional decidiu de acordo com o item IV da Súmula 331 do TST, e a sua utilização afasta, por si só, as violações constitucionais alegadas.

Denego seguimento ao Recurso de Revista, com apoio no item IV da Súmula nº 331, do TST, nos termos do art. 896, § 5º da CLT.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 18 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-RR-2742/2006-013-11-00.0TRT - 11ª REGIÃO

RECORRENTE	:	MANAUS ENERGIA S.A.
ADVOGADO	:	DR. MÁRCIO LUIZ SORDI
RECORRIDO	:	**WALDENILSON ALMEIDA SILVA**
ADVOGADO	:	DR. JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA
RECORRIDA	:	**SPIC - SOCIEDADE DE PROJETOS, INSTALAÇÕES E COMÉRCIO LTDA.**
ADVOGADA	:	DRª OLÍVIA MARIA ASSIS CAMPOS COUTO

D E S P A C H O

A Reclamada interpõe recurso de revista às fls. 173/180, com arrimo nas alíneas "a" e "c" do artigo 896, pretendendo a reforma da decisão recorrida no seguinte tema: responsabilidade subsidiária.

A revista foi admitida pelo despacho de fls. 183/184.

Contra-razões não foram apresentadas.

Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do Recurso de Revista.

PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

O Regional rejeitou a preliminar de ilegitimidade passiva ad causam e manteve a condenação subsidiária da Reclamada (fls.167/167).

A Reclamada, em Recurso de Revista, invoca violados os artigos 71, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93; 5º, inciso II, e 37, inciso II, da Constituição da República e alega contrariedade ao item II da Súmula 331 do TST. Transcreve arestos para configuração de divergência jurisprudencial.

Frise-se, inicialmente, que a causa em questão submete-se ao rito sumaríssimo, não impulsionando o conhecimento do recurso de revista a alegação de afronta a dispositivo de leis federais ou de demonstração de divergência de teses, a teor do que dispõe o § 6º do artigo 896 da CLT, verbis:

"§ 6º Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade à sumula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho e violação direta da Constituição da República".

No entanto, ante a impossibilidade de se reconhecer o vínculo empregatício com ente da Administração Pública Indireta, em razão do entendimento consagrado no item II da Súmula nº 331 do TST, quanto a contratação de trabalhador, por intermédio de empresa interposta, subsiste a responsabilidade subsidiária pelas obrigações trabalhistas inadimplidas pela empresa prestadora de serviços.

O Tribunal Pleno desta Corte, no julgamento do Incidente de Uniformização Jurisprudencial nº IUJ-RR-297.751/1996, firmou entendimento no sentido da possibilidade de se responsabilizar subsidiariamente os entes da administração pública direta e indireta pelo pagamento das obrigações trabalhistas inadimplidas pela empresa prestadora de serviços.

Essa decisão provocou, inclusive, a alteração do item IV da Súmula nº 331 do TST, que passou a ter a seguinte redação:

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial (art. 71 da Lei nº 8.666/93).

Essa responsabilização subsidiária, aliás, encontra respaldo no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, que consagra a responsabilização objetiva da Administração Pública pelos danos decorrentes de ato administrativo que tenha praticado, no caso a contratação de empresa que se revelou inidônea.

Busca-se, com isso, evitar que o empregado seja prejudicado pela inadimplência da empresa prestadora de serviços, ainda que o tomador dos serviços integre a Administração Pública direta ou indireta.

Outrossim, o Regional decidiu de acordo com o item IV da Súmula 331 do TST, e a sua utilização afasta, por si só, as violações constitucionais alegadas.

Denego seguimento ao Recurso de Revista, com apoio no item IV da Súmula nº 331, do TST, nos termos do art. 896, § 5º da CLT.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-RR-4891/2004-052-11-00.4TRT - 11ª REGIÃO

RECORRENTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR	:	DR. MATEUS GUEDES RIOS
RECORRIDA	:	**MARIA SOCORRO DE ALMEIDA FREIRES**
ADVOGADO	:	DR. RONALDO MAURO COSTA PAIVA

D E S P A C H O

O Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região deu provimento ao Recurso Ordinário do Reclamante para reconhecer o vínculo empregatício e deferir as parcelas constantes na inicial (fl.91).

O Reclamado interpõe Recurso de Revista com fulcro nas alíneas "a" e "c" do artigo 896 da CLT (fls.94/111).

Despacho de admissibilidade do Recurso de Revista às fls.113/114.

Contra-Razões às fls.117/121.

O Ministério Público do Trabalho, em parecer de fls. 126/127, opinou pelo conhecimento e provimento do Recurso de Revista.

Encontram-se preenchidos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade.

I - CONTRATO NULO - EFEITOS

O Reclamado, em Recurso de Revista, requer a nulidade da contratação de acordo com o artigo 37, inciso II e § 2º da Constituição da República, sem a geração de qualquer efeito, declarando-se incidentalmente a inconstitucionalidade da norma 19-A da Lei nº 8.036/90, diante da ofensa direta aos artigos 37, inciso II e § 2º da Carta Magna, ou que seja limitado o pagamento dos depósitos do FGTS relativos apenas ao período posterior a edição da Medida Provisória nº 2.164/01.

A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS (ex vi Súmula 363 do TST).

In casu, há condenação de valores referentes aos depósitos do FGTS.

Conheço do Recurso de Revista por contrariedade à Súmula 363 do TST.

Mérito: Ante o manifesto confronto da decisão recorrida com a Súmula 363 desta Corte, dou provimento parcial ao Recurso de Revista para limitar a condenação aos valores referentes aos depósitos do FGTS.

II - CONCLUSÃO

Destarte, amparado pelo artigo 557, § 1º, do CPC, pela Instrução Normativa nº 17/99 e ante manifesta contrariedade à Súmula 363 do TST, impõe-se o provimento parcial do Recurso de Revista para limitar a condenação aos valores referentes aos depósitos do FGTS.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-RR-5114/2004-052-11-00.7TRT - 11ª REGIÃO

RECORRENTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR	:	DR. MATEUS GUEDES RIOS
RECORRIDA	:	**MARIA DE FÁTIMA SARAIVA DE OLIVEIRA**
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

D E S P A C H O

O Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região negou provimento ao Recurso Ordinário do Estado de Roraima e deu provimento parcial ao recurso do reclamante (fl.94)

O Reclamado interpõe Recurso de Revista com fulcro nas alíneas "a" e "c" do artigo 896 da CLT (fls.96/113)

Despacho de admissibilidade do Recurso de Revista às fls.115/116.

Não houve Contra-razões (certidão a fl.118).

O Ministério Público do Trabalho, em parecer de fls. 122/123, opinou pelo conhecimento e provimento do Recurso de Revista.

Encontram-se preenchidos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade.

I - CONTRATO NULO - EFEITOS

O Reclamado, em Recurso de Revista, requer a nulidade da contratação de acordo com o art. 37, inciso II e § 2º da Constituição da República, sem a geração de qualquer efeito, declarando-se incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 19-A da Lei nº 8.036/90, diante da ofensa direta ao art. 37, inciso II e § 2º da Carta Magna, ou que seja limitado o pagamento dos depósitos do FGTS relativos apenas ao período posterior a edição da Medida Provisória nº 2.164/01.

A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS (ex vi Súmula 363 do TST).

In casu, há condenação de valores referentes aos depósitos do FGTS.

Conheço do Recurso de Revista por contrariedade à Súmula 363 do TST.

Mérito: Ante o manifesto confronto da decisão recorrida com a Súmula 363 desta Corte, dou provimento parcial ao Recurso de Revista para limitar a condenação ao salário stricto sensu e aos valores referentes aos depósitos do FGTS.

II - CONCLUSÃO

Destarte, amparado pelo art. 557, § 1º, do CPC, pela Instrução Normativa nº 17/99 e ante manifesta contrariedade à Súmula 363 do TST, impõe-se o provimento parcial do Recurso de Revista para limitar a condenação aos valores referentes aos depósitos do FGTS.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 12 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-RR-20.237/2002-002-09-00-0TRT - 9ª REGIÃO

RECORRENTE	:	**SIEMENS LTDA.**
ADVOGADA	:	**DRA. ALAISIS FERREIRA LOPES**
RECORRIDO	:	**ANSELMO BARADEL MENDES**
ADVOGADO	:	**DR. DJALMA LUIZ VIEIRA FILHO**

D E S P A C H O

A Subsecretaria de Cadastramento Processual desta Eg. Corte cientifica a existência de petição protocolizada em 13/02/2007, sob o nº 14304/2007-0 por parte não registrada. Não obstante haver o registro dessa petição no Sistema de Informações Jurídicas do TST, conclui-se pelo seu extravio, tendo em vista não constar dos autos.

Dessa forma, intimem-se as partes para, no prazo de 5 (cinco) dias, trazer aos autos a contrafé da petição referida ou reformular o pedido, sob pena de sua desconsideração e imediata inclusão em pauta para julgamento do recurso.

Publique-se.

Brasília, 04 de setembro de 2007.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra-Relatora

COORDENADORIA DA 4ª TURMA

AUTOS COM VISTA

Processos com pedidos de vistas concedidas aos advogados. Autos à disposição dos requerentes na Coordenadoria.

PROCESSO	:	RR - 20/2006-002-22-00.7 TRT DA 22A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. IVES GANDRA MARTINS FILHO
RECORRENTE(S)	:	COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ - CEPISA
ADVOGADO	:	DR(A). MÁRIO ROBERTO PEREIRA DE ARAÚJO
RECORRIDO(S)	:	JOÃO PEDRO AYRIMORAES SOARES
ADVOGADO	:	DR(A). JOÃO ESTÊNIO CAMPELO BEZERRA
ADVOGADO	:	DR(A). JOÃO PEDRO AYRIMORAES SOARES

PROCESSO	:	RR - 462/2005-161-05-00.0 TRT DA 5A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. MARIA DE ASSIS CALSING
RECORRENTE(S)	:	ADEMILSON DE AMORIM
ADVOGADO	:	DR(A). AILTON DALTRO MARTINS
ADVOGADA	:	DR(A). JULIANA ALMEIDA BARROSO
RECORRIDO(S)	:	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS
ADVOGADO	:	DR(A). DANILO VON BECKERATH MODESTO
RECORRIDO(S)	:	FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
ADVOGADA	:	DR(A). EDVANDA MACHADO

PROCESSO	:	AIRR - 732/1998-013-09-42.0 TRT DA 9A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. MARIA DE ASSIS CALSING

Complemento: Corre Junto com RR - 732/1998-0

AGRAVANTE(S)	:	LUIZ ANTÔNIO CAVALLARI
ADVOGADA	:	DR(A). TÂNIA REGINA DA SILVA
AGRAVADO(S)	:	BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S.A.
ADVOGADA	:	DR(A). MARIA DE FÁTIMA RABELO JÁCOMO

PROCESSO	:	RR - 1519/2005-011-05-40.9 TRT DA 5A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. ANTÔNIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN
RECORRENTE(S)	:	HUMBERTO CAMPOS DE LIMA
ADVOGADA	:	DR(A). JULIANA ALMEIDA BARROSO
RECORRIDO(S)	:	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS
ADVOGADO	:	DR(A). JOAQUIM ARTHUR PEDREIRA FRANCO DE CASTRO
RECORRIDO(S)	:	FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
ADVOGADA	:	DR(A). EDVANDA MACHADO

PROCESSO	:	RR - 2709/2002-067-02-00.7 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR	:	MIN. ANTÔNIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN
RECORRENTE(S)	:	RIMET EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS S.A.
ADVOGADO	:	DR(A). CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO
RECORRIDO(S)	:	JOSÉ GILDO RAMOS
ADVOGADO	:	DR(A). CARLOS AUGUSTO GALAN KALYBATAS
RECORRIDO(S)	:	COMPANHIA BRASILEIRA DE LATAS
ADVOGADO	:	DR(A). LUIZ RODRIGUES CORVO

PROCESSO	:	RR - 9279/2002-900-13-00.0 TRT DA 6A. REGIÃO

VISTA CONCEDIDA À DRª CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO, PATRONA DO UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A.

RELATOR	:	JUIZ MÁRCIO RIBEIRO DO VALLE (CONVOCADO)
RECORRENTE(S)	:	BANORTE - FUNDAÇÃO MANOEL BAPTISTA DA SILVA DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO	:	DR(A). PAULO FRANCISCO MARROCOS DE OLIVEIRA
RECORRIDO(S)	:	ALMIR DANTAS DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:	DR(A). CARLOS MURILO NOVAES

Brasília, 27 de setembro de 2007

COORDENADORIA DA 5ª TURMA

PUBLICAÇÃO DE INTIMAÇÃO PARA IMPUGNAÇÃO DE EMBARGOS

Em observância ao disposto no art 239, parágrafo 2º, do RITST, ficam intimados os embargados a seguir relacionados para, querendo, apresentar impugnação no prazo legal.

PROCESSO	:	**E-ED-RR - 1367/1998-005-17-00.2**
EMBARGANTE	:	CHOCOLATES GAROTO S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	SANDRO VIEIRA DE MORAES
ADVOGADO DR(A)	:	VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR
EMBARGANTE	:	CARMEN SERAFIM
ADVOGADO DR(A)	:	BERGT EVENARD ALVARENGA FARIAS
EMBARGADO(A)	:	OS MESMOS
PROCESSO	:	**E-AIRR - 714/1999-063-02-40.8**
EMBARGANTE	:	NELSON LUIZ MATINS DE CAMARGO
ADVOGADO DR(A)	:	ANTÔNIO ROSELLA
ADVOGADO DR(A)	:	ROBSON FREITAS MELO
EMBARGADO(A)	:	CLIMBER EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA.
ADVOGADO DR(A)	:	OLYNTHO DE RIZZO FILHO
PROCESSO	:	**E-ED-RR - 1677/1999-005-17-00.8**
EMBARGANTE	:	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO DR(A)	:	MARCO AURÉLIO SALLES PINHEIRO
ADVOGADO DR(A)	:	WESLEY CARDOSO DOS SANTOS
EMBARGADO(A)	:	GILMAR ZUMAK PASSOS
ADVOGADO DR(A)	:	JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS
PROCESSO	:	**E-RR - 679/2001-007-17-00.8**
EMBARGANTE	:	HELENA KEIKO ENOMOTO VELAME
ADVOGADO DR(A)	:	EUSTACHIO DOMÍCIO LUCCHESI RAMACCIOTTI
EMBARGADO(A)	:	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO DR(A)	:	ANDRÉ YOKOMIZO ACEIRO
PROCESSO	:	**E-ED-RR - 1198/2001-019-02-85.4**
EMBARGANTE	:	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO COMUNITÁRIO VILA IOLANDA S/C LTDA.
ADVOGADO DR(A)	:	IBRAIM CALICHMAN
EMBARGADO(A)	:	DARLENE APARECIDA DA SILVA
ADVOGADO DR(A)	:	MARIÂNGELA TEIXEIRA LOPES LEÃO
PROCESSO	:	**E-ED-RR - 768613/2001.3**
EMBARGANTE	:	JANE CAVALCANTE E SILVA
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO
ADVOGADO DR(A)	:	RITA DE CÁSSIA SANT'ANNA CORTEZ
EMBARGADO(A)	:	BANCO BANERJ S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ LUIZ CAVALCANTI FERREIRA DE SOUZA
ADVOGADO DR(A)	:	VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR
PROCESSO	:	**E-ED-RR - 793934/2001.2**
EMBARGANTE	:	JOSÉ DE JESUS SILVA
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ TÔRRES DAS NEVES
ADVOGADO DR(A)	:	RICARDO QUINTAS CARNEIRO
EMBARGADO(A)	:	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS
ADVOGADO DR(A)	:	EDUARDO LUIZ SAFE CARNEIRO
ADVOGADO DR(A)	:	MICAELA DOMINGUEZ DUTRA
PROCESSO	:	**E-A-RR - 1057/2002-034-02-00.2**
EMBARGANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR DR(A)	:	MARIANA BUENO KUSSAMA
EMBARGADO(A)	:	FRANCISCO BENÍCIO DOS SANTOS
ADVOGADO DR(A)	:	GERALDO MOREIRA LOPES
EMBARGADO(A)	:	CHEMSYS QUÍMICA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
ADVOGADO DR(A)	:	VALDEMAR CARLOS DA CUNHA

PROCESSO	:	**E-RR - 1543/2002-461-02-00.6**
EMBARGANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR DR(A)	:	JEFERSON CARLOS CARÚS GUEDES
EMBARGADO(A)	:	JOSÉ GILBERTO ANANIAS
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ VITOR FERNANDES
EMBARGADO(A)	:	VIAÇÃO ALPINA SB LTDA.
ADVOGADO DR(A)	:	JÂNIO DE ARAÚJO ROCHA
PROCESSO	:	**E-AIRR - 1866/2002-465-02-40.0**
EMBARGANTE	:	RISELDA MARIA DA SILVA
ADVOGADO DR(A)	:	HÉLIO DA SILVA FONTES
EMBARGADO(A)	:	KOSTAL ELETROMECÂNICA LTDA.
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ ROBERTO MARINO VÁLIO
PROCESSO	:	**E-AIRR - 2383/2002-055-02-40.2**
EMBARGANTE	:	JOCELINA SOUZA MACHADO
ADVOGADO DR(A)	:	ANTÔNIO ROSELLA
ADVOGADO DR(A)	:	ROBSON FREITAS MELO
EMBARGADO(A)	:	LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE SÃO PAULO
ADVOGADO DR(A)	:	LUCIANA GONÇALVES DOS REIS
PROCESSO	:	**E-ED-RR - 233/2003-035-02-00.6**
EMBARGANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR DR(A)	:	JEFERSON CARLOS CARÚS GUEDES
EMBARGADO(A)	:	ADAIR CLEMENTINO DA SILVA
ADVOGADO DR(A)	:	EDUARDO MELMAM
EMBARGADO(A)	:	COMERCIAL KARINE LTDA.
ADVOGADO DR(A)	:	MARCUS VINICIUS LOBREGAT
PROCESSO	:	**E-RR - 551/2003-241-02-00.5**
EMBARGANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR DR(A)	:	JEFERSON CARLOS CARÚS GUEDES
EMBARGADO(A)	:	RECOMOL COTIA RETÍFICA E COMÉRCIO DE MOTORES LTDA.
ADVOGADO DR(A)	:	AGNALDO PIRES DO NASCIMENTO
EMBARGADO(A)	:	WILSON GENERAL
ADVOGADO DR(A)	:	ABRAHÃO DAWIDSON
PROCESSO	:	**E-ED-RR - 975/2003-048-03-00.2**
EMBARGANTE	:	UNIÃO
PROCURADOR DR(A)	:	MOACIR ANTÔNIO MACHADO DA SILVA
EMBARGADO(A)	:	JOSÉ URIAS DE SOUZA
ADVOGADO DR(A)	:	MILTON LUIZ DE MOURA JÚNIOR
EMBARGADO(A)	:	FERTILIZANTES FOSFATADOS S.A. - FOSFÉRTIL - GRUPO PETROFÉRTIL
ADVOGADO DR(A)	:	MARCELO PIMENTEL
ADVOGADO DR(A)	:	MIGUEL ÂNGELO RACHID
PROCESSO	:	**E-RR - 1014/2003-311-02-00.9**
EMBARGANTE	:	UNIÃO
PROCURADOR DR(A)	:	MOACIR ANTÔNIO MACHADO DA SILVA
EMBARGADO(A)	:	NOVA GERAÇÃO VEÍCULOS LTDA.
ADVOGADO DR(A)	:	REINALDO RINALDI
EMBARGADO(A)	:	JOCIMARA BUENO
ADVOGADO DR(A)	:	ROSELI DE JESUS PASQUALI
PROCESSO	:	**E-AIRR - 1035/2003-446-02-40.0**
EMBARGANTE	:	ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	PAULO ROGÉRIO DE OLIVEIRA
EMBARGADO(A)	:	ARIONALDO GARRIDO
ADVOGADO DR(A)	:	MARCUS VINICIUS LOURENÇO GOMES
PROCESSO	:	**E-RR - 1537/2003-341-01-00.2**
EMBARGANTE	:	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
ADVOGADO DR(A)	:	VALÉRIA DE SOUZA DUARTE DO AMARAL
EMBARGADO(A)	:	ROSA MARIA DA SILVA BOTTA CARVALHO
ADVOGADO DR(A)	:	ROSÂNE ROSA
PROCESSO	:	**E-RR - 2076/2003-014-02-00.2**
EMBARGANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR DR(A)	:	JEFERSON CARLOS CARÚS GUEDES
EMBARGADO(A)	:	BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	ANA MARIA FLORESTA LIMA
EMBARGADO(A)	:	RAFAEL ANTÔNIO DOS SANTOS
ADVOGADO DR(A)	:	FÁBIO CORTONA RANIERI
EMBARGADO(A)	:	CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MIANOS
ADVOGADO DR(A)	:	DANIELLA ROMANI
PROCESSO	:	**E-RR - 2081/2003-034-02-00.0**
EMBARGANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR DR(A)	:	JEFERSON CARLOS CARÚS GUEDES
EMBARGADO(A)	:	MAXPOLI - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA.
ADVOGADO DR(A)	:	OLINDO LIBERATOSCIOLI
EMBARGADO(A)	:	MARCOS ANTÔNIO PEREIRA DE MOURA
ADVOGADO DR(A)	:	ANA LÚCIA BAZZEGGIO DA FONSECA
PROCESSO	:	**E-A-RR - 2096/2003-052-15-00.9**
EMBARGANTE	:	FRANCISCO TADEU MOLINA
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ TORRES DAS NEVES
ADVOGADO DR(A)	:	JOSUÉ HENRIQUE CASTRO
EMBARGADO(A)	:	FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SINHÁ JUNQUEIRA
ADVOGADO DR(A)	:	CRISTIANO CECÍLIO TRONCOSO
PROCESSO	:	**E-RR - 2128/2003-341-01-00.3**
EMBARGANTE	:	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
ADVOGADO DR(A)	:	EYMARD DUARTE TIBÃES
EMBARGADO(A)	:	MAURENY PEREIRA RAMOS
ADVOGADO DR(A)	:	MARIA CÉLIA DE SOUZA DIAS
PROCESSO	:	**E-RR - 3095/2003-341-01-00.9**
EMBARGANTE	:	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
ADVOGADO DR(A)	:	AFONSO CÉSAR BURLAMAQUI
EMBARGADO(A)	:	VICENTE DE PAULA FERREIRA
ADVOGADO DR(A)	:	CARLOS AUGUSTO COIMBRA DE MELLO
PROCESSO	:	**E-ED-AIRR - 3351/2003-383-02-40.9**
EMBARGANTE	:	CELINA DE FREITAS ARAÚJO
ADVOGADO DR(A)	:	PEDRO PAULO BARBIERI BEDRAN DE CASTRO
EMBARGADO(A)	:	CONGREGAÇÃO CRISTÃ NO BRASIL
ADVOGADO DR(A)	:	PATRÍCIA SOARES LINS MACEDO
PROCESSO	:	**E-ED-RR - 5/2004-024-01-00.9**
EMBARGANTE	:	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	LYCURGO LEITE NETO
EMBARGADO(A)	:	TOBIAS DE SOUSA PINHEIRO FILHO
ADVOGADO DR(A)	:	CYNTIA AFFONSO SOARES LOUREIRO
PROCESSO	:	**E-ED-RR - 101/2004-014-12-00.0**
EMBARGANTE	:	BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BESC
ADVOGADO DR(A)	:	NILO DE OLIVEIRA NETO
ADVOGADO DR(A)	:	CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO
EMBARGADO(A)	:	LAURECI LOPES TZELIKIS
ADVOGADO DR(A)	:	JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS
ADVOGADO DR(A)	:	ANTÔNIO DILSON PICOLO FILHO
PROCESSO	:	**E-RR - 277/2004-101-11-00.9**
EMBARGANTE	:	ESTADO DO AMAZONAS - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - SESEP
PROCURADOR DR(A)	:	ALZIRA FARIAS ALMEIDA DA FONSECA DE GOES
EMBARGADO(A)	:	MUNICÍPIO DE PARINTINS
PROCURADOR DR(A)	:	ANACLEY GARCIA ARAÚJO DA SILVA
EMBARGADO(A)	:	JOÃO ANTÔNIO DA SILVA
ADVOGADO DR(A)	:	AROLDO DENIS MAGALHÃES SILVA
PROCESSO	:	**E-RR - 476/2004-432-02-00.9**
EMBARGANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR DR(A)	:	JEFERSON CARLOS CARÚS GUEDES
EMBARGADO(A)	:	TÉRCIO FLORÊNCIO GONÇALVES
ADVOGADO DR(A)	:	ROSIMEIRE SOUZA GAMA BELLOMO
EMBARGADO(A)	:	COMÉRCIO E LUBRIFICANTES CASA BRANCA LTDA.
ADVOGADO DR(A)	:	AFFONSO PAULO COMISSÁRIO LOPES
PROCESSO	:	**E-ED-RR - 487/2004-211-02-00.1**
EMBARGANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR DR(A)	:	JEFERSON CARLOS CARÚS GUEDES
EMBARGADO(A)	:	AUTO POSTO FRANCOROCHENSE LTDA.
ADVOGADO DR(A)	:	CARLOS ROBERTO DA SILVA JÚNIOR
EMBARGADO(A)	:	ERON JACO DOS SANTOS
ADVOGADO DR(A)	:	MARIA FERREIRA DE CARVALHO FERRAZ
PROCESSO	:	**E-RR - 521/2004-064-03-00.1**
EMBARGANTE	:	CELULOSE NIPO-BRASILEIRA S.A. - CENIBRA
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A)	:	JOSÉ DOMINGOS TELLES
ADVOGADO DR(A)	:	MARCO ANTÔNIO DE CASTRO
PROCESSO	:	**E-AIRR - 1128/2004-067-15-40.3**
EMBARGANTE	:	MARIA INÊS PICÃO SCANDIUSSI
ADVOGADO DR(A)	:	ANDRÉ ALVES FONTES TEIXEIRA
EMBARGADO(A)	:	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ HENRIQUE DOS SANTOS JORGE
PROCESSO	:	**E-AIRR - 1286/2004-114-15-40.6**
EMBARGANTE	:	EDISON GONZAGA DE LIMA
ADVOGADO DR(A)	:	ANGELITA M. DE ANDRADE
EMBARGADO(A)	:	DELPHI AUTOMOTIVE SYSTEMS DO BRASIL LTDA.
ADVOGADO DR(A)	:	ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO
EMBARGADO(A)	:	DIÁVIA BRASIL - AR CONDICIONADO LTDA.
PROCESSO	:	**E-ED-RR - 1297/2004-051-11-00.5**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	EDUARDO BEZERRA VIEIRA
EMBARGADO(A)	:	FRANCISCO RAIMUNDO REBOUÇAS
ADVOGADO DR(A)	:	HINDEMBURGO ALVES DE OLIVEIRA FILHO
PROCESSO	:	**E-RR - 1618/2004-066-02-00.0**
EMBARGANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR DR(A)	:	JEFERSON CARLOS CARÚS GUEDES
EMBARGADO(A)	:	CONDOMÍNIO EDIFÍCIO PERUÍBE
ADVOGADO DR(A)	:	VLAMIR SÉRGIO D'EMÍLIO LANDUCCI
EMBARGADO(A)	:	ADÉRCIO MOREIRA
ADVOGADO DR(A)	:	IVO LOPES CAMPOS FERNANDES
PROCESSO	:	**E-RR - 1676/2004-007-02-00.6**
EMBARGANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR DR(A)	:	JEFERSON CARLOS CARÚS GUEDES
EMBARGADO(A)	:	CAMARGO PENTEADO ENGENHARIA LTDA.
ADVOGADO DR(A)	:	EDLA-MAR PALHANO
EMBARGADO(A)	:	LIANA DA COSTA RIBEIRO LOPES RENTAS
ADVOGADO DR(A)	:	GRACIANO JOÃO ABAMBRES
PROCESSO	:	**E-RR - 1998/2004-062-02-00.7**
EMBARGANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR DR(A)	:	JEFERSON CARLOS CARÚS GUEDES
EMBARGADO(A)	:	SINSEG SINISTROS DE SEGUROS LTDA.
ADVOGADO DR(A)	:	ROSANA RODRIGUES DE PAULA ALVES
EMBARGADO(A)	:	EDUARDO SOUZA SOARES
ADVOGADO DR(A)	:	LUCIANA BEEK DA SILVA
PROCESSO	:	**E-ED-RR - 2047/2004-045-12-00.5**
EMBARGANTE	:	BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BESC
ADVOGADO DR(A)	:	CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO
ADVOGADO DR(A)	:	MICHELLE VALMÓRBIDA HONORATO
EMBARGADO(A)	:	VILMA EHRHARDT
ADVOGADO DR(A)	:	JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS
PROCESSO	:	**E-ED-RR - 2668/2004-003-11-00.2**
EMBARGANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR DR(A)	:	JEFERSON CARLOS CARÚS GUEDES
EMBARGADO(A)	:	SEAME DA SILVA SANTIAGO
ADVOGADO DR(A)	:	ANDRÉA MAQUINÉ CRUZ
EMBARGADO(A)	:	OLINDA DO NASCIMENTO LIMA
ADVOGADO DR(A)	:	VANESSA GONÇALVES SIQUEIRA
PROCESSO	:	**E-ED-RR - 3669/2004-051-11-00.8**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A)	:	FRANCISCO DAS CHAGAS GOMES DA SILVA
ADVOGADO DR(A)	:	MESSIAS GONÇALVES GARCIA
PROCESSO	:	**E-ED-RR - 3777/2004-053-11-00.3**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	EDUARDO BEZERRA VIEIRA
EMBARGADO(A)	:	HUGO ALMEIDA CUNHA
ADVOGADO DR(A)	:	MESSIAS GONÇALVES GARCIA
EMBARGADO(A)	:	COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA E DEMAIS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE RORAIMA - COOPSAÚDE
ADVOGADO DR(A)	:	AUGUSTO CÉSAR PEREIRA DA SILVA
PROCESSO	:	**E-ED-RR - 4000/2004-053-11-00.6**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	EDUARDO BEZERRA VIEIRA
EMBARGADO(A)	:	HONORATO RIBEIRO PAZ
ADVOGADO DR(A)	:	MESSIAS GONÇALVES GARCIA
EMBARGADO(A)	:	COOPSAÚDE - COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE BOA VISTA E DEMAIS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE RORAIMA
PROCESSO	:	**E-ED-RR - 5483/2004-052-11-00.0**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	EDUARDO BEZERRA VIEIRA
EMBARGADO(A)	:	BENÍCIO VERIANO ALEXANDRE
ADVOGADO DR(A)	:	MESSIAS GONÇALVES GARCIA
PROCESSO	:	**E-RR - 14791/2004-009-09-00.5**
EMBARGANTE	:	ISIDORO COLTRE
ADVOGADO DR(A)	:	CIRO CECCATTO
EMBARGADO(A)	:	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO DR(A)	:	ANDRÉ YOKOMIZO ACEIRO
PROCESSO	:	**E-ED-RR - 19210/2004-010-09-00.1**
EMBARGANTE	:	BRASIL TELECOM S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	INDALÉCIO GOMES NETO
EMBARGADO(A)	:	IVONE ELISABETH CHRISTIANS
ADVOGADO DR(A)	:	MARCELO GIOVANI BATISTA MAIA
PROCESSO	:	**E-ED-RR - 130/2005-662-09-00.1**
EMBARGANTE	:	BANCO SANTANDER BANESPA S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A)	:	ROBERTO CARDOSO DE PAIVA
ADVOGADO DR(A)	:	MARIA JOSÉ SANNA CAMACHO
PROCESSO	:	**E-ED-RR - 175/2005-016-05-00.8**
EMBARGANTE	:	REAL SOCIEDADE ESPANHOLA DE BENEFICÊNCIA
ADVOGADO DR(A)	:	LUCIANO ANDRADE PINHEIRO
EMBARGADO(A)	:	LUCIENE SANTIAGO DOS SANTOS
ADVOGADO DR(A)	:	NEI VIANA COSTA PINTO
PROCESSO	:	**E-ED-RR - 366/2005-052-11-00.0**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	EDUARDO BEZERRA VIEIRA
EMBARGADO(A)	:	ILCE IONE PEREIRA LOPES
ADVOGADO DR(A)	:	RONALDO MAURO COSTA PAIVA
EMBARGADO(A)	:	COORSERV - COOPERATIVA RORAIMENSE DE SERVIÇOS
ADVOGADO DR(A)	:	RONALDO MAURO COSTA PAIVA

PROCESSO	:	**E-ED-RR - 713/2005-077-15-00.0**
EMBARGANTE	:	UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO
ADVOGADO DR(A)	:	NEWTON DORNELES SARATT
EMBARGADO(A)	:	MARTA VEGNADUZZI DALLARME
ADVOGADO DR(A)	:	MARCELO ANTÔNIO ALVES
PROCESSO	:	**E-RR - 725/2005-010-03-00.1**
EMBARGANTE	:	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO DR(A)	:	ANDRÉ YOKOMIZO ACEIRO
EMBARGADO(A)	:	MÔNICA RANCO DA ROSA DESSIMONI
ADVOGADO DR(A)	:	ALUÍSIO SOARES FILHO
PROCESSO	:	**E-RR - 997/2005-052-11-00.0**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A)	:	WILSON QUEIROZ MAIA JÚNIOR
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE
PROCESSO	:	**E-AG-AIRR - 1279/2005-026-07-40.0**
EMBARGANTE	:	FRANCISCA SOARES DE SOUSA
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ DA CONCEIÇÃO CASTRO
EMBARGADO(A)	:	MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE
ADVOGADO DR(A)	:	JOSSIAN CALDAS BEZERRA
PROCESSO	:	**E-AG-RR - 2031/2005-051-11-00.0**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A)	:	ALDENICE GOMES DA COSTA
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE
PROCESSO	:	**E-RR - 2696/2005-051-11-00.4**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A)	:	ROQUE SAMPAIO MENDONÇA
ADVOGADO DR(A)	:	RONALDO MAURO COSTA PAIVA
PROCESSO	:	**E-ED-RR - 3160/2005-052-11-00.2**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	EDUARDO BEZERRA VIEIRA
EMBARGADO(A)	:	JOÃO DOS SANTOS
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE
PROCESSO	:	**E-AIRR - 5111/2005-004-22-40.5**
EMBARGANTE	:	COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ - CEPISA
ADVOGADO DR(A)	:	ÂNGELA OLIVEIRA BALEEIRO
EMBARGADO(A)	:	ANTÔNIO GENIVALDO BATISTA CAVALCANTE
ADVOGADO DR(A)	:	ADONIAS FEITOSA DE SOUSA
PROCESSO	:	**E-ED-RR - 7459/2005-026-12-00.4**
EMBARGANTE	:	BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BESC
ADVOGADO DR(A)	:	CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO
ADVOGADO DR(A)	:	PAULA S. THIAGO BOABAID
EMBARGADO(A)	:	PAULO SÉRGIO ESPEZIM
ADVOGADO DR(A)	:	JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS

Brasília, 02 de outubro de 2007.

FRANCISCO CAMPELLO FILHO
Coordenador da 5a. Turma

DESPACHOS

PROC. Nº TST-AC-177.554/2006-000-00-00.7 TST

AUTOR	:	**CARLOS ROBERTO AMARANTE DANIN**
ADVOGADO	:	**DR. ROSOMIRO ARRAIS**
RÉ	:	**NORTIMATIC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.**

D E S P A C H O

Pelo despacho de fls. 94, consta a primeira citação da Ré nos autos desta ação cautelar.

O ofício de citação foi devolvido pela ECT com a informação "mudou-se", conforme certificado a fls. 97 pela Secretaria da Quinta Turma desta Corte.

Pelo despacho de fls. 99, concedi prazo de 10 (dez) dias para que o Autor indicasse o atual endereço da Ré.

A fls. 101, a Secretaria da SDI-2 informou que não houve nenhuma manifestação do Autor durante o transcurso do prazo que lhe fora outorgado.

Verifica-se que não foi cumprida a determinação contida no despacho de fls. 99.

Ante a inexistência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, alusivo à citação regular, indefiro a petição inicial, decretando a extinção do processo, sem resolução de mérito, com fundamento no art. 267, IV, do CPC.

Custas pelo Autor no importe de R$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais), calculadas com base no valor atribuído à causa (fls. 84).

Publique-se.

Brasília, 26 de setembro de 2007.

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA
Juíza Convocada Relatora

PROCESSOS REDISTRIBUÍDOS

N O T I F I C A Ç Ã O

Ficam as partes dos processos abaixo relacionados notificadas da redistribuição dos autos a Exma. Sra. Juíza Convocada KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA, nos termos do ar.93, inciso I e art. 96 do RITST:

PROCESSO	:	ED-RR - 271/2004-101-11-00.1 TRT DA 11A. REGIÃO
RELATOR	:	JUÍZA KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA (CONVOCADA)
EMBARGANTE	:	ESTADO DO AMAZONAS - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - SESEP
PROCURADORA	:	DR(A). ALZIRA FARIAS ALMEIDA DA FONSECA DE GOES
EMBARGADO(A)	:	MUNICÍPIO DE PARINTINS
PROCURADORA	:	DR(A). ANACLEY GARCIA ARAÚJO DA SILVA
EMBARGADO(A)	:	ODELCIONE SILVA PEREIRA
ADVOGADO	:	DR(A). AROLDO DENIS MAGALHÃES SILVA
PROCESSO	:	ED-RR - 366/2005-025-03-00.1 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR	:	JUÍZA KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA (CONVOCADA)
EMBARGANTE	:	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	DR(A). ANDRÉ YOKOMIZO ACEIRO
EMBARGADO(A)	:	GERALDO AUGUSTO PINTO
ADVOGADO	:	DR(A). EVANDRO BRAZ DE ARAÚJO JÚNIOR
PROCESSO	:	ED-RR - 430/2000-511-01-00.9 TRT DA 1A. REGIÃO
RELATOR	:	JUÍZA KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA (CONVOCADA)
EMBARGANTE	:	BANCO BANERJ S.A.
ADVOGADA	:	DR(A). LUCIANA CONSTAN CAMPOS DE ANDRADE MELLO
ADVOGADO	:	DR(A). VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR
EMBARGADO(A)	:	JOSÉ EMÍLIO RIBEIRO
ADVOGADO	:	DR(A). LUIZ LEONARDO DE SABOYA ALFONSO
PROCESSO	:	ED-AIRR - 521/2002-079-02-40.9 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR	:	JUÍZA KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA (CONVOCADA)
EMBARGANTE	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, APART- HOTÉIS, MOTÉIS, FLATS, PENSÕES, HOSPEDARIAS, POUSADAS, RESTAURANTES, CHURRASCARIAS, CANTINAS, PIZZARIAS, BARES, LANCHONETES, SORVETERIAS, CONFEITARIAS, DOCERIAS, BUFFETS, FAST-FOODS E ASSEMELHADOS DE SÃO PAULO E REGIÃO
ADVOGADO	:	DR(A). MÁRCIO FONTES SOUZA
ADVOGADA	:	DR(A). RITA DE CÁSSIA BARBOSA LOPES
EMBARGADO(A)	:	M & F RESTAURANTES LTDA.
ADVOGADO	:	DR(A). SANDRO MARTINS
PROCESSO	:	ED-RR - 539/2004-006-15-00.7 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR	:	JUÍZA KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA (CONVOCADA)
EMBARGANTE	:	SÉ SUPERMERCADOS LTDA.
ADVOGADO	:	DR(A). URSULINO SANTOS FILHO
ADVOGADO	:	DR(A). LUIZ BERNARDO ALVAREZ
EMBARGADO(A)	:	NOETE SAMPAIO DO NASCIMENTO
ADVOGADO	:	DR(A). ENRICO CARUSO
PROCESSO	:	ED-RR - 790/2002-020-10-40.8 TRT DA 10A. REGIÃO
RELATOR	:	JUÍZA KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA (CONVOCADA)
EMBARGANTE	:	ALTAIR DIOGO FERRÃO
ADVOGADO	:	DR(A). GERALDO MARCONE PEREIRA
EMBARGADO(A)	:	TELEMONT - ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
ADVOGADO	:	DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
PROCESSO	:	ED-ED-ED-ED-RR - 985/1998-079-15-85.5 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR	:	JUÍZA KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA (CONVOCADA)
EMBARGANTE	:	VALVÍDIO BORALLI GONÇALVES
ADVOGADO	:	DR(A). ALEXANDRE ANTÔNIO CÉSAR
ADVOGADO	:	DR(A). ANTÔNIO DANIEL CUNHA RODRIGUES DE SOUZA
EMBARGADO(A)	:	BANCO SANTANDER BANESPA S.A.
ADVOGADO	:	DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
PROCESSO	:	ED-RR - 995/2004-103-03-40.6 TRT DA 3A. REGIÃO
RELATOR	:	JUÍZA KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA (CONVOCADA)
EMBARGANTE	:	BANCO DO BRASIL S.A.
ADVOGADO	:	DR(A). AUDERI LUIZ DE MARCO
ADVOGADA	:	DR(A). LUZIMAR DE SOUZA AZEREDO BASTOS
EMBARGADO(A)	:	LIBÉRIO ANTÔNIO GE-ACAIABA DE AZEVEDO
ADVOGADA	:	DR(A). JUCELE CORRÊA PEREIRA
PROCESSO	:	ED-AIRR - 1133/2001-026-02-40.9 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR	:	JUÍZA KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA (CONVOCADA)
EMBARGANTE	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, APART- HOTÉIS, MOTÉIS, FLATS, PENSÕES, HOSPEDARIAS, POUSADAS, RESTAURANTES, CHURRASCARIAS, CANTINAS, PIZZARIAS, BARES, LANCHONETES, SORVETERIAS, CONFEITARIAS, DOCERIAS, BUFFETS, FAST-FOODS E ASSEMELHADOS DE SÃO PAULO E REGIÃO
ADVOGADA	:	DR(A). RITA DE CÁSSIA BARBOSA LOPES
ADVOGADO	:	DR(A). MAURO TEIXEIRA ZANINI
EMBARGADO(A)	:	PASTA PRESTO RESTAURANTES LTDA.
ADVOGADA	:	DR(A). MIRIAN DOS SANTOS MANGULI
PROCESSO	:	ED-RR - 1148/1999-025-09-00.2 TRT DA 9A. REGIÃO
RELATOR	:	JUÍZA KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA (CONVOCADA)
EMBARGANTE	:	BANCO DO BRASIL S.A.
ADVOGADO	:	DR(A). AUDERI LUIZ DE MARCO
ADVOGADO	:	DR(A). AUDERI LUIZ DE MARCO
EMBARGADO(A)	:	CARLOS AUGUSTO DE CAMARGO PASQUAL
ADVOGADO	:	DR(A). LUIZ CARLOS FERNANDES DOMINGUES
PROCESSO	:	ED-RR - 1370/2002-024-02-00.3 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR	:	JUÍZA KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA (CONVOCADA)
EMBARGANTE	:	FERNANDO FELICIANO FERREIRA
ADVOGADO	:	DR(A). JOSÉ OSCAR BORGES
EMBARGADO(A)	:	SÃO PAULO TRANSPORTE S.A. - SPTRANS
ADVOGADA	:	DR(A). LAURA LOPES DE ARAÚJO MAIA
EMBARGADO(A)	:	VIAÇÃO SÃO CAMILO LTDA.
ADVOGADA	:	DR(A). LUCIANA DALLA SOARES
EMBARGADO(A)	:	AUTO VIAÇÃO PARELHEIROS LTDA.
ADVOGADA	:	DR(A). ELIANE DE MOURA LOPES
EMBARGADO(A)	:	VIAÇÃO VILA FORMOSA LTDA.
ADVOGADA	:	DR(A). SHIRLEI DA SILVA PINHEIRO COSTA
PROCESSO	:	ED-RR - 1853/2000-058-15-00.2 TRT DA 15A. REGIÃO
RELATOR	:	JUÍZA KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA (CONVOCADA)
EMBARGANTE	:	WALDOMIRO TEIXEIRA DE CARVALHO
ADVOGADA	:	DR(A). ALINE CRISTINA PANZA MAINIERI
EMBARGADO(A)	:	BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - BANESPA
ADVOGADO	:	DR(A). JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
ADVOGADO	:	DR(A). JORGE DONIZETI SANCHEZ
PROCESSO	:	ED-AG-AIRR - 2119/2001-317-02-40.6 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR	:	JUÍZA KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA (CONVOCADA)
EMBARGANTE	:	JAPAN AIRLINES COMPANY LTDA.
ADVOGADA	:	DR(A). MARLI AMARO
EMBARGADO(A)	:	ROMANA DUCH OCCHIUTO MANDALIA
ADVOGADO	:	DR(A). CÁSSIO MESQUITA BARROS JÚNIOR
PROCESSO	:	ED-AIRR - 18940/2002-902-02-00.0 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR	:	JUÍZA KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA (CONVOCADA)
EMBARGANTE	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, APART- HOTÉIS, MOTÉIS, FLATS, PENSÕES, HOSPEDARIAS, POUSADAS, RESTAURANTES, CHURRASCARIAS, CANTINAS, PIZZARIAS, BARES, LANCHONETES, SORVETERIAS, CONFEITARIAS, DOCERIAS, BUFFETS, FAST-FOODS E ASSEMELHADOS DE SÃO PAULO E REGIÃO
ADVOGADA	:	DR(A). SOLANGE MARTINS DINIZ RODRIGUES
EMBARGADO(A)	:	BAR E LANCHES ZACA LTDA.
ADVOGADA	:	DR(A). NEUZA MARIA MARRA

PROCESSO	:	ED-AIRR - 27122/2002-902-02-00.9 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR	:	JUÍZA KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA (CONVOCADA)
EMBARGANTE	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, APART- HOTÉIS, MOTÉIS, FLATS, PENSÕES, HOSPEDARIAS, POUSADAS, RESTAURANTES, CHURRASCARIAS, CANTINAS, PIZZARIAS, BARES, LANCHONETES, SORVETERIAS, CONFEITARIAS, DOCERIAS, BUFFETS, FAST-FOODS E ASSEMELHADOS DE SÃO PAULO E REGIÃO
ADVOGADA	:	DR(A). SOLANGE MARTINS DINIZ RODRIGUES
ADVOGADA	:	DR(A). ANA PAULA MOREIRA DOS SANTOS
EMBARGADO(A)	:	CONFEITARIA MAIORI LTDA.
ADVOGADA	:	DR(A). MARIA AUDILEILA MARQUES COSTAS ARAUCO

PROCESSO	:	ED-AIRR - 45337/2002-902-02-40.6 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR	:	JUÍZA KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA (CONVOCADA)
EMBARGANTE	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, APART- HOTÉIS, MOTÉIS, FLATS, PENSÕES, HOSPEDARIAS, POUSADAS, RESTAURANTES, CHURRASCARIAS, CANTINAS, PIZZARIAS, BARES, LANCHONETES, SORVETERIAS, CONFEITARIAS, DOCERIAS, BUFFETS, FAST-FOODS E ASSEMELHADOS DE SÃO PAULO E REGIÃO
ADVOGADO	:	DR(A). ETHEL MARCHIORI REMORINI PANTUZO
ADVOGADA	:	DR(A). RITA DE CÁSSIA BARBOSA LOPES
EMBARGADO(A)	:	BAR E RESTAURANTE SORTE GRANDE LTDA.

PROCESSO	:	ED-AIRR E RR - 54956/2002-900-02-00.4 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR	:	JUÍZA KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA (CONVOCADA)
EMBARGANTE	:	HOSPITAL E MATERNIDADE MODELO TAMANDARÉ S.A.
ADVOGADO	:	DR(A). IBRAIM CALICHMAN
EMBARGADO(A)	:	ILDA ALVES SOARES
ADVOGADO	:	DR(A). RONALDO BOTELHO PIACENTE

PROCESSO	:	ED-RR - 61340/2002-900-02-00.0 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR	:	JUÍZA KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA (CONVOCADA)
EMBARGANTE	:	YAKULT S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO
ADVOGADO	:	DR(A). JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS
ADVOGADO	:	DR(A). RONALDO FERREIRA TOLENTINO
EMBARGADO(A)	:	ALZIRA RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO	:	DR(A). ANTÔNIO APARECIDO SILVA

PROCESSO	:	ED-AIRR - 74171/2003-900-02-00.9 TRT DA 2A. REGIÃO
RELATOR	:	JUÍZA KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA (CONVOCADA)
EMBARGANTE	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, APART- HOTÉIS, MOTÉIS, FLATS, PENSÕES, HOSPEDARIAS, POUSADAS, RESTAURANTES, CHURRASCARIAS, CANTINAS, PIZZARIAS, BARES, LANCHONETES, SORVETERIAS, CONFEITARIAS, DOCERIAS, BUFFETS, FAST-FOODS E ASSEMELHADOS DE SÃO PAULO E REGIÃO
ADVOGADA	:	DR(A). RITA DE CÁSSIA BARBOSA LOPES
ADVOGADA	:	DR(A). ANA PAULA MOREIRA DOS SANTOS
EMBARGADO(A)	:	CHAN YING LON
ADVOGADO	:	DR(A). MIGUEL SANCHEZ

Brasília, 28 de setembro de 2007
FRANCISCO C. FILHO
Coordenador - Quinta Turma

COORDENADORIA DA 6ª TURMA

DESPACHOS

PROC. Nº TST-ED-RR-31734/2002-902-02-40.0

EMBARGANTE	:	NILZA GARCIA MESQUITA
ADVOGADO	:	DR. HERTZ JACINTO COSTA
EMBARGADO	:	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADORA	:	DRA. MARIA NEUZA DE SOUZA PEREIRA

D E S P A C H O

Em razão dos embargos de declaração opostos e pretendendo a embargante efeito modificativo, vistas ao embargado para se manifestar, fundamentadamente, no prazo de 5 (cinco) dias.

Após, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-ED-RR-43/1999-059-15-00.0

EMBARGANTES	:	LUIZ RIBEIRO ALVES E COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP
ADVOGADOS	:	DRS. JOSÉ ROBERTO SODERO VICTÓRIO E RENATA MOURA PEREIRA PINHEIRO
EMBARGADOS	:	OS MESMOS

D E S P A C H O

Em razão dos embargos de declaração opostos e pretendendo a embargante efeito modificativo, vistas ao embargado para se manifestar, fundamentadamente, no prazo de 5 (cinco) dias.

Após, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Brasília, 28 de agosto de 2007

ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-ED-RR-1062/2002-007-04-00.1

EMBARGANTE	:	BRASIL TELECOM S.A.
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO	:	LUCIANO COSTA LOUREIRO
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ CARLOS PIZARRO BARATA SILVA

D E S P A C H O

Em razão dos embargos de declaração opostos e pretendendo a embargante efeito modificativo, vistas ao embargado para se manifestar, fundamentadamente, no prazo de 5 (cinco) dias.

Após, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
Ministro Relator

PROC. Nº TST-ED-AIRR-1086/2005-001-22-40.1

EMBARGANTE	:	COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS - AMBEV
ADVOGADO	:	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADOS	:	JONAS FRANCISCO DE SOUZA E OLIVEIRA SOBRINHO LTDA.
ADVOGADO	:	DR. JOÃO PAULO NOGUEIRA FILHO

D E S P A C H O

Em razão dos embargos de declaração opostos e pretendendo a embargante efeito modificativo, vistas ao embargado para se manifestar, fundamentadamente, no prazo de 5 (cinco) dias.

Após, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
Ministro Relator

PUBLICAÇÃO DE INTIMAÇÃO
PARA IMPUGNAÇÃO DE EMBARGOS

Em observância ao disposto no art 239, parágrafo 2º, do RITST, ficam intimados os embargados a seguir relacionados para, querendo, apresentar impugnação no prazo legal.

PROCESSO	:	**E-ED-RR - 654336/2000.9**
EMBARGANTE	:	BANCO SANTANDER BANESPA S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	MARCELO ALESSI
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A)	:	GEOVANA FRIGO BOBATO
ADVOGADO DR(A)	:	DARCI LUIZ MARIN
PROCESSO	:	**E-ED-RR - 2207/2001-008-07-00.0**
EMBARGANTE	:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
PROCURADOR DR(A)	:	CLÁUDIO ALCÂNTARA MEIRELLES
EMBARGADO(A)	:	MUNICÍPIO DE PACATUBA
ADVOGADO DR(A)	:	NATÁLIA DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE
EMBARGADO(A)	:	COOPERATIVA DE SERVIÇOS GERAIS DO BRASIL - COOGERB
PROCESSO	:	**E-RR - 744079/2001.0**
EMBARGANTE	:	ARNALDO REGULA
ADVOGADO DR(A)	:	AGENOR BARRETO PARENTE
ADVOGADO DR(A)	:	RITA DE CÁSSIA BARBOSA LOPES
EMBARGADO(A)	:	NOSSA CAIXA NOSSO BANCO S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	MARIA DORACÍ DO NASCIMENTO
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
PROCESSO	:	**E-RR - 749060/2001.4**
EMBARGANTE	:	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - BANRISUL
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A)	:	CARLOS RENÊ SOARES FORTES
ADVOGADO DR(A)	:	ENO ERASMO FIGUEIREDO RODRIGUES LOPES
EMBARGADO(A)	:	FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
PROCESSO	:	**E-RR - 754481/2001.4**
EMBARGANTE	:	FIAT AUTOMÓVEIS S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ MARIA DE SOUZA ANDRADE
EMBARGADO(A)	:	LAURINDO DOS SANTOS
ADVOGADO DR(A)	:	CRISTIANO COUTO MACHADO
PROCESSO	:	**E-RR - 754750/2001.3**
EMBARGANTE	:	FIAT AUTOMÓVEIS S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ MARIA DE SOUZA ANDRADE
EMBARGADO(A)	:	EDVARLEI FERREIRA DE OLIVEIRA
ADVOGADO DR(A)	:	PEDRO ROSA MACHADO
PROCESSO	:	**E-RR - 757770/2001.1**
EMBARGANTE	:	BANCO BANORTE S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	NILTON CORREIA
EMBARGADO(A)	:	CLAUDIO MÉRIO JOSÉ DA SILVA
ADVOGADO DR(A)	:	CYNTHIA GATENO
PROCESSO	:	**E-RR - 771320/2001.3**
EMBARGANTE	:	FIAT AUTOMÓVEIS S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ MARIA DE SOUZA ANDRADE
EMBARGADO(A)	:	SEBASTIÃO JANUÁRIO LOPES
ADVOGADO DR(A)	:	PEDRO ROSA MACHADO
PROCESSO	:	**E-RR - 777985/2001.0**
EMBARGANTE	:	FIAT AUTOMÓVEIS S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ MARIA DE SOUZA ANDRADE
EMBARGADO(A)	:	SILAS DA SILVA MONTEIRO
ADVOGADO DR(A)	:	WELINGTON FERREIRA
PROCESSO	:	**E-RR - 785225/2001.9**
EMBARGANTE	:	FIAT AUTOMÓVEIS S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ MARIA DE SOUZA ANDRADE
EMBARGADO(A)	:	WILSON MONTEIRO FERREIRA
ADVOGADO DR(A)	:	MÁRCIA APARECIDA COSTA DE OLIVEIRA
PROCESSO	:	**E-RR - 804977/2001.0**
EMBARGANTE	:	BANCO SANTANDER BANESPA S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	JORGE ALBERTO CARRICONDE VIGNOLI
ADVOGADO DR(A)	:	RÜDGER FEIDEN
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
EMBARGADO(A)	:	ROSE LISE BEUX PORTO
ADVOGADO DR(A)	:	ELIAS ANTÔNIO GARBÍN
PROCESSO	:	**E-RR - 530/2002-076-02-00.6**
EMBARGANTE	:	TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A. - TELESP
ADVOGADO DR(A)	:	JUSSARA IRACEMA DE SÁ E SACCHI
EMBARGADO(A)	:	DÉCIO NAVARRO MARTINS
ADVOGADO DR(A)	:	RUBENS GARCIA FILHO
PROCESSO	:	**E-AIRR - 28/2003-030-02-40.3**
EMBARGANTE	:	UNIVERSO ONLINE LTDA.
ADVOGADO DR(A)	:	PAULO SÉRGIO JOÃO
EMBARGADO(A)	:	CLÁUDIO BONFIM DOS SANTOS
ADVOGADO DR(A)	:	MÁRIO JORGE CARAHYBA SILVA
PROCESSO	:	**E-RR - 40/2003-654-09-00.4**
EMBARGANTE	:	LUCIANO DO CARMO ANDREOLI
ADVOGADO DR(A)	:	NILTON CORREIA
ADVOGADO DR(A)	:	OLÍMPIO PAULO FILHO
ADVOGADO DR(A)	:	PEDRO LOPES RAMOS
EMBARGADO(A)	:	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS
ADVOGADO DR(A)	:	ALINE SILVA DE FRANÇA
ADVOGADO DR(A)	:	VICTOR BENGHI DEL CLARO
PROCESSO	:	**E-ED-RR - 94/2003-006-15-00.4**
EMBARGANTE	:	AGROPECUÁRIA BOA VISTA S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	ELIMARA APARECIDA ASSAD SALLUM
EMBARGADO(A)	:	ADOLFO CARDOZO
ADVOGADO DR(A)	:	ENRICO CARUSO
PROCESSO	:	**E-RR - 573/2003-462-02-00.2**
EMBARGANTE	:	VOLKSWAGEN DO BRASIL S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	LUIZ BERNARDO ALVAREZ
ADVOGADO DR(A)	:	ANDRÉ LUIZ GONÇALVES TEIXEIRA
EMBARGADO(A)	:	JOÃO FRANCISCO GARCIA
ADVOGADO DR(A)	:	EDSON MORENO LUCILLO
PROCESSO	:	**E-AIRR - 826/2003-003-01-40.8**
EMBARGANTE	:	TELEMAR NORTE LESTE S.A.
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL
ADVOGADO DR(A)	:	DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE
EMBARGADO(A)	:	EDVALDO RODRIGUES DO BONFIM
ADVOGADO DR(A)	:	MARCOS CHEHAB MALESON
PROCESSO	:	**E-ED-RR - 2494/2003-341-01-00.2**
EMBARGANTE	:	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
ADVOGADO DR(A)	:	FÁBIO RODRIGUES ALVES SILVA
ADVOGADO DR(A)	:	AFONSO CÉSAR BURLAMAQUI
EMBARGADO(A)	:	IVAN DINIZ NOGUEIRA
ADVOGADO DR(A)	:	MARIA CÉLIA DE SOUZA DIAS
PROCESSO	:	**E-RR - 92/2004-021-24-40.4**
EMBARGANTE	:	UNIÃO
PROCURADOR DR(A)	:	JOÃO CARLOS MIRANDA DE SÁ E BENEVIDES
EMBARGADO(A)	:	AVIPAL S.A. - AVICULTURA E AGROPECUÁRIA
ADVOGADO DR(A)	:	SÉRGIO ROBERTO DE FONTOURA JUCHEM
EMBARGADO(A)	:	JOSÉ CARLOS DOS SANTOS
ADVOGADO DR(A)	:	MARIA VICTÓRIA MARTINS
EMBARGADO(A)	:	JOSÉ RONALDO VERONESI JÚNIOR

PROCESSO	:	**E-RR - 159/2004-051-11-00.9**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	EDUARDO BEZERRA VIEIRA
EMBARGADO(A)	:	GENILSON DE MEDEIROS GUIMARÃES
ADVOGADO DR(A)	:	RONALDO MAURO COSTA PAIVA
PROCESSO	:	**E-RR - 1379/2004-027-12-00.0**
EMBARGANTE	:	AGROAVÍCOLA VÊNETO LTDA.
ADVOGADO DR(A)	:	ANDRÉ LUIZ DA SILVA TROMBIM
EMBARGADO(A)	:	MOUZAR BORGES VELHO
ADVOGADO DR(A)	:	GILVAN FRANCISCO
PROCESSO	:	**E-ED-RR - 1706/2004-027-12-00.4**
EMBARGANTE	:	BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BESC
ADVOGADO DR(A)	:	NORTON LISBOA LEMOS
ADVOGADO DR(A)	:	CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO
EMBARGADO(A)	:	DILSON MONDARDO
ADVOGADO DR(A)	:	JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS
ADVOGADO DR(A)	:	CLÁUDIO MENDES NETO
ADVOGADO DR(A)	:	VILSON MARIOT
PROCESSO	:	**E-ED-RR - 1730/2004-018-02-00.7**
EMBARGANTE	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, APART- HOTÉIS, MOTÉIS, FLATS, PENSÕES, HOSPEDARIAS, POUSADAS, RESTAURANTES, CHURRASCARIAS, CANTINAS, PIZZARIAS, BARES, LANCHONETES, SORVETERIAS, CONFEITARIAS, DOCERIAS, BUFFETS, FAST-FOODS E ASSEMELHADOS DE SÃO PAULO E REGIÃO
ADVOGADO DR(A)	:	RITA DE CÁSSIA BARBOSA LOPES
ADVOGADO DR(A)	:	ANDRÉA APARECIDA HECZL GONZALEZ
EMBARGADO(A)	:	MOTEL PARATY PLAZA LTDA.
ADVOGADO DR(A)	:	MIGUEL VILLEGAS
PROCESSO	:	**E-RR - 1772/2004-042-15-00.0**
EMBARGANTE	:	DENILSON VALENTIM
ADVOGADO DR(A)	:	ANDRÉ ALVES FONTES TEIXEIRA
EMBARGADO(A)	:	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADOR DR(A)	:	HEITOR TEIXEIRA PENTEADO
PROCESSO	:	**E-RR - 2989/2004-053-11-00.3**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A)	:	PATRÍCIA ROGÉRIA DE MENEZES
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE
EMBARGADO(A)	:	COORSERV - COOPERATIVA RORAIMENSE DE SERVIÇOS
ADVOGADO DR(A)	:	RONALDO MAURO COSTA PAIVA
EMBARGADO(A)	:	COOPROMEDE - COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE RORAIMA
PROCESSO	:	**E-RR - 4062/2004-052-11-00.1**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A)	:	ELIZA LOPES FURTADO DE MENDONÇA
ADVOGADO DR(A)	:	RANDERSON MELO DE AGUIAR
EMBARGADO(A)	:	COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DE BOA VISTA E DEMAIS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE RORAIMA - COOPSAÚDE
ADVOGADO DR(A)	:	IZETH DA COSTA MONTEIRO
EMBARGADO(A)	:	COOPROMEDE - COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE RORAIMA
PROCESSO	:	**E-RR - 4173/2004-052-11-00.8**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A)	:	DEUZUITA FERREIRA DE SOUZA OLIVEIRA
ADVOGADO DR(A)	:	RONALDO MAURO COSTA PAIVA
EMBARGADO(A)	:	COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DE BOA VISTA E DEMAIS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE RORAIMA - COOPSAÚDE
ADVOGADO DR(A)	:	IZETH DA COSTA MONTEIRO
EMBARGADO(A)	:	COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DE NÍVEL TÉCNICO
EMBARGADO(A)	:	COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO ESTADO DE RORAIMA
PROCESSO	:	**E-RR - 5082/2004-053-11-00.6**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	EDUARDO BEZERRA VIEIRA
EMBARGADO(A)	:	MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE
PROCESSO	:	**E-RR - 5287/2004-053-11-00.1**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A)	:	PERICLES MAIA NETO
PROCESSO	:	**E-RR - 5743/2004-053-11-00.3**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	EDUARDO BEZERRA VIEIRA
EMBARGADO(A)	:	ELIZA GAMA NASCIMENTO
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE
PROCESSO	:	**E-RR - 5808/2004-051-11-00.8**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A)	:	BLOK DE LIMA REIS
PROCESSO	:	**E-RR - 5816/2004-053-11-00.7**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	EDUARDO BEZERRA VIEIRA
EMBARGADO(A)	:	DANÚBIA CARVALHO OLIVEIRA DOS SANTOS
PROCESSO	:	**E-RR - 16/2005-029-04-00.5**
EMBARGANTE	:	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO DR(A)	:	ANDRÉ YOKOMIZO ACEIRO
ADVOGADO DR(A)	:	MARGIT KLIEMANN FUCHS
EMBARGADO(A)	:	JOÃO CARLOS BARCELLOS DE SOUZA
ADVOGADO DR(A)	:	GASPAR PEDRO VIECELI
PROCESSO	:	**E-ED-RR - 191/2005-052-11-00.1**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A)	:	MARIA ISAURA SALOMÃO RIBEIRO
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE
EMBARGADO(A)	:	COORSERV - COOPERATIVA RORAIMENSE DE SERVIÇOS
ADVOGADO DR(A)	:	RONALDO MAURO COSTA PAIVA
PROCESSO	:	**E-RR - 379/2005-052-11-00.0**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A)	:	MARIA DE NAZARÉ FERREIRA SOUZA
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE
PROCESSO	:	**E-RR - 734/2005-052-11-00.0**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	EDUARDO BEZERRA VIEIRA
EMBARGADO(A)	:	VILMA BARBOSA RODRIGUES
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE
PROCESSO	:	**E-RR - 763/2005-052-11-00.2**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A)	:	ARISTELA ESBELL DA SILVA
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE
PROCESSO	:	**E-RR - 857/2005-052-11-00.1**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	EDUARDO BEZERRA VIEIRA
EMBARGADO(A)	:	MARIA SANTANA BORGES PEREIRA
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE
PROCESSO	:	**E-RR - 859/2005-052-11-00.0**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	EDUARDO BEZERRA VIEIRA
EMBARGADO(A)	:	JOSÉ WILTON DA SILVA MARIANO
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE
PROCESSO	:	**E-RR - 2361/2005-052-11-00.2**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A)	:	ELIZANGELA PEREIRA DE SOUZA
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE
PROCESSO	:	**E-RR - 2420/2005-053-11-00.9**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	EDUARDO BEZERRA VIEIRA
EMBARGADO(A)	:	FRANCISCO BATISTA
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE
PROCESSO	:	**E-RR - 2453/2005-052-11-00.2**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A)	:	MARIA DE JESUS DA SILVA NASCIMENTO
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE
PROCESSO	:	**E-RR - 2999/2005-052-11-00.3**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	EDUARDO BEZERRA VIEIRA
EMBARGADO(A)	:	SEBASTIÃO UBERLANDI DOS SANTOS
ADVOGADO DR(A)	:	MESSIAS GONÇALVES GARCIA
PROCESSO	:	**E-RR - 3056/2005-052-11-00.8**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	EDUARDO BEZERRA VIEIRA
EMBARGADO(A)	:	HERONDINA SILVA DOS SANTOS
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE
PROCESSO	:	**E-RR - 3187/2005-052-11-00.5**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	EDUARDO BEZERRA VIEIRA
EMBARGADO(A)	:	JOÃO ALVES
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE
PROCESSO	:	**E-RR - 4589/2005-053-11-00.3**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A)	:	DOMINGOS FERREIRA NEVES
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE
PROCESSO	:	**E-RR - 4672/2005-053-11-00.2**
EMBARGANTE	:	ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DR(A)	:	MATEUS GUEDES RIOS
EMBARGADO(A)	:	CARLOS ALBERTO CATANHEIDE
ADVOGADO DR(A)	:	JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE

Brasília, 02 de outubro de 2007.

CRISTIANE DELGADO DE CARVALHO SILVA
Coordenadora da 6a. Turma

Superior Tribunal Militar

DIRETORIA JUDICIÁRIA

SEÇÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO

SETOR DE EXECUÇÃO DE ACÓRDÃOS

DECISÕES E DESPACHOS

HABEAS CORPUS Nº 2007.01.034391-1 - PR

Relator Ministro OLYMPIO PEREIRA DA SILVA JUNIOR **PACIENTE:** ERONI OBERG CARNEIRO, 2º Sgt. PM/PR, presa em flagrante, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do Maj. PM/PR Marcos Lins Condolo, do Comando do Quartel de Operações da Polícia Militar, em Ponta Grossa/PR, impetra o presente "*writ*", requerendo liminarmente, "inaudita altera pars" que seja determinada sua soltura. No mérito, pede a confirmação da liminar, com o reconhecimento da ilegalidade do Auto de Prisão em Flagrante.

IMPETRANTE: Drs. Gil Rafael Ribas e Rafael Almeida Callegari.

DECISÃO

ERONI OBERG CARNEIRO, 2º Sgt. PM/PR, por seus advogados constituídos, impetra o presente Habeas Corpus alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do Maj. PM/PR Marcos Lins Condolo, do Comando do Quartel de Operações da Polícia Militar, em Ponta Grossa/PR, requerendo liminarmente, *"inaudita altera pars"* que seja determinada sua soltura e no mérito, pede a confirmação da liminar, com o reconhecimento da ilegalidade do Auto de Prisão em Flagrante.

Ab initio, cumpre destacar que a Constituição da República em seu art. 92, inciso VI, estabeleceu como órgãos do Poder Judiciário, os Tribunais e Juizes Militares, dos Estados e da União.

A Justiça Militar da União é referido nos arts. 122 a 124 da Carta Magna, enquanto que a Justiça Militar Estadual é mencionada nos parágrafos 3º e 4º do art. 125:

"Art. 125. Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 3º A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Assim, pela simples leitura do § 4º, do art. 125, percebe-se de imediato que este dispositivo constitucional é taxativo ao afirmar que serão processados e julgados os policiais militares e bombeiros militares na Justiça Militar Estadual.

Apesar do esforço dos impetrantes, deve-se ressaltar que no conflito descrito no presente Hábeas Corpus figuram militares estaduais, cuja competência é estranha a este Superior Tribunal Militar.

Ex positis, NEGO SEGUIMENTO ao presente *habeas corpus*, uma vez que estranho à competência deste Superior Tribunal Militar, conforme entabulado no art. 12, inciso V, do RISTM.

Registre-se, publique-se.

Providências pela DIJUR.

Superior Tribunal Militar, em 25 de Setembro de 2007.

OLYMPIO PEREIRA DA SILVA JUNIOR
Ministro-Relator

ACÓRDÃOS

HABEAS CORPUS Nº 2007.01.034369-5 - PE - Relator Ministro FLÁVIO DE OLIVEIRA LENCASTRE. **PACIENTES**: RICARDO CÉSAR MEDEIROS DE ALMEIDA, 3º Sgt Ex, DAVID ROQUE SANTOS, Sd Ex, e FLÁVIO RODRIGO DOS ANJOS REZENDE, Civil, todos respondendo ao Processo nº 46/06-6 perante a Auditoria da 7ª CJM, alegando estarem sofrendo constrangimento ilegal por parte do mencionado Juízo, impetram o presente **Habeas Corpus**, requerendo, liminarmente, a suspensão do curso do aludido feito até julgamento final deste **writ**. No mérito, pedem a concessão definitiva da ordem para que seja determinado o imediato trancamento da citada Ação Penal. **IMPETRANTE**: Dr. Bruno Vinícius Batista Arruda, Defensor Público da União.
DECISÃO: O Tribunal, **por unanimidade**, conheceu do pedido e denegou a Ordem, por falta de amparo legal. (Sessão de 04/09/2007).

EMENTA: ***HABEAS CORPUS. MILITARES DO EXÉRCITO. PECULATO-FURTO. TENTATIVA. CRIME EM TESE. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INOCORRÊNCIA.***
1. Conforme entendimento uníssono da Jurisprudência, não se tranca a ação penal se a denúncia descreve fatos que, em tese, constituem crime. É o caso dos autos.
2. A alegação de falta de justa causa para a ação penal exige, para sua análise, o exame aprofundado do conjunto probatório, o que não é possível na via estreita do **"Habeas Corpus"**. Somente durante a instrução criminal, onde poderá haver uma valoração das provas, sendo facultado às partes exercerem o contraditório em toda a sua plenitude.
3. "... O parâmetro para a aplicação do princípio da insignificância, de sorte a excluir a incriminação em caso de objeto material de baixo valor, não pode ser exclusivamente o patrimônio da vítima ou o valor do salário mínimo, pena de ensejar a ocorrência de situações absurdas e injustas... ." **(STF/HC nº 84.424-3/SP)**.
Conhecido do pedido e denegada a Ordem, por falta de amparo legal. ***Decisão unânime***.

HABEAS CORPUS Nº 2007.01.034370-9 - PE - Relator Ministro FLAVIO FLORES DA CUNHA BIERRENBACH. **PACIENTE**: ARLETE MARCULINO MENDES VIEIRA, Civil, respondendo ao Processo nº 83/06-5 perante a Auditoria da 7ª CJM, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte da MM. Juíza-Auditora Substituta do mencionado Juízo, impetra o presente **Habeas Corpus**, requerendo, liminarmente, a suspensão do curso do feito até julgamento final deste **writ**. No mérito, pede a concessão definitiva da ordem para que seja declarada a nulidade do ato pelo qual, antes de iniciado o processo, a citada Juíza oficiou ao encarregado do IPM visando à obtenção de certificado e do respectivo comprovante de utilização, excluindo-se dos autos a documentação obtida; que seja anulado o despacho de recebimento da denúncia, bem como de todos os atos subseqüentes; e que seja declarado o impedimento da aludida magistrada para o processo e julgamento da Ação Penal. **IMPETRANTE**: Dr. Bruno Vinícius Batista Arruda, Defensor Público da União. (Sessão de 28/08/2007).
DECISÃO: O Tribunal, **por unanimidade**, conheceu do pedido e denegou a ordem de **Habeas Corpus**, por falta de amparo legal. (Sessão de 28/08/2007).
EMENTA: HABEAS CORPUS. SUSPENSÃO DO PROCESSO. NULIDADE DE ATO JUDICIAL INSTRUTÓRIO. IMPEDIMENTO DO MAGISTRADO. REPETIÇÃO DE PROVA JÁ COLACIONADA AOS AUTOS. ARGÜIÇÃO INTEMPESTIVA DO IMPEDIMENTO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO PARA DEFESA. DENEGAÇÃO.
1. Não é cabível a impugnação tardia da imparcialidade do magistrado pela via do *habeas corpus*, senão quando fundada em evento superveniente. Não argüida a exceção logo após o interrogatório, como preconiza o art. 407 do CPPM, mostra-se extemporânea e, por conseguinte, não merece prosperar. Ademais, a inércia da defesa, no transcurso do feito, revela a concordância, ainda que tácita, da presença de condições plenas do magistrado para o exercício jurisdicional.
2. Verificada a inexistência de eventual alteração do quadro fático-probatório em decorrência da ordem judicial, tampouco prejuízo à defesa, não há de ser declarada nulidade do ato judicial impugnado, porquanto *ultima ratio* no processo penal.
3. Ao invés de agir de ofício para complementar o acervo probatório, vulnerando a imparcialidade e isenção esperadas do órgão judicante, revela-se providência mais acertada a devolução dos autos ao Ministério Público, a fim de que diligencie para juntar documento reputado essencial ao deslinde da questão. Do contrário, estar-se-ia diante de hipótese de rejeição da denúncia, conforme preconiza o art. 78, §1º, do CPPM.
4. Ordem denegada. **Votação unânime.**

HABEAS CORPUS Nº 2007.01.034371-7 - PE - Relator Ministro RAYDER ALENCAR DA SILVEIRA. **PACIENTE**: FELIPE GADELHA DA SILVA, Sd Ex, respondendo ao Processo nº 66/06-3 perante a Auditoria da 7ª CJM, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do mencionado Juízo, impetra o presente **Habeas Corpus**, requerendo, liminarmente, a suspensão do curso do aludido feito até julgamento final deste **writ**. No mérito, pede a concessão definitiva da ordem para que seja determinado o imediato trancamento da citada Ação Penal. **IMPETRANTE**: Dr. Bruno Vinícius Batista Arruda, Defensor Público da União.
DECISÃO: O Tribunal, **por unanimidade**, denegou a ordem, por falta de amparo legal. (Sessão de 04/09/2007).
EMENTA: *HABEAS CORPUS*. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. FURTOS DE CELULARES DE COLEGAS NO INTERIOR DA OM. A expressiva lesão patrimonial de R$ 648,00 (seiscentos e quarenta e oito reais) não pode ser considerada insignificante. Demais, outros valores são ofendidos quando há quebra da confiança entre indivíduos que convivem portando pesados armamentos.
A hierarquia e a disciplina, quando feridas, repercutem no seio da tropa e põem em risco a própria segurança do sistema.
O CPM prevê a atenuação da pena quando a *res furtiva* é devolvida antes de instaurada a ação penal (art. 240, §§ 1º e 2º). Não há falar em exclusão da tipicidade.
Ordem denegada por falta de amparo legal. **Unânime.**

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2007.01.000694-0 - RS - Relator Ministro JOSÉ ALFREDO LOURENÇO DOS SANTOS. **IMPETRANTE**: O Ministério Público Militar impetra o presente **mandamus** contra a r. Decisão do MM. Juiz-Auditor Substituto da 3ª Auditoria da 3ª CJM, de 30/05/2007, proferida nos autos do Processo nº 514/07-3, que relaxou a prisão do Sd Ex RAFAEL DA SILVA PRESTES, requerendo, liminarmente, o restabelecimento da custódia cautelar do Acusado, até o julgamento da Correição Parcial interposta, ou pelo prazo de 60 dias, nos termos do art. 453 do CPPM.
DECISÃO: O Tribunal, **por unanimidade**, não conheceu do Mandado de Segurança, posto que incabível sua impetração para dirimir a matéria de que tratam os autos. (Sessão de 30/08/2007).

EMENTA: *MANDADO DE SEGURANÇA. RESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA PRISIONAL DE DESERTOR. VIA IMPRÓPRIA PARA TANTO. Impetração de "mandamus" por Representante do MPM, com pedido de liminar, em face de "decisum" de 1º grau que relaxou, de forma antecipada, prisão cautelar que cumpria Sd Ex infringente do Art. 187 do CPM. "Error in procedendo" cometido por Magistrado "a quo". Inobservância cristalina da Súmula nº 10 do STM. A finalidade pretendida pelo Órgão Ministerial, todavia, não é passível de alcance mediante a espécie "in tela". Ação mandamental não conhecida, posto que incabível, na "quaestio", a sua impetração.* ***Decisão por unanimidade.***

Brasília, 28 de setembro de 2007

MOZART ARRUDA CAVALCANTI
Diretor da Diretoria Judiciária

Conselho Nacional do Ministério Público

PLENÁRIO

ACÓRDÃOS

PROCESSO CNMP N.º 0.00.0000.000159/2007-17
RELATOR: FRANCISCO ERNANDO UCHÔA LIMA
REDATOR DO ACÓRDÃO: HUGO CAVALCANTI MELO FILHO
INTERESSADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL - SINDJUS/DF
EMENTA: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. PODER REGULAMENTAR. ATOS DE GESTÃO DE PESSOAL. FIXAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDORES DO MPDFT. COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. INEXISTÊNCIA. Os atos do Procurador-Geral de Justiça do MPDFT, praticados com fulcro no art. 159, XX da LC 75/93, haverão de se compatibilizar com a regulamentação dada pelo Procurador-Geral da República à matéria. A discricionariedade do Chefe do MPDFT para atos desse jaez será sempre limitada aos contornos da regulamentação superior, a menos que decorra da delegação referida no § 1º da art. 26 da LC 75/93.

ACÓRDÃO

ACORDAM os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por maioria, nos termos do voto divergente do Conselheiro Hugo Cavalcanti, pela improcedência do pedido, vencidos os Conselheiros Relator, Luciano Chagas, Gaspar Viegas e Saint'Clair Júnior.

Brasília, 04 de Junho de 2007.

HUGO CAVALCANTI MELO FILHO
Conselheiro do CNMP

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO SUPERIOR

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS

Sessão: 831 Data: 26/09/2007 Hora: 17:00

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS POR PREVENÇÃO

CSMPF	:	1.00.001.000079/2005-26
Prevenção	:	1.00.001.000079/2005-26
Assunto	:	INDICAÇÃO
Origem	:	Amazonas
Relator	:	ALCIDES MARTINS
Interessado(s)	:	Conselho Penitenciário do Estado do Amazonas Procuradoria da República no Estado do Amazonas

CSMPF	:	1.00.001.000151/2006-04
Prevenção		1.00.001.000151/2006-04
Assunto	:	INDICAÇÃO
Origem	:	Amazonas
Relator	:	DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA
Interessado(s)	:	Conselho Estadual de Saúde do Estado do Amazonas

Procuradoria da República no Estado do Amazonas

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS AUTOMATICAMENTE

CSMPF	:	1.00.001.000080/2005-51
Assunto	:	INDICAÇÃO
Origem	:	Amazonas
Relator	:	MARIA CAETANA CINTRA SANTOS
Interessado(s)	:	Procuradoria da República no Estado do Amazonas Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas/AM

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
Presidente do CSMPF em Exercício

QUINTA CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA ICP-PR/RS Nº 546, DE 10 DE JULHO DE 2007

Inquérito Civil nº 1.29.000.000922/2007-28

CONSIDERANDO os fatos narrados originalmente nos autos do processo nº 2005.71.00.039760-1, em trâmite perante a 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, os quais apontam para a existência de possíveis irregularidades ocorridas no Concurso Público para Provimento do cargo de Professor Adjunto no Departamento de Medicina Interna, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Edital nº 03 de 12/02/2004, processo nº 23078.003054/04-35.

CONSIDERANDO que tais fatos, consistem, em síntese, em omissões contidas no Edital do concurso quanto aos critérios de correção das provas, bem como na quebra de sigilo, por parte da Banca Examinadora, no que tange à atribuição de conceitos aos candidatos participantes do certame.

CONSIDERANDO que os fatos inicialmente narrados podem, em tese, resultar violação aos princípios constitucionais que regem a administração pública.

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal a proteção do patrimônio público e social (art. 129, inc. III da CF e art. 5º, inc. III, alínea *b*, e art. 6º, inc. VII, alínea *b*, da Lei Complementar nº 75/93).

CONSIDERANDO que é atribuição do Ministério Público Federal instaurar inquéritos civis públicos e procedimentos administrativos correlatos (art. 7º, inc. I, da Lei Complementar n.º 75/93) com vistas a eventual propositura de ação civil pública.

CONSIDERANDO o teor da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

A Procuradora da República signatária resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar eventuais irregularidades ocorridas no Concurso Público para Provimento do Cargo de Professor Adjunto no Departamento de Medicina Interna da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Edital nº 03, de 12/02/2004, processo nº 23078.003054/04-35.

Registre-se como inquérito civil público.

Providencie a secretaria a vinculação do processo nº 2005.71.00.039760-1 ao 7ª Ofício Cível, e, após deferida pelo Juízo a produção de provas requerida pelo *parquet* nos autos daquela ação judicial, juntem-se ao presente feito as cópias pertinentes.

Comunique-se à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão para os fins dos arts. 6º da Resolução nº 87/CSMPF.

Encaminhe-se a Portaria para publicação no Diário Oficial, conforme art. 16, §1º, I, da Resolução nº 87/CSMPF.

Porto Alegre, 10 de julho de 2007.

SUZETE BRAGAGNOLO
Procuradora da República

Expediente nº 1.30.901.016900/2007-13

PORTARIA PRM/SG/LACC/Nº 10,
DE 11 DE SETEMBRO DE 2007

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República infra firmado, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, considerando:

I - o expediente em epígrafe, originado de procedimento administrativo cível que tramitou na PRM-Uberlândia/MG para apurar eventual descumprimento das disposições da lei nº 8.212/91 e Decreto nº 2536/98 por parte da UNIT - Centro Universitário do Triângulo;

II - que foi verificado que o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS utilizado pela UNIT foi outorgado à sua mantenedora, ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - ASOEC, com sede na Rua Lambari, nº 10, Trindade, São Gonçalo, RJ;

III - que há notícia inclusive de representações efetuados pelo INSS ao CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social contra o CEAS outorgado à ASOEC, o que põe em dúvida a legalidade do mesmo e da sua conseqüente imunidade tributária;

RESOLVE

Instaurar Inquérito Civil Público, pelo prazo de 1 (um) ano, destinado a investigar a legalidade do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social outorgado à ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - ASOEC , determinando:

a) a autuação como inquérito civil público desta p ortaria e do expediente nº 1.30.901.016900/2007-13, retornando-me após para determinação das providências cabíveis;

b) que seja remetida cópia da presente à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, para conhecimento, solicitando-se a sua publicação.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 2007.

LEONARDO ALMEIDA CÔRTES DE CARVALHO
Procurador da República

PORTARIA PR/RJ Nº 28, DE 21 DE SETEMBRO DE 2007

Procedimento Administrativo nº 1.30.012.000716/2005-04

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República infra-assinado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal, bem como no artigo 5º, inciso I, alínea "h"; inciso III, alínea "b", inciso V, alínea "b"; artigo 6º, inciso VII, alíneas "a", "b" e "c", inciso XIV, alínea "f"; e artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e também na Lei nº 7.347/85;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, assegurando a observância dos princípios que devem reger os atos da administração pública;

CONSIDERANDO que é também função institucional do Ministério Público Federal a defesa dos direitos e interesses difusos e coletivos, podendo, para tanto, promover as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto aos direitos assegurados na Constituição Federal relativos aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade administrativa e da eficiência;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público federal, bem como promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público Federal "*expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo para a adoção das providências cabíveis*", consoante o disposto no artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar número 75, de 20 de maio de 1993;

CONSIDERANDO que tramita nesta Procuradoria o Procedimento Administrativo MPF/PR/RJ nº 1.30.012.000716/2005-04, instaurado com a finalidade de apurar supostas irregularidades na execução de Convênio firmado entre o Ministério dos Esportes e o Instituto Rumo Certo.

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade ao Procedimento para apurar as possíveis irregularidades apontadas;

RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com a finalidade de apurar a responsabilidade pelos fatos apontados no Procedimento Administrativo MPF/PR/RJ nº 1.30.012.000716/2005-04.

Dessa forma, após autuação desta, proceda-se o seguinte:

1) Comunique-se a instauração do inquérito civil público à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão e à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal;

2) publique-se a presente portaria de instauração no Diário Oficial e no portal do Ministério Público Federal, conforme o disposto no artigo 16, § 1º, I da Resolução nº 87, 03 de agosto de 2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2007.

CARLOS ALBERTO BERMOND NATAL
Procurador da República

PORTARIA Nº 29, DE 21 DE SETEMBRO DE 2007

Procedimento Administrativo nº 1.30.012.000435/2007-13

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República infra-assinada, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal, bem como no artigo 5º, inciso I, alínea "h"; inciso III, alínea "b", inciso V, alíneas "a" e "b"; artigo 6º, inciso VII, alíneas "a", "b" e "c", inciso XIV, alínea "f"; e artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e também nas Leis nº 7.347/85 e nº 8.429/92;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, assegurando a observância dos princípios que devem reger os atos da administração pública;

CONSIDERANDO que é também função institucional do Ministério Público Federal a defesa dos direitos e interesses difusos e coletivos, dentre os quais situa-se o direito de acesso à saúde, podendo, para tanto, promover as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto aos direitos assegurados na Constituição Federal relativos às ações e aos serviços de saúde e aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade administrativa e da eficiência;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público federal, bem como promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, inclusive, quando há risco para a universalidade, eficiência e probidade no atendimento à saúde;

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a direitos e interesses cuja defesa cabe ao Ministério Público;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, de 03 de Agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, a qual regulamentou no âmbito do Ministério Público Federal a instauração e tramitação do inquérito civil;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 1160/2006 dispõe que "a distribuição de fígado será realizada pelas Centrais de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos (CNCDO), utilizando o Programa Informatizado de gerenciamento da lista de espera indicado pelo Sistema Nacional de Transplantes (DATASUS SNT 5.0 ou superior), instituído pela Portaria nº 783/GM, de 12 de abril de 2006.";

CONSIDERANDO que foi informado pela Coordenadora do Centro de Notificação Captação e Distribuição de Órgãos - CNCDO-RJ que, embora o médico Joaquim Ribeiro Filho tenha informado que realizaria o transplante hepático em paciente do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, atendendo a ordem da lista regional fornecida pelo Sistema Nacional de Transplantes- SNT, o transplante foi realizado em outro paciente, sem prévia informação ao CNCDO-RJ ou SNT, e sem a autorização destes órgãos;

CONSIDERANDO que a realização do transplante ocorreu em desrespeito aos critérios de distribuição de fígado de doadores cadáveres para transplante previstos na Portaria nº 1160 do Ministério da Saúde, de 29 de maio de 2006, que implantou o critério de gravidade do estado clínico do paciente;

CONSIDERANDO o desrespeito à ordem estabelecida pela Portaria nº 1160 viola o direito dos demais pacientes que aguardam o transplante;

CONSIDERANDO o previsto na Lei nº 8.112/90, em seu artigo 116, que dispõe sobre os deveres dos servidores públicos, mormente aqueles que tratam do exercício zeloso do cargo, da lealdade às instituições públicas, da observâncias às normas legais e regulamentares, da manutenção de conduta compatível com a moralidade administrativa;

CONSIDERANDO o previsto na Lei nº 8.112/90, em seu artigo 117, que cuida das proibições dirigidas aos servidores públicos, mormente a de valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

CONSIDERANDO o disposto na nº 8.429/92, art. 1º a 4º, art. 11 e 17, *caput* e § 4º, da Lei, que tratam dos atos de improbidade administrativa e da competência do Ministério Público para o ajuizamento da ação cabível;

RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com a finalidade de apurar a responsabilidade pelos fatos apontados no Procedimento Administrativo MPF/PR/RJ nº 1.30.012.000435/2007-13

Registre-se e publique-se a presente portaria.

Comunique-se a instauração do inquérito civil público à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão e à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal.

Tendo em vista os ofícios expedidos, acautelem-se os autos na DTC até a vinda de qualquer resposta ou informação.

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2007.

LISIANE C. BRAECHER
Procuradora da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAMPOS

PORTARIA Nº 24, DE 24 DE SETEMBRO DE 2007

INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições constitucionalmente definidas no artigo 129, III da Constituição da República de 1988, e com fulcro ainda no artigo 6º, VII, "b" da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público Federal a defesa do patrimônio cultural brasileiro (LC 75/93, art. 5º, III, c);

CONSIDERANDO que o procedimento administrativo nº 08120.020168/99-81 foi instaurado para apurar a conservação da casa de câmara e cadeia situada no Município de São João da Barra/RJ, bem tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional, resolve:

convolar o procedimento administrativo nº 08120.020168/99-81 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com a finalidade de apurar a conservação da casa de câmara e cadeia situada no Município de São João da Barra/RJ, bem tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional.

Dê-se ciência à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, conforme preconiza a Resolução nº 87/2006.

Protocole-se, autue-se, distribua-se e publique-se.

EDUARDO SANTOS DE OLIVEIRA
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIAS DE 28 DE SETEMBRO DE 2007

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nº 310 - Designar o Procurador da República CLAUDIO VALENTIM CRISTANI, com exercício na PRM de Jaraguá do Sul, para oficiar, no período de 01 a 07 de outubro de 2007, como representante do Ministério Público Federal perante a Subseção Judiciária de Mafra, no mesmo Estado, sem prejuízo de outras atribuições.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nº 311 - Designar o Procurador da República MARCELO DA MOTA, com exercício na PRM de Itajaí, para oficiar, no período de 08 a 14 de outubro de 2007, como representante do Ministério Público Federal perante a Subseção Judiciária de Mafra, no mesmo Estado, sem prejuízo de outras atribuições.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nº 312 - Designar o Procurador da República ROGER FABRE, com exercício na PRM de Itajaí, para oficiar, no período de 15 a 21 de outubro de 2007, como representante do Ministério Público Federal perante a Subseção Judiciária de Mafra, no mesmo Estado, sem prejuízo de outras atribuições.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nº 313 - Designar o Procurador da República RICARDO KLING DONINI, com exercício na PRM de Blumenau, para oficiar, no período de 22 a 31 de outubro de 2007, como representante do Ministério Público Federal perante a Subseção Judiciária de Mafra, no mesmo Estado, sem prejuízo de outras atribuições.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nº 314 - Designar o Procurador da República CELSO ANTÔNIO TRÊS, com exercício na PRM de Tubarão, para oficiar, no período de 01 a 14 de outubro de 2007, como representante do Ministério Público Federal perante a Subseção Judiciária de Rio do Sul, no mesmo Estado, sem prejuízo de outras atribuições.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nº 315 - Designar o Procurador da República MARCELO DA MOTA, com exercício na PRM de Itajaí, para oficiar, no período de 15 a 21 de outubro de 2007, como representante do Ministério Público Federal perante a Subseção Judiciária de Rio do Sul, no mesmo Estado, sem prejuízo de outras atribuições.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nº 316 - Designar o Procurador da República ROGER FABRE, com exercício na PRM de Itajaí, para oficiar, no período de 22 a 31 de outubro de 2007, como representante do Ministério Público Federal perante a Subseção Judiciária de Rio do Sul, no mesmo Estado, sem prejuízo de outras atribuições.

CARLOS AUGUSTO DE AMORIM DUTRA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

CONSELHO SUPERIOR

DECISÃO Nº 43, DE 25 DE SETEMBRO DE 2007

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO a Decisão n.º 039 do Egrégio Conselho Superior, de 11 de junho de 2007, publicada no DJ nº 118, seção 1, página 934, de 21 de junho de 2007, retificada no DJ nº 126, seção 1, página 170, de 03 de julho de 2007, que determinou a instauração do Processo Administrativo nº 08190.028868/06-91 (apenso o processo n.º 08190.028871/06-04), bem como a Decisão n.º 041 do Egrégio Conselho Superior, de 28 de junho de 2007, publicada no DJ nº 126, seção 1, página 170, de 03 de julho de 2007, **decide:**

PRORROGAR, "ad referendum" do Egrégio Conselho Superior do MPDFT, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos.

LEONARDO AZEREDO BANDARRA
Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

RETIFICAÇÃO

Na ata da 222ª Sessão Ordinária, em 28 de maio de 2007, publicado no Diário de Justiça nº 128, de 05/07/2007, Seção 1, pag. 122, **1.44.** onde se lê **PROCEDIMENTO DE DILIGÊNCIA INVESTIGATÓRIA CRIMINAL Nº 116/06**, leia-se**: PROCEDIMENTO DE DILIGÊNCIA INVESTIGATÓRIA CRIMINAL Nº 116/05.**

PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

DESPACHOS DA PROCURADORA-GERAL

NOTÍCIA-CRIME
PROTOCOLO Nº 0937/2007

Trata-se de Notícia-crime formalizada pelo Sr. Rodrigo Schneider e encaminhada à Diretoria-Geral desta Procuradoria-Geral da Justiça Militar pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional.

O noticiante narra irregularidades perpetradas pelo Tenente-Coronel Kleber R. de Lima Senisse e pelo Coronel Bonete em curso teórico de aviação do SENASP realizado no Rio de Janeiro de maio a julho deste ano.

A partir das informações acostadas aos autos não se vislumbra o envolvimento de qualquer militar pertencente ao círculo dos Oficiais-Generais, o que afasta a atribuição desta Procuradoria-Geral para investigar os fatos narrados.

Em obediência ao princípio do promotor natural, cabe à Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro/RJ a análise da matéria.

Remetam-se os autos à PJM/RJ.

Comunique-se o noticiante.

Providências pelo Departamento de Documentação Jurídica.

Publique-se.

Brasília-DF, 17 de setembro de 2007.

MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES
Procuradora-Geral da Justiça Militar

PROCEDIMENTO DE DILIGÊNCIA INVESTIGATÓRIA CRIMINAL N.º 04/06.
PROTOCOLO N.º 389/07/DDJ.
PJM/RIO DE JANEIRO/RJ - 5º OFÍCIO.

Cuida-se de analisar Procedimento de Diligência Investigatória Criminal remetido a esta Procuradoria-Geral em razão de seu arquivamento.

Procedimento que teve origem a partir de cópias do Processo nº 1996.001.127272-2, em trâmite na 6ª Vara Criminal da Comarca do Rio de Janeiro, contendo notícia-crime referente a extravio de arma no âmbito do Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados da 1ª Região Militar.

O membro do MPM oficiante, após diligências, assim concluiu ao final (fls. 154), *verbis*:

(...)

Assim sendo, como não restou apurado a ocorrência do "sumiço da arma no SFPC - 1ª Região Militar, CML/Exército", referente a Pistola Taurus, calibre 380, nº de série KOJ 38485, conforme informado nos autos, visto que a mesma foi destruída, e, não se verifica a ocorrência de Crime Militar a ser apurado, arquivo a presente Representação.

A Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar, por unanimidade, pronunciou-se pela baixa dos autos para a realização de diligências. Cumpre referir (fls. 161/164), *verbis*:

Trata-se de PDIC instaurado na PJM do Rio de Janeiro - 5º Ofício a partir do ofício nº 3906/05, do Excelentíssimo Juiz de Direito, da 6ª Vara Criminal/I Juizado Especial Criminal da Comarca da Capital, Dr. Maruf Aride, encaminhando cópias do Processo nº 1996.001.127272-2.

O MP à fl. 103 requereu que fosse remetida cópia de todo este IP para o Ministério Público Militar, para apuração de Crime Militar - Sumiço de Arma no SFPC - da 1ª Região Militar, CML/Exército.

No ofício nº 7082/1909/2002, consta que "a arma tipo Pistola Taurus Calibre 380, número de série KOJ - 38.485, por decisão do E. Conselho da Magistratura, foi remetida ao Serviço de Fiscalização de Produtos Controlado - SFPC/2, da 1ª Região Militar do Leste/Exército Brasileiro, através do ofício nº 4665/1909/2002, incluída no Lote nº 0141.

Após várias diligências, ficou apurado que entre as armas encaminhadas através do ofício nº 4665/1909/2002, constava a Pistola Taurus, Calibre 380, nº de série KOJ - 38.485, e que a mesma foi destruída.

O MPM na instância, como não restou apurado a ocorrência do "sumiço da arma no SFPC - 1ª Região Militar, CML/Exército", referente a Pistola Taurus, Calibre 380, nº de série KOJ 38485, conforme informado nos autos, foi destruída, logo não se verificando a ocorrência de Crime Militar a ser apurado, arquivou a presente Representação.

É o relatório.

Eminentes Pares,

Voto, no sentido de baixar os presentes autos para diligências em especial quanto ao procedimento daquela UM para destruição do armamento, bem como não ter a referida Unidade respondido os questionamentos tanto da Justiça Comum, quanto do MPM.

Concordo com o posicionamento da CCR/MPM. Novas diligências são imprescindíveis para uma manifestação conclusiva acerca do quadro fático trazido à tona nestes autos de Procedimento Preliminar, mormente, em se tratando de "controle de armas de fogo".

Diante do exposto, designo a Drª. **Hevelize Jourdan Covas Valle,** Promotora da Justiça Militar, lotada na Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro/RJ - 2º Ofício, para prosseguir nas diligências investigatórias, conforme sugerido pela CCR/MPM, e, ao final, requerer o que entender de direito.

Providências pelo Departamento de Documentação Jurídica.

Oficie-se à 6ª Vara Criminal da Comarca da Capital/RJ, com cópia deste Despacho.

Publique-se.

Brasília, 20 de setembro de 2007.

MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES
Procuradora-Geral da Justiça Militar

PROCEDIMENTO DE DILIGÊNCIA INVESTIGATÓRIA CRIMINAL Nº 05/07.
PROTOCOLO N.º 470/07/DDJ.
PJM/PORTO ALEGRE/RS.

Cuida-se de analisar Procedimento de Diligência Investigatória Criminal encaminhado a esta Procuradoria-Geral em razão de seu arquivamento.

Procedimento iniciado a partir de representação apresentada perante o Ministério Público Federal que, em face da competência especializada da Justiça Militar, encaminhou os autos à PJM em Porto Alegre/RS.

Alega a representante, genitora do Sd (NB) do 18º BIMtz JEAN MARCEL ZAKOWICICZ SIMÕES, que após a realização de exercícios militares, seu filho sentiu-se mal, o que culminou em diversas hospitalizações. Afirma, ainda, que o mal-estar surgiu depois de um treinamento realizado sobre uma substância oleosa que causoulhe vasculite, erupções na pele, queda de cabelo e problemas psicológicos.

Após as diligências empreendidas, o MPM de primeiro grau arquivou o procedimento, tendo em vista que não vislumbrou a existência de indícios de ilícito criminal (fls. 173/182). Às fls. 197/198, ratificou esse entendimento, *verbis*:

(...)

Entendendo que a questão administrativa sobre o tratamento médico do Sd Zakowicz está em consonância com os preceitos legais e que a OM tem se mostrado interessada em concretamente prestar todo o apoio e tratamento médico necessário para o militar em tela, com esse acréscimo ratifico o arquivamento já determinado às fls. 173/182

A Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar, por unanimidade, deliberou pela instauração de IPM, em face da necessidade da oitiva de outros militares envolvidos no citado treinamento, *verbis*:

Egrégia Câmara,

Representação remetida pelo Ministério Público Federal ao Ministério Público Militar, referente a genitora do Sd Ex Jean Marcel Zakowicz Simões pedindo intervenção do MPM para apuração de suposta ocorrência em exercício de campo que teria ensejado em problema de saúde no referido soldado e que fosse assegurado a continuidade de seu tratamento médico.

Apesar do oportuno pronunciamento Ministerial de primeira instância, somos que a investigação não está totalmente exaurida, vez que foi reconhecido pelo soldado Ex Jean Marcel Zakowicz Simões, o Sd Ex Orion, que não fazia parte da equipe de instrutores, sendo integrante da base auxiliar do acampamento, bem como o Sd Ex Padilha como os soldados que obrigaram o representante a rastejar sobre uma substância oleosa de cor cinza até agora ignorada.

Os militares envolvidos nessa investigação deverão envidar esforços para localização desses soldados, para tal sugerimos a consulta aos setores de mobilização, para que informem os endereços dos referidos soldados.

Tais depoimentos são imprescindíveis para a elucidação do mal acometido ao Soldado Representante, pois poderá ser descoberta a espécie de substância utilizada pelos referidos soldados no trote aplicado nos soldados que participavam do exercício a fim de se estabelecer ou não relação com a atual doença do representante.

Assim sendo, voto pela instauração de IPM.

Concordo com o posicionamento da CCR/MPM. O quadro fático contido nos autos deste procedimento carece de maior aprofundamento das investigações em sede de Inquérito Policial Militar.

Pelo exposto, designo a Dra. **Sandra Mara Regis**, Promotora da Justiça Militar, lotada na Procuradoria da Justiça Militar em Porto Alegre/RS, para requisitar a instauração de Inquérito Policial Militar.

Providências pelo Departamento de Documentação Jurídica.

Publique-se.

Brasília - DF, 20 de setembro de 2007.

MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES
Procuradora-Geral da Justiça Militar

PROCEDIMENTO DE DILIGÊNCIA INVESTIGATÓRIA CRIMINAL Nº 35/06.
PROTOCOLO Nº 0473/07.
PJM/RIO DE JANEIRO/RJ - 5º OFÍCIO

Trata-se de examinar Procedimento de Diligência Investigatória Criminal encaminhado à Procuradoria-Geral em razão de seu arquivamento.

Procedimento iniciado a partir do Ofício nº 452/06, oriundo da 3ª Auditoria da 1ª CJM, que encaminhou para a PJM/RJ - 5º Ofício cópia da petição extraída dos autos da IPD nº 328/05 em que figura como indiciado o Soldado Fabiano da Silva França.

Na referida petição, o militar alega o descumprimento, por parte do Comando da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada, da determinação de sua reinclusão emanada pelo Juízo da 5ª Vara Federal de São João de Meriti/RJ (fls. 03).

A Procuradora da Justiça Militar, após análise do caso, determinou o arquivamento dos fatos contidos neste procedimento, entendendo, ao final (fls. 74/75), que, *verbis*:

(...)

Conforme apuração procedida, verifica-se que Fabiano da Silva França foi reincluído no estado efetivo em 13 de março de 2006, por Ordem Judicial do Juízo da 5ª Vara Federal de São João de Meriti, Ordem recebida pelo Comando da Unidade em 06 de março de 2006, sendo o ato de reinclusão retroativo a 01 de julho de 2005, data que tinha ocorrido exclusão, sendo que permaneceu na situação de adido, bem como, apurado que não ocorreu Ordem do Juízo da 3ª Auditoria da 1ª CJM para que o referido desertor fosse reincluído.

Assim sendo, não restaram apurados indícios de prática de Crime Militar a ser apurado, face aos fatos relatados na Petição de folhas 03, razão pela qual arquivo a presente Representação.

A Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar, por unanimidade, fls. 83/84, deliberou pelo arquivamento. O Colegiado Revisor do MPM ratificou o entendimento esposado na instância *a quo*.

É o breve relato.

Concordo com a manifestação do MPM de primeira instância, corroborada pelo Colegiado Revisor desta Instituição.

Com efeito, verifica-se, às fls. 55, que o Comando da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada recebeu, no dia 6 de março de 2006, o Mandado de Intimação da 5ª Vara Federal de São João de Meriti/RJ (fls. 39/41), o qual determinava a reinclusão do referido Soldado.

Percebe-se, às fls. 37, que o citado Comando reincluiu no estado efetivo o Soldado Fabiano da Silva França, o qual permaneceu na situação de adido.

Dessa forma, nota-se a improcedência da presente Representação face aos documentos apresentados pela Administração Militar às fls. 37/41, inexistindo, portanto, indícios de prática de crime militar.

Assim, diante da inexistência de crime militar a ser apurado, **determino o arquivamento** deste PDIC.

Providências pelo Departamento de Documentação Jurídica.

Notifique-se o representante. Publique-se.

Brasília-DF, 20 de setembro de 2007.

MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES
Procuradora-Geral da Justiça Militar

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR Nº 108/06.
PROTOCOLO N.º 1089/06/DDJ.
AUDITORIA DA 12ª CJM.

Trata-se de analisar Inquérito Policial Militar instaurado pelo Comandante Militar da Amazônia em face de requisição indireta apresentada pelo Juiz-Auditor da 12ª Circunscrição Judiciária Militar quando este teve ciência, por intermédio da imprensa, de fatos que envolveram civis e militares na chamada "Operação Saúva", desencadeada pela Polícia Federal.

Os autos foram encaminhados a esta Procuradoria-Geral pelo Juízo Militar em razão da discordância da promoção de arquivamento requerida pelo Promotor da Justiça Militar, sob o argumento da inocorrência de ilícito penal de competência desta Justiça Especializada (fls. 2890/2916 - 16º Volume). Ao final assim entendeu o representante do MPM, *verbis*:

...

De outro lado, entendemos que se, porventura, crimes militares foram cometidos - saiba-se lá qual deles! - crimes comuns, muito mais graves, foram, em tese, cometidos e que são de competência da Justiça Federal, o que nos levaria à conclusão de que a ocorrência de crimes militares estaria albergada pela competência desta e, não, da Justiça Militar da União. Até porque, apenas para argumentar, esta Justiça Especializada muito provavelmente, passaria a apreciar possíveis crimes-meios ou, então, adotando tipos penais semelhantes, se existentes, dar azo à ocorrência de *bis in idem*.

Onde começa um tipo penal, especial ou comum, e termina um outro, comum ou especial? Seria de bom alvitre separá-los entre um emaranhado de condutas delituosas, dando ensanchas a possíveis nulidades?

Em que pese tais argumentos, somente importantes ao debate, força é convir que não há dúvida quanto aos crimes a serem apreciados judicialmente, pois que relacionados a licitações, o que, de imediato, reporta para a competência da Justiça Federal.

Destarte, o Ministério Público Militar, por seu Promotor de Justiça abaixo assinado, manifesta-se pelo arquivamento do presente inquérito policial militar, ...

A Autoridade Judiciária, às fls. 2917 e verso, recebeu a manifestação ministerial como exceção de incompetência. Manteve a competência da Justiça Militar da União para processar e julgar os fatos investigados no presente IPM.

O representante do MPM manifestou-se novamente, às fls. 2919/2922, da seguinte forma:

...

Assim exposto, entendemos que, tecnicamente, está suficientemente esclarecida a promoção de arquivamento nos presentes de inquérito policial militar, fls. 2.890-916, por considerarmos que não há delito militar, pois que se deva aplicar a Lei n. 8.666/93, importando na incompetência da Justiça Militar, sem prejuízo da remessa de cópias a Justiça Federal como já solicitamos.

O arquivamento ratificado pelo membro do *Parquet* Militar, à fl. 3133, foi indeferido pelo Juízo em derradeiro *decisum*, conforme segue:

Houve uma concomitância nas investigações sobre fraudes em licitações e contratos, assim com desvio de bens pertencentes ao erário.

A primeira inquisa, por parte da Polícia Federal teve por objetivo averiguar as citadas práticas delituosas no tocante aos órgãos federais, estaduais e municipais descritos nos autos. Ocorre que, os empresários investigados também efetuavam tais práticas em relações com o Exército Brasileiro, notadamente, o 12º B Sup - sediado em Manaus-AM. Tais operações com o EB, igualmente, instrumentalizavam fraudes a licitações e contratos, bem como o desvio de bens pertencentes ao Exército, razão pela qual, o presente inquérito foi instaurado - fique bem claro - por determinação do Comando Militar da Amazônia.

O IP federal foi encerrado e deu origem a processos na Justiça Federal, inclusive, em relação aos militares que, por suas condutas, lesionaram o patrimônio sob Administração Militar, bem como a Ordem Administrativa Militar.

A questão da competência entre os Juízos será, posteriormente, suscitada perante Egrégio Superior Tribunal de Justiça. Tudo depende do posicionamento do Ministério Público Militar, no tocante à competência.

Afinal, todas as condutas atribuídas aos militares citados nas investigações comum e militar, por si ou em conluio com civis, todas - ressalto - encontram adequação típica no Código Penal Militar.

Posto isto, discordo do pedido de arquivamento e determino o envio dos autos para a apreciação da Exma. Sra. Dra. Procuradora-Geral da Justiça Militar.

Aportados nesta Procuradoria-Geral, os autos foram analisados pela Câmara de Coordenação e Revisão do MPM que deliberou pela deflagração da ação penal (fls. 3149/3153 - 17º Volume). Cumpre referir, *verbis*:

(...)

Eminentes Pares,

Discordo do Promotor da Justiça Militar quando afirma que os crimes não lesaram a administração militar ou, se lesaram, foram crimes de menor importância, não entrando, por tal motivo, na esfera da Justiça Militar.

Ora, o próprio Relatório da Polícia Federal revela (fl. 2898) atividade criminosa contra o Exército Brasileiro, envolvendo gêneros alimentícios para alimentar a tropa.

Como admitir que possa haver atividade criminosa contra o Exército Brasileiro, desabastecendo-o de gênero alimentício, que não implique em grave crime contra as instituições militares?

O Relatório da Polícia Federal nos dá conta que a fraude cometida pela ORCRIM chega, num período de pouco mais de um ano, a R$ 120.000.000,00 (Cento e vinte milhões), havendo envolvimento de vários militares nas fraudes praticadas.

Na fl. 2906, nos parágrafos 1º e 2º, temos a prática de crime militar pelo civil DERIK, e pelos militares SATO e FABIO, sendo certo, ao menos, a figura do peculato.

Esse fato por si só já desautorizaria o ARQUIVAMENTO requerido.

Outro fato relatado na fl. 2908, relativo ao Coronel FELIPPES e Capitão BOTELHO, revela indícios de crime, possivelmente o de estelionato, tendo em vista que recebiam coxa de frango no lugar de peito de frango, como deveria ser, para beneficiarem-se financeiramente.

Outrossim, examinando-se o Laudo Pericial Contábil realizado, apensado ao IPM através de 5 volumes, verificamos ilícitos militares nas atividades de recebimento de materiais, seja no recebimento de gêneros alimentícios impróprio para o consumo humano, mas efetivamente pagos aos fornecedores, seja na ausência do devido laudo de inspeção de alimentos a embasar o recebimento de determinada mercadoria, ao final paga.

Inclusive, nas considerações finais da Prova Pericial há um quadro com os nomes dos responsáveis e os respectivos valores do dano provocado ao erário.

É certo que há de se averiguar quem atestou o recebimento da mercadoria, olhando o verso das Notas Fiscais; a data do pagamento dessa mesma Nota Fiscal, bem como relacioná-la com o laudo de inspeção de alimento correspondente, além da nota de empenho.

De qualquer ângulo que se olhe, extravasam indícios de cometimento de graves crimes militares.

No depoimento de HENRIQUES DOS SANTOS BOTELHO (fls. 23-29 - Vol. 1), por exemplo, constatá-se o recebimento de 50 toneladas de arroz impróprio para o consumo (fl. 26), dentre outras coisas constatadas em perícia contábil.

Igualmente, no de FABIO JOSÉ CAPECCHI (fls. 44-51).

Alexandre da Silva Souza (fls. 65-69) afirma que o Cap Botelho lhe fez proposta para desviar mercadorias do depósito, para fornecedores, por dinheiro.

Já no depoimento de FRANCIVALDO DA COSTA GOMES (fls. 83-87), encontramos indícios ao menos de corrupção passiva na sua forma aumentada de 1/3.

O Depoimento de ERICK CORREÂ BALDUINO DE LIMA, assim como vários outros, (fls. 316-322), revela o esquema da troca de mercadoria das guarnições de Manaus por recurso com os fornecedores, não sabendo informar qual a OM participante do esquema e nem como era dividido o dinheiro.

Nos Laudos de fls. 381-407, não há alusão ao número de empenho e nem ao nº da Nota Fiscal que trouxe o produto analisado.

Seria de bom tom averiguar a que Nota Fiscal se refere cada Laudo para verificar se a Nota Fiscal foi paga na data de recebimento da mercadoria, que deve ser a mesma em que o Laudo foi emitido.

O mesmo deve ocorrer quanto aos Laudos que integram todo o 3º volume.

Dos Laudos de reinspeção de alimentos, constantes das fls. 726-815, verifica-se na sua maioria, se não em sua totalidade, que a data de validade dos alimentos é bem anterior à data da reinspeção e até mesmo da data na qual a mercadoria foi embarcada para seguir destino à outra OM.

Assim, seria bom verificar quando se deu o recebimento dos alimentos e se foi muito próximo à data de expiração de validade deles.

Há depoimento da testemunha MARCO AURELIO GONÇALVES DE OLIVEIRA (923-926), atestando que houve a reprovação de uma carreta de carne, em 2003, pelo Laudo nº 151/03, mas o Comandante mandou receber o alimento.

Outras testemunhas expressam a idéia que na Nota Fiscal pode estar teoricamente a quantidade certa da mercadoria a ser entregue, mas que tal quantidade não venha a ser efetivamente entregue. A maioria destas testemunhas disse que não tinha acesso à conferência dessa quantidade. Seria oportuno verificar a capacidade de armazenagem da unidade militar com o objetivo de provar o recebimento fraudulento de mercadoria.

A inquirição de VITOR AUGUSTO DE FELIPPES, que seria um dos principais envolvidos encontra-se da fl. 1202 à fl. 1215 (volume 6º).

Há de se ressaltar, por importante, o que vem descrito no Relatório da Inteligência Policial da Superintendência Regional no Amazonas da Polícia Federal, fls. 1327-1335, quanto às atividades ilícitas praticadas em detrimento da administração militar, não se confundindo com atividade criminosa de competência da Justiça Federal.

Em tais páginas constatamos todo o caminho percorrido para a entrega de produtos estragados e/ou vencidos ao Exército Brasileiro.

Inclusive nas fls. 1574-1587, há análise de extrato telefônico a respeito de recebimento de material contaminado no 12º B Sup, com indicação dos militares envolvidos.

As conversas telefônicas a respeito de fraudes nas entregas dos produtos licitados, tais como entrega de peixe estragado, arroz com parasitas, etc, encontram-se, também, na fl. 1766, não se podendo negar tratar-se de ilícito penal militar.

Há também Relatório de Auditoria de Tomada de Contas Especial da fl. 1997 até 2039, vendo-se que o Sr. Ministro de Estado da Defesa remeteu ao TCU para o julgamento cabível.

Por fim, chega-se ao 13º Volume, onde, da fl. 2452 até a fl. 2533, encontra-se o Relatório deste IPM, demonstrando que, apesar de ter investigado bastante a respeito do processo licitatório, trouxe crimes militares à tona, como bem acentuam suas conclusões de fls. 2518-2519.

A tabela, confeccionada pelo Encarregado, mostra divergência no recebimento de produtos, caracterizando recebimento por outra unidade militar, que não o 12º BSup, com o fito de favorecimento de fornecedores.

À luz de todas essas provas pinçadas dos Autos do IPM 108/06, julgo que assiste razão ao douto Juiz-Auditor da 12ª CJM ao rechaçar o pedido de arquivamento.

Há indícios de cometimento de vários crimes militares pelos indiciados, sendo extremamente oportuno a judicialização das provas produzidas.

Outrossim, não devemos nos esquecer que, nesse estágio, deve vigorar o princípio do in dubio pro societate.

Desse modo, voto pela deflagração da ação penal, designando-se outro membro para isso.

É o relatório.

O vasto acervo documental revela a ocorrência de ilícitos ocorridos no âmbito do Comando Militar da Amazônia praticados por empresários da região em conluio com militares do 12º B Sup e outras Organizações Militares do Exército.

No curso da apuração, vale destacar trechos em que o indiciado Capitão FÁBIO JOSÉ CAPECCHI menciona o possível envolvimento do General Diretor de Suprimentos em Brasília (fls. 46 e 49) em relação aos fatos:

...

Perguntado se teria procurado o novo Cmt da OM (Ten Cel Marco) para expor a situação existente, respondeu que não o fez por medo das ameaças e porque não conhecia o Cmt e não sabia se ele também fazia parte do esquema e também tinha receio do envolvimento de Oficiais em Brasília, tais como o Cel de Felippes, Ch da Seção de Sup S1 I da DS, além do próprio General, Diretor de Suprimento, da época, conforme diziam os empresários do esquema.(grifos nossos)

...

Perguntado se o esquema de propina no 12º B Sup existe também na DS em Brasília e quem participaria desse esquema, respondeu que ouviu dos empresários Sr. João Leite e Sr. Cristiano Cordeiro que sempre fora repassado um percentual para a DS na figura do Chefe de Seção de Suprimento CL I e do General, Diretor do Suprimento.

Em novo depoimento, o Capitão FÁBIO JOSÉ CAPECCHI (fls. 944/949 - 5º Volume) citou o suposto envolvimento de Oficial-General:

...

Perguntado sobre a conversa que ouviu dos empresários que o Cel Felippes e o Gen da DS estariam recebendo propina do esquema respondeu que quem teria dito isso seria o Sr. João Leite, que por diversas vezes citava o nome do Cel Felippes e também a existência de um General em Brasília envolvido no esquema...(grifos nosso)

...

Perguntado se nessas conversas em que houve a menção da participação do Cel Felippes e de um General de Brasília no esquema, se mais alguém teria presenciado respondeu que em algumas vezes o Cap Botelho já presenciou tal afirmação do Sr. João Leitão.

...

Ressalta-se que no depoimento prestado nos presentes autos às fls. 2374/2380 - 12º Volume, o empresário JOÃO LEITÃO LIMEIRA não mencionou qualquer envolvimento de Oficial-General.

Da mesma forma, o indiciado HENRIQUE DOS SANTOS BOTELHO, Capitão do 12º Batalhão de Suprimento (fls. 23/29 - 1º Volume) não citou qualquer participação de oficial-general no suposto "esquema" apurado.

Não há, no momento, elementos que autorizem a atuação originária desta Procuradora-Geral, haja vista a insuficiência de lastro probatório capaz de ensejar investigações referentes ao citado Oficial-General, nesta seara especializada.

Com acerto o posicionamento da CCR/MPM. O quadro fático e suas circunstâncias recomendam sua apuração na via da instrução criminal. Presentes os indícios de autoria e materialidade delitiva, deve prevalecer o princípio da obrigatoriedade da ação penal, com fulcro no art. 30 do CPPM.

Diante do exposto, designo a Drª. **Andréa Cristina Marangoni Muniz,** Promotora da Justiça Militar lotada na Procuradoria da Justiça Militar em Manaus/AM, para **propor ação penal** em face das condutas delituosas, em tese, dos envolvidos no presente Inquérito Policial Militar.

Providências pelo Departamento de Documentação Jurídica. Oficie-se ao Comando Militar da Amazônia. Publique-se.

Brasília - DF, 21 de setembro de 2007.

MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES
Procuradora-Geral da Justiça Militar

Envio Eletrônico de Matérias

Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus*.
Sua matéria pode ser rejeitada caso seja constatado algum tipo de contaminação.
Atualize, com freqüência, seu software antivírus.